INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

DICCIONARIO
HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO
DO
BRASIL

(COMMEMORATIVO DO PRIMEIRO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA)

INTRODUCÇÃO GERAL
SEGUNDO VOLUME
(BRASIL)

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1922

Bibliotéca
do
Conselho Federal do Comércio Exterior

DICCIONARIO

HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO

DO

BRASIL

R
981.03
I59

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

DICCIONARIO
HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO
DO
BRASIL

(COMMEMORATIVO DO PRIMEIRO CENTENARIO DA INDEPENDENCIA)

INTRODUCÇÃO GERAL

SEGUNDO VOLUME

(ESTADOS)

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1922

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA
Nº. DE ENTRADA
1595-16/6/955
BIBLIOTECA

MINISTERIO DA FAZENDA
BIBLIOTECA
1886 - 23 10 67

DICCIONARIO
HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO
DO
BRASIL

INTRODUCÇÃO GERAL

2º VOLUME

ESTADO DO AMAZONAS

I

Superficie

O Amazonas é o maior dos Estados brasileiros em extensão territorial, attribuindo-lhe muitos geographos a superficie, approximada, de 1.900.000 km.^{2}.

Qual seja, exactamente, essa superficie ainda não foi possivel calcular, por penderem de solução algumas controversias, sobre limites, já com paizes extrangeiros, já com a União e os Estados do Pará e Matto-Grosso.

Emquanto taes questões não forem definitivamente resolvidas e demarcadas as linhas divisorias, só por estimativa poder-se-á chegar a um resultado, necessariamente falho e sujeito a rectificações de grande vulto.

A Commissão da Carta Geral do Brasil (1873) encontrou para o Amazonas a superficie de 1.897.020 km.^{2}. Elisée Reclus, segundo Chickko, avaliou-a em 1.720.000 km.^{2}.

Nesses numeros ainda figurava o Territorio do Acre, cuja superficie, na parte perdida pelo Amazonas (sem incluir a cedida pela Bolivia), em virtude do Tratado de Petropolis, é de 142.900 km.^{2}.

Posteriormente a essa perda, os srs. barão Homem de Mello e dr. Francisco Homem de Mello, no seu *Atlas do Brasil*, calcularam a superficie do Estado do Amazonas em 1.674.987 km.^{2}.

Na "Chorographia do Brasil" de F. T. D., adoptada em S. Paulo, figura a de 1.800.000 km.^{2}.

Resolvidas a favor do Amazonas as suas reivindicações, a superficie do Estado provavelmente irá a 2.000.000 km.^{2}, o que lhe dará mais da quinta parte de todo o territorio brasileiro, acceita para este, segundo a Commissão da Carta Geral, a superficie de 8.525.054 km.^{2}.

II

Limites

Traçou-os, pela primeira vez, a carta régia de 3 de Março de 1755, dirigida por d. José I a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão, com a creação da nova Capitania de S. José do Rio Negro, desmembrada da do Pará.

O seu territorio se extendia pelas duas partes do Norte e Occidente "athé as rayas do Dominio de Hispanha" e pelas outras duas partes do Oriente e do Meio-Dia foi deixado a Mendonça Furtado a incumbencia de determinar os que lhe parecessem mais justos e competentes.

Em 10 de Maio de 1758, depois de ter feito a viagem de Belém a Marituá, nesta villa, a que deu o nome de Barcellos, Mendonça Furtado marcou os seguintes limites:

« Pela parte do Oriente, serviriam de balisas pela parte septentrional do Rio das Amazonas o Rio Nhamundá; ficando a sua margem oriental pertencendo á Capitania do Grão-Pará e a occidental á Capitania de S. Joseph do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo Rio das Amazonas, partiriam as duas capitanias pelo oiteiro chamado Maracá-Assú, pertencendo á dicta Capitania de S. Joseph do Rio Negro tudo que vai delle para o Occidente; e ao Grão-Pará todo o territorio que fica para o Oriente. Pelas bandas do Sul ficaria pertencendo á Capitania de S. Joseph do Rio Negro todo o territorio que se extende até chegar aos limites do governo das Minas do Matto-Grosso, o qual, conforme as ordens de sua majestade, se divide pelo Rio do Madeira pela grande Cachoeira de S. João, ou Araguai. »

O primeiro tratado de limites entre a Hispanha e Portugal foi firmado em Madrid no anno de 1750, sendo annullado depois, em 1761. Assignado outro em 1777, conhecido por Tratado de Santo Ildefonso, foi tambem annullado, em 1801, pelo de Badajós.

Proclamada a Independencia do Brasil, o Governo Imperial e depois o Republicano assignou tratados de limites com as Republicas vizinhas do Amazonas, sujeitando ao arbitramento do rei da Italia a questão de limites com a Guiana Ingleza.

Os limites geraes do Amazonas são: ao Norte com a Guiana Ingleza e Republicas da Venezuela e Colombia; ao Sul com o Territorio Federal do Acre, Republica da Bolivia e Estado de Matto-Grosso; a Léste com o Estado do Pará e a Oéste com as Republicas do Perú e Colombia.

Limites com a Guiana Ingleza

As cartas brasileiras davam como limites a linha que segue pelas serras do Essari ou Uassarí, Acarahi e Tumuc-Humac. As pretenções inglezas se extendiam á linha formada pelos rios Surumú e Tacutú, até a confluencia do Mahú e por este até as suas cabeceiras, notando-se que pelo registo do Forte de S. Joaquim, datado de 1811, a fronteira brasileira seguia o Rupunani, desde o Rio Bacuruá até o igarapé Coatatá.

Ernesto Mattoso, sob o pseudonymo de "Sylvio Senior", em artigos publicados em 1898, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, sustentou que os limites do Brasil (e portanto do Amazonas) com a Guiana Ingleza deveriam ser constituidos por uma linha que, partindo da Serra de Roraima seguisse pelo dorso da Serra de Pacaraima, até o ponto denominado Serra do Macaparan aos 4º-5′ de lat. N e 61º-40′ de long. O de Paris, em cujas fraldas desagua o Rupunani no Essequibo, exactamente no logar chamado *Arinda*, onde existiu o ultimo posto hollandez no Essequibo; dahi subiria pela margem esquerda do Essequibo até as suas cabeceiras, junto á Serra de Acarahi.

Não podendo os governos Brasileiro e Inglez chegar directamente a um accôrdo, a questão foi submettida ao arbitramento do rei da Italia, sendo incumbido de defender os nossos direitos o grande Joaquim Nabuco, que produziu a respeito o monumental trabalho intitulado *Limites do Brasil com a Guiana Ingleza*, em 17 volumes.

O laudo do rei da Italia, dado a 6 de Junho de 1904 e lido a 14 do mesmo mez e anno, em Roma, foi favoravel ao Governo Inglez, perdendo o Amazonas para cima de 19.500 km.² do seu territorio. Até o criterio do divisor das aguas foi abandonado no laudo, pelo que os affluentes da margem direita do Tacutú, das nascentes até receber o Mahú e da margem esquerda deste, em toda a sua extensão, ficaram pertencendo á Guiana Ingleza.

E' a seguinte a conclusão do laudo:

« A fronteira entre a Guiana Ingleza e o Brasil fica fixada pela linha que parte do monte Yakontipát, continúa em direcção occidental ao da bacia á nascente do Ireng (Mahú), desce pelo curso deste rio até á sua confluencia com o Tacutú, segue o curso do Tacutú até á sua nascente, onde ella se junta com a linha de fronteira estabelecida pela declaração annexada ao tratado de arbitramento concluido em Londres pelas altas potencias contractantes interessadas, em 6 de Novembro de 1901. Em virtude dessa declaração, toda esse parte da zona em litigio jacente á Léste da linha da fronteira pertencerá á Gran-Bretanha e toda parte que está a Oéste pertencerá ao Brasil. A fronteira ao longo dos rios Ireng (Mahú) e Tacutú fica fixada pelo *thalweg*, e esses rios serão abertos á livre navegação dos dois Estados que a margêam. Quando os rios se dividem em diversos braços, a fronteira seguirá o *thalweg* do braço mais occidental. »

Pelo laudo ficava por fechar o trecho da fronteira comprehendido entre os montes Roraima e Yakontipát, por ter o arbitro, erradamente, attribuido encontrar-se neste ultimo monte a nascente do Rio Cotingo, quando ella fica naquelle outro, conforme apurou em 1882 a Commissão Brasileira de Limites com a Venezuela, chefiada pelo coronel Lopes de Araujo, depois barão de Parima.

Reconhecido o erro pelo proprio Governo Inglez, propoz elle em 1908 e o Governo Brasileiro acceitou, que os limites entre os dois montes fossem dados pela linha dos mais altos cumes entre os mesmos montes existentes, pelo que partiria da cabeceira do Cotingo, no Monte Roraima, seguindo para Léste até as nascentes do Rio Mahú ou Ireng, no Monte Yakontipát, pelo mesmo descendo até á sua foz na margem direita do Tacutú e em seguida subindo por este até suas nascentes e, passando pelos mais altos terrenos continúa pelas serras Uassarí e Acarahí até á nascente do Rio Corentyne.

Ao Brasil couberam 13.570 km.² e á Inglaterra 19.630.

Limites com a Venezuela

Foram estabelecidos pelo tratado de 5 de Maio de 1859, prescrevendo o art. 2º a seguinte linha divisoria:

« 1º. Começará a linha divisoria nas cabeceiras do Rio Memachi, e seguindo pelo mais alto do terreno, passará pelas cabeceiras do Aquio e Tomó, e do Guiacia e Iquiare ou Issana, de modo que todas as aguas que vão do Aquio e Tomó fiquem pertencendo á Venezuela, e as que vão ao Guaicia, Xié e Issana ao Brasil; e atravessará o Rio Negro defronte da Ilha de S. José, que está proxima á Pedra de Cucuhi;

2º. Da dicta Ilha de S. José seguirá em linha recta, cortando o Canal Maturacá na sua metade, ou no ponto que accôrdarem os commissarios demarcadores e que divida convenientemente o dicto canal; dahi, passando pelos grupos dos morros Cupí, Emerí, Guaí e Urucuseiro, atravessará o caminho que communica por terra o *Rio Castanha* com o *Marari*, e pela Serra Tapirapecó buscará os cumes da Serra Parima, de modo que as aguas que correm ao Padauiri, Marari e Cababoris fiquem pertencendo ao Brasil e as que vão ao Tarauacá ou Iapa ou Hiaba á Venezuela;

3º. Seguirá pelo cume da Serra Parima até ao angulo que faz esta com a Serra Pacaraima, de modo que todas as aguas que correm ao Rio Branco fiquem pertencendo ao Brasil, e as que vão ao Orinoco á Venezuela; e continuará a linha pelos pontos mais elevados da dicta Serra Pacaraima, de modo que as aguas que vão ao Rio Branco fiquem, como já se acha dicto, pertencendo ao Brasil, e as que correm do Essequibo, Cunhi e Caroni á Venezuela, até onde se extenderem os territorios dos dois Estados na sua parte oriental. »

Esta era a mesma fronteira estabelecida no tratado, não ratificado, de 1852.

Em 1859 foi assignado um novo, restabelecendo, provisoriamente, a fronteira estabelecida naquelle. Em 1884 foi remettida á Venezuela a carta geral, cujos trabalhos foram iniciados em 1880, reencetados em 1883 só pela commissão brasileira, depois de suspensos por alguns annos.

Em 1890 o Governo da Venezuela declarou não poder considerar definitiva a direcção dada á fronteira.

Finalmente em 1907 foi firmado accôrdo entre os dois governos, em virtude do qual a linha de fronteira ficou definitivamente assim estabelecida:

Linha convencional que, partindo da foz do Macapuri, no *Rio Negro*, corta a grande ilha fluvial Pedro II, indo até o Salto de Uuá, no Rio Maturacá e dahi até o Cerro Cupí, continuando pelo mais alto dos terrenos até ás serras de Imerí, Tapirapecó e Urucuseiro e, dahi, ao rumo Norte passa pelas serras Parima e Marchiali, donde segue para Léste, continuando pelas serras Imeneari, Pacaraima e Humirida, até encontrar a cabeceira do Rio Cotingo, no Monte Roraima.

No art. 6º do tratado ficou a resalva de que, pendendo entre a Venezuela e a Colombia uma questão sobre o dominio de parte do territorio, que servira de objecto do tratado, caso fosse decidida a favor da Colombia, a esta caberia resolve-la em definitivo.

Tendo a Colombia ganho de causa na contenda com a Venezuela, por sentença arbitral da rainha de Hispanha, em 16 de Março de 1891, a fronteira já demarcada da margem direita do Rio Negro, em frente á Ilha de S. José, á nascente do Memachi, passou ao dominio colombiano.

Limites com a Colombia

A principio foram entaboladas negociações, que ficaram infructiferas, pois que a Colombia recusou as propostas feitas pelo Brasil em 25 de Julho de 1853, pelo que cada uma das nações traçou os seus limites, conforme julgou ser do seu direito.

Segundo as cartas brasileiras, a linha de limites era a que da foz do Apaporis segue o curso deste rio até á foz do Taraira e por este acima até ás cabeceiras que ficam proxima á Serra Aracuara, ou Arara-coara e dahi na direcção Léste até encontrar o ponto em que começa a fronteira venezuelana.

Segundo os mappas colombianos, a linha da foz do Javari toma a direcção do curso do Solimões até o furo Auatiparaná, por onde segue até á Lagôa Camapi; dahi segue em rumo do Norte por uma recta que termina na confluencia dos rios Negro e Cababuris, e por este segue até o Cerro Cupi, que faz parte da cordilheira que divide as aguas entre os affluentes do Amazonas e os do Orinoco.

Por diligencia do barão do Rio-Branco, foi assignado com a Colombia o Tratado de Bogotá, em 24 de Abril de 1907, em que ficaram resolvidos os limites entre as duas nações.

São estes os principaes dispositivos do tratado:

« Art. 1º. A fronteira do Brasil e da Colombia, entre a Pedra de Cucuhi, no Rio Negro, e a desembocadura do Rio Apaporis, na margem esquerda do Rio Japurá ou Caquetá, será a seguinte:

§ 1º. Da Ilha de S. José, em frente á Pedra de Cucuhi, com rumo Oéste, demandará a margem direita do Rio Negro que cortará aos 1º-13′-51″,76 de lat. N e 23º-39′-11″,51 de long. occidental do Rio de Janeiro ou 7º-16′-25″,9 de long. oriental de Bogotá, seguindo desse ponto em linha recta até encontrar a cabeceira do pequeno Rio Macuxi (ou Macapuri) affluente da margem direita do Rio Negro ou Guainia, affluente que fica todo em territorio colombiano.

§ 2º. Da cabeceira do Macacuni (ou Macapuri) continuará a fronteira pelo *divortium aquarum* até passar entre a cabeceira do Igarapé Japeri, affluente do Rio Xié, e a cabeceira do Rio Tomo, affluente do Guainia, no ponto assignalado pelas coordenadas 2º-1′-26″,65 de lat. N e 24º-26′-38″,58 de long. occidental do Rio de Janeiro ou 6º-28′-59″,8 de long. oriental do meridiano de Bogotá.

§ 3º. Continuará a fronteira na direcção do Occidente, pela parte mais alta do terreno sinuoso que separa as aguas que seguem para o Norte das aguas que seguem para o Sul, até encontrar o Cerro Caparro, a partir do qual continuará sempre pelo mais alto do terreno e separando as aguas que vão para o Rio Guainia das aguas que correm para o Rio Cuiari (ou Iquiare) até á nascente principal do Rio Memachi, affluente do Rio Naquieni, que por sua vez é affluente do Guainia.

§ 4º. A partir da nascente principal do Memachi, aos 2º-1′-27″,03 de lat. N e 25º-4′-22″,65 de long. occidental do meridiano do Rio de Janeiro, ou 5º-51′-15″,8 de long. oriental de Bogotá, seguirá a linha da fronteira pela parte mais elevada do terreno em busca da cabeceira principal do affluente do Cuiari (ou Iquiare), que fique mais proxima da cabeceira do Memachi, continuando pelo curso do dicto affluente até á confluencia delle e do citado Cuiari (ou Iquiare).

§ 5º. Dessa confluencia deixará a linha de fronteira pelo *thalweg* do dicto Cuiari até o ponto em que nelle desembocca o Rio Pégua, seu affluente da margem esquerda, e da confluencia do Pégua e do Cuiari seguirá a linha de fronteira para o Occidente e pelo parallelo e essa confluencia até encontrar o meridiano que passa pela confluencia do Cairari e do Uaupés.

§ 6º. Ao encontrar o meridiano que passa pela confluencia do dicto Cairari e do Rio Uaupés, a linha da fronteira baixará por este meridiano até a dicta confluencia, donde continuará pelo *thalweg* do Rio Uaupés até á desembocadura do Rio Capuri, affluente da margem direita do referido Uaupés, perto da Cachoeira Jauarité.

§ 7º. Da desembocadura do referido Rio Capuri seguirá a fronteira para o Occidente pelo *thalweg* do mesmo Capuri até sua nascente, mais ou menos, aos 69º-30′ de long. occidental de Greenwich, baixando pelo meridiano dessa nascente em demanda do Taraira, seguindo logo pelo *thalweg* do dicto Taraira até á sua foz no Apaporis e pelo *thalweg* do Apaporis á sua desembocadura

no Rio Japurá ou Caquetá, onde termina a parte de fronteira estabelecida pelo presente tratado, ficando assim definida a linha da fronteira Pedra de Cucuhi — foz do Apaporis e o resto da fronteira entre os dois paizes disputada, sujeito a posteriores negociações, no caso de vir a ter ganho de causa a Colombia em seus outros litigios com o Perú e o Equador.

Art. 2º. Uma commissão mixta, nomeada pelos dois governos, dentro do prazo de um anno, a contar da troca das ratificações, procederá á demarcação da fronteira estabelecida por este tratado. »

Representou o Brasil o dr. Enéas Martins, então nosso ministro junto ao Governo de Bogotá, e o tratado foi ratificado por ambas as nações.

Convém registar que elle não agradou aos Brasileiros residentes na região, que passou a pertencer á Colombia. As razões desse descontentamento deu-as, como adeante se vê, em artigo publicado na *Gazeta da Tarde*, de Manáos, edição de 30 de Agosto de 1920, o coronel de engenheiros dr. Azevedo Costa, sub-chefe da Commissão Brasileira de Limites entre o Brasil e a Venezuela, para collocação dos marcos divisorios no trecho da linha de fronteira da margem direita do Rio Negro, proximo á Pedra de Cucuhi, ao salto Huá no Canal de Maturacá:

« Quem se der ao trabalho de acompanhar no mappa o traçado de tão caprichosa e arbitraria linha de fronteira, seguindo ora um parallelo, ora um meridiano, pelo mais alto do terreno (!) ou pelo *thalweg* de varios rios, indagará de certo se o motivo de tantos zig-zags foi sem duvida salvaguardar os interesses dos Brasileiros desbravadores dessa região.

O que é infelizmente certo é que grande extensão de territorio descoberto pelos nossos patricios passou para o dominio colombiano sem as taes compensações a que se refere o tratado.

Sempre nos mereceram o culto de sincera admiração e de maior respeito os valiosos e inestimaveis serviços prestados á Patria pelo grande Brasileiro barão do Rio-Branco, legitimo orgulho da nossa nacionalidade, notavel sobretudo pelo acendrado zelo sempre demonstrado, especialmente nas nossas questões de limites, que constituem o seu maior titulo de gloria á merecida veneração da posteridade.

Estamos, porém, convencidos de que a absoluta confiança que depositava no seu enviado, o negociador do tratado, levou o preclaro estadista a pedir a approvação deste ao Congresso Nacional.

Foi uma dolcrosa surpresa para os habitantes brasileiros do Issana e do Uaupés quando souberam da má nova, de que suas propriedades, dora em deante, estavam situadas em territorio colombiano.

A linha de fronteira reconhecida, sem contestação, pelos mais antigos habitantes da região e assim transmittida aos seus successores, era a linha geodesica ligando o marco collocado na nascente principal do Memachi á emboccadura do Rio dos Enganos, affluente da margem esquerda do Japurá e pelo *thalweg* deste até sua confluencia com o Apaporis, ligando a foz deste á do Cotuhé.

Convém salientar a circumstancia muito importante de que os nomes dos principaes accidentes geographicos, que não são na lingua indigena, são na portugueza, o que mais vem comprovar terem os Portuguezes se estabelecido nessa região anteriormente aos Castelhanos.

Era natural que a Colombia se mostrasse irreductivel em suas exigencias, aproveitando habilmente da situação, porque sabia ser questão fechada do nosso Governo concluir definitivamente as nossas questões de limites. O interesse demonstrado de nossa parte nos levaria ao terreno das concessões; mas não tão longe como foram.

A linha da nossa ultima concessão, devia ter sido a geodesica ligando o marco da nascente principal do Memachi á Cachoeira do Jurupari.

Da Cachoeira do Jurupari a linha de fronteira baixaria até o marco collocado na nascente do Rio Capuri ou descendo pelo *thalweg* do Uaupés até a foz do referido Capuri, seguindo o resto como está no tratado até a foz do Apaporis.

A Cachoeira do Jurupari foi sempre considerada pelos habitantes do Issana e do Uaupés como o nosso limite com a Nova Granada, hoje Colombia.

Informou-nos um abnegado frade franciscano, dedicado catechista das populações indigenas do alto Uaupés, que existiu outr'ora um grande marco, com as armas de Portugal, na Cachoeira do Jurupari.

Esta cachoeira é um dos pontos da linha geodesica Memachi — foz do Rio dos Enganos.

Um dos actuaes negociantes do Rio Issana, talvez o mais antigo dos proprietarios e grande conhecedor dessa região, d. Germano Garrido, de nacionalidade hispanhola, brasileiro de coração, respeitavel ancião de uma erudição acima do commum e de inexcedivel cavalheirismo, deu-nos completas informações dos habitantes do Issana, sendo elle um dos que verberam o Tratado de Bogotá como lesivo aos interesses brasileiros.

A parte do tratado relativa á navegação do Rio Içá ou Putumaio, se não traz vantagens reaes para os Brasileiros, concede compensações enormes aos Colombianos com o estabelecimento do contrabando ás escancaras, em grande escala, pelos aventureiros de toda especie do Rio Içá.

Afastamos a hypothese, por pueril, de erros geographicos decorrentes da semelhança dos nomes indigenas, no traçado da linha de limites.

Antes, porém, de qualquer negociação sobre assumpto de tão alta gravidade, em que são envolvidos melindres nacionaes, seria prudente e indispensavel um estudo feito por profissionaes competentes de toda zona da fronteira, que servisse de base ás nossas pretenções.

Póde ainda um raio de tenue esperança suavizar as profundas magoas dos nossos patricios, a cuja tenacidade admiravel se deve o desbravamento do inculto territorio, onde jazem para sempre os restos mortaes de seus antepassados, os heroicos bandeirantes da soberba Amazonia.

O mal inspirado tratado deixa ainda um resto de fronteira para ulteriores negociações que ficam dependentes de litigios entre a Colombia com Perú e Equador!

Será então opportuna occasião de denuncia-lo, sem mais restricções, com fundamento no não cumprimento pelas partes contractantes da clausula prescripta pelo seu art. 2º.

Que até lá se resignem os nossos abnegados patricios embalados na doce crença de que os seus direitos serão defendidos, com o carinho que merecem, pelos dirigentes futuros, sem o estigma á memoria dos passados. »

Limites com o Perú

Estão assim fixados no art. 7º do tratado de 23 de Outubro de 1851:

« Na conformidade do principio *uti-possidetis*, foi reconhecida como fronteira a Povoação de Tabatinga e dahi para o Norte em linha recta a encontrar o Rio Japurá, defronte da foz do Apaporis; e de Tabatinga para o Sul o Rio Javari, desde a sua confluencia com o Amazonas. »

Nomeadas as commissões dos dois paizes, reconheceram ellas como ponto limitrophe ao Norte do Solimões o igarapé Javari ou Santo Antonio, partindo a linha de suas nascentes e seguindo dahi em direcção ao meio da foz do Rio Apaporis no rumo verdadeiro de 10º-20'-30",2 NE vai cortar a margem direita do Rio Japurá, no logar onde está plantado o devido marco, cujas coordenadas são:

Lat. 1º-31'-29",5 S.
Long. 69º-24'-55",5 O.

Foi collocado marco identico no Rio Içá, no ponto em que este é atravessado pela mesma linha, ficando pertencendo nesse ultimo rio, ao Perú, as ilhas de Saniá, Piuirs, Tambaqui e Acari e ao Brasil as da Paxiuba e a do Veado por cuja meia extensão passa a linha da fronteira que segue dahi até á foz do Apaporis, pelo canal principal do Japurá.

Conforme veremos adeante, as fronteiras do Brasil com o Perú não deveriam ficar nas cabeceiras do Javari, assim acontecendo em virtude de um erro de interpretação do respectivo tratado, prejudicial ao Brasil e consequentemente ao Amazonas.

Foram delegados do Brasil na demarcação, primeiro o commandante Costa Azevedo (barão do Ladario) e depois o commandante Antonio Luiz von Hoonholtz (barão de Teffé) e do Perú o notavel geographo d. Manuel Roman y Paz Soldan.

Limites com a Bolivia e o Territorio do Acre

Já pelo Tratado de Madrid, firmado entre a Hispanha e Portugal em 1750 (annullado em 1761), nos seus arts. 7º e 8º ficou estabelecido que, pelo Rio Madeira, a linha divisoria partiria a meio caminho do Amazonas, contado deste rio até á bocca do Mamoré, para o Oéste, obedecendo sempre á direcção geral Léste—Oéste, até encontrar a margem oriental do Javari.

O Tratado de Santo Ildefonso reproduziu essas disposições nos arts. 10 e 11.

Posteriormente, a 27 de Março de 1867, o Imperio do Brasil firmou com a Bolivia um tratado de commercio, navegação e limites, tendo por base o *uti-possidetis*, no qual se declara no art. 2º:

« Deste rio (o Madeira, que começa á confluencia do Beni com o Mamoré) para Oéste seguirá a fronteira, por uma parallela tirada da sua margem esquerda na lat. de 10º-20', até encontrar o Javari. Se o Javari tiver as nascentes ao Norte daquella linha Léste—Oéste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude por uma recta a buscar a origem principal do Rio Javari. »

A disposição, como se vê, é perfeitamente clara, mas de sua interpretação defeituosa decorreram acontecimentos importantes, de fataes consequencias para o Amazonas, que assim perdeu, arbitrariamente, o pedaço mais rico do seu territorio, prejuizo que só não se extendeu tambem ao Brasil, devido ao patriotismo dos Acreanos que, ajudados pelo governo do Amazonas e commercio de Manáos, se oppuzeram, pelas armas, á incorporação do mesmo territorio á Bolivia, conforme já o tinha accôrdado o Governo Federal Brasileiro.

A linha de limites seria um parallelo que, partindo na direcção Léste—Oéste, se prolongasse até á margem direita do Javari. Caso as cabeceiras deste ficassem ao Norte do parallelo de 10º-20' baixar-se-ia até encontra-lo o meridiano da origem principal do Javari.

Por mais extraordinario que pareça o caso, entretanto, foram estadistas brasileiros, aliás dos mais reputados pelo saber e patriotismo, que desviaram o verdadeiro sentido daquella lettra, para dar-lhe o outro favoravel á Bolivia, de que, se as cabeceiras do Javari ficassem ao Norte do parallelo, a linha de limites seria *uma obliqua*, que partindo do ponto de juncção do Beni com o Mamoré, alcançasse as nascentes do Javari!

Nas instrucções do marquez de S. Vicente ao commandante Von Hoonholtz, encarregado da exploração do Javari, escreveu aquelle:

« Se o Rio Javari não chegar á lat. de 10º-20', correrá a linha divisoria por uma obliqua, tirada da margem occidental do Madeira, na mesma latitude, até encontrar as nascentes daquelle rio. »

E assim se fez! . . .

A exploração do commandante Von Hoonholtz, depois barão de Teffé, determinou, em 1874, para as nascentes do Javari, a lat. de 7º-1'-17",5.

Essa interpretação, evidentemente erronea, vinda do Imperio, foi mantida na Republica pelos ministros do Exterior Carlos de Carvalho, Dionysio Cerqueira e Olyntho de Magalhães.

Por solicitação do ministro da Bolivia no Rio de Janeiro, foi no dia 19 de Fevereiro de 1895 assignado o protocollo entre os governos do Brasil e da Bolivia, para a locação da linha a que se refere o art. 2º do tratado de 1867, ficando estabelecido no protocollo que a nascente do Javari, para todos os effeitos da demarcação, está situada a 7º-1'-17",5 e que a linha a correr seria a que começasse do ponto de confluencia do Beni e do Mamoré, onde tem inicio o Madeira, e terminasse, precisamente, nas nascentes do Javari.

Estava assim, officialmente, referendado o erro, pelo Governo Brasileiro, perdendo o paiz perto de 150.000 km.² de territorio!

Foi encarregado de fazer a locação da linha o então coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, como chefe da commissão brasileira.

Este verificou, desde logo, que a nascente do Javari ficava mais ao Sul do que a latitude encontrada pelo barão de Teffé, pelo que o Brasil perderia 5.850 leguas quadradas.

Retirado o coronel Thaumaturgo de Azevedo da chefia da commissão, mandou o Governo Brasileiro que se procedesse a uma nova exploração do Rio Javari, sendo della encarregado o major Cunha Gomes, que a realizou, á revelia do Governo Boliviano.

Conhecido o seu resultado e verificado que a nascente do Javari ficava na lat. de 7º-11'-42",10, o nosso então ministro do Exterior general Dionysio Cerqueira dirigiu á legação da Bolivia uma nota, datada de 25 de Abril de 1898, em que, dando parte do resultado obtido pela missão Cunha Gomes, reivindicava para o Brasil as 242 leguas quadradas que este perderia se a latitude fosse a encontrada pelo barão de Teffé, allegando que o protocollo de 1895 não podia alterar a solenne disposição de um tratado.

Em 1899 foi assignado novo protocollo no Rio de Janeiro, sendo então ministro o dr. Olyntho de Magalhães, dando como acceita a latitude encontrada por Cunha Gomes.

O Governo Boliviano quiz logo tomar posse do territorio e estabeleceu uma alfandega no Rio Acre, no logar a que denominaram *Puerto Alonso*.

Levantou-se então a população acreana no primeiro movimento revolucionario, abalando a opinião nacional, contra a perda injusta. No Parlamento, na imprensa, no Club de Engenharia, em livros, Brasileiros dos mais notaveis provaram com argumentos irrefutaveis o erro dos protocollos.

O governo do Estado do Amazonas, que era o mais directamente prejudicado, representou ao Governo Federal e, como este o não attendesse, resolveu agir, por conta propria.

Foi então que se operou, em 1902, o segundo movimento revolucionario, sob a chefia do coronel Placido de Castro.

Estavam as coisas nesse pé, quando foi chamado para a pasta do Exterior o barão do Rio-Branco, a 15 de Novembro de 1902. Logo a seguir á posse, a 2 de Janeiro de 1903, foram expedidas á legação brasileira em La Paz instrucções para informar o Governo Boliviano que o Brasil daquella data em deante passaria a defender como linha de limites o parallelo de 10º-20', conforme a lettra do tratado de 1867. Se não fosse possivel o accôrdo em negociações directas, o Governo Brasileiro submetteria a questão a arbitramento.

Chegou-se então a uma solução amigavel, a que deu remate o chamado Tratado de Petropolis, assignado em 27 de Dezembro de 1903, pelo qual ficaria pertencendo ao Brasil não sómente o territorio situado ao Norte do parallelo de 10º-20', como ainda determinada região ao Sul, por ser a mesma explorada e habitada por Brasileiros, desde os primeiros tempos, apesar de reconhecidamente boliviana. Em troca da cessão desse territorio, o Brasil deu á Bolivia varias compensações em territorio, em dinheiro (2.000.000 de libras esterlinas) e vantagens de outras ordens, como seja a construcção por parte do Brasil da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré, com um ramal para Villa Bella.

A área situada ao Norte do parallelo mede 142.900 km.^{2} e a situada ao Sul 48.108 km.^{2}.

Assignado o Tratado de Petropolis, o Governo Brasileiro, em vez de restituir ao Amazonas o territorio que fizera objecto do mesmo tratado, como era da mais elementar justiça e a exemplo do que já fizera nas questões do Amapá e das Missões, por um acto de força, deu-lhe illegalmente uma organização especial, sob a administração directa da União.

Assim o limite do Amazonas, em vez de ser com a Bolivia, ficou sendo com o chamado Territorio do Acre, pela linha Cunha Gomes, isto é, pela obliqua que, partindo da confluencia do Beni com o Mamoré, desde o ponto em que corta o Rio Abunan, vai até ás nascentes do Javari, situadas na lat. de 7º-11'-42",10 S.

Não se conformando com o esbulho, o Amazonas propoz contra a União a competente acção reivindicatoria, ainda pendente de decisão, sob o patrocinio de Ruy Barbosa, produzindo o eminente jurisconsulto o monumental trabalho, em dois grossos volumes, intitulado *O Direito do Amazonas ao Acre Septentrional*.

Em virtude do estabelecido no § 5º do art. 1º do Tratado de Petropolis, a fronteira actual do Amazonas com a Bolivia se limita ao pequeno trecho que vai da bocca do Rio Abunan, affluente da margem esquerda do Madeira, até o ponto de intercessão daquelle rio com o parallelo de 10º-20', sendo amazonense a margem esquerda, nesse trecho, do mesmo Rio Abunan e boliviana a direita.

Por essa fórma o triangulo formado pelo Rio Madeira, da confluencia do Beni com o Mamoré á foz do Abunan, por este rio e pelo parallelo 10º-20", que deveria ser amazonense, passou a ser boliviano.

Limites com o Estado de Matto-Grosso

Em virtude da carta régia de 1755, que creara a nova Capitania de S. Joseph do Rio Negro, Mendonça Furtado, por ella auctorizado, determinara que pelas bandas do Sul ficaria pertencendo á dicta Capitania todo o territorio que se extende até chegar aos limites do governo das Minas de Matto-Grosso, o qual, conforme as ordens do rei, se divide pelo Rio Madeira, pela grande cachoeira de S. João ou Araguai.

Nunca tendo chegado a um accôrdo definitivo sobre os seus respectivos limites os dois Estados, a pendencia foi levada ao Supremo Tribunal Federal em 1898 pelo Amazonas, allegando este que, desde o tempo da Capitania de S. José do Rio Negro, teve sempre jurisdicção sobre o territorio comprehendido na linha de limites, que, partindo do Rio Uruguataz, um dos ramos de origem do Gi-paraná, no nono parallelo, segue por este para Oéste até a Cachoeira de Santo Antonio do Rio Madeira, subindo dahi pelo centro deste rio até á fronteira com a Republica da Bolivia. O Supremo Tribunal, baseado nos dizeres daquella carta régia e nas cartas da região, que davam a cachoeira situada no parallelo de 8º-48' e não no nono, mandou, por accórdão de 11 de Novembro de 1899, que passou em julgado, que fosse observada como linha de limite entre os dois Estados a Cachoeira de Santo Antonio do Rio Madeira, situada no parallelo de 8º-48'.

Em virtude dessa decisão, os dois Estados nomearam arbitros especialistas, para procederem á demarcação da linha, que seria o citado parallelo.

Os peritos na demarcação verificaram que o parallelo tocava a cachoeira apenas na sua parte inferior, quando deveria toca-la na parte média.

Pelos termos do accórdão bastava que o parallelo passasse na cachoeira e como a linha mandada observar fôra o parallelo, e não era possivel alterar os termos do julgado, proseguiram os trabalhos de demarcação do parallelo, com prejuizo para o Amazonas de uma faixa de mais ou menos 2 km. de largura, em todo o comprimento do parallelo.

Dera logar a esse prejuizo a má redacção do accórdão, que em vez de dizer que a linha seria o parallelo que passasse no meio da cachoeira, deu logo como verificado que era o de 8º-48'.

Como as sentenças são indivisiveis, para não poderem prevalecer numa parte, com prejuizo de outras, e tendo o accórdão passado em julgado, só em acção rescisoria poderia o Amazonas pleitear o seu direito. E a pendencia está nesse pé.

Por mutuo accôrdo, attendendo a que immensa é a extensão da linha a demarcar em territorio completamente desconhecido e perigoso para as commissões demarcadoras, estabeleceu-se que seriam observados e collocados marcos apenas nos pontos em que o parallelo tocasse os rios mais importantes da região e assim se fez nas margens do Machado, Jamari e Tapajós, ainda não tendo sido feitas as observações no Aripuanan e nos outros affluentes do Madeira, que porventura sejam tocados pelo parallelo.

Ha quem sustente não ter Mendonça Furtado pensado em dar como limites do Amazonas com Matto-Grosso um parallelo, mas sim a linha que contornasse as cabeceiras as mais remotas dos affluentes do Madeira, que desaguam da Cachoeira de Santo Antonio para baixo, pelo *divortium aquarum*.

Essa opinião, levantada e sustentada pelo engenheiro Ignacio Moerbeck, que, a ser adoptada, tanto beneficiaria o Amazonas, infelizmente não foi pleiteada na acção proposta contra o Estado de Matto-Grosso, pelo que não foi, nem poderia ser (por esse motivo) a adoptada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ella tem, porém, a seu favor valiosos argumentos, que, a serem invocados opportunamente, talvez fossem acceitos pelo Supremo Tribunal Federal.

Limites com o Estado do Pará

Pelo lado oriental ou de Léste o Amazonas confina em toda a sua extensão com o Estado do Pará.

Foi ainda Mendonça Furtado quem determinou esses limites, da seguinte fórma:

> « Pela parte do Oriente devem servir de balisas pela parte septentrional do Rio das Amazonas o *Rio Nhamundá*, ficando a sua margem oriental pertencendo á Capitania do Grão-Pará e a occidental á Capitania de S. José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo Rio das Amazonas, devem partir as duas capitanias pelo outeiro chamado Maracá-Assú, pertencendo á dicta Capitania de S. José do Rio Negro tudo que vai delle para o Occidente; e ao Grão-Pará todo o territorio que fica para o Oriente. »

Os dois Estados estão pleiteando perante o Supremo Tribunal os seus respectivos direitos, por não terem podido chegar a um accôrdo quanto aos mesmos.

Sobre o Rio Nhamundá diversas questões se levantam.

A primeira é que, ao contrario do que suppunha Mendonça Furtado, as cabeceiras desse rio não estão na Guiana Hollandeza, pelo que entre as fronteiras desta e aquellas cabeceiras ainda fica uma certa extensão a ser determinada. A duvida é facil de ser resolvida, parecendo claro que o limite será a perpendicular ou meridiano que desça da fronteira da Guiana Hollandeza ás cabeceiras do Nhamundá.

A segunda questão tem sua origem no facto do Rio Nhamundá desaguar no Amazonas por diversas boccas e ainda por uma no Rio Trombetas.

As boccas que communicam o Nhamundá com o Amazonas são as do Caldeirão, do Bom Jardim e do Cabori, sendo que este é um simples furo, que só estabelece communicação por occasião das enchentes do Amazonas.

Communica-se com o Trombetas pelo furo ou canal do Sapucuá.

De accôrdo com os principios de direito que regem a materia será considerado como linha de limite o braço, que, pela sua profundidade e volume d'agua, tiver de ser considerado como o principal ou o proprio rio.

O Estado do Pará occupou a região que vai até o Cabori, mas esse acto é evidentemente discrecionario, porque, como vimos, o Cabori não chega a ser uma verdadeira bocca do Nhamundá.

Quanto ás outras tres não ha accôrdo sobre se a mais importante é a do *Sapucuá* ou a do *Bom Jardim*.

Como, entretanto, Mendonça Furtado não podia ter pensado, ao traçar os limites das duas capitanias, no Sapucuá, o Amazonas não deve pleitear como linha de limites senão o braço do *Bom Jardim*, que é o mais profundo e unico navegavel.

E de facto, foi nelle que se firmou Mendonça Furtado, por ficar o mesmo fronteiro ao Oiteiro de Maracá-Assú, que foi a balisa natural a ser tomada na margem austral do Amazonas.

Quanto a esse lado, o Pará pretende tambem, baseado no *uti-possidetis*, que os seus limites com o Amazonas são a obliqua que, partindo da Serra de Parintins, vai até encontrar a margem do Tapajós, em frente á bocca do Rio S. Manuel, affluente deste e dahi, acompanhando o curso do Tapajós, até encontrar a linha de limites do Amazonas com Matto-Grosso.

Ainda nesse ponto a pretenção do Pará não tem assento no direito.

Os limites do Estado do Amazonas são os mesmos da antiga Provincia, que por sua vez eram os mesmos da antiga Capitania de S. José do Rio Negro, isto é, o oiteiro de Maracá-Assú, pela linha ou meridiano que delle partisse até encontrar os limites de Matto-Grosso.

Foi aproveitando-se da reducção da antiga Capitania, já Provincia, a simples comarca do Pará, com o nome de Comarca do Alto Amazonas, em 1824, que o Pará alterou os seus limites, traçando-os, como actualmente estão, por uma lei provincial em 1833.

Além de arbitraria e inconstitucional, essa lei foi revogada pela que restabeleceu a antiga Provincia, na qual se vê que os limites das duas provincias eram os mesmos das duas antigas capitanias.

O *uti-possidetis* não póde ser invocado, porque, além da posse ser violenta, não decorrera entre a occupação (1833) e a restauração da antiga Provincia (1850) o prazo legal para a acquisição da propriedade pelo *usucapião*. De

1850 em deante o Amazonas tem sempre protestado contra a occupação indebita.

Essa materia está exgottada no livro *Limites Orientaes do Estado do Amazonas*, do dr. Furtado Belém, e nas "Razões Finaes" apresentadas pelo dr. Epitacio Pessôa, como advogado do Amazonas, na questão por este proposta, no Supremo Tribunal Federal, contra o Pará.

Aliás a questão foi prejulgada na decisão proferida na pendencia do Amazonas com Matto-Grosso.

Decidindo o Supremo Tribunal que os limites do Amazonas com Matto-Grosso eram o parallelo 8º-48', *ipso facto*, admittiu que o territorio daquelle correria pelo parallelo até encontrar o do Pará e, como Mendonça Furtado apenas deu um ponto de referencia, o outeiro de Maracá-Assú, como a balisa que serviria de separação entre os territorios das capitanias de S. José do Rio Negro e Grão-Pará, conclue-se que a linha de limites entre os dois actuaes Estados tem de ser fatalmente o meridiano que passar sobre o outeiro de Maracá-Assú até encontrar o parallelo de 8º-48'.

Assim sendo, ao Amazonas deverá ser restituida a parte do seu territorio, indevidamente occupada pelo Pará, dentro da qual está comprehendido o immenso triangulo, de que são cathetos o parallelo e o meridiano e de que é hypothenusa o Rio Tapajós.

Actualmente a linha de limites parte da Serra de Parintins em obliqua até encontrar o Tapajós, em frente á bocca do Rio S. Manuel, acompanhando o curso daquelle rio até encontrar a linha de limites do Amazonas com Matto-Grosso.

A questão foi submettida a julgamento do Supremo Tribunal Federal pelo Amazonas, em 28 de Dezembro de 1915, sendo patrono deste o eminente jurisconsulto dr. Epitacio Pessôa. A "Petição Inicial" e as "Razões Finaes" estão publicadas em livro, sob o titulo *A Fronteira Oriental do Amazonas*.

Anteriormente os direitos do Amazonas já haviam sido brilhantemente defendidos pelo dr. Furtado Belém, na sua obra *Os limites orientaes do Amazonas*, publicada em Manáos no anno de 1911.

III

População

O illustrado dr. Furtado Belém, em sua magnifica obra *Limites Orientaes do Estado do Amazonas*, abre o livro com uma parte historica, em que diz:

> « Em 1751, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o governo da vasta Capitania do Grão-Pará e Maranhão, a região amazonense, então parte integrante della, possuia 46 aldeias, 30.000 fogos e 100.000 habitantes. »

Se não ha exaggero nessa asserção, cuja fonte não me foi possivel encontrar, o decrescimo da população amazonense acentuou-se de um modo espantoso.

Segundo Baena, no seu *Ensaio Chorographico*, o numero de fogos, da então Capitania, era em 1788 de 29.568, constatando elle que a população da comarca vinha de decadencia em decadencia.

Em 1825 era de 37.322 o numero de seus habitantes; em 1827, de 16.403; em 1831, de 16.213; em 1833, data em que escrevia, de 17.881 habitantes livres e 962 escravos, distribuidos por 51 povoações e occupando 2.047 fogos, tendo descrescido no espaço de 10 annos de 18.479 moradores, ou de pouco mais da metade!

Comparando o numero de fogos de 1833 com o de 1788, a perda attingiu á cifra espantosa de 27.521, que é tão alta que se não póde citar sem as necessarias restricções.

Ainda, segundo Baena, a população estava assim distribuida:

Rios	Povoações	Fogos	Habitantes livres
Negro	26	552	8.031
Branco	3	47	697
Uaupés	1	11	122
Xié	1	6	40
Amazonas (até Tabatinga)	13	876	5.265
Madeira	2	36	601
Canumá	1	180	366
Maué-Assú	1	282	1.689
Furo Uarirá	1	17	253
Uatumá	1	18	332
Jatapú	1	22	485
	51	2.047	17.881
Escravos em toda a comarca	....	.....	962
Total	....	.....	18.843

Não incluidos os indios selvagens.

Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, no seu *Diccionario Topographico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*, publicado em 1852, contesta os calculos de Baena e dá para a população da comarca, em 1840, o seguinte mappa:

Rios		
Amazonas	14.766	
Solimões	5.865	
Baixo Rio Negro	14.899	
Alto Rio Negro	3.984	
Rio Branco	1.070	
	40.584	e 4.530 fogos.

Sendo:

Brancos	3.454
Mamelucos	10.871
Indigenas	23.339
Mestiços	1.980
Escravos	940
	40.584

Pelo mappa organizado pelo dr. Fausto Augusto de Aguiar, a população era em 1851 de 29.792, dos quaes 750 escravos e 106 extrangeiros.

Para Tenreiro Aranha, incluindo os Indios semi-civilizados, a população da Provincia por occasião da sua installação deveria ser maior de 100.000 habitantes.

Em 1856, segundo a *Exposição* com que o vice-presidente da Provincia dr. Corrêa de Miranda passou a administração ao presidente dr. João Pedro Dias Vieira, era de 41.819 almas, sendo:

Homens livres	23.298	
Mulheres livres	17.609	40.907
Escravos	511	
Escravas	401	912
		41.819

Desses habitantes 366 eram extrangeiros.

Em 1860 foram encontrados 46.187 habitantes, ao passo que em 1862 apenas 40.259, devendo este numero ser tido como mais approximado, pois se baseou em listas nominaes, ao passo que naquelle o calculo foi feito por estimativa na capital, justamente onde se verificou o desaccôrdo entre os dois.

No mesmo anno de 1862 existiam na Provincia 33 aldeias e 127 malocas de indios, com a população de 13.676 almas, sendo 6.851 do sexo masculino e 6.825 do feminino.

Tavares Bastos (*O valle do Amazonas*), escrevendo sobre a população da Provincia, em 1866, assim se expressa:

> « A Provincia do Alto-Amazonas é a menos povoada do Imperio, todos o sabem, mas é talvez a unica de cuja população haja registos dignos de fé. Um dos ultimos chefes de Policia (o dr. Estellita Pessôa) conseguiu que os agentes policiaes lhe remettessem listas nominaes dos habitantes dos respectivos districtos, com as indicações mais necessarias, fazendo-se na repartição central o calculo do censo sobre essa base positiva. O trabalho parcial por districto é renovado todos os annos; é assim que já existem os recenseamentos de 1862, 1863, 1864 e 1865. Segundo o mappa de 1865, a população rustica e urbana da referida Provincia não passa de 40.443 habitantes. Não se comprehende, porém, neste algarismo o dos indios não catechizados.

DISTRIBUIÇÃO

Municipios	População
Capital	16.655
Barcellos	4.186
Serpa	1.533
Silves	3.426
Teffé	5.609
Villa-Bella	5.430
Maués	3.604
	40.443
Livres	39.541
Escravos	882
Extrangeiros	529
Fogos	6.298
Casas (ao nivel de fogos, etc.)	5.414. »

Observa ainda Tavares Bastos:

> « O total de 40.443 é inferior ao que figura em diversos relatorios. No de 1860 eleva-se a população a 46.187 almas; mas então não havia ainda os registos parochiaes, que só naquelle anno começaram. Em outros documentos arbitra-se um algarismo muito maior, baseado sobre os calculos de probabilidade, que, infelizmente, ainda são o modo de computar a população das outras provincias. Na do Amazonas, porém, comquanto seja uma das menos ricas e a menos povoada, o zelo dos mesmos funccionarios a que acima me referi alcançou o que é possivel e muito mais facil conseguir em todas as demais, isto é, uma base positiva para o censo da população. »

Cinco annos depois, já a população da Provincia era estimada em 90.000 habitantes, conforme se vê do *Relatorio* lido pelo presidente Wilkens de Mattos, a 25 de Março de 1870, perante a Assembléa Provincial.

Tal estimativa, porém, era evidentemente optimista.

Em 1872 procedeu-se ao recenseamento geral do Brasil e ao serem terminados os trabalhos na Provincia, em 1874, foi encontrado o seguinte resultado:

Homens	31.470
Mulheres	26.140
Nacionaes	55.411
Extrangeiros	2.199
Escravos	921
Sabiam ler	7.064
Frequentavam escolas	1.196
Havia 7.004 fogos.	

Observa o presidente Monteiro Peixoto, em seu *Relatorio* de 1874, que não foram recenseados não só os Indios que habitavam as regiões banhadas pelos rios, como grande parte da população da Freguezia de Moura e do Alto Madeira. Segundo elle, e pelos dados officiaes existentes, a população da Provincia seria então de 74.216 almas.

Foi do anno de 1877, epocha da grande secca do Ceará, em deante, que começaram a affluir em grandes massas as correntes immigratorias para o Amazonas. Succediam-se umas ás outras as levas de flagellados e os rios amazonenses, onde já attingira grande intensidade a industria extractiva da seringa, aos poucos se iam povoando, sobretudo nas bacias do Madeira, Purús e Juruá, estes dois ultimos só recentemente explorados por Chandless.

Dessa epocha em deante a população do Amazonas cresceu vertiginosamente, devendo ter attingido a 400.000 almas, em 1910.

Com o crescimento da população e o extraordinario augmento das transacções commerciaes, foi se tornando cada vez mais difficil a organização das listas parochiaes, que tantos elogios mereceram de Tavares Bastos, até que foram completamente abandonadas.

Não tendo sido possivel, tambem, organizar um serviço demographico mesmo rudimentar e as estatisticas de entradas e sahidas no territorio do Estado sendo falhas, os calculos censitarios passaram a ser feitos por simples estimativa.

O recenseamento geral da Republica tentado em 1900 foi tão irregular que o Governo mandou cancella-lo. O de 1911 não passou de trabalhos preparatorios.

Para que não cheguemos á commemoração do 1º centenario da nossa Independencia, sem sabermos ainda quantos somos, vai ser realizado a 1 de Setembro de 1920 o recenseamento geral do Brasil.

No Amazonas as difficuldades são innumeras, algumas irremoviveis, pelo que temos, de ante-mão, de nos contentar apenas com a relatividade.

O *Atlas do Brasil*, do barão Homem de Mello, registava para o Amazonas, em 1907, a população de 350.000 habitantes, que devia ser, approximadamente, a verdadeira. Hoje não irá além de 400.000, com o exodo destes ultimos annos.

Bem comprehendendo que a immensidade das terras não poderia se desenvolver sem o seu prévio povoamento, e não bastando o colono nacional do Nordéste, de lá foragido pela inclemencia das seccas periodicas, diversas foram as tentativas feitas para a introducção de immigrantes extrangeiros no Amazonas, infelizmente, todas sem lograr successo.

A injusta má fama de que é victima a região, injustiça reconhecida, aliás, pelos mais illustres viajantes que a visitaram, faz com que seja sempre recebido hostilmente pelos governos europeus qualquer movimento que se faça nesse sentido.

Os immigrantes espontaneos que procuram o Amazonas, na sua grande generalidade, se localizam na Capital como empregados no commercio, ou se dedicam a outros misteres mais humildes, só indo para o interior, como trabalhadores ruraes, por excepção.

No tempo do Imperio, alguns presidentes pretenderam attrahir colonos extrangeiros, chegando-se a nomear, em 1876, uma commissão com o fim de fundar uma colonia, sendo aberta, por sua ordem, uma estrada, com a extensão de 2 leguas, em seguimento á Rua Epaminondas e nella construidas algumas pequenas casas para o estabelecimento de colonos extrangeiros, falhando a tentativa.

A Companhia do Amazonas, em virtude de contracto com o governo provincial, mandou vir colonos portuguezes, que estabeleceu em duas colonias, uma no Amazonas, acima de Itacoatiara e outra no Rio Negro, em frente á bocca do Solimões, ambas de ephemera duração.

As colonias agricolas, estabelecidas nas proximidades de Manáos, com immigrantes do Nordéste Brasileiro, tambem não deram os resultados esperados, se bem que o seu insuccesso não fosse tão completo. A colonia Oliveira Machado, um pouco abaixo de Manáos, na margem esquerda do igarapé da Cachoeirinha, vingou, subsistindo até hoje, e os moradores actuaes dos paranás do Careiro, do Cambixe, da Terra Nova, etc., são os successores dos colonos, nesses logares primitivamente estabelecidos.

Já na Republica, foram realizadas novas tentativas, dellas restando hoje, apenas, a colonia Campos Salles, agora em franco desenvolvimento, depois de feita a estrada de rodagem que a põe em communicação com Manáos, até por meio de automoveis.

Para o insuccesso das colonias agricolas, como para tudo o mais no Amazonas, contribuiu de modo decisivo a industria seringueira, susceptivel de dar grandes vantagens sobre quaesquer outras, pelo que monopolizara todas as actividades.

O braço escravo, tendo sido explorado em larga escala nos tempos coloniaes, por meio dos chamados resgates de indios, não o foi, quasi, no que diz respeito á escravidão africana, cabendo ao Amazonas a gloria, tambem disputada pelo Ceará, de ter sido a primeira Provincia do Brasil, onde desappareceu a mancha nefanda.

Conforme vimos nas estatisticas da população da Provincia, os escravos entraram sempre com um numero reduzidissimo.

Em 1870 elles eram apenas 581, sendo 184 do sexo feminino.

O § 11 do art. 11 da lei n. 200, de 5 de Maio de 1870, auctorizava a presidencia a manumittir os escravos, cujos senhores nisso consentissem, mediante sorteio entre os infelizes. E a gloriosa lei do ventre livre, de 28 de Setembro de 1871, teve sua origem na proposta que á Assembléa Provincial fez o presidente Miranda Reis, em seu *Relatorio* de 1871, no qual lançou a idéa, depois abraçada pelo gabinete Rio-Branco.

Em 1884, na presidencia Theodureto Souto, foram emancipados os ultimos escravos existentes no Amazonas, que, assim, precedeu de cinco annos a grande data de 13 de Maio de 1888.

Na população do Amazonas predomina o elemento indio, como é natural. Os pretos puros são em numero reduzidissimo, sendo a maior parte dos mulatos que vivem no Amazonas, originarios de outros Estados. O mestiço commum é o mameluco, sendo muito raro encontrar-se o curiboca, o que é facilmente explicado pelo facto de terem sempre existido muito poucos escravos pretos na região.

No Amazonas vivem homens representantes de todas as raças e de quasi todos os povos, sem excluir russos, scandinavos, japonezes e chinezes.

As maiores colonias extrangeiras são a turca e a portugueza, aquella disseminada em todo o territorio do Estado, como negociantes ambulantes ou regatões, sem nunca se fixar na terra, justamente o contrario do que succede com a portugueza, cujos representantes na sua grande maioria se casam com brasileiras, fazem-se proprietarios ruraes e urbanos e acabam quasi sempre naturalizando-se brasileiros.

Ha tambem muitos italianos e hispanhóes. Os representantes das colonias ingleza, alleman e franceza são relativamente poucos e sempre vêm como empregados de bancos, companhias e casas commerciaes, sendo raros os que se fixam na terra.

Das colonias de outros Estados brasileiros a mais numerosa é a cearense, vindo em seguida a paraense, piauhiense, maranhense, pernambucana, parahibana, rio-grandense do Norte, alagôana, sergipana e bahiana, havendo representantes de todos os outros Estados em numero mais reduzido.

A população de Manáos cresceu rapidamente. A cidade era, em 1852, um logarejo quasi sem importancia.

Em 1865 tinha apenas 2.080 habitantes, incluindo 15 escravos.

Nesse total os brancos eram em numero de 844, os indios de 700, os mestiços de 280 e os pretos de 256.

A esse tempo a cidade contava 72 casas commerciaes, girando com capitaes insignificantes, sendo 43 pertencentes a portuguezes, 27 a brasileiros e duas a extrangeiros de outras nacionalidades. (Tavares Bastos.)

Pelo censo de 1872 a população de Manáos era de 29.334 habitantes e pelo de 1890 esse numero já se elevava a 38.720 dos quaes 20.558 do sexo masculino e 18.162 do feminino.

No recenseamento de 1900 foram encontrados 30.757 habitantes no perimetro urbano e 21.283 nos suburbios e circumvizinhanças, num total de 52.040, (50.300 segundo o "Annuario Estatistico do Brasil" — 1908-1912) numero que estava evidentemente abaixo da realidade.

Tomando por base a população encontrada no perimetro urbano em 1900, admittindo que não houvesse augmentado esse numero em 1906 e dahi por deante aproveitando os dados fornecidos pela estatistica demographica e o de entradas e sahidas, conforme o methodo de M. Block, o sr. dr. Alfredo da Matta achou para a população urbana de Manáos, a 31 de Dezembro de 1914, 60.700 habitantes (*Geographia e Topographia Medica* de Manáos).

A Commissão Federal do Serviço Sanitario do Amazonas calculou muito approximadamente a população de Manáos em 70.000 almas.

Nestes ultimos annos, em virtude da grave crise economica e financeira que affligе o Estado, determinando o exodo de grande parte da população que não estava fundamentalmente ligada á cidade, fez com que aquelle numero esteja muito reduzido, não chegando talvez a 70.000.

População do Estado do Amazonas por municipios (*)

Barcellos	3.508
Barrerinha	6.360
Benjamin Constant	10.199
Boa Vista do Rio Branco	7.424
Borba	17.330
Canutama	9.577
Carauari	8.681
Coari	9.688
Codajás	9.376
Floriano Peixoto	13.717
Fonte Boa	10.449
Humaitá	12.739
Itacoatiara	17.842
Labrea	17.133
Manacapurú	14.938
Manáos	75.704
Manicoré	16.296
Manués	11.541
Moura	1.490
Parintins	16.068
Porto Velho	5.305
S. Philippe	16.238
S. Gabriel	15.410
S. Paulo de Olivença	12.220
Silves	3.533
Teffé	12.387
Urucará	3.535
Urucurituba	4.478
Total	363.166

IV

Orographia

O Estado do Amazonas, no massiço das suas terras, só accidentalmente apresenta insignificantes elevações, nas collinas de *S. Paulo de Olivença, Parintins e Maracá-Assú*, a primeira na margem direita do Solimões e as outras duas na margem direita do Amazonas, já nas divisas com o Pará.

Na parte que fica situada ao Sul do Rio Amazonas, os primeiros degraus se encontram nos limites com Matto-Grosso, nas cachoeiras do Madeira e seus affluentes da margem direita, quasi todas já em territorio matto-grossense, pois o parallelo de 8º-48' S que serve de linha de limite, passa justamente na primeira cachoeira do Madeira.

Na parte Norte, os primeiros degraus estão mais proximos do Rio Amazonas, sendo encontrados nas cachoeiras dos rios Nhamundá, Atuman, Urubú, Negro e seus respectivos affluentes.

Isso não impede que a immensa planicie, que abrange a maior porção do territorio amazonense, seja toda composta de pequenas ondulações, determinadas pelos valles dos myriades de cursos d'agua, grandes e pequenos, que se encontram em toda a parte do mesmo territorio e de que dá um exemplo a topographia de Manáos.

Planicie no conjuncto, mas não no detalhe, poder-se-á dizer, numa fórmula geral.

A região verdadeiramente montanhosa é a das divisas com a Guiana Ingleza e republicas da Venezuela e Colombia, por onde corre a cordilheira do systema Parimo-Guiano, a começar da Serra de *Acarahi*, extrema da Guiana Ingleza, que é um contra-forte da Serra de *Tumuc-Humac*, seguindo-se as do *Uassari*, *Anahi* e *Tupanaquen*, ainda nas divisas com a mesma Guiana; a dos *Clrystaes*, *Roraima*, *Sabana Imereari*, pertencentes á cordilheira Pacaraima e *Machiati*, *Curupira*, *Tamacquari*, *Tapirapecó*, *Imeri*, *Pirapucú*, pertencentes á cordilheira Parima, todas servindo de limites com a Venezuela; a Serra do *Caparro*, no divisor das aguas com a Colombia e a do *Apaporis*, que é um espigão que se destaca da cordilheira *Araguara*, com a altura de 270 m.

A região do Rio Branco, apesar de exfender-se em campos geraes, apresenta muitos espigões do systema parimo guiano, que tomam os nomes de Serra da *Lua*, *Cuano-Cuano*, *Malacacheta*, *Tucano*, *Maruai*, *Tapara*, *Itaquen*, *Antiua*, *Conceição*, *Castanhal*, *Xiriri*, *S. Pedro*, *Iauara*, *Garumá*, *Puipé*, *Pelada*, *Canapuxi*, *Abiancari*, *Veado*, *Tipiaca*, *Tapará*, *Urcaná*, *Surumú*, etc.

As margens verdadeiras do Urubú, que ficam distantes do rio, são montanhosas, principalmente á direita. Com a margem direita do Rio Atuman succede o mesmo, formando-se como que uma cordilheira, de pouca altura, até umas 30 milhas abaixo da primeira cachoeira. Em alguns logares ha espigões mais elevados entre os quaes sobresahem as serras do *Jaboti*, do *Jacamin*, do *Timbó-tuba* e outra sem nome.

O Rio Nhamundá corre em terreno todo elevado, até uma certa distancia. No alto os accidentes do terreno não vão além de 80 m. de altura. O terreno mais montanhoso fica no baixo Nhamundá, no espaço comprehendido entre o igarapé Pratucú e a Villa de Faro, onde diversas elevações com o nome de serras, se encadeiam pela margem direita, extendendo-se umas para o Sul e outras para Oéste. Todas, nos seus cimos, formam chapadas e a mais extensa é a Serra do *Ajuará*, por onde, outr'ora, deveria ter passado o Amazonas.

As bacias do Purús, Mamiá, Coari, Catuá, Teffé, Juruá, Jutahi, Javari e todas as dos rios intermediarios de menor importancia não apresentam elevação alguma, além das simples ondulações de terreno a que acima se fez referencia.

A carta do Territorio do Acre, de que é auctor o engenheiro Alberto Masô, registra, entre os cursos do Ituxi e do Acre, um serrote, de que não menciona o nome, dentro do territorio amazonense.

Na margem esquerda do Madeira, entre as boccas do pequeno Rio Manará e do Abunan, ergue-se a *Serra dos Tres Irmãos*, com 183 m. de altura.

V

Hydrographia

A Geographia do Amazonas quasi que se resume no seu systema hydrographico. Região central, representando uma grande bacia, apertada entre montanhas por tres lados, o territorio amazonense é atravessado em todas as direcções por uma grande quantidade de cursos d'agua, desde o maior dos rios da terra, que é o *Amazonas*, até os mais insignificantes riachos. Os seus lagos, tambem, se contam por milhares.

A bacia amazonica abrange uma área de 6.430.000 km.^{2}, segundo o barão Homem de Mello, e de 5.594.000, segundo Reclus, dos quaes uma terça parte é constituida pelo territorio do Estado do Amazonas.

Os seus formadores mais longinquos descem do Norte, das montanhas do systema Parimo-Guiano; de Oéste, da

(*) Resultado do recenseamento de 1920, que foi publicado a tempo ser incluido no presente trabalho.

Cordilheira dos Andes e do Sul, tambem da Cordilheira dos Andes e da Cadeia das Vertentes, do systema brasileiro.

O collector central é o portentoso *Amazonas*, cuja estupenda grandeza é o assombro de quantos o vêm.

Nasce elle no pequeno Lauricocha (1), segundo a opinião mais corrente, nos Andes peruvianos, a 10º-30′ de lat. S e a uma altura de 5.500 m. acima do nivel do mar. Da nascente á foz, pela bocca principal ou do Norte, corre na extensão de 5.288 km. e pela do *Rio Pará*, via Tajapurú, na de 5.571 km. convindo notar que os auctores ainda não chegaram a um accôrdo, quanto á extensão do rio, dando-lhe alguns até 7.000 km.

O barão Homem de Mello, em seu *Atlas do Brasil*, attribue-lhe a extensão de 6.200 km., contra 6.500 do Nilo e 7.200 do Mississipi-Missouri.

Menor do que os dois em desenvolvimento do curso, a sua superioridade em tudo o mais é de tal ordem, que mesmo reunido o volume das suas aguas, ainda lhe ficavam, em muito, inferiores.

Tambem não estão de accôrdo os auctores no percurso do *Amazonas* em territorio brasileiro, sendo para uns de 4.000 km., para outros de 3.165 e finalmente para outros de 2.880.

No Estado do Amazonas entre Tabatinga e a bocca do *Nhamundá* o seu curso é approximadamente de 1.130 milhas.

A questão da nascente do *Amazonas*, por sua vez, ainda suscita duvidas e controversias. Reunindo-se proximos uns dos outros, os seus tres grandes formadores *Napo*, *Tunguragua* e *Ucaiale*, qualquer um delles tem tido partidarios.

Depois da descoberta, como as viagens de Orellana, dos franciscanos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo e as de ida e volta de Pedro Teixeira, se fizeram pelo *Napo*, este é que era reputado como o curso superior do *Marañon*.

Essa crença teve pouca duração e se dissipou logo que o grande rio foi melhor conhecido.

A duvida agora está entre o *Ucaiale* e o *Tunguragua*.

La Condamine, levantando-a, diz que o *Ucaiale*, além de mais largo e de curso mais extenso que o *Tunguragua*, repelle o *Marañon* e faz mudar a direcção do seu curso. A sua menor profundidade, porém, é um argumento a favor do *Tunguragua*, sendo hoje geralmente adoptada esta origem.

Tratando-se do *Tunguragua*, as opiniões divergem ainda, se elle nasce no *Lauri-cocha*, querendo alguns, como o naturalista Antonio Raymundi, que o seu braço formador seja o *Nupe*, que vem de mais longe e tem o seu inicio na Cordilheira de Huaihuash, ao qual se juntam depois o *Queropalca* e o *Choula*, na Provincia de Huamalis.

Nascendo com o nome de *Tunguragua*, toma depois o de *Marañon*, com o qual segue até Tabatinga, na fronteira brasileira, dahi até á bocca do *Rio Negro* e de *Solimões* e finalmente o de *Amazonas* desse ultimo ponto ao Atlantico.

Vicente Pinzón ao descobrir a sua foz, em 1500, deu-lhe o nome de *Santa Maria de la Mar Dulce*, que nunca chegou a ser frequentemente usado.

Por occasião da descida de Orellana, em 1542, já elle era conhecido pelo nome de *Marañon*, que até hoje não se conseguiu saber ao certo onde teve origem, não sendo dignas de credito as versões que correm, como a de que lhe teria sido dado pelo capitão hispanhol desse nome que lhe descobriu a fonte no Perú, conforme o chronista portuguez Silveira; ou que lhe viria dos navegadores Maranões, companheiros de Pinzón, conforme Juan de Castellanus; ou que lhe vem das mentiras (marañas) que os soldados de Lopo de Aguirre contavam sobre a expedição deste, conforme explica o padre Manuel Rodrigues.

Os indigenas chamavam ao *Amazonas* — *Paraná-Assú* (que quer dizer rio grande) e *Apurimac* (que quer dizer rei que falla entre reis).

Em consequencia da viagem dos franciscanos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, os padres daquella ordem pretenderam dar ao *Amazonas* o nome de *S. Francisco de Quito*, com o qual o designam em suas chronicas.

O nome *Amazonas* lhe veio, como é sabido, das indias guerreiras que Orellana e seus companheiros dizem ter encontrado e por ellas sido combatidos, nas proximidades da foz do Rio *Canuris* ou *Nhamundá*.

O nome *Solimões*, com que é designado de Tabatinga á bocca do *Rio Negro*, lhe veio, conforme a explicação que dá o padre Monteiro de Noronha, em seu "Roteiro" (§ 84) da tribu Sorimão ou Soriman, que dominava as suas margens em grande extensão.

Outros querem que a palavra signifique *rio dos venenos*, por causa das settas envenenadas de que faziam uso os indios da região. E' essa versão acceita por La Condamine.

O *Amazonas* começa a figurar nas cartas geographicas, do começo do seculo XVI em deante. A Cartographia desse tempo, vaga e imprecisa no que dizia respeito á America, apresenta o Amazonas como uma cobra gigantesca, colleando no rumo Sul-Norte.

E' assim que o vemos nos mappas de Sebastião Caboto (1544); Diogo Homem (1558); Bartholomeu Velho (1561); Olives (1562); Gerardus Mercator (1569); Ortelius (1570) e Fernão Vaz Dourado (1580).

Em um mappa que pertenceu ao duque d'Alba, na carta n. 13, que se suppõe pintada em 1562, o grande rio é representado como uma especie de diagramma, sahindo de um lago de margem ondulosa, numa linha sinuosa, com as curvas simetricas, trazendo na foz a seguinte inscripção: *Este rio descubriu desde seu nascimento Francisco de Orellana no anno de 1554.* (O facto, porém, se verificou em 1542.)

Esses mappas eram completamente omissos nos nomes dos affluentes do *Amazonas*.

No mappa-mundi de Ortelius o *Amazonas* se differencia do rio de Orellana, que figuram como distinctos, desde as nascentes á foz, cruzando-se na parte central, em fórma de X.

Na carta de Fernandez de Enciso a differença é entre o Marañon e o Mar Dulce de Pinzón, que se separavam um do outro por uma distancia de 25 leguas.

O primeiro mappa, em que o *Amazonas* é mostrado mais ou menos de accôrdo com a verdade no começo e parte média do curso, é o do licenciado Diego Mendez, publicado em Sevilha em 1608, na sua *Corographia Peruana*. No começo do terço inferior, o rio se divide em dois braços, erro devido ao pouco conhecimento que então se tinha das duas boccas do rio. Lucas de Queiroz, na sua carta da America Meridional, repete esse erro.

Guillaume Sanson, cartographo francez do seculo XVII, publicou em 1682, uma carta do *Amazonas*, baseado na relação escripta pelo padre Christobal de Acuña, chronista

(1) O explorador allemão Wilhelm Sievers verificou que a nascente mais remota do Rio Amazonas está no Morro Nevado S. Lourenço, na Cordilheira de Huaihuasch, vindo dahi pelas lagunas de Sant'Anna, Cavallo-cocha, Anca-cocha e Tinki-cocha, alcançando então o Lauri-cocha.

da expedição de Pedro Teixeira, que marca um notavel progresso sobre as demais cartas até então conhecidas, pois é a primeira que representa o rio das nascentes á foz e assignala o maior numero de seus affluentes.

Bento da Costa, piloto da expedição de Pedro Teixeira, tambem organizou uma carta do rio, que se póde considerar um bom ensaio.

O cosmographo portuguez Pedro Teixeira, que se não deve confundir com aquelle, organizou uma carta do rio muito regular, especialmente na parte comprehendida entre a bifurcação do rio e sua entrada no mar (região das ilhas).

A carta do padre Samuel Fritz, primeiro editada em Londres (1712) e depois em França (1717), foi terminada em 1691, sendo aquellas reducções não muito fieis.

A legitima, por doação de La Condamine, pertence hoje á Bibliotheca Nacional de Paris e é precisa na parte superior do rio, que era a mais conhecida do padre.

Na parte inferior, como nota La Condamine, é menos exacta.

Foi este celebre explorador que, corrigindo a carta do padre Fritz, apresentou o curso do *Amazonas* tal como é.

Segundo as suas observações, o *Amazonas*, depois de sahir do lago onde nasce, corre para o Norte até Jaen de Bracamoros na extensão de 6º; de lá muda o curso para E'ste, quasi parallelamente ao Equador, e nessa direcção corre até o Cabo Norte, onde se lança no oceano.

Variavel é a largura do *Amazonas*. No Pongo de Manseriche tem, segundo Wierner, 25 m.; mas, um pouco adeante, em Jaen de Bracamoros, já apresenta a de 400. Em Tabatinga a de 2.775; junto é bocca do *Madeira* a de 5.000, em frente de Obidos, que é o seu ponto mais estreito no Brasil, a de 1.892 m.

Nas proximidades de Gurupá divide-se em dois ramos, um ao Sul, outro ao Norte, o primeiro subdividido em numerosos canaes, que formam innumeras ilhas, indo depois desemboccar entre as pontas de Maguari e Tijoca, com uma largura de cerca de 70 km. e o segundo, que é o principal, lançando-se no oceano entre as ilhas Caviana, Mexiana e Fréchas, numa largura de 180 km.

A velocidade da sua correnteza varia de 1 a 3 milhas por hora, conforme as epochas de enchente e vazante, sendo muito mais forte naquella, e a força das aguas chega ao mar com tal peso que, em pleno oceano, ainda se encontram seus traços a 300 km. da foz!

A sua profundidade chega em certos logares a 130 m., como na garganta de Obidos, e é sempre sufficiente para dar passagem franca, em qualquer tempo e até Iquitos, no Perú, a vapores de 3.000 toneladas.

O represamento pelo oceano das aguas do rio faz com que elle soffra a influencia das marés, até adeante de Obidos, variando, porém, a influencia conforme se está na enchente ou na vazante.

As enchentes periodicas do rio attingem até 17 m.

A epocha da enchente não é a mesma para todos os pontos do rio. Acima de Tabatinga começa, em regra, no mez de Janeiro, ao passo que no baixo Amazonas o phenomeno tem seu inicio em Março ou Abril.

Assim se explica o curioso phenomeno:

As distancias entre as cabeceiras dos affluentes de uma e outra margem são immensas. As chuvas começam ao Sul e caminham para o Norte, pelo que as enchentes e as vazantes dos differentes affluentes não se verificam ao mesmo tempo.

Além disso o *Amazonas* tem importantissimos tributarios que descem das cordilheiras, dependendo as suas cheias tambem do degelo nos Andes, além das chuvas, e como taes phenomenos nunca se verificam ao mesmo tempo, acontece muitas vezes que, quando alguns daquelles rios têm attingido o fim da vazante, outros já se approximam da enchente maxima, e dessa fórma o rio collector está sempre supprido.

Não obstante isso ha uma epocha constante de enchente, que começa, ordinariamente, em Novembro e termina em Junho, o que é determinado pela coincidencia de enchentes simultaneas de alguns de seus grandes tributarios.

A enchente maxima é de 67 palmos, a média de 57 e a minima de 40.

Quando o *Amazonas* enche, represa as aguas de seus affluentes na extensão de dois terços de seus respectivos cursos, do que se tem provas, não só na diminuição da correnteza daquelles, como na côr das aguas, junto á foz dos rios pretos.

Com o *Rio Negro*, por exemplo, na enchente do *Amazonas*, as aguas dos dois rios se confundem, ao passo que, na vazante, ellas correm ao lado uma da outra, amarella a do *Amazonas*, preta a do *Rio Negro*, tornando-se menos escura, á proporção que se afasta da foz.

Como consequencia desse represamento, a enchente dos affluentes varia tambem com a altura dos seus cursos, e faz com que elles estejam ainda cheios perto da foz, quando já têm baixado consideravelmente na parte superior.

Dahi se deve concluir que o *Amazonas*, na epocha da sua cheia, não recebe grande tributo dos affluentes de Tabatinga até á foz. Em compensação, quando lhe minguam as aguas dos seus affluentes superiores, cessando, aos poucos, o represamento das aguas dos seus affluentes inferiores, vai-se supprindo nestes daquella falta, e assim mantém-se na mesma altura por algum tempo.

O *Amazonas* é francamente navegavel, numa distancia de 4.800 km. sem obstaculo algum, desde a foz até receber o *Huallaga* e dahi, durante o tempo da enchente, até o Pongo de Manseriche.

Os bancos do *Amazonas* são muitos e variaveis. Estando completamente submersos no inverno, é necessario, para evita-los, fazer a navegação pelas voltas do canal, o que augmenta as distancias. Em compensação a correnteza é menor.

O trecho mais cheio de bancos é o que fica situado entre os rios *Teffé* e *Jutahi*, devendo-se procurar a causa disso no facto de desaguarem, quasi fronteiros, nessa região, o *Japurá* e o *Juruá*, dois affluentes de muita força.

O rio, em todo o seu percurso, é cheio de ilhas, formadas pelos *paranás*, ou braços do rio que delle sahem para voltar a encontra-lo de novo um pouco mais adeante.

O nivel médio do *Amazonas* é de 82 m.

A sua despesa em metros cubicos por segundo é de 120.000; é navegavel a vapor numa distancia de 5.200 km. e por barcos a vela ou remos na de 5.650. (Reclus.)

O *Solimões* — *Amazonas* atravessa o Estado em toda a extensão, dividindo-o em duas metades.

Pela margem esquerda é rio amazonense da foz do igarapé do *Javari*, ou *Santo Antonio*, um pouco acima de Tabatinga, até á bocca principal do *Rio Nhamundá*, que é a do *Bom Jardim* e pela margem direita da foz do *Rio Javari* até o meridiano, que passa no outeiro de Maracá-Assú, se-

gundo a divisão feita por Mendonça Furtado, e até á Serra de Parintins, segundo pretende o Pará e está de posse.

Por isso, só nessa extensão vamos passar em revista os seus affluentes de uma e outra margem, notando, porém, que além de milhares de lagos e canaes, o geographo peruano Paz Soldan reconheceu a existencia de mais de 1.100 tributarios directos e indirectos do *Amazonas*, sendo que mais de uma duzia podem figurar ao lado dos maiores rios do mundo.

Affluentes da margem direita

Rio Javari — Fica situado, segundo Costa Azevedo, depois barão do Ladario, a 4º-15′ de lat. S e a 26º-46′-24″ de long. O do Rio de Janeiro. Serve de limites entre o Brasil e o Perú, desde as suas cabeceiras á foz, ficando aquellas situadas na lat. de 7º-11′-42″,10, conforme encontrou o major Cunha Gomes e não na de 7º-1′-17″,5, encontrada pelo commandante Von Hoonholtz, depois barão de Teffé.

Foi explorado em 1770 pela commissão de limites luso-hispanhola. As suas aguas são brancas e o rio, a oito leguas da foz, bifurca-se, tomando o braço mais occidental o nome de *Javarizinho* e o outro o de *Jacarauá*, que é muito maior. Este segue a direcção de Nordéste até á juncção com o *Javarizinho* e dahi, perdendo o nome, muda tambem de rumo, inclinando-se para E'ste. No seu curso superior toma o nome de *Jaquirana*, da foz do *Rio Galves* (affluente da margem esquerda) para cima.

E' extremamente tortuoso, sendo a sua extensão, em linha recta, egual a um terço da absoluta. Tem um curso de 945 km., segundo Reclus, e de 1.056, segundo o barão Homem de Mello, e póde ser navegado em grande extensão, livremente, na maior parte do anno.

Ainda, segundo Reclus, a bacia do *Javari* mede 91.000 km.^{2} e o rio é navegavel a vapor na extensão de 800 km. e na de 900 por outras embarcações, sendo de 1.200 a sua despesa em metros cubicos por segundo.

O seu mais importante affluente no lado amazonense é o *Curuçá* ou *Curuçatuba*, vindo em seguida o *Ilecuahi*.

A foz do *Javari* fica 15 milhas além de Tabatinga.

Rio Janaiatuba ou *Jundiatuba*, segundo outros. Pequeno rio, depois do qual se seguem os de menor importancia ainda, denominados:

Jurupari, *Tapera*, *Manapurá* ou *Macapuaná*, *Paculi*, *Camatiá*, *Acuruhi* ou *Gordi*, *Patiá*, *Maturacupacá*, *Maturá* e *Capatana*, sendo que delles os mais volumosos são *Camatiá*, *Acuruhi* e *Maturá*, devendo os outros ser considerados simples riachos.

Rio Jutahi — Situado a 2º-43′-24″ de lat. S e 66º-43′-37″ de long. O. de G., segundo Brown e Lindestone, que por elle viajaram na distancia de mais de 700 km. de seu curso.

Na foz tem a largura de milha e meia e na parte inferior do seu curso a profundidade de 6 a 10 braças.

As suas aguas são pretas. E' navegavel em grande extensão do seu curso no inverno, mas no verão só dá passagem a canôas de tres a quatro palmos de calado.

Segundo Reclus o *Jatahi* tem uma extensão de 650 km., a sua bacia a superficie de 38.500 km.^{2}; é navegavel por navios a vapor na distancia de 500 km. e na de 600 por outras embarcações menores e tem uma despesa de 500 m.^{3} d'agua por segundo. Segundo o barão Homem de Mello, o seu curso é de 1.200 km. e é navegavel até á barra do *Caroen* na extensão de 800 km.

A sua largura média é de 90 a 100 m.

Os principaes affluentes do *Jutahi* são:

Pela margem direita o *Upiá*, que desemboca a 150 milhas da foz, com $^1/_3$ de milha de largura na barra (a mesma do *Jutahi* nesse ponto) e a profundidade de 12 m.; o *Mutum*, a 300 milhas da foz, com 180 m. de largura e 12 m. de fundo, na barra.

O *Caroen* — a 424 milhas. Tem a largura de 90 m. e a profundidade de 14 m. na barra; o *Rio das Flechas*, e o *Macarari*.

A navegação no *Rio Jutahi* é facil até a bocca do *Rio Mutum*, para vapores de 200 a 300 toneladas, no inverno. Dahi para cima, no verão, só tem 5 m. de profundidade.

Não se sabe, ainda, onde nasce o *Jutahi*, sendo certo que é um rio puramente amazonense.

Na parte superior do seu curso existem grandes campinas.

O *Jutahi* recebe as aguas de innumeros lagos.

Vêm, em seguida ao *Jutahi*, os riachos *Mujuituba*, *Içapó*, *Mamaruá*, *Puruini*, *Curumali*, *Campina*, *Umanapiá* ou *Amamapiá*, *Caiarás* ou *Caiarahi* e *Jurari*.

Rio Juruá — Está situado a 2º-45′ de lat. S e a 311º de long. E da Ilha dos Ferros, segundo os demarcadores portuguezes.

O rio é formado por dois braços, sendo o mais importante o da esquerda, que nasce no cerro das Mercês e lança-se no *Solimões*, além da bocca principal por mais tres canaes, que desaguam na seguinte ordem: furos *Guará*, *Araricoara* e *Comadre*.

Agua branca na secca e barrenta na cheia.

Geologicamente egual ao *Purús*, é ainda muito semelhante a este no seu aspecto physico. Tortuosissimo, não tem ilhas, a não ser as formadas por varios paranás-mirins de grande extensão.

Desde a lat. de 6º-30′ S até a foz corre no rumo Sul para o Norte, mais acima, numa distancia consideravel, corre quasi Léste — Oéste no parallelo de 9º, S; direcção causada por uma linha de terra firme, alta, do lado esquerdo, de grande extensão, que o rio dobra, em uma volta notavel, approximando-se muito do *Purús*, na distancia minima de 104 milhas.

E' de notar, ainda, que a maior parte da terra firme que se vê fica no lado esquerdo, sendo baixa a do lado direito, de que resulta não ter o *Juruá*, do lado esquerdo, um só affluente importante, mas tão sómente pequenos igarapés e boccas de lagos, cahindo as aguas para a bacia do *Jutahi*.

Na sua parte inferior tem a largura média de 500 m., attingindo a meia milha em um ou outro logar, com 15 de profundidade, que chegam a 20 na enchente.

A 900 milhas inglezas da foz tem de 120 a 150 m. de largura, com 10 de profundidade, que chegam a 12 ½ na enchente.

Segundo o barão Homem de Mello, o *Juruá* tem um curso de 3.283 km., occupando a sua bacia a superficie de 240.000 km.^{2}. E' navegavel por vapores na extensão de 975 km. da sua bocca, até receber o *Rio Breu*. Tem uma descarga de 2.500 m.^{3} por segundo, segundo Reclus.

Rio typico de planicie, não offerece empecilhos serios á navegação. Chandless, que o percorreu na distancia de 980 milhas geographicas, encontrou um impedimento unico, o baixio erradamente chamado *Urubú-cachoeira*, embaraçado

de paus, mas com pouca pedra, e 50 milhas mais abaixo um banco de pedra na beira da praia, do lado esquerdo, chamado Cachoeirinha.

Em Dezembro achou-se para a correnteza do *Juruá* a velocidade de 1 ¾ de milha por hora.

O seu primeiro affluente é o *Chiruan*, que desagua nelle, a 470 milhas da foz, encontrando-se abaixo, no *Juruá*, varios igarapés grandes, sendo o principal o denominado Banana-Branca, na margem esquerda.

O *Chiruan* tem 35 m. de largura na foz, alargando mais para cima. As suas aguas são pretas no verão e pardas no inverno.

O mais importante affluente do *Juruá* é o *Tarauacá*, que nelle desagua pela margem direita e tem 120 m. de largura na foz; é navegavel no inverno até á bocca do *Jaminauá*, numa extensão de 624 milhas, e recebe por sua vez o *Itucuman*, o *Embira* e o *Murú*, na margem direita e o *Acuráua* na margem esquerda.

O *Embira* recebe o *Jurupari* na margem direita.

A 4 ½ milhas acima da foz do *Tarauacá* desagua no *Juruá* o *Eirú-paraná*, que é um grande igarapé.

Seguem-se os rios *Gregorio*, com 60 m. de largura na foz e o *Mú* ou *Riozinho da Liberdade*, menos importante, ambos de aguas claras, ainda na margem direita. Na esquerda o mais importante affluente do *Juruá* é o *Ipixuna* que corre todo em territorio amazonense.

O *Juruá* apresenta um grande numero de lagôas, de ambos os lados.

Este rio, seus affluentes *Mú*, *Gregorio* e *Tarauacá* e o *Embira*, affluente do ultimo, só são rios amazonenses da linha Cunha Gomes para baixo.

Rio Teffé — Situado a 3º-16′-30″ de lat. S e a 312º-39′ de long. E, segundo os demarcadores portuguezes. Tem na foz a largura de 350 m. e a profundidade de 10 e corre de Sul para Norte com a velocidade de 1 milha por hora. O seu curso, segundo o barão Homem de Mello, é de 990 km.

Desagua no lago do mesmo nome, ou antes, o rio se alarga 60 km. antes de chegar á foz, formando esse lago de immensa extensão. As suas aguas são pretas. Pelo inverno podem subir até ás cabeceiras embarcações de regular calado e pelo verão canôas que calem seis palmos.

O lago communica com o *Solimões* por duas boccas, ficando a maior do lado de Léste, que é a navegavel durante todo o anno; a menor fica do lado opposto e só dá passagem no inverno.

Rio Caiambé, caudaloso, *Jutica-paraná*, *Rio Catua*, *Rio Coanarí*, pouco extenso.

Rio Coari — Situado a 4º-3′ de lat. S e a 314º-18′ de long. E'ste, segundo os demarcadores portuguezes.

Desagua no lago do mesmo nome, que não é mais do que o alargamento do rio, numa extensão de 12 milhas de comprimento e cinco de largura.

O seu curso não é longo, sendo calculado em 594 km., segundo o barão Homem de Mello, e segue na direcção de Sul para o Norte.

No inverno, de Março a Junho, é navegavel por embarcações de 10 palmos de calado. No verão, na parte superior, apenas canôas podem passar.

As suas aguas são pretas e o rio não tem cachoeiras.

O lago communica-se com *Solimões* por um canal de 2 km. de extensão, que dá sempre passagem a embarcações de 8 a 10 palmos de calado.

Nas suas cabeceiras existem campos de grande extensão.

Rio Mamiá — Curso extenso, formando tambem, como o *Coari* e o *Teffé*, uma grande bacia ou lago a alguma distancia da bocca.

Rio Camará — Pouco extenso.

Rio Purús — Depois do *Madeira*, é o mais importante dos affluentes do *Amazonas*. Segundo o barão Homem de Mello, tem a extensão de 3.210 km. e segundo Elisée Reclus a de 3.650, abrangendo a sua bacia hydrographica a superficie de 387.000 km.^{2}. E' navegavel numa extensão de 1.667 km. A sua descarga é de 4.000 m.^{3} por segundo.

Depois do proprio *Amazonas* é o rio que offerece maior extensão navegavel em toda a bacia, o que se explica por correr em uma immensa planicie, sem que apresente cachoeiras ou outros impecilhos á navegação.

O seu curso é tortuosissimo, formando uma verdadeira linha sinuosa. Não tem quasi ilhas: Chandless encontrou apenas sete, sendo quatro maiores e tres menores.

O *Purús* lança-se no *Solimões* por cinco boccas, sendo que a mais importante está situada a 3º-45′ de lat. S e a 316º-30′ de long. E. As outras quatro se denominam: *Paralari*, *Cochiuara*, *Cuiuaná* e *Arú-paraná*.

O nome primitivo do rio, ao tempo da descoberta, era *Cochiuara* ou *Cochiguaras*, tomado da tribu de indios que lhe dominava a bocca.

O actual de *Purús* lhe veio dos indios *puru-purús*, nome porque são conhecidos os Paumaris, soffredores de uma molestia de pelle que tem aquelle nome.

Na lat. de 10º-45′ S, o *Purús* divide-se em dois braços, nenhum dos quaes parece ter mesmo a metade da largura daquelles, depois da juncção. O do lado direito ou do Sul tem o nome de Calvajane, e apresenta muitas cachoeiras não perigosas; fica a maior situada na lat. de 10º-57′ S e a 60 milhas da foz que, por sua vez, se subdivide em dois pequenos braços, quasi eguaes, com a largura approximada de 15 m.

O outro braço do *Purús*, o do lado esquerdo ou do Norte, segundo Chandless, é o verdadeiro *Purús*, tambem encachoeirado, sendo uma cachoeira grande, e tem suas origens na serra de Contamana.

Costumam dividir o *Purús* em tres secções, a saber:

O baixo *Purús*, que vai da foz ao *Rio Tapauá*, com a extensão de 953 km.; o médio, que vai dahi ao *Rio Mamoriá-Assú*, com a extensão de 715 km. e o alto *Purús*, dahi até ás cabeceiras.

A epocha da vasante e da enchente não é a mesma em toda a extensão do rio, mas, approximadamente, póde-se dizer que a enchente começa em Outubro, attingindo ao maximo em Março, e a baixa começa em Abril, indo até Setembro.

Da foz do *Purús*, entrando pelo *Rio Acre* ou *Aquiri*, o limite navegavel fica a 2.007 milhas; seguindo pelo curso do *Purús*, a navegação extende-se até 2.245 milhas.

O viajante póde, na mesma embarcação, passar em prazo diminutissimo das aguas do *Purús* para as do *Ucaiale*. Pelo isthmo de Fitz Cawald passa-se para a bacia do *Madre de Dios*, um dos formadores do *Madeira*.

As aguas do *Purús* são brancas no verão e barrentas no inverno. As cheias attingem a 18 m. de altura e nesse tempo os igapós apresentam, ás vezes, 30 km. de largura.

Chandless, devido ás mudanças incessantes que se dão no regime do rio, á insalubridade da maior parte dos campos

ribeirinhos e ao flagello dos mosquitos, prenunciou que se passariam seculos antes de se povoarem as margens do *Purús*, de homens civilizados. Os factos, porém, vieram mostrar a sem razão desse prenuncio, sendo hoje a região do Purús, talvez, a mais povoada de todo o Amazonas.

Os principaes affluentes do *Purús*, na margem direita, são:

Paraná-pixuna, rios: *Jacaré*, *Mucuim*, com 70 m. na foz; *Mari*, *Pacid*, *Ituxi* ou *Iquiri*, grande; *Sepatinim*, *Auiciman*, *Tomihan*, *Seriuini*, *Acre* ou *Aquiri*, grande, agua branca, o mais importante affluente do *Purús*; *Huiacú* ou *Iaco*, grande, agua branca, communica-se com o *Acre* por um furo, a cinco dias de viagem da foz; *Araçá* ou *Chandless*, *Curinahan*, *Rixala*, *Curumahá*, *Manuel Urbano* e *dos Patos*.

E na margem esquerda:

Rio Tapauá, de curso extenso, com 250 m. de largura na foz e entra no *Purús* por dois canaes; rios: *Mamorid-Mirim*, *Mamorid-Assú*, extenso, de agua preta; *Pauhinim*, extenso e francamente navegavel no inverno; *Teuinim*, agua preta; *Inauhinim*, extenso, de agua preta; *Catingui*.

Desses affluentes os mais importantes são: *Mucuim*, *Ituxi*, *Sepatinim*, *Acre*, *Iaco*, *Tapauá*, *Memorid-Assú*, *Pauhinim* e *Inauhinim*, sobresahindo o *Ituxi*, *Acre*, *Iaco* e *Pauhinim*, já largamente povoados e navegaveis no inverno.

O *Acre*, sobretudo, é navegavel até cerca de 260 milhas da foz. Cinco ou seis milhas depois de receber o *Rio das Pontes* torna-se estreito, para se alargar novamente mais adeante. São seus principaes affluentes ao rios *Antimari*, *das Pontes* e *Xapuri*, todos na margem esquerda.

O *Purús*, o *Iaco*, o *Acre* e o *Ituxi* só são rios amazonenses até attingirem á linha Cunha Gomes e, consequentemente, os seus respectivos affluentes. O *Rio Iaco* é o ultimo grande affluente do *Purús*, que nelle desembocca em territorio amazonense, passando a correr em territorio acreano, a poucos kilometros da foz, na Cidade de Senna Madureira, por se approximar, ahi, o *Purús*, da fronteira do Departamento Federal do Alto Purús.

Rio Uautás ou *Autaz* — Communica-se com o *Solimões* por duas boccas, uma, a inferior, distando apenas 12 km., mais ou menos, da bocca do *Madeira*, e a outra a 170 km. da primeira. Este segundo canal alimenta o Lago Manaquiri.

Acima de Borba, no *Madeira*, no logar onde o rio se liga com o Lago Autaz ou Uautás, deste parte um canal, chamado furo dos Autazes, que o põe em communicação com o *Madeira*, ligando-se tambem esse lago, pelo *Rio Paratari* com o lago do mesmo nome, que a seu turno se liga ao *Amazonas* por dois canaes.

Rio Madeira — E' o maior em curso, em volume d'agua e em tudo o mais, dos affluentes do *Amazonas*. Formado pela junção do *Beni* com o *Madre de Dios*, de um lado, e da junção do *Guaporé* com o *Mamoré* do outro, as suas fontes mais remotas vão ás proximidades do Lago Titicaca e La Paz; de Cuzco e Potosi; das nascentes do Paraguai e da antiga capital de Matto-Grosso, da qual ainda vai além.

Segundo Reclus, o *Madeira* tem a extensão de 5.000 km., ou apenas 800 km. menos da que dá para o Amazonas, occupando a sua bacia a superficie de 1.244.500 km.^{2}, egual á do Nilo e superior á do Danubio, segundo Gibbon, e com uma descarga de 16.000 m.^{3} d'agua por segundo.

Infelizmente, devido ás innumeras cachoeiras que embaraçam o seu curso de certa altura em deante, a sua extensão navegavel é relativamente pequena, apenas, segundo Reclus, de 1.060 km. para vapores e 1.700 para outras embarcações.

O rio está situado a 3º-23'-43'' de lat. S e 319º-52' de long. E, da Ilha dos Ferros, pelas observações dos demarcadores portuguezes.

A sua foz está distante do mar, approximadamente, 1.600 km., pelas voltas do *Rio Amazonas* e a 30 da Cidade de Itacoatiara e tem a largura de 2.750 m.

Em Baetas, 570 km. acima da foz tem de 400 a 450 m., e na Cachoeira de Santo Antonio, 480 km. além, desse ultimo ponto, 220 m.

A corrente em Baetas é de 3 ½ milhas por hora, de uma em Borba e de 1.300 m. na foz.

A sua profundidade não varia da foz á Villa de Borba, 150 km. acima e é navegavel, em qualquer epocha do anno, até Santo Antonio, exigindo alguns cuidados, na secca, na foz do *Anhangatini*, na parte superior da barreira do Marmellos, em frente á Ilha do Uruá, e em frente á Ilha das Pirahibas, devido ás pedras que ha nesses logares.

Começa a encher em principios de Outubro, chegando em Março á maxima altura e a vazante se inicia em Abril, indo até os fins de Agosto, dando as aguas, no mez de Setembro, a impressão de que estão paradas.

O rio divide-se em tres partes distinctas: o baixo *Madeira*, a zona encachoeirada e o alto *Madeira*, sendo que a primeira tem uma extensão de mais de 1.000 km. e pertence toda ao Amazonas, em ambas as margens. Na margem esquerda o territorio amazonense, começa mais em cima, da bocca do *Abunan*.

Da foz á primeira cachoeira a direcção geral do rio é SO — NE.

Principaes affluentes do *Mudeira*:

Margem direita:

Furo do *Urariá* ou *Tupinambaranas*. Segue no rumo Oéste e vai sahir no *Amazonas*, abaixo de Parintins, formando a grande Ilha de Tupinambaranas.

Rio Roosevelt — Até 1913 teve o nome de *Aripuanan*. Nesse anno, a expedição organizada pelo Governo Brasileiro, sob a direcção do destemeroso Candido Mariano da Silva Rondon, para acompanhar o ex-presidente americano Theodoro Roosevelt, na sua viagem pelo interior do Brasil, verificando que o *Rio Castanho*, affluente do *Aripuanan*, era mais importante que este e, portanto, o rio principal, como uma homenagem áquelle illustre extrangeiro, foi dado ao rio recem-explorado o nome de *Roosevelt* das suas cabeceiras á foz, passando a chamar-se *Aripuanan*, o affluente que se tomava pelo rio principal.

O *Rio Roosevelt* tem a extensão approximada de 1.500 km. Na foz é quasi tão largo como o *Madeira*, mas para cima vai se estreitando, chegando ás cachoeiras com a largura de 120 a 140 m.

São cinco as suas cachoeiras e ficam na distancia de 240 km. da foz.

E' navegavel até as cachoeiras durante oito mezes do anno, em embarcações de 8 a 12 palmos de calado.

A bocca do *Roosevelt* fica a 300 km. da foz do *Madeira*.

Rio Mariepanan — Desagua no *Madeira* 12 km. acima do *Roosevelt*. Extensão de 180 km. Agua preta.

Rio Mataurá — Desagua a 192 km. da foz do *Madeira*.

A sua largura na foz é de 90 m. Como o precedente só é navegavel no inverno, por embarcações que não calem mais de oito palmos.

Rio Anhangatini, *Uatininga* ou *Uangatininga* — Pequeno rio de agua preta.

Rio Manicoré — Agua preta. 110 m. de largura na foz. Navegavel no inverno até a distancia de 150 km., onde principia a região encachoeirada. E' de curso extenso.

Rio Marmellos ou *Araxiá* — Desembocca a 540 km. da foz do *Madeira*. Curso extenso, sendo 180 km. sem obstaculos para a navegação, que se faz no inverno por embarcações de 15 a 20 palmos de calado e de quatro a seis no verão. A'quella distancia encontram-se sete cachoeiras, uma das quaes com a queda de 50 palmos de altura, ao tempo da maior vazante. Tem 180 m. de largura na foz. Acima das cachoeiras encontram-se, perto das margens, serras de pequena altura.

Rio Urupiara — Desembocca no *Madeira*, junto ás duas ilhas do seu nome, a 564 km. da foz daquelle. Aguas pretas. O rio desagua no lago do mesmo nome, sendo o lago que se lança no *Madeira*.

Rio Maici — Forma o lago do seu nome, sendo este que desagua no *Madeira*.

Rio Machado ou *Gy-paraná* — Curso extenso. E' formado pela junção dos rios *Commemoração de Floriano* e *Pimenta Bueno*. Desembocca a 870 km. da foz do *Madeira*. Com 300 m. de largura na bocca, vai se alargando até attingir 1.100, a 6 leguas da foz. A parte inferior do rio é separada da superior por sete cachoeiras, das quaes só uma tem tres palmos de queda no verão, passando-se bem as outras. Depois das cachoeiras corre em uma região de extensas campinas. Navegavel por lanchas a vapor no inverno, tem fundo para dar passagem a batelões no verão.

Rio Jamari — E' o ultimo dos affluentes do baixo *Madeira*, desaguando a 984 km. da foz deste.

No inverno é francamente navegavel até á Cachoeira do Samuel, com uma profundidade de 35 a 40 palmos. E' formado pela junção dos rios *Candeias* e *Camararé*.

Todos esses rios têm os cursos mais extensos do que a principio se suppunha. As explorações da Commissão Rondon vieram corrigir esse erro, assim como o da verdadeira direcção dos seus cursos que se suppunha ser Léste — Oéste, quando é na direcção de Sul para o Norte.

Só são amazonenses a partir do logar onde são cortados pelo parallelo de 8º-48', conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, havendo quem sustente que deveriam se-lo em toda a extensão dos seus respectivos cursos.

Margem esquerda:

Furo do *Autaz* ou *Uautás* — Sahe no *Madeira* a 180 km. da sua foz. Segue no rumo OSO. Tem 90 m. de largura e é navegavel no inverno por lanchas e grandes canôas; no verão, porém, só dá passagem a canôas pequenas. E' um braço do rio do seu nome, por onde as aguas deste vêm confluir ao *Madeira* e tem sua origem no lago do Autaz, do qual partem ainda outros canaes que vão dar ao *Amazonas* e ao *Purús*.

Rio dos Araras — 30 m. de largura na foz e curso pequeno.

Rio Capanan — Desagua no *Madeira* a 490 km. da foz. Tem a largura de 110 m. na bocca, sendo navegavel no inverno por embarcações de 8 a 10 palmos de calado. Aguas pretas.

Igarapé do *Mirari* — Pequeno, tendo as suas nascentes nos campos do Crato.

Rios: *Maparaná*, *Ipanema*, *Arraias*, *Macassipé*, *Baetas*, *Mogurari*, *Cuianá*, *Auará*, *Jaruvá*, *Aponiá* e outros pequenos.

Rio Abunan — E' o mais importante dos affluentes do *Madeira* da margem esquerda, só tendo sido convenientemente explorado depois da construcção da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré.

Desembocca no *Madeira* no meio da região das cachoeiras na distancia de 236 km. da Cidade de Porto-Velho. Corre no territorio amazonense 154 milhas, até encontrar a linha Cunha Gomes, servindo de limite entre o Amazonas e a Bolivia e entre esta e o Departamento Federal do Alto Acre. No inverno é navegavel por lanchas a vapor e grandes batelões.

Das cachoeiras á foz o *Rio Madeira* apresenta 52 ilhas sendo a mais importante a dos Araras, que não alaga nunca, pelo que é habitada.

Na margem esquerda do rio, a 840 km. da foz, começam os campos geraes, de grande extensão.

As cachoeiras do *Madeira* são em numero de 18, sendo as mais altas a do Girão, com 26,24 pés de altura e a do Theotonio, com 24,60 pés.

A primeira está situada na lat. de 8º-50' S e na long. 21º-29'-8'' O do Rio de Janeiro.

Pelas voltas do rio, a região encachoeirada se desenvolve na extensão de 229,38 milhas, sendo a differença de nivel de 272,36 pés.

Subindo o rio, as cachoeiras são as seguintes:

Santo Antonio, *Theotonio*, *Morrinhos*, *Caldeirão do Inferno*, *Girão*, *Tres Irmãos*, *Paredão*, *Pederneiras*, *Araras*, *Periquitos*, *Ribeirão*, *Misericordia*, *Madeira*, *Lages*, *Pau-grande*, *Bananeiras*, *Guajará-Assú* e *Guajará-Mirim*.

São affluentes do *Amazonas* entre o *Madeira* e o *Tapajós*, por intermedio do grande furo dos *Tupinambaranas*, no qual desaguam rios de grande curso, cuja descripção será feita mais adeante.

O furo dos *Tupinambaranas* se compõe, a partir do *Madeira*, dos furos denominados *Madeirinha* ou *Canuman*, até receber o rio deste nome; *Urariá*, dahi até a foz do *Rio Maués*; *Urariá de cima*, até o paraná do *Ramos*, e do *Ramos* até desaguar no *Amazonas*, cinco milhas abaixo de *Parintins*.

Da foz do *Canuman* ao *Amazonas* o grande furo dos *Tupinambaranas* é navegavel em qualquer tempo por embarcações regulares, tendo a largura média de 400 a 500 m., que attinge a 1.000 ao lançar-se no *Amazonas*. O furo do *Madeirinha*, que tem a extensão de 11 milhas, só é navegavel no inverno por pequenas embarcações, formando, nas grandes vazantes, extensa praia junto ao *Madeira*, que nem a canôa dá passagem.

Rio Canuman — Extenso e importante rio de aguas pretas, que corre na direcção de Sul para Norte, approximando-se as suas cabeceiras, subdivididas em dois formadores, por um do *Aripuanan* e por outro do *Tapajós*. O alto Canuman toma o nome de *Sucunduri*. Estreito na foz, onde tem apenas 600 m. de largura, um pouco mais acima o rio alarga-se extraordinariamente, chegando a attingir 5 milhas de margem a margem, como se fosse um verdadeiro lago. Navegavel por lanchas, a sua correnteza é quasi nenhuma.

Rio Abacaxis — Desembocca no *Tupinambaranas* a 38 milhas do *Madeira*. Mesmos caracteristicos do precedente, quanto á côr das aguas, extensão, largura e correnteza.

Rio Maués — Desembocca a 135 milhas do *Madeira*. Suas cabeceiras attingem quasi o *Tapajós*. Mesmos caracteristicos do *Canuman* e do *Abacaxis*.

Rio Andirá — Menor do que os precedentes, mas com os mesmos caracteristicos. As suas cabeceiras se approximam do *Tapajós* e o rio, 40 milhas acima da sua foz, se divide em dois braços.

Além desses importantes affluentes, affluem mais no furo *Tupinambaranas* os rios *Paracuri*, *Apocuetana*, *Mamurú Maués-Mirim*, *Maçanari*, *Apuiquiribó*, *Maguaradá* e *Tupinambaranas*, propriamente dicto.

Rio Tapajós — Esse importante affluente do *Amazonas* só é amazonense na parte média do seu curso. Presentemente, só está na posse do Amazonas o trecho da sua margem esquerda, que vai da bocca do *S. Manuel* ao limite de Matto-Grosso, onde o rio é attingido pelo parallelo de 8º-4,8′ quando de direito o Amazonas deve extender o seu dominio a toda a região Tapajonia que estiver comprehendida no angulo formado pela intersecção daquelle parallelo com o meridiano do oiteiro de Maracá-Assú.

Formado pela juncção dos rios *Arinos* e *Juruena*, sendo este o verdadeiro rio, desembocca no *Amazonas* em territorio paraense, junto á Cidade de Santarém. E' navegavel da foz á villa de Itaituba, na distancia de 233 km.

O *Tapajós* recebe aguas do *Amazonas* por dois canaes.

Muito encachoeirado, numa extensão de mais de 400 km. contam-se innumeras cachoeiras e corredeiras, das quaes a mais importante e a unica intransponivel é a do *Salto Augusto*, reputada uma das mais bellas do mundo.

A largura na foz é de 1.700 m., mas o rio alarga-se muito, em certos logares, chegando a attingir 15.000, como succede em Alter do Chão.

Segundo Reclus, o *Tapajós* tem um curso de 1.930 km., occupando a sua bacia uma superficie de 430.500 km.², navegavel a vapor na distancia de 350 km. e na de 1.400 por outras embarcações. A sua descarga é de 6.000 m.³ d'agua por segundo.

Segundo o barão Homem de Mello o curso do *Tapajós* tem a extensão de 1.992 km.

Affluentes da margem esquerda

Igarapé de Santo Antonio ou do *Javari*, que serve de limites entre o Brasil e o Perú, das nascentes á foz, só sendo amazonense a margem esquerda.

Rio Içá ou *Putumaio* — Corre em territorio amazonense sómente 355 km., fazendo o resto do seu percurso em territorios do Perú e da Colombia, onde nasce, nas proximidades de S. João do Pasto, nas vertentes orientaes dos Andes. Lança-se no *Amazonas* na lat. de 3º-08′-20″ S e long. de 309º-42′ a E'ste da Ilha do Ferro, conforme os demarcadores portuguezes.

Segundo Reclus, o *Içá* tem uma extensão de 1.645 km., dos quaes 1.480 navegaveis a vapor e 1.600 por outras embarcações, com uma descarga de 2.000 m.³ por segundo e occupando uma superficie de 112.000 km.². O barão Homem de Mello dá-lhe 1.452 km. de curso.

A sua largura é muito variavel, entre o minimo de 100 e o maximo de 800 m. A sua navegação é difficil nas primeiras 90 milhas, e facil dahi por deante.

A profundidade tambem varia de 1,50 a 10 m. na vasante e no dobro, na enchente.

Tem o leito pedregoso até Bella-Elisa e arenoso dahi em deante.

As suas aguas são engrossadas pelas dos affluentes: *Iicurapá*, *Puruitá*, *Ituá*, *Acheti*, *Ititi*, *Hiapacuá* ou *Japocorá*, *Mamoreá*, *Quivié*, *Lacanhi*, *Micuhi*, *Upi*, *Icole*, *Pimari*, *Jurupari-paraná*, *Pepitarí*, *Iaguas*, *S. Miguel* e *Canecia*. Pelo *S. Miguel* passa-se ao *Aquarico* e pelo *Canecia* ao *Japurá*, por um varadoiro.

Rio Tocantins — Pouco importante, pela sua extensão.

Rio Japurá — A sua bocca principal entra no *Solimões* a 672 km. de Manáos e está situada a 2º-31, de lat. S e a 310º-9′ de long. E'ste da Ilha do Ferro, segundo os demarcadores portuguezes.

La Condamine, Ferdinand Denis, Baena, os demarcadores portuguezes e outros exploradores e geographos admittiam que o *Japurá* apresentava oito boccas.

Ribeiro de Noronha, em seu *Relatorio*, assim as enumerava, de baixo para cima: 1º, *Rio Cudajá* ou *Codajás*; 2º, o canal das *Juçaras*; 3º, o canal do *Copeiá*; 4º, o canal *do Uananá*; 5º, o principal, em frente á ponta do Paraiauarí; 6º, o canal do *Uaranapú*; canal *Manhana*; *Anati-paraná*.

Desde cedo, porém, esse erro foi verificado. E' assim que já o ouvidor Ribeiro de Sampaio, em seu *Relatorio* sobre a viagem que fez á Capitania do Rio Negro em 1774 e 1775, negou a existencia dessas oito boccas, pois algumas são meros furos, que levam aguas do *Solimões* ao *Japurá* e outras trazem aguas dos lagos Uananá ou Amaná e Codajás, não tributarios do *Japurá*, pelo que este só tem uma bocca, opinião depois confirmada por Araujo Amazonas e Severiano da Fonseca, hoje geralmente acceita.

Silva Coutinho, no seu *Relatorio* sobre a exploração do *Japurá*, admitte, porém, a existencia de duas boccas.

De um a outro extremo, desses oito canaes, a distancia é de 600 km.

O nome de *Japurá* veio ao rio da nação indigena que o dominava, e o desta, segundo Noronha, do facto de ser usual nessa tribu fazer o principal alimento de uma massa fabricada com o fructo denominado *jupurá*, que deu Japurá, por corrupção.

Das cachoeiras superiores para cima o *Japurá* toma o nome de *Caquetá*, com que vai até ás nascentes, em Papaian, na Colombia.

Segundo Reclus, o *Japurá* tem 2.800 km. de curso, dos quaes 1.560 navegaveis a vapor, e 2.500 por outras embarcações, com uma descarga de 5.000 m.³ d'agua por minuto e occupando a sua bacia uma superficie de 310.000 km.². Para o barão Homem de Mello o curso do Japurá é apenas de 1.848 km.

Ao nascer, corre 100 milhas na direcção ESE, começando a ser rio amazonense no ponto em que recebe o *Apaporis*.

As cachoeiras ficam a 550 milhas da foz, sendo o rio navegavel aquem e além dellas, notando-se que os mezes de Dezembro e Janeiro são os mais escassos d'agua.

Nos logares onde não ha ilhas, de largura minima de 1.000 m., o *Japurá* accusa no canal de 20 a 25 m. de profundidade, porém, logo após, quando a largura augmenta, interpondo-se algumas ilhas, divide-se o canal em tres e quatro ramos, sendo a profundidade de cada um delles de duas a cinco braças.

Os bancos são extremamente moveis e durante uma só enchente deslocam-se as areias em grande extensão.

As margens são geralmente baixas, encontrando-se, porém, algumas barreiras.

A corrente do rio é de ¾ de milha por hora e as suas aguas são muito escuras, ainda que um pouco menos do que as do *Rio Negro*.

São affluentes do *Japurá*, pela margem direita, os rios *Picado*, *Jacaré*, *Mutum*, *Caninaré*, *Arapá*, *Curaceo*, *Puré*, *Jaumirim*, *Janicassú*, *Itauá*, etc. O *Mutum*, pelo seu affluente *Peridá*, põe o *Japurá* em communicação com o Içá.

Pela margem esquerda: os rios *Fragua* e *Cahuan*, *Pajajá*, *Amanu-paraná*, *Uacapú-paraná*, *Cumiaré* ou *Rio dos Enganos*, *Sanha*, *Jacú*, *Ira-paraná*, *Apapóris*, *Mamoretá*, *Puapuá*, *Cumari*, *Marahá*, etc.

O *Apapóris*, primeiro dos affluentes abaixo das cachoeiras e o seu affluente *Tarahira* servem de limite entre o Brasil e a Colombia, aquelle da foz á bocca do *Tarahira* e este em quasi toda a sua extensão.

Do *Japurá* pode-se passar para o *Negro* por diversos caminhos, andando em canôas até certa distancia nos tributarios de um e varando depois, por terra, para os tributarios do outro.

O mesmo succede com o *Tocantins* e o *Uaupés*.

Rio Manacapurú — Pequeno. Aguas pretas. Navegavel no inverno por lanchas e grandes batelões.

Rio Negro — Nasce na Colombia, segundo uns em Papaian, nas Uanas de Avaino; segundo outros, nas montanhas de Tonahan. O seu primitivo nome era *Quiari*. Ao tempo da viagem de Pedro Teixeira, conforme informação de Christóbal de Acuña, os indios locaes lhe davam na bocca o nome de *Curiguacurú* e os Tupinambás o de *Uruna* que em tupi quer dizer rio preto. Era ainda conhecido pelos nomes de *Guaranacaranas*, *Curaná*, e *Ueneia-assú*, conservando este ultimo, na sua parte superior, ainda ao tempo da viagem de Ribeiro de Sampaio. Modernamente, até entrar no Brasil, traz o nome de *Guainia*.

A sua foz está situada a 3º-09′ de lat. S e 16º-53′ de long. O do Rio de Janeiro.

Segundo Reclus, tem a extensão de 1.700 km., dos quaes 726 navegaveis a vapor, e 1.100 por outras embarcações, com uma descarga de 10.000 m.³ d'agua por segundo e occupando uma área de 715.000 km.². O barão Homem de Mello apenas lhe dá um curso de 1.551 km.

Severiano da Fonseca dá para o seu curso, approximadamente, 3.000 km., dos quaes, segundo Baena, 1.400 em territorio amazonense, no qual entra, a partir do massiço de *Cucuhi*, na lat. de 1º-13′-5″ N e 23º-39′-11″ de long. O do Rio de Janeiro.

Ao nascer, o *Rio Negro* corre na direcção Léste, volta ao Sul, corta o Equador e, a poucas milhas mais ao Sul, volta a Léste com inclinação para Suéste, até desaguar no Amazonas, por quatro boccas, das quaes a mais larga é de 4 km.

A sua largura é muito variavel. A pouca distancia da foz attinge 36 km., formando a chamada Bahia do Boiassú.

O seu ponto mais estreito é defronte de S. Gabriel. Em frente a Barcellos tem cerca de 18 km.

O rio é muito encachoeirado. As cachoeiras são em numero de 31 e occupam, segundo Baena, uma extensão de cerca de 480 km., a partir de Santa Isabel, rio acima. As principaes cachoeiras são a dos *Tarumás*, *Camandos*, das *Furnas*, de *S. Gabriel* e do *Curubi*.

E' navegavel, todo anno, numa distancia de 423 milhas por navios a vapor até Santa Isabel, admittindo navios de grande calado no inverno.

Communica-se com o Orinoco pelo canal de *Cassiquiare*, que tem a extensão de 300 milhas, segundo uns, e de 150, segundo outros; largura média, que varia de 80 a 200 m. attingindo a 1.000 em alguns logares e profundidade, ás vezes, de 30 pés.

Começa 15 milhas abaixo de Esmeralda e termina pouco acima de S. Carlos.

Communica-se ainda com o *Orinoco* pelo canal de *Conorochito*, acima do *Cassiquiare* e pelo *Rio Cababoris* e seu affluente *Muturacá*, do qual se passa para o *Bariá*, deste para o *Pariamoni* e deste para o *Orinoco*, abaixo do *Cassiquiare*.

Affluentes do *Rio Negro*: Na margem direita, a partir da foz: Rios *Xiburena*, *Jahú*, *Uinini*, *Cabiú*, *Barurí*, *Quiiuni*, *Uaná*; riachos *Chibaruhi*, *Mabá* e *Mataquiá*; rios *Urubaxi*, pelo qual se passa para o Japurá, *Maiuaná*, *Maiuixi*, riachos *Mauanani*, rios *Marié*, *Curicuriari*, *Uaupés*, *Issana*, *Xié*, estes tres ultimos de curso muito extenso, vindo da Colombia, onde nascem e correm em grande parte.

Na margem esquerda:

Rios *Tarumá*, *Aiurim*, *Anavilhana*; riachos *Mapuahá* e *Ucuriuá*; rios *Jauapery* (extenso, lançando-se no *Negro* por duas boccas), *Branco*, *Serutini*, *Uaranacuá*; riachos *Juanapixi*, *Uanaiuba*, *Cumarí*, etc.; rios *Uaracá*, *Padauiri* (nasce na Venezuela, extenso e caudaloso), *Mararuaia*, *Inambú*, *Abuará*, riachos *Gajuarí* e *Uiá*; igarapés *Jaburuá* e *Dibá*; *Rio Cababoris*; riachos *Uacaburí* e *Murueni*; rios *Juibará*, *Dimití* e riachos *Enehi* e *Ineuhi*.

Desses os mais importantes são o *Rio Branco* e o *Uaupés* que terão descripção especial.

Além dos seus grandes tributarios, o *Rio Negro* recebe para cima de 60 de menor grandeza, sendo quasi todos de agua preta, e alimentados com as aguas de lagos, principalmente na parte inferior das cachoeiras. E' por essa razão que, apesar dos grandes tributarios de agua branca, predomina a cor preta no rio. Esta explicação não é acceita por alguns. Entretanto as aguas pretas proveem, invariavelmente, dos lagos e dos terrenos pantanosos, seja qual for a sua constituição; as aguas brancas, das collinas e das serras. A cor preta, portanto, é devido á presença de materias vegetaes, em dissolução; e as aguas brancas ás materias mineraes (argillas).

Rio Branco — Lança-se no *Rio Negro* por tres boccas, sendo que a mais importante é a oriental e está situada a 1º-28′ de lat. S e 315º-40′ de long. E'ste da Ilha do Ferro, segundo os demarcadores portuguezes. Dista da segunda bocca 4 km., e 18 da terceira.

Esta ultima, chamada *Anajahú*, propriamente, não deve ser considerada uma bocca do *Rio Branco*, pois é na realidade um prolongamento do *Rio Serewini*, sendo que este se liga áquelle por um canal, pelo qual recebe aguas.

Da bocca á juncção do *Uraciquera* com o *Tacutú*, que são os seus formadores, sendo aquelle o mais importante e portanto o verdadeiro rio, tem o *Rio Rranco* um curso de 560 km., sendo a situação, nesse ponto, de 3º, 1′ de lat. S e 317º de long., segundo os demarcadores portuguezes.

O curso do rio varia entre as direcções NS e NE — SO.

O *Uraricuera* é o ramo principal e corre na direcção de Léste a Oéste. Depois de receber o *Auris* toma o nome *Paraimé* ou *Paruimé*. São seus affluentes da margem esquerda o *Auara*, o *Parimé*, o *Cauianá*, o *Idumé*, o *Uraricaparú* e da margem direita o *Combú*, o *Alcaméa* ou *Acaméa*, o *Paruainá*, etc.

O *Uraciguera*, como os seus affluentes, é cortado por cachoeiras, indo a sua largura de 20 m. a 35 m., como succede junto á Cachoeira Urumamí, acima da foz do *Uararicapará*, onde passa comprimido entre penedias.

O *Tacutú* tem suas nascentes proximas do *Anauá*, corre durante muito tempo na direcção de Sul a Norte, que muda depois pela de Nordéste, para Sudoéste, ficando as suas cabeceiras em latitude inferior á da foz e descrevendo uma immensa azelha.

São seus affluentes da margem direita os rios *Surumú*, *Mahú*, *Saraurú* e o igarapé *Manacarapá* e da esquerda os igarapés *Mapadá*, *Iruê*, *Miaumbú*, *Tuá*, etc.

O *Mahú* é o mais importante dos affluentes do *Tacutú*, havendo quem sustente ser elle o seu ramo principal. Depois do laudo do rei da Italia passou a servir de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Ingleza.

Tem tambem o nome de *Ireng* e chega, ás vezes, a apresentar a largura de 400 m.

De certo ponto das margens do *Mahú*, fazendo seis horas de viagem a cavallo, passa-se para o *Rupunani* e deste para o *Essequibo*.

São affluentes do *Mahú*, o *Suruini* e o *Pirara*, além de outros.

O nome primitivo do *Rio Branco* era *Queceuene* e a sua largura varia de 700 a 4.000 m.

São seus affluentes da margem direita: *Caratrimani*, *Iuinini*, *Gerimé*, *Sarauhi*, *Macajahi*, *Imarauni* e *Cauamé* e da margem esquerda: *Tapará*, *Curicú*, *Anauá*, *Cuitanaú*, etc.

A 380 km. da foz começa a região encachoeirada, que se extende por mais de 24 km., sendo as principaes, subindo o rio, as cachoeiras *S. Philippe*, do *Rabino*, *Pancada-Grande* (tres quedas) e *Cachoeirinha*, sendo a primeira a mais alta, com 1,60 m. na vazante.

Contornando a região encachoeirada corre o furo do Cujubim, por onde se faz a navegação do rio no tempo da cheia.

No maximo da vazante, o *Rio Branco* corre uma milha por hora, que chega a tres na enchente. O seu curso, ao contrario do que commummente succede com os rios da região amazonense, segue quasi em linha recta.

Rio Uaupés, *Guaupés* ou *Uciari* — Tem duas boccas, sendo que a principal está situada na lat. S de 0º-4'-30" e long. de 309º-45'. Wallace o percorreu durante os annos de 1848 e 1849, chegando proximo á grande cachoeira do Jurupari.

Caudaloso e muito encachoeirado, conta para cima de 50 cachoeiras em seu percurso, sendo a principal a de Jurupari e acima da qual o rio se prolonga sem obstaculos á navegação.

Não estão determinadas com precisão as suas nascentes, que, entretanto, se sabe ficaram proximas ás do *Rio Negro*.

Affluentes da margem direita: *Tiquié*, *Capuri*, *Hiucari* ou *Pururi-paraná*, *Muasi*, *Hiuarituindé*, *Unhunham*, e *Tenari*. Da margem esquerda: *Iviari*, *Pirichazeiné*, *Buritará* e *Muará*.

Pelo *Unhunham* passa-se para o *Uassá-paraná*, affluente do *Apaporis* e deste para o *Japurá*.

Na opinião de alguns o *Uaupés* é o verdadeiro *Rio Negro*.

Rio Matari — Rio que nasce nas serras da Guiana e se lança no *Amazonas* por duas boccas, formando antes um grande lago que tem o nome de Puraquequara. Os canaes ficam á distancia de 30 km. um do outro.

Rio Urubú — Os indios, ao tempo da viagem de Pedro Teixeira, lhe davam o nome de *Basururú*, que era o da nação que dominava o seu curso e tambem o de *Uarubê*, que por corrupção deu *Urubú*.

Suppunha-se, a principio, que o *Rio Urubú* desaguava no Lago de Saracá, mas, depois da viagem de exploração de Barbosa Rodrigues, verificou-se que o lago não é mais do que um transbordamento do rio e que este desagua no paraná-mirim de *Saracá* e por este no *Amazonas*.

O paraná-mirim de *Saracá* entra no *Amazonas* quatro milhas abaixo da bocca superior do furo do Ramos, com a largura, logo na entrada, de 800 a 900 m. para estreitar-se immediatamente, conservando a largura de 280 m. A 7 ½ milhas da bocca recebe o chamado *Rio de Silves*, que é a verdadeira bocca do *Urubú*, a 33 divide-se em dois ramos, que tomam os nomes de paraná-mirim do *Ituman* e paraná-mirim de *Urucará*, para se reunirem novamente a 49 milhas, continuando com o nome de *Urucará*, conservando, da juncção em deante, até sahir do Amazonas, abaixo das barreiras de Cararaucá, a largura de 1.000 m.

De bocca á bocca tem a extensão de 64 milhas, e é navegavel, francamente, de Novembro a Julho e com alguma difficuldade nos mezes de Agosto, Setembro e Outubro.

O *Rio de Silves*, que é a bocca do Urubú, tem a largura de 400 m. no desaguadoiro, mas vai se alargando, á proporção que se approxima do Lago de Saracá, attingindo a uma milha. E' profundo e francamente navegavel.

No impropriamente chamado Lago de Saracá, o Urubá tem a largura de 12 km.

Do lago até receber o seu principal affluente, *Anibá*, mantém a largura apenas de 180 a 200 m., para formar 6 milhas acima da foz deste, uma profunda enseada, em fórma de sacco, tambem impropriamente chamada Lago Aibú. Mais acima desagua o canal de *Arauató*, trazendo aguas do Amazonas. Da foz deste para cima, o rio conserva a mesma largura e começa a fazer longos torcicolos, até formar, mais adeante, uma nova bacia, parecida com a de *Silves*, que Barbosa Rodrigues denominou *Lago da Gloria*, por ter sido nas suas margens que Pedro da Costa Favella ganhou a grande batalha contra os indios Barururús, Caboquenas e Guanavenas. Depois o rio começa a estreitar-se, para alargar-se de novo, formando uma quarta bacia, immensa e cheia de ilhas, de grande belleza, disposição que repete mais duas vezes, formando as bacias de *S. Pedro Nolasco* e *Maracarana*.

Proseguindo no seu curso, ora se estreitando, ora se alargando, o rio attinge a região encachoeirada.

Imponente é a primeira cachoeira, formada de tres pancadas, sobre arrecifes, que ficam encobertos na enchente, e na vazante têm 5 m. de altura.

Barbosa Rodrigues deu a essa cachoeira o nome de *Nossa Senhora da Conceição*.

No inverno é o *Urubú* um rio caudaloso, francamente navegavel por navios a vapor até as cachoeiras, e no verão por batelões.

Barbosa Rodrigues percorreu 262 milhas do curso do *Urubú*, tendo quasi attingido as suas nascentes, que ficam em territorio amazonense e devem ser lagos.

As aguas do *Urubú* são pretas e a correnteza do rio insignificante. O seu represamento pelo *Amazonas* é que dá logar ao transbordamento e consequente formação de suppostos lagos.

O *Urubú*, até uma certa altura, corre parallelo ao *Amazonas*, para depois tomar a direcção Norte e após a O N O. Recebe aguas do Amazonas por nove boccas, a saber: *Cana*, *Santo Antonio*, *Uainamá*, *Arauató*, *Uixitiba*, *Carão*, *Canaçari*, *Curuçá* e *Piramirim*.

Rio Ituman — Desembocca no paraná-mirim do seu nome, que é um dos ramos em que se divide o paraná de Saracá, para fórmar com o outro ramo o paraná de Urucará.

Na sua foz o rio tem a largura de 800 m., para se alargar, desde logo, chegando ás vezes a cinco milhas, até 80 milhas da bocca; dessa distancia em deante estreita rapidamente e conserva-se com 300 a 400 m. até á cachoeira do Maximiano.

O curso geral do rio desde sua bocca até a primeira cachoeira é de N 60º-0, pouco mais ou menos.

As suas aguas são pretas e a correnteza insignificante.

Desde que o *Ituman* estreita, seu curso torna-se muito tortuoso, recebendo grande quantidade de rios, igarapés e boccas de lagos.

A 116 milhas da bocca está a cachoeira do *Maximiano*, insignificante na enchente, porém de pancada alta, na vazante. O *Ituman* apresenta mais 33 cachoeiras, além daquella.

Entre os affluentes do *Ituman* destaca-se o *Jatapú*, quasi tão importante como elle.

Desagua pela margem esquerda, a 34 milhas da foz.

O *Jatapú* é um rio de curso extenso, na direcção Norte. Tem a largura de uma milha na foz. As suas aguas são claras, atravessando campos geraes nas suas cabeceiras. E' formado pela juncção dos rios *Uassahi* e *Carimani*, este pelo lado direito. O *Jatapú* apresenta 15 cachoeiras e corredeiras, sendo mais importantes as denominadas *Cachiri* e *Cairi* ou da *Princesa D. Isabel*, que é a mais imponente.

Tanto o *Ituman* como o *Jatapú* são francamente navagaveis no inverno por navios a vapor.

Rio Caiamé — Caudaloso e ainda inexplorado.

Rio Cararaucú — Pequeno, 144 km. acima da bocca do *Nhamundá*.

Rio Jamundá ou *Nhamundá* — E' o rio historico das Amazonas ou Icamiabas.

Ao tempo da viagem de Pedro Teixeira tinha o nome de *Canuris*, pelo qual o conheciam os indigenas. O nome de *Nhamundá* lhe veio, não da tribu, mas do chefe da tribu Uabois, conforme verificou Barbosa Rodrigues.

Tem o nome de *Nhamundá* só no curso superior, até a affluencia do *Pratucú*, tomando dahi para baixo o de *Rio de Faro*, que perde tambem no logar denominado *Repartimento*, onde o rio, dividindo-se em dois braços principaes, vai com o nome de *Igarapé do Bom Jardim* lançar-se no *Amazonas* e com o de *Igarapé do Sapucuá*, no *Trombetas*.

Para Ferreira Penna o *Sapucuá* é que é o verdadeiro rio.

Além dessas duas boccas o *Nhamundá* ainda se communica como o *Amazonas* por mais duas, a do *Caburi* e do *Caldeirão*.

E' o *Nhamundá*, segundo Barbosa Rodrigues, um rio de terceira ordem, muito semelhante ao *Urubú*, com o qual corre quasi parallelo por algum tempo; forma lagos na região da foz; tem as suas aguas represadas na enchente; a mesma côr preta; a mesma largura e a mesma corrente na região das cachoeiras.

Não tendo sido exploradas as suas fontes, não se póde com certeza affirmar qual a sua origem, a extensão do seu curso e o seu rumo geral.

Barbosa Rodrigues suppõe que as nascentes do *Nhamundá* estão um pouco acima do Equador, nas vertentes de Sudoéste da Serra de Acarahi e caminhando a principio para Suéste, inclina-se para ESE, corre muito proximo do *Trombetas* e depois do *Jatapú*, que lhe são parallelos, indo, aquelle ter ás nascentes mais longe e mais para o Norte. O seu curso é mais ou menos de 700 km.

O braço denominado *Sapucuá* segue o rumo geral de Nordéste do *Repartimento* até o *Trombetas*.

O grande Lago de Faro tem impropriamente esse nome, porque não é mais do que um alargamento do rio, desde a foz do *Pratucú* até a do *Adauacá*.

Barbosa Rodrigues explorou o rio na extensão de 233 milhas, da foz á setima cachoeira.

E' perfeitamente navegavel, em qualquer tempo, por navios a vapor até a foz do *Pratucú* e dahi em deante, no inverno, até a primeira cachoeira, por vapores de pequeno calado.

Pela margem direita, que é a amazonense, o *Nhamundá*, a 24 milhas da Villa de Faro, recebe o *Pratucú*, que é o seu principal affluente.

Principaes lagos do Amazonas

Contam-se por milhares os lagos existentes no territorio amazonense, quasi todos situados a pouca distancia das margens dos rios, dos quaes são tributarios.

Muitos delles são apenas o transbordamento dos proprios rios, formando grandes bacias, motivadas pelo represamento das aguas d'aquelles, pelos rios de que são affluentes a exemplo do que succede com os suppostos lagos de Teffé, Coari, Mamiá, Saracá, Faro, etc.

A maior parte, porém, é constituida pelos depositos d'agua deixados pelos rios, nos seus antigos leitos, ao mudarem de curso.

Contam-se aos milhares, sendo a sua nomenclatura difficil de fazer pelas continuas mudanças de nomes a que os sujeitam os habitantes da região. Os mappas até agora existentes do Amazonas estão completamente errados, salvo no que diz respeito a alguns lagos mais importantes e já povoados.

Segundo informações prestadas por engenheiros demarcadores e outras pessoas dignas de fé, são os seguintes os lagos principaes do Amazonas:

Vão ao Solimões:

Na margem esquerda: *Caiari*, *Caninniba*, *Amanan*, *Tambaqui*, *Trocari*, da *Onça*, *Piorini*, *Badajós* ou *Codajás*, *Alineneri*, *Anari*, *Uaraman*, *Manacapurú* e *Janauari*.

Na margem direita: *Campina*, *Mineruá*, *Cupacá*, *Caiçara*, *Manaquiri* e *Janauacá*.

Vão ao Amazonas:

Na margem esquerda: *Canaçari* e os formados pelo transbordamento dos rios Urubú, Atuman e Nhamundá.

Na margem direita: o *d'El-Rei*, na Ilha do Careiro, *Sainá*, *Massauari*, *Curupira*, *Arari*, *Preto* e do *Arrosal*, os cinco ultimos dentro da grande Ilha dos Tupinambaranas; da *Garça* e *Barreiro*, entre os rios *Manés-Mirim* e *Massauari*.

Vão ao Japurá:

Na margem esquerda: *Meuá*, *Canopi*, *Cuaupi*, *Marahá* que pelo *Rio Urubaxi*, affluente do *Rio Negro*, põe este em communicação com o *Japurá*.

Na margem direita: *Marié*, *Matapi*, *Mamaqui*, *Marimari* e *Tucunaré*.

Vão ao Purús:

Na margem esquerda: *Aiapuá*, muito grande, communicando-se com outros, entre os quaes está o *Camará*, por sua vez ligado ao *Solimões*, por um furo navegavel em grande parte do anno, *Hiamari*, *Taboca*, *Tanarihan*, *Bacuri-Pari*, *Acunha*, *Itapá*, *Maciari*, etc.

Na margem direita: *Surara*, *Ubim*, *Mathias*, *Tambaqui*, *Pupunha*, *Hiamanduá*, *Taruamatini*, etc.

Lagos que vão ao Juruá:

Na margem esquerda: *Mineroá*, que tambem communica com o *Solimões*; *Andirá*, o maior dos lagos que desaguam no *Juruá*, *Marimari*, *Aniquichi*, *Chibaué*, *Ocoa*, *Mapurari*, *Aracuan*, etc.

Na margem direita: *Ala*, *Onça*, *Pungá*, *Jubari*, *Mararí*, *Apupahá*, *Aianú*, etc.

Lagos que vão ao *Rio Negro*:

Na margem direita: *Canapó*, *Uarurás*, entre os rios *Negro* e *Japurá*; *Uniboni*, que desagua no *Rio Issana*; *Uaná*, que desagua no rio do mesmo nome; *Itaiavené*, que communica com o precedente, etc.

Lagos que vão ao *Rio Branco*:

Na margem direita: *Curiucú*, *Mussú*, *Pirara*, *Uadanahú*, *Uaricuri*, *Cupihi*, *Cuareuné*, *Uracurá*, *Mata-matá*, etc.

Na margem esquerda: *Muauari*, *Medahi*, *Cariuná*, etc.

Lagos que vão ao *Rio Autaz*.

Grande lago do mesmo nome, que se liga tambem com o *Madeira* e o *Amazonas*.

Pelo inverno todos esses lagos são navegaveis, tendo alguns 10 m. de profundidade. No verão, quando elles baixam, são riquissimos de peixes e é nelles que se fazem as grande pescarias.

VI

Clima

O clima de uma região, segundo a noção moderna acceita geralmente pelos hygienistas, não depende do modo exclusivo da zona thermica, e muito menos do parallelo geographico, mas sim da combinação desses com outros factores, que os modificam.

Isso quer dizer que, nas vastas regiões como o Amazonas, não ha um clima commum e unico, variando elle com as localidades. Essas variações, entretanto, não são tão radicaes a ponto de impedir que se chegue a uma generalidade mais ou menos approximada.

Atravessado, em toda a sua extensão de Léste a Oéste, pelo linha equinoxial que o divide em duas porções ao Norte e ao Sul, e formado o seu territorio por uma immensa bacia coberta de florestas collossaes e cortada por uma infinidade de rios e lagos, o clima do Amazonas é quente e humido, não attingindo, entretanto, o calor a altitudes exaggeradas.

Pelas observações feitas em Manáos de 1902 a 1914, a média da temperatura nesses 13 annos foi de 28°,2; a maxima absoluta de 38°,6 e a minima absoluta de 18°,8. As maximas communs ficaram sempre entre 36°,4 a 36°,8 e as minimas entre 21° e 22°.

Comparadas as temperaturas mensaes de cada anno, chega-se á conclusão de que os mezes mais quentes são os do terceiro e quarto trimestres, notadamente do quarto.

Naquelles 13 annos de observações, as maximas thermicas foram verificadas seis vezes no mez de Outubro, cinco no de Novembro, uma no de Dezembro e uma no de Setembro.

As minimas thermicas, porém, foram observadas em todos os mezes do anno, excepto o de Dezembro.

As horas de maior calor costumam ser as que vão das 12 ás 16, mas isso mesmo amenizadas pelos ventos geraes de Léste — Oéste, que sopram quasi constantemente. As noites, a partir das 21 horas, são particularmente agradaveis pela sua frescura.

O Amazonas está sempre sob a influencia benefica de ventos das camadas inferiores da atmosphera, o que muito melhora a sua thermologia. O calor é amenizado pelas correntes alizeas que nunca deixam de percorrer todo o territorio do Estado. Sendo elle cortado, além disso, por um sem numero de rios e lagos importantes, que offerecem uma vasta superficie á evaporação de suas aguas, a atmosphera está sempre carregada de humidade refrigerante, sem os resultados perniciosos que lhe poderiam ser attribuidos, porque o calor do Sol lança logo para as camadas superiores esses vapores, que são transportados para longe, pelos ventos dominantes de E'ste e Norte — Sul

O grande Agassiz, quando no Amazonas, assim deu o seu testemunho pessoal, sobre o clima da região:

> « O clima de que gosamos causa-nos surpresas das mais agradaveis. Esperava sempre viver, desde que estivesse na região Amazonica, debaixo de calor afflictivo, ininterrupto, intoleravel. Longe disso: as manhans são frescas; é uma delicia passear de manhan, a pé ou a cavallo entre seis e oito horas. Se ao meio dia o calor é realmente muito grande, elle diminue para as quatro horas; as tardes são inteiramente agradaveis e a temperatura das noites nunca é incommoda. Quando mesmo no calor do dia ella é mais forte, o calor não é suffocante; sempre uma brisa sopra levemente. »

Isso succede, porque se o Amazonas é de facto atravessado em grande parte pelo equador geographico, comtudo, ainda fica distante do equador thermico, sendo que justamente a parte do seu territorio que fica mais proxima a este é a mais alta, pois fica situada na região proxima á cordilheira do systema Parimo-Guiano, pelo que é beneficiada pela differença na altitude.

Assim como o polo do frio não corresponde ao Polo do globo, tambem o polo do calor não corresponde ao Equador, passando sob o Tropico de Cancer em Mursuk na Africa, onde culmina e na America atravessa o Panamá, desce ao longo da costa Columbiana, para mergulhar no oceano á procura do Equador geographico, descrevendo curvas entre os graus 10 e 20 de lat. N. (Dr. Alfredo da Matta — *Geographia e Topographia Medica de Manáos.*)

A's vezes, durante alguns dias, regista-se nas diversas localidades do Estado o phenomeno climaterico conhecido vulgarmente pelo nome de *friagem*, occasionado pelo degelo nos Andes. Só nessa occasião se notam disturbios bruscos nas observações meteorologicas, quebrando a sua constante regularidade: — a temperatura baixa, sopram ventos carregados de humidade, os dias se tornam plumbeos e chegam a morrer peixes nos rios. Mas isso é passageiro e rapido, tres a quatro dias no maximo, voltando depois á regularidade habitual.

No Amazonas não ha propriamente estação secca, pois chove todo o anno, numa epocha mais, o inverno, e noutra menos, o verão; começando aquella em Novembro e prolongando-se até Maio e esta de Junho a Outubro, sendo o mez de Agosto aquelle em que chove menos. Isso de ordinario, não sendo raro ver-se alterada essa ordem, succedendo mesmo, algumas vezes, quasi não haver verão.

Quando tal succede, vem o flagello das inundações, tendo os habitantes ribeirinhos de abandonar as suas barracas, depois de assistirem á morte e á destruição de suas creações e roças.

Em 12 annos de observações (1903 a 1914) feitas em Manáos, verificou-se que nos mezes de estiagem a média geral de humidade relativa foi de 70,1 e a evaporação total em millimetros de 9.161,1 e nos mezes de chuvas a humidade relativa de 76,8 e a evaporação de 6.965,9.

A pressão atmospherica, em regra, não apresentou oscillações bruscas, ficando entre 754,2 e 755,8 nos mesmos annos de observação em Manáos.

Não obstante a sua situação geographica, o clima do Amazonas póde ser considerado saudavel, sendo injusta a fama que vulgarmente lhe é attribuida de paiz doentio e mau de habitar.

Vive-se perfeitamente no Amazonas, sem grande sacrificio, com acclimação facil, mesmo para as pessoas originarias de paizes frios. A população extrangeira de Manáos é grande, encontrando-se entre ella, além de portuguezes, hispanhóes, italianos e syrios, muitos inglezes, allemães, francezes e mesmo alguns russos e polacos.

Segundo o testemunho de illustres viajantes extrangeiros, que têm visitado o Amazonas, como Maury, Herbert Smith, Bates, etc., na mesma posição geographica não ha paiz algum da terra que offereça tão boas condições de habitabilidade.

As molestias communs da região, como o impaludismo e a verminose, podem ser facilmente evitadas por prudentes medidas de Hygiene collectiva e sobretudo individual.

Está exhuberantemente comprovado que no Amazonas se morre muito mais por falta de tratamento conveniente do que pela gravidade das molestias. Mal alimentado e com o organismo debilitado pelo alcool, que, por uma falsa noção, é ingerido como um preservativo ás molestias, o morador dos sertões amazonenses está naturalmente predisposto a adoecer. Quando tal succede não se trata convenientemente deixando que o mal faça o seu curso sem combate-lo. Só cahe em si muito tarde, e dahi uma cifra de mortalidade que, sem esse desleixo, ficaria reduzida a uma terça parte.

Isso é tão verdade que, á proporção que o progresso vai se accentuando nas regiões dantes consideradas pessimas de habitar, as suas condições de salubridade vão tambem melhorando, até serem consideradas magnificas, como succede, por exemplo, com o Acre.

Nessa ordem de idéas chegou-se á conclusão de que o problema sanitario no valle do Amazonas resume-se a uma simples questão de assistencia ao trabalhador. Duas emprezas que tomaram a si o encargo da construcção da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré não poderam triumphar da letalidade local. A terceira, victima a principio do mesmo mal, apparelhando-se convenientemente, levou a termo a dura empreitada e hoje aquella região é justamente considerada como das mais salubres do Amazonas. Entretanto, não mudaram as condições locaes, nem se levaram a effeito grandes obras de saneamento, mas tão sómente se procurou dar ao trabalhador uma assistencia continua, já por meio de medidas individuaes preventivas, já pela sua hospitalização immediata, logo que se sentia doente.

Na Madeira-Mamoré trabalharam pessoas de quasi todas as nacionalidades, sempre com successo, depois que tiveram a assistencia medica necessaria. O mesmo deverá succeder a todas as outras regiões amazonenses, que gosam da fama de insalubres.

Manáos, com os seus 70.000 habitantes, apesar de ser um centro para onde affluem, em busca de soccorros medicos, habitantes de todo o interior, muito frequentemente, na sua estatistica demographica, apresenta dias em que se não regista um unico obito!

VII

Fauna

Riquissima é a Fauna amazonica, com a particularidade de não apresentar as especies ferozes dos outros continentes. A propria onça, no Amazonas, naturalmente pela facilidade que encontra em alimentar-se sempre que deseja, foge do homem e só raramente o ataca.

O naturalista Bates, que explorou o Amazonas, durante 11 annos, colleccionou 14.712 especies de animaes, das quaes 8.000 completamente novas para a sciencia.

Na immensa área da Fauna amazonica, onde a vida se manifesta até no recondito da matta apparentemente deserta, os rios separam de uma margem para outra, mas ligam no sentido da corrente. E' assim que se nota muito contraste de Fauna local entre a margem direita e a esquerda do Amazonas; e o curso do Madeira, os do Rio Negro e do Tocantins, este no Estado do Pará, constituem os limites naturaes de sub-provincias zoologicas, o que faz com que, *exempli gratia*, tres especies de cotias existam completamente separadas pelos rios, o mesmo succedendo com tres especies de macacos. Por outro lado, a presença das mesmas especies, desde as encostas andinas ás ilhas do estuario, deve explicar-se pela acção da corrente do Amazonas que une essas duas regiões distinctas. (E. Recius.)

Como é natural, em uma região toda atravessada de milhares de rios e salpicada de quantidade ainda maior de lagos, a Fauna aquatica, sobretudo, é verdadeiramente portentosa.

O explorador Spix, já maravilhado, havia avaliado em 700 especies os peixes do Brasil; que lhe aconteceria então se soubesse que, 40 annos depois, Agassiz, só no Amazonas, iria encontrar 2.000 especies, duas vezes mais do que as existentes no Mediterranio e mais até que no Atlantico! Só a *Lagôa do Janauiri*, a Oéste da confluencia do Rio Negro com o Amazonas, contém 200 especies, ou mais do que todas as lagôas e rios da Europa reunidos.

Nas aguas amazonicas encontram-se desde os cetaceos gigantescos até os minusculos candirús, terriveis larvarophagos.

Numa revista rapida citaremos:

Cetaceos — O peixe boi (*manatus americanus*), que os indios chamam *manaí*, chega a 5 m. de comprimento. Tem esse nome por ter a cabeça parecida com a da vitella. E' herbivoro e delle se extrahe um azeite muito procurado. A con-

serva da sua carne no proprio azeite é o que se chama *mixira*. O *boto* (*inia geoffroyensis*), de diversas variedades. E' carnivoro.

SAURIOS — O jacaré ou caiman do Brasil que chega a medir, ás vezes, mais de 20 pés de comprimento. O mais perigoso dos animaes do Amazonas, pela sua força e voracidade, e a cujo respeito innumeras são as lendas, inclusive, a de que, ao ver approximar-se a onça, acovardado não se move mais e deixa-se comer por aquella, sem offerecer a menor resistencia. Tres são as variedades de jacarés, entre as quaes o preto ou *jacaré-tinga* (*alligator palpebrosus* ou *caiman niger*), o menor e menos perigoso para o homem e que é utilizado como alimento, o commum (*alligator cinophalus*) e o *assú* ou de lunetas (*caiman sclerops*), que é o maior e mais feroz.

OPHIDIOS — A *sucurijú* (*eunectus murinus*), o maior de todos os ophidios conhecidos, pois chega a medir, ás vezes, 25 m. de comprimento por tres de circumferencia, podendo engulir inteiros animaes de grande vulto. Os indigenas explicavam a enchente e a vazante dos rios, pela entrada ou sahida desse animal.

CHELONIOS — A tartaruga (*podocknemis expansa*), abundantissima em toda a região amazonica, sendo um dos principaes alimentos da população local, pelo que é perseguida de um modo irracional e barbaro pelo homem, não obstante as leis repressoras. Existem as seguintes variedades: *tracajá*, *cabeçudo*, *aiassá*, *capitari*, *matá-matá*, *uanuri* e *aperema*.

PEIXES — Entre os principaes citam-se: O *pirarucú* (*arapaima gigas*), que foi, é e será sempre uma das maiores riquezas do Amazonas. Secco, substitue com vantagem o bacalhau, sendo tal industria susceptivel de ser desenvolvida em larga escala, com grandes probabilidades de successo, desde que se lhe dê cunho scientifico. O *tambaqui* (*characidae*); o *jucunaré* (*cichla*); o *pacú* (*mycilinæ*); a *piramutaba* (*brachyplatistoma vaillanti*); a doirada, o mandí, a pescada, a sardinha, a curimatan, o jaraqui, o aracú, o surubim, o mandubé, o matrinchão, a piranha, o jandiá, etc., etc., muito apreciados como alimento, sobretudo os primeiros.

Os dois maiores peixes do Amazonas são a pirarara (*phractocephalus bicolor*) e a pirahiba (*brachyplatistoma filamentosum*), que são vorazes e atacam o homem. A banha da primeira tem a propriedade de mudar a côr da plumagem das aves, que se servirem della como alimento e dizem que produz manchas pretas á pelle do proprio homem. O puraquê ou peixe electrico (*gymnotus electricus*) é curiosissimo pela força electrica de que é portador e de que faz uso para caçar ou defender-se.

Na Fauna terrestre, citam-se, entre outros:

MAMMIFEROS — São poucos, relativamente, e a anta ou tapyr (*tapyrus americanus*), da classe dos pachidermes, é o maior.

SIMIOS — Trinta e oito são as especies de macacos amazonicos todos platyrrhinos e de cauda (Reclus), vivendo trepados nas arvores. Entre as principaes variedades, estão os guaribas (*simia mycetis*), 10 ao todo; os *ateles* com dois ramos. *marginatus* e *paniscus*, sendo desse grupo os coatás: os *lagalrix*, subdivididos em *castelnavii* e *canus*, sendo desse grupo o barrigudo; os *cebus*, subdivididos em *cucullatus*, *cirrifer*, *gracilis libidinosus* e *robustus*; os *jacchus*, a que pertencem os saguins; os *midas*, subdivididos em *bicolor*, *labiatus*, e *rosalia*; os *pithecia*, subdivididos em *nigra*, *saturnina* e *hisurta*; os *callitrix*, com duas subdivisões, *amictus* e *personatus*, etc.

CARNIVOROS — Os *felis*. No valle do Amazonas, segundo Barbosa Rodrigues, são conhecidas as seguintes variedades de onças: a pintada ou verdadeira (*felis tauarité*); a pacúa sororoca (*f. tauapará*); a negra ou *tauarainna* (*f. jaguatirica*); a cuaçuara-eté (*f. suacura*); a suçuarana de lombo preto (*f. concolor*); e a *tauara-eté caiarara*; as cinco primeiras descriptas pelo naturalista Liais e a ultima pelo proprio Barbosa Rodrigues.

Ha duas especies hybridas: *tauarité-tauá*, semelhante á yauapará, porém mais pintada e com as garras brancas, e a *piranga*, semelhante á jaguatirica, avermelhada e sem manchas. Além dessa, ainda dizem haver outra especie rarissima, que Barbosa Rodrigues não viu sequer em pelle, o tigre pintado ou murutinga, e é negro avelludado, com manchas brancas.

OS CANIS — O cachorro do matto ou guaraguassú (*canis espeathos*) e a raposa (*canis brasiliensis*).

AS MARTAS — A lontra (*lutra brasiliensis*); o irara ou papamel (*tayra barbara*) e o cachorrinho do matto (*galictis vittata*).

Os coatis (*nasua*) de varias especies.

RUMINANTES — Os veados (*cervus*), com as variedades: *paludosus*, *rufus*, *campestris* e *nemorivagus*.

CHELONIOS — que vivem em terra. O jaboti (*rhinemis nasuta*); o muçuan (*cinosternum scorpiordes*), além de outras variedades.

SAURIOS — que vivem em terra. O camaleão (*iguana viridis*) e o tyú-assú (*teus monitor*).

OPHIDIOS — que vivem em terra: As venenosissimas cobras: cascavel (*crotalus horridus*); a surucucú (*lachesis rombeata*); a jararaca (*cophias atrax*), etc., a as não venenosas caínana, cipó, papa ovo, a grande giboia (*boa cenchria*) e varias outras.

BATRACHIOS — Diversas variedades de sapos, entre os quaes a repellente *cururú*, e de rans.

PORCINOS — Porcos, divididos em tres grupos, o queixada (*dicotylis labiatus*); o caitetú (*tavassa tavassú*), e o porco espinho (*tavassa albirostris*).

ROEDORES — A capivara (*hydrochoerus capibara*), que passa quasi todo o tempo dentro dagua; a cutia (*dasiprocta aguti*), de que ha quatro variedades no Amazonas, segundo Barbosa Rodrigues; a paca (*coelogenis paca*); o mocó (*Kerodon ruprestis*) e o preá (*cavia aperea*).

DESDENTADOS — Os tamanduás (*myrmecophaga*), de que existem quatro variedades (E. Reclus), entre os quaes o bandeira (*jubata*), o cavallo (*tetradactyla*) e o pequeno ou mirim (*didactyla*); os tatús (*dasypoda*), com as variedades canastra, peba e branca; a preguiça (*tardigrada*).

CHEIROPTEROS — Os morcegos, com as variedades: andirá ou vampiro (*phylostoma spectrum*); *triroptera tricolor*; *proboscidea rivalis*; *chylonycteris noctilio e vespertilio*.

MARSUPIAES — A mucura, gambá ou timbú (*didelphis aurita*), terror dos gallinheiros.

PASSAROS — Wallace colheu no Amazonas mais de 500 especies. Ha duas especies de abutres, sendo uma o urubú (*catharita atratus*); tres de falcões ou gaviões (*falconida*), entre os quaes o lindo gavião-real; e oito de curujas (*pisorhin*), entre os quaes o murucututú e o caboré.

CANTORES — A graúna ou chico-preto, o japim ou xexeo, o canario, o curió, o bicudo, etc.

DE PLUMAGEM — O incomparavel gallo da serra, (*pipra rupicola*), o mais bello dos passaros brasileiros. Tem bico e esporões, como um verdadeiro gallo e um pennacho quasi da fórma de um leque aberto, que se prolonga sobre a cabeça, do pescoço á ponta do bico, bordado todo o pennacho de uma orla encarnada. O mimoso beija-flor ou colibri, o gallo de campina, a sahira, etc.

Diversas especies de pombos, como a juriti, e as rolinhas.

TREPADORES — Papagaios, maracanans, periquitos e araras, de muitas variedades; tucanos, com o seu enorme bico, quasi do tamanho do corpo.

GALLINACEOS — Mutuns (*Crax*) de tres variedades; jacamins (*Psophia*); inhambús (*cripturus*); jacús (*penelope*)

PALMIPEDES — Patos, marrecas, guarás, etc.

PERNALTAS — O aburí (*enxenura*); a seriema (*microdactylus cristatus*); a jaçanan (*parra jaçana*); o maguari (*ardea cocoi*); a garça, de onde se extrahem as finissimas plumas com que fazem as *aigrettes*, com as variedades *heroidias*, *florida leucophoyx*; a colhereira; o socó, com as variedades *bucorides*, *nicticorax*, *syrigma*, etc.

AQUATICAS — A cigana (*opistlotomus cristatus*), o mergulhão (*phalacrocorax brasiliensis*), téo-téo (*vanellus cayennensis*), etc.

Centenas de representantes possue a grande familia dos insectos, entre os quaes se destacam as abelhas (*apis*), com diversas variedades; as borboletas (vão a mais de mil as variedades); os terriveis carapanans ou mosquitos (*stegomya*, *culex*, *anophelina*), responsaveis pela transmissão da febre amarella, impaludismo e outras molestias, coleopteros e orthopteros, de innumeras variedades, como não existem em nenhuma outra região da terra. E' pobre, entretanto, de escaravelhos.

Das explorações até agora feitas no Amazonas não consta terem sido encontrados esqueletos dos grandes animaes prehistoricos. Apenas o cidadão Manuel Urbano da Encarnação, na sua viagem de exploração ao Aquiri ou Acre, encontrou nas margens deste rio dois esqueletos de grandes dimensões, dos quaes trouxe duas vertebras, uma costella e dois dentes. A costella teve de ser lançada ao rio, porque a canôa não accommodava tão grande volume.

Não foi possivel determinar-se, mesmo approximadamente, a especie a que pertencem os animaes, á vista dos ossos mencionados. (Extrahido de um officio de Silva Coutinho, de 24 de Novembro de 1869, dando conta ao presidente do Amazonas da viagem de Manuel Urbano.)

VIII

Flora

O Amazonas é uma immensa floresta. Excepção do leito dos rios e lagos e de uma ou outra região de campos, todo o seu immenso territorio é coberto de mattas colossaes, onde abundam as melhores madeiras para a construcção naval e civil, e plantas com as mais variadas applicações industriaes e therapeuticas.

Sob esse aspecto nenhuma região da terra se lhe avantaja e apenas a egualam as suas congeneres do valle amazonico, pois que excede mesmo ás planicies cortadas pelo Congo. (E. Reclus.)

Não tendo ainda o homem civilizado se afastado muito das margens dos rios navegaveis, a immensa vastidão das terras do interior está por conhecer e explorar, devido ás difficuldades creadas pelo inextricavel da mattaria densa e mysteriosa. Nos seus reconditos ninguem sabe que de surpresas estarão reservadas aos scientistas, com especialidade aos botanicos.

Apesar do muito que já se conhece da floresta amazonica, ainda ha a conhecer mais e continuará a ser assim por dilatados annos.

Sendo o calor e a humidade as fontes da vida, é natural que a Amazonia, possuidora por excellencia desses dois factores, offereça no seu territorio a maior massa florestal da terra. Limitada ao Norte pelas serras do systema Parimo-Guiano; a Léste pelo Atlantico e Serra das Vertentes; a Oéste pelos Andes e ao Sul pelos Andes e contra-fortes mattogrossenses da Serra das Vertentes, a floresta desenvolve-se numa extensão de perto de 5.000.000 km.², dos quaes pelo menos a quarta parte em territorio do Estado do Amazonas.

No seu conjuncto a Flora amazonica é muito distincta da do Brasil, propriamente dicta, embora offereçam muitas especies communs. Pelas suas semelhanças com a Flora guianense devem ambas ser consideradas como tendo identica feição natural.

Occupando vastissima extensão territorial, o mundo floral amazonico offerece, como não poderia deixar de ser, infinitas diversidades locaes, conforme a natureza do sólo e os demais factores cosmicos, onde crescem as florestas. Taes diversidades, entretanto, podem ser enfeixadas em tres, com as seguintes caracteristicas:

1ª, a vegetação das terras baixas, praias e igapós, que alagam periodicamente na epocha das cheias dos rios e que, na vazante, não ficam mais de 5 m. acima do seu nivel;

2ª, a vegetação das varzeas, ou das altas alluviões, só inundadas por pouco tempo na occasião das enchentes;

3ª, a vegetação das *barreiras* ou terra firme, que nunca inunda.

Ha especies communs, que apparecem em todas as terras amazonicas, como por exemplo a seringueira (*hevea brasilienses*), mas cada um dos grupos tem a sua caracteristica propria.

No primeiro predominam as oiranas, tachys, mungubas, umbahúbas e a hevea; no segundo, as diversas variedades de palmeiras, e na terceira as grandes arvores de madeira de lei.

As arvores que se levantam nas margens alagadas do Amazonas não offerecem grande porte, o que se explica por viverem em terreno de formação recente. (E. Reclus.)

O gigante da floresta amazonica é a sumaumeira (*ceiba pentandra*), que attinge sempre a grandes tamanhos e não raro a proporções colossaes. Wallis cita um exemplar della encontrado no Rio Branco, cuja copa apresentava uma superficie de 158 m. de diametro, cobrindo um espaço de quasi 2 ½ hectareos e podendo abrigar 25.000 pessoas á sua sombra.

Muitas vezes, entre as sapobembas que sahem dos troncos da sumaumeira, póde esconder-se um cavalleiro, como succedia com um collossal exemplar que existia em frente ao barracão do seringal Mirari, no Rio Madeira.

A' sumaumeira seguem-se na grandeza do vulto, a castanheira, a massaranduba, a muiratinga ou pau-rainha, etc.

Um dos traços caracteristicos das arvores da matta é a sapobemba, isto é, prolongamentos das raizes pelo tronco acima, em fórma de tabuas.

A variedade das palmeiras existentes no Amazonas é assombrosa, tendo o grande Martius classificado para cima

de 400 especies, e merecido ellas tambem aprofundados estudos do notavel naturalista brasileiro Barbosa Rodrigues.

Nas margens dos rios, as mais communs são o assahi (*euterpe oleracea*) e o buriti (*mauritia vinifera*), este tambem abundantissimo nas regiões de campos, acompanhado sempre e protegendo com a sombra das suas palmas os pequenos cursos d'agua que os atravessam.

O assahi, além de um esplendido oleo, presta-se tambem a uma bebida magnifica, muito commum na Amazonia, preparada esta e extrahido aquelle da polpa que circumda os coquilhos. No Maranhão o assahi tem o nome de jussara.

O buriti é uma das mais uteis palmeiras da Flora brasileira.

Da polpa que envolve os coquilhos extrahe-se tambem um finissimo oleo e prepara-se um doce de sabor exquisito.

Das palmas fazem-se jangadas e objectos em que é geralmente empregada a cortiça. O caroço, submettido a um processo especial, presta-se para a confecção de botões.

O babassú, auassú ou coco de macaco (*attalea speciosa*), está obtendo, actualmente, altos preços, já para ser empregado o coquilho como combustivel, já para a extracção das amendoas que existem dentro do coquilho, de um dos mais reputados oleos vegetaes.

Susceptivel de ser aproveitado como combustivel de primeira ordem, é o coco do *ouricuri* (*attalea excelsa*) vulgarmente usado pelos seringueiros na defumação da borracha.

A jarina (*phytelephas macro ou microcarpa*), tambem conhecida com o nome de marfim vegetal, tem hoje larguissimo emprego na confecção de botões.

São ainda riquissimas em materias oleaginosas, além das palmeiras acima citadas, a bacaba (*aenocarpus distychios*), o murú-murú (*astrocarium murumuru*), o pataué (*aenocarpus bataué*), a pupunha (*guilielma*), o tucuman (*astrocarium vulgaris*), o caiaué (*cloeis melanoccoca*), semelhante ao denden, o mucajá (*acrocomia*), o jauari (*astrocarium jauari*), de que tambem se extrahem fibras com que se fabricam cordas e rêdes, o caraná (*mauritia caraná*), o caranahi (*mauritia horrida*), o curuá (*attalea spectabilis*), o ubim (*geonoma*).

Empregada na industria textil e conhecida pela sua magnifica fibra é a piassaba (*leopoldinia piassaba*). A paxiuba (*uriartea exhorisa*) fornece a madeira com que se constroem no interior do Amazonas as barracas dos seringueiros.

Deixando as palmeiras, entre outras plantas de que se extrahem purissimos oleos, figuram: a copahiba (*copaifera*); a andiroba (*caraipa*); a ucuuba (*virola surinamensis*), tambem conhecida com o nome de sebo vegetal; o camará (*dipterix odorata*), a castanheira (*bertholetia excelsa*); a sapucaia (*lecythes ollaria*) todas arvores de grande porte; o conhecido carrapateiro ou mamona (*ricinus*); o amendoí (*arachis*); o pião de purga (*latropha*); o gergelim (*sesamus brasiliensis*), o sassafraz (*laurus sassafrax*); o tamacuaré (*caraipa silvatica*) o umeri (*umirium balsamiferum*), cujo finissimo oleo é empregado nas perfumarias; etc.

Entre as que dão leite: a seringueira (*hevea brasiliensis*) a mais preciosa das arvores, de que se extrahe o leite com que se fabrica a borracha parafina; o caucho (*castilloa elastica*); a sorva (*collophora utilis*); a massaranduba (*mimusops*); a balata (*mimusops balata*); a mangabeira (*hancornia speciosa*); o anani, onani ou uanani (*syphonia globulifera*); o lacre (*vismia guyanensis*); o pacouri (*landolphia*); o terrivel assacú (*hura crepitans*); o caimbé (*coussapua asperifolia*); a sucuba (*pulmeria phagedenica*); a gameleira (*ficus doliaria*); o amapá; o tururi; a jacaré-úba; a jatataca; a guaxindúba; o cajumarí.

Entre as resinosas: a arvore do breu ou jauara-icica (*calophyllum*), cuja resina é empregada como betume no calapheto de embarcações; o jatahi ou jatobá (*hymenae*), empregado como verniz na ceramica; a almecega (*protium*).

Entre as taninosas: o pariceí ou angico (*piptademia*); o tachi (*triplaris surinamensis*); o barbatimão (*stryphnodendron*).

Entre as fibrosas: a umbaúba (*cecropia*); as imbiras (*xilopias*); o caraguá, planta semelhante ao ananazeiro (*bromelia*), cuja fibra é applicada no fabrico de cordoalhas; a bananeira (*musa*).

Entre as ricas em materias corantes: o genipapo (*genipa*); o urucú (*bixa orellana*), tambem usado como condimento; o muruey (*byrsonima*); a tatajuba (*maclura tinctoria*); o anil ou caa-chica dos indios (*indigofera anil*); o carajurú (*lundia chica*), cipó de que se extrahe uma tinta vermelha, empregada nas artes; o macucú (*macubea guyanensis*).

Entre as que produzem especiarias: o gengibre (*zinziber officinalis*); o cravo (*caryophillus aromaxicus*); a malagueta (*amomum granum*); a nóz muscada (*myristica tormentosa*); a canella (*laurus cinamomum*); o puchurí (*nectandra puchuri*).

Entre as amylaceas: a mandioca (*manihot*) de diversas qualidades; o cará (*dioscorea*); o inhame (*alocasia*); a araruta (*maranta*); a taioba (*xanthosoma*); a batata doce (*solanum tuberosum*); o ariá (*thalia lutea*).

Entre as alimenticias: o cacau (*theobroma cacau*); o café (*coffea arabica*); o guaraná (*paullinia sorbilis*); o milho (*zea mais*); o arroz (*oriza sativa*); o feijão (*phaseolus*); a canna de assucar (*sacharum officinalis*).

Entre as que dão fructos: o abacateiro; o abieiro; o abricoeiro; o ananazeiro; o ariticum (diversas especies); o bacurieiro; o biribaseiro; o cajueiro; o cubio; o cujumarí; o cupuassú; o genipapeiro; a goiabeira; o ingaseiro; o mamoeiro; a mangabeira; a mangueira; o maracujá (diversas especies); o mari-mari; o piquiaseiro; a pitangueira; a pitombeira; a sorveira; o tamarineiro; o taperibaseiro (cajaseiro); o umariseiro; a umarinanceira; o umiriseiro.

Entre as que dão plumas: o algodoeiro; o algodoim; a mungubeira; a sumahumeira.

Entre as semelhantes ao opio: o fumo ou tabaco (*nicotiana tabacum*); a liamba, semelhante e tão violenta como aquelle.

Entre as venenosas: o cipó urari, do qual os indios extrahem o terrivel veneno *curare*, que usam em suas armas.

PLANTAS MEDICINAES — O Amazonas, como observa Sant'Anna Nery, póde bem ser considerado a pharmacia central de todo o mundo, pois que nenhuma outra região do globo produz tão grande quantidade de remedios, bons para todos os males.

Entre as plantas medicinaes: a abutua (*cocculus platyphilla*); a baunilha (*vanilla*); o balsamo (*myroxilon toluiferum*); o cambará (*lantana spinosa*); a caroba ou parapará *jacarandá procera*); a canella ou macaca poranga (*aniba canellila*); a catuaba (*erythroxilon*); o cravo (*páu*) ou muiraquijia (*dicipellium caryophilatum*); o caapitiú (*siparuna*); o guaco ou acauan-caá (*mikania guaco*); o guaraná (*paullinia sorbilis*); a guaxinguba ou lombrigueira (*ficus subg.*); a hervacidreira (*lippia geminata*), que se não deve confundir com a *melissa officinalis*; o ipadú ou cóca (*erythroxilon caturaclarum*); a ipeca ou poaia (*cephoelis ipecacuanha*); o jaborandi (*pilocarpus pimalifolius*); a japecanga (*smilax japecanga*); a jurubeba (*solanum*); o jucá ou páu-ferro (*cocoalpinta ferrea*); o juquiri (*drepanocarpus ferax*); o jutahi ou jatobá (*hymenea*); o manacá (*brunfelsia*); o mandacarú (*cereus mandacaru*); o marupá (*simaruba*); o malvarisco ou vassourinha (*sida micranti*); a malicia ou sensitiva (*mimosa pudica*); o mastruço ou caá cica (*chenopodium*); a muira-puama (*ptycopetalum*); o mulungú (*erythrina carallodendron*); o mururé (*brosimum aff. aculifollium*); a mutaumba (*guazuma ulmifolia*); paripparoba (*piper*); o pariceí ou angico (*piptademia*); o parujá (*pleraginea*); o puchuri (*nectandra puchuri*); a quassia (*quassia amara*); a quina (*cinchona*); o tayuyá ou cabeça de negro (*trianosperma ou bryonia tayuyá*); a salsa-parrilha (*smilax syphilitica*); o urubú-caá (*aristolochia*), etc.

Entre as madeiras de construcção:

Construcções navaes: Anani, angelim, bacuri, barajúba, castanheira, cedro, condurú, copahiba, guarajúba, itaúba, jacareúba, loiro, maraiúba, maratauá, massarandúba, paracaúba, parauauari, pau d'arco, pau roxo, piquiá, paracauaxi, sucupira, umari, umiri.

Para construcções civis: Aquellas todas e mais: acaricuara, ajarana, ananará, cumati, ipiúba, guarabú, jacarandá, jutahi, marapauba, mira-piranga, muira-quitaia, pau-ferro pau-rosa, tamacoaré, pau-rainha, sapucaia, bacupari, marajúba, mororó-preto e mororó-i, inga-i, ingarana, ingáxixica, casca-fina, sacopema, cacaurana, canella de veado (branca, vermelha e amarella), murici-preto, carapanan-abú, cacauvermelho, invireira, macacaúba, aritú, copiúba.

Para marcenaria: andiróba, coração de negro, freijó, genipapo, guajacana, guajará, imburana, maracoatinara, loiro (diversas especies), jacarandá (diversas especies), muira-giboia, muira-pininga, muira-piranga, murici, pau-brasil ou ibirapitanga, pau-cruz, pau-laranja, pau-mulato, pau-rosa, pau-precioso, pau-santo, pau-setim, saboárana, violeta.

Entre as plantas mais curiosas da Flora amazonense está o *carurú*, nome que lhe dão os indigenas, de folhas carnudas, que cresce nas rochas das cachoeiras do Rio Negro, e tão rica de sal, que os indios o extrahem e delle se utilizam.

A Flora amazonense é riquissima em plantas parasitas e orchideas, cujas flores, são lindas e apreciadissimas, havendo collecções dellas que valem pequenas fortunas.

A matta, porém, é pobre de arvores floraes, sendo isso uma das suas caracteristicas, que mais chamam a attenção do viajante, segundo a observação de Reclus.

Outra caracteristica da Flora local é que nas regiões baixas do Amazonas não se encontram fetos arborescentes.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA - BIBLIOTECA

IX

Constituição geologica e mineraes

A vastidão da bacia amazonica, quasi toda coberta de florestas virgens de difficil penetração, tem concorrido para que as observações e estudos geologicos sobre a mesma sejam ainda insufficientes para se poder formar uma idéa exacta sobre a sua formação geologica. Já se conhecem, entretanto, dados, que tendem a provar que as camadas de grés, e principalmente o calcareo, que se encontram em differentes logares, pertencem ás formações silurianas e devonianas.

Provavelmente a bacia amazonica deveria ser ainda um mar interior, quando os terrenos do Nordéste Brasileiro já se achavam emersos havia muito tempo. O levantamento do terreno foi lento e regular, sendo effeitos da erosão das aguas as depressões por onde correm os rios, formados, provavelmente, pelas aguas, que, descendo das serras, cavaram as camadas de argilla, que se tinham depositado na vasta bacia, logo que ella emergia dos mares silurianos, contribuindo, talvez, o gelo para produzir uma acção mais poderosa e efficaz.

A resistencia occasionalmente desegual das margens fez com que o curso das aguas seguisse varias serpentinas, abandonando o curso primitivo e creando novos, formando bancos de areia, nas convexas e roendo a margem concava, até que uma grande enchente perfurava novamente o isthmo formado pela serpentina, trabalho que continúa até hoje, sendo os seus effeitos visiveis por toda parte.

Os lagos que se encontram nas margens do Amazonas, Solimões, Madeira, Purús, Juruá, etc., têm essa origem, marcando geralmente o curso que o rio em tempos anteriores seguiu e que as enchentes ainda não poderam entulhar completamente pelo detricto, arcia e limo que depositam.

Esta hypothese do levantamento geral do terreno, porém, só póde ser acceita para uma certa parte das terras da bacia. Em outros logares ella não é mesmo admissivel, porque as depressões não guardam proporções com os terrenos altos; os igapós são muito extensos, as barreiras limitadissimas na mór parte dos rios.

A collina de Monte-Alegre é a prova real de que o levantamento do terreno não foi geral. E' este um dos factos mais notaveis da bacia amazonica, sob o ponto de vista geologico.

As terras da margem esquerda do Amazonas tiveram formação differente das da margem direita.

E' assim que o exame de algumas amostras obtidas nos rios Negro, Branco e Japurá não apresentam indicios de formação calcarea do lado Norte do Amazonas. No Purús, pelo contrario, distinguem-se o sulfato e o carbonato calcareo, mas não figuram o genis, o pigmatito e o verdadeiro granito, como acontece naquelles rios.

A partir do Amazonas para o Norte, ha maior extensão de terras altas do que do lado do Sul, devido ás proximidades da cordilheira do systema Parimo-Guiano. No lado Sul, além do primeiro degrau, o terreno eleva-se pouco, e só nas vertentes dos tributarios se encontram algumas serras, sempre de pouca altura.

Silva Coutinho assim descreve a bacia amazonica:

«Partindo das proximidades da Serra de Carabaia a 13º de lat. S, corre o primeiro degrau da bacia amazonica do lado do Sul, entre os rios Beni e Purús e até a cachoeira de Santo Antonio do Madeira, na direcção geral de N 56º E, mas proxima desta ultima e do Beni.

Da cachoeira em deante inclina-se um pouco para Léste e vai no rumo de N 67º E a encontrar as primeiras cachoeiras do Tocantins e dahi ao Morro de Jutahi no Rio Curupi. Nesta linha ficam proximamente as primeiras cachoeiras do Tapajós e do Xingú.

Do lado do Norte começa o primeiro degrau a 1º-15′ de lat. S nas primeiras cachoeiras do Japurá, e segue tambem no rumo de N 67º. E, passando por Santa Isabel, primeira cachoeira do Rio Negro, e adeante

pela cachoeira grande do Rio Branco até um pouco além nos campos geraes, quando volta para o Sul, dando uma grande volta para construir as cachoeiras do Jauaperi, affluente do Negro, Urubú, tributario do Amazonas, Atuman e seu affluente Jatapú, Jamundá e Trombetas.

Dahi das cachoeiras do Trombeta, que ficam proximamente no Equador, inclina-se o degrau para o Sul, procurando as cachoeiras do Curupatuba, de onde volta ao Norte, passando pelas primeiras cachoeiras do Jari e Araguari, que demoram a 0º-51'-45" de lat. N e distam da foz do Amazonas 108 milhas.

O fundo desta grande bacia segue das primeiras cachoeiras do Japurá, passando pelas do Içá e Napo, pelo Pongo de Monseriche, atravessando o Ucaiale na primeira cachoeira e continuando para o Sul a encontrar o extremo do degrau desse lado.

A maior largura da bacia é, pois, entre o Japurá e o Beni, tendo ahi 190 a 200 leguas, e a menor na altura do Xingú e Curupatuba, onde póde ter 100 a 110 leguas.

Do Coari até a foz, a direcção geral do Amazonas é a mesma do degrau ou alfaque do Sul da bacia, isto é, N 69º E.

Depois de receber o Javari, na lat. 4º-18' S, o grande rio inclina-se muito ao Norte e descreve uma grande curva, que termina no Coari, que fica a 4º-6'-22" de lat. S. O Japurá conflue proximo do apice da curva, no ponto que fica mais ao Norte.

Os affluentes, pois, da margem direita do Amazonas, que entram entre o Javari e o Madeira, são os que têm maior extensão do seu curso no terreno plano da bacia, e que offerecem, conseguintemente, mais dilatada navegação. No caso o Purús, o Juruá e o Javari.

O Teffé, Coari e Jutahi nascem ainda dentro da bàcia e provêm de lagos e pantanos.

Os primeiros transpõem os degraus e vão acima, nas serras, alimentar-se de agua mais pura. »

Os terrenos do Amazonas, que se acham dentro dessa immensa bacia, são de alluvião moderna, supportando os tres graus denominados igapó, vargem e terra firme, de que José e Francisco Keller fazem a descripção e que se acham na bocca dos habitantes do Amazonas, por elles empregados a cada instante:

« O *igapó* é a alluvião a mais moderna na margem convexa, cuja altura ainda não é superior a 4 e 5 m. acima das aguas baixas e que, portanto, com as aguas médias principia a ser inundada. O caracter da vegetação della é bem pronunciado, produzindo afóra do capim, chamado canarana nos barrancos e alguns arvoredos baixos de madeira branca e mole, a embaúba (cecropia) e a seringa (ficus elastica).

O segundo grau a *vargem*, comprehende os terrenos, cuja altura se acha entre as aguas médias e as maiores enchentes, e que, portanto, só ficam inundados por curto espaço de tempo por anno. A flora caracteristica nelle consiste nas differentes palmeiras, principalmente a murú-murú, urucuri, etc., e o pau mulato, a pacova-sororóca (urania), o cacau, etc.

O terceiro grau, *a terra firme*, são os restos do antigo fundo da bacia do Amazonas, no qual os rios formaram o seu curso, e podem, portanto, haver alturas muito differentes, mas sempre a qualidade do terreno, a argila dura, é a mesma. »

Nas terras firmes apresentam-se, ás vezes, campos mais ou menos extensos.

A terra firme quando chega á margem do rio toma o nome de barreira. As maiores não têm mais de 30 braças, e acima do nivel do rio, na maxima enchente, chegão algumas a oito braças. Ahi, vê-se perfeitamente a disposição das camadas. Na superficie acha-se humus em abundancia e areia misturada com argila, na proporção de $^1/_6$. A areia vai desapparecendo á proporção que se aprofunda. A argila é sempre coroada pelo oxido de ferro. A tres ou quatro braças de profundidade está uma camada de grés ferruginoso, de uma pollegada de espessura e em via de decomposição.

Em outros logares apparece a rocha em fórma de tubos e semelhando differentes corpos. Ao grés succede a argila de diversas côres.

A camada de grés parece extender-se muito, tendo sido encontrada na mesma altura nos rios Negro, Purús, Madeira e Amazonas. O que mais surprehende é a homogeneidade na textura, na côr e na espessura.

No alto Purús achou-se o sulfato e o carbonato de cal; aquelle crystallizado e em camadas de 1 ½ pollegadas, e este em fragmentos rolados, mostrando ter vindo de muito longe, talvez, da Serra de Carabaia, onde tem o Purús algumas de suas fontes. Tambem se achou nitrato de potassa e soda e sulfato em decomposição. (Silva Coutinho.)

No calcareo de Maués se encontram os putrefactos seguintes: *Productus antiquatus*; *spirifer trigonalis*; *terebratula porrecta*; *orthis orbicularis* e outros, todos caracteristicos para as camadas silurianas e devonianas.

A pedra canga, que se encontra na superficie do sólo, ou coberta sómente com uma camada de grés de 5 a 6 m. de espessura, é um conglomerato de grés, pedacinhos de dolarit grudados com oxido de ferro, cheio de buracos e cavidades, que lhe dão o aspecto de uma esponja ou de escorias.

A extensão em que se encontra a sua formação é enorme; apparece em Manáos e nas margens do Rio Negro, e depois em todo o comprimento do baixo Madeira; perfurada e em parte destruida nas cachoeiras; depois no alto Madeira, no Mamoré e no Guaporé, atravessando só nessa direcção mais de 12º de lat. (José e Francisco Keller.)

Chandless, estudando a geologia do Rio Purús, que é a mesma dos rios Juruá, Jutahi e Javari, com pequenas variantes, assim a descreve:

« O Purús corre por uma varzea. Num ou noutro ponto a terra firme toca sobre o rio, terminando geralmente em barreiras, que algumas vezes são de altura consideravel: a parte superior dessas barreiras compõe-se de um barro vermelho ou de um vermelho amarellado não stratificado, com leitos variaveis de areia stratificada de côres brilhantes e barro por baixo.

Parece provavel que o barro vermelho da terra firme formou-se da desnudação de rochedos graniticos, que circumdam a bacia do Purús, ou antes do Purús e dos rios que lhe ficam a Oéste.

Nas pequenas poças formadas pelas chuvas nas bases das barreiras encontram-se muitas vezes pequenos pedaços redondos de quartzo.

Em partes do Rio Purús, encontram-se com abundancia fragmentos de paus e de ossos fosseis.

A parte superior da varzea, assim como da terra firme, não é stratificada; a inferior compõe-se de leitos de barro amarello ou amarello azulado, misturado com maior quantidade de materia terrea, inteiramente differente da natureza compacta do barro da terra firme.

A terra do lado convexo do rio (o Purús poucas vezes corre em linha recta) é quasi invariavelmente igapó, mas nunca assim no lado concavo. Quando a convexidade muda os lados, o igapó tambem muda.

A extensão do igapó mostra a mudança enorme do leito do Purús em tempos muito recentes. Não é mistér ir muito longe para descobrir-se a causa da grande tortuosidade do rio.

O sólo da varzea é molc e facil de ser levado. Outra causa, talvez mais poderosa, é que a agua da superficie filtra se até encontrar uma camada inferior de barro, pela qual abre caminho para o rio, causando assim immensos desmoronamento de terra. Dest'arte a tortuosidade vai augmentando até que o rio abre passagem por um isthmo e corta uma curva.

Vêm-se muitos logares, onde em curvas mui fortes a terra do lado interior tem a fórma de uma meia secção, de uma lente biconcava, podendo traçar-se no lado opposto a curva do antigo leito do rio até a linha accentuada pela varzea, entre as quaes está hoje o igapó na nova margem do rio com duas pequenas boccas, que ainda permanecem.

O antigo leito enche-se rapidamente junto da emboccadura (ou córte) pelo detricto trazido pelo rio; mas como não ha corrente que o leve para longe, o resto fica como um lago.

E' indubitavel que alguns dos muitos lagos do Purús foram formados desse modo, posto que outros, demasiadamente grandes para essa causa, correspondam a alguma depressão natural do terreno. »

A esses trechos abandonados do antigo leito do rio dá-se o nome de *saccados*.

Outra feição assignalada da Geologia do Purús é a variação, comparativamente ligeira, da sua largura, assim como a ausencia de ilhas.

Precisamente o contrario do que succede com os affluentes da margem esquerda, que contam innumeras ilhas e alargam tanto algumas vezes, que chegam a formar verdadeiras bahias e lagos, como succede no Japurá, Rio Negro, Urubú, Atuman e Nhamundá.

O terreno que fórma o valle do Rio Negro pertence á terceira formação geologica. A rocha predominante é o psammito mais ou menos decomposto. Em toda a extensão do rio encontram-se duas camadas bem distinctas de argilla; uma inferior, branca, fina, muito plastica; outra, superior, colorida de vermelho pelo oxido de ferro.

De certa altura em deante todas as rochas são graniticas, algumas, como a da Serra de Cucuhi, muito ricas em feldspatho.

De Barcellos para baixo só se encontra o psammito, ao passo que de lá para cima é o granito que predomina.

Os oxidos de ferro entram na composição de quasi todas as rochas do Estado.

As argilas brancas e coradas tambem são abundantes, sendo empregadas para pintar cuias, remos, paredes, e até embarcações de casco de ferro. Os inglezes da "Amazon River Company", durante a guerra, com ellas pintavam os cascos dos seus navios, tirando tão bons resultados que ainda hoje as empregam.

A argilla vermelha chama-se *cury* e a amarella *tauá*.

Em alguns pontos do Rio Urubú, apresentam-se em suas margens grandes barreiras de grés em decomposição e pedreiras de rocha argillosa, entre ellas uma, que substitue pela sua grande consistencia o calcareo denominado *marmore de Portugal* e que, pela côr, se torna proprio para obras de arte.

O gesso tambem se apresenta ahi em grande abundancia, desafiando a industria.

Do alto Purús trouxeram em 1852 cerca de uma arroba de gesso crystallizado.

A parte conhecida do Amazonas é pobre de mineraes metalliferos. No Japurá existe oiro, sem se saber ainda em que condições, presumindo-se abundante, pois que os indios da região permutavam-no com as fazendas e ferramentas, que lhes levavam os regatões.

Presume-se, tambem, e com real fundamento, a existencia do precioso metal, assim como de diamantes, no Rio Branco.

Tem sido encontrado, desde os primeiros tempos da conquista, nas veias de quartzo branco, que se acham em muitos logares, nos rochedos das cachoeiras.

Segundo informação do padre Monteiro de Noronha, no seu "Roteiro", em 1749 encontrou-se prata no Rio Tiquié, affluente do Uaupés.

Ribeiro Lisboa, explorador dos rios Atuman e Jatapú, assegura que esses rios, sobretudo o ultimo, são riquissimos em mineraes, sem mencionar, entretanto, quaes as especies que encontrou.

Na exposição de productos naturaes e industriaes, realizada em 1871, em Manáos, figurou uma amostra de carvão de pedra, que o americano J. Brown dizia haver extrahido de um logar proximo a Manáos. Era de boa qualidade. Infelizmente parece que se tratava apenas de uma *blague*.

Presentemente, ha quem pretenda ter encontrado o precioso combustivel, á flor da terra, em certa região do Rio Branco, recusando-se, porém, a indicar o logar, pelo que não foi ainda possivel a sua verificação.

Segundo Gonzaga de Campos, o conhecido mineralogista brasileiro, se bem que "ainda muito esparsos e deficientes, os conhecimentos adquiridos sobre a estructura geologica do Brasil bastam para uma affirmação inductiva: — *de todas as regiões estudadas é a bacia do Amazonas aquella que melhores indicações offerece para a existencia de jazidas de carvão de pedra*". (Mon. — *O carvão no Amazonas.*)

No valle do Amazonas, continúa o mesmo naturalista, quer nos affluentes do Norte, quer nos do Sul, é conhecida de ha muito *a existencia do uraliano* ou carbonifero superior, bem caracterizado á evidencia paleontologica.

Desde os trabalhos de Hartt, Derby, Smith, precedidos pelos de Silva Coutinho e Chandless, que se vem accumulando boa somma de conhecimentos, relativos principalmente ao baixo Amazonas. Para o Norte do curso do rio, foi o carbonifero reconhecido na Serra de Tapuri perto de Monte-Alegre, no Rio Maecurú, no Curuá, no Trombeta,

e no Uatuman; para o Sul, haviam sido reconhecidos tres pontos da mesma formação:

Itaituba, no Tapajós, e Fructal e Pedra do Barco no Rio Mauésassú, entre o Tapajós e o Madeira. Em nenhum desses pontos, porém, foram encontradas camadas de carvão de pedra.

Mais modernamente, em 1903, Augusto Plane cita a existencia de hulha gorda de excellente qualidade, ao pé da cachoeira dos Periquitos, no Rio Aripuanan. Não vio o deposito, que estava inundado; mas julgava difficultosa, em excesso, a exploração do mesmo.

Subsequentemente e em data recente apparecem amostras de combustivel mineral dadas como procedentes do valle do Canuman-Sucunduri, no municipio de Borba, e remettidas pelo sr. Siqueira Torres, ajudante da Inspectoria Agricola do 1º districto, sob a rubrica de madeira petrificada. Essas amostras foram classificadas de *lignitos* pelo professor O. Derby, mas Gonzaga de Campos, pelos resultados obtidos no exame, acha que se trata da verdadeira hulha (*Ibidem*).

Já estão reconhecidas jazidas de *lignitos* nos valles do Solimões e do Javari, nas cercanias das fronteiras do Brasil com o Perú, segundo informa Orville Derby, no seu trabalho *O aproveitamento do carvão nacional*, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio, em Maio de 1912.

X

Ethnographia

Ao tempo do descobrimento, vivia nas margens do Amazonas e dos seus tributarios, directos e indirectos, uma immensa população indigena, dividida em centenas de nações e contando-se, certamente, em alguns milhões de pessoas.

Como em geral succedia aos indios de todo o Brasil, a sua civilização ainda era das mais atrazadas.

Apesar de vizinhos do Imperio dos Incas, a civilização relativamente adeantada a que estes já haviam attingido parece não ter entrado em contacto com elles.

Entretanto, admitte-se a possibilidade de, anteriormente aos indios actuaes, ter vivido no territorio do Amazonas um povo muito mais adeantado do que estes, por ter sido descoberta, não longe de Manáos, ao lado das ruinas do forte portuguez da Barra, uma necropole, de origem evidentemente antiquissima, onde centenas de grandes urnas de barro, elegantemente desenhadas, encerravam corpos acocorados.

Não sendo capazes os indigenas encontrados na Amazonia de produzir a esculptura de taes urnas, a mesma tem de ser attribuida a um povo adeantado que alli viveu e desappareceu sem deixar memoria, o que é natural numa região de sólo inconstante, periodicamente inundado, e coberto de grandes florestas, onde os traços da passagem dos homens, se existem, estão ainda occultos no recesso das mattas. (Reclus — *Geographia dos Estados Unidos do Brasil.*)

O ethnographo, com o material de que dispõe actualmente, tem de contentar-se com as noticias que deixaram os primeiros exploradores, e os que vieram depois, sobre as nações então existentes, e os seus costumes e crenças.

Daquella população immensa hoje só restam alguns pequenos destroços, sendo o resto anniquilado pelo homem civilizado, a ferro e a fogo, escravizando os que podiam, para o trabalho compativel com o meio; matando os que não queriam se tornar escravos e afugentando ainda mais para o coração das florestas os que tiveram tempo e iniciativa de faze-lo.

Frei Gaspar de Carvajal, na sua chronica sobre a descida de Francisco de Orellana, dadas as condições em que a mesma se realizou, apenas se limita a mencionar as nações indigenas com que a expedição entrou em contacto, pacificamente ou em operações de guerra.

O primeiro contacto foi pacifico. Vieram os indios ao encontro da expedição, em canôas, trocando-se presentes. Conseguiu mesmo Orellana, dizendo-se filhos do Sol, que era a divindade dos indios, que estes desoccupassem a maloca, onde se estabeleceram os expedicionarios, pelo espaço de 41 dias, que foi o que gastaram na construcção de um bergantim.

O segundo encontro foi sangrento com indios da grande nação *Machiparo*. Atacados pelos expedicionarios, para lhes tomarem as provisões de que careciam, resistiram os indios e por sua vez atacaram aquelles durante todo o tempo em que viajaram em aguas do seu dominio, pelo espaço de tres dias e tres noites.

Evitava Orellana entrar em contacto com os indios sempre que podia, mas a isso era levado, de vez em quando, pela necessidade em que se encontrava de tirar-lhes as provisões de que carecia para não morrer de fome com os seus companheiros.

Nas noticias desses encontros e combates não são mencionados os nomes das nações encontradas.

Isso só vem a succeder quando Carvajal narra o succedido com as Amazonas, encontradas nas proximidades da foz do Rio Nhamundá.

Para a Ethnographia, pois, o "Relatorio" de Carvajal apenas serve para constatar a existencia, então, nas margens do Amazonas e em todo o seu percurso, de nações indias.

Ainda menos util foi a descida dos franciscanos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, com os seis aventureiros que os acompanharam, senão para se constatar de modo innilludivel a boa indole dos indios do Amazonas sem o que teria sido impossivel a tão pouca gente fazer viagem tão longa e cheia de perigos.

As primeiras noticias mais ou menos detalhadas dos indios do Amazonas são dadas por Christóbal de Acuña, no seu "Relatorio" sobre a viagem de volta de Pedro Teixeira.

Falla elle em mais de 150 nações, de que teve noticia, por informações colhidas entre os proprios indigenas, dando-lhes a nomenclatura.

A partir do Putumaio ou Içá, que é onde começa o interesse para nós, cita Acuña a grande nação dos *Omaguas*, que dominava ainda as margens do Amazonas, numa extensão de 200 leguas, a partir da bocca do Napo.

Omagua, em lingua inca, quer dizer "cabeça chata", nome dado a esses indios, pelo habito existente entre elles de dar essa fórma á cabeça, imprensando-a entre duas taboas desde cedo e deixando que ella assim se desenvolvesse. *Cambebas* era o seu nome indio.

Parece serem originarios de Nova-Granada, de onde emigraram pelo Içá, fugindo á conquista hispanhola. Catechizados pelo padre Samuel Fritz dispersaram-se em consequencia das *entradas* dos portuguezes do Pará, que os escravizavam. Fallavam uma lingua que nada tinha de commum nem com a das Incas, nem com a dos indios do Brasil, apesar de viverem imprensados entre uns e outros.

Além dos *Omaguas*, viviam ainda no Putumaio as nações *Jurunas, Guaricús, Jacariguaras, Parianas, Zujus, Atuais, Cunas.*

No Jutahi ainda os *Omaguas* e mais os *Tipunas, Gunarús, Ozuanas, Marúas, Naunas, Conomomas, Mariaranas.*

No Juruá os *Curis* e *Guairabas* na margem esquerda e os *Cuchiguaras* e *Tucuriis* na direita.

No Rio do Oiro, provavelmente o Auti-paraná, a grande nação dos *Curuziraris.*

No Japurá os *Managús* e *Jumaguaris*, que Acuña refere saberem trabalhar em minas e os *Zuanas.*

No Teffé os *Paguanas* e *Curuziraris.*

No Araganaruba, que é uma das boccas do Japurá, os *Jaguanais, Mucunas, Mapiarús, Aguainaís, Hutrunas, Mariarúas, Iamarúas, Terarús, Liguiias, Guanapuris, Piros, Mapiritus, Iguaranis, Atúriaris, Macaguas, Mafipias, Guaiacaris, Anduras, Caguaraús, Maraimumas* e *Guanibis.*

Era entre essas que se dizia estar situado o Lago Doirado.

A 22 leguas do ultimo braço do Japurá, acompanhando o curso do Amazonas, terminava o dominio da populosa e rica nação dos *Curuziraris*, povoadores de um dos mais ricos pedaços de terra da região.

Duas leguas mais abaixo, ainda acompanhando o curso do Amazonas, começava a mais numerosa e guerreira nação de todo o rio, os valentes *Jorimans*, que tanto alarmaram as primeiras expedições. A primeira povoação estava situada na foz de um rio crystallino e a 22 leguas della a maior povoação de todo o Amazonas, com mais de uma legua de extensão.

A grande força da tribu, porém, ainda estava 30 leguas mais abaixo, em uma grande ilha, formada por um paraná. Só mais 10 leguas adeante terminava o dominio dessa grande nação, que se extendia por mais de 60 leguas, ou perto de 400 kilometros.

Na expedição de Orellana, o padre Carvajal refere ter sido a mesma hostilizada durante tres dias e tres noites pelos indios da grande nação Machiparo, de que não dá noticia o padre Acuña. Provavelmente os Machiparos daquelle são os *Jorimans* deste.

No Cuchiguaras, que é o Purús, viviam os *Cuchiguaras*, que deram o seu nome ao rio, os *Cumaiaris, Guaquiaris, Cuiariaianas, Curucurús Quatanfins, Mutuanis* e *Curiguerés.*

Estes ultimos, segundo informações prestadas a Acuña, eram gigantes de 16 palmos de altura, cujas tabas estariam situadas a dois mezes de viagem da bocca do rio.

Na margem Sul do Amazonas, nessas paragens, dominavam os *Caripunas* e *Zurinas*, povos curiosos por serem peritos em trabalhar sobre madeira, sem ferramentas, utilizando-se apenas das mãos.

No Rio Negro, os *Canizuaris, Aguaíras, Jucuncaraes, Cahuaiapitis, Manacarús, Jammas, Guanamas, Carapanaris, Guarianacaguas, Azerabaris, Curupatabas.*

No Urubú, que Acuña chama Basururú e por evidente equivoco dá como desaguando no Amazonas antes do Rio Negro, habitavam muitas nações, com o nome geral de *Carabaianas* e particularmente os de *Caraguanas, Pocoonas, Uraiaris, Mafucaruanas, Quererús, Colacarianas, Moacaranas, Iaribarús, Jarucaguacus, Cumaruruaianas, Curuanaris.*

Estes indios, além de arco e flecha, usavam tambem ferramentas como machados, podões e facas, que elles diziam adquirir de homens brancos, habitantes da costa do mar e que eram provavelmente os hollandezes do Surinan.

No Madeira, as nações *Zurinas, Caianas, Urulihans, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas* e *Abaxis.*

Da bocca do Madeira, acompanhando o curso do Amazonas, os *Sapucaias, Urubutingas, Guaranaguacas, Maraguas, Quimáus, Burais, Punouis, Oreguatus, Aperás.*

Abaixo do Madeira, 28 leguas, occupando a grande ilha a que deram o seu nome, numa extensão de 76 leguas, dominava a grande nação dos *Tupinambás.*

Estes, como é sabido, habitavam a costa oriental do Brasil, ao tempo da descoberta. Acossados pelos portuguezes, abandonaram as suas tabas, embrenhando-se pelo interior, até chegarem ás margens do Amazonas.

Pelas narrativas que faziam desse movimento migratorio, sabe-se que fizeram escala pelos rios formadores do Madeira, onde estiveram em contacto com os hispanhóes de Potosi e tiveram de vencer os indios povoadores da ilha para ahi se estabelecerem. Ao tempo da expedição de Pedro Teixeira já os *Tupinambás* estavam muito misturados com os indios vencidos tinham e adquirido os seus maus costumes. Foi por intermedio dos Tupinambás que se espalhou no Amazonas a lingua geral do Brasil.

A designação de *Tapuias*, com que depois ficaram conhecidos os indios semi-civilizados das margens do Amazonas, tambem encontra nelles a sua origem.

Os Tupinambás davam noticias das indias *Amazonas*, dos indios anões *Guaiazis* e dos indios que tinham os pés collocados invertidamente, com os calcanhares para a frente, as *Mutaius*, provavelmente dando curso a lendas indias locaes, sem nenhum cunho veridico.

Abaixo 36 leguas da ultima aldeia dos *Tupinambás*, na bocca do Rio Canuris (Nhamundá), vivia a nação desse nome, aos quaes se seguiam, rio acima, os *Apantos, Taguais* e *Guacarás.*

Depois destes, segundo informações prestadas a Acuña, deveriam estar localizadas as *Amazonas*, numa região cheia de montes e serras, entre os quaes se encontrava o *Jacamiaba*, despido de toda vegetação, pelos ventos que o batem.

A existencia dessas guerreiras era dada como certa por todos os indios do Amazonas, com o nome de *Coniapuiaras* e *Icamiabas.*

O seu encontro e combate com a expedição de Orellana, descripto minuciosamente por frei Gaspar de Carvajal, unido áquelle testemunho unanime, deixa o historiador perplexo, sem saber como explicar o acontecimento.

A penetração ulterior da região não encontrou traços reaes da sua existencia, não obstante os seus costumes serem descriptos pelos indios com todas as minucias.

E' que, certamente, os chronistas se encarregavam de dar maior relevo á lenda, exaggerando as narrativas singelas dos indios.

O testemunho insuspeito de Carvajal póde ter a explicação que lhe deu o grande naturalista brasileiro Barbosa Rodrigues, na sua narrativa da exploração do Rio Nhamundá. As Amazonas seriam os chefes de determinadas tribus, que tinham por habito e como um signal de sua hierarchia, a exemplo do que succedia com os reis merovingios, usar os cabellos compridos e presos á cabeça por meio de pentes, habito verificado, posteriormente, entre algumas tribus do Rio Uaupés, affluente do Rio Negro. Essa

explicação, sem duvida razoavel, foi acceita por Elisée Reclus.

O facto é que exploradores do vulto de La Condamine acreditaram na existencia das Amazonas, chegando este a colligir argumentos no sentido da lenda.

Segundo esta, as *Icamiabas* (mulheres sem marido) tinham as suas tabas nas nascentes do Rio Nhamundá, proximo ás quaes estava o Lago de Jaci-Uaruá, consagrada á lua, e nelle iam banhar-se e ali recebiam da mãe da *muirakitan* as pedras desse nome, com que presenteavam os homens que as iam visitar annualmente, da tribu dos *Guacaris*. pedras que eram dotadas de propriedades maravilhosas.

Dizia a lenda que a *muirakitan* dentro d'agua era mole, ao sahir d'agua tomava immediatamente a dureza e a consistencia communs.

Para Barbosa Rodrigues a *muirakitan* é o jade oriental, ou nephrite, e foi importada da Asia, de onde é originaria, em epochas remotas. Na America foi encontrada em diversos logares nas mãos de indios, mas nunca se teve noticia das suas jazidas.

Os indios do Amazonas não se entendiam uns com os outros, fallando linguas differentes, o que prova terem feito evoluções á parte e dá bem idéa da separação absoluta em que viviam as nações entre si, mesmo quando vizinhas (Reclus).

Comtudo, a lingua geral, fallada em toda a costa do Brasil, tambem o era por muitas nações de indios do Amazonas, subindo pelo rio mais de 400 leguas, phenomeno que se deveria ter dado por intermedio dos indios Tupinambás.

Ao tempo da viagem de La Condamine já os indios se haviam retirado das margens do Solimões e Amazonas para o interior, existindo apenas algumas missões de padres hispanhóes e portuguezes, aquelles no alto rio.

Assim descreve La Condamine as observações que fez sobre o caracter dos indios, com quem esteve em contacto:

> « A insensibilidade é a base. Eu deixo a decidir se se a deve honrar com o nome de apathia, ou envilece-la com o de estupidez. Nasce, sem duvida, do pequeno numero das suas idéas, que não vão além do das suas necessidades. Glotões até á voracidade, quanto têm com que satisfaze-la; sobrios, quando a necessidade a isso os obriga, até se privarem de tudo, sem parecerem desejar coisa alguma; pusillanimes ao excesso, se a embriaguez não os transporta; inimigos do trabalho; indifferentes a todo motivo de gloria, de honra ou de reconhecimento; occupados unicamente do objecto presente e sempre determinados por elle; sem inquietação pelo futuro; incapazes da previdencia ou da reflexão, entregam-se, quando nada os encommoda, a uma alegria pueril que manifestam por meio de saltos e de risadas immoderadas, sem objecto e sem desejo; passam a vida sem pensar e envelhecem sem sahir da infancia, da qual conservam todos os defeitos. »

Essas impressões pessimistas não deviam ser generalizadas a todos os indios, entre os quaes muitas eram as nações portadoras de qualidades superiores, conforme verificaram depois outros viajantes. Ha mesmo quem seja de opinião ter sido o contacto com o homem civilizado a mais forte determinante desse estado de abjecção a que chegaram os indios, descriptos por La Condamine.

Os indios andavam nús, geralmente, e as suas armas vulgares eram o arco e a flecha, a azagaia e a zarabatana, consistindo esta ultima em um tubo comprido, por onde arremessavam pequenos dardos, por meio do sopro.

Nem todos empregavam o veneno em suas armas.

Em geral eram mansos e de costumes pacatos, do que dá idéa a viagem sem incidentes dos dois franciscanos, apenas com seis companheiros.

Ao tempo de Acuña os indios do alto Amazonas já creavam gallinhas, vindo a semente do Perú.

Algumas tribus viviam da pesca e da caça, mas na sua grande maioria já cultivavam o milho e a mandioca, com que faziam o pão e fabricavam bebidas alcoolicas.

Nem todas eram anthropophagas, sendo estas a excepção. Comparando a nomenclatura de Acuña com a mencionada posteriormente por outros exploradores, nota-se uma divergencia quasi absoluta nos nomes das tribus. A concordancia existe apenas no que diz respeito aos *Omaguas* e *Tupinambás*, entre as grandes nações, e aos *Cuchiguaras*, *Caripunas* e *Canuris*, entre as menores.

Isso deve ser attribuido não sómente á mudança effectiva dos nomes, devido a movimentos migratorios, como tambem á deficiencia de informações obtidas por Acuña, aggravada ainda pela diversidade de pronuncia e, sobretudo, ao modo de graphar os sons nas palavras. Refere-se elle á nação *Joriman* como a maior e mais poderosa de quantas viviam no Amazonas.

Tudo leva a crer que *Joriman* seja uma corruptela da palavra *Soriman* ou *Sorimão*, por vicio de pronuncia, que era a tribu que deu o nome ao Solimões.

Acuña falla tambem na nação *Curucurú*, entre as que habitavam o Purús. Provavelmente a informação versa sobre os *Purú-Purús*, nome porque são conhecidos os indios da nação *Paumari*, em consequencia da molestia de pelle denominada *purú-purú*, de que todos elles soffrem, a partir da edade de tres annos.

Grandes nações como os *Hipurinás*, no Purús; os *Mundurucús* e *Muras* no Madeira; os *Manáos*, no Rio Negro, etc., não foram mencionadas por Acuña, quando já deviam habitar essas regiões ao tempo da viagem de Pedro Teixeira.

Seria interessante um trabalho de identificação das tribus mencionadas por Acuña, com as actuaes, mas, infelizmente, de difficuldades taes, que bem póde ser considerado impossivel.

Mais de um seculo depois da viagem de Pedro Teixeira, os indios do Amazonas são relacionados por Monteiro de Noronha, em seu *Roteiro da Cidade do Pará, até ás ultimas colonias do sertão da Provincia, escripto em 1768 na Villa de Barcellos*.

Ao seu tempo eram as seguintes as nações indias que viviam na então Capitania de S. José do Rio Negro.

No Rio Maués as nações: — *Sapupé*, *Comani*, *Aitouará*, *Acainará*, *Brauará*, *Uarupá*, *Maturucú* e *Curitid*.

No Rio Atuman: — *Aruaqui*, *Terecumá*, *Sedeuí*, *Parequi* e outras.

No Rio Madeira: — *Arara*, *Uarupá*, *Puma*, *Turá*, *Matanani*, *Orupá*, *Tocumá*, *Mami*, *Cauaripuna*, *Iqui*, *Jauarelinara* e *Mura*.

A nação *Mura*, de pessimas tradições, infestava as margens do Amazonas em grande extensão, atacando não só os viajantes civilizados como as outras nações indias. Os *Muras* eram verdadeiros piratas.

No Rio Purús: — *Catauixi* e *Itatapiia*. Os indios das nações *Iriju* e *Tiari* já então estavam quasi extinctos.

No canal de Codajás, que é uma das boccas do Japurá: *Uaiupi*.

No Rio Coari: — *Catauixi* e *Juma*, depois expulsos pelos *Muras*.

Nas margens do Amazonas, por essas paragens: — *Ambuá* *Uuarú* e *Coca*.

No Rio Japurá (affluentes da margem esquerda): — *Mariarana*, *Uepuri*, *Poiana*, *Coeruna*, *Gepuá*, *Caratú*, *Jueruna*, *Manaia*, *Araruá*, *Periati*, *Miranha*, *Caniiari*, *Jupurá* e *Macú*. Nos affluentes da margem direita: — *Murauá*, *Cainuicena*, *Pariana*, *Jupuiá*, *Tamuana*, *Parauama*, *Juri*, *Passé*, *Xámana*, *Xama*, *Purenumá*, *Tumbira*, *Ambuá*, *Chituá*, *Periati*, *Peridá*.

No Rio Juruá: — *Cauaxis*, *Ucaraná*, *Maraná*, *Catúquina*, *Urubú*, *Gemiá*, *Dachiuará*, *Maliá*, *Chibará*, *Bauari*, *Arauari*, *Maluará*, *Marunacú*, *Curiuaá*, *Paraú*, *Paipumá*, *Baibiri*, *Buibaguá*, *Taquedá*, *Puplepá*, *Pumacaá*, *Guibaéá*, *Bugé*, *Apenari*, *Aulaá*, *Canamarí*, *Aruná*, *Jochinauaá*, *Chiriiba*, *Cauana*, *Saindaiuui* e *Ugina* ou *Coatátapiia*.

Os indios da nação *Cauana* passavam por ser de baixa estatura, não attingindo mais de cinco palmos de altura

Os da nação *Coatátapiia*, que quer dizer nação de coatás, dizia-se que tinham rabo, como macacos, sendo originarios da ligação sexual das mulheres da tribu com macacos coatás.

A proposito dessa lenda em que Noronha confessa acreditar, a titulo de curiosidade, vale a pena transcrever a certidão que ao dito Noronha passou o rev. carmelita frei José de Santa Thereza Ribeiro, missionario do logar denominado Castro de Avelães, sobre um indio que tinha rabo, descido do Rio Japurá.

E' do teor seguinte esse curiosissimo documento:

> « Frei José de Santa Thereza Ribeiro, da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da antiga observancia, etc.: Certifico, e juro *in verbo sacerdotis*, e aos Santos Evangelhos, que sendo eu missionario em a antiga aldeia de Parauari, que ao depois se mudou para logar, que é hoje de Nogueira, chegou em a dicta aldeia em o anno de 1751 ou 1752, um homem chamado Manuel da Silva, natural de Pernambuco, ou da Bahia, vindo do Rio Japurá com alguns indios resgatados; entre os quaes trazia um indio bruto, infiel, de edade de 30 annos, pouco mais ou menos, do qual me certificou o nomeado Manuel da Silva, que tinha rabo; e por eu não dar credito a tão extraordinaria novidade, mandou chamar o indio, e o fez despir como pretexto de tirar algumas tartarugas de um canal, onde eu as tinha, para por este modo poder eu examinar a sua verdade. E com effeito vi, sem poder padecer engano algum, que o sobredicto indio tinha um rabo da grossura de um dedo pollegar, e do comprimento de meio palmo, coberto de coiro liso sem cabellos: E me affirmou o mesmo Manuel da Silva que o indio lhe dissera que todos os mezes cortava o rabo para não ser muito comprido; pois crescia bastantemente. E só não examinei a nação do indio, nem a parte certa onde habitava; nem tambem se tinham rabo os mais indios de sua nação: porém, haverá quatro annos, pouco mais ou menos, me chegou a noticia de que em o Rio Juruá ha uma nação de indios com rabos.
>
> E por tudo ser verdade, passei esta de minha lettra e signal. Logar de Castro de Avelães, 15 de Outubro de 1768. — (a) Frei *José de Santa Thereza Ribeiro.* »

No Rio Jutahi, na sua parte inferior: — *Tapagana*, *Uaraicú* e *Marauá*. Os da parte superior eram ainda desconhecidos.

No Rio Içá e seus affluentes: — *Passé*, *Xomana*, *Miranha*, *Juri*, *Tumbira*, *Pirana*, *Içá*, *Tecunas* e *Cacalapiia*, estes antropophagos.

No Rio Javari: — *Maraué*, *Uaraicú*, *Pano*, *Chaianiliá*, *Chimaana*, *Jamco*, *Maiurunas*, estes anthropophagos e outros.

No Rio Negro e affluentes: — *Baré*, *Manáo*, *Passé*, *Baniba*, *Aroaqui*, *Tarumá*, *Ueriquena*, *Maupi*, *Caraiai*, *Cocoana*, *Ima*, *Paranaana*, *Uarana*, *Cauauricena*, *Quiana*, *Ualuaná*, *Chapeuna*, *Uariúa*, *Orumanáo*, *Macú*, *Curanaú*, *Jabaana*, *Hiiana*, *Demacuri*, *Madanaçá*, *Mepuri*, *Maiapina*, *Airini*, *Uaupés*, *Cocuana*, *Quereruri*, *Uananá*, *Cubeuana*, *Burrenari*, *Mamangá*, *Paneuá*, *Fariana*, *Payemiá*, *Tumaiari*, *Turimari*, *Deçana*, *Puetana*, *Mendó*, *Ariini*, *Marapilana*, e muitas outras.

No seu affluente o Rio Branco: — *Paraniana*, nome pelo qual era conhecido o rio, *Macuxis*, *Aturiará*, *Saparé*, *Uaiurú*, *Pachiana*, *Tapicari*, *Chaperú* e *Uapixanas*, sendo estes e os *Macuxis* os mais numerosos.

De todas essas nações a mais importante era a dos *Manáos*, cujas populosas aldeias, principiando do Rio Uarirá, affluente da margem direita, occupavam uma e outra margem do Rio Negro e dos rios que para elle affluem até a ponta inferior da Ilha Timoni, fronteira á barra do Rio Chiuará. Valentes e poderosos, impuzeram a sua lingua, como a geral do Rio Negro, nas aldeias de indios semi-civilizados que se fundaram nas suas margens. Eram, porém, anthropophagos.

Entre os seus heróes, figura o typo lendario de Ajuricaba, que oppoz tenaz resistencia aos portuguezes e, quando aprisionado por estes, atirou-se ao rio, preferindo morrer.

Era entre as suas tabas que a lenda collocava a Cidade de Manôa, de fabulosas riquezas e que foi durante muito tempo a attracção das "Bandeiras". A cidade ficaria situada nas margens do Rio Urubaxi, affluente do Negro, que se communica com o Japurá

Apesar de serem das nações Baniba, Baré e Passé os indios que primeiro povoaram a antiga Barra, foram os indios Manáos que lhe deram o nome, por que depois foi chamada e ainda é hoje.

Quasi todas as povoações do Rio Negro foram estabelecidas com indios Manáos e Barés, aos quaes se juntavam muitas vezes os Banibas e Passés.

Aos Manáos seguiam-se em importancia os Uaupés, grande nação que povoava o rio de seu nome e os seus affluentes, ainda hoje uma das mais numerosas. Os Uaupés não eram anthropophagos, como geralmente succedia aos indios do Rio Negro.

Estes não costumavam deformar-se, nem usavam signaes artificiaes, com excepção dos das nações Ueriquena e Maupi.

Era commum a todos o uso de arcos, flexas, zarabatanas, lanças e paus semelhantes aos cuidaruzes dos indios do Japurá, tudo envenenado.

Os indios Uerequenas ou Ariquenas, antes de entrarem em contacto com os civilizados, já usavam nomes proprios hebraicos, puros ou com pequenas alterações, taes como

Ioab, Jacob, Jaçabi, Thomé, Thomequi, Davidú, Joanan, Marianan, o que deixa o ethnographo perplexo para explicar o phenomeno glossologico.

Noronha, que é tão minucioso, na enumeração das nações indias que habitavam o Rio Negro, ao tempo da sua visita, não faz a minima referencia aos *Crichanás*, grande nação que Barbosa Rodrigues encontrou dominando quasi todo o curso do Rio Jauaperi, mencionando apenas, como habitantes deste, os *Aroaquis*, que tambem povoavam o Rio Atuman e Urubú. Não faz referencia, tambem, aos indios deste rio, que eram então os *Guanavenas*, *Caboquenas* e *Barururús*, que lhe deram o nome.

Entre os indios do Madeira não menciona os *Mundurucús*, a mais populosa, adeantada e valente das suas nações.

Tambem não se refere aos *Tupinambás*.

Apenas menciona duas nações do Rio Purús, que sempre foi um dos mais povoados de indios.

Ao seu tempo as margens do Amazonas e do Solimões, desde muito abaixo da bocca do Madeira, estavam dominadas pelas *Muras*, de pessimos costumes, e que avançavam expulsando das suas malocas as outras nações que encontravam.

Da grande nação *Sorimão*, que deu o seu nome ao Solimões, já só appareciam vestigios, em algumas das aldeias e povoações estabelecidas nas margens do rio.

As informações sobre os indios dos affluentes da margem esquerda do Amazonas são muito mais completas do que dos da margem direita, porque estes, com excepção do Madeira, ainda eram quasi completamente inexplorados e desconhecidos.

As explorações realizadas a mandado do Governo Imperial, na segunda metade do seculo XIX, vieram alterar ainda essa nomenclatura, dando a conhecer novas nações e não registando muitas das antigas, então já desapparecidas.

Joaquim Manuel Ribeiro Lisboa, que explorou os rios Atuman e Jatapú, em 1869, dá-nos noticias das nações *Pareguis* e *Arauaguis*, como as principaes, terriveis inimigas, sendo estas perseguidas por aquellas, tendo uma grande parte emigrado para o Urubú e o Negro.

Nas cabeceiras do Rio Atuman viviam ainda as *Xiparás* e nas do Rio Jatapú, ainda estes e os *Uassahis*, além dos *Curubianans* e *Orocotós*.

Dos antigos habitantes do Urubú, contra os quaes foi mandada em 1664 uma grande expedição militar, commandada por Pedro da Costa Favella, que os venceu e desbaratou, nada mais restava, quando Barbosa Rodrigues explorou o rio 200 annos depois.

No alto rio viviam as *Arauaquis*, expulsos do Jatapú pelos *Pariquis*, e no baixo rio os *Muras*, então a mais espalhada tribu do Amazonas.

Esses indios, de pessimas tradições, exigem uma referencia mais detalhada.

No seculo XVIII appareceu a tribu, infestando as margens do Amazonas, principalmente no espaço comprehendido entre Villa-Bella (hoje Parintins) e Manáos.

Diz a tradição oral que vieram do Perú, perseguidos pelos indios de lá. Pela indole afastam-se dos *tupis*, mas delles se approximam pelos costumes.

Tyrannos e trahidores não perdoavam as victimas que apanhavam. Atacando sempre de emboscada, brancos ou indios, abriam seus cadaveres e os esquartejavam.

Viviam quasi que exclusivamente da pesca, fazendo pouco uso da caça e de fructos. Um dos seus alimentos favoritos é a larva que cresce no albumen do fructo das palmeiras.

Nomades, raras vezes edificavam.

Preguiçosos por natureza, verdadeiros bohemios, entregam-se ao roubo e á pilhagem. Covardes e immundos, são detestados de todos os demais indios.

Andavam nús, sem o menor vislumbre de pudor, tingindo-se com a tinta vermelha do urucú.

Pelos seus assaltos, foram mandadas contra elles diversas expedições, que os fizeram ainda mais ariscos, vingativos e crueis.

Odêam os brancos, evitando-os e matando-os sempre que se lhes offerece opportunidade.

Frei Caetano Brandão, bispo do Pará, quando da sua quarta visita pastoral ao Sertão, comparou-os a uma manada de porcos, tal o seu estado de depravação.

O seu typo afasta-se dos das demais tribus do Amazonas:

Muito trigueiros, cabellos crespos, barba cerrada e crespa, em regra, tudo indica que essa tribu, desde tempos immemoriaes, tem servido de refugio a desertores e pretos fugidos, do que, com o cruzamento destes, tem resultado a modificação do typo primitivo.

Usam uma gyria assobiada, propria de traiçoeiros, não conhecida por mais tribu alguma do Brasil.

Por meio de gaitas, tabocas finas com quatro furos, ou por assovios com a bocca, de longe conversam, previnem, chamam, etc., de maneira que não é possivel a sua comprehensão.

Usam, como armas, o arco e quatro especies de flechas.

Os homens são de bonita estatura, fortes e musculosos. As mulheres muito gordas. (Barbosa Rodrigues.)

Nos rios Cautuman, Abacaxis e Mocaiutuba, affluente do Maués, habitavam os *Mundurucús* e os *Maués* nos rios Andirá e Paricutuba, este affluente do Maués.

No Rio Madeira e seus affluentes, quando percorrido em exploração official por Silva Coutinho, em 1864, viviam as tribus: *Araras* e as ramificações destes denominados *Hiaureti-tapui*, *Ancrátapui* e *Mutanaús*, na parte superior do Rio Aripuanan.

No Rio Marmellos os *Turás*, *Muras*, *Araras*, *Matanaús* e outros.

Nos rios Uruapiara e Maicy os valentes e indomaveis *Parintintins*.

No Rio Machado ou Gi-paraná: *Turás*, *Araras*, *Matanaús* e *Urupás*.

Na parte superior do Rio Jamari viviam os *Parintintins* e na inferior os *Turás*.

O Rio Purús, cujas primeiras explorações officiaes datam de 1850, era em 1863, data da viagem de Silva Coutinho, habitado por indios de 18 principaes nações, a saber: *Muras*, *Paumaris*, *Juberis*, *Catauixis*, *Caripunas*, *Cipós*, *Mamuris*, *Catuquinas*, *Cruphatis*, *Tarás*, *Purús*, *Hipurinás*, *Uaipuçá*, *Pammanás*, *Quarunás*, *Hiamamandis*, *Canamaris* e *Maneteneris*.

Chandless nos dá de alguns desses indios a distribuição seguinte: Os *Muras*, nas proximidades da foz do Purús e no Paraná-pixuna. Os *Paumaris* e *Juberis* no Rio Jacaré. Essas duas tribus eram tambem conhecidas pelo nome de Purá-purús, devido a molestia de pelle, com esse nome, de que eram todos affectados de certa edade em deante.

Os *Cipós* no Rio Tapauá e seu affluente Cuniuá. Os *Catauixis*, de bella apparencia, claros e valentes, nos rios Mucuim, Mari e Paciá. Esses indios fabricam uma louça de barro com desenhos geometricos, muito apreciada.

Os *Pammanás* no Rio Ituxi. Os *Hipurinás*, a mais numerosa, guerreira e formidavel do Purús, entre os rios Sepatinim e Hiaco, numa extensão de 300 milhas. Os *Hiamamadis*, na margem esquerda do Purús, por essa altura, a um ou dois dias de viagem da margem do rio.

Os *Canamaris* nos rios Iaco, Araçá, Curinahan e Rixala. Esses indios são mansos e amigos dos *Hipurinás*, com os quaes se entrelaçam. Conheciam o ferro por tradição, mas não o usavam.

Os *Uainamaris*, que tambem viviam nas margens do Purús, retiraram-se para o interior, por terem sido maltratados pela segunda expedição que subiu o Purús, em 1852, sob o commando de Seraphim da Silva Salgado.

Os *Maneteneris* tambem se retiraram para mais de 50 leguas, Rio Purús acima, com medo dos indios *Hipurinás*. São elles dados ao commercio, já andavam vestidos e conheciam algumas palavras do portuguez e do hispanhol, signal evidente de que já tinham entrado em contacto com elles.

Chandless dá noticia ainda dos *Cujigeneris*, habitantes do Rio Curumahá; *Catianás*, que elle suppunha serem um ramo dos Canamaris, mais acima no Purús, e, finalmente, os *Mai-i-nauás*, habitantes do ultimo affluente do Purús, por elle visitado.

A população indigena do Rio Juruá, em 1869, ao tempo da exploração desse rio por Chandless, já era pequena.

Os primeiros indios encontrados eram os *Maraudás*, que mostravam já não ser de raça pura e podiam ser considerados como semi-civilizados.

No Igarapé Jaraqui existia, a unica em todo o rio, uma maloca de *Catauixis*.

Acima destes não havia gentios até o Igarapé Chiué, onde se encontrava uma maloca de *Arauas*.

No lado direito, muito para o centro, longe da margem do rio viviam os *Culinas*.

Os *Conibos* tinham uma unica maloca a sete dias acima do Chiruan, sobre o Igarapé Acari.

Acima dos *Conibos* havia alguns *Catuquinas*.

Mais para deante percorria-se uma grande região sem encontrar indios.

A 20 dias do Tarauacá deparou Chandless com alguns indios pacificos, que suppoz serem da nação *Maxuruna*.

Finalmente, oito dias a mais de viagem, se encontravam os *Nauás*, valentes e industriosos, que faziam uso de escudos como armas de defesa, o que lhes dava uma grande vantagem nas suas guerras contra os outros indios.

Silva Coutinho, quando explorou o Japurá em 1865, já encontrou o rio quasi deserto de indios.

Das numerosas tribus que viviam nas suas margens e nas de seus affluentes, restavam apenas alguns *Passés*, *Xomanas*, *Hiuris*, *Coretús*, *Macunas*, *Caixanas*, *Macús* e *Miranhas*, e os *Coretús* já fóra do nosso territorio.

Tratando das populações indigenas ainda hoje existentes no Amazonas, assim as descreve Elisée Reclus, em sua *Geographia do Brasil*, traducção de Ramiz Galvão:

> « Rarissimos são os indios de raça pura que se encontram ainda nas margens do Amazonas. Os indigenas ribeirinhos, que outr'ora se haviam agrupado, sob a direcção dos missionarios jesuitas, acham-se hoje confundidos em uma população homogenea, fallando a *lingua geral*. Têm o nome generico de *Tapuios*, que parece ter sido outr'ora o de uma horda de Tupinambás, que emigrou do Brasil oriental no seculo XVI para as margens do Amazonas, mas esta tribu primitiva fundiu-se na multidão anonyma das populações hybridas. Ligam-se provavelmente pela maior parte ao tronco tupi, cujos varios dialectos se pareciam com o que os jesuitas methodicamente transcreveram.
>
> E' no Sul, na bacia do Paraguai, que se deve provavelmente procurar a origem dos tupis do Amazonas. »

Os indios, em contacto com os brancos e negros, cruzaram-se com elles, dahi resultando a população mestiça de hoje.

> « Em geral (prosegue Reclus) póde dizer-se que a população cruzada do Amazonas ganhou, quanto á belleza physica, graça, elegancia natural e intelligencia. Reservados e taciturnos, mas brandos, polidos, hospitaleiros, os *tapuios* amam o retiro, afastam-se das cidades em vez de procura-las.
>
> Em 1835, alguns tapuios juntaram-se a pretos escravos revoltados e tomaram parte na guerra dos *Cabanos*, emquanto outros concluiam tratados com os portuguezes.
>
> Os indios são preguiçosos embora habeis canoeiros.
>
> Além dos *tapuios*, mantêm-se sempre afastadas dos centros povoados numerosas hordas aborigenes, ainda sem mescla de sangue extrangeiro.
>
> Difficil é precisar as suas origens e affinidades ethnicas; entretanto, foi possivel fazer uma classificação baseada na analogia das linguas, em um pequeno numero de familias. Cinco raças ao todo, assim distribuidas: No Norte os *Arauaks* e *Caraïbas*, dispersos pelas Guianas e pela Venezuela, têm muitos representantes nas regiões amazonicas; os *Tupis* constituem o principal elemento ethnico na parte meridional da bacia. Nas regiões percorridas pelo Içá e Japurá o predominio pertence aos *Miranhas*; finalmente os *Carajás* no *Xingú* e no Araguaia, que se destinguem nitidamente dos outros pelos costumes e lingua.
>
> No alto Amazonas encontram-se os *Omaguas*, *Jahuas* e *Ticunas*. No Içá e Japurá as tribus da raça *Miranhas* (ou vagabundos), de indole bellicosa, caçam, mas não pescam. Ao lado dos Miranhas vivem hordas de differentes especies, impellidas pela guerra. No alto Japurá estão os *Carijonas* e os *Uitotós*; são pura raça Caraïba, ao passo que os *Passés*, do baixo Içá, são Aruaks, notaveis pela sua belleza. Ao lado dos Passés ficam os *Uainumas*, ou *Juripixunas*, porque pintam o rosto de preto.
>
> Nas margens do *Rio Uaupés* vivem os indios do mesmo nome, divididos em 21 tribus, fallando 15 dialectos e de origens diversas.
>
> Na bacia do Rio Branco vivem os *Vasipianas* e os *Alorais*, os mesmos do alto Essequibo. Na montanha da Lua dominam os *Macuxis*, divididos em dois grupos, um a Léste e outro a Oéste. São numerosos. Nas vertentes meridionaes da Paracaima vivem os *Maracanans*, anthropophagos.

Os *Uaienés* vivem no alto Urubú, são quasi brancos e a nação mais forte da região. Uma horda dessa tribu, os *Japiis* parecem brancos, tendo Coudreau encontrado entre elles alguns loiros e de olhos azues, mas completamente imberbes. Ao seu lado vivem os *Tucanos*, de pomos salientes, com bigodes e olhos obliquos da raça mongolica.

No Rio Jauperí vivem os *Crichanás*, entre os quaes é commum o albinismo.

As tribus que permaneceram livres, sem relações constantes com os brancos, são muito mais numerosas na vertente meridional do valle amazonico: contam-se ás centenas, tendo todas caracteristicos distinctos e dialecto especial, embora se liguem a uma grande familia glossologica.

No Javari habitam os *Panos*, que tiveram uma civilização adeantada, mas retrocederam á barbaria.

No Juruá como no Purús as tribus são de origem Aruak, sobresahindo os *Hipurinás* e os *Catuaixis* e *Paumaris* do baixo Purús.

Ao longo do Rio Amazonas, entre as fozes do Purús e do Madeira, vagueam os *Muras*, restos de uma nação poderosa, dispersa pelos *Mundurucús*. São muito preguiçosos.

No alto Madeira vivem entre outros os *Moxos*, notaveis canoeiros. Acampados nas margens das cachoeiras do Madeira viviam os *Caripunas*, hoje substituidos pelos *Parintintins*. São seus vizinhos e acerrimos inimigos os *Mundurucús*,.

No curso médio do Tapajós, além dos Mundurucús, vivem mais os *Apiacás* e os *Maués*.

Os canoeiros fallam ainda dos *Jacaréuaras*, mysteriosos, albinos, que só viajam á noite e por isso chamam-nos morcegos.

Os *Mundurucús* são a mais poderosa tribu do Brasil, andam por 20.000.

São vizinhos dos Maués os *Araras* ou *Jumas*, guerreiros perigosos da raça caraïba. »

O Governo Brasileiro, devido á campanha nesse sentido feita pelo intemerato Candido Rondon, mantém desde o quadriennio Affonso Penna — Nilo Peçanha, um serviço de protecção aos indios, com uma Inspectoria no Amazonas, subdividida em delegacias.

Dotada escassamente das verbas de que necessita para o bom desempenho do encargo que lhe está commettido, não tem podido fazer muito pelo serviço, sendo ainda hoje muito incompletas as informações que presta sobre as nações indigenas, que ainda vivem no territorio amazonense, restos esparsos daquella immensa população encontrada pelos primeiros conquistadores.

Ainda não foi possivel, mesmo, á Inspectoria levantar o censo indigena no Estado, sabendo apenas da existencia de 64 tribus, assim distribuidas:

Bacia do Rio Negro — Tribus: *Macús*, *Tucanos*, *Piratapuios*, *Urupadis*, *Tarianas*, *Bifuanas*, *Aricás*, *Xirianas*, *Iabarranas*, *Uaimiris*, *Aturahis*, *Uaitimiris Cabinaris*, e *Suaris*.

Bacia do Rio Branco — *Macuxix*, *Uapixanas*, *Jaricunas*, *Ingaricós*, *Maiongonss*, *Macús*, *Porocotós*, *Saparás* (quasi extincta), *Pixancós*, *Pauhixanas*, *Uanahis*, *Tarumãs*, *Aturuahis* e *Tapiocas*.

Bacia do Purús — *Jamamadis*, *Hipurinás*, *Paumaris* e *Catuquinas*.

Baixo Amazonas — (Rios Autaz-Assú, Autaz-Mirim, Canuman, Maués, Abacaxis, Andirá, etc.): *Muras*, *Miranhas*, *Maués* e *Mundurucús*.

Rio Solimões e seus affluentes Javari, Içá, Jutahi, Jandiatuba e Japurá: *Ticunas*, *Tucanos*, *Uitotós*, *Boras*, *Canamaris*, *Tucanos* (não confundir com a anterior), *Cunibas* (quasi extincta), *Miranhas*, *Turis*, *Macús*, *Magironas* e *Catuquinas*.

Baixo Madeira e seus affluentes — Bactas, Aripuanan (baixo), Marmellos e Machado ou Gi-paraná (baixo): *Turas*, *Matanauhis*, *Pirianans*, *Muras*, *Mundurucús*, *Parintintins*, *Boccas Pretas* e *Caxararis*.

Alto Madeira e seus affluentes — Marmellos (não confundir com o anterior de egual nome), Mutum-paraná e Abunan: *Matanauís*, *Matanhas*, *Caripunas*, *Ararumas*, *Turás*, *Paca Novo*, *Araras* e *Caxararís*.

Com a creação do Territorio do Acre e demarcação da linha de limites com Matto-Grosso, muitas das tribus, dantes consideradas amazonenses, perderam essa qualidade, entre outras as grandes tribus dos *Manciteneris*, *Catuquinas*, *Canamaris*, *Quitchauás*, etc.; esta ultima subdividida em 15, das quaes as mais importantes são as dos *Caxinauás*, *Jaminauás* e *Nauás*.

Essa discriminação official não está de accôrdo com as informações que se encontram nas cartas do Amazonas e ainda menos com as prestadas por viajantes e exploradores. Assim, por exemplo, a grande nação dos *Crichanás*, estudada exhaustivamente por Barbosa Rodrigues, em conhecida monographia, e que dominava o curso do Rio Jauaperi, já não foi encontrada pelos delegados da Inspectoria de Indios, de que se conclue que, ou desappareceu, ou emigrou para outra região, tomando nome diverso, a não ser que os delegados da Inspectoria hajam feito investigações deficientes, o que é possivel e mesmo provavel, porque na sua discriminação não figuram as tribus existentes nos rios Urubú, Atuman, Jatapú e Nhamundá, onde se sabe, com certeza, existir população indigena, provavelmente das nações *Pariquis* e *Aruaquis*.

Convém explicar que muitas tribus têm denominações que lhes deram os seringueiros, e outras nomes já corrompidos pelos civilizados.

Quanto ás armas e adornos usados pelos indios são os *Mundurucús* os que primam na escolha das plumas para ornatos, na combinação das côres, na elegancia das fórmas e ainda mesmo na perfeição dos tecidos.

Depois delles, seguem-se os Araras do Madeira.

Alguns tingem o corpo com o urucú, o genipapo e o carajurá.

Nas armas ha grande variedade. Como insignias de mando são bellos os Murucús-maracás, ou grandes lanças usadas pelos chefes, curiosos pelo cumprimento da haste, pela perfeição do trabalho e por uma pedra ou esphera que, mal se sabe como, forçam a entrar por uma fenda longa e estreita, que se vê na parte superior da base.

Insignias propriamente são as que os Tucháuas dos *Uaupés* trazem pendentes do collo. E' um cylindro de quartzo em que trabalham durante longos annos.

O sceptro de plumas, que usam hoje em logar da lança colossal dos antigos tucháuas, é curioso pela sua perfeição de obra e serve para marcar a cadencia do passo das dansas indias.

Algumas tribus do Purús e do Madeira usam de espadas, que relembram os tangapenas, hoje apenas objecto de ornato.

A sua mais terrivel arma é a *zarabatana*, que consiste em um longo tubo de taboca, no qual introduzem uma pequena setta de paxiuba ervada, que expellem por meio do sopro.

Usam ainda de *curabis* ou dardos de arremeço, que tambem envenenam.

Os arcos e as flechas apparecem sob multiplas fórmas.

Ha arcos esquinados (Silves), meia canna (Negro), chatos e largos (Japurá), de pontas ligeiramente recurvadas (Madeira), etc.

Em regra a madeira empregada nos arcos é a mesma para todas as tribus, differençando-se uns dos outros apenas nas fórmas.

As flechas são tambem diversissimas, tanto nos ornatos como nas ponteiras, quer no que diz respeito á materia, quer á execução.

São interessantes as usadas na pesca da tartaruga, chamadas *sararacas*, que quer dizer coisa que se divide. A sararaca é composta de duas partes, do hastil, que é feito de cannarana, e da ponteira, feita de madeira, onde se engasta o arpão, presas uma a outra por uma linha de caraná.

Apesar de não conhecer balistica, o Indio arremessa a flecha por elevação. Attingido o animal, este foge, levando preso no casco o arpão, de envolta do qual se desenrola a linha, sobrenadando o hastil. O Indio depois recolhe o animal.

As flechas só por excepção são envenenadas.

O veneno dos Indios denomina-se *curare* e é de effeito violentissimo. Qualquer animal, mesmo de grande tamanho, expira em alguns segundos, principalmente se é attingido perto do coração.

A sua energia varia de tribu á tribu.

O Rio Tocantins é o que mais produz. O mais forte, porém, é o produzido no Japurá.

Barbosa Rodrigues pretendeu ter descoberto que o chloreto de sodio (sal de cozinha) neutralizava a acção do *curare*, mas isso não foi, infelizmente, confirmado em successivas experiencias.

XI

Nomenclatura dos municipios e povoações

O Estado se divide, presentemente, em 28 municipios, a saber:

Quatro no Rio Negro: — Os da *Capital*, *Moura*, *Barcellos* e *S. Gabriel*.

Um no Rio Branco: — O de *Boa-Vista*.

Sete no Baixo-Amazonas: — Os de *Maués*, *Parintins*, *Barreirinha*, *Urucará*, *Silves*, *Urucurituba* e *Itacoatiara*.

Quatro no Rio Madeira: — Os de *Borba*, *Manicoré*, *Humaitá* e *Porto-Velho*.

Tres no Rio Purús: — Os de *Canutama*, *Labrea* e *Floriano Peixoto*.

Dois no Rio Juruá: — Os de *Carauari* e *S. Philippe*,

Sete no Solimões: — Os de *Manacapurú*, *Codajás*, *Coari*, *Teffé*, *Fonte-Boa*, *S. Paulo de Olivença* e *Benjamin Constant*.

Todos esses municipios têm as suas sédes nas cidades e villas do mesmo nome.

Existem oito cidades: — *Manáos*, capital do Estado, antiga Villa da Barra, situada na margem esquerda do Rio Negro, a 18 km. da sua confluencia no Amazonas.

Parintins, primitivamente Villa Nova da Rainha, e Villa Bella da Imperatriz, depois da Independencia do Brasil, situada á margem direita do Amazonas, proximo da fronteira com o Pará. Dista 246 milhas de Manáos.

Itacoatiara, antiga Serpa, situada á margem esquerda do Amazonas. Dista 108 milhas de Manáos.

Manicoré, situada á margem direita do Rio Madeira. Dista 293 milhas de Manáos.

Humaitá, situada á margem esquerda do Rio Madeira. Dista 537 milhas de Manáos.

Porto-Velho, a mais nova e a mais importante das cidades do interior do Amazonas, contando já uma população de 3.000 almas. Inicio da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré, de onde lhe vem a sua prosperidade, está situada á margem direita do Rio Madeira, proximo da fronteira de Matto-Grosso. Dista 694 milhas de Manáos.

Teffé, primitivamente Nogueira, na margem do Amazonas, fundada pelo padre Samuel Fritz, em 1668 (Reclus), mudada para o actual logar, em 1753, está situada a seis km. acima da foz do Rio Teffé, á margem direita do lago do mesmo nome. Já se chamou Ega. Dista 358 milhas de Manáos.

Labrea, fundada em 1871 pelo coronel Antonio Labre, no logar então denominado *Terra Firme do Amaciari*, está situada á margem direita do Rio Purús. Dista 903 milhas de Manáos.

As villas são em numero de 20:

Silves, um dos mais antigos povoados do Amazonas, fundada logo depois da viagem de Pedro Teixeira. Está situada na Ilha de Silves, dentro do Lago de Saracá, no Rio Urubú. Dista 78 milhas de Manáos.

Urucará, situada á margem esquerda do paraná de Urucará. Dista 95 milhas de Manáos.

Barreirinha, situada á margem direita do Paraná do Ramos, no Baixo Amazonas. Dista 283 milhas de Manáos.

Urucurituba, situada na margem direita do Rio Amazonas. Dista 115 milhas de Manáos.

Maués, antiga Luséa, situada á margem direita do Rio Maué-Assú. Dista 244 milhas de Manáos.

Borba, situada á margem direita do Rio Madeira. Dista 116 milhas de Manáos.

Canutama, fundada por Manuel Urbano da Encarnação, está situada á margem esquerda do Rio Purús. Dista de Manáos 751 milhas.

Floriano Peixoto, antiga Antimari, situada á margem esquerda do Rio Acre proxima a fronteira do Departamento Federal do Alto Acre. Dista 1.534 milhas de Manáos.

S. Philippe, situada á margem esquerda do Rio Juruá. Dista 1.724 milhas de Manáos.

Carauari, situada á margem esquerda do Juruá. Dista 905 milhas de Manáos.

Manacapurú, está situada á margem esquerda do Rio Solimões, proximo á foz do rio do mesmo nome. Dista 55 milhas de Manáos.

Codajás, situada á margem esquerda do Solimões. Dista de Manáos 166 milhas.

Coari, antiga Alvellos, situada á margem direita do Lago de Coari, formado pelo rio do mesmo nome. Dista 250 milhas de Manáos.

Fonte-Boa, antiga Missão de S. Christovam (?) fundada pelo padre Samuel Fritz, está situada á margem direita do Rio Solimões. Dista 546 milhas de Manáos.

S. Paulo de Olivença, antiga Missão de S. Paulo, Apostolo, fundada pelo padre Samuel Fritz, está situada á margem direita do Rio Solimões. Dista 773 milhas de Manáos.

Benjamin Constant, antiga Remate de Males, situada á margem direita do Rio Javari, a 40 milhas da sua bocca. Dista 894 milhas de Manáos.

Moura, situada na margem direita do Rio Negro. Dista 171 milhas de Manáos.

Barcellos, antiga Mariuá. Foi capital da Capitania de S. José do Rio Negro, desde a sua creação até 1790, quando aquella foi transferida para a Villa da Barra, no governo de Lobo de Almada. Readquiriu essa prerogativa depois de 1800, para perde-la definitivamente em 1825.

Foi muito prospera, chegando a contar para cima de 4.000 habitantes. Hoje está na mais absoluta decadencia, sendo considerada villa, em homenagem ás suas tradições. Conta apenas 12 casas. Está situada á margem direita do Rio Negro e dista 268 milhas de Manáos.

S. Gabriel, antiga fortaleza desse nome. Está situada á margem esquerda do Rio Negro, em meio á região encachoeirada desse rio. Dista 567 milhas de Manáos.

Boa-Vista do Rio Branco, situada á margem direita do Rio Branco, proxima a juncção dos rios Tacutú e Urariquera. Dista 780 milhas de Manáos.

Além dessas cidades e villas citam-se ainda os seguintes povoados: *Santa Anna*, na margem esquerda do Rio Atuman; *Itapiranga* á margem esquerda do paraná de Silves, na bocca do Lago de Saracá; *Amatari*, á margem esquerda do Amazonas; *Uruapiara*, na margem do lago do mesmo nome, affluente do Madeira; *Fortaleza*, á margem esquerda do Rio Abunan; *Bocca do Acre* e *Bocca do Tapauá*, na confluencia respectivamente, desses rios com o Purús; *Anaman*, e *Anouri* na margem esquerda do Solimões; *Badajós*, á margem do lago do mesmo nome; *Tonantins*, á margem direita do rio do mesmo nome; *Tabatinga*, com a fortaleza desse nome, na margem esquerda do Solimões; *Tauapessassú*, na margem esquerda do Rio Negro; *Ayrão*, na margem direita do Rio Negro; *Thomar*, á margem direita do Rio Negro; *Santa Isabel*, ponto terminal da navegação regular, á margem esquerda do Rio Negro; *S. Joaquim*, á margem direita do Rio Negro; *Cucuhi*, com a fortaleza desse nome, antiga *São José das Marabitanas*, na fronteira com a Venezuela, á margem direita do Rio Negro; *Caracarahi*, á margem direita do Rio Branco; *S. Joaquim*, com o forte do mesmo nome, na bocca do Rio Tacutú, do lado esquerdo.

Excepção de Manáos e de Porto-Velho, todas as povoações do Amazonas estão em decadencia. Nos tempos coloniaes o Rio Negro contava muitas povoações, relativamente prosperas, e que ou desappareceram completamente, ou estão reduzidas hoje a meras propriedades particulares apontando-se nesse caso *Carvoeiro*, *Pojares*, *Moreira*, *Lamalonga*, *Castanheiro*, *Camundé*, *Camanáos*, *Coané* (no Uaupés), *Iparana*, *Mahé*.

O presidio de *Crato* no Madeira para onde Portugal desterrava criminosos politicos é hoje um pequeno seringal.

A povoação de *S. José do Javari* que chegou a ser escolhida pelo rei de Portugal para capital da Capitania, segundo se vê da carta régia que creou esta, desappareceu completamente.

Muitas tambem foram as povoações do Solimões que desappareceram, como *Alvarans*, *Santo Antonio*, *Castro de Avelans*, *S. Pedro*, de que nos dá noticia o padre Monteiro de Noronha, em seu "Roteiro".

Essa decadencia se explica pela facilidade que os habitantes do interior do Amazonas têm em se communicar, directamente, com as praças de Manáos e Pará, de onde importam e para onde exportam as mercadorias do seu consumo e producção, dispensando os entrepostos. Cada seringal é um porto, aonde os vapores atracam. Esse systema tinha de ser, como foi, fatal á prosperidade das povoações do interior do Amazonas, muitas vezes meras expressões geographicas, contando apenas meia duzia de barracas de palha.

XII

Instrucção publica

Com o seu immenso territorio, insignificantemente povoado, e a pequena população existente, essa mesma esparsa nas margens dos rios, a grandes distancias uns moradores dos outros, o problema da instrucção no Amazonas é difficillimo de resolver.

Pela facilidade de accesso e atracação dos navios aos barracões, sédes dos seringaes, podendo cada um importar e exportar directamente para as praças de Belém e Manáos as mercadorias do seu commercio, as povoações do interior do Estado têm sido sempre e continuam a ser poucas e quasi sem importancia.

Toda a vida urbana do Estado se concentra na capital, não passando as outras cidades e villas de simples logarejos, pobres e de escassissima população.

Em taes condições, é claro que diffundir a instrucção é tarefa difficillima, senão impossivel de resolver, mesmo com uma certa relatividade.

As creanças que habitam nos povoados podem frequentar as escolas, mas já o mesmo não succede áquellas que, para o fazerem, necessitam viajar em canôas durante muitas horas, na ida ou na vinda, luctando as canôas com a correnteza dos rios.

A Administração publica tem procurado remediar esse mal disseminando escolas tanto quanto possivel, pelo interior, nas regiões mais povoadas. Os resultados colhidos, porém, estão muito longe de corresponder aos grandes sacrificios dispendidos.

O inconveniente das distancias subsiste sempre, de sorte que a frequencia effectiva das escolas é insignificante, as mais das vezes figurando nos mappas de frequencia numero exaggerado de matriculas, só para que as cadeiras não sejam extinctas, de accôrdo com os interesses dos respectivos regentes.

Desde a installação da Provincia em 1852 não se encontra um só relatorio dos presidentes que não reclame da Assembléa Provincial medidas de beneficio para a instrucção publica, sendo da mais absoluta justiça constatar que, não obstante as poucas rendas de então, o appello foi sempre attendido.

No fim do seculo XVIII, que foi o periodo de grande florescimento da então Capitania de S. José do Rio Negro, epocha em que Barcellos, a capital, chegou a contar mais de 4.000 habitantes e devido a organização do trabalho, baseado na riqueza agricola, ser diversa da actual, as povoações eram em maior numero e contando mais habitantes do que succede hoje, a instrucção publica teve, como tudo mais, o seu reflexo na prosperidade geral.

Ao vir o periodo de decadencia as escolas se foram fechando, umas após outras, de sorte que, ao ser installada a Provincia em 1852, estavam reduzidas a sete escolas providas, em todo o territorio, com uma frequencia apenas de 107 alumnos! Em Manáos existiam apenas duas, uma para cada sexo.

A instrucção secundaria era ministrada apenas em um seminario, instituido na capital em 1848, frequentado em 1852 por 17 alumnos.

Installada a Provincia a 1 de Janeiro de 1852, logo no dia 8 de Março do mesmo anno o presidente Tenreiro Aranha baixou o primeiro regulamento da Instrucção Publica, no tocante a ensino primario, que passou a comprehender: a educação physica, moral e intellectual com o ensino de leitura, calligraphia, doutrina christan, numeração e principaes regras de Arithmetica, Grammatica portugueza, noções de Geometria applicada ás artes, Historia natural, e do Brasil e Geographia e para o sexo feminino a mesma instrucção intellectual mais modificada e as prendas proprias do sexo.

O pessoal se compunha de um director, um vice-director, um delegado e os professores que fossem precisos nas escolas existentes, que ficavam situadas: duas na capital, uma para cada sexo, e uma, respectivamente, em Villa-Bella, Maués, Ega, Borba, Moura e Barcellos, todas para meninos. A frequencia geral era de 155 alumnos de ambos os sexos.

Posteriormente foram creadas mais tres em Silves, Serpa e S. Paulo de Olivença.

No anno seguinte (1853) o numero de escolas elevou-se a 15, tendo sido creadas mais as de Thomar, S. Gabriel, Canumá e Alvellos ou Coari.

Para attender ás necessidades do ensino profissional e pratico das creanças pobres da Provincia, em cumprimento da lei n. 60, de 21 de Agosto de 1856, foi installado em Manáos, a 25 de Março de 1858, a *Casa dos Educandos*, com 16 meninos desvalidos, estabelecimento que correspondeu plenamente aos fins a que foi destinado e que existiu até 1896.

Afim de dota-lo de mestres competentes, foram contractados em 1872, na Allemanha, 10 mestres artifices, chegando sete a Manáos. Essa experiencia louvavel, porém, deu pessimos resultados. Os mestres não só ignoravam as artes que se propunham ensinar, como tambem davam o peor exemplo na vida desregrada que levavam, embriagando-se frequentemente, a ponto de um delles ter morrido afogado, quando, nesse triste estado, procurava atravessar em canôa o igarapé dos Educandos. Dois desertaram e o governo provincial rescindiu o contracto com os quatro restantes.

Em 1863 foi installado o Lyceu, para diffusão do ensino secundario

Em 1871 já existiam na Provincia 32 escolas publicas, sendo 24 para o sexo masculino e oito para o feminino e as seguintes particulares: duas na capital, uma em Teffé, uma em Villa-Bella e uma em Manicoré, para o sexo masculino e uma na capital para o feminino.

Nessa marcha ascendente as escolas foram se abrindo em todo o territorio da Provincia, tendo o seu numero já se elevado bastante ao ser proclamada a Republica.

Na administração do presidente Theodureto Souto, foi fundado em Manáos um *Instituto Orphanologico*, para meninas, que recebeu o nome de sua exma. esposa, d. Elisa Souto. O Instituto foi installado na chacara do barão de S. Leonardo, para tal fim adquirida, aonde até hoje se conserva, com o nome de Instituto Benjamin Constant.

Nos ultimos annos da Monarchia, a instrucção secundaria, na capital, attingira a um desenvolvimento relativamente grande, sendo ministrada no Lyceu, na Escola Normal, no Seminario Episcopal e em collegios particulares, entre os quaes se destacavam o Atheneu Amazonense e o Collegio Rayol.

Com o advento da Republica, enriquecendo-se de anno para anno o Estado, ao passo que a instrucção primaria tomava impulso em todo o territorio, declinava o ensino secundario, fechando-se um depois dos outros os estabelecimentos particulares, pela preferencia que os paes davam aos collegios extrangeiros ou de outros Estados, para onde enviavam os seus filhos.

Subsistem apenas o Lyceu, com o nome de Gymnasio Amazonense, equiparado ao Nacional, pelo decreto n. 1.778, de 22 de Agosto de 1894, e a Escola Normal, aquelle com o curso do bacharelato em lettras e esta, onde os professores e professoras do Estado tiram as suas cartas.

Em compensação, outros estabelecimentos publicos e particulares foram se abrindo, de sorte que, attendendo á sua população diminuta e disseminação da mesma, pode-se affirmar que no Amazonas se trabalha pela instrucção o que é possivel, fazendo sacrificios, que não são convenientemente compensados e talvez acima das forças financeiras do Estado.

Presentemente é esta a situação desse importante problema social no Amazonas:

O ensino superior é dado na Universidade de Manáos, bello exemplo do quanto póde a vontade de um homem emprehendedor. A sua historia póde ser assim resumida: Fundada a 17 de Janeiro de 1909, com a denominação de Escola Universitaria Livre de Manáos, remodelação da Escola Livre de Instrucção Militar, creada pelo Club da Guarda Nacional a 22 de Novembro de 1908, tendo promulgado os seus estatutos a 12 de Fevereiro de 1909, installou os seus primeiros cursos a 15 de Março de 1910, adoptando a Lei Organica do Ensino Superior na Republica a 29 de Abril de 1911.

E' reconhecida pelo Estado do Amazonas pela lei n. 601, de 8 de Outubro de 1909, e considerada de utilidade publica pelo Congresso Nacional em Setembro de 1917.

A 29 de Janeiro de 1919 foi julgada idonea pelo Ministerio do Interior, pelo que alguns dos seus alumnos têm obtido guias de transferencia para outras escolas de Ensino Superior da Republica.

E' corporação autonoma, com personalidade juridica, na livre administração de seu patrimonio, gosando, entretanto, de favores federaes, estaduaes e municipaes, inclusive uma subvenção da União.

A idéa da sua fundação deve-se ao mallogrado dr. Joaquim Eulalio Gomes da Silva Chaves e é seu director geral desde a fundação o dr. Astrolabio Passos.

Estão funccionando os seguintes cursos: FACULDADE DE SCIENCIAS E LETTRAS, inteiramente de accôrdo com o programma do Collegio Pedro II.

Faculdade de Medicina, por ora com tres cursos apenas, os de *Pharmacia*, de *Odontologia* e de *Obstetricia*;

Faculdade de Engenharia, com os cursos de *Engenharia Civil*, *Agrimensura* e *Agronomia*.

Desses differentes cursos têm sahido regular numero de diplomados, que exercem a sua actividade profissional dentro do territorio do Estado. Cursaram as suas aulas em 1918, 265 alumnos, 232 em 1919 e 211 em 1920.

O ensino secundario é dado no Lyceu Amazonense, equiparado ao Collegio Pedro II; na Escola Normal, sendo annexas a esta as escolas Preparatoria e Modelo e em collegios particulares.

A Municipalidade de Manáos mantém a Escola do Commercio, onde se preparam guarda-livros e contabilistas.

O ensino pratico é dado na Escola de Aprendizes Artifices, para meninos, mantida pelo Governo Federal; no Instituto Benjamin Constant e na Escola Profissional Feminina, esta annexa á Escola Normal.

O ensino primario é dado em grupos escolares e escolas singulares, mantidas pelo governo do Estado, assim distribuidos:

Na capital: — Grupos escolares: *Barão do Rio-Branco*, com sete escolas; *José Paranaguá*, com quatro escolas; *Machado de Assis*, com duas escolas; *Antonio Bittencourt*, com cinco escolas; *Conego Azevedo*, com cinco escolas; *Francisco Antonio Monteiro*, com tres escolas; *Gonçalves Dias*, com quatro escolas; *Marechal Hermes*, com quatro escolas; *Saldanha Marinho*, com cinco escolas; *Silverio Nery*, com tres escolas; *Thomaz de Aguiar*, com tres escolas.

E em 14 escolas singulares.

No interior: — Grupos escolares: *Carlos Pinho*, em Manacapurú, com quatro escolas; *Wenceslão Braz*, em Itacoatiara, com quatro escolas; *Oswaldo Cruz*, em Humaitá, com tres escolas.

E em 73 escolas singulares, distribuidas pelas demais cidades, villas e povoações do Estado.

Estão inscriptos na Directoria Geral da Instrucção Publica 26 estabelecimentos particulares na capital e oito no interior, contando-se ainda muitos outros, em todo o territorio do Estado, sem inscripção.

As municipalidades tambem sustentam, nos respectivos municipios, escolas primarias para alumnos de ambos os sexos.

A frequencia de alumnos em todo o Estado apenas alcança o exiguo numero de 2.989, sendo 1.341 na capital e 1.648 no interior e o numero de matriculas 4.185, sendo 2.420 na capital e 1.765 no interior.

A simples comparação desses numeros deixa ver que a frequencia no interior não está bem calculada, pois não se comprehende que seja maior do que a da capital, não obstante o menor numero de matriculados.

Na capital e seus suburbios, o numero de creanças recenseadas em edade escolar é de 7.558 e no interior de 4.971, numero que deve estar muitissimo aquem da verdade; contam-se 12.529 em todo o Estado.

XIII

Agricultura, Industria e Commercio

O territorio amazonense é de todas as regiões brasileiras a mais nova em civilização. Ainda completamente desconhecido, quando já floresciam os outros futuros Estados, assim do littoral como do interior, só de 1640 em deante, depois da viagem de Pedro Teixeira, foi que começou a ser aproveitado economicamente, pelos primeiros traficantes que se aventuraram a subir o Rio Amazonas, atraz das riquezas naturaes de que a região era prodiga.

Excepção do Madeira, todos os grandes affluentes da margem direita do Amazonas ficaram completamente inexplorados até depois de 1860, epocha em que começaram a se fixar no Purús e no Juruá os primeiros homens civilizados.

A primeira riqueza explorada no Amazonas foi o cacau, nativo em todo o seu territorio, pelo que bastava apanha-lo nas margens do rio, e secca-lo ao sol, depois do que era remettido para Belém e ahi negociado.

Em seguida ao cacáu, e conjunctamente com elle, foram sendo aproveitadas outras riquezas naturaes, á proporção que iam sendo conhecidas.

A Agricultura só veio depois que se estabeleceram as primeiras aldeias de indios missionados, cujo trabalho era aproveitado á força. Aliás, em suas malocas, os Indios a praticavam, ainda que rudimentarmente, cultivando o milho, a mandioca, a macachera, o tabaco e a bananeira. Algumas tribus fiavam e teciam o algodão silvestre, com que fabricavam peças grosseiras de vestuario, a exemplo do que succedia com os Omaguas.

O padre Christobal de Acuña dá noticia de que tambem já creavam gallinhas, vindo a semente do Perú.

O commercio primitivo consistia na venda, em Belém, dos productos naturaes extrahidos no Amazonas, levados para ahi em grandes canôas ou batelões, movidos a remo, e em cujas viagens de ida e volta gastavam os traficantes seis e mais mezes.

Em 1784, quando foi mandado ao Rio Negro o naturalista dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, á frente de uma expedição scientifica, afim de estudar tudo que se referia á sua agricultura, commercio, população e manufacturas, a Capitania estava organizada, com exercito, justiça, policia, administração local, estatistica da população, producção e commercio.

A esse tempo a Agricultura de exportação da Capitania constava principalmente de anil, café e tabaco.

O algodão era apenas cultivado para o fabrico de rêdes.

Em 1786 foram remettidas para Portugal 80 arrobas de bom anil. Em 1785 exportaram-se para o Pará 1.200 arrobas de café. Os generos de extracção eram principalmente o breu, a salsa, o cacau, o pixuri, o balsamo de unemi, a piassaba, madeiras, etc.

A principal manufactura era da manteiga da tartaruga, seguindo-se-lhe a loiça fabricada em olarias, rêdes de algodão e maqueiras, cuias e chapéus, guaraná, mel de engenho, aguardente de canna, etc.

No periodo aureo dos tempos coloniaes, que foi o das administrações do general João Pereira Caldas e do coronel Manuel da Gama Lobo de Almada (esta sobretudo), a agricultura comprehendia o anil (cultura iniciada na administração Caldas), o algodão, o arroz, o cacau, o café e o tabaco.

A exportação de anil em 1797 excedia a 1.400 arrobas.

Seis fabricas distribuidas pela Barra, Barcellos, Carvoeiro, Moura, Curiana e Loreto teciam excellentes pannos de algodão, cujo excedente das necessidades da Capitania era exportado para as comarcas do Pará.

Na villa da Barra funccionava uma fabrica de vellas de cera, que attendia ao consumo das egrejas de toda a Capitania e uma olaria, onde se fabricavam telhas e ladrilhos.

O Rio Branco contava tres fazendas de gado.

Na Barra um arsenal naval estava sempre em actividade... O commercio era importante. Os rendimentos da Capitania davam para pagamento de todo o funccionalismo, da guarnição militar, cerca de trezentas praças de linha, e para o dispendio com as fortificações das fronteiras.

As artes haviam tambem recebido promissor impulso sobresahindo a musica, que se havia quasi generalizado em toda a Capitania.

Com a retirada de Lobo de Almada em 1799 começa o declinio.

O braço indio, como era natural, foi sempre o primeiro elemento com que contaram os primeiros desbravadores das riquezas locaes.

Uma vez aldeiados os Indios, em torno das povoações nascentes, foi se desenvolvendo uma pequena agricultura de cereaes, ainda que limitada ás necessidades do pequeno meio.

O commercio, porém, era feito apenas com os productos naturaes, como o cacau, o cravo, a salsa, etc.

Com o povoamento do Rio Negro e das terras do baixo Amazonas, a agricultura tomou maior impulso, chegando a concorrer para a exportação com apreciaveis quantidades. Entre os productos de cultura sobresahiam o algodão, o café, o tabaco e o anil. A primeira chegou a ser tão prospera que dava para alimentar seis casas de fiação, existentes nas povoações do Rio Negro, das quaes sahia o panno grosso de que se proviam os habitantes da região, ficando ainda sobras para exportar.

O Rio Negro foi um dos primeiros logares do Brasil, onde se cultivou o café. Ainda hoje, já cobertos pela floresta, se encontram pés da famosa rubiacea nos arredores de Ayrão e Tauapessassú, restos abandonados das culturas que alli existiram.

O anil amazonense era dos melhores cotados nos mercados extrangeiros, pela sua excellente qualidade. O tabaco, por sua vez, teve fama.

Essa agricultura, como tudo no Amazonas, era feita com o braço escravizado do Indio, pelo que a sua prosperidade foi ephemera e decahiu logo que aquella escravidão cessou, facto occorrido ainda no tempo colonial. Além da agricultura, sempre florescu no Amazonas a industria da secca do *pirarucú*, magnifico peixe abundantissimo em todos os rios da bacia amazonica e que substitue, talvez com vantangens, o bacalháu.

Em menor escala, fabricavam-se tambem a manteiga da tartaruga e a mixira do peixe-boi, aquella obtida com a gordura dos ovos do conhecido chelonio e esta com a conserva da carne do grande mammifero aquatico na sua propria gordura.

O pirarucú secco e a mixira do peixe-boi ainda hoje são preparados, estando reservado áquelle importante papel na vida economica do Amazonas, pois tem margem para grande desenvolvimento.

A manteiga da tartaruga já se não fabrica hoje, pela sua absoluta inutilidade, pois o seu emprego era apenas como combustivel, cedendo o seu logar ao kerozene. A essa industria deve ser attribuida em grande parte a diminuição visivel que se observa nas tartarugas do Amazonas, se comparada a sua abundancia antiga, com a relativa escassez de hoje.

Em resumo, póde-se dizer que o Amazonas começou a sua vida economica pela extracção de productos naturaes, passando depois a uma phase agricola de relativa prosperidade, afinal dominada novamente pela industria meramente extractiva, em que até hoje se conserva.

Em 1830, por exemplo, os maiores factores da exportação do Estado eram o café e o tabaco, aquelle entrando com 6.200 e este com 5.643 arrobas, ao passo que o cacau (a esse tempo ainda pouco cultivado) figurava apenas com 2.300 arrobas e a salsa com *nihil*.

Trinta annos depois, em 1860, já a exportação do café cahia a 270 arrobas e a do tabaco a 2.270, ao passo que a do cacau subia a 11.975.

O presidente Ferreira Penna, em seu *Relatorio* lido perante a Assembléa Provincial em 1853, assim descreve a situação economica do Amazonas naquelle tempo:

> «A pescaria e salga do peixe, principalmente do *pirarucú*, o fabrico da manteiga de peixe-boi e dos ovos de tartaruga, de que se usa commummente, não só para a illuminação mas tambem como tempero de comida; a extracção do oleo de copahiba; a colheita do breu, do cravo, do cacau, das castanhas, da estopa, da piassaba e da salsaparrilha; a cultura e preparação do tabaco e do guaraná; o tecimento de rêdes de algodão, de palha e de fibras de diversas palmeiras; a plantação do milho, feijão e mandioca em quantidade apenas sufficiente para o consumo; taes são os principaes ramos da industria da Provincia, taes os artigos da sua mais consideravel exportação para o Pará, donde alguns são conduzidos para fóra do Imperio.
>
> Entre elles vai tambem avultando a gomma elastica, que ainda ha bem poucos annos não se aproveitava, e que, sendo abundantissima nas margens do Solimões e de outros rios, poderá tornar-se objecto de valioso commercio, como o tem sido naquella Provincia.»

*

Em 1861 começa a figurar nos quadros da exportação a salsa com 1.793 arrobas e a borracha já apparece com 16.777.

Vejamos, em rapidos traços, a historia desse extraordinario producto, equiparado ao oiro no seu valor:

A industria brasileira da borracha deve sua origem aos indigenas do Amazonas, que muitos seculos antes do descobrimento já a utilizavam em diversos misteres domesticos.

Orviedo y Valle, na sua *Historia Universal de las Indias*, já dá noticia desse facto.

A primeira amostra, porém, de borracha foi enviada em 1736 por La Condamine, com o nome de *caoutchouc* que lhe davam os indios cambebas ou omaguas, no decurso da sua viagem de exploração scientifica, de que foi encarregado pela Academia de Paris.

A primeira applicação pratica da borracha é devida a Priestley, que em 1770 descobriu que a mesma apagava os vestigios do lapis sobre o papel. A sua applicação a capas de borracha foi devido a Charles Mac-Intosh, que em 1823 descobriu ser a mesma soluvel em benzina. A vulcanização, isto é, a sua mistura com o enxofre, descoberta em 1854 por Charles Goodyear, é o ponto de partida da sua grande utilização industrial.

Ha diversas variedades de seringueiras: a branca, a vermelha, a barriguda, a tapurú, mais parecida com a ficus elastica, provavelmente uma variedade da *hevea guianens*, e e a negra.

Na qualidade do producto occupa o primeiro logar o extrahido da variedade negra, vindo em seguida o da branca, tapurú e vermelha, na ordem em que estão enumeradas.

A barriguda produz mais abundantemente, mas falta elasticidade ao producto.

A borracha da hevea negra é que dá a qualidade fina, e as outras a fraca. Aquella cresce commummente nos logares seccos ou só por excepção inundados, ao passo que as outras em terras alagadiças, ás vezes ficando com as raizes constantemente abaixo do nivel das aguas.

A circumferencia do tronco das seringueiras varia com os logares, bem assim, como a sua altura.

No baixo Amazonas têm geralmente, a tres pés acima do sólo, de 40 a 50 pollegadas de circumferencia e de 50 a 80 pés de altura. No Madeira e no Purús apresentam 150 pollegadas e 120 pés.

No Xingú, Akers encontrou uma seringueira com a circumferencia de 207 pollegadas.

As seringueiras vivem mais de 100 annos. A maturidade completa varia tambem com os logares, mas em regra é alcançada aos 30 annos. A producção média de cada arvore é de 7 libras por anno.

As arvores florescem em Agosto e Setembro e fructificam em Janeiro e Fevereiro. O segundo periodo de florescencia começa em fins de Outubro e finaliza em Novembro, mas com pouco aproveitamento de sementes.

Wichman, em 1876, levou para o Oriente sementes de seringueira, da especie branca.

No Rio Gurupi e na faixa occidental do Maranhão, entre aquelle rio e o Pindaré, as seringueiras nativas são abundantes e do lado do Sul no planalto dos Parecis e centro de Matto-Grosso e no alto valle do Rio Paraguai, até proximamente o 16º de lat. S, sendo que nos Parecis é onde existem os maiores e mais densos seringaes do Brasil, não obstante a salubridade e benignidade do clima.

Paul Lecointe calculou em 150 milhões o numero de seringueiras silvestres do Brasil, numero que Labroy elevou a 300 milhões, sendo apenas de 6 % as exploradas.

A industria extractiva da borracha inicia o periodo de maior prosperidade do Amazonas. Logo no exercicio de 1863 a 1864, para um total de 993:256$625, em quanto montou a exportação da então Provincia, só a seringa representa 512:575$, ou 60 %, precedencia que se accentuou cada vez mais, chegando quasi a vida economica da região a resumir-se nesse precioso producto, grande mal de que hoje o Estado está soffrendo as mais duras consequencias.

Obtendo o producto nos mercados consumidores magnifica collocação, pago sempre a preços elevados, para a industria extractiva da borracha foram-se desviando todas as attenções e braços, por ser ella a que offerecia maior compensação ao trabalho.

Essa distracção dos braços da agricultura para a extracção da borracha sempre mereceu censuras dos presidentes da Provincia, que nisso viam um mal.

Tão acceito, mesmo, já era esse ponto de vista, que Barbosa Rodrigues, na sua narrativa sobre a exploração do Rio Urubú, ao descrever as grandes riquezas naturaes do rio, deu como a maior de todas, a não existencia da arvore da seringa.

Todos os presidentes, constatando embora o augmento de rendas que a industria extractiva da seringa revelava de anno para anno, não se cançavam de mostrar os perigos dessa prosperidade e aconselhavam o povo a que voltasse os seus olhos para a agricultura.

O abandono desta não se operou bruscamente. A principio a borracha foi explorada conjunctamente com a agricultura, subindo o trabalhador para os seringaes na epocha do fabrico e, terminado este, regressava ao cultivo das suas roças, de onde tirava quasi tudo o que precisava para se alimentar. Organizando por essa fórma o trabalho, quasi tudo quanto o trabalhador apurava na venda da borracha que produzia era lucro liquido, pelo que 1$ ou 1$500 que obtivesse pelo kilo daya magnifica compensação.

O augmento cada vez maior do consumo do producto determinou a sua elevação a tal ponto, que ninguem mais quiz saber de outra coisa. A borracha monopolizou tudo, desorganizando-se completamente as outras industrias, que já floresciam ou se iniciavam auspiciosamente na região.

Veio então a epocha de verdadeiro encilhamento. Governo e particulares, deslumbrados pela riqueza, não tiveram mãos nos seus gastos, e Manáos, perdida em pleno coração da floresta amazonica, distante mais de 900 milhas da costa maritima, tornou-se cidade de prazeres e de luxo, attrahindo aventureiros de variados matizes, homens e mulheres, nacionaes e extrangeiros, todos atraz da fortuna rapida e facil, quasi sempre bem succedidos.

Os sertanejos do Nordéste, periodicamente perseguidos pelas seccas, sem poderem prosperar em sua terra e animados desse espirito de aventura que lhes é caracteristico, affluiam aos milhares para o valle do Amazonas, infiltrando-se por elle em todas as direcções, onde tinham noticia da existencia de seringaes a desbravar, e escrevendo, assim, inconscientemente, uma das mais, senão a mais bella pagina da Historia brasileira.

Milhares deixaram as cruzes toscas das suas sepulturas demarcando o caminho por onde passaram, mas isso não fez recuar os seus companheiros, nem a vinda de novas levas.

Povoaram-se os rios já conhecidos, descobriram-se novos e a floresta amazonica, apenas com uma arvore da sua flora, tornou-se o maior laboratorio de riqueza do mundo, se comparado o immenso valor do producto exportado ao pequeno numero dos que o produziam.

O desproposito da riqueza, porém, tinha de ser a causa da sua ruina, pela imprevidencia dos que a exploravam, sem quererem ver o perigo que os ameaçava.

Povos mais bem organizados e dispondo de capitaes para tentarem a arrojada iniciativa resolveram antepôr á seringueira silvestre do Brasil immensos seringaes de plantação nas suas colonias da Asia e Oceania.

Nós deixamos, criminosamente, que levassem toneladas e mais toneladas de sementes de seringueiras.

Ninguem acreditava na possibilidade do successo de taes empresas e, quando alguma voz se levantava mais alarmada, todos davam de hombros e sorriam, superiormente, de tão infantis temores.

O resultado de tanta imprevidencia não se fez esperar muito tempo. Os seringaes de plantação do Oriente concorreram pela primeira vez ao mercado de borracha em 1900 com 4 toneladas; em 1907 com 1.000; em 1913 com 44.618; em 1915 com 107.827; em 1917 com 213.070; em 1919 com 285.225.

Neste anno de 1920 deverão levar ao mercado 330.000 toneladas; 480.000 em 1923 e 600.000 em 1925, segundo as estimativas.

As plantações não cessaram, já existindo presentemente 2.900.000 acres plantados, que deverão se elevar a 3.800.000 em 1925, parecendo que só encontrarão limite, para o futuro, nas proprias necessidades do consumo.

Dispondo de mão de obra baratissima, o *coolie*, trabalhando com os mais aperfeiçoados methodos scientificos, assim nos processos de plantação da seringueira, como na colheita do latex e preparo da borracha, não sujeitos a impostos de exportação vexativos e a transportes onerosissimos, os seringaes de plantação levam todas as vantagens sobre os nossos, pelo que lhes têm feito uma concorrencia mortal, tendente a aggravar-se de dia para dia.

Senhores ainda do monopolio do producto até 1910; em 1915, para uma producção mundial de 158.002 toneladas, as plantanções do Oriente já entravam com 107.867, deslocando-se completamente a nossa situação.

A industria extractiva da borracha no Brasil attingiu ao seu apogeu em 1910, produzindo 40.000 toneladas, vendidas pela somma phantastica de 376.972:860$, então representativa de 39.09 % do total de toda a exportação brasileira, que foi de 939.413:449$000!

Chegou-se a vender um kilo de borracha, com cambio de 16 dinheiros, a 17$200!

De 1911 em deante, a producção exportada, a principio estacionaria, começou a decrescer, decrescendo tambem os preços. Em 1913 aquella foi de 36.232 toneladas; de 31.495 em 1916; de 33.998 em 1917; attingindo ao seu minimo em 1918 apenas com 22.662 (o que se deve attribuir a difficuldades de transporte), para subir outra vez a 33.252 toneladas em 1919.

Os seus valores foram, respectivamente, de 155.631:000$; 152.239:000$; 144.080:000$; 73.728:000$ e 105.537:000$000.

Ha muitos annos a borracha figura como o segundo producto em valor nos quadros das nossas exportações, situação que, apesar de tudo, ainda mantém até hoje, mas que brevemente perderá a correrem as coisas como vão.

Na sua lucta contra o producto de plantação lhe tem valido, para a resistencia que ainda está offerecendo, a sua melhor qualidade na duração e na resistencia.

Ha certos artefactos que não dispensam uma certa porção da nossa borracha e a essa superioridade devemos ainda não termos sido completamente escorraçados do mercado.

A culpa dessa angustiosa situação cabe, sem duvida, em parte aos productores, mas em muito maior porção aos nossos governos.

A organização do trabalho, orientada para um producto unico, que offerecia vantagens como nenhum outro nem approximadamente o poderia fazer, era natural que fosse a que foi, porque a borracha dando para tudo, com esforço menor, não se poderia exigir do trabalhador que empregasse a sua actividade em outro producto, que exigia mais trabalho e offerecia menos vantagens.

Aos governos é que cabia acompanhar o que se estava passando no Oriente, com os seringaes de plantação, e tomar as providencias urgentes que o caso requeria.

Nada se fez, porém, até 1911, justamente a epocha melhor de agir, que era aquella em que os immensos capitaes empatados nas plantações de Ceylão e Malasia ainda estavam improductivos, esperando que as seringueiras podessem ser trabalhadas.

Ao espirito esclarecido do dr. Pedro de Toledo, estadista de grande descortino, então ministro da Agricultura, deve-se a votação da chamada Lei da Defesa da Borracha, em 1911, seguida dos decretos n. 2.543 A, de 5 de Janeiro de 1912, e n. 9.521, de 17 de Abril do mesmo anno, nos quaes estava traçado um plano completo de defesa economica do nosso producto.

Quando começavam a ser postas em execução as medidas contidas nesse plano, os defeitos da nossa educação politica o inutilizaram e as coisas continuaram como dantes.

O aperfeiçoamento cada vez maior do preparo da borracha no Oriente já nivelou seus preços de venda com os da nossa e a tendencia é para sobrepuja-los.

Ha de ser difficil á borracha brasileira supportar a concorrencia, quando o preço médio do kilo vier abaixo de 2$500, o que não parece estar muito longe.

O nosso seringueiro tem resistido até hoje com uma heroicidade que lhe faz honra, por iniciativa propria, sem nenhuma assistencia official. Acostumado a gastar com prodigalidade, tornou-se economico e já está produzindo, para o proprio consumo, muitas das mercadorias que dantes importava. Nota-se que a tendencia da industria extractiva da borracha no Amazonas é voltar ao systema antigo, isto é, ser a occupação do trabalhador na epocha secca, ficando o resto do seu tempo dedicado á agricultura, de cujo auxilio aquella não póde mais prescindir para poder viver. Ou isso, ou então a reproducção no valle do Amazonas do que se fez no Oriente: grandes plantações de seringaes em logares de facil accesso e o preparo do producto por processos scientificos.

Para a segunda hypothese são necessarios grandes capitaes de que a região, hoje empobrecida, não dispõe. E como não se póde saber se capitaes se encaminharão para lá, com esse fim, o mais certo é perseverar na primeira, emquanto se fundam novas riquezas.

O quadro que se segue, com a eloquencia dos numeros, diz o que tem sido a borracha na vida economica e financeira do Amazonas, mostrando a sua evolução, com as curvas maxima e minima de preços.

Logo em seguida á borracha, vem a castanha, vulgarmente chamada do Pará, como o segundo producto da exportação amazonense.

Os castanhaes nativos do Estado constituem uma das suas maiores riquezas, não estando ainda convenientemente explorados.

Conviria irem-se fazendo desde já grandes plantações de castanheiras (*Bertholetia excelsa*) e sapucaia (*Lecythes ollaria*), para não lhes occorrer sorte egual a da hevea.

O consumo do producto é cada vez maior, devendo augmentar sempre, pelas suas grandes propriedades alimenticias, além do magnifico e finissimo oleo que se póde extrahir das nozes.

A Assembléa Legislativa do Estado votou em 1919 uma lei prohibindo a venda de castanhaes existentes em terras ainda devolutas, sendo permittido apenas o seu arrendamento.

A medida, além de outras vantagens faceis de comprehender, tem sobretudo a de obrigar o plantio da arvore aos que desejarem ser proprietarios de castanhaes.

Quadro da exportação de borracha da antiga Provincia e Estado do Amazonas, de 1852 a 1919

EXERCICIOS	QUANTIDADE EM KILOGRAMMAS	VALOR EM RÉIS	IMPOSTOS — PROVINCIAL E ESTADUAL		IMPOSTOS DOS GOVERNOS GERAL E FEDERAL	
			%	Valor em réis	%	Valor em réis
1852	—	—	5 %	474$883	7 %	664$766
1853-1854	13.307	9:496$660	5 %	4:304$580	7 %	6:026$312
1855	121.217	86:091$606	10 %	20:334$985	7 %	14:234$489
1856	234.863	203:349$850	10 %	13:398$907	7 %	9:379$235
1857	208.268	133:989$072	10 %	11:310$291	7 %	7:917$203
1858	112.340	113:102$910	10 %	10:773$846	7 %	7:541$692
1859	123.895	107:378$460	10 %	22:979$225	7 %	16:085$457
1860	204.646	229:792$250	10 %	22:268$938	7 %	15:588$256
1861	246.459	222:689$382	10 %	32:131$552	7 %	22:632$086
1862	288.337	323:315$524	10 %	28:454$634	7 %	19:918$244
1863 (1º semestre)	314.350	284:546$344	10 %	51:256$500	7 %	35:880$250
1863-1864	549.375	512:575$000	10 %	62:684$640	7 %	43:879$248
1864-1865	620.640	626:846$400	15 %	117:200$183	7 %	54:693$419
1865-1866	703.905	781:334$550	12 %	108:649$950	7 %	63:378$612
1866-1867	775.170	905:408$750	12 %	136:864$772	7 %	79:375$783
1867-1868	870.675	1.140:539$760	12 %	181:555$030	7 %	105:907$101
1868-1869	990.030	1.512:958$891	12 %	248:339$625	9 %	144:907$781
1869-1870	1.096.278	2.069:496$881	10 %	230:504$391	9 %	207:453$952
1870-1871	1.360.575	2.305:043$915	12 %	323:931$553	9 %	242:948$665
1871-1872	1.588.136	2.699:295$613	12 %	425:086$933	9 %	318:815$200
1872-1873	2.011.137	3.542:391$121	12 %	380:350$615	9 %	285:262$961
1873-1874	1.906.587	3.169:588$459	10 %	297:447$300	9 %	267:702$570
1874-1875	2.193.196	2.974:473$000	12 %	339:418$624	9 %	254:363$967
1875-1876	2.164.324	2.828:488$533	12 %	386:144$801	9 %	289:608$608
1876-1877	2.366.684	3.217:873$425	12 %	382:511$200	9 %	286:882$650
1877-1878	2.573.396	3.187:585$000	12 %	436:290$043	9 %	327:217$532
1878-1879	2.773.863	3.635:750$361	10 %	658:120$263	9 %	592:308$237
1879-1880	2.805.425	6.581:202$635	9 %	583:694$516	9 %	583:694$516
1880-1881	2.917.420	6.485:494$625	9 %	859:095$765	9 %	859:095$765
1881-1882	4.347.358	9.545:508$500	9 %	1.106:506$246	9 %	1.106:506$246
1882-1883	3.696.666	12.294:513$846	9 %	1.175:750$927	9 %	1.065:296$052
1883-1884	3.953.252	13.063:999$198	9 %	967:807$800	9 %	967:807$800
1884-1885	4.547.971	10.753:420$000	10 %	1.037:304$000	9 %	933:573$600
1885-1886	5.508.784	10.373:040$000	10 %	1.357:098$800	9 %	1.221:388$650
1886-1887	6.177.053	13.570:985$000	10 %	798:503$000	9 %	718:652$700
1887 (2º semestre)	3.372.053	7.985:030$000	10 %	1.309:224$700	9 %	1.259:302$230
1888	6.011.432	13.992:247$000	10 %	1.285:394$200	9 %	1.156:854$780
1889	7.818.700	12.853:942$000	10 %	1.368:470$800	9 %	1.630:913$940
1890	10.710.813	18.121:266$000	10, 6 %			
1891	9.345.539	24.391:856$000	10, 6 % 1º sem. 20,17 % 2º sem.	3.558:646$800	9 %	2.195:366$940
1892	11.775.843	38.954:488$000	20,17 %	5.268:347$240	9 %	3.505:903$920
1893	10.809.488	40.222:104$000	20,17 %	7.249:548$302		
1894	11.661.379	50.307:189$000	20,17 %	7.583:983$418		
1895 (1º semestre) 1895-1896	19.583.904	85.249:937$513	20,17 %	14.450:837$819		
1896-1897	12.385.768	70.101:297$000	21,18 %	13.420:819$518		
1897-1898 1898 (2º semestre)	12.905.346	105.616:924$000	21,18, 5 %	25.893:418$982		
1899	11.241.302	115.012:247$934	21,18 %	22.368:636$830		
1900	14.581.880	102.440:139$666	21,18 %	20.188:204$101		
1901	15.694.041	97.033:198$000	21,18 %	15.130:950$153		
1902	13.711.061	75.256:190$000	20 %	12.115:619$076		
1903	16.509.677	112.889:915$000	20 %	16.666:608$784		
1904	13.554.652	83.558:211$448	20 %	16.760:980$543		
1905	11.165.937	66.218:600$955	20, 7 %	12.746:288$711		
1906	10.283.674	59.703:465$132	20, 7 %	11.397:574$223		
1907	10.221.628	60.899:793$784	20, 7 %	11.374:726$475		
1908	9.975.664	49.495:824$390	20, 7 %	8.358:004$572		
1909	10.193.079	79.266:115$290	18, 7 %	13.310:487$569		
1910	9.879.688	85.752:449$199	18, 7 %	14.629:452$543		
1911	8.765.427	58.710:378$958	18,10, 7 %	9.999:031$526		
1912	10.756.256	57.458:582$855	18,10, 7 %	9.824:010$705		
1913	8.552.308	33.678:989$596	18 7/4 %	5.808:619$728		
1914	8.694.407	28.050:398$630	18 7/4 %	4.768:154$107		
1915	8.711.502	32.441:242$885	15 7/4 %	4.551:115$736		
1916	8.092.437	37.993:611$504	15 7/4 %	5.349:257$242		
1917	8.643.919	34.531:998$400	15 7/4 %	4.883:225$139		
1918	6.489.941	21.095:207$189	10 7/4 %	2.068:032$938		
1919	7.521.033	23.519:625$332	10 7/4 %	2.250:903$904		

N. B. —Além das taxas acima, de exportação, foi sempre a borracha sujeita a identico imposto municipal. Este imposto não era uniforme, cobrando cada municipio a taxa que annualmente consignava em seu orçamento. Assim, de 1852 a 1896, variava de 1 a 3 %; uniformizados os impostos, foi estabelecida a taxa média de 2,26 %; em 1908 e 1909 baixou a taxa para 1 %; em 1910 foi novamente creada a taxa commum a todos os municipios de 2,26 %, a qual vigora até hoje,

A colheita, presentemente, é feita por um processo puramente mechanico, depois que os ouriços se desprendem da arvore. Sendo esta de grande altura (attinge ás vezes 30 m.), é um perigo ficar debaixo da castanheira na epocha da queda dos ouriços, já se tendo registado innumeras perdas de vida devido a essa imprudencia.

A castanheira vegeta unicamente em terrenos altos e fortes, ao contrario da sapucaia que é encontrada tanto nesses terrenos como nas varzeas, mesmo as que alagam periodicamente. Esta é melhor reputada nos mercados consumidores, pelo que obtem preços mais elevados.

As arvores tornam-se adultas aos 10 annos, quando começam a dar fructos.

Depois da conflagração européa o preço da castanha subiu de modo nunca visto, chegando a ser vendido o hectolitro a 90$000.

A producção é alternativa, no sentido de a um grande fabrico succeder sempre um pequeno e vice-versa.

O Amazonas regula produzir, nos annos bons, perto de 300.000 hectolitros de castanhas, sobre os quaes é cobrado imposto de 15 % *ad-valorem*. Nos tres ultimos annos a estatistica da exportação da castanha accusou os seguintes dados:

	Hectolitros	Valor
1917	186.196	3.552:101$306
1918	53.141	1.130:262$915
1919	289.821	8.462:821$525

A agricultura já foi e terá de ser a principal riqueza do Amazonas, pela fertilidade incomparavel das suas terras.

As culturas do arroz, milho, feijão, mandioca, batatas, canna de assucar, cevadinha, fumo, cacau, café, algodão, fructas, etc., adaptam-se perfeitamente á região, sendo que o arroz, o milho, a mandioca, a batata, o fumo, o cacau e o algodão foram encontrados em estado nativo pelos primeiros exploradores que a visitaram.

Abandonada completamente na febre do periodo extractivo da borracha, pelas maiores vantagens que esta offerecia ao trabalhador, para ella estão se voltando novamente as vistas da população, havendo uma agricultura já relativamente desenvolvida nos arredores de Manáos e em menor escala noutros logares.

O Amazonas, que tudo importava dantes, já se vai provendo a si mesmo de grande parte dos productos de consumo necessario e, se perseverarem nesse bom caminho os agricultores amazonenses, em breve passará a exportador do que exceder ás suas necessidades, a exemplo do que já está succedendo no Territorio do Acre.

Entre os productos agricolas do Amazonas figura em primeiro logar o cacau que ainda se apresenta na estatistica de exportação com quantidades apreciaveis.

A principio, riqueza meramente extractiva colhida nas arvores silvestres, passou depois a agricóla, tendo-se feito grandes plantações de cacauaes, sobretudo na região do Baixo-Amazonas.

A febre da borracha influiu tambem sobre o cacau, cuja exploração entrou desde logo em franca decadencia. Sem o trato necessario os cacauaes perderam muito da sua capacidade productora, sendo lastimavel o estado de abandono em que se encontram hoje.

Porque a planta seja originaria do valle do Amazonas, onde são encontradas diversas variedades em estado silvestre, nenhuma região melhor se presta para a sua cultura do que a do seu *habitat*. Entretanto, é a Bahia que a cultiva em grande escala, sendo o cacau um dos seus productos de maior exportação.

Com a depreciação da borracha, é provavel que se voltem novamente as vistas dos agricultores amazonenses para essa grande riqueza, de que poderia ter o monopolio mundial, ou ser, pelo menos, o seu maior productor.

A exportação do cacau amazonense foi a seguinte nos tres ultimos annos:

	Kilos	Valor
1917	2.273.556	1.565:136$840
1918	647.835	382:581$100
1919	860.349	606:198$200

A baixa no volume da producção é reflexo da baixa do preço encontrado pelo producto nos mercados consumidores.

*

A pecuaria é outra industria de largo futuro no Estado. Explorada no Rio Branco e nos campos do Baixo-Amazonas desde o tempo colonial, não teve o desenvolvimento que poderia alcançar, devido ao atrazo dos processos de creação adoptados pelos fazendeiros.

As primeiras cabeças de gado conduzidas para o Rio Branco foram as apprehendidas nas missões hispanholas do Solimões, quando os portuguezes as expulsaram de lá.

Em 1852 existiam no Rio Branco duas fazendas nacionaes, com 2.111 cabeças de gado vaccum e cavallar e algumas fazendolas particulares com 675 cabeças. Em 1864 aquellas já contavam 8.720 cabeças de gado vaccum e 788 de cavallar e existiam quatro grandes fazendas particulares com 5.800 cabeças, além de outras menores.

A lei provincial n. 182, de 14 de Julho de 1868, garantiu o premio de 2:000$ a todo individuo que, dentro do prazo de 10 annos, estabelecesse fazendas de gado vaccum nas proximidades das villas e freguezias da Provincia, logo que amansassem de 30 cabeças para cima. O 1º premio foi pago em 1872 a Sebastião Roberto, creador no municipio de Manáos, no logar denominado "Manacapurú".

Calcula-se em 300.000 cabeças de vaccum e em 10.000 de cavallar o gado existente hoje no Rio Branco e em 100.000 o dos municipios do Baixo-Amazonas.

O Estado, porém, tem capacidade para crear dezenas de milhões de cabeças, nos immensos campos naturaes que se encontram em seu territorio.

O zebú e o caracú se acclimam perfeitamente no Amazonas, conforme experiencias já feitas por alguns fazendeiros adeantados do Rio Branco, coroadas do maior successo.

O gado do Rio Branco, apesar de creado no mais completo abandono, offerece maior peso do que o do Nordéste brasileiro, havendo tudo a esperar do seu cruzamento com a raça caracú, de que resultará um typo aperfeiçoado em magnificas condições economicas.

*

Desde os primeiros tempos da occupação, que se explora no Amazonas a industria da pesc ae seccagem do *pirarucú*, a principio, em escala reduzida, apenas para as necessidades locaes, passando-se depois a exportar o excedente.

Percorrendo-se as estatisticas antigas, encontra-se sempre, figurando em um dos primeiros logares, o peixe secco entre os productos: 13.640 arrobas em 1830; 53.200 em 1860; 56.740 em 1861. O valor da exportação no anno de 1864 já alcançava 221:220$400.

Essa industria está por tal fórma radicada no Amazonas que nem mesmo a febre da borracha, no seu periodo maximo, conseguiu faze-la desapparecer, o que quer dizer que offerece reaes vantagens a quem a explora, apesar dos processos rotineiros empregados, sem a menor orientação scientifica.

Margem tem ella para um grande desenvolvimento, pois a materia prima é abundante e póde tornar-se cada vez mais. O pirarucú é encontrado em todos os rios amazonenses e nada impede que se façam culturas artificiaes delle, aproveitando para isso certos lagos da região.

O que é indispensavel, desde logo, é reprimir o modo anti-economico e barbaro porque é feita a pesca actualmente, se quizermos, em futuro não muito remoto, contar ainda com essa inestimavel riqueza.

O pirarucú substitue perfeitamente o bacalhau, havendo quem o prefira a este.

Durante a guerra, teve regular acceitação nos mercados do Sul e mesmo nos extrangeiros e só não teve mais pelo abuso dos intermediarios nos preços com que o vendiam aos consumidores.

A exportação do pirarucú apresenta os seguintes numeros nos tres ultimos annos:

	Kilos	Valor
1917	2.108.378	1.717:281$100
1918	1.556.390	1.646:780$330
1919	1.245.636	1.461:242$600

O consumo interno é enorme.

Industria puramente local do Municipio de Maués é a do preparo do guaraná, producto extrahido da fava que dá a trepadeira desse nome, com qualidades tonicas, nutritivas e estimulantes de primeira ordem, já hoje aproveitadas em diversos preparados pharmaceuticos.

Os seus maiores consumidores actuaes são os Goianos e Matto-grossenses, que o usam diariamente, tirando magnificos resultados.

Os processos usados no preparo do producto ainda são os mais atrazados, os mesmos aprendidos dos Indios.

Aperfeiçoados que elles sejam, bem assim os da cultura da trepadeira, barateado o custo da producção, o augmento do consumo do guaraná tomará grandes proporções, por ser uma coisa funcção da outra, tratando-se de um producto de tamanha utilidade, podendo vir a ser ainda uma das maiores riquezas do Estado.

A producção de guaraná, annualmente, é superior a 40.000 kg. tendo sido de 51.812, 41.131 e 41.204, respectivamente, em 1917, 1918 e 1919, que produziram as sommas de 360:837$500, 398:094$ e 398:936$000.

O preço médio é de 10$ pelo kilo, já tendo attingido até a 30$000.

*

A reserva florestal do Amazonas é inexgottavel, porque de florestas é coberto quasi todo o seu immenso territorio.

Alli se encontram as mais preciosas essencias, para toda especie de construcções e obras de marcenaria.

Devido ás difficuldades de transportes essa grande riqueza ainda não póde ser convenientemente explorada, como já o está sendo no Pará. Mas se-lo-á, infallivelmente, em um futuro proximo, tendo começado já a exportação de madeiras amazonenses para a Europa e o Sul da Republica, não obstante os fretes elevadissimos que pagam, principalmente os cobrados pelo Lloyd Brasileiro.

Presentemente, funccionam no Estado apenas seis serrarias em Manáos e outras em Itacoatiara, Manacapurú e Porto Velho, quasi todas occupadas em serrar seringueiras barrigudas para o preparo das caixas empregadas na embalagem da borracha a exportar, e a beneficiar os cedros pescados no Rio Madeira.

Em Manáos já se fabricam moveis do mais apurado gosto artistico. Constroem-se tambem batelões e cascos de lanchas para o serviço de transportes nos rios da região.

Como é de suppor, Manáos é o maior centro industrial do Estado. Entre os seus estabelecimentos industriaes contam-se a Fabrica de Cerveja Amazonense, uma das mais bem montadas da America do Sul e uma fundição, com regular carreira, para a construcção de pequenas embarcações e reparos das que fazem a navegação usual nos rios amazonenses.

Inicia-se agora no Estado a industria assucareira, pela montagem nos arredores de Manáos de uma pequena uzina. Tambem está em promissor inicio a industria de lacticinios, já se fabricando em algumas fazendas queijo e manteiga, que apparecem a preços razoaveis no mercado de Manáos.

Contam-se ainda uma fabrica de gelo, seis officinas mechanicas, cinco fabricas de bebidas, diversas olarias, uma fabrica de pregos de arame, uma de saccos de papel, 10 de cigarros, seis de malas, 16 padarias, oito torrações, sete funilarias, cinco typographias, sendo que a do *Diario Official* magnificamente apparelhada para executar qualquer obra graphica, diversas fabricas de moveis artisticos, etc.

Nos estaleires da "Manáos Engeneering Company" já têm sido construidas lanchas de casco de ferro e soffrido concertos geraes até navios de guerra das marinhas brasileira e peruana.

As industrias manufactureiras, que chegaram a relativo desenvolvimento no periodo colonial, como já vimos, haviam quasi desapparecido ao ser installada a Provincia em 1852, subsistindo apenas a do tecimento de cordas e rêdes (maqueiras) com a fibra de certas palmeiras.

A decadencia chegou a ponto de ter a Provincia necessidade de importar da Venezuela madeiras e taboados, para as construcções civis e navaes!

A administração provincial, desde logo, procurou reerguc-las, por meio de concessões e favores. O presidente Adolpho de Barros mandou vir machinas para descaroçar e enfardar algodão, das quaes chegaram tres.

Em 1866 foram inauguradas em Manáos a primeira olaria a vapor, de propriedade do coronel Monteiro Tapajós e uma saboaria, gosando ambas de isempções de direitos.

A 29 de Junho desse anno teve logar em Manáos a primeira exposição de productos naturaes da Provincia, artefactos indigenas e, em menor numero, objectos pertencentes a industrias e artes.

O presidente Epaminondas de Mello, cuja administração foi das mais fecundas, encommendou duas machinas de serrar e uma de aplainar madeiras, movidas a vapor.

Em 1875 o commerciante Antonio José Gomes Pereira Bastos apresentou uma proposta para a montagem na Provincia de uma ou mais fabricas para o beneficiamento, purificação e vulcanização da gomma elastica e fabricação de artefactos a que póde ser applicado o producto, não sendo acceita.

A esses primeiros passos succederam-se outros, creando-se aos poucos as industrias compativeis com o meio, aliás desfavoravel para esse ramo de actividade.

O commercio do Amazonas já foi, relativamente á sua população, o mais animado do Brasil. Com a crise da borracha elle declinou sensivelmente, mas apesar disso ainda figura nas estatisticas com cifras avultadas.

Em 1851 a somma de valores importados foi de 200:000$ e egual a de exportados.

Em 1853 a Provincia exportou productos no valor de	246:949$000
Em 1855	389:604$000
Em 1857	431:739$000
Em 1859	453:111$000
Em 1861	639:859$000
Em 1863	993:256$000
Em 1864	1.178:549$666

Os principaes productos da exportação foram a borracha, o pirarucú secco, a castanha, o oleo de copahiba, a salsa, o cacau, o tabaco, a manteiga de tartaruga e a piassaba, na ordem em que estão enumerados.

Em 1863 a borracha já figurava com 512:575$ ou 60 % do valor total da exportação. A quantidade foi de 36.625 arrobas.

A esse tempo o Amazonas ainda importava mais do que exportava. No exercicio de 1864-1865 a importação total da Provincia foi de 1.182:528$000. No de 1868-1869 subiu a 1.325:098$080, tendo a exportação cahido a 848.616$764.

Esse desequilibrio durou pouco mais, passando a balança commercial a ser favoravel ao Estado desde 1869, no qual a importação foi de 1.961:415$812 e a exportação cifrou-se em 2.066:269$253.

O valor da exportação subiu em 1871-1872 a cifra de 3.375:088$005; em 1872-1873 a 4.274:468$936; em 1886-1887 já chegou a 14.635:000$; em 1897-1898 a 90.000:000$, para attingir ao seu maximo em 1911, com a espantosa cifra de 120.503:649$, para uma importação apenas de 25.108:154$, o que representa um saldo na balança commercial do Estado de 95.395:495$000.

Dessa data em deante as cifras principiaram a baixar em virtude da crise no mercado da borracha, que passou a diminuir no preço e no volume da producção, até a angustiosa situação actual.

No antigo regime o Governo Geral cobrava tambem imposto de exportação sobre os productos das provincias, auferindo dahi grandes rendas. O Amazonas pagou-o até 1892, anno em que elle chegou a onerar a borracha amazonense na avultada somma de 3.505:903$920.

De 1893 em deante o imposto de exportação passou a ser arrecadado exclusivamente para o Estado.

De 1853 a 1870 a taxa geral era de 7 % *ad-valorem* e de 1871 a 1893 de 9%.

A renda geral na Provincia e a federal no Estado (comprehendendo todas as rubricas) augmentou gradualmente da pequena somma de 10:219$, verificada no exercicio de 1852-1853, até a cifra phantastica de 27.427:977$221, dos quaes 6.723:741$646 em oiro, só na renda da Alfandega de Manáos, no anno de 1910, quando attingiu ao seu maximo.

Durante os primeiros annos, apparentemente, o Governo Geral gastava muito mais do que arrecadava na Provincia, sendo as differenças suppridas pela Thesouraria de Fazenda do Pará. *Os deficits*, porém, na realidade não existiam, se se tiver em consideração que era em Belém que se cobravam os direitos de importação das mercadorias extrangeiras consumidas em todo o valle e os 7% sobre a exportação dos productos da Provincia, direitos que, nos peores annos, orçavam mais ou menos nas quantias suppridas.

Desde que o commercio de borracha adquiriu um certo desenvolvimento, o Governo Geral passou a retirar grandes saldos do Amazonas, que sommados attingem a centenas de milhares de contos. Só de 1890 a 1912 o saldo foi de 183.231:431$000.

Foi só em 1878, por iniciativa do presidente dr. Agesilão Pereira da Silva, que se estabeleceu o imposto differencial entre a exportação directa dos productos amazonenses e a que, por cabotagem até o Pará, fosse feita por esta praça dos mesmos productos, datando dahi a verdadeira emancipação do Amazonas e o inicio da sua maior prosperidade; medida completada, muitos annos depois, em 1901, no governo do coronel Silverio José Nery, pela lei que tornou obrigatorio o beneficiamento em Manáos da borracha amazonense, até então feito no Pará.

As casas commerciaes de Manáos em 1864 eram em numero de 69 e em 1867 de 74. Nesse ultimo anno, em toda a Provincia, o numero era de 165, com o capital apenas de 390:800$000.

Os regatões (negociantes ambulantes dos rios) eram em numero de 180, e pagavam de impostos de industrias e profissões a quantia de 10:203$274, ao passo que aquelles pagavam apenas a de 3:470$, o que importa na demonstração de que o commercio feito pelos regatões era muito mais vultuoso e importante, surtindo-se elles, provavelmente, no Pará.

Em 1869 o numero de casas commerciaes já se elevava a 212.

Funccionam em Manáos presentemente (1920) agencias dos Bancos do Brasil, Nacional Ultramarino, "The London and Brazilian", "The London and River Plate" e as casas bancarias Amorim & Irmãos, H. Perdigão, M. J. Gonçalves, Ohliger & Comp., Tancredo Porto & Comp. e Ventilari, Canavarro & Comp.; agencias de 12 companhias de seguros nacionaes e extrangeiras e de 12 companhias de navegação, das quaes duas transatlanticas, a "Booth & Comp. (London) Ltd." e a Portugueza de Transportes.

O commercio exportador está entregue a 12 casas commerciaes e o aviador a mais de 40, das quaes as mais importantes são as das firmas J. G. Araujo, Tancredo Porto & Comp., B. Levy & Comp., Sinfronio & Comp., Gomes & Comp., M. Corbacho & Comp., J. A. Leite & Comp., Deffner & Comp., Semper & Comp., E. Strasberger & Comp., etc. sobretudo as duas primeiras, que podem ser collocadas entre os maiores estabelecimentos commerciaes do paiz.

Os productos de exportação do Amazonas, sujeitos a pagamento do imposto, são os seguintes, pela ordem alphabetica:

Anil	10 %
Azeite vegetal	10 %
Batata	4 %
Baunilha	10 %
Borracha (conforme a procedencia)	4,7 e 10 %

Breu	10 %
Cabello de animal	10 %
Cacau	5 %
Carajurá	10 %
Castanha	10 %
Castanha de cajú	3 %
Caúcho (conforme a procedencia)	4,7 e 10 %
Chifres	10 %
Coiros	10 %
Cravo	10 %
Cumarú	10 %
Estopa	10 %
Gado vaccum (por cabeça)	5$000
Gado, qualquer outra especie (por cabeça)	2$000
Grude de peixe	10 %
Guaraná	5 %
Jarina	5 %
Madeiras em bruto (por metro cubico)	5$000
Madeiras beneficiadas (por metro cubico)	2$500
Manteiga de tartaruga	10 %
Manteiga de peixe boi	10 %
Mixira de peixe boi	10 %
Muira-poama	10 %
Oleo de copahiba	10 %
Ossos	10 %
Piassaba	10 %
Pirarucú secco	10 %
Plumas de garça	10 %
Puxuri	10 %
Rêde de plumas de diversas qualidades	10 %
Salsa	10 %
Sebo em rama e coado	3 %
Sementes oleaginosas	10 %
Sorva	10 %
Tucum em rama	10 %

As percentagens são cobradas *ad-valorem*.

Vão a seguir os quadros geraes da renda do imposto de exportação e da renda geral do Amazonas de 1852 a 1919, bem assim duas demonstrações relativas á Alfandega de Manáos.

Quadro da renda do imposto de exportação no Amazonas de 1853 a 1919

Exercicios	Valores
1853	13 :825$990
1854	18 :866$018
1855	23 :098$008
1856	31 :568$176
1857	36 :356$838
1858	45 :716$737
1859	39 :328$515
1860	62 :611$998
1861	60 :762$807
1862	63 :628$047
1863	43 :761$471
1863-1864	79 :851$028
1864-1865	72 :988$025
1865-1866	115 :741$973
1866-1867	166 :354$903
1867-1868	184 :538$683
1868-1869	236 :808$171
1869-1870	327 :106$003
1870-1871	277 :944$039
1871-1872	370 :845$308
1872-1873	478 :986$366
1873-1874	434 :407$967
1874-1875	353 :875$234
1875-1876	421 :302$799
1876-1877	485 :854$117
1877-1878	479 :922$389
1878-1879	559 :908$196
1879-1880	765 :534$221
1880-1881	746 :262$311
1881-1882	953 :425$879
1882-1883	1.179 :861$681
1883-1884	1.728 :079$804
1884-1885	1.091 :125$350
1885-1886	1.492 :062$614
1886-1887	1.719 :950$983
1887 (2º semestre)	924 :331$078
1888	1.410 :618$095
1889	1.310 :096$577
1890	1.407 :648$720
1891 (1º semestre)	1.312 :522$636
1891 (2º semestre)	2.445 :828$869
1892 (1º semestre)	2.797 :282$779
1892 (2º semestre)	2.673 :332$069
1893	7.534 :110$404
1894	7.910 :096$686
1895 (1º semestre)	5.156 :227$363
1895-1896	10.023 :062$032
1896-1897	13.521 :643$701
1897-1898	19.315 :032$071
1898 (2º semestre)	7.403 :932$340
1899	22.961 :260$553
1900	20.348 :630$159
1901	15.273 :990$658
1902	12.305 :598$703
1903	16.919 :262$629
1904	17.025 :779$228
1905	12.875 :108$767
1906	11.566 :323$347
1907	11.709 :118$953
1908	8.605 :573$786
1909	13.693 :210$852
1910	15.153 :577$659
1911	10.214 :086$555
1912	10.260 :659$884
1913	5.998 :444$152
1914	5.283 :566$327
1915	4.900 :984$589
1916	6.010 :696$403
1917	5.762 :500$667
1918	2.496 :169$669
1919	3.961 :623$683

Quadro da renda geral do Amazonas (inclusive operações de credito) de 1852 a 1919

Exercicios	Valores
1852	19 :006$465
1853	29 :506$802
1854	35 :115$780
1855	46 :056$007
1856	54 :848$296
1857	61 :972$133
1858	74 :885$488
1859	83 :748$327
1860	101 :929$616
1861	90 :220$485
1862	93 :347$803
1863 (1º semestre)	57 :289$271
1863-1864	122 :346$401
1864-1865	130 :350$753
1865-1866	178 :038$781
1866-1867	226 :097$554
1867-1868	274 :427$608
1868-1869	340 :838$911
1869-1870	503 :902$172
1870-1871	488 :188$512
1871-1872	499 :685$653
1872-1873	578 :603$307
1873-1874	557 :244$885
1874-1875	466 :907$096
1875-1876	709 :168$523
1876-1877	897 :232$007
1877-1878	7.202 :970$765
1878-1879	839 :173$342
1879-1880	120 :734$112
1880-1881	1.538 :315$964
1881-1882	1.901 :200$511
1882-1883	2.502 :424$774
1883-1884	2.748 :296$578
1884-1885	1.604 :606$430
1885-1886	1.872 :016$736
1886-1887	2.607 :024$190
1887 (2º semestre)	1.712 :700$488
1888	3.105 :396$518
1889	3.311 :295$800
1890	3.588 :957$854
1891 (1º semestre)	2.654 :635$652
1891 (2º semestre)	3.195 :205$307
1892 (1º semestre)	3.598 :967$963
1892 (2º semestre)	5.145 :327$421
1893	13.991 :174$963
1894	12.316 :686$518
1895 (1º semestre)	7.329 :978$021
1895-1896	14.065 :473$647
1896-1897	17.440 :830$011
1897-1898	29.819 :827$150
1898 (2º semestre)	20.868 :181$780
1899	40.486 :609$518
1900	63.717 :848$759
1901	41.071 :409$186
1902	26.327 :531$200
1903	24.021 :202$760
1904	26.056 :864$021
1905	21.732 :591$460
1906	26.230 :061$472
1907	18.833 :870$989
1908	14.637 :817$152
1909	18.292 :049$837
1910	21.960 :332$634
1911	26.462 :352$634
1912	35.857 :888$384
1913	18.311 :968$876
1914	10.742 :301$729
1915	8.389 :246$534
1916	20.593 :029$680
1917	13.513 :996$703
1918	9.596 :275$974
1919	11.252 :187$531

Demonstração da renda bruta da Alfandega de Manáos nos annos de 1907 a 1919

Annos	Oiro	Papel	Total
1907	4.646 :865$805	14.969 :847$603	19.616 :713$308
1908	3.349 :014$295	11.344 :702$957	14.693 :717$252
1909	4.640 :704$575	15.043 :400$732	19.684 :105$307
1910	6.723 :741$646	20.704 :235$575	27.427 :977$221
1911	5.064 :003$525	13.308 :506$078	18.372 :509$603
1912	4.187 :820$055	11.954 :920$026	16.142 :740$081
1913	3.149 :495$088	8.707 :785$809	11.857 :280$897
1914	1.731 :587$902	5.210 :349$386	6.941 :937$288
1915	1.262 :526$716	4.429 :360$427	5.691 :887$143
1916	1.815 :268$992	5.058 :743$830	6.874 :012$822
1917	1.513 :255$121	3.623 :731$297	5.136 :986$418
1918	830 :648$021	2.524 :604$846	3.355 :252$867
1919	979 :435$265	2.976 :160$826	3.955 :596$091

Demonstração comparativa da arrecadação dos direitos de importação para consumo, feita pela Alfandega de Manáos, durante os annos de 1901 a 1919.

Annos	Oiro	Papel	Total
1901	3.491 :746$780	877 :059$545	4.368 :806$325
1902	4.048 :566$364	1.349 :419$938	5.397 :986$302
1903	5.619 :800$978	1.873 :175$724	7.492 :796$720
1904	6.729 :244$993	1.765 :726$010	8.494 :971$003
1905	7.296 :809$462	1.978 :183$166	9.274 :992$628
1906	5.219 :264$779	3.105 :559$085	8.324 :823$864
1907	6.389 :028$499	4.000 :198$506	10.389 :227$005
1908	4.806 :587$658	2.942 :458$399	7.749 :046$057
1909	6.795 :368$473	4.077 :972$658	10.873 :341$131
1910	9.587 :621$427	5.909 :685$977	15.497 :307$404
1911	7.202 :058$172	4.470 :444$334	11.672 :502$506
1912	6.160 :243$402	3.686 :137$797	9.846 :381$199
1913	4.497 :342$272	2.776 :681$101	7.274 :023$373
1914	2.587 :907$346	1.449 :421$401	4.037 :328$745
1915	2.279 :886$210	1.047 :289$847	3.327 :176$057
1916	2.696 :701$899	1.553 :079$039	4.249 :780$938
1917	1.251 :098$796	1.353 :604$253	2.604 :703$049
1918	742 :434$158	671 :492$038	1.413 :927$096
1919	875 :256$194	787 :419$621	1.662 :675$815

XIV

Vias de communicação

O valle do Amazonas, em materia de vias de communicações naturaes, é a mais privilegiada região da Terra. E o Estado do Amazonas, representando a maior porção desse valle, por isso mesmo, é o que participa em maior escala do privilegio.

O grande rio atravessa o seu territorio de Oéste para Léste em toda a extensão do mesmo, dividindo-o quasi ao meio e pondo-o em communicação com o Atlantico, em qualquer epocha do anno, por navios de grande calado. E' a espinha dorsal do systema de communicações fluviaes, onde vão entroncar-se os seus caudalosos affluentes de uma margem e de outra, correndo parallelamente uns aos outros, respectivamente, e por sua vez recebedores de affluentes e confluentes, que se distribuem por todo o territorio do Estado e permittindo passagens algumas vezes directas por agua, e quasi sempre exigindo apenas pequenas viagens por terra, dos rios de uma bacia para os de outras.

O systema é maravilhosamente disposto, como se obedecesse a um gigantesco plano propositadamente organizado: no centro o Rio Amazonas; pela margem direita, a partir da fronteira do Perú, encontram-se os seus grandes affluentes Javari, Jutahi, Teffé, Coari, Purús, Madeira e Tapajós, sendo que este serve ao Amazonas apenas na parte média do seu curso; pela margem direita, o Içá ou Putumaio, o Japurá ou Caquetá, o Negro, o Urubú, o Atuman e o Nhamundá, todos elles recebedores de affluentes e confluentes, que correm nos intervallos existentes entre uns e outros, alguns com immensos cursos, conforme já ficou estudado opportunamente.

Os affluentes mais importantes do Amazonas são navegaveis por embarcações de grande porte durante o inverno e por menores na epocha das seccas. Os secundarios por lanchas e batelões e todos por canôas e montarias, salvo nas cachoeiras de grandes saltos, onde se faz necessario contornar, arrastando as embarcações e as cargas por terra, com penoso trabalho.

O problema dos transportes no Amazonas, nas suas bases geraes, foi, pois, resolvido pela propria natureza, tocando apenas ao homem a tarefa, relativamente facil, de corrigir os seus defeitos, quasi sempre limitados a simples limpeza do leito dos rios, atulhados por grandes troncos de arvores derribadas e arrastadas pela correnteza, des-

obstrucção de canaes e só por excepção exigindo obras hydraulicas de grande vulto.

Entre as innumeras riquezas com que a natureza dotou o Amazonas, é sem duvida a maior de todas essa que lhe dá a immensa extensão dos caminhos d'agua que atravessam o seu territorio em todos os sentidos.

Em todos os paizes não se poupam esforços e despesas para se crearem vias de communicações rapidas e faceis; o Amazonas tem-n'as naturaes, de uma grandeza e extensão que o trabalho humano só poderia obter com sacrificios e gastos ainda não compativeis com a epocha actual.

Essa riqueza ainda mais avulta quando se tem em consideração que os transportes por agua são muito mais economicos que quaesquer outros, razão por que muitos governos julgam ainda de mais vantagem abrir canaes, em certos logares, do que construir estradas de ferro.

Em taes condições, claro é que no Amazonas as vias de communicações principaes são e terão de ser sempre os rios, estando reservado ás estradas de ferro ou rodagem, salvo um ou outro caso de excepção, um papel puramente subsidiario, como o de contornar a parte encachoeirada dos rios, de que já é exemplo a Madeira-Mamoré, ou ligar as margens de um rio ás de outro, nos centros menos providos de cursos d'aguas aproveitaveis para a navegação, como já está pedindo o Territorio do Acre.

Devido ás suas vias de communicações naturaes pôde o Amazonas ver o seu immenso territorio penetrado e explorado nos sertões mais longinquos por uma população relativamente insignificante, mas que nem por isso deixou de espalhar-se nas margens dos rios, apresentando sempre o phenomeno bizarro de serem as regiões mais distantes precisamente as mais exploradas, povoadas e ricas.

As principaes vias de communicações são em primeiro logar o Solimões-Amazonas, vindo em seguida os rios Madeira, Purús, Juruá, Javari e Negro, servidos por linhas regulares de navegação, a cargo da "Amazon River", subvencionada pelo Governo Federal.

O Madeira é navegavel da foz a Santo Antonio, proximo á cachoeira do mesmo nome, numa extensão de 670 milhas, em qualquer epocha do anno, sendo que na epocha das cheias até por vapores de grande tonelagem.

Os seus principaes affluentes Aripuanan, Machado e Jamari tambem são navegaveis por vapores regulares, no inverno, até as primeiras cachoeiras.

O Purús é navegavel, em qualquer tempo, da foz até o logar denominado Cachoeira e dahi para cima em lanchas até o Chandless e no inverno até Cocama, numa extensão de 2.245 milhas e entrando pelo Acre na de 2.007, até Porto Ancon. No inverno os seus principaes affluentes tambem dão passagem a navios de regular calado.

O Juruá é navegavel em qualquer tempo até á bocca do Tarauacá e no inverno até á foz do Breu, numa extensão de 2.228 milhas e entrando pelo Tarauacá na de 1.822. Os seus principaes affluentes, assim como o Envira, affluente do Tarauacá, são tambem navegaveis no inverno.

O Javari é visitado por navios de porte até á Villa de Benjamin Constant, antiga Remate de Males, situada a 40 milhas da foz, em linha regular, todo o anno.

O Rio Negro é navegavel da foz á Povoação de Santa Isabel, na distancia de 423 milhas, admittindo navios grandes no inverno, mas só dando passagem a navios de pequeno calado no verão.

Seu principal affluente o Rio Branco, no inverno, dá passagem a embarcações de porte regular da foz á Povoação de Caracarahi, ficando a navegação interrompida durante quatro mezes do anno, quando só póde ser navegado por canôas e pequenas lanchas movidas a gazolina.

De Caracarahi á Villa da Boa-Vista, no inverno, a navegação se faz pelo furo do Cujubim em lanchas, conduzindo batelões a reboque.

Os rios Tacutú e Uraricuera, formadores do Rio Branco, e os principaes affluentes de um e de outro, são tambem navegaveis por lanchas no tempo das cheias.

Os demais affluentes importantes do Amazonas, como o Içá, o Japurá, o Urubá, o Atuman, o Nhamundá, o Teffé e o Coari, presentemente, só são servidos de navegação regular até a pequenas distancias de suas respectivas fozes, não porque os navios não possam ir mais adeante, mas por não offerecerem ainda vantagens ao trafego.

No estado actual em que se encontram os rios amazonenses, a regra geral é que todos elles, desde que sejam de curso relativamente importante, são navegaveis no inverno até os obstaculos das cachoeiras por embarcações de porte regular. A navegação vai se tornando de mais a mais difficultosa, com a baixa das aguas, até se tornar impossivel nos mezes de maior secca.

E' indubitavel, porém, que no futuro, quando forem feitos os necessarios serviços de melhoramentos, o actual estado de coisas muito se modificará, não só no sentido de permittir a passagem de vapores de maior porte, como tambem na maior reducção dos mezes em que a navegação é de todo impossivel.

Em todo o territorio do Amazonas só existem em trafego 18 km. de estradas de ferro, pertencentes á Madeira-Mamoré, e que vão de Porto Velho até a linha penetrar no territorio de Matto-Grosso, aliás servindo em toda a sua extensão ao territorio amazonense da margem esquerda do Madeira, que lhe fica em frente.

Não existe nenhuma outra linha em construcção ou mesmo em estudo.

E' velha aspiração dos Amazonenses verem a sua capital ligada aos campos do Rio Branco por uma estrada de ferro ou de rodagem. O Governo Federal, por se tratar de estrada que demanda fronteira, e o governo do Estado já deram concessões para a construcção dessa estrada, até hoje ainda não utilizadas.

Existe presentemente uma pequena estrada de rodagem, contornando, pela margem direita, a região encachoeirada do Rio Branco, locada em más condições e em pessimo estado de conservação, o que não impede de ser por ella que se faz todo o movimento de conducção de gado, do alto para o baixo Rio Branco, no tempo da secca.

A estrada de ferro de Manáos ao Rio Branco, pelo grande valor do seu custo e pequeno movimento que terá durante muitos annos ainda, não é empresa de cuja realização se deva cogitar agora.

Sabendo-se já, como se sabe, depois dos estudos completos feitos na região, ao tempo da Superintendencia da Defesa da Borracha, que é perfeitamente possivel tornar o Rio Branco navegavel durante todo o anno de Boa-Vista á foz, com a trigesima parte da despesa que exigiria a construcção da estrada de ferro, o que se deveria cogitar agora era da realização das obras no Rio Branco. Isso ou a construcção da estrada de rodagem, a partir do ultimo ponto navegavel do baixo Rio Branco em demanda dos campos geraes, de preferencia pela margem esquerda, além de outras razões, porque quando fosse possivel prolonga-la até Manáos dispensaria a construcção de uma grande ponte sobre o Rio Branco.

Pleiteam ainda os Amazonenses a construcção de uma estrada de ferro de Labrea em direcção á Prefeitura Federal do Alto Purús, afim de dar por ella em qualquer epocha do anno communicação entre o Territorio Federal e aquella cidade amazonense, sempre attingivel, mesmo na epocha secca.

O Estado do Amazonas deu tambem uma concessão para uma estrada de ferro ligando Manáos a Itacoatiara, pelo centro, concessão já caduca e cuja realização não parecia capaz de resultados aproveitaveis. A lei da defesa da borracha, em seu vasto plano, comprehende uma estrada de ferro, partindo das proximidades da foz do Rio Abunan, na Madeira-Mamoré, até Villa Thaumaturgo, passando pela Villa Rio Branco, além de estradas de bitola reduzida ao longo dos rios Negro e Branco.

A navegação nos rios amazonenses fez-se durante muitos annos em barcos movidos a remo e a vela, gastando-se nessas viagens longos mezes.

Ao ser installada a Provincia, em 1852, os transportes entre Belém e Manáos eram feitos por 40 ou 50 barcos, de porte de 15 a 16 toneladas e mais de 2.000 canôas de differentes lotações para os demais pontos conhecidos do interior, andando em perto de 6.000 pessoas os tripulantes dessas embarcações, inclusive mulheres, quasi todas de raça indigena.

As tentativas para a navegação a vapor começaram, porém, desde 1828, repetindo-se em 1837, infelizmente sem resultado.

Em 1840, por iniciativa de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, a Assembléa Provincial do Pará votou uma lei, concedendo privilegio por 10 annos e o auxilio de 40:000$ a quem estabelecesse a navegação a vapor pelo Amazonas e aguas do Pará.

No anno seguinte a Assembléa Geral concedeu privilegio por 40 annos á companhia de Joaquim Antonio Ribeiro e outros, para fazer a navegação pelo Amazonas. O Senado, porém, não deu seguimento ao projecto da Assembléa.

O negociante Joaquim Francisco Danin, estabelecido no Pará, trazendo dos Estados Unidos, em 1842, uma barca a vapor, se propoz formar a companhia para a navegação com o auxilio e o privilegio concedidos pela lei provincial de 1840. Tendo, porém, o presidente da Provincia negado o auxilio, Danin devolveu a barca para os Estados Unidos e nada se fez.

No mesmo anno de 1842 subiu pela primeira vez o Amazonas um navio a vapor, o *Guapiassú*, da Marinha de Guerra Nacional, sob o commando do primeiro tenente José Maria Nogueira, fazendo a viagem de Belém á Barra em 10 dias, não incluindo os dias em que esteve fundeado e em cinco dias a de volta. O mesmo vapor repetiu a viagem cinco annos depois, em 1847, gastando 12 ½ dias na subida e cinco na descida, dessa vez commandado pelo primeiro tenente Lassance.

Nesse mesmo anno a Assembléa Geral auctorizou o Governo a empregar 100:000$ na compra de um barco a vapor para a navegação do Amazonas, tambem ficando esse projecto sem seguimento no Senado.

Repetida a auctorização quando se discutia a proposta da lei do orçamento em 1848, e apresentada por João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, então deputado geral, uma emenda para que o Governo fosse auctorizado a estabelecer a navegação a vapor pelo Amazonas e aguas do Pará, com barcos da Armada Nacional, ou com prestações a alguma companhia, de sorte que os barcos servissem para correios, transportes e rebocagens, nenhuma dellas mereceu approvação.

Em 1850, finalmente, passou nas duas Camaras e mereceu sancção do Governo Imperial a medida apresentada por Tenreiro Aranha, inserta no art. 2º, § 1º, da lei n. 586, de 6 de Setembro de 1850, nos seguintes termos:

> « O Governo é auctorizado a estabelecer desde já no Amazonas e aguas do Pará a navegação por vapor que sirva para correios, transportes, rebocagens até as provincias vizinhas e territorios extrangeiros confinantes, consignando prestações a quem se propuzer a manter a dita navegação, ou empregando embarcações do Estado. »

A barca *Guapiassú* subiu o Amazonas, pela terceira vez, em Dezembro de 1851, para conduzir Tenreiro Aranha e a sua comitiva.

De accôrdo com aquella auctorização, e sob as condições constantes dos decretos ns. 1.037 e 1.055, de 30 de Agosto e 20 de Outubro de 1852, o Governo Imperial concedeu a uma companhia organizada no Rio de Janeiro o privilegio exclusivo da navegação a vapor no Amazonas.

Em 1 de Janeiro de 1853 começou o serviço da 1ª linha, partindo ás 6 horas da noite de Belém, sob o commando do primeiro tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis, a barca *Marajó*, de força de 80 cavallos, gastando na viagem de subida 10 dias e 16 horas, sendo sete dias e uma hora de navegação e na descida seis dias e 22 horas, sendo quatro dias e 19 horas de navegação.

Essa mesma barca fez as viagens dos mezes seguintes, até Julho, sendo depois substituida pela *Rio Negro* muito mais veloz, que chegou a vencer a viagem de subida em 119 horas e 40 minutos de navegação e quatro dias e meio na volta.

A empresa tomou o nome de Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas e começou a funccionar com duas linhas, a primeira de Belém a Manáos e a segunda para Nauta, no Perú.

Depois de estar funccionando a Companhia começaram a apparecer alguns navios de particulares, sendo que os primeiros foram o *Curuzú*, de Lobo & Siqueira; o *Arapiranga*, de Thury & Irmãos; o *Madeira* (pequeno), de Ston & Hermida, e o *Manicoré*, de Elias José Nunes da Silva & Comp.

Posteriormente, pela lei provincial n. 158, de 7 de Outubro de 1866, a presidencia foi auctorizada a contractar a incorporação de uma companhia de navegação a vapor nos rios Madeira, Purús e Negro. O contracto foi assignado com Alexandre Paulo de Britto Amorim, a 15 de Outubro do mesmo anno, e começou a funccionar com os vapores *Madeira* e *Purús*, deslocando 300 toneladas e de força de 180 cavallos.

Essa companhia tomou o nome de Fluvial.

A 7 de Dezembro de 1866, por decreto dessa data, foi aberta aos navios mercantes de todas as nações a navegação

do Amazonas-Solimões, até Tabatinga, do Rio Negro até Manáos, do Madeira até Borba e do Purús até Aiapuá.

A Companhia Fluvial do Amazonas inaugurou a linha do Rio Negro no dia 3 de Janeiro e a Manáos a Belém, a 11 de Março de 1871.

Por decreto imperial n. 5.878, de 18 de Novembro de 1874 foi creada a Capitania do Porto de Manáos e nomeado seu primeiro chefe o capitão de mar e guerra Nuno Alvares Pereira de Mello Cardoso.

A lei n. 229, de 6 de Maio de 1872, auctorizou a subvenção annual de 24:000$ para a navegação do Juruá, com 12 viagens annuaes, seis até á foz do Lago Marari e seis até á Cidade de Teffé. O contracto foi assignado com a Companhia Fluvial.

As communicações directas com a Europa só começaram em 1874, sendo as mesmas conseguidas por iniciativa do governo da Provincia. A lei n. 242, de 27 de Maio de 1872, auctorizou a presidencia a contractar, mediante subvenção, o serviço, o que foi feito com Alexandre Paulo de Britto Amorim, obrigando-se este a realizar seis viagens annuaes, entre os portos de Liverpool e Manáos, com escalas pelo Havre, Vigo e Lisboa e recebendo 90:000$000.

O primeiro vapor sahiu de Liverpool a 10 de Março de 1874, chegando a 30 de Abril, e o segundo a 13 de Junho. Eram ambos fretados.

Para remover as difficuldades sobrevindas ao contractante, o presidente da Provincia, auctorizado pela lei n. 302, de 13 de Maio de 1874, art. 21, § 2º, renovou o contracto, organizando-se então em Londres uma companhia sob o titulo "Liverpool and Amazon Royal Mail Steamship Company, Limited", cujo primeiro navio, o *Amazonas*, fundeou em Manáos, a 25 de Janeiro de 1875.

Ephemera, porém, foi a vida dessa companhia. Aberta lucta entre esta e o concessionario, e sendo decretada a fallencia da companhia na Inglaterra, continuou o serviço a ser feito directamente pelo concessionario.

Apurando depois o Governo Brasileiro que este houvera transferido o seu contracto á companhia ingleza e estando esta fallida, pela lei n. 347, de 24 de Maio de 1876, o contracto foi considerado rescindido, fazendo-se então algumas viagens mediante auxilio directo do governo provincial aos proprietarios do vapor *Amazonas*.

Chamados novos concorrentes, foi assignado contracto com a casa ingleza Singlehurst, Brocklehurst & Co., a 3 de Maio de 1877, de onde se originou a companhia "Booth Line", ainda hoje funccionando.

As duas companhias de navegação fluvial fundiram-se em uma só a "Amazon Steamship Company, Limited", tendo isso succedido primeiro á Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, auctorizada por decreto do Governo Imperial, n. 4.735, de 7 de Junho de 1871, e á Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, por auctorização de 17 de Março de 1874. Feita a fusão, foi supprimida a linha de Maués, por inutil, e a navegação do Rio Juruá ficou limitada a seis viagens até o Lago Marari.

A nova companhia do Amazonas mantinha tres viagens por mez de Belém a Manáos, uma por mez de Manáos ao Madeira, outra de Manáos ao Purús, outra de Manáos á Tabatinga, uma de dois em dois mezes de Manáos ao Juruá e outra ao Rio Negro.

Em communicação directa com os portos da Europa, desde 1874, só 11 annos depois, em 1885, pôde o Amazonas fazer o mesmo com a capital do paiz e portos intermediarios, por meio da Companhia Brasileira de Navegação, depois Lloyd Brasileiro.

Com o grande desenvolvimento que tomou a Provincia e depois o Estado, com o commercio da borracha, as communicações entre o Estado e os portos da Europa, America do Norte, Sul do paiz e internos, foram-se tornando dia a dia mais frequentes.

Outra companhia ingleza a "Red Cross Line" entrou a fazer concorrencia a Singlehurst, Brocklehurst & Co., fundindo-se depois na actual "Booth Line".

Em 1897 a companhia italiana "Ligure Brazileana" estabeleceu, com dois vapores, communicações directas com os portos italianos.

Visitaram, tambem regularmente, o Porto de Manáos alguns vapores portuguezes.

De 1900 começou a concorrencia alleman, com vapores das companhias "Hamburg Amerika Line" e "Hamburg Sudamericanish Dampfschiffarts Gesselschaft".

Ao arrebentar a Grande Guerra, em 1914, a "Booth Line", forçada pela concorrencia alleman, tinha modificado completamente a sua flotilha de navios de passageiros para a Europa, pondo em serviço seis magnificos paquetes.

As viagens para a Europa, quer nos navios inglezes, quer nos allemans, eram feitas em esplendidas condições de conforto para os passageiros, a preços relativamente modicos.

Cessando a navegação alleman com a guerra, hoje apenas a "Booth Line" está senhora da navegação.

Em Agosto de 1920 o Porto de Manáos foi visitado por um vapor portuguez, o *Lima*, da Empresa dos Transportes Maritimos do Estado, viagem de experiencia para o estabelecimento de uma linha regular de navegação para os portos da Europa. O successo financeiro dessa primeira viagem dá margem a esperanças de que a linha encontre condições para se desenvolver e tornar-se permanente.

Além dos vapores do Lloyd Brasileiro, antes da guerra, visitavam o Porto de Manáos, regularmente, os da Companhia Commercio e Navegação. Suspensas as viagens por superveniencia da guerra, vão ser reencetadas, segundo consta, em 1921.

As viagens dos vapores do Lloyd Brasileiro, que chegaram a cinco por mez, estão presentemente sendo feitas quinzennalmente, devido á diminuição do commercio do Estado.

No que diz respeito, propriamente, á navegação do interior do Estado, tendo a "Amazon Steamship" se dissolvido em 1911, constituiu-se em seu logar a "Amazon River Steam Navigation Company, Limited" (1911), com as obrigações e vantagens contractuaes daquella, mas com um material fluctuante quasi todo novo e representando a ultima palavra no genero.

Nos tempos de prosperidade, o Estado subvencionou linhas de navegação para quasi todos os rios não servidos pala "Amazon River" e mais de 200 vapores particulares percorriam os rios amazonenses, encontrando todos margens para grandes lucros.

Hoje, os vapores particulares estão reduzidos a $^1/_5$ do que eram dantes, tendo sido muitos delles vendidos para fóra do Estado e desarmados outros, devido á crise que atravessa a borracha, principal producto da região e sobre o qual incidiam $^0/_{10}$ das transacções commerciaes.

XV

Historia politica, administrativa e judiciaria

O Amazonas fazia parte da vasta Capitania do Maranhão e Grão-Pará, sendo esta administrada por governadores de nomeação real.

Em 1751, quando o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado assumiu o governo da Capitania, a extensão da mesma, com a consequente difficuldade de attender, como seria de desejar, aos interesses das partes mais longinquas, lhe suggeriu a idéa de propôr ao marquez de Pombal, que era seu irmão, a creação de uma nova Capitania "nos confins occidentaes do Pará".

Acceita a idéa pelo grande ministro, baixou el-rei d. José a carta régia de 3 de Março de 1755, estabelecendo a nova Capitania, com o nome de S. José do Rio Negro, extendendo-se o seu territorio pelas duas partes do Norte e Occidente até as raias dos Dominios de Hispanha; e pelas outras duas partes do Oriente e do Sul aos limites que Mendonça Furtado estabelecesse.

Para dar cumprimento á auctorização real partiu Mendonça Furtado para a nova Capitania, chegando á aldeia de Mariuá a 4 de Maio de 1757, erigindo-a á categoria de villa, com o nome de Barcellos, dois dias depois. A 10 de Maio deu a determinação dos limites com os governos do Grão-Pará e das Minas do Matto-Grosso.

A carta régia ao mesmo tempo em que creava a nova Capitania, dava-lhe a sua primeira organização judiciaria, composta de um ouvidor, com correição e alçada em todo o territorio; de dois juizes ordinarios; dois vereadores; um procurador do Conselho, que serviria de thesoireiro, um escrivão da Camara, que serviria tambem de almotacel, e um escrivão do publico judicial e notas, que serviria tambem das execuções, na séde da Capitania.

Os officiaes da Camara fariam eleição dos almotacés e o alcaide seria constituido na fórma da *Ordenação*, tendo seu escrivão da vara.

Logo que os moradores da villa chegassem ao numero declarado na lei da creação dos juizes dos orphãos, deveria ser procedida a eleição do juiz.

A nova Capitania, que ficava subordinada ao governo do Pará, teve como primeiro governador o coronel Joaquim de Mello Povoas, sobrinho de Mendonça Furtado, datando o decreto da sua nomeação de 18 de Julho de 1757, tendo assumido o exercicio do cargo em 11 de Maio de 1758. Foi nomeado pelo prazo de tres annos, com o soldo de 2:000$ annuaes, como venciam os governadores da Nova Colonia do Sacramento e Ilha de Santa Catharina.

Nesse regime viveu a Capitania até 1821, fazendo-se as modificações na sua organização judiciaria, que o seu maior desenvolvimento ia pedindo.

A Mello Povoas, que governou de 1758 a 1760, succedeu Gabriel de Sousa Filgueiras (1760-1761) e a este Joaquim Tinoco Valente (1763-1779). Na sua longa administração de 16 annos, expelliu os Hispanhóes do Rio Branco, que fortificou e povoou, renovou as fortalezas do Rio Negro e poz a Capitania em condições de resistir a quaesquer represalias da parte da Hispanha, que só por isso não a atacou, conforme se verifica de documentos do tempo.

Succedeu-lhe o general João Pereira Caldas, commissario portuguez das Demarcações com as colonias de Hispanha. Activo e emprehendedor, fez explorar o Rio Negro e seus affluentes e confluentes, entre os quaes se comprehende todo o systema do Rio Branco, onde foi o introductor do gado. A elle se deve tambem o inicio da cultura do anil no Rio Negro.

De 1788 a 1799, em successão a Caldas, governou a Capitania o coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, o maior dos seus administradores, sendo o seu governo a epocha de maior florescimento da região, sob o regime colonial. Algumas das suas povoações, sobretudo a Villa da Barra, para onde mudou a capital em 1790, surprehendiam pela sua vida e progresso, não obstante a immensa distancia a que se achavam do littoral e as difficuldades de communicações com este.

Apesar da benemerencia do seu governo, Lobo de Almada não escapou aos ataques e objurgatorias de contemporaneos adversos, sendo victima delles.

Succedeu-lhe o capitão de mar e guerra José Joaquim Victorio da Costa, que governou de 1806 a 1818.

No interregno dos dois governos a capital da Capitania regressou a Barcellos, para voltar de novo para a Barra, em 1804, por ordem do conde dos Arcos.

Victorio da Costa, apesar de seu amor á agricultura, que o levou a manter um Horto Botanico, no Igarapé do Taruman, onde empregara 500 trabalhadores, assistiu o começo da decadencia da Capitania. Como seu illustre antecessor, succumbiu tambem a terriveis accusações que lhe foram assacadas, entre as quaes o famoso libello do conego André Fernandes de Sousa.

Podendo embora ter concorrido para essa decadencia, comtudo as suas principaes causas são encontradas em factores naturaes, extranhos á sua vontade e acção.

De 1818, em deante, a Capitania, depois Provincia, em 1821, não teve mais governadores effectivos, sendo governada por juntas administrativas até 1829, quando foi dissolvida a ultima, passando a Provincia a uma simples comarca do Pará.

Por decreto de 1 de Outubro de 1821, pelo qual foram as capitanias consideradas provincias do Reino, depois da Revolução Liberal operada em Portugal, foi a Capitania de S. José do Rio Negro elevada á categoria de Provincia, em cujo caracter enviou como deputado ás Côrtes de Lisboa os srs. João Lopes da Cunha e José Cavalcanti de Albuquerque.

Proclamada a Independencia, apesar da Constituição do Imperio ter estabelecido claramente no seu art. 2º que "o Imperio ficava dividido nas provincias existentes, sem alteração dos limites territoriaes", foi esquecida a do Rio Negro, no decreto de 6 de Março de 1824, que marcava ás provincias sua representação politica.

Esse esquecimento inqualificavel, praticado no dia immediato ao da promulgação da Constituição, deu logar a que o presidente da Provincia do Pará, em officio de 23 de Julho de 1825, levasse ao conhecimento do Governo Imperial ter resolvido, interinamente, abolir a Junta Provisoria, que passou a administrar a Provincia do Rio Negro, depois da reforma constitucional portugueza, fazendo conservar, segundo a lei, a auctoridade judiciaria no ouvidor e a municipal na Camara da capital, que removera de Barcellos para a Villa da Barra.

O Governo Imperial approvou esses actos por decreto de 8 de Outubro de 1825, passando assim a Provincia a constituir uma comarca do Grão-Pará.

Ao ter conhecimento desse acto imperial, o povo amazonense se recusou a acceitar a Independencia, sendo forçado a submetter-se em 1829. Até 9 de Novembro desse anno foi governado por uma junta governativa, apesar da approvação do Governo Imperial ao acto do presidente do Pará, que a aboliu.

O governo paraense, pelo decreto de 25 de Junho de 1833, alterou a divisão judiciaria da Provincia, que então se compunha das comarcas de Belém, Marajó e Rio Negro, sendo supprimida a de Marajó, em seu logar creada a do Baixo-Amazonas e passando a do Rio Negro a denominar-se do Alto-Amazonas.

Ao estabelecer os limites da nova comarca do Baixo-Amazonas com a do Alto-Amazonas, o governo paraense alterou os estabelecidos por Mendonça Furtado, dando logar á questão ainda hoje pendente entre os dois Estados e que será opportunamente estudada.

Pelo art. 4º do alludido decreto, a Comarca do Alto-Amazonas comprehendia os terrenos das villas da Barra, Luséa (Maués), Teffé e Mariuá.

Nessa occasião, o povo amazonense de novo se revoltou, com o fim de reivindicar para a sua terra a categoria de Provincia autonoma, que houvera perdido. Foi acclamado presidente Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo. O governo do Pará suffocou o movimento, enviando contra elle uma expedição militar, sob o commando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Bahiana.

O injusto rebaixamento soffrido pela antiga Provincia do Rio Negro provocou discursos de protestos no Parlamento Brasileiro, desde 1826, como o pronunciado por d. Romualdo de Seixas na sessão de 27 de Maio daquelle anno.

Em 1839, João Candido de Deus e Silva apresentou e justificou na Camara dos Deputados um projecto, creando novamente a Provincia do Rio Negro.

Angelo Custodio, Sousa Franco e Miranda, em 1841 e 1843, insistiram sobre o assumpto, sem nada conseguir.

Em 1850, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha e novamente Sousa Franco bateram-se ainda pela reparação da injustiça, vendo alfim coroados os seus esforços, pela passagem da lei n. 582, de 5 de Setembro de 1850, que elevou novamente a então Comarca do Alto-Amazonas á categoria de Provincia, com o nome de Amazonas. Essa lei lhe designava como capital a Villa da Barra do Rio Negro e estabelecia que a nova Provincia daria um senador e um deputado á Assembléa Geral e a Assembléa Provincial seria constituida de 20 membros.

Foi nomeado primeiro presidente da nova Provincia o campeão da sua emancipação na Assembléa Geral, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que installou a Provincia e tomou posse em 1 de Janeiro de 1852.

Até á proclamação da Republica a Provincia do Amazonas teve 30 presidentes, assumindo o exercicio do cargo por 31 vezes os vice-presidentes, seus substitutos, conforme o quadro que se segue:

Adherindo á Republica, em 21 de Novembro de 1889, foi acclamada na noite desse dia uma Junta Governativa composta do tenente-coronel Antonio Florencio Pereira do Lago, capitão de fragata Manuel Lopes da Cruz e dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal.

A essa Junta succedeu como primeiro governador nomeado pelo Governo Provisorio, por decreto de 26 de Novembro de 1889, o então tenente Augusto Ximeno de Villeroy, que assumiu o cargo a 4 de Janeiro de 1890.

Retirando-se licenciado o tenente Villeroy passou este a administração do Estado ao primeiro tenente Eduardo Gonçalves Ribeiro, nomeado 2º vice-presidente a 2 de Novembro de 1890, governando até 5 de Maio de 1891, quando assumiu a administração o 1º vice-governador barão de Juruá.

A 25 de Maio, foi ella passada ao coronel Antonio Gomes Pimentel, nomeado governador por decreto de 28 de Abril.

A 27 de Junho, o Congresso Constituinte do Estado elegeu presidente e vice-presidente o dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo e o barão de Juruá, tendo este assumido a administração a 30 do mesmo mez e aquelle a 1 de Setembro.

Tendo adherido ao golpe de Estado do marechal Deodoro, com a retirada deste do governo, foi o dr. Thaumaturgo de Azevedo deposto, sem resistencia, entregando a administração do Estado, a 27 de Fevereiro de 1892, ao commandante da flotilha capitão de fragata José Ignacio Borges Machado.

A 11 de Março, assumiu a administração, perante a Intendencia Municipal de Manáos, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, acclamado governador no movimento popular que se dera, anteriormente, a 14 de Janeiro.

A 22 de Abril, procedeu-se a primeira eleição constitucional no Estado, sendo eleitos presidente e vice-presidente o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e o barão de Juruá.

Na noite de 26 de Fevereiro de 1893, o general Bento Fernandes tentou depol-os, com as forças federaes aquarteladas em Manáos, prolongando-se o movimento pelo dia 27, sem lograr resultado.

Na sessão de 1 de Julho, realizou-se a installação do Congresso Amazonense, sendo por aquelles prestada a promessa legal, assumindo o dr. Eduardo Ribeiro o governo do Estado.

A este succedeu o dr. Fileto Pires Ferreira, eleito a 25 de Março de 1896, assumindo a 23 de Julho, deixando a 4 de Abril de 1898, por ter entrado no goso de uma licença, que lhe fôra concedida pelo Congresso Amazonense.

Na sua ausencia, foi lido perante o Congresso, na sessão de 1 de Agosto, um officio em que renunciava o seu cargo, sendo a renuncia acceita.

O renunciante protestou, allegando falsidade da renuncia, mas sendo apurado que a sua assignatura no documento era authentica, o facto foi dado como valido e consummado.

Completou o periodo governamental o vice-governador coronel José Cardoso Ramalho Junior, eleito conjunctamente com o dr. Fileto e que já estava no governo desde 4 de Abril.

Em 25 de Março de 1900, foram eleitos governador e vice-governador o coronel Silverio José Nery e monsenhor Francisco Benedicto da Fonseca Coutinho, assumindo aquelle o governo a 23 de Julho do mesmo anno, passando-o a 2 de Dezembro de 1903 a monsenhor Coutinho e reassumindo-o a 2 de Abril de 1904.

Em 25 de Março de 1904, foram eleitos o dr. Antonio Constantino Nery e o coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, assumindo aquelle o cargo de governador a 23 de Julho.

Presidentes e vice-presidentes que administraram a Provincia do Amazonas desde sua installação, a 1 de Janeiro de 1852, até 21 de Novembro de 1889, quando foi alli proclamada a Republica

	CARGOS	DATA EM QUE COMEÇARAM	ATÉ QUANDO ADMINISTRARAM	OBSERVAÇÕES
1. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha	1º Presidente.	1 de Janeiro de 1852.	27 de Junho de 1852.	
2. Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.	27 de Junho de 1852.	22 de Abril de 1853.	
3. Conselheiro Herculano Ferreira Penna	2º Presidente.	22 de Abril de 1853.	11 de Março de 1855.	
4. Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.	11 de Março de 1855.	28 de Janeiro de 1856.	
5. Dr. João Pedro Dias Vieira	3º Presidente.	28 de Janeiro de 1856.	12 de Março de 1857.	
6. Angelo Thomaz do Amaral	4º Presidente.	12 de Março de 1857.	11 de Maio de 1857.	
7. Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2º Vice.	11 de Maio de 1857.	7 de Setembro de 1857.	
8. Angelo Thomaz do Amaral	4º Presidente.	7 de Setembro de 1857.	10 de Novembro de 1857.	Reassume.
9. Dr. Francisco José Furtado	5º Presidente.	10 de Novembro de 1857.	27 de Outubro de 1858.	
10. Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2º Vice.	27 de Outubro de 1858.	4 de Novembro de 1858.	
11. Dr. Francisco José Furtado	5º Presidente.	4 de Novembro de 1858.	30 de Maio de 1859.	Reassume.
12. Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.	30 de Maio de 1859.	24 de Novembro de 1860.	
13. Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha	6º Presidente.	24 de Novembro de 1860.	7 de Janeiro de 1863.	
14. Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.	7 de Janeiro de 1863.	7 de Fevereiro de 1863.	
15. Dr. Sinval Odorico de Moura	7º Presidente.	7 de Fevereiro de 1863.	7 de Abril de 1864.	
16. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda	8º Presidente.	7 de Abril de 1864.	8 de Maio de 1865.	
17. Coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo	4º Vice.	8 de Maio de 1865.	20 de Maio de 1865.	
18. Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.	20 de Maio de 1865.	24 de Agosto de 1865.	
19. Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9º Presidente.	24 de Agosto de 1865.	23 de Junho de 1866.	
20. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira	1º Vice.	23 de Junho de 1866.	7 de Novembro de 1866.	Reassume.
21. Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9º Presidente.	7 de Novembro de 1866	30 de Abril de 1867.	
22. Tenente-coronel Sebastião José Basilio Pyrro	1º Vice.	30 de Abril de 1867.	9 de Setembro de 1867.	
23. João Ignacio Rodrigues do Carmo	4º Vice.	9 de Setembro de 1867.	25 de Setembro de 1867.	
24. José Bernardo Michiles	2º Vice.	25 de Setembro de 1867.	25 de Novembro de 1867.	
25. Dr. José Coelho da Gama e Abreu	10º Presidente.	25 de Novembro de 1867.	8 de Fevereiro de 1868.	
26. Dr. Jacintho Pereira do Rego	11º Presidente.	8 de Fevereiro de 1868.	24 de Agosto de 1868.	
27. Coronel Leonardo Ferreira Marques	1º Vice.	24 de Agosto de 1868.	24 de Novembro de 1868.	
28. Commendador João Wilkens de Mattos	12º Presidente.	24 de Novembro de 1868.	8 de Abril de 1870.	
29. Major Clementino José Pereira Guimarães	3º Vice.	8 de Abril de 1870.	8 de Junho de 1870.	
30. Coronel dr. José de Miranda da Silva Reis	13º Presidente.	8 de Junho de 1870.	8 de Julho de 1872.	
31. Dr. Domingos Martins Peixoto	14º Presidente.	8 de Julho de 1872.	16 de Março de 1875.	
32. Cap. de mar e guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1º Vice.	16 de Março de 1875.	7 de Julho de 1875.	
33. Dr. Antonio dos Passos Miranda	15º Presidente.	7 de Julho de 1875.	27 de Maio de 1876.	
34. Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	2º Vice.	27 de Maio de 1876.	13 de Junho de 1876.	
35. Cap. de mar e guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1º Vice.	13 de Junho de 1876.	26 de Julho de 1876.	
36. Dr. Domingos Jacy Monteiro	16º Presidente.	26 de Julho de 1876.	26 de Maio de 1877.	
37. Dr. Agesilão Pereira da Silva	17º Presidente.	26 de Maio de 1877.	14 de Fevereiro de 1878.	
38. Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	2º Vice.	14 de Fevereiro de 1878.	26 de Fevereiro de 1878.	
39. Capitão Guilherme José Moreira	2º Vice.	26 de Fevereiro de 1878.	7 de Março de 1878.	
40. Coronel barão de Maracajú	18º Presidente.	7 de Março de 1878.	26 de Agosto de 1879.	
41. Dr. Romualdo de Sousa Paes de Andrade	1º vice.	26 de Agosto de 1879.	15 de Novembro de 1879.	
42. Tenente-coronel José Clarindo de Queiroz	19º Presidente.	15 de Novembro de 1879.	26 de Junho de 1880.	
43. Dr. Satyro de Oliveira Dias	20º Presidente.	26 de Junho de 1880.	16 de Maio de 1881.	
44. Dr. Alarico José Furtado	21º Presidente.	16 de Maio de 1881.	7 de Março de 1882.	
45. Dr. Romualdo de Sousa Paes de Andrade	2º Vice.	7 de Março de 1882.	17 de Março de 1882.	
46. Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá	22º Presidente.	17 de Março de 1882.	16 de Fevereiro de 1884.	
47. Tenente-coronel Guilherme José Moreira	1º Vice.	16 de Fevereiro de 1884.	11 de Março de 1884.	
48. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto	23º Presidente.	11 de Março de 1884.	12 de Julho de 1884.	
49. Capitão Joaquim José Paes da Silva Sarmento	2º Vice.	12 de Julho de 1884.	11 de Outubro de 1884.	
50. Dr. José Jansen Ferreira Junior	24º Presidente.	11 de Outubro de 1884.	21 de Setembro de 1885.	
51. Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1º Vice.	21 de Setembro de 1885.	28 de Outubro de 1885.	
52. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves	25º Presidente.	28 de Outubro de 1885.	10 de Janeiro de 1887.	
53. Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1º Vice.	10 de Janeiro de 1887.	23 de Março de 1887.	
54. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer	26º Presidente.	23 de Março de 1887.	10 de Janeiro de 1888.	
55. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno	27º Presidente.	10 de Janeiro de 1888.	12 de Junho de 1888.	
56. Tenente-coronel Antonio Lopes Braga	2º Vice.	12 de Junho de 1888.	2 de Julho de 1888.	
57. Conego Raimundo Amancio de Miranda	3º Vice.	2 de Julho de 1888.	12 de Julho de 1888.	
58. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade	28º Presidente.	12 de Julho de 1888.	11 de Novembro de 1888.	
59. Conego Raimundo Amancio de Miranda	2º Vice.	11 de Novembro de 1888.	12 de Fevereiro de 1889.	
60. Dr. Joaquim de Oliveira Machado	29º Presidente.	12 de Fevereiro de 1889.	1 de Julho de 1889	
61. Dr. Manuel Francisco Machado	30º Presidente.	1 de Julho de 1889.	21 de Novembro de 1889.	

A 20 de Novembro de 1907, assumiu a administração do Estado, no caracter de presidente do Congresso Legislativo, o coronel Raimundo Affonso de Carvalho, por ter o dr. Constantino Nery entrado no goso de quatro mezes de licença e o vice-governador, coronel Antonio Bittencourt, por motivo de molestia, não poder assumir como lhe competia a administração do Estado.

Em 25 de Março de 1908, foram eleitos o coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt e o dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, assumindo aquelle o governo a 23 de Julho.

Na madrugada de 8 de Outubro de 1910 as forças federaes de mar e terra estacionadas em Manáos, aquellas sob o commando do capitão de corveta Francisco Cezar da Costa Mendes e estas sob o commando do coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, promoveram a deposição do coronel Antonio Bittencourt, sob o pretexto de que o Congresso Estadual, em sessão da vespera, houvera declarado o coronel Bittencourt como tendo perdido o cargo, e haver este se recusado a passar o governo ao seu substituto dr. Sá Peixoto.

A cidade foi impiedosamente bombardeada pelos navios da flotilha, durante muitas horas, sem aviso prévio á população, registando-se algumas mortes de civis e grandes damnos á propriedade particular.

Apoiado na Policia e em elementos populares, o governador Bittencourt resistiu por algumas horas, passando afinal o cargo, deante de um officio do coronel Pantaleão Telles, em que este declarava que fazia a deposição por ordem do Governo Federal e para ceder a insistentes pedidos do corpo consular de Manáos e representantes da Associação Commercial, depois de lavrar uma acta em que ficaram narradas todas essas occorrencias.

Assumiu então, o governo o dr. Sá Peixoto, no qual se manteve até á madrugada do dia 28 de mesmo mez de Outubro, quando foi por sua vez deposto pela Policia, e antes de chegarem a Manáos as forças federaes encarregadas de repôr no governo o coronel Bittencourt.

Estando o coronel Bittencourt ainda em viagem para Manáos, assumiu o governo, na qualidade de presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado e na ausencia e impedimento dos outros substitutos constitucionaes, o desembargador Benjamin de Sousa Rubim, administrando o Estado nos dias 28, 29 e 30 de Outubro, data em que o coronel Bittencourt reassumiu o governo em Itacoatiara.

Este foi novamente deposto, desta vez pela propria Policia, no dia 20 de Dezembro de 1912, quando só faltavam 11 dias para terminar o seu prazo, assumindo o governo o dr. Sá Peixoto.

Em 14 de Julho de 1912 foram eleitos o dr. Jonathas de Freitas Pedrosa e o coronel Antonio Guerreiro Antony, assumindo aquelle, de accôrdo com a nova Constituição de 1910, que prolongara o periodo governamental do coronel Bittencourt de 14 de Julho a 31 de Dezembro, a 1 de Janeiro de 1913.

Deu-se no seu governo uma tentativa de deposição por parte da Policia, sendo a mesma suffocada pela força federal.

Em 14 de Julho de 1916, foi eleito governador o dr. Pedro de Alcantara Bacellar, sem companheiro, por ter a Constituição de 1913 extincto o cargo de vice-governador, tomando posse a 1 de Janeiro de 1917, perante o Supremo Tribunal de Justiça.

No momento da posse esboçou-se um movimento sedicioso, com o intuito de evita-la, sendo suffocado pela Policia.

O Amazonas tem sido regido até hoje por cinco constituições, a primeira promulgada a 27 de Junho de 1891; a segunda, a 23 de Julho de 1892; a terceira, a 17 de Agosto de 1895; a quarta, a 21 de Março de 1910 e a quinta, a 20 de Outubro de 1913.

Todas ellas estabelecem o prazo de quatro annos para o periodo governamental. As quatro primeiras mantiveram o cargo de vice-governador, eleito conjunctamente com o governador; sem funcção effectiva nas de 1891, 1892 e 1895 e exercendo a de presidente do Senado na de 1910; aboliu-o a Constituição de 1913, em vigor.

O Poder Legislativo se compoz de um ramo só, com a designação de Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas, nas constituições de 1891, 1892 e 1895, sendo de 24 deputados o numero de seus membros.

A Constituição de 1910 dividiu-o em dois ramos, mantendo o numero dos deputados (24) e creando o Senado, composto de 15 membros, renovados de tres em tres annos.

A Constituição de 1913 aboliu o Senado e elevou o numero de deputados para 30, passando a Camara a denominar-se Assembléa Legislativa do Estado.

Em todas as constituições o prazo das sessões ordinarias do Poder Legislativo é de tres mezes, abrindo-se, geralmente, a 10 de Julho e encerrando-se a 10 de Outubro, conforme a tradição deixada pela Assembléa Provincial. A Constituição de 1895 mandava que as sessões começassem a 1 de Março, quebrando a tradição, depois novamente retomada e ainda hoje em vigor.

O Poder Judiciario, desde a primeira Constituição, é exercido no Estado pelo Superior Tribunal de Justiça, com séde na capital, juizes de direito nas comarcas, juizes municipaes nos termos e Tribunal do Jury.

O Superior Tribunal até a Constituição de 1910 era composto de sete membros effectivos com a denominação de desembargadores, e o procurador geral do Estado. Os desembargadores eram nomeados pelo governador, de entre nomes escolhidos pelo Tribunal, e áquelle enviados em lista triplice.

Pelas constituições de 1891 e 1892 só poderiam fazer parte dessa lista nomes de juizes de direito.

A Constituição de 1895 permittiu que a nomeação recahisse nos procuradores geraes do Estado e tambem em advogados, formados em Direito, de notavel saber e reputação, que houvessem exercido a profissão no Estado, por mais de seis annos, devendo, comtudo, na composição do Tribunal, figurarem pelo menos quatro antigos juizes de direito.

A Constituição de 1910, nisso seguida pela de 1913, augmentou para nove o numero de desembargadores e determinou que o procurador geral do Estado seja designado pelo governador do Estado dentre os juizes de direito e dos graduados em Direito, de reconhecida competencia, que tenham seis annos de advocacia dentro do Estado, do mesmo modo que succede com a nomeação dos desembargadores.

As nomeações só poderão recahir em advogados, se na composição do Tribunal já figurarem pelo menos seis antigos juizes de direito.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA - BIBLIOTECA

Actualmente, pela lei n. 844, de 14 de Fevereiro de 1916, que reorganizou o Poder Judiciario do Estado, as listas enviadas pelo Superior Tribunal ao governador, para a nomeação dos novos desembargadores, compôr-se-ão de cinco nomes.

Os juizes de direito julgam as acções superiores ao valor de 1:000$, no fôro civil; as acções criminaes sobre crimes afiançaveis e presidem as sessões do Jury, um para cada comarca, excepto a da capital, em que ha tres varas, revesando-se biennalmente os juizes em cada uma dellas.

São nomeados pelo governador, recahindo a escolha entre os nomes enviados em lista triplice pelo Tribunal de Justiça, tirados da lista dos juizes municipaes, membros do Ministerio Publico ou advogados que estiverem habilitados para o cargo de juiz de direito, perante o mesmo Tribunal, sendo condição para isso, para os juizes municipaes e membros do Ministerio Publico, exercicio dos cargos pelo espaço de quatro annos e para os advogados a advocacia dentro do Estado por esse mesmo espaço de tempo.

Cada termo é provido por um juiz municipal formado em Direito e precisando, para poder ser nomeado, ter, pelo menos, um anno de pratica no fôro do Estado, de advogado ou promotor publico. No seu impedimento funccionarão os respectivos supplentes, em numero de tres e na ordem em que forem nomeados, podendo essas nomeações recahir em leigos.

Os juizes municipaes são meramente preparadores, julgando, no civel, as acções até 1:000$ de valor e, no crime, apenas nos termos do interior, as infracções ás posturas municipaes e as contravenções consignadas no livro III do Codigo Penal, com appellação necessaria para o juiz de direito.

Na comarca da capital, essa ultima competencia é exercida pelo juiz adjuncto criminal e são tres os juizes municipaes.

O Jury é exercido por juizes populares, devidamente qualificados, dentre os quaes serão sorteados 36 para cada sessão, podendo esta funccionar e reunir-se o tribunal, desde que compareçam pelo menos 27 dentre elles. O conselho de sentença compõe-se de nove jurados, por sua vez sorteados entre os que compareceram, sob a presidencia do juiz de direito, nas comarcas do interior e na da capital por um dos juizes de direito para isso escalado, revesando-se.

Antes da reforma, em vigor, os conselhos de sentença compunham-se de 12 jurados. A diminuição para nove teve o duplo fim de facilitar a installação das sessões e acabar com as absolvições pelo voto de Minerva, que se davam sempre que havia empate nas respostas aos quesitos. O numero impar de jurados impossibilita esses empates.

O Ministerio Publico é composto do procurador geral do Estado, que é o seu chefe, com assento no Superior Tribunal de Justiça, sem voto, sendo a sua nomeação feita, conforme acima foi dicto; dos promotores publicos, na séde das comarcas e dos seus adjunctos nos termos, que não forem sédes de comarcas.

Nas comarcas do interior os promotores publicos accumulam as funcções de curadores geraes de orphãos, ausentes e interdictos, promotores de residuos e curadores geraes das massas fallidas. Na da capital essas funcções são autonomas e exercidas, separadamente, por funccionarios especiaes.

Os promotores publicos são tres na capital.

Os juizes municipaes são nomeados para servir durante quatro annos, mas uma vez reconduzidos são considerados magistrados.

O territorio do Amazonas, desde 30 de Junho de 1759, quando foi elevado á categoria de comarca, até 1853, constituiu uma comarca unica, tendo como séde a Villa de Barcellos e depois a de Barra, hoje Manáos. O seu primeiro ouvidor foi o dr. Lourenço Pereira da Costa.

Ao ser reinstallada a Provincia, todo o seu territorio ainda constituia uma comarca unica, contendo dois termos, com fôro independente, o primeiro que comprehendia Barra, Ega e Barcellos e o segundo Maués.

A divisão administrativa era de quatro municipios, 20 freguezias, 18 districtos de paz, duas delegacias e 11 subdelegacias.

O municipio de Ega foi elevado á categoria de termo judicial, separado do da capital, pelo decreto de 28 de Setembro de 1853, e a 27 de Dezembro do mesmo anno a comarca, com o nome de *Solimões*.

Pela lei n. 82, de 24 de Setembro de 1858, foi creada a Comarca de Parintins, que comprehendia os termos de Villa-Bella, da Imperatriz e Maués.

Em 1873 foi creada a Comarca do Rio Negro, com séde em Barcellos, e em 1876 a de Itacoatiara.

Em 1877 a Provincia se dividia, assim, em cinco comarcas e tinha sete termos, a saber: Capital, Teffé, Itacoatiara, Silves, Parintins, Maués e Barcellos.

Os municipios já eram em numero de nove.

A Comarca do Rio Purús, com séde na Labrea, foi creada pela lei n. 607, de 24 de Maio de 1883.

A lei n. 32, de 4 de Novembro de 1892, que organizou o Poder Judiciario do Estado, pela primeira vez na Republica, encontrou-o dividido em 11 comarcas e 19 termos.

Presentemente conta 19 comarcas e 28 termos.

As comarcas são quatro no Baixo-Amazonas: *Itacoatiara*, com o termo do mesmo nome.

Urucará, séde, comprehendendo os termos de *Urucará*, *Silves* e *Urucurituba*.

Parintins, séde, comprehendendo os termos de *Parintins* e *Barreirinha*.

Maués, com o termo do mesmo nome.

Quatro no Solimões: *Manacapurú*, séde, comprehendendo os termos de *Manacapurú* e *Codajás*.

Coari, com o termo do mesmo nome.

Teffé, séde, comprehendendo os termos de *Teffé*, *Fonte-Boa* e *Caravari*.

Javari, com séde no logar Santo Antonio, comprehendendo os termos de *S. Paulo de Olivença* e *Benjamin Constant*.

Uma no Juruá: *S. Philippe*, com o termo do mesmo nome.

Tres no Purús: *Canutama*, *Labrea* e *Floriano Peixoto*, cada uma com o termo do seu nome.

Quatro no Rio Madeira: *Borba*, *Manicoré*, *Humaitá* e *Porto Velho*, cada uma com o termo do seu nome.

Duas no Rio Negro: a da *Capital* e a do *Rio Negro*, comprehendendo os termos de *Moura*, séde, *Barcellos* e *S. Gabriel*.

Uma no Rio Branco: a de *Boa-Vista*, com o termo do mesmo nome.

Até á proclamação da Republica, os feitos judiciaes eram julgados em segunda instancia pelo Tribunal da Relação do Pará. O Superior Tribunal de Justiça do Estado funcciona desde 1891.

XVI

Historia da descoberta e exploração do Rio Amazonas e seus principaes tributarios amazonenses

A descoberta do Rio Amazonas, bem assim as primeiras viagens nas suas aguas, é obra de hispanhóes.

Vicente Yañez Pinzón descobriu a foz em Fevereiro de 1500 e porque, a principio, julgasse tratar-se de um mar de agua doce, deu-lhe o nome de *Santa Maria de la Mar Dulce*. A Hispanha, premiando o feito, outorgou a esse navegador, em 1501, a concessão do extremo-norte do Brasil

Diogo de Lepe seguiu o caminho daquelle, entrando no rio, mas foi obrigado a renunciar á empresa, pela resistencia que encontrou da parte dos indios, já prevenidos com os actos de pirataria contra elles praticados pelos companheiros de Pinzón.

Mais tarde, em 1531, Diogo de Sardos, com tres naus e 600 soldados, realizou a primeira tentativa séria de penetração no Amazonas, mallogrando-se, entretanto, a expedição, com a sua morte.

Passado pouco tempo, Jeronymo Furtal, á frente de 130 companheiros, fez nova tentativa, não chegando essa expedição a avistar, sequer, a foz do rio.

Em 1535, João de Barros, quando donatario da Capitania do Maranhão, em concorrencia aos Hispanhóes, entregou a Aires da Cunha, seu associado, o commando de uma expedição composta de 900 homens, dos quaes 113 a cavallo, para fazer o reconhecimento da região. O fim dessa tentativa portugueza foi o mais tragico possivel, perdendo-se a esquadrilha nos baixios da costa.

Até ahi as tentativas de penetração se faziam da foz para o interior. O acaso, porém, deveria fazer com que o grande rio fosse, primeiramente, percorrido no sentido inverso, das cabeceiras para a foz.

Foram heróes desse feito o fidalgo hispanhol Francisco de Orellana e 60 companheiros.

Gonzalo Pizarro, irmão do conquistador do Perú, tendo noticia de grandes riquezas naturaes existentes nas terras recem-apossadas do Governo de Quito, Provincia daquelle vice-reinado, terras a que davam o nome de Paiz da Canella, armou uma grande expedição para as explorar, levando Orellana como seu logar tenente.

Depois de porfiosos trabalhos, achando-se um dia a expedição quasi sem mantimentos, resolveu Pizarro confiar a Orellana o encargo de os procurar, fornecendo-lhe para isso um bergantim, 10 canôas e 60 homens.

Orellana desceu o rio com a sua esquadrilha, não mais voltando, pelo que Gonzalo Pizarro o accusou de traição, juizo acceito por quasi todos os escriptores, que se occuparam do assumpto, inclusive La Condamine e o proprio Elisée Reclus, aliás, com evidente injustiça.

Toribio Medina, no livro *Descubrimiento del Rio de las Amazonas, según la relación hasta ahora inédita de frei Gaspar de Carvajal*, justifica plenamente o proceder de Orellana, mostrando que elle não regressou ao acampamento de Pizarro, porque não o poderia mais fazer, sem sacrificio proprio e dos seus companheiros e nenhum beneficio dos outros.

Devido á correnteza do rio, a viagem de descida era facil, mas a de subida difficillima.

Depois de alguns dias de viagem, verificou Orellana que não podia mais pensar no regresso e reunindo então os seus companheiros e expondo-lhes a situação, por estes foi resolvido que proseguisse a descida para o mar.

Orellana que até então agira sempre em nome de Gonzalo Pizarro, despojou-se das funcções de logar-tenente deste, sendo acclamado chefe pelos 47 companheiros que lhe restaram dos 60 com que partira.

O inicio da viagem de Orellana, segundo Jimenez de la Espada, se fez da confluencia do Rio Coca com o Napo, no dia 2 de Fevereiro de 1542, mas Toribio Medina, com argumentos que calam, é de opinião que a partida se fez da confluencia do Napo com o Aguarico.

Vinte leguas abaixo chegou a expedição á foz do Curaray e depois de alguns accidentes de viagem, no domingo, 11 de Fevereiro, entrou no Maranhon, que se suppunha ser a continuação do Napo.

A 26 deu-se o primeiro contacto directo com as populações indigenas das margens do rio, vindo alguns indios ao encontro da expedição em canôas, trocando-se presentes.

Orellana intitulou-se, a si e aos seus companheiros, de filhos do Sol, Deus que os Indios adoravam, e com esse artificio conseguiu obter mantimentos e a desoccupação da maloca, onde passaram 44 dias, empregados na construcção de um bergantim, maior do que o que já traziam, sendo utilizadas as madeiras tiradas da floresta, o algodão como estopa e as resinas de certas arvores como breu.

A marcha recomeçou a 24 de Abril. A 12 de Maio foram avistadas as povoações da nação *Machipuro*, que tiveram de ocupar á força, ficando com 18 homens feridos, um dos quaes falleceu oito dias depois.

Não se podendo sustentar em terra, pela hostilidade dos Indios, reembarcaram os expedicionarios, sendo perseguidos durante toda a noite. Na manhan seguinte, appareceram novas povoações, de onde partiam guerreiros, para render os companheiros fatigados.

Tentou Orellana desembarcar em uma ilha deserta, mas, verificando que os Indios se preparavam para ataca-lo por agua e por terra, fez-se de novo em viagem e, sempre perseguido, chegou a uma passagem estreita, onde os indios entrincheirados nas duas margens, teriam certamente retido a expedição, se um hispanhol não houvesse salvo a situação, matando com um tiro de arcabuz o tuchaua indio, aproveitando-se os expedicionarios da confusão que esse incidente provocara, para sahirem do estreito.

Os Indios ainda continuaram durante dias e duas noites na perseguição, que só cessou quando os intrusos deixaram os seus dominios.

Mais adeante, encontraram outro povo, cujas malocas tomaram, para arranjar provisões e ahi ficaram tres dias.

Tendo o cuidado de evitar o contacto com os Indios, a 29 occuparam uma pequena maloca, sem encontrar resistencia.

No dia 3 de Junho avistaram a foz do Rio Negro. A 7 sustentaram um combate nocturno com os Indios, do qual sahiram feridos alguns expedicionarios, mandando Orellana enforcar os Indios que foram aprisionados.

A foz do Madeira, a que deram o nome de Rio Grande, foi passada a 10.

A 14, para se proverem de mantimentos, atacaram uma povoação indigena, e no incendio de uma das choças morreram queimadas algumas mulheres e creanças.

A 24 deu-se o acontecimento mais notavel da expedição, o encontro com as *Amazonas*, de cujo combate sahiram feridos diversos hispanhóes e entre elles o padre Carvajal.

Este assim as descreve:

> «Estas mujeres son muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelto á la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueras, tapadas sus verguenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios; y en verdad que hubo mujer de éstas que metió un palmo de flecha por uno de los bergantines, y otras que menos, que parecian nuestros bergantines puerco espino.»
>
> (*Relación del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el capitan Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir á al mar.*)

Provavelmente Orellana e seus companheiros tomaram por mulheres aos chefes indios, que usavam os cabellos grandes, presos por grampos, como ainda hoje o fazem os tucháuas de tribus que habitam as margens do Uaupés, affluentes do Rio Negro, conforme a observação de Reclus.

A lenda tomou vulto e, nas expedições futuras, os seus chronistas tiveram sempre o cuidado de tirar informações sobre as indias guerreiras, dizendo reproduzi-las com minuciosos detalhes.

Se a boa fé de frei Gaspar de Carvajal parece certa, o mesmo não se póde dizer dos seus successores, inclusive o padre jesuita historiador da expedição de Pedro Teixeira, frei Christóbal de Acuña, que puzeram nas suas chronicas muito de imaginação, descrevendo as amazonas americanas justamente como as guerreiras da historia grega.

E' preciso notar que a espiritos cultos, como o de La Condamine, não repugnava acceitar como verdadeira a existencia dessas mulheres.

O facto é que ellas nunca existiram, como o melhor conhecimento dos indigenas da região veio depois a tirar a limpo.

Depois do encontro com as suppostas Amazonas, redobrou Orellana de cuidados.

Passando pela foz de um grande rio (o Tapajós), amarrou os bergantins nas arvores de uma ilha que ahi existia, para resguardar os expedicionarios das flechas envenenadas que lhes atiravam os indios do logar, não conseguindo evitar que um delles fosse attingido e morresse em consequencia.

O mesmo succedeu quando passou a expedição a foz de um dos braços do Parnahiba (o Xingú).

Nessas paragens, foi notado que já se faziam sentir os effeitos das marés, com grande satisfacção dos expedicionarios.

Mudando a navegação para a margem Norte do rio, depois de algumas leguas de viagem, descançaram dois dias.

Por ahi o aspecto das terras era já differente; ás savanas e barrancos altos succedia a terra baixa e o curso do rio era interrompido por grandes ilhas.

Tendo entrado em um igarapé, resolveram atacar um povoado de indios, para tomar-lhes provisões.

O bergantim grande atracou sem novidade, mas o pequeno, batendo em um pau submerso, fez agua e afundou.

Segundo descreve Carvajal foi esse o peor momento da expedição. Os bergantins não lhes davam abrigo ao ataque dos Indios, o grande porque estava em secco e o pequeno afundado.

Tomou então Orellana a resolução de dispôr os seus homens em duas turmas, uma para fazer frente aos Indios, emquanto a outra varava o bergantim pequeno e o concertava.

Retirando-se os Indios e terminado o concerto, proseguiram na viagem. Mais adeante, ao abrigo de um monte, deram começo á obra de adaptação, para que o bergantim pequeno podesse afrontar o mar. Nesse trabalho gastaram 18 dias, soffrendo grande falta de provisões, pelo que tiveram de distribuir o milho em rações, contando-se os grãos. Salvou-os do aperto uma anta morta de fresco, que descia arrastada pela corrente.

Proseguindo, procuraram uma praia, onde podessem varar o bergantim grande e concerta-lo, o que fizeram em 14 dias, fabricando as velas com os mantos de dormir e passando toda a sorte de necessidades de bocca.

Deixaram essa praia a 8 de Agosto e a 24 chegaram á emboccadura do rio.

A 26 os bergantins fizeram-se ao mar, não entre as ilhas de Caviana e Marajó, segundo Toribio Medina, mas entre Caviana e Mexiana, porque nem Carvajal nem Orellana sabiam ainda que Marajó era uma ilha.

Durante quatro dias navegaram em conserva, porém na noite de 29 os bergantins se afastaram um do outro e só foram encontrar-se na Ilha de Cubagua, na Cidade de Nueva Cadiz, onde o bergantim pequeno chegou a 9 de Setembro e o grande a 11.

Conhecidas que foram na Europa as aventuras de Orellana, Carlos V, imperador da Austria, mandou fornecer-lhe tres navios, com a gente necessaria para o inicio do povoamento das novas terras, partindo a expedição da Hispanha em 1549.

Durante as estações que fez a esquadrilha nas ilhas das Canarias e do Cabo Verde, morreram muitos expedicionarios, pelo que, ao chegar á foz do Amazonas, foi obrigado Orellana a deixar dois dos seus navios. Com o terceiro e duas lanchas de bom porte, que construiu, deu começo á penetração do rio, ficando, afinal, apenas com uma embarcação, e retirou-se para a costa de Caracas, até dar na Margarita, onde morreu.

Em 1554 os Portuguezes fazem uma nova tentativa. Luiz de Mello da Silva, donatario da Capitania do Maranhão, enviou uma expedição ao Amazonas, composta de 600 homens, em seis navios, mas esta tambem se perdeu a Léste da bocca do rio.

Seis annos depois, em 1560, por ordem do vice-rei do Perú, o general Pedro de Orsua tentou a descida do Amazonas. Esta expedição foi a de fim mais tragico, de quantas se fizeram para o conhecimento do Amazonas.

Pedro de Orsua, segundo narra Bernardo Pereira de Berredo, nos seus *Annaes historicos do Estado do Maranhão*, para evitar os trabalhos que flagellaram Orellana, entrou pelo Rio Jutahi, passando deste para o Juruá e deste para o Amazonas; passagem, aliás, mais provavelmente feita do Ucaiale para o Juruá ou Purús, que são os que têm as cabeceiras mais proximas.

Em caminho, havendo um dos seus homens, chamado Lopo de Aguirre, se apaixonado por uma dama que ia na companhia do general, conseguiu revoltar os expedicionarios contra este, assassinando-o, sendo acclamado chefe e rei,

seu cumplice Fernando de Gusmão, pouco tempo depois, em novo motim, immolado tambem por Lopo de Aguirre, que assumiu a chefia da expedição, sendo raro o dia em que não se praticavam novas execuções por sua ordem.

Aguirre e os seus companheiros restantes foram sahir em frente á Ilha da Trindade, subindo por um dos affluentes da margem esquerda do Amazonas e delle se passando para um dos rios que desaguam no Atlantico, acima do Cabo Norte.

Qual seria esse affluente do Amazonas não está bem averiguado, asseverando Christóbal de Acuña, que a sahida no Atlantico não fôra pelo Orinoco, sendo, entretanto, este o unico que se communica directamente com o Amazonas, via Rio Negro — Cassiquiare.

Como Orellana dissera ter encontrado as *Amazonas* na bocca do Rio Nhamundá, póde ser que Aguirre tivesse subido por este em busca da cidade das mulheres guerreiras e delle varado por terra para o Essequibo.

Lopo de Aguirre pagou com a vida a sua traição, sendo executado.

Outras tentativas, sem resultado, foram ainda feitas pelos Hispanhóes da Provincia de Quito.

Os Portuguezes da Capitania do Maranhão, conseguindo estabelecer-se no Pará, onde Castello Branco fundou a Cidade de Belém, foram alargando as suas conquistas, não sem terem de sustentar porfiadas luctas com os Hollandezes e Inglezes, que tambem disputavam a posse do grande rio.

No começo de seculo XVII os Hollandezes commerciavam no estuario do Amazonas, sob a protecção de dois fortes no Rio Xingú e estavam a construir um terceiro, em Gurupá, perto do forte portuguez, ahi existente, além de postos fortificados que possuiam na margem septentrional do Amazonas.

Os Inglezes, por sua vez, estavam se fortificando nesta ultima.

Logo começa a expulsão de uns e outros, estes luctando em commum, e os Portuguezes contra todos.

Em 1623 Bento Maciel Parente toma aos Hollandezes o forte de *Gurupá* e em 1625 Pedro Teixeira os do *Xingú*.

Os Hollandezes, expulsos, refugiaram-se então entre os Inglezes estabelecidos na margem Norte do Amazonas.

Em 1629 Pedro Teixeira toma aos Inglezes o forte de *Taurege*, em 1631 Noronha lhes toma o de *Philippe*, em 1632 Feliciano de Carvalho o de *Cumahú*.

Hollandezes e Inglezes desappareceram assim da região.

Por ordem do Governo Hispanhol, a que Portugal obedecia desde 1580, Bento Maciel Parente, em 1626, deveria entrar no Amazonas, mas sua partida para as guerras de Pernambuco obstou a viagem.

Em 1633 ou 1634 foi despachado para o mesmo fim Francisco Coelho de Carvalho, ordem tambem não cumprida por temer este que, com a divisão das suas forças, nem podesse fazer frente aos inimigos, nem podesse levar a bom termo a viagem no Amazonas.

O acaso faz, então, com que todas as tentativas infructiferas de penetração no Amazonas encontrassem emfim o seu termo.

Em 1636 missionarios franciscanos de Quito, empenhados na catechese dos Indios, andavam nesse piedoso trabalho, quando foram obrigados a interrompe-lo por certos accidentes sobrevindos.

Dois delles, os leigos Andrés de Toledo e Domingo de Brieva, resolveram proseguir a viagem rio abaixo, o que fizeram acompanhados de seis aventureiros, cinco de nacionalidade hispanhola e um portuguez, de nome Francisco Fernandes, que foi o inspirador da aventura, contando a historia do *El-Dorado* e do *Lago do Sol*.

A pequena expedição desceu pelo Napo ao Maranõn, que então se suppunha ser o mesmo rio, e fizeram todo o percurso do rio até á foz, em Gurupá, de onde foram para Belém e dahi para S. Luiz no Maranhão.

A partida teve logar a 17 de Outubro de 1636 e a chegada a Gurupá a 5 de Fevereiro de 1637.

Ao chegarem os leigos ao Maranhão, o de nome Andrés de Toledo foi enviado á Hispanha, com a noticia da viagem e a outra de que se estava aprestando uma expedição para subir o rio.

Os Franciscanos querem para a sua ordem a gloria da descoberta e exploração do Amazonas e nesse sentido escreveu o padre Diego Córdoba de Salinas na sua *Crónica de la religiosíssima Provincia de los Doze Apostolos del Perú*. Deram ao rio o nome de *S. Francisco de Quito*.

A descripção da viagem foi feita em 1653 por frei Laureano de la Cruz e consta do *Saggi di Bibliografia geografica storica etnografica sanfrancescana* (pags. 269 a 300), da auctoria de frei Marcellino da Civezza, impresso em Prato in Toscana — 1879.

Deante do narrado pelos leigos, resolveu o governador do Maranhão mandar uma grande expedição rio acima, para a sua exploração e conquista.

O seu commando foi conferido a Pedro Teixeira, homem de grandes qualidades já provadas nas guerras contra Hollandezes e Inglezes, que se procuravam estabelecer na emboccadura do rio e terras adjacentes.

Compunha-se a expedição de 40 canôas de bom porte, conduzindo 1.200 indios remadores e combatentes, 70 portuguezes, quatro hispanhóes dos seis que desceram com os leigos e um destes, o de nome Domingo de Brieva, e o capellão frei Agostinho das Chagas.

A armada sahiu do Pará em principios de Agosto de 1637 e de Gurupá, segundo frei Laureano de la Cruz, a 17 de Outubro. Por falta de vento só poderam as canôas navegar a vela e a remo algumas leguas, utilizando-se depois apenas dos remos.

Desde o começo da viagem, procurou-se reconhecer todos os rios que desaguavam no Amazonas por uma e outra margem, marcando-se-lhes as distancias, enunciando-os pelos seus nomes, tomando a altura das paragens, fazendo sondagens pelo canal principal, mencionando com todo o cuidado as tribus de indios que se iam encontrando e recolhendo noticias de algumas outras que viviam afastadas das margens.

Já haviam percorrido 800 leguas, quando Pedro Teixeira, para encorajar os seus homens, de quem se apoderava o desanimo, resolveu mandar que o coronel Bento Rodrigues de Oliveira seguisse na frente, com oito canôas e as tripulações necessarias, e fosse reconhecendo o rio, para dar aos desanimados a illusão de que o termino estava proximo. Assim viajou a expedição até ás ilhas de Santo Antonio do Porto dos Encabellados, deixando ahi Pedro Teixeira o grosso da esquadra, sob o commando do capitão Pedro da Costa Favella, seguindo elle, com o capellão Agostinho das Chagas e alguns companheiros para Quito, sempre precedido pelo coronel Bento, que, com frei Domingo de Brieva e um dos companheiros deste na descida, pratico daquelles rios, continuaram a seguir na frente.

Chegaram estes ultimos até 10 leguas a jusante do Porto de Archidona, de onde tiveram de voltar, devido ás pedras e correnteza do rio, para entrar por outro rio mais fundo, o Paiamino, e chegar á Cidade de Avila, a 24 de Junho de 1638, tendo deixado as canôas, tres dias antes no Panino, affluente deste.

De Avila frei Domingo de Brieva seguiu na frente para Quito, afim de dar conta ás auctoridades locaes da chegada da expedição e das necessidades que a mesma estava passando.

Os soccorros não se fizeram esperar, encontrando já Pedro Teixeira em Los Quijos.

O general foi o ultimo a chegar a Quito, depois de soffrer com os seus companheiros toda sorte de privações, sendo muito bem recebido pelas auctoridades locaes.

Durante a viagem, o piloto da esquadra, Bento da Costa, levantou uma carta do rio.

Recebendo o vice-rei do Perú, conde de Chinchon, o *Relatorio* da viagem de Pedro Teixeira, ordenou a este que regressasse ao Pará, com toda a sua gente, fornecendo-se-lhe o que necessitasse, "pela falta que certamente faziam naquellas fronteiras, infestadas de ordinario pelo inimigo hollandez, tão bons capitães e soldados"; determinando, ainda, "que, se fosse possivel, levasse em sua companhia duas pessoas taes, a quem se podesse dar fé pela Corôa de Castella de todo o descoberto e do mais que se fosse descobrindo no regresso".

Por intrigas dos Jesuitas, essas duas pessoas designadas foram os padres de sua companhia Christóbal de Acuña e Andrés de Artieda, datando dahi as disputas entre Franciscanos e Jesuitas, sobre a prioridade das explorações do Amazonas

A designação dos dois Jesuitas, com exclusão dos Franciscanos, que foram os causadores da expedição, levantou protestos do provincial da Ordem de S. Francisco, conseguindo afinal este que fosse mandado juntar á expedição frei Domingo de Brieva, o que este fez, não sem ter encontrado em caminho contra-ordem para voltar, por elle desobedecida, no que concordaram os seus executores, talvez por serem essas as instrucções secretas que lhes dera o governador de Baeza, cabeça de governo de Los Quijos e Macas.

A volta da expedição se fez por Archidona e Porto de Napo, utilizando-se de pequenas canôas, para vencer as primeiras leguas, onde o rio corre muito e tem muitas pedras. Com tres dias de viagem chegou á foz do Coca, onde esperou as canôas grandes que, na ida, tinham ficado no Panino, affluente do Paiamino. Dahi, depois de alguns dias de descida, alcançou o Porto dos Encabellados, reunindo-se então ao grosso da esquadra, que ahi ficara a cargo de Pedro da Costa.

De Encabellados em deante, aguas abaixo, a viagem correu bem, durando quasi dez mezes, com escala por Gurupá, Chegou Pedro Teixeira ao Pará no dia 12 de Dezembro de 1639, seguindo dessa cidade para o Maranhão.

As viagens de ida e volta de Pedro Teixeira devem ser consideradas as primeiras de verdadeira exploração do Amazonas, sendo, depois dellas, que começou a penetração das terras.

Foi chronista da viagem de descida o Jesuita frei Christóbal de Acuña, que a descreveu no seu famoso livro *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas* (Madrid, 1641).

Marcos Jimenez de la Espada, explorador hispanhol, occupou-se della no livro *Viaje del capitan Pedro Teixeira aguas arriba del Río de las Amazonas* (*1638-1639*), (Madrid 1889).

Entre os incidentes occorridos na viagem de Pedro Teixeira, sobresahe o que teve logar no dia 16 de Agosto de 1639, defronte das bocainas do Rio do Oiro, 20 leguas abaixo do Rio Aguarico. Ahi o general lançou os fundamentos de uma povoação a que deu o nome de *Franciscana* e tomou posse das terras, para a Corôa de Portugal, em auto solenne, acontecimento que poderia levar as fronteiras do Brasil até esse logar.

Acuña dá noticia dos rios Putumaio, Jetahú (Jutahi), Cusco (Juruá), Iquiriari, Japurá, Tapi (Teffé), Catuá, Aganaruba, onde a lenda collocava o *Lago Dorado*, Cuchisguaras (Purús), Negro, Bastururú (Urubú), Madeira, Canuris (Jamundá), Trombetas (Uruximiná), Tapajós (Trapajosos). Dahi um pouco mais para baixo já se encontravam occupantes civilizados, sendo a região theatro de luctas entre Portuguezes e Hispanhóes contra Hollandezes, Inglezes e Francezes, que pretenderam assenhorear-se das terras.

A expedição de Pedro Teixeira não soffreu por parte dos Indios a hostilidade com que foi recebida a de Orellana, o que se explica pela necessidade absoluta em que este se encontrou de apoderar-se violentamente das provisões de que dispunham os mesmos indios, o que não succedeu áquelle. Além de que os processos de conquista dos Hispanhóes foram sempre mais violentos do que os usados pelos Portuguezes.

Apresentando-se aos Indios como um amigo, pôde Pedro Teixeira obter delles as informações, que permittiram a Christóbal de Acuña descrever os seus costumes, industrias rudimentares e crenças, e dar uma relação das tribus que viviam nas margens do Amazonas e seus affluentes.

Estando em uso naquelle tempo a escravização dos Indios, por meio dos chamados *resgates*, ao chegar a expedição, de regresso, na foz do Rio Negro, pediram alguns expedicionarios a Pedro Teixeira que entrasse no rio, com o fim de resgatar Indios, não accedendo o general, deante de uma representação escripta que lhe apresentaram contra a idéa os dois Jesuitas.

Depois da expedição de Pedro Teixeira, começou a fazer-se a penetração das terras, ora com o fim da catechese, por meio de religiosos missionarios, Jesuitas e Franciscanos, ora com o de resgate de Indios, cujos braços eram aproveitados na extracção das riquezas naturaes, de que a terra era prodiga.

Entre aquelles missionarios o mais celebre é o padre Samuel Fritz, auctor de uma das melhores cartas do Rio Amazonas, e grande defensor dos direitos da Hispanha sobre as terras recem-apossadas, tendo sido por esse motivo retido em Belém, pelas auctoridades portuguezas, durante dois annos, numa viagem que fizera a essa cidade, atraz de cura para a hydropsia de que fôra atacado na missão.

A viagem de Pedro Teixeira se fizera no tempo em que Portugal estava sob o dominio hispanhol e por isso, quando as duas nações se separaram novamente em 1640, a Hispanha quiz valer os seus direitos sobre a região percorrida por áquelle, que fizera a exploração por ordem do Governo Hispanhol.

O general, porém, tivera sempre o cuidado de declarar em actos solennes, que se apossava das terras para a Corôa de Portugal, de sorte que, ao dar-se a separação, este pôde reinvindica-las com toda a razão.

« A conquista portugueza do Amazonas é um dos factos admiraveis da Historia, pois a Hispanha, senhora das duas costas maritimas postas em communicação pelo rio, deveria considera-lo como a chave dos seus dominios na America. Essa conquista só se explica mesmo pela circumstancia de, ao tempo, Portugal estar sob a dependencia hispanhola (1580-1640), a coberto da qual a conquista puode ser feita sem desconfiança, antes por ordem da Hispanha, durante uma epocha em que uma simples carta régia teria causado, talvez definitivamente, a limitação do Brasil pelo Amazonas. »

(Joaquim Nabuco — *Fronteiras do Brasil com a Guiana Ingleza*, pag. 31.)

Em vez disto, foi o proprio Philippe IV que annexou ao Brasil a margem esquerda do grande rio. Pela circumstancia de continuar a Corôa Portugueza a ter individualidade á parte dentro da Monarchia Hispanhola, as conquistas ou extensões dos Portuguezes no Brasil eram consideradas como um accrescimo á Corôa Portugueza, de sorte que, quando Portugal sacudiu o jugo hispanhol, o Brasil o acompanhou e as terras accrescidas a este, durante o dominio, ficaram a elle incorporadas.

A posse do Amazonas não deriva de nenhuma bulla, mas toda ella da conquista. Dos dois lados do estuario, estabeleceram-se, ou o tentaram, Francezes, Hollandezes e Inglezes e as costas do Amazonas figuram nas cartas de doação de cinco differentes nações, áquellas e mais a Hispanha e Portugal. Este teve contra si, além da sua fraqueza, a descoberta e a bulla de Alexandre IV, e não obstante fez a conquista. (*Ibd., ibd.*)

Os Hollandezes e inglezes foram expulsos ainda durante a união das duas corôas. Separadas estas, quando se concluiu a paz entre ambas em 1668, cada Reino conservava as fronteiras que tinha antes da guerra e assim a margem esquerda do Amazonas e as terras até á bocca do Javari, limitadas pelo curso deste, no Sul e determinada linha, no Norte, ficaram para Portugal.

A pretenção da França á margem esquerda do Amazonas, com origem na concessão feita em 1624 a La Ravardière do territorio entre o Amazonas e a Ilha da Trindade, ficou limitada á região de Caienna, desistindo a França do resto em 1713 no Congresso de Utrecht, por intervenção da Inglaterra (*Ibd., ibd.*).

Assim Portugal, pequeno e insignificante, sem ter para invocar a seu favor o direito da descoberta, assim da costa oceanica como do curso do rio, a primeira devido a Vicente Pinzón e a segunda a Francisco de Orellana, conseguiu vencer as quatro mais poderosas nações maritimas do mundo, que então eram a Hispanha, a Hollanda, a Inglaterra e a França, luctando só algumas vezes contra os elementos locaes das outras reunidas.

Em virtude do pacto de Tordesillas, o meridiano imaginario cortava a costa, rente ao Cabo Norte, atravez da Ilha de Marajó, ficando a Hispanha, por essa fórma, com o dominio de todo o curso do Amazonas. Mais tarde, em 1640, a linha divisoria entre o senhorio das duas corôas recuou para Oéste, passando além da foz do Rio Negro.

Isso estabeleceram os tratados, mas não obstante elles, a conquista portugueza chegou ao sopé dos Andes e a ella devemos, nós, Brasileiros, ver incorporada á nossa Patria o seu maior e mais futuroso quinhão.

O esforço portuguez é, realmente, maravilhoso, principalmente se se tiver em consideração os poucos recursos da epocha, fazendo-se as viagens de penetração em canôas tocadas a remo e, tendo de vencer, além das hostilidades do gentio a força da correnteza e das cachoeiras, as molestias da região e toda sorte de difficuldades.

Em toda parte, onde havia uma fronteira, ou uma passagem estrategica a defender, no melhor ponto era certo levantar-se um forte portuguez: *Gurupá* e *Macapá*, na foz; *Pauxis*, no estreito de Obidos, o ponto mais estreito do rio; *Principe da Beira*, no Guaporé; *Crato*, no Madeira; *Tabatinga*, no Solimões; *Barra, Barcellos, S. Gabriel* e *S. José dos Marabitanas*, no Rio Negro; *S. Joaquim*, no Rio Branco.

Por toda parte a penetração portugueza foi sempre mais branda do que a hispanhola, não obstante as accusações que lhe são arguidas pelos padres Christóbal de Acuña e Samuel Fritz, mesmo quando se tratava de missões religiosas.

Nesse sentido o testemunho de La Condamine, absolutamente insuspeito, é decisivo. Diz elle, no seu celebre livro — *Rélation abregée d'un voyage* (Paris, 1745), em que descreveu a viagem que fez ao Amazonas, que existia uma differença completa entre as missões portuguezas e castelhanas, que visitou. Naquellas já se viam casas de tijolos e telhas, as portas com fechaduras e os indios vestidos com pannos da Europa, o que não succedia nas missões castelhanas. Essa maior amenidade no tratamento não excluia a perseguição movida contra os Indios pelos Portuguezes, para os escravizarem, a pretexto de resgata-los da morte, a que eram condemnados propositalmente, depois de feitos prisioneiros, para justificar o resgate, em guerras que os proprios Portuguezes provocavam.

Consistiam os resgates em expedições de tropa portugueza e indios auxiliares, sob as ordens de um cabo militar, levando tambem officiaes da Fazenda Real e padres da Companhia de Jesus, para servirem de juizes aos resgates.

A theoria politica e religiosa do systema era que fazendo os Indios prisioneiros de outras tribus, para os escravizarem, torturarem e devorarem, era um acto de philantropia resgata-los da morte por meio de compra ou permuta, ainda que viessem a cahir na escravidão dos resgatantes. Esse o interesse dos leigos. O principio por parte dos missionarios era de consciencia, envolvendo os resgates o baptismo e a salvação de tanta gente. (Joaquim Nabuco — *Fronteiras do Brasil com a Guiana Ingleza.*)

O processo, sem duvida, era deshumano, mas é preciso confessar que sem elle teria sido impossivel a colonização das terras e qualquer trabalho util, pela carencia completa de braços, se se fossem contar apenas com os Portuguezes, muito poucos para tão dilatados dominios e se se tiver em consideração que, com rarissimas excepções, o Indio, cioso da sua liberdade, só trabalhava obrigado.

Depois da viagem de Pedro Teixeira, o primeiro dos affluentes do Amazonas, dentro do territorio do Estado, que recebeu colonização foi o Rio Negro. Quando La Condamine visitou esse rio em 1743, segundo o seu testemunho, os Portuguezes já por lá andavam havia um seculo.

Nem o começo, nem a marcha da occupação portugueza do Rio Negro são hoje bem conhecidos. Excepto do que se fazia por ordem do governador do Pará, o registo de tudo mais nessa região é nullo, pois a exploração se fazia á vontade dos moradores, ficando por isso incognita.

A primeira expedição que o visitou parece ter sido a dirigida por Bartholomeo Barreiros de Athayde, em 1649, a mando do governo do Pará, com instrucções para o descobrimento do Rio do Oiro ou Lago Doirado. Barreiros, que seguira com o titulo de capitão-mór, levou ordens do governador do Pará, para fazer o maior numero possivel de resgates, e por cumpri-los, viu-se o governador envolvido em uma devassa, que o sacrificou, por não terem sido observadas as restricções, com que só então se poderiam fazer os mesmos resgates.

Os missionarios começaram a chegar ao Rio Negro em 1657, sendo o primeiro o Jesuita Francisco Gonçalves, segundo se vê de uma carta escripta pelo padre Antonio Vieira, em 1669, á rainha d. Luiza Francisca de Gusmão.

Depois veio a missão dos Jesuitas padres Francisco Velloso e Manuel Pires, que acompanhados de 25 portuguezes e 300 indios, entraram no rio e de lá voltaram com 600 escravos "licitamente resgatados".

No anno seguinte vai uma outra missão, que de regresso traz 600 ou 700 indios tambem "julgados recta e solicitamente por escravos".

O descobrimento, porém, daquelle vasto sertão tinha de ser obra das chamadas tropas de resgates.

Pelos annos de 1743 e 1744 passaram ellas do Rio Negro para o Orinoco, pelo Paraná e Cassiquiare.

Antes, em 1725 e 1726 já haviam penetrado até o Rio Jauitá, que desagua quasi nas cabeceiras do Rio Negro, a 20 dias de viagem da foz do Cassiquiare.

Em 1744 subiu a expedição de Francisco Xavier de Mattos, a qual, entrando pelo Paraná, encontrou quasi junto ao Orinoco o Jesuita hispanhol Manuel Romão, o primeiro castelhano que visitou aquellas paragens.

O que se póde apurar, diz Joaquim Nabuco, quanto ao primeiro povoamento do Rio Negro é que Pedro da Costa Favella e o religioso mercenario frei Theodosio começaram com uma aldeia de Tarumás e Aruaquis, entre 1668 e 1669, seguindo-se a edificação da Fortaleza da Barra, por Francisco de Mello Falcão, sendo seu primeiro commandante Angelico de Barros. Para os fins do seculo XVII, um sargento da guarnição da fortaleza, chamado Guilherme Valente, sobe o rio, faz amizade com os Caburicenas, depois com os Carajás e por fim com os Manáos, com os quaes se alliou, unindo-se á filha de um dos seus tucháuas.

Essas nações indigenas e outras do rio foram em seguida catechizadas pelos religiosos do Carmo, depois que, feita a partilha das Missões, coube a estes o Rio Negro.

As missões carmelitas começaram em 1695, sendo os primeiros missionarios frei Sebastião da Purificação, frei André de Sousa e o leigo frei Matheus de Santo Antonio.

Em 1728 frei Mathias de S. Boaventura funda a aldeia de S. Eliseu de Mariuá, depois Barcellos, séde da Capitania até 1809, quando cedeu essa categoria á Villa da Barra, hoje Manáos.

Quanto ao Rio Branco, é certo que os Portuguezes o visitaram desde a penetração do Rio Negro. Mas dessas entradas não ha vestigios, por terem sido realizadas por particulares, levados pelo seu unico interesse. O que se sabe, sem sombra de duvida, é que desde o principio do seculo até 1736, o capitão Francisco Ferreira, residente em Caboris, occupou-se nessas entradas.

Em 1736 entrou no rio, com uma grande escolta, Christovam Ayres Botelho. Seguiu-se, em 1740, a grande expedição de Lourenço Belfort, na qual tomou parte Francisco Xavier de Andrade e que subiu o Uraricuera, estabelecendo-se perto da cachoeira deste, de onde mandou explorar a região dos campos, durante dois mezes.

Veio depois a expedição de José Miguel Ayres, em 1748 e com ella terminam as tropas de resgates, em virtude da lei de 1750, que garantia a liberdade completa dos Indios.

Em 1766 o governador da Capitania recebeu ordem para vigiar o Rio Branco, de incursões de Hispanhóes e Hollandezes, sendo enviada para esse fim uma expedição commandada pelo alferes José Agostinho Diniz, que subiu o Uraricuera, chegando até o Uarora.

Em 1775, sob o commando de um sargento preto, 16 hispanhóes penetraram no Rio Branco. Contra elles foi mandada uma expedição, que os aprisionou, bem assim como a um outro destacamento hispanhol, de 25 soldados e 30 indios, com quatro peças pequenas, commandadas por um cadete, que subira o Tacutú, atraz da descoberta da Lagôa Dourada ou de Minas.

Foi nessa occasião que se levantou a Fortaleza de S. Joaquim, dominando as boccas do Tacutú e do Uraricuera, que são os formadores do Rio Branco.

Por volta de 1780 Pereira Caldas, emissario portuguez das demarcações com as colonias hispanholas, exercendo tambem as funcções de governador da Capitania, introduz no Rio Branco as primeiras cabeças de gado vaccum e cavallar. A sua prosperidade foi rapida, fundando-se pouco depois as tres fazendas denominadas do Rei, S. Marcos e S. José.

No alto Rio Branco, nas cabeceiras do Tacutú, a lenda collocou o *El-Dorado* ou cidade das maravilhas. Na tradição hispanhola é collocada cerca do Rio Parimá, que para outros é apenas um grande lago, em cujas margens estaria situada a Cidade de Manôa del Dorado, edificada pelos incas peruanos, fugidos á crueldade dos conquistadores.

Na carta da America do Sul de Brion, figura esse lago e muitas foram as fortunas e as vidas que se perderam em busca da miragem.

A viagem do explorador fran ez La Condamine foi a primeira realizada por um verdadeiro homem de sciencia, visando apenas o interesse desta.

Partiu La Condamine de *Tarqui*, no Perú, a 5 leguas ao Sul de Cuenca, no dia 11 de Maio de 1743. Desceu o rio até á foz, fazendo medições da sua largura, sondagens de sua profundidade, marcando as coordenadas geographicas, estudando os Indios e os seus costumes e todas as demais observações uteiss á sciencia, inclusive as correcções da carta do rio, levantada pelo padre Fritz.

Foi o seu livro, já citado, que tornou o Amazonas mais conhecido nos meios scientificos europeus, provocando viagens de outros exploradores e naturalistas extrangeiros, entre os quaes se enumeram Humboldt, von Spix, Martius, Wallace, Bates, Herndon, Jimenez de la Espada, Gibbon, Orton, Meyers, Spencer, Castelnau, Agassiz, Hartt, irmãos Keller, Chandless, etc., etc., aos quaes, juntamente com exploradores brasileiros como Silva Coutinho, Barbosa Rodrigues, Ribeiro Lisboa, Costa Azevedo, Candido Rondon e outros, não esquecendo os demarcadores portuguezes, se devem os conhecimentos, hoje vulgarizados, da região.

Missões religiosa se estabeleceram no Içá, no Japurá, no Urubú, no Atuman e seu affluente Jatapú e a vida, mais ou menos civilizada, ahi teve um relativo florescimento, cultivando as terras e explorando as suas riquezas naturaes,

O Rio Negro gosou sempre do privilegio de dar a capital á região, a principio com séde em Barcellos e depois na Villa da Barra, hoje Manáos.

Dos affluentes amazonenses da margem direita, não contando com o Tapajós, que é mais paraense, o primeiro a ser explorado foi o Madeira, conhecido de 1560 em deante por Nuflo de Chaves, que por elle descera, vindo de Santa Cruz de la Sierra, pelos rios Baurés e Mamoré e indo sahir no oceano, segundo affirma o padre Juan Patricio Hernandez.

Subiram os Portuguezes o seu curso, em 1741, até os arredores daquella cidade castelhana. Antes, em 1716, o capitão-mór do Pará João de Barros Guerra foi mandado ao Madeira como chefe de uma expedição contra os indios *Turás*, que costumavam descer ao Amazonas para atacar e roubar as canôas dos regatões que desciam para o Pará, ou de lá subiam com aviamentos para o interior, mas não passou das barreiras de Manicoré, 75 leguas acima da foz, morrendo em viagem, em consequencia de uma arvore que lhe cahira sobre a canôa.

Em 1725, o rio foi conhecido até a parte superior das cachoeiras. Esta expedição, enviada pelo governador do Pará João da Maya da Gama, seguiu sob o commando de Francisco de Mello Palheta, chegou até ás missões hispanholas e o seu fim era reprimir o trafico de indios, praticado por homens brancos, de origem castelhana, acima das cachoeiras.

Em 1742, Manuel Felix de Lima, partindo de Matto Grosso, pelos rios Sarará, Guaporé e Mamoré, attingiu o Madeira, pelo qual desceu e chegou a Belém, viagem essa que foi repetida sete annos mais tarde, em 1749, por José Leme do Prado, sendo que este regressou pelo mesmo caminho.

De 1780 a 1790, porém, é que o Madeira foi explorado scientificamente pela commissão de engenheiros que levantou a carta da Provincia, para servir de base ao tratado de limites entre o Brasil e as possessões hispanholas. A ultima viagem da commissão foi dirigida pelo sargento-mór de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, que verificou as observações feitas anteriormente, accrescentando algumas noticias importantes sobre logares e rios não mencionados no primeiro diario.

A carta da Provincia, levantada pela commissão, foi desenhada pelo doutor em Mathematicas José Joaquim Victorio da Costa. (Silva Coutinho — *Relatorio da exploração do Rio Madeira.*)

A descoberta do curso superior do Tapajós deve-se ao acaso. Descendo o sargento-mór João de Sousa de Azevedo, em 1746, pelo Rio Sumidoiro, até a sua entrada no Arinos, continuou por este e entrou no Tapajós, chegando a Santarém. Mais de meio seculo depois, em 1812, outra exploração foi emprehendida, desta vez pelo Rio Preto, tambem affluente do Arinos e que com 75 dias de viagem alcançou Santarém. Em 1828 foi ao Tapajós uma commissão scientifica russa, por ordem de czar Nicoláo I e sob a direcção do conselheiro Langsdorf, não passando, porém, de uma simples descripção de viagem o relatorio della, sem maior interesse para a sciencia.

Em 1881 o governo do Pará despachou uma expedição dirigida pelos engenheiros Tocantins e Julião, que não foi além da Cachoeira Buburé, 33 milhas ao Sul de Itaituba.

Foi do Tapajós que os inglezes levaram para o Oriente as sementes de seringueiras, matrizes das grandes plantações lá existentes hoje,

Ao Rio Purús, antes da viagem de W. Chandless, foram enviadas pelo Governo Brasileiro quatro expedições. A primeira, sob a direcção de um certo João Cametá, chegou apenas á foz do Ituxí, com poucos resultados. A segunda, em 1852, dirigida pelo pratico Seraphim da Silva Salgado, a mandado do primeiro presidente da Provincia Tenreiro Aranha, subiu cerca de 1.300 milhas, reduzindo-se os seus trabalhos á nomenclatura e tamanho apparente de alguns tributarios do rio. Hostilizando os Indios, sem necessidade, creou entre estes uma atmosphera de prevenções contra os brancos, que difficultaram os trabalhos das expedições posteriores.

A terceira, sob o commando de Manuel Urbano da Encarnação, teve resultados proveitosissimos. Manuel Urbano deve ser considerado como o verdadeiro explorador do Rio Purús e do seu principal affluente, o Aquiri ou Acre. Era elle um homem do povo, mestiço, de pouca instrucção, mas de grande intelligencia e sagacidade, segundo o testemunho de Chandless, do quem foi informante na viagem deste ao Purús, devendo-se-lhe tudo quanto se sabia sobre os tributarios do Purús.

A sua expedição não se organizou com o fim de explorar o Purús, mas sim para descobrir uma communicação que se suppunha existir, por agua, com o Rio Madeira, acima das cachoeiras deste, as quaes se julgava assim poder evitar, com grandes vantagéns para as communicações com o alto Madeira e seus formadores.

Apesar do rio, ao tempo, estar muito secco, Manuel Urbano, conseguiu percorre-lo na extensão de 1.600 milhas, chegando até á bocca do Rio Rixala e subir o Aquiri ou Acre pelo espaço de 20 dias.

Em consequencia do interesse que despertou essa expedição, o Governo mandou que se organizasse outra, em 1862, que só subiu 800 milhas, em 40 dias, voltando sem fazer observações, por falta de instrumentos e sob o pretexto de não haver combustivel. O naturalista allemão Wallis, que acompanhara a expedição, destacou-se della e proseguiu na viagem em canôa. Acompanhava-a, tambem, o explorador brasileiro Silva Coutinho, a quem o Amazonas muito deve o conhecimento do seu territorio.

W. Chandless entrou na foz do Purús a 12 de Junho de 1864 e procedeu á sua exploração, chegando aos pontos mais distantes, até então attingidos, perto das suas nascentes a 10º-58′ que foi a sua ultima observação.

Manuel Urbano subiu 10 dias pelo Acará, seis pelo Huiacá (Iaci), 20 pelo Aquiri, tendo parado em todos por falta d'agua.

Em Setembro de 1874, por ordem do Governo Brasileiro, subiu elle ainda o Rio Mucuim, por espaço de 15 dias e dahi passou, em dois dias por terra, para o Madeira, perto do Salto do Theotonio.

O Rio Juruá foi explorado tambem por Chandless, em viagem que realizou em 1869, subindo até 980 milhas geographicas da foz e descobrindo dois dos seus affluentes, a que deu os nomes de Gregorio e Mú.

O Rio Javari, já explorado pelos demarcadores portuguezes, foi novamente em 1874, por ordem do Governo Imperial, para a execução do tratado de limites com a Bolivia, pelo então capitão de fragata Frederico von Hoonholtz, depois barão de Teffé, que encontrou, para a sua nascente, a lat. de 7º-1′-17″,15 S. Posteriormente, ainda com o mesmo fim, e já por ordem do Governo da Republica, o major Cunha Gomes rectificou essa latitude, para a de 7º-11′-42″,10 S, que é a verdadeira.

Os rios Canuman e Maués foram visitados em 1853 por uma expedição enviada pelo presidente Tenreiro Aranha. O Canuman, recentemente, foi explorado por mme. Coudreau, que publicou a respeito magnifico trabalho, com a carta do rio, inclusive de seu curso superior, em que toma o nome de Sucunduri.

Anteriormente ás explorações a que fizemos referencias, já audaciosos traficantes haviam penetrado nesses e em outros rios da região amazonense, atraz das riquezas naturaes da terra, sendo muitos delles sacrificados pelos Indios.

Ainda hoje ha rios completamente inexplorados no territorio amazonense, de certa altura em deante, sendo desconhecidas as suas origens, como o Jauaperi, affluente do Rio Negro. Alguns dos mais importantes affluentes do Madeira estiveram nas mesmas condições, até bem pouco tempo, devendo-se o seu conhecimento actual aos heroicos esforços da commissão chefiada pelo general Candido Mariano da Silva Rondon.

XVII

Historia militar

A historia militar do Amazonas, apesar de tratar-se de uma região limitrophe com cinco paizes extrangeiros, é pobre de episodios de grande vulto.

A penetração portugueza, é certo, se fez pela conquista das novas terras aos Indios e aos Hispanhóes, mas lenta e pertinazmente, quasi sem apparato.

As tentativas hollandezas, inglezas e francezas, na grande bacia, não chegaram ao territorio amazonense, ficando localizadas do Tapajós para baixo e o mais se resumindo nas incursões problematicas dos Hollandezes do Surinan, na região do Rio Branco.

Contra os Indios e os Hispanhóes organizaram-se algumas expedições militares, por ordem do governo do Pará.

A mais importante dellas foi a que seguiu sob o commando de Pedro da Costa Favella, enviada contra os Barururús, Caboquenas e Guanavenas, nações alliadas do Rio Urubú, para vingar o fracasso de uma anteriormente ida a esse rio, sob a direcção do sargento-mór Antonio Arnaud Villela.

Essa primeira expedição, composta de soldados regulares e de indios, tinha por fim proteger as missões religiosas que deveriam ser fundadas no mesmo rio por frei Raimundo, da Ordem das Mercês.

Subiu ella em 1662, mas, atacada pelos Indios, não lhes pôde resistir, perecendo na lucta o sargento-mór Arnaud e muitos soldados e indios do seu acompanhamento. Animados pelo successo, os Indios victoriosos perseguiram os restantes e foram ataca-los na Aldeia de Saracá (hoje Silves), onde se haviam refugiado os fugitivos, tripulando os Indios uma esquadrilha composta de 45 ubás.

O alferes João Rodrigues Palheta, commandante do destacamento estacionado em Saracá, não esperou o ataque, achando mais prudente assumir a offensiva, o que fez, com 18 soldados regulares e 200 indios, em cinco grandes canôas.

Verificado o encontro, em acção naval, sahiu victorioso o alferes, sendo dispersos os Indios.

O governador do Pará, Ruy Vaz de Siqueira, entendeu necessario castigar ainda mais energicamente os Indios, pela morte do sargento-mór Arnaud, e para isso armou aquella grande expedição, composta de 400 praças e 500 indios, que partiu em 6 de Setembro de 1664, tripulando 34 canôas.

Para reforçar Favella seguiu ainda, pouco depois, o proprio governador, á frente de numerosa força, mas sendo a sua presença reclamada em Belém passou o commando do reforço ao sargento-mór Antonio da Costa.

No dia 25 de Novembro chegou Pedro da Costa Favella ao primeiro porto inimigo e ahi deixou as canôas e alguma tropa para defende-las; fez uma barragem na margem do rio com arvore e embrenhou-se pela floresta, atraz dos Indios.

No dia 7 de Janeiro de 1665 encontrou, pela primeira vez, os Caboquenas e Guanavenas e derrotou-os. Fugiram os Indios, marchando Favella ao encalço dos mesmos, já reforçadas as tropas com as trazidas por Antonio da Costa.

Em dois novos combates bateu-os de novo, sendo que no ultimo, de modo definitivo, pelo exterminio das duas valentes nações: — 700 indios foram mortos, 400 aprisionados e 300 malocas incendiadas.

A expedição regressou victoriosa a Belém, em 1 de Abril, sendo recebida com grandes festas.

Posteriormente, havendo os Indios da nação *Cuiuoicina* assassinado o missionario carmelita frei Mathias Diniz, na aldeia localizada entre os riachos Maturá e Maturacapá, no Solimões, o governador do Pará, Alexandre de Sousa Freire, para os castigar, expediu contra elles uma força, sob o commando de José Rodrigues Santarém, que cumpriu as ordens recebidas.

O assassinato do missionario carmelita frei Antonio de Andrade, pelos indios da nação *Juma*, quando por elle aldeiados na margem oriental do Lago Cupacá, deu logar a que o governador Bernardo Pereira de Barredo mandasse contra elles o capitão Diogo Pinto da Gaya, para reduzir os insubmissos, o que feito, sendo os indios que não eram da nação *Juma* transferidos para Ega.

Contra os indios *Turás*, do Madeira, que costumavam descer o rio para atacar os viajantes que navegavam pelo Amazonas, seguiu outra expedição, commandada pelo capitão-mór João de Barros Guerra, em 1716, expedição que não passou das barreiras do Manicoré, por ter fallecido, victima de um accidente, o capitão-mór.

Finalmente, regista-se ainda a expedição despachada contra Ajuricaba, o legendario chefe dos indios *Manáos*, do Rio Negro, a mais celebre de quantas viu a Capitania, já pela sua importancia, já por ter sido ordenada directamente pelo proprio rei de Portugal, depois de uma devassa a que se procedeu e em que ficaram apuradas as culpas do chefe indio.

Accusavam-n'o os Portuguezes de manter alliança com os Hollandezes do Surinan e o tinham por grande inimigo, pois sempre que podia os atacava nas povoações, carregando os indios já aldeiados.

Chefe incontestado, respeitado e querido pelos da sua nação, representava, de facto, uma grande força para o meio.

Procurou-o o missionario jesuita José de Sousa, aconselhando-o a que vivesse em paz com os Portuguezes. Assentiu nisso o chefe manáo, tendo recebido 50 resgates para 50 escravos, mas, dentro de pouco tempo, recomeçou nas suas hostilidades e ataques ás aldeias missionadas.

Pediu, então, o padre jesuita a prisão de Ajuricaba e o governador, havendo por justo o pedido, mandou effectua-la, depois de concedida pelo rei a auctorização para a guerra, em consequencia do apurado na devassa contra o chefe indio.

As operações foram dirigidas pelo capitão João Paes do Amaral, unido a Belchior Mendes de Moraes, com força regular, munida de artilheria.

Atacado Ajuricaba em sua maloca, resistiu tanto quanto pôde, retirando-se com os seus antes que o cerco se fizesse completo.

Perseguiram-no os Portuguezes de aldeia em, aldeia, até o aprisionarem com seis chefes, seus alliados, e em todo o decurso das operações, para cima de 2.000 indios.

Conduzido preso para Belém, ainda navegando o Rio Negro, apesar de coberto de grilhões, conseguiu amotinar os prisioneiros que com elle vinham na canôa, para apoderar-se della.

Suffocada a rebellião, elle e outro chefe preferiram a morte, atirando-se ao rio, não mais apparecendo os seus corpos.

Ribeiro de Sampaio, no seu *Diario de Viagem ao Rio Negro*, lhe dedica as seguintes palavras:

« O Ajuricaba em todo o progresso da sua vida foi certamente um heróe entre os indios, nome que muitas vezes mereceu pelas suas acções, e que sómente faz diversificar de outros heróes, e homens famosos, a differença dos objectos, e não o principio, a origem das mesmas acções. Depois de amotinar a canôa em que ia prisioneiro, vendo impossibilitados os meios de se ver livre da prisão, e obrigado a ceder á sua infelicidade, com incrivel resolução e animo, se lança com os mesmos ferros que levava ao rio, aonde achou, na sua opinião, morte mais heroica do que a que alcançaria no patibulo que o esperava. O que na verdade é mais celebre na historia do Ajuricaba é que todos os seus vassallos, e os mais da sua nação, que lhe tributavão o mais fiel amor e obediencia, com a illusão, que fazem na fantasia estas razões, parecendo-lhes quasi impossivel que elle morresse, pelo desejo que conservavão da sua vida, esperavão por elle, como pela vinda de d. Sebastião esperão os nossos sebastianistas. »

Muito duvidosa é a supposta alliança de Ajuricaba com os Hollandezes, parecendo que essa razão foi um pretexto para obterem do rei auctorização para a guerra.

Em 1709 fez-se uma tentativa para crear outro Ajuricaba na pessoa do indio Theodosio, mas ahi a justiça portugueza não consentiu na realização, intervindo a favor do indio, que fôra remettido em ferros para a Metropole. E' que, commenta Joaquim Nabuco, em Lisboa começava-se a comprehender que a funcção dessas figuradas allianças com os Hollandezes era obter mais facilmente ordens do Reino para as guerras de conquista e em falta destas para as tropas de resgate. As suppostas allianças dos indios com os Hollandezes eram completamente desconhecidas destes.

Além dessas expedições contra os indios, ha noticia de tres outras enviadas contra os Hispanhóes do Perú, de Potosi e da Guiana.

Em 1709 os hispanhóes de Quito fizeram descer o Solimões muitos brancos, indios e mestiços, os quaes chegando á Povoação de Nogueira, que estava então situada junto ao canal que communica o Lago Amaná com o Japurá, nella aprisionaram o missionario carmelita frei Balthazar da Madre Deus e dois brancos. Apoderaram-se dos indios dessa povoação e os da de Taiuçutuba e com elles fundaram os jesuitas hispanhóes a aldeia a que deram o nome de Jurimaguas. Finalmente, apoderaram-se ainda de indios Omaguas das povoações portuguezas de S. Paulo, S. Christovam, Nossa Senhora da Guadalupe e S. Mathias e os estabeleceram na aldeia a que chamaram S. Joaquim.

Essa incursão dos Hispanhóes de Quito fôra em represalia á intimação que, em Fevereiro desse mesmo anno de 1709, fizera ao padre Juan Baptista Sanna, então missionario dos Omaguas, o capitão Ignacio Corrêa, para que se retirasse, com os demais missionarios do Maranon e do Napo, porque todas aquellas terras, desde o Porto de Santa Rosa pertenciam á Corôa de Portugal, pela posse que tomara Pedro Teixeira, juntando á intimação que, caso o não fizessse assim como ordenava, levaria os padres presos para o Pará, de onde seriam despachados para Lisboa.

Em defesa dos interesses castelhanos sahiu o padre Samuel Fritz, mas, não obstante isso, a ordem de evacuação foi cumprida, retirando-se os missionarios castelhanos com as imagens e alfaias de suas egrejas. Accorreram, porém, as tropas de Quito a vingar as injurias dos portuguezes, e do choque resultou a victoria daquelles, que fizeram cinco prisioneiros, inclusive o capitão Ignacio Corrêa.

Logo que chegaram taes noticias a Christovam Freire, governador do Pará, armou este uma forte expedição, composta de 130 soldados e 300 indios, em 21 canôas, e, sob o commando do sargento-mór José Antunes da Fonseca, enviou-a contra os hispanhóes. Subiu Fonseca o Amazonas em Março de 1710, aprisionando 15 hispanhóes, inclusive o jesuita Juan Baptista Sanna.

Na Aldeia de Santa Maria Mayor recobrou frei Balthasar da Madre Deus e outros Portuguezes, que estavam prisioneiros dos Hispanhóes.

Contra os hispanhóes de Potosi, por estarem estes fazendo o trafico de indios, na região brasileira das cachoeiras do Madeira, foi enviada, em 1725, pelo governador do Pará, o general João da Maya da Gama, uma expedição sob o commando de Francisco de Mello Palheta, que subiu as cachoeiras, chegando até ás missões hispanholas.

Em 1775, hispanhóes da Guiana invadiram o Rio Branco. Eram 16 soldados, commandados por um sargento preto.

Sabedor disso o governo da Capitania, enviou contra elles o capitão Philippe Sturm, acompanhado da tropa necessaria. Este subiu o Urariquera e encontrando o sargento preto e 12 soldados, aprisionou-os. Os quatro soldados restantes tinham ficado a 12 dias de viagem acima.

Informado de que andava no Tacutú outra expedição hispanhola, enviou contra ella 25 soldados, com duas peças, que voltou sem a encontrar. Verificando depois que a mesma era composta de 25 soldados escolhidos e 30 indios, dispondo de quatro peças, sob o commando de um cadete, em vez de seguir em sua perseguição, resolveu espera-la, fortificando-se na foz do rio.

Chegaram ahi primeiro oito desertores do cadete, em lastimavel estado e informando que assim tinham deixado os outros. Obrigados estes a descer pelo Tacutú, o cadete e 20 praças que o acompanhavam foram aprisionados ao passarem pela fortaleza.

As guerras da independencia não chegaram até o Amazonas, ficando a resistencia portugueza limitada ao Pará.

Dominada esta, ao terem os amazonenses noticia de que a Provincia voltaria a ser apenas uma comarca do Pará, como um protesto contra o rebaixamento injusto, se sublevaram, o que motivou a ida contra elles de uma expedição militar, por ordem do presidente daquella Provincia, sob o commando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Bahiana, sendo deposto o presidente que havia sido acclamado pelos revoltosos Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo e restabelecida a ordem.

Ao tempo da *Cabanada*, em 1835, muitos indios tapuios, unidos a desertores e escravos fugidos, fizeram correrias em alguns logares da então comarca do Alto Amazonas, acompanhados do cortejo de barbaridades que caracterizam guerras dessa natureza. Durante cinco annos o territorio amazonense foi theatro de deprimentes scenas de sangue, prolongando-se a cabanagem até fins de Janeiro de 1840, quando foi extincta, pela rendição dos ultimos rebeldes, na foz inferior do paraná do Ramos e na Villa de Maués. Foi encarregado da diligencia militar, por parte das auctoridades de Villa Bella da Imperatriz (Parintins), o capitão João Valente do Couto.

Tratando-se da cabanagem no Amazonas, não póde deixar de ser recordado o nome do famoso caudilho Ambrosio Ayres Bararoá, que tantos serviços prestou á causa da legalidade, infelizmente com um rigor maior do que o necessario, o que lhe valeu ser suppliciado e morto pelos rebeldes, quando o apanharam, de emboscada, no Lago do Autaz.

Na guerra do Paraguai, com população que não ia além de 50.000 habitantes, o Amazonas contribuiu para o Exercito Brasileiro com o contingente de 724 voluntarios.

A adhesão á Republica fez-se pacificamente, sem resistencia das auctoridades depostas.

Na campanha de Canudos, tomou parte saliente a policia do Amazonas, sob o commando do coronel Candido José Mariano, incorporada á brigada Sotero de Meneses e ao lado das policias paraense e bahiana, merecendo de Euclydes da Cunha, o immortal historiador da guerra sertaneja, palavras de elogio á sua brilhante acção.

Depois da proclamação da Republica, as luctas politicas locaes, extremando-se em excesso, deram logar a diversas deposições e tentativas de deposições de governadores do Estado, como se verá opportunamente.

O movimento mais sério operado no territorio do Estado foi o da revolução do Acre.

Havendo o Governo Brasileiro, quando ministro do Exterior o general Dyonisio Cerqueira, reconhecido como boliviana uma grande extensão de territorio explorado e habitado por Brasileiros no Alto Purús, Rio Acre, Alto Juruá e Rio Tarauacá, estes, não se conformando com o acto do nosso Governo, proclamaram a independencia da região.

A revolução foi sustentada pelo governo e o commercio do Amazonas, que forneceram aos revolucionarios dinheiro, armas e munições.

Desenvolveu-se uma verdadeira campanha, na qual se notabilizou, como chefe e commandante dos revolucionarios, o coronel Placido de Castro.

As forças bolivianas soffreram diversos revezes, sendo que, durante os ultimos dias da revolução, foram commandadas em pessoa pelo presidente da Republica, então o general Pando.

Assignado entre o Brasil e a Bolivia o Tratado de Petropolis, em 27 de Dezembro de 1903, o Governo Brasileiro aconselhou o desarmamento dos revoltosos, ficando de novo pertencendo ao Brasil a vasta e riquissima região, não mais incorporada ao Amazonas, como era de elementar justiça, mas constituindo um Territorio Federal, com organização *sui-generis*.

XVIII

Historia religiosa

A colonização do Amazonas foi, durante muitos annos, serviço a cargo de missionarios religiosos.

Depois de Orellana, as primeiras pessoas que lhe repetiram a proeza foram os franciscanos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, acompanhados apenas de cinco aventureiros hispanhóes e um portuguez, tendo sido a viagem desses franciscanos que determinou a expedição de Pedro Teixeira, da qual fez parte, assim na ida como na volta, frei Domingo de Brieva.

De regresso Pedro Teixeira, o governo do Grão-Pará e Maranhão tratou logo da colonização da nova conquista, lançando mão para isso de missões religiosas, encarregadas de aldeiar e catechizar os indios, em vista "de haver grande falta de serventes, não só para as obras da nascente capitania como da lavoira", sendo essas missões protegidas por força militar "para bem serem executados os descimentos e resgates de indios".

Quasi todas as povoações actuaes do Amazonas tiveram sua origem em missões religiosas, que, ás vezes, chegaram a mudar quatro, cinco e mais vezes de logares, até ficarem nos occupados hoje. Maués, Borba, Itacoatiara, Parintins, Teffé, Coari, Fonte-Boa, S. Paulo de Olivença, Ayrão, Moura, Barcellos, Thomar, etc., têm essa origem.

Muitas das missões desappareceram, porém, quasi sem deixar vestigios, depois de attingirem a uma relativa prosperidade, estando nesse caso as missões fundadas nos rios Uatuman, Urubú e Japurá e algumas do Solimões e Rio Negro.

Franciscanos e jesuitas disputaram e disputam ainda, para as suas ordens, a gloria do que elles chamam *novo descobrimento do Rio Amazonas*. E' incontestavel, porém, que a mesma cabe aos franciscanos, como já vimos. Os jesuitas só visitaram o Amazonas na viagem de regresso de Pedro Teixeira, ao passo que a expedição deste foi motivada precisamente pela viagem que acabavam de fazer e de que davam noticia os leigos franciscanos Andrés de Toledo e Domingo de Brieva.

A fama que cerca a acção dos jesuitas encontra sua origem em ter sido escripta pelo frade dessa ordem, Christóbal de Acuña, a chronica da viagem de regresso de Pedro Teixeira, na qual é feita a primeira descripção, mais ou menos detalhada, do grande rio, seus affluentes principaes, productos naturaes e populações indigenas.

As missões religiosas, porém, que colonizaram a região foram na sua grande maioria de frades carmelitas e mercenarios, embora tivessem tido os jesuitas algumas a seu cargo.

Figura de incomparavel relevo entre os missionarios do Amazonas é o jesuita allemão padre Samuel Fritz, que dedicou toda a sua existencia ao trabalho de catechese dos indios e é auctor da mais perfeita, para o tempo, carta

geographica do rio. Só de indios Omaguas formou 28 aldeias, extendendo a sua acção da bocca do Napo á do Rio Negro, sobresahindo as de *S. Joaquim*, que era a principal, *Nossa Senhora de Guadalupe*, *S. Paulo Apostolo* e *S. Christovam*. Desceu ao Pará em 1689, por estar doente de hydropsia, segundo uns; segundo outros, para protestar contra os *rushes*, que os Portuguezes costumavam fazer em terras castelhanas para captivar indios; segundo outros, emfim, tão sómente pelo desejo de conhecer o rio em todo o seu percurso. Chegado a Belém, de facto, protestou energicamente junto ao governador, em favor das pretenções castelhanas, o que lhe valeu ser ahi retido 22 mezes, 19 dos quaes internado no Collegio dos Jesuitas, até que chegasse a resposta do rei de Portugal á noticia da sua ida á Belém.

Essa resposta, favoravel ao padre, foi recebida em Abril de 1691, mas só regressou ás missões tres mezes depois, acompanhado de uma escolta de tropa e de remeiros indios.

Falleceu o padre Fritz a 20 de Março de 1725, com 71 annos de edade, dos quaes 40 passados no Amazonas.

Além da carta do rio, deixou mais, no *Diario* em que descreveu a sua viagem de ida e volta á Belém, notas sobre as nações indias do seu tempo, bem assim, como dos seus usos e costumes.

Os processos de catechese empregados pelos missionarios no Amazonas não differem dos adoptados no resto do Brasil. O fim do aldeiamento, além da salvação das almas com o baptismo, pelo lado pratico não visava outra coisa senão obrigar ao trabalho os indios aldeiados, o que para elles, ciosos da sua liberdade, representava uma verdadeira escravidão.

E' de justiça, porém, constatar que a maioria dos missionarios procurava minorar esse estado de sujeição, dispensando aos indios um tratamento brando e procurando cerca-los de um relativo conforto, nesse ponto, como em outros, muito mais humanos do que os seus collegas Hispanhóes, que não faziam outro tanto.

O testemunho de La Condamine é precioso. Elle confessa que notou uma differença completa entre as missões portuguezas e as castelhanas. Naquellas já se viam casas de tijolos e cobertas de telhas, as portas das casas com fechaduras e os indios vestidos com pannos de procedencia européa, ao passo que nestas o desconforto da vida era completo.

As missões portuguezas, apesar das immensas distancias que as separavam de Belém, estavam com ella em constante contacto, para onde levavam os productos naturaes da terra, notadamente o cacau.

Foi em 1657 que os missionarios começaram a penetrar no Rio Negro. As primeiras missões de que se tem noticia são de jesuitas. Naquelle anno a dos padres Francisco Velloso e Manuel Pires e em 1658 a dos padres Francisco Gonçalves e o mesmo Manuel Pires, que só se occuparam do resgate e desceram, aquella com 500 e esta com 700 indios.

Em 1662, o capitão general Ruy Vaz de Siqueira, governador do Pará e Maranhão, mandou fundar as primeiras missões com o aldeiamento de indios.

A primeira tentativa, confiada a frei Raimundo, da Ordem das Mercês, que para isso subiu o Rio Urubú, protegido por forte tropa, frustrou-se, em virtude da expedição ter sido atacada e dispersa pelos indios do logar, escapando, porém, o missionario.

Castigados os Indios por uma nova expedição, sob o commando de Pedro da Costa Favella, foram então fundadas no citado Rio Urubú, as missões de *S. Raimundo* e *S. Pedro Nolasco*, em Agosto de 1665, que desappareceram depois do assassinato pelos indios de frei João das Neves, seu ultimo missionario.

Entre 1668 e 1669 o religioso mercenario frei Theodosio, acompanhando Pedro da Costa Favella, fundou com este a primeira aldeia do Rio Negro, no logar *Aiurim*, com indios Tarumás e Aruaquis.

O territorio da nova conquista foi então partilhado entre missões de carmelitas, franciscanos e jesuitas, tocando aos carmelitas as do Rio Negro.

As suas missões nesse rio começaram em 1695, sendo os primeiros missionarios freis Sebastião da Purificação, André de Sousa e o leigo frei Matheus de Santo Antonio.

No Rio Branco começaram em 1725.

Já vimos o papel do padre Fritz nas missões do Solimões.

A primeira missão do Jatapú foi fundada em 1824, por frei José Alvares das Chagas, que já havia fundado antes a de Villa Nova da Rainha, no baixo Amazonas, depois Villa Bella da Imperatriz e hoje Parintins. Da missão do Jatapús, assim como das que existiram no Atuman, dirigidas por jesuitas, ainda se encontram hoje alicerces dos edificios então existentes e outras curiosidades.

Muitos missionarios foram victimados pelos Indios, facto que, em geral, motivava uma expedição militar contra os culpados, sendo estes reduzidos á escravidão, quando não completamente exterminados.

Entre os missionarios mortos pelos Indios, além do já mencionado frei João das Mercês, citam-se os carmelitas frei Antonio de Andrade, assassinado pelos *Jumas* aldeiados no Lago Cupacá e frei Mathias Diniz pelos *Cuioicinas*, aldeiados entre os riachos Maturá e Maturá-cupacá, assassinatos que deram logar a expedições militares.

Ao ser installada a Provincia, em 1852, funccionavam apenas tres missões religiosas em todo o Amazonas: — uma no logar Porto Alegre, no Rio Branco; outra no Rio Andirá e outra nos rios Içá, Tonantins e Japurá.

Em todos os seus relatorios os presidentes chamavam a attenção da Assembléa Provincial para o insignificante resultado obtido pelas missões religiosas, evidentemente decahidas das suas antigas tradições.

O territorio do Amazonas só foi confirmado em vigararia geral pela carta régia de 18 de Junho de 1760, sendo seu primeiro vigario geral o padre dr. José Monteiro de Noronha, auctor do conhecido *Roteiro*, tantas vezes citado no curso deste trabalho. Fez parte do Bispado do Maranhão, passando para o do Pará ao ser creado este.

Só em 1892 (27 de Abril), pela Bulla *Ad universa orbis ecclesias*, foi elevado a bispado independente, tendo tido até hoje tres bispos:

D. José Lourenço da Costa Aguiar, sagrado em Petropolis pelo Nuncio Apostolico monsenhor Golti, tomou posse aos 18 de Junho de 1894;

D. Frederico Benicio de Sousa Costa, sagrado em Roma, tomou posse aos 3 de Junho de 1907;

D. João Irineu Joffely, sagrado primeiro no Recife como bispo titular de Suffetula e auxiliar do arcebispo de Olinda, foi trasladado para a diocese do Amazonas aos 3 de Maio de 1916, tomando posse aos 2 de Dezembro do mesmo anno.

Existem ainda no territorio do Estado a prelazia do Rio-Branco, com séde em Boa Vista, e as prefeituras apostolicas com séde em S. Gabriel, de Teffé, com séde na cidade desse nome e do Solimões, com séde na Povoação de Tonantins, tendo a dignidade de protonotarios-apostolicos o prelado e os prefeitos.

Todas mantêm, actualmente, missões de catechese nas suas respectivas jurisdicções, com colonias agricolas.

Em 1852 o numero de freguezias era de 24, mas 14 dellas estavam constantemente vagas.

O bispado do Amazonas, actualmente, conta 18 parochias.

Os indios do Amazonas, em materia de crenças religiosas, viviam no mesmo periodo de atrazo dos demais indios brasileiros.

Algumas nações, comtudo, a dar credito a narrativa de viajantes, possuiam uma philosophia evidentemente superior.

Era commum queimarem os indios os ossos dos defuntos, e lhes beberem as cinzas com as bebidas fermentadas de que usavam, na supposição de que as almas viviam nos ossos e que, bebidos esses, os mortos tornavam a viver nas pessoas dos que os bebessem.

Todos acreditam em um creador do Universo, cuja natureza ignoravam.

Os indios *Xumanas*, que habitavam no Rio Japurá acreditavam que as almas dos que viveram virtuosamente na terra iam conviver com o Creador, ao passo que as almas dos que procederam mal ficavam no mundo e seriam os demonios.

Acreditavam ainda que o sol é firme e só a Terra se move, o necessario para se fecundar em todas as partes pelo calor do sol; que só ha dois astros, o Sol e a Lua, esta para dar luz de noite e aquelle de dia; que o espaço superior ao Sol e a Lua está separado do espaço inferior por uma abobada azul, á maneira de gelozia, e que como todo espaço superior é luzido, por ser habitações de Deus, descem varios raios d'aquella luz pelos intersticios da abobada, os quaes se nos representam como estrellas; que os rios e riachos são arterias e veias do corpo da Terra, e que as correntezas dos mesmos são causadas pelo movimento da Terra. (Monteiro de Noronha — *Ibd.*, § 122.)

Entrando em contacto com os homens civilizados, os indios, não podendo assimilar bem as idéas e crenças religiosas, que lhes ensinavam, amalgamaram-nas com as suas, creando imagens hybridas.

Quasi toda a população civilizada do Estado professa a religião catholica apostolica romana. Em Manáos vivem algumas centenas de christãos protestantes, que mantêm dois pequenos templos.

Com a avalanche da immigração turca, de dia para dia crescente, mesmo nos mais longinquos pontos do territorio do Estado, já existem até mahometanos, nada obstando á entrada de crentes de todas as religiões, protegidas pela absoluta liberdade que lhes assegura a Constituição Brasileira.

XIX

Historia litteraria

Muito retardado no seu desenvolvimento material e ainda hoje com uma população insignificante para o seu territorio e essa mesma disseminada em distancias immensas, e por isso difficil de receber instrucção, o progresso litterario no Estado do Amazonas necessariamente tinha de ser retardado, como foi.

O amor pelas lettras não podia se desenvolver em um meio atrazado, com communicações difficeis para toda parte. Quando essa situação se modificou, a precariedade das condições de vida na região, bruscamente enriquecida pela industria seringueira, embora attrahindo muitos forasteiros, a estes animava apenas o desejo de enriquecer o mais depressa possivel, e retirar-se, depois, com a mesma pressa.

Não admira, pois, que o Amazonas não tenha quasi historia litteraria.

Dos tempos coloniaes, justamente no periodo aureo da então Capitania de S. José do Rio Negro, nos veio o maior poeta que o Amazonas tem tido, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, ainda hoje apreciado pelas suas inspiradas producções, sobretudo o soneto com que cantou a fidelidade conjugal da mameluca Maria Barbara, que preferiu morrer a deixar-se violentar, e que se tornou justamente celebre como um dos mais bellos e inspirados em lingua portugueza:

Se acaso aqui topares caminhante,
Meu frio corpo já cadaver feito,
Leva piedoso com sentido aspeito
Esta nova ao esposo afflicto, errante.

Diz-lhe como de ferro penetrante
Me viste por fiel cravado o peito,
Lacerado, insepulto e já sujeito
O tronco feio ao corpo altivolante.

Que de um monstro inhumano, lhe declara,—
A mão cruel me trata desta sorte,
Porém que allivio busque á dôr amara,

Lembrando-se que teve uma consorte,
Que, por honra da fé que lhe jurara,
A' mancha conjugal prefere a morte.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha não teve successores, pelo menos conhecidos.

A decadencia da Capitania, accentuando-se de anno para anno, houvera attingido ao seu maximo no meado do seculo passado, a ponto da então Comarca do Alto Amazonas ficar reduzida a uma população civilizada de menos de 20.000 almas.

Restabelecida a Provincia em 1852, voltando a progredir, pôde, emfim, ver crear-se em Manáos um meio litterario, de relativo desenvolvimento, sendo a sua capital frequentemente visitada por jornalistas e escriptores forasteiros, estabelecendo-se alguns na cidade, ao mesmo tempo que iam apparecendo nos filhos da terra o gosto e o amor pelas lettras.

Jonas da Silva, um nome consagrado na poesia brasileira, se bem que nascido no Piauhi, creou-se no Amazonas. Os seus livros *Amphoras* e *Uhlanus* fizeram ruidoso successo em todo o Brasil.

Thaumaturgo Vaz, auctor das *Caiingas*, gosa tambem do justo renome de mavioso poeta lyrico. Filho do Piauhi, reside no Amazonas, ha mais de 20 annos.

Cultivaram ainda a poesia no Amazonas: Heliodoro Balby, amazonense de grande talento, e tambem orador fluente; Theodoro Rodrigues, paraense; o mallogrado e inesquecivel Maranhão Sobrinho, já fallecido, e os cearenses

Quintino Cunhá, José Carvalho e Soares Bulcão, que se mudaram do Estado.

Cultivam-n'a hoje Raymundo Monteiro, Genesio Cavalcanti, Octavio Sarmento, Nunes Pereira, Pericles Moraes, Alvaro Maia, Araujo Filho, Gaspar Guimarães, Paulo Eleutherio, José Chevalier, Odilon Lima, etc.

Viveram no Amazonas algum tempo e deixaram sobre a terra as suas impressões, em primorosas paginas, o grande Euclydes da Cunha, no livro *A' margem da Historia*, e seu discipulo Alberto Rangel, nas bellas paginas do *Inferno Verde*.

Raul de Azevedo, que vive no Amazonas ha muitos annos, lá tem escripto todos os livros de que é festejado auctor.

Exploraram o theatro os amazonenses Coriolano Durand, com a peça dramatica *A Chamma*, e Benjamin de Araujo Lima, com a *Revolta do Idolo*, ambas muito bem recebidas pela critica.

São ainda applaudidos cultores das lettras no Amazonas, entre outros, Jorge de Moraes, José Francisco de Araujo Lima, Adriano Jorge, Virgilio Barbosa, João Leda, Alcides Bahia, Henrique Rubim, Carlos Chauvin, Benjamin de Sousa, etc.

A 1 de Janeiro de 1918 foi fundada em Manáos a Sociedade Amazonense dos Homens de Lettras, transformada em 29 de Março de 1920 na Academia Amazonense de Lettras, com organização semelhante á da Academia Brasileira, mas tendo apenas 30 membros effectivos.

A imprensa de Manáos, uma das mais adeantadas do paiz, é o respiradoiro natural das aptidões belletristas da terra. Publicam-se actualmente em Manáos os seguintes diarios: *A Imprensa*, *A Reacção*, *O Tempo*, *O Amazonas*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Commercio*, quasi todos compostos em machinas linotypos.

No interior do Estado, em alguns dos logares mais adeantados, circulam pequenos jornaes, na sua maioria bisemanaes, ou hebdomadarios.

XX

Historia scientifica

A grandeza, sob todos os aspectos extraordinaria, do mundo amazonico, assim como fascinou a imaginação de audazes aventureiros, atraz de cidades maravilhosas, attrahiu a curiosidade dos homens de sciencia, que para lá accorriam em busca de dados ainda ineditos para a Historia Natural.

Viajantes allemães, francezes, italianos, norte-americanos e especialmente inglezes percorreram o Amazonas, alguns durante annos consecutivos, sem outro escopo a não ser o amor pela sciencia.

Entre os allemães citam-se: Alexandre Humboldt, o Ariosto moderno, que fez sobre o Amazonas as mais enthusiasticas previsões, considerando-o a futura terra da promissão. Chegou ao Amazonas em 1799, acompanhado do naturalista francez Aimé Bonpland, seu collaborador tambem na grande obra, dividida em sete partes, em que deixou consignadas as suas observações. A primeira parte intitula-se: "Viagens ás regiões equinoxiaes do novo Continente".

Seguiram-lhe Joh. Bapt. von Spix e Carl Friedr. Phil. von Martius, organizadores de magnificas collecções sobre a Flora, Fauna, Ethnologia e Linguistica da região. Escreveram juntos *Reise in Brasilien*, publicado em Monaco. Von Martius iniciou depois a publicação da *Flora Brasiliensis*, continuada depois por Augusto Guilherme Eichler.

Humboldt, von Spix e von Martius estiveram no Amazonas no começo do seculo XIX, havendo os dois ultimos se reunido no Rio de Janeiro em 1817.

Entre 1827 e 1832 coube a vez a Poeppig, que muito embora sem o valor dos precedentes, fez tambem obra de grande merecimento. Os seus trabalhos se denominam *Reise in Chile, Perú und auf dem Amazonstrom e Nov. Gen. ac spec. plantarum quas in regno Chilensi, perwiano et in terra amazonica anis 1827-1832 legit Edu ardus Poeppig.*

Depois vieram Rober Avé Lallemant, que escreveu *Tabatinga am Amazonstrom* (Hamburgo, 1863) e Franz Keller, que deixou sobre a viagem o livro escripto em inglez *The Amazon and Madeira Rivers* (Londres, 1874).

A princeza Thereza de Baviera tambem visitou o Amazonas e sobre elle deixou impressões no livro *Meine Reise in den Brasilianischen-Tropen* (Berlim, 1897).

Abre a lista dos viajantes francezes mr. de La Condamine, tambem o primeiro homem de sciencia que percorreu o Amazonas nesse caracter, em commissão da Academia de Sciencia de Paris, conforme exposição já feita na primeira parte deste trabalho.

Alcide d'Orbigny visitou o Amazonas entre 1826 e 1833, escrevendo o seu conhecido trabalho *Fragment d'un voyage au centre de l'Amerique Meridionale* (Paris, 1845). Dez annos depois veio o conde Francisco de Castelnau, acompanhado de um grupo de illustres collaboradores, em commissão do Governo Francez. O seu livro intitula-se: *Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Pará, en 1843-1847* (Paris, 1850).

Seguem-se mais: Emile Carrey — *L'Amazone* (Paris, 1856) e Paul Marcoy — *Voyages á travers l'Amerique du Sud* (Paris, 1869), que são publicações mais descriptivas do que scientificas.

Jules Crevaux — *Voyage dans la Guyane et le bassin de l'Amazone* (Paris, 1880) e *Fleuves de l'Amerique du Sud* (Paris, 1883).

Charles Wiener: *Amazone et Cordillère* (Paris, 1883-1884).

C. Wallut: *Sur les rives de l'Amazone* (Paris, 1882).

C. Coudreau: *Le territoire contesté entre la France et le Brésil* (Lille, 1886); *Voyage au Rio Branco; aux Montagnes de la Lune; au Haut Trombette* (Rouen, 1886); *La France Equinoxiale* (Paris, 1887); *Les Français en Amazonie* (Paris, 1887).

C. Girard: *Les Andes, les Cordillères et l'Amazonie* (Paris, 1889).

M. Monnier: *Des Andes au Pará, Equateur, Perou, Amazone* (Paris, 1889).

O. Ordinaire: *Du Pacifique à l'Atlantique par les Andes peruviennes et l'Amazone* (Paris, 1892).

Todos esses livros são narrativas de viagens, porém cheios de informações sobre a região.

O celebre geographo Elisée Reclus, na sua viagem á America do Sul, esteve no Amazonas, e sobre elle escreveu um dos mais importantes capitulos da sua *Geographia do Brasil*.

Entre os italianos, citam-se: G. A. Collini — *La provincia delle Amazoni, secondo la relazione del P. Illuminato Giuseppe Cappi* (Roma, 1885).

Hermano Stradelli: *Rio Branco* (Roma, 1889); *L'Uaupés e gli Uaupés* (Roma, 1890).

Vincenzo Grossi: *Nel passe delle Amazoni* (Roma, 1897).

Entre os norte-americanos: Charles Wilkes, que escreveu: *Exploring Expedition during the years of 1838-1842, Madeira, Brazil* (New-York, 1858).

O tenente Maury, que tanto trabalhou no sentido de obter do Governo Brasileiro a abertura do Amazonas a todas as bandeiras.

Commissionados pelo Governo Norte-Americano vieram os tenentes W. Lewis Herndon e Lardner Gibbon estudar os recursos que o commercio americano poderia encontrar na região, apresentando elles, em Fevereiro de 1853, ao Congresso dos Representantes, minucioso relatorio.

Herbert H. Smith veio depois e escreveu: *Brasil — The Amazon and the Coast* (New-York, 1879).

A lista dos exploradores inglezes é a mais longa. Dá-lhe inicio Henry Lister Maw, que escreveu: *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic crossing the Andes and descending the river Maranon of Amazon* (Londres, 1829).

W. Smith e F. Lowe: *Narrative of a journey from Lima to Pará across the Andes and down the Amazon* (1834-1836).

O grande Alfredo R. Wallace, que lançou as bases da theoria do transformismo ao mesmo tempo que Darwin, quando se encontrava em explorações no Amazonas, escreveu: *A Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro* (Londres, 1853) e *Tropical Nature and other Essays* (Londres, 1878).

O não menos celebre Henry W. Bates, que passou 11 annos no Amazonas, tendo feito da Villa de Teffé a séde das suas explorações, escreveu: *The Naturalist on the River Amazon* (Londres, 1864).

William H. Edward: *A voyage up the River Amazon* (Londres, 1855).

James Orton: *The Andes and the Amazon* (Londres, 1870).

William Chandless, o conhecido explorador dos rios Purús, Aquiri, Juruá, Maué-Assú, Abacaxis, etc., sobre os quaes deixou os seguintes relatorios: *Ascent of the river Purús* (Londres, 1886); *Notes on the river Aquiry* (Londres, 1886); *Notes of a journey up the river Juruá* (Londres, 1869); *Notes on the rivers Maué-Assú, Abacaxis*, etc. (Londres, 1870).

Henry Alexander Wickman: *Rough Notes of a journey through the Wilderness, by Way and Orinoco, Aiapabro and Rio Negro* (Londres, 1872).

Edward D. Mathews: *Up the Amazon and Madeira Rivers* (Londres, 1879).

Além desses, muitos outros exploradores extrangeiros percorreram o Amazonas, principalmente depois que começou a funccionar a navegação a vapor, mas as melhores explorações foram as feitas no fim do seculo XVIII e primeira metade do XIX. O grande naturalista suisso Luiz Agassiz esteve no Amazonas em 1865-1866, deixando as impressões colhidas no livro *Viagem ao Brasil*.

Os hispanhóes, portuguezes e brasileiros apresentam tambem importante bibliographia sobre a região amazonica.

Como já vimos, a primeira descripção detalhada que della appareceu deve-se ao jesuita hispanhol Christóbal de Acuña, companheiro de Pedro Teixeira no seu regresso de Quito. O livro intitula-se *Nuevo Descubrimiento del gran rio de las Amazonas* e foi publicado em 1641, na Cidade de Madrid.

Frei Gaspar de Carvajal, companheiro de Orellana, contou a viagem deste, mas sem outra preoccupação além da simples narrativa dos incidentes nella occorridos.

O mesmo se póde dizer da narrativa feita pelo padre Laureano de la Cruz, no livro *Descubrimiento del rio de Maranon llamado de las Amazonas*, da viagem dos dois leigos franciscanos Andrés de Toledo e Domingos de Brieva, que motivou a expedição de Pedro Teixeira, livro escripto em 1651, mas só publicado em 1878, por iniciativa do padre Marcellino de Civezza.

O padre Antonio Vieira, sem ter estado no territorio amazonense, escreveu sobre elle na *Carta a el rey Nosso Senhor sobre as missões do Ceará, do Maranhão, do Pará e do grande Rio das Amazonas* (Lisboa, 1660) e na *Informação do modo como foram tomados e sentenciados por captivos, no anno de 1665, 702 indios* (Man. da Bibliotheca Publica de Lisboa). Collecção de todas as cartas do padre Antonio Vieira de 1647 a 1697 (Man. da Bibl. Nacional do Rio de Janeiro). Esses trabalhos só têm valor historico, como, aliás, quasi todos os desse tempo.

Mauricio de Hiriarte deixou a *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, escripto em 1662, mas só publicado em 1874 (Vienna).

Em 1684 o padre Manuel Rodriguez publicou em Madrid o seu trabalho: *El Maranon y Amazonas*.

Escreveram ainda sobre a região, entre outros, José Gonçalves da Fonseca — *Navegação feita da Cidade do Grão-Pará até á bocca do Rio Madeira, pela escolta que por este rio subiu ás minas do Matto-Grosso em 1749* (Lisboa, 1826).

Antonio Nunes de Sousa: — *Derrota desta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas do Matto-Grosso, que póde servir para outra qualquer monção indo passar as cachoeiras, 1749* (Man. do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

Gonçalves da Fonseca deixou uma descripção do Rio Abacaxis em 1749; o naturalista Rodrigues Ferreira, em 1786 e mais ou menos pelo mesmo tempo Lacerda e Almeida e Silva Pontes.

O padre dr. José Monteiro de Noronha, nomeado primeiro vigario geral da Capitania do Rio Negro, percorreu-a em pessoa, deixando da sua viagem preciosas notas no *Roteiro da viagem da Cidade do Pará até ás ultimas colonias do sertão da provincia, 1768*, obra que ainda hoje é consultada, com provcito, pelos que estudam a região. Foi publicada no Pará em 1862.

Não menos interessante é o *Diario da Viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, de 1774 a 1775*, da auctoria de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (Lisboa, 1825).

João Vasco Manuel de Brauh deixou dois *Roteiros Chorographicos* das duas viagens que fez ao Rio das Amazonas, uma em 1781 (esse "Roteiro" foi publicado no Pará em 1857) e outra em 1784 (publicado no Rio em 1849).

Francisco José de Lacerda e Almeida: — *Diario da Viagem pelas capitanias do Pará e Rio Negro, nos annos de 1780 a 1790* (S. Paulo, 1841).

Henrique João Wilkens: — *Diario da Viagem que fez do antecipado exame do Rio Japurá, 1781* — (Man. da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro).

Alexandre Rodrigues Ferreira: — *Diario da Viagem philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro, 1786* (Rio, 1885), um dos melhores estudos que existem dos tempos coloniaes.

Theodosio Constantino de Chermont e Ignacio de Moraes Bittencourt: — *Diario da Navegação do Rio Urubú, 1786* (Rio, 1885).

Raimundo Mauricio: — *Participação em fórma de itinerario que apresentou, acerca da diligencia que fizera para descobrir communicação pelos rios Caraí e Tiquié para o Japurá 1787* (Man. da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro).

Ricardo Franco de Almeida Serra: — *Novo Diario da Viagem dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé até Villa-Bella, capital do governo de Matto-Grosso, 1790* (Man. da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro).

Lourenço da Silva Araujo e Amazonas: — *Diccionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas*, magnifico trabalho escripto em 1830, mas só publicado em 1852, no Recife.

Ferreira Penna, um dos primeiros presidentes da Provincia, deixou escriptos de alto valor scientifico sobre a região e se acham nos *Archivos do Museu do Rio de Janeiro.*

Os naturalistas Silva Coutinho, Barbosa Rodrigues, Rodrigues de Medeiros, Medeiros Lisboa, etc., etc., deixaram magnificas monographias sobre as explorações a que procederam em diversos rios amazonenses, sobretudo os dois primeiros, Silva Coutinho sobre os rios Abacaxis, Madeira, Purús e Japurá e Barbosa Rodrigues sobre os rios Urubú e Jamundá e indios Krichanás, sobre os quaes escreveu exhaustivamente.

Hilario Maximiano Antunes Gurjão: — *Descripção da viagem feita desde a Cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio do mesmo nome, até a Serra de Cucuí* (Rio Negro, 1855).

Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães: — *Reconhecimento de uma estrada dos campos do Rio Branco para a capital* (Manáos, 1855).

Joaquim Caetano da Silva: — A obra em francez *L'Oyapoc et l'Amazone* (Paris, 1861).

A. C. Tavares Bastos: — *O valle do Amazonas* (Rio, 1886).

Mais modernamente existem sobre o Amazonas dois magnificos trabalhos, tão completos quanto possivel para o tempo em que foram escriptos, embora hoje verificadamente errados em certos pontos, da auctoria, um, do barão de Santa Anna Nery, escripto em francez *Au pays des Amazones* e outro do barão de Marajó *O valle do Amazonas.*

Em 1912-1913, por ordem da Superintendencia da Defesa da Borracha, estiveram no Amazonas diversas commissões scientificas, uma de hygiene, sob a chefia do dr. Oswaldo Cruz, tendo como auxiliares seus discipulos drs. Carlos Chagas, J. Pedroso e Pacheco Leão, que pelo espaço de oito mezes percorreu o territorio do Estado e apresentou circumstanciado relatorio sobre as molestias caracteristicas da região e meio de evita-las e combate-las; duas, sob a chefia do engenheiro hydraulico francez Maurice Maullard, para estudar a navegação franca do baixo e alto Rio Branco; uma, sob a chefia do naturalista Roderic Grandall, para estudar a região dos campos do Rio Branco, sobre todos os seus aspectos naturaes, afim do aproveitamento da mesma para a agro-pecuaria em larga escala, havendo todas tres apresentado os seus respectivos relatorios, que devem constar do Archivo do Ministerio da Agricultura.

Ainda por ordem da mesma Superintendencia os especialistas Paul Lecointe, O. Labroy e V. Cayla estudaram e escreveram circumstanciados relatorios sobre a *hevea brasiliensis*, a prodigiosa arvore caracteristica da região.

Em 1913, a pedido do governo do Estado, foi a Manáos uma commissão dirigida pelo dr. Theophilo Torres, afim de extinguir a febre amarella, que então reinava na capital amazonense, sob a fórma epidemica, commissão que deu cabal desempenho á incumbencia, escrevendo o seu illustre chefe, em lingua franceza, magnifico trabalho a respeito *La Campagne Sanitaria au Brésil.*

Commissionado pela Escola de Medicina Tropical de Liverpool vive ha muitos annos em Manáos o sabio dr. H. Wolferstan Thomas, estudando as molestias peculiares á região, sobre as quaes têm escripto valiosas communicações.

Na Historia scientifica do Amazonas cabe um logar á parte ao amazonense Torquato Tapajós, engenheiro geographo e bacharel em Mathematica, auctor de muitas monographias sobre a região, de subido valor, taes como: *Provincia do Amazonas; Navegação directa* (1886); *O Rio Purús* (1886); *O valle do Amazonas e os apontamentos para o Diccionario Graphico do Brasil* (1888); *Climatologia do valle do Amazonas* (1890); *As correntes do Amazonas e o phenomeno das pororócas* (1893); *Viagem ao Amazonas: Macapá, Tabatinga e S. Joaquim* (1893); *Estudos sobre o Amazonas; Limites do Estado, com quatro cartas geographicas* (1895); *Estudos sobre o Amazonas; Limites dos Estados do Amazonas e Matto-Grosso* (1896); *Salubridade do valle do Amazonas; O Amazonas, seu passado, presente e futuro;*

Deixou a publicar: — *O valle do Amazonas: Historia e Geographia.*

Torquato Tapajós nasceu, em Manáos, a 3 de Dezembro de 1854 e falleceu em 1897, contando apenas 43 annos de edade.

XXI

Historia artistica

A arte indigena, além da confecção das armas e adornos usados pelos indios, limitava-se a uma ceramica muito rudimentar. Os *Mundurucús*, nesse como em outros particulares, eram os mais adeantados indios do Amazonas.

Os *Manés*, preparadores do guaraná, tal qual ainda hoje o fazem os civilizados que exploram esses productos, davam á massa, quando ainda molle, o formato de animaes, inclusive do homem, e dos objectos de que faziam uso.

Os indios do Rio Negro são habilissimos em tecer rêdes, a que dão o nome de *maqueiras*, com a fibra do tucum, enfeitando-lhes as varandas de pennas de passaros, rêdes que chegam a obter no mercado de Manáos elevadissimos preços.

Entre os civilizados, a arte no Amazonas nunca chegou a ter grande desenvolvimento, o que era natural dado o atrazo do meio.

Nos tempos coloniaes, segundo dizem os testemunhos daquella epocha, quando a Capitania chegou ao apogeu do seu florescimento, sempre se fez alguma coisa, sobretudo na musica, mas desse progresso não ficaram vestigios.

Só depois da proclamação da Republica, começa-se a encontrar manifestações positivas de arte no Amazonas, traduzidas em monumentos architectonicos e de esculptura, no apparecimento de musicos de nomeada, etc.

Entre os edificios de Manáos, que honrariam qualquer cidade, figuram o Theatro Amazonas, o Palácio da Justiça e a Alfandega, dos melhores do Brasil.

A estatua de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro presidente da Provincia, erguida na praça de seu nome e o monumento commemorativo da abertura do Amazonas aos navios mercantes de todas as nações, levantado na Praça de S. Sebastião, em frente ao Theatro Amazonas, ambos em bronze, são bellissimos. Na Praça Quinze de Novembro encontra-se, tambem em bronze a herma do barão de Sant'Anna Nery. Diversas fontes artisticas ornamentam algumas das praças de Manáos.

A grande allegoria do tecto e cinco dos quadros que se admiram no *foyer* do Theatro Amazonas são da auctoria do grande pintor italiano De Angelis, cuja morte, prematura, não permittiu a terminação dos demais quadros.

Exercem a sua actividade no Amazonas, como professores, o maestro bahiano Adelelmo do Nascimento, o que mais fez pela arte musical no Amazonas, tendo sido seus discipulos algumas gerações de moços amazonenses; o maestro italiano Romeo Dionesi, auctor da opera *D'Artagnan* e o maestro paulista Joaquim Franco, fundador da Escola Amazonense de Bellas Artes, hoje *Conservatorio Carlos Gomes*, que mantem com rara abnegação, apesar de todas as difficuldades com que lucta.

São amazonenses as já notaveis pianistas Jacyra Amorim, primeiro premio do Instituto Nacional de Musica e Tatá Level, diplomada em Leipzig, bem assim o professor José Raymundo da Silva, lente daquelle Instituto, tendo aquellas e este feito os seus primeiros estudos em Manáos.

O pianista maestro Paulino Chaves, discipulo de Adelelme do Nascimento, e depois diplomado em Leipzig, é professor da cadeira de Musica do Gymnasio Amazonense.

O maestro Elpidio Pereira, auctor da opera *Calabar* e de outras applaudidas composições, foi pensionista do Amazonas durante alguns annos.

Manáos tem sido visitada por companhias lyricas de relativa celebridade e por artistas consagrados, que lá se fizeram ouvir, como Arthur Napoleão, o violinista Charnichiari, a violonista Josephina Robledo, etc.

O maestro Giorgio Polacco veiu a Manáos mais de uma vez como regente de orchestra.

O celebre tragico Giovanni Emmanuel trabalhou no Theatro Amazonas, sendo essa sua visita registada em uma placa de marmore collocada na entrada do Theatro.

XXII

Homens notaveis

A Historia do Amazonas honra as suas paginas com muitos nomes de filhos illustres e de outros que, durante longos annos, collaboraram no seu progresso e desenvolvimento. Insuperavel é a difficuldade para organizarmos uma lista completa, forçando-nos a commetter a injustiça momentanea do esquecimento involuntario de muitos delles. Aqui, todavia, consignamos alguns, de pessoas nascidas neste Estado:

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho de Raymundo de Figueiredo Tenreiro Aranha e neto de Bento de Figueiredo Tenreiro, que fôra capitão-mór de Gurupá e Provedor da Fazenda Real do Pará.

Nasceu a 4 de Setembro de 1769, na Villa de Barcellos, antiga séde da Capitania do Rio Negro, posteriormente Provincia do Amazonas. A seu respeito, diz Sacramento Blake:

«Ainda creança com sete annos de edade, viu-se orphão de pae e mãe, e entregue a um tutor, que deu-lhe apenas a instrucção primaria e ia accommoda-lo na lavoira, quando o menino, então com 12 annos, procurou seu padrinho o alcipreste e vigario geral José Monteiro de Noronha que delle toma conta, e, de combinação com o juiz respectivo, o recolheu ao Convento de Santo Antonio. Ahi estudou Bento Tenreiro todas as aulas secundarias, não podendo, como era seu desejo, ir para Universidade de Coimbra por lhe serem sequestrados pela fazenda real os bens que herdara do seu avô. Nomeado alferes de milicias e director dos indios de Oeiras, foi mais tarde nomeado capitão de caçadores e escrivão da nova alfandega, logar de que foi exonerado por calumnias e perseguições, de que foi victima, pelo simples facto de ser amigo particular do juiz de fóra Luiz Joaquim Frota de Almeida, que com o bispo e o governador vivia em discordia. O conde dos Arcos, porém, inteirado, quando assumiu o governo, da injustiça que soffrera Bento Tenreiro, deu-lhe o logar de escrivão da mesa grande do Pará, no qual foi confirmado pelo principe regente, d. João. Litterato e poeta, escreveu muitas composições das quaes publicou algumas e as outras deixou manuscriptas. »

A maior parte das producções de Bento Tenreiro perderam-se no Pará, nos saques havidos durante a revolta da Cabanagem em 1835. O que se salvára foi edictado, em 1850, por seu filho de egual nome e que, em 1852, inaugurára a Provincia do Amazonas. Falleceu o mavioso poeta amazonense a 11 de Maio de 1811.

Clementino José Pereira Guimarães, filho do capitão Marcello José Pereira Guimarães, nasceu a 14 de Novembro de 1828, na Barra do Rio Negro, posteriormente Cidade de Manáos. Foi um dos deputados á primeira sessão da primeira legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas installada em 5 de Setembro de 1852. Foi nesse anno, nomeado promotor publico da comarca da capital. Por carta patente de 3 de Janeiro de 1854, foi nomeado para o posto de capitão da Guarda Nacional, pelo presidente dr. Herculano Ferreira Penna. Em 1866 teve a nomeação de procurador fiscal da fazenda provincial, na administração do dr. Epaminondas de Mello. Por carta régia da princeza imperial, de 19 de Julho de 1871, foi agraciado Official da Ordem da Rosa. Por carta imperial de 20 de Novembro de 1872 foi-lhe concedida reforma no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional.

Por carta constitucional de 22 de Agosto de 1885, foi nomeado 1º vice-presidente do Amazonas, administrando-o de 21 de Setembro a 28 de Outubro desse anno, e de 1 de Janeiro a 23 de Março de 1887. Por carta da princeza imperial regente de 27 de Junho de 1888, foi agraciado com o titulo de barão de Manáos. Exerceu o mandato de deputado provincial em varias legislaturas, bem assim o de vereador da Camara Municipal de Manáos. Advogava nos Auditorios dessa capital e nos do interior. Foi chefe politico de incontestavel prestigio, militando nas fileiras do Partido Conservador. Falleceu em Manáos, a 26 de Outubro de 1906.

Francisco Ferreira de Lima Bacury, filho de Antonio Manoel Bacury, nasceu, em Manáos, a 4 de Outubro de 1848. Concluidos seus estudos de Humanidades no Seminario de S. José, daquella cidade, prestou concurso para uma vaga de amanuense da secretaria do governo provincial, sendo logo aproveitado. Por sua dedicação e intelligencia, percorreu a hierarchia da sua repartição, tendo sido um dos

nhum dos homens que então habitavam esta provincia seria capaz de vencer as difficuldades com que luctou Alexandre Amorim. »

Foi mais além; assim, em 1872, contractava com o governo, em virtude da lei n. 242, de 27 de Maio, a navegação directa entre Manáos e Liverpool. O vapor *Mallard* inaugurou o serviço das communicações directas, emancipando em grande parte, o commercio amazonense da tutella do paraense. A Assembléa Provincial, em sessão de 4 de Maio de 1874, mandou uma commissão dos seus membros agradecer a Britto Amorim os serviços prestados ao Amazonas, que, desde então, pôde dar novos surtos de vida economica. Britto Amorim falleceu a 20 de Junho de 1881. (Vide *Almanack Madeirense* para 1889, pag. 121.)

Frederico José de Sant'Anna Nery, filho do major Silverio José Nery, nasceu em Belém do Pará, em 1848. Fez seus estudos de Humanidades no antigo Seminario de S. José de Manáos, retirando-se, em 1862, para a França, onde se tornou um dos mais fecundos escriptores. Alcançou o grau de bacharel em lettras em 1867 e depois o de sciencias pela Universidade de Paris. Seguindo para a Italia, doutorou-se em Direito pela Universidade de Roma, que deixou em 1874, fixando sua residencia na capital franceza. A seu respeito, diz Sacramento Blake: "foi o primeiro correspondente da *Réphublique Française*, instituida por Gambetta e um dos fundadores e vice-presidente da Associação Litteraria Internacional de Londres, de 1879". Foi membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da Academia de Lettras da França, Cavalleiro da Legião de Honra, Official da Ordem da Rosa, etc. Sua bibliographia é vultuosa, tendo muito escripto sobre o Brasil. Foi um grande propagandista do Amazonas, a respeito do qual editou: *Le Pays des Amazones* e *La Civilisation dans Amazones*, obras de subido valor scientifico e litterario. Falleceu em Paris, em 1906, sendo seu cadaver transportado para Manáos, onde se acha no Cemiterio de S. João. Como testemunho de gratidão, aquella cidade mandou erguer, em uma das suas praças, o busto do notavel amigo do Amazonas.

Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, nasceu a 12 de Maio de 1837, na então Provincia da Bahia. Formou-se em Mathematicas e Sciencias physicas, dirigindo-se para o Amazonas, onde chegou com a graduação de segundo tenente do Corpo de Engenheiros do Exercito. Exerceu, por varias vezes o cargo de director da Repartição de Obras Publicas, conforme se vê dos Relatorios que apresentou ao governo provincial (*Relatorios da Provincia do Amazonas*, vol. III, pag. 337; vol. V, pag. 360). Em 1861, commissionado pela Presidencia, subiu o Rio Negro para verificar o estado das suas villas e povoações, apresentando, no regresso dessa viagem morosa, um minucioso estudo, o mais completo que conhecemos desse rio (Obra cit., vol. II, pag. 807 a 849). Foi o dr. Leovigildo Coelho, senador Federal pelo Amazonas, á Constituinte de 1890. Exerceu ainda o cargo de superintendente Municipal de Manáos, onde falleceu a 3 de Outubro de 1893, no posto de coronel do Corpo de Engenheiros. Aquella capital do Estado, como lembrança e homenagem aos serviços que lhe prestou por longos annos, conserva o nome do illustre morto em uma das suas principaes ruas.

João Barbosa Rodrigues, filho de João Barbosa Rodrigues, natural do Rio de Janeiro, nasceu a 22 de Junho de 1842. Foi professor de Desenho no Collegio Pedro II. Especializou-se nos estudos da Botanica, Ethnographia e Anthropologia, chegando a adquirir, nestas sciencias, a reputação de sabio. Diz a seu respeito o dr. Sacramento Blake:

« Incumbido pelo Governo Imperial de proceder a estudos scientificos no Pará e no Amazonas, comprehendendo nesses estudos o das palmeiras dessa região, descobriu uma grande quantidade de novas especies, que haviam escapado ás investigações do dr. Martius, do dr. Richard Spruce e do zoologista Alfredo Wallace e de outros. »

Uma vez no Amazonas, depois de 1872, sua vida foi laboriosa, explorando varios rios, classificando muitas especies novas do mundo vegetal, fazendo eruditos estudos sobre Anthropologia e Ethnographia, que concorreram para tornar aquella riquissima região conhecida no Sul do paiz e na Europa. A actividade do dr. Barbosa Rodrigues era prodigiosa. Sómente no anno de 1875 publicou diversas obras, todas de interesse scientifico e que lhe conferiram a reputação de sabio. Sua bibliographia é grande e variada, sendo que a maior parte foi comprehendida no Amazonas e de assumptos a elle attinentes, como se poderá verificar da lista inserta no *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, vol. III, pagina 359. O dr. Barbosa Rodrigues foi, ainda, o fundador e organizador do Jardim Botanico de Manáos, dirigindo-o por alguns annos. Tomou parte activa na campanha abolicionista, em 1884. Retirando-se depois para o Rio de Janeiro, afim de dirigir o Jardim Botanico dessa cidade, ahi se conservou, até poucos annos, quando a morte o surprehendeu, ainda na elaboração de obras preciosas.

Simplicio Coelho de Mello Rezende, filho do tenente-coronel Simplicio Coelho de Mello Rezende, natural de Piracurúca, Estado do Piauhi, nasceu a 1 de Abril de 1841. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Regressando a sua terra natal, foi juiz municipal, deputado provincial e, depois, deputado geral na ultima legislatura do Imperio. Dirigindo-se ao Amazonas na administração do dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo (1892), foi nomeado chefe de Policia. Exonerando-se desse posto, por occasião das mudanças politicas que puzeram termo ao governo daquelle militar, entregou-se á advocacia, em cuja profissão revelou alta competencia, aliás comprovada pelos estudos publicados anteriormente. Foram notaveis, pela erudição e pelo brilho dos conceitos, as polemicas de caracter juridico que travou com o seu collega o dr. Agesilão Pereira da Silva, na imprensa de Manáos. Fundada a Universidade da capital amazonense em 1910, foi convidado para reger uma das cadeiras do Curso Juridico e logo nomeado director da respectiva Faculdade.

Como prova da cultura do seu espirito e do empenho com que tratava as incumbencias que lhe eram confiadas, ahi estão os seus discursos proferidos na Assembléa Geral do Imperio, em 1887 e mandados imprimir por seus amigos. Procurou sempre viver alheio ás questões partidarias do seu Estado adoptivo. Todavia, por occasião do nefasto bombardeio de Manáos, em 10 de Outubro de 1910, por navios de guerra nacionaes, a casa de sua residencia foi a mais damnificada, tendo o illustre casuidico escapado milagrosamente ás balas traiçoeiras despedidas de bordo. Falleceu, no posto que lhe confiara a Universidade, a 16 de Fevereiro de 1915.

Raimundo Amancio de Miranda (Monsenhor) — Nasceu em Manáos, Provincia do Amazonas, a 8 de Abril de 1848. Fez seus estudos primarios no Collegio Santa Maria de Belém e frequentou depois as aulas do Seminario Episcopal.

D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, o mandou estudar em França em 1863, na Cidade de Toulouse, donde passou para o Seminario de Issy nos arrabaldes de Paris e depois para o Grande Seminario de S. Sulpicio. Em 1873 regressou ao Pará onde recebeu as ultimas ordens sacras. Foi lente de Moral, do Seminario e da Escola Normal, capellão do Collegio Nossa Senhora do Amparo. Em 1878 foi occupar o logar de Reitor do Seminario de Manáos e o de vigario geral do Alto Amazonas, onde desempenhou tambem o cargo de director dos Indios.

Revelou-se na imprensa polemista vigoroso, collaborando na *Boa Nova*, no periodo mais agudo da questão religiosa no Pará. Ao partir d. Antonio, preso para a Ilha das Cobras, o joven sacerdote foi incluido na lista triplice dos governadores do Bispado.

Era vice-presidente da Provincia do Amazonas e nessa qualidade occupou a presidencia de 2 de Julho de 1888 a 12 de Julho do mesmo anno, e no periodo decorrente de 11 de Novembro de 1888 a 12 de Fevereiro de 1889.

Por occasião da epidemia da variola que assolou Manáos em 1888 offereceu-se para administrar gratuitamente o Hospital. O Governo Imperial agraciou-o com a commenda da Ordem de Christo. Em Manáos foi diversas vezes director geral da Instrucção Publica e do Instituto de Educandos Artifices.

Perseguido por adversarios politicos, monsenhor Amancio transferiu sua residencia para Belém, onde fundou o Collegio da Immaculada Conceição. Foi lente cathedratico de Grego no Lyceu Paes de Carvalho.

Era conego honorario da Sé do Pará, vigario da Egreja de Nossa Senhora de Nazareth e camareiro extranumerario do papa Leão XIII.

Falleceu a 7 de Junho de 1901.

A' lista das pessoas que, embora não tendo nascido no Amazonas, nelle passaram longos annos e lhe prestaram inolvidaveis, serviços, podemos accrescentar:

Manuel da Gama Lobo de Almada, padre dr. José Manuel dos Santos Pereira, padre José Felix da Cruz Dacia, coroneis Guilherme José Moreira (barão do Juruá) e Emilio José Moreira, Francisco Antonio Martins (o fundador da Cidade de Humaitá), dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, dr. João da Silva Coutinho, general Theodoro Botinelly, Jeronymo Costa, padre Jesualdo Maccheti (missionario), dr. Agesilão Pereira da Silva, dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bento Aranha, Aristides Justo Mavignier, João Marcellino Taveira Páo Brasil, João Fleury da Silva Brabo, dr. Romualdo de Sousa Paes de Andrade.

Nota: O presente trabalho foi ultimado em 1920.

Luciano Pereira da Silva.

Observação — Da parte referente ao Estado do Amazonas apenas o ultimo capitulo, sobre as biographias de homens notaveis, não é da lavra do dr. Luciano Pereira da Silva.

ESTADO DO PARÁ

I

Posição, limites e superficie

Posição — Está situado, conjunctamente com o Estado do Amazonas, na parte septentrional do Brasil, tocando-lhe a posição de Léste, banhado pelo Oceano Atlantico.

Está todo na zona torrida; é cortado pela linha equinoxial, e possue a sua maior extensão territorial no hemispherio do Sul.

Os seus pontos extremos estão comprehendidos entre as coordenadas geographicas seguintes: 4º-21'-1",9 de lat. N e 9º-40' de lat. S e 3º-30' e 15º-20' de long. occidental do meridiano do Rio de Janeiro, ou 46º-40'-19",65 e 58º-30'-19",65 a Oéste do meridiano de Greenwich.

Limites — Limita-se ao Norte pelo Oceano Atlantico, desde a foz do Rio Gurupi até á foz do Rio Oiapoc; com a Guiana Franceza, pelo *thalweg* do mesmo Rio Oiapoc, desde a sua foz até ás suas nascentes nas serras de Tumucumaque e e pelo *divortium aquarum* nesta serra; com a Guiana Hollandeza, com a continuação da mesma divisão de aguas das serras do Tumucumaque; e com a Guiana Ingleza, ainda pela continuação da dicta divisoria de aguas das serras de Tumucumaque e pela divisoria de aguas das serras de Acarahi, até ás terras pertencentes ao Estado do Amazonas, em ponto ainda não fixado em lei, e que, pela jurisdicção paraense, deve estar em situação correspondente á posição das nascentes do Rio Jamundá ou Nhamundá.

A Léste, com o Estado do Maranhão pelo *thalweg* do Rio Gurupi, desde a sua linha até á margem direita do Rio Tocantins, no ponto fronteiro á foz do Rio Araguaia; e com o Estado de Goiaz pelo *thalweg* do Rio Araguaia acima, até á Ilha do Bananal, antigamente denominada Sant'Anna.

Ao Sul, com o Estado de Matto-Grosso, por uma recta a partir da extremidade Norte da Ilha do Bananal ou Sant'Anna, do Rio Araguaia, até á Cachoeira das Sete Quedas, no Rio S. Manuel, tambem denominado das Tres Barras e Paranatinga; e da Cachoeira das Sete Quedas, pelo *thalweg* do Rio S. Manuel, até á sua foz no Rio Tapajós, do qual é affluente direito.

A Oéste, com o Estado do Amazonas. Contesta esse Estado uma zona de territorio, situada nas suas circumvizinhanças.

Os limites da effectiva jurisdicção do Estado do Pará, desse lado e por elle pleiteados, são os seguintes: o *thalweg* do Rio Tocantins, desde a foz do Rio S. Manuel até ao começo da Cachoeira do Chacurão; deste ponto uma linha recta até á Serra de Parintins, situada á margem direita do Rio Amazonas; uma linha partindo daquella serra, atravessando o Rio Amazonas para a sua margem esquerda, entrando pelo paraná das Ciganas ou do Espirito-Santo, subindo o paraná do Aduacá Caburi até o Lago de Faro; o *thalweg* do Rio Nhamundá ou Jamundá, desde o Lago de Faro até suas nascentes e destas uma linha recta até ao ponto Norte fronteiro, nas serras de Avarahi, que for fixado por lei.

Sobre a delimitação do Estado do Pará devem ser consultados: *laudo de Berna*, de 1 de Dezembro de 1900, que resolveu a questão de limites do Brasil com a França; *accôrdo* de 5 de Maio de 1906 do Brasil com a Hollanda; *sentença arbitral* de 6 de Junho de 1904, do rei da Italia, resolvendo a questão de limites do Brasil com a Inglaterra; *leis geraes do Imperio*, n. 582 de 5 de Setembro de 1850, que crea a Provincia do Amazonas, n. 639 de 12 de Junho de 1852, que incorpora ao Maranhão o territorio comprehendido entre o Rio Gurupi e Turiassú, n. 773 de 23 de Agosto de 1854, que marca os limites entre as provincias de Goiaz e Maranhão; *decreto federal da Republica*, n. 3.679 de 8 de Janeiro de 1919, que approva o convenio de limites Pará — Matto-Grosso, de 7 de Dezembro de 1900.

Superficie — 1.350.498 km.², segundo informação prestada pelo governador, em 1918.

Palma Muniz.

II

População

O ultimo recenseamento realizado em todo o territorio da Republica, a 1 de Setembro de 1920, apurou 983.507 habitantes para a população do Estado.

Comparativamente com a superficie de 1.350.498 km.², observa-se como devem existir immensas porções de territorio paraense completamente deshabitadas, e como ainda necessita o Estado de uma forte corrente immigratoria que faça trabalhar as riquezas inexploradas do seu sub-sólo.

Segundo os recenseamentos geraes, effectuados até a data do ultimo, a população do Estado cresceu successivamente de 235.237, em 1872, para 328.455, em 1890; 445.356, em 1900, 783.845 (segundo os calculos da Repartição de Estatistica) em 1910 e, finalmente, 983.507, em 1920.

Tendo-se em vista a extensão territorial do Estado, não se póde considerar como animador o crescimento da população; a densidade territorial, calculada para os annos acima indicados, conforme o *Relatorio* da Estatistica de 1921, foi de 0,239 em 1872; 0,286 em 1890; 0,387 em 1900; 0,682 em 1910, e, adoptando-se o ultimo resultado, acha-se, para indice, o numero 0,728.

Quanto ao crescimento médio annual, no periodo republicano, foi de 3,75 approximadamente, numero entretanto dos maiores entre os Estados brasileiros, sómente inferior aos dos Estados do Espirito Santo (4,29) e S. Paulo (4,25), e muito superior ao do Brasil em geral, que é de 2,49.

A população do Estado distribuida pelos municipios, conforme os resultados officiaes do recenseamento de 1920, encontra-se á pagina seguinte.

A Commissão.

POPULAÇÃO DO PARÁ POR MUNICIPIOS

Municipios	População
Abaeté	24.556
Acará	12.100
Affuá	9.850
Alemquer	15.873
Almeirim	7.643
Alta-mira	9.343
Anajás	11.859
Aveiro	4.973
Bagre	3.474
Baião	7.400
Belém	236.402
Bragança	44.486
Breves	22.678
Cachoeira	10.547
Cametá	41.365
Chaves	18.461
Conceição do Araguaia	11.001
Curralinho	7.692
Curuçá	13.916
Faro	6.513
Gurupá	10.901
Igarapé-assú	46.079
Igarapé-mirim	15.286
Irituia	9.508
Itaituba	8.221
Juriti	12.289
Macapá	18.387
Marabá	4.652
Maracanan	18.472
Marapanim	16.464
Mazagão	12.058
Melgaço	6.650
Mocajuba	7.261
Mojú	9.255
Monte Alegre	11.837
Montenegro	6.032
Muaná	12.579
Obidos	26.812
Oeiras	4.204
Ourém	7.370
Ponta de Pedras	6.683
Portel	8.708
Porto de Moz	3.070
Prainha	3.890
Quatipurú	20.642
Salinas	7.114
Santarém	41.546
S. Caetano de Odivellas	9.886
S. Domingos da Boa-Vista	16.691
S. João do Araguaia	2.170
S. Miguel do Guamá	9.125
S. Sebastião da Boa Vista	4.249
Soure	16.493
Souzel	2.402
Vigia	30.566
Vizeu	15.823
Total	983.507

III

Orographia

Para formar idéa de qual seja a disposição orographica do Pará, basta recordar o que da formação do valle amazonico disse o eminente geologo Orville Derby, como resultado synthetico e aprofundado dos estudos e observações de Louis Agassiz, James Orton e Frederico Hartt, com o ultimo dos quaes collaborara, colhendo, por si mesmo, preciosos dados :

« O valle do Amazonas ao principio, appareceu como um largo canal entre duas ilhas ou grupo de ilhas, das quaes uma constituiu a base e o nucleo do planalto brasileiro, e a outra, ao Norte, a do planalto da Guiana. Estas ilhas appareceram no principio da edade siluriana ou um pouco depois della. Naquella epocha, os Andes ainda não existiam.

Neste canal foi depositada uma série de camadas, representando os terrenos siluriano superior, devoniano, carbonifero e cretaceo, os quaes appareceram successivamente de um e outro lado, em terra firme, estreitando assim a passagem entre as duas ilhas. O levantamento dos Andes é posterior á deposição destas camadas.

Antes da apparição dos Andes, o valle do Amazonas consistia simplesmente em dois golfos unidos por um estreito canal.

Os Andes irromperam na entrada do golfo de Oéste, convertendo-o em uma verdadeira bacia, posto que com sahida tanto ao Norte como ao Sul. Todo o continente foi depois deprimido, de modo tal que as aguas cobriram amplamente os planaltos da Guiana e do Brasil, e as camadas terciarias foram ahi depositadas, variando em espessura e estructura, conforme as condições em que foram formadas (1).

As camadas terciarias da Provincia do Pará, sendo pouco coherentes, foram rapidamente desnudadas pela acção do mar, durante o levantamento do continente (2).

No fim as camadas terciarias foram varridas sobre uma immensa extensão do territorio, conservando a *Serra do Pará* e as montanhas semelhantes, ao Norte, como monumentos de sua existencia. Em Monte Alegre, em Santarém e perto de Alter do Chão (no Tapajós), os monticulos largos, arenosos e arredondados parecem representar, hoje, nada menos que restos das collinas terciarias, que foram derrocadas e em parte reestratificadas, até que appareceram como enormes bancos de areia. » (3)

Sobre diversas destas elevações, que surgem encantadoras na região do baixo Amazonas, quebrando a monotonia das campinas verdejantes nas terras baixas, ou das mattas densas e multicores das ilhas, deixaram os illustres membros da Commissão americana, de 1870, descripções completas que constituem capitulos valiosos sobre a Geologia e Geographia physica do baixo Amazonas.

« De Monte Alegre olhando-se para Oéste, — disse F. Hartt, — vê-se o taboleiro da alta e pedregosa *Serra do Paitúna*, que tem na sua extremidade meridional um pilar curioso em fórma de cogumelo, e chamado a "Mão de Pilão", ou, em Tupi, *Indudména*.

(1) O. Derby — "Contribuição para a Geologia da região do Baixo Amazonas" — *Archivos do Museu Nacional*, vol. II.

(2) O. Derby — "Trabalhos ineditos da Commissão Geologica do Brasil" — *Boletim do Museu Paraense*, vol. III, n. 3.

(3) O. Derby — *Ibidem*.

A alguns kilometros para o Norte do Paitúna e completamente á vista, fica a pittoresca *Serra do Erêrê*, talhada em precipicio em sua face Norte. De alguns pontos na vizinhança de Monte Alegre póde-se ver ao Norte a linda serra monoclinea do *Tajuri*, e, ao longe, acima das varzeas, a Léste, o alto plano do *Paranaquára*. » (4)

Sobre a *Serra do Tajuri*, ou *Itajuri*, ou *Tauájuri*, como é chamada, que se extende ao Norte da Cidade de Monte Alegre, diz Orville Derby:

« A *Serra de Tajuri* que o prof. Hartt visitou em 1871 e eu em 1876, é uma serra monoclinea de cume agudo, tendo 350 m. de altura acima da *planicie do Erêrê* pela observação do aneroide, orientada proximamente de ESE para ONO e muito mais comprida do que a do Erêrê. Vista do lado do Sul, apresenta um perfil de contorno muito arqueado com uma série de denticulos ao longo do lombo. A encosta Sul da serra é muito ingreme, e realmente quasi de precipicios, correndo proximo ao cume uma linha de barrancos baixos. Este lado da serra é bem vestido de mattas.

Das proximidades do extremo-oriental da serra, extende-se, em fórma de arco de circulo na direcção do Erêrê, uma linha de serras um tanto baixas, por traz das quaes fica o campo elevado de Monte Alegre. As tres mais proeminentes destas serras chamam-se *Jacaré*, *Camará* e *Suasuá*.

Para Oéste vê-se uma cinta bastante larga de serrotes que do mesmo modo voltam-se em circulo para o Sul e entroncam-se com as serras, que ficam ao Norte de *Mixirá*. As serras mais interiores desta cinta são muitas vezes conicas, como por exemplo, as de *Santa Helena* e *Santa Maria* que estão mesmo ao Norte do Erêrê. A linha exterior é uma série de serras monoclineas como *Tajuri*, e tem provavelmente estructura identica.

No sopé da extensa encosta da serra, fica um serrote que lhe corre parallelo e chama-se *Serra do Maracá*.

A 16 km. ou mais, um pouco para o Norte, existem duas serras altas orientadas em rumo Léste — Oéste. Ellas estão isoladas no meio de um campo, contendo mattas, semelhante ao do Monte Alegre.

A Serra do Erêrê, seguindo a descripção de Hartt, é alta, estreita, accidentada, irregular e com cerca de 4 km. de comprimento, e orientada pouco mais ou menos em rumo de Lés-nordéste e Oés-sudoéste, apresentando encostas ingremes e ás vezes muito precipites.

As observações feitas para determinar a altura da serra não concordam; o professor Agassiz avaliou-a em menos de 274 m. Com observações de um só barometro obtive em resultado 296 m., ao passo que o sr. Derby a faz sómente de 250 m. A altura, portanto, ainda não foi determinada com exactidão, e avizinha-se provavelmente de 270 m.

A serra é talhada abruptamente em ambos os extremos, mas a Léste os grés mergulham com uma inclinação forte pela terra a dentro, desapparecendo por baixo das areias e argillas de um alto e arredondado dorso arenaceo, exactamente semelhante ao do campo do Erêrê, e que se extende, para Léste, quasi até ao igarapé do Erêrê, estando coberta de vegetação espalhada, caracteristica dos campos arenosos. Na encosta meridional da serra e pouco distante do seu extremo-oriental, estes campos de areia se extendem com uma inclinação muito branda quasi até ao alto da serra, permittindo subir-se esta a cavallo. A mór parte da encosta meridional da serra é muito accidentada e pittoresca. Entre os paredões existe uma caverna notavel chamada *Itátupá-ô-cá*, ou egreja de pedra. Essa caverna, que foi descripta pela primeira vez por Wallace, está situada a pequena altura na encosta da serra e é cavada no grés.

Logo a Oéste do Erêrê, com a mesma orientação geral e com os mesmos caracteres topographicos, fica uma serra denominada do *Aruxi*. Esta serra parece ser um pouco mais baixa que a Serra do Erêrê.

Um dos caracteres mais notaveis que ella apresenta é uma larga facha de cactus que se extende desde baixo até em cima, na encosta meridional.

Logo a Oéste da Serra do Aruxi e a cerca de 1 km. de distancia, existe uma serrinha chamada do *Maxirá*. »

Detalhada é a informação de Derby sobre esta ultima serra, dizendo:

« *A Serra do Maxirá*, vista da planicie do Erêrê, parece de fórma conica, emquanto que do lado de Oéste apresenta uma encosta mansa, bastante larga e coberta de pastagem.

Proximo ao alto existem paredões de um grés branco, massiço e grosseiro como o do Erêrê.

Esta camada capêa a serra, inclinando-se em direcção ao Sul, num angulo de cerca de 20º com o horizonte. Achei que a altura é a de cerca de 210 m. Olhando do alto em direcção ao Norte, as terras apresentam extensas encostas, que se inclinam desde a grande bacia devoniana; ao passo que do lado de Oéste a porção coberta de matta pertencente a essa bacia é atravessada por innumeros serrotes, que se extendem pela mór parte em direcção ao Norte, desde as serras que ficam ao Sul da bacia, e em direcção ao Sul, até as que ficam ao Norte, entrelaçando-se ás vezes as duas séries. Alguns dos serrotes estão orientados em rumo Léste—Oéste, mas não são tão communs. Em direcção a Tajuri e do lado do Norte da bacia, ha frequentes picos conicos.

De Maxirá extende-se para Noroéste uma linha de serras baixas. A primeira destas, chamada do *Paraiso*, é uma extensa serra, orientada proximamente em rumo de NNO e cuja encosta descamba mansamente para Sudoéste. Um campo de pastagem que é o prolongamento do campo, que margina o *Rio Maecurú*, extende-se por esta encosta acima até ao alto. A encosta oriental é ingreme e vestida de matta. Ao Norte, esta serra é separada, por uma bocaina, de outra semelhante, mas, menor, chamada *S. Julião*; ambas estão apparentemente confundidas sob o nome de *Serra do Paraiso* em Jauarari, onde o nome de S. Julião é dado a outra serra um tanto conica, que fica mais ao Norte. Esta ultima, que em Erêrê chama-se de *Cauassú*, é denomi-

(4) Ch. F. Hartt — "Trabalhos ineditos da Commissão Geologica do Brasil" — *Boletim do Museu Paraense*, vol. III, n. 3.

nada do *Urucuri* em Maripá, sendo este o nome que adoptei por me parecer o mais correcto.

Além da Urucuri extende-se para Noroéste uma linha de serras baixas que finalmente faz curva para Léste e entronca-se na de Tajuri. A primeira destas serras chama-se do *Brutin*, e as restantes parecem não ter sido conhecidas e denominadas pelos habitantes. »

Mais abaixo e sempre na mesma margem esquerda do Amazonas, ficam as serras da *Prainha* e do *Almeirim*, a que se referiu Charles Hartt nos seguintes termos:

« Temos em frente, a Oéste de Almeirim os celebres *taboleiros do Parú*, extendendo-se quasi até á Serra da Prainha.

Estes taboleiros constam de diversas isoladas serras ou planaltos de circumdesnudação, caracterizadas por seu cume largo e de nivel e por suas encostas muito ingremes, e ás vezes apresentando altos precipicios. Ficam a alguma distancia arredadas do rio, sendo o terreno intercalado em parte por *terra firme* irregular e elevada, e em parte por terreno de alluvião. A serra mais occidental chama-se *Paranaquara*; a Léste desta vem a da *Velha Pobre*, e ainda mais para Léste ficam as serras de *Almeirim*.

E' de causar surpresa que, dentre todos os viajantes que visitaram o Amazonas até o anno de 1871, apenas um, Von Martius, as tivesse visitado.

Von Martius, tendo desembarcado em Almeirim, conseguiu chegar até ao alto do taboleiro, e achou que a altura era de 800 pés (medida alleman) escassos. »

Mais detalhadamente descreveu Hartt a Serra do Paranaquara, que os naturaes denominam mais geralmente *Paraná-guara*, lembrando, com o nome da serra, o da tribu lendaria dos *Paranás* (papagaios), que se diz terem habitado a região até Monte Alegre.

Diz elle:

« A serra está bem á vista, e é muito familiar aos habitantes, mas não consegui encontrar uma pessoa que antes tivesse chegado até perto; de facto, todos pareciam ter medo de approximar-se della e eu luctei com muita difficuldade para arranjar um guia para o reconhecimento. A *Serra da Velha Pobre*, a Léste de Paranaquara, tambem é objecto de terror superstícioso, e passa por ser habitada por um phantasma de mulher, cuja protecção os canoeiros do Amazonas, passando em frente da serra, tratam de obter, pendurando tiras de panno e artigos de vestuario nos ramos das arvores das margens.

Esta serra é um planalto ou massa de circumdesnudação, composta de camadas molles perfeitamente horizontaes, terminada por taboleiro alto, formando, tanto quanto consegui determinar, uma comprida e estreita zona irregular, orientada em rumo Léste—Oéste; mas como só me foi possivel examina-la dos lados do Sul e de Oéste, nada posso dizer de bem positivo sobre este ponto. Com certeza, vista de Oéste, a serra não parece ser muito larga. O alto é plano como um soalho e coberto de uma vegetação de arvores pequenas e tão densa, que depois de uma desesperada tentativa para nella penetrar, vi-me, com a maior repugnancia, obrigado a desistir do intento.

A altura da Serra de Paranaquara, com tanta approximação quanta me foi possivel obter de uma observação com um unico aneroide, é de cerca de 360 m. »

Além destas, como mais notaveis e mais proximas do curso do Amazonas, outras *collinas* de menor elevação, ou simplesmente *morros* se apontam com o nome de *serras*, ao longo dos seus affluentes, como sejam a *Serra do Castanhal*, a *Cuipiranga* á margem direita do Nhamundá, as serras do *Ajuruá*, do *Matiá*, do *Taciú*, a occidente do Lago de Faro; as do *Dedal*, do *Copo*, do *Padre* e outras na margem do mesmo lago; as do *Limão* e *Tracuá* em uma e outra margem deste rio; as do *Valha-me Deus* e do *Sapucuá* ou *Cununis*, formando taboleiros cobertos de matta com 120 e 125 m. de altitude, ao Norte e Noroéste deste lago; a *Serra Mariapixi*, composta de collinas a Noroéste do lago do mesmo nome; mais além, ao Norte, a *Serra Castanhal do Mapuera*, á margem esquerda deste affluente do Trombetas; o *Morro do Cachorro*, na confluencia deste outro braço, e os morros da *Maravilha* e do *Guajará*, em cada uma das margens do Trombetas no seu alto curso.

Orville Derby, ao descrever o Rio Trombetas, se refere a estas serras, dizendo:

« A elevação geral do terreno ao longo do Trombetas, é muito semelhante á das vizinhanças de Obidos, regulando de 50 a 75 m. A alguns kilometros para Léste eleva-se acima do nivel geral do terreno a *Serra do Curumú* e a Oéste da embocadura do Rio Sapucuá e perto do lago deste nome existe uma serrania, que corre em rumo quasi de Oéste um pouco para Norte, chamada *Serra do Cununi*, que parece ter 8 km. ou mais de comprimento e 150 a 200 m. de altura. Na região das cachoeiras o terreno é um tanto mais elevado, tendo o *Oiteiro do Cachorro* 200 m. de altura acima do nivel do rio e a *Serra do Travá*, situada a cerca de 6 km. mais para o Norte, parece algum tanto mais alta.

A *Serra do Curumú* eleva-se consideravelmente acima do nivel geral da chapada e parece pertencer a uma formação mais antiga. » (5)

Além do oiteiro do Cachorro descreve elle ainda outro egualmente notavel:

« Em logar chamado *Conceição* logo abaixo da segunda cachoeira, a do Vira-Mundo, existe um grande morro, á pequena distancia retirada do rio, apresentando paredões altos, nas rochas das quaes encontram-se fucoides, embora não tão perfeitos como os do Oiteiro do Cachorro, afastado cerca de 10 km., seguindo a linha de orientação das camadas. Este morro eleva-se cerca de 190 m. acima do nivel do rio, e como os do Ereré, o cume é talhado em precipicio em toda a frente que olha para o Rio Cachorro, apresentando um paredão, que fica a cavalleiro com cerca de 80 m. de altura. O alto deste paredão, projectando-se para fóra,

(5) O. Derby — *Boletim do Museu Paraense*, fasc. 2º, vol. III, pag. 375.

proporciona em baixo um espaço consideravel abrigado da chuva, e provavelmente esta é a razão por que os negros e tapuios fallam delle como sendo *uma casa*. E' sem duvida este modo de fallar que deu origem á tradição, muito commum no Amazonas, da existencia de uma immensa *casa de pedra*, situada, segundo algumas das versões desta historia, no proprio Rio Cachorro, emquanto outras collocam-na em diversas localidades. » (6)

Nas cabeceiras do Rio Branco, no Municipio de Obidos, se encontram ainda as serras da *Boa Vista* e de *Santa Maria*, cujas altitudes não são inferiores á da Serra Curumú.

Subindo o Erepecurú e os seus affluentes pôde Mm. Coudreau, em 1900, assignalar diversas serras, e entre ellas, como principaes, as do *Craval* e do *Ariramba* nas nascentes dos igarapés homonymos; a de *Santa Luzia* á margem esquerda do igarapé Acapú; a do *Tucuman*, á margem direita do Rio Erepecurú e o *Morro do Tocantins* proximo das nascentes deste rio, á margem do Pará, seu confluente.

Ao longo do Rio Pará, explorado por J. Crevaux em 1877, citou elle diversas serras, algumas de consideravel altura. Das nascentes para a foz revela elle o *Monte Manaou*, á margem esquerda do rio, entre os igarapés Cauquene e Cucutene, em situação approximada das nascentes do Rio Jari, apontada como a da habitação das antigas Amazonas; a *Serra Cuiácuiápoca*, rica em salsaparrilha, á margem direita; o *Monte Cuiápucú*, com 300 m. de altitude fronteiro ao igarapé Tacuréa; a *Serra do Miritipucú*, abaixo do igarapé Paranapanan, com diversas collinas tendo, a maior 100 m. de altura; a *Montanha Maracanahi*, á margem esquerda, afastada do rio, em frente ao igarapé Capucú; a *Serra Macucauá* que se liga aos *Montes Tauaracapá*, na margem direita; a *Maracanahi*, na margem opposta, tendo a montanha mais alta 300 m. de altitude que apresentam tambem o *Monte Pataquara* e os *Montes Tacaipú*, que atravessam o igarapé Miriazon, na margem direita do rio.

Marcos de Carvalho, que de 1894 a 1895 percorreu a região, onde residiu, indica além destas, da foz para o interior, as serras do *Mapaí* e *Sapucaia* nas nascentes do igarapé Mapaú, affluente pela margem esquerda do Pará; *Tauaracapá*, na margem direita, e mais além, proximas dos Campos Geraes, a *Cascamundá* e *Oraiegnepuri*, em uma e outra margem do rio.

Do Jari, este mesmo explorador paraense se limita a referir as serras marginaes ao trecho inferior navegavel; a *Tapaiuna* pouco acima da Villa Nova, a *Ilaquera*, proxima do Povoado Bom Jardim, e a *Serra do Acapuseiro*, na margem esquerda do rio, acima do sitio Porto Salvo.

Conforme observa Agassiz "todas estas serras têm sido usualmente representadas como os espigões mais meridionaes do planalto da Guiana" (7).

Formando o divisor das aguas dos affluentes do Rio Amazonas e dos rios Oiapoc, Maroni, Corentine e Essequibo, que pelas Guianas desaguam para o Norte, erguem-se de Léste para Oéste, na fronteira septentrional do Pará, as serras de *Tumucumaque* e do *Acarahi*, em cujas vertentes se acham as nascentes dos dictos affluentes. E' ahi que se encontram as maiores elevações, de que se destacam o *Pico Cremaxaux* na extremidade oriental da *Serra de Tumucumaque*, junto ás nascentes do Oiapoc, e os montes *Perin* e *Timolaquem*, de 800 m. de altitude, nas nascentes do Jari.

Tambem na parte do Acarahi, a exploração de H. Coudreau, de 1883 a 1885, deixou conhecer differentes serras importantes nas cabeceiras do Couroucouri e Mapuera, formadores do Trombetas, taes como a do *Bouna-oúá*, a *Iricumé*, a *Couroucouri*, as serras de *Mapuera*, a *Tarouini* e, finalmente, a dos *Japiims* (8), da qual se approximou Mme. Coudreau na sua posterior exploração de 1899.

Na região da margem esquerda da foz do Amazonas, onde a terra firme della se approxima, tambem apparecem, ao longo das savanas do Amapá, que lhe ficam ao Norte, algumas elevações, como as serras do *Curumiri*, das *Mungubas*, da *Pancada* e do *Colonia;* no valle do Araguari, as collinas do *Tartarugal*, além das quaes se extende a faixa lacustre littoranea; nas nascentes do Rio Maracá, do Municipio de Mazagão, a *Serra do Laranjal*.

Na margem meridional do Amazonas, desde o limite occidental do Pará com o Estado vizinho, até o Aquiqui, onde começa a accentuar-se a formação insular da foz, ha a notar a *Serra do Parintins* que serve de divisa entre os dois Estados, as do *Juruti*, do *Balaio* e da *Araçá* nas proximidades daquella e, mais abaixo, ao Sul dos lagos de Villa Franca, a *Serra do Espigão*, que comprehende as *do Curumucuri, do Pacoval, Piraquara*, do *Aracuri* e do *Aricará*. Já fronteiras a Monte Alegre, as serras do *Curuá*, ao longo do Rio Curuá do Sul, do Municipio de Santarém. Atraz da cidade deste nome, tem logo á vista a *Serra Piroca* de 124 m. de altura.

Descrevendo o Rio Tapajós disse Coudreau:

« Desde a emboccadura a margem direita se eleva, apresentando uma série de collinas que continuam as de Santarém; a margem esquerda, no principio baixa, se eleva depois sensivelmente, e, após, até Itaituba, as duas margens apresentam, alternativamente ou simultaneamente, paizagens de verdadeiras bellezas, das quaes uma das mais notaveis é a do *Monte do Aller do Chão*, tronco de cone meio desnudado, se elevando bruscamente acima da margem. » (9)

A accidentação do sólo se manifesta na successão de cachoeiras que obstruem o leito do rio acima de Itaituba, surgindo, além das cachoeiras das *Capoeiras*, os morros de *S. Benedicto* e *Roncador*, que se elevam 60 m. acima do nivel do Tapajós, quasi a pico sobre a margem direita.

Penetrando no igarapé *S. Manuel*, que até á cachoeira das Sete Quedas serve de divisa meridional ao Estado, encontram-se, á margem esquerda e abaixo da grande ilha da Conceição, as serras da *Maloca Velha* e *do Alto Santo*, que se elevam a 150 ou 200 m. acima da margem do rio, e, mais além, a *Serra das Cobras* e os morros do *Caroçal*, que surgem em ambas as margens acima da Ilha do Maruim. (10)

(6) O. Derby — *Boletim do Museu Paraense*, pag. 379.
(7) Louis Agassiz — *A Journay in Brazil*, pag. 415.
(8) H. Coudreau — *La France Equinoxiale*, vol. II, pags. 372 a 382.
(9) H. Coudreau — *Voyage au Tapajós*, Paris, 1897, pags. 5 e 6.
(10) H. Coudreau — *Ibidem*. pags. 99 a 101.

A divisa entre os Estados do Pará e Matto-Grosso, dada por uma recta que, da Cachoeira das Sete Quedas, no Rio de S. Manuel, vai terminar á margem do Rio Araguaia, em frente á ponta Norte da Ilha do Bananal, atravessa as vertentes do *Chapadão do Amazonas*, apenas podendo attingir os ultimos contrafortes das serras *Formosa* e *Roncador*, do espigão central. Entretanto, notavel é a accidentação que se observa, na região comprehendida entre os dois citados rios, dando causa ás numerosas cachoeiras do Xingú, assim como ás que obstruem os cursos do Anapú, Pacajá, Camaraipi, Jacundá e Araticú dos municipios de Portel e Oeiras. Com elevações notaveis se encontram nas margens do Xingú e de seus tributarios o *Morro Grande das Araras*, o *Morro Grande de Quataquára*, *Morro da Patrazana*, as montanhas *do Piranhaquára* (11), a *Serra do Ariri*, os morros do *Curuá*, a *Serra de Caruara*, a *Jubarão*, *Carrascas*, *Ariburú* e *Pau d'Arco*.

A *Serra da Villa Nova*, no Rio Anapú, marca o limite a que attinge a navegação a vapor. Todo o Rio Pacajá, tem o seu percurso atravez de montanhas diversas, destacando-se como principal a do *Pacajá*, unica de denominação conhecida: e entre o Araticú e o Jacundá corre a *Serra das Mucuras*, além de variadas collinas.

No valle do Araguaia-Tocantins para onde se desenvolvem as ramificações do *Espigão Mestre*, do planalto central, para dar logar á formação dos Montes Gradahús e do outros espigões secundarios, se apontam: a *Serra dos Gradahús* que se approxima da margem occidental do Araguaia, ao longo do estirão da Viração Grande, com declive suave até grande distancia para o interior, onde attinge uma altitude relativa de cerca de 200 m. acima do nivel do rio; a *Serra da Cachoeira Grande*, cadeia importante que se extende em rumo de SSO da margem esquerda do rio, apresentando picos que se elevam a 300 m. acima do *plateau*, que lhe serve de base; a pequena cadeia das serras *Déréque* onde residem os indios Carajás; a *Serra dos Caiapós* tambem chamada *Serra da Conceição*, distante 4 a 5 km. da margem esquerda do Araguaia, com altos vertices, coberta de florestas, emquanto na base se extendem grandes campos para um e outro lado da cadeia.

Referindo-se a esta região dos Caiapós do Norte, que se apresenta com o aspecto de elevado *plateau*, disse Coudreau :

« Do lado do Xingú e do Rio Fresco vimos montanhas que, mesmo sobre a margem do Xingú, se elevam a grandissimas alturas. Do lado do Araguaia, tres cadeias successivas se extendem parallelamente ao rio. A primeira seguindo de perto, longitudinalmente, o Araguaia, é formada, de jusante para montante, pelas serras principaes do *Gongri*, da *Conceição* e de *Taetitú*; a segunda formada pela *Serra do Cocal* e *Serra do Chichão;* e a terceira pelas serras da *Matta*, do *Najá* e do *Tamanecô*. A *Serra da Matta* é a mais importante; ella apresenta uma continuidade compacta e massiça.

A *Serra da Matta*, a *Serra do Najá* e a *Serra do Tamanecô* constituem, segundo toda a apparencia, a crista de partilha das aguas entre a bacia do Araguaia e a bacia do Xingú, mais ou menos entre 7º e 10º de lat. Sul e em cerca de 53º de long. occidental de Paris. » (12)

Tambem, á margem do Rio Itacaiunas, são dignos de nota o *Morro Vermelho* ou *Serra Surubim*, á margem occidental do rio, proxima da sua foz e a *Serra da Confluencia*, á margem direita, pouco acima da junção do Rio Paraopeba, ao longo do qual tambem se encontram a *Serra da Pedra Preta* do lado oriental, e a *Serra Paraopeba* na margem opposta, com altitude de relativa de 150 m.

Já na margem do Tocantins, abaixo das cachoeiras, apenas se notabilizam o *Morro dos Arroios*, na margem direita, e a *Serra do Trocará* na esquerda, a jusante de Alcobaça.

Finalmente, no territorio que se extende daquelle rio ao Gurupi e que declina gradualmente do chapadão central nas suas ramificações septentrionaes até ás serras do Maranhão, em varios pontos se pronuncia sensivelmente a accidentação orographica, destacando-se, pela sua posição proxima da costa oceanica, os morros, que se elevam no Municipio de Vizeu, constituindo a denominada *Serra do Prá* e o *Monte Peito de Moça*, e na região de Pirabas, o *Monte Piraussú* a Suéste de Salinas.

Tudo isto, entretanto, é, relativamente, insignificante perante a vasta superficie da depressão amazonica.

HENRIQUE SANTA ROSA.

IV

Hydrographia

Parte da bacia amazonica, como é todo o territorio do Estado do Pará, do modo por que aquella se constitue, depende essencialmente a feição hydrographica que neste se observa.

Em ligeiras considerações sobre o assumpto foram, algures, palavras nossas as seguintes:

Recordando a concepção geogenica pela qual as massas continentaes, que hoje manifestam tão diversos aspectos, surgiram, nas primeiras phases da consolidação da crosta terrestre, como ilhas e fragmentos dispersos, elevados acima dos mares e mais tarde reunidos por novos fragmentos emergidos da massa cosmica sob influencia das leis planetarias, saciamos o nosso espirito com a bella theoria que permitte a Agassiz e Hartt encontrarem os fundamentos dos planaltos Brasileiro e da Guiana nas ilhas ou grupos de ilhas que teriam surgido — "no principio da edade siluriana ou um pouco mais tarde" — quando ainda, na massa globular não se teria dado a expansão consideravel que originou o levantamento dos Andes, para fechar pelo occidente o canal oceanico, que entre aquellas ilhas permeiava, e que assim se converteu em golfo continental.

Com esses geologos acompanhamos, mesmo antes dessa elevação andina, os depositos, que neste canal se iam fazendo, de uma série de camadas representando os terrenos siluriano superior, devoniano, carbonifero e cretaceo, apparecendo successivamente de um e de outro lado da terra firme e estreitando a passagem entre as duas ilhas, de modo a bipartir o golfo, interpondo entre as duas secções um estreito canal.

(11) Dr. Americo Campos — *O Municipio de Souzel*, pag. 127.

(12) H. Coudreau — *Voyage au Tocantins-Araguaia*, pag. 208.

Nas linhas traçadas por esses naturalistas encontramos fartura para o nosso entendimento, verificando como os depositos das camadas terciarias ter-se-iam produzido sob a acção das aguas que cobriram os planaltos do Norte e do Sul, então deprimidos, talvez pela mesma causa violenta que na parte extrema dera em resultado o levantamento da cadeia occidental.

Treslendo as paginas brilhantes dos seus relatos de jornadas scientificas, e as não menos fulgentes, que nos deixaram seus cooperadores vultuosos, quaes foram H. Smith e Orville Derby, assistimos aos diversos rebaixamentos e elevações da bacia amazonica, ora, deixando que as aguas se escôem em todos os sentidos, atravez dos meandros insulares; ora, fechada pelo occidente, despejando, todavia, parte das aguas por canaes que se dirigem para o Norte e para o Sul; e, finalmente, limitada por barreiras firmes em tres quadrantes da sua peripheria, dando sahida livre, sómente pelo lado do Nordéste, accentuando-se definitivamente as vertentes da grande arteria amazonica.

Ao manusearmos esses documentos, em que se contêm os mais valiosos elementos para a nossa Historia geologica, o espirito perde-se divagante na conjectura da variação da estructura que teria manifestado a bacia nas diversas epochas, na concepção dos relevos desnudados pela acção das aguas, e na imaginação das torrentes precipitadas das grandes elevações, rasgando sulcos atravez das sinuosidades e declives do sólo, e assim dando origem aos primeiros cursos fluviaes.

A curiosidade se desperta e nos arrasta a cogitações phantasticas, sobre a grandiosidade do golfo amazonico, e sobre os pontos a que attingiram o seu immenso contorno. A' nossa intelligencia irrefreada parece inacreditavel que a natureza, em sua evolução, não tenha deixado signaes evidentes das transformações que operaram em seu seio os agentes naturaes. O naturalista, com o seu olhar de aguia, encontra nas camadas da terra os elementos mineraes que lhe discortinam a edade da sua formação, e os fosseis caracteristicos das diversas éras; e são as suas concepções, nelles baseadas com auxilio da Sciencia, o que vem projectar a luz sobre o que os nossos olhos maravilhados contemplam.

Pelos esclarecimentos que nos fornecem esses investigadores, ficamos sabendo que a situação das primeiras ilhas emergidas no oceano, póde ser approximadamente determinada estudando a distribuição das rochas metamorphicas, verificando-se que "as do Norte apparecem nas altas montanhas que formam o limite entre a Guiana e o Brasil e, abaixando-se para o Sul, extendem-se até uma linha que, partindo de um ponto perto do Atlantico e da foz do Amazonas, quasi em lat. de 1º N, corre para Oéste, declinando-se para o Sul até encontrar o Rio Negro na confluencia do Rio Branco, entre as latitudes de 1º e 2º S" e as do Sul têm "a linha de emersão passando o Tocantins entre 3º e 4º de latitude austral, o Tapajós entre 4º e 5º e o Madeira nas cachoeiras de Santo Antonio entre 8º e 9º".

Lançamos os olhos sobre o mappa geographico da região e vemos que accidentes notaveis assignalam nos grandes rios o ponto de intersecção das barreiras primitivas, como que deixando perceber até onde se dilataria o golfo amazonico nas suas primeiras expansões: no Tocantins as cachoeiras de Itaboca, no Xingú as da Grande Chuva, no Tapajós as do Buburé ao Chacorão, no Madeira a de Santo Antonio.

Nos rios do planalto septentrional, cujas bordas pouco se teriam afastado das margens actuaes do Amazonas, as corredeiras obstruem dentro de poucos kilometros o percurso dos cursos fluviaes que affluem para o grande rio; e serras, como as do Sapucuá, Curumú, Tauajuri, Erêrê, Velha Pobre, do Almeirim e outras desdobram as suas vertentes até quasi mergulharem nas aguas do Amazonas.

No *Atlas do Brasil*, do illustre barão Homem de Mello, se encontram as duas cartas, hypsometrica e geologica, que dão a imagem do primitivo golfo amazonico occupado pelos depositos terciarios, formando um relevo inferior a 300 m., emquanto que a altitude dos planaltos se eleva até 1.000 m.

Ha ainda uma circumstancia bastante apreciavel, dada pela disposição dos rios situados na parte do Estado meridional do Amazonas.

O Tocantins e o Araguari, o Xingú, o Tapajós, e já no Estado vizinho o Madeira, sómente elles, isto é, os grandes rios, têm a sua origem no interior do planalto brasileiro, a que Wappœus denomina o "Chapadão do Amazonas", e com elle se teriam formado á medida que as aguas precipitadas, cedendo ás leis naturaes e não podendo infiltrar-se no sólo impermeavel, procuraram convergir para um leito, em busca de uma estabilidade e do repoiso, para o qual tendem todas as coisas, apesar do constante movimento da natureza.

Esses leitos cavados desde os pontos longinquos do planalto central fazem recordar os intervallos que guardariam as ilhas primitivas antes de se soldarem pela acção geologica para a formação do continente.

Intermediarios se encontram outros cursos fluviaes, como o Anapú, o Pacajá, o Camaraipi, o Jamundá, o Araticú, e outros, de curso parallelo ao Tocantins e do Xingú, entre os quaes se acham situados; mas, as suas nascentes, não conseguem ultrapassar a linha do contorno orographico admittido para o planalto primitivo, dando assim indicio de uma formação posterior á daquelles grandes rios.

E' para notar que as aguas precipitadas na nova superficie, de altitude inferior á do planalto, têm procurado accommodar-se em novos leitos, todos elles directamente inclinados para o *thalweg* amazonense, sem confluencia para os grandes rios procedentes do elevado chapadão. Em numero reduzido e sem importancia são, nesta secção, os affluentes do Tocantins, e quasi nullos os do Xingú, cujos tributarios geralmente procedem do planalto e vêm ter ao rio antes de transposta a grande curva. Os novos cursos intermediarios, são rios independentes que por qualquer circumstancia terão escavado uma sahida transversal commum, a qual, reunida ao trecho anterior do Tocantins, deu origem ao Rio Pará que lhes serve de escoadoiro para o oceano.

Desse parallelismo assim accentuado nesses rios, e da interrupção que se observa em seu percurso antes de chegarem ao *thalweg* do Amazonas, é levado o nosso espirito a admittir a suavidade da inclinação com que as camadas terciarias têm sido dispostas na formação dessa vertente, e ao mesmo tempo um obstaculo subitamente opposto ao movimento das aguas fluviaes no sentido de seu trajecto, devido talvez a uma elevação sedimentaria ao longo das margens do grande rio.

O que, sobre o regime fluvial, se nota entre o Tocantins e o Xingú, não é o mesmo que se observa entre o Xingú e

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA - BIBLIOTECA

o Tapajós, zona mais limitada de accrescimento sobre o golfo amazonico, uma vez que se approxima do antigo canal estreitado entre os planaltos primitivos. Bem reduzido é o numero dos rios originarios desta zona, e todos elles de ordem secundaria.

Na parte septentrional, em que a orla do planalto banhada pelas aguas do golfo, quasi se confunde com as margens do rio em que aquelle se transformou, minima teria sido a zona conquistada, resultando como consequencia, terem todos os cursos fluviaes a sua origem nas encostas do planalto guianense.

Deixámos de parte o que se refere á zona oriental do Estado, comprehendida entre o Tocantins e o Gurupi, porquanto toda ella póde ser considerada como simples vertente oceanica, procedente das serras da Desordem e dos Corôados, por sobre a qual as aguas correntes têm procurado reunir-se em leitos mais ou menos sinuosos, segundo o maximo declive das encostas e atravez dos valles formados pelas ramificações em varios sentidos.

> « As extensas áreas de terras baixas da depressão amazonica, diz Wappæus, são formadas por depositos da epocha quaternaria e talvez das ultimas epochas terciarias; elevam-se apenas alguns metros acima do nivel do rio e estão em grande parte sujeitas á inundação. »

Atravez dos seculos as alterações da superficie teriam de succeder certamente, pela desnudação de camadas em parte della, e, pela sedimentação de depositos em outros pontos; entrando, por sua vez, as aguas correntes na propria superficie como agentes novos na obra da transformação.

Levantando successivamente o nivel das terras acima das aguas do mar, teria novamente o relevo do sólo de entrar em lucta continua com as aguas da superficie, quer devidas á precipitação das chuvas, quer provenientes do degelo das neves accumuladas nas culminancias andinas, experimentando por outro lado as modificações naturaes consequentes da variação da temperatura nos periodos de resfriamento.

Sobre elle teriam essas aguas de se adaptar ás depressões e á permeabilidade das camadas, assim como, aos declives das vertentes, dando origem ás fontes, lagos e correntes, mais ou menos permanentes, que engrossando aqui e acolá com outras caudaes, descidas de novas cumiadas, viriam dar origem a esses tributarios gigantescos de multiplos braços que retalharam a enorme bacia, contribuindo como mananciaes prodigiosos na formação do vasto *paranalinga*, que teria de ser mais tarde — o Rio Amazonas.

A maneira por que procedem esses cursos fluviaes na lucta contra os accidentes terrestres sobre os quaes serpentêam, affastando a resistencia que encontram na sua marcha, descreveu-a brilhantemente Euclides da Cunha quando no *A' Margem da Historia* se occupou da região amazonica.

Em phrases menos rendilhadas, mas de indiscutivel valia, o dr. J. Huber, cujos trabalhos scientificos no Museu Gœldi deixaram o seu nome recommendado como digno emulo de E. Gœldi e Fred. Katzer, descreveu de modo completo a marcha da formação das ilhas abrangidas nos immensos braços do "Rio-Mar".

Comprehendeu em uma primeira categoria as ilhas antigas formadas dos depositos arenosos e argillosos com diversas camadas do grés caracteristico do Pará, coberto por uma camada de areia argillosa amarella (a "terra amarella" dos Paraenses). Em segunda categoria abrangeu as ilhas novas *formadas por alluviões recentes e que ainda se formam sob nossos olhos.*

> « O primeiro indicio de uma *ilha* nova é um baixo de areia que depois de algum tempo se transforma num banco de tijuco, sobresahindo da agua apenas na baixa-mar e completamente despido de vegetação. E' claro que estes bancos não se podem formar senão em logares onde a agua fica quasi estagnada, ao menos durante a maior parte do tempo. O segundo periodo da formação das ilhas começa pela apparição da vegetação que, no seu desenvolvimento, segue uma marcha d'uma regularidade admiravel devido aos arranjos de dissemináção e ao modo de crescimento das plantas em questão. São duas as plantas que apparecem geralmente como primeira vegetação nas ilhas novas, cobrindo-as em toda a sua extensão: a *aninga* (*Montrichardia arborescens* — Schott) e o *aturirá* (*Dipanocarpus lunatus* — Meyer).
>
> Ambas estas plantas têm sementes que podem boiar durante algum tempo na superficie da agua, juntando-se facilmente nos logares estagnados. A aninga tem, além disso, uma grande facilidade de expansão por meio de rhizomas.
>
> E' regra que uma ilha, uma vez coberta de vegetação, favorece o deposito das alluviões e constitue ao mesmo tempo uma especie de crivo que conserva as sementes de outras plantas aptas a germinar no meio della. No meio do seringal ou do aturazal apparece agora, quer isoladas, quer em grupos compactos, arvores de crescimento rapido, principalmente o mangue (*Rhizophora mangle L. var; racemosa*-Meyer).
>
> Uma vez formadas, as ilhas podem augmentar de superficie, o que se faz geralmente de um modo unilateral. O crescimento das ilhas, activado pela influencia poderosa da vegetação, conduz finalmente ao estreitamento dos braços do rio que as separam entre si e este processo póde mesmo conduzir a uma fusão de diversas ilhas, quando a correnteza do canal que as separa não é sufficiente para conservar o leito desobstruido. »

Diz o barão Homem de Mello que — "O Amazonas, pela extensão de sua bacia, pelo volume de suas aguas e pela sua profundidade, *é o maior rio* do mundo". Incompletos, porém, são os dados pelos quaes se possa indicar com exactidão o despendio total da massa d'agua doce que se arremette contra o Atlantico, seja pelos canaes do Amazonas, ao Norte da Ilha de Marajó, ou pelo Rio Pará em sua face oriental e ao longo da costa do Estado até ás proximidades da barra de Salinas. O dr. Frederico Katzer, avaliando o dispendio de Tapajós, em sua foz no Amazonas, calcula a quantidade de agua despejada, para nivel médio, em 12.439 m.³, com velocidade de 0,4 m. na mesma unidade de tempo, e como termo de comparação indica as seguintes informações:

> « Schichtel dá do Xingú, em localidade de sómente 348 m. de largura, sita em 10º-15' lat. meridional e para baixo nivel d'agua, um volume de 6.026 m.³ por segundo; o mesmo auctor, partindo do Mappa de Orton calcula a quantidade d'agua do Huallaga, abaixo do Pango de Aguirre, em 1.400 m.³ por segundo, a do Ucaiale em 10.530 m.³ por segundo. *Keller-Leuzinger* indica para o Madeira, para nivel médio d'agua, acima das quedas, 8.754 m.³, abaixo das mesmas 14.642 m.³, por segundo, ao passo que Schichtel tomando por base as sondagens da *Enterprise Expedition* e acceitando a velocidade de 1,5 m. por segundo, valor este determinado por Herndon, chega a calcular para nivel médio 40.000 m.³ redondos por segundo. Quanto ao Amazonas o volume d'agua por segundo, nos logares estreitos de Obidos, Serpa e Villa Bella, monta por segundo além de 100.000 m.³. »

Paul le Cointe, que por sua prolongada residencia em Obidos teve occasião de fazer estudos repetidos sobre o regime do Amazonas, diz que — "a sua velocidade varia de 1 ½ milhas por hora, durante a estação secca, a 3 milhas, por occasião das enchentes. Em frente a Obidos, onde as margens do curso d'agua principal se approximam a 1.892 m. uma da outra, para formar — a Garganta — do Amazonas, ella attinge mesmo nesta epocha até a 4 milhas por hora".

E accrescenta:

> « Segundo as sondagens, as mais recentes, a profundidade do canal, na parte do curso reproduzido sobre o mappa, oscilla entre 25 m. e 45 m., attingindo a 83 m. na "Garganta" e mesmo 132 m. no meio.
>
> Attendendo, diz elle, que a enchente faz ainda elevar-se o nivel do rio de 7 a 8 m., póde-se calcular que por este ponto passa por minuto, mais ou menos, um volume d'agua, variavel de 4 a 12 milhões de metros cubicos. »

O despendio do Tocantins abaixo do Rio Tacaiunas, tendo já recebido as aguas do Araguaia, é avaliado "nas aguas baixas em 1.542 m.³ por segundo e nas aguas altas em 15.729 m.³.

O do Araguaia, isoladamente, em sua barra no Tocantins, é por segundo: nas aguas baixas 735 m.³ e nas aguas altas 7.631 m.³.

As aguas do Amazonas entram pelo mar, recalcando as vagas do Atlantico cerca de 900 km. e desta circumstancia, a que se deve a sua descoberta em 1500, veio a sua primeira denominação de "Santa Maria de la Mar Dulce" dada por Vicente Pinzón.

A vaga-maré, em contrario, não se faz sentir acima de Obidos, manifestando-se entretanto com velocidade notavel na parte da emboccadura e no Rio Pará, penetrando pelo Tocantins, e canaes que o ligam com o Rio Mojú, invadindo por pequena distancia os tributarios descendentes do planalto central e do planalto das Guianas abaixo daquella cidade, e se manifestando na garganta de Obidos por uma inflação das aguas que não vai além de 0,33 m.

Wappæus procurou explicar o facto das enchentes do Amazonas, pelas particularidades observadas quanto á epocha das chuvas periodicas nas regiões da procedencia dos affluentes do grande rio, pela fórma seguinte:

> « Nas vertentes dos Andes bolivianos e nos chapadões do Brasil Septentrional o mez proprio das chuvas é Setembro. No planalto de Guiana começam ellas em Março. Neste intervallo de seis mezes enchem os affluentes da direita e da esquerda alternativamente, e quando o Madeira, o Purús e o Xingú levam pouca agua, o Napo, o Içá e o Negro correm com muita e vice-versa. Em consequencia disto as enchentes do Amazonas têm de especial dependerem menos da fusão do gelo suas cabeceiras que das chuvas periodicas na região dos seus affluentes. Os affluentes do Norte lhe exercem, no emtanto, menos influencia no volume de agua que os do Sul, especialmente o Madeira, com cuja enchente e vasante coincidem as do grande rio. Segundo os habitantes, a enchente do Amazonas dura 120 dias, havendo de tres em tres annos uma especialmente grande. A altura que attingem as aguas raras vezes passa de 10,05 m. no Rio Negro, no Branco de 8,375 m. e de pouco mais de 11 m. no Tapajós e no Xingú. No Solimões, isto é, no Amazonas a Oéste do Rio Negro, de 13,4 m. Todavia, em muitos logares Martius encontrou arvores que estavam cobertas de lama até 16,75 m. acima da vasante. Segundo Agassiz, o maximo do nivel é de 17 m. acima e o minimo 10 m. abaixo da altura média do rio. »

Com todo criterio, fez notar Paul le Cointe que a altura total dessas enchentes no Baixo Amazonas é independente da abundancia das chuvas na região inferior onde ellas se manifestam; e esclarece o facto dizendo:

> « Contrariamente ás idéas acceitas no paiz, a altura final attingida pelas aguas nas enchentes do Baixo Amazonas não depende directamente da maior ou menor abundancia de chuvas nesta região. Este facto é evidente: as aguas das chuvas recolhidas pelos affluentes desta parte da bacia se derramam pelos lagos marginaes antes de se reunirem ás do rio; ora, durante todo o tempo da enchente, o nivel do Amazonas se mantém superior ao desses lagos, e é o Amazonas que, penetrando por todas as suas boccas e por todos os desnivellamentos das margens, mais contribue para a enchente delles, na mór parte do tempo, finalmente, inferior á do rio. Augmentando o volume das aguas que se accumulam nestes reservatorios naturaes, as chuvas locaes têm, sobretudo, como resultado diminuir, mais tarde, a rapidez da vasante do rio na qual elles, por sua vez, se derramam.
>
> Parece que as enchentes anormaes resultam da concomitancia fortuita de varios phenomenos, dos quaes uns são normaes, de effeito permanente, e outros puramente accidentaes.
>
> Aos primeiros pertence o levantamento lento, porém continuo, do leito do rio e da rêde de canaes e de lagos, que com elles occupam grande parte do valle, em consequencia de novas camadas de sedimento que vêm annualmente se superpôr ás precedentes. Age, entretanto, de varias maneiras: nos canaes que servem de boccas aos lagos, a corrente vai do Amazonas para os lagos durante a cheia, durante a vasante ella vai destes para o rio. Estas alternativas, separadas por periodos, assaz longos, de aguas mortas, são a origem, tanto á sahida do Amazonas, como a entrada nos lagos, de abundantes depositos de materias solidas que as aguas têm em suspensão. Forma-se, nestes pontos uma especie de soleira que interrompe parcialmente a communicação, e que, se impede a secca completa de muitos lagos durante o verão, torna muito tardio, na epocha das enchentes, o papel de reguladores a que seriam destinados,

impedindo o Amazonas de se expandir muito depressa nos seus desaguadoiros naturaes e occasionando, assim, uma intumescencia rapida de suas aguas, impellidas constantemente pelas que chegam, em massa, do alto da bacia. Doutra parte o aterramento gradual dos lagos, reduzindo a sua capacidade, torna a sua acção cada vez menos efficaz. Um verdadeiro effeito de barragem é ainda produzido pelas ilhas e bancos, obstruindo o seu estuario e perturbando a evacuação rapida no oceano, da superabundancia de suas aguas. Emfim, a elevação do proprio leito do rio, por toda a parte por onde a força da corrente não se oppõe á formação de depositos, tende a fazer elevar de uma quantidade correspondente o seu nivel superficial.

E' um phenomeno analogo ao que se manifesta, na Europa, de maneira apparente, no leito do Pó, que obrigou a sobre levar constantemente os diques para impedir a inundação das planicies da Lombardia, cujo nivel actual domina as construcções que outr'ora foram erigidas não longe de suas margens.

Consideremos agora que o Amazonas é o unico collector das aguas que descem da vertente oriental da Cordilheira dos Andes, desde 3º de lat. N (cabeceira do Rio Uaupés) até 19º de lat. S (cabeceiras do Rio Guapai), em uma extensão de mais de 3.300 km.

Sobre esta vasta extensão dos Andes Amazonicos a estação mais fria é de Maio a Julho, segundo se consideram as secções columbiana, equatoriana, peruana ou boliviana. Nesta epocha, o contacto desta gigantesca muralha provoca a condensação completa de toda a humidade levada até alli pelos ventos que sopram de Léste, e, a partir de 3.500 m. de altitude, a poderosa cadeia, cujo cimo ultrapassa, ás mais das vezes, 4.000 m., attingindo mesmo 5 a 6.000 m. e mais, se cobre de uma espessa camada de neve e de gelo, de que não é exaggerado avaliar a espessura média de 0,50 m. sobre uma largura (tendo-se em conta as mil tortuosidades do terreno) de pelo menos 60 km. No fim do inverno, ha alli, pois, uma massa accumulada de perto de 100 milhares de m.^{3} de neve e de gelo que, rapidamente reduzida ao estado liquido, alguns mezes mais tarde, pela elevação da temperatura de um verão normal, póde perfeitamente fornecer ao Amazonas um contingente diario de 3 a 4 milhares de m.^{3} de agua ou sejam $1/3$ ou $2/5$ do augmento total do despendio do rio durante a enchente.

Sob o equador não é senão a partir da altitude de 5.000 m. que começa a zona das neves eternas, mas póde perfeitamente succeder que, em consequencia de um ou muitos verões menos quentes, o derretimento sendo incompleto, as camadas geladas se ajuntem umas ás outras sobre uma grande extensão, sobrevindo então um verão mais quente, fará escoar em torrentes, da montanha, uma quantidade de agua duas ou tres vezes superior á normal, provocando um grande intumescimento dos rios, de fraco declive, nas partes baixas do valle.

Como esta accumulação de neve exige em seguida muitos invernos para se reconstituir, é natural que as grandes enchentes, tendo esta origem, não se reproduzam, propriamente senão com alguns annos de intervallo.

Haverá uma inundação, se uma queda excepcional de chuvas no alto da bacia coincidir, por acaso, com uma grande precipitação dos Andes. »

Quanto ás vertentes da bacia do Amazonas, os affluentes que recebe o rio, depois de enfrentar a Serra de Parintins, fronteira do Estado vizinho, admittem a seguinte classificação : Os das vertentes do Tumucumaque, ou vertente do Norte, de que são principaes : O Nhamundá ou Iamundá proveniente das baixas vertentes da Serra do Acarari, correndo de NO para SE entre a extensão alluvional da margem do Amazonas, e que serve de divisa entre o Pará e o Estado vizinho; o Mapuera, parallelo ao precedente, que vem se unir ao Trombetas e ao Erepecurú, de direcções Norte a Sul, originarios de vertentes diversas da nascente do primeiro, e que reunidos tomam todos a segunda denominação, despejando as suas aguas no Amazonas, acima da garganta de Obidos; o Parú e o Jari, cada qual com diversos affluentes e entre os deste o Iratapurú, como o principal; e, finalmente o Araguari, que depois de engrossado com as aguas do Falcino e do Apurema vai desaguar na foz do Amazonas abaixo do Cabo do Norte. Todos estes rios nascem nas encostas meridionaes da Serra Tumucumaque entre 1º e 2º de latitude septentrional e têm de permeio outros de menor desenvolvimento, que formados posteriormente sulcam as areias sedimentadas que estreitaram o primitivo golfo amazonico e vêm descarregar directamente no Amazonas, sendo delles os mais notaveis: o Curuá-Panema e o Maecurú entre o Erepecurú e o Parú ; e o Cajari, o Maracá, o Anauerapucú, o Matapi, o Carapanatuba e o Pedreira entre o Jari e o Araguari, além de outros secundarios.

Os da vertente do planalto central, de desenvolvimento muito mais alongado que os precedentes, comprehendem : o Tapajós formado pelo Jurema e Arinos, reunidos ainda em territorio de Matto-Grosso, o qual recebe mais abaixo como affluente oriental o Rio de S. Manuel ou das Tres Barras, que serve de limite meridional do Estado com o de Matto-Grosso; e o Xingú, tendo por affluente principal o Jamachim. Vem abaixo delles o Tocantins, que tem dado motivos a considerações diversas dos escriptores, quanto a ser, ou não, verdadeiro affluente do Amazonas. Os outros rios de menores percursos, formados entre o Tapajós e o Xingú, desaguam no Amazonas directamente, sendo apenas dignos de nota o Curuá de Santarém, o Uruará, o Guarará, o Jurupari e o Jarauçú, ligando-se os dois ultimos por meio de paranás que se distendem entre as ilhas das baixas campinas do Aquiqui.

Entre o Xingú e o Tocantins é a região cortada por diversos rios que se desenvolvem de Sul para Norte, taes como o Anapú, o Pacajá e o Camaraipi, que se despejam nos lagos do Anapú e do Portel, e cujas aguas, depois de se confundirem com as que descarrega o Amazonas pelos estreitos chamados das ilhas ou de Breves, seguem a reunir-se com as que descarrega o Tocantins, assim formando o Rio Pará a que tambem affluem antes do Tocantins, o Jamundá e o Araticú vindos do Sul. Este Rio Pará constitue, portanto, um estuario que banha a Ilha do Marajó pela sua face meridional e que depois se prolonga pela sua face oriental até o Atlantico, engrossado com as aguas do Mojú, Acará, Capim e Guamá, todos elles de extenso curso, originarios no continente, que se derramam na Bacia do Guajará, em cuja margem se acha a Cidade de Belém.

Os diversos rios secundarios que recortam a Ilha de Marajó pelas bandas do Sul e Nascente, taes como, o Guajará, o Mutuacá, o Canaticú, Pracuhuba, o Atuá, o Araticú, o Marajó-Assú, o Arari, o Camará, o Paracauari, o Cambú e outros menores, se despejam neste Rio Pará; emquanto os que se dirigem do centro da ilha para o lado occidental, o Mapuá, o Anajás, o Mocoões, o Guajará do Anajás e o Cururú vão ter aos referidos furos ou estreitos das ilhas. Para o Norte apenas correm pequenos rios como o Cajuúna, o Arapixi, o Ganhão e o Tartaruga.

Toda a extensão de cerca de 60 leguas que vai do Cabo do Norte, além do Araguari, á ponta da Tijóca a oriente da foz do Rio Pará, é geralmente apontada como foz do Amazonas, abrangendo os dois estuarios.

Acima do Araguari até o Oiapoc, que serve de divisa entre o Brasil e a Guiana Franceza, varios são os cursos fluviaes que cortam as afamadas terras do Cabo do Norte, e delles os principaes têm, como o Oiapoc, as suas nascentes nas encostas orientaes da Serra Tumucumaque, e são : o Tartarugal, o Amapá, o Calçoene e o Cassiporé que se lançam na Atlantico.

Entre o Cassiporé e o Oiapoc é a região cortada pelos affluentes da margem direita deste ultimo e pelos braços do Uaçá que, parallelo á costa, communica os dois rios, despejando as suas aguas mesmo na foz do rio limitrophe.

Para o nascente da ponta da Tijóca, derramando-se egualmente no Atlantico, ha a apontar os rios da região do Salgado, como se denomina a que, banhada pelo mar, se desenvolve desde o Rio Pará até o Gurupi, dos quaes só o ultimo tem grande desenvolvimento, pois que tem a sua origem nos contrafortes da Serra dos Corôados, emquanto que os demais, Mojuim, Mocajuba, Marapanim, Caripi, Maracanan, Pirabas, Japerica, Quatipurú, Caeté, Emborahi, Emboranunga e Piriá, apenas percorrem a maritima de espião continental, que se declina de um lado para o Atlantico e de outro para o Guamá.

Na hydrographia Amazonica da parte paraense, que corresponde á extensão oriental do mediterraneo primitivo em que a acção oceanica continuou a ter influencia, mesmo depois de estreitado na sua parte média, importancia consideravel offerece o que se observa, como resultado das acções das enchentes a que nos temos referido, e ainda como producto das alluviões, motivadas pela lucta permanente das aguas correntes contra o sólo, do sedimento contra as correntes e das marés contra a correnteza, ora rasgando sulcos em diversos sentidos e fechando outros que antes existiam, ora cavando profundidades para manifestações de lagos, que mais tarde desapparecem, ora determinando desnudações e erosão em trechos já solidificados, emquanto que em outros pontos se dá o accrescimento ou formações novas nos leitos ha pouco cobertos pelas aguas.

As ilhas e os canaes que se mantêm na parte occidental da Ilha de Marajó, denominada a região das "ilhas" ou que recamam o grande trecho da foz do Amazonas abaixo do Xingú até ao oceano, ou nas margens do Rio Pará e da emboccadura do Tocantins, como em toda a costa da região do Salgado, com os seus innumeros *paranás* e *furos*, são o resultado dessa obra prodigiosa de uma formação recente que, de um anno para outro, assume diversas feições.

Para dar idéa do labyrintho que por essa fórma se produz, basta contemplar o mappa da referida região insular, comprehendida entre o furo e o estreito do Tajapurú do lado do Occidente, e o Rio de Breves, o Rio dos Macacos, o Rio Aramã e o Anajás, do lado opposto ; limitada ao Sul pelas bahias do Boccas e de Melgaço, e ao Norte pelo Rio Amazonas e Canal do Vieira Grande; e observar como por esta reduzida extensão de 2.234 km.^{2} circulam tão numerosos canaes, taes são o furo do Jaburú e o da Companhia, o Rio Jacaré e o Jacarézinho ; o furo Japichaua e o Itaquara, o Arauahi e o Mututi, interceptados por uma centena de outros secundarios, retalhando a superficie em mais de 200 ilhas.

Não é menos interessante o aspecto das zonas de alluvião da margem do Baixo Amazonas desde o Nhamundá até o Tapajós, quer pelos numerosos *paranás* por onde o rio intromette as suas aguas, quer pelos numerosos lagos que recortam as baixas campinas, variando de fórma e de extensão, segundo a influencia das enchentes ou abundancia das chuvas.

Entre aquelles se destacam como mais notaveis os paranás do Aduacá, do Faro, do Sapucaia; do Macuricanan, do Chagas, do Curiah, do Xibuhi, do Espirito Santo, do Caldeirão, do Bom Jardim e de Sapucuá, além dos furos de Mabari, Mungubal, do Vianna, Taborari, Ribeirão, das Cuieiras; e igarapés do Curuá e Cachoeiri, por entre os quaes se espalham, isolados ou ligados uns a outros em série, os lagos innumeros de que são principaes os do Aduacá, Mamuriacá, Araraué, Sapucaia, Pucuná, Aruá, Macuanari, Cachiari, Curiá, Xixiá, Mucuricanan, Algodoal, Paraiso, Arauanan, Acaraquiçauá, Urupaná, Ischi, Camaiatuba, Sapucual e Cachimbo, o Muriacá, o grande Lago Sapucuá, o Jerepoauá e o Lago Grande do Pará e varios outros.

Ao longo do Trombetas são diversos os lagos que se formam em suas margens, taes como o Erepecurú, o Jamari, o Palhal Grande, o do Moura, o Batata, o Frechal, o Bacabal, etc.

Na margem opposta, chamada a costa fronteira de Obidos é egualmente lacustre toda a região marginal em que se desenvolvem as baixas campinas, distinguindo-se nellas o Lago do Selé, o Curumucuri, o do Porto, o do Poção, o Lago Grande do Curuai, o Irateua, o Sant'Anna, e outros muitos, ficando além de todos estes, na região fronteira do Estado, o Lago de Juruti que se communica pelo Furo Grande com o Amazonas e pelo Rio Juruti e Paraná do Balaio, com o paraná do Maracá-Assú.

E desde Obidos até Alemquer, no municipio deste nome, como no de Monte Alegre, são sem conta os lagos que se apontam nas varzeas alluvionaes, quaes sejam : o Caranasal, o Mamaurú, o Lago Grande do Jauari, o Cucuhi, o Cuipeua, o das Garças, o Jaburú, o Curumú, o Paracari, o Piracaba, o Maripá, o Lago Grande de Gurupatuba, e já no municipio de Prainha o Urubuquara.

Toda a região costeira comprehendida entre o Araguari e o Amapá é excessivamente lacustre e interceptada por diversos rios e igarapés que derivam dos numerosos lagos, ou os communicam dando sahida das suas aguas para o oceano. H. Coudreau, na celebre exploração em favor da França Equinoxial, os classificou em dois grupos : os lagos em rosario da bacia do Tartarugal e os lagos costeiros. Entre os primeiros se distingue o Lago Novo ou d'El-Rei, denominado por Coudreau "o Gibraltar do Amazonas", e no qual, disse elle, poderiam evoluir todas as frotas da Europa. Seguem-se o Duas Boccas, o Cujubim, o Comprido, o Pracuhuba, o Sacahisal ou Jaburú, o Culluxá, o Redondo e o Lago Grande do Amapá. Dos situados ao longo da costa o principal é o da Jaca, que se liga ao do Vento e o Maproene, o Floriano e o Piratuba, que tambem communica com o Urubú.

O illustrado dr. Fernando Raja Gabaglia diz que:

« Em epocha relativamente recente a zona amapáense das aguas extendia-se mais para o Norte, até o Oiapoc, e viagens de 300 km. se poderiam fazer continuamente por lagos, lagôas, rios e furos. »

E mais adeante explica:

« A modificação profunda e diaria desta região consiste no exgottamento de lençóes lacustres, que pouco a pouco vão sendo substituidos por campos ou savanas.

Tres factores influem principalmente para esse exgottamento, a saber:

1º. O phenomeno eustatico do mergulho do littoral brasileiro, a partir do Espirito Santo para o Norte.

2º. O phenomeno de colmatagem, que faz com que os sedimentos transportados pelos rios que cortam ou vão ter ás lagôas se depositem em massas enormes e ahi fixados, e accrescidos pela vegetação aquatica (maritima, fluvial e lacustre) de rapido crescimento, de espantosa reproducção e de curta vida, e cujos restos, depois que morrem se acamam, se depositam, se putrefazem e se transformam, produzindo volumes colossaes de substancias organicas.

3º. O phenomeno do abandono do alveo primitivo por muitos rios da Guiana, que se curvam e se inflexionam, em virtude da poderosa corrente costeira que lateralmente os projecta. »

Dentre todos os lagos do Estado o mais notavel pela sua extensão é o do Arari no centro da Ilha do Marajó, que nas epochas da enchente occupa não menos de 30 km. com uma largura média de 5 e que, no emtanto, durante o estio, se despraia consideravelmente, reduzindo-se a uma superficie inundada de 18 km. de comprimento com 2 $^1/_2$ de largura, de profundidade minima, pela qual apenas um estreito canal atravessa ligando as boccas do Apihi e do Arari, situadas nos extremos oppostos, ao Norte e ao Sul.

Além deste, ha ainda na mesma ilha outros lagos secundarios como o Guajará e o Guarás nas campinas e os dos Patos, Jacaré e Socó nas cabeceiras do Mapuá, além de outros que se formam nas baixas dos Mondongos, e nas varias depressões, de onde desapparecem na epocha estival.

Deste vasto systema fluvial, por meio do qual o Estado póde ser penetrado em todas as direcções, desta accumulação d'agua nos lagos, onde se desenvolve a producção piscosa a mais maravilhosa, é facil adivinhar os recursos que offerece a natureza amazonica com a sua hydrographia inegualavel, e os elementos valiosos que póde proporcionar o aproveitamento da força hydraulica de grande numero desses rios, transformando-a em energia electrica para o futuro desenvolvimento industrial.

HENRIQUE SANTA ROSA.

BIBLIOGRAPHIA

Henrique Santa Rosa — "Dados dos Geologos e Hydrographia Paraense" — *Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará*, fasc. I, Novembro, 1917.

Euclides da Cunha — *A' Margem da Historia*. Porto, 1909.

Rocha Pombo — *Historia do Brasil*, vol. I, parte 2ª, cap. III.

H. Hubert — "Contribuição para a Geographia dos furos de Breves" — *Boletim do Museu Gældi*, vol. III.

Henrique Santa Rosa — "A Depressão Amazonica e os seus exploradores" — *Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará*, tomo especial do 1º Congresso de Historia Nacional, parte II, 1915.

Paul le Cointe — *A Industria Pastoril na Amazonia*. Pará, 1918.

J. E. Wappœus — "Geographia Physica do Brasil" — *Boletim do Museu Paraense*, tomos I, II e III. Rio de Janeiro, 1884.

Fernando Antonio Raja Gabaglia — *As Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, 1916.

Henrique Santa Rosa — "Descripção Physica do Estado do Pará" — *Apontamentos para a Exposição de Chicago*. Belém, 1892.

Barão de Marajó — *As Regiões Amazonicas*. Lisboa, 1895.

H. Coudreau — *La France Equinoxiale*, vol. I. Paris, 1885.

V

Clima

O clima do Pará, como da maior parte do valle amazonico, é excepcional. Foi Humboldt quem primeiro isso reconheceu e proclamou. Realmente, não se parece, em verdade com precisão, com qualquer dos typos geraes descriptos nas classificações correntes; comparando-o com os das outras terras que estão dentro das mesmas linhas de latitude, verifica-se uma desegualdade palpavel, não se apontando quasi, em rigor, condição alguma perfeitamente identica entre as observadas no Pará e as registadas nas outras regiões alludidas. Os caracteristicos predominantes, calor e humidade, soffrem, no Pará, influencias varias, que os modificam sensivelmente em seus effeitos normaes.

A razão da excepcionalidade está sobretudo na situação geographica e na topographica do territorio paraense. Os limites deste, em suas linhas mais extremas, são os parallelos de 4º-30′ de lat. septentrional e 9º-30′ de lat. meridional; e os meridianos de 3º-11′ e 15º-20′ de long. Ocste do Rio de Janeiro. Está, pois, na zona denominada torrida. Mas, é uma boa parte da immensa planicie amazonica, quasi o terço final da mesma; as suas extensas costas, banhadas pelo Atlantico, são baixas e ficam a barlavento; as correntes aereas, predominando os ventos de Nordéste e Léste, penetram facilmente, sopram por toda parte, encontrando barreira apenas nas fronteiras septentrionaes, nas serras de Tumucumaque; possue uma vastissima, intrincada e caudalosa rêde hydrographica; está ainda quasi todo coberto por florestas espessas.

Assim, de um lado, está sob a influencia simultanea do agente solar, incidindo fortemente na zona equatorial, e dos aquosos, provocados pela massa consideravel d'agua sujeita á evaporação e favorecida pelas vastas florestas que concorrem para a preservação da humidade; por outro lado, as suas planuras e situação lhe proporcionam um grande beneficio: a acção dos ventos alizeos, uma corrente aerea continua do mar para a terra ou da terra para o mar, conforme as horas do dia. E' isto que exerce influencia notavel e natural sobre as condições climatericas da região.

As resultantes da acção simultanea desses referidos agentes oppostos, como é sabido: — abrandamento do effeito solar; — franca evaporação produzida, tanto pela irradiação solar como pelas correntes aereas; os ventos alizeos e as camadas de nuvens, quasi permanentes, suavisando o calor solar, determinam a normalidade de temperatura, que obedece a uma oscillação gradual; os alizeos e os raios solares attenuam os effeitos da humidade, elevando ou varrendo, em grande parte, os vapores d'agua. A pressão barometrica oscilla em estreitos limites da columna mercurial, embora seja tida a região, sem que observações regulares e irrecusaveis o tenham estabelecido, como de chuvas permanentes e de elevada média pluviometrica.

Com razão dizia o dr. James Orton que os Paraenses deviam se orgulhar do clima que possuem: *Paraense may will be proud of their delightful climate.*

E Maury o considerava o mais notavel do mundo.

O clima do Pará é, de facto, salubre. Conhecemos hoje, na grande maioria, as causas das endemias e epidemias; podemos erradica-las mediante recursos que a prophylaxia nos offerece. Nada mais justifica, pois, a impropriedade de ligar taes causas ás condições puramente climatericas de uma região, porque, podendo embora essas condições facilitar a população dos vectores morbigenos, não são, positivamente por ellas proprias, causas determinantes.

O clima do Pará proporciona a grande vantagem da regularidade, o que permitte ao organismo humano, oriundo de qualquer latitude, afazer-se com facilidade a elle, pautando seu viver pelos dictames da Hygiene, sob os pontos de vista da habitação, da alimentação, dos prazeres, etc. O calor é extraordinariamente forte entre as 12 e 14 horas do dia; á sombra, porém, sobretudo quando á feição da brisa, não é penoso e nada tem de oppressivo. As manhans, tardes e noites são frescas, mui agradaveis na quasi totalidade. Os dias, nos quaes chove, em média, conforme o calculo de J. Hann, regulam por 207. As chuvas demoradas não são frequentes e raro é cahirem, de seguida, durante mais de 12 horas; duram, ordinariamente, meia hora, em média e por dia, cahindo quasi no maximo das vezes torrencialmente. De Dezembro a Junho é que se conta o maior numero de dias approximados com chuva; em alguns annos, devido talvez á maior approximação do triangulo do *annel de nuvens* (*cloud ring*, dos Inglezes, ou *pol au-noir*, dos Francezes), que avizinha o equador no hemispherio Norte, no Atlantico, tornam-se mais frequentes e mais abundantes.

Conforme as observações feitas no Museu Goeldi (exclusivamente referentes á cidade) e das médias calculadas por J. Hann, são as seguintes as médias annuaes de temperatura: maximo absoluto, 34º,6; minimo absoluto — 18º,0; média no verão, 26º,1; média no inverno, 25º,6.

A direcção média dos ventos no Pará é E 30º N. A força do vento (escala de 10) é: de Janeiro a Março — 6; de Abril a Junho — 2,7; de Julho a Setembro — 4,3; de Outubro a Dezembro — 3,6. São desconhecidos os terremotos, furacões, cyclones, as grandes perturbações atmosphericas, emfim.

Quando o homem quizer, poder-se-á dizer como o padre Cristóbal de Acuña ha seculos sentiu e escreveu: . . . *this country* (*Amazonia*) *might be proclaimed with open mouth to be one vast paradise* (1).

AMERICO CAMPOS.

VI

Fauna

Num esboço rapido, como este, convém estudar a Fauna da Amazonia brasileira no seu conjuncto, visto apresentar ella os mesmos caracteres essenciaes nas diversas partes da immensa bacia. Apenas, como ultimo vestigio da separação completa existido outr'ora entre as terras que limitavam ao Sul e ao Norte o mar amazonico, notam-se pequenas differenças, conforme considera-se uma ou outra margem do Rio.

Esta Fauna é rica e variada; todavia, os grandes animaes são antes raros, e a floresta que cobre a maior parte do paiz, das mais interessantes para o naturalista, é longe de ser o paraiso do caçador, ficando, neste ponto, muito aquém das mattas correspondentes da Africa e da Asia: ao lado de algumas regiões onde a vida animal manifesta-se com exhuberancia, encontram-se vastos espaços de impressionante solidão. Em geral, a caça é mais abundante nas proximidades dos campos naturaes e dos cursos d'agua importantes; numerosas são tambem as aves (palmipedes e pernaltos) que frequentam as praias dos innumeros lagos da planicie alluvial.

Apesar da reputação feita ás cobras e ás onças da Amazonia, estas féras não constituem, para quem percorre as suas infindas mattas, um perigo que se deve ter em especial consideração; mais cuidados são talvez necessarios com certos habitantes das suas piscosas aguas.

E' digno de reparo como as aves e os quadrupedes sul-americanos são facilmente amansados: capturados novos, a mór parte delles fraternizam logo, em completa liberdade, com os outros animaes domesticos.

I. MAMMIFEROS — Em mammiferos sobretudo, o sertão amazonico mostra-se menos bem dotado do que a zona intertropical do Velho Continente, e, entre os que lá se encontram, poucos são de talho avantajado: a anta é o especime mais volumoso.

QUADRUMANOS — Macacos numerosos, mas pequenos ou de estatura média, quasi sempre providos de uma comprida cauda flexivel; são, antes de tudo, excellentes trepadores que circulam longe do sólo, no andar aereo das grandes arvores, ao alcance das fructas. Ouve-se elles mais do que se os enxerga, e, em opposição á crença geral, pouco contribuem para dar suas feições caracteristicas ao quadro habitualmente apresentado pela floresta virgem.

Os principaes são: o *guariba* (genero *Myceles*), cuja voz portentosa deve a sonoridade ao desenvolvimento anormal do osso hyoideo transformado em verdadeiro resonador. O *coatá* (g. *Ateles*), de aspecto desageitado com os membros delgados e compridos, a cauda desmedida. O *macaco de prego* (g. *Gebus*), buliçoso e larapio. O *parauacú* (*Pithecia manacus*), de pello longo, lanoso e denso. O *cuxiú* (*Pithecia satanas*), com os cabellos e a barba cuidadosamente penteados. O *macaco de cheiro* (*Saimiri sciureus*), pequeno, de pello curto, cauda muito comprida, emerito ladrão de fructas, vive em numerosos bandos e não custa amansar. O *macaco da noite* (g. *Nyctipithecus*), de pello curto, lanoso e macio, cabeça de gato, vida nocturna. Os *sahuins* (g. *Hapale* e *Midas*), pequeninos, de membros curtos, muito mimosos... etc.

CHEIROPTEROS — *Morcegos* e pequenos *vampiros* (g. *Dysopes*), extremamente abundantes; comquanto prestem alguns serviços devorando quantidade de insectos, em compensação sujam as habitações cujos tectos invadem, estragam os animaes domesticos e o gado, sugando-lhes o sangue durante o somno e roem os melhores fructos do pomar. Sómente o grande *vampiro* (g. *Phyllostoma*) do alto Solimões póde tornar-se perigoso para o homem.

CARNIVOROS — Alguns bonitos exemplares; a onça pintada (*Felis onça*) ou "tigre americano", que raras vezes

(1) "A new discovery of the great river of the Amazons," by Father Cristobal de Acuña. Pag. 74 da obra *Expeditions into the valley of the Amazons* (1539, 1540, 1639) *translated and edited, with notes, by Clement R. Markham*, London, 1868.

ataca o homem, mas levanta um pesado tributo sobre o gado das fazendas; attinge 1,30 m. de comprimento, sem a cauda que póde ter 0,65 m. A *onça sussuarana* (*F. concolor*) ou onça vermelha, muito menor. Ha tambem quantidade de carnivoros menores: o elegante *maracajá-assú* (*F. pardalis*), pequena onça intelligente, que amansa bem. O *maracajá-mirim* (*F. macrura*), ou gato selvagem. Os *gatos mouriscos*, preto e vermelho (*F. jaguarandi* e *F. eyra*). O *janauhi* (*Icticyon venaticus*), ou "cachorro do matto", que vive em tocas, voraz e temivel para os cães. O *guaxinin* (*Procyon cancrivorus*), pequeno plantigrado que frequenta as praias e alimenta-se principalmente de molluscos e de crustaceos. O *coati* (*Nasua socialis*). A *irara* (*Galictis barbara*), ou "papa-mel". A *lontra* (*Lutra brasilienses*) ou "ariranha", etc.

ROEDORES — Rica collecção; alguns generos fornecem uma saborosa caça, como a *paca* (*Coelogenys paca*), a *cutia* e *cutiara* (*Dasiprocta aguti* e *D. acouchy*); mas muitos são, com razão, o terror do cultivador; a *capivara* (*Hydrochoerus capibara*), o maior de todos os roedores conhecidos, quasi amphibio, destroe as plantações novas de canna e de milho, ao tempo que os *ratos* (*Mus ratus*, e outros) e aparentados, o *torá* (*Lancheres*), o *porco-espinhos* ou *coandú* (*Coendú prehensilis* e *C. melanurus*) esperam a madureza das fructas para proceder na colheita clandestina. Qualquer lucta contra estes terriveis saqueadores sómente póde dar resultados momentaneos, em razão dos espaços immensos, de accesso difficil, que servem de refugio ás suas innumeras phalanges.

PACHYDERMES — A *anta* (*Tapirus americanus*) póde ter até 2 m. de comprido e mais de 1 m. de alto. Diversas especies de pequenos javalis; o *queixada* (*Dicotyles labiatus*), ou "porco do matto" e o *caetetú* (*D. torquatus*).

DESDENTADOS — O *tatú canastra* (*Prionodontes gigas*) ou "tatú-assú", ultimo vestigio da Fauna anti-diluviana, com seu corpo singular, de 80 a 90 cm. de comprido, recoberto de uma coiraça, e suas unhas de 15 cm. Tambem ha diversos outros *tatús* menores. O *tamanduá-bandeira* (*Myrmecophaga jubata*), cuja cauda guarnecida de compridos pellos se recurva num enorme pennacho. As *preguiças* (*gen. Choloepus* e *Bradypus*). O minusculo *tamanduá-i* (*Cyclolurus didactylus*), de pello raso, denso e sedoso.

RUMINANTES — O maior é o *veado galheiro* (*Cariacus gymnotis*), dos campos geraes, e o menor o *veado branco* (*Cervus campestris*). Notam-se ainda o *veado vermelho* (*Coassus rufus*), perseguidor das roças, e o veado *catingueiro* (*Coassus nemorivagus*). A exportação annual dos coiros de veado attinge 70 a 90 toneladas.

MARSUPIAES — São representados pelas *mucuras* (*Didelphys marsupialis*, *D. azarea* e *D. opposum*).

CETACEOS — As aguas dos lagos e dos rios dão asylo a cetaceos de grandes dimensões: o *peixe-boi* (*Manatus inunguis*) que póde pesar até 2.000 kg. e cuja carne é bastante procurada. O *tucuxi* (*Steno tucuxi*) ou "bôto preto", especie de delphim, inoffensivo, e o *boto vermelho* (*Inia amazonica*), de 2 a 3 m. de comprido, voraz e temivel, com longo foucinho cylindrico rachado em uma enorme guela armada de 134 dentes solidos e pontudos.

II. AVES — A Amazonia é uma das regiões do globo que possue a mais variada collecção de aves de todos os tamanhos desde o majestoso "Jaburú-moleque" até o delicado "Beija-flor". Muitos são notaveis pelo brilho e pela riqueza do seu colorido: *arara vermelha* (*Ara macao*); *arara canindé* (*Ara araraúna*); amarella e azul claro, *arara úna* (*Ara hyacinthina*); azul escuro, *anmbés* (g. Cotinga); *papagaio de colleira* (*Deroptyus accipitrinus*); *tucanos* (g. Rhamphastos); *guará* (*Ibis rubra*); *frango d'agua* (*Porphyriola martinica*); *sete côres* (*Calliste yeni*); *pipiras* (*Rhamphocælus jacapa* e *R. nigrigularis*); *cardeal* ou *tangará* (*Paroaria gularis*); *gallo da serra* (*Rupicola crocea*); *hudú* (*Momutus momota*); *surucuá* (g. *Trogon*); *arirambas da matta-virgem* (g. *Galbula*); *sahys* (g. *Coerena*); *beija-flor*, etc.

Alguns merecem serem citados pela flexibilidade de sua garganta: a *patativa* (*Spermophila plombea*); a *iraúna* (*Cassidix orysivora*); o *caraxué* ou *sabiá* (*Turdus fumigatus*); o *bicudo* (*Orysoborus crassirostris*); o *curió* (*Orysoborus torridus*); o *canario da terra* (*Sycalis flaveola*); o *iraputú* (*Pachysilvia rubifrons*) etc.

Mas a bacia amazonica é sobretudo o paiz de predilecção das aves falladoras e assobiadoras: *araras* (g. *Ara*); *papagaios* e *curicas* (g. *Amazona*); *periquitos* (g. *Conurus*, *Brotogerys* e *Psittacula*); *maracanãs* (*Conuros pavua* e outros); *japiim* (*Cassicus persicus*) ou *xexéo* e *japú* (*Ostinops cristatus*).

AS AVES DE RAPINA são numerosas: *Urubú-rei* (*Sarcorhamphus papa*), grande abutre de rica plumagem e 1,10 m. de envergadura; *Urubú commum* (*Catharles fœntes*), abutre repugnante, que vaga em grande numero perto das habitações e alimenta-se de detrictos e de cadaveres em putrefação, tornando-se assim o mais activo agente de propagação das molestias infectuosas. Quantidade de gaviões, desde o *gavião real* (*Harpya destructor*), de 1,70 m. de envergadura, até o *cauré* (*Falco albigularis*), o menor de todos os falcões, mas um dos mais arrojados, e, tambem, diversos rapaces nocturnos, *corujas e môchos*.

E' entre os GALLINACEOS que se encontram as caças mais delicadas: grande variedade de *pombas* (g. *Columba*, *Chameepelia*, *Leptotila*); diversas perdizes e codornizes, como os *inambús* e as *macucáuas* (g. *Tinamus*); as *sururinas* (g. *Crypturus*); o *urú* (*Odontophorus guyanensis*) ou *corcovado*; os *mutuns* (g. *Crax*); os *jacús* (g. *Penelope*); o *cujubim* (*Pipile cujubi*); o *aracuan* (*Ortalis aracuan*). Tambem pertence ao mesmo grupo a *cigana* (*Opisthcomus cristatus*), elegante, mas malcheirosa e gritadeira, que esvoaça pesadamente nas arvores ribeirinhas.

Os PERNALTAS são menos interessantes ao ponto de vista gastronomico, mas alguns fornecem pennas muito estimadas para enfeitar os chapéos: a *garça pequena* e a *garça grande* ou *real* (*Ardea candissima* e *A. eggrella*); o *maguari* (*A. Cocoi*). Outros distinguem-se pela sua estatura: o *jaburú-molegue* (*Micteria americana*); ou *tuiuiú*, cegonha gigante, branca, com collar encarnado; o *cauauan* (*Ciconia maguari*) e o *passarão* (*Tantalus lucolator*). Um pernalta, o *unicorno* ou *cametahú* (*Palamedea cornuta*) é um atrevido caçador de cobras; um outro, o *jacamim* g. (*Psophia*), rapidamente domesticado, torna-se o ornamento do pateo.

Os PALMIPEDES de carne saborosa abundam na vizinhança dos lagos: *patos* (*Cairina moschata* e *Sarkidiornis carunculata*); *marrecão* (*Chenalopex jubatus*), verdadeiro ganso amazonico; *marrecas* (g. *Dendrocygna*). Habil pescadora é a rapida *gaivota* (g. *Larus* e *Sterna*).

III. REPTIS — Constituem elementos importantes da Fauna amazonica.

Os CHELONIANOS amphibios são abundantes e fornecem uma valiosa contribuição á alimentação do Amazonense. Os principaes são as *tartarugas* (*Podocnemis expansa*) que

se reunem em bandos numerosos para cavar nas praias buracos onde põem, cada uma, até 150 ovos, e os *tracajás* (*Podocnemis dumeriliana*), menores, que põem sómente de 25 a 40 ovos. O mais commum dos chelonianos terrestres é o *jaboti* (*Testudo tabulata*).

Os grandes SAURINOS pullulam nas aguas amazonicas, felizmente o *jacaré-assú* (*Caiman niger*), apesar de medir ás vezes 4, e mesmo 5 m. de comprido, é pouco aggressivo; o *camaleão grande* (*Iguana tuberculata*), o maior dos saurinos terrestres, é comestivel, assim como o *jacruarú* (g. *Tupinambis*). A *cobra de duas cabeças* (*Amphisbaena*) é um inoffensivo saurino desprovido de membros apparentes.

Encontramos na Amazonia os maiores OPHIDIANOS do mundo; são cobras aquaticas não venenosas, mas dotadas de uma força terrivel quando attingem grandes dimensões. Já se tem capturado exemplares de *sucurijú* ou *sucurí* (*Eunectes murinus*) com 12 a 15 m. de comprido, e consta haver de mais de 20 m. A *giboia* (*Boa constrictor*) raramente passa além de 6 a 7 m.; quando nova, amansa depressa e, collocada nos tectos das casas, suppre vantajosamente alguns gatos, dando activa caça aos ratos e aos morcegos.

Se bem que a grande maioria das cobras que vivem nas mattas não sejam venenosas (g. *Spilotes*, *Herpetodryas*, *Leptophis*, *Ilysis*, *Oxybeles*) é certo que as venenosas não são raras, mas, em geral, pouco aggressivas. Sómente o *surucucú-rana* (*Lachesis*), dos logares alagadiços, é de indole raivosa e ataca ás vezes o viandante sem ter sido provocado. O *surucucú verdadeiro* da matta (*Lachesis rhombeata*) é um grande trigonocephalo com quem não se deve bolir; a *cascavel* (*Crotalus horridus*) prefere a orla dos campos naturaes, mas não é commum; a pequena *jararaca* (*Cophias jararaca*) é hospede dos buracos das paredes velhas ou dos troncos de arvores apodrecidas e penetra mesmo no interior das habitações.

IV. BATRACHIOS — Num paiz em grande parte coberto de pantanos, *rans* e *sapos* acham-se á sua vontade e assignalam-se naturalmente pelo seu numero e pelas suas dimensões: o *sapo-boi* é do tamanho de um melão e muge como boi.

V. PEIXES — A fauna ichtyologica amazonica é ainda mais notavel pela extrema variedade das especies que a compõem (521, já descriptas) do que pela abundancia mesma dos peixes, natural numa vasta bacia fluvial.

Até hoje, a pescaria de uma unica especie póde ser qualificada de verdadeira industria: é a do *pirarucú* (*Sudis gigas*), que se faz com harpão, nos lagos, em tempo de aguas baixas. A carne deste peixe recortada em postas largas, de pouca espessura, salgada e seccada no sol, imita o bacalhau e conserva-se bem. Nos mercados de Belém são mais procurados a *pescada branca* e *preta* (*Sciaena amazonica* e *Plagioscion auratus*); o *camorim* (*Centropomus undecimalis*); a *cavalla* (*Argyriosus vomer*), e tambem a *tainha* (*Mugil incilis*) que se vai pescar nas aguas salobras do estuario. A bexiga natatoria do *gurujuba* (*Arius luniscutis*) dá uma colla excellente, e sua exportação annual passa de 50 toneladas.

No interior do paiz, os peixes mais estimados para a mesa são: a *pirapitinga* (*Chalceus opalinus*); o *tambaqui* (*Myleles bidens*); os *acarás* (g. *Acara*); o *mafurá* (g. *Myletes*); o *tucunaré* (*Cichla ocellaris*); o *curimatá* (*Prochilodus reliculatus*), cujos ovos abundantes são saborosos; o *aracú* ou *piáu* (*Leporinus fredericii* e *L. fasciatus*); o *pacú* (g. *Myleles*); o *jaraqui* (g. *Prochilodus*); a *jatuarana* (g. *Chalceus*); o *mapará* (*Hypophtalmus dawall*); o *surubim* (*Plastystoma fascialum*); o *mandi* (g. *Pimelodus*), etc.

A enguia do paiz é o *mussú* (*Symbranchus marmoratus*) Chama-se *piranhiba* (*Piralinga pira-siba*) o maior peixe do Amazonas, que póde ter até 3 m. de comprido e 1,40 m. de circumferencia; a carne deste monstro voraz e perigoso é de qualidade inferior. Os esqualos são raros, encontrando-se as vezes *peixes-serras* de tamanho médio. Nos pequenos igarapés da floresta existem numerosos *peixes electricos* ou *poraquês* (*Gymnotus electricus*). Assignala-se um unico peixe de carne venenosa, o *mamaiacú* (*Tetrodon psittacus*), aliás muito pequeno. As *piranhas* (g. *Serrasalmo*) são armadas de umas mandibulas afiadas e, apesar do seu tamanho relativamente pequeno, a sua ferocidade as torna ás vezes temiveis. A *arraia* (g. *Trygon*) tem, por debaixo da cauda, um ou dois ferrões farpados cujas picadas são perigosas. Emfim, encontra-se nos pantanos um animal curioso provido ao mesmo tempo de branchias e de pulmões, é o *pirarucú-boi* (*Lepidosiren paradoxa*).

VI. INSECTOS — A Amazonia possue o maior dos COLEOPTEROS conhecidos: o *Titanus giganteus*, longicorneo cujo corpo attinge 15 cm. de comprido. Encontra-se ainda enormes *escarabeus* (g. *Magasima*) de 10.5 cm., armados de um, dois ou tres fortes chifres pretos como azeviche, que são procurados para confecção de figas. Alguns *bupprestes* (*Euchroma gigantea*, e outros) magnificamente coloridos; curiosas *celanias* — *chrysomelas* de côres metallicas — longicorneos grandes ou bizarros (*Acrocinus longimanus*, *Macrodon cervicornis*, *Enoplocerus armillatus*. . .); rica collecção de *pyrilampos*, etc.

A ordem dos ORTHOPTEROS é demasiadamente bem representada: innumeros *gafanhotos*, grandes e pequenos, causam importantes estragos nas plantações. As *grillotalpas* ou *paquinhas* infestam as hortas. As *baratas* repugnantes introduzem-se em toda parte, sujam tudo, emquanto ás primeiras horas das noites de verão, legiões de *grillos* ensurdecedores invadem as habitações. Os *phasmos* apresentam typos extravagantes e caprichosos exemplos de mimetismo (g. *Onomarchus*, *bacillus*. . .).

E' aos NEVROPTEROS que pertence o terrivel *cupim*, que pullula e destroe tudo, madeira, papeis, e roupas.

A Amazonia é especialmente rica em HYMENOPTEROS. Algumas especies de formigas podem ser collocadas no numero dos mais encarniçados inimigos da agricultura: as *saúvas* (*Atta xesdens* e *A. cephalotes*) cujas femeas (*içans* ou *tanajuras*) comem-se quando estão completas de ovos, e as *carregadeiras* (*A. acromyrmex*). Outras secretam um liquido muito irritante: são as *formigas de fogo* (g. *Azteca* e *Solenopsis*). Certas são mesmo munidas de ferrão venenoso, como as *tachis* (g. *Pseudo myrma*) e sobretudo as enormes *tucandeiras* (*Dinoponera grandis*). As *murupetecas* (g. *Eciton*) circulam as mattas em batalhões cerrados que limpam com esmero os esqueletos dos animaes mortos encontrados no caminho.

As vespas não têm conta: a *caba de egreja* (*Polistes canadensis*) estabelece-se dentro das casas. Entre as mais aggressivas, cujas picadas são dolorosas, póde citar-se, além da precedente, a *caba beijoú* (*Apoica pallida*), a *caba tapiú* (*Polybia dimidiata*), a *caba tatú* (*Synoeca surinama*) e a *caba mutuca* (*Parachartergus apicalis*). De má indole tambem é o *vespão dos cacauaes* (*Bombus carbonarius*) ou *mamangaua pequena*. Algumas *cabas* caçadeiras (g. *Pepsis*) são muito grandes e de côres brilhantes, lembrando verdadeiras bor-

boletas. Fulgentes de ricas côres metallicas são os *ampulex*, os *cleples*, alguns *sphex* e as diminutas *chrysis*. Diversas especies de abelhas fazem um excellente mel: a *jandaira* (*Melipona interrupta*), a *uruçú* (*M. scutellaris*); nenhuma dellas tem ferrão venenoso; como *caba* produzindo mel, póde citar-se a *caba inchú* ou *Sissuira* (*Nectarina lecheguana*).

Ha uma grande quantidade de *zangões* dos generos *Xilocopa* (*X. frontalis*, ou *fura-pau*), *Euglossa* (*E. dimidiata*, *E. Brullei*, *E. bicolor*). *Centris* (*C. superba*), notaveis pelas suas dimensões ou pelo seu lindo colorido. Emfim, entre as abelhas parasitarias notam-se alguns insectos magnificos: *Acanthus splendidus*, *Melissa superba*, *Aglaé cærules*, *Exæreta smaragdina*, e a esplendida *Exæreta frontalis*, verdadeira joia alada.

Na Amazonia, principalmente no alto Solimões, os LEPIDOPTEROS, ou borboletas, chamam a attenção pela variedade e pela riqueza das suas côres, como, muitas vezes tambem, pelas suas dimensões excepcionaes; os principaes pertencem aos generos *morpho* (*M. menelas*, *M. rhetenor-M. hecuba*, cuja envergadura attinge 20 cm.), *papilio*, *heliconius*, *calagramma*, *callithea*, *agrias*, *thecla*, etc. Mesmo entre as borboletas nocturnas ha algumas de grande belleza. Naturalmente, á abundancia de borboletas, corresponde fartura de lagartas, destruidoras de plantas.

A' mesma ordem de insectos pertencem as *traças*, inimigas terriveis dos tecidos de lan o de seda.

Como HEMIPTEROS, além de grandes *percevejos* da matta, de côres variadas, notam-se *cigarras* numerosas e de tamanho avantajado, merecendo especial menção a legendaria *giti-rana-m'boia* (*Fulgor lanternaria*) que, afinal não é mais venenosa do que luminosa.

A ordem dos DIPTEROS é a mais tristemente celebre. Sem fallar da *mosca commum* (*Mosca domestica*), moscas de todos os feitios e tamanhos abundam; *moscas de bicheiras* (*Lucilia macellaria*) que põem os ovos nas feridas dos animaes; *mosca de ura* (*Dormatobia cyaniventris*) que introduz sua prole debaixo da pelle, sem respeitar mesmo o homem; *mosca varejeira* (g. *Calliphora*) que cobre tudo das suas larvas pullulantes. Associadas ás moscas sugadeiras de sangue: *mutucas* (*Tabanides*), *meruins* (g. *Ceratopogon*), *piuns* ou *borrachudos* (g. *Simulium*) e *calukiras* (*Phlebotomus squamiventris*), e aos mosquitos ou *carapanãs*, constituem verdadeira praga que pouco socego deixa ao pobre sertanejo. Aliás estes insectos importunos são os agentes activos da transmissão das principaes doenças que dizimam a população. A febre amarella, felizmente rechassada da Amazonia, era propagada pelo *carapaná-pinima* (*Stegomya fasciata*); a *moroçoca* (*Cellia argyrotarsis*) transmitte a febre palustre e a picada do *Culex fatigans* póde communicar a filariosa.

Do mesmo modo, a *pulga dos pés* (*Rhynchoprion penetrans*), não é sómente incommoda: ella abre caminho para o tetano.

VII. MYRIAPODES — Na classe dos Myriapodes encontram-se as *centopeias*, ás vezes gigantes (até 30 cm. de comprido), sempre muito venenosas, e multidão de inoffensivos *embuás*.

VIII. ARACHNIDEOS — Grande variedade: As *Aranhas caranguejeiras* (g. *Mygala*), bastante venenosas, podem chegar ao volume de um ovo e cobrir, com as patas, um circulo de 20 cm. de diametro. Os *escorpiões* não são raros, mas, pequenos e pouco perigosos. Os *carrapatos* (*Ixodes*) e os *mucuins* (*Acarides*) completam a longa lista dos insectos que, nas regiões equatoriaes da America do Sul, parecem ter se dado como escopo atormentar o homem e os animaes domesticos.

IX. — Pequenos *caranguejos* e varias especies de *camarão* são CRUSTACEOS communs nos rios da Amazonia.

X-XI-XII-XIII. — Mesmo as classes dos ANNELIDEOS, dos HELMINTHOS, dos MOLLUSCOS e dos ZOOPHYTOS acham-se bem representados na Amazonia por numerosas *minhocas*, ás vezes enormes (*Anteus gigas*), *vermes* intestinaes, por demais frequentes, *sanguesugas* communs ou monstruosas (*Hementeria Ghilianii*), *caracóes* volumosos, *conchas* nacaradas, grandes, mas delgadas, *mariscos*... Adherindo á base dos troncos das arvores nas margens de agua doce, de alagadiças dos rios e dos lagos vê-se umas pequenas *esponjas*, aspecto terroso, o *cauichi* (*Tubella reticulata* e *Parmulabatesii*), cujo pó produz na pelle uma viva irritação.

PAUL LE COINTE.

VII

Flora

A

A bacia amazonica é uma região essencialmente silvatica, e com muita razão ella foi denominada por Humboldt de "Hylaea" (da palavra grega ὕλη = floresta). Do sopé da Cordilheira dos Andes até á bocca do Amazonas e dos affluentes superiores do Rio Madeira até á bifurcação do Orinoco extende-se uma matta continua, na qual só aqui e acolá se acham engastadas superficies mais ou menos extensas occupadas por campos.

No Estado do Pará as mattas são mais interrompidas, principalmente ao Norte do Amazonas, onde ha campos geraes bastantes extensos, evidentemente de formação relativamente antiga, entre os rios Erepecurú e Maecurú e provavelmente tambem entre os affluentes mais orientaes do Amazonas. Campos de formação mais recente extendem-se ao longo da costa atlantica da Guinna Brasileira, nas ilhas de Caviana e Mexiana, na metade oriental da Ilha de Marajó, e ao longo do Baixo Amazonas; porém, mesmo ao Norte do Amazonas a área occupada pela matta é provavelmente muito maior do que a dos campos. Ao Sul do Amazonas as mattas são ainda mais predominantes e só no quasi desconhecido extremo-sul do Estado parece que os campos occupam maior superficie. Os campos que se encontram na costa do Salgado, ao longo do Baixo Tocantins, Xingú e Tapajós, são insignificantes em comparação com as mattas ininterruptas que se extendem nos vastos planaltos entre esses rios.

Tomando tudo em conta, não creio que os campos occupem mais da quarta parte da superficie do Estado do Pará.

Os principaes typos de matta que podemos distinguir na região amazonica, são dependentes do systema hydrographico, que imprime a toda essa região as suas feições dominantes. Ao longo da costa e dos cursos d'agua que se acham sob o regime do fluxo e refluxo, existe a *Matta das alluviões maritimas*, chamada *Mangal*, composta de poucas especies de arvores de distribuição larga nas costas da America e tambem da Africa tropical. *A Matta das alluviões fluviaes* (varzeas) que, quando se sóbe o Amazonas e os seus affluentes, acompanha o viajante de Belém até ao pé dos Andes, já mostra mais variedade na sua composição. Finalmente a *Matta das terras firmes* ou dos terrenos nos quaes a erosão tem um papel mais importante do que a alluvião, apresenta uma infinidade de variações na sua composição, apesar de sua apparente uniformidade e dos caracteres quasi estereotypicos de sua organização biologica.

Não fallarei muito da *Matta das alluviões maritimas* ou do *Mangal*, porque elle é o que ha de menos caracteristico na região amazonica. Os componentes principaes do mangal, na bocca do Amazonas e na costa do Atlantico são o mangue (*Rhizophora Mangle*, L.) a ciriúba (*Avicennia nitida*, Jacq.) e a tinteira (*Laguncularia racemosa*, Gaertn.).

Como os elementos subordinados, que fazem parte dos mangaes da costa, ou pelo menos crescem de preferencia em sua companhia, podemos mencionar ainda as seguintes especies:

mututi (*Pterocarpus Draco*, L.)
envira (*Hibiscus tiliaceus*, St. Hil.)
Areticú (*Anona palustris*, L.)
Pithecolobium cochleatum, Mart.

Muito mais variada que o mangal e extendendo-se em ramificações infinitas por toda a região amazonica, a Matta das alluviões fluviaes (varzeas) poder-se-ia chamar a formação vegetal caracteristica da Amazonia.

Subindo o rio observa-se com effeito, desde a embocadura do Xingú até á bocca do Trombetas mais ou menos, isto é, no trecho que se chama geralmente o baixo Amazonas, uma mudança radical no aspecto da matta littoral do Amazonas.

Já apparecem praias extensas, onde os precursores da matta, as oieranas (*Salix martiniana*, Leyb., e *Alchornea castaneifolia*, A. Juss.) se alinham em frente dos imbaubaes (que nesse trecho do rio são compostos de *Cecropia paraensis* Hub., de folhas de um branco puro por baixo, e de *Cecropia robusta*, Hub., de folhas verdes por ambos os lados). Na matta definitiva, que está se substituindo com o tempo ao imbaubal, a munguba (*Bombax munguba*, Mart.), de tronco grosso coberto de casca lisa e verde-grisalha e de galhos fortes pouco ramificados, dos quaes pendem em Junho e Julho as grandes capsulas vermelhas, cheias de uma paina fina, pardacenta, é, ao lado de algumas especies de apuhi (*Ficus*, subgen. *Urostigma*) de troncos grotescos e de copa larga, a arvore mais possante, sem comtudo attingir, nem de longe, o desenvolvimento da samaúmeira (*Ceiba pentandra*, Gaertn.) que nesta região falta quasi completamente. Talvez a arvore mais caracteristica das varzeas do baixo Amazonas, e com certeza a que predomina mais em longos trechos, é o tachi (*Triplaris surinamensis*, Cham.), de tronco esguio e galhos erectos, cuja casca lisa e clara contrasta com as grandes folhas lanceoladas dum verde escuro, approximadas na extremidade dos galhos. Estas arvores, apesar de seu aspecto um pouco rachitico, apresentam uma vista encantadora quando ellas (no mez de Setembro) são carregadas de grandes inflorescencias amarellas e côr de rosa.

Arvores bastante frequentes nessa matta são ainda as seguintes:

Parapará (*Cordia tetranda*, Aubl.).
Taperebá (*Spondias lutea*, L.).
Ucuúba (*Virola surinamensis*, Rol. Warb.).
Andiroba (*Carapa guianensis*, Aubl.).
Murupita (*Sapium lanceolatum*, Hub e outras especies).
Genipapo (*Genipa americana*, L.).
Macacauba da varzea (*Platymiscium paraense*, Hub. n. sp.).
Castanha de macaco (*Couroupita*, spec.).
Muiratinga (*Olmedia* aff. *calophylla*, Poepp.).
Mutamba (*Guazuma ulmifolia*, Lam.).
Pau mulato (*Calycophyllum spruceanum*, Benth.).
Loiro da varzea (*Nectandra Amazonum*, Nees).
Tachi de flor amarella (*Pterocarpus ancylocalyx*, Benth).
Cuaxinguba (*Ficus* subgen. *Pharmacosycea*, spec.).

Das portas da capital até aos limites orientaes do Estado do Pará, extende-se, entre o Oceano e o Rio Guamá, uma zona de mattas muito ricas, conhecidas sob o nome de *mattas da Estrada de Ferro de Bragança*. Essas mattas apesar de serem relativamente pobres em castanheiras, e de não conterem o caucho, têm um grande valor, principalmente por causa das suas madeiras, entre as quaes são as mais importantes o acapú (*Vouacapoua americana*, Aubl.), pau-amarello (*Euxylophora paraensis*, Hub.), pau-santo (*Zollernia paraensis*, Hub.), massaranduba (*Mimosops* aff. *elata*, Freire All. e *Mimosops amazonica*, Hub.), jarana (*Chytroma* spec.) matamatá (*Eschweilera* spec.), etc. Toda a região entre o Oceano e o Rio Gurupi de um lado, o Tocantins e o Rio Pará do outro lado, que poderiamos chamar a *Matta geral da região oriental do Pará*, parece ter um caracter semelhante, e desde os tempos coloniaes tem abastecido a capital com as madeiras mais importantes.

Da margem esquerda do Tocantins até ao Tapajós extende-se, em uma largura de cinco graus de latitude pelo menos, a *matta geral da parte meridional do Estado do Pará*. E' verdade que ao Sul do setimo grau de latitude o interior das terras é quasi completamente desconhecido e que a vegetação littoral dos grandes rios, a unica conhecida naquellas latitudes, indica antes a proximidade dos campos, mas segundo o que sabemos sobre o Rio Itacaiunas, affluente do Rio Tocantins, os affluentes orientaes da volta do Xingú, o Iriri, affluente da margem esquerda do Xingú, e Jamauchim, affluente da margem direita do Tapajós, todos elles têm a sua origem e o seu curso numa região de mattas que por conseguinte provavelmente sob o setimo grau se extende ainda em zona ininterrupta do Rio Araguaia até ao Rio Tapajós ou pelo menos até á proximidade deste. As mattas entre Tocantins e Xingú são consideradas como as mais ricas do Estado. E' alli o principal centro de producção de caucho e tambem de castanha. Ao Sul e Suéste de Santarém, existem aliás tambem mattas ricas em *Castilloa* e *Bertholletia*.

Ao Norte do Amazonas, onde o cordão littoral e alluvial do Atlantico é mais largo do que na região do Salgado, a matta da terra firme é mais retirada da costa, occupando, ao que parece, toda a região do curso superior dos rios da costa e dos affluentes do estuario, até ao Jari ou Parú a Oéste e ao Norte até a Serra de Tumucumaque. Na peripheria E'ste e Sul dessa região acha-se uma zona de campos, que entretanto pertence em grande parte ás varzeas recentes ou de pouca edade geologica. A *matta central do antigo Contestado* é mais conhecida pelas suas jazidas de oiro do que pelas suas madeiras, e sobre a sua composição sabemos muito pouca

coisa. E' entretanto provavel que ella apresente grandes analogias com a matta da parte SE do Estado que, apesar de ser mais afastada, por muitos dos seus elementos lembra as mattas do interior da Guiana Franceza, ao que se póde julgar pelas descripções de Aublet, Sagot e outros. A parte Sul parece bastante rica em castanheiras, sendo a castanha um dos principaes artigos de exportação do municipio de Mazagão. Ao Norte, essas mattas continuam, ao que parece, sem interrupção, nas mattas da Serra de Tumucumaque, sobre as quaes tambem sabemos só pouca coisa.

A Oéste do Rio Pará até ao Rio Branco, o *divortium aquarum* entre os rios da Guiana Hollandeza e Ingleza de um lado e os affluentes do Amazonas do outro lado, não é mais uma região coberta de mattas ininterruptas, como a chamada Serra de Tumucumaque mas uma região de campos mais ou menos extensos, na qual se elevam serrotes ou serras altas, algumas dellas cobertas de matta. Tambem ao Sul desta região os planaltos são em parte occupados por campos, que em alguns logares se extendem, com interrupções, é verdade, até ao Equador ou ainda mais longe, como por exemplo nos campos de Ariramba, entre o Rio Erepecurú e o Curuá de Alemquer. Os ultimos postos avançados destes campos geraes parecem ser os campos altos de Monte Alegre. As mattas nessa região são, porém, egualmente muito extensas e não só acompanham os rios na maior parte do seu curso, como tambem se extendem em muitos logares sobre os planaltos entre os cursos d'agua.

Nestas *mattas dos planaltos ao Norte do baixo Amazonas* a castanheira (*Bertolletia excelsa*, H. B. K.) não é só a arvore mais alta e mais grossa, como tambem em muitos logares uma das mais frequentes, dominando de tal fórma que se póde fallar de verdadeiros castanhaes. Nos municipios de Almeirim, Alemquer e Obidos, a castanha é um dos principaes artigos de exportação. Uma zona de mattas ricas em caucho, murtupita e madeiras, extende-se ao N e NE de Obidos, até (cf. Le Cointe) uma distancia de 100 km. Segundo O. Coudreau, existiria no Rio Erepecurú tambem a verdadeira batata da Guiana (*Mimosops balata* Gaertn. *M. bidenbata*, DC). Outras arvores de grande valor são a itaúba verdadeira (*Silvia itauba* Pax) e a casca preciosa (*Aniba canellila* Mez) (cf. Ducke — *Boletim do Museu Goeldi*, vol. v, pag. 303).

Bem conhecidas pelas suas madeiras excellentes são tambem as mattas de Faro, na extremidade Oéste do Estado do Pará. Itacoatiara, no Estado do Amazonas, exporta a castanha em quantidades avultadas.

Lista alphabetica das madeiras paraenses

A

Abacate — *Persea gratissima* Gaertn. (Lauraceæ).
Abiu — *Lucuma caimito* (Ruiz et Pav.) Roem. et Schulth. (Sapotaceæ).
Abiurana — *Lucuma*, spec. div. (Sapotaceæ).
Abricó — *Mammea americana* Jacq. (Guttiferæ).
Acapú — *Vouacapoua americano* Aubl. (Leg. Caesalp.).
Acapurana — *Campsiandra laurifolia* Benth (Leg. Caesalp.).
Acaricuara — *Minquartia guianensis* Aubl.
Acariuba — (?)
Achuá — *Saccoglottis guianensis* Benth.
Açucena — (?)
Aipé — *Macrolobium chrysostachyum* Benth. (Leg. Caesalp.).
Aipé — *M. pendulum* Willd. (Leg. Caesalp.).
Aiuba — *Aydendrum permolle* Nees (Lauraceæ).
Ajurú — *Chrysobalanus Icaco* L. (Rosaceæ).
Ajurú — *Hintella americana* Aubl. (Rosaceæ).
Ajurú — *Licania incana* Aubl. (Rosaceæ).
Almecegueira — *Protium*, div. spec. (Burseraceæ).
Amapá — *Hancornia Amapá* Hub. (Apocynaceæ).
Amapá doce — *Brosimum spec.* (Moraceæ).
Anani — *Symphonia globulifera* L. f. (Guttiferæ).
Anauerá — *Licania macrophylla* Benth. (Rosaceæ).
Andirá-uchi — *Andira retusa* H. B. K. (Leg. Dalberg.).
Andiroba — *Carapa guianensis* Aubl. (Meliaceæ).
Andiroba jaréua — *Andira retusa* H. B. K. (Leg. Dalberg.).
Angelim — *Andira* spec. ? (Leg. Dalberg.).
Angelim coração de negro — ? (Leg. Dalberg.).
Angelim pedra — *Andira* spec. ? (Leg. Dalberg.).
Angico — *Cassia fastuosa* Willd. (Leg. Caesalp.).
Apá — *Eperua falcata* Aubl. (Leg. Caesalp).
Apuí — *Ficus* (subgen. *Urostigma*) div. spec. (Moraceæ).
Apuruhi — *Alibertia edulis* A. Rich., *A. sorbilis* Hub. nov. spec. (Purús) (Rubiaceæ).
Araçá-i (do campo) — *Psidium araça* Raddi (Myrtaceæ).
Araçá da anta — *Bellucia imperialis* Saldanha et Cogn. (Melastomaceæ).
Araçá do matto — *Psidium* spec., *Eugenia* spec. (Myrtaceæ).
Araçá do Pará — *Britoa acida* Berg. (Myrtaceæ).
Araçarana — *Bellucia* spec. div. (Myrtaceæ).
Arapari — *Macrolobium acaciaefolium* Benth. (Leg. Caesalp.).
Araracanga — (?)
Araranđeua — *Pithecolobium cauliflorum* Mart. (Leg. Mimos.).
Arara tucupi — *Parkia oppositifolia* Spruce (Leg. Mimos.).
Arariua (arariba) — *Sickingia tinctoria* (H. B. K.) Schum. (Rubicaceæ).
Araticú (Areticum) — *Anona muricata* L. (Anonaceæ).
Araticú do brejo — *Anona palustris* L. (Anonaceæ).
Assacú — *Hura crepitans* L. (Euphorbiaceæ).
Assacú-rana — *Erythrina glauca* Willd. (Leg. Papil.).
Atiriba (Atereua) — *Eschweilera* spec. (Lecythidaceæ).
Aturiá — *Drepanocarpus lunatus* Mey. (Leg. Pap. Dalberg.).

B

Bacaba — *Oenocarpus distichus* Mart. (Pará) *Oenocarpus Bacaba* Mart. (Alto Amazonas) (Palmæ).
Bacuri — *Platonia insignes* Marte (Guttiferæ).
Bacuri-pari — *Rheedia macropylla* (Mart.) Planch. et Triana (Guttiferæ).
Bacuri-pari — *Reedia* cff. *acuminata* Planch. et Triana.
Baratinha — *Cassia fastuosa* Willd. (Leg. Caesalp.).
Barbatimão — *Stryphnodendun* spec. (Leg. Mimos.).
Barbatimão — *Cassia fastosa* Willd. (Leg. Caesalp.).
Barbatimão — *Jacaranda* esp. (Bignoniaceæ).
Beque — *Trichanthera gigantea* H. B. K. (Acanthaceæ).

Biribá — *Rollinia orthopetala* DC. (Anonaceæ).
Breu branco — *Protium heptaphyllum* (Aubl.). March., *P. Duckei*. Hub. et aliæ species (Burseraceæ).
Breu branco — *Crepidospermum rhoifolium* (Benth.) Triana et Planch. (Burseraceæ).
Breu jauaricica — *Protium* spec. (Burseraceæ).
Breu preto — *Protium* spec. (Burseraceæ).
Burra leiteira — *Sapium* spec. (Euphorbiaceæ).

C

Cabeça de urubú — *Theobroma obovatum* Bern. (Sterculiaceæ).
Cacau — *Theobroma cacáo* L.
Cacau azul — *Theobroma Spruceanum* Bern.
Cacau do Perú — *Theobroma bicolor* H. B. K.
Cacau rana — *Theobroma microcarpum* (Link) Warm. (Vochysiaceæ).
Cacau-i — *Theobroma speciosum* Spreng.
Cachimbo de jaboti — *Erisma calcaratum* (Link) Warm. (Vochysiaceæ).
Caimbé — *Curatella americana* L. (Dilleniaceæ).
Caimbé — *Coussapoa asperifolia* Tréc. (Moraceæ).
Cainito — *Chrysophyllum cainito* A. DC. (Sapotaceæ).
Cajueiro — *Anacardium occidental* L. (Anacardiaceæ).
Cajueiro do matto — *Anacardium giganteum* Hanc.
Cajuúna — *Anacardium* spec.
Camaá — *Aegiphila villosa* (Aubl.) Vahl (Verbenaceæ).
Camaá — *Pseudima frutescens* Radlk. (Sapindaceæ).
Camboatá — *Trichilia excelsa* Benth. (Meliaceæ).
Canella de garça — *Trichanthera gigantea* H. B. K. (Acanthaceæ).
Canella de velho — div. (Melastomaceæ).
Caniço branco — *Duguetia* spec. (Anonaceæ).
Caniço preto — *Duguetia* spec.
Capurassú — (Lauraceæ).
Caraúba (Caroba) — *Tecoma caraiba* Mart. (Bignoniaceæ).
Caraúba — *Jacaranda copaia* (Bignoniaceæ).
Caramurú — *Erisma calcaratum* (Link) Warm. (Vochysiaceæ).
Carapanauba — *Swartsia* spec. ? (Leg. Caesalp.).
Caripé — *Licania utilis* (Hook) Fritsch (Rosaceæ).
Caripé — *Licania myristicoides* Benth.
Cariperana — *Licania turiwa* Cham. et. Schlecht. (Rosaceæ).
Cariperana — *Hirtella tentaculata* Poepp. (Rosaceæ).
Caripé tariira — *Licania* spec. (Rosaceæ).
Caroba — (Vide Caraúba).
Carvalho — (?)
Casca doce — *Lucuma* spec. (Sapotaceæ).
Casca preciosa — *Aniba canellila* Mez (Lauraceæ).
Castanha de macaco — *Couroupita guianensis* Aubl. (Lecythidaceæ).
Castanha do Pará — *Bertholletia excelsa* H. B. K. (Lecythidaceæ).
Cauassú — *Coccoloba latifolia* Lam. (Polygonaceæ).
Caucho — *Castilloa Ulei* Warb. (Moraceæ).
Cedro branco — *Cedrella* spec. (Meliaceæ).
Cedro Vermelho — *Cedrela* spec.
Cedro rana — (?)
Chapeu de sol — *Cordia tetrandra* Aubl. (Borraginaceæ).
Churú — *Goeldinia riparia* Hub., *G. ovatifolia* Hub. (Lecythdaceæ).
Ciriuba — *Avicennia nitida* Jacq. (Verbenaceæ).
Condurú de sangue — *Brosimum paraense* Hub. (Moraceæ).
Copahiba — *Copaifera guianensis* Desf., *C. multijuga* Hayne, *C. martii* Hayne (Leg. Caesalp.).
Copuda — *Couepia* spec. (Rosaceæ).
Copuda miuda — *Couepia bracteosa* Benth. ? (Rosaceæ).
Coquilheiro — *Protium* spec. (Burseraceæ).
Coração de negro — *Machaerium* spec. ? (Leg. Dalberg.).
Cortiça — *Apeiba tibourbou* Aubl. (Tiliaceæ).
Cortiça — *Anona palustris* L. (Anonaceæ).
Cravo do matto — *Dicypellium caryophyllatum* Nees (Lauraceæ).
Coatá quiçaua — (?)
Cuaxinguba — *Ficus* (Urostigma) var. spec. (Moraceæ).
Cuia de macaco — *Iugastrum* spec. (Lecythidaceæ).
Cuiarana — *Terminalia Tanibouca* Smith (Combretaceæ).
Cujumari — *Ayndendron Cujumari* Nees (Lauraceæ).
Cumã — *Couma utilis*, Mull. Arg. (Apocynaceæ).
Cumã uassú — *Couma macrocarpa* Barb. Rodr. (Apocynaceæ).
Cumarú — *Dipteryx odorata* Willd., *D. tetraphylla* Spruce (Leg. Dalberg.).
Cumarú do rato — *Amphiodon effusus* Hub. (Leg. Galeg.).
Cumarú rana — *Diperix oppositifolia* Willd. (Leg. Dalberg.).
Cumaté — *Myrcia atramentifera* Barb. Rodr. (Myrtaceæ).
Cumaterana — (?)
Cumbeira — Pau Santo ?
Cupiúba — *Goupia paraensis* Hub. (Celastraceæ).
Cupuahi — *Theobroma subincanum* Mart. (Sterculiaceæ).
Cupuassú — *Theobroma grandiflorum* Schum. (Sterculiaceæ).
Cupuassurana — *Matisia paraensis* Hub. (Bombaceæ).
Curupitá — *Sapium curupita* Hub. nov. spec. (Euphorbiaceæ).
Cutimandioca — *Licania capinensis* Hub. (Rosaceæ).
Cutitiribá — *Lucuma rivicoa* Gaertn. (Sapotaceæ).
Cutitiribá grande — *Lucuma macrocarpa* Hub. (Sapotaceæ).

E

Embira branca — *Xylopia grandiflora* St. Hil. (Anonaceæ).
Embira — *Sterculia pruriens* Schum., et aliæ species (Sterculiaceæ).
Embira — *Guazuma ulmifolia* Lam. (Sterculiaceæ).
Embira — *Rollinia* div. spec. (Anonaceæ).
Embiratai — *Duguetia riparia* Hub. (Anonaceæ).
Esponjeira — (?)

F

Faia — (Vide Loiro faia).
Fava de empigem — *Vatairea guianensis* Aubl. (Leg. Dalberg).
Faveira — Diversas leguminosas.
Frei Jorge — *Cordia Goeldiana* Hub. (Borraginaceæ).

G

Genipapo — *Genipa americana* L. (Rubiaceæ).
Genipapim (Genipapo do campo) — *Tocoyena formosa* Schum. (Rubiaceæ).
Geniparana — *Gustavia augusta* L. (Lecythidaceæ).
Geniparana da matta — *Gustavia pterocarpa* Poit. (Lecythidaceæ).
Goiaba da anta — *Bellucia imperialis* Sald. et Cogn. (Melastomaceæ).
Goiabarana — *Mouriria guianensis* Aubl. (Melastomaceæ)
Goiabarana — *Psidium* spec. (Myrtaceæ).
Goiabeira — *Psidium guaiava* Raddi (Myrtaceæ).
Gonçalo Alves — *Astronium* spec. ?
Guajará — *Chrysophyllum excelsum* Hub. (Sapotaceæ).
Guajará — *Lucuma* spec. (Sapotaceæ).
Guajará- abiu — *Lucuma* spec. (Sapotaceæ).
Guajará amarello — (Sapotaceæ).
Guajará branco — (Sapotaceæ).
Guajará-curumim — (Sapotaceæ).
Guajará-ferro — (Sapotaceæ).
Guajarai — (Sapotaceæ).
Guajará-poca — (Sapotaceæ).
Guajará-tura — (Sapotaceæ).
Guajará-timotheu — (Sapotaceæ).
Guariuba — *Olmedia erythrorhiza* Hub. nov. spec. (Moraceæ).
Guaruba — (Vide Quaruba).

I

Imbauba verde — *Cecropia Bureauiana* Richt (Belém).
Imbauba verde — *Cecropia robusta* Hub. (Baixo Amazonas), *C. lætevirens*, *C. bifurcata* Hub. (Purús) (Moraceæ).
Imbauba branca — *Cecropia palmata* Willd. (Belém) *C.* paraensis Hub. (Baixo Amazonas) (Moraceæ).
Imbauba da matta — *Cecropia juraniiana* Richt. (Belém), *C. scabra* (Baixo Amazonas), *C. sciadophylla* (Alto Amazonas) (Moraceæ).
Inajarana — *Quararibea guianeniss* Aubl. (Bombaceæ).
Ingá — *Inga* spec. div. (Leg. Mimos.).
Ingá-assú — *Inga cinnamonea* Spruce (Leg. Mimos.).
Ingá-chichi — *Inga alba* Willd.
Ingá-cipó — *Inga edulis* Mart.
Ingá de fogo — *Inga vellutina* Willd.
Ingarana — *Inga disticha* Benth.
Ingarana — *Pithecolobium* spec. sect. *Caulanthon* (Leg. Mimos.).
Inharé — (?)
Inhambu-quiçana — *Alsodeia guianensis* (Aubl. Eich. (Violaceæ).
Ipé — (Vide Aipé).
Iperana (Aiperana) — *Crudya pubescens* Spruce (Leg. Caesalp.).
Ipeuba — *Macrolobium latifolium* Vog. ? (Leg. Caesalp).
Itauba — *Silvia ita-uba* Pax (Lauraceæ).
Itauba amarella — Itauba.
Itauba preta — Lauraceæ.
Itauba rana — *Ormosia excelsa* Spruce (Leg. Sophor.).
Itauba rana — *Sweetia nitens* Benth. (Leg. Sophor.).

J

Jabotí — *Erisma calcaratum* (Link) Warm (Vochysiaceæ).
Jaca da Bahia — *Artocarpus integrifolia* L. (Moraceæ).
Jacarandá — *Dalbergia Spruceana* Benth. (Leg. Dalberg.).
Jacareúba — *Calophyllum brasiliense* Camb. (Guttiferæ).
Jará — *Leopoldinia pulchra* Mart. (Palmæ).
Jarandeua — *Pithecolobium latifolium* Benth. *P. cauliflorum* Mart. (Leg. Milmos.).
Jarána — *Chytroma Jarana* Hub. nov. esp. (Lecythidaceæ).
Jatereua — Atereua.
Jatuauba — *Guarea trichilioides* L. (Meliaceæ).
Jatuarana — (?)
Jejuhuba — (?)
Jutahí — *Hymenaea* spec. div. (Leg. Caesalp.).
Jutahí-assú — *Hymenaea courbaril* L.
Jutahí-café — *Hymenaea*, espec.
Jutahí do campo — *Hymenaea parvifolia* Hub.
Jutahí-miri — *Hymenaea microcarpa* Hub., nov. espec.
Jutahí-pororoca — *Hymenaea pororoca* Hub., nov. spec.
Jutahírana — *Crudya parivoa* DC. (Marajó) (Leg. Caesalp.).
Jutahí — *Cynometra Spruceana*, Benth. (Baixo Amazonas) (Leg. Caesalp.).

L

Lacre — *Vismia*, spec. div. principalmente *Vismia guianensis* Chois. (Guttiferæ).
Lacre branco — *Miconia minutiflora* D C. (Melastomaceæ).
Lacre branco — *Banara guianensis* Aubl. (Flacourtiaceæ).
Limão rana — (?)
Lombrigueira — *Andira Amazonum* Mart. (Leg. Dalberg.)
Loiro-abacate — Lauraceæ.
Loiro amarello — Lauraceæ.
Loiro da beira — *Ocotea laxiflora* Mez. (Lauraceæ).
Loiro branco — *Ocotea guianensis* Aubl. (Lauraceæ).
Loiro-cachoeira — Lauraceæ.
Loiro de cheiro — Lauraceæ.
Loiro chumbo — Lauraceæ.
Loiro-congonha — Lauraceæ.
Loiro-cravo — *Dicypellium caryophyllatum*, Nees (?) (Lauraceæ).
Loiro canauarú — Lauraceæ.
Loiro faia — Lauraceæ (?).
Loiro do igapó — *Nectandra amazonum*, Nees. (Lauraceæ).
Loiro-pederneira — Lauraceæ.
Loiro-pimenta — *Ocotea canaliculata* Nees (Lauraceæ).
Loiro preto — (Lauraceæ).
Loiro rosa — *Aniba parviflora* Mez (?) (Lauraceæ).
Loiro-tamanco — *Ocotea guianensis* Aubl. (Lauraceæ).
Loiro-tamancão — *Ocotea* aff. *aculangula* Mez. (Lauraceæ).
Loiro-tachí — (Lauraceæ).
Loiro vermelho — *Ocotea* spec. (Lauraceæ).

M

Macaca poranga — *Acrodichidium* spec. (?) (Lauraceæ).
Macacauba da varzea — *Platymiscium paraense* Hub. (Leg. Dalberg).
Macacauba da terra firme — *Platysmiscium Duckei* Hub. (Leg. Dalberg).
Macucú — *Licania heteromorpha* Benth. (Rosaceæ).
Macucú — *Hirtella eriandra* Benth. (Rosaceæ).
Macucú — *Moquilea* spec. (Rosaceæ).
Macucurana — *Hirtella americana* Aubl. (Rosaceæ).
Mahuba — (?)
Mameira — *Vitex flavens* H. B. K. (Verbenaceæ).
Mamorana — *Pachira aquatica* Aubl., *P. insignis* (Bombaceæ).
Mangabarana — *Sideroxylum* spec. (?) (Sapotaceæ).
Mangabeira — *Hancornia speciosa* Gom. (Apocynaceæ).
Mangue vermelho — *Rhizophora mangle* L. et var. *racemosa* Mey (*Rhizophoraceæ*).
Mangue branco — Vide Ciriuba.
Manguerana — *Tovomita brasiliensis* (Mart.) Walp. (Guttiferæ).
Maparajuba — *Mimusops paraensis* Hub., *M. maparajuba* Hub. *M. maparajuba* Hub. (Sapotaceæ).
Marachimbé — *Emmotum fagifolium* Desv. (Icacinaceæ).
Maramará — Parapará (?)
Maranhoto — (?)
Marupá — *Simaruba amara* Aubl. (Simarubaceæ).
Marupá — *Jacarandá copaia* D. Don. (Bignoniaceæ).
Marapauba — Marupá.
Massaranduba — *Mimusops amazonica* Hub., *M.* aff. elata Freire All. (Sapotaceæ).
Matámatá — *Eschweilera matamata* Hub. nov. spec. (Lecythidaceæ).
Merecem — (Pau doce) *Lucuma* spec. (Sapotaceæ).
Machira-ira — (?)
Mirindiba — *Terminalia lucida* (Hoffmsgg.) (Combretaceæ).
Molongó — *Ambelania grandiflora* Hub. (Apocynaceæ).
Morcegueira — *Andira inermis* H. B. K. (Leg. Dalberg).
Mororó — (?)
Morototó — *Didymopanax morototoni* (Aubl.) Desne. et Planch. (Araliaceæ).
Muirachimbé — Marachibé.
Muiracoatiara — *Centrolobium paraense* Sald. (Leg. Dalberg).
Muirajussára — *Aspidosperma Duckei* Hub. (Apocynaceæ).
Muirapinim — *Brosimum guianense* (Aubl.) Hub. (Moraceæ).
Muirapinima preta — Pau santo.
Muirapiranga — *Brosimum paraense* Hub. (?) (Moraceæ).
Muirapiranga — *Haplaclathra paniculata* Benth. (?) (Theaceæ).
Muirapiranga da varzea (?)
Muirapixuna — (?)
Muirapuana — *Ptychopetalum olacoides* Benth. (Olaceæ).
Muiratauá — (?)
Muirapicú — *Laetia* spec. (Flacourtiaceæ).
Muiratinga — *Olmedia* aff. *calophylla* Poepp., *Olmedia caloneura* Hub., *O. obliqua* Hub. (Moraceæ).
Muiratinga — *Perebea Lecointei* Hub. (Moraceæ).
Muirauba da terra firme — *Qualea* spec. (Vochysiaceæ).
Muirauba da varzea — *Qualea speciosa* Hub. (Vochysiaceæ).
Munguba — *Bombax munguba* Mart. et Zucc. (Bombaceæ).
Murta — *Eugenia* spec. div. (Myrtaceæ).
Murta — *Mouriria guianensis* Aubl. (Melastomaceæ).
Muruci do campo — *Byrsonima crassifolia* H. B. K. (Malpighiaceæ).
Muruci das capoeiras — *Byrsonima lancifolia* Juss.
Muruci da matta — *Byrsonima crispa* Juss.
Muruci vermelho — *Byrsonima amazonica* Griseb.
Mururé — *Brosimum* aff. *acutifolium* Hub. (Moraceæ).
Muripita — *Sapium lanceolatum* Hub. et aliæ species (Euphrobiaceæ).
Mutamba — *Guazuma ulmifolia* Lam. (Sterculiaceæ).
Mututi da varzea — *Pterocarpus Draco* L., *P. amazonicus* Hub. (Leg. Dalberg.).
Mututi da terra firme — *Pterocarpus Rohrii* Vog.

O

Oeirana — *Alchornea castaneifolia* A. Juss (Euphorbiaceæ).
Oeirana — *Salix Martiana* Leyb. (Salicaceæ).

P

Pacapeua — *Swartzia racemosa* Bent. (Leg. Caesalp.).
Pachiuba — *Iriartea exorhiza* Mart., *I. Orbignyana* Mart.
Pachiuba barriguda — *Iriartea ventricosa* Mart. (Palmæ).
Pachiubinha — *Iriartella setigera* Mart. (Palmæ).
Pajurá — *Parinarium* aff. *montanum* Aubl. (Rosaceæ).
Pajurá — *Couepia* spec. (Rosaceæ).
Pau amarello — *Euxilophora paransis* Hub. (Rutaceæ).
Pau arara — *Aspidosperma* spec. (?) (Apocinaceæ).
Pau d'arco amarello — *Tecoma* aff. *conspicua* (Bignoniaceæ).
Pau d'arco branco — *Couralia toxophora* Benth. et Hook (Bignoniaceæ).
Pau d'arco roxo — *Tecoma violacea* Hub. nov. spc. (Bignoniaceæ).
Pau de bicho — (?)
Pau de boto — (?)
Pau de breu — Vide Breu.
Pau de candeia — (?)
Pau doce — (Merecem) *Lucuma* spec. (Sapotaceæ).
Pau de espeto — *Mataiba* spec. (Sapindaceæ).
Pau ferro — (?)
Pau de jangada — *Apeiba tibourbou* Aubl. (Tiliaceæ).
Pau marfim — Olacacea?
Pau mulato — *Calycophyllum Spruceanum* Hook. f. (Rubiaceæ).
Pau para tudo — *Simaba Cedron* Planch. (Simarubaceæ).
Pau-pombo — *Tapirira guianensis* Aubl. (Anacardiaceæ.)
Pau preto — (?)

Pau da rainha — Muiracoatiara.
Pau de rato — *Andripetalum rubescens* Schott. (Proteaceæ).
Pau rego — (?)
Pau de remo — (?)
Pau rosa — *Aniba parviflora* Mez. (Lauraceæ).
Pau roxo — *Peltogyne densiflora* Spruce, *P. paraensis* Hub. (Leg. Caesalp.).
Pau roxo da terra firme — (?)
Pau santo — *Zollernia paraensis* Hub. (Leg. Caesalp.).
Pau violeta — Pau roxo.
Paracachi — *Pentaclethera filamentosa* Benth. (Leg. Mimoseæ).
Parajuba — *Dialium divaricatum* Vahl. (Leg. Caesalp.).
Paranarí — *Parinarium brachystachyum* Benth. (Rosaceæ).
Paranarí — *Couepia chrysocalyx* Poepp. et. Endl. (Rosaceæ).
Parapará — *Cordia tetrandra* Aubl. (Borraginaceæ).
Parapará — *Jacaranda Copaia* D. Don. (Bignoniaceæ).
Paricá — *Piptadenia peregrina* Benth. (Leg. Mimoseæ).
Paricá — *Cassia fastuosa* Willd. (Leg. Cesalp.)
Paricarana — *Mimosa* et *Acacia* div. spec. (Leg. Mimoseæ).
Parurú — *Saccoglottis guianensis* Benth. (Humiriaceæ).
Pente de macaco — *Apeiba tibourbou* Aubl., *glabra* Aubl. *aspera* Aubl. (Tiliaceæ).
Piriquiteira — *Cochlospermum orinocense* Steud., *C. insigne* St. Hil. (Bixaceæ).
Pichuneira — *Coccoloba pichuna* Hub. (Polygonaceæ).
Pichuneira — *Eugenia* spec. (Myrtaceæ).
Pindaúba, Pindahiba — *Xylopia frustescens* Aubl. (Anonaceæ).
Pintadinha — *Licania* spec. (Rosaceæ).
Piquiá-eté — *Caryocar villosum* (Aubl.) Pers. (Caryocaraceæ).
Piquiarana — *Caryocar glabrum* Pers., *C. edule* Cas. (Caryocaraceæ).
Piranheira — *Piranhea trifoliolata* Baill. (Euphorbiaceæ).
Pataica — *Swartzia acuminata* Willd. (Leg. Caesalp.).
Pitomba — *Simaruba versicolor* St. Hil. (Simarubaceas).
Pitomba — *Talisia cerasina* Radlk. (Sapindaceæ).
Pitomba — *Talisia esculenta*. Radlk (Sapindaceæ).
Pracachi — *Pentaclethra filamentosa* Benth. (Leg. Mimoseæ).
Purui — *Alibertia edulis* A. Rich. (Rubiaceæ).

Q

Quarúba — *Vochya paraensis* Hub. nov. spec. *V. vismiæfolia* Spruce, *V. grandis* Mart. (Vochysiaceæ).
Quarúba — *Erisma uncinatum* Warm. (Vochysiaceæ).

S

Saboeiro — *Sapindus saponaria* L. (Sapindaceæ).
Sapucaiassú — *Lecythis amazonum* Mart. (Lecythidaceæ).
Sapucaia — *Lecythis usitata* Miers, *L. paraensis* Hub. nov. spec. (Lecythidaceæ).
Sapupira — *Bowdichia virgilioides* H. B. K. (Leg. Sophor.).
Sapupira da varzea — *Diplotropis* spec. (Leg. Sophor.).
Seringueira branca — *Hevea brasiliensis* Mull. Arg. (Euphorb.).
Seringa-mangue — *Hevea guianensis* Aubl. (Euphorb.).
Seringa vermelha — *H.* aff. *guianensis* Aubl. (Euphorb.).
Seringueira-itauba — *H. collina* Hub., *H. benthamiana* Mull. Arg. (?) (Euphorbiaceæ).
Seringueira barriguda — *H. Spruceana* Mull. Arg. (Euphorbiaceæ).
Sôrva — *Couma guianensis* Aubl. *C. utilis* Mull. Arg. (Apocynaceæ).
Sôrva grande — *Couma macrocarpa* Barb. Rodr. (Apocynaceæ).
Sucupira — *Bowdichia virgilioides* H. B. K. (Leg. Sophoreæ).
Sucuriúa — Breu sucuriúa.
Sucuúba — *Plumiera sucuuba* Spruce, *Pl. fallax* Mull. Arg. (Apocynaceæ).
Sumaúma — *Ceiba pentandra* Gaertn. (Bombaceæ).
Sumaúma da terra firme — *Ceiba Samauma* (Bombaceæ).

T

Tacacazeiro — *Sterculia speciosa* Schum. (Sterculiaceæ).
Tachi — *Sclerolobium Goeldianum* Hub. (Leg. Caesalp.).
Tachi — *Tachigalia paniculata* Aubl. et aliæ spec. (Leg. Caesalp.).
Tachi preto — *Triplaris surinamensis* Cham. (Polygonaceæ).
Tachi de flôr amarella — *Pterocarpus ancylocalix* Benth. (Leg. Dalberg.).
Tamacoaré — *Caraipa* spec. div. (Guttiferæ).
Tamacoaré grande — *Caraipa paraensis* Hub. (Aramá) (Guttiferæ).
Tamacoaré miudo — *Caraipa minor* Hub. (Aramá) (Guittiferæ).
Tamanqueira — *Fagara rhoifolia* Engl. (Rutaceæ).
Tamanqueira — *Ocotea guainensis* Aubl. (loiro tamanco) (Lauraceæ).
Tamarindo — *Tamarindus indica* L. (Leg. Caesalp).
Taperebá — *Spondias lutea* L. (Anacaradiaceæ).
Taquari — *Mabea taquari* Aubl. *M. angustifolia* Benth. (Euphorbiaceæ).
Taruman frondoso — *Vitex orinocensis* var. *amazonica* Hub. (Verbenaceæ).
Taruman — tuira — *Vitex flavens* H. B. K.
Taruman do matto — *Vitex triflora* Vahl.
Taruman do igapó — *Vetex cymosa* Bert.
Tatajuba — *Bagassa guianensis* Aubl. (Moraceæ).
Tatajuba — *Chlorophora* spec. div. (Moraceæ).
Tata piririca — (?)
Tauari — *Couratari tauari* Mart. et aliæ spec. (Lecythidadeæ).
Tauari — *Tecoma* aff. *ochracea* St. Hil. (Bignoniaceæ).
Tauarinema — (?)
Tembetarú — *Fagara rhoifolia* Engl. (Rutaceæ).
Tinteira — *Laguncularia racemosa* Gaertn. (Combretaceæ).
Tinteira — *Coccoloba excelsa* Benth. (Polyganeceæ).
Trapiá — *Crataeva Benthami* Eichl. (Capparidaceæ).
Tucuriba — *Couepia paraensis* Benth. (Rosaceæ).
Turizeiro — *Licania* spec. (Rosaceæ).
Tucumaré — *Mouriria grandiflora* DC. (Melastomaceæ).

U

Uachuá — (Vide Achuá).
Uacima da praia — *Hibiscus tiliaceus* St. Hil. (Malvaceæ).
Uacima do campo — *Luhea* spec. (Tiliaceæ).
Uajará — (Vide Guajará).
Uajurú — (Vide Ajurú).
Uapuruhi — (Vide Apuruhi).
Uchi — *Saccaglottis Uché* Hub. (Humiriaceæ).
Uchirana — *Saccaglotis amazonica* Mart. (Humiriaceæ).
Uchirana — *Vantanea guianensis* Aubl. (Humiriaceæ).
Uchirana — *Andira retusa* Benth. (Leg. Dalberg).
Ucuúba branca — *Virola surinamensis* (Rol.) Warb. (Myristicaceæ).
Ucuúba vermelha — *Virola sebifera* Aubl.
Umari — *Poragueiba sericea* Tul. (Icacinaceæ).
Umiri — *Humiria floribunda* Mart. (Humiricæ).
Umiri de cheiro — *Humiria balsamifera* Aubl.
Umirirana — *Qualea retusa* Spruce (Vochysiaceæ).

V

Visgueiro — *Parkia pendula* Benth. (Leg. Mimoseæ).

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. VI, pags. 91 a 216.)

*

Lista alphabetica dos nomes vulgares das plantas mais conhecidas da Ilha do Marajó

(As especies em MAIUSCULO são de plantas forrageiras.)

A

Açucena d'agua — "Crinum erubescens", Soland. (Amaryllid.).
Açucena d'agua — "Pancratium guianense", Ker. (Amaryllid.).
Agrogano — "Polypompholyx laciniata", Benj. (Lentibular.).
Albina — "Turnera almifolia L. var. surinamensis", Urb. (Turner.).
Alcatifa — "Trichospira menthoides", H. B. K. (Compos.).
Algodão — "Gossypium barbadense", L. (Malv.).
Algodão bravo — "Ipomoea fistulosa", Mart. (Convolvul.).
Algodão bravo — "Hibiscus furcellatus", Desr. (Malv.).
ALVARADO — "Scleria hirtella Sw. S. verticillata", Willd. (Cyper.).
Amor de vaqueiro — "Desmodium asperum", Desv. (Leg. Hedys.).
ANDREQUICÉ — "Leersia hexandra", Sw. (Gram.).
Anil — "Indigofera anil", L. (Leg. Galeg.).
Aninga — "Montrichardia arborescens", Schott (Arac.).
APÉ — "Nymphaea Rudgeana", G. F. W. Meyer (Nymphæac.).
APERANA — "Limnanthemum Humboldtianum", Griseb. (Gentian.).
Apuí — "Ficus" spec., div. (Morac.).
Araçá do campo — "Psidium araçá", Raddi (Myrt.).
Arapari — "Macrolobium acaciæfolium", Benth. (Leg. Caes).
ARENARIA — "Calyptrocarya spec?" (Cyper.).
Areticú — "Anona palustris", L. (Anon).
ARROZ BRAVO — "Oriza sativa", L. (Gram.).
ARROZ DO CAMPO — "Trachypogon polymorphus", Hack. "var. plumosus", Hack. (Gram.).
ARUMARANA — "Thalia geniculata L. var. pubescens", (Marant.).
ARUMARANA-MIRI — "Thalia geniculata", L. (Maran.).
Assahi — "Euterpe oleracea", Mart. (Palm.).
Aturiá — "Drepanocarpus lunatus", Mey. (Leg. Dalb.).

B

Bacaba — "Oenocarpus distichus", Mart. (Palm.).
Bacuri — "Platonia insignis", Mart. (Guttif.)
BARBA DE BODE — "Eragrostis eptreans", Nees (Gram.).
BARBA DE VELHO — "Andropogon virginicus", L. (Gram.).
BARBADINHO — "Desmodium barbatum", Benth. (Leg. Hedys.).
Batatão (amarello) — "Operculina ptérodes", Meissn. (Convolv.).
Batatão (roxo) — "Ipomoea pentaphylla", Jacq. (Convolv.).
BATATA RANA — "Vigna luteola", Benth. (Leg. Phas.).
Borragem — "Heliotropium polyphyllum", Lehm. (Borrag.).
Botão de oiro — "Xyris pallida", Mart.
Botão de oiro — "X. laxifolia", Mart. etc. (Xyrid.).
Breu branco — "Protium heptaphyllum", March. (Burser.).
Bucha — "Luffa cylindrica", Roem., "L. operculata", Cogn. (Cucurbit.).

C

CAPUZ — "Scirpus junciformis", Poir. (Cyper.).
Caimbé — "Curatella americana", L. (Dillen.).
Cajuçára — "Stigmatophyllum aff. fulgens", Juss. (Malpigh.).
Cajueiro — "Anacardium occidentale", L. (Anacard.).
CALANDRINI — "Dactyloctenium ægyptiacum", Willd. (Gram.).
Camará de cheiro — "Lantana Camara", L. (Verben).
Campainha branca — "Ipomoea littoralis", Choisy (Convolv.).
Campainha vermelha — "Ipomoea setifera", Poir. (Convolv.).
Canaria — "Crotalaria maipurensis", H. B. K. (Leg. Genist.).
Candelabro — "Polygala hydrophila", H. B. K. (Poligal.).
Canella de velho — "Cassipourea spec.", (Rhizophor.).
CANNA BRAVA — "Paspalum saccharoides", Nees (Gram.).
CANNA FRECHA — "Gynerium sagittatum", Beauv. (Gram.).
CANARANA FINA — "Panicum laxum", Sw., "vel P. appressum", Lam.
CANARANA FLUVIAL — "Panicum spectabile", Nees (Gram.).

Canarana Folha Miuda — "Panicum amplexicaule", Rudge (Gram.).
Canarana Rasteira — "Paspalum repens", Berg. (Gram.).
Canarana Roxa — "Panicum zizanioides", H. B. K. (Gram.).
Capim de bolota — "Rhynchospora cephalotes", Vahl (Cyp.).
Capim de Angola — "Panicum maximum", Jacq. (Gram.).
Capim Agreste — "Cyperus diffusus", Vahl. (Cyp.).
Capim-assú — "Panicum megiston", Schulth. (?) (Gram.).
Capim de Botão — "Cyperus luzulae", Retz. (Cyp.).
Capim de Botão Grande — "Cyperus ligularis", L. (Cyp.).
Capim de um só Botão — "Kyllinga pungens", Link, "K. pumila", Michaux (Cyp.).
Capim de Colonia — "Panicum numidianum", Lam. (Gram.).
Capim Cortante — "Cyperus radiatus", Vahl (Cyp.).
Capim Estrella — "Dichromena ciliata", Vahl (Cyp.).
Capim Foice — "Paspalum spec." (Gram.).
Capim Gigante — "Tripsacum dactyloides", L. (Gram.).
Capim de Guiné — "Panicum maximum", Jacq. (Gram.).
Capim Manso — "Paepalanthus Lamarckii", K. (Eriocaulac.).
Capim de Marreca — "Paspalum conjugatum", Berg. "var. pubescens" (Gram.).
Capim da Praia — "Panicum littorale", Rich. (?) Gram.).
Capim Rasteiro — "Rhynchospora setacea", Bckl., "R. hirsuta". Vahl. (Cyp.).
Capim de Rosa — "Cyperus surinamensis", Rottb. (Cyp.).
Capim Roxo — "Panicum parvifolium", Lam. (Gram.).
Capim-Serra — "Cyperus ligularis", L. (Cyp.).
Capim de Teso — "Paspalum scoparium", Flugge (Gram.).
Capim Villoso — "Rhynchospora hirsuta", Vahl. "R. barbata", K.
Caraná — "Mauritia armata", Mart. (Palm.).
Carobeira — "Tecoma caraiba", Mart. (Bignon.).
Carqueja — "Hydrolea spinosa", L. (Hydrophill.).
Carrapicho — "Cenchrus viridis", Spreng. (Gram.).
Cassia — "Cassia mimosoides", L. (Leg. Caesalp.).
Cauassú — "Coccoloba latifolia", Lam. (Polygon.).
Cazumbra — "Paspalum spec", (Gram.).
Cebola brava — "Clusia sp." (Guttif.).
Cipó de bamburral — "Cydista æquinoctialis", Mik (Bignon.).
Cipó da beira-mar — "Entada polytachya", DC. (Leg. Mimos.).
Cipó de fogo — "Cissuserosa L. C., Rich." (Vitac.).
Cipó de poita — "Adenocalymma foveolatum", Bur. (Bignon.).
Ciriuba — "A vicennia nitida", Jacq. (Verben.).
Copuda — "Couepia esp.", (Chrysobalan.).
Copuda miuda — "Couepia bracteosa", Benth. (?) (Chrysobalan.).
Coquilho — "Canna glauca", Rosc. (Cannac.).
Corticeira do campo — "Aeschynomene sensitiva", Sw., "A. filosa" Mart. (Leg. Hedys.).
Cravina do campo (amarella) — "Schulthesia stenophylla", M. (Gent.).
Cravina do campo (côr de rosa) — "Schulthesia brachyptera", Cham.
Crista de gallo — "Heliotropium indicum", L. (Borrag.).
Cuaxinguba — "Ficus aff. guianensis", Desv. (Morac.).
Cuiarana — "Terminalia tanibouca", Smith(Combret.).
Curupita — "Sapium curupita", Hub. n. sp. (Euphorb.).

D

Doiradinha — "Lindernia crustacea", F. v. Mull. (Scrophul.).
Doiradinha — "Lindernia diffusa", Wettst. (Scrophular.).

E

Envira — "Hibiscus tiliaceus", St. Hil. (Malvac.).
Envira — "Guazuma ulmifolia", Lam. (Sterculiac.).
Espadana — "Sagittaria acutifolia", L. f (Alismac.).

F

Fanfan — "Hibiscus bifurcatus", Cav. (Malv.).
Fedegoso — "Cassia occidentalis", L. (Leg. Caesalp.).
Flabello — "Paspalum chrysodactylon", Doll (Gram.).
Florena — "Riencourtia aff. glomerata", Cass. (Compos.).
Folha doirada — "Aulomyrcia cuprea", Berg. (Myrtac.).
Forquilha — "Paspalum papillosum", Spreng. (Gram.).

G

Genipapo — "Genipa americana", L. (Rubiac.).
Geniparana — "Gustavia augusta", L., var. "guianensis", Berg. (Lecyth.).
Gonçalo Alves — "Salvertia convallariodora", St. Hil. (Vochys.).
Grama — "Cynodon dactylon", Pers. (Gram.).
Grama-assú — "Hemiarthria fasciculata", Kunth (Gram.).

H

Herva cidreira — "Lippia geminata", H. B. K. (Verben.).
Herva cideira brava — "Lippia betulaefolia", H. B. K. (Verben.).
Herva de chumbo — "Cassytha americana", Nees. (Laurac.).
Herva de S. Caetano — "Momordica charantia", L. (Cucurbit.).
Herva de passarinho — "Psittacanthus biternatus", Blume (Loranth.).
Horteão bravo — "Hyptis atrorubens", Poit. (Labiat.).

I

Imbaúba — "Cecropia aff. obtusa", Tréc. (Morac.).
Inajá — "Maximiliana régia", Mart. (Palm.).
Ingá de fogo — "Inga velutina", Willd. (Leg. Mimos.).

Ipecaconha (flor roxa) — "Ruellia geminiflora", H. B. K. (Acanth.).
Ipecaconha (flor branca) — "Jonidium ipecacuanha", Vent, (Viol.).

J

Jacareuba — "Calophyllum brasiliense", Camb. (Guttif.).
Jará — "Cocos inajai", Trail (Palm.).
Jassitara — "Desmoncus aff. horridus", Splitg. et Mart. (Palm.).
Juá — "Solanum toxicarium", Lam. (Solan.).
Junco Agreste — "Heleocharis ochreata", Nees (Cyper.).
Junco Ananica — "Heleocharis capitata", R. Br. (Cyper.).
Junco Bravo — "Cyperus articulatus", L. (Cyper.).
Junco Manso — "Heleocharis mutata", R. Br. (Cyper.).
Junco Popóca — "Heleocharis geniculata", R. Br. (?) (Cyper.).
Junco Tres Quinas — "Rhynchospora cyperoides", Mart. (Cyper.).
Junco de Praia — "Cyperus schœnomorphus", Steud. (Cyper.).
Jupindá — "Cleome psoraleafolia", DC. (Capparid.).
Juquiri Arbustivo — "Mimosa asperata", L. (Leg. Mimos.).
Juquiri carrasco — "Schrankia leptocarpa", DC. (Leg. Mimos.).
Juquiri Manso — "Neptunia oleracea", Lour. (Leg. Mimos.).
Juquiri rasteiro — "Mimosa pudica", L. (Leg. Mimos.).
Jurubéba — "Solanum torvum", Sw. (?) (Solan.).
Jutahi — "Hymenaea courbaril", L. (Leg. Caesalp.).
Jutahirana — "Crudya parivoa", DC. (Leg. Caesalp.).
Juúna — "Solanum Juripeba", L. C. Rich. (Solan.).

L

Lacre — "Vismia guianensis", Choisy (Guttif.).
Laranja do matto — "Salacia spec.", (Hippocrat.).
Lentilha do Campo — "Aeschynomene brasiliana", DC.
Lentilha — "Aeschynomene hystrix", Poir. (Leg. Hed.).
Lingua de vacca — "Elephantopus scaber", L. (Compos.).

M

Macaco cipó — "Marsdenia spec.", (Apocyn.).
Majuba — "Sphenoclea zeylanica", Gaertn. (Campan.).
Malva — "Sida rhombifolia", L., "var. α typica et var. β surinamensis", Schum. (Malvac.).
Malva branca — "Waltheria americana", L. (Sterculac.).
Malva de Pendão — "Wissadula spicata", Presl. (Malvac.).
Mamorana — "Pachira aquatica", Aubl. (Bombac.).
Mangue — "Rhizophora mangle", L, "var. racemosa", Mey. (Rhizophor.).
Mangaba — "Hancornia speciosa", Gom. (Apocyn.).
Maniva do Campo — "Manihot marajoara", Hub. (Euphorb.).
Mandinga — "Rhynchospora aff. hirsuta", Vahl. (Cyper.).
Mão de onça — "Maranta aff. noctiflora", (Marant.).
Margarida — "Tibouchina aspera" Aubl., (Melastom.).
Marajá — "Bactris maior", Jacq., "B. Maraja", Mart. (Palm.).
Maria Molle — "Commelina virginica", L., "C. nudiflora", L. (Commelin.).
Maracujá — "Passiflora foetida", L. e div. outras espec. (Passiflor.).
Massapé — "Imperata brasiliensis", Trin. (Gram.).
Matapasto — "Cassia alata", L. (Leg. Caesalp.).
Matapasto — "Cassia tora", L. (Leg. Caesalp.).
Mendobirana — "Cassia diphylla", L. (Leg. Caesalp.).
Merukiá — "Eragrostis Vahlii", Nees (Gram.).
Miloca — "Melochia parvifolia", H. B. K. (Stercul.).
Mimosa — "Cassia flexuosa", L. (Leg. Caesalp.).
Miriti — "Mauritia flexuosa", L. f. (Palm.).
Morcégueira — "Andira inermis", H. B. K. (Leg. Dalberg.).
Mucajá — "Acrocomia sclerocarpa", Mart. (Palm.).
Mucunan — "Dioclea lasiocarpa", Mart. (Leg. Phas.).
Mucuracaá — "Petiveria alliacea", L. (Phytolacc.).
Munguba — "Bombax Munguba", Mart. (Bombac.).
Murta — "Mouriria guianensis", Aubl. (Melastom.).
Murta — "Eugenia spec." (Myrtaceae).
Muruci do campo — "Byrsonima crassifolia", Kunt (Malpigh.).
Muruci — de fructa miuda "Byrsonima lancifolia", Juss. (Malpigh.).
Muruci rasteiro — "Byrsonima verbascifolia", Rich. (Malpigh.).
Mururé de Canudo — "Eichhornia crassipes", Solms (Ponteder.).
Mururé carrapatinho — "Salvinia auriculata", Aubl. (Salvin.).
Mururé Orelha de Veado — "Eichhornia azurea", Kunth (Ponted.).
Mururé pagé — "Pistia stratiotes", L. (Arac.).
Mururé redondinho — "Cabomba aquatica", Aubl. (Nympheacae.).
Mururé rendado — "Azolla caroliniana", Willd. (Salvin.).
Mutamba — "Guazuma ulmifolia", Lam. (Sercul.).
Mututi — "Pterocarpus Rohrii", Vahl. (Leg. Dalberg.).

O

Olho de boi — "Mucuna urens", DC. (Leg. Phascol.).
Orelha de veado — "Eichhornia azurea", Kunth (Ponteder.).
Orelha de veado da praia — "Pontederia cordata", L. (Ponteder.).

P

Pacova catinga — "Heliconia psittacorum", L. f. (Musac.).
Pacova sororoca — "Ravenala guianensis", Benth. (Musac.).
Pampa — "Andropogon spec." (Gram.).
Panapaná-tauá — "Phaseolus lasiocarpus" Mart. (Leg. Phas.).
Panapaná-piranga — "Phaseolus longepedunculatus", Mart. (Leg. Phas.).

PANAPANÁ ROXO — "Phaseolus linearis", H. B. K. (Leg. Phas.).
PANCUAN — "Paspalum furcatum", Fluegge (Gram.).
Pau d'arco — "Tecoma aff. conspicua", DC. (Bignon.).
Pau de candeia — "Pithecolobium spec.?" (Leg. Mimos.).
Pau de serra — "Ouratea castaneaefolia", Engl. (Ochnac.).
Papa-terra — "Basanacantha spinosa", Schum. (Rubiac.).
Papa-terra — "Chomelia anisomeris", Mull. Arg. (Rubiac.).
Papa-terra — "Randia formosa", Schum. (Rubiac.).
Parreira-brava — "Cissampelos pareira", L. (Menisperm.).
Paparará — "Cordia tetranda", Aubl. (Borragin.).
Paratará — "Spartina brasiliensis", Raddi (Gram.).
Partasana — "Typha domingensis", Pers. (Typhac.).
Patakêra — "Conobea scoparioides", Benth. (Scrophular.).
Patcholi — "Andropogon squarrosus", L. f. (Gram.).
PÉ DE GALLINHA — "Eleusine indica", L. (Gram.).
Pepalantho — "Paepalanthus et Syngonanthus", spec. div. (Eriocaul.).
Pennacho — "Panicum caiennense", Lam. (Gram.).
Perpetua do campo — "Telanthera dentata", Miq. (Amarant.).
Perpetua do campo — "Borreira scabiosoides", Cham. et Schlecht. (Rubiac.).
Perpetua do campo — "Rolandra argentea," Rottb. (Compos.).
PEUA — "Andropogon brevifolius", Sw. (Gram.).
PHASEOLO — "Phaseolus semierectus", L. (Leg. Phas.).
Pião — "Iatropha curcas", L. (Euphorb.).
Pião roxo — "Iatropha gossypiiolia", L. (Euphorb.).
Pichuna — "Engenia glomerata", Spring. (?) (Myrtac.).
Pigafeta — "Soemmeringia semperflorens", Mart (Leg. Hedy.).
PIRI — "Cyperus giganteus", Vahl. (Cyper.).
Pitomba — "Simaba guianensis", Engl. (Simarub.).
Purui — "Alibertia edulis", A. Rich. (Rubiac.).
Purpurina — "Rhynchanthera serrulata", Naud. (Melaston.).

Q

Quadrifolio — "Zornia marajoara", Hub. n. spec. (Leg. Hedys.).

R

Rabo de arara — "Taligalea campestris", Aubl. (Verben.).
RABO DE MUCURA — "Pennisetum setosum", L. C. Rih. (Gram.).
Rabo de raposa — "Andropogon bicorne", L. (Gram.).
RABO DE RATO — "Panicum vilfoides", Trin. (Gram.).
Rinchão — "Stachytarpheta caiennensis", Vahl. (Verben.).
RUIVO — "Aristida capillacea", Lam. (Gram.).

S

Salva — "Hyptis aff. crenata", Pohl (Labiat.).
Salvina — "Hyptis recurvata", Poit. (Labiat.).
Samambaia — "Lycopodium cernuum", L. (Lycopod.).
Samauma — "Ceiba pentandra", L. (Bombac.).
SENTINELLA — "Paspalum parviflorum", Rhode (Gram.).
Sororoca — "Ravenala guianensis", Benth. (Musac.).
Sororoca-miri — "Heliconia pendula", Wawra (Musac.).
Sucuuba — "Plumiera aff. fallax", Mull. Arg. (Apocyn.).

T

TABOCA — "Guadua macrostachya", Rupr. (Gram.).
Taperebá — "Spondias Lutea", L. (Anacard.).
Taruman frondoso — "Vitex orinocensis", Kth. var. amazonica Hub. (Verben.).
Taruman-tuira — "Vitex flavens", Kth. (Verben.).
Timbó do campo — "Tephrosia brevipes", Benth. (Leg. Galeg.).
Tinteira do campo — "Jussiæa lithospermifolia", Micheli (Ocnoth.).
Tinteira da costa — "Laguncularia racemosa", Gaertn. (Combret.).
Tiririca de folha larga — "Scleria paludosa", Kunth (Cyperac.).
Tiririca de folha estreita — "Scleria pterota", Prest, Scleria microcarpa Nees (Cyper.).
Tiririca rasteira — "Scleria bracteata", Cav. (Cyper.).
TRIFOLIO COMMUM — "Stylosanthes angustifolius", Vog.
Trifolio commum — "Stylosanthes guianensis", Sw. (Leg. Hedys.).
TRIFOLIO HIRSUTO — "Eriosema crinitum", E. Mey. (Leg. Phas.).
Tucumá — "Astrocaryum vulgare", Mart. (Palm.).

U

Uacimá — "Urena lobata", L. (Malv.).
Uacimá da praia — "Hibiscus tiliaceus", St. Hil. (Malv.).
Uajurá — "Chrysobalanus Icaco", L. (Chrysobalan.).
Uapé — Apé.
Uchirana — "Andira retusa", H. B. K. (Leg. Dalberg.).
UDUNGA — "Eragrostis interrupta", Lam. (Gram.).
Urtiga — "Latropha urens", L. var. genuina Mull. Arg. (Euphorb.).
Urubú-caá — "Aristolochia trilobata", L. (Aristiloch.).
Urucú — "Bixa orellana", L. (Bixac.).
Urucuri — "Attalea excelsa", Mart. (Palm.).

V

Vassourinha — "Scoparia dulcis", L. (Scrophul.).
Veronica — "Dalbergia monetaria", L. f. (Leg. Dalberg.).
VIOLETA D'AGUA — "Eichhornia natans", var. paucifiora (Ponted.).
Visgo — "Cassia hispidula", Vahl. (Leg. Caesalp.).

Z

ZARANZA — "Leptocoryphium lanatum", Nees. (Gram).

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. v, pags. 143-151).

Lista das plantas colligidas na Ilha de Marajó no anno de 1896

Filicales

POLYPODIACEAS:

Ceratopteris thalictroides Brogn. — Maguari e Arari, lugares humidos e alagados. — Maguari, Teso dos Macacos (epiphytico numa palmeira Inajá).

MARSILIACEAS:

Marsilia polycarpa Hook. et Grev. — Maguari, em companhia do Ceratopteris.

Monocotyledoneas

TYPHACEAS:

Typha domingensis Pers. "Partasána". — Maguari, baixas.

ALISMACEAS:

Echinodorus tenellus Buch. (Alisma tenellum Mart.) fórma Dunas de Maguari.

GRAMINEAS:

Andropogon virginicus L., subspec. a. genuinus. — Maguari e Arari, tesos.
E' este o capim chamado, ao menos no Sul do Brasil, "Capim Membéca".
Dactyloctenium ægyptiacum, Willd. "Grama". (D. mucronatum Willd). Maguari, nas proximidades das fazendas.
Eragrostis reptans, Nees. "Barba de Bode". — Maguari, nos campos.
Eragrostis Vahlii. Nees var. sejuncta. — Maguari, tesos e dunas.
Guadua angustifolia Kunth. "Taboca". — Maguari, beiras do Rio Pacovalinho.
Gymnopogon foliosus. Willd. — Maguari, dunas. —
Leersia hexandra Swartz. (Leersia brasiliensis Sprengel "Capim Andrequicé". Maguari, campos.
Este capim, preconizado com a das melhores forragens da Ilha de Marajó, tem, no Sul do Brasil, o nome vulgar de "Arroz bravo"—
Orisa sativa L. "Arroz". — Maguari, campos alagados de Dunas.
Panicum amplexicaule Rudge "Cana rana". — Maguari, baixas.
Panicum appressum Lam. — Maguari, baixas e beiras do Rio Pacovalinho.
Panicum laxum Swartz. — Maguari, campos.
Panicum leucophæum H. B. K. — Maguari, tesos.
Panicum numidianum Lam. "Capim de colonia". — Beiras do Rio, dunas de Maguarisinho.
E' este o capim que no Sul do Brasil e no extrangeiro se chama "Capim do Pará", "herbe de Pará", "Pará-grass".
Panicum spectabile, Nees "Capim de Angola", "Cana rana". — Beiras do Rio e dos rios Arari do Cabo Maguari.
Panicum spec ? "Arroz bravo". — Maguari, campos. E' este capim que se chama vulgarmente "Arroz bravo".
Panicum vilfoides Trinius b. campestre. — Maguari, campos.
Panicum spec. set. Setaria. "Capim da terra". — Maguari, tesos.
Paspalum conjugatum Berg. "Capim de marreca". — Maguari, campos.
Paspalum paniculatum L. ? — Arari, tesos.
Paspalum pusillum Vent. — Maguari, campos. Guiana e Amazonia.
Paspalum repens Berg. "Cana rana". — Maguari e Arari, na beira dos rios e nos logares alagados.
Paspulum vaginatum Swartz. — Dunas da Ilha dos Machados.
Paspalum spec. sect. Emprosthion. — Maguari tesos.
Paspalum spec. ex aff. P. densum. "Capim-assú". — Maguari, costa.
Pennisetum setosum L. Cl. Rich — Maguari, tesos.
Spartina brasiliensis Raddi "Paratará", "Capim da praia". — Costa do Maguari e Ilha dos Machados.
Sporobolus punges Kunth (Vilfa virginica Beauv). — Dunas do Maguarisinho.
Trachypogon polymorphus Hack. var. vestitus "Arroz do campo". — Arari, tesos.

CYPERACEAS:

Cyperus diffusus Vahl. — Maguari, tesos.
Cyperus Luzulæ Rottb "capim de botão" — Maguari, tesos.
Cyperus nodosus Willd (Cyp. articulatus Vahl "Junco branco". — Maguari campos.
Cyperus surinamensis Rottb. "Capim de rosa". — Maguari, campos e tesos.
Cyperus spec. sect. Pycreus. — Maguari, campos e tesos.
Cyperus spec. sect. Pycreus. — Arari, campo de Cachoeira.
Cyperus spec. sect. Eucyperus. Maguari, Pacoval
Cyperus spec. sect. Eucyperus. — Maguari, Ilha dos Machados.
Cyperus spec. sect. Eucyperus. — Maguari, baixas.
Cyperus spec. sect. — Eucyperus subsect. Papyri — Maguari, baixas.
Dichromena ciliata Vahl. — Maguari, campos.
Eleocharis (Eleogenus Nees) capitata R. Br. Var. recurvus. — Maguari, mangal da costa.
Eleocharis (Limnochloa Nees) articulata Kunth. (E. interstincta R. Br.) "Junco manso". Maguari, baixas.
Eleocharis spec. — Maguari, campos.
Eleocharis (Eleogenus Nees) spec. — Maguari, Ilha dos Machados.
Fimbristylis brizoides Nees & Mey. — Maguari, campos.
Fimbristylis (Trichelostylis) complanata Nees. — Maguari, Pacoval.
Fimbristylis (Trichelostylis) Rudgeana Nees. — Maguari, tesos.
Fimbristylis (Trichelostylis) spec. — Maguari, dunas da costa.
Fuirena spec. (non F. umbellata Rottb.) — Maguari, teso da Cuiarana.
Killinga spec. — Maguari, tesos.

PANAPANÁ ROXO — "Phaseolus linearis", H. B. K. (Leg. Phas.).
PANCUAN — "Paspalum furcatum", Fluegge (Gram.).
Pau d'arco — "Tecoma aff. conspicua", DC. (Bignon.).
Pau de candeia — "Pithecolobium spec.?" (Leg. Mimos.).
Pau de serra — "Ouratea castaneaefolia", Engl. (Ochnac.).
Papa-terra — "Basanacantha spinosa", Schum. (Rubiac.).
Papa-terra — "Chomelia anisomeris", Mull. Arg. (Rubiac.).
Papa-terra — "Randia formosa", Schum. (Rubiac.).
Parreira-brava — "Cissampelos parceira", L. (Menisperm.).
Parapará — "Cordia tetranda", Aubl. (Borragin.).
Paraturá — "Spartina brasiliensis", Raddi (Gram.).
Partasana — "Typha domingensis", Pers. (Typhac.).
Patakêra — "Conobea scoparioides", Benth. (Scrophular.).
Patcholi — "Andropogon squarrosus", L. f. (Gram.).
PÉ DE GALLINHA — "Eleusine indica", L. (Gram.).
Pepalantho — "Paepalanthus et Syngonanthus", spec. div. (Eriocaul.).
Pennacho — "Panicum caiennense", Lam. (Gram.).
Perpetua do campo — "Telanthera dentata", Miq. (Amarant.).
Perpetua do campo — "Borreira scabiosoides", Cham. et Schlecht. (Rubiac.).
Perpetua do campo — "Rolandra argentea," Rottb. (Compos.).
PEUA — "Andropogon brevifolius", Sw. (Gram.).
PHASEOLO — "Phaseolus semierectus", L. (Leg. Phas.).
Pião — "Iatropha curcas", L. (Euphorb.).
Pião roxo — "Iatropha gossypiiolia", L. (Euphorb.).
Pichuna — "Engenia glomerata", Spring. (?) (Myrtac.).
Pigafeta — "Soemmeringia semperflorens", Mart (Leg. Hedy.).
PIRI — "Cyperus giganteus", Vahl. (Cyper.).
Pitomba — "Simaba guianensis", Engl. (Simarub.).
Purui — "Alibertia edulis", A. Rich. (Rubiac.).
Purpurina — "Rhynchanthera serrulata", Naud. (Melaston.).

Q

Quadrifolio — "Zornia marajoara", Hub. n. spec. (Leg. Hedys.).

R

Rabo de arara — "Taligalea campestris", Aubl. (Verben.).
RABO DE MUCURA — "Pennisetum setosum", L. C. Rih. (Gram.).
Rabo de raposa — "Andropogon bicorne", L. (Gram.).
RABO DE RATO — "Panicum vilfoides", Trin. (Gram.).
Rinchão — "Stachytarpheta caiennensis", Vahl. (Verben.).
RUIVO — "Aristida capillacea", Lam. (Gram.).

S

Salva — "Hyptis aff. crenata", Pohl (Labiat.).
Salvina — "Hyptis recurvata", Poit. (Labiat.).
Samambaia — "Lycopodium cernuum", L. (Lycopod.).
Samauma — "Ceiba pentandra", L. (Bombac.).
SENTINELLA — "Paspalum parviflorum", Rhode (Gram.).
Sororoca — "Ravenala guianensis", Benth. (Musac.).
Sororoca-miri — "Heliconia pendula", Wawra (Musac.).
Sucuuba — "Plumiera aff. fallax", Mull. Arg. (Apocyn.).

T

TABOCA — "Guadua macrostachya", Rupr. (Gram.).
Taperebá — "Spondias Lutea", L. (Anacard.).
Taruman frondoso — "Vitex orinocensis", Kth. var. amazonica Hub. (Verben.).
Taruman-tuira — "Vitex flavens", Kth. (Verben.).
Timbó do campo — "Tephrosia brevipes", Benth. (Leg. Galeg.).
Tinteira do campo — "Jussiæa lithospermifolia", Micheli (Ocnoth.).
Tinteira da costa — "Laguncularia racemosa", Gaertn. (Combret.).
Tiririca de folha larga — "Scleria paludosa", Kunth (Cyperac.).
Tiririca de folha estreita — "Scleria pterota", Prest, Scleria microcarpa Nees (Cyper.).
Tiririca rasteira — "Scleria bracteata", Cav. (Cyper.).
TRIFOLIO COMMUM — "Stylosanthes angustifolius", Vog.
Trifolio commum — "Stylosanthes guianensis", Sw. (Leg. Hedys.).
TRIFOLIO HIRSUTO — "Eriosema crinitum", E. Mey. (Leg. Phas.).
Tucumá — "Astrocaryum vulgare", Mart. (Palm.).

U

Uacimá — "Urena lobata", L. (Malv.).
Uacimá da praia — "Hibiscus tiliaceus", St. Hil. (Malv.).
Uajurú — "Chrysobalanus Icaco", L. (Chrysobalan.).
Uapé — Apé.
Uchirana — "Andira retusa", H. B. K. (Leg. Dalberg.).
UDUNGA — "Eragrostis interrupta", Lam. (Gram.).
Urtiga — "Latropha urens", L. var. genuina Mull. Arg. (Euphorb.).
Urubú-caá — "Aristolochia trilobata", L. (Aristiloch.).
Urucú — "Bixa orellana", L. (Bixac.).
Urucuri — "Attalea excelsa", Mart. (Palm.).

V

Vassourinha — "Scoparia dulcis", L. (Scrophul.).
Veronica — "Dalbergia monetaria", L. f. (Leg. Dalberg.).
VIOLETA D'AGUA — "Eichhornia natans", var. pauciflora (Ponted.).
Visgo — "Cassia hispidula", Vahl. (Leg. Caesalp.).

Z

ZARANZA — "Leptocoryphium lanatum", Nees. (Gram).

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. v, pags. 143-151).

Lista das plantas colligidas na Ilha de Marajó no anno de 1896

Filicales

POLYPODIACEAS:

Ceratopteris thalictroides Brogn. — Maguari e Arari, lugares humidos e alagados. — Maguari, Teso dos Macacos (epiphytico numa palmeira Inajá).

MARSILIACEAS:

Marsilia polycarpa Hook. et Grev. — Maguari, em companhia do Ceratopteris.

Monocotyledoneas

TYPHACEAS:

Typha domingensis Pers. "Partasána". — Maguari, baixas.

ALISMACEAS:

Echinodorus tenellus Buch. (Alisma tenellum Mart.) fórma Dunas de Maguari.

GRAMINEAS:

Andropogon virginicus L., subspec. a. genuinus. — Maguari e Arari, tesos.
E' este o capim chamado, ao menos no Sul do Brasil, "Capim Membéca".
Dactyloctenium ægyptiacum, Willd. "Grama". (D. mucronatum Willd). Maguari, nas proximidades das fazendas.
Eragrostis replans, Nees. "Barba de Bode". — Maguari, nos campos.
Eragrostis Vahlii. Nees var. sejuncta. — Maguari, tesos e dunas.
Guadua angustifolia Kunth. "Taboca". — Maguari, beiras do Rio Pacovalinho.
Gymnopogon foliosus. Willd. — Maguari, dunas. —
Leersia hexandra Swartz. (Leersia brasiliensis Sprengel "Capim Andrequicé". Maguari, campos.
Este capim, preconizado com a das melhores forragens da Ilha de Marajó, tem, no Sul do Brasil, o nome vulgar de "Arroz bravo"—
Orisa sativa L. "Arroz". — Maguari, campos alagados de Dunas.
Panicum amplexicaule Rudge "Cana rana". — Maguari, baixas.
Panicum appressum Lam. — Maguari, baixas e beiras do Rio Pacovalinho.
Panicum laxum Swartz. — Maguari, campos.
Panicum leucophæum H. B. K. — Maguari, tesos.
Panicum numidianum Lam. "Capim de colonia". — Beiras do Rio, dunas de Maguarisinho.
E' este o capim que no Sul do Brasil e no extrangeiro se chama "Capim do Pará", "herbe de Pará", "Pará-grass".
Panicum spectabile, Nees "Capim de Angola", "Cana rana". — Beiras do Rio e dos rios Arari do Cabo Maguari.
Panicum spec ? "Arroz bravo". — Maguari, campos. E' este capim que se chama vulgarmente "Arroz bravo".
Panicum vilfoides Trinius b. campestre. — Maguari, campos.
Panicum spec. set. Setaria. "Capim da terra". — Maguari, tesos.
Paspalum conjugatum Berg. "Capim de marreca". — Maguari, campos.
Paspalum paniculatum L. ? — Arari, tesos.
Paspalum pusillum Vent. — Maguari, campos. Guiana e Amazonia.
Paspalum repens Berg. "Cana rana". — Maguari e Arari, na beira dos rios e nos logares alagados.
Paspulum vaginatum Swartz. — Dunas da Ilha dos Machados.
Paspalum spec. sect. Emprosthion. — Maguari tesos.
Paspalum spec. ex aff. P. densum. "Capim-assú". — Maguari, costa.
Pennisetum setosum L. Cl. Rich — Maguari, tesos.
Spartina brasiliensis Raddi "Paraturá", "Capim da praia". — Costa do Maguari e Ilha dos Machados.
Sporobolus punges Kunth (Vilfa virginica Beauv). — Dunas do Maguarisinho.
Trachypogon polymorphus Hack. var. vestitus "Arroz do campo". — Arari, tesos.

CYPERACEAS:

Cyperus diffusus Vahl. — Maguari, tesos.
Cyperus Luzulæ Rottb "capim de botão" — Maguari, tesos.
Cyperus nodosus Willd (Cyp. articulatus Vahl "Junco branco". — Maguari campos.
Cyperus surinamensis Rottb. "Capim de rosa". — Maguari, campos e tesos.
Cyperus spec. sect. Pycreus. — Maguari, campos e tesos.
Cyperus spec. sect. Pycreus. — Arari, campo de Cachoeira.
Cyperus spec. sect. Eucyperus. Maguari, Pacoval
Cyperus spec. sect. Eucyperus. — Maguari, Ilha dos Machados.
Cyperus spec. sect. Eucyperus. — Maguari, baixas.
Cyperus spec. sect. — Eucyperus subsect. Papyri— Maguari, baixas.
Dichromena ciliata Vahl. — Maguari, campos.
Eleocharis (Eleogenus Nees) capitata R. Br. Var. recurvus. — Maguari, mangal da costa.
Eleocharis (Limnochloa Nees) articulata Kunth. (E. interstincta R. Br.) "Junco manso". Maguari, baixas.
Eleocharis spec. — Maguari, campos.
Eleocharis (Eleogenus Nees) spec. — Maguari, Ilha dos Machados.
Fimbristylis brizoides Nees & Mey. — Maguari, campos.
Fimbristylis (Trichelostylis) complanata Nees. — Maguari, Pacoval.
Fimbristylis (Trichelostylis) Rudgeana Nees. — Maguari, tesos.
Fimbristylis (Trichelostylis) spec. — Maguari, dunas da costa.
Fuirena spec. (non F. umbellata Rottb.) — Maguari, teso da Cuiarana.
Killinga spec. — Maguari, tesos.

Mariscus spec. "Capim de botão grande". — Maguari, tesos e costas.
Psicolarnya spec. — Maguari, mangal da costa.
Rhychospora cephalotes Vahl "Capim de bolota". Maguari, tesos
Rhynchospora cyperoides Mert. (Ephippiorhynchium polycelhalum Nees). — Arari, campos.
Rhynchospora spec. sect. Eurhynchospora (gen. Haloschœnus Nees). — Maguari, tesos.
Scirpus spec. sect. Elecgiton. — Arari, Maguari, campos.
Scirpus spec. — Arari, campos alagados.
Scleria microcarpa, Nees, Arari, teso da Villa Nova.
Scleria (Hypoporum) spec. ex aff. S. hirtellæ Sw. Maguari, teso de Pacoval.
Spermodum setaceus Beauv. "Capim rasteiro do campo". — Maguari, dunas da costa.

PALMEIRAS:

Entre a familia das Palmeiras se encontram, no Cabo de Maguari, as especies seguintes: *Astrocarium Tucuma* Mart. "Tucuman", a palmeira caracteristica dos tesos. *Bactris* spec. sect. Ooarpus (B. littoralis Barbosa Rodrigues ?) "Marajá". Costa e beira dos rios. *Desmoncus horridus* Splitg. & Mart. "Jassitára". Beira dos rios. *Euterpe Oleracea* Mart. "Assai". Beira dos rios. *Mauritia flexuosa* L. f. Falta quasi completamente no Rio Pacovalinho, frequente na costa além do Rio Araraquara. *Maximiliana regia* Mart. "Inajá". Bastante rara nos tesos.

MAYACACEAS:

Mayaca fluviatilis Aublet. — Arari, lugares humidos.

XYRIDACEAS:

Xyris pallida Mart.— Maguari, areia humida dos tesos.

ARACEAS:

As araceas mais frequentes da região são a "Aninga" (Montrichardia arborescens Schott), muito commum no Amazonas inferior e na Guiana, e o "Mururé" (Pistia stratiotis L.) que é uma planta cosmopolita das regiões tropicaes e subtropicaes. No Maguari encontra-se tambem frequentemente, principalmente nos tesos, a chamada "Aninga-pára".

ERIOCAULACEAS:

Paepalanthus gracilis Kœrnicke. — Maguari, tesos.
Paepalanthus Lamarckii Kunth. "Capim manso". — Maguari e Arari, tesos.
Paepalanthus spec. — Arari, campos.
Philodice Hoffmannseggii Mart. var. compacta. — Maguari, dunas do littoral.

PONTEDERIACEAS:

Eichhornia azurea (Sw) Kunth. — Maguari, regos.
Eichhornia natans (Beauv.) Solms. var. Pauciflora. — Maguari, e Arari, baixas.
Pontederia cordata L. var. typica. — Ilha dos Machados.

AMARYLLIDACEAS:

Crinum undulatum Hook "Açucena d'agua". — Maguari, beiras do Rio Pacovalinho.

MUSACEAS:

Heliconia psittacorum L. f. var. spathecea Eichl. — Maguari, tesos.

CANNACEAS:

Da familia das *Cannaceas* encontra-se no cabo de Maguari, em lugares humidos, a *Canna glauca* Rosc. com bonitas flores amarellas. Esta especie parece principalmente representada na Guiana e no Norte do Brasil.

MARANTHACEAS:

Thalia geniculata L. "Arumã rana". — Maguari, baixas. Ha duas qualidades bastantes differentes pela pubescencia da inflorescencia e pela cor das folhas.

ORCHIDACEAS:

O dr. Goeldi trouxe de uma excursão na foz do Rio Pacovalinho bastante exemplares da Oncidion Cebolleta Swartz (O. juncifolium Lindl).

DICOTILEDONEAS-ARCHICHLAMYDEAS

ARTOCARPACEAS:

Cecropia leucocoma Miq. "Imbaúba". — Maguari, tesos.
Pharmacosice anthelmintica Miq. "Caxingúba". — Maguari, beira dos rios.
Urostigma sp. "Apuí". — Maguari, tesos.
Urostigma sp. "Curupitá".
Parece que o nome "Curupitá" é applicado ás differentes arvores que dão leite. Em Marajó, elle se usa principalmente para designar uma arvore da familia das Euphorbiaccas.

LORANTHACEAS:

Phoradendron coriaceum, Mart.? "Herva de Passarinho". Parasita nas Rhizophoras do mangal de Maguarisinho.
Psittacanthus bilernatus (Hffm) Blume. "Herva de Passarinho". — Arari, parasita nas arvores do campo.

ARISTOLOCHIACEAS:

Aristolochia trilobata L. "Urubucaá". — Maguari, costa.

POLYGONACEAS:

No teso do Livramento, a Léste da fazenda deste nome, observa-se uma especie arborescente de *Coccoloba*, com grandes folhas orbiculares.

AMARANTHACEAS:

Iresine vermicularis Moq. — Maguari, dunas da costa.
Telanthera ficoidea Moq. (Alternanthera ficoidea Roem. et Schulth). — Maguari, tesos e costa.

AIZOACEAS:

Glinus radiatus Rohrb. — Maguari, dunas.
Mollugo verticillata L. Maguari, tesos.

NYMPHAEACEAS:

Entre as plantas aquaticas das baixas ha um certo numero de Nymphæaceas, entre as quaes se notam as seguintes especies: *Nymphæa* spec. e *Cabomba aqualica* Aubl.

ANONACEAS:

Anona palustris L. "Araticum". — Maguari, costa e beira dos rios.

MENISPERMACEAS:

Chondrodendrum tomentosum Ruiz et pav. (Cocculus tamoides DC) "Parreira brava". — Maguari, costa.

LAURACEAS:

Cassytha americana Nees, "Herva de chumbo". — Maguari, costa.

ROSACEAS:

Couepia bracteosa, Benth. "Cupúda miúda". — Arari, beiras do rio.
Couepia spec.? "Uchirana". — Arari. Na familia das Rosaceas (Tribu Chrysobalanoideas) póde-se citar mais o "Ajurú" (Chrysobalanus Icaco L.), arvore ou arbusto bastante commum na costa do Cabo Maguari e encontrada tambem em alguns tesos.

LEGUMINOSAS MIMOSOIDEAS:

Entada polystachia DC. "Cipó da beira-mar". — Maguari, costa e beira dos rios.
Inga spec. "Ingá de fogo".— Arari, tesos.
Mimosa asperata L. "Juquiri".— Maguari, costas, beira dos rios, Ilha dos Machados. Cosmop. trop.
Neptunia oleracea Lour. "Juquiri manso".— Arari, Maguari, logares alagados.
Pithecolobium ligustrinum Klotzsch.— Maguari, no tinteiral da costa.

LEGUMINOSAS — CAESALPINIOIDEAS:

Cassia diphylla L. "Mundubi". — Arari e Maguari, principalmente nos tesos e nas dunas.
Cassia flexuosa L.— Maguari, dunas da costa.
Cassia marginata L. "Mata pasto".— Maguari, tesos.
Crudia Parivoa DC (Parivoa tomentosa Aubl) "Jutahirana".— Maguari, teso da antiga Fazenda Alegre.
Vouapa acaciaefolia (Benth) Baill. "Arapari". — Arari, campos.

LEGUMINOSAS — PAPILIONATAS:

Aeschynomene falcata, DC.— Arari, tesos.
Aeschynomene filosa Mart.— Arari, campos alagados.
Aeschynomene sensitiva SW.— Ilha dos Machados.
Aeschynomene brasiliana DC.— Maguari, tesos.
Aeschynomene spec. nov.? — Maguari, tesos.
Andira inermis H. B. K. "Morsegueira".— Arari e Maguari, tesos.
Canavalia gladiata DC.— Arari e Maguari.
Canavalia obtusifolia DC.— Maguari, dunas da costa.
Centrosema brasilianum Benth.— Arari e Maguari, tesos.
Centrosema Plumieri Benth.— Maguari, tesos.
Centrosema spec. nov.— Arari, Villa de Cachoeira.
Centrosema spec.? — Maguari, dunas da costa.
Coublandia frulicosa Aubl.— Maguari, beiras dos igarapés.
Crotalaria maipurensis H. B. K. "Canaria".— Arari e Maguari, tesos.

Desmodium barbatum Benth.— Maguari, tesos.
Desmodium asperum Desv.— Arari, teso.
Dioclea lasiocarpa Mart. "Mucuná".— Maguari, costa.
Drepanocarpus lunatus Mey "Aturiá".— Arari e Maguari, beira dos rios.
Indigofera Anil L. "Anil" "Indigo".— Maguari, tesos.
Phaseolus longepedunculatus Mart.— Arari e Maguari, tesos.
Phaseolus semierectus L.— Maguari, tesos e campos.
Phaseolus truxillensis H. B. K.— Maguari na beira do igarapé de Dunas.
Pterocarpus spec.? — Maguari, dunas da costa.
Soemmeringia semperflorens Mart.— Arari, campos da cachoeira.
Stenolobium brachycarpum Benth.— Arari e Maguari, tesos.
Stylosanthes angustifolia Vogel.— Maguari, tesos e dunas da costa.
Tephrosia brevipes Benth.— Arari, tesos.
Tephrosia spec.— Arari tesos.
Vigna lutea Gray (Vigna retusa Walp.) "Batatarana". — Maguari, costa e Ilha dos Machados.
Vigna spec.? — Maguari, tesos.

SIMARUBACEAS:

Simaba guianensis (Aubl.) Engler. "Pitomba".— Arari, tesos.

BURSERACEAS:

Protium heptaphyllum (Aubl.) March. (Icica heptaphylla Aubl.) Breu branco Maguari, tesos. Aqui póde-se fazer menção do Cajueiro (Anacardium occidentale L.), que pertence á familia das Anacardiaceas.

MALPIGHIACEAS:

Brachypteris borealis Juss.— Maguari e Arari, beira dos rios.
Byrsomina cinerea DC "Muruci".— Maguari, dunas da costa.
Byrsomina crassifolia Kunth (sed antheris glabris) "Muruci".— Arari, tesos e campos.
Byrsomina sericea DC "Muruci de fruta miúda". — Maguari, tesos.
Heteropteris suberosa Griseb var. Lessertiana Juss.? — Maguari, tesos.
Stigmaphyllum spec. ex aff. S. fulgens Juss "Cajucára". — Maguari, tesos.

POLYGALACEAS:

Polygala paludosa St. Hil.— Arari, campos humidos.
Polygala spec. sect. Hebeclada. (Sepala haud glandulosa ciliata, flore tricolori et foliis ellipticis saepe retusis). — Maguari, tesos.

EUPHORBIACEAS:

Euphorbia brasiliensis Lam. var. pulchella Boiss.— Maguari, tesos.
Iatropha urens L. var. genuina Muell. Arg. "Urtiga".— Maguari, teso.
Phyllanthus Niruri. (L. emend) Muell. Arg.— Tesos de Maguari.

Sapium biglandulosum (Aubl.) Muell. Arg. (?). "Curupitá", "Arvore de leite".— Maguari, beira dos rios.
Sebastiana corniculata Muell. Arg. var.— Maguari, tesos.

SAPINDACEAS:

Paullinia pinnata L.— Maguari, costa e beira dos rios.

VITACEAS. (Ampelidaceas):

Vitis (Cissus) spec. nov. ex aff. V. rhombifolia Baker. "Cipó de fogo".— Maguari, beiras do Rio Pacovalinho.
Vitis sicyoides Bak.— Maguari, tesos.

MALVACEAS:

Hibiscus furcellatus Desr. var. genuinas "Algodão bravo". — Maguari, tesos. Ha duas plantas pertencendo a familias muito differentes, ás quaes se dá, no Marajó, o nome de "Algodão bravo": o *Hibiscus furcellatus*, que cresce, ao menos no cabo Maguari, só nos tesos, e a *Ipomœa a fistulosa*, que se torna uma praga dos campos baixos.
Hibiscus tiliaceus St. Hil. "Envira".— Maguari, costa e beira dos rios.
Sida spec.— Maguari, tesos.

BOMBACEAS:

Desta familia podem-se citar duas especies de arvores muito communs na região percorrida: a "Samaúma "(Ceibo pentandra (L.) Gaertn) que se encontra no Rio Arari e no Rio Pacovalinho no cabo de Maguari, e a "Munguba" (Bombax Munguba Mart.), muito frequente no Arari. Na beira do igarapé Dunas encontra-se tambem a "Mamorana" (Bombax aquatium (Aubl.) K. Sch.) pertencendo á mesma familia.

STERCULIACEAS:

Guazuma ulmifolia Lam. var. tormentosa Schum. — Maguari, costa e tesos.
Melochia parvifolia H. B. K.— Maguari, tesos.
Waltheria americana L.—Maguari, costa.

OCHNECEAS:

Ourolea spec. "Pau de serra".— Maguari, tesos.
Ourolea spec. "Flores brancas".— Maguari, tesos do Livramento.

GUTTIFERAS:

Vismia guianensis Choisy "Lacre".— Maguari, tesos e dunas da costa.
Clusia spec. "Cebola brava".— Maguari, tesos.

VIOLACEAS:

Ionidium ipecacuanha Vent.— Maguari, tesos.

FLACOURTIACEAS:

Banara guianensis Aubl. — Maguari, tesos e dunas da costa.
Casearia spec.— Maguari, tesos,

TURNERACEAS:

Turnera melochoides Camb.— Maguari, tesos.

PASSIFLORACEAS:

Passiflora foetida L. var. ciliata.— Maguari, tesos, costa,
Passiflora spec. "Maracujá de rato".— Maguari, tesos.
Passiflora spec. "Maracujá".— Maguari, beiras do Rio Pacovalinho.
Passiflora spec. "Maracujá".— Arari, beiras do rio.
Passiflora spec. "Maracujá cascudo". — Arari, beiras do rio.

LYTHRACEAS:

Ammannia latifolia, L.— Maguari, beiras dos rios.
Crenea repens G. F. W. Meyer (Dudecas surinamensis L. f.).—Maguari, mangal da costa.

LECYTHIDACEAS:

Gustavia augusta L. var. guianensis Berg. "Geniparana". — Maguari, tesos.

RHIZOPHORACEAS:

Cassipourea guianensis Aubl. "Laranja do mato".— Maguari, tesos.
Cassipourea spec. "Canella de velha" "Tatajuba do campo". — Maguari, teso de Livramento.
Rhizophora mangle L. var. racemosa Meyer "Mangue". — Maguari e Arari, costa e curso inferior dos rios.

MYRTACEAS:

Aulomyrcia cuprea Berg ? "Folha doirada".— Arari, teso da Villa-Nova.
Eugenia spec. *a*) (talvez E. glomereta Spring.) "Pichúna". — Maguari, tesos.
Eugenia spec. *b*). — Maguari, tesos.
Eugenia spec. *c*). — Maguari tesos.
Myrcia vel Aulomyrcia spec.— Maguari, tesos.

COMBRETACEAS:

Terminalia Tanibouca Smith (Tanibouca guianensis Aubl.) "Cuiarana". — Maguari, tesos e costa. A' familia das Combretaceas pertence tambem a "Tinteira" (Laguncalaria racemosa Gaertn), muito frequente na costa do Cabo Maguari e acompanhando até bastante longe o curso dos rios e dos igarapés.

MELASTOMACEAS:

Acisanthera Boissieriana Cogn.— Arari, campos da Villa de Cachoeira.
Acisenthera inundata Triana. — Arari, campos da Villa de Cachoeira.
Mouriria guianensis, Aubl. "Murta".— Maguari, teso e costa, Arari e beiras dos rios.
Pterolepis trichontoma, Cogn.— Maguari e Arari, tesos.
Tibouchina aspera Aubl. (fórma com folhas maiores — Arari, tesos.

ONAGRACEAS:

Jussiæa amazonica Spruce Mss. (J. inclinata L. f. var, amazonica Micheli): Arari, baixas,

Jussiæa decurrens DC.— Arari, tesos, campos, Maguari. beira dos tesos.
Jussiæa inclinata L. f.— Maguari, beira dos rios.
Jussiæa linifolia Vahl.— Maguari, tesos.
Jussiæa pilosa. H. B. K. var. glabra. — Maguari, costa e Ilha dos Machados.

DICOTYLEDONEAS-SYMPETALAS.

GENCIANACEAS:

Schulthesia brachyptera, Cham.— Arari, campo da Villa de Cachoeira.
Schulthesia stenophylla Mart.— Maguari, campos.

APOCYNACEAS:

Allamanda cathartica. L.— Maguari, tesos e dunas da costa.
Amblyanthera versicolor Muell. Arg.— Maguari, costa.
Achites spec.— Maguari, tesos.
Rhabdadenia biflora (Jacq.) Muel. Arg.— Maguari, beira do rio, Ilha dos Machados.

ASCLEPIADACEAS:

Marsdenia spec. ? "Macaco cipó.". — Maguari, tesos.
Sarcostemma pallidum Fourn. — Arari, na beira do rio. Maguari, Ilha dos Machados.

CONVOLVULACEAS:

Cuscuta trichostyla Engelm. — Maguari, Pacoval, parasita nas plantas cultivadas.
Ipomœa cissoides Griseb. var. integrifolia. — Maguari, tesos e dunas da costa.—
Ipomœa fistulosa Mart. "Algodão bravo".— Arari, beira do rio Maguari, campos.
Ipomœa pentaphylla Jacq. "Batatão".— Maguari, tesos.
Ipomœa pes caprea Sweet. — Maguari, dunas da costa.
Ipomœa umbellata G. F. W. Meyer. — Maguari, costa.
Ipomœa spec. nov. sect Herpipomoea. — Maguari, dunas da costa.
Ipomœa spec. sect. Strophipomoea.— Maguari, teso do Livramento.
Ipomœa spec. — Maguari, teso da Cuirana, perto da fazenda Dunas.
Jacquemontia tamnifolia, Griseb.— Maguari, teso do Pacoval.

HYDROPHYLLACEAS:

Hydrolea spinosa, L. "Carqueja".— Arari e Maguari, campos.

BORRAGINACEAS:

Schleindenia spec.— Maguari dunas da costa (Fazenda Dunas).

CORDIACEAS:

Cordia umbraculifera DC. "Pará-pará".— Maguari, beiras dos rios e tesos. Arari e beira do rio.

VERBENACEAS:

Lantana canescens H. B K. "Herva cedreira".— Magurari, dunas da costa.
Lantana spec.— Arari, villa de Cachoeira.
Lippia betulaefolia H. B. K. "Cedreira brava".—Maguari, costa.
Vitex rufescens Juss (Vitex polygama Cham var. holoseriacea) "Tarumá".— Arari, tesos.
Vitex spec. ex. aff. V. multiflorae Miq. (Suriman) "Tarumá". Maguari, tesos. A esta familia pertence tambem a "Ciriúba" (Avicennia nitida Jacq.), arvore tão frequente no matto littoral e na beira dos igarapés da região.

LABIATAS:

Hyptis atrorubens Poit.? (foliis longe cuneatis).— Maguari, tesos.
Hyptis recurvatas Poit. (fórma foliis basi cuneatis).— Maguari, tesos.
Hyptis spec. "Salva de Marajó".— Arari, tesos.
Hyptis spec.— Maguari, tesos.

SOLANACEAS:

Physalis angulata L.— Maguari, costa.
Solanum Juripeba Rich.— Maguari, tesos.

SCROPHULARINACEAS:

Gerardia hispidula Mart.— Arari, campo da Villa de Cachoeira.
Herpestis sessiliflora Benth.— Maguari, campos.
Herpestis stellarioides Cham. & Schlecht. var. pumila Benth.— Arari, campo da villa de Cachoeira.
Herpestis spec. ex aff. H. gratioloides Benth.— Maguari, tesos.
Herpestis spec.— Arari, campo da Villa de Cachoeira.
Vandellia (Lindernia) crustacea Benth. — Maguari, tesos.

BIGNONIACEAS:

Arrabidaea ou *Adenocalymma* spec.— Maguari, antiga Fazenda Alegre.
Cydista æquinoctialis, Mican "Cipó de Bamburral".— Maguari, beira dos rios.
Couralia fluviatilis (Aubl.) Splitg.— Maguari, beira dos igarapés.

ACANTHACEAS:

Nelsonia campestris R. Br. (N. brumelloides (Lam.) O K.).— Maguari, tesos.

RUBIACEAS:

Alibertia edulis A. Rich. "Purui". — Maguari, tesos.
Alibertia spec.— Maguari, teso de Pacoval.
Basanacantha spec. ? "Papa-terra".— Maguari, tesos.
Borreria latifolia Schum.— Maguari, tesos.
Borreria scabiosoides Cham. & Schlecht. "Perpetua do campo". Arari, campo da villa de Cachoeira.
Limnosipanea Spruceana Hook. fil.— Arari, campo da Cachoeira.
Mitracarpus frigidus Schum.— Maguari, tesos e dunas da casta. A familia das Rubiaceas pertence tambem

o "Genipapeiro" (Genipa americana L.), que é frequente no Ararí e no Cabo de Maguarí.

CUCURBITACEAS:

Caiaponia spec. ex aff. C. (Trianospernum) triangularis Cogn. vel. C. Micranthae Cogn. Maguarí, teso do Pacoval.
Momordica Charantia L. Maguari, tesos.

CAMPANULACEAS:

Sphenoclea zeylanica Gaertn.— Maguarí, baixas e beiras dos igarapés.

COMPOSTAS:

Acanthospermum xanthioides DC.— Maguarí, tesos.
Ageratum conyzoides L. "Herva de S. João".— Ararí, Sant'Anna.
Eclipta alba Hassk.— Maguarí, costa.
Elephantopus scaber L. var. tomentosus Schultz. Bip. "Lingua de Vacca".— Maguarí, tesos.
Eupatorium spec.— Maguarí, teso do Livramento.
Micania scandens Willd.— Ararí, beiras do rio. Maguarí, teso da Cuiarana.
Pectis elongata H. B. K. "Cuminho bravo".— Ararí, Sant'Anna.
Rolandra argentea Rottb.— Maguarí, teso da Cuiarana.
Trichospira melhoides H. B. K.— Maguarí, campos.

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. II, pags. 288-322.)

*

Plantas dos rios Maracá e Anauerá-Pucú (Guiana Brasileira)

CRYPTOGAMAS

FILICES-FETOS

HYMENOPHYLLACEAS:

Trichomanes Vitaria, DC. "Lingua de Tucano". — Rio Maracá, Ig. do Lago.
Trichomanes pinnatum, Hedw. — Rio Maracá.

POLYPODIACEAS:

Adiantum Lancea, L. — Rio Anauerá-pucú.
Gymnogramme Colomelanos, Kaulf. "Avenca". — Rio Anauerá-pucú.
Polypodium, spec. do parentesco de "P. Tijucanum", Raddi. Distingue-se desta especie pelas pennas cortadas. Os exemplares não são bastante completos para permittir a creação de uma especie nova.

SCHIZAEACEAS:

Lygodium venustum, Swart, — Rio Maraçá.

MONOCOTYLEDONEAS

GRAMINEAS:

Aristida capillacea, Lam. — Rios Maracá e Anauerá-pucú. — Graminea caracteristica dos campos seccos.

CYPERACEAS:

Heleocharis, spec. — Rio Maracá. — Esta pequena especie, cujas inflorescencias são infelizmente muito novas para permittir uma determinação segura, é caracterizada pelas suas folhas compridas e muito fixas, quasi capillares.
Fimbrystilis, spec. — Rio Maracá. — Parece ser proxima da "F. conifera", Rchb., sem poder-se assimilar completamente a esta especie.
Scleria tenella, Kunth., "Hipoporum tenellum". Nees. — Rio Maracá.
Rhynchospora globosa, Roem. et. Schult. "Cephaloschoenus globosus", Nees. — Rio Maracá.
Scirpus paradoxus, Bekbr. "Oncostylis paradoxa Nees". Rio Maracá. — Esta Cyperacea, verdadeiramente parodoxa, que é uma das plantas caracteristicas de certos campos vizinhos de Cunani (cf. *Boletim do Museu Paraense*, vol. I, pag. 393), se acha, segundo me consta, em grande quantidade, nas beiras do Rio Araguari, constituindo tambem um elemento caracteristico dos campos seccos do Rio Maracá.

Parece, entretanto, que, na região da Lagôa-Santa, ao menos, o numero dos exemplos deste vegetal bizarro não é bastante grande para influir na physiognomia da paizagem (carta do professor Warming).

ERIOCAULACEAS:

Paepalanthus umbellatus, Kunth. — Rio Maracá.
Paepalanthus umbellatus, K., fórma "brachyphylla foliis minoribus" (3 em longis), "superioribus haud deflexis." — Rio Maracá.
Paepalanthus gracilis, Kcke var. c., "an especies legitima (?) — Rio Maracá.
Paepalanthus fasciculatus, Kcke. — Rio Maracá.
Paepalanthus Lamarkii, Kunth. — Rio Maracá.
Paepalanthus bulbifer nov. spec.
Psilocephalus ex. aff. "P. tenuis", Kth. — Venezuela.
Paepalanthus maracanus nov. spec.
Eupaepalanthus ex aff. "P. supini, P. obstusifolii" etc.

XYRIDACEAS:

Xyris paraensis, Poepp. — Rio Maracá.
Abolboda, spec. — Rio Maracá.

MARANTHACEAS:

Calathea ornata, Kcke., "var. a albo lineata" (?) "Jacundá".— Rio Maracá.
Thalia geniculata, L. "Caraparú". — Rio Maracá.

BURMANNIACEAS:

Diopterosiphon, nov. gen.
Dipterosiphon spelacicola, nov. spec. Esta planta curiosa é, como muitas das suas co-familiares, completamente despida de chlorophyllo.

ORCHIDACEAS:

Sobralia, spec. (Baunilha do caçador). — Rio Maracá. A Sobralia em questão é principalmente notavel pelas folhas estreitas e pelas grandes flores brancas com pingos cinzentos.
Oncidium Cebolleta, Sw. (pl. vivas). — Rio Maracá. Esta especie, que tem a maior área de extensão de todas as especies do genero Oncidium, foi colleccionada por Spruce nas vizinhanças da capital do Pará. Além disso a encontrei na Ilha do Marajó e no Ceará (Quixadá).
Schomburgkia crispa, Lindl. (pl. vivas) — Rio Maracá.
Brassavola Martiana, Lindl. (pl. vivas) — Rio Maracá.
Trichocentrum, spec. — Rio Maracá.

DICOTYLEDONEAS ARCHICHLAMYDEAS

POLYGONACEAS:

Polygonum acuminatum, H. B. K. "var. glabrescens", Meissn. "P. graminifolium Hoffmannsegg". — Rio Maracá.
Triplaris surimanensis, Cham., "var. Benthamiana", Meissn.
(Tachi). — Rio Maracá. O triplaris surimanensis é uma planta myrmecophila, dando agasalho ás formigas na cavidade central dos seus galhos. O nome vulgar de "Tachi" se applica aliás tambem a outras plantas myrmecophilas, como p. e. ás especies do genero Tachigalia (fam. das Leguminosas), cujas folhas pennadas possuem um peciolo ôco regularmente habitado por formigas bastante bravas. No Rio Capim encontrei sob o nome de "Tachi" uma arvore da mesma familia das Laguminosas, porém não myrmecophila, "Sclerolobium paniculatum", Vogel. (cf. *Swartzia acuminata* Willd. desta lista).

AMARANTACEAS:

Talantera dentata, Miqu. — Rio Maracá.

NYMPHAEACEAS:

Cabomba aqualica, Aubl. — Rio Maracá.

MYRISTICACEAS:

Virola surinamensis (Roland) Warburg. (Urcuúba). — Rio Maracá.

LAURACEAS:

Cassytha americana, Nees. (Herva de chumbo). — Rio Maracá.

LEGUMINOSAS:

Inga fagifolia, Willd. (Ingá). — Rio Anauerá-pucú.
Pentaclethera filamentosa, Benth. (Pracahi). — Rio Anauerá-pucú.
Macrolobium acaciaefolium, Benth. (Arapari) "syn. Vouapa acaciaefolia", Bail. — Rio Maracá. Ig. do Lago.
Cassia alata, L. (Mata-pasto). — Rio Maracá.
Cassia reticulata, Willd. (Mata-pasto). — Rio Maracá. Estas duas qualidades de "Mata-pasto" se assemelham bastante pelo habito, pelas flores muito grandes e pelas espigas de flores amarellas envoltas no começo de grandes bracteas egualmente amarellas. A C. alata se distingue, entretanto, facilmente pelas favas, munidas de cristas longitudinaes, emquanto que as favas da C. reticulata são chatas e lisas.
Cassia uniflora, Spreng. "Palma do campo". — Rio Maracá.
Cassia fastuosa, Willd. "Baratinha". — Rio Anauerá-pucú. — Especie arborescente muito decorativa, com grandes cachos de flores amarellas.
Campsiandra laurifolia, Benth. "Acapú-rana". — Rio Anauerá-pucú. O "Acapú-rana" parece ser uma das arvores mais communs das varzeas amazonicas; apesar disso a sua classificação ficou até agora desconhecida.
Dalbergia monetaria, Gers. "Veronica". — Rio Maracá.
Swartzia acuminata, Willd., var. "tridynamia", Hub., nov. var. "Tachi pequeno". Esta variedade, que mesmo talvez se mostrará ser uma especie bem caracterizada, se acha tambem no Rio Capim, onde ella recebeu o nome de "Pitaica".
Dioclea lasiocarpa, Mart. "Mucunã".

VOCHYSIACEAS:

Erisma calcaratum (Link) Warm. "Jabotí". — Rio Maracá.

POLYGALACEAS:

Polygala Timonton, Aubl. — Rio Maracá.
Sceuridaca volubilis, L. — Rio Anauerá-pucú.

EUPHORBIACEAS:

Hevea Spruceana, Mull. Arg. "Seringeira barriguda". — Rio Maracá.

RHAMNACEAS:

Gonania pyrifolia, Reiss. — Rio Maracá.

TILIACEAS:

Luhea parvifolia, nov. spec. A L. Parvifolia é proximo parente da L. ochrophylla, porém differe della pelas folhas muito menores e outros caracteres.

OCHNACEAS:

Sawagesia Sprengelii, St. Hil. — Rio Maracá.

GUTTIFERAS:

Clussia guedesiana, nov. spec.

MELASTOMACEAS:

Acisanthera rosulans, nov. spec. Esta especie que no seu habitus se parece muito mais com uma pequena Drosera que com as outras Malastomaceas, mostra entretanto os caracteres floraes do § Noterophila do genero Acisanthera.

Siphantera paraensis, nov. spec. A Siphantera paraensis parece ser quasi intermediaria entre a "S. tenera", Pohl, de Goiaz, e a "S. Hostmanni", Cogn.; de Surinam e da Guiana Ingleza.

DICOTYLEDONEAS-SYMPETALAS

GENCIANACEAS:

Schulthesia apiculata, Hub., nov. spec.
Octopleura loeselioides, Spruce, "neurotheca loeselioides", Bth. et Hook. — Rio Maracá.
Schuebleria tenuifolia, Don. — Rio Maracá.

APOCYNACEAS:

Allamanda cathartica, L. — Rio Maracá.

CONVOLVULACEAS:

Ipomoea fastigiata, Sweet, var. nov. "ciliata", Hub.

SOLANACEAS:

Solaneum obraceum, Rich. (S. Aguaraquiia Piso) "Pimenta de rato'. Rio Anauerá-pucú. Esta planta pertence ao cyclo de fórmas reunidas geralmente no grupo especifico de "S. Nigrum". L.

DENTIBULAREACEAS:

Utricularia neoltioides, St. Hilaire, fórma "floribus et capsulis minoribus". — Rio Maracá. — Igarapé do Arapapá.

BIGNONIACEAS:

Arrubidaea mazagana, Hub., nov. spec.
Cuspidaria, spec. (?). — Rio Anauerá-pucú.

RUBIACEAS:

Perama hirsuta, Aubl. — Rio Maracá.—Igarapé do Lago.

COMPOSTAS:

Pluchea, Quilæ, DC. "Tabaca-rana". — Rio Maracá.

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. II, pags. 496-514.)

*

Fétos do Amazonas inferior e de algumas regiões limitrophes

A lista abrange, além dos fétos que foram colligidos na região amazonica propriamente dicta (principalmente nos arredores de Belém e no Rio Capim), certo numero de especies provenientes da região costeira do territorio contestado franco-brasileiro (Cunani) e da região montanhosa do Ceará (Serra de Baturité).

E' preciso confessar que das 47 especies que compõem a collecção, a maior parte pertence ás trivialidades da flora tropical do Novo Mundo.

Uma parte, entretanto, tem um interesse especial: são 13 especies que indicam a Flora Guianeza e Amazonica propriamente dicta, sendo limitadas quasi exclusivamente ao Norte do Brasil e ás Guianas. Sem ficarem absolutamente excluidas dos paizes limitrophes, ellas têm a sua área principal ao longo do baixo Amazonas e dos rios tão numerosos que regam as Guianas brasileira, franceza, hollandeza e ingleza, na emboccadura do Rio Orinoco e na Ilha da Trindade que realmente não é outra coisa que um fragmento desligado do continente. Estas especies são designadas em maiusculo.

Na lista se encontram tres fórmas ainda não descriptas, um Trichomanes do parentesco do "T. pinnatum", Hedw., que parece nestas paragens se differenciar com muita facilidade: testemunha o esplendido "T. vittaria", DC., uma das maravilhas da Flora Guianeza; um Polypodium epiphyto alliado ao "P. lanceolatum", L., porém bastante bem caracterizado; emfim, uma destas fórmas tão multiplas do sub-genero "Doryopteris" ("Pteris, L."), vizinha do "P. pedata", L., mas que differe delle bastante para ficar separada ao menos como variedade notavel, senão como especie.

Eis a lista dos fétos:

"Alsophila armata", Prsl.— Serra de Baturité (9-1897).
"HEMITELIA MULTIFLORA", R. Br. — Pará (6-1896).
"Hymenophyllum polyant.", Sw. — Cunani (10-1895).
"Trichomanes pinnatum", Hdw. — Rio Capim (6-1897).
"Trichomanes Vittaria", DC. — Pará (7-1896).
"TRICHOMANES HUBERI", n. sp.
"Trichomanes reptans", Sw. — Rio Capim (6-1897).
Vernac. "Carrapatinha".
"Adiantum Kaulfussii", Kze. — Rio Capim.
"ADIANTUM KLOTZSCHIANUM", Hook., sp. II.

Planta muito robusta, muito grande, achada de fórma identica na Guiana Franceza por Leprieur, Pará, VIII (1895).

"Adiantum tenerum", Sw. — Serra de Baturité.
"Adiantum macrophyllum", Sw. — Serra de Baturité.
"ADIANTUM GLAUCESCENS", Klotzsch. — Cunani, Guiana Brasileira (10-1895). — Planta formosissima, caracterizada pelo seu rhizoma longamente rasteiro, seus talos solitarios, seus galhos pouco numerosos, suas pinnulas obtusas, grandes, muito glaucas na face inferior e bordadas de grandes sôros pretos muito espaçados.
"Adiantum tetraphyllum", Sw. — Baturité (9-1897).
"LINDSAYA GUIANENSIS", Dry. — Cunani (10-1895).
"PTERIS" (DORYOPTERIS PEDATA), L., var. "HUBERI" n. var. — Muito particular pelos seus lobulos simples, não entalhados. Poder-se-ia dizer uma combinação do "P. sagittæfolia", Radd., ou mais ainda do "P. hastata", Raddi, com "P. pedata", L.
"Pteriquailina", L., VAR. "Caudata", L. — Serra de Baturité.
"Blechnum occidentale", L. — Serra de Baturité.
"Asplenium serratum", L. — Serra do Baturité.
"Asplenium obtusifolium", L. — Serra de Baturité.
"Asplenium auriculatum", Sw. — Serra de Baturité.
"Asplenium formosum", Wlld. — Serra de Baturité.
"Diplazium Shepherdi", Spreng. — Serra de Baturité.
"Aspidium macrophyllum", Sw. — Serra de Baturité.
Exemplar com estipite e rachis bruno polido.
"ASPIDIUM", SUBQUINQUEFIDUM Hook.— Cunani e Rio Capim.
"ASPIDIUM SUBOBLIQUATUM", Hook. — Rio Capim.
"Aspidium Caripense", Hook. — Serra de Baturité.
"ASPIDIUM TETRAGONUM", Hook. — Rio Maracá — Guiana Brasileira (9-1896).
"Phegopteris crenata", Sw. — Serra de Baturité.

"Meniscium serratum", Cav.— Cunani.— Muito grande, assemelhando-se ao "M. Andreanum", Sordiro.
"Polypodium pilosselloides", L. — Pará (10-1895) — Vernac. "Samambaia".
"Polypodium licopodioides", Sw. — Pará — Serra de Baturité.
"Polypodium vaccinifolium", L., Fisch. — Serra de Baturité, epiphyta sobre os cafeeiros.
"Polypodium lanceolatum", L., var. "Elongatum" ("Gymnogramme elongata", Hook. — Serra de Baturité, sobre os cafeeiros.
"POLYPODIUM GYROFLEXUM", N. SP. — Mais largo que "P. lanceolatum", rhizoma como de um "Antrophyum", frondes numerosas, fasciculas, quasi sessis, absolutamente destituidas das escamas peltadas de "P. lanceolatum", fortemente crenuladas, carnosas, curvadas em semi-circulo, muito agudas; sôros marginaes. Sub-especie de "P. lanceolatum".
"Polypodium elasticum", Richard — Serra de Baturité.
"Polypodium aureum", L. — Serra de Baturité, sobre os cafeeiros.
"POLYPODIUM SPHENODES", Kze. — Cunani.
"Polypodium sororium", H. B. K. — Baturité.
"Vittaria lineata", Sw. — Pará (12-1897).
"Toeniopsis furcata", Fée. — Rio Capim.
"ACROSTICHUM SORBIFOLIUM", L., var. "Iapurense" (Martius) — Serra de Baturité.
"Gleichenia dichotoma", Willd. — Serra de Baturité.
"Aneimia Phyllitides", Sw. — Serra de Baturité.
"Lygodium venastum", Sw. — Serra de Baturité. — Rio Maracá.
"Lygodium volubile", Sw. — Cunani. — Vernac. "Avenca".
"Lycopodium cernum", L. Serra de Baturité.
"Selaginella erythropus", Spring. — Serra de Baturité.

Os exemplares desta planta são em parte muito adeantados e em palha, em parte muito novos, de 5 cm. de comprimento a fronde, não sendo desenvolvida, formando um pequeno triangulo com lobulos obtusos, cujas pequenas folhas ainda são imbricadas em massa compacta, de côr encarnada muito viva na vizinhança do estipite.

J. HUBER.

(*Boletim do Museu Paraense*, vol. III, pags. 60 e 64.)

*

B

A Flora paraense. Sua distribuição em 11 grupos

Uma das razões mais cabaes que provocam a admiração de quem quer que seja que visita o Estado do Pará é a grandeza, a majestade, a imponencia das suas florestas. Ao longo da costa oceanica, marginando os cursos dos immensos rios, circumdando os sopés e as encostas das escarpadas montanhas, rodeando as bacias dos placidos lagos ou extendendo-se pelos campos que semelham desertos de verdura, a natureza desabrocha num eterno hymno de magnificencia em que da mais debil plantinha, do fungo, do lichen, do arbusto até aos madeiros gigantes que assomam no copado das florestas, a obra admiravel do Creador é enaltecida, ao passo que a Sciencia pasma confusa como que ante um mysterio digno de um conto de fada.

Do seu sagrado seio já os sabios hauriram nectar suavissimo que os illustrava atravez dos seculos, mas a uberdade permanece cada vez mais eloquente e digna de investigações. E a sciencia de Humboldt, Spix, Martius, Peckolt, Barbosa Rodrigues, Velloso, Aublet, Goeldi, Huber e tantos outros silencia deslumbrada ante a profundeza do abysmo, deante das maravilhas que cada vez mais se vão desvendando á proporção que se penetra no emmaranhado das mattas ensombradas pela espessa folhagem ou aclarada por uma fresta esguia de sol equatorial.

Dir-se-ia que a natureza quiz dotar a terra paraense de uma flora tão encantadora quão util ás sciencias, ás artes e ás industrias. Assim é pois que encontramos, numa estreita faixa de terreno de dois pequenos hectareos, plantas que para serem estudadas roubariam ao naturalista annos, sem que ficasse exgottada a materia tão nobre quão proveitosa. Aqui é a Medicina que encontra em cada ser uma applicação opportuna aos diversos males que affligem a humanidade desde os mais insignificantes; é a Chimica que extrahe de um e de outro toda a diversidade de saes de que usa nas suas composições e reacções; é a Mechanica que tira oleos de mil especies e consistencia para lubrificação dos seus apparelhos; é a tinturaria que recolhe de grande quantidade de vegetaes productos proprios para o seu mistér; é a industria que estrahe fibras de mil qualidades ao alcance de todos com trabalho insignificante; é, afinal, a marcenaria que combina o colorido dos caules ou das simples cascas para as obras mais resistentes e do mais fino e acurado gosto; é a construcção naval que vai buscar madeiras incorruptiveis para cascos de embarcações, braçame, cavilhame, etc.; é a construcção civil que procura recolher vigas, frechaes, traves, caibros, ripas, taboados de toda especie, dormentes que resistem ás intemperies mais exquisitas das estações dos diversos climas; é a culinaria que recolhe grande variedade de legumes e hervas proprias para toda sorte de adubos e confecção de iguarias para todos os paladares; é a perfumaria que retira de innumeros caules, folhas, fructos ou sementes as essencias mais finas e custosas: é o goso que encontra nas suas flores e fructos a maior gradação possivel ao regalo da vista, do olfacto e do paladar.

Mui difficil seria fazer neste limitado esboço uma resenha ou uma apreciação completa da variedade da flora paraense, comtudo opportunamente procuraremos extender-nos da maneira mais completa possivel, fazendo a enumeração, classificação e applicação de cada vegetal que cresce nesta zona que vai do Oiapoc ao Gurupi, do oceano até ás margens do Nhamundá e do Tapajós.

Para este fim, procuramos fazer uma distribuição em 11 grupos assim: Alimenticias, Cogumelos, Decorativas, Fibrosas, Hortaliças, Industriaes, Lichens, Medicinaes, Oleiferas, Perfumiferas e Tintureiras.

I

Plantas ha, entre as infinitas variedades que vicejam em toda a extensão do sólo paraense, particularmente uteis para a alimentação, de sorte que não sómente o selvicola gosa dos seus beneficios extraordinarios, mas ainda o

pobre acha em cada canto com que saciar a sua primeira necessidade, como o rico o que possa ir levar á sua mesa variada uma nova iguaria, cujo paladar lhe seja cada vez mais captivante e caprichoso. São tantas essas variedades que apenas damos aqui alguns especimes, como: *Acuri* ou coco cabeçudo "Attalea phalerata-Mar. almacea".

Agarico commum ou taboleiro ("Agaricus compestris-Lacerda-cogumelo").
Ariá ("Thalea lutea-Stend-maranthacea").
Arroz ("Oryza sativa-L-graminea").
Batata doce ("Convolvulus edulis-Thbg-convolvulacea").
Batata americana ou ingleza ("Solanum tuberosum-L-solanacea").
Batata rainha ("Ipomcea batatas-Lam-convclvulacea").
Café ("Coffea arabica-L-rubiacea").
Canna de assucar ("Sacharum officinarum-L-graminea").
Cará branco ("Dioscorea batata-Vell.-dioscoriacea").
Cará minoso ("Dioscorea tuberosa-Vell-dioscoriacea").
Cará roxo ou inhame roxo ("Dioscorea guianensis-Griseb-dioscoriacea").
Caratinga ("Dioscorea piperifolia-Willd-dioscoriacea").
Cocos ("Cocos nucifera-L-palmacea").
Feijão ("Phaseolus derasus-Schrk-papilonacea").
Fructa de pão ("Artocarpus incis-L-urticacea").
Fungão ("Marchella esculenta-Mart-cogumelo").
Inhame branco ("Colocasia antiquorum-Schott-colocasiacea").
Inhame mangará ou mangaráhi ("Colocasia fontanesii", Engl.-colocasiacea).
Inhame taióba ou taióba roxa ("Colocasia esculenta", Engl.-colocasiacea).
Macaxeira ("Manihot aipi", Pohl.-euphorbiacea).
Mandioca branca ("Manihot utilissima", Pohl.-euphorbiacea).
Milho ("Zea maïs", Lin.-graminea).
Pataúá ("Oenocarpus pataúá", Mart.-palmacea).
Ponilha ("Catoblastus mainensis", Spruce.-palmacea).
Tayoba ("Colocasia esculenta", Mart.-aroideacea).
Tortulho ("Boletus edulis", Mart.-cogumelo).
Tubara ("Tuber cibarium", Mart.-cogumelo).

II

A familia menos estudada até hoje, entre nós, é a dos cogumelos; no entanto encerra grande variedade de seres de utilidade multiplas, quer nas Artes, quer nas Sciencias, como na Medicina, Pintura, etc.; outros ha que são de notavel alimentação, como tambem alguns de um toxico vehemente tanto para os homens como para os animaes selvagens. Os indios utilizam-se dos cogumelos de muitas fórmas. Alguns dos mais importantes são:

Abibura ("Agaricus pisiomabus", Mart.-hymenomicetos).
Apicú pagão ("Glocosporium affine", Sace.-melastomacea).
Bosta do diabo ("Fœtidaria coccinea", St. Hil.-hymenomicetos).
Cambú-pará ("Anverswaldia guilielmae", P. H.-dothideacea).
Chave do inferno ("Claviceps pallida", Wint.-hypocreacea).
Espigelia ("Septoria spigeliae", P. H.-hysteriacea).
Laurenciana ("Tryblidiella loranthi", P. H.-hysteriacea).
Mandiga furta côr ("Cordiceps olivaceo", virescens-P. Hn.-hypocreacea).
Mortigura ("Meliola amphitricha", Fries.-perisporiacea).
Pé de veado ("Polystictus trichomallus", Berk.-polyporacea).
Phosphoro do matto ou flôr de côco ("Agaricus gardneri", Berk.-hymenomicetos).
Rêde de leão ("Dictyophora campanulata", Nees.-hymenomicetos).
Tabaco de judeu ("Botrytisfomentaria", Mart.-pyronomicetos).
Timão de negro ("Thamnomyces rostratus", Mont.-xylariacea).
Urupé vermelho ou orelha de páu ("Tremetes sanguinea", Fr.-hymenomicetos).
Zita ("Phyllachora huberi", P. Hn.-dothideacea).

III

Do seu numero de plantas decorativas temos que enumerar algumas que, por sua vez, contêm variadas especies, as quaes serão opportunamente apresentadas. Na margem dos rios, nas planicies, no sombrio das florestas, no copado das arvores, como no alcatifado jardim de um canto predilecto das habitações, encontram-se a cada passo tão encantadores ornamentos que, de subito, assoberbam o espectador, que seria longo fazer a relação succinta num tão exiguo retrospecto. Procuraremos dar todavia uma idéa como se segue:

Amor das onze horas ("Ornithogallum umbellatum", Roeg.-liliacea).
Amor de um dia ("Convolvulus tricolor", Roeg-convolvulacea).
Amor dos homens ("Convolvulus tricolor", Roeg-convolvulacea).
Angelica do Japão ("Aristolochia glandulosa", Mart-aristolocacea).
Açucena ("Randia formosa", K. Hum-rubiacea).
Bignonia ou bigonia ("Bignonia guianensis", A. bignoniacea).
Bigonia Patronia ("Bignonia albomaculata", C-bignoniacea).
Camelia ("Camelia japonica", Mart-theacea).
Campainha branca ("Ipomoea littorails", Choisy-convolvulacea).
Crista de gallo ou cravo de urubú ("Heliotropium indicum", L-borraginea).
Coração magoado ("Lysianthus uliginosus", Griseb-aristolocacea).
Cravo encarnado ("Dianthus rubicundus", C-caryophyllacea).
Dahlia commum ("Dahlia communis", Roeg-synantherea).
Espadeira ou Apá ("Epertua falcata", Aubl.-caesalpinea).
Heliotropio ("Heliotropium peruvianum", C-borraginea).
Hera ("Hedera helix", Mart-caprifoliacea).
Herva de Pará-assú ("Bignonia speciosa", Aubl.-Bignoniacea).
Imperial ("Tritillaria imperiale", Schum-liliacea).
Jasmin commum ("Jasminum officinale", Lucr.-jasminacea).

Jasmin de Caiena ("Hermantus coccineus". Roeg-amaryllideas).
Junquilho ("Homero-calis communis", Roeg-liliacea).
Lilaz ("Syringa vulgaris", Mart-fraxinea).
Lirio do valle ("Lilium convalium", Roeg-asparagacea).
Madresilva dos jardins ("Alstroemeria caryophylla", Jacq.-alstroemeriacea).
Margarida ("Tibouchina aspera", Aubi-melastomacea).
Myosotis ("Myosotis perennis", D C.-borraginea).
Nanine ("Pogomia rosea", Reichb-orchidea).
Oleandria ou *espirradeira* ("Nerium oleander", Willd-apocynea).
Perpetua roxa ("Borreria scabiosoidis", Cham-rubiacea).
Quadrofolio-trevo "Rhynchantera serrulata", Nand-elastomacea).
Ranunculo ou botão de oiro ("Ranunculus acris", Griseb-ranunculacea).
Tajá mangarito ("Xantosoma sagittofolia", Schott-caladicacea).
Tulipa de Cabo ("Hœmanthus coccineus", Schott-amaryllidea).
Victoria Regia ou Forno ("Victoria Regia", Lindl-nymphæacea).
Viuvinha ("Petræa insignis", Schauner-rubiacea).
Zimbro ("Juniperus occidentalis", Goeg-cupressinea).

IV

O que poderia constituir uma grande fonte de riqueza para o Estado do Pará é a grande variedade de plantas fibrosas que abunda nas florestas á mercê do trabalhador e ao alcance de todos, sem outro trabalho que a extracção, em vez de consumi-las ao fogo ou ao bel prazer da inexperiencia que tudo destroe. Em quasi todas as familias vegetaes temos fibras importantes para toda especie de artefactos que as requerem, desde o mais fino ao mais grosseiro, como:

Aninga pára ("Dueffembachia picta", Schott-aracacea).
Aratícú ("Rollinia exalbida", Mart-anonacea).
Bacaiuba ("Acrocomia glaucophylla", Drud-cocoinea).
Banana ("Musa paradisiaca", L-musacea).
Caraná ("Mauritia martiana", Mart-palmacea).
Cipó cauira ("Entada polystachia", D-C. mimosacea).
Cipó de poita ("Adenocalymna foscolatum", Bur-bignoniacea).
Copuassurana ("Matisia paraensis", Hub-bombacea).
Coroatá ou gravatá ("Karatas plumieri", Mart-bromeliacea).
Envira ("Guazuma ulmifolia", Lamb-sterculiacea).
Guarumá ou arumá ("Calathea juncea", Spruce-marantacea).
Imbé ou Tracuá ("Philidendron guttiferum", Kunth-aracacea).
Jassitara puhi ("Desmoncus pumilus", Trl-cocoinea).
Juquiri-êua ("Bactris crispata", Dum.-cocoinea).
Mucajá ("Acroconnia sclerocarpa", Mart.-cocoinea).
Murumurú ("Astrocaryum murumurú", Mart.-cocoinea).
Ortiga assú ("Acalypha arvensis", Poepp.-euphorbiacea).
Palha preta ("Attalea spectabilis", Mart.-palmacea).
Pente de macaco ("Apeiba tiboubus", Aubl.-liliacea).
Piassava ou caatinga ("Attalea funifera", Mart.-palmacea).

Sororoca ("Urania speciosa", Willd.-musacea).
Uacima ("Urema lobata", L.-malvacea).
Ubim ("Geonoma leprospadix", Trail.-palmacea).
Urucuri-arecanga ("Bactris tomentosa", Mart.-cocoinea).

V

Os exemplares adoptados na culinaria são variadissimos e as hortas abundam em todos aqueiles apreciados nos climas frios e temperados, com raras excepções e mais ou menos sabor, além de muitos outros proprios unicamente dos climas equatoriaes, assim:

Abobora gerimu ("Cucurbita maxima", Lin.-cucurbitacea).
Agrião ("Sizimbrium nasturtium", Lin.-crucifera).
Alface ("Lactuca sativa", Lin.-composta).
Aipo ("Apium graveolens", Mart.-umbellifera).
Beldroega ("Portulaca oleracea", Lin.-portulacea).
Beringela ("Solanum melugena", Mart.-solanacea).
Cenoura ("Daucus carota", L.-umbellifera).
Chicorea commum ("Cichorium intibus". synantherea).
Coentro ("Coriandrum sativum", L.-umbellifera).
Couve manteiga ("Brassica murciana", L.-crucifera).
Espinafre ("Spinacea oleracea", L.-chenopodiacea).
Fava vulgar ("Faba vulgaris", L.-leguminosa).
Feijão ("Phaseolus communis", L.-leguminosa).
Maria molle ou cardo de Santa Maria ("Cardus marianus", sunantherea).
Nabiça ("Brassica napus esculenta", D. C.-crucifera).
Nabo ("Brassica napus", L.-crucifera).
Pepino ("Cacumis sativa", L.-cucurbitacea).
Quiabo ou *gombo* ("Hibicus esculentus", Roquefort-malvacea).
Rabanete ("Raphanus sativus a radicula", L.-crucifera).
Rabão ("Armoracea rusticana-", Fl. Wett-crucifera).
Salsa ("Apium petroselinum", L.-umbellifera).
Tomate ("Solanum lycopersicum", Mart-solanacea).
Vinagreira vermelha ("Sabdariffa rubra", Kostel-malvacea).

VI

Quanto ás madeiras de construcção seria mui prolixo fazer uma lista minuciosa em um trabalho que tem limites exiguos; comtudo faço uma pequena enumeração com a sua applicação em conjuncto, como se segue, sendo que de muitas dellas existem diversas especies:

Acapú ("Vouacapoua americana", Aubl.-Leg. cosealp.) constr. civil.
Acapurana ("Campsiandra laurifolia", Benth-Leg. coesalp.) civ. e nav.
Acariquara ("Minquartia guianensis", Aubl.-olacacea) civ. e nav.
Angelim ("Andira speciosa", Hub-Leg. dalberg.) civ. e nav. marc.
Arara tucupi ("Parkia oppositifoloia", Spruce-mimosacea) civ.
Bacuri ("Platonia insignis", Mart-Guttifera) nav.
Cedro vermelho ("Cedrela rubra", Mart-Meleacea) marc.
Comarú ("Dipterix odorata", Willd-Leg. dalberg.) civ. e nav. marc.

Cupiuba ("Goupia paraensis", Hub-Calastracea) civ. e nav.
Faveira ("Vataizea guianensis", Aubl-Leg. dalberg.) civ. marc.
Freijó ("Cordia Goeldiana", Hub.-Borraginea) civ. nav. marc.
Guajará ("Chrysophyllum excelsum", Hub-Sapotacea) civ.
Ingá assú ("Inga cinnamomea", Spruce-Leg. mimos.) civ. marc.
Ipé ("Macrolobium chrysostachium", Benth-Leg. coesalp.) civ. marc.
Iperana ("Crudya pubescens", Spruce-Leg. coesalp.) civ. nav. marc.
Itaúba ("Silvia Itauba", Pax-Lauracea) nav.
Itaubabarana ("Ormosia excelsa-Spruce", (Leg. Sophor) nav.
Jacarandá ("Dalbergia Spruceana", Benth-Leg. dalberg) civ. marc.
Jacareuba ("Calophyllum brasiliense", Camb-Guttifera) civ. nav.
Jarana ("Chytroma Jarana", Hub-Lecythidacea) civ. nav. marc.
Louro cravo ("Dicyppellium caryophyllatum", Nees.-Lauracea) civ. marc.
Loiro rosa ("Aniba parviflora", Neg.-Lauracea) civ. marc.
Macacauba ("Platymiscium paraense", Hub-Leg.-dalberg) nav. marc.
Maparajuba ("Mimusops paraensis", Hub-Sapotacea) civ. nav.
Marupauba ("Simaruba amara", Aubl-Simarubacea) civ.
Massaranduba ("Mimusops amazonia", -Hub-Sapotacea) civ. nav.
Matamatá ("Eschweilera matamata", Hub-Lecythidacea) civ. nav.
Muiracatiara ("Centrolobium paraense", Sald-Leg. dalberg) marc.
Pacapió ("Swartizia racemosa", Benth-Leg.-coesalp.) marc.
Pau amarello ("Eixylophora paraensis", Hub-Rutacea) civ. nav. marc.
Pau d'arco ("Tecoma conspicua", Goeldi-Bignoniacea) civ. nav.
Pau rosa ("Aniba Parviflora", Mez-Lauracea) civ. marc.
Pau roxo ("Peltogyne densiflora", Spruce-Leg. coesalp.) marc.
Pau santo ("Zolernia paraensis", Hub-Leg. coesalp.) marc.
Piquiá ("Caryocar villosum", Aubl-Caryocaracea) civ. nav.
Quaruba ("Vochysia paraensis", Hub-Vochysiacea) civ. marc.
Sapucaia ("Lecythis usitata", Miers-Lecythidacea) civ. nav.
Sapupira ("Bowdichia virgilioides", H.B. R.-Leg.-sophor) civ. nav.
Tachi ("Sclerolobium goeldianum", Hub-Leg. coesalp) civ.
Tamacoaré ("Caraipa paraensis", Hub-Guttifera) civ.
Tatajuba ("Bargassa guianensis", Aubl-Moracea) civ. nav.
Umiri ("Humiria floribunda", Mart-Humiriacea) civ.

VII

Da familia dos lichens, da qual os scientistas ultimamente têm descoberto tantas variedades, é de tal fórma a abundancia no Pará, que resolvemos apresentar sómente aquellas cujo nome scientifico se acha mais ou menos adaptado ao usual, como se segue:

Aguapé ("Marsilia natans", Well.-salviniacea).
Almiscar vegetal ("Azolla carolineana", Wild.-salviniacea).
Apehi ou apihi ("Salvinia auriculata", Aubl.-salviniacea).
Avenca doirada ("Polypodium aureum", Lim.-polypodiacea).
Bambu-atá ("Conioporium bambusæ", Thinis.-dematiacea).
Bangú ("Accidium gualteriæa", Diet.-uredinacea).
Beliscão ("Cœnogonium lepricurii", Nyl.-gymnocarpea).
Cajumarú ("Ustalia speciosa", Eschw.-gymnocarpea).
Calomelano vegetal ("Gymnogramme calomelanus", Kaulf.-gymnogramitidea).
Cavalina ("Equisetum pyramidale", Goeldi.-equisitacea).
Cochomilha vegetal ("Spilona roseum", Raddi.-Kisblastiacea).
Dente de leão ("Calonectria hiberciola", P. Hn.-hypocreacea).
Draconina ("Phona heckeriaes", P. Hn.-sphoeropsidacea).
Ema truncada ("Cenangium paraense", P. Hn.-cenengiacea).
Ferrugem tauá ("Pucinia paraensis", Diet.-uredinacea).
Flôr de musa ("Cladonia Muguinea", Hoff.-gymnocarpea).
Gerere-tama ("Victria citri", P. Hn.-hypocreacea).
Guaia-picú ("Meliola psiddi", Frees.-perisporiacea).
Herminia-tá ("Meliola obducens", Gall.-perisporiacea).
Ima-peaú ("Anerswaldia cecropiae", P. Hn.-dothideacea).
Imbira-cauá ("Fumago vagans", Pers.-dematiacea).
Janga-yá (Cercospora arachidis", P. Hn.-dematiacea).
Jericó ou *herva milagrosa* ("Selaginella convoluta", Spring.-sclaginellacea).
Lingua de vibora ("Ophioglossum palmatum", Plum.-ophioglosseas).
Lixa vegetal ou *rabo de cavallo* ("Equisetum giganteum", Linn.-aquisetacea).
Mata rosa ("Diplodia vinciocola", Brun-sphoeropsidacea).
Mofo ("Mucor vulgaris",-Hoff.-mucedinea).
Musgo piranã ("Graphis glauxcescens", Frec.-Gymnocarpea).
Nambu tirá ("Meliola juruana", P. Hn.-perisporiacea).
Olho de peixe ("Uromice seuphorbiæ", Cke.-uredinacea).
Orzella ou *herva das Canarias* ("Rocella tinctoria", Ach.-phylloblastiacea).
Pandananada ("Phoegraophis haemitatites", Null.-angiocarpea).
Perola russa ("Uromyces Wulffiae", Diet.-uredinacea).
Quaraiaba ou *guarea-aiaba* ("Aschersonia paraensis". P. Hn.-nictoideacea).
Roupa velha ("Cladonia fimbriata". Bel.-gymnocarpea).
Rupicaiá ("Herpotrichia bambusana", P. Hn.-trichosphæriacea).
Samambaia cheirosa ("Nephrodium patens", Ders.-aspideacea).
Seringapatan ("Phyllachora huberi", P. Hn.-dothideacea).
Silvina ("Polypodium vaccinifolium", Langh.-polypodiacea).
Silvina grande ("Polypodium lycopodioides", Lin.-polypodiacea).
Templaria ("Corticium caesalpiniae", P. Hn.-telephoracea).
Trevo do caminho ("Leptogium tremelloides", Lin.-gymnocarpea).
Umbirajá ("Paniophora caesalpinea", P. Hn.-telephoracea).
Urupé-caá ("Pucinia gesneraciarum", Diet.-uredinacea).
Vanajurá ("Phyllachora backeriana", P. Hn.-dothideacea).
Xenopo ("Stilhella pezizoidea". P. Hn.-stilbeacea).
Xyphia ("Patellina citri", P. Hn.-tubercullariacea).
Yê ("Phona anthurii", P. Hn.-spharopoidacea).
Yuyu ("Botryadiplodia dilleniae", P. Hn.-sphaeropsidacea).
Zurrapa ("Phona murrayae", P. Hn.-sphaeropsidacea).
Zymilla ("Rabdospora solanicola", P. Hn.-sphoropsidacea).

VIII

Embora todas, ou quasi todas as plantas da região paraense sejam empregadas na medicina com mais ou menos resultados, podendo-se quasi affirmar que as florestas equatoriaes são grande laboratorio que a natureza reservou para todos os males, comtudo é conveniente fazer menção de algumas para dar uma idéa do que seja a superabundancia dos vegetaes que podem offerecêr ao pharmaceutico-chimico estudioso um campo intermino de preciosos estudos, assim:

Abutua-miri ("Cissampellus ovalifolia", D. C.-Menispermea).
Alga ("Alga chemembegis", Lacerda (Criptogama).
Algodim ("Hisbiscus furcellatus", Derr (Malvacea).
Almeacego ("Amyris ambrosiaca", Vell (Burseracea).
Althea ("Althea officinalis", Roeg (Malvacea).
Aninga ("Montrichardia arborescens", Schot (Aracacea).
Apé ("Nymphoea rudgeana", G. F. W. (Nymphaeacea).
Araroba ("Nossolia silvestris", Vell. (Dalbergacea).
Araruta ("Maranta arundinacea", L. (cannacea).
Arari ou Aracuri ("Andira anthermaticus", Benth. (Dalbergacea).
Araticú ("Rollinia exalbida", Mart.-rutacea).
Arruda ("Ruta graveolens", Mart.-rutacea).
Artemisia ("Arthemisia absinthis", Warb.-synantherea).
Arvore de cêra ("Myrica segregata", Jaeg.-Myricacea).
Assacu ("Hera brasiliensis", Mart.-euphorbiacea).
Assucena do mar ("Amaryllis princeps", Vell.-amaryllieas).
Aturiá ("Drepanocarpus lunatus", Meyer.-Dalbergacea).
Babosa ou Caraguatá ("Aloes barbadensis", Widll.-alvineas).
Barba de bode ("Eragrostia reptans", Nees.-graminea).
Batatarana ("Ipomoea fastigiata", Sweet.-convolvulacea).
Batatão ("Operculina ptoroides", Meissen.-convolvulacea).
Baunilha ("Vanilla planifolia", Andr. orchidea).
Beldroega ("Pertulacea oleracea", L.-portulacoea).
Botão de oiro miudo ("Xyris laxifolia", Mart.-Xyridacea).
Breu branco ou almecega ("Protium heptaphyllum", Mart.-Burseracea).
Bucha ranzinza ("Luffa operculata", Cogn.-cucurbitacea).
Caferana ("Tachyra guianensis", Mart.-gencianea).
Caimbé ("Caratella americana", L.-Dollenacea).
Camapu ("Solanum agrarium", Lacerda.-solanacea).
Camará de cheiro ("Lantana camara", L.-verbenacea).
Capim da colonia ("Panicum numidiamum", Lamb.-graminea).
Capim de Marreca ("Paspalum conjugatum", Berg.-graminea).
Carajurú ("Alstroemeri monticula", Mart.-alstroemeriacea).
Caroba ("Tecoma caraiba", Mart.-Bignoniacea).
Carrapicho ("Cenchrus visidis", Spreng.-graminea).
Cebola brava ("Pacratium guianensis", Ker.-narcisea).
Cipó cruz ou cipó quina ("Smilax syrigoides", Griseb.-Smilacea).
Cipó fogo ou cipó de S. João ("Bignonia ignea", Vell.-Bignoniacea).
Cipó timbó ("Paulinia pinnata", L.-sapindacea).
Douradinha ("Lindernia diffusa", Wettst.-scrophularia).
Escada de Jaboti ("Erisma calcaratum", Warm.-Vochysiacea).
Fedegoso ("Cassia occidentalis", L.-coesalpinea).
Folha doirada ("Ancomyrcia cuprea", Berg.-Myrtacea).
Geniparana ("Gustavia augusta", L.-Lecythidacea).
Gravatá-assú ("Agave vivipara", Pers.-agavea).
Guadua-miry ou laquary ("Guadua machrostachya", Ruprechet-Bambusacea).
Guaraná ("Paulinia sorbilis", Mart.-sapindacea).
Guaxinguba ou Guaxinduba ("Pharcacosyxa anthelmintica", Mig.-urticacea).
Herva cidreira ("Liffia geminata", H. B. T.-verbenacea).
Herva cidreira brava ("Liffia betuloefolia", H. B. R.-verbebenacea).
Herva de chumbo ("Cassytha- americana", Nees-lauracea).
Hortelan brava ("Hypptis atrorubens", Poit-Labiacea).
Imbauba branca ("Cecropia obtusa", Trec-moracea).
Ipadú ou coca ("Erytoxylon coca", Lamb-erytoxilacea).
Japana ("Eupatorium iapana", Barb. Rodr.-flosculacea).
Jacaréuba ("Callophyllum brasiliense", Camb-Guttifera).
Jamaracarú ou mandacarú ("Cactus giganteus", Engcactacea).
Jararaca-miri ("Dracontium polyphyllum", L-aracacea).
Jupindá ("Cleome psoraleoefolia", D. C.-caparidacea).
Juquiri carrasco ("Schrankia leptocarpa", D. C.-mosacea).
Jurubeba ("Solanum torvum", Sw.-Solanacea).
Jutahirana ("Crudya parivoa", D. C.-caesalpinea).
Lagrima de Nossa Senhora ("Coix lacryma", L-graminea).
Lingua de tucano ("Trichomanes Vitaria", D. C.-hymenophyllacea).
Lingua de vacca ("Elephantopus saluber", L-composta).

Malva rosa ("Sida rhumbifolia", L-malvacea).
Mandiga ("Rhyncospora hirsuta", Vahl-cyperacea).
Mendobi ou *amendohi* ("Arachis hypogea", Lacerda-caesal-pinea).
Mendobirana ou *mundubirana* ("Cassia diphylla", L-caesal-pinea).
Meruncá ("Eragostis vahlcii", Nees-graminea).
Muirapuama ("Ptycopetaleum olacoides", Benth-olacacea).
Mururé de pagé ("Pistia stratiotes", L-Aracacea).
Olho de ou *boi boiussú* ("Mucuna urens", D. C.-phaseolacea).
Ora pro nobis ("Cactus rosa", Vell-cactacea).
Orelha de veado ("Eichormea azurea", Kunth-pontederacea).
Pajamarioba ou *mangirioba* ("Tessaria integrifolia", Ruiz-composta).
Papaterra ("Basamacantha spinosa", Schun-rubiacea).
Papoula vermelha ("Papaver thoeas", Roeg-papaveracea).
Paricá ("Piptadenea peregrina", Benth-mimosoidea).
Pé de gallinha ("Eleasine indica", L-graminea).
Pião ("Jotropha curcas", L-euphorbiacea).
Pimenta de rato ("Solanum oleraceum", Rid-Solanacea).
Pepirioca ou *pripriora* ("Cyperus sanguineo", fuscus-Lindll-cyperacea).
Puchuri silvestre ("Nectandra Puchury", Mart-lauracea).
Rabo de camaleão ("Mimosa paniculata", Benth-mimosoidea).
Rabo de mucura ("Ponnisetum setosum", Trin-graminea).
Rabo de raposa ("Andropogon bicorne", L-graminea).
Rinchão ("Stachytarpheta cayenensis", Vahl-verbenacea).
Salsaparrilha ou cipó Em ("Smilax papyracea", Poir-smilacea).
Salvina ("Hyptis recurvata", Poit-labiacea).
Sapucainha ("Carpatroche brasiliensis", Zucc-bixacea).
Simaruba ("Sumaruba guianensis", Mart-rutacea).
Sucuúba ("Plumeria fallax", Müll-apocynea).
Tabacorana ("Polygonum bispidum", H. B. K.-polygonacea).
Taioba ou *tajarana* ("Xanthosema violaceum", Schott-caladicacea).
Tamba-tajá ("Xanthosema atrovirens", C. Roch.-caladicacea).
Timbó do campo ("Tephorsia brevipes", Benth.-galegacea).
Tiririca de flôr amarella ("Anthericum exiforme" Vell.-hypoxidea).
Trevo cumurú ("Erissema crinitum", Mey.-Phaseolacea).
Unha de vacca ("Bauhinia forticata", L. R.-Caesalpinea).
Urtiga vermelha ("Urera baccifera", Gandich.-urticacea).
Urucú ("Bixa orellana", L.-bixacea).
Urubucaá ("Aristolochia trilobata", L.-aristolochacea).
Urucurana ("Hyeronima alchornoides", Fr. Allem.-euphrobiacea).
Vassourinha ("Ecoparia dulcis", L.-scrophularia).
Veronica ("Dalbergia monetaria", Gers.-dalbergacea).
Visgo ("Cassia hispidula", Vahl.-caesalpinea).

IX

Grande riqueza póde tambem ser extrahida dos fructos, da casca, do lenho ou das raizes de uma série consideravel de vegetaes da flora paraense, abundantes em oleos finissimos, de valor consideravel tanto para as artes e industrias como para a medicina, e assim é que destacamos os seguintes, como particularmente notaveis, ou pelo incognito em que vivem, ou pelas propriedades multiplas que possuem:

Almecega ("Amyris ambrosiaca", Vell.-burseracea).
Andiroba ("Carapa guianensis", Aubl.-meliacea).
Assahi ("Euterpe oleracea", Mart.-palmacea).
Babassú ou *uauassú* ("Attalea speciosa", Mart.-palmacea).
Bacaba ("Oenocarpus bacaba", Mart.-palmacea).
Buriti ("Mauritia vinifera", Mart.-palmacea).
Copahiba ou *pau de balsamo* ("Copaifera guianensis", Mart.-caesalpinea).
Dendê ("Elaeis guianensis", L.-palmacea).
Inajá ("Maximiliana regia", Mart.-palmacea).
Javari ("Astrocaryum jauari", Mart.-palmacea).
Jupati ("Raphia vinifera", P. de Beauv.-palmacea).
Massaranduba ("Minosops amazonica", Hub.-sapotacea).
Mucajá ("Cocos martiana", Glaz.-palmacea).
Mururé ou *mercurio vegetal* ("Urostigma cystopodium", Mig.-urticacea).
Patauá ("Oonocarpus pataúá", Mart.-palmacea).
Piririma ou *Jatauba* ("Cocos syagus", Dur.-palmacea).
Pupunha ("Guilielma speciosa", Mart.-palmacea).
Sapucaia ("Curupita guianensis", Mart.-palmacea).
Sassafraz ("Nictandra cymbarum", Mart.-laurinea).
Sucuba-arbustiva ("Plumiera alternata", Benth.-apocynacea).
Tucum bravo ("Astrocaryum vulgare", Mart.-palmacea).
Ubim ("Geonoma leptospadix", Trail.-palmacea).
Ucuuba ("Virola surinamensis", Rol e Warb.-myristicacea).

X

Fica não menos contemplada pela uberrima natureza a ordem das plantas destinadas á perfumaria e que são muito apreciadas pelos odores que exhalam, já das suas flores, fructos ou folhas, já da sua casca, lenho ou raizes, sendo tão variados os seus usos que as essencias dellas extrahidas chegam bem frequentes vezes a alto custo pela procura que têm, como:

Alecrim ("Rosmarinus officinalis", Rœg.-labiada).
Alfazema ("Lavandula vera", Rœg.-labiada).
Almiscar ("Icica icicariba", D. C.-burseracea).
Baunilha commum ("Vanilla microcarpa", Lindl.-orchideacea).
Beliscão ("Opegrapha bonplandi", Feé.-lichen).
Breu branco da varzea ("Protium unifoliatum", Spruce.-burseracea).
Caápitá ("Sirapuna guianensis", Aubl-phitolacacea).
Canella ("Oreodaphne opifera", Nees.-laurinea).
Cumarú ("Dipterix tetraphylla", Spruce.-dalbergacea).
Grama cheirosa ("Andropogon squarrosus", Lin.-andropogoniacea).
Hortelã pimenta ("Mentha piferita", Rœg.-labiada).
Japana ("Eupatorium Japana" Barb., Rodr.-flosculacea).
Juquir ("Tripethelium anomalum", Montg.-mimosacea).

Mangericão do campo ("Stylosanthus gracilis", H-papolonacea).
Mão de onça ("Marantha noctiflora", Hub.-maranthacea).
Nós moscada ("Myristica aromatica", Lacerda.-urticacea).
Pataqueira ("Conobea scoparioides", Benth.-scrophlaracea).
Patchuli ("Andropogon squarrosus", L.-graminea).
Salsa ("Apium petroselium" Lacerda.-umbellifera).
Trevo cumaru ("Graphis afzelii", Müll. Arg.-phaseolacea).

XI

Contam-se tambem importantes especimes proprios para a tinturaria, donde os naturaes tiravam antes dos tempos coloniaes as suas bellas côres para pinturas diversas; donde os Inglezes e Hollandezes tiravam no principio do seculo XVII grande abundancia de cascas e fructos proprios para as artes picturaes, e donde os Portuguezes nos primeiros tempos da colonização extrahiam importantes productos de exportação, que infelizmente são hoje relegados ao olvido, como:

Abacate ("Laurus persea", Lin.-laurinea).
Anil ou inagua ("Cubytas antisiphilitica", Mart.-big-noniacea).
Balsamica ou melindre ("Impatiens noli-me-tangere", Rœg.-balsaminea).
Banana ("Musa paradisiaca", L.-musacea).
Canassú ("Coccobola latifolia", Lamb.-polygonacea).
Pacova catinga ("Heliconia psittacorum", L.-musacea).
Tatajuba ("Maclura tinctoria", Endl.-urticacea).
Tinteira da varzea ("Laguncularia racemosa", Gaertn.-combretacea).

PEDRO DE ALMEIDA GENÚ.

VIII

Geologia e Mineralogia

Cabe ao grande naturalista suisso Agassiz a honra de ter sido o iniciador de explorações geologicas no baixo Amazonas. Anteriores a elle, só se encontram nas obras de Martius e Spix, de Castelnau, Herndon e Wallace algumas notas e observações relativas a rochas ou qualidade de sólo, mas as primeiras explorações, puramente geologicas, foram iniciadas em 1865 por Agassiz, auxiliado por Frederico Hartt e o engenheiro militar Silva Coitinho, que aliás foi o primeiro descobridor de fosseis no Pará.

Em 1870 Hartt voltou ao Pará, acompanhado do seu grande discipulo Orville Derby, que veio a ser o maior conhecedor da Geologia do Brasil, e estes dois foram os verdadeiros fundadores da Geologia do Pará, condignamente coadjuvados pelos auxiliares Rathburn e Smith e o engenheiro F. J. Freitas.

Outro nome que merece ser lembrado é o de Ferreira Penna, que foi o descobridor da zona fossilifera de Pirabas e a quem Derby declara dever informações preciosas.

A Jules Crevaux devemos os unicos conhecimentos, que possuimos, sobre a Geologia da região do Tumucumaque e dos rios Jari e Pará. Grandes serviços quanto á classificação de rochas e fosseis, deve a Geologia paraense a White, Clarke e Velain.

Ao dr. F. Katser, ex-geologo do Museu Paraense, cabe a honra de ter, na sua obra, *Traços geraes da Geologia do Baixo Amazonas*, reunido systematizado e tambem enriquecido, tudo quanto, até 1902, se conhecia da Geologia do Pará. Livro de grande valor, é infelizmente publicado em allemão, e, por isso, inaccessivel á maioria dos estudantes brasileiros.

O Serviço Geologico do Brasil, debaixo da direcção do competente companheiro de Derby, Gonzaga de Campos, está actualmente mandando fazer estudos systematicos no valle do Amazonas e, como já antes possuia abundante material, colleccionado aqui pelos geologos Arrojado Lisboa e Paulo de Oliveira, é de esperar, que o cabedal — até agora relativamente minguado — seja brevemente bastante augmentado.

Geologia

As formações geologicas superficiaes, até agora, verificadas no Pará, pertencem aos seguintes grupos:

Cenozoico, representado pelos systemas quaternario e terciario; *Mezozoico*, representado pelo cretaceo; *Paleozoico*, pelo carbonifero, devoniano e siluriano e o *Archeano*, representado pelo granito, gneiss, schistos metamorphicos e rochas eruptivas, sendo provavelmente as rochas cristallinas, na sua maioria, Laurentinas. Relativamente á extensão superficial das formações geologicas, occupa o primeiro logar o grupo cenozoico e o segundo o archeano. Grande extensão, embora bastante espalhada, possue tambem o grupo paleozoico, principalmente os systemas carbonifero e devoniano. O systema quaternario abrange o leito, margens e ilhas do Rio Amazonas com grande desenvolvimento, principalmente na foz deste rio. As ilhas de Marajó, Mexiana, Caviana e Maracá pertencem a este systema, assim como grande parte do littoral, ao Norte e ao Sul, e a zona da Estrada de Ferro de Bragança. A maior area do terciario é abrangida pelo Neogeno, em grande parte composta de argillas, arenitos e schistos, achando-se espalhados em zonas isoladas ao Norte do Amazonas desde o Rio Nhamundá até perto de Mazagão, e ao Sul, numa zona quasi continua, desde a fronteira com o Estado do Amazonas até, pelo menos, o Rio Capim e provavelmente até o Gurupi. A Serra de Parauaquara e a maior parte dos serrotes e taboleiros que se avistam na margem direita do Amazonas pertencem ao Neogeno. O Paleogeno occupa menores areas entre o Tapajós e o Xingú, entre Trombetas e o Erepecurú, e entre o Cuminá e Pará.

Do grupo mezozoico superior conhecia-se no Pará até ha pouco tempo sómente uma pequena faixa fossilifera, situada no littoral entre Bragança e Salinas, com seu affloramento principal na ponta de Pirabas. Sondagens feitas ultimamente pelo Serviço Geologico do Brasil na Estação Experimental da Estrada de Ferro de Bragança tem, entretanto, demonstrado que a formação fossilifera de Pirabas se extende até uma distancia de, pelo menos, 60 km. para o interior. Na Serra de Erêrê existem certas camadas

que Derby declara serem cretaceas. Duas extensas zonas entre o Tapajós e o Araguaia, subindo até á fronteira de Matto-Grosso e compostas de schistos e arenitos, são consideradas pertencentes ao cretaceo, embora não seja improvavel, que, pelo menos, uma parte do arenito vermelho, que compõe certas camadas, seja permo-carbonifero e occupe, tanto ao Norte como ao Sul do Amazonas, algumas extensas áreas, sendo composto de conglomeratos, arenitos e calcareos. Ao Norte se encontra este systema numa pequena zona atraz de Prainha, no Rio Jauari e, numa zona extensa do Maecurú até Cuminá, no baixo Trombetas e no Nhamundá. Ao Sul do Amazonas apparece em ambos os lados do Tapajós, desde Brasilea Legal até á Cachoeira do Maranhão, donde se extende para Oéste além da fronteira com o Estado do Amazonas. E' provavel que a extensa zona permo-carbonifera se extenda da Cachoeira de Tauari no Tocantins dentro dos Estados de Goiaz e Maranhão, ligando-se com a zona deste ultimo Estado onde este systema tem sido verificado por Arrojado Lisboa. As camadas carboniferas são em muitos logares, principalmente no Tapajós, cortadas de rochas eruptivas, de diabases, porphyros e melaphyros. O systema devoniano está, no Pará, representado pelo devoniano inferior e mediano, não sendo, até agora sido encontrados fosseis do devoniano superior. O devoniano tem sido verificado pelos fosseis em diversas zonas do Trombetas, do Maecurú, assim como no Tapajós acima da Cachoeira do Apuhi, na parte superior dos affluentes Cupari, Itapacurá-Assú e rios Curúa e Uruará, onde tem sido estudado por Hartt, Derby e Katser. Baseado em considerações petrographicas julga o dr. Katser como pertencentes ao devoniano certos schistos, que afloram nos cúrsos inferiores do Parú, Jari, Cajari e Maracá, Xingú, e Araguaia. As rochas devonianas do Pará são schistos e arenitos.

O systema siluriano, com provas paleontologicas de fosseis, foi verificado por Derby numa faixa desde o Trombetas ao Maecurú. O Morro do Cachorro no Trombetas, que tem 100 m. de altura e é composto dum arenito micacio de diversas côres, pertence a este systema. Ao Sul do Amazonas não se tem ainda verificado rochas com fosseis silurianos, excepto num arenito do Gurupi, onde foram encontrados uns graphtolitos. No Tocantins abaixo de Itaboca, até Pedreiras, existe uma série de formações de arenitos, schistos e quartzitos que Hartt classificou como siluriano metamorphico, sendo de toda probabilidade que exista uma faixa siluriana entre o Tocantins e o Gurupi passando pelos rios Acará, Capim, Guamá e Piriá.

O grupo archeano tem no Estado do Pará uma grande extensão, principalmente ao Norte do Amazonas, onde occupa toda a fronteira com as Guianas, nas de Tumucumaque e Acarahi com seus respectivos contrafortes e ramificações, extendendo-se em certos logares para o Sul, abaixo do primeiro parallelo acima do Equador. Ao Sul do Amazonas tem se verificado a existencia de rochas archeanas no alto Tapajós, alto Xingú, Anapú, Pacajá, Jacundá, assim como numa zona que, da altura da Cachoeira de Itaboca, no Tocantins, passando pelo Gurupi, se extende dentro do Estado do Maranhão, e tambem em pontos isolados na zona da costa entre o Rio Quatipurú e Gurupi.

O grupo archeano é composto de granito, gneiss, schistos, amphibolicos, quartzosos e phyllitiços com calcareo e rochas eruptivas,

Mineralogia

O Estado do Pará parece, á primeira vista, ser muito pobre em mineraes, pois, a não ser algum oiro no antigo contestado da Guiana, e na região do Gurupi nenhum outro producto de valor commercial do reino mineral é conhecido. Ha, porém, razões para affirmar ser isto, em grande parte, devido á falta de pesquisas e iniciativa assim como ao serem as zonas, onde se sabe que ha probabilidade da existencia de mineraes, completamente deshabitadas e de accesso difficillimo e, por isso, muito pouco percorridas. Sabe-se, entretanto, da existencia positiva dos seguintes mineraes: oiro, plátina, cobre, chumbo, chromium, titanium, estanho, graphite, manganez, nickel, mercurio, bauxita, phosphato de alumina e calcio, alunita e diatomita.

Oiro — Ao Norte do Amazonas encontra-se este metal nos affluentes do Oiapoc, Cassiporé, Cunani, Calçoene, Amapá e Araguari na região da Guiana, assim como no Alto Jari e no igarapé do Carnahuba, affluente da margem esquerda do Rio Erepecurú e ao Sul do Amazonas no Rio Araguaia e em logares dos rios Gurupi, Piriá, Guamá e Alto Quatipurú. Na Guiana, o oiro de alluvião é proveniente, em parte, de veeiros de quartzo que atravessam gneissos e schistos crystallinos, e em parte de dioritos e diabases mineralizados com pyrites auriferas. Na zona do Araguari existem veeiros de quartzo aurifero nas ramificações da Serra das Mongubas; no igarapé de Carnaúba (zona do Erepecurú) tem veeiros de quartzo e *dikes* de diorito atravessando syenito; no Gurupi, Piriá e Guamá encontra-se o oiro em veeiros de quartzo geralmente pyritosos e em dioritos e diabases altamente mineralizadas e muitas vezes em contacto com os veeiros de quartzo, assim como em alluviões provenientes da erosão dos veeiros e rochas eruptivas. Os veeiros e *dikes* atravessam schistos metamorphicos.

Platina — Encontra-se num igarapé conhecido pelo nome de Cachoeira de Baixo e que é affluente do ribeirão do Macaco, tributario do Rio Piriá, assim como no igarapé do Rio do Peixe, affluente do Gurupi-Mirim, tributario do Rio Gurupi.

Cobre — Existe numa extensa zona que vindo do Maranhão se extende até o Tocantins donde tem vindo bellas amostras de cobre nativo em blocos, pesando até 50 kg., assim como malachito. Numa das cachoeiras do Rio Capim encontra-se tambem malachito e do mesmo rio tem vindo amostras de tetrahedrito. Em diversos veeiros de quartzos, na zona aurifera entre Gurupi e o Piriá apparece chalcopyrita e cuprita em combinação com o oiro. Do Rio Jari têm vindo amostras de chalcopyrita e redruthita.

Chumbo (em fórma de galena, sulfureto) — Existe num veeiro em calcareo na costa entre Marapanim e Curuçá. Do Tocantins, da região de Alcobaça, têm tambem vindo amostras de galena e do Municipio de Quatipurú de Minium (oxydo de chumbo).

Chromium (em fórma de ferro chromo) — Encontra-se em rocha de serpentina no Rio Piriá, assim como em alluvião proveniente da decomposição e erosão da mesma rocha.

Titanium (em fórma de oxydo vermelho) — Occorre em grãos e pedaços, até de kilos, numa rocha decomposta, porvavelmente uma syenita, no Rio Piriá. Um pedaço de um kilo e oitocentas grammas, que foi analysado na America, deu 97 % de oxydo de titanium,

Estanho (como cassiterita, oxydo) — Encontra-se em pequenos grãos e seixos numa das cachoeiras do Gurupi na vizinhança duma rocha granitica com quartzo granular e abundancia de muscovita (mica branca), que provavelmente é a matriz do minerio. No mesmo logar apparecem seixos de wolfram que, entretanto, contém alta percentagem de ferro e manganez.

Graphita — Ha diversos veeiros deste mineral na zona aurifera do Gurupi, tanto em fórma schistosa como crystallizada, e com potencia e pureza sufficientes para lhes dar valor commercial.

Manganez — Ha uma grande distribuição num e outro lado do Amazonas, pois encontra-se no Rio Maecurú, Nhamundá, Faro, Erepecurú, Erêrê, Mazagão, Macapá, ao Norte de Alémquer e perto de Mirituba no Tapajós, assim como na zona do Gurupi-Piriá. E' verdade que a maior parte destes minerios é psilomelanos de baixo teor, mas, entretanto, têm tambem vindo algumas amostras de psilomelanos com pyrolusita, contendo mais de 50 % de manganez metallico com muito pouco phosphoro, e ha toda probabilidade de que pesquisas futuras provarão a existencia de jazidas de valor industrial. Uma amostra de manganez do Rio Tapajós continha 18 % de baryta.

Ferro — Junto com os minerios de manganez encontra-se quantidade apreciavel de limonito e algum hematito, infelizmente, em geral, muito impuro e de baixo teor. Do Rio Jari têm, entretanto, vindo amostras de magnetito com 70 % de metal.

Nickel (em fórma de nico-pyrita) — Encontra-se num gneis-granitico no Rio Piriá, e no mesmo rio existe um veeiro dum silicato de magnesia verde, que contem 7 a 10 % de oxydo de nickel.

Mercurio — Amostra vinda da região do Erêrê, Monte Alegre, consistindo duma rocha preta, schistosa, de aspecto bituminoso, continha cinnabar em fórma de pequenos veios, formando verdadeiras *stock-works*. No Rio Piriá perto do logar Itamixira, encontrou-se, pesquizando oiro na batea, pequenos grãos vermelhos, cuja côr e alta densidade chamavam attenção e que subsequente analyse provou ser cinabrio (sulfureto de mercurio). O riacho fica encostado a enormes afloramentos de quartzito contendo, em certos logares, pyrites auriferas.

Bauxita (Hydro-oxydo de alumina) — Forma no ribeirão do Macaco, affluente do Piriá, uma grande jazida, contendo milhões de toneladas de minerio de valor industrial, tanto para a fabricação de aluminium metallico, como para os saes de alumina, corindon artificial e tijolos refractarios. A analyse tem de 55 a 60 % de oxido de alumina com 0,5 a 5 % de silica e 0,2 a 12 % de ferro.

Phosphato — Nos rios de Emboranunga e Piriá encontra-se em abundancia nodulos grandes (coprolithos) de phosphato de calcio e na mesma região existe phosphato de alumina (minervita). Tanto o calcio como a minervita têm alta percentagem de acido phosphorico; e terão certamente, um dia, importancia não sómente para a agricultura do Estado, como tambem para a exportação.

Alunita — Encontra-se em grandes camadas, em diversos logares na formação devoniana de Monte Alegre, Maecurú e Almeirim. A analyse de uma amostra deu: acido sulphurico 28,50 %; alumina 31,36 %; peroxydo de ferro 2,0 %; potassa 4 %; agua 16,20 %; silica 15,34 %; diversos 2,60 %. Este mineral póde ter applicação industrial para a fabricação de alumen (pedra hume).

Na mesma região encontra-se camadas de *diatomia* (terra infusorial). E' um hydro-silicato puro e tem valor para diversas applicações industriaes.

Mica (tanto branca como rubi) — E' commum em muitas zonas do Estado, notadamente na Guiana e Gurupi, donde têm vindo amostras com laminas de 30 a 40 cm. de tamanho. No Gurupi occorre em grandes laminas num veio de pegmatito atravessando granito.

Talcos e Steatitos — Ha, das melhores qualidades, na zona Gurupi-Piriá e em muitos outros logares.

Calcareo — Proprio tanto para fabricação de cimento como cal, fórma camadas possantes no Tapajós, Trombetas, Cuminá e outros logares nas formações da epocha carbonifera. E' o seguinte o resultado da analyse dum calcareo do igarapé Bom Jardim, ao Sul de Itaituba no Tapajós:

Carbonato de calcio	94.75 %
Carbonato de magnesia	0.80 %
Carbonato de ferro	—
Oxydo de ferro e alumina	0.94 %
Silicato de alumina	2.80 %
	99.29 %

Carvão — Apesar da grande extensão occupada pelas camadas carboniferas no Estado não se conhece ainda, com certeza, nenhuma jazida deste mineral. O que tem apparecido com este nome, não tem sido outra coisa que alguns schistos pretos, ás vezes bituminosos, e como, por isto, pegava fogo e era preto, chamava-se logo carvão. Figurou, porém, numa exposição colonial em Paris um bloco de carvão com dizeres de que era proveniente de Calçoene, no antigo contestado e temos visto em mão de pessoa fidedigna uma amostra de lignito da melhor qualidade, que era do Rio Capim. Existe a possibilidade de se encontrar camadas de carvão nas formações cretaceas, o que aliás, acontece na Nova-Zelandia, Estados Unidos e outros logares; e como os recentes estudos do Serviço Geologico do Brasil têm provado terem estas formações muito maior extensão do que se pensava, neste Estado, é possivel que sondagens futuras possam dar resultados inesperados.

Petrolio — Do Rio Uruanú, affluente do Gurupi, tem vindo uma amostra de osokerito, que é um petroleo solidificado, o que senão é uma prova conclusiva, pois se encontra tambem em logares aonde não ha petroleo liquido, em todo caso, constitue uma forte indicação duma possivel existencia deste valioso hydro-carbono. Outra indicação ha num logar perto do Rio Piriá, onde, de pequenas fissuras num arenito, se escapa um gaz inflammavel.

Pedras preciosas

Rubis — Encontram-se em varios logares no leito do Rio Gurupi assim como *Granadas* e *Turmalinas*, e têm se encontrado *Diamantes* num affluente do mesmo rio perto de afloramentos de uma rocha laminar quartzosa, parecida com itacúlumita.

Opalas — Occorrem em cavidades num rhyolito amygdaloidal, nas cabeceiras do igarapé do Alegre, affluente do Gurupi-Mirim,

Existem, como se vê pelo exposto, boas indicações de uma grande riqueza mineral no vasto territorio paraense e é fóra de duvida que no dia em que uma legislação garantidora e uma politica economica, liberal e favoravel a empresas mineraes, conseguir attrahir os capitaes necessarios para racionalmente estudar o rico sub-sólo deste Estado, se encontrarão muitas jazidas industrialmente exploraveis, cujo meneio abrirá novos horizontes para o desenvolvimento e riqueza desta grande terra.

GUILHERME LINDE.

IX

Ethnographia

A

ETHNOGRAPHIA HISTORICA

O povo paraense, como o de todo o Brasil, foi constituido por tres elementos ethnicos: o branco, o negro e o indio, os quaes continuam a trabalhar no caldeamento da mestiçagem, dando aos homens, nascidos nessas paragens, physionomias diversas, sem traços communs que possam caracterizar a sua feição predominante.

Sociologicamente foi o branco quem lhe trouxe, da velha Lusitania, a lingua, as crenças religiosas e os primeiros ensaios de cultura, pouco a pouco mesclados de termos gentilicos, fanatismos pagãos e costumes grosseiros introduzidos pelos aborigenes, principal factor da sua constituição ethnica.

O negro, na primitiva condição subserviente de escravo, importado da Africa Occidental como succedaneo da escravatura indigena, felizmente extincta em 1755, era serviçal, todo entregue á faina da lavoira, contribuindo ahi, se bem que em menor escala, para a elaboração associativa. Delle provieram os *sambas*, *batuques* e *carimbós* (dansas ao tambor), com que se recreavam nas festividades religiosas e profanas dos antigos nucleos coloniaes, chegando mesmo á primitiva civilização das villas e cidades. Ninguem lhes póde negar um certo cunho poetico nas canções populares com que o mestiço á *marimba* ou ao *lambor*, deliciava a assistencia afadigada pelos trabalhos do eito. Muitas superstições e muitas lendas, os *lobishomes*, os *curupiras* e as *matintas-pereiras*, vieram pelo consorcio do que tinha sahido das costas africanas e do centro mysterioso da Amazonia. Conquistadores e conquistados, senhores e escravos, fundiram-se, pouco a pouco, num trabalho de tres seculos, para constituir um povo semi-barbaro e semi-civilizado.

Eram brancos os missionarios, os soldados e os colonos, quasi todos portuguezes, que vinham ao Pará, trazendo poucas mulheres e assim obrigados a entreterem relações sexuaes com o elemento local por imperiosa necessidade physiologica, excitada pelo clima e pela alimentação picante. Maritalmente ou amancebados, delles sahia a mestiçagem que constitue mais de quatro quintos da actual população paraense.

Pelas varias combinações entre as primitivas raças formaram-se: o *mameluco*, que é o cruzamento do branco com o indio; o *mulato*, do branco com o negro; o *cafuzo*, do negro com o indio; o que, erradamente, José Verissimo chama "curiboca" que é o cruzamento destes mestiços com a primitiva raça negra e deve formar a 4ª classe.

> «Comprehende-se quão difficil é, sem um estudo verdadeiramente scientifico, apoiado em observações copiosas e rigorosamente exactas e fidedignas, indicar com certeza as variedades destes cruzamentos e formular sua lei.» (José Verissimo — *O Pará em 1900*, pag. 135.)

Os proprios productos das raças iniciaes já traziam outra indole, muito differente daquella que lhe servira de origem. Assim é que o branco, provindo de paes portuguezes, commerciantes ou lavradores, tinha horror aos mistéres do seu genitor e se fez poeta ou doutor; o "negro novo" ou *crioulo*, oriundo de paes africanos, adquiriu costumes pacholas e se tornou o pioneiro da campanha abolicionista; o "caboclo", filho de indio, se bem que guardasse as suas adaptações hereditarias para a caça ou para a pesca, tornara-se mais caseiro e mais amigo dos centros populosos.

Para o cruzamento dessas raças, não se poderá negar encomios ao Governo da Metropole, que recommendava o matrimonio de portuguezes com indias, por meio de honrarias e munificencias apreciaveis.

O branco veio para o Pará primitivamente da velha Lusitania ou de uma colonia portugueza chamada Mazagão (1771), situada ao Norte da Africa, ou de emigrantes fugidos espavoridamente da Ilha dos Açores, devido a um terremoto consequente da erupção de um vulcão. Anteriormente a 1882, o governo da Provincia localiza á margem da Estrada de Ferro de Bragança uma colonia de immigrantes francezes, que pouca relação teve com os naturaes; o mesmo aconteceu com as colonias hispanholas estabelecidas naquella zona, nas administrações dos drs. Lauro Sodré e José Paes de Carvalho. Até hoje existe uma permanente entrada de immigrantes, vindos já exclusivamente dos portos daquella Republica, que na sua quasi totalidade se têm consorciado com as filhas dos naturaes.

O que imprimia maior feição caracteristica ao povo paraense, ethnicamente fallando, era, sem duvida, o indio, que antes da colonização occupava o seu vastissimo territorio, desde os mais invios sertões, até ás margens dos seus rios e costas maritimas, em uma população duplamente superior a que contamos hoje.

Infelizmente, a compacta massa indigena foi trucidada pelos conquistadores e evadiu-se espavoridamente para os Estados limitrophes, restando della nesse tempo, o contingente que foi aproveitado no escravizamento domestico ou para lavoira incipiente.

Uns e outros tiravam proventos desses novos trabalhadores, sem, comtudo, dar-se a qualquer estudo sobre a sua origem, nem á menor piedade pela sua condição. Não fôra a catechese e o condoimento posterior dos padres jesuitas, esse elemento primordial da nossa raça teria sido completamente extincto ao guante dos seus pseudos senhores, que haviam conseguido do proprio solio pontificio uma bulla em que os arredava completamente da sua condição anthropologica.

De accôrdo com os mais recentes estudos Martius, de Paulo Ehrenreich, Steinen e Lucien Adam, o indio que habitava o continente paraense podia ser classificado em quatro grupos principaes: *Tupinambás* ou *Tupis*, *Caraibas*, *Aruaks* e *Tapuias*. Esta differenciação é feita sobretudo relativamente ás linguas e dialectos por elles fallados, havendo, entretanto, até hoje, tribus que não poderam ainda ser classificadas, por falta de melhor conhecimento e estudos a seu respeito.

Os *Tupinambás* occupavam a larga cinta da costa maritima do Pará, desde o Guajará até ao Gurupi, levando a sua occupação até ás margens dos rios que affluem nessa extensa zona. Assim foram esses selvicolas que receberam Francisco Caldeira de Castello Branco, em 1616, para fundação da Cidade de Belém e foram elles tambem que, por vezes, se insurgiram contra a tyrannia dos colonos. Ao auxilio dos seus braços, deve o Pará a grandiosidade dos seus maiores monumentos, taes como as suas egrejas (Cathedral, Carmo, Mercês, Santo Alexandre e Santo Antonio, na Capital, e a bella Matriz da Cidade da Vigia); foram elles que collaboraram primitivamente na construcção das fortificações do Estado e até do proprio Palacio do Governo. Era uma raça intelligente e forte, se bem que muito desconfiada e ás vezes ciosa pela sua liberdade. Com melhor systema de colonização, teriamos aproveitado os Tupinambás para a constituição de um povo que teria dado, até hoje, maior desenvolvimento ás precarias condições de nossa terra.

Os *Aruaks*, conhecidos collectivamente por *Nheengaibas*, appellido que lhes davam os Tupis, por fallarem uma lingua por elles não comprehendida, occupavam o archipelago de Marajó e toda a Guiana Brasileira, recebendo varios nomes, conforme a situação geographica da sua maloca e eram chamados *Aruans*, *Anajázes*, *Mocoôcs*, *Mapuás* em Marajás e *Aruás* na Guiana.

Os *Caraíbas*, que parece terem sido um povo de invasores no Continente paraense, occupavam grande parte da margem septentrional do Rio Amazonas, extendendo-se pelos seus affluente até ás Guianas, de onde passaram para a America Central até a Florida. Incorreram nos affluentes da outra margem do grande rio, alli deixando compactas populações indigenas, das quaes as mais notaveis são os *Mundurucús* (Muturucús), ainda hoje em numero superior a 5.000 individuos no alto Tapajós; os *Maués*, em numero inferior, na região fronteira entre o nosso Estado e o Amazonas; os *Caripunas*, no territorio guianez. Mocquet, excursionista francez, no meado do seculo XVIII, a elles se referiu no seu livro *Caripús*.

Os *Tapuias*, formando um povo mais inculto que os precedentes, sem relações de affinidades, occupavam o centro das terras, vivendo sempre em guerra uns com outros, ou perseguidos pelas raças mais adeantadas.

Delles ainda existem alguns ramos principaes, como sejam os *Timbiras*, os *Manajés*, os *Guajás*, muitos ainda em uso dos machados de pedra, fugindo suspeitosamente de todo o appello civilizador, mas em tão pequeno numero que em menos de um quarto de seculo talvez estejam completamente extinctos. Delles sahiu o melhor contingente para a "escravidão vermelha", que tão bons trabalhos operou na primitiva lavoira da nossa região.

A agglomeração dessas diversas raças, para o concurso da civilização luso-paraense, costumes e usos diversos dos que tinham nas suas aldeias, de onde sahiam pelo comprazimento ou pela violencia, pelo *descimento* ou pelo *resgate*, obrigados a fallar uma lingua extranha e por conseguinte com difficuldades na explicação, das suas origens e da sua indole contrafeitos a um escravizamento imposto pelo azorrague e pelo temor, esses diversos factores se amalgamaram de tal fórma, que muito difficil foi, mais tarde, distinguir-lhes as feições caracteristicas da raça, mesmo da tribu, fazendo, entretanto, predominar os distinctivos dos Tupinambás, já anteriormente acamaradados com os colonos, de quem se tinham constituido feitores no serviço agricola imposto aos seus companheiros; dahi veio que a lingua tupi se tornou a "lingua geral" que os outros indios começaram a comprehender e que mesmo chegou a ser fallada por muitas familias civilizadas.

De feito, ethnographicamente fallando, será difficil distinguir as differenciações anthropologicas que constituiram pelo lado indigena o povo paraense; sómente o podemos fazer em relação aos tupis, que chegaram a denominar, com o seu vernaculo, as nossas povoações, os nossos rios e outros accidentes geographicos, modelando os nossos costumes e até introduzindo vocabulos e locuções no nosso idioma. Ha philologos a asseverarem que, tal será o trabalho continuo effectuado pelo elemento gentilico sobre a lingua portugueza que, em mais alguns annos, fallaremos um idioma muito differente do da antiga Lusitania, ou então um dialecto proprio, com ligeiras relações de affinidades linguisticas com o tronco de origem.

São, sem duvida, os mamelucos, cruzamentos principaes dos Tupinambás e dos Tapuias, que infiltraram moralmente os seus costumes nas nossas regras de civilização, os que constituiram a resultante do desenvolvimento cultural do povo paraense, na sua physionomia, nos seus costumes e até no seu caracter.

Data de 1877 a entrada de um novo elemento para a formação do povo paraense. Foi o "cearense", mestiço mais approximado do branco, mais affeito ao trabalho pelos rigores das calamidades que assolam a sua terra, que veio trazer para o paraense um novo estimulo ás aventuras, fazendo da Amazonia uma região capaz de receber em seu seio povos de nacionalidades mais fortes, para a exploração e utilização das suas incalculaveis riquezas naturaes.

Hoje que se acha extincta no Estado a febre amarella, a mais traiçoeira adversaria do elemento extrangeiro, tudo nos leva a crer que, em periodo mais ou menos curto, a vasta região paraense se constituirá pelo cruzamento com as varias raças européas, o emporio ethnico de uma geração mais forte, mais trabalhadora e mais util.

IGNACIO MOURA.

B

ETHNOGRAPHIA EM GERAL

A população paraense é feita de tres elementos ethnicos: branco, negro e indio. Como em todo o Brasil, porém com maior intensidade, do cruzamento destas tres raças resultou o que podemos chamar o povo paraense. A branca é representada principalmente pelo Portuguez, a negra por pretos da Costa Occidental da Africa e a india pelo indigena americano, habitador da região na epocha da conquista.

Do ponto de vista sociologico, foi certamente o branco o factor mais importante da constituição do povo paraense,

Este foi quem lhe deu, com a lingua, a religião, a cultura, a civilização. Do aspecto propriamente ethnographico, porém, o mais consideravel factor da sua formação foi o indio, para chamar por este, aliás inadequado appellido, o selvagem brasileiro.

Dos 150 soldados (1) trazidos á conquista do Grão-Pará por Francisco de Caldeira Castello Branco, muitos seriam luso-brasileiros, pernambucanos principalmente, que em 1613 acompanharam Jeronymo de Albuquerque á conquista do Maranhão (2). Entre estes haveria mestiços. A'quelle primeiro nucleo, antes de occupação que de colonização, reuniram-se, com uma insignificante leva de immigrantes depois de 1620, alguns funccionarios e religiosos. Ainda em 1639, nas povoações portuguezas de Belém e Cametá havia poucas mulheres brancas, e o chronista que o nota observa, como antes delle fizera para a Bahia o padre Nobrega, que "se viessem da Hispanha seriam bem recebidas" (3). Em 1662 o ouvidor geral Heriarte dá para a população de Belém "até 400 vizinhos moradores" (4), contando tres companhias de infanteria. Pelo que da historia paraense sabemos, a maioria branca desses moradores seria dos soldados, funccionarios e religiosos portuguezes; os indios já civilizados, ou pelo menos "reduzidos", constituiriam o resto, certamente maior que aquella parte da população. No fim do seculo dezoito, em 1787, o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em viagem de estudos na Amazonia por commissão do Governo Portuguez, dava informações sobre os habitantes da Capitania do Rio Negro, de todo o ponto applicaveis aos do Pará. Eram brancos, indios e pretos. Os brancos eram Europeus ou Americanos. Os primeiros foram pela maior parte soldados, a quem se deram as suas baixas para casarem com as indias. O Governo Portuguez favoreceu sempre os casamentos dos seus nacionaes com as indias, do que não só lhes não resultaria baixeza ou infamia, mas lhes adviriam vantagens, fazendo-se dignos de particular attenção de el-rei para a preferencia nos logares e occupações nas terras onde se estabelecessem, segundo a sua capacidade e de seus filhos e descendentes, que ficavam habilitados para todos os empregos, honras e dignidades. Os brancos americanos eram de outras capitanias do Brasil — poucos deviam aliás ser brancos estremes — e em particular da do Maranhão, ou filhos dos primeiros. Os indios eram os descendentes dos descidos dos sertões ou os mesmos descidos. Os pretos, os exportados da Costa d'Africa, particularmente das ilhas do Cabo Verde e do Reino de Angola, ou creoulos, seus filhos, nascidos e educados no Pará (5).

Afóra alguns degradados que seriam mandados para o Pará, e os funccionarios e soldados necessarios á administração, policia e defesa da colonia, não recebeu ella outros habitadores portuguezes que a parte, necessariamente diminuta, dos açorianos que em numero de menos de sete-centas pessoas vieram para o Maranhão em 1620 e 1667 (1). Isto mesmo, informado por Accioli, não parece certo, pois nem Berredo, nem Baena corroboram a sua informação. Berredo apenas se refere á vinda dos colonos para o Maranhão em 1620 e nada diz da léva de 1667. Baena, que é mudo a esse respeito, — e em nenhum historiador ou chronista se nos deparou confirmação da noticia de Accioli, — noticia entretanto, que em Janeiro de 1676 chegaram ao Pará, enviados pelo Governo Portuguez, 234 pessoas de ambos os sexos, fugindo á desgraça em que os lançara uma irrupção vulcanica do Fayal (2). E esta é a primeira noticia de vinda de colonos para o Pará.

O mesmo Accioli dá a população do Pará em 1832, de 118.670 habitantes e assevera que os indios constituiam a maxima parte della (3). Para a mesma época mais ou menos attribue Baena á Provincia do Pará, comprehendendo ainda a Comarca do Rio Negro, uma população de 149.854 habitantes, dos quaes 62.728 homens de côr, sendo 29.977 escravos e 32.759 indios. Baena, cumpre notar, não classifica entre os indios senão os puros, aos quaes chamamos neste estudo Tapuias, aldeiados ou vivendo nas povoações, não considerando os mamelucos, que junto com os mulatos e outros mestiços, contribuiam para a população não escrava ou não india (4). Em Belém, capital da Provincia, e o logar della onde mais devia avultar a raça superior, em uma população total de 12.467 habitantes, o numero de brancos era de 5.643 (5).

Estas informações historicas e dados estatisticos provam sufficientemente quão pouco numeroso foi o concurso da gente branca na constituição da população paraense. E ainda se póde dizer que aquelles dados não correspondem á realidade, no que respeita aos não brancos, sabendo-se como é difficil apura-la em materia de raças, quando os preconceitos impedem a cada um a confissão da propria, desde que as apparencias permittem esconde-la ou nega-la.

Foi tambem sempre escassa a immigração de mulheres brancas para o Pará. Mesmo as portuguezas vieram em numero diminuto. As poucas vindas acompanhavam seus maridos, de sorte que afóra a prole dessas, a maioria de sua população é filha de pae europeu e mãe indigena pura ou mestiça.

O recenseamento do Brasil, effectuado em 31 de Dezembro de 1890, não obstante os seus vicios e deficiencias, confirma aquelles dados e a noção que delles se tira. Apurando para o Estado do Pará 328.455 habitantes, o que fica certamente abaixo da verdade, divide-os em brancos 128.813, negros 22.193, caboclos 65.495 e mestiços 111.958. Os brancos são assim apenas pouco mais de um terço da população, sendo mais de metade della de outras raças, da negra, e sobretudo de caboclos (tapuias, chamamos-lhes nós) e de mestiços, 177.449, estes certamente em maioria de sangue tapuia (6).

Isto posto, podemos, sem receio de erro apreciavel, affirmar que o povo paraense é por duas terças partes mes-

(1) André Pereira — "Relação do que ha no Rio das Amazonas", etc., — in-*Viaje de Pedro Teixeira*, por Marcos Jimenez de la Espada. Madrid, 1889.

(2) Accioli — *Chorographia paraense*, pag. 73. Bahia, 1833.

(3) "Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas provincias", na obr. cit. do sr. Jimenez de la Espada.

(4) *Descripção do Estado do Maranhão*, etc. Vienna d'Austria, 1874.

(5) "Diario da Viagem philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro", na *Revista do Instituto Historico*, tomo XL, pags. 24 e seguintes.

(1) Accioli — Obr. e lug., cit.

(2) Baena — *Eras*, pag. 140.

(3) Obr. e lug. cit.

(4) *Ensaio chorographico sobre a Provincia do Pará*, pag. 463. 1839.

(5) *Ibidem*, pag. 284.

(6) "Sexo, raça e estado civil, etc. da população" — *Directoria Geral de Estatistica*, Rio de Janeiro, 1898, 2/3.

tiço. No Pará, como em todo o Brasil, esta mestiçagem é de duas especies, a que procedeu dos cruzamentos entre raças e variedades diversas e a que resultou das influencias physicas e sociaes sobre os typos puros e seus productos.

São os productos daquella: o mulato, por cruzamento de branco e negro; o mameluco, por branco e indio; o curiboca por negro e indio; o cafuz ou cafuso por mameluco e negro, por mulato e indio, por curiboca e indio, ou curiboca e negro ou ainda talvez curiboca e branco.

Comprehende-se quão difficil é, sem um estudo verdadeiramente scientifico, apoiado em observações copiosas e rigorosamente exactas e fidedignas, indicar com certeza as variedades destes sub-cruzamentos e formular sua lei (1). Se o mulato é um typo bem determinado, producto de branco e preto, se o curiboca mesmo não offerece duvidas, como resultado de preto e indio, póde reunir o sangue das tres raças e conforme o grau dos cruzamentos e a quantidade de cada um daquelles sangues apresentar differenças grandes de conformação e de aspecto exterior. Do cafuz, parece, o que se póde com certeza affirmar é que ha sempre nelle sangue indio e negro, em sub-cruzamento, podendo tambem haver, pelo do mulato ou do mameluco sangue branco. Recapitulando: o branco com o negro (e aqui tambem a ordem dos factores não altera o producto), produz o mulato; o mulato com o indio ou com o curiboca, o cafuz; o negro com o indio produz o curiboca; o curiboca com o mulato ou com o mameluco o cafuz; o indio com o branco, produz o mameluco, que com o mulato ou curiboca dá o cafuz.

Nesta enumeração refiro-me sempre ás raças puras no caso dos primeiros cruzamentos, e aos primeiros productos no dos sub-cruzamentos, pois além desses — o mameluco, o mulato, o curiboca — ha, já aquella enumeração o mostrava, e nem precisava dize-lo, uma infinita diversidade de productos de multi-cruzamento dessas primeiras variedades segundo o grau de consanguinidade com os typos puros das raças cruzadas. Quem poderá nesse vasto laboratorio de mestiçagem, que é a Amazonia, distinguir e classificar os productos de um mulato de 2º ou 3º sangue, com um curiboca de 1º ou de 4º; deste com um mameluco de 1º ou de 5º e assim por deante?

Mas, além destes mestiços propriamente dictos, resultados de cruzamentos de raças e variedades diversas, ha os mestiços por acção physica e social do meio, si mestiços podemos chama-los. São o crioulo, nascido de pae e mãe negros. — O negro novo, como se chamou dantes no Brasil todo — e o tapuia, que lhe corresponde perfeitamente, como producto de pae e mãe indios. Os novos costumes e habitos, um meio physico diverso, e uma existencia muitissimo differente da que viveram seus paes no seu paiz de origem, ou nas mattas de sua vida selvagem e nomade, affeiçoaram o crioulo, filho de paes africanos. Os mesmos factores, de parte o clima, fizeram o tapuia, de paes indios. O facto ethnographico nos dois casos é o mesmo. Nem ha confundir o crioulo com os negros africanos seus paes, nem o tapuia com os indios selvagens seus progenitores. E esta differença se accentua nos productos successivos desses mesmos typos entre si, sem introducção de nenhum outro factor ethnico. Não poucas vezes, entretanto, o atavismo reproduz o typo original, com mais ou menos vigor e accentuação.

Se do ponto de vista social é indubitavelmente o branco o factor principal do povo paraense, sob o aspecto ethnographico é o indio esse factor. Já o mostra a simples superioridade numerica das variedades por ella, em cruzamento com as raças branca e negra, produzidas. Mais o demonstrará ainda a persistencia na vida do povo paraense, nos seus usos e costumes, na sua linguagem e nas suas crenças no que em summa o caracteriza e distingue entre as demais gentes brasileiras, de fortes e predominantes elementos indios.

Portugueza é a sua lingua, e pela construcção, prosodia e vocabulario, talvez das mais puras do Brasil; mas centenas de vocabulos tupis, e algumas formas especiaes da lingua indigena, enxertaram-se na lingua corrente paraense; catholica é a sua religião, mas profundamente eivada de crenças, abusões e praticas do fetichismo tupi; são europeus os seus costumes, mesclados porém, grandemente de usanças indigenas, que se impuseram ás mesmas populações brancas. A sua vida material, a sua casa, a sua agricultura, as suas industrias domesticas, os seus artefactos e utensilios caseiros ou da sua actividade economica, como os seus apetrechos, e ainda os seus processos de pesca, e tambem, embora menos de caça, a sua cozinha, são, apenas modificados, os mesmos do seu antepassado selvagem. Esta persistencia de uma civilização selvagem, esta sobrevivencia, como lhe chamam os ethnologos, explica-se pela facilidade com que os portuguezes se adaptaram ao meio e se utilizaram em seu proveito, sem quasi nenhum preconceito de raça e de cultura, não só do gentio, mas das mesmas condições da sua vida material. E só assim se comprehende como num clima rigoroso, senão inhospito, numa natureza brava, largamente separada da terra civilizada, desapercebidos de elementos de successo, pôde não só no Pará, mas no Brasil, um punhado de homens assenhorear e conservar, contra as entrepresas de nações mais fortes, tão extensas e difficultosas regiões. Sómente a sua facilidade de adaptação ás circumstancias physicas e moraes, explicam no Pará e alhures o successo incontestavel da sua conquista.

Escassa importancia é a do negro na ethnographia paraense, resumida a ter, por seu cruzamento com o indio produzido as variedades ethnicas, o curiboca e o cafuz. Foi relativamente diminuto o seu concurso na população do Pará, que por occasião da abolição do elemento servil, segundo o euphemismo adoptado, era uma das provincias que menos escravos possuiam. Prova da insignificancia é não haver deixado no povo paraense impressões que mereçam notadas pela Ethnographia. Quasi nenhum signal do Africano, ao contrario do que succede no centro e Sul do paiz, existe seja na lingua, seja nos costumes, seja nas crenças populares do Pará. Na lingua, exclusivos ao povo paraense, não sei de outros vocabulos de origem africana que *muxinga* (chicóte), *mocambo* (couto de escravos fugidos) e *mocambeiro* (escravo refugiado no mocambo). Não haverá talvez nenhum outro.

O que, pois, distingue ethnographicamente o grupo paraense entre os outros grupos da população brasileira, é a feição particular que aos seus habitos moraes e materiaes

(2) A Ethnographia no Brasil tem sido até agora feita por amadores, mais ou menos desapercebidos do preparo e dos meios necessarios ao seu estudo scientifico, como o auctor destas linhas. Seria uma gloria para o Museu Paraense, que tão bons serviços já começa a prestar ao conhecimento scientifico do Pará, fundar definitivamente no Brasil o estudo scientifico da Ethnographia brasileira. Neste caso a questão das raças mestiças no Pará devia merecer a sua attenção.

imprimiu o selvagem que occupava o Pará na epocha da conquista e colonização.

Quem era esse selvagem!

O littoral, ou antes as beiras dos rios que ao littoral vinham ter, ao Sul do Amazonas, como o Grão-Pará dos conquistadores e chronistas e, para Oéste, o Tocantins, os canaes de communicação com o Amazonas, a região de Gurupá, primeiras paragens e assentos da conquista, eram habitados pelos Tupinambás. Tupinambá era o gentio que Francisco Caldeira encontrou no sitio onde fundou a Cidade de Belém, como era tambem o que oppoz a primeira resistencia á tomada da terra e á passagem de Pedro Teixeira atravez dos sertões de Caeté, levando ao Maranhão as novas da conquista. Não só o dizem expressamente os conquistadores, que já se não enganariam no conhecimento daquelles indios, mas os nomes de logares ou de individuos, e outros vocabulos indigenas assignalados pelos primeiros monumentos escriptos do estabelecimento portuguez no Grão-Pará e Rio das Amazonas, como se então dizia, pertencem á lingua tupi, ou geral, por aquelle gentio fallada. Sabe-se hoje que este nome "tupi" não tem de facto uma real significação ethnographica. Nenhum gentio do Brasil se chamou ou antes foi chamado Tupi. O selvagem brasileiro, como talvez todo o selvagem, se não denominava a si proprio com um gentilico, que distinguisse o seu de outros grupos selvagens. Para se distinguirem era aos outros que nomeavam. Assim os nomes das tribus, quaes os conhecemos, eram verdadeiras alcunhas com que os vizinhos as appellidavam, uns méramente topographicos ou designativos, sem nenhum intuito deprimente, outros affrontosos ou pejorativos, derivados de uma circumstancia peculiar á tribu a que era dado: Tabajáras, os fronteiros; Ubirajáras, os que usam varas ou lanças, os lanceiros (e não a traducção fantasiosa e romanesca de Alencar, os senhores da lança). Tamoios, os avós, os mais velhos, os mais antigos (naquellas paragens?) talvez; Potiguáras, o papa-camarão ou simplesmente os Potienses, como diriamos em portuguez; Gcitacás, os andejos; etc.

Dessas tribus da costa tinham algumas no seu nome, isto é, no nome com que as designavam as vizinhas, a palavra "tupi": Tupinambá, Tupiniquim, Tupinaes. E os Tupinambás são assignalados desde o Rio de Janeiro até ao Pará. Portuguezes e Francezes, que foram os primeiros a escreverem das coisas do Brasil, englobaram na denominação generica de Tupinambá todo o gentio da costa que fallava aquella lingua, nella usual e corrente. Elles proprios se davam como taes, e sabendo-se que, como fica dicto, os nossos indios se não denominavam a si mesmos, poder-se-ia admittir, como aventurou Baptista Caetano, que respondessem ao forasteiro que lhes perguntava quem eram, se designassem por *tibiábá*, filhos da terra. Percorrendo o interior do Pará, mais de uma vez aconteceu-me ouvir identica resposta ao tapuia a quem indagava donde era: "Sou d'aqui", respondem frequentemente áquellas perguntas, e a sua resposta equivale certamente á de "gente da terra" ou "sou gente da terra" do selvagem do littoral aos primeiros que aqui vieram, e que de uma expressão apenas indicativa da estancia ou moradia, fizeram uma denominação gentilica.

Estes mesmos Tupinambás appellidavam de "tapuia" a todo o gentio que, talvez de outra estirpe, não fallava a sua lingua delles, e não tinha os seus costumes. O nome de "tapuia" tinha para elle a mesma significação que para o Grego e para o Romano o de "barbaro". Os Tupinambás do Pará parece não terem applicado esta denominação de tapuia senão mais tarde que a conquista, talvez muito depois della, e aos indios de outras tribus que não as da sua lingua, ao Sul do Rio Pará e do Amazonas. Tapajós talvez não seja senão uma corrupção de Tapuioassú — Tapuiossú. Ao numeroso gentio que habitava Marajó e o seu archipelago e ainda a costa septentrional do Amazonas, chamavam "nheengaiba". No seu pensamento, esta denominação, adoptada pelos Portuguezes, seria puramente linguistica, se se póde dizer assim. Por ella distinguiam a gente que fallava uma lingua differente da sua, e por isso, ao seu parecer, ruim. Nheengaiba significa de facto lingua má, lingua ruim, naturalmente lingua difficil, que não entendemos. Para os Tupinambás a lingua boa era a sua, *nheengatú* (*nheeng*, lingua, falla: *catú* — *gatú*, bom, boa), que oppunham a *nheengaiba* (*nheeng* e *aiba*, má). Este criterio selvagem de julgar a respectiva e as extranhas linguas, não desappareceu ainda de todo mesmo em povos civilizados.

Conforme foram os Portuguezes penetrando o interior, subindo o Amazonas, assim foram encontrando, vagabundos ou estabelecidos — sempre um estabelecimento ephemero — os mesmos Tupinambás, que, segundo uma tradição constante na Historia do Brasil, escorraçadas da costa teriam emigrado sertões a dentro, e vindo parar á margem direita do Amazonas, donde talvez raras tribus ou bandos se passaram para a esquerda.

Segundo a mais recente, e porventura mais certa, classificação ethnographica do selvagem brasileiro, devida aos trabalhos dos srs. Von den Steinen, Paulo Ehrenreich e Lucien Adam (1), seria o Pará habitado, na parte ao menos em que o conquistador entrou logo no primeiro seculo em contacto com o indigena alli encontrado, pelos Tupis, pelos Caraibas e pelos Nu-Aruaks. Sob o nome geral de Tupinambás, estanceavam os Tupis pelo Littoral maritimo e fluvial do Grão-Pará (Pará-assú) até ao Caeté e ao Gurupi — appellidos todos evidentemente tupis. Os Nu-Aruaks, sob a denominação collectiva de Nheengaibas, que lhes deram os Tupinambás e adoptaram os Portuguezes, e nomes, por assim dizer locaes, que estes lhes attribuiam, derivando-os dos rios por esse gentio habitados, como Mapuazes, Anajazes, Mocoões os quejandos, estanceavam pela ilha e archipelago do Marajó, Guiana e talvez toda a margem esquerda do Amazonas, desde os rios Parú e Jari até ao Oiapoc e rios intermediarios. Os Caraibas, quiçá em alguns pontos da Guiana e da mesma margem. Mocquet, viajante que por alli passou em 1604, falla no seu raro livro de *Caripoue*, naturalmente Caribunas — Caripunas no littoral guianense, ao Norte da foz do Amazonas. Gentio Caraiba e Nu-Aruak havia tambem por toda a esquerda porção do valle amazonico. Na mesma parte esquerda ou meridional haveria Caraibas, como os Tapajós e os Mundurucús, se estes não eram os mesmos que aquelles, como o seriam tambem os Carajás do Xingú e da região entre elle e o Tocantins.

Seja, porém, qual for o grau de certeza destas noções, forçosamente sujeitas a equivocos e ainda carecedoras de maiores verificações, não importam ellas muito ao estudo

(1) Veja-se dr. Emilio Goeldi — "O estado actual dos conhecimentos dos indios do Brasil" — *Boletim do Museu Paraense*, Dezembro de 1898, e "Divisão e distribuição das tribus do Brasil", pelo dr. Paulo Ehrenreich, trad. de Capistrano de Abreu, na *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo VIII.

da Ethnographia actual do Pará. A colonização portugueza e a catechese jesuita — que foi o pirincipal factor da colonização, pelo aproveitamento do selvagem, que, sem a intervenção jesuitica teria sido por completo anniquilado pela estupida ambição do colono, destruiram as distincções que porventura havia entre as tribus selvagens. Os descimentos dessas tribus dos seus habitaculos para outras regiões, onde o proprio meio novo e as praticas civilizadas a que eram obrigados lhes modificaria a condição primeira, os resgates, misturando na incipiente vida luso-paraense individuos de tribus e quiçá de raças diversas, o uso de uma outra lingua que não a sua, como meio de catechese, imposto a todo o gentio, qualquer que fosse a sua estirpe e linguagem, deviam em tempo relativamente curto acabar por confundir as distincções ethnographicas dessa gente assim misturada, fazendo tambem predominar no seu conjuncto as caracteristicas ethnicas dos Tupinambás. Estes eram, com effeito, quem nas beiradas primeiro frequentadas do rios Pará e Amazonas, tinham a supremacia numerica, que o emprego exclusivo e a generalização da sua lingua, e dos seus costumes, alguns logo adoptados pelos colonizadores, deviam augmentar.

Assim, do ponto de vista exclusivamente ethnographico, o elemento predominante na Ethnographia paraense, qual a podemos estudar hoje na grande população mestiça do Estado, é o tupi. Se entre as differentes tribus e gentes, reunidas pela colonização e pela catechese na formação da sociedade paraense, havia differenças anthropologicas ou ethnologicas, difficillimo, senão impossivel, seria verifica-las, segundo o concurso de cada raça primitiva.

Esquivo-me a dar uma descripção dos typos principaes da larga mestiçagem paraense, pois o não poderia fazer com exactidão scientifica, que talvez sómente um estudo systematico conseguiria. Nada todavia mais difficil do que definir os typos ethnicos que, aliás, distinguimos perfeitamente uns dos outros.

São, já o disse, esses mestiços, principalmente os mamelucos, em todos os graus de cruzamentos e sub-cruzamentos, com os brancos, e entre si, e os tapuias, mestiçados moralmente, se se póde dizer assim, pelos costumes do viver civilizado, o mais numeroso e, economicamente, o principal elemento ethnico da população paraense, o que lhe dá as suas caracteristicas originaes, as suas feições peculiares, a sua physionomia propria.

Pouco ha, aliás, hoje a esperar desta gente, sem actividade, sem ambição, sem energia, sem caracter em summa. Ella tem necessariamente de ceder o passo á gente mais apta para as competencias da vida de uma região nova, riquissima, mas que precisa ser explorada e aproveitada. Desde 1877 que um outro factor entrou na população paraense, o Cearense, enxotado pela secca e penuria do seu arido terreno. Mais proximo do branco, e sobretudo mais acostumado ao trabalho, que a mesma maninhez da sua terra lhe impunha, mais industrioso e provido, por ter-lhe a sua gléba avara ensinado a necessidade de produzir e de guardar, mais duro tambem que o Paraense, o Cearense começou na Amazonia a obra da eliminação do mestiço indigena, e servirá talvez de élo, ou melhor, de transição entre essa gente e elementos europeus que a politica paraense bem inspirada procura attrahir para esse feracissimo torrão.

Não obstante o seu malsinado clima, póde o Pará receber a immigração dos paizes do Sul da Europa, e nas suas cidades a região de temperatura mais amena, que as tem, os mesmos do centro daquelle continente, francezes, allemães do sul, piemontezes e outros, e com essa gente modificar a sua população, fazendo nella predominar, em mais ou menos tempo, o elemento branco. Sem nenhum preconceito de raça, que m'os veda a minha propria estirpe, penso que a raça branca é a raça da civilização e do progresso, e que, quer no conjuncto das sociedades americanas, quer no das sociedades brasileiras, a hegemonia ou pelo menos a superioridade cabérá áquellas em que predominar esse elemento.

Não é isto recommendar por fórma alguma a exterminação das populações que fazem o fundo e são a maioria do povo paraense. Se o "problema politico, segundo conceituía um sisudo sabedor, consiste em aproveitar no maior proveito das sociedades a força natural que lhes é propria", erro fôra não procurar por todos os meios de educação, no mais alto e mais amplo sentido desta palavra, aproveitar em bem da civilização paraense aquelles elementos.

Já ella, aliás, lhes deve muitissimo, que formam elles, a sua resistencia ao clima, a sua docilidade, a sua paciencia, que tornaram possivel a penetração dos seus rios e sertões, o desbravamento das suas mattas e igapós, a colheita dos seus fructos selvagens e a recolta desses productos que, como a borracha, a castanha, a salsa, a copahiba, as madeiras, em logares inhospitos ou desaconchegados, constituem a riqueza do Estado. E ainda do seu mofino trabalho como agricultores do cacau e da mandioca, "tiradores de seringa", pescadores de pirarucú, da tartaruga ou da gurijuba, remadores das canôas que são o vehiculo das suas terras extensissimas, cortadas de aguas infinitas, que vive o Pará, e que viverá por muitos annos. Mas não ha como assentar sobre essa gente uma verdadeira civilização, que, como se verifica já hoje, seria sempre uma civilização de superficie, de uma tenue camada superior de raça e educação branca, fixada na capital e em algum outro raro centro de população, alheia de facto á massa do povo, politica e economicamente explorado e incapaz de resistencia e de acção.

O mesmo interesse dessas raças, se raças se podem chamar, e do Estado, está aconselhando que, sem nenhuma idéa deshumana de exterminio, novos cruzamentos com a branca venham activar, pela selecção natural, o advento definitivo da raça superior na população paraense.

E nem haja medo que esse cruzamento se não faça; o meio social paraense, como numerosos exemplos provam, já tem força bastante para annullar nos extrangeiros os preconceitos de raça, e demais as mestiças têm feitiços e aquella voluptuosidade verdadeiramente irresistiveis.

José Verissimo.

(*O Pará em 1910.*— Publicação commemorativa feita pelo governo do Estado — Pags. 131 a 144.)

C

ETHNOGRAPHIA STATICA

Será muitissimo difficil calcular, com a devida precisão, a população indigena que actualmente existe no vasto territorio paraense.

Conversei, a esse respeito, com o sr. Curt Nimundajú, ethnographo allemão, devotado desde os primeiros tempos

da sua juventude á causa do selvagem brasileiro. Sem medir sacrificios e até arrastando perigos á propria existencia, elle por varias vezes se tem "selvagenizado", fazendo-se iniciar em diversas tribus do Brasil, desde os Guaranís do Sul, de quem até hoje guarda o sobrenome já citado, até ás tribus da Guiana, onde se tem ficado até hoje, apenas cioso da segurança nas suas observações.

Os indios do Pará, segundo a tertulia que com elle entretivemos, não poderão mais ser classificados por typos anthropologicos, como o tentou fazer D'Orbigny; será mais facil agrupa-los, como já historicamente o conseguiram Martius e von Steinen, em typos linguisticos, visto como o nosso entrevistado talvez possúa a maior collecção de vocabulos dos maiores ramos indigenas do valle, chegando mesmo a organizar uma grammática geral, com o estudo comparativo desses diversos idiomas.

Dessa fórma, a população indigena do Pará poder-se-á dividir em quatro grandes familias: — Tupís, Caraïbas, Tapuias e Aruaks.

I

FAMILIA TUPÍ

A' familia Tupí, espalhada diversamente, desde o Oiapoc até ao Tupirapó, pertencem os indios *Oiampis* nas margens do Oiapoc, observados por Henri Coudreau em algumas centenas de individuos já anteriormente estudados por Petris, em 1769, Bodin, em 1824, Lucien Adam e De Bauve, em 1830, Le Prieur, em 1832, padre Dabbadie, em 1854 e sobretudo Crevaux, que, pelo ultimo quarto do seculo passado, deu sobre elles as mais importantes referencias. Ha quasi um vocabulario completo do seu idioma, organizado por Adam, De Bauve e Crevaux. Ainda com esses indios fôra organizada, em 1839, a povoação de Tuiuí-Maití, no Rio Jarí, quasi logo extincta pela ganancia de *regatões* (commerciantes ambulantes do rio), segundo as informações do presidente do Pará, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque (1861-1864).

São da mesma familia Tupí os *Tembés* (palavra indigena que significa — beiço —, por causa da rodella de cuia que usavam na cesura do beiço inferior, *tembetá*) existentes no Gurupí, Guamá, Acará-mirí e nas colonias Santo Antonio do Prata, podendo-se calcular em cerca de 2.000 individuos; os *Turiuáras* (antigos moradores do Rio Turí, no Maranhão) hoje existentes em numero de 100 no Rio Acará-Assú; os Manaiés, no Ararandeua, cabeceira do Capim, formado tambem pelo Surubijú, na parte oriental, levando estes indios os seus dominios até ao alto Rio Mojú, onde um explorador norte-americano, em 1913, conseguiu observa-los, ainda com os costumes mais primitivos, até em uso do machado de pedra. Estas tres ultimas tribus emigraram do Estado do Maranhão anteriormente ao meado do seculo passado, pois que desde 1850 já os presidentes da Provincia do Pará fallavam na necessidade de catechiza-los.

Os *Guajás*, que vagueam nos sertões do Rio Capim e do Gurupí e que tambem se servem ainda de machados de pedra, são Tupís primitivos e refractarios á civilização, em numero muito diminuto.

Os *Jacundás*, no igarapé do mesmo nome, affluente da margem direita do Tocantins, dos quaes, em 1792, tratou Thomaz de Sousa Villa-Real; vivem sem commercio com os civilizados, a quem, todavia, não hostilizam.

Os *Anambés*, perto do Araparí, á margem esquerda do Tocantins, de quem fallei no meu livro *De Belém a S. João do Araguaia*, em 1896; hoje, quasi extinctos.

Os *Tapirapés* (caminho de anta), no rio do mesmo nome, affluente pela margem esquerda do Araguaia e que sómente ha cinco annos entraram em commercio com os civilizados. Convém observar que os indios, na lingua geral, chamam — *tapirapé* — á Via-lactea, como a designar anta celeste a passeiar com o filho pelo espaço.

Além destas, ainda podemos considerar como pertencentes á familia tupí algumas outras tribus, que conservam vocabulos e locuções grammaticaes daquelle idioma, pelo que Ehrenreich os chamou de "Tupís impuros". Taes como:

No Xingú, os *Iurunas* (bocca preta), vulgarmente conhecidos por *Jurunas*, cujos restantes se têm retirado para os sertões de Matto-Grosso, sobretudo em 1915, amedrontados pelos excessos que lhes inflingiu um tal Tancredo Martins Jorge, já fallecido; restam delles ainda um grupo na Cachoeira Jurucuá. Sobre elles se referiram Bento Maciel Parente em 1626, padre João Daniel em 1750, d. frei João de S. José, 5º. bispo do Pará, em 1782; principe Adalberto da Prussia em 1843, conselheiro Brusque em 1863, Von Steinen em 1884 e Henri Coudreau em 1896.

Os *Chipaias* antigos *Juacipuias* (homens da taquara e da flexa), calculadamente uns 80, espalhados pelo Iriri e Curuá, sob o protectorado do coronel Ernesto Accioli. Sobre elles escreveram, embora ligeiramente, os escriptores já citados e mais particularmente a dra. Emilia Snethlage, actual directora do "Museu Gœldi" do Pará, na sua obra *A Travessia entre o Xingú e o Tapajós*, e o sr. Curt Nimueandajú, que tem em manuscriptos uma grammatica desse idioma.

Os *Curuáias* (homens periquitos), em numero de 120, na zona do alto Curuá, affluente do Iriri.

No alto Tapajós, pertence á mesma familia os *Mundurucús* (Muturucús), nação ainda hoje computada exageradamente pelos missionarios em 5.000 pessoas e que appareceram pela primeira vez no Pará em 1770, hoje espalhados pelas regiões do alto Tapajós e S. Manuel, estando a maior parte aldeiada na Missão Cururú, pertencente á Prelazia de Santarém. Os escriptores que delles trataram foram Martius, em 1820; Bates, em 1847-1859; Hartt, em 1871; Barbosa Rodrigues, em 1872; dr. Antonio Manuel Gonçalves Tocantins, em 1875; Henri Coudreau e Silva Coutinho, em 1896; James Curtis Farabee, em 1915, e d. Armando Abahlmann, prelado de Santarém, em 1916. Os Mundurucús foram os hunos do Pará; invadiram aguerridamente, em 1772, a vasta superficie do Estado, desde o Tapajós e o Madeira até ao Mojú e Capim, não poupando nem os civilizados nem as tribus; contribuiram poderosamente para a reducção da população indigena, aqui, mas foram batidos em varios encontros pelos Apinajés da secção do Tocantins e tiveram de retroceder ao seu ponto de partida, concentrado hoje no Tapajós, onde vão se civilizando, educados pela catechese dos frades allemães. Elles possuem ainda o segredo de reduzir o craneo humano, dos mortos, por um processo especial.

Os *Maués*, antigos *Magués*, indios aceiados, de alguma cultura na sua civilização pagan, industrioso, sobretudo na preparação do *guaraná*. Acham-se localizados no interior da margem esquerda do baixo Tapajós, calculados em 4.000 individuos, vivem espalhados pela fronteira do Contestado, entre o Pará e o Amazonas.

Os *Apiacás*, puros tupís, situados no Salto Augusta, Rio Tapajós, destroçados, ha pouco tempo, pela força militar da Collectoria de Matto-Grosso.

Sobre os Maués, os auctores que delles trataram, foram os seguintes: — Bates, Herden, Henri Coudreau, Katzer, e sobretudo Martius. Em relação aos Apiacás, temos as melhores referencias do conego José da Silva Guimarães, na sua obra *Memoria sobre os usos, costumes e linguagens dos Apiacás e descobrimento de novas minas na Provincia de Matto-Grosso*, em principio do seculo passado; Langsdorff, consul russo, que enlouqueceu na excursão do Amazonas, em 1828; conde Castelnau, em 1844; Chanaless, em 1862; Barbosa Rodrigues, em 1872; Coudreau, 1896; e Max Schmidt, em 1901.

II

FAMILIA CARAIBA

A esta familia pertencem diversos bandos conhecidos e denominados por *Araras*, que trazem uma exquisita tatuagem azul-escura, que vai do canto do olho ao maxillar inferior, como se estivessem continuamente chorando e têm a cartilagem do nariz (vomer) furada, para alli usarem um canudo de bambú, tendo enfiado uma penna de cada lado em tempo de festa. Estão situados no médio Xingú e delles se destacam os *Paririris*, denominação tirada dum arbusto da Amazonia, therapeuticamente usado para cozimento diuretico: habitam no Pacajá de Portel; os *Apiacás*, no baixo Tocantins, que se não devem confundir com os *Apiacás* do alto Tapajós. Ha estudos comparativos da sua linguagem feitos por Ehrenreich, em 1888, O. Coudreau, em 1896 e Curt, em 1914.

A' margem septentrional do Rio Amazonas, a massa compacta da população indigena é formada por tribus da familia *Caraiba*, citando-se, entre outras, os *Aianas*, inimigos dos negros e dos *Oiampis*: são artistas de obras de pennas; os *Aparais*, situados no médio Parú, indios intelligentes, tendo o coronel José Julio de Andrade obtido delles telas em sapupemas, representando imagens da sua mythologia, pintadas em varias côres, as quaes foram offertadas por este cidadão ao commerciante allemão Gustavo Gruner, que as levou para museus da Europa; esses indios trabalham ainda em ceramica, obras de pennas, de talas e são bons oleiros; os *Tiriós*, na fronteira da Guiana Hollandeza, fabricantes de curare, com que envenenam as flexas; os *Pianacotós* (senhores de gavião), nas cabeceiras do Cuminan. Na zona entre o Trombetas e o Nhamundá existem os Voiavais.

Ainda pertencem a esta familia os *Pauxis*, no Municipio de Obidos, nos rios Acapú e Agua-Fria, affluente do Cuminã, os quaes foram ahi observados por Henri Coudreau.

Sobre os Caraïbas das Guianas, trataram Schomburgk, 1841 a 1844; Crevaux, em 1877-1881; Coudreau e sua esposa O. Coudreau, em 1901; C. H. Goeje, em 1906; e J. C. Farabee, em 1913 a 1915

III

FAMILIA TAPUIA

Na opinião de ethnographos allemães, este é o terceiro ramo linguistico e está localizado na parte meridional do Rio Amazonas.

A elle pertencem os *Timbiras*, no alto Gurupí; os *Caiapós*, os mais poderosos e aguerridos, occupando todo o sertão meridional paraense, desde o Rio Araguai até ao S. Miguel, sob as diversas denominações de *Gorotirés*, *Purucarós*, *Diorés*, *Aicrins*, etc., tendo causado grandes prejuizos aos civilizados. Foi com o aldeiamento desses indios que o benemerito missionario frei Gil de Villanova, fundou a povoação, hoje Cidade de Conceição do Araguaia, actualmente séde do municipio e da comarca do mesmo nome.

Os *Gaviões*, antigos *Piocobaes*, que tanto mal fizeram no começo do seculo passado á colonização portugueza no Maranhão, donde mais tarde se transportaram para a margem direita do Tocantins.

A primeira noticia dada, na imprensa, sobre a existencia desses indios nas margens do Tocantins, foi enviada por mim ao extincto jornal *A Provincia do Pará*, em 1897, tendo presenteado ao Museu Gœldi alguns arcos e flexas, que delles havia obtido na minha excursão já referida.

Sobre os *Timbiras*, hoje reduzidos a menos de cincoenta individuos, escreveu o sr. Curt um vocabulario da sua lingua e a narração de algumas de suas lendas.

Em relação aos *Caiapós*, fallaram Raymundo Cunha Mattos, em 1824; Castelnau, em 1844; Rufino Segurado, em 1846; Moraes Jardim, em 1879; Ehrenreich, em 1888; Coudreau, em 1897; Krause, em 1908, que fez uma bella monographia, estudando-os na sua propria maloca, e o padre Antonio Maria Solá, em 1914.

IV

FAMILIA ARUAK

A familia dos *Aruaks*, muito numerosa, no Estado do Amazonas e que dalli se extendia pela Venezuela, Colombia, Bolivia, chegando até á peninsula da Florida, na America do Norte, foi representada, no Pará, pelos *Aruans*, estudados por Ferreira Penna, em 1877, na Ilha de Marajó.

Pertencem á mesma familia: — os *Aruás*, no Rio Uassá, na Guiana, hoje civilizados e que parece terem provindo dos Aruans; os *Maupitians*, que se denominam *Mawakwa*, com os quaes estiveram Ricardo e Roberto Schomburgk, Farabee ultimamente, deu noticias dos Maupitians, que moram numa das nascentes do Trombetas, denominada Wanamú.

V

INDIOS SEM AFFINIDADES LINGUISTICAS AINDA CONHECIDAS

As tribus que não têm affinidades linguisticas com nenhum dos quatro grupos precedentes, são as seguintes:

Os *Palicures*, no antigo Contestado, hoje Municipio de Montenegro, no Rio Racaná, affluente do Uassá, que formam com os *Aruás* cerca de trezentos individuos, segundo Coudreau; os *Tarumás*, cujos ultimos representantes existem na vizinhança dos Maupitians.

Os *Carajás*, indios canoeiros, das margens do Araguaia, habitando indifferentemente na região paraense ou na região Goiana. Sobre elles deram noticias especiaes José Pinto da

Fonseca, em 1773, Couto de Magalhães, em 1863, e Krause, em 1908.

Entre as tribus insufficientemente conhecidas por falta de estudos, notam-se os *Parichis*, que, em 1872, appareceram, em pequeno grupo, no Municipio de Mazagão, nas margens do Rio Anauerapucú, dizendo-se perseguidos por uma nação anthropophaga, e depois de confabularem por alguns dias com os civilizados, retiraram-se para o sertão.— Em principios deste seculo, elles novamente appareceram no Rio Maracá, entraram em relação com os respectivos moradores, mas não chegaram a ser estudados; em 1915 appareceram, mais uma vez, no Jarí e depois de mostrarem desejos de approximação, no que foram attendidos, novamente retrocederam para a matta. Nesse tempo o sr. Curt Nimuendajú, com um joven auxiliar, procurou alcança-los, sem os encontrar após 12 dias de penetração na matta; foi então que o major João Valentim de Mello e mais dois companheiros, entre os quaes um rapaz chamado "Cabo Velho", excellente matteiro, e de bons costumes, seguiram resolutamente da margem do Jarí em demanda da taba desses mysteriosos indios, em 1916. Durante dois annos ninguem teve noticias desses intrepidos excursionistas; entretanto, em Fevereiro de 1920, appareceu o "Cabo Velho" no Jarí, trazendo em sua companhia cerca de trinta indios *Parichis*, entre homens, mulheres e creanças, os quaes vinham voluntariamente se entregar ao serviço da civilização; a epidemia da grippe, que então alli assolava, victimou quasi todos esses abnegados compatriotas, delles deixando apenas uma meia duzia de creanças e duas mulheres indias, que actualmente ajudam "Cabo Velho" na exploração da borracha. Este narrou que o major Mello e o outro companheiro tinham perecido de febres ao regressarem, após um mez de viagens, desenganados de encontrarem os Parichis. Referiu ainda "Cabo Velho" que o major Mello, chegando ás terras do Jarí, desconheceu-as, obrigando o "Cabo Velho", que lhe servia de guia, a tomar outra direcção, onde Mello e o companheiro foram acommettidos do mal que os victimou e em cujo dedalo encontrou "Cabo Velho" a taba maravilhosa que anciosamente procurava.

Os *Cussarés*, que talvez pertençam á familia tupí, são tidos como anthropophagos e habitam as fronteiras da Guiana Franceza, entre as cabeceiras do Rio Cuiarí, affluente do Jarí e a do Camopí, affluente do Oiapoc. Coudreau os calculou em 300.

Os *Urubús*, que vindos das suas malocas do Maranhão, invadem annualmente o Pará, até ás cabeceiras do Caité, fazendo depredações.

Os *Assurinís* (vermelhos), tribu guerreira, mas pouco numerosa, entre os rios Xingú e Pacajá, seu affluente pela margem direita.

Os *Parintintins*, dos quaes Charles Hartt tambem dá noticias; é uma tribu primitiva, alludidos pelo dr. Antonio Gonçalves Tocantins, em 1876, quando visitou a missão do Bacabal e ainda mencionados por Coudreau, em 1896.

Os *Cupelobos* e *Tapirís* (antas) ou *Tapirauas*, que se acham já em pequeno numero no Tocantins, perto do Pau do Gavião e do Bacurí, Ehrenreich, sem maior razão, os classificou como Tupís.

Os *Paracánas*, indios que usam o *tembetá* (botoque na cesura do labio inferior) que têm apparecido, raras vezes, na Cachoeira Grande do Pacajá de Portel.

IGNACIO MOURA.

X

Municipios e povoações

Divisão judiciaria — O Estado do Pará possue como orgão supremo da Justiça estadual o Supremo Tribunal de Justiça e 29 comarcas, uma de 3ª entrancia, oito de 2ª, e 20 de 1ª.

Divisão municipal — Conta o Estado do Pará os municipios seguintes, em ordem alphabetica :

1. ABAETÉ — Erigido a 7 de Janeiro de 1881, com séde na Cidade de *Abaeté*, tendo mais o municipio; Villa de *Béja* (1758), antiga aldeia do Samouma e colonia agricola *João Miranda*.

2. ACARÁ — Erigido a 23 de Março de 1883, com séde na Villa do *Acará*.

3. AFFUÁ — Erigido a 23 de Agosto de 1890, com séde na Cidade de Affuá, possuindo o Povoado do *Jurupari*.

4. ALEMQUER — Reerigido a 11 de Janeiro de 1849, com séde na Cidade de *Alemquer*, possuindo os povoados do *Curuá*, do *Macurá* e *Pacoval*, e os logares *Curumú*, *Curicaca*, *Guipeúa*, *Cucuhi*, *Igarapé-Assú de Baixo* e a Colonia *Paes de Carvalho*.

5. ALMEIRIM — Erigido a 23 de Agosto de 1890, com séde na Villa de *Almeirim*, possuindo os povoados de *Arraiollos*, *Bom Jardim* e *Esposende*.

6. ALTAMIRA — Erigido a 1 de Janeiro de 1912, com séde na Cidade de *Altamira*, tendo os povoados *S. Felix* e *Triumpho*.

7. ANAJÁS — Erigido a 16 de Agosto de 1887, com séde na Cidade de *Anajás*.

8. AVEIRO — Erigido a 1 de Julho de 1884, com séde na Villa de *Aveiro*, possuindo a Villa *Brasilia Legal*, os povoados de *Barreiras*, *Pinhel*, *Curi* e *Santa Cruz*.

9. BAGRE — Erigido a 11 de Novembro de 1890, com séde na Villa de *Bagre*.

10. BAIÃO — Erigido a 17 de Outubro de 1833, com séde na Cidade de *Baião*, possuindo a Villa do *Alcobaça* e os povoados de *Matacorá*, *Ituquara*, *Joanna Peres*, *Nazareth dos Patos*, *Xininga*, *Arumatheúa* e *Breu Branco*.

11. BELÉM — Municipio da Capital, erigido em 1616 com séde na Cidade de *Santa Maria de Belém*, séde tambem do governo do Estado. Possue o municipio as villas: *Pinheiro*, *Mosqueiro*, *Bemfica*, *Benevides*, *Santa Isabel*, *Americano*, *Apehú*, *Castanhal*, *Inhangapi*, *Anannindeúa*, *Conde*, *Barcarena*, *Bujarú*; as povoações *Anhinga*, *Aiacarahú*, *Caraparí*, *Carnapijó*, *Carananduba*, *Itapicurú*, *Macapá*; os logares: *Val-de-cans*, *Oiteiro* (*Caratateua*), *Santa Rosa*, *Marituba*,

12. BRAGANÇA — Erigido em 1759, com séde na Cidade de *Bragança*, possue a Villa de *Urumajó* e os povoados *Almoço*, *Caratateúa*, *Emborahi* e *Benjamin Constant*.

13. BREVES — Erigido a 25 de Outubro de 1850, com séde na Cidade de *Breves*, possuindo mais a Cidade de *Antonio Lemos*.

14. CACHOEIRA — Erigido a 30 de Dezembro de 1812, com séde na Villa de *Cachoeira*.

15. CAMETÁ — Erigido em 1635, com séde na Cidade de *Cametá*, tendo as villas de *Inhangapi do Tocantins*, *Limoeiro*, *Nossa Senhora do Carmo do Tocantins*, *S. Benedicto* e *Juaba*, os povoados de *Curuçambaba*, *Carapajó* e *Nazareth do Areitão*, e os logares *Cupijó*, *Curuçá*, *Janua Cœli* e *Parijós*.

16. CHAVES — Erigido em 1757, com séde na Cidade de *Chaves*, tendo o Povoado de *Rebordelo*.

17. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Erigido a 10 de Janeiro de 1910, tendo os povoados de *Barreira de Sant'Anna* e *Santa Maria das Barreiras*.

18. CURRALINHO — Erigido a 23 de Dezembro de 1865, com séde na Cidade de *Curralinho*, possuindo a Povoação de *S. José do Mutuacá*.

19. CURUÇÁ — Erigido em 1757, com séde na Cidade de *Curuçá*, possuindo as villas *Lauro Sodré* e *Santa Luzia do Engenho*; os povoados *Ponta do Ramos*, *S. João do Abbade* e *Iriritéua*; os logares *S. Pedro*, *Araquahim*, *Terra Alta* e *Couto de Magalhães*.

20. FARO — Erigido a 27 de Dezembro de 1768, com séde na Cidade de *Faro*, possuindo a Villa de *Terra Santa*.

21. GURUPÁ — Erigido em 1639, com séde na Cidade de *Gurupá*, tendo os povoados de *Jacupi* e *Carrazedo*.

22. IGARAPÉ-ASSÚ — Erigido a 26 de Outubro de 1906, com séde na Villa de *Igarapé-assú*, tendo os povoados *Jambu-Assú*, *Curi*, *Santo Antonio do Prata*, *S. Luiz*, *Livramento*, *Nova Timboteúa*, *Velha Timboteúa*, séde do Aprendizado Agricola, *Quatro Boccas*, *Peixe Boi*, *Porto Salvo*, *Porto Seguro* e uma terça parte da *Villa de Capanema*.

23. IGARAPÉ-MIRI — Erigido a 26 de Julho de 1845, com séde na Cidade de *Igarapé-miri*.

24. IRITUIA — Erigido em 7 de Janeiro de 1881, com séde na Villa de *Irituia*.

25. ITAITUBA — Erigido em 3 de Novembro de 1857, com séde na Cidade de *Itaituba*, tendo o Povoado de *Ipiranga*, os logares *Jutahi*, *Bacabal*, *Sae-cinza* e o aldeiamento indigena da *Missão do Alto Cururú*.

26. JURUTI — Erigido a 8 de Março de 1885, com séde na Villa de *Juruti*, tendo a Povoação *Muirapinima* e o logar *Santa Julia*.

27. MACAPÁ — Erigido em 4 de Fevereiro de 1758, com séde na Cidade de *Macapá*, tendo os povoados *Bailique*, *Baturité*, *Bocca da Estrada*, *Buritizal*, *Serraria*, *Matapi* e *Ferreira Gomes*.

28. MARABÁ — Erigido a 5 de Abril de 1913, com séde na Villa de *Marabá*.

29. MARACANAN — Erigido em 1757, com séde na Cidade de *Maracanan*, tendo a Villa de *Santarém Novo* e os povoados de *Monte-Alegre*, *Porto Seguro*, *S. Sebastião da Boa Esperança*, *Timboteúa*, *S. Bento*, *S. Roberto*, *Nazareth*, *Santo Antonio do Urindeúa*, *Boa Vista*, *Caicá*, *Parijós* e *Quatorze*.

30. MARAPANIM — Erigido a 15 de Janeiro de 1878, com séde na Cidade de *Marapanim*, tendo as villas de *Cuinarana*, *Mattapiquara* e *Murudá*, e os povoados *Abaetézinho*, *Cafezal*, *Maranhão*, *Monte-Alegre do Mahú* e *Jussateúa*.

31. MAZAGÃO — Erigido a 23 de Setembro de 1771, com séde na Cidade de *Mazaganopolis*, possuindo a Cidade *Mazagão*, antiga séde e o Povoado de *Sant'Anna do Cajarí*.

32. MELGAÇO — Erigido em 1758, com séde na Villa de *Melgaço*, tendo os povoados de *Mariahi* e *Bom Successo*.

33. MOCAJUBA — Erigido a 3 de Fevereiro de 1873, com séde na Cidade de *Mocajuba*, tendo os povoados de *S. Pedro de Vizeu*, *Sant'Anna*, *Icatú*, *Irindeúa*, *Maxi* e *Mojútapera*.

34. MOJÚ — Erigido a 5 de Agosto de 1871, com séde na Villa de *Mojú*, tendo os povoados de *Caeté* e *Cairarí*.

35. MONTE-ALEGRE — Erigido a 27 de Fevereiro de 1758, com séde na Cidade de *Monte-Alegre*, tendo os povoados do *Ereré* e do *Curuçá*.

36. MONTENEGRO — Erigido em 14 de Outubro de 1901, com séde na Villa do *Amapá*, tendo a Villa do *Oiapoc*, e os povoados de *Cunani*, *Uassá*, *Cassiporé*, *Calçoene* e *Pedro II*, antiga colonia militar.

37. MUANÁ — Erigido a 2 de Dezembro de 1834, com séde na Cidade de *Muaná*, com os povoados de *S. Miguel do Praculuba* e *Malato*.

38. OBIDOS — Erigido em 1758, com séde na Cidade de *Obidos*, tendo a Villa de *Oriximiná*, e os logares *Pauxis* e *Igarapé-assú de Cima*.

39. OEIRAS — Erigido a 20 de Janeiro de 1758, com séde na Villa de *Oeiras*.

40. OURÉM — Erigido a 29 de Maio de 1762, com séde na Villa de *Ourém*, tendo os logares de *Tentugal*, *Tupinambá*, *Conceição*, *Igarapé-Assú* e *Porto Grande*.

41. PONTA DE PEDRAS — Erigido a 7 de Janeiro de 1881, com séde na Villa de *Ponta de Pedras*.

42. PORTEL — Erigido em 1758, com séde na Villa de *Portel*.

43. PORTO DE MOZ — Erigido a 16 de Julho de 1758, com séde na Cidade de *Porto de Moz*, tendo as povoações de *Boa Vista*, *Pombal*, *Tapará*, *Veiros* e *Villarinho do Monte*.

44. PRAINHA — Erigido a 7 de Janeiro de 1881, com séde na Villa de *Prainha*.

45. QUATIPURÚ — Erigido a 1 de Julho de 1883, com séde na Villa de *Capanema*, tendo as villas de *Quatipurú* e *Miraselvas* e os povoados de *Japerica*, *Primavera*, *Tauari*, *Conceição de Pirabas*, *Descampado* e *Curral Velho*.

46. SALINAS — Erigido a 7 de Janeiro de 1884, com séde na Cidade de *Salinas*, tendo a Villa de *S. João de Pirabas* e os logares *Nazareth* e *Caelézinho*.

47. SANTARÉM — Erigido a 14 de Março de 1758, com séde na Cidade de *Santarém*, tendo as villas de *Alter do Chão* (Hebiraribe), *Boim* e *Curuchi*.

48. S. CAETANO DE ODIVELLAS — Erigido a 28 de Agosto de 1874, com séde na Cidade de *S. Caetano*, tendo a Villa de *S. João*, e os povoados de *Santa Maria*, *SS. Trindade* e *Pererú*.

49. S. DOMINGOS DA BOA-VISTA — Erigido a 9 de Dezembro de 1890, com séde na Villa de *S. Domingos*, tendo os povoados de *Sant'Anna do Capim* e *S. Bento*.

50. S. JOÃO DO ARAGUAIA — Erigido a 1 de Janeiro de 1903, com séde na Villa de *S. João do Araguaia*, antiga registo e presidio do mesmo nome.

51. S. MIGUEL DO GUAMÁ — Erigido a 7 de Janeiro de 1874, com séde na Cidade de *S. Miguel*.

52. S. SEBASTIÃO DA BOA-VISTA — Erigido a 7 de Janeiro de 1873, com séde na Villa de *S. Sebastião*.

53. SOURE — Erigido a 20 de Janeiro de 1859, com séde na Cidade de *Soure*, tendo as villas de *Salvaterra*, *Condeixa*, *Joannes*, *Monsarás*, e os povoados de *Araruna*, *Pesqueiro*, *Areião* e *Cajúuna*.

54. SOUZEL — Erigido a 1 de Fevereiro de 1875, com séde na Villa de *Souzel*.

55. VIGIA — Erigido em 1683, com séde na Cidade de *Vigia*, possuindo as villas de *Collares* e *Porto Salvo*, as povoações de *Arraial*, *Jussarateúa*, *Mocajatuba* e *Prégo* e os logares *Bacuri* e *Penhalonga*.

56. VIZEU — Erigido a 7 de Janeiro de 1859, com séde na cidade de *Vizeu*, tendo a villa de *Imboranunga* e os povoados *S. José do Gurupi* e *S. José do Piriá* e os logares *Gurupimiri* e *Cajuapara*.

INFORMAÇÃO OFFICIAL.

XI

A instrucção publica

O desenvolvimento da instrucção publica no Pará é um capitulo dos mais importantes da sua Historia, que se póde subdividir em quatro partes distinctas, correspondendo cada uma a um periodo historico.

Na verdade, podemos estabelecer, para acompanhar os seus passos no nosso Estado, quatro epochas, indicadas pela fórma seguinte:

1ª. EPOCHA — Periodo colonial primario, abrangendo o periodo decorrido de 1616 a 1799. Foi, para assim dizer, o periodo embryonario, desprovidos de methodos geraes approvados préviamente e de programmas officiaes, e falho completamente de estatisticas.

2ª. EPOCHA — Periodo colonial secundario e primeira parte do periodo monarchico, decorridos de 1799 a 1838, no qual surge a primeira tentativa de organização official do ensino, com d. Francisco de Sousa Coutinho, organização que perdurou até 1838.

3ª. EPOCHA — Periodo monarchico propriamente dicto, correspondente ao tempo decorrido de 1838 a 1889. Póde-se dizer que nesse espaço de tempo passou a instrucção publica a constituir verdadeiramente um instituto official, muito embora centralizado demais na Assembléa Legislativa Provincial, facto que contribuiu poderosamente para impedir os seus naturaes surtos.

4ª. EPOCHA — Periodo republicano, comprehendido desde 1889 até á actualidade, no qual advieram as remodelações consentaneas com os novos methodos e moldes que tão vital interesse publico exige para fructificar.

1616-1799

A primeira phase da instrucção publica no Pará nasceu e vingou sob a direcção e influencia directas das ordens religiosas, que vieram dar o seu concurso ao desbravamento das nossas terras e á catechese dos nossos selvicolas, constituidas pelos Carmelitas, Capuchos, Mercenarios e Jesuitas.

De facto, crearam ellas as primeiras escolas primarias, nas quaes, não só o indio, mas tambem os filhos dos colonos portuguezes iam beber, ao par do ensino da doutrina, as primeiras noções de lettras.

Do primeiro seculo da nossa existencia nos faltam os dados, de fórma que é tarefa summamente difficil procurar dizer mais do que a tradição deixou em indicações geraes sobre aquellas escolas primarias.

Desse seculo (1653), data o *termo* que solennemente obrigou o Senado da Camara de Belém o padre João de Souto-Maior a assignar, pelo qual aos jesuitas que desejavam estabelecer-se no Grão-Pará só era permittido "ensinar doutrina e latim aos filhos dos moradores", não devendo "entender-se com os escravos dos brancos", e, "aos indios forros não ensinar mais do que a doutrina".

Auctorizados por esse *termo*, os padres jesuitas inciaram as suas aulas, que se desenvolveram com a grande frequencia que tiveram, constituindo elle a porta de entrada para os seus trabalhos de catechese.

Grandes e emeritos educadores que sempre foram os Jesuitas, instituiram, além do curso primario, as aulas de Humanidades, nas quaes, não sómente os seus clerigos, mas tambem os filhos dos brancos receberam lições, indo depois muitos destes completar estudos superiores no Reino.

Nas suas missões, entretanto, instruiam o indio na doutrina e os faziam cultiva-la na sua lingua, nella escrevendo o catechismo, as orações e os canticos sacros, etc., guardando-se do ensino da lingua portugueza, no intuito de afasta-los do commercio com os brancos.

Esse procedimento motivou a provisão régia de 27 de Outubro de 1727, com a qual ordenou el-rei o ensino da lingua portugueza em todas as missões e estabeleceu algumas restricções ao ensino publico ministrado pelas ordens religiosas.

Os Jesuitas sobresahiram mais do que os outros regulares, quanto ás escolas e collegios, bem como nos methodos de ensino; e, ainda no primeiro terço do seculo XVIII fundaram os collegios de *S. Jorge dos Alamos* e da *Mãe de Deus*, este ultimo na Villa de Vigia, pelo padre José Lopes, utilizando-se da auctorização régia de 11 de Maio de 1727.

Teve esse collegio notavel florescencia nos seus cursos de Humanidades e chegou a possuir valiosa bibliotheca, a primeira de que se tem noticia no Pará.

Na mesma epocha, em 1733, iniciaram tambem os Carmelitas e Mercenarios aulas de primeiras lettras naquella villa.

Na capital, os Capuchos e os Mercenarios mantinham escolas primarias nos seus hospicios.

Em 1746 fundou o padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus, o primeiro Seminario, na Capital, extincto alguns annos depois por influencia da auctoridade diocesana, que, em 1752, creou o *Seminario Ecclesiastico*, no edificio, ainda largos decennios depois, conhecido vulgarmente pela denominação de *Collegio*.

Em 1749 era a população de Belém calculada em 6.574 habitantes e a do Estado andava muito disseminada pelas missões então estabelecidas e por varios centros e logares incipientes, occupados pelos colonos portuguezes.

Na falta de estatistica das aulas existentes e da respectiva frequencia, é impossivel qualquer consideração sobre o desenvolvimento da instrucção nesse tempo.

Na chegada do Governador e capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1747, póde-se dizer que a instrucção no Grão-Pará estava quasi toda entregue ás ordens religiosas, mesmo nos cursos do *Seminario Ecclesiastico*, no qual predominavam as aulas dadas pelos Jesuitas.

Aquelle governador, que tantos e tão importantes serviços prestou ao Pará, nenhuma reforma importante realizou na instrucção publica, tendo apenas creado algumas escolas isoladas, como a de Ourém, em 1753.

Com a sua passagem pelo governo, a instrucção publica entrou em um periodo de decadencia, iniciado em 1758 pela retirada do Grão-Pará, dos Capuchos da Piedade e dos Religiosos da Conceição da Beira e do Minho, á qual se seguiu a expulsão dos Jesuitas em 1759.

Sahidos estes ultimos, soffreram principalmente os cursos de Humanidades, que ficaram desprovidos de professores e mestres.

Tão accentuada foi a decadencia da instrucção que despertou a attenção até da Metropole, em geral despreoccupada de tal problema. Assim é que, para de alguma fórma attenuar a falta sensivel, deixada pelas ordens religiosas, excluidas e expulsas do Grão-Pará, a carta régia, datada de 11 de Junho de 1761, mandou crear dois collegios para a educação dos nobres e filhos de capitães-móres, um no extincto Hospicio dos Capuchos, em Gurupá, e outro no antigo Convento dos Jesuitas, em Belém.

Pela falta de idoneidade dos mestres, e apezar da medida da gratuidade instituida pouco depois para a frequencia nesses collegios, não conseguiu resultados satisfactorios, havendo sido imperioso o seu fechamento, como estabelecimentos inuteis.

Vingavam, entretanto, principalmente na Capital algumas escolas primarias, para as quaes, em 1770, mandou a Metropole adoptar livros didacticos, baixando ainda excassas instrucções sobre a maneira de ser ministrado o ensino primario.

A expulsão dos Mercenarios, em 1794, trouxe o ultimo golpe para a instrucção no Grão-Pará, pois que, com a sahida desses religiosos, fecharam-se as ultimas aulas superiores então existentes.

Póde-se dizer que nesse vasto periodo de 1616 a 1799 a instrucção publica só floresceu e teve propagação pelo influxo das ordens religiosas.

Com a politica pombalina da suppressão destas ultimas nos dominios ultramarinos da America, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1747-1758), iniciou-se a sua decadencia.

Na verdade, Mendonça Furtado, ao desenvolver o seu programma administrativo, não deu solução alguma apreciavel ao problema da instrucção publica, que desorganizou, sem substituir-lhe novo apparelhamento, capaz de, ao menos, attenuar a falta que faziam as instituições escolares mantidas pelas ordens religiosas, gradativamente excluidas e expulsas do Grão-Pará.

1799-1838

A d. Francisco de Sousa Coutinho, que governou o Pará de 1790 a 1803, não escapou o vasio deixado pelas ordens religiosas quanto á instrucção publica, tendo-se elle feito echo, junto á Metropole, da necessidade de prover tão importante interesse do Estado.

Já quasi no fim do seu governo a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, em data de 5 de Abril de 1799, attendendo aos seus reclamos expediu-lhe importante Aviso, concernente á instrucção publica.

Por esse acto, ficou o governador e capitão general do Grão-Pará auctorizado a "limitar na Capitania as aulas de Philosophia e Rhetorica ás existentes no Seminario; a estabelecer de novo as aulas de ler, escrever, contar e doutrina christan, que julgasse convenientes, bem como alguma aula de Grammatica, em que se ensinasse boa latinidade".

Tambem mandou que "systematizasse todo o plano que se deveria seguir de futuro, assim quanto ao numero das cadeiras que se tivesse de conservar ou estabelecer de novo, bem como quanto aos ordenados dos professores".

Em cumprimento a esse Aviso baixou d. Francisco de Sousa Coutinho o "Regimento Provisional, para os professores de Philosophia, Rhetorica e Grammatica, e de primeiras lettras, no Estado do Grão-Pará", em 2 de Outubro, ainda de 1799. Constitue a primeira tentativa official de systematização e methodização do ensino, bem como de regulamentação creadora de deveres e direitos aos docentes, de disciplina para os discentes e fiscalização do ensino.

Compunha-se esse acto regulamentar de tres partes:

1ª. Dos professores de Philosophia, Rhetorica e Grammatica, em 12 artigos;

2ª. Dos professores de primeiras lettras, em 24 artigos;

3ª. Ordens Provisionaes a observar-se na aula de Grammatica, em tres partes.

Na primeira parte creou as cadeiras de Philosophia, de Rhetorica e de Grammatica, no *Seminario*, com tres professores e um substituto para as tres, vencendo os ordenados annuaes, de 300$ o da primeira, de 240$ os da segunda e terceira, e de 200$ o substituto.

A fiscalização do ensino nessas cadeiras ficou conjunctamente commettida ao reitor do *Seminario*, a um delegado de nomeação do governo e aos magistrados da Capital do Estado.

O provimento dos professores e substituto deveria ser feito mediante exame de habilitação, excepto nos casos de provimento directo por S. M.

As aulas seriam dadas aos seminaristas e facultadas a todos os alumnos externos que as desejassem frequentar.

Depois de estabelecer mais algumas outras disposições, garantia a aposentação com todo o ordenado, e com augmento proporcional aos professores que tivessem de 30 a 40 annos de exercicio effectivo; com a metade do ordenado, aos que possuissem de 20 a 30 annos; e aos que invalidassem no exercicio do magisterio era concedida a *prerogativa* do recorrer á *piedade* e *generosidade* de S. M., para obter e vencimento do ordenado.

Na segunda parte creou duas escolas primarias na Capital do Estado, e 13 no interior, distribuidas pelas freguezias seguintes: Cametá, Vigia, Cintra, Bragança, Marajó, Monsarás, Oeiras, Melgaço, Gurupá, Monte-Alegre, Santarém, Macapá e Barcellos, esta ultima situada hoje no Estado do Amazonas; marcou para cada professor primario o ordenado annual de 120$; estabeleceu o provimento das cadeiras por meio de prévio exame de habilitação perante o Ouvidor Geral da Comarca; mandou adoptar o *Catecismo de Montpellier* e o *Mercurio Britannico*, como principaes livros didacticos, o ultimo por "ser um catecismo politico e da doutrina a mais pura e mais propria para destruir pelos seus fundamentos o terrivel systema de libertinagem inculcado pelos Francezes"; recommendou o ensino da Historia de Portugal; deu regras para administração do ensino e educação dos alumnos, horas de aulas, etc., etc.; e, finalmente, creou penas e recompensas para os professores, podendo estes depois de 10 annos de effectivo serviço no magisterio requerer a preferencia para o exercicio de officios publicos de escrivães.

Na terceira parte, dispoz sobre os themas, premios e castigos para os discipulos, estipulando que os castigos corporaes fossem applicados por soldados chamados pelos mestres para esse fim.

Esse acto do governador Sousa Coutinho constitue realmente um grande passo dado pela instrucção publica no periodo colonial.

Na verdade, define a obrigação que tem a administração publica de zelar, governar e custear os serviços da instrucção publica, como uma das secções mais importantes do serviço do Estado, começando a encarar como de inteira e exclusiva responsabilidade do Governo, muito embora secundado pela iniciativa particular, como acontece geralmente no tempo de que nos estamos occupando, quanto ao estudo primario.

A nova organização foi approvada por carta régia de 1800, e á sua sombra viveu a instrucção publica até 1838, inteiramente decadente nos annos primeiros da nossa emancipação politica.

Do periodo colonial recebemos, além do *Seminario Ecclesiastico*, o *Recolhimento das Educandas*, cuja primeira idéa esboçada pelo bispo d. frei Caetano Brandão em 1788, logrou effectividade em 1804 com o bispo d. Manuel de Almeida Carvalho.

Não obstante os esforços do conde Villa Flor, governador e capitão-general do Grão Pará (1818-1820), não logrou a instrucção incremento apreciavel, entrando desorganizada e falha de mestres idoneos, bem como de disciplina, para o regime monarchico.

Nas agitações decorrentes da implantação do regime da independencia entre nós póde-se dizer que não houve logar para cogitações importantes sobre o grave problema da instrucção publica.

As escolas e aulas que se iam vagando não eram providas, por falta de professores, e, se o eram, não se procurava a necessaria competencia no mestre.

Depois do apparecimento da imprensa no Pará (1822), com Patroni, e diminuidas as censuras do governo colonial, quanto aos livros impressos, a propagação do ensino ia adquirir maiores facilidades, sem entretanto, poder-se dizer que a sua organização official, com isso tivesse parado no resvalo da decadencia em que vinha se arrastando.

Em 1832, tinha Belém em funccionamento apenas duas escolas primarias, das seis existentes, creadas para uma população de 12.467 habitantes, escolas estas reduzidas, em 1835, a duas, uma do sexo masculino e outra do feminino.

Com as desordens consequentes á Cabanagem (1835-1836), attingiu a ultima decadencia o ensino, tanto na capital, como no interior da Provincia, de sorte que, quando voltou esta ao regime da ordem em Belém, com o governo do general Soares de Andréa, foi necessario junctar os destroços anteriores e procurar tentar nova organização.

Existiam cadeiras e escolas creadas, mas não providas e algumas abandonadas pelos professores, com paradeiro desconhecido.

Dando conta á Assembléa Provincial do Estado da instrucção publica em 1837, lastimava aquelle illustre militar a incompetencia dos mestres, a exiguidade dos ordenados estabelecidos para os professores, causa principal do afastamento dos competentes do ensino publico.

Mostrou a necessidade da creação de uma escola normal "aonde se apurasse mais os individuos que se destinavam a ser professores das primeiras lettras ou das aulas maiores".

Naquelle anno (1837) existiam em toda a Provincia uma cadeira de Philosophia, uma de Rhetorica, duas de Grammatica latina, na Capital; tres cadeiras de Grammatica latina nas villas do interior; duas cadeiras de ensino mutuo na Capital e uma no interior; uma escola para o sexo feminino na Capital e 31 escolas de primeiras lettras no interior.

A maior parte dessas cadeiras e escolas não se achava provida e das providas poucas o eram com mestres proficientes.

Para melhorar o ensino primario em Belém, apresentou uma nova idéa que constitue o embryão do que hoje chamamos grupos escolares, "recommendando a creação de uma aula geral nesta Capital, aonde se reunam todas as aulas, dando-se-lhe uma fórma de Academia, sujeitos os seus professores ao mesmo regime e a um inspector nomeado pelo governador".

Desolador, portanto, era o estado da instrucção publica na Provincia do Pará, ao sahir das agitações da Cabanagem: uma cadeira de Philosophia, uma de Rhetorica, quatro de Grammatica latina, tres de ensino mutuo e 32 escolas primarias, uma das quaes para o sexo feminino, eram o conjuncto desorganizado e sem mestres que passava para a phase de administração publica, em que devia, de 1838 em deante, collaborar a Assembléa Provincial, nesse anno installada.

1838-1889

Apesar das solicitações do general Soares de Andréa, a Assembléa Legislativa Provincial, na sua primeira sessão de 1838, não julgou de opportunidade adoptar as reformas propostas, nem remodelar o velho apparelhamento do ensino publico que nos havia ficado do periodo colonial.

Limitou-se (*lei de meios sob o n. 6, de 8 de Maio de 1838*), a estabelecer verbas para uma aula de Rhetorica, uma de Philosophia, uma de Grammatica latina, uma de Grammatica franceza, tres escolas primarias, uma das quaes para o sexo feminino, na Capital; tres aulas de Grammatica latina nas villas da Vigia, Tapajós (Santarém) e Cametá; e 32 escolas primarias no interior da Provincia; e a dotar o *Seminario das Educandas* e o *Seminario Episcopal* com auxilios pecuniarios.

Tendo deixado a administração do Pará em principios de 1839, não pôde o general Andréa levar a effeito o seu programma, idealizado com bases bem estudadas, para permittirem a melhora das condições e efficiencia do ensino publico.

Ao seu substituto Bernardo de Sousa Franco (1839-1840), depois visconde do seu appellido de familia, mereceu particular attenção o problema da instrucção publica, cabendo-lhe a honra de promulgar a lei de creação da Escola Normal de Belém (*lei provincial n. 33, de 30 de Setembro de 1839*).

Deve-lhe ainda a Provincia, na sua primeira administração (1839-1840), o franco apoio prestado á idéa da fundação de uma Bibliotheca Publica, levantada por intermedio da Camara Municipal de Belém.

Não teve execução a lei da creação da Escola Normal.

A critica actual dos actos dos nossos antepassados na suprema administração da Provincia não póde deixar de lhes ser favoravel quanto á não execução da lei n. 33, de 1839.

Na verdade, a Provincia acabava de sahir de uma agitação politica que lhe abalara profundamente a organização administrativa, a vida economica e financeira, e a propria organização social.

Tudo exigia reconstituição e remodelação.

A instrucção publica mais do que qualquer outro ramo da administração, para a qual faltavam até os mestres de lettras primarias, principalmente por causa da exiguidade dos vencimentos arbitrados pelo Governo, não era dos serviços que desde logo podessem ser creadas com a necessidade com que se impunha e com a efficiencia que deviam possuir, para obtenção de fructos beneficos.

Em tal situação não era possivel pensar na effectividade de uma escola normal, para a qual eram necessarios mestres para formar mestres.

Bem andou, portanto, o governo provincial em não cumprir a lei decretada, para a qual não possuia elementos.

Reconhecendo então os homens, que dirigiam a Provincia, as difficuldades na obtenção immediata de bons professores, para a creação de um novo apparelhamento tão importante, com elementos que se tornassem capazes de levantar a instrucção publica, a começar pela formação dos mestres, adiaram prudentemente a medida.

Em vez de encarar o problema geral, limitaram-se a soluções parciaes isoladas, sem mais outro alcance senão conservar o que existia com relativo ampliamento.

Assim é que se instituiu uma aula de Geometria na Capital (*lei provincial n. 41, de 14 de Outubro de 1839*); auctorizaram-se os provimentos interinos das escolas primarias sem concurso (*lei provincial n. 30, de 28 de Setembro de 1839*); facultou-se o contracto de dois professores de Musica vocal e instrumental, para ensino na Provincia (*lei provincial n. 80, de 21 de Outubro de 1840*); permittiu-se mandar paraenses estudar fóra da Provincia (*lei provincial n. 69, de 23 de Setembro de 1840*), no intuito de preparar reformas futuras.

Sómente em 1841, com a lei provincial n. 97, de 28 de Junho, promulgada pelo presidente Bernardo de Sousa Franco na sua segunda administração, como primeiro vice-presidente da Provincia (1841-1842), surge a primeira organização systematizada da instrucção publica no Pará, no periodo monarchico.

E' um ensaio novo, sob moldes mais adeantados, no qual se procurou, com o aproveitamento forçado dos elementos já existentes, crear um corpo unico, sujeito a uma direcção só e tão fiscalizado quanto possivel.

A lei Sousa Franco reformou a instrucção publica no Pará, dividindo-a em primaria e secundaria, subordinada a um director de instrucção publica, com superintendencia embora não tão larga e efficiente, como era necessario, em todos os serviços de instrucção publica, permittindo-lhe a inspecção e fiscalização em todas as escolas publicas e particulares, directamente ou por intermedio das Camaras municipaes; instituiu o Conselho de Instrucção Publica, com a attribuição, entre outras, de formar os regulamentos do ensino primario e secundario, de altera-los e modifica-los, Conselho que teve o seu regimento a 15 de Dezembro de 1841.

O estudo secundario, instituido pela lei n. 97, de 1841, comprehenderia dois cursos, o de Humanidades e o de Commercio, e seria ministrado em lyceus.

O curso de Humanidades exigia o tirocinio de cinco annos e comprehendia o estudo do Latim, Francez, Arithmetica, Algebra, Geometria, Philosophia racional e moral, Historia universal, Geographia antiga e moderna, Historia do Brasil, Rhetorica, Critica, Grammatica universal e pratica, Escripturação mercantil e Contabilidade; o curso commercial seria de dois annos, sendo nelle estudados o Francez, o Inglez, Arithmetica, Algebra e Geometria, Philosophia racional e moral, Historia universal, Geographia antiga e moderna, Historia do Brasil, Escripturação mercantil e Contabilidade.

Com a mesma lei surgiu o Lyceu Paraense na Capital e supprimiu-se a Escola Normal, até então não installada, para substitui-la por uma *Aula de Ensino Normal*, de difficil interpretação pratica e por isso mesmo nunca realizada.

Estabeleceu aquella lei ainda as vantagens e deveres dos professores, o provimento das escolas e cadeiras por meio de concurso, a vitaliciedade, as penalidades, etc.

O estudo dessa regulamentação mostra que ella constituiu um agigantado passo dado da organização colonial, conjuncto independente em suas partes constitutivas, para uma reforma que, na epocha, póde ser considerada das mais adeantadas e que, de facto, formou a base das organizações posteriores — uma só direcção, uniformização do ensino e sua fiscalização, e a exigencia do mestre idoneo.

Acha-se o nome de Bernardo de Sousa Franco ligado imperecivelmente á Historia da nossa instrucção publica, como seu primeiro e efficiente reformador, no periodo da monarchia.

Segundo Firmo Cardoso (*Evolução do Estudo Primario no Pará, Regime Monarchico*), em 1845 existiam no Pará 42 escolas primarias; em 1849, 44, com uma frequencia de 977 alumnos e 110 alumnas.

A lei do orçamento provincial para o exercicio de 1850 (*lei n. 162, de 19 de Dezembro de 1849*) consignou verbas para o director da instrucção publica, para professores do Lyceu Paraense, professores de Grammatica latina nas cidades de Bragança e Cametá e villas de Santarém e Macapá, para 43 professores primarios (sexo maculino) e cinco professores primarios (sexo feminino), ao todo 48 escolas, excluidas as de Turi-Assú e Barra do Rio Negro (Manáos), que hoje não pertencem ao Pará.

Em 1851, o dr. Fausto Augusto de Aguiar, então presidente da Provincia (*Falla á Assembléa Provincial em 15 de Agosto de 1851*), apresentou a estatistica de 45 escolas, com uma frequencia de 1.346 alumnos.

Naquelle anno o Governo Imperial, interessando-se pela instrucção publica no paiz, commissionou o dr. Antonio Gonçalves Dias para estuda-la, havendo este illustre homem de lettras chegado ao Pará em Agosto (1).

Infelizmente não consegui ter em mãos o relatorio do notavel escriptor patricio, para apresentar nesta rapida resenha a sua valiosa opinião, em tão importante interesse do Pará.

Até 1851 perdurou a organização Sousa Franco, quando a lei provincial n. 203, de 27 de Outubro, sanccionada pelo presidente Fausto de Aguiar (1850-1852) reformou o serviço da instrucção publica.

Mantendo a Directoria da Instrucção, conservou essa reforma o ensino já existente, primario e secundario. Dividiu a instrucção primaria em dois graus, creando escolas do 1º grau, com ensino individual, nas localidades em que se pudessem reunir de 15 a 20 meninos, e escolas de 2º grau, com ensino simultaneo, nas que podessem concorrer de 30 a 100 alumnos; instituiu a remoção dos professores, *ad-libitum* do governo; e quanto á fiscalização do ensino, creou os dele-

---

(1) Dr. Fausto Augusto de Aguiar — "Cabe aqui noticiar-vos que o Governo Imperial, querendo informar-se do estado da Instrucção Publica nas provincias, mandou em commissão a syndica-la o nosso distincto litterato dr. Antonio Gonçalves Dias, que já se acha nesta Capital. Trabalhos importantes devemos esperar de seus conhecidos talentos" — (*Falla de 15 de Agosto de 1851, pag. 48*).

gados e visitadores, aquelles gratuitos em cada localidade, e estes pensionados, todos sujeitos ao governo e ao director da instrucção publica.

Em relação á instrucção secundaria, manteve o Lyceu Paraense; supprimiu o curso commercial; augmentou para seis annos o curso do Lyceu, que distribuiu por nove cadeiras, accrescentando as de elementos de Physica e Chimica e principios geraes de Botanica e de Desenho geometrico e Topographia e das Ordens architectonicas (*Regulamento de 8 de Novembro de 1851 approvado pela lei n. 206, de 15 do mesmo mez e anno*).

Dando contas ao seu successor no Governo da Provincia (*Relatorio de 15 de Agosto de 1852*) indicou as cifras de 40 escolas masculinas e cinco femininas como as existentes em fins de 1852, sendo classificadas no 2º grau duas da Capital e as de Cametá, Vigia, Bragança, Obidos, Santarém, Gurupá e Macapá e as demais no 1º grau.

Tanto na organização Sousa Franco como nesta do dr. Fausto de Aguiar o director do Lyceu accumulou o cargo de director da instrucção publica.

Em 1853, a lei provincial n. 237, de 18 de Dezembro, sanccionada pelo presidente Rego Barros (1855-1856), modificou as cadeiras do curso de Humanidades do Lyceu Paraense, supprimindo as duas ultimas, accrescentadas pelo regulamento de 8 de Novembro de 1851.

Não se póde dizer se realmente a reforma de 1851 trouxe alguma vantagem á instrucção publica, quanto ao seu desenvolvimento.

A creação dos dois graus para as escolas primarias concorreu apenas para uma nova classificação de professores, sem utilidades praticas para o ensino primario, que ficou o mesmo nas duas especies de escolas.

Quanto ao ensino secundario, ampliou de mais um anno o curso de Humanidades, suavizando um pouco o seu tirocinio.

Em 1859 soffreu a instrucção primaria nova reforma auctorizada pela lei provincial n. 348, de 6 de Abril, regulamentada pelo acto de 9 de Abril de 1860.

Não obstante a lei n. 348, se ter referido a uma reforma geral de instrucção publica, o regulamento de 9 de Abril só se occupou da instrucção primaria.

Subscripta pelo presidente dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque (1859-1860), estabeleceu para as escolas primarias quatro classes, incluindo na primeira as escolas da Capital; na segunda as das cidades; nas terceira e quarta, as das villas e logarejos do interior da Provincia; instituiu a inspecção das escolas publicas e particulares feita pelo director da instrucção publica, por um inspector geral remunerado e pelos delegados da instrucção primaria que serviriam gratuitamente; estatuiu que a instrucção primaria particular só poderia ser ministrada com auctorização do presidente da Provincia, quanto á abertura das escolas, que ficariam sujeitas á inspecção do governo; e repetiu mais certas medidas já anteriormente existentes, quanto a direitos e deveres dos professores; diminuiu-lhes o ordenado para 300$, 150$, 120$ e 60$, segundo as classes das respectivas escolas e deu outras providencias.

Esta reforma, que parece só ter visado uma economia para os cofres provinciaes, nenhum proveito trouxe ao ensino primario, antes, viria prejudica-lo e concorrer para o afastamento dos mestres competentes do magisterio elementar, se não fosse o erro de reducção de vencimentos reparado logo em 1860, na administração do presidente dr. Angelo Thomaz do Amaral (1860-1861) com a lei orçamentaria para o exercicio de 1861 (*lei provincial n. 379, de 12 de Novembro de 1860*).

No lapso de tempo decorrido até 1870, varios foram os collegios particulares subvencionados pelos cofres provinciaes.

Além do Seminario Episcopal e do Collegio do "Amparo", contaram-se o Collegio de "S. Luiz Gonzaga" (*lei provincial n. 241 de 30 de Dezembro de 1853*), os collegios "Santa Cruz" e "Santa Maria de Belém" (*lei provincial n. 312, de 24 de Abril de 1858*), todos na Capital da Provincia.

No intuito de incentivar o desenvolvimento da iniciativa particular, sempre proveitosa á diffusão da instrucção, o Governo Provincial em 1853 (*lei provincial n. 288, de 20 de Setembro de 1853*) teve auctorização para garantir premios a quem se propuzesse a estabelecer collegios de educação para o sexo masculino em Belém e nas cidades de Cametá e Santarém.

Nesta ultima cidade fundou o Arcipreste Antonio Feliciano de Sousa o Collegio de "Nossa Senhora da Conceição", aproveitando-se da consignação de 4:000$ creada pela lei provincial n. 424, de 26 de Dezembro de 1863 para esse fim, estabelecimento de educação que ainda em 1871 recebia subvenção.

Outros collegios particulares obtiveram ainda auxilios pecuniarios da Provincia, como o do "Sagrado Coração de Jesus", para o sexo feminino (*lei provincial n. 476, de 9 de Novembro de 1864*), dos "Santos Innocentes", (*lei provincial n. 545, de 23 de Outubro de 1867*), "Sagrado Coração de Maria" (*lei n. 545, de 23 de Outubro de 1867*), "Nossa Senhora da Gloria" (*mesma lei de Outubro de 1867*), collegios da "Infancia" e de "Santa Luzia" (*lei n. 580, de 23 de Outubro de 1868*) e "Santa Cecilia" (*lei provincial n. 665, de 31 de Outubro de 1860*).

Em 1861, creou o presidente dr. Angelo Thomaz do Amaral a "Escola Rural d. Pedro II", utilizando a auctorização concedida pela lei provincial n. 372, de 18 de Outubro de 1860, estabelecimento que não teve vida longa, não obstante haver sido procurado e accusar em 1864 o effectivo de 24 matriculas.

Não perdurou muito a reforma do dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Em 1864 (*portaria de 1 de Março desse anno*), o vice-presidente em exercicio dr. João Maria de Moraes baixou novo regulamento attingindo o ensino primario e secundario, sendo o seu acto approvado com algumas alterações pelas leis provinciaes ns. 564, de 10 e 528 de 23, ambas de Outubro de 1868.

A innovação principal introduzida com o regulamento de 1864, é caracterizada pela creação do Conselho da instrucção publica com attribuições decisivas nos problemas da instrucção, na escolha de methodos de ensino, livros didacticos, creação de novas escolas, reforma do regulamento do ensino e outras.

Era constituido de 3 professores do Collegio Paraense (ex-Lyceu), de um professor primario, do presidente da Camara Municipal e de um cidadão de reconhecida capacidade.

Infelizmente, como disse José Verissimo (*A Instrucção Publica no Estado do Pará em 1890*) "a sua acção foi quasi nulla e apagada", por causa da continua e indevida interferencia dos governos provinciaes e da Assembléa Legislativa no exercicio das respectivas attribuições.

Não se póde, entretanto, deixar de accentuar que o facto da sua creação constituiu outro grande passo dado nas nossas organizações da instrucção publica.

Segundo as estatisticas desse periodo, existiam na Provincia 75 escolas primarias, das quaes 55 para o sexo masculino e 20 para o sexo feminino, accusando uma frequencia de 3.582 alumnos de ambos os sexos para 50 escolas que haviam enviado mappas ao governo provincial (*relatorio do presidente dr. Couto de Magalhães, 1864*), havendo sido a frequencia de 3.736 em 1861, 3.552 em 1862 e 3.369 em 1863.

Em 1864, existiam ainda mais 12 escolas primarias particulares na capital e 23 no interior, sommando ao todo 110 escolas primarias na Provincia.

Nessa primeira phase da organização da instrucção publica, comprehendida entre 1838 e 1870, além de subvenções a estabelecimentos particulares de educação e instrucção, o legislador provincial incentivou o desenvolvimento do ensino, concedendo subsidios pessoaes a jovens paraenses que desejassem aperfeiçoar estudos superiores fóra da Provincia, no extrangeiro e no Sul do paiz. Era esse um meio de mais tarde obter competencias para o magisterio, como os factos posteriores o vieram confirmar.

Dessa especie, foram as leis provinciaes ns. 264 de 14 de Outubro de 1854, 300 de 22 de Dezembro de 1856, 312 de 24 de Abril de 1858, 344 e 351 de 3 e 12 de Dezembro de 1859, 379 de 12 de Novembro de 1860, 396 de 30 de Outubro de 1861; 438 de 31 de Dezembro de 1863, 464 de 4 de Novembro de 1864, 345 de 23 de Outubro de 1867, 593 de 31 de Outubro 1869 e 665 de 31 de Outubro de 1870.

Neste ultimo anno, entrou a instrucção publica, no periodo da monarchia, em uma nova phase iniciada com a lei provincial n. 664 de 31 de Outubro.

Progressivamente haviam desapparecido as difficuldades da obtenção de bons mestres, verificadas no inicio da existencia da Provincia, funccionando a sua administração com o concurso da Assembléa Legislativa Provincial.

Já se tornára opportuno melhorar o ensino superior então existente, fazendo novas creações que viessem contribuir para um maior desenvolvimento da instrucção publica.

O Lyceu Paraense, que a portaria de 11 de Setembro de 1861, auctorizada pela lei provincial n. 278, de 9 de Setembro de 1855, do presidente dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque (1861-1864), convertera em internato, com a denominação de Collegio Paraense, pela portaria de 16 de Novembro de 1870, do vice-presidente da provincia em exercicio, conego Manuel José de Siqueira Mendes, pela terceira vez com as redeas do governo (1870-1871), foi reconduzido em Lyceu para a instrucção secundaria, distribuida em 15 cadeiras, com um curso de sete annos, juntando-se-lhes ainda uma escola primaria annexa e um curso commercial.

O ensino primario tambem soffreu uma nova e importante reforma com a lei n. 664, de 31 de Outubro de 1870, estabelecendo a sua divisão em ensino primario inferior e ensino primario superior, lei sanccionada por aquelle vice-presidente, que a regulamentou com a portaria de 1 de Dezembro do mesmo anno.

Dessa regulamentação, disse José Verissimo, "a sua parte verdadeiramente pedagogica foi confiada ao Conselho da Instrucção Publica, que, em regimento especial, deveria determinar o methodo de ensino, o regime interno, policia e economia das escolas de ambos os sexos, os premios e o emprego dos meios disciplinares, as attribuições, deveres dos professores, etc.".

Não perdurou essa reforma. . .

Em 1871, a nova lei provincial 669, de 31 de Abril, sanccionada pelo presidente dr. Joaquim Pires Machado Portella (1870-1871), permittiu um mais adeantado passo á instrucção publica do Pará. O seu regulamento, datado de 20 daquelle mez e anno, "conhecido com o nome de regulamento Portella, distingue-se por mais minuciosa e systematica organização dos serviços da instrucção publica, e neste sentido foi o progresso" (José Verissimo — *Op.* cit.).

Dividiu o ensino primario em dois graus; manteve o Conselho Director da Instrucção Publica; conservou o Lyceu Paraense, nelle instituindo o curso normal para homens e uma Escola Normal.

Para a fiscalização do ensino, além do director geral da instrucção publica, e do Conselho Director, instituiu os delegados litterarios, os visitadores municipaes e os conselhos dos districtos litterarios.

Essa organização, que se poderia chamar modelar no tempo da respectiva creação, não perdurou, entretanto.

Em 1873, a lei provincial n. 776, de 28 de Agosto, cogitou de nova reforma da instrucção publica, que produziu o regulamento de 13 de Janeiro de 1874.

Tida como deprimente e mesmo inferior ao regulamento de 20 de Abril de 1861, concorreu muito para atrophiar os surtos naturaes do nosso ensino publico, e, entretanto, conseguiu existencia até 1880, quando a lei provincial n. 1.030, de 7 de Maio, regulamentou de novo e mais completamente a instrucção.

José Verissimo considerou essa reforma da lei n. 1.030 a mais perfeita que tivemos no terceiro periodo em que dividimos este trabalho.

As escolas foram divididas em elementares e de tres entrancias; creou as escolas mixtas; organizou melhor o Conselho Director, que constituiu com o director da instrucção publica, o presidente da Camara Municipal de Belém, o provedor do Collegio do Amparo, com dois professores do Lyceu Paraense, um da Escola Normal e com um dos delegados litterarios; restabeleceu os Conselhos districtaes, e concedeu melhores garantias ao professorado.

Promettia essa reforma bons e proveitosos fructos, desde que a sua applicação se exercitasse em um periodo de tempo sufficiente, mas, quando já a instrucção se ia encaminhando e entrara em franco periodo de aproveitamento, adveiu a lei provincial n. 1.295, de 20 de Dezembro de 1886, modificando-a sem necessidade e sem proveito, antes com grave prejuizo do ensino publico, como disse o illustre dr. José Verissimo.

Voltou-se á já condemnada divisão em dois graus e supprimiram-se os adjunctos.

Embora não regulamentada, trouxe aquella lei, de facto, a retrogressão para o ensino que ficou desorganizado.

Sob essa reforma, decorreram os ultimos annos do periodo da Monarchia, até 15 de Novembro de 1889.

Entretanto, póde-se dizer que alguma coisa foi feita.

O ensino secundario possuia os dois institutos, o Lyceu Paraense e a Escola Normal; o ensino primario era ministrado em 116 escolas do 1º grau, com uma frequencia de 3.681 alumnos; e em 43 escolas do 2º grau, com 1.683 meninos.

Além desses estabelecimentos e escolas possuia a Provincia o Instituto de Educandos Paraenses, fundado em 1870 (*lei provincial n. 660, de 31 de Outubro*), embryão de escola profissional de artes e officios, segundo os dispositivos da lei provincial n. 781, de 9 de Setembro de 1873.

E' certo que a instrucção publica poderia ter passado para o regime republicano em condições mais adeantadas e com funccionamento mais organizado, mas não foi descurada, e, se não fossem as contingencias a que esteve sujeita com a directa interferencia dos presidentes da Provincia e da propria Assembléa Provincial que não permittiam o funccionamento regular dos apparelhos que crearam, teria ella se apresentado com melhor cunho ao alvorecer da Republica, pois não faltaram os homens competentes para dirigi-la, taes como José Joaquim de Assis, Correia de Freitas, Americo Santa Rosa, Justo Chermont e outros.

Serviram successivamente no cargo de director da Instrucção Publica, desde a respectiva creação em 1841, até á proclamação da Republica: dr. Manuel Gomes Correia de Miranda, nomeado a 3 de Julho de 1841; em 17 de Agosto de 1853 teve como substituto o dr. Ambrosio Leitão da Cunha, ao qual succedeu em 22 de Outubro de 1855, o padre Felix Barreto de Vasconcellos que exerceu o cargo até 20 de Abril de 1861, quando foi nomeado o dr. Joaquim José de Assis, que serviu até 1867; de 1867 a 1870, o barão de Igarapémirim; de 1871 a 1881, successivamente o dr. Francisco Pereira de Sousa Junior, o commendador João Wilken de Mattos, o dr. José Ferreira Cantão e o dr. Joaquim Pedro Correia de Freitas; de 1881 a 1885, successivamente, o dr. Americo Marques Santa Rosa, o engenheiro José Felix Soares, e os drs. Francisco A. Correia, Justo Leite Chermont, Felix de Figueirôa de Farias e João Raulino de Sousa Uchôa; em 1886, successivamente, o dr. Felix de Figueirôa, João Gomes Ribeiro, o engenheiro Antonio Manuel Gonçalves Tocantins, os drs. Joaquim José Rodrigues Collares, Americo Marques Santa Rosa, o padre Manuel Carlos do Nascimento, o dr. Liberato Magno da Silva Castro e o padre Mancio Caetano Ribeiro; em 1887, o dr. Americo Vitruvio Gonçalves Campos; em 1888, os drs. Raimundo Nina Ribeiro, Themistocles Augusto de Figueiredo e João Raulino de Sousa Uchôa; e em 1889, o dr. Americo Marques Santa Rosa.

1889-1920

Proclamada a Republica no nosso paiz, feita a adhesão do Pará ao novo regime em 16 de Novembro de 1889, empossado o triumvirato revolucionario no governo do Estado, abriu-se, com a autonomia estadual, um novo e largo horizonte para toda a vida deste vasto e bem fadado torrão da patria brasileira.

Passada a primeira e rapida phase da sua inicial administração, nomeado governador do Estado o dr. Justo Leite Chermont (1889-1890), logo entre as suas primeiras cogitações figurou o problema da instrucção publica, sem duvida dos mais importantes entre os que mais avultavam, exigindo solução immediata.

Vimos já em que pé se achava o legado do regime anterior.

Reconhecendo a insufficiencia da reforma de 1886, a lei provincial n. 1.408, de 11 de Outubro de 1889, decretara uma nova organização do ensino, que não chegou a ter efficiencia, em vista da mudança do regime politico do nosso paiz.

Das mãos do dr. José Ferreira Cantão, recebeu o dr. José Verissimo Dias de Mattos a suprema direcção da instrucção publica do Pará, por nomeação do dr. Justo Chermont.

No momento, era necessario, para assim dizer, um balanço geral no serviço, não sómente para aquilatar do seu passado, do seu desenvolvimento, do valor pedagogico do que havia sido feito e existia, como tambem para, á vista dos elementos disponiveis, projectar creações novas que viessem trazer a efficiencia necessaria em tão vital ramo de interesse publico.

José Verissimo, esse illustre educacionista, mestre nos elevados assumptos da instrucção publica, aprofundou o estudo do passado, escalpellou os actos reformadores do regime precedente e no seu brilhante trabalho *A Instrucção Publica no Estado do Pará em 1890*, expoz com patriotismo e elevadas vistas pedagogicas o estado em que a Republica a havia encontrado, estabeleceu as linhas geraes de solução do problema, e efficazmente collaborou na sua reforma.

Pelos quadros estatisticos que apresentou verifica-se que, em 31 de Dezembro de 1890, existiam no Estado do Pará 417 escolas primarias, sendo 277 para o sexo masculino e 140 para o sexo feminino. Dessas escolas, 193 eram elementares, 126 de 1ª entrancia, duas de categoria especial e oito nocturnas.

No 1º semestre de 1890, em 338 escolas que apresentaram mappas, houve uma matricula de 11.214 alumnos e uma frequencia de 7.111; no 2º semestre, em 347 escolas houve uma matricula de 14.161 alumnos e uma frequencia de 9.240.

Nesse anno existiam em exercicio no magisterio escolar 96 professores normalistas, 64 professoras normalistas, 10 professoras antigas, nove adjunctas e tres adjunctos, 17 professores elementares com exame de sufficiencia, 105 professores sem exame de sufficiencia.

Ao dr. Justo Chermont, o primeiro organizador dos serviços publicos do Pará, na sua existencia primitiva anti-constitucional, fundamente pezaram os conceitos de José Verissimo, quanto ao estado da instrucção publica e lhe deve o Estado uma primeira organização com o decreto n. 149, de 7 de Maio de 1890.

Dividiu este acto o ensino publico em tres categorias; ensino primario, ensino secundario e ensino profissional ou technico.

O ensino primario seria ministrado nas escolas elementares, nas escolas primarias, no Collegio do Amparo, no Instituto Paraense de Educandos Artifices, nas escolas nocturnas para adultos e em outros estabelecimentos para tal fim creados; o secundario no Lyceu Paraense e nas escolas normaes; e o profissional no Instituto Paraense de Educandos Artifices.

Manteve a Directoria Geral do Ensino Publico, com attribuições mais largas e fiscalizadoras.

Creou o Conselho Superior de Instrucção Publica, constituido pelos directores das escolas normaes, director do Lyceu Paraense, director do Instituto Paraense de Educandos Artifices, provedor do Collegio do Amparo, presidente da Intendencia Municipal de Belém, tres cidadãos eleitos pelo povo, um representante do magisterio particular, um professor e uma professora publica da Capital, um delegado de cada um dos estabelecimentos de ensino secundario e um delegado do governo do Estado.

Creou Conselhos Escolares em cada um dos Municipios do Estado.

Instituiu a obrigatoriedade do ensino.

Dividiu o ensino primario em elementar, médio e superior.

Deu outras providencias.

> « O vosso decreto n. 149, de 7 de Maio, disse José Verissimo (*Op. cit.*) veiu dar plena satisfacção não só aos reclamos anteriores, como aos da opinião publica que destes casos se occupa, e, o que é mais, á necessidade urgente de salvar a instrucção que as ultimas disposições legislativas pareciam querer de todo anniquilar. »

Iniciada a existencia constitucional do Estado com o governo do dr. Lauro Sodré (1891-1897), exigiam os novos moldes administrativos a reorganização do ensino publico, levada a effeito com o decreto n. 372, de 13 de Julho de 1891.

Esta reforma dividiu o ensino publico do Estado em ensino primario, ensino normal, ensino secundario e ensino profissional e technico.

O ensino primario ficou constituido em elementar e integral, dado em tres cursos, elementar, médio e superior.

Quanto ao ensino secundario e technico, manteve a organização anterior.

Creou a fiscalização do ensino primario por meio de delegados de nomeação do Governo.

Em 1893, as estatisticas escolares accusavam a existencia de 456 escolas, 47 de 3ª entrancia, 42 de 2ª, 126 de 1ª e 241 elementares, com uma matricula de 16.385 alumnos e uma frequencia de 12.382.

Em 1892, creou o dr. Lauro Sodré o Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant, escola nocturna para adultos, que produziu excellentes resultados e teve bella frequencia.

Em 1896, mantinha o Estado 585 escolas, sendo 49 de 3ª entrancia, 84 de 2ª, 106 de 1ª e 346 elementares, com uma matricula de 24.071 alumnos, além das escolas-modelos, annexas á Escola Normal, das integraes do Instituto Paraense de Educandos Artifices e Collegio do Amparo.

Naquelle anno, uma nova reforma exigiu a instrucção publica, decretada com a lei estadual n. 436 de 23 de Maio, sanccionada pelo dr. Lauro Sodré, e regulamentada pelo decreto n. 403, de 18 de Janeiro de 1897.

Conservou ella a divisão do ensino em primario, secundario e technico e profissional; manteve no ensino primario a divisão em elementar e integral, classificando o ensino integral em escolas de 1ª, 2ª e 3ª entrancias; estabeleceu exigencias mais apuradas para o provimento do magisterio; conservou a direcção geral e o Conselho Superior da Instrucção Publica.

No ensino secundario, equiparou o curso do Lyceu Paraense ao do Gymnasio Nacional, creando um curso integral de Sciencias e Lettras com o titulo final de bacharel em Sciencias e Lettras; instituiu o curso de Agrimensura e o Commercial e a Escola de Agricultura; e remodelou a Escola Normal e o Instituto Paraense de Educandos Artifices, ampliando neste ultimo o ensino technico e profissional.

A synthese do que desde o inicio do regime republicano foi feita em materia de instrucção publica é dada pelas palavras do dr. Lauro Sodré em mensagem ao Congresso Legislativo do Estado:

> « Ninguem deixará de notar, pondo os olhos na historia recente da nossa vida, esse contraste que pelas coisas do ensino oppõe o regime republicano, em que ellas constituem a primeira preoccupação dos poderes publicos, e o regime antigo, em que possuiamos uma organização deficiente, cheia de lacunas, indicio de um systema politico que não podia viver alumiando o espirito do povo. A reforma de 1890, feita sob o governo do dr. Justo Chermont e ao tempo em que a instrucção publica obedecia á direcção criteriosa e intelligente do dr. José Verissimo, um excellente servidor dessa grande causa, é o marco inicial dessa grande jornada, que vamos fazer sem parar. A divisão a que foi submettido em 1891 o regulamento de 1890 e a lei recente (n. 436, de 23 de Maio de 1896) que promulgastes, em nada alteram as grandes linhas capitaes, os solidos alicerces, em que todo o edificio descança. » (Mensagem em 1897.)

Para incentivar o estudo dos problemas relativos á instrucção publica, promoveu o governo do Estado a reunião de um Congresso Pedagogico, constituido com elementos intellectuaes interessados no ensino e no qual figuraram professores e homens de valor na pedagogia, que tiveram opportunidade de discutir e esclarecer theses importantes, com o Congresso installado em 1 de Janeiro de 1897.

Se o dr. Lauro Sodré fez reformas radicaes no ensino publico do Estado, o seu successor o dr. José Paes de Carvalho (1897-1901) não deixou de continuar o movimento iniciado.

> « A reforma constante do decreto n. 625, de 2 de Janeiro de 1899 abriu novos e largos horizontes á escola primaria, e, a primeira entre todas, deu-lhes a posse de institutos de ensino proclamados como as mais modernas conquistas da pedagogia. » (Firmo Cardoso — *Evolução da Escola Primaria do Pará.*)

Com essa reforma entrou para o dominio da pratica a grande idéa dos grupos escolares, apenas esboçada em 1838 pelo general Soares de Andréa, reclamada successivamente pelo dr. Joaquim Pedro Correia de Freitas em 1881, pelo dr. Raimundo Nina Ribeiro em 1889 e por José Verissimo em 1890.

Na verdade em 1899 surgiu a creação do primeiro grupo escolar (decreto n. 722, de 10 de Julho de 1899), na Cidade de Alemquer, do interior do Estado, á qual seguiu-se a do primeiro grupo da Capital (decreto n. 935, de 7 de Janeiro de 1901), com a denominação de "José Verissimo", honrando o notavel educador e homem de lettras, que, como primeiro director da instrucção publica do periodo republicano, teve de dar os seus iniciaes lineamentos no novo regime.

Trouxe tambem a reforma de 1899, que mais foi uma consolidação da obra já feita, o adeantado estagio de permittir ás professoras normalistas o ensino do sexo masculino que até então lhes era defeso pelos dispositivos regulamentares anteriores. Essa medida e da execução da idéa dos grupos escolares, são sufficientes para consagrar o decreto n. 625, de 1899, como um dos actos mais altamente progressivos em relação ao ensino publico.

As estatisticas escolares no fim do quadriennio do governo do dr. José Paes de Carvalho accusavam a existencia de 577 escolas dentro do Estado, das quaes 541 elementares e 36 complementares. Essas escolas dividiam-se em 288 para o sexo masculino, 156 para o sexo feminino e 133 mixtas, possuindo todas a matricula de 31.036 alumnos. Regiam essas escolas 260 professores effectivos e 317 interinos.

Em 1901, ao deixar o governo o dr. Paes de Carvalho, estavam creados os grupos escolares de Alemquer, Soure, Curuçá, Cametá, Obidos, Santarém e Bragança.

No governo do dr. Augusto Montenegro (1901-1909), a instrucção publica do Estado do Pará recebeu os maiores influxos.

Remodelou o ensino primario (*decreto n. 1.190, de 17 de Fevereiro de 1903*); tornou effectiva e definitiva a creação dos grupos escolares, edificando predios proprios e adquirindo outros, como os de Cametá, Santa Isabel, Igarapessú, Castanhal, no interior do Estado, "Rio Branco" na Capital e deixando installados 36 grupos escolares, sendo 7 na Capital e 29 no interior do Estado nas cidades e villas, do Pinheiro, Mosqueiro, Castanhal, Santa Isabel, Abaeté, Alemquer, Baião, Bragança, Cametá, Curuçá, Faro, Gurupá, Igarapé-Miri, Maracanan, Marapanim, Mocajuba, Mojú, Muaná, Obidos, Santarém, S. Caetano de Oudivellas, Soure, Vigia, Vizeu, Anajás, Igarapé-Assú, Irituia, Macapá, S. Miguel do Guamá, com uma matricula de 9.706 alumnos, e uma frequencia de 7.397.

As escolas isoladas, no mesmo anno de 1908, a que se referem as estatisticas acima declinadas, apresentam o total de 3.717 matriculas com a frequencia de 3.087; o Gymnasio Paes de Carvalho, 252 matriculas, sendo nesse numero incluidas 59 moças; a Escola Normal, 158 matriculas; o Instituto Lauro Sodré, 257 matriculas; o Instituto do Prata, entre internos e externos, 523 alumnos de ambos os sexos; o Instituto de Ourém, 277 alumnos; e o Instituto do Outeiro, 100 alumnos.

Reformou o dr. Montenegro o Instituto Lauro Sodré, que para honrar o primeiro governador constitucional do Estado o dr. Paes de Carvalho lhe dera o nome.

Concluiu o novo predio e nelle installou o Instituto Gentil Bittencourt, antigo Collegio do Amparo; fundou os institutos Santo Antonio do Prata, de Ourém e Orphanologico do Outeiro.

A frequencia nas escolas primarias isoladas, nos grupos e institutos em 1908 accusam um total de 26.651.

Na administração do dr. Augusto Montenegro teve o ensino superior um dos mais brilhantes surtos, a creação da Faculdade Livre de Direito, fundada pelo Instituto Teixeira de Freitas, em 9 de Setembro de 1901.

Não ficaram os poderes publicos do Estado indifferentes a tão alevantado idéal. A lei estadual n. 839, de 30 de Outubro de 1902, chamou á responsabilidade do Estado a nova fundação, que, pelo decreto n. 904, de 27 de Julho de 1903, foi pelo Governo Federal equiparado ás congeneres officiaes do nosso paiz. As matriculas nessa escola superior em 1908 ascenderam ao total de 59 alumnos.

Em 1904 (decreto estadual n. 1.274, de 1 de Fevereiro) creou ainda o dr. Augusto Montenegro a Escola de Pharmacia, que teve opportunidade de ser equiparada ás escolas federaes pelo decreto n. 5.294, de 29 de Agosto do mesmo anno.

Esses dois estabelecimentos de ensino superior têm produzido filhos distinctos, que estão honrando a magistratura uns, e outros desenvolvendo actividade proficua até fóra do Pará.

Na administração do engenheiro dr. João Antonio Luiz Coelho (1909-1913) soffreu o ensino primario uma nova organização com o decreto n. 1.689, de 28 de Abril de 1910, auctorizado pela lei estadual n. 1.082, de 14 de Outubro de 1909.

No seu segundo periodo de administração do Estado (1917-1921) o dr. Lauro Sodré inscreveu no seu programma como um dos capitulos importantes — a instrucção publica, que na verdade, continuou a sua senda progressiva.

Auctorizado pela lei estadual n. 1.633, de 5 de Outubro de 1917, alterou os regulamentos anteriores do ensino primario em vigor (decreto n. 3.356, de 7 de Maio de 1918).

Tambem o ensino normal soffreu uma nova consolidação nas suas normas regulamentares com o decreto n. 3.377, de 21 de Junho de 1918, que deu execução á lei estadual n. 1.627, de 4 de Outubro de 1917.

Ao terminar o seu governo, em a ultima Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado (7 de Setembro de 1920), entre varias estatisticas apresentadas no capitulo — Educação e Instrucção — rico de informes sobre o desenvolvimento da nossa instrucção, o dr. Lauro Sodré menciona a existencia de 25 grupos escolares, além dos institutos Gentil Bittencourt, Lauro Sodré e Santo Antonio do Prata, accusando uma matricula total de 25.785 creanças.

No seu governo e por elle bafejada, foi creada a Liga do Ensino (13 de maio de 1917) com o fim da diffusão do ensino primario em escolas nocturnas.

E o desenvolvimento do programma do ensino recebeu impulsionamento notavel em todos os seus ramos.

Ao dar por finda esta rapida exposição, posso dizer que o Estado do Pará deve orgulhar-se da sua instrucção publica.

Possuimos o ensino, desdobrado em todas as suas classes, desde a primaria até á superior; desde as artes e officios elementares até ao ensino technico profissional, e das bellas artes e da musica.

O grande esforço levado a effeito para attingir o apice em que hoje vemos collocada a nossa instrucção é o resultado de uma grande collaboração, na qual estão congregados o governo do Estado, os poderes da União, os governos municipaes e a iniciativa particular, individual e de aggremiação.

O governo do Estado, na applicação dos preceitos constitucionaes quanto ás suas attribuições sobre o ensino, tem creado uma organização encadeada, desde o ensino primario até o ensino superior, sem descuidar o ensino de artes e officios e o ensino technico, bem assim o das bellas artes como já vimos.

O Governo Federal mantém o ensino de artes e officios na Escola de Aprendizes Artifices (decreto federal n. 7.506, de 23 de Setembro de 1909) e o ensino technico na Escola de Machinistas e Pilotos do Pará (decretos ns. 101 e 102, de 13 de Outubro de 1892).

Todos os municipios do Estado custêam escolas primarias, em numero superior a 400, com uma frequencia média superior a 15.000 creanças.

A iniciativa particular tem sido em todo o Estado um braço forte e poderoso no desenvolvimento do ensino, desde a simples e modesta escola do *A B C* até aos collegios de

ensino secundario, quer para o sexo masculino, quer para o feminino, e no ensino superior.

Em um esboço historico como este é impossivel mencionar com largueza a interferencia que teve a iniciativa particular, pessoal e de aggremiações, no desenvolvimento e elevação do nosso ensino.

No regime passado, além dos collegios que já ficaram nomeados, podem-se ainda indicar o Seminario de Santo Antonio, o Seminario do Carmo, o Asylo de Santo Antonio, o Collegio Americano, todos de curso primario e secundario.

No periodo da Republica, innumeros têm sido os collegios e escolas que contribuiram com honra para a nossa instrucção, uns já desapparecidos e outros em plena actividade do ensino.

O Collegio Progresso Paraense (fundado em 3 de Julho de 1907), estabelecimento modelar, mantendo cursos primario e secundario e curso normal e gymnasial equiparados; o Gymnasio Nossa Senhora do Carmo, com ensino primario, secundario e gymnasial equiparados; o Collegio Pará e Amazonas, com ensino primario e secundario; o Educandario Amazonia; o Atheneu Benjamin Constant; os collegios Ruy Barbosa e Grão-Pará; o Asylo de Santo Antonio; o Collegio de Santa Catharina; o Instituto Nossa Senhora de Nazareth; o Côro de Santa Cecilia; o Orpheon Menelau Campos; a Academia de Bellas-Artes e varios outros; bem como as innumeras escolas primarias de iniciativa individual e de corporações como as do Centro Catholico e as da Liga da Boa Imprensa e as das associações maçonicas; são outros tantos e altivalentes centros, de onde tem dimanado a instrucção em todos os seus ramos, no preparo da mocidade para a lucta pela vida e para o viver social.

Aonde quasi exclusivamente concorreu a iniciativa privada para a diffusão do ensino, foi ao campo dos estudos superiores, quer profissionaes, quer technicos, quer de bellas-artes.

O Instituto Teixeira de Freitas fundou a Academia de Direito do Pará (installada em 1 de Março de 1902); o Centro Propagador do Ensino creou a Escola de Agronomia e Veterinaria do Pará (fundada em 18 de Março de 1918), declarada de utilidade publica pela lei estadual n. 1.697, de 5 de Novembro de 1918, e a Escola de Odontologia.

Pela iniciativa particular tambem foram creadas a Escola Livre de Odontologia (installada a 4 de Julho de 1914), declarada de utilidade publica pela lei estadual n. 1.451, de 22 de Outubro de 1914; e a Faculdade de Medicina (fundada em 12 de Fevereiro e installada a 3 de Maio de 1919).

A Associação Commercial do Pará fundou em 13 de Maio de 1899, a Escola Pratica do Commercio.

São ainda da inciativa particular as escolas dactylographicas Remington, Royal e outras.

PALMA MUNIZ.

XII

Agricultura, Industria e Commercio

Tavares Bastos, estudando o Amazonas, disse que "collocado entre dois oceanos e entre a Asia e a Europa, o valle do Amazonas será o centro do commercio do mundo, como nas visões de Colombo a America apparecia-lhe entre as duas grandes massas de agua equilibrando a terra".

Humboldt, Agassiz, Martius, Poepping, Orbigny, Lister Maw, Beltram, Smith, Lowe e tantos outros sabios que nos têm visitado, predisseram dos altos destinos desta região; entretanto, devemos confessar que não se têm essas predicções accentuado com a rapidez que fôra de esperar.

Ha uma lei implacavel no renascer dos povos que se não póde violar: — "Não ha trabalho productivo sem exportação e troca".

Ora, á conquista e á exploração da riqueza natural do sólo, tem que preceder todo e qualquer povoamento, e dahi o homem tem que se bater com todos os elementos da natureza que o repellem, aos quaes se submette, adapta-se, subordina-se, antes de vencer e conquista-los.

Para isso foi preciso que esse homem luctasse aqui contra as intemperies, as molestias, a falta de recursos de toda sorte, e quasi sempre só, sem nenhuma assistencia dos poderes publicos do paiz.

Riqueza e prosperidade são factores correlativos; mas não se as conquistam sem grande trabalho.

Essas florestas, esses prados, essas aguas correntes ou paradas, em rios ou em lagos piscosos que gratuitamente alimentam o homem, só podem ser dominados pelo esforço titanico do homem que dispõe de uma energia inaudita, e para que tudo isso se transforme em capitaes, requer-se ainda um novo accumulo de esforços e não pequenas sommas de capitaes egualmente accumulados com esse mesmo esforço, ao correr dos annos e dos seculos, sobre gerações e gerações.

Essas gerações provêm de uma unidade que se grupa com outra unidade e fórma uma familia, que passa a consumir os proprios productos.

Dahi nascem outras familias; passam a trocar esses productos sem moeda e depois com ella. Só pelo emprego do dinheiro se multiplica a troca, de onde nascem os negociantes.

Tivemos de correr todo esse estádio, penosamente, morosamente, sob a tutela da Metropole, que ainda perdura, com um descaso dos governos centraes, que ainda não desappareceu.

Começámos por occupar o deserto, com uma população rarefeita, disseminada pelo infinito, sem communicação.

Surgiu o nosso commercio, o disseminador do credito, nesse meio rudimentar; um commercio unico e differente do de todo o paiz, ao qual nos tivemos de adaptar como o homem já se tinha adaptado ao seu *habitat*.

Esse credito tinha de ser assim mesmo: rudimentar, acanhado, sedento de grandes lucros, até que, ao entrar no periodo scientifico, surgissem a estatistica, o seguro, os bancos que, sob o dominio das leis, passaram a desenvolver-se.

Diz um economista que não é nas regiões fecundas, no seio da vegetação luxuriante, onde os fructos abundam, os peixes enxameiam e arvores frondosas cahem sobre o sólo, que a riqueza se forma, nem mesmo as sociedades. Porque, — "alimentados por essa natureza pródiga, os homens entorpecem-se, entregando-se a uma vida ociosa e gratuita, sem se agitar nem progredir".

Mas, se os desejos crescem com a acquisição e multiplicam-se com a variedade dos productos, desenvolvendo-se as aptidões necessarias que exigem a progressão do trabalho — ahi se deve interserir o nosso ponto de vista para visar o progresso da Amazonia, pondo-a em relevo, não em rabolevas e traços de litteratura, mas sim, pelo desenvolvimento

dos seus meios de communicação terrestre, fluvial e maritima, em constante correspondencia com outros centros, com outros homens, com outros povos, estabelecendo a concorrencia e troca de idéas, augmentando-lhes as necessidades e fazendo crescer entre as populações o desejo de acquisição e o estimulo para a multiplicação e variedade da producção.

Passemos rapidamente uma vista retrospectiva sobre a nossa exportação de 1773 a 1818 que synthetizará essa nossa observação:

EXPORTAÇÃO

ANNOS	CACAU — kilos	ARROZ — kilos	CAFÉ — kilos	ALGODÃO — kilos	VALOR TOTAL EM CONTOS Imp.	Exp.
1773.....	881.775	14.040	64.110	—		
1774.....	61.680	107.460	2.115	900		
1775.....	993.620	292.215	67.020	315		
1776.....	876.105	418.080	86.880	13.185		
1777.....	103.605	605.205	53.130	30.795		
1778.....	902.295	442.095	98.685	30.790		
1779.....	868.275	1.338.540	67.710	77.325		
1780.....	905.940	1.680.795	46.830	74.680		
1781.....	607.365	1.451.865	41.570	128.595		
1782.....	1.798.425	—	—	109.725		
1783.....	—	1.096.740	—	107.820		
1784.....	1.511.655	1.779.075	26.940	99.120		
1785.....	513.170	1.279.215	25.245	73.020		
1786.....	1.261.935	1.257.735	19.230	56.925		
1787.....	—	2.040.330	—	63.180		
1788.....	—	1.282.830	—	85.770		
1789.....	—	1.442.130	—	71.145		
1794.....	1.195.830	1.552.545	42.170	117.480		
1796.....	721.740	703.200	60.630	189.990		
1797.....	1.814.925	1.352.565	53.640	119.110		
1798.....	1.415.505	894.270	75.385	125.315		
1799.....	1.264.530	696.255	48.360	173.535		
1800.....	1.907.715	1.362.540	73.545	238.950	418	628
1801.....	967.125	587.580	38.430	163.965	194	295
1802.....	2.185.035	982.005	67.895	210.600	625	647
1805.....	—	—	—	—	626	647
1808.....	246.975	123.720	—	6.660	—	—
1810.....	1.578.195	125.160	34.470	66.735	156	339
1811.....	978.990	1.484.520	62.610	51.405	153	357
1812.....	1.465.510	2.193.240	23.160	97.965	223	360
1813.....	1.282.995	1.616.490	—	59.670	253	313
1814.....	2.664.645	2.437.290	—	77.115	380	513
1815.....	2.179.120	2.437.245	—	127.635	146	234
1816.....	1.857.405	1.925.280	16.110	183.075	496	641
1817.....	1.889.340	3.297.285	65.965	3.326.370	444	642
1818.....	1.524.405	2.424.630	64.005	137.405	615	166

Todo esse intercambio era feito com Portugal, para onde em 1697 já o dizimo sobre o cacau e cravo se elevava a 34.000 cruzados, e a producção de assucar era de 2.000 arrobas no valor de 5:000$000.

Até 1825 não encontramos borracha na exportação, mas, é para notar que sempre que avultava a industria extractiva, diminuia a da cultura.

Além desses productos, já em 1818 figuravam na exportação do Pará o assucar, a aguardente, o cravo, a canella, a salsaparrilha, puxuri, madeiras varias, coiros salgados, curtidos e espichados, anil, oleo de copahiba e de andiroba, urucú, algodão em fio, sumaúma, mel, tapioca, castanhas, sebo, breu, chocolate, que se exportavam não só para o extrangeiro como tambem para outras provincias.

A importação e a exportação do Pará, por quinquennios de 1849 a 1889 excedeu a 918.463:000$, dando uma renda á Alfandega que attingiu 160.788:000$000.

Ainda em 1863-1864 encontravam-se na nossa exportação para o exterior os generos constantes do quadro abaixo:

GENEROS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR
Algodão.....	Kilos.....	82.790	107:516$000
Arroz pilado.....	Kilos.....	1.470	231$000
Arroz em casca.....	Kilos.....	1.896.480	113:195$000
Assucar bruto.....	Kilos.....	373.065	47:452$000
Cacau.....	Kilos.....	3.518.055	1.132:441$000
Castanha.....	Alqueires....	55.451	196:849$000
Coiros seccos S.....	Unidades....	42.572	113:341$000
Coiros verdes S.....	Libras.....	1.134.000	117:803$000
Gomma elastica F.....	Kilos.....	2.593.565	3.112:517$000
Gomma elastica entrefina	Kilos.....	880.455	582:821$000
Gomma elastica sernambi	Kilos.....	—	
Grude de peixe.....	Kilos.....	27.375	40:839$000
Oleo de copahiba.....	Libras.....	151.384	63:027$000
Pelles diversas.....	Libras.....	171.960	69:842$000
Piassaba.....	Libras.....	169.875	24:039$000
Salsaparrilha.....	Libras.....	34.035	36:304$000
Urucú fabricado.....	Libras.....	47.850	15:799$000
Generos diversos.....	—	—	53:248$000
Total.....	.....	.....	5.827:264$000

No quadro acima, dizia Teixeira Bastos, não está computado senão o que se exportou, não representando, por isso, a producção — o total da Provincia onde crescia o numero de fabricas ou de engenhos de assucar, nos quaes se estavam propagando as machinas de vapor.

Tambem ahi não figuravam os generos alimenticios produzidos e consumidos na Provincia, como farinha, varios cereaes, peixe salgado e outros.

Nesse tempo, o cacau não mais era um producto espontaneo do sólo, "era cultivado nas margens dos rios, onde se viam bosques de cacual, assim como nos lagos e igarapés, constituindo occupação regular dos habitantes de Cametá, Obidos e Santarém, registando, desde 1734, uma exportação de 2.358 arrobas desse producto, que aqui dava espontaneamente.

Das 239.717 arrobas de cacau da producção que figuravam na exportação de 1865, Cametá havia concorrido com 110.714 e Santarém com 96.814.

Infelizmente, dizia já então esse auctor (1868), ha mais de meio seculo, "os productos naturaes e a borracha, particularmente, enchem quasi todo o quadro da producção da Amazonia".

De 1806 a 1819 passou o Pará por uma grande crise continua e ininterrupta; mas, em 1820 sete galeras e 53 embarcações de diversas tonelagens trouxeram a esta Provincia mercadorias francezas, inglezas, portuguezas e africanas, que teriam constituido o inicio de uma éra nova e mais prospera, se as commoções internas e as agitações politicas não tivessem quasi extinguido completamente as relações e o movimento commercial.

Sómente de 1836 em deante, o commercio se reanimou e começou a se desenvolver, elevando-se as rendas da Provincia a 655:000$ em 1861, a 1.642:000$ em 1871, a 2.477:000$ em 1881, e a 3.108:000$ em 1882-1883.

A importação que em 1850-1851 fôra de 2.292:000$, sóbe a 5.660:000$ em 1861, a 11.796:000$ em 1871, a 16.908:000$ em 1881 e a 21.236:000$ em 1891.

A exportação subira de 1.986:000$ em 1850-1851, a 3.567:000$ em 1861, a 9.348:000$ em 1871, a 15.701:000$ em 1881 e finalmente a 27.756:000$ em 1891.

A navegação de longo curso se mantém estacionaria até 1840-1841 com 78 a 100 navios, cuja tonelagem era de 11.252 a 14.181.

Ainda em 1850-1851 era de 84 navios com 14.701 toneladas; mas, em 1861 sóbe a 116 embarcações com 72.406 toneladas; eleva-se a 260 com 140.472 toneladas em 1871; passa a 311 em 1881 com 225.484 toneladas, e attinge a 480 em 1891 com 472.237 toneladas.

Em 1862 tinha o Pará 300 estabelecimentos industriaes, entre os quaes se contavam 166 engenhos de assucar, 24 fabricas de sabão, 6 de oleos, 18 de cal, seis de loiças de barro, tres de cortumes, uma de vinho de cajú, uma de chocolate, tres de beneficiamento de arroz, uma de moer café, 35 olarias e 36 serrarias.

Além destas, contavam-se 1.565 pequenas fabricas de farinha de mandioca esparsas por todo o Estado.

A estes estabelecimentos se veio juntar mais tarde uma fabrica de gelo, uma de loiças vidradas, uma de aguas gazozas, duas de chocolates, duas de artefactos metallicos, uma funilaria a vapor, uma lavanderia a vapor, uma fabrica de polvora, sem contar ainda com uma fabrica de oleos em Cametá, varias outras em Santarém de cal, de loiças, de vinho de cajú e dois estaleiros de construcções navaes.

Em Belém havia, em 1882, 2.161 pequenas officinas de artes e officios: alfaiates, cortumes, foguetarias, camisarias, fabricas de chapeus de sol, de sinetes, de obras de marmore, oirivesarias, padarias, photographias, relojoarias, sapatarias, sirgueiros, tinturarias, cigarrerias, barbearias, marcenarias, além de 41 typographias e duas lithographias, publicando-se 32 jornaes na capital e no interior.

Só em 1825 foi a borracha incluida na pauta aduaneira, quando ella valia 4$500 por arroba de 15 kg. De 1827 em deante encontramo-la com os valores abaixo, por arroba:

VALOR DA IMPORTAÇÃO DE BORRACHA

ANNOS	EM OBRAS	EM BOLAS
1827.....	4$477	2$091
1828.....	5$920	2$686
1829.....	7$666	4$512
1830.....	6$715	8$951
1831-1832.....	4$700	2$727
1832-1833.....	5$833	2$183
1833-1834.....	6$091	2$183
1834-1835.....	5$083	2$716

Sendo para notar que já nesse tempo os preços oscillavam de 2$ a 9$, variando de 8$951 em 1830 para 2$727 no anno seguinte, isto é, soffrendo uma depreciação de mais de 320 %.

Crescia com isso o volume do commercio.

Em 1847-1849 a tonelagem de mercadorias sahidas e entradas no Porto de Belém attingiu a 165.810 toneladas e Jeronymo Coelho em seu *Relatorio* dizia estar esse numero muito abaixo da realidade.

Ainda em 1849 elle dizia haver em Belém uma fabrica de sabão "montada a grande", sem comtudo dar a sua producção.

O commercio de cabotagem crescia sempre, e era como segue:

ANNOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
1851-1852.....	509:007$000	88:784$000	597:791$000
1852-1853.....	518:235$000	65:110$000	587:345$000
1853-1854.....	847:101$000	51:596$000	898:697$000

O conselheiro Rego Barros affirma que nesses tres ultimos annos tinha duplicado a importação de longo curso e quadruplicado a exportação, e que tinha tambem duplicado a importação de cabotagem, descendo a exportação a cerca de metade da importação.

Em 1621 organizou-se a Mesa de Rendas da Alfandega do Pará, reformada em 1809 quando se ampliou o commercio com as nações extrangeiras.

Data verdadeiramente de 1836 a prosperidade da Provincia, elevando-se a receita publica em 1838 a 231:000$, sem computar nessa somma a renda municipal.

Multiplicaram-se os estabelecimentos industriaes e a lavoira que pouco a pouco ia desapparecendo com a industria extractiva de borracha, de cacau e castanhas, começou de novo a surgir.

Com esse surto de prosperidade havia crescido o commercio, alargando-se o movimento de navegação.

Em 1874, porém, já o dr. Pedro Vicente de Azevedo de novo dizia que "em geral se podia dizer que a Agricultura sucumbia sob a influencia fascinadora do fabrico de borracha, que dominava em todos os municipios, monopolizando os braços que outr'ora se empregavam na lavoira".

E' ainda o mesmo dr. Azevedo que diz "ha 20 annos atraz se cultivava em escala relativamente grande cacau, canna de assucar, arroz, algodão, mandioca, café, e se exportava esses productos em bruto ou manufacturados em grande quantidade".

«A população,— prosegue,— tinha então em abundancia os generos alimenticios. Fabricava-se farinha, tapioca, chocolate, assucar; tecia-se o algodão, extrahiam-se muitos productos e exportava-se tudo isso, sem prejudicar o consumo interno. »

A industria pecuaria aqui começou a se desenvolver em 1644, quando para o Pará veio o primeiro gado de Cabo Verde e começou a ser creado "nos quintaes das casas suburbanas e nas herdades circumvizinhas de Belém". Depois de 1680 estabeleceram-se as primeiras fazendas na Ilha de Joannes (Marajó), que veio a ser o maior centro productor da industria pastoril do Estado.

Depois do carpinteiro Villão (Francisco Rodrigues Pereira) que se estabeleceu no Arari, para alli voltaram as suas vistas os frades das Mercês (1696) e se foram estabelecendo na parte oriental e centro da ilha, de onde vieram os primeiros supprimentos para o primeiro açougue de carnes verdes creado na capital (1726).

Em 1783 havia na ilha 153 fazendas de gado vaccum e cavallar, que se elevaram a 226 em 1803 com 500.000 cabeças

de bovinos, quando um boi custava de 2$ a 2$500, uma vacca de 1$200 a 1$500 e um garrote $800.

Um cavallo manso custava 4$, um poldro 1$600 e uma egua de $640 a 1$000.

Em 1794 as ferras de gado em Marajó attingiram 30.000 bois e 40.000 vaccas, 8.000 poldros e poldras.

Em 1816-1818 ainda as ferras foram de 109.364 cabeças vaccum e 38.143 dictas de cavallar.

Quanto será hoje o numero de cabeças de gado existentes em Marajó ?

Ninguem sabe. Mas, é certo que esse numero que já contavamos ha mais de um seculo passado, não existe hoje.

Em 1905 a exportação da ilha para a capital foi de 18.787 cabeças; importaram-se 11.468 dictas de outros Estados do Brasil, 8.648 da Argentina e 1.541 de Venezuela — o que dá um total de 40.389 cabeças.

Desse gado cerca de 1.800 cabeças de gado platino e venezuelano foram internadas nos centros pastoris. Varios creadores importaram ainda gado de raça européa para melhorar as suas manadas, mas o resultado de tudo isso parece que foi negativo até agora.

Luiz Paiva em "Cacaual grande" (Baixo Amazonas) importou Durhan, Charolaise, Barrozão; outros creadores de Monte Alegre e Alemquer importaram Schwitz e Simenthal; alguns aqui receberam Herefords, Devons, Hollandezes, Normandos, sem proveito apreciavel. Só o Zebú tem grangeado a sympathia dos nossos creadores e todos hoje preferem zebús.

Tivemos noticias que em "Cacaual grande" havia em 1889 cerca de 451 rezes de cruzamento Barrozão, Durhan e Charolaise.

E' mais uma das grandes riquezas do Pará desbaratada, abandonada e em decadencia.

Sómente em 1847 se funda o primeiro Banco Commercial do Pará, com o capital de 400:000$, dividido em 4.000 acções de 100$ cada uma.

Era o nosso primeiro banco de deposito, descontos e emissão de vales, podendo emittir lettras ou vales com prazo certo e data até 30 dias e de quantia menor de 100$; não podendo jámais a sua emissão exceder de 50 % do capital effectivo. A responsabilidade desses vales seria toda do Banco, e não dos portadores ou endossantes, salvo se a quizessem tomar "expressamente". Essas lettras ou vales seriam pagos no Banco em moeda legal, apenas apresentados, no vencimento ou depois deste, conforme a vontade do portador. Nenhuma emissão seria feita sem auctorização da directoria, lavrando-se disso uma acta determinando a somma e a quantidade dos titulos a emittir. Embora já no exercicio de suas funcções, só em 1853, pelo decreto n. 1.105, de 5 de Janeiro desse anno, teve esse Banco a approvação do Governo Imperial. Em 1856 era elle convertido em Caixa Filial do Banco do Brasil.

Quasi meio seculo foi preciso para podermos ter o nosso primeiro banco.

Mais tarde outros se crearam, sendo o primeiro, após este, o actual Banco Commercial do Pará, devido aos esforços de um grupo de commerciantes e capitalistas da praça de Belém (1 de Julho de 1869) com o capital de 1.000:000$, dividido em acções de 100$ cada uma.

Em 1884 o Banco Commercial do Pará elevou o seu capital de 1.000:000$ para 2.000:000$ e em Abril desse anno foi constituido o Banco do Pará com 1.000:000$ de capital, estabelecendo-se ainda nesse anno, em Belém, o "English Bank".

Creou-se o Banco de Belém do Pará em 1886, com o capital de 1.000:000$; o Banco do Pará elevou o seu capital a 3.000:000$; e as taxas de juros baixaram de 10 a 8 %.

Ao ser proclamada a Republica e pouco depois (1890) existiam no Pará:

Banco da Lavoira.
Banco Nacional do Brasil.
Banco do Pará.
Banco Commercial do Pará.
Banco de Belém do Pará.
Banco do Brasil (agencia).
"English Bank".
"London & Brasilian Bank".

Merece uma noticia especial o Banco da Lavoira que tinha 20.000:000$ de capital; fazia emprestimos ao Governo; auxiliava a lavoira; emprestava dinheiro sob hypotheca de cinco a vinte annos, no valor de 2:000$ a 120:000$; fazia penhores-agricolas de 500$ a 50:000$, a prazo de um a tres annos; fazia penhores de outros valores de 2:000$ a 12:000$, a prazo de um a cinco annos e os juros por lei eram de 6 % ao anno, pagos por semestres vencidos. A excepção deste Banco, os demais eram bem menores dos que actualmente laboram em Belém. Uma ligeira resenha em seus balanços accusa:

	CAIXA	DINHEIRO DE DEPOSITANTES
"London Bank"	208:000$000	1.068:000$000
Banco Nacional	515:000$000	244:000$000
Banco Commercial	262:000$000	255:000$000
Banco do Pará	1.226:000$000	1.749:000$000
"English Bank"	570:000$000	422:000$000
	2.781:000$000	3.738:000$000

Em 9 de Agosto de 1890 foi incorporado ainda o Banco Emissor do Norte com o capital de 20.000:000$, depois transformado em Banco Norte do Brasil, que tão tristes recordações deixou no seio do commercio do Pará.

Póde-se dizer que os tres factos culminantes da Historia do Pará, nem só commercial, financeira e economica e até politica, foram: a Independencia do Brasil em 1822, a abertura do Amazonas em 1858 e a proclamação da Republica em 1889, que marcam phases verdadeiramente distinctas em que o commercio teve sempre a sua parte activa e pronunciada.

No dia da proclamação da Republica a divida publica do Pará era de 4.811:000$000, sendo: 1.432:000$ de divida fluctuante, 1.164:000$ de divida consolidada a 8 % e 2.215:000$ de divida consolidada a 6 %.

O penultimo presidente da Provincia em 1889 já dizia "deploraveis" as condições financeiras do Pará, devido á imprudencia que presidia á organização dos orçamentos com *deficit*, que nesse anno elle calculava superior a 2.000:000$000.

« Actualmente, dizia elle, o Estado não tem divida fluctuante.

Mas, a sua divida consolidada é de 6.895:890$, sendo 107.400$ de apolices de 5 %, 772:400$ de apolices de 6 % e o restó do emprestimo de 6.500:000$ a juro de 5 % contrahido com o Banco Lavoira e Commercio, a prazo de 30 annos. »

Sob o dominio republicano iam-se manifestar as coisas por outra fórma, logo no primeiro periodo constitucional do Estado.

A exportação se expressava, para os tres principaes productos do Estado de 1891 a 1893, como se segue:

ANNOS	BORRACHA	CACAU	CASTANHAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
	toneladas	toneladas	hectareos	
1891	13.733	5.953	154.350	50.029
1892	14.469	4.099	57.384	59.773
1893	14.123	4.531	149.147	68.056

Comparando o valor dessa exportação com a dos annos anteriores, pelos portos de destino, veremos que em contos de réis, de 1888 a 1893, eram como se segue:

ANNOS	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	INGLATERRA	FRANÇA	PORTUGAL	OUTROS PAIZES	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1888	16.610	8.378	3.812	38	284	29.120
1889	13.457	8.225	2.620	13	74	24.389
1890	19.965	9.838	2.466	37	11	32.318
1891	28.870	15.497	5.510	89	69	50.029
1892	36.673	17.844	5.110	31	109	59.773
1893	36.838	22.564	8.545	—	116	68.056

Os creditos publicos avultavam cada vez mais; e de 1888 a 1893, eram como se segue:

ANNOS	ALFANDEGA	RECEBEDORIA	TOTAL
1888	9.521:000$000	2.349:000$000	11.870:000$000
1889	7.347:000$000	2.083:000$000	9.430:000$000
1890	9.433:000$000	3.182:000$000	12.615:000$000
1891	10.067:000$000	5.576:000$000	15.643:000$000
1892	10.188:000$000	8.425:000$000	18.613:000$000
1893	12.164:000$000	9.310:000$000	21.474:000$000

As entradas de generos pelo Porto de Belém de 1888 a 1892 eram como se segue:

GENEROS	UNIDADES	1888	1889	1890	1891	1892
Algodão	—	60	3.307	423	2.090	66
Arroz	Kilos	620.019	743.241	673.093	336.807	298.811
Assucar	Kilos	95.835	72.341	22.540	690	44.750
Azeite de andiroba	Litros	83.022	59.750	90.085	59.130	95.183
Cacau	Toneladas	6.718	4.341	3.200	5.952	3.863
Castanhas	Hectareos	124.700	52.156	13.477	145.890	59.210
Coiros de veado	Um	49.354	54.935	70.697	46.759	54.372
Coiros de boi	Um	9.255	7.114	3.681	2.459	11.672
Coiros salgados	Um	6.787	1.122	12.746	13.716	5.265
Coiros verdes	Um	10.339	28.160	1.347	25.905	5.513
Carne secca		8.709	5.678	9.459	3.109	10.890
Cravo	Kilos	—	600	330	7	40
Cumarú	Kilos	2.258	5.829	22.369	46.866	1.647
Chapeus de Chile	Um	61.766	98.798	31.888	35.412	70.204
Cachaça	Litros	1.974.375	4.205.380	2.071.964	1.904.778	2.177.749
Estopa	Kilos	520	5.417	16.678	980	10.120
Feijão	Kilos	221.232	83.678	67.516	94.372	119.343
Farinha	Kilos	8.762.150	10.073.085	11.051.749	7.385.768	9.618.485
Borracha	Toneladas	12.713	12.786	12.953	13.605	13.885
Grude de peixe	Kilos	19.625	19.268	32.983	29.515	56.221
Guaraná	Kilos	17.812	29.554	21.729	34.907	20.885
Manteiga de tartaruga	Kilos	19.174	20.260	12.975	10.256	10.730
Mixira	Kilos	43.620	19.058	7.557	14.378	19.675
Marfim vegetal	Kilos	2.194	820	—	1.480	—
Mel	Litros	70.320	148.710	95.091	100.860	179.337
Oleo de copahiba	Kilos	41.558	250.328	39.622	31.119	58.083
Piassaba	Kilos	7.298	9.307	63.064	22.369	24.445
Pirarucú	Kilos	31.300	8.700	423	14.353	2.038
Peixe secco	Kilos	1.655.813	1.243.985	675.846	1.226.917	1.384.542
Puxuri	Kilos	40.931	67.394	675.895	474.906	395.556
Quina	Kilos	480	—	2.394	78	90
Salsaparrilha	Kilos	—	—	—	2.896	8.778
Sabão	Kilos	11.768	11.168	2.639	2.329	43.138
Sebo	Kilos	2.534	45.225	24.675	25.623	9.632
Tabaco	Kilos	573.025	429.197	391.005	404.678	400.020
Urucú	Kilos	12.147	2.820	6.030	285	300
Ucuhuba	Kilos	65.098	52.028	—	65	2.660

Em 6 de Abril de 1892 revoltaram-se 13 generaes de terra e mar no Rio de Janeiro sob a chefia de Wandenkolk e Almeida Barreto, protestando contra a desorganização nos Estados. O cambio baixou então a 11 ½ e a borracha subiu a 4$800; — o Pará transbordou em dinheiro!

A Alfandega rendia 16.149:000$ em 1894 e 16.041:000$ em 1895. A Recebedoria arrecada no primeiro desses annos as importancias de 10.150:000$ e 12.395:000$ no seguinte.

A exportação para o exterior se exprime como se segue:

ANNOS	CONTOS DE RÉIS	BORRACHA	CACAU	CASTANHAS
		Toneladas	Toneladas	Hectareos
1890.....	32.317	—	—	—
1891.....	50.029	—	—	—
1892.....	59.773	—	—	—
1893.....	68.053	—	—	—
1894.....	75.406	—	—	—
1895.....	84.165	15.001	3.328	115.586

O commercio da Amazonia pelo Porto de Belém tomou proporções de um desenvolvimento nunca visto, bastando para demonstrar o quadro abaixo dos principaes productos do mesmo e seu valor em oiro e papel aos cambios de então referentes aos annos de 1890 a 1906.

Em 17 annos produziu a Amazonia, em tres unicos productos, £ 195.437.000, equivalentes a 4.435.630:000$000!

Em *Mensagem* de 1896, o governador do Estado considerava fecundo o anno anterior, dizendo que o Pará crescia e caminhava na linha dos mais ricos e prosperos Estados da União Brasileira.

Essa prosperidade e essa riqueza representavam "o resultado da pratica exacta e fidelissima dos principios republicanos e federativos, em virtude dos quaes podia qualquer membro da União expandir as suas energias, abrindo os horizontes ás actividades outr'ora sopitadas, creando abundantes fontes de riqueza, derramando o ensino, dilatando-lhe a esphera, desenvolvendo as industrias sob as suas multiplas fórmas, melhorando a situação da agricultura, fundando grandes fabricas, alargando e vitalizando fartamente o commercio interno e externo, com a abertura de recentes vias de commercio".

A borracha exportada em 1893 ascendia a 8.374 toneladas no valor de 33.985:000$000.

Em *Relatorios* da Associação Commercial, como em tudo mais, predominava então o optimismo, e em 1892 alli se dizia que a "baixa do cambio não affectava grandemente o interesse do commercio importador e até auxiliava o desenvolvimento das transacções no interior, sendo favoravel mesmo aos negocios", porque "os generos de importação se mantinham a preços razoaveis, sem grandes fluctuações que provocassem reacções ruinosas".

Entretanto, não era bem essa a verdade...

Em 1900 manifestou-se a crise que desde algum tempo se annunciava fatal.

O Banco do Pará, fundado em 1883 com 1.000:000$ de capital, e o havia augmentado para 11.947:440$, capital e reservas realizadas, suspendeu suas transacções, limitando-se a fazer reformas "que a contingencia da occasião impunha pela falta de numerario".

Em seu *Relatorio*, ainda a directoria appellava para as entradas de borracha da nova safra, "com que a crise seria debellada, ou pelo menos se modificaria em seus desastrosos effeitos".

Baixaram de preço todos os titulos, que se depreciavam mais e mais cada dia; desvalorizaram-se todos os bens mobiliarios e immobiliarios; e "as retiradas quasi imprevistas dos depositos dos Bancos entorpeceram o progredimento financeiro, annullando reservas accumuladas durante annos, pacientemente..."

Por fim, o Banco do Pará suspendeu pagamentos (27 de Setembro de 1900) e propoz aos seus credores uma moratoria por dois annos, pagavel 30 % em apolices dos juros de 6 % de que elle tinha grande *stock* em carteira do emprestimo que havia feito ao Estado, as quaes seriam dadas ao typo de 95 %; 10 % em dinheiro e 60 % em tres promissorias com juros de 5 % ao anno, em parcellas eguaes de 15 % e prazo de 9 a 24 mezes, até Dezembro de 1902.

Na refrêga da crise, desappareceram os bancos de Belém do Pará, com 3.102:000$ de capital e reservas; o Banco Norte do Brasil, com 3.349:000$ de capital e reservas; o Banco de Credito Popular reduziu o capital de 4.123:000$ para 1.000:000$, perdendo o resto; o Banco Commercial do Pará que dispunha de capital e reservas no total de 19.000:000$

ANNOS	BORRACHA — Toneladas	CACAU — Toneladas	CASTANHAS — Hectareos	CAMBIO MÉDIO DO ANNO	VALOR ESTERLINO — Libras	VALOR PAPEL CONTOS DE RÉIS
1890.....	16.590	3.385	33.576	12 ½	8.162.000	156.710
1891.....	17.900	6.555	243.080	16 d.	8.742.000	131.130
1892.....	17.950	4.402	104.914	12 d.	8.363.000	177.270
1893.....	19.730	4.934	81.456	11 ½	9.127.000	197.476
1894.....	19.470	3.591	216.421	10 1/32	8.945.000	204.457
1895.....	20.975	5.225	96.739	9 7/8	9.540.000	231.858
1896.....	22.320	3.328	139.992	8 31/32	10.042.000	268.720
1897.....	22.260	3.765	109.795	7 11/16	10.431.000	325.651
1898.....	25.355	2.663	125.375	7 5/32	10.103.000	338.826
1899.....	26.695	5.653	212.012	7 ½	11.850.000	379.200
1900.....	27.650	3.085	50.098	9 d.	12.708.000	338.880
1901.....	29.971	2.867	55.573	12 5/64	13.746.000	273.142
1902.....	29.890	4.441	135.475	12 7/16	13.747.000	272.457
1903.....	30.580	5.125	159.947	12 7/64	14.444.000	297.171
1904.....	33.090	5.191	93.124	12 25/128	16.369.000	322.137
1905.....	34.680	4.265	200.027	15 59/64	18.387.000	277.159
1906.....	20.137	627	57.739	16 ¼	10.181.000	150.356
					195.347.000	4.435.630

acabou ficando com 4.000:000$, e o Banco do Pará que tinha cerca de 19.500:000$ de capital e reservas ficou reduzido a 5.000:000$000.

Desappareceram as companhias de seguros Confiança, Previdente e Segurança e de Seguros de Vida União, com o capital total de 6.032:000$000.

Falliram casas com milhares de contos de perda total e só uma dellas, cuja perda tambem foi total, causou um prejuizo dado á praça de mais de 20.000 contos.

Calcula-se que só os bancos, até final liquidação dessa grande crise, perderam mais de 33.000:000$ e os prejuizos totaes calculados, então, excederam a 68.000:000$, chegando-se mais tarde á evidencia de que foram, talvez, de mais do dobro, pois que, de cerca de duzentas e quarenta moratorias e concordatas preventivas homologadas em Juizo e fóra delle, foram outras tantas fallencias, com excepção apenas de duas ou tres!

« Muitas foram as tentativas, diz um *Relatorio* do Banco Commercial, para conseguir do Governo Federal uma medida qualquer que viesse attenuar a gravidade da situação.

Foram no emtanto baldados todos os esforços, apesar da constante intervenção do governador Paes de Carvalho. »

Antes convém resumir em ligeiros traços como entre nós se enraizaram as crises desde 1774 e que não são de hoje.

Tivemos uma crise em 1774, quando a producção do cacau baixou de 81.765 kg. para 61.680 kg. e o café passou de 64.110 kg. para 2.115; tivemos outra em 1777 e outra ainda em 1781.

O anno de 1785 foi de crise e os de 1788 e 1796 tambem, que se repetiu em 1799, 1801 e 1808, quando a producção de cacau baixou de 2.185.000 kg. para 246.000, o algodão de 210.000 para 6.000, o arroz de 982.000 para 123.000 e a colheita do café foi nulla.

O anno de 1811 foi de crise de pequena duração; mas, o anno seguinte foi prospero, seguindo-se até 1815 uma escala ascendente, quando em 1815-1816 nova crise occorreu.

E ao correr dos annos ellas se succedem entre 3 e 5 ou 5 e 7 annos, com a regularidade periodica de um pendulo, até aos nossos dias.

Já atraz vimos que de 1806 a 1819 o Pará teve de arrostar crises continuas e quasi ininterruptas.

Buscando o motivo desse estado de ser, encontramos sempre o mesmo: revoluções politicas; diminuição de producção; reducção de preços dos productos no mercado consumidor e o cambio.

Para as revoluções, motins e toda a sorte de bernardas não vemos remedio senão educarmos as massas para a nova directriz, eliminando os elementos perniciosos.

A diminuição de producção é causada pela falta de braços por molestias e pela falta de um serviço regular de immigração e povoamento do sólo, pois, além de tudo, os preços altos dos generos de primeira necessidade, pelas baixas successivas do cambio ou depreciação dos nossos productos, expellem o braço trabalhador que sente difficuldade em viver, concorrendo para a sua miseria physica e organica, sobrevindo epidemias e privações que o tangem porta fóra em busca de melhores plagas...

Os dois outros factores repoisam na condição geral do paiz e dos mercados consumidores, contra os quaes nos achamos desamparados por falta de organização de credito.

*

Em Setembro de 1907 já o governador do Estado dizia que a nossa situação economica continuava em condições bastante regulares; que o nosso principal producto, a borracha, mantinha preços bastante razoaveis; que o cacau attingia cotações assás elevadas e a sua safra era abundante.

Entretanto, a verdade era que a producção diminuia em mais de dois e meio milhões de kilos, actuando sómente no mercado os effeitos da Caixa de Conversão que, com a fixidez do cambio, alimentava esse bem estar que de ha muito havia fugido do Pará, diminuido o aleatorio em negocios feitos a longos prazos e por sua natureza sujeitos a grandes vicissitudes, no dizer da citada *Mensagem*.

Começaram-se as obras do Porto do Pará e surgia uma nova éra de prosperidade.

O governo affirmava "que não nos deviamos inquietar com as plantações da preciosa arvore que se estava fazendo no Oriente..." quando dalli já se estava exportando borracha. Dizia ainda esse documento official que "dadas as condições do valle do Amazonas, a regularidade de que cada vez mais se estabelecia no córte da hevea, as grandes extensões de seringaes, ainda virgens, as necessidades crescentes da industria moderna, não deviamos considerar o que se fazia fóra daqui senão *uma licção* que convinha estudar, ensinamento que urgia seguir, experiencia que seria preciso tentar..."

Após a declaração de guerra entre os paizes alliados e a "Entente" que na velha Europa representavam as duas correntes combatentes entre a França e a Allemanha, o nosso commercio, estarrecido, ficou num estado de espectativa.

Passou-se a deslocar a corrente commercial da Europa para os Estados Unidos da America, tendo sido de 22.105 toneladas a exportação da borracha da Amazonia para Europa em 1913 contra 15.186 em 1915; emquanto para a America do Norte subiu naquelles annos de 17.186 toneladas a 22.519.

A importação de mercadorias da Europa e dos Estados Unidos da America foi, como segue, para o Pará:

Em 1913, 43.038; em 1914, 20.045; em 1915, 22.409, toneladas de 1.000 kg.

O total da exportação foi:

Em 1913, 74.725; em 1914, 57.160; em 1915, 69.702 toneladas de 1.000 kg.

Impostas pelas necessidades, novas pequenas industrias surgiram temerosamente, aqui e alli, assim como productos varios da lavoira: arroz, algodão, milho.

Foi de verdadeira angustia para o Pará o periodo da guerra, tanto mais quando, por motivos de crises anteriores, ainda não conjuradas, os estabelecimentos de credito tinham sido forçados a reduzir seus capitaes uma e mais vezes, no intuito de consolida-los dos grandes prejuizos soffridos, chegando a desvalorização de alguns titulos a 90 %.

A escassez de credito retrahiu o capital particular, o desanimo lavrou por toda a parte, accrescido pela falta de navegação para o exterior, e consequentemente a restricção na exportação.

Mas a contar de 1916 cessaram as fallencias e as moratorias.

O commercio exterior foi, como segue, em contos de réis:

Annos	Receita
1890	3.235:000$000
1891	6.023:000$000
1892	8.541:000$000
1893-1894	9.602:000$000
1894-1895	20.219:000$000
1895-1896	11.846:000$000
1896-1897	15.127:000$000
1897-1898	20.066:000$000
1898-1899	25.816:000$000
1899-1900	26.111:000$000
1900	19.223:000$000
1901	13.165:000$000
1902	12.317:000$000
1903	14.996:000$000
1904	16.911:000$000
1905	16.073:000$000
1906	15.403:000$000
1907	14.077:000$000
1908	12.422:000$000
1909	19.048:000$000
1910	20.265:000$000
1911	14.490:000$000
1912	13.486:000$000
1913	9.232:000$000
1914	8.195:000$000
1915	8.787:000$000
1916	11.229:000$000
1917	10.295:000$000
1918	8.690:000$000
1919	10.436:000$000

Annos	Importação	Exportação
1913	43.038:000$000	74.725:000$000
1914	20.045:000$000	57.160:000$000
1915	22.509:000$000	69.702:000$000

O quadro seguinte melhor detalha a exportação do Estado em geral:

Exportação de borrracha — O seu valor em contos de réis, papel

Annos	Toneladas	Valor em contos
1825-1826	91	9
1827	31	9
1828	50	20
1829	91	47
1830	156	70
1832-1835	172	—
1836-1837	185	103
1837-1838	284	115
1838-1839	244	119
1839-1840	392	259
1840-1841	388	230
1841-1842	339	251
1842-1843	270	153
1843-1844	340	183
1844-1845	451	256
1845-1846	561	344
1846-1847	674	340
1847-1848	755	272
1848-1849	1.956	324
1849-1850	1.107	423
1850-1851	1.511	1.067
1851-1852	1.664	873
1852-1853	1.747	1.431
1853-1854	3.577	2.307
1854-1855	2.647	2.755
1855-1856	4.167	2.710
1856-1857	4.370	2.521
1857-1858	1.596	3.360
1858-1859	1.729	1.865
1859-1860	2.557	3.402
1860-1861	2.464	2.864
1861-1862	2.262	2.409
1862-1863	3.061	3.233
1863-1864	3.484	3.695
1864-1865	4.227	3.620
1865-1866	3.545	4.629
1866-1867	6.395	5.847
1867-1868	4.075	6.082
1868-1869	3.573	5.881
1869-1870	3.780	7.488
1870-1871	3.369	6.503
1871-1872	3.588	3.550
1872-1873	3.738	6.418
1873-1874	4.288	6.597
1874-1875	4.360	5.551
1875-1876	4.163	5.194
1876-1877	6.680	8.836
1877-1878	5.137	5.706
1878-1879	5.315	7.715
1879-1880	4.674	9.507
1880-1881	5.317	11.500
1881-1882	5.714	13.561
1882-1883	5.470	17.859
1883-1884	5.610	13.911
1884-1885	6.273	11.818
1885-1886	6.513	14.312
1886-1887	6.646	15.739
1887-1888	7.678	11.282
1888-1889	8.171	13.441
1889-1890	4.644	9.006
1890-1891	7.304	19.067
1891-1892	5.474	21.420
1892-1893	4.896	17.415
1893-1894	8.048	34.729
1894-1895	8.219	37.447
1895-1896	8.708	44.450
1896-1897	9.071	55.838
1897-1898	8.934	69.917
1898-1899	9.715	76.580
1899-1900	10.281	84.385
1900-1901	9.466	49.632
1901-1902	10.395	42.647
1902-1903	11.106	45.477
1903-1904	11.298	53.933
1904-1905	11.365	59.428
1905-1906	11.689	51.807
1906-1907	11.394	49.267
1907-1908	10.052	35.150
1908-1909	11.724	49.581
1909-1910	11.227	80.001
1910-1911	9.414	48.031
1911-1912	11.791	46.791
1912-1913	11.021	36.680
1913-1914	9.550	23.538
1914-1915	9.485	21.027
1915-1916	9.383	28.035
1916-1917	9.441	—
1917-1918	8.791	—
1918-1919	5.934	—

Exportação do Pará em geral

(ESTATISTICA COMMERCIAL)

GENEROS	UNIDADE	QUANTIDADE 1913	QUANTIDADE 1914	VALOR EM 1$ PAPEL 1913	VALOR EM 1$ PAPEL 1914
Animaes disseccados	Um	37	—	150	—
Animaes vivos	Um	—	—	—	490
Algodão	Kilos	5.393	3.995	5.489	3.513
Alhos	Kilos	111	—	40	—
Arroz	Kilos	—	1.500	—	600
Assucar branco	Kilos	900	2.500	270	1.250
Banha	Kilos	—	1.400	—	1.700
Buxo de peixe	Kilos	—	—	2.164	—
Baunilha	Kilos	37	—	500	—
Borracha mangabeira	Kilos	581	—	1.455	—
Borracha seringa	Kilos	17.898.689	16.800.149	71.229.797	50.974.711
Carne tartaruga	Kilos	—	10	—	50
Chifres	Kilos	16.767	23.184	7.501	4.915
Coiros salgados	Kilos	830.007	603.760	405.041	439.547
Coiros seccos	Kilos	92.890	190.494	49.790	199.521
Cacau	Kilos	1.939.491	2.895.810	1.486.944	1.836.188
Café em grão	Saccos	147	56	9.359	2.430
Café moido	Kilos	73	—	82	—
Caroços diversos	Kilos	480	—	900	—
Cebolas	Kilos	120	—	50	—
Cera de carnaúba	Kilos	22.683	1.000	50.000	2.000
Charutos	Um	10.000	—	400	—
Cigarros	Milheiros	205	—	1.232	—
Cumará	Kilos	37.234	33.832	84.895	85.553
Castanhas	Hectareos	13.543	122.311	393.187	2.270.288
Doces (goiabada)	Kilos	455	104	422	80
Doces não classificados	Kilos	280	—	180	—
Especiarias	Kilos	—	48	—	300
Farinha de mandioca	Kilos	38.872	10.440	11.401	2.036
Feijão	Kilos	—	1.500	—	750
Folhas e raizes medicinaes	Kilos	24.705	60.247	116.981	111.831
Fumo de corda	Kilos	298	776	500	2.030
Grude ou colla	Kilos	43.942	40.668	113.855	143.566
Ipecacuanha	Kilos	—	7	—	25
Metaes velhos	Kilos	84.131	106.160	32.530	29.765
Madeiras	Kilos	136.437	106.160	18.676	15.095
Marfim vegetal	Kilos	—	6.125	—	2.791
Massas alimenticias	Kilos	20	—	16	—
Medicamentos	Kilos	—	2.586	—	6.560
Milho	Kilos	2.043	3.000	—	500
Ossos	Kilos	—	1.756	130	350
Obras de madeira	Kilos	57.537	271.600	—	2.500
Oleo de copahiba	Kilos	640	74.699	128.559	134.158
Oleos não especificados	Kilos	81.589	310	308	1.256
Pelles de veado	Kilos	14.961	69.225	176.862	96.891
Pelles não especificadas	Kilos	6.276	158	29.000	200
Plumas de garça	Grammas	—	—	8.000	—
Sabão	Kilos	25	2.010	—	1.680
Sola	Meios	—	—	250	—
Sal	Kilos	218	2.600	—	208
Sementes	Kilos	—	41.432	270	7.110
Tapioca	Kilos	61.284	3.150	—	1.425
Ucuhuba	Kilos	13.446	—	20.654	—
Xarque	Kilos		4.390	16.237	6.474
				78.404.064	56.390.337

Segundo o Departamento de Estatistica da Associação Commercial do Pará, o movimento de importação e exportação de longo curso e cabotagem pelo Porto de Belém do Pará foi, como se segue, em toneladas de 1.000 kg.:

ANNOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
1913	301.824	411.139	712.963
1914	205.413	300.268	505.681
1915	193.773	301.871	495.644
1916	227.810	355.501	583.311
1917	238.600	376.105	614.705
1918	207.880	362.948	570.828
1919	191.786	349.105	540.891

Importação do Pará (do exterior)

(ESTATISTICA COMMERCIAL)

ARTIGOS	QUANTIDADE EM KILOS		VALOR EM CONTOS DE RÉIS	
	1913	1914	1913	1914
Aguas mineraes	140.840	42.476	90	37
Bebidas alcoolicas fermentadas	128.750	52.652	179	82
Cerveja	97.544	48.725	95	50
Licores e xaropes	7.469	4.877	15	10
Succo de uvas	3.877	2.289	4	3
Vinhos, vermuths, etc.	59.460	22.643	66	27
Vinhos champagnes, etc	8.535	1.237	43	8
Vinhos finos, Porto, etc.	174.634	51.794	227	70
Vinhos communs	4.494.437	2.806.791	1.727	1.067
Bebidas não classificadas	22.521	6.519	23	7
Arroz	1.329.677	597.561	378	184
Aveia	483	662	1	
Cevada	3.260	332		
Farinha de trigo	10.296.055	7.497.584	2.277	1.870
Farinha de milho	12.978	14.143	10	4
Farinhas e féculas	20.607	10.510	29	13
Favas e feijões	2.921.841	1.750.708	941	622
Milho	2.267.593	127.866	223	14
Trigo em grão	9.001	7.050	2	2
Cereaes em grão	227.401	158.496	83	63
Azeitonas	81.578	36.537	44	22
Bacalhau	905.078	628.236	589	455
Banha	128.794	97.407	150	115
Conservas e extr. carnes	36.367	18.342	74	37
Conservas e extr. fructas	9.394	4.308	10	5
Conservas e extr. legumes	95.480	40.982	82	36
Conservas e extr. peixes	188.115	67.976	319	129
Presuntos	40.361	17.506	78	38
Toicinho	120.729	71.070	151	96
Xarque	5.383.876	1.543.592	4.177	1.054
Amendoas	11.892	6.965	12	6
Avelans	579	222	31	18
Castanhas	96.839	56.845		
Maçans	43.271	36.179	24	23
Nozes	15.172	16.964	9	10
Peras	5.235	2.586	5	1
Uvas verdes	80.710	27.650	48	19
Fructos seccos	66.375	28.036	72	29
Fructos verdes não espec.	134.700	18.605	108	15
Legumes verdes e seccos	20.773	—	14	—
Legumes verdes	57.474	36.328	38	24
Leite em conserva	955.556	692.580	1.103	802
Manteiga	360.828	186.239	828	445
Queijos	108.611	55.365	162	84
Alhos	89.875	73.747	60	34
Assucar	1.680	3.289	1	3
Azeite de oliveira	361.510	227.907	482	325
Batatas	3.199.917	2.201.436	466	347
Biscoitos e bolachas	9.456	5.056	21	11
Cebolas	770.670	486.956	189	114
Chá	35.132	11.828	40	25
Chocolate	2.147	1.178	7	3
Confeitos e doces	6.068	2.949	13	5
Especiarias	80.232	60.241	80	62
Massas alimenticias	6.716	2.215	5	2
Ovos	869	—	2	—
Sal commum	6.221.723	6.096.047	259	276
Vinagre	41.007	16.773	12	5
Art. não class. para aliment.	55.121	18.955	30	10
Alfafa	847.296	273.695	66	21
Farello	117.410	—	10	—
Forragens não especificadas	3.522	4.339	1	2
			16.285	9.291

Valor da importação e exportação do Pará

(Contos de réis)

ANNOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	TOTAL
1796	330	297	627
1799	285	344	629
1806	653	787	1.440
1816	496	681	1.177
1819	299	453	752
1827	323	448	811
1848	1.039	1.311	2.350
1849	1.553	1.485	3.038
1850-1851	2.456	1.992	4.448
1851-1852	2.789	1.862	4.651
1852-1853	3.022	2.623	5.645
1853-1854	4.574	5.287	9.861
1854-1855	3.609	3.855	7.464
1855-1856	3.567	3.616	7.183
1856-1857	4.056	3.689	7.745
1857-1858	3.550	3.640	7.190
1858-1859	3.917	4.710	8.627
1859-1860	5.913	5.660	11.573
1860-1861	5.704	5.660	11.364
1861-1862	4.605	3.619	8.224
1862-1863	6.065	5.539	11.604
1863-1864	7.884	6.828	14.712
1864-1865	7.884	7.954	15.838
1865-1866	4.613	6.953	11.566
1866-1867	7.866	8.615	16.418
1867-1868	—	—	—
1868-1869	8.197	10.741	18.938
1869-1870	7.215	13.429	20.644
1870-1871	12.005	13.852	25.857
1871-1872	7.737	12.581	20.313
1872-1873	5.584	7.232	12.816
1873-1874	5.584	11.819	17.403
1874-1875	—	11.949	—
1875-1876	7.448	12.425	1.971
1876-1877	7.447	12.424	19.871
1877-1878	—	13.699	—
1878-1879	—	13.598	—
1879-1880	—	21.370	—
1880-1881	16.908	21.823	38.731
1881-1882	16.909	25.776	42.685
1882-1883	—	36.494	—
1883-1884	—	37.066	—
1884-1885	—	28.918	—
1885-1886	10.445	12.242	22.687
1886-1887	9.575	29.107	38.682
1887-1888	10.010	19.134	29.144
1888-1889	—	29.173	—
1889	—	24.386	—

Mappas de producção dos diversos generos do Estado do Pará, comparados:

GENEROS ENTRADOS	UNIDADE	1903	1904	1905	1906	1907
Algodão	Kilos	3	—	—	—	—
Arroz	Kilos	38.195	26.432	7.788	8.219	11.376
Assucar	Kilos	—	—	—	—	—
Azeite de andiroba	Litros	29.580	11.074	16.691	30.907	14.272
Cacau	Toneladas	3.299.152	3.181.070	2.651.422	1.222.744	1.520.625
Castanhas	Hectareos	77.284	15.783	70.528	27.789	38.080
Coiros de boi	Kilos	34.326	8.627	7.750	6.260	9.018
Coiros de veado	Kilos	51.018	39.361	26.859	34.726	31.213
Carne salgada	Kilos	2.299	—	—	—	—
Cravo		—	—	—	—	—
Cumará	Kilos	9.648	13.922	8.691	466	3.450
Chapéos de Chile	Um	—	—	—	—	481
Cachaça	Litros	1.321.369	1.372.244	397.603	126.464	273.703
Estopa	Kilos	4.060	—	—	—	—
Peijão	Kilos	16.668	42.030	6.545	5.839	6.110
Farinha de mandioca	Kilos	6.269.800	1.329.987	1.264.618	2.098.266	2.424.552
Gomma elastica	Kilos	10.553.586	10.475.377	10.995.764	9.955.116	10.879.745
Grude	Kilos	46.480	236	727	839	81
Guaraná	Kilos	23.932	19.063	27.869	16.320	15.278
Manteiga de tartaruga	Kilos	765	68	—	—	—
Mixira	Kilos	411	3.045	595	510	2.550
Mel	Kilos	273.801	9.716	7.895	447	4.364
Milho	Kilos	233.643	73.814	4.102	2.236	5.220
Oleo de copahiba	Kilos	37.635	—	16.213	7.444	18.353
Piassaba	Kilos	20.142	—	2.100	2.099	2.000
Pirarucú	Kilos	1.053.537	938.457	1.008.491	703.175	896.618
Peixe secco	Kilos	340.340	250	—	500	805
Puxuri	Kilos	—	11	—	—	—
Quina	Kilos	—	—	—	—	—
Salsaparrilha	Kilos	3.946	1.291	566	1.988	3.252
Sabão	Kilos	8.314	4.411	8.371	1.289	6.638
Sebo	Kilos	332	526	255	—	—
Tabaco	Kilos	553.718	2.204.920	438.059	509.636	389.485

Temerosamente apparecem no quadro da nossa exportação para o exterior os primeiros 83 kg. de algodão do anno de 1915, elevando-se a 4.431 kg. em 1916, a 7.491 kg. em 1917, a 539.903 kg. em 1918.

Mas a producção fôra bem maior, tendo sido de 86.717 kg. em 1916, de 1.348.892 kg. em 1917, elevando-se a 4.143.919 kg. em 1918-1919.

Não ha estatisticas interestaduaes, mas, esse excesso sobre a exportação para o exterior deve ter sido enviado para Estados do Sul, onde temos fabricas de fiação e tecidos, em troca de productos dahi importados, com que procuramos compensar quanto importavamos.

Nem só o algodão surgiu na nossa producção.

Produzimos ainda:

GENEROS	UNIDADE	1916	1917	1918
Arroz	Kilos	1.531.992	2.638.072	544.660
Assucar	Kilos	15.240	15.240	27.310
Azeite de andiroba	Litros	—	—	267.266
Cal	Saccas	—	254.965	633.100
Copahiba	Litros	130.589	121.157	146.788
Cumará	Kilos	5.493	22.135	6.796

GENEROS	UNIDADE	1916	1917	1918
Farello	Kilos	47.423	119.050	43.026
Farinha de mandioca	Toneladas	23.877	28.014	31.741
Feijão	Toneladas	401	812	1.386
Gergelim	Kilos	—	—	1.450
Grude de peixe	Kilos	—	—	11.461
Guaraná	Kilos	49.180	51.085	39.692
Madeiras	Toneladas	—	—	10.607
Melaço	Kilos	—	—	5.812
Mandioca	Toneladas	—	—	96
Milho	Toneladas	5.690	—	6.382
Oleos diversos	Kilos	—	—	127.353
Peixe secco	Toneladas	2.547	2.499	766
Pelles diversas	Kilos	49.490	55.324	136.717
Rapadura	Kilos	190.785	145.224	246.336
Raspas de coiros	Kilos	—	—	1.283
Salsa	Kilos	—	—	1.295
Sementes diversas	Toneladas	—	—	1.209
Sabão	Kilos	—	—	19.900
Tabaco	Toneladas	894	823	1.095
Tapioca	Toneladas	120	—	358

Artigos de que eramos grandes importadores, produzimos para o consumo e até para exportar, occupando logar de destaque entre outros Estados.

(Do livro — "O Estado do Pará, seu commercio e industrias de 1718 a 1920", por Luiz Cordeiro).

LUIZ CORDEIRO.

XIII

Vias de communicação

Viação terrestre

Póde dizer-se que a primeira via terrestre transitada no Pará, por homem civilizado, seria a que percorreram Pedro Teixeira e Antonio Costa, com dois soldados e indios frexeiros, ao levarem a Jeronymo de Albuquerque, de 7 de Março a 7 de Maio, a noticia da fundação de Belém, realizada com exito por Francisco Caldeira de Castello Branco em 1616. O caminho aproveitado seria, então, o das veredas percorridas pelos indios, ligando os acampamentos dos Tupinambás, Cahetés, Putuangas e Tapuias (1) vindo ter ás aldeias de Cuman e Tapuitapera, de onde se atravessaria para a Ilha de S. Luiz.

Para aproveita-lo resolveu Bento Maciel Parente, capitão-mór, em Junho de 1622, incumbir o mesmo Pedro Teixeira da abertura de uma estrada para o Maranhão, fornecendo-lhe — "uma boa escolta de soldados e indios, que vencendo com a sua actividade uma grande parte das asperezas do caminho, o deixaram mais tratavel" — (2). A dicta estrada partia do Pará e vinha terminar em Alcantara, com utilidade do commercio de ambas as capitanias (3).

O percurso ao longo da costa, em territorio interceptado por numerosos rios, teria motivado o abandono da circulação da estrada, levando Christovam da Costa Freire, governador e capitão-mór do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1718), a iniciar entre as duas capitanias uma nova estrada, partindo de ponto navegavel do Rio Guamá (Villa de Ourém) atravez da terra firme, obra que não chegou a se concluir, pelo que, por carta régia de 31 de Março de 1722, foi o governador e capitão-general João da Maya da Gama auctorizado a leva-la a seu termo (4).

A dependencia administrativa a que o Estado do Maranhão e Grão-Pará sujeitava as duas capitanias que o constituiam, obrigava a manter entre a capital do Maranhão e a do Pará communicação constante por terra. Como pontos intermediarios entre as suas missões do Pará e do Maranhão, os padres da Companhia de Jesus estabeleceram, de um e outro lado do valle do Rio Gurupi, duas aldeias, cujos indios eram encarregados de trazer sempre limpo e aperfeiçoado o caminho que servia para aquelle transito (5).

(1) Mauricio de Heriarte — *Descripção do Maranhão e Pará*, edição de 1874, Vienna d'Austria.

(2) B. P. Berredo — *Annaes Historicos do Maranhão*, pags. 214-215.

(3) Dr. Cesar A. Marques — *Diccionario Historico e Geographico do Maranhão* — Artigo "Governadores", pag. 234.

(4) *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, vol. I, doc. 147, pag. 199.

(5) C. A. Marques — Obr. cit.— Artigo "Gurupi".

Já em 1669, tendo o governador d. Fernando de Athayde Teive observado o rapido decrescimento da producção do gado em Marajó, de modo a tornar-se sensivel a falta de carne para a população, como se dava, tambem, com a farinha, resolveu abrir uma estrada da Villa de Ourém, atravez da matta da Aldeia de Maracú (Vianna), a findar nos campos de Mearim, para a expedição das boiadas do Maranhão e Piauhi, sendo desse serviço encarregado um tal Albuquerque. Em 11 de Julho do mesmo anno já dizia o governador que aquella estrada se achava feita em mais da metade da sua extensão (6). E ainda em 1820 o coronel de engenheiros Antonio Bernardino Pereira do Lago teve occasião de ver signaes da antiga estrada, atravessando o Rio Tacaiuna junto ao Laranjal, a qual os padres da Companhia tinham conservado (7).

Proximas de Belém outras estradas foram construidas, de ordem do governador Francisco de Sousa Coitinho, taes como a que, em 1790, estabeleceu a communicação do sitio do Utinga para o local onde foi construido o *Armazem de Polvora*, á margem de um braço do igarapé Uaurá (8) e a que em 1792 foi aberta deste ultimo Armazem até a ribeira em frente á Fortaleza da Barra (9).

Entre o igarapé Uaurá e a Villa de Ourém já existira estrada aberta anteriormente, a qual o mesmo governador, em 2 de Fevereiro de 1793, recommendou aos vereadores para que fosse restabelecida, providenciando sobre a reparação das pontes sobre os riachos e valles por ella atravessados (10).

O supprimento de gado para o consumo da população continuava a provocar a necessidade de communicação com os sertões pastoris, e neste sentido encarregou Sousa Coitinho o capitão do matto José de Rosas Ribeiro, em Julho de 1797, de descobrir algum caminho que, das vertentes do Rio Capim ou de algum braço ou confluente deste, conduzisse aos estabelecimentos mais occidentaes do Piauhi, para que dos campos daquella Capitania ou das "Aldeias Altas", podesse vir gado até o mercado do Pará (11).

Não teria resultado a exploração, porquanto, em 1822, Francisco José Pinto de Magalhães encarregado desde 1817, pelo governador do Maranhão, Paulo José da Silva Gama, de fundar a Colonia Leopoldina, appareceu no Pará com um projecto de estrada para communicar esta provincia com o districto dos "Pastos Bons" no Maranhão, de onde com vantagem se poderia obter o fornecimento de gado (12).

E não só para o Maranhão e Piauhi, mas tambem para Goiás, eram levadas as explorações no sentido de manter a communicação terrestre. Em relatorio de 1 de Outubro de 1848, nos seguintes termos se refere o conselheiro Jeronymo Francisco Coelho a uma estrada nesta direcção:

«Pelo que respeita á estrada de communicação com Goiaz, margeando o Tocantins, obra esta tão desejada

(6) C. A. Marques — Obr. cit.— Artigo "Vianna".

(7) *Est. Historica e Geographica do Maranhão* "Lisboa, 1822".

(8) A. Baena — *Compendio das Eras.*

(9) A. Baena — *Compendio das Eras.*

(10) A. Baena — *Compendio das Eras.*

(11) Dr. Cesar A. Marques — Obr. cit.— Artigo "Grajahú".

(12) *Relatorio* do conselheiro Jeronymo F. Coelho, de Outubro de 1848, pag. 59.

e meditada desde remotas éras, nenhuma informação exacta posso dar-vos sobre a exequibilidade da abertura da referida estrada. Vasta é a extensão marginal, que tem de ser préviamente explorada, e que nunca o foi até hoje, para conhecer-se perfeitamente o terreno e seus accidentes, e assim saber-se, que obstaculos existem e se elles são facilmente venciveis. » (13)

Fundada a Colonia Pedro II á margem do Araguari em 1840, tratou o Governo de lhe dar facil communicação com as margens do Amazonas, livre do percursó perigoso na costa oceanica e com este fim foi contractada, em 1852, a estrada entre a Colonia e a Villa de Macapá, com uma extensão de 14 leguas (14).

O presidente Henrique de Beaurepaire Rohan bastante interesse demonstrou pelo desenvolvimento das vias terrestres, como auxiliares do trafego fluvial. Assim é que, em 1856, providenciou para que fosse celebrado o contracto com Manuel Conrado de Miranda, para abrir uma picada exploradora desde um ponto fronteiro á Colonia Santa Thereza, no Tocantins, até ás cabeceiras do Rio Mojú, ou logar navegavel deste rio (15); e, pelo mesmo tempo, encarregou o tenente-coronel Pedro Alexandrino da Fonseca dos trabalhos de exploração e abertura de outra estrada entre Gurupá e Portel.

Quanto á primeira que tomou o nome de Estrada Pedro II, o presidente F. C. de Araujo Brusque dá, em 1863, a sua descripção da fórma seguinte:

«ESTRADA DE PEDRO II — Acha-se concluido o traçado desta estrada desde o Acará-Mirim nesta provincia á Santa Thereza do Tocantins no Maranhão, o qual comprehende quatro secções distinctas.

A primeira começa da margem occidental do Acará-Mirim á Aldeia dos Turiuáras, no Rio Capim; tem 16 leguas e 470 braças de extensão, atravessando oito riachos affluentes do mesmo Acará-Mirim, e 18 ribeiros que engrossam as correntes desses riachos.

A segunda da Aldeia dos Turiáuras á dos Amanagés no Ararandeúa, affluente do Capim; tem 23 leguas, 450 braças de extensão, e passa por 24 riachos e 26 ribeiros, seus tributarios, sendo dos riachos oito affluentes do Capim, e 16 do mesmo Ararandeúa.

A terceira da Aldeia dos Amanagés, no Porto de S. Francisco, fronteiro á colonia militar de S. João d'Araguaia, 6 de 22 leguas e 480 braças, interceptadas por 19 riachos e 26 ribeiros, seus affluentes, conduzindo 14 dos riachos as suas aguas ao Ararandeúa e cinco ao Tocantins.

A quarta e ultima secção, partindo do referido Porto de S. Francisco termina dentro da Povoação de Santa Thereza; contém 24 leguas e 366 braças, cortando 17 riachos affluentes do Tocantins.

(13) *Relatorio* do dr. José Joaquim da Cunha, de 10 de Setembro de 1852, pag. 59.

(14) *Relatorio* do dr. Henrique de Beaurepaire Rohan, de 27 de Outubro de 1857, pag. 9.

15) *Relatorio* do dr. F. C. de Araujo Brusque, de 1 de Novembro de 1863, pag. 100.

E' pois a extensão total do traçado de 85 leguas, e 1.760 braças, interceptadas por 68 riachos e 81 ribeiros, que offerecem excellente e abundante agua potavel. » (16)

E em 1862 já se faziam melhoramentos no trecho já aberto entre Santa Thereza e o Ararandeúa, proseguindo os trabalhos daqui até á Aldeia dos Turis no Capim onde existem campos. Por este lado o descimento do gado desde logo começou a realizar-se.

Durante a administração do presidente Antonio Leitão da Cunha, em 1858, reconheceu este a necessidade de estabelecer a communicação por terra entre a Capital e a antiga Villa Sousa do Caithé, já então Cidade de Bragança, e baixou instrucções ao engenheiro Gengembre para effectuar os trabalhos da exploração, com a seguinte recommendação:

«Que se dirigisse desta cidade ao Porto de Ourém, no Rio Guamá, e que desembarcando alli fosse por terra até ao ponto denominado do Rio Vermelho, na estrada que communica Ourém com a Cidade Bragança, e distante daquella Villa quatro leguas, e oito de Bragança.

Que naquelle ponto determinasse o traçado da estrada projectada para esta cidade, procurando traze-lo quanto fosse possivel em linha recta, de fórma que se não alongasse além de 18 leguas, já medidas para uma picada outr'ora aberta que indicou que o terreno em sua direcção prestava-se convenientemente para a estrada.

Que, se lhe parecesse, determinasse logo o traço definitivo da estrada, abrindo primeiro uma picada até esta Capital, para depois dar á mesma estrada a largura conveniente, que não devia ser menor de oito braças.

O dicto engenheiro levou as mais terminantes recommendações aos commandantes dos corpos de trabalhadores de Bragança e Ourém, para que lhe fossem prestados para aquelles trabalhos de 20 a 30 trabalhadores. » (17)

Sobre a ingratidão revelada por este engenheiro, no desempenho do seu encargo, manifestou-se o presidente Angelo Thomaz do Amaral, nos seguintes termos:

«Encontrei encarregado da direcção e administração deste serviço o engenheiro francez Gengembre. Este engenheiro, dotado aliás de intelligencia e de disposição para o trabalho, no meio das mattas poucos serviços fez, ou pelo menos fe-los muito inferiores ás despesas a que obrigou os cofres publicos.

Parecendo-me interminaveis os trabalhos pelo systema adoptado, resolvi suspende-los durante a estação invernosa, exigindo do referido engenheiro a planta da estrada com a designação da linha directriz.

V. Ex. verá a planta sobre a mesa do seu gabinete, e, sem duvida, ao lançar os olhos sobre ella re-

(16) *Relatorio* dr. Francisco C. Araujo Brusque, de 1 de Novembro de 1863, pag. 100.

(17) *Relatorio* do dr. Ambrosio Leitão da Cunha, de 15 de Agosto de 1858, pag. 13.

conhecerá que esse trabalho não passa de traços arbitrarios sobre o papel sem o estudo e conhecimento das localidades.

Foi o que me pareceu medindo com a vista essa linha chamada directriz, extendida numa só recta, entre dois pontos collocados á distancia maior de 16 leguas.

Não me recordo de haver visto em nenhuma das numerosas estradas que percorri na Europa e nos Estados Unidos um lanço de estrada tão grande em uma só recta.

As linhas extensas e sempre direitas são imaginarias, sobretudo num terreno cortado de rios, igarapés, igapós e piris, cujos desvios não pódem deixar de ser algumas vezes aconselhados pela sciencia, ou como condições de solidez ou como exigencias de economia nos dispendios da construcção.

Segundo ás asseverações do engenheiro Gengembre a distancia pela nova estrada, entre esta Capital e a Cidade de Bragança, será de 25 leguas. » (18)

Novamente em 1861 voltaram as vistas da presidencia para as communicações com Goiaz, e a Manuel José Pereira Tavares de Mello e Albuquerque foram dadas instrucções, como encarregado da exploração, para abertura de uma estrada do ponto mais conveniente do Rio Capim á referida Provincia:

« O ponto de partida da nova exploração será o mais conveniente do Rio Capim, que dê facil embarque ao gado, e fique fóra da influencia da *pororoca*; e mais tarde se verificará se é possivel que a estrada, atravessando o Bujarú, e collocada ahi uma ponte-barca, venha até á Capital.

A directriz da estrada convém que seja mais curta entre o ponto de partida e a capital de Goiaz, passando pela zona mais productora dessa Provincia, principalmente de gado vaccum e evitando quanto seja possivel, sem alongar-se muito, terrenos paludosos que reclamem aterros, morros que exijam profundas cavas e igarapés e rios que precisem de pontes, e procurando aguadas e pastagem para a refeição do gado; poderá tocar em Santa Thereza do Tocantins, no municipio da Carolina, ou em outro qualquer ponto da raia da Provincia do Maranhão, cujos productos tenham mais facilidade em demandar o mercado desta Provincia.

No ponto de partida e no fim de cada legua se fincarão marcos, nos quaes se gravarão os rumos indicativos da direcção da estrada.

Na ida para Goiaz far-se-á apenas a picada necessaria á passagem de um cavalleiro, tomando-se com a bussola todas as suas direcções, e medindo o numero de braças percorridas em cada rumo; na volta, verificada a possibilidade da estrada, alargar-se-á este caminho, no territorio desta Provincia, quanto baste para o transito de boiadas, emquanto novas ordens não forem expedidas, de accôrdo com o Governo Imperial e com as presidencias das outras duas provincias, para a abertura da estrada em toda a sua extensão e com a conveniente largura e declive.

As linhas de ambas as explorações e as correcções que soffrerem serão traçadas em uma carta, na qual se figurarão todos os rios e igarapés que a estrada atravessar e serão designados os terrenos montanhosos, as malocas de indios domesticados e bravios e quaesquer estabelecimentos nas immediações.

A planta, feita em escala conveniente para mencionar todos os rios e igarapés cortados pela estrada, e os estabelecimentos e malocas adjacentes a ella, será acompanhada de uma memoria descriptiva dos trabalhos respectivos e do orçamento da sua despesa o mais approximado que for possivel.

Em toda esta exploração não convém abandonar os principaes exploradores Pedro Travassos de Alencar, Francisco Rodrigues Véras e Boaventura José Lima, e aproveitar de preferencia, e mediante brindes razoaveis, os Indios da tribu Caracati, cujo "tuchaua" tão efficazmente auxiliou a primeira exploração, e cumpre examinar se é facil e breve a communicação entre Santa Thereza do Tocantins, municipio de Carolina, ou outro qualquer ponto da raia do Maranhão, em que convenha que a estrada toque, e os centros productores mais proximos da Provincia de Goiaz e de sua capital, qual a viagem feita pelo dr. Rufino Theotonio Segurado de Goiaz ao Pará, de que falla o *Relatorio* do Ministerio do Imperio de 12 de Maio de 1848, qual a estrada projectada por Manuel Conrado de Miranda, de Santa Thereza do Tocantins ás cabeceiras do Rio Mojú, á que se refere o officio desta presidencia, de 12 de Setembro de 1857; se é finalmente exacta a existencia de uma outra estrada das cabeceiras do Rio Turi-Assú, passando pelas do Gurupi, até o districto de Araguaia, e de todos os esclarecimentos colhidos tirará a luz necessaria para melhor exito da actual exploração. »

Já no anno seguinte o presidente Araujo Brusque dava noticia do —"andamento dos trabalhos para melhorar o traçado já aberto desde Santa Thereza até o Araranduúa, e daqui em deante até á aldeia dos Turis no Rio Capim, onde existem campos que servirão de deposito dos gados que descerem". E accrescentava haver mandado — "explorar a matta que medeia entre aquella aldeia e o Rio Acará, e brevemente mandar continuar o traçado da estrada até a confluencia dos rios Acará grande e pequeno, donde em poucas horas poderá vir o conductor a esta cidade" (19).

Tambem a abertura da estrada para Bragança já havia sido iniciada por contracto celebrado pela Thesouraria de Fazenda com José Gonsennes Faget, achando-se quasi terminada a primeira secção, numa extensão de quatro leguas a começar do marco em que finda a legua patrimonial da Camara (20).

Nesse mesmo anno o illustre presidente, pretendendo restabelecer o commercio que outr'ora se fazia entre Santarém e Cuiabá pelo Rio Tapajós teve o pensamento de

(18) *Relatorio* do dr. Angelo Thomaz do Amaral, de 12 de Maio de 1860.

(19) *Relatorio* do presidente F. C. de Araujo Brusque, de 1 de Setembro de 1862, pag. 83.

(20) *Relatorio* do presidente F. C. de Araujo Brusque, de 1 de Setembro de 1862, pag. 84.

tentar uma communicação por terra, com o fim de transpôr as cachoeiras daquelle rio, a contar da denominada "Maranhãozinho" até ás fronteiras de Matto-Grosso. Encarregado o cidadão Antonio Gentil Augusto e Silva de organizar os preparativos necessarios para esta empresa, procurando o concurso dos indios Mundurucús, que habitam as terras por onde estava projectado o traçado da estrada, obteve elle a coadjuvação dos Tuchauas da tribu, como habeis praticos desse trajecto, sendo resolvida a exploração da maneira seguinte:

« Partirem os exploradores do igarapé Parú, braço da cachoeira "Maranhãozinho" — que fica fronteira á habitação de Silverio de Albuquerque, não só porque d'ahi perto começam vastos campos, como porque o rio até alli é navegavel e ahi se encontra bom ancoradoiro. E d'ahi seguindo irão alcançar as cachoeiras do Rio Jamaxim donde não fica longe a situação das malocas dos referidos Mundurucús, que habitam campos, que segundo elles mesmos affirmam, communicam pelo Rio Paranatinga com terras onde elles têm visto homens e gados, e que não podem ser outras terras senão as de Cuiabá. » (21)

Das communicações já estabelecidas de Belém a Bragança e entre esta cidade e Ourém, resultou o interesse de ligar para estas estradas, outros pontos da região da costa e do Guamá; neste sentido o conselheiro Joaquim Raimundo Delamare, em 1868, resolveu mandar fazer a exploração de uma estrada da Villa de S. Miguel do Guamá e Tentugal, aproveitando a picada já existente, de cujo trabalho encarregou o competente engenheiro João Martins da Silva Coutinho, em commissão na Provincia nessa occasião (22).

Pouco depois, em 1872, com o desenvolvimento da circulação pela estrada de Bragança, conheceu a Presidencia a necessidade de melhoramentos e para isso mandou construir 13 pontes de madeira sobre diversos igarapés, contractadas com o engenheiro civil Affonso Maugin Desincourt e o augmento da segunda ponte de madeira sobre o Igarapé Murutucú.

Por lei provincial n. 659, de 31 de Outubro de 1870, já se achava o mesmo Governo auctorizado a contractar a construcção de uma via ferrea de Belém a Bragança com o fim de satisfazer o trafego crescente e evitar a navegação perigosa pela costa. Desta via ferrea nos occuparemos adeante detalhadamente.

No anno de 1874 foi concluida a estrada mandada abrir em 1871 pelo Ministerio da Agricultura, que da povoação de S. Vicente na Provincia de Goiaz vem a ter ao logar denominado Alcobaça, á margem do Tocantins no Pará, passando pela colonia militar de S. João do Araguaia com um desenvolvimento de 383 km., á qual se referem as informações prestadas pelo director daquella colonia ao presidente general visconde de Maracajú, em 18 de Maio de 1883 (23).

(21) *Relatorio* do presidente F. C. de Araujo Brusque, de 1 de Novembro de 1863, pag. 103.

(22) *Relatorio* do vice-presidente conego Manuel José de Siqueira Mendes, em Outubro de 1868, pag. 5.

(23) *Relatorio* do general visconde de Maracajú, de 7 de Janeiro de 1884, pag. 96.

Este mesmo presidente dá noticia do caminho construido pelo cidadão Raimundo José de Sousa Gayoso, communicando o alto e baixo Xingú com o fim de salvar as cachoeiras da grande volta do rio, a começar da bocca do Riacho Ambé, até pouco acima do Riacho Juá (24).

A construcção da linha do telegrapho nacional na Provincia veio permittir facil communicação pela estrada aberta para assentamento das linhas telegraphicas, não só de Maranhão a Belém, como de Soure a Chaves, como na parte do baixo Amazonas na secção entre Prainha até limites com o Estado do Amazonas.

Depois da proclamação da Republica, despertou-se a animação para a abertura de diversas estradas, quer destinadas á communicação de povoações de diversos municipios, quer promovidas pelo Governo para discriminação de nucleos coloniaes.

Por lei n. 47, de 24 de Agosto de 1892, foi auctorizado o Governo a mandar abrir uma estrada de rodagem para os campos geraes da Guiana Brasileira, sendo realizada a exploração pelo agrimensor Lourenço Ferreira Valente do Couto, dando a conhecer a situação dos campos do Ariramba, campos Urucurianos e Campos Geraes, na parte septentrional dos municipios de Obidos e Alemquer; entretanto, da estrada definitiva só foi aberto um trecho meridional, formando a estrada Lauro Sodré que parte da cidade de Alemquer.

Entre as diversas estradas auctorizadas se apontam como principaes: a que por lei n. 186, de 19 de Junho de 1894, foi mandada abrir de Gurupá até ás cabeceiras do Rio Pucuruhi; a de Cintra á Povoação de Campina Secca no municipio de Marapanim; a de Curuçá ao Abbade; a da colonia Castanhal ao Rio Inhangapi com 14.820 m.; a da Villa de Curuçá ao Castanhal com 63 km.; a do Abaeté á Villa do Mujú; a da Cachoeira ao Ambé, com 33 km., desde a margem direita do igarapé Tucuruhi, affluente da margem esquerda do Xingú, até á Cidade de Altamira; a de Capanema a Tentugal, com 26,5 km.; a de Santa Isabel, á margem da Estrada de Ferro de Bragança até Vigia, proximo da costa, com 37 km.; a de Maracanan, ligando a povoação de S. Luiz, á margem da Estrada de Ferro de Bragança, com a Cidade de Maracanan sobre o rio do mesmo nome, com 52 km. de extensão; a de Matapiquara com 14 km. entre a Villa de Igarapé-Assú e a Povoação de Matapiquara, sobre o Rio Marapanim; a de Cunani ao Cassiporé com 40,250 km. desde a Villa do Cunani, á margem esquerda do rio deste nome, até á nova colonia, á margem direita do Rio Cassiporé, com outro trecho supplementar de 13 km., que começa no logar denominado Porto de Uassá, á margem esquerda do Cassiporé e vai terminar no logar Flaman do Pombo, á margem direita do Rio Uassá, distante 18 horas de viagem da Villa do Oiapoc, ao longo do Rio Uassá.

Diversas outras estradas secundarias ainda se encontram nos municipios de Bragança, Monte Alegre, Prainha, Alemquer, Santarém e Obidos.

Quanto á vias ferreas, só existem construidos os trechos que constituem a Estrada de Ferro de Bragança e a Estrada de Ferro do Tocantins.

(24) *Relatorio* do general visconde de Maracajú, de 24 de Junho de 1884, pag. 91.

Estrada de Ferro de Bragança — Datam de 1870 as primeiras leis provinciaes, mandando celebrar contracto com qualquer empresa ou companhia para a construcção de uma estrada de ferro, que partindo de Belém fosse ter a Bragança, com ramaes para Cintra, Vigia, S. Miguel do Guamá e Ourém, sendo o primeiro contracto firmado entre o Governo e os srs. Cicero de Pontes e Antonio Gonçalves da Justa Araujo, em 15 de Setembro de 1874, rescindido pela lei n. 861, de 30 de Abril de 1876.

A 21 de Maio de 1879, novo contracto foi auctorizado entre o Governo e os srs. desembargador Isidro Borges Monteiro e Francisco de Siqueira Queiroz, sendo-lhes concedido privilegio por 40 annos e garantia do Governo Imperial para o pagamento dos juros estipulados no contracto.

Entretanto, a 10 de Novembro de 1884, sómente foi aberto ao trafego uma extensão de linha de 29 km., de São Braz a Benevides, sendo governador do Estado o sr. dr. José Coelho da Gama Abreu. Em 10 de Março de 1885, foi trafegado o segundo trecho de 13 km., entre Benevides e Santa Isabel, sendo oito mezes depois concluido o terceiro trecho de mais de 16 km. até Itaqui (25).

Em 13 de Dezembro de 1886, conforme a lei n. 1.292, foi decretada a encampação da estrada pelo governo provincial, sendo effectuado por administração o prolongamento das linhas entre a Estação de S. Braz e Belém, com 6 km. de extensão, entregue ao trafego em 24 de Julho de 1888, e auctorizada a conclusão dos trechos entre o Itaqui e o Apehú e entre Apehú e Castanhal, o que data de 2 de Maio de 1893. Attingiu a construcção, a 29 de Maio de 1901, o Kilometro 123, e pouco mais tarde o Kilometro 136, seguindo então marcha mais normal até Abril de 1908, quando chegou á Estação de Bragança com um percurso total de 233 km., 177,53 m., atravessando a principal zona agricola do Estado. Tem bitola de 1 m., correndo toda ella em terreno quasi plano, dotada, portanto, de magnificas condições technicas, pois, tem como raio minimo 150 m., excepção feita de dois, dentro da cidade, de 121 e 135; e a sua declividade maxima de 2,5 %, num pequeno trecho de 80 m.

Tem a Estrada de Ferro de Bragança como ramaes: o do Pinheiro que, partindo da Estação do Entroncamento, Kilometro 11, vai terminar na Villa do Pinheiro, fazendo um percurso de mais de 15 km.; o ramal do Prata, que parte da Estação de Igarapé-Assú, Kilometro 116 e vai ter á colonia agricola, onde o Governo mantém o Instituto Santo Antonio do Prata, percorrendo 20,777 km., tendo 0,60 m., de bitola; o ramal da Pedreira com bitola egual á da linha tronco e extensão de 3,860 km. que partindo da Estação de Miraselvas, no Kilometro 208, termina nas pedreiras situadas á margem do Rio Quatipurú; e, finalmente, o ramal denominado Estrada de Ferro de Benjamin Constant, que, iniciando-se em Bragança, com bitola de 0,60 m., percorre 19,175 km. até encontrar o seu ponto terminal na colonia Benjamin Constant.

Estrada de Ferro do Tocantins — Concedida por lei provisoria n. 1.291, de 13 de Dezembro de 1886, ao sr. João José Corrêa de Moraes, cessionario da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, em virtude do decreto n. 9.680, de 20 de Novembro de 1886, foi lavrado contracto em 22 de Junho de 1887 no Contencioso do Thesoiro Publico Provincial do Pará, presentes o dr. Raimundo Antonio de Almeida, procurador fiscal do Thesoiro e o concessionario João José Corrêa de Moraes, representado pelo seu procurador Julio Borges Ferreira, para a construcção e exploração de uma estrada de ferro entre o ultimo ponto navegavel a vapor no baixo Tocantins até Santo Anastacio, no mesmo rio; podendo o concessionario levantar capitaes dentro ou fóra do Imperio, comtanto que a companhia organizada fosse incorporada á companhia de navegação a vapor nos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho.

Ficariam incluidos nos estudos definitivos da estrada, outros trabalhos accessorios, e mesmo o da desobstrucção da parte do Rio Tocantins, comprehendida entre o travessão dos Patos e Alcobaça, e desse ponto até á Ilha dos Arcos.

Teria a estrada bitola de 1 m., com trilhos do typo Vignole, peso não inferior a 20 km. por metro linear, dotados de chaves e giradores precisos e obras d'arte necessarias.

Acompanharia a estrada uma linha telegraphica com estações nas diversas estações e armazens da Estrada.

O presidente da Provincia concederia garantia de juros de 7 % ao anno, por 20 annos, não devendo o preço kilometrico exceder de 26:000$, salvo circumstancias imprevistas devidamente verificadas pelo engenheiro fiscal. O prazo da construcção da estrada, prompta para trafego, seria de 24 mezes a contar da data em que fossem approvados os estudos definitivos (26).

Em 1888, tendo em vista os requerimentos em que o coronel João José Corrêa de Moraes e George Armstrong pediam que fosse reconhecida como cessionaria do dicto contracto a companhia organizada nos Estados Unidos, sob a denominação de "The Pará Transportation and Trading Company" resolveu o presidente da Provincia dr. Miguel José de Almeida Pernambuco reconhecer a referida companhia como cessionaria do contracto para exploração, uso e goso da Estrada de Ferro de Alcobaça, devidamente incorporada e habilitada para todos os effeitos do alludido contracto (27).

No anno seguinte, porém, a Assembléa Legislativa votou um projecto de lei, revogando as leis da concessão da Estrada de Ferro de Alcobaça e navegação do Tocantins, sendo que a administração negou sancção aos decretos (28).

Entretanto, tal empresa não logrou successo.

Mais tarde, pelo novo contracto lavrado entre o Governo Provisorio da União e o general Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, em virtude do decreto n. 862, de Outubro de 1890, teria a companhia de estabelecer além das communicações previstas no contracto anterior, o serviço de navegação em toda a extensão navegavel do Rio Araguaia, no alto Tocantins até a Cidade de Porto Nacional ou até a de Palmas, se fosse possivel, e mais ainda nos affluentes navegaveis daquelles rios.

Foi então organizada a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil, em 1891, gosando, além do privilegio exclusivo para a navegação naquelles rios, da subvenção de 150:000$ annuaes, garantia de juros de 6 % para o capital despendido na construcção da estrada de ferro e a propriedade dos terrenos devolutos em toda a extensão da linha, na média de 10 km. para cada lado, podendo ser tomada até 20 km., e mais outros favores, taes como: preferencia para exploração de minas na zona privilegiada, isenção de direitos para seu material, inclusive o carvão, etc. Constituida primitivamente com o capital de 20.000:000$ foi este reduzido em assembléa geral a 12.500:000$, subdividido em 62.500 acções de 200$, ficando a realizar 6.442:368$, conforme balanço apresentado á assembléa geral em Fevereiro de 1893. Por esta occasião já explorava a companhia ha mais de anno e meio a navegação de Belém a Alcobaça com tres viagens mensaes e tinha, dependendo do parecer do Ministerio da Viação, os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Alcobaça até á Praia da Rainha (29), preparando as installações em Alcobaça e fazendo os estudos do alto Tocantins e Araguaia, de 1891 a 1895. Sómente em 23 de Junho de 1905, porém, foi inaugurada a construcção da estrada, em presença do dr. Julio Alves da Cunha, representante do Governo Federal, e no dia 18 de Dezembro foi verificado o assentamento da linha sobre cinco kilometros com a assistencia dos representantes do Governo Federal e Estadual do Pará. A epidemia da febre palustre e as enchentes imprevistas do Tocantins trouxeram a paralysação do serviço, sendo que em Dezembro, sómente, de 1908, pôde ser aberto ao trafego um trecho de 43 km.; e em fins do anno de 1909 foram terminados mais 10 km. de linha (30).

Sobrevieram entraves de mais difficil solução, taes como o periodo de crise de 1896 a 1905 que impediu emprestimos externos; insalubridade da zona da estrada, defeitos do projecto, que bem tarde foram verificados, como por exemplo a mudança para Cametá do ponto inicial da Estrada e outros que impediram o progresso da Companhia, achando-se ella hoje com as obras paralysadas, tendo o Governo Federal sequestrado os bens existentes para pagamento de impostos aduaneiros.

Navegação

A navegação da Amazonia vem das primeiras expedições que se realizaram para a colonização do Norte do Brasil (1580-1640), penetrando os diversos affluentes do Amazonas.

Estas primeiras viagens feitas em pequenas embarcações, algumas a vela, gastavam no trajecto que hoje dura dias, mais que o numero destes em mezes. O primeiro tentame para a navegação a vapor, data de 1826 com o barco a vapor denominado *Amazonas*, que fundeou no Porto de Belém em 14 de Julho desse anno.

Tendo o nosso encarregado de negocios nos Estados Unidos, conselheiro José Silvestre Rebello, lançado a idéa na Praça de Washington de "capitalistas e quaesquer emprehendedores trazerem por conta propria barcas a vapor mediante o favor exclusivo da protecção do Governo", o sr. Wiliam Rogers, pouco tempo depois, incorporava a "New-York Society" e fazia seguir para o Porto de Belém, sob o commando do capitão John W. Hefferman, o já referido vapor *Amazonas*, acompanhado da apresentação official que aquelle nosso ministro dirigia ao presidente do Grão-Pará, tenente-coronel José Felix Pereira de Burgos (1).

Recebido que foi aquelle documento, que trazia a data de Washington, 17 de Março de 1826, e era assignado pelo conselheiro José Silvestre Rebello, fez reunir o presidente José Felix Pereira de Burgos o Conselho Presidencial aos 14 dias do mez de Julho de 1826, no palacio do governo da Cidade de Santa Maria do Grão-Pará, para que "o referido conselho emittisse parecer a respeito da conveniencia que encontrasse, para que se puzessem em execução o projecto e plano concertados entre o encarregado dos negocios por s. m. i. junto ao Governo dos Estados Unidos, José Silvestre Rebello e alguns individuos dos mesmos Estados de fazerem navegar pelo Rio Amazonas a barca a vapor do mesmo nome" (2), tendo o referido conselho em unanime accôrdo assentado "que de facto não era conveniente que a barca a vapor subisse naquelle trafego o Amazonas, até que s. m. i. resolvesse, etc..." (3).

Decorridos alguns annos, vemos novamente em 8 e 12 de Maio de 1838 leis provinciaes com intuito de despertar tão proveitosa iniciativa. Assim se expressa Francisco José de Sousa Soares de Andréa, presidente da Provincia em Março de 1838:

> « Em dias do anno ultimo de 1837 convoquei varios negociantes e pessoas desta capital para formarem uma companhia afim de dar impulso á navegação de todos os rios e aguas do Pará por meio de barcas de vapor; e tenho agora alcançado declarações de muitos que pretendem ser accionistas elevando-se o numero das acções de 100 pesos columnares ou brasileiros a 232, etc.
>
> Julgo das attribuições desta Assembléa, conceder, desde já, o privilegio exclusivo que se pede, modificando ou não, as condições propostas pelos empresarios, etc. » (4)

Em 1839, dizia o presidente da Provincia:

> « A empresa dos barcos de vapor para a navegação do Amazonas está demorada á espera da decisão da Assembléa Geral sobre algumas isenções e privilegios que precise. Vós me habilitareis com mais alguns meios para a levar avante, se assim o julgardes; ou decretareis nova prestação para fazer tentar como ensaio uma companhia que faça navegar para a Ilha de Marajó duas barcas de vapor a conduzir dalli gado em pé ou já morto, e beneficiado, etc. » (5)

---

(25) *Relatorio* apresentado ao governador dr. J. Paes de Carvalho, em 1899.

(26) *Falla* do conselheiro Francisco Cardoso Junior á Assembléa Legislativa, em 20 de Outubro de 1887.

(27) *Falla* do presidente dr. Miguel José de Almeida Pernambuco á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, em 2 de Fevereiro de 1889,

(28) *Relatorio* do dr. Antonio José Ferreira Braga á Assembléa Legislativa, em sessão extraordinaria, em 18 de Setembro de 1889.

(29) Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque — *A Amazonia em 1893*.

(30) Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque — *A Amazonia em 1893*.

(1) Luiz R. Cavalcanti de Albuquerque — *A Amazonia em 1893*, pag. 6.

(2) Acta do Conselho em 14 de Julho de 1826 do archivo da Secretaria do governo do Pará.

(3) Acta citada.

(4) *Falla* dirigida por Francisco José de Sousa Soares d'Andréa á Assembléa Provincial, em 2 de Março de 1838.

(5) Discurso recitado pelo dr. Bernardo de Sousa Franco, presidente da Provincia na Assembléa Legislativa em 15 de Agosto de 1839.

Esforços semelhantes seguiram-se com as leis de 8 de Outubro de 1839 e 28 de Setembro de 1840, todas concedendo privilegios e beneficios á companhia de navegação de vapor que se viesse a fundar, auxilios esses que foram improficuos.

Em 1842, houve nova tentativa por parte do commerciante da Praça de Belém Joaquim Francisco Danin, "que fez vir o vapor *Danin* para emprega-lo no trafico do Amazonas e aproveitar-se dos diversos favores concedidos pelas leis provinciaes então votadas"; teve, porém, o mesmo fracasso das anteriores, voltando o *Danin* para a America do Norte como antes acontecera com o *Amazonas*.

Sómente em 1852, por decreto n. 1.037, de 30 de Agosto, que concedia ao distincto brasileiro sr. Irineo Evangelista de Sousa, mais tarde titulado barão de Mauá, foi levado á realidade tão desejado quão grandioso emprehendimento, e a 1 de Janeiro de 1853 se iniciava a navegação regular de vapor na Amazonia, com a partida do vapor *Marajó* de Belém para Manáos, tocando nos portos intermediarios de Breves, Gurupá, Prainha, Santarém, Obidos, Villa Bella da Imperatriz e Serpa.

Foi, pois, o *Marajó* o primeiro navio mercante de vapor que sulcou as aguas do grande rio, tendo sido precedido, porém, pelos navios de guerra *Guapiassú* e *Thetis*, dos quaes o primeiro partira de Belém em 28 de Julho de 1843, conduzindo uma commissão enviada pelo Governo Imperial para explorar o Rio Branco, composta do coronel Frederico Carneiro de Campos, do capitão de engenheiros Innocencio Velloso Pederneiras e do engenheiro Toulois.

Esse mesmo navio voltou a Manáos para conduzir o primeiro presidente inaugurador da Provincia do Amazonas João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que tomou posse em 1 de Janeiro de 1852.

A primeira viajem de ida e volta foi feita em 22 dias; outras já se tem feito em menos de 18.

« Ainda não ha grande affluencia de cargas e passageiros, e pouco seria o lucro da Companhia de Navegação do Amazonas, se ella não recebesse subvenções dos cofres nacionaes, dizia, o presidente da Provincia então: varios embaraços se oppõem a esta navegação, principalmente de noite, uns naturaes como são as correntes e os grandes troncos de arvores, que ellas arrastam, outros venciveis como é a falta de pharóes, armazens, pontes ou trapiches nos pontos em que toca o vapor, que são além das duas capitaes, Breves, Gurupá, Prainha, Santarém, Obidos, Villa Bella da Imperatriz e Serpa. Em breve, chegará o vapor a Nauta, primeiro Porto do Perú. E' possivel que reconhecendo-se navegaveis alguns dos confluentes do Amazonas, que se internão nos Estados vizinhos, queiram tambem estes participar das vantagens da navegação contractando com o Brasil.

Infelizmente os quatro grandes rios Madeira, Tapajós, Tocantins e Xingú, que correm do Sul ao Norte, tendo as suas cabeceiras no centro do Brasil, não se prestam em toda a sua extensão á navegação a vapor; o ultimo é pouco conhecido, e nos outros deminam as cachoeiras, correntezas e bancos; estes obstaculos, talvez eternos para o vapor, poderão desapparecer em parte para o futuro com trabalho e despesa, podendo-se fazer a navegação por meio de barcos pequenos e apropriados. » (6)

Estabelecida que foi a navegação de vapor na Amazonia, seu desenvolvimento tornou-se, pela necessidade, crescente, tanto da importação como da exportação. O movimento do porto em 1853-1854 tinha sido de 142 embarcações com 23.203 toneladas e 645 pessoas de equipagem.

Em 1847-1848 havia sido esse movimento de 87 embarcações com 15.356 toneladas e 967 homens de tripulação, subindo de novo em 1848-1849 a 92 embarcações com 16.154 toneladas e 1.110 tripulantes. A cabotagem era representada por 21 embarcações, arqueando 2.399 toneladas, em 1847-1848, e 15 embarcações com 1.536 toneladas em 1848-1849.

Annos	Importação	Exportação	Total
1848-1849	1.039	1.369	2.408:000$000
1849-1850	1.534	1.485	3.019:000$000
1850-1851	2.456	1.992	4.448:000$000
1851-1852	2.789	1.863	4.652:000$000
1853-1854	4.574	5.287	9.861:000$000
1860-1861	5.705	5.660	11.365:000$000
1862-1863	6.065	5.539	11.604:000$000
1863-1864	7.085	7.957	15.042:000$000
1864-1865	7.883	7.954	15.837:000$000

A Companhia de Navegação do Amazonas, que iniciara a primeira linha entre Belém e Manáos, em 1 de Janeiro de 1853, inaugurou a segunda linha em 1 de Setembro do mesmo anno, com o mesmo vapor *Marajó*, entre Manáos e Nauta no Perú, sob o commando do primeiro-tenente da armada Antonio José Pereira Leal, com escala por Coari, Egas, Fonte Boa, Tonantins, Tabatinga, Loreto e Pebas; sua terceira linha, inaugurada em 1855, abrangia a região do Tocantins, tendo por pontos de escala, Belém, Cametá e Baião; a quarta linha, que data do mesmo anno, interessando a zona do Rio Negro, comprehendia os povoados de Tauapessaçú, Ayrão, Moura, Barcellos, Moreira, Thomar e Santa Isabel.

Em 1863, a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas mantinha navegação regular em oito linhas: Belém a Manáos, Manáos a Nauta, Manáos a Tabatinga, Manáos a Santa Isabel, Belém a Baião, Belém a Chaves, Belém a Itacoane e Belém a Soure.

Em 1862, assim se expressava o illustre presidente dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque:

« A navegação dos lagos, rios e bahias da provincia é feita por 271 embarcações das quaes cinco a vapor.

Estes cinco vapores pertencem tres á Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, um á Companhia Costeira do Maranhão e um ao cidadão José Antonio de Miranda.

Os primeiros fazem a navegação entre esta capital e os portos do Amazonas inclusive Macapá e Chaves, os de Cametá, Abaeté, Soure, Arari, Goiabal e Breves. O vapor da Companhia Costeira do Maranhão percorre mensalmente os portos de Vizeu, Bragança, Cintra e Vigia.

(6) Dr. José Joaquim da Cunha — *Falla* á Assembléa Legislativa Provincial, em Agosto de 1853.

E o do sr. José Antonio de Miranda, entre a capital e a fazenda do seu proprietario, no Rio Capim. » (7)

Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão — Por decreto n. 2.197, de 26 de Junho de 1858, approvou o Governo o contracto celebrado entre a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para a navegação costeira entre os portos de S. Luiz do Maranhão e as capitaes do Ceará e Pará, tocando nos portos de Bragança e Vigia. Se aos portos da escala determinado se addicionassem os de Cintra e Vizeu muito lucraria a Provincia.

Entre a capital e Vigia, sendo pequena a distancia seria mais vantajoso substituir Vigia por Vizeu. Segundo balanço geral, datado de 31 de Janeiro deste anno:

O activo da Companhia importa em	487:954$331
O seu debito activo em	92:901$606
Somma	580:855$937
O seu passivo em	514:889$424
O seu debito passivo em	65:966$513
Somma	580:855$937

A Provincia, em 1868, a subvencionou com 9:000$, para os navios da Costeira tocarem em Vizeu e Cintra.

Abertura do Amazonas — Foi auctorizada pelo decreto n. 3.749, de 7 de Dezembro de 1866, que assim determinava:

« No intuito de promover o engrandecimento do Imperio, facilitando cada vez mais as suas relações internacionaes e animando a navegação e commercio do Rio Amazonas e seus affluentes, dos rios Tocantins e S. Francisco, ouvido o meu Conselho de Estado, hei por bem decretar o seguinte:

1º. Ficará aberta desde o dia 7 de Setembro de 1867 aos navios mercantes de todas as nações a navegação do Rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do Rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba e do Rio Negro até Manáos.

2º. Na mesma data fixada no art. 1º ficará egualmente aberta a navegação do Rio S. Francisco até á Cidade de Penedo.

3º. A navegação dos affluentes do Amazonas, na parte em que só uma das margens pertence ao Brasil, fica dependendo de prévio ajuste com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos policiaes e fiscaes.

4º. As presentes disposições em nada alteram a observancia do que prescrevem os tratados vigentes de navegação e commercio com as republicas do Perú e Venezuela, conforme os regulamentos já expedidos.

5º. Os meus ministros e secretarios de Estado pelas repartições competentes promoverão os ajustes de que trata o art. 3º e expedirão as ordens e regulamentos necessarios para a effectiva execução deste decreto.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, do meu Conselho, senador do Imperio, ministro e secretario de Estado dos Negocios Extrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1866, 45º da Independencia do Imperio.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. — *Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.* »

(7) *Relatorio* do dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque — Setembro de 1826.

O Governo Imperial expediu ordens para que fosse effectuada impreterivelmente em 7 de Setembro de 1867. Nesse dia depois do *Te-Deum* na Cathedral, ás 8 horas da manhan, dirigiu-se o presidente, vice-almirante Joaquim Raimundo Delamare, á Companhia do Amazonas, onde desembarcou com destino á corveta *Paraense*. Chegado a esta embarcação zarpou ella rio abaixo, acompanhada pelos vapores *Pará* e *Jurupensen*, de propriedade do governo; *Belém*, *Inca* e *Soure* da Companhia do Amazonas e *Odorico Mendes* da Companhia Costeira do Maranhão; seguindo até á ponta do Mosqueiro e costeando depois a Ilha do Mosqueiro, em plena bahia do Marajó, onde teve logar a cerimonia.

Companhia Fluvial Paraense — Mediante a subvenção de 34:000$ annuaes, contractou em Fevereiro de 1867, o sr. João Augusto Corrêa a navegação entre os portos da capital e os do Cairari, Acará e Tupinambá no Rio Guamá, com escalas por Bujarú, S. Domingos, S. Miguel e Irituia; estabelecendo para isso duas linhas, sendo a primeira de Belém a Mojú e Cairari; a segunda da capital ao Acará e a terceira da capital á Bujarú, S. Domingos, etc., devendo em cada linha haver duas viagens, pelo menos em cada mez. Por acto de 14 de Fevereiro de 1868, foi prorogado por mais seis mezes o prazo de um anno designado para encetar a navegação.

A lei n. 527, de 5 de Outubro de 1867, consignou a subvenção de 30:000$ para a navegação para Macapá, que não foi contractada.

"Amazon Steam Navigation Company Ltd." — Fundada em Londres com o capital nominal de £ 625.000, tomou por transferencia em Junho de 1872, o contracto celebrado com a Companhia de Navegação do Amazonas, organizada no Rio de Janeiro em 1852 com o capital de 4.000:000$000. Em 1874 fundiram-se nella: Em Janeiro, a Companhia Fluvial, e em Julho, a Companhia Fluvial do alto Amazonas, ambas subvencionadas pelo governo. O material fluctuante da Companhia, em 1891, compunha-se de 29 vapores com 9.184 toneladas.

No anno de 1853, primeiro do estabelecimento da Companhia, a sua renda foi de 34:205$821, e em 1891 a renda attingiu a 4.070:948$640. Os dividendos distribuidos foram de 7 %.

Ao mesmo tempo mais se procurava facilitar a navegação do Rio Tocantins e Araguaia, que, de ha muito, era interesse te-lo como o caminho para as provincias de Goiaz e Matto-Grosso.

« Em 1863 o sr. dr. Couto de Magalhães, que então administrava Goiaz commetteu ao engenheiro Ernesto I. C. Vallée a exploração do curso do Araguaia, desde o presidio de Santa Leopoldina, á foz do Rio Vermelho, até a sua confluencia no Tocantins, e bem assim o reconhecimento deste rio desde S. João das Duas Barras até a capital do Pará, tendo sobretudo em vista a sua navegação por vapor.

O engenheiro terminou os seus trabalhos, em Maio de 1864; apresentou o seu *Relatorio* acompanhado da respectiva planta, que não só comprehende o Tocantins e o Araguaia, como tambem o Rio Vermelho, desde o Porto do Travessão, a 12 leguas da capital da Provincia, até o presidio de Santa Leopoldina.

Do que vio e estudou póde concluir o engenheiro que das 411 leguas exploradas (aliás 401 1|4), 356 se prestam á navegação por vapor nos mezes que decorrem de Janeiro a Maio, e 42 por canôas ordinarias.

Nos outros mezes do anno, aquella extensão se reduz a 239 leguas, sendo 165 no Araguaia (da Leopoldina a Santa Maria) e 74 no Tocantins (de Arroios a Belém).

Comprehender-se-á bem a importancia desta navegação para a Provincia mais central do Imperio, desde que se considerar que o porto de mar, que lhe fica mais proximo, está a 224 leguas, e que a navegação do Araguaia, durante os cinco primeiros mezes do anno, póde chegar a 12 leguas da Cidade de Goiaz e nos outros mezes a 32.

Ligar-se-á ainda maior importancia, reflectindo-se que tambem por essa via fluvial se vai a Matto-Grosso pelo Rio das Mortes, tributario do Araguaia, que offerece um curso navegavel superior a 100 leguas.

O obstaculo que mais fortemente se oppunha á sua navegação, é sem duvida a cachoeira Itaboca. » (8)

Em officio de 8 de Maio de 1866 com que o sr. dr. Couto de Magalhães passou a administração da Provincia do Pará ao sr. dr. João Maria de Moraes, 1º vice-presidente, communicava que tendo obtido do Governo Imperial permissão para acompanhar ao Tocantins o vapor destinado a fazer a experiencia da navegação daquelle rio, iria tentar a passagem do vapor atravez das cachoeiras do Tocantins e Araguaia.

Esse mesmo presidente, dias antes, assim se havia dirigido á praça do Pará:

« Provincia do Pará — Palacio da Presidencia na Cidade de Belém, em 13 de Abril de 1866.

Illmos. srs. — Communico á praça do commercio do Pará que no dia 17 do corrente, na preamar da manhan, cahe ao mar o vapor *Pará*, destinado á linha de navegação que se procura crear nos rios Tocantins e Araguaia.

Como os orgãos de publicidade desta capital e de outros logares teuhão attribuido á presidencia diversas vistas sem que nenhum tenha ainda exposto o plano que o estudo pratico da materia lhe tem aconselhado seguir, e que aliás consta em resumo de um dos relatorios apresentados á consideração da illustrada Assembléa Provincial da Legislatura de 1864 a 1866, entendi conveniente traze-lo ao conhecimento da commissão da praça do commercio afim de que essa corporação fique inteirada e possa prestar aos srs. commerciantes, que desejarem esclarecimentos a esse respeito, informações detalhadas.

(8) Eduardo José de Moraes — *Navegação Interior do Brasil*, paginas 142-143.

No meu entender, para se conseguir a navegação dos rios Tocantins e Araguaia, com o menor numero possivel de sacrificios, deve-se subvenciona-la nas 200 leguas mais ou menos que o Rio Araguaia tem desimpedidas acima das cachoeiras, entre os presidios de Santa Maria e Santa Leopoldina. Penso que não se deve tentar já a navegação de todo o rio, porque fôra necessario, no estado actual das coisas, uma subvenção de 400:000$ annuaes, sacrificio esse impossivel e comparativamente desnecessario, como passo a expôr.

Os rios Tocantins e Araguaia são divisiveis nas seguintes secções:

1ª, de Belém á primeira cachoeira, que é Tapaiunaquara, 60 leguas perfeitamente navegaveis e percorridas por mim a vapor. A Companhia do Amazonas já navegava 30 leguas desta secção, de Belém a Cametá, e póde facilmente com uma subvenção pouco crescida navegar até ás cachoeiras;

2ª, de Tapaiuna-quara até o Secco de S. Miguel, no Rio Araguaia — é a secção fechada entre cachoeiras: quanto a mim, por estes 30 annos, basta que ella seja navegada pelos botes de que ahi usão, que carregão, termo médio 1.000 arrobas cada um. » (9)

Entretanto, sómente aos 28 dias de Maio de 1868, foi iniciada a navegação de vapor no Rio Araguaia pelo navio *Araguai-Neruassú*, que depois da cerimonia religiosa que nesse dia teve logar se passou a chamar *Araguaia*.

A este acto que teve logar á margem esquerda do Rio Araguaia e a 30 leguas da capital de Goiaz, estiveram presentes, entre outras pessoas gradas do Imperio, o dr. José Vieira Couto de Magalhães, presidente da Provincia de Matto-Grosso, e o desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira, 1º vice-presidente de Goiaz.

Em Abril de 1869, foi lavrado contracto entre o conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da Provincia, e o dr. Couto de Magalhães.

Toda a navegação contractada dividiu-a o conselheiro José Bento em quatro linhas, sendo a primeira desta capital até á Cachoeira de Itaboca, no tempo de cheia do rio e no restante do anno até onde for ella possivel; a segunda comprehendendo as secções das cachoeiras até o presidio de Santa Maria; a terceira, deste presidio até o de Leopoldina; a quarta, finalmente, de Leopoldina até Itacaiú, em Matto-Grosso.

Desde então se mantém uma empresa subvencionada pelo governo e que deu origem á Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins-Araguaia, da qual já nos occupámos quando tratámos de estradas de ferro.

Assim, pois, em 1881, já o serviço de navegação fluvial se achava como segue:

I, de Belém a Manáos, tocando em 12 portos;
II, de Belém a Madeira, tocando em 58 portos;
III, de Belém a Purús, tocando em 84 portos;
IV, de Belém a Macapá, tocando em 20 portos;
V, de Belém a Mazagão, tocando em 40 portos;
VI, de Belém a Portel, tocando em 24 portos;
VII, de Belém a Piriá, tocando em 24 portos;

(9) Eduardo José de Moraes — *Navegação Interior do Brasil*, pagina 145.

VIII, de Belém a Baião, tocando em 9 portos;
IX, de Belém a Obidos, tocando em 12 portos;
X, de Belém a Tapajós, tocando em 25 portos, inclusive Xingú;
XI, de Belém a Arari;
XII, de Belém a Jarimaguas, no Perú.

Eram estas linhas da Companhia do Amazonas, que nesse anno teve um movimento de 22.545 passageiros; o valor da exportação por essas linhas attingiu a 16.273:000$ sobre a importação de 9.710:000$, com uma tonelagem de 25.338 para o movimento de cargas, que deixaram uma renda bruta de 1.666:000$, sobre 1.419:000$ de despesa.

O capital da Companhia era de £ 1.000.000, do qual o de £ 850.000 estava realizado. Mas, havia ainda as linhas de vapores da Empresa Marajó que navegavam para:

I, a costa septentrional da ilha, tocando em 42 portos;
II, a linha dos rios Xingú e Jari, tocando em 20 portos;
III, a linha de Igarapé-Mirim, tocando em 31 portos;
IV, a linha do Cariri, tocando em 9 portos;
V, a linha de Patos e Tocantins, tocando em 21 portos;
VI, a linha de Maués, tocando em 22 portos;
VII, a linha do Rio Purús, tocando em 37 portos;
VIII, a linha do Rio Trombetas, tocando em 21 portos;
IX, a linha de Iquitos (Purús), tocando em 55 portos.

Além dessas, havia linhas regulares de navegação para Pinheiro, Mosqueiro, Bemfica, Guamá, Acará, Capim, Cametá, Soure, como atraz ficou dicto.

Companhia Pará e Amazonas — Constituida em 1883 com o capital de 1.500:000$, começou a funccionar em 1884 com oito vapores de rodas. Em 1889 reduziu o capital para 733:250$000. Recebia uma subvenção de 48:000$ annuaes para fazer uma viagem a Santa Julia. Em 1890 perdeu um vapor, ficando o material fluctuante reduzido a sete vapores de nomes: *Apurian*, *Aripuanan*, *Paumari*, *Oiapoc*, *Pará e Amazonas*, *Araguari* e *Acará*. Não tinha distribuido ainda dividendo, possuia o antigo Trapiche Central e explorava as seguintes linhas: Santa Julia, uma vez por mez; Ilhas, duas vezes por mez; Purús, uma vez por mez, e Madeira, seis vezes ao anno.

Em 1886, reconhecendo por informações colhidas que os empresarios da navegação do Salgado, Cachoeira, Igarapé-Miri e Alto Xingú não cumpriam fielmente as obrigações dos seus contractos, usando da auctorização da lei n. 1.225, de 3 de Dezembro de 1885, resolveu o presidente rescindir os contractos celebrados com Lourenço Lins de Hollanda, para a navegação do Salgado e Cachoeira; com Luiz de Moraes Bittencourt, para a navegação do Alto Xingú; e mandar abrir concorrencia para o serviço das duas primeiras linhas e da de Camará, bem como lavrar contracto com a empresa Marajó, para a navegação do Alto Xingú, nos termos da proposta de Mello & Comp., concessionarios da mesma empresa.

Com a navegação contractada despendia a Provincia as seguintes subvenções:

Companhia do Amazonas — linhas de Manáos, Portel e Piriá, Soure, Obidos e Juruti e á navegação diaria para o Pinheiro	163:000$000
	83:000$000
Empresa de Marajó, Chaves, Faro e Alto Xingú	17:000$000
Empresa dos rios Guamá, Capim e Acará	5:000$000
Empresa de Irituia	
Companhia Costeira do Maranhão, para tocar em Cintra e Vizeu	9:300$000

Não podendo os navios da Costeira do Maranhão tocar em Salinas, resolveu o presidente, por despacho de 22 de Fevereiro de 1886, dispensa-la dessa escala.

Estavam em estudos as propostas para a navegação do Alto Anajás e Alto Moções e dos rios Bujarú e Irituia.

Em 18 de Janeiro de 1897, foi assignado o contracto com a "Ligure Braziliana" para o serviço de navegação do Mediterraneo, mediante a subvenção annual de 370:000$, mais tarde substituida por fr. 360.000, correspondentes a 12 viagens annuaes. Este contracto devia durar 10 annos, a contar da data em que fosse iniciado o serviço, que se realizou em 17 de Maio do mesmo anno. Depois de muito esforço conseguiu o governador Montenegro (*Mensagem* de 1904), reduzir as viagens a seis, entrando em vigor o novo contracto em Setembro de 1901. Em fins de 1903 resolveu o mesmo governador rescindir o contracto, pagando como indemnização a importancia de fr. 90.000.

Foi em 1898-1899 que a navegação, tanto interior como exterior no Pará, attingiu o seu maior desenvolvimento.

A navegação exterior possuia as seguintes companhias:

Companhias	Numero de vapores	Toneladas
Lloyd Brasileiro	9	17.982
Costeira do Maranhão	4	2.115
Costeira de Pernambuco	3	2.324
"Booth Line" (Liverpool)	13	19.934
"Red Cross Line" (Liverpool)	9	10.900
Empresa Grão-Pará	4	3.209
A. Fiorita & Comp. (Italia)	2	5.217
Diniz Mendes & Comp	2	3.221
H. Airlie & Comp	3	3.121
G. Pinto	1	403
Velhote Silva & Comp	1	222
M. Gomes & Comp	1	859
A. F. de Oliveira & Comp	2	764
Singl. Brock & Comp	2	1.743
Amazonas Limitada	1	1.310
Oliveira Andrade & Comp	1	320
	58	73.644

E a navegação interior:

Companhias	Numero de vapores	Toneladas
Amazonas Limitada	35	14.058
Particulares	71	13.201
	106	27.259

Actualmente (1920) existem em serviço de communicação de diversos paizes ou os outros Estados com o Pará, as seguintes companhias, tendo algumas dellas poucos dos seus vapores em uso na linha.

Para navegação exterior:

Companhias	Numero de vapores	Toneladas
	—	—
Lloyd Brasileiro	17	70.700
"Booth Line" (Liverpool)	24	50.650
Commercio e Navegação	5	8.150
"Ward Line"	20	63.500
"Johnson Line"	35	266.500
"Prince Line"	54	353.000
"Royal Mail"	38	282.269
"Lamport & Holt Line"	—	—
Transportes Maritimos (Lisboa)	—	—

E para a navegação interior:

Companhias	Numero de vapores	Toneladas
"Amazon River"	50	25.862
Fluvial	3	800

Além dessas companhias, ha diversos armadores particulares, sendo os principaes os srs. Nicoláo da Costa & Comp.

RENATO SANTA ROSA.

XIV

Historia politica

« O Pará e toda a região brasileira que hoje chamamos Amazonia, — diz José Verissimo, — tem uma historia senão diversa pelo menos independente da do Brasil. » (1)

« Pouco tempo Capitania do Brasil (1616-1624) foi logo delle separado constituindo, com a do Maranhão o Estado deste nome. Com alternativas de independencia ou supremacia vem até 1753, em que Belém se torna capital, e do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro o Estado, e 1774 em que definitivamente se separou, para não dependerem um e outro senão da Metropole. Durante todas estas phases, verá o historiador, vai o Pará como que ganhando importancia e predominio. E' elle de facto a porção principal do Estado, e mais de uma vez a sua influencia supera a do Maranhão. Tres factos explicam esta preponderancia: a sua feição hydrographica, que facilitou devassar-lhe os sertões; a sua maior grandeza e riqueza, reveladas pelas explorações que aquella mesma feição tornou logo possiveis e, finalmente, o ser fronteiriço do inimigo tradicional, o castelhano, que lá estava ao Oéste, como na Europa á Léste, prompto a apossar-se, por força ou manha, das terras que o papa, no uso de uma soberania, então legitima ou ao menos reconhecida, lhes doara a elles portuguezes e que seus capitães iam em pouco descobrir e conquistar. » (2)

« Distincto pelos seus aspectos geographicos, distincto pelas varias feições de sua natureza, em mais trato com o Reino que com a colonia irman do Sul, o Grão-Pará, Capitania ou Estado, desenvolveu e evoluiu tambem distinctamente, por completo desligado de interesses e obrigações do Estado do Brasil, com administração e legislação especiaes, inteiramente delle independente nas espheras civil e religiosa. » (3)

Em fórma mais synthetica não seria possivel abranger o movimentado periodo colonial do Norte, do qual destaca ainda o illustre conterraneo a phase incipiente, quando affirma que " a lucta dos colonos com as ordens religiosas, por amor da liberdade dos indios, é quiçá, a feição dominante da historia paraense" (4).

Sob o ponto de vista politico, poderia accrescentar que, como sempre acontece, as luctas principaes emanavam da pretenção de ascendencia ou predominio, pelo qual uns contra outros se empenhavam, quer isolados, quer conjugados em grupos, visando cada qual a realização de seus intuitos, de onde nem sempre eram beneficos os resultados, e, pelo contrario, dando muitas vezes causa a reacções anarchicas ou a crueis morticinios.

Portugal, deslumbrado pela opulencia que lhe desvendara a descoberta do caminho da India, de onde revertera para as suas naus o monopolio das especiarias com que haviam enriquecido os mercadores de Genova e de Veneza, deixara em abandono por longo tempo o vasto territorio que Alvares Cabral incorporara ao dominio da Corôa, e mais retardadamente as terras do extremo-norte, que lhe pareciam intransponiveis, amparadas como se achavam nas bullas de Alexandre VI, de 1493, e de Julio II, de 1506.

Entretanto, a propria conquista gloriosa de que resultara a fundação do Reino Portuguez no Oriente, arrastara na mesma róta os navegadores de outras nações, que, approximando-se das terras do Brasil, iam conquistando relações com os naturaes, muitas vezes forçadamente pelos naufragios, e com elles iam estabelecendo as permutas dos productos, ou fundando feitorias independentes em pontos diversos na costa.

A defesa iniciada com Christovam Jacques, em 1526, e os ensaios de colonização emprehendida por d. João III, em 1530, não deram resultado ao Norte de Itamaracá, sendo de pleno insuccesso os esforços de Ayres da Cunha para a occupação das tres capitanias, que se extendiam até ás terras do Amazonas, e da mesma maneira inefficazes os de Luiz de Mello, cessionario daquellas doações.

Mais valeram, como meio de attracção para essas paragens, as noticias da viagem aventureira de Francisco Orellana, descendo da Provincia de Omagua para o oceano, em 1541-1542, pelo rio desconhecido a que deu o nome de Amazonas; a de Pedro de Ursua e de outros, que das cordilheiras andinas tinham conseguido passar para as ilhas banhadas pelo Atlantico, e outras informações que levavam os cartographos hispanhóes a figurarem em seus mappas o grande Rio de La Mar Dulce, ligado ás explorações de Vicente Pinzón e de Diogo de Leppe.

As occupações do territorio, propriamente, só foram iniciadas quando os Francezes, com Daniel de La Touche e François de Rasilly, pretenderam instituir em 1594, na Ilha de S. Luiz do Maranhão, uma França Equinoxial, já que debellada fôra a Antarctica tentada nas capitanias do Sul; e pelos Inglezes, em 1595, provocando a attenção para as terras guianenses, com as descripções maravilhosas de Walter Raleigh, Lawrence Keyms, Daniel Barrie e Michael Harcourt.

Mais perigosos e pertinazes, pela concorrencia que mantinham no commercio da India contra os Portuguezes, e pela lucta constante contra os povos de Castella, viriam em seguida os Hollandezes, pretendendo encontrar nas terras do Amazonas campo aberto para a sua exploração.

(1) José Verissimo — *Estudos brasileiros*, cap. "Historia do Pará", pag. 255.

(2) José Verissimo — *Estudos brasileiros*, cap. "Historia do Pará", pag. 256.

(3) José Verissimo — *Estudos brasileiros*, cap. "Historia do Pará", pag. 258.

(4) José Verissimo — Obr. cit., pag. 266.

A obra que tinha de iniciar Francisco Caldeira de Castello Branco, nomeado capitão-mór e primeiro conquistador do Amazonas, logo após á expulsão dos Francezes do Maranhão, em 1615, seria não só a da conquista do territorio aos naturaes, de que eram senhores, como a lucta contra o extrangeiro invasor, que pela costa guianense, já haviam penetrado na bacia amazonense.

Nas terras amazonicas encontrariam os Portuguezes os Tupinambás, sedentos de vingança contra os que os vinham expellindo de successivas estações, acommettendo-os em perseguições incontidas; e, mais indomaveis do que estes, os Neengahibas e os Aruans, que, instigados pelos Inglezes, Francezes, Irlandezes e Hollandezes, com elles já relacionados, enxergavam nos Portuguezes os algozes implacaveis que só visavam o seu exterminio.

A obra da colonização teve de obedecer á mesma pratica já observada nas capitanias do Sul: captar a sympathia dos selvagens ou submette-los pelas armas, em caso de resistencia, e torna-los elementos efficientes de producção da riqueza, distribuindo-os como braços espontaneos do trabalho, indispensaveis á prosperidade da colonia; ou permittir o seu captiveiro pela investida contra os rebeldes, ou por acquisição dos escravizados das tribus inimigas em consequencia das guerras.

Para vencer o inimigo extrangeiro era indispensavel conseguir primeiramente o apoio do aborigene, aproveitando mesmo, neste sentido, a divergencia intestina de tribus contra tribus, de modo a obter numeroso contingente em reforço das tropas destinadas a destruir as fortificações e feitorias existentes.

O desenvolvimento colonial dependeu neste primeiro periodo da remoção de fortes impecilhos: uns naturaes — a floresta majestosa a que precisaria substituir a lavoira; a correnteza dos rios de caudalosidade pasmosa; a indole do indio versatil e suspeitoso, acostumado á indolencia invencivel; e a reacção violenta das tribus, por motivos de qualquer offensa ou pela legitima resistencia ao captiveiro; outros — de defesa necessaria para fazer valer o dominio da Corôa em todo o territorio portuguez, levando a lucta das armas aos pontos invadidos pelos extrangeiros, para expulsa-los e fazer cessar um trafico prejudicial á Metropole, que os piratas e flibusteiros haviam monopolizado na vasta extensão marginal do Amazonas até o interior do Xingú.

Dez annos foram precisos para desalojar esses invasores dos sitios occupados, e nessa obra patriotica salientar-se-iam os nomes de Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente, Pedro da Costa Favella, Ayres de Sousa Chichorro, Pedro Bayão de Abreu e outros, emquanto que a approximação dos aborigenes ia sendo conseguida gradualmente, pela submissão forçada ou pela adhesão espontanea, contribuindo em favor desta a catechese iniciada desde 1617, com a entrada dos frades Capuchos, seguidos, em 1620, dos religiosos de Santo Antonio e dos Carmelitas Calçados, e, mais tarde, impulsionada pelos padres da Companhia de Jesus, que, missionarios mais audazes, poderam pôr em pratica os mais efficazes meios de acção.

Embora entre os colonos fosse grande o numero de degredados, não aprazia ao animo desses expatriados manter-se numa lucta permanente, quando a ambição os acalentara com a esperança de largos proventos e prosperidade immediata. Para isto, porém, imprescindivel era o braço selvagem, de que não dispunham o quanto desejavam. O captiveiro adoptado pelos Hispanhóes nas Antilhas e pelos Portuguezes na Africa seria o recurso necessario para o exito da conquista.

Do braço do indio precisava o Governo para os trabalhos publicos de installação e defesa; para o córte das mattas; para os vehiculos de transporte; para a pesca, e para a caça na selva intrincada, onde só elles não temiam as feras e reptís venenosos.

A obra do desbravamento para a lavoira do colono não se faria sem o auxilio robusto do selvagem, que, lesto se adaptava ao manejo das ferramentas, e que, além de tudo, sabia onde descobrir os productos de que careciam os colonos para o seu consumo e para a exportação.

Sem o concurso desses indios, para o transporte das tropas, ou como elemento guerreiro fazendo uso de suas flechas e arcos, não teria sido facil destruir os fortes hollandezes de Orange e de Nassau, Mariocahi, Maturú, Mandiutuba e outros no Xingú e no Amazonas, nem arrasar os de Taurege, Camaú e Philippe, edificados pelos Inglezes na margem guianense.

Seriam elles que viriam cooperar na obra defensiva, permittindo aos Portuguezes fazerem surgir, nos pontos conquistados, as suas fortificações como a do Desterro, de Toheré, de Santo Antonio de Macapá, e, mais tarde, outras no Maiacaré, Araguari e Botabouto.

Para que os religiosos podessem se internar pelas aldeias e alcançar o congraçamento de numerosas tribus, que evitavam o contacto com os civilizados, era o indio, já affeiçoado a esses propagadores da fé, o medianeiro exclusiva, capaz de vencer aquella resistencia, convencendo-os do vantagem de uma approximação que por muitos factos tinham razão para repellir.

Se taes eram as circumstancias do momento, bem se comprehende qual o empenho de cada uma das classes dominantes em chamar a se a maior somma de auctoridade para influir nos descimentos e resgates, de que provinha o captiveiro dos indios, e na distribuição destes como elementos de trabalho, afim de attender ás reclamações dos colonos e aos seus proprios interesses.

As discordias e tumultos occasionados pela rivalidade desta competencia, primeiramente attribuida aos administradores das aldeias, depois aos religiosos, mais tarde conferida aos chefes das tropas de resgate, da confiança dos capitães-móres ou do Senado da Camara; posteriormente tornada privativa dos Jesuitas; delles retirada para se fazer extensiva aos missionarios de qualquer religião; se reproduziram constantemente, occasionando embaraços á acção governativa, conforme se manifestava este ou aquelle governador ou capitão-mór, dando a força do seu apoio aos colonos ou ao Senado da Camara, ou tendo de reagir contra estes, para apoiar os contrarios empenhados na execução de medidas decretadas pela Metropole.

As attinentes á extincção ou restrição do captiveiro, o que se impoz como necessidade para impedir a continuação de repetidas scenas de crueldade, deram causa a repetidos motins. Leis promulgadas para todo o Brasil, desde 1570, e que d. João IV mandou vigorar no Estado do Maranhão, nunca poderam ser executadas, e egualmente burlados foram os preceitos da lei de 10 de Setembro de 1611, apesar de successivos alvarás, como os de 10 de Novembro de 1647 e de 5 e 29 de Setembro de 1649, além de especiaes instrucções baixadas aos governadores com os seus regimentos.

Embora desannexada a Capitania do Grão-Pará da do Maranhão pelo rescripto de 1652, em uma e outra a acção dos colonos, apoiada pelas Camaras, era no mesmo sentido de resistencia contra a libertação a que attribuiam a decadencia irremediavel da Colonia.

Dos colonos não era desconhecida a manifestação dos Jesuitas em favor da liberdade dos Indios; não sendo, pois, extranhavel a hostilidade, com que desde os primeiros momentos foram recebidos esses missionarios no Maranhão e Grão-Pará.

Fôra o padre Luiz Figueira o primeiro jesuita chegado ás terras paraenses para evangelizar entre os selvagens, em 1636, vindo na comitiva do governador Francisco Coelho de Carvalho.

Experimentando ás agruras da missão pelo muito que soffrera entre os *Tucarijús* que na Serra de Uruburetama trucidaram o seu companheiro, o padre Francisco Pinto, foi entre os indios do Xingú, ainda os menos accessiveis, que procurou elle iniciar o seu trabalho de infundir a luz espiritual da catechese.

Os resultados vantajosos que obteve induziram-n'o a buscar outros companheiros para a santa cruzada, em Madrid, de onde regressou em 1645, trazendo comsigo mais 14 missionarios. Apenas conseguiram approximar-se da terra a que vinham, perto da qual naufragaram, pois que a correnteza amazonica e os ventos da Bahia do Marajó arrastaram para a Ilha de Joannes a jangada em que procuravam salvar-se Luiz Figueira e mais 11 companheiros, onde pereceram victimas do cannibalismo dos *Aruans*.

A effectiva catechese pelos padres da Companhia tinha de iniciar-se sob a direcção eminente do padre Antonio Vieira em 1653, vindo como precursores os padres João de Sotto-Mayor e Gaspar Fragoso, tendo ficado no Maranhão o superior Francisco Velloso e outros religiosos.

Contra estes a resistencia se fez immediata: a imposição de assignatura de um compromisso de não intervirem na administração dos escravos dos moradores e dos indios libertos, foi a primeira medida, que, entretanto, não produziu effeito, em virtude das attribuições conferidas aos Jesuitas pela carta régia, de que foi portador Antonio Vieira.

A lucta iniciou-se então franca e decidida, até que a provisão de 17 de Outubro de 1653 restabeleceu o livre captiveiro; mas as violencias dos colonos contra os indios poderam ser reprimidas pelo regimento dado a André Vidal de Negreiros, pelo monarcha de accôrdo com Vieira, conferindo ao superior das Missões o direito de designar onde e quando tinham de se fazer as entradas, e de propor o cabo da escolta para a tropa dos resgates, sem que podesse o governador recusar a força armada, nem alterar a epocha e o destino das expedições.

Por esse mesmo regimento passou para os Jesuitas a administração das aldeias, até então entregues aos capitães e principes escolhidos pelos Indios.

Foi o momento de treguas que se prolongaram por mais de seis annos, em que poderam os Jesuitas exercitar livremente a sua acção, multiplicando o numero das Missões, affeiçoando-se a numerosas tribus, aprendendo com ellas os seus dialectos, de que se serviam para os proprios actos de catechese, e conquistando sobre os Indios uma ascendencia que os levava a preferirem os aldeiamentos, em vez de procurarem o meio dos colonos.

A approximação dos Neengahibas e Aruans, em 1659, pela preponderancia já então indiscutivel de Antonio Vieira, foi um dos acontecimentos mais notaveis, indomaveis como eram aquelles selvagens, que haviam resistido ás tentativas de conquista pelas armas, e mesmo á brandura ensaiada por Sotto-Mayor.

O resentimento, que se mantinha latente, havia de explodir necessariamente, e em 1660 a Camara do Pará propoz á do Maranhão uma alliança, com que melhor garantissem os interesses dos colonos contra os Jesuitas, em relação aos Indios (5).

A lucta que se seguiu foi a phase brilhante em que a eloquencia e o talento de Vieira se manifestaram em surtos de maior fulgor, e, de dia a dia mais exaltada, attingiu á violencia, sendo proclamada a expulsão dos Jesuitas, e expostos os religiosos, principalmente Antonio Vieira, aos maiores vexames, e ao encarceramento até a occasião da partida. E não só contra os religiosos da Companhia, como tambem contra os das outras ordens era grande a odiosidade.

A insubordinação attinge o desrespeito á auctoridade do Governo, de sorte que governadores como Ruy Vaz de Siqueira e Francisco de Seixas, para que assumam as funcções na Capitania, são obrigados a assignar declarações de que não são portadores de ordem real estorvando a expulsão dos Jesuitas.

Não encontrando apoio na Côrte de Lisboa, tiveram de ceder os rebellados, prestando submissão aos padres da Companhia e os restabelecendo no Collegio de onde haviam sido expulsos. As provisões de 12 de Setembro e de 18 de Outubro de 1663 vieram normalizar a situação da Colonia, providenciando quanto ás attribuições dos religiosos, das Camaras e dos governadores, distinguindo as competencias das jurisdicções espiritual e temporal e mandando, finalmente, que continuassem nas missões os Jesuitas, restituindo-lhes as egrejas e parochias por elles fundadas.

Com estas alternativas, nem por isso melhorava a sorte dos indigenas, forçados a internar-se cada vez mais; e, mesmo assim, iam as escoltas busca-los no meio das mattas, ou auxilia-los em ataques a tribus inimigas, vencendo as reacções pelo exterminio e pelo incendio, resultando destas entradas um numero de captivos sempre inferior ao dos cadaveres abandonados.

Os mysterios do grande rio haviam desapparecido desde que, em 1637, appareceram os frades leigos Domingo de Brieva e Andrés de Toledo, da missão dos Encabellados, descidos das terras peruanas, dando o ensejo á famosa expedição realizada por Pedro Teixeira até Quito, cujo successo teria de ser perpetuado com a notavel narração do seu companheiro de regresso d. Christovam d'Acuña e publicada em Madrid, em 1641, sob o titulo *Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*.

A canna, o cravo, a baunilha, o cacau e o anil eram já productos conhecidos como abundantes, e recommendados como dignos de cultivo, pela Metropole, que por alvará de 30 de Março de 1680 declarara alguns daquelles productos livres de direitos por espaço de seis annos, emquanto, por outro lado, não esquecia de chamar a attenção para a pesquiza do oiro, diversas vezes tentada, mas sempre sem resultado proficuo.

(5) Timon III e Perdigão Malheiros — *A escravidão no Brasil*, pag. 65.

E para activar o commercio, promovendo a permuta das producções e concurso dos mercadores portuguezes, mandou pôr em execução, em 1682, o alvará de 12 de Fevereiro, creando o Estanco de Mercadorias, entre cujas attribuições era incluida a regularização das taxas de introducção de escravos africanos, para supprimento do braço indigena.

A instituição da propriedade territorial obedecia a normas das doações de capitanias, conferido aos donatarios, posteriormente, o direito de subdividi-las por concessão de sesmarias, principalmente no interesse da creação de gado, como estipulado nas cartas régias de 9 de Janeiro de 1697 e de 16 de Setembro de 1705. Por esta fórma ia se desenvolvendo a região, não só com variados engenhos, feitorias, *doutrinas* e aldeiamentos das missões administradas pelos frades Capuchos de Santo Antonio, da Conceição, da Piedade e de S. José e pelos padres da Companhia, como tambem com a industria pastoril, iniciada em 1680 por Francisco Rodrigues Pereira, no logar Amanigetuba da Ilha de Joannes, e proseguida em vasta escala por outros, entre os quaes os frades do Carmo, os padres das Mercês e os Jesuitas, que vieram a tornar-se os mais opulentos fazendeiros das ilhas da foz.

A propriedade do povoamento se manifestava não só nesses aldeiamentos, fazendas e engenhos como nas sédes principaes: Nossa Senhora de Belém, Vigia, Gurupá, Sousa de Caithé e Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá.

A acção do Governo, nesse meiado do seculo XVII, teve mais de uma vez de convergir para a defesa do territorio, na parte guianeza, onde os Francezes com as suas duas companhias do "Cabo do Norte", creadas em 1633 e 1640, e com a da "França Equinoxial" em 1641, haviam tentado novamente apoderar-se da rica região. A vigorosa resistencia dos Portuguezes da Colonia deu ensejo aos tratados de 4 de Março de 1700 e de 18 de Janeiro de 1701, que produziram a neutralidade nas terras situadas entre Caienna e o Amazonas, até que o Tratado de Utrecht de 1713 veio definir a limitação entre os dominios da França e de Portugal pelo Rio Oiapoc ou de Vicente Pinzón.

Tambem pelo lado das fronteiras castelhanas inquietavam as invasões dos missionarios da Provincia de Quito, transpondo o limite assignalado por Pedro Teixeira e dando causa a represalias, a que succediam manifestações das tropas contra as aldeias.

A trajectoria ascendente do desenvolvimento colonial ainda mais se accentuou com a desannexação do Bispado do Grão-Pará da diocese do Maranhão, pela bulla de 4 de Março de 1719, do papa Clemente XI, em virtude da qual assumiu a prelatura d. frei Bartholomeu Pilar, observando-se, desde então, a reconstrucção constante das egrejas existentes, a edificação de novas parochias, contribuindo a Metropole com o seu auxilio para differentes obras de caracter publico.

Para a proeminencia dos religiosos até então dominantes, ia, porém, começar a marcha do declinio.

Uma das vantajosas providencias do prelado foi obter a provisão de 12 de Outubro de 1727, determinando aos governadores dos missionarios que mandassem ensinar aos Indios a lingua portugueza, em vez de prohibir o seu uso, como o faziam os Jesuitas, e que egualmente ministrassem o ensinamento dos officios fabris.

Por outra carta régia foram os referidos padres, servindo de parochos, submettidos á jurisdicção episcopal, contra a qual se oppunham, impedindo a inspecção apostolica.

Entre o proprio clero regular dominava a insubordinação, obrigando o Bispado a mais de um acto de repressão, compellindo-o á obediencia.

A intervenção do Prelado no sentido de modificar normas instituidas pelos Jesuitas como salutares, não seria por elles bem acceita, suscitando divergencias para a defesa das prerogativas da Ordem.

E' sabido que a vinda dos padres da Companhia da Hispanha para a America do Sul, no começo do seculo XVII, com o intuito de propagarem a religião catholica entre os selvagens, foi acto voluntario a que se resolveram, com inteira independencia. Pelos resultados obtidos, outorgou-lhes o Governo de Castella, em 1610, a direcção civil das missões ou povos que formassem nellas, estabelecendo um regime particular, em que a Companhia não admittia o influxo dos empregados do Governo, e sob administração sua absoluta (6). Installando-se nas capitanias do Brasil, não seriam outras as suas prerogativas e as normas que adoptariam.

O systema adoptado por estes missionarios, observado tambem pelos outros religiosos, satisfazia o bem-estar dos selvagens, pela facil subsistencia que lhes era proporcionada, além da seducção das praticas religiosas, que dava ensejo a momentos de alegria com a aprendizagem da musica e dos canticos na propria lingua.

Sob o pretexto de que o contacto com os colonos prejudicaria os animos dos neophytos, lhes eram prohibidas as suas relações, que, aliás, nenhum interesse lhes provocavam.

A ascendencia, por essa fórma, se realizava absoluta sobre os Indios, sem as exterioridades do primitivo captiveiro, monopolizando os religiosos toda a producção e renda e abastecendo os celeiros e armazens de productos que eram exportados por conta geral da Companhia. Emquanto avultava, crescentemente, entre elles o numero de trabalhadores, entre os colonos e para os serviços publicos continuava escasso o numero de braços, determinando condições de inferioridade difficeis de supportar.

Repetidas eram as queixas contra os frades do Carmo, os Mercenarios e os Jesuitas, que, de encontro á Ordenação do Reino possuiam bens de raiz de grandes valores e remettiam para Lisboa quantidade de generos sem pagar dizimos; dahi veio a provisão de 13 de Abril de 1739, pela qual foi ordenado que fossem obrigados a esse pagamento, e que se fizesse o tombamento dos bens que possuiam.

Estava evidente a reacção opposta aos religiosos, contra os quaes já se haviam manifestado os governadores Bernardo Pereira Berredo e Alexandre de Sousa Freire, dando apoio ás reclamações vehementes de Paulo da Silva Nunes, procurador das Camaras do Pará e Maranhão perante o Conselho Ultramarino.

Junto á côrte de d. João V era, todavia, grande o prestigio dos padres da Companhia, que conseguiam afastar todos os enredos contra elles tramados; ao iniciar-se, porém, o novo reinado com d. José, na segunda metade do seculo, todo esse poderio iria desmoronar, manifestando-se sob face diversa o movimento politico da Colonia.

Um dos ultimos actos de d. João V fôra a conclusão, em 13 de Janeiro de 1750, do tratado com a Hispanha sobre os limites das respectivas possessões na America, para cuja

(6) Pereira da Silva — *A Historia e a Legenda.*

execução na fronteira do Norte, foi nomeado em 1751 plenipotenciario e governador, o capitão-general do Estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do ministro de d. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro conde de Oeiras, mais tarde marquez de Pombal.

Datadas de 31 de Maio de 1751 lhe foram dadas as instrucções régias pelas quaes se teria de regular na administração que lhe era confiada, para pôr em pratica as medidas que o Governo tinha em vista realizar — "no intuito de desenvolver a riqueza e influencia do Reino pelos recursos que do Brasil podia obter a Metropole" (7).

Nellas considerava el-rei a prosperidade do Grão-Pará indissoluvelmente ligada á liberdade dos indios e ao estado das missões; entretanto, em favor da primeira não eram mais os religiosos da Companhia os defensores abnegados, qual se mostrara o padre Antonio Vieira; e quanto ás ultimas, continuavam elles a sustentar a sua independencia, repellindo intervenções que contrariavam os preceitos da Ordem.

A obrigação do pagamento de soldadas aos indios empregados na cultura das terras, a limitação do poder dos ecclesiasticos para se occuparem sómente do espiritual, a revisão das missões para nova distribuição de districtos pelas diversas communidades no Estado, eram disposições que abalavam, desde logo, o poder de que se consideravam investidos os Jesuitas, contra cuja intransigencia iriam oppôr-se a altivez e irascibilidade de Mendonça Furtado.

Se não chegara o governador com animo premeditado de hostilizar os padres da Companhia, como faz crer a circumstancia de no meio delles ter escolhido o padre Joseph da Gama para, na qualidade de confessor, acompanha-lo ás demarcações em 1753, certamente comprehendeu logo, que seria insupportavel a pretendida independencia desses missionarios, quando viu mal acceita a determinação, que lhes quiz impôr de cederem para a sua expedição numerosos indios e mantimentos de suas aldeias.

A longa viagem que teve de realizar até ás nascentes do Rio Negro, e o conhecimento pessoal que lhe proporcionou a visita das regiões por onde teve de passar, convenceram Mendonça Furtado da difficuldade com que seria exercitada a acção administrativa em um extenso territorio como o do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro até os seus confins occidentaes.

Para reparar esse inconveniente propoz a Sebastião de Carvalho a creação de uma nova capitania no alto Amazonas, subalterna do capitão-general do Estado, vendo satisfeita a sua indicação pela carta régia de 3 de Março de 1757, que instituiu a Capitania de S. José do Javari, mais tarde denominada de S. José do Rio Negro.

Nesse mesmo anno creava o Bispado uma Vigararia Geral do Rio Negro, confiada ao illustrado sarcerdote dr. José Monteiro de Noronha, acto esse que sómente em 18 de Julho de 1760 obteve confirmação real.

A não comparencia dos commissarios castelhanos na data marcada para o inicio dos trabalhos na fronteira, constituiu contrariedade enorme ao plenipotenciario portuguez, já indignado com a deficiencia de recursos prestados pelos missionarios, e mais ainda com a fuga dos indios das aldeias de Mariuá, instigados pelos Jesuitas que contestavam aos Carmelitas o direito de administrarem aldeiamentos nessas paragens limitrophes.

A deserção dos soldados para a região peruana, attribuida ao mesmo influxo, e as queixas repetidas que da séde do Governo lhe transmittia d. frei Miguel de Bulhões, seu substituto, informando da opposição dos religiosos ás medidas ordenadas pela Metropole, foram novos motivos para a exacerbação do animo de Furtado, que resolveu iniciar a reacção contra os que pretendiam se oppôr á actividade, e, como medida demonstrativa de sua força, reclamou a retirada, que não se fez demorar, de alguns dos missionarios apontados como principaes revoltados contra o seu governo.

Não podendo continuar á espera dos commissarios hispanhóes, voltou o governador em 23 de Janeiro de 1756 para a Capital, disposto a executar immediatamente as ordens régias recebidas pelo bispo, no sentido de dar á publicidade a bulla pontificia de 1741 a favor da liberdade dos indios e os decretos reaes de 6 e 7 de Junho de 1755, que retiraram dos Regulares a administração temporal dos indigenas, para ser exercida pelos juizes ordinarios, vereadores e mais officiaes de Justiça, nas villas, e pelos principaes, nas aldeias. O combalido estado de sua saude, ainda mais perturbada com as noticias dos actos de deserção e rebeldia dos soldados no acampamento das fronteiras, impedia-o de agir com promptidão, de sorte que só em Janeiro e Maio de 1757 póde realizar, com solennidade, a publicação da pastoral do Bispado, dando execução ás ordens reaes.

Sem auctoridade sobre os indios tornou-se insustentavel nas aldeias a situação dos padres da Companhia, cujo superior repellia a jurisdicção episcopal; e, da lucta neste sentido suscitada com o Bispado, resultou a ordem do provincial para que os religiosos abandonassem as aldeias, transportando todos os bens que podessem, resistindo á entrega das egrejas, de que el-rei lhes fizera mercê.

Alfaias, imagens e paramentos, tudo foi transportado em barcos, de envolta com os generos de commercio, e o gado e canôas eram vendidos á troca de generos.

Abalado estava o poder da Companhia, mas em suas mãos restavam ainda as maiores propriedades e riquezas que os constituiam os grandes monopolizadores do commercio.

Para lhes dar combate, por esse lado, e, ao mesmo tempo, realizar a medida do supprimento do braço indigena pelo negro da Africa, como era desejo de Sebastião José de Carvalho, suggeriu Mendonça Furtado a creação de uma companhia de commercio com o concurso dos mais graduados da Colonia e com o modesto capital de 32.000 cruzados, medida que foi acceita pelo ministro (ou, segundo affirmam alguns, por elle mesmo insinuada), para dar origem á famosa companhia creada pelo alvará de 7 de Junho de 1755, com o capital de 1.000 cruzados, de capitalistas de Lisboa, tendo á frente o seu protegido e collaborador José Francisco da Cruz, á qual foram entregues os monopolios da navegação do commercio exterior e do trafico dos negros, nas provincias do Pará e Maranhão, além de outras vantagens, como o fôro especial para as suas causas, o emprestimo de edificios publicos para armazens de generos, o donativo de dois navios de guerra para escolta dos cargueiros e privilegio de admissão, dos accionistas nas ordens militares, sem justificação de ascendencia nobre.

(7) P. Malheiro — *A escravidão no Brasil*.

Não foram só os Jesuitas os que se viram attingidos pelo odioso acto do ministro; negociantes em Lisboa, em correspondencia com Pará e Maranhão sentiram-se abalados; e, instigados por aquelles, recorreram á Mesa do Bem Commum para que tomasse a defesa dos interesses lesados. O decreto de 30 de Setembro, relegando para o presidio de Mazagão e alguns pontos do Reino os participantes da representação, foi a resposta dada pelo altivo ministro, que por instrucções transmittidas a Xavier Furtado mandou advertir os Jesuitas do Estado, de que a identicas penas seriam sujeitos os que intentassem excitar os animos contra a nova instituição.

Destituidos de todos os meios de acção e sem elementos para resistirem ao prelado e ás ordens da Metropole, sentiram os religiosos extinguir-se todo o seu poderio quando viram, sob pretexto de expurgar as communidades monasticas de seus membros desobedientes e amotinados, resolver Mendonça Furtado, em 3 de Novembro de 1757, enviar para Lisboa dez dos mais illustres religiosos da Companhia e seis de outras ordens, attribuindo-lhes variadas culpas, algumas inteiramente frivolas; e por avisos de 5 de Fevereiro e 10 de Dezembro de 1758 serem intimados os religiosos da Piedade, os da Conceição da Beira e Minho a se retirarem para Portugal, abandonando a Capitania.

Sem o apoio da Corôa e não podendo contar com o dos colonos, que haviam sido prejudicados com a conducta de sua usurpação egoistica, nada podiam fazer os religiosos impossibilitados de reagir. Aproveitou Mendonça Furtado esse momento de calma para attender ao aviso do plenipotenciario castelhano, de que nesse anno de 1758 se acharia com a sua comitiva na povoação de S. Fernando, e ao mesmo tempo dar cumprimento á lei de 6 de Junho de 1755, pela qual fôra ordenado que o governador elevasse á categoria de villas as aldeias que julgasse dignas desse predicamento e á classificação de "logares" os outros nucleos de população menos consideravel. Assim foram creadas diversas villas e logares com denominações escolhidas entre as das povoações de Portugal, sendo a aldeia de Mariuá destinada á séde do governo da Capitania do Rio Negro, com a categoria e denominação de Villa de Barcellos.

Tambem para satisfazer ás instrucções reaes ministradas na carta régia de 3 de Março de 1755, tratou Furtado de verificar quaes os limites que poderiam ser adoptados para a nova Capitania, participando, por carta de 10 de Maio de 1758 o resultado da sua escolha ao coronel Joaquim de Mello Povoas, já então, por decreto de 11 de Julho de 1757, nomeado para governa-la.

Era então, na Côrte de Lisboa, vehemente a lucta de Sebastião José de Carvalho contra os padres da Companhia, mais exacerbada com o movimento sedicioso manifestado na Cidade do Porto e com o attentado do duque de Aveiro contra a pessoa do rei, crime este attribuido ás suggestões fanaticas do padre Gabriel Malagrida, fundador dos seminarios no Pará, e á odiosidade de outros religiosos da Companhia.

A todos os pontos do territorio portuguez teria de ser levada a perseguição aos inimigos do ministro, e assim em 16 de Julho de 1760 chegava á Belém a nau *Nossa Senhora da Arrabida*, portadora das ordens de sequestro dos bens dos Jesuitas e da expulsão, expedidas em 19 de Janeiro e 3 de Setembro do anno anterior, para terem execução immediata. Já então houvera sido nomeado d. Antonio Rolim de Moura para substituir a Mendonça Furtado, dispensado da sua commissão demarcadora.

Apenas fundeada a nau, e, na mesma noite posto cerco ao Collegio e ao Seminario pelo juiz de fóra com uma escolta, foram detidos todos os regulares, seguindo outro magistrado para effectuar egual diligencia no Collegio da Vigia, de sorte que pelo mesmo navio, seguiram pouco depois para Lisboa exilados, sendo 40 do Pará e 86 vindos do Maranhão, só numa galera da Companhia do Commercio (8).

Os bens sequestrados para a Corôa abrangiam no Municipio da Vigia as fazendas Tabatinga e S. Caetano; no Rio Mojú as do Burajuba e Jaguarari, a Fazenda Gebrié no Rio Mucuruçá, um cacaual no igarapé Maria Nunes, uma fazenda no Rio Guamá e as fazendas de creação de gado vaccum e cavallar na Ilha Grande de Joannes.

A retirada dos religiosos das missões, se marcou a emancipação civil dos povoadores da colonia, foi, entretanto, o inicio da decadencia e do anniquilamento das aldeias e povoados, em detrimento do progresso material.

Para regular o novo modo de ser das povoações dos Indios, supprimidas da jurisdicção dos religiosos, baixara Mendonça Furtado as instrucções do "Directorio" de 3 de Maio de 1757, que ápesar de conterem muitas disposições salutares e sensatas, não restituiram aos Indios a liberdade de que os haviam esbulhado, e por isso accusado os Jesuitas. Os novos directores não cuidavam senão de explora-los, deixando em abandono a prosperidade das aldeias. Competindo-lhes a sexta parte dos lucros na extracção das drogas, era do proprio interesse applica-los na exploração dos sertões em procura dos generos, succedendo as expedições continuas, sem cuidarem do desenvolvimento dos aldeiamentos.

Além disso eram constantes as ordens do Governo, recommendando o agenciamento de negocios para a Companhia do Commercio, e com este fim os administradores redobravam os serviços dos Indios, para se fazerem agradaveis á essa Companhia, protegida pelo poderoso ministro, já antes agraciado com o titulo de conde de Oeiras.

Em vez de desenvolver o commercio e a riqueza do Estado, a Companhia do Commercio concorreu para o seu prejuizo.

> « A Agricultura, que era para tomar novo incremento, pouco avançou; a industria, indo nascer, não surgiu; o commercio devia progredir, e parou; emfim, nem o estado da Companhia, vacillante no começo, demonstrou vez alguma um prospero desenvolvimento. » (9)

Sendo a Companhia a unica a comprar os generos, baixava os preços á sua vontade, retrahindo os productores, como afastava os compradores das mercadorias, que ella exclusivamente importava, não só pelo elevado preço das fazendas, como pela qualidade inferior.

A receita nem dava para cobrir as despesas e só os directores ganhavam nas illicitas transacções (10).

Nem a pretendida vantagem do supprimento do braço indiano pelo do negro da Africa aproveitou aos agricul-

(8) J. Lucio — *Epoca de Historia Paraense*, pag. 142.

(9) *Op.* cit., pag. 103.

(10) *Op.* cit., pag. 94.

tores, opprimidos pelo monopolio commercial da Companhia, e sem recursos para a compra, de sorte que, de 12.587 escravos importados nos 22 annos da existencia da Companhia, a maioria foi reexportada para Matto-Grosso.

Só com o desvalimento do marquez de Pombal, quando elevada ao throno d. Maria I, foi, por aviso de 5 de Janeiro de 1778 facultada, com geral contentamento, a todos os negociantes do Reino, a liberdade commercial com as praças do Pará e Maranhão e por provisão de 25 de Fevereiro do mesmo anno declarada extincta a Companhia do Commercio de execrada memoria.

O periodo de tutela dos colonos tinha assim attingido o seu termo e a colonia podia se dizer emancipada civilmente, embora notavel em decadencia.

Já então, por decreto real de 20 de Agosto de 1772, havia sido desmembrado do Estado do Grão-Pará o governo do Maranhão, e pelo governador do Pará assignalada a divisa entre os territorios de um e outro pelo Rio Turiassú, e pelo lado da Capitania de Goiaz, a cachoeira do Secco do Curuá entre as de Santo Antonio e das Tres Barras.

Os lindes com as colonias hispanhólas iam ser mais facilmente definidos, desde que pelo Tratado de Santo Ildefonso celebrado entre d. Maria I e o rei Carlos III em 1 de Outubro de 1777, ficara assentado estabelece-los por accidentes geographicos, attendendo ao *uti possidetis* e não por determinado meridiano, conforme o Tratado de Tordesillas.

Foi isto que deu ensejo á vinda da commissão de astronomos e geographos que, com o governador José de Napoles Tello de Meneses, chegou ao Estado em 1780, tendo como membros preeminentes Francisco José de Lacerda e Almeida, Ricardo Franco de Almeida Serra, José Joaquim Victorio da Costa e outros que por 10 annos exploraram as capitanias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuiabá e S. Paulo, vindo depois delles, em 1783, a "Expedição philosophica de Historia Natural", presidida pelo notavel naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, de tão preciosos resultados para a Sciencia.

A Cidade de Nossa Senhora de Belém entrara em periodo de melhoramentos com a construcção de varios edificios publicos, para os quaes contribuia o talento artistico de Antonio José Landi, architecto que fizera parte da commissão de Mendonça Furtado, e com a abertura de estradas e caminhos diversos que punham em communicação não só a cidade com os sitios vizinhos, mas tambem com situações distantes dos rios Guamá e Capim. Na cadeira do Bispado d. frei Caetano Brandão inicia o seu apostolado de renome glorioso, ainda hoje memorado na instituição do Hospital da Caridade, de sua fundação.

Entretanto, para o governo, entrara um periodo de inquietação quanto á instabilidade dos limites do Estado, pelas violações praticadas pela França, invadindo o territorio do Cabo do Norte, por meio de missões e postos militares no Maiacaré, Cunani, Carapaporis e Macari, dando motivo ás diversas e successivas negociações diplomaticas, pelas quaes o limite ia constantemente avançando até o Cassiporé, depois o Calçoene, Araguari, e finalmente o Carapanatuba, pelo Tratado de Badajós, de 6 de Junho de 1801.

No meio das luctas entre a Hispanha, França e Inglaterra, Portugal, já enfraquecido, era constante victima dos engodos dos diplomatas.

O bloqueio continental resolvido por Napoleão, para isolamento da Inglaterra, cuja alliança motivou a indecisão do pronunciamento do regente d. João, uma vez resolvida pelo Tratado de Fontainebleau, a invasão de Portugal e a subdivisão do territorio, deu causa á retirada da Familia Real para o Brasil. A noticia de taes occorrencias despertou entre os paraenses profunda indignação que levou o governador capitão-general José Narciso de Magalhães de Menezes a lançar ao povo a sua proclamação de 1 de Outubro de 1809, declarando que ia — "restabelecer a fronteira no Rio Oiapoc ou Rio Vicente Pinzón", barreira original da America Portugueza, ao Norte do Equador.

Só depois chegava ao Pará a noticia do "Manifesto" de 1 de Maio pelo qual o principe regente declarara a Napoleão "a mais legitima de todas as guerras", e já então estava organizado o denominado "Corpo da Vanguarda", constituido de "Voluntarios paraenses", que, sob o commando do tenente-coronel Manoel Marques de Sousa d'Elvas Portugal, iria realizar a entrada triumphante em Caienna, com a capitulação do governador Victor Hugues, em 12 de Janeiro de 1809.

Por esta fórma era restabelecido o limite do Pará pelas forças paraenses e annullados todos os resultados dos tratados que pretenderam deroga-lo. Tão importante foi o effeito deste acto arrojado de nossas forças, que, para conseguir a reentrega de Caienna a s. m. christianissima em 1817, tomou a si Talleyrand, principe de Benevente, apoiar Portugal no desejo de tomar assento no Congresso de Vienna, promovendo de accôrdo com o conde da Barca, Antonio de Araujo de Azevedo, as medidas para isso necessarias, dependentes da elevação do Principado do Brasil á categoria de Reino Unido aos de Portugal e Algarves (11).

A vida propria em que entrara a colonia emancipada, e as franquias creadas com o decreto de 28 de Janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil ás nações extrangeiras, e com o alvará de 4 de Janeiro de 1811 pelo qual o principe regente aboliu as restricções, aos seus vassallos, quanto ao commercio e navegação entre esses e outros portos da possessão portugueza: determinava a necessidade de medidas que amparassem a producção e commercio nacional, sem prejuizo das rendas publicas indispensaveis para o auxilio da administração, e neste sentido foram expedidos os alvarás de 7 e 11 de Junho de 1808, o primeiro estabelecendo o imposto da decima dos predios urbanos em todas as cidades, villas e povoações, e o ultimo marcando os direitos de entrada das fazendas e mercadorias dos portuguezes, transportadas em navios nacionaes, para consumo no Estado ou para reexportação a portos extrangeiros.

Com a publicação do Tratado de Vienna de 22 de Janeiro de 1814 que, pelo seu art. 1º, declarava abolido o resgate de escravos africanos ao Norte do Equador, foi dado termo a este nefando trafico, que ainda por alvará de 24 de Novembro de 1813 houvera sido dilatado por alguns annos.

Não influiu na producção paraense a suppressão da fonte escravista, continuando a revelar constante ascendencia os resultados das colheitas, que, em 1801, eram dados pelas seguintes cifras em arrobas:

Cacau, 64.475; arroz, 39.172; café, 2.562 e algodão, 10.931; e no anno de 1817, quando se iniciou o fecundo go-

(11) Mello Moraes — *Independencia do Brasil*, pag. 66.

verno de Antonio José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, conde de Villa-Flor, se elevavam a: cacau, 125.956 arrobas; arroz, 219.819; café, 4.531 e algodão, 221.758. Nos mesmos annos variaram os valores da importação no Pará de 194:394$695 a 444:012$170, e os de exportação para Portugal de 294:725$183 a 640:707$159, sempre com saldo a favor da colonia (12).

O periodo do governo do conde de Villa-Flor, que, nesse anno de 1817, teve começo em 10 de Outubro, assignalou-se pela actividade e rectidão com que soube despertar as sympathias do povo, fazendo cessar as odiosidades, restabelecendo a ordem nas coisas publicas, promovendo melhoramentos na cidade e a communicação postal com o Maranhão, dando impulso á instrucção publica e ao estudo militar de artilheria, percorrendo varios pontos do interior, animando o desenvolvimento commercial e auxiliando a fundação de uma praça de commercio, curando da alimentação e saude publica e dando combate á variola que, desde a introducção dos africanos, assolava repetidamente a região com deploraveis effeitos.

Foi sob o seu governo que se fez effectuar a reentrega de Caienna aos Francezes, cabendo ao notavel estadista receber e auxiliar a expedição que, de ordem do rei da Baviera, vinham realizar, com os mais beneficos proventos scientificos para o Estado, os sabios naturalistas Carlos Frederico Philippe de Martius e João Baptista Spix, do mais notavel renome.

A retirada do conde de Villa-Flor, em 1 de Julho de 1820, para o Rio de Janeiro, deixando a administração a uma Junta provisoria veio facilitar o começo das agitações politicas, por que teria de passar o Estado, dando apoio á reacção de Portugal, levantado com o pretexto constitucionalista, embora que a sua origem outra não fôra senão a opposição portugueza á permanencia da séde do throno no Brasil.

Quer pelas relações directas mantidas entre o Pará e Lisboa, em todo o longo periodo colonial, com a preponderancia incontestavel revelada nas medidas especiaes de que fôra objecto o Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, quer pela maior affinidade que acarretava a communicação entre as duas cidades, mais rapida que a de qualquer dellas para o Rio de Janeiro, é certo que mais intimamente se prendiam os interesses dos habitantes do Pará aos de Lisboa ou do Porto, que em relação aos do Sul do Brasil.

Este desligamento explica o nenhum reflexo que nas terras paraenses teve a revolução de Pernambuco, em 1817, e, bem assim, a prompta adhesão do Pará ás manifestações de 1820, consequentes da revolta de 24 de Agosto e de 15 de Outubro nas referidas cidades de Portugal.

A fagueira illusão de que as Côrtes de Lisboa tinham por intuito a instituição de normas constitucionaes, extinguindo o absolutismo do rei, que apenas favorecia os que se achavam nas proximidades do throno, despertou enthusiasmos pela causa libertadora, sendo um dos exaltados Philippe Alberto Patroni Maciel Parente, paraense, que se deu pressa em fazer-se portador da noticia da revolução ao meio dos seus conterraneos, e propagar a adhesão á idéa liberal levantada pelas Côrtes.

(12) Manuel Barata — *A antiga producção e exportação do Pará*, pags. 8 a 10.

A provisoriedade da administração entregue a uma Junta, e o espirito dominante no meio geral, favoreceram o movimento, sendo assim o Pará a primeira parte do territorio a ser classificado como provincia ultramarina na fórma do decreto de 24 de Abril de 1821.

Logo, porém, que se fez patente o verdadeiro sentimento de hostilidade contra a nossa autonomia, pretendendo os decretos das Côrtes invalidar as prerogativas que por d. João VI já nos haviam sido conferidas, foi o mesmo Patroni quem se apressou a vir encaminhar o espirito dos seus patricios em favor da Independencia, como meio unico da libertação que as Côrtes reunidas não mais asseguravam.

O inicio do movimento marca tambem a inauguração da imprensa local, com a publicação do *O Paraense*, de propriedade de Patroni e José Baptista da Silva.

Dedicados a Portugal eram, porém, as auctoridades e commandantes dos corpos do regimento, como o brigadeiro José Maria de Moura e coroneis João Pereira Villaça e Francisco Joaquim Rodrigues Barata, sendo, pois, inevitavel a reacção; mas o espirito agitador de Patroni despertava a sympathia e ganhava proselytos, entre os quaes surgiu, como seu substituto, o conego João Baptista Gonçalves Campos, paraense, nativista, conquistando para a causa grande numero de adherentes.

Denuncias, prisões, espancamentos e processos, tudo foi posto em pratica com o fim de suffocar a idéa libertadora, que a massa popular já havia abraçado; entretanto, pela deficiencia de communicação com o Rio de Janeiro, era ignorado no Pará, o que ahi se passava, de sorte que ainda em 13 de Janeiro de 1823, consegiu a Junta Governativa proclamar a Constituição politica de Portugal, que abolia toda a nossa autonomia.

Nos proprios quarteis se insinuara o espirito sedicioso e a revolta de 14 de Abril embora suffocada, e que repercutiu no interior da provincia, deixou evidente o avançamento da obra libertadora, dando causa a perseguições, processos, prisões e exilio de grande numero de patriotas, como o capitão Boaventura Ferreira da Silva, alferes Domingos Marreiros, Bernardo de Sousa Franco, Ignacio Acioly de Cerqueira e Silva, Honorio José dos Santos, João Baptista Tenreiro Aranha, Domiciano Ernesto Dias Cardoso e outros, só não attingindo a repressões mais violentas, em virtude da intervenção do bispo d. Romualdo de Seixas, que, geitosamente, conseguiu fazer valer a sua opinião, no sentido de serem remettidos para Lisboa os auctores e cumplices da conjuração.

As noticias posteriores sobre a dissolução das Côrtes de Lisboa trouxeram o desanimo entre os Portuguezes mais exaltados, de sorte que por um simples estratagema de John Pascoe Grenfell, official da armada de lord Cochrane, dando sciencia á Junta do Governo, em 11 de Agosto, de que nas aguas paraenses se achava a frota daquelle almirante de ordem do imperador do Brasil, encarregada de prestar apoio aos partidarios da Independencia, os mesmos que, dias antes, prégavam medidas de rigor contra os demolidores do dominio lusitano, se apressaram a submetter-se, prestando adhesão á causa vencedora, que, em 15 de Agosto de 1823, veio a ser solennemente proclamada.

Passaram então os opprimidos a ser os senhores da situação, e, naturalmente, o primeiro impulso não seria no sentido de concordia e magnanimidade. A' idéa da Independencia prendia-se inteiramente a do nativismo e dahi a ex-

plosão de sentimentos contra os Portuguezes e adoptivos, para destitui-los de quaesquer funcções. Avultado era, todavia, o numero das victimas desta intolerancia, e a consequencia foram tumultos successivos que se manifestaram, como os de Outubro de 1823, com incidentes gravissimos, e outros que se seguiram, no interior, tendo o conego Baptista Campos e Felix Clemente Malcher como principaes propugnadores.

Ao lado do povo sustentando as prerogativas dos nacionaes se viam como membros da Junta o conego Baptista Campos e Felix Antonio Clemente Malcher; mas em opposição, protellando todas as medidas de repressão, dispunham ainda de auctoridade bastante Geraldo José de Abreu, João Henrique de Mattos, José Ribeiro de Guimarães, dr. Antonio Correia de Lacerda, José de Araujo Roso e outros, partidarios estrenuos dos Portuguezes vencidos.

Os tumultos se manifestaram successivos e a acclamação do imperador, em 12 de Outubro de 1823, deu ensejo a que o povo e regimentos de infanteria fraternizassem no mesmo sentimento de revolta, que a marinhagem de Grenfell viria suffocar, dando apoio contra os nativistas, e occasionando a reacção crudelissima de que a hecatombe no navio *Palhaço* foi o desfecho horroroso.

Nem por isso a victoria da Independencia podia mais ser destruida, e, no interior, as mesmas exaltações iam se reproduzindo, principalmente em Cametá, a que adheriram Baião, Portel, Ourém, Melgaço, Anajás, Igarapé-Mirim, Mojú, Conde, Beja e Marajó, provocando mais fortes animosidades. Em 6 de Fevereiro de 1824, finalmente, resolveu a Junta acceder na demissão dos empregados civis e militares apontados como adversarios da causa nacional; seguindo-se a 23 do mesmo mez a declaração da partida de Grenfell, para o Rio de Janeiro, e com isto a immediata resolução do exodo de muitos negociantes e capitalistas portuguezes, além dos que posteriormente foram deportados, vindo a attingir a mais de mil o numero dos moradores que emigraram do Pará em virtude da Independencia.

Abolidas, por decreto de 20 de Outubro de 1823, as Juntas provisorias estabelecidas no Imperio e nomeado José de Araujo Roso para primeiro presidente da Provincia do Pará, chegou a tempo de suffocar o movimento revolucionario que de Pernambuco se insinuara para o Norte, com o fim de fazer vingar a Confederação do Equador, proclamada por Manuel Carvalho Paes de Andrade, de cujo programma se fizeram portadores José Baptista da Silva (Camecran) e Antonio Rodrigues Martins (Mundurucú Paequicé) que de volta do exilio, a que se viram forçados pela revolta de 14 de Abril, haviam adherido no Recife á idéa republicana, esperando rebentar o movimento em 1 de Maio, com o apoio de Clemente Malcher, Correia de Lacerda e Pedro Henriques.

Os primeiros ensaios do governo provincial não foram de feliz exito para a repressão da anarchia, vendo-se desde logo o proprio José de Araujo Roso impedir a posse de José Ignacio Borges, commandante das armas, nomeado por decreto de 3 de Janeiro de 1824, sob o pretexto de que a patria perigava com a separação do poder civil do poder militar; o seu successor João Felix Pereira de Burgos crear o mesmo impedimento ao ouvidor, revelando parcialidades que deram motivo a desagrados.

O conego Baptista Campos, que se livrara da morte ao tempo de Grenfell, como da perseguição que lhe movera José de Araujo Roso, conseguira elevar-se á posição de arcipreste da Cathedral e de membro do Conselho da Provincia, e nesta situação procurou assumir attitude de intolerancia contra quaesquer arbitrariedades dos presidentes e commandantes das armas, menos propensos ao seu partido.

Já então as occorrencias no Sul reflectiam os seus effeitos nas provincias do Norte e o estado de agitação que se observara era como que a vibração da anarchia e discordias que, desde a dissolução da Assembléa Constituinte até ao acto da abdicação de 7 de Abril, convulsionaram o Rio de Janeiro e provincias vizinhas.

A rivalidade do nascimento constituia sempre o motivo principal das divergencias, e assignalava a separação dos sectarios de Baptista Campos, formando o "partido dos philanthropicos" do grupo dos adversos, os "caramurús", afeiçoados aos antigos dominadores vencidos, que contavam como partidarios principaes Marcos Rodrigues Martins, Ambrosio Henriques da Silva Pombo, José de Araujo Roso, Francisco Marques d'Elvas Portugal e outros.

O visconde de Goiana que em Julho de 1831 assumiu o governo da Provincia expoz ao ministro do Imperio a situação, dizendo:

> « Posso affirmar que de todas as provincias do Imperio é esta talvez a unica em que mais se tem retardado a fundação do systema brasilico, o qual só com muito geito e arte se poderá fazer prevalecer. E' uma especie de Sebastianismo que tenho de fazer desvanecer para chama-la a ordem das coisas presentes. »

Conforme a inclinação dos representantes da auctoridade para os "philanthrophicos" ou para os "caramurús", a perseguição alcançaria os mais influentes adversarios, vehemente e intolerante, ou destes partiria a opposição provocadora e tenaz, impedindo a acção dos governantes.

Outra não foi a causa por que o visconde de Goiana, apenas com dez dias de administração, tendo suscitado a animosidade dos "caramurús" se viu deposto violentamente do seu cargo, sendo deportado para o Crato o arcipreste Baptista Campos, emquanto que outros amigos seus eram enviados para o clima inhospito de Marabitanas; assim tambem, outro motivo não houve para que se désse a reacção contraria, sob o governo de José Joaquim Machado de Oliveira, quando, restabelecido Baptista Campos na vice-presidencia do Conselho, após o movimento separatista da Comarca do Rio Negro, deliberou o Conselho manter as auctoridades civil e militar de Machado de Oliveira e do tenente-coronel Antonio Correia Seára, impedindo que assumissem os cargos de presidente e commandante das armas o desembargador José Mariani e o tenente-coronel Ignacio Correia de Vasconcellos, nomeados em carta imperial de 12 de Dezembro de 1832, por insinuações de Marcos Martins e Tenreiro Aranha, que se achavam foragidos no Rio de Janeiro, em virtude da sedição de 7 de Agosto.

Com a permanencia de Machado de Oliveira, não teria de subsistir a influencia de Baptista Campos junto ao Governo; uma desavença entre elles deu ensejo a recriminações reciprocas, com accumulação de odiosidades que mais vehementes resultados iriam produzir, sob o governo immediato, de Bernardo Lobo de Sousa, ao qual pareceu indispensavel extinguir por toda fórma a ascendencia do grande agitador no meio da massa popular.

Dahi as violencias e perseguições que levaram os seus adversarios a conspirarem para depo-lo, dando causa á prisão de Felix Antonio Clemente Malcher, ao saque e ao incendio do engenho de sua propriedade, e ao assassinato cobarde de Manuel Vinagre; assim como as represalias de que resultou a morte de Nabuco de Araujo e de Marinho Falcão, encarregados das diligencias da prisão de Baptista Campos e de Lavor Papagaio, o insolente pamphletario da *Sentinella Maranhense na Gorita do Pará*, além de outros facciosos já levantados no Acará e Guaiabal.

Foi essa imprudente manifestação de hostilidades que fez congregar numa solidariedade de revindicta, não só o arcipreste, como Felix Malcher, os irmãos Vinagre, Eduardo Angelim e Geraldo Gavião, Camillo Jacarécanga e Martinho Salazar, e outros muitos revoltosos valentes, capazes de affrontar os maiores perigos, e de sustentarem lucta tenaz contra os seus perseguidores.

Tendo alienado a sympathia, em virtude do recrutamento que poz em pratica para preencher os claros nos regimentos; pela ostentação de força publica; e pela vehemencia manifestada contra alguns membros do clero, e contra o proprio bispo d. Romualdo de Sousa Coelho, impedindo-lhe a publicação de uma pastoral contra a maçonaria; concorreu Bernardo Lobo de Sousa para accrescer o numero de descontentes, que a todo momento engrossavam as fileiras opposicionistas, emquanto que nos quarteis começava a se manifestar a sedição.

A pratica das referidas violencias quando a anarchia assim o deixava enfraquecido na sua auctoridade, seria, sem duvida, improducente; mas o que revela verdadeira perturbação espiritual, que motivou a indignação geral, justificando a attitude dos revoltosos, foi o attentado commettido pelos officiaes da tropa de linha cercando os templos e invadindo as canôas e casas suspeitas para effeito de recrutamento, prendendo, sem distincção, cidadãos de todas as classes com infracção flagrante dos dispositivos legaes (13).

A morte de Baptista Campos que, foragido, não pôde buscar soccorro medico para o incidente de uma espinha facial em que se manifestara a gangrena, foi a faisca decisiva para a conflagração imminente, e os revoltosos, jurando vingar-se dos auctores dos males experimentados, deram começo aos preparativos, para a execução do plano da invasão e exterminio, que lhes suggeria o espirito agitado.

Ia assim iniciar-se o periodo anarchico e horroroso que de 7 de Janeiro de 1835 até ao anno de 1838, teria de passar á Historia com o nome de *Cabanagem*, tendo por marcos iniciaes os cadaveres de Lobo de Sousa, Santiago e John Inglis, trucidados friamente á primeira investida dos rebeldes; e assignalando os seus dias, luctas crueis de temeridade e morticinio, em que o numero das victimas se contaram por centenas, sem poupar os proprios conjurados que a deslealdade conseguira afastar.

Francisco e Antonio Vinagre, os irmãos Aranha — João Miguel e Germano — Eduardo Angelim e seus irmãos Geraldo e Manuel João, Pedro Gonçalves Campos e outros foram os principaes factores do movimento rebelde; mas a ascendencia deram elles a Felix Clemente Malcher, que libertado da Fortaleza da Barra, foi acclamado presidente da Provincia, como Francisco Vinagre commandante das armas.

A ambição e genio arrebatado de Malcher dentro em pouco o levavam a procurar desembaraçar-se dos seus comparsas; primeiramente tentando abater o prestigio do commandante das armas, que, aliás dispunha dos regimentos sob o commando de Antonio Vinagre; em seguida aprisionando Eduardo e Antonio Angelim, em favor dos quaes se moveram os irmãos Vinagre e demais revoltosos, suffocando os intuitos dictatoriaes do presidente, obrigando-o a pedir a paz e remettendo-o para a fortaleza de onde sahira para o governo, que não conseguira manter além de uma quinzena.

Tiro certeiro desfechado por Quintiliano Barbosa, vindo ao encontro da embarcação, durante a travessia, o prostrou fulminado, emquanto que Francisco Vinagre empunhava as redeas da administração, cumulativamente com o commando das armas.

João Pedro Gonçalves Campos, secretario e amigo intimo de Malcher, teve o mesmo desfecho, assassinado no Furo Piramanha na Ilha das Onças, onde procurara refugio.

Com intuitos de pacificação iniciou Vinagre o seu governo, restabelecendo os laços de submissão ao Governo Imperial e fazendo realizar a eleição do regente do Imperio em 7 de Abril, e ultimar a eleição dos deputados da Assembléa Provincial, pela qual veio a competir a d. Angelo Custodio Correia o cargo de vice-presidente da Provincia, como o eleito mais votado.

A correspondencia trocada entre Francisco Vinagre e o capitão-tenente Pedro da Cunha, commandante da fragata *Imperatriz*, commissionado para pacificar a Provincia, deixa ver que este resultado podera ser logo obtido, se de uma e outra parte assistisse a mutua confiança e a calma e prudencia para agirem sem excessiva preoccupação de prerogativas.

Antonio Vinagre e Eduardo Angelim, menos cordatos que o presidente, não confiavam em promessas menos garantidas do commandante da esquadra, que entendia de tratar com arrogancia o detentor do governo e a immittir Angelo Custodio na posse da administração, sem intervenção de Vinagre, que presidira á eleição.

A insegurança da amnistia aos revoltosos, ou antes, a convicção de que, com a restauração da legalidade viria a punição dos culpados, com a inclemencia demonstrada nos tribunaes militares, determinou a persistencia da agitação revolucionaria, em que as forças do governo engrossadas com a gente facciosa do interior da Provincia, oppuzera invencivel resistencia ás da flotilha, impedindo o desembarque tentado com vigoroso bombardeio da capital, e o accesso de Angelo Custodio, que teve de regressar á Cametá, onde perante a Camara prestou juramento do cargo.

Pela mesma causa fracassou a pacificação logo á chegada de Marcos Antonio Rodrigues, nomeado presidente e commandante das armas, a quem Francisco Vinagre e Eduardo Angelim prestaram obediencia, promptificando-se a dissolver os grupos amotinados e obter a rendição dos armamentos. Sem a amnistia que o presidente não se achava auctorizado a conceder, preferiram os revoltosos continuar nos actos de desvarios, levando a atrocidade a diversos pontos da Provincia. Foi então que Marcos Rodrigues julgou acertado proceder por maneira opposta, decretando a prisão dos chefes da insurreição, submissos ou não, com isto provo-

(13) Domingos Antonio Raiol — *Os Motins Politicos*, vol. III.

cando novo levante e ataque violento á cidade, cujos effeitos foram os mais horrorosos, sendo forçado Marcos Rodrigues a installar a séde do Governo a bordo da fragata *Campista*, e a remover o ancoradoiro da esquadra para as proximidades da Ilha Tatuoca.

Com o augmento excessivo do quadro da flotilha e das tropas, pelos reforços enviados do Maranhão e Pernambuco, a resistencia dos rebeldes ia se tornando impossivel, até que em Janeiro de 1836 foram destroçados os principaes grupos reunidos no Chapeu Virado, Villa da Vigia, e em varios pontos da região costeira até Cintra; emquanto que os demais foragidos buscavam refugio para as bandadas de Oeiras, Breves, Monte Alegre, Luzea e outros logares distantes.

Ao brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa, que em 2 de Abril chegou a Tatuoca para substituir a Marcos Rodrigues nas funcções de presidente e commandante das armas, coube a tarefa definitiva da pacificação, dando caça aos rebeldes fugitivos, e conseguindo em 30 de Outubro ver capturados Eduardo Angelim e seus irmãos Geraldo e Manuel, unicos dos chefes que restavam, par a se reunir aos outros já recolhidos á Fortaleza da Barra.

Ao passar o governo a Bernardo de Sousa Franco, em Abril de 1839, já a tranquillidade reinava na Provincia, continuando a apresentar-se os grupos de rebeldes, aos quaes veio favorecer a amnistia excepcional concedida pelo presidente em 1839 e a mais ampla decretada pelo Governo Imperial, por occasião da maioridade do imperador.

Era tempo de cuidar dos melhoramentos da capital e não se descuidou Sousa Franco de promove-los, tratando de iniciar o calçamento de algumas ruas principaes e de regularizar o littoral por meio de caes, abrindo nova rua sobre a marinha; procurando, por outro lado, levantar o nivel da instrucção publica pela installação, em 17 de Janeiro de 1842, do Lyceu Paraense, destinado ao curso de Humanidades e do Commercio.

A região amazonica despertara novamente a attenção dos scientistas e com poucos intervallos de uma e outra, succederam-se de 1843 a 1848 as explorações de Adalberto da Prussia com os condes de Oriolle e de Bismarck, no Xingú; do conde de Castelnau, de Lima ao Pará e pelo Tocantins a S. João das Duas Barras; de Tardy e Montravel, estudando a navegação do Amazonas e da costa da Guiana; de Valdey e Palacios, pelos rios Vilcamair, Ucaiale e Amazonas; de Caetano Osculati, de Quito a Belém; de William Edwards, subindo o Amazonas até a emboccadura do Rio Negro; de Alfredo Wallace, pelo Tocantins, Capim, Guamá e ilhas do Marajó e Mexiana, e pelo Amazonas, rios Branco e Uapés; e finalmente Walter Bates percorrendo todo o baixo Tocantins, Mojú, Tapajós, Amazonas, Jutahi, Teffé e Japurá.

O restabelecimento da Comarca do Rio Negro, na categoria de Provincia, vinha sendo reclamado e o eminente conselheiro Jeronymo Francisco Coelho, presidente do Pará, em Outubro de 1849, chamava para o assumpto a attenção da Assembléa Provincial, com os devidos esclarecimentos sobre a antiga Capitania.

A lei n. 582, de 5 de Setembro de 1850, veio realizar esta aspiração, sendo em 1 de Maio de 1852 inaugurada a nova Provincia do Amazonas — com os mesmos limites que tinha a Comarca do Alto Amazonas, os quaes, segundo a carta régia de 3 de Março de 1755, são — pela margem esquerda do Rio Amazonas, o Rio Nhamundá — e, pela margem direita, a montanha Parintins. (*Falla* que dirigiu o presidente da Provincia dr. José Joaquim da Cunha á Assembléa Legislativa Provincial, em 10 de Setembro de 1852.)

Um dos actos relevantes do governo nesse anno de 1852 foi, sem duvida, o contracto para a navegação a vapor do Rio Amazonas, iniciado em 1 de Janeiro de 1853.

> «Até essa epocha,— dizia mais tarde o presidente De Lamare,— todo o trafico dos generos de commercio era unicamente feito em canôas, que raras vezes realizavam uma viagem redonda de Belém a Manáos, em menos de cinco mezes, viagem que hoje se effectua em 13 a 15 dias, quando muito, comprehendidos os cinco dias de demora em Manáos e nos 10 portos intermediarios...
>
> As rendas publicas que acompanhavam de perto a marcha do commercio começaram egualmente a participar das vantagens resultantes da revolução economica e pacifica produzida pelo vapor nas aguas do Amazonas. » (*Relatorio* do presidente Joaquim Raimundo De Lamare, em 15 de Agosto de 1867.)

A phase convulsionada por que passara a Provincia entregue á anarchia revolucionaria, a que succedera um regime militar, fizera desmoronar as facções partidarias dos tempos anteriores, sem que sobre ella reflectissem os effeitos das luctas politicas, travadas na Côrte para a suppressão da regencia, e ainda das que sobrevieram, com a distincção de "liberaes" e "conservadores" em torno do projecto interpretativo do Acto Addicional, e com a reacção da lei de 3 de Dezembro de 1841 e seu regulamento, que provocou os grandes movimentos de S. Paulo e Minas Geraes.

Só lentamente pela necessaria participação dos actos electivos e por conveniencia individual para o exercicio das funcções da administração foram se arregimentando novos grupos, obedecendo ás inspirações dos novos partidos, passando a ser denominados *luzias* os filiados ao Partido Liberal e "saquaremas" os "conservadores".

Sem a consistencia de principios, e agitadas as novas agremiações pela precipitação das occorrencias que produziram a confusão dentro dellas, bem cedo se viu surgir a denominada — politica de conciliação — demonstrando que a delimitação partidaria ainda não assentava em fundamentos bastantes, para extender raizes profundas até ás longinquas provincias do paiz.

Por esta razão, era nos seguintes termos que o dr. Domingos Antonio Raiol commentava a organização dos partidos na Provincia, em *O Brasil politico*, que publicou em 1858:

> « O que nos faz partidarios não é esta ou aquella idéa, este ou aquelle principio que nós esposêmos. O que nos faz "liberaes" ou " saquaremas " é a sympathia aos homens e aos seus sentimentos; é o amor e a cobiça aos cargos publicos e ás elevadas posições sociaes; são os laços de amizade, as relações de familia, os parentescos, o interesse em summa. »

A' frente dos novos grupos organizados, além de alguns politicos, já apontados anteriormente, como Bernardo de Sousa Franco, Giraldo José de Abreu, Angelo Custodio

Corrêa, etc., apparecem os nomes de João Maria de Moraes, Manuel Gomes Corrêa de Miranda, Miguel Antonio Pinto Guimarães, Ambrosio Leitão da Cunha, Fausto Augusto de Aguiar, João Lourenço Paes de Sousa, barão de Arari e outros, novos próceres a influirem na politica paraense.

Jeronymo Francisco Coelho, coronel de engenheiros, que assumiu a presidencia em Maio de 1848, revela então os dotes mais seguros de administrador, promovendo melhoramentos e despertando a iniciativa para o desenvolvimento da região, já então favorecida pelo progredimento das rendas com a exportação da borracha, que desde 1825 vinha encontrando crescente applicação e consumo. E com elle, Ambrosio Leitão da Cunha, Henrique de Beaurepaire Rohan e outros presidentes, se esforçaram por impulsionar a Provincia, modificando o aspecto da capital, cuidando das colonias militares creadas no Rio Araguari (Colonia Pedro II), em S. João d'Araguaia e em Obidos, promovendo a instituição de colonias civis e estimulando a communicação com as provincias vizinhas, a do Amazonas, já servida regularmente pela Companhia do Amazonas, e as do Maranhão e Ceará, a que procurou o Governo Imperial attender com o decreto n. 2.197, de 26 de Junho de 1858, approvando o contracto para a navegação entre os portos de S. Luiz, Ceará e Belém.

Em 23 de Junho de 1861 assumiu a presidencia um dos mais devotados administradores que teve a Provincia, — Francisco Carlos de Araujo Brusque, — cujos relatorios constituem ainda hoje documentos preciosos de consulta, como repositorios valiosos de informações sobre os nossos productos capazes de exploração remuneradora, e sobre as nossas tribus indigenas, precisando ser attrahidas para o seio da civilização.

Iniciara-se então o notavel decennio em que a Historia amazonica registou nomes inolvidaveis de exploradores. Em 1861 W. Chandless, procedendo a rigorosos estudos geographicos ao longo do Arinos, Juruena e Tapajós, para voltar em 1865, em commissão da Sociedade de Geographia de Londres, afim de explorar o Purús e o Aquiri, e verificar os seus affluentes e os do Beni; de 1862 a 1864, José da Costa Azevedo, posteriormente barão do Ladario, commissionado pelo Governo Imperial do levantamento da Carta geral do Rio Amazonas no territorio nacional; neste ultimo anno Couto de Magalhães, descendo o Araguaia e o Tocantins, cerca de 2.000 km., para provocar o interesse da exploração desses rios e o esforço pela sua navegação; e de 1865 a 1869, Luiz Agassiz, James Orton e Domingos Soares Ferreira Penna, que penetrando nos mysterios da formação da bacia amazonica, puzeram a descoberto os dados geologicos, resultantes de suas investigações, mais tarde aperfeiçoados com os estudos de Frederico Hartt, Orville Derby, J. Branner, H. Smith e outros scientistas que constituiram a notavel expedição americana de 1870.

O periodo de guerra que, desde 1865, vinha o Brasil sustentando com a Republica do Paraguai, se agitou a Provincia pelas contribuições que lhe couberam para o contingente das tropas combatentes, a que desde logo concorreu com dois batalhões de linha, dois corpos de voluntarios e numerosos elementos da Guarda Nacional; se deu causa a momentos de panico, com as perseguições e injustiças commettidas por effeito dos recrutamentos; se deu ensejo ao desapparecimento de muitos dos seus filhos, como tambem ao renome glorioso de outros, como sejam o general Hilario Gurjão, major Rodrigo Augusto da Gama e Costa, o brigadeiro Jacyntho Butinelly, os capitães Frederico da Gama Costa e João Gonçalves de Moura, etc.; não embaraçou o progredimento geral, fomentado pela exploração e permuta dos productos regionaes e pelo accrescimento successivo de suas rendas.

A Praça do Commercio que, fundada ao tempo do conde de Villa Flor, decahira por inactividade no periodo decorrido, renascera em 1864 sob o impulso de Manuel Antonio Pimenta Bueno, commerciante culto e viajado, que conseguiu reunir os homens mais conceituados da praça, para cuidarem dos altos interesses commerciaes. Entre elles se encontravam, João Augusto Corrêa, Francisco Gaudencio da Costa, Fortunato Alves de Sousa, Bruno Alvares Lobo, Ambrosio Campbell, Luiz de La Rocque, Joaquim Roso Danim, Donatien Barrau, e outros, que, pelo proprio merecimento e pelos meios de fortuna de que dispunham, gosavam de alto conceito, exercendo muitos delles influencia no meio politico da Provincia.

Na imprensa as idéas liberaes eram propagadas desde Janeiro de 1860 pelo *Jornal do Amazonas*, redigido pelo bacharel Tito Franco de Almeida, seu proprietario, emquanto José Joaquim Mendes Cavallero e Frederico Carlos Rhossard apoiavam as doutrinas dos "conservadores" pelo *Diario do Grão-Pará*, fundado em 1853.

O prolongado dominio dos "conservadores", senhores do poder desde 1848, desgostara os seus principaes orgãos, que o proprio marquez de Caxias, forte do elemento militar, não conseguiu regenerar, para impedir a sua decomposição e a derrota do gabinete em 21 de Maio de 1862.

A Liga Opposicionista formada desde o anno anterior, com a reunião dos intitulados "conservadores moderados" aos "liberaes", repercutiu na Provincia, pelo orgão do *Jornal do Pará*, fundado em 1862 pelos filhos de Honorio José dos Santos para defender os principios da Liga; de modo que, ao subdividirem-se os "liberaes" em 1866 em "progressistas" e "historicos", estes combatendo o gabinete de 3 de Agosto, e os outros sustentando o ministerio, não foi difficil a fusão de "conservadores" e "liberaes" paraenses em um só partido — o Partido Progressista, sob a direcção de uma commissão central composta dos drs. João Maria de Moraes, José da Gama Malcher, Joaquim José de Assis e J. Fructuoso Pereira Guimarães.

Por essa epocha, em 7 de Setembro de 1867 se realiza com a maior solennidade, sob o governo do presidente vice-almirante Joaquim Raimundo De Lamare, o facto mais auspicioso para o desenvolvimento da região amazonica — a declaração da abertura dos rios Amazonas e seus affluentes á navegação extrangeira, auctorizada pelo decreto n. 3.749, de 7 de Dezembro de 1866.

A fórma solenne de que se revestiu o acto grandioso, com a participação das pessoas gradas de todos os matizes politicos, demonstra o estado da Provincia, menos perturbada pelas agitações partidarias do Sul do paiz.

Em Julho de 1868, tendo, em face do gabinete conservador puritano organizado pelo visconde de Itaborahi, desapparecido a scisão entre "historicos" e "progressistas" e se unificado o Partido Liberal, tambem na Provincia retomaram as facções colligadas as suas posições adversas, sob a mesma denominação anterior de "liberaes" e "conservadores", reorganizando-se o Partido Liberal do Pará, após o *Manifesto* e *Programma* do Centro Liberal, de Março e Maio de 1869,

para declarar que — "os seus principios eram os do Partido Liberal do Imperio a quem estava ligado por intermedio do poder central da Côrte" — ficando sujeito a uma directoria constituida dos drs. João Maria de Moraes, José da Gama Malcher, José de Araujo Roso Danin, Joaquim José de Assis e José Joaquim da Gama e Silva.

Em um e outro dos dois partidos politicos, novos nomes de collaboradores esforçados vinham successivamente surgindo, servindo de interpretes das suas opiniões os orgãos da imprensa que lhes eram affeiçoados, ou como orgão do partido. Pelas columnas do *Diario do Grão-Pará*, orgão declarado do Partido Conservador, sustentavam a sua politica José Ferreira Cantão, Antonio Gonçalves Nunes, José Gualdino da Silva, Antonio Ricardo de Carvalho Penna, Frederico Carlos Ghossard e outros obedecendo á direcção politica do conego Manuel José de Siqueira Mendes; e nas do *Jornal do Amazonas*, substituido em 10 de Janeiro de 1869 pelo *Liberal do Pará*, como orgão partidario, collaboravam Tito Franco de Almeida, Joaquim José de Assis, Domingos Antonio Raiol, José Baptista Ribeiro de Sousa, padre Eutychio Pereira da Rocha, Americo Marques Santa Rosa, conego Ismael de Senna Ribeiro Nery e diversos mais, que foram succedendo.

Apenas manifestações de aggressiva linguagem quebravam em certos casos, geralmente pessoaes, a serenidade politica, exaltando-se, todavia, os animos, mais fortemente, no momento das pugnas eleitoraes, em virtude do systema defeituoso a que obedeciam.

Embora em diversas provincias o Partido Conservador tenha sido constituido como continuador do Absolutista, que esposava a causa dos restauradores, ou a defesa dos Portuguezes que no Brasil se mantiveram depois da Independencia, no Pará não apresentava elle a mesma feição; de sorte que por occasião do movimento nativista, provocado pelo jornal *A Tribuna* em 1872, propagando a idéa de nacionalização do commercio a retalho, — movimento que assumiu caracter mais grave em manifestações posteriores contra os Portuguezes, — foi contra o chefe daquelle partido que os hostilizados levantaram as maiores accusações, dando-o — "como o principal motor desta revolução de principios" (14).

Entretanto a attitude daquelle hebdomadario foi sempre considerada como exclusiva dos seus redactores, entre os quaes se salientavam Marcellino Nery, João Campbell, Jacintho Butinelly e mais alguns.

Inteiramente opposta foi a lucta religiosa travada entre o bispo d. Antonio de Macedo Costa e a Maçonaria, cujos membros proeminentes o eram tambem do Partido Liberal, de modo a se tornar estes o alvo de ataque da *Boa Nova*, *Regeneração* e *União Catholica* que apoiavam o Bispado, tendo contra si o *Liberal do Pará*, *A Inquisição*, *Santo Officio* e *O Pelicano*. Desta attitude jornalistica proveio a celebre pastoral pela qual lançou o bispo Macedo Costa a ameaça de excommunhão aos leitores dos orgãos da imprensa *opposicionista*, e em seguida as pastoraes do vigario geral do Bispado declarando suspensas as funcções religiosas da Ordem Terceira do Carmo, Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e Ordem Terceira de S. Francisco, em cujas communidades se contavam muitos "maçons" e "liberaes".

(14) D. A. Gomes Percheiro — *As questões do Pará*, pag. 28.

Dado pelo Governo Imperial provimento ao recurso dos attingidos pelas prohibições e interdictos do Prelado, recusou d. Antonio submetter-se á deliberação imperial, pelo que foi processado e condemnado pelo Supremo Tribunal de Justiça do Rio a quatro annos de prisão, da qual veio liberta-lo o decreto de amnistia de 17 de Setembro de 1875.

Neste periodo decorrido, desde a data de abertura do Amazonas, o Pará contara entre seus presidentes cidadãos notaveis, como José Bento da Cunha Figueiredo (1868), João Alfredo Corrêa de Oliveira (1869), Abel Graça (1870), Joaquim Pires Machado Portella (1871), barão da Villa da Barra (1872), Pedro Vicente de Azevedo (1873), Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides (1875) e João Capistrano Bandeira de Mello (1876), que todos elles se recommendaram á gratidão da Provincia.

A politica "conservadora" se achava scindida, pontificando-se num lado o conde Siqueira Mendes, creando para orgão do partido *A Constituição*, em Fevereiro de 1873, sob a redacção do bacharel Heraclio Vespasiano Fiock Romano, David Freire da Silva, Egydio Pires Duarte, padre Mancio Caetano Ribeiro e diversos; e do outro lado o bacharel Samuel Wallace Mac-Dowell e alguns dissidentes e catholicos, tendo por vehiculo *A Regeneração*, creada em Maio do mesmo anno.

Na imprensa o numero de periodicos se multiplicava, com indicio de agitação na opinião publica, ou trabalhando no seio dos partidos. Assim é que apesar de ser *O Liberal do Pará* o orgão do Partido Liberal, dirigido por uma commissão central composta dos drs. José da Gama Malcher, José de Araujo Roso Danim, dr. Americo Marques Santa Rosa e Joaquim José de Assis, resolveu este, em Março de 1876, lançar á arena um novo jornal diario, de sua exclusiva responsabilidade politica — *A Provincia do Pará*, sob a administração de Francisco de Sousa Cerqueira e Antonio José de Lemos, o qual pela feição moderna que revestiu veio a tornar-se um dos principaes jornaes do Norte do paiz, constituindo-se mais tarde o reducto dos politicos da dissidencia "liberal" manifestada em 1878, tendo á frente os drs. José Joaquim de Assis, Jayme Pombo Bricio, barão de Anajás, Gurgel do Amaral, Abel A. Cezar de Araujo e outros.

Já em situação "liberal" em 1881, veio o eminente administrador, Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho, que, apesar do limitado prazo de sua administração, bastante contribuiu para o aformoseamento da capital, com os melhoramentos que fez executar.

O inicio da construcção da Estrada de Ferro de Bragança, que assignalou tambem impulso notavel do desenvolvimento local, realizou-se algum tempo depois, em 1883, apesar de auctorizada essa obra desde 1870, por lei provincial de Outubro.

Instavel fôra para os "liberaes" paraenses a situação politica depois de 1881, apesar de achar-se o seu partido no poder desde 1878, pelo enfraquecimento manifestado nas eleições posteriores á *Lei Saraiva*, e pelo effeito da dissidencia manifestada no proprio seio.

Ao operar-se a mudança do governo em 1885, comprehenderam os "liberaes" a necessidade de uma organização conjuncta, constituindo para esse fim uma commissão executiva encarregada da reforma do partido, composta dos drs. Joaquim José de Assis, Tito Franco de Almeida, Theotonio Raimundo de Britto, José Joaquim da Gama e Silva e Philippe José de Lima. Pelo *Liberal do Pará*, que continuou

a ser a folha official, collaboravam além de Tito Franco o dr. Americo Santa Rosa, Camillo Henrique Salgado, Demetrio Bezerra da Rocha Moraes e outros.

Este apparelhamento de forças foi reconhecido necessario, principalmente, em virtude da circumstancia de fazer parte do ministerio, o dr. Samuel Mac-Dowell, intransigente adversario, como "conservador" e como catholico, o qual desde logo fez arredar da presidencia da Provincia o illustrado bacharel Carlos Augusto de Carvalho, de glorioso renome na jurisprudencia patria.

Com eguaes titulos de alto prestigio vieram em 1885 e 1886 dirigir a administração os presidentes Tristão de Alencar Araripe e Joaquim da Costa Barradas e em 1888, Miguel José de Almeida Pernambuco, que assumiu o governo poucos dias antes da promulgação da lei da abolição da escravatura, quando já a Provincia se achava quasi toda redimida da grande macula.

A propaganda do abolicionismo, encontrara no Pará terreno apto para desenvolver-se, pelo reduzido numero de fazendas utilizando o braço de escravos. Já em 1821 Philippe Patroni se fizera ardente batalhador pela liberdade dos escravos; e em 1888 Antonio David Vasconcellos Canavarro e João Baptista Tenreiro Aranha chegaram a fundar a Sociedade Ipiranga, cujo fim visava aquella libertação. Quando levantada no Sul a nova propaganda, de que se fez ardoroso defensor o engenheiro paraense José Agostinho dos Reis, a imprensa unanime do Pará tomou a seu empenho a acceleração do movimento, salientando-se o *Diario de Noticias*, *A Provincia do Pará*, *O Abolicionista*, *A Liberdade* e *A Jangada*, que com energia estimulavam o trabalho dos abolicionistas.

Ignacio Baptista de Moura, João Gomes do Rego, Theodorico Magno, Marcellino Barata e outros poetas, provocavam o enthusiasmo da multidão com o seu estro inflammado.

Tito Franco de Almeida, José Henriques Cordeiro de Castro, Manuel Barata e outros, á frente da Liga Redemptora, e o conselheiro Romualdo Paes de Andrade presidindo a União reactora contra a escravidão, tomaram com abnegação a ardua tarefa. Varias sociedades abolicionistas foram então fundadas e porfiaram em apresentar honrosos resultados. Kermesses, bazares, subscripções, todos os recursos possiveis empregaram as patrioticas associações na lucta contra o capital que tinha preso os escravos.

Quando pela lei de 13 de Maio de 1888, a princeza Isabel aboliu a escravidão no Brasil, Belém estava quasi livre de escravos (15).

Cooperador activo na grande campanha fôra desde os primeiros momentos o Club Republicano, fundado em 1886. A noticia publicada pelo memoravel historiographo paraense dr. Manuel Barata em 1912 (16) expõe, com todos os incidentes, esta participação, assim como deixa ver esclarecidamente o modo de organização daquelle Club, e os nomes dos principaes batalhadores pela implantação dos principios republicanos nesta terra paraense. Della transladamos em seguida o que interessa a esta dissertação:

(15) *O Brasil em 1900* — Noticia historica por Arthur Vianna, pags. 279-280.

(16) *O Estado do Pará* — Ed. de 2 de Maio de 1912 — *O Club Republicano* por Manuel Barata.

« Naquelle dia, reuniram-se alguns republicanos na casa de residencia do pae do sr. Antonio Sergio Dias Vieira de Fontoura, ao Largo de Nazareth n. 16.

Não sei ao certo o numero delles, mas com certeza não foram 120, como diz Arthur Vianna, nem 150, como disseram outros.

A verdade é que não chegaram a 100.

Para occupar a presidencia foi convidado o dr. Bemvindo Gurgel, do Amaral, ex-promotor publico desta capital.

Dada por elle a palavra ao dr. Justo Chermont, expoz este o objecto da reunião que era a fundação de um Club, para propaganda do regime republicano. Aventada por alguns cidadãos hesitantes a idéa accommodaticia de poder o Club unir-se a qualquer dos dois partidos monarchicos que estivesse na opposição, depois de breve discussão, foi esta rejeitada, passando vencedora a indicação de ficar o Club completamente isolado daquelles partidos, aos quaes daria combate franco. Foi então organizada a mesa provisoria, que ficou composta dos seguintes republicanos: dr. Bemvindo Gurgel do Amaral, presidente; dr. Hildebrando Barjona de Miranda, 1º secretario; dr. Lauro Nina Sodré e Silva, 2º dicto; José Duarte Rodrigues Bentes, thesoireiro. Na mesma occasião foram eleitos para elaboração dos estatutos do Club os drs. Justo Leite Chermont, Lauro Nina Sodré e Silva, Manuel de Mello Cardoso Barata, Basilio Magno de Araujo e Hildebrando Barjona de Miranda. Em seguida lavrou-se um termo, em que iam declarados, fundadores do Club todos os cidadãos que o subcrevessem. Subscreveram-no 63 cidadãos, que foram, portanto, os fundadores do Club Republicano. Depois, dia a dia, foi crescendo e avolumando-se a hoste dos lidadores da cruzada incruenta.

Em livro especial, inscreveram-se membros do Club os srs.: dr. José Paes de Carvalho, dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, Antonio Marcellino Cardoso Barata, dr. Henrique Americo Santa Rosa, dr. Alexandre Vaes Tavares, dr. José Teixeira da Matta Bacellar, dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, Manuel Vianna Coutinho, Jeronymo Stumm, João Xavier, Leonidas da Silva Castro, Manuel José Cardoso, dr. Antonio do O' de Almeida, dr. Epaminondas Passos, Frederico Rhossard, dr. Estephanio Barroso, Francisco J. Martins Junior, Ernesto Henrique Barroso Virgolino, Francisco de Paula Bolonha de Loureiro, dr. José Ferreira Teixeira, Antonio Marques de Carvalho, Affonso de Albuquerque Maranhão e outros, que de momento não nos lembram. »

Do original autographado, em nosso poder, aqui transladamos integralmente o historico documento, a que acima nos referimos:

TERMO EM MESA

« Aos 11 dias do mez de Abril de 1886, na casa numero 16, sita ao Arraial de Nazareth, reuniram-se os cidadãos abaixo assignados e accordaram fundar nesta Provincia um Club Republicano, ficando consi-

derados como fundadores do mesmo todos os que espontaneamente assignarem o presente termo. — (Assignados) Felippe de Oliveira Condurú, empregado do commercio; Luiz da Silva, commerciante; M. Alfredo Ferreira da Cruz; João Pedro Muller, commerciante e eleitor; Antonio Sergio Dias Vieira de Fontoura, guarda-livros; Francisco R. Guedes da Costa, photographo; dr. Basilio Magno de Araujo, medico; Ignacio Gonçalves Nogueira, pharmaceutico e eleitor; Jovino Amazonas, professor; Manuel Ferreira da Rocha, estudante de Engenharia; Francisco J. de G. Salles, negociante; Emygdio Gonçalves Oliveira Chaves; Jayme Augusto Oliveira da Gama, proprietario; Manuel Clementino Ribeiro, professor; João Neves, droguista; Francisco Manuel Gomes, commerciante e eleitor; dr. Pedro Leite Chermont, medico; Gonçalo de Lima Ferreira, commerciante; José Duarte Rodrigues Bentes, negociante; bacharel Bemvindo Gurgel do Amaral, advogado; Hildebrando Barjona de Miranda, professor do Lyceu; Lauro Nina Sodré e Silva, engenheiro; bacharel Manuel de Mello Cardoso Barata, proprietario: Antonio Soares da Costa, commerciante e eleitor; Gabriel Villa Lobo, commerciante e eleitor; Luiz Joaquim de Araujo, proprietario; Bartholomeu C. Ferreira, commerciante e eleitor; José Liborio de Sant' Anna, carpina; segundo tenente Virgilio Henrique Muller, engenheiro militar, eleitor; Thomaz E. Guimarães, caixeiro; Rodrigo Carlos da Camara Junior, estudante de Engenharia; Joaquim José Antunes, artista e eleitor; Innocencio Theodoro da Boa-Morte, carpina; Emilio A. Pfaender, empregado no commercio; Philadelpho O. Condurú, empregado no commercio, eleitor; João Rodrigues Vieira, empregado no commercio e eleitor; João Victor M. Serrão, idem, idem; Roberto Henrique Hervey, encadernador; João Hygino da Silva Paranhos, proprietario, eleitor; Francisco dos Santos Paixão, sapateiro; J. Marques Braga, negociante, eleitor; Licerio Duarte Negrão, serralheiro; José Ferro e Silva, commerciante; Manuel R. Pampolha Junior, empregado do commercio, eleitor; bacharel Justo Chermont, advogado; A. Kitzinger, commerciante; José Caetano Ribeiro da Silva Junior, negociante; Vicente Douteil, empregado; Clemente Ferreira Junior, proprietario; Leovigildo de Sousa Monteiro, empregado no commercio; Antonio Philippe de Sousa, commerciante; Aldobrando Floresta, caixeiro; Alberto Ribeiro da Silva; Annibal de Castro, negociante; Joaquim da Silva Araujo, artista; Francisco Duarte de Vilhena e Sousa; Manuel L. da Conceição, artista; Manuel dos Reis Cardoso, artista; Antonio Pedro Borralho, proprietario; Phileto Bezerra da R. Moraes, negociante; Gabriel Salgado dos Santos, engenheiro; Octaviano Bento Galvão, engenheiro.

Sete dias depois daquella reunião, a 18 de Abril, por convocação da mesa provisoria, reuniram-se em assembléa geral os membros do Club, na casa n. 23, á Rua Dr. Malcher, então residencia de Manuel Barata, para discussão e approvação dos estatutos e eleição do Directorio.

Para este foram eleitos: dr. Paes de Carvalho, presidente; dr. Gentil Bittencourt, vice-presidente; dr. Justo Chermont, 1º secretario; dr. Barjona de Miranda, 2º dicto; substituido pelo dr. Henrique Santa Rosa; José Duarte Rodrigues Bentes, thesoireiro, substituido mais tarde por Gonçalo Ferreira, que por sua vez foi substituido por Philadelpho Condurú.

Foram tambem approvados os estatutos, cujo art. 1º declarava: — " Fica creada nesta Cidade de Belém do Pará uma associação politica denominada Club Republicano, — e destinada a propagar e fazer vingar a idéa republicana federativa".

Assim ficou definitivamente installado o Club Republicano do Pará, que foi o primeiro nucleo republicano federal da Amazonia.

A 31 de Maio do mesmo anno o Directorio deu a lume, em avulsos, o primeiro *Manifesto* do Club Republicano do Pará. Nos seus primeiro e ultimo periodos dizia o *Manifesto*:

« Coagidos pelos nobres e violentos impulsos de patriotismo; arrastados pelo sentimento da dignidade pessoal, que se não compadece com as praticas do absolutismo, é que desfraldamos resoluta e desassombradamente nas terras da Amazonia o estandarte da Republica federativa.

. . . . . .

Preparemo-nos todos para esse acontecimento extraordinario, que não está longe, para essa mudança politica, que tem forçosamente de operar-se em proximos dias, e que será para nós a gloriosa hegira, de onde datará a nossa vida como nação livre e independente: a proclamação da Republica. »

No dia 1 de Setembro o Club poz em circulação o primeiro numero do seu orgão na imprensa — *A Republica* (Typ. d' *A Republica*, Rua Nova de Sant'Anna n. 32, *in-fol.* gr. a 4 col., diario), cujo ultimo numero (185) sahiu a 15 de Maio de 1887. No seu primeiro numero estampou esta " Declaração Necessaria ", reproduzida em todos os mais numeros das sua edições:

« *Esta folha tem por missão principal: discutir e sustentar a legitimidade e opportunidade do systema republicano federativo no Brasil; pugnar, dentro da legalidade monarchica, por todos as reformas que facilitem o advento da democracia.*

A linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortez, nunca sendo permittido á redacção tratar de assumptos individuaes.

Na parte ineditorial não serão admittidos artigos assignados ou anonymos, quando escriptos em linguagem virulenta e insulluosa. »

Foram seus redactores: Lauro Sodré, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa e Manuel Barata.

Não obstante o desapparecimento do seu orgão na imprensa, o Club continuou a publicar artigos de propaganda e de polemica em secções neutras de alguns jornaes monarchicos.

Ao primeiro succedeu o segundo do Directorio, pois, que cada Directorio era eleito annualmente, o qual foi composto de: Justo Chermont, presidente; Manuel Barata, vice-presidente; Magno de Araujo, 1º secretario; Barjona de Miranda, 2º dicto; Gonçalo Ferreira, thesoireiro.

O terceiro Directorio, eleito em Abril de 1888, compunha-se de Manuel Barata, presidente; Matta Bacellar, vice-presidente; Magno de Araujo, 1º secretario; Phileto Bezerra, 2º dicto; Ignacio Nogueira, thesoireiro. Reunia-se então o Club na casa de propriedade e moradia do presidente do Directorio, á Rua do Espirito Santo (hoje Dr. Assis) n. 13.

Afim de promover a libertação total dos escravos da Provincia, foi naquelle anno creada a " Liga Redemptora " constituida pelos chefes dos partidos politicos militantes, inclusive o presidente do Directorio Republicano. Della foi secretario o dr. José Henrique Cordeiro de Castro, em cujo escriptorio, no Largo de Palacio n. 32, foi a Liga installada a 6 de Abril, e funccionou diariamente, até que a lei de 13 de Maio veio encontra-la no seu proficuo labor patriotico. Por seus esforços tinham já sido declaradas solennemente emancipadas as povoações do Pinheiro e do Mosqueiro.

Lá está, embutida na parede da fachada daquella casa, a lapida commemorativa, offertada pelo presidente do Directorio. Nessa lapida, de marmore branco, está gravada esta inscripção:

« Ave Libertas!
Nesta casa funccionou, de 6 de Abril a 13 de Maio de 1888 a " Liga Redemptora " que prestou á causa do abolicionismo os mais assignalados serviços. »

Em commemoração da lei que declarou extincta a escravatura no Brasil, creou-se nesta cidade o Club 13 de Maio, cujo fim era trabalhar por derramar a instrucção no povo, especialmente nos novos cidadãos da lei de 13 de Maio, e assim torna-los uteis a si e á sociedade. Como um dos meios para a consecução desse fim, aquella associação instituiu a Escola de Artes e Officios 13 de Maio, sob a immediata direcção e fiscalização de um conselho administrativo.

A essa Escola prestou o Club Republicano animadora coadjuvação, sendo-lhe por isso conferido o titulo de socio benemerito do Club 13 de Maio.

A 7 de Setembro daquelle, anno de 1888 foi publicado o segundo *Manifesto* do Club Republicano do Pará, analysando as causas determinantes da lei da extincção do elemento servil e os seus effeitos sociaes e politicos.

Do quarto e ultimo Directorio, que tomou posse a 7 de Abril de 1889, fizeram parte: dr. Justo Chermont, presidente; dr. Henrique Santa Rosa, vice-presidente; Julio Cesar Antunes, 1º secretario; Philadelpho Condurú, 2º dicto; Bartholomeu Ferreira, thesoireiro.

Reunia-se então o Club em uma ampla sala, alugada, do primeiro andar do predio n. 16 (hoje n. 30), á Travessa Sete de Setembro.

Na frontaria desse predio foi pela primeira vez hasteada a bandeira do Club, que é hoje a do Municipio de Belém.

Proclamada a Republica no Pará, a 16 de Novembro, dissolveu-se pouco depois o Club, para dar logar á consequente organização do Partido Republicano.

Emquanto subsistiu, o Club affirmou a sua existencia politica, concorrendo ás eleições municipal, provincial e geral.

Na eleição municipal de 1886, obteve votos para supplente o seu candidato a vereador, dr. Gentil Bittencourt. Na eleição de 15 de Outubro do mesmo anno, para preenchimento de uma vaga de deputado provincial pelo 1º districto, o Club apresentou a candidatura do dr. Paes de Carvalho, que teve 54 votos, contra 419 dados ao canditado "conservador", e 338 dados ao candidato "liberal". Na eleição provincial de 1889 foram seus candidatos os srs. Paes de Carvalho, Silva Rosado, Manuel Barata e Vianna Coutinho; e na eleição geral do mesmo anno pleiteou a canditadura do dr. Justo Chermont pelo 1º districto da Provincia.

Essas eleições não lhe deram triumpho para os seus candidatos; mas demonstraram uma organização partidaria, iniciada com bons auspicios e nas melhores esperanças.

A convite de alguns republicanos do antigo Club, publicado na imprensa, reuniu-se o Congresso Republicano na noite de 20 de Janeiro de 1890, na casa de Manuel Barata, para dar organização ao Partido Republicano. Nessa reunião foram acclamados para o novo Directorio do Partido os cidadãos indicados: dr. José Paes de Carvalho, presidente do Directorio e do partido; dr. Lauro Nina Sodré e Silva, dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, dr. Henrique Americo Santa Rosa, dr. Basilio Magno de Araujo e Gonçalo de Lima Ferreira. Belém — Pará, 29-IV-1912. — (Assignado) Manuel Barata. »

A fundação do Club Republicano em periodo de governo "conservador", com elementos capazes de auxiliar a opposição aos senhores da situação, agradou aos "liberaes", que distinguiram a nova agremiação com o epitheto de *guarda avançada* do Partido Liberal. Não se deixaram seduzir os republicanos, por essas expressões de sympathia, e trataram de, pela imprensa e pela tribuna, affirmar a sua independencia de qualquer das duas arregimentações partidarias anteriores. Sem força numerica para se fazerem eleger nos pleitos eleitoraes, ainda assim, mais de uma vez, concorreram ás urnas com candidatos escolhidos nas proprias fileiras, causando pelo menos o extravio de votos, que não engrossariam os resultados obtidos pelos monarchistas. O principal empenho era mostrar que a arvore frondosa, que no Sul do paiz ia destendendo os seus galhos com todo viço, elevando a copa acima dos troncos carcomidos da Monarchia, rebentara tambem vicejante no sólo paraense, e havia de crescer e fructificar, como nas outras provincias já acontecera.

Tolerados ao começo, como adversarios innocuos, foram, pouco a pouco, encontrando a hostilidade dos partidos adversos.

Em sessão do Centro Liberal de 24 de Março de 1887 foi approvado, por unanimidade dos delegados "liberaes" — " que os republicanos são *nossos adversarios politicos* '2 — e com exclusão de um voto — " que os "liberaes" *devem tratar os republicanos* com o mesmo abandono com que nos trataram quando fomos apeados do poder " (17).

Os "conservadores" tiveram, egualmente, ensejo de manifestar-se pelo orgão do Governo ao pretenderem as sociedade artisticas e operarias solennizar o facto da emancipação, tendo reclamado para esse fim o concurso da associação,

(17) Tito Franco — *Monarchia e monarchistas*, pag. 134.

republicana. Almeida Pernambuco, que occupava então a presidencia, fez valer a sua auctoridade, para impedir a participação dos republicanos nas solennidades promovidas, sob pena de supprimir o seu apoio official, e as bandas dos regimentos indispensaveis para a manifestação civica.

Com o accesso dos "liberaes" ao poder em 1889, sob o lemma do visconde de Ouro-Preto de dar combate intransigente ao republicanismo, mais accentuadas teriam de se mostrar as normas de compressão, fazendo vigorar na Provincia as praticas recommendadas como indispensaveis para suffocar o movimento.

As columnas dos orgãos "liberaes", como *A Provincia do Pará*, que vezes muitas haviam sido franqueadas á collaboração republicana, já haviam sido cerradas aos doutrinarios, que tiveram de se utilizar das que lhes foram abertas no *Diario de Noticias*, de João Campbell, no *Diario de Belém*, do dr. Antonio Pinheiro, ou n'*O Correio Paraense*, do major Frederico Costa e Bento Aranha.

Decahidos do poder os "conservadores", passou-se a observar a approximação de alguns delles á orientação republicana, especialmente das columnas do *Diario do Grão-Pará*, onde collaboravam os bachareis Raimundo Nina Ribeiro e Domingos Olympio Braga Cavalcante, que pela tribuna da Assembléa Provincial, fez profissão de fé republicana, sem incorporar-se todavia ao Club de propaganda, sendo apoiado pelos deputados Ignacio Moura e Raimundo Martins.

Com as crescentes adhesões ao movimento no Sul do paiz, mais se animavam os defensores da causa republicana, resolvendo intervir no pleito de 31 de Agosto, levantando a candidatura do dr. Justo Chermont pelo 1º districto da Provincia. Em seu *Manifesto* politico, de 8 de Junho, nos seguinte termos se dirigiu o illustre paraense ao eleitorado:

> «A eleição que, no paiz inteiro, os Brasileiros vão disputar a 31 de Agosto vindoiro, não é mais entre os dois partidos monarchicos como outr'ora eram constitucionalmente organizados para conquistarem as redeas da administração; é entre a instituição que sequestrou a soberania nacional, que concentrou e absorveu em si mesma todos os direitos da democracia, é a opinião nacional, que procura reivindicar as suas faculdades e o seu poder, diligenciando alcançar um governo, que seja realmente delegação sua e não uma commissão aulica.
>
> — E' a politica republicana:
>
> Não creiam possivel a federação sob a Monarchia. Facções politicas, que ainda são cumplices do crime monarchico, arvoraram-se ultimamente em partidos federalistas, sustentando a possibilidade da realização da reforma democratica sob as actuaes instituições. E' um erro politico, ou uma mystificação. "Liberaes" e "conservadores" monarchistas que se inculcam partidarios da federação, não são capazes de realiza-la perfeita, completa, acabada como ella deve ser feita. O Partido Monarchico quer fingir fazer della sua bandeira para galgar o poder; contribuirá para retardar a sua decretação pelos meios constitucionaes, se possivel, promulgando um arremedo de federação, sophisma, reforma falsificada.
>
> A reforma federativa é logicamente republicana. »

Foi por este tempo que se realizou a viagem do conde d'Eu ás provincias do Norte, dando ensejo aos "liberaes" e "conservadores" de se approximarem do representante da Corôa Imperial. Os membros do Club não se deixaram arrefecer e por toda a Provincia espalharam o *Manifesto* republicano, pondo a descoberto a mystificação do ministerio da Monarchia e a impossibilidade de admittir a Nação um terceiro reinado.

A aurora de 15 de Novembro tinha de surgir em breve com a redempção politica do paiz. E o Pará, já encaminhador para acceitar o novo regime, não demorou a sua adhesão á causa victoriosa.

Na tarde de 15 de Novembro de 1889, chegaram a Belém as primeiras noticias telegraphicas do Rio de Janeiro, communicando que o Exercito e a Armada, tendo deposto o imperador, haviam proclamado a Republica, sem a menor opposição. Aguardando novos despachos resolveu o Directorio do Club Republicano, de accôrdo com os officiaes do Exercito, tomar immediatas providencias para a proclamação que se devia fazer no dia seguinte.

Era então presidente da Provincia o dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque, a quem foi levada por uma commissão republicana a intimação para que abandonasse o cargo, entregando o poder á Junta Provisoria já então escolhida pelos responsaveis pelo novo regime.

Abandonado das forças armadas e do povo, limitou-se o presidente a fazer constar a sua coacção e o seu protesto contra a intimação a que cedia, proferindo em seguida, ás 3 ½ horas da tarde, o dr. José Paes de Carvalho, em nome do povo, do Exercito e da Armada, a declaração pela qual, o Pará adheria á Republica proclamada no Rio de Janeiro, fazendo entregar o governo a uma Junta Provisoria, composta dos cidadãos dr. Justo Leite Chermont, tenente-coronel Bento José Fernandes Junior e capitão de fragata José Maria do Nascimento.

No dia seguinte, a Camara Municipal do Pará, pelo seu presidente Antonio José de Lemos, deu posse aos membros do triumvirato, que em 17 de Dezembro foi substituido pelo governador dr. Justo Chermont, nomeado pelo Governo Provisorio da Republica.

Recentes são por demais os factos occorridos depois desta data, para que a Historia possa já aprecia-los com rigor e imparcialidade.

HENRIQUE A. DE SANTA ROSA.

BIBLIOGRAPHIA

José Verissimo — *Estudos Brasileiros*, cap. "Historia do Pará".
Miguel Lemos — *Camões e os Lusiadas*.
Rocha Pombo — *Historia do Brasil* — 1º e 2º vols.
J. Toribio de Medina — *Descubrimiento del Rio de las Amazonas* (Sevilha, 1894).
Arthur Vianna — "Os descobridores da Amazonia" — *Revista do Instituto Historico do Pará* (1900).
J. Caetano da Silva — *L'Oyapoc et l'Amazone*.
Manuel Barata — *A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco*.
Bernardo Pereira de Berredo — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*.
Antonio Ladislau Monteiro Baena — *Compendio das Éras* (1839).
Antonio Ladislau Monteiro Baena — *Ensaio Chorographico*.
João Lucio de Azevedo — *Os Jesuitas no Grão-Pará*.
João Lucio de Azevedo — *Estudos de Historia Paraenses* (Pará, 1893).
João Lucio de Azevedo — *O Marquez de Pombal e sua epocha* (Lisbon, 1909).
R. C. Alves da Cunha — "O Padre Antonio Vieira no Pará" — *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, t. I.
Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, ts. I a IV.
Francisco Adolfo de Varnhagen — *Historia da Independencia do Brasil*.
Henrique de Santa Rosa — "A Depressão Amazonica e os seus exploradores", parte II do tomo especial do 1º Congresso da Historia Nacional, *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (1915).
Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro — *A Escravidão no Brasil*, parte II (Rio de Janeiro, 1867).
Pereira da Silva — *A Historia e a Legenda*, 4ª série (Rio de Janeiro, 1896).
Cesar Cantú — *Historia Universal*, ampliada por Antonio Ennes, vols. XVII e XVIII.
Dr. Mello Moraes — *A Independencia e o Imperio do Brasil* (Rio de Janeiro, 1877).
Manuel Barata — *A antiga Producção e Exportação do Pará*.
Domingos Antonio Raiol — *Motins Politicos da Provincia do Pará*, vols. I a V.
Cartas de Erasmo (Rio de Janeiro, 1865).
Domingos Antonio Raiol — *O Brasil Politico* (Pará, 1858).
Tito Franco de Almeida — *Monarchia e Monarchistas* (Pará, 1895).
M. A. G. — *Relação dos cidadãos que tomaram parte do Governo do Brasil* (Rio de Janeiro, 1894).
D. A. Gomes Percheiro — *Questões do Pará* (Lisboa, 1875).
Relatorios de presidentes, apresentados á Assembléa Legislativa do Pará (1838-1889).
Theodoro Braga — *Noções de Chorographia do Pará* (Belém, 1920).
Henrique de Santa Rosa — "Dados dos Geologos e Hydrographia Paraense" — *Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará*, fasc. I (Novembro de 1917).
Euclides da Cunha — *A' Margem da Historia*.

XV

Administração

Unificado se achava o Governo do Brasil desde 1578, quando, com a fundação de Belém, em 1616, realizou Francisco Caldeira de Castello Branco o primeiro acto de conquista das terras do Amazonas, iniciando os governos sob o regime das capitanias subordinadas ao Governo Geral.

A primeira série administrativa foi a seguinte:

Capitães-móres subordinados ao Governo Geral do Brasil

FRANCISCO CALDEIRA DE CASTELLO BRANCO, capitão-mór, nomeado a 24 de Dezembro de 1615 para o descobrimento e fundação do Grão-Pará, no posto de capitão-mór, chega aqui em 12 de Janeiro de 1616 e é deposto em 14 de Setembro de 1618.

BALTHAZAR RODRIGUES DE MELLO, capitão-mór, assume por eleição popular em 14 de Setembro de 1618 e termina em 29 de Abril de 1619.

JERONYMO FRAGOSO DE ALBUQUERQUE, capitão-mór, assume a 29 de Abril e termina a 6 de Setembro de 1619.

MATHIAS DE ALBUQUERQUE, capitão-mór, assume a 6 de Setembro e entrega a 20 do mesmo mez de 1619.

DUUMVIRATO GOVERNATIVO, composto do capitão Custodio Valente e frei Antonio de Merceana, assume a 20 de Setembro de 1619.

TRIUMVIRATO, composto do capitão Custodio Valente, frei Antonio de Merceana e capitão Pedro Teixeira, assumiu e terminou em pouco tempo com a retirada de frei Antonio de Merceana.

DUUMVIRATO, composto dos capitães Custodio Valente e Pedro Teixeira, terminando pela sahida do primeiro em Maio de 1620.

PEDRO TEIXEIRA, capitão-mór, assume em Maio de 1620, terminando em 18 de Julho de 1621.

BENTO MACIEL PARENTE, capitão-mór, assume a 18 de Julho de 1621 e termina em 6 de Outubro de 1626.

Por decreto de 13 de Junho de 1621, foram separadas do Governo Geral as capitanias do Ceará, Maranhão e Grão-Pará, para formar o Estado do Maranhão e Grão-Pará, passando o chefe do Estado a ter a classificação de governador e capitão-general, o que constituiu a segunda série com os seguintes administradores:

Governadores e capitães-generaes do Estado do Maranhão e Grão-Pará independentes do Governo Geral do Brasil

FRANCISCO COELHO DE CARVALHO, governador e capitão-general, nomeado por carta-patente de 23 de Setembro de 1623, assume em 3 de Setembro de 1626, em S. Luiz do Maranhão, séde do Governo, e termina por sua morte, em Cametá, a 15 de Setembro de 1626.

MANUEL DE SOUSA D'EÇA, capitão-mór, assume em 6 de Outubro de 1626 e termina em Fevereiro de 1628.

FELICIANO COELHO DE CARVALHO, intruso, assume em Fevereiro e termina em Outubro de 1628.

MANUEL DE SOUSA D'EÇA, capitão-mór, reassume em Outubro de 1628 e termina em 18 de Outubro de 1629.

LUIZ ARANHA DE VASCONCELLOS, capitão-mór, assume em 18 de Outubro de 1629 e termina em 29 de Maio de 1630.

JACOME RAIMUNDO DE NORONHA, capitão-mór, assume em 29 de Maio e termina em 28 de Novembro de 1630.

ANTONIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, capitão-mór, assume a 28 de Novembro de 1630 e termina a 22 de Junho de 1633.

LUIZ DO REGO BARROS, capitão-mór, assume em 22 de Junho de 1633 e termina em Janeiro de 1634.

ANTONIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, capitão-mór, reassume em Janeiro de 1634 e termina em Janeiro de 1636.

LUIZ DO REGO BARROS, capitão-mór, reassume em Janeiro e termina em 24 de Dezembro de 1636.

JACOME RAIMUNDO DE NORONHA, governador intruso do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 9 de Outubro de 1636 a 27 de Janeiro de 1638.

FRANCISCO DE AZEVEDO, capitão-mór, assume a 24 de Dezembro de 1636 e termina, pela sua morte, em 3 de Fevereiro de 1637.

AYRES DE SOUSA CHICHORRO, capitão-mór, de 3 de Fevereiro de 1637 a 17 de Abril de 1638.

BENTO MACIEL PARENTE, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, asssume a 27 de Janeiro de 1638 e termina em Novembro de 1641.

A invasão hollandeza no Maranhão em 1641, com o acto de cobardia de Bento Maciel Parente, fazendo entrega da capital sem offerecer resistencia, deu logar á suppressão dos governadores na séde, desde 27 de Novembro de 1641 até 12 de Julho de 1643, subsistindo no Pará os seguintes:

Capitães-móres no Grão-Pará, sem governo no Maranhão

FELICIANO DE SOUSA MENESES, capitão-mór, de 17 de Abril e termina, por sua morte, em 8 de Novembro de 1638.

Ayres de Sousa Chichorro, capitão-mór, de 9 de Novembro de 1638 a 25 de Abril de 1639.

Manuel Madeira, capitão-mór, de 25 de Abril de 1639 a 16 de Fevereiro de 1640.

Senado da Camara Municipal de Belém, com as funcções de capitão-mór, de 16 a 28 de Fevereiro de 1640.

Pedro Teixeira, capitão-mór, de 28 de Fevereiro de 1640 a 26 de Maio de 1641.

Francisco Cordovil Camacho, capitão-mór, de 26 de Maio de 1641 e termina, por sua morte, em 15 de Setembro de 1642.

Senado da Camara Municipal de Belém, com as funcções de capitão-mór, de 15 de Setembro de 1642 a 30 de Janeiro de 1644.

Pedro de Albuquerque, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, nomeado por d. João IV em 4 de Setembro de 1642, assume em 13 de Julho de 1643 o Governo, em Belém do Pará, e termina, por sua morte, a 6 de Fevereiro de 1644, tendo passado o Governo em 30 de Janeiro anterior á

Junta, composta de Feliciano Coelho de Carvalho e Francisco Coelho de Carvalho, sargento-mór do Estado, de 30 de Janeiro de 1644 a 17 de Junho de 1646.

Francisco Coelho de Carvalho, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, assume, em S. Luiz do Maranhão, em 17 de Junho de 1646 e termina, por sua morte, em 15 de Fevereiro de 1648.

Paulo Soares de Avellar, capitão-mór, de 28 de Julho a 15 de Setembro de 1646.

Sebastião Lucena de Azevedo, capitão-mór, de 15 de Setembro de 1646 a 15 de Fevereiro de 1648.

Ayres de Sousa Chichorro, capitão-mór, de 15 de Fevereiro de 1648 a 17 de Julho de 1649.

Luiz de Magalhães, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, assume em S. Luiz, de 15 de Fevereiro de 1648 a 5 de Dezembro de 1652.

Ignacio do Rego Barreto, capitão-mór, de 17 de Julho de 1649 a 19 de Junho de 1650.

Ayres de Sousa Chichorro, capitão-mór, de 19 de Junho de 1650 a 5 de Dezembro de 1652.

A terceira série foi determinada pelo Rescripto de 23 de Fevereiro de 1652, que tornou independente do Maranhão o Estado do Pará, e conferiu aos capitães-móres do Estado as attribuições de governadores, sendo os seguintes os que exerceram as respectivas funcções:

Ignacio do Rego Barreto, governador e capitão-mór do Pará, de 5 de Dezembro de 1652 e termina, por sua morte, em 24 de Março de 1654.

Pedro Corrêa, governador e capitão-mór do Pará, de 24 de Março até sua morte, em 8 de Maio de 1654.

Senado da Camara Municipal de Belém, com a ingerencia do capitão Domingos Machado, de 8 de Maio a 10 de Setembro de 1654.

Ayres de Sousa Chichorro, governador e capitão-mór do Pará, de 10 de Setembro de 1654 a 8 de Dezembro de 1655.

O restabelecimento de um Estado conjuncto formado pelas duas capitanias foi reconhecido como uma necessidade, sendo o padre Antonio Vieira um dos que nesse sentido mais propugnaram, até que foi baixado o Rescripto de 25 de Agosto de 1654, adoptando a quarta série identica á segunda, isto é:

Governadores e capitães-generaes do Estado do Maranhão e Grão-Pará independentes do Governo Geral

André Vidal de Negreiros, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, assume, em S. Luiz do Maranhão, em 11 de Maio de 1655 e termina em 23 de Setembro de 1656.

Luiz Pimenta de Moraes, capitão-mór, de 8 de Dezembro de 1655 a 16 de Agosto de 1656.

Agostinho Corrêa, governador interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 23 de Setembro de 1656 a 16 de Junho de 1658.

Feliciano Corrêa, capitão-mór, de 16 de Agosto de 1656 a 19 de Setembro de 1658.

D. Pedro de Mello, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 16 de Junho de 1658 a 26 de Março de 1662.

Marçal Nunes da Costa, capitão-mór, de 19 de Setembro de 1658 a 16 de Abril de 1662.

Ruy Vaz de Siqueira, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 26 de Março de 1662 a 22 de Junho de 1667.

Francisco de Seixas Pinto, capitão-mór, de 16 de Abril de 1662 a 5 de Junho de 1665.

Feliciano Corrêa, capitão-mór, de 5 de Junho de 1665 a 21 de Janeiro de 1666.

Antonio Pinto da Gaia, capitão-mór, de 21 de Janeiro de 1666 a 3 de Setembro de 1667.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 22 de Junho de 1667 a 9 de Junho de 1671.

Manuel Guedes Aranha, capitão-mór, de 3 de Setembro de 1667 a 1 de Abril de 1668.

Paulo Martins Garro, capitão-mór, de 1 de Abril de 1668 a 9 de Junho de 1669.

Feliciano Corrêa, capitão-mór, de 9 de Junho de 1669 a 1 de Abril de 1670.

Antonio Pinto da Gaia, capitão-mór, de 1 de Abril de 1670 a 30 de Julho de 1674.

Pedro Cesar de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 9 de Junho de 1671 a 17 de Fevereiro de 1678.

Marçal Nunes da Costa, capitão-mór, de 30 de Julho de 1674 a 25 de Julho de 1685.

Ignacio Coelho da Silva, governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 17 de Fevereiro de 1678 a 27 de Maio de 1682.

Francisco de Sá de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 27 de Maio de 1682 a 16 de Maio de 1685.

Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 16 de Maio de 1685 a 14 de Julho de 1687.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, capitão-mór, de 25 de Julho de 1685 a 27 de Agosto de 1690.

Arthur de Sá de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 14 de Julho de 1687 a 17 de Maio de 1690.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general, de 17 de Maio de 1690 a 11 de Junho de 1701

Hilario de Sousa de Azevedo, capitão-mór, de 27 de Agosto de 1690 a 20 de Julho de 1698.

João Vellasco de Molina, capitão-mór, de 20 de Julho de 1698 a 14 de Abril de 1707.

Fernão Castilho, governador interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 11 de Junho de 1701 a 8 de Julho de 1702.

Manuel Rollim de Moura, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 8 de Julho de 1702 a 13 de Setembro de 1705.

João Vellasco de Molina, governador interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 13 de Setembro de 1705 a 12 de Janeiro de 1707.

Christovam da Costa Freire, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 12 de Janeiro de 1707 a 18 de Junho de 1718.

Pedro Mendes Thomaz, capitão-mór, de 14 de Abril de 1707 a 19 de Abril de 1710.

João de Barros da Guerra, capitão-mór, de 19 de Abril de 1710 a 11 de Junho de 1716.

João Velho de Azevedo, capitão-mór, de 11 de Junho de 1716 a 15 de Agosto de 1728.

Bernardo Pereira de Berredo, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 18 de Junho de 1718 a 19 de Julho de 1722.

João da Maia da Gama, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 19 de Julho de 1722 a 14 de Abril de 1728.

Alexandre de Sousa Freire, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 14 de Abril de 1728 a 16 de Julho de 1732.

Antonio Marreiros, capitão-mór, de 15 de Agosto de 1728 a 27 de Julho de 1732.

João da Serra, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 16 de Julho de 1732, e termina, por sua morte, em 20 de Março de 1736.

Antonio Duarte de Barros, capitão-mór, de 27 de Julho de 1732 a 20 de Março de 1736, assumindo o cargo de governador interino.

Antonio Duarte, governador interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 20 de Março de 1736 a 18 de Setembro de 1737.

Custodio Antonio da Gama, capitão-mór, de 20 de Março de 1736 a 1738.

João de Almeida da Matta, capitão-mór, de 1738 a 1743, servindo, durante esses tres annos, no cargo de governador interino, na ausencia do capitão-general João de Abreu de Castello Branco.

João de Abreu de Castello Branco, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 18 de Setembro de 1737 a 14 de Agosto de 1747.

Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 14 de Agosto de 1747 a 24 de Setembro de 1751.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 24 de Setembro de 1751 a 2 de Outubro de 1754.

Frei Miguel de Bulhões e Sousa, bispo, governador interino, de 2 de Outubro de 1754 a 22 de Dezembro de 1756

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, reassume, de 22 de Dezembro de 1756 a 15 de Janeiro de 1758.

D. frei Miguel de Bulhões e Sousa, novamente no Governo interino, de 15 de Janeiro de 1758 a 2 de Abril de 1759.

Determinada por decreto de 11 de Julho de 1757 a creação da Capitania do Alto Amazonas, com governo particular subalterno, do governador e capitão-general do Pará, a denominação de S. José do Javari, posteriormente S. José do Rio Negro, e, pela mesma fórma, resolvido que o governador do Maranhão passasse a ser subalterno do capitão-general do Pará, iniciou-se a quinta série assim constituida:

Governadores e capitães-generaes do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro

Manuel Bernardo de Mello e Castro, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, de 2 de Abril de 1759 a 14 de Setembro de 1763.

Fernando da Costa de Athayde Teive, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, de 14 de Setembro de 1763 a 21 de Novembro de 1772.

De pouca duração foi esta funcção jurisdiccional abrangendo tres capitanias, cuja inconveniencia foi reconhecida pelo decreto régio de 20 de Agosto de 1772, desannexando o Maranhão, para conservar apenas em uma sexta série as attribuições de

Governadores e capitães-generaes do Estado do Grão-Pará e Rio Negro

João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 21 de Novembro de 1772 a 4 de Março de 1780.

José de Napoles Tello de Menesses, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 4 de Março de 1780 a 25 de Outubro de 1783.

Martinho de Sousa e Albuquerque, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro de 25 de Outubro de 1783 a 15 de Junho de 1790.

D. Francisco de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 15 de Junho de 1790 a 22 de Setembro de 1803.

D. Marcos de Noronha e Britto, conde dos Arcos, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 22 de Setembro de 1803 a 10 de Março de 1806.

José Narciso de Magalhães de Menezes, governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 10 de Março de 1806 e terminando, por sua morte, em 20 de Dezembro de 1810.

Junta de Successão Provisional, na fórma do alvará de 12 de Dezembro de 1770, composta do bispo d. Manuel de Almeida de Carvalho, presidente; brigadeiro João Manuel Pinto (substituido em 1811 pelo brigadeiro Manuel Marques, governador de Caienna, substituido em Fevereiro de 1812 pelo brigadeiro Francisco Pereira Vidigal, substituido em 1813 pelo brigadeiro João Manuel Pinto, substituido em 1815 pelo coronel Pedro Alexandrino Pinto de Sousa) e desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo, ouvidor da Comarca; de 20 de Dezembro de 1810 a 19 de Outubro de 1817.

Antonio José de Sousa Manuel de Meneses Severin de Noronha, conde de Villa-Flor, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio-Negro, de 19 de Outubro de 1817 a 1 de Julho de 1820.

Junta de Successão Provisional, composta do arcediago Antonio da Cunha, presidente; do coronel Joaquim Philippe dos Reis e do desembargador Antonio Maria Carneiro de Sá, ouvidor da Comarca; de 1 de Julho de 1820 a 1 de Janeiro de 1821.

Havia-se chegado ao periodo agitado dos movimentos politicos das Côrtes de Lisboa, com a instituição das provincias do Brasil, obedientes á Nova Constituição de Portugal, dando logar a setima série administrativa, com as seguintes juntas provisorias:

Juntas provisorias

Junta Provisoria do Governo do Grão-Pará e Rio Negro, eleita pelo povo e tropa e composta do vigario capitular Romualdo Antonio de Seixas, presidente; do juiz de fóra Joaquim Pereira de Macedo, vice-presidente; do coronel Pereira Villaça, do coronel Francisco José Rodrigues Barata, do coronel Giraldo José de Abreu, do tenente-coronel Francisco José de Faria, do negociante Francisco Gonçalves Lima, e dos agricultores João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Góes, vogaes; de 1 de Janeiro de 1821 a 12 de Março de 1822.

Junta Provisoria do governo civil, eleita em virtude do decreto das Côrtes de 29 de Setembro de 1821, composta do medico Antonio Corrêa de Lacerda, presidente; João Pereira da Cunha e Queiroz, secretario; chantre da Cathedral Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt, capitão de fragata José Joaquim da Silva, major Balthazar Alves Pestana, capitão Manuel Gomes Pinto e o lavrador José Rodrigues Lima, de 12 Março de 1822 a 1 de Março de 1823; succedeu-lhe a Junta Provisoria Revolucionaria, do governo do Grão-Pará e Rio Negro, composta do governador do bispado Romualdo Antonio de Seixas, presidente; coronel Giraldo José de Abreu, secretario; Joaquim Corrêa da Gama e Paiva, Francisco Custodio Corrêa, Joaquim Antonio da Silva, Thecsosio Constantino de Chermont e João Baptista Ledo, vogaes; de 1 de Março a 18 de Agosto de 1823.

Proclamada a Independencia e feita a adhesão da Provincia ao movimento libertador, seguiu-se a oitava série de administradores com a:

Junta Provisoria do Governo do Grão-Pará e Rio Negro, composta do coronel Giraldo José de Abreu, do capitão José Ribeiro Guimarães, do conego João Baptista Gonçalves Campos, do alferes Felix Antonio Clemente Malcher, e do capitão João Henriques de Mattos; de 18 de Agosto de 1823 a 30 de Abril de 1824.

O movimento republicano que se insinuara na capital deu ensejo á destituição da Junta, para ser substituida por um governo ephemero, de horas.

Junta Revolucionaria Republicana, composta do dr. Antonio Corrêa de Lacerda, presidente; Pedro Rodrigues Henriques, conego Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt, major João Roberto Ayres Carneiro, coronel Bento Garcia Galvão de Haro Farinha e João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, assumindo no dia 30 de Abril de 1824 e nesse dia dissolvida pela inesperada chegada do presidente da provincia nomeado e que nesse mesmo dia é recebido em sessão extraordinaria do Senado da Camara.

Dahi por deante viria a nona série administrativa:

Presidentes de provincias, nomeados pelo imperador, de accôrdo com o decreto de 20 de Outubro de 1823

José de Araujo Roso, coronel, nomeado por carta imperial de 25 de Novembro de 1823, de 2 de Maio de 1824 a 28 de Maio de 1825.

José Felix Pereira de Burgos (barão de Itapicurú-Mirim), coronel, carta imperial de 26 de Janeiro de 1825, de 28 de Maio de 1825 a 14 de Abril de 1828.

Paulo José da Silva Gama (barão de Bagé), brigadeiro, carta imperial de 7 de Abril de 1827, de 14 de Abril de 1828 a 14 de Julho de 1830.

José Felix Pereira de Burgos (barão do Itapicurú-Mirim), carta imperial de 30 de Novembro de 1829, de 14 de Julho de 1830 a 19 de Julho de 1831.

Bernardo José de Gama (visconde de Goiana), desembargador, carta imperial de 17 de Maio de 1831, de 19 de Julho a 7 de Agosto de 1831.

Marcelino José Cardoso, medico interino, *ex-vi* do lei de 20 de Outubro de 1823, de 7 de Agosto de 1831 a 27 de Fevereiro de 1832.

José Joaquim Machado de Oliveira, tenente-coronel, carta imperial de 16 de Novembro de 1831, de 27 de Fevereiro de 1832 a 4 de Dezembro de 1833.

José Mariani, desembargador, carta imperial de 12 de Dezembro de 1832; chegou a Belém em 6 de Abril de 1833, porém não desembarcou por imposição popular, sendo forçado a voltar para a Côrte, sem tomar posse.

Bernardo Lobo de Sousa, bacharel em Direito, carta imperial de 5 de Setembro de 1833, de 5 de Dezembro de 1833 até quando foi assassinado em 7 de Janeiro de 1835.

Felix Antonio Clemente Malcher, tenente-coronel (intruso), de 7 de Janeiro até ser assassinado em 21 de Fevereiro de 1835.

Francisco Pedro Vinagre, tenente (intruso), de 21 de Fevereiro até quando foi preso em 26 de Julho de 1835.

Angelo Custodio Corrêa, bacharel em Direito, 1º vice-presidente, de 22 de Maio a 26 de Junho de 1835.

Manuel Jorge Rodrigues, marechal de campo, carta imperial de 1 de Abril de 1835, de 26 de Junho de 1835 a 11 de Abril de 1836.

Eduardo Francico Angelim (intruso), de 24 de Agosto a Outubro de 1836.

Francisco José de Sousa Soares d'Andréa (depois barão de Caçapava), brigadeiro, carta imperial de 4 de Novembro de 1835, de 11 de Abril de 1836 a 8 de Abril de 1839.

Bernardo de Sousa Franco (depois visconde de Sousa Franco), doutor em Direito, carta imperial de 1 de Março de 1839, de 8 de Abril de 1839 a 22 de Fevereiro de 1840.

João Antonio de Miranda, bacharel em Direito, carta imperial de 18 de Dezembro de 1839, de 22 de Fevereiro a 4 de Novembro de 1840.

Tristão Pio dos Santos, vice-almirante, carta imperial de 2 de Agosto de 1840, de 4 de Novembro de 1840 até a sua morte, em 24 de Fevereiro de 1841.

Bernardo de Sousa Franco, 1º vice-presidente, de 24 de Fevereiro de 1841 a 30 de Abril de 1842.

Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, desembargador, carta imperial de 15 de Janeiro de 1842, de 30 de Abril de 1842 a 21 de Junho de 1843.

Manuel Theodoro Teixeira, arcediago, vigario capitular, 2º vice-presidente, de 21 de Junho a 7 de Agosto de 1843.

José Thomaz Henriques, coronel, carta imperial de 1 de Maio de 1843, de 7 de Agosto de 1843 a 20 de Maio de 1844.

Manuel Theodoro Teixeira, vigario capitular, 2º vice-presidente, de 20 a 22 de Maio de 1844.

Manuel Paranhos da Silva Velloso, desembargador, carta imperial de 11 de Abril de 1844, de 22 de Maio de 1844 a 8 de Abril de 1845.

João Maria de Moraes, bacharel em Direito, 3º vice-presidente, de 8 de Abril a 25 de Outubro de 1845.

Manuel Paranhos da Silva Velloso, reassume, de 25 de Outubro de 1845 a 5 de Agosto de 1846.

João Maria de Moraes, 3º vice-presidente, de 5 de Agosto a 12 de Novembro de 1846.

Herculano Ferreira Penna, carta imperial de 11 de Setembro de 1846, de 12 de Novembro de 1846 a 10 de Julho de 1847.

João Maria de Moraes, 3º vice-presidente, de 10 de Julho a 22 de Outubro de 1847.

Herculano Ferreira Penna, reassume, de 22 de Outubro de 1847 a 22 de Abril de 1848.

João Maria de Moraes, 3º vice-presidente, de 22 de Abril a 8 de Maio de 1848.

Jeronymo Francisco Coelho, coronel de engenheiros, carta imperial de 11 de Março de 1848, de 8 de Maio de 1848 a 2 de Abril de 1850.

Giraldo José de Abreu, coronel de milicias, 4º vice-presidente, de 2 de Abril a 1 de Maio de 1850.

Jeronymo Francisco Coelho, reassume, de 1 de Maio a 1 de Julho de 1850.

João Maria de Moraes, 3º vice-presidente, de 1 a 16 de Julho de 1850.

Manuel Gomes Corrêa de Miranda, bacharel em Direito, 2º vice-presidente, de 16 a 29 Julho de 1850.

Angelo Custodio Corrêa, bacharel em Direito, 1º vice-presidente, de 29 de Julho a 13 de Setembro de 1850.

Fausto Augusto de Aguiar, bacharel em Direito, carta imperial de 19 de Junho de 1850, de 13 de Setembro de 1850 a 20 de Agosto de 1852.

José Joaquim da Cunha, doutor em Mathematicas, carta imperial de Junho de 1852, de 20 de Agosto de 1852 a 14 de Outubro de 1853.

Angelo Custodio Corrêa, 1º vice-presidente, de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 1853.

Sebastião do Rego Barros, tenente-coronel, carta imperial de 24 de Setembro de 1853, de 16 de Novembro de 1853 a 14 de Maio de 1855.

Angelo Custodio Corrêa, 1º vice-presidente, de 14 de Maio a 25 de Junho de 1855, por sua morte.

João Maria de Moraes, 3º vice-presidente, de 25 de Junho a 31 de Julho de 1855.

Miguel Antonio Pinto Guimarães (barão de Santarém), coronel da Guarda Nacional, 2º vice-presidente, de 31 de Julho a 16 de Outubro de 1855.

Sebastião do Rego Barros, reassume, de 16 de Outubro de 1855 a 29 de Maio de 1856.

Henrique Beaurepaire de Rohan (depois visconde Beaurepaire de Rohan), tenente-coronel de engenheiros, carta imperial de 4 de Abril de 1856, de 29 de Maio de 1856 a 27 de Outubro de 1857.

João da Silva Carrão, doutor em Direito, carta imperial de 3 de Setembro de 1857, de 27 de Outubro de 1857 a 24 de Maio de 1858.

Ambrosio Leitão da Cunha (depois barão de Mamoré), doutor em Direito, 1º vice-presidente, de 24 de Maio a 8 de Dezembro de 1858.

Manuel de Frias e Vasconcellos, major de engenheiros, carta imperial de 26 de Outubro de 1858, de 8 de Dezembro de 1858 a 23 de Outubro de 1859.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, bacharel em Direito, carta imperial de 3 de Setembro de 1859, de 23 de Outubro de 1859 a 12 de Maio de 1860.

Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, bacharel em Direito, 1º vice-presidente, de 12 de Maio a 8 de Agosto de 1860.

Angelo Thomaz do Amaral, bacharel em Direito, carta imperial de 11 de Abril de 1860, de 8 de Agosto de 1860 a 21 de Maio de 1861

Olyntho José Meira, bacharel em Direito, 2º vice-presidente, de 21 de Maio a 23 de Junho de 1861.

Francisco Carlos de Araujo Brusque, bacharel em Direito, carta imperial de 20 de Março de 1861, de 23 de Junho de 1861 a 27 de Janeiro de 1864.

João Maria de Moraes, 1º vice-presidente, de 27 de Janeiro a 29 de Junho de 1864.

José Vieira Couto de Magalhães, doutor em Direito, carta imperial de 2 de Junho de 1864, de 29 de Junho de 1864 a 8 de Maio de 1866.

João Maria de Moraes, 1º vice-presidente, de 8 de Maio a 24 de Junho de 1866.

Antonio de Lacerda Chermont (barão de Arari), coronel, 1º vice-presidente, de 24 de Junho a 27 de Outubro de 1866.

Pedro Leão Velloso, bacharel em Direito, carta imperial de 16 de Junho de 1866, de 27 de Outubro de 1866 a 9 de Abril de 1867.

Antonio de Lacerda Chermont (barão de Arari), 1º vice-presidente, de 9 de Abril a 1 de Junho de 1867.

Joaquim Raimundo de Lamare, vice-almirante, carta imperial de 23 de Março de 1867, de 1 de Junho de 1867 a 5 de Agosto de 1868.

Antonio de Lacerda Chermont (visconde de Arari), 1º vice-presidente, de 5 de Agosto a 29 de Setembro de 1868.

Manuel José de Siqueira Mendes, conego, 1º vice-presidente, de 29 de Setembro a 19 de Outubro de 1868.

José Bento da Cunha Figueiredo, doutor em Direito, carta imperial de 22 de Julho de 1868, de 19 de Outubro de 1868 a 16 de Maio de 1869.

Miguel Antonio Pinto Guimarães (barão de Santarém), coronel, 2º vice-presidente, de 16 de Maio a 8 de Novembro de 1869.

Manuel José de Siqueira Mendes, conego, 1º vice-presidente, de 8 de Novembro a 2 de Dezembro de 1869;

João Alfredo Corrêa de Oliveira, doutor em Direito, carta Imperial de 20 de Outubro de 1869, de 2 de Dezembro de 1869 a 17 de Abril de 1870.

ABEL GRAÇA, bacharel em Direito, 4º vice-presidente, de 17 de Abril a 23 de Setembro de 1870.

MANUEL JOSÉ DE SIQUEIRA MENDES, conego, 1º vice-presidente, de 23 de Setembro de 1870 a 7 de Janeiro de 1871.

JOAQUIM PIRES MACHADO PORTELLA, bacharel em Direito, carta imperial de 30 de Novembro de 1780, de 7 de Janeiro a 22 de Abril de 1871.

MIGUEL ANTONIO PINTO GUIMARÃES (barão de Santarém), 2º vice-presidente, de 22 de Abril a 3 de Julho de 1871.

ABEL GRAÇA, bacharel em Direito, carta imperial de 23 de Maio de 1871, de 3 de Julho de 1871 a 19 de Julho de 1872.

FRANCISCO DE SOUSA CIRNE LIMA (depois barão de Santa Candida), bacharel em Direito, 6º vice-presidente, de 19 de Junho a 1 de Julho de 1872.

FRANCISCO BONIFACIO DE ABREU (barão de Villa da Barra), doutor em Medicina, carta imperial de 27 de Maio de 1872, de 1 de Julho a 5 de Novembro de 1872.

MIGUEL ANTONIO PINTO GUIMARÃES (barão de Santarém), 2º vice-presidente, de 5 de Novembro de 1872 a 18 de Abril de 1873.

DOMINGOS JOSÉ DA CUNHA JUNIOR, bacharel em Direito, carta imperial de 20 de Março de 1873, de 18 de Abril a 31 de Dezembro de 1873.

GUILHERME FRANCISCO CRUZ, engenheiro civil, 2º vice-presidente, de 31 de Dezembro de 1873 a 17 de Janeiro de 1874.

PEDRO VICENTE DE AZEVEDO, bacharel em Direito, carta imperial de 27 de Novembro de 1873, de 17 de Janeiro de 1874 a 17 de Janeiro de 1875.

FRANCISCO MARIA CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES, bacharel em Direito, carta imperial de 7 de Novembro de 1875, de 17 de Janeiro de 1875 a 18 de Julho de 1876.

JOÃO CAPISTRANO BANDEIRA DE MELLO FILHO, bacharel em Direito, carta imperial de 26 de Abril de 1876, de 18 de Julho de 1876 a 9 de Março de 1878.

JOSÉ DA GAMA MALCHER, doutor em Medicina, 1º vice-presidente, de 9 a 18 de Março de 1878.

JOSÉ JOAQUIM DO CARMO, bacharel em Direito, carta imperial de 16 de Fevereiro de 1878, de 18 de Março de 1878 a 7 de Abril de 1879.

JOSÉ COELHO DA GAMA E ABREU (barão de Marajó), bacharel em Mathematicas, carta imperial de 15 de Março de 1879, de 7 de Abril de 1879 a 29 de Março de 1881.

JOSÉ DA GAMA MALCHER, 1º vice-presidente, de 29 de Março a 27 de Abril de 1881.

MANUEL PINTO DE SOUSA DANTAS, bacharel em Direito, carta imperial de 26 de Fevereiro de 1881, de 27 de Abril de 1881 a 4 de Janeiro de 1882.

JOSÉ DA GAMA MALCHER, 1º vice-presidente, de 4 de Janeiro a 27 de Março de 1882.

JOÃO JOSÉ PEDROSA, bacharel em Direito, carta imperial de 28 de Janeiro de 1882, de 27 de Março de 1882, terminando por sua morte em 15 de Maio do mesmo anno.

DOMINGOS ANTONIO RAIOL (barão de Guajará), bacharel em Direito, 2º vice-presidente, de 15 de Maio a 26 de Junho de 1882.

JOÃO RODRIGUES CHAVES, desembargador, 1º vice-presidente, de 26 de Junho a 25 de Agosto de 1882.

JUSTINO FERREIRA CARNEIRO, bacharel em Direito, carta imperial de 23 de Junho de 1882, de 25 de Agosto a 6 de Dezembro de 1882.

JOÃO RODRIGUES CHAVES, 1º vice-presidente, de 6 a 16 de Dezembro de 1882.

RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, brigadeiro (barão de Maracajú), carta imperial de 20 de Novembro de 1882, de 16 de Dezembro de 1882 a 24 de Junho de 1884.

JOSÉ DE ARAUJO ROSO DANIN, bacharel em Direito, 2º vice-presidente, de 24 de Junho a 4 de Agosto de 1884.

JOÃO SILVEIRA DE SOUSA, doutor em Direito, carta imperial de 31 de Maio de 1884, de 4 de Agosto de 1884 a 14 de Junho de 1885.

JOSÉ DE ARAUJO ROSO DANIN, 2º vice-presidente, de 14 de Junho a 16 de Julho de 1885.

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO, bacharel em Direito, carta imperial de 2 de Junho de 1885, de 16 de Julho a 16 de Setembro de 1885.

JOÃO LOURENÇO PAES DE SOUSA, bacharel em Direito, 1º vice-presidente, de 16 de Setembro a 5 de Outubro de 1885.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, desembargador, carta imperial de 30 de Agosto de 1885, de 5 de Outubro de 1885 a 15 de Abril de 1886.

JOÃO ANTONIO FREITAS HENRIQUES, desembargador, carta imperial de 16 de Março de 1886, de 15 de Abril a 6 de Outubro de 1886.

JOAQUIM DA COSTA BARRADAS, desembargador, carta imperial de 4 de Setembro de 1886, de 6 de Outubro de 1886 a 17 de Março de 1887.

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO JUNIOR, coronel, bacharel em Mathematicas, 1º vice-presidente, de 17 de Março de 1887 a 6 de Maio de 1888.

MIGUEL JOSÉ DE ALMEIDA PERNAMBUCO, doutor em Direito, carta imperial de 24 de Março de 1888, de 6 de Maio de 1888 a 18 de Maio de 1889.

JOÃO POLYCARPO DOS SANTOS CAMPOS, bacharel em Direito, 2º vice-presidente, de 18 de Maio a 18 de Junho de 1889.

JOSÉ DE ARAUJO ROSO DANIN, 1º vice-presidente, de 18 de Junho a 24 de Julho de 1889.

ANTONIO JOSÉ FERREIRA BRAGA, bacharel em Direito, carta imperial de 22 de Junho de 1889, de 24 de Julho a 28 de Outubro de 1889.

JOSÉ DE ARAUJO ROSO DANIN, 1º vice-presidente, de 28 de Outubro a 14 de Novembro de 1889.

SILVINO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, bacharel em Direito, carta imperial de 26 de Outubro de 1889, de 14 a 16 de Novembro de 1889, pela proclamação da Republica.

Com a modificação da fórma do Governo, a administração, devendo adaptar-se ao novo regime, foi entregue a uma JUNTA PROVISORIA composta dos cidadãos dr. Justo Leite Chermont, capitão de fragata José Maria do Nascimento, inspector do Arsenal de Marinha, e tenente-coronel Bento José Fernandes Junior, commandante do 4º batalhão de linha, acclamada a 16 de Novembro, governando até 17 de Dezembro de 1889, quando, de accôrdo com a resolução do Governo Provisorio da Republica, foi iniciada a decima série formada pelos

Governadores do Estado do Pará, nomeados pelo Governo Provisorio da Republica

JUSTO LEITE CHERMONT, bacharel em Direito, nomeado por decreto federal de 21 de Novembro de 1889, de 17 de Dezembro de 1889 a 8 de Maio de 1890.

JOSÉ PAES DE CARVALHO, doutor em Medicina, 1º vice-governador, de 8 de Maio a 2 de Julho de 1890.

JUSTO LEITE CHERMONT, reassume, de 2 de Julho de 1890 a 7 de Fevereiro de 1891.

GENTIL AUGUSTO DE MORAES BITTENCOURT, bacharel em Direito, 2º vice-governador, de 7 de Fevereiro a 25 de Março de 1891.

DUARTE HUET DE BACELLAR PINTO GUEDES, capitão-tenente, nomeado por decreto federal de 7 de Março de 1891, de 25 de Março a 24 de Junho de 1891.

Votada a Constituição do Estado teve de iniciar-se uma nova série de administradores, a decima primeira, definitiva, obedecendo ao regime constitucional e composta dos

Governadores do Estado do Pará, eleitos por suffragio popular

LAURO SODRÉ, major de engenheiros, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 de Junho de 1891, de 24 de Junho a 23 de Dezembro de 1891.

GENTIL AUGUSTO DE MORAES BITTENCOURT, desembargador, vice-governador, de 23 de Dezembro de 1891 a 7 de de Junho de 1892.

LAURO SODRÉ, reassume, de 7 de Junho de 1892 a 15 de Setembro de 1894.

GENTIL AUGUSTO DE MORAES BITTENCOURT, vice-governador, de 15 de Setembro de 1894 a 13 de Fevereiro de 1895.

LAURO SODRÉ, reassume, de 13 de Fevereiro de 1895 a 31 de Janeiro de 1897.

JOSÉ PAES DE CARVALHO, doutor em Medicina, eleito em 15 de Novembro de 1896, de 1 de Fevereiro de 1897 a 31 de Janeiro de 1901.

AUGUSTO MONTENEGRO, doutor em Direito, eleito em 15 de Novembro de 1900, de 1 de Fevereiro de 1901 a 31 de Outubro de 1904.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO, bacharel em Mathematicas, interino (substituiu o dr. Augusto Montenegro para a desincompatibilização deste, afim de poder ser reeleito), de 31 de Outubro de 1904 a 31 de Janeiro de 1905.

AUGUSTO MONTENEGRO, eleito a 2 de Dezembro de 1904, de 1 de Fevereiro de 1905 a 31 de Janeiro de 1909.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO, eleito a 3 de Dezembro de 1908, de 1 de Fevereiro de 1909 a 4 de Outubro de 1912.

AUGUSTO DE BORBOREMA, desembargador, interino, presidente do Senado, de 4 de Outubro a 31 de Dezembro de 1912.

JOÃO ANTONIO LUIZ COELHO reassume de 1 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1913.

ENÉAS MARTINS, bacharel em Direito, eleito em 3 de Dezembro de 1912, de 1 de Fevereiro de 1913 a 8 de Janeiro de 1917, renunciando o seu mandato.

AUGUSTO DE BORBOREMA, interino, de 8 a 31 de Janeiro de 1917.

LAURO SODRÉ, general, eleito em 12 de Dezembro de 1916, de 1 de Fevereiro de 1917, terminando a 31 de Janeiro de 1921.

HENRIQUE A. DE SANTA ROSA.

BIBLIOGRAPHIA

M. A. G. — *Relação dos cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil* — Rio de Janeiro, 1894.

Theodoro Braga — *Noções de Chorographia do Estado do Pará*—Belém, 1920).

XVI

Historia judiciaria

Obedeceram ao regime das donatarias de 1534, as primeiras cartas de doações e foraes de capitanias, passadas a favor de João de Barros, Fernam d'Alvarez e Ayres da Cunha, sobre as terras do Maranhão e Grão-Pará, em datas de 11 de Março e 11 de Junho de 1535.

Entre as prerogativas do donatario, que perpetuamente seria chamado capitão e governador, se continham as de — *toda a jurisdicção civel e crime* — que exercitaria:

« Superintendendo, por si ou por seu ouvidor, na eleição dos juizes e officiaes, alimpando e apurando as pautas, e passando carta de confirmação aos eleitores, que servirão em seu nome;

Creando ouvidor, e nomeando-lhe meirinho, escrivão e mais officiaes necessarios e costumados no Reino, assim na correição da ouvidoria como nas villas e logares das capitanias.

Os juizes supra-mencionados têm alçada no crime até a quantia marcada nas Ordenações. Dahi para cima dão appellação e aggravo para o ouvidor.

O ouvidor conhece de acções novas a 10 leguas do logar onde estiver, e de appellações e aggravos em toda a Capitania. A sua alçada, em uma e outra instancia, é de 100$ no civel.

No crime, o capitão e seu ouvidor têm jurisdicção conjuncta com alçada até pena de morte inclusive em escravos, gentios, peões, christãos e homens livres, em todo e qualquer caso, assim para absolver como para condemnar, sem appellação nem aggravo.

Nas pessoas de mór qualidade, porém, a alçada vai só até 10 annos de degredo e 100 cruzados de multa, salvo nos crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, nos quaes a alçada se extende até a pena de morte inclusive, qualquer que seja a qualidade do réo, e a sentença se dá á execução sem appellação nem aggravo, appellando-se sómente, por parte da justiça, quando ao réo absolvido da pena de morte se der outra menor.

O ouvidor conhece das appellações e aggravos em qualquer villa ou logar em que se ache, comtanto que seja dentro dos limites da capitania, por maior que seja a distancia do logar onde tiver sido interposto o recurso.

Se com o andar dos tempos e crescimento da terra, tornar-se necessario a creação de mais algum ouvidor, o capitão ou seus successores serão obrigados a faze-la, onde el-rei lhes determinar. » (1)

O privativo das funcções era, além disso, assegurado no proprio acto da doação, onde se achava consignado que:

« Nas terras da Capitania não entrarão em tempo algum nem corregedor, nem alçada, nem outra especie de justiça para exercitar jurisdicção de qualquer modo em nome de el-rei. »

(1) J. F. Lisboa — *Jornal de Timon* — Ed. de 1865, vol. III, pags. 299-300.

A latitude de attribuições conferidas aos donatarios, dando logar a abusos por elles praticados, foi reconhecida como inconveniente por el-rei d. João III, que, "seguindo o parecer de Pedro Góes, deliberou crear no Brasil um governo central e resolveu que aos donatarios se restringiriam certos direitos, attribuições e isenções, sobretudo em relação ao *asylo, justiça e fazenda publica*" (2).

A Thomé de Sousa foi então dado o regimento de 17 de Dezembro de 1548, creando os cargos de "provedor-mór" e de "provedores das capitanias", com o fim de regularizar a administração de fazenda no Brasil, deixando expresso no regimento a estes dado que:

> « Nem aos capitães, nem a seus logares-tenentes, nem a outras quaesquer justiças das capitanias será licito intrometterem-se no conhecimento das causas que tocam por qualquer modo á real fazenda, e são por este regimento da privativa competencia dos provedores, sob pena de suspensão de suas jurisdicções até el-rei lhes fazer mercê. Os provedores não lhes consentirão estas usurpações, e se elles as tentarem, farão disso autos, que se enviarão ao Reino para serem despachados como for de justiça. » (3)

A competencia destas auctoridades era perfeitamente definida, entre outros, nos seguintes dispositivos.

Quanto ao provedor-mór:

> « Conhecerá das appellações e aggravos interpostos assim do provedor da Bahia, como das demais capitanias, excedendo as causas a 10$000. Porém no logar em que se achar, conhecerá dos mesmos recursos ainda em causas menores de 10$, comtanto que sejam de mais de dois.
>
> Conhecerá por acção nova no logar em que estiver, e cinco leguas derredor, de todas as causas que tocarem á fazenda, ainda que o procurador della não seja parte. Poderá avocar as dictas causas, que se tratarem perante o provedor ou almoxarife do logar em que estiver, e em umas e outras procederá ahi mesmo até final sentença inclusive, sendo o feito até 10$; e excedendo a esta quantia, leva-las-á para as despachar na Bahia. Se todavia não tiver de voltar a ella sem muita demora, remette-las-á ao governador para lhe dar juizes que as despachem em sua ausencia. Se depois de haver avocado algumas destas causas, tiver de partir antes de as sentenciar, deixa-las-á para o serem pelo respectivo provedor, que dará appellação e aggravo, como no caso couber.
>
> Emquanto estiver na Bahia, despachará as appellações e aggravos com dois lettrados, e, em falta delles, com duas pessoas habeis que lhe o governador nomear, de qualquer quantia que sejam os feitos, sem appellação nem aggravo. Do mesmo modo procederá nos feitos que houver trazido das outras capitanias, e nos da Bahia, quer de acção nova, quer avocadas do respectivo provedor.
>
> Outrosim conhecerá por acção nova, tanto na Bahia, como nas demais capitanias a que for, de todas as causas de sesmarias, entre os capitães e sesmeiros, ou destes uns com outros, podendo avocar as que se tratarem perante os respectivos provedores, de cujas appellações e aggravos tambem conhecerá, tudo na fórma e com a mesma alçada já declarada.
>
> Acompanhará o governador quando for visitar as capitanias, assim para o auxiliar, como para prover nas coisas da sua propria competencia.
>
> Fará então vir á sua presença o provedor, almoxarife e mais officiaes de cada Capitania, e com seu escrivão lhes tomará contas, verificando a receita e despesa, arrecadando os alcances, e mandando o traslado das contas aos contos do Reino.
>
> Em todas as capitanias ordenará casas para alfandega, e contos por livros para o negocio dellas, pelo mesmo theor da Bahia, e havendo falta de officiaes, representará o governador para elle prover interinamente até el-rei determinar o que for mais do seu serviço.
>
> Fará apartar as rendas em ramos, e arremata-las-á por prégão, prestando os arrematantes fiança, e guardando-se nisto o regimento da fazenda.
>
> Dos provedores das capitanias exigirá annualmente conta da receita e despesa, e que enviem os saldos ao thesoireiro residente na Bahia.
>
> Finalmente, de tudo quanto fizer e obrar em virtude deste regimento, dará o provedor-mór parte ao governador, estando elle presente, cujo voto seguirá de preferencia ao seu proprio, sempre que discordarem. » (4)

E em relação aos provedores das capitanias, seus auxiliares subordinados:

> « Os provedores, cada um em sua capitania, conhecerão por acção nova de todos os feitos, causas e duvidas que tocarem á real fazenda, e se moverem perante os almoxarifes, recebedores e quaesquer outros officiaes que arrecadarem, ou tragam estas duvidas entre si, ou com o povo; com alçada até 10$000. Dahi para cima darão appellação e aggravo para o provedor-mór, que tambem poderá, estando presente, avocar a si as causas e feitos que lhe parecer, como se contém em seu regimento.
>
> Terão egualmente jurisdicção criminal sobre os officiaes de fazenda pelos erros de officio, não só emquanto ao perdimento dos mesmos officios, como para imposição de qualquer outra pena em que possam incorrer.
>
> Serão juizes das alfandegas das suas provedorias.
>
> Os provedores arrecadarão os bens de todas as pessoas que fallecerem nos seus respectivos districtos sem testamento, ou ainda com elle, se não disposerem que sejam entregues a alguma pessoa presente. Os moveis farão arrematar em publico prégão, e o seu producto terão todo cuidado de enviar para o Reino no primeiro navio, depois de satisfeitos os legados que o testador houver deixado; os immoveis porão em arrendamento até que os herdeiros do fallecido mandem do Reino recebe-los, ou dispor delles, segundo lhes mais convier.
>
> Conhecerão de todos os feitos e causas de sesmarias, com alçada até 10$, dando appellação e aggravo para o provedor-mór dahi para cima. » (5)

(2) Conego dr. Fernandes Pinheiro — *Bibl. Bras.*, pag. 309, *apud* P. Malheiro — *A escravidão no Brasil*, parte 2ª, pag. 25.

(3) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pag. 317.

(4) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pags. 313-315.

(5) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pags. 316-318.

Pela acção destes provedores, era facilitada a do governador, a quem competia a superior auctoridade e a inspecção determinada no seu regimento, nos seguintes termos:

> « O governador correrá todas as capitanias, acompanhado do provedor-mór, e com elle, e com os respectivos capitães, ouvidores, e officiaes de fazenda consultará tudo quanto importar á sua boa governação e defesa, fazendo levantar cercas onde as não houver, e reparar as existentes.
>
> O governador poderá:
>
> Prover em officios de justiça e fazenda os degredados que prestaram bons serviços nas armadas ou em terra, exceptuados sómente os condemnados por furto ou falsidade (6).
>
> Quando for correr as capitanias, acompanhar-se-á do provedor-mór, para com elle informar-se dos impostos e rendas que houver em cada uma, o modo da sua arrecadação e dispendio, dos officiaes de fazenda existentes, provendo interinamente os que faltarem, até el-rei os prover definitivamente, ouvindo sempre o provedor-mór e seguindo em tudo o seu regimento, onde mais largamente se provê nesta materia. » (7)

A competencia para a doação e demarcação dos patrimonios das cidades, e para as concessões, por sesmarias, das terras das capitanias ás pessoas que tivessem posses para povoa-las e cultiva-las, era privativa do governador e estabelecida no regimento.

Para a solução das materias de justiça e fazenda affectas á decisão d'el-rei, foi estatuido em Portugal tribunal separado por onde corressem exclusivamente os negocios dos dominios ultramarinos, e creado o Conselho da India, nos termos do regimento de 26 de Julho de 1604, substituido pelo Conselho Ultramarino de 14 de Julho de 1642 (8).

Ao iniciar Francisco Caldeira Castello Branco a obra da colonização das terras amazonicas, com a fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém, em 1616, e durante o primeiro periodo da organização, era esse o regime judiciario em vigor nas capitanias, apenas alterada a sua modalidade em consequencia do acto da Corôa que, por decreto de 13 de Junho de 1621, tornou as capitanias do Pará e Maranhão independentes do Governo Geral do Brasil, para constituir com ellas o Estado do Maranhão e Grão-Pará, directamente subordinado á Metropole.

> « A organização dada ao novo centro da vida colonial, diz Martins Junior, modelou-se exactamente pela do Brasil. Vamos encontrar nas capitanias do Maranhão os mesmos funccionarios e as mesmas regras administrativas e judiciarias que vimos e examinámos nas terras sujeitas ao Governo da Bahia ou do Rio de Janeiro. » (9)

Antes de decretada a creação do Estado do Maranhão já a autonomia judiciaria dessa região fôra estatuida pelo Governo Portuguez. E' o que claramente nos refere Varnhagen nas seguintes linhas:

> « Foi em tempo de Domingos da Costa que a Metropole deliberou crear no Maranhão um governo especial, independente do do Brasil; segundo já terminantemente se declara no alvará de 7 de Novembro de 1619, pelo qual foi dado ao ouvidor Sebastião Barbosa, então nomeado, um regimento em 19 artigos com jurisdicção por acção nova até cinco leguas em derredor do districto onde estivesse, nas causas tanto civeis como crimes, não só dos moradores e naturaes como dos capitães, soldados e gente de guerra, sentenciando-os afinal ou dando appellação ou aggravo nos casos excedentes á sua alçada para a Casa de Supplicação de Lisboa.
>
> No seu artigo 12 estabelecia esse regimento de 1619 que o ouvidor faria o officio de provedor, emquanto tal cargo não fosse creado, e exerce-lo-ia na fórma e com os poderes dos provedores de comarca. » (10)

De nenhum effeito parece ter sido essa nomeação e regimento, que na integra é referido por J. F. Lisboa — no *Jornal de Timon*, pags. 263 a 365, porquanto o primeiro a exercer o cargo de ouvidor geral no Estado do Maranhão foi Francisco Barradas de Mendonça (11), provido com o regimento de 18 de Julho de 1644, que reproduz quasi as mesmas disposições dos de 14 de Abril de 1628 e 2 de Abril de 1630, dados ao ouvidor geral do Brasil.

Não referem os historiographos os termos do regimento dado a Francisco Coelho de Carvalho, quando nomeado, em 1623, primeiro governador e capitão general do Estado, em virtude da referida decisão; nem tambem os do que tenha sido expedido a Ignacio do Rego Barreto, governador e capitão-mór do Estado do Pará, quando, pelo Rescripto de 23 de Fevereiro de 1652, resolveu a Corôa dividir o governo geral do Estado em duas capitanias principaes — do Maranhão e do Grão-Pará — com independencia jurisdiccional uma da outra; e apenas citam o regimento que, depois de restabelecido o Estado conjuncto, pelo Rescripto de 25 de Agosto de 1654, foi dado, em 14 de Abril de 1655, a André Vidal de Negreiros. governador geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 58 artigos (12), dos quaes o *Jornal de Timon* descreve os principaes (13) e entre elles os seguintes referentes ás materias de justiça e fazenda:

> « O governador ordenará o governo de todas as povoações e logares existentes, ou que para o futuro se crearem com os mesmos officios, e pela mesma maneira, que se usa no Reino, provendo os de justiça e fazenda que vagarem como os fazem os mais governadores das partes ultramarinas, preferindo os creados d'el-rei, e dando-lhe logo conta com todas as informações necessarias sobre o merecimento dos individuos afim de serem providos de propriedade (arts. 11 e 22) (14).
>
> Inspeccionará o procedimento dos officiaes de justiça e fazenda obrigando os a cumprir as leis, e as ordens superiores, e dando conta delles (art. 24).

(6) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pag. 311.

(7) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pag. 309.

(8) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pags. 319-321.

(9) Martins Junior — *Hist. do Dir. Nacional*, — *apud*. A. Mascarenhas — *Curso de Hist. do Brasil*, pag. 392.

(10) Martins Junior — *Historia do Dir. Nacional*. 1895, pag. 198.

(11) Baena — *Compendio das Eras*, pag. 66.

(12) *Annaes da Bibliotheca do Pará*, vol. I, pags. 25-45.

(13) *Ibd.*, *Jornal de Timon*, pags. 338-343.

(14) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pags. 339-340.

Deverá respeitar a jurisdicção dos donatarios, prelados e ecclesiasticos, não consentindo tambem que elles usurpem a sua, e a dos magistrados. Em caso de excommunhão, o ouvidor conhecerá do aggravo della (arts. 24, 31 e 34).

Compete-lhe mais:

Emprazar para vir á sua presença, suspender e nomear substituto durante a suspensão, aos capitães das capitanias que praticarem violencias e extorsões, negarem appellação e aggravo para o ouvidor, e não quizerem receber carta testemunhavel, ouvindo o governador o mesmo ouvidor sobre o caso, e dando conta a el-rei (art. 30);

Observar e fazer observar as leis relativas á administração da justiça, vigiando que o ouvidor cumpra exactamente o seu regimento, e dando conta delle a el-rei (arts. 9 e 10);

Decidir os conflictos de jurisdicção, e outras quaesquer differenças que se suscitarem entre o mesmo ouvidor e o provedor da fazenda julgando-os afinal, e dando appellação e aggravo para o Reino (art. 10);

Exercer jurisdicção sobre o mesmo ouvidor e provedor da fazenda nas culpas que commetterem, em que couber a pena de morte natural ou civil ou cortamento de membro, mandando devassar delles com parecer dos vereadores mais velhos, e sobrestando todavia na sua suspensão, prisão e remessa para o Reino, até vir decisão do mesmo Reino, salvo havendo perigo ou escandalo na mora (art. 41);

Julgar conjunctamente com o ouvidor, e em conformidade do regimento deste, os crimes commettidos em tempo de guerra por capitães e officiaes (art. 27);

Conceder alvarás para os culpados se poderem livrar por procurador; de busca aos carcereiros; de fintas para obras publicas dos conselhos até 100$; para se seguirem appellações e aggravos ainda fóra do tempo da lei; para se entregar fazenda de ausentes até a quantia de 200$; para se poderem provar pela prova de direito commum contractos até 100$; de fianças com as mesmas clausulas com que os concedia o Desembargo do Paço; e finalmente conceder provisão ao procurador regio do districto do seu governo para poder demandar os obrigados ou devedores da fazenda (artigo 32);

Assignar o logar onde os degredados para aquelles Estados cumpram as suas sentenças, podendo nomea-los para officios de justiça e fazenda, comtanto que não tenham sido condemnados por furto, falsidade ou outros crimes de ruim exemplo (art. 35);

Perdoar os malfeitores e mamelucos foragidos por causa de ferimentos e outros crimes, que o acompanharem á guerra, comtanto que não sejam criminosos de morte, ouvindo sobre isso o ouvidor, com quem para esse fim conferenciará pelo Natal e Endoenças, sem todavia ser obrigado a seguir o seu voto (art. 36);

Promover a harmonia entre os seus subditos, o respeito e obediencia ás leis, e a emenda e reformação dos costumes, evitando os peccados publicos e escandalosos, castigando os culpados tanto nacionaes como extrangeiros, e removendo os mais turbulentos de umas para outras capitanias, onde sejam menos nocivos, e não possam formar parcialidades (art. 7º) (15).

Por carta régia de 20 de Agosto de 1669, dirigida ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi explicada a jurisdicção dos ouvidores geraes a respeito dos homens livres, restringindo-a aos peões, e não tornando extensiva a crimes commettidos por homens nobres, sem appellação ou sem aggravo para o Reino (16).

No complexo das disposições da legislação primitiva, disse J. F. Lisboa, "notam-se ao mesmo tempo duas tendencias constantes, mas oppostas entre si, já para alargar o poder dos governadores, já para o restringir, e precaver os abusos a que a extensão delle, unida ás difficuldades de repressão, incessantemente o estimulava" (17).

Elles prendiam e deportavam os turbulentos de umas para outras capitanias; presidiam ás Relações e juntas de justiça; decidiam os conflictos de jurisdicção que surgiam entre os magistrados; admoestavam-nos, suspendiam os seus vencimentos, ordenavam o seu processo, podiam até prende-los e remette-los para o Reino, havendo perigo na sua móra; e foram auctorizados a faze-lo sem clausulas restrictivas no tempo do marquez de Pombal, ampliando para esse fim a jurisdicção que lhes concediam os antigos regimentos. » (18)

Entretanto, em contradicção com estas disposições, outras eram baixadas em sentido opposto, restringindo essas attribuições, taes como: a carta régia de 13 de Março de 1712 declarando que "A administração de justiça é independente dos governadores"; a de 1 de Dezembro de 1721, deixando expresso que: "Nem os governadores, nem os capitães-móres poderão ter quaesquer pessoas em prisão por mais de oito dias, sem as remetter ás justiças"; assim como que "não podem desterrar ou exterminar para fóra da Capitania quaesquer pessoas contra as quaes não haja sentença, como costumam fazer movidos de paixões particulares" e a provisão de 26 de Maio de 1732, dizendo que — "Em assumpto de justiças não têm elles jurisdicção alguma sobre os ouvidores, e estes não têm que dar-lhes contas".

Por carta régia de 28 de Agosto de 1756, foi creada uma Junta de Justiça no Pará com jurisdicção ampliada pela de 18 de Junho de 1761, destinada a exercer em certos artigos a jurisdicção privativa do desembargo do Paço.

Compunha-se do governador e capitão-general, presidente da mesma, do ouvidor, do juiz de fóra e de quatro jurisconsultos, e não os havendo de quatro Vereadores do Senado da Camara.

A ella competia proferir sentenças definitivas das causas-crimes, julgando todos os réos que commettessem delictos pelos quaes merecessem não só as penas arbitrarias, mas até a ultima.

« A arrecadação da Fazenda dos defuntos e ausentes, orphãos, capellas, e residuos, fazia-se pelo mesmo regimento de 10 de Dezembro de 1613, que regia esta materia nas terras do Estado do Brasil: um provedor, um escrivão e um thesoireiro compunham a respectiva provedoria. Depois da creação do logar de juiz de fóra ficou este sendo o juiz de orphãos, e o provedor dos defuntos e ausentes, Capellas e Residuos. » (19)

(15) *Jornal de Timon* — *Ibd.*, pags. 340-342.

(16) *Annaes da Bibliotheca do Pará* — Carta régia n. 9, vol. I, pag. 60.

(17) J. F. Lisboa — *Jornal de Timon*, vol. III, pag. 79.

(18) J. F. Lisboa — *Jornal de Timon*, vol. III, pag. 80.

Até o anno de 1660 as causas civeis e crimes eram pleiteadas perante o ouvidor de crime e civel do Maranhão, não tendo os moradores do Pará privilegio de fôro do seu domicilio; daquella data em deante, passaram a um ouvidor proprio e depois a uma ouvidoria geral e Juizo dos Feitos e Execuções da Fazenda, nos termos da provisão do Conselho Ultramarino de 15 de Abril de 1715 e alvará de 18 de Outubro de 1760. Esta Ouvidoria Geral se compunha de um escrivão creado por provisão do Conselho Ultramarino de 16 de Maio de 1742; um meirinho, por provisão do mesmo Conselho de 4 de Maio de 1742 e um solicitador do Juizo dos Feitos, por provisão da Junta de Fazenda de 21 de Maio de 1819. (20)

Com o augmento da população e relações mercantes foram se instituindo novos magistrados e logares de lettras, como sejam: um juiz de fóra da cidade pela carta régia de 5 de Maio de 1753; um ouvidor corregedor do Rio Negro, servindo tambem de provedor da Fazenda, por decreto de 30 de Junho de 1759 e provisão do Conselho Ultramarino de 2 de Julho do mesmo anno; um escrivão de Provedoria, servindo de contador, com o escripturario ajudante, e o almoxarife dos Armazens; e finalmente um ouvidor da Ilha de Joannes, creado pelo alvará de 17 de Agosto de 1816. (21)

« Por estas creações de differentes magistrados, que as circumstancias dos termos fizeram crer necessarias, diz Baena, se vê que a divisão civil e administrativa da Provincia chegou a ser demarcada em duas comarcas e uma provincia subalterna, que eram: a Comarca de Belém do Pará e a do Marajó, e a Provincia do Rio Negro, na qual havia um governador dependente do general do Pará, um ouvidor corregedor e uma Provedoria de Fazenda. » (22)

Todas as contendas judiciaes tinham recurso ordinario em ultima instancia á Casa de Supplicação de Lisboa, até que removido o throno de Portugal para o Rio de Janeiro, foram della desmembradas as comarcas do Rio Negro do Pará por alvará de 13 de Maio de 1812, para ficar sujeitas ao Tribunal da Relação da Cidade de S. Luiz do Maranhão, creado pela resolução régia de 23 de Agosto de 1811, para substituir a Junta de Justiça, de 4 de Fevereiro de 1777. Por carta régia de 19 de Junho de 1813, foi mandado executar o respectivo regimento, sendo installado o Tribunal em 4 de Novembro do mesmo anno, quando governador geral do Maranhão o vice-almirante Paulo José da Silva Gama, achando-se presentes os seguintes desembargadores: chanceller Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, Lourenço de Arroxellas Vieira de Almeida Marreiros, José da Motta de Azevedo, José Francisco Leal e João Xavier da Costa Cardoso, que prestaram juramento na mesma data.

Na impossibilidade de apresentar a relação completa dos ouvidores geraes e ouvidores de comarcas, e os periodos em que funccionaram, quer no Estado do Maranhão e Pará, quer quando desmembradas as duas capitanias, ou quando o Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, ou simplesmente governo do Grão-Pará e Rio Negro, ou ainda Provincia do Pará, até ser decretado o Codigo do Processo, nos limitaremos a citar alguns dos principaes:

Francisco Barradas de Mendonça, ouvidor geral, 1644; Antonio Figueira Durão, provedor-mór e ouvidor geral, 1648; Martins Moreira, ouvidor geral, 1651; Bartholomeu Barreiros de Miranda, provedor de Fazenda e ouvidor de Comarca, 1654; Antonio Coelho Gasco, ouvidor de Comarca, 1660; Diogo de Sousa Marques, ouvidor geral, 1662; Thomé de Sousa Oliveira, ouvidor geral, 1657; Antonio de Andrade Albuquerque, ouvidor geral, 1677; Antonio Ferreira Ribeiro, ouvidor geral, 1686; Matheus Dias da Costa, ouvidor geral, 1698; Miguel Antonio Bravo, provedor de Fazenda e ouvidor geral 1701; Antonio da Costa Coelho, ouvidor de Comarca, 1706; João Mendes de Aragão, ouvidor geral, 1715; Francisco Galvão de Affonseca, ouvidor geral, 1721; Manuel Luiz Ferreira de Mello, ouvidor geral, 1752; João da Cruz Dias Pinheiro, ouvidor geral, 1753; Pascoal Abrantes Madeira Fernandes, ouvidor corregedor, 1758; Lourenço Pereira da Costa, provedor de Fazenda do Rio Negro e ouvidor-corregedor, 1758; José Feijó de Mello Albuquerque, ouvidor geral, 1772; Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ouvidor geral, 1774; José Martins Penna, ouvidor geral, 1810; Joaquim Clemente de Silva Pombo, ouvidor de comarca, 1810; José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, ouvidor geral, 1814; Antonio Maria Carneiro e Sá, ouvidor de comarca, 1820; Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, corregedor da Capitania ouvidor geral, 1821; Joaquim Pereira de Macedo, ouvidor de comarca, 1822; Joaquim Marianno Ferreira, ouvidor geral, 1826; Manuel José de Araujo Franco, ouvidor geral, 1828.

Com a promulgação da Constituição Imperial haviam sido lançadas as bases do poder judiciario no Imperio, sendo expresso no art. 151 que — "O poder judiciario é independente e será composto de juizes e jurados, os quaes terão logar assim no civel, como no crime, nos casos e pelos modos que os codigos determinarem".

De accôrdo com os principios constitucionaes fixados pelo Poder Legislativo, organizando a justiça e as regras do processo: em 1827 — a investidura e as funcções dos tabelliães, escrivães e mais officiaes de justiça, e por lei de 15 de Outubro creando os juizes de paz, aos quaes deu, além de attribuições civeis e de policia administrativa, attribuições policiaes e criminaes; em 1828 — declarando os casos de prisão, sem culpa formada, e por leis de 23 de Setembro do mesmo anno e 22 de Setembro de 1829, as regras do processo criminal; em 1830 promulgando o Codigo Criminal, com additamento da lei de 6 de Junho de 1831 referente a ajuntamentos illicitos, fiança nos crimes policiaes, competencia de juizes de paz, etc.; e em 1832, por lei de 29 de Outubro, o Codigo do Processo Criminal, a que succedeu o decreto de 13 de Dezembro — "dando instrucções sobre o nova divisão das comarcas, termos e districtos, assim como sobre as propostas das Camaras para a nomeação dos juizes municipaes, de orphão e promotores, bem assim outras providencias relativas á suppressão das jurisdicções dos corre-

(19) Baena — *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, pag. 144.

(20) Baena — *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, pag. 139.

(21) Baena — *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, pag. 140.

(22) Baena — *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, pag. 141.

gedores e ouvidores e nomeação do juiz de Direito" — (23); tratou-se, desde logo no Pará, de adaptar a organização judiciaria á nova situação, que pela seguinte fórma era descripta por Baena em 1832 na sua *Chorographia*:

« Para começo dos processos ha um juiz da paz, e um seu supplente em cada Freguezia. Estes magistrados municipaes, que nos fazem recordar os avindóres creados por el-rei d. Manuel no seu regimento de 20 de Janeiro de 1519, são eleitos pelo mesmo tempo e maneira, por que se elegem os vereadores das Camaras Municipaes: e os attributos de taes magistrados estão designados nas cartas de lei de 15 de Outubro, e de 6 de Junho de 1831.

Os juizes de Direito são os magistrados publicos, que ficam apontados no logar que trata do antigo governo ; e accrescendo o juiz de fóra da Villa de Cametá, que foi creado por immediata resolução de 29 de Novembro de 1824, e por carta imperial de 19 de Janeiro de 1825 com ordenado egual ao do juiz de fóra da Cidade.

Os recursos forenses tocam privativamente á jurisdicção da Relação do Maranhão.

Para julgar das causas da liberdade da imprensa ha um conselho de 60 juizes de facto, cuja congregação só tem logar havendo causas a ajuizar, ou quando extraordinariamente o promotor do Juizo entende compromettida a segurança do Estado. O juiz de Direito é quem por editaes designa o dia, em que deve congregar-se o Jury. A lei da liberdade da Imprensa, e o decreto de 12 de Novembro de 1828, são os que dão a norma ao procedimento deste Conselho.

Quanto á administração, arrecadação, distribuição, contabilidade, e fiscalização de todas as rendas publicas da Provincia, tudo deve ser feito por uma thesoiraria creada pela lei de 4 de Outubro de 1831. » (24)

Só em Maio do anno de 1833 se reuniu em sessões ordinarias nos dias 10 e 17, o governo da Provincia, em conselho, para proceder á divisão das comarcas e termos, em cumprimento do art. 3º do Codigo do Processo Criminal; resolvendo crear na Provincia tres Comarcas: a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, suppriprimindo a do Marajó; e, em virtude do art. 6º do mesmo Codigo, deliberou que houvesse na Provincia quatro juizes de direito, dois para a Comarca do Grão-Pará, sendo um destes o chefe de Policia, um para o Baixo Amazonas e outro para o Alto Amazonas.

As ouvidorias de comarca, os juizes de fóra e os juizes ordinarios haviam sido extinctos pelo art. 7º daquella carta de lei, assim como a jurisdicção criminal de qualquer auctoridade, excepto o Senado, o Supremo Tribunal de Justiça, Relações, Juizos Militares, continuando a conhecer de crimes puramente militares e Juizos Ecclesiasticos em materias puramente espirituaes.

Por aquella divisão ficaram comprehendidos na Comarca do Grão-Pará os termos da cidade de Santa Maria de Belém, e das villas de Turiassú, Bragança, Cintra, Vigia, Monsarás, de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, de Muaná, do Equador, Ourém, Cametá, do Tocantins, Oeiras e Melgaço; na do Baixo Amazonas os das villas de Tapajós, Faro, Pauxis, Franca, Monte Alegre, Macapá, Porto de Móz e Gurupá; e na do Alto Amazonas os termos das villas de Manáos, Luzia, Teffé e Mariuá.

Segundo o art. 5 do Codigo, corresponderia a cada *Termo* ou *Julgado*, um conselho de jurados, um juiz municipal, um promotor publico, um escrivão das execuções e os officiaes de justiça necessarios.

Ao juiz municipal vieram competir as seguintes attribuições:

1º. Substituir no Termo ao juiz de direito nos seus impedimentos ou faltas;

2º. Executar dentro do Termo as sentenças e mandados dos juizes de Direito ou tribunaes;

3º. Exercitar cumulativamente a jurisdicção policial.

A instituição do Jury não constituia creação nova, porquanto, por decreto de 18 de Junho de 1822, fôra já instituido para julgamento dos crimes da liberdade da imprensa, composto de um Tribunal de 21 juizes de facto com um Conselho de oito jurados.

Com a lei de 3 de Dezembro de 1841, que tão fortes agitações produziu no Parlamento Nacional, e regulada pelo decreto n. 120, de 31 de Janeiro de 1842, foram restringidas as attribuições do juiz de paz e conferidas ás auctoridades policiaes funcções não só policiaes como judiciarias; alterada a fórma de nomeação dos juizes municipaes e promotores, exigindo outras condições de investidura; dadas novas e mais amplas attribuições aos juizes de direito, e abolidas as juntas de paz e o primeiro conselho de jurados ou Jury de accusação (25).

Ao ser desannexada a Comarca do Alto Amazonas, para constituir a Provincia do Amazonas, em virtude da lei n. 582, de 5 de Setembro de 1850, era de seis o numero de comarcas da Provincia do Grão-Pará — "Capital, Bragança, Cametá, Macapá, Santarém ou Baixo Amazonas e Rio Negro ou Alto Amazonas" — com 14 termos judiciarios; ficando reduzidas ás cinco primeiras com 12 termos.

Pela creação do Supremo Tribunal de Justiça com 11 districtos de relações, nos termos da lei de 18 de Setembro de 1828, continuara o Pará sujeito á Relação de S. Luiz do Maranhão, como era desde o alvará de 13 de 1812, embora supprimida a dependencia da Casa de Supplicação de Lisboa, substituida por aquelle tribunal.

Posteriormente, creadas mais sete Relações pela lei n. 2.342, de 6 de Agosto de 1873, foi entre ellas comprehendida a do Pará, tendo por districtos os territorios da Provincia e do Alto Amazonas e installada em 3 de Fevereiro de 1874, sendo expedido para todas ellas novo regulamento pelo decreto n. 5.618, de 2 de Maio deste ultimo anno (26).

O novo tribunal foi constituido com os seguintes desembargadores:

Ermano Domingues do Couto, presidente; Sebastião José da Silva Braga, procurador da Corôa e Soberania Nacional; Manuel Jansen Ferreira, Francisco da Serra Carneiro,

(23) João Mendes — *O Processo Criminal Brasileiro*, vol. I, cap XII.
(24) Baena — *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, pag. 171.

(25) João Mendes — *Op. cit.*, pag. 187.
(26) *Relatorio* do presidente Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de Fevereiro de 1874.

João Paulo Monteiro de Andrade, João Caetano Lisboa e Francisco de Assis Bezerra de Meneses.

Além destes, serviram successivamente no tribunal, até á nova installação sob o regime republicano, os seguintes: Antonio de Sousa Mendes Junior, Ignacio Carlos Freire de Carvalho, procurador da Corôa; Antonio Buarque de Lima, Philippe Raulino de Sousa Uchôa, Antonio Augusto da Silva, Domingos Ribeiro Folha, Vicente Alves de Paula Pessoa, Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, José Ascenco Costa Ferreira, José de Castro Leão, Francisco Urbano da Silva Ribeiro, barão de Anadia, Manuel Clementino Carmino da Cunha, Umbelino Moreira de Oliveira Lima, João Ladisláo Japi-assú de Figueiredo Mello, Gervasio Campello Pires Ferreira, João Rodrigues Chaves, Sebastião Orlando de Araujo Costa, Pedro Antonio da Costa Moreira, Francisco Leite da Costa, Romualdo de Sousa Paes de Andrade, João Coelho Bastos, Mathias Antonio da Fonseca, Constantino José da Silva Braga, Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel Belleza, procurador da Corôa; José Antonio Rodrigues, José Quintino Castro Leão, Joaquim de Paula Pessoa de Lacerda, José de Araujo Roso Danin, Mathias Antonio da Fonseca Morato, procurador da Corôa, interino; José Secundino Lopes Gomensoro, procurador da Corôa; José Jacintho Borges, Abel Graça, Francisco Luiz Corrêa de Andrade, Antonio da Trindade A. Meira Henriques.

Proclamada a Republica, todos os ramos do serviço publico foram reformados e adaptados ao novo regime; assim a magistratura teve a sua organização com o decreto do Governo Provisorio sob o n. 359 A, de 19 de Junho de 1891, que estabeleceu a administração da justiça civil e penal, assim distribuida:

Tribunal de Justiça, composto de sete desembargadores;

Jury, composto de um juiz de direito e 12 jurados;

Juizes de direito, tres na comarca da capital e um em cada uma das demais comarcas, todas de um só typo e categoria;

Juizes substitutos, tantos quantos os districtos judiciarios em que eram subdivididas as comarcas, com os respectivos supplentes.

Na comarca da capital foram distribuidos os tres juizes de direito pelas seguintes varas:

1ª, com jurisdicção criminal, civil, commercial, de casamentos e privativa dos orphãos e ausentes;

2ª, com jurisdicção criminal, civil, commercial, de casamentos e privativa dos Feitos de Fazenda do Estado e do Municipio;

3ª, com jurisdicçãc criminal, civil, commercial, de casamentos e privativa da Provedoria de Rendas.

Da organização judicaria do Estado foram excluidas:

I, as causas privativas da Justiça Federal;

II, os crimes militares;

III, as causas sujeitas ao Tribunal ou auctoridades administrativas por lei federal ou do Estado.

A competencia dos consules e agentes diplomaticos para authenticar actos civis, arrecadar e liquidar heranças dos seus concidadãos, de conformidade com as convenções e leis da União, foi egualmente respeitada.

O Tribunal de Justiça installou-se em 1 de Julho de 1891, sendo escolhido para seu presidente o desembargador Romualdo de Sousa Paes de Andrade.

Por lei n. 15, de 14 de Janeiro de 1892, foi approvada aquella organização, com algumas alterações, e assim estabelecido que — "O Estado terá além das comarcas existentes, as que forem creadas por lei do Congresso". — "Cada comarca terá tantos districtos judiciarios quantos eram os antigos termos, devendo cada districto ser dividido em duas ou mais circumscripções, conforme convier ao serviço publico". — "Em cada comarca haverá um juiz substituto, que servirá por quatro annos, e em cada circumscripção dois supplentes, que servirão por dois annos". — "O Tribunal do Jury fica restabelecido em todos os districtos judiciarios".

Posteriormente veio a lei n. 455, de 11 de Junho de 1896, reorganizar novamente a Justiça sem grandes alterações.

Funccionaram no Tribunal de Justiça desde a referida installação até a presente data os seguintes desembargadores: Affonso Barbosa da Cunha Moreira, Antonio Clementino Accioli Lins, José Gomes Coimbra, Manuel José Mendes Bastos, Ernesto A. de Vasconcellos Chaves, Feliciano Henriques Hardman, Augusto de Borborema, Antonio Bezerra da Rocha Moraes, Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, Napoleão Simões de Oliveira, Fulgencio da Rocha Vianna, Manuel Francisco Honorato Junior, Alfredo Raposo Barradas, Santos Estanisláo Pessoa de Vasconcellos, José Anselmo de Figueiredo Santiago, Thomaz de Paula Ribeiro, Julio Cesar de Magalhães Costa, Vicente Epaminondas Pires dos Reis, Eloy Simões, Ignacio de Loyola Henriques de Virgolino e Emilio Americo Santa Rosa.

Como procuradores geraes do Estado têm servido: dr. João Hosannah de Oliveira, dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, dr. Augusto Olympio de Araujo Sousa e dr. Julio Cesar de Magalhães Costa.

Com a lei n. 930, de 25 de Outubro de 1904, foi finalmente estatuida uma nova organização, considerando orgãos do Poder Judiciario do Estado os seguintes tribunaes e juizes :

1º. Senado;
2º. Tribunal mixto;
3º. Tribunal Superior de Justiça ;
4º. Juizes de direito;
5º. Juizes substitutos e supplentes;
6º. Tribunaes de Jury;
7º. Tribunaes correccionaes.

Já em 1892 houvera occasião de funccionar um tribunal mixto, installado em 6 de Dezembro, nos termos da lei organica da magistratura, composto dos desembargadores: José de Araujo Roso Danin, Manuel Januario Bezerra Montenegro, Gentil Bittencourt e João Hosannah de Oliveira, procurador geral do Estado, e mais os senadores Antonio José de Lemos e Francisco de Moura Palha, para julgamento do processo-crime intentado pelo dr. Adelino Octavio de Miranda Corrêa contra o desembargador Antonio Bezerra da Rocha Moraes.

As comarcas foram classificadas em 1ª, 2ª e 3ª entrancia, recebendo a classificação no acto da sua creação: são de 1ª entrancia as comarcas de Vizeu, Curuçá, Guamá, Igarapé-Miri, Baião, Cachoeira, Muaná, Breves, Affuá, Chaves, Aricari, Macapá, Mazagão, Gurupá, Xingú, Monte Alegre e Faro; de 2ª, Bragança, Maracanan, Vigia, Cametá, Soure, Santarém, Alemquer e Obidos; de 3ª entrancia, a Comarca da Capital.

A instituição da justiça federal, de conformidade com a respectiva organização, tornou-se, desde logo, um facto, ainda quando o Estado do Pará sob o governo provisorio.

Em Março de 1891, foi installado o Juizo Seccional, tendo sido provido como juiz seccional o dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, juiz substituto o dr. José Ferreira Teixeira e procurador da Republica o dr. Antonio Martins Pinheiro.

Depois destes têm, até a presente data, funccionado como juizes os drs. Francisco Mendes Pereira, José Gomes Coimbra, Antonio Acatauassú Nunes e Luiz Estevam de Oliveira; substitutos, os drs. José Leopoldo Pereira Lima, Pedro Chermont Raid, Alberto da Cunha Barreto, Carlos da Silva Coutinho e Ignacio Xavier de Carvalho e na qualidade de procuradores da Republica os drs. Heraclito Pinheiro, Arthur de Sá e Sousa e Francisco da Silva Jucá Filho.

HENRIQUE A. DE SANTA ROSA.

XVII

Historia militar do Pará

Estudar a historia militar de um povo mais não é do que estudar as instituições militares desse povo, creadas pelas necessidades que sua situação geographica, sua finalidade historica ou simplesmente sua evolução natural e gradativa fizeram sobrevir atravez dos tempos. Esse estudo póde faze-lo o technico militar ou o historiador profano aos misteres das armas; o primeiro, á luz dos principios doutrinaes dos estados-maiores, pelo julgamento synthetico dos systemas de campanha, da technica da guerra ou da propria esthetica das batalhas; o segundo, apenas, pela narrativa singela e coordenada dos factos da Historia em que as instituições militares exercitaram o destino que lhe foi cabido e tambem daquelles em que insolitamente surdiram fóra do campo de sua actividade propria pela fatalidade das leis sociologicas.

Consideravel sobejidão de motivos faz que o technico que traceja estas linhas não tenha podido realizar a tarefa que caberia ás suas responsabilidades, e no displicente trabalho que vai ser lido se patenteâ apenas um narrador singello dos annaes militares do Pará, sem o desejavel predicado de critico profissional. Dois, porém, e dos mais ponderosos desses motivos podem carregar sózinhos o peccado desta deficiencia, a absoluta obscuridade que reina nos detalhes de muitas das acções militares aqui passadas e a angustia do espaço que nos foi dado occupar para a inserção desta esmarrida memoria.

E esses só bastam para nos absolverem das culpas em que certo incorreremos.

CAPITULO I

DA CONQUISTA E OCCUPAÇÃO DO PARÁ ATÉ A TERMINAÇÃO DO DOMINIO HISPANHOL

Bem mais se apropositariam ao Pará e ás regiões circundantes da Amazonia uberrima, aquellas palavras com que frei Vicente do Salvador, espantado do descaso da Metropole pelo Rio de Janeiro, estranhava que tal terra "por não sei que descuido estivesse por povoar". Tacteante e sem orientação prefixada, porque se iniciando por um arremedo do regime feudal serodio e obsoleto, decahiu rapido num eclectismo dissolvente, a colonização portugueza só inflectiu para o Norte da terra descoberta, quando, sob o dominio da Hispanha, hollandezes, francezes e inglezes num protesto effectivo pela doutrina do *mare liberum* e invejosos do brilhante poderio iberico, intensificaram sobre ella sua acção conquistadora e commercial; mais commercial que conquistadora. Razão foi esta porque, ao attingirem o Pará ao começo do seculo XVII, cbedecendo aos conselhos de Pedro Botelho e Diogo de Meneses e sob o influxo de Gaspar de Sousa, os Portuguezes, ao envez de virem encontrar sob o meridiano limite de sua possessão apenas a natural resistencia de seus autochtones, sentiram duramente que a esta se sommavam, como valores de alta relevancia, a reacção dos occupadores e traficantes extrangeiros.

A Historia militar do Pará começa, pois, com o primeiro passo para sua occupação. Sob o commando do capitão-mór Francisco Caldeira Castello Branco organiza-se no Maranhão a expedição mixta (de soldados de mar e terra), que dalli parte em 25 de Dezembro de 1615 em um caravellão, um patacho e um lanchão, com 10 peças de artilheria, oito quintaes de polvora, munições e mantimentos bastantes. Como força de desembarque dispõem-se tres companhias de infanteria de 50 soldados escolhidos e bem equipados sob o commando dos capitães Alvaro Netto, Pedro de Freitas e Antonio da Fonseca, tendo por subalternos os alferes Gaspar de Macedo, Pedro Teixeira e Pedro Favella. Ao pôr o pé em terra a 12 de Janeiro de 1616, Caldeira Castello Branco busca na Bahia do Saparará (1) um sitio propicio ao aquartelamento de sua força. Vai encontra-lo com raro tacto profissional na ponta saliente de terra firme que mais avançava nas aguas da bahia, de maior altitude e de ingreme subida, flanqueada por um igarapé que o defendia das investidas dos indios, em dois terços talvez de sua frente terrestre e que por isso deixava apenas uma pequena porção dessa frente a fortificar por curta trincheira de facil construcção.

Assentou ahi o capitão-mór seu primeiro reducto contra os indios, erigindo o forte denominado de *Santo Christo* consoante uns, *Presepio* conforme outros historiadores, e que veio mais tarde a chamar-se do *Castello* (2), por certo como homenagem a seu fundador, da mesma sorte porque se baptisara antes de *Presepio* para memorar o dia do Natal em que partira do Maranhão a feliz expedição. Assentada a obra de defesa que "o sustivesse dentro daquella vastissima espessura habitada de immensas variedades de homens bravios", apressou-se Caldeira Castello Branco em mandar pelo alferes Pedro Teixeira communicar ao conquistador do Maranhão o resultado de sua missão. Esse official, com um pequeno trógo de soldados e alguns indios de confiança, poz-se por terra a caminho da velha séde da capitania em 7 de Março de 1616, abrindo assim desde logo para os soldados lusos uma linha de communicação fóra das vistas dos corsarios. Batendo os indios tupinambás que lhe quizeram estorvar a jornada quando esta já ia pelas terras do Caeté por elles habitada. Pedro Teixeira chega ao Maranhão após dois mezes de viagem, causando este tão brilhante exito indescriptivel satisfação. Com as

(1) Guajará de hoje.

(2) Hoje desarmado e entregue ao commando da 7ª região, após ter ficado a cargo das Obras do Porto.

noticias da occupação, Caldeira pediu novos recursos materiaes para assegural-a. Aprestados estes, regressa o alferes Pedro Teixeira com os seus, desta vez por mar, trazendo no lanchão que os conduzia sob o commando de Salvador de Mello 3 soldados arcabuzeiros e 2.000 cruzados de fazenda, petrechos bellicos e fardamento, accrescentados ainda de presentes para attrahir os selvagens. Bem andara Caldeira em augmentar seus factores de defesa; mais do que a dos indios, a resistencia dos europeus que haviam invadido as margens do Amazonas para o trafico dos productos da colonia, e entre elles notadamente os Hollandezes, estava a exigir uma acção decisiva dos occupadores lusitanos. Sabendo-os localizados em pequenos nucleos de exploração, começou o capitão-mór por bater aquelles de que tinha mais precisas noticias. Para isto em 7 de Agosto de 1616 ordenou aos alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas que, com duas canôas armadas em guerra e guarnecidas de soldados e de indios, fosse bater uma nau hollandeza que bordejava nas vizinhanças da foz do Xingú, á espera de uma grande armada patricia com cujos elementos alli se estabeleceria. Pela noite de 9 e a tres dias de Belém pois, as pequenas embarcações enfrentam o inimigo a cujo fogo cerrado de artilheria não poderiam jámais contrapor o seu. Travara-se pois um combate naval interessante pela desegualdade das unidades bellicas em presença. Sentindo que, senão perdida, pelo menos indecisa ficaria a acção, Pedro Teixeira, valendo-se do pequeno porte de suas embarcações, mette-as dentro do angulo morto das peças hollandezas e assalta a nau inimiga por abordagem, luctando corpo a corpo com a guarnição, lançando-lhe fogo e só a abandonando quando o incendio não poderia ser mais dominado. Ferido na acção, Pedro Teixeira não conseguiu se fixar no local das feitorias extrangeiras nem tão pouco apossar-se de sua presa de guerra antes que ella immergisse; assignalou porém o local em que afundara a nau hollandeza e della retirou mais tarde peças de artilheria que vieram armar o Forte do Presepio.

Batidos os extrangeiros, levantaram-se os tupinambás levados pela felonia do indio Amaro, tido como amigo dos francezes. Primeiramente em Cujú, sua principal aldeia, desbarata-os o sargento-mór Diogo Botelho, ajudado pelo capitão Gaspar de Freitas; e convencido de que não volverão á lucta, destaca este ultimo para observa-los em Iguapé. Gaspar de Freitas verifica as disposições hostis do inimigo, sente-se immediatamente cercado de milhares de selvagens e, na impossibilidade de enfrenta-los, rompe o sitio guiado por um indio amigo, atravez a floresta, alcançando o rio e por este descendo no lanchão que servira de transporte aos soldados mortos pelos tupinambás quando adquiriam viveres para a guarnição. A fuga de Gaspar de Freitas exalta o animo dos indios, que volvem a atacar de novo, porém não o fazem mais nas proprias aldeias: audazmente descem o rio em canôas pesadas dos seus, sendo esperados por successivas descargas de fuzilaria dos portuguezes commandados pelo alferes Francisco de Medina, descargas que dizimam quasi por inteiro seus effectivos.

Ao longo das cabildas do Guamá os tupinambás agitam-se ainda para recomeçar os ataques, sendo destroçados pelo alferes Francisco de Medina; e logo depois Pedro Teixeira, a mando de Caldeira, derrota-os na Bahia das Boccas (Carabobocas), estabelece entendimentos de paz com outros selvagens e recalca o remanescente das tribus batidas para o recesso das florestas.

As luctas fratricidas que, aos fins de 1618, deram logar ao assassinio do valoroso capitão Alvaro Netto; a impunição do auctor do crime pela parcialidade criminosa de seu tio, o capitão-mór Caldeira, e a consequente deposição deste, reaccendem nos tupinambás o desejo de luctar contra os occupadores. Organizaram inopinadamente a 7 de Janeiro de 1619 um ataque geral á cidade e pelejando desesperadamente contra o Forte do Presepio, só são de todo rechassados quando, ferido por uma flecha, Gaspar Cardoso prostra-lhes morto com um tiro certeiro o temivel chefe Guamiaba (*Cabello de velha*), que os commandava. Mal chegando, porém, a Belém, o capitão-mór Jeronymo Fragoso de Albuquerque, após remetter presos para Lisboa Francisco Caldeira e os outros da conspiração que o depoz do governo, organiza cuidadosamente uma expedição para bater de vez os tupinambás. Commanda-a em chefe, faz seu almirante a Pedro Teixeira, já então promovido a capitão, e a seu sobrinho Jeronymo de Albuquerque capitão-mór da frota de embarcações. Deixa Belém a 7 de Julho do mesmo anno de 1619 e com quatro barcos e alguns pequenos canhões, tripulados por soldados e numerosos indios, ataca Iguapé, cujas trincheiras de troncos d'arvores reduz a cinzas, Anapú, Caripi e pontos outros onde os indios se haviam fortificado. Não logrou treguas essa campanha contra os indios; á volta de Jeronymo Fragoso a Belém, chega tambem a essa cidade o capitão Bento Maciel Parente, vindo de Pernambuco com uma expedição de 80 infantes e 400 indios habilitados no manejo do arco, especialmente destinada a bater os tupinambás. A contragosto de Jeronymo Fragoso, continúa a lucta systematizada desta vez com cruel encarniçamento. Morto o capitão-mór, uma rivalidade se accende entre os seus logares-tenentes ambiciosos para o substituir; chegam a occupar o cargo os capitães de infanteria Custodio Valente e Pedro Teixeira. Egual fortuna não gosou Bento Maciel que pela desenfreada guerra aos selvagens entendera conquistar direitos maiores, mas que ante a energia do denodado Pedro Teixeira se vê obrigado a regressar ao Maranhão na segunda metade de 1620. Conseguindo nomeação legal de capitão-mór em 18 de Julho de 1621, Bento Maciel faz nova investida aos indios levantados e manda-os submetter por Pedro Teixeira. Essa reacção aos selvagens fez que a paz se delongasse até Maio de 1623. Em 20 deste mez e anno, aporta a Belém um caravellão vindo de Lisboa com escala por Pernambuco a cujo bordo viajava Luiz Aranha de Vasconcellos, nomeado especialmente pelo Governo hispanhol para expellir os extrangeiros das margens do Rio Amazonas. Gurupá era o sitio em que maior numero delles assentara suas feitorias e por isto para alli primeiro norteou Aranha sua acção. Apparecendo, porém, a noticia de que fôra infeliz a expedição e que estava cercada, Bento Maciel organizou uma flotilha de um caravellão, 22 canôas com 70 soldados e 1.000 indios, assumindo-lhe o commando, entregando as unidades á direcção dos capitães Pedro Teixeira, Salvador Mello e Ayres Chichorro, e parte em direcção de Gurupá. Em caminho encontra Luiz Aranha que pela inferioridade numerica de suas forças não podera atacar o inimigo. Assume então o commando geral da tropa; estabelece seu plano de combate, mandando que Luiz Aranha e Pedro Teixeira sigam pela margem boreal do Amazonas, e elle, capitão-mór, caminhando pela margem meridional observando os rios, vai fazer juncção em Gurupá. Ao passo que se realiza essa feliz distribuição de esforços, chega ao local o alferes Amorim, que antes de Bento Maciel viera em soccorro

de Aranha; e reunidas todas as forças dão desembarque em Gurupá, batendo os pontos de occupação, a começar do mais importante, que era um espaldão erguido á margem do rio e defendido fortemente por uma guarnição de hollandezes, francezes e inglezes e muitos indios. Tomadas as pequenas fortificações, de cujos nomes a Historia regista apenas o de *Mariocaí* que o fogo reduz a cinzas, os portuguezes transportaram-se a Ilha dos Tucujús, onde suppõem encontrar fugitivos; e encontrando despovoadas feitorias cercadas de muros, nellas fazem descançar suas tropas, sem esquecer de dar-lhes disposições contra possiveis inimigos que existissem nas suas mattas. Entrementes, chegaram novas de que uma nau hollandeza navegava nas proximidades, trazendo soccorros aos vencidos. Reconhece Medina a exactidão da noticia; não trepida de enfrentar o maior poder bellico do inimigo e com as cinco canôas que commanda, perlonga-se pela popa para lhe inutilizar o leme. Batido pela artilheria do navio, Medina retira-se para reparar as avarias e emquanto o faz, Maciel Parente, que tudo observara, deixa a caravella que, por falta de vento não lhe é prestadia, e ataca o inimigo em canôas. Volve Medina á acção e de par com Pedro da Costa Favella, official que nesta lucta audaciosa se revelou simplesmente intrepido, sustenta nutrido fogo durante duas horas. Dizimados os hollandezes, os ultimos sobreviventes lançam fogo ao navio, sellando com esta derrota a dominação portugueza naquellas aguas do Amazonas. Regressa Maciel Parente a Tucujús, onde pouco se demorou, porém; e transportando-se a Gurupá, no proprio sitio onde existia o Forte de Mariocaí, eleva outra fortificação sob a invocação de Santo Antonio de Gurupá; guarnece-a com 50 soldados e os põe sob o commando do capitão Jeronymo de Albuquerque. Pensando que seria este o unico caminho dos invasores da Amazonia, Maciel Parente, fundando Santo Antonio de Gurupá, ficou na convicção que bastaria este forte para barrar-lhes a passagem.

Não se conformaram os hollandezes com as derrotas soffridas e os seus capitães Nicoláu Hosdam e Philippe Porcel, este irlandez, ajuntando cerca de duzentos homens e os restos de inglezes e irlandezes dispersos em Tucujús, voltam a tentar a occupação das ilhas da foz do Amazonas. Não lhes permitte ainda esta tentativa o prevenido animo de Bento Maciel; commette a Pedro Teixeira a tarefa de impedir-lhes o vanço. Este capitão deixa Belém em 2 de Maio de 1625, commandando uma expedição de 50 soldados e 700 indios, que frei Antonio de Marciana acoroçoou a se baterem pelos lusitanos, tendo por auxiliares os capitães Jeronymo de Albuquerque e Pedro da Costa Favella. Chegando a 22 a Gurupá, divide sua gente em duas columnas, atacando o inimigo pela madrugada simultaneamente por mar e por terra no seu Forte de Mandiutuba (3); após mais de 12 horas de combate o inimigo abandonou o campo, deixando 40 mortos e innumeros feridos, fugindo em um lanchão sob a escuridão da noite. Favella faz-lhe a perseguição, infelizmente inefficaz pela especie de embarcação que commandava. Ao amanhecer, porém, Pedro Teixeira soube que os inimigos se haviam ajuntado aos que ainda restavam em Tucujús e todos reunidos e embarcados numa caravela haviam entrado o Rio Philippe. Seguindo immediatamente para alli, encontrou-os organizados em dois fortins e investindo contra ambos, por um ataque combinado e efficiente, destroçou-os com inexcedivel bravura. Mais uma vez Favella é encarregado da perseguição, leva-a porém além do que devia e se viu cercado de uma centena quasi de inimigos que o dominariam se não lhe acudisse Pedro Teixeira que, após algumas horas de lucta, os levou de vencida. Ficaram no campo mortos os commandantes hollandezes Hosdam e irlandez Porcel e, dos prisioneiros, um revelou que quinze leguas adeante existia uma fortificação guarnecida por cerca de vinte soldados. Metteu de proa para lá Pedro Teixeira e intimando á guarnição, rendeu-se esta sem travar lucta, sob garantia unica de vida aos vencidos, sendo pelo vencedor arrazadas as fortificações.

Não tinham os colonizadores o direito de socegarem por muito tempo, occupados sempre no duplo e constante mistér em bater os extrangeiros e conter os selvicolas. O alvará sobre o resgate destes accende desordens intestinas que só vêm a cessar em 1629. Em Junho são aquelles que de novo surgem em Tucujús, sendo pelo governador Sousa d'Eça mandado o capitão Favella para bate-los. Esse valente official acerca-se a viva força do Forte de Torrego (aportuguezação da palavra Taurege) na confluencia do Maracapucú, abre trincheiras para assedia-lo e impedir a entrada dos comboios esperados. Como lhe escasseassem as munições, retira-se para Gurupá e espera soccorros. Estes lhe vêm por via do incansavel Pedro Teixeira que, partindo de Belém a 1 de Setembro, desembarca sob nutrido fogo do inimigo ao pé do forte. Entrincheira-se na vizinhança de suas muralhas, realiza assaltos que fadigam os defensores da posição, corta as communicações com o exterior, vigia e bate as sortidas dos sitiados, concede armisticio para parlamentar; recusa, quando solicitado, prorogal-o por mór prazo; destroça os soccorros remettidos aos bloqueados, até que estes, forçados pelas circumstancias, rendem-se sob a garantia apenas de suas vidas e passagem franca para Lisboa, com seus haveres. Em 24 de Outubro Pedro Teixeira era senhor do Forte do Torrego e depois de o despojar da artilheria e das munições arraza-o completamente. Não se contivera a furia dos invasores extrangeiros com a perda do Torrego; recolhendo-se Pedro Teixeira a Gurupá para restaurar physicamente as forças de seus batalhadores, o capitão Roger North segue-lhe as pegadas em dois navios de grande lotação. Experimenta mesmo desembarcar, mas Pedro Teixeira bate-os de maneira tão violenta que mesmo os que escaparam de ficar mortos na praia, embarcaram-se feridos e golpeados gravemente. Pedro Teixeira regressa a Belém em Dezembro. A desmarcada ambição dos invasores não se conforma com a expulsão da terra explorada: em Maio de 1630 dão signal de apparecimento entre os rios Matapí e Anauerapucú, desta feita associados inglezes, hollandezes e selvagens sob o commando de Oudaen, occupando novamente posições no canal occidental da margem guianense do Amazonas, a que os portuguezes denominavam Rio Philippe. A mando do governador, é o proprio capitão-mór Jacome Raimundo de Noronha quem, sahindo de Belém a 28 de Janeiro de 1631, recebe o encargo de bate-los. Com sua expedição embarcada em 36 canôas e onde ao lado da frecharia dos indios, encontram-se fuzis e boccas de fogo de campanha, sob o commando immediato do sargento-mór Manuel Pires Freire, (capitão de artilheria), Jacome de Noronha consegue surprehender os invasores e cercar o Forte Philippe em torno do qual se entrincheira, sem disparar um só tiro. Inicia sua acção decisiva e a 1 de Março consegue toma-lo inteiramente,

(3) Sou inclinado a crer, aliás de accôrdo com Rio-Branco, que esse forte ficava numa das margens do Amazonas, e não do Xingú, como diz Baena.

fugindo grande parte do inimigo sob a direcção do chefe Thomaz, e rendendo-se o restante sob garantia de vida. Demolido o forte até aos alicerces, encarrega-se o capitão Ayres de Chichorro da perseguição e consegue não só apanhar os fugitivos como aprisiona-los todos. Ao mesmo tempo que victorioso dessas acções regressa a Belém Jacome de Noronha, aporta á mesma cidade o capitão Luiz do Rego Barros com uma companhia de infantes destinada a vigiar no Cabo Norte o movimento dos extrangeiros, inquieta-los pelos flancos e pela rectaguarda e impedir os tapuias de se congregarem em grande numero. Chegando tambem a Belém em 1631, Feliciano Coelho, no caracter de vice-governador do Estado, occupado por seu pae, volve suas vistas para o combate aos indios. Reforça em 1632 as hostes do capitão Favella, que se achavam em Gurupá, com uma companhia commandada pelo capitão Miguel de Siqueira e com uma força de 240 soldados e 5.000 indios, embarcados todos em 127 canôas; consegue bater os nheengahibas, obrigando parte delles a fugir para uma nova posição denominada Camaú, construida proximo a Torrego e Philippe pelos Inglezes. Os capitães Chichorro e Pedro Baião de Abreu partem para atacar Camaú e, emquanto aquelle vai referir a Feliciano Coelho o estado em que encontrou a fortificação, este toma-a á viva força e consegue a sua rendição na noite de 9 de Julho. Não tendo o capitão Rogerio Fray que a commandava recebido os 500 homens que esperava de Londres, regressa em uma nau que os deveria guiar á fortificação; a 14 de Julho, porém, o capitão Chichorro consegue aborda-la, dizima-lhe a guarnição, que morre em grande parte com seu commandante, conduzindo a nau como um dos mais ricos despojos para Belém. Os soccorros que haviam faltado tão opportunamente a Rogerio Fray, surgem em Janeiro de 1633; dois homens feitos prisioneiros, quando punham pé em terra, dão noticias que Hollandezes e Inglezes organizam empresas poderosas em Flexighen para a conquista do Amazonas.

Este facto fez com que Feliciano Coelho fosse de novo mandado ao Pará, de cujas forças é desta feita nomeado por seu pae commandante supremo. Com o intuito de melhor garantir a integridade da Capitania, não só reforça o contingente de Gurupá, sob o commando do capitão Favella, como intenta mudar a capital para sitio que não offereça, como Belém, facilidades de ataque. Não realiza porém essa ultima intenção; os habitantes da capital não lhe acham razoaveis os receios e se oppõem terminantemente a ella. Extinctos os rumores da guerra contra os extrangeiros ou de combate aos indios levantados, surgem de novo as luctas de competição para os altos postos da Capitania e o largo tracto de tempo que vai de 1633 a 1637, é gasto pelos colonizadores em intrigas politicas, sempre odiosas e estereis.

Em fins desse ultimo anno, quando declinara já a tensão politica que angustiara a Capitania, aportam a Belém dois leigos castelhanos da Ordem de S. Francisco, frei Domingos de Brieva e frei Andrés de Toledo e seis soldados. Tendo sahido da Cidade de Quito para a Provincia dos Encabellados como missionarios, erra-se-lhes o destino pela immolação feroz que os selvagens praticaram na pessoa de seu capitão João de Palacios; narram no Maranhão, ao governador Jacome de Noronha, todo o itinerario desconhecido que a sorte os fizera percorrer e que estão dispostos a perlustrar novamente se a tanto os ajudarem com auxilios em homens e em armas. Mal embarcam os frades para a Europa, por lhes não ter animado o governador na pratica de seus desejos, abrolha no animo dessa auctoridade a ambição de celebrizar-se por essa expansão geographica de que o sangue do capitão Palacios traçara a trajectoria feliz.

Manifesta essa intenção aos seus amigos, e não tarda que murmurações se levantem até aos seus ouvidos, receiosos os habitantes do Pará de que a expedição projectada os afaste os elementos todos da defesa do Estado, ficando este entregue as invasões dos extrangeiros. O governador porém, contrapõe a estes receios as vantagens do conhecimento completo dos seus dominios, e as allianças possiveis com as tribus selvagens, impedindo assim pelo labyrintho amazonico a navegação dos hollandezes, e o seu trafico com o Perú, tido no momento como o mais rico paiz do mundo. Venceram estes argumentos; e é a Pedro Teixeira, o experimentado guerreiro, o mesmo denodado que foi levar por terra a Alexandre de Moura a noticia da fundação do Pará, que Jacome de Noronha commette a temeraria empresa. Attribuindo-lhe a patente de capitão-mór da força militar, com poderes de capitão-general governador do Estado, dá-lhe como companheiros Bento Rodrigues de Oliveira que é feito coronel, Philippe de Mattos Cotrim elevado a sargento-mór e os capitães de infanteria Pedro da Costa Favella e Pedro Baião de Abreu. Apresentando-se a 25 de Julho de 1637 em Belém, com todos os seus officiaes, inicia Pedro Teixeira seu admiravel commettimento, sahindo de Cametá aguas arriba do *Rio-Mar* a 28 de Outubro com 45 canôas nas quaes fez embarcar 70 soldados, 1.000 indios de flecha e remo, nove officiaes, dois sargentos, um almoxarife e um escrivão de viagem. Attingindo seu objectivo em Setembro de 1638, põe-se Pedro Teixeira a caminho de regresso em Fevereiro de 1639; toma posse a 16 de Março, na barra do Aguarico, para a Corôa de Portugal das terras que para o Oriente se extendiam até beira mar, alargando assim os dominios coloniaes de sua patria.

O feito heroico do brilhante guerreiro teve dos seus concidadãos excepcionaes demonstrações de alto apreço e bem as mereceu o intrepido Pedro Teixeira, pois que sua expedição militar não só dilatou até ás posições cisandinas de Castella as fronteiras da Capitania e os limites de sua patria, como preestabeleceu os pontos estrategicos do labyrintho hydrographico da Amazonia, fechando o perimetro de sua completa defesa. Tão certo é isto que o flamengo Gedeão Morris, conhecedor da descoberta do denodado capitão, nos seus sonhos grandiosos de conquista, não cessou de pedir á Camara da Zeelandia a tomada da Capitania do Maranhão, porque esta pela sua vizinhança com as terras do Perú, facilitaria os golpes que a Hollanda maritima e conquistadora poderia desferir em sua rival, arrancando-lhe as possessões riquissimas e indefesas.

Bastaria esta expedição de Pedro Teixeira, pacifica, mas de tão alto destino patriotico para encerrar com chave de oiro a Historia do dominio hispanhol no Brasil. Seus resultados, não ha negar, exerceram fascinante renascimento civico entre os Portuguezes, revivendo-lhes na mente a idéa da patria grande, forte e independente. Atacados no Forte de Gurupá em fins de 1639 por hollandezes, auxiliados por indios rebeldes que, em um patacho armado em guerra remontaram o Amazonas e se dispuzeram em frente áquelle forte, os portuguezes da guarnição, tendo á frente o commandante João Pedro de Cáceres, sózinhos, tomam-n'o por abordagem, occupam-n'o inteiramente e repartem com generosidade os despojos pelos vencedores. Foi esta a ultima acção

guerreira em que os nossos colonizadores se empenharam, ainda sob o dominio castelhano, do qual em tão breves dias, sacudiriam o pesado jugo. A obra de reivindicta patriotica contra a Iberia potente, se é que fôra já imaginada ou anhelada, tracejara-a a rota destemerosa do maior dos guerreiros coloniaes de Portugal — Pedro Teixeira, rasgando o impenetravel véo que encobria aos nossos olhos os dominios magnificos de sua corôa. Para lá se polarizaram, pela vez primeira, nossas ambições de conquista e de gloria pelo augmento de territorio e pelo accrescimo de riquezas; e de lá surgiu sob o ponto de vista militar, o terceiro objectivo guerreiro que teriamos de batalhar por dias adeante.

Contendo os indios e desbaratando os extrangeiros invasores sómente, não realizáramos a missão que nos indicavam no continente os nossos altos destinos: era preciso completa-la buscando para o Brasil os limites naturaes que a nossa Geographia militar de então aconselhava e dos quaes alguns estavam para dentro das possessões hispanholas; o Brasil precisava completar-se geographica e militarmente para ser o que hoje é realmente, a immensa patria material e moralmente incomparavel.

CAPITULO II

DA LIBERTAÇÃO DO JUGO HISPANHOL ATÉ A CELEBRAÇÃO DOS TRATADOS DE PAZ COM A HISPANHA E COM A FRANÇA EM 1801, PONDO TERMO ÁS QUESTÕES DE LIMITES DO TERRITORIO

A morte do preclaro Pedro Teixeira e a vil cobardia de Bento e Pedro Maciel Parente entregando sem lucta o Maranhão aos Hollandezes, vieram ensombrar de funda tristeza a alegria que produzira no animo dos colonizadores o advento de d. João IV ao throno de Portugal. A facil victoria dos soldados de João Cornelles obrigou o capitão-mór Cordovil Camacho a convocar, em defesa da Capitania, os capitães-móres do Cabo do Norte e da Villa de Cametá João Velho do Valle e Cypriano Manuel Aranha. A chegada do primeiro, dois mezes após o chamado, longe de facilitar meios á defesa, veio difficulta-la, porque querendo ser obedecido como chefe supremo da guerra e exigindo munições de bocca para sua gente, e não podendo ser attendido immediatamente, retirou-se para o Rio Una, aonde assentou acampamento, immune dos tiros de artilheria (peloiros) com que o alvejára o Forte de Presepio ou Castello. Do Una intimou á Camara com maior audacia, e esta lhe respondeu offerecendo-lhe mantimentos e quartel a uma legua da cidade, exhortando-o a vir em sua defesa, ameçada pelos Hollandezes, avançados já pela altura de Gurupi. Recusou-se a tudo João Velho e regressou á sua Capitania. A 19 de Julho de 1642 aponta á bocca da barra um navio hollandez commandado por Jacques Vandiquier, trazendo a seu bordo Pedro Maciel Parente e 40 soldados expulsos do Maranhão.

Desembarcando com 10 soldados armados, Pedro Maciel exigiu a submissão da Capitania; respondeu-lhe a Camara com patriotica altaneria que, já tendo denunciado seu comportamento ao soberano, não o poderia jámais acceitar como capitão-mór. Pedro Maciel passa-se então para a Ilha de Collares, e havendo João Velho accedido ao seu convite para juntos se vingarem da attitude da Camara, conggregam-se em uma posição a que nomeam S. Pedro de Alcantara, na referida ilha, reforçada assim com 60 soldados e grande quantidade de indigenas domesticados. Ao mesmo passo que a teimosia de Velho e de Maciel faz periclitar a defesa da Capitania, colligam-se no Maranhão elementos decididos sob o commando de Antonio Muniz Barreiros para expulsar os Hollandezes, pedindo para isso soccorros á Capitania do Pará. Os alliados da Ilha de Collares não achando motivo plausivel para se esquivarem á lucta, embarcam para o Maranhão com 113 soldados commandados por Chichorro, Bento Rodrigues e Favella e 700 indios, com 16 arrobas de polvora; mas nos ultimos dias de Maio de 1643 regressam com a maior parte de sua gente, pretextando falta de munições, quando isto seria motivo para redobrarem de esforços ao lado dos abnegados defensores do Estado. Felizmente, a este tempo já se achava a caminho do Maranhão o capitão Antonio de Deus, levando as munições que num patacho trouxera em fins de Março, da Bahia, o capitão Feliciano Corrêa, a mandado do capitão-general governador do Brasil.

Com o auxilio do governador Pedro de Albuquerque, o Maranhão liberta-se a 25 de Março de 1644 do jugo dos hollandezes, tendo luctado 17 mezes. Mas não se conformam estes com a derrota; em Maio de 1647, Sebastião Lucena de Azevedo tem noticia de que na foz do Amazonas appareceram oito navios hollandezes e recusa-se a commandar a defesa. Não o consente o povo; impellido pela opinião publica embarca-se para Gurupá; dessa cidade marcha para Maricari onde se achavam os Hollandezes sob o commando de Badendergús, ataca-os com denodo e derrota-os completamente.

Affrouxando-se a acção invasora dos extrangeiros, volta-se a Capitania para a mais insistente e irritante questão de sua administração interna, o regime dos indios. De 1646 a 1665, epocha em que a justa fama guerreira do capitão Favella se enodoou com o massacre de 700 indigenas, ocuparam-se os colonizadores em conseguir que cessasse a jurisdicção temporal dos Jesuitas sobre os selvicolas, acabando o exclusivismo de ordens religiosas na assistencia espiritual que lhes era dada, prohibindo o resgate, e instituindo um repartidor daquelles que podessem servir. Dentro desse periodo surge a figura extraordinaria do padre Vieira e de tanto fulgor moral o enche, que nem os baixos appetites egoisticos dos exploradores do captiveiro indigena que entenderam expulsa-lo do Brasil, merece sequer registo.

Tão ameaçada viveu sempre a Capitania do Pará que mal cessavam as questões dos selvicolas, voltaram-se seus gestores para as questões de limites com os Francezes e Castelhanos. Foi assim que no decurso de 1665 o capitão-mór Feliciano Corrêa erigiu um pequeno forte no local fronteiro ao convento em que está installada actualmente a Alfandega. *Cordiforme á linha de agua*, na pittoresca linguagem de Baena, montava essa singela fortificação cinco canhões e destinava-se a auxiliar a defesa maritima de Belém, tendo tomado o nome de Forte de S. Pedro Nolasco pela proximidade em que fica da Egreja das Mercês, fundada sob a invocação do mesmo santo.

Um largo espaço se extende então dentro da mais profunda quietação por parte dos invasores, o só quando em 1686 os Francezes começaram a ensaiar a usurpação do Cabo Norte é que se voltam de novo as attenções para o perigo extrangeiro.

Foram então lembradas obras de defesa maritima em Belém e, admittida como era, a iniciativa particular em

sua construcção, permitte o governador Gomes Freire que Antonio Lameira da França erija a fortaleza maritima da Barra, de fórma circular, sagrada á Nossa Senhora das Mercês, sobre a extremidade do barranco de pedra que se extende de Val-de-Cães, dando-lhe o commando vitalicio em paga das despesas da construcção. Mais tarde, em 1688 no correr de Abril, manda o capitão-mór Antonio de Albuquerque, como que levado por uma presciencia do futuro, levantar no mesmo local em que fôra destruido em 1632 o Forte de Camaú, erigido pelos Inglezes, nova fortificação a que deu o nome de Santo Antonio de Macapá. Não decorreram muitos annos que essa fortificação viesse servir de anti-mural aos ataques do marquez de Ferrol, governador de Caienna. Convencido em sua alta prosapia, que o Rio Amazonas deveria constituir o limite entre o territorio da sua e de nossa Patria, Ferrol que já exprimira essa idéa em carta dirigida em 1691 ao governador do Estado, ataca em Maio de 1697 a fortaleza citada e consegue toma-la devido á timidez e á covardia do seu commandante Manuel Pestana de Vasconcellos, que nem ao menos deu um disparo de seus canhões como signal de reacção. Não demora o governador que já então era Antonio de Albuquerque, promovido de capitão-mór pelo seu alto merecimento, providencias para recobrar a fortaleza perdida. Organiza sob o commando de Francisco de Sousa Fundão, uma expedição de 160 soldados e 150 indios de flecha, escreve ao marquez de Ferrol que o irá expulsar das muralhas de Macapá, em pessoa, se as não desoccupar logo, e mal parte a força, apressa-se em mandar um reforço ás ordens de João Muniz de Mendonça. Fundão acerca-se de Macapá, occupa a ilha fronteira de Sant'Anna e fica a tiro de canhão dos Francezes. Um soldado seu, a nado, apprehende uma canôa dos inimigos que fazia o serviço de vigilancia e assim deixando-os sem communicações leva o assalto ás muralhas, perdendo logo dois soldados. Este pequeno desastre desanimou-o e fe-lo mesmo pensar em retirar, mas a isto se oppõe João Muniz, que levanta o animo da tropa com decisão e bravura, conseguindo leva-la á victoria, perdendo os Francezes 11 homens e rendendo-se sob a garantia apenas da vida. A boa victoria obtida sobre os Francezes em Macapá não diminuiu a vigilancia em que sua acção invasora punha os colonizadores lusos.

O governador Antonio de Albuquerque sóbe até o Rio Negro e vai pelo caminho a escolher locaes para futuras fortificações; ajuda-o neste mistér patriotico a iniciativa particular. Da mesma sorte que Lameira de França erigira o Forte da Barra, constróe no correr de 1697 Manuel da Motta Falcão, continuado por seu filho Manuel da Motta Siqueira, o Forte dos Tapajós, na collina adjacente á povoação desse nome, recebendo em paga o titulo de seu governador e a mercê por tres vidas do habito de Christo. Com a mesma preoccupação dominante o governador Christovam Freire institue em Dezembro de 1711 uma companhia de artilheria necessaria a coadjuvar o esforço defensivo das cinco companhias francas da Capitania e das duas de infanteria remettidas de Pernambuco pelo governador d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencaster; e annos mais tarde o governador Bernardo de Berredo em Agosto de 1718 suggere á Metropole, pelo estudo feito da Cidade de Belém, da ponta do Mosqueiro e da Ilha de Tatuoca, a construcção de dois fortes nesses dois ultimos locaes como inestimavel subsidio á defesa contra o extrangeiro. Ainda em Março de 1738 aproveitando a situação de uma ilha fronteira ao Forte da Barra, junto á qual correndo o canal, podiam passar os navios fóra do alcance dos canhões da mesma fortaleza, mandou, por meio de estacadas, o governador João Abreu Castello Branco consolidar os terrenos de alluvião da mesma ilha na sua ponta septentrional, erigindo ahi um fortim em fórma de parallelogrammo, com um lado de 20 braças para o rio, armado com cinco canhões que cruzavam fogo com os do Forte da Barra.

Com a ascenção ao throno de el-rei d. José I, chega ao Estado a ordem de constituir com as companhias francas (sete — uma de artilheria e seis de infanteria) o regimento de infanteria regular como em Portugal. Não chegando, porém, os rendimentos da Capitania para custear as despesas do Estado Maior do regimento, pois que as companhias tinham apenas capitães e alferes, o governador Mendonça Furtado em 1752 organiza em seu logar quatro terços auxiliares, commandados por mestres de campo. As necessidades porém, de pôr o Estado em condições de defender os seus novos limites com a Hispanha, cujas demarcações se começaram a realizar, levam a Corôa a mandar para o Pará dois regimentos de infanteria, creados de novo em Lisboa, pagos pelo Thesoiro da Metropole, e que entraram na sua capital em 19 de Julho de 1753, sendo um para a cidade, e outro chamado de Macapá, por ser destinado a guarnecer essa praça quando terminada, e dar destacamentos para o Rio Negro, Branco e Solimões. Realmente, em Março de 1754 seguiram tres companhias para a nova Villa de S. José de Macapá, com o tenente-coronel Francisco Cordeiro da Silva que, não só era portador das instrucções disciplinares, como do modo de estabelecer efficazmente a cultura das terras. Cumprindo o mandado régio de Novembro de 1752, o governador Mendonça Furtado manda erigir na margem esquerda da foz do Tacutú, unico sitio de natureza não alluvionica, um forte sob a invocação de S. Joaquim, destinado a cobrir o territorio do Brasil da acção depredatoria das nações de sua confinidade. Sobrevindo a noticia do tratado de 1761, entra o governador Mello Castro em admiravel actividade; embarca para Macapá afim de concertar com os engenheiros o plano de fortificação que convém a tal posição, organiza dois terços auxiliares, um de infanteria e outro de cavallaria; põe na Villa de Caviana um destacamento para impedir a acção dos contrabandistas francezes de Caienna; prescreve o imposto de meio real por libra de carne de açougue para as obras de construcção dos quarteis de tropa; retira as peças de artilheria que puzera na atalaia de Curiaú e guarda-as para obras de mais alto valor; estabelece o regimento de signaes de bandeira para o dia e de foguetes e cuxarras para a noite, e institue postilhões para o serviço de ligação e communicações da tropa. Em Janeiro de 1771, manda construir um reducto de fachina á beira d'agua perto do Convento de Santo Antonio (hoje officinas da "Port of Pará") com a *terra circuitada* de uma paliçada; da-lhe o nome de S. José e destina-o a auxiliar o Forte de S. Pedro Nolasco na defesa da cidade.

Passando o governo a Pereira Caldas, este em 1774 *organiza, instrue e disciplina* uma guarda de cavallaria de dois officiaes, cinco sargentos e 40 soldados tirados dos regimentos de infanteria e para a qual ergue um quartel proprio no Largo do Palacio. Mas não era só a defesa immediata da cidade que levava os governadores á pratica dessas medidas militares; o governador José de Napoles enthusiasmado pela exploração do Rio Tocantins manda plantar em Alcobaça, pelo

major engenheiro João Braum um forte de fachina com seis peças de pequeno calibre, sob o nome de Nossa Senhora de Nazareth de Alcobaça, com o fim de evitar o extravio do oiro, a fuga dos escravos e a approximação dos indios Acarajás, Apinajés e Gaviões. Não tendo a Côrte approvado a creação da guarda de cavallaria, o governador Sousa Coutinho a extingue em 1791 estabelecendo outra, tirada dos corpos auxiliares, creando ainda por essa occasião um armazem de polvora, hoje deposito de polvora, no igarapé do Uaurá e em 1792 mandando abrir uma estrada de communicação entre esse armazem e o Forte da Barra. A eclosão da Revolução franceza em 1789 põe o Governo de Portugal e mesmo os colonizadores em continuo receio de que o surto das idéas politicas que a occasionaram possa vir até nós. Pensa-se para evitar um ataque dos Francezes em fortificar completamente a cidade; para isto propõe o governador Sousa Coutinho cerca-la *pelos arredores* com um parapeito de fachina e terra circuitada de um largo fosso, cobrir com revelins as embocaduras dos caminhos, e pela parte do rio com uma paliçada forte de acapú, capaz de conter em respeito a tropa inimiga. Chega-se mesmo a edificar a bateria de Santo Antonio nas cercanias do reducto de S. José e uma outra de quatro canhões na Ilha dos Periquitos, defronte de Tapauan e abaixo do Forte da Barra. Alarga-se para maior distancia a defesa contra os Francezes; leva-se até á fronteira collocando na foz do Oiapoc uma esquadrilha de cinco barcos com quatro peças calibre 6 cada um, dirigidos por officiaes subalternos e inferiores e um regimento de infanteria, sob o commando de um capitão. E' notavel como naquelles tempos tão recuados dos de hoje os recursos militares de mar e terra facilmente se adquiriam *in loco* sem recorrer sequer ao governo do Estado. O aprestamento dessa esquadrilha que devia nos guardar dos Francezes no Cabo do Norte, dá idéa segura de como se adeantara no Pará a construcção naval, a ponto de conseguir o governador d. Francisco de Sousa Coutinho, em officio de 15 de Setembro de 1880, communicar ao ministro que durante uma decade de sua proveitosissima gestão construira quatro fragatas de 44, tres charrúas, tres bergantins, 12 chalupas-artilheiras e muitas embarcações de baixo bordo, para a navegação interna da Capitania, tendo mais de 2.000 empregados indianos no serviço de córte, de conducção e de embarque de madeiras. A Hispanha não descançara porém, em meio dos nossos cuidados com a França, de ir usurpando trechos e trechos do territorio, desde o que lhe déra nas demarcações os limites a ignorancia ou a falta de patriotismo do commissario subalterno Theodosio Constantino de Chermont, até os que tratados celebrados lhe iam concedendo. Esses factos pozeram em insupportavel tensão as relações politicas dos dois paizes e para qualquer emergencia superveniente foi o governador avisado do perigo. Prepara-se para a hypothese provavel de uma guerra. Transforma os terços auxiliares em regimentos de infanteria, estatue em regulamentos sua disciplina, muda a velha denominação de *mestre do campo* para a de coronel; crea na Ilha Grande de Joannes uma legião miliciana de infanteria, cavallaria e artilheria ligeira e expede uma esquadrilha de chalupas-artilheiras sob o commando do tenente-coronel Manuel Libanio de Mariz Sarmento para cruzar entre a Bahia do Sol e o Cabo do Norte. Renova e melhora o regimento de signaes diurnos e nocturnos e só diminue seus cuidados com o tratado de 14 de Junho de 1801 entre Portugal e Hispanha e o de 29 de Setembro do mesmo anno com a França, tendo antes mandado construir na Ilha de Bragança, jazente na foz do Amazonas, uma bateria de fachina, guarnecida por soldados da Praça de Macapá, pensando que por dividir essa ilha ao meio os canaes desse rio, della se podesse divisar a entrada de todos os navios inimigos e mandar proprios dar aviso áquella praça.

Pouco, porém, durou a quietitude do governo com relação aos Francezes; a politica européa dera demonstrações irrefragaveis de que a paz não seria por muito tempo, e por assim julgar enviou a Metropole para o Pará a accrescentar a força da Capitania em Janeiro de 1803, um regimento do Extremoz composto de dois batalhões sob o commando do coronel José Thomaz Brum, regimento que se foi alojar no Convento dos Mercenarios, delle sahindo o regimento de Macapá que por sua vez foi acantonar em Chaves.

CAPITULO III

DO GOVERNO DE D. MARCOS DE NORONHA (CONDE DOS ARCOS) ATÉ O FIM DA ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNADORES E CAPITÃES-GENERAES

A ascenção de d. Marcos de Noronha ao cargo de governador geral e capitão-mór do Pará assignala para as instituições militares, até aquelle momento existentes nesta Capitania, um periodo de notavel efficiencia. Com elle vem de Portugal para Belém em Setembro de 1803 um corpo de artilheria de linha de quatro companhias e seu parque de arma a pé composto de boccas de fogo de calibre tres e seis e quatro obuzes de seis e nove pollegadas com a palamenta respectiva, sob o commando do tenente-coronel Manuel Marques que, designado ao mesmo tempo para essa funcção, tem mais a incumbencia de dirigir a Aula de Artilheria annexa ao mesmo corpo, destinada ao ensino technico da arma, tudo creado por carta régia de 26 de Abril de 1803. Para que, porém, esse ensino fique feito tambem no campo das experiencias, manda a Metropole na mesma occasião varios artifices destinados ao trem de Artilheria, creado pela mesma carta régia, posto sob a direcção do major da arma Antonio Luiz Pires Borralho, fiscal do regimento, e dotado de todos os instrumentos do artilheiro theorico-pratico, sahidos da fundição e construcção do tenente-general Bartholomeu da Costa. De par com esses factores de proficuo ensino pratico, é creada uma bibliotheca para uso dos alumnos da Aula de Artilheria, doando-lhe o governo: o tratado de fortificação e defesa de praças conhecido sob o titulo de *Engenheiro Portuguez*; tratados de levantamento de cartas geographicas e topographicas, de Philosophia racional, de Algebra e Geometria theorica e de Geometria analytica, trabalhos da lavra do engenheiro-mór do Reino Manuel de Azevedo Fontes; todos os livros do plano de estudos de 1763, do curso completo das academias Real de Marinha e de Fortificação, Artilheria e Desenho, creados respectivamente em 1779 e em 1790, regulamentos, novas ordenanças e compendios de Pratica criminal do foro militar. Como uma racional coroação a esses assignalados esforços pela instrucção militar, é designado o coronel de artilheria Jeronymo José Nogueira de Andrade para, no posto de brigadeiro, superintender a disciplina e a economia da tropa estipendiada e das milicias da Capitania e a inspecção das fortificações, imprimindo assim a unidade necessaria á reorganização militar projectada. Em 1804, como estejam a findar seu tempo de serviço muitos homens do corpo de artilheria e regimentos de infanteria, manda o governador levantar soldados em Belém e em Joannes (Marajó), e fornece-os de fardamento. Com a constante preoccupação da instrucção, recommenda ao brigadeiro commandante das tropas que "ao mesmo tempo que as instruir nas leis da disciplina, da tactica e da economia militar, ponha os regimentos de milicias a par dos da tropa regular na pericia e na disciplina, instruindo-os em determinados dias no manejo das armas, nas marchas e nos movimentos elementares das evoluções". Indo ao encontro das diligencias do governador pela preparação militar da tropa, o brigadeiro Nogueira de Andrade convida em 1804 o commandante do regimento de artilheria e o segundo tenente desse corpo Antonio Ladislau Monteiro Baena para, sob sua direcção, escreverem instrucções que lhe pareçam necessarias. Postas mãos á obra, encarrega-se o tenente-coronel Manuel Marques da *formação das taboas de tiro de espingarda armada ou não de bayoneta semelhante as de Lombard, professor de Auxonne*; e Baena de um *Compendio de fortificação de campanha* feito *á vista das obras de Gaudy, Baller e Lecointe*. Antes já houvera o brigadeiro Andrade escripto instrucções com as seguintes definições preliminares:

> « Adarmes das espingardas e balas e adarmeiros para calibrar ou adarmar as espingardas. Fôrmas e moldes do fabrico de balas; preparação dos cartuchos com balas ou zagalotes; generos necessarios para a construcção dos cartuchos, roladores e medidas de carga para os cartuchos, córte do papel, modo de encher, fecho ou empacotamento dos cartuchos. Nomenclatura dos fechos da espingarda, do canno e da coronha, methodo de despegar e recompor a placa dos fechos; methodo de limpar e arrecadar e conduzir o armamento nas diversas diligencias de serviço. »

e um mappa das dimensões das espingardas da armaria do trem, constante da artilheria do Pará, e do Alemtejo, de caçadores do Pará, do 2º de Elvas e de Campo Maior, de fuzileiros e de granadeiros dos regimentos do Pará, do de Castello de Vide, do 4º regimento do Rio de Janeiro e do 2º regimento de Elvas e do de Campo Maior.

Um acto de dolorosa indisciplina perturba por um momento a vida da guarnição militar do Pará: o soldado José Alexandre, quando á frente do Regimento de Extremoz recebia o castigo de pranchadas por furto, approxima-se do seu commandante coronel José Brum e fere-o com uma facada, de que veio este a fallecer dias depois. Condemnado pelo Conselho de Guerra a ser enforcado, a sentença é aggravada de Lisboa com o additamento de que deveria *ser esquartejado*, e se pregasse a cabeça em poste deante do quartel do suppliciado, e nos largos de cada um dos outros alojamentos, e nos da Polvora as pernas e braços em eguaes postes.

Extranhou o Tribunal de Conselho de Guerra da Côrte que se não houvesse logo executado a sentença do conselho de guerra, pois essas eventualidades deveriam constituir o unico motivo para, bem da disciplina e da ordem publica, a não se aguardar sua decisão.

Preoccupado em dar completa installação á casa do Parque, manda o governador alarga-la até o Becco do Açougue para collocar o trem de guerra. Ficou assim o edificio abrangendo quasi todo o segundo claustro do Convento das Mercês; no primeiro pavimento os armazens de boccas de fogo, de balas, de petrechos e de instrumentos de carregar, o laboratorio, a ferraria, os instrumentos de manobras de força, um telheiro para carpinteiros de reparos e obras brancas e outro para o forno com pertenças para fundição, com serras braçaes de serrar madeira, uma pequena cisterna e almacega. No segundo pavimento installaram a armaria, officinas de alfaiates, sapateiros, serralheiros, armazens de munições de infanteria e effeitos militares dessa arma, da de cavallaria e da de artilheria. Com o fim de distrahir os soldados, em pescarias, fabrico e venda de cipó, breu, etc., o commandante das tropas obteve do governador licença para que as guardas da cidade fossem rendidas de oito em oito dias, mas pouco depois essa ultima auctoridade vê a inconveniencia de tal acto; e, em 20 de Março de 1807, suspende a permissão dada, pelas alterações essenciaes que de sua execução soffria a disciplina militar, prohibindo o emprego dos soldados na pratica illicita de commerciar. Ainda no decorrer do anno de 1807, manda o governador que a tropa se uniformize de accôrdo com o plano de fardamento decretado em Maio do anno anterior e, para que cada um tenha seu logar devido, dá-lhe numeração nova da maneira seguinte: ns. 1, o regimento da cidade; 2, o de Macapá; 3, o de Estremoz. Dos regimentos de milicias, ns. 1, o da cidade; 2, o da Campina; 3, o de Cametá; 4, o de Macapá. Decretada por carta régia de 29 de Novembro de 1806, é creada no Estado a Junta de Justiça Militar para conhecimento e decisão dos delictos militares julgados nos conselhos de guerra.

Ao começo de 1807, a politica franceza entra a inquietar novamente os governantes e renascem os receios de uma futura guerra. Como medidas de prevenção são augmentados os corpos de ligeiros com 2.540 homens, que estavam indevidamente arrolados nos regimentos de milicias, fornecendo o da cidade 1.464; 560 o de Cametá; 389 o de Macapá e 127 a legião da Ilha Grande de Joannes; é intensificada a instrucção na infanteria com dias designados para a tropa miliciana; prepara-se um campo junto ao cemiterio para instruir a tropa de artilheria na theoria e na pratica de Balistica experimental, com espaldões e alvos, tudo sob a direcção do tenente Antonio Ladislau Monteiro Baena. Avisado o governador da nova guerra contra a França e a Hispanha, resolve mandar estabelecer em 1807 completa continuidade entre as baterias de S. José e de Santo Antonio, construindo-se então um semi-baluarte e uma muralha em angulo reintrante que os ficou ligando.

A invasão de Portugal pelo exercito de Junot e Taranco obriga o regente d. João VI a transferir o throno para o Brasil, Deixando a administração do Reino em 26 de Novembro. embarca-se para o Rio de Janeiro a 29 do mesmo mez do anno de 1807, desembarcando em 8 de Março de 1808 na cidade que devia ser a grandiosa capital de hoje. A abertura do commercio do Brasil a todos os extrangeiros, concedida por carta régia de 28 de Janeiro de 1808 e o surto invasor das tropas franco-castelhanas no Reino, determinaram novas medidas militares. Levanta o governador, com o intuito de conter os extrangeiros nos seus abusos, duas companhias de milicianos artilheiros na classe dos homens negros e pardos, subordina-as ao commandante do regimento de artilheria e declara em documento publico que é necessario guarnecer a linha limitrophe do Oiapoc. Organizada

a expedição sob o commando do tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal, tendo sob seu commando diversos officiaes e 400 praças dos regimentos de infanteria e uma bateria de quatro peças e dois obuzes, embarcam-se todos em uma escuna de 12 peças, dois *cutters* de 8, tres barcos-canhoneiras com uma peça de rodizio, uma sumaca e mais alguns transportes, recebendo em Chaves o accrescimo do 2º regimento. A 2 de Novembro enfrenta o Cabo Norte e consegue dobra-lo na noite de 12 com tempestuoso aguaceiro e cerração fechada. Pondo pé no Oiapoc procede a expedição á sua posse em 6 de Dezembro e recebendo o reforço de 300 praças que lhe trouxera James Lucas Ieo, divide-se em dois commandos, assumindo o coronel Manuel Marques o das forças de terra e James Lucas o das de mar. Sem dar tempo a demasiadas providencias do inimigo, ataca-lhes as posições á margem esquerda do Mahuri em 7 de Janeiro de 1809 em canôas e botes, tomando os fortes de *Diamant, Degrad de Cannes* e o *Trio*. Tentando effectuar um contra-ataque, foram os Francezes repellidos com perda de 17 dos seus, internando-se os invasores para Caienna até Beau-Regard, de onde intimaram o governador Victor Hugues a render-se. Solicitado o armisticio, discutida a capitulação a 12, a 14 apossam-se de Caienna com as formalidades militares. Surge em 14 de Fevereiro de 1809 em Belém o forriel de granadeiros do Regimento de Infanteria n. 2, Joaquim Antonio de Macedo, da parte do commandante da vanguarda tenente-coronel Manuel Marques, para communicar ao governador que o seu regimento occupara a Ilha de Caienna, após sangrentos combates, havendo os Francezes capitulado por proposta de seu commandante em chefe Victor Hugues, official da legião de honra, commissario do imperador e rei, e tendo embarcado a guarnição rendida composta de 590 homens para a França, nos navios de guerra da real marinha portugueza. Recebendo o exemplar da capitulação, o governador faz-lhe addições necessarias ao interesse nacional, communica-as ao commandante da vanguarda tenente-coronel Marques, e envia officios dando conta da magnifica victoria para o Rio de Janeiro, encarregando de leva-los o mesmo forriel Macedo que tão diligente e bravo se mostrara. Este sobe o Tocantins até Porto Real do Pontal, da comarca do Norte da Capitania de Goiaz, caminha dahi até o Registo de Santa Maria, cerca de 120 leguas, desse Registo até Villa-Rica em Minas e, finalmente, de Villa-Rica até o Rio de Janeiro. Recebida a noticia com grande alvoroço e não menor jubilo, d. João VI confere ao governador o posto de marechal dos exercitos, com expectativa da primeira gran-cruz, dá ao tenente-coronel Marques a patente de brigadeiro e governador de Caienna, sob a dependencia do Pará; promove ao posto seguinte todos os officiaes que marcharam para a invasão, assegura ás viuvas dos soldados mortos o soldo dos maridos em vida, promove a tenente o forriel Macedo, agradece a todos os officiaes e soldados que tomaram parte na acção e manda propôr recompensas para cada um. Não fica, porém, apenas em premios aos victoriosos, a acção da Côrte do Rio de Janeiro. Por sua ordem são enviados para reforçar o Pará 800 homens organizados em companhias, tirados dos regimentos de artilheria e de infanteria de Pernambuco, e nellas incluidas uma companhia de pardos e outra de pretos e de recrutas, sob o commando do major graduado Manuel Silvestre da Fonseca; e manda que da Bahia sigam para Belém 500 barris de polvora. Como trophéos de victoria, envia o governador ao principe regente uma imagem de Nossa Senhora da Victoria, tomada a um navio nosso em Caienna pelos Francezes e duas bandeiras das tres de que se apoderaram as nossas tropas. Guardou o governador uma para o Estado no docel do Palacio, transferindo-a depois com festas de raro esplendor e enthusiasmo patriotico, processionalmente, entre alas de luzida tropa para o altar-mór da Egreja das Mercês. A esta grande festa civica outras de caracter civil se vieram juntar para celebrar condignamente a victoria sobre os Francezes. O negociante Francisco José Gomes Pinto manda celebrar uma missa, outro offerece o theatro com decorações allusivas ao genio Militar portuguez e o capitão do 2º Regimento de milicia Manuel Gomes Pinto apresenta o Largo do Palacio feericamente illuminado. Adoecendo o brigadeiro Manuel Marques, é mandado para substitui-lo na direcção da conquista de Caienna o coronel de engenheiros Alexandre Pinto de Sousa.

Começaram a produzir os resultados esperados as medidas que melhoraram as instrucções militares em 1803 e 1804. Em Junho de 1810 o capitão-tenente José Joaquim da Silva apresenta prompta a carta hydrographica do Pará, mencionadas nella as differentes profundidades, baixios, restingas e todos os detalhes que podem orientar a navegação, franqueando-se além disso sua leitura e cópia aos interessados.

Os acontecimentos da Metropole provenientes da expulsão dos Francezes, da morte da rainha d. Maria I e da elevação ao throno de d. João VI, modificaram a orientação da politica exterior de Portugal e é já sob a administração do governador capitão-general conde de Villa-Flor, em Dezembro de 1817, que se manda executar o tratado assignado pelo conde de Palmella e Richelieu, devolvendo á França a colonia de Caienna até ao Rio Oiapoc, entregando-se-lhe tambem as fortalezas e petrechos militares. Cumprindo uma das clausulas do tratado, a esquadra expedida de Caienna pelo general de Saint-Cyr desembarca no caes de Santo Antonio as tropas portuguezes que occuparam aquella conquista e que são recebidas em Belém debaixo das mais laudatorias acclamações. Por ordem régia transmittida pelo governador, todos os militares que compuzeram essas tropas são mandados usar no braço direito um pequeno circulo encarnado tendo no diametro a palavra Caienna e offerecida pelo soberano da Britannia uma medalha sobredoirada como louvor ao *pulso* e *ardimento* que patentearam naquella conquista. Como era de esperar de um espirito affeito ao trato das questões militares, o conde de Villa-Flor não demora em proporcionar á guarnição do Pará medidas que assegurem melhor seu preparo. Crea um esquadrão de cavallaria, cujo commando dá ao major Joaquim Mariano de Oliveira Bello, e aquartela-o no edificio de S. José; muda o quartel do corpo de artilheria para o pateo da Ordem Terceira de S. Francisco, e transfere de Chaves para Belém o Regimento de Infanteria n. 2. Orienta, instrue e disciplina as tropas dentro do regulamento feito pelo marechal marquez de Campo Maior e assiste a 10 de Março de 1818 a abertura do curso theorico do Corpo de Artilheria. Entendendo que o armazem de polvora do largo do mesmo nome embaraça a reunião das tropas que faziam alli seu ponto de assembléa geral, manda demoli-lo, mas ao faze-lo lamenta a propria resolução, pois, sacrifica sua *optima construcção e arranjo interno*. Insinua ao ajudante do corpo de artilheria Antonio Ladislau Monteiro Baena escrever uma memoria sobre a Aula Militar da Provincia e como deve ser seu ensino systematizado, havendo o mesmo official a 15 de Outubro do mesmo anno (1818) se desincumbido satisfactoriamente de sua missão. Aproveitando este trabalho o governador decreta um estatuto especial para a Aula Militar quanto á norma, ao methodo do ensino e á qualidade dos estudos, e para que estes fiquem exclusivamente no campo theorico, determina ainda ao ajudante Baena a composição de um compendio de fortificação de campanha, e um programma de exercicios praticos para serem executados annualmente no campo de instrucção. A esse illustre official deveu tambem o governo do conde de Villa-Flor uma carta topographica que, com seus discipulos capitão do 3º Regimento de Infanteria Vicente Ferrer de Sousa, ajudante do 1º Regimento de Infanteria Caetano Alberto Teixeira Cavalcanti, e alferes tambem do 1º Carlos Antonio de Sousa Trovão, levantou em Agosto de 1919 do espaço maritimo entre a cidade e a Fortaleza da Barra. Em 20 de Outubro do mesmo anno o governador reforma o regimento de signaes usado por essa fortaleza e manda que se empreguem tantas bandeiras distinctas quantos são os caracteres usados na numeração, exprimindo-se por este meio todas as ordens. Havendo o commandante da Fortaleza de Macapá major Ignacio Antonio da Silva, communicado que até a frente de sua muralha, se estira um pirata que subira o Amazonas, o governador manda reforçar a praça com 180 homens commandados por um capitão e faz cobrir com a escuna *Conde de Villa-Flor* e a barca-artilheira n. 1 as ilhas da foz do Amazonas, de commum esforço com a tropa de terra. Recebendo queixas do modo por que o major Ignacio trata aos moradores de Macapá, fez-se de vela na escuna *Andorinha* acompanhada pela escuna *Correio* e navega pela foz do Amazonas, passa uma semana na referida cidade, reprehendendo severamente aquelle commandante pela sua conducta. Verificando mais de perto nessa occasião as necessidades de Macapá, cujos habitantes se elevavam ao total de 2.558, pede a el-rei que mande domiciliar alli um bom numero de familias açorianas que augmentará assim o nucleo de defensores de tão importante praça de guerra. Uma grande epidemia de bexigas faz baixar de maneira inesperada o effectivo dos regimentos; o governador commissiona por isto o tenente-coronel do 2º Regimento de Infanteria de 1ª linha para ir a Cametá e ao Baixo Amazonas alistar gente para preencher as vagas que se haviam dado. Os acontecimentos que vieram a se pronunciar logo depois, com a subversão da ordem no Pará, justificaram bem essa precaução de não deixar a tropa com claros numerosos nas suas fileiras.

CAPITULO IV

DA REVOLUÇÃO DO PORTO AO FRACASSO DO MOVIMENTO EM PROL DA INDEPENDENCIA AOS 14 DE ABRIL DE 1823

A revolução do Porto em 1820, que mais não foi que a reacção contra o absolutismo tão despoticamente exercido por Beresford em Portugal, teve no Pará, mais do que em nenhuma outra Provincia do Reino-Unido, memoravel repercussão. Agitado pela eloquencia patriotica de Patroni que via na restauração do constitucionalismo portuguez solução immediata aos legitimos anceios politicos de sua terra, o povo paraense se levantou e depoz o governo provisional de Antonio da Cunha, Joaquim Philippe e Carneiro de Sá, aliás já malquerido pelas suas conhecidas deshonestidades administrativas. Teve este movimento um caracter accentuadamente militar, não só pelos elementos que lhe deram o desejado exito, como pelo proprio instante em que de subito irrompeu — o termino da parada no Largo de Palacio a 1 de Janeiro de 1821. Ultimo a ser passado em revista, o 1º Regimento de Infanteria sob o commando do coronel João Pereira Villaça corresponde a uma saudação do povo com o grito — *Viva a Constituição! Vivam as Côrtes!* e manda tocar a rebate. A este toque se apresentam immediatamente o 2º e o 3º regimentos de Infanteria com seus commandantes coronel Francisco José Rodrigues Barata e tenente-coronel José Narciso da Costa Rocha, logo depois o 4º Regimento de Milicia e o 3º Corpo de Milicianos Ligeiros da cidade, commandados respectivamente pelo coronel Geraldo José de Abreu e Francisco José de Faria. Hostis ao movimento recusam-se a ajuda-lo o corpo de artilheria e o esquadrão de cavallaria, mas a resistencia de seus commandantes, tenentes-coroneis José Antonio Nunes e José Mariano de Oliveira Bello quebra-a o proprio governo provisional determinando sua incorporação á guarnição rebelde. Eleita a Junta provisoria do governo, figuram os militares em maioria, pois dentre os nove membros que a compuzeram são contemplados como vogaes os coroneis Villaça, Barata, Abreu e Francisco José de Faria. Na guarnição interior da Provincia, nem toda tropa commungara facilmente com as idéas vencedoras na capital; foi preciso que um trabalho de propaganda habil viesse finalmente minar a lealdade ao Governo antigo e fizesse irradiar a insurreição que deu em terra com os governadores da Provincia do Rio-Negro e da Ilha Grande de Joannes, majores Manuel Joaquim dos Passos e coronel de milicia Joaquim Antonio de Barros e Vasconcellos, ameaçando tambem o da praça de Macapá, major Ignacio Antonio da Silva, que teria tido a mesma sorte senão fizesse solertemente uma adhesão opportuna. Substituiu ao primeiro o coronel graduado do 2º Regimento de Infanteria Joaquim José de Gusmão, sendo encarregado de levar a noticia do movimento á Côrte do Rio de Janeiro o commandante do esquadrão de cavallaria tenente-coronel Bello.

Apesar da sua adhesão ao movimento rebelde, não demorou muito tempo em Macapá o major Ignacio da Silva, porque taes eram os maus tratos ao povo e o desatino das suas resoluções, que em Agosto de 1821 houve o Governo por bem substitui-lo pelo major Baena, o illustrado e competente official a quem tanto deveu o exercito do seu tempo. Fez esse incançavel soldado uma completa e radical transformação no governo daquella praça de guerra, mas presentindo que as circumstancias na Provincia não favoreciam a exequibilidade de suas iniciativas, recolheu-se ao corpo de artilheria e entregou-se exclusivamente aos trabalhos de sua cadeira de Mathematica na Aula Militar.

Eleita em Março de 1822 a nova Junta administrativa, em cumprimento da determinação das Côrtes, o coronel Villaça entendeu caber-lhe o commando em chefe das tropas, mas aquella, após ouvir as auctoridades militares, conferiu-o ao mais antigo dos commandantes do corpo, o coronel Joaquim Philippe dos Reis. Substituido este em Abril pelo brigadeiro do Exercito Portuguez José Maria de Moura que viera transferido de Pernambuco, constituiu o general luso seu estado maior com o seu antecessor, o major José de Brito Inglez e capitão Hilario Gurjão.

Estabelecido o governo militar lado a lado do governo civil, surgem facilmente por exaggeradas susceptibilidades de um e de outro, os attritos que tanto perturbaram a administração publica. O primeiro passo nesse errado caminho foi dado pelo governo civil, que não querendo confiar na tropa de linha e de milicias, entendeu caprichosamente organizar um corpo de policia seu, sob o commando do coronel Villaça, composto de 92 praças de infanteria, desligadas da auctoridade militar, destinadas ás rondas e patrulhas, declarando logo ao governador militar que se elle se lembrasse de as mandar fazer por força sua, demonstraria "querer escravizar os cidadãos da Provincia". Irritado com esse tom de desconfiança e com tão extranha limitação ás suas complexas funcções, o governador militar obstinou-se em não conceder a organização policial pedida e reiterada, não se afastando de seu proposito, nem antes nem depois de haverem os dois governos — civil e militar — submetido a causa da contenda á decisão das Côrtes Geraes, num protesto apresentado pelo ultimo sob a fórma de abaixo assignado, firmado por toda a guarnição militar. Esse lastimavel desconcerto na acção governativa produziu o bem que era de temer e o mal que era de esperar: o transtorno da ordem interna elaborada sem desfallecimento pelos partidarios da Independencia que muito se aproveitaram da falta de solidariedade dos poderes publicos, e a falta de providencias decisivas, immediatas e efficazes nos casos de insulto extrangeiro, como veio a acontecer, quando informado o governador militar das incursões pelos Castelhanos ao Sul da Capitania do Rio-Negro, não teve da parte do governo civil, a quem expoz a situação, mais que um officio cheio de admoestações audazes e até de insultos pessoaes. Surdos a todos os reclamos do governador militar, aquellas das providencias que por este lhe eram reclamadas em beneficio da tropa, ficaram systematicamente no olvido. Por este motivo, o effectivo da tropa de linha desceu a ponto de nem quasi poder montar as guardas da guarnição.

Ao passo e á medida que taes factos se iam desenvolvendo, a idéa da Independencia minava subterraneamente os alicerces do dominio colonial, e logo disto foi prova a eleição de 25 de Fevereiro de 1823 em que nenhum portuguez conseguiu fazer-se eleger para a Camara Municipal. Alarmados com esta unanimidade, as auctoridades da Metropole tudo fizeram para assegurar seu governo e jugular a idéa de emancipação politica, tendo tentado até conservar no governo militar o brigadeiro Moura, demittido em principios de Fevereiro, por meio da representação que lhe endereçaram, quasi como um convite de desobediencia á ordem de partida para Lisboa.

A Independencia do Brasil declarada nas provincias do Sul não conseguira ainda realização no extremo-norte, se bem que por um singular phenomeno da nossa Historia, andasse lavrando a idéa nos rumos do Nordéste Brasileiro, do centro para a peripheria, isto é, do sertão para o littoral. O ataque feito pelos revolucionarios ás villas piauhienses de Piracuruca, Parnahiba e Oeiras, intimidaram os dirigentes do Maranhão, que, sem recursos bellicos sufficientes para combate-los, recorreram ao governador militar do Pará emquanto do Reino lhes chegavam as forças que haviam solicitado. Pediram apenas 200 homens de infanteria commandados por officiaes fieis a Portugal, correndo as despesas por sua conta. Em fins de Fevereiro, mandou-lhes o brigadeiro Moura a expedição sob o commando do major Ignacio Antonio da Silva, menos para ajudar a sua defesa do que pelo receio que a sua quéda concorresse para a incursão das idéas de separação entre as gentes do Pará, que elle presentia já contaminadas. A reclamação do cidadão portuguez Manuel da Cunha contra a eleição municipal e a maneira por que a Junta governativa a solveu, afastando de si a solução final, dispuzeram mal contra uma e outra — Camara e Junta — o espirito dos nossos colonizadores.

Os partidarios da Metropole conceberam a reacção e a levaram a effeito em 1 de Março de 1823 no mesmo largo do Palacio e tambem após a parada da guarnição. Ahi reunida a tropa assumiu-lhe o commando o coronel Villaça que depoz a Junta e a Camara; convocou em logar desta a anterior e prendeu e deportou grande numero de partidarios da Independencia. Da nova Junta um só militar fez parte — o coronel Geraldo José de Abreu no caracter de secretario, mas não se póde negar que mais que o movimento de 1 de Janeiro de 1821, o motim do coronel Villaça foi um golpe exclusivamente preparado e levado a effeito pela guarnição militar, e tanto esta se compenetrou de tal verdade, que entendeu publicar em 4 de Março um manifesto desculpando-se de te-lo perpetrado. Um só militar discrepou da conducta dos demais, o major Baena que, eleito duas vezes para a Junta, duas vezes recusou della fazer parte, se bem que não se lhe tivesse opposto em seus designios. Para preencher os claros da guarnição entrou a nova Junta a prender e a recrutar os parentes e amigos dos presos politicos suspeitos de adeptos da Independencia e a acceitar, como o fez, os offerecimentos de tropas irregulares, como a companhia de cavallaria equipada, armada, municiada, mantida por um grupo de commerciantes portuguezes e a de artilheria, organizada por Camillo José de Campos. Aquelles reunidos no Quartel-General elegeram seu commandante a Joaquim Francisco Danin, sargento a Antonio José Machado e cabos a José Antonio de Oliveira e Manuel Pedro Vianna, constituindo-se de um commandante, um 2º commandante, um sargento, quatro cabos, dois clarins e 48 soldados.

A compressão exercida pelos partidarios da Metropole, longe de levar ao desanimo os pioneiros do movimento pela Independencia, conseguia sómente excita-los na propaganda para a victoria do seu ideal. Entrando em entendimento com os officiaes da guarnição sympathicos á emancipação politica do Imperio, os revolucionarios brasileiros conbinaram levar a effeito a adhesão do Pará, ao amanhecer do dia 14 de Abril de 1823. O alferes de cavallaria Antonio de Loureiro Barreto assumiria a direcção de um piquete de cavallaria e de soldados do 2º Regimento de Infanteria, com a missão de tomar o quartel e o parque de artilheria (hoje Ordem Terceira da Penitencia); realizada esta parte do plano que seria annunciada por foguetes de artificio, o resto do esquadrão de cavallaria sob o commando do alferes José Marianno de Oliveira Bello accorreria ao 2º Regimento (hoje edificio do Quartel-General), rebellado sob o impulso do capitão Boaventura Ferreira da Silva, e juntos iriam buscar o 3º Regimento de Infanteria (aquartelado no edificio em que está hoje a Alfandega) para, occupando todos o quartel de artilheria, assentarem suas peças nas embocaduras das ruas do Açougue (Industria) e de Santo Antonio e dos Martyres (28 de Setembro), por onde lhes poderiam vir provaveis ataques. Tomado de surpresa o parque de artilheria por um ardil que João Balbi, um dos conjurados, empregou imitando a voz do governador militar, e presos os seus officiaes, bombas de ar annunciaram ás 4 h. e 5 m. da madrugada aos demais conspiradores que a primeira parte de seus planos estava realizada. Tomando á frente do seu regimento, o 2º de infanteria, o capitão Boaventura da Silva exaltou-o, erguendo vivas ao imperador e á Independencia e recebendo o concurso do esquadrão de cavallaria que já se achava na estrada das Mongubas (hoje Almirante Tamandaré) sob o commando do alferes Oliveira Bello, marchou sobre o 3º Regimento de Infanteria, que encontrou já formado com seu commandante tenente coronel José Narciso da Costa Rocha. Erguendo de novo vivas ao imperador e á Independencia, correspondidos por toda a tropa, o capitão Boaventura, viu surpreso, surgir á frente do regimento, aconselhando-lhe fidelidade a Portugal, seu fiscal o major Francisco José Ribeiro que com este gesto de decisão conseguiu evitar a adhesão do seu corpo tão cuidadosamente preparado pelo capitão Domiciano Cardoso, ajudante Manuel Lourenço e alferes José Maria Martins.

Soldado decidido e de animo resoluto, não desanimou Boaventura da empresa patriotica e dirigiu suas tropas para o parque de artilheria, onde encontrou tudo prompto para qualquer reacção ao movimento. Poucos momentos após, escapando-se do quartel, conseguiu o tenente coronel José Antonio Nunes correr a uma peça e dispara-la, dando com este tiro morte á sentinella e ferindo um sargento; mas este desabrido gesto do desventurado commandante foi immediatamente castigado com uma descarga de fuzilaria que o atravessou de balas, causando-lhe ferimentos de que veiu a morrer no dia 17 de Abril em casa de Paschoa Rodrigues. A reacção do governador militar a este estado de coisas não tardou, tanto mais quanto a defecção do 3º Regimento de Infanteria enfraquecera sobremaneira o movimento.

Do quartel do 1º Regimento de Infanteria onde se achava o governador das armas, de cujo assassinato foi encarregado o sargento de ordens no quartel general, tocou rebate ás tropas. Mandando postar o 3º Regimento de Infanteria em ordem de batalha no flanco esquerdo do parque de artilheria, fez seguir um destacamento do 1º Regimento de Infanteria sob o commando do capitão Bibiano Luiz do Carmo para o Reducto, ordenando ao major Baena que acompanhasse esse destacamento e que em chegando a Santo Antonio o deixasse para se incorporar ao 3º Regimento de Infanteria. Baena não se quedou porém na situação passiva em que lhe mandaram ficar; examinando a attitude dos revolucionarios e vendo-a já reduzida a absoluta passividade, cuidou antes de tudo de reunir homens, recolher a munição atirada pela rua até quasi á praia, requisitar a palamenta, e formar o parque de artilheria. O governador militar, após o destacamento que fizera seguir na vanguarda sob o commando do capitão Bibiano, dividiu as forças em duas columnas, assumindo o commando de uma; dirigiu-se pela Rua Santo Antonio até ao Largo desse nome e dando o da outra ao coronel Villaça fe-lo marchar pela rua do Açougue com destino ao mesmo Largo.

Dos heroicos defensores da nossa independencia muitos já tinham desapparecido, conservando-se apenas á frente dos soldados em attitude decidida e nobre, para soffrer o castigo da sua dedicação pela liberdade, o capitão Boaventura da Silva e o alferes Oliveira Bello, havendo aquelle impedido, para evitar effusão de sangue que o intrepido cadete Bernal do Couto disparasse sobre a columna do commando do governador das armas uma peça que a enfretava inteiramente e cujo fogo a muitos dos seus abateria.

Abortada assim a conspiração pela Independencia, os vencedores entregaram-se incendidos de odios e de ambições em busca de recompensas para si e de castigos para os vencidos. Para os primeiros as promoções e as gratificações galardoando officiaes e soldados, para estes as mais crueis penas, sendo recolhidos os militares á fortaleza da Barra (capitão Boaventura da Silva, tenente Diogo Vaz da Moya, alferes Antonio Barreto, Domingos Marreiros, José Maria Martins, José Francisco Ribeiro e Oliveira Bello, e o cadete Bernal do Couto) e os civis á cadeia publica. Conseguiram escapar á prisão o capitão Domiciano, ajudante Manuel Lourenço e cadete Marcos Martins. A ferocidade vingadora dos dominadores lusos julgou que a pena de morte devia ser o castigo imposto a todos os revoltosos e se não se fizessem ouvir e acatar no tremendo momento a auctoridade e a energia beneficas de d. Romualdo de Seixas, presidente da Junta provisoria, tal ignominia seria consummada contra a opinião da mesma Junta, cuja unanimidade foi quebrada apenas pelo perverso voto de Theodosio Constantino de Chermont. O bondoso sacerdote que foi mais tarde o marquez de Santa Cruz, opinando que fossem embarcados para Portugal todos os revoltosos afim de serem lá julgados e castigados, salvou-os da pena de morte que aqui por certo se lhes infligiria a todos e que, se bem que não inteiramente inpedida, foi minorada e diminuida para muitos, com a viagem a bordo da charrúa *Gentil Americana* e da fragata *Leopoldina*, no dia 7 de Junho.

CAPITULO V

DA ADHESÃO DO PARÁ Á INDEPENDENCIA ATÉ A INSTITUIÇÃO DO GOVERNO REGENCIAL NO BRASIL

O martyrio imposto aos revolucionarios de 14 de Abril foi de resultados contraproducentes; os éstos de liberdade do povo paraense longe de se recalcarem no seu coraçõs expandiram-se mais ainda. Cresceram e extremaram-se a, rivalidades entre brasileiros e portuguezes e pelo interior — em Cametá, Abaeté, Melgaço, Vigia e Muaná o espirito liberal triumphou num proselytismo assombroso. Nessa ultima villa a 28 de Maio João Possidonio, Braz Odorico e João Pereira da Cunha, phalangiarios escapos aos supplicios da capital, auxiliados por José Pedro de Azevedo, proclamam mesmo a Independencia, mais uma vez suffocada pela alma damninha do major do 3º Regimento de Infanteria Francisco José Ribeiro, á frente de uma força do seu corpo, após duas horas de nutrido fogo. Presos os vencidos, esse facto encheu de jactanciosa ousadia os vencedores e emquanto estes eram recebidos pelos portugueses sob arcos triumphaes, aquelles passavam humilhados contemplando ás portas e ás janellas dos extrangeiros senhores de sua terra, os instrumentos do supplicio que lhes ia ser inflingido. A Junta Provisoria e o governo militar auscultando bem o sentir da população, não estavam tranquillos e sabendo medir as consequencias da contaminação da força armada pelas opiniões dominantes, não se esqueceram de cumula-la de honras e de bens. A 13 de Maio, natalicio do rei, foram assignadas as promoções até capitão, concedendo-se aos não promovidos — inferiores e soldados — gratificações remuneradoras.

Era esta a situação do Estado quando a 10 de Agosto ferrou velas á entrada da barra o brigue de guerra *Maranhão*

em que João Pascoe Grenfell, como logar-tenente de lord Cochrane vinha apoiar o partido da Independencia. Em officio dirigido á Junta provisoria, Grenfell faz crer que commanda a vanguarda da esquadra daquelle almirante ancorada na Bahia do Sol e pede licença para aferrar no ancoradoiro de Belém. Reunidas as auctoridades todas, só o governador militar general José Maria de Moura não crê no ardil de Grenfell, o unico entre os seus eguaes recusa adherir á Independencia, resignando as funcções que desempenhava. Os demais a acceitam e dando disso sciencia a Grenfell, este ingressa a barra e vem aferrar no porto da cidade, recebendo o *Maranhão* a seu bordo o que de mais notavel ella possuia. A attitude franca do general Moura e o conhecimento que todos tinham das opiniões do coronel Villaça, partidario extremado da Metropole, aconselhavam que se lhes impedisse qualquer reacção contra a Independencia, e por este motivo mandou a Junta recolhe-los a bordo do brigue de Grenfell, a 14 de Agosto, sem que a taes prisões alguem se oppozesse. A renuncia do general Moura fez que a Junta provisoria pozesse seu cargo nas mãos do tenente-general Manuel Marques d'Elvas Portugal, o illustre vencedor de Caienna, então inspector das tropas do Pará. Feita a eleição da nova Junta que teria de dirigir os destinos do Estado dentro do regime recem-implantado, foram eleitos para ella quatro militares — o coronel Geraldo José de Abreu, presidente; o capitão José Ribeiro Guimarães, secretario; o portabandeira Felix Antonio Clemente Malcher, e o capitão João Henrique de Mattos e unico civil o conego João Baptista Gonçalves Campos. Como sóe acontecer sempre, os partidarios da Independencia distinguiram-se uns dos outros pelo rubro mais ou menos carregado das suas opiniões; havendo os radicaes de idéas extremadas querido levar a ferro e fogo os inimigos do Brasil e os tolerantes entendido mais conveniente no momento um congraçamento de portuguezes e nacionaes. Por mais paradoxal que pareça ser, não ha negar que a razão estava com ambos; porque se os ultimos levados por considerações de ordem politica ou de humanidade assim entendiam que devia ser sua conducta no momento historico que atravessavam, não se póde recusar aos vencidos de hontem, massacrados sempre barbara e audaciosamente pelo extrangeiro, a humana aspiração de excluir completamente do seu seio o elemento que tanto o aviltara e comprimira.

Dentro da Junta governativa Baptista Campos e Malcher encarnavam os anhelos dos radicaes, Geraldo de Abreu, João Henrique e José Guimarães os dos tolerantes. Desse choque de opiniões surgiram graves symptomas de indisciplina na tropa, anciosa por ver satisfeitas as aspirações extremadas dos Brasileiros — isto é — a demissão do coronel Geraldo, tido como sério embaraço á sua realização e a exoneração de todos os officiaes e funccionarios publicos infensos á Independencia e assim a deportação para Lisboa de todos os portuguezes que se haviam opposto não só ao ultimo movimento como aos que o precederam. Destes um dos mais graves foi por certo a manobra tentada no sentido dessas aspirações pelos 1º, 2º e 3º regimentos de infanteria e esquadrão de cavallaria, assaltando o trem de artilheria e para lá levando como chefe o conego Baptista Campos, J. Henrique de Mattos, Ribeiro Guimarães e Clemente Malcher. Serenados os animos pela segurança de que seus desejos seriam satisfeitos, voltou a tropa a quarteis sob os conselhos do coronel Manuel Sebastião de Mello Marinho Falcão e do tenente Boaventura José de Vilhena, mas não sem deixar de em companhia de elementos populares de baixa classe atacar muitas propriedades portuguezas, provocando grande inquietação e insegurança na cidade. Não refreada a indisciplina no seu primeiro excesso, era fatal que novos desatinos se viessem dar e tantos foram elles, que para impedir as depredações e os saques, não só Baptista Campos ordenou aos milicianos patrulharem a cidade, como convocou os chefes dos regimentos para assentar medidas energicas e pedir a intervenção de Grenfell com suas forças navaes. Estas desembarcadas na madrugada de 17, accrescidas da maruja mercante, começaram por prender as pessoas encontradas pela rua e aquellas que eram denunciadas na agitação reinante. Desarmou a tropa, conduziu o parque de artilheria para o Largo do Palacio na manhan de 17 e poz tudo no quadrado formado pelas suas forças navaes e elementos de terra, armados e municiados, entre os quaes até portuguezes se encontravam. Destes elementos surdiu a intriga que ia victimando o proprio Baptista Campos e que deu logar ao acto de violencia e malvadez de Grenfell mandando espingardear cinco soldados, um de cada regimento, incriminados nas desordens da noite anterior. Os motins, as prisões, as deserções e a indignação pela crueldade attribuida a Grenfell rarearam as fileiras da tropa e a Junta provisoria aproveitando o momento dissolveu os tres regimentos de infanteria, fundindo-os em um só com o nome de *Regimento Imperial*, sob o commando do tenente-coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, filho do governador militar.

Verificando, porém, a insufficiencia desta força e confiando nella tanto que só lhe entregava as armas para as guardas rendidas diariamente, a Junta organizou dois corpos mais — de *artilheria* e *cavallaria imperiaes*, sob o commando respectivo do capitão João Antonio da Silva Egues e tenente-coronel Ambrosio Henrique da Silva Pombo, que ficaram armados e municiados completamente, e augmentou ainda o effectivo dos regimentos de milicias. Estas providencias e mais ainda o procedimento de Grenfell mandando encerrar nos porões do brigue *Diligente* (mais tarde *Palhaço*), do commando do tenente João Lucio de Araujo, 254 civis e soldados que encontrara nos tumultos da rua, os quaes foram mortos pouco a pouco pela fome, pela sêde e pela asphyxia, desencadeou a reacção contra os Lusitanos no interior da Provincia, sendo seus primeiros prógoeiros as victimas das perseguições na Capital que, pela fuga, haviam conseguido escapar á morte.

A valorosa Cametá orientada pelo capitão da 2ª linha José Francisco Alves encabeça o movimento francamente nacionalista; rendem-lhe obediencia Ociras, Portel, Melgaço, Conde, Beja, Muaná, Igarapé-Miri e Abaeté. Para combater a revolução serve-se a Junta provisoria da palavra evangelizadora do bispo d. Romualdo e de uma expedição militar constituida de 30 milicianos e 40 marinheiros embarcados na escuna *Andorinha* e na barca artilheira n. 2, sob o commando do capitão Joaquim José Jordão, levando como parlamentario o capitão Fernando Ferreira Ribeiro. A violencia com que agia a esquadrilha por ordem de Jordão e sob a immediata acção do tenente da Armada Victor James Subrá, fazendo fogo sobre a villa antes de qualquer signal de resistencia dos sublevados, inutilizou os resultados que a palavra persuasiva e patriotica de d. Romualdo, aliás investida de auctoridade militar, conseguiria no apaziguamento dos espiritos. As violencias da força armada fizeram que o bispo illustre desistisse

de sua missão pacifica, ficando a Junta provisoria na contingencia de empregar apenas os meios da força para quebrantar a acção revolucionaria. Reunida extraordinariamente em 19 de Janeiro de 1824, a Junta entendeu de novo entregar armas á tropa de linha para ganhar-lhe a confiança, e utilizando-lhe os serviços emprega-la no restabelecimento da ordem em Cametá. Para isso determinou que com ella e com marinheiros se guarnecessem barcos e canôas artilhadas, destinadas ao cruzeiro, cujos fins seriam proteger a navegação do sertão, impedir os esforços de conjuncto dos sublevados e defender a ilha grande de Joannes.

O espirito de indisciplina da força da 1ª linha nos primordios da adhesão á Independencia não só deixara em sua seio a traça difficil de desarraigar, como ficara servindo aos interesses portuguezes para suas tramoias e perfidias. O major graduado Ignacio Pereira, que os encarnava admiravelmente, tendo obtido permissão para concentrar no quartel de artilheria os elementos de defesa da cidade, busca subleva-los contra a Junta, mas esta consegue descobrir seu intuito, não só porque toda tropa não era connivente como porque Ignacio Pereira nenhum prestigio possuia; o coronel Antonio Joaquim de Barros e Vasconcellos commandando uma força de cavallaria imperial facilmente suffoca a tentativa na noite de 25 de Janeiro. Presos Ignacio Pereira e seus cumplices, voltam as coisas á normalidade na capital, preoccupadas todas as auctoridades em preparar a expedição militar que deveria implantar a paz no interior da Provincia. A Junta, antes de envia-la, manifesta a intenção de ouvir dos sublevados as determinantes de sua attitude e sabendo que era e seria a destituição dos portuguezes dos cargos e funcções publicas, attende-os, demittindo 105 funccionarios, dos quaes 83 officiaes, sendo 30 do regimento imperial, 7 de artilheria e 46 de milicias e ligeiros. Isso, porém, não bastou para conter o impeto revolucionario dos Cametaenses; quizeram mais — a eleição de um novo governo. Ante esta nova exigencia e a ameaça da proxima partida de Grenfell, a Junta provisoria se reuniu de novo a 14 de Fevereiro para dizer *não* aos Cametaenses, e exhortar ao chefe da força naval que não partisse. Este, que por incumbencia do governo houvera preparado a expedição militar, organizado a flotilha com os barcos ns. 1 e 2, brigue-escuna *Andorinha* e escuna *Carolina* mantendo respectivamente 8, 3 e 5 boccas de fogo, preparando tres transportes para 100 soldados cada um e provisões para 30 dias, mostrou visivel descaso pela sorte da terra onde seu procedimento ateara incendio tamanho. Apesar da ordem de permanencia que lhe dera a Junta até em nome do imperador, Grenfell fez-se de vela para o Sul em 3 de Março na fragata *Imperatriz*, acompanhada do brigue *Maranhão*.

Entregue aos seus proprios recursos, a Junta preferiu de novo o caminho da persuasão e por elle seguiu por intermedio do bispo d. Romualdo em Cametá e do vigario geral André Fernandes de Sousa em Cintra. Os revoltados do interior da Provincia sentiram que chegara o momento critico para a terra natal e havendo obtido ampla amnistia, franca approvação aos seus actos e a deportação de elementos portuguezes que mais os aviltaram na galera *Maria*, para a Europa, depuzeram as armas para entrarem no regime normal da vida dos povos. Mas de pouca dura foi essa pacificação dos espiritos; attingira-os tambem a influencia dos ideaes que haviam delineado a Confederação do Equador. Em Abril, aporta a Belém a escuna *Camarão*, do commando de José Caetano de Mendonça trazendo, foragidos, notaveis promotores daquelle movimento republicano. Propagando sem temor suas convicções politicas, encontram guarida entre os partidarios de Malcher, Lacerda e Pedro Henriques e com elles acertam para 1 de Maio a irrupção do movimento de adhesão do Pará ao regime republicano. A 27 de Abril conseguem como medida preliminar dessa adhesão encarcerar na Fortaleza da Barra o coronel Geraldo José de Abreu, seu filho capitão Coutinho de Abreu e d. Romualdo de Seixas, elegendo para a Junta assim deposta Pedro Rodrigues Henriques, J. B. de Figueiredo Tenreiro Aranha, coronel Bento Garcia, major João Roberto, J. A. Corrêa Bulhão e Joaquim Pedro de Moraes Bittencourt. Governo ephemero por sua inopportunidade, bastou a chegada inesperada do coronel José de Araujo Rozo, primeiro presidente nomeado pelo Governo Imperial para a Provincia, para o fazer cahir sem reacção, dando-se immediata liberdade aos que della tinham sido privados por occasião da sua implantação.

Da entrada da Provincia no regime constitucional não lhe adveio a tranquillidade que era de esperar. Desgraçadamente contaminada a tropa pelo virus da politica pessoal e partidaria, não desappareceram os attritos e a administração de Araujo Rozo começou por acirra-los, negando-se posse no commando das armas ao brigadeiro José Ignacio Borges, sob o pretexto de que tinha idéas republicanas, ou que viria como governador militar estabelecer dissenções com o governo civil, como acontecera ao tempo do general José Maria de Moura. Tão reprovavel acto do novo presidente que para pratica-lo não teve duvida em buscar o concurso da propria força de linha, completou-o com a prisão do brigadeiro Borges na Fortaleza da Barra e posterior ordem de embarque para o Rio de Janeiro, via Gibraltar, no bergantim *Prazeres e Triumpho*. As consequencias deste desrespeito á auctoridade militar não se fizeram esperar; surgiram em Setembro, as desordens no Turiassú (então povoado e pertencente ao Pará) onde foi consummada a deposição do commandante da força capitão José Gonçalves de Azevedo; alastrou-se pelos fins do mesmo mez por Bragança, cujo commandante militar, coronel Pedro Miguel Ferreira Barreto foi assassinado e finalmente repontou na propria capital na noite do Natal, ainda de 1824, no proprio palacio do governo cuja guarnição embriagada soltou os presos, sahindo amotinada para o quartel do seu corpo que era o de artilheria. Repellidos pela attitude do tenente-coronel d'Elvas Portugal á frente do regimento imperial de infanteria, repellidos egualmente no Trem onde se achavam as munições que procuravam, conseguiu o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha faze-los regressar a palacio, sem que cessasse de todo o espirito de rebellião que os animava. A intervenção opportuna do tenente do corpo de artilheria Pedro Xavier Cordeiro que os privou de fazer uso dos oito canhões que guardavam o presidente, fez-lhes perder completamente a esperança e entraram todos a fugir, mandando as auctoridades encarcerar aquelles que o não conseguiram. Um dos que escaparam á prisão — o soldado Antonio Vieira Barbosa, já sob a presidencia de Pereira de Burgos, assalta e toma na noite de 23 de Abril de 1826 os quarteis de Cametá com armas e munições, á frente de numeroso grupo de civis, e prende sem reacção o destacamento com seu commandante capitão Domiciano Ernesto Cardoso. Afim de apurar este certeiro golpe de caracter francamente nativista, expede-se uma columna de 12 officiaes, 166 praças de infanteria, 38 de artilheria e 4

canhões sob o commando do major Antonio Ladislau Monteiro Baena. Quando a expedição se avizinhou de Cametá uma commissão de vereação da cidade appareceu a bordo afim de propôr uma dilação para o começo da lucta, emquanto o governo respondia ás negociações da paz. O major Baena, de accôrdo com o presidente, de quem recebera ordens, não a attendeu, exacerbando assim o animo dos facciosos, que se dispozeram para o combate com a superioridade da escolha da posição, conhecedores perfeitos que eram do terreno, entrando a hostilizar a expedição com tiros de canhão e fuzil desde a tarde do dia 4 de Maio. Escolhendo mal o porto de desembarque — o chamado das Mercês, a expedição o effectua com quatro canhões sob o fogo de terra, sem estabelecer communicações com base de operações e fóra da protecção da escuna *Carolina* do commando do primeiro tenente Costa Cabedo que ancorou distante. Os facciosos que não haviam soffrido o bombardeio preliminar aos desembarques, tão de regra nessas operações, haviam assestado um canhão para contrapo-lo aos trazidos de bordo e com elle e com os fuzis tomados á guarnição poderam facilmente nutrir por espaço de duas horas temeroso fogo, matando e ferindo muitos officiaes e soldados expedicionarios. Retirando-se desanimado o major Baena, o resto da tropa dizimada o acompanhou, abandonando o armamento, mas nem uma embarcação propria para o transporte encontrou na sua linha de retirada; officiaes e soldados feridos aproveitaram duas canôas para voltar para o transporte que os conduzira, e os que sabiam nadar pelo seu proprio esforço a elle regressaram. Muitos, porém, ficaram prisioneiros e entre estes o ajudante José Olympio Pereira. Regressando o resto da expedição a Belém a 6 de Maio, precedida de seu commandante que se lhe adeantara de 24 horas, a derrota encheu de indignação e de pesar o presidente da Provincia que deliberou ser o proprio commandante de uma nova expedição. Antes porém que esta seguisse, um ardil do ajudante José Olympio, denodado e intelligente soldado, conseguiu não só evitar os fuzilamentos a que elle proprio estava condemnado, como prender os facciosos e repôr as auctoridades legaes de Cametá. Suggerindo a Antonio Barbosa por meio do sargento Manuel João de Amorim Poeira um baile para a vespera dos fuzilamentos, José Olympio consegue licença, ou melhor, a graça de dansar pela ultima vez. Embriaga os chefes revolucionarios, solta os prisioneiros, encarcera grande numeros de facciosos já ebrios e fica inteiramente senhor da situação, com a fuga do promotor principal do movimento, só mais tarde preso em Belém. Para apoia-lo enviou o governo destacamentos e fez seguir um brigue de guerra do commando do capitão de fragata José Joaquim da Silva, substituindo o capitão Domiciano Cardoso pelo capitão Caetano Alberto Teixeira Cavalcanti. Submettido a conselho de guerra foi o major Baena condemnado á morte, revogando a Junta Militar de Justiça esta sentença, para transforma-la em demissão do posto, e desprezando ainda os embargos que lhe foram oppostos numa segunda sentença confirmadora da primeira.

Atravessou o Pará o governo do barão de Bagé e o commando militar do coronel João Paulo dos Santos Barreto sem acontecimentos notaveis, apesar da desharmonia existente entre essas duas auctoridades. Substituido este pelo brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa e aquelle pelo tenente-coronel José Felix Pereira de Burgos, já então barão de Itapicurú-Mirim, em Novembro e Julho de 1830, não tardou que recomeçassem as discordias accesas pelos politicos entre os dois novos dirigentes da Provincia. Uma ordem sobre patrulhas e prisões em que o general Andréa chamara a si a responsabilidade dellas deu origem a novos attritos, intervindo na contenda o Conselho Providencial com animo muito prevenido contra o commandante das armas. Não revogou este sua ordem por entende-la de accôrdo com a disciplina e com as leis militares, ficando assentado pela acção moderada e prudente do presidente que fosse affecta a questão ao Governo Imperial.

Abdicando d. Pedro I em 7 de Abril de 1831, só em 22 de Maio chega essa noticia ao Pará, reavivando as aspirações demasiadas de uns e os odios inextinctos de outros. Volveram de novo contra o integro Andréa sua má vontade e, em sessão da Camara Municipal a 25 de Maio, foi elle denunciado de comparsaria com os Portuguezes do Trem de artilheria, denuncia que cahiu por falta de base e de prova, havendo por isto, no mesmo dia, tres membros do conselho provincial, Baptista Campos, Camecran e Trovão, apresentado uma indicação exigindo sua suspensão do commando das armas. Se bem que não approvada essa indicação contra a mais alta auctoridade militar da Provincia, a consequente indisciplina de 2 de Junho traduziu bem e logo os seus pessimos resultados. Nesse dia amotinou-se o 24º Batalhão de Infanteria, marchando as companhias dos capitães Domiciano Cardoso e José de Aragão e Figueiredo para tomarem o Trem, o que conseguiram por surpresa, collocando logo peças de artilheria no Becco do Açougue. Chamados pelo toque de rebate os batalhões 25º de infanteria e 12º de artilheria, formados e municiados restos de corpos da 2ª linha e o Corpo da Policia, que foi mandado tomar posição no Largo das Mercês, marchou o general Andréa á frente do resto da tropa do Largo de Palacio, pela Rua da Cadeia (hoje João Alfredo) e Santo Antonio, até á Travessa do Açougue.

Assestada a artilheria de ataque em frente a esse ultimo becco, duas boccas de fogo dominando sobre o Largo das Mercês a frente do quartel do corpo rebellado, guarnecidas as casas fronteiras ao Trem com 25 atiradores para caçar os soldados que das janellas de lá observassem a manobra, mandou o commandante das armas que o cidadão Marcos Rodrigues, com os seus civis armados, espreitassem das casas vizinhas o momento preciso de surprehender e tomar a artilheria inimiga, visto ser impossivel abrir passagem para o Trem devido á espessura da parede. Ao toque de avançar, cada fracção da tropa cumpriu inteiramente sua missão e com a perda de um morto e oito feridos dos amotinados e quatro feridos dos legalistas, foram presos quasi todos os sediciosos.

Dominados estes, dias após eram chamados ao Rio o barão de Itapicurú-Mirim e o general Andréa, dispensados por decreto de 18 e 20 de Abril e substituidos em 16 de Julho pelo visconde de Goiana e coronel José Maria da Silva Bittencourt.

CAPITULO VI

DOS PRIMEIROS GOVERNOS SOB A REGENCIA ATÉ O COMEÇO DA CABANAGEM

Ao inicio da administração do visconde de Goiana, guarneciam a capital do Pará o 24º e o 25º batalhões de infanteria do commando dos tenentes-coroneis Elvas Portugal e João

Ayres Carneiro, o corpo de artilheria do commando do major João Henriques de Mattos, os regimentos 1º, 2º e 4º da 2ª linha e a Guarda Nacional formada pela gente que sob a direcção de Marcos Martins houvera auxiliado a tropa de linha a jugular o motim de 2 de Junho. Era, porém, tão profunda a intromissão da tropa na politica partidaria, e consequentemente seu estado de indisciplina, que o proprio coronel Bittencourt, commandante das armas, desembarcado em Belém com o novo presidente da Provincia, em 16 de Julho de 1831, encabeçava em 7 de Agosto do mesmo anno, isto é, 17 dias depois, o criminoso movimento armado que despojou essa auctoridade de suas funcções legaes.

Ao envez de se manter imparcial entre os *philanthropicos* de Baptista Campos e os *caramurús* do astuto e egoista Ambrosio Pombo, a tropa se deixou embahir, pela palavra do logar-tenente dos ultimos, Marcos Martins, e cruzando os braços ante os tumultos propositaes das ruas, feitos por sua ordem, preparou com esta attitude a quéda de um homem que devia ser, pelo seu passado, insuspeito aos partidarios da Independencia. Começando a agitação pelo futilissimo pretexto da fórma que devia ter a divisa usada pela Guarda Nacional, cresceu pela indisciplina da tropa e culminou a 7 de Agosto. Nesse dia, fazendo crer que se dirigia á egreja para a missa o corpo de artilheria junta-se á Guarda Nacional, no quartel do Trem, onde se municiam convenientemente, logo marchando para o Largo do Palacio, recebendo nesse local a adhesão do 24º de infanteria e da tropa especial que fazia o papel inherente á Policia. Pedem a prisão de Baptista Campos, que elles proprios já haviam feito, pondo-lhe cerco á casa, com o coronel Bittencourt á frente, depõem o visconde de Goiana e entregam o governo por via de successão ao dr. Marcellino José Cardoso, fazendo embarcar Baptista Campos, deportado, na escuna de guerra *Alcantara*, para S. João do Crato, e o presidente, deposto, na fragata *Campista*, para o Rio de Janeiro.

Não se conformaram com a deposição do presidente as populações de Abaeté, Muaná, Cametá, Conde, Villa-Franca, Faro, Alter do Chão, Obidos e Santarém, que entraram em franca agitação, havendo esta exigido a mudança do commandante da sua força, o major João Baptista da Silva, pelo capitão Pedro Hilario Gurjão, e as quatro ultimas reconhecido o conego Baptista Campos como presidente da Provincia. Não ficou, porém, nestas dolorosas consequencias o estado de indisciplina da tropa; na noite de 12 de Abril de 1832 subleva-se a força da Comarca do Rio Negro e como seu digno commandante coronel Joaquim Philippe dos Reis a enfrenta para submette-la, mata-o, terminando sua rebellião por considerar a comarca desligada da Provincia do Crão-Pará. Dirigida a sublevação pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, após a morte do coronel Reis, assume o commando temporario das armas o tenente Boaventura Ferreira Bentes, que para se cobrir dos possiveis ataques vindos de Belém, assesta 30 canhões em Ponto das Lages e Bomfim, guarnecidos por um milhar de homens. A esse tempo, havendo já assumido a presidencia da Provincia o coronel José Joaquim Machado de Oliveira e o commando das armas o tenente-corronel Antonio Corrêa Seara, foram ordenadas providencias para pacificar aquella comarca. Confiado o commando da expedição ao tenente-coronel Domingos Simões da Cunha, organizou-o este com 50 homens do 16º de caçadores de 1ª linha e dois canhões do corpo de artilheria, embarcando-se a 5 de Maio de 1832, no paquete *Patagonia*, para Cametá, e dahi para Santarém, no barco *Independencia*, onde recebeu valioso reforço de tropas. Apesar da vergonhosa defecção do tenente Francisco Fernandes de Macedo, dos caçadores da 1ª linha, que se passou para os rebeldes com o barco *Santa Cruz* e 33 praças do seu commando, augmentando-lhes o poder de resistencia, o coronel Simões da Cunha forçou com vivo fogo de seus canhões a passagem dos pontos artilhados, entrando victorioso a barra do Rio Negro a 10 de Agosto de 1832 e nomeando commandante militar interino o capitão Hilario Pedro Gurjão. Dominada a sublevação, o presidente coronel Machado, examinando o estado da força armada e da Guarda Nacional, desarmou esta e enfraqueceu as fileiras daquella, mandando dar baixa a todos os soldados que já estavam de tempo acabado. Para substitui-los na manutenção da ordem creou, por lei de 10 de Outubro de 1831 o Corpo de Guardas Municipaes Permanentes com o effectivo de um 1º e um 2º commandante, tres sargentos, um forriel, seis cabos, um corneta e 100 soldados, preenchendo os dois primeiros cargos, respectivamente, com o tenente de Marinha Germano Maximo de Sousa Aranha e tenente-coronel graduado Simões da Cunha, o vencedor da insurreição do Rio Negro.

A nomeação em 12 de Dezembro de 1832 do desembargador José Mariani e do tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos para substituirem o presidente Machado de Oliveira e o commandante das armas tenente-coronel Seara veio pôr ainda em evidencia o estado de anarchia em que se debatia o Pará e de que infelizmente participava a força publica, inclusive as proprias tropas municipaes. Com a chegada do novo presidente Mariani, a 6 de Abril de 1832, no paquete *Felix*, os acontecimentos, cuja trama vinham a fiar os partidos politicos, teve a sua irrupção. Tido o governo de Machado de Oliveira como amigo dos Brasileiros e suspeitando-se de que Mariani viesse amparar os Portuguezes, prepararam-se estes, com Joaquim Affonso Jales á frente, para proteger-lhe o embarque, e os partidarios daquelle, para impedi-lo.

Não teve o presidente Machado força moral para resistir á desobediencia a que o aconselhavam seus amigos, nem o tenente-coronel Seara para, calcando os sentimentos de amizade pessoal ao presidente com quem servia, deixar de acompanha-lo nessa desobediencia. Reunindo Jales, em 16 de Abril, gente para assegurar o desembarque de Mariani, fazendo quartel da sua propria casa, guarnecida de barricadas e trincheiras, á Rua da Cadeia n. 5, esquina da Travessa do Passinho (hoje João Alfredo e Campos Salles), o presidente Machado, em pessoa, commandou a acção contraria; guarnecendo o littoral com a artilheria, intimou Jales e o atacou quando desobedecido, á frente do 25º Batalhão da Guarda Nacional, dos Municipaes Permanentes e de algumas peças de artilheria, vencendo-o com apertado cerco e vivo fogo. Morreram na acção Jales, muitos dos seus companheiros, elevando-se o total entre mortos e feridos a 95, sendo 70 dos partidarios de Mariani e 25 dos de Machado de Oliveira. Ante esse resultado retirou-se no mesmo vapor o presidente nomeado sem tomar posse e continuaram Machado e Seára no governo da Provincia e no commando das armas até 4 de Dezembro de 1833, quando foram substituidos, respectivamente, pelo dr. Bernardo Lobo de Sousa e tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago.

Tentando acalmar a ebulição politica reinante, Lobo de Sousa executou fielmente a lei de amnistia, mas percebeu desde logo que actos seus tinham tido a infelicidade de despertar tambem a questão religiosa e que o clero e os re-

stauradores armavam-se para derriba-lo. Homem energico e opinioso, não disposto a ceder terreno aos adversarios, mandou armar as corvetas de guerra *Bertioga* e *Defensora*, do commando dos capitães de fragata Jorge Manson e Guilherme Inglis, com uma peça de campanha de calibre 9, duas de calibre 8, 100 fuzis, 50 tiros para cada bocca de fogo e 6.000 para fuzil; dotou os guardas municipaes com duas peças de calibre 3, a legião de guardas nacionaes com uma de 9 e outra de 6; accrescentou ao armamento da fortaleza da barra uma de calibre 1 e outra de 6; convocou para a guarnição de Belém 480 guardas nacionaes dos corpos do Bujarú, Acará, Mojú, Abaeté e Muaná; ordenou fazer-se recrutamento para preencher os claros da tropa de 1ª linha e assim preparado aguardou o golpe de seus inimigos. Este não demorou; feito o congraçamento de Baptista Campos com Felix Malcher, que dotado de indole perversa insinuara seu fuzilamento no movimento de Outubro de 1823 e a quem o presidente Lobo de Sousa recusara receber em palacio por sabe-lo incriminado como um dos auctores dos morticinios do brigue *Palhaço*, concentraram os adversarios do presidente todos os seus esforços em reunir gente na fazenda do ultimo, no Rio Acará. Nesse trabalho muito os ajudaram Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Francisco Nogueira, que por sua coragem muito se haviam notabilizado na repressão aos motins de 1833. Eduardo Nogueira, que por sua resistente bravura adquirira o cognome de Angelim, rija madeira amazonica, era inimigo de Lobo de Sousa desde que soffrera a violencia de ser recrutado; Francisco Pedro Vinagre era partidario e amigo de Malcher. Commandou a expedição contra os revoltosos do Acará o 2º commandante dos Municipaes José Maria Nabuco de Araujo, que para alli seguiu, a 19 de Outubro de 1834, á frente de uma força de 16 praças do seu corpo e de soldados do batalhão de guardas nacionaes commandados pelo tenente-coronel José Pereira da Serra. Acampando na fazenda Villa Nova não quiz Nabuco agir com prudencia, descendo para a foz do rio, apesar dos avisos recebidos de que sua força era insufficiente para bater o inimigo, e o resultado dessa temeridade foi ser surprehendido, na madrugada de 22, por 50 homens ao mando de Antonio Vinagre e de Angelim. Mortas as sentinellas e feridos muitos soldados, Nabuco foi assassinado por Angelim, depois de feito prisioneiro, vingando-se este com essa selvageria de quem o prendera por occasião do recrutamento. Por um prisioneiro, evadido na confusão da chegada a Acará-Assú, teve o presidente noticia do desastre. Reunindo no brigue *Cacique*, na escuna *Bella Maria* e tres lanchões artilhados cerca de 300 homens de terra e mar, Lobo de Sousa entrega o commando de uns e outros ao coronel Manuel Sebastião de Mello Marinho Falcão e ao capitão de fragata James Inglis e consegue faze-los seguir para o Acará na tarde de 24.. Morto a 25 numa emboscada em o Goiabal o coronel Falcão, assume o commando da expedição, a 27, o major Monte Rozo que desembarca na manhan de 28 proximo á fazenda e verificando-a abandonada, communica ao commandante Inglis que a manda incendiar, dando de tudo conta ao Governo e referindo-lhe tambem a dispersão dos sediciosos pelos rios Castanhal, Itapicurá e Guamá. Sendo-lhe ordenada a perseguição como complemento da victoria, a 3 de Novembro eram presos Malcher e seu filho Aniceto e morto Manuel Vinagre, conseguindo-se nos dias subsequentes a captura do grande numero dos facciosos, recolhendo-se todos a Belém a bordo do *Cacique* e do lanchão artilhado, ficando no Acará a escuna *Bella Maria* com outros tres lanchões assim armados, o commandante Affonso Mello com sua força de permanentes e a Guarda Nacional da freguezia que fôra mobilizada.

O perigo porém não fôra de todo conjurado; Lobo de Sousa assim comprehendeu e continuou a tomar suas providencias de força. Mandou recolher o armamento e munição da tropa de que podia suspeitar; determinou que 100 homens de cada um dos batalhões da Guarda Nacional de Muaná, Bujarú e Capim viessem para Belém fazer a guarnição em logar da força de linha; pôz a barca *Independencia*, a escuna *Alcantara* e as corvetas *Defensora* e *Bertioga* de promptidão; convocou os officiaes reformados do Exercito e os da reserva da Guarda Nacional para as rondas da cidade; recolheu a polvora e munições do Uaurá aos navios de guerra; aproveitou o commandante e marinhagem da barca *Feliz*, que estava em concerto, para guarnecer a escuna *Mundurucús* que adquirira ha pouco e mandou-a para o Acará. Reparou a artilheria das fortalezas, accelerando-lhe os concertos; activou a acquisição do armamento e correame na Inglaterra; modificou o artilhamento da Fortaleza da Barra que era em canhoneira e fe-lo de baterias á barbeta, com reparos a Onofre. Abandonando a antiga pratica de recrutamento por districtos, effectuado pelos juizes de paz, mandou pratica-lo por pessoa de sua confiança naquelles que podessem servir, fossem de que districtos ou freguezias fossem, afim de preencher os claros das forças de 1ª linha.

Se taes elementos de força fossem servidos e estivessem em mãos leaes e honestas, o presidente com elles poderia enfrentar qualquer movimento, mas a indisciplina e a politica tinham invadido os quarteis.

Fomentada por Angelim e pelos Vinagres e amparada pelos parentes de Baptista Campos e pelos soldados de todas as corporações, formou-se a onda que deveria lançar a Provincia na mais desbragada anarchia. Cruparam-se os sediciosos pela cidade em centros de arregimentação; no meio do matto do Cacoalinho (por traz do que hoje é Cadeia de S. José), sob o commando de Antonio e Francisco Vinagre; na Avenida Nazareth (Largo da Memoria) a plebe do creoulo "Patriota"; no fim da rua da Pedreira os que se mascaravam hypocritamente de religiosos. A 1 hora da madrugada de 7 de Janeiro de 1835, sob o commando em chefe de João e Germano Aranha, os revoltosos põem-se em acção; Vinagre penetra na cidade e de combinação com o capitão Manuel Gomes Varella e major Caetano Alberto invade o quartel onde estavam os caçadores e o corpo de artilheria que elles commandavam. Apoderam-se de tudo, mandam tocar a rebate e postam patrulhas nas ruas que desembocam no Largo do Quartel (hoje Praça Saldanha Marinho). Os officiaes, que, como o capitão Domiciano Cardoso, primeiro tenente Manuel Ignacio de Macedo, segundos tenentes Bernardo Luiz Abbade e Antonio Manuel de Sousa e alferes Antonio Rodrigues reagem contra os sublevados, ficam mortos a tiro. Emquanto tal succedia os grupos do Largo da Memoria e do Bacuri, marcharam para o Largo do Palacio, vendo-se nelles os musicos dos corpos de 1ª linha; entram na residencia do presidente, em sua busca, e na do commandante das armas. O coronel Santiago, conseguindo fugir, é entretanto morto no Largo de S. João, pelo tapuio Philippe, conhecido por "Mãe da Chuva". Não encontrando o presidente, vão á cadeia, soltam os presos e os armam e municiam; tentam matar o commandante dos permanentes Affonso Mello, o conselheiro Camecran e o intendente da Marinha Guilherme Cypriano Ribeiro; assassinam no caminho de Porto do Sal a Manuel Caetano Prata, João Tanger, Manuel Barbosa e outros. No Largo do Quartel um soldado da patrulha atira contra o commandante Inglis, ferindo-o de morte. Em meio dessa terrivel hecatombe surge Lobo de Sousa em palacio, sahindo destemerosamente de seguro asylo (a casa do coronel Geraldo José de Abreu) para ir ter a mesma sorte do seu amigo coronel Santiago. Outro tapuio cuja antonomazia bem significava sua fereza "Domingos Onça" rouba-lhe a vida com certeiro tiro. Estava assim consummada a obra satanica sonhada pelo Felix Antonio Clemente Malcher, que se fez acclamar mais tarde, ás 11 horas do mesmo dia 7, presidente da Provincia, pela mesma plebe avinhada e selvagem que arrastando para a *Casa das Canôas* os cadaveres de Lobo de Sousa e de Santiago, ficara deante delles durante sete horas a cuspir infamias e a escarnece-los torpemente.

Ia começar o periodo luctuoso que na Historia do Pará ficou escripto e conhecido como o tempo da Cabanagem.

CAPITULO VII

DO COMEÇO DA LUCTA DA CHAMADA CABANAGEM ATÉ A POSSE DO MARECHAL MANUEL JORGE

Depondo em conselho de investigação a 25 de Julho de 1835 sobre os factos de Janeiro do mesmo anno, ao relatar a acclamação de Malcher, teve o primeiro tenente da armada Joaquim Manuel de Oliveira Figueiredo esta phrase incisiva e vibrante: "soou no quartel a noticia de que Malcher era o escolhido pelo povo e tropa (*nomes que nestas ultimas crises no Pará significam criminosos com armas na mão*)". Desgraçadamente nestas ultimas palavras do altivo e intemerato marinheiro, nenhum exaggero ha; quer antes quer depois dos factos que tão criteriosamente julgou, povo e soldados se confundiam e se conjugavam nos mais nefandos attentados á ordem e á propriedade. O espirito de classe e o sentimento de seu especial destino patriotico haviam desapparecido da tropa para dar logar a um individualismo indecoroso, ajudado sobretudo pela politicagem partidaria e pessoal.

Fructo de um movimento antipathico pelo cortejo das crueldades que o cancellaram, o governo de Malcher não conseguiu pela propria natureza pessoal de seu maior representante, desarraigar de si o veneno que o deveria tambem consumir.

Cedo começaram as suas discordias com Francisco Pedro Vinagre e com Eduardo Nogueira Angelim, chefes facciosarios que, além dos de sua familia, contavam com vivas sympathias entre os elementos militares e populares. De vez em vez, a colera do presidente explodia contra o commandante das armas, mas amigos de ambos punham-se de permeio para conseguir uma conciliação tão caricata quanto apparente. Desconfiado, Malcher cuidou de estabelecer nucleos para sua defesa; retirou as tropas de artilheria e infanteria que pozera a principio em palacio e no Convento do Carmo e concentrou-as no Forte do Castello. Sentindo-se forte, manda, a 19 de Fevereiro pela manhan, sem conhecimento do commandante das armas Francisco Vinagre prender Angelim e cercar com força de linha a casa do conselheiro Camecran.

Foi isto a fagulha inicial do incendio. Desconsiderado no exercicio de suas funcções, Vinagre recolhe-se ao quartel da tropa da linha, toca a rebate, reune os poucos soldados que acudiram, leva-os sob seu commando ao Quartel das Mercês que era como que o arsenal, encontra-o fechado mas consegue que o almoxarife primeiro tenente de artilheria José Antonio Lopes lhe abra as portas, municia sua gente, artilha sua posição com quatro canhões tambem municiados, recebe o apoio dos 200 homens commandados pelo capitão Francisco de Macedo e dos grupos dirigidos por Antonio Vinagre e outros chefetes. Por sua vez, Malcher sabendo de quanto era capaz seu companheiro de sedição, fortifica-se no Forte do Castello; reune ahi permanentes, guardas nacionaes, os elementos populares que lhe eram sympathicos e as guarnições dos navios de guerra (officiaes e marinheiros). Toma a offensiva dá acção, mandando uma columna de 300 homens, sob o commando de um ajudante de ordens alferes João Pedro Gonçalves Campos atacar a Vinagre, apoiando-a com patrulhas de menor effectivo. As 11 horas da manhan Vinagre avista a tropa que o vem combater; extende seus commandados deitados na escarpa de uma rampa da praça e com dizimadora descarga recebe os atacantes, emquanto sua artilheria metralha o grosso da força adversaria. Batido no primeiro golpe Campos, recúa e inicia a retirada, mas Vinagre persegue-o tenazmente, sem lhe dar quartel, conseguindo ás 3 horas te-lo encurralado no Castello, pela occupação que faz dos edificios do Seminario Episcopal e casas fronteiras ao hospital que ficam contiguas ao Forte, deixando-lhe como unica sahida o rio. Cercado inteiramente e sob o dominio do fogo que lhe faziam dos edificios vizinhos, Malcher retira-se na noite de 19 para bordo da esquadra, deixando a posição sob o commando do primeiro tenente da Marinha Maximiano da Costa Cabedo. Livre do alcance do fogo de terra, o famigerado presidente após mandar para o Castello marinheiros de guerra e mercantes, não sentiu escrupulos de bombardear sua terra e manda que os canhões da Marinha, atirem sobre o arsenal, Palacio do Bispo e Seminario, causando grandes estragos e fazendo muitas victimas. Esta crueldade a mais de Malcher ao envez de augmentar o numero de seus soldados, deu em resultado uma completa deserção, indo muitos dos prófugos se alistarem nas fileiras de Vinagre. Perdidos, tentam os partidarios do presidente, por meio de Eduardo Angelim, negociar a paz, mas quando assignavam a acta das negociações, sem se poder precisar quem quebrara o armisticio, recomeçaram as hostilidades, dellas se aproveitando Vinagre com sua gente para tomar a ferro e fogo as posições de seus adversarios no Castello, no Hospital e no Collegio, escapando com vida apenas os que se lançaram ao rio e sendo um dos primeiros a morrer o commandante Cabedo. Victorioso, foi Vinagre acclamado presidente da Provincia e commandante das armas a 21 de Fevereiro, sendo um dos seus primeiros actos a prisão de Malcher, entregue aos seus inimigos pelo primeiro tenente José Eduardo Wandenkolk, aquelle mesmo official que foi o seu mentor e na opinião de muitos, o mais auctorizado inspirador de seus actos. Ao ser transportado para a Fortaleza da Barra, Malcher é assassinado por Quintiliano Barbosa, que de uma canôa onde o esperava em frente a Penacova, dá-lhe certeiro tiro no coração, vindo seu cadaver para a Ponte de Pedra, onde soffreu a expiação de sua indifferença ou de sua participação no selvagem desrespeito aos restos mortaes do infortunado Lobo de Sousa.

Não era licito esperar de Vinagre acção governamental differente da que elle teve. Subindo pelos hombros de uma multidão de baixa intellectualidade, sedenta de vinganças pessoaes de que seu irmão Antonio era o maximo expoente, natural foi que todos os seus esforços e toda a sua grande energia, que era realmente digna de elogios, resultassem improficuos no afan de restabelecer a ordem, fazer respeitar a auctoridade e firmar novos destinos á administração. Fortificou o Castello dando a esse seu irmão o commando respectivo; guarneceu o Trem com guardas nacionaes pondo-o sob as ordens do major Pedro Figueiredo, tenente dos bombeiros e um dos seus cabos de guerra no combate da Praça das Mercês; reorganizou por tres companhias os permanentes creados em 1831 para elevar a 300 o numero de suas praças, sendo 10 sargentos, dos quaes um quartel-mestre, tres forrieis de 18 cabos com seis officiaes, dois portanto por companhia. Deu os primeiros postos de commando dessas companhias a Angelim, Manuel Paraense e a seu irmão Raimundo Vinagre e conferiu o commando em segundo a Geraldo e Manuel, irmãos de Angelim e a Francisco Xavier Gomes do Amaral; temendo as reacções naturaes aos seus actos, mandou proceder ao desarmamento da tropa de linha e dos populares e lançou proclamações explicando sua conducta.

Com a eleição em 7 de Abril dos deputados provinciaes, entre os quaes obteve o primeiro logar o dr. Angelo Custodio Corrêa, readquirira o Pará meio seguro de obter um governo legal, pois que — ao mais votado — como fôra o illustre cametáense, deveria caber a presidencia da Provincia. Para este designio veio-lhe em ajuda o senador Costa Ferreira, presidente do Maranhão. Sabedor do que se passava no Pará, o senador Costa Ferreira incumbiu ao paraense capitão-tenente Pedro da Cunha de, na fragata *Imperatriz*, auxiliada por dois navios de menor porte, entre os quaes o brigue *Constança*, ir auxiliar o restabelecimento da ordem e a installação de um governo regular na sua terra adoptiva. Fazendo-se de véla a 12, chegava a esquadrilha a 17 de Abril em Belém, onde a esperavam anciosamente os partidarios do governo legal e com sérias desconfianças o presidente Vinagre e seus apaniguados. Estes, receiosos de que um governo regular lhes viesse tomar contas de seus crimes, já se haviam preparado para a reacção, figurando entre as medidas tentadas pôr em pratica o desarmamento da *Defensora* e a substituição de todos os commandantes das naus de guerra surtas no porto que lhes não mereciam confiança. Oppozeram-se-lhe por acto de cunho official as tripulações dos mesmos navios, cujos officiaes a 31 de Março expressaram de bordo da *Defensora* seus protestos contra tão infamante medida ao capitão de mar e guerra Guilherme Cypriano Ribeiro, inspector do Arsenal de Marinha. Ao fundear, pois, Pedro da Cunha na capital de sua terra, contava já com o apoio integral dos seus camaradas da Armada, com quem entrou logo em entendimento para conhecer-lhes os recursos bellicos. Prescrutando o estado da população exacerbada pela presença de sua força, o integro e decidido marinheiro manteve sempre sua frota em linha de combate, na ordem *Imperatriz*, *Defensora*, *Bella Maria*, *Cacique*, *Independencia* e *Mundurucús*, e de promptidão forças para desembarque. Sentindo que Vinagre em apparencia pelo menos concordava em entregar a presidencia ao dr. Angelo Custodio, Pedro da Cunha manda busca-lo em Cametá a bordo do *Mundurucús*, mas previne-se contra as possiveis ciladas dos facciosos e envia após aquelle hiate a barca *Independencia*, um lanchão artilhado e finalmente, no dia 7 de Maio, duas lanchas, sendo uma sob o commando do tenente Elisiario Antonio dos Santos para o aguardar em Jaguarari. Manda 100 armas para Cametá, cuja Camara Municipal se declarara revél ao governo de Vinagre: 30 para Igarapé-Mirim e recebe a bordo contingentes de pessoal vindos de Bujará, Abaeté e Acará.

Repellindo com força do commando do tenente Elisiario, na noite de 7 para 8 um ataque de lanchas artilhadas e canôas de Vinagre e Angelim, em Burajúba a menos de uma legua de Belém, o presidente Angelo Custodio entrava a bordo da fragata *Imperatriz* ás duas horas da manhan do dia 8 de Maio. A esse tempo eram já conhecidas as providencias de Vinagre para se oppor á posse do dr. Angelo Custodio; reforçara os pontos fortificados do littoral, estabelecera forte patrulhamento nos trechos do terreno que os separavam e levantara o espirito faccioso da gentalha amiga, com as suas proclamações Pedro da Cunha, exasperado com tanta perfidia e pressuroso de dar termo a tão angustiosa situação, não deu ouvidos ás prudentes ponderações do tenente-coronel João Henriques de Mattos, que lhe demonstrou quão preferivel era estabelecer bloqueio regular ás forças de terra, e resolveu o desembarque á viva força para a conquista da capital. A 12, a provocação das forças do Castello contra a *Imperatriz*, com tiros de canhão e de fuzil, apressou o bombardeiro da esquadra aos pontos fortificados e mesmo sobre algumas casas do littoral, bombardeio que durou duas horas, e arrasou o Forte de S. Pedro Nolasco, sómente cessando quando o fogo das baterias de terra declinou tambem.

Era o momento azado para o desembarque; em pouco mais de meia hora, de bordo do brigue *Constança*, sob o commando do major João Roberto Ayres Carneiro, em escaleres e canôas, saltavam na ponte da Alfandega quatro divisões dirigidas pelos tenentes da Armada Elisiario e Fernando Veiga. Emquanto duas enfrentavam os faciosos do trem, atacando-os pelo Largo das Mercês, as outras duas avançavam sobre os do Largo de Santo Antonio. Sem nenhuma ligação com o commandante em chefe, que se deixou ficar estabilizado na praia com o grosso da força, ambas as columnas conseguiram seus objectivos, isto é, bater sob nutrido fogo de fuzil e granadas de mão as columnas inimigas que se lhe oppuzeram no Largo das Mercês, na Travessa de S. Matheus, commandada por Eduardo Angelim, no Largo de Santo Antonio e na Rua da Praia, tomando-lhes duas peças de calibre 3 e uma de calibre 4. A mortandade foi, porém, grande e não só porque os recursos em homens de terra eram superiores de quasi seis centenas aos dos atacantes, como porque, devido á incapacidade do chefe da expedição deixando-as abandonadas e com as fileiras rarefeitas, as quatro columnas não poderam aproveitar tão cruenta victoria, vendo-se obrigadas ante a força inimiga refeita e reforçada a embarcar apressadamente, se bem que muito depois ainda de outros companheiros de jornadas, salvando-se alguns a nado para bordo dos navios extrangeiros surtos no porto, e morrendo outros fuzilados em plena rua, como aconteceu ao major graduado do Exercito Antonio Ferreira Barreto. O triumpho das forças de Vinagre insinuou-lhe a continuação do bombardeio á esquadra, e soffrendo muito com ella a fragata *Imperatriz*, mandou-a o presidente levantar ferros e ancorar em frente

ao Una, destacando para proteger a Villa de Cametá a escuna *Bella Maria*. Depois de curar os feridos e doentes de sua esquadra na enfermaria que fez crear na Ilha de Tatuoca, sob a guarda do brigue *Cacique*, Pedro da Cunha, cuja posição era já insustentavel, foi aguardar na Bahia de Santo Antonio, a 16 de Maio, novas ordens do presidente Custodio que se retirara para Cametá, onde a capacidade militar do padre Prudencio das Mercês organizara habil reacção.

Foi nessa bahia que o encontrou a 19 de Junho, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, presidente nomeado pela regencia e que conduzido pela fragata *Campista*, vinha acompanhado de uma ala apenas do batalhão de caçadores do Maranhão que lhe cedera o governador da mesma Provincia.

CAPITULO VIII

DO GOVERNO DO MARECHAL MANUEL JORGE ATÉ A NOMEAÇÃO DO GENERAL ANDRÉA

Não é possivel julgar com justiça a acção do velho marechal Manuel Jorge sem esboçar os traços geraes do scenario em que ella se desenvolveu. A Provincia agitava-se convulsionada da capital ao sertão; os espiritos dividiam-se por preconceitos de raça e de religião, e a propria nomeação do marechal, classificada de *portuguesada*, dera azo aos facciosos para excitar tambem o odio ao colonizador. Nas mãos criminosas da populaça a que empolgara uma demagogia feroz, andavam as 3.000 armas (canhões de campanha inclusive) sahidas do Trem desde 1833 e que a elle não tinham voltado jámais.

Trazendo comsigo apenas meio batalhão de caçadores, aqui encontrara sómente doentes, physica e moralmente, 17 soldados do 5º corpo de artilheria, 45 do 4º e 18 do 5º batalhões de caçadores e uma força naval que mal chegava para guarnecer os proprios navios. Era essa a gente que ainda combalida pela indisciplina reinante haveria de manter e prestigiar a alta auctoridade, tanta vez e tão recentemente ainda desrespeitada pela turba-multa ebria e sanguisedenta.

O marechal Manuel Jorge temeu, não como soem temer os pusillanimes que se agarram á vida egoisticamente, mas como póde temer um soldado que se vê sem recursos para assegurar com efficiencia o prestigio de sua auctoridade, de sua classe e de suas tradições de intemerata bravura. Não se concebe que o velho e heroico batalhador da campanha da Peninsula, que o brigadeiro dos exercitos nacionaes e imperiaes, que intimado a render-se aos seis navios e 107 canhões de William Brown lhe respondera que a *sorte das armas é que decide a sorte das praças*, se fosse acovardar ante Vinagre e seus faccionarios. Agindo com cautela pelos elementos de resistencia que poderia oppor, fe-lo como todo chefe reflectido o faria.

Assumindo a presidencia, porém, de facto, teve de reprimir a anarchia, fazendo prender Francisco Vinagre e Leal Aranha que a promoviam abertamente, os quaes foram substituidos nesse mistér por Antonio Vinagre e E. Angelim que se correspondendo com os revoltosos do interior da Provincia preparavam a invasão da capital. Contando-a como certa, o marechal Manuel Jorge solicitou soccorros ao Rio, ao Maranhão, ao Ceará e a Pernambuco, appellando até para os navios de guerra extrangeiros, mas de nenhuma parte o acudiram no momento preciso. Entregue aos seus proprios recursos, começou a systematiza-los na defesa. Melhorou as condições de resistencia do Trem, transferindo para lá o corpo de artilheria que aquartelara em Palacio; fortificou o Seminario e Hospital militar no Largo da Sé para garantir o Castello dos tiros que desses edificios o podessem attingir; ergueu trincheiras na retaguarda do Palacio e abriu-lhes setteiras para cobrir melhor os atiradores; dobrou as rondas e patrulhas da cidade, e estabeleceu desde logo que em caso de ataque seriam guarnecidos tambem o Arsenal de Marinha e o Forte de Santo Antonio, e que um navio de guerra iria guardar permanentemente a foz do Acará em frente ao ponto de passagem obrigatoria dos sediciosos.

Estes, reunidos a esse tempo na Fazenda Itaboca do Rio Mojú, no total approximado de 2.500 homens, muitos dos quaes desarmados, assentaram attingir a cidade, por agua, desembarcando em Murutucú e nella penetrando divididos em tres columnas. A primeira, a mais forte, commandaria Antonio Vinagre para tomar o Trem (Arsenal de Guerra) e todos os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, ás ordens de Eduardo Angelim, o Palacio do presidente; a terceira, que era a mais fraca, o Arsenal de Marinha e as fortalezas do bairro da cidade. Se bem que sem conhecimentos tacticos das armas, compunham-se as columnas de Vinagre de gente sobria na alimentação, simples nos vestuarios, em grande parte experimentada já em combates anteriores, valente e decidida, servindo as reservas que marchavam desarmadas na retaguarda das columnas para preencher os claros abertos pelos que cahissem com as armas na mão.

Sem que fossem presentidos pelos navios de guerra, os facciosos realizaram exactamente seu plano de operações, na madrugada de 14 de Agosto de 1835. Sabendo por um morador de Murutucú dos movimentos do inimigo, o marechal mandou que seu filho capitão Jeronymo Herculano Rodrigues e tenente José Luiz de Faria, á frente de 200 homens de artilheria e caçadores com duas peças, os fossem atacar no Arraial de Nazareth. As primeiras sentinellas sediciosas foram denunciadas no Largo da Memoria e os tiros trocados puzeram em alerta o grosso da força. Varrendo o arraial com os seus canhões, o contingente legal ao chegar dentro do alcance dos fuzis dos sediciosos recebeu cerradas e repetidas descargas que o fizeram recuar.

Percebendo a retirada, Angelim emquanto perseguia de frente a força legal, mandava que duas columnas suas, uma pela estrada de S. Jeronymo, outra pela do Cemiterio, atacando-a pelos flancos, cortassem-lhe a retaguarda no mesmo Largo da Memoria onde se houvera dado o primeiro choque. A columna legal, porém, retirou-se na melhor ordem, sem se deixar envolver, e um segundo piquete sahido de palacio ainda a veio auxiliar a voltar ao quartel alli installado. Angelim não cessou a perseguição e veio até quasi aquelle edificio, mas recebendo uma descarga que prostrou muitos dos seus soldados, e temendo os ataques pela retaguarda da tropa que se achava na praça do quartel de artilheria (hoje Saldanha Marinho) recuou até á Travessa S. Matheus, entrou naquella praça, e sob um denso e ininterrupto tiroteio investiu-a e tomou de assalto a caserna de artilheria, fugindo a tropa que a guarnecia pela Rua de S. João para o Palacio do Governo.

A columna de Gavião não encontrou resistencia no Arsenal de Marinha, tomou-o; marchou para o Convento do Carmo batendo a força alli reunida e a que para lá recuara do mesmo arsenal, dispersando-a totalmente. A' columna de Vinagre, como general-chefe dos sediciosos deveria caber, como coube, o objectivo principal — a tomada do Trem de Artilheria ou Arsenal de Guerra.

O director do Arsenal capitão de artilheria Joaquim Rodrigues de Andrade enfrentou-o com admiravel galhardia, conseguindo com uma resistencia verdadeiramente heroica fazer-lhe pagar caro a audacia. Tendo dentro do Arsenal 30 praças sob o commando do tenente João de Castro da Gama e cerca de 50 moradores das circumvizinhanças, o capitão Andrade fez encher de areia todas as mochilas inutilizadas e organizou-as em trincheiras para as janellas; adquiriu viveres para resistir a um longo assedio, estabeleceu por agua communicação com a fragata *Imperatriz*, fundeada em frente ao Trem, e deu a cada fracção de sua força uma missão determinada na lucta. Antonio Vinagre ao observar o Trem para melhor distribuir sua força atacante, recebeu de uma casa na esquina da Praça das Mercês, traiçoeiro tiro que o prostrou exanime. Tal alvoroço causou sua morte entre os facciosos, que se não chega a cavallo Eduardo Angelim — seu substituto eleito — não conseguiria evitar a desvairada debandada de grande numero que já fugia pela estrada de Nazareth. Regressando ao centro das operações, Angelim gastou a noite de 14 para 15 em occupar casas dos largos das Mercês e do Palacio para atacar melhor o Trem e a residencia do Presidente. O marechal não desfalleceu ante o mau exito de suas columnas; ordenou a retomada do quartel de artilheria, perdendo seu filho nessa acção, mas levando-a a bom exito, e ao amanhecer de 15 mandou o tenente-coronel João Henrique de Mattos atacar as casas occupadas pelo inimigo. Se bem que conseguisse faze-lo em sua maior parte, as casas, por não terem as forças legaes gente para guarnece-las bem, foram de novo retomadas pelos sediciosos, que assim apoiados davam consecutivos ataques ao palacio. Tentando bater a columna de Gavião no Convento do Carmo, sentiu-se o tenente-coronel Mattos atacado pelas retaguarda pela columna de Angelim, mas conseguiu recuar sobre o Palacio do Governo sem grandes perdas.

Dono absoluto da rua, conhecendo admiravelmente, como sua gente, os meandros da cidade, Angelim escolheu os processos de guerrilha, como o meio mais pratico e certo para vencer a pouca gente do Governo.

Estabeleceu pela occupação das casas proximas e pelas communicações interiores que entre ellas abriu, a coberto portanto de fogo inimigo, um cerco cada vez mais apertado ás posições restantes em mãos das forças legaes e dia a dia o foi apertando, constringindo cada vez mais o perimetro dentro do qual se moviam as auctoridades constituidas. Nos pontos mais adequados manteve nucleos fortes de sediciosos, bem commandados e melhor armados para fazer sortidas contra os adversarios e contra-atacar as destes, e reservou o que havia de mais decidido e apaixonado nas suas hostes para o ataque ao Trem. Enfrentaram-se nessa difficil posição o caudilho destemeroso e o soldado competente e bravo, vencendo este com um troço apenas de militares profissionaes, dotados de armas regulamentares, a onda informe e quinze vezes maior dos facciosos de Angelim.

A's 5 horas da tarde de 15, esse chefe dispoz sua gente para a lucta; dividiu-a em duas grandes columnas, uma para levar o ataque pela Praça das Mercês, guardando-se do inimigo que pelas ruas de Santo Antonio e dos Mercadores (João Alfredo) viessem soccorrer o Trem, e outra, que se extendeu pela Rua da Industria. A esta é que foi dada a incumbencia de iniciar a acção por uma fuzilaria tremenda e audaz; mas a reacção da guarnição do Trem a fuzil e a granadas de mão lançadas das janellas, espalhou a dor e a morte de uma maneira desoladora para os sediciosos. Não se lhes quebrantou a coragem, porém; auxiliados por companheiros que subindo ás casas vizinhas de lá fuzilavam os soldados legaes, voltaram com furia ao ataque, armados de alavancas, machados e armas de golpe para abrir brecha no portão do edificio, agindo com ondas successivas de homens a quem a paixão e o sangue enchiam de verdadeira inconsciencia. Apesar da guarnição continuar a dizima-los pavorosamente, ás 7 horas da noite conseguiram abrir a brecha desejada. Outro portão mais forte porém os impedia de conseguir seu objectivo; o genio do commandante Rodrigues de Andrade tudo tinha previsto. Aproveitando-se da desvairada alegria dos atacantes ao penetrarem no pateo, a guarnição despejou sobre elles uma chuva de granadas de mão que lhes abriu nas fileiras incontaveis claros.

Por cinco vezes mais, com furia e odio crescentes, as hostes tapuias de Angelim se arrojaram á conquista do Trem, mas por outras tantas vezes foram repellidas com perdas enormes pela defesa heroica, systematica e cuidadosamente organizada pelo seu intrepido e valoroso commandante, duas vezes ferido nos ataques que repelliu.

O marechal Manuel Jorge não desconhecia sua verdadeira situação ao nono dia da entrada dos rebeldes na capital; a precariedade de suas condições era cada vez mais apavorante. Senhor apenas do Castello, Arsenal de Marinha, Seminario e Palacio, com guarnições já muito rarefeitas, vendo a cidade entregue á anarchia e ás portas da tremenda calamidade da fome pela falta de generos alimenticios, desamparado da esquadra que no bombardeio feito á cidade mais damnosa lhe fôra que ao inimigo e que já não desembarcava mais seus marinheiros, e dos 500 *voluntarios* que desertaram em levas numerosas, ao respeitavel veterano de tantas batalhas illustres cabia não o direito, mas o dever de ao menos se não deixar aprisionar e de acolher nos navios da Marinha Imperial todo o povo que podesse lá caber, fugindo assim á colera insana e ao desenfreio das paixões desordenadas das columnas de Angelim. Reunidos na noite de 22 de Agosto em palacio, Taylor, commandante da esquadrilha; Manson, commandante da *Campista*, os tenentes coroneis, Brito Inglez, official á ordem, e Elvas Portugal, commandante dos voluntarios, e o major Carneiro Junqueira, commandante do 4º de caçadores, sob a presidencia do marechal, foi resolvido que o presidente transferisse com sua pessoa a séde do governo para bordo da *Campista*, que as tropas restantes fossem embarcadas para os demais navios, que o cartuchame fosse inutilizado e as boccas de fogo encravadas. Tudo se realizou como se delineára, ás 2 horas da madrugada, sendo os defensores do Trem de tudo inteirados pelos signaes da esquadra, embarcando-se grande numero de familias e de cidadãos para bordo da *Campista*, *Imperatriz*, *Regeneração*, *Defensora*, *Cacique*, *Rio da Prata*, *Bella Maria*, *Patagonia*, que foram ancorar na Bahia de Santo Antonio, deixando apenas a *Imperatriz* para vigiar a barra, em frente á fortaleza.

Estabelecido o governo da Provincia a bordo da *Campista*, cedo viu o marechal que não era possivel a permanencia da tropa e do povo a bordo das naus de guerra; facilitou a este passagens para o interior e para fóra do Estado e desembarcou aquella na Ilha de Tatuoca. Comprou 1.000 armas e 10.000 libras de polvora, requisitou ao governo da regencia 2.500 homens, peças de campanha e pelc menos 18 embarcações de pequeno calado para a navegação dos rios. Vencida a legalidade na capital os rebeldes de Angelim della irradiaram para Vigia, Acará, Mojú, Abaeté, Macapá e outros pontos do interior, onde lhes convinha atear o incendio da sedição. A Itacuan, á margem do Rio Arari, Igarapé-Miri, e diversas localidades das proximidades da capital que se tornaram centros do movimento anarchico que dominara Belém, teve o marechal Manuel Jorge de enviar forças que infelizmente eram batidas pela pusillanimidade dos que a compunham. E como não conseguisse anniquila-las, tratou de evitar que viessem de novo para a cidade ou della sahissem, bloqueando-as com uma esquadrilha de lanchões e canôas, cuja capitanea era a corveta *Defensora*.

Nesta angustiosa situação foi que o vieram encontrar na Ilha de Tatuoca a 15 de Dezembro as primeiras forças legaes que lhe enviara o Governo Central, embarcadas no brigue de guerra *Pirajá* e paquete *Constança* e mais tres navios mercantes, conduzindo viveres, dinheiro, petrechos bellicos e fardamento, sob a guarda de Luiz Ignacio Ribeiro Roma.

Aquartelando as forças chegadas, na Ilha de Cutijuba, o marechal Manuel Jorge demonstrou que lhe não haviam faltado nunca nem iniciativa nem coragem, mas sim meios para reprimir a rebellião de Angelim e seus sectarios. Debandou-os com uma expedição de 100 homens no *Mosqueiro*, onde faziam fogo de canhão aos navios que passavam; atacou-os no dia seguinte com o 2º de caçadores do commando do major Manuel Luiz Tavares, e sob a protecção das naus de guerra *Independencia* e *Brasilia* acompanhadas de lanchas e canôas no *Chapéo Virado*; a 6 de Fevereiro enviou para Vigia o 1º Batalhão de Caçadores sob o commando do major Francisco Sergio de Oliveira com 200 praças nos navios *Rio da Prata*, *Bella Maria* e *Jaguarari* afim de restabelecer regime legal, conseguindo a 10 dominar a villa e em poucos dias mais Porto Salvo, Penhalonga, Verissimo, Mauricia, Collares, S. Caetano, Curuçá e Cintra. Em meio a sua agora proveitosa actividade, surprehendeu-o a demissão dos cargos que acceitara com sacrificio de sua alta patente, pondo em jogo até o brilho de seu nome e a sua reputação de soldado, sendo substituido nellas pelo brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa, que chegou a Tatuoca a 9 de Abril de 1836.

Ao encerrar este capitulo, não o posso fazer sem prestar devida homenagem ao patriotismo intemerato de Francisco Pedro Vinagre e de Eduardo Angelim, em dois lances difficeis de seus governos, que mesmo dentro da anarchia que os alimentava e mantinha, não deixaram que os Francezes da força naval de Caienna e que os Inglezes dos navios de Strong, estes em Março de 1836 e aquelles, um anno antes precisamente, nos exigissem em tom insolente e audaz, satisfacções que não lhes deviamos. O commandante da força naval franceza reclamando contra o cerco e busca dados no consulado de sua nação sob o governo de Malcher, exigia que "sem perda de tempo fosse arvorado o pavilhão francez no mastro da principal fortaleza da capital onde se costumava içar a bandeira brasileira e que ahi tremulasse por tanto tempo quanto levasse a ser saudada por uma salva real de 21 tiros, dados pelos canhões da mesma fortaleza, *exigencia que faria valer em presença de 40 canhões que se achavam de morrões accesos*". O commandante da *Belvedere* para vingar os actos de pirataria commettidos em Salinas no mercante inglez *Clio* por facciosos de Angelim, exigia por sua vez que "a bandeira ingleza fosse arvorada em todas as fortalezas da cidade, *estando por baixo a brasileira*, saudada com 21 tiros, sendo entregues á justiça ingleza os criminosos".

O destemido Angelim respondeu aos Inglezes como o denodado Vinagre contestara antes aos Francezes, isto é, negando-se terminantemente a dar tão covarde satisfacção que aviltaria a nossa bandeira e a nossa Patria, e dizendo-lhe que aos criminosos — governo e sediciosos num e noutro caso, já os punira o povo depondo e eliminando Malcher e prendendo os saqueadores de Salinas dentro das leis do paiz que as possuia para punir seus criminosos sem auxilio da justiça ingleza.

Quaesquer que tenham sido os crimes desse dois chefes rebeldes, esses actos de energico patriotismo, praticados em circumstancias excepcionaes da vida do povo paraense, não podem ficar sem o destaque de uma menção tão honrosa para as suas memorias quanto consoladora e grata para o nosso coração de brasileiros!

CAPITULO IX

A ACÇÃO MILITAR DO GENERAL ANDRÉA E Á ASPHYXIA DA DESORDEM CABANA

A 19 de Abril de 1836 chegava a Tatuoca o novo presidente e commandante das armas, general Andréa. Comboiava o navio que o conduziu uma esquadrilha de navios affeiçoados á navegação dos rios da Amazonia, composta do patacho *Januaria*, brigue *Brasileiro*, brigue-escuna *Dois de Março*, escunas *Fluminense*, *Pelotas*, *Porto Alegre* e *Rio Grandense*, commandadas pelo primeiro tenente J. Manuel da Costa, capitão-tenente Agnello Petra de Bittencourt, primeiros tenentes Manuel Francisco da Costa Pereira, Francisco Ozorio, Francisco dos Santos, Manuel Vieira e Fernando de Lima, sob a chefia do capitão de fragata Frederico Mariath, nomeado para substituir Taylor na divisão naval. Acompanhavam o novo presidente para o auxiliarem na sua ardua missão, os officiaes do Exercito capitão Francisco Antonio Bittencourt e primeiro tenente Joaquim Victorino Cabral, de artilheria; tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Bahiano, de infanteria; capitão João Antonio Tota de Carvalho e tenentes José Soares de Andréa e Albino dos Santos Pereira, de engenharia. Nos proprios navios de guerra e distribuidos ainda pelos navios mercantes que carregavam viveres, petrechos bellicos e demais effeitos militares, procediam do Rio e da Bahia, colhidos nas proprias prisões dessas provincias, 400 recrutas destinados ás forças do Exercito.

Assumindo suas funcções no mesmo dia, Andréa desembarcou todas as forças em Tatuoca, mandando em seguida explorar a Ilha de Uarapiranga pelo major Luiz de Sousa e força de um batalhão, ilha que por estar á maior proximidade da capital escolheu para seu quartel-general. Intensificou de maneira severissima a instrucção de seus recrutas, dando-lhes tempo apenas para repoisar e fazer re-

feições, não consentindo em caso algum que tivesse ingresso na ilha pessoa que levasse aos sediciosos noticias ao menos approximadas de seus recursos militares. Começou suas operações por bater os facciosos nos pontos em que mais perto da capital se haviam fortificado. Barroso (4) commandando o *Brasileiro*, Philippe Leal a *Leal Cametáense*, o capitão João Francisco de Mello 100 homens do 2º de caçadores de Pernambuco, o tenente João Luiz de Castro Gama cerca de 50 do 5º, tambem de caçadores, batem os sediciosos de Igarapé-Mirim, fazendo 43 mortos e 151 prisioneiros, dos quaes apenas 50 combatentes. A 25 de Abril o primeiro tenente Luiz Salvino, commandante da escuna *D. Francisca*, destroça os de Vizeu e os atira para Ourém e para o Guamá em debandada, e poucos dias mais a divisão constituida do *Fluminense*, *Dezenove de Outubro* e *Porto Alegre*, do commando do primeiro tenente Paulo Ozorio, expelle os revoltosos do Capim e do Guajará, pondo-os fóra de Bom Intento, Pernambuco, S. Domingos, Tapicurú e Trafaria, situações em que se haviam fixado para accumular recursos bellicos.

Angelim sentiu por esses golpes e pela indisciplina com que sua gente se entregava á mais desbragada anarchia, que lhe fugia das mãos a auctoridade, não mais respeitada e acatada como outr'ora. Necessario era pois entrar em relações com o general Andréa e para isso veio servir-lhe a sympathica mediação do bondoso bispo d. Romualdo. Começou pedindo para os seus ao novo presidente uma lei de amnistia, que lhes apagasse os grandes erros e desatinos, medida que recusou Andréa tomar, por ser de exclusiva competencia da Assembléa Geral. Em seguida solicitou que o novo governo fosse o intermediario do pedido que della faria á mesma assembléa, mas emquanto a esperavam, fosse acceita pela auctoridade legal uma suspensão de hostilidades. A astucia avisada do presidente acceitou a primeira parte do pedido, mas recusou a ultima, sob o aliás justo pretexto de que armisticio cabe só na guerra entre nações e não entre partidos empenhados em luctas civis. Não desanimou o chefe dos facciosos com a resposta, e replicou ao velho general com vehemencia e energia, exigindo que o deixasse embarcar com seus asseclas ainda de armas na mão, para o Amazonas, onde aguardaria a amnistia desejada. Andréa, não só lhe negou tal permissão, mesmo quando Angelim ameaçou incendiar a cidade se o não attendessem, como lhe indicou com aquella tão sua imperturbavel serenidade o logar onde devia recolher, sem novas ameaças á ordem e incentivos á rebellião — a fazenda Carnapijó. Recêando que os sediciosos o quizessem enganar, afastando-se para destino que não o que lhes marcara, o presidente bloquea-os pelos rios Acará e Guamá com alguns dos seus brigues de guerra, o que leva Angelim a escrever-lhe um officio de caricata energia, recusando obedecer-lhe, e Andréa a responder-lhe suspendendo desde logo as negociações encetadas, de nada mais servindo mesmo a intervenção do bispo d. Romualdo. A 8 de Maio proclama Angelim a seus commandados a necessidade de abandonar Belém e lhes aponta como nucleos de resistencia no interior da Provincia os rios Capim, Guamá, Acará e Mojú, sendo que para o segundo delles é que seguiria, mesmo rompendo o bloqueio. Procurou escapar-se pela Pedreira, logar que fortificara com canhões e reforçara com tropas; mas, sabida esta manobra pelo Governo, não só a escuna *Rio da Prata*, com dois outros navios que a auxiliaram, hostilizados pelos tiros dos sediciosos, contrabateram a posição com sua artilheria, como deram desembarque, pondo em debandada os rebeldes, que recolheram aniquilados á cidade. Descrentes por completo de mante-la em suas mãos, os sediciosos se com Angelim á frente, abandonaram Belém em barcos e canôas, pelo Arsenal de Marinha, em busca do Guamá, mas surprehendidos na fuga, após opporem alguma resistencia, destroçou-se o comboio naval ao fogo dos canhões da esquadrilha legal que os fez fugir, disseminados já, pelos furos e rios mais proximos, logrando o chefe dos faccionarios attingir, devido á propicia ventania, o Acará, subindo-o e internando-se convenientemente.

Na propria noite e já ao romper a madrugada de 13 de Maio, a mando de Andréa, o major de artilheria Joaquim José Luiz de Sousa e o capitão de fragata Mariath, com as forças de Uarapiranga e marinheiros, preparavam-se para tomar conta da cidade abandonada, conseguindo-o ás primeiras horas da tarde do mesmo dia.

Fazendo sua entrada official a 14, o novo presidente promoveu nessa data Mariath a capitão de mar e guerra, Agnello a capitão de fragata, Barroso, Ozorio e Salvino a capitães-tenentes e o major Sousa a tenente-coronel.

Não descançou o eminente soldado e administrador na missão de pacificar a Provincia, dando-lhe a tranquillidade de que ha tanto tempo não gosava. Delegou á força reunida em Cametá a tarefa de restaurar a lei nas povoações proximas, mandou expedições varias para destroçar os rebeldes no baixo Amazonas e em Marajó e sabendo do paradeiro de Angelim no Lago Rio-Pequeno, do Acará, mandou que o fosse prender o alferes Pedro Gonçalves. Encontrou-o esse official no mais lastimavel estado de pobreza physica, ferido ainda pela força do tenente-coronel Sousa que o perseguira, e em companhia de seus dois irmãos Geraldo e Manuel, trouxe-o para a cidade em 30 de Outubro de 1836, sendo recolhidos primeiro á corveta *Defensora* e depois á Fortaleza da Barra.

Dotada a administração de Andréa pelo Governo Imperial de poderes discrecionarios por seis mezes, aproveitou-os o incançavel presidente para extirpar pela raiz o cancer da anarchia. Verificando impossivel organizar com a celeridade que as circumstancias exigiam os tres batalhões de caçadores, o de artilheria de posição e o esquadrão de cavallaria que o Governo Imperial lhe permittira, creou na capital um corpo de policia sob o commando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha, em substituição aos permanentes; em Cachoeira, um esquadrão de cavallaria; e dividiu a Provincia em nove commandos militares, assim constituidos: 1º, todo o Municipio de Belém; 2º, de Vigia (Collares, S. Caetano, Curuçá, Cintra e Salinas); 3º, de Bragança (Vizeu, Turi-Assú e Ourém); 4º, de Marajó, comprehendendo toda a ilha; 5º, de Macapá (toda a margem esquerda da foz do Amazonas até encontrar o primeiro commando); 6º, de Cametá (Tocantins, Oeiras, Portel e Melgaço); 7º, de Porto de Moz ou Gurupá (limitando com os de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém); 8º, de Santarém (limitando com o 7º, e com o alto Amazonas ou Rio Negro); 9º, o do Rio Negro (guarda das fronteiras), nomeando commandantes dos seis primeiros o coronel Marcos Antonio Bricio, major Francisco Sergio de Oliveira, tenente-coronel Francisco Xavier Torres, tenente-coronel Manuel Lourenço de Mattos, tenente-coronel Francisco de Siqueira Monte-Roso, padre Prudencio José das Mercês Tavares e dos tres ultimos o tenente-coronel Joaquim José Luiz de Sousa. Convocou as antigas praças que tiveram tido baixa ao tempo dos governos irregulares e realistou-as; aproveitou os rebeldes que não fossem criminosos para estabelecer com elles os corpos de trabalhadores (agricultores, operarios artifices), nos quaes alistou todos os desoccupados, que assim não só vieram com seu braço fomentar na lavoira e nas artes a riqueza da Provincia, como receberam na fileira os rudimentos de uma educação moral e civica, san e patriotica. Inflexivel mantenedor da disciplina, jámais a tropa do Pará atravessou regime que se possa comparar ao da administração do integro general Andréa; a menor falta ou o mais pequeno excesso commettido por soldados era punido com implacavel severidade. Meticuloso nos seus processos de governo, absolutamente inteirado dos assumptos da administração, talhada á antiga caserna, com rispidez de modos que amenizava entretanto com suave bondade muitas vezes, Andréa construiu com seu governo, e com a maestria com que dominou a anarchia que ameaçava tragar o Pará, um dos maiores padrões de sua competencia como administrador e como general.

Em 8 de Abril de 1839 substituia-o o dr. Bernardo de Sousa Franco que, encontrando sancado o terreno pela ferrea disciplina de Andréa, solicitou a amnistia geral para os facciosos, excepção feita dos criminosos. Essa medida, posteriormente confirmada, veio alcançar os proprios chefes rebeldes Vinagre e Angelim, que após os annos de degredo que a lei lhes marcou, vieram a fallecer no Pará, respectivamente em 2 de Novembro de 1873 e a 20 de Julho de 1882, inteiramente afastados das luctas politicas que haviam capitaneado, em desproveito de seu torrão natal e de sua propria patria !

(4) Francisco Manuel Barroso da Silva, que mais tarde em 11 de Junho de 1865 foi o inolvidavel heróe do *Riachuelo*.

CAPITULO X

DO SEGUNDO REINADO Á PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

O advento de Pedro II ao throno, em 1840, pela apressada declaração da "Maioridade", não conseguiu debellar desde logo as agitações que vinham trabalhando o Imperio desde o primeiro Reinado e atravez todo o periodo regencial.

Infiltrado demasiadamente no sangue da nação o *virus* do motim, os movimentos sediciosos que tanto haviam penetrado tambem as forças armadas não amorteceram de golpe, e quasi por um decennio além resistiram á espada e á diplomacia do eminente Caxias, já naquelles recuados tempos o prototypo de um general, como devem ser os de nossa epocha. E' justiça, porém, registar, que nesse prolongamento infeliz de dissenções pelo segundo Reinado a dentro, o Pará e as suas forças armadas, que tão inconfessaveis peccados já contavam, não collaboraram jámais; antes concorreram com elementos valiosos para a exterminação dos movimentos revéis.

Receiosa a Côrte de perturbação da ordem na Provincia, nunca mais deixou de ter nella a sulcar-lhe os rios inextricaveis e a guardar-lhe a capital, flotilhas de tres a cinco naus de guerra, e como forças do exercito dois a tres corpos, sendo um de artilheria, e os demais de infanteria. Por sua vez mantinham os presidentes a "Guarda Policial", creada para substituir a Guarda Nacional, dissolvida em 1836, constantemente convocada em diversos pontos do interior onde necessarios se faziam seus serviços e o "Corpo Provincial de Caçadores da Policia" destinado propriamente ao policiamento repressivo. Os effectivos destas forças orçavam por 1.500 homens que fazem inveja aos effectivos de agora e podem ser assim discriminados: 101 da Armada, 1.015 do Exercito, 155 da Guarda Policial e 229 do Corpo Provincial de Caçadores da Policia. Dessa penultima corporação figura aqui apenas o numero dos chamados a serviço; seu alistamento, porém, elevava-se a 661 officiaes e 15.528 guardas, classificados pelas comarcas da capital, de Bragança, de Cametá e Macapá, do Alto e do Baixo-Amazonas. Para servir ás necessidades dessa tropa, assim numerosa ás vezes, aproveitara-se a lei de 1831 creando os arsenaes de guerra nas provincias, e pouco a pouco se foi transformando o antigo Trem no estabelecimento de artifices que veio a ser mais tarde — a 3 de Maio de 1874 — pela creação da primeira companhia inaugurada com o effectivo de 40 aprendizes. A pacificação dos espiritos ia deixando tempo aos trabalhos proficuos em prol da efficiencia das forças e da satisfacção de suas mais prementes necessidades. Em 1840, para firmar um ponto de concentração de esforços em face dos Francezes da Guiana e estabelecer parallelamente o dominio do Brasil, conseguiu o commandante das armas, Marcos Antonio Bricio, estabelecer no Rio Araguari e á sua margem esquerda a Colonia Militar, que tomou a denominação de Pedro II, e onde sempre, apesar da insalubridade que não melhorou nem mesmo com sua transferencia em 1907 para a margem direita do Rio Oiapoc, novo limite marcado pelo laudo de Berna, foi mantido um destacamento de força do Exercito, com sacrificio enorme de officiaes e praças, victimados pelo impaludismo. Quatro annos mais tarde, em Março, o commando das armas, já então exercido pelo coronel Cypriano José de Almeida, alcança estabelecer communicação facil por terra entre os corpos da tropa com séde em Belém e o seu deposito de polvora e artificios de guerra do Uaurá, terminando a estrada projectada, e ficando assim independente de communicação por agua tão precaria nos casos em que os revoltosos tinham sempre ficado com o dominio dos rios. A "revolta praieira" que estalou no Recife em 1847-1848, com um caracter muito mais accentuadamente nativista que a "cabanagem" entre nós, deu azo a que o agitado Pará, áquella epocha já socegado, e entregue aos lazeres tranquillos da paz, tivesse a ventura de cooperar tambem numa pacificação. A cumplicidade do proprio presidente da Provincia, Chichorro da Gama, na revolta, deu-lhe amplitude gravissima e difficil de circumscrever, e foi preciso que as outras provincias auxiliassem Pernambuco na dominação do movimento rebelde que se alastrava pelo interior. Mandou-lhe o Pará seu concurso, enviando para o Recife, em meados de Janeiro de 1849, na barca a vapor *Imperatriz*, o 3º Batalhão de Artilheria do Exercito com 360 praças, corpo que só daquella cidade regressou, no mesmo anno, após a pacificação total da Provincia. Não impediu essa preoccupação mais ampla com a paz do Imperio que se fosse cuidando do que dizia respeito aos limites interiores da Provincia, no intuito não só de prevenir incursões perigosas á tranquillidade como aos interesses fiscaes. Foi com esses designios que em 15 de Outubro de 1849 o coronel Jeronymo Francisco Coelho mandou inaugurar a Colonia Militar de S. João do Araguaia, a principio á entrada da Cachoeira de Itaboca e de-

pois transferida para o proprio logar onde fôra o Registo de S. João do Araguaia.

A 12 de Agosto de 1850, poucos dias antes pois do desmembramento da Provincia do Amazonas, o presidente Angelo Custodio Corrêa e o commandante coronel das armas, Francisco Xavier Torres, por ordem do Governo Imperial, mandavam installar nas immediações do Forte de S. Joaquim a colonia militar do Rio Branco, para desenvolver na zona fronteiriça com a Guiana Ingleza a colonização brasileira e apoiar ás guarnições do mesmo forte contra a demasiada penetração daquelles nossos vizinhos. Com identicos intuitos, e mais o de auxiliar a reconstrucção do Forte de Obidos, cujo estado de ruina era tal que o presidente conselheiro Sebastião do Rego Barros se apressara em ir pessoalmente assistir o inicio das obras, foi em 8 de Abril de 1854 creada na emboccadura do Rio Trombetas a colonia militar de Obidos, por algum tempo florescente centro agricola e mais tarde transferida para a margem do Tocantins, em frente á Cachoeira de Itaboca.

Constituia aspiração dos presidentes que aqui vinham dirigir a Provincia reerguer a Guarda Nacional, e essa aspiração foi satisfeita em 1852, ficando creados no Pará tres commandos superiores, constituindo o 1º, a capital e Bragança; o 2º, Cametá, e o 3º, Macapá.

Nas mesmas condições da antiga Guarda Policial que a substituira em 1836, a Guarda Nacional ficou a preencher com a presença de seus homens a ausencia dos soldados do Exercito, sendo constantemente convocada para esse fim. Por occasião de irromper a guerra com o Paraguai, não era auspicioso o estado da Guarda Nacional e julgo que a essa causa, como á pouca densidade da população, se deve não ter o Pará, como muitas provincias do Imperio, enviado numerosos batalhões de voluntarios. Um, porém, enviou desde logo, em 29 de Março de 1865, o que tinha de mais seu e de melhor organizado na occasião, o seu Corpo Provincial de Caçadores da Policia. Um outro lhe seguiu mais tarde e viria constituir o 34º Batalhão de Voluntarios.

Sob o commando do tenente-coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, que já era seu commandante e que foi promovido a tenente-coronel a 15 dos mesmos mez e anno, em que marchou para o Paraguai, embarcou aquelle corpo de policia que, tomando a denominação do 13º Corpo de Voluntarios da Patria, tão alto ergueu no campo inimigo o nome da terra de Gurjão.

Sob as bençãos dos irmãos que ficavam e á sombra de formosa bandeira tecida e bordada pelas mãos patricias da mulher paraense, o 13º de voluntarios bateu-se heroicamente em quasi todas as grandes batalhas da campanha contra Lopez, registando-se sua presença por actos de bravura e de abnegação em Tuiuti, Curuzú, Curupaiti, Estero Rojas, Potrero Obellia, Estabelecimento, Humaitá, Lomas Valentinas, Aquidaban, Campo-Grande, Chaco e Itororó e tantas outras mais acções de menor importancia guerreira.

Regressando coberto de glorias á terra natal em 8 de Julho de 1870, trouxe o 13º de Voluntarios da Patria, como mais brilhante attestado de sua heroicidade e de sua dedicação pelo Brasil, a mesma bandeira que recebera das mãos fidalgas das mulheres de sua terra, sapilcada de sangue dos inimigos que intentaram arrebata-la e tendo nas suas dobras os signaes das balas paraguaias. Como era de habito então, foi a bandeira gloriosa guardada na Cathedral de Belém, de onde pleitêa a Força Publica retira-la em breve, iniciando com ella a primeira vitrina de seu museu militar. O imposto de sangue pago pelo Pará na guerra do Paraguai não se limitou a esse corpo: em contingentes sem organização formal de unidades do Exercito, a Provincia enviou muitos milhares de seus filhos a defender contra o dictador Lopez e seu valente povo a honra e a integridade do Brasil!

Após a guerra, como durante ella, a Guarda Nacional maior numero de contingentes teve de prestar ao serviço activo, substituindo o Exercito, sendo que até 1872 guarneciam seus officiaes e praças as fortificações todas da Amazonia, promptos á sua defesa no caso de serem ameaçados pelos possiveis inimigos do Norte. Projectando os governantes melhora-la cada vez mais, em 1871 conseguem elevar a nove seus commandos superiores, formando o 1º, a Capital; 2º, Cametá; 3º, Igarapé-Assú; 4º, Santarém; 5º, Vigia; 6º, Bragança; 7º, Marajó e Cachoeira; 8º, Macapá; e 9º, Gurupá. Por essa occasião elevava-se seu effectivo alistado a 3.965 homens de infanteria e 642 addidos.

A' primeira tentativa para se realizar o sorteio militar no Brasil, correspondeu o Pará com interesse muito patriotico, conseguindo alistar para o serviço da paz 129 homens e para o serviço de guerra 1.346 no anno de 1876.

Entregue a Provincia á normalidade de administração, que decorria com absoluta tranquillidade, as instituições militares foram operando parallelamente sua transformação, lenta e gradual, para a finalidade brilhante que a situação de hoje faz prever com segurança.

Mesmo assim, não se alheiaram Exercito e Armada das questões sociaes que a todo o Brasil interessavam. A solução do problema negro encontrou nas forças de 1ª linha que guarneciam o Pará a mais decidida collaboração, interessando-se todos por verem libertados da escravidão os paes, os filhos, as mães, os irmãos de milhares dos soldados negros, que no Paraguai misturaram heroicamente com o sangue dos soldados brancos seu proprio sangue em defesa da Patria commum, aggredida e traiçoeiramente acommettida pelos paraguaios ao mando de Lopez. Evoluindo assim no seu pensar e no seu sentir quando alvorou a Republica em 15 de Novembro de 1889, o espirito da tropa commungou immediatamente com o do povo que queria sacudir para longe o jugo monarchico.

Recebidos os primeiros telegrammas do Rio de Janeiro, na tarde de 15, annunciando a transformação do regime, foram os chefes militares da guarnição procurados pelos directores do Club Republicano na noite do mesmo dia. A 16, ao meio-dia, reuniam-se no antigo quartel do 15º Batalhão de Infanteria (hoje 26º batalhão de caçadores), á Praça Justo Chermont (antigo Arraial de Nazareth), os chefes republicanos e toda a officialidade da guarnição para cuidarem da installação do governo provisorio da Provincia. Assentadas idéas a respeito, uma commissão de republicanos parlamentou com o presidente dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque, empossado dois dias antes apenas. O integro chefe do ultimo governo monarchico aconselhou-os a que aguardassem mais detalhadas noticias dos acontecimentos confirmando o movimento, declarando-lhes, porém, que só cederia pela força.

A's 3 horas da tarde do dia 16 descia o 15º de infanteria em marcha pela estrada de Nazareth a operar junecção com o 4º Batalhão de Artilheria na Praça Saldanha Marinho, para depois effectuarem o cerco do Palacio do Governo, quando encontrou em seu caminho o Corpo de Policia, commandado pelo capitão do Exercito, e tenente-coronel daquella corporação, Raimundo Antonio Fernandes de Miranda. Ao ver seus camaradas do Exercito que seguiam a implantar a Republica na sua terra, o capitão Miranda, num gesto de desprehendimento que evitou uma lucta inutil e ingloria, arrancou as insignias da policia e adheriu ao movimento, arrastando com sua adhesão a de todo o corpo que commandava. Operada a junção com o 4º de artilheria, marcharam todas as forças sobre Palacio, cercando-o e conteirando o 4º de artilheria suas boccas de fogo, sob o commando do paraense 1º tenente João Gualberto de Mattos para os pontos de accesso ao mesmo edificio. Esta attitude determinou tambem a adhesão do Corpo de Bombeiros, que se achava formado fóra de Palacio e que fez causa commum com a tropa republicana. Deposto o presidente sem resistencia nem lucta, foi eleita uma Junta provisoria de que fizeram parte o dr. Justo Chermont, do Club Republicano, o tenente-coronel Bento José Fernandes Junior, do Exercito, e capitão de fragata José Maria do Nascimento, da Armada, inspector do Arsenal de Marinha.

Assumiu o commando das armas o major João de Maciel da Costa; do 4º de artilheria o capitão Antonio Maria de Albuquerque O' Conell Gersey e do 15º batalhão de infanteria o capitão Marcos Antonio Rodrigues. Para a chefia de Policia foi o primeiro tenente da Armada Arthur Indio do Brasil, conservando-se o capitão Fernandes de Miranda á frente do Corpo Policial, que logo depois tomou a denominação de Corpo Provisorio de Linha.

Essa primeira organização republicana passou por diversas transformações até entrar no regime constitucional, sendo eleito governador para inaugura-lo o então major de estado-maior dr. Lauro Sodré, que ainda segundo tenente do 4º Batalhão de Artilheria andara a evangelizar a nova doutrina na tribuna e na imprensa.

*

Fica aqui no ádito do regime republicano este imperfeito escorço da Historia militar do Pará; não é tempo ainda de leva-lo por deante. As paixões politicas com uma vehemencia destructora que é de todo lamentavel, andam ainda a deformar os factos e a denegrir, senão a demolir reputações e nomes muitos delles inconspurcaveis. Para tratar de uns e de outros, para julga-los com a serenidade e o recto juizo que a Historia exige, são precisos uma impessoalidade e um ponto de vista superior que só se poderá conseguir quando as scenas da vida republicana dos nossos dias, recuando para um longinquo horizonte, adquirirem a perspectiva que as fará destacar nitidas e inconfundiveis nos seus contornos e na sua grandeza real. A esse tempo, outro fará a obra que para mim é nesta hora ainda inopportuna.

LUIZ LOBO.

XVIII

Historia religiosa

A catechese e as ordens religiosas

Dois pontos da Historia colonial do Pará ainda não estão sufficientemente elucidados e esses, são: — a data da fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém, capital do Estado e a presença do elemento religioso, quer secular, quer talar, na expedição commandada por Francisco Caldeira de Castello Branco, fundador da cidade, sabendo-se unicamente que a referida expedição partiu de S. Luiz do Maranhão a 25 de Dezembro de 1615.

Manuel Barata, conscienciosо e o mais profundo conhecedor dos factos historicos da Amazonia, assevera que, com Francisco Caldeira, não veio religioso algum, dando como inveridicas todas as affirmativas em contrario.

E' certo, entretanto, que, logo após á construcção do forte, onde os expedicionarios se recolheram, foi levantada, dentro do recinto fortificado, uma capellinha dedicada á Nossa Senhora da Graça, invocação dada ainda hoje á Cathedral do Pará, sem que se diga quem estava á frente da pratica religiosa.

Sómente a 28 de Julho de 1617, 18 mezes depois da fundação da cidade, se sabe haver aportado o elemento clerical com os Capuchos de Santo Antonio, freis Antonio da Merciana, Christovam de São José, Sebastião do Rosario e Philippe de São Boaventura. Esses religiosos recolheram-se ao recinto fortificado e, pouco depois, mudaram-se para a ponta direita formada pela foz do igarapé Una, meia legua distante da cidade, onde construiram seu *recolhimento*, cercado de paus a pique; ahi habitava a tribu dos *Taujáras*, primeiros selvagens paraenses que receberam em suas tabas os missionarios portuguezes, datando dahi a catechese em territorio da Amazonia. Em Junho de 1626, esses religiosos mudaram-se para as bandas da campina da cidade, fundando o primeiro convento e egreja, dedicados a Santo Antonio.

Francisco Caldeira não cessava de pedir missionarios para a nova conquista até que, com a oração da Provincia ecclesiastica e nomeação do primeiro vigario (Novembro de 1617) para a Matriz de Belém, aqui chegou o padre Manuel Filgueira de Mendonça, a 26 de Outubro do anno seguinte, encontrando a cidade cercada pelos Tupinambás.

A Ordem dos Frades Carmelitanos aportou ao Pará em meiados de 1625, sendo frei Christovam de Lisboa o primeiro que aqui chegou, munido do alvará de 15 de Março do anno anterior, que removia para os religiosos a administração dos indios, ferindo os interesses dos colonos, encontrando frei Christovam viva e formal opposição dos moradores, mandando o Senado da Camara que sua execução fosse adiada, por se achar ainda em Pernambuco o governador do Estado. Contentou-se frei Christovam dessas razões, temeroso de um levante popular e, acompanhado de mais tres frades de sua Ordem, subiu o Tocantins, onde obteve copioso fructo entre os selvagens.

De volta á cidade, tendo affixado, em 21 de Dezembro desse anno, na porta da Matriz, uma pastoral fulminando excommunhão maior contra todos os que, estando de posse de indios, os não largassem sem demora, causou este procedimento grande agitação na cidade, resolvendo o Senado que o frade retirasse a pastoral, sob pena de responsabiliza-lo pelas consequencias que podessem advir. Frei Christovam recuou mais uma vez e retirou-se para o Maranhão. Esta Ordem só conseguiu ser bem recebida em Belém em Junho de 1627, quando frei Christovam e outros religiosos vieram com Francisco Coelho de Carvalho. Bento Maciel Parente doou á Ordem sua casa de residencia, recebendo-a frei Francisco da Purificação, que desde logo edificou o primeiro convento e egreja do Carmo.

Cabe ao padre Luiz Figueira, aqui aportado em 1635, a primeira tentativa de entrada dos Jesuitas no Pará, seguindo

para o Rio Xingú, onde fundou as aldeias de *Itacurussá* (Veiros), *Pirauhiri* (Pombal) e *Aricari* (Souzel).

Sentindo o padre Figueira que, sózinho, não poderia chamar á Egreja Catholica tão grande numero de selvagens, habitadores naquelle rio, deliberou volver á Lisboa, com o fim de trazer religiosos dessa Ordem, para a grande empresa. De volta do Reino, acompanhado de 14 missionarios, naufragou o navio que os conduzia em frente á Ilha de Collares, na Bahia do Sol, sendo alguns tragados pelas ondas e outros, juntamente com diversos passageiros, em numero de 120 pessoas, alcançaram as praias da Ilha de Marajó, no lugar onde habitavam os *Aruans* ou, mais propriamente, *Aruanas*, sendo todos mortos e devorados pelos indios, entre elles esse admiravel Luiz Figueira, iniciando-se assim, em sangue e nos destroços de craneos despedaçados, a primeira tentativa dos Jesuitas no Pará (1 de Julho de 1643).

A Pedro Teixeira se deve a introducção da Ordem dos Mercenarios, no Pará, pois que, após á sua chegada a esta cidade, de volta de sua extraordinaria viagem a Quito (1637-1639), frei Pedro de La Rua Cirne iniciou, em Dezembro de 1639, a construcção do primeiro convento e egreja de Nossa Senhora das Mercês, para onde se recolheram, pouco depois, outros religiosos da mesma Ordem, entregando-se todos á catechese.

Capuchos, Carmelitas e Mercenarios já se dedicavam com afinco á catechese pelo interior do Estado quando, a 5 de Dezembro de 1652, chegaram a Belém os padres Jesuitas Francisco Velloso, Thomé Ribeiro e Gaspar Fragoso; irmãos Antonio Luiz, Antonio Soares e Simão Luiz, chefiados pelo padre João de Sotto-Mayor, enviados pelo padre Antonio Vieira.

Esses religiosos luctaram com sérias difficuldades para serem acceitos em Belém, exigindo a população e por esta o Senado da Camara que os Jesuitas declarassem, em documento publico, que se não intrometteriam com os Indios; declaração que teve o padre Sotto-Mayor de assignar em 26 de Janeiro do anno seguinte. Fundaram então o primeiro convento e egreja, dedicados a Santo Alexandre e iniciando o ensino da doutrina christan e das primeiras lettras.

Munido do alvará de 21 de Outubro de 1652, que o auctorizava a levantar egrejas, estabelecer missões, descer indios ou deixa-los em suas aldeias, segundo julgasse mais conveniente, podendo requisitar dos governadores e mais auctoridades quaesquer auxilios de Indios, guias, interpretes e o mais que houvesse mistér, desembarcou o padre Vieira em Belém a 5 de Outubro de 1653. Aqui chegando, não perdeu tempo em dar cumprimento á sua missão, constituindo-se patrono intransigente dos Indios, contrariando, assim o compromisso firmado nove mezes antes por Sotto-Mayor. Pouco depois, embarcou para o Tocantins, iniciando, elle proprio, a catechese do selvagem paraense.

Começou então a grande obra, que é um dos mais justos titulos de benemerencia da Companhia de Jesus, em terras brasileiras, não sendo justo olvidar os inestimaveis serviços prestados pelos Carmelitas, Mercenarios, Capuchos da Piedade, de Santo Antonio, de S. José, da Conceição da Beira e Minho, tendo os Franciscanos a vantagem de nunca haverem quebrado os votos de pobreza; as tres primeiras, deixaram-se arrastar pela sêde das riquezas, entregando-se ao commercio.

Foram os Jesuitas que, em 1654, realizaram em Belém a commemoração da Paixão de Christo e mais actos religiosos durante a Quaresma.

Emquanto o padre Vieira, cedendo ás primeiras hostilidades, seguira para a Europa, os Jesuitas, que aqui haviam ficado, abriram escolas de Latim e Philosophia no Collegio de Santo Alexandre e o ensino das primeiras lettras e doutrina christan pelo interior do Estado. De volta ao Pará, em 1655, munido da provisão de 9 de Abril desse anno, que prohibia guerra offensiva ao Indio, estabelecia as missões governadas pelos principaes e pelos parochos, que eram, no caso os Jesuitas, e determinava expedições de resgates mas fiscalizadas pelos padres da Companhia, Vieira não perdeu um só momento em executa-la. Logo nesse anno a obra da conversão irradiou em todas as direcções: ao Sul, pelo Tocantins, seguiram, como missionarios, os padres Francisco Velloso e Thomé Ribeiro; ao Oéste, pelo Amazonas, até ao Tapajós, o padre Manuel de Sousa e um coadjuctor; ao Norte, á Ilha Grande de Joannes, os padres Salvador do Valle e Sotto-Mayor, a quem as fadigas iriam prostrar em breve, primeira victima de taes labores e no Gurupi, dois missionarios, cujos nomes a Historia não guardou, além de outros pela região do littoral. Com a vinda de outros missionarios, enviados da Bahia, de Lisboa, de Roma, da Belgica e da Allemanha, a obra se consolidou e a Companhia firmou-se no Pará, mau grado a grande opposição que lhe moviam os moradores.

Do Collegio, em Belém, Vieira dirigia os passos de seus loco-tenentes mas em breve teve tambem de pôr-se a caminho, de nucleo em nucleo de catechese e foi por isso que os selvagens o denominaram — *Pai-Assú* (*Padre Grande*).

Ramificada por quasi toda a vastidão amazonica, a Companhia veio finalmente a collaborar na obra dos *resgates* e *descimentos*, pelos quaes os pobres indigenas, quando escapavam ao captiveiro dos colonos, se tornavam entre os Jesuitas, Carmelitas e Mercenarios, elementos bem aproveitados na producção do trabalho e de faustosa renda para os religiosos.

Do Tocantins, em 1655, desceram com os missionarios 1.200 Tupinambás e, em 1659, cerca de 1.000. Do Rio Negro, em 1657, com os padres Manuel Pires e Francisco Velloso, trouxeram 600 e no anno seguinte mais de 700; em 1659, os padres Manuel Nunes e Thomé Ribeiro desceram 300 e em 1660 outros tantos os padres Manuel de Sousa e Thomé Pires; isto só naquelle rio, sem contar os outros que, trazidos por fôrros, eram recolhidos ás aldeias, para a distribuição. Restavam, porém, resistentes os Nheengahibas, habitadores da Ilha de Marajó, onde os vencedores encontrariam o *El-Dorado*, pois computava-se em quarenta mil o numero de selvagens que alli habitavam.

A "jornada do oiro", ao Rio Pacajá, tentada em 1658, mallograra tragicamente, perecendo nessa insensata viagem o padre João de Sotto-Mayor e quasi toda a expedição.

A 16 de Agosto de 1658, partiu o padre Vieira para a Ilha de Marajó, a chamado dos Nheengahibas, denominação generica de diversas tribus, entre ellas os Aruans ou Aruanas, Mapuás, Mocoões, Anaiás, etc, conseguindo converte-los á fé christan e torna-los amigos dos colonos.

O dominio quasi incontestado da Companhia durava havia sete annos, quando os habitantes, que nunca o soffreram de boa vontade, começaram a agitar-se para derriba-lo. Do Maranhão partiu o movimento que, victorioso, se propagou ao Pará, onde explodiu em 17 de Julho de 1661. A' mão armada invadiram os sediciosos o Collegio de Santo Alexandre, prendendo a todos os religiosos, inclusive Antonio Vieira que, entre apupos da multidão, foi encerrado em um cubiculo da Egreja de S. João Baptista, separado de todos os mais companheiros. Trinta e dois padres foram, em Setembro, embarcados para Lisboa, contando-se entre elles o padre Vieira.

A famosa provisão de 12 de Setembro de 1663, mandando que os Jesuitas fossem restituidos aos seus collegios e missões, teve em favor de sua execução a energia de Ruy Vaz de Siqueira, governador e capitão-general do Estado, e assim foram os Jesuitas reentregues ás suas posições, salvo o poder temporal attribuido ás Juntas de missões.

Pela carta régia de 21 de Dezembro de 1686, a Metropole, desejando evitar attritos entre os Capuchos e os Jesuitas, designou áquelles o Cabo do Norte para ahi estabelecerem as suas missões e entregarem-se á catechese.

Os religiosos da Piedade chegaram ao Pará em 1693 e no anno seguinte os da Conceição da Beira e Minho; estes, construiram o seu convento em 1706, retirando-se para o Maranhão em 1759, em virtude do alvará de 12 de Abril do anno anterior e aquelles, erigiram o seu convento e egreja, dedicados a S. José, em 1749, retirando-se para Portugal 10 annos depois, cumprindo o determinado pelo aviso de 5 de Fevereiro de 1758. O convento dos frades da Piedade serve de cadeia publica desde 24 de Outubro de 1843 e o convento dos religiosos da Conceição, dedicado a S. Boaventura, o Governo adaptou-o para as officinas do Arsenal de Marinha.

Em 1720, todo o Estado continha 54.264 indios aldeiados, distribuidos em 63 missões, a saber: — 19 dos Jesuitas, nove dos religiosos de Santo Antonio, 10 dos Capuchos da Piedade, 15 dos Carmelitas, sete dos Capuchos da Conceição da Beira e Minho e tres dos Mercenarios.

A provisão de 12 de Outubro de 1727 é assaz notavel, porque prohibiu o uso da *lingua geral* ou *tupi*, geralmente fallada no Pará, desde as mais altas camadas sociaes até aos escravos. Nas aldeias administradas pelos Jesuitas não se conhecia outra lingua e grande foi a opposição feita por elles para o cumprimento da referida provisão, que só teve effectiva execução em 1755.

Em 29 de Maio de 1757, d. frei Miguel de Bulhões, de accôrdo com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, publicou o decreto pontificio de 20 de Dezembro de 1741, que declarava livres os selvagens, publicação posterior ás leis pombalinas de 5, 6 e 7 de Junho de 1755, que foi a declaração de guerra de Pombal á Companhia de Jesus, dando em resultado a expulsão destes das terras sob o sceptro portuguez.

Foi no episcopado de d. frei Miguel de Bulhões e Sousa, dois mezes e meio antes de entregar o báculo ao seu successor que, em cumprimento da carta régia de 3 de Setembro de 1759 e em 16 de Junho do anno seguinte, foram presos nesta cidade e depois no interior do Estado, os padres jesuitas, possuindo elles, nesse anno, as seguintes aldeias ou missões, em numero de 25: *S. José* (Pinhel), *Santo Ignacio* (Boim), *Cumarú* (Villa Franca), *Burari* (Alter do Chão), *Tapajós* (Santarém), *Aricari* (Souzel), *Piauhiri* (Pombal), *Ilacurussá* (Veiros), *Arucarú* (Portel), *Bóccas* e *Araticú* (Oeiras), *Jaguarari* e *Sumaúma* (Beja), *Murtigura* (Conde), *Gebrié* (Barcarena), *Mamaiassú*, *Caiá* (Monsarás), *Tauapára*, *Curuçá*, *Maracanan*, *Salinas*, *Caeté*, *Vigia*, *Marajoim e Arari*, além do Collegio e Egreja de Santo Alexandre em Belém, que eram a séde dos trabalhos e os armazens da Companhia, onde se depositavam os generos colhidos pelos Indios, para a sua exportação. As 15 missões ou aldeias dos Carmelitas eram as seguintes: *Coari*, *Teffé*, *Maneruá*, *Paraguari*, *Turucuatuba*, *S. Paulo*, *S. Pedro*, *Jahú*, *Caragahi*, *Aracari Cumarí*, *Mariuá* *S. Caetano*, *Cabuquena*, *Bararuá*. As dos Capuchos de Santo Antonio eram: *Menino Jesus*, *S. José*, *Anaiatuba*, *Caviana*, *Mexiana*, *Urubuquara*, *Acarapi*, *Parú* e *Iari*, além de oito ou nove doutrinas.

Os Jesuitas tiveram ricas fazendas de gado, importantes estabelecimentos ruraes em S. Caetano, Búrajuba, Jaguarari, Gebrié, Guamá e Marajó e um pesqueiro no Rio Tocantins; os Mercenarios, além da olaria em Tucumduba e fazendas em Val-de-Cães, outras em Marajó; e os Carmelitas identicos estabelecimentos em Marajó, e Monte-Alegre. Os Jesuitas possuiam em Marajó 134.000 cabeças de gado; os Carmelitas, 18.000 e os Mercenarios, 80.000.

Em 1794, por ordem da Metropole, foram os Mercenarios retirados do Pará e confiscados todos os seus bens e os Carmelitas até 1848, quando o Governo Imperial mandou vender todos os seus bens.

A catechese tentada pelo governo provincial em 1840 fracassara e a de 1845, pelo Governo Imperial, redundou em desastre, causado pelos encarregados de dirigi-la, pois que em 1877, só existia no Pará a missão de Bacabal, á margem direita do Tapajós, com 547 indios mundurucús.

No governo de Paes de Carvalho, em 1898, foram estabelecidos dois interessantes nucleos de catechese no Araguaia e Maracanan, o primeiro com 1.823 moradores e o segundo com 500, dirigindo aquelle o inolvidavel frei Gil de Villanova. Esses aldeiamentos prosperaram e ainda hoje (1920) vão espalhando excellentes fructos entre os pobres selvagens que habitam actualmente as villas de Conceição do Araguaia e Santo Antonio do Prata.

As fundações das egrejas

A primeira edificação religiosa do Pará foi feita por Francisco Caldeira de Castello Branco, fundador da Cidade de Belém, que, em Fevereiro de 1616, edificou a ermida, dentro do recinto fortificado, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça.

Vencidos e subjugados os Indios que habitavam nos arredores, tratou o vigario Manuel Filgueira de Mendonça de construir a Matriz fóra do recinto fortificado, sendo levantada a egreja no logar onde está hoje a Cathedral, que continuou sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, recebendo o espaço, entre a egreja e o forte, o nome de — Largo da Matriz (fins de 1619).

Em 1622, Bento Maciel Parente, que havia assumido o cargo de capitão-mór a 18 de Julho do anno anterior, mandou levantar a Egreja de S. João Baptista que, como a Matriz, era construida de taipa e coberta de palha; a segunda, tambem de palha, foi edificada em 1686 e substituiu a Matriz de Belém de 1722 a 1724 e com a categoria de Cathedral de 1724 a 1726, por se achar aquella em ruinas, assim como de 1748 a 1755, durante as obras da construcção da Cathedral. A terceira e actual Egreja de S. João Baptista, iniciada em 1772, foi concluida em 1777, sendo aberta ao culto a 24 de Junho desse anno. E' de fórma octogonal e o seu plano foi traçado pelo architecto italiano Antonio José Landi.

O primeiro convento e a Egreja do Carmo foram edificados em 1627, em terrenos doados por Bento Maciel Pa-

rente; o segundo convento foi começado em 1696 e concluido em 1700. A segunda egreja foi começada em 1708 e terminada em 1721, sendo demolida em 1766, só ficando de pé o altar-mór, para servir á actual egreja, reedificada conforme a planta de Antonio José Landi, do arco do cruzeiro á frontaria, de cantaria lavrada, mandada vir de Lisboa.

Frei Pedro de La Rue Cirne edificou o primeiro convento e egreja dedicados á Nossa Senhora das Mercês e Redempção dos Captivos, em Dezembro de 1639; a segunda egreja e convento, actuaes, datam de 1763. Esta foi a primeira egreja de Belém, em riqueza e arte, em que collaboraram profissionaes como Frederico Ludovici, Philippe Sturn, Antonio Landi e outros. Por duas vezes serviu de matriz do bairro da Campina, por se achar em concerto a Egreja de Nossa Senhora de Sant'Anna (1851-1853 e 1867). Fechou suas portas no episcopado de d. Antonio de Macedo Costa e, depois de submettida a ligeiros concertos, foi reaberta a 21 de Setembro de 1913.

A 24 de Fevereiro de 1650, installou-se o primeiro hospital da Santa Casa de Misericordia, com uma egrejinha ao lado, sob a invocação de Santa Luzia, edificios esses que subsistiram até 1787, quando foi aberto o novo hospital, fundado por d. frei Caetano Brandão.

Perdurou até 1670 a primeira Egreja de Santo Alexandre, construida em 1653, pelos Jesuitas, com o seu convento annexo; naquelle anno, foi iniciada a edificação dos actuaes, concluidos e abertos ao culto a 21 de Março de 1719, cerimonia presidida por d. frei José Delgarte, que se achava em Belém em visita pastoral.

Expulsos do Pará os Jesuitas (16 de Junho de 1760), a séde do bispado começou a funccionar no Convento de Santo Alexandre, doação feita pela carta régia de 10 de Abril de 1760 e, pela de 11 de Julho do anno seguinte, a parte baixa do edificio, foi reservada para o Seminario Episcopal, ficando os restantes compartimentos, de que o bispo não precisava, para deposito de armamentos e munições de guerra. Em officio do Governo Portuguez, de 19 de Setembro de 1786, foi mandada entregar a egreja á Irmandade do Senhor Santo Christo do Forte, deixando essa corporação a sua ermida, construida em 1755, e que já se achava bastante damnificada, effectuando-se a entrega em 7 de Fevereiro de 1788. Em 1 de Março de 1798, a Irmandade transferiu sua séde para a Egreja das Mercês, sendo a de Santo Alexandre entregue á Irmandade da Santa Casa. Nessa egreja se installou a referida Irmandade, abandonando a de Santa Luzia, no Largo da Misericordia.

Em 1658, os homens nobres de Belém construiram a Egreja da Virgem do Rosario, em frente ao Convento dos Carmelitas, tendo se incumbido da direcção dos trabalhos o padre jesuita José de Sousa, reitor do Collegio de Santo Alexandre que, em troca, recebeu a fazenda *Ibirajaba*, no Rio Mojú, em doação ao Collegio. A egreja é um pequeno templo acanhado e feio, e se acha actualmente bastante damnificado.

Não é conhecido o anno em que os Capuchos de Santo Antonio fundaram, em Belém, a Confraria de S. Francisco da Penitencia ou Ordem Terceira de S. Francisco, suppondo-se que o tenha sido logo após á construcção de seu convento, em 1627. Em 1668 já ella existia, annexa ao convento, com a sua capellinha, datando a segunda capella de 1694, tendo sido inaugurada a 10 de Setembro, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, orago que conserva até hoje. A terceira capella, actual, foi edificada em 1748 e concluida em 1754. Esta Confraria ramificou-se pelo interior do Estado, creando filiaes em Cametá, Vigia, Gurupá, Bragança e Mazagão.

Em fins de 1619, o padre Manuel Filgueira de Mendonça, primeiro vigario de Belém, transferiu a Matriz do recinto fortificado para a frente do forte; esta egreja subsistiu até 1627, quando foi edificada a segunda, que existiu até 1722; a terceira, data de 1726, gosando já a categoria de Cathedral.

Em cumprimento á carta régia de 17 de Fevereiro de 1747, que determinava se fizesse a Cathedral, o Palacio episcopal e o predio para o Seminario, foi lançada a primeira pedra da Cathedral a 3 de Maio de 1748, tendo inicio a construcção projectada. Em 1755 (24 de Dezembro) foi aberta ao culto a nova egreja, que se achava edificada sómente até ao arco da capella-mór e, a 6 de Fevereiro de 1774, concluidas as obras, foram celebrados solemnes actos religiosos de inauguração, sob todas as exigencias do ritual romano. Em 1887, d. Antonio de Macedo Costa fechou o grande templo, para submette-lo a obras, que o tornaram a mais sumptuosa egreja do Brasil, sendo reaberta a 1 de Maio de 1893.

A origem da devoção á imagem da Senhora de Nazareth, que se diz ter sido por um caçador chamado Placido José de Sousa, e de data anterior a 1700, pois que, em Abril de 1697, o jesuita João Philippe Bettendorf nos conta ter dicto missa em acção de graças, na ermida da Santa. Foi essa a primeira ermida, que se conservou até 1774, quando foi erguida a segunda; em 1799, teve inicio a construcção da terceira, que foi concluida em 1802. A egreja actual, começada em 1852, e terminada em 1881, mas aberta ao culto tres annos depois, em 1884, vai ceder logar á basilica, ora em construcção, cuja primeira pedra foi collocada em 12 de Setembro de 1909.

A 7 de Outubro de 1725, d. frei Bartholomeu de Pilar, presidiu á cerimonia da abertura da Egreja de Nossa Senhora do Rosario, a segunda ahi construida por uma confraria de homens de côr. Da primeira, não se conhece o anno da fundação e a actual, começada em 1856, ainda a esforços da referida Irmandade, foi concluida e aberta ao culto a 6 de Outubro de 1861, tendo o governo provincial, pela lei n. 312, de 1858, despendido a somma necessaria para a terminação das obras.

Em Junho de 1626, os Capuchos de Santo Antonio edificaram o seu primeiro convento e egreja, que subsistiram até 1736, quando foram começados os actuaes, concluidos e abertos ao culto a 23 de Junho de 1743. Este convento soffreu ligeira reconstrucção em 1777 e, depois da retirada dos religiosos serviu de quartel do Corpo de Artilheria de Posição, tendo servido por algum tempo de Seminario; é, actualmente, occupado pelo Asylo fundado por d. Antonio de Macedo Costa, em 2 de Fevereiro de 1872, no Convento do Carmo, nome primitivo do Asylo.

Creada a parochia de Sant'Anna, a 22 de Abril de 1727, funccionou ao principio na Egreja de Nossa Senhora do Rosario. A 26 de Julho de 1761, d. frei João de São José e Queiroz presidiu ao lançamento da primeira pedra da Egreja de Senhora Sant'Anna, matriz do bairro da Campina, obra projectada por Antonio José Landi, e que foi inaugurada a 15 de Setembro de 1763. E' uma das mais lindas egrejas de Belém.

Em 1802, um modesto portuguez chamado José Antonio Abranches iniciou a construcção da Egreja da Santissima Trindade, concluida e aberta ao culto a 3 de Junho de 1814. Pela lei provincial de 4 de Setembro de 1840, foi erigida em séde da matriz desse bairro e nomeado primeiro vigario o padre Manuel Vasques da Cunha e Pinho; actualmente, acha-se em reconstrucção.

Até ao presente, Belém se acha dividida nas seguintes parochias: Sé, creada em Novembro de 1617; Sant'Anna, a 22 de Abril de 1727; Trindade, a 4 de Setembro de 1840; Nazareth, em 1852 e S. Raimundo, a 25 de Abril de 1917, matriz do bairro de S. João do Bruno.

Bispado e Arcebispado

D. Pedro II, rei de Portugal, propoz, em 1684, ao papa, a creação do Bispado do Pará, desmembrado do Maranhão, indicando para occupar o solio episcopal a frei Manuel da Natividade; mas d. Gregorio dos Anjos, a quem a proposta real não convinha, conseguiu a annullação da respectiva Bulla.

Desde a creação da Provincia Ecclesiastica (Novembro de 1617) até á data da instituição do bispado (4 de Março de 1719), a Matriz de Belém teve os seguintes vigarios: padres Filgueira de Mendonça, até 1636; Balthazar João Corrêa, até 1646 e Manuel Teixeira, até 1654; frei Lucas de Sousa, mercenario, até 1667; padres Domingos Antonio Thomaz, Antonio Lameira de França, Antonio Lourenço da Fonseca e João de Barros e Silva, que terminaram suas funcções em 1676, 1677 e 1719, respectivamente. O ultimo entregou a direcção da Matriz, já elevada á supremacia de Cathedral, a frei Victoriano Pimentel, procurador do primeiro bispo, em 13 de Julho de 1721, data da solenne installação do bispado, em Belém, na Egreja de S. João Baptista.

D. frei Bartholomeu do Pilar, 1º bispo do Pará, tomou posse pessoal do bispado e fez a sua entrada solenne a 21 de Setembro de 1724, organizando todos os serviços ecclesiasticos. Fallecendo d. frei Bartholomeu do Pilar a 9 de Abril de 1733, assumiu a direcção o arcediago Francisco Xavier Salgado, que o governou até 23 de Novembro de 1736, dia em que se empenhou em escandalosa lucta physica com o 2º governador do bispado, o arcipreste Luiz Borges, dando causa á primeira interdicção, que conhecemos, na Historia religiosa do Pará. Assumiu, então, a direcção do bispado o conego Luiz Francisco Monteiro, que o governou até 10 de Agosto de 1739, quando tomou posse o 2º bispo, d. frei Guilherme de São José.

Foi durante este episcopado que, em 1745, se apresentou nesta cidade o celebre jesuita italiano Gabriel Malagrida, cognominado — *o apostolo da Amazonia* — auctorizado, por alvará de d. João V, a estabelecer seminarios, o que realizou na antiga Rua do Açougue, depois chamada da Industria e hoje Gaspar Vianna, esquina da Travessa dos Mirandas, actualmente Quinze de Agosto.

Tendo resignado a cadeira episcopal, d. frei Guilherme embarcou para Lisboa em Agosto de 1748, entregando a direcção do bispado ao arcediago Geraldo José de Abranches, que governou até 14 de Fevereiro do anno seguinte, quando o assumiu pessoalmente o 3º bispo, d. frei Miguel de Bulhões e Sousa.

Em suas visitas pastoraes, d. Miguel, como os seus dois antecessores, elevou á categoria de freguezia diversas villas e povoados do interior do Estado e, em cumprimento ao alvará de 20 de Maio de 1751, creou o Seminario Ecclesiastico, installando-o no anno seguinte, entregando a sua direcção aos Jesuitas; depois da expulsão destes, o bispado assumiu a administração do Seminario e da gestão de seu patrimonio. Por provisão de 2 de Maio de 1758, traçou as fronteiras dos bispados do Maranhão e Pará, marcando o Rio Gurupi como a linha divisoria; e nesse anno edificou o *Aljube* ou prisão ecclesiastica. Havendo resignado a sua cadeira do bispado paraense, entregou o báculo ao seu successor, d. frei João de São José e Queiroz, a 31 de Agosto de 1760, que havia aportado a esta cidade nesse dia.

Pouco fez este prelado, durante os tres annos em que esteve á frente da diocese paraense, pois, victima de uma denuncia infame, foi chamado á Metropole, entregando o governo do bispado ao arcediago Geraldo José de Abranches a 24 de Novembro de 1763 e embarcou no dia seguinte para a Europa, acompanhado do ex-governador e capitão-general Manuel Bernardo de Mello e Castro.

D. frei João Evangelista Pereira (5º bispo) assumiu pessoalmente o governo da diocese a 21 de Novembro de 1772 e o seu primeiro cuidado foi chamar para junto de si o illustre sacerdote, dr. José Monteiro de Noronha que, desde 1755, exercia o cargo de vigario geral da Comarca do Rio Negro, creada nesse anno. Frei Evangelista falleceu nesta cidade a 14 de Maio de 1782 e a 21 desse mez e anno foi eleito vigario capitular o arcipreste José Monteiro de Noronha que, a 1 de Novembro do anno seguinte, entregou a administração do bispado ao 6º bispo.

Em Fevereiro de 1784, concebeu frei Caetano a fundação de um hospital para a pobresa desamparada, lançando a sua idéa pela pastoral de 24 de Março desse anno, que recebeu a mais franca sympathia e geraes applausos, inaugurando-o a 25 de Julho de 1787, dando-lhe o nome de Hospital de Bom Jesus dos Pobres Enfermos.

Concebeu tambem a idéa da fundação de um educandario para meninas pobres e para isso começou a edificar o respectivo predio no fim da Rua do Espirito Santo, hoje Dr. Assis. Esse estabelecimento não chegou a ser installado, por motivo da transferencia do frei Caetano para o arcebispado de Braga, embarcando para a Europa a 25 de Julho de 1789, depois de entregar a administração da egreja paraense ao arcipreste José Monteiro de Noronha.

Foi este sacerdote paraense quem, a 8 de Setembro de 1793, presidiu ao primeiro "Cirio" ou romaria que se faz annualmente nesta cidade, em honra de Nossa Senhora de Nazareth, á qual concorre consideravel numero de fiéis e cuja festividade dura 15 dias, com todo o esplendor possivel.

Em virtude do fallecimento desse arcipreste, a 15 de Abril de 1794, o Cabido, reunido, elegeu vigario capitular ao arcediago Joaquim José de Faria, que governou até 17 de Junho desse anno, quando o assumiu d. Manuel de Almeida de Carvalho, 7º bispo diocesano.

D. Manuel de Almeida de Carvalho conseguiu realizar o projecto de seu antecessor, a fundação do educandario feminino, inaugurando-o solennemente a 10 de Junho de 1804, recebendo esse instituto o nome de "Recolhimento das Educandas", posteriormente denominado "Collegio de Nossa Senhora do Amparo" e hoje "Instituto Gentil Bittencourt".

Pela portaria de 16 de Novembro de 1807, traçou os limites entre os bispados do Pará e Goiaz e, em virtude do

fallecimento do governador e capitão-general José Narciso de Magalhães e Meneses, a 20 de Dezembro de 1810, presidiu á Junta de Successão Provisional, que administrou o Estado até 19 de Outubro de 1817, quando foi empossado o novo governador, conde de Villa-Flor.

D. Manuel falleceu nesta cidade em 30 de Junho de 1818, sendo eleito vigario capitular o arcipreste Romualdo de Sousa Coelho, que governou até 22 de Janeiro do anno seguinte, quando passou a administração ao arcediago Antonio da Cunha e seguiu para Lisboa. Sagrado bispo do Pará a 1 de Abril de 1821, volveu á sua diocese, assumindo o cargo a 5 de Julho do mesmo anno.

Eleito, em 1822, deputado ás Côrtes Constituintes Portuguezas, como representante do Pará, passou o governo da diocese ao vigario geral Romualdo Antonio de Seixas, em Janeiro desse anno e partiu para Lisboa, onde pouco se demorou, voltando em 1823, sendo acclamado presidente da Junta Governativa.

Por occasião da *Cabanagem* (1835), evitou, com um crucifixo nas mãos, que os *cabanos* incendiassem a cidade, devendo-se tambem a d. Romualdo a salvação de muitas vidas, condemnadas á vingança dos revolucionarios.

Falleceu o grande prelado nesta capital, a 15 de Fevereiro de 1841, assumindo a direcção da diocese o arcipreste Manuel Theodoro Teixeira, que governou até 7 de Julho de 1844, quando tomou posse pessoal o 9º bispo, d. José Affonso de Moraes Torres.

Quando, em 1855, rebentou na capital a terrivel epidemia do *cholera-morbus*, que causou milhares de victimas, o venerando prelado appellou para a Misericordia Divina e ordenou que se fizessem preces nas egrejas de sua diocese, imitando assim o gesto de seus antecessores, que trabalharam desinteressada e abnegadamente, soccorrendo os afflictos, attingidos por outras epidemias, taes como a febre amarella e a variola.

A 20 de Dezembro desse anno, o dr. Francisco José Furtado, juiz de direito da 2ª Vara, suspendeu a Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia do exercicio de suas funcções, visto não ter feito approvar o seu compromisso pela auctoridade civil, não obstante os antigos compromissos por onde se regia, nomeando interinamente administrador dos bens a João Evangelista Noronha Bandeira, a quem o juiz municipal fez entrega, mediante inventario. Essa suspensão foi revogada a 18 de Dezembro do anno seguinte, com a approvação dos estatutos, na parte civil.

D. José Affonso fundou, em 1848, dois seminarios, um em Obidos e outro em Manáos.

Tendo resignado a cadeira episcopal, retirou-se do Pará a 1 de Julho de 1859, entregando o governo da diocese ao arcediago Raimundo Severino de Mattos, que administrou até 1 de Agosto de 1861, quando fez a sua entrada solenne d. Antonio de Macedo Costa, 10º bispo diocesano.

D. Antonio, que foi o pastor de maior esplendor intellectual da diocese, instituiu, no anno seguinte, o mez Marianno e pretendeu construir um navio-egreja, que denominaria — *Christophoro*, para viagens pastoraes.

Reformou completamente o Seminario Ecclesiastico, dotando-o de novas cadeiras e, envolvido na *Questão religiosa*, viu-se afastado da direcção de sua diocese; mas, reassumindo o seu cargo em 1876, dedicou-se ao soerguimento da egreja paraense.

Tendo fundado o "Instituto Providencia", á margem da Estrada de Ferro de Bragança, resolveu submetter a Cathedral a obras que a tornassem a mais sumptuosa egreja do Brasil, transferindo os objectos do culto para a Egreja de Santo Alexandre, mas não viu terminados esses serviços, pois, elevado ao arcebispado da Bahia, despediu-se de seus diocesanos e entregou a direcção do bispado ao arcediago José Gregorio Coelho, partindo para o Rio de Janeiro a 20 de Junho de 1890. O arcediago José Gregorio Coelho dirigiu a Egreja paraense até 9 de Fevereiro de 1891, quando entregou a administração a d. Jeronymo Thomé da Silva, cabendo a este ultimar os trabalhos da Cathedral, que foi solennemente reaberta ao culto a 1 de Maio de 1892.

Preconizado arcebispo da Bahia, passou a administração do bispado ao arcediago José Gregorio Coelho e a 13 de Novembro do anno seguinte seguiu para a Europa.

D. Antonio Manuel de Castilho Brandão, 12º bispo, chegou a Belém a 6 de Março de 1895, empenhando-se desde logo pela constituição do patrimonio do Seminario Episcopal e da Cathedral, o que conseguiu, depois de varias viagens pastoraes ao interior do Estado.

Transferido para o bispado de Alagôas, passou o cargo ao monsenhor José Ferreira de Andrade Muniz, em 15 de Agosto de 1901 e partiu para o Sul da Republica. Monsenhor Andrade Muniz governou até 25 de Março do anno seguinte, quando tomou posse pessoal d. Francisco do Rego Maia, 13º e ultimo bispo, que administrou até 25 de Outubro de 1905, quando seguiu para Roma, a tratar dos interesses da Egreja paraense, resignando, porém, o seu cargo em Junho do anno seguinte, ficando á frente da diocese o arcediago Muniz, que governou até 16 de Outubro de 1906, succedendo-lhe monsenhor Hermenegildo Perdigão.

Elevada a diocese á categoria de arcebispado, por decreto consistorial de Pio X, a 1 de Maio de 1906, fórma hoje uma provincia ecclesiastica, com as dioceses suffraganeas de Maranhão e Amazonas, das prelaturas de Santarém e Conceição do Araguaia e das prefeituras apostolicas do Rio Negro, Alto Solimões, Teffé e Rio Branco.

O primeiro arcebispo, d. José Marcondes Homem de Mello, tomou posse, por procuração, a 25 de Julho desse anno, resignando, porém, a sua cadeira, por se encontrar bastante enfermo, devido aos transes por que passou, quando do naufragio do vapor *Sirio*, do qual era passageiro.

O actual prelado archidiocesano, d. Santino Maria da Silva Coutinho, tomou posse pessoal de seu cargo a 22 de Junho de 1907, realizando diversas aspirações do povo paraense, taes como: a reabertura da Egreja da Senhora das Mercês, em 23 de Novembro de 1913, a collocação da primeira pedra da basilica de Nossa Senhora de Nazareth, a 12 de Setembro de 1909 e construindo a Egreja de S. Raimundo Nonnato, aberta ao culto a 25 de Abril de 1917, tendo d. Santino creado a 5ª parochia de Belém, a 10 de Julho desse anno, no bairro de S. João do Bruno, nomeando para vigaria-la o padre Faustino de Carvalho.

Durante o periodo monarchico, quando as eleições eram feitas nas egrejas, não poucas vezes o sangue dos eleitores manchou o chão dos templos quando, no accêso das paixões partidarias, o cacete do galopim fallava mais alto que os votos depositados na urna. As eleições eram realizadas na Cathedral, Sant'Anna e Trindade, sendo a segunda a mais sujeita a interdicções, pelos motins que ahi tiveram logar, contando-se como o mais celebre o de 1872; as interdicções, porém, não duravam mais que oito dias, quando eram levantadas. No interior do Estado, foram interdictadas as egrejas de Obidos, Maracanan e, ultimamente, a de S. Benedicto, em Cametá, restabelecida em Outubro de 1920.

Questões religiosas

O conflicto entre a Maçonaria e a Egreja brasileira, durante o periodo de cinco annos (1871-1875), teve, no Pará, um de seus mais vastos theatros.

A 2 de Dezembro de 1871, d. Antonio de Macedo Costa, então prelado diocesano, fez publicar uma portaria, prohibindo aos fieis a leitura do *Liberal do Pará*, do *Santo-Officio* e da *Tribuna*, que, em artigos violentos, atacavam o bispo em defesa da Maçonaria, já em lucta com o prelado; d. Antonio defendia-se pela *Boa Nova*.

A questão accentuou-se sobremaneira com o officio-circular de 31 de Março de 1873, onde o conego Sebastião Borges de Castilho, em nome de d. Antonio, determinou aos irmãos das ordens terceiras de S. Francisco da Penitencia e do Carmo e das irmandades do Senhor dos Passos, dos Navegantes e da Santa Casa de Misericordia, que porventura pertencessem á Maçonaria, deveriam declarar publicamente que abjuravam esta Ordem; se o não fizessem, seriam destituidos de seus cargos nas referidas corporações. Algumas das irmandades submetteram-se á imposição e outras, como a Santa Casa de Misericordia e Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia, reluctaram e protestaram, sendo suspensas pelo prelado, nascendo dahi, impetuosa e apaixonada, em ambos os lados, a "Questão religiosa".

Recorrendo ellas para o imperador, que acolheu a reclamação, teve logar o protesto de d. Antonio, valendo isso como uma indisciplina e desobediencia ao monarcha, pelo que, a 7 de Novembro de 1873, foi d. Antonio denunciado perante os tribunaes, seguindo-se a sua prisão na Ilha das Cobras e á condemnação, a 1 de Julho do anno seguinte, a quatro annos de prisão com trabalhos. D. Antonio recebeu o perdão imperial a 17 de Setembro de 1875, cumprindo sómente 14 mezes de prisão simples.

Nova "Questão religiosa" surgiu em Belém em fins de Setembro de 1879, quando se tratou da festividade de Nossa Senhora de Nazareth, que se realiza annualmente em Belém e que d. Antonio pretendeu acabar, recorrendo até ao governo provincial, pedindo providencias para que se não realizassem a trasladação da imagem, do "Collegio de Nossa Senhora do Amparo" para o Palacio do Governo, em 11 de Outubro e o "Cirio" ou romaria, na manhan do dia seguinte. Nada alcançando, d. Antonio prohibiu aos padres o seu comparecimento ás festividades, que, mau grado os esforços do bispo, se realizaram, sem o elemento clerical, dentro até da ermida da Santa.

Felizmente, essa questão não teve maiores consequencias e, acabadas as festas, terminou a ira do grande prelado, uma das glorias do episcopado brasileiro.

Outros cultos

A Egreja Protestante foi fundada em Belém a 1 de Julho de 1883, pelo cidadão norte-americano dr. Justus H. Nelson, sob a denominação de Egreja Methodista Episcopal; a segunda, em 1897 foi a Egreja Baptista, á Rua João Balbi, sendo dissolvida pouco depois, restabelecida, porém, em 1899, sob a denominação de "Egreja Christan do Pará". Em 1902, foi organizada em Belém a Egreja Presbyteriana, á Travessa Caldeira de Castello Branco, e em 1910 fundou esta Egreja outra capella á Travessa 9 de Janeiro, conhecida pelo nome de "Egreja Pentecostal". A colonia ingleza mantém, desde 1912, a "Egreja" de Santa Maria, á Avenida Serzedello Corrêa, pequeno e formoso templo, edificado no terreno do antigo "Cemiterio dos Inglezes".

Os israelitas mantêm duas synagogas, uma á Rua da Industria, fundada em 1838 e outra á Travessa Campos Salles, inaugurada em 1884.

Essas religiões têm se espalhado pelo interior do Estado, conseguindo a primeira fazer numerosos adeptos em todas as classes sociaes.

O espiritismo vai se infiltrando, não só em Belém como no interior, realizando suas sessões ou "seáras" em casas particulares e na "União Espirita do Pará", séde da *Nova Idéa*, em Belém, levando, porém, a vantagem, sobre as duas anteriores, de fundar escolas de primeiras lettras e distribuir esmolas á pobreza desamparada.

MANUEL BRAGA RIBEIRO.

BIBLIOGRAPHIA

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, vols. 2º e 5º.
J. F. Lisboa — *Obras Completas*, vols. 3º e 4º.
J. Lucio de Azevedo — *Vida do padre Antonio Vieira*, vol. 1º.
Barão de Studart — *Documentos para a Historia*, vols. 2º e 3º.

XIX

Synthese da Historia litteraria

Da Historia da nossa Litteratura propriamente dicta, ninguem, que eu saiba, até hoje tratou, nos varios compendios e estudos, que abordam o assumpto e conhecidos são de todos nós. Neste ponto a *Lyra Amazonica*, cuja publicação ficou no 3º fasciculo, louvavel emprehendimento que Paulino de Brito e Sousa Filho não conseguiram terminar, bem como a minha "Anthologia Amazonica", que só tratam de poetas, fazem justiça ás lettras regionaes, divulgando producções firmadas pelos nosos bardos.

A "Anthologia", porém, estando já na sua 2ª edição, foi a unica que conseguiu ter larga circulação, digo-o com jubilo e um pouco de orgulho...

O proprio sr. José Verissimo, saudoso escriptor brasileiro e paraense erudito, na sua "Historia da Litteratura Brasileira", de nós não cuidou, nem de leve, ao menos...

E' que, na opinião do abalisado critico, nas resenhas e estudos litterarios... "o Pará é impossivel figurar, a quem, com pezar dizia, a civilização brasileira, nada, absolutamente, deve" (*Revista Amazonica*, pag. 174).

Coelho Netto, que não é paraense, e com menos obrigação de nos conhecer, foi mais prodigo: no seu "Compendio de Litteratura Brasileira" faz justiça ás nossas lettras, citando dois ou tres intellectuaes do Pará, apesar de muito superficial e equivocadamente, por lhe terem faltado, infelizmente, os necessarios dados e esclarecimentos seguros.

« E' um periodo refractario a todo e qualquer tentame litterario, absorvido completamente pela idéa do lucro avultado: arrancar os indios das selvas; traze-los escravizados para as fazendas, para as roças; emprega-los em todos os misteres; reunir em grandes quantidades o cacau, o anil, a salsa, o arroz, o urucú, a baunilha e outros productos naturaes, eis a exclusiva idéa dominante.

O que foi a instrucção publica neste seculo de colonização, di-lo a propria essencia da epocha.

Litteralmente fallando, esses cem annos são uma desolada charneca onde nem mesmo a paciencia do investigador arguto logrará descobrir a plantinha humilde das lettras.

Apenas nos ficaram as producções geographicas dos roteiros, das descripções, dos diarios e das viagens. » (1)

Data de 1799 o regulamento do ensino publico no Pará, passando Belém a ter duas escolas publicas primarias, sendo mais 13 creadas no interior, em virtude do aviso de 15 de Abril desse anno, do benemerito governador Francisco de Sousa Coutinho.

Dahi começa o nosso desenvolvimento intellectual incipiente.

Leiamos o que a respeito escreveu Arthur Vianna, tratando de Tenreiro Aranha e de Patroni:

« Transferido assim o governo civil de S. Luiz para Belém, subiu o Pará de categoria e de importancia, congregando na sua capital os lettrados e os doutos.

Ainda assim, privados do recurso de uma typographia, sem possibilidade de transmittir aos posteros os seus trabalhos, os litteratos só apparecem raramente de envolta com as correspondencias, alvarás, cartas régias e outros manuscriptos dos nossos archivos, em producções offerecidas aos governadores e aos monarchas.

No ultimo vintennio desse seculo surge o vulto que concretiza, uma notavel saliencia, a nossa litteratura colonial — Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Nascido em Barcellos, antiga cabeça da Capitania do Rio Negro, em 4 de Setembro de 1769, veio a fallecer em 25 de Novembro de 1811, aos 42 annos de edade.

Sua vida é já de si um romance agitado e empolgante e a historia das suas obras não menos curiosa.

Guardava seu filho João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, com todo o cuidado os seus trabalhos que tencionava publicar em volume, quando a sua casa, sita no Largo da Memoria, foi varejada pelos *cabanos*, em 1835, e no anno seguinte invadida por soldados do governo. »

Os vandalos destruiram então a parte quiçá mais preciosa do espolio litterario do morto.

O filho, porém, litterato como fôra o pae, reuniu os destroços em um volume que publicou no Pará, em 1850, sob o titulo — *Obras litterarias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.*

(1) Arthur Vianna — *Juizo critico sobre a Anthologia*, 1904.

Do merito deste nosso poeta colonial não ha que duvidar fórma antiga, de accôrdo com a sua epocha, bom metro e bella inspiração recommendam as suas producções, com especialidade os seus sonetos.

De quanto produziu, é mais conhecido pela reproducção em varias obras, o soneto dedicado a Maria Barbara, mameluca mulher de um soldado do regimento de Macapá, que preferiu a morte ao adulterio.

Esta obscura Lucrecia teria ficado ignorada nas sombras do passado se o poeta não existisse, como tambem perdido estaria elle para nós, se o não salvasse o amor filial:

Se acaso aqui topares, caminhante,
Meu frio corpo já cadaver feito,
Leva piedoso, com sentido aspeito,
Esta nova ao esposo afflicto, errante.

Dize como de ferro penetrante
Me viste, por fiel, cravado o peito,
Lacerado, insepulto, e já sujeito
O tronco frio ao corvo altivolante.

Que dum monstro inhumano, lhe declara
A mão cruel me trata desta sorte,
Porém que allivio busque á dôr amara,

Lembrando-se que teve uma consorte
Que, por honra da fé, que lhe jurara,
A' mancha conjugal prefere a morte.

Se outros poetas paraenses houve, contemporaneos de Bento Aranha, apagaram-nos as condições do meio em que viveram.

Com o seculo XIX surgiram novas theorias sociaes e o Pará entrou a ser agitado primeiro pelas idéas democraticas em prol da restricção do poder real, depois pelas aspirações de Independencia.

Apparece então ahi o segundo dos nossos poetas, uma bella intelligencia, bem culta mas desequilibrada successivamente por um desarranjo mental, que estragou as suas variadas producções.

Este poeta foi Patroni, o ardoroso propagandista da nossa emancipação politica e o fundador da imprensa no Pará. Não lhe faltaram inspiração e conhecimentos necessarios ao manejo do verso; toldou-lhe as idéas a demencia (2).

São da *Anthologia Amazonica* estes periodos elucidativos:

« Genio ardente, patriota inflammado e audaz, desde então começou a bater-se pela Independencia de sua Patria, pronunciando, no dia 22 de Novembro de 1821, dentro do proprio palacio das Côrtes Portuguezas, no Reino, onde tivera accesso, um violento discurso, verberando injustiças, condemnando desmandos, pugnando pelos nossos direitos de Brasileiros e Paraenses.

Voltando ao Pará, continuou com ardor a campanha começada, dirigindo circulares aos Paraenses, fundando *O Paraense*, — o primeiro jornal que se publicou no Pará, e do qual era tambem redactor José Baptista da Silva, dando o seu primeiro numero em 1 de Abril de 1822. »

(2) Arthur Vianna — *Loc. cit.*

Paraense illustre, orador fluente, jornalista de acção e poeta de bom estro, Patroni occupou, depois de formado, varios cargos publicos no Pará, foi deputado provincial e teve a gloria de ouvir, de longe, embora, preso em S. Julião, mas alegre, e delirando de amor patrio, os echos festivos e vibrantes da Independencia da Patria, pela qual, com heroismo, se batera.

Teve por isso razão Paulino de Brito, quando disse no 1º fasciculo da *Lyra Amazonica*:

« Não somos, litterariamente, ricos: mas, da nossa mediania, ou mesmo pobreza, para essa indigencia vergonhosa, que nos attribuem, a differença é grande.

Já possuimos alguns nomes nas lettras que podemos com orgulho apresentar á consideração do paiz e do extrangeiro: e algumas producções litterarias que os mais conspicuos poetas da lingua, quer antigos, quer modernos, poderiam assignar sem deslustre, antes, com gloria, para a sua reputação. »

Deixou, ineditos e publicados, varios livros, entre os quaes uma *Cartilha Imperial*, onde a firmeza do plectro avulta, nomeadamente nas oitavas de sua *Ode aos paraenses* nella inserta:

Leguas mil e quinhentas percorrendo,
A' carreira dei fim, cheguei, venci;
Pois talvez dizer posso, comprehendo
Terras, homens e coisas, leis que vi.
Meu estro humilde em sacro verso accendo,
Quando um somno bem leve eu durmo aqui.
Desperto ao sino da primaz augusta,
E o tredo cortezão não mais me assusta.

Treze de Maio! dia assaz notavel
Nos fastos paraenses, que recordas
Claros feitos da tropa insuperavel
Que os cabanos levou da Estyge ás bordas!
Neste dia tão grande e memoravel
Mal diviso a cidade, sinto as cordas
Vibrar do coração, e logo o pranto
Me acode, apenas vejo o templo santo.

Oh! que tu com effeito, Belém santa,
Não és a mais pequena dessas terras
Do Imperio do Brasil, pois tudo encanta
Alta piedade que abundante encerras:
Posto que o genio do teu sólo espanta
Indoutos charlatães, que, lá nas serras
Da Mantiqueira, Cubatão, e Estrella,
Vivem dos versos á Marilia bella.

. . . . . .
. . . . . .

A intelligencia de Patroni, todavia, atormentada pelos dissabores e constantes azares da sorte; ella que fôra culta e brilhante, acabou por desequilibrar-se, toldando-lhe as idéas a demencia.

E assim se extinguiu "o ardoroso propagandista da nossa emancipação politica", o nosso segundo poeta em antiguidade e o fundador da imprensa do Pará, tendo sido sepultado em Lisboa, para onde novamente fôra, em 1862-1868, pouco mais ou menos.

*

Com Tenreiro Aranha e Philippe Patroni desappareceu a tradição classica no Pará, vencida mais tarde pelo romantismo.

Se os padres missionarios da Companhia de Jesus, Anchieta e Nobrega á frente, foram os Orpheu, Eumolpe, Thamyris e Demoducus do Brasil primitivo, os aedos do Pará foram elles — Aranha e Patroni — os nossos arcades.

E se outros escriptores tivemos, até a extincção do culteranismo, os seus escriptos perderam-se, como acima ficou dicto, pelas columnas dos arremedos de jornaes litterarios da epocha, como ainda o era em 1857 — *O Adejo Litterario*, cujo formato ridiculo tinha as dimensões de uma folha de papel de carta "Diplomata", e onde collaboravam Philocreão, Sussuarana, Sergio Damasceno, "o Maniaco", e outros poetas de egual mediocridade e estalão.

O modo de dizer dos elmanistas e philintistas tendo, pois desapparecido, garroteado pela novidade que de França nos havia trazido Domingos de Magalhães, com os seus *Suspiros poeticos*, o Brasil entrou com vontade em plena phase pathetica, arvorando o pendão do romantismo.

Essa transição litteraria deu-se aos albores de nossa Independencia politica: o Brasil acolheu com enthusiasmo e carinho a nova escola, chegando mesmo a possuir della verdadeiras notabilidades.

O romantismo desdobrou-se em varios ramos, sobresahindo, no Brasil, nos seus primordios, um grupo de poetas bem intencionados que pretenderam crear uma litteratura *nossa*, sem macaqueações, typicamente nacional.

Foram elles os heróes do *indianismo*, Gonçalves Dias na vanguarda, seguido por Magalhães e Porto-Alegre, que tiveram em breve tempo de ceder o campo ás novas correntes, depondo a bandeira que com garbo e coragem haviam levantado.

A *Confederação dos Tamoios*, de Magalhães; *A Iracema*, *O Ubirajára* e *O Guarani*, de Alencar; *O Caramurú*, de Santa Rita Durão — o fundador da poesia brasileira, na opinião de José Maria da Costa e Silva; *Os Timbiras* e o *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias; *O Colombo*, de Porto-Alegre, e dois ou tres mais, são exemplos dessa escola extincta á falta de alento e resistencia, e que, no Pará, teve adeptos, por dilettantismo.

O mais fervoroso dentre elles foi Vilhena Alves, nas suas *Monodias*, publicadas em 1868, cuja primeira parte "Americanas" é quasi toda composta de poesias *indianistas*, como as que intitulou *O canto do indio*, *Canto do pagé*, *O tamoio*, *Grito de guerra*, *A visão do indio*, *Nenia do Tupinambá* e outras.

O CANTO DO INDIO

Nasci nestas selvas, do vento aos zunidos,
ouvindo os rugidos da onça feroz;
sou livre, sou forte, nas guerras potente,
pois sou descendente de illustres avós!

Nasci nestas selvas. Meu pae, que era um bravo,
jámais como escravo curvara a cerviz,
ao jugo infamante, que traz a desgraça...
pois fôra da raça dos nobres Tupis!

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

Aqui nestas mattas sou livre, sou bravo,
nem nunca de escravo terei o grilhão;
pois antes que eu veja cadeia cingida
nos pulsos, — sem vida meu peito verão.

Severiano Bezerra de Albuquerque tambem terçou armas pelo *indianismo*, na sua *Lyra das Selvas*, publicada em 1868, porém, como Vilhena Alves, inclinou-se mais tarde para o grupo dos *sertanistas* que, em seguida, surgiu no Norte. O seu livro de estréa, acima citado, se bem que traga moldes da poesia *indianista*, como *O Indio e a rola*, *A nympha e o igarapé*, etc., é já um producto evidente e positivo da musa sertaneja.

Bezerra de Albuquerque cultivando o *indianismo*, passou depois a ser *sertanista* ardoroso, como foi tambem grammatico de muita competencia, ao lado de Vilhena Alves, pinto Marques, Americo Santa Rosa, Severino Pampolha, Herculano Vieira e outros maximos pontifices da lingua Portugueza entre nós.

Deixou vasto cabedal de conhecimentos scientificos, compendios e estudos de Geographia geral, de Cartographia, de Archeologia pre-historica, de Chronologia, de Algebra, de Historia universal, e um Diccionario hebraico e uma Grammatica portugueza (estudo completo) importantissima.

No *Lyra das Selvas*, merecem especial leitura as suas poesias *Sertanejo*, intituladas *O beija-flor e a borboleta*, *O sertão*, *A tapuia*, *O assahi*, *O canoeiro*, *Iutahi*, *Curumim* e muitas outras.

A TAPUIA

— Formosa tapuia, que fazes perdida,
nas mattas sombrias de agreste sertão?
As mattas são tristes, são feias, são frias
não temes, tão moça, morrer de sezão?

— Não temo, *cariua*, nas mattas nasci...
Se dellas não gostas, não fiques aqui...

— As mattas são proprias sómente p'r'as féras,
eu peço, de véras, que saias daqui...
Eu tenho dinheiro, escravos, engenho...
riquezas eu tenho, tudo isso p'ra ti...

— Não quero, *cariua*, não tenho ambição,
de nada preciso no agreste sertão.

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

— Que bellas coisinhas me estás off'recendo
que rêde macia, que bello assahi!
que peixe gostoso, gostosa farinha...
pois estes petiscos são todos daqui?

— Duvidas, *cariua*? E' muito ignorar...
quem dera que tudo podesse gosar?...

— Não é desairoso ao homem que é probo
qual seja o trabalho, qual seja o logar...
Eu vendo a canôa, eu compro uma roça
e como inda és moça podemos casar...

— Depressa, *cariua*, mudaste a tenção:
já queres trabalhos de agreste sertão?!...

Como amadores do poetar dos *indianistas* poderemos ainda citar Fernandes Bello, Theodoro Rodrigues e Acrisio Motta, deixando este ultimo, duas formosas amostras dessa escola, nas poesias *A Iara* e *A volta*, das quaes a primeira póde ser considerada uma joia litteraria e que, por isso, a transcrevi na minha *Anthologia*:

A IÁRA

(Lenda amazonica)

Noite *pixuna* em torno se alastrava
Do *igarapé* a correnteza brava
Tremer fazia o raizal do mangue
Ao pé da *muirapara*
A rigida *taquara*
Inda tingida no *urucú* do sangue
Da ultima *embiara*
Ia no esgote da veloz igara

Ao *jacuman*, o pescador *miranha*
Vinha da *piraçáua*,
A *mupicar* ligeiro o *apucuitáua*
Com uma ancia tamanha...
De *mururú*, acocorado ao banco,
Sem deixar de remar, maugrado o frio,
Anciava por ver o alto barranco
Donde nascia o pequenino rio.
Sentia-se *cuira*
De, ás pressas, chegar á sua maloca
Para, ao depois dum trago de *tiquira*,
Feito de fermentada mandioca,
Deitar-se na *maquira*.

Mas ao chegar do *igarapé* na curva,
Já perto da ensecada
Aonde a *canarana* agglomerada
Tornava a agua mais pesada e turva,
Viu no escuro da noite tenebrosa
Emergir-se da lympha sussurrante
Uma figura de *cunhan* formosa,
Duma nudez brilhante.

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

— A *Iára*! A *Iára*! murmurou surpreso,
E boquiaberto, os olhos dilatados,
Vendo-se aos poucos, dominado, preso
Por desejos fatidicos e maus;
Lembrava a lenda dos antepassados,
Os *curumins* da tribu, arrebatados
Ao fundo dos peraus!

Então a *Iára* os braços extendendo,
Como em ancias de amor, talvez querendo
Do tapuia cingir o tronco enorme,
Numa toada languida e sentida
Mãe a cantar emquanto o filho dorme,
Tentou rouba-lo á vida.
. . . . . .
. . . . . .

O Amor! O Amor! o sempre eterno! o forte!
Que a uns dá vida, a outros traz a morte,
Rouba alegria e suaviza as maguas,
Este poder pacifico e sangrento
Fe-lo buscar a paz do esquecimento
No proprio seio algido das aguas...
. . . . . .
. . . . . .

❋

Cedo, porém, os poetas e romancistas do Norte abandonaram os velhos amores, enamorados de uma nova escola como acima já se disse — a *sertaneja*.

Dessa phase assim nos fallam Olavo Bilac e Guimarães Passos, após, se terem espraiado sobre o *indianismo*:

« Logo depois, surge, no Norte, uma brilhante pleiade de poetas, fundadores de uma escola *sertaneja*. Bittencourt Sampaio, Franklin Doria, Trajano Galvão, Bruno Seabra, Juvenal Galeno foram poetas verdadeiramente nacionaes, cultivando o genero bucolico e campesino, e celebrando com sentimento e graça, o encanto original da vida sertaneja do Norte do Brasil. » (3)

Entre nós, Paraenses, a escola *sertaneja* foi fructuosa; della tivemos cultores apaixonados, que deixaram livros magnificos, cujas paginas distillam o perfume suave e delicioso de nossas mattas e possuem o sabor e as modalidades da vida paraense do sertão.

Vilhena Alves, nas *Monodias* e nos *Envelos poeticos*; Severiano Bezerra de Albuquerque, no seu já citado livro *Lyra nas Selvas*; Juvenal Tavares, nos *Pyrilampos*, nas *Paraenses*, nos *Versos antigos e modernos*, n'*A vida na roça*, prosa; Bruno Seabra, no *Flores e Fructos*; Sousa Filho, em suas poesias e o proprio José Verissimo, nas *Scenas da vida amazonica*, com tendencias naturalistas, foram sertanistas suggestivos e de destaque:

(3) *A poesia no Brasil, Tratado de Metrificação*, pags. 27-28.

Juvenal Tavares, o maioral do grupo (provam-n'o os seus livros) assim se confessava:

Nasci nesta zona ardente,
tive meu berço innocente
nas margens do Tocantins;
os favonios m'embalaram,
as aves me acalentaram
nos seus eternos festins.

Eu criei-me nas florestas,
lá onde paixões funestas
não medram no coração...

Todos os seus livros são profundamente regionaes, typicamente *nossos*.

Duas notas de muito valor para a critica notou nelle o dr. Barroso Rebello, com razão, e as cita, no bello prefacio que escreveu para os *Versos antigos e modernos*:

« São estas: a natureza do lyrismo de Tavares, resultante de seu temperamento e o *paraensismo* de sua *maneira*, exhibido nas composições mais caracteristicas. »

Mais adeante escreve o critico:

« Luiz Tavares é um *roceiro*; a infancia e a adolescencia passou-as no sertão. As suas melhores poesias escreveu-as no *interior*, onde levava vida simples, em plena liberdade, no seio de uma natureza rica de perspectivas alegres... »

Em prosa, o seu livro mais caracteristico é *A vida na roça*, um feixe de contos e episodios sertanejos onde a *vis* humoristica do escriptor se revela em toda plenitude. *A Ladainha*, *O pagode*, *Um bofetão*, são episodios facetos naturaes do sertão, impregnados de muito espirito e sal attico.

São da poesia — *Salve!* estes sentidos versos aos rios e ás florestas da amazonia:

Eu vos saudo, ó rios de minha terra!
O' florestas, tambem eu vos saudo!
Vós, gigantes immensos, prole altiva
Da altiva Natureza... Rios, florestas,
Irmãos gemeos da filha de Colombo,
Ornamentos soberbos, portentosos
Deste portento — America chamado; —
America de quem tambem sou filho;
Berço ingente, que ouviu os meus vagidos,
Os bramidos ouvindo de dois mares
— Qual Moysés fluctuando sobre o Nilo;
Desencantada Atlantida sublime,
Emergida do fundo do oceano
Por mãos d'Aquelle que os mysterios rége!
Rios caudaes! Florestas seculares!
Vós, colossos coévos do planeta
Que eternamente gira em sua orbita,
Fazendo côro com os outros mundos
No cortejo do Rei do firmamento!...

Rios, florestas, eis-me aqui comvosco!
Eu só, eu mesmo, eu sim! de vós sou digno,
Como do mar são dignas só as vagas,
Como dignos do céo são só os astros!...

. . . . . .

Entre esses escriptores não deve ficar esquecido o nome de um distincto poeta e romancista portuguez que, tendo vindo joven para o nosso paiz aqui passou, em terras paraenses, parte de sua laboriosa existencia, observando e estudando os nossos costumes, acostumando-se aos nossos habitos e que, abraçando a escola litteraria em voga, della deixou duas obras que não devem ser esquecidas por nós, sempre que se tratar deste assumpto.

José Verissimo, deslembrando-se dos intellectuaes paraenses, não quiz se aperceber delle na sua *Historia da Litteratura Brasileira*, quando cita os nomes de Mendes Leal e Pinheiro Chagas, á pag. 295: "portuguezes que se metteram a fazer com *O Calabar* (1863), *Os Bandeirantes* (1867) e *A Virgem Guaraciaba* (1868), litteratura nacional brasileira".

Esse homem que, com maioria de razão, devia ter sido citado pelo illustre historiador paraense, chamou-se Francisco Gomes de Amorim, e conseguiu até certa notoriedade pela protecção que lhe dispensou o visconde de Almeida Garrett, chamando-o para Portugal e alli polindo-lhe o espirito.

Gomes de Amorim, conhecendo a nossa vida sertaneja como poucos, habituado á convivencia com gente de nossos sertões, deixou reminiscencias de sua passagem pela Amazonia no seu drama em cinco actos *Cedro Vermelho* e no romance *Os selvagens*, adaptados ao mesmo estylo *indianista* dos livros de Alencar.

No *Prefacio*, com que abre o seu drama, assim falla:

« O auctor deste drama sahiá apenas da infancia, quando o destino o levou ás praias que banha o Amazonas. Por lá viveu nove annos, ora embalado pelas ondas do gigante dos rios e dos seus lagos e tributarios, ora attrahido e encantado pela grande voz das florestas.

De volta á patria, não perdeu a memoria do formoso paiz onde passara a edade juvenil: a distancia que diminue as proporções das coisas, foi impotente com elle, porque o seu pensamento lhe traz sempre presentes, revestindo-as de fórmas ainda mais grandiosas, todas as bellezas que viu além do oceano.

O *Cedro Vermelho* aspira tambem a demonstração destas verdades e sentimentos. Não o dá o auctor como estudo acabado de costumes; é apenas um quadro imperfeito, composto com recordações da sua mocidade?... Mas, que palheta acharia as tintas proprias e que pincel seria capaz e assaz feliz para reproduzir, colorido com verdade, um painel daquella terra prodigiosa?... »

Cedro Vermelho foi escripto em 1856 e levado á scena nesse mesmo anno, em Lisboa, no Theatro D. Maria II, a 8 de Maio; mas só em 1874 foi que appareceu em volume, nas livrarias portuguezas e brasileiras.

Os selvagens foi editado em 1875.

Ambas estas obras são dignas de leitura pela côr local e belleza dos scenarios, rigorosamente regionaes, e pela naturalidade encantadora das phrases que o auctor emprestou aos dialogos com o indio Lourenço — o *Cedro Vermelho*, por exemplo, suggestivos e empolgantes.

Appenso a estas obras (no *Cedro Vermelho* occupa todo o 2º volume e é um manancial precioso para os estudiosos), vem um bem cuidado diccionario elucidativo das phrases e vocabulos em tupi-guarani empregados nas mesmas obras, com a sua significação em portuguez.

Gomes de Amorim fallava com sincero amor e enthusiasmo de nossas coisas; era poeta, romancista e dramaturgo de merito, deixando uma bagagem litteraria avultada.

Leiamos alguma coisa, pertencente á escola *indianista*:

SCENA XIII

LOURENÇO, DEPOIS BRAZ

Lourenço

A folha da jatuaiba tem cahido seis vezes no lago, e descido com as correntes para o grande rio, depois que eu deixei de ver as cachoeiras do Xingú e a taba juruna. Os fructos do tucuman e do inajásceiro amadurecem e cahem: rebentam os novos cachos, que tornam a despir-se, e o guerreiro, que deixou o paiz onde nasceu, fica sempre á beira do lago dos Tapuios! O sol e a lua vogam silenciosos na sua canôa de nuvens e de anil, procurando atravez dos arvoredos as terras ferteis, onde as antas cortam com os pés as barreiras dos rios... e o *Cedro Vermelho* não vai com elles ver o Bracelete de Ferro e o Peito de Tiépiranga! Meu pae! minha mãe! O branco é um chefe que tem coração e... *Voz de Caraxué* salvou teu filho da doença! Oh! Peito de Tiépiranga, filha dos Mundurucús, se visses *Voz de Caraxué*, quererias servi-la como escrava!

Os seus olhos eram mais brilhantes do que as azas do guanumbi que os brancos chamam beija-flor; as suas mãos finas e lustrosas como as folhas do guarumá, eram mais brancas do que as pennas da uratinga e perfumadas como a flor da jabotipita!

E a sua voz, tão doce como favos de mel creados no pau-d'arco, parecia o canto do caraxué da varzea, ou o gemido da rola quando lhe roubam o companheiro!

Mas... como a arvore da copahiba, quando lhe tiram o oleo, inclina sobre o tronco os ramos desfallecidos e as folhas sem vida, assim *Voz de Caraxué* adormeceu para não mais accordar!...

*

Julio Cesar Ribeiro de Sousa, outro illustre poeta paraense e Carlos Hippolyto de Santa Helena Magno, seu digno par, embora contemporaneos dos *sertanistas* regionaes, beberam em outras fontes a inspiração de suas estrophes. A sua Musa divina está impregnada do lyrismo doce e emotivo e do patriotismo alcandorado de Casimiro de Abreu. O primeiro, que tambem foi grammatico de merecimento, possuindo mesmo uma "Grammatica Portugueza", *para as escolas primarias, adoptada e premiada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica da Provincia do Pará*, e publicada em 1872, foi poeta, soldado e homem de sciencia, inventando, como aeronauta, um apparelho de navegação aerea, o balão "Victoria", colhendo os mais positivos resultados, nas suas experiencias em Paris, como o affirmaram sabios, e esta declaração confirma:

« Les soussignés déclarent avoir vu dans les expériences du mardi, 8 Novembre 1881, le ballon dirigéable le *Victoria* (de dix mètres de longeur) avancer contre le vent sans aucun effort et sans le secours d'aucun propulseur. — *Ch. Deck, V. Vieillard, A. Reynaud, E. Goudron, A. Roullet, H. Lachambre.* »

Suas poesias agradam sempre pelo colorido local, pela grandeza das imagens, pela elevação de seu estro, pelo lyrismo encantador de seu poetar, que o tornaram o primeiro poeta da Amazonia.

Julio Cesar escreveu poemas, que publicou incompletos, no estylo camoneano, poesias épicas de largo surto, sonetos preciosos pela belleza da metrica e da concepção, sendo tambem um satyrico temivel e perigoso, como são exemplos o poemeto em oitavas *A Bigodeira*, e um folheto onde enfeixou 51 sonetos causticantes sob o titulo de *Azevedeidas*, zurzindo um politico de seu tempo.

Em 1911, o sr. Cesar Coutinho de Oliveira, admirador sincero do poeta prestou-lhe uma merecida homenagem mandando editar um volume de *Poesias*, seleccionadas entre as esparsas do illustre paraense e algumas de seu primeiro livro, as *Pyraustas*, com dados biographicos completos sobre a sua vida.

Foi um gesto de patriotismo e amizade, digno de applausos, por incommum e raro, promettendo-nos um segundo volume com a totalidade das suas poesias publicadas em jornaes avulsos, na *Revista Brasileira*, etc., formando assim dois volumes das *Obras completas de Julio Cesar*.

Vejamos o que elle valia como poeta. Ahi vão algumas de suas poesias, a primeira recitada por occasião do tricentenario de Camões, no salão da extincta Escola Pratica, e publicada na *Revista Brasileira*.

Sendo longa, cito apenas excerptos:

I

Das lusas glorias, arca indestructivel
No diluvio dos seculos fluctua
O nome de Camões! Reinos e Imperios
Baquearão no vortice do olvido,
Os oceanos mudarão de aspectos,
De aspecto mudarão os continentes,
Mas, emquanto existir a humanidade
Do lusitano vate o nome egregio,
Ao crisol das Edades depurado,
Ha de existir tambem! O' Tejo, exulta!
Exulta, Portugal! Indicos mares,
Chineza gruta, Cabo Tormentorio,
Todos vós exultae!

. . . . . .

E vós tambem, varões assignalados,
Dias e Gamas, Castros e Albuquerques,
E vós, ó grandes reis, que o luso imperio
Dilatastes, co'a fé d'Africa e Asia
As viciosas terras devastando,
Exultae todos vós, os vossos nomes
Como os rios ao mar, prendem-se inteiros.

Ao nome de Camões — centro de vida!...
Exultae todos vós! Emquanto augusto
Vagar jorrando luz o sol no espaço,
Hão de com elle todos os planetas,
De Hestia mesquinha ao formidavel Jupiter,
Do igneo Mercurio ao frigido Neptuno,
Nos meandros sem fim transpôr illesos
Da immensidade os pátulos abysmos.

Desse fulgido sol sois os planetas
E ao seu influxo, incolumes, do tempo
Ireis vencendo os temerosos paramos,
Té se escoar o seculo posteiro
No oceano sem fim da Eternidade!

. . . . . .

IV

Genio celeste! Genio da harmonia!
De cuja tuba altisona e canora
Repercutem os echos das Edades
Os retumbantes sons! Potente genio!
Cantor condigno dos ethereos coros!
Como poderam surdos aos teus carmes,
Qual de Jesus á voz o ingrato povo,
Te ver passar os teus?!...

...Lucida estrella
Em perenne zenith alevantada,
Só tiveste um occaso — o nascimento!
Só tiveste uma noite — a vida triste!
Só tiveste uma aurora — a sepultura!
Mas, que aurora feliz!!

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

A' MEMORIA

Aquelles — "Ai Jesus!" tão doloridos,
Aquellas tuas queixas lancinantes,
Ai! aquelles olhares supplicantes,
Constantemente para mim volvidos;

A debil voz angelica, os gemidos,
Repassados de angustias cruciantes,
Esse — "Meu pae!" dos ultimos instantes,
Echo da morte, vive em meus ouvidos;

Tudo exarceba a magua minha ingente,
Este voraz abutre da anciedade,
Este agudo punhal percuciente.

Mas quanto mais lhe sondo a immensidade,
Quanto mais rude a sinto e mais pungente,
Mais me induz a quere-la esta saudade.

Santa Helena Magno, foi, depois de Julio Cesar, a maior cerebração poetica de seu tempo, conquistando entre nós, Paraenses, e no Recife, onde se formou bacharel em Direito, invejavel renome.

Ainda hoje é citado com orgulho nas nossas rodas litterarias, existindo até bem pouco em Belém uma associação de lettras com o seu nome saudoso.

Em 1869 publicou o seu primeiro livro de poesias a que deu o titulo de *Enlevos Poeticos*, e onde enfeixou as flores de sua alma de moço, os seus sonhos, as suas illusões, deixando esparsas joias litterarias preciosas, esquecidas hoje.

SETE DE SETEMBRO

I

Salve, aurora ridente e jubilosa
De Sete de Setembro, em que fulgira
Da liberdade o astro, afugentando
Do céo da patria os turbidos negrumes
De feroz despotismo, — salve, salve !
Sol do Ipiranga, que o Brasil festeja
Na voz dos bardos, no troar dos bronzes,
Nos hymnos triumphaes, que modulados
Por cem mil boccas, nas soidões longinquas
Do Amazonas ao Prata vão soando;
Tu que viste dos livres a bandeira
Galharda tremular presagiando,
Como um iris de paz, dias de gloria;
Eterno has de fulgir por entre as nevoas
Da descrença e dos odios fratricidas,
Vibrando a chamma de encendrado brilho
Do coração nas aras sacrosantas !
Teu nome ha de echoar vivido sempre,
Grato e solenne a ouvidos brasileiros !

Liberdade e progresso ! ethereos numes,
Que á humanidade os passos debeis firmam
Na penosa ascenção que á Deus a eleva
Pela mystica escada em sonhos vista
Do neto de Abrahão; — astros jocundos
Que o verbo creador lançou no espaço
Para brilhar da vida no horizonte,
A' patria o viajor guiando;
— Eis o poema altisono, eloquente,
Mais sublime que a voz de humanos vates,
Que aos terminos do tempo em aureos carmes,
Ha de erguer-te nas azas da memoria,
Sol do Ipiranga, ó sol da liberdade !

Como o genio tremendo da procella
Grava, passando, co'as fulmineas azas
De seu poder o sello immorredoiro
Sobre a fronte granitica das rochas;
Assim na patria historia cinzelado
Ha de ficar o feito grandioso
Que ás plagas do Equador abre o periplo
De luz e gloria que o porvir lhes guarda !

Todos estes homens, se as edições de seus livros não fossem tão pequenas, e não ficassem adstrictas á leitura provinciana; se as condições do tempo em que floresceram e do meio em que viveram fossem outras, que não as de uma humilde capital do Norte, despresada pelos governos de então; se elles tivessem nascido, ou ido viver no Rio, ao lado dos Mello Moraes Filho, Sylvio Roméro e Araripe Junior, os seus nomes seriam hoje citados e figurariam com mais vantagem, e por direito de conquista, á frente de muitos que lhes são inferiores e ahi andam apontados, como notabilidades, nos livros de seleção, de Critica e de Litteratura nacional...

Convém notar que já por esse tempo influenciava nas rodas litterarias de S. Paulo, e dentro da Academia de Direito, o genio assombroso de Alvares de Azevedo, mixto das harmonias de Lamartine, da melancholia de Musset e do satanismo de Byron.

De S. Paulo, o seu genio irradiou pelas outras provincias, arrastando com a *Noite na taverna*, o *Macario* e o veneno romantico de seus versos, muitos talentos de escól que, procurando imitar os surtos e as loucuras do poeta, resvalaram cedo para o tumulo, como elle proprio, pela ladeira do scepticismo, "queimando o talento nas chammas dos *punchs* orgiacos".

Annos depois essa influencia ainda perdurava no Pará, sendo della victimas alguns contemporaneos do auctor destas linhas, que foi o unico que conseguiu escapar do turbilhão, tenebroso e attrahente, onde tambem se envolveu, e que levou de roldão um punhado de brilhantes intellectuaes, bohemios de espirito: Frederico Rhossard, João Nilson, Natividade Lima, Leopoldo Sousa, João de Deus do Rego, Guilherme de Miranda, Medeiros Lima...

Frederico Rhossard é considerado um dos primeiros poetas da Amazonia, occupando logar saliente ante a distincta pleiade dos litteratos do Norte, pelo seu talento e assombrosa fertilidade, como poeta e como jornalista.

Deixou inedito um grosso volume de poesias suas, intitulado *Estrophes*, prefaciado, em 1888, pelo eminente critico, diplomata e poeta distinctissimo, dr. Isidoro Martins Junior.

Desse livro, do qual ninguem hoje sabe o paradeiro, disse, no brilhante e longo prefacio, o emerito escriptor pernambucano:

> « Frederico Rhossard, sem ser um *sentimentalista*, é um poeta de sentimento. Sonhador e phantasista amoravel, elle tem o talento preciso para fazer de quem o lê um socio da sua emoção, um cumplice dos seus vôos pela região azul dos ideaes mansos e doirados. »

A fórma dos seus versos, correcta e ondulosa, não estringe o seu sentir nem o seu pensamento em cadeias de palavras frias e rijas, reçumando uma *impassibillidade* affectada.

Além disso Frederico Rhossard não é um imitador subserviente deste ou daquelle modelo nacional ou extrangeiro. Seus versos tem um *quê* de pessoal e proprio, que proclama altamente a inspiração do auctor. E uma coisa que a este proposito eu farei observar é a seguinte:

Apesar da admiração que o poeta confessa ter por Guerra Junqueiro, a quem attribue um largo papel na fórmula de suas aptidões artisticas, não se nota em todo correr do seu livro, senão uma ou outra reminiscencia longinqua de versos do poderoso revolucionario portuguez.

Isto prova que em Frederico Rhossard ha um poeta que sente por si e que por si exprime o que sente, sem se deixar levar por emoções e estylo emprestados.

A meu ver é este o maior merito de que se póde orgulhar um artista.

Depois da palavra auctorizada do illustre e vibrante poeta dos *Estilhaços*, só dizem bem as bellas estrophes de Frederico Rhossard:

MUNDANA

I

Nos contornos de Marcia, appetecidos,
Fragrancia tal, tão forte, se condensa,
Que ao respira-la os homens são vencidos
Por uma febre intensa,
Perigosa, mortal...

Amou-a Henrique, e em breve foi cadaver;
Arthur, nos braços della, anniquilou-se;
Gosou-a Orlando, e não tardou que fosse
Dormir nos gelos da mansão final.

Quando ella, nuns requebros de loireira,
Passa, arrastando após de si, domadas,
Centenas d'almas que por vez primeira
Vê-lhe do busto as linhas delicadas
— Dos labios as cerejas
Em phalerno embebidas —

Eu, recordando os loucos que em seu seio
Crestaram as esp'ranças mais queridas,
Penso, maugrado meu: — Maldicta sejas,
Belleza, que dás morte a tantas vidas !

II

Enfezada roseira, num recanto
Do cemiterio, ha muito a gente via,
Sem que nem mesmo da orvalhada o pranto
A' pobre que morria
Désse flores gentis;
De Marcia a sepultura foi aberta
Não muito longe... e, por manhans radiosas,
Da roseira virente muitas rosas
Brincaram sobre os tremulos hastis.

Nunca, entretanto, a misera mostrara
Ao menos um botão setineo e rubro,
Entre as folhas que o rocio aljofarara
E onde hoje rosas em festões descubro;
Vendo-a, ninguem hesita
Em louvar-lhe os primores...
E eu, recordando que de Marcia ás carnes
E' que ella deve tantos esplendores,
Numa prece murmuro: — Sê bemdicta,
Podridão, que dás vida a tantas flores !

*

Depois da escola *sertaneja* appareceram no Brasil, successivamente, o *condoreirismo*, de Castro Alves, reflexos da poesia hugoana; o *scientificismo*, de Martins Junior, com as *Visões de hoje* e os *Estilhaços*, o *parnasianismo*, de Alberto de Oliveira, o *naturalismo* de Zola, o *realismo* de Junqueiro, e por ultimo, o *symbolismo*, de Cruz e Sousa e Lopes Filho, e o *evolucionismo*, arremedo da *renascença franceza* de nossos dias.

Os intellectuaes paraenses, affeitos á leitura simultanea desses novos systemas, sem orientação segura, borboletearam por todos elles, tornando-se eclecticos e, desde então, procurando sobresahir uns aos outros nas composições de prosa e verso que pela imprensa e em livros offereciam á avidez do leitor.

Devemos, porém, abrir aqui um parenthesis, um pouco alongado, mas necessario, para a boa marcha deste modesto trabalho.

Como evangelistas das Sciencias, das Lettras, do Jornalismo e da instrucção nortista o Pará orgulha-se em apresentar um grupo á parte de homens illustres, que em varias epochas, desde 1867, deram brilho e elevaram os nossos fóros de povo culto; foram elles: Francisco Martins Pinheiro, Domingos Antonio Rayol, barão de Guajará; Domingos S. Ferreira Penna, José da Gama e Abreu, barão de Marajó; conselheiro Tito Franco de Almeida, Clementino José Lisboa, José Joaquim de Assis, Marcellino Barata, Amado de Campos, Domingos Olympio, José Galdino, Lauro Sodré, João Affonso do Nascimento, João Lucio de Azevedo, Raimundo Cyriaco, Alves da Cunha, bem como os educacionistas, Tito Vespasiano Fiock Romano, Joaquim Pedro Correia de Freitas, Philippe Pinto Marques e alguns mais que nos legaram magnificos compendios de instrucção publica.

O *Diario de Belém*, *O Liberal*, *A Provincia do Pará*, o *Diario de Noticias*, a *Revista Amazonica* (1883) eram os campos de acção de muitos delles, onde graphavam seus conhecimentos politicos e philosophicos, scientificos e litterarios.

Domingos Rayol, além do seu monumental trabalho *Os motins politicos*, em cinco grossos volumes, que enfeixam a historia dos principaes movimentos politicos do Pará, de 1831 a 1835, deixou trabalhos esparsos nesses jornaes e na *Revista Amazonica* (1883) e na *Revista* (1898) como a série intitulada *Visões do crepusculo*, inserta nesta ultima, escripta ainda com vigor de tintas, quando á porta já do sepulchro, aos 80 annos de edade.

Desse benemerito paraense existe tambem um bem orientado prefacio, escripto em 1868 e publicado nas *Monodias*, de Vilhena Alves, onde o seu patriotismo e amor ás lettras indigenas é manifesto, lamentando que a politica tenha sido sempre um estorvo ao bom andamento de nossa Litteratura.

Não me posso furtar ao desejo de enquadrar aqui, em tosca moldura, uma pagina brilhante desse prefacio; são verdades puras:

> « Entre nós ainda pouco se cuida de illustrar o espirito; o brilho do renome domina talvez menos do que o do oiro. Ha mais de 200 annos que vivemos e quaes são os homens que se têm ennobrecido por trabalhos litterarios ? Todas as provincias têm tido mais ou

menos seus poetas, seus jurisconsultos, seus publicistas, seus poetas. Mas o Pará, até hoje, que nome offerece, a par de Dirceu, Magalhães, Dias e outros ?

A politica, a infernal politica, absorve tudo no Imperio; é uma verdadeira esponja, que embebe todos os talentos.

Nesta carencia e abstenção de tudo quanto não é politica, neste vacuo em que vivemos, não póde deixar de ser saudado com jubilo a apparição de qualquer producção, que tenha o cunho da nossa nacionalidade, e onde se vejam aproveitados os ricos thesoiros que temos!

E com effeito, que fontes perennes encerra a Amazonia para a inspiração! Por toda a parte a natureza ostenta os admiraveis primores de suas galas! Aqui, as mattas seculares com a verde roupagem de suas folhas, entremeadas das ramas escarlates do pau-d'arco com essas infindas parasitas, que abraçam e matizam as nossas arvores com lindos flocos de odoriferas flores; alli, a rescendente baunilha e humiri, perfumando a brisa e trescalando ao longe o seu doce aroma; acolá, os prados e as campinas com os seus oiteiros e regatos, com as suas palmeiras e cantores; além os rios caudalosos a cujas praias arenosas vêm poisar milhares de aves aquaticas, debruçando-se sobre suas aguas grossos madeiros de cedro e angelim; mais além, as catadupas despenhando-se sobre rochas com horrivel estridor e parecendo arrastar até as proprias pedras na velocidade de sua corrente.

De noite, um claro céo de anil recamado de milhões de estrellas como cirios luzentes no altar do Senhor, divagando vagarosamente a lua pelo espaço como um anjo de saudade a vibrar as cordas do coração.

Ao despontar a alva no horizonte, que hymnos de fervente amor ao Ser supremo, que encantos, que bellezas, que paizagens, que magia!...

E todavia, nada disto se aproveita; o espirito parece adormecido no leito da indifferença, no meio de tanta grandeza e magnificencia!

Só de vez em quando um echo plangente parece despertar do silencio em que jaz esta natureza tão prodigiosa; só de vez em quando um Ribeiro de Sousa ou um Santa Helena Magno quebra esta mudez com um ou outro canto inspirado ao longe pela saudade ou pelo fogo sagrado do patriotismo, celebrando os festins do progresso na abertura do Rio-Mar!... »

. . . . . .

Fiock Romano, jurisconsulto e causidico eminente, floresceu no Pará em 1866-1880; quando lente substituto da cadeira de Philosophia, do Collegio Paraense, honrou a instrucção publica de nossa terra com os seus ensinamentos, publicando em 1867 uma *Chrestomathia*, que foi approvada e adoptada nas escolas primarias pelo Conselho Superior da Instrucção Publica do Pará.

Esse livro, rarissimo hoje, é uma collecção de trechos em prosa e poesia, de varios escriptores, escolhidos de entre os classicos que fixaram, poliram e escreveram com mais pureza a lingua portugueza.

Desse bello volume, dividido em duas partes, prosa a primeira e versos a outra, destacam-se innumeros proverbios, maximas e pensamentos salutares e uteis á infancia estudiosa, dignos de meditação; excerptos de Soares Toscano, J. de Barros, Barreto Junior, padres Antonio Vieira, Manuel Bernardes, Caetano Brandão e outros; poesias selectas de Fagundes Varella, Bittencourt Sampaio, José Bonifacio, Gonçalves Dias, Domingos Magalhães, Luiz Guimarães Junior, Julio Cesar, Santa Helena Magno, Alexandre Herculano, Palmeirim, Agostinho de Macedo, Camões, etc.

A José da Gama e Abreu, barão de Marajó, devemos um precioso estudo chorographico intitulado *As regiões amazonicas*, um grosso volume de 400 paginas, contendo varios mappas elucidativos e uma planta da Cidade de Belém do Pará, em 1866, obra do engenheiro Manuel Odorico Nina Ribeiro, bem como um livro de impressões de viagem, *Do Amazonas ao Bosphoro*, obras importantes que muito honram as nossas lettras.

João Lucio de Azevedo, escriptor portuguez, que tambem é paraense, pelo amor que consagra á nossa terra e por aqui ter passado parte de sua mocidade, é auctor, e deve ser citado como historiador illustre, de uma obra publicada em 1893, *Estudo da Historia paraense*, bem como de mais dois livros, um de viagens, editado em 1897, *New-York*, e outro em 1901, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, obra de merito pelas verdades historicas que encerra.

O dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas foi um benemerito da instrucção publica no nosso Estado, tendo nos seus livros bebido luz duas gerações. Ainda hoje são adoptados os seus primeiro, segundo e terceiro *Livros de Leitura* o seu *Paleographo* e a sua *Geographia e Historia* para uso das escolas primarias.

Outro vulto da Litteratura didactica é o meu velho confrade coronel Raimundo Cyriaco Alves da Cunha. Delle possuimos uma *Pequena Chorographia da Provincia do Pará*, 1887; nesse livrinho util ha um interessante capitulo explicando claramente o phenomeno da pororóca nos nossos rios, trazendo mais um capitulo historico e noticioso sobre a Cidade de Belém, trabalho esse que, pelo seu valor, foi transcripto no *Diccionario Geographico*, do dr. Alfredo Moreira Pinto, 1º volume, pags. 239 e seguintes.

Publicou ainda: *Geographia Especial do Pará*, 1894, e *Paraenses Illustres*, em 1896, trazendo a ultima a biographia de alguns vultos de nossa historia politica, parlamentar e litteraria. Todas estão já na sua 2ª edição, exgottadas algumas.

Lauro Sodré, o actual governador deste Estado, nosso distincto e benemerito patricio, tambem faz parte dessa gloriosa phalange de escriptores illustres, que renome têm dado ao Pará.

Delle correm mundo, além de varios trabalhos esparsos pelo jornaes do Norte e Sul do Brasil, de opusculos e discursos de propaganda republicana e politica, duas obras de vulto em uma das quaes *Crenças e Opiniões*, publicada em 1896, estão colleccionados artigos de polemica travada nos jornaes de Belém com o conselheiro Tito Franco de Almeida, com d. Antonio de Macedo Costa, com o conego Mancio Caetano Ribeiro e outros padres collaboradores d'*A Boa Nova*, extincto jornal catholico que se publicava em Belém, em 1881.

Esses artigos são a confirmação de suas crenças scientifico-philosophicas, como discipulo de Augusto Comte e Benjamin Constant, de sua fé republicana, de seus ideaes politicos alevantados e nobres.

Palavras e Actos (1897), é outro livro de combate e de critica, que muito distingue o seu auctor, pelas idéas e conceitos nelle expendidos, dando a reconhecer no escriptor um espirito esclarecido e culto.

Emilio Goeldi, quando director do Museu Paraense, estabelecimento que mais tarde lhe herdou o nome, e J. Huber, seu erudito e competente collega, legaram-nos varios volumes de Historia natural, enriquecendo-a com a divulgação de varios especimes de aves e mammiferos da Amazonia, desconhecidos ainda dos naturalistas, e publicados em 1893-1897, alguns em edição de luxo, com illustrações a côres.

Tendo sido citados neste trabalho nomes de grammaticos e chorographos, e agora os dos conceituados naturalistas Emilio Goeldi e J. Huber, bem como os seus valiosos estudos de Zoologia, preciso se torna, para resalvar do aguilhão da critica, citar tambem a definição de Pereira da Silva sobre Litteratura, que está de accôrdo com o meu modo de pensar:

> « Litteratura é o desenvolvimento das forças intellectuaes, todas de um povo: é o complexo de suas luzes e civilização: é a expressão do grau de sciencias que elle possue: é a reunião, emfim, de tudo quanto exprimem a imaginação e o raciocinio pela linguagem e pelos escriptos. » (*Parnaso Brasileiro*, "Intr." pag. 22.)

Desta mesma opinião é o anthologo e historiador Varnhagen.

Isto dicto, está fechado o parenthesis.

*

O decano de nossos poetas sobreviventes é o velho advogado dr. Joaquim Rodrigues de Sousa Filho, pois nasceu a 24 de Junho de 1836 e ainda se acha em actividade no fôro da capital. As suas melhores composições poeticas foram publicadas em folhas pernambucanas na epocha de seu tirocinio academico.

Infelizmente, além de trabalhos esparsos, elle não possue um livro, sequer de poesias, o que é pena, pois do que tem publicado em jornaes e revistas, conhecemos algumas producções de original factura e inspirado estro.

E' de seu tempo a figura impressionante de Gustavo Adolpho Cardoso Pinto, desventurado poeta paraense quasi desconhecido entre nós e que legou ás lettras dois livros de versos *Risos e Lagrimas* e *Cantos do Desterro*, ambos publicados no Recife, trazendo o primeiro um prefacio de Martins Junior.

O *condoreirismo* de Castro Alves, 20 annos depois de sua apparição no Recife, isto é, em 1884, teve dois representantes inspirados no Pará: Joaquim Francisco de Mendonça Junior (*Mucio Javrot*) e Ignacio Baptista de Moura.

Ambos influenciados pelas estrophes do ardoroso poeta das *Espumas Fluctuantes*, cultivaram com enthusiasmo e arroubo esse genero de poesia.

Mucio Javrot, como era mais conhecido o primeiro, chegou mesmo a publicar um volume de poesias vasados naquelles moldes, editado nesse mesmo anno de 1884, e que é um precioso escrinio de perolas litterarias, com os senões de metrificação de seu mestre Castro Alves, porém, que em coisa alguma diminuem o valor de seu estro.

Ignacio de Moura foi seu digno emulo, abandonando perdulariamente no *mare magnum* dos jornaes diarios da epocha da propaganda abolicionista, bellas e vibrantes poesias hugoanas, de envolta com outras de suggestivo lyrismo e delicada urdidura.

Falla o poeta:

A TEMPESTADE E O GENIO

Quando o mar encapellado,
Na furia dos escarcéos,
Levanta as ondas sanhudas,
Que se erguem até os céos,
Eu sinto poder gigante,
Daquelle que num instante
Esta machina elevou;
Eu leio no panorama
Sublimes scenas de um drama,
Que Deus nas ondas traçou.

Sibilla o vento irritado,
Abraçado aos vendavaes;
O mar intenso se abre
Em abysmos sepulchraes,
Se as boccas pedem soccorro,
As aguas fecham com jorro
Os labios de quem gritou;
Ouve-se, ao longe, os latidos
Dos cães que choram, em gemidos,
A choça que desabou

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

Pouco a pouco, o vento passa,
As nuvens correm p'ra o Sul,
E a lua ergue-se altiva,
Naquelle páramo azul;
Em vez da voz da procella,
A' luz da pallida estrella,
Ergue o bardo uma canção,
E ainda como estribilho,
Naquelle extenso corrilho,
Ouve-se ao longe o trovão...

. . . . . .
. . . . . .

Assim a vida do Genio,
Como a tormenta, em estertor,
Difficuldade em começo
Mas sempre e sempre em labor
Despresado, entre gemidos,
Trabalha dias seguidos,
Em troca de um negro pão;
Mas depois o bronze duro
Leva esse nome ao futuro,
Eterniza essa nação.

Ou então, se a tempestade
Abranda, abranda por fim,
Muda-se o quadro da vida
Em deleitoso jardim:
Vem oiro, encanto e prazeres,
O doce amor das mulheres,
A terra se enflorescêu;
E quando o Genio fenece,
Então a Historia apparece
Dizendo: "Agora Elle é meu!"

*

A 16 de Maio de 1885 fallecia na capital do Ceará, aos 18 annos de edade, o desventurado paraense, terceiro annista de Direito da Academia do Recife, Theodorico Francisco de Assis Magno — promessa extincta de um grande poeta, que em tão curta edade já nos dava a ver os primores de seu estro, o vigor de seu talento. Do numero selecto de suas encantadoras poesias, religiosamente transcrevo aqui as primeiras estrophes de uma das ultimas que elle arrancou dolorosamente, dos recessos de sua alma de torturado e descrente:

DE LONGE

Oh! não te digo, não, ó candida creança,
Iris da minha esp'rança,
Alva cecem do Céo;
Não te digo que te amo e este amor vesano
Filho de um olhar teu,
Ora qual temporal me agita os seios d'alma
No gigante estuar de um peito de oceano,
Ora como um amante, em impetos dementes
As faces virginaes
Colore a phantasia, em beijos vehementes,
De auroras boreaes!

Não quero distrahir-te os infantís folguedos
Contando-te os segredos
De uma vida sombria e uma paixão em flor...
Não posso descobrir á tua vista as scenas
Destas tão grandes penas,
Deste tão vasto amor!

Não. Não te mostrarei do coração as grutas,
Paragens impollutas
Onde riem-se illusões e desenganos choram;
Onde ha clarões de amor e sombras de descrença,
Onde a paixão immensa
E as fundas maguas moram!

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

Theodorico Magno deixou formosas poesias esparsas e um romance — *Por causa de uma loucura* — affirmação cabal de sua *vis* de romancista creador, de um observador paciente e minucioso de nossa vida intima. Publicou-o em 1882, primeiramente no rodapé do extincto *Diario de Belém* do Pará, e, depois, em volume, conjunctamente com outro de Paulino de Brito, *O homem das Serenatas*, trabalhos estes que tomaram o modesto titulo de *Tentativas litterarias*.

Padua Carvalho, jornalista e poeta; João Nilson, Alcibiades Neves, Antonio Macedo, poeta, chronista e educacionista de comprovada competencia, e outros surgiram e desappareceram, como espumas na esteira de um barco, cantando amores e dedilhando maguas, emocionando amantes e enthusiasmando esthetas.

*

Em 1887 a rivalidade injustificavel, mas util para o nosso incentivo litterario, separou os intellectuaes paraenses em dois grupos distinctos.

Eram chefes, de um delles, Paulino de Brito e João Marques de Carvalho, tendo por acolytos Frederico Rhossard, Antonio de Carvalho, Heliodoro de Brito, Bertino Miranda, Pontes de Carvalho e outros; chefiava o outro, o espirito revolucionario e irrequieto de Olympio Lima, tendo por companheiros Acrisio Motta, Leopoldo Sousa, Manuel Barreiros Lima, João Nilson, Guilherme de Miranda, Antonio Macedo e Eustachio de Azevedo.

Em 1889 uniram-se ao ultimo grupo outros rapazes de talento: Barroso Rebello, Elias Vianna, Alfredo Pinto, Paulo Maranhão.

Surgiram então as revistas litterarias *A Arena*, orgão do grupo de Marques de Carvalho, e o *Sylvio Romêro*, orgão do de Olympio Lima.

Estas duas publicações semanaes, editadas em optimo papel *couché*, foram os depositarios das locubrações litterarias de toda uma mocidade sedenta de renome, cheia de fé, de idéas seductoras e de talento, entoando hymnos á liberdade dos negros e á Republica, burilando versos ao amor, compondo phantasias, escrevendo contos, architectando romances.

Foi um periodo de luctas salutares, no qual, de parte á parte, se aprendia apanhando e ensinava-se dando, no aperfeiçoamento commum do espirito.

Surgiu então o periodo aureo da propaganda abolicionista, em que todas as provincias, do Norte a Sul, se inflammavam de ardor patriotico, de sentimentos altruisticos, em pról da extincção da escravatura.

No Pará, a mocidade das escolas, as associações maçonicas, poetas e jornalistas, batiam-se com a palavra e com a penna, pelos jornaes e nas praças publicas, promovendo kermesses e comicios populares, nos quaes cada patriota era um orador fluente ou um poeta inspiradissimo.

Parece-me ouvir ainda a voz do dr. Ignacio de Moura, abolicionista ardoroso, vibrar, sonora e forte, no Theatro Polytheama:

Vamos! na arteria dos moços
inda existe muito sangue!
ha no rio muita agua clara
para o tijuco do mangue!
Ou estás hostes inteiras
expulsarão das fronteiras
a vergonha da Nação,
ou as aguas do Amazonas
hão de levar destas zonas
a mancha da escravidão!

Marcelino Barata, Paulino de Brito, conselheiro Tito Franco de Almeida Marques de Carvalho, João Campbell, Miguel Lucio, Padua Carvalho, Bertoldo Nunes, Camillo Salgado, Cordeiro de Castro, desembargador Paes de Andrade, Domingos Olympio, Amado de Campos, Frederico Rhossard, Agostinho dos Reis, Eustachio de Azevedo, emfim, combatiam com ardor; e o rastilho da idéa salvadora, espadanando luz, ia aos poucos incendiando as senzalas, purificando os engenhos, assombrando os *senhores*...

A poesia era a placenta que unia o enthusiasmo do povo á alma do escravo; era a busina que tocava o halali, chamando a postos os corações patrioticos para assistir á rendição do escravocrata e o esmagamento do polvo herdado de nossos maiores; era o clarim que arrebatava a mocidade com os seus vibrantes sons, fazendo-lhe nascer n'alma o desejo do Bem.

*

O espirito combatente de Olympio Lima azorragava os enfatuados e os politicos, no *Trunfo é paus*, livro de chronicas satiricas que publicou em 1891 e pelas columnas do *Sylvio* e do *Cosmopolita*, hebdomadario de sua direcção.

Marques de Carvalho atirava ás barbas dos imperialistas as *Lavas* de seu cerebro e *O sonho do monarcha* e mandava imprimir o seu livro *A Hortencia*, como o porta-bandeira, na Amazonia, da escola *naturalista*, provando ser um competente manejador do romance experimental, imbuido até á médulla das leituras de Stendhal e Zola.

A sua prosa era fluente, cheia, natural.

A Hortencia possue paginas magnificas, como as da descripção que faz quando a heroina vai ao quarto mudar a roupa para ir procurar emprego na Santa Casa de Misericordia, a narração, ao vivo, de uma funcção no *Circo de cavallinhos* e outras paginas de incontestaveis bellezas.

Paulino de Brito, que antes havia publicado *O homem das serenatas*, livro de estréa, accommodado á escola romantica de 1830, bem como um poemeto, *A bebedeira*, em resposta a outro, *A Tentação*, de Marcellino Baratta, satirizando em 1883 as *altas cavallarias* de um ex-vigario, em alexandrinos de fogo, brindava as lettras amazonicas com as *Noites em claro*, volume de magnificos versos lyricos, ao sabor da musa de Campoamor, de quem era admirador.

O culto á mulher, o sentimentalismo catholico, o mysticismo poetico e religioso eram os seus ideaes, amores e crenças.

Em 1900 publicava os *Cantos Amazonicos*, que formam a 2ª edição das *Noites em claro* e a 1ª de suas mais modernas poesias. Pelas notas que acompanham o volume evidencia-se que elle foi um espirito superior, cultivado, illustre.

Além de poeta e romancista, Paulino de Brito foi um brilhante chronista, usando os pseudonymos de *Belisario da Frota*, *Rosa dos ventos* e outros, como tambem grammatico e educacionista, deixando publicadas algumas obras didacticas.

João de Deus do Rego, o mavioso lyrico do Norte, discipulo amado de Luiz Guimarães Junior, sorveu nos *Sonetos e Rimas* do mestre os amavios que fizeram a distincção de sua musa.

Vencido da vida, elle tambem resvalou pelo terreno accidentado das loucuras do genio e nessa primeira phase de sua vida litteraria, onde apanhou o germe lethal da molestia que o matou, quanta joia poetica não deixou perdida, quanta perola esparsa no oceano revolto da insania!

As rhapsodias daquelle brilhante espirito desappareceram para sempre, envoltas em pó, no chão dos estabelecimentos commerciaes, onde eram buriladas, por entre a admiração dos que o cercavam e diziam não comprehender como elle produzia tanta coisa bonita!

Não comprehendiam como um mestiço, de sapatos rotos e meias sujas, de paletot ensebado e collarinho immundo, inflammado pelos vapores dos *grogs*, podia arrancar do cerebro tantas harmonias!

Na phase segunda de sua vida bohemia veio a transição do passado; o poeta rehabilitou-se com o stoicismo encontrado na energia de seu caracter, mas... era já tarde!...

Além de jornalista terso e de combate, tendo dirigido, como secretario da redacção, *A Republica* e a *Folha do Norte*, no periodo mas acceso de uma politica de campanario, assassina e impiedosa, João de Deus do Rego foi *conteur* e phantasista insinuante e primoroso.

O seu primeiro livro de versos — *Primeiras Rimas* (1888) é uma *cassette* de flores poeticas, delicadas e perfumosas.

O segredo de sua musa consistia em nos dar a conhecer todos os nobres sentimentos d'alma, em emocionar-nos com os primores de sua linguagem: elle só escrevia quando a dôr, a paixão, a alegria, o infortunio, a bondade o empolgavam; dahi a vida, o sentimento, a belleza e a excellencia de sua divina musa.

Quer cantasse "Dolores", que sempre vivia alegre; quer tecesse lôas á "Placeres", que sempre vivia triste e desditosa; quer verberasse os Harris escravocratas, na "Kermesse Redemptora"; quer "Numa petala de rosa", — poemeto que é um mimo — fustigasse a vaidade de uma princeza; quer, emfim, entoasse um hymno á "Caridade", como na poesia que escreveu para commemorar o Centenario da Santa Casa, á pag. 168 do livro citado, elle molhava a penna no coração...

A perda irreparavel de tão illustre paraense, meu companheiro na imprensa, vibrou dolorosa no meio litterario e em sua homenagem não pude calar a minha expressão de saudade.

A' MEMORIA DE JOÃO DE DEUS DO REGO

Erato, predilecta de meus sonhos,
de meus sonhos azues da mocidade,
vem recordar do fél desta saudade,
vem partilhar commigo esses risonhos
dias do meu passado!

Mais uma vez desperta do lethargo,
socia gentil de tudo o que hei amado!...
Retésa as cordas do alaude e um canto
solta!... O lembrar é doce, embora amargo
seja o vertido pranto!...

Vamos nós dois, á sombra do cypreste,
na mansão do que dorme o ultimo somno,
provar que, como em vida fomos sempre,
somos seus companheiros no abandono!
Embraça o magico instrumento e as bellas,
e as rudes notas de pezar desata,
bem como, antigamente, á luz de estrellas,
cantavamos do Amor a serenata!

Vai dizer-lhe que temos rasos d'agua
por este doloroso apartamento
os olhos, e que é tanta a nossa magua,
tanto o nosso tormento,
que queremos cantar e soluçamos!

Vamos, ó Musa, vamos
na campa cravejar seu nome augusto,
com as lagrimas puras que choramos!...
Sejam seu epitaphio derradeiro
—o pranto da Amizade,
e a dôr desta saudade...

Que lá do céo o nosso companheiro,
junto ao seio de Deus,
oiça de tua lyra os sons plangentes
e o meu ultimo adeus!

Vai dizer-lhe que a noite do Nirvana
jámais elle terá, que em si recahem
neste peregrinar da vida insana,
dos bons amigos a eternal lembrança,
as puras orações e o sacro terço
de uma irman que deixou,— meiga creança,—
e dessa que ora vai pizando abrolhos,
santa velhinha que lhe embalou o berço
e lhe fechou os olhos...
. . . . . .
Mais uma vez desperta do lethargo,
Musa do Affecto, quero ouvir teu canto...
—O relembrar é doce, embora amargo
seja o vertido pranto...
. . . . . .

Depois de sua morte um grupo de amigos reuniu parte de seus versos esparsos em jornaes e revistas, publicando-os com o titulo de *Ultimas Rimas*, em 1905.

Leopoldo Sousa foi outro desventurado poeta, cujo talento tinha scintillações maravilhosas.

Em 1890, editado pela redacção do *Sylvio Roméro*, Leopoldo Sousa publicava o seu livro de poesias *Sombras*.

Sem conhecer a indisciplina revolucionaria da epocha o joven auctor das *Sombras* soube fertilizar de modo condigno, com os rendilhados lavores de suas estrophes, a Litteratura amazonica, tão deturpada, já naquelles tempos, pelos poetas scientificistas...

Abri esse livro e fazei um estudo analytico sobre a musa do poeta: não encontrareis ahi esse jogo retumbante de palavras extranhas, rebuscadas nos lexicons, para produzir effeito, cheio de antinomia, nem esse conceito vago e abstracto, de percepção impossivel e de metrica macabra, tão ao sabor dos poetas-prodigios do seculo XX, que teimam em querer ser o assombro dos povos...

Nestas paginas a rima é fluente, o estylo despretencioso, a inspiração bróta sem liames.

Adepto da musa de Guerra Junqueiro, Gonçalves Crespo e Heredia, no que deste ultimo lia em traducções, ainda assim nas suas poesias não se notam vislumbres de imitação desses auctores, sendo, pelo contrario, um parnasiano-lyrico, de feição propria, elegantissimo.

H. Taine disse de Michelet:

> «Michelet possue a imaginação do coração antes que a dos olhos; todo o seu poder consiste na faculdade de ser emocionado. Não vê os cambiantes e as fórmas, senão para penetrar-lhes a alma e o sentimento que exprimem. Não pinta por pintar, e só imagina para sentir.» (*Essais de Critique et d'Histoire.*)

Tal é o auctor das *Sombras*. Leopoldo Sousa possuia a sensibilidade que caracteriza os escriptos do sabio francez.

Verdadeiro poeta inculto, sem estudos secundarios, quasi sem noções de Grammatica, revoltava-se contra os compendios e contra os philologos incorrigivel e indomavel ás regras.

Mas o seu talento tinha os reflexos cambiantes do crystal, e patenteava-se robusto de inspiração nas poesias *Lagrimas de mulher*, *O Amazonas*, *Mercedes*, *O espartilho*, *O sol* e tantas outras que attestam a belleza de seu estro.

Foi um diamante bruto, que não teve tempo de ser lapidado, para fulgir com vantagem superior entre os mais puros e de maior brilho.

Por isso, a par dos primores que se encontram nas suas *Sombras* deleitosas, notam-se pequenos descuidos, defeitos que se apagam ante a riqueza da sua imaginação e a belleza de sua musa original e fidalga.

E', porém, conveniente ter-se sempre em vista que o seu livro são as *Sombras*, vagas do talento de um poeta, morto aos 20 annos, o depositario dos primeiros surtos de um *aiglon* das lettras, que passou pela terra como um sonho.

. . . . . .

Leiamos uma de suas lindas poesias:

O AMAZONAS

Se elle percorre indomito banhando
Ilhas, montanhas e o elevado cerro;
Se elle o Atlantico junge soluçando
Com seus braços titanicos de ferro;
Se no seu rastro limpida cohorte
De riquezas conduz, na longa trilha;
Se o Amazonas é grande, enorme, forte,
E' por tu seres do Amazonas filha!

Se elle tem noites triumphaes de estrellas!
Se elle tem noites triumphaes de amor!
E' porque sob a scintillancia dellas
Brilham teus olhos, os teus olhos, flor!
Se elle tem vaga doce e suspirosa
Pela praia gemente a soluçar,
E' porque nelle vive harmoniosa,
A tua voz dulcissima a cantar.

Se elle tem tardes lucidas, divinas,
Onde cantam medrosas jaçanans;
Se elle tem auras doces, peregrinas,
Dias de rosas, musicaes manhans;
Se elle canta na matta que se agita
Da passarada o hymno triumphante,
E' porque decorou, meiga e bonita,
Na tua voz a musica vibrante.

Nas tuas dôres fundas a viola
Aprendeu a chorar ao sol poente,
O caboclo estudou a cantarola
Entristecida, terna e commovente,
Nos teus sorrisos a Tapuia linda
Aprendeu a sorrir aos namorados,
Quando da tarde na sonancia infinda
Chegam ás choças seus gentis amados.

Desses teus olhos foi que a noite escura
Tornou-se clara e fez-se rutilosa;
De tua bocca peregrina e pura
Roubou-se a côr p'ra se fazer a rosa.
Se o sol tem fogo, se os vulcões têm chammas,
E a aurora é rubra como rubra flor,
E' que teus olhos lhe emprestaram flammas,
E' que teus labios lhe emprestaram côr.

Se o Amazonas possue o poderio
De vencer sempre, jámais ser vencido;
Se elle é o primeiro, o mais valente rio,
O mais rico, o mais bello, o mais temido;
Se no seu rastro limpida cohorte
De riquezas conduz, na longa trilha,
Se o Amazonas é grande, enorme, forte,
E' por tu seres do Amazonas filha!

*

Causará, talvez, surpresa a muita gente eu citar aqui o nome de alguns paraenses distinctos que, se hoje cuidam da Litteratura, é para o seu deleite particular, porém que foram, nos seus tempos de juventude, correctos manejadores da prosa e do verso, collaborando a nosso lado com superioridade e elegancia. Cito-os, porque não podia deixar no olvido os seus nomes, que fulgiram em revistas e jornaes paraenses, como combatentes de um mesmo ideal, sacerdotes de um mesmo credo. E' o historico do movimento litterario do Pará que estou escrevendo, e elles tomaram parte nesse movimento com calor e paixão.

Vejamos:

José Olyntho Barroso Rebello, hoje distincto advogado no fôro de Belém, foi antes um bizarro cultor das lettras nortistas, tendo feito a sua promissora estréa pelas columnas do extincto *Diario de Belém*, jornal em que publicou os seus primeiros trabalhos litterarios.

No livro de poesias de Juvenal Tavares, — *Versos antigos e modernos*, delle se poderá lêr um bem elaborado prefacio, substancioso estudo de Litteratura, escripto com penna de mestre; do que deixou espalhado pelas columnas do *Sylvio Roméro*, recordamo-nos ainda de uma bella traducção de J. Hqncey — *A noção do peccado na Litteratura russa*, que, em successivos artigos, illustrou esse orgão de lettras. Oirives da prosa, Barroso Rebello limava o estylo, talhava-o com arte, gastando mezes no aperfeiçoamento de suas producções; o que atirava á leitura dos seus admiradores, tendo passado pelo cadinho da arte, êra terso, vernaculo e aprimorado.

Um dos seus magnificos e originaes trabalhos é o emocionante conto, que tem por titulo *Triste sorte*, publicado na *Revista*, campo de acção da intellectualidade paraense de 1898. Esse conto, como outros que escreveu nessa epocha, em estylo naturalista, é a observação exacta de um episodio da escravatura, tendo por scenario o interior de nosso Estado e possue todos os tons descriptivos, minuciosos, do local, da linguagem inculta da gente do sertão e dos nossos costumes naturaes, provando assim que, se quizesse, seria hoje um escriptor naturalista, digno par dessa escola que immortalizou o romancista do *Germinal*.

O *Diario de Belém* guarda, em suas paginas, contos, chronicas e phantasias de Barroso Rebello, esse fugitivo das lettras que alli, ao lado de Valente do Couto, João de Deus do Rego, Servulo Juaçaba e outros, era um dos mais brilhantes collaboradores.

No tempo da propaganda abolicionista, e dahi por deante, na epocha de seus estudos academicos, pelas columnas do *Sylvio Roméro* e dos jornaes da capital, Elias Tavares Vianna, que hoje, como Barroso Rebello, parece ter abandonado de vez a penna de poeta e chronista incisivo, dicaz e brilhante, para abraçar a árida carreira da advocacia, comnosco pelejou nessa cruzada tentadora e foi tambem digno representante da Poesia, como afinal o são todos os espiritos sonhadores, na mocidade...

Elias Vianna escreveu chronicas suggestivas, cartas litterarias enviadas do Sul para o *Sylvio* e poesias enthusiasticas, seguindo a escola *condoreira*, como um dos seus mais fervorosos adeptos.

Abolicionista ardoroso, elle erguia hymnos á Liberdade nas festas patrioticas, fazendo jorrar da penna decimas vibrantes, como estas:

AVE LIBERTAS!

Neste seculo grandioso
Chamado da Evolução,
o escravocrata é um ente
mas vil do que Tamerlão!
E' assassino e tyranno
que sorrindo deshumano
calca aos pés o proprio irmão;
é tigre sanguisedento
que morde a todo o momento
o braço que lhe dá pão.

Ante a Europa poderosa,
Ante a America viril,
que vergonha aterradora
sobre a face do Brasil!
Como um réprobo maldicto
como um nefando proscripto

seu viver desperta horror...
Todos os povos ao vê-lo
sentem negro pesadelo
tremem de raiva e rancor.

. . . . . .
. . . . . .

Mas, não importa! tenhamos
Coragem, força e valor!
Da mancha que nos legaram
Lavemo-nos com ardor.
Se for preciso soffremos,
Na lucta amargoso fel,
Tenhamos os olhos fitos
Sobre os miseros proscriptos
Que vivem em noite cruel!...

Sobram-nos animo e forças,
o mundo diz-nos: — marchae!
Em nome da vossa honra
do escravo o nome apagae!
Eia pois! extincta seja
O crime vil que negreja
o pavilhão nacional;
que o Brasil — forte e valente
quer tomar logar saliente
"No concerto universal!..."

Um dos actuaes proprietarios da *Folha da Norte*, senador estadual, director da Instrucção Publica do Estado, e meu velho companheiro de luctas, esse intemerato jornalista brasileiro, que é Paulo Maranhão, foi e é ainda um dos mais scintillantes litteratos que a Amazonia tem possuido.

E não só os referidos, mas outros muitos, aos quaes allude a *Anthologia*, têm deixado nas paginas da imprensa sulcos inapagaveis do seu real merecimento, pondo em evidencia que — "nesta nesga da patria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame" — ha inspirados patricios, poetas de eleição, esthetas primorosos, que a Historia litteraria não deverá olvidar.

De uns apagou-se no tumulo a scentelha divina que os animava na vida dos sonhos e da phantasia; taes foram — Odorico Lemos, Antonio de Carvalho, Alcibiades Neves, Alberto Dias, Natividade Lima, Flavio Cardoso e Tito Franco de Almeida (filho); de outros, como Hermeto Lima, Joaquim Sarmanho, J. Eustachio Pereira (Faneca) e Nogueira de Faria, silenciou a lyra, posta de lado pela contingencia de outras actividades, em que não menos refulge a intelligencia de cada um.

Dentre todos, certamente, o que attingiu o mais elevado expoente de consideração nas lettras, foi José Verissimo, que, opportunamente, teve a lembrança de sahir do desconhecido meio litterario do Norte, para sagrar-se escriptor na Capital do paiz.

O exemplo seria efficiente para a seducção de outros que, devendo á inspiração da terra paraense a formação inicial de seu espirito, se têm della retirado em busca do unico fóco da Litteratura brasileira.

Flexa Ribeiro, o escriptor da *Lilania Pagan* — que pretendeu se fazer o representante impenitente da escola *symbolista*, seguiu pela mesma rota, para maior brilho de seu nome. E como elle, Alves de Sousa, o intelligente poeta dos *Crepusculares*: este, porém, se fizera, antes, transfuga das rimas, absorvido pela Politica e pelas agruras do Jornalismo, onde fulgura o seu talento.

Sob o sol do Equador, todavia, restarão sempre alguns que se devotem a alimentar o *fogo sagrado*.

EUSTACHIO DE AZEVEDO.

XX

Homens notaveis

I — ALTINO FLAVIO DE MIRANDA CORRÊA — Nasceu na Cidade de Belém do Pará, a 26 de Setembro de 1865, sendo seus paes o desembargador Innocencio Serzedello Corrêa e d. Jucundina de Miranda Corrêa.

Matriculou-se no Collegio Naval em 27 de Março de 1879 e a 8 de Março de 1881 na Escola Naval. Aspirante a guarda-marinha em 8 de Março de 1881, foi promovido a segundo tenente em 26 de Novembro de 1883; a 28 de Novembro de 1885 a primeiro tenente e a 8 de Janeiro de 1890 a capitão-tenente.

Em 1892 foi designado para embarcar no cruzador *Republica*, em construcção nos estaleiros inglezes, donde seguiu para os Estados Unidos para assistir a revista naval realizada em New-York, durante a exposição de Chicago.

De regresso ao Brasil, foi enviado a Santa Catharina para conduzir ao Rio o almirante Wandenkolk, que havia sido aprisionado.

Durante a revolta da Armada assumiu o commando do torpedeiro *Gustavo Sampaio*, que mais tarde torpedeou o coiraçado *Aquidaban*, em 16 de Abril de 1894.

Em 9 de Agosto de 1894 foi promovido a capitão de corveta e nomeado para capitão do porto e inspector do Arsenal de Marinha do Pará.

Fez parte de diversas commissões na Allemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

Foi promovido a capitão de mar e guerra a 22 de Maio de 1911 e a contra-almirante em 24 de Agosto de 1913 e logo depois nomeado commandante da primeira divisão de coiraçados, cargo em que falleceu, no Rio de Janeiro, a 26 de Maio de 1915.

II — AMBROSIO LEITÃO DA CUNHA — Vcador da sua majestade a imperatriz, foi em Março de 1883 agraciado com o titulo de barão de Mamoré, com grandeza.

Foi ministro do Imperio no gabinete de 20 de Agosto de 1885.

Natural de Belém, da Provincia do Grão-Pará, nasceu a 21 de Agosto de 1825. Era formado em Sciencias sociaes e juridicas pela Faculdade de S. Paulo.

De volta ao Pará, foi juiz municipal, juiz de direito da Cachoeira e depois de Gurupá, duas vezes chefe de Policia.

Administrou as seguintes provincias: Grão-Pará em 1858, Parahiba em 1859, Pernambuco em 1860, Maranhão em 1863-1864, Bahia em 1866.

Por diversas vezes representou na Camara temporaria a sua Provincia, e no Senado a do Amazonas.

Politico de escola conservadora, foi o *leader* das grandes reformas iniciadas pelo seu partido, orador fluente, alliando aos modos academicos a maneira positiva dos discipulos da escola utilitaria.

Aos esforços do barão de Mamoré deve-se a organização dos primeiros estudos da Estrada de Ferro do Rio Madeira ao Mamoré.

Falleceu a 5 de Dezembro de 1898.

Era commendador das duas ordens imperiaes da Rosa e de Christo.

III — ANTONIO GONÇALVES NUNES (barão de Igarapé-Mirim) — Natural da Cidade de Belém, nascido em 28 de Julho de 1819, filho do coronel José Antonio Nunes e de d. Gertrudes Rosa da Cunha Ledo, filha de Antonio Gonçalves Ledo e de Domingos Valente da Cunha Ledo, oriundos de Mazagão, praça forte de Portugal, na Africa, era casado com d. Rita Gonçalves Acatauassú, filha do commendador Domingos Borges Machado Acatauassú, e de d. Anna Thereza Gonçalves Acatauassú.

Antonio Gonçalves Nunes, formado em Direito em 29 de Outubro de 1844, pela Academia de Olinda, exerceu a profissão de advogado no fôro de Belém. Era proprietario, fazendeiro com engenho a vapor, de fabricação de assucar, na Comarca de Igarapé-Mirim.

Serviu no logar de director da Instrucção Publica da Provincia e de membro do Conselho Director da mesma Instrucção, no de presidente das mesas dos exames geraes de Rhetorica, Philosophia, Francez e Portuguez e de thesoireiro do Collegio de Nossa Senhora do Amparo.

Foi primeiro supplente da Delegacia de Policia, promotor publico da capital, 1º supplente do substituto do juiz de direito da Vara Commercial e dos Feitos da Fazenda, da Vara do Juiz dos Orphãos de Belém, de curador dos Orphãos, de promotor de Residuos e Capellas.

Occupou o cargo de procurador fiscal interino da Thesoiraria e o de procurador effectivo no Thesoiro Publico Provincial.

Era guarda policial bem joven ainda e entrou em combate em defesa da capital, quando os Cabanos a invadiram sob as ordens de Vinagre em 1835, quando foi ferido.

Serviu successivamente de vogal na Junta de Justiça Militar e de relator.

Foi eleito deputado á Assembléa Provincial, em differentes legislaturas, occupando varias vezes o logar de presidente, vereador da Camara Municipal e seu presidente.

Presidiu á Commissão de Colonização extrangeira e a dos retirantes cearenses, no decurso da crise occasionada pela secca na Provincia do Ceará, ficando a seu cargo a distribuição dos soccorros publicos.

Foi relator da commissão paraense encarregada de remetter productos da Amazonia para a primeira exposição do Imperio, que teve logar no Rio em 1861; fez parte da commissão que organizou os funeraes de sua alteza a princeza Leopoldina, em 1871; e da commissão de recepção de sua majestade o imperador, quando esteve no Pará em 1876.

Foi presidente do Conselho Fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Provincia do Pará, e provedor do Collegio de Nossa Senhora do Amparo.

Era condecorado com o officialato da Rosa, que lhe foi dado em carta de 12 de Julho de 1876.

Finou-se o barão de Igarapé-Mirim a 21 de Novembro de 1898.

A carta, pela qual sua majestade o imperador houve por bem agracia-lo com o titulo de barão de Igarapé-Mirim, é datada de 3 de Março de 1883.

IV — ANTONIO DE LACERDA CHERMONT (visconde de Arari) — Filho legitimo de Theodosio Constantino de Chermont, coronel de Legião de Milicias da Ilha de Joannes (Ilha de Marajó) e de sua mulher d. Ignez Antonina Michaela Ayres Chermont, nasceu na Villa de Chaves (Ilha de Marajó), na Capitania do Pará, a 16 de Outubro de 1806.

Em 10 de Julho de 1822 assentou praça na 1ª companhia da Legião Miliciana da Ilha de Joannes, sendo promovido a alferes por provisão de 13 de Maio de 1823, a tenente a 24 de Janeiro de 1824, a capitão a 12 de Outubro de 1827.

Durante a Cabanagem, por algum tempo defendeu a Villa da Cachoeira contra os insurrectos, como major do batalhão de guardas nacionaes daquella localidade e, depois, retirou-se para seu engenho da Ilha de Sant'Anna, com sua gente (na foz do Rio Arari). Ameaçado de ser aprisionado pelos Cabanos, desembarcou na Ilha de Tatuóca, onde se tinha estabelecido a séde do governo da Provincia.

Depois da expulsão dos Cabanos da Cidade de Belém, o general Andréa deu-lhe o commando da expedição destinada a dispersar os rebeldes e a restabelecer o regime legal na Ilha de Joannes.

Os seus serviços foram reconhecidos pelo Governo Imperial, que o agraciou com a commenda da Ordem de Christo e a da Ordem da Rosa.

Foi elevado a visconde de Arari, com grandeza, por decreto de 10 de Julho de 1867, em attenção aos relevantes serviços que prestou como 1º vice-presidente da Provincia, em 28 de Junho de 1866, em 9 de Abril de 1867 e em 6 de Agosto de 1868.

O visconde de Arari foi o maior proprietario e capitalista que tem tido a Provincia do Pará. Era tambem coronel-commandante superior da Guarda Nacional da Cachoeira e provedor da Santa Casa de Misericordia.

Falleceu a 6 de Agosto de 1879, em Belém.

V — ANTONIO LADISLAU MONTEIRO BAENA — Filho de João Sanches Baena e de d. Maria do Resgate Monteiro Baena, nasceu em Lisboa em 1781.

Chegou ao Pará em Setembro de 1803, como ajudante de campo do capitão-general conde dos Arcos, no posto de segundo tenente de artilheria.

Fixou sua residencia em Belém, combatendo pela legalidade em todos os motins que se deram nessa capital.

Abraçou com enthusiasmo a Independencia e dedicou-se ao Brasil, como o faria o mais patriota de seus filhos. Foi reformado no posto de tenente-coronel.

Encarregado pelo governo da Provincia de escrever a Historia da Provincia do Pará, publicou o *Compendio das Eras*, que lhe deu entrada no Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Escreveu o *Ensaio Chorographico* sobre a Provincia do Pará e muitas outras memorias de grande merecimentos sobre a geographia do Pará.

Falleceu em Belém a 29 de Março de 1850.

VI — ANTONIO MANUEL GONÇALVES TOCANTINS — Era natural da Villa de Cametá, Provincia do Pará, donde se transferiu para Belém, afim de estudar o curso de Humanidades, seguindo depois para Gand, na Belgica, em cuja Universidade alcançou o diploma de engenheiro civil em 1864.

Foi engenheiro das obras publicas da Provincia durante o Imperio e exerceu varias commissões em diversos pontos do Estado, tendo feito importantes explorações por conta

do governo de então, no Rio Trombetas, no Tocantins, no Antigo Contestado, hoje territorio do Amapá, na Ilha de Marajó, etc.

Era lente cathedratico de Mathematicas do Lyceu Paraense.

Filiado ao Partido Conservador, foi eleito deputado provincial em diversas legislaturas.

Foi membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Escreveu nos jornaes *Grão-Pará* e n' *A Constituição* varios e importantes artigos de polemica sobre sciencias, que lhe attrahiram a attenção dos competentes.

Falleceu a 14 de Junho de 1905, em Belém.

VII — ANTONIO RODRIGUES D'ALMEIDA PINTO — Era natural da Cidade de Belém do Grão-Pará, onde nasceu em 1807, sendo seus paes Bentes Rodrigues d'Almeida Pinto e Anna Rita de Oliveira d'Almeida Pinto. Fez seus estudos secundarios no Seminario Episcopal do Pará.

Abraçou a carreira administrativa, onde começou como praticante supra-numerario da Contadoria, por despacho de 6 de Março de 1827, da então Junta de Fazenda. Passou a escrivão militar por provisão da mesma Junta, de 5 de Julho do mesmo anno a 13 de Abril de 1832, em que foi extincto o Hospital Militar. Voltou para a referida Contadoria por provisão da Junta de Fazenda, de 16 de Abril de 1832; passou a escripturario da Pagadoria do Ministerio da Guerra, da tropa, em 2 de Julho de 1833. Em 28 de Julho de 1834 foi nomeado ajudante de contador de cartas do Correio. Exerceu interinamente o cargo de administrador do Correio, desde 13 de Setembro de 1835 até 16 de Abril de 1836. Foi um dos defensores da legalidade durante a revolução dos Cabanos. Em 10 de Fevereiro de 1842 foi nomeado almoxarife do Arsenal de Guerra. Por decreto imperial de 18 de Dezembro de 1846 foi elevado ao cargo de administrador e thesoureiro do Correio da Provincia do Pará.

Antonio Rodrigues d'Almeida Pinto escreveu diversas obras sobre a Historia do Pará. Entre ellas citaremos: *O Bispado do Grão-Pará, durante a vida do seu setimo bispo, d. Romualdo de Sousa Coelho*; *O Bispado do Pará*, que foi publicado no 5º volume dos *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*; deixou inedita a historia dos presidentes do Pará.

Falleceu em Belém a 12 de Junho de 1885.

VIII — ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO (3º barão da Ilha Grande de Joannes) — Cavalleiro professo na Ordem Christo, commendador do Portancho, na Ordem de S. Thiago, senhor e governador geral de Juro e Herdade da Ilha Grande de Joannes, na Provincia do Pará.

Succedeu a seu pae, o que se vê das sesmarias passadas em 13 de Abril de 1720; porém, a sua duração na baronia foi ephemera e não chegou a pagar os direitos de sua investidura no baronato, o que fez seu filho, quando lhe succedeu no titulo.

Depois de 13 de Abril de 1728, isto é, depois da morte desse 3º barão, não appareceram mais cartas de sesmarias concedidas pelos barões, até que, em 8 de Abril, 4 e 19 de Junho de 1732, appareceram tres; as primeiras foram concedidas pelos capitães-generaes e estas o foram por Alexandre de Sousa Freire, a quem succedeu João de Abreu Castello Branco em 18 de Setembro de 1737, e que continuou a conceder sesmarias, na Ilha de Joannes; ambos estes capitães-generaes as concediam em nome de d. João que as confirmava; isto teve lugar até Maio de 1748, sendo a ultima concessão em 19 de Abril de 1747.

Durante esse intervallo de 15 annos decorridos de 1732 a 1747, em que os capitães-geraes concediam cartas de sesmarias em nome do monarcha, uma vez que a Ilha de Joannes era propriedade dos barões, póde-se presumir que houve menoridade e não falta de successão.

O 4º e ultimo barão da Ilha Grande de Joannes foi Luiz de Sousa Macedo Aragão Vidal, que a cedeu para ser incorporada aos dominios da Corôa, em 29 de Abril de 1747, recebendo a indemnização de 60.000 cruzados e mais 3.000 cruzados de renda annual, pagos em um juro real pelo Conselho Ultramarino e o senhorio e titulo de visconde da Villa de Mesquitella, por decreto passado em Lisboa por d. José I, em Maio de 1754. (Braga Ribeiro — *Breve noticias dos antigos barões da Grande Ilha de Joannes.*)

IX — ARTHUR VIANNA — Arthur Octavio Nobre Vianna nasceu em Belém, a 11 de Novembro de 1873, filho de Manuel Gomes Vianna e de d. Rita Ermelinda Nobre Vianna.

Fez os seus estudos preparatorios no Lyceu Paraense.

Ainda cursando o Lyceu exerceu o cargo de amanuense e logo depois foi nomeado secretario do mesmo estabelecimento. Por acto do governo, de 20 de Julho de 1899, foi nomeado para exercer effectivamente o cargo de director da Bibliotheca e Archivo Publico, tendo reformado essa repartição.

No governo Paes de Carvalho, fez parte de duas commissões importantissimas: de limites entre o Pará e o Amazonas e entre o Pará e Matto-Grosso.

Durante muitos annos foi professor do Lyceu de Artes e Officios Benjamin Constant. Em 1904 matriculou-se na Escola de Pharmacia do Pará, fazendo o curso com muito brilhantismo, sendo ahi laureado.

Ainda estudante collaborou em diversos jornaes, como *O Trabalho*, *O Brasil*, *Crepusculo*, *Ordem e Progresso*, etc. Mais tarde collaborou n' *O Democrata*, *Provincia do Pará*, *O Pará*, e, do Rio de Janeiro, collaborava na *Folha do Norte*. Foi redactor-chefe e fundador do *Jornal do Commercio*, de Belém.

Por questões politicas, retirou-se do Pará em 1907, indo para o Rio de Janeiro estudar Medicina. Fez em um anno só os dois primeiros do curso medico.

Em Maio de 1910 teve uma congestão cerebral, que o impediu de prestar os exames do 4º anno. Em Março do anno seguinte fez esse exame e o 5º anno.

Falleceu repentinamente a 14 de Setembro de 1911, deixando sua these, que já vinha escrevendo, quasi concluida.

Entre as obras que escreveu, cuja maior parte foi premiada na Exposição Universal de S. Luiz (Estados Unidos da America) em 1904, deixou as seguintes: *Esparsas*, curiosidades historicas da Amazonia, 1896; *Historia do Pará*, 1º volume; *Lista dos Governadores do Pará*; *Estudos sobre o Pará*; *Limites do Estado*, 3 volumes; *Noticia Historica*, resumo da historia do Pará; *Vicente Yanez Pinzón*, memoria; *Esboço retrospectivo da Instrucção Publica no Pará*, 1900; *Pontos de historia do Pará*, 1900; *Noticias sobre a vida e trabalhos do professor Severino Bezerra de Albuquerque*; *Bibliotheca do Pará em 1899*; *Escorço historico da epidemia do "cholera-morbus" no Pará*; *A convenção de limites*; *Os exploradores da Amazonia*; *Dr. Americo Marques de Santa Rosa*, biographia; *Noticia historica do Pará*; *Ligeiras notas sobre a epidemia da febre amarella*, no Pará; *A Bibliotheca e Archivo Publico*, do Pará; *A Escola Normal*; *Pela imprensa*; *Apontamentos para a biographia do tenente-coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena*; *A Santa Casa de Misericordia*, historico de 1650 a 1902; *Festas populares do Pará*; *Muaná e Boa-Vista limites*; *Os contemplados e as sesmarias*; *A Real Sociedade Beneficente Portugueza*; *Nathercia*; *Diario do Regimento Militar do Pará na guerra de Canudos*; *Os phenomenos espiritas*; *As fortificações da Amazonia*; *A Villa do Pinheiro*; *O Instituto Gentil Bittencourt*; *As epidemias no Pará.*

X — AUGUSTO ARANTES MONTENEGRO — Nasceu em Belém do Pará, em 26 de Junho de 1867, sendo seus paes o coronel Ignacio da Silva Arantes e d. Thereza Arantes.

Concluiu seus estudos preparatorios aos 14 annos de edade.

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1882, formando-se após um brilhante curso em 1886, aos 20 annos incompletos.

Sua mãe tendo se casado em terceiras nupcias com o illustre desembargador Jonas Montenegro, o joven bacharel adoptou o nome de seu padrasto.

Depois de uma viagem á Europa o dr. Augusto Montenegro abriu banca de advogado, escrevendo ao mesmo tempo na *Provincia do Pará*, de propriedade de seu tio, dr. J. J. de Assis.

Nomeado juiz municipal do termo da Estrella do Rio Grande do Sul, alli se demorou pouco tempo por motivo de saude.

Achava-se na Europa quando foi proclamada a Republica e ao regressar a Belém occupou o logar de juiz substituto, sendo pouco depois nomeado secretario da Legação Brasileira na Suissa.

Tinha sido transferido para a Legação de Paris, quando o Partido Republicano o elegeu deputado federal.

Foi o unico deputado paraense que votou na Camara pela arbitragem na questão do Amapá.

Em 1900 foi eleito governador para succeder ao dr. José Paes de Carvalho.

Em 2 de Dezembro de 1904, foi o dr. Augusto Montenegro reeleito; e os seus oito annos de administração estão marcados por uma grande série de serviços e melhoramentos de utilidade publica.

Ao terminar o seu mandato, o dr. Montenegro renunciou a politica para dedicar-se ao estudo.

Minado por pertinaz molestia internou-se num Sanatorio na Suissa, onde se submetteu a rigoroso tratamento.

Depois da morte de seu irmão o dr. Virgilio da Bohemia Sampaio, em Paris, a enfermidade de Augusto Montenegro aggravou-se, vindo a findar-se a 31 de Julho de 1915, em Lausanne, na Suissa.

XI — BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (neto) — Republicano historico, doutrinante e polemista, foi alumno da Escola Central do Rio de Janeiro, cujo curso não concluiu attrahido pela politica. Era filho legitimo de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha e neto do notavel poeta do mesmo nome. Apostolo ardente das doutrinas subversivas ás instituições monarchicas, foi perseguido e encarcerado mais uma vez pelos governos das provincias do Amazonas e Pará. Bento Aranha explorou grande parte dos rios affluentes do Amazonas, como director dos indios, e deixou uma série de estudos historicos e geographicos de grande valor. Tomou assento na Assembléa Provincial do Amazonas no periodo de 1881-1889.

Fundou e collaborou em mais de 33 jornaes, ora em Belém, ora em Manáos, onde, com enthusiasmo de neophyto, pugnava pelos principios reguladores de um bom systema de governo.

Sacrificou a fortuna de sua familia para soccorrer amigos e correligionarios que o esqueceram na adversidade.

Era socio de diversas associações scientificas.

Falleceu a 15 de Janeiro de 1919.

XII — BENTO MACIEL PARENTE — Na expedição de Alexandre de Moura, para ultimar a conquista do Maranhão, parte de Pernambuco Bento Maciel Parente, a 5 de Outubro de 1615, como commandante de um dos navios da esquadra. Lançados fóra do Maranhão os Francezes, Alexandre de Moura encarrega a Bento Maciel de defender as entradas do Porto de S. Luiz. (Berredo — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, pags. 388 e 409.)

Jeronymo de Albuquerque Maranhão, capitão-mór, manda Bento Maciel ao descobrimento das famosas minas de oiro do Rio Pindaré. Ao cabo de alguns mezes de explorações inuteis, volta esse capitão, "sem outro fructo do seu muito trabalho que o de fazer guerra ao barbaro Tapuia Guajajara com fatal estrago da sua nação". (*Idem*, pag. 415.)

A 11 de Fevereiro de 1618, fallece Jeronymo de Albuquerque, nomeando por seu successor no governo a seu filho Antonio de Albuquerque, com a obrigação de exercita-lo, assistido dos dois adjunctos Bento Maciel Parente e Domingos da Costa Machado. O novo capitão-mór dispensa, porém, a assistencia e governa por si só. Maciel mostrou-se tão resentido e ameaçador que Albuquerque o fez recolher preso e remette-lo para Pernambuco sob a guarda de Domingos Machado, que ia alli embarcar para Portugal a requerer a recompensa dos seus serviços. (*Idem*, pags. 449-450.)

O governador geral do Brasil solta a Bento Maciel em Pernambuco, desapprova o procedimento do capitão-mór do Maranhão, e fa-lo voltar encarregado da guerra dos Tupinambás. (*Idem*, pags. 469-470.)

Bento Maciel chega ao Maranhão com um corpo de 80 soldados e 400 indios, que levantara á sua custa, em Pernambuco, para continuar essa guerra. Começa a perseguir os Tupinambás desde Tapuitapera até ao Pará, e extingue por aquella parte as ultimas reliquias desses barbaros, matando e arrastando á escravidão quanto indio consegue apanhar. (Robert Southey — *Historia do Brasil.*)

Bento Maciel tambem processa, prende e remette para Portugal mais alguns individuos culpados na deposição de Francisco Caldeira de Castello Branco, por commissão que de Pernambuco trouxera para conhecer do caso juridicamente. Continúa depois a guerra contra os Indios por outros logares, até que entendendo o capitão-mór do Pará, Jeronymo Fragoso, que o inimigo já estava assaz castigado da sua rebeldia, lhe dá ordem para suspender as hostilidades. Bento Maciel, porém, desobedece, sob o fundamento de que, sendo elle cabo daquella guerra, por nomeação superior, só a elle tocava julgar da necessidade della, e vai por deante no estrago dos Tupinambás. (J. F. Lisboa — *Jornal do Timon*, pag. 26.)

Depois da deposição de Mathias de Albuquerque, foi aberta uma junta governativa para governar interinamente a Capitania. (Berredo, pags. 480-481.)

Com essas noticias, Bento Maciel, que andava encarniçado na guerra dos Tupinambás, exige que o em-

prego lhe seja concedido, porque lh'o competia em razão do posto e cargo que já occupava na Capitania; mas sendo desattendido continúa a guerra, na qual lucrava, não pouco, com o captiveiro dos Indios. (*Jornal do Timon*, pag. 27.)

Pedro Teixeira fica só no governo depois da partida de Custodio Valente para Portugal. Chegando então Bento Maciel a Belém, tenta apoderar-se do governo por meio de perturbações; mas encontrando resistencia em Pedro Teixeira, passa ao Maranhão, e vai fundar, na bocca do Rio Itapicurú, uma povoação e fortaleza com 40 soldados, alguns moradores e duas aldeias de indios domesticos. Dá conta dos resultados de sua expedição ao governador geral do Brasil, d. Luiz de Sousa, que o promove a capitão-mór do Grão-Pará (18 de Julho de 1621).

Mal toma posse, faz sahir uma nova e grande expedição, sob o commando de Pedro Teixeira, e sempre para o castigo dos indios levantados, que soffrem novos estragos. (*Obr.* cit., pag. 28.)

Em 1622, Bento Maciel reedifica a Fortaleza de Belém, no sitio em que estivera o Presepio, sendo a construcção de taipa de pilão com tres baluartes e portada de concreto, e dá-lhe o nome de Castello de S. Jorge. Na mesma occasião manda erigir uma capella de taipa de pilão, com um só altar, e neste um grande crucifixo. Foi esta capella do Santo Christo. (M. Barata — *Fastos Paraenses.*)

A 20 de Maio de 1623, chega a Belém, em missão especial vinda de Lisboa, Luiz Aranha de Vasconcellos, para sondar o Rio Amazonas e reconhecer todos os sitios que occupavam nelle os Hollandezes e mais nações da Europa. Sóbe Aranha ao Rio Amazonas sem accidente até Gurupá (Xingú). Entrementes, chegam repetidos avisos ao capitão-mór que Aranha se achava cercado dos extrangeiros.

Querendo reservar-se todas as honras do successo dessa empresa, resolve Bento Maciel commandar pessoalmente a expedição de soccorro, que sahe de Belém em 18 de Junho, assistido dos capitães de infanteria Pedro Teixeira, Ayres Chichorro e Salvador Mello.

Navegava a toda diligencia, quando encontra Aranha já de volta da sua jornada por não ter bastante força para atacar os inimigos que se achavam installados no mesmo Rio de Gurupá e em diversos braços do Amazonas. Maciel resolve que Aranha prosiga a sua expedição pelo curso principal do Amazonas, amparado de Pedro Teixeira, no caravelão daquella armada, emquanto elle com todas as canôas seguiria pelos paranás até Gurupá, onde se faria a juncção de todos.

Pouco depois chegou de Belém um novo reforço de soldados e indios, e Bento Maciel dirige-se ao quartel inimigo que se acha defendido com numerosa guarnição, além de muitos indios seus auxiliares. Os Portuguezes desembarcaram debaixo de um chuveiro de balas e tomam de assalto a trincheira, algumas casas fortes que reduzem a cinzas. O inimigo retira-se para a Ilha dos Tucujús, perseguido pelas expedicionarios que incendêam as feitorias alli existentes. Nessa occasião, Maciel recebe o aviso de que uma nau vinha em soccorro dos vencidos e parte ao seu encontro.

Depois de longas horas de combate consegue incendiar o navio, que foi ao fundo.

Bento Maciel tornou a occupar o seu quartel dos Tucujús, e depois levantou a fortaleza de Mariocai, a que denominou Forte de Santo Antonio.

Deixando alli uma guarnição de 50 soldados, sob o commando do capitão de infanteria Jeronymo de Albuquerque, recolhe-se á Cidade de Belém coberto de gloria. Bento Maciel arrogante, dahi em deante intitula-se "primeiro descobridor dos rios Amazonas e Gurupá", apesar dos protestos de Luiz Aranha de Vasconcellos, que usava os mesmos titulos.

Nos ultimos dias de Abril de 1625, chega á Aldeia do Una o padre frei Christovam de Lisboa, que foi alojar-se no retiro de seus religiosos. No mesmo dia o procurou logo o capitão Bento Maciel, para prestar-lhe homenagem e communicar-lhe que ia emprehender nova expedição contra os hereges hollandezes, novamente estabelecidos em Gurupá. O padre frei Christovam louva o projecto de Maciel e incita os Indios aldeiados a acompanha-lo.

E' escolhido para commandar essa jornada o capitão Pedro Teixeira, que sahe de Belém a 2 de Maio de 1625.

No dia 14, o padre frei Christovam faz a sua entrada triumphal em Belém e apresenta ao Senado da Camara o alvará real que abolia as mercês das administrações dos Indios.

Tumulto do povo. Para socega-lo, resolve a Camara differir a sua execução para quando estivesse presente o novo governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho, que se achava em Pernambuco, e a quem tocava privativamente a sua execução. (Berredo — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, pag. 532.)

O padre annue a esta deliberação e emprehende a catechese dos selvagens do Tocantins, para onde parte da Aldeia do Una em 8 de Agosto, acompanhado de diversos religiosos e do indio Tomagica.

Pedro Teixeira ataca os Hollandezes commandados pelo capitão Nicolau Oudaen, estabelecidos em Mandiotuba. Depois de renhido combate, que durou um dia e uma noite, os invasores derrotados retiraram-se com os indios seus alliados para o Rio S. Philippe, na região dos Tucujús. Teixeira os persegue e em novo encontro os desbarata, ficando os dois capitães Oudaen e F. Purcell gravemente feridos; destruiu alli duas feitorias, não deixando pedra sobre pedra. (*Idem*, pag. 540.)

A 21 de Dezembro, o padre frei Christovam de Lisboa mandou publicar uma pastoral na egreja matriz com a comminação de excommunhão maior a todos os que, tendo as mercês das administrações das aldeias de Indios, nellas se conservassem.

Altera-se o povo novamente. A Camara convoca uma junta geral que, representando ao Custodio a sua imprudencia, consegue delle que retire as censuras.

Em 1626 já a população da Capitania tolerava com impaciencia o governo tyrannico de Bento Maciel; mas todas as vezes que o povo se dispunha a levantar-se em tumulto declarado, tinha elle a arte de abranda-lo, armando alguma expedição nova contra os miseros indios, que elle ia exterminando com desapiedada e incançavel barbaridade. (Robert Southey — *Historia do Brasil.*)

Numa dessas occasiões a pretexto de mandar atacar uns extrangeiros que ainda trafegavam na vizinhança de Gurupá com os indios alli aldeiados, encarregou da expedição um filho natural, do seu mesmo nome e appellido, que sahindo de Belém no fim de Janeiro, com as forças necessarias desempenhou a sua commissão a grande contento de seu pae (Berredo, pag. 563), trazendo mais de 400 indios captivos que foram vendidos á razão de 6$; sendo 3$ de siza para a Corôa e egual quantia para o capitão-mór. (Barão de Guajará — *Historia Colonial do Pará.*)

Os escravos não chegaram para todos os descontentes e novas queixas levantaram-se contra Bento Maciel.

Mais uma crueldade veio acirrar os animos contra o capitão-mór. Celebravam os Tupinambás a grande festa de suas nações com danças e folguedos, interrompidos por innumeras libações; um dos chefes, em estado de adeantada embriaguez, vangloriou-se de exterminar todos os Portuguezes. Bento Maciel, informado do facto, mandou prender e matar 24 chefes, acutilados e estocados pelas ferozes mãos de outros tapuias, seus inimigos. O povo mostrou-se tão escandalizado com tão cruel procedimento, que a vida de Maciel esteve em perigo e certamente teria merceido o seu justo castigo se á chegada do novo capitão-mór, Manuel de Sousa Eça, não se tivessem serenado os animos.

Bento Maciel achou prudente retirar-se para o Maranhão, ás occultas, para justificar-se. Mas o governador do Estado, que bem conhecia a sua natural perversidade, para afasta-lo de S. Luiz, aconselhou-o que fosse á Côrte de Madrid reclamar a justa recompensa de seus relevantes serviços.

Em 1635, achando-se a França em guerra com a Hispanha e receando novas invasões inimigas, Philippe IV creou a Capitania Brasileira do Cabo Norte, que concedeu por doação perpetua a Bento Maciel Parente, um dos mais antigos veteranos da Amazonia, que tinha sido um dos primeiros a acommetter os hollandezes no braço guianez do Amazonas. A nova Capitania, creada a 14 de Junho de 1637, comprehendia a parte da Guiana immediatamente áquella que a França se tinha apropriado; extendia-se desde o Rio Pará, na margem septentrional do Amazonas, até ao Oiapoc, conhecido geralmente pelos Hispanhóes e Portuguezes, pelo nome de Rio Vicente Pinzón, abrangendo a demarcação as ilhas que ficavam a 10 leguas da costa e cortava pela terra a dentro de 80 a 100 leguas. Para deixar ao novo donatario toda a liberdade de acção, Philippe IV collocou tambem Bento Maciel á testa do governo do Estado do Maranhão, de quem dependia a nova Capitania. (Joaquim Caetano da Silva — *L'Oiapoc et l'Amazone*, 1668-1671.)

Não satisfeito ainda com tão extraordinarios galardões de seus serviços, Bento Maciel pugnou ainda, em Madrid, a favor da escravidão dos Indios. Sem embargo dos muitos decretos promulgados de tempos a tempos, a favor dos indigenas, obteve elle auctorização para estabelecer o que se chamava a *administração dos indios livres*, arranjo por meio do qual se declaravam *nominalmente livres*, emquanto que na realidade eram reduzidos á escravidão. Appensavam-se á terra, e com ella ficavam pertencendo ao proprietario, mas não podiam ser vendidos separadamente como o outro gado. Este decreto trouxe-o Maciel comsigo, para grande alegria dos senhores de engenho e caçadores de escravos, que o olharam como assignalado triumpho sobre os Jesuitas.

Tambem trouxe instrucções para inquerir do procedimento de Jacome Raimundo de Noronha. Bento Maciel tomou posse a 27 de Fevereiro de 1638. O resultado do inquerito foi ser aquelle official pronunciado como intruso, e remettido preso para Portugal, declarando-se nullos todos os seus actos (em 10 de Abril). Lá, porém, esta sentença foi reformada e o réo absolvido. (Robert Southey — *Historia do Brasil.*)

A nova Capitania confiou-a Maciel a seu sobrinho João Velho do Valle, nomeando-o, ao mesmo tempo, capitão-mór de Gurupá, e mandou edificar immediatamente, na extremidade amazonense de sua concessão, um forte que chamou Desterro, com a guarnição de 30 soldados e alguns canhões. (J. Caetano da Silva.)

A Capitania do Pará fôra entregue por Bento Maciel a seu cunhado Feliciano de Sousa e Meneses, que, no dia 17 de Abril de 1638, tomou posse e entrou em exercicio.

Em 9 de Novembro do mesmo anno, por fallecimento de Feliciano, succedeu na Capitania do Pará Ayres de Sousa Chichorro, até 26 de Abril de 1639; nesta data foi substituido por Manuel Madeira, que havia servido no Reino de Angola com muita distincção; Chichorro passou a servir na Capitania de Cametá.

Em 12 de Dezembro de 1639 entra Pedro Teixeira na Cidade de Belém, de volta da conquista do Amazonas e de sua viagem a Quito, de que fôra encarregado por Jacome de Noronha; poucos dias depois, passa ao Maranhão para dar ao governador do Estado satisfacção cabal aos encargos da sua commissão.

Manuel Madeira, tendo-se mostrado arbitrario na administração de sua Capitania, foi convidado a responder judicialmente a um grande numero de accusações que a população de Belém, por intermedio da Camara, dirigira ao governador do Estado, em 23 de Janeiro de 1640. Na sua ausencia, foi encarregado da Capitania o integro Pedro Teixeira, que tomou posse a 28 de Fevereiro.

Apenas Manuel Madeira chega a S. Luiz, á presença de Bento Maciel, é logo absolvido em todas as suas culpas; depois, sem grande demora, embarca para Belém com um soccorro de 60 soldados e 12 casaes de colonos destinados á Capitania do Cabo do Norte; porém, ou porque receasse a recepção que lhe faria o povo á sua chegada, ou porque se quizesse vingar de Bento Maciel, em caminho, resolve fugir para as Indias hispanholas. Maciel despacha immediatamente, pela mesma via, um navio para a Europa expondo a diminuição que assim tivera inesperadamente a sua força e quão pouco estava habilitado a resistir a qualquer aggressão da parte dos Hollandezes.

Bento Maciel parece temer a invasão hollandeza sómente pelo lado da sua Capitania do Cabo do Norte, como se estivesse perfeita segurança do lado de Pernambuco. Por isso, o vemos tirar ainda da guarnição de S. Luiz, já esfraquecida, um segundo destacamento que mandou para Belém "com ordem a Pedro Teixeira que fizesse seguir aquella gente para a nova Capitania do Cabo do Norte, addicionando-lhe toda a tropa que no Pará houvesse, além do numero existente no tempo de Francisco Coelho. (R. Southey — *Obr.* cit.)

Executou, comtudo, o capitão-mór Pedro Teixeira tão erradas ordens, por se não atrever a replica-las, conhecendo de longa data a violencia do genio de Maciel.

Pedro Teixeira deixa então o governo do Grão-Pará para ir a Portugal solicitar a recompensa dos serviços que pareciam ficar esquecidos; mas, emquanto se preparava para a viagem, morreu subitamente.

Por esse tempo, chega a S. Luiz a feliz nova de se achar restaurada a Monarchia Portugueza, sendo proclamado rei d. João IV.

A 26 de Maio de 1641 foi nomeado capitão-mór do Pará Francisco Cordovil Camacho, que chegara ao Maranhão havia poucos dias, com o emprego de provedor-mór da Fazenda.

O governador do Estado envia a Belém seu sobrinho Pedro Maciel, com ordens especiaes para fazer acclamar na Camara, como soberano legitimo da Corôa de Portugal, o rei d. João IV (13 de Junho de 1641).

Com a gloriosa noticia da separação da Corôa de Portugal da Hispanha, ficou prevenido o governador que os unicos inimigos a combater eram os Mouros e os Castelhanos, Porém, Bento Maciel não tomou a menor providencia para defender a Cidade de S. Luiz contra quem quer que fosse, apesar de estar informado de que os Hollandezes conservavam todas as possessões portuguezas por elles occupadas durante a guerra com a Hispanha e que já tinham, depois disso, occupado a Capitania de Sergipe.

Logo depois chegou em uma embarcação da Ilha de S. Miguel o inglez Thomaz William, trazendo-lhe informações positivas de que ia ser atacado no Maranhão; para provar que essas noticias lhe pareciam falsas, Bento Maciel conservou-se indolente, desacautellado; em logar de preparar-se para a guerra, limitou-se a rir-se dos patriotas irrequietos. Passados alguns dias os Indios das vizinhanças de Periá vieram tambem preveni-lo que um copioso numero de embarcações vinha demandando aquella barra; logo após chegaram novas de ter essa armada fundeado na Bahia de Araçagi, a quatro leguas apenas da cidade. Maciel tão pouco se alterou com esse desengano, que, buscando ella a entrada do porto na manhan de 25 de Novembro de 1641, fez salvar como se fossem amigos; até que, vendo que os Hollandezes não correspondiam a esta saudação, lhe disparou então toda a artilheria da fortaleza, para amedronta-los. Responderam os navios ao fogo e foram fundear em frente á Ermida de Nossa Senhora do Desterro, onde desembarcaram 1.000 homens sem a menor resistencia. A população da cidade alvoroçada, sem defesa por causa da fatal imprevidencia do governador, e, vendo que este nada tentava para salvar a praça, abandonando os seus domicilios, refugiou-se nas mattas. Bento Maciel, que se mettera no forte com cerca de 150 praças, mandou um emissario ao commandante hollandez, dizer-lhe que Portugal estava em paz com a Hollanda, pelo que era contraria a todas as leis a invasão daquella possessão Portugueza. Koin, o commandante inimigo, respondeu-lhe que alli entrara acossado pelo temporal, porque sabia bem que a sua Republica se achava unida aos interesses da Monarchia Portugueza, e que se desembarcara ás suas tropas desta maneira hostil, era porque lhe fizeram fogo; comtudo se quizesse o governador conceder-lhe uma audiencia amigavel, talvez se chegasse a um accôrdo. Acobardado, acceitou a proposta Bento Maciel. Koin disse-lhe que pelas ordens que levava do conde de Nassau, não podia apartar-se daquella ilha sem a resolução dos Estados Geraes e de Portugal, mas que poderia elle continuar no seu governo até a resposta dos avisos da Europa. Os Hollandezes aquartelaram-se na cidade; e Maciel, satisfeitissimo, vendo-se garantido no governo, recommendou que cessassem as hostilidades.

Os Hollandezes, ao entrarem na cidade, praticaram as maiores depredações, quer nas casas particulares, quer mesmo nas egrejas. Os officiaes da fortaleza conjuravam o governador que se preparasse para o ataque, pois que o inimigo andava saqueando a cidade; nada, porém, o demoveu. Depois de formar as suas tropas, Koin avançou para a fortaleza, Bento Maciel apavorado o recebeu com as portas abertas e lhe entregou as chaves. As bandeiras portuguezas foram arriadas e substituidas pelas hollandezas. O governador foi tratado como um prisioneiro vil e cobarde. Os engenhos de assucar foram occupados e forneceram a contribuição de 5.000 arrobas.

Logo depois da acclamação de d. João IV, Bento Maciel nomeou seu sobrinho, Pedro Maciel Parente, capitão-mór do Pará; elle, porém, demorou-se em Tapuitapera, para recrutar indios e prover-se de mantimentos para a jornada. Ao receber a noticia da capitulação de seu tio, Pedro Maciel quiz imita-lo, embora estivesse longe de todo perigo; sem causa que o estorvasse de chegar a Belém, voltou ao Maranhão e entregou-se com todas as suas forças aos Hollandezes. Depois deste infamante procedimento, os moradores da cidade que se tinham refugiado no sertão voltaram para seus domicilios e juraram obediencia aos Estados de Hollanda. Os Hollandezes metteram em um navio quasi desmantellado 150 pessoas, que lhes eram suspeitas e as despacharam para a Madeira. Depois de uma attribulada viagem o navio arribou á Ilha de S. Christovam nas pequenas Antilhas hispanholas e depois partiu para Lisboa.

Koin, em 31 de Dezembro de 1841, depois de deixar uma guarnição de 600 praças e quatro naus bem armadas, fez-se de vela para o Recife, levando Bento Maciel prisioneiro. O conde de Nassau, que para os valentes se mostrara sempre generoso, tratou Maciel com o desprezo que seu procedimento merecia, mandando-o para a fortaleza do Rio Grande, onde em poucos dias morreu com 75 annos de edade, tendo accumulado sobre a sua cabeça tão pesados crimes, para perdição propria; perseguiu os Indios como animaes ferozes, escravizando-os como besta de carga. (R. Southey — *Historia do Brasil.*)

Bento Maciel, apesar dos relevantes serviços que prestou como capitão-mór do Pará, deixa para sempre o seu nome manchado pelas crueldades praticadas contra os Indios e por ter trahido sua patria na conquista do Maranhão pelos Hollandezes.

XIII — Bernardo de Sousa Franco (visconde de Sousa Franco) — Foi um dos mais eloquentes oradores parlamentares do Imperio. Nasceu em Belém do Grão-Pará a 28 de Junho de 1805, sendo seus paes Manuel João Franco e d. Catharina de Sousa Franco. Fez seus preparatorios no Seminario do Pará. Com 15 annos de edade, achou-se envolvido na insurreição de 14 de Abril, a favor da proclamação da Independencia.

Preso com muitos companheiros, ameaçado de morte, foi remettido para Lisboa, recolhido á Fortaleza de S. Julião. Ao cabo de poucos dias voltou ao Pará, em Fevereiro de 1824, onde seu pae o fez entrar como caixeiro em uma casa commercial.

Em 1831, creadas as escolas superiores do Imperio, partiu elle para Olinda, onde se matriculou e tomou o grau de bacharel em Novembro de 1835, fazendo no anno seguinte a sua estréa na magistratura, como procurador fiscal da Thesouraria, que occupou por espaço de dois annos, e como juiz do civel da capital. Eleito deputado á Camara temporaria em 1838, serviu como presidente da Provincia do Pará em 1839 e como vice-presidente em 24 de Fevereiro de 1841; presidente de Alagôas em 1844, finalmente, presidente da Provincia do Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1864.

A 30 de Maio de 1848 fez parte do ministerio Paula Sousa, na pasta do Exterior.

Em 1850 foi Sousa Franco o unico deputado liberal eleito e com heroismo sustentou a lucta contra a Camara,

tomando a palavra todos os dias, discutindo e interpellando os ministros.

Em 1854, sendo juiz de direito, aposentou-se com o titulo e as honras de desembargador; em 1855 foi senador do Imperio.

Em 1857, no gabinete marquez de Olinda, conseguiu firmar o ponto de partida da restauração financeira, equilibrando a despesa effectuada com a receita arrecadada; abriu novos horizontes á actividade individual, estabelecendo a liberdade regrada do credito e debellando o seu monopolio; não pôde, porém, impedir os abusos que prejudicaram a sua reforma financeira.

Em 1859 entrou para o Conselho de Estado. Liberal de principios e de crenças firmes votou a lei do ventre livre.

Em 1872 foi agraciado com o titulo de visconde.

Falleceu a 8 de Maio de 1875, no Rio. Era gran-cruz da Ordem de Christo, dignatario da Ordem da Rosa e membro do Instituto Historico e Geographico do Brasileiro.

XIV — Fausto Augusto de Aguiar — Nasceu na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro a 19 de Dezembro de 1817, filho de João Francisco de Aguiar e de d. Narcisa Angelice de Aguiar. Fez seus estudos preparatorios no Seminario da S. José, e, em 1835, aos 17 annos de edade, transportou-se para S. Paulo, em cujo curso juridico se formou em 1839. Abriu o seu escriptorio de advocacia no Rio de Janeiro em 1840, conjunctamente com o seu antigo condiscipulo Carvalho Moreira (depois barão do Penedo).

Por carta imperial de 5 de Abril de 1848, foi nomeado presidente do Ceará, tomou posse a 13 de Maio e retirou-se a 2 de Agosto de 1850; por carta imperial de 19 de Junho do mesmo anno, foi nomeado presidente da Provincia do Grão-Pará, tomou posse a 13 de Setembro de 1850 e a 20 de Agosto de 1852 passou a administração ao dr. José Joaquim da Cunha, seu successor.

Foi eleito representante do Pará nas tres legislaturas geraes de 1856 a 1864 e nas de 1869 a 1875, anno em que foi eleito senador pela mesma Provincia.

Foi director geral do Imperio, membro do Conselho do Imperador, commendador da Ordem da Rosa, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, etc.

Falleceu a 25 de Fevereiro de 1890, na Capital Federal.

XV — Felix Antonio Clemente Malcher — Natural de Monte-Alegre, Villa da Capitania do Pará, situada na margem esquerda do Rio Curupatuba, affluente do Amazonas. Era filho legitimo de Antonio José Malcher e de d. Anastacia Josepha Mathilde de Sousa, tendo nascido no anno de 1782.

Casara-se com d. Rosa Maria Henriques de Lima, cujos paes eram lavradores abastados do Districto do Acará, para onde Malcher se mudou pouco depois.

Em 1823 já era chefe politico e em 18 de Agosto foi eleito membro da Junta Provisoria Governativa.

Era por esse tempo porta-bandeira do Corpo de Milicias; a 13 de Setembro do mesmo anno foi promovido a alferes; a 23 a tenente, a 12 de Outubro a capitão e a 2 de Dezembro a tenente-coronel.

Malcher era altaneiro, colerico e desconfiado.

Para impedir que o pamphletario Lavor Papagaio, seu correligionario politico, fosse preso por uma força armada e municiada expedida em seu encalce, Malcher allicia soldados para a revolta e dá logar ao primeiro encontro e rompimento com as forças legaes.

O commandante da escolta e diversos soldados foram mortos e os sobreviventes aprisionados.

A segunda expedição enviada pelo presidente Bernardo Lobo de Sousa incendeia seu engenho, suas plantações e suas mattas e Malcher vai procurar asylo numa choupana, onde foi surprehendido só e recolhido a bordo do brigue *Cacique* e dahi transferido para a Fortaleza da Barra.

Seus companheiros d'armas, illudindo a vigilancia do Governo, tomam de assalto a cidade e matam o presidente Bernardo Lobo de Sousa e o commandante das Armas Joaquim José da Silva Santiago.

Malcher então foi acclamado presidente pelos revoltosos e Francisco Vinagre commandante das Armas.

A publicação de alguns pasquins contra a administração de Malcher o irrita, e sem razões cabaes desconfia de seus mais dedicados amigos; assim é que mandou conduzir presos para bordo do brigue *Cacique* a Angelim e seus irmãos.

Vinagre, por sua vez, recebe ordem de prisão, porém resiste, consegue occupar o Arsenal de Guerra, arma e municia sua gente, ataca a Fortaleza do Castello, onde se achava entrincheirado Malcher e obriga-o a refugiar-se a bordo da esquadra.

A 21 de Fevereiro de 1835 Macher é deposto e assassinado, quando transferido para Fortaleza da Barra.

XVI — Francisco Pedro Vinagre — Filho legitimo do portuguez Domingos Lourenço Vinagre e de d. Francisca Christina de Oliveira Vinagre, nasceu em Belém, capital do Pará, em 1793 e falleceu a 2 de Novembro de 1873.

Era lavrador no sitio Santa Cruz, no Rio Itapicurú. Tinha quatro irmãos: Antonio, Raymundo, José e Manuel. Era tenente da Guarda Nacional quando foi chamado por Malcher em Acará-Assú. A proposito de Felix Antonio Malcher relatámos os diversos acontecimentos que elevaram Vinagre á presidencia da Provincia do Pará. Depois de sua acclamação foram reintegrados todos os empregados demittidos por Malcher; Antonio Vinagre foi nomeado tenente-coronel dos guardas nacionaes e Eduardo Angelim commandante do Corpo de Municipaes Permanentes. Francisco Vinagre, querendo dar a seu governo um semblante de legalidade, mandou apurar as eleições para deputados provinciaes a 6 de Abril de 1835. O cidadão mais votado foi o dr. Angelo Custodio Corrêa que, na fórma da lei, deveria tomar as redeas do Governo e restabelecer o socego publico.

Antonio Pedro da Costa Ferreira, depois barão de Pindaré, enviou ao Pará uma força commandada por Pedro da Cunha, que a 18 de Abril officiou a Vinagre que vinha coadjuva-lo para o completo restabelecimento da lei. Vinagre ordenou-lhe que se retirasse com todos os navios de seu commando e preparou-se para a resistencia. Era voz geral que Francisco Vinagre entregaria o governo da Provincia ao dr. Angelo Custodio, o deputado mais votado, porém seu irmão Antonio mandou atacar a embarcação que conduzia o novo presidente á capital. Pedro da Cunha tentou desembarcar duas divisões em terra para tomar a cidade, porém foi repellido pelos revoltosos e retirou-se para a Bahia de Santo Antonio, afim de esperar novos reforços.

A 19 de Junho chegou ao Pará o marechal Jorge Rodrigues; Francisco Vinagre mandou cumprimenta-lo, affirmando-lhe que no dia seguinte a Camara tomaria conhecimento da carta imperial de sua nomeação. No dia 26 teve logar a posse do marechal e Vinagre leu uma proclamação

em que exhortava os seus amigos a deporem as armas e a obedecerem ás auctoridades legitimas.

A guarnição nenhuma opposição manifestou, e sem resistencia entregou armamentos e munições. Os facciosos, porém, instigados por Antonio, declararam que só entregariam as armas se lhes concedessem amnistia e retiraram-se para o interior, onde continuaram a praticar os maiores crimes.

Francisco Vinagre, levando em sua companhia o chefe de esquadra Taylor foi procura-los nos logares em que elles se achavam em maior numero para desarma-los e logo depois regressava á cidade. Comtudo, nas povoações do Mosqueiro e de Collares os facciosos continuaram as suas depredações.

Francisco Vinagre não podia conter os facciosos por já ter perdido todo o seu prestigio; temendo ciladas e resentimentos não procurou mais reprimir os excessos dos principaes desordeiros. Por sua vez o marechal sentia-se impotente para desviar a borrasca que o ameaçava e como não podesse reagir contemporizava com os revoltosos. A noticia da mortandade atroz praticada na Vigia e o clamor geral fez pressão sobre o animo do marechal que, no dia 27 de Julho de 1835, deu ordem para que fossem presos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim e os irmãos de um e de outro. Francisco Vinagre e Leal Aranha foram recolhidos á corveta *Defensora*, os outros criminosos achando-se ausentes.

Os Cabanos reunidos em numero de dois a tres mil acclamaram Antonio Vinagre seu commandante e Angelim seu substituto. Antonio foi morto em combate a 14. A 24 de Agosto o marechal Manuel Jorge Rodrigues retirou-se da capital, transferindo a séde de seu governo para a Ilha de Tatuóca; os Cabanos tomaram a cidade abandonada e em desordem pela ruas invadiam casas, saqueavam estabelecimentos commerciaes e commettiam verdadeiros actos de selvageria.

Francisco Vinagre permaneceu preso na corveta *Defensora* até 18 de Outubro de 1836, em que passou, por ordem do general Andréa, para a Fortaleza da Barra, conforme consta do assentamento dos presos daquelle navio.

Foi o dr. João Antonio de Miranda a quem coube amnistiar 148 dos revoltosos visados pelo decreto de 22 de Agosto de 1840. Francisco Vinagre assignou um termo, no qual ficou declarado que acceitava residir no Rio de Janeiro durante 10 annos, para onde foi exilado.

Falleceu em Belém em 2 de Novembro de 1873, na edade de 80 annos.

XVII — Francisco da Silva Castro — Filho do negociante portuguez José da Silva Castro e de d. Bibiana Ardosse da Silva Castro, nasceu na Cidade de Belém do Pará, a 21 de Abril de 1815. Fez seus estudos primarios na sua terra natal, embarcando depois para Coimbra, onde se matriculou no Collegio de Artes.

Formou-se em Medicina na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, a 22 de Julho de 1837; obteve na Universidade de Louvain, na Belgica, o diploma de doutor. Em 1838 volveu ao Pará, onde exerceu a sua profissão como um verdadeiro apostolo da sciencia.

Foi nomeado presidente da Commissão de Hygiene Publica por decreto de 24 de Maio de 1854; provedor da Santa Casa de Misericordia.

Foi, por varias vezes, deputado á Assembléa Provincial, muito concorrendo para a exposição de Vienna d'Austria. Occupou o cargo de vereador da Camara Municipal, em eleições successivas, o de inspector da Instrucção Publica Primaria, durante um quadriennio.

Era commendador da Ordem da Rosa e da de Christo; commendador da Ordem portugueza deste titulo e da de S. Thiago do merito scientifico e litterario; commendador da Ordem norueguеza de Santo Olavo; cavalheiro da ordem sueca da Estrella Polar, e da romana de S. Gregorio Magno; condecorado com a Cruz da Real Ordem Civil de Beneficencia de Portugal e com a medalha de merito real da Academia de Stockolmo.

Foi vice-presidente da Real Sociedade Humanitaria portuense, socio correspondente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro e de Sciencias Medicas de Lisboa.

Falleceu em 15 de Junho de 1899, no Pará, deixando varias obras litterarias e scientificas.

XVIII — Francisco Xavier da Veiga Cabral — Era filho legitimo de Rodrigo da Veiga Cabral e de d. Maria Candida da Costa Cabral.

Nasceu a 5 de Maio de 1861, em Belém, capital da Provincia do Grão-Pará.

Foi commerciante durante 20 annos, tendo uma de suas casas o nome de "pagão", valendo-lhe ser conhecido por essa alcunha.

Era liberal intransigente, no antigo regime, e cabo de guerra eleitoral; sacrificou a sua fortuna particular na politica.

Com a proclamação da Republica conservou-se na opposição e na noite de 10 para 11 de Junho serviu aos intuitos do Partido Democrata, arrastando na revolta o 1º Batalhão de Policia com a respectiva banda de musica e armamentos, indo entrincheirar-se no Cacoalinho, um dos suburbios de Belém, onde a força publica foi ataca-lo.

Em virtude de um convenio entre os chefes dos partidos Democrata e Republicano cessaram as hostilidades.

Cabral embarcou em um navio inglez para New-York, donde só regressou após a amnistia.

Em Novembro de 1893 esteve á testa de um outro movimento, que tinha por fim adherir á revolta da Armada, o que fracassou por falta de armamentos.

Sempre irrequieto, porém, em 1895, Cabral lançou-se em outra aventura, disputando aos Francezes o Territorio Contestado do Amapá, o que apressou a solução do litigio, pelo laudo de Berna.

De volta a Belém, Veiga Cabral fundou o jornal *O Patriota*, que foi pouco tempo depois atacado e destruido pelos seus adversarios, quando já se achava moribundo.

Falleceu a 18 de Maio de 1905.

XIX — Frederico José de Sant'Anna Nery — Nasceu na Cidade de Belém, capital do Pará, em 1848. Em 1862, tendo alguns estudos de Humanidades, feitos no Seminario do Amazonas, foi á Europa, onde alcançou o grau de bacharel em Lettras em 1867 e depois o de bacharel em Sciencias na Universidade de Paris e em seguida o de doutor em Direito na Universidade de Roma.

Deixando Roma em 1874 e estabelecendo-se em Paris, foi o primeiro correspondente da *Républiqne Française*, instituida por Gambetta e um dos fundadores e vice-presidente da Associação Litteraria Internacional, que representou no Congresso Internacional de Londres de 1879.

Era membro da Sociedade dos Homens de Lettras e *Officier d'Académie de France*; socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; commendador da Ordem de Christo de Portugal pela parte activa que tomou na celebração do tricentenario de Camões em Paris, fazendo por essa occasião algumas conferencias; official da Ordem da Rosa, cavalleiro da Legião de Honra de França, etc.

Escreveu diversas obras sobre litteratura, agronomia e traduziu varias memorias scientificas. (Dr. Black — *Diccionario Bibliographico Brasileiro.*)

XX — Hilario Maximiano Antunes Gurjão — Foi um dos varões que mais illustraram o segundo Imperio. Filho do major Hilario Pedro Gurjão e de d. Anna Dorothéa de Andrade Gurjão, nasceu em Belém do Grão-Pará a 21 de Fevereiro de 1820. Dotado de um civismo raro, alistou-se no Batalhão dos Voluntarios de Pedro II, creado para sustentar a ordem publica, quando contava apenas 16 annos de edade. Em 1 de Maio de 1836 assentou praça no Exercito e combateu com denodo ás ordens do general Andréa, o pacificador da Provincia do Pará.

Em 1838 foi promovido a alferes; em 1840 a tenente; em 1841 a capitão e em 1844 nomeado ajudante de ordens do coronel de engenheiros José Thomaz Henriques, então presidente da Provincia do Pará, que o auctorizou a matricular-se na Escola Militar do Rio de Janeiro. A 20 de Novembro de 1852 recebeu o grau de bacharel em Sciencias physicas e mathematicas. Transferido para o 3º Batalhão de Artilheria a pé, regressou ao Pará em 1853 e dahi seguiu para a Provincia do Amazonas, que acabava de ser creada. Alli exerceu o commando do contingente de primeira linha, leccionou Mathematicas, e serviu na Directoria de Obras Publicas geraes e provinciaes. Foi incumbido de examinar o estado da Fortaleza de S. Gabriel, no Rio Negro, e delinear a planta de uma fortaleza e quartel proximo da Serra de Cucuhi. A 2 de Dezembro de 1854, promovido ao posto de major, Gurjão recolheu-se ao Pará, onde se achava o 3º Batalhão de Artilheria de seu commando. Em 1857 recebeu o posto de tenente-coronel graduado. Foi condecorado com o habito de S. Bento de Aviz e o da Ordem de Christo.

Eleito deputado pelo Amazonas em 1860, foi promovido a tenente-coronel effectivo do 1º Batalhão de Artilheria estacionado na Côrte. A 6 de Janeiro de 1863, passou a commandar a Fortaleza de Santa Cruz, afim de a collocar em perfeito pé de guerra. Os trabalhos alli executados valeram-lhe a mercê do habito da Rosa.

Achando-se o Estado Oriental em guerra com o Brasil, embarcou Hilario Gurjão para o Rio da Prata, fazendo parte da brigada expedicionaria de Montevidéo. Assistiu a capitulação desta cidade a 20 de Fevereiro de 1865. Em 22 de Janeiro de 1866, Gurjão foi promovido ao posto de coronel e passou a commandar o 1º Regimento de Artilheria a cavallo.

Na batalha de Tuiutí (24 de Maio de 1866) cobriu-se de gloria. A 13 de Outubro do mesmo anno foi nomeado commandante das forças do Exercito da Cidade de Corrientes. Por decreto de 18 de Janeiro de 1868, foi promovido no Corpo do Estado-Maior-General para brigadeiro. Incumbido do reconhecimento sobre a posição denominada Sauce, Gurjão foi citado na ordem do dia de 22 de Março do marechal de campo Argolo Ferrão, commandante do segundo Corpo do Exercito. Com o mesmo denodo portou-se Hilario Gurjão na travessia do Grão-Chaco. A 6 de Dezembro feriu-se a batalha do Itoróró, onde recebeu um grave ferimento no braço esquerdo na occasião em que num rasgo de heroismo, desembainhando a espada, arrojando-se sobre a ponte disputada pelo inimigo, exclamava a seus soldados vacillantes: "Vejam como morre um general brasileiro!".

Carregado para bordo do transporte *Brasil* seguiu para o hospital do Humaitá, onde veio a fallecer a 17 de Janeiro de 1869.

Seus restos mortaes foram para o Pará e jazem em um mausoléo mandado construir no Cemiterio da Soledade, pela Intendencia de Belém, em execução da lei Provincial n. 615, de 2 de Setembro de 1870.

Na praça da Independencia de Belém, foi erigida uma estatua do general Gurjão para commemorar a heroicidade desse inclito brasileiro.

XXI — João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha — Filho legitimo de Bento de F. T. Aranha e de d. Rosa Lino Espinhosa Falkaman Aranha.

Nasceu em Belém, capital da Capitania do Pará, a 23 de Junho de 1798.

Tomou parte em todos os motins politicos contra o governo, excepto na Cabanagem, contra a qual combateu ao lado do marechal Andréa.

Exerceu diversos cargos na administração da Fazenda, sendo até inspector da Alfandega de Belém.

Como deputado á Camara temporaria pugnou pela abertura do Rio Amazonas ao commercio internacional e pela creação da nova Provincia do Amazonas, da qual foi o seu primeiro presidente.

Era professor no Collegio Paraense de Belém.

Falleceu na capital do Pará, em 19 de Janeiro de 1861.

XXII — João Baptista Gonçalves Campos (visconde de Jari) — Era filho legitimo de Faustino Gonçalves Campos e de d. Josepha Joaquina Gonçalves Campos, nascido no sitio S. João, á margem direita do Rio Aicarahú, freguezia de Barcarena, Comarca de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, a 10 de Maio de 1814.

Era sobrinho do conego Baptista Campos, chefe do partido opposicionista anterior á Cabanagem.

Depois de formar-se bacharel em Sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Olinda, consagrou toda a sua actividade á magistratura, da qual foi um dos membros mais em destaque.

Occupou o cargo de juiz de direito em Santarém, Cidade do Pará, de 6 de Novembro de 1846.

Por decreto de 3 de Fevereiro de 1852 foi removido para a Comarca do Brejo, Provincia do Maranhão; veio occupar o cargo de chefe de Policia effectivo de 31 de Janeiro de 1856 a 25 de Outubro de 1857, em Belém.

Foi nomeado juiz de direito do Rio de Janeiro, onde serviu tambem de juiz especial do Commercio e logo depois desembargador para o Tribunal da Relação do Maranhão, procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional.

Foi dahi removido para a Relação da Côrte, onde serviu tambem no Tribunal de Commercio.

Como presidente de Alagôas, tomou posse a 15 de Dezembro de 1864.

Installou o Tribunal de Relação de Porto Alegre, do qual foi o primeiro presidente.

Volvendo ao Rio, foi nomeado ministro do Supremo Conselho de Justiça Militar e logo depois procurador da Corôa.

Foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que foi aposentado.

Falleceu na Capital Federal, a 17 de Maio de 1890.

Foi membro de diversas sociedades scientificas do Brasil e do extrangeiro e agraciado com o titulo de barão de Jari e posteriormente com o de visconde, com grandeza.

XXIII — João Baptista Gonçalves Campos — Presbytero, advogado, orador popular, foi um dos propugnadores da Independencia no Pará.

Nasceu no Municipio do Acará, na Provincia do Grão-Pará, sendo seus legitimos paes os agricultores Matheus Gonçalves Campos e d. Maria Bernarda de Jesus.

Inimigo do Partido Luso-Brasileiro, foi accusado de ter sido o promotor de todos os motins politicos que se deram no Pará, desde 1820 até á data de seu fallecimento, que teve logar a 31 de Dezembro de 1834, na Fazenda da Boa Vista, districto de Barcarena, no furo do Atiteua, pertencente ao Municipio de Belém, capital da Provincia.

Por diversas vezes foi aggredido, recolhido á cadeia publica, ou conduzido para bordo de algum navio, onde era conservado incommunicavel ou processado e remettido para a Côrte, ou emfim desterrado para algum logar insalubre e pestifero da Provincia, quando não conseguia homisiar-se.

Fez parte da Junta provisoria revolucionaria em 18 de Agosto de 1823.

Seu cadaver foi sepultado na egreja parochial dentro da capella-mór.

XXIV — João Henrique de Mattos — Nasceu no Pará em 1790, seguiu a carreira das armas, na qual se reformou com o posto de coronel, e falleceu a 8 de Agosto de 1857, descendo o Rio Cucuhi em direcção á capital do Amazonas, tendo junto a si apenas um escravo fiel que lhe cerrara os olhos.

Fez varias explorações pelas florestas da extremidade septentrional do Brasil e enviou ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de que era socio, varios manuscriptos, e documentos curiosos de importancia.

Entre outros documentos citaremos o "Roteiro de viagem da Cidade do Pará até os limites do Rio Branco".

Era filho de Severino Eustachio de Mattos e de d. Thereza (Joanna) Wilkens, tio e sogro do commendador João Wilkens de Mattos.

XXV — João Wilkens de Mattos (barão de Maruiá) — Filho do coronel Manuel de Mattos e de d. Thereza Romana das Chagas Mattos, nasceu em Belém do Pará a 8 de Março de 1822 e falleceu no Rio de Janeiro a 3 de Maio de 1889. Terminado seus estudos collegiaes, estudou engenharia civil nos Estados Unidos. Volvendo ao Pará foi nomeado, depois do respectivo concurso, lente de inglez do Lyceu Paraense, onde serviu tambem como secretario.

Foi director interino da Instrucção Publica e deputado provincial; em 1852 seguiu para o Amazonas, onde occupou o logar de secretario na installação da mesma Provincia. Occupou depois os seguintes cargos: director geral das Obras Publicas, director dos Indios, deputado á Assembléa Provincial na 9ª e na 15ª legislaturas.

Serviu de consul do Brasil na Guiana Franceza de 1857 a 1868; e depois na Republica do Perú.

Foi presidente do Amazonas de 26 de Novembro de 1868 a 8 de Abril de 1870, presidente do Ceará de 12 de Janeiro de 1872 a 30 de Outubro de mesmo anno.

Em 1874 entrou para a Secretaria da Agricultura no Rio de Janeiro, occupando o logar de chefe de uma das secções; foi director do Correio Geral, sendo aposentado em 1882.

Era commendador da Ordem da Rosa, cavalleiro da de Christo e commendador da mesma Ordem em Portugal; socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, etc.

XXVI — Joaquim Gonçalvès de Azevedo (Arcebispo da Bahia) — Filho de José Gonçalves de Azevedo e de d. Anna Thereza de Jesus, nasceu na Villa de S. Francisco Xavier do Turi-essú, quando pertencia ainda á Capitania do Pará, em 19 de Fevereiro de 1814. Começou seus estudos no Maranhão, donde se passou para o Seminario do Pará, e ahi recebeu as ordens de presbytero, em 19 de Abril de 1837, sob a direcção de d. Romualdo de Sousa Coelho. Em 1839 foi nomeado cura da Sé de Belém, onde permaneceu até 1848, quando d. José Affonso fundou o Seminario de Manáos e o designou para ser o seu primeiro reitor. Nessa cidade exerceu o cargo de vigario geral.

O Governo do Imperio nomeou-o director geral dos Indios, director geral da Instrucção Publica e 2º vice-presidente da Provincia.

De Manáos passou-se para Belém, onde veio a occupar o logar de reitor do Seminario, sendo nomeado arcediago por decreto de 14 de Outubro de 1863.

Vagando a diocese de Goiaz, por morte de d. Quirino de Sousa, foi nomeado seu successor, em 25 de Setembro de 1865; e em 1 de Julho de 1866 foi sagrado na Cathedral de Belém, por d. Antonio de Macedo Costa, tendo por assistentes os bispos d. Manuel, de Olinda, e d. Luiz, do Ceará.

Em 14 de Maio de 1876, foi transferido para a Bahia, para occupar o cargo de arcebispo e primaz do Brasil; a 29 de Abril de 1877 recebeu a imposição do pallio, lançada pelo bispo do Rio de Janeiro, e em 14 de Maio fez sua entrada solenne.

Falleceu no dia 5 de Novembro de 1879, na Bahia.

Era do Conselho do Imperador e dignitario de diversas ordens.

XXVII — José de Araujo Rozo (1º presidente do Pará) — Filho de João de Araujo Rozo e de d. Jacintha da Costa Rozo, nasceu em Belém do Pará, em 1794.

Foi coronel do 2º Regimento de Milicias, por decreto real de 15 de Novembro de 1820, e era proprietario da Olaria Pé-na-Cova.

Por occasião de ser promulgada a Constituição foi elle designado pela Junta Provisoria, installada em 18 de Agosto de 1823, para ir cumprimentar o imperador d. Pedro I. Acceitando essa honrosa commissão, o coronel Araujo Rozo seguiu para Minas no dia 17 de Setembro do mesmo anno, pelo Rio Tocantins, no intuito de evitar a viagem pelo mar, e dahi seguisse a Côrte.

Acolhido com toda a consideração, desempenhou o seu encargo com admiravel criterio e distincção, o que lhe valeu a nomeação de presidente da Provincia do Pará, commendador da Ordem de Christo e moço fidalgo da Casa Imperial. De volta do Rio de Janeiro, por mar, a bordo da charrúa *Gentil Americana*, chegou a Belém em 30 de Abril de 1824, assumiu immediatamente o governo da Provincia, ás 10 horas da noite do dia 2 de Maio.

Sem demora, reuniu a Junta eleita em Abril e propoz-lhe que não se désse posse ao commandante das armas, o brigadeiro José Ignacio Borges, nomeado pelo imperador e seu companheiro de viagem, ficando assim elle só no exercicio dos dois cargos, o de presidente e o de commandante das armas.

Em seguida, deu ordem de prisão ao brigadeiro, que foi recolhido a Fortaleza da Barra, á espera da sahida de um navio para o Rio de Janeiro.

Arbitrariamente deportou para insalubres logares da Provincia varios desaffectos seus, e promoveu tenaz perseguição contra o conego Baptista Campos, chefe do Partido Nativista.

Sciente o Governo Imperial desses factos, demittiu-o, sendo chamado á Côrte, onde foi processado e demorou-se mais de um anno. Sua defesa patrocinada pela Maçonaria, fez-lhe adquirir do Governo a confiança que ja tinha perdido, sendo então nomeado Official da Ordem da Rosa; obteve, para seu pae, a commenda da Ordem de Christo e o titulo de fidalgo. De volta ao Pará, retirou-se á vida privada.

Falleceu em 1833.

XXVIII — José Coelho da Gama e Abreu (barão de Marajó) — Filho do antigo official da Marinha Portugueza José Coelho da Gama e Abreu e de d. Anastacia Michaela da Gama e Abreu, nasceu na Cidade de Santa Maria de Belém, capital da Provincia do Grão-Pará, a 12 de Abril de 1831. Bacharelou-se em Philosophia e depois em Mathematicas na Universidade de Coimbra. Em 1855 voltou ao Pará, sendo logo nomeado lente de Mathematicas no Lyceu Paraense e director de Obras Publicas. Filiado ao Partido Liberal, fez parte da Assembléa Provincial, e em 1868 teve assento na Camara dos Deputados. Foi presidente das provincias: do Amazonas, a 25 de Novembro de 1867; e do Pará, a 7 de Abril de 1879. Em 1881 foi agraciado por d. Pedro II com o titulo de barão de Marajó.

Proclamada a Republica, foi eleito intendente de Belém, e senador estadual em duas legislaturas successivas. Era tenente-coronel da Guarda Nacional, membro da Sociedade de Geographia de Lisboa e commendador das Ordens de Christo, pelo Brasil e da Villa Viçosa por Portugal. Deixou estimadissimas obras, sendo as principaes: *As Regiões Amazonicas*; *Do Amazonas ao Sena, Bosphoro e Danubio*; *Estudo chorographico sobre o Pará*, etc.

Falleceu em Lisboa, em 25 de Novembro de 1906.

XXIX — José Lourenço da Costa Aguiar (1º bispo do Amazonas) — Era natural de Sobral, cidade do Ceará, onde nasceu a 9 de Agosto de 1847, filho do negociante Boaventura da Costa Aguiar e de d. Joanna Virginia da Costa Aguiar. Terminados seus estudos primarios e os da lingua latina em 1866, entrou para o Seminario de Fortaleza, fundado pelo então bispo do Ceará d. Luiz Antonio dos Santos, mais tarde arcebispo da Bahia e marquez de Monte Paschoal. Recebeu ordens de presbytero em 30 de Novembro de 1870, e partiu para Sobral, onde a 8 de Dezembro cantou sua primeira missa.

Em 1871 voltou á capital da Provincia, para leccionar Geographia no Atheneu Cearense e estreou-se como jornalista na *Tribuna Catholica*, de sua propriedade.

Por provisão do bispo d. Luiz, de 9 de Novembro de 1872, foi nomeado cura interino da Cathedral.

Em Março de 1876 pediu e obteve dispensa de tão arduo cargo e veio a passeio a Belém e ahi fixou residencia a convite de d. Antonio de Macedo Costa, bispo dessa diocese. Em vista desta resolução renunciou ao mandato de deputado á Assembléa de sua Provincia natal, para a qual acabava de ser eleito.

Por portaria de 25 de Outubro de 1876, foi nomeado vigario geral do Amazonas; proposto por d. Antonio para a cadeira de conego da Sé, foi apresentado por carta imperial de 18 de Janeiro de 1877 e confirmado nesse cargo por provisão de 13 de Março do mesmo anno. Por portaria de 4 de Maio de 1877 do governador do bispado, conego Castilho, foi Costa Aguiar nomeado cura interino da Freguezia da Sé, sendo confirmado no Curato por provisão de d. Antonio, de 22 de Novembro desse anno e por portaria de 10 de Abril de 1878 secretario do bispado.

Era vigario geral interino e por diversas vezes exerceu o cargo de governador do Bispado na ausencia de d. Antonio. Como politico militou no Partido Conservador, que o elegeu reiteradamente deputado á antiga Assembléa Provincial e deputado geral na ultima legislatura do Imperio, onde muito trabalhou para reivindicar os direitos que assistiam á Provincia do Pará, uma das mais importantes do Norte do Brasil.

Em Outubro de 1885 foi eleito provedor da Santa Casa de Misericordia e permaneceu nesse cargo até Julho de 1889, data em que deixou a administração desse pio estabelecimento. Foi um propagandista enthusiasta da abolição da escravatura, causa que defendeu na tribuna e na imprensa.

Depois da proclamação da Republica, acontecimento que por coherencia o forçou a abandonar a vida publica, partiu para Roma, e ahi se entregou a novos estudos para a obtenção do grau de doutor em *utroque jure*, com que foi laureado pela Universidade de Santo Apollinario e distinguido por s. s. o papa Leão XIII com a alta dignidade de monsenhor.

Regressou ao Pará em 1893, depois de uma pequena demora na Capital Federal. Bastante doente de uma pertinaz febre, seguiu para o Rio de Janeiro em Maio de 1893 e ahi foi surprehendido com a nomeação de 1º bispo do Amazonas. Monsenhor Costa Aguiar foi sagrado bispo na Egreja do Sagrado Coração de Jesus de Petropolis, pelo internuncio apostolico d. frei Jeronymo Maria Gotti, sendo assistente o bispo de Argos, d. Joaquim Arcoverde, e o de Niteroi, d. Francisco do Rego Maia.

De viagem para o Amazonas, d. José Lourenço passou pelo Porto do Pará a 24 de Maio de 1894. Nove annos depois embarcou para a Allemanha, onde ia procurar remedio para doença dolorosa que o minava, havia já alguns mezes; demorou-se alguns dias em Lisboa, onde o seu mal se aggravou e o forçou a recolher-se a um quarto particular do Hospital S. José. Ahi falleceu em 5 de Junho de 1905. Seu funeral realizou-se a 7 de Junho, ficando o cadaver no Cemiterio dos Prazeres, no jazigo dos Padres do Corpo Santo.

Foi socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

XXX — José Verissimo Dias de Mattos — Nasceu na Cidade de Obidos, Provincia do Pará, aos 8 de Abril de 1857; era filho do dr. José Verissimo de Mattos e de d. Anna Flora Dias de Mattos. Começou seus estudos em Obidos e terminou na antiga Escola Central do Rio de Janeiro para seguir a Engenharia.

Grave enfermidade o levou a Portugal, onde representou o Brasil em um Congresso litterario, o que lhe valeu ser agraciado com a commenda da Villa Viçosa.

Official e chefe de secção da Secretaria do Governo da Provincia do Pará, abandonou o funccionalismo publico para dedicar-se exclusivamente ao magisterio particular.

Em Belém fundou o Collegio Americano, que durou de 1884 a 1889 começando a vida jornalistica na imprensa diaria.

Foi nomeado director da Instrucção Publica na Provincia, cujo cargo abandonou em 1890.

Publicou estudos relativos á Chorographia e a Ethnographia do Amazonas.

Por motivo de saude partiu para o Rio de Janeiro, onde definitivamente fixou sua residencia. Ahi collaborou assiduamente no *Jornal do Brasil*, de Rodolpho Dantas, com Joaquim Nabuco e outros e publicou excellente estudo — *Aspectos economicos da Amazonia* e um magistral trabalho sobre d. Pedro II.

Foi nomeado reitor do Externato do Gymnasio Nacional, cargo que abandonou, devido a certas divergencias occorridas com o governo do presidente Prudente de Moraes.

Entrou depois para a Escola Normal do Districto Federal, da qual foi nomeado director. Dedicou-se a estudos de educação e pedagogia, mas foi esta apenas uma phase de transição na sua vida. "A individualidade litteraria de José Verissimo só recebeu sua fórma definitiva como critico e não como educador". (B. Homem de Mello.)

O mais notavel serviço prestado por José Verissimo ás lettras patrias é a sua obra posthuma: *Historia da Litteratura Brasileira*. Oliveira Lima emittiu a seguinte opinião sobre o seu auctor:

« E' sem contradicção o primeiro, o mais completo dos actuaes criticos litterarios do Brasil. »

José Verissimo de Mattos fundou, com outros litteratos eminentes, a Academia Brasileira de Lettras. Era membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Falleceu no Rio de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1916.

XXXI — Julio Cesar Ribeiro de Sousa — Oriundo da Villa do Acará, na Provincia do Grão-Pará, onde nasceu a 13 de Junho de 1843.

Era filho de José Ribeiro de Sousa e de d. Anna da Silva Ribeiro de Sousa. Fez seus estudos no Seminario de Belém.

Em 1868, patrocinado por um auxilio provincial, partiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Polytechnica, de onde seguiu para a campanha do Paraguai, em 1865, sem terminar os estudos de Engenharia, dando baixa em 1868, por incapacidade physica.

Como funccionario publico, exerceu os seguintes cargos: promotor publico em Cametá, director da Bibliotheca e Archivo Publico de Belém, chefe de secção da Secretaria do Governo.

Collaborou em diversos jornaes de Belém.

Dedicou-se ao estudo da navegação aérea e, tendo recebido uma subvenção da Assembléa Provincial (lei de 25 de Junho de 1881), seguiu para Paris, onde construiu o balão "Victoria", em que fez varias experiencias, sem todavia subir no seu balão. Na Escola Polytechnica do Rio suas theorias foram combatidas. Voltando ao Pará obteve nova subvenção da Provincia e embarcou para Paris, onde fez construir o "Santa Maria de Belém", que não pôde elevar-se nos ares.

Julio Cesar é notavel como poeta; deixou-nos inspiradissimos versos saturados de patriotismo, que o destacam entre os melhores esthetas das rimas no Brasil.

Morreu a 14 de Outubro de 1887, em extrema pobreza.

XXXII — Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata — Historiador, bibliophilo, republicano historico.

Era filho legitimo do fazendeiro capitão Manuel José de Mello Freire Barata e de d. Jacintha Maria Cardoso Barata; nasceu em Belém, capital da Provincia do Grão-Pará a 4 de Agosto de 1841.

Era formado em Direito pela Faculdade do Recife; filiou-se á Liga Redemptora e ao Partido Republicano; presidente do Club Republicano do Pará; depois da proclamação da Republica foi intendente municipal de Belém, vice-governador do Estado em 1890.

Senador federal durante 16 annos consecutivos; socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, do Instituto Geographico de S. Paulo, Bahia e Ceará.

Falleceu em Belém, a 13 de Outubro de 1916. Legou sua rica bibliotheca e collecção de manuscriptos, plantas e cartas geographicas de grande valor ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

XXXIII — Manuel José de Siqueira Mendes — Natural da Villa Viçosa de Cametá, Provincia do Pará, nasceu em 6 de Setembro de 1825, sendo seus paes o major Francisco José de Siqueira Mendes e de d. Maria do Carmo Brito Mendes. Fez seus estudos no Seminario de Belém, onde se distinguiu pela sua applicação e viva intelligencia.

Abraçou a carreira sacerdotal e logo depois foi nomeado secretario do Bispado, presbytero do habito de S. Pedro em 29 de Setembro de 1848 e conego da prebenda da Cathedral, ao qual beneficio depois renunciou.

Exerceu a cadeira de Theologia moral no Seminario Episcopal; foi lente de Latim no então Collegio Paraense (hoje Gymnasio Paes de Carvalho).

Em Belém fundou o Collegio de Santa Cruz, que funccionou até ser adherido ao Collegio Paraense; em Cametá instituiu um outro collegio com o mesmo nome, que funccionou regularmente de 1869 a 1876.

Como politico, a principio militou sob as fileiras do Partido Liberal, sustentando com influencia legitima o conselheiro Bernardo de Sousa Franco em sua candidatura ao Senado; depois passando para as fileiras do Partido Conservador, foi dellas o chefe de maior prestigio e contrahiu inimigos que jámais deixaram de aggredi-lo.

Foi deputado á Assembléa Provincial, primeiro vice-presidente da Provincia e nesse caracter tomou as redeas do governo, sendo a primeira vez em 29 de Setembro de 1868, a segunda em 8 de Novembro de 1869, a terceira em 23 de Setembro de 1870.

Foi deputado geral em diversas legislaturas e senador do Imperio em 1886, depois de ter sido apresentado quatro vezes consecutivas.

Com a proclamação da Republica retirou-se da politica.

Gravemente enfermo foi ao Ceará, vindo a fallecer em 6 de Março de 1892, na capital daquelle Estado.

XXXIV — Mariana Pinto — India, unica pessoa que ousou, rompendo por entre sentinellas, levar alimento ao padre Antonio Vieira, que em 1661 fôra posto em custodia na Cidade de Belém do Pará, em consequencia de um movimento que alli se levantara contra os Jesuitas.

Ameaçaram Mariana com queimar-lhe a cabana, e ella respondeu que: "se o fizessem, na rua cozinharia a comida para o padre".

Os Jesuitas, gratos a este proceder, educaram-lhe um filho unico com esmero tal, que ordenando-se veio a ser o cura da mesma Cidade de Belém.

O geral da Ordem mandou de Roma uma carta de Irmandade a Mariana, conferindo-lhe quinhão no merecimento das boas obras da Companhia.

Foi enterrada na egreja do Collegio a expensas da Companhia. (*Almanack da Provincia do Pará*, 1873 — Editado por Carlos Seidl & Comp.)

XXXV — Dr. Domingos Antonio Raiol (barão de Guajará) — Do consorcio de Pedro Antonio Raiol com d. Archangela Maria da Costa Raiol, nasceu a 4 de Março de 1830 o joven Domingos.

Frequentou a Faculdade de Olinda, onde em 1854 se formou bacharel em Sciencias juridicas e sociaes.

Volvendo ao Pará em 1858 foi nomeado procurador fiscal da Thesoiraria de Fazenda.

Alistado no Partido Liberal foi eleito deputado á Assembléa Geral em 1864.

Na qualidade de primeiro vice-presidente assumiu a presidencia da Provincia do Grão-Pará em 1881.

Foi nomeado successivamente presidente das provincias: de Alagôas em 3 de Setembro de 1882; do Ceará em 12 de Dezembro de 1882 e de S. Paulo em 18 de Agosto de 1883.

Em 1889 os seus conterraneos suffragaram novamente o seu nome para occupar uma cadeira na Camara.

Em viagem para a Côrte, ao chegar em Pernambuco, recebeu a noticia da proclamação da Republica.

Monarchista por convicção, retrocedeu para Belém o dr. Domingos Antonio Raiol, onde falleceu na avançada edade de 82 annos a 27 de Outubro de 1912.

Foi um politico criterioso e um escriptor de vasta erudição. Os seus *Motins politicos* é um trabalho de vulto, contendo varios documentos de alto valor historico.

XXXVI — Miguel Antonio Pinto Guimarães (barão de Santarém) — Era natural da Villa de Santarém, Provincia do Pará, onde nasceu a 8 de Janeiro de 1808 e ahi falleceu a 15 de Agosto de 1882.

Terminados seus estudos de primeiras lettras, abraçou a carreira commercial; depois de alguns annos de aprendizagem entrou como socio da firma Manuel Antonio Pinto Guimarães.

Convulsionada a Provincia pela revolta dos Cabanos empunhou as armas em defesa da causa legal até ficar a sua villa natal restituida á vida tranquilla de outr'ora.

Foi juiz de paz, vereador e presidente da Municipalidade, deputado provincial, supplente de deputado geral na 10ª legislatura.

Foi um dos chefes do Partido Conservador de maior prestigio, de trato ameno e de finissima polidez.

Anteriormente, por nomeação do governo da Provincia, serviu de collector das rendas provinciaes, em 1844; de delegado de Policia, em 1849; de director do Censo de Santarém, em 1851; de delegado litterario de 1871 a 1875.

Por nomeação imperial foi vice-presidente da Provincia desde 1850 e nessa qualidade occupou quatro vezes o governo, sendo a primeira em 1855, de 31 de Janeiro a 16 de Outubro; a segunda de 16 de Maio a 8 de Novembro de 1869; a terceira de 22 de Abril a 3 de Julho de 1871; emfim, de 5 de Novembro de 1872 a 18 de Abril de 1873.

Era coronel commandante superior da Guarda Nacional das comarcas de Santarém, Obidos e Monte-Alegre, em 1852; official da Ordem Imperial da Rosa em 1855; commendador, em 1859; e dignitario da mesma Ordem em 1867.

Finalmente foi agraciado com o baronato de Santarém.

XXXVII — Romualdo Antonio de Seixas (marquez de Santa Cruz) — Em 7 de Fevereiro de 1787 nasceu Romualdo Antonio de Seixas, parlamentar, orador facundo, diplomata sagaz, marquez de Santa Cruz, arcebispo da Bahia, metropolitano e primaz do Brasil. Eram seus progenitores Francisco Justiniano de Seixas e d. Anna de Sousa Bittencourt.

Seu tio d. Romualdo de Sousa Coelho fe-lo seguir para Lisboa, afim de fazer os estudos secundarios, no Convento de S. Philippe de Nery. Volvendo ao Pará foi nomeado professor de Latim, Philosophia e Rhetorica.

Em 1808 foi designado pelo bispo d. Manuel de Almeida de Carvalho para cumprimentar a Familia Real, que chegara de Portugal, em nome de sua diocese.

Desempenhou com tanta habilidade a sua missão, que foi agraciado com o titulo de conego da Sé do Pará e com o habito da Ordem de Christo.

Regressando ao Pará ordenou-se em 1817 e foi nomeado vigario de Cametá e vigario capitular na ausencia de seu tio o arcediago.

Em 1 de Janeiro de 1821, foi eleito presidente da Junta provisoria, acclamada no Pará pelo povo e tropa; presidiu a Junta revolucionaria organizada em 1 de Março de 1823 pelo governador das armas José Maria de Moura, infensa á Independencia do Brasil.

Nesse cargo, porém, conseguiu que os patriotas brasileiros, que se tinham manifestado a 14 de Abril, não fossem fuzilados e seguissem para Lisboa, onde seriam julgados pela auctoridade legitima.

Em 1826 foi eleito deputado pela Provincia do Pará á Camara temporaria.

Por bulla de s. s. o papa Leão XII foi escolhido para prelado primaz e metropolitano da Egreja Brasileira.

Em 1828 occupou a presidencia da Camara dos Deputados. Na 3ª e 4ª legislaturas representou a Provincia da Bahia e na 5ª a do Pará.

Em 18 de Julho de 1841 presidiu como metropolitano e primaz do Brasil a solennidade da sagração de Pedro II, imperador do Brasil.

Foi agraciado com o titulo de marquez de Santa Cruz em 14 de Março de 1860.

Era prégador da Capella Imperial, dignitario da Imperial Ordem da Rosa e Gran-Cruz de Christo.

Falleceu na Bahia a 29 de Dezembro de 1860.

XXXVIII — Romualdo de Sousa Coelho — Nasceu aos 7 de Fevereiro de 1762, na Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá, na Capitania do Pará. Seus paes o agricultor e capitão de milicias Alberto de Sousa Coelho e d. Maria de Gusmão deram-lhe uma educação regular.

Cantou a primeira missa na parochia da Villa de Cametá. Exerceu os seguintes cargos: secretario do bispado, thesoireiro dos Pontifices, reitor do Seminario, promotor do Juizo Ecclesiastico, examinador synodial, vigario geral da primeira comarca.

Por occasião da ascensão ao throno de d. João VI partiu para o Rio de Janeiro, onde em 22 de Maio de 1817, fez cumprimento ao monarcha em nome de seu bispo, do cabido, clero e diocesanos.

Depois do fallecimento de d. Manuel de Almeida Carvalho, bispo da diocese do Pará, foi sagrado bispo no dia 1 de Abril de 1821, em Lisboa.

Era um dos tres deputados que pelo Pará foram mandados ás Côrtes Extraordinarias e Constituintes de Portugal, em 1822.

Votou com os deputados portuguezes todas as leis que restabeleciam no Brasil o systema colonial primitivo.

De regresso ao Pará, presidiu á Junta provisoria de 1 de Março de 1823, organizada pela força armada portugueza, que detinha o governo.

Presidiu o Conselho que recebeu a communicação da proclamação da Independencia, mandada pelo almirante Cochrane.

Fez parte do Conselho da presidencia da Provincia até 15 de Novembro data de seu fallecimento.

Deixou varias obras impressas.

XXXIX — Tito Franco de Almeida — Advogado no fôro de Belém, jornalista brilhante e poeta primoroso, nasceu a 23 de Outubro de 1879, em Belém, capital da Provincia do Pará.

Era filho do notavel jurisconsulto do mesmo nome.

Desde os bancos academicos revelou o poder de suas faculdades creadoras.

Como tribuno, chronista elegante, polemista e poeta occupou sempre um logar em destaque no seio da intellectualidade de nossa patria.

Foi professor de Geographia no Lyceu Paes de Carvalho.

Falleceu em Belém, em 10 de Março de 1918.

XL — Vicente Chermont de Miranda — Nasceu em Belém do Pará em 17 de Julho de 1849, sendo seus paes o commendador Antonio José de Miranda e d. Ignez de Lacerda Chermont de Miranda.

Fez o seu curso de Humanidades em Lisboa, seguindo depois para a Belgica, onde se formou engenheiro de artes e manufacturas na Universidade de Gand.

Dedicou-se nos primeiros annos de seu regresso ao Pará á direcção de seu engenho de assucar, Aproagrá, no Rio Capim, fixando, em seguida, residencia na capital.

Em 1878, chamado ás luctas politicas, filiou-se ao Partido Liberal.

Exerceu as funcções de intendente municipal de Belém, em substituição ao dr. Malcher, após o fallecimento deste.

Foi eleito, por duas vezes, deputado á Assembléa Legislativa Provincial, nos biennios de 1880 a 1881 e 1884 a 1885.

Exerceu, ao tempo da Monarchia, as funcções de coronel commandante superior da Guarda Nacional da então Provincia do Pará.

Contribuiu decisivamente com a sua energia e coragem para evitar, poucos mezes após, a organização de um governo republicano no Estado, a deposição deste pelas forças do Exercito aqui estacionadas. Affirmou nessa occasião a sua individualidade de homem de acção em uma série de artigos que a proposito dessa tentativa de deposição escreveu no orgão de seu partido.

Em opposição ao governo do capitão de fragata Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, foi, por decreto deste, exilado para fóra do paiz em consequencia dos successos revolucionarios de 11 de Junho de 1891.

Forçado a sahir do paiz o dr. Vicente Miranda viajou pela Europa até a revogação do decreto que o exilara, regressando então ao Pará, onde continuou á frente do Partido Democrata em opposição ao governo do Estado, até que a scisão do mesmo o levou a afastar-se da actividade politica e a dedicar-se a estudos philologicos e de sciencias naturaes.

Deixou varios trabalhos, entre os quaes o *Glossario Paraense*, editado em 1906; *Os Campos de Marajó e a sua flora*, editado em 1907, e varios fasciculos de estudos sobre o sólo a flora e fauna da Ilha de Marajó, editados em 1894.

Ainda inédito, deixou um grande trabalho sobre a lingua indigena (*Nheengára ou Tupi septentrional*).

Havendo adquirido em 1894 grandes fazendas de creação de gado na Ilha de Marajó, dedicou-se, com grande afinco, ao aperfeiçoamento da raça marajóara e dos processos de creação até então em uso na grande ilha.

Ao dr. Vicente Miranda se deve o levantamento de uma excellente planta do curso do Rio Capim e a abertura, por iniciativa particular, de 40 leguas de uma estrada que se destinava a ligar a margem do Rio Acará aos campos do Maranhão e de Goiaz, marginando o Rio Capim.

O dr. Vicente Miranda percorreu quasi todo o interior do Estado, havendo feito pelo Rio Trombetas acima uma viagem de exploração, que foi interrompida por um naufragio em uma de suas cachoeiras, no qual, por pouco, escapou de perder a vida.

Falleceu a 9 de Maio de 1907, em Belém.

Henrique de Santa Rosa.

ESTADO DO MARANHÃO

I

Superficie

Positivamente, nada se póde affirmar, ao certo, sobre a extensão da área maranhense. Fundam-se em meras conjecturas as diversas superficies, que lhe têm sido assignaladas.

O coronel de engenheiros Antonio Bernardino Pereira do Lago, que aqui viveu nos ultimos annos do governo colonial, e que, incontestavelmente, foi o homem que melhor conheceu a antiga Provincia, pois percorreu-a toda para, com segurança, poder levantar-lhe a *Carta Geral*, trabalho com tanto cuidado feito, que, ainda hoje, serve de base a quantos se entregam a estes estudos, o coronel Lago, na sua — *Estatistica Historica Geographica da Provincia do Maranhão* — 1822, dava-lhe uma superficie de 19.200 leguas quadradas, sendo: á parte habitada pela população civilizada, 11.600, á, ainda então infestada pelos indigenas, 7.600, e accrescentava: "o primeiro calculo (19.200) só o podemos dar approximado, porque grande parte da Provincia, sendo ainda occupada por aquelles indios, não a conhecemos, todavia pelos limites da parte conhecida, onde chegaram nossos trabalhos e observações, determinamos o resto". André Rebouças, o notavel engenheiro brasileiro, dava-lhe 20.000 leguas quadradas, de 20 ao grau; Candido Mendes 12.000; e a Commissão da Carta Geral do Brasil, em 1873, a estimava em 459.884 km.². Arredondando esta ultima cifra, Themistocles Savio, baseando-se em Levasseur, assignala ao Estado 460.000, que Horacio Scrosoppi baixa para 303.000.

Como se vê, não póde haver maior disparidade de computos, e, sem uma base segura, como dizer onde está a verdade?

Parece-nos, porém, que não estaremos longe della, dizendo que a sua superficie em nada é inferior a 400.000 km.².

Dimensões. O maior comprimento do Estado, de Norte a Sul, contado da Ilha de Itacupi, na foz do Gurupi, ás nascentes do Parnahiba, na Serra das Mangabeiras, é de 1.548 km.; e a sua maior largura, de Léste a Oéste, da fóz do Parnahiba (Barra das Canarias) até o local proximo a S. Francisco, em frente á confluencia dos rios Tocantins e Araguaia, é de 1.050 km.

Littoral. As costas maranhenses, mui recortadas de bahias, enseadas, e abras, têm, segundo Themistocles Savio (*Curso Elementar de Geographia*), 300 milhas, assim distribuidas: da Barra do Gurupi a S. Luiz, 166; de S. Luiz ao Pharol de Sant'Anna, 49; dahi á Barra da Tutoia, 85.

Esqueceu-se, porém, o illustre e mallogrado official superior da nossa Armada, que aliás maranhense era, de que não terminam ahi as costas do nosso Estado, e sim 21 milhas mais a Noroéste, na barra das Canarias, comprehendendo entre ambas (*Tutoia e Canarias*) as tão conhecidas barras: do Carrapato, Cajú e Meio, consideradas, sempre, por todos os historiadores e geographos, como parte integrante do territorio maranhense, por esse lado.

Assim, pois, é de 321 milhas o littoral do Maranhão.

II

Limites

O Maranhão confina ao Norte com o Oceano Atlantico; ao Sul com o Estado de Goiaz, pela Serra das Mangabeiras, Rio Manuel Alves Grande desde a sua emboccadura no Tocantins, procurando as suas primeiras vertentes até encontrar as do Parnahiba, e o dicto Rio Tocantins desde a foz do Manuel Alves Grande até á confluencia do Araguaia, no presidio de S. João de Araguaia, comprehendidas as ilhas proximas á margem direita, e deste ultimo ponto até encontrar as vertentes septentrionaes do Rio Gurupi; a Léste com o do Piauhi pelo Rio Parnahiba, desde as suas nascentes na Serra das Mangabeiras até á sua foz, pela barra principal — a das Canarias; e a Oéste com o do Pará pelo Rio Gurupi. Confina, portanto, o Maranhão com os Estados do Pará, Piauhi e Goiaz.

Os limites desta antiga Provincia, creada Capitania em 1615, logo após a capitulação dos Francezes, foram, pela primeira vez, fixados, com o Pará, no Rio Gurupi, divisa esta que, posteriormente, foi alterada pelos decretos de 20 de Agosto de 1772 e 3 de Maio de 1774 e provisão de 9 de Julho do mesmo anno, passando a linha divisoria para o Rio Turiassú. Mas, pelo decreto n. 639, de 12 de Junho de 1852, restabeleceu-se o antigo limite, completando-se toda a linha occidental e meridional, com a demarcação dos limites da Provincia de Goiaz, pelos rios Tocantins e Manuel Alves Grande, e a Serra das Mangabeiras, segundo se vê do decreto n. 773, de 23 de Agosto de 1854, tudo de conformidade com o auto da demarcação, celebrado em 9 de Julho de 1816, em cumprimento do aviso régio de 11 de Agosto de 1813, e resolução de 12 de Junho de 1852.

Finalmente, a 8 de Julho do corrente anno (1920), na *Conferencia de limites interestaduaes*, foi lido e assignado o seguinte *Accôrdo*, celebrado entre os Estados do Maranhão e Piauhi para reconhecimento e fixação de seus respectivos limites:

« Os Estados do Maranhão e Piauhi representados na Conferencia de Limites Interestaduaes, reunida no Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1920, o primeiro, pelo deputado Francisco da Cunha Machado, cidadão Manuel Nogueira da Silva e deputado Marcellino Rodrigues Machado, e o segundo, pelo deputado Armando Burlamaqui e engenheiro civil José Luiz Baptista, devidamente auctorizados, ajustam entre si o seguinte:

I — O Rio Parnahiba constitue em todo o seu curso desde as nascentes até á foz, a linha divisoria que separa os dois Estados.

II — Ao Estado-Maior do Exercito Nacional os dois Estados confiam a incumbencia de verificar na parte do curso daquelle rio comprehendida no delta qual dos braços em que se divide é o principal e seu natural prolongamento até o mar, tudo de accôrdo com as boas regras da technica.

III — Tambem, para descoberta e exacto conhecimento e fixação nos mappas da nascente do Rio Parnahiba, serão feitos pelo Estado-Maior do Exercito os levantamentos geographicos e topographicos, que forem necessarios.

IV — Ao Governo Federal competirá, dentro do menor prazo, a escolha e designação dos officiaes do Estado-Maior do Exercito que devem compor a commissão da verificação e levantamentos, correndo todas as despesas, com estudo e demarcação, por conta da União.

V — Os dois Estados poderão, se assim lhes convier, nomear technicos de sua confiança, para acompanhar os trabalhos dos engenheiros militares.

VI — Os dois Estados obrigam-se a acceitar, *ad referendum* dos respectivos congressos, nos termos do art. 4º da Constituição Federal, o resultado das averiguações e levantamentos feitos pelo Estado-Maior do Exercito quanto á nascente e foz do Rio Parnahiba, cujo *thalweg* constituirá então, definitivamente, a linha divisoria entre os dois referidos Estados. E, por assim terem convencionado, lavram o presente termo, assignado pelos respectivos representantes dos dois Estados e do qual serão tiradas as cópias que forem necessarias.

Rio de Janeiro, Sala das Sessões da Conferencia, 8 de Julho de 1920 (Assignados). — *Francisco da Cunha Machado.— Armando Cezar Burlamaqui.— José Luiz Baptista.*

Com este accôrdo terá solução definitiva a velha pendencia, auspicioso acontecimento esse que mais virá consolidar os laços de fraternidade sempre existentes entre os dois Estados.

Posição geographica. A sua latitude, que é toda austral, fica comprehendida entre 1º-5′ e 10º-40′; a longitude oriental é de 1º-45′ e a occidental de 5º-43′ do meridiano do Rio de Janeiro.

III

População

E' a população de um paiz o centro para o qual convergem todos os materiaes de uma estatistica, e donde partem os esclarecimentos que a illuminam e dão-lhe o cunho da verdade e exactidão.

Um paiz, cuja população não é conhecida, em suas condições sociaes, taes como: differenças de edade, de sexo, estado civil, classes, profissões, movimento e desenvolvimento, não póde ser bem administrado, porque, neste caso, terá o governo necessidade de tomar por guia o arbitrio e o acaso.

Nestas condições, infelizmente, estamos nós, sendo para lamentar que, totalmente descurado, se não abandonado, se encontre, ainda, um dos serviços, que, em paizes civilizados, constituem a maxima preoccupação, por ser de seu perfeito conhecimento que se póde, com segurança, inferir do crescimento ou decrescimento da população, do seu estado de civilização, prosperidade, riqueza publica e particular, salubridade, etc.

Um dos ultimos recenseamentos a que se procedeu na antiga Provincia, na administração do notavel maranhense, dr. Augusto O. Gomes de Castro, excluidas as parochias de S. Felix de Balsas, de S. Pedro de Alcantara, da Carolina, e de Santa Thereza da Imperatriz, cujos trabalhos não foram enviados, deu para o Maranhão 335.325 habitantes.

Que este resultado não era a expressão da verdade, disse-o o proprio presidente, no seu *Relatorio*, de 18 de Maio de 1874, nas seguintes palavras:

> « O conhecimento, que tenho de grande parte da Provincia, habilita-me a duvidar da exactidão dos dados colhidos pelas commissões recenseadoras. Estou convencido de que a nossa população é muito mais numerosa. E nem outra coisa era de esperar, da primeira tentativa de recenseamento de uma população, derramada por um territorio tão vasto como o nosso, cortado de rios, e quasi privado de estradas. »

O senador Candido Mendes de Almeida, no seu *Atlas do Imperio do Brasil*, dava, em 1868, á Provincia 500.000 habitantes. Posteriormente, o barão Homem de Mello, na sua *Geographia Atlas*, ultima edição, assignala-lhe 520.000 habitantes; Themistocles Savio no seu *Curso Elementar de Geographia*, 700.000; Veiga Cabral na sua *Chorographia*, 724.000; e, finalmente, para não citar outros mais, Horacio Scrosoppi, no seu *Curso Superior de Geographia Geral*, 800.000.

Não passam, porém, todas estas cifras de méras estimativas, sem base de especie alguma; parecendo-nos, entretanto, pelo conhecimento que temos do Estado, que, este ultimo censo é o que mais se approxima da verdade, pois, é de todo inadmissivel que se tenha conservado estacionaria a população, isto é, que seja ella, hoje, a mesma que ha 50 annos atraz.

O recenseamento, que a 1 de Setembro se vai proceder em toda a Republica, se, neste Estado, for um trabalho tal, qual é de esperar da superior competencia daquelle que o superintende, o illustre e infatigavel dr. Achilles Lisboa, melhor nos dirá se nos approximamos ou não da verdade, no computo que fizemos.

População do Estado do Maranhão, por municipios, segundo o recenseamento de 1920

(ESTE RESULTADO VEIO A PUBLICO A TEMPO DE SER INCLUIDO NO PRESENTE TRABALHO)

Alcantara	10.885
Anajatuba	10.262
Arari	6.187
Araioses	15.265
Axixá	6.037
Bacabal	9.484
Barão do Grajahú	7.494
Barra do Corda	20.633
Barreirinhas	9.242
Benedicto Leite	4.580
Brejo	19.401
Buriti	10.634
Cajapió	5.584
Carolina	19.908
Carutapéra	7.767
Caxias	50.346
Chapadinha	10.418
Codó	24.896
Coroatá	19.720
Curralinho	8.580
Cururupú	28.190
Flores	12.877
Grajahú	21.382
Guimarães	23.026
Icatú	8.567
Imperatriz	9.009
Itapecurú-Mirim	18.166
Loreto	11.079
Macapá	7.449
Mirador	14.223
Miritiba	13.532
Monção	11.811
Monte Alegre	5.904
Morros	5.588
Nova York	4.519
Paço do Lumiar	7.154
Passagem Franca	12.422
Pastos Bons	10.455
Pedreiras	19.565
Penalva	10.107
Picos	17.666
Pinheiro	19.820
Porto Franco	7.589
Riachão	12.561
Rosario	17.153
Santa Helena	4.600
Santa Quiteria	7.077
Santo Antonio de Balsas	11.253
Santo Antonio e Almas	10.364
S. Bento dos Perizes	18.422
S. Bernardo do Parnahiba	10.625
S. Francisco	9.108
S. João dos Patos	8.428
S. José do Ribamar	2.352
S. José dos Mattões	20.336
S. Luiz	52.929
S. Luiz Gonzaga	11.906
S. Vicente Ferrer	12.224
Turi-Assú	16.911
Tutoia	9.868
Vargem Grande	15.765
Vianna	23.931
Victoria do Alto Parnahiba	9.321
Victoria do Baixo Mearim	11.780
Total	874.337

IV

Orographia

As serras que, em direcções diversas, bordam o centro e o Sul do Maranhão, constituem, com as do Piauhi e de outros Estados, a chamada cadeia *Central* ou *Goiana*, assim conhecida por ser, em Goiaz, que apresenta ella o seu trecho mais alto e mais importante.

As principaes são as seguintes: a das *Mangabeiras*, tambem chamada da *Tabatinga*, que marca em parte as divisas naturaes deste Estado com o de Goiaz, e corre quasi que no sentido dos meridianos, entre as vertentes dos rios Parnahiba e Manuel Alves Grande; a do *Parnahiba*, que corre parallela ao rio do mesmo nome, no Municipio de Victoria do Alto Parnahiba; a do *Penitente*, que não é mais do que uma ramificação da das Mangabeiras, e corre na direcção de Suéste, entre os rios Parnahiba a Léste e o seu affluente Balsas a Oéste, servindo de vertente a uma multidão de pequenos rios; a do *Valentim*, a Léste, que se ramifica pelos municipios de Mattões, Caxias e Flores, entre o Parnahiba e o Itapecurú; a do *Itapecurú*, nos municipios de Mirador e Pastos Bons, assim chamada porque mui perto della, a Nordéste, nascem, em grande parte, as vertentes do rio deste nome, as quaes ella divide ou separa das do Parnahiba.

Corre de Léste para Oéste, descrevendo diversas voltas, desde a Fazenda Jacú, em 6º-40′ de latitude meridional e 2º-10′ de long. O, até á Fazenda das Lages, em 6º-50′, da mesma lat. e 2º-12′ de long. O.

Tem esta serra de comprimento 60 leguas sobre 6 na sua maior largura, — diz, com todo o peso da sua auctoridade, o coronel de engenheiros Antonio Bernardino Pereira do Lago, profundo conhecedor da Provincia, em sua *Estatistica historico-geographica da Provincia do Maranhão*, Lisboa, 1822; estreita-se, porém, em alguns logares, tanto que offerece para ambos os lados promptas descidas, e, no fim destas, encontram-se excellentes aguas, correndo, ao Sul, para o Parnahiba, e, ao Norte, para o Itapecurú. A sua maior altura é de 150 m.

A dos *Alpercatas*, entre os rios deste nome e o Itapecurú a Léste, e o Mearim a Oéste; corre de Nordéste a Sudoéste entre 5º-50′ e 6º-52′ de lat. merid. e 3º-26′ e 4º 33′ de long. O; a da *Canella*, entre o Corda e o Mearim, corre de Nordéste a Sudoéste, entre 5º-45′ e 6º-35′ de lat. merid. e 3º-6′ e 3º-36′ de long. O; a da *Desordem*, entre os rios Pindaré e Gurupi, comprehendida entre as latitudes meridionaes de 4º-12′ e 5º-26′ e as long. O de 5º-36′ e 6º-23′; a do *Aricambú*, ou *Tiracambú*, que não é mais do que uma ramificação da precedente e corre entre os rios Gurupi e Turi-Assú.

E' tradição corrente no Maranhão, desde longa data, — diz o historiador Gaioso, no seu *Compendio Historico Politico dos Principios da Lavoira no Maranhão*, Paris, 1818, haver nesta serra grandes minas de oiro.

Além destas, contam-se mais as seguintes: a da *Cinta*, formada por um grupo de cinco montes, e que corre de Sudoéste para Noroéste, entre os rios Pindaré e Grajahú e as lat. merid. de 5º-16′ e 6º; a do *Gurupi*, prolongamento ou braço da Serra da Desordem, com 741 m. de altitude sobre o mar, mas só 61 m. sobre seu pé, segundo o illustre engenheiro Gustavo Luiz Guilherme Dodt; a da *Tauatinga*, ao Sul, nas extremas do Estado do Maranhão com os do Piauhi e Goiaz; a das *Covoadas*, no Municipio de Carolina; a do *Machado*, da *Risada* e a das *Almas*, que se extende de Norte a Sul, dirigindo-se de Santa Helena até Santo Ignacio de Pinheiro, entre 2º-27′ e 2º-26′; a do *Negro*, com 700 m. muito extensa, que corre de Nordéste a Sudoéste, entre as cabeceiras dos rios Mearim e Grajahú; advem-lhe este nome de ser ella tão escalvada e de ter os mattos tão rasos, que parecem tostados; e, finalmente, a dos *Ourives*, onde nasce o rio do mesmo nome, no Municipio da Barra do Corda.

O ponto culminante está, segundo Veiga Cabral, entre as serras da *Canella* e do *Negro*, nas cabeceiras do Rio Mearim, a 1.330 m. de altitude.

*

Manda a justiça que não encerremos este capitulo sem consignar aqui a opinião do dr. Antonio Dias sobre o relevo do sólo maranhense.

Em artigo publicado n'*A Pacotilha*, sob o titulo "Pelo Sertão", diz o illustre engenheiro, que, ainda ha pouco se

recolheu de trabalhosa expedição scientifica pelo interior do Estado:

« O relevo do sólo é uma ruina; neste elemento molle; a erosão delineou as fórmas mais bizarras, ora pincaros altaneiros, simile de serranias, que se extendem majestosas, sem directriz, ora taboleiros, chapadões abaulados, plainos, cabeços, valles recortados, todos os typos cáóticos, emfim, de peneplainização.

No Maranhão não existem serras. A chapada é um enorme feixe de terras altas, recortadas por grandes rios, que lhes imprimem a directriz. »

V

Hydrographia

A' excepção do Tocantins, que corre ao Sul e banha o territorio do Maranhão em uma extensão, approximadamente, de 500 km., obedecem todos os demais rios á orientação geral Sul — Norte, e têm por vertente, directa ou indirectamente, o Oceano Atlantico.

Pela sua extensão, volume d'agua, navegabilidade, e zonas que percorrem, podem ser classificadas em: bacias principaes e bacias secundarias.

Pertencem á primeira classe as seguintes:

1ª. A bacia do Parnahiba, a Léste.
2ª. A bacia do Gurupi, a Oéste.
3ª. A bacia do Itapecurú, ao Centro.
4ª. A bacia do Mearim, ao Centro.
5ª. A bacia do Tocantins, ao Sul.

Pertencem á segunda classe todos os demais rios do Estado.

Bacias principaes

1ª. Bacia do Parnahiba:

Depois do Tocantins, é este o maior e o mais caudaloso dos rios que banham o Maranhão, servindo, em todo o seu curso, de divisa a este com o Estado do Piauhi.

Nasce de dois olhos d'agua, ao pé da Serra da Tabatinga, tambem chamada, ás vezes, Tungatinga ou das Mangabeiras, em um logar denominado *Pau Cheiroso*, e lança-se no oceano por cinco boccas, fazendo o rio principal *a sua barra, entre a Ilha das Canarias e a Ilha grande de Santa Isabel*, em frente á povoação maranhense, *Canarias*, na ilha do mesmo nome, onde alcança elle uma extensão de 1.416 km.

Antes, porém, de chegar a esse ponto, logo abaixo dos *Tucuns*, no logar denominado *Poções*, divide-se o rio, pela primeira vez, e manda um braço para Noroéste, o qual toma o nome de *Santa Rosa*.

Sendo o rio principal a divisa entre os dois Estados, corre este braço só por territorio maranhense, até que chega ao logar denominado *Tutoia*, onde faz a sua barra principal, depois de 1.450 km. de curso.

A 8 km., abaixo da primeira bifurcação, destaca-se, ainda, do rio principal, um outro braço para o lado de Léste, o *Iguarassú*, o qual, correndo quasi por todo territorio piauhiense, entra no oceano, em frente á Amarração, depois de um percurso de 1.408 km.

São affluentes do *Parnahiba*, pela margem esquerda (lado do Maranhão), os seguintes: *O Boi Preto, Boi Pintado, Parnahibinha, Catitús, Cavallos, Anta, S. José, Rapadura, Durazo* ou *Medonho, Prata, Galheiro, Brejo, Comprido, Pedra Furada, Inhuma, Pureza, Valle do Paraiso, Tiboim, Pendanga, Desmazello, Babylonia, Marcellino, Lorena, Foslém, Regalo, Limpeza, Carvalho, Santo Antonio, Farinha, Senhim, Santo Amaro, Santo Estevam, Pedra de Fogo, Balsas, Curimatan, Lagos, Congo, Belém, Boa Esperança e Corda.*

Estes confluentes podem ser classificados em tres categorias:

1ª. A dos maiores, que nascem todos ao pé da Serra da Tabatinga ou de sua continuação, e que são: o *Boi Pintado, Parnahibinha, Medonho* e *Balsas*, sendo destes o maior e mais importante o *Balsas*.

2ª. Dos que nascem a mais ou menos distancia da serra principal, e são menores. Deste numero, são: *Pedra Furada, Pureza, Marcellino, Babylonia e Limpeza.*

3ª. Comprehende riachos propriamente dictos.

Banha o Rio Parnahiba as seguintes villas e povoações maranhenses: *Victoria do Alto-Parnahiba, Nova York, Manga, Barão do Grajahú, S. Francisco, Flores, Curralinho, Nazareth, Porto da Repartição, Santa Quiteria, Canarias, Araioses, Salinas, Engeitado, Carnahúbeiras*, etc.

Na primeira secção do seu curso obedece o Rio Parnahiba á direcção Nortè com pequena inclinação para Oéste, direcção que, ao receber o *Pedra Furada*, muda para Noroéste, e que conserva até á foz, inclinando-se, ora mais para Norte, ora mais para Léste.

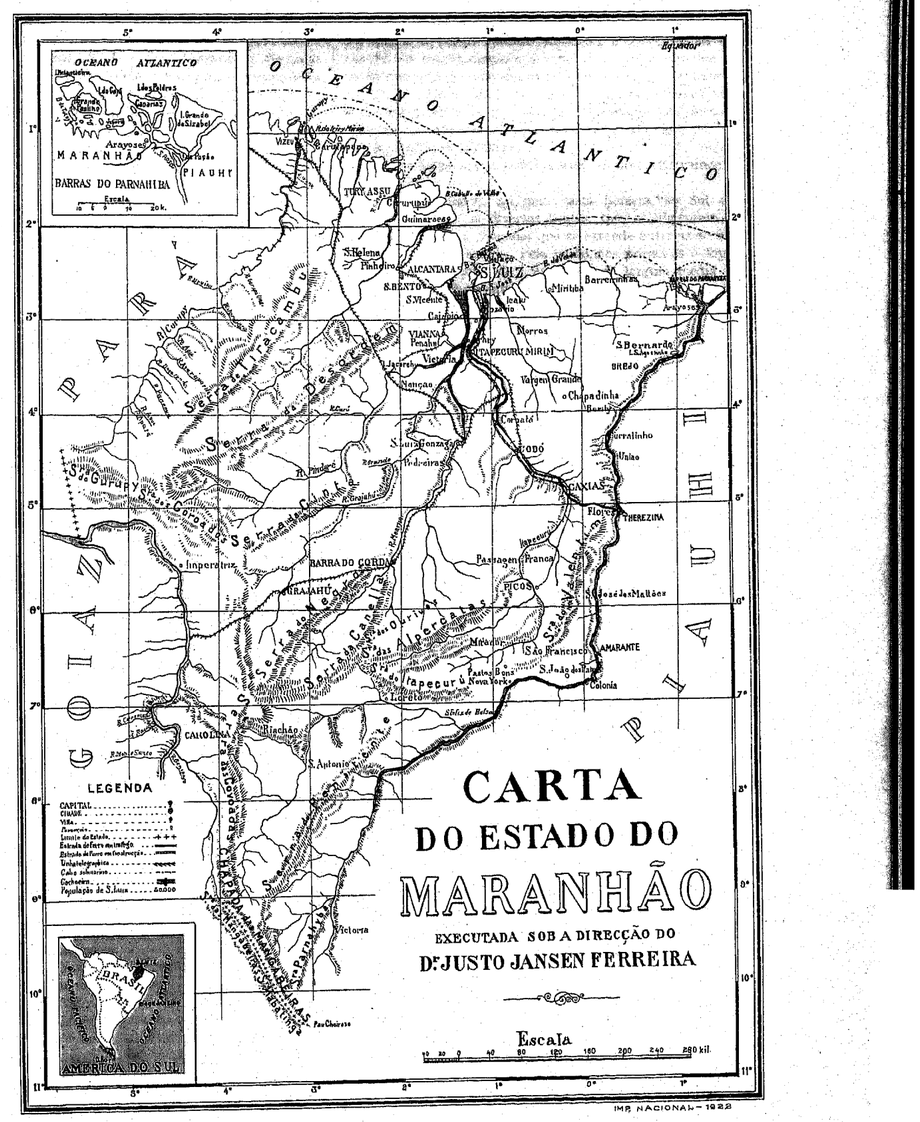
2ª. Bacia do Gurupi:

Formado pela confluencia do *Cajuapára* e *Itinga*, que nascem na base septentrional da Serra do Gurupi, começa este rio o seu curso com uma largura de 20 m. e uma profundidade variavel de 1 a 2 m., e pouco augmentando elle destas dimensões antes de confluir com o *Gurupi-Mirim* apesar de receber nesta extensão, como tributarios do lado do Maranhão: o *Cajueiro, Guarimandiua, Apára, Apui, Purança e Panema.*

Da foz do *Gurupi-Mirim*, que vem do Pará, começa o *Gurupi* a merecer o nome de rio, tendo sido até ahi pouco mais do que um riacho. Sua largura, que, pouco antes, era de 40 m., attinge a 80 m. Sua profundidade, porém, não augmenta; antes diminue. Recebe nesta secção, isto é, do *Gurupi-Mirim* até ás Pedras de Amolar, os seguintes tributarios, do lado do Maranhão: *Bocca-Funda, Itaqualiua, Traqualiua, Cunhan-moçan, Araparitiu, Assú, Jararáca*, e alguns riachos menores.

De Pedras de Amolar á Povoação do Gurupi, percorre o rio uma extensão de 132 km., em linha recta, que as voltas do rio augmentam para 228 km. E' esta a parte mais importante do curso do *Gurupi*, pois comprehende a zona das cachoeiras, que tornam o rio innavegavel, com excepção do tempo das aguas, contando-se 18 distancias, além de outras menores, consideradas como baixios. Recebe o rio, nesta secção do seu curso, além de diversos riachos sem nomes, os tributarios seguintes, do lado do Maranhão: o *Gurupi-Una, Paratiua, Tucundré-Quára, Anaculiua* e *Catharina*, sendo o mais importante o primeiro, e banha a antiga Colonia Militar de S. Pedro de Alcantara.

Da Povoação do Gurupi á sua barra adquire o rio proporções mais consideraveis. Sua largura, que até então era de 80 m., attinge a 2 km., sendo sua profundidade tal



que vapores costeiros podem chegar até 25 km. de sua barra. São seus confluentes, nesta secção, do lado do Maranhão: o *Uruna*, *Tarandiua*, *S. Lourenço*, *Anacutiua* e *Fortaleza*, além dos igarapés de *Timbotiua*, *Carutapéra* e *Bacanguinha*. O *Gurupi*, que em toda a sua extensão serve de limite a este Estado com o do Pará, lança-se no oceano, depois de um percurso de 832 km.

3ª. Bacia do Itapecurú:

E' este, incontestavelmente, o mais importante de todos os rios que banham o Estado, quer quanto á sua extensão navegada e navegavel, quer quanto á zona por elle percorrida, uma das mais ricas e, certamente, a mais povoada, e que melhor se presta para a cultura, em larga escala, do algodão, canna de assucar e todas as qualidades de cereaes, que ahi medram admiravelmente. Em contraposição ao Parnahiba, ao Gurupi e ao Tocantins, é este um rio exclusivamente maranhense.

Nasce o *Itapecurú* na serra do mesmo nome, divisa das aguas com a bacia do Parnahiba. Correndo para Noroéste, vai banhar a Villa do Mirador, dahi, dirige-se para o Norte até á Cidade de Picos. E', neste trecho, que o *Itapecurú* recebe o seu principal affluente, o *Alpercatas*, o qual devera ser considerado o verdadeiro Itapecurú, já pela sua direcção, que se subordina á orientação geral, já quanto á sua secção de vazão.

De Picos, segue o rio até Caxias, sob todos os pontos de vista, a mais importante cidade do Estado, banhando, tambem, Trezidella que lhe fica fronteira.

Dahi, volta-se para Noroéste, em demanda da Cidade do Codó, centro o mais importante do *Itapecurú*, depois de Caxias. Correndo na mesma direcção vai banhar Monte Alegre, e, não muito depois, a Villa do Coroatá, donde se deflexiona, tomando a direcção geral Norte, até lançar-se na Bahia de S. José, attingindo, então, o maximo de seu curso (923 km.), depois de haver banhado ainda as cidades do Itapecurú-Mirim, bastante decadente, e a do Rosario, mui florescente hoje, além de muitas outras pequenas povoações.

A 4 km. desta ultima cidade, estreita-se o rio para formar a Cachoeira da Vera Cruz, dividindo-se, após, em quatro pequenos braços, que, á distancia de cerca de 500 m., affluem em mais vasta bacia, formando a pequena ilha denominada dos Caldeireiros. Dahi segue, bifurcando-se, ainda, em dois braços: o mais largo, denominado da *Tucha*, que é a verdadeira bocca do *Rio Itapecurú*, e desembocca na Bahia de S. José, em frente ao Tibiri; o segundo, á esquerda, denominado *Mojó*, em uma extensão de cerca de 10 km., desembocca na Bahia do Arraial, em frente ao canal dos Mosquitos, que separa a ilha do Continente.

Affluentes do Itapecurú — Entre os affluentes do *Itapecurú*, em geral de pouca importancia, a não ser o *Alpercatas*, que nasce na serra deste nome e lança-se pela margem esquerda, 180 km. acima de Caxias, contam-se os seguintes: o *Correntes*, *Cajazeiras*, *S. José*, *Itapecurúzinho*, constituido pela reunião dos riachos da *Estiva*, *Buruti Secco*, *Buriti do Sangue*, *Buriti do Padre* e *Poraqué*; *Riachão 1º*, *Riachão 2º*, *Limpeza*, *Prata*, *S. Miguel*, *Côcos*, *Gameleira*, *Bocca do Matto*, *Codó*, *Pirapemas*, *Peritoro*, *Caximbos*, *Pitomba* e *Jundiahi*.

Sob o ponto de vista da navegação, divide-se o *Rio Itapecurú* em tres secções:

1ª. Da foz á Cidade de Caxias, navegada durante todo o anno;

2ª. De Caxias a Picos. Iniciada apenas a navegação por barcos a vapor, durante as cheias, é trafegada na estiagem por barcos tangidos á vara. E' nesta secção que se encontram os mais terriveis *seccos e corredeiras do Itapecurú*;

3ª. De Picos ás cabeceiras, trecho não navegavel, senão até á Villa de Mirador, por barcos, e isto mesmo vencendo a estreiteza e fortes sinuosidades do rio.

4ª. Bacia do Mearim:

Com o Itapecurú, é tambem este um rio exclusivamente maranhense.

Tem sua origem, em uma vasta floresta, ao Sul do Estado, nascendo as diversas fontes, que o alimentam e engrossam, em uma chapada, que se extende entre as serras do Machado e da Risada. Pelo verão, nos primeiros 6 km., seu curso tem apenas de 1,50 a 2 m. de largura média e 0,70 m. de fundo; no inverno, porém, transborda com uma largura de 8,80 m..

Das nascentes á Cidade da Barra do Corda é de 63 km. o seu curso, que, ahi, já tem 13,20 m. de largura e de 0,70 a 0,90 m. de profundidade, augmentando muito no inverno.

Nesta primeira parte do seu curso, recebe o *Mearim* o tributo do *Rio S. João*, dos riachos *Vargem*, *Agua-Fria*, *Lagem*, *Cercada*, *Agua-Boa*, *Tapéra* e *Grota-Fundo*, além de outros mananciaes sem importancia e sem nome.

Da Barra á "Cachoeira Grande", em um percurso de 120 km., recebe o *Mearim*, em ambas as margens, o *Rio dos Anjos* e o *Rio Certo*, além dos seguintes riachos: *Amendoim*, *Brejão*, *Gado-Bravo*, *Embira*, *Sucuriú*, *Pratinha*, *do Oiro* e *dos Ovos*.

Da Cachoeira Grande até o ponto em que o *Mearim* fica na mesma latitude da Cidade do Grajahú, ha apenas a distancia de 24 km. E', ahi, que elle toma a importancia, que lhe dá verdadeiramente o nome de rio, recebendo, logo abaixo, os riachos *Embora*, *Bonito*, *Sussuapára* e *S. Gonçalo*, e em seguida o *Rio Engeitado*, que é volumoso e affluente pela margem esquerda, depois de um percurso de 66 km.

Continuando o seu curso, recebe o *Mearim* o *Rio das Flores*, *Riacho das Tres Boccas*, banha a florescente Villa das Pedreiras, e, passadas as confluencias dos riachos *Duas Boccas* e *Tapuios*, com 42 km., ao Porto do Machado, antiga Villa Velha e, com mais 30 km., a S. Luiz Gonzaga. Daqui, á Lagem, percorre o rio 69 km., recebe o *Riacho Sobradinho* e banha as povoações do Jussaral e Bacabal. Pouco mais de 12 km. abaixo, está a Povoação do Bom Jesus das Lagem do Curral. Aqui termina o *Alto-Mearim*.

Continuando a descrever o seu curso, recebe o *Mearim* o *Riacho Pixinussú ou Ipixuna*, banha as povoações da Lapella, Santa Cruz e Palmeiral, conflue com o *Grajahú* a 876 km., das suas nascentes, recebe um pouco abaixo o *Mamuna*, em seguida o *Pichuna*, e banha as villas da Victoria e do Arari e as povoações do Bomfim, Curral da Egreja, Carnaubal e Vassoura. Carnaubal, muda o rio de aspecto, fazendo-se sentir poderosamente, dahi para baixo, a acção da maré, denunciando a proximidade do mar.

A 42 km. do Arari, recebe, ainda, e, por ultimo, o mais consideravel dos seus affluentes — o *Pindaré*, attingindo, então o *Mearim* á extraordinaria largura de perto de 2 km.

Proximo da margem direita, e, abaixo da confluencia do *Riacho Aoba*, está o Banco de Tijucupáu, formado de areia e pedra. Na altura desse banco e do igarapé do Inferno, o rio se alarga até 3.300 m., dividindo-se então em dois.

Ahi termina o *Mearim*, ahi é a sua verdadeira embocca-dura, ahi desagua elle na Bahia de S. Marcos, depois de um curso de 966 km. Mais longe, seja do lado de Cajapió, seja do Porto da Gabarra, não é mais rio, é mar.

Grandes affluentes do *Mearim*.

Merecem especialissima menção os seguintes:

Pindaré — Nasce a Oéste da Serra da Cinta. São seus principaes affluentes: o *Sapucaia*, o *Carú*, que nasce na Serra da Desordem e onde existe o pequeno Povoado de Santa Cruz; o *Agua Preta*, que nasce do lago do mesmo nome; o *Maracú*, que sahe do Lago de Vianna, e o *Grajahú*. Banha o *Pindaré* as povoações de: Sapucaia, ultimo logar habitado por christãos e que exporta muita copahiba; Passatempo, Ilhinha, Colonia Pimentel, ponto commercial, por onde passam as boiadas vindas do sertão para o Engenho Central; Santa Maria, Criuiri, Villa Velha, Engenho Central, S. Pedro, Camacaóca, Barradas, Boa Vista e Villa de Monção e lança-se no *Mearim*, depois de um curso de 468 km.

E' navegavel por vapores, durante a estiagem, até o Engenho Central, 226 km. acima da confluencia. Neste rio, bem como no *Mearim*, observa-se, no verão, o curioso phenomeno das *pororócas*, formadas nos baixos, denominadas *Tijucupaú*.

Grajahú — E' o segundo dos grandes affluentes do *Mearim*. Tem este rio duas nascentes, ambas a Oéste do *Rio Mearim*. Corre de Sudoéste para Norte, a principio entre as serras da Cinta e do Negro, e confluc com o rio principal, depois de um curso muito sinuoso de 690 km.

A navegação deste rio, até á cidade do mesmo nome, é franca na estação invernosa; no verão, porém, torna-se difficil pelas muitas cachoeiras que nelle se encontram.

São seus principaes affluentes: o *Sant'Anna*, que dá navegação a pequenos barcos na distancia de 48 km., o *Lijana, Marupisinho, Marupi-Grande, Morro do Boi, Marajá, Ribeiro das Cunhans, Aguas-Claras* e *Grajahúsinho*.

Além da Cidade do Grajahú, banha este rio as povoações de S. Benedicto, Santarém Novo, Paiol, Arithohizinho, Arithohi Grande, Matta do Boi e Bacabal.

Flores — Nasce no logar denominado Gaieira, e, com 156 km. de curso, confluc com o *Mearim*, pela margem direita, depois de receber os riachos: *Côco-Grande, Jacaré, Mucura, Prata, Cujú, Umonem, Flores, Bacuri* e *Escondido*.

Só é navegavel por pequenos cascos.

Corda — Este rio, tambem chamado Canella, tem a sua nascente no logar denominado Nova Olinda, a Sudoéste da Cidade da Barra, e, depois de receber os riachos da *Estiva-Grande, Picos, Extrema, Aguas-Claras, Riacho-Fundo, Riacho-Pequeno, Pau-Grosso, Esteves* e o *Rio Ourives*, confluc no *Mearim* com 240 km. de curso.

Suas limpidas aguas correm, sem se misturar com as deste, por espaço de 110 m. Sua largura média é de 17 a 22 m.

Dos nossos rios é o *Mearim* o de maiores e mais importantes affluentes.

5º. Bacia do Tocantins:

Deste soberbo e caudaloso rio, que corre a Sudoéste do Maranhão, pertence-nos a margem direita, com as ilhas que lhe ficam mais proximas, desde a confluencia do *Rio Manuel Alves Grande*, 18 km. acima da Cidade da Carolina, até á do *Araguaia*, no presidio de S. João de Araguaia, em uma extensão de 516 km.

São seus affluentes por esta parte: o *Rio do Oiro*, o *Farinha*, o *Itueira*, o *Lageado*, o *Ribeirão das Tres Barras*, e outros sem importancia.

Em seu percurso, banha a Cidade da Carolina, a Povoação de Porto-Franco e a Villa da Imperatriz, servindo de limite ao Estado do Maranhão com o de Goiaz.

Bacias secundarias

Pertencem a esta classe os seguintes rios: o *Iari-Mirim, Iriri, Tromahi, Pirocáua*, pequenos rios; o *Maracassumé*, o *Turi-Assú*, que nasce nas vertentes das serras que o separam do Tocantins e tem por principal affluente o *Turi-Mirim*, desaguando todos no oceano; o *Cururupú*, que despeja suas aguas na Bahia do Cabello de Velha; o *Urú*, que nasce no lago do mesmo nome, e, com cerca de 100 km. de curso, vai desaguar no oceano, servindo, antes, de limite aos municipios de Cururupú e Guimarães; o *Pericuman*, que nasce no Lago Tarira e desembocca na Bahia do Cuman; o *Aurá*, pequeno rio que banha os municipios de S. Bento e Alcantara; o *Bacanga* e o *Anil*, que desaguam em frente da capital; o *Monim*, a que alguns tambem denominam de *Iguará* e desagua na Bahia de S. José; o *Mamuna*, que desagua na Bahia de Santa Clara; o *Preá*; o *Preguiças*, que lança no oceano, depois de receber o *Sacco, S. Raimundo* e *Guaribas*; o da *Tutoia* e outros.

VI

Clima

O clima do Maranhão é quente e humido, amenizado, porém, no littoral, pelos chamados ventos geraes ou alizeos, que, de Julho a Dezembro, continuamente sopram, de Nordéste a Les-nordéste durante o dia, e Léste á noite.

Por esse tempo, as manhans e as noites são de uma frescura incomparavel, verdadeiramente deliciosas.

Municipios do interior ha, taes como: os de Pastos Bons, Mirador e Picos, em que não é raro, nos mezes de Maio a Julho, baixar a temperatura a 11º.

O maximo commum do calor é de 31º e o minimo de 21º; é, porém, intenso e incommodo na estação chuvosa, porque raream os ventos e baixa a pressão atmospherica, principalmente quando ameaça chuva.

No Maranhão, conhecem-se apenas duas estações: — a *chuvosa* e a *secca*.

Começa aquella, ordinariamente, no littoral, em Janeiro e vai até Junho; no interior, porém, principalmente nas cabeceiras dos grandes rios, de Outubro a Novembro, quando a estação é regular.

E' sabido que no Norte do Brasil chove mais do que no Rio de Janeiro e em outros Estados do Sul da Republica.

Na pag. 262, da obra — *Physics of the earth*, escripta por Henri Buff, professor de Physica na Universidade de Giessen, e traduzida para o inglez por A. W. Hoffman, professor de Chimica no Real Collegio de Londres, se lê, "que é em Mahabuleshawar a parte do globo onde mais chove; depois é em Guadalupe, uma das Antilhas; em terceiro logar, em Maranhão, onde, diz elle — a quantidade d'agua é avaliada em 259,8 pollegadas de Paris", dependendo isto, cremos nós, além das causas geraes, da concavidade da

costa, e por estar a capital do Estado situada no meio deste arco.

No Maranhão não são raras as trovoadas, acompanhadas de grande descarga de electricidade, derramando grande terror por toda parte, até mesmo naquelles que, imbuidos nas sciencias, olham para esses phenomenos com mais tranquillidade do que o vulgo, baldo de conhecimentos.

Em 11 de Maio de 1850 cahiu na Egreja Cathedral um raio, que fez grandes estragos. Em 22 de Abril de 1852, cahiu um outro na torre da mesma egreja, arruinando-a bastante. Em 30 de Maio de 1854, uma horrivel trovoada correu perpendicularmente sobre a capital, cahindo um raio no centro da então Rua da Paz, hoje Coronel Collares Moreira, sobre a casa do desembargador José Mariano Corrêa de Azevedo Coutinho, matando um cavallo e produzindo grande commoção numa escrava.

Pelos trabalhos thermometricos, devidos aos Portuguezes, que antigamente viajaram pelo Brasil, e que estabeleceram as latitudes e temperaturas das principaes cidades, desde o Pará até Montevidéo; pelos do barão d'Eschwege, de Spix e Martius; e, finalmente, pelos do general Cunha Mattos, dr. Freire Allemão e muitos outros brasileiros, conhece-se, por comparação, que, nos Estados do Norte do Brasil, o thermometro marca, em grande parte do anno, maior grau de calor que nos do Sul. Na capital do Estado do Maranhão, porém, — diz o illustre dr. Sigaud, — a temperatura é muitas vezes de 27º-40' no *Thermometro de Réaumur*, que correspondem a 34º-25' no centigrado.

A temperatura ordinaria nas suas costas é de 19º a 20º Réaumur ou de 23º-75' a 25º no centigrado, nos mezes de Março a Setembro; e de 20º a 24º Réaumur, ou 25º a 30º centigrado, de Setembro a Março.

De tudo quanto até aqui temos escripto, conclue-se muito naturalmente que o clima é quente e humido, como dissemos em principio; é, porém, sadio, apesar dos elementos destruidores que ha: no littoral, nos apicuns e despraiados; no interior, nos pantanos, lagos, margens dos rios, quando depois das enchentes do inverno voltam estes ao seu leito natural.

VII

Fauna

Se as plantas do Brasil, — diz Varnhagen, têm paridade com as do continente d'Africa fronteiro, não succede, assim, com os animaes: todos elles são especies americanas, sem relação, em geral, com os da zona torrida nos outros continentes, excepto na circumstancia de serem, como alli, mais perfeitos do que os das zonas temperadas e frias.

Os quadrupedes, existentes neste Estado, não podem ser comparados, em tamanho, aos elephantes e hippopotamos do continente vizinho. Existe, porém, a anta (*Tapyrus americanus*, C.), assim chamada pelos europeus, em virtude da duresa de seu corpo, nome que davam ao bufalo.

Entre os mammiferos, na classe dos quadrumanos, acham-se o macaco (*Simia fatuellus*, C.) o saguim (*Simia jacus*, C.) a guariba, o guaxinim.

Na dos carniceiros: a onça, de que se contam cinco qualidades: a sussuarána, a de maior força; a cangassú, que é a verdadeira e mais temivel; a tigre preta, muito rara, mas de grande força; a maracajá ou gato do matto, e a guará (*Canis jubatus*).

Na dos roedores, a paca (*Cavia pacca*), a cutía (*Dasyprocta agouti*), a preguiça (*Bradipus tri-dactylus*).

Na dos ruminantes, o boi (*Bos taurus*), o veado (*Cervus elafus*). Além destes, temos ainda mais, pertencentes a outras classes: a raposa, a lontra, o caitetú, a capivara, o porco do matto ou queixada, que só anda em bandos, o porco espinho e muitos outros.

O viveiro ou aviario (Fauna ornithologica) do Brasil apresenta originalidade, e passa pelo mais rico da terra.

Com poucas excepções, possue o Maranhão todas as aves que se notam nos outros Estados da Republica.

Na classe dos *strutioniformes*: temos as emas, que correm mais velozes do que um cavallo.

Na dos rapaces: o falcão, o gavião, o urubú, o abutre e a coruja.

Na dos trepadores, que são numerosos e variadissimos, citaremos: o papagaio, a arára, o periquito, a jandaia, o anum, o tucano, o pica-pau, a maracanan, etc.

Na dos passaros: a cotovia, o pintasilgo, o canario, a toutinegra, o rouxinol, o sabiá, immortalizado nos cantos do nosso maior poeta; o corrupião, a andorinha, o colibrí, João de Barros, o beija-flor, o Chico-preto, xexéo ou japi, etc.

Na dos gallinaceos: a perdiz, o gallo, o pavão, o perú, a gallinha de Angola, o jacú, o carão, o jassanan, o guará, a japiessóca, etc.

Na dos colombinos: os pombos, de que ha uma infinidade de raças; as rôlas, de que se contam numerosas especies, como a juriti, etc.

Na dos pernaltas: a garça, o maguari, a colhereira, o socó, o jabirú, a seri-ema, a saracúra, a taquiri, etc.

Entre os palmipedes: a gaivota, o pato, o ganso, a marréca, patori, etc.

Reptis

Entre os cheloneos: o jaboti, o jurará, etc.

Dos saurios: os lagartos, de que se conta uma infinidade de especies; o cameleão, que possue a propriedade de mudar de côr; os crocodilianos: os jacarés.

Dos ophidios: a vibora, a cascavel, a jararáca, a surucucú, que são venenosissimas; a giboia, a cobra cipó, a caninana, etc.

Peixes

Nesta classe, contam-se: a pescada, a tainha, o peixe-pedra, o peixe-serra, a anchova, o pacamão, a pirapema, o bandeirada, a arraia, o cação e uma infinidade de outras especies.

Crustaceos

Nesta classe, contam-se: os nossos afamados camarões, o carangueijo, o siri, sururú, o sernambi, a ostra, etc.

Não menos abundante de peixes são os nossos rios e lagos, tornando-se verdadeiramente notaveis, pela sua fecundidade, o valle do Pindaré e os lagos de Vianna, onde se encontram: a curimatá, que abastece grande parte da população de toda aquella zona; o surubim, que cresce muito e é saboroso; a pescada, a tapiáca, o mandubé, o lirio, o mandi, o jejú, o tamatá, o acará, a piranha, voraz como o

tubarão, porém muito menor; o aracú e a tarira que são o nosso bacalhau, e o poraqué, peixe electrico, cujo choque é egual ao de uma pilha-voltaica.

Na classe dos insectos temos: o bezoiro, o vagalume, a abelha e as borboletas, de que ha uma infinidade, de variegadas côres e tamanhos.

VIII

Flora

Riquissima é a Flora do Maranhão. Apesar de possuir este Estado, nesse genero de riquezas espontaneas, depositos inexgottaveis, capazes de desafiar a cobiça de qualquer paiz, cujo povo seja laborioso e tenha ambições, cruzamos os braços e nos deixamos dominar pelo desanimo, até mesmo em face da grande diversidade de productos valiosos, doados pela natureza, dentre os quaes alguns só reclamam o pequeno e diminuto esforço de nos baixarmos para levanta-los do sólo.

Se nos voltarmos para os muitos generos de lavoira, que um trabalho systematico e racional poderia, em grande escala, tirar das nossas uberrimas terras, que, entretanto, jazem incultas, não poderemos deixar de reconhecer que jámais isso conseguiremos, se incessantemente não trabalharmos para a introducção de capitaes extrangeiros, a exemplo do que têm feito S. Paulo, Rio Grande, etc., reconhecidos como os mais prosperos Estados da Republica, e que a esses factores devem a sua expansão e importancia economica.

Comprehende-se que nos referimos, aqui, á immigração util, composta de lavradores escolhidos com cuidado: gente laboriosa e morigerada; immigrantes que trabalhem para si, apenas sujeitos a leis e regulamentos moderados.

Mencionaremos em primeiro logar o

Algodão (Gossipium Hirsutum)

Familia das malvaceas

E' esse o principal producto do Maranhão; e, entretanto, muito pouco produzimos, sendo que o consumo local o absorve em grande parte.

Essa rica industria, póde-se dizer, está, hoje, exclusivamente entregue á maior ou menor inercia da pequena lavoira, sem methodos intelligentes de cultura e sem apparelhos convenientes de descaroçar, de modo a não cortar a fibra do algodão, expurgando-o das impurezas, que desvalorizam o genero.

Entre os algodões do Brasil, o *seridó* (Rio Grande do Norte) leva vantagem ao nosso, por ser macio e sedoso; mas, como fibra longa e resistente, está o nosso em primeiro logar, segundo a opinião dos competentes.

O Seridó, extra-superior, mede	42 m/m
O 1º do Sertão (Pernambuco), mede	45 m/m
O herbaceo mede apenas	26 m/m

Se o algodão do Maranhão (o arboreo, bem entendido) passar a ser tratado por machinas aperfeiçoadas, como o será em breve, graças á sábia orientação do actual presidente do Estado, o producto maranhense será reputado extra-superior, attentas ás suas qualidades especiaes, pois, segundo os entendidos, a fibra do algodão arboreo do Maranhão mede 0,048 m. sendo esse o que melhor se presta para o fabrico da linha n. 70, pela sua resistencia de 7 a 9 grammas.

O que influe na resistencia da fibra é a qualidade do terreno.

Assim pois, nenhuma vantagem ha em importarmos sementes, desde que é o nosso algodão considerado, pelos competentes, como o melhor.

Plantemos, portanto, o algodão arboreo, genuinamente maranhense, servindo-nos de sementes desinfectadas e seleccionadas, tanto mais agora que o governo do Estado está tratando, com todo o interessse, de transformar-lhe o systema actual de preparo e enfardamento, medida essa, de tão elevado alcance, quanto necessaria.

Devido a essa providencia, alcançará o algodão do Maranhão, entre os demais do paiz, o logar de honra, a que tem incontestavel direito.

De duas unicas coisas precisa o Maranhão, para que o seu algodão se torne, no genero, um producto sem competencia: é de melhorar-lhe a côr da fibra, o comprimento e sedosidade, qualidades estas reclamadas pelos mercados consumidores europeus; e descobrir os meios de augmentar-lhe a producção.

Côco babassú ou "côco de macaco"

Merece este producto ser tratado, tambem, isoladamente, aqui; visto que, só por si, poderia elle elevar o Maranhão á categoria de um dos mais ricos Estados da União.

O babassú é um producto oleifero, de extraordinaria importancia, não só pela immensa quantidade que delle existe no territorio maranhense, onde tem o seu *habitat*, como tambem pela percentagem de oleo que contem, segundo se vê da seguinte analyse chimica, feita em Londres em 17 de Janeiro de 1916, pelo dr. Bernard Dyer:

Humidade	4,33
Oleo	67,10
Albuminoides	8,94
Carbohydratos digestiveis	15,41
Fibras	2,47
Materia mineral, cinza	1,75
	100,00

Ha, no Maranhão, zonas vastissimas, onde as palmeiras, que produzem o babassú, podem ser contadas aos milhões.

Não é, portanto, exaggero calcular-se em muitos billiões de pés.

E, como cada arvore produz, na média, quatro cachos por anno, pesando, cada um, cerca de 80 kg., e dá 8 kg. de amendoas ou *Kesuels*, annualmente, ao preço actual de $600 por kilogramma ou 4$800, resulta ser essa uma renda fabulosa para cada palmeira silvestre, de producção perenne, plantada pela natureza, dispensando qualquer cuidado cultural.

Imagine-se, se aproveitassemos a producção, digamos, de 4 billiões de pés, o que não seria impossivel, sabendo-se que, em certa epocha do anno, o côco se desprende do cacho, ao amadurecer, de modo que o trabalhador só tem de se baixar e encher carros com os fructos, que jazem por terra!

Seria uma colheita assombrosa, tornando-se o seu valor muito mais elevado do que o do café, que é de 960.000:000$000.

Attingiria a mais de 12 milhões de contos! Lê-se isso em uma publicação do *Jornal do Recife*, que, por seu turno, a extrahiu do *Brasil Agricola*, de 23 de Setembro de 1916.

A procura do babassú vai sempre crescendo de modo admiravel, pois, de todas as partes da Europa e America do Norte, ha quem se empenhe por supprimentos, devido isso ás multiplas applicações, que vai tendo o oleo.

A manteiga do côco, preparada *in loco*, está muito em voga, por saber-se um producto puro; e o babassú já constitue no fabrico uma materia prima de primeira ordem.

O farelo ou residuo das amendoas é optimo alimento para o gado.

Esse oleo prodigioso serve, como lubrificante e combustivel de primeira ordem, sendo, ao mesmo tempo, de inegualavel valor, como alimento, e como materia saponifera.

Diz o *Brasil Agricola* ser deveras para extranhar que producto tão valioso só ha pouco tempo tivesse attrahido a attenção, quando representa uma tão fabulosa riqueza, ignorando talvez que, ha 53 annos passados, o commendador João Pedro Ribeiro, importante negociante que foi da praça de S. Luiz, despachou para Liverpool tres navios, levando, como parte do carregamento, côco babassú, producto que infelizmente não encontrou alli collocação, perdendo o exportador, com a experiencia, o custo e as despesas.

Na chapada de Pinheiro, nos centros do Codó, em todo o valle que margeia o Parnahiba, finalmente em todos os districtos do Maranhão, ha extensões immensas, cobertas desses palmeiraes, que enriquecem o Estado; mas, *in nomine* apenas, visto que o babassú só é aproveitado convenientemente em escala irrisoria, comparativamente áquella que poderia ser exportada, para attender aos reclamos que, constantemente, chegam de toda parte do extrangeiro, e que só excepcionalmente podem ser attendidos, devido a toda sorte de embaraços, taes como: falta de braços, ausencia de transportes, pesadissimos fretes e imposto de exportação elevado.

O mesocarpo do babassú contem uma substancia feculenta, compacta, de cor branco-violacea, tendo avultada percentagem de amido e tanino.

Como combustivel é ideal. Quasi corresponde ao melhor "anthracito" ou hulha, mas deverá tudo obedecer a tratamento por machinas.

A carnaúba

Em estado silvestre, vegeta esta palmeira em todo o Norte do paiz. No Maranhão, ha vastos campos, onde os carnaúbaes são a perder de vista e onde essas arvores podem ser contadas aos milhões de pés. Em Cajapió, S. Vicente, Vianna, Anajatuba, Vargem Grande, Munim, Codó, Pindaré, Mearim e, em quasi todo o sertão, ha dessa arvore em abundancia; mas a colheita da cera, feita de Setembro a Dezembro, durante o tempo secco, é de todo insignificante. Entretanto, é um producto muito valioso e procuradissimo, devido ás suas multiplas applicações. E' uma industria altamente remuneradora. No territorio maranhense, ha tantos ou mais carnaúbaes que no Piauhi, e, entretanto, é no mercado da Parnahiba, onde principalmente se suppre o exportador maranhense.

O Maranhão só excepcionalmente explora a carnaúba, talvez por depender isso de paciencia e trabalho.

As applicações dos productos da carnaúbeira são muitas; citaremos as que agora nos occorrem:

a) serve para fabricação de velas;

b) a madeira serve para obras finas de marcenaria;

c) o seu fructo, amargo, é muito apreciado pelo sertanejo;

d) as hastes novas produzem uma especie de sagú;

e) a raiz é reconhecida como grande rival da salsaparrilha;

f) as sementes são utilizadas como substituto do café;

g) do tronco, obtem-se um leite branco, semelhante ao do côco;

h) os ramos novos servem de forragem para o gado;

i) das folhas extrahe-se excellente fibra, que, branqueada, e exportada para a Europa, applica-se ao fabrico de chapeus.

Nos Estados Unidos, é a cera empregada na fabricação de *records* cylindricos para phonographos e gramophones, Na Inglaterra, applicam-na para lustrar certa classe de fazendas. As classificações da cera, commercialmente, são: 1ª qualidade a "amarella"; 2ª qualidade a "cinzenta" e "esverdeada"; 3ª qualidade a "gorda-parda". E' esta ultima a mais abundante.

Fibras vegetaes

Difficil é de explicar como a industria nacional não explora as fibras textis, que abundam no paiz.

São tantas as plantas fibrosas, que possuimos, nativas, que, de ha muito, não deveramos importar a juta da India. O Maranhão tem sido, constantemente, procurado para encommendas importantes de fibras vegetaes, mas, apesar dos especimes que encerra a nossa exhuberante Flora, continúa em embryão a nossa exportação, devido á falta de capitaes, de braços, e rotina dos nossos industriaes.

Dentre as nossas principaes fibras, citaremos as seguintes: malva, malvaisco ou paco-paco, nomes, que aqui se dão á planta que, em Cuba, se chama malva branca — classificação scientifica *Wallheria americana* Lin., e que tambem tem no Brasil o seu *habitat*; o coroatá, coroatá-assú, coróa, tucum. No Sul denominam o coroatá-assú de piteira, agave, gravatá gordo e gragoatá gigante.

Tão rico como é o Maranhão em fibras vegetaes, os capitaes e braços, que fossem empregados nessa industria, seriam compensados muitissimo além de toda expectativa, pois, por maior que fosse a producção, não bastaria para supprir o consumo, conforme assevera o consul americano no Rio.

Materias primas para o fabrico de papel

Os jornaes estão constantemente clamando contra a carestia do papel, oriunda da falta, que cada vez se vai tornando mais premente, de materias proprias para cellulose. Os pinhaes da Russia, Noruega, França, Inglaterra, Allemanha, do Canadá, dos Estados Unidos, etc., que, de longos annos, forneciam o maior contingente de madeiras molles para cellulose, estão quasi exhaustos, achando-se agora voltadas as vistas dos fabricantes para as mattas da America do Sul.

Temos, entre as madeiras molles, proprias para esse mistér, a imbaúba, a janaúba, o pau jangada e grande nomenclatura de outras dessa classe. Possuimos, ainda, immensa diversidade de folhas, juncos e plantas aquaticas, como sejam: canarana, mururús, folhal do campo, tabôa, em zonas baixas, alagadas, cobrindo muitas leguas de campo, entre S. Bento, Cajapió, S. Vicente, Vianna, e outros districtos.

No ponto de vista industrial são estas as preferidas, mesmo porque os poucos exemplares analysados mostraram grande riqueza em cellulose. Os gravatás, tabôa, peri-peri, lirio do valle, embiras, etc., dão de 20 a 50 % de cellulose. Temos ainda outras gramineas, bambús, bananeiras, etc. O lirio do brejo, aqui conhecido por borboleta, já attrahiu a attenção do *Jardin Colonial de France*. As suas flores são grandes e brancas, de aroma forte e delicioso para perfumaria. Os "rhizomas", compridos e pendentes, fornecem polvilho fino e alimentar, com variadas applicações industriaes, e dão alcool de optima qualidade. Entretanto, o principal valor economico da planta reside nas suas fibras, applicaveis, talvez, para cordoaria e estopa, mais positivamente vantajosas para a industria do papel, pois a analyse mostrou 48 % de cellulose na materia secca.

As castanhas de andiróba (Carapa Guianensis)

Os andiróbaes, que temos, acham-se situados, principalmente, no Munim e Axixá, Districto do Icatú.

E' ahi que têm o seu *habitat*. Situada á margem esquerda do Rio Munim, pouco acima e quasi fronteira á emboccadura do Rio Una, está a Villa do Axixá, distante cerca de 15 km. da do Icatú. Em sua maioria, entrega-se a sua população á colheita de castanhas de andiróba, de Janeiro a Junho, e ás vezes até Outubro. A castanha de andiróba é apanhada no sólo ou no rio, fabricando-se della o oleo por processo rudimentar: fervem as amendoas e deixam-n'as, durante um mez, em casa, para depois extrahirem a polpa, onde se vai deixando correr o liquido, que é recolhido em vasilha apropriada. Passam depois a massa no "tipiti", onde podem obter o resto do oleo. Esse trabalho é feito por mulheres e creanças.

Segundo dados mais ou menos approximados é o seguinte o lucro que a andiróba proporciona:

10 alqueires de castanhas a 1$200		12$000
Producção:		
Tres latas de oleo, de 25 garrafas cada		45$000
Menos o custo da castanha	12$000	
Despesas com preparo do oleo	8$000	20$000
Lucro de 125%		25$000

Por esse calculo, approximado, de uma industria tratada sem apparelhos, evidenciam-se as enormes vantagens, que auferiria um syndicato, que, adquirindo terras, explorasse os actuaes andirobaes. Em outras zonas do Estado tambem ha andirobaes nativos, mas os do Axixá são os mais faceis de explorar.

Fructo do coqueiro (Côcos Mocifera)

O Maranhão possue, relativamente, pequenos cocaes.

Terras reconhecidamente proprias para essa cultura, por serem arenosas, são: Bacurituba, Miritiba, Barreirinhas, Cajapió, Guimarães, Turi-Assú, além de muitas outras. O coqueiro costuma dar fructo, de oito annos em deante, mas, em Bacurituba, desde tres annos, já começam a dar cacho.

Todos os productos, oriundos do coqueiro, são aproveitados; mas, o principal delles é a noz, cortada e secca ao sol ou em estufa. Seu valor é consideravel, por conter de 50 a 70 % de oleo, sendo applicavel á fabricação de manteiga vegetal, que não póde admittir falsificação, e, portanto, nenhum prejuizo póde trazer para a saude dos consumidores.

A cultura do coqueiro póde ser feita em toda a zona tropical; não exige cuidados especiaes, nem requer grandes capitaes. Emprega-se o oleo do côco, como materia prima para fabricação de sabão, de velas e de pomadas e, bem assim, nas padarias, nas fabricas de biscoitos e confeitarias, onde substitue a manteiga de cacau.

De sete annos em deante, o valor de uma plantação augmenta até tornar-se verdadeira mina de oiro!

Guttapercha

Essa arvore é a nossa "massaranduba", e como é uma das madeiras que abundam nas mattas maranhenses, seria muito para desejar que fosse explorada; pois a "balata" é um producto raro e rico. A difficuldade está em descobrir qual é a que dá o latex conveniente, pois temos massaranduberas de duas ou tres especies.

Todas dão leite, mas só o de uma das qualidades é o que serve para a industria, porque o producto fabricado é maleavel, flexivel e não quebra.

As demais qualidades não prestam, porque a "balata" resulta dura e quebradiça. A exploração dessa industria, para ser feita em regra, deveria obedecer a um plantio methodico e a um cultivo conveniente.

Mamona ou carrapato

Como é notorio, os mercados de todo o mundo se estão utilizando, com grande vantagem, do oleo extrahido da baga da mamona, da qual provém o oleo de ricino, quando purificado.

Quasi se póde dizer que, no Maranhão, tem o carrapateiro o seu *habitat*, porque em qualquer terreno se vê essa planta nascer e crescer em grande profusão, á toa, como se costuma dizer, sem que tenha sido plantada, ao contrario do que succede no Sul do Brasil, onde se requer terreno forte e bom, sem o que se não desenvolve. O que convem é plantar sómente a semente verdadeiramente boa, e nós a temos, abundante por todo o interior. A baga maior, quasi preta, rajada de escuro, é a melhor. A de bagos brancos, rajados de côres, não presta; dá, relativamente, muito pouco oleo. As sementes da mamoneira boa encerram cerca de 45 % de oleo. São muitas as applicações do oleo de mamona, excellente para luz, lubrificante e para sabonetes finos.

Productos oleosos

O Maranhão, além dos productos oleosos de que temos tratado especialmente, muitos outros tem dos quaes mencionaremos alguns:

Sementes de algodão.

Amendoim (cujo oleo é semelhante ao da amendoa doce).

Gergelim (*Sesamum indicum*).

Copahiba (*Copaifera officinalis*).

Cumarú, fava da India, fava-tonka (*diptery-a-odorata*).

Pinhão bravo (*Gastropha Curcas*), cujas sementes produzem de 35 a 40 % de oleo. Os residuos contêm 4 % de azoto, 2 % de acido phosphorico e 2 % de potassa.

Bacuri (*Platonia insignis*). Os caroços dão um bello oleo consistente.

Castanhas de Sapucaia (*Lecythis*).

Buriti (*Mauritia vinifera*). E' a polpa que dá o oleo.

Castanhas do cajueiro (*Anacardium*). O cajueiro é uma das arvores mais communs no Estado. A castanha dá um oleo caustico. A casca da arvore tem tanino em proporção consideravel. A resina é succedanea da gomma arabica. Analyse feita deu o seguinte resultado: 47,13 % de materia graxa, 9,7 % de substancias azotadas e 5,9 % de amylo.

Temos muitas outras materias primas, das quaes citaremos ainda algumas, como sejam:

Casca de mangue (*avicennia nitida*).

Cascas de angico (arvore especie de acacia) adstringente.

Cascas de cajueiro (*anacardium occidentale*) adstringente, e outras muitas, que fornecem "tanino", necessario para cortumes.

Para côres diversas, temos:

Anileira (*indiofera tinctoria*), leguminosa, de cujas folhas e hastes se extrahe o anil.

Urucú — substancia tintorial, que reveste as sementes do urucuzeiro de tão facil cultivo entre nós.

Madeiras

Neste genero, mais rica não poderia ser a Flora do Maranhão. Entre as diversas especies de madeiras, proprias para construcção, civil e naval, e tinturaria, temos: a aroeira, o arco-preto, o arco-amarello, o arco verde-negro, o bacuri vermelho, e bacuri branco, o guabijú, a massaranduba, o pau roxo, a sapucaia, o angelim de côco, angelim borena, o cutiúba, o guandí, o piquí vermelho, a sucupira branca e preta, a tatajuba tinta, amarella, preta, e tatajuba póca, a andiróbeira, a almecega, a anajuba amarella e preta, a arariba, o cajueiro bravo, o cedro branco e vermelho, cururú, a cupahuba, o cumarú, a caroba, a imbaúba, o jundia, o loiro, a paparaúba branca e amarella, a pitombeira, a sucupira, a sumaúma, o tamanco, a timbaúba, a gororoba, o imburahitá, o jutahi, o jatobá, o pau santo, o angico, a bacutiara, o condurú, o jacarandá, a guarapiranga, a piquirana, a secantan e a tatajuba, tinta e violeta.

Ao sr. José Pedro Ribeiro, um dos mais cultos e mais competentes negociantes desta praça, devemos a gentileza de muitos dos informes que neste capitulo se encontram.

IX

Mineraes e constituição geologica

Não se póde avaliar, ao certo, a riqueza mineral do Estado.

Do que nos foi dado colher, podemos asseverar existirem minas de oiro no Municipio do Turi-Assú, tornando-se mais notaveis as seguintes: de "Pirocaua", antigamente do fallecido José Gonçalves Teixeira, no Prata, onde esteve a Companhia de Mineração Maranhense, em 1855; da "Revirada", no Rio Tromahi, e as dos centros, entre os rios Maracassumé e Gurupi. Dizem os moradores do Gurupi, que para cima do Prata, existe a celebre Serra de Santa Catharina, que é, como um segundo *El-Dorado* e, como tal, ninguem ainda a descobriu, nem o seu oiro, que é tanto como areia!

Destaca-se, entretanto, de todos estes terrenos auriferos, uma área de 18 km.², donde o seu proprietario extrahiu, de uma mina, então descoberta (1876), em um só dia, e com o trabalho de oito homens, 1.419 oitavas de oiro, de 22 quilates, inclusive pedras de oiro massiço, de 50 a 285 oitavas, e onde, mais tarde, um trabalhador encontrou e subtrahiu uma pedra de oiro de cerca de dois kilogrammas (oiro massiço).

Todo esse oiro foi encontrado em pouco mais de 0,22 m. do nivel do sólo.

Estes informes que aqui ficam nos foram fornecidos por cavalheiro da maior respeitabilidade — o illustre coronel Virgilio Domingues da Silva, natural daquelle municipio, e perfeito conhecedor delle, onde viveu e residiu por muitos annos.

E nem seria preciso invocar testemunho tão valioso. O proprio auctor destas linhas tem visto, por innumeras vezes, garrafas de oiro em pó e *pepitas*, que são vendidas por muito bom preço no mercado.

Além destas minas, dizem haver outras em Piranhas (Districto de Santa Helena), nas cabeceiras dos rios Pindaré, Gurupi, Cabello de Velha, Prata (Santa Helena), em Pinheiro, Remanso do Marianna, em Vinhaes, Itapari, etc.

Não se deve, entretanto, a informações taes dar todo o credito, porque geralmente os curiosos, que se dizem mineiros, confundem as pyrites amarellas com pedras contendo oiro.

De *cobre*, sabe-se que ha minas no Grajahú, sendo o seu territorio conhecido, de longa data, como dos mais ricos do Estado, não só nesse, como em outros mineraes. A's primeiras explorações do dr. Oscar Henning e do coronel Mollara, engenheiros que, por conta da Mineração Maranhense, alli foram em 1856, vieram juntar-se, mais tarde, as do engenheiro visconde de Saint'Amand, confessando, todos, a existencia desse minerio, "em verdade de qualidade superior, mas em pequena quantidade"; o que parece estar, mais ou menos, de accôrdo com a opinião do illustre engenheiro Antonio Dias, que diz:

> « Os pedaços de cobre, que se encontram no Grajahú e em quasi toda a região, onde se observa a rocha basica do grupo dos lamprofiros, são de segregação magmatica difusa — sem nenhuma possibilidade de exploração. »

Além destas, consta haver jazidas de *sal* no Grajahú e na Barra do Corda; de *ferro*, no Codó, em terras da Fazenda "União", pertencente aos herdeiros do tenente-coronel Francisco Emilio Vianna, e nas Serras de Tiracambú e Pastos Bons; de *enxofre*, na Cachoeira, perto do Rosario; de *carvão mineral*, no Codó, Arapapahi e Vinhaes, onde se encontram paus fosseis e ambar ou resina fossil; de *marmore* e outras *substancias calcareas*, no Brejo, nas margens do Rio Grajahú, 6 leguas abaixo da cidade do mesmo nome, em

Caxias e Alcantara; de *crystaes de rocha*, em S. José dos Mattões; de *saphiras*, nas Serra de S. Bernardo da Parnahiba; de *sulfato de sodio*, no Rio Iguará, descobertas pelo padre Joaquim José Pereira, em 1799; de *salitre* (*nitrato de potassio*), em Alcantara, descobertas em 1797 pelo coronel Antonio Correia Furtado de Mendonça; de *zinco*, *platina*, *arsenico e prata*, na Cidade de Grajahú e nos seus arredores; e, finalmente, os *celebres apicuns das salinas geraes*, no Municipio de Cajapió, e onde todos os annos coalha naturalmente tão grande quantidade de sal, que, se fosse aproveitado, seria sufficiente para o consumo do Norte do Brasil. Estes *apicuns* demoram a Oéste da Bahia de S. Marcos e são cortados por varios igarapés, que dão accesso a embarcações de differentes lotações.

Constituição geologica

Os extrangeiros Sellow, Eschwege, Spix, Pissis, Martius, Wan Lede, etc. e os brasileiros visconde de S. Leopoldo, marechal Cunha Mattos, José Bonifacio, Alexandre de Gusmão, etc. occuparam-se com o estudo dos terrenos de Minas Geraes, Santa Catharina, Rio de Janeiro e de outras provincias do Sul; e do Norte apenas nos diz o dr. Sigaud, o seguinte:

« A Geologia das provincias do Norte tem sido menos estudada, que a das provincias do Sul e centro do Imperio.

As indagações e observações de Humboldt sobre a Guiana, parece-me, que devem ser applicadas á parte do continente americano, comprehendido no hemispherio austral entre o Rio S. Francisco e o Amazonas. »

Por esta falta de estudos especiaes apenas podemos dizer que o terreno é composto de areia, pedra, argilla, differentes sulfatos de cal, de alumen, de ferro, e restos de vegetaes em putrefação, o que faz mudar muito as suas propriedades e apparencia.

Em recente trabalho, publicado pelo illustre engenheiro Antonio Dias, que ha pouco se recolheu de penosa exploração pelo interior do Estado, lê-se o seguinte:

« O sertão revela-se na chapada: é uma savana continua, uma peneplaina, ella se extende sobre o Maranhão, alastrando-se pelo Piauhi e Goiaz e desfazendo-se em plainos, ao abeirar-se do littoral.

Sem relevo determinado, não apresentando fórmas estructuraes, nem alinhamentos, a peneplaina maranhense dá a impressão de um vasto mar ondulado, que se tivesse, num dado momento, immobilizado.

De origem recente, estas terras prendem-se a formações lagunares, dos fins do terciario, que contribuiram para a peneplainização do *horst* fundamental, que, até ao começo do quaternario, emergia.

E assim, nestes sedimentos argillo-arenosos, crearam-se a vegetação tipica das savanas, as "florestas galerias", beirando os rios, os arbustos rachiticos e enfesados.

O relevo do sólo é uma ruina; neste elemento molle, a erosão delineou as fórmas mais bizarras, ora pincaros altaneiros, simile de serranias, que se extendem majestosas, sem directriz, taboleiros, chapadões abahulados, plainos, cabeços, vales recortados, todos os typos cahoticos, emfim, de peneplainização. »

X

Ethnographia

Como em todo o paiz, tres foram os elementos que, caldeados, no Maranhão contribuiram para a constituição da Nacionalidade Brasileira, a saber: — o *indigena*, ou dos primeiros habitadores da terra descoberta; o *portuguez*, ou o dos descobridores e primeiros colonizadores; e o *africano*, que só mais tarde apparece, importado pelo trafico. Não temos, infelizmente, estatistica de coisa alguma, e, assim, quasi impossivel se torna determinar o valor numerico ou a extensão do contingente com que cada um delles contribuiu ou vai contribuindo para a formação final do typo brasileiro.

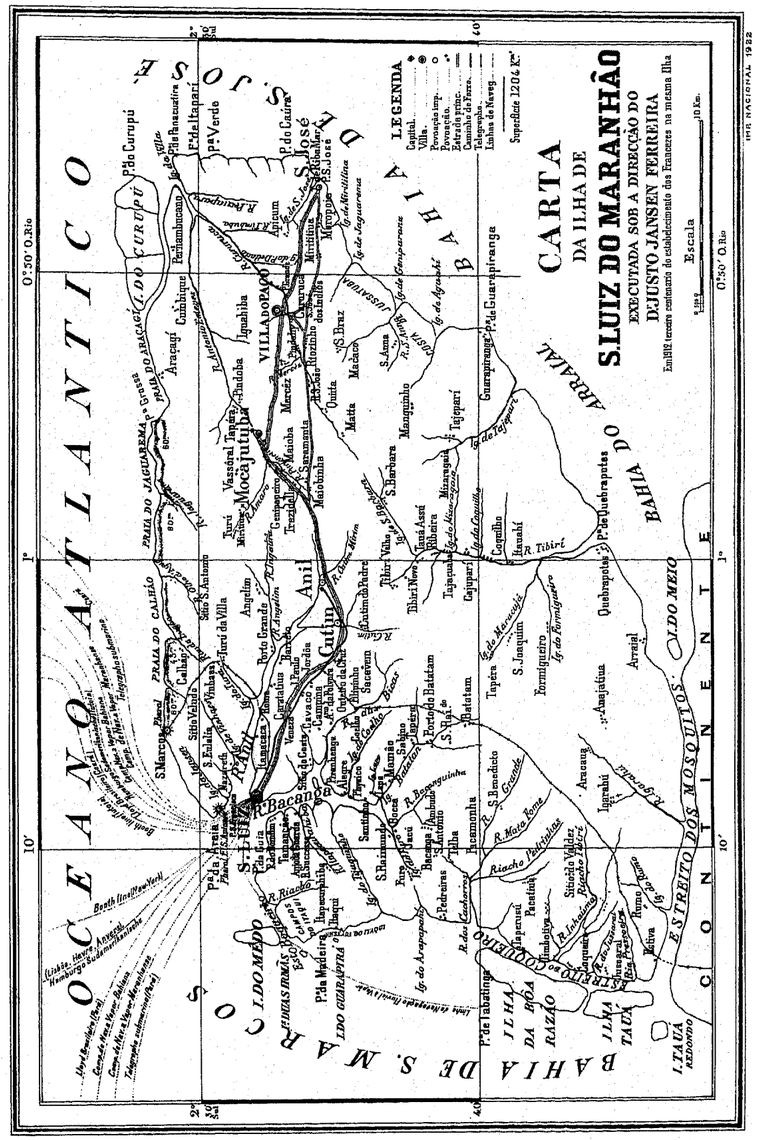
Data de 1761 a primeira introducção de africanos no Maranhão. Foram o Congo, Angola, Benguela, Cacheu e Cabinda os portos que maiores contingentes nos forneceram. Perdeu-se o numero dos que, annualmente, nos vieram até 1811. Dos que entraram dos portos d'Africa e de outros do Brasil, é esta a estatistica durante os annos seguintes:

Em 1812.....	1.672
Em 1813.....	1.729
Em 1814.....	2.513
Em 1815.....	3.476
Em 1816.....	3.377
Em 1817.....	8.028
Em 1818.....	6.636
Em 1819.....	6.058
Em 1820.....	2.864
	36.353

Não entram, neste numero, os que vieram da Bahia, por terra, para Caxias.

Dos aborigenes — diz, com toda a sua auctoridade, o padre Claude d'Abbeville, existiam, em 1612, só na Ilha do Maranhão, 12.000 indios Tupinambás, distribuidos em 27 aldeias, não contando os de Tapuitapera e Cuman, disseminados em 11 aldeias, e os conhecidos pelos nomes de Tapuios, Tabajaras e Taramambés. Em 1872, era o Maranhão, com o Rio de Janeiro, Bahia, Minas Geraes, Espirito Santo e S. Paulo, uma das provincias em que o elemento africano mais condensado se achava. Explica-se isto mui facilmente — diz Wappœus "se considerarmos que os seus representantes primitivos eram escravos, e que houve tres causas que concentraram a escravatura em certas zonas: lavoira do assucar e do algodão (Maranhão, Pernambuco, Alagôas, Sergipe e Bahia), a mineração (Bahia, Minas Geraes, Goiaz e Matto-Grosso), e modernamente o café (Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes)".

Pelo que diz respeito ao *portuguez* — affirma João Lisboa, se os degradados concorreram para a povoação desta parte do Brasil, foi em escala muito diminuta e, sobretudo, inferior a de outras capitanias; e os seus verdadeiros elementos de povoação e colonização encontram-se nas expedições militares, nas remessas de tropas para a guarnição das


OCEANO ATLANTICO
BAHIA DE S. MARCOS
BAHIA DE S. JOSÉ
ARAIAL DO MEIO
CONTINENTE
CARTA
DA ILHA DE
S. LUIZ DO MARANHÃO
EXECUTADA SOB A DIRECÇÃO DO
DJUSTO JANSEN FERREIRA
LEGENDA
Escala
Superficie 1204 Km²
S. Luiz
Alcantara
Guimarães
Tutoya
Mocajutuba
Anil
Cutim
Bacanga
Quebrapotes
Arraial
Amapatina
Tapera
Formigueiro
S. Joaquim
Manguinho
Miritiba
Iguahiba
Apicum
Cajupary
Tibiri Velho
Tibiri Novo
Caniço
Cajupiranga
Guarapiranga
Tajipary
Matta
Quinta
Macaco
Marcos
Maioba
Taramanda
Vassoural Tapera
Cantagallo
Trezidella
Angelim
Porto Grande
Jordão
Jamapa
Ponta Grossa
Ponta Seca
Ponta Negra
Ponta Verde
Ponta Fina
Ponta Fria
Ponta Pedras
Ponta Pedreiras
Ponta Tabatinga
Ponta Tijolo
Ponta Tijolinho
Ponta Tijolinho Grande
Ponta Tijolinho Pequeno
Ponta Tijolinho Pequeno
Ponta Tijolinho Grande

fortalezas, e nos casaes de colonos que, por centenas, partiam do reino e das ilhas. Nos *Annaes de Berredo*, não raro é encontrar-se noticia de numerosas levas de colonos, desde 1618 e 1676.

Foi, porém, esta colonização mui limitada até 1755, data da instituição da *Companhia Geral do Commercio*, tomando, dessa epocha em deante, proporções avultadas o trafico de africanos, até então feito, a espaços, e irregularmente. De uma pequena estatistica que encontrámos, vê-se que, de Fevereiro de 1853 a Dezembro de 1856, foram importados 887 colonos, sendo: 847 portuguezes e 40 chinezes.

O cruzamento destas tres raças, — indigena, branca e africana, produziu grande numero de variedades, por vezes difficeis de distinguir e classificar.

No Maranhão dão-lhe as denominações muito communs de — *mulatos, mestiços, creoulos, caboclos e carafuz ou cafuz.*

> « As populações que já entraram no amalgama — diz o erudito Rocha Pombo, têm o seu dominio desde o Maranhão até á Bahia, alcançando uma média de cerca de 50 % da população total. Do Espirito Santo para o Sul decresce o numero de mestiços, muito sensivelmente, até attingir o minimo de percentagem em Santa Catharina, onde é de cerca de 15 %. »

Explica-se isto muito naturalmente: toda esta ultima parte do nosso littoral até o Rio Grande do Sul foi, quasi que exclusivamente, povoada por europeus (açorianos e hispanhóes), sendo, logo de começo, recalcados os Indios para além da Serra do Mar. Muitos Estados têm população branca inferior a 50 %, sendo que no Maranhão, Piauhi, Alagôas, Sergipe, Bahia, Goiaz e Matto-Grosso é inferior áquella percentagem.

No Maranhão, não obstante o cruzamento havido, não raro encontram-se ainda negros, retintos, com todos os caracteristicos dos primitivos africanos importados.

No pouco que fica dicto vê-se que o elemento europeu tem a sua zona de densidade maxima no Sul do paiz, predominando: em S. Paulo, o forte contingente italiano; no Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul o allemão.

No Maranhão surge, de alguns annos a esta parte, um elemento novo — *o elemento syrio.* Minguado a principio, tem-se ido avolumando, dia, a dia, constituindo, hoje, um contingente numeroso, forte e poderoso, e que começa a ter um valor, que não é para desprezar. Nada miscivel por emquanto, é possivel que, afinal, ao cabo de duas ou tres gerações, entre francamente em fusão.

XI

Municipios e povoações

Divide-se o Estado do Maranhão em 65 municipios que, por ordem alphabetica, são os seguintes:

1º. *Alcantara* — Comprehende: Alcantara (cidade), das mais antigas do Estado, séde do Municipio; e S. João de Côrtes, Raimundoçú, Retiro, Canaratiúa e Sant'Anna (povoações).

2º. *Anajatuba* — Comprehende: Anajuba (villa), séde do Municipio; e Bacabal, Olho d'Agua, Picada, Matta e Porto das Gabarras (povoações).

3º. *Arari* — Comprehende: Arari (villa), séde do Municipio; e Curral da Egreja, Bomfim, Mucura e Santo Antonio (povoações).

4º. *Araioses* — Comprehende: Araioses (villa), séde do Municipio; e Carnaúbeiras, Conceição, Magú, Porto da Barra, Mariquita (povoações).

5º. *Axixá* — Comprehende: Axixá (villa), séde do Municipio; e Ruy Vaz, Santa Rosa, Centro Grande, Bom Jardim, Cachoeira Grande (povoações).

6º. *Bacabal* — Comprehende: Bacabal (villa), séde do Municipio; e S. José, Lagem do Curral, Paraiso (povoações).

7º. *Barão de Grajahú.* — Comprehende: Barão do Grajahú (villa), séde do Municipio; Caraibas (povoação).

8º. *Barra do Corda* — Comprehende: Barra do Corda (cidade), séde do Municipio; Ourives, Papagaio, Axixá, Coceira, Curador (povoações).

9º. *Barreirinhas* — Comprehende: Barreirinhas (villa), séde do Municipio; Morro Alto, S. Domingos, Mandacarú (povoações).

10. *Benedicto Leite* — Comprehende: Benedicto Leite (antiga foz do Balsas), villa, séde do Municipio.

11. *Brejo* — Comprehende: Brejo (cidade), séde do Municipio; Herculanopolis (antigo Porto da Repartição), Ponte Nova do Mocambo, S. Benedicto, Areias, Riacho do Meio, José Gomes, Carnahúba Torta, Veado Branco, Angical (povoações).

12. *Buriti* — Comprehende: Buriti (villa), séde do Municipio; Mocambinho, Boqueirão, Marroás, Morros, Constancionopolis, Barra Nova (povoações).

13. *Cajapió* — Comprehende: Cajapió (villa), séde do Municipio; S. Bento de Bacurituba, S. José de Bacurituba, S. Lourenço (povoações).

14. *Capital* — Comprehende: S. Luiz, (capital do Estado), séde do Municipio; Vinhaes e Bacanga, antigas freguezias; Anil, Cutim do Padre, Turú, Boqueirão, etc. (povoações).

15. *Carolina* — Comprehende: Carolina (cidade), séde do Municipio.

16. *Carutapéra* — Comprehende: Carutapéra (villa), séde do Municipio; Colonia Militar ou Curato de S. Pedro do Gurupi, Maracaquéra, Coimbra, Porco Magro, S. Lourenço, Pindobal (povoações).

17. *Caxias* — Comprehende: Caxias (cidade), a segunda do Estado em população, commercio e riqueza, séde do Municipio; Villa Industrial (outr'ora Ponte), Trezidélla (freguezia), Sanharó, Montevidéo, Guariman, Aguas Grandes, Engenho d'Agua, Alto da Cruz, Puroqué, Lagôa da Pindoba, Cangalheiros, Taboca, Olho d'Agua, Ininga, Ladino, Mundo Novo, Riachão (povoações).

18. *Chapadinha* — Comprehende: Chapadinha (villa), séde do Municipio; Bom Successo (povoação).

19. *Codó* — Comprehende: Codó (cidade), séde do Municipio; Colonia Petropolis, Santa Filomena ou Mattões do Caboclo, Frecheiras, Lagôa dos Patos, Bocca da Matta, Jatibá, Lagôa dos Ferreiros (povoações).

20. *Coroatá* — Comprehende: Coroatá (cidade), séde do Municipio; Pirapemas, Mattões, Campo das Pombinhas, Colonia Conceição (povoações).

21. *Curralinho* — Comprehende: Curralinho (villa), séde do Municipio; Boqueirão, Corôa da Onça, Vargem Redonda (povoações).

22. *Cururupú* — Comprehende: Cururupú (cidade), séde do Municipio; Roça de Baixo, Bacuri, Canadá, Santa Ma-

gdalena, Cururupú do Motta; Soledade, Paxibal, Tapéra, Rumo, Turirana, Itereré, S. Gonçalo, Serrano, Guajurutiúa, Bacuripanan, S. Benedicto, Caçacoeira (povoações).

23. *Flores* — Comprehende: Flores (villa), séde do Municipio; Santo Antonio (povoação).

24. *Grajahú* — Comprehende: Grajahú (cidade), séde do Municipio; Serra da Cinta, Serra Negra, Campo Alegre, Lagôa da Telha, Caiçara, Poço Azul (povoações).

25. *Guimarães* — Comprehende: Guimarães (cidade), séde do Municipio; Rio Grande, Joaquim Antonio, Soledade, Monte Christo, Gurutil, Encontro, Jacuman, Oiteiro, Pericuman, Caranguejo, Oriente, Pindobal, Anajá, Freichal, Rabeca, Cedral, Jacaréguara, Puca, Concordia, Parati, Mirinzal, Urú (povoações).

26. *Icatú* — Comprehende: Icatú (villa), das mais antigas, séde do Municipio; e Maparucáia, Tatuába, Ribeira, Juasatuba, Salgado, Bocca do Rio, Santa Rosa (povoações).

27. *Imperatriz* — Comprehende: Imperatriz (villa), séde do Municipio; Angical (povoação).

28. *Itapecurú-Mirim* — Comprehende: Itapecurú-Mirim (cidade), séde do Municipio; Lagem-Grande, Pombinhas, Caximbos do Motta, Caximbos dos Berredos, Cantanhedes, Kelrú, Ipiranga, Leite, Succo Grande (povoações).

29. *Loreto* — Comprehende: Loreto (villa), séde do Municipio; S. Felix de Balsas, S. Raimundo (povoações).

30. *Macapá* — Comprehende: Macapá (villa).

31. *Mattinha* — Comprehende. Mattinha (villa).

32. *Mirador* — Comprehende: Mirador (villa), séde do Municipio; e Santo Antonio do Brejão, Sitio do Meio, Engeitado, Sitio Fundo dos Curraes, Pesqueiro, Alegre (povoações).

33. *Miritiba* — Comprehende: Miritiba (villa), séde do Municipio; Primeira Cruz, Achuhi, Areinha, Santo Amaro, Carrapatal, Santa Clara, Riacho, Curralinho, Espigão, Boa Vista, Santa Anninha, Ilha do Gato, Cedro, Serraria, Cassó, Vacca Velha, Freicheiras, Rampa, Bella Agua (povoações).

34. *Monção* — Comprehende: Monção, séde do Municipio; Engenho Central e S. Pedro (villas), Jacarehi, Barradas, Boa Vista, Santa Ignez, Colonia Pimentel (povoações).

35. *Monte Alegre* — Comprehende: Monte Alegre (villa).

36. *Morros* — Comprehende: Morros (villa), séde do Municipio; Cachoeira Grande (povoação).

37. *Nova York* — Comprehende: Nova York (villa), séde do Municipio; Porto Seguro, S. José (povoações).

38. *Paço do Lumiar* — Comprehende: Paço do Lumiar (villa), séde do Municipio; Geniparana, Mocajutuba, Iguahiba, Turú Grande, Miritiba, Rio do Amaro, Genipapeiro, Maióba, Matta, Macaco, S. Braz, Pindahi, Rio S. João (povoações).

39. *Passagem Franca* — Comprehende: Passagem Franca (villa), séde do Municipio; Tuhi, Buriti do Novato (povoações).

40. *Pastos Bons* — Comprehende: Pastos Bons (villa), séde do Municipio; Roçado (povoação).

41. *Pedreiras* — Comprehende: Pedreiras (villa), séde do Municipio; Trezidélla (povoação).

42. *Penalva* — Comprehende: Penalva (villa), séde do Municipio; Barro Vermelho (povoação).

43. *Picos* — Comprehende: Picos (cidade), séde do Municipio; Buriti Bravo, Almeida (povoações).

44. *Pinheiro* — Comprehende: Pinheiro (cidade), séde do Municipio; Pacas, Bom Viver, Santa Helena, Santo Antonio, Gama, Fortaleza, Porto Grande, Faveira, Porto de Santa Cruz, Chapada, Enseada, Pedrinhas (povoações).

45. *Porto Franco* — Comprehende: Porto Franco (villa).

46. *Riachão* — Comprehende: Riachão (villa), séde do Municipio; Boa Esperança (povoação).

47. *Rosario* — Comprehende: Rosario (cidade), séde do Municipio; S. Miguel (antiga freguezia), S. Simão, Carmo, Peri do Baixo, Peri de Cima, Cachoeira, Mocambo, Areias, Itaipú, Pirangi, Curimatá, Esplanada, Villa Nova (povoações).

48. *Santo Antonio e Almas* — Comprehende: Santo Antonio e Almas (villa), séde do Municipio; Jacióca, Quindiúa, Juraraitá, Monte Palma, Macapá (povoações).

49. *Santo Antonio de Balsas* — Comprehende: Santo Antonio de Balsas (villa).

50. *S. Bento dos Perizes* — Comprehende: S. Bento (cidade), séde do Municipio; Outra Banda, Oratorio da Palmeira, Pachorra (povoações).

51. *S. Bernardo do Parnahiba* — Comprehende: S. Bernardo (villa), séde do Municipio; Cajueiro, Santo Eugenio, Melancias, Santo Antonio, Coqueiro, Porto Formoso, Buriti (povoações).

52. *S. Francisco* — Comprehende S. Francisco (villa), séde do Municipio; Queimadas, Maroim, Almecega, Carahibas, Manga (povoações).

53. *Santa Helena* — Comprehende: Santa Helena (villa), séde do Municipio; Queimadas, Rosario (povoações).

54. *S. João dos Patos* — Comprehende: S. João dos Patos (villa), séde do Municipio; Sucupira, Madre de Deus (povoações).

55. *S. José dos Mattões* — Comprehende: S. José dos Mattões (villa), séde do Municipio; Brejo de S. Felix, Bonito, Buriti Cortado (povoações).

56. *S. José do Ribamar* — Comprehende: S. José de Ribamar (villa), séde do Municipio; Moropoia, Mojó, Itapari, S. José do Logar dos Indios (antiga freguezia), Itaparipéua, Pau Deitado, Timbuba, Cannaviciras, Panaquatiúa, Apicum (povoações).

57. *S. Luiz Gonzaga* — Comprehende: S. Luiz Gonzaga (villa), séde do Municipio; S. Lourenço, Pau d'Arco (povoações).

58. *Santa Quiteria* — Comprehende Santa Quiteria (villa).

59. *S. Vicente Ferrer* — Comprehende: S. Vicente Ferrer (villa), séde do Municipio; Pedras, Quiá, Sant'Anna, Ambude, S. João, Capim-Assú, Itapecurú, S. Marcos, Rio do Peixe (povoações).

60. *Turi-Assú* — Comprehende: Turi-Assú (cidade), séde do Municipio; Colonia, Amelia, Jardim do Maracassumé, Jamari, Capoeira Grande, Igarapé-Assú, Mutuóca, Redondo, S. José, Diamantino, Caiencoena, Estandarte, Castanhal, S. João, S. Fidelis, Cajual, Sant'Anna (povoações).

61. *Tutoia* — Comprehende: Tutoia (cidade), séde do Municipio; Barro Duro, Rio Novo (povoações).

62. *Vargem Grande* — Comprehende: Vargem Grande (villa), séde do Municipio; Manga, S. Benedicto (povoações).

63. *Vianna* — Comprehende: Vianna (cidade), séde do Municipio; Maracassumé, Ricôa, Villa a Nova, Capim, Aquiri, Itans (povoações).

64. *Victoria do Alto-Parnahiba* — Comprehende: Victoria do Alto-Parnahiba (villa).

65. *Victoria do Baixo-Mearim* — Comprehende: Mearim ou Victoria (villa), séde do Municipio; Lapella, Santa Cruz, Arraial, S. José, S. Benedicto, Matta do Boi, S. Bartholomeu, Japão, Jaguari (povoações).

XII

Instrucção publica

De dados, fornecidos pela Secretaria do Interior, é que se encontram na *Mensagem*, apresentada ao Congresso do Estado, na 2ª sessão da 10ª legislatura, em 5 de Fevereiro do corrente anno (1920), pelo seu honrado presidente, sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo, consta o seguinte a respeito dos nossos estabelecimentos de ensino e o que com este se despende:

Na capital:

Lyceu Maranhense (equiparado ao Collegio Pedro II e com um curso profissional, destinado ao preparo de professoras normalistas); Escola Modelo Benedicto Leite; 9 grupos escolares; 4 escolas isoladas na cidade; Aprendizado Agricola Christino Cruz, no logar Maiobinha, destinado ao preparo de feitores agricolas.

No interior:

1 grupo escolar em Caxias; 20 externatos; 119 escolas mixtas; 34 escolas do sexo masculino.

Despendem os cofres publicos com os mencionados estabelecimentos:

Lyceu Maranhense	149:478$600
Escola Modelo Benedicto Leite	27:600$000
10 grupos escolares e escolas primarias	332:100$000
6 externatos 14 escolas, o seminario de Santo Antonio, Asylo de Santa Thereza e a escola do Centro Caixeiral	20:680$000
Aprendizado Agricola Christino Cruz	63:138$240
Total	521:996$840

« Pelas estatisticas deficientissimas, que me foram apresentadas, — accrescenta o presidente do Estado na sua já referida *Mensagem*, — deprehende-se que é quasi nullo o resultado que se colhe desse dispendio, o qual representa para o Estado um sacrificio, embora necessario.

Esse resultado deploravel corresponde ás queixas que me chegam de toda parte, de um lado sobre as más condições em que, entre nós, é dado o ensino e, quando não seja isso, sobre o pouco zelo com que elle é ministrado.

Em geral, pelo que sei, as nossas escolas estão installadas em predios inapropriados e lhes falta quasi que por completo o material escolar adequado. E' de urgente necessidade providenciarmos a respeito deste assumpto primordial.

Acredito que, mesmo appellando para o concurso dos municipios, poderemos com um pouco de esforço installar nossas escolas em edificios relativamente confortaveis, ao menos limpos e asseiados. Sobre o material escolar o Estado deve prover.

No professorado devem ser rigorosamente exigidas as necessarias condições de aptidão — competencia, zelo, moralidade. No provimento dos logares é de indeclinavel necessidade afastar inexoravelmente qualquer outro interesse que não seja o do ensino.

Não é só a capital que precisa de bom ensino. Pelo quadro acima vê-se que, ao passo que aqui existem nove grupos escolares, no resto do Estado inteiro só existe um, em Caxias. Dizem-me que esta desproporção chocante prende-se á aversão que têm as nossas normalistas de acceitarem cargos no interior, querendo todas uma collocação nesta cidade.

E' natural este facto, porque, possuindo o Estado sómente nesta capital a sua Escola Normal, os filhos do logar com mais facilidade a frequentam, e depois de diplomados preferem exercer a profissão aqui mesmo. E' preciso atinar com um meio de lhes despertar interesse em se deslocarem, indo para o interior.

Tudo isto está a indicar que o nosso serviço de instrucção publica carece de uma revisão cuidadosa. E' preferivel que tenhamos um serviço mais modesto, porém bom e verdadeiramente efficiente, do que um outro mais extenso, mas do qual se não colha proveito apreciavel. E' melhor possuirmos menor numero de escolas installadas em predios apropriados e limpos, dotados com um material escolar, senão completo, o imprescindivel em uma escola moderna, dirigidas por professores dignos deste nome, do que termos um grande numero dellas sem casa decente, sem mobilia e sem mestres capazes. Daquellas, poucas embora, nós obteremos um resultado certo, o qual nos habilitará em breve a tornar o serviço muito mais extenso e completo; das ultimas nós só conheceremos o effeito pelo peso orçamentario que acarreta, com o dispendio de dinheiro publico em vão, inutilizando recursos que seriam melhor empregados no serviço bem organizado e impedindo dest'arte a realização de uma boa organização.

Possuimos um bom inicio de ensino profissional agricola no Aprendizado Christino Cruz. E' um estabelecimento digno de attenção e que precisa ser desenvolvido convenientemente.

Cogito de augmentar-lhe a área, de dar recursos para a adubação chimica e para installação de um systema de irrigação. Já auctorizei tambem o director a adquirir material para a construcção de um edificio, proporcionando accommodação para 150 alumnos. Ha tambem necessidade de ser fundado, annexo ao aprendizado, ainda com existencia autonoma, um laboratorio de analyse e pesquisas agronomicas. »

*

Possue, tambem, o Maranhão uma faculdade de Direito. Fundada, aos 28 de Abril de 1918, principiaram suas aulas a funccionar em 1 de Julho do mesmo anno.

O Congresso subsidiou-a com 10:000$, no exercicio de 1919-1920, e, com 15:000$, no de 1920-1921.

Isto, quanto á instrucção, ministrada ou subsidiada pelo Estado.

*

Pelo que diz respeito ás escolas municipaes da capital, vê-se de um annexo, sob n. 4, que acompanha o ultimo *Relatorio* do prefeito, que a matricula total, em Setembro, attingiu a 951 creanças; do sexo masculino, 391; do sexo feminino 560; de menos de 13 annos, 586; de mais de 12 annos, 295; de mais de 15 annos, 70; augmento da matricula em relação ao mez anterior, 24. Frequencia total 9.998; média de frequencia mensal, 507; augmento da frequencia, em relação ao mez anterior, 12.

As escolas do interior do Municipio registaram durante o referido mez de Setembro, matriculas 314; frequencia, 213.

*

Permanece a deficiencia de dados estatisticos, referentes ao ensino particular.

Não obstante, entre os diversos estabelecimentos de ensino, existentes na capital, força é destacar os seguintes: Escola Normal Primaria, Instituto Rosa Nina, Educandario Maria Auxiliadora, Instituto Modelo e Instituto Fernandes (equiparados ao Curso Profissional); collegios: do Sagrado Coração de Maria e de Nossa Senhora da Conceição, para meninas, e institutos S. José e Gomes de Sousa, fundados, aquelle pelo provecto educador Domingos Affonso Machado, este, pelo distincto professor Gilberto Maia Costa.

XIII

Saude publica

As molestias que determinam maior numero de obitos na capital são as seguintes: molestias do apparelho digestivo; impaludismo, em suas diversas fórmas; molestias do systema nervoso, tuberculose, molestias do apparelho circulatorio, especialmente as lesões cardiacas; molestias do apparelho respiratorio.

As demais enfermidades concorrem para o obituario com o seu contingente, relativamente muito menor.

Costumam apparecer, no começo de cada anno, casos de sarampão, muito benignos; a mortalidade produzida por essa enfermidade é insignificante.

De 1892 a 1894, especialmente neste ultimo anno, tivemos, durante a estação chuvosa, pequenas epidemias, muito benignas, de *influenza*, predominando a fórma thoraxica.

Rarissimas vezes tem apparecido casos de variola, que antigamente eram frequentes. Convém notar que não tivemos mais nenhuma epidemia dessa molestia, depois da de 1882 a 1883.

No começo do anno de 1896 tivemos alguns casos de febre amarella, sobretudo no mez de Abril; a mortalidade foi grande, relativamente ao numero de pessoas acommettidas, visto como, dos 15 ou 16 doentes, falleceu quasi a metade.

Nesse mesmo anno, houve dois casos esporadicos de diphteria: um em Março, outro em Maio, sendo ambas as creanças acommettidas salvas pelo *serum anti-diphterico* do dr. Roux.

Em Outubro de 1903, irrompeu nesta capital, de maneira violenta e assustadora, a peste bubonica.

Mais de 10.000 pessoas procuraram refugio no interior do Estado ou da ilha. Em S. Luiz notava-se o mais profundo desanimo no espirito da população; mas, graças á competencia do dr. Victor Godinho, nomeado chefe do serviço extraordinario de hygiene, e de seus dignos companheiros de trabalhos: drs. Augusto Militão Pacheco, Adolpho Lindemberg, Rodolpho Vaccani, Adolpho Gomes Pereira, Alvaro de Sousa Sanches, Ernesto Crissiúma filho, Joaquim Crissiúma de Toledo e Juvencio Odorico de Mattos, cujos nomes, pelos inolvidaveis serviços que prestaram, manda a justiça consignar aqui, achava-se totalmente extincta a peste em Abril de 1904, tendo o ultimo doente dessa terrivel molestia fallecido a 22 do mesmo mez.

Em 1918 foi o Estado terrivelmente acommettido pela *grippe*, sob suas diversas fórmas e que produziu grande numero de mortes.

Hoje, porém, graças ao estabelecimento da prophylaxia rural, á creação do Posto de Soccorro Medico aos ulcerados, devido á iniciativa do abnegado clinico dr. Achilles Lisboa e á fundação de uma filial do Instituto Oswaldo Cruz, póde dizer-se que são as mais lisongeiras as condições sanitarias do Estado.

XIV

Agricultura, Industria e Commercio

Dotado prodigiosamente para todos os generos de cultura, produz, sobretudo, o Maranhão: assucar, aguardente, algodão, farinha de mandioca, tapioca, araruta, milho, feijão, carrapato, gergelim, fumo, oleo de copahiba e arroz, — "o arroz maranhense, antigamente de reputação lendaria", como muito bem o disse Fran Paxeco, profundo conhecedor de tudo quanto diz respeito ao Maranhão.

Dentre esses productos destacou-se sempre o algodão, — dos melhores que existem, devido á sua fibra longa e rija, tão reputado, por isso, nos mercados inglezes, e que, apesar de todos os contratampos, permanece, ainda, a maior fonte de producção do Estado, segundo se verifica de dois quadros que acompanham a luminosa *Mensagem*, apresentada ao Congresso do Maranhão, em 5 de Fevereiro do corrente anno, pelo actual presidente do Estado.

Acha-se bastante desenvolvida a industria de tecidos de algodão, contando-se as seguintes fabricas:

Em Caxias: Fabrica Industrial Caxiense (riscados e domesticos ou panno de algodão crú); Fabrica Manufactora Caxiense (morins e riscados finos); Fabrica Sanharó (riscados e domesticos ou panno de algodão crú).

No Codó: Fabrica Manufactora do Codó (riscados e domesticos ou panno de algodão crú).

Em S. Luiz (capital): Fabrica da Camboa (riscados e domesticos ou panno de algodão crú); Fabrica Fiação Industrial Maranhense (fio de algodão para tecelagem); Fabrica do Rio Anil (morins); Fabrica Santa Amelia (riscados e domesticos ou panno de algodão crú); Fabrica S. Luiz (fio para tecelagem); Companhia Fabril Maranhense (riscados e domesticos ou panno de algodão crú); e Fabrica do Canhamo (tecidos de juta ou estopa).

Releva notar que todos os estabelecimentos fabris, no valor de alguns milhares de contos, foram constituidos com capitaes proprios, levantados no Estado.

Além destas, ha tambem fabricas: de sabão, de pilar arroz, de licores, de chocolate, de oleos, de algodão hydrophilo, de chumbo e de pregos, de polvora; olarias e outras pequenas industrias.

Outra fonte de riqueza que possue o Estado, e que não deve aqui ser esquecida, são os celebres *apicuns das salinas geraes*, onde todos os annos coalha, naturalmente, tão grande quantidade de sal, que, se fosse aproveitado, seria sufficiente para o consumo do Norte do Brasil.

Demoram estes *apicuns* a Oéste da Bahia de S. Marcos e são cortados por varios igarapés, que dão accesso a embarcações de differentes lotações, que alli podem facilmente carregar.

Tratando-se da Agricultura do Estado, injustiça fôra não mencionar aqui a existencia da Sociedade Maranhense de Agricultura.

Fundada em Outubro de 1917, por um grupo de homens decididos e trabalhadores, a cujo testa se encontram o dr. Raimundo L. de Britto Passos e os srs. Fran Paxeco e Fabricio Caldas de Oliveira, tem a novel sociedade prestado já os mais assignalados serviços á lavoira da terra.

No momento, por iniciativa sua, acha-se reunido o Congresso de Lavradores, de cujos resultados beneficos muito tem a esperar o Maranhão.

A industria pastoril representa um dos mais fortes e poderosos elementos da riqueza publica.

O Estado do Maranhão está talhado para ser um dos maiores centros productores de carne no Brasil.

Possue campos extensissimos, situados em differentes zonas, permittindo mudar o gado, dos campos altos para os baixos e vice-versa, conforme o exigir a estação.

A variedade de pastagens é extraordinaria. Ha gramineas que se desenvolvem nos logares humidos e alagadiços, como o capim de marreca, o andré-quicé e a celebre canarana, capaz de refazer boiadas descarnadas em tres a quatro mezes. Grande, ainda, é o numero de capins que se desenvolvem nos terrenos altos e seccos, resistindo bem ao verão, destacando-se, dentre elles, o capim de chapada e o capim-assú, tambem chamado fino, pasto este de innegavel valor nutritivo, comparavel ou superior ao jaraguá, uma vez que não tem o inconveniente de se tornar lenhoso.

Infelizmente, até esta data, as forragens existentes no Maranhão não tiveram o seu valor nutritivo determinado por meio de analyses rigorosas, e apenas o andré-quicé, e o capim-assú, foram analysados no Posto Zootechnico de Pinheiro, sendo o andré-quicé considerado superior ao catingueiro roxo, tão preconizado, e o capim-assú classificado como rival do jaraguá.

O governo actual, que vai imprimindo orientação verdadeiramente patriotica aos negocios publicos, trata de estabelecer um gabinete de analyses, onde todas as forragens serão estudadas e analysadas, indicando-se então aos creadores aquelles que elles deverão preferir em seus cercados.

O Maranhão sendo pouco atacado pelas seccas, o que não succede com o Piauhi, Estado que dispõe tambem de grandes recursos para a Pecuaria, deveria cuidar sériamente do aproveitamento de seus campos naturaes, estabelecendo açudes nas zonas em que não ha rios correntes e perennes; e, no dia em que os creadores se convencerem desta grande verdade, fazendo obras destinadas a aproveitar as grandes vantagens que a natureza offerece, a creação de gado tomará desenvolvimento incomparavel.

Em todo o caso, creado mesmo á lei da natureza, o gado vaccum já forma numeroso rebanho, calculado, segundo dados muito approximados, em cerca de um milhão de cabeças, hoje talvez reduzidas a oitocentos mil, devido á grande secca que assolou o Estado.

E' de notar que, em differentes zonas, os creadores, que estudam os problemas vitaes da Pecuaria, já vão dotando as suas fazendas de reproductores de boa raça, e fazendo obras destinadas a aproveitar as boas forragens nativas.

A creação de carneiros e de cabras existe em todos os pontos, póde-se dizer, mas não como industria propriamente, e sim para abastecer as propriedades particulares. Estes animaes dão-se perfeitamente no Maranhão, quer no sertão, quer na zona da costa.

O gado cavallar e muar prospera do mesmo modo: no cavallar, encontram-se bellissimos animaes de sella, mostrando, ainda, que lhe corre nas veias o sangue arabe.

O gado vaccum apresenta tambem bellos typos, isoladamente, dando a perceber o quanto se póde fazer para o melhorar. Para chegar a tal resultado já foram feitas algumas tentativas, e assim é que, ha 26 annos, o engenheiro Luiz B. de Britto Passos introduziu no Maranhão o *Zebú*, em sua fazenda Bom-Conselho, no Municipio de Cajapió, procurando melhorar o rebanho, por meio do cruzamento. Como em outros Estados, os resultados obtidos com os meio-sangue foram notaveis e animadores, mas, creado á solta, nos campos, este gado torna-se bravio e difficil de trabalhar, razão que induziu o proprietario desta fazenda a procurar outras raças, que agora experimenta, o *Hereford* e o *Caracú*, com resultados animadores.

Varios creadores seguiram esta primeira tentativa e introduziram, tambem, o *Zebú* em seus rebanhos; nota-se, porém, que a tendencia é para outra raça, capaz, como *Hereford*, de produzir boa carne para o mercado.

O governo do Estado não podia ficar indifferente á indecisão geral, que ainda existe entre os creadores, que se manifestam, já em favor do cruzamento, já em favor da selecção; e assim é que, depois de estudar os resultados já obtidos nos maiores centros creadores do paiz, resolveu montar o Posto de Selecção de Gado, afim de que seja tomado a seu cargo o melhoramento do gado vaccum do Estado, gado este que mostra possuir notaveis qualidades.

O local escolhido para o Posto foi o Municipio de Cajápió, essencialmente creador, e rico em boas pastagens. As obras se acham em andamento, estando concluido um grande açude, destinado á irrigação dos prados no verão, havendo seis cercados de 25 hectareos cada um, tendo sido aproveitadas as gramineas espontaneas, e semeadas outras, preconizadas para tal fim.

Já se acham no Posto 20 novilhas e 4 garrotes, escolhidos no interior do Estado, entre os melhores especimes, com caracteres do gado *Caracú*, esperando o dr. Urbano Santos poder formar o typo *Caracú* maranhense. Para obter taes animaes foi preciso percorrer mais de 100 fazendas do interior do Estado.

O governo espera, ainda, para o Posto, 10 novilhas e 2 garrotes da raça pura *Junqueira*, tendo para isto enviado um comprador ao sertão de Goiaz afim de ver o resultado que

será possivel obter no Maranhão com a selecção desta qualidade de gado.

A creação de porcos vai despertando interesse, embora esteja muito longe do que ella póde ser no Estado, e já foram importados reproductores das raças *Polland China*, *Duroc-Jersey* e *Casco de Burro*, raças estas que se acclimatam perfeitamente.

Tomando a Pecuaria o desenvolvimento que deve ter, será inevitavel a montagem de um frigorifico em Alcantara, onde ha agua em abundancia, porto para qualquer vapor, e campos naturaes vastissimos, como os de Pinheiros, Macapá, Jacióca, etc., onde as boiadas vindas do sertão terão forragem para facil engorda, nas immediações do estabelecimento que terá de ser levantado no Norte do Brasil.

*

Os paizes da Europa com os quaes mais estreitas e extensas relações de commercio entretem a praça do Maranhão, são: a Inglaterra, Portugal, França e Allemanha; e, da America, os Estados Unidos do Norte. O commercio de cabotagem é, principalmente, feito com os Estados do Amazonas, Pará, Piauhi, Ceará, Parahiba, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio, para os quaes, em troca de generos recebidos, exporta algodão, coiros, cereaes e os productos das suas fabricas.

Estando, ainda, muito em começo, entre nós, o serviço de estatistica, não nos póde, por emquanto, fornecer dados para avaliarmos da nossa producção. Apenas, em relação ao nosso commercio externo, possuimos alguns dados, e esses mesmos muito incompletos.

No exercicio de 1917-1918, segundo informações officiaes, o valor da nossa importação foi de 20.698:943$901.

No exercicio de 1918-1919 foi elle de 20.181:513$062, sendo 13.369:470$692, importação de origem nacional, e 6.812:042$370, de procedencia extrangeira. Nesta cifra, não está incluido o valor da importação que transita pela nossa alfandega.

Os generos de origem nacional, de maior relevo na importação considerada, foram:

NATUREZA DOS GENEROS	PESO, MEDIDA E UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR OFFICIAL
Tecidos de algodão	Metro	4.423.013	4.360:316$900
Casemiras	Metro	7.475	149:486$000
Cassinetas	Metro	1.546	7:820$000
Fumos	Kilo	392.563,5	1.247:167$875
Cigarros	Milheiro	862	15:694$500
Charutos	Cento	10.751,5	94:171$000
Café	Kilo	954.480	1.346:920$000
Bebidas diversas	Litro	477.628	467:188$770
Aguas mineraes	Litro	23.280	39:317$500
Calçados	Par	51.681	602:447$000
Assucares	Kilo	1.269.276	959:476$123
Tecidos de canhamo	Kilo	53.400	81:435$600
			9.371:441$268

Occupando como se vê do quadro acima, o primeiro logar — tecidos de algodão; o segundo o café; o terceiro fumos,

O valor official da exportação no exercicio de 1917-1918, foi de 27.108:557$338, comprehendida a exportação pelos municipios do interior.

O da exportação, no exercicio de 1918-1919, foi de: 20.981:882$554, sendo:

Pela Capital	17.876:272$544
Pelos municipios	3.105:610$010
	20.981:882$554

A exportação da Capital destinou-se:

Para os Estados	12.053:546$330
Para o extrangeiro	5.822:726$214
	17.876:272$544

Os generos que mais se destacaram na exportação pela Capital, foram:

NATUREZA DOS GENEROS	PESO, MEDIDA E UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR OFFICIAL
Algodão em pluma	Kilo	691.905	1.775:581$194
Algodão hydrophilo	Kilo	69.190	128:172$900
Fio de algodão	Kilo	12.970	93:303$000
Residuos de caroço de algodão	Kilo	174.600	12:860$000
Caroço de algodão	Kilo	1.369.416	77:504$960
Tecido de algodão	Metro	4.215.936,55	3.884:028$030
Arroz pilado	Kilo	3.767.070	2.545:534$690
Amendoas de côco babassú	Kilo	5.713.892	2.872:454$400
Coiros de boi	Unidade	51.683	1.422:891$100
Coiros diversos	Kilo	37.446	111:274$800
Cêra de carnahúba	Kilo	43.788	104:221$100
Farinha secca	Kilo	2.950.041	524:365$170
Milho	Kilo	1.388.842	245:830$650
Mamona	Kilo	191.342	55:319$200
Tapioca do Pará	Kilo	2.234.558	1.523:134$450
			15.376:475$644

Os que mais sobresahiram na exportação pelos municipios foram:

NATUREZA DOS GENEROS	PESO, MEDIDA E UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR OFFICIAL
Algodão em pluma	Kilo	225.116	637:411$180
Algodão em caroço	Kilo	450	450$000
Caroço de algodão	Kilo	99.595	38:065$200
Tecidos de algodão	Metro	262.200	77:773$840
Arroz pilado	Kilo	88.090	41:958$000
Côco babassú (amendoas)	Kilo	1.131.646	465:294$840
Coiros de gado vaccum	Unidade	62.062	1.086:608$200
Coiros diversos	Kilo	13.140	57:266$100
Cêra de carnahúba	Kilo	85.810	191:240$500
Farinha secca	Kilo	1.467.565	292:411$100
Milho	Kilo	352.660	36:840$000
Mamona ou carrapato	Kilo	5.274	2:575$600
Tapioca do Pará	Kilo	117.514	53:588$250
			2.981:482$810

Importa, todavia, accentuar ainda: — estes dados são, de todo, insufficientes.

No emtanto, verifica-se, do quadro acima, que o algodão, não obstante o grande prejuizo soffrido pela lagarta rosada, permanece, ainda, a maior fonte de producção do Estado,

avaliando-se a safra, no corrente exercicio, em condições muito lisongeiras.

No exercicio de 1917-1918 ascendeu a receita total do Estado a 5.569:870$361, orçando a despesa em 4.591:436$547.

Em 30 de Junho de 1918, dia ultimo do exercicio, o Thesoiro tinha em caixa e em estabelecimentos de credito a importancia de 1.791:991$455.

Já não foi egualmente auspicioso o exercicio de 1918-1919:

Neste, a receita limitou-se a 4.744:354$608, sendo:

Arrecadada pela Recebedoria	3.052:146$591	
Pelas demais estações arrecadadoras	1.692:208$017	
		4.744:354$608

excedendo, ainda, assim, a receita orçada, em 794:854$608, pois a estimativa orçamentaria fôra de 3.949:500$000.

A despesa subiu a 5.522:074$873 sendo:

Paga pela Pagadoria	4.762:181$274	
Pelas demais estações fiscaes	759:893$599	
		5.522:074$873

Neste exercicio verificou-se, portanto, um *deficit* de 777:720$265, devido a causas já expostas e explicadas.

Sendo a despesa orçamentaria fixada em 3.872:076$500, a realizada excedeu-a em 1.649:998$373.

O exercicio de 1919-1920, decorreu em condições lisongeiras.

A arrecadação do primeiro semestre, pela Recebedoria, annunciou-se superior ás dos dois ultimos exercicios, segundo se vê do quadro abaixo:

	1917-1918	1918-1919	1919-1920
Julho	259:317$448	249:150$049	278:880$728
Agosto	398:487$409	453:404$986	372:101$827
Setembro	357:266$681	320:038$626	393:785$170
Outubro	299:253$736	265:847$628	361:097$125
Novembro	294:344$118	148:303$387	283:070$793
Dezembro	315:958$968	198:836$336	328:075$721
	1.924:628$360	1.635:581$012	2.017:011$364

Pela lei n. 940, de 26 de Abril do corrente anno (1920) é a receita geral do Estado para o exercicio de 1920-1921, orçada em 6.513:000$, sendo 262:000$ com applicação especial; e a despesa fixada em 6.212:674$900.

Em 31 de Agosto ultimo (1920) tinha o Thesoiro Publico do Estado o seguinte saldo:

Agencia do Banco do Brasil:		
Em c/corrente	—	866:487$470
"London and Brazilian Bank":		
A prazo	300:000$000	
A' ordem:		
Frs. 100.000 a $280	28:000$000	
Em c/corrente	339:242$440	667:242$440
Obras do Porto:		
Adeantamentos	—	382:977$411
Fundo de Amortização:		
Frs. 900.000 a $280	—	252:000$000
Caixa	—	159:797$464
		2.328:504$785

O Thesoiro tem feito os seguintes pagamentos por antecipação:

$ 1.050 a "Wichita Falls Motor Company" prestação da encommenda de um caminhão automovel para a Repartição de Obras Publicas, a 3$470	3:643$500
A "Gasmotorem Fabrick Deutz", prestação da encommenda de um immunizador de cereaes	17:400$000
A "Mergenthaler Linotype Company," $ 2,950, prestação da encommenda de linotypos para a Imprensa Official	11:640$350
A "Bowel & Company Londres", £ 5.611, prestação da encommenda de uma prensa de algodão e um motor	106:139$100
	138:822$950

Vapores entrados

O nosso porto, apesar de todos os seus defeitos, augmentados pela desidia dos responsaveis, mas que agora parece caminhar no sentido de se tornar um dos melhores do paiz, facilitando o nosso intercambio commercial, recebeu de Janeiro a Agosto do corrente anno a visita de 117 embarcações, assim discriminadas:

Lloyd Brasileiro	86
Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão	18
Commercio e Navegação	12
Banco Ultramarino	1

Carregamento

Esses barcos deixaram então nos armazens da cabotagem 198.533 volumes, que representam o valor official de 20.229:220$367 e obedecem á seguinte divisão, por mezes:

Volumes	Valor official
Janeiro:	
20,918	2.404:088$370
Fevereiro:	
15,196	2.044:506$870
Março:	
16,637	2.763:753$192
Abril:	
18,475	2.329:534$020
Maio:	
52,534	2.896:045$320
Junho:	
18,493	2.138:098$070
Julho:	
22,386	3.165:562$055
Agosto:	
33,894	2.387:632$470
	20.229:220$367

XV

Vias de communicação

Dos Estados da União nenhum, talvez, houvesse, até ha bem poucos dias, tão desprovido deste poderoso agente da riqueza publica. Resente-se o Maranhão, de longa data, da facilidade de boas vias de communicação. Estradas de

rodagem, propriamente dictas, não as possue ainda, não se podendo considerar taes caminhos, condecorados com esse nome, e que põem em communicação os centros mais populosos do interior com o alto sertão do Estado, caminhos que, de sua natureza maus, se tornam, de todo, impraticaveis na estação invernosa. A esse facto, a essa difficuldade de transporte para as suas riquezas naturaes e productos da lavoira, deve o Maranhão, sem duvida, em grande parte, a escassez das suas rendas.

Tratemos das linhas ferreas do Estado:

Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras — Liga esta estrada o valle do Itapecurú ao do Parnahiba, estabelecendo facil e rapida communicação entre a Cidade de Caxias, seu ponto inicial, e a Villa de Flores, antiga Cajazeiras, fronteira á Cidade de Therezina, capital do Estado do Piauhi.

Inaugurada a 8 de Julho de 1895, gosa esta via ferrea, de que foi concessionario o engenheiro Vergueiro Le Cocq, e de que é cessionaria a *Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão*, de garantia de juros. Sua extensão é de 77.300 kilometros.

Tem tres estações de 1ª classe: *Caxias*, *Christino Cruz* e *Senador Furtado*; e tres de 2ª ou paradas: *Dias Carneiro*, *Aarão Reis* e *Luiz Domingues*.

A distancia das diversas estações é a seguinte:

	Km.
Estação de Caxias	0,000
Parada Dias Carneiro	15,000
Estação Christino Cruz	36,000
Parada Aarão Reis	46,000
Parada Luiz Domingues	69,000
Estação Senador Furtado	77,300

Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias — A Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias tem a extensão de 372 km. comprehendida entre S. Luiz, capital do Estado, e a Cidade de Caxias, que é ponto inicial da Estrada de Ferro Caxias a Cajazeiras, cujo extremo é Flores, villa maranhense sobre o Rio Parnahiba, fronteira a Therezina.

Existe tambem um pequeno ramal no Rosario e para o Porto do Carmo, sobre o Rio Itapecurú, com 2 km. de extensão.

Dos 372 km. que constituem a linha principal de S. Luiz a Caxias, 39 correm sobre a Ilha do Maranhão e 333 se desenvolvem no continente. Separa esses dois trechos o Canal dos Mosquitos, sobre o qual já estão sendo construidos dois trapiches para fazer-se o trafego, provisoriamente, com baldeação de uma para a outra margem, devendo, porém, ser atacada em 1921 a construcção da ponte fixa, com 170 m. de vão livre, que vai fazer desapparecer aquella solução de continuidade.

No trecho da ilha, o leito da estrada está em sua totalidade quasi prompto, já estando assentados 8 km. de linha, devendo os trilhos attingir o Canal dos Mosquitos em 31 de Dezembro do anno corrente.

Os edificios é que estão ainda por fazer, mas já estão projectados e constam dos seguintes:

Estação central; Armazem de mercadorias idem; Almoxarifado idem; Rotunda para abrigo de locomotivas idem; Dois galpões para abrigos de carros idem; Uma pequena officina para reparações idem; Uma carvoeira idem; Estação suburbana em Outeiro da Cruz, km. 7; Estação suburbana no Tirirical, km. 12; Estação suburbana no Maracanan (limite da zona suburbana) km. 20; Estação fluvial de Estiva, km. 39.

As obras d'arte que ha no trecho da ilha são as seguintes:

Passagem superior de 5 m. no Genipapeiro (em arco); Pontilhão de 5 m. na Baixinha; Passagem inferior de 5 m. na Estrada de Santa Amelia; Passagem inferior de 3 m. no Barreto (em arco); Passagem superior de 5 m. no Oiteiro da Cruz (em arco); Passagem inferior de 5 m. no Sacavem; Pontilhão de 5 m. no Riacho Batatan (em arco); Pontilhão de 5 m. no Maracanan; Ponte de 10 m. no Rio Grande; Pontilhão de 2 m, no Mata-Fome (em arco); Pontilhão de 5 m. no Pedrinhas; Pontilhão de 5 m. no Maruahi; e 83 obras correntes representadas por outros tantos boeiros de differentes typos.

Todas essas obras já se acham concluidas, com excepção de um unico boeiro que está a ser terminado.

Neste trecho, a linha percorre a ilha na direcção geral Norte Sul e tem o seu ponto culminante no logar denominado Tirirical (kilometros 12), onde attinge a altitude de 52 m. sobre o nivel médio da maré.

As terras da ilha são muito ferteis, cobertas de abundante vegetação e sulcadas por muitos riachos, quasi todos de curso perenne e aguas chrystalinas.

*

O trecho do continente se desenvolve de Estiva, margem do Canal dos Mosquitos, a Caxias.

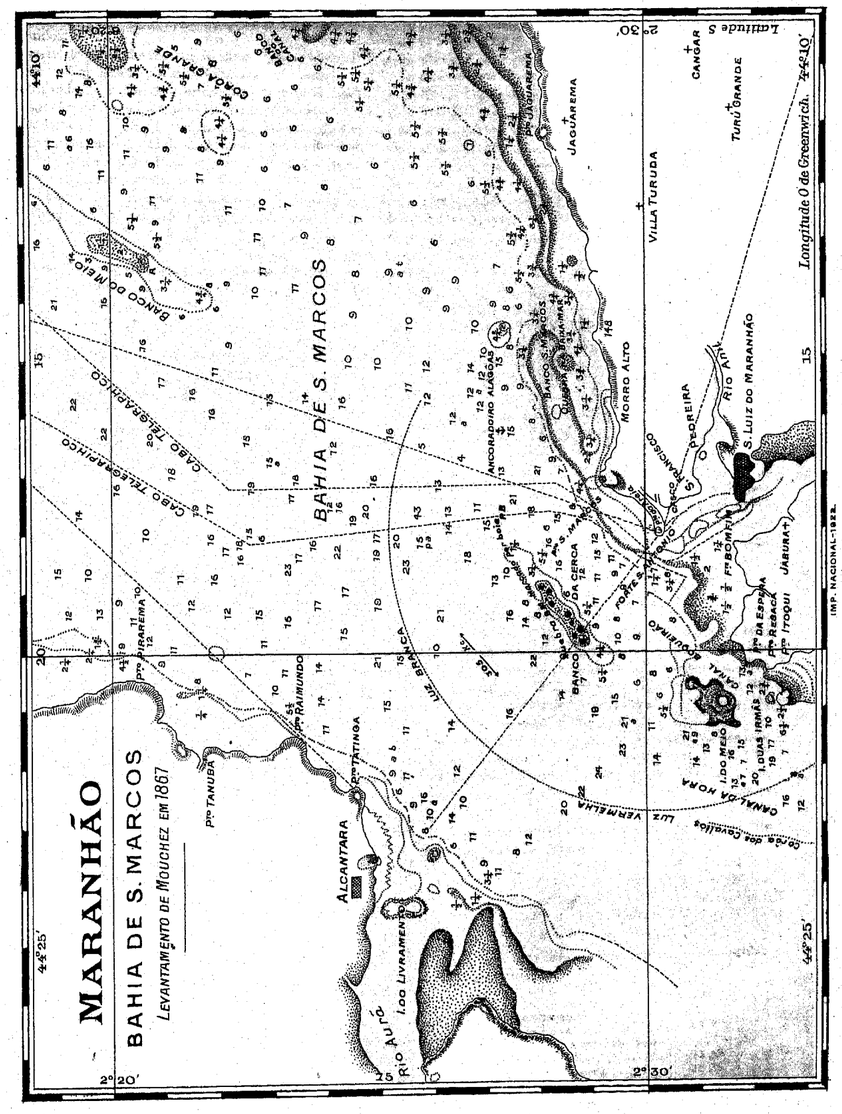
Os primeiros 20 km. atravessam os campos dos Perizes e são constituidos por uma linha de nivel, da qual 12 km. em uma só tangente.

Deixando esses campos, a estrada transpõe o divisor d'aguas da Bahia de S. José e Rio Itapecurú e margina este rio, desde Rosario (kilometros 71) até Caxias, atravessando terrenos fertilissimos, cobertos de mattas e capoeiras nos quaes, atravez de um longo passado, vem se localizando uma população já consideravel, attrahida pelos meios de transportes, embora precarios, que offerece aquelle rio.

As estações do trecho continental são as seguintes, já todas construidas com excepção de tres:

Estação fluvial de Estiva, na segunda margem do canal, kilometro 39 da estrada (a construir).

Estação dos Perizes, na orla do campo, kilometro 58 (a construir); Estação de Rosario, na cidade do mesmo nome, kilometro 71; Estação de Recurso, kilometro 89; Estação de Santa Filomena, kilometro 100; Estação de Kelrú, kilometro 109; Estação de Itapecurú, fronteira á cidade deste nome, kilometro 128; Estação de Jundiahi, kilometro 146; Estação de Cantanhede, kilometro 159; Estação de Cachimbos, kilometro 171; Estação de Pirapemas, kilometro 182; Estação de Conceição, kilometro 204 (a construir); Estação de Coroatá; na cidade deste nome, kilometro 236; Estação de Monte-Alegre, kilometro 265; Estação de Codó, na cidade deste nome, kilometro 289; Estação de Roncador, kilometro 301; Estação de Côcos, kilometro 317; Estação de S. Miguel, kilometro 328; Estação de Brejo, kilometro 340; Estação de Riachão, kilometro 356; Estação de Caxias, na cidade deste nome, kilometro 372.



Além dos edificios das estações, ha mais os seguintes, já construidos:

Armazem de mercadorias, em Rosario; Dois abrigos de carros, idem; Um girador, idem; Officinas, no ramal do Carmo; Rotunda, no ramal do Carmo; Armazem na Estação de Recurso; Armazem na Estação de Santa Filomena; Armazem na Estação de Kelrú; Armazem na Estação de Itapecurú; Armazem na Estação de Codó; Armazem na Estação de Roncador; Armazem na Estação de Côcos; Armazem na Estação de S. Miguel; Armazem na Estação de Brejo; Armazem na Estação de Riachão; Armazem na Estação de Caxias; Abrigo de carros em Caxias; Girador de carros em Caxias; Diversas casas de turmas e Diversas caixas d'agua.

As obras d'arte no continente são as seguintes, as quaes já se achão construidas, com excepção da ponte de 20 m. sobre o Riacho Rampa, que, porém, está em via de conclusão:

Ponte de 20 m. de vão sobre o Riacho Rampa, em construcção; Pontilhão de 5 m. no Bem-Te-Vi; Pontilhão de 5 m. no Marudá; Pontilhão de 5 m. no Santo Antonio; Pontilhão de 5 m. no Montevidéo; Ponte de 12 m. no Paracahú; Ponte de 20 m. no Rabo de Porco; Ponte de 15 m. no Santo Antonio; Pontilhão de 5 m. no Pedreiras; Ponte de 10 m. no Santa Rita; Pontilhão de 5 m. no Valle; Ponte de 10 m. no Timbotiba; Pontilhão de 5 m. no Recurso; Pontilhão de 5 m. no S. José; Pontilhão de 4 m. no Moças (em arco); Ponte de 40 m. no Carema; Pontilhão de 3 m. no Cajueiro; Pontilhão de 5 m. no Mãe d'agua; Ponte de 20 m. no Pae Monteiro; Pontilhão de 5 m. no Molha-Banda (em arco); Pontilhão de 5 m. no Buriti; Pontilhão de 5 m. no Viegas; Pontilhão de 3 m. no Coutinho; Pontilhão de 5 m. no Gastão; Ponte de 15 m. no Frexeiras; Muro de arrimo de 100 m. de extensão no Frexeiras; Ponte de 20 m. no Matta; Ponte de 20 m. no Jacuihibe; Ponte de 20 m. no Leão; Ponte de 20 m. no Pae Matheus; Ponte de 10 m. no S. Francisco; Ponte de 50 m. no Jundiahi; Pontilhão de 2 m. no Molha-Cinta (em arco); Pontilhão de 2 m. no Bexigas (em arco); Pontilhão de 8 m. no Centrinho; Pontilhão de 5 m. no Cannavial (em arco); Ponte de 20 m. no Santa Catharina; Ponte de 20 m. no Sobral; Ponte de 10 m. no Marajá; Ponte de 15 m. no Pontes; Ponte de 15 m. no Lopes; Pontilhão de 5 m. no Ingá; Ponte de 20 m. no Nogueira; Ponte de 30 m. no S. Sebastião; Ponte de 20 m. no Cobras; Ponte de 60 m. no Peritoró; Ponte de 15 m. no Companhia; Ponte de 20 m. no Mandinga; Ponte de 30 m. no Cala a Bocca; Ponte de 15 m. no Igarapé-Grande; Pontilhão de 5 m. no Laginhas; Ponte de 10 m. no Panaca; Pontilhão de 5 m. no Cavallo; Pontilhão de 5 m. no José Gomes; Ponte de 20 m. no Cipoal; Ponte de 15 m. no Pau de Estopa; Ponte de 10 m. no João Candido; Pontilhão de 5 m. no Borboleta; Pontilhão de 4 m. no Macacos; Ponte de 10 m. no Baixa Verde; Ponte de 20 m. no David; Pontilhão de 5 m. no Cordeiro; Ponte de 15 m. no Cigana; Pontilhão de 5 m. no Ipojuca; Ponte de 15 m. no Barriguda; Pontilhão de 5 m. no Barrigudinha; Pontilhão de 5 m. no Remanso (em arco); Ponte de 20 m. no Igarapé-Grande; Pontilhão de 3 m. no Lavadeiras; Pontilhão de 5 m. no Mocó; Ponte de 20 m. no Boa-Vista; Pontilhão de 5 m. no Grotilhão; Pontilhão de 5 m. no Lage; Ponte de 18,80 m. no Juventude; Ponte de 15 m. no Limão; Pontilhão de 5 m. no Flores; Pontilhão de 5 m. no Flores (em arco); Ponte de 20 m. no Cambão; Pontilhão de 5 m. no Sapucaia (em arco); Ponte de 20 m. no Santa Anna; Ponte de 10 m. no Anna Bernarda; Pontilhão de 5 m. no Setubal; Pontilhão de 5 m. no Deserto; Ponte de 20 m. do Criminoso; Ponte de 5 m. no Cachoeira; Ponte de 10 m. no Boa-Esperança; Ponte de 20 m. no Tiriba; Ponte de 20 m. no Salobro; Pontilhão de 5 m. no Jacú; Pontilhão de 5 m. no Tamancão; Ponte de 60 m. no Codósinho; Pontilhão de 3 m. no Agua-Fria (em arco); Pontilhão de 3 m. no S. José (em arco); Pontilhão de 3 m. no Surcurujú (em arco); Ponte de 25 m. no Roncador; Pontilhão de 3 m. no Mattinho; Ponte de 25 m. no Riacho do Matto; Pontilhão de 5 m. no Carnaúbal dos Macacos; Pontilhão de 5 m. no Buritisinho; Pontilhão de 5 m. no Buritirana; Ponte de 20 m. no Enxadas; Ponte de 40 m. no Côcos; Ponte de 10 m. no Mangabeira; Ponte de 15 m. no Urubú; Ponte de 20 m. no Pica-Pau; Ponte de 40 m. no S. Miguel; Ponte de 20 m. no Brejo da Lage; Ponte de 40 m. no Prata; Ponte de 40 m. no Gamalleirinha; Ponte de 15 m. no Brejo; Pontilhão de 3 m. no Varzea (em arco); Ponte de 10 m. no Sambahiba; Ponte de 30 m. no S. Joaquim; Ponte de 40 m. no Purgatorio; Ponte de 15 m. no Alegria; Pontilhão de 4 m. no Buritirana, segundo (em arco); Ponte de 30 m. no Riacho-Largo; Pontilhão de 5 m. no Riachinho; Ponte de 20 m. no Riacho-Fundo; Ponte de 40 m. no Riachão; Pontilhão de 4 m. no Deserto (em arco); Ponte de 7 m. no Inferno (em arco); Pontilhão de 4 m. no Sambahiba (em arco); Pontilhão de 4 m. no Creoulos (em arco); Muro de arrimo do Creoulos; Pontilhão de 5 m. no Sapucaia, segundo, (em arco); Pontilhão de 5 m. no Correntinho (em arco); Pontilhão de 3 m. no Lage-Bonita (em arco); Ponte de 15 m. no Caldeirões; Ponte de 70 m. sobre o Rio Itapecurú, á chegada de Caxias; Passagem inferior de 10 m. na Rua da Floresta; Passagem inferior de 4 m. na Rua do Pombal; Pontilhão de 4 m. no Riacho Pouca-Vergonha, e mais 582 obras correntes representadas por bueiros de diversos typos.

Já estão collocados todos os trilhos do trecho do continente, sendo actualmente atacados com intensidade os serviços complementares nos ultimos 30 km. assentados, afim de ser inaugurado em 12 de Outubro proximo (1920), em caracter provisorio, o trafego do trecho Estiva — Caxias, com 333 km. de extensão, como já ficou dicto.

O ponto culminante do trecho continental, na altitude de 76 m. sobre a maré média de S. Luiz, se acha no kilometro 304, no trecho Codó — Caxias, 15 km. além de Codó.

As condições technicas da linha são magnificas, fazendo da S. Luiz a Caxias a estrada de ferro nacional de mais favoraveis condições de tracção e, proporcionalmente, de mais curto comprimento virtual.

*

Os seguintes dados são caracteristicos e comprobatorios desta affirmativa:

	Km.
Extensão de linha em tangentes	274
Extensão de linha em curvas	98
Relação por cento, sobre a extensão total dos alinhamentos rectos	73,65
Idem, idem, da extensão em curvas	26,35
Extensão de linha em nivel	237
Idem, idem em acclives e declives	135

	Km.
Relação por cento, sobre o total, da extensão em nivel	63,71
Idem, idem da extensão em acclives e declives	36,29
	m.
Raio minimo das curvas	300
Taxa maxima das declividades	1 %

Dotada de tão favoraveis condições technicas e provida de tão boas installações, a Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias está apparelhada para contribuir vigorosamente para o desenvolvimento da zona uberrima que atravessa.

A Estação do Coroatá está indicada para entroncamento de uma linha, já estudada, que, partindo dessa cidade, irá ter a um ponto conveniente do Rio Tocantins, cortando o grande sertão maranhense.

Essa linha constituirá com o trecho S. Luiz — Coroatá, da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias, o tronco da viação estadual, passando o trecho Coroatá — Caxias a funccionar como um ramal atravez do qual se farão, pelo interior do paiz, as communicações do Maranhão com os Estados do Sul, mediante o concurso das estradas de ferro Caxias a Cajazeiras, Petrolina a Therezina e outras vias de transportes.

Em futuro, que oxalá os nossos estadistas antecipem o mais possivel, estradas de rodagem devem ser construidas ligando as estações da linha tronco e do ramal aos centros de producção do Estado, integrando-se dessa fórma a rêde maranhense.

Esse systema conjugado com a obra importante, que agora se vai emprehender, do melhoramento do Porto de S. Luiz, firmará de vez a ordem economica de que vão surgir vigorosas, no segundo seculo da nossa existencia nacional, a grandeza do Estado e a da União.

*

Já estavam escriptas as considerações anteriores, quando surgiu o decreto n. 14.589 A, de 30 de Dezembro de 1920, pelo qual foi encampada pela União a Estrada de Ferro Caxias a Cajazeiras, de propriedade da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, que se construiu subordinada ao regime de garantia de juros.

O preço da encampação foi de 2.214:774$517 e mais a indemnização dos materiaes em ser, existentes no almoxarifado, segundo o valor comprovado dos mesmos.

Com a encampação da Caxias a Cajazeiras, as duas estradas acima mencionadas constituirão uma unica via ferrea, com a extensão de 450 km., e sob a denominação de Estrada de Ferro S. Luiz-Therezina, pois o decreto de encampação de Caxias a Cajazeiras estabeleceu, tambem, o avançamento do ponto terminal até Therezina, mediante a construcção de uma grande ponte metallica sobre o Rio Parnahiba.

A incorporação das duas estradas permittirá a uniformização de horarios e de tarifas, com grande proveito para o trafego de ambas e, portanto, da zona a que serve.

A Estrada de Ferro S. Luiz-Therezina ligar-se-á, de futuro, na capital piauhiense, com a estrada, actualmente em construcção, de Therezina a Petrolina, fazendo, assim, a communicação, pelo interior do paiz, do Maranhão com os Estados do Sul.

Navegação

Não fallando do Lloyd Brasileiro, cujas viagens mensaes para o Norte tão irregulares são presentemente, é o Maranhão servido por tres grandes companhias de longo curso, a saber:

Tooth & Comp. "London Ltd". agentes de "Booth Steamship Co.", Liverpool; Booth & Comp. (London) Ltd. agentes da "Ward Line" — E. U. America do Norte, e "Lamport and Holt Line".

Para o serviço de navegação costeira e dos nossos rios, feito com a possivel regularidade, conta o Maranhão com os seguintes elementos: vapores *Cururupú* e *Turiassú*, arrendados pelo Estado á firma J. Adonias & Comp.; Companhia Fluvial Maranhense, cujo material fluctuante se compõe de sete vapores e 20 barcas, servindo ás linhas do Itapecurú, Mearim, Pindaré, S. Bento, Cajapió e Munim; e Lloyd Maranhense.

De uma pequena estatistica que gentilmente nos foi fornecida pela Capitania do Porto, vê-se ainda que ha no Estado: embarcações registadas (para o serviço de pequena cabotagem), 265; embarcações arroladas no serviço de pequeno commercio, pesca e trafego do porto, 4.805.

Rêde telegraphica

Comprehende o districto do Maranhão 40 estações, a saber: Anil, Alcantara, Bacabal, Barra do Corda, Boa-Vista, Cajapió, Caxias, Codó, Coroatá, Cururupú, Engenho Central, Grajahú, Guimarães, Imperatriz, Itapecurú-Mirim, Macapá, Maracassumé, Maioba, Mirador, Monção, Montes Altos, Nova York, Palmeiras, Pastos Bons, Pedreiras, Penalva, Picos, Pinheiro, Piqui, Rosario, Norte, S. Bento, S. José de Ribamar, S. Luiz Gonzaga, S. Luiz do Maranhão, S. Vicente Ferrer, Turi-Assú, Vianna, e mais Araioses, Brejo e Tutoia, encravadas no districto do Piauhi. Os limites do districto do Maranhão são: Linha tronco — Maracassumé, Therezina; ramaes — Boa-Vista, Picos, Cururupú, Turi-Assú, S. José de Ribamar; sub-ramaes Macapá, Guimarães, Imperatriz, S. Marcos e Cajapió.

Extensão da linha de postes 2.080,812 m.

Desenvolvimento dos conductores 4.233.659.

Em 10 secções e 60 trechos ficou o districto dividido, passando a pertencer a elle a linha tronco entre Therezina e Codó e a do ramal de Picos.

Para as suas communicações com o paiz e com o extrangeiro é ainda o Maranhão servido pela "The Western Telegraph Company, Limited."

Rêde Telephonica

Como completamento deste capitulo, daremos aqui a rêde telephonica da Capital, cuja extensão em fios é de 15 km., achando-se funccionando 408 apparelhos.

XVI

Historia Geral e Politica

Embora date de 1500 a descoberta do Brasil, só em 1530 é que partiu uma expedição, com o intuito de coloniza-lo, dividindo-se esta vasta região, nos annos de 1534 a 1535, em capitanias hereditarias, fazendo-se doação dellas a povoadores particulares.

Coube, a do Maranhão, a uma associação trina, composta de João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão Alvares de Andrade, os quaes vendo mallograda uma expedição, que a ella mandaram sob o commando do segundo, viram-se obrigados a abandonar o senhorio que, intacto, reverteu á Corôa.

Cincoenta annos depois do descobrimento, nova doação é feita, ainda, a Luiz de Mello da Silva, que logrou melhor fortuna, na empresa, do que os primeiros donatarios.

Abandonada, por muito tempo, tentaram, em principios do seculo XVII, baldados esforços alguns missionarios e cabos de guerra para penetrar, pelos sertões do Ceará, até ella.

Foram, porém, os Francezes os primeiros que, no Maranhão, se estabeleceram, com intento de fundarem colonia perduravel.

Em 1593, aqui aportou Jacques Riffault, acompanhado de Des Vaux e outros francezes, que, tanto da excellencia da terra se enamoraram, que do seu governo conseguiram a vinda de La Ravardière, e logo após, a de uma missão franceza de 1612, que, a 8 de Setembro desse mesmo anno, lançou os primeiros fundamentos de S. Luiz, hoje capital do Estado.

Expulsos estes, em 1615, por Alexandre de Moura, é nomeado primeiro capitão-mór da conquista Jeronymo de Albuquerque, que a maxima parte tomára na sua restauração.

Em 1624, é creado o *Estado do Maranhão* — constituido pelas capitanias do Pará e Maranhão, sendo seu primeiro governador Francisco Coelho de Carvalho.

Em 1641, governando Bento Maciel Parente, é o Maranhão invadido pelos Hollandezes, que, em 1644, são expulsos graças aos esforços de Antonio Muniz Barreiros e Antonio Teixeira de Mello.

Em 1677, é o Maranhão elevado a bispado, em virtude da bulla *super universas orbis ecclesias*, do papa Innocencio XI.

Em 1684, no governo de Francisco de Sá de Meneses, rebenta o movimento insurreccional, conhecido pelo nome de — *Revolução do Bequimão*, e que constitue o facto mais notavel e que mais attrahe a attenção neste periodo da nossa historia colonial. Suffocado o movimento por Gomes Freire de Andrada, para esse fim expedido da Metropole, é Manuel Bequimão, a grande figura da revolução, executado na praia então chamada do Armazem, mais tarde da Trindade e hoje Quinze de Novembro, a 2 de Novembro de 1685, declarando, do alto do patibulo, que: "Pelo povo do Maranhão morria contente!"

Extincto o Estado do Maranhão, pela resolução régia de 25 de Fevereiro de 1652, que creou a Capitania do mesmo nome, independente da do Grão-Pará; restaurado, por outra resolução, de 25 de Agosto de 1654, é, pela segunda e ultima vez, extincto por decreto de 20 de Agosto de 1772, sendo creado governo independente, com a Capitania do Piauhi por subalterna, tendo, então, como seu primeiro governador e capitão-general, Joaquim de Mello e Povoas, que tomou posse a 29 de Julho de 1775, e é considerado como o verdadeiro creador da Capitania.

Neste periodo, contam-se 12 governadores, sendo, o ultimo delles, Bernardo da Silveira Pinto, a quem deve o Maranhão os mais assignalados serviços.

Em 1811 é totalmente separada, do governo do Maranhão, a Capitania do Piauhi.

Em 1813, é creado o Tribunal da Relação.

Dado o grito do Ipiranga a 7 de Setembro de 1822, adhere-lhe o Maranhão a 28 de Julho de 1823, sendo a 7 de Agosto eleita a *Junta Provisoria*, primeiro governo que teve a Provincia depois de proclamada a sua independencia, e de que foi presidente o advogado provisionado Miguel Ignacio dos Santos Freire e Bruce.

A' Independencia segue-se um periodo, ora de paz relativa, ora de pronunciadas commoções intestinas, antes sedições militares, circumscrevendo-se, porém, quasi todas á Capital da Provincia.

A 14 e 15 de Setembro, amotinam-se as tropas e depõem o governador das armas, José Felix Pereira de Burgos. O capitão-mór Rodrigo Luiz Salgado de Sá Moscoso, seu successor, é, por seu turno, preso e deposto tambem, a 18 de Fevereiro de 1824, por haver, no dia anterior, prendido a Bruce, presidente da Junta governativa, a seu secretario e outras pessoas gradas.

Nomeado, de novo, Burgos, por acto do Governo Imperial, governador das armas, poz-se, desde logo, em desharmonia com a Junta, resultando disso reunir aquelle a 1 de Junho uma assembléa, em a qual ficou assentada a dissolução daquella, sendo, para logo preso Bruce, seu presidente, e diversos outros membros da sua parcialidade, originando-se, de tudo isso, na noite de 4 do mesmo mez, uma contra revolução, que, no dia seguinte, restituiu a Junta ao poder.

Em 9 de Julho de 1824, toma posse da administração da Provincia, como seu primeiro presidente, o advogado provisionado Miguel dos Santos Freire Bruce.

Entretanto, essas continuas agitações da capital iam-se propagando tambem pelo interior, apparecendo, sob a fórma de sedição militar, em Caxias, Itapecurú-Mirim, Icatú e Rosario, donde marcham os rebeldes a pôr cerco á capital, retirando-se para o Rosario, depois da derrota que soffreram, no dia 30 de Julho, nas linhas do "Alto da Carneira".

Suspenso do cargo de presidente, a 25 de Dezembro, pelo almirante Cockrane, é Bruce remettido preso para a Côrte, a 5 de Janeiro de 1825, restabelecendo-se por esta fórma a paz na Provincia.

Não foi esta, porém, muito duradoira.

Governava o Maranhão o desembargador Candido José de Araujo Vianna (depois marquez de Sapucahi), quando, a 15 de Maio de 1831, aqui chega a noticia da abdicação de Pedro I, notando-se, desde logo, uma certa agitação nos animos e uma tal ou qual alteração da tranquillidade publica.

O redactor d'*OPharol*, José Candido de Moraes e Silva, que era a alma do movimento popular, insinuando-se no espirito da tropa, consegue depôr o commandante das armas e o mesmo teria feito ao presidente, se este, contando ainda com alguma força, não tivesse tido a firmeza precisa para fazer valer a sua auctoridade.

Havendo falhado o golpe na capital, rebenta a revolta no interior, tornando-se, então, celebre Antonio João Damasceno, pelas correrias que praticou, até que é morto, quando, á testa de 400 malfeitores, tentava tomar de assalto a então villa, hoje cidade do Brejo, terminando, por essa fórma, a rebellião, em Abril de 1832.

A 25 de Novembro de 1837, na administração de Francisco Bibiano de Castro (15º presidente) tem logar, em Caxias,

o barbaro assassinato do infeliz tenente-coronel da Guarda Nacional Raimundo Teixeira Mendes, facto este que ficou impune e que, por isso, de tão más consequencias veio a ser depois para o socego da Provincia.

Não se achava, ainda, de todo desassombrado o espirito publico, destes, e de outros factos que omittimos, quando á capital chegam noticias de haver rebentado um *rompimento* na Villa da Manga, a 13 de Dezembro de 1838, tendo por chefe um certo Raimundo Gomes. Pelos desastres inauditos que occasionou, pelo tempo que perdurou (1838-1841) é esta, a *Balaiada*, a mais memoravel de quantas commoções intestinas assolaram a Provincia.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (16º presidente), que então a administrava, não ligou, ao que parece, ao caso, a importancia que devera naturalmente merecer elle de sua parte; e, em vez de tomar, desde logo, providencias energicas e decisivas, limitou-se a expedir, para o interior, pequenos e isolados destacamentos, que, por isso mesmo, de nada valeram para o abafamento da revolta.

Manuel Felisardo de Sousa e Mello (17º presidente), que, a 3 de Março do mesmo anno, o substituiu no governo, veio encontrar, ainda, a Provincia abrasada pela guerra civil, e, em vez de desenvolver a actividade, que era de esperar de sua parte, em situação tão afflictiva, limitou-se, como Camargo, a meias medidas, que mais contribuiram para que crescessem os rebeldes em numero e audacia.

O mallogro da expedição dos Angicos, as perdas consecutivas do Brejo, das Areias, Miritiba e, por ultimo, da opulenta Caxias, que tanto assombraram a Provincia e, finalmente, a desharmonia superveniente entre o presidente e o coronel Francisco Sergio de Oliveira, commandante das forças expedicionarias, aconselharam ao Governo Imperial a retirada do primeiro.

E' nesse momento, angustioso para a Provincia, que, por carta imperial de 12 de Dezembro de 1839, é nomeado, seu presidente e ao mesmo tempo commandante das armas, o coronel Luiz Alves de Lima, que, a 7 de Março do seguinte anno, toma posse do governo.

Com a grande experiencia dos negocios publicos, tino admiravel de que era profusamente dotado, e rara felicidade que o acompanhou sempre, nesta, como em tantissimas outras commissões que foi chamado a desempenhar, providencias taes desenvolveu, que, mudando, desde logo, a face das operações, em ordem do dia, que se tornou memoravel, de n. 68, de 19 de Janeiro de 1841, tinha a rara ventura de annunciar a terminação da guerra, e, consequentemente, o restabelecimento da ordem e da paz na Provincia.

Desta data em deante entra o Maranhão em um periodo, jámais alterado, de paz e tranquillidade; salientando-se, dentre as diversas administrações, que se succederam, a de Joaquim Franco de Sá (1846-1848), pelo tino e habilidade que revelou, na crise de provações por que então passava a Provincia, impellida, pela impericia dos precedentes timoneiros, á borda do insondavel abysmo da bancarrota.

Os melhoramentos, introduzidos no cultivo da canna e fabrico do assucar; a fundação de numerosos engenhos; a inauguração solenne das obras do canal do Arapapahi; a reedificação do hospital militar; a acquisição da quinta, que, ha bem pouco tempo, serviu de matadoiro publico; a creação da repartição das Obras Publicas, a reorganização do Thesoiro publico provincial e a regeneração da imprensa periodica, são outros tantos titulos de gloria e que, recommendando á gratidão nacional a memoria do egregio senador maranhense, bem mereciam que, de sua administração, se fizesse aqui especial menção.

Por decreto n. 639, de 12 de Junho de 1852, é desannexada, da Provincia do Pará, e incorporada, á do Maranhão, toda essa opulentissima faixa de terra, comprehendida entre os rios Turi-Assú e Gurupi, passando este ultimo a servir de limite a ambas as provincias; e, ainda, por um outro decreto, de 23 de Agosto de 1854, são completados os seus limites, com a Provincia de Goiaz, pelos rios Tocantins e Manuel Alves Grande e Serra das Mangabeiras, sendo annexado ao seu territorio o municipio de Carolina.

Tão inestimavel serviço deve-o o Maranhão, quasi que exclusivamente, a Candido Mendes de Almeida, o sabio senador do Imperio, pela vasta erudição e rara pertinacia com que fez valer nosso direito, quer na Camara dos Deputados, de que era um dos mais conspicuos dos seus membros, quer, na imprensa, com a publicação das preciosas memorias:

> « *O Turi-Assú* ou a incorporação deste territorio á Provincia do Maranhão, — e — *A Carolina* ou a definitiva fixação de limites entre as provincias do Maranhão e Goiaz. »

A transformação politica operada no paiz, a 15 de Novembro de 1889, veio encontrar na administração da Provincia ao dr. Tito Augusto Pereira de Mattos (53º presidente), que foi o ultimo, e que se demorou no governo apenas o curto espaço de tres dias.

Proclamada a Republica, a 15 de Novembro (1889), adheriu-lhe o Maranhão, a 18, após um ligeiro tiroteio, travado na vespera, entre populares e uma pequena força, que defendia as officinas do jornal republicano *O Globo*, sendo, em seguida, constituida a seguinte *Junta provisoria*: presidente, tenente-coronel João Luiz Tavares; membros primeiro-tenente Candido Floriano da Costa Barreto, dr. José Francisco de Viveiros, tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho, capitão José Lourenço da Silva Milanez, dr. Francisco de Paula Belfort Duarte e primeiro tenente Augusto F. Monteiro da Silva.

Organizado o Estado, é, pelo congresso, eleito seu 1º governador o dr. Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, que toma posse a 15 de Junho de 1891.

A este, diversos outros governadores e juntas governativas se tem seguido.

E' actualmente presidente do Estado o sr. dr. Urbano Santos da Costa Araujo, cujo espirito culto não conhece fadigas para bem servir o Maranhão, que lhe foi berço e a que elle tanto quer e tanto honra.

XVII

Historia administrativa

Occupar-nos-emos sómente do periodo republicano, a cuja fórma do governo o Maranhão adheriu em 18 de Novembro de 1889, data que, por isso, passou a ser um dos feriados do Estado, nos termos do decreto n. 26, de 27 de Junho de 1890.

Tendo sido, naquelle memoravel dia, deposto o delegado do Governo Imperial, dr. Tito Augusto Pereira de Mattos, foi, immediatamente, acclamada uma Junta do governo provisorio do Estado do Maranhão, composta dos tenentes-coroneis João Luiz Tavares e Francisco Xavier de Carvalho, dr. José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte, primeiros tenentes Candido Floriano da Costa Barretto e Augusto Fructuoso Monteiro da Silva e capitão José Lourenço da Silva Milanez.

O primeiro acto desta Junta foi de 22 de Novembro, mandando destruir, nas repartições publicas, todos os vestigios materiaes do antigo regime; seguindo-se mais 11 decretos sobre outros assumptos, principalmente os relativos á garantia do direito de reunião e livre manifestação do pensamento, ordem e segurança publica, prohibição do trabalho aos domingos, extincção de subsidios ao culto catholico, etc.

Nomeado primeiro governador do Estado o dr. Pedro Augusto Tavares Junior, empossou-se em 17 de Dezembro de 1889, e o seu primeiro acto foi o decreto n. 1, do dia 18 do mesmo mez, declarando nullos e de nenhum effeito todos os actos da Junta do Governo Provisorio.

Pouco mais de um mez se demorou á frente da administração publica o dr. Tavares Junior que, por desintelligencia com o Governo Federal, foi substituido interinamente, em 4 de Janeiro de 1890, pelo chefe de Policia dr. Eleuterio F. Muniz Varella.

O segundo governador nomeado foi o dr. José Thomaz de Porciuncula, que entrou em exercicio a 22 de Janeiro. Destaca-se dos seus actos a reforma do ensino publico, que dividiu em primario, secundario e technico ou profissional; manteve o Lyceu, creou a Escola Normal, um Conselho Superior da Instrucção Publica e um Instituto Technico, e aboliu o castigo corporal.

O dr. Porciuncula foi succedido no Governo, em 5 de Julho, pelo vice-governador, conselheiro Augusto Olympio Gomes de Castro que, em 25 do dicto mez, o transferiu ao terceiro governador nomeado, capitão-tenente Manuel Ignacio Belfort Vieira. Este extinguiu o Conselho Superior da Instrucção Publica, cujas funcções passaram a ser exercidas pelo inspector geral, e fixou regras para a concessão de aposentadorias e de licenças aos empregados publicos.

Em 28 de Outubro foi substituido pelo vice-governador, dr. José Vianna Vaz que, pelo decreto n. 60 de 14 de Janeiro de 1891, promulgou a primeira Constituição do Estado, *ad referendum* do Congresso, e convocou este para 15 de Junho.

Esta Constituição, vasada nos novos principios, decorrentes da transformação politica por que passou o paiz, tratou da organização republicana do Estado, da separação dos poderes e suas attribuições, regime municipal, declaração de direitos, reforma da Constituição, garantia do pagamento da divida da antiga Provincia, aboliu a jurisdicção contenciosa administrativa, prohibiu as aposentadorias, dispoz sobre a eleição do governador e do vice-governador.

Em 4 de Março de 1891, assumiu o exercicio o 2º vice-governador dr. Tarquinio Lopes, que o transmittiu, a 14 do referido mez, ao quarto governador nomeado, dr. Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque.

O novo governador adiou a reunião do Congresso para 16 de Junho, deu regimento provisorio ao mesmo, que se compunha da Camara e Senado.

Installado o Congresso Constituinte, elegeu governador, 1º, 2º e 3º vice-governadores (cargos por elle creados), para servirem durante quatro annos, os drs. Lourenço de Sá, Carlos Emilio de Andrade Peixoto, Agrippino Azevedo e Salustiano Ferreira de Moraes Rego, que prestaram o compromisso legal, entrando o primeiro em exercicio a 15 de Junho.

A 4 de Julho, o Congresso promulgou a Constituição Politica do Estado, mais ou menos de accôrdo com a de 14 de Janeiro.

O governador constitucional regulou o processo para a qualificação eleitoral; organizou a justiça e a policia, reorganizou o thesoiro, a secretaria da policia e o ensino publico, e providenciou sobre as eleições municipaes.

Tendo passado o exercicio, em 17 de Setembro, ao primeiro vice-governador, dr. Carlos Peixoto, foi este deposto em 25 de Novembro por haver adherido ao golpe de Estado de 3 deste mez, tomando a direcção do Estado uma Junta composta do coronel Joaquim Manuel de Medeiros, como presidente, capitão-tenente Othon de Carvalho Bulhão e drs. Benedicto Pereira Leite, Raimundo Joaquim Ewerton Maia e Francisco da Cunha Machado.

Por ordem do Governo Federal, foi, no dia 27, reposto o dr. Carlos Peixoto que, a 29, entregou o governo ao dr. Lourenço de Sá.

A 18 de Dezembro, transmittiu este o exercicio ao 2º vice-governador, dr. Agrippino Azevedo que, no mesmo dia, foi deposto e substituido por uma Junta governativa, composta dos drs. Francisco da Cunha Machado, Benedicto Leite e Raimundo Joaquim Ewerton Maia.

A Junta dissolveu o Congresso e revogou o decreto sobre a organização judiciaria, marcando o prazo de 60 dias para os antigos juizes e mais funccionarios judiciarios voltarem aos seus cargos.

A 8 de Janeiro de 1892, foi acclamado e investido no cargo de governador o capitão-tenente Manuel Ignacio Belfort Vieira, que convocou um novo Congresso Constituinte para o dia 1 de Junho; deu regulamento para a eleição deste e do governador e vice-governadores; suspendeu do exercicio do cargo o juiz de direito da Comarca da Barra do Corda, e providenciou sobre a instrucção publica.

Eleito governador, em 6 de Maio, juntamente com os drs. Casimiro Dias Vieira Junior, Alfredo da Cunha Martins e o barão de Tromahy, 1º, 2º, e 3º, vice-governadores, empossou-se o capitão-tenente Manuel Ignacio, em 11 de Junho, prolongando-se o seu periodo governamental até 1 de Março de 1898.

Em 28 de Julho, foi promulgada nova Constituição Politica do Estado, que alterou a anterior em alguns pontos, destacando-se a abolição do Senado. Seguiram-se importantes leis, relativamente á prohibição de accumulação de empregos remunerados, do Estado ou dos Municipios, serviços de segurança publica, organização judiciaria, processo eleitoral, ensino publico, creação de um fundo escolar, isenção de impostos estaduaes e municipaes sobre os templos e actos religiosos, limpeza de rios e navegação, estatistica, bibliotheca publica, hygiene, creação de uma escola modelo, licença e justificação de faltas dos funccionarios publicos, immigração, extracção da borracha e outros productos, reconhecimento de poderes dos deputados estaduaes, etc.

Mais de uma vez esteve em goso de licença o governador Manuel Ignacio, tendo sido substituido pelos vice-governadores Casimiro Junior e Cunha Martins.

Para o periodo governamental de 1898 a 1902 foram eleitos governador o dr. Urbano Santos da Costa Araujo

e vice-governadores dr. Sebastião José de Magalhães Braga, o capitão-tenente Othon de Carvalho Bulhão e Manuel Ignacio Dias Vieira.

Não havendo o dr. Urbano Santos acceitado o cargo de governador, assumiu-o o dr. Magalhães Braga, em 1 de Março de 1898, e marcou nova eleição para governador, tendo sido eleito o dr. João Gualberto Torreão da Costa.

Neste anno, reformou-se a Constituição, instituindo-se o *veto* parcial para as leis do orçamento e fixação de forças e dispondo-se sobre o modo de sanção das leis; alterando o modo de se nomear os magistrados; creando, para o Congresso, recurso das decisões dos poderes municipaes e das duplicatas destes; instituindo o direito de aposentadoria, etc.

Por leis ordinarias, organizou-se a justiça; estabeleceram-se regras para o preenchimento dos cargos de governador e vice-governadores; elevou-se a verba destinada á propaganda em favor da lavoira e introducção de immigrantes; estipulou-se premio para os plantadores de maniçoba; facultou-se auxilio aos alumnos da Escola Normal, reconhecidamente pobres, e domiciliados fóra da Capital; creou-se verba para serviços telegraphicos; reformou-se o Lyceu; regulou-se a aposentadoria dos magistrados; passou-se para o cargo do Estado o policiamento dos municipios; crearam-se: a imprensa official, uma escola de musica, uma companhia de bombeiros; decretou-se auxilio ao Centro Caixeiral e premio aos cultivadores de arroz.

Em 1 de Março de 1902, assumiu o governo o dr. Manuel Lopes da Cunha, eleito para o quadriennio de 1902 a 1906.

Em 19 de Novembro do mesmo anno, passou o exercicio ao 1º vice-governador, coronel Alexandre Collares Moreira Junior, em cuja administração votaram-se leis sobre assistencia aos lazaros, grupos escolares, reorganização do serviço de segurança publica e privilegios e isenções de impostos sobre industrias extractivas.

Em 1904, reformou-se a Constituição para estabelecerem-se preceitos sobre a perda do mandato de deputado, desapropriação, por utilidade ou necessidade publica, apuração de eleição de governador e competencia deste sobre varios assumptos; remoção, disponibilidade e processo de juizes; reforma da Constituição e alteração do periodo do mandato dos poderes municipaes.

A seguir: contrahiu-se um emprestimo de 500:000$ para combater a peste bubonica; isentaram-se de imposto a borracha e a exportação de milho e de farinha; offereceram-se vantagens aos lavradores de algodão em terras cultivadas a arado; concedeu-se privilegio para o preparo do sal refinado; organizou-se o serviço sanitario; creou-se a repartição de Obras Publicas, Viação, Industria, Terras e Colonização; tratou-se da exploração de minas em terras devolutas, e reorganizou-se o Thesoiro.

A 1 de Março de 1906, tomou conta da administração o dr. Benedicto Pereira Leite, eleito governador para o quadriennio de 1906 a 1910, juntamente com os dr. Antonio Teixeira Belfort Roxo e Arthur Quadros Collares Moreira e coronel Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, 1º, 2º, e 3º vice-governadores.

Então, alterou-se o exercicio financeiro, que passou a ser de Junho a Julho, e legislou-se sobre o serviço de exgottos e aguas da Capital e o de terras do Estado; sobre o prazo para entrarem as leis em vigor; isenção de impostos de algumas industrias novas; premios a lavradores; processo do governador e dos desembargadores; resgate da divida publica fundada; reorganização da secretaria do Governo, do Thesoiro e da Junta Commercial, linhas telegraphicas e Hospital de Isolamento.

Em 23 de Maio de 1908, transmittiu o dr. Benedicto Leite o governo ao 2º vice-governador Arthur Moreira que, em Fevereiro de 1909, o passou ao presidente do Congresso, coronel Mariano Martins Lisboa.

A lei n. 507 de 22 de Março do mesmo anno auctorizou o governo a contractar a elaboração de um Codigo do Processo para ao Estdo.

Em Julho, depois de uma reunião extraordinaria do Congresso, em que foi eleito seu presidente o coronel Americo Vespucio dos Reis, assumiu este o governo do Estado, em que permaneceu até Fevereiro do anno seguinte. Neste mez, foi elle substituido pelo presidente do novo Congresso, coronel Frederico Pereira de Sá Figueira que, a 1 de Março, entregou a direcção do Estado ao dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, eleito para o quadriennio de 1910 a 1914.

Neste periodo, legislou-se sobre o aforamento ou venda de terras devolutas do Estado; navegação do Rio Grajahú; reorganização da Instrucção Publica, da Secretaria do Governo e do Thesoiro; instituição de férias para os funccionarios publicos; funccionamento do Tribunal Mixto, regulamento da penitenciaria da capital e cadeias do interior, e do theatro S. Luiz e publicou-se o Codigo do Processo Civil e Commercial do Estado.

Durante a administração Luiz Domingues, deixou este algumas vezes o exercicio do cargo, em que teve sempre como substituto o presidente do Congresso, coronel Frederico Figueira, por permanecerem no Rio de Janeiro como deputados federaes os 1º, 2º, e 3º vice-governadores, dr. Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, Christino Cruz e Francisco da Cunha Machado.

Tendo o dr. Urbano Santos resignado o cargo de governador, para que fôra escolhido, no periodo de 1914 a 1918, assumiu o governo, no dia 1 de Março de 1914, o coronel Affonso Giffenig de Mattos, presidente da Camara Municipal da Capital. Este supprimiu o deposito geral da capital; dissolveu temporariamente o serviço sanitario; tratou da emissão de apolices da divida estadual; julgou sem effeito varios decretos do seu antecessor, creando e supprimindo comarcas e nomeando juizes.

Eleito governador o dr. Herculano Nina Parga, empossou-se em 27 de Abril do mesmo anno, operando-se, então, grandes reformas na administração do Estado.

Foram extinctas as secretarias do Governo e da Policia e o Thesoiro, e creadas as secretarias de Estado dos Negocios do Interior, da Justiça e Segurança, e da Fazenda.

Ficaram a cargo da Secretaria do Interior:

a) tudo o que se refere á organização politica do Estado;

b) relações com o Poder Legislativo;

c) relações com os outros Estados e com os Municipios;

d) relações com as repartições federaes deste e dos outros Estados;

e) relações com os consules e agentes diplomaticos;

f) confecção dos decretos e publicação destes e das leis que lhe forem referentes;

g) convenções e ajustes celebrados na fórma da Constituição;

h) eleições;

i) os serviços de instrucção publica, commercio, navegação, hygiene, bibliotheca, theatro, imprensa official e os mais que não pertencerem ás outras secretarias e ao gabinete do governador.

A' Secretaria de Justiça e Segurança foram confiados todos os negocios relativos á Justiça, magistratura, Ministerio Publico, officios de justiça, força e segurança publica, junta commercial, penitenciaria e cadeias.

A' Secretaria da Fazenda incumbe a arrecadação da receita, o pagamento da despesa e as classes inactivas.

Os secretarios de Estado subscrevem os actos do governo e, como auxiliares da immediata confiança deste, são por elle nomeados e demittidos livremente. O secretario da Justiça e Segurança deve ser diplomado em Direito.

Neste periodo governamental, emittiram-se 2.000:000$ em apolices para pagamento da divida fluctuante; regulou-se a concessão de aposentadorias, de licença e justificação de faltas; reformaram-se a justiça e a instrucção publica; deu-se regulamento ás novas secretarias, á guarda civil do interior e ás collectorias, rescindiu-se o contracto para o serviço de exgottos da capital; contractou-se a introducção de machinas para quebrar côco babassú; estabeleceu-se o imposto territorial e providenciou-se sobre localização de trabalhadores nacionaes, limpeza de rios, acquisição de armazens para depositos de algodão, premios a alumnos distinctos do Lyceu, equiparação de collegios particulares á Escola Normal, creação de secções do registo civil, reorganização do serviço sanitario, instituição do registo facultativo de titulos e outros documentos; fundação de um aprendizado agricola, contractos de navegação fluvial, auxilios ás victimas das inundações, favores a industrias novas, concessão de terras devolutas a particulares e alienação das mesmas terras, decretação do Codigo do Processo Criminal; creação do montepio dos funccionarios publicos, etc.

Em 1 de Novembro de 1917, renunciou o dr. Herculano Parga o cargo, que foi ter ás mãos do 1º vice-governador, coronel Antonio Bricio de Araujo. Nesta administração, expediu-se regulamento para a imprensa official e para instrucção primaria e aboliu-se o imposto sobre os vencimentos dos empregados publicos.

A 1 de Março de 1918, assumiu a direcção do Estado o 1º vice-governador dr. José Joaquim Marques, eleito para o quadriennio de 1918 a 1922, na mesma occasião em que o foram o dr. Urbano Santos da Costa Araujo, governador, e os drs. Raul da Cunha Machado e Francisco Xavier dos Reis Lisboa Filho, 2º e 3º vice-governadores.

Com o fallecimento do dr. José Marques, em 9 de Outubro de 1918, assumiu o governo o 2º vice-governador Raul Machado que, em 21 de mesmo mez, o entregou ao dr. Urbano Santos.

Em 21 de Novembro, passou este, novamente, o exercicio ao 2º vice-governador e voltou a reassumi-lo em 3 de Outubro de 1919.

Providenciou-se sobre o serviço de estatistica, combate á lagarta rosea, nova lei eleitoral, calamidade publica, serviço de exgottos e agua na capital e outros.

Por iniciativa das Camaras municipaes, reformou-se a Constituição em 24 de Fevereiro de 1919. As principaes alterações foram: o governador passou a denominar-se presidente e os vice-governadores reduziram-se a um vice-presidente, que, no caso de vaga do cargo de presidente, preencherá o resto do quadriennio; tornaram-se dependentes da approvação do Congresso as nomeações dos desembargadores, um dos quaes será o procurador geral do Estado, por nomeação e demissão do presidente do Estado; os intendentes tiveram o nome mudado para prefeitos, devendo o da capital ser nomeado e demittido livremente pelo executivo estadual.

Reformou-se a magistratura; approvou-se o contracto das obras do Porto de S. Luiz; reorganizaram-se as secretarias do Estado e a instrucção publica, e legislou-se mais sobre aposentadorias, navegação de rios e lagos, extincção das saúvas, estradas de rodagem, demarcação de terras e outros assumptos.

Regime municipal

O primeiro acto do governo republicano deste Estado, em relação aos municipios, foi firmado pela Junta provisoria em 14 de Dezembro de 1889, suspendendo a Camara Municipal da capital e substituindo-a por uma intendencia composta de tres membros, com poderes para nomear, demittir e suspender empregados, supprimir empregos e diminuir vencimentos.

Havendo o primeiro governador annullado todos os actos da referida Junta, dissolveu depois a Camara Municipal da capital e nomeou uma Junta de cinco cidadãos para gerir os negocios e interesses do municipio.

Por decreto de 17 de Janeiro de 1890, foram dissolvidas esta Junta e todas as Camaras municipaes do Estado, creando-se na capital um Conselho de intendencia com sete membros e um de tres membros, em cada cidade e villa do interior.

O decreto n. 15, de 12 de Fevereiro de 1890, substituiu o de 17 de Janeiro e dispoz que o poder municipal da capital fosse exercido pelo Conselho de Intendencia, composto de sete membros, e o das cidades e villas por outro de cinco, e discriminou os serviços da sua competencia.

O decreto n. 16, de 19 de Março de 1890, declarou e regulou o recurso das deliberações dos conselhos e Intendencia para o governador.

A lei n. 2, de 14 de Setembro de 1892, deu organização aos municipios: manteve a autonomia, garantida pelas constituições federal e estadual; dispoz que a sua administração seria exercida por uma camara, que delibera, e por um intendente com funcções executivas, todos eleitos quadriennalmente; discriminou os impostos da sua privativa competencia e os que póde lançar conjunctamente com o Estado; as attribuições das camaras e dos intendentes; os casos de incompatibilidade e os de perda de mandato; os privilegios da fazenda municipal, etc.

A reforma constitucional de 7 de Março de 1898 estabeleceu os casos em que as posturas e decisões municipaes podem ser annulladas pelo Congresso, que tambem teve poderes para resolver as duplicatas de eleições municipaes. A reforma constitucional de 9 de Maio de 1904 conferiu á Camara Municipal da capital, na ausencia do Congresso, a attribuição de apurar as eleições de governador e vice-governadores, e a todas as Camaras a de propôr, por metade ao menos, a reforma da Constituição.

A lei n. 482, de 25 de Abril de 1908, diminuiu, de quatro para tres annos, o periodo do mandato dos vereadores e intendentes, e a de n. 496, de 7 de Maio de 1908, regulou a acção tributaria dos municipios.

A ultima reforma constitucional de 24 de Fevereiro de 1919 fez as seguintes alterações no regime municipal: exige uma população de 5.000 habitantes para a creação de novo municipio; dá ao Estado a faculdade de chamar a si qualquer serviço de natureza municipal, entregando-o, depois de effectuado, á respectiva administração municipal; muda a denominação de intendente para prefeito e torna o da capital de livre nomeação e demissão do presidente do Estado; dá competencia ao Poder Judiciario para decidir, em especie, da validade de actos do Poder Executivo e posturas das Camaras municipaes, em face das constituições federal e estadual, e investe o presidente do Estado da faculdade de nomear, no caso de dualidade de camara ou prefeito, quem assuma provisoriamente a direcção do municipio, até deliberação do Congresso.

XVIII

Historia judiciaria

Nos ultimos annos do Imperio, a Provincia do Maranhão era séde do Tribunal da Relação, cuja jurisdicção se extendia, tambem, á Provincia de Piauhi. Este Tribunal fôra creado pela resolução régia de 23 de Agosto de 1811 e installado a 4 de Novembro de 1813.

As comarcas, em numero de 30, estavam divididas em tres entrancias, conforme a sua importancia. Na da capital existiam cinco varas de Direito, com os respectivos juizes vitalicios e os substitutos; na de Alcantara, tambem de terceira entrancia, como havia da capital, ha duas varas e nas demais uma em cada comarca. Além dos juizes municipaes nos termos reunidos, nomeados por quatro annos, havia tres supplentes, em cada termo, e dois juizes de paz, eleitos biennalmente.

No regime republicano, depois de promulgada a Constituição Estadual de 4 de Julho de 1891, o governador, devidamente auctorizado, baixou o decreto n. 91, de 20 de Agosto do mesmo anno, organizando a administração da Justiça civil e penal e a Policia.

O Poder Judiciario foi confiado: ao Superior Tribunal de Justiça, composto de sete membros, um dos quaes era o procurador geral do Estado; a juizes de direito; juizes districtaes; tribunaes do Jury, e a tribunaes correccionaes. Dividiu-se o Estado em comarcas e termos. As comarcas foram classificadas em tres entrancias, ficando um juiz de direito em cada uma, excepto na da capital, em que ficaram tres. Em cada districto havia um juiz districtal com tres supplentes, um tribunal do Jury e um tribunal correccional. O Ministerio Publico tinha, por orgãos, um procurador geral do Estado, um promotor em cada comarca, e um adjuncto de promotor em cada districto.

Deposto o primeiro governador constitucional, como aconteceu aos dos outros Estados, que apoiaram o golpe de Estado de 3 de Novembro de 1892 e substituida a Constituição de 4 de Julho de 1891 pela de 28 de Julho de 1892, ficou sem effeito a organização judiciaria decretada em Agosto de 1891, que o Congresso restabeleceu pela lei n. 19, de 15 de Outubro de 1892. Esta alterou aquella, principalmente nos seguintes pontos: creou o Tribunal Mixto, composto de dois membros do Superior Tribunal de Justiça e de dois do Congresso, eleitos annualmente pelas respectivas corporações, para processar e julgar os desembargadores em unica instancia e julgar os juizes de direito em segunda instancia; em vez de districtos, dividiu as comarcas em termos, e, para estes, creou os logares de juizes municipaes; as comarcas foram elevadas a 33 e consideradas de uma só entrancia; os termos passaram a ser de 49 com os das sédes das comarcas reduziram-se a seis os desembargadores, e o procurador geral do Estado passou a ser nomeado por tres annos.

No anno seguinte, a lei n. 48, de 15 de Maio, interpretou alguns artigos da lei da organização judiciaria.

Reformada, em parte, a Constituição, em 7 de Março de 1898, reformou-se, egualmente, a Magistratura, com a lei n. 194, de 29 de Março do referido anno, que supprimiu os juizados municipaes, cujas funcções passaram para os supplentes de juizes de direito nos termos; classificou as comarcas em tres entrancias, e dispoz que as nomeações de desembargadores fossem feitas do seguinte modo: dois terços, escolhidos de uma lista organizada pelo Superior Tribunal de Justiça, composta dos tres juizes de direito mais antigos, e um terço dentre bachareis de reconhecido saber e reputação, magistrados ou não.

A lei n. 302, de 19 de Abril de 1901, occupou-se da competencia do Tribunal do Jury e dos julgamentos dos réos, fôra dos termos em que delinquiram.

A lei n. 316, de 9 de Abril de 1902, alterou algumas disposições da de n. 194, de 1898, referentes ao julgamento correccional, recurso voluntario do despacho de pronuncia, appellação do Jury, denuncias do Ministerio Publico, miserabilidade da offendida nos crimes de violencia carnal, auxilio da parte ao Ministerio Publico, escreventes juramentados, pena de suspensão aos serventuarios da Justiça, archivamento de inquerito policial, nomeações de supplentes de juizes, etc.

A lei n. 326, de 30 de Março de 1903, tratou da convocação e funccionamento do Jury, inspecção ás sessões do registo civil, leilões judiciaes da capital e outras materias judiciarias.

A reforma constitucional de 9 de Maio de 1904 fez importantes modificações na estructura do Poder Judiciario: restabeleceu os juizados municipaes; auctorizou a remoção dos juizes de direito por conveniencia publica; determinou a competencia para os processos dos juizes de direito, municipaes e supplentes; facultou a nomeação de magistrado em commissão para qualquer comarca em que fosse perturbada a ordem publica ou compromettida a regular administração da Justiça e estipulou que as nomeações de desembargadores se fizessem assim: um terço escolhido de uma lista sextupla, para cada vaga, organizada pelo Superior Tribunal e composta dos juizes de direito mais antigos, com exercicio no Estado; um terço dentre os juizes de direito de segunda e terceira entrancias, á escolha do governador; e um terço dentre os bachareis em direito, de reconhecido saber e reputação, magistrados ou não.

A lei n. 354, de 23 de Maio do mesmo anno, consignou disposições sobre as referidas nomeações, introduziu o recurso da revisão das decisões finaes dos juizes de direito para o Superior Tribunal; tratou da competencia dos supplentes de juiz, e da divisão das varas da capital.

A lei n. 397, de 28 de Abril de 1905, creando os logares de juizes municipaes, dispoz sobre a sua residencia, attribuições, substituições, suspeição e vencimentos.

A lei n. 444, de 15 de Outubro de 1906, definiu os casos de julgamento e recursos do Tribunal do Jury, inclusive do acto do juiz de direito que dissolvesse o alludido tribunal, antes do julgamento de todos os processos preparados.

A lei n. 481, de 23 de Abril de 1908, regulou o processo e o julgamento dos membros do Superior Tribunal de Justiça nos crimes communs e de responsabilidade.

Deixando de parte varias outras leis de menos importancia sobre attribuições das auctoridades judiciarias e de creação, suppressão de comarcas, vamos agora salientar a lei n. 664, de 28 de Abril de 1914, que, dando nova organização judiciaria ao Estado, reduziu as comarcas a 14, conservando as tres entrancias, e os termos a 33, compostos estes de um ou mais municipios; supprimiu uma das tres varas da capital; dispoz que cada comarca tivesse um juiz de direito e cada termo, excluidos os das sédes das comarcas, um juiz municipal; aboliu o protesto por novo jury; deu poderes aos juizes municipaes para concederem *habeas-corpus*; transferiu para o procurador geral do Estado a attribuição de conhecer da procedencia ou improcedencia do pedido do archivamento dos inqueritos policiaes pelos promotores e seus adjunctos; e mandou que os officios do escrivão e annexos fossem providos pelo governador, com a clausula de conserva-los emquanto bem servissem.

Esta reorganização foi alterada pela lei n. 693, de 13 de Abril de 1915, que elevou as comarcas a 15 e os termos a 47; permittiu ao juiz da Provedoria conhecer e decidir as dirimentes e justificativas dos crimes; que os crimes connexos fossem julgados em um só processo, prevalecendo a jurisdicção especial sobre a ordinaria e, finalmente, creou, no termo da capital, o cargo de official privativo do registo facultativo de titulos, documentos e outros papeis.

A lei n. 728, de 8 de Abril de 1916, restabeleceu a terceira vara da capital, tratou da competencia do juiz desta e das outras varas, bem como, da dos juizes supplentes, das incompatibilidades entre juizes, promotores e escrivães e das partes para com os mesmos, e mandou adoptar, para as acções de valor até 1:000$, o processo que a lei n. 695, de 13 de Abril de 1915, estabelecera para as acções de valor não excedente de 200$000.

A lei n. 759, de 23 de Abril de 1917, restaurou o Deposito Geral da capital, que havia sido abolido em 1914.

A lei n. 767, de 24 do dicto mez, poz em execução o Codigo do Processo Criminal do Estado, como já havia acontecido com o do Processo Civil e Commercial, approvado pelo decreto n. 129, de 15 de Julho de 1911.

A lei n. 768, de 24 de Abril de 1917, creou mais seis comarcas de primeira entrancia e mais oito termos, e supprimiu uma comarca.

Com a reforma constitucional de 24 de Fevereiro de 1919, nova alteração soffreu o Poder Judiciario. Aboliu-se o Tribunal Mixto, cujas funcções ficaram a cargo do Superior Tribunal de Justiça; este passou a contar sete membros, um dos quaes é o procurador geral, nomeado e demittido livremente pelo presidente do Estado; os desembargadores devem ser escolhidos dentre os seis juizes de direito mais antigos e as suas nomeações approvadas pelo Congresso.

A lei n. 845, de 29 de Março de 1919, fez nova organização judiciaria, cuja execução ficou dependendo do Poder Executivo, a quem outorgou poderes para fazer a divisão das comarcas e termos judiciarios.

O decreto n. 232, de 1 de Outubro de 1919, dividiu o Estado em 18 comarcas e 55 termos, ficando na capital apenas duas varas. Por esta organização o Tribunal do Jury compõe-se de 15 jurados, pelo menos, devendo as decisões ser proferidas por sete jurados. Creou-se a Assistencia Judiciaria para os litigantes pobres, instituição de que não cogitaram as leis anteriores.

A lei n. 938, de 22 de Abril de 1920, restabeleceu a terceira vara da capital; creou mais dois termos; occupou-se da competencia dos dois promotores da capital, da substituição dos juizes de direito desta; da competencia dos juizes de direito no preparo dos processos civeis e criminaes, da convocação do Jury, escolha de avaliadores, e partidores, concurso para os "officios de justiça", processo de *habeas-corpus*, suspeição de juizes, reorganização do *Forum* da capital e do Deposito Geral, creação do Archivo Judiciario, licença e tempo para os funccionarios entrarem em exercicio, incompatibilidades destes, etc.

XIX

Historia militar

Povo essencialmente ordeiro e pacifico, amando, de preferencia, as pugnas incruentas da intelligencia — o do Maranhão, resume-se a sua Historia militar nas luctas travadas para expellir o invasor audaz, Francezes (1612-1615) e Hollandezes (1641-1644); no movimento revolucionario de 1684, que teve por chefe Manuel Bequimão; nos acontecimentos que precederam e se seguiram á Independencia e, finalmente, na revolução conhecida pelo nome de "Balaiada".

De cada um delles nos occupamos, succintamente, nas linhas que seguem:

Occupação franceza

Por 40 annos, após as primeiras tentativas de colonização, ficara o Maranhão no mais completo abandono. Em 1594, andando a piratear pelas costas do Brasil, aqui aportou J. Riffault, deixando Des Vaux e outros Francezes, os quaes, da excellencia da terra e do seu povo tanto se enamoraram, que, do seu governo, conseguiram mandassem La Ravardière coloniza-la, em 1612.

Partindo do Porto de Cancale, no dia 19 de Março, trazendo comsigo em tres navios — *Regente*, *Carlota* e *Sant'Anna*, — grande numero de Francezes e quatro padres capuchinhos, tendo estes, por superior, a Ives d'Evreux, aportam os expedicionarios, que tinham por chefe o referido La Ravardière e de Razilly, logares-tenentes do rei, a 6 de Agosto, á Ilha Grande do Maranhão, onde, a 8 de Setembro, procedem á implantação da cruz e dão á fortaleza o nome de Forte de S. Luiz, tomando, a 1 de Novembro, posse destas terras, em nome do rei de França.

Chegada que foi á Metropole a noticia destes successos, é enviada uma expedição, composta de dois navios, uma caravela e quatro caravelões, sob o commando de Jeronymo de Albuquerque e Diogo de Campos, a qual aporta ao Maranhão, a 26 de Outubro de 1614, dando começo a um forte debaixo da invocação de Santa Maria, no sitio de Guaxenduba, fronteiro á ilha.

A 19 de Novembro, atacam os Francezes o referido forte e são derrotados, perdendo, na acção, 115 homens, entre os quaes mr. De Pizieux, commandante da expedição. Tiveram os Portuguezes 10 mortos e 18 feridos.

A 27 de Novembro, ainda de 1614, é assignado, entre os belligerantes, um tratado de treguas por um anno; tratado que, num dos seus artigos estipulava: — que se mandariam á França e Castella dois mensageiros, sendo um de cada uma das partes, para que s. m. catholica e christianissima, — decidissem a quem pertencia ficar nas terras do Maranhão.

Em consequencia deste artigo, foram enviados, a Paris, Jorge Fragoso e mr. Pratz; e, a Madrid, Diogo de Campos e o capitão Maillarte; aquelles, a 16 de Dezembro, e estes, a 4 de Janeiro de 1615.

Rotas as treguas, toma Jeronymo de Albuquerque posse do Forte de S. José do Itapari, a 31 de Julho. A 31 de Outubro, por ordem de Alexandre de Moura, sitia ainda o mesmo Jeronymo de Albuquerque os Francezes por terra, postando-se junto á Fonte das Pedras.

A 1 de Novembro, entra Alexandre de Moura com a sua armada, composta de sete navios, um caravelão e uma caravela e 90 homens de equipagem, a Bahia de Santa Maria, a que dá o nome de Bahia de Todos os Santos, por ser esse o seu dia (hoje S. Marcos); e, dando prompto desembarque na ponta, ora denominada de S. Francisco, fronteira ao Forte de S. Luiz, levanta nella uma defesa de pau-a-pique, e nomêa para guarnece-la a Bento Maciel Parente, com a equipagem do seu navio.

Sitiado por terra e por mar, capitula La Ravardière, a 3 de Novembro, fazendo entrega do forte por elle chamado de S. Luiz, e logo, pelos vencedores, de S. Philippe.

E como um dos artigos da capitulação era a retirada livre aos Francezes, embarcam-se logo para a França mais de 400, deixando-se ficar, apenas, no Maranhão, alguns, já casados com indias da terra.

La Ravardière acompanha a Alexandre de Moura a Pernambuco e, dahi, passa a Lisboa, onde, iniquamente, é retido, por tres annos, preso na torre de Belém, passando por fim á França, onde chegou em 1620.

A invocação do nome do rei Luiz é conservada á cidade pelos vencedores, que consagram á Senhora da Victoria a primeira egreja matriz.

Assim terminou a occupação franceza no Maranhão, sendo, por esses mesmos dias, nomeado Jeronymo de Albuquerque capitão-mór da conquista, que lhe tocava como propria.

Desse dia por deante, addicionou elle, ao seu nome, o appellido de — Maranhão — em commemoração do termo da sua gloriosa empresa.

Invasão hollandeza

A 25 de Novembro de 1641, entram a barra do Maranhão 19 navios hollandezes, com 2.000 homens de desembarque, sob o commando de João Cornellus Lichthardt.

Desembarcam nas praias do Desterro, apoderam-se, aleivosamente, do forte, saqueam a cidade, prendem e deportam varios moradores, entre os quaes o governador Bento Maciel Parente, que morre, pouco depois, encerrado na fortaleza do Rio Grande do Norte.

A 31 de Dezembro desse anno, deixando no Maranhão 600 homens e quatro embarcações, á ordem de certo governador ou conselheiro politico, de nome Pedro Bas, embarca João Cornellus para Pernambuco, com o resto da sua armada.

Em 1642, insurreccionam-se os lavradores do Rio Itapecurú, tendo á sua frente Antonio Muniz Barreiros.

A 30 de Setembro, em numero de 50, atacam e tomam os sublevados, de assalto, os engenhos da foz do Itapecurú, e o Forte do Calvario, no Rosario, cuja guarnição se compunha de 70 homens, bem municiados, com oito peças de artilheria, passando-se, sem demora, á ilha, acommettendo e levando á degola a primeira guarda dos Hollandezes, que nella encontraram, e que se compunha de 40 homens.

A 21 de Novembro, cahe a expedição hollandeza, de cerca de duzentos homens, sob o commando de Sandelim, em uma emboscada, postada pelos insurgentes perto das margens do Cutim; sahindo victoriosos estes, e escapando, apenas, um alferes e quatro soldados dos Hollandezes. E' esta victoria perpetuada, pela tradição, até hoje, por uma tosca e simples cruz de madeira, erguida na chapada, vulgarmente conhecida por *Oiteiro da Cruz*.

A 2 de Janeiro de 1643, chegam, do Pará, em auxilio dos sublevados, os capitães Pedro da Costa Favella, Bento Rodrigues de Oliveira, e Ayres de Sousa Chichorro, em 54 canôas, conduzindo 113 soldados, 600 indios, alguma artilheria e poucas munições. Alojam-se no quartel do Carmo, passando Antonio Muniz, com os seus, para outro ponto, com avançadas, onde estão hoje a Egreja do Rosario e a do Recolhimento de Nossa Senhora da Annunciação e Remedios.

A 6, arvora-se, nos nossos parapeitos, a bandeira portugueza, trazida pelos do Pará; e é saudada com alguns tiros contra a praça, gritando os sitiantes que "eram *recados* que mandava o rei de Portugal".

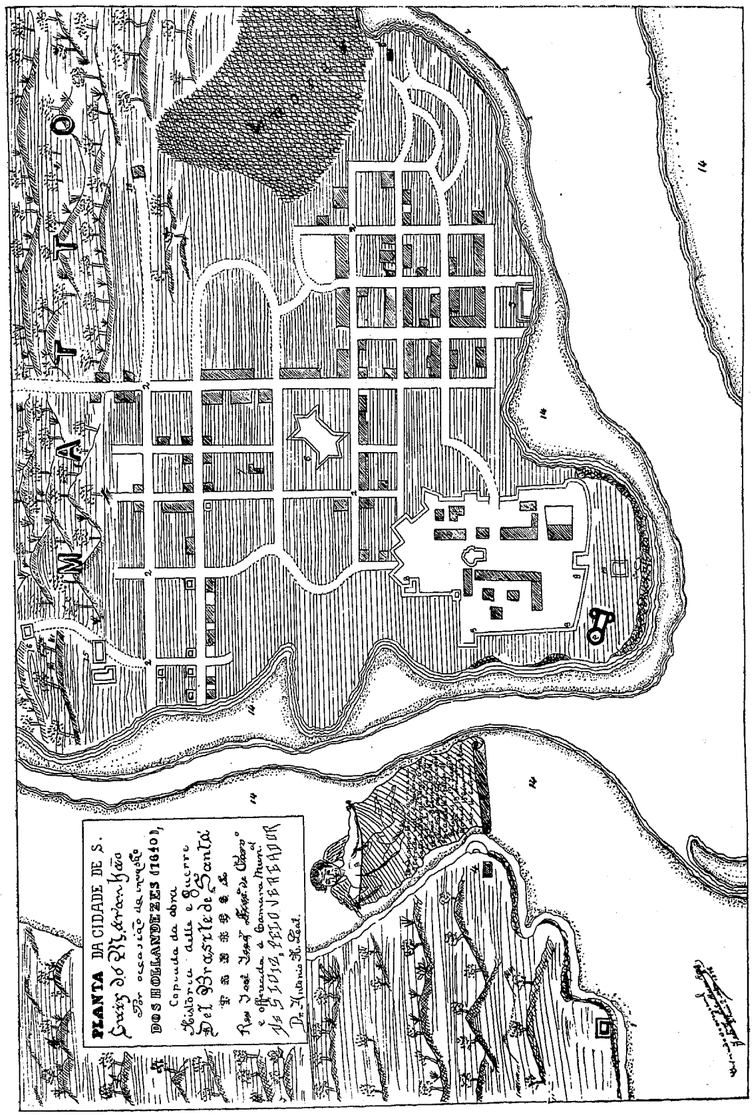
A 15, chegam, de Pernambuco, de reforço aos Hollandezes, trazidos em sete barcos, 300 soldados e 200 indios, (770 soldados e copioso numero de indios — diz Berredo) ao mando do tenente-coronel Hinderson, que fôra ferido no sitio da Bahia.

A 16, ataca Hinderson, á frente de 400 soldados e 150 indios (perto de 800 soldados e egual numero de indios — diz Berredo) o quartel do Carmo, onde se achavam as forças, vindas do Pará. Devido a descuido das sentinellas, é esse posto tomado sem grande difficuldade, sendo passados á espada quasi todos os que o defendiam.

Seguiu-se o ataque de outro posto. Ahi, defendem-se, bizarramente, os do Maranhão, de modo que obrigam os Hollandezes a se retirar com a perda de não poucos mortos e de sessenta a setenta feridos, diz Varnhagen (160 soldados, a maior parte dos seus indios, e 200 feridos — commenta o annalista Berredo). Dos Maranhenses morreram tres soldados e sete indios. A esta victoria, qualificou-a o proprio Hinderson, de milagrosa.

A 17, á noite, falleceu Antonio Muniz, assumindo logo o mando outro senhor de engenho respeitavel, o madeirense Antonio Teixeira de Mello, que nesta guerra perdeu um filho, porventura morto egualmente no mencionado ataque.

A 25, á noite, depois de uma quasi muda expectativa entre as duas forças, abandona Teixeira de Mello os entrincheiramentos do Carmo, e retira-se para dahi a meia legua, a "uma posição bastante forte, além de um desfiladeiro, tão estreito que não podia por elle passar mais que um homem de cada vez". Era o Oiteiro da Cruz, onde haviam conseguido a primeira victoria.



Planta da Cidade de S. Luiz do Maranhão por occasião da invasão dos Hollandezes (1640), copiada da obra "historia delle e guerre del Brasile de Santa Thereza", Rev. José Joaqm. Ferrª. de Carvº., e offerecida a Camara Munal. de S. Luiz, pelo vereador dr. Antonio H. Leal.

A 26, manda o Hollandez 30 soldados e 150 indios ás ordens do capitão Jacob Evens; mas, chegados ao desfiladeiro, ahi foram todos acommettidos e mortos. Desesperado com o insuccesso desta partida, toma o chefe hollandez a mais barbara das vinganças nos moradores de S. Luiz, que ainda se conservavam neutros — manda saquea-los e lançar suas mulheres, nuas, fóra da cidade. Ainda mais — entrega 25 homens aos indios do Ceará para serem comidos (o que estes executaram); e envia 50 a Barbados, para serem alli vendidos aos Inglezes, o que não conseguiu.

A 2 de Maio, após tres mezes de sitio, durante os quaes raro era o dia em que não tinham os Hollandezes que registar perdas dos seus, escasso de munições e de viveres, passa Teixeira de Mello a Tapuitapéra, depois de haver reduzido a cinzas as fazendas e quanto podia aproveitar aos inimigos, e de haver evacuado Moruari e o Forte do Calvario.

Neste meio tempo, chega do Pará o capitão João de Deus, conduzindo munições de guerra. Animado por este soccorro, resolve-se Teixeira de Mello a continuar a guerra. Divide os seus em dois corpos, de 30 soldados e 100 indios cada um, nomea-lhes por commandantes Manuel de Carvalho Barreiros (irmão de Antonio Muniz) e João Vasco; e, querendo approximar-se da ilha, envia o tenente Antonio Dias Madureira com sete companheiros, em duas canôas.

A 28, apparecem, perto de Tapuitapéra, oito navios hollandezes, cujo commandante faz a Teixeira de Mello, por carta, que se suppoz apocrypha, de Mauricio de Nassau, a cavillosa proposta de que "lhe assegurava que, recolhendo-se a S. Luiz, governaria todos os Portuguezes sem dependencia alguma". Responde, altivamente, Teixeira de Mello, tambem por escripto, que "dispunha já o seu alojamento na mesma cidade, porque breve expulsaria della tão infames hospedes". Passa-se Teixeira de Mello para a ilha, collocando-se, segundo pensa Varnhagen, na *Estiva*, junto ao Rio ou Canal dos Mosquitos.

A 13 de Junho, ouvindo o troar da artilheria para os lados da costa, expede Teixeira de Mello ao alferes João da Paz, com oito soldados e 50 indios, em duas canôas, afim de observar o que se passava, com felicidade tanta que consegue este capturar uma lancha inimiga com 27 homens e duas pequenas peças, a qual ia, talvez, na mesma diligencia.

A 7 de Agosto, dá-se o ataque de Nhaúmas, de que sahem victoriosos os insurgentes, ao mando do intrepido Manuel de Carvalho, irmão do fallecido capitão-mór Antonio Muniz Barreiros, e que traz os Hollandezes, de roldão, até ás portas da cidade, conseguindo recolher-se ao forte apenas 10 francezes, que foram mandados enforcar pelo governador, sob o pretexto de terem fugido para não combaterem contra os Portuguezes.

Em Outubro, depois de alguns pequenos successos, passa-se Teixeira de Mello com os seus para a terra firme, occupando o Forte do Calvario, que havia sido abandonado. Dalli expede 30 soldados, ao mando do valoroso indio Sebastião, com ordens de penetrarem toda a Ilha do Maranhão e lançarem fogo a tudo que podesse aproveitar aos Hollandezes. Logrado com felicidade este resultado, passa Teixeira de Mello á mesma ilha.

A 28 de Fevereiro de 1644, finalmente, enfadados de tanto soffrer, vendo que lhes não chegavam os soccorros que, mais de uma vez, haviam pedido; reduzidos ao ultimo apuro, encravando toda a artilheria que havia no forte, tomaram os Hollandezes um navio portuguez que havia arribado ao Araçagi, e, nelle e em outros tres mais, fugiram todos (500 soldados e 80 indios) para Pernambuco, deixando a cidade em tão deploravel estado, "tão desfigurada" — diz o auctor da *Poranduba Maranhense*, que mais a reconheceu Teixeira de Mello — commenta Berredo — "pela situação, que pela semelhança do que tinha sido".

Revolução do Bequimão

A 24 de Fevereiro de 1684, vespera de uma sexta-feira de Passos, á noite, cançado das exacções, violencias e roubos do assento, e, principalmente, de supportar ao administrador do mesmo — Paschoal Jansen — aproveitando-se da trasladação daquella imagem, que então se fazia, do Carmo para a Misericordia, subleva-se o povo, tendo por principal chefe a Manuel Bequimão.

A 25, os amotinados prendem o capitão-mór Balthasar Fernandes, que administrava a Capitania na ausencia do governador então no Pará, aos padres jesuitas; e apoderam-se da casa do *estanco*, que é confiada a uma guarda. Acto continuo, forma o Bequimão uma junta, a que denomina dos tres estados — clero, nobreza e povo — sendo o clero, representado pelo vigario geral, Ignacio da Fonseca e Silva e frei Ignacio d'Assumpção, religioso Carmelita; a nobreza, por Manuel Bequimão e Eugenio Ribeiro Maranhão; e o povo, pelos seus dois misteres, Francisco Dias Deiró e Belchior Gonçalves.

Isto feito, convoca Bequimão, para a casa mais vizinha da Cathedral, a Junta, a qual decreta a deposição de Sá de Meneses e de Balthasar Fernandes, a expulsão dos Jesuitas e a abolição do *estanco*.

A 24 de Março, domingo de Ramos, dia aprazado para o embarque, mettidos em duas embarcações, guarnecidas de alguns soldados, sahem expulsos do Maranhão os Jesuitas, em numero de 27, entre os quaes se contava o padre João Philippe Bettendorf, chronista da Ordem. O logar de embarque foi onde ainda hoje se chama "Praia Pequena".

A 16 de Maio de 1685, desmoralizada a revolução, o governador Gomes Freire de Andrade, que havia chegado a 15 e se conservava a bordo, entra, sem opposição na cidade, e toma posse do governo. Em sua companhia vinham Francisco da Motta Falcão, morador em Belém, e Jacintho de Moraes Rego, irmão de Gabriel de Moraes Rego, pertencentes ambos á principal nobreza da terra e troncos da numerosissima familia deste nome, muito ramificada hoje nos Estados do Maranhão e Piauhi.

A 2 de Novembro, são executados na Praia do Armazem, posteriormente da Trindade (hoje Parque 15 de Novembro) Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio, como inconfidentes e chefes da revolução, declarando o primeiro, no momento supremo, "que pelo povo do Maranhão morria contente!"

"E assim terminaram — diz Timon — feridas do mesmo golpe, esta singular revolução e a nobre existencia que fôra ao mesmo tempo a sua força e o seu lustre". Um modesto, mas muito significativo monumento, erigido, a 31 de Agosto de 1910, na administração do dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, assignala o sitio onde teve logar a execução.

Pacificado o Maranhão, são os Jesuitas restituidos ao seu collegio, e extincto o *estanco*, sendo esta ultima resolução tomada por accórdão das duas camaras reunidas de S. Luiz e Belém, para esse fim convocadas em S. Luiz.

Acontecimentos anteriores, concomitantes e subsequentes á Independencia

Proclamada a Independencia do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, como se demorasse o Maranhão em reconhecer a auctoridade do joven imperador, veio para aqui mandado o almirante inglez lord Cochrane, o qual, sem a menor perturbação da ordem publica, nem effusão de sangue na capital, conseguiu a adhesão da Provincia, facto este que teve logar, com toda a solennidade, no paço da Camara Municipal, a 28 de Junho de 1823, realizando-se, no dia 7 de Agosto, a eleição da seguinte

JUNTA PROVISORIA: — Presidente — O advogado provisionado Miguel Ignacio dos Santos Freire Bruce.

Membros — Lourenço de Castro Belfort, coronel José Joaquim Vieira Belfort, eleitos pela capital; padre Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago, secretario, Antonio Joaquim Lamagner Galvão, Antonio Raimundo Belfort Pereira de Burgos, eleitos pelo Itapecurú.

Esta Junta, installada no dia 8 de Agosto, foi o primeiro governo que teve a Provincia, após a sua independencia; não pôde, porém, infelizmente, sustentar-se, por ser composta de pessoas ligadas entre si por parentesco muito proximo, e, que, abusando do cargo, haviam dado demissões a empregados, civis e militares, para nomearem parentes e amigos seus, gerando assim egual descontentamento, tanto nos Brasileiros não contemplados, como nos Portuguezes demittidos.

Procedeu-se, portanto, á eleição de uma

SEGUNDA JUNTA PROVISORIA E ADMINISTRATIVA DO GOVERNO — a qual ficou assim constituida:

Presidente — O advogado provisionado Miguel Ignacio dos Santos Freire Bruce.

Secretario — José Lopes de Lemos.

Membros — Arcipreste Luiz Maria da Luz e Sá, José Joaquim Vieira Belfort, Antonio Joaquim Lamagner Galvão, Rodrigo Luiz Salgado de Sá Moscozo, Sysnando José de Magalhães.

Emquanto, na capital, corriam as coisas mais ou menos placidamente, davam-se, pelo interior, alguns pequenos encontros, entre as tropas portuguezas e os independentes, alguns delles bem renhidos, como o do Bomfim, perto de Caxias, o da Ilha da Botica, ambos em Maio, e o do Itapecurá-Mirim, a 10 de Junho de 1823.

Tratando desse periodo da nossa Historia, disse um escriptor contemporaneo:

> «Não foi isento de commoções o tirocinio da liberdade: inexperientes do mechanismo constitucional, tanto governantes, como governados, se desmandavam da esphera de seus deveres; e estes suspeitosos dos filhos da antiga Metropole, e mal avisados por intrigantes e ambiciosos, facilmente se abalavam e insurgiam-se, ora contra os naturaes de Portugal, ora contra os excessos das auctoridades, circumscrevendo-se, porém, quasi todos esses motins, antes sedições militares, á capital da Provincia. »

A 14 e 15 de Setembro, amotinam-se as tropas e depõem o governador das armas José Felix de Burgos. O seu successor Rodrigo Luiz Salgado de Sá Moscozo, 6, por seu turno, preso e deposto, a 18 de Fevereiro de 1824, por ter no dia anterior prendido a Bruce, presidente da Junta Governativa, a seu secretario e outras pessoas importantes.

Nomeado, de novo, José Felix de Burgos, pelo Governo Imperial, governador das armas, poz-se, desde principio, em desharmonia com a Junta, resultando de taes desintelligencias que, no dia 1 de Junho, reunisse aquelle uma assembléa, onde se deliberou a dissolução daquella, sendo para logo preso Bruce, seu presidente, outros membros e pessoas da sua parcialidade, tanto civis como militares, de cujos vexames se originou, na noite de 4 do mesmo mez, uma contra-revolução, que no dia seguinte restituiu a Junta ao poder.

Em 9 de Julho de 1824, toma posse da administração da Provincia, como seu primeiro presidente, Bruce.

Entretanto, essas continuas agitações da capital foram-se propagando, tambem, pelo interior, apparecendo, sob a fórma de sedição militar, em Caxias, Itapecurú-Mirim, Icatú e Rosario, donde marcham os rebeldes a pôr cerco á cidade, retirando-se para o Rosario, depois da derrota que soffreram, no dia 30 de Julho, nas linhas do "Alto da Carneira".

Suspenso do cargo de presidente, a 25 de Dezembro, pelo almirante Cochrane, foi Bruce remettido preso para a Côrte, a 5 de Janeiro de 1825, restabelecendo-se, por esta fórma, a paz na Provincia.

*

Estremecida pelos acontecimentos de 7 de Abril de 1831, que compelliram o primeiro imperador a abdicar, alvorotou-se, de novo, a Provincia, com os mesmos odios e queixas das luctas passadas, rebentando, a 13 de Setembro desse mesmo anno, um motim militar e popular, tendo á sua frente José Candido de Moraes e Silva, o denodado redactor d'*O Pharol*, movimento esse de que resultaram algumas perseguições e expulsão, para fóra da Provincia, de funccionarios publicos e outras pessoas notaveis, nascidas em Portugal.

A 19 de Novembro, na administração de Candido José de Araujo Vianna (depois marquez de Sapucahi), tornaram a se amotinar povo e tropa; mas, sendo, incontinente, reprimido, foi o motim reapparecer no Itapecurú-Mirim, chefiado por Antonio João Damasceno, que, depois de percorrer varios pontos do interior, foi, em Abril de 1832, morto, quando, á testa de 400 homens, tentava tomar de assalto a villa, hoje florescente Cidade do Brejo, terminando, assim, por sua morte, a revolta.

Balaiada

Não se achava, ainda de todo desassombrado, em virtude destes e de outros factos, o espirito publico, quando á capital chegaram noticias de haver rebentado um *rompimento* na Villa da Manga, a 13 de Dezembro de 1838, tendo por chefe Raimundo Gomes.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (16º presidente), que então administrava a Provincia, não ligou ao caso a importancia que parecia solicitar elle de sua parte; e, em vez de tomar logo providencias energicas, decisivas, limitou-se a expedir para o interior pequenos destacamentos, que de muito pouco valeram.

Actos de violencia, praticados pelas auctoridades a quem competia a policia nas comarcas, termos, e districtos da Provincia, auctoridades, em virtude de uma nova lei, conhecidas pelo nome de prefeitos, e armadas de poderes discricionarios, poderes cuja extensão e responsabilidade muitos delles nem mesmo sabiam pesar, deram origem a esta singular revolução.

A's perseguições, aos vexames, aos maus tratos, ás prisões illegaes, juntavam-se os trabalhos forçados em estabelecimentos ruraes, os açoites, etc.

Nestas condições, a revolução era uma coisa fatal.

Veio a reacção. Começou a lavrar o descontentamento nas classes baixas. Homens grosseiros e ignorantes não sabem combater a violencia senão pela mesma violencia.

Foi assim que nasceu a desordem; Raimundo Gomes, ao entrar na *Manga*, teve, como primeiro cuidado, abrir as portas da cadeia a seu irmão, que se achava nos troncos.

A este, outros chefes se vieram juntar em breve, communicando novo vigor á revolução, sendo dos mais notaveis os seguintes:

Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, por alcunha o *Balaio*, nome que se communicou depois á revolução, assim appellidado do seu officio de fazer e vender balaios. Motivos de vingança arrastaram-n'o ás fileiras da rebellião; o desrespeito á honra de duas de suas filhas. Balaio, posto que pobre e de baixa esphera, assim ferido nos seus brios, jurou lavar com sangue semelhante nodoa. Cheio de indignação publicou a sua deshonra, excitou os animos de amigos e conhecidos, attrahiu gente e repetia a linguagem dos facciosos: que aquelles homens da legalidade, vendidos aos Portuguezes, queriam exterminar os da sua côr; que suas vidas, honra e bens, patria e liberdade, não tinham outros recursos senão o das armas. E, com esta linguagem, começou a semear por onde passava, destruições e mortes.

Outro chefe, e dos mais sanguinarios que teve a rebellião, foi o negro Cosme.

Evadido das cadeias da capital, respeitado entre os de sua raça, poz-se este famigerado bandido á testa de 3.000 escravos sublevados, trazendo, assim, novo e inesperado concurso á revolução.

D. Cosme Bento das Chagas, fazia-se elle assignar; como tal, proclamava á escravatura, dava titulos, conferia postos, tornando-se o terror das fazendas por onde passava.

Além destes, legou-nos mais a Historia os nomes tristemente celebres de Getirana, Ruivo, Mulungueta, Silveira, Violete, Cocque e Livio Lopes...

A Vicente Camargo substituiu, a 3 de Março de 1839, Manuel Felizardo de Sousa e Mello (17º presidente), que veio encontrar a Provincia abrasada ainda pela guerra civil.

O mallogro da expedição dos Angicos, as perdas consecutivas do Brejo, das Areias, Miritiba, e, por ultimo, da opulenta Caxias, aconselharam ao Governo Imperial a sua retirada, sendo substituido pelo coronel Luiz Alves de Lima e Silva (depois duque de Caxias), nomeado ao mesmo tempo commandante das armas, e que tomou posse do governo a 7 de Março de 1840. Foi durante sua administração que foram devidamente aproveitados os talentos militares do então major Feliciano Antonio Falcão, que tanto se havia distinguido já no renhido ataque das Areias, e que mais tarde, em 1852, tão brilhante papel desempenhou na memoravel batalha de Monte Caseros.

*

Com a grande experiencia dos negocios publicos, tino admiravel, de que era profusamente dotado, e rara felicidade que o acompanhou sempre nesta, como em tantas outras commissões, que foi chamado a desempenhar, taes providencias desenvolveu o coronel Alves de Lima, que mudando desde logo a face da guerra, teve a satisfacção de ver restabelecidas a ordem e a paz á Provincia, em 1841.

Organização militar do Estado

Com a denominação, ora de governador, ora de commandante das armas, foi o Maranhão, sempre, desde os tempos coloniaes séde de um governo ou districto militar. Actualmente, porém, com a nova disposição das forças, faz parte da 7ª região, cuja séde é a Cidade de Belém do Pará.

Com as denominações de 5º de fuzileiros — o glorioso 5º, commandado por Falcão, — e que tanto se distinguiu na memoravel batalha de Monte Caseros, 18º, 35º, 48º, diversos batalhões de linha têm tido a sua parada no Maranhão. Denomina-se 24º o que, presentemente, estaciona no Estado.

Tal como se dava com as forças de terra, foi, tambem, o Maranhão, em outros tempos, base de uma estação naval. Hoje, está a Armada representada apenas pela Capitania do Porto.

Dependente ou subordinada ao Ministerio da Guerra, existe, ainda, aqui, a *18ª Delegacia da Commissão de organização do Exercito de 2ª linha, no Estado do Maranhão.*

Pela lei n. 901, de 16 de Março de 1920, a Força Publica do Estado, no exercicio de 1920 a 1921, constará de um corpo de infanteria, com tres companhias, com a denominação de Corpo Militar; e de uma secção de Bombeiros, com os effectivos e organizações, constantes da seguinte tabella: officiaes — um tenente-coronel, um major, tres capitães, tres primeiros tenentes, 13 segundos tenentes; praças de *pret*, um sargento ajudante, quatro primeiros sargentos, 12 segundos sargentos, seis terceiros sargentos, 52 cabos, 36 anspesadas, 343 praças, um primeiro sargento mestre de musica, um segundo sargento contra-mestre, 11 musicos de segunda classe, 10 musicos de terceira classe e tres musicos de pancadaria.

O commando do Corpo Militar será preenchido em commissão, á livre escolha do presidente do Estado.

O accesso, no quadro dos officiaes, será: por concurso, por merecimento e por antiguidade.

*

Encerraremos o presente capitulo com as seguintes linhas referentes ainda á nossa Historia militar. Durante a guerra que sustentou o Brasil contra o Governo do Paraguai não descançou esta antiga Provincia em fazer sacrificios. Foi este o contingente com que concorreu, briosamente, para essa lucta heroica:

Exercito:

Voluntarios da patria	860
Guardas nacionaes designados	1.774
Voluntarios e recrutas do exercito	1.186
Praças dos corpos de 1ª linha	932
Libertos	126
	4.878

Armada:

Voluntarios e recrutas da Armada	196
Aprendizes marinheiros	80
Praças da Armada	31
Libertos	281
	588

Resumo:

Exercito	4.878
Armada	588
Total	5.466

No sabbado, 2 de Junho de 1870, ás 11 horas da manhan, fundeava, no Porto do Maranhão, o transporte de guerra *Leopoldina*, conduzindo a seu bordo o batalhão 36º de voluntarios da patria desta Provincia, composto de 289 praças, sob o commando do bizarro, então tenente-coronel, Francisco Manuel da Cunha Junior, fallecido general de brigada e senador por este Estado. A bandeira do 36º, por longos annos depositada na Cathedral, foi na administração do dr. Luiz Domingues, triumphalmente, levada para o Quartel do Corpo Militar do Estado, onde orna hoje a sua Sala das Ordens.

XX

Historia religiosa

Pela bulla de 16 de Julho de 1614, expedida pelo papa Paulo V, no reinado de Philippe III, de Castella, foi a Egreja maranhense, nos tempos coloniaes, ligada, primitivamente, á prelasia de Pernambuco, tendo sido seu primeiro prelado o padre Antonio Pereira Cabral.

Elevada, com o correr dos tempos, á categoria de bispado, em virtude da bulla *super universas orbis ecclesias* de Innocencio XI, de 30 de Agosto de 1677, extendiam-se seus primitivos limites, para o Sul, segundo a bulla de sua creação, até á Cidade de Fortaleza, capital do Ceará.

Creadas, posteriormente, as dioceses do Grão-Pará (1720), do Ceará e, nestes ultimos annos, a do Piauhi, desmembradas, todas, ecclesiasticamente, do seu territorio, são seus actuaes limites os mesmos do Estado.

No decurso destes dois seculos e 41 annos, que tantos conta a diocese, de existencia, tem a Egreja maranhense visto assentarem-se no solio de seus pastores e passarem no governo espiritual de seus destinos 24 pontifices, desde d. frei Antonio de Santa Maria (1677), que é o primeiro que abre a lista, embora não tenha de facto vindo tomar posse da nova diocese, até o actual d. Helvecio Gomes de Oliveira, que fez a sua entrada solenne na Cathedral, a 1 de Dezembro de 1918.

Como recordação dessa bella dynastia, já quasi tres vezes secular, que se vem succedendo no solio maranhense, aqui lhes repetimos os nomes, com a data da sua elcição:

D. frei Antonio de Santa Maria (1677); d. Gregorio dos Anjos (1679); d. frei Francisco de Lima (1691); d. frei Timotheo do Sacramento (1696); d. frei José Delgarte (1716); d. frei Manuel da Cruz (1738); d. frei Francisco de Santiago (1747); d. frei Antonio de S. José (1757); d. Jacintho Carlos da Silveira (1779); d. frei José do Menino Jesus (1780); d. frei Antonio de Padua e Bellas (1783); d. Joaquim Ferreira de Carvalho (1795); d. Luiz de Britto Homem (1802); d. frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth (1819); d. Marcos Antonio de Sousa (1826); d. frei Carlos de S. José (1844); d. Manuel Joaquim da Silveira (1851); d. frei Luiz da Conceição Saraiva (1861); d. Antonio Candido de Alvarenga (1877); d. Luiz de Salles Pessoa (1899); d. Antonio Xisto Albano (1900); d. Santino Maria da Silva Coutinho (1906); d. Francisco de Paula e Silva (1907) e d. Helvecio Gomes de Oliveira (1918).

Destes 23 pontifices, falleceram e foram aqui sepultados sete, a saber: seis na Sé e um no antigo Convento das Mercês. Morreram, fóra da diocese, sete; foram removidos quatro, a saber: dois para a Bahia, como arcebispos, sendo o ultimo destes d. Manuel Joaquim da Silveira, fallecido conde de S. Salvador.

Pelo art. 12 da lei n. 719, de 28 de Setembro de 1853, venciam os bispos, nos ultimos dias da Monarchia, 3:600$ annuaes, de congrua.

Compõe-se o cabido do Maranhão, hoje muito desfalcado, de 16 conegos, destes, quatro dignidades, assim denominadas: arcediago, arcipreste, chantre, e mestre-escola; oito beneficiados, 16 capellães e oito moços do côro. Tem o bispado 52 freguezias.

Floresceram no Maranhão, em tempos idos, as seguintes ordens religiosas:

Capuchinhos francezes

Foram estes os fundadores da Egreja maranhense. A 6 de Agosto de 1612, chegou á Ilha do Maranhão a primeira missão franceza, composta dos padres Ives d'Evreux, Claude d'Abbeville, Arsenio de Paris e Ambrosio de Amiens, tendo, por chefe e superior, o primeiro delles.

Veneraveis, todos, por suas virtudes, foram os dois primeiros, notadamente Ives d'Evreux, dos mais insignes religiosos, que terras, não diremos simplesmente maranhenses, mas brasileiras, têm pisado, accrescendo, ainda, a circumstancia de haverem sido, mais tarde, os historiadores da missão, da qual bem poderiam com orgulho dizer que "grande parte foram".

Possuidores, todos, de solida instrucção, recommendava-se, demais, o padre Arsenio de Paris por já haver, varias vezes, occupado, na Ordem, postos honrosos, signal evidente da confiança de seus superiores.

Quanto ao padre Ambrosio de Amiens, era, além disso, de uma dedicação sem limites a todas as obras de caridade, tornando-se verdadeiramente notavel, não só pela coragem com que affrontara, no seu paiz, as calamidades dos ultimos annos do seculo XVI, mas ainda pela sua proverbial bondade sempre em acção.

Por todos estes motivos, e mais, por suas predicas fervorosas, bem acolhidas sempre, recebeu do povo a sagração de *Apostolo da França*.

Têm a data de 12 de Agosto de 1611 as *Cartas de Obediencia* que os superiores deram ao padre Ives d'Evreux: notavel coincidencia esta, com a data das primeiras missas, aqui celebradas, um anno depois, a 12 de Agosto de 1612.

Tres annos e quatro mezes durou a missão franceza no Maranhão, com os mais proveitosos e reaes resultados para a civilização e para a sciencia,

Uma vez aqui estabelecidos, trataram os Capuchinhos francezes de catechisar e civilizar os nossos indigenas, fazendo-lhes com que desprezassem antigos e inveterados habitos selvagens, levando-os sempre por meios brandos, oppondo á ferocidade a doçura, respeitando-lhes a propriedade e o lar, conseguindo, por esta fórma, confiança tal, que não consta que, durante o tempo que aqui estiveram, tivesse havido qualquer acto de insurreição por parte dos indigenas.

Não havia momento de repoiso para estes incançaveis obreiros. Os sermões, as missas, os casamentos, os baptisados, enchiam-lhes as horas, e a conversão dos indigenas ia correspondendo a este insano labor.

Immensos e inolvidaveis foram os serviços aqui prestados pelos Capuchinhos da missão franceza de 1612. A elles deve o Maranhão a sua primeira casa de oração — a egreja e o conventinho de S. Francisco, tão bem descriptos por Claude d'Abbeville, situados no mesmo local onde hoje se altêa a Cathedral.

Grandes, até na adversidade; vencidos, em vez de levarem comsigo quanto, de França, haviam trazido e o mais que, depois, durante a sua permanencia aqui, receberam e accumularam, deixaram, pelo contrario, á nascente Egreja, tudo o que a mesma já então possuia, constante de: custosas alfaias, trabalhadas pelas proprias mãos da duqueza de Guise, e calices, e castiçaes e infinidade de coisas outras, no valor de mais de vinte mil cruzados, o que, para o tempo e o logar, somma bastante avultada era, além do mais que lhes estava a vir de Paris, tudo isto com uma condição unica: — a de manterem os vencedores o modesto seminario, que, para a educação dos moços francezes e filhos da terra, haviam instituido com o concurso do cardeal de La Joyeuse; e, ao mesmo tempo, velarem pelas almas de 20.000 indios já catechizados, que, a não ser isso, aqui ficariam ao desamparo, orphãos do seu amor e dos seus desvelos!

Franciscanos

Com a expulsão dos Francezes, em 1615, e retirada dos Capuchinhos, que da missão faziam parte, foi o hospicio, por estes fundado, entregue aos cuidados de frei Cosme de S. Damião, ex-guardião do convento da Parahiba, e frei Manuel da Piedade, grande theologo, que tinham vindo de Pernambuco com Jeronymo de Albuquerque.

Ponderaram frei Cosme de S. Damião e frei Manuel da Piedade que, sendo o sitio do convento pouco conveniente, e havendo necessidade d'outro em que morou monsieur de Pinau, francez, com todas as suas aguas vertentes, para nelle começarem o mosteiro da sua ordem, por isso o pediram e terminaram, solicitando carta de data do referido terreno.

A carta foi passada por Alexandre de Moura, em 12 de Dezembro de 1615, no Forte de S. Luiz.

A demarcação teve logar em 15 de Janeiro de 1616, e nella "se falla em uma baixa que fazia ahi o oiteiro para o Rio Cutim no têso da baixa, de outra banda". Cremos que é onde está o tanque. Foram presentes, como testemunhas, o capitão-mór desta Provincia Jeronymo de Albuquerque Maranhão, o auditor geral Luiz de Madureira, o capitão Bento Maciel Parente, Manuel Casado de Lima e Fructuoso Lopes. Serviu de escrivão Jeronymo Correia, de meirinho, Antonio do Canto e de demarcador, Mathias Gonçalves.

Nesse mesmo dia "foram empossados das terras, das arvores e das aguas, funccionando como escrivão, na posse, Fructuoso Lopes, tabellião de toda esta conquista".

Em 1838, cederam, generosa e expontaneamente, o guardião e os reverendos padres Franciscanos parte do seu convento para o estabelecimento do seminario episcopal de Santo Antonio, cuja inauguração teve logar na tarde de 17 de Abril daquelle mesmo anno, pelo então bispo desta diocese, d. Marcos Antonio de Sousa.

Hoje acha-se o seminario de posse de todo o convento.

Foi, ainda, neste convento que houve o singular processo dos seus religiosos contra as formigas, narrado pelo padre Manuel Bernardes, no tomo I, titulo 6º, § 50, da *Nova Floresta*.

Serviu de base a este processo os "roubos que as formigas kandes e damninhas faziam na dispensa da communidade, minando-a e afastando a terra debaixo dos fundamentos, com que ameaçavam a sua ruina".

Foi nomeado *curador das rés ad litem*, teve logar o autoamento em 17 de Janeiro de 1713, e, depois de varias diligencias, seguindo-se seis mezes sem se fallar no feito, requereram os auctores a reinstauração da instancia perempta, e deferindo-lhes, como pediam, o vigario foraneo, o licenciado Manuel Homem, *foram as formigas citadas em sua propria pessoa* pelo escrivão do ecclesiastico, Joseph Guntardo de Beckmannz, em 19 de Junho de 1714.

Com o termo de vista, dado aos auctores no dia seguinte, terminou-se esta sacrilega e ridicula farça.

Chama-se frei Ricardo do Sepulchro o ultimo religioso sobrevivente desta Ordem.

Jesuitas

Foram os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, religiosos da *Companhia de Jesus*, os primeiros operarios evangelicos, que, no anno de 1607, tentaram, pelos sertões do Ceará, se estabelecer no Maranhão.

Partindo, no anno seguinte, da Serra da Ibiapaba, em demanda da Ilha do Maranhão, foi o veneravel padre Francisco Pinto, com dois dias de viagem, morto em caminho, pelos Tacarijús, razão por que, vendo-se só o padre Figueira, se tornou para Pernambuco.

Em 1615, em companhia de Alexandre de Moura, vieram os padres Manuel Gomes e Diogo Muniz.

Restaurado o Maranhão do poder dos Francezes, querendo Alexandre de Moura estabelecer os padres na ilha, assignou-lhes para sua vivenda o mesmo *Hospicio*, que tinha sido dos Capuchinhos francezes, o qual se achava não muito longe do Forte de S. Luiz, hospicio esse que se achava situado no logar onde depois fundaram os Jesuitas o Collegio de Nossa Senhora da Luz, e que é o mesmo hoje occupado pela Cathedral e Paço Episcopal.

E já que nos occupamos dos Jesuitas, injustiça clamorosa fôra não relembrar aqui o nome do padre Antonio Vieira — a figura primacial da Ordem, o vulto mais grandioso e nobre, o que mais se destaca e quem por si só enche e synthetiza, para assim dizer, a historia da Capitania, durante toda a segunda metade do seculo XVII.

Em 16 ou 17 de Janeiro de 1653, pisou Antonio Vieira, pela primeira vez, terras do Maranhão, Parece que, nos

primeiros mezes de sua residencia nesta colonia, se conservou afastado dos negocios publicos ou de jurisdicção temporal e espiritual dos indios, passando a mór parte desse anno, ora recolhido e entregue á leitura, ora pregando nas diversas egrejas, com especialidade na matriz e na do collegio.

Procurou tambem fazer erigir um hospital, e, a esse intento, despertou o zelo da irmandade da Misericordia, que arrecadou não poucas esmolas; mas, como a obra por então não fosse adeante, conseguiu, sempre, que se dispuzesse uma casa particular para receber os enfermos de todo desamparados e em favor desse hospital provisorio privou-se elle mesmo de muitas commodidades indispensaveis, dando-lhe até a propria cama, e dormindo dahi por deante em uma simples esteira de palha.

Contam-se, da sua caridade para com os pobres, enfermos, e presos das cadeias, durante todo o tempo que residiu no Maranhão, coisas admiraveis, bastando dizer que, durante esses sete annos de residencia, gastou elle para mais de 50.000 cruzados — fructo de seus ordenados, da impressão de suas obras, e dos consideraveis donativos que lhe faziam seus parentes, amigos e admiradores.

E não é tudo. Emprehendeu e perfez o infatigavel missionario trabalhos innumeraveis e verdadeiramente assombrosos: percorreu 600 leguas, ora a pé, ora embarcado, não havendo,— da Ibiapaba ao Tapajós,— rio, bahia, costa, sertão, que não devassasse.

Levantou 16 egrejas em diversas paragens; compoz formularios e catecismos em sete linguas differentes com o portuguez ao lado; e pacificou, converteu, e civilizou innumeravel gentio de nações diversas, cujos nomes se encontram nas suas cartas e muitas das quaes desceram em copiosa multidão para as povoações portuguezas.

Encerrado na estreita e núa cella do seu convento, este homem, verdadeiramente extraordinario, se despojava das roupas e moveis, mais indispensaveis, para acudir á pobreza, reduzindo-se, por vezes, a dormir em uma esteira em vez de cama, vestindo uma roupeta esfarrapada de panno grosseiro, tinto na lama, e calçando sapatos de pelle de porco montez.

A mesma parcimonia usava na comida e na bebida, privando-se, não raro, da ceia para manda-la de presente a alguma familia necessitada. Nenhum pobre lhe batia á portaria que não voltasse remediado e consolado; fazendo, além destas, muitas esmolas occultas e mais crescidas. Com presentes de drogas e bagatellas e pequenos utensilios, agradaveis aos indios, gastava quanto podia haver e poupar.

Isto quanto ao missionario. Pelo que diz respeito ao orador, são da sua residencia entre nós: o sermão por elle pronunciado na quinta dominga da quaresma do anno de 1654, na egreja maior de S. Luiz, sobre a *mentira*; aquelle sermão do *Espirito Santo*, em que fez figurar — os Indios e os Portuguezes — os escravos e os senhores — em face de Deus no juizo final; e o, sobre todos famoso, pregado aos *peixes*, em dia de Santo Antonio, e a proposito da festa que se celebrava no respectivo convento.

Recolhido a Lisboa, injuriado, preso e expulso pelos colonos do Maranhão, desterrado para a propria patria, como elle, de si, eloquentemente dizia, foi o grande orador encontrar, não a reparação que esperava, mas o desengano da sua ambição e dos seus sonhos.

O Governo da Metropole, ingrato e tacanho, prohibiu, por lei especial, sua volta a esta parte do Brasil.

Do pouco que fica dicto, bem se vê que ninguem, mais do que o padre Antonio Vieira, tem o direito de aqui figurar, pelos grandes e inolvidaveis serviços abnegadamente prestados á civilização e ao engrandecimento da nossa amada patria.

Em plano inferior, mas egualmente notaveis, são dignos de ser mencionados aqui os nomes dos padres: José de Moraes, auctor da *Historia da Companhia de Jesus na extincta Provincia do Maranhão e Pará*; João Philippe Bettendorf, flamengo de nação, auctor da *Chronica da Companhia no Estado do Maranhão*; Benedicto Amodei e Lopo do Couto, que poderosamente contribuiram para a expulsão dos Hollandezes, e muitos outros cujos nomes seria longo enumerar aqui.

Extincta a Companhia nos dominios portuguezes, foram os Jesuitas, em numero de 86, que aqui se encontravam, presos e expulsos de uma terra para cujo engrandecimento tanto haviam contribuido, passando a sua capella a ser Cathedral, e o collegio, residencia dos bispos.

Carmelitanos

Guardando a ordem chronologica, trataremos agora dos Carmelitanos, cujo estabelecimento aqui foi posterior ao dos Jesuitas.

Em 1624, vieram de Pernambuco, em companhia de frei Christovam de Lisboa, tres frades da Ordem de Nossa Senhora do Carmo.

No livro da Camara Municipal desta capital, sob o titulo *Registo 1820 a 1822*, lê-se que o governador Francisco Coelho de Carvalho, attendendo a uma representação dos frades Carmelitas, confirmara, por carta de data e sesmaria, a doação da terra, que fôra feita aos dictos frades por Alexandre de Moura.

O primeiro convento, que edificaram foi no logar chamado *Sitio de Monsieur de Pinau*, onde actualmente se acha a Egreja de Nossa Senhora do Rosario, depois disto conhecido pelo nome de — Carmo Velho. Foi seu primeiro prelado frei André da Natividade.

A construcção do actual convento, no Largo do Carmo, hoje Praça João Lisboa, data de 1627. Anteriormente, ahi havia a Capella de Santa Barbara.

Prestou a Ordem Carmelitana á antiga Provincia serviços tão relevantes, que não podem ser aqui esquecidos.

Por algum tempo, ahi esteve aquartellado o Corpo de Artilheria, até que, na tarde de 7 de Julho de 1829, mudou-se para o então Armazem da Polvora, hoje Casa dos Aprendizes Artifices.

Por longos annos, cedeu o andar terreo do seu convento para ahi se estabelecer o quartel de Policia e as aulas régias de ensino secundario, até que, ao tempo do presidente Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, creado o Lyceu, foi tambem ahi installado, em 1838.

No andar superior offereceu a Ordem duas salas para a Bibliotheca Publica, que ahi foi estabelecida e durou até a sua extincção.

Sendo concedidos, por acto legislativo provincial, os livros da antiga Bibliotheca ao Instituto Litterario Maranhense, a Ordem Carmelitana tambem concedeu á mesma sociedade litteraria as duas salas já dictas.

Alforriou grande numero de escravos, com o fim de servirem, como soldados, na guerra contra o Paraguai.

Tinha a Ordem Carmelitana no Maranhão o privilegio de conceder graus de doutor aos seus membros, mestres em Theologia.

Entre muitos carmelitas notaveis aqui floresceram: frei Ignacio Caetano de Vilhena Ribeiro, latinista, hellenista e hebraisante, professor de Manuel Odorico Mendes e Francisco Sotero dos Reis; dr. Antonio Bernardo da Encarnação e Silva, professor de Rhetorica e Poetica do Lyceu Maranhense e deputado á Assembléa Geral Legislativa, na legislatura de 1838 a 1841: frei Custodio Alves Serrão, sabio naturalista, professor da Escola Central do Rio de Janeiro, e frei Antonio Julião da Costa Leite, professor de Latim, em Alcantara.

Possuia a Ordem uma rica livraria, que desappareceu.

Foi ultimo provincial da Ordem Carmelitana, no Maranhão, frei Caetano de Santa Rita Serejo, alma grande e generosa. Tinha a Ordem Carmelitana, tambem, convento em Alcantara e um hospicio, no logar denominado Bomfim, fronteiro á cidade, hoje totalmente desmoronado.

Mercenarios

Data de 1654 a existencia desta ordem no Maranhão.

Nomeados por frei Bartholomeu de Mattos, commissario do Convento de Nossa Senhora das Mercês do Pará, sahiram, em 1 de Maio daquelle anno, os padres frei Marcos da Natividade e frei João Cerveira, para realizarem o projecto, que, ha muito havia, da fundação de um convento da sagrada, real e militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês nesta capital.

Desembarcaram em Alcantara, talvez por ser frei João Cerveira filho dalli e ter no logar parentes e amigos, e se demoraram até Junho, em cujos principios vieram para a Ilha de S. Luiz.

Requereram licença ao Senado da Camara para tal fim, e a obtiveram em 22 do mesmo mez e anno, "para edificar o convento no sitio, que lhes acommodasse, sem que ninguem lhes contradissesse", e, nesse mesmo dia, alcançaram do vigario geral egual permissão, em nome do Cabido. Apenas se passaram dois dias, era o logar escolhido para convento e egreja benzido pelo vigario da matriz, e, dahi ha um mez, já havia um pequeno convento e egreja, com a invocação de Nossa Senhora das Mercês.

Eram cobertos de palha, e foram construidos no logar, onde, até ha bem poucos annos, se via um portão, que dava passagem para a Rua da Palma.

Intentando edificar, de pedra e cal, outro convento, requereram á Camara, já em Setembro do anno seguinte, "a concessão de 20 palmos da rua, que corria de Belchior Lopes para a de Nossa Senhora do Desterro da banda de baixo", afim de se fazer a capella-mór, em razão do comprimento da egreja lhe não ficar sobre o mar, e por ser *a rua um matto cerrado*; o que sendo concedido, principiaram a edificação desse convento, que ainda hoje existe.

Em 1794, avaliados por baixo preço, subiam os bens deste convento á enorme quantia de 232:598$770, além de grande quantidade de ricas obras de prata e oiro de lei.

Os antigos mestres geraes da Ordem usavam de habitos brancos, semelhantes aos outros, porém curtos, e traziam espada á cinta e chapeu armado agaloado.

Tinha a Ordem Mercenaria tambem um convento em Alcantara.

Decahido do passado esplendor, por terra em sua quasi totalidade, tornou-se o Convento das Mercês, em 1862, um dos primeiros edificios da capital, pelos esforços do então bispo desta diocese, d. frei Luiz da Conceição Saraiva, que, em Fevereiro daquelle anno, ahi inaugurou um seminario para o estudo de Humanidades.

Hoje, convento e egreja pertencem ao Estado.

Desappareceu, não ha muitos annos, o ultimo sobrevivente desta Ordem — frei Manuel Rufino de Sant'Anna Freitas.

Missionarios Capuchinhos Italianos (Barbadinhos)

A primeira missão, de que guardamos memoria, data de 1848, e teve como prefeito frei Dorotheo de Dronéro, e tinha o seu hospicio junto á Capella de S. Thiago-Maior, no bairro do mesmo nome.

Entre outros, cujos nomes nos acodem agora á memoria, fizeram parte desta primeira missão: frei Celestino de Pedávoli, um dos capuchinhos mais notaveis que aqui têm pizado: frei Luiz de Gubio; frei Lourenço Maria do Monte Leoni, etc. . .

A segunda missão, — *a missão lombarda*, — aqui chegou em principios de 1893, tendo por superior ou prefeito, frei Carlos de S. Martinho, sacerdote notavel por todos os titulos.

O que tem sido a missão lombarda nestes 28 annos decorridos, sabem-n'o todos os que aqui vivem.

Entretanto, manda a justiça que salientemos os nomes de frei Estevam Maria de Sexto, infatigavel missionario; frei Mansueto, frei João Pedro, frei Marcellino de Milão, orador notavel e espirito profundamente culto.

Têm os Capuchinhos a sua residencia no antigo Convento do Carmo, por elles adquirido, e casas filiaes na Cidade da Barra do Corda e na Povoação do Anil, onde mantêm institutos de ensino para as creanças desvalidas.

Padres Barnabitas

Residem em Caxias, onde, desde 1909, se encontram nas freguezias de S. Benedicto e Nossa Senhora da Conceição havendo trabalhado muito e feito um bem immenso.

Irmãos Maristas

Foram directores do Collegio de S. Francisco de Paula, para meninos, fundado na capital pelo saudoso d. Francisco de Paula e Silva. Extinguiu-se este instituto em fins do anno de 1920.

Irmans Terceiras Regulares Capuchinhas

Mantêm uma escola na Barra do Corda, outra no Anil, e dirigem o Orphanato de Santa Luzia, nesta capital.

Irmans de Sant'Anna

Têm a seu cargo, com o desvelo e solicitude que lhes é peculiar, o serviço das enfermarias do Hospital da Santa Casa da Misericordia, e a educação das creanças orphans e desvalidas, recolhidas á Casa dos Expostos, contigua á Egreja de S. Pantaleão.

XXI

Historia litteraria e scientifica

A Historia litteraria e scientifica do Maranhão começa com Odorico Mendes. Nascido, em 1799, educado em Coimbra, donde regressou, em 1 de Dezembro de 1824, depois de, alli, haver recebido solida e aprimorada instrucção, é elle, incontestavelmente, a figura primacial, o patriarcha das Lettras maranhenses.

Neste primeiro seculo de vida nacional não poucos foram os Maranhenses que se notabilizaram, nos diversos ramos dos conhecimentos humanos.

Floresceram na *Poesia*:

Antonio Gonçalves Dias — até hoje, ainda o maior lyrico, nos dois paizes de lingua portugueza; Odorico Mendes, José Pereira da Silva e Manuel Ferreira Freire, que viveram alli por 1829; João Duarte Lisboa Serra, Joaquim de Sousa Andrade, o auctor de *Guesa*; Antonio Cezar de Berredo, Frederico José Corrêa, o auctor das *Inspirações*; Maria Firmina dos Reis, ha pouco fallecida, já nonagenaria; Francisco Dias Carneiro, Gentil Homem de Almeida Braga (Flavio Reimar) o auctor da mimosa traducção paraphrastica de *Eloá*, de Alfredo de Vigny; Joaquim Serra, que nos deixou o bellissimo poemeto *Um coração de mulher*; Antonio Joaquim Franco de Sá, tão cedo roubado ás Lettras patrias; Severiano de Azevedo, modesto professor de primeiras lettras da Villa do Icatú, nome totalmente desconhecido hoje; Antonio Marques Rodrigues, Trajano Gavião de Carvalho, Euclydes Faria, Celso Magalhães, Arthur Azevedo, Adelino Fontoura, Raimundo Corrêa, Hugo Leal, Theophilo Dias, etc.

Dos novos, temos: Humberto de Campos, o auctor da *Poeira*; Ignacio Carvalho, das *Missas Negras*; Ignacio Raposo, Corrêa de Araujo, das *Harpas de Fogo*; Costa Gomes, Vieira da Silva, Luso Torres, Maranhão Sobrinho, Alfredo de Assis, Agostinho Reis, Vespasiano Ramos, Lisboa Filho, Godofredo Vianna, Nascimento Moraes, Francisco Serra, Leonete Oliveira, Laura Rosa, Heraclito Mattos, Lemos Vianna, Altino Rego, e tantos outros.

Na Prosa:

Foi o Maranhão, sempre, a patria dos grandes prosadores brasileiros, bem como de grammaticos de merito real, destacando-se, dentre todos, a figura máscula de João Francisco Lisboa.

A seguir, releva notar: Sotero dos Reis, padre Antonio da Costa Duarte (um desconhecido hoje), Pedro de Sousa Guimarães, Pedro Nunes Leal (grammaticos), Trajano Galvão, Nuno Alvares Pereira e Sousa, o auctor das *Folhas Soltas*; Gentil Braga e Joaquim Serra, os dois festejados chronistas do *Semanario Maranhense*; Antonio Henriques, Frederico José Corrêa (critico), conego Raimundo da Purificação, José Augusto Corrêa, ha pouco desapparecido, Arthur e Aluisio Azevedo, etc.

Dos novos, destacam-se: Antonio Lobo, ha pouco fallecido, chefe do moderno movimento litterario, no Maranhão, nestes ultimos 15 annos; Astolfo Marques, Godofredo Vianna, Domingos Barbosa, o festejado auctor dos *Mosaicos*, Clodomir Cardoso, José Barreto, Alfredo de Assis, Antonio Lopes, Luso Torres, João Quadros e tantissimos outros.

No Jornalismo:

Destaca-se, logo, dentre todas, a individualidade suprema de João Francisco Lisboa. E', sem contestação, o maior dos jornalistas Maranhenses. Tinha — diz Ignotus (*Sessenta annos de jornalismo*) a eloquencia e o saber de Salles Torres Homem, o articismo e amenidade de Francisco Octaviano.

Era uma poderosa organização jornalistica. A seguir, ahi vem Odorico Mendes, cuja passagem pelo Jornalismo maranhense é apenas indicada pelo *Argos da Lei*, folha de sua creação, e por alguns numeros do *Constitucional*, que redigiu ao lado de Sotero dos Reis; José Candido de Moraes e Silva — o ardente redactor do *Pharol Maranhense*, espirito talhado para aquellas grandes luctas, que se seguiram á Independencia; Sotero dos Reis — o jornalista academico, quanto ao purismo da phrase e compostura dos periodos, espirito ordeiro e conservador por escola e temperamento; Leonel Joaquim da Serra, Francisco de Salles Nunes Cascaes, etc.

A essa geração, segué-se a que nos deu: Joaquim Serra, o fundador do *Semanario Maranhense*, e redactor da *Reforma*; Gentil Braga, Marques Rodrigues, Themistocles Aranha, jornalista de raça, fundador d'*O Paiz*; Gomes de Castro, Tavares Belfort, conego Purificação, etc.

Em periodo mais proximo, temos: monsenhor Guedelha Mourão e Manuel de Bethencourt, dois polemistas de vigoroso pulso; Victor Lobato, o inesquecivel fundador d'*A Pacotilha*; Pedro Freire, João Gronwell, desembargador Cunha Machado, José Barreto, Agrippino Azevedo, Agostinho Reis, Antonio Lobo, Nascimento Moraes, etc.

Na Jurisprudencia:

Francisco de Villhena, Candido Mendes, Joaquim Barradas, visconde de Vieira da Silva, Almeida Oliveira, Gentil Braga, Paula Duarte, já fallecidos, e de que já nos occupamos nas suas biographias, em outra parte deste trabalho; desembargador Cunha Machado, Godofredo Vianna, e outros.

Na Historia, Geographia, etc.:

João Lisboa, Candido Mendes, Antonio Henriques, visconde de Vieira da Silva, Cezar Marques, de quem já nos occupamos em outra parte deste livro; e Justo Jansen, Barbosa de Godoes e Raimundo Lopes. Tambem tem contribuido com o seu contingente, embora modesto, para o edificio da Geographia e Historia patrias, o obscuro auctor destas linhas, com a publicação, entre outros, dos seus tres livros: — *O Estado do Maranhão em 1896*, *A Balaiada* e a *Fundação do Maranhão*.

*

Além dos escriptores, nessas paginas apontados, vivem e trabalham, na capital do paiz, em outros Estados, ou no extrangeiro, honrando e glorificando o nome maranhense; Teixeira Mendes, Coelho Netto, Reis Carvalho, Tasso Fragoso, Viveiros de Castro, Sá Vianna, Graça Aranha, Dunshee de Abranches, Viriato Corrêa, Hemeterio dos Santos, Verissimo Vieira, Raul Azevedo, João Affonso, Higino Cunha, José Antonio de Freitas e Francisco Guimarães.

Não ficaria completo este capitulo se aqui não consignassemos um nome, por todos os titulos, estreitamente vinculado, de alguns annos a esta parte, ao nosso movimento

litterario: queremos nos referir ao laborioso sr. Fran Paxeco. Polemista de folego, o brilhante e culto escriptor portuguez, que conta entre os seus melhores livros: *O sr. Silvio Roméro e a Litteratura Portugueza*, *O Maranhão e os seus recursos*, e *Os Interesses Maranhenses*; tem já sobejamente firmada a sua reputação litteraria para carecer de qualquer apreciação de nossa parte.

E', além disso, um grande amigo dos moços desta terra, tomando interesse por tudo quanto lhes diz respeito: já comparecendo ás sessões litterarias que sempre preside; já animando-os, aconselhando-os, guiando-os, com uma paciencia e bondade, que muito o dignifica e ennobrece.

XXII

Historia artistica

A Historia artistica do Maranhão resume-se na Musica e na Pintura.

Não é coisa facil, como poderá parecer talvez, reconstruir a historia de cada uma dellas, num meio acanhado, descuidado, como o nosso, onde os documentos falham quasi por completo.

Entretanto, necessario se torna que lancemos as vistas pelo passado artistico desta terra; que arranquemos, do pó do esquecimento, vultos, que bem merecem a nossa admiração, o nosso respeito, e, alguns delles, mais que isso — a nossa gratidão.

Musica

Fazendo uma rapida resenha, muito por alto mesmo, do que nos foi possivel colher, a primeira figura, que se nos depara logo, é a de Sergio Marinho — o inolvidavel auctor da bellissima novena de Nossa Senhora da Conceição, sempre nova, que não envelhece nunca, ouvida sempre com prazer.

Em seguida, lá vem Antonio Luiz Miró, que nos legou a incomparavel novena de Nossa Senhora dos Remedios, que fazia as delicias dos nossos maiores. Miró foi tambem auctor de varias operas, operas-comicas, comedias, algumas dellas representadas aqui, havendo exercido, durante uns trinta annos, o logar de ensaiador de canto no Theatro de S. Carlos, de Lisboa, onde era um dos primeiros pianistas e, talvez, o primeiro mestre de canto. Em 1852, veio ao Maranhão, trazendo comsigo, de Portugal, uma boa companhia dramatica, havendo-lhe sido, por essa occasião, entregue o nosso theatro, que acabava de passar por grandes concertos.

Falleceu, em Pernambuco, em Abril de 1853, quando se dispunha a tomar um transatlantico, com destino a Lisboa. Miró era casado e gosava, nesta cidade, de grandes sympathias, devido ao seu trato affavel e polido.

Entre 1841 e 1845, aqui chegou a primeira companhia lyrica, de Galetti e Carlos Ricco.

Em 3 de Março de 1856, visitou-nos a de José Maria Ramonda, que, a 20 de Abril, estreava com a *Gemma*, de Vergi; em 1857, de novo Ramonda, com outra companhia, inferior, porém, á primeira; em 1859, José Marinangeli, que estreou com a *Lucrecia Borgia*.

Com a vinda dessas companhias não pouco aproveitou o Maranhão; pois, dos artistas, que as compunham, muitos se deixaram ficar no Estado e bastante contribuiram para o desenvolvimento do gosto artistico musical entre nós. Deste numero, foram, entre outros: Luiz Belli, que fixou residencia em Caxias; Cezar Savio, que se consorciou com distincta senhora maranhense, e era pae do illustre official da nossa Armada, capitão da fragata Themistocles Nogueira Savio, já fallecido, e d. Margarida Sachero, que se casou com o festejado romancista e dramaturgo maranhense, Francisco Gaudencio Sabba da Costa, oriundo de uma das principaes familias desta terra. A esta senhora, sobretudo, muito deve a Arte musical, no Maranhão. Professora de piano e canto, fundou a Sociedade Musical, que tão bellas noitadas proporcionou aos amantes da boa musica.

Mas, voltemos ao retrospecto que iamos fazendo. Acode-nos á memoria a familia Colás: Francisco Colás (mais vulgarmente conhecido por *Chico da Musica*) e seus dois filhos, Carlos Antonio Colás, trompista, e que falleceu sendo escrivão do Registo Civil; e Francisco Libanio de Colás, violinista eximio e regente de orchestra dos theatros do Norte do paiz.

Contemporaneos destes, conhecemos: João Pedro Ziegler que se dizia rabequista da real camara de sua majestade fidelissima a rainha de Portugal, e que para aqui veio, em 1852, como director da orchestra do Theatro S. Luiz. Dava lições de rabeca e piano. Foi professor em varios collegios, notadamente no de Nossa Senhora da Gloria, havendo com elle estudado as mais distinctas senhoras maranhenses; João Facióla, pianista, que deixou grande numero de discipulos; Leocadio Ferreira de Sousa, professor de piston, fagóte e oficlide, e que foi, por muitos annos, mestre da banda de musica da extincta Casa dos Educandos Artifices; Theodoro Guignard, organista da Cathedral e professor de canto no pequeno Seminario de Nossa Senhora das Mercês; Bernardino do Rego Barros, mestre da banda do 2º Batalhão da Guarda Nacional, professor de clarinete e requinta, director e organizador de orchestra de bailes e festividades religiosas; Antonio de Freitas Ribeiro, professor de flauta, rabeca, e, sobretudo, violoncello, que era o seu instrumento predilecto; Joaquim Zeferino Ferreira Parga, flautista; Francisco Xavier Beckman, rabequista — o mais distincto, talvez, dos dessa geração, regente, por muitos annos da orchestra do nosso S. Luiz, e que falleceu sendo chefe de secção do antigo Thesoiro Publico Provincial; Ezequiel Antonio Colás, flautista e clarinetista; José de Carvalho Estrella, rabequista; José Maria Bragança, pistonista; conego Raimundo Alves dos Santos, baixo cantante, e frei Ricardo do Sepulchro, professores ambos de musica e canto-chão, aquelle, no Recolhimento de Nossa Senhora da Annunciação e Remedios, este no Seminario de Santo Antonio; padres Joaquim Raimundo da Silva Ribeiro, Severino José Corrêa e Lino Antonio da Silva Guimarães, o primeiro, sub-chantre da Cathedral, baixo-cantante, os dois ultimos, tenores ligeiros; Vicente Antonio de Miranda, cantor e trompista; e Francisco Maranhense Freire de Lemos, pistonista, o unico, desta phalange, que, em avançadissima edade, ainda vive, como reliquia querida de quantos aqui fizeram parte das orchestras das primeiras companhias lyricas que nos visitaram.

De 1867 ou 1870 para cá, manda a justiça que registemos, logo em primeiro logar, o grupo dos irmãos Raiol: — Leocadio, Alexandre e Antonio.

Leocadio, — o Leocadinho, como o chamavam aqui, ainda presentemente lembrado com justa saudade, era vio-

linista e compositor. Foi seu professor Francisco Xavier Beckman. Atacado de beriberi, foi, em 1870 ou 1871, a Lisboa, onde aproveitou o tempo, procurando se aperfeiçoar no instrumento que tão bem tangia.

Mais tarde, mudou-se para o Rio, e ahi falleceu, tendo antes, em 1902, passado alguns dias no Maranhão, onde se exhibiu.

A Leocadio, a não ser uma homenagem, a elle prestada por Adelman Corrêa, em a *Pacotilha*, de 11 de Junho de 1909, nada mais se disse, nem se fez nesta terra, que lhe serviu de berço e que elle tanto honrou.

Leocadio Raiol reunia em si as qualidades de compositor e de violinista. Conhecedor da sciencia dos accórdes, athleta de valor no magico instrumento de Paganini, era ainda o instrumentador, que não desconhecia os menores segredos e artificios da arte de instrumentação.

ALEXANDRE, violoncelista e excellente barytono, vive ainda em Manáos.

Resta-nos tratar de ANTONIO RAIOL, na opinião dos entendidos, o maior de todos os tenores brasileiros. "Antonio Raiol", diz competente critico musical, Adelman Corrêa, "era possuidor de tão bella quanto extensa voz, educada pelos moldes da escola italiana, e thesoiro de grandes conhecimentos musicaes". O seu nome e o seu talento eram sobejamente conhecidos no Brasil e em algumas cidades européas, notadamente em Milão, onde estudara harmonia, composição e canto. São delle o *Hymno a Santa Cecilia*, a *Ave Maria*, trecho integrante da sua missa solenne, a protophonia *San-Luiz*, *Iracema*, etc. Foi Antonio Raiol director da Aula Nocturna de Musica, creada pela lei n. 244, de 19 de Março de 1900, e professor da cadeira de musica do Lyceu Maranhense e da egual disciplina da Escola Normal.

Supprimidas, mais tarde, estas duas cadeiras, foi Antonio Raiol nomeado director da Escola de Musica do Maranhão que acabava de ser fundada, tendo logar a sua installação, a 3 de Maio de 1901, no proprio estadual á Rua Grande n. 90.

Proseguindo no nosso retrospecto, guardada, quanto, possivel, a ordem chronologica, temos que registar ainda: Dionisio José de Oliveira e Silva, violetista; Faustino da Cruz Rabello, que iniciou os seus estudos musicaes com o competentissimo rabequista Francisco X. Beckman, Domingos T. Vellez Perdigão, auctor de um pequeno compendio de Musica, obtendo resultados surprehendentes; dr. Raimundo da Rocha Filgueiras, violinista emerito e dr. Claudio Serra de Moraes Rego, flautista eximio (amadores); Marcellino Maia, o valente contrabaixista; Augusto Paiva, flautista, assim de farta, como de clara execução; João José Lentinio, pistonista; Ignacio Cunha, rabequista de orchestra, compositor de merito e auctor de missas, novenarios, operetas, phantasias, etc.; Manfredo Cantanhede, violinista; Thomé Lisboa, o expressivo clarinetista, e os irmãos Parga, clarinetistas.

Além dos professores que acabamos de mencionar, havia, tambem, professoras de piano e canto: Antonia Gertrudes Martins, Libania Amelia dos Reis Carvalho, Anna Amelia Godinho e Estephania de Freitas Pastor, diplomada pelo Conservatorio de Musica de Paris, e Adelina Rosenstock Vaz, tambem diplomada e que até bem poucos dias viveu entre nós. E, para fechar com chave de oiro esta rapida resenha, registemos, ainda, aqui, os nomes de Luiz Medeiros e Tancredo Martins, dois brilhantes violinistas, tão cedo desapparecidos; e Adelman Corrêa e João Nunes, dois artistas de fino quilate, de subido valor; dois nomes aureolados, consagrados já pelos competentes; o primeiro como flautista eximio que é e para quem este instrumento não tem segredos; o segundo, pianista, de uma bravura que só possuem os artistas invulgares e que faz soar o teclado em accórdes vibrantissimos; contando, ambos, os seus triumphos pelas vezes em que se têm exhibido.

Pintura

Em se tratando da Pintura, antolham-se-nos os mesmos embaraços que já se nos depararam na Musica, isto é, a falta de documentos, que nos permittam investigações mais apuradas.

Em todo o caso, rebuscando o passado, o primeiro nome, que nos acode logo á memoria, é o de Domingos Tribuzy.

Italiano de origem, brasileiro naturalizado, de estatura elevada, barba longa e alva, de trato ameno e affavel para com todos, era o sympathico e bondoso velho um typo inconfundivel no nosso meio social.

De sua propria bocca, ouvimos, que era natural de Civitá-Vechia havendo sido educado em um collegio de que fôra reitor Pio IX. Em que data veio para o Maranhão, não não nos foi possivel apurar. Entretanto, podemos affirmar que, em 1850, já aqui se achava. Foi professor de Desenho e Pintura das mais distinctas familias maranhenses e dos melhores e mais acreditados estabelecimentos de educação, para ambos os sexos, que aqui houve.

E', pois, o velho Tribuzy a figura primacial da Pintura entre nós.

Dentre innumeros discipulos seus, contam-se, como mais notaveis, Horacio Tribuzy, seu filho, e José Maria Bilio Junior e João Manuel da Cunha, já fallecidos, todos.

Dotado de um bello talento artistico, seguiu Horacio Tribuzy, em 1864, para a Europa, como pensionista da Provincia, afim de alli completar os seus estudos, tão bem iniciados, aqui, por seu pae.

Entre os seus trabalhos, de que temos conhecimento, contam-se: a *Justiça*, grande quadro, cópia de Raphael, e que orna o salão do Tribunal do Jury; o *Commercio*, grande téla original, que se encontra em um dos salões da Associação Commercial; os retratos de *Canova*, *Miguel Angelo*, *Rubens* e *Galilleu*, que pertenciam á collecção do fallecido dr. Antonio Marques Rodrigues; os retratos de *Gonçalves Dias*, *Odorico Mendes*, *Gomes de Sousa* e *João Lisboa*, que vieram para a antiga assembléa provincial, mas que ornam hoje o salão nobre da Congregação do Lyceu Maranhense; algumas outras télas de menores proporções e consideradas estudos, e algumas paizagens originaes, que se acham em poder de varios amadores.

Onde, porém, o talento de Horacio Tribuzy se affirmou de um modo brilhante e notavel foi na tela *Lucrecia e Tarquinio*, nos retratos de *Raphael* e *Pio IX*.

O grande quadro da *Lucrecia e Tarquinio* é cópia do quadro de Guido Cagnaschi. Bem que Guido Cagnaschi, dizem os criticos de arte, não esteja ao nivel dos grandes mestres da Pintura italiana, todavia este seu quadro é de muito merecimento pelo vigor da figura de *Tarquinio*. A lubricidade violenta de *Sexto* como que se lhe encarna no sombrio da cabeça, no desgrenhado dos cabellos, no frouxo

aperto dos labios, na curvatura voraz do corpo sobre a fraca mulher, que em vão resistir-lhe procura, na expressão bellamente nua das mãos, uma das quaes maneja, perpendicularmente, o ferro infame, e a outra estreita, com uma certa expressão convulsa, o braço recurvado da victima, fraca de mais, para poder conseguir o triumpho do pudor offendido.

A figura de *Sexto* é, segundo os criticos, superior, já no desenho, já no colorido, á de *Lucrecia*, que, entretanto, surprehende o espirito do observador, no bello da cabeça aloirada, que como se esmaga no travesseiro; na elevação do seio de rosa, na perfeição do esforço da mão que se espalma no corpo do aggressor; na que lhe aperta o braço, já como que sem bastante resistencia, no ondulado do ventre, e na encarnação arredondada das pernas.

O retrato de *Raphael* é delicadamente bello. Naquella physionomia de moça bonita, os cabellos, num frouxo torcido, lhe pendem sobre as espaduas e sobre o dorso.

No de *Pio IX* o desenho é correcto, e a vida senil do chefe da Christandade alli está na téla a comprovar o talento do retratista.

E', ainda, obra do pincel de Horacio Tribuzy a bellissima pintura do fôrro da capella-mór do Recolhimento, representando a *Annunciação de Nossa Senhora*, pintura que, seja dicto de passagem, foi a causa de sua morte pela intoxicação que lhe produziu.

Horacio morreu moço, muito moço mesmo, quando tudo promettia o seu bello talento.

De João Manuel da Cunha, conhecemos os retratos a oleo dos drs. *Sabino Olegario de Pinho* e *Mello Moraes*, medicos homoeopathas, e que fazem parte da collecção artistica do professor Ribeiro do Amaral; e os do dr. *Manuel da Silva Sardinha*, coroneis *Joaquim Marques Rodrigues Netto* e *Alexandre Collares Moreira Junior*, que pendem das paredes do salão nobre da Camara Municipal da Capital; bem como o do dr. *José Rodrigues Fernandes (1894)* existente no gabinete da Prefeitura Municipal.

De José Maria Bilio Junior, o de d. frei *Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth*, que foi bispo do Maranhão, (1819-1823), pertencente tambem á collecção do professor Ribeiro do Amaral. Muitissimos outros devem existir, mas não os conhecemos.

Resta-nos tratar de Francisco Peixoto Franco de Sá. Não sabemos se foi discipulo de Tribuzy (o velho). Completou sua educação artistica na Europa, com bastante distincção.

Delle conhecemos os retratos, a oleo, do conselheiro dr. *José da Silva Maya*, pendente de uma das paredes da sala das sessões da Camara Municipal da Capital; e o de *Martinus Hoyer*, em tamanho natural, existente na Associação Commercial. São dois bellos trabalhos, que bem revelam o gosto do auctor para este genero de pintura.

Onde, porém, o talento artistico de Franco de Sá se affirmou de modo notavel, foi na majestosa téla, existente na sachristia-mór da Cathedral, a *Virgem do Peixe*, cópia do quadro de Raphael, pintado pelo auctor, em Madrid, em 1873.

Além destes, registaremos mais os nomes de Fortunato Ory e José dos Reis Raiol, aquelle, francez, este, maranhense; e os de: Leon Righini, italiano, muito conhecido paizagista, que residiu entre nós, pelos annos de 1854-1857, e falleceu no Pará, em Maio de 1884, deixando o seu nome lembrado por grande numero de trabalhos, entre os quaes uma bella paizagem dos bairros dos *Remedios*, *Praia de Santo Antonio*, etc., que faz parte da collecção artistica do professor Ribeiro do Amaral; e Oreste Coliva, tambem italiano, scenographo, que aqui esteve em 1899, a quem deveu o theatro S. Luiz, além de um completo scenario, o seu mais bello panno de bocca, representando um jogo de cortinas, de setim e veludo com um rendilhado transparente, e, em baixo, sobre as franjas, uma perfeita cercadura de flores de lindos matizes.

XXIII

Biographia summaria dos homens mais notaveis já fallecidos

I — ADELINO DA FONTOURA CHAVES — Nasceu, aos 30 de Março de 1855, na, outr'ora povoação, hoje Villa do Axixá, sita á margem esquerda do pittoresco Rio Monim, e falleceu, em Lisboa, aos 2 de Maio de 1884, em um quarto particular do Real Hospital de S. José, sendo sepultado, no dia seguinte, no Cemiterio Oriental.

Foram seus paes Antonio da Fontoura Chaves e d. Francisca Dias Fontoura.

Era Adelino Fontoura — dizem-n'o os seus biographos e aquelles que, mais de perto, com elle trataram — um prodigo do talento, uma alma sonora e pura como um verso de Petrarcha; vibrante e meiga como os sons de um instrumento eólio.

Quando o grande jornalista, que foi Ferreira de Meneses, tratou de fundar a *Gazeta da Tarde* chamou-o logo para fazer parte da redacção dessa folha. Ahi — diz um dos seus biographos — em companhia de Hugo Leal e outros, o moço poeta, dia a dia escrevendo sobre todos os assumptos, publicando os seus melhores versos, fez com seus companheiros prodigios de intelligencia e transformou a *Gazeta* em verdadeiro palacio do Oriente, onde os marmores de Paros se confundiam com as amethistas e os prasios, as esmeraldas com os diamantes, os rubis e as perolas.

Mais tarde José do Patrocinio, o jornalista emerito e tambem poeta, comprando a propriedade da folha e conhecendo o valor do talento pujante de Adelino Fontoura, sem alterar o pessoal da redacção, conservou a seu lado o phantasista magnifico, o escriptor de fina tempera e immensa *verve* que parecia molhar a penna nas claridades do Oriente, quando o sol se levantava esplendido em um deslumbramento de luz.

Curto, porém, foi o espaço de tempo que Adelino se conservou na redacção effectiva da *Gazeta da Tarde*.

Sentindo já ferido o peito pela molestia, que em breve o deveria roubar á vida, sonhou com a Europa. Lá a sua alma de artista podia expandir-se, em meio dos esplendores da moderna Babylonia.

José do Patrocinio tratava então de estabelecer correspondentes nos paizes extrangeiros.

Lembrou-se do moço poeta. Ninguem melhor do que elle poderia occupar o logar. Adelino Fontoura abraçou a idéa, seu coração expandiu-se. Alma feita de luz e sonhos, lá, fóra da patria, iria elle encontrar melhores perolações para o seu talento, e quem sabe? uma saude já quasi que perdida!

Para a Europa partiu no dia 1 de Maio de 1883.

O que foram as suas correspondencias de Paris, ellas ahi estão bordando as columnas da *Gazeta* e uma das primeiras — a descripção das festas de 14 de Julho na grande cidade — foi uma das mais esplendidas revelações da nota poetica, que sempre dava a todos os seus escriptos.

Descrevendo, ponto por ponto, da cidade de Paris, procurando todas as recordações historicas da maior data dessa França grandiosa, o distincto escriptor enviou aos leitores brasileiros um trabalho que mais parecia uma téla esplendida, onde se reflectiam todos os acontecimentos narrados, do que um escripto feito *currente calamo*.

Por occasião do fallecimento, em Paris, do valente poeta Victor Laprade e do notavel historiador Henry Martin, Adelino Fontoura enviou um brilhante estudo critico sobre a vida e escriptos dos dois enormes astros, que constellavam esse céo recamado de esmeraldas, que se chama — Litteratura Franceza.

Por esse trabalho, via-se já o quanto o intelligente brasileiro estava avigorando o seu talento, um dos mais espontaneos dessa geração que se levanta pujante de vida e cheia de mocidade.

Além da *Gazeta da Tarde*, muitos outros jornaes e revistas, especialmente a *Gazetinha*, honraram as suas columnas com os productos da penna vigorosa do poeta morto e bem poucos escriptores, aos 25 annos de existencia, fizeram tanto, tanto escreveram.

São innumeros os escriptos de Adelino Fontoura, por ahi espersos, que elle nunca se deu ao trabalho de colleccionar. Como todos os prodigos do talento, deixava cahir da sua clamyde de poeta perolas de Ophir e de Ceylão, e não cuidava em apanha-las.

Que lhe importava se perdessem? se quizesse, substitui-las-ia por diamantes.

Logo que soube que José do Patrocinio estava em Lisboa, Adelino sahiu, immediatamente, de Paris para abraçar o companheiro de luctas.

E' que, com o frio da grande cidade, se lhe augmentara a doença, e, com ella, a nostalgia da patria.

Lembrou-se dos seus companheiros e dos amigos, que os tinha e muitos. Quiz vir para o Rio de Janeiro. Consultou os medicos, e esses lhe declararam que tal não fizesse.

Recolheu-se ao hospital de S. Luiz, em Lisboa.

Os seus soffrimentos foram se augmentando até que a morte lhe crystallizou na palpebra a ultima lagrima, que traduzia o seu derradeiro sonho.

II — Aluisio Tancredo Bello de Azevedo — Nasceu, aos 14 de Abril de 1857, na Cidade de S. Luiz do Maranhão, falleceu, em Buenos-Ayres, a 2 de Janeiro de 1913. Foram seus paes David Gonçalves de Azevedo, vice-consul e chanceller portuguez no Maranhão, e d. Emilia Branco. Aluisio Azevedo, como os irmãos — é João Affonso quem o informa — cêdo, reduziu o nome "ao onomástico e ao patronymico".

Estudou primeiras lettras com Raimundo Joaquim Cezar e José Antonio Pires, dois dos mais competentes professores de instrucção primaria, que já teve o Maranhão. Parece que frequentou o Lyceu Maranhense.

Como seu irmão Arthur, foi, muito joven, collocado, pelo pae, no commercio, como caixeiro de David Freire da Silva, ao tempo despachante geral da Alfandega. Durante esse tempo, recebia Aluisio lições de Desenho do velho professor italiano, Domingos Tribuzy, a ellas, em grande parte, devendo a mestria com que manejava o pincel e o lapis.

Attrahido pelos successos de seu irmão Arthur, de pouco chegado ao Rio, para alli partiu Aluisio. E, alli, appareceu como caricaturista, collaborando no *Figaro* e no *Mequetrefe* (1876-1877).

Voltando a S. Luiz, em 1879, fez-se jornalista, propriamente dicto, primeiramente, sob o pseudonymo de — Pitriby, n'*A Flecha* (1879-1880), que succedera ao *Jornal para todos*. E n'*A Flecha* collaboravam, entre outros, João Affonso do Nascimento, Auto Pereira, Barbosa de Godóes. Mais tarde (1880) tomou parte na lucta travada de um lado, entre *O Pensador* (orgão dos interesses da sociedade moderna), revelando-se, por essa occasião, brilhantissimo chronista; e, de outro, *A Civilização*, folha catholica, que obedecia á redacção dos padres Mourão e Fonseca. Um anno depois, ainda o encontramos, collaborando na *Pacotilha*, e assignando Luinho, na secção — *Revista dos jornaes*.

Foi, ainda, em plena actividade jornalistica, que publicou, Aluisio, o seu primeiro livro — *Uma lagrima de mulher* — Maranhão, 1879; e, dois annos após, — *O mulato*, — Maranhão, 1881. O grande successo d'*O Mulato* decidiu da carreira litteraria de Aluisio, que, "com o producto da sua venda regressou para o Rio de Janeiro, a tentar o nome que adquiriria".

Voltando á Côrte, abandonou, de vez, o lapis e o pincel, e, travando da penna, atirou-se ao romance e ao theatro.

Foi, durante essa phase, que sahiu da sua penna leve, para a luz da publicidade, a mais vasta porção da sua obra victoriosa. Ei-la, a sua obra: — Romances naturalistas: — *O Mulato*, *Casa de pensão*, *O cortiço*, *O Coruja*, *O homem*, *Livro de uma sogra*. Romances-folhetins: — *Uma lagrima de mulher*, *Filomena Borges*, *A mortalha de Alzira*, *Girandola de Amôres*, publicado, primitivamente, sob o titulo — *Mysterio da Tijuca* e *Memorias de um condemnado*, editado posteriormente, com o nome de *Condessa Vésper*. Contos: — *Pégadas e Demonios*. Theatro: — *O Mulato*, *Casa de Orates*, de collaboração com Arthur Azevedo; *Flor de lis*, idem; *Filomena Borges*, *Venenos que curam*, de collaboração com Emilio Rouéde; *O cabôclo*, idem; *Os sonhadores ou Macaquinhos no sotão*, *Fritzmark*, de collaboração com Arthur Azevedo; *Um caso de adulterio*, *Em flagrante delicto*, *Republica*, de collaboração com Arthur Azevedo; *A mulher*, *As minas de Salomão;* e, com Olavo Bilac, a traducção do romance — *Le roi s'amuse*, de Victor Hugo. Na imprensa: — artigos, chronicas, e folhetins, publicados, uns no Rio, outros no Maranhão.

Esbarrou ahi a actividade litteraria de Aluisio.

Depois disso, nada mais. Fatigado desse estrenuo trabalhar, buscou um pouso estavel. Conseguiu-o:

O de official maior da Directoria dos Negocios do Estado do Rio de Janeiro, para o qual foi nomeado, a 30 de Junho de 1891, mas de que o dispensaram, ao cabo de seis mezes, isto é, a 31 de Janeiro de 1892.

Regressou ás difficuldades de outr'ora, com as quaes esteve a braços até aos fins de 1895, quando iniciou a sua carreira consular, pela nomeação, a 30 de Dezembro, de vice-consul em Vigo, para onde partiu, a 11 de Fevereiro do anno seguinte, e donde o removeram para o vice-consulado de Iokoama, a 17 de Abril de 1897, e dalli para o Salto, a 22 de Dezembro de 1899. A 31 de Março de 1903, foi promovido a consul em La-Plata, seguindo-se a essa promoção duas remoções: para Cardiff, a 7 de Janeiro de 1904, e para Napoles, a 13 de Dezembro de 1906. Por acto de 29 de Julho de 1910, promoveram-o a consul geral em Assumpção, para onde embarcou, em Setembro do mesmo anno. Conferiu-lhe Rio-Branco, por portaria de 27 de Fevereiro de 1911, o posto de addido á legação do Brasil no Paraguai sem prejuizo das suas funcções consulares, nomeando-o, por decreto de 23 de Julho do mesmo anno, addido commercial junto ás legações do Brasil nas republicas Argentina e do Chile e nas demais da America do Sul, para as quaes fosse opportunamente designado.

Foi, nesse posto, que veio colhe-lo a morte, com 56 annos incompletos. Como os de Odorico Mendes, descançam, hoje, os despojos de Aluisio, no seio da terra querida, em que nasceu, e que não podia deixar de amar.

III — Antonio de Almeida Oliveira — Nasceu, na actual Cidade do Codó, em 1843, e falleceu, em 27 de Outubro de 1887.

Foram seus paes Antonio de Almeida Sousa Oliveira e d. Anna Rosa de Jesus Oliveira.

Formou-se em Direito, na Faculdade do Recife, em 21 de Novembro de 1866.

Depois de uma curta passagem, em 1867, pela promotoria de Guimarães, onde se demorou apenas dois mezes, entregou-se, na capital, á carreira da advocacia, adquirindo, por um estudo profundo e perseverante, a grande illustração juridica, de que deixou sobejas e robustas provas.

Parece haver influido, para essa sua resolução, o facto de, naquelle mesmo anno (1867), haver o dr. Almeida Oliveira contrahido nupcias com a exm. sra. d. Rosa Vilhena, filha do dr. Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, erudito advogado do fôro do Maranhão e reputado jurisconsulto.

Animado pelo sogro — "por aquelle que me ensinou a pratica do fôro, mestre de todos os dias, livro vivo, prompto sempre, nunca omisso, cujos conselhos tantas vezes me livraram de cahir em grandes erros" — como qualificou elle ao dr. Vilhena, na dedicatoria do primeiro livro de Direito, que deu á publicidade; animado pelo sogro, repetimos, manteve o seu escriptorio, e não se arrependeu de o haver feito, revelando-se digno discipulo de tal mestre. Esse primeiro livro de direito foi a *Assignação de dez dias* publicado em 1878.

Alludindo a essa obra, consagra a revista carioca *O Direito*, os termos elogiosos ao livro e ao auctor. Do livro, considera-o "um verdadeiro tratado", feito com "muita erudição e grande criterio, de raro merito, e de summa utilidade para o fôro. E no final da noticia: "Podemos affirmar que brilhou e fez uma esplendida estreia, revelando capacidade superior e serios estudos".

Tal o acolhimento que, dos competentes, mereceu o primeiro trabalho juridico de Almeida Oliveira.

O beneficio da restituição in integrum foi o seu segundo trabalho, impresso pela casa Garnier, em 1886, no Rio.

Em 1887, sahia a publico mais uma obra sua: *A lei das execuções*, luminoso commentario á lei de 5 de Outubro de 1885, e respectivo regulamento de 23 de Junho de 1886. Era mais um testemunho da sua operosidade, illustração e criterio.

O prematuro passamento de Almeida Oliveira não o deixou publicar mais um trabalho de valor, que havia pouco, concluira — *A Prescripção*, que, só nove annos depois, em 1896, veio a lume, encarregando-se dessa missão o illustre dr. Francisco da Cunha Machado, que assim procedera disse-o no prólogo — "por gratidão para com a memoria do pranteado extincto, que o distinguia com a sua amizade".

Democrata convicto, amante da liberdade, bem cedo comprehendeu Almeida Oliveira que na instrucção popular, repoisa a base mais forte do edificio da democracia.

Assim, com os drs. João Antonio Coqueiro e Martiniano Mendes Pereira, fundou, em 1869, a Sociedade Onze de Agosto, com o louvavel fim de estabelecer cursos nocturnos para as classes operarias.

Ahi, sob o modesto titulo de *Conversas publicas*, colligidas e distribuidas em folhetos, fazia aos domingos, á noite, prelecções muito concorridas, sobre varios assumptos, sociaes e moraes.

Fundou tambem um jornal: *O Democrata* (1870), folha de idéas republicanas; creou, com o dr. Antonio Ennes e Sousa, a bibliotheca popular (1872), chegou a contar avultado numero de volumes; e, finalmente, como o mais subido monumento, que deixou do seu grande interesse pela instrucção do povo, deu á luz, em 1873, *O Ensino Publico*, que traz a seguinte dedicatoria: "Ao nascente, mas já vigoroso Partido Republicano, em signal de adhesão á democracia e dos votos que fazia, para que esta só procurasse triumphar por meio da instrucção do povo".

Attrahido pela politica, foi Almeida Oliveira, em 1882, apresentado e eleito deputado á Assembléa Geral Legislativa, pelo Partido Liberal, na vaga aberta com a escolha do conselheiro Philippe Sá para senador, tomando assento, na Camara, a 23 de Maio. Nomeado ministro da Marinha, em 24 de Maio de 1883 (ministerio Lafayette), foi reeleito, em primeiro escrutinio, por 97 votos, tendo comparecido 322 eleitores, tomando assento, em 30 de Abril de 1884.

Na legislatura de 1886-1887, não conseguiu reeleger-se, indo occupar sua cadeira o dr. Luiz A. Domingues da Silva.

IV — Antonio Bernardino Pereira do Lago — Não é maranhense, nem mesmo brasileiro era, este de que aqui vamos tratar agora: — o coronel do Real Corpo de Engenheiros, Antonio Bernardino Pereira do Lago. Era portuguez; mas taes e tantos foram os serviços que aqui prestou, que esta galeria não seria completa se nella não incluissemos o seu nome.

Quando, em 1819, chegou ao Maranhão, representava o coronel Lago ter de 39 a 40 annos de edade, havendo já prestado, desde 1805, serviços no Brasil, nas provincias de Pernambuco e Rio de Janeiro.

Dentre diversos trabalhos scientificos seus, que publicou concernentes a esta Provincia, e que se recommendam, todos, pelo cunho da mais profunda observação e exactidão, destacam-se os seguintes, rarissimos hoje:

1º. *Carta Geral da Capitania do Maranhão, levantada pelo coronel de engenheiros, Antonio Bernardino Pereira do Lago, reduzida e desenhada pelo tenente do mesmo corpo I. C. Guillobel*. Esta carta é acompanhada dos desenhos dos principaes pontos, segundo são vistos do mar, com suas alturas verdadeiras e determinadas na mesma *carta*. Para bem se desempenhar desta commissão, de que fôra incumbido pelo governador, marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, abandonou o coronel Lago todas as suas commodidades e começou a percorrer a Provincia, fazendo-se acompanhar do seu desenhista, o primeiro tenente Guillobel, e levando comsigo, como piloto, para guia-lo no meio das mattas, Cypriano José de Almeida.

2º. *Itinerario da Provincia do Maranhão*, 1820. Este trabalho é para acompanhar a *Carta Geral da Provincia*, como elle mesmo o diz á pag. 17 da sua *Estatistica*.

3º. *Carta topographica da Ilha do Maranhão.*

4º. *Estatistica Historico-Geographica da Provincia do Maranhão*, Lisboa, 1822.

5º. *Roteiro da costa da Provincia do Maranhão, desde Jericoacára até á Ilha de S. João, e da entrada e sahida pela Bahia de S. Marcos, que deve acompanhar a carta reduzida da costa da sobredicta Provincia: offerecida a s. ex. o sr. capitão-general Bernardo da Silveira Pinto, pelo coronel do R. C. de Engenheiros, Antonio Bernardino Pereira do Lago. T. B. Wright, Printer, Liverpool*, 1821.

Além destes trabalhos, as bibliothecas da Marinha e Fluminense accusam mais: a *Carta geral da Provincia do Maranhão, offerecida a el-rei constitucional, o sr. d. João VI, por Antonio Bernardino Pereira do Lago que a levantou e construiu durante a sua commissão na Provincia, nos annos de 1819-1820.*

Julga-se este trabalho perdido, segundo o diz o erudito senador Candido Mendes, á pag. 11 do seu monumental *Atlas do Imperio do Brasil.*

E, nem só a isso, limitaram-se os serviços do coronel Lago ao Maranhão. Fez mais: levantou, tambem, a *Carta da Ilha do Maranhão e da Ilha de Sant'Anna*, com todas as sondas do canal. Depois do coronel Lago — e já lá vai um seculo — quem como elle já trabalhou no levantamento de uma carta da Provincia? Ninguem, absolutamente ninguem. Uma carta topographica não é objecto de phantasia. Para levanta-la, é preciso viajar, ver, medir distancias, terrestres e astronomicas, etc. E tudo isso elle o fez, com uma precisão admiravel.

Outros serviços mais, e, de não menor monta, prestou ainda o coronel Lago, taes como: a remodelação da Egreja de S. João, a construcção da rampa de palacio, com os paredões que a este circumdam, até encontrar o caes da Sagração. A Rua Formosa (actualmente Affonso Penna), no quarteirão junto ao Largo do Carmo (Praça João Lisboa) era, nesse tempo, um plano inclinado transversalmente, que só dava passagem por um estreito desfiladeiro, encostado ao lado das casas á mão esquerda, de quem vai para o referido largo. Pois bem, foi elle quem deu o primeiro córte, deixando aquelles saltos ou balcões, que, até ha bem pouco tempo, havia nas casas fronteiras e que a Camara mandou arrasar. Foi elle, finalmente, quem calçou quasi toda a nossa capital.

V — Antonio Ennes de Sousa — Nasceu, em S. Luiz, capital do Estado do Maranhão, aos 6 de Maio de 1848, e falleceu, no Rio de Janeiro, em 3 de Março de 1920, com 72 annos de edade.

Foram seus paes Sebastião José de Sousa e d. Maria A. Ennes de Sousa. Orphão, de paes, foi entregue aos cuidados de sua avó materna, que o mandou ensinar, destinando-o á vida commercial.

Depois de servir no commercio, dos 14 aos 18 annos, nutrindo vocação para o estudo das Sicencias naturaes foi, em 1867, mandado á Europa, onde se preparou, convenientemente, para o curso da Escola Central de Engenharia. Recebeu lições de Delafosse, Gauday, Deville e Dunkee, na Sorbonne, no Museu e na Escola de Minas.

Forçado a regressar ao Brasil, por difficuldades pecuniarias, voltou, no Maranhão, ao commercio, até 1873. Foi nessa occasião (1870-1873) que, com os drs. Almeida Oliveira, Coqueiro e outros, instituiu conferencias e fundou a Bibliotheca Popular.

Mais tarde, embarcou de novo para a Europa, matriculando-se na Universidade de Zurich, na Suissa, na qual recebeu o grau de doutor. Depois, frequentou a Academia Real de Minas, de Freiberg, na Saxonia, onde obteve o diploma de engenheiro em Minas.

Regressando ao Brasil, dirigiu-se para a Capital do paiz, onde conquistou uma cadeira (secção de minas), na Escola Polytechnica.

Eleito deputado á Constituinte Federal, resignou, pouco depois, o mandato, optando pelo logar de director da Casa da Moeda, que já exercia.

Foi inventor de diversos apparelhos, sendo o ultimo delles o "pára-choques Ennes de Sousa".

Era o dr. Ennes de Sousa um scientista de grande valor. Entre varias obras originaes, por elle deixadas e que lhe grangearam vasto renome, destacam-se as seguintes: *Conferencias publicas*, Maranhão, 1870; *Relatorio da exposição maranhense de 1871*, 1872; *Dissertação sobre as amálgamas*, Zurich, Suissa, 1876; *Dissertação sobre a mineração e metalurgia de oiro*, Freiberg, Saxonia, 1878; *Estudo completo sobre os trabalhos de Desmonte*, Rio, 1881; *O trabalho e a vida subterranea*, 1880; *Os metaes*, 1881; *Estudos sobre a carta geologica e mineralogica do Brasil*, 1880; *A mineração e metallurgia do ferro* (estudo sobre a Fabrica de Ipanema); *Portos do Brasil, especialmente os do Maranhão e Ceará; Estudo physico chimico sobre o meteorito cahido em 1880 no Maranhão*, 1881; *O carvão de pedra da Chapada.* (Maranhão); *Terrenos auriferos de Cantagallo*; *Memoria sobre o terreno do Rio de Janeiro, etc.*

VI — Antonio Francisco Leal Lobo — Nasceu, em S. Luiz, aos 4 de Julho de 1870, e falleceu, ás 4,30 da manhan, de 24 de Junho de 1916.

Teve por progenitores, Polycarpo José da Costa Lobo e d. Maria Francisca Leal Lobo, senhora de peregrinas virtudes.

Aos 12 annos perdeu seu pae.

Iniciou os seus estudos, em 1878, no Collegio de S. Paulo, de que era director e proprietario o auctor destas linhas, e que, então, funccionava, á Rua dos Afogados. Vivo, intelligente, distinguiu-se, desde logo, entre os seus collegas.

Estudou Philosophia e Historia com monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão, frequentando, mais tarde, o Lyceu Maranhense, onde fez o seu Curso de Humanidades.

Apparelhado para a vida publica, exerceu Antonio Lobo os cargos de: professor publico primario da capital, segundo official da Secretaria do Governo e, em commissão, o de gabinete, dos governadores Casemiro Dias Vieira Junior, Manuel Ignacio Belfort Vieira e Alfredo da Cunha Martins.

Nesta qualidade, foi, em commissão, na administração Dias Vieira, prestar soccorros á Cidade do Codó, acommettida de grande enchente pelo Itapecurú.

Leccionou inglez, no Seminario de Santo Antonio, e exerceu o magisterio durante muitos annos.

Foi depois director da Bibliotheca Publica, cargo que desempenhou até que, a convite do dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, então governador do Estado, acceitou a direcção do Lyceu Maranhense, no qual já regera diversas cadeiras, entre as quaes a de Logica, para a qual, mais tarde, foi nomeado vitaliciamente, em seguida a um brilhantissimo concurso.

Pelo seu talento, pela cultura, que chegou a adquirir e pela sua acção fecundamente estimuladora, tornara-se, Antonio Lobo, nos ultimos tempos, o centro do movimento intellectual do Maranhão.

Grande e preciosa é a sua obra.

Estreou-se, na imprensa da terra, n'*O Seculo* (1889), orgão estudantal, que dirigiu com Aluisio Porto. Escreveu, depois, assiduamente, nos periodicos: *Revista Elegante* (1892 a 1906); *Philomathia* (1895), onde collaborou com Manuel de Bethencourt e Reis Carvalho; *A Revista do Norte* (1901), de que foi fundador e director com Alfredo Teixeira; nos diarios, *O Globo* (1889), folha republicana, de que tinham sido fundadores Paula Duarte e Casimiro Junior; n'*O Federalista* (1892), *Diario do Maranhão*, *A Pacotilha* (na secção "De Vôo"), n'*O Jornal*, em varias revistas deste e de outros Estados e, por ultimo, n'*A Tarde* (1915), de que foi director, e onde teve, por companheiros de trabalho, Domingos Barbosa, Alcides Pereira, Alvares Perceira e Rubem Almeida.

Publicou: *A Bibliotheca do Maranhão em 1900*, editado em 1901 (exgottado); *Debalde*, traducção do romance de Henry Sienkiewichz (com um prefacio eruditissimo), 1901; *O Juiz sem juizo*, comedia de Buisson, de collaboração com Fran Paxeco; *A Carteira de um Neurastenico*, 1903; *Henriqueta*, de François Coppée, traduzido no rodapé do *Diario do Maranhão*; *Positivismo e Microbios*, 1908; *A Doutrina Transformista e a Variação Microbiana*, 1909; *Os Novos Athenienses*, 1909; *Pela Rama*, 1912.

Annunciava e deixou promptos para o prelo: *Retalhos da Vida* (contos), *Commentos e Opiniões* (estudo e critica), *Conferencias Litterarias* (que ia reunir com as de Domingos Barbosa e Antonio Lopes no livro *A flor dos labios*), e *Ensaios de Logica.*

Antonio Lobo fundou e foi socio effectivo da Academia Maranhense e da Universidade Popular, sendo, tambem, membro honorario de todas as sociedades litterarias, existentes no Maranhão, ao tempo do seu fallecimento.

Foi um dos fundadores e presidente da Sociedade Pedagogica Almir Nina.

Registando o seu fallecimento, disse *O Jornal*, de 26 de Junho de 1916:

> « Poeta emocionante no verdor dos annos, tribuno acclamado em todas as nossas solemnidades publicas, polemista triumphador em innumeras pugnas, pedagogo de solida e brilhante cultura á moderna, scientista que se abalisou em estudos acurados, romancista de observação poderosa e de rutilante urdidura de tramas do enredo e da fórma, chronista polychromico e empolgante, espirito cuja qualidade maxima era um assombroso poder de assimilação, Antonio Lobo foi, sem o procurar ser, e sem contestação possivel, o eixo em torno do qual girava a nossa actividade mental, de ha mais de 10 annos a esta parte. »

Houvesse Antonio Lobo se transportado para outro meio mais amplo, onde, afastado de umas tantas preoccupações, se tivesse podido dedicar, só e tão sómente só, ao trabalho intellectual, vivendo na esphera de sua actividade de escriptor, certamente a sua situação teria sido muito outra.

VII — Antonio Gonçalves Dias — Nasceu, a 10 de Agosto de 1823, em um sitio denominado Boa Vista, nas terras do Jatobá, cerca de quatorze leguas da Cidade de Caxias.

Foram seus paes o negociante portuguez João Gonçalves Dias e Vicencia Mendes Ferreira, mulher de côr, um tanto acobreada; correndo, pois, nas veias do poeta, o sangue misturado das tres raças constituidoras da nossa nacionalidade — européa, indigena e africana.

Casando-se seu pae, em 1829, com d. Adelaide Ramos de Almeida, chamou-o para sua companhia, privando-o, assim, em tenra edade, aos carinhos maternos.

Destinaram-n'o, a principio, á vida commercial (1833); mas, tal foi o talento precoce que revelou na escola de primeiras lettras, que, mudando de intento, pô-lo seu pae a aprender latim com o professor Ricardo Leão Sabino, e, resolvendo manda-lo estudar á Universidade de Coimbra, o trouxe comsigo, em 1837, para a capital, onde falleceu, quando se dispunha a ir a Portugal.

Regressando para Caxias, após o fallecimento de seu pae, propoz-se o dr. Antonio Manuel Fernandes Junior, então juiz de direito da comarca, obter-lhe da Assembléa Legislativa Provincial, que o mandasse estudar á Europa a expensas publicas. Mas a madrasta, que o estimava como filho fe-lo partir para Portugal, com destino a Coimbra, em 1838.

A revolta, porém, occorrida na Provincia, em 1839, com o nome de *Balaiada*, e que tanto assolou Caxias, em taes apuros poz a boa senhora, que se viu ella forçada a interromper as mesadas que mandava ao enteado.

Privado, absolutamente, de meios de poder subsistir em paiz extrangeiro, dispunha-se já Gonçalves Dias a regressar ao Maranhão, quando João Duarte Lisboa Serra, Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, Pedro Nunes Leal e Antonio Rego, maranhenses que frequentavam a Universidade, o fizeram desistir desse intento, dando-lhe casa, mesa e livros para continuar os seus estudos.

Matriculado, em Direito, em 1840, tomou o grau de bacharel, em 1844, deixando de frequentar o 6º anno por delicadeza para com o seu amigo e collega, Pedro Nunes Leal, o ultimo que se achava, ainda, na Universidade, dos que haviam concorrido para a sua formatura, e sobre o qual pesavam, então, todas as despesas do supprimento.

Regressando ao Maranhão (1845) foi a Caxias, donde, ao voltar, fundou, com Alexandre Theophilo, Antonio Rego, Antonio Henriques e outros, *O Archivo* (1846), periodico litterario, habilmente redigido e em que appareceram algumas das suas primeiras poesias, taes como: *Os seus olhos*, *A escrava*, *Te-Deum*, *Mendiga*, etc., e diversos trabalhos seus em prosa, entre outros: *Agapito* (fragmentos de um romance inedito), *Revista Dramatica*, *A Torre de Verdun* (por Frederico Soulié).

Não foi Gonçalves Dias, sómente, um poeta lyrico, chefe de escola: era, tambem, prosador elegante e do mais seductor estylo.

A "Introducção", que acompanha a 2ª edição dos *Annaes Históricos do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo; as reflexões, que serviram de prologo ao drama *Leonor de Mendonça*; seus outros dramas *Boabdil* e *Beatriz Cenci*; a peregrina memoria *Brasil e Oceania*; e mais pareceres, relatorios e diversos trabalhos outros que se encontram na *Revista do Instituto Historico*, bastam para qualifica-lo, entre os mais distinctos dos nossos escriptores.

Todos esses trabalhos, porém, tendem a colloca-lo entre os bons criticos e estylistas, que mais abrilhantaram

revistas litterarias, do que entre os luctadores da imprensa diaria.

As cartas que, do Ceará, escreveu para diversos jornaes do Rio de Janeiro, sobre a commissão scientifica de que fazia parte (1860), poderiam apresenta-lo como jornalista, no rigor do termo, porque nellas eram debatidas varias questões do dia, umas de valor scientifico e outras de interesse geral. Na imprensa da Provincia, porém, a não ser a *Viagem pelo Rio Amazonas*, impressa n'*O Progresso*, de Dezembro de 1861, não figuraram taes publicações, pelo que se não póde, com verdade, enumerar o nome de Gonçalves Dias entre os dos escriptores que militaram na imprensa periodica do Maranhão.

Uma pagina, entretanto, deixou o poeta, indelevel nas columnas d'*A Coalição*: referimo-nos á *Carta do outro mundo*, curiosissima narrativa, em tom humoristico, que fez sahir depois da falsa noticia do seu fallecimento. Esse escripto, diz Joaquim Serra, vence, em graça e amenidade, aos mais interessantes folhetins de João Lisboa.

Pouco se demorou Gonçalves Dias no Maranhão. Em 1846, a conselho de seu grande amigo, o dr. Theophilo, partiu para o Rio de Janeiro, onde imprimiu os seus *Primeiros Cantos*, que foram recebidos com geral applauso de toda a imprensa, quer do paiz, quer do extrangeiro, merecendo de Alexandre Herculano, tão sobrio em elogios, o honrosissimo juizo critico que os precede, que bem longe estava de aspirar e a que "devia a maior satisfacção que tinha experimentado na vida litteraria".

Apesar, porém, da celebridade que dahi lhe vinha, augmentada, ainda, com a publicação de seus *Segundos Cantos* (1848), viveu, no Rio de Janeiro, cheio de privações, empregando o melhor das horas do dia em redigir e concertar as discussões das Camaras, que se publicavam, ora no *Jornal do Commercio*, ora no *Correio Mercantil*.

No Rio, redigiu, ainda, de collaboração com Joaquim M. de Macedo e Porto-Alegre, a revista *Guanabara*.

Exerceu, a principio, o logar de secretario do Lyceu de Niteroi, sendo, em 1849, nomeado professor de Historia e Latinidade no Collegio de Pedro II e, tres annos depois, em 1852, official da Secretaria de Estado dos Negocios Extrangeiros.

Por officio, de 18 de março de 1851, participou-lhe o ministro do Imperio, visconde de Monte-Alegre, que s. m. o imperador houvera por bem incumbi-lo do desempenho de duas importantes commissões nas provincias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Pernambuco, Bahia e Alagôas.

Era, a primeira dellas, colligir todos os documentos, concernentes á Historia do paiz, que porventura existissem nas bibliothecas e archivos dos mosteiros e das repartições publicas; e a segunda, examinar todos os lyceus, collegios, escolas e quaesquer outros estabelecimentos, destinados ao ensino e educação da mocidade.

Da maneira por que elle se houve, no Maranhão, deu Gonçalves Dias conta ao visconde de Monte-Alegre, em officio de 10 de Junho desse mesmo anno.

Por essa occasião, pesa-nos dize-lo, foi retirado dos nossos archivos, da Secretaria do Governo e Camara Municipal, e remettido para o Rio, quanto de mais precioso possuiamos, sendo que, da Camara, os proprios originaes, motivo por que hoje se ignora muita coisa, referente ao periodo, decorrido de 1639 a 1809.

Em 1854, foi enviado em commissão á Europa, para estudar o estado da instrucção publica nos paizes mais adeantados, examinar os archivos e bibliothecas de Portugal, e Hispanha, e extrahir delles cópia de documentos, referentes á Historia do Brasil.

Em 1860, fez parte, ainda da commissão scientifica, que se enviou ao Ceará, sendo encarregado dos trabalhos ethnographicos e dos relatorios da mesma.

Em 1862, partiu muito doente para a Europa, a ponto de o darem como fallecido na viagem, e a sua morte ser lamentada nos jornaes. Apesar do seu mau estado de saude, foi, ainda, alli, encarregado de extrahir cópias dos archivos.

Ramalho Ortigão, que por essa occasião se encontrava em Paris, refere-nos que, passava alli o nosso poeta os seus ultimos e amargurados dias na doce convivencia de Ferdinand Denis, o sabio conservador da Bibliotheca de Santa Genoveva.

Aggravando-se-lhe, porém, de novo, os seus padecimentos, e como que sentindo a morte approximar-se-lhe, regressou, de França, no brigue *Ville de Boulogne*, que naufragou nas costas de Guimarães, na madrugada de 3 de Novembro de 1864, e vindo quasi moribundo pereceu no naufragio, tendo seu corpo, por sepultura, o oceano, mas já nas aguas da patria.

Foi, Gonçalves Dias, sem contestação, o maior poeta lyrico dos nossos dias, nos dois paizes da lingua portugueza.

> « Nenhum dos poetas lyricos, seus contemporaneos, quer no Brasil, quer em Portugal, levantou a voz tão alto, tomou tons tão variados, e apresentou ainda tanta poesia de estylo, como elle o fez nos seus admiraveis quadros dos *Primeiros*, *Segundos* e *Ultimos Cantos*. »

VIII — Antonio Jansen de Mattos Pereira — Nasceu no Maranhão, aos 13 de Junho de 1842, e aqui falleceu, aos 26 de Fevereiro de 1907, pelas 10,30 horas da manhan, com 66 annos de edade, incompletos.

Teve, como progenitores, o dr. Manuel Jansen Pereira, distinctissimo advogado do nosso fôro, um dos poucos que se bateram com o talento immorredoiro de João Lisboa, e d. Libania Rosa de Mattos Pereira.

Depois de estudar, com aproveitamento e rapidez, os preparatorios, no nosso Lyceu, seguiu para o Recife, onde, em 1865, recebeu o grau de bacharel em Sciencias juridicas e sociaes.

Regressando ao Maranhão, foi nomeado professor de Historia do pequeno Seminario de Nossa Senhora das Mercês e abriu banca de advogado. Foi então que se começou a revelar o tribuno, que os annos e os estudos engrandeceram e consummaram.

E nem se pense que era coisa facil o grangear nomeada e prestigio nesses tempos, com especialidade na advocacia. Não. Não eram pygmeus enfesados e espiritos mal preparados os que disputavam, então, na Polemica e na Oratoria juridica os honrosos fóros do saber e a palma do triumpho.

Entre os que valentemente se enfrentavam, são de notar as nuncas esquecidas figuras de Francisco Vilhena, Frederico Corrêa, Encarnação e Silva, Gentil Homem, Lapemberg, Paula Duarte, Almeida Oliveira, Gomes de Castro, Philippe Sá, Luiz Antonio, e de outros que agora nos escapam.

Advogado, já com o nome em evidencia, inscreveu-se o dr. Jansen Mattos, em 1873, no concurso aberto para provimento da cadeira de Historia do Lyceu Maranhense.

Perante auditorio immenso, discorreu Jansen Mattos, quatro horas a fio, sobre a materia, arrancando, momento a momento, vibrantes e prolongados applausos, levando á admiração até o presidente, que assistia ao acto.

Apesar de adverso ao partido politico, que então dominava, foi Jansen Mattos, immediatamente, nomeado professor da cadeira a que concorrera.

Administrava, naquelle tempo, a Provincia o dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, mais tarde, barão de Abiahi.

Fallemos, agora, do homem politico.

Em 1868, fundou *O Liberal*, periodico hebdomadario, e orgão do partido deste nome. Era uma folha bem escripta, energica e discutidora, a cuja redacção associaram-se, depois, Philippe Sá, Gentil Braga e Paula Duarte. Redigiu tambem *O Publicador Maranhense* e *O Nacional*.

No tempo do Imperio, foi deputado provincial em diversas legislaturas.

Pretendeu, tambem, por duas vezes, um logar de deputado á Assembléa Geral Legislativa. Infelizmente não logrou ser eleito; mas, sem auxilio de qualquer dos partidos, que então dominavam, e dispondo unicamente de elementos seus, conseguiu no dominio da Lei Saraiva, e em lucta, renhida e forte, com o grande politico de saudosa memoria — dr. José da Silva Maia, e com o chefe da opposição, levar aquelle a segundo escrutinio, e vencer este.

No governo do dr. Lourenço de Sá, foi eleito senador, fazendo assim parte da Constituinte.

Presidiu, tambem, a Provincia do Piauhi cargo de que tomou posse a 7 de Setembro de 1886.

Além disto, desempenhou mais o dr. Jansen Mattos as seguintes commissões:

Foi substituto da primeira vara civel e de orphãos da Capital, 1868; inspector da Instrucção Publica, cargo que exerceu por duas vezes, 1883-1885; procurador fiscal da Thesouraria de Fazenda, 1878-1880; promotor de capellas e residuos em 1891.

Não quiz acceitar a presidencia de Santa Catharina, que lhe fôra offerecida pelo seu particular amigo visconde de Vieira da Silva, quando ministro do gabinete João Alfredo; e recusou, em 1893, no governo do marechal Floriano Peixoto, o logar de fiscal dos exames geraes de preparatorios do Lyceu Maranhense.

IX — Antonio Pedro da Costa Ferreira (barão de Pindaré) — Nasceu, em Alcantara, a 26 de Dezembro de 1778, sendo seus paes o tenente-coronel Ascenso José da Costa Ferreira e d. Maria Thereza Ribeiro da Costa Ferreira, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 18 de Julho de 1860, na avançada edade de 82 annos.

Contava Antonio Pedro 14 annos, quando o fizeram seguir viagem para Coimbra, em cujo seminario fez o seu curso de Humanidades, matriculando-se, logo após, na respectiva universidade.

Cursou ahi as aulas de Canones, conseguindo graduar-se, nessa sciencia, em 2 de Junho de 1803.

De tornada á terra natal, foi, pelo governador, d. Francisco de Mello Manuel da Camara, nomeado fiscal da junta da então Villa de Alcantara (1808), passando, depois, a exercer, nella, o cargo de superintendente, até 1823.

Nesse mesmo anno, sahiu eleito deputado substituto ás Côrtes Portuguezas, pelo circulo da Capital.

Em 1824, foi nomeado secretario do governo. Com a promulgação, pouco depois, da Constituição, entrou, em 1826, para os *Conselhos Geraes de Provincia*, iniciando-se, desde logo, nas discussões parlamentares.

Entre diversas medidas por elle então propostas, taes como: a creação de diversas cadeiras de ensino primario, e a edificação de dois ou mais hospitaes para nelles se recolherem os morpheticos, livres e escravos, que vagueavam pelas ruas e praças publicas, avulta a da creação da bibliotheca publica, apresentada em sessão de 6 de Junho de 1829, e que, só tres annos depois, foi posta em execução, mimoseando-a elle, nessa occasião, com 315 volumes.

Eleito deputado á segunda legislatura da Assembléa Geral (1830-1833), seguiu, em 1831, para o Rio de Janeiro, collocando-se, com Odorico Mendes, ao lado de Vergueiro, Paula Sousa, Costa Carvalho, os Andradas e outros bons patriotas.

Por carta imperial de 3 de Outubro de 1834, foi nomeado presidente do Maranhão, havendo recusado, antes, a presidencia do Pará, por mais instancias e diligencias que fizessem o regente Feijó e Aureliano Coutinho, para que a acceitasse.

Empossado da presidencia, a 21 de Janeiro de 1835, começou Costa Ferreira por dar o exemplo da liberdade das urnas, abstendo-se de intervir nas luctas politicas da Provincia, deixando essas mesmas urnas livres, para os cidadãos depositarem, nellas, o voto — expressão de sua vontade. E o resultado é que, nas eleições, a que se procedeu sob seu governo, foi elle então derrotado, posto que fosse um dos chefes mais conspicuos do Partido Liberal na Provincia.

E' esta a melhor pedra de toque de seus quilates liberaes e dos principios, que dominaram o espirito superior de Costa Ferreira.

Não foi, porém, só essa a lembrança honrada, que, de sua prudente e liberal administração, nos deixou Costa Ferreira; servem-lhe, tambem, de pregão, do bem que governou o Maranhão, as seguintes leis provinciaes, de sua iniciativa e sancção: n. 4, de 22 de Abril de 1835, creando a Thesouraria peculiar da Provincia; n. 5, de 23 de Abril de 1835, creando a policia rural nos differentes districtos fóra da capital; n. 11, de 6 de Maio de 1835, considerando feriado o dia 28 de Julho; n. 21, de 17 de Junho de 1836, creando o Corpo de Policia, e n. 31, de 23 de Julho do mesmo anno, organizando a Secretaria do Governo.

Por estes e outros tão subidos serviços, foram-lhe, por decreto de 8 de Maio de 1841, conferidas as honras de cavalheiro e de official da Imperial Ordem do Cruzeiro.

A carreira administrativa de Costa Ferreira limitou-se a esta Provincia.

Incluido em lista triplice, foi escolhido senador, em 20 de Dezembro de 1834, tomando assento, no Senado, a 10 de Junho do seguinte anno, e indo preencer a vaga deixada por fallecimento do visconde de Alcantara.

Finalmente, em Dezembro de 1854, como premio de tantos e tão relevantes serviços, foi-lhe conferido o titulo de barão do Pindaré.

Tal é, em traços rapidos, a vida de Antonio Pedro da Costa Ferreira, de quem se póde dizer que, durante toda a sua longa vida, dedicou-se á defesa de duas grandes idéas — patria e liberdade.

X — Arthur Nabbatino Gonçalves de Azevedo — Nasceu, em S. Luiz do Maranhão, a 7 de Julho de 1855, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 22 de Outubro de 1908. Foi seu pae David Gonçalves de Azevedo, vice-consul portuguez. Dedicou-se, a principio, á vida commercial, servindo de caixeiro na casa de Manuel Ferreira Campos & Comp.

Mais tarde, entrou para o funccionalismo, como amanuense da Secretaria do Governo, logar que deixou ao seguir para o Rio, aos 21 de Agosto de 1873.

Ainda no Maranhão, escreveu: *Fernando, o engeitado* (1869), *Amor por Annexins* (1870), *Carapuças*, poesias satyricas (1872), e fundou *O Domingo* (1872), revista hebdomadaria, que viveu até 1875, tendo por collaborador Lima Barata, Alfredo Queiroz, João Affonso, José Bernardino Dias da Silva, Miguel Freixo e d. Maria Firmina dos Reis.

Provido, num logar da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, foi Arthur de Azevedo galgando melhores accessos, até ao de chefe da 2ª Secção da Directoria da Contabilidade, que exerceu por muitos annos.

Por decreto de 8 de Outubro de 1908, fôra nomeado director geral da mesma Contabilidade, em substituição a Machado de Assis.

Chegando ao Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que entrava para o funccionalismo, attrahia-o a imprensa carioca, indo elle trabalhar n'*A Reforma*, como revisor de provas e traductor de romances e folhetim.

Foi, assim, que, tornando-se conhecido, cada vez mais, o seu nome, logrou alcançar ser citado, no primeiro escalão, entre os mais notaveis vultos das lettras patricias, como o de um prosador correcto e poeta original.

Consagrando todas as suas energias e todo o seu talento, principalmente á grande e meritoria obra da regeneração do theatro nacional, sobre cujo assumpto são notaveis os seus trabalhos, elevados pela critica e pela admiração do paiz inteiro, Arthur de Azevedo legou uma obra extensissima.

Não deixou o theatro brasileiro, de todos os tempos, escriptor mais fecundo do que elle.

Foi membro fundador da Academia Brasileira de Lettras, onde occupava a cadeira *Martins Penna*.

« Arthur Azevedo é, actualmente, o melhor, o mais fecundo, e o mais profundo theatrista que possuimos. E' enorme a sua bagagem litteraria, e o incançavel escriptor continúa escrevendo muito.

Tem estudado a fundo e sabido por em scena os nossos costumes, tem creado typos notaveis... *Verve* não lhe falta, nem talento inventivo e de observador.

Comquanto seja um comediographo muito habil e muito engraçado e um prosador ligeiro de muito merito, o que elle é melhor — é poeta lyrico.

Tem sonetos primorosos. Talha a estrophe com uma elegancia e desfia o verso com uma simplicidade artistica, taes que o collocam ao lado de Raimundo Corrêa. »

Assim se expressava José Verissimo, por cujo criterio se póde aferir do valor da sua obra.

Vastissima é a obra de Arthur de Azevedo. Sóbe a 70 o numero das suas composições, a mais de 20 as peças que traduziu, e a cerca de 15 os jornaes, revistas, etc., que fundou ou em que collaborou. Exerceu todos os generos: a comedia e o monologo, o drama e a opereta, a revista e a burleta, a adaptação da opereta e do *vaudeville* francezes, alguns delles de collaboração com Eduardo Garrido, Oscar Pedreneiras, Urbano Duarte, Moreira Sampaio e seu irmão Aluisio. Foi elle quem introduziu entre nós a *revista*. *A Capital Federal* é, e será sempre, a melhor e a mais hilariante, despertando sempre o mesmo enthusiasmo dos primeiros dias do seu apparecimento.

Não nos permitte, infelizmente, a estreiteza dos limites, traçados a este capitulo, dar, sequer, uma ligeira noticia bibliographica de toda a sua obra.

« Arthur Azevedo — diz João do Rio — era absolutamente, divinamente bom, nesta lamentavel quadra de egoismo feroz.

A sua simplicidade tinha uma aureola — a bondade. »

XI — Augusto Olympio Gomes de Castro — Nasceu este eminente cidadão, em Alcantara, aos 7 de Novembro de 1836, havendo sido seus paes Januario Daniel Gomes de Castro e d. Anna Francisca Gomes de Castro; e falleceu, na Capital da Republica, a 31 de Janeiro de 1909.

Em 1853, veio para a capital, matriculando-se, nesse anno, no Lyceu Maranhense, afim de se preparar em Humanidades. O seu brilhante talento, a sua applicação aos estudos e irreprehensivel conducta, grangearam-lhe, desde logo, a admiração e estima dos seus professores; tornando-o, não menos sympathico aos seus collegas, a urbanidade e fino humor de que era dotado.

Como por então fossem parcos os recursos de que dispunha Gomes de Castro, para continuar os seus estudos, propoz-se e obteve, em concurso, um logar de praticante na antiga Thesoiraria de Fazenda da Provincia, sendo para elle nomeado por portaria, de 27 de Agosto de 1855.

Deste logar, tomou elle posse a 24 de Setembro do mesmo anno, e o exerceu, desde então, até 5 de Março de 1856, quando o deixou por ter de se transportar para Pernambuco. Matriculado, em 1857, na Faculdade de Direito do Recife, conseguiu formar-se em 1861, deixando, na academia, a tradição de um nome que honrará sempre o Maranhão.

Voltando á terra natal, depois da conquista honrosa do seu diploma, foi Gomes de Castro, a 6 de Março de 1863, nomeado promotor publico da Comarca de Alcantara, pelo então presidente conselheiro Antonio Manuel de Campos Mello, cargo que acceitou e exerceu, com brilhantismo e bastante proveito para a causa publica. Deste logar obscuro, por exigencias politicas, foi elle demittido pelo vice-presidente, desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento.

E' de 12 de Setembro de 1864 a portaria de demissão. A sua unica falta era ser — conservador — não lhe poderam encontrar outra.

A acintosa demissão de que foi victima fe-lo renunciar, de vez, a carreira da magistratura, a que se destinara, e da qual viria a ser um dos ornamentos, pela inteireza de seu caracter, pelo seu talento e pela sua applicação ao estudo do Direito.

Gomes de Castro é um exemplo vivo do quanto póde a vontade.

Nascido na obscuridade, comquanto nobre de origem, pois descendia de Diogo de Campos, o restaurador do Maranhão do poder dos Francezes, elle, pelo seu unico esforço,

illustrou-se, conseguindo sahir della. O seu nome, elle o fez notavel no jornalismo, na tribuna e no fôro.

Como jornalista, ahi estão para o attestar: *O bolão de oiro* (1854) e *A saudade* (1855), escriptos aos 18 annos, primicias reveladoras do seu brilhante talento; e *A situação* (1862-1868) e *O tempo* (1878-1881), jornaes politicos, em que teve por companheiros de redacção, no primeiro: os drs. José da Silva Maia, Luiz Antonio Vieira da Silva, Heraclito Graça, Fernando Vieira de Sousa e major João da Matta de Moraes Rego; e, no segundo, o mesmo major João da Matta e os drs. Raimundo Abilio Ferreira Franco e Manuel José Ribeiro da Cunha, Celso de Magalhães e João Candido de Moraes Rego Junior.

Collaborou, tambem, quando estudante em Pernambuco, no *Jornal do Recife*, e publicou artigos esparsos em *O Paiz* de Themistocles Aranha.

Renunciando á magistratura, dedicou-se Gomes de Castro, por completo, á advocacia e á politica. Os seus trabalhos forenses e os *Annaes* do Parlamento Brasileiro ahi estão para attestar o seu valor.

Foi, porém, a politica o seu principal campo de acção. Deu-lhe dias como, eguaes, ainda nenhum outro chefe politico os teve no Maranhão.

Eleito membro da Assembléa Legislativa Provincial, nos biennios de 1862 a 1863 e 1876 a 1877, foi no primeiro delles que revelou os seus dotes oratorios, na discussão a que foi arrastado por um collega e amigo.

No segundo, já então era parlamentar amestrado, demonstrando-o, na memoravel sessão de 14 de Julho de 1876, na brilhante defesa que, de sua administração, fez, como presidente da Provincia, quando accusado pelo então deputado padre Luiz de Britto, fallecido arcebispo de Olinda. Tão brilhante e completa foi a sua defesa que, das galerias, o cobriram de flores, quando finalizou elle o seu discurso. Quem estas linhas escreve deste facto foi testemunha.

Neste biennio, foi elle o presidente da Assembléa Legislativa Provincial, no primeiro mez das sessões de 1877, cargo que resignou quando rompeu em opposição á administração Benevides.

Em 1867, foi Gomes de Castro, pela primeira vez, eleito deputado á Assembléa Geral Legislativa, e, desde então, representou a Provincia na Camara temporaria, excepto em 1878, quando subiu ao poder o Partido Liberal. Nesse anno, apresentou-se candidato; mas não conseguiu a sua reeleição; teve a sorte de todos os seus correligionarios, nenhum dos quaes conseguira romper o circulo de ferro, que, em redor das urnas, traçara a administração publica. Na Camara, conseguiu fazer-se ouvir com attenção; não era alli um illustre desconhecido.

Em 20 de Julho de 1868, foi nomeado presidente do Piauhi, commissão que acceitou e exerceu, desde 28 de Agosto até 4 de Abril do seguinte anno, quando teve de ir occupar a sua cadeira na Camara temporaria. Da presidencia do Piauhi foi, a seu pedido, exonerado em 1869.

Em 1870 foi nomeado inspector da Instrucção Publica, logar que pouco tempo exerceu, porque, em Outubro do mesmo anno, foi distinguido com a sua nomeação de presidente desta Provincia, commissão esta que acceitou e da qual, a pedido seu, foi exonerado a 22 de Maio de 1872.

Foi nesta sua primeira administração que celebrou elle com o negociante Francisco Gonçalves dos Reis o contracto, do qual resultou o predio, em que, de ha annos a esta parte, funcciona o Thesoiro Publico, hoje Secretaria da Fazenda, predio que não custou um ceitil aos cofres publicos e que, de ha muito, em virtude do mesmo contracto, já é propriedade do Estado.

Neste mesmo anno (1872) foi nomeado primeiro vice-presidente, sendo, por carta imperial de 17 de Setembro de 1873, pela segunda vez distinguido com a sua nomeação de presidente desta Provincia.

Estando na Côrte, foi Gomes de Castro duas vezes consultado para fazer parte do ministerio; uma, pelo marquez de S. Vicente; outra, pelo visconde do Rio-Branco; mas sempre recusou essa honra, sob o pretexto de que era ainda um desconhecido para o paiz.

Em 1872, estando nesta capital, foi nomeado ministro da Marinha; mas, ainda desta vez, por excesso de modestia, declinou de si tão elevada honra.

Em 1878, scindindo-se o Partido Conservador da Provincia, em virtude de um convenio celebrado pelo dr. Silva Maia com os chefes liberaes, foi Gomes de Castro proclamado chefe do mesmo partido, recebendo, umas após outras, as adhesões de quasi todos os chefes e collegios eleitoraes da Provincia.

Nas eleições a que se procedeu, para preenchimento da vaga, aberta no Senado, com o fallecimento, em 1881, do dr. Candido Mendes de Almeida, mereceu Gomes de Castro fazer parte da lista triplice, sendo o segundo votado.

Como todo o homem de valor, soffria Gomes de Castro crua guerra daquelles que viam nelle um competidor a temer. Mas nada o pôde deter na sua brilhante e gloriosa carreira politica.

Reconhecido deputado em 1882, Paulino de Sousa, que então chefiava a opposição conservadora na Camara dos Deputados, collocou-o no mesmo plano em que collocara Andrade Figueira e Ferreira Vianna, sendo elle sempre o escolhido para fallar, em nome do partido, em todos os momentos solemnes da vida nacional.

O que foram os seus triumphos oratorios nessa gloriosa jornada attestam os annaes parlamentares de então. Com a mudança da situação liberal em 1885, recebeu o conselheiro Gomes de Castro, dos seus correligionarios, em 1886, a subida prova de consideração de presidir á Camara dos Deputados, posto este que entendeu de abandonar, por não se achar de accôrdo com as idéas do gabinete João Alfredo.

Na Republica, distinguiu-o o Governo Provisorio com a nomeação de vice-governador do Estado, colhendo-o a morte como nosso representante no Senado Federal, onde o posto de presidente da commissão de finanças, que sempre exerceu, mostra o apreço em que seus pares o tinham.

XII — Candido Mendes de Almeida — Nasceu, na então Villa do Brejo, a 16 de Outubro de 1818, e falleceu, Rio de Janeiro, a 1 de Março de 1881.

Foram seus paes o capitão Fernando Mendes de Almeida e d. Esmeria Alves de Almeida.

Bacharelou-se em Direito, na Academia de Olinda, em 1839, exercendo, de 1841 a 1842, o cargo de promotor publico da capital. Obtendo, por concurso, a cadeira de Geographia e Historia do Lyceu Maranhense, leccionou alli estas materias. Foi politico, jurisconsulto e historiador. Como politico, representou a Provincia, por diversas vezes, na camara temporaria, desde 1843, até que, em 1871, foi eleito e escolhido senador.

Como jurisconsulto e historiador, tornou-se verdadeiramente notavel.

Escreveu: *Direito civil, ecclesiastico brasileiro*, dois tomos em 4 vols., Rio de Janeiro, 1866-1873; *Codigo Philippino*, Rio de Janeiro, 1870; *Auxiliar Juridico*, Rio de Janeiro, 1869; *Principios de Direito mercantil e leis de marinha*, Rio de Janeiro, 1874; *Arestos* do Supremo Tribunal de Justiça, Rio de Janeiro, 1880; *As eleições da Provincia do Maranhão, em 1842*, Rio de Janeiro, 1843; *Cartas ao redactor da Revista* (F. Sotéro dos Reis), Maranhão, 1847; *Cartas aos redactores do Progresso* (drs. Antonio Rego e Fabio A. de Carvalho Reis), Maranhão, 1847; *Cartas ao redactor do Publicador Maranhense* (João Francisco Lisboa), Maranhão, 1847; *Os serviços relevantes de Manuel Telles da Silva Lobo*, Maranhão, 1851; *O Turi-Assú ou a incorporação deste território á Provincia do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1851; *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as provincias do Maranhão e Goiaz*, Rio de Janeiro 1854; *Atlas do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, 1868; *Memorias para a Historia do extincto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1860-1874; *Pinsonia*, Rio de Janeiro, 1873; *Pio IX e a França*, Rio de Janeiro, 1860; *O Papa*, Rio de Janeiro, 1860; *S. Luiz e o Pontificado*, Rio de Janeiro, 1869; e grande numero de discursos sobre materias diversas, pronunciados na Camara dos Deputados e no Senado.

Como jornalista, fundou e redigiu *O Brado de Caxias*, Caxias, 1845; e *O Observador*, Maranhão, 1847-1850.

XIII — Cezar Augusto Marques — Nasceu, a 12 de Dezembro de 1826, em Caxias, sendo seus paes Augusto José Marques e d. Feliciana Maria Marques.

Feitos os seus primeiros estudos na capital da Provincia, para onde viera em companhia de seus progenitores, seguiu Cezar Marques, em 1844, para Portugal, matriculando-se, em 1845, na Universidade de Coimbra, que frequentou até o 2º anno (1846), retirando-se, em 1847, para o Maranhão, por haver aquella sido fechada, em virtude da revolução, conhecida na Historia pelo nome de *Maria da Fonte*.

Em 1849, matriculou-se no 1º anno da Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de doutor em 1854.

Como medico, fez parte do Corpo de Saude do Exercito, prestando os melhores serviços nas guarnições do Maranhão, Amazonas, Piauhi e Pará, em que successivamente serviu, exonerando-se em 1857. Livre da penosa vida militar, continuou, não obstante, a exercer a sua nobilissima profissão, attendendo desinteressadamente a todos os que o procuravam. Não solicitando nem regeitando commissões, foi, gratuitamente: medico da Casa dos Educandos Artifices, medico da Provincia (1861-1864), medico e professor da cadeira de Historia Universal, do Seminario de Nossa Senhora das Mercês (1861-1867), medico da Companhia de Aprendizes Marinheiros (1864), commissario vaccinador provincial (1866), provedor da saude, além de muitissimas outras commissões.

Espirito infatigavel, trabalhador, deixou-nos o dr. Cezar Marques diversos trabalhos, taes como: *Provas da existencia d'outro mundo fundadas sobre a Natureza, Historia, Philosophia e Religião*, Bahia — 1852;— *Breve memoria sobre o clima e molestias mais frequentes da Provincia do Maranhão*, Bahia;— *Almanach historico de lembranças brasileiras*, 1º anno — Maranhão — 1861;— *Almanach de lembranças brasileiras*, 2º anno, Maranhão — 1862;— *Breve memoria sobre a introducção da vaccina em Maranhão* — Maranhão, 1862;— *Apontamentos para o Diccionario Historico Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão*, Maranhão, 1864;— *Almanach de lembranças brasileiras*, 3º anno — Maranhão, 1868 — *A meus filhos ou os fructos de bom exemplo*, traduzidos de Prospero Blanchard, Maranhão, 1869.

O que, porém, sobretudo, mais recommenda o dr. Cezar Marques e lhe dá um logar de destaque entre os mais notaveis homens desta terra é o seu — *Diccionario Historico e Geographico da Provincia do Maranhão*, compulsado a toda a hora e a todo o momento pelos que se entregam ao estudo da Historia patria, verdadeiro monumento de paciencia, de investigação e de saber, padrão immorredoiro de gloria para o seu auctor e para a terra que o viu nascer.

Se outro fructo de seu trabalho nos não houvesse legado o dr. Cezar Marques, bastar-lhe-ia este para lhe consagrar o nome.

Posteriormente ao seu *Diccionario*, em 1874, deu-nos ainda o dr. Cezar Marques duas boas traducções: — a da *Historia da Missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circumvisinhanças* pelo padre Claude Abbeville; e a da *Viagem ao Norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614* pelo padre Ives d'Evreux, tornando assim conhecidos os trabalhos da *Missão franceza* de 1612, quasi que, até então, completamente ignorados.

Retirando-se para o Rio de Janeiro, alli falleceu o dr. Cezar Marques em 1900.

XIV — Frei Custodio Alves Serrão — Nasceu, em Alcantara, a 2 de Outubro de 1799, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 10 de Março de 1873, tendo sido seus paes José Custodio Alves Serrão e d. Joanna Francisca da Costa Leite. Professou, aos 15 annos, na Ordem Carmelitana, mas nunca tomou ordens, por se não achar com vocação para o difficil encargo de dirigir consciencias. Formou-se, com rara distincção, em Coimbra, onde fez o curso de Sciencias naturaes, gosando, no paiz, e fóra delle, de merecida reputação de sabio naturalista.

Exerceu, apesar seu, com excepcional brilho, os logares de professor de Chimica da Escola Militar, de director do Museu e do Jardim Botanico. Por occasião de uma viagem ao Norte, em 1835, explorou, em Sergipe, as serras de Itabaiana, onde se dizia existirem minas de oiro e salitre; e, em Alagôas, a formação betuminosa das praias de Camaragibe, Conhecia o grego e varias linguas orientaes, vindo a cegar, completamente, em consequencia das repetidas observações microscopicas a que se entregava. Secularizou-se em 1840. Redigiu o *Diario da Camara dos Deputados* (1826-1828). Escreveu: *Licções de Chimica e Mineralogia*, Rio — 1833; *Processo para separar o palladio de outros metaes com que se acha ligado*, 1845; *Breve noticia sobre a collecção de madeiras do Brasil*, 1867; e *Memoria em que se prova que o Brasil fôra visitado por alguma nação conhecedora da navegação, antes que aqui viessem os Portuguezes*.

XV — Estevam Raphael de Carvalho — Nasceu, em Vianna, em 1800, e falleceu, em S. Luiz, pelas 10 horas da noite de 26 de Março de 1846.

Os poucos annos que viveu passou-os, todos, combatendo na dura arena da politica, servindo ao seu partido sem desfallecimentos nem vacillações. Professor cathedratico de Calculo e de Escripturação mercantil, e substituto de Geographia e Historia do Lyceu Maranhense, inspector do Thesoiro Publico provincial, deputado á Assembléa Geral Legislativa (1834-1837) e membro da assembléa provincial em quasi todas as legislaturas, havia Estevam Raphael cursado, com muita distincção, a Faculdade de Philosophia, na Universidade de Coimbra, faltando-lhe, apenas, para ser bacharel, a cerimonia da collação do grau. Nessa Universidade deixou Raphael de Carvalho memoria do genio superior, que, em tão verdes annos, revelava.

« Nós que com elle passamos horas dulcissimas, daquella pratica intima e franca, que tão espontanea lhe brotava do coração, nós que tivemos a honra de ser dos seus amigos d'alma — diz um seu contemporaneo illustre, o dr. Alexandre Theophilo — nós o podemos estudar e comprehender;— sua alma era nobre e pura, seu coração generoso e franco.

A immensa variedade dos seus conhecimentos, especialmente em Finanças — accrescenta, ainda, o dr. Theophilo — a facilidade do seu talento, tão profundo que quasi advinhava; o vigor da sua vontade tão forte, que se não dobrava; sua incontestavel probidade e honra, tudo lhe promettia, nos negocios publicos do Paiz, um futuro brilhantissimo. »

Além de discursos seus que constam dos *Annaes* da Camara temporaria, escreveu: *A Metaphysica da contabilidade commercial*, Rio de Janeiro, 1837; e *O Bemtevi* (1838), jornal de pequeno formato, em o qual a administração Camargo era por elle atacada de maneira desapiedada. Escripta em linguagem faceta e satirica, logrou, desde logo, esta folha o favor publico, de modo a tornar-se lida e procurada por todos, conseguindo extender-se, em breve, a sua circulação pela Provincia toda.

Não era, porém, Camargo homem de hesitações e escrupulos, e, assim, á publicação dos primeiros numeros do *O Bemtevi*, houve por bem demitti-lo de substituto da cadeira de Geographia e Historia, que tão dignamente exercia.

Fazendo o elogio historico dos membros fallecidos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, disse Manuel de Araujo Porto Alegre, orador do mesmo instituto, relativamente a Estevam Raphael, o seguinte:

« Aquelle faceto deputado, que tantas vezes estigmatizou com seu espirito pungente os vicios politicos da quadra — o maranhense Estevam Raphael de Carvalho já não pertence á lista dos vivos. Todos esses Spartanos tropicaes, embalados pela mão de um escravo, á sombra das palmeiras, fruindo a suavidade de um clima oriental; todos essses Timoleons pacificos, que colhiam ovações ao clarão dos cirios das sociedades secretas, sacrificando tudo ao seu bem estar, e bofando dia e noite libellos de empreitada contra uma imaginaria tyrannia; todos esses Brutos e Grachos dos bailes e festins que se sentaram na praça publica, cantando ao som de voluptuosas arias o hymno exterminador da realesa, todos esses turbulentos possessos, esses Demosthenes da cartilha de Alfieri e de Dumarsais, foram por elle atados ao peloirinho do ridiculo; e, ao som de sua voz, no Parlamento, foi aniquilada e dispersada essa caterva de ociosos que se denominaram — os patriotas.— O nosso consocio completou a grande obra do ministro Diogo Antonio Feijó. »

Ninguem já descreveu melhor Estevam Raphael de Carvalho.

XVI — Francisco José Furtado — Nasceu aos 13 de Agosto de 1818, na Cidade de Oeiras, então capital do Piauhi; falleceu no Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1870.

Seus paes foram o cirurgião do mesmo nome e d. Rosa da Costa Alvarenga.

Como se vê, não nasceu o conselheiro Furtado no Maranhão; mas, ninguem, mais do que elle, digno de figurar nesta galeria: foi maranhense, em todas as suas relações e actos sociaes; aqui viveu desde a edade de 2 annos, aqui ensaiou os primeiros passos e recebeu os primeiros rudimentos de leitura, vinculando-se, á Provincia, pelos estreitos e indestructiveis laços da reciprocidade de affectos e interesses de familia.

Em 1827, foi o conselheiro Furtado de muda para Caxias, em companhia de sua mãe e do padrasto, Raimundo Teixeira Mendes, com quem se havia aquella casado desde 1826.

Em 1833, tendo aprendido todos os preparatorios, então exigidos para a entrada nos Cursos Juridicos, seguiu para Olinda, em cuja Academia foi logo matriculado.

Em 1837, foi saltea-lo ahi a noticia do barbaro assassinato do seu padrasto, havendo ficado impune o mandatario.

Ainda em Olinda, redigiu, de collaboração com outros, o *Argos Olindense*, que lhe foi causa de malquerenças e rancor de alguns lentes. Para evitar que o desfeiteassem no acto, como acontecera ao seu collega João Pedro, retirou-se para S. Paulo, onde concluiu o curso e tomou o grau de bacharel.

Tornando, em 1839, ao Maranhão, onde já assolava a *Balaiada*, partiu immediatamente para Caxias, onde se achava sua mãe, e lá assistiu ao cerco, que puzeram os rebeldes á cidade, sendo, como tantos outros, preso por elles, quando se rendeu ella.

Em 1840, foi nomeado juiz municipal e de orphãos da comarca, servindo, no seguinte anno, de juiz de direito interino, de que pediu e obteve exoneração em 1841, por desintelligencias com o então presidente, Luiz Alves de Lima e Silva (mais tarde duque de Caxias), sobre a execução do decreto de amnistia, de 22 de Agosto de 1840.

Desse tempo até 1848 foi, successivamente, eleito presidente da Camara Municipal de Caxias e deputado á Assembléa Provincial, onde representou papel condigno de seus creditos e intelligencia.

Em Francisco José Furtado ha duas personalidades perfeitamente distinctas, inconfundiveis: — o magistrado e o politico.

Como magistrado, foi juiz de direito da Camara de Caxias (decreto de 20 de Setembro de 1848), donde o removeram, a 19 de Dezembro do mesmo anno, para uma das varas de direito da capital do Pará, onde serviu até fins de 1856, como juiz criminal, dos feitos da Fazenda, e auditor de guerra; sendo dahi transferido, nesse mesmo anno para a vara de juiz especial do commercio da capital do Maranhão, em Março de 1870, pediu e obteve sua aposentadoria, com as honras de desembargador da Relação do Rio de Janeiro, e, associando-se ao conselheiro Tito Franco, assentou banca de advogado. E, assim, encerrou a sua carreira na Magistratura, revestindo-se suas sentenças daquelle sello de justiça, de sciencia e de severa honestidade, que soube imprimir em todos os actos de sua vida.

Como politico, não houve, talvez, no segundo Imperio chefe liberal algum, que de mais vasto e inconteste pre-

stigio dispozesse no seu partido do que o conselheiro Furtado. A sua voz de commando era por todos obedecida.

Eleito deputado á Assembléa Geral, em diversas legislaturas (1848-1851, 1861-1864 e 1863-1866), foi, em 1864, escolhido senador, indo occupar a cadeira que pertencera ao conselheiro Joaquim Vieira.

Foi, tambem, o conselheiro Furtado ministro da Justiça por duas vezes: a primeira, no gabinete de 24 de Maio de 1862; a segunda no de 31 de Agosto de 1864, em que áquelle cargo reuniu o de presidente do Conselho.

Foi, neste segundo Ministerio, que mostrou o conselheiro Furtado tudo quanto se póde esperar de um espirito illustrado e previdente, firme e energico na occasião do perigo, e fortalecido sempre por uma fé viva nas instituições do Estado e no patriotismo de seus concidadãos. Surprehendido pela guerra desleal, com que nos assaltou Lopez, teve Furtado a gloria de referendar, como presidente do Conselho, esse memoravel decreto de 7 de Janeiro de 1865, que, a despeito da incredulidade de muitos, fez, como por encanto, brotar da terra, com admiração e regosijo de todos, essas bravas legiões de *Voluntarios da Patria*, que, a par da força de primeira linha e da Guarda Nacional, elevaram á maior altura a honra de nossas armas e desaffrontaram a da nação ultrajada, por meio de uma victoria completa e estrondosa.

Foi, ainda, o conselheiro Furtado presidente da Provincia do Amazonas, administrando-a (1857-1860) com zelo, sabedoria e justiça.

XVII — Francisco José Viveiros de Castro — Nasceu, em S. Luiz, a 13 de Novembro de 1862, e falleceu, repentinamente, na Capital da Republica, a 7 de Agosto de 1906.

Seus paes foram o conselheiro Augusto O. Gomes de Castro e d. Anna Rosa de Viveiros Castro, digna filha dos barões de S. Bento.

Concluido, com distincção, o seu curso de Preparatorios, seguiu, em 1879, para o Recife, onde se matriculou na Faculdade de Direito, recebendo, em 1883, o grau de bacharel em Sciencias juridicas e sociaes.

Iniciada a sua vida publica, foi eleito deputado á Assembléa Legislativa Provincial, no biennio de 1886-1887, redigindo, durante esse tempo, de parceria com o dr. Augusto de M. Barros e Vasconcellos, *O Paiz*, o grande orgão de publicidade, fundado por Themistocles Aranha. Presidiu a Provincia do Piauhi, sob o gabinete Cotegipe, em 1887, deixando o logar ao inaugurar-se o gabinete João Alfredo.

Seguindo para o Rio de Janeiro, foi, em 1889, nomeado primeiro promotor publico da Côrte, e, em seguida, professor de Direito Criminal da Faculdade Livre de Direito daquella Capital.

Exerceu o cargo de promotor, revelando o seu brilhante talento, por fórma tal que, os governos, que constantemente se succediam, o conservavam sempre nesse cargo. Afinal, em 1894, foi, pelo marechal Floriano Peixoto, nomeado juiz do Tribunal Civil e Criminal, tendo sido eleito presidente do mesmo. Reorganizada a magistratura no Districto Federal, não foi o seu nome esquecido, sendo distinguido, a 26 de Janeiro de 1905, com a nomeação de desembargador da Côrte de Appellação, logar que exercia com a mais alta competencia e integridade, quando o veio colher a morte.

Era o dr. Viveiros de Castro, em verdade, uma das mais rutilas glorias do nome maranhense, na Sciencia do Direito.

Orador fluente, jurista consciencioso e erudito, tinha, ainda, a recommendar-lhe o seu peregrino talento, qualidades superiores de caracter.

Como promotor da Capital Federal, deu elle robustas provas de civismo. Basta, entre outros factos, citar a sua brilhante attitude, por occasião do empastellamento do conhecido orgão liberal *A Tribuna*. Apesar de estar, então, o Exercito no auge do seu poder, Viveiros de Castro, impavido no cumprimento do seu dever, denunciou muitos dos militares, implicados nesse attentado.

Como juiz, a sua reputação de integridade, é um verdadeiro padrão de gloria, para o seu nome e para sua terra.

O seu merito, como escriptor, como jurista, especialmente como criminalista, não será trabalho de consagração posthuma.

Basta, para attesta-lo, o facto de se acharem exgottadas, ha mais de 15 annos, diversas de suas obras, entre as quaes occorre-nos, de momento, a *Nova Escola Penal*.

Não é pequeno o espolio scientifico e litterario que deixou o dr. Viveiros de Castro.

Citam-se entre as suas principaes obras as seguintes: *Attentados ao pudor* — 1895; *Sentenças e decisões em materia criminal* — 1896; *Os delictos contra a honra da mulher* — 1897; *Questões de direito penal* — 1901; e *Jurisprudencia criminal* — 1901.

Terrivel e fatidico anno, esse de 1906, que, com poucos dias de intervallo, arrebatou-nos dois dos mais brilhantes talentos que ha produzido esta terra: — Nina Rodrigues e Viveiros de Castro!

XVIII — Francisco Manuel da Cunha Junior — Nasceu, em Guimarães, sendo seu pae Francisco Manuel da Cunha.

Ao rebentar a guerra do Paraguai, exercia o magisterio publico, como professor de primeiras lettras, na Villa de Cururupú.

Acudindo aos reclamos da nação, foi dos primeiros a se alistar, na Provincia, como *voluntario da patria*, no batalhão aqui organizado sob essa denominação, em virtude do decreto n. 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, referendado pelo conselheiro Francisco José Furtado.

No dia 10 de Abril desse mesmo anno, seguiu, rumo do Paraguai, levando comsigo 493 homens, dentre esses, muitos das mais illustres familias da Provincia.

Chegando ao Rio, teve o Corpo de Voluntarios do Maranhão a sua primeira organização: passou a ter a denominação de 22º, cabendo a Cunha Junior o commando da segunda companhia.

Brilhante, das mais brilhantes, é a fé de officio de Cunha Junior. Começou a campanha, tomando parte na grande batalha campal de 24 de Maio (Tuiuti) — a maior, até hoje ferida em campos da America do Sul; e, logo após, nos ataques de 16 e 18 de Julho de 1866 (*Boqueron* e *Sauce*).

Nas partes officiaes destes combates, se lê: "que Cunha Junior, recebeu ordem para atacar as posições inimigas. Metteu em linha e carregou á bayoneta. A carga foi impetuosa e brilhante". Lê-se mais: "que Cunha Junior, com a maior bravura e enthusiasmo, carregou até aos fóssos do entrincheiramento inimigo".

Assistiu, ainda, no correr do anno de 1866, aos ataques de Curuzú e Curupaiti (3 e 22 de Setembro).

Uma das paginas, porém, mais brilhantes de todos os seus cinco annos de campanha é, por sem duvida, a jornada de 3 de Novembro de 1867 (Tuiuti), pois foi a unica, talvez, em que combatemos, com notavel inferioridade numerica. Mas, para supprir essa desproporção, ahi estavam Porto-Alegre, Fernando Machado, e Cunha Junior, este, á testa do seu querido 36º de Voluntarios, a commetter temeridades de toda a sorte. Se o plano de Lopez vingasse nessa jornada, não é facil aventurar, de que modo teria mudado a face da guerra.

Sobre esta acção, em que *magna pars* foi, escreveu, mais tarde, Cunha Junior — uma excellente monographia que tem por titulo: *Guerra do Paraguai — Tuiuti, Ataque de 3 de Novembro* (Rio de Janeiro, 1892).

Havendo-se retirado da campanha o presidente Mitre, assumiu o marquez de Caxias o commando chefe das forças alliadas, a 13 de Janeiro de 1868. Sob o commando deste invicto general, assistiu Cunha Junior, com o seu batalhão, ao ataque geral, levado ás trincheiras inimigas (passagem do Humaitá) a 19 de Fevereiro; tomou parte nos reconhecimentos, levados, a viva força — sobre a posição inimiga do Sauce (22 de Março), e sobre a linha direita de Humaitá (16 de Julho).

Marca o mez de Dezembro de 1868 uma epocha memoravel nos fastos militares do Imperio. Nesse mez, guiado por Caxias, derrotou o Exercito Brasileiro ás forças paraguaias em quatro grandes combates: a 6 (Itororó), a 11 (batalha do Avahi), 21 (ataque e tomada da primeira linha de reductos de Lomas e das linhas de Pequiciri), e 27 (desbarato completo do inimigo, em Lomas Valentinas); além da occupação de Villeta (12 de Dezembro) e da capitulação de Angustura (30 de Dezembro).

Pois bem, em todos esses combates tomou Cunha Junior parte mais saliente, sendo taes os prejuizos soffridos por seu batalhão, devido ao arrojo com que se atirava no mais accêso da peleja, que teve este de ser dissolvido.

Retirando-se da campanha, por motivo de molestia, em principios de 1869, o marquez de Caxias, assumiu o commando das forças alliadas o principe conde d'Eu.

Reorganizado o 36º, commissão importante não houve para a qual não fosse elle escalado devido á proverbial bravura do seu commandante.

No dia 12 de Agosto assistiu ao perigoso assalto de Peribebui, dirigido, em pessoa, pelo valente general conde d'Eu; a 16 tomou parte saliente na renhida batalha de Nhúguassú ou Campo Grande; a 18, desbaratou uma grande columna inimiga, merecendo por todos estes feitos ser elogiado em *ordem do dia* do Exercito.

Dando conta, ao general Camara, das derradeiras operações, realizadas, durante o mez de Fevereiro de 1870, operações que deram em resultado a terminação da guerra, assim se exprimia o coronel Paranhos: "... deixando a nossa artilheria, segui com a maior velocidade, e, transpondo o passo Taquara, apenas me tinha acompanhado nesse grande desfiladeiro o 36º de Voluntarios da Patria, tésta da columna, *pelo decidido esforço de seu bizarro commandante, o cidadão e tenente-coronel Francisco Manuel da Cunha Junior, que tantas provas ha dado, nesta campanha, de sua dedicação e valor*".

Tal foi Cunha Junior!

Ornavam-lhe o peito o officialato da Rosa, os habitos de Christo e do Cruzeiro, a medalha de merito e bravura e as das campanhas do Uruguai e Paraguai.

Regressando da campanha, pouco se demorou Cunha Junior, no Maranhão. Mudando-se para o Rio, o imperador, que o tinha no mais alto apreço, nomeou-o para um dos tabellionatos da Côrte e fe-lo coronel honorario do Exercito.

Com a Republica foi eleito senador por este Estado, sendo, na presidencia do marechal Floriano, de cuja intimidade gosava, promovido a brigadeiro honorario, e incumbido de duas importantissimas commissões: — uma no Estado da Bahia, outra no do Rio Grande do Sul.

XIX — Francisco Marianno de Viveiros Sobrinho (barão de S. Bento) — Nasceu, aos 12 de Janeiro de 1819, em Alcantara, onde falleceu, aos 10 desse mesmo mez, do anno de 1860, com 41 annos de edade.

Era segundo filho do senador Jeronymo José de Viveiros e de d. Anna Rosa Mendes de Viveiros.

Volvidos os annos da puericia, partiu para a Capital, donde, concluidos os preparatorios, seguiu para Coimbra, em cuja Universidade recebeu o grau de doutor em Mathematicas, aos 22 de Julho de 1839, com menos de 20 annos de edade, sendo alli tão assiduo e havendo tido tão boas notas, que a douta Congregação, no acto da entrega da sua carta, unanimemente lhe offereceu um attestado, dizendo: "que não tinha dado uma só falta em todo o seu curso, que as suas notas haviam sido, sempre, as melhores, bem como exemplarissima a sua conducta civil e litteraria".

Regressando á patria, começou a tomar parte nas luctas politicas, apparecendo o seu nome, pela primeira e unica vez na lista dos representantes da Provincia, na legislatura de 1848. E, entretanto, era elle quem elegia a muitos dos que sempre nella figuraram, sendo o primeiro a se apresentar na hora do perigo, e o ultimo a gosar do triumpho. Dahi, a immensa popularidade que conquistou o seu nome.

Não podia o Governo Imperial deixar sem recompensa tão estrenuo defensor da monarchia, e da ordem. Assim, a 13 de Julho de 1853, foi, por s. m. o imperador, agraciado com o titulo de barão de S. Bento; e, com o fôro de fidalgo cavalheiro da Casa Imperial, a 4 de Maio de 1855, tendo permissão do augusto soberano para usar *d'armas proprias*, 30 de Junho de 1857.

Reformado o systema eleitoral que a Constituição adoptara, propoz-se o barão de S. Bento, candidato á deputação geral pelo segundo circulo (circulo de Vianna), tendo a ventura de ver o seu nome sahir triumphante das urnas, na legislatura de 1857-1860.

Em 1859, finalmente, fez parte da lista triplice para a escolha do senador, que devia occupar a cadeira, que ficara vaga, por fallecimento do seu illustre pae.

Conservador por principios, desde que regressara de Coimbra, inabalavel em suas crenças, dedicado aos interesses dos seus correligionarios, a ponto de esquecer os seus, extreme na lealdade para com os seus alliados, era, o barão de S. Bento, nos ultimos annos de sua vida, por seu prestigio proprio e grande fortuna, a maior influencia politica, não só na Comarca de Alcantara, mas ainda nas duas a que lhe ficavam limitrophes — Guimarães e Vianna — o que equivale dizer: em dois dos seis circulos eleitoraes, em que se dividia então a Provincia.

Caracter distincto, de uma rigidez nunca desmentida, ainda nas circumstancias mais criticas, era o barão de S. Bento um bello modelo de cidadão, de chefe politico e de pae de familia.

No ardor das luctas politicas, a que as circumstancias o arrastaram, o dente da calumnia pretendeu feri-lo; mas o

bom senso desprezou as invenções do despeito, e a honestidade de sua vida sahiu illesa de tão rudes provas.

Oriundo de uma familia, em quem a honra é uma tradição, conservou, o barão de S. Bento, puro o nome que recebeu de seus maiores, e que transmittiu a seus filhos.

Foi, esse, o melhor patrimonio, que lhes deixou.

XX — Francisco Sotero dos Reis — Nasceu em S. Luiz, aos 22 de Abril de 1800 e falleceu aos 16 de janeiro de 1871, na mesma cidade.

Foram seus paes Balthasar José dos Reis e d. Maria Thereza Cordeiro. Occupou, desde a nossa emancipação politica, logar de destaque nos nossos corpos legislativos; primeiro, nos Conselhos de Provincia, depois, na Assembléa Provincial, que presidiu em mais de uma legislatura.

Foi jornalista e litterato, mas o seu principal campo de acção foi o magisterio, que ennobreceu durante cerca de 52 annos de sua preciosa existencia, consumidos em ensinar á mocidade, tendo sido, durante todo esse tempo, professor e director do Lyceu Maranhense, creado em 1838, do Instituto de Humanidades, fundado em 1861, pelo bondoso e inesquecivel educador dr. Pedro Nunes Leal, e de quasi todos os estabelecimentos de educação que aqui existiram. Jornalista, redigiu ou collaborou, de 1825-1868, em diversos jornaes politicos ou puramente litterarios, taes como: *O Maranhense* (1825), hebdomadario, que correu por sua conta e que se distinguiu pela prudencia com que era escripto, apesar da verdura dos annos do seu redactor; *O Constitucional* (1831), de collaboração com o seu particular amigo Manuel Odorico Mendes; *O Investigador Maranhense* (1836-1839); a *Revista*, que, em Janeiro de 1840, substituiu áquelle, terminando em o anno de 1850, sua gloriosa carreira para, em 1851, dar logar ao apparecimento do *Correio dos Annuncios* nome este que, no seguinte anno, foi trocado pelo de *Constitucional*.

Em 1854 tomou a seu cargo a redacção do *O Observador*, jornal que tinha sido creado, em 1847, por Candido Mendes de Almeida. Deixou-a, em 1856, para passar a redigir a folha official — *O Publicador Maranhense*. De 1867 a 1868, collaborou no *Semanario Maranhense*.

Latinista consummado e profundo conhecedor da lingua de Camões, por ultimo, a instancias de amigos e admiradores seus, deu á luz as seguintes obras, cujos exemplares, hoje raros, são disputados por elevado preço: *Postilhas de Grammatica geral applicada á lingua portugueza pela analyse dos classicos* (1862); *Grammatica Portugueza acommodada aos principios geraes da palavra, seguidos da immediata applicação pratica* — (1866); *Os commentarios de Caio Julio Cezar, traduzidos em portuguez* (1863-1869); *Curso de Litteratura portugueza e brasileira, professado no Instituto de Humanidades da Provincia do Maranhão, dedicado pelo auctor ao director do mesmo Instituto, o sr. dr. Pedro Nunes Leal*, 4 vols., (1866-1868). Foi este o seu derradeiro trabalho e de mais folego que os anteriores. Não tendo querido, nunca, se aposentar, cercado do respeito e admiração de quantos tiveram a dicta de o conhecer, falleceu o venerando mestre em pleno exercicio do Magisterio.

XXI — Hugo Vieira Leal — Nasceu na cidade de S. Luiz a 21 de Julho de 1857 e falleceu no Rio, a 16 de Março de 1883, com 26 annos incompletos.

Teve por progenitores, o dr. Antonio Henrique Leal, um dos homens a quem no Maranhão, mais devem a Medicina e as Lettras maranhense, e d. Rosa Maria Vieira Leal.

Iniciou os estudos, no Instituto de Humanidades, sob a direcção do saudoso educador Pedro Nunes Leal, seu tio, a 3 de Dezembro de 1863, interrompendo-os, a 19 de Agosto de 1868, afim de acompanhar a familia, que se retirava para Portugal, levando gravemente enfermo o seu chefe.

Aos 27 de Setembro chegou a Lisboa, sendo internado, em 1 de Outubro, no Collegio de Santo Antonio. Dahi, passou em 1870, como externo, para a Escola Academica, e, desta, a 2 de Outubro de 1873, a interno do Seminario de Coimbra, onde permaneceu até 1875, distinguindo-se entre os que lá estudavam. Em 1875, matriculou-se na Escola Polytechnica de Lisboa, voltando, ainda, á Coimbra para fazer os ultimos preparatorios, necessarios á carreira medica, a que o destinava seu pae.

Datam de fins de 1870, as suas primeiras poesias, e de um anno antes, as suas primeiras comedias, feitas para os seus irmãos e creados as representarem, aos domingos, quando ia á casa. Colleccionou-as, em 1877, explicando isso mesmo no "Sirva de prologo".

Em Outubro de 1876, seguiu para Paris, matriculando-se logo na Escola de Medicina. Mas, poucos mezes depois, foi victima de um desastre: em 1 de Janeiro de 1877, indo ao Grande Hotel visitar o pintor maranhense Franco de Sá, tão desastradamente tomou o elevador que, ao pôr-se este a subir, ficou Hugo Leal, de cabeça para baixo imprensado entre a cabine e as paredes, sendo, momentos após, encontrado, nessa posição, sem sentidos e a esvair-se em sangue. Perdido por esse motivo o primeiro anno, desanimou de proseguir os estudos.

Em 1878, veiu á publicidade, em Paris, o seu primeiro livro de poesias — *As Rosas de Maio*, que mereceu francos elogios dos escriptores portuguezes e brasileiros. Escreveu, tambem, nesse anno, em Abril, o seu primeiro romance — *Lucrecia* que, só em 1883, foi publicado.

Em Julho de 1878, regressou ao Brasil, por haver sido seu pae dispensado da commissão, que exercia em Lisboa. Em Junho de 1879, voltou novamente para Paris. A falta de recursos, porém, obrigou-o a recolher-se á Lisboa, onde se achavam a sua mãe e irmãos.

Desse fim do anno de 1879 a Outubro de 1880, entregou-se a uma activa propaganda republicana com Theophilo Braga, Manuel de Arriaga e outros. Fundou o *Barrete Phrygio*, folha revolucionaria, que pouco durou, e foi um dos fundadores da *Vanguarda*.

Em Outubro de 1880, retirou-se para o Rio de Janeiro.

Ahi, a convite de Ferreira de Menesces, que acabára de fundar a *Gazeta da Tarde*, entrou para a sua redacção, donde se retirou em Dezembro do seguinte anno, a conselho medico.

Em Janeiro de 1882 foi pedir melhoras para a saude ao bom clima de Barbacena. Ahi sentindo-se melhor, assumiu a redacção da *Gazeta de Barbacena*.

Em Março de 1883 regressou ao Rio, onde falleceu.

Além do seu poema — *Comedia dos vinte annos* (1877-1879), que ficou inedito, e do romance *Rosa Branca*, de que iniciou a publicação, deixou os seguintes trabalhos, alguns concluidos, outros principiados: *Historia da Litteratura portugueza e brasileira; O Seminarista; A Cruz, Plebeu e pobre; Zuleida* (1876); *O Siciliano, Victor Luiz, Braz Tigre, Uma primavera, O brasileiro em Paris, Duas victimas, Dr. Juca; e Conservação, revolução e positivismo*, por E. Littré, traducção.

Noticiando o seu fallecimento, disse *O Paiz*, do Maranhão:

«Morrendo aos 25 annos de edade, e tendo passado uma vida irregular, accidentada, sem methodo, sem ordem, sem estabilidade, quasi nomada, deixa Hugo Leal, ainda assim, uma obra consideravel, que abrange a Poesia, o Romance, a Politica, o Jornalismo, o Theatro. No talento enorme de Hugo, havia qualquer coisa do genio de Alvares de Azevedo.»

XXII — João Antonio Coqueiro — Nasceu em Maranhão, aos 30 de Abril de 1837 e falleceu, repentinamente, na Capital Federal, a 26 de Fevereiro de 1910. Teve como progenitores Vespasiano Coqueiro e d. Raimunda Coqueiro.

Doutor em Sciencias Physicas e Mathematicas, pela Universidade de Bruxellas, e bacharel em Sciencias, pela Faculdade de Sciencias de Paris, era o dr. Coqueiro um dos homens mais notaveis de que se orgulha o Maranhão, de haver sido o berço.

Ainda em Paris escreveu o seu primeiro livro: *Tratado de Arithmetica*, para uso dos collegios, lyceus e estabelecimentos de instrucção secundaria (Paris, 1860, pag. 406, in-8º, 2ª edição, S. Luiz, 1868). Valeu-lhe o mesmo trabalho os mais francos e calorosos elogios de mrs. P. Renoux e L. Tarbouriech, distinctos professores de sciencias em Paris, elogios que foram transcriptos em diversos jornaes do Maranhão, daquelle tempo. Escreveu mais:

Soluções das questões propostas no Tratado de Arithmetica. Paris (1862, 48 pags., in-4º). Como o precedente, teve 2ª edição, no Maranhão, em 1868. O auctor promettia publicar uma segunda parte dessas *Soluções*, mas parece-nos que nunca realizou essa promessa.

Metrologia Moderna ou exposição *circumstanciada do systema metrico decimal*, precedida de noções indispensaveis sobre os numeros decimaes, e seguida de numerosas tabellas comparativas e de muitas applicações interessantes ao commercio e á industria (S. Luiz, 1863, 127 pags., in-4º). Foi adoptada, no Maranhão e em Pernambuco, para uso das escolas do 2º grau de instrucção primaria.

Pratica das novas medidas de pesos, em 12 pequenas licções, seguidas do questionario; obra adoptada para uso das escolas do 1º grau de instrucção primaria (Maranhão, 1866, 52 pags. in-12º). Segunda edição (S. Luiz, 1867, 52 pags., in-12º).

Curso Elementar de Mathematica, redigido segundo o programma official do Imperial Collegio de Pedro II, tomo I, Arithmetica, 1ª parte; adoptada no Imperial Collegio Pedro II, para uso dos alumnos do 1º anno. Exgottando-se, rapidamente, a primeira tiragem desta obra teve 2ª edição em 1870, in-8º.

Curso Elementar de Mathematica, redigido, etc. Tomo I, Arithmetica, 2ª parte, 2º anno (S. Luiz, 1874, in-8º).

Primeiras noções de calculos para uso da aula especial de instrucção primaria para adultos e de todas as escolas de primeiras lettras em geral (Maranhão, 1871, in-12º).

Taboas estereométricas, para uso do Thesoiro publico provincial (S. Luiz, 1871, in 8º).

Dois grandes ideaes absorveram, constantemente, a actividade do dr. Coqueiro: a lavoira e o magisterio. Os momentos que deste lhe sobravam, applicava-os elle ao estudo das necessidades da lavoira.

Mais operoso, mais culto, melhor conhecedor dos mais adeantados processos da lavoira da canna, jámais houve, em seu tempo, lavrador algum, no Maranhão.

Com os drs. Ricardo Ernerto Ferreira de Carvalho e Francisco Dias Carneiro, fundou o *Jornal da Lavoira* (1875-1876), folha de doutrina e propaganda agricola em que tambem collaboraram Alexandre Theophilo, José Viveiros, Galvão de Carvalho, Martinus Hoyer, Sergio Vieira e outros, e que se distinguiu pela superioridade de vistas com que discutiu sempre, todos os problemas attinentes aos altos interesses da lavoira do Maranhão.

Foi elle ainda um dos incorporadores da Companhia Progresso Agricola, que fundou o Engenho Central S. Pedro, o primeiro que houve na Provincia, sendo tambem proprietario do engenho Castello, que manteve por alguns annos.

Não menos notavel se tornou a passagem do dr. Coqueiro pelo magisterio. Foi, de iniciativa sua, a idéa da creação da Onze de Agosto, sociedade instituida na Capital, com o louvavel fim de estabelecer cursos nocturnos para as classes operarias.

Ahi leccionava elle Mathematicas, Physica, Chimica e Mechanica.

Professou, ainda, na extincta casa dos Educandos Artifices e no Lyceu Maranhense, deixando, em todos esses estabelecimentos de ensino, uma tradição de bondade e alto saber, que ainda perdura.

Mudando-se para o Rio, foi nomeado director do Externato do Gymnasio Nacional.

Foi nesse alto posto que o veio colher a morte, cercado da estima e admiração de quantos tiveram a ventura de o conhecer em vida.

XXIII — João Braulio Moniz — Disse frei Francisco de Nossa Senhora das Dores, na sua *Poranduba Maranhense*, "que todos em Maranhão sabem quão falta é esta Provincia de *Memorias*, e quanto custa o alcançar-se quaesquer noticias certas".

O que, em 1820, acontecia a este erudito franciscano, repetiu-se agora comnosco, querendo escrever a biographia deste notavel maranhense.

Debalde, recorremos a todas as fontes; nada, ou quasi nada nos foi dado encontrar que nos podesse auxiliar, obrigando-nos a ficar adstricto ao nosso pobre e modesto Archivo.

O que podemos colher foi o seguinte:

Nasceu João Braulio Moniz no Maranhão, tendo sido o filho mais velho do coronel Raimundo José Moniz e de d. Anna Izabel Lamagnere Moniz.

Fez os seus estudos em Portugal, graduando-se em Direito, na Universidade de Coimbra.

Foi João Braulio Moniz deputado a Assembléa Geral pela Provincia do Maranhão, na 1ª legislatura (1826-1829), sendo reeleito na 2ª (1830-1833).

Tratando-se, na sessão de 27 de Maio de 1826, de uma indicação, apresentada pelo deputado pelo Pará, Costa Aguiar, em que fazia ver ao governo "a necessidade de mandar, com a possivel brevidade, um naturalista e um engenheiro, de reconhecida aptidão e talento", visitar aquella Provincia e o Rio Negro, para recolher todas as informações precisas, acerca de suas producções e fortificações, pediu a palavra Braulio Moniz e propoz que essa medida se fizesse extensiva á Provincia do Maranhão, porque estava nas mesmas

condições, e tinha muita necessidade de obras, que se não podiam fazer sem um engenheiro habil.

« A barra do Maranhão — accrescentou então João Braulio — sabem-n'o todos, é de muito perigo pelos bancos de areia, que alli se acham: é necessario fazer-se-lhe a abertura, e isto se não poderá conseguir se não por um homem pratico nesta obra.

Por vezes, e já no tempo do capitão general Silveira, se tratou della, procurando impedir a immensidade de areia, que alli se vai ajuntando; mas, por falta de habilidade ou de zelo, se acha no mesmo estado; e quasi assim outra, que tambem se principiou, e, apesar da grande utilidade, jaz no esquecimento, — é um caes, que circule a cidade, e impeça o descimento das mesmas areias. »

Como se vê, já naquelle tempo, eram as obras do porto e o cáes as duas grandes preoccupações dos homens de maior responsabilidade do Maranhão. Uma dellas, o caes, já teve a sua solução; a outra, te-lo-á, em futuro não muito remoto, devido á iniciativa do actual presidente do Estado.

Envolvido, com Odorico Mendes e outros, nos acontecimentos politicos do 7 de Abril, que deram em resultado a abdicação do primeiro imperador, fez com o brigadeiro Lima e Silva e deputado Costa Carvalho parte da Regencia Permanente, nomeada pela Assembléa Geral, a 17 de Junho de 1831. A indicação do seu nome para tão elevado cargo, dizem, deveu-a elle a Odorico Mendes, que não quiz ser nomeado.

João Braulio Moniz falleceu, no Rio de Janeiro, a 20 de Setembro de 1835, pelas 4 horas da tarde.

XXIV — João Francisco Lisboa — Nasceu a 22 de Março de 1812, no logar denominado Pirapemas, freguezia do Itapecurú-Mirim, e falleceu, a 26 de Abril de 1863, em Lisboa, sendo seus restos mortaes transportados, em 1864, para o Maranhão.

Foram seus progenitores João Francisco de Mello Lisboa e d. Gertrudes Rita Gonçalves Nina.

Jornâlista, publicista e historiador, é João Lisboa a figura principal das nossas Lettras.

Em 1827, aos 15 annos de edade, havendo recebido já a instrucção primaria, entrava, como caixeiro, para uma respeitavel casa commercial, que em 1829, abandonava, por tão se achar com disposição para a vida do commercio, empregando-se, inteiramente, á carreira das Lettras.

Em 1832, fundou *O Brasileiro*, em que fez as suas primeiras armas. De 1832 a 1833, redigiu *O Pharol Maranhense*, para continuar, dizia elle, a obra de José Candido de Moraes e Silva.

Em 1834, creou o *Echo do Norte*, que foi até Novembro de 1836. De 1838 a 1841, redigiu a *Chronica Maranhense*, jornal de combate, especialmente creado para defender os interesses do seu partido.

Foi esta folha, que tanto ruido chegou a fazer na Provincia e fóra della, o principal campo de acção de toda a sua vida publica.

De 1842 a 1855, a convite de Ignacio José Ferreira, redigiu o *Publicador Maranhense*, na sua primeira phase.

Foi João Lisboa o maior dos jornalistas maranhenses, podendo mesmo dizer-se que, em todo o Brasil, nenhum outro se lhe avantajava no primor da fórma, na erudição e substancia dos escriptos. Tinha, diz Joaquim Serra, a eloquencia e o saber de Salles Torres Homem, o atticismo e amenidade de Francisco Octaviano. Abandonando a Politica, abriu banca de advogado para poder subsistir com sua familia. Foi nessa occasião que compoz o *Jornal de Timon*, em tres volumes grossos, parte do qual foi impressa na Provincia, parte no extrangeiro.

Em 1855, retirou-se para o Rio de Janeiro e, de lá para Portugal, encarregado de uma commissão scientifica e litteraria pelo nosso Governo, excursionando tambem pela Italia e França.

E', desse tempo, a biographia de Manuel Odorico Mendes e a *Vida do Padre Antonio Vieira*, publicada posteriormente ao seu fallecimento.

Foi tambem João Lisboa por diversas vezes membro da Assembléa Legislativa Provincial, destacando-se de grande numero de seus discursos a notabilissima oração, que proferira na memoravel sessão de 1849, pedindo a amnistia para os revoltosos Praieiros de Pernambuco.

XXV — João Ignacio da Cunha (visconde de Alcantara) — Nasceu na Cidade de S. Luiz do Maranhão, aos 23 de Junho de 1781, tendo por paes o dr. Bento da Cunha e d. Marianna Mendes da Cunha, e falleceu no Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1834.

Estudadas, no Maranhão, as poucas disciplinas de Humanidades, que, naquelles tempos, se ensinavam, seguiu, em 1801, para Portugal, com destino á Universidade de Coimbra, onde se matriculou, logrando tomar, em 1806, o grau de bacharel em Direito.

Terminado o Curso Juridico, foi, por despacho de 25 de Fevereiro de 1807, nomeado juiz de orphãos de Lisboa, devendo essa sua nomeação ao bom nome adquirido na Universidade.

Em 1808, era despachado desembargador da Relação da Bahia, com exercicio na Casa da Supplicação, tomando, deste cargo, posse, por procuração, em Março do seguinte anno.

Invadido Portugal pelos Francezes, entre o numeroso sequito da Familia real, e os que, com ella, buscavam terras do Brasil, veio João Ignacio da Cunha, que, a 14 de Dezembro de 1814, foi confirmado em um logar ordinario de desembargador da Casa da Supplicação, delle tomando posse a 11 de Janeiro do seguinte anno.

E nem só ao exercicio activo e intelligente da Magistratura se limitaram seus serviços á causa publica: foram-lhe, tambem, por d. João VI, confiadas outras commissões mui delicadas e trabalhosas, taes como, entre muitas, — a de juiz privativo de todas as causas concernentes á arrecadação do dizimo havendo-se sempre nestes negocios com tanta inteireza e rectidão que lhe valeram a insignia da Ordem da Torre e Espada, mercê honrosissima e que a poucos se concedia naquelles tempos.

A 11 de Maio de 1821 foi nomeado desembargador de aggravos da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 22, sendo que, desde 6 de Abril, exercia, interinamente, o logar de intendente geral de Policia, em cuja effectividade foi confirmado a 20 de Maio de 1822.

Creada a Ordem do Cruzeiro, em 1 de Dezembro de 1822, foi João Ignacio honrado com a chancellaria della, sendo, por Pedro I, já então principe reinante, convidado para a pasta da Fazenda, na primeira combinação ministerial que houve em nosso Paiz (28 de Dezembro de 1822).

Recusando, obstinadamente, acceitar tão elevado posto, foi distinguido com a nomeação para um logar na Mesa de Desembargo do Paço, cumulativamente com o cargo de intendente geral de Policia.

Proclamada a Independencia, teve João Ignacio da Cunha o titulo de Conselho, por carta imperial de 1 de Fevereiro de 1823, e, logo após, a insignia de cavalleiro da Ordem de Christo, sendo, a 8 de Abril de 1824, nomeado chanceller da Casa da Supplicação, e, em Outubro desse mesmo anno, regedor da Justiça.

Eleito deputado á Constituinte, pelo Maranhão (1823), não chegou a tomar assento. Creado o Senado, foi, pelo Governo, nomeado senador, por carta imperial de 19 de Março de 1826.

Agraciado, em 1825, com o titulo de barão de Alcantara, foi, em 1829, elevado a visconde, seguindo-se-lhe, a 10 de Junho de 1830, a nomeação de conselheiro de Estado.

Foi, tambem, o visconde de Alcantara, por duas vezes, ministro do Imperio, accumulando, de uma dellas, a pasta da Justiça.

A 18 de Agosto de 1828, aposentou-se como membro do Supremo Tribunal de Justiça.

Na honrosissima carreira de magistrado do visconde de Alcantara um facto ha que, pelas excepcionaes circumstancias de que se revestiu, muito lhe honra a memoria, merecendo, por isso, ser aqui consignado.

No tempo em que estava no Rio a Côrte Portugueza, foi, alli, assassinada a viuva de Fernando Carneiro Leão (conde de S. José), indigitando a voz publica, como mandataria desse homicidio, a propria rainha, Carlota Joaquina. Nomeados diversos juizes para tirarem devassa do crime, excusaram-se todos, por futeis pretextos, sendo o unico e verdadeiro motivo — o receio de se comprometterem. Appellaram, por ultimo, para o desembargador João Ignacio da Cunha que, não se fazendo rogar, instaurou o processo, conheceu do crime e proseguiu com tanta actividade que, em breve, deu os autos por conclusos.

Conhecido e provado pelas peças do processo, que a verdadeira criminosa era a rainha, apresentou-o elle a d. João VI, dizendo-lhe:

« Senhor a ré merecia uma sentença correspondente ao crime de homicidio; porém, como está ella tão altamente collocada, entrego a vossa majestade todos os papeis, para deliberar como a justiça o pede, e aprouver melhor a vossa majestade. »

E basta.

XXVI — João Pedro Dias Vieira — Nasceu na então villa, hoje cidade, de Guimarães, a 30 de Março de 1820, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 30 de Outubro de 1870.

Foram seus paes o capitão de milicias Manuel Ignacio Vieira e d. Dionisia Maria Dias Vieira.

Mandado, de pequeno, para a capital, ahi estudou as primeiras Lettras, ahi frequentou as aulas publicas de Humanidades, tendo como professor de latim o erudito Francisco Sotero dos Reis.

Dotado de intelligencia superior, aos 14 annos escassos, já havia completado os estudos preparatorios.

Em 1837, achava-se já matriculado na Academia de Olinda, sendo desde logo tido como dos primeiros alumnos do seu curso.

Não lhe valeram, porém, os creditos, de que gosava, para poupa-lo a uma injusta nota no seu acto de terceiro anno.

Redigiam, por esse tempo, o *Argos Olindense*, orgão de doutrinas liberaes, Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, Antonio Borges Leal Castello Branco, Carvalho Moreira (fallecido barão de Penedo) e Francisco José Furtado, e de collaboração com elles, João Pedro Dias Vieira; julgaram-se offendidos com isso os lentes de credo contrario e desforçaram-se contra o terceiro annista.

Desgostoso, retirou-se João Pedro, com Furtado e Carvalho Moreira, para S. Paulo, onde, a 8 de Novembro de 1841, tomou o grau de bacharel em Direito.

Tornando ao Maranhão, em principios de 1842, foi, a 27 de Julho, nomeado promotor publico de Alcantara, e antes que entrasse em exercicio desse cargo, transferiram-n'o para a capital, onde tomou posse, a 29 de Julho, dois dias, portanto, depois da primeira nomeação.

Como todo homem de valor, passou tambem João Pedro pela imprensa periodica, redigindo conjunctamente com os drs. Fabio Reis, Fernando e Francisco de Vilhena, primeiro: *O Dissidente* (1842), que advogava idéas liberaes; e logo *O Maranhão* (1843), periodico muito bem escripto, porém que desappareceu, depois dos primeiros numeros.

Cansado de luctar, sem fructo nem beneficio para a Provincia, despediu-se, por fim, da imprensa, em 1844, assentando banca de advogado.

Em 1846, foi nomeado promotor da comarca do Itapecurú-Mirim.

Inaugurado o partido da *Liga Maranhense* prestou-lhe o dr. João Pedro o seu apoio; e, nas eleições de 1847, concorreu ás urnas, como candidato á deputação geral, mas não conseguiu se eleger, sendo, entretanto, aquinhoado, na Assembléa Provincial, com uma cadeira, que lhe foi mantida em mais de uma legislatura,

Exerceu o dr. João Pedro, na Provincia, os seguintes cargos: 1º supplente do Juizo Municipal da Comarca da Capital (1847); procurador fiscal do Thesoiro Publico Provincial (1852); delegado de Policia da Capital (1853); director geral das terras publicas (1854), cargo que, cumulativamente desempenhava com o de professor de Philosophia, Rhetorica e Geographia do Seminario Episcopal, só deixando este ultimo quando entrou para o Senado; e fiscal do Banco Commercial (1854).

Curta foi sua carreira administrativa. Presidiu ás provincias: do Amazonas (1856-1857); e a do Maranhão, como vice-presidente, por duas vezes: a primeira em 1858, por seis mezes; a segunda, em 1863, por oito dias.

Em 1859, foi nomeado presidente da Provincia do Pará, mas recusou essa honrosa missão.

Eleito, consecutivamente, deputado á Assembléa Geral, nas legislaturas de 1857-1860 e de 1861-1864, foi, em Abril de 1861, incluido seu nome na lista triplice para senador por esta Provincia, sendo elle o escolhido e tomando, a 13 de Maio, assento no Senado.

Na formação do Gabinete de 15 de Janeiro de 1864, de que foi organizador Zacharias de Góes e Vasconcellos, occupou o conselheiro Dias Vieira a pasta da Marinha, passando, a 15 de Março, para a de Extrangeiros.

Seguindo-se a este o Ministerio de 31 de Agosto, continuou a occupar esta, servindo, tambem, temporariamente, na de Agricultura, que, a 3 de Outubro, deixou.

Foi durante esse ministerio, tão atarefado, que desenvolveu elle todos os seus recursos intellectuaes. E' bem conhecida, na Historia da diplomacia brasileira, a nota digna e energica que dirigiu ao governo dos Estados Unidos, por occasião do desagradavel conflicto do vapor *Wassuchetts*, que aprisionou, nas aguas da Bahia, o *Florida*, pertencente aos rebeldes do Sul.

Com a ascensão do Partido Conservador ao poder, gabinete de 16 de Julho de 1868, foi o conselheiro Dias Vieira nomeado membro effectivo do Conselho Naval, sendo, ao mesmo tempo, encarregado de examinar os estabelecimentos de Marinha do Maranhão e Pará.

O conselheiro Dias Vieira morreu pobre, pauperrimo mesmo, sendo preciso que, para que não cahisse na miseria sua familia, lh'a acudisse, presto, o Governo Imperial, com a mesquinha pensão de 1:200$ annuaes.

XXVII — JOAQUIM GOMES DE SOUSA — Nasceu, a 15 de Fevereiro de 1829, no sitio Conceição, á margem esquerda do Itapecurú, e falleceu, em Londres, a 1 de Junho de 1863.

Foram seus progenitores o major Ignacio José de Sousa e d. Antonia de Brito Gomes de Sousa.

Em 1841, mandaram-no seus paes para Pernambuco, com seu irmão mais velho, José, que cursava a Academia de Direito de Olinda, carreira a que tambem destinavam o menino Joaquim; mas, fallecendo aquelle, em Março de 1842, regressou este ao seio da familia.

Em 1843, partiu para o Rio de Janeiro, com o intuito de se matricular na Escola Militar, e, para esse fim, assentou praça de cadete no 1º batalhão de artilheria e começou a frequentar a Academia; mas, em breve, desistiu do intento, por se não coadunar a sua compleição, tão delicada, com o exercicio das armas.

Em Março de 1844, feitos seus exames do 1º anno de Mathematicas, de Latim e de Philosophia racional, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Contava, então, apenas 15 annos de edade.

Em 1847, tendo feito, com muita distincção, acto do 3º anno medico, em que, como nos anteriores, alcançou a nota de *optime cum laude*, anima-se, cedendo ás suggestões de alguns collegas que o admiravam, a requerer exame vago de todas as materias do curso de Engenharia, requerimento esse que, ao ser apresentado á Congregação da Academia Militar, foi recebido por todos com o sorriso mofador da incredulidade, sendo, portanto, desprezado, e Gomes de Sousa apodado de charlatão e maniaco.

Vencendo obstaculos de toda a sorte, que lhe antepunham os mediocres, os nullos, os invejosos, todos aquelles emfim, que não podiam emparceirar com elle, tomou, a 10 de Junho de 1848, o grau de bacharel em Sciencias Physicas e Mathematicas, e, a 14 de Outubro, defendeu these e foi graduado doutor borla e capello.

Vagando, pouco depois, uma cadeira de lente substituto, nessa academia, oppoz-se a ella com os drs. Galvão e Escragnolle, sendo, com toda a justiça, provido nella.

Tinha, então, Gomes de Sousa 19 annos, facto raro, senão espurio, que deve ser aqui consignado, — o de ter alcançado, naquella edade, uma cadeira de lente nessa mesma corporação scientifica, e, de par com aquelles, que, outr'ora, o repelliam e zombavam de suas, para elles, loucas aspirações!

Nessa occasião, frequentava elle, ainda, seu 4º anno do Curso Medico.

Em fins de 1848, achando-se em férias, veio ao Maranhão, donde se ausentara desde 1843. Os mezes, que aqui passou, entregou-os ao estudo das linguas alleman e italiana, de que já trazia leves noções, lendo de novo, e mais de espaço, Kant, Hegel, Fitch, Krause, no original allemão, e Reid, Hume e Tiberghien.

Em Julho de 1849, tornou ao Rio.

Nesse anno, deu elle á publicidade, na revista *Guanabara*, os fragmentos de uma obra sobre Calculo integral, que estava escrevendo. Valeu-lhe, isso, forte e acalorada discussão pela imprensa com o professor da Escola Militar, dr. Joaquim José de Oliveira, sahindo vencedor Gomes de Sousa.

Em 1852, foi nomeado membro da commissão directora da construcção e do regime interno da Casa de Correcção da Côrte, cargo que exerceu até 1863, prestando eminentes serviços.

Sedento de saber, desejando alargar a esphera dos seus conhecimentos, no trato e convivio dos sabios, partiu, em 1854, do Rio de Janeiro para a Europa, onde examinou todos os estabelecimentos scientificos de França e Inglaterra, fazendo em Londres, na Academia Real das Sciencias, a leitura de suas memorias, com grande applauso de seus doutos membros.

Dahi, passou-se á Allemanha, onde publicou a sua *Anthologie universelle, choix des meilleures poesies lyriques de diverses nations dans les langues originales* — Leipzig, 1859.

Eleito deputado, pela primeira vez, á Assembléa Geral, pelo circulo de Itapecurú (1857-1860), foi reeleito na seguinte legislatura (1861-1864).

A portentosa aptidão de Gomes de Sousa, para todo o genero de manifestações da intelligencia, não brilhou, menos, na tribuna parlamentar.

Discutindo-se, na sessão de 14 de Julho de 1862, o orçamento do Ministerio da Marinha, ergueu a voz e analysou longa e sabiamente o parecer do engenheiro Gabaglia, sobre as causas da obstrucção do Porto do Maranhão. Apontou, com muita perspicuidade, os erros palmares que havia nessa peça official, e fe-lo de modo, não só a prender a attenção, mas ainda a merecer os applausos de toda a Camara.

Esse labor, tão desconforme ás suas forças, havia, por sem duvida, de exgotta-las, em poucos annos. Foi o que succedeu.

Assim, finou-se Gomes de Sousa, aos 35 annos. Acharam-se-lhe, apenas, as *Memorias sobre a theoria do som e sobre o calculo integral*, e o esboço de uma outra, monumento capaz de eternizar qualquer corporação de sabios, no genero do *Cosmos*, de Alexandre Humboldt.

XXVIII — JOAQUIM MARIA SERRA SOBRINHO — Nasceu, no Maranhão, em 20 de Julho de 1838, e falleceu, no Rio, a 29 de Outubro de 1888.

Como seu pae Leonel Joaquim da Serra, o redactor da *Chronica dos Chronistas* (1838), foi Joaquim Serra tambem jornalista, podendo mesmo dizer-se que, como publicista politico e folhetinista parlamentar, foi eximio e respeitado, não encontrando, nunca, competidor.

A sua vida jornalistica decorreu, parte em S. Luiz, aqui, parte no Rio de Janeiro, e, em ambos, foi sempre um principe da imprensa.

No Maranhão, redigiu ou collaborou nos seguintes jornaes: *O Publicador Maranhense* (folhetins litterarios), sob o pseudonymo de Pietro de Castellamare (1856-1861); *A Imprensa*, de 7 de Dezembro de 1861 a Fevereiro de 1862; *Ordem e Progresso* (1862); *A Coalição* (1862-1864), que defendia a colligação do grupo adeantado de conservadores com os liberaes, ou o partido da Liga, á testa da qual estavam, no Maranhão, os drs. João Pedro Dias Vieira e Francisco José Furtado.

Em 1867, com a collaboração de Sotero dos Reis, já retirado da imprensa jornalistica, Gentil Braga, Antonio Henriques, Sousa Andrade, Cezar Marques, Sabbas da Costa, Celso de Magalhães e Martins Costa, que já então começavam a apparecer, e outros mais, fundou o *Semanario Maranhense*, que foi até 8 de Setembro de 1868.

Publicou mais: *Biographia do actor brasileiro Germano Francisco de Oliveira*, Maranhão, 1862; *Mosaico*, Parahiba, 1865; *A casca da canelleira* (*steeple chaise*), romance por uma boa duzia de esperanças, S. Luiz, 1866; *Quem tem bocca vai á Roma; Um coração de mulher*, 1867; *O Salto de Leucade; Versos de 1868; A cabangada; Quadros*, poesias, Maranhão, 1873; *Almanach humoristico*, illustrado, Rio, 1877; *Sessenta annos de jornalismo* — "A imprensa no Maranhão" (1820-1880), sob o pseudonymo de "Ignotus", Rio, 1883; *O remorso vivo*, drama phantastico lyrico; *Os meiros brancos; As coisas da moda*, comedia em dois actos; *O Jogo das libras*; *A pomba sem fel*; *Rei morto, rei posto*, e *Epicedio á morte de Manuel Odorico Mendes*.

Foi, tambem, Joaquim Serra deputado á Assembléa Legislativa Provincial e professor da cadeira de Grammatica Geral e Litteratura do Lyceu Maranhense, de que pediu demissão, quando, em 1868, foi fixar residencia no Rio.

O que foi Joaquim Serra, nesse horizonte mais largo, em que o seu vigoroso talento melhor se podia expandir do que no acanhado espaço de sua terra natal, sabem-no todos. Foi, porém, a Imprensa o theatro dos seus maiores triumphos.

Na *Reforma*, a par de Affonso Celso e Francisco Octaviano, combateu vigorosamente a ultima situação conservadora, manejando com superioridade, quer a critica séria, profunda e acerada, quer o ridiculo, com que na secção dos *Boatos*, por elle creada e sustentada, cobria os adversarios e os actos destes, que não julgava na altura de merecer uma critica d'outro genero.

Nas columnas d'*O Paiz* da Côrte, de que era um dos redactores, travou batalha renhida, e foi o seu ultimo combate, com a instituição do captiveiro.

Sustentou por mais de dois annos a secção dos *Topicos do dia*, onde, diariamente, desferia uma setta certeira contra a escravidão, e que desappareceu no dia em que foi sanccionada a lei de 13 de Maio.

Representante do Maranhão na Camara temporaria, na legislatura de 1878, prestou relevantissimos serviços ao Partido Liberal, e, recordando-se dos seus amigos de outr'ora, apresentou um projecto para que o Governo mandasse pagar o custo da impressão das memorias de Gomes de Sousa sobre o *Calculo differencial e integral*, que estavam reunidas na Europa nas mãos do livreiro editor.

Dissolvida a Camara para proceder-se á eleição pelo systema directo, não concorreu ás urnas e retirou-se de novo para o seu campo predilecto, que era a Imprensa, indo dirigir o *Diario Official*.

Quem o via na lucta jornalistica, via bem que Joaquim Serra andara acertado, quando abandonou a carreira das armas, a que se quiz entregar nos primeiros annos de sua mocidade.

Pertenceu Joaquim Serra á mesma geração maranhense que viu nascer Gomes de Castro, Tavares Belfort, Paula Duarte, Gentil Braga, Joaquim Barradas, os dois Franco de Sá (Philippe e Antonio Joaquim), Dias Carneiro e outros talentos d'escol.

XXIX — JOAQUIM VIEIRA DA SILVA E SOUSA — Nasceu, a 12 de Janeiro de 1800, e falleceu, a 23 de Junho de 1864, sendo seus paes o coronel de milicias Luiz Antonio Vieira da Silva e d. Maria Clara Gomes de Sousa.

Bacharelou-se, em Coimbra, a 21 de Junho de 1822. Regressando ao Maranhão, foi eleito membro da primeira Camara Municipal brasileira de S. Luiz (1823). Foi magistrado e politico. Como magistrado, com rara independencia e coragem, exerceu os cargos de juiz de ausentes na capital (1824), juiz de fóra de Fortaleza (1826) e ouvidor da mesma comarca (1829).

Distinguido com a nomeação de desembargador da Relação do Maranhão (1839), elevado á sua presidencia (1854), era, em 1864, chamado a occupar o logar de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Como politico, presidiu as provincias do Rio Grande do Norte (1831) e Maranhão (1832).

Foi successivamente eleito deputado ás legislaturas de 1834 a 1837 e 1838 a 1841. Fez parte, como ministro do Imperio, do gabinete de 20 de Janeiro de 1835, cabendo-lhe, como tal, a honra de referendar o decreto que creou a Academia Imperial de Medicina.

Regeitou a Regencia interina e recusou a senatoria pela Provincia do Espirito Santo, allegando não ter a edade legal.

Incluido, em 1859, na lista triplice, mereceu, nessa occasião, ser escolhido senador por sua Provincia.

XXX — JOSÉ DA SILVA MAYA — Nasceu, em Alcantara, a 26 de Fevereiro de 1811, e falleceu, em S. Luiz, a 24 de Abril de 1893.

Em 1821, aos 10 annos de edade, tendo perdido seu pae, foi, pelo testamenteiro deste, em virtude de uma verba testamentaria, mandado para França fazer os seus estudos, regressando, em 1826, por ordem do mesmo testamenteiro.

Em 1829, conseguiu voltar á França, afim de estudar Medicina, matriculando-se, em 1830, na Universidade de Paris, depois de haver tomado os graus de bacharel em Lettras e em Sciencias naturaes. No decurso dos seus estudos medicos concorreu e foi approvado, com a nota muito honrosa de — um dos primeiros discipulos dos hospitaes de Paris. Sustentou these e recebeu o grau de doutor em Medicina, a 25 de Abril de 1838, voltando para o Maranhão, onde desembarcou a 3 de Outubro do mesmo anno.

A principio, dedicou-se, só e exclusivamente, ao exercicio da Medicina, podendo dizer-se, sem receio de contestação, que, como clinico, medico algum no Maranhão logrou jámais fruir a aurea e o renome que justamente o acompanharam, sempre, até os ultimos dias da sua vida.

Caridoso, humanitario, acudindo desinteressada e indistinctamente a todos, grandes e pequenos, a qualquer hora do dia ou da noite, era o dr. Maya justamente idolatrado pelo povo.

Seduzia-o, porém, a Politica. Em 1846, na administração de Joaquim Franco de Sá, ei-lo que surge pela primeira vez na arena, alistando-se entre os adversarios da Liga Maranhense, creada por aquelle presidente.

Desde esse tempo, nunca mais deixou essa vida que, se por um lado, lhe foi causa de acerbos e profundos desgostos e decepções, por outro grangeou-lhe uma popularidade tal, como chefe politico algum jámais a teve tão vasta, na Provincia, e sobretudo na capital.

Foi o dr. Silva Maya por diversas vezes eleito juiz de paz, presidente da Camara Municipal, deputado provincial, presidente da Assembléa Provincial e deputado geral, tendo, tambem, como 1º vice-presidente, assumido, por duas vezes, em 1869 e 1870, o governo da Provincia. Nos ultimos dias de sua vida politica, foi o dr. Silva Maya agraciado com o titulo de Conselho.

Absorvido pela Politica, não lhe permittiu esta dar á publicidade muita coisa que havia escripto, legando-nos apenas: o *Jornal da Sociedade Philomatica Maranhense*, que, de parceria com os drs. Joaquim Vieira da Silva e Sousa, Francisco de Mello Coutinho de Vilhena e João Gualberto da Costa e Raimundo Joaquim Cantanhede, fundou em 1846 e de que sahiram apenas dois numeros, hoje bem raros; e a *Situação*, folha politica e orgão, na Provincia, do Partido Conservador, por elle fundado em 1862.

XXXI — Luiz Antonio Vieira da Silva (visconde de Vieira da Silva) — Nasceu, em 1828, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 3 de Novembro de 1889, poucos dias antes da proclamação da Republica.

Parece-nos que foi o Ceará o seu berço — lá se achava, como juiz de fóra e depois ouvidor de Fortaleza, seu pae, o illustre senador Joaquim Vieira da Silva e Sousa; mas pertence-nos, pelo sangue, pelas tradições de familia, pela primeira educação e pelo domicilio que entre nós fixou, durante toda a sua existencia, consagrada ao movimento politico e litterario maranhense.

Estudante ainda, collaborou, com o que o Maranhão de então tinha de mais culto, n'*O Archivo* (1846), jornal scientifico e litterario, publicado pela Associação Litteraria Maranhense.

Ao regressar da Allemanha, onde se doutorara em direito, na Universidade de Bonn (ducado de Heidelberg), tomou, desde logo, parte franca e activa ao lado de seus parentes, na lucta dos partidos, nesse tempo encarniçada.

De 1854 a 1856, exerceu o cargo de secretario do governo, servindo com os presidentes: Eduardo Olympio Machado, de saudosa memoria, para a Provincia; e Antonio Candido da Cruz Machado, fallecido senador, visconde do Serro Frio.

Não foi o dr. Luiz Antonio o que propriamente se chama um jornalista. No emtanto, fundou em 1856, com o dr. Manuel Moreira Guerra, *A Nova Epocha*, especialmente para defender a administração Cruz Machado, *o Baêta*, como o appellidaram os seus adversarios politicos; em 1859, com o dr. José Silvestre dos Reis Gomes, *O Seculo*; e, em 1862, com os drs. José da Silva Maya, Heraclito Graça, major João da Motta e outros, *A Situação*, que se tornou o orgão do *Partido Constitucional*, então creado, resultado da fusão da *Estrella* e dos *Conservadores puros*, que não adheriram á "liga". Esta folha deixou de existir em 1868, reapparecendo em 1870.

Deputado á Assembléa Geral, pelo 1º districto desta Provincia, nas legislaturas consecutivas de 1861-1863, 1864 1866, 1867-1869 e 1870-1872, foi a 13 de Maio de 1871 eleito e escolhido senador, apesar de se achar, na Camara, em franca opposição ao Ministerio de 7 de Março, presidido pelo grande Brasileiro, visconde do Rio-Branco.

No Senado, foi occupar a mesma cadeira que pertencera a seu pae, o illustre conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Sousa, vaga por morte do dr. João Pedro Dias Vieira, que o havia substituido.

Ahi, iniciou o senador Vieira da Silva a chamada — *questão religiosa*, levando-a para o Parlamento e dando-lhe o caracter importante, que assumiu depois.

Em 1876, recusou fazer parte do gabinete 25 de Junho, presidido pelo inclyto duque de Caxias, que para isso o convidara, por occasião de uma reorganização ministerial.

Inaugurada a situação liberal, em 1878, foi o senador Vieira da Silva nomeado conselheiro de estado extraordinario, passando a ordinario em 1889.

Em 1887, fez parte do gabinete 10 de Março, organizado pelo conselheiro João Alfredo, occupando, nelle, a pasta da Marinha, e sendo um dos Brasileiros que deixou o seu nome ligado á aurea lei de 13 de Maio de 1888, que extinguiu, de vez, a escravatura no Brasil.

Como recompensa de todos estes serviços, foi o senador Luiz Antonio agraciado com o titulo de visconde de Vieira da Silva.

Além destes logares, occupou mais o visconde de Vieira da Silva o cargo de presidente da Provincia do Piauhi (1869), e foi procurador fiscal da antiga Thesouraria de Fazenda do Maranhão.

Noutra esphera de acção, foi o visconde de Vieira da Silva egualmente notavel. Escreveu e publicou: *Historia do Direito Romano Privado*; e *Historia da Independencia da Provincia do Maranhão* (1862).

Em diversos jornaes encontram-se, ainda, verdadeiras joias litterarias, devidas á sua penna, e que lhe deram a reputação, de que gosou em outro tempo, de um poeta de gosto e inspiração brilhante.

Versado nas litteraturas franceza, ingleza e alleman, cujas linguas admiravelmente escrevia e fallava, traduziu e publicou o visconde de Vieira da Silva, a par de trabalhos originaes, muitas composições de notaveis poetas destes tres paizes, sendo, dentre os primeiros: Lamartine e Victor Hugo; dos segundos, Byron; dos ultimos, Schiller e Geibel.

XXXII — Luiz Raimundo da Silva Britto — Nasceu a 24 de Agosto de 1840, na então villa, hoje Cidade de S. Bento, e falleceu, no Recife, a 9 de Dezembro de 1915.

Chamavam-se seus paes Bernardino da Silva Britto e d. Amalia Francisca Pires de Britto. Aos 10 annos de edade (1850), depois de haver frequentado a escola publica de sua terra, veio para a Capital, para a companhia do conego Luiz Raimundo da Costa Leite.

Em 1853, reformado o Seminario de Santo Antonio, pelo então bispo desta diocese, d. Manuel Joaquim da Silveira, mais tarde arcebispo da Bahia e conde de S. Salvador, deu Luiz Britto começo ao estudo das Humanidades, que foi completar no Lyceu (1855-1857).

Em 1858, voltou de novo ao seminario, para fazer o Curso Theologico, que terminou, em 1861, com brilhantismo raro, não se havendo logo ordenado por não ter a edade exigida para o sacerdocio. Recebeu tonsura e ordens menores em 1859, o subdiaconato em 1860, o diaconato em 1862 e, finalmente, o presbyterado a 19 de Junho de 1864, dirigindo-se, em seguida, para S. Bento, onde celebrou a sua *missa nova*. Ahi, fundou o *Collegio da Immaculada Conceição*, que manteve até 1869.

Nesse anno, parochiou a Freguezia de Nossa Senhora do Rosario, sendo em seguida convidado para reitor do pequeno Seminario de Nossa Senhora das Mercês, que dirigiu até 1870.

Em 1871, collou-se na Freguezia de S. Benedicto, de Caxias, que obteve em brilhante concurso, permanecendo á testa della até 1877, quando se mudou para o Rio.

Alli, fundou e manteve o periodico *A Cruz*, no qual se bateu em defesa dos bispos d. Vital e d. Macedo Costa, na agitadissima questão religiosa, que tanto apaixonou os espiritos no tempo da monarchia.

Incidentemente, viu-se envolvido na Politica, sendo eleito deputado provincial para o biennio de 1876-1877. Neste ultimo anno, seguiu para o Rio, por ter sido nomeado vice-reitor do Collegio Pedro II, cargo que exerceu até 1880. Conego da Capella Imperial, em 1878, theologo da Nunciatura apostolica, em 1881, vigario de S. João Baptista de Niteroi (1882-1883), protonotario apostolico, professor do Collegio Militar e da Escola Normal, tudo em 1884, foi neste anno o padre Britto distinguido, por d. Pedro Maria de Lacerda, com a nomeação de vigario geral do bispado, cargo que exerceu até 1890, recebendo, ainda, nesse interim (1888), a honrosa nomeação de reitor do Collegio Pedro II. Eleito bispo de Olinda a 15 de Fevereiro de 1901, sagrado na Cathedral do Rio de Janeiro a 5 de Maio, tomou posse a 1 de Junho do mesmo anno, sendo a 5 de Dezembro de 1910 preconizado arcebispo, verificando-se a 18 de Março de 1912 a imposição do pallio.

Tal é, em ligeiros traços, a biographia do eminente prelado, honra e gloria do Clero brasileiro.

D. Luiz de Britto é, positivamente, uma dessas figuras especialissimas, que a Egreja Christan nos tem legado. Espirito forte de eleito, dispondo de uma robusta e solida cultura, alliada a uma palavra facil e encantadora; coração generoso e prodigo de benemerencias, conseguiu o venerando prelado impor-se ao apreço dos fieis, que viam, na sua digna e querida pessoa, o vulto nobre e respeitavel do verdadeiro christão, talhado sempre á pratica do bem.

De descendencia humilde, teve d. Luiz de Britto o supremo orgulho de haver alcançado, por si proprio, por seus unicos esforços, a posição culminante a que attingiu, fructo de uma intelligencia lucida e de uma tenacidade rara.

Justissimo era, pois, que aqui incluissemos o seu nome, entre os mais notaveis dos Maranhenses, já fallecidos.

XXXIII — Manuel Ignacio Belfort Vieira — Nasceu, em S. Luiz do Maranhão, aos 30 de Abril de 1854, e falleceu, no Rio de Janeiro, a 1 de Agosto de 1913, tendo sido seus progenitores o senador do Imperio João Pedro Dias Vieira e d. Isabel Nunes Belfort Vieira.

Aos 15 annos de edade, feitos os primeiros estudos, embarcou para o Rio, com destino á Escola Naval.

De sua fé de officio, uma das mais bellas que conhecemos, constam os seguintes assentamentos: aspirante, em 25 de Fevereiro de 1873; guarda-marinha, em 27 de Novembro de 1875; segundo tenente, em 24 de Dezembro de 1875; primeiro tenente, em 9 de Dezembro de 1879; capitão-tenente, em 8 de Janeiro de 1890; capitão de fragata, a 2 de Janeiro de 1901; capitão de mar e guerra, graduado, a 28 de Dezembro de 1904; effectivo, a 25 de Abril de 1906; contra-almirante, a 7 de Junho de 1911 e vice-almirante, a 4 de Dezembro de 1912.

Ornavam lhe o peito o habito de Aviz e a medalha de oiro, por serviços militares.

Passou Belfort Vieira toda a sua juventude no mar, em constantes viagens de instrucção, destacando-se, dentre ellas, a notavel e afanosissima viagem de dois annos ás Indias, na velha e já pouco segura corveta *Bahiana*, exclusivamente a vela, commissão essa desempenhada sob o commando de um dos mais valorosos lobos do mar, do qual, ainda hoje, com justo orgulho, tanto se ufana a Marinha Brasileira, — o então capitão de fragata Eduardo Wandenkolk, que, durante toda ella, muito distinguiu, com sua inteira confiança, o joven e já excellente manobrista, segundo tenente Belfort Vieira, confiando-lhe o commmando de *quartos*.

De volta dessa viagem, aproveitando os poucos lazeres que lhe deixavam os seus serviços de bordo, applicou-se Belfort Vieira ao estudo das materias necessarias para a obtenção do diploma de engenheiro geographo, que então conseguiu.

Em 1881, foi instructor de Direito Internacional Maritimo, da turma de guardas-marinha, em viagem de instrucção á Europa e America do Norte, na corveta *Guanabara*; sendo, posteriormente, incumbido de diversas outras commissões, desempenhadas, sempre, com extremado zelo e reconhecida intelligencia, relevando salientar, aqui, a do commando da Escola de Santa Catharina, que elle arrancou do marasmo em que jazia, injectando-lhe sangue novo nas depauperadas veias e dando-lhe nova vida e vigor.

Em 11 de Janeiro de 1912, foi nomeado ministro da Marinha.

Gosou o almirante Belfort Vieira, entre os seus companheiros de armas, de vasto e merecido prestigio.

Profissional de grande merecimento, era a sua opinião, sobre coisas navaes, sempre acatada pela imprensa e pelo Senado, onde fez o illustre Maranhense parte da Commissão de Marinha e Guerra. Na sessão de 1906 pronunciou dois notaveis discursos sobre o nosso programma naval, terçando, galhardamente, armas com vultos da estatura do almirante Alexandrino de Alencar.

Isto pelo que diz respeito ao marinheiro.

Apreciemo-lo, agora, como politico.

Proclamada a Republica, foi a 12 de Abril de 1890 distinguido, pelo Governo Provisorio, com a nomeação de vice-governador do Estado do Amazonas, sendo, por decreto de 5 de Junho do mesmo anno, nomeado governador do Maranhão, em cuja administração se houve, sempre, com a maxima independencia, tolerancia e criterio.

Não se esqueceram delle os Amazonenses. Gratos á maneira por que se houvera elle no governo daquelle Estado, deram-lhe a 15 de Setembro de 1890 uma cadeira de deputado á Constituinte da Republica, sendo, tambem, por essa occasião, eleito 1º secretario da Camara dos Deputados.

No anno seguinte, tomou parte no movimento de 23 de Novembro, que desfez a situação Deodoro.

Deposto Lourenço de Sá, no movimento de 25 de Novembro de 1891, foi Belfort Vieira acclamado governador do Maranhão, cargo de que tomou posse a 8 de Janeiro de 1892.

Nas eleições, por suffragio directo, de 6 de Maio de 1892, foi eleito governador do Estado, tomando posse a 11 de Junho do mesmo anno.

Renunciando este cargo, a 25 de Março de 1897, foi occupar, no Senado, a cadeira vaga pela nomeação de seu illustre irmão, o senador João Pedro, para ministro do Supremo Tribunal Federal, tomando assento a 28 de Outubro de 1897 e sendo reeleito no seguinte anno.

Quer como marinheiro, quer como administrador, quer como representante da Nação, foi o almirante Belfort Vieira, sempre, o mesmo homem de principios austeros, sem tergiversações.

Foi o almirante Belfort Vieira o 15º dos ministros da Marinha, na Republica, e o 1º maranhense que, no actual regime, occupara uma pasta ministerial, sendo ainda para notar que essa mesma pasta fôra, no Imperio, exercida por seu pae, o preclaro estadista brasileiro, senador João Pedro Dias Vieira, facto este de que muito se desvanecia Belfort Vieira.

XXXIV — Manuel Odorico Mendes — Nasceu a 24 de Janeiro de 1799, em S. Luiz, na casa de seu avô materno, Manuel Corrêa de Faria, sita na outr'ora Rua Grande, hoje Oswaldo Cruz, n. 11, e falleceu, de apoplexia fulminante, em Londres, a 18 de Agosto de 1864.

Descendia, por seu pae, o capitão-mór Francisco Raimundo da Cunha, de Antonio Teixeira de Mello, — o heroico restaurador do Maranhão da dominação batava; e, por sua mãe, d. Maria Raimunda Corrêa de Faria, de Thomaz Beckman, irmão mais novo de Manuel Bequimão, como elle proprio se assignava,— o glorioso, quanto desventurado, chefe da mallograda revolução de 1684.

Foi seu mestre, de primeiras lettras, o virtuoso Sebastião David; e, de latim, frei Ignacio Caetano de Vilhena Ribeiro, um dos religiosos mais notaveis que já teve a Ordem Carmelitana do Maranhão.

Destinado por seu pae adoptivo, Manuel Mendes da Silva, — cujo appellido tomara,— para a carreira da Medicina, e completadas as poucas disciplinas de Humanidades, que, por esse tempo, se liam na capital do Maranhão, embarcou Odorico Mendes para Portugal, com destino a Coimbra, ahi fazendo o curso completo de Philosophia Natural, depois de haver estudado Philosophia Racional e Moral, e Grego.

Não podendo continuar os seus estudos, por inconvenientes, como falta de mesadas por fallecimento de seu pae adoptivo, resolveu regressar ao Maranhão, onde aportou em 1 de Dezembro de 1824.

Começa aqui a sua vida publica.

Distinguiu-se Odorico Mendes, como jornalista, politico, e litterato.

Mas não é seguramente na imprensa jornalistica que se encontrará a medida do colossal talento desse escriptor, que, pelo seu variado saber, tão saliente logar occupa entre os litteratos primaciaes da lingua portugueza.

A passagem de Odorico Mendes pelo Jornalismo maranhense é apenas indicada pelo *Argos da Lei*, folha de sua creação, e por alguns numeros d'*O Constitucional*, que redigiu ao lado de Sotero dos Reis.

O *Argos da Lei* appareceu em 7 de Janeiro de 1825. Apenas foram publicados 42 numeros, sendo o ultimo delles de 7 de Junho do mesmo anno.

Limitava-se o *Argos*, em seus primeiros numeros, á publicação dos actos officiaes, algumas noticias e raros artigos sobre reformas administrativas e de instrucção publica.

Bateu-se com *O Censor*, advogado dos interesses portuguezes e infenso á independencia do Brasil.

Nesses debates, Odorico Mendes, por vezes, perdeu a calma e a precisa tranquillidade de um doutrinario. Degladiou com doestos, atacando a todos os Portuguezes collectivamente.

Alcançou, por isso, grande aureá entre os patriotas exaltados, ganhando o *Argos*, em popularidade, quanto perdou em moderação.

Atacou egualmente, com violencia, a administração Costa Barros, dando razão a lord Cockrane na séria controversia, que teve este com aquelle presidente.

Aquella folha, apaixonada e violenta, não presagiava o tom, brando e condolente, de quem mais tarde tão vehementemente veio a pedir "perdão para os vencidos de 7 de Abril".

Deve-se consignar aqui que, no Maranhão, foi o *Argos* o primeiro jornal que teve como redactor um brasileiro; havendo sido todos os outros, até então dados á publicidade, redigidos por filhos da antiga Metropole.

N'*O Constitucional*, a individualidade politica e litteraria de Odorico melhor se accentua já, tanto pela prudencia, como pela fórma castigada de que se serviu para demonstrar suas idéas.

No Maranhão, pretendeu fazer circular ainda, em 14 do Agosto de 1828, *O Despertador Constitucional*, mas foi a isso obstado pelo presidente de então, o violento marechal Costa Pinto.

Aquelle que, mais tarde, na imprensa do Rio e na de S. Paulo, ao lado de Vergueiro, Costa Carvalho e Feijó, na *Astréa*, no *Pharol Paulistano*, na *Aurora*, no *Jornal do Commercio*, no *Sete de Abril* e *Liga Americana*, tão brilhantemente se havia de distinguir, não deixou, por certo, na imprensa do Maranhão, traços indeleveis, como esses, que marcaram depois sua individualidade no parlamento, e, mais do que isso, no convivio com as musas gregas e latinas. Entretanto, não deixa o Jornalismo maranhense de ufanar-se, e, com justa razão, de o ter entre os seus fundadores.

Não menos notavel foi Odorico Mendes como politico. Eleito consecutivamente deputado á Assembléa Geral, nas legislaturas de 1826-1829 e 1830-1833, achou-se envolvido nos acontecimentos que, de 1825-1830, abalaram o paiz, sendo figura conspicua na revolução de 7 de Abril.

E' fama constante que não quiz ser então regente, e apresentou, em seu logar, o seu amigo João Braulio Moniz, que foi nomeado.

Litterato, entre suas poesias lyricas, que nunca reuniu em volume, é tida pela melhor o seu *Hymno á tarde*.

Profundo conhecedor da sua lingua e das franceza e latina, publicou as traducções da *Merope* e de *Tancredo*, de Voltaire; e sob o titulo de *Virgilio Brasileiro*, a das obras de Virgilio, que lhe grangearam um renome, como verdadeiro interprete deste grande épico e como escriptor puritano.

Depois de velho, dedicou-se ao estudo do grego, legando-nos as traducções da *Illiada* e da *Odysséa*, de Homero.

Referindo-se aos espiritos de primeira ordem que, de 1822-1831, mais brilharam no verso, Natividade Saldanha, José Bonifacio, Odorico Mendes, Borges de Barros, Alves Branco e Eloy Ottoni, diz Rocha Pombo:

> « Odorico Mendes foi o mais erudito, o mais elevado daquelles espiritos, o mais operoso, alliando, a uma solida illustração litteraria, uma grande alma de patriota. E' incontestavelmente um dos mais bellos typos que honram aquella epocha. »

Em 1847, abandonou de todo a Politica, que só lhe occasionara desgostos e decepções.

Odorico Mendes é, com justos titulos, considerado o patriarcha das Lettras Maranhenses.

Após 49 annos de imperdoavel esquecimento, entre gente extranha, descançam, finalmente, seus preciosos despojos no seio da patria, na praça que, em S. Luiz, tem o seu nome.

XXXV — Manuel Tavares da Silva — Nasceu, na Villa de Guimarães, aos 22 de Julho de 1829, e falleceu, no seu sitio do Anil, arrabalde da Capital, a 10 do mesmo mez de 1907, com 78 annos de edade.

Foram seus paes Manuel Tavares da Silva e d. Anna Gertrudes Cordeiro.

Dedicando-se á vida ecclesiastica, de accôrdo com os desejos paternos, recebeu primeira tonsura e ordens menores a 7 de Dezembro de 1843; subdiaconato a 8, diaconato a 11 e presbyterato a 18, tudo do mesmo anno de 1853.

Presbytero secular, bacharel na sagrada Theologia pela Universidade de Coimbra, conego magistral e, mais tarde arcediago da sé do Maranhão, professor vitalicio da cadeira de Theologia Dogmatica e substituto da de Theologia do Seminario Episcopal da mesma diocese, do qual foi tambem reitor, examinador synodal do bispado, foi o arcediago Tavares um dos sacerdotes mais notaveis do Maranhão, distinguindo-se, sobretudo, pela sua fina cultura, aprimorada educação e trato ameno e bondoso para com todos que se delle approximavam.

Foi o arcediago Tavares o grande auxiliar,— o braço forte, de d. frei Luiz da Conceição Saraiva, nas obras por este emprehendidas em beneficio dos seus amados diocesanos.

Sob sua administração, reergueu-se o velho Convento das Mercês, que, transformado em pequeno seminario, abriu suas portas á mocidade em Fevereiro de 1863, prestando assignalados serviços á causa da instrucção.

Egualmente, sob sua administração fizeram-se obras no Recolhimento, para onde foram transferidas as orphans do Asylo de Santa Thereza, que, até então, residiam em casa alugada para tal fim; e deu-se começo aos trabalhos de reconstrucção do actual paço episcopal, que se achava em estado de completa ruina.

Onde, porém, o arcediago Tavares se revelou o homem superior, que realmente era, e tornou seu nome respeitado no Brasil e junto á Santa Sé, foi na maneira por que, com rara habilidade e previdencia, poupou o Maranhão da lucta religiosa, em que se acharam envolvidos d. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e d. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará.

Embora muito moço ao regressar á patria, tornou-se Tavares figura em destaque no Clero maranhense, impondo-se como professor e como orador sacro.

Como orador sacro, tornaram-se notaveis:

Oração recitada nas exequias de s. m. f. d. Maria II, rainha de Portugal, que na Egreja cathedral fizeram celebrar o vice-consul da nação portugueza e mais portuguezes residentes nesta cidade (Ponte Delgada, 1854, 16 pags., *in*-4º). Foi antes publicada no livro *Exequias*, que pela infausta e sentida morte de s. m. f. a senhora d. Maria II, fizeram celebrar os portuguezes residentes na Cidade do Maranhão (Maranhão, 1854, 40 pags., *in*-8º).

— *Oração funebre* recitada no dia 1 de Junho de 1858, por occasião das solennes exequias, que em suffragio da alma do fallecido presidente desta Provincia, o exmo. dr. Eduardo Olympio Machado, mandou celebrar a Provincia agradecida. — Vem no livro "*Descripção das exequias* que o vice-presidente da Provincia, dr. João Pedro Dias Vieira, mandou celebrar".

— *Sermão* recitado no dia 8 de Dezembro de 1858 perante o exmo. e revmo. sr. d. Manuel Joaquim da Silveira, por occasião da proclamação do dogma da Immaculada Conceição, nesta diocese (S. Luiz, 1857, 18 pags., *in*-4º).

De sua bagagem litteraria, sobresahem ainda o: *Manual Ecclesiastico* ou *Collecção de Fórmulas*, trabalho de valor, verdadeiro formulario do fôro ecclesiastico, e que, publicado em 1860, mereceu uma 2ª edição, em 1870; e o *Parecer* sobre o projecto de lei da Camara dos Deputados, que revoga o art. 2º e seus paragraphos, do decreto n. 1.911, de 20 de Março, emittido em virtude do officio circular de 1 de Outubro de 1866, expedido pelo illmo. e exmo. sr. bispo diocesano, d. frei Luiz da Conceição Saraiva (S. Luiz, 1876).

Como todo homem de valor, Tavares tambem jornadeou pela Imprensa. Em 1854, de parceria com frei Vicente de Jesus, guardião do Convento de Santo Antonio, fundou *O Christianismo*, semanario religioso, de que sahiram 41 numeros; em 1863, creou *O Paiz*, jornal catholico, litterario, commercial e noticioso, que, do n. 31 em deante, passou a ser — orgão especial do commercio, sob a exclusiva propriedade e redacção de Themistocles Aranha.

Ainda nos lembramos da avidez e interesse com que eram lidas as cartas que, ao *O Paiz*, dirigiu elle durante a viagem, que em companhia de d. Luiz Saraiva fez por diversos paizes da Europa.

Collaborou, tambem, n'*A Fé* (1864-1868), jornal religioso e litterario.

Foi ainda o arcediago Tavares presidente da Assembléa Legislativa Provincial em uma situação liberal, commendador das ordens da Rosa, do Brasil e de Christo, de Portugal; havendo sido por duas vezes eleito vigario capitular e governador do bispado.

XXXVI — Raimundo da Motta Azevedo Corrêa — Nasceu a bordo do vapor *S. Luiz*, surto na Bahia de Mangunça, municipio de Cururupú (Maranhão), a 13 de Maio de 1860, e falleceu, em Paris, a 15 de Setembro de 1911.

Fez seus estudos, na Faculdade de Direito de S. Paulo, bacharelando-se em 1882.

Poeta, e do mais fino quilate, na mais elevada accepção deste termo, era-o de certo, tendo, da Poesia, essa alta e nobre concepção, que não se perde nas pieguices de um lyrismo doentio, nem se limita aos vôos baixos das aves pesadas. Demonstram-n'o sobejamente os seus trabalhos.

Publicou: *Primeiros sonhos*, poesias (S. Paulo, 1879), *in*-8º; *Simphonias* (Rio de Janeiro, 1883), 95 pags., *in*-8º, com uma introducção de Machado de Assis; *Versos e Versões*, poesias, 1883-1886 (Rio de Janeiro, 1887); *Alleluias*, poesias, 1888-1889 (Rio de Janeiro, 1981), *in*-8º, com uma introducção de Affonso Celso Filho. Tem ainda diversas poesias esparsas em revistas e livros, como o *Almanack* da *Gazeta de Noticias*, da Côrte, de 1882.

Redigiu: *A Reacção*, orgão do circulo dos estudantes catholicos (S. Paulo, 1877-1879); e *Sciencias e Lettras*, publicação mensal (S. Paulo, 1880), *in*-4º.

Seguiu, tambem, Raimundo Corrêa a carreira da Magistratura, exercendo, nos ultimos tempos, o logar de juiz de direito de uma das varas da Capital Federal. Suas sentenças comprovam, á saciedade, o alto equilibrio do seu espirito, representando, por isso, a sua morte uma grande perda para a Litteratura e as Lettras juridicas do Brasil.

Occupava Raimundo Corrêa uma cadeira na Academia Brasileira de Lettras, tendo sido, tambem, secretario da legação brasileira em Portugal, professor da Faculdade Livre de Direito em Minas Geraes, e vice-director do Gymnasio Fluminense de Petropolis.

XXXVII — RAIMUNDO NINA RODRIGUES — Nasceu na Villa da Vargem Grande a 4 de Dezembro de 1862 e falleceu, em Paris, no *Nouvel Hotel*, a 17 de Julho de 1906.

Eram seus paes o coronel Francisco Solano Rodrigues e d. Luiza Rosa Nina Rodrigues.

Iniciou Nina Rodrigues o seu curso de Humanidades no pequeno Seminario de Nossa Senhora das Mercês, onde foi de pouca duração a sua estada, passando-se depois para o Collegio de S. Paulo, sob a direcção do professor José Ribeiro do Amaral, onde o ultimou, prestando, com excepcional brilho, exames das respectivas disciplinas, perante as mesas geraes.

Em 1882, seguiu Nina Rodrigues para a Bahia, onde se matriculou na Escola de Medicina, ahi fazendo os tres primeiros annos do curso Medico, e indo prestar o quarto no Rio de Janeiro.

Tornando á Bahia, por haver adoecido, ahi fez o quinto anno, seguindo depois de restabelecido para o Rio, onde prestou o ultimo, recebendo o grau de doutor em Medicina, a 10 de Fevereiro de 1888.

Vindo para o Maranhão, aqui clinicou até Fevereiro de 1889, quando partiu para a Bahia, afim de se inscrever candidato ao concurso para adjuncto da 2ª cadeira de Clinica medica.

Nomeado adjuncto da Cadeira de Pathologia geral (1890), foi, por occasião da reforma da Faculdade (1891), distinguido com a nomeação de professor substituto da cadeira de Medicina Legal e Toxicologia, sendo promovido a cathedratico por aposentadoria do respectivo professor, dr. Virgilio Climaco Damasio (1895).

Criminalista, ethnographo, pathologista, era Nina Rodrigues um nome aureolado no campo da sciencia, sendo com justiça considerado um dos medicos mais notaveis do Brasil.

«Foi o professor Nina Rodrigues, —disse o dr. Aluizio de Castro, o eminente director da Faculdade de Medicina do Rio, com todo o peso de sua auctoridade, — foi o professor Nina Rodrigues, na Faculdade da Bahia, a primeira cabeça do seu tempo. A sua vasta capacidade só se poderia medir com a grandeza do seu coração e a sua bondade de anjo. Conhecia-o, como vós, no vigor da sua fama, apreciado pelo talento, quanto excelso saber e distincção pessoal, a reputação consagrada nos mais nobres centros scientificos da Europa. Era um professor de largas azas. »

Depois do que ahi fica, que mais se poderá dizer ?

Mantinha o dr. Nina Rodrigues as mais estreitas relações com os principaes mestres da sciencia na Europa, achando-se alguns dos seus trabalhos vertidos para o francez e o allemão, isto sem contar a sua farta collaboração em revistas extrangeiras.

Visitou Nina Rodrigues varios Estados do Sul do paiz. Indo a S. Paulo, foi condignamente recebido, "sob a continencia carinhosa e fidalga do escol da mentalidade paulista", segundo suas proprias palavras, conferindo-lhe o Instituto Historico e Geographico Paulista, por essa occasião, o diploma de socio.

Era, tambem, membro honorario da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro; membro, associado extrangeiro, da "Société Medic-Psychologique", de Paris; socio effectivo e vice-presidente, no Brasil, da "Medico Legal Society", de New-York, e de outras associações scientificas.

Em Abril de 1906, fôra distinguido, pelo Governo Federal, com a nomeação de representante do Brasil no Congresso Internacional de Assistencia Publica, que se reuniu em Milão, não logrando desempenhar-se da sua honrosa missão por se haverem aggravado os seus soffrimentos, ao chegar a Lisboa.

Do dr. Nina Rodrigues, bem se póde dizer o que, de outro maranhense illustre — o dr. Candido Mendes de Almeida, já o disse alguem: — "que, em toda a sua vida, não teve um só dia perdido para o trabalho".

Em 18 annos, não contando alguns trabalhos seus, até hoje, ainda ineditos, produziu as 38 monographias seguintes, coisa espantosa, numa terra de sabios. . . ineditos, como muito bem já o disse o dr. Alcantara Machado.

MEDICINA GERAL

1) *A morphéa em Anajatuba* (Maranhão), Bahia, 1886.

2) *Das amiotrofias de origem periférica.* These de doutorando. Rio de Janeiro, 1887.

3) *Miopatia atrófica, progressiva* — *Gazeta Medica*, da Bahia, 1888.

4) *Estudo sobre o regime alimentar no Norte do Brasil*, Maranhão, 1888.

5) *Contribuição para o estudo da lepra do Estado do Maranhão.* Memoria publicada na *Gazeta Medica* da Bahia. Rio, 1890.

6) *Abazia coreiforme, epidemica, no Norte do Brasil.* — *Brasil-Medico*, Rio, 1890.

7) *Fragmentos de Patologia intertropical* (Beriberi, affecções cardiacas e renaes). Broch. de 100 pags., Bahia, 1892.

MEDICINA LEGAL

1. "O exercicio da Medicina publica" — *Brasil-Medico.* — Rio, 1893.

2. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, 1 vol. broch., 154 pags.— Bahia, 1894.

3. Nègres criminels au Brésil" — *Archivo di psichiatria, scienze penali ed antropologia criminale.*— Torino, vol. XXI, fascs. IV e V. Transcripto nos *Annales de la Société de Médicine Legale de Belgique*, 1895.

4. *A medicina legal no Brasil*, broch.— Bahia, 1895.

5. "Animismo fetichista dos negros bahianos" — *Revista Brasileira.*— Rio, 1896.

6. "Lesões pessoaes, a sua doutrina medico-legal, na legislação criminal brasileira" — *Revista Medico-Legal.*— Bahia. Anno I, fasc. I, 1896.

7. "Illusões da catechese no Brasil" — *Revista Brasileira.*— Rio, 1896.

8. "Un cas curieux d'hymen double avec defloration unilatérale" — *Revista Medico-Legal.*— Bahia. Anno, fasc. I. Transcripto nos *Annales de la Société de Médicine-Legale de Belgique*, 1896.

9. "O caso medico-legal Custodio Serrão" — *Revista Medico-Legal.*— Bahia, anno II, fascs. II e III.

10. "Blessure de la moele épinière par instrument piquant" — *Annales d'hygiène publique et de médicine legale.*— Paris, 1897.

11. *Memoria historica da Faculdade de Medicina da Bahia.* Anno de 1896. (Rejeitada pela congregação. Inedita.)

12. "O Problema medico-judiciario. A sua solução no Brasil" — *Revista Brasileira.*— Rio, 1898.

13. "Des conditions psychologiques du depeçage criminel" — *Archive d'anthropologie criminelle.*— Lyon, 1898.

14. "Epidemie de folie religieuse au Brèsil" — *Annales medico-psychologiques.*— Mai et Juin, 1898.

15. *A liberdade profissional em Medicina*, broch., de 42 paginas.— S. Paulo, 1898.

16. "O regicida Marcellino Bispo" — *Revista Brasileira.* — Rio, 1899.

17. "Metissage, dégénérescence et crime" — *Archives d'antropologie criminelle.*— Lyon, 1899.

18. *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia*, 1 vol. — Bahia, 1900.

19. "Des formes de l'hymen et de leur rôle dans la rupture de cette membrane" — *Annales d'hygiène et médicine legale.*— Paris, 1900.

20. *Manual da autopsia medico-legal*, 1 vol. broch., com 142 paginas.— Bahia, 1901.

21. "Des ruptures de l'hymen dans les chutes" — *Annales d'hygiène et de médicine legale.*— Paris, 1903.

22. *O alienado no Direito civil brasileiro.* — Bahia, I vol. de 290 paginas, 1901.

23. "La folie de foules. Épidemie de folie religieuse" — *Annales medico-psychologiques.*— Paris, 1901.

24. "Os progressos de Medicina legal no Brasil, durante o seculo XIX" — *Archivos de criminalogia.*— Buenos-Ayres, 1902.

25. "La paranoia dans les nègres" — *Annales d'antropologie criminel.*— Lyon, 1903.

26. "Contribuição ao estudo dos indicios osteometricos dos membros, na identificação da raça negra" — *Revista Medica.*— S. Paulo, 1903.

27. *O problema negro da America do Sul* (Inedito).

28. *Os africanos na Bahia* (Inedito).

29. "Um caso de loucura lucida. As providencias legaes, reclamadas pelos alienados deste genero, no Direito brasileiro" — *Brasil-Medico.*— Rio, 1904.

30. "Concauzas penais" — *Revista dos Cursos Praticos* da Faculdade da Bahia, 1905.

31. "Assistencia medico-legal aos alienados, nos Estados brasileiros" — *Brasil-Medico*, 1906.

XXXVIII — PHILIPPE FRANCO DE SÁ — Nasceu a 2 de Junho de 1841, no Rio de Janeiro, onde então se achava seu pae no desempenho do mandato de deputado, e falleceu, em Niteroi, a 8 de Março de 1906.

Teve como progenitores o senador Joaquim Franco de Sá e d. Lucrecia Rosa da Costa Ferreira, filha do barão de Pindaré.

Estudou primeiras lettras em S. Luiz, fazendo um notavel curso de humanidades no acreditado Collegio Marinho, da Côrte. Matriculado, em 1858, na Faculdade de Direito do Recife, ahi bacharelou-se, em 1864, tendo feito os 3º e 4º annos da Academia de S. Paulo.

Regressando ao Maranhão, foi Philippe de Sá nomeado promotor publico da capital, entrando, em 1865, para a redacção do *Publicador Maranhense*, orgão, na imprensa, da publicação dos actos officiaes.

No Ministerio Publico, que soube honrar pela sua illustração e altivez de caracter, pouco se demorou, por não ter sabido transigir, submettendo-se á prepotencia do ministro da Justiça, José de Alencar, em um celebre processo de cedulas falsas, agitado no fôro desta Capital. Assim, pois, Philippe de Sá demittiu-se e entregou-se á advocacia, assumindo a direcção da imprensa liberal de então.

Eleito, pela primeira vez, deputado á Assembléa Geral, em 1878 (systema indirecto), como representante da minoria, foi, successivamente, reeleito nas legislaturas de 1878-1881 e 1881-1884, sendo, em 21 de Janeiro de 1882, nomeado ministro de Extrangeiros (ministerio Martinho de Campos), e posteriormente escolhido senador por esta Provincia, por carta imperial de 4 de Fevereiro do mesmo anno.

No ministerio Lafayette (24 de Maio de 1883), occupou, em 24 de Março de 1884, a pasta da Guerra, em virtude do incidente occorrido com o conselheiro Rodrigues Junior; e, no de 6 de Junho de 1884 (ministerio Dantas), a do Imperio. Finalmente, o visconde de Ouro-Preto elevou-o, em 1889, a membro do Conselho de Estado,— a mais nobre de quantas distincções se podiam conferir no antigo regime.

A Republica o surprehendeu em Nice. Regressando ao Brasil, em 1890, retirou-se immediatamente da actividade politica.

Foi o conselheiro Philippe de Sá, por todos os titulos, um dos homens mais illustres do seu tempo. Filho e neto de paes e avós maranhenses, injustiça fôra, por haver elle accidentalmente nascido no Rio, não inclui-lo aqui, nesta galeria de Maranhenses notaveis.

Como jornalista, redigiu: *O Publicador Maranhense* (1865-1866); *A Coalição* (1866), em substituição a Gentil Braga, Joaquim Serra e Tavares Belfort, e *O Liberal* (1868), de collaboração com Jansen Mattos, Gentil Braga e Paula Duarte.

Publicou mais: *Justificação do ex-promotor publico da capital do Maranhão*, S. Luiz, 1872, pag. 158, *in*-8º, (justificação do seu procedimento, como membro do Ministerio Publico, na celebre questão das cedulas falsas); *Noticia Biographica de Antonio Joaquim Franco de Sá* (vem no volume de Poesias do biographado). Maranhão, 1867; *A Reforma Constitucional*, discurso pronunciado na Camara, na sessão de 20 de Maio de 1879; *Discurso* pronunciado na Camara, na sessão de 30 de Junho de 1879; a *Reforma da Constituição*, estudo de Historia patria e Direito constitucional, Rio de Janeiro, 1880; e a *Lingua Portugueza* (difficuldades e duvidas), com uma critica por Candido de Figueiredo, Maranhão, Imprensa Official, 1915; trabalho este cuja impressão correu sob as vistas do erudito e incansavel sr. Fran Paxeco.

XXXIX — TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO — Nasceu, aos 19 de Janeiro de 1830, em Barcellos, sitio que demorava alli pelas cercanias da Villa de Nossa Senhora de Nazareth, á margem do Mearim. Foram seus paes Francisco Joaquim de Carvalho e d. Lourença Virginia Galvão, perdendo o pae quando ainda não estava em edade de o conhecer.

Em Março de 1838, em companhia de sua mãe, que passara a segundas nupcias com o negociante portuguez,

Antonio Joaquim de Araujo Guimarães, seguiu Trajano Galvão para Lisboa, aonde chegados, o internaram no collegio de José Pedro Roussado.

Como os desejos da familia eram que Trajano se formasse em Direito, mandou-o o padrasto, em 1845, para S. Paulo; mas não se pôde logo matricular, por ter de estudar, ainda, Historia antiga e patria. Em 1849, seguiu para Pernambuco.

Mal chegou a Olinda, feitos os preparatorios, matriculou-se na Academia, obtendo boas approvações até o 3º anno, em que teve de amargar os effeitos de um epigramma, allusivo ao nome patronimico de um dos lentes, homem de lettras gordas.

Sentiu-se Trajano, tanto, que não mais quiz continuar o curso, voltando para o Maranhão e, dahi, para o Alto-Mearim, onde se entregou, todo, ao estudo dos mais celebrados classicos portuguezes, francezes, italianos e latinos.

Em 1854, instado e quasi que arrastado por um amigo, se tornou Trajano para Pernambuco, e, obtido o grau de bacharel, foi-se de novo para o Mearim, onde casou a 6 de Fevereiro de 1856.

Dahi, entregou-se de todo em todo aos cuidados da Agricultura, que o deliciavam sobre maneira, não havendo attractivos, boas collocações, forças humanas, emfim, que o podessem arrancar mais das brenhas.

Rejeitou as cadeiras de Historia geral e Portuguez do Lyceu Maranhense e, em 1858, a promotoria publica da Comarca do Alto-Mearim.

Em 1862 veio á Capital, mas para cuidar de sua saude arruinada.

No pouco tempo que aqui se demorou (cerca de um anno) foi professor do Instituto de Humanidades, acreditado estabelecimento de educação, havia pouco fundado pelo dr. Pedro Nunes Leal, de saudosa memoria.

Voltando para o Mearim, arrebatou-o a morte a 14 de Julho de 1864.

Distingue-se Trajano Galvão como poeta, e poeta primoroso, sendo seus generos predilectos a Poesia pastoril e sobretudo a satyrica.

Escreveu pouco, e desse encontra-se quasi tudo na collecção que tem por titulo — *As tres lyras* — volume publicado em 1863 por B. de Mattos, sendo que foram algumas dessas poesias impressas, antes, no *Parnaso Maranhense*, outra collecção editada em 1861, tambem pelo mesmo B. de Mattos. Além dessas ha uma ou outra em jornaes academicos, de Olinda ou de S. Paulo, e poucas ineditas.

Em prosa, conseguiu-se delle o juizo critico que vem em seguida da 1ª edição das *Postillas de grammatica* de Francisco Sotero dos Reis, um engraçado folhetim sobre a festa dos Remedios, que appareceu em 1856, no *Diario do Maranhão*, e outro artigo humoristico, no *Progresso*, mettendo a ridiculo certos membros da Assembléa Provincial que tomaram parte na sessão de 1861.

Nessas composições aprecia-se o apurado cultor da boa linguagem, o purista desaffectado, o metrificador natural e correcto. Respeitador da fórma, nem por isso sacrificou o conceito para escravizar-se a ella. O patriotismo e a côr local são os tons que feriam mais alto as cordas do seu alaude, explorando na Poesia brasileira uma veia quasi ignorada ou raro trabalhada. Os costumes do campo, a vida da lavoira, eram a sua musa.

De todas essas poesias, nenhuma me parece mais delicada e graciosa do que a Creoula. E' uma verdadeira canção vasada nos moldes de Beranger, sobresahindo nessa pintura tão fiel e feiticeira a verdade de um typo nosso. Quem é que tendo visitado nossas fazendas de lavoira, de outr'ora, e que ao ler essa canção se não recorda de ter assistido a quadro debuxado tão ao vivo e com tanta singelleza e primor?

Além desta, conhecem-se mais: "O Calhambola", "Nurajam", "O Brasil", "Ao dia 28 de Julho", "No Roçado". Eximio na satyra, legou-nos o "Nariz Palaciano" e "Sultão e Ennuchos", em nada inferiores ás melhores de Nicolau Tolentino.

Ha mais delle nas *Tres lyras*, a soberba traducção de "Moysés no Nilo", de Victor Hugo, o "Caçador e a Leiteira", de Beranger, e a "Morte de J. B. Rousseau" de Pompignan, e no segundo volume das *Obras Posthumas* de A. Gonçalves Dias, as de Moysés e de Delavigne. Se Trajano se houvesse ao menos proposto a nacionalizar algumas flores extranhas, já que não sabia fazer valer seu engenho nem havia para elle incentivos que o podessem impellir a cultiva-lo e torna-lo productivo, teria por certo feito grande serviço ás nossas Lettras, porque possuia as qualidades de um bom traductor — a fidelidade, o exacto conhecimento do texto original, e a felicidade em as trasladar para moldes portuguezes.

José Ribeiro do Amaral.

ESTADO DO PIAUHI

I

Limites

Estado do Nordéste, situado entre 2º-42' lat. N e 11º-25' lat. S e 4º long. E e 3º-45' de long. O (Meridiano do Rio de Janeiro). A graphia actual do nome varia bastante nos documentos antigos. Encontra-se graphado como *Piau-ig, Piagu-hi, Piau-i, Piau-gui, Pihau-hi*, antes de fixada a forma corrente. A sua traducção é *Rio do peixe* (*Piau*, peixe, *ig, hi, i*, agua).

Limita-se, ao Norte com o Oceano Atlantico; a Oéste com o Maranhão (servindo de divisor o Rio Parnahiba); ao Sul com a Bahia (separado pelas serras do Piauhi, Gurgueia e Dois Irmãos), Goiaz (separado pela Serra da Tabatinga), Pernambuco (separado pela Serra Vermelha), e a Léste com o Ceará, separado pelo Timonha, Serra Grande até o boqueirão do Puti e, dahi em deante, pelas ramificações da mesma serra até á chapada do Araripe.

O Piauhi manteve durante mais de um seculo divergencias com o Maranhão e o Ceará relativas á definição de suas fronteiras. Não estavam e nem estão conhecidas e acceitas as verdadeiras nascentes do Parnahiba. Suas cabeceiras constituem um labyrintho de riachos, de sorte a tornar difficil verificar qual o Parnahiba. O delta não provoca menores divergencias, opinando os maranhenses que o Parauassú (Tarauassú, Paraguassú, Rio Grande dos Tapuios) a que se refere a carta régia de Philippe III (14 de Maio de 1633) seja o que vai ter ás Canarias, emquanto consideram os Piauhienses que é o que vai ter á Tutoia.

Com o Ceará a desintelligencia era, tambem, radical, até o resultado das combinações que determinaram a lei n. 2.012, de 22 de Outubro de 1880.

II

Superficie

Apoiados no calculo da commissão da Carta Geral do Brasil (1873) podemos dar ao Piauhi a extensão de 301.797 km.^{2}. O barão Homem de Mello (*Geographia-Atlas do Brasil*, 1912) reduz esta extensão a 232.712 km.^{2} reducção que se deve attribuir ao facto de não levar elle em conta as regiões em litigio.

O facto de seu povoamento ter se realizado do interior para o littoral deu ao territorio uma configuração geographica unica em todos os Estados maritimos da União. E' o caso que, realizando-se as *entradas* pelo Sul e estando alli riquissimos campos de pastagem, foram essas terras obtidas por sesmarias, tornando-se centros importantes de fazendas de gado vaccum, em redor das quaes se constituiram nucleos de povoação de que surgiram as principaes cidades e villas ora existentes. E, emquanto isso, o Norte ficava em abandono, permittindo que Cearenses e Maranhenses, avançando pelo littoral, reduzissem a poucos kilometros a sua faixa de mar.

III

População

Quando escrevemos esta noticia não era, ainda, conhecido o resultado do censo realizado a 1 de Setembro de 1920. Não ha, porém, exaggero em attribuir ao Estado uma população superior a 500.000 habitantes.

O typo do Piauhiense resultou de um caldeamento de brancos, indios e negros. E', em geral, de estatura mediana, côr morena, musculatura pouco desenvolvida. Concentrado e observador, raramente se deixa illudir. E', quando instruido, de uma intelligencia viva, que o põe facilmente em relevo.

Esquecido por mais de dois seculos dos poderes publicos, sem instrucção, sem hygiene, soffrendo o flagello periodico das seccas, habituou-se a confiar em si, antes que nos governos. Dahi, na sua organização um *substratum* poderoso de energias latentes, que o tornam de uma resistencia pouco commum. Assim, com a apparencia de uma sobrecarga secular de fadigas, não as conhece, não as soffre, affronta-as, mal alimentado, mal vestido, insensivel á inclemencia de um clima exhaustivo.

População do Estado do Piauhi por municipios, segundo o recenseamento de 1920

(RESULTADO OFFICIAL, PUBLICADO A TEMPO DE SER INCLUIDO NO PRESENTE TRABALHO)

Municipios	População
Alto Longá	10.227
Amarante	15.844
Amarração	8.098
Apparecida	4.868
Barras de Maratahoan	29.715
Batalha	9.557
Bom Jesus da Gurgueia	10.427
Buriti dos Lopes	14.498
Campo Maior	17.992
Canto do Buriti	6.962
Caracol	3.433
Castello	16.218
Corrente	8.006
Floriano	19.678
Jaicós	22.579
Jeromenha	12.162
Livramento	7.414
Miguel Alves	14.785
Oeiras	24.563
Parnaguá	6.544
Parnahiba	24.152
Patrocinio	8.558
Paulista	9.878
Pedro II	20.982
Periperi	12.644
Picos	27.273
Piracuruca	10.565
Porto Alegre	17.926
Regeneração	15.993
A transportar	411.541

Transporte.....	411.541
Santa Philomena.....	5.093
Santo Antonio de Gilbués.....	8.529
S. João do Piauhi.....	17.079
S. Pedro.....	14.063
S. Raimundo Nonato.....	19.851
Simplicio Mendes.....	9.168
Therezina.....	57.500
União.....	21.440
Urussuhi.....	9.997
Valença.....	34.742
Total.....	609.003

IV

Orographia

As serras do Piauhi extendem-se do Sul para o Nordéste, separando as bacias do S. Francisco e do Parnahiba. Deste modo é que, fechando-as ao Sul, encontra-se a Serra da Tabatinga, a que se seguem a do Gurgueia, do Piauhi, dos Dois Irmãos, Vermelha e outras de menor importancia, até se encontrarem além da dos Cariris Novos na Serra Grande (Ibiapaba) que vai terminar no extremo-norte. Essas serras, ao que parece, são ramificações da extremidade septentrional do chapadão que corre do Sul para o Norte no Estado de Goiaz e termina no 4º de lat. Sul. Pelo centro do Estado notam-se: a Serra dos Mattões, entre o Longá e o Puti; a da Missão, entre o S. Nicolau e o S. Victor; das Almas, entre o S. Victor e o Guaribas; da Curimatan, entre o Gurgueia e o Piauhi; a do Urussuhi, entre o rio deste nome e o Parnahiba, etc.

E' opportuno notar que o relevo do sólo não apresenta grandes saliencias. Em regra predominam as regiões planos, como acontece nas extensas zonas de *mimoso*, a que depois nos referiremos.

V

Hydrographia

A bacia do Parnahiba, calculada em 362.000 km.² está em quarto logar, no Brasil — depois das do Amazonas, Prata e S. Francisco.

O Parnahiba depois de um curso de mais de 1.700 km. desembocca no oceano por um delta em que se desenham seis barras principaes. Os braços em que se divide, ao desembocar, são: do Santa Rosa, ou Porções, das Canarias e do Igarassú. O primeiro é o mais occidental e vai ter á Bahia da Tutoia e o ultimo é o mais oriental e vai ter á Amarração.

E' navegavel desde a foz até á Cidade de Santa Philomena, num percurso de mais de 1.300 km.

Seus affluentes principaes são: na margem esquerda (maranhense) o Balsas, com 720 km., navegado, mesmo no verão, até á Cidade de Santo Antonio; na margem direita: o Urussuhizinho, com 200 km. de curso; o Urussuhi, o Gurgueia, notavel pela quantidade de materias em suspensão que lhe tornam a agua vermelha — tão abundantes, que a do Parnahiba se torna *vermelha*, tambem, permittindo ao sertanejo affirmar que o inverno começou no Sul, porque esse affluente do Parnahiba está classificado entre os rios torrenciaes. Este rio que tem as fontes na Serra do Gurgueia, seguindo curso Nordéste, banha os municipios de Bom-Jesus e Jeromenha, e desembocca no Parnahiba depois de um curso de 600 km. approximadamente. São seus affluentes: pela margem direita, Parahim, que, nascendo na Serra Vermelha, é engrossado pelos rios Fundo, Corrente, Curimatan, Palmeiras, Poções e Rangel, e atravessa a Lagôa de Parnaguá, rumo Sul a Norte. Seus affluentes da margem esquerda são (de pequena importancia) o Contracto, o S. Lourenço, o Estiva, etc. Segue-se o Canindé: nasce na Serra dos Dois Irmãos, Comarca de Jaicós, passa a 5 km. de Oeiras e desembocca no Parnahiba, pouco abaixo da Cidade de Amarante. Margeia terras fertilissimas. Emquanto a capital Oeiras, até ahi chegava a sua navegação em barcas a remo e varas. Hoje não é navegavel.

De todos os affluentes do Parnahiba, impõe menção especial o Piauhi. Nasce na Lagôa do Matto, em S. Raimundo Nonato, e desembocca no Canindé perto de sua affluencia. Deu o nome ao Estado.

A seguir vem: o Puti que, nascendo na Serra da Joanninha (Ceará), forma o boqueirão da Ibiapaba, banha Caratheús e desagua no Parnahiba uma legua abaixo de Therezina, depois de receber como affluentes nascidos na região ligitiosa com o Ceará: Serrote, Itahim, Jucá, Pinheiro, Gado Bravo, Matto, Tourão, Carrapateira; e como affluentes do Piauhi: Sambito, Berlenga, Gameleira. O Sambito conta perto de 200 km. de curso. Vem depois o Longá, que nasce no Municipio de Alto Longá, na Serra dos Mattões, passa a 10 km. de Campo-Maior, a 5 de Barras, banha o Municipio de Batalha, onde se despenha na Cachoeira do Urubú de mais de trinta metros de altura, e chega ao Parnahiba, a 8 km. abaixo da Villa do Buriti dos Lopes. Tem curso superior a 300 km. São seus affluentes, á direita, o Surubim, que banha Campo-Maior, e o Genipapo, que banha o mesmo municipio, notavel porque ahi se encontraram (13 de Março de 1823) as forças brasileiras com as do sargento-mór Fidié, travando-se a mais sangrenta batalha da lucta pela Independencia no Norte.

E' de registar, ainda, o Timonha. Com a fonte na Serra Grande, engrossado por mais riachos, segue rumo Norte e desagua no Atlantico, depois de um curso de 150 km., servindo de limite legal ás fronteiras dos dois Estados (Piauhi e Ceará).

A respeito da emboccadura desse rio, menção se faz mistér de outras considerações. Não é opportuno discutir a formação do delta é devido á inclinação observada de Norte para o Sul no continente sul-americano, como acontece na Europa com a Peninsula Scandinava, e que aqui teria determinado apparecimento de novas terras, ou a um sedimento alluvionico, por superposição. Limitamo-nos a citar as principaes ilhas ahi existentes — Ilha Grande do Estevam, Tucuns da Mariquita, Poções, Santa Cruz, Trindade, Canarias, Poldros, Cajueiro (onde se encontra um dos portos maritimos do Piauhi), Melancieira (com regular ancoradoiro), Urubú, Coroatá, Sobrado, etc.

Aqui, tambem, pela amplitude desta referencia, pertinente é alludir ás lagôas do Estado. A de Paranaguá, a maior, com 42 km. de comprimento e 12 de largura, é atravessada pelo Parahim. Em redor de sua origem formaram-se lendas. Seguem-se Lagôa do Matto, cortada pelo Rio Conceição, affluente do Piauhi, Pimenteiras (onde ha concorrida feira semanal, no Municipio de Valença), Nazareth, atravessada pelo rio de mesmo nome, affluente do Canindé. Outras podem citar-se: a do Sapocú, cortada pelo Itaueira, Lagôa Velha em Jeromenha, Boqueirãozinho, a duas leguas de São João do Piauhi de S. Domingos, em Baixo-Longá, etc.

VI

Clima

Varia de accôrdo com a vizinhança dos rios. Ahi é geralmente quente e humido, sendo endemico o impaludismo, principalmente no começo (Janeiro) e no fim (Abril) da estação das chuvas. No interior, entretanto, é ameno e saudavel. Pedro II, Gilbués, Jaicós são considerados verdadeiros sanatorios. Talvez por isso é que o professor Reminof considera o Piauhi o mais salubre dos Estados do Norte.

Conta apenas duas estações, inverno e verão. Os mezes mais frios são Junho e Julho.

VII

Fauna

Encontram-se nas mattas, cocaes e varzeas, do Piauhi o tigre (onça preta), as onças pintadas, sussuarana, vermelhas ou cangussú, os gatos maracajás, vermelho e mouriço, os veados sussuapara (de grande corpo), o catingueiro, o campeiro ou galheiro, o capoeiro; a anta (*tapirus*), o tamanduá-mirim, o tamanduá-bandeira (*myrmecophago-jabata*), o guará (lobo da America), etc. Entre os reptis, notaremos a sucuruiú (sucuruyú, sucuri) que attinge ás vezes ao comprimento de 15 m., a cascavel, a jararacussú, etc. E' extraordinaria a variedade de aves. Registaremos a araruna (arara preta), a arara canindé, innumeras variedades de papagaios, periquitos e maracanans, o mutum (*crax rubrirostis*, Spix), o urubú-rei, o tinga (*vullus-gota*, Spix), garças de varios tamanhos e côres, a saracura (*galinula-saracura*, Spix), o caracará (*pelíberus vulgaris*).

No jornal da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, numero de 1845, vem uma memoria sobre as abelhas do Piauhi, do auctor piauhiense Leonardo de Nossa Senhora das Dôres Castello Branco. Ahi se mencionam 25 variedades. Na *Memoria Chronologica, Historica e Chrorographica da Provincia do Piauhi*, por José Martins Pereira de Alencastre, publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XX, se mencionam 32.

VIII

Flora

As *queimas* periodicas e os processos de cultura extensiva que dominam no Estado vão extinguindo as mattas. As arvores de construcção e marcenaria, com as denominações que alli têm, são: a aroeira, o pau-d'arco, o cedro, a umburana, o pau-marfim, o pau-roxo, o jacarandá, o condurú-de-sangue, o violeta, etc. São empregados na tinturaria — o pau-brasil, o anil, o urucú, a tatajuba. Fornecem abundante oleo a copahiba, a andiroba, o piqui, o bacuri, o buriti, o babassú (côco de macaco). Neste particular o Piauhi é, talvez, o Estado mais privilegiado da União. Nisto e no tocante a plantas medicinaes.

IX

Constituição geologica e Mineralogia

Dos trabalhos de Alcides d'Orbigny, Alfredo Mark, Karl Martius, Spix e Gardner, em que se encontram referencias ao Piauhi, o de Martius e Spix é, quiçá, o mais interessante. Percorreram esses naturalistas a Provincia em 1819, passando a Serra dos Dois Irmãos, vindo a Oeiras e dahi seguindo para Santo Antonio (abaixo da actual Cidade de Amarante). Gardner (1839) atravessou a Provincia vindo de Jaicós a Oeiras e dahi seguindo para Sudoéste. Acontece, porém, que a obra de Martius e Spix, apparecida em tres volumes, de 1823 a 1831, escripta em allemão, não foi ainda integralmente traduzida. H. E. Lloyd traduziu o primeiro volume para o inglez. A parte referente á Bahia está publicada em portuguez. Do que se refere ao Piauhi ha um resumo feito pelo dr. Alfredo Carvalho e estampado numa revista piauhiense, dirigida pelo dr. Abdias Neves, intitulada *Litteri-cultura* (1º semestre de 1913). O mesmo escriptor publicou ahi a summula desenvolvida das observações de Gardner.

Combinando as informações divulgadas e as de F. Hartt é possivel obter um conhecimento approximado das condições geologicas do Estado. E' assim que, para Orville Derby "o chapadão parnahibano se inclina na direcção de Léste a Oéste, sendo a sua estructura quasi exclusivamente occupada por uma formação de arenito, onde, em modulos calcareos, se encontram bellas amostras de peixes fosseis da edade cretacea". Esses fosseis são abundantes em uma lagôa proxima á Cidade de Jaicós. Hartt observou que "os terrenos de Sul e Suéste são compostos de gneiss e outras rochas metamorphicas, muito inclinadas". Martius verificou a formação constante de arenito vermelho. E essas formações se observam em todo o Estado.

E' possivel admittir a possibilidade da existencia de uma zona precarbonifera no Piauhi?

O dr. Arrojado Lisboa responde affirmativamente. Em 1909 explorava elle os terrenos comprehendidos entre o Tocantins, no Pará, e a Ibiapaba, no Ceará. Tivera opportunidade de ver em Paris um bello exemplar de psaronius levado por Martius de Oeiras. Elle proprio explica a razão de ser de sua exploração:

> «Tinha por fim verificar a não existencia de um feto gigante, caracteristico do permo-carbonifero... O caso era este: quando o imperador d. Pedro II esteve em Paris pela primeira vez, Brogniart, querendo honrar a visita de sua majestade ao Instituto de França, descreveu em sua presença, na sessão de recepção, um feto arborescente gigantesco, que recebera do Museu do Rio de Janeiro e ao qual dera o nome de *saronius brasilenses*. Foi um acontecimento scientifico. Esse feto era uma planta caracteristica de terreno permo-carbonifero. Mais tarde, continúa elle, appareceu no Museu de Paris uma outra amostra com um distico de Unger, escripto a lapis, que eu mesmo tive opportunidade de examinar, verificando a realidade da nota, pela qual se conclue que Martius trouxera o exemplar de Oeiras. Essa procedencia era contestada e considerava-se a informação como apocrypha. Admittia-se que todo o Piauhi, como a maior parte do centro do Brasil, era de uma formação geologica muito mais moderna que a carbonifera, embora o *Atlas* de Ber-

ghaus, já na edição de 1892, consignasse na carta geologica da America do Sul, sob a conhecida auctoria de Derby, duas zonas paleozoicas, uma no Maranhão e outra naquelle Estado (Piauhi). Nessa occasião tive opportunidade de demonstrar não só a existencia de zona consideravel permo-carbonifera, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauhi e Goiaz, como tambem de descobrir um riquissimo material paleo-botanico, que serviu para identificação daquelles terrenos do Norte e forneceu talvez o exemplar conhecido mais bello da especie. » (*O problema do combustivel nacional*, pag. 41.)

Estudando o conde Solnes Lanback a amostra existente no Museu de Paris, insinuou que não é mais do que um fragmento intracortical de um mesmo tronco que Martius teria levado do Piauhi para a Europa e dividido em tres pedaços, que ficaram nos museus do Rio, Paris e Londres.

Orville Derby criticou essa opinião e condemnou-a apoiado no fundamento da formação moderna dos terrenos piauhienses. Foi mais longe: poz em duvida a procedencia do exemplar, opinando fosse originario de um dos Estados do Sul (*Jornal do Commercio* de 15 de Março de 1905). A viagem do dr. Arrojado Lisboa ao Norte, quatro annos depois da publicação desse artigo, desfez qualquer duvida, de sorte que a existencia de uma zona permo-carbonifera no Piauhi é um facto verificado e acceito.

Sobre a riqueza mineral do Piauhi ha, entre outros, tres estudos interessantes: um de Alencastre (Memoria citada), outro do dr. José Sergio Ferreira (Memoria sobre os mineraes do Piauhi), e outro do dr. Antonino Freire (Mineraes do Piauhi, no *Almanach Piauhiense*, 1903). Verifica-se desses trabalhos que a riqueza mineralogica do Estado é grande. Vejamos:

OIRO — O dr. José Sergio Ferreira affirma a existencia desse metal no logar Estiva, ribeira do Piauhi; o ajudante do descobrimento de minas, Luiz Raposo do Amaral, encontrou-o (1802) no logar Pingá, á margem do Rio Parahim, nas fazendas Borrachuda e Taboquinha e no riacho do Timbó, Municipio da Parnahiba. Em 1901 o presidente do Conselho Municipal de Periperi informava ao director da Repartição de Obras Publicas a existencia de duas jazidas no logar Poção (20 km. distante da villa) e na Cachoeira Grande (distante 18 km.) já examinadas por um naturalista inglez. Informações identicas prestavam os presidentes dos conselhos municipaes de Parnaguá (jazidas numa serra distante da villa 2 km. e no logar Cachoeira do Rio Curimatan) e do Corrente, extrahido atraz da egreja.

DIAMANTE — O coronel Francisco da Costa Rabello informou em 1798 ao governador da Capitania, d. João de Amorim Pereira, a descoberta de alguns no riacho dos Iús (Periperi). Alencastre escreve ter visto um bellissimo, encontrado em Jaicós.

COBRE — Ha uma mina em Periperi (Olho d'Agua Azedo).

FERRO — Dizem os drs. Antonio Ildefonso Gomes e Jorge Gardner, citados pelo dr. Sergio Ferreira, que no Piauhi se pisa em ferro; é encontrado, á flor da terra, em abundancia em todo o Estado.

SALITRE — Martius e Spix verificaram sua existencia ao pé da Serra dos Dois Irmãos e no Municipio de Oeiras. São dignas de menção as minas de Campo-Maior (Porteiras) Castello (Buriti), Oeiras e Valença. Para a sua exploração, em Valença, o Estado concedeu privilegio a um syndicato americano.

POTASSA — Abunda em Jaicós.

PETROLEO — O dr. Sergio Ferreira affirma sua existencia no Piauhi.

MANGANEZ — O dr. Francisco de Abreu e Lima quando fiscal das Fazendas Nacionaes informou á Directoria de Obras Publicas a sua existencia em Floriano.

ENXOFRE — Verifica-se a existencia de jazidas no riacho da Ema e sitio Ponte de Pedra (Belém) e em Castello.

ALVAIADE — Carbonato de chumbo, ha em Campo-Maior e Belém.

ALUMEN — São ricas as jazidas de Valença, das fazendas Bom-Jesus e Boa Esperança (ribeira do Piauhi), Freixeiras (Periperi), Campo-Maior e S. João do Piauhi, etc.

Pelo interesse do assumpto, transcrevemos na integra o capitulo de Alencastre a esse respeito. E o fazemos com tanto mais empenho, quanto esse trabalho é, presentemente, pouco conhecido.

Diz elle:

« A attenção dos primeiros governadores foi sempre attrahida para este importante assumpto, em que obraram com muito recato e segredo. Dizia se que a riqueza mineralogica do Piauhi era grande. Isso animava os aventureiros que, a pretexto de fazer guerra aos indios, trabalharam por longo tempo, vindo tarde o desengano desarmar os garimpeiros. Apesar dessas reiteradas tentativas que se fizeram, devemos dizer que não houve nunca explorações sérias e bem dirigidas. As poucas minas de metal precioso, que foram descobertas, passaram por ser tão pobres, que ninguem dellas mais se lembrou.

Luiz Raposo do Amaral e o padre Bento Manuel Pereira, de Campo Maior, descobriram pelos annos de 1800 e 1801 algumas esmeraldas no riacho das Curimatans, palhetas de oiro e pedras de ferro nas fazendas Lingua de vacca e Santo Antonio e, logo depois, os mesmos metaes e algumas esmeraldas nos riachos denominados Missão, Pequeno e Urucú e nas fazendas Ilha, Palmeira de Baixo, Palmeira de Cima, Contracto, Lages, e logares chamados Cabeceiras e Morro Grande — no termo de Paranaguá. Tambem por esse tempo foram achados alguns diamantes nas fraldas da Serra do Riacho Santa Maria e inexgottaveis minas de salitre nos terrenos montanhosos que formam os limites da Provincia pelo lado do nascente.

O coronel Francisco da Costa Rabello, em 1798, informou ao governador, que, então, dirigia a Capitania, que um discipulo de Joaquim José da Cunha descobrira no Riacho do Ilhéos uma pedra de diamante, do tamanho de uma unha e que elle Costa Rabello achara esmeraldas na Fazenda Imburanas, prata e chumbo na terra das Carcandas, tudo nas freguezias de Piracuruca e Parnahiba.

Falla o mesmo coronel Costa Rabello de abundantes minas de salitre no logar Porteiras, districto de Campo Maior, no sitio Buriti, de Marvão, e no logar Boqueirão da ribeira de Cratheús (Principe Imperial). Em outra informação que deu o mesmo coronel em 1799, affirmou existirem minas de pedra hume e copa-rosa em varios logares da Parnahiba e Campo Maior.

O ajudante Leví Raposo do Amaral, de que já fallamos, descobriu, em 1802, oiro no logar Pinga, da fazenda Serra, Ribeira do Parahim, a uma legua da Villa de Paranaguá.

Em 1795, João Baptista Ferreira descobriu minas de ferro, no termo de Jerumenha e nos terrenos montanhosos da margem do Parnahiba.

Em 1796, descobriu o padre Joaquim José Pereira abundantes minas de salitre no julgado de Valença. Ha, tambem, grande abundancia desse mineral nas ribeiras do Itahien e Piauhi. Na ribeira do Caratheús affirmam haver a pedra iman, ou de cevar, porém com pouca força magnetica e, assim tambem, abundantes minas de salitre e ferro. Em Campo Maior, no sitio denominado Cadoz, ha minas de chumbo e pedra hume; no logar Colomiucoara, pedra hume e, no sitio Cabeça de Boi, amiantho e copa-rosa. Têm me affirmado haver oiro na Serra do Talhado, em Oeiras; oiro, diamante e cristaes em Jaicós. Já vimos um bello diamante alli achado. Quem percorrer os termos de Principe Imperial e Marvão encontrará o amiantho de varias cores, a mica, cristaes de rocha, amethistas, vitreiras naturaes e salinas. Na Parnahiba achará tambem a plombagina, prata, cobre, com especialidade nas Carcandas. Em varias partes da Provincia se encontram o chumbo, o estanho, a pedra de cantaria, minas de cal e outros productos mineraes, que não têm sido estudados.

Dou testemunho pessoal de que a pedra hume abunda em quasi todo o Norte do Brasil, e mais da abundancia do ferro em Therezina e da riqueza dos carbonatos que observei em Piracuruca e Batalhas.

Alencastre termina o capitulo, tratando das fontes thermaes. Diz que se encontram fontes mineraes nos municipios de Therezina, Parnaguá e Oeiras. As de Parnaguá possuem, em dissolução, saes de ferro, alumen, soda e magnesia (nos riachos Rangel e Lamarão). As aguas thermaes e mineraes do Caché, em Oeiras, que são as mais procuradas, contêm sulfureto de ferro e nitro e as do Municipio de Therezina, apenas conhecidas, contêm em solução sal de magnesia e soda. No Termo do Principe Imperial (hoje cearense), nos terrenos montanhosos, encontram-se petrificados peixes e vegetaes e camadas de ossadas fosseis, e no termo de Jaicós abundancia de petrificados de carnahuba e peixes de varias especies. »

Alencastre esqueceu a mais afamada, presentemente, dessas fontes o — *Olho d'agua dos milagres*, no Municipio de Valença. Contém em alta dóse sulfureto de ferro. Irrompeu no plano de uma collina, uma bacia natural de pedra (*alli chamam caldeirão*). Embora o valor curativo das aguas se limite ás molestias de pelle, recorrem a ellas tuberculosos, cardiacos, hepathicos, ankylostomiados... A fama de suas virtudes vai se alargando. Em certa epocha do anno, se nos recordamos, Agosto, alli se reunem centenas de romeiros, realizando-se, então, uma festa religiosa em pittoresca egrejinha construida com as esmolas dos romeiros.

De outras fontes ainda temos noticia — uma no sitio S. Domingos, Batalha; outra, em Teixeira, Parnahiba.

Antes de passar a outro assumpto: Caché está, hoje, encravada no Municipio de S. João do Piauhi, em um sitio propriedade do juiz de direito da comarca, dr. J. Vaz da Costa.

X

Municipios e povoações

Ha, no Estado, 41 municipios. São estes, de Norte para o Sul: Amarração, Parnahiba, Buriti dos Lopes, Piracuruca, Batalha, Boa-Esperança, Barras, Porto-Alegre, Marruás, Miguel Alves, União, Therezina, Livramento, Campo-Maior, Alto-Longá, Periperi, Pedroll, Castello, Valença, Regeneração, Amarante, S. Pedro, Floriano, Jeromenha, Apparecida, Urussuhi, Santa Philomena, Gilbués, Parnaguá, Corrente, Oeiras, S. João do Piauhi, S. Raimundo Nonato, Caracol, Paulista, Jaicós, Picos, Patrocinio, Simplicio Mendes, Bom Jesus, Canto do Buriti.

AMARRAÇÃO — Municipio do Estado do Piauhi, districto judiciario da Comarca da Parnahiba. Principal porto de mar do Estado. Fica a 18 km. da Cidade da Parnahiba, com a qual se communica pelo Rio Igarassú (braço mais oriental do Parnahiba) e pela Estrada de Ferro Central do Piauhi.

Suas origens remontam a uma povoação de pescadores, no começo do seculo XIX.

Pouco a pouco alli se fez sentir, até se estabelecer, a jurisdicção cearense, em começo, por interferencia do vigario da Granja, depois por meio dos representantes do fisco do Ceará, de sorte que, em 1870, votava essa Provincia a lei n. 1.360, de 5 de Novembro, estabelecendo seus limites.

Em 1880 é assignado o decreto imperial n. 3.012, de 22 de Outubro, que estabeleceu os limites entre o Piauhi e o Ceará, cedendo o Piauhi o valle do Cratheús e obtendo em troca a faixa littoranea em que se acha situada a Amarração.

Eis o decreto:

« Art. 1º. E' annexada á Provincia do Ceará o territorio da Comarca da Princeza Imperial, da Provincia do Piauhi, servindo de linha divisoria, das duas provincias, a Serra Grande, ou da Ibiapaba, sem outra interrupção além da do Rio Puti, no ponto Boqueirão, pertencente á Provincia do Piauhi — todas as vertentes occidentaes da mesma serra, nesta parte, e á do Ceará as orientaes.

Art. 2º. Fica pertencendo á Provincia do Piauhi a freguezia da Amarração, com os limites que estabeleceu a lei provincial do Ceará, n. 1.360, de 5 de Novembro de 1870, a saber: da Barra do Rio Timonha, Rio de S. João da Praia, acima, até a barra do riacho que segue para o Santa Rosa e dahi, em rumo direito á Serra de Santa Rita, até ao pico da Serra do Cocal (dos Cocos) termo do Piauhi.

Art. 3º. A linha divisoria ecclesiastica será identica á civil, que fica estabelecida, sendo o governo auctorizado a solicitar da Santa Sé as necessarias Bullas.

Com a rubrica de s. m. o Imperador, etc.— *Barão Homem de Mello.* »

Seu commercio é nullo. A sua principal industria é a exploração do sal.

PARNAHIBA — A cidade deste nome dista 3 leguas do Porto de Amarração e 30 do de Cajueiro. Banhada pelo Igarassú, o braço mais oriental do Parnahiba. E' séde de comarca que abrange dois municipios — Buriti dos Lopes e Amarração.

Situada á margem direita do Igarassú, em terreno baixo, cercada de alagadiços que lhe prejudicam as condições de salubridade. E' comarca desde a lei de 26 de Agosto de 1836.

Conta, entre outros edificios, a matriz de Nossa Senhora da Graça, situada em uma praça ajardinada. Conta mais uma egreja, a do Rosario.

Dentre os edificios publicos se destacam os em que funccionam a Alfandega, o Paço Municipal, etc.

Está ligada ao Parnahiba e á Amarração por estrada de ferro.

E' illuminada a luz electrica.

A sua construcção começou no Povoado Testa Branca, capella filial da Freguezia de Piracuruca.

Em 1762, o primeiro governador da Capitania, João Pereira Caldas, installava a villa, em 18 de Agosto, na egreja matriz de Piracuruca, solennizado o acto com a presença do conselheiro do Conselho Ultramarino Francisco Marcellino de Gouveia e do desembargador, ouvidor geral, Luiz José Duarte Freire, que, ultimado o sequestro dos bens da Companhia de Jesus, fôra ter a Piracuruca.

Em 26 de Agosto de 1762 se empossavam os membros da Camara da nova villa, na casa de aposentadoria do desembargador e ouvidor-geral e corregedor da comarca Luiz José Duarte Freire.

Em 1762 era o Testa Branca apenas um povoado, com quatro fogos, oito pessoas e 11 escravos; pelo que se armou o peloirinho no Povoado do Porto das Barcas. Porto das Barcas era uma feitoria, com grande movimento commercial, devido á exploração e exportação do xarque. Haja vista que se chegaram a abater 27.000 rezes por anno.

Logico foi, portanto, que o Porto das Barcas se tornasse um nucleo crescente de população.

Debalde mandara o então governador da Capitania (20 de Setembro de 1762) á Camara uma planta para regular o arruamento da villa e dava ordens terminantes sobre a reedificação de casas.

Em 1769, baixava á Camara um edital prohibindo, sem licença prévia, qualquer construcção no Testa Branca, medida que se não extendia ao Porto das Barcas, prohibição que perdurou até ao governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, quando foi transferida a séde da villa para o ponto em que se encontra.

E' o principal emporio do commercio do Estado.

BURITI DOS LOPES — Municipio do Piauhi, fica a 70 km. de Parnahiba, banhado pelo Longá, nas vizinhanças da Lagôa Grande, formada por aquelle rio. E' districto judiciario da Parnahiba.

Suas terras sempre attrahiram interessados. Ahi se estabeleceram José Lopes da Cruz e seus filhos Francisco Miguel dos Anjos, João Lopes Castello Branco, José Lopes da Cruz Filho, Estevam Lopes Castello Branco, Carlos Lopes Castello Branco, Joaquim Antonio Lopes, Alexandre Lopes Castello Branco, Florencia Maria Castello Branco e Anna Francisca Castello Branco — donde o nome de Buriti dos Lopes.

Tem uma escola primaria estadual e outra municipal.

Possue agencia postal, mas não é servido pelo telegrapho.

Suas principaes industrias são a exploração do fumo, do algodão e do arroz.

PIRACURUCA — Municipio do Piauhi, séde de comarca. A séde está situada á margem direita do Rio Piracuruca. E' uma das cidades mais pittorescas do Estado, toda formada de praças que se communicam por pequenas ruas.

Seu principal edificio é a Egreja de Nossa Senhora do Carmo, no seculo XVIII. Construida quasi toda de cantaria, com 69 m. de comprimento, por 18 de largura e 51 pés de altura, é, depois da Egreja de S. Benedicto, a mais sumptuosa do Estado.

A principal industria é a pecuaria.

BATALHA — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Piracuruca. A villa está situada á margem direita do Rio Longá.

As terras apresentam duas zonas distinctas: ao Norte a do *mimoso*, geralmente plana, coberta de uma pastagem rica e abundante; ao Sul, a do *agreste*.

São banhadas por tres rios o Piracuruca, o Longá e o dos Mattos.

Reza a tradicção que houve alli encarniçada lucta entre indios e exploradores Portuguezes, donde o nome de Batalha que teve a povoação fundada em 1794.

Tem apenas uma egreja. O seu sino, como outro de Piracuruca, foi fundido na, então, Villa das Barras, em 1838.

BOA ESPERANÇA — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Barras. Foi creado em 1920. E' banhado pelo Rio Longá.

Suas terras são feracissimas, pelo que a lavoira tem consideravel desenvolvimento.

Cultiva-se em larga escala o algodão. Seus productos se escôam pelo Parnahiba, embarcados em Marruás e Porto Alegre.

Tem estação telegraphica, porém não tem agencia postal.

BARRAS — Municipio do Piauhi, séde de comarca. Situada á margem do Maratahoan é tambem banhada pelo Longá.

Seu nome originou-se de ficar entre seis barras de rios e riachos do Maratahoan, do Ininga, do Gentio, do Riachão, do Santo Antonio e do Rio Corrente.

Crea bastante gado. Sua lavoira é grande.

Originou-se de uma povoação que, em 1752, havia em redor da Fazenda Buritizinho. Um bahiano, o coronel Miguel de Carvalho Aguiar, começou, nesse anno, a edificação de uma capella sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, capella que foi concluida em 1759.

Demolida a capella, em 1831, pelo coronel José de Carvalho Almeida construiu elle a actual matriz.

E' servida pelo telegrapho e pelo correio.

PORTO ALEGRE — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Barras. Aquella fica á margem direita do Rio Parnahiba, aproveitada para o plantio de fumo, feito e colhido nos mezes de verão.

As terras, pela fertilidade, são cultivadas com resultado compensador.

Dispõe de telegrapho e agencia postal.

MARRUÁS — Municipio do Piauhi, creado em 1920. Fica á margem direita do Parnahiba. E' o principal escoadoiro dos municipios de Barras e Boa Esperança. Não tem agencia postal. Tem uma estação telephonica para Barras, que o liga ao telegrapho.

A creação de gado é intensa. Cultiva-se o algodão. Até á elevação a municipio era uma povoação pertencente ao Municipio de Barras.

MIGUEL ALVES — A Villa de Miguel Alves começou mais ou menos entre 1886 a 1888 por um pequeno arraial de cultivadores de tabaco, arraial que recebeu o nome do primeiro ou do mais saliente dos habitantes.

Progredindo, desde então, pelo concurso de outras pessoas de mais vulto, que vieram chegando, attrahidas pela uberdade das terras circumvizinhas e pelo magnifico ponto commercial que offerecia, em 1911, o outr'ora arraial de *vasanteiros* já era uma localidade crescida e que chamava a attenção dos poderes publicos. Nesse anno, por lei da Camara Legislativa estadual, conservando o antigo nome, foi elevada á villa, séde de um municipio e termo judiciario, sendo a installação a 22 de Junho de 1912.

Continuando a desenvolver-se, por lei de 1920 elevou-se á categoria de séde de comarca.

Situada á margem direita do Rio Parnahiba, limita ao Norte com o novo Municipio de Marruás, ao Sul com o de União, a Léste com o de Barras, a Oéste com o referido rio.

Em certa epocha do anno, quando as aguas baixam, no fim das grandes invernadas, apparecem febres palustres, que outr'ora grassavam com muita intensidade. Hoje, porém, com as medidas hygienicas tomadas pelos poderes municipaes, quanto á extincção dos pantanos, e capinzaes proximos á villa, melhoraram muito as condições de salubridade. O paludismo já não ataca com a mesma frequencia. Ha mesmo annos em que não se verifica caso nenhum.

O municipio situado todo na zona da matta possue excellentes terras para a cultura do algodão, tabaco e todas as especies de cereaes. Produz, sobretudo, algodão, arroz, milho e farinha de mandioca. A cultura do algodão tem sido ultimamente muito devastada pela "lagarta rosea" que reduz, talvez, em mais de metade as colheitas. A cultura do fumo em corda é importante, sendo o municipio do Estado de maior producção desse artigo.

A producção do arroz é tambem avultada. Calcula-se este anno (1920), sem nenhum exaggero, em vinte mil quartas de cincoenta litros.

Conta cerca de oitenta casas de telhas e tresentas de palhas e uma população calculada em 2.000 habitantes. A população do municipio póde attingir a 15.000 habitantes.

Ha, mais ou menos, vinte casas commerciaes que importam fazendas e mercadorias de producção nacional e extrangeira e exportam algodão, coiros, pelles, côco babassú, cêra de carnaúba e todos os generos de producção do municipio.

Existe uma fabrica de beneficiar arroz e milho e tres para o preparo do algodão em pluma.

O municipio é proprio para a lavoira. Tem, porém, cerca de sessenta fazendas de creação de gado vaccum. O cavallar é em muito pequena escala.

O côco babassú será, talvez, de futuro, a maior riqueza do municipio. As terras são todas de immensos palmeiraes, que fornecem annualmente milhares de kilos de côco ao commercio exportador.

UNIÃO (Antigo Estanhado) — Municipio do Piauhi. Séde de comarca. Fica á margem direita do Parnahiba, servido pelo telegrapho e correio, com um porto fluvial de relativo movimento. E' uma das cidades mais importantes do Estado, pelo commercio e agricultura.

Dista de Therezina 16 leguas.

Situada a 2 km. do porto, em ruas bem alinhadas, apresenta arrabaldes aprasiveis.

Está em construcção uma estrada de rodagem ligando União a Livramento.

LIVRAMENTO — Municipio do Piauhi, termo judiciario da comarca de União, situado a 8 leguas de Therezina, entre Barras, Campo-Maior e a capital. Fica em terreno baixo. A séde está em frente a um morro onde se ergue um cruzeiro commemorativo da passagem do seculo (1901).

No começo do seculo XVIII havia alli apenas a Fazenda Boa Esperança, do portuguez Manuel Carvalho de Almeida, commissario de cavallaria. As terras da fazenda pertenciam á freguezia de Santo Antonio do Surubim (ao depois e, hoje, Campo-Maior). Em 1739 Manuel Carvalho Almeida edificou a capella dedicada a Nossa Senhora do Livramento e junto a esta uma grande casa para a residencia de sua familia, capella que foi reedificada em 1759 por seu genro João Borges Leal.

Tem agencia postal e estação telegraphica.

CAMPO-MAIOR — Municipio do Piauhi, séde de comarca, situado á margem direita do Rio Surubim. A 3 leguas de distancia passa o Rio Genipapo. Ahi, a 13 de Março de 1823, se travou o mais sangrento combate das luctas da Independencia nas provincias do Nordéste. Essa batalha, em que o governador das armas portuguezas, sargento-mór João José da Cunha Fidié, victorioso, perdeu toda a bagagem de guerra, decidiu da lucta, obrigando-o a seguir para o Estanhado (hoje União) e, dahi, para Caxias, onde o aprisionaram as forças do exercito libertador, composto de voluntarios e patriotas do Ceará e do Piauhi.

Está situada em 4º-49'-40" lat. S e 1º-0'-42" de long. E.

Tem uma praça principal onde se encontram duas egrejas de Nossa Senhora do Rosario e de Santo Antonio. Conta, ainda, uma capella de Nossa Senhora de Lourdes, a 1 km. da cidade.

No inverno, é a cidade mais bonita do Estado. Fica em uma collina cercada de prados verdejantes que deixam a impressão de um parque tratado com todo o carinho. Floridos, verdes, cobertos de carnaúbaes em que vivem infinitos bandos de passaros, são de um tom pinturesco inesquecivel e unico.

O terreno é geralmente plano. Corre, porém, a 4 leguas da cidade, uma serra (de S. Sebastião).

Além do Surubim e do Genipapo, banham o municipio o Longá, o Maratahoan, o Corrente e o Riacho Fundo.

E' essencialmente creador, para o que as terras offerecem vantajosas condições pela abundancia das pastagens.

Em 1713 era, já, freguezia, como se vê do acto do governador do Maranhão d. Christovam da Costa Freire, nomeando a Manuel Carvalho de Almeida, residente na Freguezia de Santo Antonio do Surubim, em Campo-Maior, para exercer o cargo de commissario geral da Cavallaria do Piauhi.

Foi a freguezia elevada a villa em 1761, estando no governo João Pereira Caldas.

Em 1824, com a Villa da Parnahiba, adheriu á Republica do Equador.

E' um dos centros de tradições historicas mais numerosas do Estado.

PEDRO II (Primitivamente Mattões, depois Pedro II, em seguida Itamarati, hoje Pedro II) — Municipio do Piauhi, séde de comarca. Fica em contrafortes da Serra Grande, em terreno elevado, com clima saudavel e aprasivel.

Offerece, como Batalha, duas zonas, alli uma de *mimoso e agreste*, aqui uma accidentada; uma plana, outra montanhosa.

A cidade está a pouca distancia da Serra do Caranguejo, que separa o Municipio de Periperi do de Pedro II. São as terras de uma fertilidade admiravel.

Em 1885 havia, alli, 60 engenhos de assucar e 11 alambiques, segundo a noticia sobre as comarcas do Piauhi de Pereira da Costa.

Na zona plana, crea-se muito gado.

O commercio é feito com o Ceará (via Ipú) e com a Parnahiba.

Embora limitrophe do Ceará, o municipio não soffre o flagello das seccas.

PERIPERI (Em tupi-guarani — capim-capim — capinzal) — Municipio do Estado, termo judiciario da Comarca de Pedro II, situado a 4º-16'-25" lat. S e 1º-23'-52" de long. E, á margem direita do Rio dos Mattos.

Sua origem remonta a 1834. Nesse anno o dono da fazenda, que existia alli, havia construido uma casa para a sua residencia e, nas vizinhanças, uma capella sob a invocação de Nossa Senhora dos Remedios. Era elle o padre Domingos de Freitas e Silva.

Até 1835 não se fizeram novas construcções. Para as provocar, dividiu aquelle sacerdote sua propriedade em pequenos lotes que doava a quem queria nelles edificar e residir. E o resultado correspondeu á sua espectativa, porque dois annos depois as edificações eram já numerosas, a população crescida, tanto que abria elle e regia uma aula primaria e outra de latim com frequencia regular.

As terras, cortadas por varios rios e riachos, cobertas de mattas ricas em madeiras de construcção, prestam-se a todas as culturas.

E' servido por telegrapho e correio.

CASTELLO (Antigo Riacho dos Patos, depois Marvão) — Municipio do Piauhi, districto judiciario de Alto-Longá. E' das villas mais antigas do Estado, fundada que foi no seculo XVIII, pelo governador João Pereira Caldas (1762).

O principal rio do municipio é o Puti que o banha ao Norte e depois a Oéste, descrevendo uma curva muito accentuada. Recebe o Caes, o Capivara, o S. Nicolau e o Sambito.

Seu producto mais importante é a cera de carnaúba. Planta canna de assucar e algodão. Tem numerosas e boas fazendas de gado.

E' tido como uma das regiões do Estado mais ricas em mineraes.

ALTO-LONGÁ (Antigo Capella dos Humildes) — Municipio do Piauhi, séde de comarca.

Situado á margem direita do Riacho Gammelleira, nas cabeceiras do Rio Longá, a sua salubridade gosa de uma reputação má pelas febres endemicas nas margens desses rios.

Como em geral aconteceu no Piauhi, principiou pelo estabelecimento de uma fazenda e construcção de uma capella pelo fazendeiro capitão Benedicto José de Sousa Brito. A capella, dedicada a Nossa Senhora dos Humildes, foi reformada pelo conego Thomaz do Moraes Rego.

Além do Gammelleira e do Longá, é o municipio cortado pelo Puti e o Camaragipe.

As terras prestam-se á cultura da canna de assucar e do algodão.

A industria mais importante é a pecuaria.

Dispõe de telegrapho e agencia postal.

AMARANTE — Municipio do Piauhi, séde da comarca do mesmo nome. A cidade fica situada á margem direita do Rio Parnahiba, a 210 km. da capital. A comarca comprehende a séde e o termo judiciario de Regeneração.

As terras são geralmente planas e bem irrigadas, pelo que se prestam ás culturas do arroz e da canna de assucar. São banhadas pelo Parnahiba e pelos tributarios do Canindé e do Piauhi, em cujas margens a pecuaria é bastante desenvolvida. Têm boas mattas.

O recenseamento federal, procedido em 1920, offerece o seguinte resultado:

População (habitantes)	14.576
Predios	3.163
Extensão (tarefas)	30.689
A'rea cultivada	5.365
A'rea de mattas (tarefa)	22.946
Valor das terras e bemfeitorias	1.422:225$000
Estabelecimentos industriaes	7
Capital empregado em explorações industriaes	75:360$000
Operarios dessas industrias	162
Valor da producção annual	940:160$000

Os principaes productos de exportação são: borracha de maniçoba, coiro de gado, cera de carnaúba, pelles de cobra.

Está ligada a Therezina pela navegação a vapor do Parnahiba e pelo telegrapho. Tem agencia postal.

A instrucção primaria é ministrada em tres escolas, sendo duas mantidas pelo Estado e uma pelo municipio. Não tem estabelecimento de ensino secundario. Publica-se alli um semanario — *O Lidador*.

Começou por uma aldeia de Indios, situada no local onde se encontra, hoje, a Villa de Regeneração. Foi transferida para a margem do Mulato, na confluencia com o Parnahiba, em 1852, em virtude da determinação contida na lei provincial n. 309, de 12 de Setembro de 1851. Foi elevada a comarca pela lei n. 126, de 27 de Setembro de 1841. e comprehendia os termos das villas do Puti e Jeromenha.

O panorama da cidade é encantador. Tem uma larga avenida arborizada.

Os edificios são, em geral, de modesta apparencia.

REGENERAÇÃO — Situada a 30 km. de Amarante, com a qual se communica por uma estrada de rodagem, ergue-se em uma eminencia em cuja base corre um affluente do Mulato.

Foi o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro quem promoveu a sua fundação, fazendo aldeiar, alli, os Indios capturados, Gueguezes e Acrooaás, nas entradas feitas no seculo XVIII para a descoberta de minas. Foi encarregado do aldeiamento o coronel João do Rego Castello Branco, que deu á colonia o nome de S. Gonçalo, em homenagem ao governador.

Forçados ao trabalho, os Indios revoltam-se em 1772, 1778 e 1780, sendo punidos de modo tão barbaro que se submettem, acceitando, definitivamente, o regime feroz que lhes era imposto.

Prosperava em 1852 quando se deu a transferencia da séde da villa. Então haviam, já, os Indios se deixado assimilar, tendo desapparecido por força dessa assimilação e principalmente pelos estragos da syphilis e do alcool.

As terras são geralmente baixas, alagadas em alguns pontos (brejos) proprios para a plantação da canna de assucar, a qual é muito desenvolvida.

O clima é temperado e saudavel.

E' ligada a Amarante por telephone. Tem agencia postal e uma escola primaria estadual.

A zona é creadora e dispõe de excellentes pastagens.

OEIRAS — Municipio do Piauhi, séde de comarca, antiga capital da Provincia. E' situada num valle e banhada pelo Môcha (riacho) e pelo Canindé. O municipio é, ainda, cortado pelos rios Piauhi, Itahim, Guahibas, Fidalgo e muitos corregos. Fica a 320 km. da capital.

Teve origem num arraial de Indios, á margem do Môcha, em terras então sujeitas á direcção espiritual da freguezia de Cabrobó, Bispado de Pernambuco. Elevada á freguezia tomou o nome do riacho que a banha (1696), sendo elevada á villa e á séde da comarca de S. José do Piauhi pela carta régia de 30 de Junho de 1712.

Creada a Capitania (1758), e nomeado João Pereira Caldas primeiro governador, passou a villa a cidade com o nome de Oeiras, homenagem do governador ao conde de Oeiras, depois marquez de Pombal. Teve a Capitania o nome de S. José em tributo a d. José I, soberano reinante. Accresceram-lhe o determinativo " do Piauhi ", porque as margens desse rio eram as mais conhecidas e povoadas.

A população augmentou rapidamente. Multiplicaram-se as construcções. Mas em 1839, quando Gardner alli esteve, começara a decadencia, que a mudança da Capital, em 1852, precipitou.

O clima é quente. A turberculose alastra-se de modo assustador. E a cidade despovoa-se, dizimada a população quando não afastada pelo temor do contagio.

As terras, de uma fertilidade maravilhosa, prestam-se a todas as culturas tropicaes.

E', no emtanto, diminuta a sua lavoira, constituindo a pecuaria a principal riqueza em exploração.

Dispõe de telegrapho, correio, tres escolas primarias e está ligada a Floriano por uma estrada de rodagem de 120 km. de extensão.

FLORIANO — Municipio do Piauhi, séde de comarca, cidade situada á margem direita do Parnahiba, a 320 km. da capital.

Teve origem no estabelecimento rural de S. Pedro de Alcantara, fundado em 1873.

Durante 12 annos não prosperou, entre outras motivos, por causa das febres endemicas reinantes no pessimo local escolhido — baixo e pantanoso.

Reformado o estabelecimento pelo decreto n. 9.303, de 27 de Setembro de 1884, foi nomeado director o agronomo Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, que adoptou um largo programma. E para fiscalizar a sua execução esteve alli, em Fevereiro de 1885, o presidente da Provincia dr. Raimundo Theodorico de Castro e Silva, em cumprimento ao aviso de 12 de Janeiro do mesmo anno.

A resolução n. 2, de 17 de Junho de 1890, elevou o estabelecimento a villa com o nome de colonia e transferiu para o mesmo a séde do Municipio da Manga.

A Villa da Manga ficava á margem do Parnahiba, 10 leguas de Jeromenha. Surgira de uma fazenda de gado (Uhica). Construira nella o seu proprietario uma capella sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A fertilidade das terras banhadas pelo Itaneira e pela Lagôa Parussú attrahiu immigrantes que se fixaram e constituiram um nucleo apreciavel de população.

A decadencia, no emtanto, foi accelerada depois de 1864, quando a povoação foi elevada a villa. E mais se accentuou quando a lei provincial n. 779, de 4 de Dezembro de 1872, desmembrou do municipio, em beneficio de Jeromenha, diversas fazendas e povoados...

Em 1895 arranjos politicos extinguiram a Villa de Colonia, incorporando suas terras ás de Jeromenha. Foi porém reinstallada no anno seguinte, para ser elevada á categoria de cidade em 1897 (lei n. 144, de 8 de Julho de 1897) com o nome de Floriano.

A cidade é desenhada em ruas mais ou menos alinhadas, correndo as principaes perpendicularmente ao Rio Parahiba.

Está em abandono a parte onde existiu o estabelecimento rural, pantanosa e sujeita a febres periodicas. Essa parte, que fica logo no porto, communica-se com a cidade por um aterro de 10 m. de largo, contra 100 de comprimento, e que divide o pantano em dois.

Cidade nova, tem construcções regulares, algumas de typo moderno e bella apparencia. Destoa a egreja que é acachapada e pauperrima.

Floriano é a segunda cidade commercial do Piauhi. Ponto terminal de diversas linhas de vapores, ponto inicial da navegação do alto-Parnahiba e do Balsas, tem um movimento commercial superior ao de Therezina.

Com o desenvolvimento das construcções em direcção opposta ao rio, as condições de salubridade sensivelmente melhoraram.

E' servida pelo telegrapho, correio, tres escolas primarias e um internato de ensino primario e secundario. Ahi se publicam tres jornaes — *O Popular*, *A Cidade de Floriano* e *O Livro*.

Ha diversas fabricas de beneficiar arroz, descaroçar e ensaccar algodão, as quaes trabalham dia e noite.

URUSSUHI — Municipio do Piauhi, séde de comarca, situado á margem direita do Rio Parnahiba, em frente á emboccadura do Rio Balsas.

Até 1902 era um pequeno povoado, conhecido pela denominação de Villa Nova. A lei n. 290, de 23 de Junho de 1902, elevou-o á villa e a districto judiciario da Comarca de Jeromenha. E' ponto obrigado de demora dos vapores que procuram Santa Philomena e Santo Antonio do Balsas.

Ahi mantem a Empresa de Navegação do Alto Parnahiba officinas onde os barcos recebem os reparos que as pessimas condições dos rios tornam de necessidade constante.

O clima é temperado e saudavel.

As terras, banhadas por diversos rios e riachos, prestam-se a uma cultura remuneradora que, infelizmente, é reduzidissima.

A cidade não offerece nada de interessante. Dispostas as casas sem ordem, sendo poucas as confortaveis, o seu aspecto está longe de traduzir a intensidade relativa das transacções commerciaes que alli se fazem. Não escapa, entretanto, a uma observação intelligente a prosperidade futura do municipio, principalmente quando, feita a desobstrucção do Urussuhi Preto, for aproveitado como via de penetração de dois ou tres municipios centraes — dos mais ricos do Piauhi.

Urussuhi dispõe de telegrapho, agencia postal e duas escolas primarias.

JEROMENHA — Municipio do Piauhi, banhado pelo Gurgueia, situado sete leguas acima de sua emboccadura no Parnahiba. E' banhado tambem pelos seguintes rios: Prata e Urussuhi, affluente daquelle; Itaneira, affluente do Piauhi e Esfolado, do Gurgueia.

Desobstruida a Cachoeira das Tabocas, a 2 leguas da séde do municipio, torna-se praticavel a navegação do Gurgueia até ahi. Com effeito, em 1866 o presidente da Provincia, dr. Franklin Americo de Meneses Doria, em viagem de experiencia, chegou até essa villa. Em 1899, uma lancha, calando tres pés, transpoz as Tabocas e foi a Jeromenha, diversas vezes.

Jeromenha surgiu de uma aldeia de indios *mansos*, trazidos da Bahia por um dos companheiros de Mafrense para combater ás tribus ahi existentes.

Progredindo, foi elevada a povoação a freguezia, com a denominação de Santo Antonio do Gurgueia, nome que perdeu quando elevada a villa, pelo actual, escolha do governador João Pereira Caldas (1762).

O clima é temperado e saudavel.

Suas terras, feracissimas, prestam-se á cultura da canna de assucar, fumo, arroz, etc. Apresentam gordas pastagens, onde se cream numerosos rebanhos.

Esteve em decadencia por alguns annos. Agora revigorada por um impulso novo, as casas são reconstruidas, cessou o exodo da população e, em tudo, se nota um renascimento promissor.

Dispõe de telegrapho, agencia postal e duas escolas primarias.

Apparecida — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Urussuhi. Fica a 20 leguas de Jeromenha e é banhada pelo Irapuá.

Situada numa elevação do terreno, apresenta um panorama encantador ao viajante.

O clima é ameno e saudavel. Dispondo de abundancia d'agua e esplendidas pastagens, não conhecendo o flagello das seccas, tornou-se um dos centros de creação mais importantes do Estado.

Dispõe de telegrapho, agencia postal e uma escola de instrucção primaria.

Foi elevada a villa pelo decreto n. 11, de 22 de Janeiro de 1890.

Santa Philomena — Municipio e comarca judiciaria do Piauhi, situada a margem direita do Rio Parnahiba, no local onde recebe as aguas do Tapuio. Fica em frente á cidade maranhense de Nossa Senhora da Victoria. A povoação foi fundada em 1854, por José Antonio Barreiros de Macedo.

Expulsos os indios Cherens e Acaroás que alli viviam, estabeleceu Macedo uma fazenda de gado e erigiu uma capella em redor da qual havia, em breve, mais de cincoenta casas.

Elevada a povoação a villa em virtude da lei provincial n. 586, de 25 de Agosto de 1865, rebaixada a povoação seis annos depois, novamente elevada a villa em Agosto de 1873 é, hoje, séde de comarca e ponto terminal da navegação do alto-Parnahiba.

O clima é ameno e saudavel.

As terras, fertilissimas, apresentam dois aspectos distinctos — um dos contrafortes da Serra da Tabatinga ou Serra Vermelha; outro de planicies, recortadas de numerosos rios em que se destacam o Parnahibinha, o Parnahiba, o Boi Pintado, o Gurgueia, o Urussuhi Vermelho e varios riachos.

Pela doçura do clima, abundancia d'agua e feracidade do sólo, o municipio presta-se a todas as culturas. Mas a lavoira é pouco desenvolvida e a pecuaria mesma não tem a expansão que permittem as magnificas pastagens daquelles bellissimos campos.

A vida da cidade é pouco intensa. A maior parte dos habitantes prefere viver nas fazendas uma existencia rustica, só interrompida para o cumprimento dos deveres com o fisco, assistencia a festas religiosas, ou exigencias de interesse commercial. Dahi estar constantemente a comarca vaga e reinar a falta de garantias que, infelizmente, alli se observa.

A percentagem de analphabetos é de 97 %. Dispõe de uma escola primaria sem frequencia apreciavel.

E' servida por uma agencia postal.

Parnaguá — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Corrente.

E' das mais antigas localidaes do Piauhi, pois foi elevado a villa em virtude da carta régia de 19 de Junho de 1761 e installada pelo primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas, em 1762.

Está situada ao Oéste do extremo-norte da Lagôa de Paranaguá e desdobra-se entre a base da Serra Vermelha e a lagôa.

O interior do municipio é plano, coberto de ricas pastagens, que fizeram, em 1839, a admiração de Gardner. Os limites são fortemente accidentados, predominando na constituição geologica arenito vermelho.

Varios rios correm fertilizando os campos do interior; entre elles o Gurgueia, o Fumaça, o Urussuhi, e o Parahim que se lança na lagôa. Essas terras foram das primeiras concedidas em sesmaria. Concedeu-as, em 1676, dois annos depois da incursão de Mafrense, o governador de Pernambuco d. Pedro de Almeida.

A Lagôa do Parnaguá, a maior do Piauhi, tem 12 km. de extensão, contra seis de largura. Contém duas ilhas, de luxuriante vegetação. Suas aguas se apresentam em agitação constante, toldadas e escuras. Não são potaveis.

Devido á má localização da villa o clima é quente, humido e pouco saudavel. No fim da estação das chuvas reinam febres palustres que dizimam a população.

Só mantém com a capital relações officiaes. O commercio é feito com a Bahia por intermedio das cidades de Santa Rita do Rio Preto, e da Barra do Rio Grande.

Tem uma escola primaria e agencia postal. Não é servida pelo telegrapho. Está em franca decadencia.

Corrente — Municipio do Piauhi, comarca de segunda entrancia. A séde está no centro do municipio, recebendo o nome do rio, a cuja margem esquerda está situada.

Foi, primitivamente, capella filial da freguezia de Bom Jesus do Gurgueia, ao tempo em que esta estava sob a jurisdicção da Comarca de Parnaguá.

Acha-se dividida em duas secções, uma no declive, outra no planalto de uma elevação das terras. Alli, pouco se desenvolveu. Aqui, prospera, notando-se alguns edificios de construcção moderna.

Dos municipios do centro e Sul do Estado é o mais adeantado em materia de instrucção e educação. Além das escolas primarias estaduaes ha um collegio profissional para meninos, e uma escola domestica para meninas, um e outra dirigidos por professores americanos. Fundaram estes uma bibliotheca. Dispõem de um campo de demonstração muito bem apparelhado. E tudo isso a esforços da familia Nogueira Paranaguá.

O Rio Corrente corta o municipio em varias direcções. Cortam-n'o tambem o Parahim, o Mangabeira e mais os riachos Palmeira, Espirito Santo e Riachão.

O clima é temperado e saudavel.

As terras prestam-se á cultura da canna de assucar, café, arroz, milho, etc. A industria pecuaria é muito desenvolvida. O commercio é feito com a Bahia, por intermedio de Formosa, no Rio Preto, affluente navegavel do S. Francisco.

As viagens para Therezina fazem-se a cavallo, por uma estrada regular que, passando em Gilbués, vai ter á margem do Parnahiba. Vem-se dahi, a vapor ou em balsas.

O povoado do Corrente foi elevado a freguezia em 1869, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e a villa em 1872. Arvorada em comarca de primeira entrancia a 25 de Junho de 1890, conservada pela reforma judiciaria de 1891, foi considerada de segunda entrancia pela lei n. 85, de 12 de Junho de 1895 — para servir de exilio a magistrados que incorrem no desagrado dos governos.

Não é servida pelo telegrapho. Tem agencia postal.

Bom Jesus — Municipio e séde de comarca do Piauhi, situado nas vizinhanças do Rio Gurgueia, nas rampas de uma collina.

Chamou-se a principio Saltão e depois Buritizinho — Em 1838, havendo alli uma capella sob a invocação de Bom Jesus, foi creada uma freguezia, com essa denominação que nunca mais perdeu.

Elevada a villa em Dezembro de 1855, foi esta solennemente installada em 25 de Março de 1858, sendo séde de comarca desde 1875.

Suas terras são maravilhosamente favorecidas, prestando-se a todos os generos de cultura. Nativas, extendem-se ás margens dos rios e em torno dos brejos, mattas de fronteiras silvestres, em que se notam o umbuzeiro, a goiabeira, o buritizeiro, o piquizeiro e extensos palmares, onde abundam caças variadas, tudo o que permitte uma subsistencia facil. Quando mais lucrativa era a exploração da maniçoba sua população triplicou, chegando, diariamente, alli, bandos de adventicios pernambucanos, goianos e bahianos, attrahidos pelas vantagens dessa exploração. Constituiam-se em arraiaes, onde as questões mais simples se resolviam a tiros e facadas, vencendo aquelle que mais prompto se fazia na eliminação do adversario. Imperavam o jogo e o alcool. E perigosissimo era a extranhos avizinhar-se daquelles centros. A repressão custou vidas preciosas antes que effectiva se fizesse. Hoje, com o abandono dos maniçobaes, o municipio voltou á primitiva somnolenta tranquillidade.

Tem uma escola primaria e agencia postal.

Gilbués — Municipio do Piauhi, termo judiciario da comarca de Bom Jesus. Sob a invocação de Santo Antonio, foi, primitivamente, uma capella filial da freguezia de Parnaguá.

Está situada numa collina, sendo, talvez, das localidades piauhienses, a de apparencia mais suggestiva.

Ha alli, apenas uma estação — uma primavera constante, que traz todo o municipio em floração permanente. O thermometro não vai além de 15° e não desce mesmo á noite, a menos de 9°. Nunca registou um caso de impaludismo, nem de qualquer molestia hereditaria, ou contagiosa. Seria um sanatorio sem egual, não fosse a difficuldade de communicações com que lucta.

Cogita-se de o ligar por uma estrada de rodagem ao Parnahiba e á Santa Rita do Rio Preto com escala em Corrente. Realizado, em poucos annos Gilbués será o celleiro dos municipios vizinhos e terá a sua população sensivelmente augmentada.

A antiga capella foi elevada a villa em virtude do decreto n. 68, de 14 de Maio de 1891. Dispunha o art. 2º:

> « A alludida villa se constituirá dos terrenos que comprehendem as fazendas S. Francisco, Enseado, Campos de baixo e Retiro pertencentes ao Municipio de Corrente... e dos terrenos que se acham comprehendidos entre a Serra do Papagaio e o Rio Gurgueia até á dicta fazenda S. Francisco, á margem direita do mesmo rio. »

A villa foi inaugurada a 14 de Junho de 1892.

Tem uma escola primaria e agencia postal.

S. João do Piauhi — Séde de comarca e municipio do Piauhi. Fica em bella planicie marginal ao Rio Piauhi. O panorama da cidade é encantador, deixando uma impressão agradavel de cuidado e asseio das praças, ruas e casas.

As terras, posto que não sejam abundantes em aguas, principalmente nos limites com S. Raimundo Nonato, tem cultura relativamente desenvolvida. A creação do gado vaccum é feita em larga escala.

São ricas em mineraes. A exploração do Sal *da terra* é uma industria remuneradora.

Nesse municipio está o *Olho d'agua do Caché*, a que fizemos, já, referencia.

Todo o commercio é feito com a Bahia. O transporte para Therezina é feito em animaes até Floriano, de onde continúa, em balsas, barcas, ou vapores, pelo Parnahiba.

A cidade teve origem numa povoação chamada Jatobá. Mais tarde, havendo uma capella na margem esquerda do Piauhi, teve o predicamento de curato, elevado ao de freguezia em 1853, sob o orago de S. João.

Em 1876 era elevada a villa, sendo esta installada no anno seguinte. Voltou a ser povoação nos primeiros annos da Republica; a villa foi, porém, restabelecida em Julho de 1897 (lei n. 130) e elevada a cidade em 5 de Julho de 1906 (lei n. 414). E' séde de comarca desde Julho de 1905.

Tem duas escolas primarias. Por alguns annos o dr. J. Vaz da Costa manteve ahi um curso secundario, que deu resultado optimos. Por esse tempo publicava elle *A Voz do Sertão*, semanario de patriotico e bem realizado programma.

A cidade dispõe de agencia postal e telegrapho.

Canto do Buriti — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de S. João, fundado na administração do dr. Euripedes de Aguiar (1916-1920).

S. Raimundo Nonato — Municipio do Piauhi, séde de comarca. Situado numa planicie, á margem esquerda do Piauhi e nas proximidade de dois açudes, sendo um de grande capacidade, têm os seus habitantes o receio permanente de uma inundação possivel. E esse receio é tanto mais justificavel quando se sabe que é alli muito irregular o regime das aguas.

São frequentes os annos de secca, menos intensa depois dos reservatorios a que nos referimos. A falta d'agua, entretanto, chega a ser absoluta na estrada que leva a S. João. Quem percorre esse caminho, é obrigado a leva-la, pois, ás vezes, em trechos de 10 leguas e mais não é encontrada.

A principal riqueza é o gado vaccum.

A construcção da via ferrea Petrolina — Therezina, que está sendo activamente levada a effeito e passa á pequena distancia do municipio, vai dar transporte prompto e seguro

e, certo, contribuir para a realização de suas possibilidades economicas.

Freguezia em 1832, villa em 1850, é, hoje, cidade.

Dispõe de duas escolas primarias, agencia postal e telegrapho.

Seu commercio é feito com a Bahia por intermedio da Cidade de Remanso, 98 km. da qual dista.

CARACOL — Municipio do Piauhi, termo judiciario de S. Raimundo Nonato. E' de creação recente.

PAULISTA — Municipio do Piauhi, termo judiciario da Comarca de Jaicós. Fica á margem do Riacho Itahien em terras estereis.

O municipio é accidentado.

A villa foi installada a 25 de Dezembro de 1885, pelo juiz de direito dr. Alfredo Teixeira Mendes. A' solennidade precedeu missa rezada na antiga capella construida pelos avós do visconde da Parnahiba. Terminado o officio religioso, reuniram-se as pessoas gradas na casa cedida pelos herdeiros do fallecido padre Jaquim Damasceno Rodrigues, que ficou para paço da Camara.

Embora o vaticinio de Pereira da Costa, que a condemnou, a construcção da via ferrea Petrolina — Therezina lhe abre novas perspectivas. Seu principal commercio é o da exportação de gado.

Tem uma escola primaria e agencia postal.

JAICÓS — Municipio do Piauhi, séde da comarca. A cidade extende-se pelas vertentes de uma serra em terreno ligeiramente ondulado em cuja constituição predomina o arenito vermelho. O clima é saudavel.

E' rica em agua potavel obtida de dois riachos — um que atravessa a antiga Rua do Fogo e vai ter ao largo da egreja, outro que nasce nos arrabaldes.

Tres rios principaes fertilizam suas terras — o Canindé, o Itahien e o Riacho; estas representam vegetação variada, predominando os campos de mimoso.

Nas vizinhanças da cidade ha uma lagôa onde se encontram fosseis.

A lavoira tem insignificante desenvolvimento: a producção basta apenas para o consumo local. A pecuaria, no emtanto, merece cuidado maior.

A cultura racional da maniçoba foi tentada alli, com exito, tendo sido abandonada quando o producto se depreciou.

Tem duas escolas primarias, agencia postal e telegrapho.

PICOS — Municipio do Piauhi, séde de comarca. E' banhado pelo Rio Guariba, á cuja margem direita está situada a cidade. E' ponto de passagem a quem demanda Therezina vindo de Jaicós e Patrocinio. Seu commercio é de importação feito com o Ceará, Aracati e Fortaleza. O de exportação é, egualmente, feito com a capital e havendo para o transporte dos productos (maniçoba, coiros, cera de carnaúba, cereaes, requeijões) numerosa e possante *tropa* de muares. Suas terras, fertilizadas, além do Guariba, pelo Riacho, affluente do primeiro e Itaueira, engrossado pelas aguas do Guariba 3 leguas abaixo da confluencia do Riacho, apresentam vastos campos de engorda onde se crea esplendido rebanho de toda a sorte de gado. A agricultura é prospera, estando alli introduzida a cultura mechanica.

O clima é quente, humido e pouco saudavel nas margens dos rios onde, no fim da estação das chuvas (inverno), apparecem casos, quasi sempre fataes, de febre biliosa.

A freguezia, que data de 1851, foi elevada a villa em 1855 e a cidade em 1890.

Tem tres escolas primarias, agencia postal e telegrapho. Ahi se publica um semanario *O Aviso*.

PATROCINIO — Municipio do Piauhi, termo judiciario da comarca de Picos. Teve, em começo, o nome de Pio-Nono, quando ainda povoação. Creada ahi uma freguezia em 1883, não estava provida em 1885.

Seu commercio é, quasi todo, feito com o Ceará, de cujo Estado é limitrophe.

Tem agencia postal e uma escola primaria. O clima é saudavel e ameno, as terras ferteis, a população activa.

VALENÇA — Municipio do Piauhi, séde de comarca, situada esta entre os rios Santo Antonio e S. Victor.

Originou-se de uma aldeia de indios Acaroás, em local hoje quasi desapparecido, proximo a séde actual. Chamavam-lhe tambem os contemporaneos Catinguinha.

Elevada a povoação a villa em Setembro de 1762, por João Pereira Caldas, em virtude da carta régia de 19 de Junho de 1761, recebeu o nome que conserva. A transferencia para o logar onde, presentemente, se encontra foi effectuada em 1836.

A cidade fica em um valle, apresentando aspecto encantador aos viajantes que chegam pela estrada de Therezina. Tem uma rua principal dividida por um riacho em duas secções, que se communicam por uma ponte. Destacam-se, entre seus edificios, a casa da Camara, a Egreja de S. Benedicto e alguns predios particulares.

O municipio é, geralmente plano, cortado pelos seguintes rios e riachos — Puti, á cuja margem direita se acha a Povoação do Prata com algum commercio, Berlengas, Sambito, S. Nicolau, Ouço, Santo Antonio, S. Victor, etc. O Santo Antonio desagua no S. Victor, tributario do S. Nicolau que o é, como o Berlengas, do Puti.

E' talvez do Estado o municipio onde mais se desenvolve a cultura da canna de assucar. Ahi trabalham, todo o anno, engenhos de madeira, não sendo esta substituida, porque os de ferro, ignoramos a razão, estão sujeitos a pesados impostos.

As terras prestam-se admiravelmente á irrigação que lavradores têm, já, feito, com vantagens imprevistas. De uma dessas tentativas, resultou producção de arroz superior a de todo o Estado em volume.

Está bastante desenvolvida, tambem, a creação de gado.

Encontram-se camadas affloradas de turfa e grandes minas de salitre, a exploração de uma das quaes foi concedida a um syndicato americano.

Uma estrada de rodagem de 100 km. a ligaria a Oeiras, permittindo o escoamento de seus productos por Floriano desde que começasse a ser trafegada a estrada Floriano — Oeiras. Acontece, entretanto, que os 100 km. atravessam terreno muito accidentado, o que oneraria a construcção. Preferivel é construir a estrada Valença-Regeneração (Regeneração — Amarante está construida) com o percurso de 150 km. A construcção seria barata e facilima, porque só ha insignificantes obras d'arte a realizar. A zona é plana, coberta de chapadas de rarefeita vegetação. Não ha terras a fixar, nem a remover. Apenas uma serra poderia encarecer e difficultar a obra, a do Papagaio, não fosse a possibilidade que ha de a contornar.

O clima é ameno, pouco saudavel quando baixam as aguas.

Valença tem tres escolas primarias, agencia postal e telegrapho.

THEREZINA — Proxima á foz do Poti, uma legua ao Norte de Therezina, alveja a casaria branca do pittoresco Povoado do Poti Velho, renascendo das antigas ruinas para uma éra nova de influencia e prosperidade. Esse logarejo interessante, que já chegou a pesar na balança dos destinos piauhienses, que exerceu um papel saliente nas luctas da Independencia (1823), e se notabilizou na guerra dos Balaios, renasce depois de haver tocado á extrema decadencia.

Seu inicio vem de fins do seculo XVIII, porque se sabe que, em 1797, existindo alli apenas algumas casas, deram os habitantes, no dia 4 de Dezembro, começo a uma capella sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, desde logo arvorada em padroeira dos habitantes.

O florescimento foi espantoso, favorecido pelas condições topographicas do terreno, cortado pela estrada da capital á Parnahiba, procurado pela abundancia de seus productos.

Entre aquelles que mais se esforçaram pelo adeantamento do logar, occupa notavel posição José Joaquim da Silva, moço de idéas largas e bonita fortuna, em grande parte gasta em auxilio do povo, que o idolatrava. Fez construir para sua residencia uma vasta galeria de 52 braças de comprido, coberta de telha, e levantar mais 30 casas para "alojamento e commodidade dos povos", que rapidamente progrediam, trazendo assim um copioso contingente ao povoado.

Em 1807 foi proposta, pela primeira vez, sua elevação á villa, sendo governador da Capitania Carlos Cesar Burlamaqui; como porém a Metropole desconsiderasse a proposta, os habitantes requereram em 1815, ao rei, a creação de uma freguezia e a elevação do povoado a villa, requerimento favoravelmente informado pelo governador Balthazar de Sousa Botelho de Vasconcellos e indeferido.

Em 1822, por officio de 3 de Julho, a Junta do Governo, Mathias Pereira da Costa, Francisco de Sousa Mendes, José Antonio Ferreira, Miguel Pereira de Araujo e Caetano Vaz Portella, dirigiu nova petição dos moradores, implorando ainda a creação da villa e da freguezia, dizendo que "dotando-os a natureza de um terreno saudavel, aprazivel, abundante de fructos e peixes, commerciante, e com todas as proporções para ser uma povoação, talvez a melhor da Provincia, pela sua fertilidade e vantajosa situação sobre a margem do Parnahiba em que faz barra o Poti, se viam privados, porém, do pasto espiritual e das justiças, pois para aquelle era preciso recorrer á Matriz de S. Gonçalo, em distancia de 25 a 40 leguas, e para estas, em Oeiras, na de 60 leguas, por caminhos maus e difficeis".

Foi afinal creada a freguezia em 15 de Setembro de 1827 e elevada a villa a 6 de Julho de 1832, sendo installada a 21 de Novembro de 1833 pelo presidente da Camara Municipal de Oeiras, Justino José da Silva Moura.

Quando os Balaios, fugindo e mandando emissarios, invadiram essa Provincia, de 1839-1841, encontraram a Villa do Poti na epocha de seu melhor florescimento, que, dia a dia, augmentava, pelo desenvolvimento do commercio e das relações com S. Gonçalo, Campo-Maior e o Estanhado (hoje Cidade da União). De então começou a decahir, atacada por causas complexas, entre as quaes avultam os desastres e prejuizos vindos com a guerra, as luctas politicas e os abundantes invernos.

« Mal situada a Villa do Poti, em localidade insalubre e sujeita a inundações, nos invernos rigorosos anteriores a 1842 as aguas do rio augmentaram seu volume, espalharam-se em torno da villa, deixaram-n'a completamente ilhada, e, na velocidade de sua baixa, arrastaram comsigo parte de suas casas, inutilizaram sua lavoira e causaram mil damnos, além das febres intermittentes e paludosas, que ficaram lavrando em larga escala, como remate de tantas desgraças. » (Pereira da Costa — *Noticia sobre as comarcas do Piauhi.*)

Toda a Provincia foi abalada por esse triste acontecimento, de que se procurou evitar a reproducção, auctorizando-se o municipio a mudar o logar da séde para outro mais protegido, o que não teve cumprimento.

A lei da auctorização não foi, porém, revogada, e, em 1850, teve um começo de execução por instancia do presidente, recentemente nomeado, José Antonio Saraiva, que deu aos moradores a esperança de transferir a capital para o novo local. O enthusiasmo do povo, entretanto, era diminuto, attendendo ás difficuldades quasi insuperaveis da empresa.

E por saber disso foi que o presidente veio ao Poti em 1851, antes de abertos os trabalhos da Camara Legislativa e escolheu, pessoalmente, o terreno para a nova villa, conseguindo a mudança, que se realizou depois, a 20 de Outubro desse mesmo anno. A installação fez-se a uma legua da barra do Poti, num recanto agreste da *Chapada do Corisco*, assim conhecida pela frequencia das quedas de faiscas electricas em seu circuito.

São suas as seguintes palavras, escriptas no *Relatorio* com que abriu a sessão ordinaria da Assembléa, a 3 de Julho de 1851 (pags. 40 a 44):

« Dizer-vos, senhores, que á margem do Parnahiba e a uma legua da Villa Velha do Poti se levanta e cresce uma povoação, é resumir a série de factos que poderia contar para convencer-vos de que, se ha mais tempo não tinheis fé no apparecimento de uma povoação que um dia podesse receber a capital, provinha isso de não ter ido um só de meus antecessores examinar pessoalmente se era possivel ou não fazer convergir a um ponto da margem do Parnahiba os interesses de um dos municipios por elle banhados, e dirigi-lo para a edificação de predios, que formassem um nucleo de povoação, que se augmentasse, coadjuvado por vossas luzes e por vosso esclarecido patriotismo.

Filhos da Provincia, sabeis da viagem que emprehendi aos municipios do Norte, para examinar pessoalmente a obra da Ladeira do Castello, e possibilidade de uma ponte no Canindé, e verificar a navegabilidade do Parnahiba, e possibilidade de dar impulso em suas margens a uma povoação que propria fosse para o mistér de assento do governo da Provincia.

Chegando á Villa Velha do Poti facil me foi comprehender que, sujeita a febres endemicas, semi-arruinada pelas enchentes daquelle rio não podia aquella villa florescer, e que seus habitantes desejavam, com anciedade, edifica-la em qualquer outro logar, que podesse convir a seus interesses. Aproveitei esses desejos, convidei-os a edificar no mais bello e agradavel logar do Parnahiba; principiei a edificar por meio de subscripções uma matriz, e o resultado de tudo isso foi além de minhas esperanças; porque nunca acreditei que em

menos de seis mezes já estivessem em construcção perto de 30 habitações; e, ainda mais, que os mesmos habitantes da Villa Velha, que alli tinham elegantes casas, se resolvessem a deixa-las para construir no novo local, hoje geralmente chamado Villa Nova do Poti.

Eu deixo ao vosso patriotismo, á vossa illustração, o aproveitamento dos insignificantes esforços que fiz para conseguir um resultado, que (eu me desvaneço de affirmar aos escolhidos da Provincia) será sobremodo proveitoso aos mais vitaes interesses do Piauhi. E aproveito, senhores, esta solenne occasião para agradecer aos habitantes do Municipio do Poti a generosidade com que concorreram para sua matriz, os esforços que hão feito para que fossem desmentidos aquelles que querem avaliar, pelo seu patriotismo, o dos outros.

Mas é tambem sobremaneira agradavel declarar-vos que as côres politicas não poderam, naquella localidade, dividir os esforços dos habitantes do Poti no grande empenho de promover a prosperidade de seu municipio. E eu refiro esse facto, para agradecer tambem a todos o apoio que, por essa fórma, têm prestado á minha administração, que não ha tido outro merecimento senão desejar fazer o bem sem o poder fazer; porque, como já vos disse, faltam-me predicados necessarios para isso.

Dizendo-vos o que acabo de ler, eu tinha sómente considerado uma parte do assumpto de que me quiz occupar. E' certo, senhores, que podeis possuir uma povoação commoda e salubre á margem do Parnahiba: —Mas, podereis vós edificar os predios que são precisos para a acommodação das repartições e estabelecimentos? —Eu não o creio; comquanto convencido esteja de que podereis tudo isso conseguir apenas com o augmento da despesa annual de 1:800$, despesa que será logo compensada pelo crescimento da receita da Provincia, consequencia immediata de mudança da capital, depois de alguns annos.

O orçamento sob n. 9 vos mostrará que com aquella quantia (2:856$) poderemos alugar os predios necessarios para a acommodação de todos os estabelecimentos da Provincia; e eu me convenço de que achareis no Municipio do Poti e outros do Maranhão pessoas que queiram edificar predios com a condição de serem alugados á Provincia, até que ella possa haver por compra a propriedade delles.

Por essa fórma, póde a Provincia obter quanto deseja com pouco dispendio, e ter predios apropriados para seus diversos misteres; porquanto, se póde contractar para alugar e determinar as dimensões e commodidades que devem ter.

Para uma cadeia, quartel de Policia e acabamento da matriz, podereis dispôr da quantia que deve a Provincia haver dos cofres geraes, em pagamento do emprestimo, que lhe fez por prestações mensaes de 2:000$, e devo observar-vos que taes obras são mesmo indispensaveis, ainda que nunca resolvesseis a mudança da capital para aquelle logar.

Tenho-vos mostrado, senhores, que podeis resolver, em harmonia com os recursos da Provincia, o grande problema do seu engrandecimento; convém, porém, mostrar-vos ainda a razão da preferencia que dou áquella localidade para o assento do governo da Provincia.

Prefiro aquella localidade para séde do governo da Provincia: 1º, porque é ella bem situada e a mais salubre que é possivel (vereis da planta, que deixo sobre a mesa, a sua situação commoda e agradavel); 2º, porque fica na posição de tirar a Caxias todo o seu commercio com o Piauhi, conseguindo-se a maior vantagem da mudança; 3º, porque mais proxima da Cidade da Parnahiba póde servir melhor ao desenvolvimento da navegação, e gosar a capital do grande beneficio da facilidade de suas relações politicas e commerciaes com a Côrte e todos os grandes centros de civilização do Imperio; 4º, porque fica no municipio mais agricola da Provincia, e é preciso que o governo cuide sériamente de promover o augmento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ella usa e dar a conveniente direcção a seus productos; 5º, porque é aquella localidade a unica que promette florescer á margem do Parnahiba, e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da Provincia.

São estas, senhores, as razões que tenho para recommendar-vos a Nova Villa do Poti ás honras da séde do governo da Provincia.

Consta-me que alguns cidadãos desta cidade representaram ao Governo Imperial contra o systema administrativo que hei seguido, e que, por tender a preparar o terreno para a mudança da capital, offende os interesses de Oeiras, que, na opinião daquelles cidadãos, tem direito a ser séde do governo por possuir alguns edificios publicos, por estar no centro da Provincia, e por ser uma cidade pobre, que sem a capital ficaria reduzida a pouca coisa.

Reconheço, senhores, que a mudança da capital fére interesses, preconceitos, e Deus queira que esses interesses produzam em vossa presença todas as razões que poderem servir para esclarecer-vos no juizo, que tendes de pronunciar sobre a questão que fica sujeita á vossa consideração.

Vós decidireis se, por amor dessas quantias, deixará o Piauhi de conquistar, pelo commercio, pela agricultura, pela industria, sommas maiores, que poderão em pouco tempo dar-lhe uma capital mais rica, mais commoda, mais civilizada e mais conveniente á direcção dos negocios publicos.

Senhores, ninguem mais do que eu sente profundamente que alguns illustres Piauhienses soffram com essa mudança; nada, porém, neste mundo poderá inhibir de dizer-vos que é minha profunda convicção que o futuro da Provincia depende essencialmente da mudança da capital: de enunciar-me com a sinceridade que deve caracterizar a um administrador, a quem corre a obrigação de defender com empenho os grandes interesses da Provincia que administra.

Deveis decidir de uma vez, se é util, se é exequivel a mudança da capital. Se acceitardes minhas convicções, devereis contar com todos os meus esforços. Se as opiniões, que hei emittido, não vos parecem acertadas, confessar-me-ei menos avisado do que vós e procurarei servir á Provincia pela maneira por que julgardes mais conveniente e acertado. »

Posto se expressasse por essa fórma, não quiz fazer a tentativa, julgando essa Assembléa infensa ao seu plano; por haver, já, em 1850, votado a lei n. 253, de 5 de Agosto, que revogou as disposições anteriores que auctorizavam a mudança.

« A Assembléa Provincial de 1851 era a mesma, diz Alencastre em sua *Memoria chronologica, historica e chorographica do Piauhi*, pags. 116 e 117, que no anno anterior havia revogado as leis que auctorizavam a mudança, e pois a menos habilitada para reconsiderar essa materia e julga-la conscienciosamente. E depois, composta em sua maioria de deputados residentes em Oeiras e ligados a seu municipio por vinculos de interesses de que se não podiam esquecer, e que tambem não sabiam comprehender o sacrificio proprio por amor dos interesses geraes, esses deputados se collocaram em opposição á mudança, logo que uma parte da Assembléa tentou reparar o mal que havia feito no anno antecedente, esforçando-se em fazer passar um projecto de lei que auctorizasse a mudança da capital para a nova povoação, que estava preparando para séde da decadente Villa do Poti.

Com esse pronunciamento hostil de uma parte da Assembléa, não era prudente, nem mesmo conveniente a passagem de uma lei de tanto alcance e que, por assim dizer, ia mudar os destinos da Provincia. Era melhor esperar e por mais de uma razão; esperar para ter um triumpho completo, esperar para que, redobrando de esforços os habitantes do Poti na obra de edificação, podesse o administrador, com mais confiança e firmeza, realizar o pensamento, que já era não simplesmente seu, porém da maioria da Provincia, que o abraçava em suas representações, ora vindas dos povos, ora das municipalidades. »

Terminando o mandato dos deputados em 1850, o dr. José Antonio Saraiva marcou a eleição da nova Assembléa para Janeiro, verificando-se a apuração no paço da Camara Municipal, a 15 de Março, sahindo reconhecidos deputados os srs.:

	Votos
Dr. Antonio de Sousa Mendes Junior	155
Dr. Simplicio de Sousa Mendes	154
Dr. Raimundo Antonio de Carvalho	151
Tenente Francisco José da Silva	147
Dr. José Marianno Lustosa do Amaral	145
Padre Joaquim Damasceno Rodrigues	145
Coronel Jacob Manuel de Almendra	141
Dr. Antonio Francisco de Salles	140
Coronel José Ferreira de Carvalho	137
Major João Antonio Vaz Portella	136
Major Miguel Furtado de Mendonça	133
Tenente Octaviano José de Amorim	128
Padre Antonio Ricardo de Albuquerque Cavalcante	127
Dr. Eleutherio Augusto de Athayde	122
Tenente-coronel Ernesto José Baptista	120
Capitão Antonio Martins da Rocha	120
Tenente-coronel José Rodrigues Coelho	119
Padre Mamede Antonio de Lima	117
Dr. Angelo Custodio Bacellar	112
Capitão Angelo Gonçalves Mineu	108

Todos esses eram francamente *mudistas*, como lhes chamavam então, e isso mesmo ficou provado, porque, apresentado o projecto da mudança em 6 de Julho, foi subscripto logo pelos deputados José L. M. do Amaral, E. J. Baptista, Francisco J. da Silva, A. M. da Rocha, padre Mamede, A. G. Mineu, R. A. de Carvalho, Jacob M. de Almendra, A. F. de Vasconcellos (supplente), J. A. V. Portella, A. F. de Salles, e approvado unanimemente em todas as discussões.

Votada e sanccionada a lei (21 de Julho), Saraiva comprehendendo que a execução ou seria urgente ou não se effectuaria, adiou a Assembléa para 1853, mesmo sem votar a lei de meios, mandou que seguissem alguns escravos das fazendas nacionaes, ordenou a partida do Corpo de Educandos Artifices para o dia 20 de Agosto, e a 7 desse mez deixou as margens do Mocha, onde não mais devia voltar.

Saraiva contava por esse tempo 27 annos de edade; era um temperamento arrebatado, que não comprehendia os obices de certas tentativas.

Posse mais idoso, pesasse melhor o acto importante que praticava, e, naturalmente vacillaria, como tinham vacillado Sousa Ramos, Zacarias, Piretti e outros. Foi uma audacia feliz, porque surgiu triumphante quando se esperava vê-la esmagada.

Não repoisou, quasi, na viagem, chegou á Therezina a 14 de Agosto e a 15 ordenou que as thesoirarias deveriam achar-se alli no proximo 6 de Outubro.

Foi sómente por essa occasião que a população de Oeiras comprehendeu que a mudança era um facto real em via de consummar-se. Os jornaes da opposição accordaram em insultos ao administrador da Provincia, emquanto outros batiam palmas ao seu procedimento. E' dessa epocha o seguinte soneto, que encontramos n'*A Voz da Verdade*, n. 122:

VILLA NOVA DO POTI

Eil-a ali!... Não a vês bella e formosa,
que se eleva de esp'ranças radiante,
que surge alegre, que sorri ovante
do Parnahiba á margem deleitosa?...

Oh! que idéa feliz e grandiosa,
alli se não vigora!... Que brilhante
concepção alli não vai avante
de vida e de futuro esperançosa!

Ei-la alli, Piauhi... todo esse bem,
quanto se ha feito em beneficio vosso
na razão, no progresso origem tem.

O' filhos do Piauhi, deixar não posso
de comvosco alegrar-me! Avante... além...
além... avante, que o futuro é nosso.

E a agitação crescia.

O Echo Liberal, orgão do partido desse nome, especulava com os factos incitando o povo, ensombrando os acontecimentos, fazendo nascer na alma popular impetos de revolta.

No dia 7 de Setembro realizava-se a eleição municipal para designação de camaristas e juizes de paz do quadriennio seguinte e desde a vespera o povo entrava na cidade, em grupos, visivelmente predisposto para um motim, que cumpria evitar a todo custo.

Chegou nesse dia (6) ao conhecimento da Policia que alguns chefes liberaes romperiam á noite uma sedição para

impedir a marcha das repartições; sabia-se que os municipios de Jaicós, Valença e S. Raimundo Nonato adheriam ao movimento.

O delegado de policia fez immediatamente retirar todo o cartuxame e polvora existentes no deposito e recolher ao quartel de 1ª linha, no interior da cidade, sendo a tropa, os officiaes e commandante aquartellados e assim conservados em todo o curso da eleição. Mandou-se mesmo um *positivo* ao governo, dando noticia do succedido.

Felizmente, foi-se a quadra eleitoral, sem que houvesse alguma coisa a lamentar, a não ser a suspensão d'*O Echo Liberal*, cujos ultimos numeros (153 e 154) sahiram a 18 de Setembro.

Poucos dias depois seguiram as repartições, a 15 e 16 de Setembro, sem um protesto serio á ordem presidencial, cumprida por esse acto, e a velha e taciturna Cidade do Mocha ficava deserta da vida official, aprestando-se para a decahida, que foi rapida.

Entretanto, nesse interim, Therezina progredia de um modo extraordinario sob as vistas do presidente e do contractante das obras, o coronel Manuel Domingues Gonçalves Pedreira.

> « O illustre administrador, diz Alencastre (op. cit., pag. 118) não descança um momento, sua attenção se dirige a todos os lados; provê com uma actividade extraordinaria de remedios a todos os males; monta as repartições, accommoda os empregados publicos, que successivamente vêm chegando, e, em pouco tempo, todas as peças do mechanismo publico funccionam com a maior regularidade.
>
> Em tres mezes a obra, que muitas intelligencias superiores tinham considerado impossivel, estava consummada sem grandes despesas, porque não excederam de 20:000$000. »

Nessa quantia não está incluida a gasta com a edificação da Egreja de Nossa Senhora do Amparo, a primeira construida, benzida em 24 de Dezembro de 1852 pelo vigario da vara e da freguezia, o reverendo padre Mamede Antonio de Lima. Nesse mesmo dia, á tarde, foi trasladada em "procissão a imagem da velha Egreja do Poti, sendo no anno seguinte decretada, pela Assembléa Provincial, a transferencia da séde de Nossa Senhora do Amparo, do Poti, para a nova capella da mesma invocação, erecta em Therezina pela lei n. 334, de 8 de Julho".

E' esse, em rapidos traços, o historico da transferencia da capital e concomitante fundação de Therezina; para terminar o paragrapho só nos resta dizer que a idéa de retirar de Oeiras a séde do governo vinha de muito antes, havendo surgido pela primeira vez em fins do seculo XVIII, sob o governo do preclaro d. João do Amorim Pereira.

Conhecendo dos males que vinham á administração pela má posição de Oeiras, elle officiou a 8 de Abril e a 19 de Agosto de 1798 ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho, patenteando os inconvenientes de sua estada alli.

Dezeseis annos depois, em 1814, sob a Junta temporaria, composta do ouvidor João da Silva Furtado e do vereador Francisco Manuel da Cunha, reappareceu, como em 1816, sob o governo de Balthazar de Sousa Botelho de Vasconcellos, sendo até ahi preferida para transferencia a Villa da Parnahiba.

Depois disso o Piauhi passou por fundas commoções: teve em 1817 a repercussão dos factos de Pernambuco; de 19 de Outubro de 1822 a Junho de 1823 a guerra da Independencia; em 1824 a adhesão de Campo-Maior e Parnahiba á Republica do Equador; de 1839 a 1841 a lucta com os Balaios, de fórma que os administradores não poderam e nem deviam tratar de mudar a capital. Accresce que desde 24 de Janeiro de 1823 a 30 de Dezembro de 1843, com pequenos interregnos (de 11 de Agosto de 1828 a 13 de Fevereiro de 1829 e de 15 de Fevereiro do mesmo anno a 17 de Fevereiro de 1831) o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, depois barão e visconde da Parnahiba, esteve na direcção da Provincia e que seu interesse não consentia na trasladação da séde administrativa das margens do Mocha.

A idéa da mudança faz, por isso, uma suspensão que se quebra na presidencia do dr. José Ildefonso de Sousa Ramos (1844). Em sua falla de 7 de Julho manifestou-se convencido da necessidade palpitante da transferencia; recuou, no emtanto, deante de difficuldades monetarias que previu, e a lembrança ficou esquecida. No anno seguinte, o dr. Zacharias de Góes e Vasconcellos, em seu *Relatorio* de 1 de Agosto, discutiu de novo a questão e aqui vão os seus conceitos, os quaes dão uma idéa do modo pelo qual era julgado o assumpto. Eil-os:

> « A lei de 3 de Agosto do anno passado mandou transferir a capital da Provincia para a margem do Rio Parnahiba, na confluencia da corrente denominada—Mulato e ahi edificar a nova cidade com o nome de Regeneração. Ora, esse logar é completamente deserto, e foi escolhido sómente pelas suppostas vantagens da situação. Com dizer isto, tenho dado a razão por que não foi aquella lei executada por meu antecessor, não ha de ser por mim, nem tambem, segundo todas as probabilidades, pelos meus successores. Construir todos os edificios necessarios ao serviço publico, erguer, de repente, uma cidade inteira, é empresa possivel a hum homem de genio que disponha de innumeraveis braços e de uma fortuna immensa, mas é huma perfeita chimera para o governo constitucional de huma Provincia pobre.
>
> . . . . . .
>
> Se uma capital deve ser o centro da politica, da industria e da sciencia, ou, ao menos, fazer-se notavel por algum desses elementos de preponderancia e primazia, creio que uma longa experiencia falla bem alto contra Oeiras a todos esses respeitos. Se esta cidade alguma influencia politica exerce sobre o resto da Provincia, é unicamente devido á presença do governo e das auctoridades que aqui residem: as noticias da Côrte são extraordinariamente demoradas, as ordens mais urgentes do gabinete de s. m. o imperador em extremo retardadas, raras vezes chegam a tempo de dar ás coisas a desejada direcção. Tanto esta cidade não é um centro scientifico que nella apenas existem tres cadeiras de primeiras lettras e uma de latim, estando suspenso o ensino secundario por disposição legislativa. E qual é, senhores, a preponderancia que tem Oeiras pelo commercio e pela industria, achando-se, como sabeis, sob a tutela de Caxias? Situada entre morros, é quasi inhabitavel a cidade, porque o calor que no clima do Norte é tão intenso, torna-se aqui, por esta circumstancia, ainda mais abrazador e insupportavel: o local da cidade é tão pedregoso e conseguintemente esteril, que não consente vegetação, de maneira que, na estação calmosa, como agora, dir-se-ia morta a natureza, a não ser o riacho do Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas arvores. Estas razões embargam inteiramente o crescimento e prosperidade desta cidade, e, segundo o que tenho observado, é geral a convicção, mesmo dos habitantes de Oeiras, de ser inconveniente á existencia da capital aqui, havendo só divergencia sobre o logar para onde deva ser transferida. »
>
> . . . . . .

Estava então em vigor a lei de 3 de Agosto de 1844, auctorizando a mudança; o dr. Zacharias, não querendo dar um passo de tamanha relevancia sem audiencia do Governo Imperial, a elle se dirigiu, em officio de 1 de Setembro de 1845, obtendo em resposta o aviso de 26 de Novembro do mesmo anno, pedindo informações dos motivos que tinham levado a Assembléa a auctorizar essa mudança.

Informando, declarou o presidente achar a idéa inexequivel, ao menos por então, desde que "não é possivel improvizar uma cidade sem dinheiro: fôra mistér nada menos que a omnipotencia do Creador para dizer: faça-se uma cidade e ella apparecer.

> « Inclino-me a crer, senhores, que os habitantes desta cidade, que pelo rumor da mudança da capital deixaram de construir casas, que premeditavam levantar, podem sem receio edifica-las, que, primeiro hão de ellas, cedendo ao tempo, arruinar-se, que sahir dos morros de Oeiras a capital da Provincia. » (*Relatorio* de 11 de Julho de 1846, pag. 39.)

Zacharias considerava, portanto, o que Saraiva executou num golpe aventuroso de audacia, uma chimera intangivel!...

A idéa pareceu morrer, então, surgindo, porém, dois annos depois, em 1848, quando se auctorizou o governo a fazer a mudança para o Poti, com o fim unico, diz *O Echo Liberal* n. 117, de 11 de Dezembro de 1851, de "animar o cumprimento da lei de 1843, que transferia a Villa do Poti para o novo local".

Estava na presidencia da Provincia o sr. Anselmo Peretti, que vetou a resolução, voltando-a á Assembléa, onde foi approvada (1849) por dois terços.

A derradeira tentativa foi a tentativa Saraiva, que teve exito absoluto.

Pela simples exposição dos factos, verifica-se que nos ultimos governos, depois do barão da Parnahiba até á transferencia, essa idéa occupou a attenção de todos os administradores, fosse para lembra-la ou combate-la.

A mudança se impunha imperativa: os interesses do Piauhi estavam a reclama-la; o dr. José Antonio Saraiva, pois, fez obra meritoria, corporizando aquillo que era uma justa aspiração de todo o Piauhi.

Descripção da Cidade

Edificios principaes

A transferencia da capital para a nova Villa do Poti transformou em breve a primitiva Chapada do Corisco.

A edificação irregular de outr'ora, em vielas sem ordem, succederam ruas geometricamente alinhadas, abrindo-se sobre amplas e bellas praças que fazem de Therezina uma das cidades de mais impressionadora apparencia.

As reformas, porém, não se limitaram a isso: — o sólo foi revolvido, a Flora augmentada. Para nos convencermos, basta um ligeiro exame nos terrenos que formam a parte rural e devoluta da cidade.

Ahi dominam as plantas de chapada, o piquizeiro, a faveira, a unha de gato, etc., ao passo que, no perimetro urbano, a vegetação apresenta-se luxuriante e de feição inteiramente differente.

As ruas e praças regularmente arborizadas, reunidas as profusas plantações das chacaras e quintaes, dão á Therezina um bellissimo aspecto de verdura, comparavel ao de um gigantesco jardim tropical.

As modificações da Flora trouxeram como consequencia immediata as alterações nas condições meteorologicas da cidade. E' assim que o clima é hoje mais ameno, a salubridade invejavel, e as trovoadas perderam a violencia de outros tempos.

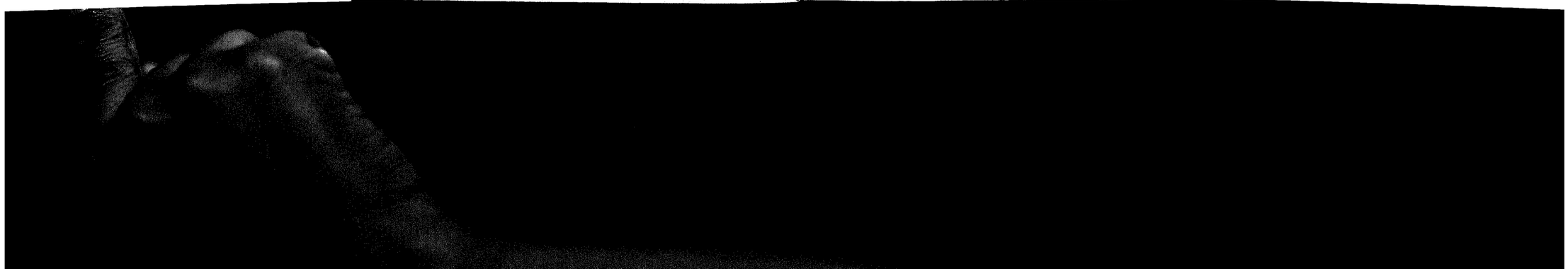
A posição topographica da cidade, entre os dois importantes rios Parnahiba e Poti, que corre 2 km. a Léste, concorre para torna-la muito quente no verão; normalmente, a temperatura não excede nessa estação de 30° c. A média é de 27°, sendo as noites sempre agradaveis e frescas.

O patrimonio municipal de Therezina é de 43 km.², de accôrdo com os seguintes dados extrahidos dos autos de demarcação do seu patrimonio:

> « Tendo por centro a Egreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo e seguindo o rumo Sul (4° Sudoéste) a 1.500 braças de distancia daquella origem, na estrada de Oeiras, foi encravado o primeiro marco (marco principal) de pedra branca em terreno pedregoso, composto de carrasco, abaixo dos marcos que separam a Fazenda Angelim da data Covas, tendo como testemunhas dois marcos de pedra bruta, que orientam os outros marcos; a Oéste á margem do Rio Parnahiba, onde está encravado o segundo marco de pedra branca; e a Léste á margem do Rio Poti, no logar Catharina, onde foi encravado o terceiro marco, tambem de pedra branca. Seguindo o rumo Norte (4° Noroéste) e tendo ainda como centro de partida a Egreja do Amparo, a 1.500 braças de distancia daquella origem, na estrada da Villa Velha do Poti, em terreno de barro, chapada coberta de capim e faveiras, foi encravado o quarto marco (marco principal) de pedra branca, tendo como testemunhas dois marcos de pedra bruta, que orientam os de todos os rumos, a Oéste á margem do Rio Parnahiba, dentro da antiga quinta do dr. Candido Gil Castello Branco, onde foi encravado o quinto marco de pedra branca; e a Léste á margem do Rio Poti onde ficou o sexto e ultimo marco, tambem de pedra branca. »

A distancia entre os marcos principaes é, portanto, de 3.000 braças ou sejam 6.600 m. que correspondem a uma legua de sesmaria. Tal é a extensão de Norte a Sul do patrimonio municipal de Therezina, encravada na data de terras denominada Covas e desapropriada, por utilidade publica, pela quantia total de 1:500$ aos compossuidores dr. Carlos de Sousa Martins e José Gonçalves Pedreira, em 1859.

O sólo é todo de alluvião e muito plano, apresentanda ligeiras elevações para os bairros de S. Benedicto, Estrada



Nova e Campo de Marte, que ficam todos ao mesmo nivel e formam a parte alta da cidade, que, segundo os calculos do Observatorio do Rio de Janeiro, fica 100 m. acima do nivel do mar.

O sub-sólo é pedregoso e impermeavel, o que justifica as grandes correntes de aguas pluviaes que se formam em algumas ruas da cidade.

As ruas bem largas e cortadas em angulo recto, abrindo-se sobre praças amplas, facilitam muito a circulação dos ventos, cuja direcção geral é Sudoéste.

E' notavel a constancia do chamado vento parnahibano, que sopra de Norte a Sul, formado pelas brisas maritimas e que regularmente sopra em Therezina das 9 horas da noite em deante, modificando sensivelmente a temperatura.

A área presentemente edificada póde ser calculada em 3 km.^{2}, distribuida por 16 ruas principaes, tendo direcção perpendicular ao Rio Parnahiba, 11 ruas transversaes, sete praças e uma avenida, além dos arrabaldes.

A casaria de telha comprehendida na decima urbana eleva-se a perto de mil casas, conforme os ultimos lançamentos da Collectoria Estadual. Fôra do perimetro urbano, porém, existem em numero tres vezes superior ás primeiras casas cobertas de palha de carnaúba, que formam longas ruas de alguns kilometros de extensão.

As ruas principaes, partindo do Sul para o Norte, têm as seguintes denominações: Olavo Bilac (antiga Santo Antonio) S. Pedro, Felix Pacheco (antiga S. José), Paisandú, Senador Pacheco (antiga Rua Bella), Alvaro Mendes (antiga Rua Grande), Coelho Rodrigues (antiga da Palma), Elyseu Martins (antiga Augusta), do Amparo, Lysandro Nogueira (antiga da Gloria) Desembargador Freitas (antiga da Estrella), Benjamin Constant, Campos Salles, do Fogo e do Norte.

Perpendicularmente a estas correm as ruas transversaes do Maranhão, Divisão, Riachuelo, Cesario Alvim, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiuva, Barroso, 13 de Maio, David Caldas, 7 de Setembro e 24 de Janeiro.

As praças são as do Conselheiro Saraiva, Aquidaban, S. Benedicto, Marechal Deodoro, Rio-Branco (antiga Uruguaiana), 15 de Novembro e Campo de Marte.

Algumas dessas ruas e praças apresentam edificios notaveis, não só publicos como particulares.

Citaremos entre os primeiros: — o Forum, séde do Superior Tribunal de Justiça do Estado e do Jury; o Palacio do Governo, com amplas accommodações e em magnifica situação; o da Assembléa Legislativa; o Paço da Intendencia Municipal: o edificio das secretarias da Fazenda, Obras Publicas, Policia, Tribunal de Contas e Saude Publica; o do Lyceu Piauhiense; o da Delegacia Fiscal, bello e confortavel predio, e o futuro edificio para a Escola Normal do Estado, que está sendo construido com os requisitos necessarios para o fim a que se destina, com uma magnifica fachada, o qual será, de certo, o edificio mais custoso e mais notavel da cidade.

Ainda se notam ahi a egreja consagrada á Virgem do Amparo, padroeira da cidade; o predio do Mercado Publico; a Fundição da Companhia de Navegação a Vapor.

No centro da praça ergue-se o monumento consagrado ao fundador da cidade, conselheiro José Antonio Saraiva, demonstração da gratidão piauhiense a um dos maiores bemfeitores de sua terra.

O monumento compõe-se de um pedestal de pedra de cantaria, encimado por uma columna de marmore, terminada por uma corôa de loiros.

Na parte da columna que se volta para as margens do Parnahiba, lê-se a seguinte inscripção:

JOSÉ ANTONIO SARAIVA
HANCURBEM CONDIDIT
ANNO
MDCCCLII

Na parte opposta esta outra:

PIAUHIENSES
GRATI HOC FECERUNT
ANNO
MDCCCLVIII

Proxima á Praça Marechal Deodoro acha-se a Praça Rio-Branco, pequena mas bella, ajardinada, ponto preferido para *rendez-vous* da sociedade therezinense. Vêm-se ahi o novo edificio da Directoria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Publicas do Estado e o Palace-Theatro-Cinema, casa de diversões de propriedade particular.

Na Praça Aquidaban ergue-se o Theatro 4 de Setembro, o quartel do Corpo de Segurança do Estado e a Escola de Aprendizes Artifices.

Na parte Sul da Praça Aquidaban começa a Avenida Antonino Freire que se extende até á Egreja de S. Benedicto, recebendo, no trecho que vai para além, em direcção ao Poti, a denominação de Avenida Frei Serafim.

Na Praça S. Benedicto, ergue-se alteroso o templo consagrado ao santo desse nome, egreja, com justiça, considerada a mais bella do Estado e classificada entre as melhores do Norte. Em 1884 iniciou a sua construcção o venerando frei Serafim de Catanea, da Ordem dos Capuchinhos, que viera ao Piauhi em serviço da fé catholica. Construido a expensas do povo, auxiliado pelo governo provincial, a conclusão desse magnifico templo representa um masculo exemplo de extraordinaria força de vontade, em um meio pobre e refratario a obras de grande vulto.

O templo é em estylo classico, ordem toscana, cujas proporções foram religiosamente observados. As agulhas das torres elevam-se a perto de quarenta metros e, reunidas ao frontispicio, que as separa, dão-lhe um conjuncto de severa imponencia. A planta é uma cruz grega, o hemicyclo é corôado por um pequeno zimborio. As portas são de madeira e apresentam notaveis trabalhos de entalhe em alto relevo, de desenhos variados e de muito gosto artistico.

A' entrada do templo lêm-se inscripções abertas em placas de marmore branco, resumindo o historico da sua construcção.

A pequena eminencia em que ella fica, é galgada por uma soberba escadaria de pedra apparelhada, construida depois da morte de frei Serafim de Catanea pelo conego Thomaz de Moraes Rego.

No Largo Saraiva, lindamente arborizado, nota-se o templo consagrado á Virgem das Dôres. Começado em 25 de Março de 1865, quando foi lançada a primeira pedra, desabou quando já estava quasi concluido, sendo preciso reconstrui-lo, para o que a Assembléa Provincial votou em 1871 os fundos necessarios, proseguindo-se então os trabalhos que, só em 1875, ficaram terminados.

Ainda no Largo Saraiva nota-se o Palacio do Bispado do Piauhi, adquirido para esse fim por subscripção popular, e que é um dos melhores predios da capital.

No Campo de Marte são notaveis os edificios do quartel da Força Federal, o da Santa Casa de Misericordia, o da Detenção e o Asylo de Alienados.

O primeiro, que é o melhor da praça, está presentemente occupado pelo 25º Batalhão de Caçadores.

O da Santa Casa de Misericordia é relativamente novo, e de magnificas accommodações, se bem que se resinta da falta de alguns preceitos hygienicos, indispensaveis em edificios que têm de servir a tal fim. O hospital é mantido por uma irmandade installada a 18 de Dezembro de 1860, subvencionada pelo governo do Estado. Funccionou antes de possuir o actual predio, na Praça 15 de Novembro, na casa do antigo Hospital de Caridade, extincto pela lei n. 511, de 1 de Agosto de 1861.

Além da Santa Casa de Misericordia, e já fóra dos limites urbanos, ficam os dois cemiterios da Municipalidade.

Notam-se nelles alguns jazigos de gosto artistico, mas desagrada a falta de ordem que tem havido na sua distribuição.

Therezina está fadada a possuir arrabaldes pittorescos e apraziveis. Os poucos annos que conta não permittem ainda que ella já apresente esse attractivo das grandes cidades, refrigerio onde a população, cançada das fadigas diurnas, vai gosar a calma e tranquillidade dos campos.

Falta-lhe o elemento principal para o desenvolvimento dos arrabaldes: — o bonde, que é o meio de transporte por excellencia e ao alcance de todos.

Apesar disso, nestes ultimos annos tem tomado consideravel incremento a edificação nos arredores. Basta observar a casaria da Estrada Nova, pittoresco bairro ao Sul da cidade, e a ella ligado por uma ponte de madeira, construida em 1892, o rapido crescimento do Barracão, da Pacatuba, do bairro de S. Benedicto, da Rua da Chapada e outros.

A vida poreja em Therezina por toda a parte, espontanea e facil: a população augmenta a olhos vistos.

Em 1866 era apenas de 5.515 habitantes, segundo interessante trabalho do desembargador José Manuel de Freitas. Actualmente sobe a mais de trinta mil. Naquelle anno, apesar de ser a mais nova das localidades da Provincia, pois não contava de fundação 15 annos, era a mais importante no tocante ao numero de almas e de edificações.

Oeiras, a primeira capital, contava 643 predios de toda a especie e 2.846 habitantes: Therezina, 963 casas e palhoças e uma população de 5.515, como vimos.

Cabe notar que, do exame da planta que deveria servir de plano para a edificação da capital, se nota que foi profundamente alterada, como está, ainda sendo. Algumas felizes, como a abertura das avenidas Frei Serafim, Antonino Freire e da praça comprehendida entre as ruas Coelho Rodrigues e Elyseu Martins; outras sem justificação possivel, como a que reduziu a largura de uma rua, em toda a sua extensão, para servir a interesse de um proprietario a Avenida das Flores pela Rua Campos Salles, o fechamento do primitivo Campo de Sant'Anna — deveria occupar a zona comprehendida entre as ruas Areolino de Abreu (Amparo), Coelho Rodrigues (Palma, Macahuba) e as transversaes 13 de Maio (S. Bento) e 7 de Setembro.

Em 2 de Dezembro de 1882 era inaugurado o serviço de illuminação a kerozene. Hoje conta um serviço regular de illuminação electrica e abastecimento d'agua.

ABDIAS NEVES.

XI

Organização judiciaria

A justiça é administrada por um tribunal composto de cinco desembargadores, um procurador geral e um sub-procurador, por juizes de direito e juizes districtaes. Os desembargadores são nomeados dentre os cinco juizes de direito mais antigos. Podem tambem ser escolhidas pessoas de notavel saber e reputação, alheias á Magistratura. Para ser nomeado juiz de direito é preciso que, por quatro annos, o candidato tenha advogado, ou exercido cargo de justiça.

Ha no Estado 21 comarcas, das quaes 18 de primeira entrancia e tres de segunda, comprehendendo 40 districtos judiciarios.

São de primeira entrancia, Bom Jesus, Corrente, abrangendo esse municipio e o de Parnaguá; Santa Philomena, com séde na villa do mesmo nome e comprehendendo o Municipio de Gilbués; Oeiras, com séde nessa cidade, comprehendendo o Municipio de Patrocinio; Jaicós, com séde nessa cidade, abrangendo o Municipio de Paulista; S. Raimundo Nonato, com séde na cidade do mesmo nome, abrangendo os municipios de Caracol e Canto do Buriti; S. João do Piauhi; Valença; Urussuhi, com séde na villa do mesmo nome e comprehendendo o Municipio de Apparecida; Amarante, com séde nessa cidade e abrangendo os municipios de Regeneração e S. Pedro; União, abrangendo o Municipio de Livramento; Castello, abrangendo o Municipio de Alto Longá; Campo Maior; Barras, abrangendo os municipios de Porto Alegre, Boa Esperança e Marruás; Piracuruca, abrangendo o Municipio de Batalha; Pedro II, abrangendo o Municipio de Periperi; Miguel Alves recentemente creada.

As de segunda entrancia são: Therezina, Parnahiba, abrangendo os municipios de Amarração, Buriti dos Lopes e Floriano.

A Comarca da Capital comprehende duas varas — a primeira, privativa dos casamentos, orphãos, ausentes e provedoria, e a segunda, privativa do commercio, civel e feitos da Fazenda.

XII

Instrucção

A população escolar é diminutissima no Estado. Para mais de 500.000 habitantes, a matricula nas escolas publicas só attingiu em 1919 a 3.068 alumnos. Calculando em 2.000 o numero das matriculas em escolas particulares eleva-se a 5.068, reduzido a pouco mais de 2.000 pelas faltas que occorrem na frequencia ás aulas.

Para isso contribue, em muito, o modo por que se fez o povoamento do Estado, disseminando-se a população, espalhando-se por um territorio extenso.

Materialmente impossivel é ao habitante do interior educar os filhos. Residindo longe das cidades, villas e povoações, sem recursos para os manter ahi, sem estimulo, porque é, por sua vez, analphabeto, desinteressa-se pelo que considera um privilegio dos ricos. Nestas condições, tirante excepções raras, a população escolar é recrutada nos meios urbanos.

De outra parte, embora providas, em sua quasi totalidade, de professoras normalistas, cultas e intelligentes, são

as escolas de uma penuria desconfortante. As do interior, em predios particulares, sem hygiene, sem mobiliario, não são proprias a attrahir alumnos.

Ha no Estado um Lyceu, equiparado, condicionalmente, ao Gymnasio Nacional, em 1918. A condição exigida ainda não foi realizada. Ha tambem: uma escola normal donde sahem as professoras para o curso primario; uma escola modelo; tres grupos escolares, duas escolas complementares e escolas isoladas, ao todo 78. Funccionam dois internatos em Therezina e um em Floriano. O Governo Federal mantém duas escolas primarias no Centro Agricola "David Caldas" e uma escola profissional em Therezina, Escola de Aprendizes Artifices. Quasi todos os municipios mantêm escolas primarias, sem grande vantagem para o ensino, porque, geralmente, são regidas por pessoas indicadas, não pela competencia que deveriam ter, mas por conveniencia da politica local.

Força é, porém, convir, que os recursos orçamentarios do Piauhi justificam, até certo ponto, a percentagem minima dos resultados obtidos pela administração no registo escolar.

Na *Mensagem* apresentada á Camara Legislativa em 1 de Junho de 1919, pelo então governador dr. Euripedes Clementino de Aguiar, dizia que se não tinha descuidado das coisas da instrucção publica, a que prestara "constante assistencia, procurando diffundi-la, o mais possivel, pelo territorio piauhiense, creando escolas, cercando o professorado das garantias necessarias ao desempenho de sua nobre missão, tomando, em summa, providencias outras que pareceram de reaes vantagens..."

E, em seguida:

> «Pelo decreto n. 702, de 15 de Junho (1918), creei cinco escolas em diversos pontos do Estado, tendo, anteriormente, pelos decretos ns. 602, de 1 de Janeiro, e 607, de 15 de Março do mesmo anno, creado duas outras nos municipios desta capital e do Canto Buriti. »

No fim da administração havia creado duas escolas no Municipio da Capital e 12 em cidades, villas e povoações.

O Piauhi é o Estado que menos despende com a instrucção, como se vê da seguinte discriminação:

Districto Federal	11.102:920$000
S. Paulo	19.410:434$000
Minas Geraes	6.020:720$000
Rio Grande do Sul	4.002:672$000
Rio de Janeiro	1.863:321$000
Bahia	1.509:431$000
Ceará	1.101:390$000
Santa Catharina	963:520$000
Amazonas	950:580$000
Pará	870:692$000
Pernambuco	856:861$000
Paraná	848:100$000
Parahiba	688:201$000
Sergipe	518:522$000
Alagôas	477:985$000
Espirito Santo	454:240$000
Rio Grande do Norte	327:800$000
Piauhi	185:893$000

Comparadas, porém, a despesa com a instrucção e a receita geral, o Piauhi fica acima do Paraná, Pará, Bahia e Pernambuco, porque é esta a percentagem: Districto Federal, 19 %; S. Paulo e Ceará, 18 %; Santa Catharina, 17 %; Minas Geraes e Rio Grande do Sul, 13 %; Rio de Janeiro, Parahiba, Alagôas e Rio Grande do Norte, 12 %; Amazonas e Sergipe, 10 %; Piauhi, 9 %; Paraná, 8 %; Pará, 7 %; Bahia, 5 %; Pernambuco, 4 %.

XIII

Aspecto economico

O aspecto economico do Piauhi não é lisongeiro. Não lhe faltam elementos para uma expansão rapida e brilhante: faltam as forças que a deviam promover, ou seja, transporte facil e barato, diffusão do ensino technico, saneamento das margens dos rios e organização do credito agricola.

Já nos referimos aos meios de transporte de que o Estado dispõe e, propositadamente, deixamos para aqui uma exposição mais ampla de suas precarias condições.

Os instrumentos ainda hoje usados são os mais primitivos.

Deixando de parte a influencia nefasta que a falta de saneamento exerce sobre o homem, permittindo a livre propagação do paludismo e outras molestias, ha ainda outro elemento que concorre para o pequeno desenvolvimento da producção: — a ausencia de apparelhos de credito. Alli ha, apenas, uma carteira bancaria, a agencia do Banco do Brasil na Parnahiba e com operações muito limitadas. O agricultor não tem a quem se soccorrer. Compra a credito, por um preço exorbitante o que precisa e paga com as colheitas vendidas, por um preço infimo.

De lastimar é, entretanto, que esses factores se congreguem para conter a expansão economica do Estado. Sua riqueza inexplorada é immensa. Em suas terras fertilissimas todos os productos das zonas tropicaes abundam.

Atravessando-as em 1819 Martius e Spix a ellas se referem com enthusiasmo. Descrevendo-as, denominam-n'as a "Suissa Brasileira". O dr. Arrojado Lisboa, referindo-se ás margens do Canindé, considera-as "as terras mais ferteis da America do Sul". O dr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho julga-as superiores ás do Charolais (França). Escreve que viu abater-se uma copahibeira de que se extrahiram 10 litros de oleo.

A principal industria é a Pecuaria, favorecida pelas condições especialmente vantajcsas das pastagens, mas sem o desenvolvimento que poderia ter, se não fôra a reproducção periodica das seccas e o espirito de rotina que rege todas as manifestações da actividade do sertanejo. Seguem-se a Industria extractiva e a Agricultura.

Os productos principaes de exportação reduzem-se ao algodão, cera de carnaúba, coiro, pelles, gado, pennas de ema, crinas, borracha de maniçoba.

Infelizmente não se acham publicados os relatorios da Secretaria da Fazenda, relativos aos quatro ultimos annos, donde se poderiam colher informes discriminados de volume e valor de cada um desses productos.

Entretanto, embora não tivessem sido publicadas essas informações, conseguimos obte-las e colligi-las, tão completas quanto nos permittiram as circumstancias.

Na impossibilidade de os transcrever na integra, reportamo-nos aos productos cujo volume global mais avultou no triennio de 1916 a 1918.

Ei-las:

1916	
Maniçoba (kg.)	782.648
Cera de carnaúba (kg.)	1.407.168
Algodão	340.325
Coiro de gado (um)	136.398
Gado masculino (vivo)	9.142
Pelles de cabra	455.325

A distribuição geographica dos maniçobaes fica, perfeitamente, desenhada nos quadros que organizámos. E' assim que se observa que seu *habitat* está ao Sul e ao centro do Estado, onde é nativa. Não se acclima no Norte. Minuciando-se o exame, vê-se que para as 782 toneladas (1916) contribuiram:

	Kilos
S. Raimundo Nonato (kg.)	180.080
S. João do Piauhi	110.037
Floriano	114.094

Os dois primeiros municipios se acham no extremo-sul, limitando-se com o Estado da Bahia. A zona mais favoravel ao desenvolvimento da planta avança deste ultimo municipio para o Sul e Suéste, abrangendo as terras de S. Raimundo Nonato, S. João do Piauhi, Bom Jesus, Simplicio Mendes e Jaicós.

A extracção do *latex* era feita de modo muito primitivo: cavavam junto á raiz, deitavam um pouco de tabatinga no buraco afim de que o *latex*, coagulando-se, não contivesse barro e detrictos vegetaes, e praticavam proximo á raiz um córte profundo, em sentido longitudinal. No dia seguinte o *latex* que deflue pela *sangria* está coagulado. Representa a côr de um amarello claro e é de pouca consistencia, pelo que o expõem por alguns dias ao sol espalhado em esteiras. Perde, ahi, parte do liquido aquoso que a coagulação rapida conservou. Depois disso é ensaccado.

Por muito tempo conserva um odor forte e desagradavel.

Cada *sangria* póde render de 250 a 500 g.

Em 1906, o Piauhi exportava 1.138.135 kg. de maniçoba, cujo valor commercial era 4.556:540$; em 1913, exportava 576.602 kg., no valor commercial de 2.321:228$980, ou seja pouco menos da metade de annos antes; em 1918, exportava 189.365, no valor commercial de 633:723$520. Valorizada que seja a borracha, essa industria constituirá a principal fonte de renda do Estado.

As mesmas observações podem ser feitas no fixar a zona dos carnaúbaes. Posto que a carnaúbeira seja encontrada no Piauhi de Norte a Sul; é no Norte que mais se desenvolve e onde dá maior rendimento.

Para se extrahir a cera, cortam-se de Agosto a fins de Setembro as folhas novas (*olhos*), lascam-se a faca, depois do que são postas a seccar. Seccas, batem-se e dellas se desprende um pó muito leve. Reunem-n'o. Levam-n'o ao fogo numa panella. Apanham os detrictos que sobrenadam durante a ebulição. Coam o liquido e o põem a resfriar: está obtido o producto.

O imposto cobrado sobre a sua exportação representa mais de 30 % da receita total do Estado e mais de 40 % do imposto de exportação. Em 1918 o *quantum* desse tributo foi 878:738$247, rendendo sobre a cera 393:685$982.

Para cohibir os abusos que havia com o aproveitamento da carnaúbeira para cercados, curraes e caibros, uma lei do Estado e posturas das Camaras de varios municipios prohibiram o córte dessa palmeira, comminando multas e prisão aos infractores.

Podem, no emtanto, os fazendeiros emprega-la nas obras e reparos das fazendas.

Para a quantidade exportada em 1916, contribuiram:

	Kilos
Campo Maior	243.500
União	111.400
Livramento	101.500
Piracuruca	100.447
Barra	86.775
Alto-Longá	61.825

São todos municipios do Norte.

O algodão que collocamos em terceiro logar apresenta um volume bastante reduzido. E', porém, de primeira qualidade no rendimento do capulho, na extensão, brilho e resistencia da fibra. Não foi tentada a cultura do arborescente. Sem exigir cuidados especiaes, cresce nos capoeiraes (roças abandonadas, do anno anterior).

Alencastre escrevia (*Memoria* citada, 1855) o seguinte sobre a sua cultura:

> « São escolhidos para a plantação os terrenos de capoeira, palmares, encostas de oiteiros e, de ordinario, todo o terreno elevado. Uma plantação costuma durar tres annos e ás vezes mais se o terreno é gordo. Abrem-se as roças de Julho até Dezembro e no mez de Janeiro, conforme o inverno, principia a plantação. Feitas as covas, que, ou guardam entre si a distancia de uma braça ou não guardam regularidade, depositam a semente. Nos intervallos da plantação, costumam plantar milho, feijão e mandioca; porém, como esta ultima planta póde amofinar o algodoeiro, muitos não a consentem, salvo quando o terreno é fresco e, de antemão, se tem guardado uma maior distancia entre um e outro pé de algodoeiro. De Maio até Junho colhe-se a producção do milho e feijão, e o algodoeiro se refaz.
>
> Tres grandes males costumam affectar as plantações de algodão — as lagartas (não se refere á lagarta rosea), a falta e o excesso de chuvas.
>
> Em boas terras e com uma roça de 400 braças quadradas se podem colher 800 a 1.000 arrobas (doze a quinze mil kilos), de algodão em caroço todos os annos. Durante uma plantação (tres annos) a safra dos dois ultimos annos costuma declinar, nos maus terrenos; nos bons, costuma augmentar, na razão de um terço.
>
> O processo de descaroçamento é muito lento em razão da imperfeição das machinas, que nem sempre são movidas por animaes e, assim, tambem, o processo de ensaccamento. »

Presentemente, o processo de cultura é o mesmo. A differença é que os productores o vendem, em geral, em caroço; ha casas que exploram o seu commercio nas sédes das áreas cultivadas, onde o beneficiamento e o ensaccamento são feitos em machinas a vapor. As sédes estão em Therezina, Parnahiba, Miguel Alves, Marrecas, Repartição, Alto-Longá. Exceptuado este ultimo municipio que é central (fica a 18 leguas de Therezina) todos os outros são marginaes ao Parnahiba, que offerece transporte barato em balsas e barcos.

A existencia da lagarta rosea foi verificada ha tres annos, mas o seu raio de acção ainda é muito curto. Não vai além de Therezina.

A maior praga do algodão piauhiense é a tributação exaggerada dos fiscos do Estado e dos municipios. Calcule-se por esta resenha: em 1916, 340.325 kg. de algodão pagaram, sómente ao fisco estadual, 73:271$746 (12 % sobre o valor official) e mais 18:355$686 (3 %) ao fisco municipal, tudo num total de 91:627$432. Sommem-se a isso despesas com operarios, aniagens, transporte e verificar-se-á que o fisco esmaga a producção, reduzindo-a a proporções minimas.

Continuemos o confronto. Em 1917, 444.358 kg. pagaram ao Estado 156:061$716; em 1918, 351.812 kg. pagavam 177:651$156 ao Estado e mais 44:412$789 (3 %) aos municipios, num total de 222:063$945 !

Voltando ás considerações anteriores:

Dissemos que a producção do algodão piauhiense fôra, em 1916, de 340.325 kg. Para a mesma contribuiram:

	Kilos
Miguel Alves	96.666
Therezina	39.037
Parnahiba	34.866
Alto-Longá	15.000
S. Pedro	14.850

O resto pertence a outros municipios.

O total dos coiros de gado exportados (sempre em 1916) foi — 136.398 coiros, sobresahindo entre os municipios contribuintes:

Floriano	22.620
Piracuruca	11.677
Altos (Municipio de Therezina)	6.678
Parnahiba	6.814
Buriti dos Lopes	7.309

No mesmo anno, o gado vaccum exportado em pé foi — 9.142 cabeças, que sahiram, além de outros por

Paulista	948
Floriano	757
Buriti dos Lopes	669
Castello	614
Parnahiba	404

Sommado o numero de coiros ao do gado exportado vivo, temos um total de 145.540 rezes.

Tratamos, adeante, da Pecuaria no Piauhi, razão por que nos consideramos desobrigados de, aproveitando os dados estatisticos de que nos servimos, fazer o estudo das zonas creadoras do Estado.

Continuemos:

A exportação de pelles de cabra attingiu a 455.325 pelles, sendo os principaes municipios exportadores:

Floriano	80.221
Castello	47.889
Batalha	46.870
Picos	41.596
Tapuio (Castello)	22.400
União	15.547

Dos quadros que temos presentes, verifica-se que, exceptuados os municipios de Amarração, Boa Esperança, Corrente, em todas os outros se desenvolve a creação de cabras — principalmente naquelles em que mais se accentua o relevo orographico.

A cabra dispensa qualquer cuidado. Resiste admiravelmente ás seccas. Alimenta-se do que encontra. Passa dias sem beber.

A' tardinha, os rebanhos descem dos morros e vêm em procura dos *chiqueiros* — cercados com uma cobertura de palha para abrigo. Pela manhan, aberto o *chiqueiro*, espalham-se para regressar ao pôr do sol.

A carne é pouco apreciada. O leite só é fornecido ás creanças. O valor do animal está na pelle, que tem grande procura.

Não fiquemos, entretanto, em 1916. Vejamos os annos seguintes:

1917

	Kilos
Maniçoba	483.189

menos 299.459 que em 1916.

Principaes municipios productores:

S. Raimundo Nonato	109.282
S. João do Piauhi	76.770
Floriano	45.352
Jaicós	43.460

Cêra de carnaúba	751.009

Principaes municipios productores:

Piracuruca	89.674
Floriano	86.363
Periperi	50.946
Picos	44.780
Oeiras	42.243
Campo Maior	28.580
União	28.088
Parnahiba	31.331
Barras	50.984
Pedro II	44.711

Algodão	444.358

Foram maiores productores:

União	81.576
Therezina	116.044
Marruás	50.724
Buriti dos Lopes	35.671
S. Pedro	27.469
Repartição (Porto Alegre)	25.650
Barras	24.789

Coiro de gado	174.750

Principaes municipios que os forneceram:

Therezina	45.150
Parnahiba	19.218
Picos	18.788
Periperi	14.091
União	13.151
Urussuhi	12.998
Oeiras	13.475
Amarante	10.577
S. João do Piauhi	10.357
Philomena	10.016

Gado masculino vivo	10.125

Foram maiores fornecedores:

Jeromenha	1.603
Floriano	955
Oeiras	797
Bom Jesus	618
Total de cabeças	184.875

	Kilos
Pelles de cabra	133.572

Principaes municipios exportadores:

Picos	190.040
Floriano	18.885
Amarante	7.057
Periperi	6.298
Jaicós	6.007
Campo Maior	4.858
Porto Alegre	4.481

1918

Maniçoba	159.365

menos 623.283 em consequencia da quéda de preço.

Além de outros, contribuiram para essa producção:

	Kilos
Fidalgo (Valença)	30.300
S. João do Piauhi	29.030
Simplicio Mendes	11.130

Cera de carnaúba	1.323,726

Para essa producção concorreram:

Piracuruca	143.371
Campo Maior	173.057
Floriano	114.582
Livramento	106.957
Picos	104.545
Periperi	87.730
Castello	80.666

Algodão	351.812

Municipios que produziram mais:

Buriti dos Lopes	103.765
União	74.832
Therezina	62.705
Porto Alegre	30.255
Parnahiba	11.285
Jaicós	10.755
S. Raimundo Nonato	10.030

Coiro de gado	52.120

Vieram, entre outros, dos seguintes municipios:

Jeromenha	10.012
Floriano	9.589
Therezina	5.120
Campo Maior	2.237

Gado masculino vivo	11.618

Sahiram, entre outros, dos seguintes municipios:

Livramento	1.500
Castello	1.000
Floriano	899
Parnahiba	825
Simplicio Mendes	643
Total de cabeças	63.738

	Kilos
Pelles de cabra	154.492

Municipios que mais exportaram:

Batalha	32.558
Floriano	16.338
Picos	15.790
Castello	11.945
União	7.077

Não comporta a natureza deste trabalho o estudo das indicações que esses numeros permittem fazer. Deixemo-lo, pois, sem mais detido exame e vejamos, perfunctoriamente, a lista de outros productos apreciaveis na exportação piauhiense

Ei-los:

ANNOS	ARROZ PILADO	CRINAS	MILHO	RESINA
	Litros	Kilos	Litros	Kilos
1916	301.275	20.874	34.600	5.695
1917	637.110	13.127	394.730	863
1918	599.026	7.889	356.440	7.717

Para resumir esses dados, tomaremos para ponto de referencia um anno e o em que, aggravando-se a falta de transporte maritimo, a exportação decahiu muito — 1918. Nesse anno o Piauhi, além dos productos já referidos, exportou:

Sal (l.)	2.389.800
Côco babassú	1.305.595
Farinha de mandioca (l.)	512.520
Gomma (l.)	307.868
Farinha de gomma (l.)	54.500
Tucuns (l.)	151.063
Caroço de algodão (kg.)	103.540
Cavallos	585
Muares	51
Gado feminino	310

Antes de apreciarmos o que essa somma de valores representa como funcção da fertilidade do sólo, da riqueza de suas pastagens e a relação existente entre essa producção, o seu custo e os meios de transportes, opportuno se torna registar o *quantum* cobrado sobre a mesma pelo Estado:

	1916	1917	1918
Maniçoba	174:448$619	100:813$616	31:686$176
Coiro de gado	222:638$503	112:065$944	72:506$837
Cera de carnaúba	231:259$809	198:276$408	393:685$982
Pelles de cabra	86:632$346	83:056$985	44:345$453
Algodão	73:271$746	156:061$716	177:651$156
Gado masculino	26:370$360	34:753$184	33:021$300
Outros impostos	29:159$837	96:460$810	125:841$343
Total	843:781$220	781:488$663	878:738$247

Se attendermos, agora, a que a receita total do Estado rendeu foi, em 1918 (anno que tomámos para referencia), 2.102:074$984, verificamos que o imposto de exportação contribuiu para ella com 41 % o que importa num dos entraves maiores que embaraçam a expansão economica do Estado. Assim o reconheceu o ex-governador, dr. Eurípides Aguiar, na *Mensagem* que apresentou á Camara Legislativa a 1 de Junho de 1920. Attendendo-lhe ás suggestões, essa Assembléa auctorizou a reforma dos impostos de consumo e votou uma lei creando o imposto territorial.

Os quadros que publicamos dão ensejo a observações significativas. De começo, attestam que os productos, cuja exploração constitue a principal fonte das rendas publicas, se encontram em todo o territorio do Estado, apesar da diversidade de climas. E' o caso da carnaúbeira, que só não existe em S. Raimundo Nonato, Caracol, Corrente, Parnaguá.

Outra observação é que os municipios que mais produzem são os marginaes ao Parnahiba e os que lhe ficam proximos. O volume da producção, nesse caso, é, além dos factores naturaes da fertilidade do sólo, uma funcção da relativa facilidade do transporte.

Com a Pecuaria releva notar que ha, no Piauhi, duas zonas distinctás de pastagens. Uma, a do *mimoso*, que abrange a bacia do Canindé, se extende pelo Sul em direcção a Parnaguá e occupa largos trechos de campo no Norte. E' caracterizada por um terreno plano, preferido das carnaúbeiras. A pastagem é delicada e muito nutritiva. No inverno, quando Gardner percorreu essa região, ella lhe deu a impressão de atravessar um jardim inglez...

A região do *agreste* deixa uma impressão menos agradavel. A pastagem é grosseira. O gado de pequeno peso; o contrario do que acontece no *mimoso*. Este, no emtanto, resiste menos ás seccas do que o do *agreste*.

Em 1919 o imposto de dizimo cobrado sobre a producção do gado vaccum rendeu 144:427$555. O valor official do garrote, para o effeito de taxação, foi 20$, ou seja 2$ por cabeça. Foram lançados, pois, 72.000 garrotes. Ora, a producção corresponde, em média, a 25 % da fazenda.

Acceitando essa base teriamos para o total do gado vaccum, no Piauhi, um minimo de 288.000. Isso, porém, está muito longe de corresponder á verdade. Esse tributo é imposto com largas margens para os prejuizos decorrentes dos processos rotineiros da creação, das epizootias e das seccas. Nem se comprehende que, dada a existencia desse numero, exportasse o Piauhi, em 1918, 12.567 rezes e mais 52.287 coiros, num total de 64.854, não levando em conta os contrabandos e o que o consumo local absorveu.

Não é absurdo pretender que esse numero represente 10 % do gado vaccum do Estado, ou sejam 648.540 para o existente, numero, ainda, a nosso ver, aquem da verdade.

Nelle não computamos o das fazendas nacionaes.

Essas fazendas, fundadas por Domingos Affonso Mafrense, em 1674, e deixadas em herança á Companhia de Jesus, foram sequestradas no anno de 1759 pelo ouvidor Luiz José Duarte Freire, de ordem do vice-rei marquez do Lavradio.

Eram 39, com um numero superior a 60.000 cabeças de gado de toda a sorte e de perto de 1.000 escravos dos dois sexos.

Estatisticas de 1825 dão, segundo Alencastre, o resultado seguinte:

Escravos	399
Escravas	402
Gado vaccum	49.264
Gado cavallar	3.693
Producção annua de gado vaccum	12.236
Producção annua cavallar	908

Casando-se a princeza d. Januaria (ainda aqui nos servimos da noticia de Alencastre), a Inspecção do Canindé, uma das tres em que, após o sequestro, foram distribuidas as fazendas, passou a fazer parte do seu dote, administrada e delapidada por particulares.

Nos primeiros annos da Republica, o numero de cabeças de gado vaccum fôra reduzido a 30.000. Hoje não alcança 6.000.

Arrendadas as fazendas, o prazo do contracto está a findar. Não renovado o contracto e aproveitadas suas terras para o estabelecimento de fazendas modelo, com existencia financeira autonoma, dariam esplendido resultado...

Vê-se do exposto que o atrazo economico do Piauhi é devido aos factores que assignalámos a principio.

Aos mesmos, ainda, poderiamos fazer menção, encerrando este artigo, com algumas informações sobre o movimento commercial.

O dr. Lima Rebello, em parecer apresentado á Associação Commercial da Parnahiba (15 de Novembro de 1919) sobre o encalhe do vapor *Cubatão*, confrontando as vantagens do Porto da Amarração sobre o do Cajueiro, na Tutoia, divulga dados interessantes sobre o movimento commercial do Estado, conseguidos do despachante sr. Nordman.

Na carencia de mais completos, porque no Estado não foi possivel obte-los, para aqui os transcrevemos:

EXPORTAÇÃO POR PARNAHIBA

ANNOS	AMARRAÇÃO (CABOTAGEM)		TUTOIA (EXTRANGEIRO)	
	Quantidade	Valor official	Quantidade	Valor official
1911	3.271.885	705:761$030	2.932.314	2.651:241$950
1912	4.011.668	732:907$440	3.934.551	3.838:162$440
1913	2.698.608	296:872$800	5.536.480	5.032:430$980
1914	3.415.362	338:380$168	4.748.788	3.690:774$476
1915	1.811.235	644:371$810	8.221.437	6.915:070$045
1916	1.405.407	1.200:687$014	6.430.675	8.182:632$723
1917	2.443.007	5.295:592$913	10.679.000	4.182:712$160
1918	5.397.544	10.269:858$000	10.965.500	8.079:492$770

IMPORTAÇÃO PELOS MESMOS PORTOS

ANNOS	AMARRAÇÃO (CABOTAGEM)		TUTOIA (EXTRANGEIRO)	
	Quantidade	Valor official	Quantidade	Valor official
1911	—	—	—	1.684:263$000
1912	—	5.676:237$170	3.459.239	1.570:100$000
1913	—	5.382:596$410	2.160.485	1.645:864$000
1914	—	3.213:223$160	1.571.530	732:370$000
1915	—	6.174:392$440	1.345.199	401:602$000
1916	2.974.800	4.720:123$795	1.908.870	418:062$842
1917	3.166.000	5.269:143$822	863.024	493:582$221
1918	—	—	551.000	—

A Alfandega da Parnahiba forneceu os seguintes:

	1910	1911	1912	1913	1914
Total... Oiro	249:205$868	311:212$806	232:323$167	203:845$447	142:073$169
Total... Papel	439:289$773	567:155$843	479:507$785	387:891$369	223:893$619
Rendas da Alfandega — Imposto oiro	220:563$191	279:282$436	203:125$502	170:675$058	111:789$365
Rendas da Alfandega — Imposto papel	374:114$109	479:087$374	396:417$255	307:194$289	201:379$638
Valor official da importação directa	—	—	1.361:188$070	1.133:701$818	695:339$318
Valor official da importação cabotagem	—	—	5.670:237$170	5.382:596$410	3.213:223$160
Total	—	—	7.031:425$240	6.516:298$228	3.908:562$478
Valor da exportação directa	—	—	3.738:151$840	4.846:442$488	3.382:604$476
Valor da exportação cabotagem	—	—	2.178:669$600	1.553:380$300	1.490:808$290
Total	—	—	5.917:821$440	6.399:922$788	4.873:412$766

	1915	1916	1917	1918
Total... Oiro	72:764$765	78:114$042	117:467$883	59:932$642
Total... Papel	212:492$274	214:275$025	191:461$005	145:389$449
Rendas da Alfandega — Imposto oiro	55:992$420	63:006$174	99:752$861	50:887$546
Rendas da Alfandega — Imposto papel	128:949$061	121:481$998	93:568$161	55:746$678
Valor official da importação directa	401:602$694	418:062$842	493:582$221	358:649$865
Valor official da importação cabotagem	6.177:392$440	4.720:123$759	5.269:143$822	9.522:447$475
Total	6.578:995$134	5.138:896$601	5.762:726$043	9.881:097$340
Valor da exportação directa	6.915:070$045	8.182:683$722	4.182:712$160	8.079:492$770
Valor da exportação cabotagem	—	9.849:071$774	5.795:592$913	7.026:346$140
Total	—	18.031:755$496	9.978:305$073	15.105:838$910

Confrontando essa cabotagem com a de outros portos, verifica-se que excede os de Manáos, Maranhão, Aracajú, Victoria, Florianopolis e Livramento, representadas pelos algarismos seguintes (1918):

Parnahiba	15.105:838$810
Manáos	1.289:536$562
Maranhão	4.630:828$880
Aracajú	14.206:094$683
Victoria	11.152:845$800
Florianopolis	12.566:889$000
Livramento	14.310:422$440

Esses algarismos representam o valor official dos productos sahidos por esses portos.

Com relação á navegação directa para o extrangeiro, ainda se destaca o Piauhi no tocante á tonelagem, como se vê do quadro seguinte:

Portos	Exportação 1917	Exportação 1918
Cajueiro (Parnahiba)	10.861	9.889
Amazonas	—	8.718
Natal	1.913	8.222
Cabedello	3.924	82
Maceió	10.474	6.803
Iguassú	9.373	9.397
Florianopolis	4.379	3.869
Rio Grande	6.218	
Porto Murtinho	2.115	958
Corumbá	3.067	1.765

Dahi, pois, evidente se faz a manifestação do progresso economico do Estado, embora as restricções que os factores assignalados lhe oppõem. Só cogitamos, porém, de exportação. Proposito á importação, accentuava o ex-ministro Rivadavia Corrêa no *Relatorio* de 1914, que a do Piauhi, no periodo de 1901 a 1913, augmentou na percentagem de 500 %.

Como trabalho de estatistica, interessante é fazer o confronto desse augmento com o de outros Estados, no mesmo lapso de tempo:

Estados	%
Paraná	700
Rio Grande do Norte	600
Sergipe	600
Piauhi	500
Espirito Santo	400
S. Paulo	346,38
Matto-Grosso	357
Santa Catharina	306
Rio de Janeiro	300
Bahia	259
Rio Grande do Sul	230,10
Ceará	220
Pará	150
Alagôas	130
Parahiba	100
Maranhão	85
Pernambuco	47

Os traços deste aspecto, entretanto, não seriam completos, se não registassemos a expansão do seu movimento maritimo (navegação de cabotagem) nos ultimos annos. Ei-la:

	AMARRAÇÃO		TUTOIA	INTERIOR
	Vela	Vapor		
1912				
Entradas	24	43	131	61
Sahidas	21	44	124	70
Total (toneladas)	—	48.787	18.521	14.746
1913				
Entradas	52	56	125	121
Sahidas	67	58	125	214
Total (toneladas)	—	51.241	24.865	31.418
1914				
Entradas	78	36	148	84
Sahidas	78	36	151	84
Total (toneladas)	4.822	41.706	23.739	23.368
1915-1916				
Entradas	30	49	—	210
Sahidas	35	52	—	210
Total (toneladas)	2.858	42.002	—	45.942
1917				
Entradas	49	36	—	250
Sahidas	61	35	—	238
Total (toneladas)	3.044	22.674	—	52.036
1918				
Entradas	39	104	—	192
Sahidas	39	104	—	206
Total (toneladas)	6.475	37.814	—	41.599

Esses dados mostram apreciavel augmento no movimento de cabotagem em Amarração. De 43 vapores, em 1912 (entrados), se eleva esse numero a 104 em 1918. A tonelagem para o interior que, em 1912, era de 14.746, subia em 1918 a 41.599.

O dr. Lima Rebello fez o seguinte calculo:

« A exportação do Brasil foi, em média:

Quinquennio de 1853 a 1857.....	90.039:477$000
Quinquennio de 1903 a 1907.....	519.659:225$000
Quinquennio de 1910 a 1914.....	1.930.727:000$000

Cresceu, pois, 1.144 %. A do Piauhi cresceu..... 11.600 %, ou sejam dez vezes mais que a do resto do Brasil. »

E continúa:

« Verifiquemos ainda que se oito milhões de kilometros quadrados exportaram 1.930:727 no ultimo quinquennio, a cada kilometro coube, em média, 20$384. Como o Piauhi tem 300.000 km.², naturalmente devia exportar tão sómente 6.115:200$, e, no emtanto, exportou 27.200:000$000. »

São ainda do parecer citado os dados seguintes relativos á importação:

Quinquennio de 1853 a 1857.....	81:243$000
Quinquennio de 1863 a 1867.....	244:815$000
Quinquennio de 1873 a 1877.....	174:815$000
Quinquennio de 1883 a 1887.....	434:197$000
Quinquennio de 1893 a 1897.....	596:621$000
Quinquennio de 1903 a 1907.....	1.195:108$000
Quinquennio de 1910 a 1914.....	954:325$000

Tomámos esse ultimo quinquennio por ser o immediatamente anterior ao actual: depois de 1914 a importação diminuiu devido á grande crise de transporte, accrescida, no Piauhi, pela secca.

Comparemo-la com a importação geral do paiz. Foi esta, em média:

Quinquennio de 1853 a 1857.....	95:395$840
Quinquennio de 1903 a 1907.....	519:659$225
Quinquennio de 1910 a 1914.....	950:325$475

Cresceu, pois, 1.005 %, emquanto a do Piauhi crescia 1.250 %.

Contra a sua expansão commercial tem o Estado a falta de um porto, onde se faça, rigorosamente, a estatistica do seu commercio exterior e onde esse commercio seja feito sem embaraços, como os que ha no Porto do Cajueiro (Tutoia) pelas medidas fiscaes que o Maranhão lhe oppõe.

De principio, embora terreno litigioso a Ilha do Cajueiro, todos os productos que por alli se escôam são tidos como de procedencia do Maranhão, posto que os municipios maranhenses ribeirinhos do Parnahiba sejam em numero diminuto. Depois, distante 30 leguas de Parnahiba, sujeitos os productos a despacho em dois municipios, em seis repartições, pagando o carregador $020 por kilo, a mais no frete, obrigado ao aluguel de barcas, á soldada de tripulantes, acarretando com os riscos de uma viagem por igarapés, onde os seccos se repetem com pequenos intervallos, — o Porto do Cajueiro, ao envez de provocar, facilitando-a, a expansão commercial do Piauhi, a entravava.

Mais recommendavel é o Porto de Amarração, que fica a tres leguas da Cidade da Parnahiba e, pela construcção do qual, ha intensa propaganda.

Sobre as vantagens technicas e economicas de sua construcção e exploração, dava, em 1909, o dr. Sousa Bandeira, parecer seguinte, que para aqui transcrevemos pela auctoridade de quem o subscreve e valor dos conceitos emittidos.

Diz esse engenheiro:

« Segundo o que pude deprehender da minha visita ao Piauhi, de Amarração a Therezina, e das informações que colhi, o mercado distribuidor daquelle Estado é a praça da Cidade da Parnahiba, para onde convergem todos os productos a exportar e onde estão as grandes casas importadoras que reexpedem as mercadorias para o consumo, repartindo-as pelas diversas localidades do Estado. Durante muitos annos, ainda, será este o estado de coisas emquanto não for terminada a rêde de estradas de ferro que liga parte do Estado com os vizinhos. Todavia, ainda depois disto, a Cidade de Parnahiba conservará a sua posição privilegiada, relativamente á immensa bacia do Rio Parnahiba.

Para isto examinemos as condições das diversas emboccaduras do rio.

O Rio Parnahiba lança-se no Oceano Atlantico por cinco boccas que, de Léste para Oéste, têm os nomes de:

Barra de Igarassú, ou Amarração;

Barra das Canarias, que forma a barra secundaria chamada do Meio, entre as ilhas dos Poldros e das Canarias;

Barra do Cajú;

Barra do Carrapato ou da Melancieira;

Barra da Tutoia.

Provavelmente o estuario do Rio Parnahiba formava primitivamente uma grande enseada, limitada pelas margens dos actuaes, em terra firme, nos Estados do Piauhi e Maranhão. O grande volume, porém, de sedimentos transportados pelas aguas do rio, sendo lentamente depositado naquelle estuario, devido á diminuição da velocidade e a perda de força viva da corrente fluvial, pelo rapido alargamento da secção de vasão e pela opposição que encontrava no volume d'agua e nas correntes do oceano; por outro lado, a tendencia constante do mar, observada geralmente na costa do Brasil, em rectificar a linha do littoral, foi promovendo a creação de bancos de arcia, cujo material era fornecido pelo arrasto do littoral, dispondo-o, pouco a pouco, segundo a linha que limita pelo lado do Norte o chamado delta do Parnahiba e penetrando nas boccas conservadas pela correnteza do rio e da maré, de maneira a formar corôas internas.

A acção combinada do mar e do rio foi auxiliada, na formação de grande numero de ilhas que encheram o estuario, pelo apparecimento de vegetações diversas, como ainda hoje succede.

Assim, logo que as corôas formadas attingem proximamente ao nivel médio, nasce um capim denominado *pacara* d'agua salgada, ao qual succedem as diversas variedades de mangues e, conhecidas pelos nomes de mangue manso, canoê e mangue vermelho; estes, com

grande desenvolvimento, de enormes raizes adventicias, a que se apegam as ostras e outros testaceos, fixam o terreno das ilhas, ao qual se incorporam troncos, areias e detrictos de toda especie, tranportados pelas aguas, sobretudo em epochas de enchente. Entre essas ilhas ficaram os canaes necessarios para a descarga da agua do rio e para o movimento das marés, cuja oscillação em syzygias é de perto de 4 m.

E' assim explicada a formação que assume a apparencia de um delta, sem ter o caracteristico essencial, que é a projecção dos depositos para fóra da linha da costa, dando-lhe a fórma heral daquella lettra grega; essa projecção, que não se nota no Rio Parnahiba, só é possivel em mares sem marés apreciaveis, como succede nas emboccaduras do Nilo, do Mississipe, do Danubio, do Volga, do Vistula e de outros rios.

De todas as barras do Parnahiba é a das Canarias que comprehende a maior descarga de agua do rio e portanto aquella por onde tambem transita maior quantidade de sedimentos. Este facto, junto ao movimento de areias no littoral, mantém a formação de corôas, atravez das quaes só com obras custosas seria possivel abrir um canal de accesso e mante-lo economicamente.

Além disto, embora exista no rio, em frente á Ilha das Canarias, um ancoradoiro relativamente profundo, ha tudo a fazer para a installação do porto, pois alli só existe uma miseravel povoação de pescadores. Finalmente, esse fundeadoiro dista da Cidade de Parnahiba cerca de 20 milhas, subindo o rio, que apresenta os mesmos inconvenientes de areiamento notados na barra.

A barra de Tutoia é, incontestavelmente, a melhor das do Parnahiba; o canal natural que a transpõe apresenta, todavia, uma forte curvatura, tendo de profundidade minima em baixa-mar média de syzygias 2 ¼ braças ou 5,85 m.; o fundo é de cascalho.

Dentro da barra, na Bahia de Tutoia, ha um ancoradoiro de nove braças (16,2 m.) denominado Porto do Cajueiro e situado na ilha deste nome. Este porto, onde só existe uma casa de negocio com armazens e uma pequena ponte de desembarque, dista de Parnahiba cerca de noventa milhas, sendo que entre os dois pontos a navegação é, em certos logares, difficil, não só por falta de profundidade, como por ter de atravessar igarapés estreitos e tortuosos, como o de Santa Cruz e outros.

Parece este porto inconveniente para os interesses do Estado do Piauhi, não só pela distancia e difficuldades de accesso, como porque os seus productos ficam sujeitos á tributação, pelo Estado do Maranhão, sob cujo dominio está a Bahia de Tutoia.

As barras do Cajú e Carrapato estão em condições semelhantes quanto á distancia de Parnahiba e aos inconvenientes acima citados; além disto, estão separadas do oceano por extensos bancos de areia que chegam a ter a largura normal á costa de duas milhas; são considerados imprestaveis.

Resta a bocca do Igarassú, ou o braço mais oriental do Rio Parnahiba, onde me parece que póde ser localizado o porto mais favoravel ao desenvolvimento do Estado do Piauhi.

Realmente, já existem em Amarração alguns armazens, edificios publicos e uma ponte de desembarque, além da povoação, que já foi prospera, mas que é hoje decadente pela invasão da areia das dunas.

A distancia de Amarração a Parnahiba é de perto de nove milhas, subindo o Igarassú. Este rio ou braço do Parnahiba é influenciado pelas marés até á sua ligação com o curso principal do Parnahiba, e a sua posição, relativamente á direcção da corrente desse curso principal, facilita a disposição do canal, de maneira a crear e conservar, sem grande dispendio, uma profundidade conveniente para a navegação fluvial. De facto, a corrente mais forte do Rio Parnahiba segue para a Barra das Canarias com a energia necessaria para manter em suspensão os sedimentos assim transportados; inclinada fortemente sob a direcção daquella e formando até uma curva para traz, fica o primeiro trecho do Rio Igarassú, e será facil, construindo um dique longitudinal no Rio Parnahiba, em frente á sahida do Igarassú impedir, por completo, a introducção nelle dos detrictos carregados pelo rio nas enchentes, deixando ainda um canal bastante largo para a navegação. Em todo caso, ainda sem esta obra, nota-se que ha no Rio Igarassú uma corrente bastante energica para manter constantemente duas passagens sobre a barra da Amarração. Nenhum trabalho foi feito para auxiliar a natureza nesse sentido; antes, a sua acção foi contrariada pela mão do homem, ou directamente pelo córte de mangaes que difficultavam a invasão das dunas, ou indirectamente pelo encalhe de cascos de navios, que formavam grandes *corôas*, diminuindo, assim, o volume de aguas do mar entrado, e, portanto, a importancia e energia da corrente de vasante.

A barra da Amarração é estreita e obstruida, principalmente, pela areia que transita no littoral, movida pelos ventos e pelas correntes. Segundo me informaram as arcias das dunas movem-se conforme a estação, tanto de Léste para Oéste, como no sentido opposto; isto é confirmado pelas plantas que conheço deste porto. Transposta a barra, segue-se um canal, denominado do Funil, que tem bastante profundidade em maré baixa e vem até o fundeadoiro, defronte da povoação. Além do canal do Rio Igarassú, ha dois outros que vêm ter ao Porto de Amarração; um na Ilha Grande e outro em terra firme, o qual vai ter ao Portinho, antiga divisa do Piauhi com o Ceará. Será conveniente dragar e conservar estes canaes, não só porque prestam serviço, facilitando o accesso a pequenos portos interiores que servem a salinas e outras propriedades, como porque servem de reservatorios para a agua da maré, augmentando o volume e intensidade das descargas de vazante.

Com a devida reserva e do quanto se póde julgar por um simples exame, adquiri a impressão de que o Porto de Amarração é susceptivel de ser melhorado, de modo a dar franca entrada em qualquer maré a navios até 6 m. ou mais de 19 pés de calado.

Para isto será necessario: primeiro, fixar as dunas da costa com plantações apropriadas e feitas methodicamente; nos terrenos vizinhos ás dunas, encontram-se em quantidade, segundo verifiquei, plantas que se prestam a esse serviço. Além das plantas destinadas a fixar as dunas, é necessario restabelecer os mangaes que foram cortados e servem para revestir as margens do canal.

Feito isto, penso que, dragando o actual ancoradoiro na profundidade de 6 m., em maré minima, com 400 de largura, dragando o Igarassú até o seu ponto de sahida do Parnahiba, com a largura de 6 m. de profundidade, e canal do Funil com 200 m. de largura até 6 m., tambem em aguas minimas, não haverá necessidade de fazer obras fixas externas, afim de manter uma passagem sempre aberta atravez da barra da Amarração.

Esta convicção nasceu em meu espirito pelo facto de conservar-se alli, sempre, uma passagem com a acção das simples forças naturaes e, desde que esta seja auxiliada com a maior profundidade obtida pela dragagem e com o augmento de volume armazenado, os resultados devem naturalmente crescer de vulto.

Nestas condições, attendendo-se á grande importancia economica deste extraordinario emporio de communicação interior, constituido pelo Rio Parnahiba e seus affluentes, com mais de 3.000 km. de navegação, em geral facil e pouco dispendiosa; attendendo-se mais a que o rio, convenientemente navegado, como vamos ver adeante, offerece meios de exportar, por um preço infimo, os productos da agricultura e das industrias extractivas e de creação, as quaes não podem comportar os fretes elevados de estrada de ferro; attendendo-se ainda a que o problema do melhoramento do Porto de Amarração é susceptivel de uma solução que não exige grandes sacrificios, sou de parecer que é de toda vantagem mandar fazer os estudos daquelle porto, etc... »

Em Janeiro de 1912 constituia-se a Commissão de Estudos do Porto sob a direcção do auctor desse parecer. Esses estudos, topographicos e hydrographicos, estendendo-se do Itagui á Pedra do Sal, comprehenderam o Igarassú e os igarapés que nelle desaguam. Abrangeram, tambem, os portos de maior profundidade no canal na secção mais estreita do rio.

Em Outubro de 1913 regressava a commissão ao Rio, tendo organizado duas plantas, uma na escala de 1:4000, do ancoradoiro, villa, canal de accesso, Igarapé de Bom-Jesus, Portinho e littoral, desde a Pedra do Sal até 5 ½ milhas abaixo de Amarração; outra de 1:10.000 de todo o Igarassú até a sua bocca no Parnahiba.

Todas as conveniencias, facilidade e custo baixo da construcção, conservação barata, proximidade da Parnahiba, ponto inicial da navegação desse rio, tudo aconselha o aproveitamento dessa barra e a construcção desse porto.

Não esquecer que Amarração fica a duas horas de viagem de Parnahiba, emquanto o Cajueiro fica a 12 horas. Outras razões: a passagem de primeira classe para Amarração custa 5$, para Tutoia 25$; 15 toneladas de cera (despesa unica); Amarração, frete 150$400, e para Tutoia, frete 225$600.

No tocante á importação:

Um fardo de papel (via Amarração)	—	$800
Um fardo de papel (via Tutoia)	7$600	
Carretos	$400	
Sellos, despachos, conhecimento	3$800	
Commissão	* 2$000	
	13$800	13$800

Differença-via Amarração:

50 saccas de café	32$000

Via Tutoia:

Frete até Parnahiba	48$000	
Carreto, embarque e desembarque	8$000	
Sello, etc.	3$050	
Commissão	18$000	
	77$050	77$050

A proposito transcrevemos do sr. Arthur Nordmann os seguintes conceitos que precisam bem a situação (*A Propaganda*, n. 1, de 30 de Maio de 1920).

Diz elle:

« As differenças a favor de Amarração variam de 1.725 ao minimo de 241%.

Devemos deixar de fallar nas condições do serviço de carga e descarga? Em Amarração a carga é entregue á Guarda Moria e descarrega directo sobre o nosso caes. Em Tutoia, por exigencias fiscaes, ha que fazer descarga e nova carga, muitas vezes duplicadas, das barcas ou vapores para um bote e deste para terra, donde voltam com o mesmo supplicio.

Afinal existe a grande e debatida questão da presteza.

Esta é ridicula. Por um lado vemos que não reposa nas condições dos dois portos e sim dos vapores que os frequentam. Assim, se Amarração começar a receber os vapores do Lloyd, que agora tocam em Tutoia, terá a vantagem de um dia.

E' o que se está dando com os vapores vindos do Rio e com escala nos dois portos. Esta carga, no entanto (bem como a carga dos vapores vindos do Pará que escalam primeiro em Tutoia), nunca chega aqui com differença tão pequena.

Não posso mesmo citar um caso em que as mercadorias aqui chegassem com menos de cinco dias de differença, relativamente aos volumes descarregados directamente em Amarração.

Para explanar bem, façamos alguns calculos de remessa.

Assim, se um lloyd (linha de passageiros) receber em Recife uma carga para os ribeirinhos do Parnahiba, seis dias depois poderá descarrega-la em Tutoia; com mais seis dias ella poderá ser recebida em Parnahiba, ou seja total 12 dias.

Outro carregador faz seu embarque no Cururupú, nove dias depois descarrega em Amarração e no decimo dia o consignatario fatalmente aqui a recebe.

Segunda hypothese: um navio daquella linha recebe no Rio uma carga. Com 10 dias entra em Tutoia.

Aos 16 dias a carga poderá ser entregue em Parnahiba. Outra carga que venha pelo *Prudente* 15 depois estará em Amarração e no 16 com o consignatario.

Pelo *Pyrineus* não ha calculo possivel. Não ha prazo nas viagens delle. Em todo o caso, mesmo com os dados contrarios á Amarração e os favoraveis a Tutoia, aquelle porto é melhor.

As condições acima expostas são condições excepcionaes para Tutoia, em confronto com as condições permanentes de Amarração. Nunca a carga por nosso porto poderá demorar mais do que isto: nunca a de Tutoia ha de demorar menos do que isto.

Basta ver que, na secca, só de mez em mez, os barcos vindos de Tutoia podem atravessar o banco do Sabonetal. Este banco impede a subida para Therezina como para Parnahiba. Assim, a phantasiaode que a carga directa para Therezina modificará as actuaes condições do trafego, é um erro.

Tanto faz a carga vir a Parnahiba, como não.

E ainda contra Tutoia existe o doloroso facto do mau trato das mercadorias, o que por Amarração se evita com a descarga sobre um caes de atracação e sob coberta em Parnahiba.

Já se vê que não ha quem tenha interesses commerciaes no Rio Parnahiba e dê preferencia á Tutoia.

Só mesmo forçado pela circumstancia dos vapores extrangeiros tomarem Tutoia para ponto de escala e os lloyds de passageiros os haverem acompanhado. »

XIV

Situação financeira

Foi esta receita do Estado nos ultimos annos:

Annos	Orçada	Arrecadada
1909	1.198:800$000	1.355:751$399
1910	1.235:200$000	1.664:545$561
1911	1.310:000$000	1.562:932$556
1912	1.407:500$000	1.487:748$340
1913	1.609:700$000	1.476:037$428
1914	1.688:970$000	1.315:249$989
1915	1.635:972$000	1.530:579$570
1916	1.611:105$000	1.850:007$079
1917	1.457:264$000	1.789:983$655
1918	1.507:222$000	2.102:074$984
1919	1.624:860$000	2.050:340$544

A receita para o anno de 1920 está orçada em 1.722:400$, sendo que, para ella contribue o imposto de exportação com 753:800$; para 1921 está orçada em 1.924:900$000.

A despesa em 1918 attingiu a 1.991:494$648 e em 1919 a 1.850:898$085.

O Estado não tem divida externa. Em virtude da lei n. 773, de 22 de Julho de 1913, foram emittidos 800:000$ em apolices: essa divida acha-se reduzida a 347:250$000.

Como accentuámos, a principal fonte de renda é o imposto de exportação, de quantitativo incerto pela fluctuação do valor dos productos e variações do cambio. Anti-economico esse tributo, de arrecadação viciosa pela impossibilidade de rigorosa fiscalização num territorio vasto com fronteiras abertas para cinco Estados limitrophes, devia ser substituido por taxações novas.

Nesse fim, foi modificada a tributação dos generos de consumo e emendada a lei n. 911, de 6 de Julho de 1917, que creou o imposto territorial.

XV

Vias de communicação e transporte

As communicações para o Norte do Estado são, relativamente, faceis. São todas as cidades e villas, exceptuada Buriti dos Lopes, quanto a telegrapho, servidas por estações telegraphicas e agencias do Correio, sendo, porém, de accentuar que é, ainda, muito deficiente e moroso o serviço postal. Para o centro e, sobretudo, para o Sul (Bom-Jesus, Gilbués, Parnaguá, Corrente, Caracol, Paulista) as communicações se fazem com extrema difficuldade e extraordinaria demora. Não são servidas pelo telegrapho. As malas do Correio são conduzidas por pedestres, sem tabella de chegada e de sahida, tanto que, para alguns pontos, é preferivel dirigir a correspondencia por outros Estados. E' o que acontece a Corrente, Gilbués, Parnaguá, Caracol (via Bahia), Paulista (via Petrolina, Pernambuco). Está em construcção uma linha telegraphica para Santa Philomena.

Quanto aos meios de transporte a situação não é mais favoravel. A unica via explorada com alguma regularidade, é o Rio Parnahiba. Duas empresas subvencionadas pelo Governo Federal o navegam — uma com a obrigação de quatro viagens redondas mensaes, de Therezina á Cidade da Parnahiba e duas de Therezina a Floriano; outra com a obrigação de duas viagens redondas mensaes, de Floriano a Santa Philomena. Além dessas, a industria de transporte é explorada, até Floriano, por particulares.

As condições naturaes do rio, no emtanto, não favorecem á navegação. No inverno as grandes cheias torrenciaes embaraçam a subida dos vapores. No verão a navegação é quasi impraticavel pelos soccos que a difficultam.

Quando Oeiras capital, o transporte de mercadorias era feito em barcas, á vara, da Parnahiba até á foz do Canindé e dahi por esse rio até ao destino.

Hoje o Canindé não é praticavel nem a canôas. A navegação a vapor do Gurgueia foi feita já, algumas vezes, até Jeromenha.

Informações seguras dão como navegavel, em qualquer estação, o Urussuhi Preto. O leito do rio, estreito e profundo, está perfeitamente definido. Carece, apenas, de ser desobstruido de troncos de arvores que para alli rolam.

Estão em construcção diversas estradas de rodagem: ligando Floriano a Oeiras (quasi concluida), Oeiras a Picos, Marruás a Barras, União a Livramento (em estudos).

Estão sendo já trafegados alguns kilometros da Estrada de Ferro Central do Piauhi (ex-Estrada de Ferro Amarração a Campo Maior).

Acha-se em construcção a Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina. Essa estrada ficará ligada a Caxias-Cajazeiras por uma ponte de 240 m. de vão sobre o Parnahiba.

XVI

Synthese historica

I

A quem pertence a prioridade historica do descobrimento do Piauhi

O Piauhi foi descoberto em 1662. A prioridade historica do seu descobrimento não se sabe, talvez, ainda, a quem possa caber, que são obscuros os dados que nos deixaram os primeiros chronistas do Brasil, maxime relativamente ao recanto do Nordéste que constitue o territorio piauhiense.

A dois vultos se attribue a honra do insigne feito: Domingos Jorge Velho, o heróe da "Troya Negra", na expressão

de Oliveira Martins, e Domingos Affonso Maffrense, rendeiro da celebre e poderosa Casa da Torre e grande creador de gado.

Bem diversos os agentes determinantes da incursão de ambos no Piauhi, onde circumstancias fortuitas fizeram-n'os deparar um ao outro em pleno sertão, aquem da Serra dos Dois Irmãos, em terras piauhienses.

Se, mesmo de relance, estudarmos as causas determinantes da penetração de Jorge Velho e Domingos Affonso em territorio piauhiense, chegaremos á evidencia que a prioridade historica do descobrimento do Piauhi pertence ao paulista. Effectivamente. A entrada de Domingos Jorge prende-se ao movimento dos Bandeirantes paulistas que, nos fastos de nossa historia colonial, culminou no seculo XVII, além das invasões neerlandezas e a de Domingos Maffrense está ligada ao grande cyclo dos creadores de gado, que foi posterior.

Os Bandeirantes desbravaram os sertões, que, depois, os creadores occuparam.

Multiplos são os agentes desse grande acontecimento social e differentes as directrizes que tomaram os Bandeirantes.

> « Os Paulistas, diz Theodoro Sampaio, pelo seu *habitat*, tinham de ser o bandeirante por excellencia. A conquista dos sertões estava no seu destino historico.
>
> Em contacto directo com a matta bravia, que o cercava, diz o professor Joaquim da Silveira Santos, por todos os lados, obrigado a atravessar as abruptas e intrataveis florestas da Serra do Mar, para se communicar com o littoral o povo paulista habituou-se desde cedo á vida aventurosa dos bosques que tinha para elle todos os perigos e toda a fascinação do desconhecido! E só o Paulista se achou nestas condições: os outros centros de colonização foram plantados no littoral, ao longo das praias. »

O phenomeno que ora nos occupa se prende, pois, a causas de ordem cosmica-predominante a influencia do meio, como tambem no entender do professor Basilio de Magalhães, "as circumstancias ethnicas e sociaes tambem foram coefficientes poderosos".

Estava, pois, o Paulista sob o influxo dessas influencias ligeiramente apontadas, predisposto para a grande funcção historica que o destino lhe reservara, faltando, apenas, para entrar em acção, circumstancias occasionaes, immediatas, de momento: o espirito de aventura, a procura de pedras preciosas, as minas de oiro, a caça ao indio, etc., etc. Além dessas, podemos ainda apontar como circumstancias da expansão paulista para os sertões, a restauração da Monarchia Portugueza, e, bem assim, a discordia, a desintelligencia entre os missionarios Jesuitas que, tanto no Sul como no Norte, arvoraram-se em intransigentes defensores da raça aborigene, perseguida pelos colonos portuguezes e paulistas com o fim de reduzi-la á escravidão.

No Sul, como que a orla maritima não comportava mais as populações e, todas, avançam, furiosas, varando os sertões, conquistando-os aos selvagens, a principio com ardís, seduzindo-os; depois, a ferro e fogo, arrebanhando-os ao trabalho, á lavoira.

Impossivel descrever a ancia, a furia, o ousio pristino dos Bandeirantes paulistas, que percorreram, incançaveis, quasi toda a terra de Santa Cruz, desde a segunda metade do seculo XVII, á primeira do seculo XVIII.

Celere, vôa a fama das riquezas immensas que jaziam nos sertões, exaggeradas pela imaginação dos aventureiros que, ora seguindo o curso dos rios, ora as mattas virgens, se lançam, affrontando todos os riscos á procura dos metaes, pedras preciosas, etc.

Echoando, na Côrte, as noticias de riquezas mineraes nos sertões brasileiros, Affonso VI, então rei dos Lusos, fez baixar, a 27 de Setembro de 1667, uma carta aos intemeratos paulistas, incitando-os ás pesquizas de minas auriferas e pedras preciosas. A carta do monarcha produziu o desejado effeito: organizaram-se, logo, diversas bandeiras.

Em 1672 Paschoal Paes de Araujo seguiu para o Norte, penetrou o sertão de S. Francisco, chegou ao Piauhi donde seguiu depois, para o Rio Tocantins, descobrindo immensas jazidas.

A morte, porém, o surprehendeu e á posteridade ficaram ignorados os thesoiros descobertos por Paschoal Paes de Araujo (1).

No Norte, diz Rocha Pombo, se póde considerar o Rio S. Francisco como o eixo de toda a viação para o interior.

O Piauhi offerece uma excepção unica, dentre os Estados do Brasil, relativamente á sua colonização: ao passo que em todo o paiz esta se fez do littoral para o centro, nelle, marchou do centro para a peripheria.

E' que o Bandeirante penetrou primeiro o centro, desbravou o e a civilização, depois, obrigou a irradiação para a peripheria...

Segundo Rocha Pitta, quando Domingos Sertão ou Maffrense penetrou nos sertões piauhienses, já encontrou no mesmo o sertanista Domingos Jorge Velho. Eis o que diz Rocha Pitta:

> « Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras, que haviamos penetrado nos sertões de nossa America; porque no anno de 1671 descobriram os sitios do Piagui, grandissima porção de terra, que está em altura de 10º do Norte além do Rio S. Francisco para a parte de Pernambuco, no continente daquella Provincia e não mui distante á do Maranhão. Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para dar, pois corre só havendo chuva, e no verão fica cortado em varios poços ».
>
> . . . . . .
>
> « Um dos primeiros que penetraram aquelle terreno, continúa o mesmo historiador, foi o capitão Domingos Affonso Sertão, appellido que tomou em agradecimento das riquezas, que lhe deram os sertões do Brasil, e por empresa das conquistas que nelles fizera, passando de uma fortuna humilde em que vivera na Bahia á estimação, que costumam dar os grandes cabedaes. Possuia já uma fazenda de gado, chamada o Salobro na outra parte do Rio de S. Francisco, districto de Pernambuco, na entrada da travessia que vai

(1) Diz Rocha Pombo (*Historia do Brasil*, vol. 6º, pag. 59) que o capitão da "Bandeira" foi Paschoal Paes de Araujo e desta opinião tambem é Pereira da Costa e outros; entretanto, diz Taques ter sido o capitão Sebastião Paes de Barros — o que é verdade, pois, o professor Basilio de Magalhães encontrou recentemente no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro um documento pelo qual se evidencia ter sido Sebastião Paes de Barros.

para o Piagui, e, mandando dalli exploradores indagar e penetrar a terra, lhe trouxeram as noticias, que desejava, para as conquistas que pretendia, resolução que executou com o valor e felicidade, convidando para esta empresa algumas pessoas, que pôde ajuntar, todos alentados, dextros e praticos na fórma da peleja daquelles barbaros.

Entrou por aquellas terras até alli não penetradas dos Portuguezes, e só habitadas dos gentios com os quaes teve muitas batalhas, sahindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos gentios, e fazendo retirar aos outros para o interior dos sertões.

Nesse descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um cabo de paulistas, poderoso em arcos, que desejando novas conquistas sahira das provincias do Sul, e de S. Paulo, patria sua, com numeroso troço de seus gentios domesticos a descobrir terras ainda não penetradas, e atravessando varias regiões, *chegara a aquella parte pouco tempo antes que o capitão Domingos Affonso a entrasse*. Viram-se ambos, dando-se um a outro noticia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que haviam de proseguir, e dividindo-se por differentes partes, foi cada um pela sua parte conquistando todo aquelle paiz... »

Fixa, pois, a data do descobrimento do Piauhi, o auctor da *Historia da America Portugueza*, em 1671, bem como dá a prioridade do descobrimento ao aventureiro e audaz bandeirante Domingos Jorge Velho, o que foi sempre acceito invariavelmente por todos os chronistas, quer nacionaes, quer extrangeiros.

O general Abreu e Lima em sua *Synopse da Historia do Brasil* dá tambem o anno de 1671 como a data em que tiveram começo as explorações do territorio piauhiense, e, bem assim, a precedencia do descobrimento ao bandeirante paulista.

Milliet de Saint Adolphe, em seu *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil* (2) fixa o anno de 1674 e acceita a idéa do descobrimento por Domingos Jorge Velho. Como se trata de um ponto ainda controverso, convém citadas as palavras de Milliet, mesmo porque é o mais seguido pelos auctores da actualidade.

> « Em 1674, diz elle em a obra acima referida, Domingos Affonso Maffrense, que residia na margem septentrional do Rio de S. Francisco, determinou de ir assentar morada nos campos que demoravam para a banda do Norte, com o presupposto de fazer alli algumas fazendas para reparti-las com a familia e tambem para se arredar da vizinhança dos Indios, que todos os annos vinham estragar aquellas que estavam situadas perto do rio. Juntou-se com alguns Europeus seus vizinhos e fazendo caminho para o septentrião transpoz a Serra dos Dois Irmãos, e *encontrou-se com o paulista Domingos Jorge, que arruinava em companhia dos seus as terras por onde passava, castigando os naturaes que topava. Juntarão os dois capitães a gente que levavão para proseguirem naquella execravel montaria*, até que afinal tornou-se o paulista para sua Provincia com sua gente, e quantos indios havia captivado, e fixou o companheiro na posse pacifica das terras de que ambos juntos havião morto e expulsado os verdadeiros possuidores. »

(2) Tomo II, pag. 298.

Assim, pois, segundo a opinião de Rocha Pitta e Milliet de Saint Adolphe, se conclue, positivamente, que antes de Maffrense penetrar no sólo piauhiense, já Domingos Jorge com os seus fazia nelle correrias á caça dos selvagens.

José Martins Pereira d'Alencastre, na *Memoria chronologica, historica* e *chorographica da Provincia do Piauhi*, apoiado em Ayres do Casal, Warden, Fortia, Constancio, Ferdinand Diniz, etc., firma a data do descobrimento do Piauhi em 1674

Martins d'Alencastre, parece-nos, é o unico dos antigoso historiographos a negar a prioridade do descobrimento a Domingos Jorge, e, mais do que isso, o auctor da *Memoria Chronologica* pensa que o valente Paulista jámais pisou o sólo piauhiense! E por que? Leiamos Alencastre:

> « Não sabemos o fundamento com que attribuem os historiadores ao paulista Domingos Jorge as honras da descoberta do Piauhi; e sendo verdade, como é, que, o individuo por nome Domingos Jorge que um importante papel representou nas coisas do Piauhi era sobrinho de Julião Affonso, é justo que duvidemos do paulista Domingos Jorge, e lhe neguemos as honras de descobridor.
>
> O individuo deste nome, que um importante papel representou na conquista do Piauhi, não, era paulista mas não duvidamos que fosse aquelle mestre de campo de um terço de Paulistas, que residia no sertão da Bahia, que por ordem de d. João de Lencastro, e a pedido do capitão Antonio de Mello, marchou da Bahia para a Conquista de Palmares. » (3)

Ha, evidentemente, duas individualidades com aquelle mesmo nome (Domingos Jorge), mas, dahi, se affirmar que o destemido Bandeirante paulista não esteve no Piauhi é falsear a verdade historica. Basêa-se Alencastre, para chegar a semelhante conclusão, em uma certidão do Conselho Ultramarino, em data de 17 de Setembro de 1745, sobre concessões de sesmarias. O referido documento trata, apenas, de um individuo, sobrinho de Julião Affonso — irmão e companheiro de Maffrense — que tem, como dissemos linhas acima, o mesmo nome do cabo dos paulistas.

Eis o documento a que se refere o illustre e esforçado historiographo:

> « Senhor. Diz Domingos Jorge que para bem de sua justiça lhe é necessario uma certidão; por que conste da resolução que v. m. foi servido tomar no requerimento que o supplicante fez para se lhe darem o equivalente pela terra que fôra applicada ao vigario da freguezia da Moxa (4), no districto do Piauhi — Pede a v. m. seja servido mandar se lhe passe a dicta certidão em modo que faça fé E. R. M. — Passe do que constar sem inconveniente. Lisboa, 17 de Setembro de 1746.— Com rubricas dos conselheiros ultramarinos.

(3) *Op.* cit. pag. 18.

(4) Antiga Aldeia Cabrobó, depois Villa do Mocho e finalmente Oeiras (N. do A.)

Requerendo o supplicante a s. m. fosse servido mandar que se desse execução á sentença que alcançou contra os moradores do Piauhi e Villa da Moxa, officiaes da camara della, e vigario da freguezia de Nossa Senhora da Victoria da mesma villa sobre as dez leguas de terra que herdou de *seu tio Julião Affonso Serra, um dos quatro descobridores daquelle sertão*, cujas dez leguas de terra foram repartidas das quarenta de sesmarias que se derão aos dictos descobridores, incluindo nas do supplicante as tres leguas, que s. m. por ordem de 17 de Abril de 1736 concedeu á dicta camara para logradoiro publico do conselho, e para dellas ter rendas de alguns aforamentos, as quaes tres leguas possuiam antes os vigarios da dicta freguezia, e pelas quaes mandou o mesmo senhor dar aos dictos vigarios 20$ cada anno; foi o dicto senhor servido determinar por sua real resolução de 27 de Junho deste presente anno em consulta do Conselho Ultramarino, que se levantasse ao vigario da dicta freguezia a congrua dos 20$ que se lhe davão na supposição errada de serem suas as terras, que se doaram á dicta camara, que agora constava estarem julgadas ao supplicante, e que como sentença de que o supplicante pedia execução se declarava, que não impediria e vedaria os logares publicos, para o que se inclinava tambem o seu titulo ou alvará de sesmaria,— que se cumprisse a dicta sentença com declaração de ficarem livres á camara aquelles espaços e porções de terra, que a prudente arbitrio forem necessarios, ou estiverem já destinados para ruas, caminhos, praças, fontes, pontes e pedreiras, e ficando assim completamente, satisfazendo-se ao publico, e particular, ao supplicante e a camara, e que quando esta ao futuro viesse a ter necessidade de algum espaço de terra, ou para alargar ou mudar a casa do conselho, ou cadeia e açougue, então concorrendo as circumstancias devidas, se lhe concederia graça de ser o supplicante obrigado a ceder em beneficio publico a sua utilidade particular, dando-se o equivalente que for racionavel, com declaração, que com esta resolução, não dá s. m. a sobredicta sesmaria das 40 leguas mais validade do que tiver para se não poderem os sesmeiros valer desta confirmação, pois que a não mostraram ter dicto senhor, nem dos senhores reis seus predecessores. E para que...

Lisboa, 3 de Novembro de 1745.— O conselheiro, *Thomé Joaquim da Costa Côrte Real.* »

O auctor da *Memoria Chronologica da Provincia do Piauhi*, em apoio de suas idéas, invoca, apenas, o documento que acima transcrevemos, importante, certamente, mas para provar que ha, como já dissemos, duas individualidades com egual nome — Domingos Jorge: — o bandeirante paulista e o sobrinho de Julião Affonso Serra, Domingos Maffrense.

Demais, o documento acima diz, apenas, que Julião Affonso Serra foi *um dos quatro descobridores daquelle sertão*, onde se encravara a então Villa da Mocha.

Porventura, o sertão de que trata o referido documento, é o Piauhi? Não, pela simples leitura, se conclue que o documento refere ás dez leguas de terra que foram repartidas entre as quarenta de sesmarias que foram conferidas aos descobridores das terras onde, depois, se fundou a Aldeia de Cabrobó.

Continuemos a tratar de Jorge Velho e Domingos Maffrense.

Guerrearam-se, a principio, diz o padre Heliodoro Pires (5) e, mais tarde, como o mesmo ideal os attrahia á venturosa dos sertões, se reconciliaram. Não se conhecem as causas da desavença, e, affirma, ainda, o illustrado sacerdote, que se deveria ter dado provavelmente em 1670 e 1672.

Dois grandes feitos, diz o professor Basilio de Magalhães, inscreveu Domingos Jorge Velho em nossos annaes: a occupação do Piauhi e a conquista de Palmares; a primeira de 1671 a 1674, em combinação com Domingos Affonso, fazendeiro á margem do S. Francisco (6).

Os historiadores contemporaneos, dentre elles os eruditos Rocha Pombo e João Ribeiro, dão a gloria do descobrimento do Piauhi a Maffrense, a despeito mesmo das auctoridades em contrario. E, circumstancia interessante, firmam-se, em geral, em Milliet e Rocha Pitta.

Em que pese, porém, á auctoridade consagrada dos mestres conspicuos de nossa Historia patria, aos quaes devemos todo o respeito, o primeiro descobridor dos sertões piauhienses foi o denodado paulista Domingos Jorge Velho, cuja figura, á proporção que a Historia do Nordéste vai sendo estudada, toma maior vulto, ante a obra immensa do desbravamento de enormes trechos dos sertões do Norte.

No tocante ao Piauhi, um documento de alta relevancia, publicado recentemente pelo illustre historiographo F. A. Pereira da Costa, vem dirimir, resolver de uma vez a questão da precedencia do descobrimento, invariavel e erradamente attribuida a Domingos Affonso Maffrense. O documento é uma carta de sesmaria do governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, datada de 3 de Janeiro de 1705, concedendo terras piauhienses ás margens dos rios Poti e Parnahiba a d. Jeronyma Cardim Fróes, "viuva do mestre de campo Domingos Jorge Velho, e a alguns officiaes do terço que o mesmo organizava e alli estacionava, os quaes no requerimento que dirigiram ao mesmo governador declararam que Domingos Jorge marchou do Piauhi para a guerra dos *Palmares em 1687, com a sua gente, deixando todas as fazendas e lavoiras situadas nas margens dos rios Poti e Parnahiba, onde tiveram seus dominios cerca de vinte e quatro ou 25 annos*".

Assim, as primeiras incursões do bravo guerrilheiro paulista nos sertões do Piauhi datam de 1662, mais ou menos cerca de doze annos antes de Maffrense. De uma verdade incontrastavel, portanto, são as palavras de Saint'Adolphe e Rocha Pitta, isto é, que quando Maffrense e seus companheiros Julião Affonso, Francisco Dias de Avila e Bernardo Pereira Gago passaram a Serra dos Dois Irmãos, encontraram já, no Piauhi, Domingos Jorge Velho em suas correrias aos selvagens.

Como se póde, pois, sem falsear a verdade, attribuir o descobrimento do Piauhi a Domingos Sertão? (7)

Eis o documento a que se refere Pereira da Costa em sua *Chronologia Historica do Estado do Piauhi*:

« Francisco de Castro Moraes do Conselho de s. m. — faço saber aos que esta carta de doação de sesmaria

(5) In—*Revista do Brasil*, pag. 251.

(6) In—*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, de 1915, pag. 118

(7) Domingos Affonso Mafrense, ou Maffra ou Sertão, como escrevia elle.

virem que d. Jeronyma Cardim Fróes, o sargento-mór Christovam de Mendonça Arraes governador do terço dos Paulistas da guarnição dos Palmares, por fallecimento do mestre de campo Domingos Jorge Velho, capitães e mais officiaes do dito regimento me representaram a petição cujo theor é o seguinte: — Sr. Dizem d. Jeronyma Cardim Fróes, viuva que ficou do mestre de campo Domingos Jorge Velho, o sargento-mór Christovam de Mendonça Arraes, os capitães Alexandre Jorge da Cruz, Paschoal Leite de Mendonça, Domingos Rodrigues da Silva, Luiz da Silveira Pimentel, Simão Jorge Velho, João de Mattos, Domingos Luiz do Prado, o ajudante Antonio de Sousa, o alferes de mestre de campo Domingos de Mendonça, o sargento Braz Gonçalves, o cabo de esquadra Bonifacio Cubas, e João Paes de Mendonça, todos officiaes que eram então e são do terço de infanteria que de gente servente formou o dicto Domingos Jorge Velho com o... Senhor e administrador seu, com o qual elle e os dictos supplicantes nomeados franquearam as habitações e povoações, que os brancos tem nelle contra os insultos que os Tapuios bravos, quotidianamente intentam e não poucas vezes com graves damnos e irremediaves provas, para o que obrarem melhor, o mestre de campo e subalternos officiaes, tinha erigido para sua morada e habitação o Rio Potingh que quer dizer rio ou agua de Camarões e o Rio Parnahiba e... nelles tinham feitos uas povoações com suas habitações, com suas creações, tanto dos vaccuns como cavallares ou ovelhuns, e cabruns, etc., e faziam suas lavoiras e assim tinham seus domicilios vinte e quatro ou vinte e cinco annos, topando Bandeiras ao gentio bravo para onde as occasiões o pediam, defendendo assim... que o dicto gentio intentavam contra as outras povoações dos bancos dando por este meio logar a que entrassem a povoar, como com effeito entrou a povoar todo o Piauhi e Canindé em companhia da Casa da Torre de Garcia d'Avila e defendendo as fronteiras do Maranhão, e ficara até que por parte de s. m. foi o dicto Domingos Jorge Velho chamado e requerido do sr. governador João da Cunha Souto-Maior antecessor de v. s., de descer com a dicta sua gente, e officiaes estando de guerra os negros fugidos e rebellados dos Palmares, que insultavam, invadiam, roubavam, violavam e assasinavam os brancos em todas estas capitanias de Pernambuco como com effeito Domingos Jorge Velho desceu com ao redor de 1300 arcos de seu gentio, e cerca de oitenta brancos, que, além dos que nesta petição vam nomeados, e nesta occasião que se lhe aggregaram outros que elle habitou para... aos dictos soldados gentios, a qual descida foi em o anno de 1687, largando terra, povoações, creações e lavoiras sem reparo algum para vir servir a s. m. e com elle e os dictos cabos prestou o sr. governador João da Cunha Souto-Maior os artigos que s. s. em nome de s. m. ajustou com os procuradores em o mez de março do dicto anno que Deus guarde confirmou por Alvará seu, como todo se vê registado na Secretaria deste Governo... nos quaes artigos estão especificadas estas palavras, que as sesmarias que pretendem nos rios dos Camarões, Parnahiba, as prometteu dar o sr. governador, assim e da maneira que as quizerem, como com effeito logo lh'as concedeu o dicto sr. governador em nome de s. m. em fé e segurança do que lhe mandou s. s. passar e assignou uma clareza, dizendo nella que l'ha não mandou passar naquella occasião por estar o provedor da Fazenda Real fóra desta praça doente para lhe passar sua carta de sesmaria, e para que constasse sempre do tempo em que lhe concedia, que foi no mesmo anno em que se celebrou e concluiu-se o dicto pacto, que foi a 3 de Março de 1687, o qual papel de segurança deixou o dicto sargento-mór na mão do secretario do Conselho Director, para prova e fundamento do requerimento que das dictas terras elle fez a s. m., este Senhor foi servido conceder-lhes assim e de ordenar v. s. lhes mande passar sua carta de sesmaria com as mesmas clausulas e declarações que se especifica na dicta ordem pelo que pedem a v. s. lhes faça mercê mandar-lhes passar a dicta de sesmaria desde as nascenças do dicto Rio Potingh, ou Camarões, até onde se mette naquelle da Parnahiba, com tres leguas de largura de uma a outra banda delle, e da sua barra que aquelle da Parnahiba abaixo na mesma largura da barra de cá, declarando-se tambem na dicta carta de lhes não poder prejudicar o ter ella sido passada agora e não no dicto tempo pelas razões que aqui se allegam e por elles terem andado occupados no serviço de s. m. como este Senhor o manda especificar na dicta ordem, da qual a cópia vai junta até que pelo Parnahiba abaixo topem em terras desprovidas, E. R. Mcê. — O procurador da Corôa me informe sobre o conteúdo nesta petição para lhe deferir. Recife, 20 de Dezembro de 1704 — Rubricas.— Sr. A vista das cartas que os supplicantes juntam, parece-me tem logar seu requerimento. V. s. lhes deferirá com justiça. Recife, 22 de Dezembro de 1704 — *Antonio Rodrigues Pereira.* — E havendo outro sim respeito a que s. m. me recommenda no cap. 15 do Regimento deste governo e ao que respeita no cap. 2º das condições que meu antecessor, João da Cunha Souto-Maior concedeu aos supplicantes em nome de s. m. que Deus guarde, no mez de Março de 1687, e confirmou em nome do dicto Senhor, o sr. marquez de Monte-Bello, em 3 de Dezembro de 1691, e ao alvará de s. m. de 12 de Março de 1695, e por que declaram as duas ultimas cartas do dicto Senhor do anno passado de 1703 não ser justo ficarem prejudicados na mercê que lhes concedeu, o deixarem as dictas terras e domicilios para acudirem a seu real serviço, e haver por bem que as gosem desde o dicto tempo em que lhes foram concedidas pelo meu antecessor o sr. João da Cunha Souto-Maior no mez de Março de 1687, pelas haverem conquistado, franqueado a habitação e cultura dos brancos para afugentarem os Tapuias seus habitadores, accrescentando quantias consideraveis a premios reaes, assim pela Repartição desta Procuradoria, como do dicto Estado do Maranhão, e que não sejam preferidos de nenhum sesmeiro que se introduzisse nellas desde o mez de Março de 1687, em que lh'as concedeu o sr. João da Cunha Souto-Maior, governador que então era destas capitanias. Hei por bem de lhes fazer mercê de dar aos supplicantes acima nomeados, como pela presente carta de sesmaria com a mesma antedata do dicto mez de Março do anno de 1687, em nome de s. m., que Deus guarde, todas as terras que se acharem desde a nascença do dicto Rio dos Ca-

marões até onde elle se mette no da Parnahiba, com tres leguas de largura de uma e outra banda delle, e de sua barra para aquelle da Parnahiba abaixo na mesma largura da banda de cá seis leguas, com obrigação de pagarem fôro algum mais que o dizimo a Deus pelo privilegio especial que os supplicantes tem para isso de s. m.; e as possuirão e gosarão elles e seus herdeiros, com todas as suas mattas, aguas, campos, testadas, logradoiros e mais uteis que nellas se acharem, e serão obrigados a dar pelas dictas terras caminhos livres ao Conselho para fontes, pontes ou pedreiras; pelo que ordeno a todos os ministros da Fazenda e Justiça destas capitanias, a quem o conhecimento desta carta pertencer, lhe façam dar a posse real effectiva e actual na fórma costumada e debaixo das clausulas referidas, e das mais da Ordenação, titulo das sesmarias, que por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assignada e sellada com o sinete de minhas armas, a qual se registará nos livros da Secretaria deste governo e nos da Fazenda Real e nos mais a que tocar. Dada neste Recife de Pernambuco, em os tres dias do mez de Janeiro.— *José de Britto de Menezes* a fez.— Anno de mil setecentos e cinco.— O secretario Antonio Barbosa de Lima a fiz escrever.— *Francisco de Castro Moraes.* »

Esta sesmaria foi confirmada por carta real de 25 de Dezembro de 1710 dirigida ao governador de Pernambuco Sebastião de Castro e Caldas:

« E porque nella não se observou a ordem passada sobre estas sesmarias, diz o acto régio, pois não se declara quantas leguas de terra se contam desde a fonte do Rio dos Camarões até a entrada que faz no Parnahiba, nem desta para baixo. Me pareceu não deferir á esta confirmação; porém, visto como os supplicantes foram benemeritos pela guerra que fizeram,

Hei por bem de lhes permittir que cada um por si peça sesmaria separada dentro da quantidade que permittem as minhas leis; e assim vos ordeno lh'as concedaes, sem embargo de ser passado o tempo, segundo as minhas novas ordens para se poder deferir a confirmação de cada um. »

Ante este documento, de summo valor para o restabelecimento da verdade historica, parece não haverá mais duvida de que o paulista Domingos Jorge precedeu ao portuguez Domingos Maffrense no descobrimento do Piauhi.

A Historia, disse Taine, não é intangivel. Factos historicos acceitos pela critica, nem sempre encerram a verdade que, só depois, á luz dos documentos, se póde restabelecer.

Vejamos, agora, um outro documento que tem servido de base aos que dão a primazia do descobrimento a Domingos Affonso Maffrense: — é o testamento deste, lavrado na Bahia, a 12 de Maio de 1711; leiamos o topico em questão:

« Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras que pedi no Piauhi com o coronel Francisco Dias d'Avila e seus irmãos, as quaes terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e consideravel despesa com adjutorio dos socios, e sem elles defendi muitos pleitos, que se me moveram sobre as dictas terras, ou parte dellas, etc., etc. »

Que concluir da leitura das linhas acima, escriptas por Maffrense? Que era senhor da metade das terras que pediu no Piauhi, as quaes terras descobriu, isto é, as terras em que se achavam situadas as suas fazendas, por elle povoadas, etc. Impossivel chegar-se a outra conclusão, que bem claras e precisas são aquellas palavras de Maffrense, em suas disposições testamentarias.

Assim, quer attendamos ás causas das incursões no sertão, quer ao testemunho dos chronistas e historiadores, quer ainda aos documentos officiaes *indespiciendos* para o restabelecimento da verdade historica, a prioridade de descobrimento do Piauhi pertence a Domingos Jorge Velho, feito que se deverá ter realizado em 1662.

Não sabemos se avançamos uma proposição audaciosa, mas, parece-nos, o nome do portuguez Domingos Affonso se popularizou mais devido ás importantes fazendas de creação que conservou no Piauhi, verdadeira fortuna que, ao morrer, legou ao Collegio dos Jesuitas na Bahia, passando em seguida á Corôa em consequencia do sequestro feito nos bens religiosos, e, finalmente, á nação, no Imperio e depois na Republica.

Jorge Velho, é certo, tambem possuiu fazendas no Piauhi, mas, ao seguir para Pernambuco em demanda dos Palmares, abandonou os haveres que adquirira na terra que descobrira.

Houve como que uma solução de continuidade que se não deu com Domingos Affonso.

O majestoso *Parnahiba*, porém, que já se denominava *Rio Grande dos Tapuias*, segundo Gabriel Soares no *Tratado descriptivo do Brasil*, em 1587, *Pará*, segundo Diogo de Campos, *Parnoaçú*, segundo Bento Maciel Parente, *Pimaré*, segundo refere frei Vicente do Salvador na sua *Historia da Custodia do Brasil*; *Paraguaçú*, segundo o padre Antonio Vieira, recebeu o nome da Villa de S. Paulo, que serviu de berço ao destemido paulista.

PREDECESSORES DE DOMINGOS JORGE VELHO

Em 1603, Pedro Coelho de Sousa chegou á Serra da Ibiapaba e alcançou, com os companheiros, segundo frei Vicente do Salvador, o *Punaré* (Rio Parnahiba).

Os jesuitas Francisco Pinto, e Luiz Figueira, em 1607, alcançaram a Serra da Ibiapaba, pentraram no Piauhi, e, atacados pelos Indios, que conseguiram matar o primeiro, voltou Figueira com os companheiros para Pernambuco.

Marim Soares Moreno, em 1613, tocou no littoral piauhiense.

Em 1614, o capitão-mór Jeronymo de Albuquerque teve ordem de explorar o Rio Parnahiba.

Em 1616, o sargento-mór Balthazar Alvares Pestana, escreve Berredo, commandou uma expedição de 20 soldados e cerca de cem indios, que partiu do Maranhão com destino a Pernambuco, afim de solicitar munições de guerra. Essa tropa passou pelo Piauhi.

Em 1626, frei Christovam Severim, partindo do Maranhão, passou pelo Piauhi.

Em 1641, o hollandez Elias Herckmans esteve em territorio piauhiense.

Em 1656, André Vidal de Negreiros seguiu do Maranhão para Pernambuco, passou pelo Piauhi, galgou a Ibiapaba e continuou a viagem.

II

Piauhi — Capitania

Quando d. João III dividiu o Brasil, como unico meio de coloniza-lo, em capitanias doadas hereditariamente a fidalgos da Côrte, recahiu o territorio do Piauhi em o lote de terras destinado as historiador João de Barros, Ayres da Cunha e Fernand'Alvares de Andrade, ficando este ultimo com parte do Piauhi e Maranhão.

O dr. Antonino Freire (8), baseado em Varnhagen, Candido Mendes, etc., diz que:

« o territorio do actual Piauhi ficou comprehendido na doação de Fernand'Alvares de Andrade, assim como o do Maranhão tem de ser procurado nas 50 leguas de costa que couberam a João de Barros e Ayres da Cunha, que corriam, como quer Varnhagen, da ponta dos Mangues-Verdes até á aba de Diogo Leite, que é o actual foz do Gurupi, entendendo-se que, quando fallamas em capitania de Fernand'Alvares, referimo-nos, como se faz geralmente, a de Jurucoára, e á do Maranhão quando damos os nomes de João de Barros e Ayres da Cunha. »

Apenas Ayres da Cunha tentou a aventura. Partiu da Metropole com uma frota regular, acompanhado de dois filhos de João de Barros, chegou até Pernambuco onde solicitou e obteve auxilio do donatario Duarte Coelho Pereira e tentou se firmar em o actual Rio Grande do Norte. Foi um desastre a tentativa. Os Potiguás interceptaram-lhe os passos. Rumou, estão, para a terra do socio Fernand'Alvares de Andrade, que se deixara ficar na Côrte. Foi maior o desastre. A expedição naufragou nos baixos do Maranhão e os colonos, errantes, pelas costas, construiram rudimentares embarcações, e, atirando-se ao oceano em verdadeiro desespero, alcançaram o Haiti.

A muito custo João de Barros pôde conseguir a volta dos filhos.

Historiadores affirmam que Antonio Cardoso de Barros esteve na Tutoia, onde teria construido um forte do qual existem ainda alguns vestigios

Foi o visconde de Porto-Seguro quem o disse e, entre outros historiographos, Pereira da Costa, na *Chronologia historica do Estado do Piauhi*, segue a opinião daquelle sabio historiador.

Pensamos, entretanto, haver engano de parte do eminente auctor da *Historia Geral do Brasil*. Baseados em Milliet, pensamos que os indicios de antigo forte de que trata Varnhagen, sejam em Tutoia, no Ceará, onde Jeronymo de Albuquerque, em 1614, se fortificou quando se preparava para compellir os Francezes a *evacuarem* a Ilha do Maranhão.

A administração do Piauhi, em os seus primeiros dias, coube a Pernambuco, cujos governadores concederam as primeiras sesmarias.

A concessão das sesmarias piauhienses por parte dos governadores de Pernambuco foi feita com muita irregularidade, o que determinou grande anarchia, ao se tratar de suas demarcações.

Afóra as fazendas e lavoiras fundadas nas margens dos rios Poti e Parnahiba, por Domingos Jorge Velho, que se partiu do Piauhi para a guerra dos Palmares, em 1687, os que primeiro povoaram o territorio e maiores sesmeiros foram Domingos Affonso e Francisco Dias de Avila. Poderosos que eram, despertaram logo de outros a inveja, salientando-se Lourenço da Rocha Marinho — inimigo de Domingos Affonso e Francisco de Avila, devido ás pretenções de Marinho sobre uma propriedade desses. Como lhe fosse impossivel requerer sesmarias em Pernambuco, onde se achavam documentos confirmando o direito de Domingos Affonso e os companheiros, tratou Lourenço da Rocha Marinho de promover todos os meios afim de que a administração do Piauhi passasse ao Maranhão.

Informado o Governo da Metropole sobre a conveniencia da annexação da Freguezia do Piauhi ao Maranhão, foi expedida a seguinte carta régia ao governo maranhense:

« Governador do Estado do Maranhão.

Eu el-rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que informastes (como se vos ordenou) sobre se unir a esse Estado todas aquellas fazendas e moradores que comprehendem a Freguezia de Nossa Senhora da Victoria do Piauhi, me pareceu ordenar-vos guardeis infallivelmente a resolução que tinham tomado de que se una a dicta Freguezia do Piauhi a esse Estado como por outra ordem minha se vos tem declarado. Tenho entendido que o contracto dos dizimos desta Freguezia ha de ficar pertencendo ao contracto dos dizimos desse Estado. Escripta em Lisboa em 13 de Março de 1702. »

A jurisdicção do Piauhi, entretanto, continuava em parte pertencendo não só a Pernambuco como á Bahia, da qual só em 1715 se separou definitivamente.

Sobreviera á população do Piauhi extraordinario sobresalto, porque o ouvidor Antonio José da Fonseca Lemos declarou devolutas todas as terras da neo-colonia. Felizmente, porém, o innominavel abuso da primeira auctoridade maranhense se não prolongou, porque nem só o referido ouvidor revogou semelhante illegalidade, como el-rei lhe transmittiu terminantes ordens no sentido de serem demarcadas as antigas sesmarias.

A situação ainda mais se aggravou. Os encarregados da demarcação commetteram tantas irregularidades, portaram-se com tanta parcialidade que el-rei fez baixar o documento de 11 de Janeiro de 1715, pelo qual as sesmarias conferidas pelos governadores de Pernambuco e Bahia não seriam devolutas.

Foi, em virtude daquelle acto official, como dissemos, que o Piauhi ficou annexado ao Maranhão. Entretanto, a anarchia continuou e só decorrido quasi meio seculo é que as luctas em torno da divisão das sesmarias cessaram.

Estorvo outro á boa marcha dos negocios do Piauhi foi a guerra dos Indios que infestavam o seu vasto territorio e que talvez tenha concorrido para a elevação da Povoação da Mocha á categoria de villa em 1712, effectivando-se, porém, cinco annos depois, sendo nomeado ouvidor o dr. Vicente Leite Ripado, em 1722.

« Progredia rapidamente a população do Piauhi, porém a justiça era pessimamente administrada e do mesmo modo os dinheiros publicos. Os ricos e poderosos, outros tantos regulos, tratavam seus rendeiros e colonos como verdadeiros escravos.

(8) *Limites entre os Estados do Piauhi e Maranhão*, pag. 11.

Os Jesuitas, tanto mais detestaveis, quanto obravam tcda a sorte de arbitrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos na Capitania, gosando de grandes privilegios, que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negocios, punham em antagonismo o povo com a auctoridade, e indispunham os Indios, sobre quem tinham muito poder e mando, contra os povoadores.

Senhores e não administradores da grande fortuna de Domingos Affonso de que estavam de posse desde 1711, ninguem ousava contraria-los.

A acção do Governo Geral, chegando muito tardia ao Piauhi, em razão da longa distancia entre o Maranhão e a Mocha, a Côrte e o Maranhão, já tendo o Piauhi uma população crescidissima, era necessario que a sua administração corresse independente do Maranhão.

O horrivel attentado contra a existencia de el-rei d. José, attribuido á Companhia de Jesus, dando logar a lei de exterminação de 3 de Setembro de 1759, fez tambem com que o conde de Oeiras accelerasse a creação da Capitania do Piauhi, pois o prudente ministro sabia que, dispondo alli os Jesuitas de grande fortuna e poderosa influencia, só com a creação da capitania, e nomeação de um energico administrador, que a combatesse e anniquilasse, poderia conseguir seus fins. » (9)

Por carta régia de 29 de Julho de 1758 e patente de 21 de Agosto do referido anno, João Pereira Caldas foi investido das funcções de governador. Espirito emprehendedor, incançavel, o governador João Pereira Caldas prestou inestimaveis serviços á nascente Capitania. Empossado com tcda a solennidade a 20 de Setembro de 1759, tratou logo de construir os primeiros edificios publicos, creou a Secretaria do Governo da Capitania e, em obediencia á carta régia de 19 de Junho de 1761, elevou á categoria de villa as parochias de Parnaguá, Jeromenha, Valença, Campo-Maior, Marvão, Parnahiba, bem como á de cidade a Villa da Mocha, séde da Capitania. E' preciso convir que João Pereira Caldas preferiu á relativa commodidade que lhe poderia proporcionar a capital, percorrer todas aquellas freguezias, quando de suas installações em villas, e, depois, em uma viagem especial para, mais de perto, estudar o progresso, o desenvolvimento da Capitania. No anno anterior ordenou Pereira Caldas ao ouvidor da comarca o sequestro dos bens da Companhia de Jesus e mandou presos para Bahia os padres João de Sampaio, Manuel Cardoso e José de Figueiredo, o leigo Jacintho Fernandes e o donato Antonio Ferreira, os quaes residiam na capella creada por Domingos Affonso Maffrense.

Incorporados os bens ao patrimonio da Corôa, Pereira Caldas, para melhor exercer sua fiscalização, dividiu as fazendas em tres departamentos, aos quaes deu as denominações, de *Piauhi*, *Nazareth* e *Canindé*, cada um com seu administrador, de absoluta confiança.

A' capital da neo-Capitania o governador João Pereira Caldas deu o nome de Oeiras em homenagem ao primeiro ministro do Reino conde de Oeiras, bem como á Capitania o de S. José do Piauhi, em honra a el-rei d. José. E não foram só esses os serviços e as preoccupações do primeiro governador da Capitania do Piauhi. Quando rebentou a guerra, chamada da successão da Corôa hispanhola e que Portugal, como a Inglaterra e a Hollanda, favorecia as pretenções da Austria, a França fez diversas investidas á então colonia de Portugal — o Brasil — achando-se, ainda, no governo da Capitania João Pereira Caldas, mandou guarnecer as barras do Rio Parnahiba e o Canal do Igarassú — pontos mais ao alcance do extrangeiro que intentasse invadir o Piauhi. Para chefe da expedição, que se comporia de contingentes fornecidos pelas freguezias de Parnahiba, Campo-Maior e Piracuruca, foi nomeado o tenente-coronel João do Rêgo Castello Branco.

Essas providencias foram tomadas em 1762, e, nesse mesmo anno, ordenou o governador um recenseamento geral da população, que accusou o numero de 12.746 habitantes, nas oito freguezias então existentes.

Nos ultimos annos de sua administração, Pereira Caldas se empenhou fortemente, de ordem de sua majestade, em campanhas contra os Indios das fronteiras da Capitania, especialmente os *Acoroás*, os *Gueguês* e os *Timbiras*.

Nomeado pelo decreto de 8 de Novembro de 1768, tomou posse do governo da Capitania Gonçalo Lourenço Botelho de Castro a 3 de Agosto de 1769, governando até 1 de Janeiro de 1775.

Nada fez de notavel. De sua passagem no governo da Capitania piauhiense apenas se póde mencionar a violentissima conquista dos *Acoroás* e *Pimenteiras* para o que, segundo diz Alencastre, se uniu politicamente á familia Rêgo, por quem se deixou dominar.

A campanha — que tinha tambem como movel offuscar o brilho de seu illustre antecessor — foi confiada ao coronel João do Rêgo Castello Branco. A causa fundamental da apparatosa expedição fôra talvez a procura do oiro, mania do governador Gonçalo L. Botelho de Castro e de seu incançavel preposto coronel João do Rêgo, que se aproveitaram como pretexto de um supposto levante dos *Gueguês*.

Foi, como dissemos acima, um governo inutil para a terra cujo povoamento começava a progredir e reclamava o necessario civismo de sua principal auctoridade.

Assumiu, então, o governo interino da Capitania uma Junta assim composta: dr. Antonio José de Moraes Durão, ouvidor geral da comarca; tenente-coronel João do Rêgo Castello Branco, official de mais elevada patente, e José Esteves Falcão, vereador mais velho.

Por cerca de vinte e dois annos o Piauhi foi administrado por governo interino, lapso de tempo que se escoou quasi inutilmente para a Capitania do Piauhi. Demais desde 1774 o Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo sido dividido em dois governos independentes, o Piauhi cahiu na esphera de acção da Capitania maranhense.

A 12 de Dezembro de 1797, assumiu o governo da Capitania d. João de Amorim Pereira, modelo de virtudes. Delle diz Pereira da Costa:

« O que sobre tudo caracteriza o governo de Amorim Pereira é o cunho de moralidade, e zelo pelos negocios publicos que procurou imprimir. Intelligente, honesto e probo, a sua correspondencia revelava tudo isto, quer a dirigida aos seus superiores quer aos seus subordinados, notando-se nesta, a par da cortezia, muita severidade e energia. »

(9) *Op.* cit. pag. 31 (*Memoria chronologica*, Alencastre).

Entre idéas outras que surgeriu ao Governo da Metropole, com intelligencia e saber, destaca-se a da transferencia da capital do Piauhi para a margem do Parnahiba. Um erro talvez a mudança da capital piauhiense; entretanto, para aquelle tempo foi o recurso mais viavel para resolver a questão do transporte. . .

« Em todas as partes do mundo, diz João de Amorim, o que faz a abundancia é o commercio, e o que o promove são as facilidades que a natureza ou arte lhes administra: o transporte pelo rio é sempre commodo, muito mais quando as suas mencionadas margens lhes offerece producções interessantes.

O que fez augmentar o commercio do Maranhão foi a producção das mattas do Rio Itapecurú, que sendo muito extensas, abundantes, não excedem a do Parnahiba, na barra de cujo rio está situada a Villa de S. João da Parnahiba, que apesar de não ter tido uma pessoa vigilante para seu augmento, e commercio, está muito melhorada, que esta cidade, não só na construcção de seus edificios e regularidade de interior, mas na abundancia, que sempre ha nella, tanto pelo seu termo como pelos continuos soccorros que lhe entram pela barra, como pelo interior do mencionado rio: alli tem havido e ha commerciantes que transportam para o porto de Lisboa e Cidade do Porto muitos generos dos que produz este clima que presentemente não fazem, por terem tido bastantes perdas nas embarcações tomadas pelo corsarios francezes, navegando daquelle para os portos do Maranhão, Pará, Bahia e Pernambuco. »

A idéa de d. João de Amorim só 54 annos depois se objectivou.

Quando terminou seu tempo de administração foi reconduzido no cargo de governador, do qual se retirou pobre, coisa pouco commum naquelles tempos.

A 4 de Junho de 1803 tomou posse do governo da Capitania o sargento-mór Pedro José Cesar de Meneses, que deixou a administração a 2 de Março de 1805, quando a assumiu interinamente Antonio Luiz Sarmento da Maia.

A 21 de Janeiro de 1806 assumiu o governo Carlos Cesar Burlamaqui, e um dos seus primeiros actos foi promover a punição de criminosos, cuidar das finanças, além de outros serviços materiaes e de interesse publico.

Percorreu varias zonas do Piauhi, protegeu o commercio e a industria, procurou conhecer as condições das barras do *Igarassú*, *Cajú*, *Carrapato* e *Tutoia*, para que encarregou o coronel Simplicio Dias da Silva, commandante da Villa da Parnahiba.

Como os Pimenteiras commettessem inominaveis depredações na Capitania, Burlamaqui fez estabelecer uma contribuição com o fim de mandar uma expedição contra aquelles indigenas bravios.

Governava a Capitania Carlos Burlamaqui com verdadeira superioridade de vistas, quando d. José Thomaz de Meneses, espirito atrabiliario, imprudente, irreflectido, então investido das funcções de governador e capitão-general do Maranhão e Piauhi, o suspendeu e o fez substituir por um governo interino. Preso, foi Burlamaqui remettido para S. Luiz e recolhido á Fortaleza de Alcantara e posto em liberdade em virtude da carta régia de 8 de Março de 1811.

Certo, devido á prepotencia dos governadores do Maranhão, foi a Capitania do Piauhi separada completamente da jurisdicção maranhense, pela carta régia de 10 de Outubro de 1811, e publicada em Oeiras a 4 de Setembro de 1812.

E' este o documento official da separação da Capitania do Piauhi:

« Tendo chegado á minha real presença o conhecimento da extensão, augmento da agricultura, população e prosperidade do commercio dessa Capitania, da longitude e distancia em que está do Maranhão e verificando-se que por estes e outros motivos não se tem conseguido os proveitos que eram de esperar de ser sujeito e subalterno esse governo ao da referida Capitania, antes e muito pelo contrario só tem resultado desta dependencia embaraços e prejuizos de minha real fazenda e pela distancia em que está a junta da administração e arrecadação dessa, porfias e conflictos de jurisdicção, e muitos procedimentos illegaes e despoticos, contrariados ao bem do meu real serviço e a prosperidade dos meus fieis vassallos habitantes dessa Capitania: Considerando que fazendo-se independente não só remediarão estes males mas tambem crescerá e se augmentará o commercio com a creação de uma junta de fazenda, cessarão os prejuizos que tem havido e que os outros ramos de meu real serviço se administrarão com mais proveito do bem publico acabando-se as disputas, emulações e conflictos entre os governadores ficando os dessa Capitania mais livres para obrarem o que entenderem, ser util ao bem do estado, e só responsaveis pelo que lhe for damnoso: Sou servido isentar essa Capitania totalmente da do Maranhão, para que se fique entendendo que os governadores della são independentes em todos os objectos do meu real serviço, sem exceptuar algum dos governadores e capitães-generaes de Maranhão, podendo até conceder sesmarias na fórma das minhas reaes ordens, e dando conta de tudo que praticarem directamente pelos secretarios de estado competente.

O que vos participo para que vos hajaes em todas as causas do governo nesta conformidade. »

Apesar da attitude da Metropole, relativamente ao attentado contra a auctoridade de Carlos Cesar Burlamaqui, o facto se reproduziu com o ouvidor, membro interino do governo, em 1813, que foi demittido do cargo e preso para a Bahia. Foram auctores de semelhante attentado: João Gomes Caminha e João Leite Pereira de Castello Branco, que receberam o merecido castigo.

A 14 de Julho de 1819 assumiu o governo da Capitania Elias José Ribeiro de Carvalho, cuja administração encontrou obices multiplos nem só por que já se desenhava a lucta pela emancipação politica do Brasil, como tambem devido ás luctas partidarias em Oeiras, prestes a irromperem.

A 4 de Maio o governo recebeu o decreto approvando a Constituição Portugueza, o qual transmittiu immediatamente ao dr. Bernardo José de Mello, ouvidor interino de Oeiras, e fez communicar a todas as Camaras municipaes para os fins devidos.

Elias José Ribeiro de Carvalho era um espirito franco, leal a todo a prova, desaffeito ás miserias partidarias

que contaminavam o ambiente politico-social de Oeiras, e estava, pois, bem talhado para ser a victima do partidarismo desenfreado que dominava a Metropole piauhiense.

Os entraves surgiram logo quando se cogitou da eleição de deputados ás Côrtes de Lisboa.

O governador Elias Ribeiro se viu em conjunctura difficil para a realização de tal eleição.

As facções politicas constituiam dois grandes partidos, cujos idéaes ou, melhor, interesses cada vez mais feridos, se reflictiram, como sempre acontece, nas luctas partidarias, sobre o governador.

Que fazer em semelhante crise?

Sentindo o governador o vacuo em torno, com a deserção de amigos, teve á idéa, logo frustrada, de instituir um conselho consultivo do qual assumiu a presidencia.

Em consequencia de tantos abalos enfermou Elias Ribeiro, e, aproveitando-se das vacillações daquelles que ainda o cercavam, o ouvidor da comarca dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, sob o pretexto de que exprimia a vontade popular, convidou o governador a resignar o cargo, no que foi promptamente attendido.

Foi, então, eleita a seguinte Junta provisoria: Francisco Zuzarte Mendes Barreto, presidente; Manuel de Sousa Martins, vice-presidente; Francisco de Sousa Mendes, secretario; membros militares Manuel de Sousa Martins e capitão Agostinho Pires; membro da Agricultura, José Antonio Ferreira e Miguel Pereira de Araujo; membro pelo Clero, vigario geral Mathias Pereira da Costa; membros pela Magistratura, juiz de fóra dr. Bernardino José de Mello; pelo Commercio, Caetano Vaz Portella.

A 4 de Fevereiro de 1821, a Junta recebeu uma ordem do ministro da Marinha e Ultramar para que se realizasse a eleição da Junta provisoria do governo, que, afinal teve logar a 7 de Abril e deu o seguinte resultado: presidente, padre Mathias Pereira da Costa; Francisco de Sousa Martins, secretario; sargento-mór José Antonio Ferreira, capitão Miguel Pereira de Araujo; sargento-mór Caetano Vaz Portella.

Estava, assim, cumprido o disposto no decreto das Côrtes geraes de 20 de Setembro de 1821, isto é, firmado o systema de administração das provincias do Reino.

III

Piauhi-Provincia

Os acontecimentos culminantes no Piauhi provincial foram os seguintes:

Adhesão do Piauhi á Independencia do Brasil;

Adhesão do Piauhi á Republica da Confederação do Equador:

A Revolução dos Balaios;

Transferencia da capital da Provincia para Therezina.

ADHESÃO DO PIAUHI Á INDEPENDENCIA DO BRASIL

Innumeros os acontecimentos que encheram de vida e agitação os dias da regencia do principe d. Pedro.

O antagonismo entre Brasileiros e Portuguezes era profundo e vinha alimentado desde os tempos coloniaes.

Com o regresso de d. João VI, como que as rivalidades, as expansões patrioticas foram surgindo por considerarem mais accessivel o ambiente social. Por outro lado, as Côrtes, por suspeitarem da attitude do principe em emprestar a sua solidariedade ás aspirações libertarias do povo brasileiro, começaram a exercer a maior hostilidade á sua politica, já desprestigiando-o, tornando dependentes as provincias directamente de Portugal, já cortando-lhe todas as attribuições como regente.

Vão além as Côrtes de Lisboa.

Inhibidos os Brasileiros de exercerem qualquer funcção publica, independentes os governos provinciaes, as Côrtes ordenaram a d. Pedro que regressasse á Europa.

Este gesto apressou a separação do Brasil de Portugal, que já era um facto com as proclamações de 1 de Agosto de 1822, mas só completou o seu cyclo de evolução a 7 de Setembro do mesmo anno.

O Piauhi, apesar da sua situação geographica, falta absoluta de communicação, e ainda mais, de se ter constituido em Capitania independente apenas em 1811, foi das provincias do Brasil uma das primeiras a adherirem á Independencia.

Parnahiba, talvez pela sua posição local, foi o centro da agitação em prol de nossa emancipação politica, no Piauhi.

Effectivamente proclamada, nas margens do Ipiranga, a Independencia do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, celere, a noticia echoa no Piauhi, e, em Parnahiba, a 19 de Outubro do mesmo anno, os intemeratos patriotas dr. João Candido de Deus e Silva, coronel Simplicio Dias da Silva, capitão Domingos Dias da Silva, José Ferreira Meirelles, capitão Bernardo Antonio Saraiva, o escrivão Angelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e o tenente Joaquim Thimotheo de Britto acclamaram o principe d. Pedro, imperador do Brasil.

Não consideramos o ousio patriotico dos Parnahibanos como um movimento precursor da adhesão do Piauhi á Independencia do Brasil, como quer o illustrado dr. Abdias Neves, mas, como data legitima, verdadeira, do rompimento dos Piauhienses com a antiga Metropole Portugueza.

Certo, os grandes acontecimentos sociaes têm um periodo de formação, um movimento preparador ou precursor.

O movimento patriotico de Parnahiba, apontado pelos nossos chronistas como de precursor do dia 24 de Janeiro de 1823, teria uma evolução historica de cerca de tres mezes apenas.

A 5 de Novembro teve-se a confirmação em Oeiras da adhesão de Parnahiba ao grito do Ipiranga e a 12 do mesmo mez a da de Campo Maior, noticias que foram alarmar não só á Junta do governo, como ao sargento-mór João José da Cunha Fidié, que, nomeado em virtude da carta régia de 9 de Dezembro de 1821, chegara á Metropole piauhiense a 8 de Agosto de 1922.

A' tarde de 13 de Novembro seguiu Fidié, para Parnahiba, com esta proclamação:

«A Junta do governo da Provincia de S. José do Piauhi aos habitantes da Villa de S. José da Parnahiba:

Se a Junta provisoria desta Provincia, se este governo pelos povos della escolhidos para a manutenção de seus direitos, isenções e liberdade, por força de qualquer contemplação supprimisse as vozes de sua propria consciencia occultando as demonstrações, suffocando os clamores de sua justa e bem sensivel afflicção, motivada

pelo fatal e inesperado acontecimento do dia 19 de Outubro, ella seria perante Deus, seria á face da Nação e do mundo inteiro, responsavel pela falta de cumprimento do mais sagrado de todos os deveres. Seria traidor comvosco, seria indigno de chamar-se Portuguez e membro da briosa nação que, sendo em summo grau respeitada pelos povos extrangeiros, infeliz e vergonhosamente é ultrajada, vilipendiada, até vencida por seus proprios membros, por seus dilectos filhos dos quaes nunca mereceu tão feia ingratidão, tão indigna correspondencia. E se este mesmo governo tem sempre procurado persuadir-vos quanto são sagrados, respeitados e dignos da mais particular veneração o amor á Patria, o respeito aos poderes que a Constituição designa e a preferencia da honra a todos os interesses e contemplações, até á propria vida, qual deve ser o seu assombro e qual a sua afflicção, quando observa uma porção de povo honrado, fascinado, illudido e rompendo tão indignamente os sagrados e indissoluveis vinculos que devem ligar-nos ao nosso regenerador, aos nossos generosos bemfeitores que, penhorando-nos, cada vez mais, seus affectuosos e cordiaes extremos nos guiam pelo caminho da imparcialidade, honra e moderação, ao sagrado alcaçar da santa Liberdade? Despresa-se a honra, insulta-se a probidade, esquecem-se os beneficios, posterga-se o sagrado e sempre respeitavel vinculo do juramento, mancha-se com indelevel ferrete a fidelidade portugueza. Oh! céos que horror!... tudo motivado por meras desconfianças que, não obstante serem contrariadas por factos, têm feito vacillar a boa fé, que deve brilhar em todas as nossas acções, é ella quem rege as pessoas do soberano congresso representante da Nação. Ouvi, pois, seduzidos povos, ouvi a voz da honra que faz os seus esforços para reconduzir-vos aos deveres no que vos haveis extraviado. Não vos deixeis arrastar por opiniões indiscretas e temerarias, despresando essas suspeitas, que vos são intimadas por invejosos de nossas glorias e prosperidades, tornae a trilhar o caminho da honra, do qual, pelas seducções, fostes, infelizmente, desviados. Não mancheis, não perturbeis a paz de vossos dias, dos dias de vossa innocente descendencia, com procedimentos feios que, sem duvida, attrahirão sobre vós não só a execração publica, mas tambem os males que sempre a seguem. Concebei o horror de vida ás paixões que vos arrastam e encarae a eterna vergonha de que vos ides cobrir, quando persistaes nos criminosos sentimentos que devem horrorizar a todo mundo.

Sustentae, povos até agora fascinados pela prevenção do erro, que vos inculcaram como virtude, sustentae firmemente vosso primeiro juramento, aliás, sereis reduzidos á triste necessidade de não haver em deante quem em vós confie, com o justo fundamento, com o bem fundado receio de que a mesma facilidade com que ousastes quebrar o primeiro juramento vos induzirá a não guardar qualquer outro que presteis, sendo, afinal, sempre perigoso ter confiança em homens cuja fidelidade de palavras se acha corrompida. Não tenteis romper os sagrados vinculos que vos ligam a vossos briosos irmãos de Portugal, que acabam de libertar-vos, nem lhes pagueis o maior dos beneficios com a mais horrivel de todas as ingratidões. Jámais póde ser honrado, quem a si proprio se deshonra; e, se para o futuro acontecer serdes insultados com o horroroso nome de perjuros, só o silencio, sim, só o silencio póde ser vossa resposta.

Quando o furor, o odio ou a pouca consideração guia o homem, nunca a razão é consultada, por isso que a prevenção sempre conduz a excessos que nunca deixam olhar para o futuro.

Um povo innocente, illudido por cidadãos corrompidos, por egoistas malvados, cava um abysmo a que póde ser arrastado o corpo da Nação, o que ao certo não veriamos verificando se vossos guias fossem homens virtuosos, amantes bem de sua patria.

Lembrae-vos que o cidadão passa á classe do mais vil usurpador quando se rebella contra a legitima auctoridade e, se é um crime horrivel roubar o nosso semelhante, contemplai quanto mais criminoso deve reputar-se quem attenta contra a vida politica daquelles que nos governam.

Lembrae-vos, finalmente, que faz o maior dos males quem, por contemplações particulares, arrisca grande ou pequena parte de uma nação a soffrer os horrores de uma anarchia, estado de convulsões o mais horroroso, onde o filho emprega suas armas e toda sua destreza contra o pae, o irmão contra o irmão, o amigo contra o amigo, onde tudo é lagrima, horror, desolação, estragos, onde afinal o cidadão olha outro cidadão como o seu mais irreconciliavel inimigo, onde todos, sem respeito ás leis, o temor do castigo, cogitando só de vingar paixões e odios particulares se entregam aos mais criminosos desvarios e aos mais abominaveis excessos.

São estes os males que deveis evitar e que devem sobrevir quando não abjureis o erro que tendes commettido.

Este governo, sem duvida, espera ter a satisfacção e gloria de vos ver restituidos á vossa antiga fidelidade.

Será então que derramando em vossos corações a sincera effusão dos seus carinhos e fraternal affecto, unindo-vos ternamente ao peito, apontará por modelo á geração presente e ás futuras o povo de Parnahiba, que seduzido a afastar-se por momentos do seu dever reconquistou com seu honrado procedimento aquella firmeza de caracter com que até agora se tem especializado.

Defendamos, pois, com a propria vida o systema constitucional adoptado pela Nação; sustentemos nosso juramento e, animados pelo mais louvavel e generoso enthusiasmo, demos vivas á nossa santa religião, ao soberano Congresso Nacional, á Constituição, ao sr. rei d. João VI, modelo dos soberanos virtuosos, e á bem acreditada Provincia do Piauhi, que revalida seu juramento e novamente protesta ser fiel aos seus deveres religiosos e civis.

Oeiras do Piauhi, 13 de Novembro de 1822. —*Mathias Pereira da Costa*, presidente. — *Francisco de Sousa Mendes*, secretario. — *José Antonio Ferreira Miguel Pereira de Araujo Caetano Vaz Portella.*»

A viagem do governador das armas foi assaz accidentada. O Piauhi já em 1818 soffrera os horrores da secca e, quatro annos apenas decorridos, o phenomeno climaterico novamente o attingira, de modo que a travessia foi penosissima.

A 25 de Novembro penetrou em Campo-Maior onde fôra desejo seu fazer o centro de operações de guerra. Não o fez, porém.

A 8 de Dezembro partiu em direcção á terra que primeiro soltou o grito de adhesão á Independencia Nacional — Parnahiba.

Era, entretanto, afflictiva a situação da prospera Villa Piauhiense. Descoroçoados pela falta absoluta de recursos, e, ainda mais, pelas noticias chegadas, dia a dia, das providencias que o Maranhão tomava, em virtude da proclamação de 19 de Outubro, os patriotas dr. João Candido de Deus e Silva e coronel Simplicio Dias da Silva se haviam refugiado na Villa de Granja, no Ceará.

Partindo de Campo-Maior, como dissemos, o sargento-mór passou por Piracuruca, cuja população, inerme, nem mesmo lhe pretendeu fazer a menor resistencia e chegou, finalmente, em o seu ponto de destino — Parnahiba, 18 de Dezembro, triumphante, sem disparar um só cartucho, recebendo as homenagens do funccionalismo.

Sem demora, dirigiu-se á Camara cujos membros prestaram solenne juramento de fidelidade á Constituição Portugueza.

Antes de Fidié penetrar em Parnahiba, já se encontrava fundeado no Igarassú o brigue *Infante D. Miguel*, cujo commandante capitão Francisco de Salema Freire Garção se apresentou pressuroso ao valente governador das armas, que ordenou ao official do *D. Miguel* a construcção de um forte na Barra do Cajú e pediu ao governo maranhense auxilios que, pouco depois, foram remettidos.

Estava, pois, Fidié, de posse de Parnahiba sem lucta. Não tem por isso nenhum fundamento o que disse sobre a tomada de Parnahiba o illustre historiographo J. Brigido:

> « Estando já proclamada a independencia no Ceará foi o primeiro a marchar contra Fidié (refere-se ao patriota cearense coronel João Andrade Pessoa Anta) que, não adherindo á independencia, á frente de numerosa tropa de linha e artilheria tinha sahido da Cidade de Oeiras para apoderar-se da Parnahiba, que fazia parte de seu commando de armas (10).
>
> Ahi pretendia o chefe portuguez domar os que haviam abraçado a causa nacional, seguindo o exemplo do Ceará, que nisto se tinha adeantado ás outras provincias pela creação do Governo Provisorio do Icó (16 de Outubro de 1822) antes de conhecer o facto do Ipiranga.
>
> Muitos influentes da Parnahiba tinham vindo abrigar-se em Granja, ponto mais proximo da Provincia já emancipada, e reclamaram soccorros. Graças ao concurso das tropas de Granja, sob o commando de Andrada, Fidié não conseguiu apoderar-se da Parnahiba, e nesta resistencia o patriota cearense dispoz tão sómente dos seus proprios recursos, sendo apenas ajudado pelos ricos proprietarios e auctoridades da Parnahiba, que acompanharam de Granja. »

Não é verdade. Como dissemos acima, Fidié não encontrou a menor resistencia em Parnahiba.

(10) *Revista do Instituto Historico do Ceará*, tomo XXXI, pag. 283. A historia da proclamação da Independencia no Piauhi está minuciosamente, feita na *A guerra de Fidié*, do dr. Abdias Neves. E' desse trabalho que nos estamos servindo nesta parte.

Vejamos agora o que se passava em Oeiras na ausencia de Fidié.

Dia a dia, cada vez mais chegavam á velha Metropole Piauhiense noticias de adhesões á Independencia nem só da Bahia, como de pontos diversos do Ceará. Encheu-se, porém, de profundas apprehensões a Junta do governo, quando correu em Oeiras a noticia de que Cratheús preparava grandes contingentes prestes a serem enviados para a capital da Provincia Piauhiense.

Fidié, entretanto, permanecia em Parnahiba, confiante na inquebrantabilidade da situação em Oeiras, onde, aliás já se conspirava. Entre os conspiradores contavam-se como figuras de maior relevo: o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, o tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, Miranda Osorio, etc. Effectivamente. O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que fôra derrotado nas eleições de 7 de Abril, não conseguindo a reeleição para a Junta provisoria do governo, como desejava e era aspiração da familia Sousa Martins, passou-se ao partido separatista, cujas fileiras se engrossavam extraordinariamente.

Para as villas e localidades da Provincia, fizera seguir membros de sua numerosa familia com o fim de levantar os espiritos, no sentido de operar a reacção contra o elemento extrangeiro.

Comprehendendo o brigadeiro Manuel de Sousa Martins que a causa da Independencia estava triumphante, se não podendo duvidar do exito de semelhante golpe, ergueu na manhan de 24 de Janeiro de 1823 vibrante acclamação a d. Pedro I, imperador do Brasil.

Perante todas as classes sociaes o brigadeiro Manuel de Sousa Martins leu uma proclamação do general Labatut, determinando a acclamação de d. Pedro I, finda a qual o presidente do Senado da Camara proclamou a Independencia e em seguida foi eleita uma Junta substituta do governo, que ficou assim constituida: presidente, brigadeiro Manuel de Sousa Martins; secretario, Manuel Pinheiro de Miranda Osorio; membros, Ignacio Francisco de Araujo Costa, Honorato José de Moraes Rego e Miguel José Ferreira.

No dia seguinte tomou a Junta do governo as primeiras providencias, já despachando portadores para Parnahiba, Campo-Maior, Valença, etc., determinando que acompanhassem a Metropole, já communicando em officio ao sargento-mór João José da Cunha Fidié os acontecimentos do dia anterior e determinando-lhe passar o commando das armas ao capitão Manuel Pimenta de Sampaio, já ao governador das armas do Maranhão, impondo a neutralidade dessa Provincia, sob ameaça de suspensão da remessa de gado para o abastecimento maranhense. Eis o officio dirigido a Fidié.

> « E' sabido de v. s., que, das muitas provincias do vasto Imperio do Brasil, só o Piauhi, Maranhão e Pará não tinham adherido ao systema da independencia, e, segundo opinião geral, nenhuma deve ser dissidente de tão justa causa.
>
> Por isso já a Parnahiba no dia 19 de Outubro do anno passado declarou a sua opinião de adherencia; porém, excusando-se a Junta provisoria do governo a reconhecer imperador constitucional do Brasil o sr. d. Pedro de Alcantara, foram suffocados os desejos daquelles povos.
>
> Nem se diga que com o nome de povo figuraram só cento e tantas assignaturas, porque a tropa de cavallaria, residente no districto daquella Villa e que engrossou a guarnição desta cidade, muito prompta e espontaneamente fez aqui conhecer sua vontade. E vendo esta capital que a grande e populosa Provincia do Ceará, nossa vizinha, havia geralmente abraçado a Independencia e estava pondo tropas em movimento, colhia-se de sua correspondencia que não seria tranquilla espectadora de que a Provincia do Piauhi, que faz parte integrante do continente Brasilico, fosse delle dissidente instigada pela gloria de libertar esta porção do Brasil, não deixaria de fazer encaminhar tropas a esta capital, accrescendo que as ordens do general Labatut precisamente recommendavam a acclamação do imperador nesta Provincia.
>
> E não querendo esta capital ceder a outrem a gloria deste acto foi hontem entre o mais vivo enthusiasmo do povo e tropa da guarnição e dos cidadãos de todas as classes que se poderam reunir no Paço do Conselho, onde tambem se achava a corporação da Camara, proclamada a Independencia do Brasil, reconhecido o governo do imperador constitucional e perpetuo defensor deste Reino sr. d. Pedro I. E' este o exemplo que temos de quasi todas as provincias do Brasil, de cujos sentimentos a Provincia do Piauhi não póde e nem deve ser dissidente. . .
>
> Reinou o mais admiravel socego e boa ordem: assim sempre acontece quando a vontade geral se decide.
>
> Em consequencia este governo faz a v. s. esta participação e, uma vez que o povo delle confiou o seu regime debaixo do poder de nosso imperador e das Côrtes Brasileiras, é obrigado este mesmo governo a pedir a v. s. que deixe reinar nesta Provincia a paz e o socego para se não derramar o precioso sangue brasileiro. »

Difficillima a situação por que passou o Piauhi nesse momento historico: sem armamentos, sem munições, que todo levara Fidié, além da officialidade. Demais, se, de um lado contava com o valioso apoio do Ceará, o Maranhão obstaria a avançada dos patriotas piauhienses, por outro.

Tomava o governo providencias no sentido de guarnecer a margem do Parnahiba e outros pontos centraes da Provincia, quando, a 22 de Janeiro, entrou em Piracuruca Leonardo de Carvalho Castello Branco, um dos patriotas que proclamaram a independencia em Parnahiba a 19 de Outubro, fugindo para o Ceará á procura de recursos militares em prol da emancipação politica piauhiense.

Proclamada a independencia em Piracuruca, partiu Leonardo Castello Branco para Campo-Maior, sendo, pois, esta villa e Piracuruca as primeiras a adherirem ao pronunciamento de 19 de Outubro.

O movimento emancipacionista piauhiense, é innegavel, partiu da peripheria para o centro — não houve propriamente solução de continuidade ao grito patriotico de 19 de Outubro. Fugiram, é certo, as principaes figuras daquelle audacioso lance historico para, além, encontrar o amparo, o elemento material indispensavel na conjunctura em que se viram após a proclamação.

A Junta do governo, ante a falta de munições e armamento, afflicta com a attitude do Maranhão, dirigiu um officio ao general Labatut, expondo a situação em que se achava a Provincia, á falta de officiaes e pedindo recursos.

Cogitava a Junta de tomar as mais energicas providencias para o Poti, onde se deram levantes, quando recebeu as mais desoladoras noticias de Campo-Maior e Piracuruca. Este povoado ficara entregue a bandos de indios que, habitando a Ibiapaba, vieram saquear os habitantes do interior.

A 16 de Março correu em Oeiras a noticia da partida de Fidié para Piracuruca, que foi tomada. Nesse povoado passou o sargento-mór apenas dois dias e rumou para Campo-Maior.

Triste noticia correu então, nos arraiaes piauhienses: Leonardo Castello Branco, que seguira para Villa de S. Bernardo, foi traiçoeiramente preso em Repartição, na occasião em que destribuia uma proclamação ao povo, datada de 24 de Janeiro.

O desditoso patriota foi conduzido a S. Luiz, e, finalmente, ao carcere em Portugal.

Avizinhava-se Fidié de Campo-Maior.

O capitão Luiz Rodrigues Chaves e outros vultos de destaque da localidade convidaram os homens validos do interior para a defesa, no que foram, promptamente, attendidos. O enthusiasmo fez vibrar a alma dos sertanejos que aguardavam com indescriptivel ancia o dia, a hora do combate.

Narra assim o dr. Antonio Vieira da Silva o encontro dos independentes com as tropas de Fidié, nas margens do Genipapo: (11)

> « A's 2 horas da tarde recebeu Alecrim (official cearense) officios de Campo-Maior e nelles se lhe determinava que sem perda de tempo se fosse reunir com a força do seu commando ao major Luiz Rodrigues Chaves, da Provincia do Ceará, afim de marcharem contra o major Fidié que se achava a pouca distancia daquella villa.
>
> A's 4 horas da tarde o destemido Alecrim poz-se em marcha incorporando ás suas tropas a pequena força de Salvador (12), com marchas forçadas durante a noite, logrou fazer a sua juncção com Chaves na manhan do dia seguinte. Reunidos os dois chefes, marcharam immediatamente a opporem-se á Fidié, e, em numero de dois ou tres mil homens, postarão-se junto ao Rio Genipapo, duas leguas abaixo de Campo-Maior, e emboscarão-se nas margens deste rio e mattas em circumferencia do campo.
>
> O major Fidié tomara a estrada da esquerda para melhor transporte de sua artilheria, e fizera marchar pela da direita a cavallaria. Esta foi a primeira a encontrar-se com o inimigo sobre os quaes desfechou alguns tiros, sendo obrigada a retroceder, procurando reunir-se outra vez ao seu chefe.
>
> Ouvindo tiros, os independentes, suppondo que Fidié seguia por aquella estrada com toda a sua tropa, correram para alli, abandonando a estrada da esquerda que elle havia tomado; isto deu-lhe tempo de passar o rio sem fogo, e metter-se em linha no campo. Reconhecendo que o inimigo que ia combater-lhe era muito

(11) *Historia da Independencia do Maranhão*, pag. 67.

(12) Salvador Cardoso de Oliveira, destimido patriota bahiano que espontaneamente se incorporara ás forças piauhienses.

superior em numero, para logo calculou a vantagem que teria de ser o primeiro a atacar, e mandou dar o signal para combate com um tiro de peça, rompendo logo o fogo no qual engajou os caçadores e a sua infanteria.

Depois de um vivo fogo, os independentes tentaram com extraordinaria impetuosidade envolver as tropas constitucionaes portuguezas por todos os lados; mas Fidié dirigia o fogo de seus soldados tão habilmente que varria deante de si os independentes. Cedendo estes á disciplina e á superioridade das armas e não lhes valendo a coragem com que afrontavam o perigo, retiraram-se em completa debandada deixando-o senhor do campo.

Este combate, o mais notavel que se deu por occasião da lucta da Independencia nas provincias do Piauhi e Maranhão, teve logar no dia 13 de Março; começou ás nove para as dez horas e durou até depois de meio-dia.

Calculou-se as perdas das tropas brasileiras em 200 homens entre mortos e feridos, 542 prisioneiros, entrando neste numero os que depois da acção se apresentaram ao commandante das armas, tres caixas de guerra, uma peça de artilheria, calibre 3, algumas munições, e uma bandeira. Da tropa Portugueza perecerão 16 soldados, um sargento, um alferes, e um capitão e sahiram feridos 60 homens.

Além disso Fidié perdeu a sua bagagem. »

Foi uma completa derrota para as armas brasileiras.

A noticia do desastre da batalha do Genipapo produziu a mais profunda depressão de animo em todas as classes sociaes da Metropole piauhiense.

O presidente da Junta convocou todos os membros do governo para sessão solenne.

Tamanha era a angustia que nada se resolveu de efficiente.

Praças, officiaes, munições tudo levara o tenente coronel Joaquim de Sousa Martins, e, por isso mesmo, o panico avassalou a todos os espiritos.

O coronel Joaquim de Sousa Martins, que demorava ha dias na fazenda S. Pedro, aonde convergiam destroçados do Genipapo, receioso do ataque de Fidié a Oeiras, partiu ás carreiras e chegou á capital alta madrugada do dia 22.

Voltada a calma aos animos abalados da imminencia do perigo, assentou-se a ida do tenente Simplicio José da Silva para Campo-Maior e do alferes José de Sousa Coelho para a Bahia, conduzindo o seguinte officio ao general Labatut:

« Quando pelo nosso officio de 4 do corrente participamos a v. ex. haver-se proclamado nesta cidade no dia 24 de Janeiro a Independencia do Brasil, prevenimos a v. ex. de que ficavamos apromptando cavalgaduras para enviar-mo-las a v. ex. para conducção de armamentos de que esta Provincia totalmente falta e faziamos desse artigo a triste pintura. E', pois, chegada a occasião e bem apertada de encaminharmos-nos a v. ex. rogando-lhe queira soccorrer esta Provincia, que se acha em grande perigo a ponto de tornar ao duro captiveiro de que com tanto valor se libertara.

Tendo tido sempre, exm. sr., esta Provincia falta de armamento, por nunca se ter conseguido o necessario para se armar os regimentos milicianos, por mais requisições que se tivessem feito, por isso, existia armado o pequeno corpo de 1ª linha da guarnição, composto de duas companhias que montavam a 300 praças.

Quando, porém, creou-se mais duas companhias para fazer o batalhão, veio do Rio de Janeiro o armamento para o mesmo fim necessario. Infelizmente, serviu o dito armamento para delle utilizar-se o cruel inimigo desta Provincia, o major João José da Cunha Fidié, enviado de Lisboa para governador das armas.

Este adversario do Brasil, pouco depois da sua chegada a esta cidade, tendo noticia de ter a Villa do Parnahiba desta Provincia adherido á Independencia, para alli se dirigiu com tropas, conduzindo a muito custo todo o dicto armamento.

Ficou totalmente desarmado o resto das tropas que o não acompanhou, havendo unicamente algumas clavinas, 200 granadeiras com que estavam armados alguns presidios que Fidié tinha em differentes pontos que foram tomados.

Temos posto muita gente em campo, porém, nem o terço é armada com arma de fogo e mais são chuços, espadas e algumas pistolas.

Esta é a causa da nossa afflicção e algum desalento destes povos. Assim mesmo é visivel o ardor e corajem com que estão promptos a defender a liberdade dos direitos brasileiros.

Acabamos, comtudo, de soffrer consideravel revez, porque, vendo-se o major Fidié cercado na Parnahiba e que se iam engrossando as forças do centro, sabendo o estado de nosso pessimo armamento, não duvidou evacuar o ponto onde estava e pôr-se em marcha com um corpo de mil e cento e tantas praças com alguma disciplina, bem armadas de granadeiras e com 11 peças de artilheria e ao chegar com seu exercito na Villa de Campo-Maior sahiram-lhe ao encontro as forças que alli tinhamos reunido e travou-se um renhido combate morrendo gente de ambas as partes, mas, á falta de armamento de nossas tropas, á sua nenhuma disciplina e á vantagem do inimigo pela artilheria fez com que se debandasse e o Fidié ficasse senhor do campo, ainda que muito derrotado, de maneira que não pôde seguir a tomar esta cidade — que era seu principal destino — e torceu para passagem do Estanhado, distante do logar de combate 18 a 20 leguas na beira do Rio Parnahiba, onde foi fornecer-se do necessario para accommetter esta cidade, pois que elle tem a seu favor o Maranhão, que suppre de tudo, a nós muita coisa nos falta. Demais o Maranhão e o mesmo Fidié tem pedido tropas a Portugal e espera por ellas até o fim de Maio.

O Maranhão está auxiliando Fidié e as suas vistas sobre esta Provincia deixam-se bem conhecer...

O Ceará tem dado soccorro de gente a esta Provincia, porém, exm. sr., a maior parte ou quasi toda vem desarmada...

Nestas apertadas circumstancias, dirigimos a v. ex. o alferes José de Sousa Coelho de Farias para de viva voz melhor informar a v. ex., miudamente, o aperto em que se acha esta Provincia.

Rogamos, portanto, a v. ex. encarecidamente que, sem perda de tempo, nos soccorra com 600 soldados disciplinados e com mais 400 granadeiras para armar-se alguma gente melhor que temos, afim de fazer um grupo respeitavel, para infundir alguma attenção do inimigo e desvanecer os projectos do Maranhão e mesmo para sustentar as investidas das tropas de Portugal, quando chegarem. Esta Provincia, exm. sr., é muito aberta, necessita guarnecer infinitos pontos, e, como nos poderemos sustentar sem armas e alguma gente disciplinada ?

Se, v. ex. não nos soccorrer, tem o Piauhi de derramar immenso sangue, sem fructo, porque se o inimigo chega a tomar esta cidade e os principaes pontos da Provincia serão necessarios muito tempo e um bom exercito bem artilhado para o desalojar. E' preciso, portanto, guarnecer esta cidade com alguma artilheria; não temos uma só peça, finalmente tudo nos falta.

Levamos em consequencia á consideração de v. ex. a relação inclusa dos petrechos e munição e o mais que se faz necessario para a defesa desta Provincia para v. ex. nos remetter o que poder.

Deve-se voltar toda a attenção para a Provincia do Maranhão, pois, como já dissemos a v. ex., é um terrivel inimigo que temos á frente por causa dos innumeros europeus nella residentes, que se tem declarado publicos adversarios da causa do Brasil; e, em quanto para o povo daquella Provincia não for um bloqueio sufficiente para intimidar o partido europeu, jámais elles cederão de sua contumacia, e mesmo para embarcar a exportação das riquezas do paiz, que, consta, estarem todas na Cidade do Maranhão, donde não deixarão de exportar para Portugal.

O Maranhão não deve estar desligado do systemas da independencia para poder ter esta Provincia algum socego. »

Para o interior da Provincia tomou a Junta a acertada resolução de nomear um commandante em chefe das forças em operações na passagem de Santo Antonio, constituindo todo o exercito tres divisões sob o commando supremo do tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins. As divisões ficaram assim organizadas: a 1ª, sob o commando do capitão Luiz Rodrigues Chaves, a 2ª, do capitão João da Costa Alecrim, a 3ª, do capitão Francisco Ignacio da Costa.

Fidié, entretanto, abrindo-se dia a dia, pela deserção, claros nas suas fileiras, abandonou Campo-Maior, foi ao Estanhado, e, finalmente, a 29 de Março abandonou o Piauhi.

Internamente, estava terminada a lucta. Para sempre estava o Piauhi livre do elemento extrangeiro, sem mais nenhuma ligação com a Metropole Portugueza.

A Junta, entretanto, alimentava ainda fundados receios de que Fidié, conseguindo firmar-se na Provincia do Maranhão, tentasse nova investida ao Piauhi.

Ao mesmo tempo que seguia Fidié, da capital do Ceará partiu uma grande expedição para o Crato, donde deveria seguir para Oeiras, tendo á frente o governador das armas José Pereira Filgueiras, e o vogal do governo Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.

O theatro da lucta agora é o Maranhão.

Com a chegada da força cearense, fundou-se, então, uma delegação expedicionaria, que iria operar na Provincia ainda sob o jugo Portuguez, que ficou assim composta: o governador das armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, presidente e commandante em chefe das forças libertadoras; o presidente da Junta governativa do Piauhi, Manuel de Sousa Martins; o governador das armas do Piauhi — Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luiz Pedro de Mello Cesar, exercendo as funcções de secretario.

O enthusiasmo entre os piauhienses, apesar da grande depressão de animo com a derrota do Genipapo, cresceu de ponto, que foi necessario a Junta do Governo expedir terminantes ordens ao commandante da Amarração para despedir do serviço todas as praças — tão avultado foi o numero de voluntarios que se apresentaram.

« Os patriotas voluntarios, disse o dr. João Candido de Deus e Silva, vinham ás dezenas, arrastados pelos sentimentos, pela imitação talvez.

As proprias mulheres não ficaram indifferentes: mandavam os maridos, os irmãos para a guerra, e afim de que levassem munições e armas vendiam joias, se mais nada tinham que vender. A mulher piauhiense mostrou, nessa occasião, a grande fortaleza, o animo varonil de legendarias heroinas. Foi inexcedivel de amor pelo triumpho completo da Independencia — que abraçara, desde as primeiras proclamações. De todos os pontos do sertão chegavam diariamente a Oeiras e ás villas grupos que vinham alistar-se nas fileiras da revolução. Que enthusiasmo e confiança no resultado ! Que loucura no ardor com que vinham para a acção alguns, muitos, sem armas, sem a possibilidade de adquiri-las, sem bem saber o que queriam e dispostos no emtanto a se deixar truciddar pelos sabres lusitanos, desde que, assim, estorvassem o passo ao seu exercito. »

Abandonando o Piauhi a 29 de Março, o sargento-mór João José da Cunha Fidié occupou a Villa de Caxias a 17 de Abril. A força do ex-governador das armas do Piauhi se compunha apenas de 700 homens.

Por occasião da chegada de Fidié a Caxias já as forças piauhienses se tinham apossado do Arraial de S. José dos Mattões.

Antes de 29 de Março, em differentes zonas da provincia maranhense, já se notava entre Brasileiros certa agitação em torno do movimento libertario. Por que não agir? Esperava-se a voz de commando de um chefe. A Junta do Governo do Maranhão, confiante em auxilios que, por ventura, lhe viriam de Portugal, deixou-se ficar tranquilla e se não encommodou com o restante da Provincia.

Em diversos pontos, a agitação já se manifestava.

Cahiram, logo, em mãos dos Independentes, Repartição e logo depois a Villa do Brejo, que após um curto cerco se rendeu.

Um facto veio quasi empanar o brilho de tantas victorias: a indisciplina. E partiu justamente dentre a officialidade, salientando-se o capitão de voluntarios João da Costa Alecrim, que foi destituido e enviado para Oeiras.

Do Piauhi, o unico ponto que reclamava a attenção da Junta era Parnahiba, nas proximidades de Carnaubeiras, onde o elemento portuguez fazia constantes ameaças.

Pouco resistiu, porém.

Em seguida cahiu Itapecurú em poder dos patriotas.

Foi quando a capital da Provincia despertou, tarde porém, porque Caxias, "a chave dos sertões", já estava debaixo de rigoroso cerco.

As tropas cearenses, obedecendo ao commando do capitão-mór José Pereira Filgueiras, entraram em Oeiras a 15 de Junho e a 27 a Junta governativa resolveu immediatamente o ataque de Caxias, occupada por Fidié, local de mais facil accesso ao Piauhi.

A 23 de Julho, mal installados no quartel do Bomfim, Filgueiras dirigiu um officio ao ex-governador das armas piauhienses intimando-lhe a rendição.

Era desoladora a situação interna da villa, absolutamente sem viveres, a população quasi á fome, em verdadeira miseria.

Fidié, entretanto, como que inconsciente do que se passava, pretendia, ainda, uma resistencia que seria um desastre.

Como a Camara assim não o entendesse, Fidié se demittiu e passou o commando ao tenente-coronel Luiz Manuel de Mesquita.

Depois da troca de alguns officios — condições para a rendição que não foram acceitas, — Caxias capitulou a 31 de Julho.

A 1 de Agosto o Exercito Libertador entrou triumphante em Caxias e tres dias antes Cockrane proclamava a Independencia em S. Luiz.

A' excepção de Filgueiras, que seguiria directamente para o Ceará, os membros da Junta da Delegação Expedicionaria partiram logo para Oeiras.

Pleiteavam a entrega dos prisioneiros de guerra, mas a verdade é que recebendo Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luiz Pedro de Mello e Cesar a importancia de 3:000$, que cobravam á Provincia, além dos 26:000$ que já tinham sido entregues, regressaram ao Ceará.

Entre os prisioneiros de guerra vinha João José da Cunha Fidié, que foi recolhido ao quartel de 1ª linha. Foi nomeado para o acompanhar até o Rio de Janeiro o major José Locatelli Doria, e, até a Bahia, fazendo parte da escolta, o capitão Antonio de Sousa Mendes.

A 22 de Fevereiro de 1824 seguiu escoltado para a Bahia o major Fidié, sendo recolhido a 9 de Abril no Forte do Mar e a 5 de Maio na Fortaleza de Villegagnon (*).

ADHESÃO DO PIAUHI Á CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A Historia do Norte, infelizmente, ainda não está escripta. Dahi, erros, lacunas, que surgem a cada passo, quando os historiadores se referem aos acontecimentos historicos da referida região brasileira. Está neste caso a *Confederação do Equador*.

Dissolvida a Assembléa Nacional Constituinte a 12 de Outubro de 1823, por ter ella "perjurado na defesa da patria", e, como não fosse idéa do imperador volver ao absolutismo, tratou logo d. Pedro I de organizar uma commissão para o estudo e a elaboração da Carta Constitucional do Imperio. A 25 de Março de 1824 o imperador prestava o juramento solenne á Constituição, no que foi acompanhado pelo povo.

A dissolução da Constituinte, que despertara geral censura, — correndo imminente perigo de vida o proprio imperador, — veio occasionar a effervescencia dos partidos. Destes, o dos federalistas, — apesar de desaggremiados pela indisciplina, — foram os expoentes da anarchia.

O centro de reacção foi Pernambuco.

> « A Cidade do Rio de Janeiro e as provincias circumvizinhas, diz Armitage, haviam-se sujeitado á dissolução violenta da Assembléa Constituinte sem demonstração de insubordinação; mas em Pernambuco manifestara-se um espirito muito differente. »

As correntes libertarias no Brasil correram, quasi sempre, do Norte para o Sul, partindo todas de Pernambuco, nucleo das aspirações democraticas, irradiando-se depois para as outras provincias nortistas.

O Pernambucano só, sem o concurso da Metropole, expellira o elemento hollandez já firmado na terra; sustentara a lucta de cunho nativista, na guerra denominada dos Mascates, e, finalmente, fizera a revolução republicana de 1817 — a maior, a mais democratica de quantas vinham rebentando no Brasil, e o mais solenne protesto contra o absolutismo dominante.

E isto emquanto as outras provincias se conservavam submissas... Para Pernambuco, assim proclamava a imprensa da epocha, era a mesma coisa ser colonia de Portugal ou do Rio de Janeiro.

Como que orgão official da reacção era o *Typhis Pernambucano*, em que scintillava a penna de frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Estava Pernambuco affeito á lucta, ás expansões patrioticas e proclamou, sob o fundamento de que d. Pedro reintegraria o Brasil no regime decahido das colonias, a — *Confederação do Equador* — republica a que pertenceriam seis provincias nortistas, tendo como centro Pernambuco.

A revolução rebentou a 2 de Julho de 1824 (13), tendo á frente Manuel de Carvalho Paes de Andrade, um dos patriotas de 1817.

A Confederação do Equador era constituida das provincias seguintes: Pernambuco, Piauhi, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba e Alagôas.

Em logar do Piauhi collocou o eminente Rocha Pombo, a Bahia, entre as provincias confederadas, que, aliás, não tomou parte na revolução. João Ribeiro tambem diz que o movimento revolucionario apenas se extendeu até o Ceará.

O Piauhi, não refeito ainda das luctas a que o arrastara a sua adhesão á causa da independencia nacional, vê-se agora em a imminencia de um novo levante, quiçá uma guerra...

A 17 de Junho prestou-se juramento solenne á Constituição do Imperio na capital do Piauhi, o mesmo devendo fazer todas as villas da Provincia conforme determinações expressamente dadas. Duas, porém, não o fizeram: a da Parnahiba e a do Campo Maior.

O dr. Abdias Neves inclue tambem o Povoado Poti (14) entre as localidades revoltadas. Em obra recente — *O Piauhi*

(*) Abdias Neves — *A guerra de Fidié*.

(13) Armitage (*Historia do Brasil*, pag. 113) diz que foi a 2 de Julho a proclamação. Dão alguns e entre estes Rocha Pombo e João Ribeiro a data de 24 de Julho, parecendo, porém, que não seja esta a verdadeira, porque a 26 de Julho o imperador, sabendo da revolução, baixou um decreto suspendendo as garantias constitucionaes em Pernambuco. Como poderia chegar em dois dias a noticia ao Rio, si, ainda naquelle tempo, não havia telegrapho.

(14) *Theresina em 1902*, pag. 1.

na Confederação do Equador (1921), restabeleceu a verdade historica.

A 25 de Agosto rompeu a revolução republicana em Parnahiba, tendo á frente o dr. João Candido de Deus e Silva, presidente da Camara Municipal, o tenente-coronel Domingos Dias da Silva Henriques, major Bernardo Saraiva de Carvalho — commandantes dos corpos de milicias da villa — e o major José Francisco de Miranda Osorio.

O Ceará, é certo, foi quem atirou o facho revolucionario no Piauhi. Mantiveram os chefes da revolução cearense ininterrupta correspondencia para o Piauhi, até mesmo para os membros da Junta provisoria do governo. Dentre os innumeros officios que o chefe dos revolucionarios daquella Provincia, — Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, dirigira á Junta do governo piauhiense, destacamos o seguinte:

> « Tenho presente o officio de v. ex. datado de 10 de Abril passado. Com summo prazer o li e me convenço do patriotismo denodado dos illustres membros dessa exma. Junta.
>
> As nossas reciprocas communicações vão ser mais faceis com o novo estabelecimento do estafeta da Villa de Quixeramobim desta Provincia á Povoação de Piranhas.
>
> ... para o que acabo de expedir as ordens necessarias.
>
> Vv. eex. hajam tão bem de corresponder egualmente com outros estafetas, os quaes... os quaes compareçam nesses dias prefixos, afim de conduzirem com presteza todas as participações e noticias extraordinarias desta para essa Provincia e dahi tão bem as recebemos.
>
> Estamos colligados com Pernambuco e Parahiba e contamos com essa Provincia, abrasada no amor da Patria, para não succumbirmos... do inimigo commum da independencia e liberdade do Imperio... Creio firmente não ser jurado aqui o projecto de Constituição, pois o homem livre não subscreve ao seu captiveiro, apesar da morte. Comquanto a mim, desde muito, estou firme neste glorioso systema e toda a Provincia ama com eguaes sentimentos a tão heroico proceder.
>
> Palacio do governo do Ceará, 14 de Maio de 1824. »

A 16 de Junho dizia ainda Tristão Araripe:

> « Avançam os nossos negocios nesta Provincia com passos agigantados, e cada cearense não se afasta da mira de seu dever. Penso ninguem aqui ha de jurar o projecto, e só as villas de Aracati e de S. Bernardo, illudidas pelo juiz de fóra Luiz Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, cahirão nessa fraqueza infamissima. O Gabinete do Rio de Janeiro trama seus ardis capciosos; mas nós temos os olhos abertos para não cahirmos... »

Para diversos pontos da Provincia do Piauhi se dirigem, então, os Cearenses encarregados da propaganda revolucionaria que se vai desenvolvendo á socapa em todas as villas, quasi, sem, comtudo, contar com o apoio dellas, exceptuadas as de Parnahiba e Campo Maior, que adheriram francamente, como já dissemos.

Dentre os emissarios destaca-se o padre Francisco de Paula Barros, que chegou em Parnahiba a 31 de Julho e alli permaneceu até Setembro, tendo-lhe sido dada hospedagem pelo coronel Simplicio Dias da Silva.

A revolução, porém, que teve ephemera existencia em Pernambuco, como no Ceará, a mesma sorte lhe foi reservada no Piauhi. O enthusiamo do primeiro momento já ia passando, como sóe em as revoluções que se não firmam na consciencia nacional e são apenas o producto do arroubo patriotico, prompto a emmudecer no primeiro embate.

As primeiras providencias dos audazes patriotas foram logo frustradas. Em Parnahiba, que era o centro do movimento revolucionario, ficaram o dr. João Candido de Deus e Silva, o tenente-coronel Domingos Dias da Silva e o major Bernardo Saraiva de Carvalho, cabendo ao major José de Francisco Miranda Osorio a missão difficillima de ir a Oeiras levar a noticia do auspicioso acontecimento, fazer propaganda para que se elevasse o numero de adeptos da revolução.

A desorientação dos republicanos era patente.

E a razão disto é facil de explicar. As noticias que chegavam a Parnahiba eram transmittidas directamente do Ceará, onde a revolução tomara maior incremento e por isso mesmo, extraordinaria, formidavel a exaltação dos animos. E com esta exaltação, com a convicção que soem produzir nos espiritos as grandes explosões sociaes iam á invicta Parnahiba as noticias que se passavam no Ceará.

Miranda Osorio iria, pois, transmittir aos seus patricios do interior a alviçareira nova e combinar os meios de que deveriam lançar mão para o triumpho completo da causa do Confederação do Equador. Em Oeiras, porém, já se sabia da mallogro da revolução em Pernambuco, onde já se havia proclamado o senhor d. Pedro I imperador do Brasil, o que, em absoluto, ignorava o patriota emissario.

E' que Oeiras recebia noticias directamente da Bahia, — mais rapidas — do que se passava em Pernambuco, ao passo que Parnahiba só as tinha do Ceará, onde, como dissemos, era grande a exaltação dos animos.

Durante a excursão fôra completa a victoria do major Miranda Osorio, que, convencido e inflammado em vivo patriotismo, continuava a viagem para Oeiras, onde, aliás, já era esperado nas rodas politicas, e conhecidos os resultados que ia conseguindo. Quizeram os amigos poupa-lo á vingança do governo e despacharam-lhe ao encontro um portador avisando do que se passava. Entretanto, talvez, tomasse direcção outra o portador, e Miranda Osorio mal chegou a Oeiras foi atirado ao carcere.

O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente da Provincia, que deixara de responder o officio da Camara da Parnahiba datado do dia seguinte ao do rompimento da revolução, e só o fazendo a 25 de Setembro, baixou proclamações aos habitantes em geral do Piauhi, como especialmente aos de Parnahiba, censurando-os e convidando a abraçar a causa do Imperio.

Foi este o officio de Manuel de Sousa Martins ao juiz de fóra e vereadores da Camara de Parnahiba:

> « Accuso a recepção do officio de vmcs. datado de 26 de Agosto, cujo contexto tende a participar o inconsiderado e precipitado passo que deram em perjurar a Constituição, que tinham esposado ha pouco com tanto prazer, afim de fazerem causa commum com o Ceará e Pernambuco, ou com alguns homens de cabeças esquentadas, inimigos de sua patria, que pretenderam arraigar

no Brasil a Republica Colombiana, a mesma que fez as delicias da França, sobre os cadaveres dos seus concidadãos. O quanto me tem sido sensivel, e aos habitantes desta Provincia o inconsiderado passo que deram os Parnahibenses, é inexplicavel, tornando-se até dissidentes, ou por ignorarem o estado das potencias do Sul de Alagôas ou por se deixarem illaquear por homens desacisados, que com a capa do liberalismo pretendem escravisar o berço que os viu nascer.

A Bahia, essa chave do Norte, tem declarado cruenta guerra á facção pernambucana.

Sergipe d'el-rei e Alagôas voam todos em defesa dos bons pernambucanos, unidos com 2.000 homens que fizeram desembarcar em Alagôas commandados pelo general Labatut. A grande esquadra brasileira, commandada pelo segundo Nelson, circula as costas do Norte, e logo que chegou a Pernambuco apresou alguns navios. Ora, attentas ás circumstancias de Pernambuco representado por uma facção que tem illaqueado só parte da Provincia, pois que os seus sertões de nenhum modo adoptaram systema ideal, antes remetteram as correspondencias de Carvalho ao presidente da Bahia para envia-las a s. m. imperial, ractificando protestos de fidelidade; que esperam ou que fructos podem vmcs. colher de semelhante arvore ? »

Sousa Martins conclue o officio concitando os Parnahibanos a reconsiderarem o acto, promettendo "lançará um veu" sobre tudo.

A 8 de Setembro a Camara da Villa de Campo-Maior em officio á presidencia permanecia, ainda, inabalavel em suas idéas, isto é, em não prestar o juramento ao projecto de Constituição.

Essa attitude, porém, das duas villas dissidentes, se não poderia prolongar. E se o mal estar que se notava em quasi todo o Norte da Provincia continuava, latente, como que em uma indecisão indefinida, era certo, devido á propaganda dos agentes do governo revolucionario cearense. . .

O presidente da Provincia, em vista da continuidade do mesmo estado de coisas, tratou de enviar fortes contingentes de tropas ás duas villas insubmissas, especialmente á da Parnahiba.

Afinal, a Camara da Villa de Campo-Maior, tendo communicado á presidencia que marcara o dia 21 de Novembro para, reconsiderando o seu acto, jurar a Constituição do Imperio, o fez a 7 do referido mez. A da Villa da Parnahiba jurava a 28 de Outubro.

O sr. João Candido de Deus e Silva a 4 de Dezembro officiou ao brigadeiro Sousa Martins, nestes termos:

> « Participamos a v. ex. que, tendo-nos chegado a noticia de que contra esta villa por ordem de v. ex. se dirigiam tropas, enviamos ao commandante dellas o officio da cópia inclusa. Esta Camara e povo tem dirigido a s. m. i. huma Representação implorando Sua Imperial Clemencia sobre o facto do dia 26 de Agosto; a s. ex. o primeiro almirante temos tambem feito todas as participações, enviando-lhe hum deputado a cumprimenta-lo por nossa parte e breve esperamos sua resolução. »

Estava extincta a reacção piauhiense contra a dissolução da Assembléa Geral Constituinte, . .

Em obediencia ao aviso do ministro da Justiça Clemente Ferreira França, de 16 de Fevereiro de 1825, foi aberta a devassa para apurar os responsaveis, sendo nomeado juiz o dr. João Martiniano Barata, que seguiu, logo, para Parnahiba. A viagem de Martiniano Barata foi muito penosa, que a secca proporcionara toda a sorte de embaraços.

Moroso, tambem, foi o trabalho da devassa, apesar das insistencias do governo.

> « Sendo essa devassa, dizia Martiniano Barata ao presidente da Provincia, das extraordinarias, que senão limita só ao numero de 30 testemunhas, deverá mandar chamar pessoas do termo a depoimento.
>
> Devendo haver grande consideração aos grandes, dizia o juiz, e agora penosos longes: 30 leguas distante a Piracura, 28 a Batalha, desta villa. Muitas familias têm mudado de habitação. A povoação de Piracura está deserta, a Batalha no mesmo estado. »

Essas e outras muitas circumstancias referidas todas por Martiniano Barata fizeram-n'o retardar sobremodo a devassa.

A revolução, porém, não pagou tributo de sangue, no Piauhi.

Entre os presos, figurou o dr. João Candido de Deus e Silva, além de outros de destaque na ephemera Confederação do Equador.

REVOLUÇÃO DOS BALAIOS

A revolução dos Balaios se originou na Provincia do Maranhão. Não se póde ainda, com grande precisão, determinar as causas da *Balaiada*.

Querem uns, como o dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães em sua monographia *A revolução da Provincia do Maranhão desde 1839 a 1840*, que o movimento revolucionario, que por alguns annos poz em sobresalto aquella Provincia, tivesse raizes profundas em o partido denominado *Bemtevi*, naquelle momento historico em antagonismo ao governo local. Em outros termos, a *Balaiada* no entender de Gonçalves de Magalhães seria o resultado de um plano politico. Leiamos Magalhães:

> « Que mão occulta dirigia este drama, não se póde duvidar. Era Raimundo Gomes incapaz de tomar por si uma tal resolução, posto que, por seus habitos, muito proprio para executa-la.
>
> Nascido no Piauhi e filho dessa raça cruzada de indios e negros de que tratámos, creado no campo entre o gado que pastoreava, prestando a sua faca ás vinganças proprias e alheias, leigo nas lettras humanas, apenas conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, manchado pela perversidade dos costumes que relatamos, inefficacia ás leis, não se arrojaria a perturbar a tranquillidade publica por motivos politicos sem *extranho impulso*; e quando ousasse abortaria a sua audacia a não encontrar o decidido apoio, que incontestavelmente lhe foi dado. Instrumento estupido de cego partido que cuidou poder, quando lhe aprouvesse, fechar o dique da colera popular, Raimundo Gomes, o vaqueiro assassino, converteu-se em chefe do partido *Bemtevi* ! e os que o levantaram do pó da terra envergonharam-se de sua obra. »

Outra corrente filia a revolução a principio mais elevado e de uma evolução mais ou menos lenta até o rebentar dos acontecimentos.

A esta corrente pertence o sr. professor Ribeiro do Amaral, o historiador da revolução maranhense, em sua bem documentada obra, *Apontamentos para a Historia da revolução da balaiada na Provincia do Maranhão.*

> « Ribeiro do Amaral faz remontar as causas da *Balaiada* a imprevidencias e erros accumulados durante as presidencias de Francisco Bibiano de Castro e Vicente Pires de Figueiredo Camargo. Entre os erros a que se refere Amaral está o da celebre lei dos prefeitos, auctoridades arbitrarias que enfechavam nas mãos multiplas attribuições, postas em jogo sempre que a politicagem da aldeia o exigia.
>
> E' esse o verdadeiro antecedente da lucta, no Maranhão.
>
> « Recrutamentos e varios outros vexames occasionavam taes auctoridades aos que não se achavam em communhão de vistas com o governo. Porque fizesse viva critica á lei das prefeituras, que não dera resultado em S. Paulo, pelo orgão *Chronica Maranhense*, João Francisco Lisboa foi então accusado de ateador da chamma revolucionaria. Assim, os jornaes encarregados da defesa do governo procuravam macular a Lisboa, dizendo terem-se visto cartas suas, nas quaes animava os rebeldes, mas recusavam sempre que se lhes exigia a publicação ou exhibições das mesmas. »

Lisboa se defendeu, vigorosamente, pela imprensa de semelhante increpação.

A lucta partidaria, na capital, tomou extraordinarias proporções. A Provincia, então — que se contaminara de movimentos sediciosos aqui e alli, — passou alguns annos em perfeita tranquillidade quando inesperadamente surgiu a rebellião. Essas as causas que se apontam da *Balaiada* no Maranhão. Vejamos, agora, a revolução no Piauhi.

Quem estuda a Historia do Piauhi em seus multiplos aspectos, territorial, religioso, politico, se convence logo de uma verdade: tem elle sempre sido victima de seus vizinhos: o Maranhão e o Ceará.

No caso, que nos occupa a attenção, não fôra a vizinhança da Provincia conflagrada, talvez o *virus* revolucionario se não tivesse contaminado ao Piauhi, se bem que causas latentes já nelle existissem predispondo os espiritos para um levante armado.

Governava a Provincia o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, voluntarioso, egoista, que, durante a sua longa administração, commetteu, dizem historiographos seus contemporaneos, as maiores arbitrariedades, sobrepondo os proprios interesses aos da collectividade. Teria sido a politica atrabiliaria de Manuel de Sousa Martins a causa do ascendente rapido que tomou o movimento revolucionario no Piauhi ? A respeito diz o seguinte Pereira d'Alencastre:

> « Não é simplesmente a febre revolucionaria que se apodera dos espiritos dos habitantes da Provincia; a fatal e insolita administração do barão da Parnahiba trazia a Provincia de ha muitos annos debaixo da mais horrivel pressão. O momento era o mais azado para uma manifestação; era infallivel o seu apparecimento como um protesto solenne contra as iniquidades de uma dictadura selvagem, que por tão longos annos conservou essa porção do territorio brasileiro fóra da communhão das leis e dos gosos constitucionaes. Justiça seja feita a muitos desses, que no Piauhi foram encontrados na lucta empunhando as armas da rebellião; elles não queriam assassinato e roubo; desejavam entrar na posse de uma herança sagrada — a Constituição — que com tanta iniquidade lhes era sequestrada. »

Vultos de destaque que abraçavam a rebellião se aproveitavam dos balaios — verdadeiros instrumentos — como uma vingança contra Sousa Martins.

Historiemos os factos.

Em duas grandes zonas podemos dividir as operações de guerra na revolução dos Balaios no Piauhi: a do Norte e a do Sudoéste.

ZONA DO NORTE — Penetraram os rebeldes em territorio piauhiense, nos primeiros dias de 1839, a 28 de Janeiro, sob a chefia de Raimundo Gomes, que atravessara o Rio Parnahiba, acampara na Fazenda Varzea, quatro leguas distantes de Parnahiba. A' perseguição do chefe dos facciosos seguiu o prefeito da Villa de Parnahiba, capitão José Francisco de Miranda Osorio, com 120 praças bem municiadas.

Quando Miranda Osorio com a tropa chegou á Varzea, já Raimundo Gomes seguira para a Barra do Longá. Na manhan de 31 estava a força de Miranda á frente dos facciosos.

Travou-se violento combate.

Não resistiram, porém, por muito tempo os rebeldes e Raimundo Gomes mandando cessar o fogo, galgou com os seus, em debandada verdadeira, sem ordem, procurando cada um rumo diverso, cercando-se, apenas, o chefe dos rebeldes, de 12 decididos companheiros.

Foi essa a primeira tentativa dos revolucionarios, em territorio piauhiense.

Quando o barão da Parnahiba, Presidente da Provincia, teve conhecimento de tão alarmantes factos, tomou logo as medidas que, na occasião, estavam ao seu immediato alcance.

A Provincia, que, havia tão poucos annos, sahira das luctas da Independencia e sustos na revolução de 1824, estava sem armamento, sem munições, sem tropa regular, e, mais do que isso, sem fundos no thesoiro.

Que fazer em semelhante emergencia ?

Adquiriu no commercio de Oeiras a pouca polvora existente, ordenou ao prefeito de Parnahiba a compra de armamento e fez destacar para Campo-Maior o capitão Antonio de Sousa Mendes. Como o perigo fosse imminente e chegassem á capital constante noticias da attitude ameaçadora dos revoltosos, chamou ás armas a Guarda Nacional, e, emfim, appellou para todos os cidadãos exigindo serviços militares.

Aproveitando o tempo em que o governo se procurava orientar, tomando as providencias que o movimento reclamava, Raimundo Gomes volveu ao Piauhi por solicitação de Livio Lopes Castello Branco, com quem fez alliança. Assim deixou a causa do Piauhi entregue a Livio Lopes que se atirou com todo ardor ás aventuras de uma lucta talvez sem ideal, e, com certeza, falha de patriotismo. Foi, em seguida, Gomes ao Maranhão e de novo veio ao Piauhi, esteve em Campo-Maior reunindo reforços e fazendo adeptos engrossando suas fileiras. Em Chapadinha se reuniu a Manuel

Francisco dos Anjos Ferreira, cognominado o *Balaio*, que veio dar o nome á revolução. Como se extendesse a conflagração á Provincia do Maranhão, muitas familias, pessoas gradas se passaram ao Piauhi para escapar á sanha dos facciosos. Entretanto, a situação do Piauhi se foi aggravando de tal modo, e o governo sem forças, que o desespero, o panico dominaram todos os espiritos.

Concitando o povo ás armas, o barão da Parnahiba distribuiu uma proclamação datada de 17 de Maio de 1839.

Os primeiros contingentes a partir para o theatro da lucta foram os commandados por Antonio de Sousa Mendes para Campo-Maior, e pelo major Manuel Clementino de Sousa Martins, que occupou as margens do Parnahiba conseguindo desalojar os inimigos de todas as suas posições. Os balaios, que já se achavam de posse de Caxias, abandonaram-n'a, devido á firme avançada de Manuel Clementino; e Livio Lopes Castello Branco, que commandava forte contingente de rebeldes, penetrou no Piauhi e se homisiou, cinco leguas distante do Estanhado.

A columna sob o commando do major Manuel Clementino se compunha de cerca de mil e quinhentos homens entre os quaes se notavam figuras de alto relevo politico e social residentes em Oeiras, merecendo destaque pelo patriotismo, desprendimento e valor militar o tenente de milicias Antonio Leoncio Pereira Ferraz, que, além de seu rasgo de verdadeiro civismo, offerecendo-se espontaneamente para contribuir pessoalmente na guerra, se preparou ás suas expensas, adquiriu e offereceu á sua Legião a bandeira—symbolo da Patria—que iria tremular no ardor da refrega ante os compatriotas. Pereira Ferraz, escolhido para o logar de porta estandarte, tomou parte em muitos combates e sempre revelou muito valor e coragem.

A 8 de Setembro a povoação de Frecheiras, pertencente á Comarca de Parnahiba, se revoltou e um grupo consideravel de revolucionarios assassinou toda a guarnição de Mattões.

Animados, os Balaios tentaram invadir a Villa de Piracuruca, travando-se no logar Bebedoiro grande batalha. Os legalistas, que estavam sob o commando do major Joaquim Ribeiro, conseguiram envolver os revoltosos, prendendo cerca de tresentos, que conduziram para Piracuruca.

O major Manuel Clementino, cuja missão, parece, seria guarnecer as margens do Parnahiba, seguiu a 12 de Setembro do logar Melancias (entre União e Therezina) para o Estanhado (15), afim de dar combate ás tropas do caudilho Livio Lopes, com quem se encontrou em Santa Rita (á margem do Parnahiba, distante duas leguas de União) e travou-se então uma ligeira escaramuça. Vencido, Livio se retirou da lucta com alguns companheiros, e os restantes, dispersos, seguiram para o *Brejo*, uns, e outros para Morro Agudo (perto de União onde se achava Ferreira Balaio). Livio Lopes Castello Branco e Silva abandonou, então, o Piauhi e se refugiou durante algum tempo em Pernambuco.

Destroçadas, como dissemos, as forças de Livio Castello Branco, Manuel Clementino seguiu para um grande fóco de revoltosos: — a Matta da Conceição. O encontro se deu no Baixão, e depois de vivo fogo, quando o valoroso official já assignalava mais uma victoria sobre os facciosos, foi ferido por uma bala, morrendo instantes depois.

(15) Hoje *União*.

Assumiu, então, o commando o capitão Antonio de Sousa Mendes.

Innumeros outros pequenos encontros se deram com revoltosos, sem importancia, porém, para a synthese que pretendemos fazer.

Resta, porém, tratar de um dos maiores combates travados pela columna do Norte. E' o de Frecheiras. Os rebeldes, em numero consideravel, se tinham fortificado nesse povoado. O tenente-coronel Manuel Antonio da Silva foi o heróe dessa memoravel phase de balaiada no Norte.

Depois de muitas guerrilhas, entrou em Frecheiras, que encontrou deserta: — haviam-se retirado os revoltosos para as mattas. Perseguidos, travou-se formidavel batalha, da qual sahiram totalmente destroçados os inimigos da ordem!

Resistiram, durante cinco dias, as forças combinadas do Maranhão, Piauhi e Ceará.

Ficaram em campo, entre feridos e mortos, mais de duzentos homens, e, entre os legalistas, apenas 11 mortos e 17 feridos. Como continuassem os revoltosos a crescer em audacia, foi nomeado chefe supremo das forças legaes em operações, no Piauhi, o coronel José Feliciano de Moraes Cid, que, no dia 18 de Dezembro, seguiu de Oeiras para Campo-Maior a accudir a columna do Norte sob o commando de Antonio de Sousa Mendes, que estava sob perigoso sitio nas proximidades do Estanhado. Ao chegar em Campo-Maior o coronel Moraes Cid assumiu o commando da columna do Norte e dirigiu a seguinte proclamação aos revoltosos:

«Maranhenses illudidos! Vós tendes excedido a licença e offendido as leis que asseguram a liberdade e mantêm os direitos de vossos concidadãos! A violencia e a desordem têm presidido a vossos actos, e o ferro fratricida tem sido agitado. E' tempo de entrardes em vós mesmos! As paixões dos homens devem ser contidas pela razão, ou reprimidas pelo temor. De um ou outro modo deveis pôr termo aos vossos desvarios e aos males que, sem fructo, promoveis. A equidade prohibe aos cidadãos perturbar a patria; antes lhes determina o sacrificio de seus proprios interesses aos da sociedade; e vós longe de sacrificardes os vossos, comprometteis os alheios, e os da propria nacionalidade que não respeitais. Que deverá resultar dessa conducta tão ridicula, como desordenada! As vossas proprias calamidades, senão o facto da vossa tenacidade, se por mais tempo resistir á voz da lei e da patria que vos chama a obedecer-lhe e respeitar as legitimas auctoridades do paiz, que constituido, como se acha, só vos auctoriza por meio dos vossos representantes a curardes de vossos interesses communs.

Se por ventura taes principios deram causa a vossa dissidencia, desculpae-vos, procurae o perdão dos vossos erros, e dos vossos crimes e entregae os chefes que vos seduziram e vos desviaram, abraçae vossos irmãos, e emfim entrae na ordem, vinde depôr as armas e não sereis offendidos. Se, porém, movidos de um irreflectido capricho, ou de impulso momentaneo das paixões, continuando a contrariar a lei e o bem geral, as forças, que o governo me ha confiado, entrarão em operações, e não hesiteis um momento, que ellas, de mãos dadas com as tropas do Maranhão e toda a mais que em breve ha de vir em nossa protecção, tenham mais decidida vantagem sobre as vossas armas. Nossa consciencia applaudirá nossa conducta, e a vossa vos accusará de todas as crueldades, que resultarão de um geral conflicto em que por fim experimentareis o remorso e a vergonha de não vos tornardes dignos, sendo brasileiros, de entoardes comnosco a expressão nacional, que com prazer proferimos: — *Viva a santa religião catholica e apostolica romana! Viva o povo brasileiro livre e independente!*

Villa de Campo-Maior, 5 de Janeiro de 1840 — *J. F. de Moraes Cid*, tenente-coronel commandante em chefe das forças do Piauhi. »

Convenceu-se logo Moraes Cid de que seria inutil permanecer por mais tempo em Campo-Maior, onde seu quartel não poderia attender promptamente aos logares mais ao alcance dos facciosos, e, assim, o transferiu para o Estanhado. Demais em os constantes encontros com o inimigo, este sempre derrotado galgava a margem do Parnahiba e se refugiava no Maranhão, homisio do caudilhismo. Comprehendendo a conjunctura difficil em que se achava, sob o peso da responsabilidade da guerra, Moraes Cid tomou as mais acertadas e promptas medidas que as circumstancias exigiam. Mal chegava ao Estanhado, formou um corpo de Imperiaes Voluntarios do Piauhi e um corpo provisorio, dando do primeiro o commando a Thomaz José Pereira e, do segundo, ao major Pedro Paulo. Ia-se travar um dos maiores combates da Revolução dos Balaios no Piauhi. Raimundo Gomes, que se passara para o Maranhão, perseguido, ganhou o territorio piauhiense acompanhado de 2.000 homens sob suas ordens, e, depois de algumas escaramuças, se fortificara nas mattas de Curumatá e Egypto. O coronel Moraes Cid enfrentou-os com valor.

Travou-se renhida batalha, á qual resistem com intrepidez os soldados de Raimundo Gomes.

A batalha demorou cerca de 24 horas. Atacados por todos os lados, perderam os Balaios todas as posições e foram completamente desbaratados.

Deixaram no campo 500 homens entre mortos, prisioneiros e feridos. Raimundo Gomes se partiu, então, rumo de Olho d'Agua. As forças legaes tiveram tambem consideraveis perdas e muitos feridos, entre estes o coronel Moraes Cid. Foram esses os principaes combates travados entre os rebeldes e legalistas na zona do Norte.

ZONA DO SUDOÉSTE — A Villa de Parnaguá desde muito que vinha sendo ameaçada da revolução que ateava o facho incendiario em quasi todo o Brasil, especialmente o Norte. Desde a revolução de Pinto Madeira, no Ceará, que a villa piauhiense estava em perigo imminente de cahir em poder da chamma revolucionaria. Em Parnaguá se homisiavam, desde muito, emigrados daquella revolução cearense (de Pinto Madeira, que considerara nullo o acto de abdicação de Pedro I) sempre promptos para emprestar o seu apoio a qualquer levante.

E quando os Balaios punham em terror o Norte da Provincia, de quando em quando, o caudilhismo, em Parnaguá, alçava o collo.

Prevenindo qualquer levante mais decisivo, o presidente da Provincia creou a 2 de Outubro a columna denominada de Oéste e confiou o commando da mesma ao major José Martins de Sousa, que seguiu para Jeromenha, com o fim de organiza-la.

Quando se sublevou Parnaguá, até mesmo a capital esteve ameaçada de cahir em mãos dos revoltosos.

Mal organizava a columna confiada ao seu commando, o major José Martins travou vivissimo combate com os facciosos, na Manga, depois do qual se preparou para o ataque a Parnaguá, onde já em começo de 1840, em Janeiro, a familia Aguiar adherira á revolta. Tomava Sousa Martins Pastos Bons, no Maranhão, quando os inimigos da ordem atacaram novamente a Fazenda Sobradinho, que era guarnecida pelas forças piauhienses da columna de Oéste.

De ambos os lados, praticam-se prodigios de valor.

Mais disciplinados, menos fatigados, os legalistas venceram, depois de porfiada lucta, os revolucionarios.

Ancioso o commandante José Martins para cercar o principal reducto dos rebeldes, que era Parnaguá, onde se achava o chefe destes — Manuel Lucas de Aguiar — desbaratou depois de sanguinolenta batalha os rebeldes, que se achavam nas margens do Rio Gurgueia, nas proximidades da Villa de Parnaguá.

Vendo a intrepidez do chefe das forças legalistas da columna de Oéste, os revolucionarios já mais de uma vez haviam feito propostas de paz ao major Martins de Sousa. O bravo e destemido commandante, sabendo que cada vez mais se engrossavam as fileiras dos revoltosos, em Parnaguá, voltou para Jeromenha, mandou explorar as ribeiras do Prata, Esfolado e atacou o inimigo em todas as direcções.

As perdas dos inimigos vão sendo consideraveis.

Em todos os encontros cahem centenas em mãos dos legalistas. Já em fins de Outubro de 1840 morreu em combate o chefe dos revoltosos, Manuel Lucas Aguiar, terminando com o desapparecimento deste a revolução de Parnaguá.

Os revoltosos, então amparados pela amnistia, depuzeram as armas.

IV

Piauhi-Estado

Proclamada a Republica a 15 de Novembro de 1889, as primeiras noticias do extraordinario acontecimento chegaram a Therezina ao anoitecer do mesmo dia. Realizava-se, então, um espectaculo no antigo Theatro Concordia, concorridissimo, quando correu, entre os assistentes, a noticia de um rompimento revolucionario, no Rio, que proclamara a Republica no Brasil. Como muitos dentre os espectadores, com grande exaltação, perturbassem a ordem, o chefe de policia ordenou algumas prisões e determinou rigoroso policiamento naquella casa de diversões.

A noticia da revolução se espalhou logo pela cidade e toda a noite grande massa popular esteve á frente da estação telegraphica á espera de noticias sobre o sensacional acontecimento.

No dia seguinte chegaram despachos sobre a acclamação do general Deodoro da Fonseca para chefe do Governo Provisorio da Republica, como tambem a organização do Ministerio. De uma das janellas da estação telegraphica os srs. capitão Francisco Pedro de Sampaio e telegraphista Leonel Caetano da Silva proferiram calorosos discursos e, ao terminar, proclamaram a Republica no Piauhi, sendo delirantemente correspondidos pela multidão, que estacionava em frente áquella repartição publica.

Formou-se então um cortejo que percorreu toda a cidade. A' noite, diversos cidadãos e officiaes do Exercito Bra-

sileiro organizaram um governo republicano provisorio composto dos srs. capitães Nemesio Reginaldo de Sá e alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Foram depois ao palacio do governo e depuzeram o vice-presidente em exercicio dr. Lourenço Valente de Figueiredo, que não oppoz resistencia.

ANISIO BRITTO.

XVII

Entradas

O povoamento do Piauhi fez-se em tres direcções convergentes para o médio Parnahiba, na parte que lhe fica entre a foz do Gurgueia e a do Poti.

A corrente, que se estabeleceu do Maranhão para o nascente, teve seu precursor em Balthazar Alvares Pestana, que em 1616, depois da occupação franceza, foi a Pernambuco, em serviço militar, tendo nessa epocha apenas indicado o caminho pelos valles do Itapecurú e do Poti, caminho que só veio a ser aberto em 1686. Essa corrente invasora foi diminuta e retardada mais adeante pela occupação hollandeza do littoral do Maranhão, além de que a uberdade do valle do Itapecurú bastava para fartar áquelles que procuravam, então, as riquezas do nosso interior

«Não era só o oiro que movia o nosso antepassado. O Portuguez sempre foi agricultor. »

*

A segunda corrente invasora deve ter penetrado no Piauhi em epocha bem remota e não temos documento historico que determine sua data (1). O facto é que os Pernambucanos, invadindo os sertões de Cabrobó, avançando sempre para o Nordéste Brasileiro, deveriam ter penetrado no territorio que mais tarde constituiu a freguezia do Môcha, sob a influencia da corrente dirigida por Maffrense — Domingos Affonso Maffrense, cognominado o "Sertão".

*

A terceira corrente invasora seguiu o caminho do valle do Gurgueia e teve logar antes da entrada de Maffrense, segundo Pereira da Costa, Leonidas e Sá, Anisio Britto e alguns outros estudiosos da Historia do Piauhi.

Em 1662 ou 1663, o intrepido bandeirante Domingos Jorge Velho estabeleceu-se na confluencia do Poti com o Parnahiba.

(1) «Muito antes de haver Domingos Affonso emprehendido a conquista do Piauhi, já o seu Norte tinha sido visitado, por occasião da conquista e descoberta do Maranhão, em 1614, por Jeronymo de Albuquerque, pelos missionarios da Companhia de Jesus, por Elias Herkmen, agente do conde Mauricio, se devemos dar credito a alguns historiadores das coisas do Brasil. » (P. de Alencastre — *Memoria Chronologica, Historica e Chorographica da Provincia do Piauhi.*)

Estrada natural entre o Sul e o Norte do paiz, muito tempo serviu aos Paulistas e Mineiros, que procuravam fixar-se no Norte (2).

*

A Historia brasileira nos ensina que os sertanistas seguiram invariavelmente os cursos d'agua que encontravam.

Dominado que foi o sertão de S. Francisco, os ousados sertanistas subiram os rios Grande e Preto, e, atravessando o sertão dos Rodelleiros, encontraram as aguas do Gurgueia.

Organizada e levada avante, em 1674, a expedição de que fazia parte Domingos Affonso Maffrense, resultou o dominio do vastissimo sertão que percorreu até o Parnahiba.

Em 1667, Maffrense, Julião Affonso Serra, Francisco Dias d'Avila e Bernardo Pereira Gago requereram sesmarias no Gurgueia, e, em 1684, obtiveram outras no Parahim, affluente oriental daquelle.

Só em 1686, porém, foram concedidas "12 leguas de terra a cada um, situadas nas margens do Parnahiba, a começar da aldeia dos indios Arahins até a ultima aldeia ou tapera dos indios Muiparas, e pela parte do Sul até a Serra do Araripe".

*

Acompanhando-se o itinerario de Maffrense, verifica-se que elle veio povoar o Piauhi descendo pelo Gurgueia ao Parnahiba.

Acredita-se que nas explorações das ultimas sesmarias obtidas, justamente no logar em que estabeleceu as suas afamadas fazendas de gado (3), encontra-se a testa da co-

(2) Abdias Neves, um dos mais competentes historiadores do Piauhi, e Pereira d'Alencastre, dão a prioridade de descobrimento do Piauhi ao portuguez Domingos Affonso Maffrense. Milliet de Saint-Adolphe, citado por Rocha Pombo, em sua monumental *Historia do Brasil*, diz que Domingos Jorge Velho e Domingos Affonso Maffrense entraram no Piauhi em 1674.

« Se o Piauhi, diz Pereira d'Alencastre, na parte septentrional já tinha sido visitado de ha muito, o que é incontestavel, tambem é certo que isso em nada póde influir contra a gloria do intrepido Domingos Affonso, que sempre será tido e seu irmão como unicos descobridores e primeiros povoadores, associando a seus nomes o de Francisco Dias de Avila e Bernardo Pereira Gago, que poderosamente os auxiliaram nas despesas da conquista, sendo tambem dos primeiros a gosar de seus fructos. »

(3) Por morte de Maffrense, em 1711, ficaram as 30 fazendas, então existentes, pertencendo aos Jesuitas, a quem foram doadas por testamento.

Presos e remettidos os padres em 1760 para a Bahia, em vitude dos alvarás de 19 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 1759, que os declaravam banidos de Portugal e seus dominios, como "trahidores, rebeldes, adversarios e aggressores", que tinham sido de el-rei d. José, ordenou o primeiro governador João Pereira Caldas — o sequestro de todas as fazendas e mais bens que possuiam e a confiscação dos mesmos para a Corôa.

As fazendas attingiam, então, o numero de 39, com 50 sitios arrendados, constituindo um rico patrimonio.

Em 1782 existiam 489 escravos, 1.010 cavallos, 1.860 eguas e 50.670 cabeças de gado.

Em 1825 o ouvidor geral, inventariando-as, encontrou 773 escravos, 49.624 cabeças de gado vaccum, 11.906 bezerros, 3.598 cavallos e 908 poldros.

De 1878 para cá começaram a declinar as fazendas nacionaes, principalmente pela má administração que lhes têm dado os arrendatarios, com honrosas excepções.

Abdias Neves estima em 5.000 o numero de cabeças de gado de toda sorte, existentes nas fazendas nacionaes, actualmente.

lumna invasora, que dos sertões de Pernambuco avançava para o Noroéste.

Maffrense creou a Povoação do Môcha, depois ligada ao nucleo de Cabrobó, do qual só em 1696 se desligou para formar freguezia independente (4).

A ligação dos sertões de Parnahiba aos do S. Francisco abriu um caminho directo entre as bacias desses dois rios e não custou a ser desbravado tão extenso tracto de terras.

Em 1697 e 1698, ficaram definitivamente abertos ao trafego, pelas freguezias do Môcha e Cabrobó, os caminhos entre as capitanias do Maranhão e as da Bahia e Pernambuco.

*

O intrepido sertanista Domingos Affonso Maffrense, quando veio ao Parnahiba, não póde dizer precisamente a posição em que se achava, em relação a esse rio, a Serra do Araripe. Disse-a ao Sul no requerimento que fizera para obter as sesmarias, quando sua posição exacta é a do Sudoéste (Agenor de Miranda).

*

O primitivo caminho de Maffrense é uma volta enorme. De Cabrobó subiu o S. Francisco até a Barra do Rio Grande; subiu por este rio e passou ao Rio Preto; atravessou o divisor de aguas e encontrou o Parahim, affluente do Gurgueia; desceu por este e veio ao Parnahiba.

Essa volta enorme circumscreve as bacias dos rios Canindé e Piauhi, os mais occidentaes rios, que actualmente deixam de correr logo que o verão se accentua e que com tanta abundancia d'agua se apresentam no inverno.

« Grandes serras limitam os valles quasi planos desses rios e foi dentro desse sacco de fertilidade extrema, quando os invernos são regulares, que se formou o nucleo da população piauhiense. »

*

Desde a epocha do seu descobrimento que o Piauhi ficou quasi todo conhecido, embora o povoamento se tivesse incrementado mais na parte do Sudoéste, cujos campos de crear offereciam excepcionaes vantagens ao rapido desenvolvimento da pecuaria, que foi e ainda é a principal riqueza do Estado, apesar de muito diminuida.

Na opinião do operoso e competente engenheiro civil Agenor Augusto de Miranda, o capim mimoso, talvez a melhor forragem americana, é indiscutivelmente o principal factor desse povoamento.

(4) Em 1696 foi creada a freguezia do Môcha; em 1717 foi elevada á categoria de villa; em 1761 foram-lhe conferidos os fôros de cidade e capital da Capitania, com o nome de Oeiras, sem duvida em homenagem ao conde de Oeiras, depois marquez de Pombal.

Foi capital da Provincia até 1852, quando o conselheiro Saraiva mudou-a para a "Chapada do Corisco", hoje Therezina.

A parte Norte do Estado só veio a ser dividida em sesmarias 39 annos depois dos trabalhos de Domingos Affonso Maffrense, isto é, em 1725.

O povoamento dessa zona fez-se sob a influencia da Capitania do Maranhão, muito lentamente.

*

As tres columnas invasoras localizaram-se sob climas differentes. Ao Norte o clima é quente e secco. A canicula, no verão, é debilitante, sendo as noites refrescadas pelos ventos oceanicos, que pouco vão ao Sul de Therezina.

«Ao Sudoéste predomina o clima da região do médio S. Francisco. As noites são frias de Maio a Agosto, para logo após apparecer o calor rigoroso da estação das aguas de nosso interior.

Ao Sudoéste, porém, o aspecto climaterico vai mudando á proporção que se avança para os limites maranhenses; os invernos são regulares, a humidade é quasi nulla, e nas noites de verão já se experimenta a sensação de frio do interior goiano. » (Agenor de Miranda.)

*

Deste conjuncto de aspectos, resulta que o bloco das tres zonas constituitivas do Estado — Norte, Sudéste e Sudoéste — representa o intermediario dos climas oppostos das bacias do S. Francisco e do Amazonas.

O Rio Parnahiba é o eixo geographico dessa divisão até a foz do seu affluente — o Gurgueia, e este o completa para o Sul.

«O observador que subir o Parnahiba, da Barra das Canarias até Philomena, encontrará traços da primeira até a Barra do Gurgueia, e para cima os da segunda.

Pouco além da Barra do Gurgueia debuchan-se as primeiras manifestações da exhuberancia da bacia Amazonica, ao passo que para baixo estamos ás vezes em contacto com o desolador quadro da tristissima região secca do Nordéste. »

*

A zona Sudoéste do Piauhi, situada entre o Gurgueia e o Parnahiba, ainda quasi toda deshabitada, tem por eixo o Rio Urussuhi Preto, cujas terras foram descobertas, em 1834, por José Mascarenhas. (Agenor de Miranda.)

FRANCISCO PORTELLA PARENTES.

XVIII

Historia Administrativa

Ainda nos tempos coloniaes do Brasil, o Piauhi, por provisão da Côrte de Lisboa, de 11 de Janeiro de 1715, foi annexado, como simples comarca, ao Maranhão, e sómente por

carta régia de 29 de Julho de 1758 foi creada a Capitania de S. José do Piauhi.

Foi nomeado seu primeiro governador, por carta patente de 21 de Agosto do mesmo anno, o coronel João Pereira Caldas, que se empossou a 20 de Setembro do anno seguinte. A sua administração criteriosa e moralizada durou 10 annos até 31 de Agosto de 1769, quando foi substituido no governo da Capitania por Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que, nomeado a 8 de Novembro de 1768, tomou posse no dia 3 de Agosto de 1869.

No dia 2 de Janeiro de 1775, em virtude do alvará de successão perpetua de 12 de Dezembro de 1770, tomaram posse do governo, em substituição a Gonçalo, o ouvidor dr. Antonio José de Moraes Durão, João do Rego Castello Branco e Domingos Barreiro de Macedo.

Preso a 2 de Dezembro seguinte, e remettido para o Maranhão aquelle ouvidor, tomaram posse do governo a 17 do dicto mez o ouvidor José Esteves Falcão, o capitão de dragões José Velloso de Miranda e o vereador mais velho João Ferreira de Carvalho.

Nomeado governador da Capitania do Piauhi, em 1789, d. Francisco d'Eça e Castro deixou, entretanto, de tomar posse do governo, por ter fallecido a 15 de Setembro desse anno, na passagem "Santo Antonio" do Rio Parnahiba. Foi então nomeado, em 1796, d. João de Amorim Pessoa, que tomou posse a 12 de Dezembro do mesmo anno. Foi este quem, primeiro, em officio de 8 de Abril de 1798, dirigido ao governo Portuguez, aventou a idéa da transferencia da capital, então na antiga Villa do Môcha, mais tarde Cidade de Oeiras, para a Parnahiba. Substituiu-o, interinamente, na governança o coronel Francisco Diogo de Moraes, que tomou posse no dia 16 de Outubro de 1799, conservando-se no exercicio do cargo até 17 de Fevereiro de 1803, quando, novamente governador, se empossou o referido, d. João de Amorim Pereira. Este, permanecendo no governo poucos mezes, foi ahi substituido a 4 de Julho do mesmo anno por Pedro José Cesar de Meneses, nomeado governador por carta régia de 20 de Agosto de 1801.

Em seguida estiveram interina e successivamente no governo da Capitania Luiz Antonio Sarmento da Maia, Carlos Cesar Burlamaqui e coronel Francisco da Costa Rabello, o ultimo dos quaes, de 20 de Outubro de 1810 a 13 de Julho de 1811, quando foi substituido pela Junta governativa, composta do ouvidor Luiz José de Oliveira, coronel Luiz Carlos de Abreu Bacellar e vereador Severino Coelho Rodrigues. Em 1813 foi essa Junta substituida por outra, constituida pelo mesmo ouvidor Luiz José de Oliveira, tenente-coronel João Leite Pereira Castello Branco e vereador João Gomes Caminha. Esta, por sua vez, foi substituida por outra, de que eram membros componentes o ouvidor João da Silva Furtado e o vereador Francisco Manuel da Cunha, cuja administração se prolongou ainda pelo anno de 1813, até que, em 1 de Janeiro de 1814, assumiu o governo da Capitania o coronel Balthasar de Sousa Botelho de Vasconcellos, nomeado por acto de 28 de Janeiro do anno anterior. Este governador, como a Junta governativa que o precedera, persistiu na idéa da transferencia da capital para a Parnahiba.

Em 1 de Agosto de 1818, foi nomeado governador o coronel Elias José Ribeiro de Carvalho, que tomou posse do cargo a 14 de Julho de 1819. Em 24 de Outubro de 1821, fôra eleita a Junta governativa composta do dr. Francisco Duarte Mendes Barreto, como presidente; brigadeiro Manuel de Sousa Martins, como vice-presidente; Francisco de Sousa Mendes, como secretario, vigario geral Mathias Pereira da Costa, sargento-mór José Antonio Ferreira e capitães Agostinho Pires, Miguel Pereira de Araujo e Caetano Vaz Portella, a qual tomou posse a 26 do mesmo mez e anno. A 27 de Abril de 1822, essa Junta foi substituida por outra, de caracter provisorio, e que ficou assim composta: presidente, o vigario-geral Mathias Pereira da Costa; secretario, Francisco de Sousa Mendes; capitão Miguel Pereira de Araujo e sargentos-móres José Antonio Ferreira e Caetano Vaz Portella. Depois, a 24 de Janeiro de 1823, data em que o Piauhi adheriu á causa da Independencia do Brasil, proclamada no anno anterior, tomou posse do governo uma nova Junta, eleita na fórma da lei de 1 de Outubro de 1821, e composta do referido brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente, Manuel Pinheiro de Miranda Osorio, como secretario, capitão Ignacio Francisco de Araujo Costa e tenentes Miguel José Ferreira e Honorato de Moraes Rego. Em 19 de Setembro de 1824, foi eleito presidente temporario, empossando-se, no dia seguinte, o dicto brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que, nomeado em seguida 1º vice-presidente, por carta imperial de 1 de Dezembro do mesmo anno, tomou posse a 1 de Maio do anno seguinte (1825). Foi elle substituido a 9 de Dezembro de 1828 pelo tenente-coronel Ignacio Francisco de Araujo Costa. A 13 de Fevereiro do anno seguinte, o já referido brigadeiro Manuel de Sousa Martins, então barão da Parnahiba, como presidente temporario, tomou novamente posse do governo, sendo, em seguida, a 15 do dicto mez e anno, substituido pelo 2º vice-presidente, anteriormente nomeado, João José Guimarães e Silva.

Mais uma vez o barão da Parnahiba, brigadeiro Manuel de Sousa Martins, nomeado 3º vice-presidente, tomou posse do governo a 17 de Fevereiro de 1831.

Em 1 de Setembro de 1843, foi nomeado 4º presidente da Provincia o bacharel José Ildefonso de Sousa Ramos, que se empossou a 30 de Dezembro do mesmo anno, sendo substituido a 9 de Setembro de 1844 pelo 5º presidente nomeado, Thomaz Joaquim Pereira Valente. Nesse anno, a lei provincial de 23 de Agosto decretou a transferencia da capital para a margem do Rio Parnahiba, na emboccadura do riacho Mulato, algumas braças abaixo do local onde, depois, o coronel Raimundo Antonio Borges fundou a Cidade de Amarante.

A 20 de Junho de 1845, o presidente supra-mencionado passou o exercicio ao 2º vice-presidente, bacharel Francisco Xavier de Cerqueira, que esteve no governo apenas oito dias, porquanto o dr. Zacharias de Góes e Vasconcellos, que havia sido nomeado 6º presidente da Provincia, empossou-se do cargo a 28 de Junho do mesmo anno. Este foi substituido a 7 de Setembro de 1847 pelo 7º presidente nomeado, bacharel Marcos Antonio de Macedo, o qual passou o governo da Provincia, a 14 de Março do anno seguinte, ao 2º vice-presidente, referido bacharel Francisco Xavier de Cerqueira, que, por sua vez, o transmittiu a 11 de Junho do mesmo anno (1848) ao 8º presidente nomeado, bacharel Anselmo Francisco Peretti. Em 24 de Dezembro de 1849, passou este a presidencia ao 9º presidente nomeado, bacharel Ignacio Francisco Pereira da Motta. Na sua administração foi, pela lei de 23 de Agosto de 1849, decretada a transferencia da capital para um logar destinado a ser o Municipio do Poti.

O bacharel José Antonio Saraiva, nomeado, em 19 de Junho de 1850, 10º presidente da Provincia, empossou-se do

cargo no dia 7 de Setembro do mesmo anno. A lei de 5 de Agosto anterior havia revogado as precedentes, ficando assim sem effeito a resolução sobre a transferencia da capital. Afinal, a lei de 21 de Junho de 1852 elevou a Villa do Poti á categoria de cidade, com a denominação de Therezina, para ella transportando a séde do governo, com todos os estabelecimentos e repartições publicas, ficando o presidente, dr. José Antonio Saraiva, que fôra o promotor da idéa, auctorizado a levar a effeito a mudança, logo que julgasse conveniente e existissem ahi as accommodações necessarias, o que se realizou sem grande demora.

O dr. Saraiva foi substituido no governo pelo dr. Simplicio de Sousa Mendes, que, no caracter de 5º vice-presidente, se empossou a 12 de Março de 1853, passando o exercicio do cargo um mez depois, a 12 de Abril do mesmo anno, ao 1º vice-presidente, bacharel Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Este, por sua vez, o transmittiu ao 11º presidente, bacharel Antonio Francisco Pereira de Carvalho, no dia 5 de Dezembro do referido anno. A 9 de Agosto de 1855, o coronel Ernesto José Baptista, 4º vice-presidente, assumiu a administração da Provincia, passando-a em 10 de Setembro do mesmo anno ao 3º vice-presidente, tenente-coronel Balduino José Coelho. Nomeado, porém, 12º presidente o commendador Frederico de Almeida e Albuquerque, empossou-se do cargo a 1 de Dezembro do dicto anno de 1855, sendo substituido a 8 de Outubro de 1856 pelo vice-presidente, bacharel Lourenço Francisco de Almeida Catanho.

O bacharel João José de Oliveira Junqueira, nomeado 13º presidente, investiu-se das respectivas funcções a 10 de Junho de 1857, deixando, porém, o exercicio do cargo em 30 de Dezembro de 1858, quando o assumiu, pela segunda vez, o 4º vice-presidente, dr. Simplicio de Sousa Mendes. Este foi substituido pelo 1º vice-presidente, bacharel José Marciano Lustosa do Amaral, a 1 de Janeiro de 1859. Nomeado 14º presidente o bacharel Antonio Correia do Couto, empossou-se a 24 de Janeiro de 1859, passando a presidencia da Provincia a 27 de Junho do mesmo anno ao 2º vice-presidente, coronel Ernesto José Baptista, o qual, a 26 de Julho seguinte, foi substituido pelo 1º vice-presidente, bacharel José Mariano Lustosa do Amaral. A 5 de Novembro, ainda do mesmo anno, tomou posse do governo, o bacharel Diogo Velho Cavalcanti de Alburquerque, nomeado 15º presidente. O coronel Ernesto José Baptista, 2º vice-presidente, ainda assumiu a presidencia da Provincia a 1 de Maio de 1860, passando-a a 13 de Julho do mesmo anno ao 16º presidente nomeado, dr. Manuel Antonio Duarte de Azevedo. Este, a 15 de Abril de 1861, transmittiu o governo ao 1º vice-presidente, bacharel José Mariano Lustosa do Amaral, que, por sua vez, o passou em 13 de Maio do mesmo anno (1861) ao bacharel Antonio de Brito Sousa Gayoso, nomeado 17º presidente.

O bacharel José Fernandes Moreira, nomeado 18º presidente, tomou posse do cargo a 13 de Junho de 1862, sendo substituido em 30 de Junho do anno seguinte pelo 19º presidente nomeado, bacharel Pedro Leão Velloso. Em 4 de Dezembro de 1863, o bacharel Antonio de Sampaio Almendra, como 2º vice-presidente, assumiu o governo da Provincia, passando-o a 28 de Maio de 1864 ao 20º presidente, bacharel Franklin Americo de Meneses Doria, que, por sua vez, o transmittiu, em 3 de Agosto de 1866, ao 2º vice-presidente, bacharel José Manuel de Freitas. Nomeado 21º presidente o bacharel Adelino Antonio de Luna Freire, assumiu o governo a 5 de Outubro do mesmo anno, passando-o novamente, em 5 de Novembro de 1867, ao referido 2º vice-presidente, bacharel José Manuel de Freitas.

A 9 de Novembro desse mesmo anno, estando nomeado 22º presidente o bacharel Polydoro Cesar Burlamaqui, tomou elle posse do cargo, substituindo-o, porém, o 2º vice-presidente, bacharel José Manuel de Freitas, que, pela terceira vez, assumiu a administração da Provincia a 3 de Março de 1868. Este, no dia 24 de Agosto do dicto anno, passou o exercicio do cargo ao 1º vice-presidente, dr. Simplicio de Sousa Mendes, que, quatro dias depois, a 28 do referido mez, o transmittiu ao bacharel Augusto Olympio Gomes de Castro, nomeado 23º presidente. A 3 de Abril de 1869, o 1º vice-presidente, dr. Simplicio de Sousa Mendes empossou-se novamente do governo da Provincia, sendo substituido a 21 de Maio seguinte pelo coronel Theotonio de Sousa Mendes, então nomeado 1º vice-presidente.

A 6 de Dezembro ainda desse mesmo anno, assumiu a presidencia o bacharel Luiz Antonio Vieira da Silva, nomeado 24º presidente, passando, a 9 de Abril de 1870, a mesma presidencia ao vice-presidente, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, até 22 do dicto mez, quando a reassumiu o mesmo presidente, Luiz Antonio Vieira da Silva. A 7 de Maio seguinte, o 1º vice-presidente, bacharel Manuel José Espinola Junior tomou posse do governo, assumindo-o porém, a 25 de Dezembro do mesmo anno de 1870, o 25º presidente nomeado, bacharel Manuel do Rego Barros Sousa Leão. A 27 de Fevereiro de 1872, o 4º vice-presidente, coronel José Amaro Machado, assumiu a presidencia da Provincia, e, a 7 de Março seguinte, o presidente da Camara, major José Thomaz de Aquino Cantanhedo. Este passou o exercicio dois dias depois, a 19 do mesmo mez, ao 6º vice-presidente, coronel José Francisco de Miranda Osorio. Este por sua vez, o transmittiu, a 18 de Abril seguinte, ao 2º vice-presidente, Theotonio de Sousa Mendes. Quatro dias depois, a 23 do dicto mez de Abril, o 26º presidente, bacharel Pedro Affonso Ferreira, investiu-se das funcções do seu cargo, passando, porém, o exercicio das mesmas, em 1 de Fevereiro de 1873, ao referido 6º vice-presidente, José Francisco de Miranda Osorio, que, por sua vez, o passou, em 22 do mesmo mez, ao 27º presidente nomeado bacharel Gervasio Cicero de Albuquerque Mello. Em 27 de Abril de 1874, assumiu o governo da Provincia o 28º presidente, bacharel Adolpho Lamenha Lins, o qual, em 27 de Novembro do dicto anno, o passou ao vice-presidente coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, que deixou a presidencia em 28 de Abril de 1875, por te-la assumido o bacharel Delfino Augusto Cavalcanti de Alburquerque, nomeado 29º presidente. Este foi substituido pelo bacharel Luiz Eugenio Horta Barbosa, que, nomeado 30º presidente, tomou posse do cargo a 4 de Agosto de 1876, passando-o, a 2 de Janeiro de 1877, ao 31º presidente, bacharel Graciliano de Paula Baptista, que, por sua vez, o passou ao 32º presidente bacharel Francisco Bernardino Rodrigues Silva em 13 de Agosto do mesmo anno, Ainda a 22 de Novembro desse anno, o barão de Campo-Maior. Augusto da Cunha Castello Branco, como 3º vice-presidente, tomou posse do governo da Provincia, passando-o a 9 de Janeiro de 1878 ao 2º vice-presidente, Raimundo Mendes de Carvalho. Tendo sido, porém, o coronel José de Araujo Costa nomeado 2º vice-presidente, assumiu o governo a 27 de Fevereiro seguinte, até que, em 15 de Abril do mesmo anno de 1878, o bacharel Sancho de Barros Pimentel o substituiu, por ter sido nomeado 33º presidente da Provincia. A 13 de Dezembro do mesmo anno, o 4º vice-presidente, dr. Constantino

Luiz da Silva Moura, assumiu a presidencia, passando-a, no dia 19 do dicto mez, ao 1º vice-presidente bacharel José Mariano Lustosa do Amaral, que mais tarde, a 18 de Março de 1879, a transmittiu ao 3º vice-presidente, bacharel Firmino de Sousa Martins. Nomeado 34º presidente, em 9 de Janeiro de 1879, o bacharel João Pedro Belfort Vieira, tomou posse do cargo a 7 de Abril subsequente, passando-o, porém, em 11 de Dezembro do dicto anno, ao 4º vice-presidente, bacharel Manuel Ildefonso de Sousa Lima. A 4 de Março de 1880, investiu-se do governo piauhiense o 35º presidente, bacharel Sinval Odorico de Moura, que passou o exercicio do cargo, em 5 de Setembro seguinte, ao 4º vice-presidente, o referido bacharel Manuel Ildefonso de Sousa Lima, e este ao 3º vice-presidente, bacharel Firmino de Sousa Martins, no dia 1 de Maio do mesmo anno. Voltando o citado presidente Sinval Odorico de Moura ao exercicio das suas funcções, a 7 de Fevereiro de 1881, transmittiu-as, novamente em 31 de Dezembro do mesmo anno, ao 4º vice-presidente, bacharel Manuel Ildefonso de Sousa Lima. A 1 de Maio de 1882, tomou posse da administração da Provincia o 36º presidente, bacharel Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o qual a transmittiu, em 5 de Abril de 1883, ao vice-presidente, bacharel Firmino de Sousa Martins, até que veio assumi-la em 6 de Setembro desse anno o 37º presidente, bacharel Torquato Mendes Vianna. A 18 de Outubro seguinte, passou este o governo ao 4º vice-presidente, bacharel Manoel Ildefonso de Sousa Lima, que se conservou no exercicio até 6 de Dezembro, quando o assumiu o 38º presidente, bacharel Emygdio Adolpho Victorio da Costa. Este deixou a presidencia em 8 de Setembro de 1884, quando a assumiu, pela quinta vez, o 4º vice-presidente, bacharel Manuel Ildefonso de Sousa Lima, que a transmittiu, a 1 de Outubro do mesmo anno, ao bacharel Raimundo Theodorico de Castro e Silva nomeado 39º presidente. Pela sexta vez ainda o 4º vice-presidente Sousa Lima assumiu o governo, a 1 de Setembro de 1885, passando-o a 14 de Outubro do mesmo anno ao vice-presidente dr. Raimundo de Arêa Leão. Em 16 do mesmo mez, o dr. Manuel José de Meneses Prado, nomeado 40º presidente da Provincia, tomou posse do cargo, nelle se conservando até 7 de Setembro de 1886, quando o assumiu o bacharel Antonio Jansen de Mattos Pereira, nomeado 41º presidente. A 6 de Julho de 1887, assumiu a presidencia o bacharel Francisco José Viveiros de Castro, nomeado 42º presidente, mas, a 27 de Junho de 1888, passou-a ao vice-presidente, bacharel Firmino Licinio da Silva Soares. Substituiu-o o 43º presidente, bacharel Raimundo José Neiva da Silva, que tomou posse a 26 de Setembro do dicto anno (1888). A 27 de Junho do anno seguinte, o bacharel Firmino de Sousa Martins, como 2º vice-presidente, assumiu o governo da Provincia, nelle se conservando até 23 de Julho seguinte, quando tomou posse o 44º presidente nomeado, bacharel Theophilo Fernandes dos Santos. O barão de Urussuhi (João da Cruz e Santos) como 5º vice-presidente, tomou posse do governo em 10 de Outubro do mesmo anno (1889), sendo substituido dois dias depois, a 12 de Outubro, pelo 45º presidente nomeado, bacharel Lourenço Valente de Figueiredo, que então assumiu a administração da Provincia.

Proclamada a Republica no Brasil a 15 de Novembro do referido anno, o Piauhi no dia seguinte (a 16) adheriu á nova fórma de governo, sendo então deposto o dr. Valente de Figueiredo, e acclamada uma Junta governativa, composta dos officiaes do Exercito Nacional capitães Reinaldo Nemesio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento e alferes João de Deus Moreira de Carvalho, a qual se empossou no mesmo dia, tomando em seguida parte da mesma Junta o bacharel Theodoro Alves Pacheco, o tenente-coronel Joaquim Dias de Santa'Anna, o conego Thomaz de Moraes Rego e o coronel João da Cruz e Santos (barão de Urussuhi). Tendo sido nomeado, por decreto dictatorial de 22 de Novembro de 1889, governador do Piauhi o major de engenheiros Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, tomou este posse do cargo a 26 de Novembro do mesmo anno. Mas, chamado ao Rio, passou o governo ao 1º vice-governador nomeado por decreto de 11 de Janeiro de 1890, dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, que se empossou a 4 de Junho do dicto anno. Por decreto de 12 de Julho seguinte, foi nomeado governador o dr. Gabino Soares de Araujo Bisouro, que se investiu das respectivas funcções a 23 de Agosto ainda do anno de 1890. A 29 de Outubro do mesmo anno, o barão de Urussuhi, na qualidade de 30º vice-governador, assumiu o exercicio do cargo de governador, deixando-o a 27 de Dezembro seguinte, quando tomou posse do cargo o bacharel Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, nomeado governador por decreto de 23 de Outubro anterior.

Com a resolução de 12 de Janeiro de 1891, foi publicada a primeira Constituição do Estado, organizada pelo governador. A Camara Constituinte publicou, a 27 de Maio do mesmo anno, a segunda Constituição. Por essa Camara Constituinte foi eleito, no referido dia 27 de Maio, governador do Piauhi o bacharel Gabriel Luiz Ferreira, que se empossou no dia seguinte. Tendo este governador adherido ao golpe de Estado de 3 de Novembro do mesmo anno (1891), foi deposto a 21 de Dezembro seguinte, organizando-se então uma Junta de governo provisorio, composta do tenente-coronel João Domingos Ramos, bachareis Clodoaldo Freitas, Hygino Cunha, José Euzebio de Carvalho Oliveira e pharmaceutico José Pereira Lopes, a qual immediatamente se empossou. A 29 do dicto mez de Dezembro, o presidente da Republica dissolveu a referida Junta, deixando á frente do governo apenas o tenente-coronel João Domingos Ramos. A 11 de Fevereiro de 1892, tomou posse do governo o capitão dr. Coriolano de Carvalho e Silva.

Em consequencia dos factos acima mencionados, o governador do Estado dissolveu, por sua vez, a Camara Legislativa do Piauhi, e convocou outra, que reunindo-se, organizou a Constituição de 13 de Junho de 1892, ainda hoje em pleno vigor. Foi então eleita, a 7 de Abril, de accôrdo com a citada Constituição, para o cargo de governador do Estado no quadriennio de 1892 a 1896 o referido capitão dr. Coriolano de Carvalho e Silva, que já estava á frente da administração, e nella se conservou até 1 de Junho do dicto anno 1896, passando apenas em Agosto de 1892, por poucos mezes, ao vice-governador bacharel Joaquim Ribeiro Gonçalves, vindo reassumi-la ainda dentro do mesmo anno. A 1 de Junho de 1896 substituiu ao dr. Coriolano de Carvalho e Silva o capitão dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos, eleito governador para o quadriennio que então se iniciou, passando o governo a 1 de Julho de 1900 ao bacharel Arlindo Francisco Nogueira, então eleito governador. Este, no dia 1 de Julho de 1902, passou o exercicio ao vice-governador, coronel Thomaz Rebello de Oliveira Castro, reassumindo-o, porém, a 16 do mesmo mez. A 1 de Julho de 1904, tomou posse o novo governador eleito, bacharel Alvaro de Assis Osorio Mendes, que, a 12 de Dezembro de 1905, passou o exercicio ao vice-governador, dr. Arcolino Antonio do Abreu, reassumindo-o

novamente a 1 de Abril de 1906. Por fallecimento do dicto governador, bacharel Alvaro Mendes, occorrido a 5 de Dezembro de 1907, o vice-governador, dr. Arcolino de Abreu, pela segunda vez, assumiu o governo do Estado, mas tambem se achando gravemente enfermo passou o exercicio do cargo, a 1 de Janeiro de 1908, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Lourenço de Moraes e Silva, reassumindo-o, porém, no dia 6 do mesmo mez. A 1 de Abril do mesmo anno, o desembargador José Lourenço de Moraes e Silva assumiu novamente o governo do Estado, como presidente do Tribunal. Em 1 de Julho do dicto anno de 1908 tomou posse do cargo o novo governador eleito, bacharel Anisio Auto de Abreu. Ausentando-se, porém, do Estado em goso de licença, passou o exercicio do cargo, em 10 de Agosto do mesmo anno, ao vice-governador, engenheiro Antonino Freire da Silva, reassumindo-o a 1 de Janeiro de 1909.

Com o fallecimento do governador Anisio de Abreu, occorrido a 7 de Dezembro desse mesmo anno, e não tendo assumido a administração do Estado o respectivo vice-governador, tomou posse do governo, naquelle dia, o presidente da Camara Legislativa, coronel Manuel Raimundo da Paz, como segundo substituto legal. Eleito então governador o referido engenheiro Antonino Freire da Silva, para completar o periodo governamental, tomou posse do cargo a 15 de Março de 1910. A este succedeu, a 1 de Julho de 1912, o bacharel Miguel de Paiva Rosa, então eleito governador. A 12 de Junho de 1914 assumiu o governo do Estado o vice-governador eleito, coronel Raimundo Borges da Silva, que o transmittiu novamente ao referido governador, bacharel Miguel Rosa, no dia 8 de Fevereiro de 1915. A 1 de Julho de 1916 tomou posse do cargo de governador o dr. Euripides Clementino de Aguiar, eleito para o quadriennio que então começou, sendo substituido, a 1 de Julho de 1920, pelo novo governador eleito, engenheiro João Luiz Ferreira.

FENELON CASTELLO BRANCO.

XIX

Historia Judiciaria

Nos tempos coloniaes, o Piauhi, como já dissemos, por provisão de 11 de Janeiro de 1715, foi annexado á Capitania do Maranhão como simples comarca. Estava confiada ao ouvidor Antonio José da Fonseca Lemos, que havia declarado devolutas todas as terras da comarca, tornando-se geral a conflagração e recrudescendo a lucta. Este estado durou por muitos annos, até que, em 1755, a Metropole Portugueza mandou o ouvidor do Pará, João da Cruz Diniz Pinheiro, acompanhado de um engenheiro, seguir para o Piauhi, afim de syndicar dos factos, proceder á demarcação das terras e applicar um remedio efficaz a tantos males. Só em 1759 foi creada a Capitania do Piauhi, sendo nomeado seu primeiro governador João Pereira Caldas.

A Historia judiciaria do Piauhi, desde então, e ainda durante os tempos do Brasil Imperio, nenhuma particularidade offerece. A justiça na então Provincia obedecia á organização geral, regida pela Constituição de 25 de Março de 1824. Era distribuida pelos juizes de direito nas comarcas, e juizes municipaes nos termos, sendo a instancia superior representada pelo Relação da então Provincia do Maranhão, á qual subiam, em grau de recurso, os processos julgados pelos magistrados do Piauhi.

No regime republicano, a antiga Provincia do Piauhi passou a ser um dos Estados autonomos da Federação, exercendo a sua soberania pelos orgãos dos seus poderes politicos, legislativo, executivo e judiciario. O primeiro destes é exercido pela Camara dos Deputados, que se compõe de 24 membros, durando quatro annos cada legislatura; o segundo é exercido pelo governador do Estado como seu chefe, sendo de quatro annos cada periodo governamental, e sendo aquelle auxiliado por tres secretarios do Estado — o do Governo, o da Fazenda e o da Policia, que lhe subscrevem os actos; o terceiro daquelles orgãos — o judiciario — do qual nos incumbe tratar especialmente nesta parte, é representado pelo Tribunal de Justiça, juizes de direito, juizes districtaes e jurados. O Tribunal de Justiça foi creado pela Constituição de 27 de Maio de 1891, tendo o decreto n. 1, de 10 de Junho do mesmo anno, marcado o dia 1 de Outubro seguinte, para que elle começasse a funccionar, o que se realizou. Esse Tribunal ficou composto de cinco desembargadores, recahindo as primeiras nomeações nos antigos juizes de direito, bachareis Helvidio Clementino de Aguiar, João Gabriel Baptista e Alvaro de Assis Osorio Mendes e nos notaveis advogados Augusto Colin da Silva Rios e Polydoro Cesar Burlamaqui, e de um procurador geral do Estado, para cujo cargo foi nomeado o bacharel Joaquim Ribeiro Gonçalves.

O decreto n. 6, do referido mez de Outubro de 1891, organizou a Justiça do Estado.

Em virtude dos golpes de Estado de 3 e 23 de Novembro do dicto anno, foi promulgada outra Constituição no dia 13 de Junho, a qual manteve a mesma organização judiciaria anterior, isto é, o Tribunal de Justiça, com o mesmo numero de desembargadores e com séde na capital do Estado, os juizes de direito, juizes districtaes e jurados.

O decreto n. 27, de 18 de Julho do mesmo anno, reorganizou, de accôrdo com a citada Constituição, a Justiça piauhiense.

A nomeação dos desembargadores é regulada pelos artigos 45, 46 e 47 da dicta Constituição, devendo ser tirados dentre os juizes de direito do Estado, que tiverem mais de doze annos de formados e mais de quatro de exercicio de magistratura, e dentre os cidadãos, graduados em Direito, de notavel saber e reputação, que possuirem as condições de elegibilidade para o Senado Nacional, mas de modo que a maioria delles, pelo menos, seja de magistrados.

Os arts. 52 e 62 da citada Constituição prescrevem, respectivamente, o modo pelo qual devem ser nomeados os juizes de direito e os juizes districtaes, devendo ser os primeiros nomeados dentre os doutores ou bachareis em Direito que tiverem exercido cargo de justiça ou advocacia durante quatro annos pelo menos, e para a nomeação dos juizes districtaes exige-se apenas que ella recaia em pessoa idonea.

Posteriormente, outras leis ordinarias têm sido votadas pela Camara Legislativa Estadual, estabelecendo formalidades sobre nomeações de juizes de direito. Assim é que a de numero 165, de 29 de Junho de 1898, revogou o citado decreto n. 27, de 1892, e a de n. 652, de 25 de Julho de 1911, sobre a reforma judiciaria, revogou a anterior, isto é, a de n. 165, de 1898.

O Tribunal do Jury, mantido no Brasil pelo art. 72, § 31, da Constituição Federal, tem por sua vez, no Estado do

Piauhi, como em diversos outros Estados da Republica, soffrido as suas modificações. Assim é que a lei n. 528, de 6 de Julho de 1909, consolidando a legislação referente á organização e funccionamento do Jury, entre outras alterações, reduziu a sete o numero de jurados que devem compôr o conselho de sentença (outr'ora de 12 jurados), e a 28 o dos sorteados para as sessões (outr'ora de 48), estabelecendo mais que as decisões do Jury (outr'ora secretas) seriam proferidas publicamente, na mesma sala das sessões, e sob a presidencia do juiz, que apuraria os votos dos jurados, mas sem voto deliberativo. Não tendo essa lei dado na pratica os resultados que eram de esperar, foi revogada pela lei n. 755, de 7 de Julho de 1913, que tornou secreta as decisões do Jury, mas sob a presidencia do juiz de direito e com a fiscalização das partes.

As comarcas do Estado, que em 1920 attingem ao numero de 21, são, segundo o art. 67 da respectiva Constituição, de duas entrancias, prevalecendo o principio da antiguidade para o accesso dos juizes. As de segunda entrancia são: a de Therezina (capital do Estado), com duas varas de Direito, a de Parnahiba e a de Floriano, sendo de primeira entrancia todas as outras.

Diversas outras leis ordinarias têm surgido no Estado para regular assumptos judiciarios, como sejam suspeições oppostas aos magistrados, eleições de presidente e vice-presidente do Tribunal de Justiça, fórmulas processuaes, suppressão e creação de comarcas e districtos judiciarios etc., mas não merecem ser referidas ou mencionadas pelo caracter pessoal de umas, outras pela temporariedade de suas disposições e ainda outras pela sua inapplicabilidade.

Pelo art. 55 da Constituição Piauhiense se consideram magistrados os membros do Tribunal de Justiça e os juizes de direito, os quaes gosam das prerogativas de vitaliciedade e irreductibilidade de vencimentos.

FENELON CASTELLO BRANCO.

XX

Historia Religiosa

A Historia religiosa do Piauhi póde dividir-se em tres epochas: a primeira comprehende os tempos coloniaes; a segunda vai da Independencia á propaganda em favor da creação do Bispado; a terceira tem por objecto os factos desenrolados após a posse do primeiro bispo.

Nos primordios da colonização do Piauhi, são omissos os dados sobre a sua Historia religiosa. Territorio quiçá explorado, desde o seculo XVI, e, a partir do seguinte seculo, frequentemente percorrido por missionarios e outros viajantes, em transito para as capitanias circumvizinhas, só ha vestigios de vida religiosa no Piauhi de 1696 em deante. Nesse anno foi creado pelo bispo de Pernambuco d. frei Francisco de Lima a freguezia do Môcha, primitivo arraial de Indios ou Fazenda Cabrobó, que, ao ser elevada á categoria de cidade, tomou o nome de Oeiras. A nova parochia, sob a invocação de Nossa Senhora das Victorias, foi desmembrada da de Rodella, ou Cabrobó, á margem esquerda do Rio S. Francisco, pertencente ao Bispado de Pernambuco.

Em 1733 é que foi inaugurada a respectiva matriz, "o primeiro templo regular erecto no Piauhi".

A bulla *Ad Sacram Beati Petri* do papa Innocencio XI, de 16 de Novembro de 1676, creando o Bispado de Pernambuco, a este submetteu ecclesiasticamente o Piauhi, que, em 1830, passou a fazer parte do Bispado do Maranhão, cuja diocese fôra creada pela bulla *Super universas orbis ecclesias*, expedida pelo mesmo pontifice, a 30 de Agosto de 1677.

Os dois bispados deveram a sua creação á iniciativa de d. Pedro I, rei de Portugal, então principe regente, durante o impedimento physico de seu irmão o rei d. Affonso VI.

Pereira da Costa, de cuja *Chronologia historica do Estado do Piauhi* colhemos importantes informes para este trabalho, accrescenta:

> « Pela bulla *Salvatoris nostri*, do papa Benedicto XIV, de 13 de Dezembro de 1740, fica o Bispado do Maranhão suffraganeo do Arcebispado de Lisboa, bem como o Bispado do Pará e o Arcebispado da Bahia, mas pela bulla *Romanorum Pontificum Vigilantia*, do papa Leão XII, expedida em 5 de Junho de 1827, passou a se-lo do Arcebispado da Bahia, de cuja Relação Metropolitana dependem as suas causas ecclesiasticas, em segunda instancia. »

Observe-se, porém, de passagem, que a Bahia era apenas diocese, quando sujeita á jurisdicção de Lisboa; porquanto em face do direito canonico, não ha arcebispados suffraganeos.

Ao expirar do seculo XVII já a colonização do Piauhi era de molde a attrahir as vistas da auctoridade ecclesiastica, o que deu logar á visita pastoral do bispo de Pernambuco, d. frei Francisco de Lima. Posto adeantado em annos e achacadiço, o zeloso prelado defrontou immensos sacrificios para trazer ao querido rebanho a luz da pregação evangelica.

Não o detiveram o desconforto dos meios de transporte, nem as grandes distancias que percorreu. Esta heroicidade valeu-lhe calorosos encomios do Conselho Ultramarino.

A primeira missão religiosa, de que ha referencia historica, foi fundada pelos frades Franciscanos, ao alvorecer do seculo XVIII.

Em 1711 vieram estabelecer-se no Piauhi os padres da Companhia de Jesus, que tomaram posse de 30 fazendas de gado e grande extensão de terras, cuja administração lhes fôra legada pelo portuguez Domingos Affonso Maffrense, sob a condição de não serem alienadas. Era um morgado ou capella, cuja renda seria destinada á dotação de donzellas, auxilios a viuvas e orphãos, esmolas, missas, devendo applicar-se o remanescente á acquisição de novas fazendas para o mesmo fim. Maffrense, nascido em S. Domingos da Franga da Fé, termo de Torres Vedras, do Arcebispado de Lisboa, era cavalleiro professo da Ordem de Christo, occupara o cargo de provedor da Santa Casa de Misericordia, da Bahia, fazia parte de varias corporações religiosas da mesma cidade.

Cabe aqui uma série de considerações relativas á catechese religiosa. Como nas differentes capitanias do Brasil, e mais do que na quasi totalidade dellas, attenta á situação geographica, difficuldades mutiplas se antepunham á acção dos abnegados missionarios no Piauhi. Além das penas inevitaveis em sertões inhospitos, e dos constantes perigos a que se expunham os catechistas em contacto com uma raça desconfiada e feroz, a falta de policia regular collocava-os numa insegurança, difficilmente remediavel. Como se garantir contra as investidas de um grande numero de sentenciados

e desordeiros, o escumalho da população portugueza, disseminados por todo o territorio ?

As reclamações eram ouvidas na Côrte de Portugal, mas as providencias mandadas tomar tarde surgiam, quando não eram de todo burladas. Basta citar o seguinte facto. Por provisão de 25 de Janeiro de 1728, ordena o Conselho Ultramarino ao governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, que promovesse a captura de varios criminosos que inquietavam e esbulhavam os Indios da nação Tremembós, aldeiados pelos Jesuitas e possuidores, além de outras terras, da Ilha do Cajueiro, pertencente ao estuario do Parnahiba, na Barra de Tutoia. Determinações desta natureza, reclamando urgente execução, eram proteladas indefinidamente, ou porque as altas auctoridades da Capitania, absorvidas por outras preoccupações politicas davam pouca estimação a esses problemas, ou porque falleciam meios de tornar effectivas todas as medidas de ordem administrativa. Treze annos haviam decorrido, sem que fosse garantida a tranquillidade dos Jesuitas e Indios daquella missão.

Havia, sem duvida, homens de boa vontade, consagrados ao bem commum, intelligentes e activos, em condições de prestar inestimaveis serviços á causa da fé e da civilização. Em face do abandono moral em que se achava a população, disseminada em vasta área de terras, o ouvidor geral do Piauhi, José de Barros Coelho, fez a el-rei d. João V um appello no sentido de ser creado, em Oeiras, um collegio, a pedido do vigario, que se obrigava a dar 12.000 cruzados para esse fim. Com a vinda de varios sacerdotes, dedicados ao professorado e á prégação no interior, a mocidade seria encaminhada a outros sentimentos e costumes; os habitantes, em geral, teriam opportunidade de frequentar os sacramentos, cuja falta determinava o desenvolvimento dos instinctos da ferocidade, de tal sorte que, dos obitos havidos em toda Capitania, diz o ouvidor em sua carta, só um procedeu de doença.

Nada obstante, depois de 25 longos annos, em 1757, é que foram creadas em Oeiras duas escolas primarias para ambos os sexos, naquelle regime de insegurança em que o assassinio estava inaugurado como solução das pendencias, as creanças educadas na escola do escandalo, os homens e mulheres entregues ao desenfreio das paixões; e ainda se extranha que os Jesuitas accumulassem a auctoridade religiosa e a temporal, ainda não se comprehende o alcance desta medida salutar. Se, no dizer do insuspeito J. Lucio de Azevedo (*Os Jesuitas no Grão-Pará*) "só o systema dos Jesuitas fôra producente", se o invasor civilizado só concorreu para o exterminio inutil e cruel de numerosas raças, se é tão patente o *elevado ideal do catechista*, se pelo simples facto de já não poder collocar-se o missionario entre o selvagem e o *invasor, faminto de riquezas foi accelerada a destruidora tarefa*, porque o proprio Azevedo e outros eruditos escriptores tanto malsinam a influencia dos heroicos filhos de Santo Ignacio de Loyola ?

Pereira d'Alencastre assim escreve.:

> « Os Jesuitas, tanto mais detestaveis quanto obraram toda sorte de arbitrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos, na Capitania, gosando de grandes privilegios, que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, eram os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negocios, punham em antagonismo o povo com a auctoridade, e indispunham os Indios, sobre quem tinham muito poder e mando contra os provocadores. »

Accrescenta o mesmo escriptor que:

> « para a exterminação dos Jesuitas no Piauhi, julgara o marquez de Pombal necessaria a creação de uma Capitania, dirigida por um administrador que os combatesse e anniquilasse. Para isso foi nomeado governador João Pereira Caldas, cujo primeiro acto foi ordenar o sequestro dos bens dos Jesuitas e os remetter presos para Lisboa. »

O energico marquez que, por esse acto, merece os louvores de Alencastre, fez sem duvida um grande mal ao Piauhi. Privando o indigena de seus unicos e abnegados defensores contra o egoismo brutal, o sensualismo grosseiro e as violencias do colono portuguez, concorreu para a extincção dos primitivos donos da terra, que, chamados ao convivio social, seriam de grande efficiencia para o progresso do paiz.

Com a eliminação da Companhia de Jesus erigiu-se, em methodo, a conquista do territorio pelo exterminio do selvagem.

Com ser escusada e contraria ás leis christans da caridade e da justiça, foi terrivel a immolação das mulheres e creanças, depois que se entregou a sorte dos indigenas ao arbitrio do governo civil.

Sob o regime tutelar dos Jesuitas, esteve o selvagem, quanto possivel, subtrahido á cobiça e ao desenfreio do invasor civilizado.

Viu-se que para a execução dos sinistros planos da Pombal, fôra enviado o governador João Pereira Caldas. Elle prestou, não ha negar, bons serviços ao Piauhi, mas, nem por isso, o absolve a Historia, do labéo de algoz ao serviço do despotismo...

Pela brilhante penna de João Ribeiro, a Historia já reparou as injustiças assacadas á Companhia de Jesus.

O segundo bispo que visitou o territorio piauhiense foi d. frei Antonio de S. José, que viajou até Parnaguá, numa verdadeira odysséa de soffrimentos, apostolicamente supportados.

*

Na phase colonial, a Historia religiosa do Piauhi limitou-se á organização da catechese, frustrada com a expulsão dos Jesuitas. De pouca monta foram as missões que os Franciscanos tentaram manter. Não tiveram o prestigio e outros elementos de exito que foram o segredo das victorias da Companhia.

Durante a permanencia de d. João VI no Rio de Janeiro, apesar de mudada a situação politica do Brasil, nada occorreu, na Capitania, digno de especial menção.

Após a Independencia, as classes dirigentes volveram as vistas para a creação de uma diocese. Os negocios ecclesiasticos, na dependencia do Bispado do Maranhão, eram resolvidos com grande vagar e sobrecarga de despesas. Dada a difficuldade de communicação, os casamentos eram indefinidamente protelados, á espera das dispensas matrimoniaes, que só tinham despacho longos mezes e annos após a solicitação, "chegando, ás vezes, quando já haviam fallecido os contrahentes".

Em 1829, em sessão do Conselho do Governo, por proposta do padre Marcos de Araujo Costa, foi enviada ao ministro da Justiça uma representação, pedindo a nomeação de um delegado do bispo diocesano do Maranhão, com poderes para dispensar em causas matrimoniaes.

Em 1830 o mesmo Conselho desannexa o Piauhi do Bispado do Maranhão e crea uma diocese. Foi uma deliberação sem consequencia, á falta de approvação da Egreja.

Em 1832 o Conselho Geral da Provincia houve por bem crear um bispado independente do de Maranhão e estabeleceu as condições de installação do prelado.

Teve o mesmo destino do primeiro.

Em 1833 o mesmo Conselho reitera uma proposta, feita, tres annos antes, ao Governo Imperial para a creação de um bispado no Piauhi. A este respeito dirige-se o presidente da Provincia ao ministro da Justiça.

Em 1834 novo pedido é encaminhado para a Camara dos Deputados, contentando-se o Conselho com a fundação de uma prelazia *nullius*. Este documento é fundamentado em graves razões de ordem espiritual.

Em 1835 a Assembléa Legislativa Provincial, na sessão de 25 de Junho, arrogando-se o poder da Santa Sé, crea um bispado, no Piauhi.

Todos esses tentames nem sequer melhoraram as condições anteriores em que, ecclesiasticamente, se achara a Provincia. Em 1852 é que d. Manuel Joaquim da Silveira, bispo do Maranhão, procurou remediar a situação, conferindo ao conego provisor do Bispado faculdades extraordinarias. Em 1853 o vigario foraneo do Piauhi recebia altos poderes, sendo mais tarde estabelecido um arcebispado com muitas attribuições na Provincia.

Taes medidas não eram de molde a resolver a questão; no momento, porém, correspondiam ás mais palpitantes necessidades.

No seculo XIX, é justo pôr em relevo alguns espiritos de eleição que illustraram os annaes do Clero piauhiense. O padre Marcos de Araujo Costa, o padre dr. José Antonio de Maria Ibiapina, frei Serafim de Catania, monsenhor Raimundo Gil da Silva Brito e o conego Acylino Baptista Portella Ferreira, para só fallar dos fallecidos, deixaram na alma popular uma impressão de sympathia e respeito, que a acção do tempo não conseguirá destruir. O padre Ibiapina e frei Serafim não são piauhienses; nacionalizaram-se, porém, no coração do povo, se assim me posso exprimir. Traslado aqui a biographia do padre Marcos, feita pelo dr. Pereira da Costa, em sua *Chronologia do Estado do Piauhi*:

> « O padre Marcos de Araujo Costa, filho do ouvidor geral coronel Marcos Francisco de Araujo Costa, nascido em Oeiras em 1770, e fallecido em 22 de Novembro de 1850, renunciando os mais elevados cargos, conquistados pelo seu elevado merecimento, como os de presidente da Provincia, membro do Conselho do Governo e deputado á Assembléa Legislativa, recolhe-se este anno (1820) a sua Fazenda Boa Esperança, em Jaicós, e funda um Collegio de instrucção da mocidade, no qual recebia e desveladamente instruia a um grande numero de mancebos, não só filhos do Piauhi, como de outras provincias, aos quaes, ricos ou pobres, o generoso sacerdote tambem fornecia o alimento preciso, sem receber nenhuma remuneração pecuniaria, tudo gastando do rendimento dos seus bens patrimoniaes, e não raras vezes sacrificando até mesmo uma boa parte da sua fortuna. »

Durante mais de meio seculo prestou elle á causa publica os mais assignalados serviços, o que lhe valeu a carta de cavalheiro e depois a de commendador da Ordem de Christo. As leis provinciaes ns. 463 e 497, de 1858, auctorizam o presidente da Provincia a mandar levantar um mausoléo na egreja matriz de Jaicós, para nelle serem collocados os restos mortaes do padre Marcos de Araujo Costa.

E' altamente honrosa a referencia que aos trabalhos do padre Ibiapina fez o presidente da provincia, dr. Zacharias de Góes e Vasconcellos, no *Relatorio* lido na abertura da Assembléa Provincial, em 1846.

O padre José Antonio Maria Ibiapina, natural do Estado do Ceará, nasceu a 6 de Agosto de 1805, na povoação Ibiapina, cujo nome seu pae já havia juntado ao delle. Vencendo estorvos de toda sorte, conseguiu formar-se em Sciencias sociaes e juridicas pela Academia de Pernambuco. Em 1834, tomou assento na Camara dos Deputados. Quando tudo parecia sorrir-lhe, na perspectiva de brilhante carreira politica, resolveu consagrar-se ao serviço de Deus e a 3 de Junho de 1853 recebeu o sagrado presbyterato.

Queria dedicar-se logo ao apostolado da prégação. Entretanto, por obediencia, occupou, a principio, os cargos de vigario geral e lente de Eloquencia sagrada do Seminario de Olinda.

Obtendo mais tarde a sua exoneração, dedicou-se ao ministerio da palavra e á fundação de institutos pios. Depois de estabelecer em Pernambuco um asylo para orphãos, seguiu para o Ceará, onde construiu e incrementou numerosos templos e casas de caridade. Voltou a Pernambuco e retorna ao Ceará, deixando por onde passa um traço luminoso de seu apostolado.

Vindo ao Piauhi em 1871 esteve em Picos, Jaicós e Pio IX, onde sua palavra deixou tão funda impressão que ainda hoje lá se encontram septuagenarios de solida piedade, formada pela uncção irresistivel do grande prégador. Em tres mezes, construiu uma bella egreja em Picos. Edificou egualmente a Matriz de Pio IX.

> « Reconhecendo a Assembléa Legislativa Provincial o relevantissimo serviço prestado por aquelle venerando sacerdote, encarregou ao presidente da Provincia, de transmittir em nome da mesma os seus sinceros agradecimentos, de cuja missão se desempenhou a presidencia. »

Frei Serafim de Catania, missionario capuchinho, veio em 1874, a Therezina, sendo festivamente recebido pelo presidente da Provincia, acompanhado das auctoridades civis e militares, das principaes familias que formaram, ao lado de todo o povo, para render homenagem ao venerando apostolo. Viera edificar a Egreja de S. Benedicto.

> « Conhecido o objectivo de sua viagem, afigurou-se a muitos, loucura, a outros, temeraria empresa. Frei Serafim não vacillou, não mediu tropeços, não temeu a pobreza da terra, não cogitou um instante da fraqueza das proprias forças; marchou ao trabalho pondo mãos á obra com serena confiança. »

Doze annos decorreram e o perseverante filho de S. Francisco de Assis, desdobrando a sua actividade, ora na distribuição do pabulo espiritual, ora na construcção do templo, chegou ao fim, ao termo de suas aspirações. Não lhe faltaram nem a generosidade do governo, nem o concurso indispensavel do povo.

A egreja é o mais bello templo do Estado e o mais artistico predio da cidade.

A memoria de frei Serafim ainda perdura no espirito do povo, abençoada e querida.

Outro sacerdote, que, por quasi meio seculo, prestou inesqueciveis serviços á Religião e ao povo, foi o conego Acylino Portella.

> « Trabalhou 41 annos, diz o dr. Elias Martins (*Frei Serafim de Catania*), sem um deslise, morrendo em pleno campo de acção, santificado por heroicos sacrificios, veterano de mil batalhas, cahido ao pé da grandiosa bandeira. *Primus inter pares*, tinha natural pendor pelo derradeiro logar, padecesse embora o constrangimento da preeminencia nos conselhos ecclesiasticos, com justiça e feliz acerto appellidado — *Nestor do clero piauhiense*. Seu nome, conego Acylino Baptista Portella Ferreira, di-lo em uma só palavra o sertanejo — o *conego*, numa abudancia de amor, expontaneo e expressivo, que seria impossivel confundi-lo com outro. »

Nascido em 1853 e ordenado sacerdote em 1876, foi vigario de Picos e, de 1879 a 1916, dirigiu espiritualmente a parochia de Valença, onde, como chefe politico de opposição, nunca foi derrotado nas urnas eleitoraes pelo governo. Em 1910 quando da campanha de Ruy Barbosa contra o militarismo, o deputado Pedro Moacyr declarou, na Camara dos Deputados, que os unicos logares em que a opposição triumphou da compressão dos governos foram S. Borja, no Rio Grande do Sul, e Valença, no Piauhi. O facto não surprehendeu á politica piauhiense, habituada a presencia-lo. De 1894 a 1898 edificou o conego Acylino a nova matriz de Valença, o maior e um dos mais elegantes templos de toda a diocese, construido, em grande parte, á sua custa.

Numerosos são os sacerdotes piauhienses que deveram sua vocação ao influxo moral do conego, que a muitos auxiliou pecuniariamente, sendo alguns ordenados ás suas expensas. Em todo o Municipio de Valença não ha uma familia que não estivesse ligada a elle por laços de gratidão ou amizade.

Os proprios adversarios politicos o veneravam. Nas grandes crises, determinadas pelas seccas do Nordéste, era elle a providencia a que recorriam pobres, orphãos, familias inteiras, votadas á fome e á miseria. Jámais alguem voltou de sua porta sem o auxilio, perfumado de carinhos e amizade.

Sentindo avizinhar-se a morte, pediu, em 1916, sua transferencia para a Freguezia de Oeiras, sua terra natal. Queria dormir o derradeiro somno, ao lado dos seus antepassados, no sólo amigo, que lhe serviu de berço, e onde, como em Valença e Picos, todos lhe consagravam filial veneração.

De monsenhor Raimundo Gil póde-se dizer que reproziu, em nossos tempos, toda a austeridade dos antigos padres da Egreja.

Abnegado até o sacrificio, não funccionou em qualquer templo, sem prove-lo do necessario, á sua custa. Professor e director espiritual do Seminario do Maranhão, venerandos sacerdotes, seus discipulos, ainda hoje se referem a elle em phrases repassadas de respeito.

Vindo residir em Therezina, encontrou a luz da fé prestes a apagar-se na alma do povo, pela falta de oleo capaz de mante-la. Este oleo era a prégação, maxime pelo exemplo. Metteu hombros á ardua tarefa. Era um dos melhores oradores sacros, pela correcção da phrase e segurança da doutrina, sempre majestoso e grave, sem surtos de eloquencia. Foi vigario geral do Piauhi antes de creado o bispado, depois na administração de d. Joaquim de Almeida e durante os primeiros annos do governo episcopal de d. Octaviano Albuquerque, tendo fallecido como vigario geral honorario.

Governou a diocese piauhiense, como administrador apostolico, de 1911 a 1914. Além da offerta, que fizera á diocese, do predio em que residiu o primeiro bispo durante a sua administração, recusou receber qualquer remuneração pelos seus serviços.

Falleceu em 1919, abrindo no Clero do Piauhi uma lacuna impreenchivel.

Em 1898 surgiu, no Piauhi, uma campanha santa, de ante-mão victoriosa, pelas sympathias com que foi recebida. Era a propaganda em prol da creação de um bispado.

Foi do então simples sacerdote, hoje monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, que partiu a iniciativa desta grande idéa. O dr. Elias Martins assim descreveu o padre Lopes:

> « Sacerdote talhado para a acção social, revelou, desde o surto inaugural de sua carreira, a estructura de aço de luctador, votado a experimentações terriveis, consciente e inabalavel em demanda do santo ideal, alvo constante das machinações dos adversarios da Egreja, pedra de escandalo pela innocencia dos costumes e irreductibilidade dos principios. »

Ordenado sacerdote em 1894, foi a principio vigario de Itamarati; sendo, em 1898, chamado a S. Luiz do Maranhão, para leccionar no Seminario, alli começou a fazer os primeiros ensaios de propaganda, procurando chamar á sua causa o bispo d. Antonio Candido de Alvarenga, que sempre se conservou infenso á idéa, allegando que a nova diocese viria anniquilar financeiramente a do Maranhão.

Em 1898, veio o padre Lopes residir em Therezina, onde pela imprensa desenvolveu uma propaganda intensa. Diversos periodicos se interessaram sériamente pela campanha.

Muito concorreu para o bom exito da propaganda o governador do Estado, dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos.

Depois de haver percorrido quasi todas as freguezias, no intuito de levantar o capital necessario á constituição de um patrimonio, padre Lopes viajou repetidas vezes, por outros Estados, a pleitear, perante as mais altas auctoridades da Egreja Brasileira, a santa causa, de que se fizera apostolo.

Não o pouparam a má vontade de uns e a impiedade de outros; mas os prestigiosos membros do Episcopado deram-lhe todo o apoio.

Foi creada a diocese pela bulla *Supremum Catholicam Ecclesiam regendi mundus* do papa Leão XIII, a 10 de Março de 1901. O primeiro bispo nomeado foi monsenhor Fabricio Pereira, sacerdote de Pernambuco, que renunciou a alta investidura, antes da sagração.

A 19 de Janeiro de 1905, foi assignada a bulla *Cunctis ubique pateat* que elevou a bispo do Piauhi o reitor do Seminario de Parahiba, monsenhor Joaquim Antonio de Almeida,

*

Ia começar para o Piauhi um novo estadio religioso com a inauguração da diocese.

Therezina, em peso, festejou a posse do primeiro bispo, a 12 de Março de 1906.

O primeiro acto de d. Joaquim de Almeida foi a fundação do Seminario e do Collegio Diocesano, a 25 de Março do mesmo anno.

Para funccionarem os dois institutos, cedeu o bello edificio, destinado ao palacio episcopal, indo residir em humilde predio, que só respirava simplicidade e pobreza.

O monsenhor Lopes já havia convidado as Irmans dos Pobres de Santa Catharina de Senna a virem fundar em Therezina um collegio para meninas. No mesmo anno de sua chegada, o bispo encaminhou a realização desta utilissima obra, que ainda hoje existe, abençoada, querida e prospera, ministrando ás jovens piauhienses primorosa educação. Em Parnahiba foi inaugurado outro instituto, em identicas condições.

D. Joaquim de Almeida queria o bem da Egreja. Construiu uma linda capella episcopal e projectava diversas obras de grande utilidade. Era um apostolo, infelizmente sem pratica de questões economicas e financeiras, o que determinou o desbarato do patrimonio do Bispado.

Foi tempestuoso o seu episcopado no Piauhi. Publicando uma pastoral em que apresentava ao clero e aos fieis a encyclica *Pascendi dominici gregis* do santo padre Pio X, inculcou-lhe a doutrina da Egreja, sobre a Maçonaria. Tanto bastou para se desencadear, na diocese, uma lucta tremenda que, começando pela doutrina, acabou nas retaliações pessoaes.

O clero e os catholicos estiveram, ainda no mais acceso da lucta, ao lado do chefe da Egreja. Formou-se um partido catholico, sob a direcção do dr. Elias Martins, um estylista de raça e um general envelhecido nas batalhas politicas, que, n'*O Apostolo*, secundado mais tarde pelo monsenhor Lopes e outros, defrontou memoraveis refregas.

Em 1911 d. Joaquim foi transferido para a diocese de Natal, no Rio Grande do Norte.

Assumiu a direcção do Bispado monsenhor Gil que, por mais de tres annos, trabalhou, conseguindo regularizar as finanças.

A 23 de Setembro de 1914, tomou posse o segundo bispo, d. Octaviano Pereira de Albuquerque, eleito a 2 de Abril do mesmo anno.

Desde 1912, a lucta jornalistica havia cessado, com o desapparecimento d'*O Apostolo*, orgão do Partido Catholico, destruido pela policia local.

Em Dezembro de 1914, d. Octaviano fechou o Seminario e o Collegio Diocesano, pondo um predio da diocese á disposição de qualquer sacerdote que se propuzesse fundar um collegio catholico.

O padre Cicero Portella Nunes abriu, em Janeiro de 1915, o Instituto Bento XV, servido de selecto corpo docente e em que se educou uma brilhante geração de moços piauhienses. Em 1920, o estado de saude do director não lhe permittiu continuar a afanosa missão; fazendo-se, deste modo, na capital do Estado, uma dolorosa reticencia no ensino religioso.

PADRE CICERO NUNES.

XXI

Homens notaveis

I — ALVARO DE ASSIS OSORIO MENDES — Filho legitimo do dr. Simplicio de Sousa Mendes e de d. Francisca de Assis Osorio Mendes, nasceu Alvaro Mendes a 21 de Maio de 1853.

Aos vinte annos, tendo terminado o curso secundario, embarcou para o Recife, onde se bacharelou em Direito a 8 de Novembro de 1878.

Voltando ao Piauhi, abraçou a carreira da Magistratura, servindo como juiz de direito em varias comarcas do interior e, ao sobrevir a Republica, em a de Amarante. Nomeado, então, desembargador, foi, alguns annos eleito, presidente do Tribunal de Justiça.

Deixando a desembargadoria na administração Raimundo Arthur, foi eleito senador federal, sendo, entretanto, sacrificado a arranjos politicos dos quaes resultou ser rasgado o seu diploma.

Não querendo voltar ao Piauhi, sugeitou-se, depois de ter exercido os mais altos postos da Magistratura, a servir como promotor numa cidade do Estado do Rio, de onde sahiu para ser nomeado thesoireiro da Imprensa Nacional.

Approximando-se a renovação do terço do Senado, voltou ao seu Estado, foi, novamente, eleito senador e, dessa vez, reconhecido e empossado.

Estava no governo o dr. Arlindo Francisco Nogueira que o fez seu substituto, sendo eleito a 7 de Abril de 1904 e empossado a 1 de Julho do mesmo anno.

As obrigações da administração eram muito pesadas para o seu debil organismo, combalido por insidiosa molestia. Não resistiu: falleceu a 5 de Dezembro de 1907 — desapparecimento lamentado por amigos e adversarios que viram sempre nelle um espirito recto, tolerante e conciliador.

II — ANISIO AUTO DE ABREU — Filho legitimo de Manuel Joaquim de Abreu e de d. Joanna Lobão Veras de Abreu, nasceu em Therezina em 1863.

Como seu irmão Areolino de Abreu, desde o Lyceu foi um orador vehemente, apaixonado pelas questões em dia que aprofundava com arguecia e discutia com segurança. São desse tempo as conferencias em que colheu na praça publica os primeiros loiros de tribuno. Fe-las corroborando a propaganda anti-escravagista. E culminou-as com a brilhante carta aberta em versos magnificos, dirigida ao conselheiro João Alfredo.

Seguindo para o Recife, apenas contando 18 annos, encontrou a Faculdade na sua edade de oiro. A decade de 1870-1880 dava os fructos da floração maravilhosa que a assignalava. Tobias Barreto, José Hygino, Sylvio Roméro, illuminavam as tradições academicas, dando-lhes um brilho que, jámais, depois, tiveram. Apparece nesse periodo o volume das *Tres lyras*. E' tambem dessa epocha a polemica, ás vezes acalorada, que sustentou com Georgiano Gonçalves

Formando-se em 1886, regressou para o Piauhi, acceitando uma promotoria no interior. E servia como juiz municipal em Piracuruca, quando Theodoro Pacheco, tendo de se ausentar para occupar uma cadeira no Senado Federal, o chamou, fe-lo secretario do directorio do partido situacionista e redactor-chefe do orgão desse partido na imprensa.

Dahi por deante foi rapida a sua carreira politica. Eleito deputado, senador, governador, em cada um desses cargos deixou traços indeleveis de uma vasta cultura e um grande talento.

Com effeito, da Camara são trabalhos de raro vigor os relativos ao anonymato da imprensa, immunidades parlamentares, divorcio, reforma eleitoral, reforma judiciaria, colonização, discriminação de rendas federaes e estaduaes. No Senado, resta, entre outras, um trabalho exhaustivo sobre caixas de Conversão.

Quando, por occasião de discutido o projecto do Codigo Civil, foi o relator geral da Commissão dos 21 e quem, nesse caracter, deu resposta ao formidavel parecer de Ruy Barbosa. Membro da Commissão de Finanças, era relator da Receita. E a sua opinião sempre pesou decisivamente na politica financeira do Governo.

Eleito governador do Piauhi a 7 de Abril de 1908, empossado a 1 de Julho, falleceu a 6 de Dezembro do anno seguinte, deixando material esparso para uma obra volumosa até hoje inedita.

Casou-se duas vezes. A primeira com d. Maria Aguiar de Lobão, de cujo consorcio teve apenas um filho Mario de Lobão Abreu. A segunda, com d. Amanda Burlamaqui, filha do desembargador Polydoro Cesar Burlamaqui, casamento de que deixou cinco filhos.

III — ANTONIO DE SOUSA MENDES — Nasceu em Oeiras em 1793. Foi um militar distincto Antonio de Sousa Mendes; prestou relevantes serviços na campanha da independencia, na revolução dos "Balaios", desde 1839 a 1841, sendo elevado ao posto de major do Exercito.

Diversas vezes foi eleito deputado á Assembléa Provincial; em 1852 foi eleito deputado geral; vice-presidente do Piauhi, commandante das armas, condecorado com as commendas de S. Bento de Aviz e de Christo, com a medalha de official do Cruzeiro.

No cerco de Oeiras, em 1845, concorreu efficazmente para o restabelecimento da ordem publica.

Era filho do capitão-mór Francisco de Sousa Mendes, portuguez, e de d. Maria do Rosario e Sousa, irman do visconde da Parnahiba, e morreu a 13 de Abril de 1871.

IV — ARLINDO FRANCISCO NOGUEIRA — E' natural de Valença e nasceu a 2 de Dezembro de 1852, filho legitimo de Francisco José Nogueira e d. Maria Luiza de Castro Nogueira.

Muito creança, abandonou o tecto paterno e seguiu para a capital do Maranhão, aonde chegou em principio de 1866 e se matriculou no collegio dirigido pelo dr. Pedro Nunes Leal.

Não foi, porém, de longa duração a demora do joven patricio no Estado transparnahibano: em obediencia á imposição de seu pai, dirigiu-se em 1868 para o Recife e alli foi cursar o Collegio das Artes, ultimando os preparatorios em 1873. Nesse mesmo anno matriculou-se na Faculdade de Direito, que atravessava a epocha do seu maior florescimento.

Companheiros distinctissimos encontrou então naquellas salas obscuras de apparencia conventual: poetas, jornalistas, scientistas, todos os grandes talentos da ultima geração, estiveram ao seu lado nas luctas da intelligencia. E, nesse meio agitado, desenvolveu-se a sua mentalidade.

Por esse tempo, travou o biographado relações com a familia do dr. Leonidas Cesar Burlamaqui de quem veio a ser genro, mais tarde, em 1876, quando se casou com a exm. sra. d. Laura Burlamaqui.

Em Novembro do anno seguinte recebeu o grau de bacharel em Direito e em meados de 1878 regressou ao berço natal, sendo nomeado promotor de Valença, donde foi logo depois removido para a Cidade da Parnahiba.

Nesta comarca demorou-se perto de cinco annos, por desprezar collocações mais vantajosas que lhe offereciam de outras provincias. Acceitou, porém, em 1884, o juizado municipal de Alemquer (Pará) e entre os affagos da familia e as saudades da terra ausente fez o seu quatriennio.

Em 1887 voltou de novo ao Piauhi seguindo para o Amarante na qualidade de promotor.

Quando veio a Republica, a 15 de Novembro, encontrou-o juiz municipal de Valença. Alli, mal teve conhecimento da queda das instituições monarchicas, reuniu o povo no paço da Camara Municipal, expoz-lhe os successos, traçou as vantagens do governo republicano, e convidou seus conterraneos a adherirem á Republica brasileira — o que fizeram.

Em 1890 recebeu a nomeação de juiz de direito da Comarca de Campo-Maior, donde o dr. Gabriel Luiz Ferreira, governador eleito pela Constituinte, o removeu para Valença e depois para Picos.

Deu-se em Novembro de 1891 o golpe de Estado; em Dezembro foi o dr. Gabriel deposto pelo 35º Batalhão e a 11 de Fevereiro o dr. Coriolano recebeu o governo das mãos do general Ramos, em vista de ordem do marechal Floriano.

De posse das rédeas da administração, o novo governador reintregou o dr. Arlindo em sua comarca de Valença, onde ficou até 1896.

Em Abril desse anno entrou para o Tribunal de Justiça, como procurador geral do Estado, e em Agosto de 1899 passou a exercer o cargo de chefe de policia.

Approximavam-se as eleições federaes, que deviam ser e foram renhidamente disputadas. De um lado, o partido governista; de outro, o opposicionista, ambos tendo á sua frente chefes de valor, affeitos ás luctas, apresentavam nomes de piauhienses illustres á sagração das urnas.

O resultado favoreceu ao elemento situacionista, e como o dr. Arlindo foi um dos suffragados partiu para o Rio afim de tomar parte nos trabalhos da Camara.

Tratava-se, entretanto, de um substituto para o dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos e de novo o nome do representante piauhiense foi ás urnas.

Eleito governador nessas eleições (7 de Abril de 1900) regressou da Capital Federal e a 16 de Julho desse mesmo anno empossou-se do cargo.

Falleceu a 19 de Outubro de 1917, deixando seis filhos.

V — AREOLINO DE ABREU — Filho legitimo de Manuel Joaquim de Abreu e sua esposa d. Joanna Lobão Veras de Abreu, nasceu a 8 de Agosto de 1866, em Therezina.

Ainda nos bancos do Lyceu, já era um orador fluente, imaginoso e suggestivo. Iniciava-se na Imprensa com a circumstancia de notar que emquanto seus companheiros, arrebatados nos processos de um romantismo decadente, faziam versos, escreviam coisas sediças de amor, preoccupava-se elle com os problemas em fóco — a campanha abolicionista e a propaganda republicana — alistando-se, com ardoroso enthusiasmo, nas fileiras de vanguarda dos que os promoviam.

Na Bahia, onde fez com distincção o curso de Medicina, melhor se definiram e impuzeram seus dotes de tribuno. A escola era um viveiro formidavel de talentos peregrinos de

que sahiriam vultos dos de mais significativa representação no scenario politico da Republica. A Imprensa abria-se, hospitaleira, á collaboração vehemente desses desapercebidos sonhadores. A tribuna popular cobria-os de palmas. E a mocidade, jámais, se enflorou tanto nas illusões de ideaes mais radiosos.

De regresso ao Piauhi (formou-se a 10 de Dezembro de 1887), a politica partidaria empolgou-o. Mas, precisando aproveitar as vantagens da clinica e solicitado para a exercer na União, onde lhe offereciam rendoso partido medico, alli fixou residencia.

Os choques partidarios eram violentissimos na pequenina cidade da Provincia. Insensivelmente foi envolvido nas suas causas e effeitos — mais directamente depois de 13 de Junho de 1889, quando se casou com d. Francisca do Rego Abreu, filha do chefe conservador coronel Benedicto do Rego. E, dahi por deante, foi uma opinião acatada e decisiva nos entendimentos e deliberações das aggremiações que substituiram o Partido Conservador.

Eleito vice-governador a 7 de Abril de 1904, assumiu o governo a 6 de Dezembro de 1907, por morte do governador Alvaro Mendes. Seu estado de saude era porém precario pelo que, licenciando-se, passou, a 1 de Janeiro de 1908 a administração ao 3º vice-governador, desembargador José Lourenço de Moraes e Silva, presidente do Tribunal de Justiça, e seguiu para a União.

Falleceu nessa cidade a 31 de Maio do mesmo anno. Do seu consorcio teve treze filhos.

VI — Casimiro José de Moraes Sarmento — Nasceu em Oeiras a 13 de Agosto de 1813 e era filho legitimo do coronel Joaquim Antonio de Moraes e sua esposa d. Anna Carolina de Moraes e Silva.

Não havendo casa de ensino em Oeiras e gosando de famoso renome como educador, o juiz de fóra da Parnahiba, dr. João Candido de Deus e Silva, a elle foi o menino confiado. A repercussão dos acontecimentos politicos de 1824 fez que o joven estudante voltasse a Oeiras e dalli seguisse para Cachoeira (Bahia) concluindo o curso de Humanidades. Em 1836 bacharelava-se em Direito na Academia de Olinda. Em 1840, defendia these e doutorava-se.

Tentado pela advocacia, abriu escriptorio e o viu bastante procurado. Casara-se e tivera em sorte uma esposa meiga, dedicada e intelligente, collaboradora feliz dos seus triumphos.

Não esqueceu, entretanto, o Piauhi. Visita-o, em curto passeio, recebendo ao voltar ao Recife a nomeação de secretario da Provincia do Maranhão.

Encarasse a decisão a tomar pelo aspecto das vantagens pecuniarias e preferivel fôra continuar no exercicio da advocacia. Não a encarou assim. Attendeu ás possibilidades que a investidura abria ás suas ambições politicas e a acceitou, não o enganando as previsões que o tinham orientado.

Com effeito em 1845 era nomeado presidente do Rio Grande do Norte, exercia o cargo por dois annos e mezes, com integridade, firmeza, esforço incançavel pelo progresso da Provincia e affirmação do bem publico. Tão brilhante administração fez, que a Assembléa Provincial, em officio de 18 de Dezembro dirigido ao imperador, registava, com elogios calorosos, a sua acção. Moraes Sarmento encontrara a Provincia presa de uma secca terrivel. Todas as fontes de renda estavam exgottadas, Bandos de retirantes do Ceará enchiam os sertões aggravando as precarias condições da vida. Na capital, accumulavam-se elles pelos passeios, esmolando a caridade publica, dormindo ao relento, adoecendo e morrendo pelas calçadas. O presidente não descançou um instante. Obteve auxilio do Governo Imperial, transporte para os que desejavam seguir para o Norte, assistencia para os enfermos, trabalho para os que o pediam.

Nesse interim punha em jogo meios de repressão para garantir a propriedade particular, sob a ameaça constante dos bandoleiros; reformava a instrucção; reduzia a despesa; suspendia as construcções adiaveis em andamento, e fazia, em 30 mezes, obra de muitos annos.

Isto o indicou para a presidencia do Ceará.

Onde mais fulgiu, entretanto, o seu talento, foi na Assembléa Geral, das vezes em que ahi tomou assento. Seus discursos tão formosos, obras primas, que lhe valeram a nomeada de ser um dos maiores oradores do seu tempo.

Sua bagagem litteraria é crescida. Della faz referencia o dr. Sacramento Blake e entre outros trabalhos, deixou: *Annotações á Constituição do Imperio, Compendio de Historia Sagrada, Tratado de Educação physica de meninos.*

Reina duvida sobre o dia e logar de sua morte: Ha quem affirme que falleceu em Paris a 10 de Fevereiro de 1860, e na Freguezia de Angra dos Reis (Rio de Janeiro) a 1 de Fevereiro de 1860.

VII — David Moreira Caldas — Filho legitimo de Manuel Joaquim de Caldas e de sua esposa d. Joaquina Maria de Caldas nasceu a 22 de Maio de 1836, na Fazenda Morrinho, proximo á antiga Capella das Barras.

De uma intelligencia precoce e vivacidade promissora, fazia em poucos annos o curso primario e iniciava, sem professores, o secundario. Foram annos de canceira, sem desfallecimento, até que, notando-lhe o desejo de instruir-se, prestou-se o juiz de direito da comarca, dr. Francisco Xavier de Cerqueira, a leccionar-lhe Portuguez, Francez e Arithmetica.

Seguindo a 27 de Janeiro de 1860 para o Recife, alli chegou a 1 de Março. Retornou, porém, depois de cinco mezes de esperanças e luctas, ao saber que fallecera seu pae e que se tornara indispensavel sua assistencia á mãe viuva e a uma irman solteira.

Nomeado promotor da comarca de Jaicós, pouco se demorou alli. Voltou ás Barras. Casou-se a 12 de Dezembro de 1862 com a sra. d. Bemvinda de Queiroz Caldas e mudou-se para Therezina, onde fez largo circulo de admiração e estima.

Dahi sua apresentação á deputado (Assembléa Provincial) para o biennio de 1868-1869 e de ter sido um dos nomes mais suffragados.

Enveredando, então, apaixonadamente, pela carreira politica, tornou-se um dos directores do Partido Liberal, creou e redigiu o semanario *O Amigo do Povo* e firmou, definitivamente, uma ascendencia discreta nos destinos da corrente partidaria que elegera.

Vêm, no emtanto, com o anno de 1870, as agitações dos precursores da Republica. Funda-se, no Rio, o Club Republicano. A 3 de Dezembro (1870) circula o primeiro numero do seu orgão *A Republica*. Traz o celebre "Manifesto" com 58 assignaturas: David Caldas (1871) dá ao *Amigo do Povo* o lemma de "orgão republicano da Provincia do Piauhi" e, em vibrante editorial, allia-se ao movimento. Como consequencia desse passo, dirigiu-se a 18 de Janeiro (1871)

ao directorio do Partido Liberal, declarou-se afastado e abandonou os cargos que occupava no mesmo directorio e na redacção d'*A Imprensa*.

O Amigo do Povo suspendeu a publicação com o numero 89. Esse numero serviu de titulo ao jornal que o substituiu (1 de Janeiro de 1873) e ahi, encerra visão prophetica: em o editorial de apresentação marcou o anno de 1889 para advento da Republica. Dizia:

> « Finalmente, *Oitenta e nove* recorda, a todos nós Brasileiros, a primeira tentativa de Independencia no dilatado paiz descoberto por Pinzón e Cabral, tentativa que, infelizmente, abortou, mau grado os bellos esforços dos patriotas mineiros, que acabaram por ser outros tantos martyres da liberdade, outras victimas innocentes immoladas ante o altar druidico, em fórma de throno, onde se achava exposta á adoração dos fieis, a mentecapta Maria I, digna bisavó do actual imperador do Brasil—*a quem Deus guarde, quando muito até 1889...* »

Além desses dois jornaes, fundou David Caldas muitos outros, sendo o ultimo *O Ferro em Brasa* (1877).

Poeta, chronista, pamphletario, em tudo destacou a sua individualidade.

Falleceu, louco, a 3 de Janeiro de 1878.

VIII — Francisco de Sousa Martins — Filho legitimo do coronel Joaquim de Sousa Martins e de sua esposa d. Thereza de Jesus Maria, nasceu a 5 de Janeiro de 1805, na Freguezia de Nossa Senhora das Mercês, de Jaicós.

Recebeu como interno em o collegio dirigido pelo padre Marcos de Araujo Costa (*Boa Esperança*) instrucção primaria, noções de Francez, Philosophia, Rhetorica e Theologia e foi mandado para o Rio onde devia continuar o curso num seminario e ordenar-se.

Foi, com effeito, para o Seminario de S. José, permanecendo ahi dois annos. Accentuando-se, porém, no seu caracter forte repulsa ao sacerdocio, conseguiu dos paes permissão e recursos para fazer o curso de Direito em Coimbra. Alli se matriculou em 1827. Installando-se, porém, os cursos juridicos em o Brasil a 11 de Agosto de 1828, voltou á patria, matriculou-se em Olinda e formou-se em 1831, com distincção em quasi todas as cadeiras.

Voltando a Oeiras foi nomeado procurador fiscal, começando tambem a exercer a advocacia.

Politico de prestigio, orador vibrante, impoz-se ao eleitorado, pelo que foi eleito á Assembléa Geral para as legislaturas de 1834-1837, 1838-1841, 1842 e 1845-1847.

Em 1833 foi nomeado juiz de direito de Oeiras; removido em 1842 para o Rio, em 1845 para a capital de Minas, em 1847 transferido, novamente, para o Rio, como juiz dos Feitos da Fazenda, pouco tempo occupou este cargo, porque adoeceu gravemente e foi forçado a ausentar-se para a Europa em procura de recursos medicos. Antes, em 1835, occupara durante seis mezes a presidencia da Bahia; em 1839, durante oito mezes occupara a do Ceará.

A sua passagem pelo governo foi das mais fulgurantes, devendo-se á sua audacia resoluta, energica e serena, o suffocar-se sem maiores damnos a sedição de 1835, tentada por 40.000 negros africanos.

O eclipse de sua estrella começa com o casamento. Enamorado apaixonadamente de uma graciosa donzella carioca, desposou-a. Mezes depois fugia á convivencia dos amigos, tornava-se taciturno, pallido e doente. Tomado de profundo exgottamento nervoso, quasi cego, ia para a França, ficando em Paris mais de dois annos sem proveito algum, partindo então para Portugal. Em Lisboa, ainda que com esforço e fadiga, melhorando da vista, pôde entregar-se ás suas leituras predilectas.

Saudoso do berço natal veio para o Piauhi. Aggravando-se-lhe, porém, o estado de neurasthenia, recolheu-se a uma fazenda, passando a ser tido como louco.

Em 1854, cançado de viver, tentou suicidar-se, ficando mal ferido. Ainda resistiu tres annos, fallecendo a 1 de Fevereiro de 1857.

Delle dizia o dr. J. M. de Macedo, no "Supplemento" do *Anno biographico*:

> « Intelligencia illustrada por sérios e profundos estudos, caracter nobre, severo e de probidade exprimentada, Francisco de Sousa Martins foi muito menos do que devia e podia ter sido. »

Sua especialidade fóra o estudo das questões financeiras, economicas e administrativas. Seus discursos na Camara, sobre assumptos dessa natureza, são verdadeiros primores.

IX — Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui — Filho do governador coronel Carlos Cesar Burlamaqui e de sua esposa d. Dorothéa da Silveira Pedagache, nasceu em Oeiras a 16 de Dezembro de 1806.

Afastado, muito cedo, do lar paterno, afim de lhe ser ministrada instrucção solida, seguiu para o Rio de Janeiro.

Pouco se conhece desses annos de estudo. Sabe-se apenas que entrando para um instituto militar fez o curso de Humanidades, doutorando-se em Mathematicas pela antiga Escola Militar da Côrte.

Adquirindo nessa escola o gosto pela carreira das armas, verificou praça no Imperial Corpo de Engenheiros, teve successivos accessos de posto e se reformou no de brigadeiro. Lente da Escola Militar, director do Museu Nacional, secretario da directoria do Instituto Fluminense de Agricultura, desempenhando varias commissões importantes, em tudo foi uma individualidade caracteristica, bem orientada, honesta, activa e culta que lhe valeu a estima e o respeito dos contemporaneos.

O dr. Sacramento Blake (*Diccionario bibliographico*) apresenta-o como scientista de alto valor, fazendo menção dos trabalhos que publicou — uns em livros, outros em revistas e jornaes, avultando em numero e impondo-se pela profundeza dos conceitos, rigor da analyse e belleza do estylo.

Morreu aos 60 annos de edade, a 13 de Janeiro de 1866, no Rio.

X — Gabriel Luiz Ferreira — Descendente de conceituada familia, nasceu em Valença a 18 de Março de 1848. Ahi fez o curso primario e formou o espirito nas licções de seu conhecimento seguro dos homens o que, mais tarde, foi traço caracteristico de sua vigorosa individualidade.

Comprehendendo que o meio acanhado e rotineiro de sua terra acabaria por conter e asphixiar os surtos de suas aspirações, mudou-se para Therezina, vindo formar nas fileiras do Partido Conservador, onde pontificavam Theodoro Pacheco, Jayme Rosa, Polydoro Burlamaqui e uma geração de politicos que não deixou continuadores da firmeza, lealdade, desprendimento e criterio que a distinguiram.

Pobre, acceitou um cargo de direcção no Thesoiro (official-maior), que exerceu por muitos annos e em que se aposentou. Exercendo-o, fez o curso de Humanidades e, depois, o de Direito no Recife.

Quando sobreveiu a Republica, encontrou-o entre os primeiros combatentes. Foi um dos mais enthusiastas do movimento — embora a extranheza que lhe causou e não escondeu o facto da Junta Governativa ser composta exclusivamente de militares — capitães Reginaldo Nemesio de Sá e Nelson Pereira do Nascimento e alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Seus reparos, no emtanto, foram attendidos, entrando para á Junta os civis dr. Theodoro Alves Pacheco, tenente-coronel Joaquim Dias de Sant'Anna, conego Thomaz de Moraes Rego e coronel João da Cruz e Santos.

Convocada a primeira Constituinte, promulgava a Constituição de Maio de 1891 (a vigente é de 13 de Junho de 1892), elegeu essa Assembléa seu primeiro governador constitucional a Gabriel Luiz Ferreira, 27 de Maio, realizando-se a posse no dia seguinte.

De uma actividade complexa, lucida, integra, desde logo trata de completar a organização politica do Estado, baixando o decreto n. 1, de 10 de Junho, em que marca o dia 1 de Outubro para a installação do Tribunal de Justiça.

Reforma as secretarias. Dá novo apparelhamento ao Corpo de Segurança, pondo-o sob o commando de um veterano do Paraguai, o coronel Lysandro Francisco Nogueira. Organiza o poder judiciario. E prepara-se para dar solução a outros casos quando tendo adherido ao golpe de Estado (23 de Novembro) é deposto a 21 de Dezembro.

Eleito deputado federal, mudou-se para o Rio. A carreira politica deixara-lhe, porém, fundos dissabores e desilusões. Abandonou-a, acceitando o cargo de procurador geral do Estado, de que sahiu para o de juiz da Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal.

Foi na Magistratura que as suas qualidades positivas de cultura e talento mais exhuberantemente se manifestaram. Seus pareceres como suas sentenças são fontes copiosas de ensinamento em que se allia ao conhecimento aprofundado das questões, uma integridade rigorosa nas decisões dadas!

Foi casado duas vezes. Desses consorcios ficaram os seguintes descendentes: Wortigern Luiz Ferreira, Gallileu Luiz Ferreira, José Felix Alves Pacheco, João Luiz Ferreira, Maria Luiza Ferreira, José Candido, Theodoro Pacheco e Gabriel L. Ferreira Filho.

XI — João Alfredo de Freitas — Nasceu em Therezina a 17 de Novembro de 1862. Era filho do dr. José Manuel de Freitas e de d. Thereza Carolina da Silva Freitas. Em 1880, tendo concluido o curso preparatorio, seguiu para o Recife, em cuja Faculdade de Direito se matriculou e fez todo o curso juridico. Não foi brilhante o tirocinio de João Freitas, talvez não tivesse pendor para a carreira que abraçou.

Escreveu, além de folhetos outros, o livro *Lendas e superstições do Norte do Brasil*, em que estampou as lendas que são o encanto da alma ingenua do povo. Era ainda academico quando o publicou.

Formado em 1884, foi successivamente juiz municipal de S. Francisco, promotor publico em Therezina, e, depois, passou a residir no Recife, onde se dedicou ao ensino de Mathematicas e ao estudo de Sciencias naturaes, para que tinha especial pendor, chegando mesmo a fazer publicações. Occupou o cargo de chefe de Policia do Rio Grande do Norte em 1891, e falleceu em 31 de Dezembro de mesmo anno.

XII — João Lustosa da Cunha Paranaguá (marquez de Paranaguá) — Nasceu em Paranaguá em 1821 e falleceu no Rio de Janeiro em 1912. Magistrado, estadista, o eminente titular occupou as mais altas investiduras no antigo regime, tendo por varias vezes exercido os cargos de ministro da Justiça, da Fazenda e do Exterior.

Gosando do maior prestigio perante d. Pedro II, em 1882 foi presidente do Conselho de ministros.

O Dr. Ramiz Galvão disse o seguinte, a seu respeito ("Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro", tomo LXXV, parte II).

« — João Lustosa da Cunha Paranaguá,— mais tarde marquez de Paranaguá, nasceu na Provincia hoje Estado do Piauhi, a 21 de Agosto de 1821, tendo por progenitores o coronel José da Cunha Lustosa e d. Ignacia Antonia dos Reis Lustosa. Viu pois a luz do dia quando a nossa Patria ainda não conquistara a independencia; atravessou todo o largo periodo do primeiro e do segundo reinado, assistiu á transformação politica de 89 e acompanhou ainda por espaço de 22 annos a vida da nascente Republica. Fechando esta larga existencia, quasi secular, poderia repetir aquella palavra da Escriptura: tive uma vida cheia de dias — *vita plena dierum*.

Estando na Bahia em 1840, a completar o seu preparo para a Faculdade Juridica, isto é, tendo apenas 19 annos de edade, começou a sua vida publica e essa longa série de serviços á Patria, que o sagraram benemerito; naquella data abandonou por um pouco os livros e foi enfrentar na Provincia natal os desordeiros *Balaios* do Maranhão, que a haviam invadido. Academico de Direito em 1841, tomou em 1846 o gráo de bacharel na Faculdade do Recife.

E' longa, muito longa, a lista dos cargos e das posições em que desde então provou as suas nobilissimas qualidades de cidadão prestimoso. Foi delegado de policia na capital da Bahia, juiz municipal e de orphãos do termo da Cachoeira, na mesma Provincia, juiz de direito de S. Gonçalo de Amarante no Piauhi, e por algum tempo chefe de Policia na referida Provincia, chefe de Policia na do Rio de Janeiro, mais tarde juiz de direito na comarca de Petropolis, e aqui na Capital, juiz da 3ª Vara Civel e da 1ª Vara de Orphãos, — posto da magistratura em que se aposentou com as honras de desembargador.

Dirigiu com alto criterio em varias epochas as provincias do Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Como representante da Nação, foi membro da Assembléa Provincial da Bahia de 1848 a 1853; de 1853 a 1865, occupou uma cadeira na Camara dos Deputados; de 1865 até a quéda da Monarchia, isto é durante 24 annos, teve assento no Senado, representando sua provincia natal.

Chamado por vezes aos Conselhos da Corôa, foi ministro da Justiça em 1859 no gabinete Ferraz, da Justiça e da Guerra em 1866 no Gabinete Zacharias, da Guerra e interinamente da Marinha em 1878 no gabinete Sinimbú, da Fazenda e Presidente do Conselho em 1882, e finalmente, ministro de Extrangeiros em 1885 no gabinete Saraiva.

Desde 1878 fez parte do Conselho de Estado.

Encerrado o periodo monarchico, em que ganhara com trabalho constante e illibada honradez os titulos honorificos de visconde e marquez de Paranaguá, o venerando Brasileiro encerrou tambem a sua carreira politica, recolhendo-se á vida privada. Se, porém, fechara o cyclo das honrosissimas e laboriosas funcções publicas, não se pense que desamparara os interesses da Patria. Manteve-se trabalhando por ella na presidencia da Sociedade de Geographia, em que pontificou 29 annos consecutivos até cahir fluminado pelo raio da morte; e no seio do nosso Instituto, como membro de commissões, no posto de vice-presidente (de 1904 a 1906) e por ultimo na cadeira da presidencia, de 1906 a 1907, prestou sempre o valioso concurso de seu esclarecido patriotismo.

. . . . . .

Como todos vimos, incançavel no trabalho, moderado, conciliador, cortez, correctissimo, o nosso respeitavel Nestor, foi um desses typos raros que fazem o orgulho da Patria e ao mesmo tempo o encanto da familia e dos amigos; destes contava em todos os partidos e em todos os circulos sociaes; da familia, que Paranaguá formara pela sua união conjugal com uma filha do honradissimo e benemerito Pinheiro Vasconcellos, — dessa, elle era o idolo justamente querido.

Conquistara pelos seus merecimentos a estima particular do nosso venerando imperador d. Pedro II, que aliás não foi prodigo, todos sabem, de taes distincções em seu longo reinado; mas ainda ahi o saudoso marquez mostrou a sua superioridade moral; nunca fez alarde de semelhante prerogativa, nem della pretendeu servir-se jámais para interesse proprio.

Era um modelo o fiel servidor da Monarchia; com suas convicções morreu abraçado; com sua grandeza moral e carregado de serviços desceu ao tumulo, bemquisto, venerado por gregos e troyanos, sereno com a sua consciencia de justo ardoroso no culto de Deus e da Patria. »

XIII — José Coriolano de Sousa Lima — Filho legitimo de Gonçalo Corrêa Lima e de sua esposa d. Anna Rosa Bezerra Lima, nasceu José Coriolano a 30 de Outubro de 1829, na Villa do Principe Imperial.

Não permittindo os recursos do meio a educação que pretendiam dar-lhe seus genitores, foi aos onze annos mandado para Fortaleza e depois para Olinda, formando-se em Direito nesta cidade em 1859.

Compleição fraca, abalada por molestias frequentes que o obrigavam a um regime de severa sobriedade, era presa constante de uma nostalgia profunda que traduzia em versos de um lyrismo simples e melancholico. Sabia que a vida da cidade lhe encurtava a existencia. Attrahiam-n'o os sertões, o ar oxigenado dos campos, a vida rustica das fazendas, o contacto da natureza opulenta e revigoradora que andava nas impressões esmaecidas de sua infancia. Forçado, porém, a seguir os destinos da carreira que não escolhera mas acceitara, ia exercer as funcções de promotor publico, juiz municipal e depois, juiz de direito da comarca de Pastos Bons (Maranhão). Eleito deputado á Assembléa Provincial, foi figura de relevo na 13ª legislatura (1860-1861) e na 15ª (1864-1865) presidindo as sessões de 1865.

Poeta "de uma sublime naturalidade", como lhe chama Sacramento Blake, deixou crescido numero de ineditos. Em 1869 a Assembléa Provincial subvencionava a publicação de seu livro *Impressões e Gemidos*, impresso no Maranhão em 1870, com substancioso prefacio de David Caldas.

Falleceu a 24 de Agosto de 1869 na Villa do Principe Imperial.

XIV — José da Cunha Lustosa — Nasceu em 1765 e falleceu a 2 de Março de 1827.

Tomou brilhante parte na guerra da independencia. A's suas expensas organizou uma força de patriotas, composta de 500 pessoas que escolhera dentre seus parentes e amigos.

XV — José Francisco de Miranda Osorio — Nasceu em Oeiras a 19 de Março de 1800, sendo filho legitimo do capitão de 1ª linha do Exercito Francisco Xavier de Miranda Machado e de sua esposa d. Maria Barbara da Annunciação.

Recebidos, no proprio lar paterno, rudimentos de primeiras lettras e manifestando inclinação para a carreira das armas, verificou praça, aos 13 annos, como cadete no 1º regimento de cavallaria de 2ª linha, sendo promovido a alferes em 1815, a tenente em 1820, a capitão em Março de 1823, a major em Outubro do mesmo anno, a tenente-coronel em 1831. Em 1842 teve as honras de coronel honorario do Exercito.

Como o serviço militar não exigia vida arregimentada, Osorio mudou-se para a Parnahiba onde se fez caixeiro da casa commercial de seu tio materno Manuel Antonio da Silva Henriques.

Nessa funcção modesta o encontraram os acontecimentos que determinaram o pronunciamento de 19 de Outubro de 1823 e os factos que acarretou. Fugindo para Granja quando o major João José da Cunha Fidié se approximou de Parnahiba á frente de tropas numerosas, começou intensa propaganda que levou a Sobral e ao Crato, reatravessando a Ibiapaba com um exercito improvizado.

Em 13 de Março de 1823 assistiu ao encontro sanguinolento das margens do Genipapo, a tres leguas da Villa de Campo-Maior e em que os Brasileiros foram derrotados. Dahi até á capitulação de Caxias (1 de Agosto de 1823) acompanhou as forças emancipacionistas.

Voltando á Parnahiba foi envolvido no movimento adhesista á Confederação do Equador, sendo mandado, como emissario, a Oeiras.

Toda a viagem, fe-la animando o povo a acompanhar a sorte de Campo-Maior e Parnahiba que haviam, solennemente, adherido á Confederação. Não guardava reservas dos fins de sua ida á capital. E de tudo alli houve sciencia prévia, pelo que, apenas chegado, foi preso, sua bagagem apprehendida e mandada para á Secretaria do Governo.

Presidia os destinos piauhienses o brigadeiro Manuel de Sousa Martins — cuja attitude, nessa occurrencia, jámais pôde ser bem definida. Para uns, era sympathico ao movimento. Deante do imperador, ninguem mais habil. O que é certo é que rezam tradições ter tido á noite mesmo da prisão uma conferencia com Osorio. No dia seguinte nenhum documento compromettedor se encontrou na bagagem, pelo que o preso teve a cidade por menagem, deram-lhe emprego e depois o collocaram na alfandega da Parnahiba.

Era prefeito quando rebentou a guerra dos "Balaios" (1839-1841). Tomou o commando de tropas voluntarias, atacou e

venceu os rebeldes na Barra do Longá, Beirú e Frecheiras e só abandonou esse commando em 1 de Fevereiro de 1841.

Presidiu a Provincia de 19 de Março de 1872 a 18 de Abril do mesmo anno e de 1 a 22 de Fevereiro de 1873.

Falleceu em 15 de Dezembro de 1877.

XVI — José Manuel de Freitas — Nasceu a 14 de Março de 1832, em Jeromenha; fez o curso primario em Oeiras, e, em Cajazeiras, — villa parahibana, se matriculou no collegio do conhecido e erudito padre Rollim, onde iniciou o curso secundario.

Em seguida, sem consentimento paterno, partiu para Olinda, onde, encontrando obices bem difficeis de resolver, seguiu para a Bahia. Em Março de 1854, matriculou-se na Faculdade de Direito de Olinda. Durante a vida academica, estimulado pelos companheiros, José Manuel de Freitas se entregou com verdadeiro desvelo á poesia, tendo deixado algumas poesias esparsas. Não foi, porém, um poeta, no sentir verdadeiro, amplo da palavra.

A 29 de Novembro de 1858 recebeu o grau de bacharel em Sciencias juridicas e sociaes, e, voltando ao Piauhi, foi nomeado promotor publico de Caxias, no Estado do Maranhão; a 7 de Maio de 1859 foi nomeado secretario interino da Provincia do Piauhi, tomou activa parte nas lides jornalisticas, até que a 6 de Julho do mesmo anno foi nomeado juiz municipal de Parnaguá.

Permaneceu José Manuel de Freitas na villa sertaneja até Junho de 1860, quando seguiu para Therezina, eleito deputado provincial. Em virtude do decreto de 11 de Janeiro de 1861 foi removido de Parnaguá para Therezina, entrando em exercicio do cargo a 16 de Agosto do referido anno, epocha em que o dr. Freitas começou a vida politica. Sustentou varias polemicas.

A 4 de Maio de 1864, foi nomeado juiz de direito de Piracuruca; a 4 de Junho do mesmo anno foi nomeado chefe de Policia, tendo assumido o exercicio do cargo a 23 de Julho.

Filiado ao Partido Liberal, fundou a *Imprensa*, que lhe deu grande prestigio, tornando-se, dentro de pouco tempo, um dos chefes politicos de maior realce naquella epocha.

Como vice-presidente da Provincia, esteve em exercicio a 3 de Agosto de 1866. Em 1867, na *Imprensa*, sustentou viva e apaixonada campanha partidaria ao lado de David Caldas e Deolindo de Moura, com *O Piauhi*, orgão conservador e redigido pelo dr. Antonio Coelho Rodrigues. Passada longa phase de luctas partidarias, retirou-se o dr. José Manuel de Freitas a 13 de Fevereiro de 1873 para a Villa do Rosario, no Maranhão, occupando, alli, o cargo de juiz de direito; em 1875, foi transferido para Caxias e, finalmente, para a capital maranhense; em 1878, o dr. Freitas, ascendendo ao poder o Partido Liberal, foi eleito deputado á Assembléa Geral; dissolvida a Assembléa em 1881, em virtude da reforma eleitoral, abandonou a vida politica e acceitou a remoção para o Recife, occupando, alli, a vara do civel.

Nomeado presidente da Provincia do Maranhão, demorou pouco tempo no cargo; volveu ao Recife, foi transferido para a Vara dos Feitos da Fazenda; depois, nomeado presidente de Pernambuco, permaneceu nesse cargo até 1844 quando, demittido, voltou á cadeira de juiz. Nomeado desembargador na Relação de Goiaz, não chegou a tomar posse do cargo, tendo fallecido a 10 de Novembro de 1888.

XVII — Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castello Branco — Nasceu em 1788. Merece a admiração da posteridade pela parte activa que tomou nas luctas da Independencia no Piauhi, tendo sido preso na Villa do Brejo do Maranhão, aonde fôra á procura de adeptos, remettido para Lisboa.

Voltando ao Piauhi tomou parte na ephemera Confederação do Equador, pelo que foi preso de ordem do presidente da Provincia Manuel de Sousa Martins.

Esteve preso em Oeiras mais de um anno e depois na cadeia do Limoeiro.

Falleceu a 12 de Julho de 1873.

XVIII — Livio Lopes Castello Branco — Nasceu em Campo Maior a 11 de Setembro de 1813, filho legitimo do coronel Antonio Lopes Castello Branco e Silva e de sua mulher d. Anna Rosa de S. José.

Tomamos a Miguel Borges as informações que se seguem:

Aos 12 annos, terminado o curso primario, internava-se no collegio de frei Antonio de Jesus Maria Faya, então existente na Povoação de Nossa Senhora da Conceição das Barras. Aos 15 annos era nomeado alferes. Aos 23 procedia, por ordem do governo, a importante inquerito na Villa de Campo Maior afim de verificar falsidades existentes nos livros de notas do tabellião. Aos 26 fôra vereador da Camara de Campo Maior, juiz de paz, promotor publico. . .

Foi quando rebentou a guerra dos "Balaios".

Seus impulsos aventurosos levaram-no a abandonar seus estabelecimentos de lavoira e casa de commercio. Reuniu um bando de patriotas. Seguiu para Caxias com o pretexto de retirar dalli uma irman e duas cunhadas. Mas, chegando lá (Maio de 1839), encontrou a villa em cerco, pelo que se reuniu aos revoltosos — calculados em cinco mil homens.

Em poucos dias impunha-se á obediencia das forças, tomava-lhes o commando e fazia a entrada em Caxias (Junho), podendo assegurar á população o respeito á vida e á propriedade de cada um.

Receiando das consequencias para que a revolução marchava, tentou entrar em accôrdo com o Governo para a terminar. Organizou uma commissão de pessoas gradas que foram a S. Luiz, sem resultado algum. E como a sua auctoridade fosse perdendo em prestigio e em força moral, para conter as tendencias ferozes dos rebeldes, abandonou-os, procurou as tropas legaes e mandou propôr-lhes uma acção conjuncta para suffocar o movimento — no que foi desattendido.

Comprehendendo que devia tomar uma decisão prompta e definitiva, passou em 10 de Setembro (1839) revista á sua gente na Barra das Pombas (pouco abaixo da confluencia do Poti no Parnahiba), sahindo pela madrugada, sem a avisar. Encarregou, no emtanto, a um official de confiança de a dispersar e viajou, sem repoiso, até ao Ceará — perseguido por contingentes de forças legaes.

Dahi (Sobral) se internou no sertão do Rio Grande do Norte, onde, sendo preso, conseguiu illudir a vigilancia da escolta, fugir, chegar á Parahiba e passar-se a Pernambuco.

Tencionava embarcar para a Inglaterra, mas aconselhado por amigos adiou a viagem, homisiando-se na Villa Pedra do Fogo. E nesse logarejo se encontrava, quando o Governo Imperial baixou o decreto de 22 de Agosto de 1840 concedendo amnistia aos criminosos de crimes politicos.

No anno seguinte foi ao Ceará com o proposito de regressar ao Piauhi. A situação nesta Provincia ainda era, porém, muito agitada.

Livio Lopes resolveu por isso voltar a Pernambuco e, a conselho de pessoa que se mostrava amiga, veio por Fortaleza.

Cahira numa cilada. Preso, impoz-lhe o presidente a assignatura de um documento em que se obrigava a ausentar-se de sua terra por largos annos. Recusou assigna-lo. Foi recolhido á escuna *Victoria*, levado para o Recife e ahi restituido á liberdade.

Saudades o trazem em fins de 1843 ao Maranhão, de regresso ao torrão inesquecido.

Fôra demittido da presidencia do Piauhi o dr. José Ildefonso de Sousa Ramos e nomeado para o substituir o conde do Rio Pardo. Encontraram-se Livio Lopes e esse presidente em S. Luiz. Soube que se apresentava candidato á Assembléa Geral com o apoio do visconde da Parnahiba e competindo com os drs. Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins.

Não se manifestou. Seguiu inesperadamente para Campo Maior, bateu-se pela victoria de Sousa Ramos e derrotou o conde do Rio Pardo.

Eleito deputado á Assembléa Provincial foi um dos mais energicos propugnadores da mudança da séde do governo para a margem do Parnahiba — realizada em 1852.

Jornalista de escól, pamphletario, orador vehemente, o Partido Liberal, a que pertenceu desde 1845, teve-o, sempre, como um dos chefes de maior prestigio.

Casou-se em 15 de Junho de 1834, na Villa de Campo Maior, com a sra. d. Barbara Maria de Jesus Castello Branco, filha legitima do dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castello Branco e d. Maria de Jesus Castello Branco.

Falleceu a 5 de Dezembro de 1869, na Parnahiba.

XIX — Luiza Amelia de Queiroz Brandão — Nasceu a 26 de Dezembro de 1838, no Municipio de Piracuruca, filha de Manuel Eduardo de Queiroz e de d. Vitalina Luiza de Queiroz.

Casou-se d. Luiza Amelia em primeiras nupcias, em 1859, com Pedro José Nunes, em segundas com Benedicto Rodrigues Madeira Brandão, a 26 de Dezembro de 1888.

Foi a primeira mulher piauhiense que, entregando-se ás lettras, viu seu nome dominando o frontespicio de um livro.

> « Apesar das defeituosidades de sua instrucção, que não passou dos primeiros rudimentos primarios, a vocação a impelliu para o estudo, com que ella pôde, pelo esforço de uma vontade de que só as grandes intelligencias são capazes, illustrar-se, elevar-se a um alto grau de instrucção, sufficiente para dar tão brilhante irradiação a seu estro. »

Luiza Amelia, além de innumeras poesias esparsas, publicadas umas, ineditas outras, publicou em 1875 o livro *Flôres incultas* e, em 1893, *Georgina*, poemeto em cinco cantos.

O primeiro é quasi um ensaio. Descreve os soffrimentos moraes que a acabrunham, motivados pelo despeito dos vis, dos invejosos, que lhe negam os louvores merecidos. Traz scenas familiares, etc.

O segundo é já uma obra definitiva e que lhe fez grangear grande renome.

XX — Marcos Antonio de Macedo — Filho de Antonio de Macedo Pimentel e de uma india acoroaz, nasceu numa tribu semi-selvagem, nas vizinhanças de Jaicós em 18 de Junho de 1808. Conhecido o seu nascimento, conseguiu o pae haver a creança, não sem difficuldades e riscos.

Sua primeira infancia foi agitada. Preponderava no seu temperamento a herança materna de ociosidade vagabunda, de explosões rancorosas e instabilidade de attenção. Descurada que fosse a vigilancia rigorosa em que se desenvolvia, e fugia embrenhando-se na matta, de onde muitas vezes foi trazido por indios domesticados. Depois dos oito annos, porém, se operam nelle modificações profundas, tanto que internado aos 10 annos no collegio do padre Marcos de Araujo Costa (*Boa Esperança*) foi um dos seus primeiros alumnos, fazendo todo o curso com aproveitamento e brilho.

Dispondo seu pae de recursos, mandou-o para Pernambuco, onde se matriculou na Academia de Olinda. Formado, entretanto, em Sciencias juridicas e sociaes julgou que errara vocação e dedicou-se ao estudo de Mathematica, Mechanica e Sciencias naturaes.

Com o intuito de fundar um estabelecimento modelo destinado á exploração de productos vegetaes e mineraes, seguiu para á França, onde fez um curso completo de Chimica industrial com os professores Dumas e Pouillet. Mas, quer por instabilidade mesma do caracter, quer por deficiencia de recursos, abandonou aquelle projecto, voltou ao Brasil e enveredou pela Magistratura, aposentando-se, já velho, como juiz de direito.

Fixando residencia no Ceará, foi eleito deputado varias vezes á assembléa provincial, tendo rendosa banca de advogado.

Nomeado presidente da Provincia do Piauhi, tomou posse a 7 de Setembro de 1847 e deixou o cargo a 14 de Março de 1848, sendo, então, eleito deputado á Assembléa Geral.

Voltou ao Ceará finda a legislatura, sendo encarregado pelo presidente de estudar as florestas da Provincia e organizou uma collecção mineralogica e zoologica, commissão em cujo desempenho adoeceu da molestia que o victimou a 15 de Dezembro de 1872, em Stuttgard. Já doente, desceu o Danubio até ao Mar Negro, percorreu o Oriente, esteve algum tempo no Cairo e subiu o Nilo até á Nubia — preoccupado com a solução de problemas ethnologicos. O resultado desse estudo deixou-o em varios trabalhos escriptos em portuguez, alguns outros em francez, publicados em livros, no *Diario de Pernambuco*, em editaes da Sociedade Vellosiana e na *Revista do Instituto do Ceará*. Deixou tambem uma carta topographica da Comarca do Crato, "indicando a possibilidade de um canal tirado do Rio S. Francisco no logar Boa Vista, para communicar com o Rio Jaguaribe pelo Riacho dos Porcos e Rio Salgado, e figurando a planta de uma entrada para o Icó e a tapagem do boqueirão do Rio Salgado", carta impressa no Rio em 1843.

O dr. Sacramento Blake dá uma noticia circumstanciada desses trabalhos (*Diccionario bibliographico*).

XXI — Marcos de Araujo Costa — Filho legitimo do ouvidor Marcos Francisco de Araujo Costa e de sua mulher d. Maria Rodrigues de Sant'Anna, nasceu em Oeiras em 1780.

No Piauhi não havia, por esse tempo, uma unica escola de primeiras lettras, pelo que, no proprio lar, sob a vigilancia cuidadosa da familia, fez o menino o curso primario.

E como quizesse o seu progenitor dar-lhe uma educação aprimorada, mandou-o para o Assú, onde o internou em o collegio mantido e dirigido pelo dr. Manuel Antonio de Andrade.

Foram, alli, brilhantes os seus triumphos. Continuou-os em Portugal, para onde seguira com o intuito de receber ordens sacras.

Recebendo-as, regressou ao Piauhi onde o elegeram membro da Junta temporaria de governo e, depois, deputado á Assembléa Legislativa. Mas, por essa epocha, se recolheu á sua fazenda *Boa Esperança*, em Jaicós, funda um collegio de ensino gratuito com internato e passa a dedicar-se, inteiramente, ao magisterio.

A proposito consigna o *Relatorio* do presidente da Provincia, dr. Zacharias de Góes e Vasconcellos, em 1846:

> «O ensino particular póde dizer-se que é nenhum, pois de primeiras lettras ha algumas escolas a cargo de particulares, com pequeno numero de alumnos. Apparece, todavia, como notavel excepção desta regra, o ensino do rev. padre Marcos de Araujo Costa, em sua fazenda *Boa Esperança*. Vós sabeis, senhores, que de longo tempo, tem esse ancião respeitavel formado em sua casa uma especie de collegio, no qual ensina a grande numero de moços, não só as primeiras lettras, senão Latim, Francez, Rethorica, Philosophia e Theologia, sem receber gratificação alguma dos seus alumnos, e o que mais é, sustentando-os á sua custa ainda quando são filhos de pessoas abastadas.
>
> O raro desinteresse com que assim se presta o rev. padre Marcos á illustração de uma parte da mocidade de sua provincia e, geralmente, a tudo que é de utilidade publica, torna-o benemerito da não commum estima que lhe consagram os seus concidadãos, unica recompensa que aspira e que tem recebido.»

Gardner foi seu hospede por alguns dias em 1839. E' em termos de admiração carinhosa que o celebre botanico inglez se refere a esse sacerdote, no tratar de sua cultura e na veneração de que o viu cercado na *Boa Esperança*, fazenda que, pelo movimento diario, tinha a apparencia de uma villa. De regresso a Londres, por muitos annos Gardner se correspondeu com elle.

O padre Marcos, raramente deixando o seu retiro, assistiu ás phases mais interessantes que precederam, acompanharam e seguiram a organização politica da Provincia: prisão do governador Carlos Cesar Burlamaqui, orientação do seu substituto legal, agitações de 1817, repercussão do movimento do Porto, estabelecimento do arcaboiço das liberdades constitucionaes dos cidadãos, movimento separatista, adhesão ás luctas de 1824, factos posteriores á abdicação, guerra dos "Balaios", declinio do poderio de Sousa Martins e organização dos partidos politicos.

Falleceu em 4 de Novembro de 1850 e não a 22, como querem Miguel Borges e Pereira da Costa. Verificamos isto da *A Voz da Verdade* (Oeiras), n. 68, de 11 de Novembro de 1850.

XXII — Manuel de Sousa Martins (visconde da Parnahiba) — Ignoramos, ao certo, o dia de seu nascimento, sabendo, apenas, que foi em 1767 e na Freguezia de Nossa Senhora das Mercês, de Jaicós, sendo seus paes o dr. Manuel de Sousa Martins e sua esposa d. Anna Rodrigues de Sant'Anna.

Os recursos do meio e do tempo lhe não permittiram uma instrucção solida. Podemos affirmar mesmo que não foi além das primeiras lettras, supprindo-lhe as deficiencias dessa cultura uma intelligencia viva e qualidades poderosas de observador, que foram a arma decisiva dos seus triumphos constantes na vida publica.

Muito moço, transferiu residencia para Oeiras, onde obteve o logar de thesoireiro do erario publico. E, ahi, começou a denunciar as tendencias de mando que tanto o distinguiram.

Uma tempera de luctador encontrou a enfrenta-lo o escrivão da Junta de Fazenda, deputado, pagador das tropas — Antonio Maria Caér. O choque foi breve, mas brutal — com a derrota de Caér que, accusado de promover motins sediciosos, foi preso e mandado para a Parnahiba, onde falleceu. Governava o Piauhi o sr. Elias José Ribeiro de Carvalho: — Sousa Martins levou-o a demittir-se, sendo substituido por uma Junta provisoria, eleita, e de que o brigadeiro fazia parte, como vice-presidente.

Desse momento, em deante, a sua direcção teve sómente uma solução de continuidade. Fôra pessoa grada dos conspiradores que haviam forçado o governador a demittir-se. Tivera, nisso, a collaboração officiosa de Egydio da Costa Alvarenga — de quem, ao depois, se fez inimigo e perseguidor implacavel; não contava que aproveitassem a primeira occasião para tentar um golpe decisivo contra sua fortuna politica.

Escreviamos delle, em livro recente — *O Piauhi na Confederação do Equador*:

> «Era Sousa Martins um typo interessante de politivo. Formando o caracter no sertão, em lucta com a natureza, em uma situação quasi selvagem, suas energias moraes tinham se caldeado em um temperamento frio e cruel. O contacto frequente com o indio fizera-o desconfiado e vingativo. O commercio com os escravos tornava-o despotico. O fetichismo superstitioso e grosseiro, elemento dynamico de sua consciencia religiosa, fazia-o gravitar entre pavores infernaes e vinganças perversas. Eram dois polos — o cabo do punhal e as contas do rosario. Como alicerce, uma grande fortuna posta ao serviço desses impulsos e sentimentos.»

Gardner, que o visitou em 1839 (*Travels in the interior of Brazil*, London, 1846), dá-nos esta impressão:

> «... Emquanto percorria elle as minhas cartas, não pude deixar de observar a apparencia de um homem *cujo nome é mais afamado que o de qualquer outro no Norte* do Brasil e cujo governo despotico, em a Provincia de que é presidente, lhe grangeou a alcunha de *Francia do Piauhi*. Era baixo e vigorosamente constituido, apesar de não ser corpulento. O olhar trahia uma actividade superior a que se observa em pessoas de sua edade no paiz, pois que andava pelos setenta annos. A cabeça de tamanho notavel e, de accôrdo com os principios da Phrenologia, bem equilibrada anterior e posteriormente, mais deficiente na região dos sentimentos, alargava-se muito entre as orelhas. No decurso da conversa a sua physionomia tinha uma expressão desagradavelmente sinistra, não obstante procurasse disfarça-la com um sorriso...»

Dissémos, acima, que a sua estrella sómente por instantes se escureceu: foi quando se teve de dar cumprimento ao decreto das Côrtes Geraes e Extraordinarias Constituintes, de Setembro de 1821, mandado executar pela carta de lei n. 124, de 1 de Outubro. Tinham sido creadas as juntas provisorias — eleita a do Piauhi, foram reeleitos os membros da anterior, exclusão delle. Consegue, no emtanto, ser figura saliente na proclamação e luctas da Independencia. Acompanha o Exercito Libertador a Caxias. E nomeado, depois, presidente da Provincia, em substituição ao coronel Simplicio Dias da Silva, que não se empossara, ora recua, ora se mostra intransigente na repressão a Campo Maior e a Parnahiba, que tinham adherido á *Confederação do Equador* — conseguindo manter-se nas graças do soberano.

Occupa, sempre, a presidencia, até 1829. A 15 de Fevereiro passa ao presidente João José de Guimarães e Silva, voltando, novamente, a exerce-la a 17 de Fevereiro por fallecimento de Guimarães. E occupou-a até 30 de Dezembro de 1843, quando a passou ao dr. José Ildefonso de Sousa Ramos — depois visconde de Jaguari e senador do Imperio.

Foi condecorado com o habito de Christo em 1811; nomeado Official da Imperial Ordem do Cruzeiro em 1823; em 1824, foi elevado a Dignatario da referida Ordem; no mesmo anno teve a mercê do fôro de fidalgo cavalheiro da Casa Imperial; em 1825 teve o titulo de barão da Parnahiba e em 1841 o de visconde do mesmo nome.

Foi casado, em primeiras nupcias com a sra. d. Josepha Maria dos Santos e em segundas (1844), aos 77 annos, com a sra. d. Maria Benedicta Dantas. Do primeiro consorcio teve os seguintes filhos — Raimundo de Sousa Martins, José de Sousa Martins e Maria Josepha Clementina e Sousa. Do segundo não deixou descendentes.

Falleceu em Oeiras a 20 de Fevereiro de 1856.

XXIII — Simplicio Coelho de Rezende — Nasceu a 1 de Abril de 1841, na fazenda Curral de Pedra, no Municipio de Piracuruca. Fez, no Recife, o curso de preparatorios e se bacharelou em 1868. Na Academia foi contemporaneo de Agesilau Pereira da Silva, Joaquim Newton de Carvalho, Manuel Pinheiro de Miranda Osorio, Elpidio José de Carvalho e José Ricardo Teixeira Filho, piauhienses illustres que se distinguiram na Advocacia e na Magistratura.

Como academico, estreou na imprensa com muito brilho.

Ao chegar ao Piauhi exerceu os seguintes cargos: promotor publico de Piracuruca, de Campo-Maior, de Parnahiba, juiz municipal de Barras.

Não foi feliz o eminente piauhiense, como magistrado. Em Barras se viu obrigado a sustentar viva lucta com os adversarios intransigentes, chegando mesmo a ser processado pelo juiz de direito da comarca, dr. Andrade. Vencedor, jámais o dr. Simplicio Coelho de Rezende acceitou cargo na magistratura.

Retirou-se para Therezina, foi logo nomeado lente de Latim e Geographia do Lyceu e Escola Normal e se dedicou com muito carinho á advocacia.

Membro conspicuo do Partido Conservador, politico intimorato e fogoso, o dr. Rezende defendia sempre, com muito calor, as suas idéas. *O Piauhi*, *A Opinião Conservadora*, *A Epocha*, *O Democrata*, *A Phalange*, foram jornaes em que scintillou a sua penna.

Eleito deputado geral, foram relevantissimos os serviços prestados ao Piauhi pelo dr. Rezende, notadamente á sua rêde telegraphica, em grande parte devida aos esforços do illustrado representante.

Espirito independente, altivo, jámais se dobrou a quaesquer injuncções.

Em 1886, defendeu da tribuna parlamentar o capitão do Exercito Pedro de Sousa Lima das accusações e denuncia do coronel Cunha Mattos — militar de incontestavel prestigio, que, pela imprensa, respondeu ao dr. Rezende, occasionando apaixonada discussão que foi o rastilho de polvora da celebre questão militar, factor principal da proclamação da Republica.

Proclamada esta, o Governo Provisorio nomeou governador do Piauhi o major Gabino Besouro, que, por vingança, ainda da questão Cunha Mattos, sob pretextos frivolos, commetteu a innominavel violencia de ordenar a prisão do dr. Rezende no quartel do Exercito, em Therezina.

Essa violencia determinou a retirada do dr. Rezende para o Amazonas, em cuja capital abriu banca de advocacia e fez consideravel fortuna, gosando, até a morte, de justificado prestigio na sociedade de Manáos. Falleceu em 1914.

XXIV — Simplicio Dias da Silva — Filho natural, mas legitimado por provisão real, de Domingos Dias da Silva, nasceu Simplicio, na Villa de S. João da Parnahiba, a 2 de Março de 1773. Sua mãe, que era mestiça, chamava-se Claudina Josepha.

Entrando aos 20 annos, por morte de seu pae, na posse de avultada fortuna, deixou seu irmão Raimundo encarregado da administração dos seis estabelecimentos de xarque explorados até ahi por Domingos Silva e seguiu para a Europa com o fim de instruir-se e educar-se, viajando. Esteve alguns annos na França — ainda quando muito vivas as impressões dos successos de 1793. Passou, depois, á Inglaterra. Visitou a Italia, a Hispanha e Portugal e regressou com habitos exoticos de luxo e dissipação que o fizeram afamado em todo o paiz.

Seu irmão falleceu moço — figura apagada, quasi anonyma, na penumbra para que a cultura, a intelligencia e o temperamento expansivo do irmão o relegaram. E, unico possuidor de cabedaes immensos, servido por 1.800 escravos, construiu um palacio solarengo onde passou a residir, reformou a egreja, ligou-a por uma galeria ao palacio e começou uma existencia nababesca, em torno da qual se bordam lendas maravilhosas. Tradições dizem que offereceu a d. Pedro I um cacho de bananas de tamanho natural, todo de ouro. Registam que solicitou do imperador permissão para calçar uma sala a patacões — o que se lhe recusou...

O viajante Henri Koster encontrou-o no Maranhão em 1811. Fizeram relações. Visitou-o na Parnahiba e delle faz referencias honrosas no livro em que publicou as suas notas de viagens. Tollenare — *Notas dominicaes*, falla nelle como de um dos homens mais opulentos do seu tempo.

Em 1795, a rainha d. Maria I concedia-lhe carta de brazão de armas; teve o habito de Christo, em que professou o fôro de fidalgo cavalleiro da Casa Imperial, quando já era Dignatario da Ordem do Cruzeiro. Em 7 de Março de 1793 foi nomeado alferes de cavallaria de ordenanças da Parnahiba, sendo promovido a capitão dois mezes depois e aggregado em 1796 á guarnição do Maranhão. Como aggregado acompanhou a celebre expedição que, illudido por captivo, mandou o general d. Fernando Antonio de Noronha, governador da Capitania, contra imaginaria repu-

blica de negros fugidos e que foram apresentados á ingenua boa fé do governador como vivendo á beira de uma lagôa, cujas areias eram de oiro. As paredes das casas, os tectos, tudo flammejava ao sol aureas rutilancias.

Regressando a tropa coberta de ridiculo, tratou Simplicio de regressar á villa natal, sendo em 1806 nomeado seu commandante militar, cargo que exercia em 1809 quando teve o posto de coronel commandante de cavallaria miliciana da mesma villa.

Reformado em 1821, voltou á actividade de Outubro de 1822 a 1824, como commandante do regimento n. 2 de cavallaria. E os serviços que prestou, quer na defesa da causa da Independencia, quer por uma resistencia passiva á participação da Provincia em a Confederação do Equador, foram de tal relevancia, que lhe valeram reiteradas manifestações de estima do imperador.

Em 25 de Novembro de 1823 foi nomeado primeiro presidente do Piauhi, cargo que não exerceu. Em 1829 mandava ao imperador uma *Memoria* sobre as luctas da Independencia no Piauhi e no Maranhão.

Falleceu a 17 de Setembro de 1829, no Parnahiba, estando sepultado na egreja matriz, ao lado do tumulo de seu pae.

ABDIAS NEVES.

ESTADO DO CEARÁ

I

Situação

E' o Ceará um dos Estados do Nordéste do Brasil, sendo a seguinte a posição astronomica de seus pontos extremos. O extremo septentrional, que se suppõe ser a ponta Jericoacoára, está a 2º-47′ lat. S e 40º-30′ long. O. de G.; o extremo meridional, que deve ser um ponto cerca de 15 km. ao Sul do Rio Jardim, na varzea entre a Chapada do Araripe e a Borborema, encontra-se approximadamente a 7º-56′ S e 39º-22′-21″ long. O. de G. O extremo-oriental deve ser um ponto ao Sul do Morro do Tibau approximadamente 4º-48′ lat. S e 37º-15′ long. O. de G.; o extremo-occidental, approximadamente a 3º-36′ lat. S e 41º-32′ long. O. de G. é um ponto da Serra Ibiapaba, cerca de 30 km. distante da Villa da Tianguá, municipio deste nome. Portanto os circulos que enquadram todo o territorio cearense são: os parallelos de 2º-47′ e 7º-56′ S e os meridianos de 37º-15′ e 41º-32′ a Oéste de Greenwich.

Pouco differem dos numeros acima os indicados pelas diversas cartas, que veem mencionadas na obra de Thomaz Pompeu — *O Ceará no começo do Seculo XX*.

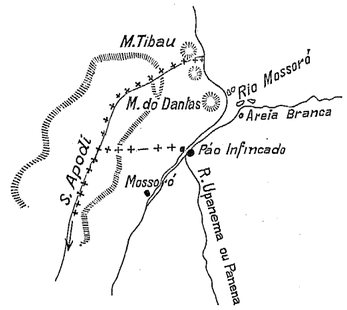
Acha-se todo o Estado dentro do segundo fuso horario brasileiro, ou seja o terceiro a Oéste do de Greenwich, o que equivale a dizer que sua hora legal é a de Greenwich diminuida de tres.

II

Limites

E' limitado ao Norte e Nordéste pelo Oceano Atlantico, a Léste pelos Estados de Rio Grande do Norte e Parahiba, ao Sul pelo de Pernambuco, e a Oéste pelo do Piauhi. Vejamos especificadamente a linha de divisa do Ceará com cada um dos Estados limitrophes.

Do RIO GRANDE DO NORTE é dividido por uma linha que, partindo do littoral, ao Sul do Morro do Tibau, a cerca de 4º-48′



Região que era pretendida pelo Ceará, entre o Tibau e a Barra do Mossoró

lat. S e 37º-15′ long. O. de G. alcança o extremo da Serra do Apodi, approximadamente a uma legua do mesmo Morro do Tibau; dahi segue pelo *divortium aquarum* da dicta Serra do Apodi e da de S. Miguel. O Ceará pretendia que seu limite fosse não pelo Morro do Tibau, mas pelo logar denominado Pau Infincado, á margem esquerda do Rio Mossoró. Submettida a questão ao Supremo Tribunal Federal, este veio a dar ganho de causa ao Rio Grande do Norte, sendo desprezados os ultimos embargos do Ceará a 17 de Julho de 1920. Era esta questão a relativa á posse de Grossos. Quanto á outra antiga questão com o Rio Grande do Norte, a saber se na sua parte mais meridional seria traçada a linha de divisa pela Serra do Camará ou pela de S. Miguel, parece definitivamente admittida como extrema esta ultima.

Da PARAHIBA é separado pelas serras do Padre, da Areia, do Gonçalo e do Retiro, nomes locaes de um vasto chapadão, donde descem para Oéste aguas que vão para o Jaguaribe, por intermedio do Rio Salgado, para Léste as que vão para o Piranhas. Este chapadão inclina-se para o Nordéste em direcção ao Oceano, e é a denominada Chapada do Apodi, e inclina-se para o Sul, em direcção ao Rio S. Francisco. Pelo alto desse chapadão corre a linha lindeira entre Ceará e Parahiba. A este chapadão chamam alguns geographos Serra Borborema, emquanto outros reservam esta denominação á extensa chapada mais para Léste, limitada na parte occidental pelo Rio Piranhas e pelo Pajehú, affluente do S. Francisco. A denominada Serra da Baixa Verde, entre Parahiba e Pernambuco, estabelece a ligação entre as duas Borborema.

De PERNAMBUCO é o Ceará dividido em quasi toda a extensão pelo divisor das aguas da grande Chapada da Serra do Araripe, e mais para Suéste pelo divisor das aguas do chapadão da Borborema, acima referido. Das encostas cearenses da chapada do Araripe vêm para o Estado as aguas dos mais remotos formadores do Rio Salgado, tributario do Jaguaribe, entre as quaes as que formam o Rio dos Bastiões e o Rio Salgado; do chapadão da Borborema descem aguas que pelo Salgado vão tambem ao Jaguaribe; ainda do Araripe descem para o S. Francisco no Estado de Pernambuco o Brigida, o Terra Nova que com o Pitombeiras forma o Jequi, e ainda outros menores.

Do PIAUHI é separado, de Sul para Norte, pelas serras dos Cariris Novos, Grande ou de Coronzó, Cocos, Ibiapaba, e pelo Rio S. João da Praia. Nos Cariris Novos entronca a Chapada do Araripe, que della parece uma continuação para Suéste. Essa extensa serrania, que percorre quasi toda a extrema-occidental do Ceará, contem o mais importante divisor de aguas da região do Nordéste: aguas que vão para os affluentes do Parnahiba, no Piauhi, e aguas que no Ceará vão para o Camocim, para o Jaguaribe, etc.

Entretanto um desses affluentes vem do proprio Ceará, penetrando no vizinho Estado pelo boqueirão da Serra Grande: é o Poti. Da aba septentrional da Ibiapaba desce o pequeno Rio S. João da Praia, que é lindeiro na região littoranea.

III

Superficie

A configuração do territorio cearense é a de um quadrilatero irregular, muito semelhante a um trapezio, que tivesse a base maior no Oceano.

Calcula o sr. Theodoro Sampaio o maior comprimento Norte — Sul, da ponta Jericoacoára ao extremo-meridional, em cerca de 596 km.; a maior largura Léste — Oéste deve ser de cerca de 490 km.

Têm variado muito, como para todos os Estados do Brasil, os resultados da avaliação da área. Parece-nos superfluo mencionar grande cópia de taes numeros, pois, provieram, na quasi totalidade, de estimativas arbitrarias, e muitos se referem a epochas bastantes remotas, anteriores a conhecidas acquisições de territorio. Thomaz Pompeu escreveu em 1909:

> « O senador Pompeu dá-lhe 4.681 leg.^{2}, o naturalista Silva Feijó 6 a 7.000 leg.^{2}, Milliet, no *Diccionario Geographico do Brasil*, dá 4.600, correspondentes a 200.736 km.^{2}; o dr. José Joaquim de Oliveira, 3.625, tomando por base a *Carta Chorographica*, de Conrado (equivalentes a 111.940 km.^{2}); Villiers, 3.704, o dr. Viriato de Medeiros, 5.475; o calculo da *Carta Geral*, 104.250 km.^{2}. Depois destas avaliações o Ceará adquiriu o vasto territorio de Crateús, que anteriormente pertencia ao Piauhi. E' provavel que a superficie actual do Ceará exceda de 120.000 km.^{2}. »

Pelos calculos planimetricos do barão Homem de Mello, a área actual deve ser de cerca de 160.987 km.^{2}; pelos do P. Padtberg que parecem, em geral, mais rigorosos, attinge apenas a 160.000 km.^{2}. Esta ultima avaliação é a que se julga hoje mais provavel.

E', pois, o Ceará pouco menor que a Republica do Uruguai e quasi quatro vezes maior que a Suissa.

IV

Aspecto physico geral

Inclinado para o mar na direcção geral de Sudoéste para Nordéste e circumdado de serras e de consideraveis chapadas, a partir da costa vai-se o terreno aos poucos alteando em vastos taboleiros, até que attinge a cerca de oitocentos a mil metros a Oéste, na Ibiapaba, e ao Sul, no Araripe.

O estudo do aspecto physico ou do perfil do territorio do Estado do Ceará póde ser dividido em tres capitulos: 1º) o littoral, 2º) o sertão, 3º) as serras. Os caracteristicos de cada uma destas regiões serão estudados a seguir, no capitulo referente ao littoral e no relativo ao perfil.

Littoral

A linha de costas, que se extende desde a barra do Timonha (ou Timonia), onde tambem despeja o S. João da Praia, lindeiro do Piauhi, até o Morro do Tibau, é de cerca de 530 km. Theodoro Sampaio avaliou-o em 535 km. na supposição de que se extendesse até á Barra do Mossoró; Thomaz Pompeu attribue-lhe cerca de 700 km.

A orla littoranea é em geral bastante estreita, baixa, arenosa, em alguns trechos humida e em outros bordada de dunas moveis, que se deslocam ao sabor dos ventos. Em certas regiões, por muito deprimida a praia, é invadida nas occasiões de fortes marés pelas aguas do oceano, que penetram longe no interior, fazendo recuar os comoros ou medões de areia até consideraveis distancias. Indentação quasi nulla: a costa é em geral pouco sinuosa, quasi rectilinea. Não ha, pois, na costa verdadeiros portos, apenas enseadas pequenas e ancoradoiros pouco seguros, mal abrigados por escassas pontas de terra.

Os verdadeiros ancoradoiros nem mesmo na barra dos rios se póde achar, pois, estas são em geral obstruidas por bancos, entre os quaes ha os canaes de accesso: acham-se situados geralmente pouco acima do estuario dos rios.

O mar apresenta pouquissimo fundo por toda a extensão do littoral. Os bancos são extensivos ao longo da costa, continuando em declive suave o terreno emerso.

A costa cearense é toda do typo eolio: seu modelado tem sido sobretudo dependente da acção edificadora das areias carreadas pelos alizeos, as quaes fórmam dunas, que attingem em geral a mais de 30 m. de altura. Nas boccas dos rios, parte das areias transportadas pelo vento constroem á margem direita um pontal agudo e extenso e outra parte dessas mesmas areias, cahindo á agua, obstrue os estuarios, obrigando os rios, no trecho final a tomarem todos a direcção geral de NNO.

Pequenos rios, em que a corrente não tem sufficiente força, são represados pelas areias que lhes obstruem as boccas, areias das dunas e, ás vezes, tambem lançadas pelo proprio mar (praias de tempestades, rios tapados).

Por quasi toda a extensão do littoral apresentam na verdade os poucos rios seus estuarios bastante obstruidos das areias que, ou venham trazidas pelos ventos, e sejam materiaes das dunas que se lançam á agua, ou sejam lançadas pelas vagas do proprio oceano, em muitos logares já deram azo á formação de lagunas das que caracterizam os rios tapados. Em outros pontos essas areias atiradas á bocca dos rios formaram vastos baixios, onde é proficua a pesca, mas que lhes difficultam a entrada.

A faixa que fica entre as dunas e o mar é constituida pelas "praias" geralmente muito expostas, de difficultoso accesso, batidas por vagas fortissimas que tornam difficil a atracação até de canôas; é, porém, rica em salinas naturaes.

Transpostas as dunas, geralmente nuas ou cobertas de escassa vegetação de muito poucas especies, depara-se ao visitante outra faixa plana, mas de diverso aspecto. Ahi, as aguas das chuvas se conservam em lagôas e alagadiços, e o terreno intensamente irrigado, cobre-se de plantações. Esta faixa tem em algumas regiões a largura de 30 km.

Vejamos os principaes accidentes da costa, que dividiremos em trechos. A primeira secção, conforme acima dissemos, principia na Barra do Timonha (ou Timonia) e vai até a do Camocim. E' a Barra do Timonha ou Chaval um estuario commum em que desemboccam o Rio Timonha e o S. João da Praia, passando por este a divisa com o Piauhi. Vem o S. João da Praia das primeiras encostas da Serra Ibiapaba, que principia não longe do littoral e ahi mesmo attinge a cerca de 1.020 m. de altitude. Avista-se a Ibiapaba no seu primeiro ramo, que é concordante com a direcção da costa, e corre nesse primeiro trecho da costa acerca de 40 km. do littoral.

A' margem esquerda desse estuario está a ponta Ibiapaba, da banda do Estado do Piauhi, e á margem direita do lado do Ceará, a ponta das Almas. Dahi vai a costa approximadamente no rumo de Léste até o Rio Camocim, apresentando algumas pequenas aberturas por onde desemboccam

rios, ou melhor, riachos sem importancia: Barra dos Remedios, Barra do Riacho Tupihú, etc. Parallelamente á costa ha uma série de oiteiros, que não são mais que dunas de regular elevação. Aos que ficam comprehendidos entre a Barra do Tupihú e a do Camocim, se dá o nome de Oiteiros de Camocim, dos quaes o mais oriental, um pouco a Léste, tem a denominação particular de Morro do Trapia.

Desagua o Rio Camocim por larga barra, sendo estuario inflectido na direcção geral de Suéste para Noroéste. A margem esquerda, onde se acha o Trapia, avança um pouco mais para o mar do que a direita, e é assignalada por um pharol, visivel a 12 milhas. O Porto de Camocim, como todos os portos da costa cearense, excepção feita do de Fortaleza, acha-se a alguma distancia (a 6 km.) para dentro da barra, á margem esquerda, quasi no ponto em que o rio principia a se dilatar em estuario. E' sem duvida o melhor dos portos do Estado. Além da bocca principal tem o Camocim um pequeno braço pelo qual tambem desagua, e que vai ter ao mar um pouco mais a Léste: é o denominado Rio Feijão.

O segundo trecho do littoral vai do Camocim á ponta Tapagé e que desemboca na enseada das Emburanas, e extende-se por quasi um grau de longitude. Nesta secção alternam-se os oiteiros das dunas e as regiões baixas e lagunosas, apresentando as lagunas, em geral "rios tapados", sangradoiros directos para o oceano. Não longe do littoral avistam-se para o interior a Serra Tiaia com o Morro Acarape, bem como os morros Cutunduba e a Serra Mucuripe, contendo esta o Morro do Curral Grande, com área de 854 m. de altitude. A ponta do Feijão fica um pouco a Léste das Emburanas, e a costa é ahi bordada de um paredão de dunas. Pouco além está a ponta Jericoacoára, que limita a Léste a enseada do mesmo nome, onde desemboccam os pequenos rios Guriú e Jericoacoára, alargando em laguna junto á foz.

A ponta Jericoacoára, a 28 km. de Camocim, apresenta alguns oiteiros entre os quaes dois rochosos, arredondados: um de 85 e outro de 110 m. de altura.

Vem depois a Barra de Acaraçú, ou do Rio Acarahú, larga chanfradura e onde se acha, bem para dentro, o Povoado de Cacimbas; e ainda mais para o interior o Porto de Acarahú, foz do rio desse nome, e finalmente a ponta de Tapagé, assignalada por um pharol.

A foz do Acarahú é obstruida por diversas ilhas (Mosquitos, Presidio, Fernando, etc.), desemboccando o rio por varios braços. Tambem difficulta o accesso a extensão do banco, que em alguns pontos apresenta menos de 2 m. de fundo.

A partir de Tapagé a costa, que até então viera no rumo geral de Oéste para Léste, inflecte para Suéste. E' a terceira secção, que vai até á ponta Mocuripe. A linha de costa é em geral mais aberta, desprotegida dos cordões de dunas altas; apparecem comtudo alguns oiteiros de espaço a espaço. Para o interior, avistam-se a Serra Urururetama, a de Cunhas (ponto culminante, 620 m.), e a Maranguape (ponto culminante, 920 m.).

Pouco após Tapagé encontra-se o Morro do Sargento; a seguir o Rio Aracati-Mirim ou dos Patos, tendo á esquerda, na foz, o Povoado de Almofadas; vem depois o Povoado de Pernambuquinho, o Rio Aracati-Assú, varios morrotes, que são dunas elevadas; o estuario do Mandahú, que apresenta a Oéste o Morro da Baleia e a Léste o da Melancia e a ponta Mandahú. Depois do Mandahú encontra-se o Rio Trahiri, depois o Povoado de Lagoinha e o Rio Curú. A' margem direita do estuario ou barra do Curú está a ponta do Parázinho. Segue-se uma larga enseada, a cujo fundo vem desaguar o Rio S. Gonçalo. Dobrada a saliencia a Léste dessa enseada, encontra-se o Rio Tahiba, desaguadoiro de pequena laguna littoranea. Segue-se a Enseada do Pecem, a cujo extremo-oriental avulta o morro denominado *dos Irmãos*. A Léste dos Irmãos, o Rio Siupé, que vem das proximidades da Serra de Cunhas. Vem depois o Riacho Cauhipe, que tambem flue daquella serra. Logo após, é o Rio Ceará, cujos pequenos affluentes drenam as encostas das serras de Cunhas e Maranguape. A foz do Rio Ceará tem o nome de Barra Velha. A partir dahi, vai a costa em pequeno trecho quasi no rumo Oéste — Léste, até pouco antes da ponta Mucuripe, com a qual fica formada uma enseada de pequena curvatura. Nesta suave enseada acha-se Fortaleza, porto de mar e capital do Estado. Na ponta de Mucuripe, que é a saliencia mais aguda e notavel de toda a costa, acha-se o pharol de Mucuripe, visivel a 12 milhas de distancia.

A quarta secção do littoral cearense vai da ponta Mucuripe á barra do Jaguaribe.

E' uma costa baixa de vastos areiaes, onde apparecem oiteiros esparsos, que são antigas dunas. A unica serra consideravel que para o interior se avista é a de Aratanha, cujo pico attinge a 780 m. de altitude. E' entre as duas serras de Maranguape e Aratanha que a Estrada de Ferro Baturité penetra para o interior do Estado.

Muito menos consideraveis são os morros Cascavel (180 metros) e Azul, que se avistam para o interior, mais para adeante. Ahi se notam os seguintes accidentes:

O desaguadoiro de pequena laguna, á margem da qual está o Povoado de Mecejana. O Rio Pacuti, a cuja margem direita, no estuario, está Aquiraz. Fronteiros á bocca deste rio, os Recifes da Cachoeira ou Mariquita. A seguir, pequena enseada, a Bahia de Iguape. Passada esta, encontra-se dois pequenos rios: o da Encantada e o Pratíhuzinho. Segue-se a enseada da Caponga, onde desembocca o Rio Caponga. Vem então um longo trecho de costa rectilinea, onde apenas sobresahem os morros Uruahú e Sucatinga, e onde desaguam successivamente os pequenos rios Choró e Pirangi. Do Pirangi ao Jaguaribe a costa, que vinha no rumo de Suéste, inflecte para Léste, formando a enseada de Maceió, que termina pela ponta Maceió, á esquerda do estuario do Jaguaribe, ou Barra de Aracati.

O Jaguaribe, que, como se sabe, é o unico rio permanente do Ceará, desagua por largo estuario, tendo á direita extenso pontal, denominado Pontal da Barra. Um pharol, visivel a 10 milhas, assignala-lhe a entrada. Pouco acima do estuario está o Porto de Aracati, á margem direita. Na barra ha varias ilhas: Grande, Pinto, Caldereiro, Veado, etc.

Na barra do Jaguaribe começa a derradeira secção do littoral cearense, trecho denominado — costa da Canôa Quebrada. E' uma costa muito pouco profunda, encontrando a sonda em alguns pontos, a 9 milhas, apenas 6 e 7 m. Em tal costa, extremamente esparcelada, é difficil a navegação á vista de terra.

Encontram-se logo alguns oiteiros, dunas, entre os quaes sobresahe o Morro do Cumbe. Terminada a pequena série de oiteiros, recebe o oceano o sangradoiro da Lagôa do Matto, pequena laguna, das que existem nos littoraes dunosos, a qual por outro lado communica com o Rio Jaguaribe. A partir desse sangradoiro, encurva-se o littoral formando vasto

seio, que é a Bahia ou Enseada do Retiro. Esta enseada é na sua maior parte occupada pelo Banco do Retiro, de sorte que só a alguma distancia da costa existem fundos regulares, sufficientes para ancoragem. Pequenos riachos correm para ella, e seu contorno é realçado por alguns oiteiros de dunas. O extremo-oriental da enseada é formado pela Ponta Grossa ou Jabarana. Pouco adeante, depois de uma costa dunosa em paredão, apparece a Ponta dos Cajuaes, onde a costa vira para SSE, e um pouco ao Sul a Povoação dos Cajuaes. Encontram-se então a ponta do Trabembé e alguns oiteiros, entre os quaes o Oiteiro Branco e o Morro do Tibau. O Banco do Retiro, depois de se estreitar muito na Jabarana, alarga-se novamente nesta parte, formando entre outros o baixio denominado Banco dos Cajuaes.

No Morro do Tibau, comoro de areia avermelhada sem vegetação, finaliza a costa cearense, a cerca de 6 milhas da barra de Mossoró.

Não ha em toda a costa cearense senão poucas e pequenas ilhas, formadas por alluviões dos rios, ou desaggregadas do littoral pela impetuosidade das torrentes. As principaes ficam na barra do Acarahú e nas suas proximidades. As do Mosquito, dos Bois, das Vaccas, Guajerá, Mangue Secco, Fernando, Mosqueiro, Rato, Corôa Grande, merecem ser referidas.

V

População

Segundo os dados do ultimo recenseamento de 1920, a população do Ceará era de 1.319.228 habitantes, distribuidos com relativa homogeneidade pelo littoral e pelo sertão. O Estado divide-se em 86 municipios, dos quaes são mais populosos os de Fortaleza, Sobral, Iguatú, Baturité, Crato, Granja, Itapipoca e Cascavel, todos com população superior a 27.000 habitantes; os menos consideraveis são: Caridade, com cerca de 3.500 almas, Iracema com 4.120, e Laranjeiras com 4.412.

Os habitantes do Ceará, principalmente os do interior, apresentam um typo ethnico muito caracteristico na população do Brasil. E' o Cearense, como os demais sertanejos, producto do entrecruzamento das tres raças, mas seus traços são mais approximados dos da raça aborigene. Estatura mediana ou abaixo da mediana, apparencia debil, mas organismo resistente, cabeça caracteristicamente achatada, olhos grandes, maxillares salientes, sua figura é reconhecida facilmente em todo o paiz, distinguindo-se da massa da população. Quanto aos caracteristicos moraes, é energico, laborioso, emprehendedor e destemido. Dos indios herdaram a tenacidade, a astucia e a violencia; do negro a resignação, o bom humor e a bondade natural; do branco a iniciativa, a força e a intelligencia.

Expulsos frequentemente do torrão natal pelo flagello da secca e attrahidos pela miragem da riqueza, os Cearenses têm emigrado muito. No Amazonas, onde os audazes esperam sempre alcançar fortuna, é por muitos milhares que se contam os Cearenses e seus descendentes. Em consequencia das seccas de 1877-1879 e 1888-1889, a emigração dos "paroaras" que é como são denominados os Cearenses que vão tentar a exploração seringueira do Amazonas, tomou proporções verdadeiramente alarmantes, attingindo a 150.000 o numero dos que abandonaram o sólo natal. Em 1900, em consequencia de nova secca, o exodo toma novamente grandes proporções. Cerca de 50.000 retirantes se dirigem para a Amazonia, onde vão ter aos seringaes, principalmente aos do Purús e do Juruá. Tem-se como estabelecido que a população acreana é em grande parte originaria do Ceará e que ao Cearense deveu o Brasil o desbravamento daquellas ubertosas terras.

De quando em quando occorrem, assim, os grandes exodos, mas a emigração jámais pára: é constante. Os proprietarios dos grandes seringaes, as grandes sociedades exploradoras da borracha, necessitando sempre de braços, enviam ao Ceará agentes recrutadores de pessoal, quasi sempre antigos paroaras, que seduzem os sertanejos com a miragem das grandes possibilidades das florestas amazonicas.

Avalia-se em 10.000 annualmente o numero desses emigrantes das epochas normaes. Entretanto a população do Estado não diminue, sendo elle em população absoluta a setima das unidades da Federação, e em população relativa a undecima. Nota-se mesmo um augmento bem sensivel: em 1872 a população recenseada foi de 721.686 habitantes, em 1890 de 805,687, e em 1900 de 849.127. Isso mostra como a raça do Cearense é prolifica; realmente, é nesse Estado que se observam os casos mais frequentes de fecundidade extraordinaria, sendo numerosas as familias que possuem doze, quinze e até dezoito filhos.

CAPITAL — *Fortaleza*, com cerca de 78.500 habitantes, no littoral, situada em pequena enseada, sobre uma planicie arenosa, a 5 km. da ponta de Mucuripe e a 12 da foz do Rio Ceará. E' atravessada pelo Corrego Pajehú, que a divide em duas partes, sendo a da margem direita denominada Oiteiro.

CIDADES PRINCIPAES — *Camocim*, cujo municipio conta cerca de 17.300 habitantes, situada proximo ao oceano, á esquerda da foz do rio do mesmo nome; *Acarahú*, cerca de 23.100 habitantes no littoral, á direita do Acarahú; *Cascavel* com 26.000 habitantes, proximo ao littoral, junto ao Rio Malcozinhado. Servidas pela Estrada de Ferro Sobral, além de Camocim: *Granja* com 28.000, *Sobral* com 39.000 e *Ipú* com 22.900. Na Ibiapaba, ao Norte, *Viçosa* com 19.300. A' margem do Acarahú, além da cidade deste nome, a de *Sant'Anna*, com 16.700 habitantes. Servidas pela Estrada de Ferro Baturité, além da capital: *Maranguape* com 25.400, *Pacatuba* com 13.400, *Redempção* com 17.000, *Baturité* com 30.000, *Quixadá* com 24.100, *Quixeramobim* com 20.800; *Senador Pompeu* com 10.200, *Iguatú* com 32.400. A' margem do Jaguaribe: *Aracati*, antiga *Jaguaribe*, á margem direita, proximo ao littoral, com 27.600 habitantes; *União* com 15.400, *Russas* ou *S. Bernardo das Russas* com 17.000, *Limoeiro* com 18.500. Iguatú tambem se acha sobre o Jaguaribe. Na Serra do Pereiro, a Cidade do *Pereiro* com 7.600 habitantes. A' margem do Salgado: *Icó* com 19.200 e *Lavras* com 17.400. No Cariri: *Crato* com 29.800, *Barbalha* com 20.000, *Milagres* com 23.400 e *Jardim* com 13.000.

VILLAS PRINCIPAES — Na Comarca de Acarahú, *Massapê*; na de Assaré, *Assaré*, *Araripe* e *Campos Salles*; na de Barbalha, *Missão Velha*; na de Baturité: *Pacoti*, *Aracoiaba*, *Mulungú*; na de Canindé: *Canindé*, *Caridade e Pentecosta*; na de Cascavel: *Aquiraz*, *Beberibe* e *Guarani*; na de Crateús: *Independencia*; na do Crato: *Joazeiro*, *Quixará*, *Sant'Anna do Cariri* e *S. Pedro do Crato*; na de Fortaleza: *Mecejana*, *Porangaba* e *Soure*; na de Granja, *Palma*; na do Icó: *Iracema*, *Pereiro* e *Umari*; na de Iguatú: *Saboeiro* e *S. Matheus*; na do Ipú: *Ipueiras*; na de Itapipoca: *Itapipoca*, *Paracurú* e *Trairi*; na de Jaguaribe-Mirim: *Jaguaribe-Mirim*, *Cachoeira* e *Riacho do Sangue*; na do Jardim: *Porteiras*; na de Lavras: *Aurora* e *Varzea Alegre*; na de Milagres: *Brejo dos Santos* e *Coité*; na de Quixadá: *Morada Nova*; na de Quixeramobim: *Boa Viagem*; na de S. Benedicto: *S. Benedicto*, *Campo Grande* e *Ibiapina*; na de S. Francisco: *S. Francisco* e *S. João de Uruburetama*; na de Senador Pompeu: *Benjamin Constant* e *Pedra Branca*; na de Sobral: *Entre Rios* e *Meruoca*; na de Tamboril: *Tamboril* e *Santa Quiteria*; na de Tauhá: *Tauhá* e *Arneiros*; na de Viçosa: *Tiangud*.

VI

Orographia

Póde-se dividir de modo geral o Ceará em duas partes: a zona littoranea e o sertão.

A zona do littoral é, conforme vimos anteriormente, baixa, plana, coberta de medões de areia, que se deslocam ao sabor dos ventos reinantes. Os morrotes que apparecem á beira-mar, ora isolados, ora em série, formando paredões, ora muito proximos da linha das aguas, ora removidos pelos ventos até bem longe no interior, não são mais do que consideraveis dunas estabilizadas ou em via de se fixarem. Os comoros de areia que bordam a faixa do littoral, tambem emergem das proprias aguas, onde foram lançados pelo ventos, formando bancos e corôas, baixios extensos que tornam ingratas á navegação a costa e as barras dos rios. A primeira faixa directamente açoitada pelo oceano e apresentando praias baixas e abertas é, devido ás dunas, uma zona esteril. Ahi só existem de util as salinas naturaes. A segunda faixa littoranea, que se extende para dentro dessa, e em alguns pontos se alarga extraordinariamente para o interior, é tambem bastante plana; mas, regularmente humedecida pelas aguas da chuva e pelas que são represadas em lagunas mais ou menos extensas e profundas, devidas á obstrucção das boccas dos rios ou ao isolamento de porções do mar, graças á acção do vento e das vagas, não possue a aridez da primeira: ahi medram abundantes e variadas plantações de algodão, milho, feijão, canna e arvores fructiferas, bem como ricas pastagens. Das arvores fructiferas sobresahe o cajueiro, particularmente abundante. Merecem tambem especial referencia as palmeiras de varias especies, cujos leques abertos, em renques, dão á paizagem um encanto especial.

A poucos kilometros do littoral começa a região denominada do sertão. O territorio do Estado do Ceará é circumdado por linhas de elevações, algumas bastante consideraveis. A Oéste é a cordilheira que vem desde o Timonha, e que tem os nomes de Ibiapaba, Côcos, Grande e Cariris Novos, e da qual se escapam alguns contrafortes; ao Sul é a chapada da Serra do Araripe; a Léste a do Apodi, que recebe ao Sul varios nomes particulares.

Das serras para o littoral vai o terreno baixando gradualmente em taboleiros, em geral na direcção immediata de Nordéste. Ao Sudoéste do Estado, entretanto, da parte meridional da cordilheira, o terreno baixa primeiro na direcção do Suéste e depois para Nordéste. Esses taboleiros, mais ou menos extensos, são percorridos aqui e alli por alguns serrotes graniticos, ora isolados, ora em cordão, ora em massiço. O declive dos mesmos taboleiros é bastante suave, augmentando a horizontalidade á proporção que se desce para o littoral. Escavados pelas aguas torrenciaes que os percorrem, os vastos taboleiros formam afinal as largas varzeas dos rios, varzeas que são limitadas pelas serras.

Estudar, pois, o perfil do sertão cearense é estudar-lhe as varzeas e as serras e serrotes.

Mas o Ceará não possue, a rigor, corrente regular, permanente, a que se possa dar o nome de rio. O que ha são valles que em tempo de chuva conduzem as aguas, e no verão seccam ás vezes parcialmente, ás vezes de todo. De tal sorte, as varzeas dos cursos superiores dos rios não são mais que a planura ondulada do interior, da altitude média de 150 m. e onde de espaço a espaço avultam as serras.

As regiões montanhosas mais notaveis do Ceará são a do Oéste e a do Sul. No estudo das serras devemos distinguir com o senador Pompeu: *a*) cordilheira circular de Ibiapaba; *b*) cordão central; *c*) cordão septentrional; *d*) cordão do Suéste; *e*) serras do Cariri.

CORDILHEIRA CIRCULAR DE IBIAPABA — Extende-se este cordão, segundo a classificação de Pompeu, por todo o contorno do Estado, tomando varias denominações. Sua altitude média é de 600 m.

Tem a principio o nome de Serra de Ibiapaba propriamente dicta, dando-lhe alguns á parte meridional o de Serra dos Côcos. E' interrompida no Boqueirão do Poti, por onde desce para Oéste este rio, affluente do Parnahiba. Do Boqueirão para o Sul, a serrania tem o nome de Serra Grande ou Geral, mas alguns tambem lhe dão á parte mais meridional o nome de Cariris Novos. Até aqui esta serrania forma a divisa entre o Estado do Piauhi e o do Ceará.

As serras de Ibiapaba e Côcos contêm o *divortium aquarum* entre as bacias do Parnahiba de um lado e do Camocim e Acarahú da banda do Ceará. O *divortium aquarum* das cabeceiras do Poti não se acha, porém, como é evidente, nesta serra. A Grande e a dos Cariris Novos contêm o *divortium* entre o Parnahiba e o Jaguaribe.

Na latitude approximada de 7º-15' bifurca-se a serrania, seguindo para Sudoéste, com o nome de Dois Irmãos, um ramo que forma a divisa entre o Piauhi e Pernambuco, para Suéste outro, que é a Serra do Araripe, divisa entre o Ceará e Pernambuco.

A serra ou melhor Chapada do Araripe, sobre a qual vai em grande parte a divisa Pernambuco — Ceará, tem cerca de 200 km. de extensão, contados pelo eixo. Esta chapada contém o *divortium aquarum* entre o Jaguaribe e o S. Francisco. Della vão para aquelle os rios Poço de Pedra, Bastiões, Cariús e Salgado, este ultimo com o importante tributario Riacho dos Porcos, um de seus formadores, o qual desce da vertente meridional da serra; para o S. Francisco vão o da Brigida e varios de seus affluentes.

Limitando a Léste a larga varzea da bacia do Riacho dos Porcos, altêam-se varias elevações, que constituem a divisa entre o Ceará de um lado, e a Parahiba e o Rio Grande do Norte de outra banda. Taes elevações ou serras, que Pompeu annexou, na exposição geographica do perfil de seu Estado, á cordilheira circular, tambem podem ser della separadas, Seus nomes são, de Sul para Norte: Cachorro Morto, Balanças, Padre, Pedra-hume, Camará ou Pereiro, S. Miguel, e Chapada do Apodi. A do Camará ou Pereiro não fica bem na divisa, mas um pouco mais para Oéste, constituindo o

divisor das aguas entre o Jaguaribe e seu affluente Rio da Volta. Cachorro Morto, Balanças e Padre separam as aguas que vão para o Jaguaribe das que vão para o Piranhas; Pedrahume, S. Miguel e Apodi as que vão para o Jaguaribe das que correm para o Mossoró.

CORDÃO CENTRAL — O cordão central, que começa a 25 km. ao Noroéste da Fortaleza, junto á Barra do Joá, comprehende as seguintes serras: Couhipe ou Bom Tempo (ou Japoara), com cerca de 380 m. de altitude, Dança, Araras, Maranguape (900 m.), Aratanha (780 m.), Baturité (852 m.), que é um extenso massiço, Pindá, Marianna, Machado, Poço Bonito, Catolé, Guia, Santa Maria ou Preguiça, Estevam, Mattas, Serraria, Mandioca, Calogi, Pedra Branca, Pipoca, Joanninha ou S. Joaquim, Flamengo, Arneiroz, etc. Dessas serras do cordão central, que se vão ligar afinal á Chapada do Araripe, vertem as aguas ao Norte, proximo ao littoral, para o Pacoti, o Ceará, o Curú e o Choró. Das que ficam mais para dentro as aguas buscam de um lado o Jaguaribe pelo Quixeramobim, pelo Banabuiú e pelos altos formadores daquella corrente, e de outro vão para o Aracati-Assú, o Acarahú e o Poti.

CORDÃO SEPTENTRIONAL — E' constituido pelas serras de Uruburetama, Meruoca, Rosario, e por pequenos serrotes; vai afinal ligar-se á Ibiapaba.

CORDÃO DO SUÉSTE — Comprehende as serras: Olhos d'Agua, Azul do Boqueirão, do Sellado, Junco, Porca Magra, Tanque, Orós, etc.

SERRAS DO CARIRI — As principaes são: Quiconcá, Podi, Bastiões, Cavallos, S. Pedro, Mauzinho, Canna Brava.

VII

Hydrographia

Rios

Não ha no Ceará verdadeiros rios, isto é, correntes consideraveis com o caracter de permanencia. Ha torrentes caudalosas, que se formam na estação das chuvas e que duram emquanto estas não cessam. Terminada a estação pluvial, vão seccando os chamados rios e só se mantêm durante algum tempo, no leito, alguns depositos, como poços e lagôas, que são o unico recurso da população.

A carta hydrographica do Estado é, pois, um aspecto do terreno em certas epochas em que, irrigado por bellissima rêde potamographica, está elle fartamente irrigado pelas aguas provisorias. Admittido que a rêde fluvial esteja realmente constituida de rios e não reduzida ao schema, que são os *thalwegs* sem agua, as varzeas seccas, consideramos um regular numero de rios no territorio cearense. Todos, com excepção apenas do Poti, que se escapa por um boqueirão da Ibiapaba para o Piauhi, buscando o Rio Parnahiba, e diminutas porções de alguns que nascem na Ibiapaba aquem da divisa, nascem no proprio Estado e em seu littoral vão morrer, no Oceano Atlantico, pertencendo ao grupo que na potamographia brasileira recebe o nome de bacias orientaes.

O mais notavel é o Jaguaribe.

O JAGUARIBE — nasce com o nome de Carrapateiro na vertente meridional da Serra da Pipoca, que não é mais do que o extremo mais oriental da Serra da Joanninha ou de S. Joaquim. O Carrapateiro recebe varios riachos, entre elles pela esquerda o das Favellas, longa corrente oriunda da Serra do Flamengo, e pela direita o S. Bento e o Trici, que vêm da Serra da Joanninha; o Trici recebe pela direita o Riacho do Columi, que desce da Serra Grande.

Da confluencia do Trici em deante, um pouco abaixo de Tauá, toma o nome de Jaguaribe, com que vai até o oceano, descendo de taboleiro a taboleiro em declive muito suave, a principio no rumo geral de Suéste, depois no de Léste e finalmente na maior porção do curso no de Nor-nordéste. Pouco além recebe pela direita o Puiú, que traz as aguas do S. Gonçalo, seu tributario da esquerda, e logo depois o Cococá. Transpõe então, por um talhado a pique na rocha, a serrota de Arneiroz ou Mucuim. Depois de Arneiroz, entra-lhe pela direita o Rio Jucá, que por sua vez recebe á esquerda o Mirador, e á direita o Coronzó e o da Cruz.

Após o Jucá recebe o Jaguaribe, agora pela esquerda, o Riacho do Condado e o Rio da Queimada, ambos provenientes da Serra do Flamengo. A seguir, até o logar denominado Saboeiro, recebe pela direita e pela esquerda varios pequenos tributarios sem importancia. Logo abaixo da Villa do Saboeiro é que o rio inflecte para Léste. Neste novo rumo recebe pela direita, com o nome de Conceição, que é o que tem no curso inferior, o Rio do Poço de Pedra, originario da Chapada do Araripe, e que por sua vez toma pela esquerda, vindo da Serra Geral, o Imbuzeiro. O Poço de Pedra banha Campos Salles.

Mais adeante, logo depois de banhar S. Matheus avulta entre seus tributarios o Rio dos Bastiões, que lhe entra pela direita. E' oriundo da Chapada do Araripe, sendo sua bacia superior constituida pelo S. Miguel e pelo Brejinho com o Barro Vermelho. Recebe pela direita o do Philippe e o Cariús, o primeiro procedente da Serra de Quiconcá e o segundo da Chapada do Araripe. O Cariús recebe pela direita o da Roça, o da Fortuna e o Brabo. Na bacia do Bastiões acham-se: Araripe ou Brejo Secco, junto a um affluente do S. Miguel; Assaré, junto a pequeno sub-affluente do Brejinho; Sant'Anna do Cariri e Quicharé, á margem do Cariús.

Depois de receber o Bastiões, desce o Jaguaribe a uma varzea plana, onde se lhe encontram á margem varias aguas empoçadas, taes como as lagunas do curso baixo do Rio da Cruz e a Lagôa do Iguatú, todas á margem esquerda. Nesta região se acha tambem a Cidade do Iguatú, á esquerda do rio.

Abaixo de Iguatú recebe o Jaguaribe pela esquerda o Rio Trussú, que vem da vertente oriental da Serra do Flamengo e por sua vez toma pela direita o Quincolé e pela esquerda o Quinqué. A' margem do Quinqué, no curso alto, fica Lages.

Transposta em uma garganta rochosa a Serra dos Orós, recebe pela direita o Rio Salgado. Este é formado pelo Carás e pelo Riacho dos Porcos, ambos originarios da Chapada do Araripe. O Carás recebe pela direita o Batateira, que por sua vez recolhe entre outras as aguas do Santa Thereza e do Missão Velha. O Riacho dos Porcos, que percorre a região mais meridional do Estado, recebe, entre outros, pela esquerda, o Riacho do Balsamo, o Rio da Morte, e o Rompe Gibão, e pela direita o do Boi, o Imburanas e o dos Milagres. Depois da confluencia dos dois rios citados, o Salgado, que só então propriamente começa, recebe pela esquerda o Genipapeiro, o Rosario, o Machado, o S. Miguel e o S. João, e pela direita o das Antas, o Tupi, o Unha do Gato, o Pendencia, e o Capimpuba.

Na bacia do Salgado, que é a maior parte da região do Cariri, acham-se: Icó, Lavras e Aurora á margem do proprio Salgado; Umari, á margem do Pendencia, na Serra do Padre; Varzea Alegre, sobre o Rio do Machado; S. Pedro, na serra do mesmo nome, bacia do Rio do Rosario; Crato e Joazeiro, á margem do Batateira; Barbalha, sobre o Santa Thereza; Missão Nova, sobre pequeno tributario do Santa Thereza; Missão Velha sobre o rio do mesmo nome; Milagres e Jardim, á margem do Riacho dos Porcos; Mauriti, á margem do Rio dos Milagres; Brejo dos Santos perto do Rio da Morte.

Deixando para cima toda a fertil região do Cariri, inflecte o Jaguaribe para NNE, rumo em que vai até alcançar o oceano. Corre então, por larguissima varzea, de declive suavissimo, varzea que é limitada a Léste pela Serra do Camará e pela Chapada do Apodi, e a Oéste pelas longinquas elevações que constituem o cordão central.

Nessa varzea recebe o Jaguaribe: pela esquerda os riachos do Manuel Lopes e do Sangue, os rios Banabuiú e Palhano, e pela direita o Figueiredo. A' margem do rio, neste trecho, se acham: Jaguaribe-Mirim, Limoeiro, Russas, União, e Aracati.

O Riacho do Sangue recebe, entre outros, o Capitão-mór e o das Pedras, pela esquerda. A' sua margem estão Cachoeira e Riacho do Sangue.

O Banabuiú, grandissimo tributario da margem esquerda do Jaguaribe, vem da Serra da Pipoca, tendo algumas de suas cabeceiras não longe das do proprio Jaguaribe, e em contravertente com o Poti. Recebe numerosos affluentes, entre elles o Cangoti, o S. Gonçalo, o Codió, o do Valentim e o Santa Rosa pela direita; o Patú, o Quixeramobim e o Sitiá pela esquerda.

Destes affluentes merece particular attenção o Quixeramobim: desce da Serra das Mattas, e recebe pela esquerda o dos Cachorros e o Pirabibú, e pela direita o Boa Viagem, o Graviola, o Pau Branco. O Sitiá, em cujo alto curso se acha o Açude de Quixadá, recebe pela direita o Uruquê. Na vastissima Bacia do Banabuiú, bacia que abrange a maior parte da região do centro geometrico do Estado, encontram-se numerosos nucleos de povoação: Senador Pompeu e Benjamin Constant, junto ao proprio Banabuiú; Pedra Branca, junto a um tributario do Patú; Quixeramobim, sobre o rio do mesmo nome; Boa Viagem, sobre o rio desse nome, tributario do Quixeramobim; Quixadá, sobre o Sitiá; Morada Nova, proximo ao Rio Curral Velho, affluente do Banabuiú, no curso inferior.

O BANABUIÚ lança-se no Jaguaribe por dois extensos braços, que vão desemboccar um ao Sul e outro ao Norte da Cidade do Limoeiro.

O Rio Figueiredo vem da Serra do Pereiro e recebe, entre outros, pela direita o Rio da Volta, e pela esquerda o das Flores. Suas aguas banham na Serra a Cidade do Pereiro, e na varzea passam proximo a Iracema.

Em toda a região da varzea estão as terras marginaes do Jaguaribe inçadas de lagunas, formadas pelos rios represados. Essas lagunas são mais numerosas neste trecho, abaixo do Rio Figueiredo; ellas são muitas tambem no curso inferior do Banabuiú.

Pouco antes de chegar ao Limoeiro o Jaguaribe se divide em dois braços, tomando o mais oriental o nome de Canal do Quixerê. Estes braços se reunem pouco antes da Povoação de Santa Cruz.

O TIMONIA, Timonha ou Chaval é um ribeirão que nasce na vertente oriental da Ibiapaba. Na sua barra se lançam tambem o Ubatuba e o S. João da Praia, este ultimo lindeiro do Piauhi.

O CAMOCIM ou Curiahú nasce tambem na vertente oriental da Ibiapaba; recebe pela direita o Coreatú e pela esquerda o Itacolomi. Banha Granja e Camocim. Os altos formadores do Itacolomi banham Viçosa. O Coreatú banha Palma. Desembocca o Camocim por dois grandes braços que separam do continente a Ilha do Mangue. Ao braço mais oriental vai ter o Rio Parásinho, que é assim o ultimo affluente.

O TIAIA ou Aninga é pequeno rio que desembocca perto da ponta do Feijão.

O CASTELHANOS é tambem pequeno rio, que forma junto á foz tres lagunas: Monteiro, Castelhano e Mangue Secco.

O ACARAHÚ, que é o segundo rio do Estado, nasce na Serra da Telha, entre o massiço das Mattas e o da Serraria, perto das cabeceiras do Quixeramobim. Recebe pela direita os affluentes: Feitosa, Macacos, Jacurutú, Groahiras, Madeira, e pela esquerda o da Onça, Feijão, Porcos, Jatobá, Jaibara, e Mocós. Banha Tamboril, Entre Rios, Sobral, S. José, Sant'Anna e Acarahú. A' margem de affluentes do Jatobá estão Ipueiras e Ipú; á margem do Onça acha-se Nova Russas; e sobre o Jacurutú Santa Quiteria. Junto á barra, do lado de dentro, ha uma pequena ilha.

O ARACATI-MIRIM é o rio que se segue, pouco mais notavel do que os multiplos corregos diminutos do littoral.

O ARACATI-ASSÚ nasce em uma ramificação da Serra do Machado, e recebe pequenos tributarios. Banha Santo Antonio, Timbaúba e S. Bento do Amontada.

O MUNDAHÚ ou Mandahú nasce na Uruburetama e recebe pela esquerda o Cruxati, em cuja bacia, na subida da serra, está Itapipoca.

O TRAHIRI é pequena corrente que forma a Lagôa das Almescas, junto á qual está Trahiri.

O CURÚ, que se segue, vem da Serra do Machado e recebe: á direita o Canindé, e á esquerda o Tejessuoca e o Coxitoré. O Canindé recebe pela esquerda o Batoque, e pela direita o Seriema e o Capitão-mór, este com o Salgado á sua direita. Junto ao Curú acham-se Pentecoste, na confluencia do Capitão-mór, e Paracurú, no littoral.

O S. GONÇALO ou Livramento vem da Serra de Baturité e não tem sahida para o mar, terminando em vasta laguna sem sangradoiro, a qual é todo o seu curso inferior. Recebe varios tributarios, entre os quaes, pela esquerda, o dos Bois e do Tigre.

O CAUHIPE é pequena corrente, represada em laguna junto ao littoral.

O CEARÁ é rio não muito notavel pelas dimensões. Recebe aguas das serras de Baturité, Maranguape e Araras. Tem por affluente pela direita o Maranguape. Passa perto de Soure. A' margem do Maranguape está a cidade do mesmo nome.

O Cocó, pouco depois da ponta Mucuripe, é um pequeno rio que passa junto a Mecejana. Não longe de seu affluente Monguba está a Cidade de Pacatuba.

O PACOTI nasce na Serra de Baturité e recebe pela esquerda o Agua Verde e o Bahú. Banha Redempção, na serra, e Aquiraz proximo á costa.

O MALCOZINHADO, que tem origem na Lagôa do Codó, entra no mar depois de algumas lagunas costeiras, passa proximo a Cascavel.

O Choró vem da Serra do Estevam. Recebe pela esquerda o Cangati, o Riachão, o Araçoiaba e o Araré. Banha Caio Prado e Cangati. A' margem do Araçoiaba, que pouco antes recebe o Pitiá, está Baturité, na serra deste nome, donde vem o rio; á margem do Araré acha-se Guarani.

O Pirangi nasce na Serra Azul e recebe pela direita o Feijão, o Riacho dos Macacos, o Arataca, o Imburanas, etc. Termina em vasta laguna com sangradoiro.

O Matta Fresca é a ultima corrente que desembocca no littoral cearense quando se vem de Norte para Sul. Sua barra acha-se muito proxima do Morro do Tibau.

O Poti, que vai para o Parnahiba, nasce no Ceará, formado principalmente pelo Tourão, pelo S. José, pelo do Meio e pelo Itahim. Esses formadores e mais o Pinheiros, o do Matto e do Assis, tributarios da direita do Poti, e o Carrapateira, Flamengo e Queimadas, da esquerda, formam uma interessante bacia em leque muito regular. A' margem do Poti está Crateús; á margem do Independencia, tributario do Rio do Meio, a Cidade de Independencia.

Lagôas

O empino do sólo em declive suave, diz Thomaz Pompeu, sem fracturas, numa horizontalidade apenas quebrada por serrotes ou serras, o plexus sinuoso em multiplos drenos a collectarem as aguas pluviaes, a seccura atmospherica favorecida por ventos alisêos, de uma constancia inquebrantavel, os verões prolongados e as evaporações rapidas, contribuem para a escassez d'agua em grandes depositos, sob a fórma de lagôas. Em geral as existentes são de proporções minguadas, razas, superficiaes, verdadeiros caldeirões em terrenos abertos, cobrindo raramente valles profundos. Na estação fluvial, quando o inverno é abundante, as superficies, alojadas se espraiam por alguns kilometros, formando vastos alagados, marginados por atoleiros.

Na orla maritima, onde a duna impellida pelo vento barra a corrente dos riachos, formam-se represas mais ou menos profundas, que são destruidas pelos grandes invernos e pelo esforço do senhorio marginal, cujas terras ficam submersas.

As lagôas mais importantes pelo volume de suas aguas são: do Coronel, do Matto e da Matta, Socio da Velha, no Municipio de Aracati; Patos, e Tronco entre os rios Pirangi e Palhano; Catú no rio do mesmo nome, entre Aquiraz e Cascavel; Mecejana a 12 km. da capital; Porangaba a 7 km. da capital; S. Gonçalo proximo á barra do rio deste nome; Trahiri no rio do mesmo nome; Timbaúba, Castelhano e Pesqueira, entre os rios Acarahú e Camocim — todas proximas ao littoral. No valle do Jaguaribe, ao poente da Cidade de Iguatú, acham-se as lagôas de Iguatá e Barro Alto; Conceição, no Riacho do Sangue; Grande, perto da confluencia do Figueiredo com o Jaguaribe; Camorupim, na Granja.

VIII

Clima

O clima cearense é egualmente quente e secco no verão, humido no inverno, variando a intensidade do calor e da humidade segundo a situação topographica e accidentes locaes.

Do solsticio de Dezembro ao equinocio de Março, ha ventos regulares de Nordéste para Sudoéste, ventos que raramente produzem condensações atmospherica e as chuvas consequentes. Em Dezembro e Janeiro ha algumas vezes chuvas abundantes, occorrendo então o — inverno temporão.

Do equinoxio de Março ao solsticio de Junho, é a epocha dos calores abafantes, e de evaporação activa, que produz abundantes nuvens. Cahem então chuvas consideraveis, durante muitas horas por dia, e, ás vezes, durante dias seguidos. E' a estação a que se dá, na terra, o nome de inverno. Ora vai de Março a Junho, ora começa mais cedo, em Janeiro e vai até Maio.

Seguem-se cerca de dois mezes de verdadeira primavera, geralmente de Junho a Agosto. A vegetação activa-se por toda a parte.

Segue-se o estio, onde o contraste com a epocha anterior é enorme. Desde fins de Agosto, os dias vão-se tornando mais quentes; os ventos ás vezes muito violentos, são inconstantes, mudando, com grande frequencia, de quadrante. A vegetação começa a ter crestadas as folhas, os ramos vão-se despindo; o sólo cobre-se de poeira fina, negra nas varzeas dos rios, amarellada nas encostas dos serrotes, cinzentas nos sertões. Poucas arvores, o joazeiro, a oiticica, a carnaúba conservam verde a fronde. As fontes diminuem ou seccam, os rios se reduzem a valles profundos, onde se conservam; apenas, espaçados, alguns poços. Minguam tambem os açudes e as lagôas. O calor attinge, no sertão, as temperaturas maximas cuja média (média das maximas) é de cerca de 35º. E' a estação das seccas, que vai até Dezembro, alguns annos até Janeiro.

De modo geral se póde dizer que a estação secca vai de Maio ou Junho até Dezembro ou Janeiro. A outra parte do anno é a estação mitigada pelas chuvas, ainda que não constantes.

Vejamos agora particularizadamente varios dos elementos do clima nas tres regiões — littoral, serras e sertão. A temperatura do littoral é em geral elevada. A differença entre as temperaturas extremas do mesmo dia raramente chega a 10º. A maxima chega em algumas epochas a 32º, a minima jámais é inferior a 18º.

Nas serras o abaixamento da temperatura vai-se operando na razão de 1º para 100 a 130 m. de elevação. Na de Maranguape, cerca de 300 m. sobre o mar, a temperatura é cerca de 3º inferior á de Fortaleza. Em Baturité a média annual é de cerca de 20º subindo o thermometro a 28º nos fortes calores e descendo em Julho a 15º. Na do Araripe a temperatura é cerca de 6º inferior á do Crato. Nas serras occorre, em geral, que as vertentes orientaes são muito mais frescas que as occidentaes.

No sertão o clima é mais variavel, sendo as oscillações mais rapidas. Os dias são em geral muito mais quentes do que no littoral, e as noites muito mais frescas.

Quanto ás precipitações muito ha que dizer, mas a materia só póde ser aqui apresentada muito reduzidamente. Em Thomaz Pompeu encontrar-se-á estudo bastante aprofundado.

Já vimos, de modo summario, qual a epocha normal das chuvas. E' nas proximidades do equinoxio de Março que as chuvas, se já não começaram, devem começar, e muito copiosas. Dahi vem a convicção do sertanejo, diz o senador Pompeu, de que se o inverno não começa francamente por S. José (19 de Março), a secca está declarada.

Se não occorrerem as chuvas regulares, seccos os rios, torrada a vegetação, está o Ceará na epocha do flagello. A secca é uma calamidade que se reproduz periodicamente, ora mais intensa, ora menos pavorosa, desde os tempos mais remotos a que attinge a nossa Historia. Famosas pelo cortejo de desgraça foram as seccas de 1723-1727, 1790-1795 (secca grande), 1824-1825, 1877-1879, e outras muitas. Cada uma destas desgraças traz ao Ceará o prejuizo de muitos milhares de vidas humanas, e mais a perda da agricultura e dos rebanhos de gado. Além dos que morrem á mingua, de fome e de sêde, perde o Ceará os filhos que abandonam a terra madastra em busca de outros climas: os "retirantes".

Com obras começadas e sempre interrompidas, adiadas, proteladas, têm procurado os governos conjurar a calamidade periodica do infeliz torrão cearense. A açudagem tem sido feita lentamente e quasi improfiquamente, sendo o açude mais notavel o de Quixadá. Ha esperanças de melhoria em consequencia dos grandes emprehendimentos a que resolveu o actual governo do sr. Epitacio Pessôa consagrar consideraveis verbas. E' evidente que quaesquer que sejam as despesas que ao paiz acarretem taes obras, do Brasil inteiro só se ouvirão bençãos quando, minorada a sorte do vastissimo Nordéste, forem as populações reintegradas na tranquillidade, na certeza do futuro, afastada a ameaça permanente da miseria que paira sobre o heroico povo.

*

Embora sujeito á calamidade das seccas, e tendo dizimada periodicamente a população, é o Ceará uma das regiões brasileiras melhor reputadas quanto á salubridade. Póde-se dizer que no torrão cearense não ha grandes molestias endemicas. Comtudo tem sido o Estado assolado, em algumas epochas, por terriveis epidemias: a febre amarella, que o invadiu em 1851 e tem reapparecido algumas vezes; o *cholera* em 1862 e 1863, etc.

Difficil actualmente ainda é apurar coefficientes de mortalidade no Brasil. Corre, entretanto, como verosimil a taxa de 21,6 obitos por 1.000 habitantes para a Cidade de Fortaleza, cifra inferior ao de numerosas cidades européas muito bem reputadas. O sertão e as serras são muito mais salubres do que a capital. Certas zonas, como a Ibiapaba, a Serra de Baturité, o Icó e todo o Cariri gosam de extraordinaria fama pelo seu clima suave e pelas condições favoraveis á saude, que lhes assegura o nome de verdadeiros sanatorios naturaes.

IX

Fauna

Entre os *mammiferos*, além dos que foram introduzidos pelos colonizadores europeus, isto é, o boi, o cavallo, o jumento, o carneiro, a cabra, o cão, o gato, o porco, encontram-se ainda numerosas especies indigenas, algumas das quaes, em consequencia da caça, vão rareando. Taes especies indigenas são: anta, capivara, cutia, gato montez, guará, guaxinim, guariba, macacos, mocó, onça, ouriço, caitetú, queixada, paca, preá, preguiça, raposa, varias especies de ratos, tamanduá, tatú, veado, quati, sagui, morcego.

Entre as *aves de rapina* podem-se citar: urubú-rei, urubútinga, gaviões, coruja, caboré, acauam. Entre os *passaros*: andorinha, araponga, annum, alma de gato, azulão, beija-flor, bicudo, cardeal, canario, currupião, encontro, graúna, patativa, papa-arroz, papa-capim, pintasilgo ou pintasilvo, rouxinol, sanhassú, sabiá, xexéo. Entre os *trepadores*: pica-pau, tucano, papagaio, periquito, arara, canindé, araruna, jandaia. Entre os *gallinaceos*: perdiz, pavão, jacú, gallinha de guiné, perú, ema, zabetê, ganso, seriema, inhambú, pombas, de varias especies. Entre os *palmipedes*: gaivota, pato, marreca, mergulhão. Entre os *ribeirinhos* (pernaltas): maçarico, garça aburú, socó, jaçanan, gallinha d'agua, etc.

Entre os *chelonios* ha quatro especies de tartarugas. Entre os *saurios*: o cameleão, tejuassú, calango, tejupim, jacaré. Entre os *ophidios*: cascavel, jararaca, coral, sucuriú, caninana, papa-ovos, cobra d'agua, verde, de cipó, de veado, etc. Entre os *batrachios*: a gia, o sapo cururú, a ran, etc.

De *peixes* são as costas cearenses muito abundantes. Os bancos nas barras dos rios, principalmente, são muito piscosos. Os peixes mais conhecidos são: acará, arraia, badejo, bagre, baiacú, bijupirá, baleia, barbudo, bôto, cação, anequim, cação bagre, e outras variedades de cação, caldeirão, camoropim, cavalla, xaréo, corvina, doirado, enxova, gallo, garoupa, jamanta, mero, morêa, pargo, peixe boi, pescada, piau, robalo, robalinho, roncador, sargo, salema, sardinha, tainha, trahira, vermelho, voador, etc.

Entre os *insectos* merecem referencia: formigas, abelhas, cupim, traça, cigarra, pulga, percevejo, carrapato, bicho de pé, mosca, mosquitos de varias especies, cascudos, pyrilampos, besoiros, maribondos, gafanhotos, grillos, etc. Entre os *arachnideos*: varias aranhas e escorpiões.

Entre os *crustaceos* encontram-se: caranguejos, guaiamús, camarão, etc. Entre os *vermes*: sangue-sugas, minhocas, etc. Entre os *molluscos*: ostras, mariscos, polvos. Entre os *zoophitos*: estrella do mar, esponja, etc.

X

Flora

Tres regiões botanicas se consideram no Ceará: a do littoral, a das serras e a do sertão. A primeira é coberta de vegetação baixa, escassa, de folhas permanentes, e constituida principalmente de cajueiros, cajazeiras, mangabeiras, manapuçás, ubaias, muricis, guajerús, cauassús, janagubas, barbatimão, lacre, embiriba, batiputá, candêa, jetahi, peroba, pau-ferro, parahiba, sambahiba, etc. Abundam os cipós e plantas enrediças das familias leguminosas, convolvulaceas, apocyneas, passifloreas, etc.

As serras estão sempre cobertas de vegetação pomposa e sempre verde. As principaes arvores são: massaranduba, pau d'arco amarello, pirauá, angelim, mamaluco, loiro, jatobá, pau d'oleo, balsamo, jitó, coração de negro, jacarandá, palmeiras, etc. Pelas faldas das serras ha uma vegetação especial, que recebe o nome de mattas de ao pé da serra e cujas especies principaes são: cedro, pau d'arco roxo, jurema branca, angico, pequiá, manicoba, tatajuba, pajaú, timbaúba, genipapo, etc.

A região botanica do sertão é a mais vasta, abrangendo quasi todo o territorio do Estado. São terrenos montuosos, pedregosos, revestidos de mattas denominadas catingas, cujas arvores são de pequenas dimensões, com folhas caducas. Especies caracteristicas: pereiros, sabiás, imburanas, catin-

gueiras, etc. As arvores mais communs da catinga formam massiços, sobre os quaes avultam, esparsas, arvores maiores, como a aroeira, o pau d'arco roxo, angico, gonçalo-alves, cumarú, brauna, etc.

Em Thomaz Pompeu, *O Ceará no começo do seculo* XX, importante obra de que nos soccorremos para este resumo, encontra-se abundante lista das plantas cearenses, devidamente classificadas.

XI

Riquezas mineraes

Entre as rochas igneas, eruptivas ou não estratificadas, encontram-se no sólo cearense o gneiss, granito, quartzo, porphyro, micaschistos, basalto; entre as estratificadas os schistos argillosos, ardosias, marmore, etc.

O basalto encontra-se no Crato, no Tauá, no serrote Cantagallo, no leito do Rio Choró, e em alguns outros logares. O granito e o gneiss existem em pedreiras por todo o territorio do Estado. O marmore e demais calcareos abundam nos serrotes proximos ao littoral e tambem no Crato. Encontra-se gesso na Chapada do Araripe. No sertão do Cariri acha-se a ardosia. Os silex, os feldspathos, porphyros, quartzitos e argillas são muito abundantes por todo o Estado. No sertão, encontra-se salitre em varias regiões. Sal-gemma é encontrado no jardim e no valle do Aracati-Assú. O sal marinho é extrahido em toda a costa, ainda pelos processos mais rudimentares: o represamento das aguas na maré cheia e a subsequente evaporação natural. De muitos outros mineraes tem sido assignalada a presença, mas permanecem inexplorados, e não se sabe mesmo se são sufficientes as jazidas para exploração industrial.

Da existencia de carvão tem-se noticia na Granja, em Ipú, no Crato, no Jardim, na Serra do Araripe.

Dos metaes, conhecem-se artigos de oiro em varios municipios, sem que se tenha até hoje conseguido extrahir quantidade industrialmente compensadora. A prata já foi rudimentarmente explorada em varios pontos. Encontram-se em alguns logares jazidas de cobre, zinco, chumbo e de alguns compostos, como o alvaiade. Sob varias fórmas é encontrado o ferro no Municipio do Quixeramobim, no Arneiroz, em Santa Quiteria, Araripe, etc.

Fontes mineraes e thermaes existem rarissimas no Ceará: em Fortaleza, no Pagé, no Crato, no Aracati, no Tamboril e em Santa Quiteria.

OTHELLO DE SOUSA REIS.

XII

Municipios

O Estado do Ceará divide-se, administrativamente, em 86 municipios, discriminados a seguir em ordem alphabetica:

ACARAHÚ — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, á margem direita do Rio Acarahú, ao Norte do Estado, entre 2º-52'-36" de lat. S e 3º-0'-12" de long. oriental do Rio de Janeiro. Creado municipio pela resolução provincial n. 475, de 31 de Julho de 1849. Pequeno porto de mar. Limita-se ao Norte com o oceano, a Léste com o Municipio de Itapipoca, ao Sul com o Municipio de Sant'Anna e a Oéste com os Municipios de Camocim e Granja. Exporta peixes seccos e em conserva e sal em grande quantidade. Produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio nove escolas publicas primarias mantidas pelo Estado. População pelo recenseamento de 1920 — 23.053 habitantes.

AQUIRAZ — Cidade e termo judiciario da Comarca de Cascavel, distante da capital 30 km., banhada pelo Rio Pacoti. Primeira villa estabelecida no Estado, séde da antiga Ouvidoria, creada por carta régia de 1710. Limita-se ao Norte com o oceano, a Léste com o Municipio de Cascavel, ao Sul com o de Guarani e a Oéste com o de Mecejana. Produz canna de assucar, algodão, cera de carnaúba e cereaes. Funccionam no municipio 15 escolas publicas primarias mantidas pelo Estado. População pelo recenseamento de 1920—16.507 habitantes.

ARACATI — Cidade e séde de comarca de terceira entrancia, á margem oriental do Rio Jaguaribe, entre 4º-37' de lat. S e 5º-25' de long. oriental. Creada villa por ordem régia de 11 de Abril de 1747. Porto de mar muito commercial. Limita-se ao Norte e Nordéste com o oceano, a Léste com o Municipio de Mossoró, Rio Grande do Norte, ao Sul com o Municipio de União e a Oéste com o de Cascavel. Possue uma importante fabrica de tecidos e fiação. Produz e exporta algodão, tecidos, cera de carnaúba, sal e cereaes, rendas finissimas. Funccionam no municipio 13 escolas publicas primarias e varios collegios particulares. População pelo recenseamento de 1920 — 27.551 habitantes.

ARACOIABA — Villa e termo judiciario da Comarca de Baturité, banhada pelo Rio Aracoiaba e localizada á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Creada por decreto de 16 de Agosto de 1890. Produz algodão, fumo e cereaes. Possue uma fabrica de descaroçar e beneficiar algodão e arroz. Existem no municipio algumas importantes fazendas de creação. Funccionam na sua circumscripção territorial quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 8.137 habitantes.

ARARIPE — Villa e termo judiciario da Comarca de Assaré, sobre a Serra do Araripe. Limita-se ao Norte com o Municipio de Campos Salles, a Léste com o de Assaré, ao Sul com o de Sant'Anna do Cariri e a Oéste com o Estado do Piauhi. Produz algodão, fumo e cereaes em grande quantidade. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.288 habitantes.

ASSARÉ — Villa e séde de comarca de primeira entrancia, no Sul do Estado. Creada por lei provincial de 1 de Julho de 1865. Limita-se ao Norte com os municipios de Saboeiro e S. Matheus, a Léste com o de Varzea Alegre, ao Sul com o de Sant'Anna do Cariri e a Oéste com o de Araripe. Produz algodão, fumo e cereaes em grande escala, e possue grandes fazendas de creação. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População em 1920 — 8.372 habitantes.

AURORA — Villa e termo judiciario da Comarca de Lavras, á margem esquerda do Rio Salgado. Creada por lei provincial de 10 de Novembro de 1883. Limita-se ao Norte com o Municipio de Lavras, a Léste com o Municipio de Cajazeiras, Estado da Parahiba do Norte, ao Sul com o Municipio de Missão Velha e a Oéste com o de S. Pedro do Cariri. Produz fumo, algodão e cereaes e possue algumas importantes fazendas de creação. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 12.453 habitantes.

BARBALHA — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, ao sopé da Serra do Araripe, no valle fertilissimo do Cariri, banhada pelo Rio Salamanca. Creada villa pela lei provincial de 17 de Agosto de 1846. Limita-se ao Norte com o Municipio do Crato, a Léste com o de Missão Velha e ao Sul com a Serra do Araripe. Importante zona creadora e agricola, florescente e muito commercial. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 19.900 habitantes.

BATURITÉ — Cidade e séde de comarca de terceira entrancia, ao sopé da serra do mesmo nome, banhada pelos rios Putiú e Aracoiaba, á margem da Estrada de Ferro de Baturité, entre 4º-21' de lat. S e 4º-30' de long. oriental. Limita-se ao Norte com os municipios de Pacoti e Redempção, ao Sul com o de Quixadá, a Léste e Suéste com o de Aracoiaba, a Oéste com os de Mulungú e Coité e Noroéste com a Povoação de Guaramiranga. E' um dos municipios mais ricos e importantes do Estado por suas vastas culturas de café, canna de assucar, maniçoba, algodão, fumo, fructas e cereaes. Possue duas importantes fabricas de descaroçar e beneficiar algodão e café e de sabão e oleos vegetaes, e exporta excellentes madeiras de construcção. Funccionam no municipio 15 escolas publicas primarias e varios collegios particulares. População pelo censo de 1920 — 30.032 habitantes.

BOA VIAGEM — Villa e termo judiciario da Comarca de Quixeramobim, banhada por 10 affluentes do rio deste nome. Creada por lei provincial de 27 de Novembro de 1851. Limita-se ao Norte com os municipios de Canindé, Santa Quiteria e Tamboril, a Léste com o de Quixeramobim, ao Sul com o de Pedra Branca e a Oéste com o de Cratheús. Possue grandes fazendas de creação e produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.433 habitantes.

BREJO DOS SANTOS — Villa e termo judiciario da Comarca de Jardim, creada por lei provincial de 3 de Agosto de 1875. Limita-se ao Norte com o Municipio de Milagres, a Léste com o de Conceição, Estado da Parahiba do Norte, ao Sul com o de Porteiras e a Oéste com a Serra do Araripe. Produz algodão, canna de assucar e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 5.617 habitantes.

CACHOEIRA — Villa e termo judiciario da Comarca de Jaguaribe-Mirim, á margem do Riacho do Sangue, creada por lei provincial de 22 de Outubro de 1870. Zona essencialmente creadora. Limita-se ao Norte com os municipios de Riacho do Sangue e Quixeramobim, a Léste como de Jaguaribe-Mirim, ao Sul com os de Icó e Iguatú e a Oéste com o de Maria Pereira. População pelo censo de 1920 — 8.926 habitantes.

CANINDÉ — Cidade e termo judiciario da Comarca de Baturité, á margem occidental do rio do mesmo nome, creado por lei provincial de 29 de Julho de 1846. Limita-se ao Norte com o Municipio de S. Francisco, a Léste com o de Baturité, ao Sul com o de Quixeramobim e a Oéste com o de Santa Quiteria. Produz algodão, canna de assucar, maniçoba, cereaes, mas o principal ramo do seu commercio é a creação, possuindo importantes fazendas. Funccionam no municipio 10 escolas publicas primarias e um collegio mantido pelos frades Capuchinhos, sob a direcção dos quaes se acha egualmente o majestoso templo de S. Francisco das Chagas, alli construido no fim do seculo XVIII. População pelo censo de 1920 — 14.604 habitantes.

CAMOCIM — Cidade e termo judiciario da Comarca de Granja, situada entre 3º-12' de lat. S e 2º-28' de long. oriental. Porto de mar de vasto commercio de exportação dos productos da zona Norte do Estado, achando-se ahi localizada a estação inicial da Estrada de Ferro de Sobral. Exporta algodão, fibras, vegetaes, fumo, cera de carnaúba, cereaes, rendas finissimas e outros productos manufacturados. Limita-se ao Norte com o oceano, a Léste com o Municipio de Acarahú, ao Sul com o de Granja e a Oéste com o Estado do Piauhi, tendo sido creada villa por lei provincial de 29 de Setembro de 1879. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 17.271 habitantes.

CAMPO GRANDE — Villa e termo judiciario da Comarca de S. Benedicto, sobre a Serra de Ibiapaba. Antiga Villa Nova d'El-Rei, creada no seculo XVIII. Limita-se ao Norte com o Municipio de S. Benedicto, a Léste com o de Santa Quiteria, ao Sul com o do Ipú e a Oéste com o Estado do Piauhi. Zona muito productora de canna de assucar, café e cereaes. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 17.882 habitantes.

CAMPOS SALLES — Villa e termo judiciario da Comarca de Assaré, creada por lei provincial de 19 de Junho de 1865. Limita-se ao Norte com o Municipio de Arneiroz, a Léste com os de Saboeiro e S. Matheus, ao Sul com os de Araripe e Sant'Anna do Cariri e a Oéste com o Estado do Piauhi. Produz canna de assucar, algodão, fumo e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.142 habitantes.

CASCAVEL — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, creada pela resolução do conselho do governo de 5 de Maio de 1833. Limita-se ao Norte com o oceano, a Léste com a Villa de Beberibe e Municipio de Aracati, ao Sul com os de Morada Nova e Quixadá e a Oéste com o de Aquiraz. Produz canna de assucar, algodão, mandioca e cereaes. Funccionam no municipio 14 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 26.041 habitantes.

CEDRO — Villa e termo judiciario da Comarca de Lavras, creada pela lei n. 1.725, de 9 de Julho de 1920. Está situada á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias.

CORRÉ — Villa e districto policial da Comarca de Baturité, sobre a serra deste nome. Creada por decreto n. 35, de 1 de Agosto de 1890 do Governo Provisorio. Produz café e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 6.553 habitantes.

CRATHEÚS — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, á margem do Rio Poti e da Estrada de Ferro de Sobral. Zona essencialmente creadora, mas produz muito algodão e cereaes. Limita-se ao Norte com o Municipio de Tamboril, a Léste com os de Boa Viagem e Pedra Branca, ao Sul com o de Independencia e a Oéste com o Estado do Piauhi. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 18.876 habitantes.

CRATO — Cidade e séde de comarca de terceira entrancia, ao sopé da Serra do Araripe, entre 7º-41'-2" de lat. S e 4º-2' de long. oriental. Centro de grande commercio com os Estados de Pernambuco e Piauhi, sendo considerado como dos mais importantes municipios do Estado pela fertilidade do seu sólo, densidade de população e riquezas naturaes. Produz em vasta escala canna de assucar, algodão,

fumo, cereaes, borracha de maniçoba e outros generos. Limita-se ao Norte com os municipios de Assaré e Varzea Alegre, a Léste com os de S. Pedro do Cariri e Missão Velha, ao Sul com o de Batalha e a Oéste com o Estado de Pernambuco. E' séde de um bispado, suffraganeo do Arcebispado Metropolitano de Fortaleza. Funccionam no municipio 11 escolas publicas primarias e varios estabelecimentos particulares de ensino primario e secundario, além do Seminario Episcopal. População pelo censo de 1920 — 29.774 habitantes.

FORTALEZA — Capital do Estado, fundada, por Martim Soares Moreno em 1609 e situada entre 3º-43'-36'' de lat. S e 4º-39'-11'' de long. oriental. Porto de mar de intenso commercio. A cidade assenta sobre uma planicie arenosa que se vai elevando da beira-mar para o interior em uma declividade de 1,25 m. por 100, contando uma população approximada de 80.000 habitantes. E' regularmente edificada, com ruas espaçosas, bellos jardins e praças. Séde do governo do Estado, do Tribunal da Relação e do Arcebispado Metropolitano. Funccionam no municipio uma Faculdade de Direito, dois estabelecimentos de ensino secundario — Lyceu e Escola Normal — nove grupos escolares, 51 escolas de ensino primario, importantes institutos particulares de ensino e um seminario archidiocesano. A cidade é illuminada a gaz carbonico e a electricidade e servida por *tramways* da "Ceará Light and Power Co.".

GRANJA — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, á margem da Estrada de Ferro de Sobral, entre 3º-5'-43'' de lat. S e 3º-0'-12'' de long. oriental. A cidade é banhada pelo Rio Curiahú. Produz algodão e cereaes em larga escala e o seu commercio é dos mais importantes do Norte do Estado. Funccionam no municipio 17 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 27.962 habitantes.

IBIAPINA — Villa e termo judiciario da Comarca de S. Benedicto, sobre a Serra da Ibiapaba. Limita-se ao Norte com os municipios de Palma e Sobral, a Léste com os de Sobral e S. Benedicto, ao Sul com o de S. Benedicto e a Oéste com o Estado do Piauhi. Creada villa pela lei provincial n. 1.773, de 23 de Novembro de 1878. Produz café, canna de assucar, fumo e cereaes. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.426 habitantes.

Icó — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, á margem direita do Rio Salgado, no centro de grandes planicies, cuja largura varia de 3 a 10 km., por 20 de comprimento, formando uma área de cerca de 10.000 hectareos de excellentes terras, muito favoraveis á irrigação. Está situado entre 6º-23' de lat. S e 4º-7' de long. oriental. As planicies de Icó estão a 225 km. da Cidade de Aracati e 143 m. acima do nivel do mar. Limita-se ao Norte com os municipios de Cachoeira e Jaguaribe-Mirim, a Léste com as serras do Pereiro e do Camará, ao Sul com o Municipio de Lavras e Varzea Alegre e a Oéste com o de Iguatú. Foi creada villa por alvará de 2 de Maio de 1738. Produz abundantemente algodão, canna de assucar e cereaes e possue importantes fazendas de creação. Funccionam no municipio sete escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 19.209 habitantes.

IGUATÚ — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, á margem esquerda do Rio Jaguaribe e da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa com a denominação de Telha pela lei provincial n. 595, de 27 de Outubro de 1852, sendo elevada a cidade em 1874 com a denominação actual. Limita-se ao Norte com o Municipio de Cachoeira, a Léste com o de Icó, ao Sul com o de S. Matheus e a Oéste com o de Maria Pereira. Está situado entre 6º-24' de lat. S e 3º-35' de long. oriental. Produz algodão, fumo, mandioca e cereaes e crea muito gado. Funccionam no municipio oito escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 32.406 habitantes.

INDEPENDENCIA — Villa e termo judiciario da Comarca de Cratheús, separada do Estado do Piauhi pela Cordilheira da Ibiapaba. Zona essencialmente creadora. Produz bem algodão e cereaes. Pertenceu outr'ora ao Estado do Piauhi, sendo incorporado ao territorio cearense em 1880. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População censo de 1920 — 14.118 habitantes.

IPÚ — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, ao sopé da Serra da Ibiapaba, á margem da Estrada de Ferro de Sobral, entre 4º-19'-32'' de lat. S e 2º-16'-45'' de long. oriental. Creada villa por lei provincial n. 200, de 26 de Agosto de 1840, é banhada por uma corrente perenne. Limita-se ao Norte com o Municipio de Campo Grande, a Léste com os de Santa Quiteria e Tamboril, ao Sul com o de Ipueiras e a Oéste com o de Campo Grande. Zona agricola e creadora muito prospera. Possue, inexploradas, minas de oiro, prata e ferro. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 22.834 habitantes.

IPUEIRAS — Villa e termo judiciario da Comarca do Ipú, á margem da Estrada de Ferro de Sobral. Creada villa pela lei provincial n. 2.036, de 25 de Outubro de 1883. Produz canna de assucar, algodão, fumo e cereaes e crea muito gado. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 22.433 habitantes.

ITAPIPOCA — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, ao sopé da Serra da Uruburetama, creada villa por alvará de 17 de Outubro de 1823, com a denominação de Imperatriz, sendo elevada a cidade em 1889 com a denominação actual. Produz algodão em grande escala e cereaes. Funccionam no municipio 13 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 27.409 habitantes.

JAGUARIBE-MIRIM — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, á margem do Rio Jaguaribe. Creada villa pela lei provincial n. 1.829, de 3 de Setembro de 1879. Importante zona agricola e creadora. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.759 habitantes.

JARDIM — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, sobre a Serra do Araripe, nas fronteiras do Ceará com os Estados de Pernambuco e Parahiba. Creado municipio por alvará de 1814. Produz canna de assucar, café, fumo e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias e um collegio particular. População pelo censo de 1920 — 12.979 habitantes.

JOAZEIRO — Cidade e termo judiciario da Comarca do Crato, no valle do Cariri, ao sopé da Serra dos Carás. Importante zona agricola, grande productora de canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 22.067 habitantes.

LARANJEIRAS — Villa e termo judiciario da Comarca de Quixeramobim. Zona agricola e creadora. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias.

LAVRAS — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, á margem do Rio Salgado. Creada villa por alvará de 1816. Está situada ao sopé da Serra do Boqueirão e á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Zona agricola e creadora de primeira ordem. Seu sólo é rico de minerios, encontrando-se, segundo o dr. Thomaz Pompeu, "oiro em pó subtil, em grãozitos ou em folhetos, misturado com esmeril negro mui brilhante e attractivel ao iman, e tambem engastados em veios de quartzo". Funccionam no municipio sete escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 17.360 habitantes.

LIMOEIRO — Cidade e termo judiciario da Comarca de S. Bernardo das Russas, creada villa por lei provincial n. 1.402, de 22 de Julho de 1871. Está situada no fertilissimo valle do Jaguaribe. Produz algodão, cera de carnaúba e cereaes. Funccionam no municipio sete escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 18.512 habitantes.

MARANGUAPE — Cidade e séde de comarca de terceira entrancia, ao sopé da serra do mesmo nome, distante de Fortaleza 28 km. e á qual é ligada por um ramal da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa por lei provincial de 1859. A cidade é illuminada a luz electrica e abastecida de excellente agua potavel canalizada. O municipio é muito rico e prospero, constituindo-se centro de grande commercio. Produz em vasta escala canna de assucar, café, algodão, fructas e cereaes. Funccionam no municipio um grupo escolar e 18 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 25.396 habitantes.

MARIA PEREIRA — Villa e termo judiciario da Comarca de Senador Pompeu, banhada pelo Rio Banabuiú, no sertão da Mombaça. Grande zona creadora. Produz algodão, canna de assucar e cereaes. Funccionam no municipio, tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 10.263 habitantes.

MASSAPÊ — Cidade e termo judiciario da Comarca de Sobral, á margem da Estrada de Ferro de Sobral. Produz algodão, fibras vegetaes e cereaes. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.457 habitantes.

MECEJANA — Villa e districto policial da Comarca de Fortaleza, ligada á capital por estrada de rodagem. Antiga aldeia Paupina, foi creada villa por carta régia de 14 de Setembro de 1758. Limita-se ao Norte com o Municipio de Fortaleza, a Léste com o de Aquiraz, ao Sul com o de Pacatuba e Oéste com o de Porangaba. Produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio 11 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.570 habitantes.

MILAGRES — Cidade e termo judiciario da Comarca de Jardim, no valle do Cariri, banhada por uma corrente perenne, o Riacho dos Porcos. Creada villa por lei provincial n. 374, de 17 de Agosto de 1846. Produz café, canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio cinco escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 23.360 habitantes.

MISSÃO VELHA — Villa e termo judiciario da Comarca de Barbalha, no valle do Cariri. Creada villa por lei provincial n. 1.120, de 8 de Novembro de 1864. Produz excellentemente canna de assucar, café, algodão e cereaes e possue grandes fazendas de creação. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 16.452 habitantes.

MORADA NOVA — Villa e termo judiciario da Comarca de Quixadá, á margem esquerda do Rio Jaguaribe. Creada villa por lei provincial de 2 de Agosto de 1876. Produz algodão, cera de carnaúba e cereaes. Funccionam no municipio cinco escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 12.316 habitantes.

MULUNGÚ — Villa e districto policial da Comarca de Baturité, sobre a serra deste nome. Creada villa por decreto do Governo Provisorio, n. 29, de 23 de Julho de 1890. Produz café, canna de assucar, fructas e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 7.269 habitantes.

PACATUBA — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, ao sopé da Serra da Aratanha, á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa por lei provincial de 26 de Abril de 1873. Produz café, canna de assucar, fructas e cereaes. Funccionam no municipio 17 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 13.374 habitantes.

PACOTI — Villa e districto policial da Comarca de Baturité, sobre a serra deste nome. Antiga Povoação da Pendencia, foi elevada a villa por decreto do Governo Provisorio, n. 56, de 2 de Setembro de 1890. Produz café, canna de assucar, fructas e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 8.148 habitantes.

PARACURÚ — Villa e termo judiciario da Comarca de Itapipoca, á margem do Rio Curú. Antiga Povoação de Parázinho, foi elevada a villa pela lei n. 1.235, de 27 de Novembro de 1868 com a denominação actual. Produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio oito escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 17.969 habitantes.

PEDRA BRANCA — Cidade e termo judiciario da Comarca de Senador Pompeu, sobre a Serra de Santa Rita. Creada villa por lei provincial n. 1.407, de 9 de Agosto de 1871. Zona grandemente creadora. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.400 habitantes.

PENTECOSTE — Villa e termo judiciario da Comarca de S. Francisco, á margem do Rio Curú. Creada villa por lei provincial n. 1.542, de 23 de Agosto de 1873. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 7.473 habitantes.

PEREIRO — Cidade e termo judiciario da Comarca do Icó, sobre a serra que lhe deu o nome. Creada villa por lei provincial n. 242, de 27 de Outubro de 1842. Está situada entre as serras de S. Cosme, S. Damião e do Camará. Produz algodão, café e cereaes. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 7.569 habitantes.

PORANGABA — Villa e districto policial da Comarca de Fortaleza, ligada á capital por estrada de rodagem e pela Estrada de Ferro de Baturité. Antiga aldeia de indios, creada villa com a denominação de Arronches por carta régia de 14 de Setembro de 1758, passando á denominação actual por lei de 1885. Produz algodão e alguns cereaes. Funccionam no municipio 14 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.129 habitantes.

QUIXADÁ — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa por lei n. 664, de 4 de Outubro de 1870. Está ahi localizado o grande reservatorio do Cedro, obra monumental

da engenharia nacional. Zona essencialmente creadora. Produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio oito escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 24.065 habitantes.

QUIXERAMOBIM — Cidade e séde de comarca de segunda entrancia, banhada pelo rio do mesmo nome, á margem da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa por alvará de 13 de Julho de 1789. Zona essencialmente creadora, contando importantes fazendas. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio 10 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 20.801 habitantes.

REDEMPÇÃO — Cidade e termo judiciario da Comarca de Pacatuba, ao sopé da Serra do Acarape, sua antiga denominação, e banhada pelo rio do mesmo nome. Creada villa por lei provincial n. 1.225, de 28 de Dezembro de 1868, e elevada a cidade em 1883, por ter sido o primeiro municipio do Ceará que expungiu do seu seio a nodoa da escravidão. E' hoje um municipio mui rico e prospero, grande productor de canna de assucar, café, algodão e cereaes. Funccionam na sua circumscripção territorial oito escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 16.955 habitantes.

SABOEIRO — Villa e termo judiciario da Comarca de Iguatú, á margem esquerda do Rio Jaguaribe, no alto sertão dos Inhamuns. Creada villa pela lei n. 588, de 27 de Novembro de 1851. Zona essencialmente creadora. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População — 4.736 habitantes.

SANT'ANNA — Cidade e termo judiciario da Comarca de Acarahú, á margem direita do rio deste nome, entre 3º-27'-23" de lat. S 2º-50'-42" de long. oriental. Creada villa por lei provincial n. 1.012, de 3 de Novembro de 1862. Produz algodão e cereaes e possue grandes fazendas de creação. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 16.651 habitantes.

SANT'ANNA DO CARIRI — Villa e termo judiciario da Comarca de Assaré, ao sopé da Serra do Araripe. Creada villa com a denominação de Sant'Anna do Brejo Grande por lei provincial n. 2.096, de 25 de Novembro de 1885, passou á denominação actual pela lei estadual n. 287, de 3 de Agosto de 1896. Produz canna de assucar, algodão, fumo e cereaes. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 14.159 habitantes.

S. BERNARDO DAS RUSSAS — Villa e séde de comarca de segunda entrancia, banhada pelo Rio Jaguaribe. Creada villa em 1801 e elevada á categoria de cidade por lei n. 900, de 9 de Agosto de 1859. Zona mui fertil, produz algodão, cera de carnaúba e cereaes, sendo tambem notavel a creação de gado. Funccionam no municipio nove escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 16.969 habitantes.

S. BENEDICTO — Villa e séde de comarca de primeira entrancia, sobre a Serra da Ibiapaba. Antiga aldeia de indios fundada pelos Jesuitas, foi creado municipio pela lei n. 1.470, de 18 de Novembro de 1872. Está situada entre 4º-1'-59" de lat. S e 2º-9'-55" de long. oriental. Limita-se ao Norte com o Municipio de Ibiapina, a Léste com o de Sobral, ao Sul com o de Campo Grande e a Oéste com o Estado do Piauhi. Produz canna de assucar, café, fumo e cereaes. Funccionam no municipio nove escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 24.089 habitantes.

S. FRANCISCO — Villa e séde de comarca de primeira entrancia, ao sopé da Serra da Uruburetama. Creada villa pela lei n. 502, de 22 de Dezembro de 1849. Está situada entre 3º-36'-51" de lat. S e 3º-33'-53" de long. oriental. Produz algodão em grande escala. Funccionam no municipio sete escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 14.587 habitantes.

S. JOÃO DA URUBURETAMA — Villa e termo judiciario da Comarca de S. Francisco, ao sopé da Serra da Uruburetama. Creada villa por decreto do Governo Provisorio, n. 34, de 1 de Agosto de 1890. Limita-se ao Norte com o Municipio de Itapipoca, a Léste como os de Trahiri e Paracurú, ao Sul com o de S. Francisco e a Oéste com os de S. Francisco e Itapipoca. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 11.246 habitantes.

S. MATHEUS — Villa e termo judiciario da Comarca de Iguatú, á margem direita do Rio Jaguaribe. Elevada a villa por carta régia de 1825. Zona essencialmente creadora. Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 16.477 habitantes.

S. PEDRO DO CARIRI — Villa e termo judiciario da Comarca de Barbalha no valle do Cariri, Sul do Estado. Creada villa por lei provincial n. 1.727, de 18 de Agosto de 1876, assenta sobre a Serra de S. Pedro. Produz algodão, fumo e cereaes. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.845 habitantes.

SANTA QUITERIA — Villa e termo judiciario da Comarca de Tamboril, banhada por diversos affluentes do Rio Acarahú, entre 4º-19'-23" de lat. S e 2º-54'-32" de long. oriental. Assenta em uma planicie, á margem occidental do Rio Jacurutú. Creada villa por lei provincial n. 782, de 27 de Agosto de 1856. Produz algodão e conta importantes fazendas de creação. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 7.655 habitantes.

SENADOR POMPEU — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, á margem do Rio Banabuiú e da Estrada de Ferro de Baturité. Creada villa por lei n. 332, de 3 de Setembro de 1896. Zona agricola e essencialmente creadora. Funccionam no municipio seis escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 10.195 habitantes.

SOBRAL — Cidade e séde de comarca de terceira entrancia, á margem esquerda do Rio Acarahú e da Estrada de Ferro de Sobral. Está situada entre 3º-42'-27" de lat. S e 2º-43'-13" de long. oriental. Creada villa em 1773, por ordem do capitão-general de Pernambuco. E' um dos municipios mais ricos e adeantados do Estado. Produz e exporta em larga escala algodão, tecidos, fios, fibras vegetaes, cereaes, e possue uma importante fabrica de tecidos e fiação. E' séde de um bispado suffraganeo da Archidiocese Metropolitana de Fortaleza. A cidade é illuminada a luz electrica. Funccionam no municipio 16 escolas publicas primarias e varios collegios particulares. População pelo censo de 1920 — 39.003 habitantes.

SOURE — Villa e termo judiciario de Fortaleza, a 17 km. da capital, á margem da Estrada de Ferro Itapipoca a Sobral. Creada villa por carta régia de 14 de Setembro de 1758. Era uma aldeia de indios denominada Caucaia. Produz canna de assucar, algodão e cereaes. Funccionam no municipio 11 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 19.753 habitantes.

TAMBORIL — Villa e séde de comarca de primeira entrancia, á margem esquerda do Rio Acarahú, no Norte do

Estado. Creada villa por lei provincial n. 659, de 4 de Outubro de 1854. Zona essencialmente creadora, Produz algodão e cereaes. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 13.825 habitantes.

TAUHÁ — Villa e séde de comarca de primeira entrancia, á margem esquerda do Rio Jaguaribe, no alto sertão dos Inhamuns, entre 6º-5' de lat. S e 2º-20' de long. oriental. Primitiva aldeia de indios, nella estiveram os Jesuitas em missão catechizadora. Foi elevada a villa em 1802, denominando-se antigamente S. João do Principe e S. João dos Inhamuns. Zona essencialmente creadora. Produz muito algodão e cereaes. Funccionam no municipio 10 escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 13.756 habitantes.

TIANGUÁ — Villa e termo judiciario da Comarca de Viçosa, sobre a Serra da Ibiapaba, antiga Povoação de Barrocas, elevada a villa por decreto do Governo Provisorio, n. 33, de 31 de Julho de 1890, com a denominação actual. Produz café e canna de assucar. Funccionam no municipio quatro escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 14.493 habitantes.

UBAJARA — Villa e termo judiciario da Comarca de São Benedicto, sobre a Serra da Ibiapaba. Produz canna de assucar e café. Funccionam no municipio tres escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 9.256 habitantes.

UNIÃO — Cidade e termo judiciario da Comarca de Aracati, banhada pelo Rio Jaguaribe. Antiga povoação denominada Catinga do Góes, foi elevada a villa com o nome actual por lei provincial de 4 de Setembro de 1865. Zona fertilissima, grande productora de algodão, cera de carnaúba e cereaes. Funccionam no municipio oito escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 15.371 habitantes.

VARZEA ALEGRE — Villa e termo judiciario da Comarca de Lavras, creada por lei provincial de 10 de Outubro de 1870. Está situada no Sul do Estado. Zona essencialmente creadora. Produz algodão, fumo e cereaes. Funccionam no municipio duas escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 13.350 habitantes.

VIÇOSA — Cidade e séde de comarca de primeira entrancia, sobre a Serra da Ibiapaba, entre 3º-37'-18" de lat. S e 2º-11'-48" de long. oriental. Foi a séde da antiga aldeia dos indios Camocins, Anacés e Araríhús, da nação Tobajara, catechizados pelos Jesuitas no principio do seculo XVIII, os quaes ahi fundaram um hospicio, cujas ruinas ainda existem. Foi elevada a villa a 7 de Julho de 1759, com a denominação de Villa Viçosa Real da America. Assenta num *plateau*, a meia altura da Serra de Ibiapaba, extremo septentrional. Produz canna de assucar, café, algodão e cereaes. Funccionam no municipio cinco escolas publicas primarias. População pelo censo de 1920 — 19.315 habitantes.

(Trabalho organizado pelo director do *Almanach do Ceará*).

XIII

Geographia economica

I. PECUARIA — A creação do gado foi por muito tempo quasi que a unica riqueza do Estado, chegando a gerar no espirito do cearense a convicção de que seu sólo era improprio para a lavoira. Desenvolvida a agricultura, é, porém, a pecuaria ainda uma das mais consideraveis riquezas. O rebanho cearense, avaliado em cerca de um milhão e quinhentas mil cabeças, só no que se refere ao gado bovino, é um dos mais importantes do Brasil, e não fossem as seccas periodicas e a permanente deficiencia de irrigação, attingiria a numero verdadeiramente digno de admiração. Segundo o censo pecuario de 1912, era então de 1.161.900 o numero de bovinos, de 486.030 o de suinos, 1.303.550 o de ovinos, 1.494.800 o de caprinos, 421.250 o de equinos, e apenas de 280.670 o de asininos e muares. Infelizmente não se conhecem ainda os dados obtidos por occasião do ultimo grande recenseamento nacional.

A verdade, porém, é que desde os tempos coloniaes o Ceará fornece gado a numerosos Estados do Norte.

O consumo é grande, e grande tambem a exportação. Do gado abatido para o consumo da população, enorme é a quantidade de coiros e pelles, que constituem um dos mais consideraveis artigos de exportação do Estado.

Nos sertões é a creação de cabras um dos grandes recursos: animaes que não exigem cuidados, e que provêm por si mesmos á subsistencia, taes animaes são dotados de grande resistencia, supportando mais facilmente os annos de secca. O gado bovino que exige maiores cuidados, apesar de se reproduzir de modo digno de nota, fica sempre, em numero, bastante aquem do caprino, porque de quando em quando é dizimado pelo flagello da secca.

Suppõe-se que o gado cearense tenha vindo originariamente de Cabo Verde. Apresentam-se os animaes em geral com exiguas dimensões, degenerados pelo *habitat*, raramente alcançando uma rez peso maior de 400 kg.

II. INDUSTRIAS EXTRACTIVAS — Das industrias extractivas são particularmente dignas de nota as do sal, da cera, da carnaúba e da borracha.

A industria do sal, que poderia ser das mais importantes no Estado, não tem, devido a varias razões, assumido o valor que seria de esperar. A difficuldade de transporte das salinas naturaes aos portos tem concorrido muito para atrazar o desenvolvimento da industria, que no Rio Grande do Norte é consideravelmente mais prospera.

A carnaúbeira, tão abundante no Ceará, é palmeira extraordinariamente util. Planta resistente, sobria, ella resiste ás seccas periodicas, sempre verde, servindo então de unico e providencial recurso para as populações flageladas e dizimadas pelas terriveis calamidades.

Medra espontaneamente, formando extensos bosques não só no littoral como no sertão.

Tem a carnaúbeira porte altivo e elegante, como acontece em geral com todas as palmeiras, cognominadas por Linneu os principes do reino vegetal. Seu espique póde no maximo attingir a altura de 16 m., orçando o diametro por 30 a 50 centimetros.

No terço superior do espique as folhas palminerveas apresentam, pela sua disposição, um perfeito oval, que muito realce e belleza lhe dá. Os dois outros terços inferiores da haste mostram as cicatrizes indicativas da queda das folhas. Estas são providas de longas spathas, que ás vezes attingem a 1,50 m. e são orladas de uma dupla ordem de espinhos.

Os fructos são redondos, do tamanho de uma noz, negros quando maduros, de polpa adocicada, e envoltos por um pericarpo coriaceo e luzidio.

Floresce e fructifica annualmente na epocha da secca, e sua importancia é tal para as populações que Humboldt a denominou arvore da vida, e Ferdinand Denis escreveu que a carnaúbeira é uma arvore á qual se prende a existencia de uma população inteira, sobretudo nas regiões aridas.

O lenho de seu espique fornece madeira, que serve á construcção das paredes de casas rusticas. O gommo terminal constitue um palmito muito saboroso. As proprias hastes, quando novas, podem ser empregadas como alimento para o gado, em epocha de penuria.

Das folhas se fabricam esteiras, chapéos, cestos, etc. Ellas tambem se prestam para alimentação do gado. Possuem ainda as folhas excellente fibra, prefeitamente utilizavel nas industrias texteis. As rêdes do cearense são frequentemente feitas de fibra de carnaúbeira.

A grande importancia da carnaúba reside, porém, na *cera* que reveste as folhas novas. Apresenta-se sob o aspecto de materia pulverulenta, de côr cinerea, de cheiro agradavel caracteristico; sem sabor, unctuosa ao tacto, soluvel no ether e no alcool, fusivel a 85°,5. A cera não se encontra nas folhas antigas, pendentes da haste, porque basta qualquer choque, mesmo o movimento natural das folhas ao ar, para que seja disseminada a grandes distancias.

A extracção da cera é importantissima industria, principalmente no Ceará. Cada palmeira fornece annualmente, em média, 100 folhas, que produzem cerca de 1.800 grammas de cera.

A cera apresenta semelhança com a das abelhas, e serve para a fabricação de velas que, se são de qualidade inferior, têm a vantagem da durabilidade. Serve tambem para varios fins nas industrias de productos chimicos.

Quasi toda a cera colhida das carnaúbeiras do Ceará é exportada pelos portos de Aracati e Fortaleza, por onde tambem se escôa a producção de alguns dos sertões dos Estados vizinhos.

O commercio da cera de carnaúba importante em todo o Nordéste Brasileiro tem o seu maior centro no Ceará.

Para a producção da borracha são exploradas no Nordéste a mangabeira e a maniçoba.

A mangabeira é planta resistente á inclemencia do clima, e encontra-se principalmente nos taboleiros centraes da região. E' um arbusto de cerca de 3,5 m. de altura, de copa esgalhada, ramos curtos e tortuosos. O *latex*, de um matiz azulado, é rico em borracha, sendo a taxa quasi egual á das heveas. Extrahe-se o *latex* em Junho e Agosto, em alguns logares derrubando a planta, e em outros por meio de sangraduras. Para a coagulação empregam-se varios processos. Formam-se "bolachas" de côr pardo-avermelhada por fóra e rosea por dentro, as quaes são assim exportadas. No Ceará a mangabeira tem muito menos importancia commercial do que a maniçoba.

A maniçoba é uma arvore elegante de uns 15 m. de altura, tronco pouco ramificado, raizes tuberculosas. Suas folhas servem de forragem. Existe abundantemente no Ceará, não obstante a devastação que soffrem os maniçobaes, não só pelos exploradores mas ainda pelos incendios. Desenvolve-se em terrenos silico-argillosos e pedregosos, e é muito pouco exigente.

O *latex* é branco, ás vezes amarellado, outras alaranjado, e circula na raiz, tronco e ramos, mas não nas folhas. Coagula rapidamente sob a acção do ar.

A borracha de maniçoba alcança geralmente preços comprehendidos entre os da borracha da mangabeira e da seringueira. Ella é conhecida nos mercados com o nome de "Ceará", embora a maniçoba seja muito abundante tambem em outros Estados do Norte.

III. AGRICULTURA — O mais importante dos productos da agricultura cearense é o algodão, que constitue uma das bases mais solidas da riqueza do Estado. Regulares são as culturas da canna de assucar, do fumo e do café, mas de muito as sobrepuja em valor a da preciosa malvacea, cujo producto constitue o "oiro branco". O Brasil é um dos primeiros productores mundiaes de algodão, actualmente talvez o quarto. Dos Estados brasileiros é o Ceará o terceiro pelo valor de sua contribuição, sendo os dois primeiros Pernambuco e Parahiba.

O algodão do Ceará é em geral de fibra assetinada, flexivel e resistente. Não se póde precisar a epocha de sua acclimação, mas acredita-se que tenha sido pelos fins do seculo XVIII.

A zona propria para a cultura abrange as serras e valles seccos, desde a orla littoranea até os sertões mais ou menos seccos. Existem plantações, em todo o valle do Jaguaribe e nos de seus tributarios, nas serras do Pereiro, Araripe, Grande, Machado, Uruburetama, Baturité, Acarape, Aratanha, Maranguape; nas margens do Acaraháu, etc.

As zonas de composição silico-argillosas, batidas pelos ventos humidos do littoral, são as melhores para a producção do algodão. Ellas produzem admiravelmente o "herbaceo" de fibra longa e o "arboreo".

Os melhores algodões do Ceará são os de Camocim e Gequi.

A industria do caroço do algodão fornece tambem abundantes recursos ao Estado.

IV. INDUSTRIAS MANUFACTUREIRAS — A industria fabril cearense é representada principalmente pelos estabelecimentos da capital, onde se encontram fabricas de fiação e tecelagem, de sabão e velas, de fumos preparados, etc. Das de fiação e tecelagem contam-se em Fortaleza nada menos de cinco muito consideraveis, com uma producção superior a 2.500:000$ annuaes.

VI. COMMERCIO — O commercio de exportação do Ceará faz-se pelos portos de Camocim e Fortaleza. Foram os seguintes os valores no quinquennio 1915 a 1919, em contos de réis, papel:

1915	18.598:000$000
1916	18.509:000$000
1917	17.438:000$000
1918	23.416:000$000
1919	38.907:000$000

Os principaes paizes compradores dos coiros e peiles são os Estados Unidos, a França e a Gran-Bretanha; do algodão, a Gran-Bretanha, a França e Portugal; de cera de carnaúba, os Estados Unidos, a Gran-Bretanha e a França.

Escapam quasi totalmente ás estatisticas os dados referentes ao commercio interno do proprio Estado e ao commercio que elle mantém com as demais unidades da União. Os numeros que possuimos não merecem fé. Comprehende-se, porém, por inducção, que é muito consideravel o commercio da farinha de mandioca, do assucar, dos cereaes de uso commum, do gado, etc.

As principaes mercadorias de exportação foram as seguintes:

	1915	1916	1917	1918	1919
Algodão em rama (kg.)	101.800	2.559	1.099.224	241.303	1.241.080
Coiros (kg.)	4.797.388	4.273.929	1.746.886	1.070.087	2.624.618
Peiles (kg.)	1.089.272	612.970	413.012	323.190	1.139.273
Cera de carnaúba (kg.)	2.206.485	1.947.440	1.776.792	1.761.330	3.519.996
Farinha de mandioca (kg.)	—	—	8.969	5.510.014	2.596.935
Caroços de algodão (kg.)	—	—	6.487.653	—	5.040.187

Classificada essa exportação pelo seu valor em mil réis, papel, temos:

	1915	1916	1917	1918	1919
Peiles	3.199.600	2.512.900	2.920.814	2.196.325	12.017.180
Coiros	7.785.184	9.201.757	3.853.595	3.040.134	7.442.105
Algodão em rama	95.000	2.500	2.918.779	920.000	4.216.314
Cera de carnaúba	3.561.600	4.082.900	4.493.780	8.459.603	11.577.607
Farinha de mandioca	—	—	2.700	1.886.456	975.150
Caroços de algodão	—	—	746.253	—	88.650

A importação faz-se pelo Porto de Fortaleza, sendo os seguintes os principaes artigos no quinquennio 1915-1919:

	1915	1916	1917	1918	1919
Carvão de pedra (toneladas)	3.209	2.179	2.264	712	606
Cimento (toneladas)	566	1.696	494	485	2.632
Soda caustica (kg.)	144.834	145.552	83.000	13.777	139.264
Kerozene (kg.)	2.431.899	2.302.196	2.490.854	586.603	3.743.644
Vinhos (kg.)	106.092	71.309	84.697	60.233	33.623
Farinha de trigo (kg.)	3.576.421	5.472.876	2.049.454	1.442.052	4.376.119
Bacalhau (kg.)	113.794	95.321	6.386	581	2.903

O valor a bordo, no Brasil, em mil réis, papel, dessa importação foi o seguinte:

	1915	1916	1917	1918	1919
Carvão de pedra	157.607	152.582	153.891	48.994	47.935
Cimento	48.696	213.521	101.810	99.842	417.711
Soda caustica	51.470	83.083	66.309	12.363	67.251
Kerozene	369.313	533.648	777.141	203.543	1.458.192
Vinhos	53.102	51.120	64.349	55.403	43.932
Farinha de trigo	1.354.219	2.276.496	1.366.823	1.069.201	2.798.774
Bacalhau	96.600	94.765	7.555	937	4.127

Taes os numeros referentes á "importação directa", pois os artigos extrangeiros vindos por via de outros Estados escapam á estatistica do commercio exterior.

Foi o seguinte, em contos de réis, papel, valor a bordo no Brasil, o total do commercio de importação no quinquennio 1915-1919:

1915	3.886
1916	5.692
1917	5.547
1918	6.484
1919	9.634

VI — COMMUNICAÇÕES E TRANSPORTES — *Estradas de ferro* — Duas unicas linhas ferreas possue o Estado do Ceará, linhas de penetração, que partem da costa do Atlantico e sobem para o interior, separadas uma da outra por uns 200 km. em média.

E' a primeira a Estrada de Ferro Sobral pertencente á União e explorada actualmente por arrendamento. Tem cerca de 340 km. de extensão, em bitola estreita, e parte do porto maritimo de cabotagem de Camocim, dirigindo-se para o Sul, até Cratheús, proximo ao limite do Estado do Piauhi. Está em estudos o seu prolongamento até Therezina.

Os terrenos percorridos por esta estrada são ferteis e propicio á creação do gado.

A outra linha de penetração é a Estrada de Ferro Baturité, que vai de Fortaleza a Igatú, cobrindo uma extensão de cerca de 430 km. E' propriedade da União, e acha-se presentemente arrendada. Atravessa a parte mais importante do Estado sob o ponto de vista da agricultura, que é

a zona percorrida pelo primeiro terço da linha, e ainda zonas consideraveis de creação. Estuda-se a continuação desta estrada de um lado até Pernambuco, e de outro até o Piauhi.

XIV

Noticia historica

O territorio actual do Ceará comprehende parte da antiga doação de João de Barros, parte da de Antonio Cardoso de Barros e parte da de Fernão Alvares de Andrade. Nem João de Barros nem Fernão Alvares puderam vir de Portugal, e por isso associaram-se a Ayres da Cunha, que de lá partiu em Novembro de 1535 com uma frota de 10 navios e cerca de novecentos homens. Dirigindo-se primeiro a Pernambuco, onde obteve Ayres da Cunha auxilios de Duarte Coelho, e seguindo para o Norte, bordejando, desembarcou junto ao Ceará-Mirim. Ahi encontrou resistencia da parte dos indigenas e dos Francezes, e foi obrigado a seguir mais para o Norte, vindo a naufragar nas costas do actual Estado do Maranhão, com o que se perdeu a expedição. Não mais feliz foi Luiz de Mello da Silva, que tentou colonizar em 1560 o Ceará, e o mallogro destas duas tentativas impediu durante largo tempo que se cogitasse de nova.

Só em principios do seculo XVII, nos governos de d. Francisco de Sousa e de Diogo Botelho recomeçaram as empresas para colonizar o Ceará. Em Junho de 1603, partiu da Parahiba Pero Coelho, com a incumbencia, que lhe commettia o governador, de fundar um feitoria ao Norte, para o que lhe promettia auxilios e vantagens. Seguiu Pero Coelho por terra com cerca de duzentos indios e 60 ou 65 soldados, levando como seus auxiliares militares a Martim Soares Moreno, Simeão Nunes Corrêa e Manuel de Miranda, e despachando tres barcos com munições e mantimentos, afim de que estivessem á sua espera no Rio Jaguaribe. Ahi chegado, encontrou Pero Coelho os barcos, estabeleceu relações de amizade com os indios das tribus vizinhas e seguiu pela costa, acompanhado de alguns desses indios, até a foz do Camocim, onde chegou em Janeiro de 1604. Ahi, internando-se em direcção á Ibiapaba, teve de sustentar lucta com os Indios, que se achavam alliados a Francezes. Depois de muitos dias de combates, em que houve grandes perdas de parte a parte, seguiram-se as pazes, por mediação dos proprios Francezes, e muitos dos Indios inimigos se reuniram a Pero Coelho, que pouco depois fundou o logar a que denominou Nova Lisboa, e onde deixou Simeão Nunes como commandante.

Passou-se então Pero Coelho á Parahiba, afim de buscar a familia e solicitar auxilio do Governo Geral. Difficuldades inesperadas demoraram-n'o anno e meio, e quando tornou a Nova Lisboa, encontrou desalentados os Portuguezes e indigenas que lá deixara. A traição de Soromenho, que veio com reforços, ainda maior fez o desanimo. Transferido o nucleo colonial para a margem do Jaguaribe, algum tempo depois desappareceu Simeão Nunes com os soldados, deixando abandonado, em terra assolada pela secca, ao chefe Pero Coelho. Emprehendeu este então a volta para o Rio Grande, em uma viagem tragica, a pé, deixando juncada de cadaveres entre os quaes de seu filho mais velho, a estrada que percorreu. Poucos dias após a chegada, morreu o capitão, extenuado, e embora de sua jornada não permanecesse a fundação, ficavam os caminhos explorados e voltavam conhecedores delles varios homens, entre os quaes Soares Moreno.

A' empresa de Coelho seguiu-se a tragica viagem dos jesuitas Francisco Pinto e Luiz Figueira, que, resolvidos a tentar a catechese dos indios da Ibiapaba, partiram de Pernambuco a 20 de Janeiro de 1607 em um barco, e desembarcaram nas salinas de Mossoró. Dahi seguiram por terra, tomando os caminhos percorridos por Pero Coelho, e fundaram as aldeias de Soure, Arronches, Mecejana e Pitaguari, dirigindo-se então á serra. Ahi fundaram uma grande aldeia, que teve o nome de Ararenda, mas pouco depois victimas da desconfiança dos Indios, foram por estes atacados, perdendo Pinto a vida e conseguindo Figueira escapar com grande custo.

Em 1609 resolveu tentar a colonização Martim Soares Moreno, que commandava então o fortim do Rio Grande do Norte, e foi nomeado capitão-mór do Ceará. Ahi chegando, conseguiu com o auxilio do chefe Jacaúna, irmão do famoso Camarão, fundar o Forte de Nossa Senhora do Amparo, na barra do Rio Ceará, no mesmo logar que fôra occupado por Pero Coelho. Pouco tempo depois, em 1613, passou por ahi Jeronymo de Albuquerque, nomeado capitão-mór para fazer a conquista do Maranhão aos Francezes, que se sabia lá estarem estabelecidos, e fundar uma Capitania no Camocim. Jeronymo persuadiu a Moreno que o acompanhasse tambem, deixando confiado a Manuel de Brito Freire o governo da colonia. Fundada a Capitania no Camocim, ahi ficou Albuquerque, seguindo Moreno para o Maranhão, a dar caça aos Francezes. Moreno chegou ao Maranhão, mas não entrou em lucta, e quando voltava, foi pelos ventos levado para as Antilhas donde se dirigiu a Madrid. Durante a sua ausencia, Albuquerque mudou a colonia de Camocim para Jericoacoára, onde fundou o Forte de Nossa Senhora do Rosario, e dahi se retirou para o Rio Grande do Norte, deixando apenas uma guarnição de 40 homens.

Algum tempo depois voltava Moreno para o Ceará, nomeado governador por 10 annos. Durante as duas invasões hollandezas de 1624 e 1630 era elle o governador militar e teve occasião de repellir com seus indios uma primeira tentativa de invasão no Ceará, mas occupado o Recife pelos Hollandezes, foi obrigado a ir reunir-se a Mathias de Albuquerque, não mais voltando.

Succedeu-lhe em 1631 Domingos da Veiga Cabral que rechassou os Hollandezes em uma segunda tentativa que fizeram de invasão, mas em 1637 cahiu o Ceará em poder dos invasores, entregue pelos Indios que se haviam indisposto com os Portuguezes. Conservou-se o Ceará em mãos dos Hollandezes até 1654, quando cessou o dominio desses extrangeiros no Brasil.

Em consequencia do dominio hollandez, começou a ser colonizado o interior do Ceará, pois numerosas familias se internaram, indo viver no sertão onde se iniciou a agricultura, e onde se começou a crear o gado. Fundaram-se então as primeiras grandes fazendas no interior não só do Ceará mas da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Parahiba.

Dependente do Estado do Maranhão desde 1621 e da Capitania de Pernambuco desde 1680, o Ceará só teve o seu governo civil organizado em principios do anno de 1700, quando se elegeu o primeiro Senado da Camara, no Povoado de Iguape. Judicialmente fez parte o Ceará da Comarca de Pernambuco e depois da de Parahiba, sendo em 1723 elevado a comarca, com um ouvidor.

Na primeira metade do seculo XVIII o povoamento do Ceará tomou grande impulso, fundando-se numerosas villas, tanto no littoral como no interior.

Por alvará de 17 de Janeiro de 1799 foi a Capitania do Ceará declarada independente da de Pernambuco, sendo seu primeiro governador o chefe de esquadra Bernardo Manuel de Vasconcellos, que se fez acompanhar do celebre naturalista dr. João da Silva Feijó.

Desde as administrações de Borges da Fonseca e Montaury que esses governadores vinham advogando a necessidade de se separar o governo da Capitania do Ceará do de Pernambuco. A rainha d. Maria I pela mesma carta régia, separou do governo de Pernambuco as capitanias da Parahiba e do Ceará.

O novo governador, tendo deixado Lisboa a 23 de Maio de 1799, só perto de tres mezes depois chegou a Pernambuco, tomando posse do cargo em Outubro.

Entre as pessoas eminentes de que procurou cercar-se, merece ser citado Francisco Bento Maria Targine, então em Pernambuco, e que se constituiu seu principal mentor.

O primeiro governador da Capitania do Ceará, cercado de optimos conselheiros, defrontou corajosamente os problemas economicos mais prementes da Capitania, procurando resolve-los. Os ultimos tempos de seu governo, porém, não foram muito felizes e acabrunhado de desgostos falleceu o governador em 1802.

Succedeu-lhe uma Junta provisoria, que por um anno administrou a Capitania, até a chegada do novo governador João Carlos Augusto Oyenhausen (que depois veio a ser marquez de Aracati), anteriormente governador da Capitania do Pará. Por esse tempo estava o Ceará dividido em verdadeiros feudos, existindo muitos potentados ruraes, para os quaes não havia leis, donde resultava ficarem impunes crimes de toda sorte, inclusive os de morte. Os primeiros actos de João Carlos foram tendentes a restaurar a disciplina, a subordinação de todos ao governo, para o que logo se apresentaram occasiões.

Em 1806 teve Oyenhausen ordem de seguir para Matto-Grosso, como governador, sahindo do Ceará com geral sentimento da população. Substituiu-o uma Junta provisoria, e em Junho de 1808 chegou o novo governador Luiz Barba Alardo de Meneses, que governou por quatro annos, passando-se depois, como seu antecessor, a Matto-Grosso, feito governador. Durante a sua administração tomou grande incremento o commercio do Ceará, principalmente graças a sabia lei da abertura dos portos do Brasil, obtida na Bahia, por Lisboa, do principe d. João ao chegar ao Brasil.

Em 1812 passou o governo ao coronel Manuel Ignacio de Sampaio, que deu inicio a varias obras importantes na Capitania, principalmente em Fortaleza.

O acontecimento mais notavel occorrido no governo de Sampaio foi a repercussão do movimento revolucionario de Pernambuco em 1817.

Rebentando a revolução em Pernambuco, tomou logo Sampaio as primeiras providencias, fazendo prender em Fortaleza aquelles que suspeitava de entendidos com os revolucionarios, bem assim os emissarios que chegaram a Aracati. Entretanto os de Pernambuco haviam mandado tambem emissarios pelo interior, ao Cariri e ao Icó. O emissario ao Cariri foi o diacono José Martiniano Pereira de Alencar, do Seminario de Olinda, o qual conseguiu, no Crato, arrastar seu irmão Tristão, o vigario, e mais alguns amigos e parentes não só do Crato como tambem de Barbalha.

A 3 de Maio rompeu no Crato a revolução, proclamando-se a republica e a adhesão ao movimento de Pernambuco. O mesmo succedeu no Jardim, mas logo após veio a debandada dos republicanos, em seguida á traição do capitão José Pereira Filgueiras, sendo presos os chefes revolucionarios e remettidos para Fortaleza. Assim remettidos do Crato foram Alencar e mais dois irmãos (padre Carlos e Tristão) e alguns outros.

Novas prisões foram effectuadas no Crato, entre ellas a de d. Barbara, mãe dos Alencares, e ainda no Icó e em outras localidades, iniciando-se o processo contra os revolucionarios, processo longo cujas peripecias não cabem propriamente na Historia do Ceará.

Nomeado governador de Goiaz, deixou Sampaio a administração do Ceará em Janeiro de 1820, quando já governava o Brasil como rei d. João VI, corôado em Fevereiro de 1818 no Rio de Janeiro. Durante seu governo, fôra o Ceará mantido severamente em disciplina, mas o estado da Capitania era o mais deploravel que se póde imaginar. Substituiu-o provisoriamente uma Junta, que seis mezes depois passou o poder ao novo governador Francisco Alberto Rubim, que tomou posse em Julho.

Vem o anno de 1821 e occorrem os successos consequentes á revolução constitucionalista. Chegando ao Ceará a noticia dos factos que occorreram na Bahia, e do decreto de 7 de Março, em que d. João VI publicava a sua proxima volta a Lisboa, a tropa de linha, estimulada por Portuguezes, foi a palacio exigir do governador Rubim o juramento das bases da Constituição Portugueza (14 de Abril). Foram juradas as bases, e proclamada a noticia por todas as villas, mas no Crato occorreram, varios motins, que se reproduziram mais tarde em Fortaleza, amargurando os dias de Rubin, o qual foi obrigado a resignar o governo em Novembro, sendo substituido por uma Junta provisoria que em Fevereiro de 1822 foi substituida por outra Junta governativa. De revoltas e motins ora em um logar ora em outro foi todo esse anno de 1822, em que se proclamou em S. Paulo a Independencia.

Elegera o Ceará oito deputados para a Constituinte, e esta começou a funccionar a 3 de Maio de 1823, emquanto pelo Brasil afóra lavravam as chamadas "luctas da Independencia".

O primeiro presidente nomeado para a Provincia do Ceará, feita a Independencia, foi Pedro José da Costa Barros, que chegou a Fortaleza em Abril de 1824. Achava-se então a Provincia em revolução, reflexo dos acontecimentos dessa epocha em Pernambuco, provocados pelo acto violento de Pedro I dissolvendo a Constituinte. Essa revolução viera do Crato, alastrando-se até á capital. Poucos dias depois da posse, foi deposto o presidente Costa Barros substituido por Tristão de Alencar Araripe. De posse do governo, Tristão tratou de propagar as idéas republicanas e organizar militarmente a Provincia, e fez proclamar a Republica, elegendo-se os deputados ao congresso de Pernambuco. Essa republica, porém, foi ephemera, organizando-se as forças imperialistas, que foram vencendo os republicanos. Os encontros foram horriveis de crueldade, havendo scenas de verdadeiro cannibalismo. A 31 de Outubro Tristão, vencido em um ultimo combate, é assassinado friamente, crucificado e deixado por muito tempo insepulto.

A 1 de Dezembro tomou posse o presidente Costa Barros, que a 12 de Janeiro seguia para o Maranhão.

A jugular a revolução cearense muito ajudou Lord Cochrane, que em Novembro de 1824 partia do Ceará para o Maranhão.

Terminado o anno de 1824, que correra entre os horrores da revolução, com as abominaveis selvagerias de vencedores contra vencidos e as miserias da traição, estorcia-se o Ceará na miseria, expoliado por algozes que em nome da ordem roubavam e matavam. A 13 de Janeiro de 1825 retira-se o presidente Costa Barros, passando o governo a José Felix de Azevedo e Sá, outr'ora companheiro dos revolucionarios, e que se bandeara miseravelmente para os mais poderosos.

Iniciou-se o julgamento dos implicados na revolução que haviam escapado com vida. Installada a 22 de Abril a commissão julgadora, a 30 os réos foram fuzilados! O anno de 1825, tão tristemente celebre pelas desgraças politicas, foi tambem anno de grande secca, que causou enorme mortandade.

A 4 de Fevereiro de 1826 assumiu a presidencia da Provincia o coronel Antonio Salles Nunes Belfort, cujo governo poucos factos notaveis apresenta. Em Março de 1829 passou elle o governo ao coronel José Antonio Machado, vice-presidente, que a 6 de Abril o passou ao novo presidente marechal Manuel José Pereira da Silva. A este succedeu em Julho de 1830 o coronel Machado, e a este o 1º vice-presidente José de Castro e Silva. Durante estes tempos se foi alastrando grande espirito de turbulencia por toda a Provincia, decahindo a auctoridade do governo.

Chega o anno de 1831, em que os acontecimentos no Brasil levam o imperador á abdicação. Houve motins provocados pelas noticias da abdicação e pelas demonstrações de adhesão em Sobral, Icó, Crato e outros logares. A 8 de Dezembro tomou posse o novo presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

Por largo tempo na regencia e no segundo reinado não tem a Historia cearense interesse particular: é a historia das provincias em geral, desenvolvendo-se quasi em perfeita paz. Bastar-nos-á recordar os nomes dos que occuparam a presidencia: tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, empossado em 26 de Novembro de 1833; senador José Martiniano de Alencar, 6 de Outubro de 1834; vice-presidente João Facundo de Castro Menezes, 1 de Dezembro de 1837; Manuel Felizardo de Sousa e Mello, 16 de Dezembro de 1837; João Antonio de Miranda, 15 de Fevereiro de 1839; Francisco de Sousa Martins, 3 de Fevereiro de 1840; vice-presidente major Facundo; senador Alencar, 20 de Outubro de 1840; brigadeiro José Joaquim Coelho (depois barão da Victoria), 9 de Maio de 1841; José Maria da Silva Bittencourt, 2 de Abril de 1843; Ignacio Corrêa de Vasconcellos 4 de Dezembro de 1844; Casimiro José de Moraes Sarmento, 14 de Outubro de 1847; Fausto Augusto de Aguiar, 13 de Maio de 1848; Ignacio F. Silveira da Motta (depois barão de Villa Franca), 16 de Novembro de 1850; Joaquim Marcos de Almeida Rego, 6 de Julho de 1851; Joaquim Villela de Castro Tavares, 28 de Abril de 1853; Vicente Pires da Motta, 20 de Fevereiro de 1854; Vicente Xavier Paes Barreto, 13 de Outubro de 1855; João Silveira de Sousa, 27 de Julho de 1857; Antonio M. Nunes Gonçalves (depois visconde de S. Luiz do Maranhão), 7 de Outubro de 1859; Manuel Antonio Duarte de Azevedo, 6 de Maio de 1861; José Bento da Cunha e Figueiredo Junior, 5 de Maio de 1862; Lafayette Rodrigues Pereira, 4 de Abril de 1864; Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (depois barão Homem de Mello), 10 de Junho de 1865; João de Sousa Mello e Alvim, 6 de Novembro de 1866; Pedro Leão Velloso, 16 de Outubro de 1867; Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (depois visconde de Cavalcanti), 27 de Agosto de 1868; João Antonio de Araujo Freitas Henriques, 26 de Julho de 1869; José Fernandes da Costa Pereira Junior, 20 de Janeiro de 1871; barão de Taquari, 29 de Junho de 1871; João Wilkens de Mattos (barão de Marauiá), 12 de Janeiro de 1872; Francisco de Assis Oliveira Maciel, 13 de Dezembro de 1872; Francisco Teixeira de Sá, 13 de Novembro de 1873; Heraclito de Alencastro Pereira da Graça, 23 de Outubro de 1874; Francisco de Faria Lemos, 22 de Março de 1876; Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, 10 de Janeiro de 1877; João José Ferreira de Aguiar, 23 de Novembro de 1877; José Julio de Albuquerque Barros, 8 de Março de 1878; André Augusto de Padua Fleury, 2 de Julho de 1880; Pedro Leão Velloso, 1 de Abril de 1881; Sancho de Barros Pimentel, 22 de Março de 1882; Domingos Antonio Raiol (barão de Guajará), 12 de Dezembro de 1882; Satyro de Oliveira Dias, 21 de Agosto de 1883; Carlos Honorio Benedicto Ottoni, 12 de Julho de 1884; Sinval Odorico de Moura, 19 de Fevereiro de 1885; Miguel Calmon du Pin e Almeida, 1 de Outubro de 1885; Joaquim da Costa Barradas, 9 de Abril de 1886; Enéas de Araujo Torreão, 21 de Setembro de 1886; Antonio Caio da Silva Prado, 21 de Abril de 1888; Henrique Francisco d'Avila, 10 de Julho de 1889 e Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

No anno de 1845 merece referencia a grande secca, egual á de 1825, se não peor. A mortandade foi grande, na gente e no gado, e peor ainda baixou, em consequencia da miseria, o nivel moral, lavrando entre os retirantes a mais aberta corrupção.

Na Historia das conquistas liberaes andou sempre o Ceará na vanguarda dos combatentes. Basta lembrar-se que foi a primeira Provincia a estabelecer dentro de seu territorio a abolição do captiveiro, facto que, celebrado por todo o Brasil, serviu de grande incentivo ao movimento que derrubou em 1888 a nefanda instituição, macula da civilização brasileira. Esse é, sem duvida, um dos maiores titulos do Ceará á admiração de todos os que estudam as paginas da Historia patria.

OTHELLO DE SOUSA REIS.

XV

Religião

São os seguintes os dados que possuimos a respeito da religião catholica no Estado.

O Estado do Ceará em seus principios esteve sujeito pelo lado espiritual ao bispado do Maranhão, depois pertenceu ao de Pernambuco, do qual foi afinal desmembrado pela lei n. 693, de 10 de Agosto de 1853, que auctorizava o governo a impetrar da Santa Sé as Bullas de creação de dois bispados, um na Provincia de Minas Geraes e outro na do Ceará, e pela Bulla — *Pro animarum Salute* — de 6 de Julho de 1854 no Pontificado de Pio IX. Longos annos levara a amadurecer a idéa proposta por Barba Alardo em 1809.

Escolhido bispo do Ceará por decreto imperial de 1 de Fevereiro e apresentado por carta imperial de 28 de Setembro de 1859 e confirmado pela Santa Sé a 27 de Setembro do anno seguinte, d. Luiz Antonio dos Santos, o 1º bispo, foi sagrado em Marianna a 14 de Abril de 1861 por d. Antonio Ferreira Viçoso, conde da Conceição.

Inaugurado o bispado a 16 de Junho de 1861 pelo conego Antonio Pinto de Mendonça, como procurador, chegou d. Luiz á sua Diocese a 26 de Setembro e tres dias depois fez sua entrada solenne na Sé e em pessoa tomou posse do bispado. A 8 de Dezembro celebrou-se a primeira missa pontifical na Diocese.

Elevado ao Primaciado do Brasil por decreto de 15 de Novembro de 1879, como arcebispo da Bahia em substituição a d. Joaquim Gonçalves de Azevedo, e confirmado pela Santa Sé a 13 de Maio de 1881, deixou o governo do Bispado a 14 de Agosto do dicto anno, passando-o ao vigario capitular monsenhor Hyppolito Gomes Brasil, e embarcou para Bahia no vapor *Ceará* a 31 de Julho de 1882.

Em 1888 foi agraciado com o titulo de marquez do Monte Paschoal.

Falleceu a 11 de Março de 1891 com 74 annos de edade, porquanto nascera a 3 de Março de 1817 em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

D. Luiz fundou o Seminario de Fortaleza, inaugurado a 18 de Outubro de 1864, sob suas vistas e direcção e algumas semanas depois entregue aos reverendos padres Lazaristas, do Crato; fundou ainda o Collegio da Immaculada Conceição destinado á educação de meninas; e, finalmente, fez construir em Fortaleza a Egreja do Sagrado Coração de Jesus. Foi seu melhor auxiliar na edificação desse bello templo o barão de Aratanha. Sua grande caridade na secca de 1878 ficou proverbial.

Durante seu governo episcopal foram ordenados 208 presbyteros.

Antes de d. Luiz fôra escolhido bispo do Ceará (decreto de 27 de Fevereiro de 1855) o padre João Querino Gomes, natural e morador na Bahia. Falleceu em 1859, tendo nascido a 1 de Julho de 1793.

Sobre o padre João Querino, orador notavel e philosopho, ha uma *Noticia biographica* por seu sobrinho José Antonio Teixeira, que a offereceu ao Instituto Historico da Bahia.

A elle se refere em termos muito elogiosos dr. Aristides Milton nas *Ephemerides Cachoeiranas*.

Diz o desembargador Luna Freire (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, pag. 95, n. 49) que o padre Francisco José Tavares da Gama, que foi secretario do bispo d. João da Purificação, recusou tambem o bispado do Ceará por motivo de não querer se separar do seu velho amigo e protector. A' recusa do conego Tavares da Gama refere-se egualmente, sem todavia motiva-la, Sacramento Blake no seu *Diccionario Bibliographico*, vol. 3º, pag. 17.

O 2º bispo do Ceará foi d. Joaquim José Vieira, nascido em Itapetininga, S. Paulo, a 17 de Janeiro de 1836, apresentado por decreto imperial de 3 de Fevereiro de 1883. Foi preconizado em Roma a 9 de Agosto e sagrado a 9 de Dezembro em Campinas, Estado de S. Paulo, por d. Lino D. R. de Carvalho, cearense.

A 22 de Novembro monsenhor Hyppolito Gomes Brasil tomou posse do Bispado como seu procurador. A 24 de Fevereiro de 1884, de bordo do vapor *Espirito Santo* desembarcou o novo bispo em Fortaleza e fez sua entrada solenne na Cathedral.

O zelo apostolico e o tino administrativo de d. Joaquim revelaram-se por modos multiplos e todos conducentes á gloria da Religião e ao realce de seu nome. Por quatro vezes percorreu a Diocese em visita pastoral á maneira de d. João da Purificação e d. Luiz; convocou um Synodo Diocesano, que trouxe ao clero o maximo proveito; combateu e annihilou a superstição que erguia o collo nos sertões e tão conhecida se fez com o nome de milagres do Joazeiro; e como um dos seus maiores empenhos fosse a educação das creanças pobres, conseguiu realizar esse caridoso e patriotico *desideratum*, fundando em Canindé um collegio para o ensino de artes liberaes e em Fortaleza o Externato de S. Vicente de Paulo, aberto a 8 de Setembro de 1884, e a Escola Jesus Maria José, que hão de attestar aos vindoiros sua passagem pelo episcopado, como o notavel Hospital da Misericordia de Campinas attesta sua passagem no vigariado daquella importante cidade paulista.

O *munus* episcopal, porém, tendo gasto infelizmente suas forças physicas, já de si alquebradas pela longa e trabalhada velhice, sentiu-se d. Joaquim na obrigação de pedir ao summo pontifice um coadjuctor.

A escolha de bispo coadjuctor para o Ceará com direito á successão, recahiu sobre o conego Manuel Antonio de Oliveira Lopes, piedoso e illustrado sacerdote da Archidiocese bahiana, nascido a 26 de Dezembro de 1861, em S. Gonçalo dos Campos, e ordenado presbytero no Ceará, por d. Joaquim a 30 de Novembro de 1886. Em seu berço natal, fôra vigario de Aratuhipe e de Maragogipe, conego da Cathedral, parocho da freguezia de Nossa Senhora das Victorias na Capital, cura da Sé e por ultimo parocho da Cidade de Nazareth, e na Imprensa se illustrara e se recommendara altamente fundando e dirigindo o *Semeador* e o *Mensageiro da Fé*.

Eleito a 23 de Janeiro de 1908, preconizado a 6 de Abril e sagrado a 6 de Setembro na Cathedral Metropolitana pelo arcebispo d. Jeronymo Thomé, cearense, aportou a Fortaleza a 20 de Novembro.

O clima do Ceará, todavia, não se mostrou propicio á saude desse piedoso sacerdote e então a Santa Sé concedeu-lhe a exoneração solicitada, e como vagasse nesse tempo a Diocese de Alagôas, foi nella aproveitado em data de 26 de Novembro de 1910.

No breve espaço de sua estadia no Ceará, o bispo de Thabes, que era esse o seu titulo, prestou o relevante serviço de percorrer parte da Diocese em visita pastoral. Agora mesmo acaba de ser elevado a arcebispo, ficando a nova Provincia Ecclesiastica formada pela Archidiocese de Maceió e Dioceses de Penedo e Aracajú.

Para seu logar então foi nomeado com o titulo de bispo de Mopsuestia e auxiliar da Diocese a 11 de Abril de 1911 um outro illustre filho da Bahia, d. Manuel da Silva Gomes, cuja sagração se realizou no dia 29 de Outubro, sendo sagrante o arcebispo d. Jeronymo e assistentes o mesmo d. Manuel Lopes e d. Francisco de Paula e Silva, bispo do Maranhão.

D. Manuel Gomes nasceu a 14 de Março de 1874 na Cidade do Salvador, freguezia da Conceição da Praia, e ordenou-se a 15 de Novembro de 1897. Era o capellão do Orphanato do Sagrado Coração de Jesus quando foi escolhido para o Episcopado.

Crescendo entrementes os padecimentos physicos de d. Joaquim José Vieira, proprios da edade de 77 annos, obteve elle, depois de repetidas supplicas, a exoneração do pesado *munus*, que foi então devolvido *in totum* ao seu auxiliar em data de 16 de Setembro. A posse solenne de d. Manuel da Silva Gomes teve logar a 8 de Dezembro de 1911.

Os serviços de d. Joaquim José Vieira foram galardoados com o titulo de bispo de Limeria e logo depois com o de arcebispo de Cyrrho, e como seu amor aos cearenses, revelado até na sua excusa de acceitar os bispados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, plenamente retribuido, não consentiam que deixasse a terra, que tanto illustrou e edificou, continuou elle a residir em Fortaleza, cercado do maximo acatamento e dos carinhos de uma população inteira.

Sentindo-se dia a dia mais exhausto de forças e desejando morrer na sua querida Campinas, para lá se transportou a 19 de Abril de 1914, vindo a fallecer a 8 de Junho de 1917. Todo o povo cearense chorou a morte do seu inolvidavel antistite. Em Fortaleza as exequias por elle celebradas a 21 de Julho foram solennissimas, pronunciando o elogio funebre o reverendo conego João Alfredo Furtado, cura da Sé Cathedral.

A administração do bispo d. Manuel se assignala pelas visitas pastoraes de admiraveis fructos, que tem realizado e pela fundação do Circulo Catholico, Circulo dos Operarios e Trabalhadores Catholicos S. José, Liga das Senhoras Catholicas, Dispensario dos Pobres, Patronato Maria Auxiliadora e outras tantas promissôras instituições a todos os respeitos dignas dos applausos e patrocinio da familia cearense.

Creadas as Dioceses de Crato e Sobral, para as quaes foram escolhidos como bispos d. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, sagrado na Bahia a 31 de Outubro de 1915, e d. José Tupinambá, sagrado a 29 de Junho e empossado a 22 de Julho de 1916, a Santa Sé por decreto de 10 de Novembro de 1915 elevou a Diocese de Fortaleza á dignidade de Metropole, tendo por suffraganeas as duas novas Dioceses.

Nas diversas administrações se succederam como vigarios geraes os reverendissimos padres Lima Sucupira, Hyppolito Gomes Brasil, Bruno R. da Silva Figueiredo e Joaquim Ferreira de Mello, cujas biographias pódem ser lidas no meu *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*.

BARÃO DE STUDART.

XVI

Historia litteraria

A

PRIMEIRA PHASE

(1824-1869)

Preparando-nos a historiar rapidamente nestas linhas a vida intellectual do Ceará, desde as suas primeiras manifestações, limitar-nos-emos a accentuar sómente aquellas que concorreram para a formação do nosso meio, desprezando os elementos que, oriundos daqui, se desenvolveram em outros centros para onde se transportaram em estado embryonario. Não podemos, com effeito, incluir neste estudo o nome de escriptores a quem o nosso torrão foi berço mas cuja carreira litteraria se iniciou e fructificou em outros pontos do paiz. Reverte para a nossa terra a gloria que porventura lhes aureola o nome, mas certo não lhe poderemos levar em conta os trabalhos quando tratamos de dar um balanço aos haveres que constituem o nosso capital litterario. Se esses escriptores nos pertencem por direito de nascimento, as obras que produziram só têm para o fim do nosso estudo o valor estimativo que lhes dá a convenção de origem e não devem entrar no computo das forças que determinaram a constituição e desenvolvimento do nosso meio. Não serão pois contempladas na galeria de vultos que vamos destacar José de Alencar, Clovis Bevilaqua e muitos outros nas condições acima apontadas. Por outro lado, cumpre mencionarmos escriptores que, filhos de outras zonas, aqui exerceram actividade, concorrendo com o seu talento para a expansão da nossa vida litteraria. Dicto isto, relanceemos um olhar retrospectivo sobre a intellectualidade cearense.

E' de hontem o nosso passado e alheio portanto aos complexos movimentos espirituaes que se operaram durante os dois primeiros seculos da descoberta nas regiões onde primeiro se assentaram as tendas da civilização européa. Terra desprezada pelos colonizadores, que por vezes pagaram bem caro a ousadia de lhe enfrentarem a implacavel natureza, o Ceará só conseguiu iniciar o seu definitivo povoamento nos fins do seculo passado e affirmar sua existencia politica no começo deste.

Dados entretanto os primeiros passos, a marcha não foi mais interrompida, muito embora penosa se tornasse ainda, mal desbravada como estava a rota. As normas politicas e administrativas que nos impunham os descobridores foram vingando lenta mas progressivamente atravez da violenta e incoherente effervescencia dos heterogeneos elementos ethnicos que a civilização tentava fundir, formando a alma de uma nova familia humana. Havia uns pronunciados tons medievaes nas luctas ferozes que ensanguentavam os sertões, por onde vagavam bandos armados que se degladiavam sem outro ideal que o dominio pela força bruta.

O periodo de successivos levantamentos que precedeu a Independencia, influia pela irradiação sobre o nosso meio composto de uma exigua minoria esclarecida e a grande massa inconsciente, em que o elemento indigena agia como instrumento passivo do proprio anniquilamento.

Por esse tempo já em Minas, Bahia e Rio de Janeiro pompeava uma pujante vida intellectual, rematando o cyclo de sua evolução colonial com a fundação das suas *escolas*, entre cujos membros se contavam os bellos vultos que são os Homeros da nossa antiguidade litteraria. A despeito da oppressiva politica da Metropole, a civilização conseguira vingar alli uma brilhante floração de talentos e fructificar em obras que formaram os alicerces da intellectualidade brasilica. Mas o Norte percorria ainda a primeira etapa social, fatalmente preenchida pelas luctas politicas em que a individualidade de um povo não se apura e define sem que a sua plethora extravasse violentamente em derramamentos de sangue: é o barbaro processo da sangria applicado ás multidões.

No meio de uma fermentação de successos multiplos terminou o seculo XVIII sem deixar aqui outro documento de vida intellectual que a recente creação de algumas escolas primarias, cujos preceptores percebiam dos paes dos alumnos annualmente — um alqueire de farinha por cabeça.

Homens de valor intellectual tinham por vezes presidido os destinos do *Siará-grande*, mas a esses mal chegava o tempo para cuidar dos misteres do seu cargo.

Os Jesuitas, com o seu systema de construir de cima para baixo, limitavam-se a infundir no espirito dos indigenas sentimentos religiosos, e nesta tarefa collaborou Antonio Vieira, cujo verbo divino reboou em meados do seculo XVII pelas quebradas da Serra de Ibiapaba, casando-se ao gorgear dos passaros selvaticos. A catechese tinha, porém, uma bella acção philantropica, constituindo um dique ás depredações das auctoridades, que reduziam ao captiveiro os naturaes não protegidos pela assistencia dos Jesuitas.

Do aspecto de vida cearense em geral dá uma idéa viva, e exacta o *Relatorio* do governador Bernardo de Vasconcellos documento desencavado dos archivos portuguezes, como tantos outros egualmente preciosos, pelo operoso historiographo cearense dr. Guilherme Studart e publicado nas suas *Notas para a Historia do Ceará*:

> «He a Capitania do Siará, diz Vasconcellos, bem consideravel pella sua grandeza, como o mostra um mappa circumstanciado que o habil Targine traçou de todo o seu territorio. Pella sua illustração se conhece ser o ar saudavel, o céo sereno, as campinas amenas, serras fertilissimas, rios caudalosos, maiormente na estação das aguas. Os naturaes Tapuias ou Caboclos (a que vulgarmente chamam Indios) vivendo naquella indolencia, que influem nos seus habitantes os climas ardentes, comtudo são susceptiveis de estimulos, e de condição de obrarem quando um superior sabio e activo lhes inspirar . . . »

E por ahi afóra vai o digno homem enumerando com proficiencia e bom senso as condições de vida da Capitania, que acha as mais excellentes, sobretudo sob o ponto de vista commercial. Apesar disto fôra sempre a "Capitania do Siará reputada de pequeno interesse e considerada de egual continente ao dos Zimbas e Monomotapas em Africa" e "não merecendo por isso a menor contemplação nem o menor empenho que felicite o seu augmento". Foi este Vasconcellos, aliás homem intelligente e illustrado mesmo, quem visou e publicou a celebre carta régia "em que muito se recommenda a prisão de um tal barão de *Humboldt*, subdito prussiano e homem perigoso, que viajava o interior da America e do Maranhão sob pretexto de fazer observações scientificas, mas com o fim de tentar, com idéas, novas os subditos de s. m.; excursões estas summamente prejudiciaes aos interesses da Corôa. Offerecia-se o premio de 400$ a quem o prendesse!" (1) Isto se passou em 1800; o seculo começava pois, por um attentado contra a sciencia na pessoa do eminente auctor do *Cosmos*, que felizmente não cahiu nas malhas da policia colonial.

Sedições, deposições, enforcamentos, morticinios e hecatombes de toda a especie, assignalaram o primeiro quartel deste seculo — phase heroica, cujas tradições não se perderam da memoria do povo cearense, mas desappareceram completamente do seu sangue. J. BRIGIDO assim descreve esses successos em sua *Miscellanea Historica*:

> «As acclamações de 1824, saudando a aurora da liberdade, foram hymnos que acabaram em nenias. O patibulo se ergueu a alguns passos das ameias, onde, havia poucas semanas, tinha tremulado a bandeira da republica. Por toda a parte o despotismo surgia mais arrogante, a traição ia cravando o punhal, a audacia e a confiança eram colhidas á mão e sacrificadas pelo medo ou cobiça. »

Nesse meio tumultuoso de que era força legitima e apreciavel, surgiu o primeiro jornalista cearense — o padre Gonçalo Ignacio de Loyola de Albuquerque Mello, por alcunha — *Mororó*. Foi elle o redactor da nossa primeira gazeta — *Diario do Governo*, orgão da administração do presidente revolucionario Tristão de Alencar. O *Diario do Governo* encetou a sua publicação — mau prenuncio — a 1 de Abril de 1824.

Poeta, prégador, latinista, jurisconsulto, botanico e estylista brilhante, o padre Mororó, emulo e amigo de frei Caneca, pagou com a vida o ardor dos seus ideaes politicos, sendo fuzilado a 30 de Abril de 1825.

Com a morte de Mororó e seus companheiros, não cessaram os movimentos revolucionarios que se reproduziram ainda durante muitos annos, sendo os mais notaveis os conhecidos pelos nomes de "Guerra de Pinto Madeira" e "Guerra dos Balaios". Depois do *Diario do Governo* appareceram successivamente o *Semanario Constitucional*, o *Cearense Jacuina*, o *Correio da Assembléa Legislativa*, a *Gazeta Cearense*, etc., folhas que serviam de valvula ás terriveis animosidades da epocha e se tornavam notaveis pelo desbragamento de sua injuriosa linguagem. Esse vicio de origem da imprensa cearense se propagou hereditariamente até os nossos dias e, pelos modos, ella não promette tão cedo depôr as armas da invectiva ferina, da aggressão pessoal insolentemente adjectivada.

Estava implantada a Imprensa no Ceará, mas este facto não tinha uma significação apreciavel em pról da nossa intellectualidade, visto como as gazetas eram meros instrumentos do ferrenho partidarismo reinante, de que se originou esta desgraçada politicagem que em todos os tempos envenenou a vida cearense e se tornou tristemente celebre na antiga Côrte.

Com a organização mais regular dos partidos e a fundação do *Pedro II*, foi que a Imprensa cearense tomou uma feição, senão mais commedida e séria, pelo menos, mais normal e materialmente mais cuidada.

Mais tarde, em 1846, Pompeu fundava o *Cearense*, folha em que se notava um certo progresso, reflectido pelo espirito elevado do seu illustre fundador. A vida litteraria propriamente dicta continuava, porém, em estado de nebulosa no espirito cearense, ao tempo em que Porto-Alegre, Magalhães, Gonçalves Dias, Gentil Homem, Seabra, Casimiro de Abreu, Alvares de Azevedo, Varella e tantos outros enchiam o ambiente nacional com o clangor dos seus versos, e Alencar, Macedo, B. Guimarães, etc., cultivavam sob diversos aspectos o Romantismo recem-nado.

Intelligencias mediocres ou estragadas pelo partidarismo, como o padre João Ramos e Pedro Pereira, versejavam nas gazetas, este com um certo realce devido ao seu talento de satyrista politico, genero em que se popularizou merecidamente, pois, a sua versalhada, mórmente as *Cartas de Braz Pitorra*, tem chiste espontaneo e fórma elegante.

Cumpre-nos destacar entre os personagens da politica a figura curiosissima do padre Verdeixa, o trefego e incendiario redactor da *Liberdade*. A sua historia é uma série

(1) J. Brigido—*Resumo chronologico para a Historia do Ceará.*

infinita de casos comicos, estapafurdios e não raras vezes revoltantes.

Dotado de intelligencia aguda e activissima, ao serviço de um temperamento irrequieto e malevolo, o padre Verdeixa deleitou-se toda a sua vida em tecer os mais imprevistos ardís em que eram apanhados desde o mais alto potentado até o mais humilde plebeu. De indole eminentemente destruidora, elle feria a torto e a direito sem escrupulos nem condescendencias, causando o desespero do proximo e a propria ruina. Os innumeros processos, os ataques de toda a especie e as prisões, nada cohibia a sua natureza diabolica.

Muito soffreu e muito fez soffrer esse Aretino de sotaina, que de tudo zombava em seu scepticismo nihilista. Está por fazer a sua biographia, messe anecdotica dos mais variados e originaes matizes. Que se imagine a influencia de semelhante homem no meio intolerante e estreito em que viveu!

Os novos partidos politicos, penosamente elevados sobre os destroços de luctas cruentas, batiam-se implacaveis pelo que chamavam suas idéas, arrastando no seu torvellinho todas as boas intelligencias. Nos outros centros nacionaes de organização mais remota cessara havia muito esse periodo de desordenada gestação, e a litteratura "que, ao menos no Brasil, parece fugir ás epochas agitadas e ser avessa aos periodos de agitação politica" (1), produzira essas bellas obras raramente egualadas pelos trabalhos da geração actual.

O Romantismo, a escola que mais profundamente já se adoptou á nossa indole, e mau grado certos excessos, a unica sob cuja influencia pôde a alma brasileira se manifestar viva e pujantemente, libertada do pseudo-classicismo e do amaneirado bucolismo portuguezes, o Romantismo, dizemos, começara já a sua optima colheita de Minas ao Maranhão. Mas ao enfrentar a *ponta do Mocuripe* passava ao largo como antigamente o faziam as naus dos exploradores, pouco desejosos de experimentarem a sorte do mal aventurado Pero Coelho.

E isso era natural, porque uma litteratura não se improvisa. Resultado de uma cultura intellectual mais ou menos longa, florescencia da abundancia e da paz, como poderiam medrar as lettras num sólo tão negligentemente arroteado?

Só viemos a ter estabelecimento de instrucção secundaria em 1845, com a fundação do Lyceu Cearense. Todos os estudos de Humanidades se faziam antes disto nas capitaes onde havia faculdades, e bem se póde avaliar que poucos paes de familias podiam com taes dispendios. E dos moços que após os estudos voltavam ao torrão natal se apossava a politica dissolvente e esterilizadora. Não eram muitos estes, porque todo o cearense, por mais sedentario que pareça, tem latente em si a nevrose da peregrinagem.

A' completa absorpção da politica resistiu Pompeu, dando á sua folha uma feição distincta, com a publicação de criteriosos estudos sobre Climatologia, Finanças, Estatistica, Arboricultura, etc., e imprimindo em 1856 o seu *Compendio de Geographia*.

Justamente a esse tempo regressava do Rio de Janeiro Juvenal Galeno, que ahi havia publicado os *Preludios poeticos*, seu livro de estréa. Pompeu fez-lhe bom acolhimento e poz á sua disposição as columnas do *Cearense*, onde Galeno collaborou regularmente.

Pelo mesmo tempo começavam tambem a terçar armas Antonio Beserra e José de Barcellos, que redigiram o periodico litterario *Estrella* (1857-1859). Neste ultimo anno chegavam ao Ceará o já glorioso poeta Gonçalves Dias, como membro da commissão scientifica presidida por Freire Allemão.

Juvenal Galeno travou estreitas relações com elle e lhe mostrou seus versos. Foi por conselho de Gonçalves Dias que Juvenal se dedicou de preferencia á poesia popular em que tantos triumphos conquistou. O primeiro trabalho que Juvenal publicou, depois de sua nova orientação, foi um poema popular bordado sobre a encantadora lenda indigena da *Porangaba*. Em 1861 Juvenal montava uma officina typographica exclusivamente para editar suas obras poeticas. Della sahiram em fasciculos de assignaturas as *Lendas e Canções Populares*, que o consagraram definitivamente perante a Critica e, mais que isso, perante o publico, que a leu com gosto e a applaudiu com enthusiasmo.

A figura de Juvenal enche sózinha o tempo que falta para completar o primeiro dos dois periodos em que dividimos a Historia litteraria do Ceará.

Fóra della só resta accentuar e a publicação de mais dois trabalhos de Pompeu — *Esboço geographico* (1863) e *Geographia geral* (1869).

Felizmente o poeta das *Lendas e Canções* tem valor bastante para encher o grande vazio que se fazia em torno de si, e onde apenas se debatiam, nas vacillações dos primeiros vôos, alguns talentos noveis de mais para que já podessem, fazer sua entrada na alta roda das lettras.

Pena é que o nosso eminente Sylvio Roméro, em sua alentada *Historia da Litteratura Brasileira*, se tenha occupado do nosso poeta, parece que num momento de fadiga, e não lhe haja estudado mais detidamente a obra tão bella quanto simples, tão encantadora e imperecivel pelo que encerra de espontaneo e de sincero.

(1) José Verissimo — *Estudos Brasileiros*.

SEGUNDA PHASE

(1870-1896)

O que nos induziu a tomar o anno de 1870 para ponto de partida de um novo periodo de vida intellectual do Ceará, foi assignalar elle um acontecimento de caracter excepcional, de significação elevada e effeitos inestimaveis para os nossos destinos litterarios.

As questões religiosas que em todos os tempos têm determinado tão importantes movimentos espirituaes, redundando em preciosa colheita para os celleiros do pensamento humano, exerceram aqui sua acção impulsiva e fecunda no espaço de tempo de que nos occupamos. A lucta entre a Maçonaria e o Clero teve entre nós um poderoso echo e deu logar ao galhardo levante de alguns espiritos jovens e enthusiasticos que tomaram parte no embate a favor dos primeiros, fundando a brilhante folha — *Fraternidade*. Entre outros, faziam parte dessa bella pleiade Pompeu Filho, Capistrano de Abreu, João Lopes e finalmente Rocha Lima, esse formosissimo talento tão precocemente desapparecido.

Felizmente, parece que a questão maçonica teve apenas o caracter de um estimulante para os bravos rapazes, que mais buscaram nisso um pretexto para os seus commettimentos intellectuaes. Uma forte emulação se operou de prompto, engrossou-se o grupo dos batalhadores e alargou-se o circulo da sua iniciativa com a fundação de uma escola nocturna para os pobres operarios e a constituição de um centro de palestras que teve o ironico baptismo popular de *Academia Franceza*.

Entre os novos iniciados viam-se Araripe Junior, França Leite, Mello, Xilderico de Farias, etc.

Eis como Capistrano de Abreu falla sobre o grupo da *Fraternidade*:

> « Era em casa de Rocha Lima que se reuniam os membros do que chamamos *Academia Franceza*. Quanta illusão! quanta força! quanta mocidade! França Leite advogava os direitos do Comtismo puro e sustentava que o *Système de Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. Mello descrevia a Anatomia do cerebro com a exactidão do sabio e o estro do poeta. Pompeu Filho dissertava sobre a Philosophia alleman e sobre a India, citava Laurent e combatia Taine. Varella, o garboso e abnegado paladino, enristava lanças a favor do Racionalismo. Araripe Junior encobria com a mascara de Falstaff a alma dolorida de René. Philino fallava da Revolução Franceza com o arrebatamento de Camillo Desmoulins. Lopes, ora candente como um raio de sol, ora lobrego como uma noite de Walpurgis, dava azas a seu humor colossal. Por vezes das margens do Amazonas chegava o echo de uma voz, doce como a poesia das aguas sem fim, a de Xilderico de Farias, hoje para sempre unido no regaço do oceano. » (1)

Por este eloquente trecho se póde avaliar da elevação de espirito desse grupo que inopinadamente se levantava do seio rotineiro e geralmente inculto da sociedade em que se formou — cheio de idéas novas e audaciosas, de sentimentos superiores e de aspirações largas e magnificas. Verdes ainda para a politica, guardavam elles até então o aquella pureza de animo tão formosa que nos aureóla, quando nos preparamos pelo estudo para as conquistas futuras.

Rocha Lima era o mais joven de todos e entretanto o mais profundo: fadado para morrer cedo, a sua intelligencia tomou um desenvolvimento extraordinariamente precoce, alando-se ousadamente ás mais altas abstracções da Critica e da Philosophia. Todos os grandes pensadores e artistas de então lhe eram familiares, e nesse superior convivio o seu criterio scientifico assumiu proporções assombrosas para a sua edade e para o meio, como o demonstram os seus trabalhos ora enfeixados com o titulo de *Critica e Litteratura*.

Esta obra e a collecção da *Fraternidade* bastariam para consagrar a *Academia Franceza* perante a opinião dos posteros, se della não houvessem sahido o erudicto escriptor que é hoje José Thomaz Pompeu, o brilhante orador e jornalista João Lopes, o eminente critico Araripe Junior, a capacidade encyclopedica e profunda de Capistrano de Abreu, etc.

(1) Prefacio á *Critica e Litteratura* de Rocha Lima — 1878.

Este escriptor assim descreve a dissolução da *Academia Franceza*:

> « Esta existencia em commum durou até principios de 1875. Então uns retiraram-se da Provincia; outros entraram em carreiras e occupações contraditorias com a essencia da Academia; outros acharam que a comedia se prolongara por demais, e lançaram para longe a mascara a que deviam a introducção no santuario. »

Ficando sózinho, "possuido por um desengano gélido, por uma ataxia devorante", Rocha Lima transferiu-se para o Rio de Janeiro, sempre a estudar abnegadamente, apesar do seu melindroso estado de saude, a ponto de passar as noites inteiras com os pés dentro de uma bacia d'agua para não adormecer, sendo muitas vezes tirado á força da banca pela sua familia. Voltou do Rio em 1877 e em Março do anno seguinte falleceu com 23 annos de edade.

São desses ultimos annos a *Lyra Cearense* e *Scenas Populares* de Juvenal Galeno; *O ninho do beija-flor* e *Joanna a Marabá* de Araripe Junior, os *Sonhos de Moço* de Antonio Bezerra e outras obras de menos importancia.

A primeira dessas duas obras de Araripe Junior, que era então juiz municipal de Maranguape, fôra publicada em folhetins na *Constituição*, orgão conservador recentemente fundado, e a segunda editada no Maranhão em 1875.

Os *Sonhos de Moço* de Antonio Bezerra, publicados em 1872, são uma collecção de poesias lyricas em que se nota a influencia accentuadissima de Casimiro de Abreu (com quem o auctor convivera no Rio), mas repletas comtudo de pujante e vivida inspiração pessoal.

Em 1872 fundou o dr. José Avelino o *Futuro*, folha que se impoz á opinião pelo apuro e commedimento de sua linguagem. Infelizmente — e talvez por isso mesmo — viveu pouco, desapparecendo em 1874.

Floresceu por esse tempo o malfadado poeta Joaquim de Sousa que, depois de haver dissipado uma regular herança, poz termo á vida atirando-se ao mar na Bahia do Rio de Janeiro. Nas suas producções esparsas se encontra a affirmação de uma intelligencia poderosa mas envenenada pelo *Byronismo*, que tantas victimas fez na geração romantica do Brasil.

O espaço de 1877-1879 é preenchido pela estupenda calamidade da grande secca, que quasi anniquilava de uma vez e para sempre toda a vitalidade cearense. Por um prodigio desta incomprehensivel natureza, a vida material se refez dentro de poucos annos; mas, como essas chagas que saram deixando vestigios eternos, a secca estampou indelevelmente na alma deste povo um estygma de imminentes e multiplas infelicidades.

A Musa de Guerra Junqueiro pintou em versos soberbos os infinitos martyrios desses tres annos, e Rodolpho Theophilo os narra com precisão de dados e eloquencia de estylo na sua excellente *Historia da Secca do Ceará*.

Na imprensa de então versejou copiosamente o poeta bohemio Barbosa de Freitas, cujas producções foram ultimamente publicadas em volume por alguns amigos. Talento não vulgar, mas grandemente inculto, elle teve o seu momento de celebridade entre o grosso publico, sempre vencido pelo acre encanto dessas almas intoxicadas pelo ambiente do vicio, desses seres que vivem a vida exaltada e

rapida, peculiar aos que se desgarram da senda das convenções. Finou-se no Hospital da Misericordia esse que foi o mais genuino bohemio das lettras cearenses.

Em 1880 appareceu a *Gazeta do Norte*, folha politica que sob a direcção de Thomaz Pompeu, João Lopes e J. Barcellos, se tornou notavel pelo seu feito artistico e pelo apuro litterario de sua linguagem.

Transferida a outras mãos, passou a ser escripta *comme les autres*.

Seguiu-se a campanha da abolição: — todos sabem o que foi essa epocha em que o Ceará se cobriu de glorias. Uma forte rajada de altruismo invadiu os espiritos, varrendo todas as positividades interesseiras que constituem o mechanismo da vida pratica.

Foi orgão da propaganda o *Libertador*, jornal redigido com audacia, com independencia e com energia que chegava por vezes á virulencia. Depois das guerras patrioticas do começo do seculo, foi a abolição a unica idéa que agitou profundamente a nossa sociedade e que conseguiu o real e sincero apoio do povo, sempre representado por prepostos a quem aliás não deu procuração bastante...

Semelhante cruzada não podia deixar de ter seus bardos, e teve-os em quantidade infinita: toda a gente fez versos naquelle tempo. Mas os tres poetas officiaes do movimento foram Antonio Bezerra, Justiniano de Serpa e Antonio Martins que reuniram mais tarde as suas peças de propaganda com o titulo de *Tres Lyras*. Oliveira Paiva tambem publicou dois poemetos abolicionistas — *25 de Março* e *Zabellinha*.

Com o advento da libertação não desappareceu o *Libertador*, mas transformou-se em folha noticiosa, mantendo a sua imparcialidade politica, sob a redacção de Marrocos, Serpa e Antonio Martins.

Mais tarde, João Lopes, que chegava do Norte, assumiu a chefia da redacção e dentro em pouco fazia do *Libertador* o mais popular, o mais interessante e ao mesmo tempo o mais bem escripto jornal que o Ceará já possuiu em todas as epochas. Ao redor de João Lopes formou-se rapidamente um circulo de moços de talento que, á margem da politica, deram ao *Libertador* uma feição nova, não sómente no Ceará como no Norte do Brasil.

Jámais jornal algum se popularizou tanto, nem teve sobre o publico uma acção mais forte e sympathica. Qualquer causa, qualquer idéa que o *Libertador* advogasse, tinha immediatamente por si o apoio caloroso da opinião geral. Uma jovialidade desempenada e encantadora aureolava o convivio dos rapazes entre si e as suas relações com o publico.

Os gostos litterarios do grupo requeriam porém uma arena mais particular e mais selecta, e assim fundou-se o Club Litterario, do qual foi orgão a bella revista — *A Quinzena*. Virgilio Brigido, José Carlos Junior, Oliveira Paiva, Antonio Martins, Juvenal Galeno, Antonio Bezerra, Farias Brito, etc., taes eram as figuras congraçadas por João Lopes, cuja individualidade insinuante e dominadora servia de eixo aos raios dessa brilhante roda.

O bom gosto litterario desenvolveu-se e apurou-se notavelmente, e os contornos de um *meio*, já debuxados pela *Academia Franceza*, mais nitidos se tornaram sobre o fundo inerte e vulgar da vida provinciana.

A actividade do grupo não se limitava a fornecer materia ao *Libertador* e á *Quinzena*, nem se cingia as confabulações scintillantes na salinha do Club Litterario, mas irradiava sobre a vida mundana promovendo festividades e commemorações, suggerindo o gosto pelas coisas da intelligencia, dominando nos salões o elemento burguez por um aprumo fidalgo e risonho, pondo, emfim, uma nota de Arte e de elegancia moral onde quer que se manifestasse.

Além dos bellos trabalhos que se encontram nas collecções desta revista e daquelle diario, publicaram-se então os *Cantos modernos*, de Farias Brito, a *Lyra Sertaneja*, do poeta popular piauhiense H. de Castello Branco, *A afilhada* romance de costumes cearenses por Oliveira Paiva. Embora publicado apenas no rodapé do *Libertador*, destacamos este trabalho por ser uma peça de maior folego e por encontrar-se nelle a revelação flagrante de um delicado talento de observador e de artista.

Parallelamente alguns espiritos laboriosos e investigadores se tomavam de gosto pelos estudos historicos, já iniciados, embora sem muita profundeza, pelo conselheiro Araripe e dr. P. Theberge desde 1868. Aos novos campeões abriu caminho J. Brigido com suas chronicas e monographias. A Historia cearense começou a ser cuidadosamente documentada e divulgada em livros e nas paginas da *Revista do Instituto*, associação que acabava de fundar-se.

Joakim Catunda publicava os seus proficientes *Estudos da Historia do Ceará*, obra resumida mas traçada com profundeza de vistas scientificas e com esmero de fórma.

João Perdigão, Antonio Bezerra, Paulino Nogueira e Guilherme Studart entregaram-se por sua vez a laboriosas pesquisas de que nos dão conta em successivas publicações. Este ultimo, sobretudo, tem posto em contribuição grandes esforços e cabedaes pecuniarios para a acquisição de documentos de que fez valiosa provisão na Torre do Tombo e em outros archivos portuguezes por occasião de suas viagens á Europa.

E' pois avultada a quantidade de peças preparadas para a construcção do nosso edificio historico: com as biographias, monographias, chronicas e documentos publicados, já póde um escriptor de pulso abalançar-se a um sério trabalho de coordenação e synthetização, porque de tudo o que existe, sómente os *Estudos* de Joakim Catunda revertem uma fórma inteiriça e synthetica, de accôrdo com os modernos processos historicos.

Voltemos ao grupo do *Libertador* e *Quinzena* para assignalar-lhe a dissolução determinada — era escusado dize-lo — pela politica.

Sob a administração do mallogrado presidente Caio Prado, que tão superiormente dirigiu os destinos do Ceará durante a nova secca que nos visitou em 1887 e 1888, o *Libertador* se fez orgão semi-official, e, como as opiniões litterarias se conciliam mais facilmente que as opiniões politicas, uma debandada não se fez esperar no referido grupo.

Extinguiram-se o Club Litterario e a *Quinzena*, e no *Libertador* ficaram apenas alguns affeiçoados á politica do presidente Caio Prado, ou antes, á sua pessoa, porque devemos confessar — esse illustre moço, com a indole insubmissa e um tanto auctoritaria que o caracterizava, nunca se subordinou cegamente aos interesses de facção politica que apoiava o ministerio (de que era) delegado, de fórma que, fundas eram as affinidades espirituaes que o prendiam aos rapazes do *Libertador*, dando logar a um certo menosprezo pelos figurões do seu partido, cuja convivencia não parecia ser-lho infinitamente deleitavel.

Mas, como quer que fosse, tinha-se rompido o laço que

prendia o grupo, e fôra a politica o gladio alexandrino que o cortara.

Pouco depois appareceram as ephemeras revistas *O Domingo* e *A Avenida*, que passaram indifferentemente.

Rompendo a calmaria geral que sobreveiu, alguns corajosos trabalhavam isoladamente; os historiographos referidos continuavam na sua faina com a tenacidade peculiar aos investigadores do passado; Antonio Bezerra publicava successivamente a collecção de folhetins *Horas de recreio*, as suas *Notas de viagem* e a *Excursão á Serra de Maranguape*, criterioso estudo da Flora e da Geologia daquella região, e Rodolpho Theophilo as suas noções de *Botanica*, *Sciencias naturaes em contos* e o formoso romance *A fome*, cuja acção é constituida por alguns dos terriveis episodios da secca, de que já se havia occupado como historiador. Mas estas publicações eram méros esforços pessoaes a que não respondia o estimulo publico. Sobre os alicerces rudimentares do meio ia brotando, com a teimosia malefica das hervas damninhas, a sempiterna indifferença das gentes. A minoria activa dos iniciados deixava as soltas a maioria passiva dos profanos, com todas as suas tendencias de utilitarismo absorvente.

Pensamos que a vida litteraria, comquanto oriunda das forças nesologicas que se propagam do passado para o presente de um povo e palpitam entre o firmamento e o sólo de uma região, só recebe da massa popular uma collaboração indirecta, constituindo assim alguma coisa de excentrico no meio das grandes correntes da vida commum — situação a que corresponde e qualifica a denominação de *aristocracia do talento* dada á classe dos homens de lettras.

Ora, a nossa aristocracia intellectual andava, por volta dos annos de 1888 e 1889, muito descuidosa dos seus brazões, a braços com problemas positivos que não davam campo a abstracções e idealismos — parte collaborando com o presidente na obra da assistencia publica e parte preparando as trincheiras da propaganda republicana que se desdobrava no Sul á voz de Silva Jardim, Ruy Barbosa e Boca'uva.

E como haviam os fieis *quand même* de accorrer ao templo que ninguem lhes franqueava? Filhos de uma revolução social triumphante, os do *Libertador* foram, logicamente, os arautos da revolução politica que se iniciava. Esta folha abriu, pois, suas columnas á propaganda, e seus sectarios, reunidos a novos obreiros, instituiram conferencias publicas sob os auspicios do Centro Republicano, que se havia fundado.

A vinda annunciada de Silva Jardim, a visita do conde d'Eu, a passagem de Lauro Sodré para o Sul, foram incidentes propicios á recrudescencia do movimento a que a mocidade da Escola Militar, installada havia pouco, vinha trazer o concurso do seu enthusiasmo.

E quando a 16 de Novembro se depunha o ultimo presidente da monarchia, Moraes Jardim, entravam para a commissão executiva do Governo Provisorio republicano João Cordeiro, João Lopes e Manuel Bezerra. Todo o elemento civil da commissão fôra pois tirado do grupo independente do *Libertador*.

Uma das feições deprimentes das lettras brasileiras sob o regime monarchico foi sempre a ausencia de um commercio de idéas de uma Provincia á outra e entre as provincias e a antiga Côrte. A' centralização politica com a sua convergencia de interesses positivos não correspondia, como parecia natural, a uma convergencia de interesses litterarios para o fóco presumivel da intellectualidade brasileira. Os talentos provincianos, que não emigravam, floresciam e morriam na maior parte ignorados, sem o incitamento do applauso exterior que levanta e consagra as reputações. Por outro lado, as figuras litterarias mais notaveis da Côrte difficilmente se popularizavam nas provincias, sobretudo nas do Norte, onde mal chegavam os echos da alta vida fluminense, a despeito das suas tentativas de approximação, dos generosos desejos de se afinarem fraternalmente ao isochronismo nacional. Para estas provincias, valha a verdade, a monarchia foi a todos os respeitos uma severa madrasta.

A predilecção da politica imperial por algumas provincias do Sul era evidentissima: — Pernambuco, Bahia, Minas e S. Paulo constituiam privilegiados viveiros fornecedores das figuras de que carecia o monarcha para organizar a tripulação da nau do Estado. Poderosas aristocracias de familias, com todas as vantagens da hereditariedade tacita que produz as oligarchias e nem sempre se justifica como relevancia do verdadeiro merito, surgiram nesses pontos do paiz e, fortificadas de mais em mais pelo apoio do imperador, chegaram, como os Fabios romanos, ao quasi monopolio das principaes posições.

Esse *sulismo nepotista* collocava as provincias *enteadas* na posição *gênante* peculiar a esta especie de parentes. Ao contrario das correntes magneticas que mais fortes se tornam nas extremidades do iman, as forças vivas da nação se concentravam na zona média, com um abandono injusto do extremo-norte e extremo-sul, dando logar á irrupção da desgraçada idéa separatista que já tem feito periclitar naquelle a nossa integridade territorial e já se tem manifestado neste por mais de uma ameaça vaga mas pouco tranquillizadora. As lettras, como tudo mais, soffriam a influencia perniciosa desse exclusivismo infenso ao regular funccionamento do organismo nacional, produzindo-lhe a atrophia de alguns membros.

A Côrte não era pois um ponto de irradiação vital, mas um sorvedoiro insaciavel da generosa seiva das provincias. Mesmo as que apontamos como preferidas, se ganhavam em importancia politica na Côrte, não progrediam litterariamente dentro de suas fronteiras, ou, pelo menos, não havia um progresso perenne, porque essa mesma importancia redundava numa defraudação dos bons elementos, locaes, prejudicando-as com a privação do esforço immediato de homens cultos.

Dahi a decadencia do *meio* provinciano e a sua impotencia para repercutir as vibrações do centro. Enfraquecida assim a cohesão espiritual do paiz pela desunião dos esforços de cada nucleo pensante, sómente as vocações incoerciveis, os litteratos de raça, teimavam em empregar a tregua dos seus labores, produzindo alguma coisa que denotasse um sopro de vida intelligente, sem esperar comtudo nenhum galardão compensador: — a opinião circumstante, conforme a lei do adagio, não os reconhecia prophetas, e de longe, rarissimamente, lhes conhecia sequer os nomes.

Os pequenos bandos dos que Ferrero chama *proletarios intellectuaes* e que no Brasil mais que em outra qualquer parte merecem este qualificativo, não mantinham como os proletarios sociaes, uma solidariedade de acção, nem nutriam uma mutualidade de sympathias que os congraçassem, que os fizessem valer perante o publico e os tornassem uteis á causa das lettras patrias.

Os proprios filhos dos Estados, quando fixados na Côrte, tanto se identificavam com as circumstancias ambientes

que acabavam por tornar-se extranhos aos seus conterraneos, como aconteceu com José de Alencar, pelo qual o Ceará nunca pôde ter um enthusiasmo sinceramente caloroso, um orgulho incondicional como o que elle devera despertar. E' que, embora glorificando sua terra natal nas ineffaveis paginas de *Iracema*, o grande romancista já lhe não pertencia pelo espirito. Este se havia formado longe della e longe della desferia seus vôos altaneiros. Concorria tambem para entibiar-lhe a gloria a sua qualidade de politico; como tal tinha adversarios que não transigiam deante daquelle enorme talento, que não o comprehendiam ou que talvez tomassem-n'o mesmo como um pretexto dos seus rancores.

Pelo menos no Norte e especialmente no Ceará — especialmente pela maior segurança com que lançamos a asserção — foi sempre esta a situação desde as epochas preteritas a que remontam nossas pesquizas. Com a Republica, se não se tornou maior o paiz, consoante á sentença hugoana, tornou-se incontestavelmente mais conhecido de si mesmo.

No grande choque de almas que se produziu, muitas dellas, até então injustamente recalcadas, vieram anciosas á tona, prenhes de idéas novas, de bellas aspirações, a se expandirem na pujante eclosão de esperanças que afestôam o amanhan das revoluções. Na rarefacção salutar desse renascimento a que um chavão estylistico chama *aurora da regeneração*, hauriu a Musa nacional as forças que desde então tem posto em jogo para alargar e opulentar os seus dominios. E' um facto indiscutivel o incremento que a Litteratura brasileira tem tido nestes ultimos annos, e uma das mais apreciaveis caracteristicas deste desenvolvimento é a *entente cordiale* que se vai estabelecendo entre os homens de lettras, a reciprocidade de sympathias que vai fortalecendo o espirito de classe e lançando as bases de um commercio de idéas, que nunca existiu sob o regime monarchico. Presentemente, já os litteratos dos estados conhecem os do Rio, são por elles conhecidos e se conhecem entre si. Foram vehiculos dessas boas relações as numerosas aggremiações que se fundaram por toda a parte.

Teve este papel no Ceará a "Padaria Espiritual" fundada em meados de 1892. Uma intenção de escandalo e de troça (para dispensar o francezismo *blague*, porventura mais expressivo para o caso) presidiu a fundação dessa sociedade, em cuja composição entraram os que a terminologia do polemismo litterario de hoje chama os *novos*. O seu titulo e o seu programma, commentado e transcripto por quasi toda a imprensa brasileira, deixam bem perceber o intuito dos seus fundadores, intuito censurado aliás por pessoas até de elevado criterio, inclusive o illustre director desta *Revista* (1), ao qual pedimos venia para responder-lhe daqui com a cortezia e o profundo acatamento que lhe devemos.

Cumpre prevenirmos ao leitor que o *nós* de que usamos quando nos referimos á "Padaria Espiritual" não exprime a pluralidade convencional que temos mantido no decurso destes artigos, mas a comparticipação e responsabilidade que temos para com os destinos desse gremio de lettras. E vamos dizer como e por que nasceu a "Padaria Espiritual".

Nós, os *novos* do Ceará, cheios de uma impaciente curiosidade pelas coisas da intelligencia, com uma teimosa chammazinha de ideal a aquecer-nos os cerebros, alimentando uma versão desdenhosa pelas chatices do ramerrão burguez, e republicanos, ainda por cima, constituimos desde os primeiros dias da Republica um pequeno grupo, de feição bohemia, para trocar impressões de arte, commentar leituras, etc. Para os effeitos da publicidade nós nos distribuimos pelos tres diarios exitentes — *Libertador*, *Norte* e *Estado do Ceará*, onde estampavamos trabalhos litterarios e onde ás vezes nos aggrediamos mais ou menos energicamente. Mas a imprensa diaria, a partidaria sobretudo, é uma arena ingrata para as pugnas da Arte, por inocular na gente o virus da odiosidade e trahir constantemente a má vontade geral ás coisas litterarias, disfarçada em uma tolerancia que acaba por tornar-se intoleravel.

Nestas circumstancias reunimo-nos e, esquecendo rivalidades, proclamámos a necessidade da constituição de um nucleo servido por uma revista que lhe fosse orgão. Escolhemos um dentre nós para codificar nossos designios em um programma não sómente de acção, mas tambem de reacção, porque a simples acção é impotente para sacudir a inercia desse terrivel adversario commum a que Daudet chama incisivamente *struggle-for-life*. E o programma foi elaborado e o gremio fundado com um exito ruidoso e verdadeiramente inesperado.

Aproveitando as vantagens do successo, tratámos immediatamente de estabelecer uma correspondencia assidua com os litteratos dos Estados e da Capital, e os applausos com que fomos acolhidos nos forneceram novas armas para a conquista do meio em que nos agitavamos. O nome bizarro da associação, as garrulas exquisitices do seu programma, o caracter original das suas reuniões e a alacridade irreverente da nossa linguagem, fizeram no espirito burguez uma impressão mesclada de espanto, de desconfiança e de curiosidade, mas em todo o caso profunda como a desejavamos. Estavam, pois, tomadas as posições e era tempo de começar a agir.

Um mez depois de fundada a "Padaria" appareceu o primeiro numero do *Pão*, que nessa primeira phase puramente revolucionaria era, segundo o *Retrospecto do Padeiro* Moacyr Jurema, "menos o vehiculo litterario da — "Padaria" — do que uma valvula para a pilheria petulante que se fazia lá dentro". Com o 6º numero suspendeu-se, porém, a publicação do *Pão*.

De 1893 ao fim de 1894 publicou a "Padaria" os seguintes livros: *Phantos*, de Lopes Filho; *Flocos*, de Sabino Baptista; *Contos do Ceará*, de Eduardo Saboia; e *Versos*, de Antonio de Castro. Estas successivas publicações chamaram vivamente a attenção publica sobre o movimento litterario do Ceará, conquistando-lhe as sympathias dos amantes das lettras patrias e valendo-lhe lisonjeiras referencias da Critica e da Imprensa.

A animação que vinha de fóra e a emulação que se operava dentro, deram logar á fundação de mais duas associações — O Centro Litterario, composto de *novos* dissidentes, e a Academia Cearense para a qual entraram os que relativamente se podem chamar os *velhos*, se não lhes desgosta o qualificativo. Com o Instituto, que perseverava sempre, possuia a pequena capital cearense, como ainda possue, quatro associações em plena actividade litteraria. Em Janeiro de 1895 reappareceu o *Pão*, affectando os ares correctos de uma revista litteraria em regra, e viveu todo esse anno, vindo a suspender a publicação em Dezembro, por causa do *deficit* que se verificou em seu orçamento. A "Padaria" addicionou á sua bibliotheca as *Trovas do Norte*, de Antonio Salles, e os *Chromos*, de X. de Castro.

(1) O auctor refere-se á *Revista Brasileira*, do Rio de Janeiro.

Nesse anno e no antecedente editou o Centro Litterario: *Chlamydes*, de Ulysses Sarmento; *Coração*, de R. de Carvalho; *Miudinhos*, de F. Weyne; *Pescadores da Tahiba*, de Alvaro Martins, assim como encetou a publicação da sua revista *Iracema*.

No corrente anno tem publicado a "Padaria": *Os Brilhantes*, de Rodolpho Theophilo e as *Vagas*, de Sabino Baptista; o Centro Litterario; *Versos de hontem*, de Pedro Moniz e *Prisma*, de R. de Carvalho; a Academia Cearense; *Geographia geral*, de Thomaz Pompeu e *Finalidade do mundo*, de Farias Britto.

O *Pão* reatou de novo sua publicação em Agosto e de novo teve de suspende-la em Outubro por não poder se manter com as assignaturas e entendermos nós que não vale a pena pagar para escrever...

A Academia Cearense fundou sua *Revista*, da qual já sahiram dois numeros.

Esta simples enumeração nos parece bastante eloquente em pról da actividade intellectual no Ceará no presente momento. E se tão copiosa producção nem sempre se avantaja pela sua qualidade, é que quasi todos os auctores são cavalheiros que fazem suas primeiras armas e não podem exhibir os loiros dos triumphadores. Mas em todo o caso trabalha-se, e é trabalhando que se marcha para o aperfeiçoamento.

Ora, á Padaria Espiritual... e vai aqui a resposta aos reparos de que temos sido alvo, particularmente aos que partiram do illustre director desta *Revista* — á "Padaria Espiritual", diziamos, cabe a gloria de iniciadora deste movimento que tem sobre os precedentes as vantagens de haver estabelecido uma corrente de relações com os homens de lettras do paiz e mesmo com alguns do extrangeiro. Além disto, a "Padaria" conseguiu interessar de alguma fórma o publico na sua propaganda, muito embora a custa de preconcios censuraveis perante os espiritos austeros. Não temos a desarrazoada pretenção de affirmar que ella tenha conseguido infundir no publico cearense uma noção de ideal bastante para habilita-lo a patrocinar sincera e espontaneamente a causa das lettras. Não, a attitude do publico é apenas de tolerancia com uns laivos ainda vagos de sympathia. Não fossem nossa pertinacia, a nossa actividade sem treguas, a nossa confiança no futuro, e a indifferença assoberbaria tudo com a força niveladora da sua inercia.

O leitor cearense é um leitor brasileiro como qualquer outro, e quem ousasse traçar a psychologia deste teria que externar proposições bastante desagradaveis... Entre outras coisas seria obrigado a notar o embotamento precoce da idealidade nacional, dando logar ás tendencias de um utilitarismo estreito e aspero que faz do homem europeu moderno de certa especie o que Bourget chama — *um barbaro civilizado* — e de quem diz mais *"sa religion tient dans un seul mot: jouir, — qui se traduit par cet autre: reussir."*

Taes tendencias são muitissimo extranhaveis num povo profundamente sentimental como o nosso, inconstante e prodigo, incapaz portanto de educar os filhos sob o preceito do *make money* britannico, maxime quando as condições da lucta pela vida ainda estão muito longe de chegar aqui aos extremos irritantes e dolorosos a que chegaram no velho continente.

A atonia do meio brasileiro não é, pois, uma questão de indole nem um resultado de contingencias vitaes absorventes, mas pura e simplesmente a consequencia de uma falta de preparo espiritual. *Primo vivere*, mas é preciso depois fazer alguma coisa mais, que repilla o qualificativo de *machine à calcul au service d'une machine à plaisir*, dado pelo citado Bourget á especie da gente condemnada por *homens praticos*. *Homens praticos* — que o sejam com Deus: mas em nome da intelligencia humana amem um pouco outras lettras que não sejam as de cambio, vivam uma das suas horas pelo espirito, elevem seu gosto até a altura de comprehender a Arte e saborear-lhe os puros e delicados gosos:

Diz um sceptico rifão, já metrificado por um poeta de nota, que *o mundo não avança com cantigas*; pois sim mas devemos concordar que um mundo sem *cantigas* seria alguma coisa peor que o inferno, onde a successão dos supplicios não deixa espaço ao tédio, que é o supplicio maximo. Viveriamos entretanto nesse mundo de egoistica animalidade se o grão de luz do Ideal não germinasse ainda em alguns espiritos rociados pelos effluvios da Arte.

Ideal e Arte são duas palavras que soam enfadonhamente aos ouvidos do solido burguez que sonha com a alta do cambio, emquanto uns sujeitos que lhe hão de parecer supinamente ingenuos sonham com a alta da intellectualidade nacional.

Se no regime democratico ha com effeito logar para todos, não percamos a esperança de que a Republica nos reserve um pequenino espaço, onde ponhamos nossa modesta banca de trabalho, nem que o povo venha afinal a amar-nos um pouco atravez das paginas das nossas obras. O que nos cumpre fazer como operação preliminar da nossa campanha é amar-nos uns aos outros e trabalharmos sem desfallecimento. E como *Amor e Trabalho* é a divisa da Padaria Espiritual, nós, em nome dos rapazes que a compõem, vos garantimos seu fervoroso apoio em prol da causa commum.

TERCEIRA PHASE

(1897-1920)

Aqui termina o estudo que em 1897 publiquei na *Revista Brasileira*, do Rio de Janeiro.

A "Padaria Espiritual" e o Centro Litterario se extinguiram quasi ao mesmo tempo por morte ou expatriamento da maioria dos seus membros.

Mas embora não organizada em associações, a actividade litteraria continuou a se exercer, menos intensamente, com a acção isolada de algumas individualidades subsistentes e com o apparecimento de novas mentalidades da geração emergente.

Devemos consignar, como traço fundamental das lettras cearenses, o seu caracter regionalista, denunciador do proverbial amor do cearense pelo seu torrão natal "tanto mais soffredor quanto mais querido", diz um dos nossos escriptores.

A Historia, a Climatologia, a Ethnographia, a Geologia, a Economia e a Geographia continuam a ter seus cultores nas obras de Thomaz Pompeu, barão de Studart, Rodolfo Theophilo, Antonio Bezerra, Perdigão de Oliveira, João Brigido e Paulino Nogueira.

Dentro dos estreitos limites que nos foram traçados, cingimo-nos neste estudo á apreciação exclusiva das Bellas-lettras, pois, do estudo de outras manifestações do pensamento cearense se encarregaram os companheiros commigo

designados pelo governo do Estado para a representação do Ceará na obra commemorativa do Centenario da Independencia.

Temos que notar, e com prazer o fazemos, que a Litteratura de ficção do Ceará e mesmo a Poesia, salvo a obra dos jovens poetas lyricos, que se limita em toda a parte a exteriorizar em metro e rima a eterna e sempre joven psychose dos sentimentos passionaes, toda a nossa Litteratura apresenta um accentuado caracter regionalista.

As terras mais ricas e mais felizes não são por isso mais amadas de seus filhos que aquellas que, como a nossa, tiveram em sorte a visita periodica de uma fatalidade que as arruina e enluta.

Marcado com o anathema do soffrimento, o Ceará parece, todavia, dotado de uma fascinação especial que se exerce com tanto mais força quanto maior é a distancia que o separa de seus filhos.

De indole aventureira, prompto a tentar a vida audaciosamente em terras extranhas, destituido ás vezes de todos os recursos e qualidades que justifiquem seu expatriamento, o Cearense guarda, comtudo, em toda a parte, viva e indelevel, a lembrança do torrão natal, e a este volta sempre que lhe é possivel fazer, simplesmente para reve-lo e matar saudades ou para nelle fixar-se afinal, graças aos recursos que angariou lá fóra.

E' por isso que o emigrante para a Amazonia é raramente uma unidade de todo perdida para a communidade de que se destacou, urgido pela necessidade ou simplesmente impellido pelo nomadismo de sua indole temeraria.

Da terra da seringueira volta por via de regra sob a fórma do *paroára*, que aqui se vem fazer commerciante ou agricultor, incapaz de resistir á nostalgia que o arrasta afinal á terra donde sahiu, suppliciado pela fome ou acceso na sêde das aventuras.

Esta fascinação se exerce com menos força nos intellectuaes ou nos burguezes lettrados, os quaes melhor se identificam com os meios aonde se transportam e onde cream afinal raizes de interesses, que os impedem de voltar ao berço natal, para ahi crearem uma existencia nova de exito duvidoso.

Estes em geral se expatriam, porque a estreiteza do meio entretecido de paixões politicas lhes tira toda a esperança de realizar as ambições sociaes ou litterarias que alimentam e buscam, segundo a phase consagrada "um campo mais vasto para a sua actividade".

Mas esses mesmos guardam intactos o amor á terra natal e, pelos seus actos e pelos seus trabalhos, revelam sempre a persistencia de seu affecto, de sua saudade.

Para a continuidade desse culto, muito tem concorrido a obra dos nossos romancistas e dos nossos poetas.

Entre os primeiros o mais fecundo, o mais conhecido, o mais considerado é Rodolfo Theophilo, cujas qualidades de escriptor se realçam com as virtudes de um philanthropo, que se impoz pela sua benemerencia á gratidão dos seus conterraneos.

Dentro do plano a que obedece este estudo, dentre a sua vasta obra, em que avultam numerosos e relevantes trabalhos de Climatologia, Ethnographia e Sciencias naturaes, encaramos apenas os seus trabalhos de romancista, que, póde-se dizer, deram a nota regionalista á nossa litteratura de ficção.

Depois de descrever a grande secca de 1877-1879 como historiador, na sua notavel e hoje classica *Historia da Secca do Ceará*, Rodolfo Theophilo quiz descreve-la tambem como romancista, e deu-nos o seu primeiro romance — *A fome*, que não é senão a fabulação vigorosa daquella tremenda calamidade.

Apesar de seus defeitos de composição devido á sua inexperiencia do officio, Rodolfo Theophilo traçou n'*A fome* um quadro forte e fiel do nosso flagello familiar, e creava, sem premeditação, a litteratura regionalista que tem tido depois tantos e tão excellentes cultores.

Outro aspecto da vida sertaneja cearense logo tentou sua penna, agora já mais adextrada, e a barbaria ancestral, sobrevivente nos feitos do banditismo, enriqueceu nossas lettras com o romance *Os Brilhantes*. Mas ainda desta vez o nome de romance ainda não cabe inteiramente ao novo livro de Rodolfo Theophilo.

Brilhante é o nome de uma familia sertaneja, modesta e pacifica, que, após um conflicto com uns maus vizinhos, cujo partido a policia esposou por politica, produziu na pessoa de um de seus membros, Jesuino Brilhante, um dos mais famosos cangaceiros que figuraram na historia criminal dos sertões. Declarada a lucta entre os "brilhantes" e a força publica, Jesuino com seus parentes e amigos fórma um desses bandos que se têm celebrizado em tantos pontos do interior pelas suas façanhas sanguinolentas. Mas não ha confundir Jesuino Brilhante com Condurú, Cabelleira, Antonio Silvino e outros scelerados que se notabilizaram pela brutalidade de sua furia assassina.

Perseguido pela policia, Jesuino toma a defensiva e só mata para não ser morto, não rouba, não viola e nem siquer affronta as auctoridades publicas atemorizadas e inermes. O auctor no-lo pinta, e não arbitrariamente, como um typo cavalheiresco, que se ataca um *comboio* de generos destinados a soccorro publico é para da-los ao povo e impedir que vá ter ás mãos de commissarios deshonestos; se mata um cangaceiro alheio ao seu bando é porque este tentara violentar uma fazendeira, cujo marido estava ausente.

Bem póde ser que a phantasia do auctor ornasse o seu heróe de excessivos predicados generosos; mas em verdade a tradição lhe conservou a memoria sob esse aspecto de cavalleiro andante, bem diverso dos faccinoras que de tempos em tempos apparecem aterrorizando os sertões.

Mas *Os Brilhantes* não é propriamente um romance; essa denominação cabe inteiramente a *Maria Rita*, historia que o auctor transporta para os ultimos tempos do regime colonial e em que o elemento nativo apparece em conflicto com os representantes da Metropole.

Um idylio entre um caboclo e a filha de um Portuguez abastado constitue o thema passional da obra, que é, afinal, a velha historia do amor contrariado, dando porém pretexto ao auctor para bellas scenas vigorosas e pittorescas.

Outro livro seu, que não merece inteiramente o nome de romance, é *O Paroára*. Paroára é chamado o Cearense que vai á Amazonia trabalhar na extracção da borracha e depois regressa á terra natal, com ou sem dinheiro, mas invariavelmente com a saude minada, ás vezes gravemente, pelo impaludismo ou beriberi.

Nesse livro o auctor descreve a odysséa de um dos nossos cablocos que parte para o Amazonas e lá passa por todas as privações em que é fertil a vida accidentada do seringueiro.

Apesar de não conhecer *de visu* a Amazonia, como Marinée não conhecia a Hispanha quando escreveu *Carmen*, por meio de informações colhidas dos paroáras, pôde o nosso escriptor traçar um quadro cuja authenticidade tem sido confirmada pelos entendidos.

Consiste ainda a obra de ficção de sr. Rodolfo Theophilo na novella *Violação*, que Fialho de Almeida classificou como uma "das melhores da lingua portugueza" e em diversos contos comprehendidos nos seus livros *Condurú*, *Scenas e typos*.

Além de varios outros trabalhos scientificos e politicos, o sr. Rodolpho Theophilo é auctor de dois livros de poesias — *Telesias*, versos da mocidade, e *Lyrica rustica*, onde o auctor aborda, ás vezes com muita felicidade, o genero em que se celebrizou o nosso grande poeta popular Juvenal Galeno.

Rodolfo Theophilo, embora sem premeditação de escola, pratica frequentemente em seus livros um realismo de tintas crúas e é, por temperamento, inclinado a pintar scenas terrificantes, como acontece principalmente em *Violação*, cujo assumpto macabro é com algumas variantes o mesmo do *Bocca Torta*, de Monteiro Lobato, aliás publicado muitos annos depois.

Pela vastidão e valor de sua obra, a que só falta um maior apuro na linguagem, Rodolfo Theophilo é, por certo, o maior vulto de nossas lettras e o mais conhecido além das fronteiras do nosso Estado e mesmo fóra do nosso paiz, pois, um de seus livros, *O paroára*, já foi elogiosamente apreciado pelo eminente escriptor francez André Beaumier, redactor do *Figaro*.

*

Das obras de ficção que melhor estudam os scenarios e as figuras de nossa terra, nenhuma excede a *Luzia Homem* de Domingos Olympio.

Cearense transportado muito cedo para o Rio e tendo viajado pelo extrangeiro em funcções diplomaticas, tendo servido como secretario do barão do Rio-Branco, quando este foi aos Estados Unidos representar o Brasil na questão das Missões, espirito altamente dotado de qualidades litterarias, mas dispersivo, desambicioso, Domingos Olympio, já em plena maturidade concatenou as recordações da terra natal neste formoso livro, que tem por heroina uma mulher do povo, cuja força muscular e coragem viril lhe haviam valido a alcunha de *Luiza Homem*.

Em torno desta figura outras figuras, muito bem estudadas psychologicamente, se agitam e com ella perfazem a historia do livro, rico de episodios pittorescos e por vezes comicos, desenroloados em logares cujos caracteristicos o auctor guardou fielmente na lembrança e retrata com a flagrancia que produz no leitor a sensação da verdade.

A lingua é excellente pela sua correcção e pela sua elegancia, e o estylo ora se eleva em éstos de vigorosa poesia, ora desce ao terra-a-terra da linguagem popular, que melhor se traduz na naturalização pittoresca dos dialogos.

Domingos Olympio é ainda auctor de outro romance *O almirante*, publicado parcelladamente na revista *Os annaes*, que manteve muito tempo no Rio, auxiliado por outro cearense, Walfrido Ribeiro.

Ouvimo-lo fallar em outros trabalhos seus, romances, peças de theatro; mas ignoramos que os tenha deixado promptos para serem publicados.

*

A Normalista de Adolfo Caminha é tambem um romance que occupa um logar distincto entre as nossas obras de ficção.

O auctor foi para o Rio adolescente, afim de se matricular na Escola Naval, e após um curso brilhante, veio ao Ceará como segundo tenente, a bordo de um pequeno navio da Armada.

Joven, bello, talentoso, já aureolado de uma nascente reputação litteraria, Adolfo Caminha viu-se pouco depois envolvido num drama de amor que teve por consequencia a quebra de sua carreira militar e uma transformação completa de sua vida.

Forçado a deixar a farda, teve que procurar uma collocação no funccionalismo da Fazenda Federal e aqui viveu algum tempo sob o peso da hostilidade com que o cercara a sociedade que outr'ora o festejava e a que elle respondia com altivez, isolando-se e entregando-se a uma crescente misanthropia.

Afinal, obteve uma remoção para a Capital do paiz, e alli publicou logo depois o seu romance, que teve um acolhimento caloroso do publico e da critica.

A Normalista é um livro em que se revéla um grande talento de escriptor e a aptidão de um verdadeiro romancista. Escripto quando a escola naturalista chegava ao seu apogeu, Adolfo Caminha não podia eximir-se ás influencias do momento já manifestadas vigorosamente em outros filhos do Norte, como Aluizio Azevedo, que antes estréara brilhantemente com o *Mulato*.

A Normalista, é, pois, um producto do tempo, com todos os defeitos e com todas as qualidades que apresentam as creações do talento quando se conformam com a moda litteraria do momento.

Comquanto a lingua franceza nos seja familiar e nossas lettras tenham sempre acompanhado a evolução da litteratura franceza, não é erro affirmar que o naturalismo fez sua entrada em nosso meio principalmente pela acção decisiva e empolgante da obra de Eça de Queiroz.

O auctor do *Primo Basilio* e do *Crime do Padre Amaro* creou em nosso paiz uma legião de admiradores fanaticos, quer entre os simples leitores, quer entre os homens de lettras, e foi elle quem, mais do que Zola, determinou a formação de Aluizio Azevedo, Coelho Netto e de outros romancistas e *conteurs* menores.

Adolfo Caminha foi, pois, um discipulo de Eça e um discipulo que faz honra ao mestre.

A Normalista está longe, comtudo de ser uma obra sem defeitos. A juventude do auctor não podia deixar de se revelar em muitas passagens que denotam a sua inexperiencia e a inefficiencia das suas faculdades de observação.

Uma critica imparcial e minuciosa, feita por quem conhece o nosso meio, averiguará que ha n'*A Normalista* frequentes erros de apreciação e descuidos na observação dos typos e das situações que formam o entrecho do livro.

Demais, *A Normalista*, escripta sob a pressão dos acontecimentos que perturbaram e estragaram a existencia do auctor, está impregnada de um pessimismo malevolente em que se sente o surdo designio de uma desforra contra a sociedade provinciana que o julgou e condemnou severamente.

Mas com o seu exaggero e com os seus senões, é ainda uma obra forte e bella, a revelação magnifica de uma brilhante vocação de romancista.

O auctor ainda escreveu *No paiz dos Yankees*, ligeira chronica de impressões de uma viagem aos Estados Unidos, e *Bom crioulo*, novella escabrosa e pouco feliz em que, a pretexto de fabular recordações de sua vida de marinheiro, o auctor desanca a classe que o abandonou e repelliu por uma falta que tantos outros têm praticado impunemente.

Carregado de familia, trabalhando como funccionario e na imprensa para mante-la e guardando sempre o rancor e a tristeza do seu desastre, Adolfo Caminha afinal succumbiu no Rio de Janeiro, não sem ter deixado pelo menos um livro que fará seu nome sempre lembrado na Historia das nossas lettras.

*

Dois escriptores de ficção ainda conta a litteratura cearense, o sr. Papi Junior e o auctor destas linhas, que é tambem auctor de alguns livros de poesias.

De um e de outro se occupará em artigos separados o joven e talentoso poeta e prosador Salles Campos, que foi designado para collaborar commigo neste trabalho.

*

Não escapa ao escopo deste estudo a obra do sr. Gustavo Barroso, que sem ser novellista nem poeta, tem consagrado seu talento ao estudo do povo e do meio cearense em tres livros: *Terra do sol*, *Heróes e Bandidos* e *Praias e Varzeas*.

Muito joven, não tendo nunca habitado o sertão, Gustavo Barroso teve sempre, comtudo, uma grande curiosidade pelas coisas de nossa vida rural e com o que pôde observar directamente junto a informações ministradas por parentes e amigos, escreveu, já no Rio, este livro vigoroso e bello, embora nem sempre perfeitamente veridico, que é a *Terra do Sol*.

Propondo-se evidentemente a substituir Euclides da Cunha, a cujo estylo affeiçoou o seu, Gustavo Barroso possue em alto grau o sentimento do pittoresco e a faculdade esthetica de exprimi-lo em periodos tersos e harmoniosos em que se sente todo o vigor de uma intelligencia de escól no esplendor do seu viço juvenil.

O auctor dos *Sertões* ainda se faz lembrar na obra de Barroso pelo modo de construir o periodo e pelo estylo guindado em que abundam neologismos, archaismos obsoletos e luzitanismos não correntes em nosso meio.

Como todos os cearenses que pensam e escrevem, Gustavo Barroso se interessa pela questão climática, e o primeiro capitulo da *Terra do Sol* é um quadro admiravel do nosso sertão como theatro das scenas diversas que se desdobram com a successão das estações — ora charneca torrida e mortifera, ora bosque e vergel luxuriantes, onde palpita tumultuariamente a vida dos seres e das plantas.

Depois vêm os typos e os costumes com todas as suas peculiaridades pittorescas, com todos os seus aspectos, por vezes tragicos, por vezes comicos e não raramente revestidos de uma alta e emocionante poesia.

Ainda um novo tributo intellectual á terra do seu berço paga o auctor em muitas paginas do seu livro *Heróes e bandidos*.

Para o estudo desse curioso phenomeno social, que é o banditismo, o auctor não sómente tratou de colher informações sobre os casos e as figuras que constituem a historia criminal do nosso meio, como deu grande cópia de obras pertinentes ao seu estudo, escriptas em diversas epochas e diversos paizes.

Munido desse vasto cabedal de conhecimentos, o auctor faz, na introducção do seu livro, praça de uma erudição exhaustiva e por vezes fatigante, em que suas opiniões proprias mal têm ensejo de mostrar-se entre as junturas das frequentes citações.

A' parte esse defeito, a introducção é a parte mais interessante do livro, visto como aos perfis dos bandidos, com excepção do de Antonio Silvino, o auctor consagra geralmente poucas paginas sem maior interesse. Sua parcimonia chega mesmo ao exaggero quando se occupa de José Antonio Fechado, cuja vida foi uma das mais interessantes, sendo, comtudo, uma das menos manchadas de sangue.

Num breve capitulo se occupa o auctor conjunctamente de Condurú e Cabelleira, provavelmente os mais bestiaes de todos os bandidos celebres, e que já se acham descriptos por Franklin Tavora e Rodolfo Theophilo. Dentre os que escaparam á diligencia historica do auctor ha um pelo menos, que devia figurar em primeiro plano: é José Gabriel, que foi um dos typos mais notaveis da especie...

Devido, pois, á deficiencia biographica e ás lacunas do livro, todo o seu interesse reside na introducção que o auctor intitula — *As causas*.

Para determinar as causas o auctor aponta as geralmente conhecidas: ignorancia, solidão, alcool, politica, interesses (principalmente os ligados as questões de terra).

Mas quando se considera que nos meios mais cultos, mais laboriosos, mais densamente povoados, como em Paris, Londres, New York, Rio de Janeiro, S. Paulo, etc. apparecem quadrilhas de bandidos ou bandidos isolados da peor especie, somos levados a crêr que a humanidade é a mesma em toda a parte; o que não ha em toda a parte são os meios promptos de repressão, como os que empregou a policia parisiense para exterminar a quadrilha Bonnot.

Muito acertadamente falla o auctor quando affirma que o bandido não é um fructo exclusivo do Nordéste Brasileiro, e a introducção do seu livro, abundantemente documentada, prova que elle sempre existiu em todos os tempos e em todas as latitudes.

Para annullar os meios de repressão além da cumplicidade popular existe a protecção politica e a propria tolerancia dos poderes publicos.

Gustavo Barroso é auctor ainda de tres livros — *Idéas e palavras*, *Praias e Varzeas* e *Ronda dos Seculos*, este publicado recentemente e cuja leitura ainda não fizemos.

Idéas e palavras é uma collecção de artigos de jornal. Reunir artigos de jornal para fazer livros é um processo que se não augmenta a gloria dos nossos escriptores, pelo menos augmenta o numero de volumes de sua bagagem litteraria, e uma grande bagagem, mesmo com algumas malas vazias, dá sempre uma impressão de riqueza.

Este livro do sr. Gustavo Barroso não lhe accresce a reputação, e, comquanto seja escripto com a correcção e elegancia que lhe são peculiares, não tem outro fim, parece, senão dar azo ao auctor para expandir sua paixão de collecionador de *Idéas e palavras*, colhidas em suas frequentes excursões atravez dos livros antigos e modernos.

Praias e varzeas mantém a reputação do auctor sem augmenta-la, talvez porque ella se faz logo muito grande com a *Terra do Sol*.

E' possivel que essa augmente com a *Ronda de Seculos*, mas este livro, de que vieram apenas dois ou tres exemplares para uma livraria, ainda não foi por nós lido até o momento em que, com prazo marcado, traçamos rapidamente este escorço da nossa vida litteraria, da qual daremos depois um estudo mais demorado e minucioso.

*

O dr. Antonio Theodorico da Costa, engenheiro e professor, é auctor de numerosos volumes compostos quasi exclusivamente de artigos de jornal — *Fructos colhidos*, *S. Vicente de Paula*, *Datas inesqueciveis*, *Retalhos diversos*, *Uma pagina de lucto*, *Em prol do Ceará*, *Paginas volvidas*, *Do prêlo á tribuna*, *Echos perdidos* e *Ruidos e sonidos*. Comquanto o auctor tenha um publico fiel, que o estima e admira, é de lamentar que o seu esforço se dispense numa obra fragmentaria, visando assumptos do momento e que, passado este, perdem rapidamente quasi todo o interesse, quando podia empregar seu tempo e seus recursos em trabalho homogeneo e de maior folego. Emfim, dirá o auctor que de fragmentos são feitos as *Guepes*, de Harr, as *Farpas* de Eça e Ramalho e os *Epilogues* de Remy de Gourmont...

*

Um politico que se revelou publicista é o sr. Ildefonso Albano, auctor de varios trabalhos cuja indole escapa aos fins deste artigo e de *Jeca Tatú* e *Mané Chique Chique*, trabalho com que deu entrada, e entrada victoriosa, no mundo das lettras.

Ha neste livro a intenção confessada de oppor o typo do caboclo do Nordéste ao do Sul ou pelo menos ao de S. Paulo, pejorativamente symbolizado na figura hoje celebre de *Jeca Tatú* creado por Monteiro Lobato no seu livro *Urupês*.

Como se pretendesse tomar uma caricatura como a representação ethnographica do sertanejo brasileiro, Ildefonso Albano, tomado de brio patriotico, resolveu mover ao auctor de *Jeca Tatú* um processo de reivindicação historica, e fê-lo com garbo e abundancia de argumentos probantes.

Em estylo cálido e incisivo, o auctor se revela um observador intelligente do homem e das coisas sertanejas, de que tratam successivos quadros palpitantes de verdade e colorido de fortes tonalidades pittorescas.

Os habitos, as occupações, os sentimentos, a lingua, emfim tudo o que constitue a personalidade do nosso sertanejo, de par com os aspectos da terra e com os caracteristicos de seu meio social, tudo se encontra neste pequeno volume, cujo enthusiasmo não exclue o sentimento da realidade.

MULHERES ESCRIPTORAS

Não tem sido grande — felizmente diria um anti-feminista contumaz — o numero de senhoras cearenses que cultivam as lettras, pelo menos publicamente.

A cearense é por excellencia, a mulher do lar, a companheira dedicada do homem, a mãe de familia que tudo sacrifica por amor de sua gente e pela boa manutenção de sua casa.

Não que lhe falte intelligencia; ao contrario: sempre que é posta á prova a mentalidade feminina em nossa terra, se revela vigorosa e apta para illustrar-se nas sciencias e nas artes.

Mas em nosso meio e em nosso clima, a mulher é muito *feminina* para ser *feminista*, e a familia tem uma consistencia tão forte, que ser a dona de um lar é ainda a suprema e quasi exclusiva aspiração de uma moça cearense.

Isso não exclue a sua capacidade para o trabalho material ou mental, a sua faculdade de cultivar a intelligencia quando é preciso tirar partido della para ganhar a vida ou auxiliar a manutenção dos seus quando privados da assistencia do trabalho masculino.

Neste ponto a mulher cearense é inexcedivel, em actividade e dedicação, e póde ser apresentada como o modelo da companheira do homem.

Mas a rotina da educação provinciana, a timidez, a resignação um tanto oriental do seu temperamento, tudo a leva negligenciar o cultivo do espirito em proveito das utilidade se virtudes da feminilidade tradicional.

Poucos nomes se podem citar, pois, entre as mulheres que têm brilhado nas lettras, além das que se distinguem no magisterio.

Francisca Clotilde e Emilia Freitas foram, na passada geração, os dois unicos nomes de escriptoras que se tornaram conhecidas em nosso meio.

A primeira collaborou abundantemente na imprensa publicando artigos e contos, reunindo parte destes num pequeno volume — *Collecção de contos*. E' auctora tambem de muitos versos, que não foram publicados em volume, e de um romance — *A divorciada*.

Emilia de Freitas, poetisa tambem e tambem romancista, publicou as *Canções do lar* e *A Rainha do ignoto*.

Logo após surgiu um estro delicado de um feitio artistico bem accentuado, o de Anna Nogueira, que ha longos annos emudeceu, tendo deixado, porém, alguns attestados eloquentes de sua inspiração e do seu bom gosto.

Alba Valdez é sem duvida a penna mais aprimorada, a que tem produzido a mentalidade feminina entre nós. Em dois livros já antigos, *Dias de lus* e *Em sonhos*, ligeiras narrativas e poemas em prosa, Alba Valdez revela um espirito culto e senhor da expressão, e estas qualidades mais se têm accentuado em numerosos trabalhos posteriores, não reunidos ainda em volume.

As irmans Adelaide e Judith Amaral são senhoras de sério preparo e que escrevem com correcção e elegancia, sobre questões sociaes e litterarias, tendo a segunda se evidenciado na discussão do problema feminista.

Ainda duas irmans, Maria e Abigail Sampaio, duas poetisas que já se tornaram conhecidas como possuidoras de um bello talento de lyristas e peritas na arte do verso.

E ha ainda algumas intelligencias femininas brilhantes, mas tão occultas sob o véo da modestia que seria indiscripção arranca-las ao segredo e á sombra em que se comprazem viver...

POESIA

Como em todo a parte de nosso paiz, são muito numerosos os cultores da poesia no Ceará.

Da geração do tempo da "Padaria Espiritual" e do Centro Litterario, apenas se contam vivos ou activos os srs. Frota Pessoa, Antonio de Castro e o auctor destas linhas.

Dahi para cá muitos bardos têm apparecido, mas poucos merecem ser mencionados num estudo, que como este, só póde levar em conta, isso mesmo rapidamente, as figuras mais significativas.

E a producção poetica, abundante na imprensa, pouco fructifica em livros, devido ás difficuldades que os jovens auctores encontram para a materialização bibliographica de seus sonhos e seus pensamentos.

Hoje, relendo a obra dos nosso versejadores de 25 annos para cá, vemos que raros delles conseguiram firmar uma reputação sustentavel perante a critica mais benevola. Entre os melhores avulta Livio Barreto, morto aos 24 annos, e cujo livro *Dolentes*, tem paginas que prenunciam um grande e original poeta.

Empregado do Commercio em Camocim, Livio veio á Fortaleza attrahido pela "Padaria Espiritual", de que logo fez parte, e no *Pão* publicou algumas composições que, reunidas a outras, perfizeram os *Dolentes*, obra notavelmente bella, marcada fortemente com o cunho do talento.

O livro de Lopes Filho, *Phantos*, inspirado dos decadistas francezes, que elle lia com carinho, por uma impulsão de seu temperamento doentio, só de longe em longe apresenta alguns lampejos de belleza, mas é lamentavelmente incorrecta quer na metrica, quer na linguagem.

Alvaro Martins deixou apenas alguns folhetos — *Pescadores da Tahiba*, *Agonia Suprema* e *Casa mal assombrada*, bem como producções avulsas publicadas em jornaes e revistas.

Pescadores da Tahiba, que mais fama lhe deu, é um conto vulgar em versos espontaneos e musicaes, mas frouxamente metrificados, pobremente rimados, cheios de expressões improprias e imagens falhas.

A popularidade de que gosou, elle a deve principalmente á sua veia humoristica a que muito se prestava á sua espontaneidade e facilidade de versejar.

Pedro Moniz, um dos poetas do Centro Litterario, auctor dos *Versos de Hontem*, foi visivelmente um transviado nos dominios da poesia. A morte não lhe deu tempo a tomar outro rumo, em que porventura teria melhor exito.

Outro poeta do Centro Litterario, Themistocles Machado, tem nos *Myrthos*, alguns versos bons, promissores de uma obra que se não realizou.

Rodrigues de Carvalho, tambem do Centro Litterario parahibano identificado com o nosso meio, tem um poemeto — *Coração* e um livro *Poemas de Maio*, trabalhos mediocres, de que nada lisongeiro resulta para seu nome.

Alfredo Castro, pernambucano ha longos annos residente no Ceará como magistrado, publicou um livro de versos — *De sonho em sonho* — onde o bom e o mau se defrontam ás vezes dentro da mesma composição, havendo comtudo algumas que já fazem prever a excellencia de seus trabalhos posteriores, ainda não reunidos em volume.

Bruno Barbosa estreou aos dezeseis annos com o livro de versos *Utopias*, seguidò annos depois de *Mocidade*. E' uma bella intelligencia que fazia versos para dar expansão á seiva juvenil, mas o tempo mostrou que apenas se tratava de uma crise passageira, muito frequente até os vinte annos, ou o poeta, provido de senso pratico, verificou que primeiro se deve viver e depois poetar. E depois dessa reflexão não publicou mais nenhum livro.

Soares Bulcão escreveu *Paremias*, engenhosas composições em que o auctor engasta sempre um annexim para os quaes prepara uma moldura apropriada. E' ainda auctor de bel'os versos avulsos; ultimamente, porém, de preferencia cultiva a prosa como articulista brilhante e correcto.

E' com Mario Linhares que a nossa poesia começou, nestes ultimos annos, a subir de nivel até chegar ao presente momento, em que os seus representantes se apresentam com predicados notaveis de cultura intellectual e observancia da boa technica e da boa linguagem.

Transferindo-se para o Recife, como funccionario publico, Mario Linhares fundou com litteratos daquella cidade o grupo litterario, que tem por orgão a revista *Heliopolis*.

Alli publicou o livro de versos *Florões*, obra de lyrista ardente em que se sente vivamente a influencia dos mestres parnazianos atravez dos estos de uma inspiração arroubada, traduzida em versos fluentes e sonoros.

Durante uma curta estadia no Rio, publicou *Evangelho Pagão*, em que o pensamento, já mais disciplinado e menos verboso, se crystalliza em composições de uma real belleza de concepção e de fórma.

Aos seus dons de poetas, reune Mario Linhares notaveis aptidões para a critica, reveladas no seu recente livro *Gente nova*, onde enfeixa estudos criticos sobre alguns escriptores jovens, especialmente os do grupo de que fez parte no Recife.

Um poeta á parte e de envergadura excepcional é José Albano Filho, auctor da *Cançam á Camões*, *Ode á lingua portugueza*, *Allegoria*, *Redondilhas*, e *Comedia angelica*.

A personalidade litteraria de J. Albano Filho se caracteriza por um culto apaixonado, quasi excessivo, da lingua vernacula.

Polyglotta, quer das linguas mortas, quer das modernas, possuindo conhecimentos profundos de litteratura classica de todos os paizes, principalmente da portugueza, Albano Filho especializou-se tanto nesses estudos, que chegou a uma indifferença completa, senão só despreso por tudo que é moderno e contemporaneo por maior que seja, maior não para elle, que não crê que o nosso tempo possa produzir nada de grande.

E' a lingua portugueza em toda a sua pureza classica a dessas composições, que por isso só não valeriam como obra d'arte se não houvesse nella o vigor e a imaginação de um verdadeiro poeta.

Comedia angelica é um poema religioso com um exordio ou *Lôa*, em que entram personagens symbolicos e cuja acção se passa em Lourdes. A *Comedia* em si (o auctor emprega estes termos no rigoroso sentido etymologico), é a glorificação de Adonai em diversas scenas em que figuram personagens do *Paraiso Perdido*.

São versos de uma grande elevação de sentimentos, de uma suavissima doçura de fórma e de uma extrema pureza de linguagem.

O poeta é ainda auctor de alguns sonetos magistralmente escriptos em lingua ingleza, de um puro accento do lyrismo shakespereano, e de uma collecção de sonetos lyricos portuguezes, dos mais bellos da nossa lingua.

A actual geração de poetas novos é incontestavelmente brilhante, e se distingue dos precedentes por um maior cultivo do espirito e um mais perfeito conhecimento da lingua.

Como poeta, que não é apenas o individuo que faz versos e mesmo bons versos, ás vezes, mas aquelle em quem se sente que o verso é a expressão natural das idéas e dos sentimentos, cremos que a figura mais relevante, mais genuinamente caracterizada pelas qualidades de gosto, de elevação de pensamentos e maestria da fórma, é Cruz Filho.

Cruz Filho é um fino espirito de estheta, apostolo da perfeição, mas cuja obra, meditada e polida, guarda a simplicidade e a emoção que escondem ao leigo o esforço paciente de artista. Sempre hesitante em dar seus versos em volume, o poeta, de uma excessiva exigencia comsigo mesmo, cada dia diminue o numero das composições que devem formar seu livro de estréa, cuja publicação adia sempre, resistindo ás solicitações dos amigos.

Beni Carvalho é auctor de boa cópia de versos em que ha coisas de real valor. Aliás o estudo e o ensino das disciplinas áridas do Direito o afastam cada vez mais do convivio das musas, que lhe haviam conferido o dom de fórma, o enthusiasmo lyrico e o segredo das bellas imagens.

Dos poetas da nova geração é o que mais ameaça desertar o templo das musas. Mas se assim o fizesse, ainda nos ficaria o prosador, que é elegante, correcto e attico, com talento especial para chronica e para o artigo litterario.

Salles Campos é uma grande e fulgida promessa de nossas lettras. Muito talentoso, de uma rara capacidade de estudo e de assimilação, com um feitio moral em que se sente a pujança de um caracter franco e generoso, emfim mental e moralmente sadio, em pleno verdor da mocidade, o auctor da *Alameda do Souho* é um verdadeiro poeta, quer pela emoção de sua inspiração, quer pela sua maestria na arte do verso. E a prosa não tem segredos para a sua penna, que elle já maneja com elegancia e precisão, pondo em contribuição um grande cabedal de idéas adquirido em incessante e proveitosa leitura.

De Saboya Ribeiro, outro espirito promettedor de bella messe para as nossas lettras, é um joven que ainda não tem livro, mas cujas producções, publicadas na imprensa, já lhe marcaram um logar distincto entre os nossos melhores poetas da nova geração. Muito trabalhador e muito estudioso, seu espirito já possue uma somma de conhecimentos pouco commum na sua edade.

Tambem ainda não tem livro o poeta Irineu Filho, espirito de um feitio original, que o faz dessemelhante dos seus pares. Pouco fertil, suas composições têm um cunho de intensidade contida, uma força de pensamento que revela a ponderação de seus processos creadores.

Demais possue uma accentuada veia humoristica, ou melhor que isto, finamente ironica que dão ás suas composições um tom de lindo fructo de caroço amargo.

E, emfim, ainda um poeta sem livro — a edição de um livro entre nós é, para um poeta pobre, um problema de difficil solução — ainda um poeta que faz honra á nova geração pelo seu estro pujante e pelo cultivo do seu espirito — Clovis Monteiro. Familiarizado com as disciplinas que formam a base do conhecimento, a par do movimento das idéas, estudioso de linguas e principalmente da portugueza, que maneja com firmeza e elegancia, Clovis Monteiro será uma das bellas surpresas litterarias de nossa terra, quando seus versos apparecerem em volume.

Octacilio de Azevedo, um rapaz de condição modesta e sem estudos, vivendo uma rude vida de operario, publicou um livro de versos — *Alma anciosa* — em que ha o cunho de um real talento de poeta.

Eurico Facó é auctor de um minusculo volume — *Pingos d'agua* — que são pequenas composições de uma ou duas estrophes, encerrando sempre uma imagem graciosa ou um conceito ironico.

Algumas dellas são muito incisivas e originaes.

Muitos outros nomes ainda teriamos que mencionar aqui se não tivessemos em mira senão indicar os pontos mais ou menos culminantes de nossas lettras poeticas, deixando de lado as tentativas abortadas dos versejadores, que se enganam suppondo que são os portadores de uma scentelha da chamma sagrada da poesia.

Não guardamos, pois, o joio que se insinua entre o trigo e que não póde entrar na composição do pão do espirito.

Um dos poetas, em cuja obra a alma cearense se reflecte com mais carinho e intensidade, é Julio Maciel, auctor de *Terra martyr*. A par de suas composições de caracter subjectivo e animadas de um delicado sentimento de amor e ternura, o poeta canta a sua terra natal em muitas paginas fortes e bellas, que são as melhores de *Terra martyr*.

"CONTEURS"

O conto é um genero litterario que tem tido poucos cultores no Ceará, como aliás acontece em todo o Brasil.

Oliveira Paiva e José Carlos Junior (Bruno Jaci) produziram alguns especimes primorosos, mas em pequena quantidade, motivo por que ainda não foram publicados em volume.

A "Padaria Espiritual" produziu tres excellentes *conteurs*, José Carvalho, auctor dos *Contos sertanejos*, Eduardo Saboya, dos *Contos do Ceará*, e Arthur Theophilo, que publicou no *Pão* e em folhas diarias varios contos de fino lavor artistico, mas ainda não reunidos em volume.

Francisca Clotilde é auctora da *Collecção de cartas*, que são apenas ligeiras narrativas ou phantasias no genero em que se notabilizou Catullo Mendés.

Em *Condurú* e *Scenas e typos* Rodolfo Theophilo tem alguns contos, que talvez não mereçam bem esse qualificativo, sendo antes narrativas e phantasias, aliás interessantes e bem feitas.

A geração actual possue uma verdadeira vocação de *conteur* na pessoa do joven escriptor Herman Lima, cujas producções, apresentando os reaes caracteristicos desse difficil genero litterario, o revelarão em breve á admiração publica, com a publicação de seu livro — *Sereias*.

ANTONIO SALLES.

B

Dois escriptores cearenses

I — ANTONIO SALLES — Só as individualidades representativas podem formar a historia da litteratura de um povo, e o critico tem de deixar, ineluctavelmente, no olvido, o numero incontavel dos escriptores menores: a historia será sempre, segundo o criterio de Carlyle, a biographia dos heróes.

Em torno dos nomes de Antonio Salles, Rodolfo Theophilo e Papi Junior, gira quasi toda a nossa vida litteraria, nestes dois ultimos decennios. Olhados por prismas diversos, são tres escriptores de raça, honra e gloria nossa, que vêm, tempos ha, exercendo benefica influencia na formação intel-

lectual da moderna geração cearense, pela sua operosidade, pelo alto fulgor do seu talento.

Em Rodolfo Theophilo está o observador sereno e perspicaz, um pouco descuidado da fórma, que penetra as reconditas profundezas da vida, na creação de um caracter. Em Papi temos um grande e nervoso artista, obsecado pela sonoridade da phrase e "metaphoras truculentas", que para modelar o seu pensamento em periodos musicaes, crea neologismos, lança mão de expressões audaciosas e, algumas vezes, improprias. Antonio Salles, porém, sendo menos fecundo que os dois outros, tem mais medida, mais harmonia, em sua obra ha um equilibrio mais perfeito entre a fórma e o fundo, expressão e a idéa; é mais attico, emfim. Dos tres é o unico que, na phrase de Sainte-Beuve, referindo-se á Renan, "conhece a graça, a companheira da ironia, e sabe usa-la a proposito".

*

Antonio Salles nasceu em 1868, perto de Fortaleza, no Parázinho, uma aldeiota praieira, que os ventos littoraneos soterraram:

Mesmo os grandes coqueiros, cuja fronde
Se erguia a farfalhar,
Sumiram-se, e a graúna não tem onde,
Ao cahir do crepusculo, cantar.

Estes versos recentissimos podem servir de epitaphio ao Parázinho, e deixam ver claramente que os serenos aspectos da natureza que outr'ora se reflectiram na retina do poeta, ainda lhe embalam a alma sensitiva com suas evocações.

Antonio Salles estudava primeiras lettras, quando o seu pae, pauperrimo, perdeu a vista, e elle, tendo de arcar com as responsabilidades de uma familia numerosa, entregou-se á vida aspera de caixeiro. E' facil advinhar os choques que soffreu a sua sensibilidade delicadissima de artista, em meio tamanhamente adverso. Apesar disso, entre uma palavra e um sorriso da fregueza elegante, escrevia as suas primeiras estrophes indecisas, onde já se divisavam os clarões precursores do talento adolescente. O modesto caixeirinho cearense era como essas pequeninas flores heliotrophicas que, na sombra, têm a ancia insoffrida da luz.

Com a publicação dos *Versos diversos*, em 1890, começa uma phase de trabalho consciente. O seu livro appareceu no crepusculo do Romantismo no Brasil. Ao contacto dos escriptores francezes um outro ideal artistico se elaborava entre nós, e Olavo Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira, eram os apostolos da lei nova; mas Antonio Salles manteve-se um poeta á parte, inconfundivel, refractario a quaesquer influencias extranhas. A sua poesia de antanho foi o que é ainda hoje: — a expressão rhythmica, musical do seu sentir. E' um veso da critica moderna collocar os auctores que analysa, nos estreitos limites de uma escola litteraria; porém a obra de arte não precisa ser classica, romantica e o resto, mas humana.

Antonio Salles conservou-se mesmo um romantico, se romantismo, como definiu Stendhal, é a arte de apresentar aos povos as obras litterarias que, no estado actual de seus habitos e das suas crenças, são susceptiveis de lhes dar o maior prazer possivel.

A poesia do auctor dos *Versos diversos* caracteriza-se pela clareza e a espontaneidade — uma espontaneidade crystallina e sonora de eguaes correntes. Jorra das nascentes mesmas da alma sem esforço, sem artificio, simples e suave pela necessidade de sonorizar-se propria de toda emoção. Deixamos fallar o poeta nestes dois tercetos feitos de graça e de chiste:

Deixaram-me os cajús e o peixe fresco,
O banho, o panorama pittoresco
Do sitio, a voz das aves e da brisa,

Os sentidos em tal prazer immersos,
Que, faltando papel fiz estes versos
Escrevendo-os no punho da camisa.

Eis ahi todo o segredo do estro de Antonio Salles: o sitio aprazivel, a paizagem encantadora, o ambiente purissimo, fizeram vibrar a sua alma de emotivo, e o poeta cantou de alegria, como cantaria de tristeza. Desde bem cedo revelou-se o lyrico que ainda é, e a preoccupação regionalista, hoje dominadora, appareceu tambem na sua obra de estréa. Nella encontramos, a cada instante, aspectos pinturescos da natureza cearense, cheios de relevo, elegancia e colorido, de onde deviam sahir, annos mais tarde, os cantos immortaes de *Minha Terra*.

Vejamos este pequenino quadro, que lembra o pincel subtil de um paizagista japonez, pelo delicado da inspiração e o esquisito das tintas:

Do rebanho a alva fila caprichosa,
Sem um rumor, pacifica, deslisa
No trilho da vereda sinuosa;

E a juriti — das mattas a poetisa —
O pé mettido em meia côr de rosa,
A branca areia dos caminhos pisa.

Depois da publicação dos *Versos diversos*, muitos moços bem intencionados e amigos de ler, ainda que, não raro, desapparelhados de cultura, fundaram a "Padaria Espiritual", talvez a unica sociedade litteraria que, entre nós, representou resultado proficuo. O Ceará atravessou, então, uma phase de estimulo intellectual e alvoroto artistico nunca vistos, e, Antonio Salles, neste ambiente salutar, tão harmonico com as qualidades excepcionaes do seu espirito, publicou (1895) as *Trovas do Norte*, obra em que, senhor de todos os recursos da arte, affirmou mais uma vez triumphalmente o seu talento.

Com a dissolução da "Padaria", o poeta levou a sua mocidade fulgurante á Capital da Republica, e lá, tendo de luctar com tenacidade pela vida, dispersou, nas columnas ephemeras dos jornaes, o melhor de sua riqueza mental. Collaborou em muitas das folhas mais importantes do Rio; publicou na *Revista Brasileira* as biographias dos 40 primeiros immortaes da Academia, para cujo gremio só por modestia não entrou; traduziu varias obras do francez, do italiano e do inglez, e deu-nos em 1910, a *Aves de Arribação*, que é o seu livro capital.

Nenhum Estado da União possue uma litteratura tão propria, tão indigena, quanto o Estado do Ceará. Rodolfo Theophilo, Domingos Olympio, Papi Junior, Antonio Salles e Gustavo Barroso, têm estudado profundamente o meio e o *habitat* cearense, e eu não sei se o romancista regional do futuro ainda encontrará novos estados de alma, ou aspectos de natureza exterior, que mereçam explorados.

A começar de *Iracema* — o subtil poemeto de Alencar — é immenso o carinho observador e perspicaz com que todos os nossos escriptores se occupam deste rincão infeliz que lhes foi berço e que, mesmo de longe, continúa a fallar-lhes á imaginação pelo encanto das suas lendas, á piedade pelo seu heroismo no martyrio, ao enthusiasmo e á fé, pela grandeza das suas nobres tradições.

O Ceará, devido ás suas condições climatericas especiaes, se tem conservado alheio ao movimento de immigração européa, de modo que nelle se conservam mais ou menos intactas, na sua rudeza interessante e primitiva, as crenças e uzanças dos sertanejos antigos, onde a litteratura de ficção veio encontrar, ainda hoje, uma fonte limpa e abundante de assumptos suggestivos; e foi ahi que Antonio Salles achou novos motivos estheticos para o seu romance magnifico.

Disse Paul Bourget que nada, melhor que o estylo, revela as *facultés maitresses* do escriptor. O estylo de Antonio Salles é simples, natural, escorreito, cheio de uma sonoridade interior que acaricia o ouvido, como uma musica longiqua, a adjectivação sobria e precisa, as metaphoras limpidas e imprevistas, dão aos quadros que descreve todos os effeitos singulares da pintura, e aos estados da alma que analysa, todo o encanto da vida. Li o seu livro, de um folego, levado pelo bello da concepção, e o ondulado da linguagem, como por uma doce correnteza.

Deletremos ao acaso, alguns trechos das *Aves de Arribação*, que possam dar uma idéa nitida do estylo do seu auctor. Seja um crepusculo vespertino, a hora do *angelus* no sertão:

« Bateram as Trinades. O vigario tirou o gorro e isolou-se do grupo para orar. Todos se descobriram. Uma forte verberação do poente cobria a egreja de um alaranjado vivo. Pairava em tudo uma serenidade infinita; e na meia luz do espaço as notas do sino resoavam solennemente com uma vibração demorada e cheia. Por todas as abertas do templo escapavam morcegos para a razzia nocturna, tomando rumos diversos, num vôo tropego, a que faltava a fluctuação serena da plumagem. Nos tamarindeiros proximos as graúnas faziam as despedidas do sol, desferindo as notas agudas e limpas do seu canto, a estalarem crystallinamente na calma religiosa do ar. »

E ainda este pequeno trecho de descripção da longa noite de insomnia:

« No corredor talvez, no alpendre, o ric-ric estridulo de um grillo vibrava, vibrava obsidente no silencio formidavel, dando a impressão de um giz a riscar traços na ardózia negra da noite. E, quando o grillo parava, o silencio se extendia fôfo, como espesso tapete em que se absorvessem todos os ruidos da vida. »

Nota-se por este romance que o seu auctor viveu no campo: contemplou as arvores na plethora da vida, no inverno, e a paizagem morta, no verão; respirou o ar da aldeia, sentiu-lhe os encantos e as miserias, ouviu os mexericos das comadres e as canções innocentes de amor; e neste meio collocou personagens vivas, reaes, tangiveis, cujos rostos amigos ou indifferentes conheceu, entre as quaes se salienta, numa aureola, encantadora e subtil, o vulto suave de Florzinha, uma pura e fina flor campestre. Encontram-se muitas vezes, no sertão, estes claros typos de mulher, capazes de silenciosas dedicações, que quando amam, calam e soffrem encerradas na torre de marfim de seu pudor.

E' simples o entrecho do romance: o dr. Alipio, formado pela Academia do Recife, talento brilhante, ousado, superficial mas cheio do desejo de firmar-se na vida, é nomeado provisoriamente promotor de uma cidade sertaneja. Lá, querendo encher os longos dias de tedio, põe-se a cortejar d. Bilinha, professora publica, intelligente e lettrada, até então honesta, não obstante pezar sobre a sua pessoa a fatalidade de uma tara, e Florzinha, a filha do collector Asclepiades. Finalmente d. Bilinha se lhe entrega, sem uma promessa, levada só pelas excitações imperiosas da carne; elle parte para Fortaleza no mesmo dia que a amante, e Florzinha começa a quere-lo com um terno e triste amor cuja esperança crepuscula.

Em torno dessas personagens centraes, destacam-se muitos outros genuinamente sertanejos, como João Ferreira, verdadeiro chefão matuto, sem escrupulos, prepotente e brutal, sendo, entretanto, "muito amigo da familia, muito obsequioso em sua casa"; o capitão Galdino de Moura, fazendeiro bonacheirão, "grande proprietario de gados e de terras, alma direita e franca, muito popular na ribeira"; Mathias, poeta da aldeia, excessivamente timido, inapto para a lucta, vivendo a expensas da mãe viuva e pobre; o padre Balbino; Bemvinda, "mestra em diplomacia casamenteira", e toda uma galeria de typos vulgares, na monotonia de uma existencia vulgar.

Aves de Arribação é o lidimo romance naturalista que copia a vida como ella é, sem as obsessões mortificantes do espirito, ou as borrascas terriveis do coração. Não sei de outra obra em nossa litteratura que, pela verdade de observação, pela sagacidade da analyse psychologica, pela variedade dos scenarios, nos dê uma idéa mais nitida e integral da alma e da natureza cearense. E' toda a vida sertaneja que nos passa deante dos olhos, com as suas sympathias desinteressadas e as baixas preoccupações da politicagem aldean, com o vispora e o gamão, com as conversas picantes da calçada e as maledicencias da feira, com as missas de domingo e as serenatas ao luar.

Em 1919 Antonio Salles publicou a *Minha Terra* que é um alto e claro hymno de amor ao Ceará.

II — Papi Junior — *O homem* — Papi Junior nasceu no Sul da Republica, mas póde fazer parte de um capitulo da Historia litteraria do Ceará, porque reside aqui ha muitas decades, envelheceu entre nós, respirando o nosso ar, soffrendo a influencia do nosso meio, occupando-se das nossas coisas, estudando a alma da nossa gente. E' elle, pois, um cearense de espirito e de coração, senão de origem.

Raros dos escriptores brasileiros terão uma vida tão genuinamente artistica, toda de concentração interior porque Papi Junior, á feição de Vigny, tem a consciencia da superioridade do seu mistér, e orgulhoso, solitario, vive entregue inteiramente ao culto sagrado da arte.

Dá a primeira vista a impressão de uma alma fechada para a sympathia e para o amor, e só atravez da sua obra

podemos rastrear-lhe a immensa piedade pelos humildes e os desherdados da fortuna. E' um escriptor, um triste; não lhe conheço um amigo, e nunca vi os seus labios desabrochados num sorriso. Emquanto Antonio Salles e Rodolfo Theophilo, que são com o auctor do *Sem Crime*, os *representativ men* do Ceará litterario contemporaneo, se cercam dos moços a quem animam e estimulam, Papi isola-se na clausura do seu sonho, trabalha e crêa. Outros hão de passar pelo mundo deixando após de si um clarão de sympathias e um perfume de saudades, elle não, porque só vive para a sua obra e lhe são indifferentes os homens que o não comprehendem e o molestam.

O estylista — Se é certo, segundo a fórmula já antiga, que o estylo é o homem, toda a alma nervosa e revoltada de Papi Junior, estereotypa-se nas suas phrases vibrateis, trabalhadas, obscuras por vezes, onde ha um sopro hapocalyptico, restos, reminiscencias do espirito visionario e doentio do sonhador da Ilha de Patmos. Nota-se atravez de toda a sua obra, na adjectivação exaggerada, nos neologismos audazes, na harmonia dos grandes periodos ondulados, a ancia, a tortura, a observação do artista á busca da belleza antevista e inalcançavel. Não raro são tantas as idéas que se accumulam, as metaphoras que se entrechocam, que o leitor mais esperto se perde, se transvia como no emmaranhamento tropical das florestas amazonicas. Outras vezes, porém, se nos deparam leves e luminosos periodos, pontilhados de limpidas imagens, de pensamentos delicados que dão a medida das grandes aptidões estheticas do trabalho peregrino de Papi Junior. Leiamos um especime das melhores paginas do *Gemeos*, seu bello livro de estréa:

«Foi pela quinta noite que a religiosa, por mais tempo se deixou ficar ao lado do doente, vendo, emfim, que pouco restava para se fechar o pequeno cyclo daquelle astro de nome ignorado. Para ella, nada mais faltava, certamente, senão o derradeiro espasmo, a ultima tortura daquella alma, tão irman da sua, prestes a ruflar, como uma abelha de oiro em cata de uma colmeia phantastica de sonhos. E a sensibilidade tão encantadora e tão sentimental daquella creatura nascida tambem para ser mãe, esvurmou do coração amargurado todas as dôres de uma mãe mortalmente cruciada. Vergou os joelhos á beira daquelle leito desherdado, e, entre soluços que na garganta bipartia, e as lagrimas que lhe marejavam dos olhos pestanudos, afervorada, em supplicas, rezou por muito tempo, até que emmudeceu, de vez, apanhada num torpôr extatico, na catalepsia rija de uma vidente transubstanciada, mãos cruzadas sobre o peito, olhos erguidos para o céo, solenne e hirta, de modo a se suppôr que alli estavam sómente as vestiduras terrenas da materia, porque a alma, desde muito ascendia a regiões desconhecidas em voejos de luz espiritual.»

O romancista — Papi estreou no theatro; porém os seus dramas, bem recebidos no Estado, não repercutiram lá fóra. Só em 1914, com a publicação do *Gemeos*, encontrou seu verdadeiro genero, a fórma definitiva do seu talento.

A sua obra é toda vazada em moldes naturalistas, e ha nella finas paginas psychologicas, caracteres admiravelmente creados, muita observação da realidade e da vida. Papi sabe, como poucos dos nossos escriptores, architectar um romance; em todo o seu livro de muitas centenas de paginas, não ha uma scena forçada ou inopportuna, que não esteja harmonica com o desenvolvimento, a marcha progressiva do assumpto que se elegeu. E isso faz do *Gemeos*, nada obstante o empolado da phrase, uma obra experimentada do mestre que a concebeu e executou. E' um livro, porém, pouco attico; não tem as pequenas e elegantes proporções da architectura de Athenas, lembrando antes um vasto e sombrio templo gothico, com as suas naves immensas, e o caprichoso rendilhado dos seus ornatos. E' a pouca sobriedade, a meu ver, um dos maiores defeitos da obra de Papi Junior. A sua leitura torna-se difficil, impossivel quasi ao grande publico que não tem lazeres para tanto. O leitor moderno, atarefado e activo, recúa com desanimo deante de tantas centenas de paginas que vencer, deixando assim inexploradas e desconhecidas todas as suas bellezas innumeraveis.

O *Simas*, de publicação posterior ao *Gemeos*, é o unico dos seus livros que tem um caracter puramente regionalista. A scena passa-se em Fortaleza, e o auctor aproveita a occasião para pintar quadros impressionadores da secca. Ha no *Simas* paginas vivas, reaes, de profunda observação psychologica, capazes de consagrar o nome do seu auctor. Noto que neste livro os processos artisticos de Papi Junior se transformam para melhor, o romancista, já quasi senhor da arte difficil de escrever, approxima-se mais e mais do conceito bilaqueano, da belleza: — "a força e a graça na simplicidade".

O *Sem Crime* é a ultima e a mais perfeita obra de Papi Junior. O estylo do auctor desbasta-se, simplifica-se, aprimora-se. O leitor, ás primeiras paginas, deixa-se levar pelo encanto suggestivo dos dialogos, pela força das idéas, pelo brilho e o pittoresco da linguagem. Pedro Roque é a sua personagem central: — um bem acabado caracter de artista, um tanto morbido, com uns longes de misanthropo e amigo de paradoxos. Parece-me que Pedro Roque é um alto estudo psychologico, em que Papi Junior procurou expressar as suas idéas sobre a vida, deixando assim gravado na sua obra os caracteristicos principaes de seu proprio espirito. Engano-me ? Só o auctor poderá dize-lo.

Papi está em franca e fecunda maturidade, e são muitos os fructos que ainda podemos esperar do seu grande e brilhante espirito.

SALLES CAMPOS.

XVII

Homens notaveis

I — AFFONSO DE ALENCASTRO GRAÇA (1849-1913) — Filho do conselheiro José Pereira da Graça, barão do Aracati, nasceu em Quixeramobim, Ceará, a 6 de Março de 1849.

Matriculando-se na Escola Militar em 1865, conquistou durante o curso o primeiro logar entre os seus collegas e foi promovido a guarda-marinha em 1868.

Foram por merecimento suas promoções a capitão-tenente, a capitão de fragata e a capitão de mar e guerra.

Como segundo tenente (1870) serviu de professor de Historia e Tactica Naval, Hydrographia e Direito Internacional á turma de guardas-marinha de 1871 e 1872, em viagem aos Estados Unidos e á Europa; como primeiro tenente (1873) foi professor de Direito Internacional Maritimo nas viagens de instrucção realizadas nas corvetas *Vital de Oliveira* e *Niteroi* em 1877 e 1880.

Em Novembro de 1881 foi escolhido para fazer parte da Commissão de Reforma de Signaes sob a presidencia do capitão de fragata Saldanha da Gama, em 1882 exerceu o cargo de secretario do capitão de mar e guerra Carneiro da Rocha, incumbido de inspeccionar os estabelecimentos navaes e navios da Armada desde o Espirito Santo até Manáos. Foi segundo commandante dos cruzadores *Almirante Barroso* e *Guanabara* e immediato dos encouraçados *Javarí* e *Riachuelo* na esquadra de evolução sob o commando do barão de Jaceguai.

Passou depois a commandar a canhoneira *Marajó*, em a qual fez o serviço sanitario dos portos de Victoria e da Bahia e procedeu ás sondagens no mar dos Abrolhos, determinando um baixo nas proximidades da Ilha de Santa Barbara ao qual por este serviço o barão de Teffé, chefe da commissão, deu o nome de Banco de Marajó. Commandou o vapor *Madeira* e o *Purús* em o qual levantou a planta do Porto de Itacurussá. Foi inspector do Arsenal de Marinha da Bahia, onde, além de muitos serviços locaes, auxiliou efficazmente ao Governo na promptificação dos navios da esquadra legal, destinada a bater os revoltosos de 6 de Setembro de 1893. Serviu o cargo de vice-inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e, cumulativamente, o de membro effectivo da Commissão Technica Militar consultora.

Promovido a capitão de mar e guerra a 9 de Agosto de 1894, foi nomeado commandante da flotilha de Matto-Grosso, na qual esteve desde 12 de Outubro de 1894 a 11 de Março de 1895. Exerceu em seguida o cargo de commandante do Corpo de Infanteria, que acabava de ser creado e que elle augmentou consideravelmente, disciplinou e instruiu. Em Janeiro de 1897 foi nomeado commandante do *Riachuelo*, posto em que se conservou até 5 de Maio de 1898. A 6 de Maio entrou no exercicio de membro effectivo do Conselho Naval em que foi relator de grande numero de consultas publicadas nos *relatorios do Ministerio da Marinha em 1899*, *1900* e *1901*; mais tarde foi investido das funcções de membro da Commissão de Revisão de Ordenança Geral da Armada. Tendo sido promovido a vice-almirante em 1911, reformou-se no mesmo anno em almirante (28 de Dezembro).

De muitas de suas commissões apresentou *relatorios* a seus chefes e destes, e do Governo Imperial recebeu elogios por seu zelo, proficiencia, actividade e dedicação ao serviço.

Possuia as medalhas da campanha do Paraguai e da Argentina e foi condecorado pelo Governo do Imperio com a insignia de cavalheiro de Aviz e pelo Governo Provisorio com o officialato da mesma Ordem.

Falleceu a 4 de Julho de 1913 em Montreux, Suissa, onde estava em tratamento havia um anno.

Casado com d. Francisca de Mello Barreto Graça, deixou de seu consorcio um filho e quatro filhas.

II — ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES JUNIOR (1837-1904) — Filho do negociante Antonio Joaquim Rodrigues e de d. Anna de Albuquerque Rodrigues, nasceu a 12 de Março de 1837 na Cidade de Sobral, Ceará.

Em 1851 seguiu para Pernambuco a concluir os estudos de Humanidades, iniciados no torrão natal com o revdmo. padre Antonio da Silva Fialho, matriculando-se em 1853 na Academia de Direito, que ainda então funccionava em Olinda. Feito o tirocinio academico e havendo conquistado a carta de bacharel, voltou em 1857 para Sobral, onde abriu banca de advogado.

Entrando para a vida publica, de accôrdo com as idéas que recebera no berço, tomou logar nas fileiras do Partido Liberal, que lhe deu desde então em recompensa aos bons e relevantes serviços muitos dos postos e distincções de que póde dispôr a politica no paiz, pois foi deputado provincial, deputado geral, vice-presidente de Provincia e finalmente ministro da Guerra no gabinete Lafayette Pereira.

Assumiu a administração da Provincia como 1º vice-presidente a 15 de Abril de 1868, entregando-a ao dr. Gonçalo B. Vieira, depois barão de Aquiraz, na subida dos conservadores ao poder. A carta de sua nomeação para o cargo de 1º vice-presidente é datada de 19 de Janeiro.

Redigiu por muitos annos *O Cearense*, orgão do Partido Liberal na Provincia.

Victimado por uma lesão cardiaca falleceu em Fortaleza a 14 de Maio de 1904.

III — ANTONIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY (1840-1921) — Nasceu em Icó, Ceará, a 11 de Outubro de 1840, sendo seus paes José Pinto Nogueira e d. Antonia Pinto Nogueira, filha de José Pinto Coelho, portuguez e negociante naquella cidade. José Pinto Coelho era pelo lado materno descendente da familia Accioly, de Goiana, de Pernambuco, e pelo paterno neto de Bento da Silva e Oliveira, portuguez, senhor do Brejo de Salamanca (Barbalha).

Havendo-se bacharelado na Faculdade de Direito do Recife em 1864, oriundo de uma familia de influencia na antiga Provincia, obteve facil entrada na vida publica, sendo logo nomeado promotor de justiça da cidade natal, logar que deixou para desempenhar mais tarde os de promotor publico de Saboeiro, e juiz municipal de Baturité e Fortaleza.

Ao tempo da reforma judiciaria em 1871 occupou o cargo de substituto da comarca especial de Fortaleza.

Não era, porém, a magistratura a carreira que o destino lhe acenava com as mais risonhas promessas, e sim a politica, que o sagrou egual na auctoridade e prestigio a João Facundo, Alencar e Pompeu, os eminentes chefes do Ceará no antigo regime, e deu-lhe uma cadeira na Camara dos Deputados Geraes em 1880 e a escolha de senador em Julho de 1889, depois de valente pleito eleitoral, cheio de complicações e surpresas. A carta imperial de sua nomeação para senador tem a data de 25 de Outubro.

Em 1884, quando vice-presidente do Ceará, foi nomeado presidente da Provincia do Espirito Santo, cargo que não acceitou.

A revolução de 15 de Novembro não lhe permittiu tomar assento no Senado, mas as novas crenças e idéas buscando attrahir o concurso do antigo chefe monarchico só tiveram que lucrar vendo-se mais alargadas e radicadas no Estado, graças ás extensas allianças e relações com que elle veio collaborar.

Por seu turno a Republica fe-lo presidente do Congresso Estadual reunido após a deposição do general José Clarindo, 1º vice-presidente do Estado, senador federal (duas vezes), presidente do Estado em substituição ao coronel José Freire Bezerril Fontenelle e de novo em substituição ao dr. Pedro Augusto Borges, sendo reconduzido no cargo em 1908.

Quando senador coube-lhe a honra de presidir a Convenção que apresentou ao paiz o nome do conselheiro Rodrigues Alves para o elevado posto de presidente da Republica no quadriennio 1902-1906.

Deposto do governo do Estado por um movimento popular a 24 de Janeiro de 1912, passou a residir na Capital Federal onde falleceu a 14 de Abril de 1921.

IV — Constantino Gomes de Mattos (1844-1911) — Filho de Francisco Gomes de Mattos, fallecido em Recife a 17 de Junho de 1902 com 82 annos de edade, e de d. Maria Candida de Mattos, fallecida a 27 de Maio de 1860, nasceu em Icó, Ceará, a 3 de Novembro de 1844.

Ordenado sacerdote do Seminario de Fortaleza em 1868, transferiu por motivo de saude sua residencia para o Estado de S. Paulo (de 1873 a 1881), onde foi vigario de Limeira, pro-parocho de Campinas e vigario de Atibaia.

De volta ao Ceará, foi nomeado cura da Sé de Fortaleza e posteriormente vigario de Pendencia.

Nomeado bispo da Diocese do Rio Grande do Sul por decreto de 13 de Abril de 1889, declinou dessa grande honra.

Mudando-se para Pernambuco, onde estava o maior numero de pessoas de sua familia, foi nomeado visitador das diversas ordens religiosas naquelle Estado e capellão dos asylos de Alienados e de Mendicidade.

De volta novamente ao Ceará, foi residir em Quixeramobim, donde regressou a Fortaleza sendo então escolhido para substituir a monsenhor José Teixeira da Graça no Curato da Sé. O estado de sua saude não lhe permittindo continuar a desempenhar o cargo retirou-se para Quixeramobim, depois para o Icó e finalmente para Pacoti, Serra de Baturité, onde fez parte do corpo docente do Collegio S. Luiz Gonzaga.

Mudando de novo a residencia para Recife deu á imprensa catholica dalli o valioso auxilio de seu talento e illustração, publicando na *E'ra Nova*, entre outros, uma bella série de artigos sob o titulo *Um seculo penitente*. Depois passou-se para a Capital Federal onde fez parte da redacção d'*A Cruzada*. Um dos seus muitos escriptos nesse optimo jornal, *A falsa unidade protestante do sr. Alvaro Reis, redactor do "Puritano"*, foi tirado em folheto, editor A. Campos, proprietario do Centro de Propaganda Catholica, Largo da Sé, S. Paulo, e largamente distribuido.

O padre Constantino prestou optimos serviços na campanha abolicionista.

Collaborou nos periodicos *Ordem* e *Sentinella*, de S. Paulo, e por algum tempo foi redactor-chefe da *Verdade*, o orgão catholico de Fortaleza.

Tendo o Protestantismo buscado fazer proselytos em S. Paulo e Ceará, principiou a refuta-lo na tribuna sagrada e na imprensa. São deste tempo os seus trabalhos: *O Purgatorio* (1883), *O culto dos Santos*, 1ª parte (1883). Typ. Constitucional, Rua Major Facundo ns. 24 e 26, *in*-8º de 38 paginas, 2ª parte, 1884, *in*-8º de 66 paginas; *A Egreja e o Pontificado* (1885).

Este ultimo trabalho foi impresso em Paris.

O Culto dos Santos foi tirado em nova edição pelas officinas dos padres Salesianos de Niteroi.

E' tambem de sua penna *O Curso de Religião*, exposição apologetica, dogmatica e moral da Religião Christan, 1909.

Falleceu na Capital Federal a 23 de Outubro de 1911.

"A' memoria do padre Constantino Gomes de Mattos no 1º anniversario de seu fallecimento" é um pequeno folheto mandado publicar por seus irmãos e sobrinhos, em que se encontram as apreciações de varios jornaes sobre o fallecimento e uma "pratica sobre o Sagrado Coração de Jesus", sua ultima producção.

V — Francisco Antonio de Oliveira Sobrinho (1844-1897) — Nasceu em Baturité, Ceará, a 23 de Outubro de 1844. Feitos os estudos primarios na Cidade de Natal, seguiu para Recife, matriculou-se no Imperial Instituto de Nossa Senhora do Bom Conselho e concluidos os preparatorios entrou para a Faculdade de Direito pela qual se diplomou em 1870.

Quando alumno do 3º anno offereceu-se como voluntario e seguiu para a campanha do Paraguai donde regressou com as divisas de capitão por actos de bravura.

De volta ao Ceará, exerceu os cargos de juiz municipal dos termos do Pereiro e Jaguaribe-Mirim e honrou a tribuna politica como deputado provincial.

Proclamada a Republica, foi nomeado juiz de casamentos da Fortaleza e fez parte da Assembléa Constituinte, mas a revolta das tropas federaes tendo apeado do governo ao general José Clarindo de Queiroz, foi elle demittido do cargo e viu-se afinal forçado para manter-se e a numerosa familia a procurar recursos, como muitos outros, nas regiões inhospitas da Amazonia.

Em Manáos entregou-se á advocacia e redigiu o *Amazonas Commercial* como em Fortaleza fôra durante o ostracismo politico um dos redactores d'*O Norte*.

Falleceu em Fortaleza a 4 de Outubro de 1897, victima de padecimentos pulmonares aggravados com sua estada nas regiões do extremo-norte.

Oliveira Sobrinho é auctor de varios trabalhos litterarios, como o poemeto intitulado *Sonhos do livre*, que dedicou a José de Alencar, tirado em 2ª edição em 1919 na Typographia do *Jornal de Ilhéos*, Bahia, por carinhoso empenho de Julio Abreu; *Mario ou as desventuras de um voluntario*, romance publicado em folhetim no jornal *Constituição*, de Fortaleza, em 1869; *O Escravo*, drama em 3 actos, Recife, Typographia Mercantil, de C. Q. Muhlert, *in*-8º, de 117 paginas, publicado em 1870; *Julia*, drama lido na Escola Popular de Fortaleza e sobre o qual Thomaz Pompeu escreveu uma critica em um dos *Cearenses* de Abril de 1875. O drama *O Escravo* deu-lhe entrada no Gremio Dramatico do Recife ao lado de Castro Alves, Joaquim Villela, Almeida Cunha e outros bellos talentos daquella epocha.

Consta que deixara ainda em manuscripto a biographia do senador Thomaz Pompeu, apontamentos para a Historia do Abolicionismo no Ceará, que ninguem melhor que elle poderia escrever, attenta a parte saliente, que tomou nessa campanha gloriosa, e uma traducção dos *Canticos de David*.

VI — Frederico Augusto Pamplona (1814-1865) — Filho do com. João Tiburcio Pamplona e de d. Francisca Pamplona, nasceu em Aracati, Ceará, em 1814. Neto por vinculo paterno de Hippolyto Cassiano Pamplona e de d. Brigida Leonarda da Silveira, natural de Angra do Heroismo, Ilha Terceira, e materno de João Dias Martins, natural do Torres Vedras, em Portugal, e de d. Maria da Piedade, Pernambucana.

Politico e filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado para o biennio 1840-1841 e desempenhou papel saliente luctando contra a prepotencia e os desmandos do presidente Sousa Martins, e com a ascenção do seu partido ao poder a 21 de Julho foi nomeado por João Facundo para secretario da Presidencia, cargo que desempenhou egualmente na administração Alencar.

Demittido de secretario pelo presidente conservador José Joaquim Coelho, partiu para Pernambuco e na Faculdade de Olinda se bacharelou (1842).

De volta ao Ceará, foi nomeado promotor publico da Comarca do Aracati a 30 de Julho de 1844.

Dissolvida a Camara dos Deputados Geraes por decreto de 24 de Maio de 1844 e annullada a eleição procedida a 1 de Janeiro de 1845, foi eleito deputado na eleição havida a 3 de Agosto do dicto anno e reconhecido.

Regressando á Provincia fundou com Tristão Araripe *O Cearense*, orgão liberal, cujo primeiro numero appareceu em o domingo, 4 de Outubro de 1846, aos dois pouco tempo depois se associando Thomaz Pompeu, o futuro senador.

Nomeado 2º vice-presidente do Ceará por carta imperial de 14 de Julho de 1847, administrou a Provincia de 31 de Agosto a 14 de Outubro, em substituição ao 1º vice-presidente João Chrysostomo de Oliveira, e a 23 de Setembro foi escolhido presidente do Rio Grande do Norte. Substituiu no governo ao dr. Casimiro José de Moraes Sarmento e nelle se manteve até Abril de 1848, quando partiu para a Côrte a tomar assento na Camara como deputado reeleito pelo Ceará.

Com a queda do Partido Liberal e consequente dissolução da Camara temporaria por decreto de 19 de Fevereiro de 1849, mudou Frederico Pamplona a residencia para o Rio de Janeiro e ahi falleceu a 11 de Outubro de 1865.

Era então um dos representantes do Ceará na Camara dos Deputados por eleição procedida a 1 de Janeiro de 1864.

VII — Gonçalo de Almeida Souto (1826-1914) — Filho de João Rodrigues Souto e de d. Francisca de Almeida Souto, nasceu em Fortaleza, Ceará, a 12 de Maio de 1826.

Foi seu tataravô o sargento-mór João de Freitas de Araujo, possuidor de terras da antiga Capitania, indo até o pé da Serra do Araripe no logar chamado Murici do Cachorro, extrema entre Ceará e Pernambuco, as quaes ficaram por doação para duas netas, filhas de Antonio Rodrigues Souto.

Inaugurado o Lyceu do Ceará a 19 de Outubro de 1845, foi dos primeiros a se matricular e prestar exames nesse estabelecimento e dois annos depois era nomeado, mediante concurso, substituto das cadeiras de francez e inglez (portaria de 4 de Outubro de 1847), e vagando a cadeira de inglez por haver optado pelo logar de guarda-mór da Alfandega o então professor Jorge Acursio e Silveira, foi nomeado, ainda por concurso, lente da referida cadeira (portaria de 24 de Novembro de 1848) e nella se aposentou por portaria de 7 de Fevereiro de 1882.

A lei provincial de 3 de Outubro de 1852 tendo-lhe concedido cinco annos de licença, seguiu para Pernambuco cuja Faculdade cursou, obtendo o diploma de bacharel em Direito a 3 de Dezembro de 1857.

Foi procurador fiscal interino da antiga Thesoiraria de Fazenda (16 de Janeiro de 1858), promotor publico interino de Fortaleza (12 de Abril de 1858), substituto do juiz municipal de Fortaleza (18 de Janeiro de 1866), secretario do governo (1866), delegado especial da instrucção publica primaria e secundaria (1889 e 1899).

Proclamada a Republica, foi eleito senador estadual nas eleições de 1891 e 1892 e promulgada a Constituição de 12 de Julho de 1892 e refundidos Senado e Camara foi a 15 eleito presidente da Assembléa Legislativa (tal foi o nome que tomou o novo corpo legislativo) e mais tarde, a 8 de Julho de 1893, 3º vice-presidente do Estado. De 1899 a 1911 occupou uma das cadeiras da Camara dos Deputados Federaes.

Fundou com o padre Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, depois bispo de S. Paulo, em 1866 o jornal *Tribuna Catholica*, em cuja redacção esteve até 1875 e neste anno, 1875, publicou em folheto, a traducção em verso, de fragmentos do *Paraiso Perdido*, de Milton. A obra completa do vate inglez deixou-a elle traduzida em verso portuguez e aguardava occasião azada para publica-la quando a morte o surprehendeu no Rio de Janeiro em Novembro de 1914. Traduziu, em verso, as *Odes*, de Horacio.

VIII — José Antonio Pereira Ibiapina (1806-1883) — O celebre padre dr. José Antonio de Maria Ibiapina nasceu na Fazenda Morro da Jaibara, Sobral, Estado do Ceará, a 5 de Agosto de 1806 e foi o terceiro filho de Francisco Miguel Pereira Ibiapina e de d. Thereza Maria de Jesus.

Acompanhou o pae ao Icó onde aprendeu as primeiras lettras com o professor José Philippe, e ao Crato para onde aquelle havia sido removido. Em Jardim aprendeu o latim com Joaquim Theotonio Sobreira de Mello e vindo com a familia para Fortaleza passou-se em breve tempo para Olinda (1823). Seguiram-se para elle os amargos dias da Revolução do Equador, a condemnação do pae e do irmão mais velho, a confiscação dos bens, a vinda ao Ceará em busca da familia infeliz e abandonada e a volta de novo a Pernambuco.

Tendo-se dado a creação em 1827 dos cursos juridicos no Brasil, José Antonio, cujos primeiros estudos no Convento de Madre Deus e no Seminario o inclinavam á vida sacerdotal, preferiu frequentar a Academia.

Em 1832 recebia o grau de bacharel em Direito com Figueira de Mello, Eusebio e outros e logo depois por decreto de 1 de Fevereiro de 1833 era nomeado lente substituto, leccionando a cadeira de Direito natural o que fez, aliás, por pouco tempo, pois o Governo nomeou-o por decreto de 12 de Dezembro do dicto anno juiz de direito de Quixeramobim, comarca recentemente creada, cargo do qual se empossou a 10 de Dezembro de 1834 e se demittiu a 14 de Novembro do anno seguinte.

Desgostoso da politica, que o mandara á Camara dos Deputados na legislatura de 1834-1837 e da advocacia em que, é certo, colheu os mais brilhantes loiros e dizendo, um adeus ao mundo, o dr. Ibiapina abraçou a vida ecclesiastica, recebendo das mãos do bispo d. João da Purificação o presbyterato. Celebrou sua primeira missa a 29 de Julho de 1853 na Egreja da Madre de Deus do Recife.

Conseguindo demittir-se dos cargos de vigario geral do bispado e de professor de Eloquencia sagrada no Seminario de Olinda, entregou-se o padre Ibiapina á vida de missionario, o mais bello trecho de sua existencia, e por toda parte onde o conduziu seu zelo apostolico, em Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará, deixou o nome immortalizado nas innumeras casas de caridade, matrizes, cemiterios e hospitaes que construiu e proveu. No Ceará dão testemunho disso as casas de caridade levantadas em Sobral, Milagres, Sant'Anna, Missão Velha e Crato.

Falleceu a 19 de Fevereiro de 1883 na Casa de Caridade de Bananeiras, Parahiba, assistindo-lhe os ultimos momentos o parocho da freguezia padre José Euphrosino de Maria Ramalho.

A respeito do grande missionario publicou o desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca um estudo na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo II, anno 1883, e Antonio Modesto de Maria Ibiapina, uma ligeira biographia na *Re-*

vista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, vol. 16.

Ainda sobre o mesmo leia-se o folheto — *O padre Ibiapina*, "Notas — sobre a sua vida, extrahidas do archivo da Casa de Caridade em Santa Fé e dadas a lume pelo conego José Paulino Duarte da Silva" — que a *Revista do Instituto do Ceará* reproduziu no volume correspondente a 1915.

IX — José Arthur Montenegro (1864-1901) — Nasceu em Arraial, Uruburetama, Ceará, a 29 de Fevereiro de 1864, sendo seus genitores Antonio Thiago de Mello e d. Maria Hermelinda Montenegro de Mello.

Orphão desde a edade de 12 annos, principiou a sua carreira em Pernambuco no commercio; sentindo, porém, vocação para a vida maritima, viajou até 1880 pela costa do Brasil, estudando pilotagem com seu tio politico José M. de Amorim.

Faltando-lhe recursos para proseguir nos estudos da Escola Naval, resolveu entrar para o Exercito a 6 de Janeiro de 1887 no Rio Grande do Sul, e matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre, então dirigida pelo general José Simeão de Oliveira, sendo desligado della em 1884 por questões politicas de seus companheiros, com os quaes se tornou solidario, não mais conseguindo alli voltar.

Como militar serviu no 17º de infanteria, no caracter de simples official inferior, e tomou parte na expedição de Blumenau em Santa Catharina (1884), sendo ferido em combate.

Fez parte, tambem, da divisão de observação estabelecida na fronteira do Rio Grande, no Caverá, por occasião da Revolução Oriental do general Arredondo, que terminou pela batalha do Quebracho em 1885, e das forças que guarneciam a fronteira de Jaguarão, quando rompeu o *cholera-morbus* no Estado Oriental em 1887.

Desgostoso, abandonou a vida militar a 16 de Julho de 1889, sendo a 17 nomeado amanuense e depois archivista e secretario da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana.

Em 1897 retirou-se para a terra natal, sendo aproveitados seus serviços como secretario da Estrada de Ferro de Baturité.

Já então minava-lhe as forças a terrivel enfermidade, phthisica laryngea, a que veio a succumbir. Arrendada a Estrada a uma empresa incorporada pelo engenheiro bahiano Alfredo Novis, voltou elle ao Rio Grande do Sul.

Ahi foi encarregado de arrecadar o material pertencente á Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, e posteriormente occupou o secretariado da "Southern Brazilian Rio Grande do Sul", cargo em que esteve até o seu fallecimento occorrido a 3 de Abril de 1901.

Fazia parte de varias sociedades scientificas e litterarias nacionaes e do extrangeiro, como a Sociedade de Geographia de Lisboa, Instituto de Coimbra, Instituto Geographico Argentino, Atheneu de Buenos-Ayres, Associação dos Guerreiros do Paraguai, de Buenos-Ayres, e Associação dos Homens de Lettras, de Caracas.

Entre os muitos e interessantes estudos historicos de sua lavra figuram: *Os Fragmentos Historicos, Homens e Factos da Guerra do Paraguai*, 1900; *A Historia da Guerra da Triplice Alliança contra o Governo do Paraguai*, com seis volumes de texto, dois de annexos ou documentos justificativos (ineditos) e um atlas com 75 mappas parciaes do theatro da guerra, cartas de batalhas, combates, perfis de fortificações, etc., obra esta, que devido á injustificavel incuria do Governo Brasileiro até esta data não foi dada a lume, e o *Diccionario Historico-Geographico do Estado do Rio Grande do Sul*. Traduziu, tambem, as *Memorias*, de mme. Dorothéa Duprat de Lasserre, as *Monographias Historicas*, de Silvano de Godoi, a *Viagem pittoresca*, de B. Bossi, e *Christovam Colombo e o descobrimento da America*, de Alexandre Humboldt.

X — José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901) — Nasceu em Aracati, Ceará, a 10 de Novembro de 1843, sendo seus paes o capitão Antonio Gurgel do Amaral e d. Maria Joanna de Lima Gurgel do Amaral.

Começou os estudos preparatorios no Icó sob a direcção do professor Simplicio Delfino Montezuma; frequentou a Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o grau de bacharel em 1864 e defendeu these e doutorou-se em 1872 juntamente com José Austregesilo Rodrigues Lima e Pedro Beltrão.

Os primeiros cargos que occupou foram os de promotor publico do Aquiraz e secretario da presidencia de S. Paulo. Mais tarde salientou-se no Jornalismo e na Politica, quer no antigo, quer no actual regime, representando o Ceará na Camara dos Deputados por mais de uma vez. Fez parte da Constituinte e esteve ao lado do marechal Deodoro por occasião do golpe de Estado de 3 de Novembro, sendo um dos que redigiram o "Manifesto" com que o marechal procurou justificar a medida tomada. Dahi grandes antipathias, que o forçaram até a retirar-se por algum tempo para a Europa.

Falleceu a 19 de Julho de 1901 na Capital Federal. Era cavalleiro da Legião de Honra, da França e de Santo André, da Russia.

Além de interessantes producções sobre Direito, Historia e Sociologia, o dr. José Avelino publicou varios trabalhos como advogado notavel, que foi, e alguns dos diversos *discursos* pronunciados no Parlamento ao tempo do Imperio e do regime republicano.

Sei que deixou inedito uma *Descripção* de sua viagem a Europa, e tinha em revisão segundo me informou, o *Perfil politico e litterario do visconde de Taunay*, as *Cartas de João Horacio*, estudo critico da ultima phase da Monarchia, e um estudo *Da Monarchia á Republica* "Cartas do Solitario de Santa Thereza".

Jornalista de pulso, redigiu em Fortaleza o *Progressista*, *Jornal do Ceará* e o *Futuro*, e no Rio de Janeiro *O Globo*, *Cruzeiro*, *Vanguarda*, *Folha Nova*, *Brasil*, *Diario do Brasil*, *Correio Fluminense*, *Rio de Janeiro*, *Constitucional*, *Diario do Commercio* e o *Paiz*.

Ensaiou tambem o theatro. Lembro-me bem que em Março de 1875 subiu á scena no Theatro S. José de Fortaleza uma comedia de sua lavra, em tres actos e intitulada *As apparencias illudem*. O espectaculo destinava-se a beneficiar o Asylo de Alienados que o benemerito visconde de Cauhype tratava de fundar.

Sobre José Avelino escreveu o dr. M. Azevedo um estudo necrologico na *Revista do Instituto de S. Paulo*, anno de 1901.

XI — José Ferreira Lima Sucupira (1781-1867) — Nasceu em Crato, Ceará, a 8 de Setembro de 1781 e falleceu a 25 de Janeiro de 1867 em Fortaleza.

Foi um dos deputados cearenses ao Congresso da Republica do Equador no Recife em 1824, e como tal condemnado á morte pela commissão militar, salvando-o as rogativas e as lagrimas das filhas que foram ao Rio implorar pessoalmente o perdão do imperador, e foi membro da Assembléa Provincial do Ceará de 1835 a 1837 e da Assembléa Geral de 1838 a 1841. Em virtude da lei de 3 de Outubro de 1834, passando a nomeação dos vice-presidentes das provincias a ser feita pelas assembléas provinciaes, reservada ao Governo Imperial a classificação da ordem em que deviam servir os nomeados, a Assembléa Cearense, por escrutinio secreto em sessão de 11 de Abril de 1835, nomeou vice-presidentes: 1º, José de Castro Silva; 2º, Joaquim José Barbosa; 3º, Francisco de Paula Pessoa; 4º, João Facundo de Castro Meneses; 5º, José Ferreira Lima Sucupira; 6º, padre Bento Antonio Fernandes. Entrou em lista triplice com Antonio Carlos e Manuel do Nascimento, não logrando ser escolhido senador.

Foi cavalleiro de Christo, conego honorario da Capella Imperial, vigario geral (o 1º) e provisor do Bispado do Ceará. Redigiu o *Cearense Jacaúna*, cujo primeiro numero é de 25 de Maio de 1831 e que foi orgão do Abrilismo. Era elle então militar. Quando sacerdote redigiu o *Cyrineu*, apparecido em Fortaleza a 16 de Junho de 1857 e cuja epigraphe dizia: *Dirige, Senhor, a nossa penna e os impios serão confundidos.*

XII — José Liberato Barroso (1830-1885) — Nasceu em Aracati, Ceará, a 21 de Setembro de 1830, sendo seus genitores o coronel Joaquim Liberato Barroso, de origem pernambucana e d. Francisca Luduvina Barroso.

Educou-se em Pernambuco, em cuja Faculdade de Direito bacharelou-se em 1852, doutorou-se a 5 de Outubro de 1857 e professou em 1862, depois de brilhante concurso.

Seduzido pelas miragens da politica, tomou assento na Assembléa Provincial do Ceará nos biennios de 1858 a 1861, mais tarde foi deputado geral pela Provincia em 1864, ministro do Imperio no ministerio Furtado, de novo deputado geral em 1878, e depois presidente da Provincia de Pernambuco por nomeação do ministerio Martinho Campos (1882). Nomeado senador pelo Ceará por carta imperial de 8 de Fevereiro de 1879, o Senado annullou sua eleição a 8 de Março seguinte.

Como ministro teve occasião de referendar a escolha do seu conterraneo padre Manuel do R. Medeiros para bispo de Pernambuco e os contractos de casamento das princezas d. Isabel e d. Leopoldina, sendo então agraciado com a Gran-Cruz da Ordem Ernestina da Casa Ducal da Saxonia.

Foi um dos fundadores da Sociedade de Acclimação do Rio de Janeiro e seu presidente.

Com Hyppolito Cassiano Pamplona redigiu o *Aracati*. Falleceu no Rio de Janeiro a 2 de Outubro de 1885, não deixando descendencia do seu consorcio, celebrado a 13 de Fevereiro de 1855, com d. Angela Ribeiro, filha de Antonio Manuel Alves Ribeiro e de d. Alexandrina Mendes Ribeiro.

Além de trabalhos sobre Jurisprudencia, Direito e Historia, deixou algumas novellas vertidas do francez, inglez, allemão e hispanhol, e um livro cuidadosamente revisto, de 144 paginas, sob o titulo *Livro triste de minha vida*, que nunca foi editado.

No *Contemporaneo* n. 138, na *Galeria dos homens illustres do seculo* XIX, publicação franceza e no *Album Imperial* de S. Paulo, n. 23, encontra-se a biographia desse notavel Aracatiense.

XIII — José Sombra (1852-1888) — Nasceu em Maranguape, Ceará, a 4 de Dezembro de 1852. Era filho do coronel Joaquim José de Sousa Sombra, nascido no logar Borge, Freguezia de S. Bernardo das Russas a 6 de Setembro de 1819 e fallecido em Fortaleza a 23 de Fevereiro de 1911 e de d. Severina Correia Sombra, nascida a 12 de Setembro de 1843 em Angra do Heroismo, Ilha Terceira, e fallecida em Fortaleza em Dezembro de 1917.

Aos 14 annos de edade deixou o Ceará, indo estudar preparatorios no Collegio Gymnasio Bahiano, onde por sua grande intelligencia e applicação recebeu uma medalha de prata.

Havendo-se matriculado em 1872 na Faculdade de Medicina da Bahia, transportou-se para a do Rio de Janeiro e nella recebeu a laurea de doutor a 22 de Dezembro de 1881, juntamente com dois outros cearenses, João Francisco Pereira e José Pacifico Caracas. No anno seguinte seguiu para a Europa e em Vienna d'Austria e Paris dedicou-se principalmente aos estudos de Gynecologia. De volta á terra natal, pouco se entregou á vida da clinica, minando-lhe as forças diuturnas a pertinaz enfermidade.

Desde o tempo dos preparatorios José Sombra salientou-se entre os companheiros pelo amor aos estudos de Philosophia e Linguistica e estes estudos elle os aperfeiçoou posteriormente. Sua bibliotheca nesse particular era a melhor provida e escolhida que em Fortaleza existia.

O amor de José Sombra pelos estudos philologicos revelou-se com exhuberancia quando era simples academico; prova-o a polemica, que travou em Outubro de 1877 nas paginas da *Constituição* escrevendo os artigos sob o titulo *Compendio de Grammatica da Lingua Nacional* por Manuel Soares da Silva Bezerra. A esses artigos respondia o dr. Manuel Soares na *Tribuna Catholica* com a epigraphe *Resposta á critica de um sr. estudante á minha Grammatica.*

Sua these de doutorando versou sobre *Condições Pathogenicas das palpitações do coração e meios de combate-las* e sahiu da Imprensa Industrial, Rio de Janeiro, Rua da Ajuda n. 75, 1888.

Falleceu em Fortaleza a 16 de Março de 1888. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará.

XIV — Manuel Elisiario de Castro Meneses (1813-1885) — Filho do senador Manuel do Nascimento Castro e Silva e de d. Margarida Joaquina de Cortona, e nascido em S. Bernardo, Ceará, a 29 de Abril de 1813.

Diplomado em Direito pela Faculdade de S. Paulo em 1838, iniciou a carreira de magistrado, servindo como juiz municipal e promotor em varias causas nos municipios da Côrte e de Niteroi, seguindo-se a esta as nomeações para juiz de direito da Comarca de Cuiabá, 1º vice-presidente, auditor de guerra e chefe de Policia da Provincia de Matto-Grosso (1843), juiz de direito da segunda Comarca de S. Paulo (1846) e da de Itaborahi no Rio de Janeiro (1849), juiz da primeira vara crime da Côrte (1850), auditor de guerra e chefe de Policia da Côrte (1855), desembargador da Relação do Maranhão (1861) sendo logo removido para a da Côrte, membro do Tribunal do Commercio da Côrte como adjuncto (1861), fiscal (1864) e presidente (1872). Por decreto de 24 de Janeiro de 1874 teve a carta de Conselho e pelo de 2 de Agosto de 1879 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal da Justiça, cargo que exerceu até sua morte, occorrida a 5 de Janeiro de 1885. Representou a Provincia do Ceará no biennio de 1858-1859. Era cavalleiro da Ordem do Christo e official da Rosa.

XV — Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892) — Filho de João Francisco de Oliveira e de d. Maria Izabel de Paiva Oliveira, nasceu em Fortaleza, Ceará, a 12 de Julho de 1861.

Estudou no Seminario do Crato e foi alumno da Escola Militar do Rio de Janeiro, que deixou em 1883 por doente

de affecção pulmonar a que veio a succumbir. Na *Cruzada*, orgão da Escola Militar, escreveu o romance *Tal filha tal esposa* e uma série de sonetos sob a epigraphe *Transparencianas*.

Regressando ao torrão natal em busca de saude, de collaboração com João Lopes e Antonio Martins, escreveu *A Semana*, chronica, que o *Libertador* publicava aos sabbados, sob a assignatura Gil, Pery & C.

E' o auctor da *Zabellinha* ou *Tacha Maldita*, conto em verso, Ceará, Typ. Economica, Rua Boa Vista, n. 85, 1883, offerecida á memoria de Luiz Gama, *in*-8º de 40 paginas, e de um romance com o titulo *A Afilhada*, que foi publicado no roda-pé do *Libertador*, como foram tambem uns sonetos seus sob o titulo *Sons da viola*.

Zabellinha é um trabalho de propaganda abolicionista como muitos outros de Oliveira Paiva, entre os quaes o pamphleto intitulado *Vinte e cinco de Março*, *in*-8º, de 25 paginas, 1884.

Em 1887 com João Lopes, Antonio Martins, Abel Garcia, José de Barcellos e José Olympio, redigiu *A Quinzena*, propriedade do Club Litterario, publicando nella varios contos, como *A corda sensivel*, *O velho vovô*, *O ar do vento*, *A paixão*, *De preto e de vermelho*, *A melhor cartada*.

Desempenhou as funcções de secretario do governo e de 1º official da Secretaria do Ceará.

Falleceu a 29 de Setembro de 1892. Sentindo-se prestes a morrer, tomou da penna e escreveu solenne declaração de sua crença nas doutrinas da Egreja Catholica Romana.

Esse documento está publicado no periodico *A verdade* de 2 de Outubro de 1892.

XVI — Vicente Alves de Paula Pessoa (1828-1889) — Filho do senador Francisco de Paula Pessoa e de d. Francisca Carolina de Paula Pessoa, nasceu em Sobral, Ceará, a 29 de Março de 1828.

Formado em Direito na Faculdade de Olinda em 1850 voltou á Provincia, encetando a carreira da magistratura como juiz municipal do Ipú (1852). Occupou, em seguida os cargos de juiz municipal de Fortaleza (1852), juiz de direito de Lagarto em Sergipe (1858), de S. José de Mipibú, no Rio Grande do Norte, Saboeiro, Aracati e Sobral, no Ceará. De juiz de direito em Sobral (1865-1876) passou a desembargador da Relação do Estado do Pará, cargo de que tomou posse em 1876, sendo escolhido para presidente da dicta Relação a 3 de Agosto de 1878.

Teve o titulo do Conselho por decreto de 22 de Março de 1879 e pelo de 21 de Outubro de 1880 foi aposentado a seu pedido, com as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Vicente Alves foi vice-presidente da Provincia do Rio Grande do Norte (1863), e administrou-a por dias, e como 2º vice-presidente do Ceará, assumiu a administração a 29 de Fevereiro de 1864.

Um dos votados na lista nonupla de 1881, foi escolhido senador pelo Ceará por carta imperial de 2 de Maio; anteriormente, em 1878, entrara na lista mas o Senado annullou a eleição a que se procedera.

Falleceu em Sobral a 31 de Março de 1889.

Deixou varios trabalhos de Jurisprudencia, entre os quaes as *Annotações á lei e Regulamento* sobre o elemento servil, 1875, *Codigo Criminal*, do Imperio do Brasil, 1877, tirada 2ª edição em 1885, *Regulamento das Relações do Imperio*, 1879, *Codigo do Processo Criminal*, de primeira instancia do Imperio do Brasil, 1880, e *Annotações á Reforma Judiciaria*, que teve duas edições, uma em 1874, e outra augmentada com os avisos e jurisprudencia dos tribunaes até 1880, Maranhão, 1880.

Barão de Studart.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

I

Posição e limites

O Estado do Rio Grande do Norte, situado aos 4º-54" e 6º-28 de lat. S e 4º-22 e 8º-18, de long. E (referida ao meridiano do Rio de Janeiro) ou 34º-52, e 38º-48 Oéste de Greenwich, limita-se ao Norte e a Léste com o Oceano Atlantico; ao Sul com a Parahiba e a Oéste com o Ceará.

Sobre as divisas com estes dois Estados têm surgido, por vezes, algumas duvidas, occasionando conflictos de jurisdicção.

Com o Ceará, "a linha de separação das aguas dada pela mais alta aresta da serra, isto é, pela linha que reune os pontos culminantes do relevo do sólo ou de maior altitude sobre o nivel médio do mar, que é o plano de comparação e referencia", sempre foi considerada o limite entre os dois Estados, desde o tempo das capitanias. As extremas são, portanto, incontestes na parte percorrida pela cordilheira do Apodi, acceita por ambos como divisa. Succede, porém, que essa cordilheira, ramificando-se em varias serras, desapparece ao approximar-se da costa para reerguer-se novamente na praia, onde o Morro do Tibau é o seu contraforte ultimo. E' ahi que surge o litigio: o Rio Grande do Norte sustenta ser a sua divisa nesse trecho a linha que vai das derradeiras ramificações da cordilheira ao Morro do Tibau, sua extremidade no littoral; o Ceará, pleiteia limite differente, a saber: uma linha que, da Serra D'Antas de Dentro, vá ao Rio Mossoró, na distancia de 2 ou 3 leguas acima de sua foz, e desse ponto até o mar, pelo estuario do mesmo rio.

A questão foi affecta ao Supremo Tribunal Federal, que já proferiu duas sentenças favoraveis ao Rio Grande do Norte (accórdãos de 30 de Outubro de 1908 e 2 de Outubro de 1915). O Ceará, pelos seus advogados, embargou este ultimo accórdão, como já o fizera quanto ao primeiro, e do julgamento dos embargos está agora dependente a decisão final do pleito (1).

Em relação á Parahiba, o litigio tem muito menor importancia, embora já se tenham dado attritos, por mais de uma vez, entre auctoridades das zonas limitrophes. Esses attritos, a que se referem, entre outros, Candido Mendes, em seu *Atlas*, e Moreira Pinto, em seu *Diccionario Geographico*, citando trechos de relatorios officiaes, decorrem, principalmente, da falta de conhecimento exacto da extensão das freguezias em que, a principio, foram divididas as capitanias, depois provincias e hoje Estados. Em geral, os termos das villas comprehendiam o territorio de uma ou mais freguezias. Com o correr dos tempos, operada a subdivisão destas, iam se formando pela tradição os limites das villas; e dahi a confusão.

A lei de 25 de Outubro de 1831, por exemplo, diz que "a Villa Nova do Principe da Provincia do Rio Grande do Norte continuará na posse de todo o territorio que lhe foi assignado no acto de sua creação, em 31 de Julho de 1788; ficando o dicto territorio dentro dos limites da comarca e sujeitos os moradores nelle ao governo civil e militar e á administração da Fazenda da sobredicta Provincia, com exclusão, porém, de toda a Freguezia dos Patos, tal qual actualmente existe; e daquella parte da do Cuité, que sempre pertenceu á Provincia da Parahiba, na qual ficam comprehendidas tanto esta parte da do Cuité, como a dos Patos". E accrescenta no art. 2º: "Fica assim entendido o alvará de 18 de Março de 1818". Ora, este alvará, que creou a Comarca do Rio Grande do Norte, diz que os seus limites serão os mesmos assignados á Capitania, donde resulta que, ainda mesmo que estes não fossem duvidosos, seria necessario conhecer a extensão territorial das freguezias indicadas na lei para precisar a da comarca, que era a mesma do actual Estado.

Foi por esta razão, sem duvida, que o presidente do Rio Grande do Norte, no officio que se segue, dirigido ao presidente da Parahiba e constante do *Relatorio* deste, Beaurepaire Rohan, em 1858, incluiu a resalva final:

> «As duas provinciasu dividem-se no littoral pela Barra do Rio Guajú, seguindo deste a linha divisoria aos marcos de cima, ao Riachão e ao Boqueirão, e deste ponto ao Rio Calaboiço, no Municipio de S. Bento. Deste municipio segue a linha divisoria ao do Acari, que se define pela Fazenda Boa Vista, comprehendendo esta e as do Pé da Serra, Bico de Arara, Ermo, Riacho Fundo, Cobra, todo o sacco da Serra do Boqueirão até a Fazenda Tanques, na Serra da Borborema (servindo esta de limites), a Serra das Queimadas até á Carneira, e as fazendas Quintos, Caraça, Pau dos Ferros, S. Bento e Sant'Anna. Deste municipio segue a linha divisoria para a do Principe, discriminada, pela parte Sul, na distancia de 7 a 10 leguas, do Municipio de Pombal, com que confina; e pelo Poente, em distancia de 7 a 12 leguas, além do Rio Piranhas, confina com o Catolé do Rocha. A divisão das duas freguezias do Principe e Acari acha-se auctorizada pelo decreto de 25 de Outubro de 1831, segundo o qual, diz a Camara Municipal da Villa do Principe, que nenhuma duvida se offerece. Quanto ao Municipio do Assú corre a linha divisoria pela ponta da Serra do João do Valle, no logar denominado *Serra do Sipó*. Esta parte da Serra do Sipó, segundo diz a Camara Municipal do Assú, pertence ao Municipio do Catolé do Rocha, apesar de fazer parte do seu patrimonio, segundo uma escriptura de doação. Deste municipio segue a linha pelo poente para o Municipio do Apodi, que se divide com o do Catolé do Rocha pelas fazendas Trincheiras e Maracanan, com uma distancia, pouco mais ou menos, de 4 leguas do Sul a Norte com as fazendas Jabotá e Mulungú, pertencentes ao referido Municipio do Catolé. Do Municipio do Apodi segue a linha para o de Pau dos Ferros, correndo além da Povoação da Serra do Luiz Gomes 1/2 legua mais ou menos: este municipio divide-se com o de Sousa dessa Provincia. São estas as informações que eu posso levar ao conhecimento de v. ex. colhidas de diversos officios das camaras municipaes desta Provincia, em satisfacção ás requisições

(1) Vide "Notas addicionaes" no final deste trabalho.

que, para o mesmo fim, lhes foram feitas pela presidencia por officio de 12 de Dezembro de 1853. Devo observar a v. ex. que estas informações sobre os limites das duas provincias, como sejam na maxima parte filhas das tradições do passado, talvez não sejam muito exactas e seguras. O que a semelhante respeito ha de certo lê-se na lei de 25 de Outubro de 1831. » (Candido Mendes-*Atlas do Brasil.*)

Pela jurisdicção — accentuada nos limites dos actuaes municipios que ficam na linha fronteiriça — se tem, entretanto, estabelecido de facto as divisas dos dois Estados, divisas que são aliás perfeitamente conhecidas no littoral e em muitos pontos do interior: as divergencias são de pouco alcance. E a jurisdicção, consequencia natural da posse, é e deve ser, maxime entre Estados da mesma Federação, a razão principal de decidir, especialmente entre nós que, na ausencia de leis e tratados, e mesmo com elles, temos recorrido a esse argumento irrecusavel nas nossas questões internacionaes.

Sobre este assumpto, escreveu o dr. Manuel Dantas:

« O Rio Grande do Norte limita-se ao Norte e Léste, com o Oceano Atlantico ; ao Sul, com o Estado da Parahiba: e a Oéste, com o Ceará.

A linha de limites com a Parahiba, quasi toda convencional, não soffre contestação, e a partir da emboccadura do Rio Guajú, separa os dois Estados, pelo littoral, entre os municipios de Canguaretama (Rio Grande do Norte) e Mamanguape (Parahiba), segue rumo de Oéste pelo Rio Guajú acima até alcançar o valle do Rio Curimatahú, que corta no Municipio de Nova Cruz, indo no mesmo rumo até a Serra do Cuité, separando neste percurso os municipios de Canguaretama, Nova Cruz e Santa Cruz no Rio Grande do Norte, dos de Mamanguape, Cahiçara, Araruna e Picuhi, na Parahiba. Na Serra do Cuité a linha inflecte-se um pouco para Sudoéste até o territorio do Povoado de Periquito, no Municipio de Jardim do Seridó, separando os municipios de Curraes Novos, Acari e Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, dos de Picuhi, Soledade e Taperoá, na Parahiba. Neste rumo, dá-se com o territorio da Povoação do Periquito uma intrusão no territorio parahibano de quasi 3 leguas. Do Periquito, a linha volta quasi bruscamente na direcção de Noroéste até o sopé da Serra da Carneira, retomando depois, mais ou menos, a direcção de Oéste, até o Municipio de Serra Negra, separando este e o Municipio de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, dos de Santa Luzia e Patos, na Parahiba. Em Serra Negra, a linha muda bruscamente de direcção, rumo do Norte, e, atravessando o Rio Piranhas, vai até ás vizinhanças da Serra de João do Valle, separando aquelle municipio e o de Caicó, no Rio Grande do Norte, dos de Pombal e Brejo do Cruz, na Parahiba. Das vizinhanças da Serra de João do Valle, a linha toma, a principio, a direcção de Sudoéste e, depois, a de Oéste, até á Serra do Padre, no Municipio de Luiz Gomes, separando os municipios de Augusto Severo, Patú, Martins, Pau dos Ferros e Luiz Gomes, no Rio Grande do Norte, dos de Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Sousa e S. João do Rio do Peixe, na Parahiba.

Os limites occidentaes com o Ceará começam no ponto de intersecção dos limites com a Parahiba, no Municipio de Luiz Gomes, e seguem, no *divortium aquarum* da Serra de S. Miguel e da chapada do Apodi, até ao morro do Tibau, na costa do Atlantico, separando os municipios de Luiz Gomes, S. Miguel, Pau dos Ferros, Port'Alegre, Apodi, Mossoró e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, dos de Icó, Pereiro, Limoeiro, União Aracati, no Ceará. »

Cartas geographicas — As que existem do Estado são, em geral, muito imperfeitas, sem exclusão das melhores, que são as das inspectorias de Estradas de Ferro e de Obras contra as Seccas, e a da Commissão de que foi chefe o dr. Sampaio Corrêa, nas quaes ha muitas correcções a fazer.

II

Superficie

A superficie do Estado, de accôrdo com as publicações officiaes até hoje feitas, é de 57.485 km.^{2} O barão Homem de Mello, porém, em seu *Atlas*, publicado em 1909, reduziu-a a 41.264 km.^{2} e o padre Aug. Padtberg, lente do Gymnasio Nossa Senhora da Conceição de S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, já tivera egual procedimento, reduzindo-a a 52.000 km.^{2} Outros escriptores — poucos — ha ainda que divergem a este respeito; mas aos seus calculos faltam bases seguras.

Só o barão Homem de Mello procurou justificar a sua opinião, amparando-a em dados scientificos. Eis o processo de que se serviu:

« Empregámos o methodo que consiste em substituir por um contorno polygonal os limites dos Estados e em calcular a área do polygono assim formado, depois de te-lo decomposto em triangulos. »

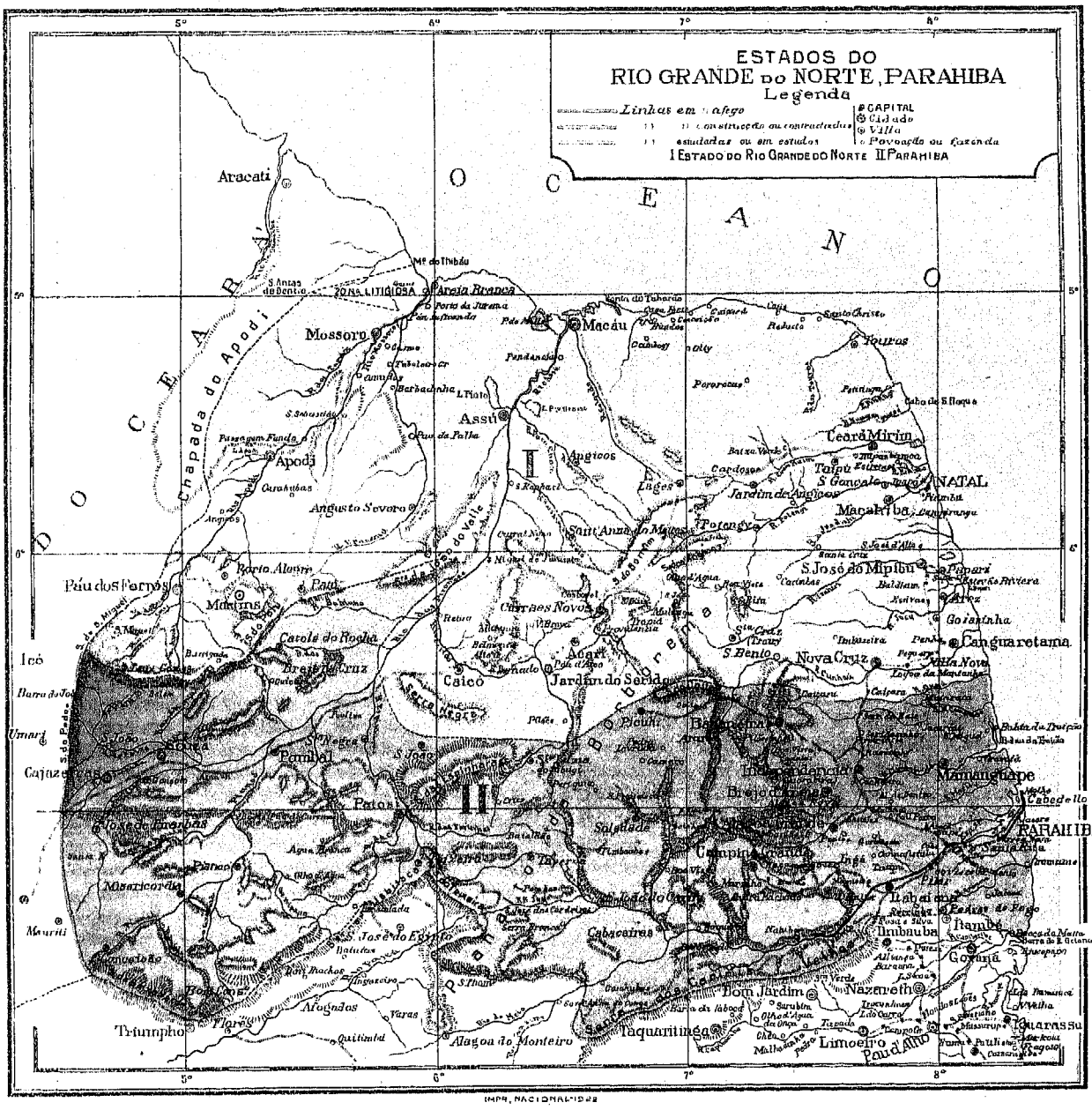
Ora, para que o seu calculo podesse ser verdadeiro, seria necessario que fossem perfeitamente conhecidos os limites entre os diversos Estados. E isto não se dá.

Em relação ao Rio Grande do Norte, por exemplo, ha, como vimos, questões de limites, que tornam duvidosa a sua superficie exacta, variando para mais ou para menos conforme sejam attribuidos os terrenos litigiosos a este ou áquelle dos Estados que os disputam. O proprio barão Homem de Mello, ao mesmo tempo que reduz a superficie do Rio Grande do Norte, augmenta a do Ceará, tendo se servido para o seu calculo do mappa organizado pelo dr. Sampaio Corrêa, em que ha erros e enganos manifestos e, alguns delles, justamente nos limites com este ultimo Estado.

Preferimos, por isto, manter o calculo de todas as publicações officiaes, que é de 57.485 km.^{2}

Dimensões e altitudes — A maior extensão, de Léste a Oéste, da foz do Rio Guajú á Serra do Padre, no Municipio de Luiz Gomes, é, approximadamente, de 400 km.; e a maior largura, de Norte a Suéste, do Morro do Tibau á Serra da Carneira, no Municipio de Jardim do Seridó, é de 350 km. mais ou menos.

O dr. Roderic Crandall dá, entre outras, as altitudes dos seguintes logares em metros:


ESTADOS DO
RIO GRANDE do NORTE, PARAHIBA
Legenda
Linhas em trafego
construcção ou contractadas
estudadas ou em estudos
CAPITAL
Cidade
Villa
Povoação ou Fazenda
I Estado do Rio Grande do Norte II Parahiba
OCEANO
Aracati
Areia Branca
Mossoro
Macáu
Touros
Assú
Angicos
Ceará Mirim
NATAL
Jardim de Angicos
Macahiba
Apodi
Augusto Severo
Chapada do Apodi
Serra do Valle
Serra de Santa Anna
Serra de Martins
Serra de Portalegre
Serra de Borborema
Serra de Bom Jardim
Serra de Taquaritinga
Serra de Cabaceiras
Serra de Teixeira
Serra de Triunfo
Serra de Jatobá
Serra de Pianco
Serra de Arapuá
Serra de Pombal
Serra de Patos
Serra de Agua Branca
Serra de Piancó
Serra de Bananeiras
Serra de Areia
Serra de Mamanguape
Serra de Cabedello
PARAHIBA
Rio Grande do Norte
Rio Apody
Rio Assú
Rio Ceará Mirim
Rio Potengy
Rio Jacú
Rio Trahiry
Rio Curimataú
Rio Camaratuba
Rio Mamanguape
Rio Parahiba
Rio Piancó
Rio Piranhas
Rio Espinharas
Rio Sabugy
Rio Gurinhem
Rio Taperoá
Rio Parahibinha
Rio Umbuzeiro
Rio Parahibinha
Rio Parahibinha
Rio Parahibinha

Alto da Serra do Martins	670
Cidade do Martins	650
Planalto da Borborema	550
Povoação de Alexandria	275
Açude "Corredor", ao Sul da Serra do Martins	245
Cidade do Jardim do Seridó	200
Povoação da Victoria (Pau dos Ferros)	195
Chapada do Apodi	175
Villa de Pau dos Ferros	170
Cidade do Caicó	150
Foz do Rio Barra Nova, no Seridó	145
Olho d'Agua da Soledade (10 km. ao Norte do Apodi)	130
Povoação de Angicos (Apodi), hoje Itahú	110
Villa de Agusto Severo	100
Cidade do Apodi	75
Povoação da Rua da Palha, á margem do Rio Upanema (Augusto Severo)	70
Barbadinha (fazenda ao Sul de Mossoró)	45
Povoação de S. Sebastião, á margem do Rio Mossoró	35
Cidade de Mossoró	10

O ponto mais elevado do Estado é o pico do Cabogi, cuja altitude é calculada em 800 m.

III

Aspecto physico

A costa é, em geral, baixa e arenosa, intermeiada de dunas movediças, mais ou menos fixadas por uma vegetação pobre.

Cobre-a, de espaço a espaço, immenso coqueiral; e nas margens de alguns rios, pelo leito dos quaes penetram, kilometros acima, as aguas do mar, crescem os mangues, que formavam antigamente verdadeiras mattas. Depois vem a zona dos valles ferteis do *agreste*. E' a parte mais productiva do Estado, a terra preferida para o cultivo da canna e onde existem os *engenhos* de fabricar assucar. Produz, em abundancia, todos os cereaes.

Zona agricola, por excellencia.

Seguem-se, ao lado dos valles, os *taboleiros*, cobertos de mangabeiras silvestres, de cujo leite se faz a borracha. São "planicies quasi arenosas, terras seccas e desoladas, perpetuamente trabalhadas por um vento rijo e violento, e prolongam-se cerca de 60 km. até encontrarem, ao pé da Borborema, a zona da *catinga*". As aguas das chuvas que cahem abundantemente nos *taboleiros* ahi se infiltram e vão sahir nos valles numa infinidade de pequenos rios perennes ou vertentes.

Na *catinga*, especie de floresta baixa, intrincada e espessa, onde predominam as plantas espinhosas, a jurema, a favella, o xiquexique, o mandacarú, etc. o terreno começa a tornar-se ondulado, recortado por pequenas serras e montes. São já as ultimas ramificações da Borborema, "massiço granitico e primitivo, que vem tracejando o rumo de Nordéste pelo centro parahibano, penetra no Rio Grande em pleno sertão e bifurca-se e ramifica-se em todas as direcções, gerando um agglomerado de serras, de montanhas, de serrotes, que, irradiando do eixo dorsal da cordilheira, se prolongam para Léste e para o Poente em socalcos cada vez mais baixos, menos abruptos e mais arredondados, até surgirem ao Norte os contrafortes extremos da grande serra, nas encostas solitarias e ingremes do Cabugi, atalaia granitica cujo collo, alçado a 800 m. das planicies ambientes, domina vastos horizontes".

Mais um pouco e ter-se-á o alto sertão, rico de excellentes forragens para a creação, terrenos accidentados, por entre grandes serras e collinas pedregosas, mas prodigiosas para a cultura do algodão.

Cortam essa parte do Estado os seus maiores rios, como o Piranhas e o Apodi, que atravessam, em alguns pontos, varzeas planas e ferteis e, em outros, extensos carnaúbaes, indo desaguar no mar junto ás riquissimas salinas de Macau e Mossoró. Esses e outros rios, avolumados pelos seus tributarios e por pequenos riachos, que correm nas depressões das serras, cavam, em muitos logares, na epocha das chuvas, sulcos profundos atravez do sólo ou espraiam-se majestosos nas planicies; mas a natureza e a declividade do terreno não lhes permittem que sejam correntes continuas, donde o phenomeno interessante de mezes seguidos se tornarem "leitos descarnados e seccos, espectros de rios, onde só as areias brancas despidas de argillas, os seixos rolados e a corrosão das margens attestam a passagem das aguas".

O algodão, os cereaes e a creação são a grande riqueza dessa região. Ahi, a "obra do homem chama-se *capoeira*: terreno privado de vegetação primitiva, occupado depois por vegetaes adventicios, cuja physionomia ainda não assumiu feição bem caracterizada. Os capoeirões podem dar a illusão de verdadeiras mattas". Estas, porém, assim como os bosques, só são encontradas nas serras e na parte oriental do Estado.

Na zona que começa com as *catingas* e continúa sertões a dentro, é que as crises climaticas são mais rigorosas: "seccam os rios, murcham os pastos, permanecem nuas as arvores, succumbe o gado á sêde ou á inanição, e a gente morre á fome, quando só dispõe de recursos locaes".

Felizmente, taes crises, que se reproduzem periodicamente, vão sendo, cada dia que passa, attenuadas em seus terriveis effeitos, pelos melhoramentos emprehendidos e realizados, sem cessar, de tempos para cá; e, nos annos normaes, a prodiga natureza faz dessa terra privilegiada um dos melhores trechos do territorio nacional, sendo verdadeiramente assombrosa a sua producção.

Em resumo: ha a zona do littoral, baixa e arenosa; a do *agreste*, cheia de valles frescos, essencialmente agricola; a dos *taboleiros* aridos, que a separam das catingas, já agriculturaveis e creadoras, e que se extendem ao alto sertão accidentado, recortado de serras, mas onde correm os grandes rios, que, torrenciaes no inverno, descobrem na estiagem as varzeas e o proprio leito, onde é preciso ir, cavando fundo, procurar a humidade para as vazantes, recurso e amparo da população e do gado.

Geographicamente, poderiamos distribuir estas zonas em tres divisões: uma cinta de costa de terras baixas; um grande e onduloso planalto de rochas crystallinas; finalmente, uma serie de serras que se elevam da planicie circumjacente e que constituem o principal relevo da região. A elevação das serras varia conforme a natureza das rochas: se são mais ou menos duras e, portanto, se a erosão se opera mais ou menos lentamente. Em média é de 500 m. Raros são os cursos d'agua perennes.

IV

Littoral e portos

Pelo facto de estar collocado "no ponto onde o littoral brasileiro, deixando bruscamente o traço do meridiano e volvendo para o occaso, começa a correr sobre o parallelo", o

Rio Grande do Norte — dada a exiguidade do seu territorio — é o Estado que tem maior extensão de costas. Desenvolvem-se pela parte Oriental e pela parte Norte, donde resulta ficarem os municipios, ainda os mais centraes, a uma distancia relativamente proxima de um porto, o que lhes assegura excepcionaes vantagens para a solução do problema de transporte, sem duvida dos mais importantes de quantos, na hora presente, devem preoccupar os poderes publicos. Accresce que nessas costas, que se dilatam por cerca de duzentas milhas, ha uma série enorme de ancoradoiros seguros, permittindo navegação regular e directa com os demais portos, quer da União, quer do extrangeiro. Destacam-se, pela sua actual importancia commercial, os de *Natal*, *Macau* e *Areia Branca*.

Porto de Natal

Um dos melhores do Brasil pelo seu ancoradoiro, que se prolonga muitos kilometros pelo Rio Potengi acima, e pelo Jundiahi, que nelle desagua, navegavel até á Cidade de Macahiba, é o de maior movimento. Sua barra era difficil e perigosa pela sinuosidade do canal na pedra da *Baixinha*, arrecife interno que era preciso vencer rapidamente, contornando pela extremidade. Esse inconveniente, hoje removido em parte pelo arrasamento dessa pedra e pela dragagem do rio, desapparecerá, por completo, dentro em pouco, ultimados os serviços de melhoramento de muito iniciados. Presentemente, já o accesso é facil e sem riscos.

Delle trataremos em outra parte.

Porto de Macau

Sua barra é a do *Amargoso*, o principal dos braços do Piranhas ou Assú; póde ser demandado por embarcações que não tenham grande calado, sendo que de Macau até Officinas, que serve de porto á Cidade do Assú, só podem subir embarcações muito pequenas. Sobre este porto escreveu o dr. Manuel Carneiro de Sousa Bandeira, que, commissionado pelo Governo Federal, o visitou em 1918:

« O Porto de Macau fica na bocca do Rio Assú... O Rio Assú lança-se no Oceano por tres boccas: o Assú propriamente dicto ou Amargoso, em cuja margem direita está a Cidade de Macau, o Rio dos Cavallos e o Rio das Conchas.

Estes dois ultimos são ligados por camboas. Em frente da cidade fica a Ilha de Sant' Anna, entre o Amargoso e o Rio dos Cavallos, quasi toda occupada por salinas. O canal aproveitado é o Amargoso, que é navegavel até Officinas, na extensão de 46 km. Este ultimo é o porto que serve á Cidade do Assú. O rio melhorado poderia dar accesso a esta ultima cidade. O fundo do Rio Assú (Amargoso) é, bem como as suas margens, de tabatinga, de maneira que o canal dragado se conservará perfeitamente. As margens são revestidas de mangue, o que facilita tambem a sua conservação. Antigamente, navios de 4 m. de calado entravam no canal e ficavam sempre fluctuando: hoje, porém, se formou alli um banco de vasa, cuja profundidade em baixa mar de syzygia é de cerca de 2 m. sómente, O canal segue sempre bordado de mangues até ao pontal da Barra do Sul, o qual é formado por dunas que vêm daquella direcção. Entre o Pontal e a Corôa do Meio, passa o canal Sul, que nas baixas marés de syzygia tem até 0,8 m. de profundidade. O canal do Norte, prolongamento do canal do Assú, é o mais praticado e tem, em maré baixa, 1 m. de profundidade.

Os navios que carregam sal têm de 4 a 5 m. de calado e não podem entrar: ficam por fóra da arrebentação formada sobre um extenso banco fóra da barra. Nessas condições, elles, a cerca de 4 milhas, fundeiam fóra do ancoradoiro interno. Os navios de maior porte fundeam mais longe de terra. O sal, principal genero de exportação, é conduzido para os navios em barcos. Esse transporte só póde ser feito até ao meio-dia ou a 1 hora da tarde; depois cahe o vento Nordéste e elles não podem mais encostar no navio. Mesmo de manhan, é difficil fazer o carregamento sem prejuizo do sal, que cahe dos baldes.

Além disto, ha muita perda de tempo com as viagens dos barcos para fóra da barra e dependentes de vento. Seria preciso que os vapores podessem entrar para carregar directamente, o que baratearia o preço da mercadoria, supprimindo as viagens inuteis e a perda de sal.

A renda percebida sobre o sal é bastante importante para permittir ao governo pagar as obras necessarias, como vamos demonstrar com a tabella seguinte:

ANNOS	IMPOSTO PAGO AO ESTADO	IMPOSTO PAGO Á UNIÃO
1913.....	—	387:573$750
1914.....	—	259:827$900
1915.....	279:158$500	872:413$770
1916.....	494:754$100	1.581:367$200
1917.....	393:917$200	1.232:096$320
	1.167:829$800	4.333:278$940

Pedimos, propositalmente, um anno antes da guerra para mostrar a proporção de crescimento.

Parece iniquo que, com tão forte somma de direitos pagos, as condições de carregamento de sal sejam tão precarias e vexatorias. As obras necessarias, a julgar por uma simples visita que fizemos, seriam:

1º, fixar as dunas do Pontal Sul;
2º, dragar o canal da barra;
3º, dragar o canal interno.

E' bem provavel e só o estudo e verificações das condições locaes o poderão indicar com segurança, que, uma vez fixadas as dunas e dragado o canal da barra em areia, este se mantenha, em virtude das correntes de maré, que têm bastante energia para isso; é possivel, todavia, que haja necessidade de fechar com diques de fachina alguns braços do rio para dirigir e augmentar a correnteza. Quanto ao canal interno, devido á natureza do terreno, uma vez aberto, se conservará indefinidamente, sendo preciso unicamente repassa-lo de vez em quando por causa da lama que se accumula. »

Porto de Areia Branca

Na foz do Rio Mossoró. Sobre este porto, que, como o de Macau, foi visitado pelo dr. Sousa Bandeira, encontra-se em seu *Relatorio*:

« A 32 milhas para Oéste de Macau fica a barra do Rio Mossoró, onde está situado, cerca de 2 ½ milhas acima, o Porto de Areia Branca. A bacia do Rio Mossoró, situada entre a do Assú e a do Jaguaribe, é muito menor do que qualquer dellas: fica toda no Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo o seu extremo Oéste. O Rio Mossoró, que, além da cidade deste nome (cerca de 42 km. pelo rio, acima de Areia Branca), toma o nome de Apodi, tem o curso approximado de 300 km. Os seus affluentes principaes são o Upanema e o Umari. E' navegavel sómente até 8 km. abaixo de Mossoró: dahi em deante sécca completamente, quando cessa a estação das aguas. O rio é largo e o seu canal tem a profundidade de 4 a 5 braças. As condições são exactamente as mesmas de Natal. As dunas que correm pelas costas de Sudoéste para Nordéste entulham a bocca do rio, formando tres grandes bancos, que emergem em qualquer baixamar. Ha dois canaes na barra: um entre o banco do Meio e o banco de Fóra — é o canal do Norte — mais fundo e mais frequentado; o outro entre o banco do Meio e o de Dentro — é o canal do Sul. — Quando entrámos na barra, atravessámos o banco de Fóra, e, apesar de ter a maré meia hora de enchente, o bote a vela em que vinhamos, com 2 pés de calado, bateu na crista do banco. Os navios ficam a grande distancia da entrada do canal: os que têm calado de 4 m. podem entrar com a maré cheia, mas, em geral, não o fazem, para não ficarem presos á maré. O vapor *Tapajós*, com 28 pés de calado (8,54 m.) estava carregando quando lá passámos, fóra da ultima boia, a 14 milhas do pontal da barra. O sal, tambem como em Macau, é carregado em barcos grandes que o levam aos navios. Em geral, estes têm o contracto de receber 30 toneladas por dia, mas o trabalho é penoso, pois o mar é sempre agitado. . . E' preciso fazer a fixação das dunas errantes existentes, serviço facil de realizar, e impedir o apparecimento de novas dunas com a formação de uma anti-duna na beira da praia. Além disso, é preciso, como em Macau, dragar o canal, que se conservará facilmente, desde que se estanque a fonte de areia constituida pelas dunas. »

Além destes, ha no Estado outros portos, que indicaremos juntamente com alguns accidentes naturaes, acompanhando a costa de Sul para Norte. *Pontas do Bacopari* e da *Pipa*, que são, respectivamente, as extremidades Sul e Norte da *Bahia Formosa*. Essa bahia, onde, conforme a direcção dos ventos, as embarcações nem sempre ficam perfeitamente abrigadas, é bastante profunda. Nella desagua o Cunhahú, sobre cuja barra o já citado *Relatorio* do dr. Sousa Bandeira fornece as seguintes informações:

« A 46 milhas ao Sul de Natal, encontra-se na costa do Estado do Rio Grande do Norte o Morro de Sibahuma, com 100 m. de altura e bem assignalado aos navegantes. Cerca de 1 milha ao Norte desse morro, lança-se no mar o Sibahuma, pequeno rio sem importancia. Ao Sul e á mesma distancia, lança-se o Rio Cunhahú. A barra é revestida, bem como toda essa costa, por uma linha de recifes, que lhe fica a cerca de um terço de milha. Na margem direita fica o morro de Cunhahú. Dahi para o Sul as terras são baixas até o Cabo de Bacopari, formando a Bahia Formosa, onde está a povoação do mesmo nome; na bahia ha um ancoradoiro regular, a 1 ½ milhas de terra e em fundo de 6 a 8 m. o qual dá bom abrigo para os ventos do Sul e Suéste, sendo, porém, muito exposto aos de Nordéste. O Rio Cunhahú é a continuação do Rio Curimatahú, que nasce na Parahiba, num contraforte da Serra da Borborema, e entra no Rio Grande do Norte, banhando os municipios de Nova Cruz, Pedro Velho e Canguaretama. A Cidade de Canguaretama fica á margem do Rio Pitú-Assú, que ahi só é navegavel por canôas; depois adquire maior profundidade. O Pitú-Assú lança-se no Curimatahú no logar denominado Meral, a cerca de 10 km. de Canguaretama, e dahi em deante o Curimatahú recebe o nome de Cunhahú.

O canal, do Meral até ao mar, tem profundidades de 3 a 6 m. em baixa mar, accusando a sonda 9 m. em algumas voltas. A barra é formada pelos recifes acima referidos, nos quaes ha diversas soluções de continuidade, por onde entra o mar. Entre os recifes e a praia fica um esteiro, cuja corrente transporta a areia, que se deposita num pontal, quando aquella corrente encontra a correnteza do rio. E' um phenomeno semelhante ao que se dava na barra de Natal. A margem direita é coberta de dunas, que avançam para o Norte, despejando a areia no rio

A corrente da vazante carrega, de volta, a areia fornecida pela duna e a que subira com a corrente, a qual se deposita, ao Norte, formando um pontal na margem esquerda, ao Sul, engrossando o pontal da margem direita e fazendo-o extender-se na direcção da entrada. Esta é constituida por um largo córte no recife com a profundidade de 3 a 4 m. em maré minima. Infelizmente, no centro, ha uma pedra que aflora na baixa mar e a divide em dois canaes. Fóra dos recifes ha bancos de areia que só dão passagem a pequenas embarcações. Nas grandes marés, a margem esquerda é fortemente exposta á corrozão da corrente, e isto em certos periodos mais ou menos regulares. Actualmente, ella está sendo atacada, o que se conhece facilmente pelos coqueiros derrubados, em grande numero, na beira da praia. O meio de melhorar a barra é fazer com que a corrente do rio se dirija directamente sobre ella e abra caminho atravez do banco que fica fóra dos recifes. Para tanto, tem a corrente de vazante bastante energia. E' preciso para esse fim fechar por enrocamento o esteiro, revestir de fachina o pontal da margem direita, fixando-o, e fixar tambem as dunas.

Feito isto, será preciso mais arrebentar a pedra da barra e construir espigões de defesa da praia na margem esquerda. O Municipio de Canguaretama é bastante rico, sendo o valle do Cunhahú um dos mais ferteis do Estado. Existem muitos engenhos de assucar, datando alli a cultura da canna desde o seculo XVII.

Ha muitas fabricas de cal, e a industria do sal está tomando grande incremento. Por esta razão, seria de

grande vantagem poder dar sahida a esses productos pela barra, sobretudo ao sal, cujo preço é em grande parte augmentado pelo custo de transporte, e que assim poderá dar uma renda bastante apreciavel tanto ao Governo Federal como ao do Estado. Uma vez transposta a barra com a profundidade do córte do recife (4 m. maré minima), os barcos de sal encontrariam os navios a menos de 1 milha, onde a profundidade já é de 10 m. segundo as cartas do Almirantado Inglez. Sem fallar no assucar, que mais facilmente supporta o frete da estrada de ferro, embora os engenhos do valle estejam situados de modo a poder exportar o seu assucar tambem por mar, a exportação dos outros productos do valle, cal, côcos, sal, seria mais facil por mar, desenvolvendo a zona e creando riqueza.

De accôrdo com os dados que se pôde obter do exame rapido feito no local, as obras acima indicadas poderiam custar cerca de 300:000$000.»

Da *Ponta da Pipa* até á barra do *Potengi*, temos as pequenas enseadas em que desemboccam os pequenos cursos d'agua que communicam as lagôas de *Guarahiras* e *Papari* com o mar e algumas elevações de terreno que tomam denominações diversas, como *Morro do Madeiro Grande*, *Pontas do Moleque*, *Tabatinga*, *Buzios* e *Negra*. Junto á dos *Buzios* fica a *Enseada do Pirangi*, que possue bom ancoradoiro para navios de calado regular, e junto á *Ponta Negra* existe tambem uma pequena enseada. A seguir da barra do *Potengi*, encontram-se a *Ponta de Genipabú*, ao Norte da qual ha uma enseada com profundidade para grandes navios, morros sem grande altitude, como os de *Pratagi*, *Pitangui* e *Jacuman*, e enseadas só accessiveis a pequenos barcos, como as de *Murihú*, *Porto-Mirim* e *Maxaranguape*.

Nas proximidades desta ultima vê-se o Cabo de S. Roque, tambem denominado Ponta Gorda, situado aos 5º-20'-20" de lat. S e 7º-49'-51" de long. E. do Rio de Janeiro (Vital de Oliveira) ou 5º-29'-15", de lat. S, e 37º-36'-27", de long. O de Paris (Mouchez).

Começa a Nordéste deste cabo o Canal de S. Roque, formado pelos recifes submersos que correm parallelos á costa, numa distancia de muitas milhas, até á *Ponta do Calcanhar*, onde desapparecem, diriamos melhor, onde se submergem profundamente, porque adeante as sondagens mostram que são novamente encontrados a 4 e 5 m. E' nesse trecho que se deparam a *Ponta de Santa Cruz*, *Pititinga*, com grande enseada, a *Ponta de Matta Caboclo*, que serve para indicar as corôas do *Rio do Fogo*, e *Toiros*, com regular ancoradoiro. *Tres Irmãos*, *Santo Alberto* e *Cahicara*, com pequenas enseadas, assim como Aguamaré, cuja barra pouco funda não impede que seja demandada por muitas embarcações que fazem o commercio do sal, vêm depois: estão entre as *Pontas do Calcanhar* e do *Tubarão*. A' distancia de 15 milhas desta fica a barra do Amargoso. E' já Macau.

Dahi até Areia Branca, ha a *Ponta do Mel* (alguns chamam do *Mello*), a da *Redonda* e a da *Redondinha*, com enseadas, e varios pontaes.

De Areia Branca para o Norte nenhum accidente de importancia se depara, a não ser o *Morro do Tibau*, extrema do Estado com o Ceará.

A parte do littoral, ao Norte de Natal, tem duas feições diversas:

« Até Toiros, onde, mais ou menos, se faz ainda sentir a influencia dos recifes e onde, com a *Serra Verde*, se encontram os primeiros degraus do planalto da Borborema, a costa é, em geral, baixa e arenosa, recortada em enseadas curvilineas, bordadas de coqueiraes, de fórma a mais graciosa. De Toiros, a costa se alteia um pouco, as enseadas vão se tornando menos pronunciadas, notando-se ahi a lucta constante das areias impellidas pelos ventos fortes com as terras altas da *Serra Verde*, nesse movimento ininterrupto das dunas, que modificam continuadamente o perfil das terras marginaes á costa, formando e varrendo morros desnudos, ao sabor das correntes atmosphericas. »

As praias nesta parte são pouco habitadas.

V

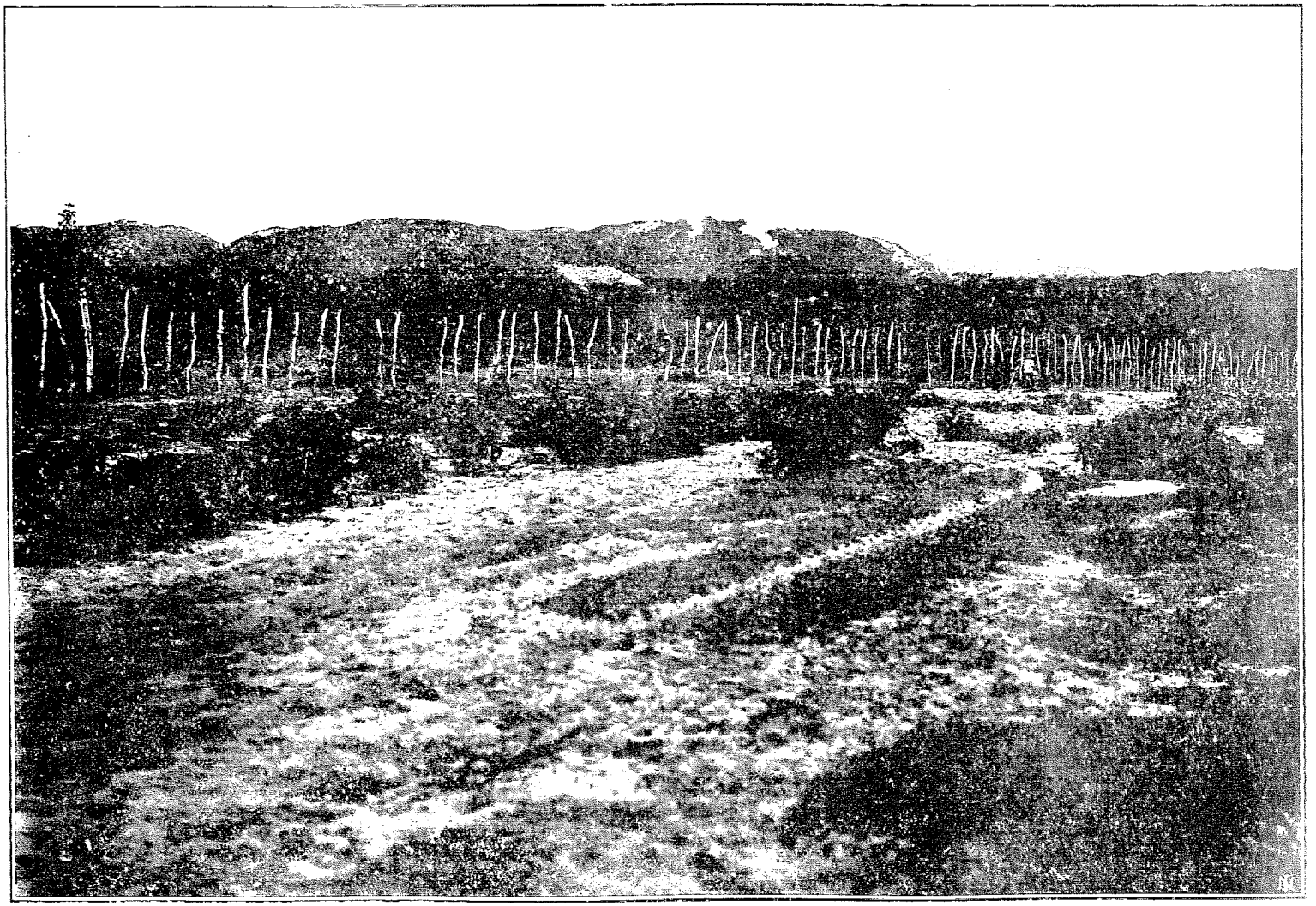
Orographia

Da chapada do Araripe, com 190 km. de comprimento sobre 50 de largura, partem os tres grandes braços da *Cordilheira da Borborema*, que constitue o extremo oriental do systema orographico brasileiro. Um desses braços, chamado *Serra da Borborema*, atravessa os Estados de Pernambuco, Parahiba e Rio Grande do Norte, terminando neste ultimo, aos 6º de lat. S, depois de tomar varias denominações locaes. A' Serra da Borborema e á Serra do Araripe, que, quando segue a direcção do Norte, vai ter á cordilheira do Apodi, sua principal ramificação no Rio Grande do Norte, pertence todo o systema orographico do Estado, que o dr. Manuel Dantas assim descreve:

« O systema orographico do Rio Grande do Norte é constituido pelos planaltos da Borborema e do Apodi, que se prendem, por sua vez, ao grande massiço central do Brasil.

O massiço ou chapada do Apodi desprende-se da Serra do Araripe e, constituindo o *divortium aquarum* entre os rios Jaguaribe e Mossoró, toma, ao entrar em territorio norte-rio-grandense, nos municipios de Luiz Gomes e S. Miguel, o nome de Serra do Padre, correndo em rumo do Norte, com os nomes de Serra de S. Miguel, Serra das Varandas e chapada do Apodi, até o Morro do Tibau, á beira do oceano, nos limites com o Estado do Ceará. Da Serra do Padre destaca-se, quasi em angulo recto, o esporão da Serra de Luiz Gomes, que, mudando de direcção á esquerda, no rumo de Oéste, delimita, por meio das serras do Martins, Porto Alegre, Magdalena e Serrinha, a vasta região circular onde as aguas cavaram a bacia superior do Rio Mossoró. Da Serra da Barriguda destaca-se a Serra do Patú que, com a pequena lombada do " Alto da Balança ", prende-se á chapada de S. Sebastião, ou Livramento, servindo de *divortium aquarum* entre os rios Mossoró, Assú e Upanema.

O planalto da Borborema desprende-se do grande massiço central do Brasil com o nome de Serra dos Cariris Velhos, sob o qual tem ingresso em territorio norte-rio-grandense, no Municipio de Jardim do Seridó, seguindo em rumo do Norte até se confundir com



Dunas a SE da cidade (Natal)

o Oceano, na confrontação do Cabo de S. Roque. Da Serra dos Cariris Velhos destaca-se, com os nomes de Serra do Teixeira e outros, um grande contraforte que vai se prender á Serra do Araripe. Mas são accidentes geographicos, estes, peculiares a outros Estados. No Rio Grande do Norte, o planalto da Borborema toma os nomes de Serra do Cuité e Serra do Doutor, donde se desprende o " Alto da Lanchinha ", que marca o seu ultimo percurso em direcção ao mar, servindo este alto de *divortium aquarum* entre os rios Ceará-Mirim, Assú e Salgado. A Serra do Doutor é um verdadeiro nó, donde — antes do " Alto da Lanchinha " e dos esporões parallelos que correm entre os rios Potengi e Ceará-Mirim, com os nomes de Jaramataia, Formiga, Bomfim e Maniçoba, e entre os rios Potengi e Trahiri, com os nomes de Serra da Tapuia e Serra de S. Pedro — desprende-se o contraforte da Serra de Sant'Anna, que, correndo na direcção de Noroéste, entre os municipios de Curraes Novos, Sant'Anna do Mattos e Flores, alcança o Rio Assú, o qual no logar denominado " Estreito ", cortou violentamente a montanha que, se elevando na outra margem com os nomes de Serra do João do Valle e Serra da Acauan, vai prender-se, em declives suaves, á chapada de S. Sebastião.

A Serra de Sant'Anna de um lado, as serras da Carneira e do Teixeira, do lado opposto, formam um vasto semi-circulo onde as aguas cavaram o leito do Rio Seridó e seus affluentes, constituindo a extensa zona deste nome, cortada em linhas longitudinaes por muitos esporões da Borborema que correm parallelos ao planalto, com os nomes de Serra da Carneira, Serra do Periquito, Alto do Chapéo, Serra do Maribondo, Serra do Ermo, Serra do Bico, Serra do Maracajá, Serra da Puridade, Serra das Umburanas, Serra da Acauan, Serra da Dorna, Serra Vermelha e Serra dos Brandões, nos municipios de Jardim do Seridó, Acari e Curraes Novos, Serra da Formiga, Serra da Forquilha, Serra de S. Bernardo, Serra do Cavalcanti e Serra Negra, nos municipios de Flores, Caicó e Serra Negra.

Da vertente Léste da Borborema destaca-se o contraforte da Serra de S. Bento que, por meio de esporões e bossas graniticas isoladas, se confunde com os taboleiros do agreste, nos municipios de Santa Cruz, Nova Cruz, Santo Antonio, S. José de Mipibú e Macahiba.

No *divortium aquarum*, entre as bacias do Ceará-Mirim e do Assú, corre um contraforte pouco elevado, sem saliencias notaveis, até ás immediações do Pico do Cabugi, que se ergue abrupta e isoladamente, culminando no systema orographico do Rio Grande do Norte, a uns 800 m. de altura, ladeado, ao Sul e ao Norte, pelos picos do Bico da Arara e do Caracará, com a mesma fórma conica.

O massiço vai morrer na costa do mar, com o nome de Serra Verde, formando ao longo da costa, entre os municipios de Touros e Macau, uma especie de muralha de pequena altura.

Além de outras particularidades neste systema orographico, é digna de nota a symetria dos esporões que do nó da Serra do Doutor se destacam de um e outro lado, correndo parallelos e formando as pernas de um immenso H. Os cabeços que se elevam isoladamente na vertente oriental da Borborema têm, quasi todos, a fórma conica. A Serra do Cuó, junto á Cidade do Assú, isolada na extensa planicie de alluvião, apparece como os restos da colossal barragem que, em remotas epochas do periodo geologico, reteve, talvez, naquelle ponto as aguas do grande rio, que desciam torrencialmente do planalto da Borborema.

No Municipio de Sant'Anna do Mattos, ergue-se do taboleiro um grupo interessante de grandes moles de calcareo branco, elevando-se a grande altura, com os nomes de Lage, Serra Branca e Serra da Pindoba, terminando, esta ultima, em caprichoso rendilhado de pedra que serve de moldura a um exquisito e frondoso palmeiral, vegetando curiosamente numa depressão daquelle bloco calcareo. »

VI

Hydrographia

O systema hydrographico do Estado offerece um perfeito contraste com o de outras regiões do paiz. E' deficiente e pobre, conforme se verificará a seguir:

Rios

Não existem grandes rios e só são perennes os das terras baixas da costa. Os de curso mais longo, os que atravessam maior extensão do Estado são caudalosos durante a estação das chuvas; mas, cessando estas, tornam-se fracas correntes, interrompidas aqui e alli, quando não desapparecem de todo, o que quasi sempre succede, excepto proximo ao littoral, onde, pela influencia das marés, é possivel a navegação, em pequenos barcos, até alguns kilometros acima de sua foz.

E' o que se dá com o Mossoró, o Assú, o Potengi e o Curimatahú.

« Observa-se nos cursos d'agua do Rio Grande do Norte a particularidade de serem mais ou menos parallelos quasi todos os rios que descem da vertente oriental da Borborema, formando bacias estreitas; terem, os que descem da vertente occidental do planalto, bacias hydrographicas circulares, que se vão estreitando nas proximidades da emboccadura; terminarem todos os rios em valles, maiores ou menores, formados pelas alluviões acarretadas da montanha e do taboleiro; valles de terras misturadas ou *massapê* nos rios da montanha e da catinga; valles de paul nos rios do taboleiro arenoso e nos de montanha que atravessam esse taboleiro. »

Outra particularidade que convém tambem accentuar:

« A technologia usual para designar os cursos d'agua no Rio Grande do Norte não é a mesma nas zonas do littoral e do sertão. No sertão, onde não ha cursos d'agua perennes, porém simples escoadoiros das aguas pluviaes, chama-se *rio* ao curso d'agua de certa extensão, fundo mais ou menos plano, e coberto de areia fina que conserva a humidade, mesmo na epocha da secca, ladeado de varzeas mais ou menos largas; o *riacho* é um rio menor, com

o fundo formado de areia grossa e, ás vezes, de seixos rolados, mais ou menos desegual, com ou sem varzeas lateraes, conservando pouca ou nenhuma humidade no sub-sólo; o *corrego* é o affluente do riacho que forma os primeiros sulcos nas fraldas da montanha ou das collinas, sem varzeas de especie alguma. No littoral, chama-se *rio* ao curso d'agua que vem do sertão e tambem ao curso d'agua perenne que promana do taboleiro arenoso, quando este tem uma certa extensão. O *filete* d'agua, digamos de menos de 1 legua de extensão, chama-se *corrente* e o que brota, ás vezes no meio de uma varzea toma o nome de *olheiro*. »

Os principaes rios, de Norte para Sul, são :

« Apodi ou Mossoró, inteiramente rio-grandense, com um curso de 300 km., e cujas nascentes ficam num amphitheatro limitado ao Sul pelas serras de Luiz Gomes e S. Miguel, a Léste, pelas de Port'Alegre e Martins, a Oéste, pela das Varandas, esgalhando-se, na bacia, superior em muitos affluentes, alguns dos quaes já foram barrados por meio dos açudes *Corredor* (no riacho do Pico, 16 km. ao Sul da Cidade do Martins), *Vinte e Cinco de Março* (no riacho de Meio, na Villa de Pau dos Ferros) e *Sant'Anna* (no riacho do mesmo nome, a cerca de 18 km. da Villa de Pau dos Ferros). »

O *Rio Apodi* toma o nome de *Mossoró* depois de banhar a cidade do mesmo nome, até onde é navegavel: cerca de 40 km. Entra no oceano no Municipio de Areia Branca, onde existem riquissimas salinas nas varzeas attingidas pelas aguas do mar. Sua foz está aos 4º-27'-24" de lat. S e 5º-58'-0" de long. E'ste do Rio de Janeiro. (Vital de Oliveira.) O dr. Manuel Dantas descreve-o assim :

« Depois de transpôr a bacia superior, no apertado formado entre a Serrinha e a Serra da Magdalena, toma o nome de Apodi, que conserva no curso médio, formado por uma bacia mais estreita limitada pela chapada do Apodi, o Alto da Balança e a chapada do Livramento ou S. Sebastião, recebendo pela margem direita, o Rio Umari e atravessando, á esquerda, por meio de um braço, a Lagôa do Apodi, situada na extensa varzea perto da cidade do mesmo nome (as varzeas do Apodi, acima da Passagem Funda, têm, em certos logares, uma largura superior a 12 km., prolongando-se rio acima por uns 20 km., com uma largura minima de 7). Recebe ainda, á esquerda, o riacho da *Gitirana*, que foi barrado, na povoação de Itahú, por meio do Açude *Curraes* (este açude tem uma capacidade de 4 milhões de metros cubicos e fica perto da povoação de Itahú, antigamente Angicos, situada a cerca de 36 km. ao Sul da Cidade de Apodi, no ponto de intersecção das duas grandes estradas que, atravez do valle do Mossoró e chapada do Apodi, ligam parte dos sertões do Rio Grande do Norte, da Parahiba e do Ceará á Cidade de Mossoró e ao Pórto da Areia Branca).

Do Arraial do Brejo até S. Sebastião, o rio corre em valle estreito, entre as chapadas do Apodi e S. Sebastião, que se estrangulam, na Passagem Funda (o dr. Philippe Guerra, em seu trabalho *Sécas contra a Secca*, demonstra a conveniencia e necessidade de uma barragem sobre o Rio Mossoró neste ponto, a cerca de 15 km. da Cidade do Apodi, barragem de que resultaria a formação de um grande lago artificial, que cobriria uma área não inferior a 334.540.800 m.²), em escarpas calcareas das serras que alli se erguem a mais de 30 m. sobre as margens do rio. Deste ponto, até á emboccadura, o rio toma propriamente o nome de Mossoró, banhando a cidade do mesmo nome e encontrando, 6 km. abaixo, no Porto de Santo Antonio, a agua do mar que sobe em cambôas desde a barra de Areia Branca, onde se formou um grande porto de capacidade para abrigar navios de alto mar. Neste percurso, o rio tem varzeas extensas, cobertas de carnaúbaes, e confunde suas aguas com as do Rio Upanema, que forma uma bacia distincta. »

Umari — Nasce entre as serras do Martins, do Patú e da Barriguda, atravessa o Municipio do Patú, onde suas margens fertilissimas são aproveitadas para a lavoira, e vai desaguar no Apodi. No riacho de Santo Antonio, seu affluente, existe um grande açude, que tambem tem o nome de Santo Antonio.

Upanema — Este rio confunde as suas aguas com as do Mossoró a 18 km. da Villa de Areia Branca; mas o dr. Manuel Dantas não o julga seu affluente, affirmando que o exame do seu curso e da sua formação demonstram que elle só tem de commum com aquelle rio o despejo no mar, "que não se tornou differente devido certamente á barragem que, por muito tempo, prendeu as aguas antes de as communicar com o oceano". Nasce ao pé da Serra do Patú, informando o dr. Henrique Castriciano que é da junção dos riachos Junco, Apodizinho e Gado Bravo que correm dos serrotes Vinagre e Serra da Rosa, que elle se forma.

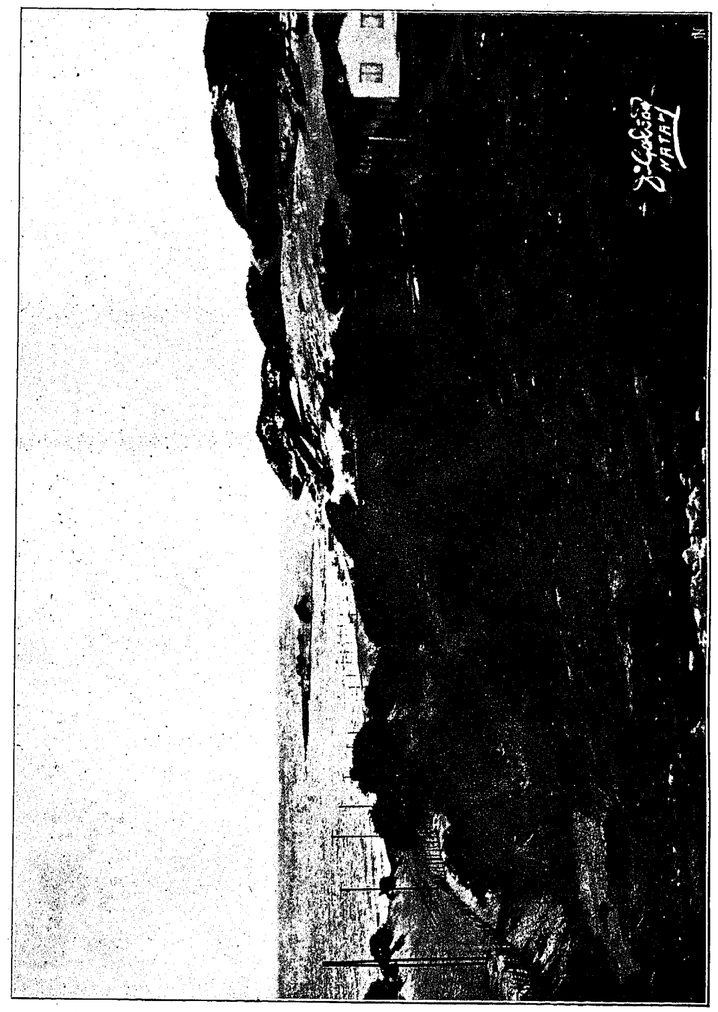
Banha os municipios de Patú, Augusto Severo e Caraubas, sendo seu curso de cerca de 190 km.

Piranhas ou Assu' — E' o maior dos que banham o Estado. Seu curso é de mais de 600 km. Nasce no centro da Parahiba e, depois que penetra no Rio Grande do Norte, que percorre quasi de Sul a Norte, vai desaguar no oceano, por varios braços, dos quaes os principaes são: o *Amargoso*, seu braço mais oriental, *Cavallos* e *Conchas*, que se communicam por meio de uma cambôa. E' navegavel, em pequenas embarcações, na extensão de 46 km. Banha as cidades de Assú e Macau. Milliet de Saint'Adolphe, no seu *Diccionario Geographico*, e Costa Pereira, no seu *Roteiro*, consideram o *Rio dos Cavallos* como o mais volumoso e a principal emboccadura do *Piranhas*. Vital de Oliveira, porém, considera como principal o *Rio Amargoso*, sobre o qual diz o pratico Philippe Francisco Pereira :

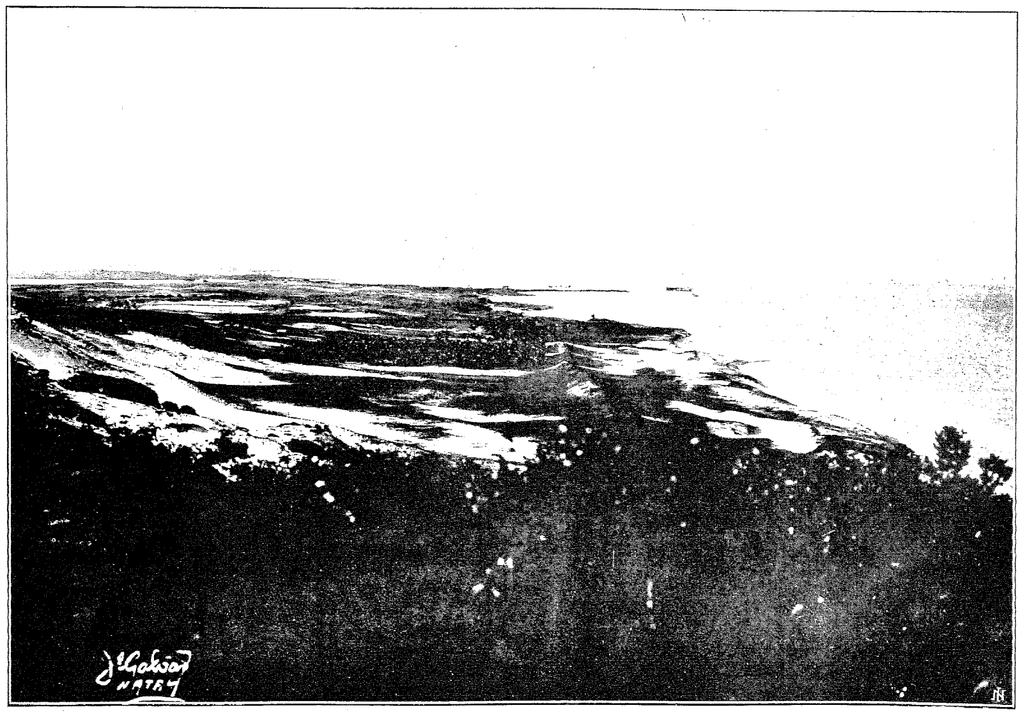
« Nesta barra (a do Amargoso) podem entrar navios cujo calado não exceda de 10 pés, os quaes sobem até o Porto de Macau, que está a 3 milhas ao Suéste e á margem direita do rio. O Rio Amargoso desde a foz até Macau é porém, de boa largura, sendo, o canal tortuoso por causa das corôas que nelle existem. De Macau para cima torna-se mais estreito e de mais voltas, o que motiva não offerecer egual navegação até á Cidade do Assú. »

O dr. Manuel Dantas escreveu sobre este rio:

« O Rio *Assú* nasce nos limites da Parahiba com o Ceará, no Municipio de Conceição do Piancó, no *di-*



Dunas a E da cidade (Natal)



Praia "Limpa". Areias fixadas (Natal)

vortium aquarum das bacias do *Jaguaribe* e de varios affluentes do *S. Francisco*, numa depressão do massiço central, que forma o nó, donde se desprendem os planaltos do Apodi e do Araripe, e corre na direcção de Nordéste, com o nome de Piancó, drenando as aguas da bacia circular limitada pelas Serra de Santa Catharina e Serra do Melado, rompendo-a no boqueirão da Curema e seguindo na mesma direcção, até receber, pela margem esquerda, abaixo da Cidade de Pombal, o *Rio do Peixe*. Depois da confluencia do *Rio do Peixe*, toma o nome de *Rio das Piranhas*. O dr. Manuel Dantas contesta que o Rio do Peixe constitua, como alguns julgam, o curso superior principal do Piranhas, nas suas nascentes, porque isto vai de encontro á constituição physica do sólo e ao regime das aguas que cavaram o *thalweg* do rio na parte central da bacia; e accrescenta: a denominação usual de Rio das Piranhas começa, ainda hoje, depois da confluencia dos dois rios — *do Piancó e do Peixe* — (o que está de accôrdo com o elemento historico da antiga divisão territorial em ribeiras, pois no dominio colonial havia a ribeira do Piranhas, a ribeira do Piancó e a ribeira do Rio do Peixe) e corre em um valle estreito que marca o limite das bacias gemeas do seu curso superior até se alargar novamente, para a direita com as bacias da zona do *Seridó*, cujas aguas são drenadas pelo *Espirito Santo* e pelo *Seridó*.

Nesta parte de seu percurso, o *Piranhas* vai quasi solapando os contrafortes do planalto, de modo a só offerecer affluentes de importancia secundaria, como os riachos de *Jericó* e dos *Porcos*. Depois de receber as aguas do *Seridó*, a bacia do *Piranhas* estreita-se novamente, de um modo muito sensivel, até romper a Serra de Sant'Anna, no logar *Estreito*, onde um pouco abaixo toma o nome de *Assú*, formando, até á emboccadura, o grande e extraordinario valle de terras de alluvião cobertas de carnaúbacs, de uma uberdade assombrosa. Nesta parte do seu curso inferior, o *Assú* recebe, á esquerda, o Rio *Paranhú* e, á direita, os riachos do *Adequê*, das *Poças*, de *Santo Antonio*, do *Curral Novo*, o *Rio do Caranhú* e *Rio do Meio*. Depois da confluencia deste ultimo rio, o *Assú* corta o valle, sem ter um curso ainda bem definido, impellindo para o mar a molle colossal de suas aguas, que vão espalhando as alluviões no delta, de uma largura consideravel, e cavando, ao sabor da correnteza e das enchentes, braços ou boccas, que mudam frequentemente. O braço principal, considerado o *thalweg* do rio, é o em cuja margem fica situada a Cidade de Macau.

Até á confrontação da Cidade do Assú, o rio tem um curso mais ou menos definido, com um leito de areia fina e barreiras pouco elevadas.

Na varzea do lado direito, ergue-se a Serra do Cuó, que, admittida a hypothese da represa antiga das aguas, é ainda um resto da colossal barragem que alli existia em antigas epochas. O facto do rio ter ainda hoje um curso irregular á jusante da Serra do Cuó dá grande força a esta hypothese, que um dia a sciencia esclarecerá. *Affluentes*: O *Rio das Espinharas* é um rio da zona do Seridó, embora não seja affluente do rio do mesmo nome, drenando as aguas da fralda septentrional da Serra do Teixeira e correndo num valle estreito, quasi sem affluentes, até sua confluencia com o *Piranhas*, pouco acima da povoação de Jardim de Piranhas, nos limites com a Parahiba, depois de banhar a Cidade de Patos, na Parahiba e a Villa da Serra Negra, no Rio Grande do Norte. O *Rio Seridó* é o principal affluente do Rio Assú, formando, entre os contrafortes occidentaes da Borborema, uma grande bacia circular de cerca de 30 leguas de diametro. Nasce na Serra do Chapeu, no planalto da Borborema, Estado da Parahiba, e corre, quasi sempre na direcção de Oéste, até abaixo da Cidade do Caicó, onde inflecte-se para Nordéste até desaguar no *Piranhas* na fazenda Caes, depois de um curso de mais de 30 leguas. Drenando por meio dos riachos da *Malhada Grande*, *Seridó*, *Carnaúba*, *Olho d'agua* e *Cornichauá* uma boa parte da vertente occidental da Borborema, na bacia superior formada entre varios contrafortes do planalto, o *Rio Seridó* rompeu violentamente a montanha no logar Boqueirão, acima da Povoação de Parelhas, no Municipio de Jardim do Seridó. Do boqueirão de Parelhas o rio deslisa em terreno pouco accidentado, recebendo, pela margem esquerda, entre Parelhas e a Cidade do Jardim, os grandes riachos dos *Quintos* e *S. Bento*, na Cidade do Caicó, o *Rio Barra Nova* e, antes de sua confluencia com o *Piranhas*, o *Rio Sabugi*. Pela margem direita, recebe o *Rio da Cobra*, na Cidade do Jardim, o *Rio Acauan*, que é o seu principal affluente, uns 10 km. abaixo da Cidade do Jardim, o *Rio S. José*, á meia distancia entre as cidades de Jardim e Caicó, o *Rio Pedra Branca*, abaixo da confluencia com o *Sabugi*, sem fallar de muitos outros riachos.

O *Rio Acauan* tem suas cabeceiras na mesma chapada em que nasce o braço principal do *Seridó*, e apresenta um curso caprichoso e irregular, no qual se nota o grande esforço das aguas para romperem a montanha e se espraiarem no terreno plano. Depois de constituido seu curso superior, o *Acauan* corre com o nome de *Rio do Picuhi* na direcção de Norte, entre a Serra do Cuité e os contrafortes lateraes da Borborema, na divisa com a Parahiba, até o pé da Serra das Umburanas, no Municipio de Curraes Novos, onde encontra o *Rio Mohungú*, que vem da Serra do Doutor, na direcção do Sul. Ahi, dá-se um curioso accidente geographico: os dois rios, confluindo testa á testa, tomam bruscamente a direcção de Oéste e cortam a Serra das Umburanas, quasi a prumo no boqueirão da Aba da Serra, penetrando no valle da Acauan, cujo nome o rio toma. Depois de receber, á direita, as aguas do *Rio Totoró*, que drena em vasta bacia hydrographica as vertentes meridionaes das serras do Doutor e de Sant'Anna, deslisa, em declive pouco pronunciado, no valle da Acauan, tomando então a direcção de Sudoéste, que conserva até á confluencia com o *Seridó*, no logar chamado Barra do Moraes. Depois da confluencia com o *Totoró*, o *Acauan* atravessa o valle circular do mesmo nome, de umas 3 leguas de largura, e transpõe o boqueirão das Gargalheiras, 3 km. acima da Cidade do Acari, onde rompeu a montanha de modo differente do da Serra das Umburanas. Abaixo da Cidade do Acari, recebe, pela margem esquerda, os rios do *Ingá* e da *Carnaúba*, que, descendo da Borborema na direcção de Oéste, romperam egualmente a montanha em boqueirões profundos.

O Rio *S. José* é o escoadoiro das aguas da vertente meridional da Serra de Sant'Anna, onde tem suas cabeceiras, uns 20 km. acima da Villa de Flores, formando uma

bacia hydrographica limitada pela Serra da Sant'Anna, ao centro, a Serra da Formiga, a Oéste, e a Serra da Dorna, a Léste. Depois de receber muitos tributarios, todos com excellentes varzeas para o plantio de algodão, toma a direcção de Sudoéste, até á confluencia com o *Rio Seridó*.

O *Rio Pedra Branca*, que é o ultimo affluente importante da margem direita, corre entre as serras da Formiga e de S. Bernardo, de um lado, da Forquilha, do outro, em um valle estreito, formando-se pela junção dos grandes riachos da *Dominga* e do *Alegre*, e passando ao Norte da Cidade do Caicó, onde foi barrado com o açude *Mundo Novo* (com a capacidade 3.660.000 m.^{3}).

O *Rio Carahú* nasce na Serra de Sant'Anna, no divisor de aguas com as cabeceiras do *Rio Potengi*, e corre na direcção do Noroéste até á confluencia com o *Rio Assú* uns 12 km. mais ou menos, abaixo da Povoação de S. Raphael, drenando a vertente septentrional da Serra de Sant'Anna e dos esporões que se desprendem na direcção do pico do Cabugi, banhando a Villa de Sant'Anna do Mattos, recebendo pequenos affluentes, por uma e outra margem, sendo o principal o *Rio Bom Jesus*, que nasce no divisor das aguas com o *Rio do Meio*.

O *Rio do Meio* é tambem conhecido pelo nome de *Patachoca*, denominação do seu curso superior, desde as cabeceiras, num dos esporões da Serra de Sant'Anna, até á confluencia com o chamado *Rio do Meio*, na fazenda Barra, 5 leguas abaixo da Villa de Angicos. Este rio drena as aguas do planalto de pequena elevação que forma as soleiras onde assenta o massiço da Borborema nas vizinhanças da costa e da bacia do baixo *Assú*. Antes da confluencia com o *Rio Assú* em pleno valle, subdivide-se em varios braços.

O *Rio Parahú* nasce na depressão que prende uma á outra as serras de João do Valle e da Acauan, no Municipio de Augusto Severo, e corre em valle estreito, recebendo poucos affluentes, até se lançar no *Assú*, pela margem esquerda, cerca de uma legua acima da cidade do mesmo nome. »

Salgado — Nasce nos limites dos municipios de Angicos e Lages, perto do serrote Bico da Arara, costeia ao Sul e a Oéste o pico do Cabugi, tomando a direcção de Noroéste atravez dos municipios de Angicos e Macau até confundir suas aguas com o braço mais oriental do *Assú*, perto da Cidade de Macau.

Touros — Atravessa o municipio e banha a villa de seu nome. Pequeno curso.

Punahú — Com poucos kilometros de extensão, pelo meio de um valle fertil, rega o Municipio de Touros, onde nasce, e desagua no oceano, recebendo antes o *Catolé*. Até á lagôa do mesmo nome, cerca de 10 km. acima de sua foz, pódem subir pequenas embarcações.

Maxaranguape — Ainda no Municipio de Touros, separando-o do Ceará-Mirim, nasce em Pau Ferro, recebe o *Riachão* e desembocca no mar. Seu curso é de 60 km. mais ou menos, pelo meio de magnificas terras, excellentes para a cultura da canna de assucar.

Ceará-Mirim — Nasce nas fraldas da Serra de Santa Rosa e, após um curso de cerca de 150 km. atravessando os municipios de Lages, Taipú e Ceará-Mirim, lança-se no oceano, recebendo antes, nas proximidades da cidade do seu nome, o *Agua Azul*, seu tributario. Sua barra é intrincheirada de recifes. Por occasião das chuvas, as aguas transbordam de seu leito, inundando as terras baixas do valle, na extensão de 25 km., terras que, por isto mesmo, são excepcionalmente ferteis.

Descrevendo os rios do Estado e a formação desse valle, semelhante a outros que alli existem, escreveu Domingos Barros:

« As chuvas sertanejas são diluvianas e as aguas correm sobre o sólo impenetravel, impetuosas e corrosivas, abrindo sulcos profundos nos flancos das serras e acarretando detritos de toda sorte.

Em baixo, o rio, demasiado opulento, excede o leito, transvasa e dilata-se pelas margens, cobrindo as planicies lateraes e tomando, ás vezes, uma legua de largura. E' a cheia, um mar toldado e barrento, acarretando de roldão os troncos arrancados e não raro grandes arvores frondosas.

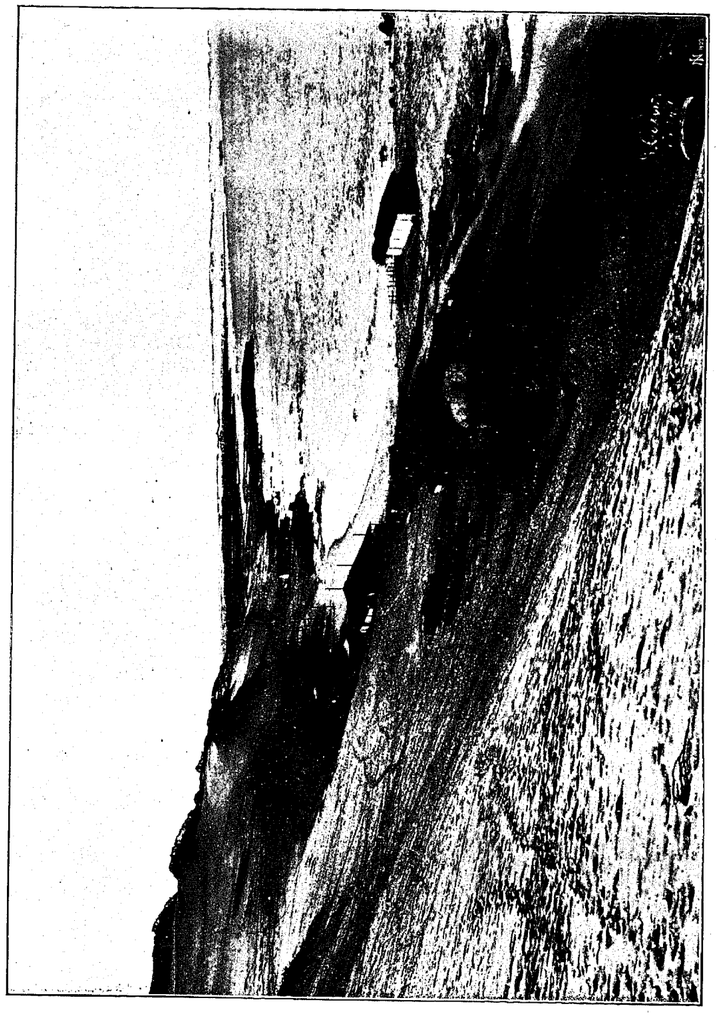
E a inundação cobre as planicies seis e oito dias; e, quando as aguas baixam e se retiram, toda superficie submersa fica recoberta de finos depositos argillosos, em camadas, ás vezes, de muitos centimetros de espessura. Basta enunciar esta formação para avaliar-se a feracidade extraordinaria dessas varzeas e o processo natural que a conserva. Este limo é, com effeito, de um grande poder fertilizante, e provém das rochas superiores poídas por activas decomposições.

E' facto normal a desaggregação das rochas, mesmo as mais tenazes. A agua, o anhydro carbonico, o oxygenio, o ozona, a electricidade, a luz, o calor solar e todas essas influencias desconhecidas, que, por seu lento operar, escapam á observação, alteram fundamente até o mais rijo granito, destroem-lhe a consistencia, pulverizam-n'o, e, depois de assim movel e transportavel, o entregam aos fluidos niveladores, ao vento e, sobretudo, á agua E' assim que, no decorrer das edades, acabarão precipitados pouco a pouco no fundo dos oceanos os cumes mais alterosos, as cordilheiras mais elevadas, e a superficie livre do Planeta será um só plano uniforme de terras niveladas.

E' um phenomeno geral. Mas, em nossos sertões, a decomposição marcha com maior evidencia e rapidez. As rochas têm um ar de vetustez impressionante, por toda parte desfazem-se, degradam-se, e, na maioria feldspathicas, revestem-se de laivos brancos, de rajadas de kaolim, attestando a decomposição irremediavel e profunda.

Quando as chuvas sahem e lavam estas superficies carcomidas e desfeitas, descem saturadas de detritos mineraes, ricos em potassio e em phosphatos, elementos consideraveis da vegetalidade, que vão entreter o vigor mesmo em terras submettidas a uma lavoira exhaustiva de muitos annos. E' esta a riqueza agricola sem par de nossas varzeas, e foi a natureza e um conjuncto occasional e feliz de disposições e de circumstancias favoraveis que nos deram este patrimonio inapreciavel. Nossa lavoira, em taes condições, é facil.

Não fertilizamos a terra: a natureza incumbe-se disto; e apenas nos preoccupamos de libertar a cultura da concorrencia das plantas espontaneas que a todo momento, em sólo tão rico, ameaçam assoberba-la e suffo-



Areia Preta (Natal)

ca-la. A unica condição precaria é a agua, o que nos obriga a lavrar sómente depois do inverno e, em este falhando, todo o nosso cabedal de nada nos serve. Mas notae os caprichos da natureza.

Nas proximidades do mar, quando o terreno aplaina-se e nivela-se, muitos de nossos rios, de Léste, correm por entre valles singulares, que á riqueza fertilizante das enchentes alliam uma humidade permanente e abundante, mesmo no mais acceso do flagello.

O *Ceará-Mirim* é typo destes valles frescos, verdadeiros oasis de verdura e abundancia, quando por toda parte a secca extendeu seu manto de devastação e de dôr. Donde provém esta agua salutar e bemfazeja? Os rios sertanejos, cessando o inverno, minguam pouco a pouco até seccarem de todo, e é mesmo no mais fundo do seu leito, onde por mais tempo as areias se conservam humidas, que o sertanejo industrioso e activo faz suas culturas de verão — singellos vegetaes cujo cyclo evolutivo perfaz-se em poucos mezes — o feijão, entre os leguminosos, e a mais vulgar das euphorbiaceas, a feculenta mandioca.

Agua nenhuma desce mais dos planaltos superiores. Entretanto, nos valles humidos, ella não só existe estaticamente no sub-sólo, como mesmo vem á flor do terreno e corre em tenues regatos. Talvez a composição particular do sólo explique o phenomeno. Ella é diversa do que costuma ser nas terras vegetaes.

O chão é, sobretudo, um paúl profundo, quasi despido de areia e de argilla, um agglomerado escuro, de detritos vegetaes em decomposição, frouxo, leve, poroso.

Consistente, apenas na superficie, onde o limo das enchentes cumulou os intersticios da massa esponjosa, consolidando-a e solidificando-a.

Em baixo, tudo é instavel e molle. Se se busca sonda-lo, uma vara de 4 e 5 m. enterra-se facilmente e desapparece. Pisando, sente-se que a estabilidade é apenas apparente: os passos echoam e a um choque mais forte todo o sólo estremece e repercute. O valle do *Ceará-Mirim* com 2 a 4 km. de largura e em extensão de algumas leguas é assim constituido. Naturalmente nestas condições excepcionaes a lavoira é diversa da commum. E' mais simples e mais facil.

A inconsistencia do terreno oppõe-se em absoluto á lavra mechanica: impossivel arar o paúl; mas tambem elle a dispensa por completo.

Com effeito, o que se busca com a desaggregação e pulverização do terreno na lavra mechanica é torna-lo permeavel aos fluidos vitaes: o ar oxydante, elemento essencial das fermentações aerobias mineralizadoras da materia organica, e a agua, o vehiculo universal e principal alimento dos vegetaes. Mas o paúl por propria constituição já é poroso e permeavel em todos os sentidos. Inutil lavra-lo.

Acharão muitos que a sua pobreza em argilla seja uma condição de inferioridade como sólo vegetal.

Seria, se se tratasse de outro terreno; aqui não. A funcção da argilla com effeito, nos sólos araveis, é sobretudo a de um regulador e fixador da humidade.

Prende physicamente ou mesmo por instaveis combinações intermoleculares uma forte porção de humidade e a retem energicamente. Só as raizes das plantas lh'a tiram, a menos que por expansão não a perca quando não mais for liquida e entrar em dissolução no ar.

Mas é inutil buscar no paúl um regulador para a humidade, tal sua abundancia no sub-sólo e tão promptamente acode á superficie pela rêde complicada de canaes capillares que constituem sua trama esponjosa.

Ao contrario, o que importa é retirar dessa humidade tudo o que ultrapassar as necessidades vegetativas.

E sabe-se porque. As energicas fermentações que degradam as substancias organicas e as tornam alibeis, reduzindo-as a simples compostos mineraes, resultam do funccionamento vital de myriades sem conta de pequeninos seres, cuja acção em synthese póde ser definida como a de verdadeiros condensadores do oxygenio inerte do ar que ao contacto de sua chamma vital torna-se apto a atêar as invisiveis combustões, mais profundas, entretanto, e mais completas que se o proprio fogo as promovera.

Pois bem, o unico defeito de nossos paúes e ao mesmo tempo seu inestimavel valor consiste nesta humidade constante e em geral excessiva, mesmo depois de prolongadas seccas. Mas basta regulariza-la, descendo-lhe o nivel, por simples drenagens, para que nossos valles frescos transformem-se em sólo agricola incomparavel. A affirmação é justa e verdadeira. Nenhum outro se apresenta tão completamente constituido.

Poroso e naturalmente permeavel á grande profundeza, offerecendo em todos os sentidos vasto campo ás raizes para desenvolverem-se apossando-se de uma larga área alimentar e depois rico em substancias nutritivas as mais essenciaes e as mais uteis ás plantas: a agua, a um tempo vehiculo e alimento universal, e o conjuncto das particulas mineraes indispensaveis á elaboração da nutrição gazosa haurida da atmosphera. »

POTENGI — Tambem chamado Rio Grande do Norte. Nasce no logar Apertada Hora, Municipio de Santa Cruz. Banha parte desse municipio e dos de Macahiba, S. Gonçalo e Natal. Fica á sua margem direita a cidade deste nome, capital do Estado, onde existe, formado pelo rio, um ancoradoiro de cerca de 18 km., seguro, vasto, profundo, que tornará o porto — terminadas que sejam as obras de melhoramento de sua barra, ha muito em execução — um dos melhores do Norte do paiz. Seu curso é de 108 km., mais ou menos. Nelle desagua, poucos kilometros antes de Natal, o *Jundiahi*, que nasce na Serra da Caiada e corre, em leito mal definido e tendo apenas por affluentes pequenos riachos, na direcção de Nordéste até perto da Cidade de Macahiba, que banha e onde toma a direcção do Norte, Entre Natal e Macahiba, pelo *Potengi* e *Jundiahi*, na extensão de 28 km., approximadamente, ha navegação regular em pequenos barcos e lanchas a vapor. O *Potengi* é atravessado, no logar denominado *Periquito*, perto de Natal, por uma ponte metallica de 550 m. da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Essa ponte tem vãos elevados para não interromper as communicações fluviaes, a que nos referimos

TRAHIRI — Percorre os municipios de Santa Cruz, S. José de Mipibú e Papari e atravessa, proximo á foz, o valle do *Capió*, penetrando na Lagôa de Papari e indo ter

ao mar na barra do *Camurupim*. Sobre este rio diz o dr. Manuel Dantas:

« Nasce na Serra do Cuité, com o nome de Bom Jesus, e corre na direcção de Norte, drenando a vertente oriental da Serra do Doutor, até á Villa de Santa Cruz, onde recebe o *Rio do Inharé*, que vem tambem da Serra do Doutor, drenando as vertentes Léste e Nordéste desta mesma serra e os esporões que se desprendem entre as bacias do *Trahiri* e do *Potengi*. A partir de Santa Cruz, o rio toma o nome de *Trahiri*, seguindo o rumo de Nordéste que, ao transpôr os ultimos contrafortes da Borborema, muda para Léste até desemboccar no oceano, depois de um curso de 25 leguas, atravessando os municipios de Santa Cruz, S. José de Mipibú e Papari. »

E accrescenta:

« O valle Capió, no baixo *Trahiri*, começa acima da Cidade de S. José de Mipibú e vai até á Lagôa de Papari, com uma extensão de cerca de 12 km., e 4 a 6 de largura. O *Rio Trahiri* perde-se neste valle, no qual, por varios braços, espraia-se nas grandes cheias, até penetrar na Lagôa de Papari, que recebe e guarda suas aguas até communica-las com o mar, pela barra do Camurupim, no Municipio de Papari. »

JACÚ — Nasce nas proximidades da Serra de S. Bento, atravessando os municipios de Santo Antonio, Goianninha e Arez e desaguando na Lagôa de Guarahiras, que banha a Villa de Arez, séde deste ultimo municipio, e "tem communicação directa com o mar, pelo canal do Tibau, que as areias entopem frequentemente, forçando as aguas da Lagôa a se communicarem por uma baixada do terreno com as da Lagôa de Papari, perto do canal do Cururú e barra do Camurupim".

CURIMATAHÚ — Nasce no Estado da Parahiba, num contraforte da Serra da Borborema, divisor das aguas com o Rio Seridó. Corre, a principio, num valle estreito, de forte declividade; e só ao entrar no Rio Grande do Norte, poucos kilometros ao Sul de Nova Cruz, se alargam as suas varzeas. Banha, no Estado, os municipios de Nova Cruz, Pedro Velho e Canguaretama e, no valle do *Cunhahú* cujo nome toma, vai desaguar no oceano, na *Barra do Cunhahú*, aos 6º-19'-36" de lat. Sul, e 8º-3'-24" de long. E'ste do Rio de Janeiro. (Vital de Oliveira.) Tem grande numero de pequenos affluentes e na sua embocadura soffre a influencia das marés: as aguas do mar penetram rio acima na extensão de cerca de 20 km. o que permitte que cheguem embarcações de pouco calado até á Cidade de Canguaretama.

O *Cunhahú* em cujas margens existem espessas mattas de plantas lacustres e marinhas, é notavel sobretudo pelos seus mangues colossaes.

Delles diz Domingos Barros:

« Os mangues de suas margens elevam troncos poderosos de mais de 5 m. de circumferencia e 15 e 20 acima do nivel médio normal. Não emergem directamente do seio das aguas, mas, á maneira dos pantanos, apoiam-se sobre um conjuncto de grossas raizes que, vindo do alveo do rio em varias direcções, congregam-se em um ponto como rustica tripeça sustentando a columna erecta e recta do tronco. Nestas plantas a lucta pela existencia é a lucta pela luz. A agua e o alimento mineral todas egualmente as possuem, mergulhadas que se acham no mesmo seio abundante e inexgottavel.

Mas cada qual que busque expandir-se e offerecer ao raio vivificante do sol o limbo verde das folhas, laboratorio da vida, onde a luz é a unica energia capaz de operar as maravilhosas transmutações e as complicadas syntheses organicas.

E' por isso que as plantas que nascem unidas no seio das aguas, unidas crescem, em aspiração para o alto, á procura de mais depressa exceder e superar os concorrentes e recobri-los com seus ramos e afoga-los em sua sombra.

Neste porfiado afan, todo o desenvolvimento é dirigido no sentido vertical e os caules por largo tempo restam finos e esguios, mas rectos e longos. E é um bello aspecto de floresta esta estacada colossal de linhas rectas, parallelas, perfiladas e a prumo. Só depois, quando sobre a copa dos vencidos pôde a planta expandir os galhos e assegurar o dominio de uma superficie de luz capaz de prover a suas exigencias vegetativas, só então, os troncos vão se espessando fibra a fibra...

E vivem assim longos annos estes colossaes amphibios, aquaticos pelas raizes e aereos pela coma, até que um dia tombem derrubados e forneçam os madeiros longos de 12 e 15 m., ou acabem na fornalha das uzinas, desprendendo em minutos toda a energia calorifica que silenciosamente accumularam no seu lento vegetar. »

GUAJÚ — Divisa com o Estado da Parahiba. Pequeno curso. Sua foz está a 6º-30'-58" de lat. Sul, e 8º-8'-12" de long. E'ste do Rio de Janeiro. (Vital de Oliveira.) A costa faz neste ponto uma pequena curva. Chamam-n'a *Enseada dos Marcos*. Ao rio tambem denominam *dos Marcos*, devido aos marcos fincados em suas proximidades, nos tempos coloniaes, para servirem de divisa entre as capitanias da Parahiba e do Rio Grande do Norte.

Ha ainda no Estado outros pequenos rios, cuja importancia decorre apenas do facto de serem perennes. São, em geral, correntes de curta extensão que — na zona comprehendida entre o littoral e as ultimas ramificações da Borborema — se desenvolvem por valles estreitos, em direcção ao mar ou aos rios de longo curso, atravessando terras de paúl, incomparaveis para o plantio da canna de assucar, ou varzeas de massapê, constituido de argilla compacta e anegrada, de espantosa fertilidade. Entre os municipios de Natal, ao Norte, e Canguaretama, ao Sul, elles são numerosos: *Pitimbú*, *Cajupiranga*, *Pium*, *Mendes*, *Baldum*, *Pequiri*, etc. A's vezes, confundem as suas aguas e inundam grandes extensões, á semelhança do que succede no valle do *Ceará-Mirim*: os seus valles offerecem então, em ponto menor, os mesmos caracteristicos deste ultimo.

Lagôas

No Rio Grande do Norte, dá-se o nome de lagôa a qualquer quantidade d'agua cercada de terras: seja mais

Dunas da Areia Preta (Natal)

ou menos consideravel, communique ou não com o mar, desappareça ou não nas longas estiagens.

Afóra esta denominação geral, só é usado o nome de *ipueira*: pequenos ajuntamentos d'agua formados por occasião das chuvas e que com ellas ou pouco depois dellas se extinguem.

As principaes lagôas são as seguintes:

Apodi, primitivamente *Itahú*, no municipio e ao Sul da cidade do seu nome, a pequena distancia da margem esquerda do rio, que tambem tem a mesma denominação. Sobre ella diz o dr. Philippe Guerra:

« A' falta de dados positivos, podemos avalia-la com 10 km. de extensão sobre 3 de maxima largura e com 1 a 5 m. de profundidade. E' dividida em dois lagos, ligados entre si por estreito canal. Está situada ao pé da cidade dando-lhe um bello panorama: fica entre o rio, que corre a 2 ou 3 km. afastado, e a cidade. Da extremidade Nordéste da lagôa sahe um pequeno canal, correndo na mesma direcção do rio, confluindo ambos cerca de 2 km. adeante da cidade, estabelecendo-se assim uma communicação entre o rio e a lagôa. Quando o rio corre com alguma agua, pouca mesmo, essa reflue pelo canal, despejando-se na lagôa; é assim que esta recebe suas aguas; e, logo que a lagôa enche, a agua pelo mesmo canal afflue para o rio, obedecendo ao nivel das aguas deste rio até um certo limite, chegado ao qual cessa a corrente e a communicação pelo canal, o que se dá no fim dos invernos, ficando então a lagôa com a sua natural capacidade.

A lagôa obedece, pois, ao rio. Isso indica que as vezes que ella tem seccado completamente correspondem a periodos em que o rio tem deixado de trazer agua sufficiente. Sabemos ao certo que a lagôa seccou completamente em 1825.

Enchendo em 1827, seccou em Setembro de 1878, só enchendo a 15 de Março de 1880.

Em 1885 esteve prestes a seccar. Em 1903 não recebeu agua do rio; e, quasi secca, recebeu em principios de 1904 pequena quantidade d'agua, vindo a seccar completamente em meado de 1904, enchendo em 1905.

E' muito fertil e muito piscosa. Suas vazantes são regularmente aproveitadas. A principal producção agricola é o arroz: suas boas safras podem ser avaliadas em 320.000 litros. Nas seccas presta inestimaveis serviços aos habitantes do municipio, além do mais fornecendo recursos para salvar parte da sua riqueza pastoril. O commercio de peixe é relativamente activo, principalmente para Baturité, no Ceará. São empregadas na pesca diaria 15 a 20 pequenas canôas. »

A' margem direita do rio, no Municipio de Carahubas, encontram-se, entre outras, as lagôas de *Apanha Peixe* e *Pacó*, menores, mas em todo caso, dignas de nota. Estas tres lagôas, com as da *Boa Vista*, *Secca*, *Redonda*, *Sacco* e *S. Lourenço*, estas no Municipio de Apodi, com as varzeas adjacentes ficariam reduzidas a um só lençol d'agua, capaz de resistir ás mais prolongadas seccas e irrigando terrenos agricolas até ás proximidades da Cidade de Mossoró, se fosse construida, na extensão de 194 m. a barragem de Passagem Funda, de que fallámos ao tratar do Rio Apodi e pela qual se bate, com louvavel tenacidade, o dr. Philippe Guerra.

Piató, no Municipio do Assú, com cerca de 18 km. de comprimento por 2 de largura. Recebe varios riachos; mas a maior quantidade d'agua lhe vem por um canal, que a communica com o Rio Assú.

O seu nivel é inferior ao do rio; e dahi affirmarem alguns conhecedores da região que é possivel armazenar e conservar um grande reservatorio d'agua no local onde está situada, o que seria uma medida de alto alcance, dada a calamidade climatica que alli se manifesta periodicamente. Não ha, porém, estudos systematizados sobre as obras a executar. Em suas margens cultivam-se cereaes, canna e algodão. E' muito piscosa.

Ponta Grande, no Municipio de Sant'Anna do Mattos, com uma extensão de 9 km. e uma largura de 3.

Extremoz, no Municipio do Ceará-Mirim. Situada em suas immediações, acha-se a Povoação de Extremoz, hoje decadente e outr'ora villa prospera.

« E' o maior lago do Rio Grande do Norte, situado no Municipio do Ceará-Mirim, a 16 km. de Natal, no taboleiro arenoso que separa em parte as bacias dos rios Potengi e Ceará-Mirim, tendo cerca de 15 km. de extensão e 1 a 2 km. de largura. O lago é alimentado pelas aguas que promanam do taboleiro e apresenta algumas particularidades dignas de nota, sobretudo na parte inferior, junto á Villa de Extremoz, uma das mais antigas povoações do Rio Grande do Norte. Neste ponto, o lago forma uma ilha de uns 3 km. de extensão, que os antigos colonizadores procuraram ligar á terra firme, do lado do povoado, por meio de um paredão de terra. O lago forma diversas bacias, sendo a bacia inferior, donde nasce o Rio da Redinha, que lhe serve de desaguadoiro, bastante profunda. »

Papari e *Guarahiras*, que se communicam entre si e com o oceano pela barra do *Camurupim* e canal do *Tibau*. Desaguam nellas alguns rios e riachos, entre os quaes o Trahiri na primeira e o Jacú na segunda.

Constituem consideravel arrimo á população pobre das adjacencias, principalmente por serem extraordinariamente piscosas. Proxima á *Guarahiras* está a Villa de Arez e á *Papari* a de seu nome. Essas duas villas são as sédes dos municipios assim egualmente denominados: — Arez e Papari. O dr. Manuel Dantas escreveu sobre a de *Papari*:

« A *Lagôa* de *Papari*, no municipio do mesmo nome, é um vasto reservatorio, não só das aguas que o *Rio Trahiri* traz do sertão na epocha do inverno, como dos pequenos ribeiros que correm dos taboleiros arenosos em redor, salpintados de 21 pequenos lagos, alguns profundos, como a *Lagôa do Bomfim*. A Lagôa de Papari tem communicação com as aguas do mar, que nas marés de enchente, sobem pela barra do *Camurupim* e canal do *Cururú*. E' um bellissimo lençol d'agua espraiando-se entre collinas de certa elevação que, com suas intrusões e reintrancias, formam varias pontas e enseadas. A *laguna* tem cerca de 3 leguas de extensão e 3 quartos de legua de largura, com uma profundidade média de 2 m. E' muito piscosa, abundando a *curiman*, a *carapeba*, o *camorim*, o *camurupim*, a *pescada*, a *tainha*, o *camarão* e outras especies, que alimentam um commercio importante durante a epocha das pescarias, determinada

por lei, de Setembro a Maio, e aberta ordinariamente com uma grande festa.

Varias destas especies de peixes produzem no mar e, subindo em cardumes pelo canal do *Cururú*, vão se crear nas aguas tranquillas da *laguna*. Para proteger o peixe, o governo municipal tem uma lei sábia e previdente, prohibindo, com a comminação de penas severas, a pesca, com rêdes de malhas estreitas, nos mezes de Junho a Setembro, que é o periodo do crescimento do peixe. »

Bomfim ou *Puxi*: no Municipio de Papari, bastante extensa e profunda, e *Cunhahú*, no Municipio de Pedro Velho, comprida e larga.

Além destas, ha muitas outras, em quasi todos os municipios do Estado, de importancia secundaria. São pequenos reservatorios que, augmentados durante a epocha das chuvas, não resistem, em regra, ás estiagens, mesmo curtas. Algumas não passam de simples *ipueiras*.

Supprimento d'agua subterranea

Embora seja ainda muito pouco o que se conhece sobre este assumpto, póde-se affirmar que não existem no subsólo do Estado aguas bastantes para assegurar grandes supprimentos. E' o que demonstram os estudos até agora feitos, entre outros pelos drs. Roderic Crandall e Ralph H. Sopper. Diz este ultimo — e é um facto — que no Rio Grande do Norte as aguas subterraneas se originam exactamente como as aguas da superficie, isto é, provêm das chuvas. Cahindo estas, as aguas que attingem a superficie ou se evaporam e voltam para a atmosphera, ou correm em direcção aos rios e riachos, indo depois alcançar o mar, ou, finalmente, penetram pela terra e formam o que se conhece como supprimento d'agua subterranea.

« Theoricamente estas aguas subterraneas podem ser consideradas como em constante movimento, em circulação. Praticamente, porém, só as aguas proximas da superficie circulam em certa extensão, e seu grau de movimento varia com a rampa da superficie e com o caracter e o tamanho da granulação das rochas por que ellas passam. Assim, a agua mover-se-á mais rapidamente atravez do arenito de que do granito, porque o primeiro é poroso. Tambem as aguas circularão mais rapidamente na fralda de uma collina do que numa planicie. Por outro lado, as aguas do sólo podem confinar-se e constituir um reservatorio, justamente como se dá na superficie. Vêem-se frequentes exemplos disso numa pequena escala nos cursos d'agua desta região, quando a agua, correndo por baixo da superficie, pára, devido a qualquer obstaculo, por exemplo, um dique natural, e forma-se um reservatorio subterraneo. »

Isto posto, convém ter em vista as seguintes observações sobre a Geologia local:

— as rochas crystallinas — duras e impervias — abrangem a maior parte do Estado e dão origem a uma topographia desegual e ondulosa, que occasiona um rapido escoamento;

— onde as camadas sedimentarias entram em contacto com as rochas crystallinas ha uma desnudação de poroso arenito: esta faixa é de 8 a 12 km. de largura e extende-se por todo o comprimento da costa do Rio Grande do Norte;

— estas camadas de arenito inclinam-se suavemente para o Nordéste;

— sobre este arenito encontra-se uma delgada lamella de pedra calcarea;

— superposta a esta pedra calcarea, ha uma mais recente série de areias e argillas;

— estas camadas sedimentarias occasionam uma topographia de muito pouco relevo, quasi chata;

— ha uma orla irregular de dunas de areia movediça ao longo da costa.

Sobre a possibilidade da existencia de aguas nas rochas crystallinas, o dr. Ralph H. Sopper, que as dividiu, no Estado, em schistos, gneiss e granitos, chegou, além de outras, ás seguintes conclusões:

1) A verdadeira natureza destas rochas tira a esperança de nellas encontrar-se agua numa grande extensão.

Ha muito pequeno espaço para agua entre os seus componentes mineraes. Entretanto, tendo sido ellas esmagadas e quebradas numa maior ou menor extensão, nas fendas e junturas assim occasionadas póde existir agua num certo grau.

2) Os leitos são inclinados, e de ordinario o são muito, sendo isso determinado por estratificação ou planos conjunctos como de ardosias, cuja inclinação varia ordinariamente entre 20 e 90 graus. Se um curso ou deposito d'agua ahi existe, segue provavelmente a inclinação desses leitos. Por consequencia, se se perfurasse um poço que fosse dar neste deposito, drenaria elle uma área relativamente pequena, e o rendimento seria necessariamente limitado.

3) O melhor typo dessas rochas para conter agua é o schisto, que é estratificado e se acha sempre mais ou menos decomposto e quebrado.

4) Das outras, a rocha melhor para a agua é o gneiss, embora seja este frequentemente, senão sempre, uma dura rocha de cerrada granulação.

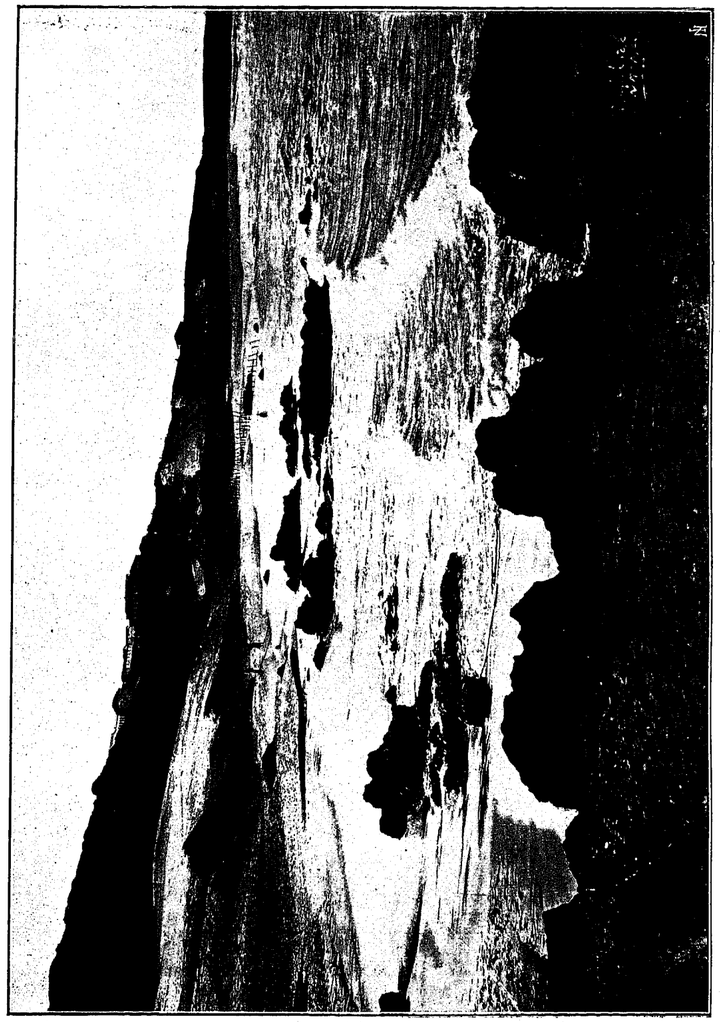
5) O granito é duro e compacto demais para encontrar-se nelle muita agua. E' talhado commummente na fórma de arredondada bossa ou de agudo serrote.

6) Podem encontrar-se as rochas separadas ou esmagadas juntamente.

De regra, parece que nenhuma rocha cobre uma consideravel área.

E' muitas vezes impossivel olhar para uma rocha pela superficie e dizer o que existe por baixo. Lembro-me por exemplo, de uma cacimba excavada na Serra de São Miguel. Os primeiros 5 m. revelaram um schisto molle e preto, que continha um pouco d'agua. Era grande a esperança dos excavadores; porém, mais abaixo, encontraram um duro granito, secco como osso, e tiveram de abandonar o trabalho. Esse é um exemplo typico. Parece impossivel que haja uma geral circulação subterranea, tal como em algumas camadas sedimentarias se encontra.

7) As cacimbas excavadas com bom exito nas rochas crystallinas são poucas, com pequena quantidade d'agua e de qualidade inferior.



Praia do Morcego. No alto: Hospital "Jovino Barreto" e Orphanato "João Maria" (Natal)

8) A grande maioria das cacimbas usadas pelo povo está na areia e barro dos cursos d'agua. Quando dá bom resultado uma cacimba aberta na rocha dura, é ordinariamente no leito de um rio secco, ou então de açude ou lagôa secca. A agua conservou-se provavelmente sobre as rochas alli situadas durante mezes, talvez annos, e naturalmente penetrou nellas pelas fendas e junturas em alguma extensão. Mas é este um caso especial, e o supprimento d'agua em taes circumstancias seria restricto a este pequeno local.

9) Quando, na maior parte dos casos, se encontra agua em rocha desta natureza crystallina, é uma agua de mau sabor, ordinariamente salgada ou sulfurosa. Frequentemente, é ella tão má que nem a gente do povo nem os animaes podem bebe-la. Este sabor é devido aos mineraes dissolvidos na agua lentamente infiltrada. Dá-se o mesmo com as areias recentemente erodidas nos cursos d'agua. Durante os mezes de estio, quando o povo procura agua nas cacimbas pouco profundas, essa agua é *pesada*, devido á presença dos mesmos mineraes dissolvidos.

10) A superficie da região assignalada como de rocha crystallina é, em geral, coberta de um lençol de arenosa terra, variavel na sua espessura, tendo ordinariamente de 1 a 3 m. e, muitas vezes, menos. Quando a espessura deste material inconsolidado augmenta, é devido a alguma condição especial, por exemplo, a terra ter-se accumulado no fundo de uma calheta ou em qualquer depressão natural, onde o material de recente erosão tenha cahido e se haja depositado. Se se acha agua nesse deposito, o supprimento que della procede é inseguro, sendo provavel que venha a falhar quando mais precise se torne.

11) Nas serras de Port'Alegre e Martins, ha um capacete de arenito de cerca de 50 m. de espessura. A agua penetra neste poroso arenito em certa extensão e se entranha até entrar em contacto com as rochas crystallinas subjacentes. Então, não podendo ir mais além, sahe pelas encostas das serras nas proximidades do contacto das duas rochas, e forma algumas fontes, que devem sua existencia simplesmente á impermeabilidade das rochas crystallinas que estão abaixo do poroso leito de arenito, que contém agua.

12) Ha uma mudança notavel nos cursos d'agua depois de uma pesada chuva. Durante algum tempo, elles rolam em volumosas caudaes.

Depois começam rapidamente a decrescer. Em poucas horas, estão inteiramente modificados; em alguns dias, tornam-se diminutos; dentro de algumas semanas, seccam quasi sem excepção. A explicação do facto está em que as chuvas cahem subitamente, de pancada, precipitando sobre a superficie da terra uma grande quantidade d'aguas, que, dada a disposição topographica da região crystallina, favoravel a um escoamento immediato, correm com rapidez nas depressões das serras, procurando as planicies, em direcção ao mar. Emquanto correm, os riachos estão altos; quando param, não restam outras fontes de supprimento e as correntes seccam.

13) As chuvas nunca se podem dizer abundantes. Cahem muito mais para o lado da costa do que para o interior e são, em geral, mal distribuidas, não só em relação ao tempo como á localidade.

Acontece frequentemente a agua cahir em torrente por muitos dias consecutivos e cessar completamente por semanas inteiras. Dá-se muitas vezes uma pessima distribuição da chuva: não raro, ha bom inverno num municipio e secca no municipio limitrophe.

14) Na região crystallina dá-se grande evaporação. O ar é sempre secco, como succede no Sudoéste dos Estados Unidos da America do Norte.

15) A natureza parece conspirar contra qualquer consideravel supprimento d'agua na região das rochas crystallinas, embora seja certo que alguma exista na materia decomposta e nos leitos vertiginosamente inclinados, como ainda nas fendas e junturas dos schistos e gneiss. Este, em alguns logares, é encontrado decomposto na profundidade de 15 e mais metros. Ha, porém, razões para acreditar que qualquer supprimento que provenha destas rochas é local e de má qualidade.

Das conclusões que ahi ficam decorre que não ha que confiar em algumas nascentes, aliás poucas, que são conhecidas na zona do Estado coberta pelas rochas crystallinas: derivam-se provavelmente ou de uma fenda no schisto, como o "Olho d'Agua do Milho", no Municipio de Carahubas, ou de uma circumstancia local, como succede com a fonte da "Bica", no Municipio de Port'Alegre, que deve sua formação á circumstancia apontada na conclusão sob n. 11.

No que respeita á probalidade de achar-se agua no subsólo da cinta sedimentaria ao longo da costa, as conclusões são mais animadoras:

1) A agua das chuvas que cahe nas rochas crystallinas rapidamente corre pela dura e escabrosa superficie para as camadas sedimentarias de perto da costa.

2) A rocha que recebe a massa dessa torrente é o arenito que entra em immediato contacto com as rochas crystallinas.

3) O arenito é de granulação média, poroso e capaz de absorver grande quantidade d'agua. E' de superficie relativamente chata, de modo que esta agua póde estagnar por muitos dias sem escapar-se. E' obvio que nestas condições possa penetrar nos poros do arenito uma quantidade d'agua muito maior do que se a topographia fosse escabrosa.

4) O arenito é acamado e inclina-se suavemente para o mar. Isto significa que a agua, pela gravitação, póde circular subterranea tambem até ao mar.

5) A disposição quasi horizontal destas camadas de arenito indica que taes depositos d'agua subterranea nellas possivelmente existentes guardarão disposições semelhantes, e, por consequencia, uma boa sondagem perfurará e drenará consideravel supprimento d'agua.

6) A existencia d'agua subterranea nas camadas de arenito está provada por numerosas cacimbas e poços abertos na área da costa e pelos *olhos d'agua* da Soledade, Brejo, Abreu, Bicas, Curraes, S. Bento, Garrafa, Vertentes, Livramento, além de outros em torno das chapadas do Apodi, S. Sebastião e Vacca Morta.

7) Ha muito pouca materia mineral no proprio arenito para polluir sua agua. A rocha é composta, na maior parte, de silicatos, particulas de granitos e gneiss decompostos, que foram transportados das rochas crystallinas e depositados. Não é provavel que se encontrem em

grande extensão os mineraes alcalinos mais soluveis, taes como os sulfatos e os carbonatos.

8) Sendo certo que o arenito alli existe, em geral, sob pedra calcarea, o perigo da contaminação d'agua póde limitar-se a duas origens: primeiro, a agua da pedra calcarea póde infiltrar-se e misturar-se com a agua do arenito subjacente; segundo (e isto na faixa da costa), a agua salgada do oceano póde achar caminho na camada do arenito.

9) Entre outros supprimentos d'agua locaes que possam existir, deve ser incluido o que se encontra nas dunas de areia, ao longo da costa.

Resumindo as conclusões, quanto ás duas regiões indicadas — a de rochas crystallinas e a da cinta sedimentaria da costa:

a) O supprimento d'agua nas rochas crystallinas é duvidoso. Existe indubitavelmente um pouco d'agua nos seus planos inclinados e nas fendas e junturas dos schistos e gneiss. Essa agua, porém, é de uma quantidade limitada e provavelmente de má qualidade, isto é, salgada ou sulfurosa.

b) Ha uma camada de arenito poroso de 30 m. de espessura, pelo menos, superposta immediatamente á rocha crystallina, a qual, provavelmente, se extende abaixo de todos os outros depositos sedimentarios que ficam para o lado do mar.

c) Essa camada de arenito contém uma consideravel provisão d'agua.

d) Onde o arenito está exposto na superficie, a agua é doce.

e) A qualidade d'agua no arenito que se encontra abaixo da pedra calcarea e das areias e argillas ainda se acha indeterminada.

Ha duas causas de contaminação possivel de outras aguas. A mais importante dellas é a que provém das aguas que descem da pedra calcarea superposta. A segunda está na agua do mar.

Esta, porém, só póde manifestar-se numa estreita faixa da costa. Não é provavel que o arenito contenha muitos mineraes damnosos, taes como os alcalis e sulfatos.

f) Com excepção das áreas de arenito actualmente expostas, onde bastaram poços communs ou cacimbas, o unico meio de desenvolver as aguas do sólo é a construcção de poços perfurados, cujo revestimento intercepte a agua ruim da pedra calcarea.

g) A quantidade d'agua no arenito, mesmo na melhor hypothese, não dá para um grande supprimento, porque não ha pressão para obter poços artesianos, embora a agua, provavelmente, suba em alguns dos poços como já se observou em Mossoró e Macau.

h) Ha um bom supprimento d'agua ao longo da costa nas dunas de areia, supprimento aproveitavel para o uso local.

i) Ha um supprimento limitado d'agua nos capacetes de arenito das serras do Martins, Port'Alegre e João do Valle.

Pela introducção do *Relatorio do Ministerio da Viação e Obras Publicas* de 1918, sabe-se que a Inspectoria de Obras contra as Seccas perfurou, até fins de 1917, 558 poços, entre publicos e particulares, na zona do Nordéste Brasileiro, sendo egualmente certo que muitos outros existem, graças, á iniciativa individual e dos poderes publicos regionaes. No Estado havia, em 1915, perfurados por aquella Inspectoria, 45 poços tubulares: 35 publicos e 10 particulares. Depois disto foram perfurados mais alguns. Estão situados nos municipios de Natal, Macahiba, S. Gonçalo, Canguaretama, Taipú, Sant'Anna do Mattos, Macau, Mossoró, e Areia Branca. Do trabalho de perfuração tem resultado uma grande somma de conhecimentos uteis, que, embora não auctorizem ainda a precisar com exactidão a quantidade e a qualidade d'agua em certos e determinados logares, bem como a profundidade em que se acha (de modo geral, póde-se fixar assim: no arenito das serras do Martins, Port'Alegre e João do Valle, 30 m.; no arenito subjacente á pedra calcarea, no interior, 70 a 80 m.; no littoral, 80 a 160 m.), confirmam as conclusões anteriormente formuladas. E' possivel que estudos mais completos do terreno, das rochas, da estructura e successão das camadas, e, a par destes, outros dados e informações, indispensaveis para uma boa localização de poços, permittam, de futuro, aproveitar convenientemente a agua do sub-sólo.

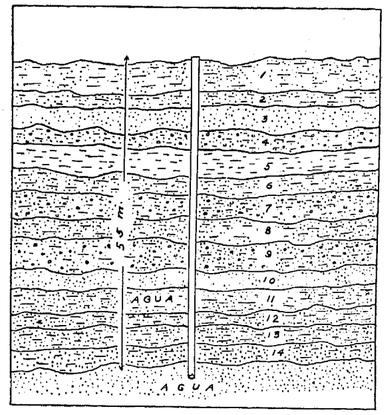
Não parece, entretanto, que se devam alimentar grandes esperanças de, por este meio, attenuar os effeitos das longas estiagens que flagellam periodicamente aquella região. Na parte coberta de rochas crystallinas, a solução é — não ha mais duvidas — a construcção de açudes.

Açudagem

De muito que os habitantes do sertão, *com o seu saber de experiencia feito*, vêem nos açudes o melhor e o mais efficaz recurso contra as calamidades das seccas. Te-los em suas propriedades constitue para elles a maior das aspirações e dahi os seus constantes esforços para realiza-la. As construcções, quando feitas sem auxilios officiaes, são em regra, rudimentares, conforme se verifica do que, ha alguns annos, escreveu o dr. Philippo Guerra:

«Escolhido, por simples inspecção ocular, o local apto, isto é, um terreno pelo qual passe um riacho e offereça *baixios* mais ou menos extensos, mais ou menos largos, no ponto em que mais se approximam os altos marginaes, é feita uma parede, que deverá ser elevada á altura sufficiente para que, depois de prompta, as aguas se escoem em nivel mais elevado do que o do primitivo curso, por um ponto préviamente determinado, a que se dá o nome de *sangradoiro*. Essa parede é de terra, tirada do lado interno do açude, formando uma excavação — *porão* ou *caixão*. Algumas vezes, a parede é de pedra e cal.

Os serviços são feitos na estação do verão; e, não sendo possivel termina-los em uma só estação, é necessario que fiquem em tal ponto que as aguas da estação invernosa não damnifiquem as obras, que serão continuadas depois della. Consegue-se isto fazendo primeiro as hombreiras, deixando livre o curso do riacho, que será tomado opportunamente, ou deixando um sangradoiro provisorio. O trabalho é feito por meio de bois puxando, de arrastão, coiros cheios de terra, que é depositada em certa ordem no local determinado, até ás



Secção mostrando um poço perfurado em Natal (Typo de poços dessa cidade).

1 — Areia e argilla fina.
2 — Areia e argilla.
3 — Areia amarella.
4 — Areia e argilla com seixos de quartzo.
5 — Argilla.
6 — Areia e argilla.
7 — Seixos de quartzo com areia e argilla.
8 — Areia e argilla.
9 — Seixos de quartzo com areia e argilla.
10 — Areia amarella.
11 — Areia branca com argilla.
12 — Argilla amarella com areia.
13 — Areia vermelha com argilla.
14 — Areia grossa com argilla

Diccionario — Vol. 2º. — Pag. 454.

dimensões requeridas. Como se deprehende, é um trabalho pesado, demorado e rotineiro, occupando pessoal relativamente numeroso: *cavadores*, os que dão terra para encher os coiros; *enchedores* ou *paseiros*, os que depositam a terra nos coiros; *guias* e *tangedores* para os bois. Ha, além disso, não pequeno capital empregado nos bois que necessitam ração e logares apropriados para sustento — grandes difficuldades nas seccas — e ainda despesas com os coiros, arreios, ferragens, etc. Alguns têm empregado carros apropriados, puxados a bois, para o serviço da remoção de terra; outros fazem arrastões de madeira. Já são empregados, raramente, carros de ferro sobre trilhos portateis. Os primeiros de que temos noticia empregados neste Estado, em trabalhos de açudes, foram introduzidos, em 1898, pelo intelligente e laborioso proprietario coronel Luiz Florencio, no Municipio de Triumpho (hoje Augusto Severo), e usados tambem no Municipio do Caicó pelo intelligente e esforçado proprietario e commerciante tenente-coronel Gorgonio Nobrega, que com perseverancia e coragem dignas de imitação está prestes a concluir o seu açude na fazenda *Dominga*, talvez o maior do Estado. »

Accrescenta o dr. Philippe Guerra:

« Cheio o açude, as aguas represadas, depois de terem alcançado o nivel do sangradoiro, principiam a escoar-se, continuando o riacho o seu curso interrompido. Essa nova sahida das aguas forma, naturalmente, por excavação, novo leito á corrente. Se esse canal encontra, como frequentemente acontece, um rochedo, um lagedo, calçando o novo leito, a excavação não mais se aprofunda, fica limitada.

Mas, se não encontra esse rochedo que offereça resistencia á força das aguas, no decurso dos annos a excavação tende a aprofundar-se bastante, a ponto de prejudicar grandemente o açude, que pelo rebaixamento do sangradoiro fica com proporções muito reduzidas pela pouca agua então guardada. E' preciso então fazer serviços no sangradoiro para elevar o seu nivel. »

O que acabamos de transcrever data de 1902; e, pelo relatorio que o então secretario do governo, dr. Henrique Castriciano de Sousa, apresentou em 1906 ao governador do Estado, que era quem ora escreve este trabalho, sabe-se que em 1905 existiam alli cerca de mil açudes construidos nessas condições. Actualmente a situação está um pouco modificada, as novas construcções obedecem a uma orientação differente, até mesmo em relação ás particulares, devido ao melhor conhecimento do sólo, a uma orientação mais pratica e aos processos mais aperfeiçoados nellas empregados. E isto resultou, em parte, da creação da Inspectoria de Obras contra as Seccas, que, para systematizar as obras que deviam ser emprehendidas e realizadas em todo o Nordéste, teve necessidade de organizar serviços e de expedir instrucções, de accôrdo com o regulamento que baixou com o decreto n. 7.619, de 21 de Outubro de 1909, no qual a açudagem occupou, como não podia deixar de occupar, um dos primeiros logares. Por esse regulamento, como pelos que vieram mais tarde, tres são os typos de açudes: grandes, médios e pequenos. São considerados *grandes* os açudes que offereçam capacidade superior a 10 milhões de metros cubicos e cuja represa tenha profundidade maior de 10 m.; *médios*, aquelles cuja capacidade seja, no minimo, de 3 milhões de metros cubicos e tenham profundidade não inferior a 7 m.; *pequenos*, os que, tendo capacidade superior a 300.000 m.^{3}, não sejam de profundidade menor de 5 m.

A' União cabe construir apenas os grandes açudes; mas, reconhecida a necessidade de desenvolver os serviços publicos em virtude de crises climaticas ou de qualquer outra ordem, poderá construir tambem os médios e os pequenos, cujas obras, normalmente, devem ser executadas, mediante premios, pelos individuos, municipalidades ou syndicatos agricolas. Esses premios são conferidos por prestações e na razão da metade da importancia total dos orçamentos approvados.

Os projectos, assim como a fiscalização dos trabalhos, ficam a cargo exclusivo do Governo Federal. Os grandes açudes só podem ser construidos em terras publicas, ou préviamente desapropriadas, ou doadas; e, uma vez concluidos, são submettidos, em cada caso, a um regimo especial que assegure a conservação da barragem e das obras complementares, a utilização das aguas, dos canaes e dos terrenos, emfim, o uso publico dos beneficios do açude. Quasi sempre são, com essas obrigações, entregues aos governos estaduaes ou municipalidades.

Quanto aos médios e pequenos, que forem construidos sob o regime dos premios, exige-se, em troca destes, que os constructores se obriguem a fornecer agua gratuitamente para as necessidades domesticas das populações circumvizinhas.

Os açudes reconstruidos ficam subordinados a um ou outro regime, conforme a reconstrucção é feita directamente pelo Governo ou com a concessão de premios.

As barragens feitas nas depressões do sólo para formar as represas das aguas podem ser de alvenaria, de terra ou mixtas: dependem de condições locaes e, por isto, só nos projectos approvados é possivel indicar detalhadamente a natureza e o typo de cada construcção.

Por conta da União têm sido construidos ou reconstruidos, depois da creação da Inspectoria de Obras contra as Seccas, os seguintes açudes:

Santo Antonio de Caraúbas, no Municipio de Carahubas, de terra, com uma capacidade de 11.110.000 m.^{3};

Vinte e Cinco de Março, no Municipio de Pau dos Ferros, de terra, com uma capacidade de 9.740.000 m.^{3};

Sant'Anna, no Municipio de Pau dos Ferros, de terra, com uma capacidade de 7.000.000 m.^{3};

Curraes, no Municipio de Apodi, de terra, com uma capacidade de 4.099.000 m.^{3};

Corredor, no Municipio do Martins, com uma capacidade de 4.092.000 m.^{3};

Mundo Novo, no Municipio do Caicó, mixto, com uma capacidade de 3.600.000 m.^{3};

Bebado, no Municipio de Macahiba, de terra, com uma capacidade de 2.000.000 m.^{3};

Santa Cruz, no Municipio de Santa Cruz, de terra, com uma capacidade de 776.000 m.^{3};

Pessôa, no Municipio de S. Miguel de Pau dos Ferros, de terra, com uma capacidade de 250.000 m.^{3};

E afora estes, tem reconstruido alguns açudes de menor capacidade, a saber: *Alecrim*, no Municipio de Sant'Anna do Mattos; *Sacco*, no Municipio de Mossoró; *Serra Vermelha*, no Municipio de Areia Branca, etc.

Estão em construcção:

Gargalheiras, no Municipio de Acari, de alvenaria, com uma capacidade de 75.000.000 m.³, capacidade que poderá ser elevada a 414.000.000 m.³, se a barragem attingir a 37 m. de altura; e *Arapuá*, no Municipio de Luiz Gomes, de terra, com uma capacidade de 4.295.000 m.³.

Estão projectados:

Nomes	Municipios	Capacidade m.³
Seridó	Jardim do Seridó	59.770.000
Amendoim	Assú	34.331.000
Upanema	Mossoró	8.022.765
Orange	Macahiba	5.689.920
Villardim	Lages	1.671.560
Livramento	Angicos	1.005.180

Estão estudados:

Nomes	Municipios	Capacidade m.³
Mainosa	Caicó e Jardim do Seridó	56.405.000
Cruzeta	Acari	15.973.500
Varzea Cercada	Macau	9.754.000
Zangarelha	Jardim do Seridó	5.208.000
Tororó	Curraes Novos	1.181.600

E alguns outros nos municipios de Angicos, Santa Cruz, Curraes Novos, Augusto Severo, Flores, Caicó, Apodi, etc.

Os açudes a que nos referimos são publicos. Quanto aos particulares, que podem ser construidos mediante o regime dos premios, convém assignalar que até 1916 elles podiam ser de qualquer capacidade, mas que, de accôrdo com o ultimo regulamento, que é daquelle anno, é necessario actualmente, para que gosem do auxilio federal, que tenham a capacidade minima de 300.000 m.³ e a profundidade, tambem minima, de 5 m. A pratica demonstrou que, aquem destes limites, não resistem a verões prolongados. Se, porém, os seus proprietarios quizerem que os estudos e projectos sejam feitos por pessoal competente, a Inspectoria de Obras contra as Seccas poderá mandar effectua-las, mesmo porque, commummente, succede que em logares proximos aos que são indicados outros existem em melhores condições e onde os açudes têm capacidade muito superior.

Grande é o numero dos já construidos, em construcção, projectados e estudados.

E' de notar que os proprietarios de fazendas, sempre que podem e independentemente de quaesquer estudos de technicos, continuam a construir, á sua custa e pelos processos primitivos, os açudes que lhes parecem bem localizados. E a verdade é que, muitas vezes, por isto e sómente por isto, conseguem salvar as suas lavoiras e creações na epocha das seccas.

Barragens submersiveis

São feitas no leito dos rios e riachos, em altura inferior ás suas margens, e ficam inteiramente submersas por occasião das cheias. Cortadas as correntes, quando se escoam as aguas, servem para represar uma grande quantidade destas, formando assim reservatorios, maiores ou menores, conforme a altura e o logar onde são construidas, reservatorios que constituem magnificas *aguadas* para os animaes e permittem irrigar os terrenos á jusante, transformando-os em ferteis campos de cultura durante o verão. Estão hoje muito generalizadas, especialmente em Mossoró e no Seridó. A Inspectoria de Obras contra as Seccas tem estudado e construido algumas de maior capacidade. Desde 1915 figuram nas consignações orçamentarias do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Aguas mineraes

Nunca foram analysadas as aguas mineraes existentes no Estado. Sabe-se apenas que algumas das fontes do Municipio do Apodi são ferruginosas e que, das thermaes, as do Olho d'Agua do Pau Ferro, no Municipio de Touros, são alcalinas e as do Olho d'Agua do Bodó e do Olho d'Agua do Milho, nos municipios de Sant'Anna do Mattos e Carahubas, respectivamente, são sulfurosas.

VII

Clima

O clima é quente, mas muito modificado por condições locaes.

A abertura dos terrenos para o lado do mar e a acção constante dos ventos, os grandes modificadores dos climas — acção que é tanto mais sensivel quanto o Estado fica situado na parte em que a direcção da linha da costa muda inteiramente, inclinando-se para o Norte — mitigam de modo consideravel o calor, no littoral e nas serras. A influencia da vegetação e das irrigações naturaes não é apreciavel senão em alguns pontos. Como em todo o Nordéste, só ha duas estações: a chuvosa, chamada *inverno*, e a secca, a que denominam *verão*. A primeira é de quatro a cinco mezes, mais ou menos, e prolonga-se de Janeiro a Junho, na zona sertaneja, e de Março a Agosto na zona proxima ao littoral. As chuvas nem sempre se reproduzem com regularidade, o que occasiona o phenomeno climaterico das *seccas*, que, ás vezes, deprimem e exhaurem as forças vivas do Estado, embora já hoje não tenham a mesma intensidade e rigor de dias idos, em consequencia das obras que, systematicamente, vão sendo projectadas e, aos poucos, executadas para attenuar os seus effeitos.

De 1904, quando foi fundado, até fim de 1907, foram as seguintes as observações feitas pelo Posto Pereira Reis, dirigido pela Commissão de Melhoramentos do Porto de Natal:

Médias thermometricas:

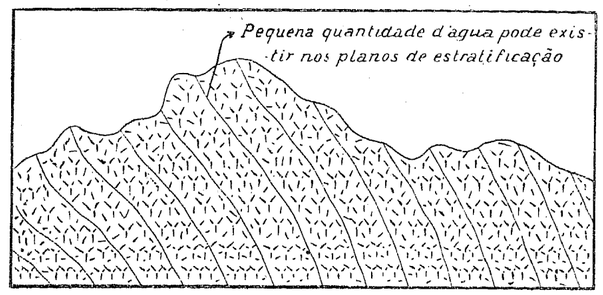
Maxima	30,35
Média	26,45
Minima	21,21

Médias psychrometricas:

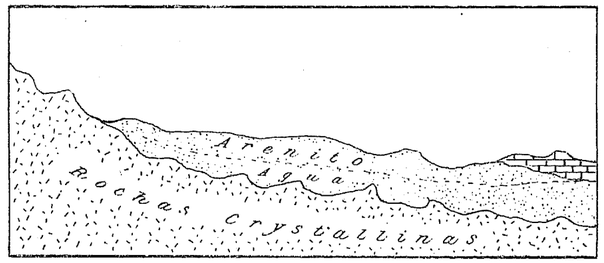
Humidade relativa	72,61
Tensão do vapor	18,38

Precipitações atmosphericas:

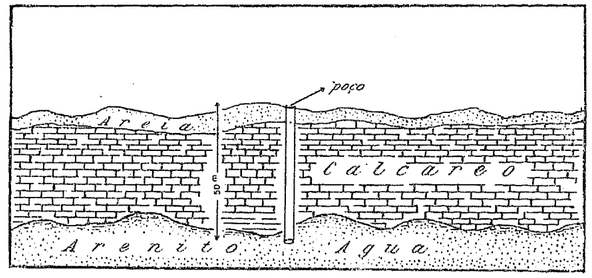
Annos	Dias de chuva	Dias de trovoada
1904	191	4
1905	182	—
1906	148	4
1907	143	—



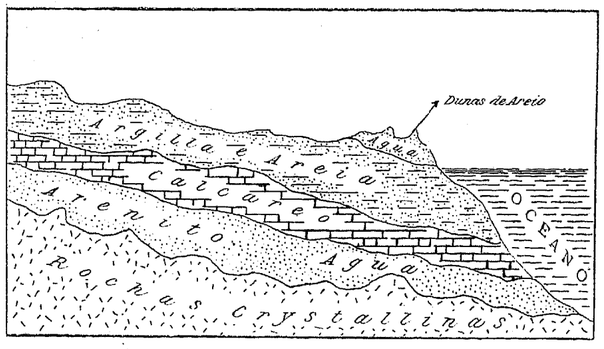
Secção mostrando de que modo existe agua nos schistos e gneiss



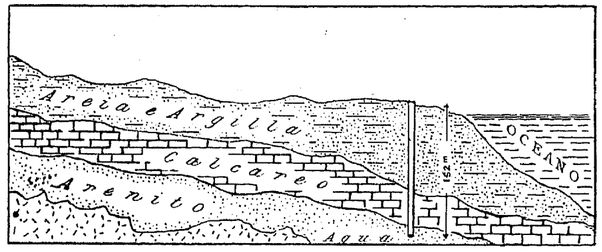
Secção mostrando agua no arenito



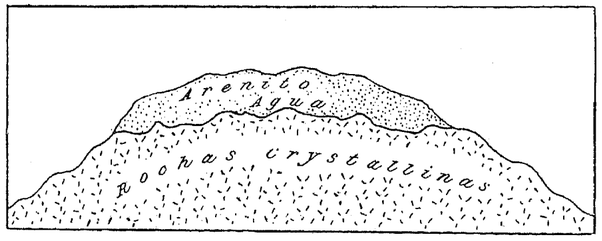
Secção mostrando um poço em Mossoró



Secção mostrando agua nas dunas de areia



Secção mostrando um poço em Macau



Secção mostrando agua no arenito da Serra do Martins

Evaporação total:

A' sombra	4.616,5
Ao sol	9.775,5

Sobre o resultado das observações em 1909, diz o dr. José Gervasio de Amorim Garcia Filho, no *Relatorio* que apresentou ao sr. ministro da Viação, em 1910:

« Durante o anno findo, foi de 26º. 39 a temperatura média, resultado que, comparado com o dos annos anteriores, nos mostra serem insignificantes as differenças de um anno para outro.

A temperatura maxima attingiu a 31º.8 nos dias 20 e 27 de Maio e a minima foi de 17º.6 nos dias 4 e 28 de Julho, obtendo-se, portanto, 14º.2 para a amplitude maxima entre extremos.

A média de pressão barometrica annual foi de 761,94, pressão esta que, reduzida ao nivel do mar, nos dá o valor de 762,64.

A tensão do vapor média em 1909 foi egual a 19,53 e a humidade relativa foi de 72,29, valores estes que pouco se afastam dos normaes: 19,40 e 72,53.

A quantidade de chuva total cahida em Natal, em 1909, attingiu apenas a 777,00 mm., em 139 dias de chuva. O mez de maior quantidade de chuva foi o de Abril, com 342,80 mm.; o dia de maiores chuvas foi o dia 10 do mesmo mez, com 90,95 mm.

Como consequencia da diminuição das chuvas, augmentou bastante a evaporação, que attingiu aos totaes de 2.445,60 ao sol e 1.172,15 á sombra.

O vento dominante em Natal é sempre na direcção Les-suéste, que, em 1909, soprou 4.776 horas, figurando em segundo logar o de Suéste, que soprou 1.373 horas, e em terceiro o de E'ste que soprou 874 horas.

A nebulosidade média foi de 5,1 valor egual ao de 1908, havendo 185 dias claros e 180 nebulosos. »

Em 1912 as observações deram os seguintes resultados:

Temperatura maxima	31,8
Temperatura média	26,8
Temperatura minima	19,4
Pressão barometrica (média)	761,8
Humidade relativa	74,8
Tensão do vapor	19,6
Chuvas cahidas	2.400,4
Dias de chuvas	173
Evaporação total á sombra	1.025,1
Nebulosidade	6,0
Direcção predominante dos ventos	ESE

De 1912 até 1918, as differenças de um anno para outro são insignificantes. E', pois, facil chegar a médias approximadas para Natal. Outro tanto não occorre com o Estado: os elementos de que dispomos não permittem faze-lo com relativa segurança. De certo o que se póde dizer é que, nas serras, a temperatura é ordinariamente inferior em dois graus á da capital.

As chuvas cahidas em Natal de 1904 a 1909 constam deste quadro:

	mm.
1904	1.265,00
1905	1.467,40
1906	1.773,10
1907	837,40
1908	1.310,60
1909	77,00

A média nos seis annos é, portanto, de 1.239,91 mm. e a dos annos subsequentes em pouco se afasta desse calculo, que, com pequena reducção, attendendo a que na costa chove um pouco mais do que no interior, é talvez acceitavel, de um modo geral, como mais ou menos verdadeiro, nos annos normaes.

A Inspectoria de Obras contra as Seccas installou no Rio Grande do Norte as seguintes estações pluviometricas:

Estações	Data da installação
S. José de Mipibú	11 de Setembro de 1910.
Natal	14 de Setembro de 1910.
Canguaretama	17 de Setembro de 1910.
Pedro Velho	19 de Setembro de 1910.
Nova Cruz	23 de Setembro de 1910.
Jardim de Angicos	25 de Setembro de 1910.
Sant'Anna do Matos	28 de Setembro de 1910.
Touros	29 de Setembro de 1910.
Carahubas	18 de Outubro de 1910.
Taipú	20 de Outubro de 1910.
Ceará-Mirim	23 de Outubro de 1910.
Luiz Gomes	27 de Outubro de 1910.
Caicó	28 de Outubro de 1910.
S. Gonçalo	29 de Outubro de 1910.
Augusto Severo	11 de Novembro de 1910.
Apodi	16 de Novembro de 1910.
Assú	19 de Novembro de 1910.
Brejo do Apodi	22 de Novembro de 1910.
Areia Branca	24 de Novembro de 1910.
S. Miguel de Jucurutú	24 de Novembro de 1910.
Acari	26 de Novembro de 1910.
Curraes Novas	27 de Novembro de 1910.
Serra Negra	28 de Novembro de 1910.
Santa Cruz	1 de Dezembro de 1910.
Macahiba	7 de Dezembro de 1910.
Passagem Funda	8 de Dezembro de 1910.
Jardim de Seridó	11 de Dezembro de 1910.
Martins	13 de Dezembro de 1910.
Caeira	14 de Dezembro de 1910.
Patú	15 de Dezembro de 1910.
Mossoró	15 de Dezembro de 1910.
S. Sebastião	17 de Dezembro de 1910.
Santo Antonio	19 de Dezembro de 1910.
S. Roque	19 de Dezembro de 1910.
Angicos	21 de Dezembro de 1910.
Pau dos Ferros	21 de Dezembro de 1910.
S. João do Sabugi	26 de Dezembro de 1910.
S. Miguel do Pau dos Ferros	28 de Dezembro de 1910.
Flores	30 de Dezembro de 1910.
Cumbebas	14 de Março de 1912.
Barriguda (hoje Alexandria)	12 de Junho de 1912.
Macau	20 de Dezembro de 1913.

Relativamente á salubridade, o Rio Grande do Norte é, deveras, excepcional. As epidemias são raras e, quando se manifestam, os seus estragos, em regra, nada são comparados com os que têm feito em outros pontos, mesmo do nosso paiz.

A propria variola, que, com mais frequencia, irrompe de tempos a tempos, não tem a gravidade que se nota em climas diversos, ainda que não sejam tomadas as medidas

de hygiene e prophylaxia que, modernamente, a tornam cada vez menos mortifera.

A febre amarella, que appareceu em 1850, e o cholera, poucos annos depois, foram de effeitos quasi nullos; e, em 1906, tendo sido verificados em Areia Branca casos de peste bubonica — importado por vapores que faziam o commercio de sal com o Rio de Janeiro — foi possivel jugula-los alli mesmo e dentro de poucos dias.

A' excepção das margens paludosas de alguns rios ou valles alagadiços, onde se desenvolvem febres intermittentes, não ha nenhuma endemia que sobrecarregue os quadros da mortalidade. Só existem as molestias communs. A morphéa é quasi desconhecida e a tuberculose não figura senão com uma média muito baixa na estatistica demographo-sanitaria do Estado.

VIII

Seccas

Entre os problemas que o Imperio nos legou sem solução figurava o das seccas, que assolam periodicamente o Nordéste Brasileiro.

A acção do Governo, desde os tempos coloniaes, se manifestava apenas pela distribuição tardia de soccorros, quando a crise — attingido já o seu maior grau de intensidade — não permittia que esses soccorros fossem dados com proveito para o Estado: gastavam-se sommas avultadissimas sem que obras de utilidade ficassem a attestar os sacrificios feitos. E esses sacrificios eram renovados, de vez em quando, pesando, a intervallos, sobre o orçamento. Accentuou-o o conselheiro Ruy Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisorio, em 1890:

> « As despesas com os Estados affligidos pela secca formam, no orçamento, uma voragem, cujas exigencias impõem continuamente ao paiz sacrificios indefinidos. Ellas reclamam do Governo a mais severa attenção, porquanto, firmadas como parece estarem numa situação de chronicidade, perpetuada de anno a anno e accumulando sacrificios improductivos, se tornaram uma causa permanente de desorganização orçamentaria, a que os mais prosperos exercicios financeiros não poderiam resistir. Cumpre que a politica republicana, apenas consiga desvencilhar-se dos grandes problemas que envolvem a sua inauguração, busque penetrar seriamente as regiões obscuras dessa parte das nossas finanças e descobrir a esse problema solução mais intelligente e menos detrimentosa para os contribuintes. »

Vem a proposito assignalar aqui que o phenomeno climatico das seccas, além da sua chronicidade, parece ter tambem um caracter de periodicidade, conforme se verifica do confronto das datas, em que se declararam as grandes crises nos dois ultimos seculos:

Seculo XVIII	Seculo XIX
1710-1711	1809-1810
1723-1727	1824-1825
1744-1745	1844-1845
1777-1778	1877-1879
1791-1793	1888-1889

Os annos de 1891 a 1893 foram de maus invernos.

Os primeiros governos da Republica, ou por se não compenetrarem da necessidade que o conselheiro Ruy Barbosa apontara officialmente — como o haviam feito alguns dos seus antecessores na administração geral e das provincias e os grandes espiritos que, de muito, se vinham identificando com a sorte de centenas de milhares de brasileiros que, torturados por doloroso infortunio, morriam á fome dentro de nosso proprio territorio — ou por se verem a braços com difficuldades e embaraços de toda ordem, não poderam preoccupar-se com a solução desse problema.

Descuraram-n'o; e annos depois quasi nada se tinha ainda feito para roubar á dôr e ao martyrio uma grande porção de nossos concidadãos, dizimados, a miudo, pelo mais cruel dos flagellos. Foi preciso redobrar de esforços; e os governos regionaes e os representantes da zona sujeita aos rigores da calamidade não desanimaram.

A imprensa secundou-os. Junto aos presidentes da Republica e aos ministros, nas commissões parlamentares e no seio do Congresso, o terreno foi sendo, pouco a pouco, conquistado.

Muitas tinham sido as tentativas baldadas, porque o governo deixará de utilizar-se das auctorizações legislativas; mas, em 1904, aproveitando-se dos dispositivos constantes da lei n. 1.145, de 31 de Dezembro de 1903, que auctorizava um conjuncto de medidas systematizadas contra os effeitos da secca, o dr. Lauro Müller resolvia-se a olhar com carinhosa solicitude para a região do Norte, sempre soffredora e resignada.

Os poderes publicos rendiam-se, finalmente, ás exigencias de uma situação que, embora remediavel, se conservara angustiosa durante tres seculos pela imprevidencia dos governos.

Ao dr. Lauro Müller, illustre ministro da Viação no governo do eminente conselheiro Rodrigues Alves, deve, pois, o Norte a iniciativa de alguns actos que deram mais tarde em resultado a possibilidade da execução de um plano de combate, préviamente assentado, contra os effeitos da secca, nomeando commissões encarregadas dos estudos de obras a realizar e mostrando, officialmente, a conveniencia de estradas de penetração na zona flagellada.

Na presidencia do venerando estadista conselheiro Affonso Penna, coube ao dr. Miguel Calmon proseguir intelligentemente a mesma orientação do seu antecessor e, por fim, sendo primeiro magistrado da Nação o dr. Nilo Peçanha, deparou-se ao dr. Francisco Sá o ensejo favoravel para a creação, em 21 de Outubro de 1909, da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, um dos seus maiores e mais relevantes serviços.

Nessa epocha, já era notavel a accumulação de subsidios, cada qual mais valioso, para a solução do problema: conheciamos as causas originarias, geralmente apontadas, para explicar a existencia do phenomeno climatico — a direcção dos ventos, as minimas solares e a devastação das florestas — tinhamos perfeito conhecimento dos seus devastadores effeitos; sabiamos que o registo de factos e observações feito em muitas dezenas de annos demonstrava que a média das chuvas cahidas em um longo periodo não era insufficiente ás necessidades da lavoira e creação na zona flagellada e que, com o aproveitamento das aguas do sub-sólo e das provenientes dos invernos copiosos (estas se escoam rapidamente em virtude da forte declividade do sólo e da sua natureza geologica), facil seria attenuar as consequencias de sua falta,

mediante um serviço regular de irrigação, quando viessem as estiagens; não ignoravamos que isto e um certo numero de medidas que permittissem a rapidez e facilidade de communicações, mantendo indirectamente, uma relativa estabilidade economica durante as crises, evitando o deslocamento da população e tornando possivel que se lhe desse assistencia local efficaz, seria o principal para libertar uma grande parte do territorio nacional das alternativas em que vive de prosperidade e de miseria.

Faltava-nos, porém, um orgão central de direcção, por intermedio do qual o Governo podesse, completando estudos, projectando e executando obras, organizando serviços e coordenando esforços isolados, traçar um programma de acção e realiza-lo efficazmente. A creação da Inspectoria obedeceu a esses intuitos, como se vê da enumeração dos trabalhos que lhe estão affectos (o primeiro regulamento baixou com o decreto n. 7.619, de 21 de Outubro de 1909, e os dois ultimos acompanharam os de n. 12.330, de 27 de Dezembro de 1916 e 13.687, de 9 de Julho de 1919):

I) Estudo systematizado das condições meteorologicas, geologicas, topographicas e hydrologicas de toda a região sujeita a seccas e comprehendida entre o Piauhi e o Norte de Minas Geraes.

II) Observações continuadas e methodizadas dos phenomenos meteorologicos, com especialidade as pluviometricas, e medições directas dos cursos d'agua mais importantes.

III) Conservação e reconstituição das florestas, com ensaios systematizados das culturas que melhor se prestem ás condições especiaes dessa região.

IV) Estradas, de rodagem ou de trilhos, que facilitem os transportes, as communicações entre as zonas flagelladas e os centros productores e os mercados consumidores.

V) Perfuração dos poços tubulares ou artezianos nas localidades que melhor se prestem e delles melhor utilidade possam usufruir.

VI) Estudo de pequenos açudes particulares, para cuja multiplicação concorre a União, como premio, com a metade da importancia do custo total da respectiva construcção levada a effeito pelo interessado.

VII) Estudo e construcção directa á custa da União, dos açudes publicos com que venham beneficiar esta vasta região do territorio nacional para habilita-la a resistir, sem completa desorganização do trabalho, aos effeitos das seccas.

VIII) Barragens submersas e outras obras que modifiquem a impetuosidade dos cursos d'agua sujeitos, nessa zona, a regime torrencial, de effeitos egualmente desastrosos.

IX) Drenagens dos valles alagadiços, afim de que possam concorrer para a salubridade e para a cultura.

X) Outros trabalhos, finalmente, taes como a piscicultura, os hortos florestaes, etc., que possam contribuir para activar e desenvolver a acção da Inspectoria.

Até o fim de 1914, a despesa fixada e realmente effectuada por esta, foram as seguintes:

Annos	Despesa fixada	Despesa effectuada
1909	1.100:000$000	446:471$448
1910	1.100:000$000	1.099:134$171
1911	3.336:000$000	2.341:827$807
1912	7.000:000$000	6.686:227$104
1913	7.000:000$000	6.935:311$986
1914	4.300:000$000	2.008:766$286
	23.836:000$000	19.517:738$802

Nos exercicios de 1915 a 1918, as verbas votadas foram estas:

1915	2.200:000$000
1916	1.904:320$000
1917	1.734:320$000
1918	1.734:320$000
	7.572:960$000

Dado que as consignações orçamentarias tenham sido integralmente dispendidas, temos que de 1909 a 1918, isto é, em 10 annos, as obras e serviços a cargo da Inspectoria custaram 27.090:698$802 a saber:

Até 1914	19.517:738$802
De 1915 a 1918	7.572:960$000
	27.090:698$802

A esta importancia temos de addicionar os creditos abertos durante a presidencia Wenceslau Braz para a execução de obras iniciadas em 1915, quando se manifestou nova secca, e continuadas depois até á sua conclusão, os quaes podemos computar em 20.000:000$, incluidas as despesas com o prolongamento das estradas de ferro de Baturité e Sobral, no Ceará, e inicio da construcção da de Amarração a Campo Maior, no Piauhi.

Ao todo, 47.090:698$802. Digamos 50.000:000$, em todos os Estados assolados pela calamidade.

Por conta das dotações da Inspectoria, foram realizados os seguintes serviços até 31 de Dezembro de 1918:

Açudes publicos:

Construidos ou reconstruidos	23
Em construcção	7
Projectados	94
Estudados	262

Açudes particulares:

Construidos	19
Em construcção	24
Projectados	265
Estudados	624

Estradas de rodagem:

Construidas ou reconstruidas	2
Projectadas	10
Estudadas	11

Barragens submersiveis:

Construidas ou reconstruidas	6
Em construcção	1
Estudadas	27
Em estudos	3

Poços perfurados:

Publicos	296
Particulares	335

Destes só deram resultado 455.

Estações pluviometricas:

Installadas nos Estados de Piauhi, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahiba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe e Bahia	341

Além destes trabalhos, a Inspectoria tem feito publicações varias sobre assumptos geraes que se relacionam com o problema das seccas, especialmente no tocante ás condições agricolas, economicas e sociaes da região flagellada, bem como plantas, mappas, estatisticas, memorias, projectos e orçamentos.

Por conta dos creditos abertos de 1915 a 1918, foram construidas, entre outras, as obras que se seguem: estradas de rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Sobral a Meruoca, Macau a Assú (ainda em construcção), Campina Grande a Soledade, Mossoró a Alexandria e Sousa a Cajazeiras (suspensas quando reappareceram as chuvas) e Rio Branco a Buique (entregue ao governo de Pernambuco, que a concluiu); açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho, Velame, Caio Prado, Guaihuba, Bahú, Varzea da Volta, Mulungú, Arapuá, Vinte e Cinco de Março, Pessôa, Sacco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra do Cavallo, afóra reparos e reconstrucções de outros, como Serra Vermelha, Alecrim, Bebado, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegraphicas na extensão de cerca de 3.000 km.; drenagem de valles e construcção de aterros em Ceará-Mirim, Maxaranguape, Carnaúbal, Catú, Propriá e Cachoeira: barragens submersiveis em Mossoró, Upanema e Seridó: perfuração de poços e auxilios para accelerar trabalhos como os dos açudes de Acarape e Salão, a cargo da Inspectoria, além de outros serviços de menor importancia nos Estados em que mais se accentuou a calamidade. Foram tambem construidos os primeiros kilometros de estrada de ferro no Piauhi e cerca de 150 no Ceará, continuando a construcção, neste e naquelle Estado, de mais algumas dezenas de kilometros.

Quem conhece as devastações produzidas pelas seccas no Nordéste e sabe que só na de 1877 a 1879 foram gastos improductivamente cerca de 80.000:000$, dos quaes 72.000:000$ sahiram do Thesoiro Nacional, comprehende bem que não seria com a importancia e as obras que indicamos que se conseguiria prevenir os males decorrentes de novas crises que sobrevirão e de que agora mesmo temos mais um exemplo. As conquistas feitas representam, entretanto, grandes passos no terreno das soluções praticas, maxime quanto á accumulação de elementos indispensaveis para que o problema seja enfrentado e resolvido com segurança, applicando-se os recursos orçamentarios ou extra-orçamentarios em serviços de utilidade real e de accôrdo com o plano systematizado que foi estabelecido. E é justo reconhecer que para este resultado têm contribuido decisivamente, irmanados na consciencia dos mesmos deveres, os homens politicos de responsabilidades nos Estados flagellados, como se verifica no de que tratamos, onde, desde a administração do seu organizador — o inolvidavel Pedro Velho, que vive e viverá sempre na memoria e na saudade de seus conterraneos — não ha um só dos seus governadores e representantes, a cujas cogitações tenha escapado a necessidade da solução desse magno problema, para a qual cada um, na medida de suas forças, tem feito o possivel.

Os effeitos das seccas são, na realidade, crueis. Delles — em tempos mais afastados — temos conhecimento por chronicas antigas e por velhos escriptos, a que, ainda não ha muito, se referiu, fazendo longas transcripções, o dr. Thomaz Pompeu, em seu importante trabalho, largamente documentado, sobre *O Ceará no começo do seculo XX*.

Em relação ao Rio Grande do Norte, especialmente, ha, entre outras, duas preciosas noticias, cheias de detalhes e informações commoventes: a *Memoria* do padre Joaquim José Pereira, escripta em 1798, publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* e transcripta na do Instituto Historico e Geographico do Estado; e o curioso manuscripto de Manuel Antonio Dantas Correia, bisavô paterno do dr. Philippe Guerra, por este publicado em seu interessante livro *Séccas contra a Secca*.

São da citada *Memoria* do padre Pereira, que era vigario dos indios na Villa de Port'Alegre e residia no Assú, memoria que foi dirigida ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho, os seguintes trechos relativos á secca na ribeira do Apodi, durante os annos de 1792 e 1793:

> « A geral penuria que houve de viveres e mais mantimentos causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais que tudo quanto se encontrava pelos campos e que podia encher os estomagos famintos; calamidade esta que assolou os povos daquelle continente, que, como bloqueados de um assedio, em que estavam constituidos, supportavam com gemidos e lagrimas o desamparo da sua infeliz situação, em que os puzera o céo naquelle castigo, onde lhes parecia estarem abandonados do mesmo céo e da mesma terra. O grande desamparo em que a Providencia e a natureza os entregaram ao jogo dos tempos os encheu de receios e de temores tantos, que se viram obrigados por tudo a procurar, ávidos da conservação da cara vida, que é preciosa e estimavel ao homem, o sustento naquillo que o mesmo acaso lhes deparava, sem terem o verdadeiro conhecimento das suas perniciosas qualidades. De sorte que os agrestes e desconhecidos alimentos, por suas qualidades, deleterios da saude e da vida daquelles habitadores produziram nelles inchações disformes, vomitos de sangue extraordinarios, dysenterias ferinas, males cutaneos, crueis marasmos ultimos; vindo por este motivo a povoar as sepulturas dos campos e dos povoados...
>
> Seus passos (*falla dos moradores*) eram lentos pela nimia fraqueza em que se achavam; sua respiração era cheia de repetidos ais e suspiros; seus olhos estavam fundos e encovados com espanto e os rostos nimiamente pallidos; todos os pobres e egualmente todos os ricos, emfim, foram reduzidos ao miseravel estado desta catastrophe da natureza. Ah! Quem pensara que estas creaturas haviam de servir de pasto ás aves nocturnas amigas de sangue? Ellas poisavam nos seus proprios aposentos e, correndo pelo chão, trepavam sobre as creaturas que já estavam prostradas pela fraqueza e, á vista das mesmas pessoas que as cercavam, lhes bebiam o sangue e naquelle que derramavam pela terra se achavam nelle ensopadas aquellas tristes e desgraçadas victimas do acaso, exhalando os ultimos espiritos da vida, sem que podesse haver alguem que, pela fraqueza em que se achavam todos, vigiasse a reparar o lamentavel estrago que fazia sobre aquellas mesmas victimas o espantoso numero de morcegos...
>
> Quaes outras formigas errantes dos seus formigueiros pareciam as familias daquelle sertão, procurando o sustento á ventura, cruzando os caminhos e nelles encontrando-se umas com as outras. Pelas estradas se viam os mortos, uns aqui, outros acolá, que pareciam querer despovoar os termos e capitanias de seus domicilios: então foi que se viu nellas o crime e o delicto, de sorte que os bons se tornavam maus e os maus ficavam peores. A mesma justiça não havia quem a administrasse. »

Eis ahi, a ligeiros traços, na singella eloquencia das palavras de um cura de aldeia de indios, ha 120 annos, o quadro dantesco dos horrores das seccas, quadro que é a reproducção de outros anteriores e que dá uma impressão exacta da situação que depois, e por muitas vezes, se renovou nos sertões do Nordéste, movendo a piedade e despertando os mais nobres sentimentos de solidariedade humana naquella vasta região do paiz, que ainda hoje soffre, embora attenuadas, as dolorosas provações de um clima ingrato. Demonstraram-n'o os documentos de que fallámos, as mensagens dos governantes, os discursos dos parlamentares, as affirmações dos scientistas, os escriptos, as memorias, os relatorios, os livros, as publicações de toda ordem que alli já constituem uma copiosa litteratura sobre o assumpto, principalmente no que diz respeito ás occorrencias posteriores á grande secca de 1877 a 1879, quando a população andrajosa e faminta — perdidos todos os seus haveres e despovoadas as fazendas pela mortandade do gado — procurava, por entre innominaveis miserias e indiziveis soffrimentos, o amparo da caridade nos portos e nas cidades, onde, a par das epidemias que então se desenvolveram, naufragou muitas vezes, por entre a especulação e a usura, a virgindade e o pudor de donzellas e a fidelidade e honra de casadas, mercadejadas a troco de uma migalha de pão.

O Nordéste é, entretanto, uma terra prodigiosa. " Com as primeiras pancadas d'agua, as arvores se revestem de novas folhas, a rama brota por toda parte, cobrindo o sertão de ricas pastagens de panasco, mimoso e milhan; o gado devora com avidez a verde forragem e em breve se reanima e recupera a gordura e as forças. O lavrador lança á terra as sementes de algodão, milho, feijão e mandioca. Na terra e nos ares ha vida e animação. Renasce a natureza ". Mas a vida do sertanejo é de constantes sobresaltos, dominado sempre pelo receio da repetição do flagello e acreditando, na sua ingenuidade, em todas as prophecias de bons ou de maus invernos. Sobre essas prophecias disse o dr. Philippe Guerra, em carta que dirigiu ao seu irmão, Theophilo Guerra, accusando o recebimento de notas que lhe enviara:

> « Entre as acceitas pelos sertanejos, penso eu, as principaes são: o dia 1 do anno limpo, com sol claro, é signal de bom inverno; chuvoso, indica mau inverno ou secca. O mesmo com o dia 2 de Fevereiro. Chuvas parciaes em Outubro, ramas, relampagos para cima, bom signal; chuvas em Novembro, mau signal. Chuvas em Dezembro, ramas, babugens, relampagos para cima, optimo signal. Houve relampagos vesperas da Conceição? Excellente signal. O dia 24 de Dezembro apresentou signaes de inverno, chuvas ou mesmo simples relampagos para cima? Póde comprar garrotes sem medo, pois o inverno virá. Choveu domingo de carnaval; a semana santa foi chuvosa? Bom inverno. Dia de S. José, 19 de Março, foi limpo, ainda soprou o vento da secca? Póde contar com a secca.
>
> Alguns basêam as previsões em factos certos e determinados que acompanham o anno. Esses são os que se apresentam com ares de sufficiencia, são os que se julgam mais scientistas; inspiram-se muito no celebre *Lunario Perpetuo*, que dizem interpretar e que ainda tem para muitos sertanejos a força das *Escripturas Santas*. São por isso conhecidos, esses, por *lunaristas*, e suas *experiencias* dizem respeito principalmente aos calendarios. Em que dia principia o anno? Veja o planeta desse dia o que *diz*, o que promette, pois será elle o regulador do anno. A Paschoa é cedo ou tarde? Qual o *aureo* numero? Qual o *cyclo* solar? A lettra dominical?
>
> As experiencias do povinho basêam-se naquillo que elle facilmente enxerga. No fim do anno, as formigas de roça procuram situar-se nas baixas, no leito dos riachos ou dos rios? Não haja duvida: o anno será secco. Parece que as abelhas de ferrão têm desapparecido? Ninguem as vê? E' secco o anno. Em Novembro ou Dezembro, mesmo em Outubro, em plena secca, os olhos d'agua e as fontes perennes mostram sensivel augmento d'aguas? Bom signal. O joazeiro, a oiticica, a carnaúbeira brotam cedo? Bom prenuncio. O peixe está ovado no fim do anno? Bom signal.
>
> Emfim, v. sabe, ha innumeras *experiencias*, conforme a phantasia de cada um.
>
> Acho muito interessante pela originalidade, e por ninguem saber em que se basêa, a *experiencia de Santa Luzia*, a que o sertanejo liga muita attenção. Todos a conhecemos: consiste em collocar na noite de 12 de Dezembro, vesperas da Santa Luzia, em um prato, seis pedrinhas de sal e expo-las ao sereno. As pedrinhas serão dispostas em uma certa ordem: a primeira representa Janeiro, a segunda Fevereiro, a terceira Março, a quarta Abril, e assim por deante. Ao amanhecer o dia 13, antes do sol, vai-se examinar o estado das pedrinhas de sal, que devem ter passado a noite expostas ao relento: aquellas que estiverem humedecidas indicam inverno, mais ou menos intenso, segundo o estado de humidade da pedrinha, no mez que representa. Se houver alguma *derretida*, indica invernão, inundações, no mez correspondente.
>
> Contam que um gaiato, vendo uma velha collocar as pedrinhas em certo logar foi ás occultas e deitou uma gotta d'agua em cada pedra.
>
> Pela madrugada, a velha ficou aterrorizada e alarmada ante a perspectiva de seis mezes de inundações.
>
> Se as pedras se apresentarem seccas, enxutas, conte com a secca.
>
> As *experiencias* de Santa Luzia ainda se extendem pelos dias seguintes: o dia 14 de Dezembro apresentou signaes de chuva? Janeiro será chuvoso. Nada houve, nem relampagos se viu? Janeiro será secco. E assim por deante: 15 representa Fevereiro; 16 Março; 17 Abril, etc.

Ora, nós sabemos que essas *experiencias*, quer de devotos, quer de *lunaristas*, quer de *naturalistas*, são muito falliveis. Muitas vezes todos os indicios são promettedores; inesperadamente ahi apparece uma falha, sopra o *vento da secca*, suspende-se o inverno, vem a secca. Póde succeder tambem o contrario: todos os signaes são desanimadores; regulariza-se, porém, a estação e ha um bom inverno.

Infelizmente, esta ultima hypothese é mais rara, pois as condições climaticas do sertão propendem mais para a secca do que para o inverno. Até mesmo os dados fornecidos pela tradição, pela historia das seccas, que parecem determinar uma certa repetição periodica do phenomeno, não são rigorosamente seguros. Essa periodicidade não é facto que mereça ser despresado: merece a maxima attenção.

Algumas vezes, porém, tem falhado:

E a estrella? Muitos julgam que Venus apparecendo, durante os mezes proprios da estação invernosa, pela madrugada ao Nascente, é signal de bom inverno. O anno será secco ou mau, de inverno escasso, etc., se a *estrella* não apparecer pela madrugada. Tambem não é segura essa *experiencia*. Assim, em 1896, o inverno foi fraco e a estrella foi matutina desde Janeiro até Julho. Em 1898, conhecida secca, desde 15 de Fevereiro, Venus foi matutina. Em 1902, muito fraco inverno: a *estrella* esteve no Nascente desde Fevereiro. Em 1904, ainda escasso: desde Janeiro Venus foi matutina. O mesmo em 1907.

. . . . . .

Seja como for, póde-se dizer que não ha sertanejo que se furte á influencia das *experiencias*: o meio em que elle vive o tem predisposto. O ambiente de duvidas, de incertezas, de vacillações, em que vive, a permanente ameaça em que se encontra, podendo de um momento para outro ser atirado de um relativo conforto aos crueis dissabores da miseria, esse estado de coisas secundado pela sua fraca cultura e por principios religiosos que recebeu, tudo isto arrasta o espirito a uma especie de fatalismo, phantasista ao mesmo tempo, contando sempre com o imprevisto em todos os seus calculos e planos de acção...

As experiencias sertanejas não fazem mal e muitas vezes reanimam um espirito attribulado por ingrata lucta: trazem contentamento, passageiro embora; já é valioso serviço. »

Nos annos normaes, o sertanejo vive na abastança e na fartura.

Tudo lhe sorri e pouco é necessario á sua admiravel sobriedade, que se transforma em heroica resistencia, quando sobrèvem a secca.

Então essa admiravel resistencia é serena bravura: a sua coragem não tem limites e a consciencia do seu valor não mede a extensão dos soffrimentos que o aguardam. Busca, antes de tudo, salvar a creação, que é a sua maior fortuna. As pastagens se extinguiram? As arvores estão despidas e núas? Não importa: no meio das catingas calcinadas se eleva viçoso o joazeiro, que fornece nessas occasiões a melhor rama do sertão. Abatem-lhe os galhos terminaes e com elles alimentam as rezes mais depauperadas, que, "ao som do facão, accorrem tropegas e famintas", e são por este meio e com cuidadoso trato, disputadas á morte. A oiticica não lhe offerece recursos porque, embora conserve a sua verdura, morre se lhe cortam as folhas. Outro tanto, porém, não succede com os cactus, que "são talos atormentados e disformes, armados de longos espinhos acerados. Vivem protegidos por suas armas defensivas e naturaes, e os animaes os respeitam. Mas nas seccas são cortados, amontoados e tostados pela chamma. Só os espinhos, unica parte secca do vegetal, ardem. O resto é poupado e constitue uma grossa epiderme branca, carnosa è humida, impregnada de um succo, glutinoso e espesso. E' uma maravilha como em semelhantes condições atmospherica coexiste tamanha humidade. A fumaça azulada e clara da fogueira eleva-se tenue no seio abrasado da catinga, e os rebanhos que de longe a avistam vêm correndo e mugindo em busca do alimento de que é indicio". Chega, entretanto, o momento em que tudo falha e o intrepido sertanejo enfraquecido, sem alentos, exhausto, sente-se impotente para luctar com a adversidade: a creação, entregue á sua sorte, *morre a acabar* e elle, presa de todas as necessidades, bate as porteiras dos curraes, abandonando as fazendas, e emigra, formando grandes caravanas de *retirantes* —abastados e ricos de hontem, pobres e mendigos de hoje— que esperam encontrar, nos centros populosos e nos valles frescos do *agreste*, o soccorro e o amparo, de que se sentem orphãos. Durante a travessia, em que, ao longo das estradas, toscas cruzes assignalam, de espaço a espaço, o fim do martyrio dos que succumbiram á fome, não se lhe depara, em regra, outra alimentação que não seja a de vegetaes silvestres.

Attingido o termo da viagem, o destemido sertanejo está com o organismo exgottado, sua resistencia é quasi nulla; mas, mesmo assim, continúa a luctar e, se lhe falta o auxilio da caridade publica ou particular, com ou sem trabalho, ainda tem o animo forte para ir, de resolução propria ou fascinado por enganadora miragem, tentar a fortuna nos seringaes da Amazonia, onde — se não for victimado pela inclemencia do clima — terá como premio de sua temeridade, a triste escravidão de que fallou Euclides da Cunha, em paginas magistraes.

Em resumo: com as longas estiagens, esteriliza-se o sólo; desnudam-se os campos; anniquila-se a creação; exgottam-se todos os recursos; e grandes levas de *retirantes*, exhaustos e em desespero, procuram, deslocando-se para o littoral, fugir a uma morte certa, impiedosamente dizimados sob um céo de fogo e sobre terras que abrasam. Aos milhares, se agglomeram nas cidades e nos portos, em grandes promiscuidades, de perniciosos effeitos para a ordem o saude publicas; mas nem ahi podem permanecer, porque, sem meios com que possam assegurar a subsistencia, são forçados a recorrer á esmola, que humilha, e, vencidos pelo infortunio, a abandonar a terra em que nasceram e a que já nada os prende, porque de tudo foram privados nos transes angustiosos por que passam. Começa o exodo para outras regiões do paiz; e, com os braços validos que inenarraveis soffrimentos arrebatam pela expatriação ao trabalho fecundo, perdem-se os mais essenciaes elementos de vida para os Estados, que — extinctas as suas fontes de renda e aggravada a sua situação financeira pela ruina da fortuna publica e privada — se deparam na dolorosa contingencia de appellar para o auxilio da União.

E' o que occorre sempre que se manifesta o tremendo flagello, que tantos e tão duros sacrificios nos tem custado.

Felizmente, na hora que passa, não ha mais divergencias sobre a orientação a seguir, que é — sem prejuizo do soccorro que nos cumpre dar á população dos sertões do Norte no momento em que a crise se torna mais aguda e em que seria deshumano abandona-la em seu Calvario, tocada pela má fortuna e sem amparo em sua propria Patria, tão prodiga e generosa para o extrangeiro que a busca, — apressar a execução das obras defensivas, sobejamente estudadas, contra os effeitos da esmagadora calamidade. A nosso ver, e para chegar quanto antes a semelhante resultado, podemos e devemos ir, em epochas normaes, até á realização de uma grande operação de credito, para cuja justificação bastaria considerar o valor do *homem* como factor economico e ter em vista que, com ella, seriam salvos, de presente e de futuro, muitas centenas de milhares de Brasileiros, a quem as hostilidades ambientes deram uma coragem e uma resistencia excepcionaes.

E, para isto, o Governo da União teve ampla auctorização na lei n. 3.965, de 25 de Dezembro de 1919.

IX

Fauna

No reino animal a riqueza do Estado é a mesma das demais regiões sub-tropicaes, "sendo abundante nas costas do mar, nos lagos, lagôas e rios, a producção de peixes d'agua salgada e d'agua doce, que contribuem em grande parte para a alimentação do povo". A pescaria é uma das industrias mais generalizadas em todo o littoral norte-rio-grandense, destacando-se pela sua originilidade a pesca do peixe voador, que affluе em grande abundancia no Canal de S. Roque. Domingos Barros descreveu-a deste modo:

«Pesca curiosa e interessante! Da praia, o pescador avista ao longe a manta de voadores correndo e voando em certa direcção. Rapido, apresta a jangada e larga. Nas vizinhanças do cardume, que intencionalmente deixou em direcção opposta ao vento, esmaga e esfrega nos bordos da embarcação intestinos de peixes anteriormente apanhados. E' o *engodo* e é quanto basta. Que delicado olfato e fatal possuem estas pobres creaturinhas! Mal sentem o cheiro acre e oleoso das entranhas esmagadas saltam das aguas e, sustidos no ar por suas longas barbatanas membranosas, precipitam-se para a jangada como mariposas para a luz. E cada qual mais presto e mais rapido que venha em bando e em nuvem cahir sobre os frageis tóros fluctuantes enchendo, alastrando, inundando tudo. Os pescadores limitam-se a apanha-los e a encher os cestos e samburás. Occasiões ha de tamanha abundancia que o barco, excedido o limite da fluctuação, ameaça sossobrar sob a carga incessante que lhe chove do mar e (curiosa inversão de papeis) é agora o caçador que á força de remos foge para a terra perseguido largo espaço pela caça insolente e pertinaz. »

A abundancia de crustaceos é extraordinaria.

Ha relativa pobreza de caça, aliás explicavel pelas seccas repetidas e pela circumstancia de não serem numerosas as grandes mattas e florestas. Encontra-se muita variedade de aves, sobretudo passaros cantores.

«Em certas regiões, apparecem as andorinhas em tamanha quantidade, que depositam montões de esterco, constituindo um adubo riquissimo para os terrenos de agricultura. Noutros pontos, e em certas epochas, surgem nuvens de *aves de arribação*, da tribu das colombinas, que cobrem os mattos e, no momento proprio, alastram o sólo de ovos, servindo ás vezes, nos annos maus, de recurso providencial ás populações flagelladas. »

Foi a essas aves, que, em continuas migrações, atravessam a zona secca do Nordéste, que Antonio Bezerra se referiu em notas sobre sua viagem ao Norte do Ceará, onde a julgar pela sua descripção, o numero dellas é incalculavel. Diz elle, escrevendo de Santa Quiteria, em fins de 1884, e depois de ter observado a passagem das referidas aves, a que alli chamam *avoantes*, em nuvens compactas de milhares e milhares:

« Não pude, como desejava, fazer um estudo detido sobre a origem e habitos destas *aves columbae*. No emtanto é convicção minha que são originarias desta Provincia, ou pelo menos é nella que se reproduzem; e, se daqui se ausentam por breve tempo, seu caminho deve ser pelo valle que se extende para Oéste até Minas e Goiaz. O principe de Neuwied escreve, na sua *Voyage au Brésil*, que depois de ter transposto as montanhas do Norte de Minas e penetrado nos campos geraes da Bahia, encontrara grandes bandos de pombas, as quaes denominou scientificamente *Columba leucoptera*. Esta classificação já havia sido dada por Edwards ao pombo pardo das Indias. Parece que lhes caberia mais propriamente o nome de *Columba cearensis*, pois que da *Histoire naturelle générale des pigeons*, de Temminck, e da *Synopsis of birds*, de Latham, nenhuma descripção destas aves se encontra, cuja migração e modos de vida se assemelhem aos da de que tratamos. Os pombos viajantes da America do Norte que foram indevidamente classificados, o macho sob a denominação de *Columba migratoria* e a femea sob a da *Columba canadensis*, e que Temminck diz que "*à l'époque de leur migration leur essaim nombreux, dont l'étendue occupe quelquefois deux lieues de terrain sur un quart de lieue de largeur, obscurcit l'air; à la chute du jour, toute une troupe se perche en peloton serré sur les arbres, dont les branches plient sous le poids*", apesar desses pontos semelhantes, nada têm de commum com as nossas, que são menores, além de outras differenças relativas á conformação do corpo e côres das pennas. Dellas não consta que os filhos nasçam por incubação do sol, como acontece ás do Ceará. Digo do Ceará, porque são pouco conhecidas das outras provincias (*Antonio Bezerra ignôrava que existem em bandos numerosissimos no Rio Grande do Norte e Parahiba, bem como, em quantidade menor, em Pernambuco*), á excepção da zona circumvizinha ao valle que Neuwied chamou Araxá, se é que seguem essa trilha, o que não está provado; pois que em todo o anno são vistas, ora em um, ora em outro municipio, extendendo-se sua migração para Oéste sómente até á parte oriental da Provincia do Piauhi. Insisto em suppo-las originarias do Ceará, porque, sendo esta Provincia umas das mais habitadas, quasi sem mattas pelo estrago dos roçados, onde

as aguas desapparecem findo o inverno, em consequencia da grande inclinação do sólo para o lado do oceano, e soffrendo ellas a mais cruel perseguição dos habitantes em grande parte miseraveis, é aqui que formam os pombaes e se demoram no tempo mais secco. Nos annos de 1877 a 1879, que a população do interior se refugiou á capital, e que ellas deviam emigrar por falta d'agua, foi quando mais se multiplicaram e appareceram em quasi todas as localidades, chegando até aos arrabaldes da mesma capital. »

Facto identico é observado em todos os logares onde ellas apparecem: só são vistas no verão e, de quando em vez, durante as *seccas*. Por occasião destas, são tambem communs as migrações das aves aquaticas que existem em abundancia nas lagôas. Em algumas dessas grandes crises climaticas, ha exemplos de se terem manifestado verdadeiras pragas de cascaveis (*Crotalus horridus*) e morcegos (*Verpertilio murinus*).

« O gado de creação — bovinos, caprinos, lanigeros, suinos, equinos e asininos — é o gado creoulo, ainda sem cruzamento e sem selecção, sujeito ás devastações da secca, porém reproduzindo-se e augmentando de uma maneira prodigiosa. »

E' notavel a resistencia dos cavallos que, apesar de degenerados em tamanho e figura, conservam as melhores qualidades da raça primitiva de que são oriundos, certamente optima, supportando cargas de 150 a 180 kg. fazendo viagens de centenares de kilometros sem muda e ficando um dia inteiro no campo, a correr em serviço de gado. Essa resistencia decorre naturalmente do clima ou da superioridade das pastagens.

Em resumo: as producções do reino animal, que são as mesmas da zona sub-tropical, não offerecem, além das apontadas, outras particularidades que mereçam destaque especial.

X

Flora

Não ha dados seguros que permittam fazer uma distribuição precisa dos vegetaes espontaneos existentes no Rio Grande do Norte, especializando a sua Flora. Limitamo-nos, por isto, a indicar, com deficiencias inevitaveis, a vegetação que, de presente, predomina em alguns pontos.

Na emboccadura dos rios abundam os mangues (especialmente *Rhizophora mangle* e *Scaevola plumerii*) a que já tivemos opportunidade de nos referir, quando tratámos do valle do Cunhahú; e nas dunas circumvizinhas, que se extendem por todo o littoral, constituem formoso ornato os tufos de coqueiros (*Cocus nucifera*) e os bosques de cajueiro (*Anacardium occidentale*), principalmente de cajueiro bravo (*Trichospermum lichen*), que as cobrem de longe em longe. E' tambem muito abundante ahi o guajerú (*Mullicaulis icaco*). A fixação dessas dunas, que são movediças, é hoje uma necessidade nas proximidades dos portos commerciaes. Exemplo disto é o Porto de Natal, onde a commissão encarregada do seu melhoramento procura, desde muito, fixa-las definitivamente, o que tem conseguido com exito. A planta geralmente usada é o pinhão bravo (*Jatropha curcas*). Outras, porém, têm sido experimentadas com successo. Por traz dos morros formados pelas dunas, se encontram os valles ferteis do *agreste* (é assim chamada a planicie arenosa que se prolonga ao lado dos valles até á zona da *catinga*). Nas varzeas desses valles, intensamente cultivadas, a Flora é constituida, em sua maior parte, por vegetaes secundarios de que se extrahem muitos dos principaes productos que avultam no consumo e exportação do Estado. E', como já dissemos em outro logar, a região agricola por excellencia. Encontram-se, nas poucas mattas que ha e nos capoeirões, o amarello (vinhatico), o cedro, a sapucaia, a sucupira, o pau brasil, a oiticica, o pau d'arco, o pau d'oleo, a maçaranduba, o jenipapo, etc.

Nos taboleiros de areia, a vetegação é pobre e rasteira, florescendo rusticas especies que ahi se adaptaram após longa selecção de resistencia e sobriedade.

« Ha gramineas tão silicosas e duras que os animaes recusam tragar; e uma terebinthacea selvagem — um cajueiro bravo — armazena em suas folhas coriaccas tamanha quantidade de silica, que, por sua aspereza, são correntemente empregadas como lixa, para polir a madeira e os metaes. Mas a rainha dos taboleiros é a mangabeira. E' a vegetação dominante entre os arbustos, e em certos logares os individuos raros e esparsos agrupam-se em moitas, dando a illusão de uma minuscula floresta verdejante e frondosa. A mangabeira carrega-se durante alguns mezes de abundantes e bellos fructos, muito apreciados por seu delicado sabor, que são o amparo das gentes pobres dos arredores. Porém seu producto mais importante é o latex branco e viscoso que exsuda de sua epiderme e que dissolve borracha de boa qualidade. Para colhe-lo golpêam a arvore muito além do necessario, offendendo o liber e mesmo o cambium, e nas grandes penurias desenterram-lhe as raizes para feri-las e pedir-lhes o leite precioso. E o vegetal resiste a tudo: a estas constantes e fundas mutilações, ás seccas prolongadas e até aos incendios frequentes, e isto em um meio esteril e ingrato. »

A borracha que se exporta no Estado é da mangabeira *Hancornia speciosa*) e da maniçoba (*fam. das euphorbiaceas*). Esta é planta do sertão.

« Transposto o taboleiro arenoso, começa a região da catinga, caracterizada pela vegetação cactacea, que cobre em parte as terras com o mandacarú, o facheiro, o cardeiro, a macambira, a palmatoria e outras especies, encontrando-se ainda ahi — restos das antigas mattas — a aroeira, a barahuna, o angico, o pau d'arco, o cumarú, o joazeiro, a oiticica, a quixabeira e outras arvores de grande porte. Nas serras, continúa a mesma vegetação da catinga; porém, nos logares onde o terreno se aplaina quasi horizontalmente em larguras ás vezes de mais de 12 km. desapparece a vegetação cactacea, predominando os arbustos rasteiros da zona do agreste, que ahi surgem curiosamente. »

Em relação ás catingas norte-rio-grandenses têm inteira applicação algumas das observações feitas por Alberto Loefgren sobre as do Ceará, a saber:

« A Flora typica permanente das catingas se limita praticamente ás duas juremas (*mimosaceas*), o espinheiro, a unha de gato, o catingueiro (*caesalpinacea*), o jucá, a canna-fistula, os mororós, as emburanas (*burseraceas*), o pereiro (*apocynacea*), o rompe-gibão (*erythroxylacea*), o pau branco (*borraginacea*), o pau d'arco (*bignoniacea*), o joazeiro (*rhamnacea*) com a oiticica (*rosacea*), o marmelleiro (*euphorbiacea*) e o mofumo (*combretacea*) nos limites com as capoeiras. De permanentes não lenhosas ha apenas as *cactaceas*, como o xique-xique (*Cereus sp.*), o mandacarú, os dois cardeiros, a palminha (*Opuntia sp.*) e a corôa de frade (*Echinocactus sp.*), que apparecem aqui e acolá, preferindo os terrenos pedregosos e os lagedos, onde, de ordinario, são acompanhadas da macambira (*bromeliacea*). . .

O caracteristico destas especies permanentes é que, por mais hygrophilas que pareçam na epocha das chuvas, a sua perfeita adaptação xerophila faculta-lhes atravessar as epochas seccas mais ou menos prolongadas, num estado de completo repoiso com suspensão temporaria de toda a manifestação de vida. Inteiramente despidas de folhas e apenas com os botões, de ordinario reunidos nas extremidades dos ramos, causam a illusão de uma paizagem de inverno em clima temperado frio. Entre as ultimas, que perdem as suas folhas, está o joazeiro, cujas folhas, apesar de rigidas, constituem um recurso magro para o gado faminto. Os xique-xiques, depois de desarmados dos seus espinhos pelo fogo, fornecem outro succedaneo fraco, porém melhor, por serem mais succulentos, apagando a sêde abrasadora dos pobres animaes.

E' curioso consignar que a maioria, tanto dos individuos como das especies permanentes, pertence á familia das *leguminosas*, de folhas decompostas em foliolos ás vezes diminutissimos.

E' o resultado da adaptação, porque reduzem assim a evaporação ao minimo possivel e, quando nem isso produz mais o effeito desejado, recorrem á dehiscencia, que a supprime de todo. . . Nas primeiras chuvas, porém, que conseguem alterar o grau hygrometrico da atmosphera, os botões se abrem, a circulação da seiva se restabelece e, num prazo de horas apenas, as folhas se desenvolvem e tudo reverdece.

O periodo de descanço tem servido para armazenar provisões de nutrição concentrada que operam aquella mudança phantasmagorica, transformando a paizagem da noite para o dia. Penetrando no sólo, as aguas provocam alli a germinação de milhares de sementes deixadas e a ruptura dos brotos dos olhos dormentes das raizes perennes, ou melhor, caules subterraneos, pertencentes ás especies da Flora periodica, de um aspecto absolutamente differente e de caracter dryadico perfeito. Provam-no as familias representadas, entre as quaes as *convolvulaceas* occupam logar saliente pelo avultado numero de seus individuos, que apparecem por toda parte, ornamentando as arvores e os arbustos, que chegam a cobrir completamente. As *malvaceas* e *tiliaceas* são abundantemente representadas, com folhas bem herbaceas, algumas vezes viscosas e outras vezes munidas de ponta gotteira.

As *scrophulariaceas* e poucas *solanaceas* são misturadas com *Acanthaceas*, *amaranthaceas*, *apocynaceas*, *asclepiadaceas*, *borraginaceas*, em relativamente poucas especies, *cucurbitaceas*, *euphorbiaceas*, *leguminosas*, formando talvez a maioria, *lithraceas*, *oxalidaceas*, *rubiaceas*, *sapindaceas*, *verbenaceas*, e varias *monocotyledones*, como *amaryllidaceas*, *commelinaceas*, *dioscoraceas*, *iridaceas*, *cyperaceas* e *graminaceas*. Desta ultima familia as catingas são especialmente ricas. »

Em seguida ás catingas, que são sertão baixo, temos a zona que no Estado se chama propriamente sertão, o alto sertão, onde "o xique-xique substitue quasi o mandacarú e a macambira; a jurema torna-se o arbusto commum dos taboleiros e baixios; o pereiro o das collinas pedregosas; a pastagem dos campos é outra".

Nessa região — excepcional para a industria pastoril — se encontram as melhores forragens do Rio Grande do Norte, especialmente o capim *panasco*, de extraordinario poder nutritivo e que, "maduro e sementado, o sertanejo considera, em peso egual, mais nutritivo que o milho".

Mas o sertão não é sómente a terra preferida para a creação. E' tambem zona agricola, existindo nelle todas as culturas usuaes proprias do clima. O algodão é, entretanto, o seu principal producto, sendo reputadissimo, pela sua excellente qualidade, o do Seridó.

A carnaúba (*Copernicia cerifera*) tem o seu *habitat* nas grandes varzeas dos rios Apodi e Piranhas. Em alguns logares, forma mattas compactas.

Para encerrar esta ligeira informação sobre a Flora do Estado, vem de molde uma referencia mais desenvolvida ás diversas especies vegetaes utilizadas pela população para alimentar-se no tempo das seccas. Eis o que a respeito disse o dr. Raimundo Pereira da Silva, em *Relatorio* que, em 1910, apresentou á Inspectoria de Obras contra as Seccas :

« Xique-xique — Cardo silvestre, cheio de espinhos do tamanho e da fórma de alfinetes. A parte utilizada para alimentação é o miolo.

Para verificar se o "xique-xique" está em condições de ser aproveitado, os sertanejos cortam-lhe o *olho*; apresentando a ferida bolhas d'agua, está *gordo* e não serve; observando-se o contrario, está *magro* e então cortam os galhos, aparam a polpa espinhosa que protege a medulla, abrem-n'a ao meio, e, seccionada em aparas, põem-na a seccar ao sol.

Quando bem secca, pisam-na, reduzindo-a a massa, que é lavada em muitas aguas até perder o *amarujado* e consumida sob a forma de beijús, cuscús, bolos, etc. Quando o "xique-xique" está bem enxuto ou magro algumas pessoas comem-n'o fresco, simplesmente assado.

E' uma alimentação forte, mas occasiona diarrhéas e, nas mulheres, a suspensão das regras.

Macambira — Planta da familia das *bromeliaceas*. Extrahe-se a batata encontrada entre o tronco e as raizes, rala-se, lava-se a massa resultante em muitas aguas e com ella fabricam-se beijús e, sobretudo, farinha, que tem grande consumo.

Mesmo nos annos normaes, a farinha de macambira já é vendida nas feiras, durante o verão, para ser utilizada como forragem.

Gravatá — Da mesma familia precedente. E' tambem utilizada de fórma identica, sendo, porém, menos rendosa e inferior como alimentação.

MANIÇOBA — Ha duas especies de maniçoba, a arvore da qual se extrahe a borracha e o arbusto, tambem chamado mandioca brava, por ser em tudo parecido com esta, differindo sómente no porte, que é maior e nos tuberculos, que são menores e mais lenhosos. Aproveita-se a maniçoba quasi como a mandioca. A massa, porém, é dura e contém fraca proporção de gomma.

MUCUNAN — Planta trepadeira. As sementes extrahidas da fava são torradas ao fogo, pisadas e lavadas em muitas aguas, ficando por fim uma massa pardacenta, de sabor acre, que é consumida em mingaus, pirão, etc.

A semente da mucunan contém um veneno violentissimo, que só perde depois de passar pelas operações citadas.

PAU PEDRA — Arvore. As raizes mais tenras e tuberosas são raladas e a massa resultante lavada em *nove aguas*. Extrahe-se assim uma gomma de côr amarellada, que se come em mingaus e é bastante alimenticia. E', porém, um producto de insignificante rendimento, sendo necessaria grande porção de raizes para obter-se uma chicara de gomma. O pau pedra é um veneno energico, que ataca rapidamente a vista. Dizem os sertanejos que não sendo lavado em nove aguas, — nem menos uma — o individuo que o come fica em poucas horas cego.

CARNAÚBA — Palmeira muito conhecida. O palmito, extrahido da planta nova, é ralado e lavado em muitas aguas. Por este processo é separada uma gomma que é utilizada em mingaus, beijús, bolos, etc. O palmito contém fraca proporção de gomma, mas esta é de sabor agradavel e o mais sadio dos alimentos silvestres.

Os animaes comem tambem com satisfacção o palmito da carnaúba.

Arvore de crescimento lentissimo (quando chega ao ponto de poder ser extrahido o palmito não tem menos de 20 a 25 annos) e de tanta utilidade para o homem que é chamada, com razão, a *arvore providencia*; é verdadeiramente de lastimar que a fome seja a maior causa da sua destruição.

UMBUSEIRO — Arvore, como as precedentes, extraordinariamente resistente ás seccas que, mesmo depois de tres annos, não conseguem faze-la perder o viço e a frescura.

Dá excellentes fructos, principalmente consumidos em fórma de cambica preparada em leite, mas a batata é encontrada nas raizes finas, quasi á flor da terra, que é utilizada nas seccas como alimentação, apesar de pouco nutritiva.

Descasca-se a batata, corta-se em aparas e põe-se a seccar ao sol. Quando secco, o producto é pisado ou ralado, transformado em farinha e consumido em fórma de pirão ou de sopa.

O consumo prolongado da farinha do umbuseiro produz inchação geral do individuo.

São estes, juntamente com as preás, pombas de arribação, cameleões e até lagartixas, certas especies de cobras e cadaveres de animaes mortos pela fome, os tristes recursos de que se vale a população pobre do sertão, desde que a secca passa do primeiro para o segundo anno, e têm sido elles que, nessas occasiões de inenarravel miseria, têm evitado a hecatombe em massa de dezenas de milhares de brasileiros. »

XI

Geologia e mineraes

Em um interessante trabalho dos drs. J. C. da Costa Senna e Antonio Olyntho dos Santos Pires, publicado no *O Brasil, suas riquezas naturaes e suas industrias*, em 1907, lê-se que "comquanto tenham sido alvo, ha quasi um seculo, de estudos e pesquisas de homens notaveis, nacionaes e extrangeiros, a Geologia do Brasil é apenas conhecida a largos traços, o que é uma consequencia natural da grande extensão de seu territorio, relativamente pouco habitado, das difficuldades de communicações, em algumas zonas, o do pequeno numero de operarios consagrados a tão importantes trabalhos".

E, se esta affirmação é absolutamente verdadeira de um ponto de vista geral, mais ainda o é se a particularizarmos ao Nordéste Brasileiro.

Nos Estados ahi situados, especialmente no Rio Grande do Norte, os estudos desta natureza datam de poucos annos, e, em grande parte, graças á iniciativa da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, que, para melhor corresponder aos fins que determinaram a sua creação, julgou indispensavel mandar realiza-los por funccionarios technicos e pessoal contractado. E' nas monographias publicadas por aquella repartição que se encontram, embora incompletas, as melhores informações sobre o assumpto no tocante á região norte-rio-grandense; e por isto vamos transcrever para aqui parte do que a respeito escreveu o engenheiro Ralph H. Sopper, auctor de uma dessas monographias, que se intitula *Geologia e Supprimento d'agua subterranea no Rio Grande do Norte e Parahiba* e foi editada em 1913:

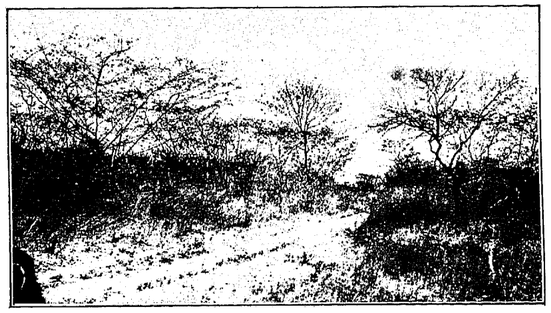
«Dado o objectivo deste estudo, as formações geologicas nos Estados da Parahiba e Rio Grande do Norte podem-se classificar em dois grandes grupos, do modo seguinte: primeiro, as antigas (*Archeanas*, primitivamente *Paleozoicas*), rochas a que se reunem as eruptivas que nellas se injectaram, as quaes, para simplificar, podem ser classificadas como rochas crystallinas; segundo, as comparativamente modernas (*Mesozoicas* e *Recentes*), rochas que denominaremos séries sedimentarias.

As rochas do primeiro grupo consistem principalmente em crystallinos (sobretudo gneiss) e outros schistos metamorphicos dispostos em leitos inclinados, e são mui frequentemente cortados por diques e bossas de varias rochas eruptivas, entre as quaes predominam os granitos. No presente *Relatorio* convirá indicar as rochas desse grupo pelos nomes geraes: (1) schistos, (2) gneiss e (3) granitos.

As rochas do segundo grupo compõem-se principalmente de arenitos molles, pedras calcareas e depositos incoherentes de areia e argilla (inclusive as *dunas*), tudo disposto em camadas approximadamente horizontaes.

Em termos geraes, a distribuição dos dois grupos é mui regular. Com excepção de uma faixa relativamente estreita ao longo da costa e de algumas pequens manchas no interior, a totalidade dos dois referidos Estados é constituida pelas denominadas rochas crystallinas.

Camadas de arenito, perto de Apodi. A inclinação é de 5 gráos, N 25º E.



Área de arenito na Chapada de S. Sebastião, Rio Grande do Norte

Affloramento de calcareo perto de Passagem Funda, no Rio Grande do Norte, mostrando camadas que se inclinam suavemente para o Nordéste

Não se espere que aqui se faça uma systematica classificação ou distribuição. O auctor não teve tempo nem opportunidade senão para observar alguns dos caracteristicos geraes. Entretanto, para conhecer intelligentemente as condições da agua nesta região, é necessario saber que alli existem estas rochas; saber que ellas cobrem todo o interior; saber mais que estas pertencem provavelmente ás mais antigas rochas do mundo. E' preciso saber que as mais recentes rochas sedimentarias ao longo da costa se formaram pelo deposito de pequenos fragmentos vindos desta massa original. E' necessario tambem saber que estas rochas não são homogeneas, mas em alguns logares são duras, emquanto, distante alguns metros, são decompostas e molles; que ellas foram esmagadas, metamorphoseadas e recrystallizadas sobre áreas extensas, e que se póde achar serrote de granito no meio de áreas de schisto molle. Póde-se dar o caso de uma massa de pedra calcarea numa área de schisto.

Os principaes mineraes encontrados nestas rochas são o feldspatho (*orthoclasio* e *plagioclasio*), quartzo, mica, pyroxeno, hornblende e pyrito.

Ha muitos outros, mas estes são os predominantes. Por toda parte, estas rochas são cortadas por veios de quartzo e de pegmatito de alguns centimetros até meio metro de diametro.

O dr. Roderic Crandall, no seu trabalho intitulado *Geographia, Geologia, Supprimento d'agua, Transportes e Açudagem* (publicação n. 4 da Inspectoria), faz uma outra divisão, que chama a série Ceará.

Eu não fiz essa distincção, porém inclui as rochas da série Ceará no grupo dos schistos. Ellas têm, comtudo, alguns caracteristicos distinctivos. A série Ceará, onde é distinguivel, parece ser composta de rochas acidas e ordinariamente de côres vivas. Contêm ellas mais ou menos kaolim e argilla, e, de vez em quando, offerecem um aspecto terroso. Expostas á acção atmospherica, não se decompõem em blocos arredondados e de superficie lisa, mas desmanchan-se em blocos regulares, grandes e pequenos, os quaes apresentam agudas arestas, não sendo de modo algum arredondados. Offerecem ellas ordinariamente a apparencia de schistos, e podem conter, segundo o dr. Crandall, camadas lenticulares de arenito duro e de pedra calcarea, completamente isolada no meio de uma área de rochas schistosas.

Um exemplo disso se encontra no sopé da Serra do Martins, onde jaz uma massa de pedra calcarea no meio de uma area de rochas schistosas. Parece, entretanto, que as rochas desta série não se separam claramente das outras rochas da região. Toda a materia crystallina está tão metamorphoseada e esmagada, que uma distincção seria, quando muito, pouco clara. Assim, embora provavelmente nem todos os schistos sejam crystallinos, inclui-os entre as rochas crystallinas.

No que respeita á distribuição dos granitos, já havia eu dicto que elles constituem o eixo de algumas das serras principaes.

Póde-se tambem dizer que elles são especialmente dignos de nota onde se dá o contacto da materia crystallina com os sedimentos. Em tal contiguidade, a primeira toma habitualmente a fórma de blocos arredondados e de bossas de granito e de gneiss. Póde-se dizer, entretanto, que pequenas bossas de granito, occasionalmente, affloram pelas áreas crystallinas da Parahiba e do Rio Grande do Norte.

Da série sedimentaria acima indicada ha tres divisões; primeira, uma camada de arenito de granulação miuda e, ás vezes, conglomeratica, que se superpõe directamente ás rochas crystallinas. Tem ella ordinariamente a côr avermelhada de tijolo; mas póde tambem ser amarella ou branca. A côr é devida provavelmente á quantidade variavel de ferro. O contacto entre este arenito e as rochas crystallinas foi observado onde elle se alastra para o lado Suéste do Rio Jaguaribe, a poucos kilometros ao Sul de Limoeiro. Daqui, o contacto passa perto da povoação Taboleiro de Areia e continúa a seguir parallelamente á direcção geral da escarpa da chapada do Apodi, numa linha recuada de cerca de 9 km. para o Noroéste desta escarpa até Passagem Funda. Deste ponto o contacto é provavelmente cerca de 15 km. para o Sul. Dahi continúa a seguir acompanhando, da mesma maneira, a direcção dos escarpamentos das chapadas de São Sebastião e Vacca Morta, sempre de 8 a 12 km. para o Sul das mesmas escarpas. Estes dois ultimos escarpamentos não são mais do que a continuação da escarpa da chapada do Apodi.

Em Assú passa o contacto quasi em frente da cidade, e dahi para Natal é elle mui regular, sempre se approximando cada vez mais da costa. Passa perto de Carapeba, atravessa a estação da Estrada de Ferro em Baixa Verde, passa justamente ao Norte de Taipú, ao Sul do Ceará-Mirim e apresenta-se a 5 km. a Oéste de Macahiba. Deste ponto para o Sul, o contacto nota-se a 5 km. a Oéste de S. José, passa por Curimatahú e perto de Espirito Santo e Pedra de Fogo.

Assim, o arenito é exposto numa cinta estreita desde as vizinhanças de Aracati ao menos até Natal e, provavelmente, mais ao Sul, até o Estado de Pernambuco. Uma secção normal ou transversal a esta cinta mostra uma largura de affloramento de 8 a 12 km. A unica estructura digna de confiança que o auctor viu nesta rocha foi nas vizinhanças do Apodi, e tambem perto do Assú, ao longo da Lagôa Piató. Nestes logares, a inclinação das camadas de arenito é de 3 a 8 graus para o Nordéste ou para o lado do mar.

Encontram-se alguns bons affloramentos proximos a Carapeba, mas alli tambem a estructura merece pouca fé. Na maior parte, o arenito exposto apresenta-se na superficie como uma areia solta, pesada, de côr amarellada escura, não havendo absolutamente rochas duras. Até hoje fosseis ainda não foram encontrados nesta areia. As camadas são, pelo menos, de 30 m. de espessura, porém não ha bastante evidencia da estructura para admittir-se que a inclinação dellas para o mar guarde um angulo constante.

Superpondo-se immediatamente ao arenito, ha uma camada de pedra calcarea dura, de granulação miuda, que apresenta ordinariamente uma côr acinzentada ou amarellada. Afflora numa fita continua, desde perto de Aracati até Natal, e sabe-se que é encontrada em diversos logares entre Natal e Parahiba.

E' provavel que a fita continue até ao Estado de Pernambuco.

O escarpamento do Apodi começa nas vizinhanças de União e segue, em geral, a direcção Sudoéste até alcançar um ponto proximo do Oéste de Apodi. Deste ponto segue na direcção Nordéste para Passagem Funda. Em Passagem

Funda, o Rio Apodi corta a chapada, que no lado E'ste do rio é chamada chapada de S. Sebastião, ao passo que no de Oéste conserva o nome de Apodi.

Estas duas planuras baixas têm um só aspecto physico. O escarpamento da chapada de S. Sebastião não é nem mais nem menos do que a continuação da escarpa do Apodi. Esta primeira desce para o Sul e vai então na direcção Léste para a Povoação Rua da Palha.

Dá-se ahi a mesma coisa notada em Passagem Funda. O Rio Upanema corta a chapada de S. Sebastião, e a parte da serra que corre para o Nordéste é conhecida por Serra Vacca Morta. O escarpamento da Serra Vacca Morta dirige-se um pouco para o Nordéste de Rua da Palha em direcção á margem Norte da Lagôa Piató, e, finalmente, vai baixando cada vez mais até 6 km. a Léste da lagôa, onde se funde com as collinas baixas, que constituem a topographia daquella região.

O que ha de notavel em relação a este escarpamento, que varia de 30 a 100 m. de altura, é que elle assignala o contacto entre o arenito e a pedra calcarea superjacente. Por toda parte, a base da escarpa é arenito, emquanto o alto é calcareo.

Todas as superficies das serras Apodi, S. Sebastião e Vacca Morta são de pedra calcarea. Da Lagôa do Piató a Natal, o contacto do arenito e da pedra calcarea foi apenas approximadamente determinado.

Atravessa elle o Rio Assú, cerca de 9 km. ao Norte da cidade deste nome, e continúa na direcção Léste. Proximo á Fazenda de Santo Antonio, a 30 km. Suéste do Assú, ainda se verifica o contacto. Dahi por deante, foi elle observado a cerca de 16 km. a Léste de Baixa Verde e depois um pouco ao Norte da Estação Itapassaroca, da estrada de ferro. No Ceará-Mirim achou-se pedra calcarea 33 m. abaixo da superficie (proximo á egreja) e encontrou-se a mesma pedra a 20 km. Oéste de Natal, perto de Macahiba.

Nunca explorei pedra calcarea ao Sul de Natal, mas o dr. J. C. Branner (*Geology of the North-East Coast of Brazil Bulletin the Geological Society of America*, vol. 13, pags. 93-95) relata que ella é encontrada nas vizinhanças de S. José, Goianninha, Pequiri e Parahiba. Pela relação geral da Geologia ao Norte de Natal, parece-me provavel que a mesma relação existe ao Sul de Natal até Parahiba. A pedra calcarea exposta na zona estreita acima mencionada tem uma argura variavel, que attinge sua maxima nas vizinhanças de Mossoró. Alli uma secção vertical mostra uma largura de 70 km., pelo menos. Em Assú, é provavel que meça 25 km. De Baixa Verde uma secção Léste—Oéste evidenciaria pedra calcarea em 16 km. de largura, emquanto nas vizinhanças de Natal é provavel que se achasse em menos de 10 km.

O unico affloramento, onde foi observado a estructura da pedra calcarea, foi ao longo da escarpa da chapada do Apodi e ao longo do Rio Apodi, de Passagem Funda a São Sebastião. Ahi os affloramentos mostram claramente uma inclinação suave para Nordéste. Em outros pontos, as camadas são horizontaes.

Na Fazenda Sussuarana, a 23 km. a Nordéste de Apodi, e ainda proximo a S. Sebastião, o dr. Crandall observou arenito superposto a calcareo. Isto significa que, apesar da apparente inclinação para o lado do mar, podemos considerar estas camadas horizontaes ou quasi horizontaes. Aliás foi perfurado um poço de profundidade de 45 m. em Mossoró cujos primeiros 30 m. eram em pedra calcarea e os outros 15 em areia.

A mesma relação horizontal existe proximo a Mossoró, pois, se as camadas de arenito tivessem uma inclinação regular para o lado do mar, mesmo num angulo de um grau, podia elle, nas 10 leguas de Passagem Funda para Mossoró, attingir uma profundidade superior a 30 m.

A pedra calcarea tem a provavel espessura de 30 a 50 m. Esta estimativa é baseada nos affloramentos ao longo do Rio Apodi e em dois poços perfurados, um em Mossoró, acima mencionado, outro em Macau. No poço de Macau, a pedra calcarea apresenta 44 m. de espessura. E' razoavelmente certo que as camadas são do periodo geologico entre fins do Cretaceo e principios do Terciario. O dr. Crandall menciona fosseis encontrados nellas; eu tambem achei alguns.

Finalmente, superposta á pedra calcarea e extendendo-se ao mar, temos a terceira divisão das rochas sedimentarias, deposito mais recente, em grande parte, constituido por areias e argillas. A parte superficial deste deposito é de areia; mas, quando perfurada, mostra conter grande quantidade de argilla. A areia é naturalmente mui calcarea em certos logares, devido ás aguas carregadas de cal que passam por sobre ella. Não vi rochas estratificadas entre o calcareo e o oceano; mas, de quando em vez, encontram-se areias cobertas por arenito duro e frequentemente duros seixos de natureza conglomeratica.

Os melhores affloramentos destas recentes camadas foram vistos no correr de uma viagem ao longo da praia da Lagôa dos Mattos a Areia Branca.

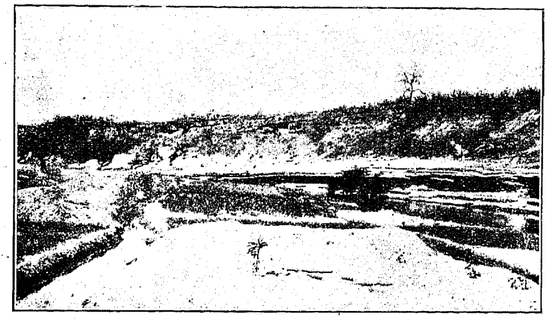
Da primeira destas localidades até Mutamba e outra vez numa extensão de 2 km. perto do Morro do Tibau, o arenito está exposto num escarpado, que varia, em altura, de 15 a 20 m. Essa rocha tem geralmente um cinto de conglomerado na base de cerca de 3 m. de espessura. Superposto a este, acha-se um grés vivamente colorido, um tanto duro e geralmente unido com ferro. Acima deste, encontra-se areia molle e branca, ordinariamente de 2 a 3 m. de espessura e sem ser disposta em camadas de estratificação. Superpostas a tudo, encontram-se dunas de areia de granulação média e avermelhada e que não estão consolidadas. Todo o escarpado é vivamente colorido, e póde apresentar tons de côr parda, vermelha, purpura e branca.

Geralmente os affloramentos destas camadas não mostram estructura alguma que mereça fé. Quasi todas ellas contém mais ou menos ferro e cal, e uma ou outra vez exhibem grande quantidade de materia terrosa, inclusive kaolim e argilla. Esperava o auctor encontrar alguns fosseis nestas camadas para assim poder determinar a edade das mesmas. Embora tivesse feito grande parte do caminho de martello na mão, nada achou, a não ser algumas concreções de cal.

Descendo a costa, justamente ao Sul da Villa de Touros, ha um affloramento de arenito amarello, de granulação grossa, com camadas quasi horizontaes ou inclinadas suavemente para o mar.

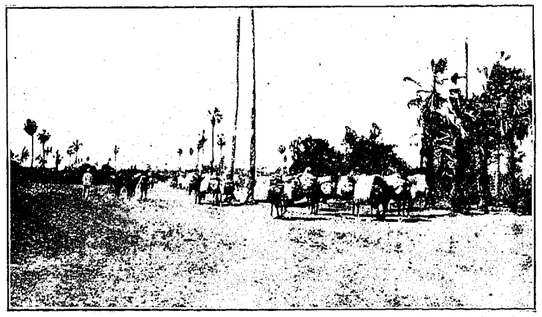
A 15 km. mais ao Sul, ha uma escarpa de cerca de 3 m. de altura composta de argilla arenosa, branca e avermelhada escura. Parece-se muito com o escarpado observado perto da Lagôa dos Mattos.

Estes depositos de sedimentos extendem-se ininterruptamente desde Aracati, e provavelmente mais ao Norte, até Recife, e possivelmente para o Sul daquella cidade,



Pedra calcarea perto de S. Sebastião, no Rio Grande do Norte, mostrando a posição quasi horizontal das camadas.

Feira no sertão



Transporte em costas de animaes no interior do Rio Grande do Norte

A largura destes depositos varia: em Mossoró, é de cerca de 35 km. e de 25 km. no Ceará-Mirim; em Macau, é de 22 km.; em Natal é de 20 km. e na Parahiba é de cerca de 20 km. Sua profundidade augmenta com a approximação da costa.

Em Areia Branca, tem elles uma espessura pelo menos de 90 m., em Macau de 106 m. e em Natal pelo menos de 108 m. Embora tivesse feito esforços, nunca achei fosseis nesses depositos; mas o dr. J. C. Branner (*opus* cit., pag. 47) descreve fosseis em areia amarellada calcarea ao longo da costa na Ponta de Pedras, que attribue ao periodo terciario.

E' muito provavel que estas camadas tenham co-rei lação com os depositos aqui descriptos da Parahiba e Rio Grande do Norte. A historia geologica desta parte da costa do Brasil, baseando-nos no material precedente e em informações já dadas, póde ser mais ou menos como se segue.

As rochas de base complexa ou de massa crystallira, depois de um longo periodo de erosão, ter-se-ão finalmente submergido ao longo da costa da Parahiba e do Rio Grande do Norte durante o periodo entre os fins do cretaceo e os principios do terciario.

O mar invadiu a terra até passar a linha do contacto entre as areias das rochas sedimentarias e crystallinas. Foi durante o primeiro periodo de depressão que o arenito de granulação miuda, já descripto, foi depositado. Com esta deposição, as condições mudaram-se radicalmente, pois temos uma pedra calcarea, quasi pura, que jaz directamente sobre esse arenito.

Se a terra se elevou e o arenito foi sujeito á erosão, antes da deposição da pedra calcarea, não se póde dizer definitivamente. Encontram-se poucos affloramentos de arenito estratificado; mas, quando notados, os extractos de arenito e calcareo sempre parecem parallelos. Por isso, o auctor é de opinião que ambos foram depositados no mesmo periodo de depressão, mas que o contacto assignala uma grande mudança nas condições physicas. E' razoavelmente certo que a pedra calcarea foi depositada durante os fins do periodo cretaceo ou nos principios do terciario. Durante este periodo, a terra se levantou.

Parece que houve ahi pouca perturbação, pois que as camadas são horizontaes, ou que ellas se inclinaram suavemente para o mar.

Póde ter occorrido consideravel denudação durante esse tempo, pois a pedra calcarea está mui desbastada em certos logares. Finalmente, a terra ao longo da costa submergiu-se durante o periodo *post* cretaceo e foram depositadas as mais recentes camadas de areia e argillas.

As condições physicas outra vez mudaram, porque a ausencia de materias calcareas nestas camadas recentes mostra que a vida animal era muito escassa. Mais uma vez se levantou a terra e provavelmente ficou acima do mar desde esse tempo até aos nossos dias.

A superficie da areia é mais ou menos calcarea, devido ás aguas carregadas de cal que lhe passam por cima, porém as rochas situadas um pouco abaixo da superficie não offerecem vestigios de cal.

Exceptuada a região vizinha a Mossoró e Assú, a série de rochas sedimentarias da costa parece ter sido depositada em uma cinta regular ao longo da costa, tornando-se a área um pouco mais estreita na proporção em que se afasta para Sudéste. Na vizinhança exceptuada, ha uma bacia semi-circular, que se póde facilmente explicar pela natureza da drenagem dessa região. Os tres rios Jaguaribe, Mossoró e Assú são os mais largos ao longo dessa parte da costa, e, embora drenem uma área consideravel, suas emboccaduras são todas perto uma da outra. Naturalmente na immediata vizinhança delles a denudação foi mais pronunciada do que nas áreas de drenagem menores ou de menor extensão. Assim, quando a terra baixou, a agua alcançou muito mais para o interior nesta região terra a dentro do que em qualquer outra ao longo da costa da Parahiba ou Rio Grande do Norte, e a subsequente deposição cobriu um territorio correspondente mais largo.

Além das rochas sedimentarias ao longo da costa, ha outras áreas, menores e completamente isoladas, de rochas estratificadas nos Estados da Parahiba e Rio Grande do Norte. Entre ellas, ha, principalmente, a bacia de arenito do Rio do Peixe.

Começando perto da juncção do Rio Piranhas com o Rio do Peixe, e extendendo-se a divisoria nas nascentes do Rio Pendencia, numa distancia de 80 km., ha uma bacia de arenito avermelhado. Esta bacia tem uma largura variavel, que se póde avaliar num termo médio entre 9 e 12 km. em toda a sua extensão e tem um grande braço, que se extende a mais de 12 km. para Belém. Não ha duvida que esta bacia é uma área isolada no meio de uma grande extensão de rochas crystallinas.

A rocha typica é ahi um arenito avermelhado, um tanto molle e de granulação fina. Essa rocha, principalmente na parte alta da bacia ou, de modo geral, aquella parte acima de Sousa, é mui commum e constitue a maior parte do fundo do valle, assim como as baixas collinas na proximidade do contacto com as rochas crystallinas. Póde dizer-se geralmente, entretanto, que as margens da bacia, ou aquella parte mais proxima do contacto com as rochas crystallinas, é composta de um arenito mais grosso do que nas partes que lhe ficam immediatamente abaixo. De facto, a parte mais proxima do contacto é um conglomerado, apresenta pequenos seixos de quartzo, alguns do tamanho de um ovo de gallinha.

De regra, estas camadas de arenito inclinam-se suavemente para o Sul, ou alguns graus a cada lado do Sul. Ha uma pequena dobra synclinal perto da extremidade Sul do valle. Vê-se essa estructura nas camadas perto de Acauan e do mesmo modo perto de S. João. Entretanto, esta estructura é provavelmente sem importancia economica. O arenito avermelhado e amarellado jaz entremeado com camadas de folhelhos tambem avermelhados. Este folhelho cobre área tão larga que deve ser tomado em consideração. Parece-se muito com o arenito, mas é de grão mais fino.

Em muitas partes do valle achei estas camadas argillosas intercaladas no meio do arenito. E' ella mais commum na parte mais baixa da bacia, isto é, ella é encontrada de um extremo a outro; porém, em qualquer secção atravez do valle, esta argilla se encontrará provavelmente em maior quantidade proximo ao rio ou na parte mais baixa. Este deposito de sedimentos, na sua totalidade, parece ser intercallado entre camadas de arenito grosso de natureza conglomeratica, outras de granulação média, um arenito de grão fino, argilloso em parte, e, finalmente, uma argilla ou folhelho typico. Podem-se achar, ás vezes, todas essas differentes gradações de rochas entremeadas num dado logar.

No que respeita á edade dessas rochas, o auctor não achou fosseis nem ouviu fallar de fosseis encontrados alli em tempo algum.

O arenito muito se parece com aquelle sub-posto á pedra calcarea da cinta do littoral, e commummente conjectura-se que elle seja do periodo cretaceo. Isto, entretanto, é mera supposição. Póde ser que haja co-relação entre este arenito e o da Serra do Araripe; nunca tendo visto, porém, esta serra nem a área intermediaria, o auctor não está habilitado a julgar. Tambem póde ser que haja co-relação entre este mesmo arenito e o arenito da cinta da costa, porém o ultimo está pelo menos 130 km. distante, e a zona entre as duas regiões offerece pouco vestigio de ter sido coberta por taes sedimentos.

As serras do Martins, Port'Alegre e João do Valle são uma série de montanhas cobertas de arenito, as quaes sobem abruptamente á altura de 650 a 700 m. O auctor não visitou a ultima destas serras mencionadas, mas viu de longe. As duas primeiras têm uma camada de duro arenito, de granulação grossa, que attinge a uma maxima espessura de 50 m. Não ha alli notaveis camadas de estratificação; porém, a julgar pelo contacto apparentemente horizontal e pela linha regular do horizonte, é provavel que exista em camadas horizontalmente sobre as rochas crystallinas. E' difficil explicar a presença dessa rocha em tal posição. Nunca se achou fossil algum alli. Ella não se parece com o arenito quer de Sousa, quer dos sedimentos da costa. As bases das serras do Martins e Porto Alegre são formadas de schistos que o dr. Crandall chama a "série Ceará", e nos quaes se encontram, ás vezes, camadas finas de arenito vitrificado. Póde ser que este arenito das serras pertença á série regular de schistos que se lhe superpõem. Entretanto, os schistos são muito dobrados e inclinados, sobre os quaes o arenito parece assentar horizontalmente. Esta relação é para descreditar tal hypothese. Ha uma massa de pedra calcarea isolada perto do sopé da Serra do Martins. Pelo que pude verificar, estas serras, cobertas de arenito, a bacia de arenito do Rio do Peixe e a cinta de sedimentos do littoral formam o total das áreas sedimentarias nos Estados de que estamos tratando.

Tal é, abreviadamente, a Geologia da Parahiba e Rio Grande do Norte. A sequencia da série sedimentaria e o contacto entre as crystallinas e as precedentes são indubitaveis, mas a distribuição é apenas geral. Tem-se encontrado difficuldades em organizar o mappa das áreas no que respeita aos sedimentos, por causa da falta de bons affloramentos. Seria completamente impossivel tentar semelhante coisa sem ter gasto alguns mezes com estudos preliminares no local. Tomando nota, porém, de pequenas differenças, na topographia, do caracter do sólo, vegetação, seixos fortuitos, do caracter d'agua, quando é encontrada, sondagens das que não se acham na superficie, etc. pude conseguir approximadamente a delimitação das áreas.

Uma das coisas mais interessantes, em connexão com este assumpto, é a relação da Geologia com a Topographia. A área crystallina póde ser commummente reconhecida pelos diversos serrotes de duro granito, pelas occasionaes montanhas que se erguem abruptamente da planicie circumjacente, pelas grandes extensões suavemente ondulosas, cobertas de uma vegetação irregular e tendo veios e bossas enormes de rocha dura apparecendo á superficie, e por baixos e rocheos espigões. Por outra parte, as áreas sedimentarias são reconhecidas antes de tudo por sua vegetação, que ordinariamente assume a fórma de impenetravel matto; frequentemente se encontra um cerrado de 3 a 4 m. de altura. »

O dr. Manuel Dantas, acompanhando os estudos do dr. Roderic Crandall, descreveu assim a estructura do territorio do Estado:

« O territorio do Rio Grande do Norte tem, geologicamente, a mesma natureza do dos outros Estados vizinhos; porém, offerece particularidades que lhe são proprias: no sólo, no sub-sólo, na vestimenta das terras. O Cabo de S. Roque e os planaltos da Borborema e do Apodi constituem accidentes da maior importancia na configuração do sólo e na vida do povo.

O Cabo de S. Roque marca, por um lado, o limite do grande recife que, desde a extremidade Sul dos Abrolhos, numa extensão de 1.800 km., fórma o barranco dessa parte do continente, onde as areias esbarram, accumulando-se, para se espalharem numa zona de 40 a 60 km. de largura, com 100 m. de altitude, limitada a Oéste pela Borborema, região inclinada ligeiramente para o mar e cortada pelos rios que descem do planalto.

Ao longo da costa, as areias das dunas, levadas para o interior ao sopro dos ventos, formam a cadeia de morros, de mais de 100 m. de altura e muitos kilometros de extensão, por traz dos quaes morros se desenvolve uma larga planicie arenosa, primeiro degrau do territorio que se eleva gradualmente até o cume da Borborema, que apresenta o aspecto de vasta planicie granitica, de 500 a 700 m. de altitude, reduzida pela erosão e desseccada, do lado de Léste, pelo Rio Parahiba e outros de menor curso, que descem para o mar; do lado de Oéste, pelo Rio Assú e seus tributarios.

A costa, a partir do Cabo de S. Roque, segue em rumo de Noroéste, formando um littoral baixo, onde os rios Assú e Mossoró depositam constantemente as alluviões que acarretam dos planaltos da Borborema e do Apodi, nas erosões das chuvas torrenciaes. Esta parte da região, que constitue as bacias do Assú e do Mossoró, é de formação diversa da da zona costeira e fica apertada entre os dois planaltos, que vão se confundir com o mar, pelo Cabo de S. Roque e pelo Morro do Tibau. Do lado da Borborema, a linha de elevações do sólo é balisada, em direcção ao mar, a partir do corpo central do massiço, por uma série de bossas graniticas, de configuração conica, das quaes a mais notavel é o pico do Cabugi, ponto culminante do systema orographico do Rio Grande do Norte, a 800 m. de altura, mais ou menos, e que marca, a 60 km. da costa, o rumo do Cabo de S. Roque.

Do lado da chapada do Apodi, as terras vão se inclinando suavemente para o mar, sem pontos elevados, que lhes marquem a direcção do Morro do Tibau.

O massiço ou planalto da Borborema constitue, com outros massiços, o talude oriental do grande massiço central do Brasil, emquanto o chapadão do Apodi, preso á serra do Araripe, forma o talude septentrional.

A bacia do Mossoró separa esses dois planaltos, nos quaes este ultimo e o Rio Assú ou Piranhas, rompendo os diques que em antigas epochas geologicas formavam grandes e profundos lagos interiores, cavaram seus leitos, que não encontraram ainda a posição definitiva, e, levando para o mar as terras roubadas á montanha pela erosão, formaram, pelos successivos depositos, os valles de varzeas immensas e fertilidade pasmosa.

Serrote isolado de granito no meio de uma área de schistos e gneiss, perto de Martins, Rio Grande do Norte

Affloramento do arenito ao longo da Chapada do Apodi, perto de Passagem Funda, Rio Grande do Norte

Ondulosa planicie crystallina (granito) perto de Caraúbas, Rio Grande do Norte.

A Borborema, que vem correndo parallela á costa do littoral, desde o S. Francisco até ao Cabo de S. Roque, é constituida por um complexo de gneiss e outros schistos crystallinos junto com schistos paleozoicos, que se têm sublevado de modo a formar o massiço montanhoso, quasi achatado no alto, sustentado, em parte, por fortes intrusões graniticas que se acham mais em evidencia na parte occidental do que na parte oriental.

A chapada do Apodi, com uma altitude de 175 m., é formada, principalmente, de calcareos que se apresentam no alto em grandes lages que, com as camadas marnosas, jazem por cima de arenitos amarellos, de grãos grossos, dos quaes provém a areia que cobre a região marginal ao médio Mossoró.

De um esboço geologico da costa Nordéste do Brasil, feito pelo dr. Branner, vê-se que a estructura do sólo do Rio Grande do Norte apresenta uma zona de rochas sedimentares, parallela á costa, de largura mais ou menos uniforme, correndo numa linha formada pelos taboleiros arenosos de Nova Cruz a Macahiba, inflectindo-se dahi para o Taipú, em direcção ao Apodi. Do Ceará-Mirim parte uma estreita faixa de rochas calcareas, que corre apertada entre as rochas sedimentares, passando por Mossoró, em direcção ao Ceará. Toda a outra estructura é de rochas crystallinas, apresentando, na Serra do Martins, uma formação esporadica de rochas sedimentares. »

Quanto aos mineraes, pouco se sabe. O engenheiro Ralph H. Sopper, na memoria que transcrevemos, affirma que os principaes mineraes encontrados no Estado são o feldspatho, quartzo, mica, pyroxeno, hornblenda e pyrito, havendo, entretanto, muitos outros. Como esta, são as demais informações que conhecemos: vagas e imprecisas. Tudo indica, porém, que a riqueza do sólo é importante, podendo-se assegurar que existem jazidas de ferro, cobre, chumbo, manganez, gesso, enxofre, salitre, amianto, etc., porque muitas amostras figuraram na Exposição Nacional, realizadas em 1908 nesta Capital. Chronicas e documentos antigos dão noticia da mineração de oiro, especialmente no Apodi, e muitos auctores dizem que, de presente, elle é encontrado, entre outras, na Serra do Cabello-Não-Tem, no Municipio de Pau dos Ferros.

O dr. Manuel Dantas diz que houve mineração de oiro e prata tambem no Seridó; e accrescenta que as minas de enxofre, gesso, mica e salitre, de Santa Cruz, Curraes Novos e Acary são á flor da terra e tão abundantes que, desde muitos annos, as populações alli se servem dos seus productos para as necessidades locaes.

XII

População

São deficientissimos os elementos que ha para calcular a população do Brasil durante o periodo colonial. Aos bispos competia, é certo, organizar e remetter annualmente para Lisboa as estatisticas da população de suas dioceses: mas, — baseadas nos arrolamentos que os parochos faziam de seus districtos pastoraes, — essas estatisticas se resentiam de erros e omissões, porque, se elles incluiam com exactidão os moradores que conheciam, formavam hypotheticamente o resto do calculo, em cuja veracidade se não póde, por isto mesmo, confiar.

Em relação a algumas capitanias, como a do Rio Grande do Norte, nem mesmo dados incompletos são conhecidos.

O primeiro recenseamento de que temos noticia, comprehendendo todo o actual Estado e offerecendo, pela sua origem official, alguma segurança, é de 1835, e está entre os avulsos impressos existentes no Senado Federal com os projectos desse anno.

Foi coordenado, segundo os mappas parciaes dos districtos de paz da então Provincia, na Secretaria do Governo, em Natal, aos 6 de Junho de 1835, pelo secretario Miguel Alvares Teixeira de Mendonça.

Por elle, a população era, nessa epocha, de 87.931 habitantes, sendo:

Homens	43.858
Mulheres	44.073

Eram livres 77.691, a saber:

Homens	38.719
Mulheres	38.972

Eram escravos 10.240, sendo:

Homens	5.139
Mulheres	5.101

Por côres:

CÔRES	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Brancos	13.680	13.765	—	—	27.445
Pardos	18.580	18.529	1.965	2.259	41.333
Pretos	3.056	3.191	3.174	2.842	12.263
Indios	3.403	3.487	—	—	6.890
Total	38.719	38.972	5.139	5.101	87.931

Por edades:

EDADES	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Até 10 annos	10.447	10.438	1.436	1.431	23.752
De 10 a 20	8.734	9.073	1.152	1.256	20.215
De 20 a 30	6.943	7.425	1.129	1.172	16.669
De 30 a 40	4.785	4.883	704	638	11.010
De 40 a 50	3.728	3.690	369	300	8.087
De 50 a 60	2.305	1.809	210	193	4.517
De 60 a 70	1.117	1.004	100	64	2.325
De 70 para cima	660	610	39	47	1.356
Total	38.719	38.972	5.139	5.101	87.931

Em 1844 o dr. João Paulo de Miranda, chefe de Policia, mandou proceder pelas delegacias policiaes a um

arrolamento da população, que deu o seguinte resultado:

Homens	74.337
Mulheres	74.735
	149.072

Desses 149.072 habitantes eram:

Livres	130.919
Escravos	18.153
Casados	51.933
Solteiros	87.139
Viuvos	10.000
Brancos	48.157
Pardos	70.653
Pretos	23.467
Indios	6.795
Sabiam ler e escrever	24.412
Analphabetos	124.660

O dr. João Paulo de Miranda, considerando que o resultado a que chegara era inferior á realidade e, accentuando, nas notas que acompanharam o mappa que havia organizado, os embaraços encontrados ao serem feitos os arrolamentos parciaes, não dava pela sua exactidão e avaliava a população da Provincia em 160.000 almas.

Referindo-se a este assumpto, dizia o presidente Pedro Leão Velloso, no *Relatorio* que, em 1862, apresentou á Assembléa Provincial:

« E' tal a falta de conhecimentos estatisticos em que nos achamos que nem mesmo possuimos aquillo que constitue seus rudimentos — as cifras da população da Provincia.

Calcula-se que orça ella por 200.000 habitantes; mas não passa de calculo. Não ha dados reaes e positivos. Apenas existe um trabalho organizado em o anno de 1855 pelo chefe de Policia de então, Herculano Antonio Pereira da Cunha, pelo qual se vê que a população da Provincia naquella epocha orçava por 132.216 habitantes, não contando a Cidade do Assú e seu termo população que, dividida pelos diversos municipios, segundo as condições e estado, dá o seguinte resultado:

	LIVRES				CAPTIVOS			
	Casados	Solteiros	Viuvos	Total	Casados	Solteiros	Viuvos	Total
Natal	1.641	3.962	331	5.934	5	515	—	520
S. Gonçalo	2.556	4.896	253	7.705	159	536	80	775
Extremoz	7.662	7.593	369	15.724	416	607	103	1.126
Touros	2.192	1.607	101	3.810	16	338	8	362
Goianninha	6.710	12.014	815	19.539	250	1.279	71	1.600
Angicos	1.869	1.157	209	3.235	520	435	145	1.100
Macau	2.098	2.854	212	5.164	93	467	4	564
Mossoró	737	1.695	61	2.493	4	149	—	153
Principe	2.025	4.819	202	7.046	86	1.116	8	1.210
Acary	2.105	4.458	233	6.696	138	809	22	969
Imperatriz	1.478	3.438	180	5.096	16	728	2	746
Port'Alegre	2.221	4.488	212	6.921	28	685	1	714
Apodi	1.548	2.497	436	4.481	155	346	88	589
S. José	7.691	9.211	1.216	18.118	4.013	5.160	643	9.816
	42.543	64.689	4.830	111.962	5.899	13.170	1.175	20.244

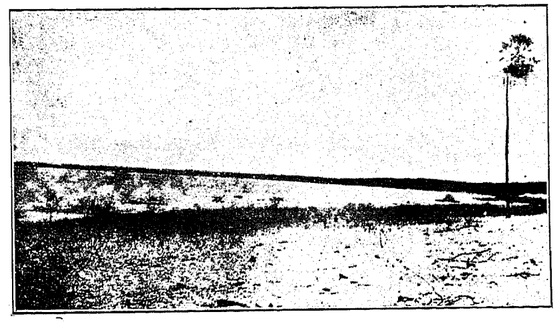
Dando-se á Cidade do Assú e seu termo 16.000 habitantes, chegar-se-á á conclusão de que 148.216 era o numero de almas da Provincia naquella epocha. São decorridos seis annos. Calcule-se, como calculam os estatisticos, com um nascimento por 25 pessoas, attendendo-se á salubridade da Provincia e seus meios de facil subsistencia, e a cifra de nascimentos orçará por 35.620. A da mortalidade, tomando-se o termo médio, reconhecido nos paizes de boa salubridade de um por 47 individuos, terá sido de 18.918, que diminuidos do total da população daquelle tempo, addicionados os nascimentos, dará o seguinte resultado:

População no anno de 1855	148.210
Nascimentos daquella epocha para cá	35.620
Obitos	18.918
População actual	164.712

O quadro estatistico que vem inscripto na *Carta Chorographica do Imperio*, organizada em 1856 por Jacob Niemeyer, dá á Provincia 180.000. Feito o calculo sobre esta base deverá ella contar hoje 196.750. O dr. Sousa Brasil em 1858 contemplou-a no seu compendio de Geographia com 210.000. São calculos que não têm o cunho da infallibilidade. »

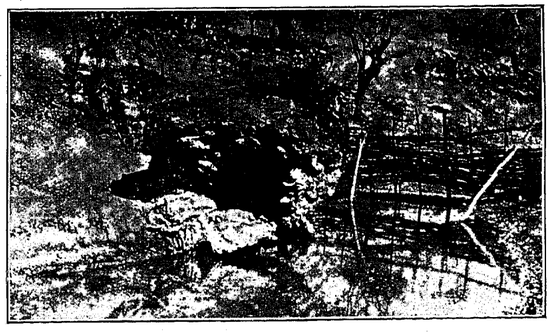
Como se vê da transcripção feita, o presidente Pedro Leão Velloso, que não conhecia o trabalho do dr. João Paulo de Miranda, de 1844, baseia as suas conclusões no recenseamento a que se procedeu em 1855, de ordem do dr. Herculano Antonio Pereira da Cunha, recenseamento que, embora feito 11 annos mais tarde, accusa uma cifra inferior á do primeiro.

E' verdade que, no interregno, houve a grande secca de 1845; mas ainda assim não parece explicavel o facto, tanto mais quanto, em 1860, o presidente João José de Oliveira Junqueira, em seu *Relatorio*, já affirmava "acreditar que não erraria quem assignasse á Provincia 200.000 almas de população".



Lagôa do Piató, Rio Grande do Norte

Vasante no leito do Rio Apodi, 15 kil. ao Sul de Mossoró, Rio Grande do Norte



Olho d'agua Livramento, ao longo da escarpada da Chapada de S. Sebastião

Pelo recenseamento feito em 1870, de ordem do então chefe de Policia, dr. Aurelio Ferreira Espinheira, por intermedio dos delegados e sub-delegados, em seus respectivos districtos, a população era de 262.307 habitantes, sendo 237.981 livres e 24.326 escravos; e do que se realizou em todo o Imperio a 1 de Agosto de 1872, de accôrdo com o regulamento de 30 de Dezembro de 1871, temos conhecimento pelo seguinte quadro, extrahido da *Falla* com que o 2º vice-presidente em exercicio, coronel Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, abriu a Assembléa Provincial em 11 de Junho de 1873:

PAROCHIAS	FOGOS	HABITANTES	HOMENS	MULHERES	SABEM LER	ANALPHABETOS	BRASILEIROS	EXTRANGEIROS
Natal	1.609	8.909	4.461	4.448	2.263	6.646	8.865	44
S. José	1.975	11.083	5.430	5.653	1.269	9.814	11.071	12
Jardim	1.044	7.187	3.638	3.559	1.171	6.026	7.186	11
Macau	637	3.813	1.998	1.815	817	2.996	3.790	23
Mossoró	1.270	7.748	3.966	3.782	1.449	6.299	7.730	18
Papari	990	5.154	2.295	2.859	684	4.470	5.137	17
Arez	477	2.604	1.148	1.456	275	2.329	2.601	3
Canguaretama	2.128	11.078	5.483	5.589	1.039	10.033	11.044	28
Ceará-Mirim	2.895	18.148	9.039	9.109	1.775	16.373	18.116	32
Acari	1.518	10.948	5.485	5.463	1.464	9.484	10.933	15
Santa Cruz	1.611	9.962	5.053	4.909	694	9.268	9.962	
Patú	804	5.084	2.522	2.562	782	4.302	5.075	9
Triumpho	815	5.481	2.761	2.720	961	4.520	5.471	10
Principe	1.429	10.416	4.993	5.423	1.586	8.830	10.389	27
Serra Negra	311	2.720	1.395	1.325	323	2.397	2.712	8
Port'Alegre	501	3.181	1.608	1.573	427	2.754	3.175	6
Angicos	906	5.323	2.663	2.660	827	4.496	5.312	11
Sant'Anna	1.464	9.937	4.913	5.024	1.233	8.704	9.921	16
Touros	1.712	9.078	4.508	4.570	938	8.139	9.069	9
Assú	1.223	7.941	3.906	4.035	1.071	6.870	7.936	5
Imperatriz	1.747	10.613	5.383	5.230	1.557	9.056	10.577	36
Apodi	1.007	6.426	3.197	3.299	955	5.471	6.412	14
Carahubas	485	3.376	1.750	1.626	644	2.732	3.368	8
Nova Cruz	1.931	10.451	5.261	5.190	520	9.931	10.443	8
Pau dos Ferros	2.742	18.942	9.508	9.434	2.475	16.467	18.911	31
Goianninha	1.899	12.384	6.166	6.218	991	11.393	12.368	16
	35.130	217.991	108.530	109.461	28.191	189.800	217.574	417

Falta neste quadro a população recenseada na parochia de S. Gonçalo, que foi de 15.988 almas, o que eleva o total da população da Provincia a 233.979, isto é, menos 28.328 do que a cifra encontrada dois annos antes pelo dr. Aurelio Ferreira Espinheira, que aliás julgava, com fundamento, não ser o algarismo obtido a expressão da verdade, e calculava que, na realidade, elle não podia ser inferior a 300.000.

Esta affirmação consta da referida *Falla* do coronel Bonifacio Camara. Della são tambem as considerações que se seguem, em que aquelle fallecido presidente da ex-Provincia compara o resultado do recenseamento de 1872 não já com o de 1870, mas com o de 1844, "trabalho em que podia haver omissões, nunca accrescimo de individuos":

« Será possivel que de 1844 a 1872 não tenha duplicado a população desta parte do Imperio, quando a sua receita tem quintuplicado e novas povoações se têm fundado, quasi na mesma proporção do accrescimo de sua renda ?

No arrolamento dos povos da delegacia do Assú no anno de 1844 encontra-se aquella zona habitada por 44.820 almas; no recenseamento de 1872 encontram-se os seis municipios actuaes — Assú, Triumpho, Mossoró, Sant'Anna do Mattos, Angicos e Macau, — os quaes constituem a antiga delegacia, com 40.160, donde resulta o absurdo de haver a população da mesma zona diminuido de 4.660 habitantes.

O arrolamento da delegacia do Apodi em 1844 deu 11.302 almas; os dois municipios actuaes — Apodi e Carahubas, — que formavam a antiga delegacia, deram no ultimo recenseamento 9.780, isto é, 1.522 habitantes menos do que em 1844, absurdo egual ao que se manifesta no recenseamento do Assú.

Das demonstrações que acabo de fazer resulta que o recenseamento de 1872 está muito longe da realidade, e que a estatistica de 1870 (a que foi feita de ordem do dr. Aurelio Ferreira Espinheira), organizada pela Policia, exprime maior exactidão. A inferioridade dos trabalhos censitarios a que se procedeu em 1872 é devida principalmente ao pouco zelo dos agentes recenseadores.

Até na capital, onde mais facilmente se poderia obter resultados que mais se approximassem da verdade, parte da população deixou de receber listas e das que foram distribuidas muitas deixaram de ser arrecadadas. »

Dois foram os recenseamentos já realizados na vigencia do novo regime: o de 1890 e o de 1900. Pelo primeiro a popu-

lação do Estado era de 268.273 habitantes e pelo segundo de 274.317, assim distribuidos:

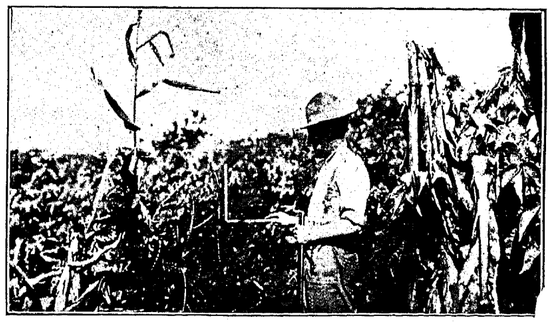
MUNICIPIOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Acari	3.088	3.158	6.246
Angicos	2.133	2.138	4.271
Apodi	3.939	4.231	8.170
Arez	1.673	1.807	3.480
Assú	4.419	4.138	8.557
Caicó	5.483	5.966	11.449
Canguaretama	2.997	3.306	6.303
Carahubas	2.100	2.175	4.275
Ceará-Mirim	5.182	5.683	10.865
Cuitezeiras (hoje Pedro Velho)	3.403	3.287	6.690
Curraes Novos	3.070	3.297	6.287
Flores	2.222	2.341	4.563
Goianninha	3.559	3.471	7.030
Jardim de Angicos (hoje Lages)	2.089	2.102	4.191
Jardim do Seridó	4.949	5.190	10.139
Luiz Gomes	1.367	1.534	2.901
Macahiba	5.317	5.596	10.913
Macau	3.849	4.290	8.139
Martins	3.622	3.940	7.562
Mossoró, incluida a população do actual Municipio de Areia Branca	6.124	6.478	12.602
Natal	7.900	8.156	16.056
Nova Cruz	3.252	3.233	6.485
Papari	2.179	2.521	4.700
Pau dos Ferros	2.853	2.974	5.827
Patú	2.391	2.503	4.894
Port'Alegre	1.637	1.797	3.434
Sant'Anna do Mattos	5.009	5.332	10.341
Santa Cruz	4.772	4.929	9.701
Santo Antonio	5.436	5.353	10.789
S. Gonçalo	5.755	5.967	11.742
S. José do Mipibú	5.964	6.082	12.046
S. Miguel	2.714	2.974	5.688
Serra Negra	1.477	1.559	3.036
Taipú	1.302	1.407	2.709
Touros	7.883	8.384	16.267
Triumpho (hoje Augusto Severo)	2.796	3.093	5.889
Total	133.925	140.392	274.317

Baseando-se nos dois ultimos recenseamentos e no que foi feito em 1872, a Directoria de Estatistica, no *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*, calculou que a população do Estado, em 1905 e 1908, era de 277.000 e 279.000, respectivamente; mas, no seu *Annuario Estatistico do Brasil*, publicado em 1916, rectificou os seus calculos do seguinte modo:

MUNICIPIOS	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Acari	8.166	8.485	8.816	9.161	9.800	10.485
Angicos	6.784	7.248	7.743	8.273	9.079	9.963
Apodi	10.208	10.538	10.878	11.230	11.609	12.000
Areia Branca	6.554	6.823	7.103	7.395	7.506	7.618
Arez	4.064	4.155	4.248	4.344	4.409	4.475
Assú	11.463	11.952	12.462	12.993	13.188	13.386
Augusto Severo	7.134	7.332	7.536	7.746	7.969	8.200
Caicó	15.043	15.641	16.263	16.910	17.164	17.421
Canguaretama	8.370	8.716	9.076	9.452	5.593	9.737
Carahubas	4.872	4.964	5.057	5.153	5.580	6.044
Ceará-Mirim	14.908	15.598	16.319	17.074	17.863	18.689
Curraes Novos	10.974	11.139	11.306	11.476	11.648	11.823
Flores	5.353	5.476	5.603	5.732	5.864	6.000
Goianninha	9.564	9.994	10.445	10.914	11.817	12.795
Jardim de Angicos (hoje Lages)	5.399	5.598	5.805	6.019	6.109	6.200
Jardim do Seridó	11.297	11.473	11.651	11.833	12.017	12.204
Luiz Gomes	4.899	5.280	5.691	6.134	6.226	6.319
Macahiba	12.952	13.273	13.601	13.938	14.284	14.637
Macau	10.634	11.049	11.479	11.926	12.835	13.814
Martins	13.796	14.081	14.371	14.667	14.970	15.279
Mossoró	14.330	14.596	14.867	15.142	15.423	15.709
Natal	23.121	24.357	25.660	27.032	28.477	30.000
Nova Cruz	7.908	8.135	8.369	8.610	8.857	9.112
Páu dos Ferros	7.433	7.696	7.968	8.250	8.542	8.844
Papari	6.303	6.573	6.854	7.148	7.255	7.364
Patú	6.030	6.212	6.400	6.594	6.794	7.000
Pedro Velho	6.260	6.768	7.317	7.912	8.554	9.249
Pórt'Alegre	5.232	5.557	5.901	6.267	6.656	7.069
Sant'Anna do Mattos	12.172	12.458	12.752	13.053	13.361	13.676
Santa Cruz	10.982	11.179	11.379	11.582	11.789	12.000
Santo Antonio	11.974	12.154	12.336	12.521	12.709	12.899
S. Gonçalo	12.487	12.597	12.708	12.821	13.013	13.208
S. José do Mipibú	13.216	13.393	13.571	13.752	13.935	14.121
S. Miguel	6.839	7.021	7.208	7.401	7.512	7.624
Serra Negra	3.811	3.937	4.067	4.202	4.265	4.329
Taipú	9.282	9.421	9.563	9.706	9.852	10.000
Touros	21.532	22.412	23.328	24.281	24.645	25.015
	361.346	373.281	385.701	398.644	411.169	424.380

Olho d'agua Soledade, na Chapada do Apodi.

Algodoeiros de um anno de edade



Favas e milho que dão na região de pedra calcarea, Chapada do Apodi

Temos, pois, que pelos dados officiaes indicados, a população de 1835 até 1900 é a constante deste quadro:

ANNOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1835	43.858	44.073	87.931
1844	74.337	74.735	149.072
1855	—	—	148.216
1862	—	—	164.712
1870	—	—	262.307
1872	119.292	114.687	233.979
1890	130.712	137.561	268.273
1900	133.925	140.392	274.317

Basta reflectir sobre estes resultados para se ter a impressão de que elles são incompletos. Incompletos, lacunosos e imperfeitos foram, de facto, todos esses recenseamentos. Procedeu, portanto, acertadamente a Directoria de Estatistica, corrigindo o seu trabalho anterior.

Seria absurdo que a população do Estado, que era, pelo recenseamento de 1872 — aliás deficientissimo, conforme se viu da exposição do coronel Bonifacio Camara, — de 233.979 habitantes, tivesse tido apenas um augmento de 45.021 em 36 annos, conforme consta do *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*, onde ella figura como sendo de 279.000. Quem conhece o Rio Grande do Norte póde affirmar que, se os ultimos calculos que transcrevemos do *Annuario Estatistico* não são rigorosamente exactos, não devem estar muito longe da verdade, podendo-se, por isto, calcular a sua população actual em cerca de quinhentas mil almas (1), adoptada a mesma média de crescimento a que aquelles calculos obedeceram.

A densidade da população por kilometro quadrado é a seguinte:

Recenseamento de 1872	4.070
Recenseamento de 1890	4.666
Recenseamento de 1900	4.771

Pelos calculos da Directoria de Estatistica de 1907 a 1912:

1907	6.285
1908	6.493
1909	6.709
1910	6.934
1911	7.152
1912	7.380

Calculada a população em 500.000, a densidade já é superior a oito habitantes por kilometro quadrado.

Por nacionalidades:

RECENSEAMENTOS	NACIONAES	EXTRANGEIROS	TOTAL
1872	232.982	997	233.979
1890	268.121	152	268.273
1900	273.488	829	274.317

(1) Veja-se "Notas Additicnaes" ao fim deste trabalho, em que incluimos a população recenseada em 1920, que attingiu a 537.135.

Não ha correntes de immigração para o Estado. Ainda hoje a população extrangeira não attinge a 1 %.

Por sexos, a nacionalidade é:

Recenseamentos	Homens %	Mulheres %
1872	50,99	49,01
1890	48,72	51,28
1900	50,84	49,16

Póde-se acceitar a média de 50 %.

Proporcionalidade de raças:

CÔRES	RECENSEAMENTOS 1872	1890
Brancos	43,79	44,12
Pretos	12,84	8,98
Caboclos	4,72	9,36
Pardos	38,65	—
Mestiços	—	37,51
	100,00	100,00

Talvez não esteja em erro quem estabelecer presentemente a seguinte proporcionalidade:

Brancos	50
Pretos	10
Mestiços	40

Os pardos e os caboclos podem e devem ser incluidos entre os mestiços: são resultantes do cruzamento das tres raças, a branca, a preta e a indigena.

Ha muito que não existem indios no Estado. Os caboclos a que se referem os recenseamentos de 1872 e 1890 são os individuos em que se conservaram mais pronunciados os caracteristicos dos primitivos habitantes da terra, embora provenham de cruzamentos realizados em gerações passadas.

Não ha elementos para fixar com exactidão os coefficientes de nupcialidade, natalidade e mortalidade. Aliás, esse estudo, que só poderia ser calcado num registo cuidadoso dos casamentos, nascimentos e obitos, é deficiente em todo o Brasil.

O *Annuario* da Directoria de Estatistica, publicado em 1916, consigna os dados colhidos em relação a alguns municipios. Tomando as médias de cinco annos (1908 a 1912) em cinco destes municipios, nos quaes os referidos dados são mais completos, chegamos a este resultado por 1.000 habitantes:

MUNICIPIOS	NUPCIALIDADE	NATALIDADE	MORTALIDADE
Rio de Janeiro	5,66	29,86	23,07
Niteroi	5,95	32,19	24,60
Bello Horizonte	7,10	35,43	19,49
Porto Alegre	6,42	33,79	25,18
Curitiba	7,27	35,22	16,75

Uma média destas cinco médias daria os seguintes coefficientes:

Nupcialidade	6,48
Natalidade	33,29
Mortalidade	21,81

Estes algarismos, como os constantes do *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*, dos quaes divergem, não podem inspirar absoluta confiança nem servir de base a um calculo geral para o paiz, uma vez que se referem a municipios em que ha a considerar grande numero de factores que não são normaes no interior. Ahi a percentagem de obitos é, em regra, menor e a de casamentos e nascimentos maior.

Parece-nos que para todo o Brasil não seria exaggerado uma média de 10, 35 e 20 por mil para a nupcialidade, natalidade e mortalidade, respectivamente. No Estado ella é inteiramente acceitavel.

Applicando-a ao Municipio de Natal no anno de 1912, quando a sua população era calculada pela Directoria de Estatistica em 30.000 habitantes, temos que, nesse anno, o numero de casamentos devia ter sido de 300, o de nascimentos de 1.050 e o de obitos de 600.

Quanto aos casamentos e nascimentos nada é possivel assegurar com precisão, porque dos primeiros grande parte é realizada apenas religiosamente e dos segundos talvez cerca de dois terços não sejam levados ao registo civil; mas relativamente aos obitos o calculo é verdadeiro, pois naquelle anno morreram alli 594 pessoas. O mesmo facto foi observado em annos anteriores e posteriores, isto é, a mortalidade, a não ser por occasião de epidemias de variola e camara de sangue, jámais excedeu de 20 por mil.

Distancia das sédes dos municipios

De accôrdo com a tabella que acompanhou a lei estadual n. 200, de 1 de Setembro de 1903, as sédes dos diversos municipios estão, pelo caminho mais curto, ás seguintes distancias da Cidade de Natal, capital do Estado:

Sédes dos municipios	Distancias Km.
Acary	252
Angicos	240
Apodi	492
Areia Branca	414
Arez	58
Assú	288
Augusto Severo	390
Caicó	324
Canguaretama	81
Carahubas	456
Ceará-Mirim	38
Curraes Novos	222
Flores	270
Goianninha	64
Jardim do Seridó	282
Lages	148
Luiz Gomes	600
Macahiba	30
Macau	330
Martins	486
Mossoró	444
Nova Cruz	121
Papari	41
Patá	444
Pau dos Ferros	528
Pedro Velho	92
Port'Alegre	474
Sant'Anna do Mattos	312
Santa Cruz	174
Santo Antonio	150
S. Gonçalo	18
S. José de Mipibú	38
S. Miguel	540
Serra Negra	384
Taipú	72
Touros	114

Verifica-se por estes numeros, embora não sejam inteiramente exactos, que os unicos municipios cujas sédes estão situadas a mais de 300 km. de Natal são os de Apodi, Areia Branca, Augusto Severo, Caicó, Carahubas, Luiz Gomes, Macau, Martins, Mossoró, Patá, Pau dos Ferros, Port'Alegre. Sant'Anna do Mattos, S. Miguel e Serra Negra, mas estes se encontram ás seguintes distancias de Areia Branca e Macau, que são, depois de Natal, os dois principaes portos do Estado:

Municipios	Areia Branca Km.	Macau Km.
Apodi	132	204
Augusto Severo	150	204
Caicó	306	277
Carahubas	204	257
Luiz Gomes	284	408
Martins	210	343
Mossoró	42	84
Patá	258	297
Pau dos Ferros	222	363
Port'Alegre	210	363
Sant'Anna do Mattos	222	132
S. Miguel	276	420
Serra Negra	380	349

Do exame dos algarismos indicados segue-se que, em todo o Estado, só ha um municipio — o de Serra Negra — cuja séde esteja a mais de 300 km. de um dos seus principaes portos: Natal, Areia Branca e Macau. Quer isto dizer que, em nosso paiz, onde tão grandes são as difficuldades de transporte no interior, o Rio Grande do Norte está em condições excepcionaes para resolver esse importante problema.

XIII

Organização politica, administrativa, judiciaria e ecclesiastica

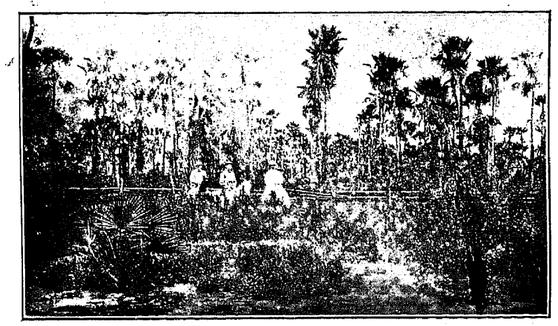
Organização politica

O Rio Grande do Norte, com os antigos limites da ex-Provincia, constitue um dos 20 Estados autonomos da União, organizado sob a fórma de governo republicano representativo, na conformidade da Constituição Federal. Rege-se por uma constituição politica e pelas leis complementares votadas pelo seu Congresso Legislativo.

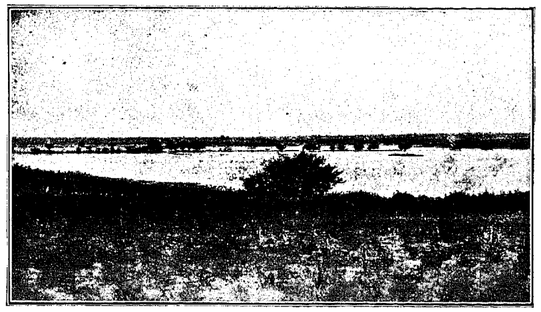
O Congresso Constituinte do Estado reuniu-se em Natal a 10 de Junho de 1891, promulgando a Constituição em 21 de Julho do mesmo anno. Essa Constituição foi revista por quatro vezes, sendo as respectivas reformas promulgadas em 7 de de Abril de 1892, 11 de Julho de 1898, 25 de Março de 1907 e 25 de Março de 1915.

A ultima é que está presentemente em vigor.

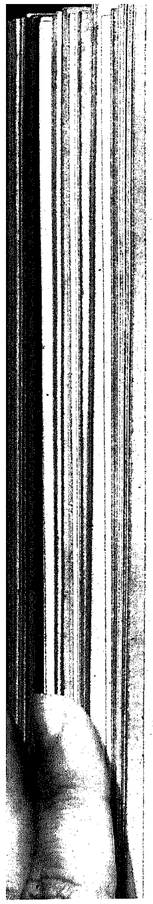
Uma parte da Chapada de S. Sebastião, mostrando a topographia da mesma e matto cerrado



Terra fertil, coberta de carnaúbas, perto de Assú, Rio Grande do Norte



Lagôa Apodi, Rio Grande do Norte



Divisão administrativa

O Estado divide-se em 37 municipios, a saber:

Municipios	Sédes
Acari	Cidade do Acari.
Angicos	Villa de Angicos
Apodi	Cidade do Apodi.
Areia Branca	Villa de Areia Branca.
Arez	Villa de Arez.
Assú	Cidade do Assú.
Augusto Severo	Villa de Augusto Severo.
Caicó	Cidade de Caicó.
Canguaretama	Cidade de Canguaretama.
Carahubas	Cidade de Carahubas.
Ceará-Mirim	Cidade do Ceará-Mirim.
Curraes Novos	Villa de Curraes Novos.
Flores	Villa de Flores.
Goianninha	Villa de Goianninha.
Jardim do Seridó	Cidade do Jardim do Seridó.
Lages	Villa de Lages.
Luiz Gomes	Villa de Luiz Gomes.
Macahiba	Cidade da Macahiba.
Macau	Cidade de Macau.
Martins	Cidade do Martins.
Mossoró	Cidade de Mossoró.
Natal	Cidade de Natal.
Nova Cruz	Villa de Nova Cruz.
Papari	Villa de Papari.
Patú	Villa do Patú.
Pau dos Ferros	Villa de Pau dos Ferros.
Pedro Velho	Villa de Pedro Velho.
Port'Alegre	Villa de Port'Alegre.
Sant'Anna do Mattos	Villa de Sant'Anna do Mattos.
Santa Cruz	Cidade de Santa Cruz.
Santo Antonio	Villa de Santo Antonio.
S. Gonçalo	Villa de S. Gonçalo.
S. José de Mipibá	Cidade de S. José de Mipibú.
S. Miguel	Villa de S. Miguel.
Serra Negra	Villa de Serra Negra.
Taipú	Villa do Taipú.
Touros	Villa de Touros.

A divisão administrativa do Estado, cuja capital é a Cidade de Natal, á margem direita do Rio Potengi e a duas milhas acima de sua foz, "obedece ás condições geographicas do territorio e prende-se á expansão da colonização e do povoamento, formando zonas nas quaes se acham encravados os municipios pela seguinte ordem: na zona do Rio Potengi, os municipios de Natal, S. Gonçalo e Macahiba; na do Rio Trahiri, os municipios de Papari, S. José de Mipibú e Santa Cruz; na do Rio Jacú, os municipios de Arez, Goianninha e Santo Antonio; na do Rio Curimatahú, os municipios de Canguaretama, Pedro Velho e Nova Cruz; na do Rio Ceará-Mirim, os municipios de Ceará-Mirim, Taipú e Lages; na do Rio Assú, os municipios de Macau, Assú, Angicos e Sant'Anna do Mattos; na do Rio Upanema, os municipios de Augusto Severo e Patú; na do Rio Mossoró, os municipios de Areia Branca, Mossoró, Apodi, Port'Alegre, Carahubas, Martins, Luiz Gomes, Pau dos Ferros e S. Miguel; na do Rio Seridó, os municipios de Caicó, Serra Negra, Jardim do Seridó, Acari, Flores e Curraes Novos".

O Municipio de Touros fica situado ao longo da costa, entre Macau e Ceará-Mirim.

Divisão judiciaria

As comarcas do Estado, em numero de 18 e comprehendendo 37 termos, tantos quantos são os municipios, cada um dos quaes constitue tambem um termo judiciario, têm todas o nome da cidade ou villa, em que está situada a sua séde, e são as seguintes:

Comarcas	Termos
Natal, com dois juizes de direito	Natal.
Macahiba	Macahiba.
Santa Cruz	Santa Cruz.
Ceará-Mirim	Ceará-Mirim. S. Gonçalo. Taipú. Lages. Touros.
S. José de Mipibá	S. José de Mipibá. Papari. Arez. Goianninha.
Canguaretama	Canguaretama. Pedro Velho.
Nova Cruz	Nova Cruz. Santo Antonio.
Macau	Macau. Angicos.
Assú	Assú. Sant'Anna do Mattos. Augusto Severo.
Mossoró	Mossoró. Areia Branca.
Apodi	Apodi. Carahubas.
Martins	Martins. Port'Alegre. Patú.
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros. Luiz Gomes.
S. Miguel de Pau dos Ferros	S. Miguel.
Caicó	Caicó. Serra Negra.
Jardim do Seridó	Jardim do Seridó.
Acari	Acari.
Curraes Novos	Curraes Novos. Flores.

Divisão ecclesiastica

A população do Estado é, em sua quasi totalidade, catholica, apostolica, romana, não sendo por isto demais consignar aqui a sua organização ecclesiastica, muito embora, com a separação que foi operada logo depois de proclamada a Republica, a Egreja viva inteiramente independente dos poderes publicos federaes e estaduaes.

O Rio Grande do Norte constitue um bispado, suffraganeo do Arcebispado da Parahiba, tendo por séde a Cidade de Natal.

A diocese comprehende as seguintes freguezias:

Natal	Nossa Senhora da Apresentação.
S. José de Mipibú	Sant'Anna e S. Joaquim.
Papari	Nossa Senhora do O'.
Arez	S. João Baptista.
Goianninha	Nossa Senhora dos Prazeres.
Penha (Canguaretama)	Nossa Senhora da Conceição da Penha.
Santa Cruz	Santa Rita.
Nova Cruz	Nossa Senhora da Conceição.
Macahiba	Nossa Senhora da Conceição.
Ceará-Mirim	Nossa Senhora da Conceição.

Touros	Bom Jesus dos Navegantes.
Macau	Nossa Senhora da Conceição.
Angicos	S. José.
Assú	S. João Baptista.
Sant'Anna do Mattos	Sant'Anna.
Campo Grande (Augusto Severo)	Sant'Anna.
Mossoró	Santa Luzia.
Apodi	S. João Baptista.
Carahubas	S. Sebastião.
Martins	Sant'Anna, antiga de Nossa Senhora da Conceição.
Patú	Nossa Senhora das Dôres.
Port'Alegre	S. João Baptista.
Pau dos Ferros	Nossa Senhora da Conceição.
S. Miguel de Pau dos Ferros	S. Miguel.
Caicó	Sant'Anna.
S. Miguel de Jucurutú	S. Miguel.
Jardim do Seridó	Nossa Senhora da Conceição.
Serra Negra	Nossa Senhora do O'.
Acari	Nossa Senhora da Guia.
Curraes Novos	Sant'Anna.
Flores	S. Sebastião.
S. Gonçalo do Amarante	S. Gonçalo.
Taipú	Nossa Senhora do Livramento.
Santo Antonio	Nossa Senhora da Conceição.
Areia Branca	Nossa Senhora da Conceição.

Ao todo, 35 freguezias que não correspondem precisamente á divisão administrativa.

Representação

A representação federal do Estado compõe-se de tres senadores, eleitos por nove annos, e de quatro deputados, eleitos triennalmente, de accôrdo com a Constituição Federal e leis em vigor.

O Congresso do Estado compõe-se de 25 deputados, sendo as legislaturas triennaes.

O poder legislativo municipal é exercido, em cada municipio, por uma intendencia de sete membros, cuja eleição se faz tambem por triennios. O presidente da intendencia é o chefe do poder executivo municipal.

Eleitorado

Em 1910, o eleitorado do Estado era, por municipios, o seguinte:

	Eleitores
Acari	457
Angicos	365
Apodi	361
Areia Branca	335
Arez	110
Assú	461
Augusto Severo	377
Caicó	1.171
Canguaretama	244
Carahubas	356
Ceará-Mirim	582
Curraes Novos	317
Flores	297
Goianinha	308
Jardim de Angicos (hoje Lages)	275
Jardim do Seridó	647
Luiz Gomes	261
Macahiba	254
Macau	439
Martins	429
Mossoró	705
Natal	838
Nova Cruz	262
Papari	105
Patú	295
Pau dos Ferros	468
Pedro Velho	297
Port'Alegre	280
Sant'Anna do Mattos	372
Santa Cruz	487
Santo Antonio	254
S. Gonçalo	326
S. José de Mipibú	261
S. Miguel	456
Serra Negra	252
Taipú	201
Touros	301
	14.206

Em 1916, era superior a 16.000 eleitores. Nesse anno, a lei n. 3.139, de 26 de Agosto, annullou todos os alistamentos feitos na conformidade da legislação anterior, deferindo ao poder judiciario estadual a competencia para reconhecer aos cidadãos o direito de voto, mandar inclui-los no alistamento e expedir os respectivos titulos. E' natural, portanto, que só lentamente se faça a nova qualificação, cuja cifra ainda está longe de attingir a que foi annullada, embora a todos seja permittido requerer a sua inclusão no registo eleitoral em qualquer dia util do anno.

Na eleição presidencial de 13 de Abril deste anno (1919), compareceram e votaram nas diversas secções eleitoraes dos differentes municipios do Estado 5.892 eleitores. Calculando que a percentagem dos que não votaram fosse de 30 %, temos que o eleitorado devia ser então pouco inferior a 8.500 eleitores. Entre este numero e 10.000 deve elle oscillar neste momento. De modo absoluto é impossivel fixa-lo, desde que o alistamento é permanente. Apenas os eleitores alistados nos 30 dias anteriores a qualquer eleição não podem votar, por ser suspensa a expedição dos respectivos titulos.

Brazão d'armas do Estado

Foi creado pelo decreto n. 201, de 1 de Julho de 1909, concebido nestes termos:

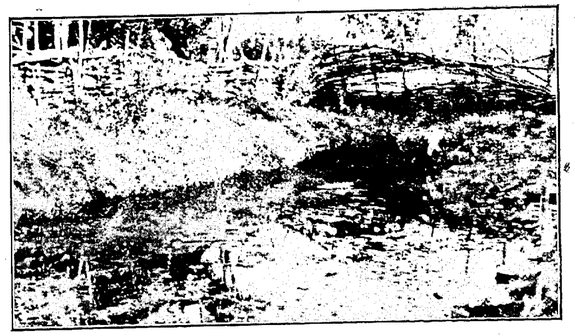
Art. 1º. O brazão d'armas do Estado do Rio Grande do Norte é um escudo em campo aberto, dividido a dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, que representam as industrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas flôres aos lados e ao centro dois capulhos de algodoeiro. Ladeiam o escudo, em toda a sua altura, um coqueiro á direita e uma carnaúba á esquerda, tendo os troncos ligados por duas cannas de assucar, presas por um laço com as côres nacionaes. Tanto os moveis do escudo, como os emblemas em côres naturaes, representam a Flora principal do Estado. Cobre o escudo uma estrella branca, symbolizando o Rio Grande do Norte na União Brasileira.

Art. 2º. O desenho original deste brazão d'armas, executado pelo sr. Corbiniano Villaça, será archivado na Secretaria do Governo e delle se tirará uma cópia authentica para o Archivo do Instituto Historico e Geographico do Estado.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Olho d'agua Abreu, na Chapada do Apodi, perto de Soledade

Relva que nasce sobre a parte decomposta das rochas crystallinas



Olho d'agua Vertentes, na Chapada do Apodi cerca de 3 leguas a Noroéste de Mossoró

Feriados

Eram feriados no Estado (leis n. 17, de 16 de Junho de 1892; n. 175, de 26 de Agosto de 1902, e n. 210, de 6 de Setembro de 1904) os dias:

25 de Março, consagrado á revolução republicana de 1817, no Rio Grande do Norte;

7 de Abril, data da promulgação da Constituição do Estado em 1892;

12 de Maio, consagrado á memoria do aeronauta Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, morto em Paris, em 1902, por occasião da ascenção da aeronave *Pax*, de sua invenção;

12 de Junho, consagrado á commemoração da morte do padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido por frei Miguelinho, secretario do governo revolucionario de Pernambuco, em 1817.

A lei n. 376, de 1 de Dezembro de 1914, supprimiu todos estes feriados. Hoje só ha os feriados nacionaes.

XIV

Serviços federaes

Subordinados ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

Justiça Federal — A dualidade da justiça — federal e estadual — está consagrada na Constituição da Republica. Anteriormente, porém, á sua promulgação, já o Governo Provisorio, por decreto n. 858, de 11 de Outubro de 1890, organizara a da União, organização que foi completada mais tarde pela lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894. Tudo consta da consolidação approvada pelo decreto n. 3.084, de 5 de Novembro de 1898.

Na Constituição, no decreto n. 848, de 11 de Outubro de 1890, na lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, e na consolidação a que acabamos de fazer referencia encontraremos, pois, salvas pequenas modificações constantes de leis posteriores, o que diz respeito ao regular funccionamento do judiciario federal, um dos nossos tres grandes poderes constitucionaes.

O Estado constitue uma das secções em que se acha dividido o paiz, havendo nelle o seguinte pessoal: 1 juiz federal, 1 juiz substituto, 1 procurador da Republica, um escrivão e 1 official de justiça.

Além destes funccionarios remunerados, existem mais, em cada municipio, servindo gratuitamente, 3 supplentes do juiz substituto e 1 ajudante do procurador da Republica, nomeados os primeiros por quatro annos e sendo de livre nomeação e demissão os segundos.

Saude dos portos — O serviço sanitario dos portos abrange:

a) Prophylaxia maritima internacional;
b) Policia sanitaria dos navios e dos ancoradoiros;
c) Assistencia medica aos homens do mar.

A prophylaxia maritima consiste no emprego dos meios adequados a preservar os portos da contaminação por germes morbidos trazidos pelas embarcações que a elles chegam. Esses meios são:

a) Carta de saude;
b) Inspecção sanitaria;
c) Visita sanitaria;
d) Isolamento, desinfecção e vigilancia medica.

A policia sanitaria dos navios e dos ancoradoiros tem por fim:

1º, averiguar do estado de saude das tripulações dos navios fundeados, das condições hygienicas das embarcações e da hygiene dos ancoradoiros e pontos de atracação;

2º, empregar todos os meios para conservar, melhorar e restabelecer tanto as boas condições sanitarias dos navios, como as da equipagem;

3º, fiscalizar a execução das medidas de saneamento indicadas pelas auctoridades sanitarias.

Para assistencia medica aos homens do mar haverá nos portos em que funccione a inspectoria de saude, hospitaes maritimos destinados ao tratamento dos doentes que apparecerem a bordo dos navios em quadras epidemicas.

Todos estes serviços, comprehendidos na lei n. 1.151, de 5 de Janeiro de 1904, no regulamento que acompanhou o decreto n. 5.156, de 8 de Março do mesmo anno, e nos que foram posteriormente expedidos, só existem com organização regular na Capital Federal. Nos Estados deixam muito a desejar: os recursos votados nas leis de orçamento não permittem mante-los no pé em que convinha conserva-los.

No Rio Grande do Norte póde-se dizer que tudo está por fazer.

Ha apenas em Natal uma inspectoria de saude do porto, com o seguinte pessoal, insufficiente e mal remunerado: 1 inspector, 1 ajudante de inspector, 1 escripturario-archivista, 2 guardas sanitarios, 1 mestre de lancha, 1 machinista, 1 foguista e 4 marinheiros.

Hospitaes e material de desinfecção não existem. Quando ha qualquer necessidade urgente, o inspector tem de recorrer ás auctoridades estaduaes: não dispõe de elementos para agir.

*

Subordinados ao Ministerio da Fazenda:

Delegacia fiscal — As delegacias fiscaes são delegações do Thesoiro Federal, a elle directamente subordinadas. Vieram substituir as antigas thesoirarias de Fazenda existentes no tempo do Imperio e supprimidas pouco depois da proclamação da Republica. Cabe-lhes arrecadar as rendas federaes, cobradas por intermedio das alfandegas, mesas de rendas e collectorias, fiscaliza-las, pagar a todo o funccionalismo federal existente nos Estados, processar todas as contas de material que correm pelos diversos ministerios por serviços realizados nas circumscripções em que ellas têm jurisdicção, indemnizando os respectivos credores, quando ha creditos, ou solicitando-os, caso não hajam sido distribuidos, superintender, emfim, tudo que diz respeito ao regime fiscal da União, encaminhando ao Thesoiro, conveniente-

mente informados ou em grau de recurso, todos os papeis que são submettidos ao seu conhecimento.

A Delegacia do Rio Grande do Norte foi creada pelo decreto n. 2.807, de 31 de Janeiro de 1898. E' este o quadro do seu pessoal, augmentado na conformidade do decreto n. 5.390, de 10 de Dezembro de 1904, e leis posteriores: 1 delegado fiscal, 1 contador, 1 procurador fiscal, 4 primeiros escripturarios, 6 segundos escripturarios, 1 thesoireiro-pagador, 1 fiel de thesoireiro, 1 porteiro-cartorario, 1 continuo e 2 serventes.

O Estado está dividido em 12 circumscripções para a fiscalização dos impostos de consumo.

Nos municipios, ha, creados e providos pelo ministro da Fazenda, os logares de collectores e escrivães de rendas federaes.

Quando, porém, as rendas são pequenas, o que faz com que não sejam encontradas pessoas idoneas para exerce-los, tendo, como têm, sómente uma percentagem sobre as quantias que arrecadam, o delegado fiscal encarrega das respectivas funcções os collectores estaduaes ou os agentes do Correio.

ALFANDEGA — O Rio Grande do Norte era ainda Capitania subalterna, quando rebentou no Recife a revolução republicana de 1817. Governava-o então José Ignacio Borges que, a 13 de Março daquelle anno, declarou-o provisoriamente desligado de Pernambuco, e a 16 do mesmo mez, creou a Alfandega de Natal.

A creação da Alfandega assim feita tornou-se definitiva por decreto real de 3 de Fevereiro de 1820, compondo-se de 1 juiz, que era o proprio ouvidor da comarca, 1 thesoireiro, 1 feitor, 1 porteiro e 2 guardas. Era destinada a arrecadar e fiscalizar os direitos que deviam pagar os generos por entrada e sahida, diz o decreto.

Actualmente — para exercer as attribuições que, por lei, lhe cabem, e das quaes a principal é a arrecadação dos direitos aduaneiros sobre mercadorias importadas — dispõe do seguinte pessoal: 1 inspector, 3 primeiros escripturarios, 4 segundos escripturarios, 1 guarda-mór, 1 thesoireiro, 1 fiel de thesoireiro, 1 porteiro-cartorario, 1 continuo e 1 administrador das capatazias.

A repartição tem ainda 2 serventes e 1 corpo de guardas, composto de 1 chefe e 9 segundos officiaes aduaneiros.

Nas capatazias, ha, além do administrador, 1 machinista de guindaste, 1 foguista e os trabalhadores e serventes necessarios ao serviço.

Para as embarcações existem 1 mestre, 1 patrão, 13 marinheiros, 1 machinista e 1 foguista.

MESAS DE RENDAS — Ha duas mesas de rendas federaes: uma em Macau e outra em Areia Branca.

*

Subordinados ao Ministerio da Marinha:

CAPITANIA DO PORTO — A lei n. 358, de 14 de Agosto de 1845, auctorizou o Governo a estabelecer uma capitania do porto em cada Provincia maritima do Imperio, competindo a essa capitania, com jurisdicção na respectiva Provincia, a policia naval dos portos e seus ancoradoiros, na fórma dos regulamentos que fossem expedidos, a inspecção e administração dos pharóes, barcas de soccorros, balisas, boias e barcas de excavação, a matricula da gente do mar e das tripulações empregadas na navegação e trafico dos portos e costas, praticagem destas e das barras, etc.

Regulamentada por decreto n. 447, de 19 de Maio de 1846, a lei citada é, ainda hoje, em seus lineamentos geraes, a que preside á organização dos serviços das capitanias dos portos.

A do Rio Grande do Norte foi creada pelo decreto n. 539, de 3 de Outubro de 1847, e pouco depois installada.

PHARÓES — São os seguintes os que existem no Estado:

Mossoró — Lat. 4º-57'-12" S. Long. 37º-7'-10" O. Lampejos brancos todos os 15s sem occultação. Alcance 11,95 milhas. Altura 14,06. Columna de ferro pintada de branco. Na ponta Upanema (1897).

Ponta do Mel — Lat. 4º-57'-13" S. Long. 36º-53'-20" O. Lampejos brancos todos os 30s com eclipses. Alcance 24,72 milhas. Altura 99,75. Torre metallica pintada de branco. Na Ponta do Mel, no alto da barreira (1898).

Macau — Lat. 5º-5'-40" S. Long. 36º-36'-20" O. Lampejos brancos todos os 30s sem occultação. Alcance 11,68 milhas. Altura 13,3. Columna de ferro pintada de branco. No lagamar (1898).

Olhos d'Agua — Lat. 5º-8'-50" S. Long. 35º-31-10" O. Relampagos brancos duplos todos os 10s, com eclipses de 7s,5. Alcance 19,58 milhas. Altura 54,0. Columna de ferro com esteios e diagonaes sobre esteios de rosca, pintada de roxo terra. No canal de S. Roque (1912).

S. Roque — Lat. 5º-29'-15" S. Long. 35º-15-20" O. Dois relampagos brancos e um encarnado, com a duração total de 10s. Alcance 18 milhas. Altura 62,6. Columna de ferro sobre esteios de rosca, pintada de roxo terra. No Cabo de S. Roque (1911).

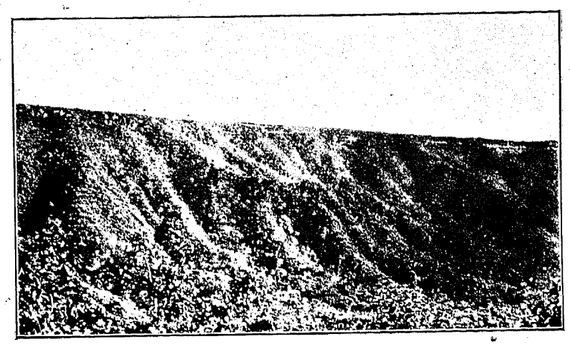
Reis Magos — Lat. 5º-45'-5" S. Long. 35º-11'-36" O. Lampejos duplos brancos e simples encarnados todos os 30s. Alcance 11,95 milhas. Altura 14,13. Armação de ferro pintada de branco. Na Fortaleza dos Reis Magos, na barra de Natal (1872).

Santo Alberto — Lat. 5º-2'-30" S. Long. 36º-1'-27" O. Relampagos de luz branca todos os 3s. Alcance 10,93 milhas. Altura 10,65. Armação de ferro modelo Wilson, pintada de roxo terra. Poste A. G. A., na ponta de Santo Alberto (1908).

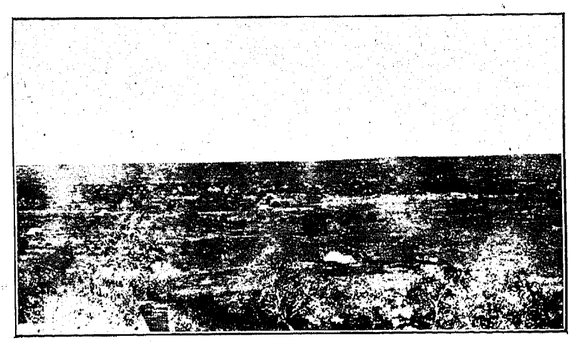
Bucopari — Lat. 6º-22'-25",3 S. Long. 34º-59'-32" O. Apparelho de luz incandescente com relampagos todos os 15s, com occultação de 5s. Alcance 15 milhas. Altura 12 m. Torre de ferro, pintada de branco. No ponto de Bacopari (1919).

BOIAS DE LUZ E POSTES — Ha diversos.

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS — A primeira escola de aprendizes marinheiros que houve no Estado foi installada em 12 de Agosto de 1873, pelo primeiro tenente Theotonio Coelho de Cerqueira, sendo supprimida em 1898, no governo do dr. Prudente de Moraes. Restabeleceu-a em 1908 o almirante Alexandrino de Alencar. Essa escola, organizada em novos moldes, não podia funccionar no predio em que funccionou a primeira: o edificio, que é actualmente occupado pela Capitania do Porto, não offerecia para isto as necessarias accommodações. Dahi a necessidade da acquisição do sitio *Refoles*, onde, aproveitadas as construcções existentes e feitas outras que se tornaram indispensaveis, foi ella convenientemente installada. E' uma das melhores do paiz.



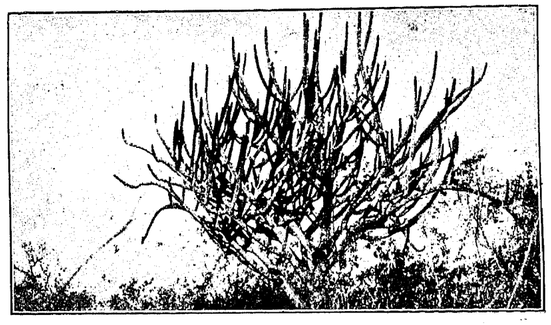
Serra de Porto Alegre, Rio Grande do Norte, mostrando o contacto do arenito com as rochas crystallinas



Planicie crystallina a Oéste da Chapada do Apodi

Léste da Serra S. Miguel. No fundo, a Serra do Martins, Rio Grande do Norte

Uma parte da escarpa calcarea de Apodi. Nota-se a vegetação viçosa



Faixeiro

Xique-Xique

*

Subordinados ao Ministerio da Guerra:

FORÇAS DA PRIMEIRA LINHA — O Estado faz parte da 2ª Região Militar, cuja séde é a Cidade do Recife, existindo em Natal um batalhão de caçadores, cujo effectivo é variavel.

De accôrdo com o art. 120 da lei n. 1.860, de 4 de Janeiro de 1908, todas as armas do Exercito têm tres effectivos: maximo, minimo e orçamentario. O primeiro é o limite a attingir em caso de mobilização, não podendo ser ultrapassado sem prejudicar o commando e administração; o segundo é o limite a attingir com as reducções, sem perturbar os serviços nem a existencia permanente de todos os orgãos, mesmo os mais rudimentares, das unidades; o terceiro é o que attende á situação economica e politica do momento.

E' de notar, porém, que a variação dos effectivos só recahe nos soldados, afim de serem mantidos em sua integridade a organização e os commandos hierarchicos, até o mais elementar, condição essencial á formação de quadros rigidos e experimentados para incorporar reservistas e recrutas, sem que a troca se resinta da falta de preparo destes. O recrutamento das praças se realiza pelo voluntariado ou pelo sorteio, regulados presentemente pelo decreto n. 12.790, de 2 de Janeiro de 1918. As linhas de tiro, quando incorporadas ao "Tiro de Guerra", assim como a Policia do Estado, se militarizada nos termos do art. 7º da lei n. 3.216, de 3 de Janeiro de 1917, constituem forças auxiliares do Exercito.

FORÇAS DE SEGUNDA LINHA — São compostas da antiga Guarda Nacional. Antes da transferencia desta para o Ministerio da Guerra, havia no Estado 26 brigadas, sendo 21 de infanteria, 4 de cavallaria e 1 de artilheria. Pela legislação então em vigor, cada brigada de infanteria tinha 94 officiaes, de cavallaria 59 e de artilheria 55, o que quer dizer que, se completo, o quadro dos officiaes devia ser naquella occasião de 2.265, não levando em conta os aggregados e reformados. De accôrdo com a lei n. 602, de 19 de Setembro de 1850, ainda vigente a esse tempo, o effectivo de cada brigada de infanteria era de 2.174 homens, de cavallaria 858 e de artilheria 661, incluidos os officiaes. Isto importa em affirmar que a Guarda Nacional devia ter um effectivo de 49.747 homens. Ninguem ignora, entretanto, que, a não ser na Capital Federal e talvez no Rio Grande do Sul, — e mesmo assim mal e imperfeitamente, — não houve, na Republica, nenhuma qualificação de guardas e a creação de brigadas obedecia, quasi sempre, a conveniencias de ordem politica local: creavam-se para nomear os officiaes superiores, premiando serviços eleitoraes. Era uma força que existia apenas no papel.

Dada a necessidade de tornar efficiente o nosso apparelhamento militar, claro era que se impunham a sua reorganização e transferencia para o Ministerio da Guerra. Esses dois actos se operaram por força do decreto n. 13.040, de 28 de Maio de 1918, na conformidade do qual virá a se constituir o Exercito da segunda linha.

*

Subordinados ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio:

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES — No intuito de desenvolver o ensino de artes e officios, o Governo Federal creou, pelos decretos ns. 7.566 e 7.649, de 23 de Setembro e 11 de Novembro de 1909, varias escolas de aprendizes artifices nos Estados, aproveitando para esse fim os edificios que foram postos á sua disposição pelos poderes locaes.

A do Rio Grande do Norte foi installada em 1 de Janeiro de 1910, no predio outr'ora occupado pelo Hospital de Caridade, em Natal.

Nos termos do regulamento que baixou com o decreto n. 13.064, de 12 de Junho de 1918, o pessoal da escola é o seguinte: 1 director, 1 escripturario, 1 professor de curso primario, 1 professor de desenho, 5 mestres de officina, 1 porteiro-almoxarife e 2 serventes.

Desde que a frequencia média do curso primario ou de desenho excede de 50 alumnos e a de cada officina de 30, são, respectivamente, admittidos, tantos adjunctos ou contra-mestres quantos forem os grupos desses numeros ou fracções. A esses adjunctos ou contra-mestres, que não pertencerão ao quadro effectivo, pagar-se-á apenas uma gratificação.

De accôrdo com o art. 43 do citado regulamento, ha nas escolas de aprendizes dois cursos nocturnos de aperfeiçoamento, primario e de desenho, destinados principalmente a ministrar aos operarios conhecimentos que concorram para torna-los mais aptos nos seus officios. Servem nesses cursos, quando ha alumnos matriculados e frequencia, o mesmo pessoal administrativo e professores das escolas, que perceberão, pelo accrescimo de trabalho, gratificações extraordinarias.

Além destes, não ha no Estado outros serviços, regularmente organizados, dependentes do Ministerio da Agricultura. Os de immigração e colonização só existem no Sul do paiz; e os de Agricultura pratica, de Geologia e Mineralogia, Estatistica, Meteorologia e Astronomia, Industria pastoril, Ensino agronomico, etc. ou não existem alli ou representam apenas tentativas e ensaios de resultados nullos ou problematicos.

As investigações sobre a situação da Agricultura em cada zona; a propaganda a favor da adopção das melhores praticas em relação á Agricultura, Zootechnia e industrias ruraes; o aperfeiçoamento dos productos agricolas já em exploração e a introducção de outros que concorram para o progresso economico da região; divulgação dos principios relativos aos syndicatos e cooperativas agricolas para que se desenvolva no seio das populações ruraes o espirito de associação; organização de sociedades de agricultura, congressos e comicios agricolas, feiras e exposições regionaes; serviços de consultas sobre todos os assumptos peculiares á Agricultura; installação de depositos de machinas, instrumentos e utensilios agricolas, insecticidas, adubos e correctivos, afim de serem utilizados pelos profissionaes da agricultura; registo de lavradores, creadores e industriaes; acquisição de especimes das riquezas naturaes das differentes zonas, assim como de productos agricolas para a organização de mostruarios, acompanhados das respectivas informações sob o ponto de vista technico, economico e commercial; dados sobre o valor locativo do sólo, salario de trabalhadores ruraes, preços dos productos nos mercados internos e nos centros consumidores extrangeiros; meios e preços de transporte; fiscalização de institutos de ensino agronomico mantidos ou subvencionados pelo Governo Federal e da importação, exportação, transporte e commercio de plantas e sementes, no sentido de impedir a propagação de molestias transmissiveis e salvaguardar os interesses dos agricultores;

fornecimento gratuito de sementes seleccionadas e plantas uteis nacionaes e extrangeiras; propaganda em prol da conservação das mattas, do plantio das essencias florestaes e dos methodos mais aperfeiçoados de exploração de seus differentes productos; saneamento dos campos invadidos por parasitos prejudiciaes á Agricultura e Pecuaria; tudo, emfim, que interessa á defesa agricola e ao desenvolvimento economico do Estado, e que este esperava — reconhecida como está a insufficiencia de seus recursos proprios — que viesse como consequencia da creação do Ministerio da Agricultura, em Junho de 1909, continúa a ser ainda uma aspiração. Por ora, pouco ou quasi nada se fez.

*

Subordinados ao Ministerio da Viação e Obras Publicas:

CORREIOS — O serviço de correios em Portugal esteve, durante muito tempo, em mãos particulares, sendo Luiz Homem o primeiro que obteve esse monopolio, que passou mais tarde para o dominio exclusivo da familia Gomes da Matta, que o explorou até 1797.

Nesse anno, foi, por decreto de 18 de Janeiro, avocado á Corôa o mesmo serviço que, — com a organização que teve pelos regulamentos e instrucções de 6 de Junho de 1799 e depois pelo regulamento de 8 de Abril e instrucções de 20 de Junho de 1805, — ficou a cargo da Repartição dos Negocios Extrangeiros, sob a denominação de "Administração das Postas, Correios e Diligencias de Terra e Mar".

Anteriormente, por alvará de 26 de Janeiro de 1798, haviam sido creados os correios maritimos entre Portugal e o Brasil.

Varias providencias foram adoptadas desde então até que, em 5 de Março de 1829, José Clemente Pereira, ministro do Imperio, reorganizou de modo completo o referido serviço, creando (art. 21 do regulamento) administrações nas capitaes de todas as provincias.

Reformas posteriores foram sendo feitas no sentido de melhora-lo, sendo a ultima a do regulamento que baixou com o decreto n. 9.080, de 3 de Novembro de 1911.

Actualmente, o Estado constitue uma administração de quarta classe, com 1 administrador, 1 contador, 1 thesoireiro, 1 chefe de secção, 1 official, 1 fiel de thesoireiro, 1 porteiro, 3 amanuenses, 3 praticantes de primeira classe, 4 praticantes de segunda classe, 6 carteiros de primeira classe, 4 carteiros de segunda classe, 1 continuo e 2 serventes.

Existem no Estado 52 agencias, sendo 15 nas cidades de Acari, Apodi, Assú, Caicó, Canguaretama, Carahubas, Ceará-Mirim, Jardim do Seridó, Macahiba, Macau, Martins, Mossoró, Natal (bairro da Cidade Alta), Santa Cruz e S. José de Mipibú; 22 nas villas de Angicos, Arez, Augusto Severo, Areia Branca, Curraes Novos, Flores, Goianninha, Lages, Luiz Gomes, Nova Cruz, Pau dos Ferros, Papari, Patú, Pedro Velho, Port'Alegre, Sant'Anna do Mattos, Santo Antonio, S. Gonçalo, S. Miguel, Serra Negra, Taipú e Touros; e 15 nas povoações de Alexandria, Baixa Verde, Campestre, Espirito Santo, Itahú, Jardim de Angicos, Monte Alegre, Parelhas, S. Bento, S. João do Sabogi, S. Miguel de Jucurutú, S. Raphael, S. Sebastião, Vera Cruz e Victoria.

Destas agencias têm ajudantes as de Areia Branca, Cidade Alta, Macau e Mossoró.

A administração não tem serviço maritimo organizado, á falta de material fluctuante. A entrega e recebimento de malas é feita pelos commandantes dos paquetes ou seus prepostos. Só existe serviço fluvial entre a capital e a Cidade de Macahiba. E' feito por uma lancha a vapor particular, em dias incertos.

Não ha ainda, como tanto convém, serviço ambulante entre o Rio Grande do Norte, Parahiba e Alagôas, pela rêde ferro-viaria da "Great Western". Na secção desta estrada, que fica dentro dos limites do Estado (Natal a Nova Cruz), assim como na Central do Rio Grande do Norte, o movimento de malas é feito por conductores.

As linhas de correio são em numero de 21, num percurso total de mais de 400 km., sem contar as servidas pelas estradas de ferro e a fluvial. O serviço de conducção de malas faz-se administrativamente.

O movimento annual de vales é, em média, de 600:000$ entre os emittidos e os pagos.

TELEGRAPHOS — A Eusebio de Queiroz, — o illustre e glorioso estadista a cuja acção energica e efficaz devemos, principalmente, a extincção do trafico de escravos africanos, — coube a iniciativa do estabelecimento do telegrapho entre nós. As primeiras experiencias, que falharam, foram feitas pelo dr. Paula Candido, sendo depois encarregado de dirigi-las o dr. Guilherme Schüch de Capanema, lente de Physica da antiga Escola Militar, depois Central e hoje Polytechnica.

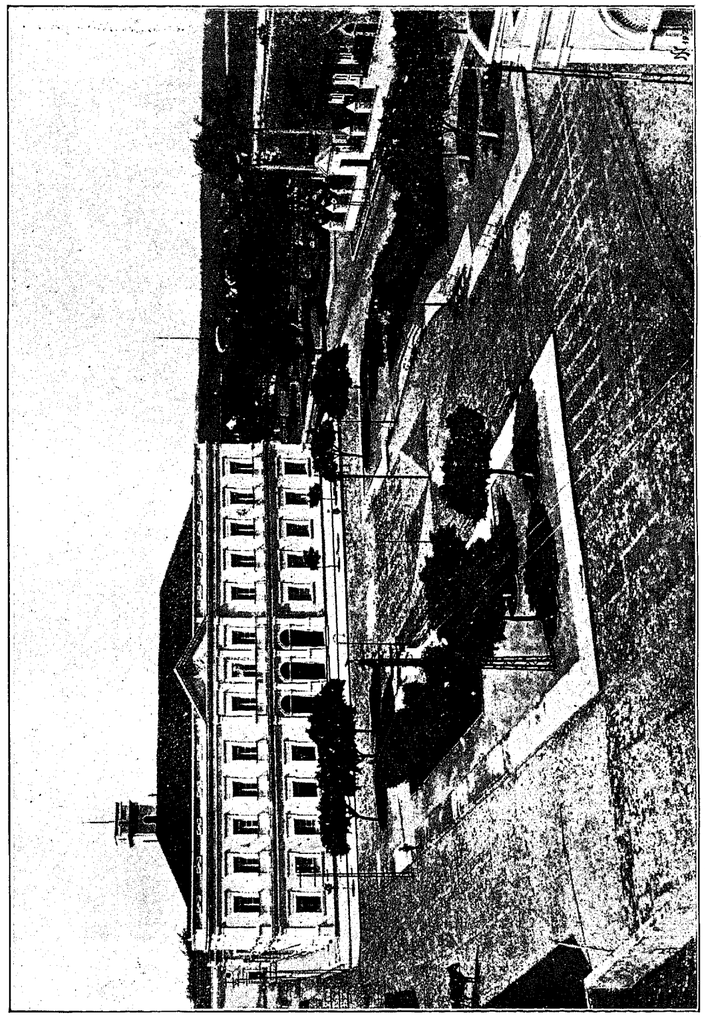
A primeira linha construida foi entre a Quinta da Boa Vista, então Palacio Imperial, e o Quartel-General do Exercito. A sua inauguração teve logar a 11 de Maio de 1852, no proprio dia em que Eusebio de Queiroz deixava o Ministerio.

Em 1861, o serviço de telegraphos passou da pasta da Justiça para a da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, creada por lei do anno anterior, tendo tido notavel desenvolvimento durante a campanha do Paraguai, de 1865 a 1870. Foi, porém, durante o ministerio Rio-Branco, de 1871 a 1875, que maior impulso tomou o movimento em favor da ligação telegraphica entre as ex-provincias.

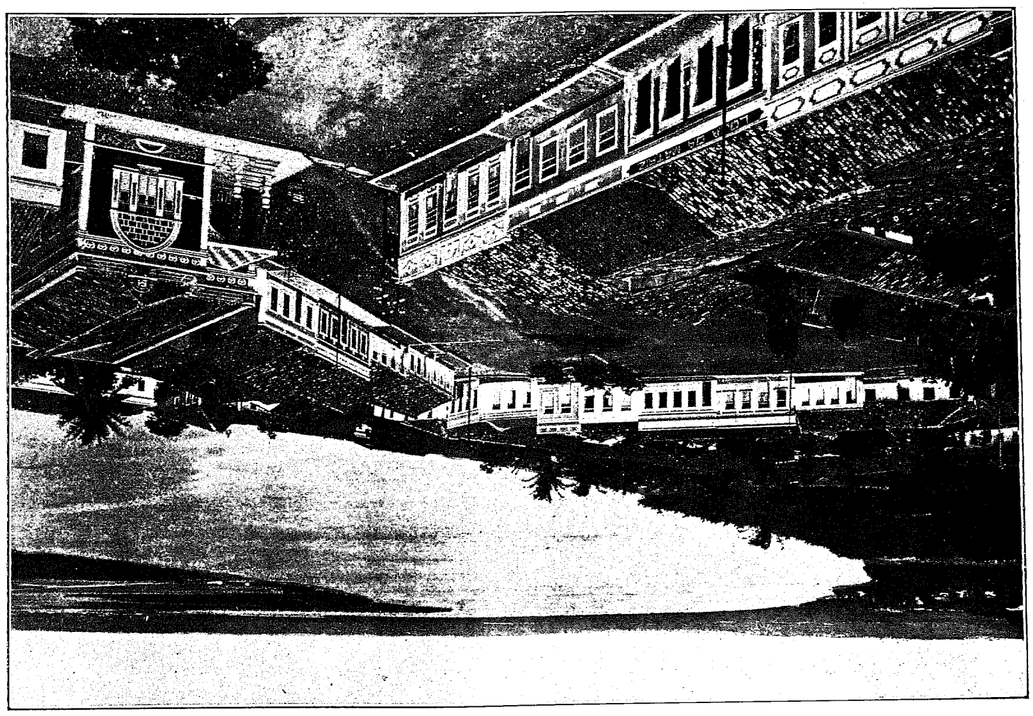
Dahi em deante, o esforço para extender as linhas já construidas foi constante e ininterrupto. Esse esforço tem sido cada vez mais accentuado na vigencia do actual regime.

Data da decade que vai de 1870 a 1880 o estabelecimento das primeiras linhas telegraphicas no Rio Grande do Norte, onde existem, de presente, as seguintes estações:

Acari (telegraphica)	15 de Novembro de 1915.
Assú (telegraphica)	12 de Dezembro de 1890.
Angicos (telegraphica)	15 de Setembro de 1881.
Apodi	4 de Abril de 1907.
Areia Branca (telegraphica)	28 de Setembro de 1895.
Augusto Severo (telegraphica)	22 de Julho de 1917.
Caicó (telegraphica)	19 de Março de 1917.
Canguaretama (telegraphica)	18 de Maio de 1912.
Carahubas (telegraphica)	1 de Maio de 1917.
Ceará-Mirim (telegraphica)	27 de Outubro de 1918.
Curraes Novos (telegraphica)	16 de Março de 1915.
Espirito Santo (telephonica)	1 de Julho de 1917.
Flores (telephonica)	28 de Agosto de 1919.
Jardim de Angicos (telephonica)	11 de Fevereiro de 1913.
Jardim do Seridó (telephonica)	29 de Outubro de 1916.
Lages (telegraphica)	19 de Fevereiro de 1915.
Luiz Gomes (telegraphica)	7 de Junho de 1917.



Palacio do Governo (Natal)



Panorama (Natal)

Macahiba (telegraphica)	17 de Julho de 1880.
Macau (telegraphica)	22 de Julho de 1895.
Martins (telegraphica)	17 de Setembro de 1916.
Mossoró (telegraphica)	21 de Agosto de 1879.
Natal (telegraphica)	4 de Agosto de 1878.
Parelhas (telephonica)	1 de Janeiro de 1919.
Patú (telegraphica)	14 de Julho de 1918.
Pau dos Ferros (telegraphica)	8 de Janeiro de 1908.
Port'Alegre (telegraphica)	12 de Outubro de 1917.
Pureza (telephonica)	15 de Novembro de 1918.
Sant'Anna do Mattos (telegraphica)	15 de Novembro de 1918.
Santa Cruz (telegraphica)	1 de Janeiro de 1911.
Santo Antonio (telephonica)	2 de Outubro de 1918.
S. Gonçalo (telephonica)	19 de Maio de 1918.
S. Miguel (telegraphica)	20 de Maio de 1917.
Serra Negra (telegraphica)	29 de Março de 1917.
Taipú (telephonica)	16 de Outubro de 1918.
Touros (telephonica)	9 de Março de 1919.
Victoria (telegraphica)	1 de Fevereiro de 1918.

O Estado constitue um districto telegraphico, creado em 1915, districto que tem por séde a Cidade de Natal. Cada estação tem um encarregado, que varia de classe conforme a sua categoria e importancia, e o pessoal auxiliar — telegraphistas, praticantes, estafetas, etc. — que se torna necessario, de accôrdo com o movimento que tem. Esse pessoal é destacado do quadro geral, que é um só para todo o paiz.

A conservação das linhas existentes e a construcção de novas é feita por inspectores, feitores, guarda-fios e trabalhadores, distribuidos por secções. Pelo telegrapho das estradas de ferro estão ligados a Natal os municipios de S. José de Mipibú, Papari, Goianninha, Arez, Canguaretama, Pedro Velho, Nova Cruz ("Great Western"), S. Gonçalo, Ceará-Mirim, Taipú e Lages (Central do Rio Grande do Norte).

Quanto a estações radio-telegraphicas só existe uma, costeira, subordinada ao Ministerio da Marinha.

ESTRADAS DE FERRO — Ha no Estado tres estradas de ferro: Natal a Nova Cruz (Rêde da "Great Western", que se prolonga até Alagôas), Central do Rio Grande do Norte, já em trafego até Lages, estando em construcção o ramal de Macau e o prolongamento da linha tronco, que atravessa a zona do Seridó e, de accôrdo com o contracto, terá em Milagres, no Ceará, o seu ponto terminal; e a estrada de Mossoró.

Natal a Nova Cruz — Concedida pela lei provincial n. 682, de 8 de Agosto de 1873, e contractada em 2 de Julho do anno seguinte com Cicero de Pontes, Luiz Pedro Drago, José de Sá Bezerra e Francisco Manuel da Cunha Junior, a Estrada de Ferro de Natal a Nova Cruz teve garantia de juros de 7 % sobre o capital maximo de 6.000:000$, nos termos da lei n. 2.450, de 24 de Setembro de 1873, por decreto do Governo Geral, n. 5.877, de 20 de Fevereiro de 1875. Era então ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, que foi quem referendou o mesmo decreto e quem assignou as clausulas que o acompanharam.

Em 8 de Junho de 1877, os contractantes — que eram obrigados a apresentar a planta geral, estudos da estrada e de todas as obras d'arte dentro do prazo de dois annos, contados da data da assignatura do contracto — requereram prorogação desse prazo e varias modificações no seu contracto. A prorogação do prazo e as modificações pedidas, assim como a transferencia do contracto a uma companhia ingleza que, para explora-lo, se havia organizado em Londres, só foram concedidas por actos do presidente dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho em 20 de Outubro e 6 de Novembro do mesmo anno; mas, anteriormente, por decreto n. 6.614, de 4 de Julho, já o Governo Geral auctorizara a funccionar no Imperio a referida companhia, que adquirira o privilegio de Francisco Manuel da Cunha Junior, Cicero de Pontes, padre João Manuel de Carvalho e Manuel Pedro Drago, os dois ultimos por compra feita a José de Sá Bezerra e Luiz Pedro Drago.

Os decretos ns. 6.826, de 29 de Dezembro de 1877, 6.875 e 7.084, de 6 de Abril e 18 de Outubro de 1878, alteraram algumas das clausulas do decreto n. 5.877, de 20 de Fevereiro de 1875, de accôrdo com os actos citados do presidente dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho, approvaram os estudos definitivos da estrada, fixaram em 5.496:052$544 o capital garantido e o prazo de cinco annos para a conclusão de todas as obras. O decreto n. 7.084, de 16 de Novembro de 1878, concedeu, finalmente, aos primitivos concessionarios a necessaria permissão para transferirem o privilegio á "Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company, Limited", com todos os favores que lhes haviam sido outorgados.

Os trabalhos de construcção foram officialmente inaugurados a 27 de Fevereiro de 1880. O primeiro trecho (Natal a S. José de Mipibú) foi entregue ao trafego em 28 de Setembro de 1881; o segundo (S. José de Mipibú a Montanhas) em 31 de Outubro de 1882; o terceiro (Montanhas a Nova Cruz) em 10 de Abril de 1883).

A extensão da estrada, de Natal a Nova Cruz, é de 120,600 km. tendo sido o seu custo kilometrico de 45:421$920.

A lei de 23 de Novembro de 1899, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1900, auctorizou o resgate das estradas de ferro do Recife ao S. Francisco e da Bahia ao S. Francisco, nos termos da clausula XXV, do decreto n. 1.030, de 7 de Agosto de 1852, sendo essa auctorização ampliada a todas as estradas que gosassem de garantia de juros pela lei n. 746, de 29 de Dezembro de 1900. Em 1901, estava feito o resgate das estradas de ferro Natal á Nova Cruz, Conde d'Eu, Recife ao S. Francisco, Alagôas, Bahia ao S. Francisco e ramal do Timbó, Central da Bahia, Minas e Rio, Paraná, D. Thereza Christina e Santa Maria ao Passo Fundo pelo custo total de £ 14,605.380 conforme o relatorio do commissario encarregado do resgate. A Natal a Nova Cruz foi encampada por £ 427.800.

De accôrdo com o plano adoptado, foi tambem resgatada a garantia de juros da "Great Western of Brazil Railway Company", concessionaria da Estrada do Recife a Limoeiro (decreto n. 4.111, de 31 de Julho de 1901), e com essa companhia contractado o arrendamento das estradas do Recife ao S. Francisco, Sul de Pernambuco, Conde d'Eu, Natal a Nova Cruz, Central de Alagôas e Paulo Affonso, que ligadas, constituem actualmente a rêde ferro-viaria da "Great Western".

O contracto de arrendamento é de 6 de Agosto de 1901, tendo sido revisto posteriormente. de accôrdo com os decretos n. 5.257, de 26 de Julho de 1904, e 7.632, de 28 de Outubro de 1909. A Companhia ficou obrigada a fazer a construcção do trecho comprehendido entre Nova Cruz e Independencia, ponto terminal da Conde d'Eu, na Parahiba, mediante o pagamento de £ 170.000 em titulos de 4 %, oiro, pelo seu valor nominal. Esse trecho, de 50 km., foi inaugurado e entregue ao trafego em 1 de Janeiro de 1904.

Sobre esta estrada — Natal a Independencia — lê-se no *Estudo Descriptivo da Viação Ferrea do Brasil*, publicado pelo dr. Ernesto Antonio Lassance Cunha em 1909:

« A partir da Ribeira (parte baixa da Cidade de Natal), com direcção Norte — Sul, a linha segue parallelamente ao littoral na extensão de 80,306 km. até á Cidade de Canguaretama. Dahi com rumo Léste — Oéste ella vai a Nova Cruz, Kilometro 121. Desse ponto a estrada toma novamente a direcção Norte — Sul e adeante 2 km. entra no Estado da Parahiba, que percorre até á Cidade de Guarabira, seu ponto terminal.

Tres zonas distinctas se encontram no percurso de Natal a Independencia: a primeira do littoral, no Estado do Rio Grande do Norte, entre a Capital e Villa Nova (hoje Pedro Velho) 91,500 km.; a segunda das catingas, no referido Estado e no da Parahiba, entre Villa Nova e Cahiçara (Kilometro 138,281); e, finalmente, a terceira a dos brejos, toda no Municipio de Guarabira.

Considerando-se o trecho da zona do littoral, o traçado, depois de acompanhar em cerca de 3 km. o pequeno estuario dos rios Potengi e Jundiahi, galga o taboleiro, composto de extensos chapadões, atravessando successivamente os riachos Pitimbú e Cajupiranga, para attingir na altitude de 63,500 m. a Cidade de S. José. Dahi a linha desce 54 m. na extensão de 2,800 km. transpõe os rios Trahiri e Jacú e outros muitos riachos que vão desaguar nas lagôas de Papari e Guarahiras á esquerda 3 km., mantendo-se baixa até á Villa de Goianninha. Em seguida a estrada galga o taboleiro e na altitude de 31,360 m. passa a 2 km. da Cidade de Canguaretama, transpõe o Rio Pequiri e chega á Villa Nova. Em toda esta zona se cultiva principalmente a canna de assucar e os cereaes, nos valles dos cursos d'agua de que é muito abundante. Nos taboleiros a vegetação é rasteira, existindo, porém, grande quantidade de mangabeira que vai sendo explorada na industria extractiva da borracha. Encontram-se nesse trecho muitos engenhos de fabricação de assucar, entre os quaes merecem especial menção os dos municipios de S. José, de Papari e de Canguaretama.

A Cidade de S. José, outr'ora um dos principaes centros commerciaes do Estado, está hoje em relativa decadencia, devido á concorrencia vantajosa do mercado de Natal. Em suas proximidades existe, não só no taboleiro como na parte baixa, um grande numero de lagôas, onde a industria da pesca, infelizmente tão precaria no Brasil, encontra vasto campo de applicação.

No Municipio de Canguaretama, em todo o valle do Cunhahú, um dos mais ricos e ferteis do Estado, além de muitos engenhos de fabrico de assucar, como já foi dicto, encontra-se a "Uzina Maranhão" montada com apparelhos modernos. Ainda no referido municipio existem diversas fabricas de cal, especialmente em Pequiri.

Nos terrenos marginaes, entre S. José e Canguaretama, encontram-se mattas muito abundantes em madeira de lei, merecendo particular menção a da Estrella, que rivaliza com as mattas virgens do extremo-norte.

A partir de Villa Nova, inicio da zona das catingas, a estrada transpõe, logo em seguida, o Rio Curimatahú, Km, 92, por uma ponte de ferro na extensão de 42 m. de dois vãos, systema Prat, e, acompanhando o valle deste rio, embora muito afastada de seu leito, passa em Montanhas, povoação florescente, atravessa extensos campos e chega á Villa de Nova Cruz. Dahi, onde encontra novamente o mencionado rio, a linha margeia seu curso, afastando-se no Braga, Km. 134, em demanda já do valle do Rio Camaratuba e attinge, na altitude de 123,000 m. a Estação de Cahiçara, Km. 138,281.

Toda esta zona é de formação terciaria. O granito e varias especies de rochas calcareas existem por toda parte. E' quasi que exclusivamente destinada á creação. Pode-se avaliar com precisão em 20.000 o numero de rezes nos curimatahús. O clima é secco e saudavel, muito preferido no tratamento das molestias do apparelho respiratorio.

Na estação das chuvas, de Março a Julho, o sólo se transforma nos campos; a vegetação, que durante o estio perde a folhagem, brota com vigor surprehendente, notando-se em diversos logares lavouras de cereaes, de mandioca e de algodão.

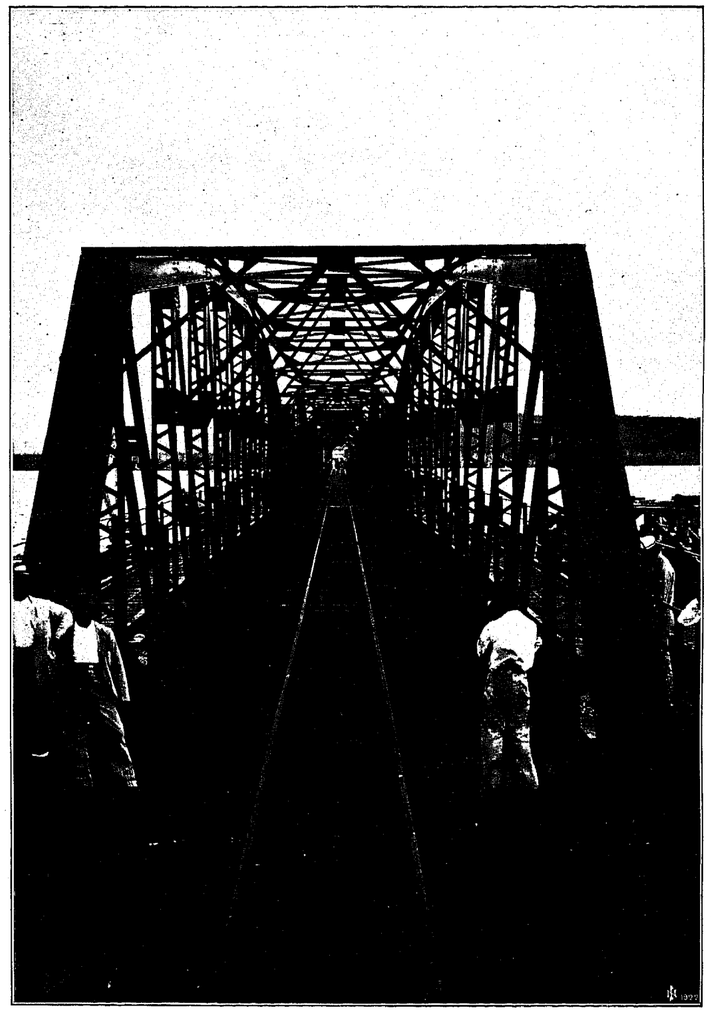
A Villa de Nova Cruz, edificada em uma baixada, á margem direita do Rio Curimatahú, tem commercio bem regular, uma feira bastante concorrida no segundo dia da semana, sendo o escoadoiro dos productos de grande parte do Municipio de Santa Cruz e da zona dos brejos.

Tendo em vista, finalmente, esta zona, a estrada, partindo de Cahiçara, encontra um pouco adeante um dos mais elevados contrafortes da Borborema — Serra da Raiz — que contorna, chegando á estação do mesmo nome com altitude de 150,00 m. Em seguida, desenvolvendo-se ainda ao pé da Serra da Raiz e transpondo, no Km. 151, o Rio Camaratuba, desce, cortando varios espigões e atravessa sobre uma ponte de treliça de dois vãos o rio Passassunga, Km. 163. Desse ponto a linha segue em demanda da garganta de Alagôa Nova, Km. 167, e descendo pelo valle do Riacho de Pedras, penetra na estação de Independencia, por uma ponte metallica sobre o Rio Guarabira.

A Cidade de Guarabira, ex-Villa de Independencia, e hoje ponto terminal de duas estradas de ferro, é reputada, depois da Capital, a cidade mais importante do Estado da Parahiba. »

ESTAÇÕES E PARADAS

NOMES	POSIÇÃO KILOMETRICA	ALTITUDE	INAUGURAÇÃO
	Km.	M.	
Natal	0,000	14,500	28-Set.-1881.
Pitimbú	12,000	21,500	28-Set.-1881.
Cajupiranga	23,140	63,500	28-Set.-1881.
S. José (Alto)	37,850	9,500	28-Set.-1881.
S. José (Baixo), hoje Papari	40,800	6,500	28-Set.-1881.
Sapé	45,150	10,000	31-Out.-1882.
Baldum	51,920	6,500	31-Out.-1882.
Estivas	60,000	13,000	31-Out.-1882.
Goianninha	63,500	31,360	31-Out.-1882.
Penha	80,300	16,000	31-Out.-1882.
Pequiri	86,700	19,500	31-Out.-1882.
Pedro Velho (primitivamente Curimatahú e depois Villa Nova)	92,000	82,500	31-Out.-1882.
Montanhas	101,800	74,000	31-Out.-1982.
Nova Cruz	120,000	123,000	10-Abril-1883.



Ponte da E. F. C. sobre o Potengi (Natal)

Central do Rio Grande do Norte — Uma estrada de ferro que, partindo de Natal, fosse ao Ceará-Mirim constituiu, por muitos annos, desejo e aspiração de todos quantos pelo engrandecimento e progresso do Estado se interessavam.

A primeira tentativa para leva-la a effeito foi feita em 26 de Novembro de 1870, quando, pela lei n. 630, a Assembléa Provincial auctorizou o presidente da Provincia a contracta-la. Em 8 de Junho de 1872 era assignado o contracto para a sua construcção entre partes, de um lado, o dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, presidente, e, de outro, o dr. João Carlos Greenhalgh e o major Affonso de Paula de Albuquerque Maranhão; mas essa tentativa, como outras que se lhe seguiram, fracassou inteiramente. Só em 1904 a estrada seria uma realidade.

A secca flagellava os Estados do Norte, quando, em 1903, o deputado cearense Thomaz Cavalcanti, ouvindo todos os representantes da zona assolada pela crise climatica, formulou um projecto visando a execução de uma serie de melhoramentos que dessem em resultado attenuar os effeitos da terrivel calamidade. A sua iniciativa, que congregára no mesmo sentido todos os esforços dos deputados interessados na solução do problema, foi acolhida com vivas sympathias pela Camara, tendo sido o projecto amparado por parecer favoravel da Commissão de Obras Publicas daquella Casa do Congresso. Não logrou, porém, vencer com prestezà os tramites regimentaes, pelo que foram as suas diversas disposições consignadas em emendas ao orçamento do Ministerio da Industria e Viação. Approvadas, essas emendas tornaram-se dispositivos da lei n. 1.145, de 31 de Dezembro do mesmo anno, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1904. Cabia então ao Governo agir; e este, attendendo aos insistentes pedidos dos homens de responsabilidades na politica e na administração do Estado, nomeou a commissão de que foi chefe o dr. Sampaio Corrêa, incumbida de estudar e projectar as obras mais urgentes, na conformidade daquelles dispositivos. Isto exigia tempo, e a situação afflictiva em que se deparavam os *retirantes* flagellados pela secca, reclamava auxilios immediatos. Reconheceu-o o dr. Sampaio Corrêa e não vacillou em attacar desde logo a construcção da Estrada de Ferro do Ceará-Mirim. Era uma estrada quasi estudada, de resultados economicos indiscutiveis e cuja execução podia ser legalmente emprehendida em virtude do art. 17, § 2º, n. xx, da citada lei n. 1.145, accrescendo que na sua construcção poderiam ser empregados milhares de pessoas ameaçadas de morrer á fome e que assim seriam indirectamente soccorridas, a troco de trabalho.

O procedimento do dr. Sampaio Corrêa teve a approvação do dr. Lauro Müller, ministro da Viação que, mais tarde, em exposição que apresentou ao presidente da Republica, dr. Rodrigues Alves, em 4 de Outubro de 1905, justificou nestes termos a resolução tomada:

> « A lei n. 1.145, de 31 de Dezembro de 1903, auctorizava o Governo a mandar proceder aos estudos de uma estrada de ferro que, partindo do ponto mais conveniente do littoral do Rio Grande do Norte, fosse ter á região assolada pela secca.
>
> No intuito de dar cumprimento a essa disposição, a commissão nomeada em 23 de Fevereiro do anno passado, para estudar e construir obras contra os effeitos da secca naquelle Estado, foi tambem incumbida de organizar o projecto da estrada de ferro de penetração, a que se refere a citada lei.
>
> Os estudos procedidos durante o anno ultimo mostraram que a linha de penetração que mais convém aos interesses da zona flagellada é aquella que for construida em prolongamento da Estrada de Ferro Natal a Ceará-Mirim, já por ser o Porto de Natal o mais apropriado para centro de convergencia da futtura rêde de estradas de ferro do Rio Grande do Norte, já por ser este traçado o que apresenta melhores condições technicas, como indicam os estudos de reconhecimento procedidos em differentes valles dos principaes rios da região.
>
> O Porto de Natal é, de facto, superior aos demais portos do Rio Grande do Norte, porque offerece melhor abrigo ás embarcações e tem maiores profundidades, além de ser francamente accessivel em qualquer maré aos navios brasileiros que navegam na nossa costa, facto que não se verifica com os outros portos a elle comparaveis, que só dão entrada aos vapores de pequena cabotagem, e isto mesmo apenas na occasião da preamar. Demais, está situada neste porto a Cidade de Natal, capital do Estado, que precisa ter facil communicação com o interior e estão em andamento as obras de que carece o porto, cujo melhoramento é incontestavelmente de custo muito inferior áquelle que teria de ser feito em qualquer um dos outros.
>
> Por outro lado, qualquer estrada de ferro que tivesse o seu extremo inicial em algum desses ultimos portos, se bem que podesse acompanhar os valles de um dos rios Piranhas (Assú) ou Apodi (Mossoró) e, portanto, attingir egualmente a zona flagellada, ficaria isolada, sem ligação alguma com a rêde de linhas ferreas actualmente existente no Norte do paiz, o que constituiria, sem duvida, grave inconveniente.
>
> A Serra da Borborema, que se extende de Sudoéste a Nordéste desde as divisas dos Estados da Parahiba e de Pernambuco até ao valle do Rio Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, onde se acham os seus cabeços terminaes, separa a zona flagellada na região central da Parahiba e do Rio Grande do Norte das estradas de ferro que hoje trafegam nestes dois Estados. Para construir uma linha ferrea de penetração ligando aquella região ás estradas já em trafego no Estado, seria preciso transpor a referida serra, acompanhar um dos rios Potengi, Trahiri ou Curimatahú, que deslisam em valles apertados, de declives abruptos, sem configuração topographica apropriada ao desenvolvimento preciso de uma estrada de ferro de simples adherencia pela margem de um rio de declividade accentuadamente forte. O traçado indicado pelo valle do Ceará-Mirim, além de atravessar o centro da zona flagellada, permitte chegar até ella, sem haver necessidade de atravessar a Borborema, cujo extremo-norte é contornado por aquelle rio. O facto de se ter procurado a região da secca contornando o cabeço extremo da serra, ao envez de transpo-la nos pontos de maior altitude (cabeceiras dos rios Potengi e Curimatahú) permittiu projectar uma estrada de ferro de baixo custo kilometrico.
>
> Segundo o projecto a que me tenho referido, a linha ferrea de penetração deverá ser construida em prolongamento da Estrada de Ferro Natal a Ceará-

Mirim, acompanhando o curso deste rio em demanda de suas cabeceiras na linha divisoria das aguas pertencentes á bacia do Piranhas ou Assú, atravessará em seguida e sem difficuldade este *divortium aquarum* e, cortando, nas proximidades de suas cabeceiras, o Rio Patachoca, affluente do Assú, procurará alcançar a margem esquerda deste ultimo rio, descendo pelo valle de seu affluente Carahú ou Sant'Anna do Mattos até perto da Povoação de S. Raphael, onde se inflectirá para Sudoéste, afim de subir o curso do Piranhas; de S. Raphael em deante seguirá a estrada pela margem direita do Assú até á Cidade de Caicó, outr'ora Principe ou Seridó, e depois internando-se no Estado da Parahiba atravessará o Piranhas proximo das divisas dos municipios de Sousa e de Pombal, de modo a alcançar o valle do Rio do Peixe, affluente da margem esquerda do Piranhas, pelo qual subirá até transpor o divisor de aguas deste rio e do Jaguaribe, no Ceará, onde a linha de penetração irá encontrar a Estrada de Ferro Baturité no ponto mais conveniente.

A estrada de ferro de penetração assim projectada percorrerá a parte central da região assolada pela secca e ligará a viação ferrea do Ceará á rêde de estradas de ferro que hoje se extende desde Natal até Maceió. Considerada como linha tronco, para ella podem convergir facilmente os futuros ramaes, cuja construcção for exigida pelo desenvolvimento do sertão dos Estados da Parahiba e Rio Grande do Norte, por isto que a estrada, acompanhando o valle do rio de maior curso da região assolada e que corre pelo centro desta, será sem difficuldade alcançada pelas linhas ferreas que se construirem nos valles dos principaes affluentes do Piranhas (Seridó, Espinharas e Piancó, na margem direita, Parahú e Patú, na margem esquerda) e que, mais tarde, formarão com a linha tronco uma rêde completa de viação da zona flagellada, desde o divisor das aguas do Rio S. Francisco, ao Sul, até o Oceano, ao Norte.

Attendendo ás inilludiveis necessidades das zonas assoladas pela secca, ás quaes a estrada prestará grandes beneficios, como elemento de soccorro, nas epochas em que o flagello se tornar intenso, e como poderoso instrumento de desenvolvimento material de uma vasta área dos Estados assolados, nas epochas em que sobre elles não actuar a calamidade que tanto mal lhes tem causado, o que importa em prepara-los para melhor resistirem ás seccas periodicas, submetto á assignatura de v. ex. o decreto da approvação do traçado e do projecto da estrada de ferro de penetração, estudada pela commissão de construcção de obras contra os effeitos da secca no Rio Grande do Norte, durante o anno de 1904, e que será construida com os recursos que forem votados pelo Congresso Nacional. »

O decreto, que tomou o n. 5.703 e é de 4 de Outubro de 1905, mesma data da exposição de motivos, contém tres artigos: o primeiro approva o projecto geral da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte; o segundo approva os estudos definitivos do trecho comprehendido entre as cidades do Ceará-Mirim e Caicó, e o terceiro considera a estrada até o Ceará-Mirim como a primeira secção da "Central".

Construida por administração, essa estrada avançava lenta e demoradamente, porque as verbas votadas pelo Congresso eram insignificantes, dado o valor da obra, o que fez com que, ainda uma vez, os homens politicos do Estado pleiteassem com ardor o contracto para a sua rapida construcção. Os poderes federaes attenderam ás suas solicitações, e, devidamente auctorizado, o Governo, por edital de 14 de Maio de 1908, abria concorrencia publica para a construcção, por unidade de preço, do trechó da estrada comprehendido entre Taipú e Caicó, na extensão de 243,830 km., segundo os estudos approvados. Encerrada a concorrencia, foi preferida a proposta do sr. Luiz Soares de Gouvêa, com quem, nos termos das clausulas que baixaram com o decreto n. 7.074, de 20 de Agosto de mesmo anno, foi pelo dr. Miguel Calmon, ministro da Industria e Viação, assignado o respectivo contracto em 15 de Outubro, ainda de 1908.

De accôrdo com o decreto n. 7.164, de 5 de Novembro, o contracto foi transferido á razão social Proença & Gouvêa, a qual, nas condições do decreto n. 7.186, de 19 do referido mez, tornou-se, por contracto de 20 de Março de 1909, arrendataria da estrada, por 60 annos, desde o seu ponto inicial na Cidade de Natal até o terminal do trecho em construcção, de Taipú a Caicó, devendo este ultimo ser entregue, por partes, á medida que fosse sendo construido. Tanto o contracto de construcção como o de arrendamento foram, pelo decreto n. 8.765, de 31 de Maio de 1911, transferidos á Companhia de Viação e Construcções, que, em 18 de Dezembro do mesmo anno, conseguiu a rescisão de ambas, nos termos do decreto n. 9.172, de 4 dos referidos mez e anno.

O novo contracto que consolidou, com profundas modificações, os anteriores, tem por objecto:

1º. O arrendamento da estrada, que já estava em trafego entre Natal e Baixa Verde, com o desenvolvimento de 84 km., e as respectivas estações, escriptorios, armazens, depositos e mais edificios e dependencias.

2º. O arrendamento dos novos trechos construidos, á medida que forem sendo entregues ao trafego, comprehendidos entre a Estação de Baixa Verde e a Cidade de Milagres, no Estado do Ceará, passando por Lages e Caicó, e o ramal de Lages a Macau.

3º. A revisão do traçado no trecho comprehendido entre Lages e Caicó, adoptando a directriz mais conveniente, subordinada ás condições technicas mencionadas na clausula XXXIII (as principaes dessas condições são estas: o raio minimo das curvas será de 300 m. e a declividade maxima será de 1,2 %, limite que só poderá ser attingido em casos excepcionaes).

4º. A conclusão das construcções:

a) das obras approvadas para a estação inicial e mais dependencias em Natal;

b) do trecho de Natal a Igapó, comprehendendo a ponte sobre o Rio Potengi (decreto n. 8.372, de 11 de Novembro de 1910);

c) dos trechos de Baixa Verde a Lages e de Lages a Caicó;

d) das obras novas necessarias ao melhoramento das condições technicas e completo acabamento do trecho em trafego entre Natal e Taipú e substituição do material fixo nesse trecho.

5º. A construcção:

a) do prolongamento de Caicó a Milagres;

b) do ramal de Lages a Macau,

6º. O fornecimento de todo o material que for necessario importar do extrangeiro para o completo estabelecimento da estrada.

O prazo do arrendamento vai até 20 de Março de 1969. As suas condições, assim como as das construcções e fornecimentos de material, estão reguladas na clausula LXV do contracto.

A revisão do contracto, mudando a directriz da estrada — em vez de contornar os ultimos contrafortes da Serra da Borborema, seguindo o valle do Piranhas ou Assú, tem de galgar essa serra em pontos que exigem obras de alto valor — melhorando as condições technicas de sua construcção e assegurando o seu prolongamento até Milagres, com o ramal de Lages a Macau, aggravou extraordinariamente as responsabilidades do Governo Federal, concedendo, ainda mais, grandes vantagens aos contractantes, conforme se verifica do officio que, em 2 de Dezembro de 1918, a Inspectoria Federal de Estradas dirigiu ao ministro da Viação e Obras Publicas, prestando informações solicitadas pela Commissão de Finanças do Senado sobre uma proposição da Camara dos Deputados approvando o contracto revisto, a que o Tribunal de Contas, por duas vezes negara rezisto e que fôra, por fim, registado sob protesto, na fórma da lei, em virtude de despacho proferido pelo sr. presidente da Republica em 5 de Novembro de 1912.

Não nos cabe examinar, em detalhes, essa revisão, estudando o acerto de algumas das modificações feitas ou mostrando os motivos que contra-indicavam outras. O que nos cumpre assignalar é que o abandono dos trabalhos executados além de Lages, de accôrdo com o contracto primitivo, e as difficuldades encontradas nos do novo traçado, a par de lamentaveis omissões nas clausulas contractuaes quanto a prazos dentro dos quaes deviam ser concluidas as obras, trouxeram o retardamento da construcção da estrada, com prejuizos sensiveis para o Estado e avultadissimas despesas para a União. E este facto levou o sr. presidente da Republica a chamar para o caso a attenção do Congresso Nacional, em sua *Mensagem* de 3 de Maio de 1918:

> « A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte tem actualmente aberta ao trafego a extensão de 151,438 km., entre Natal e Lages, e em construcção o ramal de Macau, em toda a sua extensão, e 80 km. a partir de Lages, em direcção a Caicó.
>
> Até 30 de Novembro foi despendida com a construcção dessa estrada a importancia de 30.607:294$769.
>
> Os serviços de construcção proseguem com muita morosidade e sem que se possa prever qualquer inauguração durante o corrente anno.
>
> O contracto vigente não estabeleceu prazo para a conclusão dos serviços dos trechos em construcção e a Companhia empreiteira não demonstra interesse pela inauguração dos trechos de Lages a Recanto, nem de Lages a Macau, com os quaes o Governo tem despendido importancia superior a 10.000:000$000. A' semelhança do que fez o Congresso em relação á Companhia S. Luiz a Caxias, será conveniente marcar-se um prazo para a conclusão dos trechos que estão atacados. »

O Congresso Nacional, deixando de ultimar a discussão e votação do projecto que approvava o contracto revisto, e tomando em consideração o que escrevera o sr. presidente da Republica, incluiu na lei de orçamento da despesa para o exercicio de 1919 (lei n. 3.674, de 7 de Janeiro de 1919) a seguinte auctorização:

> « Art. 3º. E' o Poder Executivo auctorizado:
>
> . . . . . .
>
> VIII. Fixar prazos certos para a conclusão dos trechos e da totalidade da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, revendo para esse fim e para modificação das condições technicas da mesma estrada, de modo a facilitar-lhe a construcção e reduzir-lhe o preço, e para o mais que convier ao interesse publico, o contracto celebrado de accôrdo com o decreto n. 9.172, de 4 de Dezembro de 1911, ou podendo rescindi-lo, se assim parecer mais conveniente. »

A estrada parte de Natal, acompanhando a margem direita do Potengi até ás proximidades do Periquito, onde atravessa o mesmo rio sobre uma ponte de 550 m. em vãos elevados, para não interromper as communicações fluviaes entre a capital e a Cidade de Macahiba. Attingida a margem esquerda do Rio Potengi, a linha segue em direcção á parada de Igapó, em Aldeia Velha, galgando depois o taboleiro que se extende até Villar (Km. 26), onde encontra o valle do Ceará-Mirim. No Km. 16 está situada a povoação de Extremoz, á margem da lagôa do mesmo nome.

O valle do Ceará-Mirim, é, como vimos em outra parte, extraordinariamente fertil: o rio, em seus transbordamentos, alaga-o, em grande extensão, durante a epocha das chuvas, depositando em suas terras detritos vegetaes, que lhes dão exhuberante fecundidade. E' uma zona excepcional para a lavoira especialmente de canna de assucar. A Cidade da Ceará-Mirim fica em terreno alto e desegual, sendo relativamente prospera.

Acompanhando á margem direita do Rio Ceará-Mirim, a estrada chega a Taipú, onde, além da creação de gado, ha desenvolvida cultura de algodão e cereaes.

Adeante de Taipú (4 km.), a linha atravessa o Rio Ceará-Mirim, seguindo por terrenos planos e arenosos que, havendo invernos regulares, são de uma fertilidade prodigiosa para a lavoira dos cereaes, da mandioca e do algodão.

Dahi por deante, todo o traçado assenta sobre terrenos de formação terciaria. Morros isolados de rochas silicosas e calcareas acompanham o percurso da linha. O granito é encontrado em diversos pontos no estado de decomposição.

No Km. 84, á direita da linha, acha-se a povoação de Baixa Verde, bastante florescente. Continuando o seu percurso pelo Municipio de Lages, outr'ora Jardim de Angicos, a estrada atravessa vastas fazendas de creação de gado vaccum, cavallar e lanigero, em cujos campos já é encontrado o capim panasco — optima forragem para o gado — e vai alcançar o divisor das aguas do Rio Ceará-Mirim e dos affluentes do Rio Assú. A' sua esquerda, defronta-se o Cabogí, cuja altitude é calculada em 800 m. Pouco depois vem Lages, séde do municipio de seu nome, que tem tido nos ultimos annos grande desenvolvimento. Lages é a ultima estação do trecho em trafego da estrada, cuja construcção continúa em direcção ao Seridó. De Lages parte o ramal de Macau, cujos trabalhos estão atacados em toda a sua extensão.

Estações e paradas da parte em trafego:

NOMES	POSIÇÃO KILOMETRICA	ALTITUDE M.	INAUGURAÇÃO
Natal	0,000	2,850	13-Junho-1906.
Igapó	4,000	2,850	13-Junho-1906.
Extremoz	16,000	41,850	13-Junho-1906.
Ceará-Mirim	33,811	41,850	13-Junho-1906.
Itapassaróca	45,450	47,450	15-Nov.-1906.
Taipú	53,308	41,850	15-Nov.1907.
Baixa verde	83,952	141,850	12-Out.-1910.
Cardoso	100,994	—	4-Set.-1911.
Jardim	103,072	203,850	14-Nov.-1913.
Pedra Preta	119,792	159,850	14-Nov.-1913.
Lages (partindo da Corôa)	144,318	—	14-Julho-1914.
Lages (pela linha de ligação)	147,358		

Estrada de Ferro de Mossoró — E' de concessão estadual e vai de Areia Branca a Alexandria. O contracto é de 25 de Agosto de 1910. Pertence á firma Albuquerque & Comp. O primeiro trecho de Porto Franco (Municipio de Areia Branca) a Mossoró foi inaugurado em 19 de Março de 1915, na extensão de 37,690 km.

As tentativas para a construcção dessa estrada vêm sendo feitas desde 1875. Nesse anno, o industrial João Ulrich Graf assignou na Secretaria do Governo o contracto de 28 de Agosto, de accôrdo com a concessão legislativa provincial n. 742, de 26 do mesmo mez e anno, pelo qual se comprometteu a construir uma estrada de ferro de Mossoró aos limites da então Provincia, passando pelos municipios de Apodi e Pau dos Ferros; e, pelo decreto n. 6. 139, de 4 de Março de 1876, obteve do Governo Geral os favores constantes do regulamento que baixou com o decreto n. 5.561, de 28 de Fevereiro de 1874, excepto a garantia de juros. Não conseguiu, porém, executar a obra contractada, sendo a concessão declarada caduca pelo decreto n. 8.598, de 17 de Junho de 1882.

Outras tentativas posteriormente feitas não deram melhores resultados. Contribuiram, entretanto, para firmar a convicção de que a construcção da referida estrada, não até aos limites do Rio Grande do Norte, mas até á margem do Rio S. Francisco, era uma necessidade imprescindivel para a solução do problema de transporte numa vasta região do Nordéste. Dahi a sua inclusão no plano geral de viação do paiz, organizado por uma commissão especial da Camara dos Deputados nos primeiros annos do regime republicano, plano que, infelizmente, não logrou até o presente, com ou sem modificações, a approvação do Senado. Em 1909, não tendo sido utilizadas pelo Governo algumas auctorizações de leis anteriores que permittiam a sua construcção, o dr. Meira e Sá trouxe o assumpto a debate no Senado, apresentando um projecto que tomou o n. 41, projecto a que a Commissão de Obras Publicas offereceu um substitutivo que foi approvado naquella casa do Congresso e enviado á Camara dos Deputados, onde ainda não teve andamento.

Os poderes locaes, no intuito de apressar a construcção da estrada, fizeram a concessão até Alexandria; mas neste momento (1919) o Governo Federal já cogita de mandar construir o seu prolongamento por conta de creditos para obras contra a secca.

Por ora, a estrada de Mossoró é apenas uma estrada particular, de concessão estadual, e, por isto, só de modo indirecto está subordinada á Inspectoria Federal de Estradas: na parte que se refere á fiscalização da sua segurança, conservação e policia (regulamento que acompanhou o decreto n. 1.930, de 26 de Abril de 1857).

Porto de Natal — Em 1911 tivemos ensejo de escrever o seguinte sobre este porto:

« A entrada do Rio Potengi, a cuja margem direita, cerca de duas milhas acima de sua foz, fica a Cidade de Natal, é constituida por uma abertura existente num recife que corre de Sul a Norte, numa extensão de ¾ de milha, mais ou menos, e faz as vezes de um quebra-mar natural. E' na parte Sul desse recife que se acha o Forte dos Reis Magos, que, nas marés altas, fica completamente ilhado.

A profundidade dagua é ahi de cerca de 7 m. Parallelamente a elle, já dentro do rio, corre outro recife, contraposto ao primeiro, numa distancia approximada de 200 m., prolongando-se a parte submersa na direcção Sul. A posição desses recifes tornava muito perigoso o movimento das embarcações, que, apenas contornavam a parte Norte do recife externo, eram obrigadas a mudar rapidamente de rumo para não irem de encontro ao recife interno. Da entrada em deante, o rio apresenta-se, numa grande distancia, largo e com profundidades variaveis de 8 a 11 m. Existia internamente um banco de areia em que a sonda accusava menos de 3 m. d'agua; mas actualmente encontra-se profundidade maior, devido ao serviço de dragagem, feito com regularidade nos ultimos annos.

Em 19 de Setembro de 1874, o porto foi visitado, a convite do Governo Imperial, pelo engenheiro inglez sir John Hawshaw, o qual aconselhou o arrazamento de uma secção do recife e a dragagem do canal, de modo a alargar a abertura, declarando, entretanto, que o pouco tempo de que dispuzera não lhe permittira fazer um estudo detido e completo. Mais tarde, em 1890, sendo ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o sr. Francisco Glycerio, foi incumbido de fazer o estudo dos melhoramentos que julgasse convenientes o engenheiro Affonso Henrique de Sousa Gomes, ajudante da Commissão do Porto do Recife, o qual, a 12 de Junho desse anno, entregava o seu *relatorio*, acompanhado dos respectivos planos e orçamentos. As obras por elle aconselhadas consistiam na fixação das dunas que despejavam areias no rio sob a acção dos ventos reinantes, dragagem do canal por ellas entulhado, arrasamento do recife interno, denominado Baixinha, do Sul para o Norte, mais ou menos na proporção de ⅔, não acceitando a idéa proposta do arrasamento de uma parte do recife externo, junto á entrada do rio. Orçava os trabalhos em 520:000$, além de uma consignação annual de 100:000$ para conservação das obras.

Por decreto n. 942, de 31 de Outubro de 1890, o Governo Provisorio abriu um credito de 125:000$ para a compra na Europa do material necessario para iniciar os trabalhos de dragagem e arrasamento projectados, passando o porto, pelo decreto n. 1.109, de 29 de Novembro do mesmo anno, a constituir uma secção do segundo districto dos portos maritimos, devendo as obras ficar a cargo de um engenheiro.

A deficiencia do credito aberto e a falta de especificações impediram que fosse adquirido o referido material. Só em Março de 1893 foi definitivamente organizada a Commissão das Obras do Porto de Natal.

Havendo, quanto aos planos apresentados, divergencia entre os ministerios da Viação e da Marinha, foi novamente encarregado de rever os estudos já feitos o dr. Sousa Gomes, que levantou a planta do porto, procedeu ás necessarias observações e sondagens e elaborou o projecto a executar. Em 1896 falleceu no exercicio do cargo de chefe da commissão. Até 1902 exerceram esse mesmo cargo os seguinte engenheiros:

Adolfo da Costa da Cunha Lima, nomeado a 14 de Março de 1893;

Affonso de Oliveira de Albuquerque Maranhão, nomeado a 9 de Junho de 1894;

Affonso Henrique de Sousa Gomes, nomeado a 1 de Janeiro de 1895;

Gaspar Nunes Ribeiro, nomeado a 20 de Abril de 1896;

Antonio Pereira Simões, nomeado a 30 de Junho de 1902.

Em Junho de 1902, quando tomou posse o dr. Pereira Simões, estava muito adeantada a consolidação das dunas por meio de cercas de fachinas e plantações, a consolidação da Praia da Redinha por meio de espigões, tambem de fachinas, e um edificio para officinas. Com o material existente — e que, posteriormente foi muito augmentado — encetou esse engenheiro o serviço de dragagem, não se descuidando da fixação das dunas, medida que produziu o melhor resultado, paralysando o movimento das areias.

Depois iniciou tambem o arrasamento da Baixinha. Fallecendo em começo de 1908, foi substituido pelo dr. José Gervasio de Amorim Garcia Junior, que proseguindo nos trabalhos já em andamento, começou a construcção do dique na altura do banco da Redinha, como projectara o dr. Sousa Gomes e sobre cuja necessidade insistira o dr. Pereira Simões, para evitar que por alli entrassem as areias que resultam da corrosão da costa Norte pela acção combinada dos ventos reinantes e da onda maré. Ha obras complementares cuja realização se impõe para o melhoramento do porto e sua conservação, taes como o aterro do esteiro que fica á margem direita do rio, a desobstrucção das entradas das gambôas do Maninbú e Jaguaribe, o revestimento da margem direita desde a *Limpa* até á Ponta do Mangue (opinião do dr. Garcia Junior), ou um guia corrente, a partir da terça parte da distancia entre a ponta dos recifes e o Forte dos Reis Magos (opinião do dr. Pereira Simões), a consolidação do recife Sul, etc., mas estas ainda não poderam ser atacadas em consequencia da insufficiencia das verbas orçamentarias votadas.

Mesmo as obras principaes só muito lentamente vão sendo executadas. Apenas a fixação das dunas está quasi inteiramente feita. O arrasamento da Baixinha demoradamente, e a dragagem não tem tido o necessario impulso, como se vê deste quadro:

	m 3.
1903	14,279
1904	17,691
1905	39,524
1906	36,764
1907	56,723
1908	52,655
1909	19,814
1910	53,473

Em todo caso, o porto já é francamente accessivel, o que prova que os serviços realizados têm sido de grande utilidade. »

Em 1918, o auctor deste trabalho, que teve a honra de ser o ministro da Viação e Obras Publicas na Presidencia Wenceslau Braz, desejando que fossem ultimados os estudos sobre o porto e completado o projecto de accôrdo com o qual deviam ser realizadas todas as obras para o seu melhoramento, afim de serem opportunamente contractadas, resolveu commissionar o engenheiro Manuel Carneiro de Sousa Bandeira, da Inspectoria Federal de Portos, para inspeccionar o mesmo porto e organizar o projecto definitivo. São do seu relatorio as informações que se seguem:

« O Porto de Natal foi como é sabido, visitado em 1874 pelo celebre engenheiro hydraulico sir John Hawshaw, então commissionado pelo Governo Imperial. Depois de uma ligeira visita, que durou horas, fez algumas indicações, que não se basearam em estudos anteriores, ainda não existentes, nem em observações pessoaes, que não teve occasião de fazer. Declarou, porém, que era indispensavel fazer estudos regulares para fazer com segurança um programma.

Em 1890, o engenheiro Sousa Gomes, ajudante do Porto do Recife, foi encarregado pelo governo de fazer estudos e projecto do porto.

Fe-lo com toda a proficiencia, propondo as seguintes obras: fixação das dunas, dragagem do canal e arrasamento parcial da Baixinha, como indispensaveis e inadiaveis.

O engenheiro Sousa Gomes foi auctorizado a realizar gradualmente a execução das obras por elle propostas e começou com a fixação das dunas. Surprehendido pela morte, foi continuado o serviço pelos seus successores.

Nunca se fez, porém, uma redacção definitiva do projecto dependente de estudos e observações ulteriores. Estes continuaram a ser feitos cumulativamente com a construcção, até que o engenheiro Pereira Simões, que encetou o serviço de dragagem do canal e arrasamento da Baixinha, propoz diversas medidas complementares ao melhoramento do porto. Houve discussão sobre a conveniencia das obras por este illustre engenheiro propostas e sobre os meios da sua realização; não se chegou, porém, a uma solução satisfactoria.

Encarregado de reduzir á fórma definitiva o projecto do Porto de Natal, além de estudar o que se tinha feito antes, fui obrigado a fazer uma visita áquelle porto, afim de verificar alguns pontos de duvida dependentes de exame pessoal.

A Cidade de Natal está situada á margem direita do Rio Potengi ou Rio Grande, a duas milhas da foz. O ancoradoiro do porto é vasto, calmo e profundo, al-

cançando profundidades de 15 m. na maré minima. A costa forma uma especie de enseada longa e pouco pronunciada da Ponta de Genipabú até á Ponta do Pinto.

A corda desse arco, proximamente na direcção Norte—Sul, é formada por uma linha de recifes.

Estes, desde o Morro do Morcego até ao Picão, tem a largura de 30 a 50 m., com pequenas soluções de continuidade, mas se elevando, em geral, acima do preamar maximo. Segundo observou Branner (*Stone reefs of Brazil*) atraz da linha principal de recifes, ha uma outra correndo mais ou menos parallelamente, e que lhe é subordinada, unindo-se algumas vezes com a principal, como no ponto em que está o Forte dos Reis Magos. E' no prolongamento desses recifes internos que está a Baixinha. No Picão, extremidade Sul do recife, começa, indo para o Norte, uma grande falha de 300 m. de largura e profundidades superiores a 10 m.

Do outro lado dessa falha, que forma a entrada da barra, está a "Cabeça do Negro", grande rochedo á flor d'agua no nivel das marés minimas. Dahi até á ponta de Genipabú se seguem, na mesma linha Norte—Sul, diversos cabeços isolados de recifes submersos.

A constituição desses recifes obedece á lei dos recifes de grés de toda a costa do Brasil, sendo que do Picão para o Norte a lucta constante entre as correntes do rio e do mar, sobretudo na epocha de enchentes extraordinarias, impediu essa formação, ou perturbando o processo demorado de sedimentação da areia e sua agglutinação com um cimento calcareo fornecido pelas conchas em presença da agua do mar, ou destruindo os novos recifes formados nos periodos, ás vezes, longos, que decorriam entre duas grandes enchentes. Correspondente á parte do recife existente entre Picão e a Ponta do Morcego, ha um esteiro, mais ou menos largo, que separa aquelle recife da terra. Sobre esta, extendendo-se além da Ponta do Morcego, existem grandes depositos de areia.

Esta entra do mar ao Norte e ao Sul daquella ponta, e, seccada pelo sol, é tocada pelos ventos ESE, que alli sopram quasi todo o anno com a velocidade de 7,87 m. por segundo, formando altas dunas, que são impellidas na direcção do rio, onde são descarregadas na margem direita do canal. Parallelamente á linha de recifes e a cerca de duzentos e vinte cinco metros para dentro, surge o recife interno da "Baixinha".

Este descobre-se com a maré baixa e extende-se cerca de cento e oitenta metros para Suéste e em cabeços isolados, parecendo segundo as observações feitas, ter ligação com a linha de recifes acima referida.

A margem esquerda do Rio Grande ou Potengi termina na altura da Baixinha por uma enseada, onde se lança o pequeno Rio Redinha. Na margem dessa enseada, ha tambem depositos de areia, que, impellida pelo vento, forma uma serie de dunas caminhando para o Norte e tentando fechar a bocca do Rio Redinha. A corrente maritima tende tambem a formar assoreamentos ao longo da margem esquerda com as areias que arranca da costa Norte. A Baixinha divide, pois, a entrada do porto em dois canaes: o canal Sul, entre a Baixinha e a Cabeça do Negro, de um lado, e o Picão, do outro; e o Canal do Norte, entre o banco da Redinha e a Baixinha.

São esses feitios topographicos, os recifes externos, as dunas da margem direita, o esteiro entre os recifes externos e a terra, e a Baixinha o scenario onde as forças naturaes, a corrente do rio, a corrente do mar e os ventos têm feito variar, consoante as condições climatericas, a feição da entrada do Porto de Natal, como apparece em diversas epochas, desde a carta dos Hollandezes em 1630 até hoje.

Emquanto as dunas da margem direita estavam paradas, cobertas de vegetação, como succedeu em 1630, onde a planta indica no logar actual das dunas mattas (silvaes) e fontes d'agua doce, o canal Sul se mantinha quasi em linha recta. Outra planta hollandeza, sem data, junta aos *relatorios* do dr. Pereira Simões e dr. Marcondes Pereira, tem indicações analogas. Nessas duas plantas não existe o esteiro entre o recife e a terra. Na margem direita havia um grande banco de areia que comprehendia a Baixinha. Não ha o menor indicio nessas plantas do Canal do Norte, como existe hoje. Depois, á proporção que a vegetação nos morros da margem direita foi desapparecendo, devido á devastação feita pelos habitantes, ou talvez a uma série de annos seccos, a areia, desprotegida, tornou-se a presa dos ventos; as antigas dunas fixadas puzeram-se de novo em movimento, vindo a areia ser despejada na margem direita do rio. Assim o banco que existia nessa margem foi engrossando e extendendo-se para a barra, com a corrente da vazante. A' proporção que a corrente foi encontrando esse obstaculo na margem direita, desviou-se para a esquerda e foi corroendo o banco dessa margem até encontrar a Baixinha. Limitada por esse impecilho, a corrente da vazante foi descobrindo a Baixinha, abrindo caminho atravez do banco á esquerda desse rochedo até deixa-lo completamente a nú, formando-se assim *um canalete por onde entravam canôas e jangadas*, como se vê na planta levantada pelo capitão-tenente F. T. Ferreira, em 1847, ou 217 annos depois das cartas hollandezas.

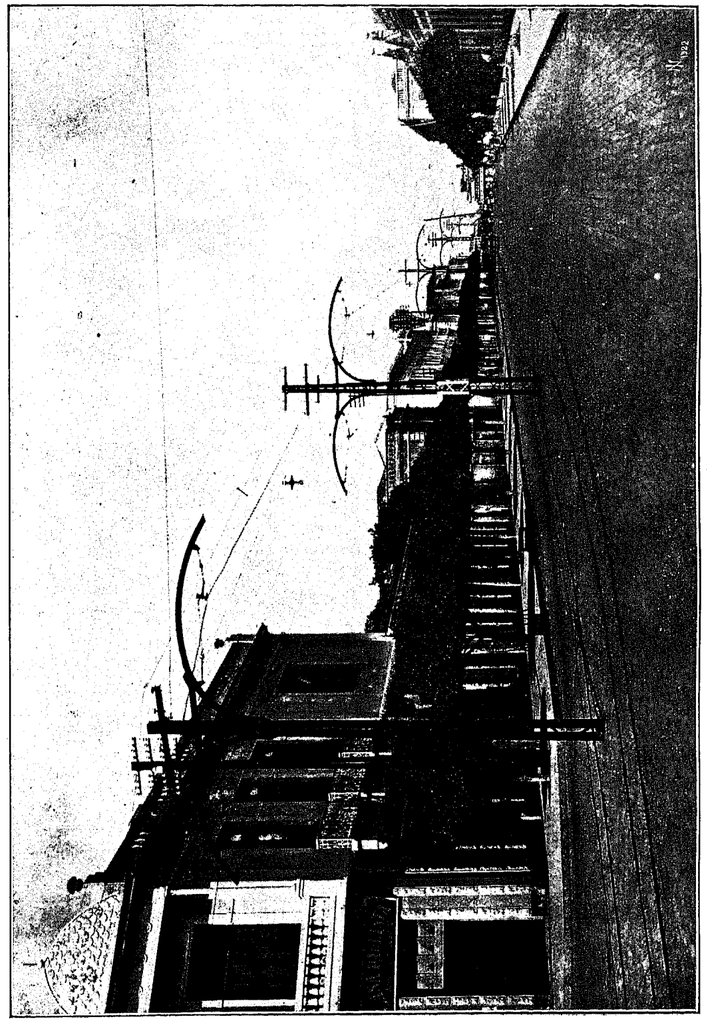
Em 1912, uma planta levantada pela Commissão de Melhoramento do Porto dá para esse canal (Norte) profundidades superiores a 6 m., embora em largura estreita, e sou informado que, antes disto, entravam vapores correntemente por essa barra.

Feita a fixação das dunas, porém, dragado o canal e cortada a ponta Sul da Baixinha, a corrente predominante passou a voltar para o canal Sul, e o canal Norte foi se entulhando pouco a pouco, de modo a não mais ser praticado actualmente.

O Rio Grande forma um largo estuario, com cerca de dezoito kilometros de extensão, o qual vai muito além da Cidade de Natal, com grande profundidade e largura de cerca de seiscentos metros. Elle é, por assim dizer, o estuario de dois rios: o Potengi, que se divide em tres braços chamados as "Tres Boccas", segue a direita, e o Jundiahi, a esquerda.

Ambos são navegaveis: o primeiro até Barreiros, nas vizinhanças de S. Gonçalo, e o segundo até Macahiba; mas sómente com a maré cheia, em ambos os casos

Passada a epocha das chuvas, esses dois rios seccam completamente, ficando apenas poços ou cacimbas nos seus leitos arenosos. No mez de Março deste anno, já



Avenida Tavares de Lyra (Natal)

haviam começado as chuvas, mas os rios Potengi e Jundiahi ainda não tinham corrido: atravessei, então, o Potengi, um pouco acima de S. Gonçalo, num carrinho, sobre a areia secca do rio.

O regime do estuario, a não ser no tempo das enchentes, que são raras, é puramente maritimo e devido ás marés, sem o auxilio das quaes não se póde chegar á Macahiba.

Em resumo, as condições do porto de Natal são as seguintes:

a) um magnifico ancoradoiro para a profundidade de 8 m. em aguas minimas, entrando 20 km. pela terra a dentro;

b) um abrigo natural contra o mar, proporcionado pelos recifes, desde a ponta do Picão até o morro do Morcego, ao Sul da entrada, e pela Cabeça do Negro, ao Norte, e mais ainda pela Baixinha, dentro da linha dos recifes;

c) abrigo contra os ventos reinantes, facultado pelas altas dunas, em grande parte fixadas, ao Sul, contra os ventos ESE, e, contra os do Norte, pelas dunas da Redinha;

d) canal franco de accesso, para profundidade de 8 m. em maré minima, profundidade que poderá ser augmentada mais tarde, se for necessario.

O programma das obras a executar não póde deixar de ser o que tem sido aconselhado por diversos engenheiros até aqui, e póde ser resumido da seguinte maneira:

1º. Consolidação e alteamento dos recifes Sul. Os recifes não têm, como é sabido, uma fundação solida; as sondagens mostram que, em geral, elles estão, no maximo, de 3 a 4 m. abaixo do fundo do mar. As ondas de tempestade atacam sériamente a parte acima do nivel médio, formando falhas onde a agua penetra, produzindo degradações.

Além disso, os particulares, e até certos serviços publicos estaduaes, vão buscar alli pedras para construcção. E' preciso, pois, primeiro, impedir completamente a retirada de pedras, mesmo as que estão soltas; segundo, levantar o nivel dos recifes do Forte dos Reis Magos até a ponta do Picão, regularizando a sua superficie superior, como se fez no Porto do Recife. Ao mesmo tempo, é preciso lançar grandes blocos de enrocamentos de granito pelo lado de fóra dos recifes para protege-los contra os assaltos do mar.

2º. Cortar mais a ponta Sul da Baixinha, dragando os detritos até 8 m. em aguas minimas, de modo que a boia indicadora do canal actual possa ser removida mais cerca de 30 m. para o Norte. Alteiar a Baixinha até o nivel da preamar, consolidando-a com blocos pelo lado de fóra. Isto permittirá que os navios possam entrar com uma curva de grande raio. Já hoje a curva é bastante commoda para a navegação.

3º. Terminar o enrocamento começado pelo dr. Pereira Simões no esteiro pouco acima do Forte dos Reis Magos. Este enrocamento é necessario, porque nas marés de vazante se forma uma correnteza forte ao longo do esteiro. Essa correnteza é incommoda e até perigosa para os navios que sahem e que são, assim, desviados para o Norte, de encontro á Cabeça do Negro. Além disso, o encontro dessa correnteza com a do rio diminue a velocidade, facilitando o deposito de areia no chamado banco da Limpa, que é um prolongamento do banco das Velhas.

O enrocamento feito já modificou muito esse estado de coisas, segundo as informações que colhi do patrão-mór do porto. O alteamento do enrocamento e a sua terminação até o recife, além de impedir a corrente, vai facilitar o aterro do esteiro, de maneira a ficarem restabelecidas as condições existentes no tempo dos Hollandezes.

4º. Dragagem do canal. O dr. Pereira Simões pensava, e com sobeja razão, que o canal não devia ser dragado em linha recta. O banco das Velhas forma, na auctorizada opinião do dr. Alfredo Lisboa, manifestada em parecer que sobre o Porto de Natal deu em 30 de Novembro de 1909, uma protecção que, de algum modo, attenúa a penetração da agitação maritima no porto. Nessas condições, o canal deve tomar a fórma de um S suave, que se obterá cortando a ponta do banco das Velhas e a do banco da Baixinha.

5º. A maré de vasante, descendo do rio, divide-se na Baixinha, correndo parte pelo canal do Norte. Ora, este segue uma direcção tortuosa, só é frequentado, hoje, por pequenas embarcações. Com um dique levantado até a cota das baixa-marés de quadraturas, a corrente de vazante fica dirigida, em todas as marés e abaixo daquella cota, sómente pelo canal Sul, conservando-lhe a profundidade. Essa obra não impede, porém, a entrada de todo o volume d'agua da enchente, e em nada embaraça a descarga do rio em epochas de cheia. Feito esse dique de fachina, e, por conseguinte, com pequena despesa, o mar continuará a depositar areia na enseada da Redinha, fechando rapidamente o canal actual e restabelecendo a situação do tempo das cartas hollandezas.

A costa Nordéste, que se segue, deve ser protegida por espigões faceis de construir; e, fixadas depois, as dunas da Redinha, o curso do rio desse nome, que é o vertedoiro da lagôa de Extremoz, ficará garantido.

O entulhamento do canal do Norte terá tambem o mais benefico effeito sobre a margem esquerda do rio, que não será mais atacada, como é hoje, pela corrente de enchente.

6º. O caes de atracação para profundidade de 8 m. deve ser localizado na margem direita, a partir da ponte de desembarque construida pela Central defronte de sua estação, até defronte da Alfandega.

Está em construcção, actualmente, uma muralha de sustentação, ao longo da estrada de ferro. Ella é enraizada na margem direita da pedra do Rosario e continúa até além da Alfandega, ligando-se com um caes de atracação projectado pela Inspectoria de Estradas. Penso que o typo de caes adoptado, reproducção do caes de Santos, é dispendioso e que seria mais adequada outra solução. Esta questão prende-se, porém, ao projecto do Porto de Natal que está em andamento e dentro de um prazo curto será submettido á approvação desta Inspectoria (*de portos*).

7º. Fixação das dunas. Como foi dicto o primeiro trabalho realizado no Porto de Natal foi a fixação das dunas. Todas as dunas, entre Areia Preta e a margem direita do canal, foram fixadas. Ainda faltam, porém, tres serviços, de cuja terminação é preciso não descurar:

Primeiro: é que entre as dunas fixadas, de Areia Preta até o canal, corre sempre, pela margem do esteiro, uma camada de areia, que entra ao Norte da ponta de Areia Preta; esta areia vai aterrando, pouco a pouco, o esteiro e as sobras vão engrossar o banco da Limpa, de que se fallou acima. Este effeito é util, e deve ser até augmentado por cercas convenientemente dispostas para dirigir a areia e terminar o aterro do esteiro; depois, tudo deve ser definitivamente fixado.

Segundo: ao Sul da ponta da Areia Preta, ainda ha dunas bastante altas e em plena actividade, que se dirigem para a cidade, o bairro denominado Cidade Nova. Se não se cuidar em tempo, estas attingirão a cidade, e logo depois, o rio, reproduzindo o estado de coisas anterior. E' preciso, portanto, fixar essas dunas errantes e impedir, pela construcção de *antedunas*, na beira da praia, que a areia fornecida pelo mar, ao Norte e ao Sul da ponta da Areia Preta, forme novas dunas errantes.

Terceiro: As dunas não se podem considerar fixadas antes de arborizadas. A esse respeito, nada ha feito em Natal. Uma secca prolongada, os effeitos de um incendio, como me constou ter succedido em Areia Preta são capazes de tirar a protecção da areia, e, então, será m ito mais dispendioso remediar o mal. Ao mesmo tempo, uma arborização criteriosa vem crear riqueza num verdadeiro deserto.

8º. Protecção das margens. A margem direita é formada por areia das dunas, antes em actividade. A corrente de vazante ataca fortemente esta margem, fazendo cahir a areia, que vai sendo arrastada para o banco. Para evitar isto, é preciso proteger toda esta margem desde o canto do Mangue até o enrocamento acima indicado, atravez do esteiro. Um simples revestimento de fachina, supportado por uma só linha de estacas é sufficiente para proteger o barranco.

Essas parecem ser as obras necessarias para tornar o Porto de Natal perfeitamente apto para attender a navegação de 8 m. de calado. »

Após a sua viagem, o dr. Sousa Bandeira, tendo em vista estudos anteriores e as observações que pessoalmente fizera, ultimou o projecto e orçamento do Porto de Natal; e esses trabalhos, acceitos e justificados em uma memoria pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, então sob a direcção do competente dr. Alfredo Lisboa, que com elle se manifestou de inteiro accôrdo, foram approvados pelo Governo Federal, por decreto n. 13.282, de 13 de Novembro de 1918.

O valor das obras é, pelo orçamento, de 5.200:000$, papel.

Presentemente existe em Natal uma commissão encarregada da conservação e dragagem do porto, bem como da fixação das dunas. Foi creada, como vimos, em 1893 e reorganizada nos termos do regulamento que baixou com o decreto n. 11.526, de 17 de Março de 1915, devendo ser mantida até que sejam contractadas as obras a que se refere o projecto approvado.

OBRAS CONTRA AS SECCAS — A' Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas cabe superintender todos os serviços e obras existentes nos Estados e de que já tivemos occasião de tratar em outra parte; mas, para que melhor possa corresponder aos fins a que é destinada, foi dividida em tres districtos a zona sobre a qual se faz sentir o effeito de sua acção. O segundo desses districtos tem por séde a Cidade de Natal, competindo-lhe — como compete aos dois outros, cujas sédes são Fortaleza e Bahia — os trabalhos normaes de estudos e fiscalização de obras contractadas ou em exploração, e das que estiverem em execução sob o regime de premios ou de auxilios da União aos Estados, a conservação e exploração das obras executadas pela União ou emquanto estiverem a cargo desta o serviço de perfuração de poços e montagem de cataventos e o meteorologico e de medição de correntes dos rios.

Os demais serviços são feitos mediante contractos ou por commissões de estudos e construcções, para as quaes são, em cada caso, expedidas instrucções.

O pessoal de quadro de cada districto é composto de: 1 engenheiro de 1ª classe, 1 engenheiro de 2ª classe, 2 conductores de 1ª classe, 3 conductores de 2ª classe, 1 desenhista, 1 official, 1 primeiro escripturario, 1 segundo escripturario, 1 terceiro escripturario, 1 almoxarife e 2 encarregados de deposito.

De accôrdo com as conveniencias do serviço e attendendo ao maior ou menor numero de obras em execução no momento, o pessoal póde ser deslocado, se necessario, de um para outro districto, assim como póde ser admittido pessoal extraordinario.

Os chefes de districto são nomeados em commissão, dentre os engenheiros do quadro da Inspectoria.

A consignação *material*, inclusive pessoal em commissão e jornaleiro, é votada em globo, de modo a permittir a sua distribuição, que é feita pelo ministro da Viação e Obras Publicas, sob proposta da Inspectoria, de accôrdo com a exigencia dos serviços em andamento. Para o exercicio de 1919, ella é de 1.260:000$000. Foram, porém, abertos varios creditos extraordinarios.

XV

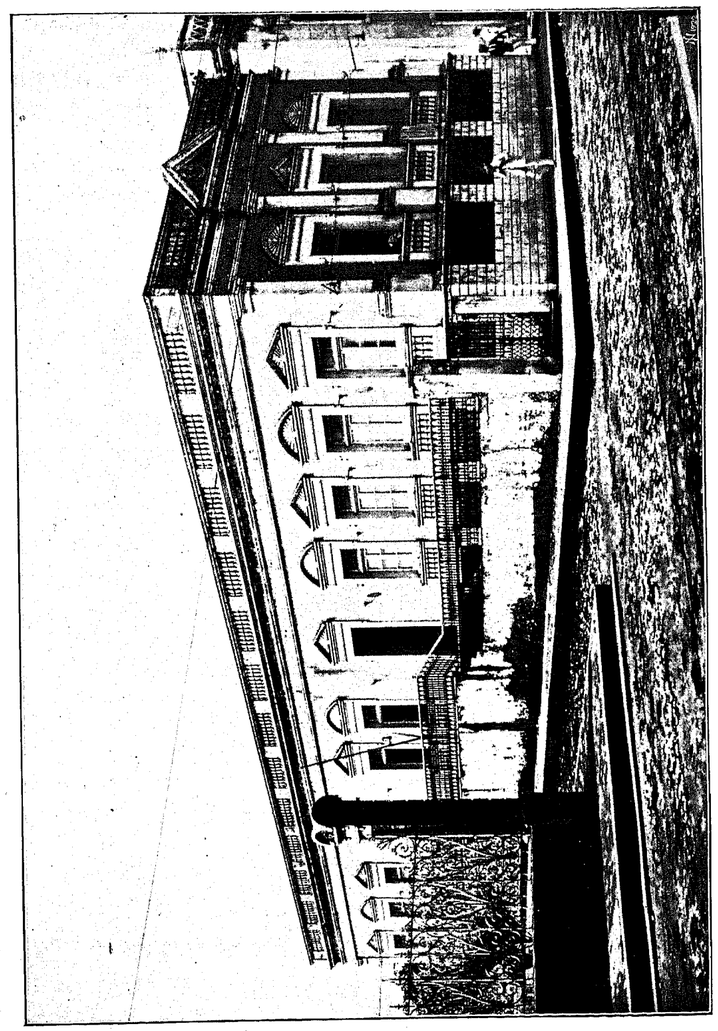
Serviços estaduaes

Justiça Estadual

Sobre este assumpto tivemos opportunidade de escrever em 1911:

« A Constituição, amoldando-se aos principios cardeaes do regime republicano federativo, creou o poder judiciario autonomo e independente, definindo-lhe a competencia e delimitando a sua esphera de acção.

Entre as leis complementares votadas logo após sua promulgação, uma das primeiras foi a de 9 de Junho de 1892, que tomou o numero 12, organizando a justiça estadual. A esta seguiram-se outras, como, por exemplo, as de n. 35, de 15 de Setembro de 1893, e n. 43, de 10 de Setembro de 1894, que alteraram algumas de suas disposições, vindo depois o decreto n. 55, de 18 de Outubro de 1895, que consolidou todos os dispositivos legaes em vigor. Mais tarde, a lei n. 114, de 8 de Agosto de 1898, reorganizou toda a justiça local, E' esta a lei que regula ainda sua distribuição, modificada, porém, em alguns pontos, por leis especiaes ou decretos emanados



Superior Tribunal de Justiça (Natal)

do governo, consoante auctorizações legislativas. Dentre umas e outras: as leis n. 125, de 29 de Agosto de 1899, que reconheceu aos desembargadores, juizes, funccionarios do Ministerio Publico e empregados da Secretaria do Superior Tribunal o direito á percepção de custas judiciarias; n. 169, de 9 de Setembro de 1901, entre cujos dispositivos figuram os dos arts. 7º e 8º, determinando que o primeiro juiz districtal da Comarca da Capital será doutor ou bacharel em Direito, tendo, quando substituir o juiz de direito, jurisdicção plena — o que não succede com os das demais comarcas — e dando 50$ mensaes de gratificação ao official de justiça da mesma comarca; n. 188, de 16 de Setembro de 1902, dispondo sobre a reunião do Jury e dando outras providencias; n. 189, de 17 de Setembro de 1902, creando a taxa judiciaria; n. 221, de 20 de Setembro de 1904, regulando a competencia dos juizes districtaes; n. 227, de 22 de Agosto de 1905, estabelecendo a acção executiva para a cobrança das dividas activas do Estado e do Municipio; n. 230, de 25 de Agosto de 1905, e n. 301, de 7 de Dezembro de 1910, sobre o processo de desapropriação por necessidade ou utilidade publica estadual ou municipal; n. 232, de 2 de Setembro de 1905, relativa á intimação do despacho de pronuncia ou não pronuncia; n. 283, de 30 de Novembro de 1906, declarando competir ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os litigios inter-municipaes e dando outras providencias; e os decretos ns. 89, de 30 de Março de 1898, approvando o regimento de custas que com elle baixou, 124, de 20 de Dezembro de 1900, approvando a revisão do mesmo regimento, e 209, de 25 de Novembro de 1909, regulando a execução da lei n. 72, de 23 do mesmo mez e anno, que creou mais uma vara de direito na Comarca de Natal. »

Posteriormente, outras leis e decretos fizeram algumas alterações na legislação judiciaria, mantendo, porém, em suas linhas geraes a que acabámos de indicar.

A lei n. 114, de 8 de Agosto de 1898, em seu art. 121, como já fizera a lei n. 12, de 9 de Junho de 1892, em seu art. 127, mandou que continuasse em vigor a legislação processual do Imperio, tanto no civel, como no crime, observadas as modificações della constantes, até que o Estado tivesse o seu codigo de processo. Hoje já o tem. E' a lei n. 449, de 30 de Novembro de 1918.

O Poder Judiciario tem como orgãos o Superior Tribunal da Justiça, com jurisdicção em todo o Estado, e que se compõe de seis desembargadores; os juizes de direito, com jurisdicção nas comarcas; os juizes districtaes, com jurisdicção nos termos; o Tribunal do Jury e mais auctoridades e funccionarios necessarios á boa administração da justiça.

São auxiliares dos tribunaes e juizes:

— A Secretaria do Superior Tribunal de Justiça;

— Os escrivães, officiaes de justiça e outros serventuarios.

Em cada districto judiciario ha um escrivão, reunindo todos os officios de justiça, inclusive o tabellionato. E' a regra. Por excepção, porém, existem dois em alguns districtos.

Os escrivães, como os officiaes de justiça e os demais serventuarios do fôro, não têm vencimentos: recebem custas, de accôrdo com o respectivo regimento. Dispositivos especiaes de lei mandaram, entretanto, abonar gratificações, na Comarca da Capital, ao official de justiça e ao escrivão do Jury.

O Ministerio Publico é constituido pelo procurador geral do Estado, que é sempre um dos desembargadores nomeados em commissão, pelos promotores nas sédes das comarcas e pelos seus adjunctos nos termos judiciarios.

Secretaria do Congresso

Creada pela lei n. 10, de 9 de Junho de 1892, a Secretaria do Congresso Legislativo é directamente subordinada á Commissão de Policia, constituida pela mesa, cabendo ao primeiro secretario superintender todos os seus trabalhos, que são regulados pelo disposto no regimento interno.

O seu pesssoal é o seguinte: 1 director, 1 primeiro official, 1 segundo official, 1 archivista, 1 porteiro e 1 continuo.

Secretaria do Governo

Todos os serviços administrativos do Estado estão subordinados ao governador, que se corresponde com os seus respectivos chefes, transmittindo-lhes ordens, por intermedio da Secretaria do Governo, dirigida por um secretario, que referenda os seus actos, nos termos do art. 31 da Constituição em vigor, e que é funccionario de sua confiança e livre nomeação. Por essa Secretaria deve transitar legalmente toda a correspondencia official e expediente do governo. E' este o seu pessoal: 1 secretario, 1 official-maior, 2 primeiros officiaes, 3 segundos officiaes, 1 porteiro e 2 continuos.

Policia

A policia administrativa e judiciaria é dirigida por um chefe, de livre nomeação do governador e escolhido dentre os cidadãos graduados em Direito, que tenham, pelo menos, tres annos de pratica forense, como juiz ou advogado.

Foi reorganizada, logo após a promulgação da Constituição do Estado, pela lei n. 11, de 9 de Junho de 1892, que manteve, com pequenas alterações, os moldes em que se achava instituida nos ultimos annos do Imperio. Essa reorganização foi modificada, no córrer dos annos, segundo o desenvolvimento e as necessidades dos varios serviços que lhe são affectos. Presentemente, está em vigor o regulamento que acompanhou o decreto n. 27, de 14 de Dezembro de 1914, expedido de accôrdo com a auctorização conferida ao governador pela lei n. 375, de 1 do mesmo mez e anno.

São da competencia da Policia: na parte administrativa, todos os actos concernentes á manutenção da tranquillidade e segurança publicas; na parte judiciaria, os actos necessarios, nos termos das leis em vigor, ao exercicio da acção criminal dos juizes e tribunaes.

O Estado está dividido, para os effeitos do serviço policial, em quatro regiões, formadas com o agrupamento dos municipios, pela fórma seguinte:

A primeira região, que tem por séde a capital, comprehende os municipios de Natal, Papari, S. José de Mipibú, Arez, Goianninha, Canguaretama, Pedro Velho, Nova Cruz, Santo Antonio, Macahiba, S. Gonçalo, Ceará-Mirim, Taipú e Lages; a segunda, cuja séde é a Cidade do Assú, comprehende os municipios do Assú, Macau, Areia Branca, Mossoró, Angicos, Sant'Anna do Mattos e Touros; a terceira, com séde na Cidade do Jardim do Seridó, comprehende os municipios

do Jardim de Seridó, Serra Negra, Acari, Flores, Curraes Novos, Caicó e Santa Cruz; a quarta, de que a Cidade do Martins é a séde, comprehende os municipios do Martins, Patú, Port'Alegre, Augusto Severo, Carahubas, Apodi, Pau dos Ferros, S. Miguel e Luiz Gomes.

Cada municipio constitue uma delegacia da Policia, com excepção dos que são séde de regiões; cada districto, uma sub-delegacia, e cada secção (os antigos quarteirões) um commissariado. São, portanto, auctoridades policiaes: o chefe de Policia, com jurisdicção em todo o Estado; os delegados regionaes, com jurisdicção dentro do territorio dos municipios que constituem as regiões, respectivamente; os delegados dos municipios, com jurisdicção dentro dos respectivos territorios; os sub-delegados, com jurisdicção nos respectivos districtos; os commissarios, nas suas secções.

São auxiliares das auctoridades policiaes:

— Os escrivães das delegacias regionaes;

— Os escrivães das delegacias dos municipios e sub-delegacias dos districtos, e os officiaes de justiça;

— Os agentes de segurança publica.

Os delegados regionaes são nomeados pelo governador, sob proposta do chefe de Policia, dentre os graduados em Direito, que tenham mais de dois annos de pratica forense, e só poderão ser demittidos mediante inquerito administrativo. Os delegados dos municipios, sub-delegados de districtos e seus supplentes são de livre nomeação do chefe de Policia; os commissarios são de nomeação dos delegados dos municipios, sob proposta do sub-delegado do districto a que pertence a secção.

Os escrivães das delegacias regionaes são nomeados pelo chefe de Policia. Perante os delegados dos municipios servem os escrivães do judicial, podendo, porém, taes auctoridades, querendo, nomear escrivães privativos, que só terão direito, como os do judicial, aos emolumentos taxados no regimento de custas.

Em Natal existe uma casa de detenção e em cada municipio uma cadeia.

Estão subordinados á Policia os serviços medico-legal, policia maritima, identificação e estatistica.

Para o policiamento geral, guarda das cadeias e destacamento no interior, bem como para quaesquer diligencias que sejam necessarias, o chefe de Policia requisita a força de que precisa, a qual fica á sua disposição ou dos delegados e auctoridades a quem designa. Na capital, existe um esquadrão de cavallaria para o policiamento urbano.

Força publica

A força publica do Estado é constituida por um batalhão de segurança, um esquadrão de cavallaria e uma secção de bombeiros, annexa ao esquadrão de cavallaria.

O batalhão de segurança foi creado pela lei n. 3, de 12 de Maio de 1892, sendo a sua organização modificada por leis posteriores, votadas pelo Congresso Legislativo no exercicio da attribuição constitucional que lhe assegurou a competencia para fixar annualmente a força publica. Pela lei n. 434, de 27 de Novembro de 1918, que a fixou para o anno de 1919, ella se distribue assim:

Batalhão de segurança — 1 tenente-coronel; 1 major; 1 capitão-ajudante; 1 primeiro tenente secretario; 1 segundo tenente intendente; 1 segundo tenente regente; 1 sargento ajudante; 1 sargento intendente; 1 primeiro sargento musico; 1 segundo sargento archivista; 1 terceiro sargento corneteiro; 1 contra-mestre da musica; 1 cabo corneteiro; 1 cabo tamborista; 10 musicos de 1ª classe; 10 musicos de 2ª classe; 10 musicos de 3ª classe; e 3 companhias com o seguinte pessoal: 3 capitães; 3 primeiros tenentes; 6 segundos tenentes; 3 primeiros sargentos; 12 segundos sargentos; 6 terceiros sargentos; 27 cabos de esquadra; 27 anspessadas; 228 soldados; 9 corneteiros; 3 tamboristas. Ao todo 372 homens entre officiaes e praças.

Esquadrão de cavallaria — 1 capitão; 1 primeiro tenente; 1 segundo tenente; 1 primeiro sargento; 4 segundos sargentos; 2 terceiros sargentos; 1 cabo clarim; 9 cabos de esquadra; 9 anspessadas; 42 soldados; 2 clarins. Ao todo, 73 homens.

Secção de bombeiros — 1 segundo sargento; 2 cabos de esquadra; 2 anspessadas; 14 soldados; 1 corneteiro. Ao todo, 20 homens.

Em caso de necessidade, o governador poderá elevar até o triplo o effectivo da força publica, licenciando os officiaes e praças excedentes desse effectivo logo que cessem os motivos que tenham determinado o augmento. O fardamento das praças de *pret* é fornecido pelo Estado.

O batalhão não dispõe de hospital militar. Serve junto a elle um medico contractado.

Os soldados atacados da molestias graves são recolhidos ao "Hospital de Caridade Jovino Barreto", mantido pelo Estado.

A força publica é subordinada ao governador, a quem cabe mandar utiliza-la conforme as exigencias da manutenção da ordem publica, sustentação da autonomia do Estado e defesa da integridade do seu territorio.

Normalmente, porém, o esquadrão de cavallaria, que é destinado ao policiamento da capital e tem economia á parte, está á disposição do chefe de Policia.

Thesoiro do Estado

Todos os serviços de arrecadação, fiscalização e applicação das rendas publicas, assim como quaesquer operações relativas á receita e despesa do Estado, então subordinados ao Thesoiro, que delles se desempenha directamente ou por intermedio de mesas de rendas, collectorias e agencias fiscaes.

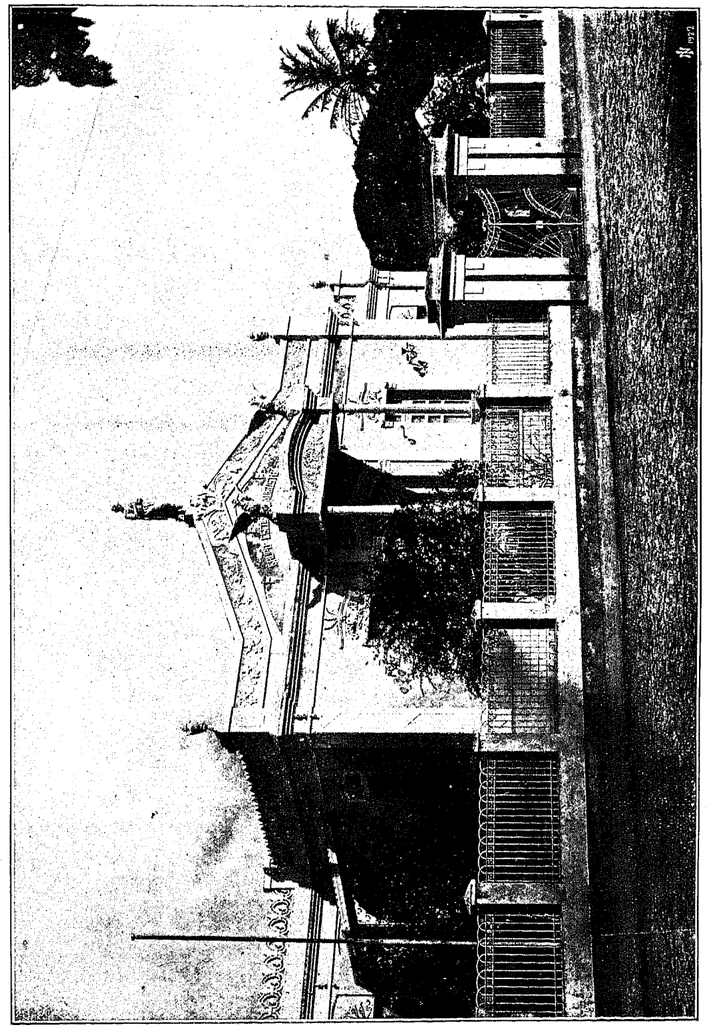
O quadro do pessoal é o seguinte: 1 inspector, 1 contador, 1 procurador-fiscal, 1 thesoireiro, 10 primeiros escripturarios, 14 segundos escripturarios, 16 terceiros escripturarios, 24 quartos escripturarios, 1 porteiro-archivista, 1 zelador do archivo, 1 continuo, 16 guardas do Thesoiro e 10 guardas de mesas de rendas.

Dentre os escripturarios são nomeados, em commissão: o director do almoxarifado, o fiel do thesoireiro, os administradores e escrivães das mesas de rendas, o collector e o escrivão da Collectoria de Mossoró.

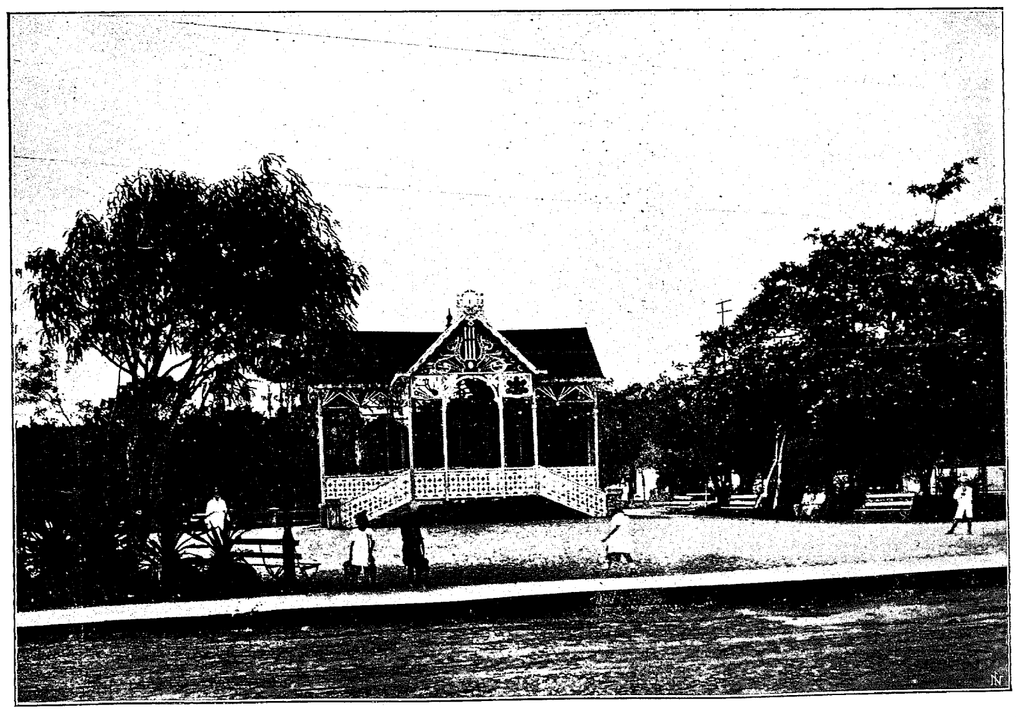
Os collectores e escrivães de collectorias não percebem vencimentos: têm direito a percentagem sobre a arrecadação que fazem.

Os serviços maritimos necessarios á boa fiscalização das rendas nos portos estão na dependencia immediata do inspector do Thesoiro na capital e dos administradores das mesas de rendas em Macau e Areia Branca.

Figuram nas consignações orçamentarias do Thesoiro as verbas annualmente despendidas com o almoxarifado



Grupo escolar "Augusto Severo" (Natal)



Jardim Augusto Severo (Natal)

pagamento ao contractante do serviço de transporte e passagem entre o Porto do Padre, Passo da Patria e Redinha e gratificação ao pessoal encarregado dos jardins publicos e arborização da capital (um jardineiro e sete ajudantes). Estes serviços lhe são, portanto, subordinados.

Estão egualmente subordinadas ao Thesoiro a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo de sal, que embora federal, está a cargo das auctoridades locaes, em virtude de contracto celebrado em 5 de Outubro de 1900 entre o ministro da Fazenda e o governo do Estado, que, para dar cumprimento ás suas differentes clausulas, baixou os decretos ns. 122 e 123, de 6 e 19 de Dezembro do mesmo anno: o primeiro organizou o novo serviço e o segundo deu instrucções para a sua boa execução. Decretos e actos posteriores modificaram, em pontos secundarios, a organização primitiva. Para as despesas a fazer a União contribue annualmente em prestações mensaes com a quantia de 60:000$, que é despendida em gratificações e funccionarios do Thesoiro e mesas de rendas, pagamentos de fiscaes e guardas em Macau e Areia Branca. Pelas sobras é custeado o serviço fiscal maritimo nesses dois portos.

Instrucção publica

O ensino publico divide-se em primario, secundario e profissional, sendo ministrado: o ensino primario nos grupos escolares e escolas isoladas, por meio de cursos graduados — infantil, elementar e complementar; o secundario no Atheneu Norte-Riograndense, onde se habilitam para exame de admissão nos cursos superiores os que se destinam ás profissões liberaes; o profissional na Escola Normal. E' leigo em todos os seus graus, sendo gratuito o primario, cujo curso preliminar, em quatro annos, comprehende: Leitura, Escripta e Calligraphia, Lingua nacional, Calculo arithmetico sobre numeros inteiros e fracções, Geometria pratica (Tachymetria), com as noções necessarias para suas applicações á medição de superficie e volumes, Systema metrico decimal, Noções de Geographia geral e Chorographia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte, rudimentos da Historia patria, especialmente do Rio Grande do Norte, instrucção moral e civica, Desenho, Noções de Sciencias physicas e naturaes, nas suas mais simples applicações, especialmente á Hygiene, á Agricultura e á Zootechnia, Economia domestica, Cantos escolares e Hymnos patrioticos, Trabalhos manuaes e Exercicios physicos.

Os grupos escolares são creados e mantidos pelo governo do Estado nos municipios que concorrem para os seus estabelecimentos. Os governos municipaes que desejarem a sua creação construirão os respectivos predios, de accôrdo com a planta approvada pela Directoria Geral de Instrucção Publica, e dota-los-ão do necessario material escolar e pedagogico, exigido pela mesma Directoria. Cumpridas estas formalidades, offerecerão o predio ao governo, pedindo a creação do estabelecimento que o mesmo predio e as condições locaes comportarem.

Nestes estabelecimentos, o asseio e conservação do predio, o expediente do ensino e a renovação do material escolar e pedagogico correrão por conta do governo municipal respectivo.

Os grupos escolares, que podem ter no maximo 10 escolas de ambos os sexos e no minimo tres, funccionam como taes emquanto a matricula de alumnos em cada escola for superior a 20 e a frequencia não baixar de 15. Se a média da matricula e frequencia não attingir a estes numeros, poderá ser decretada a sua suspensão: as escolas que ficarem, desde que o seu numero seja inferior a tres, passarão ao regime de escolas isoladas, que, sem dependerem umas das outras, proporcionarão o mesmo ensino infantil e elementar que os grupos, não podendo, entretanto, expedir, como elles, certificados finaes de exame primario.

As escolas isoladas poderão ser masculinas, femininas, mixtas, diurnas e nocturnas. Estas ultimas serão estabelecidas, de preferencia, nos bairros operarios e nos burgos agricolas das localidades, com programmas e horarios mais restrictos.

Nas mesmas condições estão as escolas ambulantes, que deverão funccionar fóra dos povoados, em periodos alternados, ora num, ora noutro ponto, conforme as exigencias locaes.

Os grupos escolares, como as escolas isoladas, exceptuadas as nocturnas e ambulantes, são distribuidos em classes, sendo os professores nomeados, dentre os diplomados pela Escola Normal do Estado, para a ultima classe. Os das classes superiores são nomeados, por accesso, dentre os da classe immediatamente inferior.

Para as escolas isoladas poderão ser, entretanto, designados, na falta absoluta de professores diplomados, mestres provisorios escolhidos entre as pessoas habilitadas e na ordem de preferencia determinada por lei.

As escolas nocturnas e ambulantes poderão ser providas tambem, na falta de professores diplomados, por mestres contractados.

As garantias e vantagens do professorado variam segundo as condições de sua investidura. O ensino particular é inteiramente livre quanto aos methodos e regime didactico, ficando sómente sujeito á fiscalização do governo no que se refere á hygiene, á moralidade a ao conjuncto das materias ensinadas, entre as quaes terá sempre o primeiro logar a Lingua nacional.

A direcção e inspecção geral do ensino são exercidas pelo director geral da Instrucção Publica, auxiliado por um Conselho superior, inspectores de ensino, directores de estabelecimentos, professores e conselhos escolares.

Encontram-se á pagina seguinte os grupos escolares que existem actualmente.

O ensino no Atheneu Norte-Riograndense, reorganizado na conformidade das disposições do decreto n. 11.530, de 18 de Março de 1915, expedido pelo Governo Federal, regulando o ensino secundario e superior da Republica, comprehende as seguintes materias: Portuguez, Francez, Inglez, Allemão, Latim, Arithmetica, Algebra elementar, Geometria, Geographia e elementos de Cosmographia, Historia do Brasil, Historia universal, Physica e Chimica, Historia natural, Desenho, Gymnastica, Psychologia, Logica e Historia da Philosophia. Estas materias estão distribuidas por cinco annos e grupadas em 11 cadeiras.

Na Escola Normal e no Grupo Escolar Modelo, annexo á mesma Escola e sob a mesma direcção, ministra-se o preparo technico ao magisterio primario. O curso completo é de quatro annos e comprehende as seguintes disciplinas: Portuguez, Francez, Arithmetica, Noções de Geometria, theorica e pratica, Geographia geral e particular do Brasil, Historia geral e particular do Brasil, Educação moral e civica, Noções de Physica e Chimica applicadas á Agricultura e á creação dos

animaes, Pedagogia, Historia da educação, Economia e leis escolares, Hygiene escolar, Desenho, principios de Musica e Cantos escolares, Trabalhos manuaes, Economia e Artes domesticas (para o sexo feminino). Educação physica e exercicios infantis, pratica escolar no Grupo Modelo.

O primeiro e o segundo annos formarão o curso de aperfeiçoamento das materias aprendidas na escola primaria; o terceiro e o quarto formarão o curso propriamente profissional, no qual os alumnos vão aprender a ensinar. A matricula no primeiro anno não poderá exceder de 40 alumnos e depende de approvação prévia no exame de admissão, que é feito na segunda quinzena de Janeiro e versará sobre as materias do ensino primario official.

O alumno, cujo numero de faltas for superior a 40 justificadas ou 20 não justificadas, perderá o anno. Só ha exames finaes no segundo e quarto annos: do primeiro para o segundo e do terceiro para o quarto a promoção é feita pela média das provas realizadas no correr do anno. A approvação nas disciplinas do curso e as provas praticas de aptidão pedagogica dadas no Grupo Modelo habilitam o alumno para o exercicio do magisterio, sendo-lhe conferido o diploma de professor primario.

As cadeiras da Escola Normal são providas mediante concurso.

Pela legislação em vigor, o governo do Estado poderá crear escolas praticas e institutos especiaes de ensino profissional, dando preferencia ás escolas de Agricultura, Zootechnia, Veterinaria, Mechanica, Electricidade, Artes manuaes, Commercio e Ensino domestico.

Para este ultimo existe em Natal uma Escola Domestica, que tem gosado de auxilios officiaes e funcciona em proprio estadual.

Grupos escolares existentes no Estado e data da fundação

MUNICIPIOS	DENOMINAÇÕES	DATA DA CREAÇÃO
Natal	Augusto Severo	Decreto n. 174 de 5 de Março de 1908.
Mossoró	30 de Setembro	Decreto n. 180 de 15 de Novembro de 1908.
Caicó	Senador Guerra	Decreto n. 189 de 16 de Fevereiro de 1909.
Acary	Thomaz de Araujo	Decreto n. 193 de 13 de Março de 1909.
Carahubas	Antonio Carlos	Decreto n. 194 de 15 de Março de 1909.
Martins	Almino Affonso	Decreto n. 196 de 21 de Abril de 1909.
Serra Negra	Coronel Mariz	Decreto n. 202 de 2 de Julho de 1909.
S. José de Mipibú	Barão de Mipibú	Decreto n. 204 de 12 de Agosto de 1909.
Goianninha	Moreira Brandão	Decreto n. 220 de 7 de Maio de 1910.
Pedro Velho	Fabricio Maranhão	Decreto n. 224 de 8 de Agosto de 1910.
Jardim do Seridó	Antonio de Azevedo	Decreto n. 225 de 8 de Agosto de 1910.
Paparí	Nysia Floresta	Decreto n. 226 de 8 de Agosto de 1910.
Pau dos Ferros	Joaquim Correia	Decreto n. 234 de 10 de Novembro de 1910.
Arez	Jacumahuma	Decreto n. 243 de 4 de Março de 1911.
Assú	Tenente-coronel José Correia	Decreto n. 254 de 10 de Agosto de 1911.
Macahiba	Auta de Sousa	Decreto n. 255 de 19 de Outubro de 1911.
Currnes Novos	Capitão-mór Galvão	Decreto n. 256 de 25 de Novembro de 1911.
Apodi	Ferreira Pinto	Decreto n. 257 de 25 de Novembro de 1911.
Angicos	José Rufino	Decreto n. 258 de 11 de Dezembro de 1911.
Nova Cruz	Alberto Maranhão	Decreto n. 263 de 8 de Janeiro de 1912.
Luiz Gomes	Coronel Fernandes	Decreto n. 265 de 20 de Janeiro de 1912.
Ceará-Mirim	Philippe Camarão	Decreto n. 266 de 23 de Março de 1912.
S. Gonçalo	Dr. Octaviano	Decreto n. 275 de 18 de Setembro de 1912.
Natal	Frei Miguelinho	Decreto n. 277 B de 28 de Novembro de 1912.
Canguaretama	Pedro Velho	Decreto n. 286 de 10 de Julho de 1913.
Santa Cruz	Quintino Bocaiuva	Decreto n. 26 de 7 de Dezembro de 1914.
Areia Branca	Conselheiro Britto Guerra	Decreto n. 59 de 7 de Dezembro de 1916.
Sant'Anna do Mattos	Meira e Sá	Decreto n. 96 de 8 de Março de 1918.
S. Miguel	Padre Cosme	Decreto n. 85 de 4 de Dezembro de 1918.
Taipú	Joaquim Nabuco	Decreto n. 86 de 8 de Janeiro de 1919.
Parelhas (J. do Seridó)	Barão do Rio-Branco	Decreto n. 87 de 13 de Janeiro de 1919.

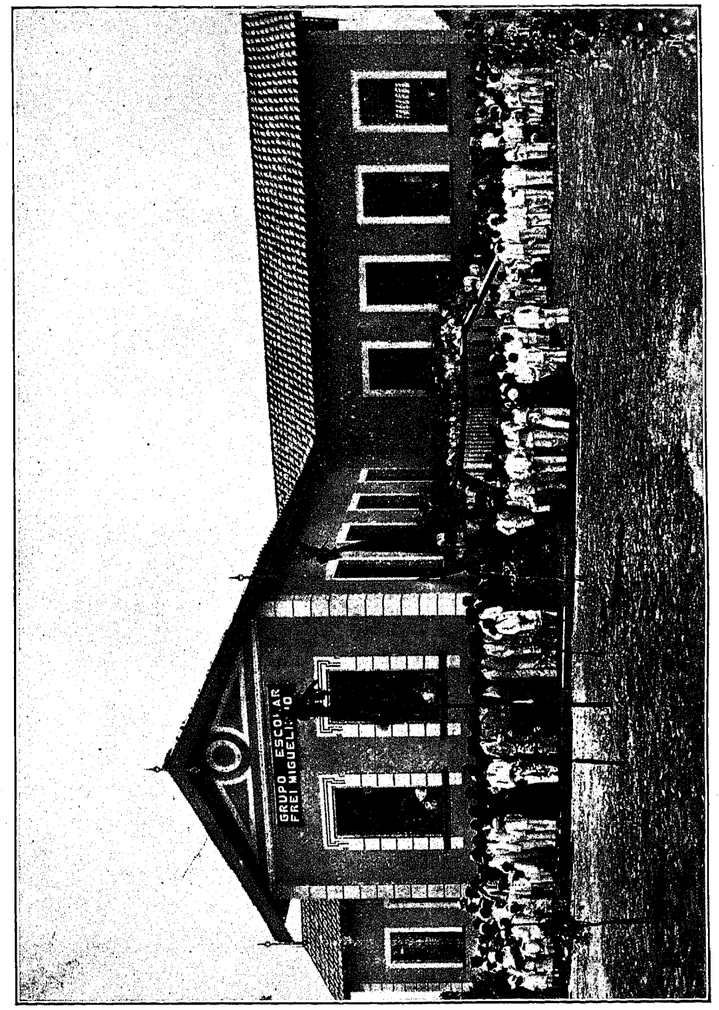
Foi fundada, ha alguns annos, por uma Liga de Ensino que alli se organizou e destina-se a proporcionar o ensino de Portuguez, Francez, Inglez, Arithmetica, Algebra, Geographia, Gymnastica, Musica, Leiteria, Cosinha theorica e pratica, Economia domestica, Lavanderia e Engommado, Córte e feitio de vestidos, Botanica, Horticultura, Noções theoricas e praticas de Medicina, comprehendendo a Puericultura, Hygiene e soccorros urgentes.

Verifica-se da mensagem que o governador dirigiu ao Congresso Legislativo em 1 de Novembro de 1918 que frequentaram os estabelecimentos de ensino publicos e particulares do Estado, no mesmo anno, 10.127 alumnos, assim distribuidos:

Escola Normal	114
Atheneu Norte-Riograndense	35
Grupos escolares e escolas isoladas	2.807
Escolas municipaes e particulares (em 32 municipios)	7.171

São subvencionados os seguintes estabelecimentos de ensino:

Sociedade Liga do Ensino	30:000$000
Collegio Diocesano Santo Antonio	1:800$000
Collegio Santa Luzia (Mossoró)	2:400$000
Collegio da Immaculada Conceição	1:800$000
Collegio do Coração de Maria	1:800$000
Escola do Centro Frei Miguelinho	600$000
Aula gratuita S. Vicente de Paula	600$000
Escola do Centro Macahibense	600$000



Grupo escolar "Miguelinho" (Natal)

Aula gratuita da União Operaria	600$000
Aula gratuita da Liga Artistico-Operaria	600$000
Aula primaria do Sagrado Coração de Jesus	600$000
Escola do Centro Operario Natalense	600$000
Escola do Gremio Litterario Francisco Isodio (Mossoró)	600$000
Externato Coronel Cascudo	600$000
Escola Parochial do Caicó	600$000
Escola Moreira Dias (Martins)	600$000
Collegio Sete de Setembro (Natal)	1:000$000

Hygiene e Assistencia

O estudo das questões relativas á Hygiene publica do Estado, a fiscalização do saneamento das localidades e das habitações, o estudo dos meios praticos de prevenir, attenuar ou debellar as molestias endemicas, epidemicas e transmissiveis por contagio aos homens e animaes, a organização, direcção e distribuição de soccorros de assistencia publica em epochas de epidemias, a direcção e propagação do serviço de vaccinação contra a variola, a hydrophobia e a febre amarella, a indicação de melhoramentos sanitarios em beneficio da população, a inspecção das escolas, repartições publicas, officinas, hospitaes, lazaretos, prisões, quarteis, casas de caridade e beneficencia, asylos e quaesquer habitações collectivas, publicas ou particulares, a fiscalização do exercicio da Medicina e da Pharmacia, a organização da estatistica demographo-sanitaria, a fiscalização dos trabalhos de utilidade publica, dos cemiterios e de todas as construcções publicas e particulares que possam comprometter os interesses da saude publica, todos estes são serviços que competem á repartição de Hygiene, creada pela lei n. 14, de 11 de Junho de 1892, e modificada depois por varias leis e decretos.

Ainda hoje deixam muito a desejar: o Estado não dispõe de recursos que permittam dar-lhes o necessario grau de efficiencia. O mesmo succede em relação á assistencia, quasi limitada á dos hospitaes, lazaretos e recolhimentos da capital. Aliás, esta é a situação de todos os Estados, podendo-se com verdade affirmar que no proprio Districto Federal o problema ainda reclama carinhosa solicitude e solução completa.

As despesas com os dois serviços — hygiene e assistencia — sobem annualmente a 159:250$000.

Existem os seguintes estabelecimentos officiaes de assistencia: "Hospital Juvino Barreto", "Asylo João Maria", "Isolamento da Piedade", "Isolamento S. João de Deus" e "Isolamento de S. Roque".

O "Hospital Juvino Barreto" é destinado ás molestias communs.

Recebe e trata gratuitamente os doentes pobres. Está situado em um dos melhores pontos da cidade, em proprio estadual que offerece boas condições de hygiene. As suas enfermarias, como a parte administrativa e economica do estabelecimento, estão entregues a irmans da Ordem das Filhas de Sant'Anna, uma das quaes tem sob a sua direcção a pharmacia.

Dispõe de enfermarias de Medicina e Cirurgia, com boa sala de operações e de enfermarias reservadas aos soldados e aos presos de justiça. Tem uma "Sala do Banco" para o receituario externo.

O "Asylo João Maria" é destinado ao recolhimento de mendigos e os isolamentos da "Piedade" e "S. João de Deus" aos alienados e tuberculosos, respectivamente. O de "S. Roque" serve para isolar os que são atacados de variola.

O movimento desses estabelecimentos, de 1 de Outubro de 1917 a 1 de Outubro de 1918, foi este:

Hospital Juvino Barreto — Existiam 76; entraram 884; sahiram 833; falleceram 44. Ficaram em tratamento 83.

Asylo João Maria — Existiam 87 asylados; entraram 18; sahiram 9; falleceram 8; ficaram 88.

Isolamento da Piedade — Existiam 69; entraram 89; sahiram 63; falleceram 36, ficaram 59.

Isolamento S. João de Deus — Existiam 16; entraram 48; sahiram 12; falleceram 36, ficaram 16.

Isolamento de S. Roque — Entraram 26; sahiram 20; ficaram 6.

Junta Commercial

A Junta Commercial, com séde na capital e tendo por districto jurisdiccional todo o territorio do Estado, foi creada pela lei n. 132, de 13 de Setembro de 1899. Deu-lhe regulamento o decreto n. 110, de 12 de Dezembro do mesmo anno. A sua organização foi modificada pela lei n. 213, de 10 de Setembro de 1904; e, em obediencia a esta, foi expedido novo regulamento pelo decreto n. 148, de 17 de Dezembro tambem de 1904. Compõe-se de cinco deputados, um dos quaes é o presidente e tres supplentes, eleitos dentre os commerciantes matriculados, e um secretario. O presidente e o secretario são nomeados pelo governador, o primeiro dentre os cinco deputados eleitos pelo collegio commercial, e o segundo dentre os cidadãos habilitados, preferindo-se os graduados em Direito.

O presidente, uma vez nomeado, servirá emquanto durar o seu mandato de deputado, podendo ser reconduzido no cargo, se for reeleito. O secretario será conservado emquanto bem servir. Os deputados e supplentes serão eleitos por quatro annos, renovando-se, porém, aquelles, de dois em dois annos, por duas turmas, uma composta de dois e outra de tres deputados, acompanhando o presidente, na renovação, a turma a que haja pertencido.

O collegio eleitoral comprehende todo o Estado, compondo-se dos negociantes matriculados até á vespera da eleição e dos não matriculados que tiverem suas firmas registadas de accôrdo com a legislação em vigor.

Os membros da Junta não percebem vencimentos; entre o presidente e os deputados são distribuidos os emolumentos pagos pela rubrica de livros, sendo os demais recolhidos ao Thesoiro, como renda do Estado, mediante guia visada pelo secretario.

As attribuições da Junta Commercial são as mesmas das instituições congeneres existentes nesta capital e nos Estados.

A sua secretaria compõe-se apenas de 1 secretario, 1 official e 1 porteiro.

Campo de demonstração

De accôrdo com auctorização que lhe foi conferida pela lei de orçamento de 1917, o Governo da União transferiu provisoriamente ao Estado o campo de demonstração que havia installado em Jundiahi, Municipio de Macahiba; e, nos termos do n. v do art. 97 da lei n. 3.454, de 8 de Janeiro de 1918, tornou definitiva essa transferencia.

Sobre esse campo, diz o governador em mensagem que dirigiu ao Congresso Legislativo em 1 de Novembro de 1918:

« Não julgo satisfactorio o estado actual do Campo de Demonstração de Jundiahi, sob a direcção do agronomo Antidio Guerra. Manda a justiça declarar que este não ha poupado energias para a obtenção de resultados compensadores; mas, não dispondo de verba sufficiente para completa drenagem e mais despesas exigidas pela natureza do sólo, limitou-se, de accôrdo com as ordens transmittidas, á conclusão de pequenos serviços, de maior urgencia. Ensaiou-se o plantio do algodão Webber, cuja semente nada produziu, apesar de seleccionada, devido á irregularidade do inverno e a não ser o terreno apropriado ao cultivo daquella malvacea.

O director mandou fazer plantações de milho, feijão e mandioca, dispensando ao cannavial os tratos requeridos. Não ha esperança, entretanto, de safra abundante.

O balanço do movimento do campo, durante o periodo de 21 de Janeiro a 30 de Setembro do corrente anno, accusa uma receita de 14:498$340 e uma despesa de 12:965$560. A União, por intermedio do delegado fiscal do Thesoiro Federal, legalizou, em Maio deste anno, a cessão que havia feito do Campo ao Estado. Dispõe o estabelecimento de boas accommodações e de terreno sufficiente para a fundação de uma escola experimental agro-pecuaria, de lotação regular, em moldes differentes do campo actual, cujos resultados não compensam os sacrificios do erario. »

As leis que fixaram as despesas da União nos exercicios de 1918 e no actual (1919) incluiram um auxilio annual de 10:000$ para esse campo.

Outros serviços estaduaes

Os demais serviços publicos do Estado não constituem ramos distinctos da administração, com organização propria, sendo superintendidos por uma repartição central, a que estejam subordinados. Uns, como o abastecimento d'agua, a viação urbana e a illuminação publica da capital são contractados; outros, como a mordomia do Palacio, o almoxarifado, o Theatro Carlos Gomes, etc. estão sob a dependencia do proprio governador ou do Thesoiro; e alguns, finalmente, têm a organização provisoria que a situação aconselha como mais conveniente e acertada num momento dado.

Neste caso estão as obras publicas. No orçamento ha apenas uma pequena verba de 20:000$, que é applicada em concertos e reparos de proprios estaduaes ou em trabalhos ligeiros.

As obras de maior vulto são contractadas ou feitas por administração, á conta de creditos opportunamente abertos ou de recursos extraordinarios de que o Thesoiro possa dispôr.

XVI

Aspectos economicos e financeiros

Lavoira e industria

Exceptuados os taboleiros, onde apenas se encontram arvores rachiticas e enfezada relva, e a zona das dunas de areias movediças ao longo da costa, quasi esteril e sem vegetação, a fertilidade do sólo do Rio Grande do Norte, é, em geral, verdadeiramente assombrosa. Varias causas contribuem, entretanto, para que, apesar dessa fertilidade, o Estado viva em constantes alternativas de abundancia e de miseria, sendo a principal dellas a tremenda calamidade das seccas, que paralysa, a espaços, as fontes fecundas da sua producção agricola e pastoril. Felizmente as profundas perturbações economicas que se derivam dessa causa não são irremediaveis, verificado como está que a média das chuvas cahidas em um longo periodo é sufficiente ás necessidades da lavoira e da creação.

Neste particular, o problema se reduz, conforme já tivemos occasião de ver, ao melhor aproveitamento das aguas, o que se conseguirá represando, por meio de barragens, as que cahem sobre a superficie ou fazendo emergir á flor da terra as que possam existir em lençoes subterraneos. Isto feito, as irrigações regulares, que então se tornarão faceis, corrigirão os grandes males decorrentes das longas estiagens, que constituem o inominavel flagello do Nordéste.

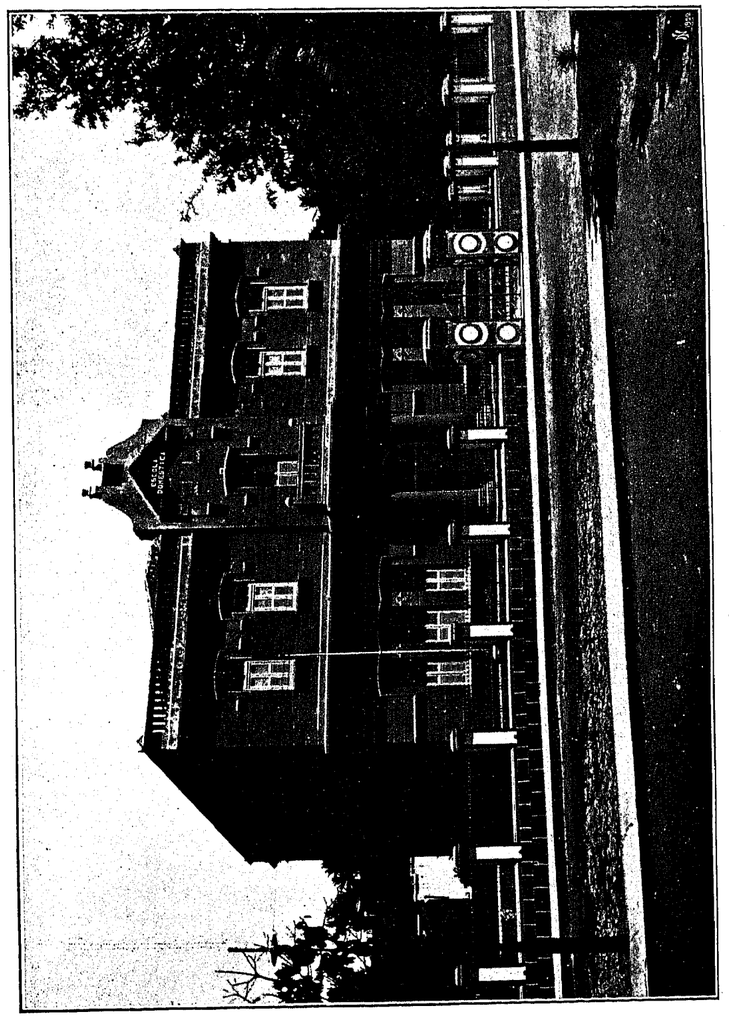
Ha ainda, em relação ás aguas, uma outra face do problema, na zona proxima ao littoral. Ahi, onde os rios, transbordando dos seus leitos, inundam grandes extensões de valles, que se transformam em brejos, as obras a executar são de outra natureza; mas talvez tão dispendiosa como as de açudagem, porque é indispensavel que os canaes de desaccamento, que têm de ser construidos em terrenos baixos e de pequena declividade, sejam feitos de modo que, se necessario, possam ser aproveitados para irrigar as terras das varzeas circumvizinhas, quando faltarem as chuvas em epocha propria.

Além das seccas e das inundações, cujos effeitos são egualmente desastrosos, destacam-se, entre as demais causas que têm influido para retardar o desenvolvimento economico do Estado, a insufficiencia de braços, os processos rotineiros de producção, a falta de estabelecimentos de credito, especialmente agricola, e as difficuldades de transporte.

Quanto á primeira — insufficiencia de braços — não é licito contar, pelo menos em futuro proximo, com fortes correntes immigratorias que se dirijam espontaneamente para o Estado; mas bastará que sejam attenuadas as devastadoras consequencias das crises climatericas para que a situação se modifique de modo sensivel. E isto porque a população que, por occasião dessas crises, se desloca de seus lares — morrendo uma parte por entre dolorosos soffrimentos e emigrando outra parte para a Amazonia, onde não raro a aguarda crueis decepções e amarguras — se fixará definitivamente no sólo e a lavoira não será desfalcada periodicamente do esforço e do trabalho de milhares e milhares de homens, que a abandonam para sempre, sendo victimados pela fome ou fugindo, pela expatriação, a uma sorte ingrata.

No tocante aos processos de producção, ha, em geral, lamentavel atrazo. Os instrumentos agricolas usados para lavrar os campos são apenas a enxada, a foice e o machado. Poucos conhecem outros e só alguns os possuem e empregam. Não ha escolas agricolas.

O "Campo de Demonstração de Jundiahi" é ainda uma tentativa de resultados problematicos. O ensino technico e profissional, com applicação aos differentes ramos da actividade humana, só aos poucos e muito lentamente se poderá diffundir, dada a escassez das rendas publicas. Não se cogita de novas culturas e ás existentes não são dispensados os necessarios cuidados para que a producção, melhorada e beneficiada, se valorize.



Escola domestica (Natal)

Pouca ou nenhuma preoccupação se nota na selecção das sementes. As terras não são estrumadas. E' rudimentar o conhecimento das molestias e pragas que atacam as plantas cultivadas, de sorte que são inefficazes os meios adoptados para evita-las ou extingui-las. E' facto, porém, que, apesar destes e de outros factores negativos, a industria agricola offerece larga margem a lucros abundantes e compensadores, o que demonstra serem as condições locaes francamente favoraveis ao seu desenvolvimento. No mesmo caso está a industria pastoril, que, embora desapparelhada de meios que, em outros pontos do paiz, são o segredo de sua prosperidade, constitue uma das mais futurosas do Estado, em virtude da grande riqueza nas forragens que se encontram em seus campos de ceração.

A industria do sal occupa um logar excepcional no Rio Grande do Norte e o primeiro entre todos os Estados da Republica. Outras existem — do assucar, da pesca, da cera e da palha da carnaúba, da borracha de maniçoba e de mangabeira, de oleos vegetaes, etc. — que comportam extensa e remuneradora exploração, o que tambem succede com algumas que podem ser estabelecidas com exito seguro, taes como a da carne secca, que já existiu no regime colonial, e a do aproveitamento dos varios productos da inestimavel palmeira que é o coqueiro. Todas, porém, se resentem, mais ou menos, da necessidade do aperfeiçoamento dos seus processos de producção.

Ha no Estado absoluta carencia de capitaes: quaesquer emprestimos são realizados, em regra, a juros elevadissimos, quando não mediante vexatorias exigencias, sendo os agricultores os mais directamente expostos á usura dos prestamistas. Para prova-lo, basta considerar que o pobre lavrador que planta algodão, moirejando dia e noite em seu *roçado*, vê-se, muitas vezes, obrigado a *vende-lo na palha*, recebendo uma ninharia a troco de uma sacca ou de uma carga de lan ao effectuar a colheita, e o *senhor de engenho*, — representante da antiga fidalguia territorrial do Norte do Brasil, — que cultiva a canna de assucar, está, de muito, na dependencia das imposições dos *correspondentes* (assim se denominam os negociantes que servem de commissarios da venda do assucar) que fornecem minguados adeantamentos a juros de 18 %, ao anno, capitalizaveis de seis em seis mezes. Em taes condições, comprehendem-se e explicam-se as difficuldades com que lucta a lavoira.

A expansão agricola e industrial terá de vir como consequencia da organização do credito. Surge assim um novo problema, sem cuja solução as condições economicas do Estado serão sempre precarias. O primeiro estabelecimento bancario alli fundado foi o Banco do Natal, que, creado de accôrdo com a lei n. 235, de 8 de Setembro de 1905, foi installado em 26 de Março do anno seguinte, quando começou a operar francamente em descontos, depositos e cauções.

Além deste banco, cujo capital é actualmente de réis 1.000:000$, ha em Natal uma agencia do Banco do Brasil, que tambem tem outra em Mossoró, inauguradas ambas durante a presidencia Wenceslau Braz, sendo licito affirmar, á vista dos resultados obtidos por estes estabelecimentos de credito, que têm prestado e estão destinados a prestar valiosissimos serviços ao commercio, que ha no Estado vasto campo ás melhores operações bancarias.

Em relação ás difficuldades de transporte, que são aliás de ordem geral, convém examinar separadamente o transporte maritimo e fluvial e o terrestre. O primeiro faz-se em pequenas embarcações a vela entre os diversos portos da costa e por linhas regulares de navegação entre estes e os dos demais Estados.

Presentemente, Natal é ponto obrigatorio da escala dos vapores do Lloyd Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira (Lage & Irmãos), em suas viagens semanaes, nas linhas do Norte, sendo tambem o seu porto o extremo da carreira dos vapores da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, na linha do Sul (contracto celebrado de accôrdo com o decreto n. 11.524, de 17 de Março de 1915).

Visitam-n'o a miude os vapores da Companhia Commercio e Navegação, os do Lloyd Brasileiro, em algumas das suas viagens extraordinarias, e, uma vez por outra, os extrangeiros, especialmente americanos, que fazem o commercio de petroleo e farinha de trigo. Macau e Areia Branca são portos de escalas, mensalmente, dos vapores da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, e, quinzenalmente, dos da Companhia Nacional de Navegação Costeira (contracto celebrado de accôrdo com o decreto n. 11.774, de 3 de Novembro de 1915).

Estes portos são tambem visitados, em viagens extraordinarias, pelos vapores dessa companhias e do Lloyd Brasileiro; mas o seu commercio, que já é notavel, decorre em sua maior parte das communicações estabelecidas entre os mesmos e os principaes portos da Republica em consequencia do avultado numero de viagens que dalli e para alli realizam os vapores da Companhia Commercio e Navegação, formada e mantida para explorar as riquissimas salinas que se encontram naquella região.

Situado no extremo do Nordéste Brasileiro e banhado, a Norte e a Léste, pelo Atlantico, o Rio Grande do Norte — tendo-se em vista a extensão de seu territorio — é, dentre os diversos Estados, o que dispõe de maior littoral. Por esta razão e pelo facto de possuir os melhores mercados productores do sal nacional, as difficuldades do seu transporte maritimo não são tão prementes como em outras partes da Republica.

Deixa, entretanto, muito a desejar, maximé pelo exaggero das tabellas de fretes, as quaes, já sendo muito pesadas antes da guerra européa, foram aggravadas em excesso durante as hostilidades e assim permanecerão provavelmente ainda por muito tempo.

O transporte por via fluvial limita-se no Estado ao seguinte: pelo Rio Apodi ou Mossoró até Santo Antonio; pelo Piranhas ou Assú até Officinas; pelo Potengi e Jundiahi até Macahiba; pelo Cunhahú e Pitú-Assú até Canguaretama. Ao todo, cerca de cento e cincoenta kilometros.

Esse transporte é feito em lanchas, barcaças, botes, canôas e outras embarcações de pequeno calado, regulando o seu custo de $100 a $200 por tonelada-kilometro.

No transporte terrestre, precisamos distinguir:

a) transporte por estradas de ferro;
b) transporte em estradas de automoveis;
c) transporte em carros de bois;
d) transporte em dorso de animaes.

As linhas ferreas em trafego são as da "Great Western", Central do Rio Grande do Norte e Mossoró.

A "Great Western" percorre dentro do Estado 122,200 km. E' nesse ponto que transpõe a linha divisoria com o Estado

da Parahiba. A primeira estação, em territorio parahibano, é a de Cahiçara (138,281 km.), sendo a ultima do Rio Grande do Norte a de Nova Cruz (120,600 km.).

Neste Estado, a estrada atravessa os municipios de Natal, S. José de Mipibú, Papari, Arez, Goianninha, Canguaretama, Pedro Velho e Nova Cruz, servindo tambem ao de Santo Antonio, que della se aproveita, em parte, para o seu commercio de importação e exportação.

A Central do Rio Grande do Norte tem em trafego o trecho que vai de Natal a Lages, pela linha de ligação, na extensão de 147,358 km., atravessando os municipios de Natal, S. Gonçalo, Ceará-Mirim, Taipú e Lages e mais 3,960 km. da Corôa e Igapó. Concluidos o ramal de Macau, que parte de Lages, e a linha tronco, que percorrerá a zona do Seridó, em demanda da Parahiba e do Ceará, ambos em construcção, as communicações com parte do sertão se tornarão mais rapidas.

A Mossoró tem em trafego apenas 37,690 km., nos municipios de Areia Branca e Mossoró.

Verifica-se dos numeros indicados que ha no Rio Grande do Norte, neste momento, 311,208 km. de estradas de ferro em trafego. E' quasi nada, attentas ás suas necessidades.

O preço do transporte varia conforme as tarifas de cada estrada, a distancia dos percursos, a quantidade e a qualidade das mercadorias. Póde-se, entretanto, fixar approximadamente a sua média em $200 por tonelada-kilometro.

Duas são as estradas em que já se faz o transporte em automoveis: a de Macahiba a Santa Cruz, com 105 km., e a de Mossoró a Limoeiro (Ceará), com 108 km. Ha outras em construcção. A média do custo do transporte é, por tonelada-kilometro, de $350 para os generos de exportação e $400 para os de importação.

Os transportes em carros de bois são muito communs nos serviços internos das propriedades agricolas; mas muito pouco usados em longos percursos. Excepto entre Mossoró e Santo Antonio (9 km.) e Assú e Officinas (65 km.), elles, em regra, não são utilizados senão quando se trata de cargas muito pesadas ou nas proximidades das estações de estradas de ferro e centros populosos.

E' difficil estabelecer a média de custo de transporte de uma tonelada-kilometro em carros de bois; quasi sempre o transporte se faz por conta do dono dos carros e dos bois, que pagam por dia ao pessoal encarregado do serviço. Pensamos, porém, que, nos outros casos, essa média não attinge a $500.

O transporte em dorso de animaes é o preferido, quando não o unico possivel, no interior; e dahi o carinho com que o nosso matuto trata dos animaes que possue, o rancor e o odio com que persegue os que os furtam, a aspiração que alimenta sempre, na sua humildade e na sua pobreza, de adquiri-los e de conserva-los, ainda quando mais alvejado pelo infortunio.

O peso das cargas depende da qualidade das mercadorias a transportar e da distancia a vencer: oscilla entre 120 e 150 kg. para cada animal Em epochas normaes, a média geralmente acceita do preço do transporte é de $500 por tonelada-kilometro. Ha, porém, mesmo na ausencia de crises climaticas, um conjuncto de circumstancias que a póde alterar, a saber: safras maiores ou menores, possibilidade de ser ou não encontrada carga de retorno, existencia de poisos, aguadas e pastagens ao longo das estradas, etc.

Destas, uma das melhores é a *estrada geral*, percorrida pelos que dos Estados do Sul fizeram, pelo interior, as primeiras *entradas* nos sertões norte-riograndenses. Chamam-n'a a *estrada das boiadas* e liga, atravez o alto sertão, os Estados do Piauhi, Ceará, Rio Grande do Norte e Parahiba. E' transitada ainda hoje até á Cidade de Campina Grande, neste ultimo Estado, ponto attingido por um ramal da "Great Western". A essa estrada se referiu o dr. Manuel Dantas, nestes termos:

> «A *estrada das boiadas*, existente desde os tempos coloniaes, desempenhou um grande papel na vida economica do Nordéste Brasileiro. Foi por esta estrada que transitaram todas as expedições que de Pernambuco e da Parahiba procuraram os altos sertões desses Estados; foi ella, por muito tempo, o vehiculo commercial para a praça do Recife, por onde transitavam as mercadorias e as boiadas compradas no Piauhi, refeitas nos campos de creação do Ceará, Parahiba e Rio Grande do Norte, e exportadas para os mercados consumidores da Parahiba e Pernambuco.
>
> Avalie-se por ahi o transito que havia e ainda ha por esta estrada que, no Rio Grande do Norte, passa pelas cidades de Jardim do Seridó e Caicó, ligando-se a outras estradas que atravessam os municipios do alto sertão. »

Grande numero destas, que se ramificam em todas as direcções, com um desenvolvimento de 2.000 a 3.000 km., communica os municipios entre si e com os portos, cidades, villas, estações de estradas de ferro e pontos accessiveis á navegação fluvial. Algumas são simples caminhos estreitos, tortuosos, accidentados, sem largura sufficiente para a passagem dos comboios, que, vencendo as resistencias dos caminhos, impedem que os seus leitos sejam tomados pela vegetação marginal. Não raro, correm por entre excavações profundas feitas pelas enxurradas das aguas da chuva ou pelo meio de atoleiros continuos nos logares cobertos de brejos.

Muitas, porém, já permittitem que as travessias se façam sem grandes difficuldades.

A estas tambem se referiu o dr. Manuel Dantas:

> «De Macahiba partem para o sertão duas grandes estradas carroçaveis: uma, chamada *estrada do fio*, porque vai acompanhando a linha telegraphica, dirige-se ao alto sertão atravez os municipios de Lages, Angicos e Sant'Anna do Mattos, atravessando o Rio Assú na Povoação de S. Raphael.
>
> Na Villa de Jardim de Angicos, encontra-se com a estrada que sobe o Rio Ceará-Mirim acima, e adeante da Villa de Lages, bifurca-se em dois ramaes: um que passa pela Villa de Angicos e a Cidade do Assú, rumo de Mossoró; outro, que se desprende á esquerda, passando pelas villas de Sant'Anna do Mattos e Flores, a se encontrar com a *estrada das boiadas*, no Caicó. A outra, chamada *estrada do Seridó*, segue entre os valles do Potengi e Trahiri, encontra-se com as estradas que vêm dos municipios de S. José de Mipibú, Canguaretama, Santo Antonio e Nova Cruz, passa na Cidade de Santa Cruz (é um centro de convergencia de varias estradas que ahi se reunem, irradiando-se para o Seridó, Potengi Canguaretama, Nova Cruz, Serra de S. Bento, no Rio Grande do Norte: Araruna, Bananeiras, Serra do Cuité, na Parahiba), transpõe por meio de dois ramaes parallelos a Serra do Doutor, passa na Villa de Curraes Novos, donde parte um ramal para a Villa de Flores, passa na Cidade do Acari (situada á sahida de varios boqueirões dos contrafortes, da Borborema, é o ponto de reunião das estradas que vêm da zona dos brejos, da Parahiba, atravez o planalto da Borborema) e vai se entroncar na Cidade do Caicó com a *estrada das boiadas*. De Mossoró parte rio acima, uma grande estrada de comboios, talvez a mais transitada dos sertões do Estado, tendo quatro esgalhamentos principaes: um, que busca o baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará; outro, que sobe rio acima até ás cabeceiras, servindo os municipios de Mossoró, Apodi, Port'Alegre, Pau dos Ferros, S. Miguel e Luiz Gomes; outro que serve os municipios do Martins e Patú, atravessando a ribeira do *Rio do Peixe*, Parahiba, onde se liga á grande *estrada das boiadas*; outro, finalmente, que atravez dos municipios de Carahubas e Augusto Severo, busca a zona do Seridó. »

De tempos a esta parte, nota-se uma pronunciada tendencia para a construcção das estradas de rodagem. E', a nosso ver, solução acertadissima para o problema de transporte no Estado, porque as estradas actuaes estão muito aquem das exigencias da hora presente, e a União já terá feito muito quanto á viação ferrea se, dentro de alguns annos, tiver construido as linhas necessarias para vencer as grandes distancias.

Conhecidos os embaraços de ordem economica que apontámos até aqui e sabido que outros existem, cuja influencia é mais ou menos accentuada nesta ou naquella localidade, examinemos qual a situação em que se depara o Estado, relativamente á sua producção agricola e industrial.

A sua agricultura consiste principalmente no plantio da canna de assucar e do algodão; e suas industrias na da creação e na do sal.

O assucar começou a ser fabricado logo nos primeiros annos que se seguiram á conquista e á colonização, facto que occorreu tambem em quasi todas as capitanias de S. Vicente para o Norte; e tudo leva a crer que o primeiro engenho que houve no Estado foi situado nas terras da sesmaria concedida por Jeronymo de Albuquerque, quando capitão-mór no começo do seculo XVII, aos seus filhos Antonio de Albuquerque e Mathias de Albuquerque, sesmaria que comprehendia 2 leguas de terras em Canguaretama e 5.000 braças no Cunhahú e foi confirmada a 2 de Agosto de 1628 pelo Governo da Metropole.

O desenvolvimento da cultura da canna foi, porém, demorado; e, ainda em 3 de Maio de 1849, o presidente, affirmando que a industria da Provincia se achava no berço e em grande parte reduzida á apropriação dos productos espontaneos da natureza e á creação do gado, informava que a exportação do assucar pelo Porto de Natal fôra apenas, no exercicio de 1847-1848, de 11.304 arrobas e 26 libras. No exercicio de 1848-1849, essa exportação foi de 11.534 arrobas; no de 1849-1850, de 17.166; no de 1850-1851, de 18.974; no de 1851-1852, de 25.068. E assim, progressivamente. Em 1855, já attingia a 100.954 arrobas e em 1860 a 278.438, existindo 173 engenhos de ferro e 12 de madeira, assim distribuidos:

MUNICIPIOS	ENGENHOS		PRODUCÇÃO ANNUAL
	ferro	madeira	
			Arroba
Natal	7	2	12.000
S. Gonçalo	27	6	62.000
Ceará-Mirim	44	—	91.000
Touros	5	4	14.000
S. José	33	—	46.000
Papari	27	—	75.000
Goianninha	18	—	30.000
Canguaretama	12	—	45.000
	173	12	375.000

Embora a producção não subisse ainda á média calculada no quadro que ahi fica, attingira, todavia, em 12 annos, a um algarismo mais de vinte vezes superior áquelle a que se elevara no exercicio de 1847-1848. Era um augmento notavel, que se manteve sempre em progressão ascendente para ter o seu maximo em 1886-1887, quando a exportação foi de 15.933.879 kg.

A crise deste producto, que mais se fez sentir nos Estados que, como o Rio Grande do Norte, só produziam assucar de qualidade inferior, devido aos processos rudimentares empregados, trouxe o decrescimento da producção. A culturas mais remuneradoras foram os agricultores applicar a sua actividade e o seu esforço. Em 1908, a producção era de 24.702.950 kg., segundo o mappa que figurou na Exposição Nacional daquelle anno.

Presentemente é um pouco maior, porque ha alguns annos que se observa o renascimento da lavoira da canna. Póde ser calculada em 30.000.000 kg. A exportação, porém, sobe, quando muito, á quarta parte desta producção, ou sejam 7.500.000 kg. O excedente é absorvido pelo consumo local. Existem no Estado quatro uzinas (uma, a principal, no Municipio de Canguaretama e tres, pequenas, no do Ceará-Mirim) e cerca de quatrocentos engenhos e engenhocas, a vapor e a animaes. Nas uzinas fabricam-se os typos de assucar conhecidos e valorizados nos mercados exportadores; mas nos engenhos apenas se produzem typos inferiores. *O assucar bruto* é o que mais se exporta. Nas engenhocas, a producção exclusiva é de aguardente e rapadura: a primeira, consumida no mercado interno e no centro dos dois Estados vizinhos — o Ceará e a Parahiba — para onde é transportada pelo interior, em costas de animaes, que conduzem pequenas cargas, em geral de dois ou quatro barris; a segunda, a rapadura, que é o assucar do sertanejo rio-grandense, parahibano e cearense.

Nas uzinas, nos engenhos e nas engenhocas, a aguardente é fabricada aos poucos, á medida das necessidades do consumo, sendo conservado o mel em grandes tanques. Proprietarios ha que mantêm o commercio de aguardente durante todo o anno, custeando os serviços do plantio da canna e das *limpas* com o producto de sua venda. E esses são aquelles a quem melhor sorri a fortuna, porque estão isentos de recorrer aos correspondentes, que emprestam dinheiro a juros excessivos.

Os monopolios e privilegios que, no regime colonial, tão funestos foram ao progresso do Brasil, muito retardaram o desenvolvimento da cultura do algodão, uma das nossas principaes industrias agricolas, tão importante e de tanto

futuro no ponto de vista da exportação, como no do consumo interno, porque della decorre a prosperidade de outras: de um lado, fornece materia prima ás fabricas de fiação e tecidos, e, de outro, produz forragens e oleos de primeira qualidade. A ordem régia de 1750 para que o vice-rei d. Luiz de Athayde providenciasse sobre a fundação de fabricas, sendo para isto enviados tecelões da India, e a permissão dada em 1809 para o estabelecimento de fabricas de todas as manufacturas, foram apenas illusorias promessas: a primeira revogada 10 annos depois — aberta excepção sómente para as que fabricassem pannos grosseiros para o enfardamento e para a escravatura — e a segunda annullada em 1810 pelo tratado de commercio com a Inglaterra, renovado em 1827, e com a França um anno antes. Em 1846, ultimado o prazo dos tratados, deu-se a libertação da industria; e, com essa libertação, a cultura do algodão alargou-se extraordinariamente, figurando o Brasil, durante alguns annos, em 3º logar, entre os paizes exportadores; hoje occupa o 6º ou o 7º.

No Rio Grande do Norte, a exportação effectuada pela Alfandega da capital foi, no exercicio financeiro de 1847 a 1848, de 3.275 arrobas e 11 libras e a que passou pela agencia da Parahiba avaliada em 500 arrobas ou, ao todo, 3.775 arrobas e 11 libras.

No decennio de 1851 a 1860, não contando, por falta de informações, a que se fez por Mossoró, a que se effectuou pelo Aracati em 1854 e pela Parahiba em 1854, 1859 e 1860, elevou-se a:

Annos	Arrobas	Libras
1851	12.602	5
1852	15.149	3
1853	18.632	21
1854	4.020	13
1855	15.121	23
1856	6.869	29
1857	14.209	12
1858	23.966	7
1859	16.116	18
1860	16.545	30

De 1896 a 1905, a exportação foi a seguinte:

Annos	Kilogrammas
1896	1.609.178
1897	2.657.414
1898	1.459.615
1899	2.247.092
1900	1.787.192
1901	1.557.374
1902	2.291.135
1903	3.176.359
1904	784.387
1905	2.161.880

De 1905 em deante, a producção foi sempre em augmento, subindo a exportação em 1910 a 10.390.026 kg. Actualmente ella é, em média, de 12.000.000, nos annos de chuvas regulares.

O producto é de optima qualidade. Na Exposição Nacional de 1908 o da zona do Seridó obteve o *grande premio* e o de toda a região sertaneja alcança sempre cotações superiores nos mercados internos e externos.

« Esse algodão é uma variedade local e distincta, propria dos sertões altos e seccos. O algodoeiro toma ahi um desenvolvimento insolito, soffre uma transformação radical e profunda, passando de planta herbacea annua ou biannua a verdadeira arvore vivaz e persistente. Durante 10, 12 e mais annos produz sem interrupção, a não ser nos curtos mezes de inverno, de sorte que sempre póde encontrar-se o fructo em todos os estadios da evolução: desde o botão floral até á maçan aberta e esgarçada, offerecendo ao vento, para que lh'as leve e lh'as distribua, as pequenas sementes negras escondidas nos alvos flocos immaculados, levissimos e macios, de longas fibras sedosas. »

A industria do sal é uma das maiores riquezas do Rio Grande do Norte, sendo os seus opulentos terrenos de salinas conhecidos desde o tempo da Capitania. Segundo o visconde de Porto-Seguro, Pero Coelho, de volta de sua malogrado expedição ao Ceará, no começo do seculo XVII, atravessou, durante dias, parte desses terrenos; e frei Vicente do Salvador, na sua *Historia do Brasil*, falla em 1627, nas *salinas onde naturalmente se coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações*. Em 1634, conforme se verifica de uma memoria de Adriano Verdonck, o commandante do Forte dos Reis mandava navios carregarem *sal, mais forte do que o hispanhol e alvo como a neve*, em logares que ficavam muitas dezenas de milhas ao Norte e onde elle era produzido quasi sem trabalho do homem, *sem algum beneficio*, como diz o auctor da citada memoria.

O contracto do estanco do sal, firmado pela Metropole, não permittiu, porém, que até o começo do seculo XIX fossem compensadoramente aproveitadas as salinas do Estado, datando de 1802 a sua exploração effectiva. Mas, durante o Imperio, apesar de riquissimas, ellas não foram trabalhadas convenientemente; e em varios *relatorios* apresentados ás assembléas pelos presidentes da então Provincia deparam-se referencias ao abandono quasi criminoso em que se achavam, devido, em parte, ao indifferentissimo dos poderes publicos.

Em 1849, o conselheiro Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, depois de salientar que a exportação do sal tinha diminuido a menos de um terço do que era, diz:

« A qualidade do sal depende do beneficio dos tanques em que se recolhe a agua para ser evaporada e que, muitas vezes, são formados sobre lama.

Logo que neste serviço se empreguem maiores capitaes, deve melhorar o fabrico deste producto de geral consumo, que, mediante a protecção do Estado, póde augmentar muito a riqueza da Provincia. »

Essa protecção, tão necessaria e tão justa, estava, porém, fóra dos moldes da politica economica seguida na epocha. Ninguem ignora que a tendencia de nossos homens dirigentes foi, então, quasi sempre, avessa á protecção industrial. Eramos um paiz essencialmente agricola: tal a phrase que se tornou celebre e bem revela a orientação economica a que se obedecia nas altas camadas officiaes. Só nos ultimos annos do Imperio foi que a corrente proteccionista começou a avolumar-se.

Quanto ao sal, foi quando occupou a pasta da Fazenda o conselheiro Francisco Belisario, que se estabeleceu, na conformidade do n. 3 do art. 9º da lei n. 3.313, de 16 de Outubro de 1886, o imposto proteccionista de $010 por litro de sal importado. Até então o sal bruto não era tributado na entrada e o fino pagava uma pequena taxa *ad-valorem*.

Deste facto se verifica que uma industria cujos productos gosavam, em 1811, isenção do imposto de dizimo, por mercê especial da Metropole, ficou, no percurso de mais de meio seculo, entregue ás suas proprias forças, desapparelhada de meios que a habilitassem a vencer, na concorrencia, a competencia extrangeira.

Os quadros da exportação do Estado, nesse periodo, são curiosos e interessantes. Eis aqui o apanhado relativo a um decennio:

Annos	Alqueires
1851	40.546
1852	41.011
1853	40.539
1854	71.664
1855	44.213
1856	34.558
1857	48.916
1858	50.083
1859	35.524
1860	104.145

Como se vê, a exportação média era nesse decennio, e foi até muitos annos depois, inferior de centenas de milhares de alqueires ao que é actualmente.

Não é exaggero affirmar que o desenvolvimento da promissora industria começou com a Republica, porque, se é exacto que a concessão feita em 26 de Outubro de 1889 a Antonio Coelho Ribeiro Roma para o estabelecimento e exploração de salinas e fabricas destinadas á purificação do sal em terrenos devolutos do Estado prenunciava uma éra nova, tambem é certo que só na vigencia das novas instituições se organizou a empresa cessionaria desse privilegio. Ainda mais: só quando a taxa sobre a importação extrangeira se tornou estavel, passando das alternativas orçamentarias para as tarifas aduaneiras, foi que os commerciantes procuraram nessa industria emprego remunerador para seus capitaes.

Presentemente, ella se encontra em condições de franca prosperidade, regulando a producção annual, em média, 150.000.000 de kilogrammas. Poderá, entretanto, ser duplicada, triplicada ou quadruplicada, se as necessidades do consumo interno ou da exportação o exigirem, porque ha extensas áreas de terrenos ainda desaproveitadas e, mesmo naquelles em que já existem salinas, é possivel dar maior efficiencia ao trabalho. O producto é de primeira qualidade, accusando nas analyses chimicas uma percentagem de 98 % de chloreto de sodio e uma quantidade minima de chloreto de magnesio — a mais perniciosa das impurezas do sal marinho.

Em nosso paiz, a Historia da industria pastoril — todos o sabem — está estreitamente ligada á do povoamento dos sertões. Entre outros, demonstrou-o Capistrano de Abreu, com a auctoridade que ninguem lhe contesta, no magistral estudo publicado em 1907 n'*O Brasil, suas riquezas naturaes, suas industrias*. São desse estudo as seguintes passagens:

« Os engenhos de assucar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos productos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietario. Com a economia naturista, o equivoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só proximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegaveis, graças á ausencia de corredeiras e saltos, a labuta agricola encontrava remuneração satisfactoria. Queixam-se os primeiros chronistas de andarem os contemporaneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Faze-lo seria facil em S. Paulo, onde a caçada humana e deshumana attrahia e occupava a actividade geral, e na Amazonia, toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos productos vegetaes extrahidos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa.

A solução foi o gado vaccum.

O gado vaccum dispensava a proximidade da praia, pois, como as victimas dos Bandeirantes, a si proprio transportava das maiores distancias, e ainda com mais commodidade; dava-se bem nas regiões improprias ao cultivo da canna, quer pela ingratidão do sólo, quer pela pobreza das mattas, sem as quaes as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num paiz de população rala; quasi abolia capitaes, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem intersticio; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e agua, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal: forneciam sufficiente sal os numerosos barreiros dos sertões.

A creação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias da Cidade do Salvador; a conquista de Sergipe extendeu-a á margem direita do S. Francisco. Na outra margem veio dar, menos forte e menos accelerado, movimento identico partido de Pernambuco.

Ao romper a guerra hollandeza estavam inçadas de gado as duas bandas do rio em seu curso inferior. Nem por outro motivo as incorporou Mauricio de Nassau ao territorio da Companhia das Indias Occidentaes, e os patriotas da liberdade divina com tanto afinco as defenderam. »

Nessa epocha, os campos do Rio Grande do Norte já estavam povoados de gado até o Ceará-Mirim e começavam a ser povoados, pelo interior, até ás ribeiras do Seridó e do Assú. Dahi em deante, a creação teve rapido e progressivo desenvolvimento, especialmente depois da expulsão dos Hollandezes; e quando, no correr do seculo XVII, se sublevaram varias tribus de indios, *matando milhares de cabeças de gado, queimando e destruindo a toda coisa viva*, e pondo em risco, por dezenas de annos, a segurança da Capitania — só inteiramente pacificada em 1697 por Bernardo Vieira de Mello — ella era uma região francamente creadora.

Terminada a *guerra dos indios*, a industria pastoril floresceu novamente; e, já então, em melhores condições, tanto porque o receio de possivel levantamento dos indigenas dera logar, no interior, á fundação de presidios militares, de que o do Assú fôra o principal, como porque das forças expedicionarias que contra elles haviam marchado algumas alli ficaram e das outras muitos que a ellas tinham pertencido permaneceram definitivamente na Capitania. Surgiram nucleos de população fixa, creando-se novas villas e organizando-se a vida administrativa em paragens, onde antes existiam apenas pequenas fazendas.

Como consequencia do alargamento da creação, foram estabelecidas officinas de *carnes seccas* em Mossoró e Açú (em logares que ainda hoje conservam a denominação de *officinas*), carnes que no seculo XVIII chegaram a constituir objectos de um importante commercio. Prova-o a carta que

a Junta de Fazenda de Pernambuco dirigiu, acompanhada de uma ordem real á Camara de Natal a respeito desse commercio naquelles pontos. A Camara, em vereação de 4 de Março de 1786, respondendo á Junta de Fazenda, opinava pela prohibição da exportação, allegando, entre outras razões, o prejuizo que advinha á Fazenda Real da não arrecadação do subsidio de sangue em uma matança de perto de 2.000 cabeças de gado que cada barco conduzia (o subsidio de sangue era de $400 por boi e $320 por vacca). Lembrava que, na hypothese de não ser totalmente abolida a exportação, sendo-o em parte, dever-se-ia cobrar aquelle subsidio, providencia que já havia ordenado.

Sobre o mesmo assumpto escreveu o capitão-general, governador de Pernambuco, a Martinho de Mello Castro, a 23 de Maio de 1788, mostrando a inconveniencia da matança e salga de carnes para a exportação nos mesmos pontos pelo prejuizo que trazia ás feiras geraes de Goianna e Santo Antão e porque *das fazendas de gado que alli ha é que sempre se proveram os açougues da Capitania da Parahiba e de toda esta.* Declarou que tinha prohibido a referida exportação, permittindo-a sómente no Porto do Aracati. Posteriormente, o mesmo capitão-general, em officio de 11 de Maio de 1789, mantinha a prohibição recommendada antes, ainda excepturando *as officinas que iam do Aracati para o Norte.* O commercio das carnes seccas era então notavel; e, pelo officio citado, verifica-se que só em Pernambuco — e o mercado preferido era o da Bahia — haviam sido consumidos até Março 14 barcos.

Prohibido o seu preparo no Rio Grande do Norte, taes carnes ficaram vindo apenas das officinas do Aracati para o Norte, isto é, da Capitania do Ceará, donde o facto de ser o xarque conhecido em todo o Norte sob o nome de *carne do Ceará.*

A extincção da industria de carnes seccas, que tinha chegado a um alto grau de prosperidade, não fez, porém, decahir a da creação: as feiras da Parahiba e Pernambuco continuaram a ser e ainda são bons mercados para lucrativas transacções.

Até depois do meado do seculo passado, o dizimo cobrado sobre a creação constituiu a principal fonte da receita provincial. Nos exercicios de 1853, 1854 e 1855, por exemplo, as arrematações desse dizimo subiram, respectivamente, a 24:028$350, 27:395$ e 31:917$, sendo as receitas arrecadadas em:

1853	76:742$140
1854	64:757$584
1855	87:149$927

Só de 1847 em deante, ante os grandes prejuizos occasionados pela secca de 1845, foi que a ex-Provincia começou a tornar-se agricola, sem perder, em todo caso, o seu caracter de zona francamente creadora. O quadro que se segue mostra qual era em 1862 a situação da industria pastoril:

Comarcas	Numero de fazendas	Producção annual
Natal	263	8.720
S. José de Mipibú	172	2.350
Assú	408	9.940
Mossoró	305	11.800
Seridó	622	16.500
Maioridade	243	10.320

Nesse anno, o presidente Pedro Leão Velloso apontava como causas entorpecedoras do seu progresso: a inconstancia e inclemencia das estações; as seccas repetidas; o mau trato que recebia o gado; a degeneração das raças; as epizootias. Embora attenuadas em seus effeitos, essas causas subsistem ainda.

E' impossivel precisar exactamente a quantidade de gado existente, na ausencia de estatisticas regularmente organizadas. Póde-se, em todo caso, calcula-la, como fez a Directoria da Estatistica do Ministerio da Agricultura, na "Synopse do Censo Pecuario da Republica", publicada em 1913, na qual obteve estes resultados:

Bovinos	537.000
Equinos	139.000
Asininos	105.000
Caprinos e muares	418.000
Ovinos	357.000
Suinos	99.000

A população pecuaria seria assim de 1.655.000 cabeças. Será acceitavel este calculo ? Vejamos.

Admittindo que a média do consumo de carne fresca no Estado seja annualmente, por habitante, de 20 kg., temos que esse consumo é de 10.000.000 de kilogrammas por anno para uma população que, em outra parte deste trabalho, calculámos, justificando, em 500.000 habitantes.

O peso util de cada rez regula 100 kg. Segue-se, portanto, que é de 100.000 o numero de rezes abatidas annualmente para abastecer de carne fresca a população. Addicionando-se 20.000 cabeças, no minimo, destinadas ao commercio de carne secca ao sol e ao vento e do gado exportado em pé para as feiras da Parahiba e de Pernambuco, teremos um total de 120.000 rezes para o consumo annual. Suppondo que esse consumo represente 20 %, a população bovina deverá ser de 600.000 cabeças, sendo a média da producção superior áquelles 20 %, uma vez que a referida população augmenta sempre, apesar dos grandes prejuizos occasionados, de vez em quando, pelas seccas. O calculo da Directoria de Estatistica, que é de 7 annos passados, não deve estar longe da verdade quanto aos bovinos. Neste momento, o numero destes é, segundo as melhores previsões, superior a 600.000 rezes.

Relativamente aos equinos, asininos, muares e suinos elle é tambem inteiramente acceitavel, com uma percentagem a maior á vista do tempo decorrido. Outro tanto, porém, se não póde dizer em relação aos ovinos e caprinos. A creação destes é consideravel no Estado, merecendo especial destaque a dos caprinos, que encontram "nas zonas septentrionaes que se prolongam da Bahia até o Piauhi o seu *habitat* ideal: catingas, serras, terrenos pedregosos, calcareos, seccos, cobertos de uma vegetação caracterizada pelos *cactos* e *cereus*: *facheiros*, *macambiras*, *palmatorias*, *gravatás*, *manducarús*; *chique-chique*, *imbús*, *cabeças de frade* e outros representantes de uma flora *sui generis* no Brasil".

De 1903 a 1908, a exportação de pelles de lanigeros e caprinos, sob o nome generico de *coirinhos*, foi a seguinte:

	Pelles
1903	345.534
1904	565.302
1905	301.639
1906	248.597
1907	343.795
1908	755.688

Essa exportação, com as alternativas climaticas a que está sujeito o Estado, tende sempre a augmentar. Seria, portanto, inadmissivel, ante os algarismos da exportação de pelles, que o numero dos ovinos e caprinos fosse apenas de 775.000.

Inclinamo-nos, por isto, a adoptar a opinião dos que entendem ser esse numero superior a 2.000.000 de cabeças.

Além dos productos de que já fallámos, muitos outros figuram nos quadros de exportação. Entre elles:

Oleo e caroço de algodão — Com o desenvolvimento que tem tido a cultura do algodão, era natural que a exportação do caroço avultasse em quantidade. Entretanto, isto não succedeu e provavelmente não succederá, porque uma grande parte é consumida na alimentação do gado e outra na fabrica de oleos e sabão, fundada em 1904 em Carnahubinha, pequeno porto proximo á Capital, na margem esquerda do Jundiahi, que lança suas aguas no Potengi. Só o caroço que não tem applicação no Estado é, portanto, exportado. Dahi o facto de estar bastante reduzida essa exportação, que, em 1893, por exemplo, já subia a 3.510.110 kg.

Tecidos — Existe uma fabrica de fiação e tecidos em Natal, inaugurada em Julho de 1888. Tem 152 teares, produzindo, em média, por anno, 1.800.000 m. de tecidos de algodão e 90.000 kg. de fio.

Queijos — Vem de annos a exploração da industria de leite, fabricando-se já grande quantidade de manteiga e de queijos. Estes são de primeira qualidade e muito conhecido sob o nome de *queijos do Seridó*. A principio, o seu consumo, como o da manteiga, se circumscrevia ás fronteiras do Estado. Actualmente, não. Correntes commerciaes, habilmente dirigidas, collocaram esse producto em Manáos, Belém, Recife, Rio de Janeiro e outros mercados, onde teve facil acceitação e grande sahida.

E' uma industria de futuro. A producção póde ser calculada em 2.000.000 de kg. e a exportação em 200.000.

Carne secca (ao sol e ao vento) — Tem largo consumo no Estado. A exportação é pequena.

Coiros seccos e salgados, sola, chifres, ossos, sebo e unhas de boi — Dada a importancia da industria pastoril no Estado, são generos que apparecem em quantidades apreciaveis nas estatisticas de exportação.

O cortume de coiros é rudimentar e atrazado, sendo de admirar como ainda não foram adoptados processos aperfeiçoados para prepara-los.

Seria um bom emprego de capital, certa como é a remuneração que dará.

Borracha — A borracha exportada é fabricada com o leite extrahido da maniçoba e da mangabeira. Preparada sem cuidado e empiricamente, mesmo assim dá vantajosos resultados.

A maniçoba é sangrada desde o terceiro ou quarto anno para *amansar* e dahi em deante produz, em média, um kilo por dois pés. Cresce de preferencia nos sertões. A mangabeira, que dá um fructo saboroso, é planta dos taboleiros. Para extrahirem o leite golpêam toda a arvore, offendendo, ás vezes, as suas raizes.

Uma e outra resistem ás maiores estiagens; e, quando plantadas e tratadas como devem ser, offerecerão vasto campo á exploração industrial.

A exportação de borracha subiu em 1903 a 181.033 kg. Presentemente é, em média, tres vezes maior.

Carnaúba — Referindo-se á carnaúba no Rio Grande do Norte, escreveu Domingos Barros:

« . . . Fallemos dos rios occidentaes.

Para além da Borborema, até entestar com o Ceará, o territorio reparte-se quasi egualmente entre as bacias de dois grandes rios sertanejos: o Apodi, inteiramente rio-grandense, cujos limites da zona tributaria para o Sul e para o Poente são os proprios limites do Estado com o Ceará e com a Parahiba; e o Assú, que, depois de drenar com o nome de Piranhas as aguas parahibanas em uma ampla bacia que abrange a metade central do Estado, entra no Rio Grande do Norte, pelos altos sertões do Seridó e, descendo, traça a meio Estado quasi o meridiano de Norte a Sul, vindo alcançar o Atlantico em Macau.

Nos bons invernos estes dois rios descem tão pesados que o leito, apesar de largo e vasto, não lhes basta e derramam-se e espraiam-se pelas margens, submergindo e alagando as grandes planicies ribeirinhas.

Elles recobrem então e fertilizam as varzeas afamadas do Assú e do Apodi, regiões predilectas dos carnaúbaes.

Em extensão de muitas leguas, pelo curso dos rios, só ha uma unica vegetação enchendo toda a varzea de lado a lado e formando uma floresta das mais curiosas e das mais bellas. Floresta sem galhos, sem troncos tortuosos, sem o emmaranhado das lianas e dos cipós e sem a sombra religiosa e espessa das mattas virgens.

E' o imperio da linha recta. Os troncos são columnas verticaes, esbeltas e longas, elevando nas alturas o globo harmonioso e regular das palmas. E esta columnata profusa, espaçada aqui, agglomerada e reunida além, dá-nos a impressão de um templo immenso, cujo conjuncto nos escapa. Mas as palmas festivas, alegres e simples, em suas puras linhas geometricas, enchem e adornam a floresta toda. O chão é um só tapete de tenras, de delicadas palmeirinhas, cujo caule ainda se não percebe. Outras mais altas congregam-se em moitas, agrupam-se em redor dos grandes troncos, enchendo todos os intervallos.

E os olhos só vêm palmas, verdes e trementes palmas, até no tecto da floresta, onde recortam o azul intenso do céo com suas delicadas e finas digitações. E todas tremem e oscillam ao menor sopro. E ha por toda parte um ruido farfalhante e continuo, um ciciar harmonioso e suave, que nenhuma outra selva possue e que é bem a respiração e a vida da matta sertaneja.

A carnaúba é a planta typica do sertão, exemplo de resistencia e de poder productivo.

Vêde. O sertão escalda. Tudo é devastação e morte. Das juremas e das emburanas nas catingas só restam os ramos seccos e nús, e nos prados o residuo pulverulento das forragens calcinadas, dando á morna paizagem uma pungente impressão de abandono e uma infinita tristeza.

Entretanto, olhae, ha seres que vivem, qual salamandra da fabula, nesta fornalha. E a carnaúba immortal eleva no campo desolado, bem alto, sua alterosa corôa de folhagem. E são verdes, brilhantes folhas espalmas voltadas immoveis para a amplidão, como

protesto solenne da uberdade da terra contra a inclemencia do céo.

Não ha planta mais util e mais prestimosa.

Só a carnaúba faz toda a casa do sertanejo.

O tronco dá o madeiramento, os esteios, as linhas, as terças, os caibros, as ripas — a ossatura geral da construcção, — e as palhas fornecem a cobertura do tecto e o revestimento das paredes. Mais ainda. Todo o mobiliario e todos os utensilios são de carnaúba.

As prateleiras, as mesas, os bancos, o armario são de taboas de carnaúba, porque esta palmeira excepcional, ao contrario de todas as demais, tem um centro medullar tão rijo e tão duro como a peripheria, e assim fornece taboas solidas e resistentes.

A palha, forte e lisa, presta-se á confecção de accessorios os mais variados. Tecem-se em esteiras, e isto constitue uma grande industria dos pobres, sobretudo das mulheres e das creanças. Fazem-se tambem urupemas, as peneiras unicas usadas no Norte, a vassoira, o abano e até saccos solidos e duradoiros para o transporte e acondicionamento dos cereaes. Mas, dentre todos, são os chapeus os mais bellos productos da palha. Ha-os de todos os feitios e de todos os preços, desde os mais toscos e grosseiros, infinitamente baratos, até os de tecidos finissimos tão artisticos como os de Chile e Panamá.

A palha macerada e batida reduz-se a fibras, e temos nova série de productos, os artefactos de fibras: as cordas, os trançados e até as rêdes — o leito predilecto dos nortistas.

A carnaúba fornece uma fecula nutritiva do mesmo valor alimenticio que a da mandioca.

Seus fructos, abundantes quando verdes, constituem boa ração para os gados. Seccos, fornecem um oleo fino comestivel, e torrados e moidos, dão uma beberagem semelhante ao café.

As raizes são medicinaes.

Mas, dentre tantos productos, a cera é o mais importante e valioso. E' uma substancia particular, mistura de etheres solidos de acidos graxos superiores.

E' dura e quebradiça, de fractura conchoidal, insipida e inodora, fusivel acima de 90 graus. Bom isolador do calor e da electricidade, ardendo com uma chamma brilhante, rica em carbono. Existe na superficie das folhas, em tenue cuticula, como um verniz protector.

A mais bella cera, a de um amarello claro, é retirada das folhas mais tenras, antes mesmo que se tenham expandido em palmas. Mais edosas, dão cera mais escura. Ha certamente um principio oxydavel que, pela acção do ar, soffre uma profunda alteração na côr.

Eis como se pratica para recolher a cera:

O operario, armado de uma longa vara, formada pela articulação de tres ou quatro secções, e trazendo na extremidade uma pequena foice — o trinchete — apropriada ao mistér, golpêa o peciolo e a cada golpe desce uma palma. São recolhidas e postas a seccar. Opera-se a retracção dos tecidos e a cera desprovida de elasticidade, não podendo acompanha-los em seu movimento regressivo, estala e fragmenta-se em finas e levissimas escamas. Cumpre separa-las das palhas.

Operação delicada. O menor sopro occasiona grandes perdas, pela excessiva tenuidade da substancia. Abrem no centro abrigado do carnaúbal uma clareira, recobrem-n'a de esteiras, amontoam as palhas e, pela calma da madrugada, na *calada* do vento, como dizem, batem rijamente e sacodem as palhas. O pó é logo recolhido e guardado antes da quéda do Nordéste. Não resta mais que fundir para obter os pães. A fusão opera-se no seio da agua a ferver para evitar a alteração por parte do calor directo. A cera, como um oleo amarello, sobrenada o liquido em ebulição, e as impurezas terrosas precipitam-se no fundo da caldeira. O oleo, quente, é vasado em moldes e promptamente solidifica-se em pães.

A cera de carnaúba é muito procurada e tem boa cotação nos mercados americanos. Nossos carnaúbaes rendem annualmente 350 a 400.000 kg. de cera.

Ora, se considerarmos uma média de 200 grammas por arvore, póde avaliar-se a profusão e a abundancia em que existe entre nós a esbelta e graciosa palmeira... »

A carnaúba e as industrias connexas aos seus multiplos e variados productos são conhecidas desde o tempo da Capitania; mas a sua exploração estava bem longe de ser o que é presentemente.

Em 1849, escrevia o conselheiro Benevenuto Augusto de Magalhães Taques:

> « A carnaúba e a sua cera constituem um dos principaes ramos da producção da Provincia. Particularmente no Municipio do Assú arrendam-se extensos carnaúbaes para o córte dos palmitos, que seccando ou passados em agua quente, dão a cera empregada nas velas compostas. Colhida a cera, vendem-se e exportam-se as palhas seccas para os tecidos em que são de grande uso. Sabeis muito bem as grandes utilidades desta especie de palmeira, que não sómente dá luz e alimenta ao homem e ao gado, como presta os materiaes para todas as partes da construcção de uma casa e para os moveis indispensaveis. Mas, senhores, se a palmeira é um symbolo magnifico de abundancia, tambem o é da preguiça do selvagem que á sua sombra se embalava. Pois que o trabalho é a origem da riqueza, nada mais fatal para elle do que a preguiça, que domina tão geralmente nos descendentes dos primtivos senhores do paiz, que constituem na Provincia grande parte da população destinada ao trabalho material. »

Em 1908, pelos dados officiaes publicados quando se realizou a Exposição Nacional, onde a cera obteve o grande premio, a exportação regulava 342.500 kg.

Hoje é um pouco maior. O dr. Manuel Dantas affirma que a média da producção da cera, de esteiras e de chapeus é, de presente, a seguinte: 800.000 kg. de cera; 100.000 esteiras e 50.000 chapeus.

Fumo — O fumo dá em todos os Estados com vantagens relativas; mas é planta peculiar dos climas quentes, sendo certo que da elevação da temperatura e de condições hygrometricas especiaes depende, em grande parte, a superioridade da qualidade do producto.

No Estado, o seu cultivo é antiquissimo, e, a não ser pela má qualidade da semente e pelo imperfeito do fabrico, é difficil explicar porque não attingiu ainda ao grau de desenvolvimento que era de esperar. O consumo local absorve quasi toda a producção; a quantidade exportada é pequena.

Não ha fabricas de charutos; mas as de cigarros são numerosas.

Mel de abelhas — Não ha a cultura systematizada da abelha. Os colmeiaes são raros; e os ninhos se encontram nos ôcos das velhas arvores, nas fendas das grandes pedras ou em cavidades praticadas no proprio sólo, sendo muitos construidos ao ar livre ou caracterizados pela entrada feita de barro. O mel — extrahido e exportado tal qual foi fabricado — é, em geral, saboroso, aromatico e de côr variavel. Quando puro, é de um amarello claro. Nos annos de bom inverno, é muito abundante; mas nos tempos de secca escasseia.

A maior exportação de que temos noticia foi de 700 litros. O consumo interno é grande.

Sementes de mamona — A exportação de sementes de mamona foi em 1903 de 13.939 kg. Tem-se elevado gradualmente. E' producto de baixo preço, mas susceptivel de grande exploração.

Farinha e gomma de mandioca — A mandioca é largamente cultivada, sendo os seus principaes productos a farinha e a gomma (polvilho).

A primeira entra em grande proporção na alimentação geral, existindo no Estado cerca de 1.400 aviamentos — pequenos engenhos de madeira — em que é fabricada. O consumo interno é extraordinario; mas difficilmente terá grande exportação: dada a carestia do transporte dos centros productores para os mercados de outros Estados, a competencia é nelles impossivel, tanto mais quanto a facilidade da cultura da mandioca torna o genero abundante em toda a parte, fazendo-a descer a preços muito baixos.

Feijão e milho — O feijão e o milho tambem são extensamente cultivados no Estado. Dá-se, entretanto, em relação a estes dois, como a outros productos, uma circumstancia que deve ser conhecida. Nos annos regulares, desvalorizam-se em extremo, chegando a preços infimos, em consequencia do excesso de producção; e, nos annos de prolongadas estiagens, sóbem a preços exhorbitantes, pela reducção dessa mesma producção. A oscillação do preço de um litro de feijão ou de milho, que é, em média, de $200, vai, ás vezes, de $040 a 1$; e isto porque, quando excessiva a producção, não se póde exportar parte della para normalizar os mercados internos, devido, como succede com a farinha, á carestia dos transportes; e, quando insufficiente, é necessario importar o genero de outros pontos do paiz, e é ainda a elevação dos fretes, tanto maritimos como terrestres, que a encarece.

Estudamos apenas — e nem outro era, nesta parte, o nosso proposito — os productos que figuram normalmente nos quadros da exportação do Estado. Devemos, porém, assignalar que elle produz todos os vegetaes dos climas quentes, tem, no reino animal, variadas producções proprias das regiões sub-tropicaes; possue muitas riquezas mineraes importantes.

Não lhe faltam, portanto, elementos de vida. O que é necessario é que continue a remover, até annullar por completo, as causas que embaraçam o seu progresso; e isto se fará, talvez mais rapidamente do que era de suppôr, porque alli, como em todo o paiz, a solução do problema economico não é mais, de muitos annos para cá, uma aspiração vaga e indefinida: é uma necessidade que, por um conjuncto de circumstancias imperiosas, se impõe a todos os homens de governo. De presente, ninguem manterá por muito tempo as responsabilidades do poder sem praticar lealmente a unica politica possivel neste momento de radicaes transformações no mundo: a do desenvolvimento da nossa capacidade productora, como condição essencial de grandeza economica e de independencia politica.

Commercio de importação e exportação

Em trabalho que publicámos em 1912, incluimos dados interessantes sobre este assumpto, de 1852 a 1910. Desse trabalho extrahimos os algarismos relativos aos annos de 1896 a 1910, que são estes:

ANNOS	VALOR OFFICIAL DA IMPORTAÇÃO	VALOR OFFICIAL DA EXPORTAÇÃO
1896	2.943:566$000	4.096:791$000
1897	3.006:707$000	6.147:818$000
1898	4.063:328$000	5.034:831$000
1899	3.992:420$000	6.328:157$000
1900	3.785:938$000	6.694:670$000
1901	3.930:373$000	6.638:024$000
1902	2.764:641$000	6.877:012$000
1903	3.436:101$000	7.380:102$000
1904	3.478:093$000	7.466:997$000
1905	2.440:691$000	5.259:967$000
1906	2.274:036$000	7.429:503$000
1907	4.047:913$000	7.169:763$000
1908	4.422:275$000	4.451:061$000
1909	9.461:709$000	7.893:888$000
1910	7.779:148$000	10.613:210$000

Neste quadro só estão incluidas, na importação, as cifras relativas ao Porto de Natal: e, para chegar a resultados approximados em todo o Estado, calculavamos a importação feita pelos portos de Areia Branca e Macau e pelas fronteiras terrestres em 2.000:000$ annuaes. Dahi os totaes, nesse periodo, de 91.826:939$ e 99.481:794$ para a importação e a exportação, respectivamente, ou sejam médias superiores a 6.100:000$ para a primeira e 6.600:000$ para a segunda. Não são conhecidas, de então em deante, estatisticas regularmente organizadas e publicadas sobre este assumpto. E' possivel, porém, affirmar sem erro que essas médias foram em constante elevação até 1915, quando, em consequencia da secca, soffreram forte depressão. Em 1916, 1917 e 1918 a producção teve sensivel augmento e, com a valorização de todos os productos occasionada pela guerra, a exportação attingiu talvez a 30.000:000$, assegurando ao Estado, cujas rendas provêm principalmente desta e são cobradas *ad-valorem*, uma situação financeira de grande prosperidade, que se reflectiu tambem na importação effectuada em sua maior parte por cabotagem e elevada quasi ao duplo, não pela quantidade, mas pelo preço das mercadorias. Os algarismos a que subiram uma e outra não são, entretanto, normaes. Normalmente, parece-nos que não estamos longe de uma média exacta, fixando-as em 12.000:000$ para a importação e 15.000:000$ para a exportação.

Os portos de maior importancia commercial são Natal, frequentado por vapores que fazem o commercio directo com o extrangeiro e pelos do Lloyd Brasileiro e das companhias Costeira (Lage & Irmãos), Bahiana, Maranhense e Commercio e Navegação, além de outras, e Areia Branca e Macau, onde vão embarcações de grande e pequena cabotagem de

diversas empresas nacionaes deixar consideravel quantidade de mercadorias importadas de varios pontos da Republica e receber carregamentos de sal e de outros generos de producção local. Os demais portos são demandados apenas por hiates e barcaças de pequeno calado.

Em Natal, Areia Branca e Macau o movimento de embarcações entradas ou sahidas já excedia em 1907 de oitocentas annualmente. Hoje é superior a mil.

RECEITA E DESPESA — A receita arrecadada no anno de 1889, ultimo do regime monarchico, foi de 321:967$448, sendo a despesa effectuada no mesmo anno de 370:720$451.

Na Republica:

Exercicios	Receita arrecadada	Despesa effectuada
1890	476:581$328	475:542$090
1891	484:528$854	439:022$256
1892	720:496$989	615:501$328
1893	1.070:707$101	854:864$796
1894	707:635$124	778:436$600
1895	861:201$729	971:696$184
1896	945:355$004	1.116:158$689
1897	987:407$691	1.068:372$524
1898	948:767$710	1.093:885$318
1899	1.130:169$700	1.113:392$198
1900	1.338:816$413	1.374:316$413
1901	1.101:053$051	1.039:583$650
1902	1.176:331$119	1.093:191$950
1903	1.238:244$645	1.310:904$465
1904	1.276:647$760	1.289:501$953
1905	1.446:668$363	1.375:346$154
1906	1.138:542$908	1.291:647$500
1907	1.376:546$789	1.313:112$317
1908	1.252:589$051	1.333:364$176
1909	1.371:003$641	1.358:853$158
1910	1.793:453$298	1.610:565$250
1911	1.869:572$322	1.865:330$816
1912	1.854:909$316	1.994:802$689
1913	2.383:920$000	—
1914	1.938:193$100	2.148:881$359
1915	2.182:137$638	2.960:228$112
1916	3.209:030$735	3.167:040$944
1917	4.190:048$573	3.370:393$086
1918	5.688:659$448	4.634:126$170

Nos algarismos da receita estão comprehendidas todas as rendas ordinarias e extraordinarias, inclusive auxilios da União (entre outros, 300:000$ destinados á açudagem em 1896 e 1897, 500:000$ para attenuar os effeitos da secca, quando esta assolou o Estado em 1905, etc.) e as rendas com applicação especial, como a do montepio e dos beneficios do contracto de loterias federaes, não sendo computadas as operações de credito, taes como a emissão de apolices e os emprestimos de caixas especiaes ao geral, nem tão pouco os saldos que passaram de uns para outros exercicios. Excluimos tambem o emprestimo externo de 1910, de que trataremos á parte.

No exercicio de 1913 não podemos precisar a despesa effectuada, — e ella excedeu em muito a fixada, em virtude de gastos extraordinarios decorrentes principalmente da agitação politica que se deu nas proximidades da successão governamental, — porque da mensagem enviada ao Congresso Estadual em 1 de Novembro de 1914 não consta a cifra dessa despesa. O governador constata sómente a existencia de uma divida fluctuante, em 1 de Janeiro daquelle anno, de cerca de dois mil contos.

E' possivel que, no apanhado que fizemos, haja algum erro ou engano, porque defeituoso como é o regime de contabilidade em alguns Estados — e a União não lhes leva superioridade, — succede, muitas vezes, figurarem nas rubricas das despesas algumas que não pertencem ao exercicio, assim como não é raro incluir na receita, sem a necessaria discriminação, valores em poder de exactores, divida activa, etc., cuja liquidação nem sempre ou quasi nunca se verifica integralmente.

Em todo caso, procuramos apontar dados relativamente exactos quanto á receita arrecadada e ás despesas ordinarias, comparando os algarismos das mensagens dos governadores com os constantes dos relatorios do Thesoiro, cuja publicação é de lamentar que se não faça com regularidade: os dos ultimos annos não são ainda conhecidos (1).

Rendas do Estado

A maior parte da receita estadual provém dos impostos de exportação. Dos demais os principaes são: o de industrias e profissões commerciaes, o que recahe sobre diversas mercadorias nacionaes e extrangeiras incorporadas á massa geral do commercio (observada a lei federal n. 1.185, de 11 de Junho de 1904), o de consumo sobre alguns generos, o de transmissão de propriedade de bens immoveis, o de rezes abatidas para o consumo publico, o de sello, o de decima urbana e taxa sanitaria na capital. Alguns outros que existem não avultam no computo orçamentario: são de rendimento insignificante e, ás vezes, nullo (2).

DIVIDA ACTIVA

Em 1918 ..... 199:396$265

DIVIDA PASSIVA

Pela mensagem do governador, de 1 de Novembro de 1918:

Fundada	670:918$000
Fluctuante	138:443$238

Emprestimo externo

De accôrdo com auctorização legislativa que lhe foi conferida pela lei n. 270, de 18 de Novembro de 1909, o governador do Estado contrahiu em 1910, por intermedio de seu representante, o sr. Ildefonso Pereira Simões, um emprestimo externo com os srs. Perles Frères, Eugenio Vasseure, "Banque Syndicale Française", sendo a respectiva escriptura lavrada e assignada em Paris a 1 de Março daquelle anno.

O valor nominal do referido emprestimo foi de £ 350.000, ao cambio fixo de frs. 25 por libra, ou sejam frs. 8.750.000 representados por 17.500 obrigações ao portador, de frs. 500 (£ 20) cada uma. O typo desse emprestimo foi de 83 %; o juro annual de 5 % sobre o seu valor nominal, pagavel em duas prestações eguaes contra os *coupons* semestraes, em 1 de Março e 1 de Setembro de cada anno; e a amortização de ½ % por semestre, a começar de 1914, destinando o Estado para o serviço das annuidades, até completo pagamento do capital nominal do mesmo emprestimo, a ser feito em 37 annos, a quantia annual de frs. 528.000, quantia esta garantida de modo geral pelas suas rendas e, especialmente, pela da exportação do sal.

O serviço do emprestimo — juros e amortização — tem sido pontualmente feito, elevando-se a importancia com elle despendida até fins de 1918 a 2.714:086$340.

(1) Vide "Notas addicionaes" no final deste trabalho.
(2) Idem, idem.

Montepio

A Constituição do Estado, extinguindo as aposentadorias, creou o montepio obrigatorio para amparar as familias dos funccionarios publicos, estabelecendo tambem que estes, quando forem considerados absolutamente invalidos, a juizo de uma junta medica nomeada pelo governador, tenham direito, em vida, ao goso da pensão, que corresponde á metade dos vencimentos.

Em 1918, a receita do montepio era de 121:625$952 a despesa de 82:067$313, havendo um saldo de 453:445$269, que, de accôrdo com a legislação em vigor, se achava recolhido em conta corrente, a juros de 5% ao anno, aos cofres do Thesoiro (1).

Orçamentos municipaes

As rendas municipaes são, em geral, provenientes dos impostos de decima urbana, industrias e profissões, rendimentos de mercados e feiras, laudemios, fóros, aferições de pesos e medidas, multas por infracção de posturas, emolumentos de secretaria, licenças para estabelecimentos commerciaes, edificação e reedificação de predios, renda de matadoiros, proprios municipaes e cemiterios, dizimo de lavoira e miunças, theatros e representações publicas.

As receitas orçadas e as despesas fixadas para o exercicio de 1919, de accôrdo com as resoluções municipaes approvadas pelas intendencias dos 37 municipios do Estado, foram as seguintes:

Municipios	Receita	Despesa
Acary	8:300$000	8:000$000
Angicos	7:500$000	6:925$000
Apodi	5:150$000	5:150$000
Areia Branca	17:130$000	17:040$000
Arez	3:200$000	3:060$000
Assú	16:280$000	15:160$000
Augusto Severo	3:865$000	3:300$000
Caicó	16:000$000	15:800$000
Canguaretama	20:000$000	19:980$000
Carahubas	2:500$000	2:377$000
Ceará-Mirim	30:000$000	30:000$000
Curraes Novos	14:065$000	14:065$000
Flores	7:222$000	5:290$400
Goianninha	7:200$000	7:010$000
Jardim do Seridó	20:000$000	20:000$000
Lages	12:282$000	11:740$000
Luiz Gomes	7:400$000	7:400$000
Macahiba	20:000$000	19:510$000
Macau	51:800$000	51:800$000
Martins	10:000$000	9:195$000
Mossoró	65:000$000	65:000$000
Natal	120:000$000	115:204$000
Nova Cruz	14:650$000	14:200$000
Papari	3:500$000	3:350$000
Patú	4:200$000	4:200$000
Pau dos Ferros	6:000$000	5:500$000
Pedro Velho	5:580$000	5:580$000
Port'Alegre	3:500$000	3:000$000
Sant'Anna do Mattos	6:590$000	6:590$000
Santa Cruz	16:500$000	16:340$000
Santo Antonio	5:540$000	5:470$000
S. Gonçalo	8:010$000	8:010$000
S. José de Mipibú	10:500$000	10:192$000
S. Miguel	5:880$000	5:580$000
Serra Negra	3:600$000	3:300$000
Taipú	9:000$000	9:000$000
Touros	5:830$000	5:830$000

(1) Vide "Notas addicionaes" no final do presente trabalho.

XVII

Cidades

Existem no Estado 15 cidades, a saber: Natal (capital), Acari, Apodi, Assú, Caicó, Canguaretama, Carahubas, Ceará-Mirim, Jardim do Seridó, Macahiba, Macau, Martins, Mossoró, Santa Cruz e S. José de Mipibú (1).

Villas

São em numero de 22: Angicos, Areia Branca, Arez, Augusto Severo, Curraes Novos, Flores, Goianninha, Lages, Luiz Gomes, Nova Cruz, Papari, Patú, Pau dos Ferros, Pedro Velho, Port'Alegre, Sant'Anna do Mattos, Santo Antonio, S. Gonçalo, S. Miguel, Serra Negra, Taipú e Touros. Já foram villas, quando séde de municipios: Cuitezeiras, Extremoz, Jardim de Angicos, Victoria, Villa Flor e S. Bento; hoje são povoações, pertencendo, respectivamente, aos municipios de Pedro Velho, Ceará-Mirim, Lages, Pau dos Ferros, Canguaretama e Nova Cruz. (2)

Principaes povoações

Carnaúba (Municipio de Acari), Rosario, Officinas, Piató, Mutamba, Nova Esperança, Poço da Lavagem (Municipio do Assú), Carapebas, Gaspar Lopes (Municipio de Angicos), Itahú (Municipio de Apodi), Upaneminha, Ponta do Mel, Grossos (Municipio de Arcia Branca), Upanema (Municipio de Augusto Severo), Jardim de Piranhas, S. Fernando, São Miguel de Jucurutú (Municipio de Caicó), Bahia Formosa, Barra do Cunhahú, Villa Flor (Municipio de Canguaretama), Extremoz, Genipabú, Jacuman, Murihú, Quiri, Capella Jacoca, Estivas, Itapassaroca (Municipio do Ceará-Mirim), Carahubas (Municipio de Curraes Novos), Luiza (Municipio de Flores), Espirito Santo, Varzeas, Tibau, Pipa, Piau (Municipio de Goianninha), Parelhas, Periquito (Municipio de Jardim do Seridó), Jardim de Angicos, Bomfim, Cauassú (Municipio de Lages), Panellas, Caiada, Canna Brava, Uruassú, Boa Vista, Mangabeira (Municipio de Macahiba), Alagamar, Agua Maré, Pendencia (Municipio de Macau), Alexandria, João Dias, Gavião, Boa Esperança (Muni-

(1) Vide "Notas addicionaes", no final do presente trabalho.
(2) Idem, idem.

cipio do Martins), S. Sebastião, Santo Antonio (Municipio de Mossoró), Ponta Negra (Municipio de Natal), S. Bento, Campestre (Municipio de Nova Cruz), Pirangi, Buzios, Camurupim, Cururú, Tororombas, Alcaçús, Oitizeiro, Barra de Estevam Ribeiro, Curraes (Municipio de Papari), Caeira (Municipio de Patú), Victoria, Encanto (Municipio de Pau dos Ferros), Cuitezeiras, Tamatanduba, Porteiras, Cuité, Montanhas, Ingá (Municipio de Pedro Velho), S. Raphael, Pichoré, Sacramento (Municipio de Sant'Anna do Mattos), Jericó, Santa Thereza (Municipio de Santa Cruz), Brejinho, Lagôa da Pedra (Municipio de Santo Antonio), Santo Antonio, Guanduba, Utinga, Egreja Nova, Poço Limpo, Pedra Branca, Juremal, Potengi Pequeno (Municipio de S. Gonçalo), Vera Cruz, Boa Saude, Laranjeira do Cosme, Monte Alegre (S. José de Mipibú), S. João do Sabogi (Serra Negra), Baixa Verde, Assumpção, Boa Vista, Poço Branco, Gameleira (Municipio de Taipú), Barra do Maxaranguape, Carahubas, Maracajahú, Pititinga, Zumbi, Rio do Fogo, Cajueiro, S. José, Maceió, Reducto, S. Bento, Jacaré, Gallinhos, Boacica, Pureza, Sacco e Coelho (Municipio de Touros). (1)

XVIII

Notas ethnographicas

Simples contribuição para o *Diccionario* com que o Instituto Historico pretende commemorar o primeiro centenario de nossa Independencia, este trabalho não comporta longo desenvolvimento na parte ethnographica, que será objecto de estudo especial, minucioso e completo, no volume sobre o Brasil.

Limitar-nos-emos, por isto, a algumas ligeiras observações de interesse local.

Como já tivemos opportunidade de ver, o Estado se divide geographicamente em tres zonas distinctas: uma cinta de costas de terras baixas; um grande e onduloso planalto de rochas crystallinas; uma série de serras que se elevam da planicie circumjacente e que constituem o principal relevo da região.

Melhor: a zona do littoral, a das catingas e a dos sertões.

A primeira era occupada pelos *Potiguaras* (*tupis*), que dominavam tambem parte da segunda; nesta e na terceira predominavam as tribus dos *Janduis*, *Caracarás*, *Areás*, *Pégas*, *Paiacús*, *Canindés*, etc., algumas das quaes eram *Tapuias* e outras *Cariris* (veja-se povoamento dos sertões na parte historica).

Com a conquista da Capitania, vieram os Portuguezes e os Africanos, começando a operar-se o cruzamento entre os brancos, os negros e os Indios.

Esse cruzamento, que se realizou nas mesmas condições que no resto do paiz, offerece, entretanto, nos primeiros tempos, tres particularidades que convém assignalar:

a) foi mais accentuado entre Portuguezes e negros no littoral e nas catingas, e entre os Portuguezes e os Indios no sertão, facto que se explica porque o negro se adaptava melhor á vida agricola e o Indio á dos campos.

b) a mestiçagem africo-lusitana preponderou definitivamente depois do meado do seculo XVIII, porque já então tendiam a desapparecer por completo os Indios, que, dizimados por devastadoras epidemias e batidos em repetidas guerras de exterminio, procuravam refugio nos altos sertões das capitanias vizinhas.

c) houve a intervenção, no correr do seculo XVII, de um novo factor ethnico, o Hollandez, de cuja influencia subsistem vestigios no Centro-oéste.

A partir do começo do seculo XIX, outras são as circumstancias em que se desenvolve a população: reduz-se, e por fim se extingue, a percentagem do selvagem puro; proclama-se a Independencia, e o Portuguez deixa de emigrar para alli; diminue, e, afinal, cessa, o trafico de Africanos (1850).

O caldeamento — dominados os elementos indigena e negro, que decrescem sempre — faz-se, em mais larga escala, entre os brancos e os mestiços (mamelucos, cafusos, mulatos e os que delles provinham), no sentido de aperfeiçoar os traços, os caracteristicos, as qualidades da raça superior, nascida em terras brasileiras, audaciosa, intelligente, emprehendedora, altiva e resoluta.

Actualmente, a proporcionalidade da população pelas côres póde ser fixada com segurança deste modo: brancos, 50 %; pretos, 10 %; mestiços, mais ou menos claros, 40 % (veja-se "População", na parte geographica).

De muito que não existem Indios e o immigrante espontaneo (unico que tem havido) não é elemento ponderavel.

Resultante do entrelaçamento das tres raças primordiaes com a preponderancia do Portuguez, o typo riograndense póde ser considerado luso-brasileiro.

Differe, porém, no *agreste* (zona das catingas), nas praias (zona do littoral) e nos sertões:

a) porque a influencia dos factores ethnico-historicos não foi a mesma por toda parte, conforme salientamos anteriormente;

b) porque eram diversas as condições do meio physico.

O homem das praias e do agreste se confundem até certo ponto: é baixo, moreno, de olhos e cabellos pretos, cabeça e nariz, ás vezes, ligeiramente achatados, hombros largos, andar vagaroso, gestos lentos, voz arrastada.

No littoral é, em regra, indolente; nas catingas, embora trabalhador e activo, prefere o goso de um dia ao bem-estar permanente.

Tem ambições e, se de espirito cultivado, é alegre, expansivo, dotado de imaginação ardente e de palavra facil. Geralmente maneiroso, imprevidente e sem apego ao sólo.

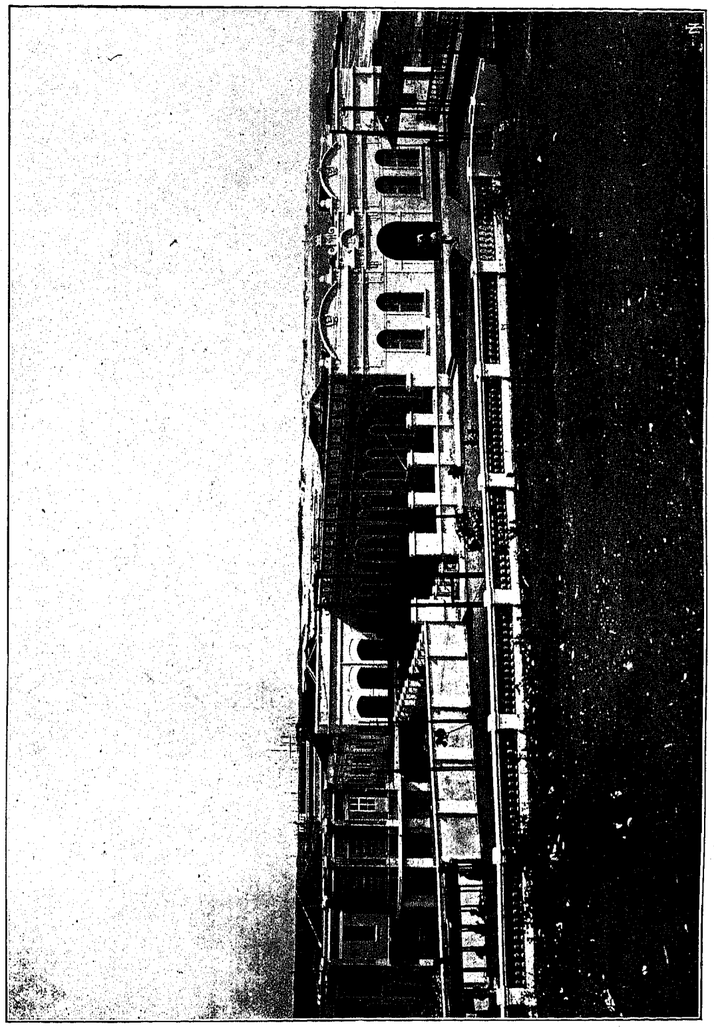
O sertanejo, de linhas mais correctas, é alto, menos moreno, de cabellos castanhos, ás vezes arruivados, olhos pardos e não raro azues, secco de carnes, mas musculoso, de uma sobriedade e coragem admiraveis.

Forrado de uma intraduzivel melancholia, é muito desconfiado e retrahido. Economico, tem habitos modestos e vida regrada.

E' um luctador affeito ás hostilidades ambientes, que enfrenta sem temor a adversidade.

Dedicado até ao sacrificio. Essas differenciações, que decorriam da preponderancia de factores ethnicos originaes,

(1) Veja-se "Notas addicionaes", no final do presente trabalho.



Hospital Jovino Barreto (Natal)

eram a principio caracteristicamente accentuadas, vão desapparecendo aos poucos; e já hoje ellas não são, em rigor, verdadeiras.

Dado o ensejo, o caboclo das praias, o *catingueiro* dos carrascos espinhosos e o sertanejo revelam identica resistencia physica e as mesmas energias moraes.

E' o que se dá, por exemplo, em epochas de crises climaticas, é o que succede quando emigram para as terras pantanosas da Amazonia.

De um modo geral, podemos affirmar:

—A fusão das tres raças está definitivamente feita, porque o Indio foi eliminado; o negro, que não é mais o Africano, terá de ser brevemente mestiço e será absorvido pelo branco em successivos cruzamentos;

—O novo typo ethnico, ha muito formado, conserva e provavelmente conservará ainda por longos annos alguns traços caracteristicos das raças historicas, embora seja muito distincto de qualquer dellas, produzido como foi pelo caldeamento das tres e sob a influencia de um meio physico differente do *habitat* anterior de duas dellas;

—Esse typo reune varias qualidades superiores do Portuguez do tempo da conquista, a impetuosidade de paixões do Indio e a intensidade de sentimentos affectivos do negro, mas tem algumas que lhe são peculiares, como, entre outras, a altivez pessoal e os nobres enthusiasmos pelos idéaes alevantados, o amor á liberdade e o culto da patria, que nelle geram ás vezes grandes e heroicas virtudes.

Subsistem nos differentes aspectos da vida social do Estado vestigios inapagaveis dos factores ethnicos primitivos, a saber:

— Nos *brasileirismos* da linguagem, nas lendas, tradições e poesias populares, que opulentam o *folk-lore*, nas superstições, que a Religião catholica, de presente quasi unanimemente abraçada pela população, não conseguiu extinguir, nos usos e costumes, nas dansas e folgares, nas industrias caseiras e nas artes rudimentares, em tudo finalmente.

A estas mesmas conclusões, com pequenas variantes, se chegará estudando o Nordéste Brasileiro.

Deixam, portanto, de ser locaes e reclamam exame demorado em outra parte do *Diccionario*.

XIX

Resenha historica

I

A Conquista da Capitania

E' impossivel fixar com segurança a epocha exacta em que foram, pela primeira vez, avistadas as costas do Rio Grande do Norte e bem assim quem as avistou, sendo, como é certo, que antes de Cabral outros navegantes, de cujas viagens pouco conhecemos, haviam percorrido o littoral do Brasil, principalmente em sua parte septentrional. Dentre os que o fizéram, são hoje constantemente apontados Alonso de Hojeda e Vicente Pinzón, este em segunda viagem á America.

Quanto ao primeiro, affirma Porto-Seguro (*Historia Geral do Brasil*, vol. I, pag. 77) que, em fins de Junho de 1499, navegando em companhia dos celebres pilotos Juan de la Cosa e Americo Vespucci, se encontrara com terra, proximamente na lat. 5º ao Sul da Equinoxial, a qual terra era baixa, alagada e de varios esteiros e braços de rios, não podendo ser outra senão a do delta do Assú; mas essa affirmação foi depois, e com bons fundamentos, contestada. (Capistrano de Abreu—*Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo* XVI, pags. 20 e seguintes.)

Sobre o segundo, que, como companheiro de Colombo, fôra capitão da *Niña*, sabe-se que, em Janeiro de 1500, chegou a um cabo que denominou de Santa Maria de la Consolación. Muitos querem que esse cabo tenha sido o de Santo Agostinho, em Pernambuco, entendendo outros que fosse a Ponta de Mucuripe, no Ceará. Ainda alguns pensam ter sido o Cabo Branco, na Parahiba.

Acceita qualquer das versões, excepto a dos que julgam ser o Cabo de Santa Maria de la Consolación a Ponta de Mucuripe, é de presumir que fossem então costeadas terras norte-riograndenses, porque Pinzón, daquelle cabo, dirigiu-se para Noroéste, passando além da foz do Amazonas.

Posteriormente á notificação official do descobrimento do Brasil aos governos da Europa, a primeira expedição portugueza a elle enviada foi a de 1501, que chegou a 16 de Agosto ao Cabo de S. Roque, assim denominado em virtude da festa do calendario nesse dia. Seguiram-se muitas outras que visitaram o nosso littoral ou que nelle tocaram de passagem para a India: o Brasil foi, por algum tempo, considerado bom ponto de escala para a navegação do Oriente.

Além dos Portuguezes, os Hispanhóes, em differentes viagens de exploração para a America Central e para o Rio da Prata, e os Francezes, que, logo após a descoberta, começaram a traficar com o pau brasil, iam alargando lentamente, no trato e no commercio com os indigenas, o conhecimento das terras e das gentes. E o facto é que ao espirito de aventura dos armadores particulares e ás incursões dos intrusos, a quem estimulava a miragem de rapida fortuna no contrabando das costas, deve-se, — pelo menos até o fallecimento de d. Manuel, em 1521, — muito mais do que á acção official do Governo. Esta se limitou á guarda da nova possessão contra as pretenções de outras potencias maritimas, ficando a exploração effectiva do vasto dominio, com que fôra enriquecida a Corôa, entregue á ganancia dos contrabandistas, que, aproveitando-se do instincto mercantil dos Indios, estabeleciam estações de permuta nos portos; e, passados alguns annos, já se proviam elles tão bem dos artigos preferidos pelos Europeus, que, em qualquer ponto aonde chegasse um navio e se pozesse a tripulação em relações com as tribus da paragem, era seguro realizar os melhores negocios.

Dada a sua situação geographica, é provavel que o Rio Grande do Norte tenha sido dos primeiros pontos visitados em nosso littoral, dizendo Porto-Seguro que foi nelle que primeiro se abriu a lucta, que tão longa foi, entre os conquistadores e os primitivos habitantes, pois, tendo desembarcado ahi, junto ao Cabo de S. Roque, dois jovens, que vinham na expedição de 1501, foram victimas da anthropophagia dos incolas. Mas dessas visitas, que despertam naturalmente a nossa curiosidade, ligadas como se acham aos antecedentes da conquista, pouco sabemos. Os que as faziam, visando a lucros immediatos e especulações rendosas, não accentuavam sua acção num esforço continuo, proveitoso e civilizador. Dellas nada ficou, a não ser o conhecimento imperfeito da costa.

A primeira expedição realmente colonizadora que veio ao Brasil, dirigindo-se para o Sul, foi, em 1530, a de Martim Affonso de Sousa, o fundador dos nucleos coloniaes de S. Vi-

cente e Piratininga. Pouco depois d. João III dividiu o nosso territorio em capitanias hereditarias, doando-as a alguns de seus mais illustres servidores.

Da Bahia da Traição, onde terminavam as 30 leguas do ultimo dos quinhões de Pero Lopes de Sousa, principiavam as demais donatarias do Norte, a saber: 100 leguas concedidas a João de Barros, 40 a Antonio Cardoso de Barros, 75 a Fernando Alvares de Andrade e mais 50 a João de Barros e Ayres da Cunha. Divergem os historiadores patrios sobre o limite das primeiras 100 leguas de João de Barros: uns, como Candido Mendes, fixam esse limite no Rio Jaguaribe; outros, como Rocha Pombo, no Rio Mandahú; e ainda alguns, como Mattoso Maia, na cordilheira do Apodi.

Nada ha que admirar em taes divergencias, communs ás extremas de quasi todas as capitanias, porque, pouco conhecida a costa, as indicações eram feitas a esmo, calculadas apenas pela latitude.

E' tambem ponto em que discordam se a concessão foi feita a João de Barros, tendo-se este depois associado a Ayres da Cunha, ou se Ayres da Cunha foi donatario desde começo.

Não conhecemos a carta de doação; mas pelos foraes expedidos em 11 de Março de 1535 (veja-se *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VI, pags. 213 e seguintes) se verificou que já dois eram os donatarios: João de Barros, que tinha sido thesoireiro e era, na occasião, feitor da Casa da India, sendo mais tarde o grande historiador dos feitos portuguezes no Oriente, e Ayres da Cunha, homem do mar, affeito aos seus perigos, valoroso, cheio de serviços. Este ultimo chegara a Lisboa, em Setembro de 1533 e era um dos indigitados (eram dois: elle e Duarte Coelho) para ir expulsar os Francezes de Pernambuco, quando Pero Coelho voltou ao Reino com a noticia de have-los desbaratado, o que fez com que lhe fosse augmentada a doação, que já tivera, com mais 30 leguas de Itamaracá á Bahia da Traição. Segundo Rocha Pombo (*Historia do Brasil*), Ayres da Cunha, pelos serviços prestados no mar de Malaca e nos cruzeiros do Atlantico, obteve então, de sociedade com João de Barros, as 50 leguas que corriam em continuação ás de Fernando Alvares de Andrade.

E' provavel que date dahi a sociedade entre os tres — Ayres da Cunha, João de Barros e Fernando Alvares — para levarem a effeito a colonização das 225 leguas que lhes foram doadas no Norte do Brasil. Ao primeiro coube o commando da expedição que apresentaram, ficando os dois outros em Portugal, ou pela impossibilidade de se ausentarem, ou para melhor cuidarem dos interesses da empresa que haviam fundado. Vieram representantes seus: dois filhos do segundo e um delegado de confiança do terceiro. Excepcional foi o apparelhamento dessa expedição, que se compoz de 10 navios armados em guerra e guarnecidos por 900 homens, dos quaes 113 pertencentes á cavallaria, e semelhante apparato despertou até extranheza por parte do embaixador hispanhol, Luiz Sarmiento, que a respeito fallou a d. João III, conforme communicação feita em carta ao seu soberano, Carlos V.

Era opinião geral que Ayres da Cunha não visava apenas a fundar colonias; tinha instrucções especiaes para, uma vez desembarcado, procurar attingir o Perú pelo interior.

A concessão feita aos donatarios, antes da partida da expedição, do oiro e prata que na terra fossem descobertos, os adeantamentos que conseguiram, sobretudo em armamentos e munições, os auxilios que a mesma expedição logrou obter, em Pernambuco, de Duarte Coelho, que, para seu bom exito, " se prestou a dar linguas ou interpretes e até a pôr á disposição de Ayres da Cunha uma fusta de remos, que podesse ir adeante, sondando, nas paragens menos conhecidas e exploradas ", tudo parece indicar que, na realidade, propositos e fins occultos a moviam.

Deste parecer são, em geral, os nossos historiadores; e, " sabido que, para os aventureiros que vinham ao Brasil, o Perú era como a India phantastica e seductora para as gerações precedentes, nada tem de inverosimil o intento de ser procurado pelo Amazonas o coração do continente, onde, segundo as lendas que corriam e as noticias que andavam de bocca em bocca, se encontravam riquezas fabulosas ".

A expedição sahiu de Lisboa em Novembro de 1535, chegando sem novidade a Pernambuco, onde, como vimos, recebeu efficaz auxilio por parte de Duarte Coelho.

Deixando Pernambuco, dirigiu-se Ayres da Cunha para o Norte, costeando o littoral. Porto-Seguro, resumindo o que dizem chronistas e documentos officiaes, narra assim a sua viagem (*Historia Geral do Brasil*, vol. I, pags. 188 e seguintes):

> « Primeiro resolveu desembarcar e estabelecer-se na actual Provincia do Rio Grande do Norte, a qual fôra um dos quinhões que coubera em sorte a elle e a João de Barros, cujos filhos iam na armada.
>
> O proprio Rio Grande, chamado depois pelos indios *Putigí*, estava já dentro do dicto quinhão, e não sabemos porque foi desdenhado, indo Ayres da Cunha, com toda a frota, aportar tres leguas mais ao Norte, ao rio chamado *Baquipe* pelos Indios e *Pequeno* pelos nossos, dicto hoje *Ceará-Mirim*.
>
> Ahi chegou a desembarcar, com idéa de fundar uma colonia. Encontrou, porém, tão grande opposição de parte dos *Potiguares*, unidos a muitos Francezes, que com elles se achavam, que, depois de perder alguma gente, resolveu ir tentar fortuna na terra de seu terceiro socio, Fernando Alvares de Andrade. Fizeram-se, pois, todos ao mar, tomando tambem comsigo alguns dos naufragos de um galeão de d. Pedro de Mendoza (conhecido por seus feitos no Rio da Prata), os quaes ainda ahi encontraram, havendo outros dos companheiros sido devorados pelos mesmos *Potiguares*. Montaram pelo Cabo de S. Roque, com proposito de buscarem o Porto do Maranhão; porém, por nova desdita, a fusta de remos, que devia conduzi-los, se lhes esgarrou, chegando a andar perdida, e já sem mantimentos nem agua, quando um navio hispanhol a encontrou, e, tomando a bordo os tripulantes, os levou á Ilha de S. Domingos.
>
> Este incidente não deixou de contribuir um tanto para os mallogrados successos que sobrevieram, em consequencia do naufragio e morte de Ayres da Cunha, nas aguas do Maranhão. Hoje sabemos que nove dos navios chegaram salvos a essas aguas em Março de 1536, e que em 15 de Julho deste anno era já conhecida em Evora essa chegada, sem ser acompanhada de nenhuma noticia contristadora. Provavelmente só depois de despachado do Maranhão o barco para Portugal, com estas informações, chegaria alli a triste noticia do naufragio e morte do chefe da expedição; morte que sem duvida seria para ella um grande golpe, e que em vista dos resultados, lhe veio a ser funesta; talvez porque nenhum dos outros teria egual prestigio para infundir o necessario respeito a tanta gente, ainda mal disciplinada, e para conter pelo temor, suavizado pela caridade, um tão numeroso e tão vario gentio, como o que habitava a grande ilha em que se encontra o ancoradoiro. Nesta ilha procuraram estabelecer-se formando uma villa, a que, segundo em 1536 escreveu o dicto Sarmiento, embaixador castelhano em Evora, deram o nome de Nazareth, e, admittindo para a grande ilha (do Maranhão) o nome da Trindade, que, se acaso já antes lhe havia sido dado (no mappa de Diogo Ribeiro, de 1529, vem este nome, mas bem podia ser accrescentado depois), agora melhor devia caber-lhe, pela associação dos tres donatarios. »

Em seguida Porto-Seguro descreve a costa de S. Roque ao Amazonas, e, depois de estudar o mallogro dos esforços dos expedicionarios em defesa da povoação que haviam fundado e que foram obrigados a abandonar, accrescenta:

> « Não sabemos se alguns conseguiram regressar directamente a Portugal: temos apenas a certeza de que tres caravelões, com muitos colonos e uns duzentos Indios, foram ter ás Antilhas, em Agosto de 1538; chegando á Ilha de Porto Rico dois, com 45 dos mesmos colonos, alguns delles casados, e 140 indios, entre escravos e livres. O outro caravelão foi aportar na de S. Domingos. Os desta ultima ilha não só lançaram mão dos Indios como de todos os bens dos infelizes, os quaes, por ordem da Metropole, foram mandados reter por colonos.
>
> João de Barros só á custa de muitos trabalhos e despesas pôde rehaver seus dois filhos. E, feliz com elles na pobreza, fazia dahi em deante protestos de não fundar mais vans esperanças em vir a ser rico, e assim resignou inteiramente toda a idéa de ser senhor donatario no Brasil. "O principio da milicia desta terra (diz este escriptor), ainda que seja o ultimo dos nossos trabalhos, na memoria eu tenho mui vivo, por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fructo algum". Galvão accrescenta uma circumstancia, que o chronista da Asia teve a virtude de calar, e vem a ser que elle, como de "condição larga, pagou por Ayres da Cunha e outros que lá falleceram, com piedade da mulher e filhos que lhes ficaram".
>
> El-rei d. Sebastião perdoou depois a Barros a divida de uns 600$, em que estava alcançado pela artilheria, armas e munições que lhes haviam sido fornecidas pelo arsenal régio para a expedição; e, depois de elle fallecer (1570), fez mercê á viuva de 500$ de pensão. E d. Philippe (I de Portugal) concedeu a Jeronymo de Barros, filho do nosso donatario, e talvez como indemnização dos direitos que tinha á Capitania, uma tença de 100$, com faculdade para testar della até á quantia de 30$000. »

Referindo-se a essa armada, de que foi commandante Ayres da Cunha, diz Gabriel Soares, "Tratado Descriptivo do Brasil em 1587", publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XIV, pags. 26 e seguintes):

> « Desejoso João de Barros de se aproveitar desta mercê (*a donataria que lhe fôra concedida*), fez á sua custa uma armada de navios em que embarcou muitos moradores com todo o necessario para se povoar esta sua Capitania, em a qual mandou dois filhos seus, que partiram com ella, e, proseguindo logo sua viagem em busca da costa do Brasil, foram tomar ferro junto do Rio Maranhão, em cujos baixos se perderam. Deste naufragio escapou muita gente, com a qual os filhos de João de Barros se recolheram a uma ilha que está na bocca deste Rio do Maranhão, aonde passaram muitos trabalhos, por se não poderem communicar desta ilha com os moradores da Capitania de Pernambuco e das mais capitanias, os quaes, depois de gastarem alguns annos, despovoaram e se vieram para este Reino. Nesta armada, e em outros navios que João de Barros depois mandou por sua conta em soccorro de seus filhos, gastaram muita somma de mil cruzados, sem desta despesa lhe resultar nenhum proveito, como fica dicto atraz. Tambem lhe mataram os *Potiguares* muita gente, aonde se chama o *Rio Pequeno*. »

E Rocha Pombo, baseando-se nesse depoimento, inclina-se a crer, que, realmente, só depois de vencidos no Maranhão foi que os Portuguezes se sujeitaram a ser batidos no Ceará-Mirim (*Baquipe dos Indios e Rio Pequeno dos colonos naquelles tempos*), julgando que, na viagem de ida, é pouco provavel que um verdadeiro Exercito, provido das tres armas e tendo á frente um general como Ayres da Cunha, se deixasse vencer e recuasse de uns miseros selvagens.

A supposição (vide Rocha Pombo—*Op.* cit., vol. III, pags. 273 e seguintes) é tanto mais acceitavel, quanto Gabriel Soares affirma ainda que "andando os filhos de João de Barros correndo esta costa (*do Cabo de S. Roque até ao Porto dos Buzios*), depois que se perderam, lhes mataram neste logar (*Rio Baquipe*) os *Potiguares*, com favor dos Francezes induzidos delles, muitos homens". E desta mesma opinião é, além de outros, frei Jaboatão (*Novo Orbe Serafico Brasilico*, vol. I, pag. 14) que affirma:

> « Por estes Potiguares fóra dos encontros de guerra e a falsa fé, foram mortos e comidos muitos Portuguezes. Por elles o foram alguns da companhia dos filhos de João de Barros, que, *depois de perdidos nos baixos do Maranhão*, e vindo correndo a costa, quando voltaram para o Reino, mandando alguns homens á terra, onde tinham porto, no rio chamado *Baquipe*, em cinco graus de altura, antes de chegar ao da Parahiba, foram mortos e comidos por este gentio, induzidos para isso pelos Francezes. »

Seja como for, o que é certo é que a expedição de que acabamos de tratar foi a primeira tentativa feita para colonizar o Rio Grande do Norte; e o seu insuccesso teve como consequencia o abandono da donataria e, mais tarde, a sua reversão á Corôa.

Quando se deu essa reversão, é ponto obscuro, a respeito do qual já tivemos occasião de escrever (vide nossas *Notas Historicas sobre o Rio Grande do Norte*, trabalho que

resumindo, vamos aproveitando neste até á data que alcança, 1654):

« Variam as opiniões e fallecem documentos que afastem a incerteza. Maximiano Lopes Machado (*Historia da Provincia da Parahiba*, pag. 15) affirma que foi em 1537; a Candido Mendes (*Atlas do Brasil*, pag. 36) parece que foi em 1540; Mattoso Maia (*Historia do Brasil*, pag. 64) acha que foi em 1540 ou 1570; Capistrano de Abreu (nota á pag. 109 da *Historia do Brasil* por frei Vicente do Salvador, publicada em 1887) ignora se houve successão ou transacção. E assim por deante. Ninguem aponta fontes seguras; a todos faltam elementos para dirimir a duvida. E, no terreno das hypotheses, melhores razões assistem a Porto-Seguro, insinuando que a reversão se operou no governo de d. Philippe II, de Hispanha, depois, portanto, de 1580. »

Posteriormente, graças á captivante bondade de Capistrano de Abreu, tivemos conhecimento, possuindo cópia, de tres documentos que foram publicados em 1917 por Antonio Baião, director do Archivo da Torre do Tombo e socio da Academia de Sciencias de Lisboa, e trazem alguma luz sobre o assumpto. O primeiro é um alvará com força de carta, expedido em 6 de Março de 1561, a requerimento de João de Barros, prohibindo que *pessoa alguma vá tratar ou resgatar á sua capitania sem sua licença, posto que na dicta capitania não haja povoação alguma*; o segundo é a certidão de uma justificação requerida por Antonio Pinheiro, procurador de João de Barros, e processada, em 3 de Março de 1564, perante o juiz ordinario da Villa de Iguarassú (Pernambuco), na qual o referido procurador provava com o depoimento de testemunhas que o capitão João Gonçalves, da Ilha de Itamaracá, estava concedendo licenças para ser devastada a capitania do seu constituinte, especialmente no Porto dos Buzios, com desrespeito aos seus direitos; o terceiro é um requerimento de Jeronymo de Barros, filho de João de Barros, pedindo varios favores para ir povoar uma capitania que tinha no Brasil "*de cinquoenta legoas ao longo da costa dos Pitigares e vinte e cinquo na boca do Rio Marenham*". Da cópia deste requerimento não consta a respectiva data. Sabido, porém, que as capitanias eram inalienaveis e transmissiveis por herança ao filho varão mais velho, claro é que foi posterior a 1570, quando falleceu João de Barros. E' mesmo possivel que elle tenha sido o ponto de partida para o accôrdo de que resultou a reversão da capitania á Corôa, confirmando-se assim a presumpção de Porto-Seguro: ". . . E d. Philippe (I de Portugal) concedeu a Jeronymo de Barros, filho do donatario, *e talvez como indemnisação dos direitos que tinha á capitania, uma tença de 100$*, com faculdade para testar della até á quantia de 30$000".

Quer como capitania hereditaria, quer como patrimonio da Corôa, o Rio Grande do Norte continuou inteiramente abandonado, até que, muito mais tarde, a expulsão dos Francezes — para segurança da Parahiba e do dominio portuguez ao Norte — veio a tornar urgente e inadiavel a sua occupação, offerecendo a opportunidade de ser tentada com exito a sua conquista; mas, até que isto occorresse, o que se conseguiu foi apenas explorar o littoral e as costas, que em 1587 eram já, mais ou menos, conhecidas. Naquelle anno, Gabriel Soares descrevia-os assim (*op.* cit. pags. 24 e seguintes):

« Do Rio Jaguarive de que se trata acima até á Bahia dos Arrecifes são oito leguas, a qual demora em altura de 3 graus. Nesta bahia se descobrem de baixa-mar muitas fontes de agua doce muito boa, onde bebem os peixes bois, de que aqui ha muitos, que se matam arpoando-os, assim o gentio *Pitiguar*, que aqui vinha, como os caravelões da costa, que por aqui passam desgarrados, onde acham bom surgidoiro e abrigada.

Desta bahia ao Rio de S. Miguel são 7 leguas, a qual está em 3 graus e ¼. Na barra deste rio está o ilhéo de arvoredo que lhe faz duas barras e na ponta delle é o Cabo Corso; no qual entram e surgem por qualquer destas barras os navios da costa á vontade.

Deste rio á Bahia das Tartarugas são 8 leguas, a qual está em altura de 3 graus e $^2/_3$, em a qual os navios da Costa surgem por acharem nella boa abrigada. Desta Bahia ao Rio Grande são 4 leguas, o qual está na altura de 4 graus. Este rio tem duas pontas sahidas ao mar, e, entre uma e outra, ha uma ilhota, que lhe faz duas barras, pelas quaes entram navios da costa. Defronte deste rio se começam os baixos de S. Roque e deste Rio Grande ao Cabo de S. Roque são 10 leguas, o qual está em altura de 4 graus e um seismo; entre este cabo e a ponta do Rio Grande se faz de uma ponta á outra uma grande bahia, cuja terra é boa e cheia de matto, em cuja ribeira ao longo do mar se acha muito sal feito.

Defronte desta bahia estão os baixos de S. Roque, os quaes arrebentam em tres ordens, e entra-se nesta bahia por cinco canaes que vêm ter ao canal que está entre um arrecife e outro, pelos quaes se acha fundo de duas, tres, quatro e cinco braças, por onde entram os navios da costa á vontade.

Do Cabo de S. Roque á Ponta de Goaripari são 6 leguas, a qual está em 4 graus e ¼ onde a costa é limpa e a terra escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio. De Goaripari á enseada da Itapitanga são 7 leguas, a qual está em 4 graus e ¼; da ponta desta enseada á ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre elles e a terra entram naus francezas e surgem nesta enseada á vontade, sobre a qual está um grande medam de areia; a terra por aqui ao longo do mar está despovoada do gentio, por ser esteril e fraca. Da Itapitanga ao Rio Pequeno, a que os Indios chamam Baquipe, são 8 leguas, a qual está em 5 graus e um seismo. Neste rio entram chalupas francezas a resgatar com o gentio e carregar de pau da tinta, as quaes são das naus que se recolhem na enseada da Itapitanga. Andando os filhos de João de Barros correndo esta costa, depois que se perderam, lhes mataram neste logar os *Pitiguares*, com favor dos Francezes induzidos delles, muitos homens. Deste Rio Pequeno ao outro Rio Grande são 3 leguas; o qual está em altura de 5 graus e ¼. Neste Rio Grande podem entrar muitos navios de todo porte, porque tem a barra funda de 18 até 6 braças, e entra-se nelle como pelo arrecife de Pernambuco, por ser da mesma feição. Tem este rio um baixo á entrada da banda do Norte, onde corre agua muito á vazante, e tem dentro algumas ilhas de mangues, pelo qual vão barcos por ella acima 15 ou 20 leguas, e vêm de muito longe. Esta terra do Rio Grande é muito soffrivel para este rio se haver de povoar, em o qual se mettem muitas ribeiras em que se póde fazer engenhos de assucar pelo sertão. Neste rio ha muito pau de tinta, onde os Francezes o vão carregar muitas vezes.

Do Rio Grande ao Porto dos Buzios são 10 leguas e está em altura de 5 graus e $^2/_3$; entre este porto e o rio estão os lençóes de areia, como os de Tapoan, junto da Bahia de Todos os Santos.

Neste Rio Grande achou Diogo Paes, de Pernambuco, lingua do gentio, um castelhano entre os *Pitiguares*, com os beiços furados como elles, entre os quaes andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau para a França, porque servia de lingua aos Francezes entre o gentio nos seus resgates.

Neste Porto dos Buzios entram caravelões da costa em um riacho, que neste logar se vem metter no mar.

Do Porto dos Buzios a Itacoatigara são 9 leguas e este rio se chama deste nome, por estar em uma ponta delle uma pedra de feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito poz este nome, que quer dizer Ponta da Pipa; mas o proprio nome do rio é Garatui, o qual está em altura de 6 graus. Entre esta ponta e o Porto dos Buzios está a enseada Tabatinga, onde tambem ha surgidoiro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francezas e fazer sua carga de pau de tinta. De Itacoatigara ao Rio de Goaramatai são 2 leguas, o qual está em 6 graus esforçados; do Goaramatai ao Rio de Camaratibe são 2 leguas, o qual está em 6 graus e ¼, e entre um e outro está a enseada Aratipicaba, onde dos arrecifes para dentro entram naus francezas e fazem sua carga.

Do Rio Camaratibe até á Bahia da Traição são 2 leguas, a qual está em 6 graus e $^1/_3$, onde ancoram naus francezas e entram dos arrecifes para dentro. »

Explorados o littoral e as costas, era preciso que os Portuguezes firmassem de vez o seu dominio, occupando a capitania. A consolidação da conquista da Parahiba e o interesse que já então despertava todo o Norte, sob constantes assaltos de povos extranhos, especialmente dos Francezes, que, depois de expulsos do Sul, para lá volveram suas vistas, mantendo um largo commercio por toda parte, exigiam esse sacrificio, porque era o Rio Grande que elles procuravam de preferencia, pela sua proximidade dos estabelecimentos e portos parahibanos e pela cordialidade de relações com os Potiguares, cujo apoio e auxilio lhes eram valiosos. Aliás, essa cordialidade de relações dava-se com quasi todas as tribus, não porque os Francezes fossem mais habeis do que os Portuguezes, mas porque, sem outro intuito que não fosse encontrar facilidades no contrabando, se abstinham de empregar a violencia, de usar da força.

Não pretendiam colonizar a terra e, por isso, serviam-se de processos differentes, não movendo guerra aos indigenas: esforçavam-se, pelo contrario, em agrada-los, para te-los sempre ao seu lado.

Julgada imprescindivel, a conquista realizou-se no governo de d. Francisco de Sousa, que, iniciado em 1591, se prolongou por mais de 10 annos. Reiteradas eram as ordens da Metropole para que a empresa fosse, com a maior brevidade, levada a cabo, sendo as ultimas as constantes das cartas régias de 9 de Novembro de 1596 e 15 de Março de 1597. Receberam-n'as o governador geral e os capitães-móres de Pernambuco e da Parahiba, Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, tendo o primeiro recommendações especiaes para gastar o que fosse necessario da fazenda real e dar provisões a Mascarenhas para fazer outro tanto em Pernambuco.

« Taes ordens foram pontualmente cumpridas; e eram todas necessarias, pois que a nova Capitania do Rio Grande não se chegou a erigir senão á custa de ainda mais gastos, sangue e trabalhos que a sua vizinha da Parahiba. O governador desde logo applicou para os gastos della, não só o restante do producto dos dizimos, como os direitos da sahida do assucar e da siza dos escravos vindos da Africa, e mais 12.000 cruzados, parte do que tomara a uma nau da India, que arribara á Bahia. E Manuel Mascarenhas não só deixou ordens ao seu loco-tenente em Pernambuco que applicasse para mantimentos quanto podesse forrar das despesas, como lançou mão de 8:992$833 do cofre dos defuntos e ausentes, os quaes depois teve de restituir á sua custa, embargando-se-lhe para isto as rendas de uma commenda. Tambem o capitão da Parahiba, Feliciano Coelho, contribuiu com gente, que acompanhou em pessoa, e do seu loco-tenente recebeu mantimentos e vitualhas. Isto, além do soccorro que enviou directamente a Metropole ao Rio Grande, e de muitos particulares, que morador houve que, só á sua parte, contribuiu com 10.000 cruzados. »

Em geral, os nossos historiadores, dando noticia dos acontecimentos que se desdobraram por occasião da conquista, repetem-se com pequenas variantes de detalhes, inspirando-se todos nas chronicas do tempo. Leiamos, pois, uma destas (frei Vicente do Salvador — *Historia do Brasil*):

« Informado sua majestade das coisas da Parahiba, e que todo o damno lhe vinha do Rio Grande, onde os Francezes iam commerciar com os Potiguares, e dalli sahiam tambem a roubar os navios, que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas, mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios, para que as comessem, querendo atalhar a tão grandes males, escreveu a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mór em Pernambuco, encommendando-lhe muito que logo fosse lá fazer uma fortaleza e povoação, o que tudo fizesse com conselho e ajuda de Feliciano Coelho, a quem tambem escreveu, e ao governador geral d. Francisco de Sousa, que para isto lhe désse provisões, e poderes necessarios para gastar da sua Real Fazenda tudo que lhe fosse necessario, como em effeito o governador lhe passou, e lhe poz logo tudo em execução com muita diligencia e cuidado, mandando uma armada de seis navios e cinco caravelões, que o fossem esperar á Parahiba, em a qual ia por capitão-mór Francisco de Barros Rego, por almirante Antonio da Costa Valente e por capitães dos outros navios João Paes Barreto, Francisco Camello, Pero Lopes Camello e Manuel da Costa Calheiros.

Por terra, com o capitão-mór Manuel Mascarenhas, foram tres companhias de gente de pé, de que eram capitães Hyeronimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque, seu irmão, e Antonio Leitão Mirim, e uma de cavallos, que guiava Manuel Leitão; os quaes chegados uns e outros á Parahiba, se ordenou que Manuel Mascarenhas fosse por mar ao Rio Grande, na armada

que veio de Pernambuco, e levasse comsigo o padre Gaspar de S. João Peres, da Companhia, por ser grande architecto, e engenheiro, para traçar a fortaleza, com seu companheiro o padre Lemos, e o nosso irmão frei Bernardino das Neves, por ser muito perito na lingua brasilica, e mui respeitado dos Potiguares, assim por essa causa, como por respeito de seu pae o capitão João Tavares, que entre elles por seu esforço havia sido mui temido, o qual levou por companheiro outro sacerdote da nossa Provincia chamado frei João de S. Miguel; e que Feliciano Coelho fosse por terra com os quatro capitães e companhias das gentes de Pernambuco e com outra da Parahiba, de que ia por capitão Miguel Alvares Lobo, que por todos faziam somma de 178 homens de pé e de cavallo, fóra o nosso gentio, que eram das aldeias de Pernambuco 90 frecheiros, e das da Parahiba 730, como seus principaes, que os guiavam, o Braço de Peixe, o Assento de Passaro, o Pedra Verde, o Mangue, e o Cardo Grande, e este exercito começou a marchar das fronteiras da Parahiba a 17 de Dezembro de 1597, indo as espias, e corredores deante, queimando algumas aldeias, que os Potiguares despejavam com medo, como confessaram alguns, que foram tomados, mas aos que fugiam os inimigos não fugia a doença das bexigas, que é a peste do Brasil, antes deu tão fortemente em nossos indios, e brancos naturaes da terra, que cada dia morriam, de 10 a 12, pelo que foi forçado ao governador Feliciano Coelho fazer volta á Parahiba para se curarem, e os capitães para Pernambuco com a sua gente, que pôde andar, dizendo que cessando a doença tornariam para seguirem a viagem, excepto o capitão Hyeronimo de Albuquerque, que se embarcou em um caravelão e foi ter ao Rio Grande com seu capitão-mór Manuel Mascarenhas, o qual havia ido na armada, como já dissemos, e na viagem teve vista de sete naus de Francezes que estavam no Porto dos Buzios contractando com os Potiguares, os quaes, como viram a armada, picaram as amarras, e se foram, e a nossa não a seguiu, por ser tarde e não perder a viagem.

No dia seguinte, pela manhan, mandou Manuel Mascarenhas dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto, e seguro, entrou a armada á tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões que o tinham sondado, ahi desembarcaram, e se trincheiraram de varas de mangues para começarem a fazer o forte, e se defenderem dos Potiguares, que não tardaram muitos dias que não viessem uma madrugada infinitos, acompanhados de 50 francezes, que haviam ficado das naus do Porto dos Buzios, e outros que ahi estavam casados com Potiguares, os quaes, rodeando a nossa cerca, feriram muitos dos nossos com peloiros e frechas, que tirava por entre as varas, entre os quaes foi um o capitão Ruy de Aveiro em o pescoço com uma frecha, e o seu sargento, e outros, com o que não desmaiaram, antes como elephantes á vista de sangue mais se assanharam, e se defenderam, e offenderam os inimigos tão animosamente, que levantaram o cerco, e se foram; depois veio um indio chamado Surupibba pelo rio abaixo em uma jangada de juncos, apregoando paz, o qual prenderam em ferros; e com estar preso mostrava tanta arrogancia, que vendo o apparato com que Manuel Mascarenhas se tratava, e comia, disse que o não haviam de tratar menos, e assim lhe dava bom tratamento, e por persuasão dos padres da Companhia, posto que contradizendo o nosso irmão frei Bernardino, que conhecia bem suas traições e enganos, emfim o soltou, e mandou, promettendo-lhe o indio de trazer todo o gentio de paz, para o que lhe deu vestidos, e outras coisas que podessem dar aos seus, não só quando foi, mas ainda depois por duas vezes, que lh'as mandou pedir, dizendo que já os tinha apaziguados, e vinham por caminho a entregar-se, porém indo dois bateis nossos com 20 homens, de que ia por cabo Bento da Rocha, a cortar uns mangues, estando mettido em uma enseada, e começando a fazer a madeira, os cercaram por entre os mangues para os tomarem na baixa mar, quando os bateis ficassem em secco, onde houveram de ser todos mortos, se um dos bateis, que era maior, se não fôra pôr de largo, aonde os descobriu, e deu aviso ao outro para que se embarcasse a nossa gente á pressa, e se alargasse dos inimigos, os quaes em continente se sahiram da emboscada, e se foram mettendo pela agua a tomar-lhes uma restinga, que estava no meio do rio, donde se puzeram a ralhar, dizendo que já os tinham na rêde, entendendo que o batel ficaria em secco, mas quiz Deus dar-lhe um canal por onde sahiram, e foram dar aviso a Mascarenhas, que se acabou de desenganar de suas traições, e enganos, e muito mais depois que veio dahi a poucos dias os montes cobertos de infinidades delles que desciam com mão armada a combater outra vez a nossa cerca, em a qual os não quiz esperar, nem que chegassem a pôr-lhe cerco, antes os foi esperar ao caminho, e lançando uma manga por entre o matto, os entrou com tanto animo, que fez fugir os da rectaguarda, e seguiu os da vanguarda até o rio, e ainda a nado pela agua os foram os nossos indios Tabajares matando, sem deixar algum com vida, amarrando-se tanto nesta pescaria, que foi necessario irem os nossos bateis a busca-los já fóra da barra; mas nem isto bastou para que não continuassem depois com continuos assaltos, com que puzeram os nossos em tanto aperto, que escassamente podiam ir buscar agua para beberem a uns pogosinhos, que tinham perto da cerca, e essa muito ruim, e tantas outras necessidades que, se não chegara Francisco Dias de Paiva, amo do capitão-mór que o creou, em uma urca do Reino, que el-rei mandou com artilheria, munições e alguns outros provimentos para o forte, que se fazia, e as esperanças em que se sustentavam de lhes vir cêdo soccorro da Parahiba, houvera-lhes de ser forçado deixar o edificio, pelo que, tanto que os doentes começaram a convalecer, logo Feliciano Coelho mandou recado aos capitães de Pernambuco, e, vendo que não vinham, se aprestou com a sua gente, e tornou a partir da Parahiba a este soccorro a 30 de Março de 1598, só com uma companhia de 24 homens de cavallo, e duas de pé, de 30 arcabuzeiros cada uma, das quaes eram capitães Antonio de Valladares e Miguel Alvares Lobo, e 350 Indios frecheiros com seus principaes.

Não acharam em todo o caminho senão aldeias despejadas, e alguns espias, que os nossos tambem espiaram, e tomaram, pelos quaes se soube que uma legua do forte, que se fazia, estava uma aldeia grande, e fortemente cercada, donde sahiram a dar os assaltos em

os nossos, pelo que mandou o governador apressar o passo, para que os podesse tomar descuidados, e comtudo a achou despejada, e capaz para se alojar o nosso arraial.

Alli veio o dia seguinte Manuel Mascarenhas a visita-lo, e trataram sobre o modo que havia de haver para se acabar o forte, porque tinha ainda grandes entulhos e outros serviços para fazer, e disse Feliciano Coelho que elle com a sua companhia de cavallo, e com a gente do Braço, trabalhariam um dia, e Antonio de Valladares com a gente do Assento outro dia seguinte, e Miguel Alvares Lobo com a gente do Pedra Verde outro; e esta ordem guardariam, emquanto a obra durasse, dando tambem a cada companhia do gentio um branco perito na sua lingua, que os exortasse ao trabalho, e estes eram Francisco Barbosa, Antonio do Passo, e José Affonso Pamplona, mas não deixaram por isso de reservar alguns, que corressem o campo em companhia de alguns brancos filhos da terra, os quaes foram dar em uma aldeia onde mataram mais de quatrocentos Potiguares, e captivaram 80, pelos quaes souberam que estava muita gente junta, assim Potiguares como Francezes, em seis cercas muito fortes, para virem dar sobre os nossos, e os matarem, e, se já o não tinham feito, era porque adoeciam e morriam muitos do mal das bexigas.

Neste mesmo tempo que a obra do forte durava, chegou um barco da Parahiba com refrescos de vitellas, gallinhas e outras vitualhas, que mandava a Feliciano Coelho, Pero Lopes Lobo, seu loco-tenente, e deu novas o arraiz, que no Porto dos Buzios estava surta uma nau franceza, lançando gente em terra, ao qual acudiu logo Manuel Mascarenhas com toda a gente de cavallo, que havia, e 30 soldados arcabuzeiros, e muitos Indios, e deu nas choupanas em que os Potiguares estavam já commerciando com elles, onde mataram 13, e captivaram sete, e tres Francezes, porque os mais embarcaram, e fugiram, no batel, e outros a nado; e vendo o capitão-mór Manuel Mascarenhas que não tinha meio para poder commetter a nau, ordenou uma cilada, fingindo que era ido, e deixando na praia um Francez ferido, para que o viessem tomar da nau no batel, como de feito vieram, mas os da cilada tanto que viram desembarcado o primeiro, sahiram tão desordenadamente, que só este tomaram, e os outros tornaram á nau e, largando as velas, se foram.

Acabado o forte do Rio Grande, que se intitula dos Reis, o entregou Manuel Mascarenhas a Hyeronimo de Albuquerque dia de S. João Baptista, éra de 1598, tomando-lhe homenagem, como se costuma, e, deixando-lhe muito bem fornecido de gente, artilheria, munições, mantimentos, e tudo o mais necessario, se veio no mesmo dia com a sua gente dormir na aldeia do Camarão, onde Feliciano Coelho, estava com o seu arraial aposentado, e no seguinte se partiram para a Parahiba com muita paz e amizade, que é o melhor petrecho contra os inimigos, e assim o experimentaram os primeiros, que acharam em uma grande e forte cerca seis dias depois da partida, a qual mandaram espiar por um Indio mui esforçado da nossa doutrina, chamado Tavira, que, com só 14 companheiros, que comsigo levava, matou mais de trinta espias dos inimigos, sem ficar um só que levasse recado, e assim os nossos subitamente na cerca deram ao meio dia, e comtudo pelejaram mais de 2 horas sem a poderem entrar, excepto Tavira que temerariamente trepando por ella se lançou dentro com uma espada, e rodella, e nomeando-se começou a matar e ferir os inimigos, até lhe quebrar a espada, e ficar com só a rodella, tomando nella as frechas, o que visto pelo capitão Ruy de Aveiro, e Bento da Rocha, seu soldado, tiraram por uma setteira duas arcabuzadas, com que os inimigos se afastaram, e lhes deram logar de tornar a subir pela cerca, e sahir-se della com tanta ligereza, como se fôra um passaro; e com este, e outros semelhantes feitos tanto nome havia ganhado este Indio entre os inimigos, que, só com se nomear, dizendo eu sou Tavira, acobardava e atemorizava a todos (entre os primeiros alludidos dos Portuguezes encontram-se os Tabajares, sem cujo auxilio não se teria talvez conseguido a conquista de Pernambuco, diz Loreto Couto, em seus "Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco", pag. 38, tomo XXIV, dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*; ahi e na *Chronica da Companhia de Jesus*, por Simão de Vasconcellos, pags. 61 e seguintes, além de outros, deparam-se noticias das façanhas de Tavira, "que anda nos annaes da fama", e a que muitos dos nossos escriptores se referiram depois, exaltando o seu valor e a sua dedicação); e assim atemorizados com isto os da cerca, e os nossos animados, vendo que, se a noite os tomava de fóra com o inimigo tão vizinho e outros, que podiam sobrevir de outras partes, ficaram muito arriscados, remetteram outra vez á cerca com tanto animo, disparando tantas arcabuzadas e frechadas, que puzeram os de dentro em aperto, e se deixou bem conhecer pelos muitos gritos, e choros, que se ouviram das mulheres e creanças; e o capitão Miguel Alvares Lobo com o seu sargento João de Padilha, hispanhol, e seus soldados, remetteu a uma porta da cerca, e a levou, por onde logo entraram outros, e o mesmo fez o capitão Ruy de Aveiro, e outros capitães por outras partes com que forçaram os Potiguares a largar a praça, e fugirem por outras portas, que abriram por riba da estacada, e por onde podiam, mas comtudo não deixaram de ficar mortos e captivos mais de mil e quinhentos, sem dos nossos morrerem mais de tres indios Tabajares, posto que ficaram outros feridos, e alguns brancos, dos quaes foi o sargento João de Padilha.

Dalli a 14 dias deram noutra cerca e aldeia, não tão grande como est'outra, mas mais forte, e de gente escolhida, onde não havia mulheres, nem creanças, que chorassem, senão todos os homens de peleja e entre elles 10 ou 12 bons arcabuzeiros, os quaes não atiravam peloiros, que não acertassem em os nossos, o mesmo faziam os frecheiros, com que nos feriam muita gente, e não fôra possivel sustentar o cerco, se um soldado natural da Serra da Estrella, chamado Henrique Duarte, não lançara uma alcanzia de fogo dentro com que lhes queimou uma casa, e vendo elles o fogo, cuidando que seriam todos abrasados, se foram sahindo da cerca, não fugindo ou dando as costas, mas retirando-se e defendendo-se valorosamente contra os nossos que os seguiam, e assim ainda que lhes mataram 150, tambem elles nos mataram seis brancos, em que entrou Diogo de Sequeira, alferes do capitão Ruy de Aveiro Falcão,

com um peloiro, que primeiro havia passado a carapuça a Bento da Rocha, que estava junto delle, o qual, quando o viu morto, e a bandeira derribada, a levantou, e se poz a florear com ella no campo entre as frechadas e peloiros, pelo que o seu capitão-mór Manuel Mascarenhas lh'a deu, e lhe passou depois uma certidão, com que podera requerer um habito de Cavalleiro com grande tença, mas elle o quiz antes do nosso seraphico padre S. Francisco, com a tença da pobreza e humildade, em que viveu, e morreu nesta Custodia santamente.

Tambem feriram o capitão Miguel Alvares Lobo de duas frechadas, e a Diogo Miranda, sargento da companhia de Manuel da Costa Calheiros, deu um indio agigantado tal golpe com um alfange, que lhe fendeu a rodella até a embaraçadura, e o feriu no braço, e elle lhe correu uma estocada, mettendo-lhe a espada pelos peitos até á cruz, a qual não bastou para que o indio se não abraçasse com elle tão rijamente, que sem falta o levara debaixo, se não acudira Hyeronimo Fernandes, cabo de esquadra da sua companhia, dando-lhe um golpe pelo pescoço, com que o fez largar, e enterrados os mortos, e curados os feridos, tornou o campo a marchar até chegar ás fronteiras da Parahiba, donde se despediu Manuel Mascarenhas de Feliciano Coelho e se foi com os seus para Pernambuco. »

Estava feita a conquista. Ia começar dahi em deante a obra da colonização, que lhe daria effectividade, tornando-a definitiva.

II

A colonização da Capitania até á occupação hollandeza

A Historia da Norte America conservou e transmittiu ás novas gerações, considerado como um dos maiores vultos dos tempos coloniaes, o nome de John Smith, cuja estatua figura no Capitolio em Washington.

Prestou grandes serviços á colonia da Virginia. Mas o que o tornou popular e contribuiu para que fizesse jús ao respeito da posteridade foi a vida aventurosa que levou. Como director do primeiro nucleo de colonos que se estabeleceu alli ás margens do James-River, o principal cuidado de Smith foi explorar o paiz e conquistar a sympathia e alliança dos indigenas. Em uma das frequentes excursões que fazia pelas florestas do interior, foi aprisionado pelos Indios. O chefe da tribu, Powhatan, condemnou-o á morte. Smith é conduzido ao logar do supplicio e já tinha a cabeça sobre a pedra sacrifical, quando Pocahontas, filha do cacique, intercede por elle e salva-o. Os selvagens, não só o puzeram em liberdade, como fizeram-n'o acompanhar por uma escolta a Jamestown. Taes impressões deixou entre a gente de Powhatan, que, quando precisava de viveres, os recebia do chefe indigena, ou da nobre e sensivel Pocahontas, cuja figura se tornou lendaria entre os norte-americanos. Esta rapariga, pela sua fidelidade e dedicação, facilitou alli a obra dos Inglezes. (Rocha Pombo — *Op.* cit., vol. III, nota 3ª, pags. 284 e 285.)

Foi tambem pela intervenção da filha de um maioral dos Indios que, em 1548, Jeronymo de Albuquerque escapou á morte, quando já condemnado a ser repasto de selvagens. Vindo para Pernambuco em companhia de seu cunhado Duarte Coelho, donatario da Capitania, ahi se conservara desde 1535, distinguindo-se nas famosas luctas que se seguiram ao inicio da colonização. Os indigenas, batidos e derrotados, recuaram pouco a pouco; mas, uma vez por outra, voltavam a atacar os colonizadores. Foi o que se deu em fins de 1547, quando se apresentaram ameaçadores, nas immediações de Olinda e Iguarassú. Alguns dias depois, em 2 de Janeiro de 1548, Jeronymo de Albuquerque, em recontro com elles, cahiu em seu poder, sendo condemnado, como seus companheiros, ao horrivel sacrificio da anthropophagia. Diz a chronica que, delle apaixonada, a filha de Arco-Verde (Ubiran-Ubi), chefe da horda vencedora, conseguiu de seu pae arranca-lo ao captiveiro e á vingança dos seus. E assim " o rei do coração da enamorada filha do morubixaba" dominou por ella os selvagens, que, vivendo em paz duradoira deram mais tarde aos Portuguezes apoio decisivo na conquista de todo o Norte.

Jeronymo de Albuquerque, inclinado aos amores faceis, teve muitos filhos naturaes, que perfilhou e tratou sempre com ternura; e entre elles — havidos da filha de Arco-Verde, aquella mesma que salvara sua vida em transe angustioso e que, baptizada, tomara o nome de Maria do Espirito Santo, — Catharina de Albuquerque, que casou com Philippe Cavalcanti, fidalgo florentino, Brites de Albuquerque, casada com Sibaldo Lins, tambem florentino e fidalgo, que se tornaram troncos de nobres e respeitaveis familias, e Jeronymo de Albuquerque.

Foi este o primeiro capitão-mór do Rio Grande do Norte e o glorioso conquistador do Maranhão, onde falleceu a 11 de Fevereiro de 1618, na edade de 70 annos.

Cursando as aulas do Collegio dos Jesuitas de Olinda, aprendeu a ler e a fallar bem o portuguez, o que foi, no dizer de Macedo, toda a sua instrucção litteraria. Jámais esqueceu, porém, a lingua tupi, que foi a da sua primeira infancia.

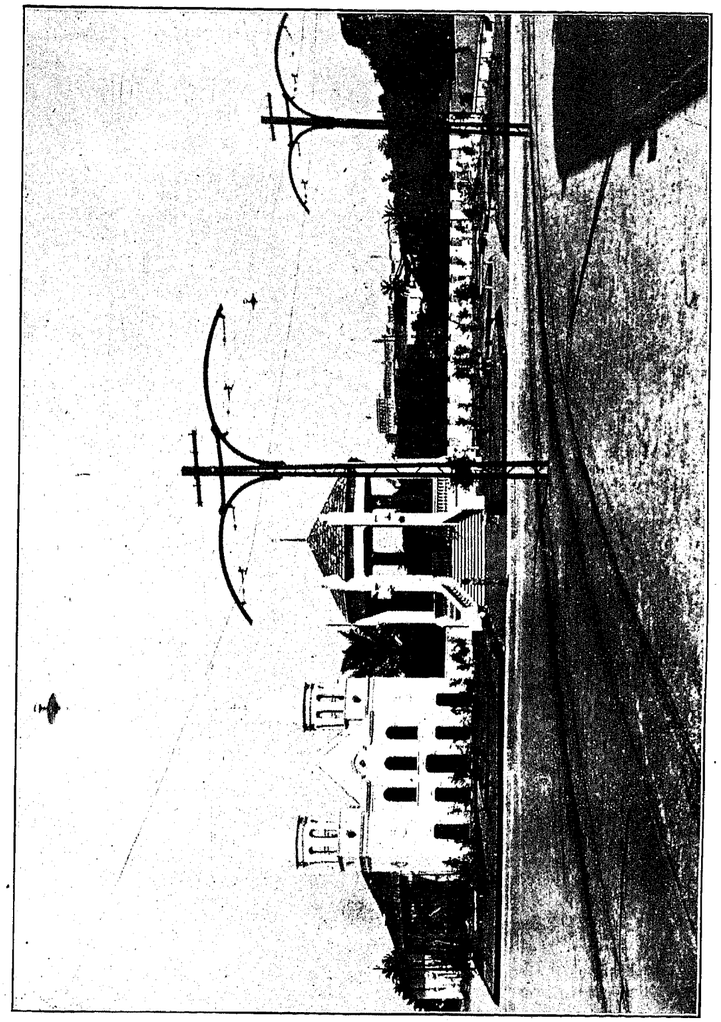
Bravo, indomito e soberbo, era, pelo nome de seu pae, muito respeitado pelos Portuguezes; e, pelo de seu avô materno, objecto prestigioso do amor e do orgulho dos indios amigos, extendendo-se sua fama e o temor do seu braço pelas *tabas* dos selvagens ainda não submettidos. (Macedo — *Anno Biographico.*)

Aos 20 annos luctava valorosamente na Parahiba, e, com o correr dos tempos, aureolou-o justo renome de heroico combatente. Os perigos não o intimidavam Pelo contrario, afervoravam-n'o no devotamento e bravura com que serviu sempre sua Patria.

O seu merito pessoal e as suas ligações com os indigenas, de que descendia pelo lado materno, eram garantia do successo de seus esforços na colonização da Capitania, e o exito que obteve confirmou o acerto da escolha com que o honrara Manuel Mascarenhas, entregando-lhe, como vimos anteriomente, o commando do Forte dos Reis.

Os *Potiguaras* occupavam a região do littoral comprehendida entre os rios Parahiba e Jaguaribe. Senhoreavam, portanto, as costas do Rio Grande do Norte, e foi com elles que se deram os primeiros attritos entre os colonizadores e os habitantes da terra. Nação forte e poderosa, inimiga dos *Tabajaras*, já alliados dos Portuguezes, aquelles indios se approximaram naturalmente dos Francezes, e, estimulados por elles, moviam guerra de exterminio aos que teriam de ser os novos senhores do sólo.

Submette-los era uma necessidade; e, embora não fosse facil a empresa, Jeronymo de Albuquerque tentou realiza-la, tendo a fortuna de o conseguir.



Praça Leão XIII (Natal)

Valeu-se, para isto, do auxilio de *Ilha Grande*, que havia sido preso, e que dispunha de influencia entre os indigenas, por ser feiticeiro e um dos seus principaes. Soltando-o, instruindo-o mandou que fosse tratar com os parentes e induzi-los á paz. Recebido com vivas demonstrações de alegria na primeira aldeia a que chegou, fez ver ao que ia. Foram logo convocados os maiorаes de outras aldeias, entre os quaes *Pau Secco* e *Sorobabé* (Porto-Seguro inclue tambem o joven *Camarão*, que de modo tão notavel devia figurar depois nas paginas da Historia Brasileira pelos seus feitos durante o domino hollandez).

Ilha Grande fallou-lhes a linguagem da prudencia, e taes razões apresentou, que mereceu os applausos de todos, — especialmente das mulheres, que " antes queriam ser escravas dos brancos do que viver em tantos receios de continuas guerras e rebates ". Convenceram-se os chefes *potiguaras* da conveniencia de cessarem as hostilidades contra os Portuguezes (Frei Vicente do Salvador, *op.* cit., cap. 33). As pazes foram tratadas; e d. Francisco de Sousa, governador geral, de tudo informado por Manuel Mascarenhas, determinou que fossem solennemente celebradas, o que se deu a 11 de Junho de 1599, na Parahiba, presentes Feliciano Coelho de Carvalho, com os officiaes da Camara, Manuel Mascarenhas Homem e Alexandre de Moura, que devia succeder-lhe no governo de Pernambuco, o ouvidor geral Braz de Almeida e outras pessoas, servindo de interprete frei Bernardino das Neves.

Tranquillo quanto aos Indios, em consequencia das pazes com elles feitas, desvelou-se Jeronymo de Albuquerque em fundar uma povoação nas proximidades do forte. Essa povoação tomou, em 25 de Dezembro do mesmo anno (1599), o nome de Cidade de Natal.

A pouco mais do que a continuação das obras da fortaleza, as luctas e consequentes pazes com os Indios e a fundação de Natal, deve ter-se limitado o primeiro governo de Jeronymo de Albuquerque, porque já no começo do anno de 1600 era João Rodrigues Collaço quem exercia o mando supremo na Capitania. Não podemos affirmar precisamente quando essa successão se operou. E' de presumir, entretanto, que os factos se tenham passado assim: feita a conquista, Manuel Mascarenhas nomeou Jeronymo de Albuquerque commandante do forte e retirou-se, como ficou dicto, em companhia de Feliciano Coelho, sendo, sem duvida, sua resolução seguir para a Bahia, afim de inteirar o governador geral do occorrido. Antes de realizar essa viagem, chegou ao seu conhecimento que as pazes com os gentios haviam sido tratadas. Uma vez na então Capital do Brasil colonial, informou de tudo a d. Francisco de Sousa ; e este, ao mesmo tempo que ordenava que as pazes fossem, como foram, solennemente celebradas, nomeou Collaço para commandante do forte e capitão-mór, cargos que Jeronymo de Albuquerque exercia por delegação de Mascarenhas, que fôra quem commandara as forças de occupação.

O que é fóra de duvida é que, em Janeiro de 1600, Collaço estava investido de suas funcções, de accôrdo com as ordens do governador geral. Demonstra-o o seguinte documento (*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VI, pags. 138 e seguintes):

« Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mór da Capitania de Pernambuco, por s. m., que por mandado do dicto senhor vim conquistar este Rio Grande e fazer nelle a Fortaleza dos Reis Magos, a qual obra o dicto governador geral tem provido de capitão, que actualmente está servindo, ao qual mandou por regimento seu seguisse e guardasse o regimento que ora lhe désse, etc. Faço saber aos que esta minha carta de doação e sesmaria for mostrada e o conhecimento della tomar, por lhe pertencer, que a mim me enviou a dizer por sua petição o capitão desta Fortaleza dos Reis Magos, João Rodrigues Collaço, dizendo que o governador geral deste Estado o mandara vir ser o capitão desta Fortaleza do Rio Grande e lhe mandara por seu Regimento seguisse e mandasse o Regimento que lhe eu désse, e, estando elle, o dicto João Rodrigues Collaço, servindo nesta fortaleza e vendo que a tenção de s. m. era povoar-se e cultivar-se esta terra e sertão della, por dar principio ao cultivar, queria fazer casas e plantios ou o que a seu bem estiver, sem por isso pagar nenhum fôro nem tributo algum, a qual poderão mandar demarcar, conforme a esta minha carta, e ao longo do rio 800 braças o sitio que lhe parecer para tomar as dictas braças que pede de 10 palmos cada uma, visto ser a primeira data, de que se lhe passará seu auto de demarcação e esta se registará de novo dentro de um anno no livro de Registo da Fazenda de s. m. deste Almoxarifado, a qual mando se cumpra e se guarde como nella se contém, sem lhe ser posta duvida nem embargo algum. Dada nesta Fortaleza dos Reis Magos aos 9 dias do mez de Janeiro de 1600, sob meu signal, e a que desta nota se tirar será por mim assignada e sellada com o sinete de minhas armas; e, por até o presente não haver escrivão de sesmarias, mandei a Affonso Fernandes, escrivão desta Fortaleza que esta fizesse neste livro que está assignado pelo capitão della, o qual se entregará ao escrivão que houver de ser das sesmarias para nelle escrever as sesmarias que derem. E eu, Affonso Fernandes, que escrevi.— *Manuel Mascarenhas Homem.* »

Este documento, além de provar que em 1600 Collaço já governava o Rio Grande, evidencia tambem que no mesmo anno Mascarenhas alli estivera pela segunda vez. E, provavelmente, não foi a sua ultima viagem, porque Knivet nos dá informação de outra, realizada em fins de 1601 ou começo de 1602 (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XLI; parte primeira, pag. 267).

O povoamento do sólo e o cultivo das terras eram indispensaveis para a consolidação da conquista. Rodrigues Collaço procurou desenvolve-los, fazendo largas concessões de sesmarias. Do exame dessas concessões, que todas são hoje conhecidas, graças ás pacientes investigações e pesquizas do barão de Studart (*Documentos para a Historia do Brasil*, vol. II, pag. 111 e seguintes, e tambem o vol. VII da *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*), verifica-se que as datas de terras, outorgadas durante o seu governo, attingindo, pelo lado do Sul, o Rio Curimatahú, não iam, pelo do Norte, além de 2 ou 3 leguas do Forte dos Reis. Para o interior, extendiam-se ao longo das margens dos rios; mas, a não serem as dos rios Potengi e Jundiahi, que já alcançavam maiores distancias, as demais ficavam em logares proximos ao littoral.

O facto de encaminhar-se de preferencia na direcção do Sul a corrente colonizadora era natural e logico. Do Sul tinha vindo ella, batendo e expulsando os *Potiguaras* e os

Francezes — estes nas proximidades dos portos, aquelles na costa e no interior até á Serra de Copaoba (actualmente Serra da Raiz); — do Sul tinham vindo tambem as columnas expedicionarias, em companhia de Feliciano Coelho; pelo Sul tinham ellas, com Mascarenhas, voltado para a Parahiba e Pernambuco. Tratava-se, portanto, de pontos explorados, de estradas conhecidas. Com o Norte já se não dava o mesmo. O desenvolvimento da creação, o arroteamento dos campos, as necessidades da defesa é que iam permittir desviar para esse lado, em procura do Ceará, a attenção e os esforços dos conquistadores.

Natal pouco progredira. Poucos foram os que requereram sesmarias no sitio da cidade, e destes mesmos nem todos se aproveitaram das concessões. A propria matriz, para cuja construcção era natural que maior fosse a solicitude dos povos naquella epocha em que a fé religiosa era uma grande força, podemos calcular o que seria quando em 1614, ainda não tinha nem ao menos portas (barão de Studart, *op.* cit., vol. II, pag. 117).

A fortaleza contava 200 praças de guarnição, afóra os officiaes, e a Capitania tivera, desde o começo, o seu vigario, Gaspar Gonçalves Rocha, que, em 1601, obteve uma data dos terrenos onde construira as casas em que vivia (barão de Studart, *op.* cit., vol. II, pag. 123).

E' desse tempo o seguinte episodio, de que nos falla frei Vicente do Salvador (*op.* cit. cap. 33) e a que se refere Vicente de Lemos, em seu precioso livro (*Capitães-móres e Governadores do Rio Grande do Norte*):

Quando governava Collaço, veio ter á Capitania um degredado pelo bispo de Leiria, o qual escreveu na sua sentença " vá para o Brasil, donde tornará rico e honrado ". Esse degredado casou com uma mulher, que da Metropole tambem viera alli ter, e conseguiu adquirir 2.000 ou 3.000 cruzados. Era para elles a fortuna.

Mas, além desta, lograram egualmente consideração e respeito, porque, tendo nascido um filho do capitão-mór, este e sua mulher, d. Beatriz de Meneses, os convidaram para padrinhos da creança. Com o parentesco espiritual vieram as relações de familia e, com estas, as distincções sociaes.

Collaço foi substituido por Jeronymo de Albuquerque — o mesmo que o precedera, — entre 3 de Julho e 8 de Agosto de 1603, porque de 3 Julho é a ultima data de terras concedida por aquelle e de 8 de Agosto a primeira concedida pelo seu successor (na correspondencia de Diogo Botelho, tomo LXXIII da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, encontra-se, á pag. 114, um depoimento de João Rodrigues Collaço, prestado a 6 de Setembro de 1603, em que se affirma ser ainda capitão-mór do Rio Grande. Deve ter havido engano: era ex-capitão-mór).

Parece que Jeronymo de Albuquerque, entregando o governo da Capitania a Collaço em 1600, seguiu para Lisboa a pleitear o logar de seu capitão-mór effectivo, o que conseguiu, voltando ao Brasil em 1603, quando, em meiados desse anno, assumiu o exercicio de suas funcções. Desta vez, nomeado por seis annos, prazo que excedeu, em virtude de patente real de 9 de Janeiro de 1601 (esta e algumas outras das patentes de nomeação de capitães-móres do Rio Grande do Norte foram publicadas em varios trabalhos, sendo porém, preferivel consultar o livro de Vicente de Lemos, já citado, em que se encontram todas as expedidas depois da expulsão dos Hollandezes até o fim do seculo XVII), tinha o tempo de que precisava para tornar mais fecunda a sua acção, e aproveitou-o utilmente, mandando percorrer o littoral para o Norte, até ás salinas de Macau, fazendo explorar a costa do Sul, que ficou de todo conhecida, e organizando expedições ao interior.

Data dessa epocha o primeiro engenho de fabricar assucar que houve na Capitania e que foi fundado em terras que Jeronymo de Albuquerque concedera a seus filhos Antonio e Mathias de Albuquerque, em 2 de Maio de 1604, comprehendendo 5.000 braças quadradas na varzea do Cunhahú e 2 leguas em Canguaretama. O engenho tomou o nome daquella varzea.

Essa sesmaria foi, posteriormente, considerada exorbitante, mandando el-rei, por provisão de 28 de Setembro de 1612, reduzi-la á metade. A ordem teve seu cumprimento legal, apesar de terem Alexandre de Moura, capitão-mór de Pernambuco, e o ouvidor, que a executaram em 1614, encontrado o engenho construido e as terras cultivadas; mas, annos depois, a Metropole reconsiderou o que fôra disposto na citada provisão e confirmou integralmente a concessão primitiva, que foi approvada pelo alvará de 2 de Agosto de 1628 (barão de Studart, *op.* cit., vol. II, pags. 114, 130 e 155; e Antonio Joaquim de Mello, *Biographia de Homens Illustres de Pernambuco*, vol. III, pag. 127).

Em 1603, Pero Coelho de Sousa, impellido pelo desejo de descobrir phantasticas riquezas, obtinha, além de outros favores, a nomeação de capitão-mór do Ceará, e aventurava-se, com alguns socios, a coloniza-lo. Da Parahiba despachou tres barcos com polvora, munições e mantimentos para o Rio Jaguaribe, onde foi encontra-los com 65 soldados e 200 indios. Por terra foi feita essa travessia, como por terra foi feita mais tarde — depois de frustrada a tentativa de colonização — a viagem de retorno por Simão Nunes Corrêa (que fôra o commandante do forte, então fundado á margem do Jaguaribe), quando se retirava com sua gente e, ainda em seguida, pelo proprio Pero Coelho de Sousa, que, abandonado por quasi todos que o haviam acompanhado, se viu forçado — sem embarcações em que se transportasse — a emprehender a marcha a pé, com 18 soldados, que lhe ficaram fieis, sua mulher e cinco filhos, fazendo estes caminhar na frente depois os soldados, e, atraz de todos, elle e a mulher. Dessa marcha nos deixou Porto-Seguro a seguinte descripção (*op.* cit., vol. I, pag. 406 e 407):

> «Logo na primeira jornada, começaram os trabalhos. Caminhavam pela areia e, quando o sol a aqueceu, sentiam as creanças doloridos os pés, e causava compunc-ção o seu choro, que era acompanhado da lastima dos soldados e dos gemidos da pobre mãi.
>
> No segundo dia, já o capitão-mór teve que carregar dois filhos pequenos, que não podiam mais andar; e começaram as queixas pela falta de agua, o que não se remediou senão no dia seguinte, em que, encontrando uma cacimba, descançaram todos junto della dois dias.
>
> No sexto dia, a marcha se effectuou com grandes receios dos indios selvagens vizinhos, dos quaes se viam de longe fumaças e se tiveram por de inimigos. Mas, dentro de pouco, se apresentaram outros dois inimigos peores, na fome e na sêde, dos quaes começaram a morrer alguns. O primeiro que se enterrou foi um carpinteiro; e nesta occasião os que já não podiam andar disseram ao capitão-mór que os deixasse alli ficar, que com a morte se lhes acabariam os trabalhos, como succedia áquelle que alli sepultavam.
>
> Animados, entretanto, por Pero Coelho, proseguiram na marcha, porém não tardou a morrer outro homem; e então d. Thomazia, que assim se chamava a mulher do capitão-mór, ao ver-se com os seus filhos em redor de si, dizendo-lhe que não podiam mais com tanto soffrimento, e que antes queriam morrer como aquelle homem, começou a chorar e a dizer ao marido que salvasse elle a vida, que ella antes morreria alli em companhia de seus filhos. Ouvindo taes exclamações, tambem os soldados choravam, e o capitão-mór, graças á sua muita constancia, animava a todos, promettendo-lhes que dentro em pouco encontrariam agua. Mas as duas cacimbas que encontraram, chamadas Amargosa e da Guamaré, eram taes que ninguem dellas podia beber. Em caminho, tiveram que passar uns mangues, com o lodo até a cintura, onde ao menos encontraram alimento em uns caranguejos urutús, que comiam taes como os tomavam. Dalli marcharam para as salinas varios dias; e, estando nellas, viram passar um barco, mas não conseguiram ser delle vistos; e, pouco depois, morreu o filho mais velho do capitão-mór, de 18 annos de edade; e se póde fazer idéa de como ficariam os paes, acabando de perder o animo todos os soldados, que se viam tão fracos, que o menor vento os derribava. Felizmente, por uma singular reacção, agora que todos os homens perdiam o animo, recobrava-o d. Thomazia, e a esta circumstancia providencial deveu a misera caravana o chegar até o Rio Grande, bem que todos desfigurados como cadaveres, e o capitão-mór mais morto que vivo, de modo que dahi a poucos dias entregou a alma ao Creador. »

Frei Vicente do Salvador, de cuja narrativa se aproveitou Porto-Seguro, accrescenta ainda alguns detalhes sobre essa retirada de Pero Coelho; mas a tocante descripção que transcrevemos é bastante para evidenciar como já se atravessava o littoral, em dezenas de leguas, do Forte dos Reis para o Norte, com relativa segurança. E esta advinha principalmente da amizade dos indios *Potiguaras*, que, nessa epocha, já acompanhavam os colonizadores á Bahia, embarcando-se em Pernambuco, para destroçar os *Aimorés* (Porto Seguro diz que o numero desses indios foi de 800; mas da correspondencia de Diogo Botelho, tomo LXXIII da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, cit., pag. 62, se vê que foi de 1.300).

Em 1607, foi tambem por terra que os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira se passaram á Serra de Ibiapaba; e, morto o primeiro, foi ainda por terra que o segundo chegou ao Rio Grande, de cuja fortaleza teria de sahir o verdadeiro fundador da Capitania do Ceará, Martim Soares (fôra companheiro de Pero Coelho), que, contando com o concurso de *Jacúma*, irmão do *Camarão*, levantou em 1609, á emboccadura do Rio do Ceará, um fortim e uma ermida, sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo.

Todos estes factos occorriam no segundo governo de Jeronymo de Albuquerque, indicando de modo irrecusavel que, durante elle, a sua preoccupação maxima foi alargar a área da colonização, fortalecer a alliança com os Indios, devassar o sertão e concorrer para que as armas portuguezas levassem além das fronteiras de sua Capitania, em busca do extremo septentrional, o prestigio de seu valor. Esse era egualmente o pensamento a que obedeciam o capitão-mór de Pernambuco, Alexandre de Moura, successor de Manuel Mascarenhas, e o governador geral d. Diogo Botelho, que fôra nomeado em 20 de Fevereiro de 1601 para substituir a d. Francisco de Sousa.

Sob o governo de d. Diogo Botelho, a despesa com a Capitania orçava em 3:225$180; e taes eram já então as necessidades e exigencias da administração do Brasil, que, em 25 de Junho de 1604, se resolvia a creação do Conselho da India, conselho que foi abolido 10 annos depois, para ser novamente restabelecido em 1642, com a denominação de Conselho Ultramarino.

D. Diogo Botelho esteve no governo de 1 de Abril do 1602 a 7 de Janeiro de 1608 (vide tomo LXXIII da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, cit.), quando o assumiu d. Diogo de Meneses e Siqueira, que, nomeado em 22 de Agosto de 1606, só em Setembro do anno seguinte pôde embarcar, tendo na viagem arribado ao Rio Grande do Norte e seguindo dalli para Pernambuco, depois de haver, segundo Porto-Seguro, creado em Natal os logares de provedor e tabellião.

Foi do tempo de d. Diogo de Meneses a nova divisão da colonia em dois governos geraes, ficando sob sua jurisdicção as capitanias do Norte e sob a de d. Francisco de Sousa as do Sul. Elle não occultou á Metropole, em sua correspondencia, o resentimento que este acto lhe trouxe; mas, apesar disso, foi administrador habil, energico e operoso. O seu governo foi dos melhores que tivemos naquella epocha; e a carta que em 1 de Março de 1612 dirigiu ao soberano mostra como elle via com clareza o problema da conquista e colonização do Norte, propondo o estabelecimento de mais tres capitanias, uma das quaes — a de Jaguaribe — devia abranger o territorio que vai desde Assú até um pouco acima do rio daquelle nome. (Rocha Pombo — *Op.* cit., vol. III, nota á pag. 655.)

E' incontestavel que foi de valiosa importancia para Jeronymo de Albuquerque a assistencia solicita que lhe dispensou d. Diogo de Meneses, como já lhe haviam dispensado os seus antecessores; mas não ha negar que a elle mais directamente cabem, como governador da Capitania extrema dos dominios portuguezes, as glorias e os triumphos alcançados no avanço da colonização. E, se relevantes já eram os seus serviços, maiores seriam mais tarde, quando, num rasgo de justo e legitimo orgulho, sellaria a capitulação de Ravardière, em 27 de Novembro de 1614, com o cognome de *Albuquerque Maranhão*, que passou aos seus descendentes, relembrando, atravez delles, a grandeza da victoria que obtivera na opulenta região, donde havia expellido os Francezes.

Depois de Jeronymo de Albuquerque, coube a Lourenço Peixoto Cirne o governo da Capitania. E' de 21 de Agosto de 1609 a patente real de sua nomeação. Ignora-se, porém, a data de sua posse, que se deu provavelmente em 1610. Exerceu o cargo até 1613. Nesse anno, a 3 de Outubro, já governava Francisco Caldeira Castello Branco.

A Razão do Estado do Brasil, obra inspirada por d. Diogo de Meneses e escripta por Diogo de Campos, "um dos typos mais notaveis como homem de guerra entre quantos figuram na nossa historia colonial", nos informa do que era a Capitania em 1612, isto é, logo depois do governo de Jeronymo de Albuquerque, e em meio do de Peixoto Cirne.

Convém conhecer alguns trechos dessa obra:

«...A Fortaleza dos Reis está em 5 graus da equinoccial; ao Sul tem o assento e sitio que se vê na sua planta fl. 124, e por natureza olha ambas as costas deste Estado, assim a do Norte a Sul, como a de Léste a Oéste, até o Maranham, donde se acaba nossa conquista, pelo qual respeito foi este porto o mais demandado, e mais defendido dos corsarios que outro do Brasil; porquanto vinham aqui do resgate da Mina a sarar das enfermidades de Guiné, e concertando suas naus, e fornecendo de mantimentos, agua e lenha, que lhes davam os Indios nesta parte, aportavam depois onde lhe parecia, o que hoje não pódem fazer com tanto commodo por razão desta fortaleza, a qual tambem importa para favorecer nossos navios no tempo do Sul, que desgarrados não pcdem tomar Pernambuco nem Parahiba, e fica-lhes este remedio que he grandissimo, e por seu respeito assegurados os demais portos desta Capitania, a saber Corimataug, Porto dos Buzios e Ponta Negra, que como se vê na carta fl. 124 todos são de importancia e conhecidos hoje de nossos pilotos, nos quaes antigamente os indios comiam os hospedes que aqui chegavam e hoje, com paz e quietação grande a respeito da fortaleza, ajudão e encaminhão todos os que por mar e por terra aqui chegão, como experimentou o governador d. Diogo de Meneses, quando aqui veio desgarrado, indo para o seu governo.

Nesta consideração e em outras que o tempo tem mostrado, e mostra cada dia que já de antes se presumião se fez a dicta Fortaleza dos Reis até estar em defesa povoada e guarnecida, como se devia em tempo de guerra, deixando-lhe de prezidio mais de duzentos soldados contando officiaes; tanto custa, que houve de vir a menos tanto que as necessidades desapparecerão e se atalharão com a obra, na qual tanto parou o augmento quanto lhe começarão de fazer carga do pouco que rendia, e não dos males que com ella se atalhavam; de modo que o anno de 1603 lhe reformarão tudo, até ficarem 60 praças; depois com as pazes do Norte ficou em 30; dahi a poucos dias lhe mandarão por 40, até que informado s. m. do que convinha mandou, em Agosto de 1610, que tivesse 80 soldados, afóra os officiaes; e assim hoje está com esse numero, que se vê na lista.

Tem mais uma povoação, a meia legua da fortaleza pelo rio acima, como se vê no ponto A, a qual tem pobremente accomodados até 25 moradores brancos, fóra da obrigação da fortaleza, e destes tem pelas roças e rêdes e fazendas principaes da Capitania até 80 moradores os quaes pedirão modo de governança e se lhes concedeu o anno de 1611, pelo governador d. Diogo de Meneses, o qual com parecer da Relação elegeu o juiz, um vereador e escrivão da Camara, procurador do conselho e procurador dos indios, e assim vivem hoje do que se tem dado aviso a s. m.

O anno de 1611 se demarcou, por ordem do dicto senhor, esta Capitania, partindo com a Parahiba pelo Rio Guaiahug (hoje *Guajú*), e ficando-lhe o engenho de Camaratuba, e ao Rio Grande o de Jeronymo de Albuquerque no Rio Cunhahug, e pela banda do Norte da fortaleza, como fica dicto (*no começo do capitulo, parte que não transcrevemos*) pelo Rio Guarahug (actualmente *Assú* ou *Piranhas*; não era o limite da Capitania: era do territorio já perfeitamente conhecido e explorado), ficando-lhe toda a terra que vai de Siará até este Rio por ser deserta e de areaes em que não ha coisa de proveito mais que as salinas (a sesmaria que comprehendia estas salinas foi dada por Jeronymo de Albuquerque, em 20 de Agosto de 1605, a seus filhos Antonio e Mathias de Albuquerque: vide barão de Studart, *op.* cit., vol II, pag. 134), que dizem de guamaré ou carauratamar, que são de importancia a respeito do muito sal que pódem nellas carregar-se, como na arraya das Indias de Castella.

A terra desta Capitania geralmente he terra fraca mais para gados e creações que para cannaviaes e roças, e ás vezes falta nellas chuvas; mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas ainda que as aguas são rasteiras e os mattos não são de madeiras tão reaes como os da Parahiba; mas não faltão as que hoje podem ser necessarias; lenhas não faltarão nunca.

Tem este districto 17 aldeias de indios, algumas mui pequenas, todas mal governadas e inquietas por lhes faltar a doutrina de clerigos e capelães, ou de padres ou de quaesquer outros religiosos: os da Companhia por missão mandão a certos tempos dois padres a visitar esta gente, mas como durão pouco com elles nunca ficão em estado que possão servir aos moradores, para que assim huns e outros se sustentem e facilitem.

A' sombra desta fortaleza e destas aldeias se fez a paz com os de Jaguaripe, e passou a povoar o capitão Martim Soares Moreno com sós cinco soldados, e hum Capellão fiado na vizinhança e na amisade que tem com todos os principes dos indios de huma e de outra parte; e assim, sem outro cabedal mais que os dos bons tratos e Reputação da fortaleza, estão já nossos conquistadores feito assento no Camusipe 40 leguas do Maranhão; tal é a escala da dicta fortaleza.

Foi orçada esta Capitania no que rende com o Engenho. Faz de despesa:

EGREJA

Ao vigario	200$000
Ao coadjuctor	25$000
As ordinarias	43$360
	268$360

FAZENDA

Ao provedor	$
Ao escrivão da Fazenda	50$000
Ao almoxarife	60$000
	110$000

GENTE DE GUERRA

Ao capitão de seu ordenado	200$000
Ao alferes por Sua Majestade	96$000
Ao embandeirado	14$400
Ao sargento	60$000
A um tambor	33$000
A um condestavel	50$000
A dois bombardeiros	80$600
A quatro cabos de Esquadra	153$600
A 40 mosqueteiros a 33$600	1:344$000
A 40 arcabuzeiros a 28$800	1:152$000
Somma toda a despesa	3:183$600

8.904 cruzados e 360 réis.

Toda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar; não chega por algumas partes ao cordão e assim tem menos de dezoito palmos d'alto, faltando-lhe todos os parapeitos e antulhos das quatrinas, todas as casas da videnda e armazens, não tem poço nem sisterna, nem fonte, antes com muito trabalho, todos os dias, se provem de muito longe, em vazilhas de agua ou de cacimbas da praia; não tem restrello nem contra portas, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo; finalmente he a mais miseravel vivenda que se póde achar no Mundo, por não estar acabada, pelo que os soldados fogem della como da morte. O ambito e traço desta fortaleza se mostra em grande no ponto B e como ficava sendo acabada porque, como fica advertido, só está em defesa, e o Recife em que está situada seis horas o cobre o mar, e outras tantas fica, como se vê na dicta planta, que a podem passear por todas as partes, arrimando-se á cuzenha raza quaesquer mosqueteiros; porquanto sem parapeitos, nem seteiras, tem os do forte necessidade de assistirem descobertos á defesa do muro, e descobrindo-se, claro está, que os de baixo são melhores, e assim de razão á defesa não póde parar ninguem, pelo que está em natural perigo de uma escala vista, e de um petardo; não trato nas demais coisas da paga e mantimentos dos soldados, por ser a mais miseravel de toda a costa. »

O que diz Diogo de Campos é a confirmação, com maior desenvolvimento, do que se encontra em uma *Relação das Capitanias do Brasil*, do principio do seculo XVII, escripta provavelmente pouco antes, e ha alguns annos publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (tomo LXII, pags. 6 e 7):

«Começando pela parte do Norte, a primeira Capitania é a do Rio Grande que está em 4 graus e meio da linha para a banda do Sul e é de sua magestade e tem uma boa fortaleza, posto que não de todo acabada; meia legua della está uma povoação de obra de vinte cinco ou trinta moradores; os vizinhos vivem de creação de gados e mantimentos que cultivão, e pescaria, e renderão os dizimos 250$; na fortaleza ha nove pessas de artilheria de bronze e 19 de ferro coado; é bastante provida d'armas e munições.

Ha nesta Capitania um capitão, por sua majestade, que tem de ordenado 100$ cada anno.

Um alferes que tem de soldo 5$ por mez e seu mantimento.

Um sargento que tem 4$000.

Um tambor que tem quatro cruzados.

Quatro cabos d'esquadra 2$, cada mez.

Oitenta soldados mosqueteiros a 1$600 por mez e seu mantimento. Um ferreiro. Um carpinteiro. Um pedreiro que tem por mez $320 e seu mantimento.

Ha um vigario que tem a vara das almas, e tem de ordenado cada anno 200$; importão as ordinarias da Egreja 40$ cada anno.»

Por esses dois documentos, tem-se bem uma idéa da deficiencia dos recursos de defesa com que contava a Capitania. Mas isto não foi obstaculo a que já então se tivesse realizado uma obra consideravel: a colonização caminhou sempre, a paz com o gentio não foi perturbada, o sertão desbravou-se em parte e a conquista proseguiu, irradiando-se em direcções diversas.

A Peixoto Cirne seguiu-se, como vimos, Francisco Caldeira Castello Branco, a quem se não refere Porto-Seguro, mas de quem se póde affirmar, com absoluta segurança, que governou a Capitania.

Ha disto provas irrecusaveis, conforme demonstrou Vicente de Lemos (*op.* cit., pag. 11):

«Não se conhece precisamente, é um facto, a data da nomeação e da posse de Francisco Caldeira; mas, desde Outubro do mesmo anno (1613), já governava a Capitania, porque neste mez doou a Diogo Lima uns chãos *no sitio da cidade* para edificar e fez outras concessões de sesmarias até 4 de Fevereiro de 1614, conforme a relação contida no *Auto* da concessão das terras publicas do Rio Grande (cita o barão de Studart, *op.* cit., vol. II, pags. 150 a 152). Accresce que a 14 de Fevereiro de 1614, chegando á Capitania o capitão-mór de Pernambuco, Alexandre de Moura, com o ouvidor Manuel Pinto da Rocha, para executarem a provisão de 28 de Setembro de 1612, isto é, repartirem as terras com aquelles que as quizessem povoar e cultivar, declarou, por esta occasião, Francisco Caldeira que havia pouco tempo se empossara do cargo. Ora, tal declaração combinada com as datas em que foram concedidas as sesmarias, deixa ver que elle governava precisamente havia uns seis mezes (*são documentos publicados pelo barão de Studart, op.* cit.).

Seu governo não foi além de Junho de 1615, porque, dado o devido desconto, tendo sido commissionado pelo governador geral, d. Gaspar de Sousa, para tratar dos negocios do governo em Portugal e correr a Capitania do Maranhão, seguiu no commando de uma armada, composta de um patacho, duas caravelas e um caravelão, e chegou a Santa Maria de Guaxenduba a 1 de Julho do mesmo anno. »

Dois factos nos levam, entretanto, a acreditar que Francisco Caldeira não foi nomeado capitão-mór pelo Governo da Metropole: o primeiro é não constar o seu nome da relação publicada por Porto-Seguro e o segundo é ter sido o seu governo de curta duração, não havendo espaço entre os de seu antecessor e successor para o triennio que lhe caberia, se nomeado por carta régia. Talvez, em consequencia de qualquer circumstancia imperiosa ou mesmo do fallecimento de Peixoto Cirne, se tornasse necessaria a substituição immediata deste e fosse o governador geral obrigado a faze-la, recahindo a sua escolha em Caldeira, sobre quem escreveu Manuel Barata (*A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco e a Fundação da Cidade de Belém*, ed. de 1916):

«Fôra capitão-mór do Rio Grande (1612-1614), e achava-se servindo na guarnição de Pernambuco, quando a 10 de Junho de 1615, dalli sahiu para o Maranhão, como capitão-mór de uma armada de tres navios, com soccorro de gente e munições, mandado por Gaspar de Sousa a Jeronymo de Albuquerque, aquartellado em Guaxenduba, em tregua com La Ravardière. Alli chegou a 1 de Julho. »

Francisco Caldeira foi pouco depois, provavelmente em fins de Janeiro de 1616, o fundador da Cidade de Belém. (Manuel Barata — *Op.* cit.)

No Rio Grande foi seu successor Estevam Soares de Albergaria, nomeado em 14 de Setembro de 1613. Parece certo que esteve no governo até 1617, quando o substituiu Ambrosio Machado, nomeado em 20 de Agosto de 1616. Foi sob a administração deste que "em 1619 terminaram as obras da Egreja Matriz, começada desde os tempos da conquista. Isto consta da data gravada na pedra fundamental, que foi encontrada por occasião de ser augmentada, no anno de 1786, depois de reedificada em 1694, pois os Hollandezes, no periodo de sua conquista, arrasaram a primitiva egreja". (Veja-se Vicente de Lemos — *Op.* cit., e *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XI.)

Porto-Seguro (*op.* cit., vol. II, pag. 1.211) indica Bernardo da Motta como successor de Ambrosio Machado, e Vicente de Lemos (*op.* cit., pag. 13), acompanhando-o, presume que o seu governo tenha começado em 1621 e não tenha excedido a Junho de 1625.

Tambem nós incorremos em egual erro. Posteriormente, porém, conhecemos um documento fornecido ao barão de Studart por Capistrano de Abreu, o qual veio lançar em nosso espirito as primeiras duvidas sobre este ponto. E' o seguinte (*Notas Historicas sobre o Rio Grande do Norte*, cit., pags. 136 e seguintes):

> DESCRIPÇÃO DO RIO GRANDE — A Fortaleza do Rio Grande he a mayor e mais bem trazada que ha no estado do Brasil, está situada na terra firme sobre arrecifes da banda do Sul do Rio, mas de modo que de marêa chêa fica por todas as partes rodeada de mar e de aguas vivas; se não pode ir a ella se não depois q. abaixa a marêa.
>
> Não póde entrar pela Barra mais que hum navio como em o recife de Pernambuco, porém de qualquer parte qui seja poderá entrar por ser esta Barra muito mais funda.
>
> Tem esta fortaleza trinta e tres peças de Artilharia grossa, nove de bronçe, que jogão de dez até catorçe libras de bala, e as demais de ferro das quaes sós quatro estão boas e as demais mui ruins porque como estão na muralha ao tempo estão muito gastadas de ferruge.
>
> Ha nesta Fortaleza duas casas matas, em cada hua sua pessa de ferro, que jogão oito libras de bala e da banda de dentro da porta joguão duas peças para a mesma porta e estas são as pessas de ferro que estão boas por estarem debaixo de telha separada do tempo e do mar.
>
> Tem um formoso corpo de guarda todo lageado e com seu tabernaculo de madeira, hum terreno muy fermoso no meio do qual está hûa casa de polvora a modo de torre fundada sobre quatro Arcos de pedra tem hua portinha falsa pera o Rio em defensa da qual joga hua pessa da Banda de dentro do terreno ao Redor do qual estão as casas dos soldados, e capitão, todas de sobrado muito boas com suas chaminés ficando por baixo dellas huns fermosos Almazens, a hûa parte do terreiro fica a Egreja com seu Alpendre com hum retabolo dos santos Reys, que he a invocação desta fortaleza, falta lhe porém o milhor que he hua cisterna cousa tão necessaria e de que se não ouvera de esqueçer quem ategora Governou aquelle estado que não se póde escusar tambem de culpa da grande falta de monições e polvora que continuadamente padeçe aquella praça.
>
> Ha nesta fortaleza oitenta prassas das quaes o Governador Gaspar de Sousa que Deus aija ordenou, sendo governador, que as cincoenta actualmente servissem e o dinheiro das trinta se gastava em haver um contramuro a dita Fortaleza pella banda do mar, o qual está melo feito, e he cousa muy importante que se acabe pello rigor com q. aquelles mares batem aquelles muros, cuja obra cessou despois que os Olandezes tomarão a Bahia.
>
> He este Rio o mais fertil de peixe que ha na Bahia digo no Brasil, e nelle se faz muito grandes pescarias. E as mesmas pellas costas no verão de que vay muito peixe salgado a Paraiva e a Pernambuco.
>
> Hum quarto de legua da Fortaleza está a povoação que chamão Cidade do Natal tem hua bôa Egreja porém a povoação he muito limitada respeito dos moradores estarem e morarem nas suas Fazendas onde tem muitos delles suas casas muy nobres.
>
> Na cidade assiste sempre um Juiz ordinario e hum Ouvidor e os mais dos Officiais da Camara.
>
> Haverá em toda esta Capitania até trezentos moradores e os mais delles com sua Familia e escravos e seus curraes de Gados de toda sorte que he o menco desta gente e algumas Religiões e pessoas particulares mercadores da Paraiva. Tem muitos curraes de gado nesta Capitania. Ha nella dois Engenhos de Asucar hum Real e outro de Pallitos não ha pera canas boas terras ainda que pera mantimentos as tem bastantes.
>
> Desta gente se fazem duas Companhias de Ordenanza com seus capitães officiaes são dextros em suas Armas por que os mais delles forão soldados na fortaleza e hua esquadra de até quarenta Homens de cavallo.
>
> Do gentio da Terra haverá pouco mais de 300 frecheiros repartidos em quatro Aldeotas, sendo assim que havia aqui tanta quantidade delles que lhe não sabia o numero e ainda estes cada dia vão fugindo pera o Seara pelo ruim trato q. aqui lhe fazem os Capitães e pelo bom que no Seara lhe faz o capitão Martim Soares que só em hua Aldea tem 900 frecheiros.
>
> Os capitães que ali alcancei forão
>
> Hieronimo de Albuquerque por serviço do Brasil
>
> Lourenço Peixoto Cirne Cavalleiro do habito de Christo por serviços das Armadas
>
> Estevão Soares Dalvergaria tambem do habito por serviços da India.
>
> Ambrosio Machado de Carvalho por serviços de Armadas
>
> André Pereyra Themudo por serviços do Maranhão
>
> Francisco Gomes de Mello serviços de Armadas
>
> Bernardo da Mota que hoje está servindo Cavalleiro do habito por serviços de seu pay e alguns seus que fez na India.
>
> Fabião Pita Porto Carreiro que lá está já para entrar, serviços das Armadas, e por ir a Bahia nesta occasião.
>
> DOMINGO DA BEIGA.

*

Hoje podemos assegurar que Ambrosio Machado (*de Carvalho*, reza este documento) foi substituido por André Pereira Themudo. A carta de sua nomeação é de 18 de Março de 1621 e foi publicada por Manuel Barata (*op.* cit., pag. 56), que delle diz:

> «Por inexplicavel omissão nenhum dos chronistas que escrevem da conquista do Pará, nem mesmo Manuel Severim de Faria, diz uma unica palavra de André Pereira; mas nem por isto é menos certo que como capitão de infanteria fez parte da expedição de Francisco Caldeira ao Pará.
>
> Acompanhado do capitão Antonio da Fonseca e do piloto Antonio Vicente Cochado, daqui partiu a 8 de Março de 1616, com carta de Francisco Caldeira ao rei, participando a fundação da nova colonia.
>
> Lá escreveu, naquelle mesmo anno, a *Relação do que ha no Grande Rio das Amazonas novamente descoberto*, publicada por Jimenez de la Espada, e mencionada na nota 18. Posto que em fórma abreviada, esta preciosa *Relação* é a primeira chronica escripta sobre o Pará, — e André Pereira é o nosso primeiro chronista.
>
> Cumprida a sua missão, sahiu de Lisboa a 22 de Junho de 1617, de regresso ao Pará onde chegou a 28 de Julho do mesmo anno. Com elle vieram os quatro frades capuchos de Santo Antonio, primeiros missionarios que aqui entraram, e mencionados na nota 21.
>
> Em Dezembro de 1618, por ordem do capitão-mór Balthasar Rodrigues de Mello, foi André Pereira a Pernambuco levar communicação ao governador geral do Brasil, d. Luiz de Sousa, da deposição e prisão de Francisco Caldeira. De Pernambuco voltou a 16 de Março de 1619 como capitão de um patacho, que dalli conduziu ao Pará Jeronymo Fragoso de Albuquerque, nomeado capitão-mór desta Capitania. Daqui partiu no mesmo patacho, em meado de Maio desse mesmo anno, para Lisboa, levando presos Francisco Caldeira, Balthasar Rodrigues de Mello e outros, implicados na sedição de 1618.
>
> Por seus serviços na conquista do Maranhão e do Pará, e por outros que prestou no Reino, depois que lá tornou, foi nomeado capitão-mór do Rio Grande do Norte, por patente régia de 18 de Março de 1621. Em 1623 occupava elle este posto. Nesse anno, alli passando em uma caravela o capitão Luiz Aranha de Vasconcellos, que, por ordem régia, vinha de Lisboa, a sondar o Rio Amazonas pelo cabo de Norte e pôr fóra os Hollandezes, que se achavam estabelecidos no Rio Xingú, deu-lhe André Pereira quatro soldados de reforço (*Porto-Seguro tambem dá esta informação,— Op.* cit., vol. I, pag. 457). Do Rio Grande do Norte passou a servir como capitão de uma das tres companhias de infanteria da guarnição da praça de Olinda. Na tomada dessa praça pelos Hollandezes sob o commando do coronel Diederik Weerdenburgh, a 16 de Fevereiro de 1630, foi elle morto em combate. »

Embora tenha assignado a sua *Relação* com o nome de André Pereira, o seu nome todo era André Pereira Themudo, conforme se verifica da sua patente de nomeação de capitão-mór, na qual está declarado que devia substituir Ambrosio Machado.

Do exposto se conclue que, se Bernardo da Motta foi nomeado para succeder a este, em 3 de Março de 1623, como pensa Porto-Seguro, ou em 1619, segundo informa Vicente de Lemos, não chegou a governar a Capitania nessa epocha.

O capitão-mór que se seguiu a Themudo foi nomeado em 13 de Julho de 1624. Chamava-se Francisco Gomes de Mello. Achava-se em Lisboa, quando alli chegou a noticia da occupação da Bahia pelos Hollandezes, facto que, como era natural, alarmou o governo e o povo, por ser uma ameaça a todas as colonias hispanholas e portuguezas da America. Providencias immediatas foram tomadas, sendo a principal dellas o apresto de uma poderosa esquadra que, sob o commando de d. Fadrique de Toledo, devia vir em soccorro daquella praça e das demais, que se encontravam desapparelhadas para a resistencia. A organização da esquadra, porém, não se podia fazer sem alguma delonga. Outras resoluções foram, por isto, desde logo adoptadas. A confirmação de Mathias de Albuquerque como substituto de Diogo de Mendonça Furtado, governador da Bahia, que fôra preso pelos invasores; a nomeação de d. Francisco de Moura para capitão-mór do Reconcavo; a recommendação a Francisco Coelho de Carvalho — nomeado governador do Maranhão e já em viagem, afim de assumir o seu cargo — para que se detivesse em Pernambuco; a ordem ao governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, para que acudisse com gente e mantimentos á Cidade occupada, foram, além de outras, medidas aconselhadas e tornadas effectivas desde o primeiro momento.

A Francisco Gomes de Mello coube trazer a Mathias de Albuquerque, com a noticia dessas resoluções, os primeiros recursos enviados então para o Brasil. Estes vieram em duas caravelas, de que foram capitães elle e Pedro Cadena. A de seu commando chegou a Pernambuco um pouco antes da outra, em fins de Setembro, dando logar ás maiores manifestações de alegria.

Não se sabe exactamente quando Francisco Gomes de Mello entrou em exercicio; mas tudo faz crer que no fim de 1624 ou começo de 1625.

Em 26 de Maio deste ultimo anno chegou á Bahia, commandando uma esquadra de 34 navios, o almirante Hendriksoon, que da Hollanda viera para soccorrer os seus compatriotas e manter a occupação daquella cidade. Era tarde. Desde 1 do mesmo mez ella se rendera e estava em poder das forças restauradoras do dominio portuguez. O almirante batavo seguira então para o Norte, onde se demorou com a sua esquadra, na Bahia da Traição, de 20 de Junho até principio de Agosto. Durante sua permanencia alli, foram feitas diversas explorações aos logares vizinhos. De uma dellas, encaminhada para o Rio Grande, engenho Cunhahú, nos dá conta, entre outros, Joannes de Laet, director da Companhia das Indias Occidentaes (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XXX, pag. 96):

> « A 19 (de Julho) o capitão Uzeel, com uma partida de soldados e indigenas, fez uma entrada, caminho do Rio Grande; encontrou um engenho com algumas trezentas caixas de assucar e mui numeroso gado, mas não pôde trazer este nem aquellas por ter de fazer um

longo caminho por mattas bastas, bem como durante duas ou tres horas por agua. Chegou ao quartel a 23, sem trazer coisa alguma, salvo os indigenas que trouxeram limões para os doentes. »

Informado da estadia dos Hollandezes na Parahiba e das suas incursões pelo interior desta e da Capitania do Rio Grande, Mathias de Albuquerque providenciou, de Pernambuco, para que fossem desalojados, confiando o commando das forças, que para esse fim fizera organizar, a Francisco Coelho de Carvalho, governador nomeado para o Maranhão. Com essas forças operaram os capitães-móres daquellas duas capitanias, Antonio de Albuquerque e Francisco Gomes de Mello. Este foi, depois da invasão de Pernambuco em 1630, o bravo commandante do Forte de Afogados, onde, além de actos de bravura, praticou um que bem merece referido. Os Hollandezes atacaram o Cabo de Santo Agostinho, cuja defesa estava entregue ao capitão Bento Maciel Parente, com 60 homens. Francisco Gomes apressou-se a ir em seu auxilio, com parte da força de que dispunha, e, alli chegando, apesar de ter jurisdicção superior ao capitão Maciel Parente e de haver sido capitão-mór do Rio Grande, collocou-se e combateu sob suas ordens, dando um exemplo de rara abnegação, naquelles tempos em que tanto se pleiteavam distincções e tanto se apuravam questões de precedencia. (Porto-Seguro — *Hollandezes no Brasil*, pag. 80.)

Quem substituiu Francisco Gomes de Mello? Pela relação publicada por Porto-Seguro, Cypriano Porto Carreiro; de accôrdo com o que escreveu Domingos da Veiga (documento que transcrevemos anteriormente), Bernardo da Motta. A affirmação deste ultimo é peremptoria: — Bernardo da Motta, *que hoje está servindo...*; Fabião Pitta Porto Carreiro (*e não Cypriano*) que *lá está já para entrar...* E dada a auctoridade de Domingos da Veiga, sobrinho de Martim Soares, contemporaneo dos acontecimentos e pouco depois capitão-mór do Ceará (foi nomeado em 1631 e governou até 1637), não é possivel recusa-la com bons fundamentos. Assim sendo, a ordem de successão foi esta: Francisco Gomes de Mello, Bernardo da Motta, Porto Carreiro. E depois? Surgem novamente as duvidas. Porto-Seguro indica André Pereira Themudo, nomeado em 1630. Não é possivel que tenha governado então. Foi em Fevereiro daquelle anno que os Hollandezes se assenhorearam de Pernambuco; e, entre os que combateram com o maior denodo e audacia, nessa occasião, figura o capitão André Pereira Themudo, que, na Villa de Olinda, pagou com a vida a heroica resistencia que offerecera ao invasor.

Accresce que é o proprio Porto-Seguro quem nos informa de um governo interino de Domingos da Veiga Cabral (será o mesmo Domingos da Veiga que foi capitão-mór do Ceará?), depois de 1630, governo que talvez haja precedido o de Pedro Mendes de Gouveia, que era o capitão-mór, quando a Capitania foi occupada pelos Hollandezes, em fins de 1633. Infelizmente, é impossivel esclarecer esses e outros pontos de nossa Historia. Nos archivos do Estado não se encontra nenhum documento anterior á conquista hollandeza. Nesse periodo, que se extende de 1633 a 1654, foram todos destruidos; e disto nos dá testemunho uma carta do Senado da Camara do Natal, dirigida á Metropole em 3 de Junho de 1741, na qual, tratando da passagem do Rio Salgado para a Aldeia velha assim se exprime (veja-se Vicente de Lemos — *Op.* cit.):

As terras, que comprehendem á roda desta cidade uma legua, pertenciam ao Conselho que as aforava, mas perderam o foral pela tradição que ha de que o foral perdeu-se com os mais livros na invasão hollandeza. »

Desde que Manuel Mascarenhas se apossou da Capitania, até que ao desventurado Gouveia coube o infortunio de interromper a série de serviços que vinham sendo prestados pelos seus antecessores, haviam decorrido pouco mais de trinta e cinco annos; e, se, durante elles, não se fizera tudo quanto era possivel, é incontestavel que se conseguira muito, conforme veremos mais tarde, quando tivermos de estudar em conjuncto e com maior largueza a obra de colonização durante o seculo XVII, retomando-a desde o momento em que são expulsos os Hollandezes.

Em todo caso, o Rio Grande do Norte já não era um territorio desconhecido.

Para o Sul, em toda a faixa do littoral e numa zona de algumas leguas para o interior, a corrente immigratoria estava definitivamente encaminhada, notando-se ao longo da costa e ás margens dos rios Pitimbú, Pirangi, Trahiri, Jacú, Curimatahú, Guajú e outros um trabalho persistente e intenso de desbravamento do sólo. Para o Norte, o povoamento não ultrapassava ainda o Maxaranguape, a 10 ou 12 leguas da capital; mas nas ferteis varzeas banhadas pelo baixo Ceará-Mirim e seus affluentes, bem como na lagôa e Rio Guagirú (Extremoz), os colonos já procuravam um novo *habitat*. Pelas terras marginaes do Potengi e pelas do Jundiahi, que nelle desagua, facto identico se dava.

A pesca florescia nas praias e nos rios e a industria de creação prosperava por toda parte. Dentro em pouco, por occasião da invasão, seria no S. Francisco e nas campinas rio-grandenses que Portuguezes e Flamengos iriam buscar recursos para a alimentação de suas forças, transformando, por isto mesmo, aquellas regiões em theatro de luctas memoraveis.

O assucar era apenas fabricado em dois engenhos: — o *Ferreiro Torto*, onde se deu a primeira matança depois da occupação hollandeza, e o *Cunhahú*, tambem celebre pelos feitos gloriosos que nelle se desdobraram no decurso dessa occupação e um dos mais importantes de todo o Norte. — Neste ultimo estava localizado o principal nucleo de população da Capitania: 70 ou 80 colonos e suas respectivas familias. *Rio das Mulheres* significa a palavra *Cunhahú*; mas não foi por encontra-las ahi em grande numero, como poderá parecer á malicia de alguns, que os colonizadores preferiram taes paragens. Foi, sim, por serem de muito conhecidas, e, principalmente, por Jeronymo de Albuquerque e seus filhos se terem estabelecido naquelle ponto e poderem, com o prestigio de que gosavam pela posição e pela fortuna, offerecer em suas propriedades protecção e abrigo contra as violencias e abusos de toda ordem, a que estava exposta a pobre gente que immigrava para o Brasil.

Afóra Cunhahú, eram Natal, contando de 30 a 35 casas, e Ferreiro Torto os dois centros mais populosos. O resto da população estava espalhado pelas roças e fazendas.

Ao todo, os habitantes não deviam exceder de poucas centenas de brancos e de alguns milhares de Indios que com elles viviam em relativa harmonia (na *Revista do Instituto Historico Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. IX, pag. 266, lê-se que era de 30.000 o numero de Potiguaras combatentes; mas esse calculo é exaggerado).

A Capitania formava uma freguezia desde a sua fundação (vide *Revista do Instituto Historico Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VII, pag. 95, e vol. XI, começo); e, com juiz, camara, escrivão e procurador do Conselho, provedor, escrivão da Fazenda e almoxarife, procurador dos Indios e escrivão das datas e demarcações, dispunha de um apparelho governativo, embora imperfeito, de que era chefe o capitão-mór, tambem commandante da fortaleza dos Reis, ao tempo uma das melhores.

O gado que se alimentava de suas ricas pastagens, a abundancia de peixe em suas costas, a caça em grande quantidade, a farinha e o milho que produzia, o assucar fabricado em seus engenhos, os fructos silvestres e o seu incipiente commercio, já lhe asseguravam, na sua modestia e pobreza, elementos bem apreciaveis de vida, quando a ambição e a cobiça do invasor, espalhando a destruição e a morte, fizeram da necessidade da defesa a imposição suprema. Interrompia-se, assim, no meio de duras provações, a grande obra começada. O esforço não seria, porém, perdido.

Mais tarde, affirmado pela primeira vez o nosso espirito de nacionalidade na expulsão dos intrusos, proseguir-se-ia, com o mesmo ardor e impeto irresistiveis, no labor fecundo.

Dominio hollandez

O abandono em que permaneceu o Brasil, logo após o seu descobrimento, desafiou a cobiça dos aventureiros e especuladores, que procuraram lucrativas vantagens no contrabando das madeiras nas costas. Sua acção foi, por vezes, damnosa; mas della resultaram alguns beneficios: foi-se conhecendo a terra, percorrendo o extenso littoral, praticando as barras e portos, obtendo roteiros seguros para a navegação.

Outro tanto não se póde dizer do corso, que, acompanhando as alternativas e vicissitudes da politica européa, foi tambem estabelecido desde o seculo XVI. Justificado então como medida de guerra, a que recorriam as nações que se achavam em lucta no continente e que se disputavam o dominio dos mares, afim de ferirem o inimigo em seus interesses commerciaes, elle perdeu bem depressa esse caracter para ser uma ameaça constante ás colonias e fonte de sobresaltos e inquietações para os seus habitantes. Já não bastavam as prezas maritimas e as correrias no oceano. Os flibusteiros e piratas começaram a tentar a invasão do territorio, o assalto ás povoações desguarnecidas, o estabelecimento em pontos despovoados. Organizavam expedições para as depredações e para o roubo, promoviam a destruição e a pilhagem, pretendiam um quinhão na partilha da terra descoberta. E, nesse intuito, animava-os o apoio official, ostensivo ou discreto, de seus respectivos governos.

Toda a historia dos primeiros tempos attesta essa tendencia de varios povos, entre os quaes se destacaram os Inglezes, os Francezes e os Hollandezes.

Os Inglezes não chegaram a exercer jurisdicção territorial effectiva; mas de suas façanhas, que culminaram nas crueldades de Thomaz Cavendish, ficaram-nos tristes e dolorosas recordações.

Com os Francezes, que chegaram a constituir perigo serio á consolidação do dominio portuguez, tivemos de medir as nossas armas, expulsando-os pela força, do Sul e do Norte. De todos, porém, os que mais fundamente perturbaram a obra da conquista foram os Hollandezes, em cuja expulsão se desenvolveram prodigios de valor e de coragem, em combates gloriosos e inolvidaveis. A lucta foi desegual, porque, emquanto elles, á sombra de grandes recursos militares, arriscavam apenas o campo de que se haviam apossado para a exploração e para a rapinagem, os nossos antepassados tudo empenhavam — honra, familia, bens, vida e patria. Não temos, entretanto, o direito de maldize-la, porque ao usurpador devemos o alvorecer, no Brasil, do sentimento de nacionalidade, cuja primeira affirmação se fez, vivaz e indomita, nessa campanha longa, penosa, cheia de indiziveis sacrificios, que durou mais de vinte annos, e na qual os combatentes, confiados em si mesmos e constantes no infortunio, iam, de resolução propria, provocar os golpes e a reacção dos dominadores flamengos, "sem imperio que os obrigasse, sem esperança que os persuadisse, sem premio que os dispuzesse."

Com uma população de alguns milhões de habitantes, extendia-se pela região littoranea do Mar do Norte o territorio occupado pelos pequenos cantões e cidades que — regendo-se por leis e costumes particulares e contando numerosos principados e soberanias — constituiam os Paizes Baixos. Ligados sob o sceptro dos duques de Borgonha desde o seculo XIV, passaram, após a morte de Carlos o *Temerario* na batalha de Nancy (1477), á sua filha e herdeira unica, a duqueza Maria, que, para resistir aos poderosos inimigos de sua dynastia, procurou o amparo da casa d'Austria, casando-se com Maximiliano, que em 1493 subiu ao throno da Allemanha, onde veio a dar, no periodo que se caracteriza pela formação das grandes nacionalidades modernas, o impulso decisivo ao alargamento da auctoridade real, para cuja defesa creou a milicia permanente.

Imperador da Allemanha, Maximiliano entregou o governo dos Estados, que sua mulher trouxera em dote, a seu filho Philippe o *Bello*, que se casou com a princeza Joanna, filha de Fernando e Isabel, soberanos de Aragão e Castella, os quaes, pela conquista de Navarra e Granada, tinham operado a unidade politica e territorial da Hispanha. Desse casamento nasceu Carlos V, que imperou na Allemanha, nos Paizes Baixos, nas Duas Sicilias e na Hispanha. Por occasião de sua abdicação, em 1556, quando se recolheu ao convento de S. Justo, coube a seu irmão Fernando a corôa da Allemanha, ficando a seu filho Philippe II os demais Estados sobre que reinava.

As dissensões religiosas decorrentes da *Reforma* lavraram então por varios paizes da Europa; e nas Provincias Unidas a raça wallonica se conservou fiel ás tradições catholicas, adoptando a germanica o culto reformado. A rivalidade de egrejas trouxe os dissentimentos politicos; e a guerra da independencia neerlandeza, alimentada pela diversidade de crenças religiosas, prolongou-se por dilatados annos, até que o tratado de Westphalia, em 1648, veio sanccionar o desmembramento definitivo: uma parte constituiu as Provincias Unidas dos Paizes Baixos, e a outra só modernamente se transformou no actual Reino da Belgica (para maior desenvolvimento veja, entre outros, M. Thomaz Alves Nogueira — *O Principe de Nassau*).

Foi durante essa guerra que os Hollandezes hostilizaram mais vivamente as possessões ultramarinas da Hispanha e Portugal, algumas das quaes foram por elles occupadas no todo ou em parte. O Brasil entrou no numero destas.

As suas aggressões visavam exclusivamente a proventos materiaes immediatos; mas tanto se esforçaram por dissimular hypocritamente os seus fins, que ainda hoje ha escriptores nossos que lhes emprestam intuitos elevados, attri-

buindo a sua acção a um problematico amor á liberdade do commercio. Nada mais irritante e injusto, pois essa bandeira que desfraldaram, quando outros eram os senhores da terra, desappareceu logo que a occuparam, para dar logar aos mesmos processos que condemnavam, levados a extremos vexatorios que ainda não haviam tido.

Rocha Pombo escreveu que, emquanto os Portuguezes creavam, como a causa suprema para a Europa naquelle instante, a expansão do espirito occidental por todo o mundo, a Hollanda cuidava, provida e assisada, de preparar a sua economia domestica, fazendo a sua lavoira e a sua pesca, fundando as suas officinas, as suas manufacturas, abrindo canaes, construindo diques e esperando o momento opportuno para disputar aos heróes do descobrimento as vantagens da obra realizada. E accrescentou:

> « O papel dos Hollandezes e dos outros concorrentes de Portugal e Hispanha foi o de simples instigados da fortuna, campeões retardatarios, que tinham de certo muito valor, mas que só chegaram depois de ferida a batalha e ganha a victoria, com o pensamento de recolher os despojos.
>
> Não ha recusar esta verdade incontestavel para aquelles que estudam e comparam a obra dos Portuguezes com a dos seus competidores, mesmo os Hollandezes que, num crescendo admiravel, de pescadores se fazem maritimos de alto mar; de simples mercantes passam ao corso; logo á pirataria; á flibustagem desenfreada em todo o Atlantico, principalmente; e em breve, sentindo uma exaggerada confiança no destino, atiram-se á conquista das terras que outros haviam descoberto. »

Confundindo os actos isolados de um principe illustre com as normas de administração e de governo de uma companhia de piratas, organizada officialmente e com autonomia politica, não são poucos os que desculpam as calamidades da guerra, allegando que naquella epocha brilhou, pela primeira vez, em nossa patria a luz da liberdade civil e do progresso intellectual; mas o facto é que jámais tiveram outros propositos que não fossem os de salvaguardar os seus interesses commerciaes. Era o espirito mercantil que os animava, era a elle que subordinavam todas as suas preoccupações, desde que, em 1581, após a incorporação de Portugal e suas colonias á Corôa de Hispanha, volveram as vistas para o Oriente e para a America, especialmente para o Brasil, que, a começar dahi, teve de contar com os seus ataques, cada vez mais repetidos, cada vez mais violentos.

Em 1602, a Hollanda dava o seu assentimento á officialização do saque. Organizava-se a Companhia das Indias Orientaes, que, pela carta patente de sua creação, ficava auctorizada a commerciar no Oriente, a concluir tratados de paz ou de alliança e declarar a guerra em nome dos Estados Geraes. (M. T. Alves Nogueira — *Op.* cit.)

Os lucros dessa empresa foram, como era de esperar, avultados, despertando o desejo da fundação de outra que lograsse identicas vantagens no Occidente.

Essa idéa foi ardorosamente defendida por Guilherme Usselinex; mas encontrou — até que triumphasse — grande opposição e forte resistencia. Só em 3 de Junho de 1621 a nova Companhia obteve o privilegio que ambicionava (Porto-Seguro, *Hollanda no Brasil*, diz que a outorga da patente foi feita em 3 de Janeiro; mas Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, e Laet, *Annaes da Bibliotheca Nacional*, cit. vol. XXX, fixam a data com exactidão, sendo que no ultimo se encontram, na integra, não só o decreto concedendo o privilegio, como o acto de sua ampliação em 13 de Fevereiro de 1623 e outros documentos). O acto de sua outorga, precedido de considerandos justificativos, regulava, em 45 clausulas, os auxilios, favores e assistencia do Estado, e bem assim os direitos e obrigações da sociedade, que gosaria por 24 annos o monopolio do commercio da America, e Africa, com largas concessões e amplos poderes.

A organização da Companhia coincidiu com a terminação das treguas de 12 annos, assignadas entre a Hispanha e as Provincias Unidas em 1609; mas é sabido que, durante essas treguas, os Hollandezes não se abstiveram de hostilidades contra as colonias da monarchia luso-hispanhola. Ao contrario, foi nessa epocha que se apoderaram de quasi todo o commercio do Oriente, e que recrudesceram as suas investidas contra o Brasil, de fórma tal que em 1616 aprisionaram 28 navios de suá carreira, e até 1623 já ascendia a setenta o numero dos que tinham sido tomados no mar e nos portos.

Na realidade, portanto, a Companhia das Indias Occidentaes vinha apenas unificar os esforços dos que sonhavam com a occupação de parte do extenso territorio brasileiro. Isto é, a pirataria em larga escala; nada mais.

A Bahia, como capital da colonia e seu principal emporio commercial, foi o ponto preferido para a primeira aggressão; e, em fins de 1623, estava equipada a frota que devia leva-la a effeito, a qual se compunha de 26 velas (23 navios grandes e 3 hiates), com mais de quinhentas boccas de fogo, e tres mil e tantos homens, entre marinheiros e soldados.

A Bahia cahiu em poder dos invasores a 10 de Maio de 1624; mas a occupação destes foi ephemera. Em 1 de Maio do anno seguinte eram forçados a assignar a capitulação que lhes foi imposta por d. Fadrique de Toledo (vide, entre outros, nosso trabalho sobre o *Dominio Hollandez no Brasil*).

Vencidos alli, os Hollandezes iriam tentar melhor fortuna em Pernambuco e nas capitanias do Norte, onde continuariam a desenrolar-se, durante um quarto de seculo, mais tragicas e mais emocionantes, as scenas do grande drama da invasão. Cinco annos — tanto mediou entre a sua expulsão da Bahia e a tomada de Olinda e Recife — levaram a organizar a nova expedição, de que logo se teve conhecimento em Madrid e Lisboa. Mas as providencias dadas pelos governantes, revelando descaso pela colonia ou incredulidade quanto ao intento da Companhia das Indias Occidentaes, não foram além das recommendações ao governador geral para que estivesse vigilante, conservando em boas condições as guarnições e as fortalezas, e da nomeação de Mathias de Albuquerque para superintendente da guerra e fortificador das capitanias do Norte. Deficientes e irrisorios foram os auxilios prestados a esse valente militar (27 soldados e algumas munições, segundo Porto-Seguro, *Hollandezes no Brasil*, cit.), que, tendo seguido para a Europa desde 1626, regressava com presteza ao Brasil, onde, em Outubro de 1629, substituia a André Dias de França no governo de Pernambuco, proseguindo nas obras de defesa da Capitania e adoptando ante a gravidade da situação todas as medidas ao seu alcance.

A 14 de Fevereiro de 1630, a esquadra hollandeza estava deante do Recife; e, na tarde de 15, Weerdenburgh, com cerca de tres mil homens, desembarcava nas praia de Pau Amarello, sem opposição do ex-capitão-mór Dias de França, que apesar de destacado para guardar, nessa parte, o littoral, retira-se para Olinda. Mathias de Albuquerque deixa então o Recife e corre ao encontro daquelle general, tentando deter-lhe a marcha, no dia 16, ás margens do Rio Doce. E' inutil. A fuga de muitos desfalca as fileiras dos seus e elle se vê obrigado a ir recuando até Olinda, que — já abandonada pelos moradores e familias, — é tomada nesse mesmo dia.

Mathias de Albuquerque, acompanhado dos poucos que o não desampararam, volta ao Recife, onde o exodo se fazia atropeladamente, augmenta as guarnições dos fortes do Picão e de S. Jorge, manda recolher a elles a maior parte das munições, ordena que sejam incendiados os armazens e navios que estavam carregados, procura obstruir o canal da barra e organiza a resistencia. Tudo debalde. A 2 de Março, após a capitulação dos dois fortes, o Recife tinha a mesma sorte da capital da Capitania: era tomado e saqueado.

Mathias de Albuquerque, dando edificantes exemplos de sua fortaleza de animo, não se abate. Reune no Arraial do Bom Jesus os restos destroçados de suas forças, soccorre a população sem lares e sem viveres, appella para os moradores e para as capitanias vizinhas, invoca o auxilio da Metropole, pica a miude o inimigo, vence-o em armadilhas, impede-lhe as sortidas ao campo, servindo-se das companhias de emboscada, isola-o, em fim, em Olinda e no Recife, cujas communicações, pelo isthmo que os liga na distancia de 1 legua, se tornam difficeis e perigosas.

Os Hollandezes resolvem-se a destruir o Arraial. Investem-n'o a 14 de Março; mas, envolvidos, rechassados e perseguidos, com grandes perdas, até ás vizinhanças de Olinda, acautelam-se e retrahem-se. Nem assim podem ter tranquillidade e repoiso. São incommodados em seus reductos. " Os Pernambucanos, na ancia do desforço, desvairam de colera ", multiplicando as ciladas, as surpresas, as escaramuças. A guerra continúa sem treguas e toda a terra lhes é hostil. Resta-lhes, porém, o mar; e por ahi chegam sem cessar os soccorros de que precisam, augmentando sempre os seus elementos de resistencia. Mathias de Albuquerque escreve para o Reino, pedindo, supplicando, implorando auxilios. Mandam-n'os: insignificantes e insufficientes. Os recursos que se lhe deparam são os que se encontram alli mesmo e nas capitanias proximas. E é com elles que os guerrilheiros proseguem o movimento de reacção, porque só ante informações positivas de que a Hollanda prepara uma nova esquadra que se destina a Pernambuco é que o Governo da Hispanha se decide a enviar algumas forças para o Brasil. Dois mil homens ao todo, sendo 800 para a Bahia, 1.000 para Pernambuco e 200 para a Parahiba (com elles vieram o conde de Bagnuolo, que desempenhou, por vezes, papel importante na guerra, e Duarte de Albuquerque Coelho, 1º conde e 3º donatario de Pernambuco, irmão do general e governador Mathias de Albuquerque, e auctor das *Memorias Diarias*, que abrangem os annos de 1630 a 1638 e são, ainda hoje, bom repositorio dos factos occorridos no primeiro periodo das luctas com os Hollandezes). Essas forças, bem como 12 peças de bronze e demais armamentos e munições para o Arraial de Bom Jesus e Capitania da Parahiba, vieram em 12 caravelas, comboiadas por uma esquadra de 20 navios de guerra sob o commando de d. Antonio Oquendo, que a 13 de Julho de 1631 chegou á Bahia, onde se demorou dando desembarque á gente, que para alli trouxera, e carregando os navios alliviados com productos coloniaes.

A 3 de Setembro Oquendo levantou ferro, sendo arrastado para o Sul por fortes temporaes, e a 11 avistou a frota hollandeza que, composta de 16 velas e sob as ordens do almirante Adriaen Jansz Pater, partira de Pernambuco a 31 de Agosto, afim de offerecer-lhe combate.

No dia seguinte, 12 de Setembro, encontraram-se as duas esquadras, travando-se a batalha, que foi um dos feitos navaes mais importantes da epocha. Alguns escriptores, nacionaes e extrangeiros, affirmam ter ficado indecisa; mas a verdade é que, tanto na Hispanha, em cujo museu naval existe um quadro commemorativo da victoria, como na propria Hollanda, se reconheceu e proclamou em documentos officiaes o triumpho obtido por Oquendo (veja-se José Hygino — *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 58), que, além de privar o inimigo de um de seus mais bravos almirantes, Pater, que succumbira na lucta, pôde depois, sem mais hostilidades, desembarcar os soccorros que trouxera para o Arraial de Bom Jesus e para a Parahiba (alguns chronistas e historiadores dizem que o almirante Pater, vendo o seu navio perdido, se envolveu no pavilhão de sua patria e, atirando-se ao mar, exclamou: *o oceano é o unico tumulo digno de um almirante batavo*. Isto não passa de uma lenda a que nem mesmo os Hollandezes deram curso. José Hygino, no trabalho anteriormente citado, e Rocha Pombo, *op.* cit. vol. IV, nota á pag. 247, demonstram-n'o á saciedade).

O insuccesso desse combate — mais um revés para as suas armas, que não conseguiam em terra vencer a teimosia dos patriotas e abrir caminho para o interior — levou os Hollandezes a abandonar, em fins de Novembro, a Villa de Olinda, onde só foram poupados os edificios e propriedades daquelles que os puderam resgatar pelo preço que lhes arbitraram. Os demais desappareceram, devorados pelas chammas, ou demolidos, para que os materiaes fossem aproveitados em novas construcções no Recife. Ahi concentraram todas as suas forças (cerca de sete mil homens) e, não devendo, por prudencia, atacar o Arraial, que julgavam muito forte pelos reforços pouco antes recebidos, nem podendo permanecer encerrados no reducto de suas fortalezas, desviaram suas incursões para rumos differentes. Em principio de Dezembro, dirigiram a primeira investida contra a Parahiba; mas, repellidos com perdas consideraveis, após numerosas refregas, embarcaram apressadamente para Pernambuco, de onde dias depois — a 21 do mesmo mez — sahiu outra expedição, levando o chefe militar general Theodoro Weerdenburgh, para apoderar-se do Rio Grande do Norte.

Ao chegar, porém, alli, essa expedição já encontrou Mathias de Albuquerque Maranhão, pois este, informado do plano dos invasores ou suspeitando delle, seguira immediatamente da Parahiba á frente de tres companhias e 200 Indios em defesa daquella Capitania que, graças a esse soccorro opportuno, escapou do ataque, que nem mesmo foi tentado (sobre essa expedição cingimo-nos á opinião de Porto-Seguro, *Hollandezes no Brasil*, cit., pag. 89; mas Rocha Pombo, *op.* cit., vol. IV, pags. 256 e 257, descreve os factos de modo diverso).

Vem a proposito relembrar aqui alguns antecedentes que precipitaram a tentativa mallograda, de que acabamos

de fallar, e que contribuiram sem duvida para que a conquista fosse realizada dois annos depois.

Desde as suas primeiras viagens, os Hollandezes punham o maior empenho em obter, por intermedio dos indigenas e colonos, informações detalhadas da terra, que eram cuidadosamente escriptas e annotadas (muitas dellas são hoje conhecidas e, não ha ainda muitos annos, foram publicadas nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XXIX, pags. 171 e seguintes varias declarações tomadas em Março de 1628, em Amsterdam, sobre a costa septentrional do Brasil).

Conheciam, por isso, muitos pontos do littoral e das vizinhanças dos portos em que se abrigavam, pois tinham por habito, sempre que podiam, fazer ligeiras excursões aos logares proximos.

Laet nos dá noticias de uma *entrada* ao Cunhahú em 1626 (*Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XXX, pag. 96). Foi talvez a primeira que fizeram em territorio Rio Grandense; mas, posteriormente, outras se succederam, e com ellas foi augmentado o conhecimento da Capitania, que, em 20 de Maio de 1630, o brabantino Adriano Verdonck já descrevia com relativa precisão (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 55). Vicente de Lemos (*op.* cit.) resume assim essa descripção:

> « Havia na Capitania cinco a seis aldeias, que, reunidas, podiam contar 700 a 750 indios flecheiros, e a principal dellas era chamada Mopibú, situada a 7 milhas ao Sul de Natal. A cidade contava de 35 a 40 casas de palha e barro. Os habitantes mais abastados viviam habitualmente nas suas fazendas e vinham apenas nos domingos e dias santificados a ouvir missa. Nesse raio de 6 a 9 milhas não residiam mais de 120 a 130 camponios, na sua maioria rusticos. Dois eram os engenhos existentes: um no Ferreiro Torto, de fogo morto, pela ruindade das terras; e o outro na Varzea do Cunhahú, a 19 milhas ao Sul de Natal. Safrejavam de seis a sete mil arrobas de assucar annualmente, e nessa zona moravam 60 a 70 colonos com suas familias. Creavam bastante gado, e exportavam farinha e milho para Pernambuco nos mesmos barcos em que seguiam as caixas de assucar, que não excediam em regra de cem a cento e dez. Esta exportação fazia-se na distancia de ½ legua por um rio, aonde chegavam os barcos. A 60 milhas da fortaleza, para o Norte, havia grandes e extensas salinas, creadas pela natureza, cujo sal extrahiam os colonos. »

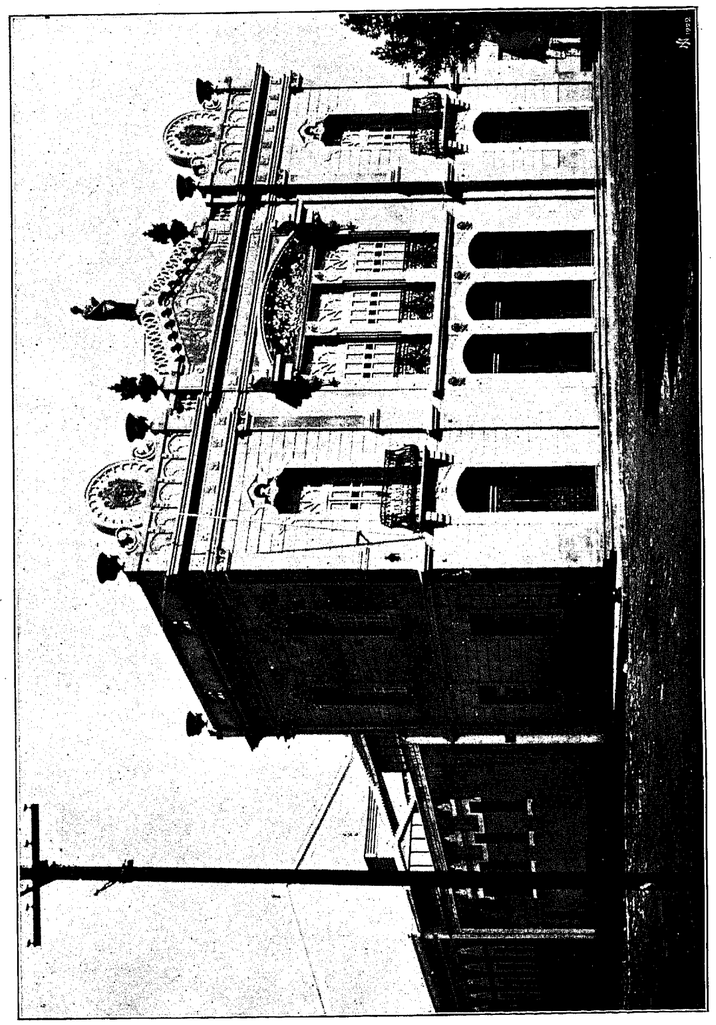
A 2 de Outubro de 1631, apresentou-se aos Hollandezes, no Recife, um indio, a quem os documentos do tempo chamam ora Marciliano, ora Marcial, dizendo-se enviado dos principaes de sua nação, — os *Janduis*, — e promettendo-lhes alliança e amizade, em nome das tribus inimigas dos Portuguezes. Do que foi apurado no interrogatorio a que o submetteram, resultou a deliberação de ser mandada áquellas paragens uma expedição, que partiu de Pernambuco a 13 do mesmo mez e anno, levando, além do portuguez Samuel Cochim, aquelle indio e outros que tinham sido conduzidos para a Hollanda em 1626 pelo almirante Hendriksoon. Compunha-se de um hiate e de uma grande chalupa, sendo o seu commandante o capitão Albert Smient, e servindo de immediato Joost Closter. Era seu fim angariar o apoio dos naturaes e colher dados exactos sobre a situação e recursos da região que fosse costeada. Foi percorrido todo o littoral parahibano e depois o rio-grandense, sendo que, a algumas leguas além de Natal, o capitão Smient fez desembarcar (10 de Novembro) uma pequena força, que, durante a noite, guiada pelo clarão de uma fogueira, encontrou varios indigenas em companhia de 17 mulheres e creanças, que o portuguez João Pereira trazia para a Cidade. Esse portuguez foi assassinado; e, verificando-se entre os papeis que tinha em seu poder alguns que continham informações pormenorizadas sobre o Ceará, resolveu o referido capitão Smient voltar com elles ao Recife na chalupa, continuando Closter a viagem de exploração no hiate.

Closter chegou a costear parte do territorio cearense, de onde seguiu para as Antilhas, procedimento que lhe valeu ser condemnado por conselho de guerra e expulso do serviço da Companhia, e Smient aportou ao Recife em 25 de Novembro, dando conta ao Conselho politico de tudo que observara e entregando-lhe os documentos que haviam pertencido a João Pereira (Alfredo de Carvalho publicou um bom estudo sobre a expedição de Smient na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. IV).

Em Dezembro mallograva-se, como vimos, o plano de assalto ao Rio Grande do Norte (Porto-Seguro, Rocha Pombo e outros silenciam sobre a expedição de Smient, ao passo que Alfredo de Carvalho falla desta, calando a que se realizou em Dezembro. O que parece provavel é que a primeira tivesse sido de simples exploração, visando a segunda ao assalto da Capitania, que aliás só foi tomada dois annos depois).

Embora reduzidos, os elementos com que contavam os defensores da colonia eram bastantes para ir impedindo que os invasores se estabelecessem calmamente na terra. Mais de dois annos se haviam passado, depois que della se tinham apoderado, sem que lhes sorrisse a fortuna das armas. Salteios e pilhagens, nem sempre sem luctas e sacrificios, eram os unicos fructos de sua conquista.

E isto, comprehende-se bem, não satisfazia á sua desmedida ambição. Queriam lucros, vantagens, riquezas; mas a miragem, atraz da qual haviam corrido, se desfazia rapidamente ante a resistencia que os assoberbava, tolhendo-lhes os movimentos, sitiando-os, obrigando-os a viver como em presidios, forçados a pedir e esperar auxilios, que só lhes poderiam vir pelo mar. Desanimavam; affrouxavam-se-lhes as energias e, certo, teriam recuado da empresa, se a Metropole houvesse amparado efficazmente a colonia, e a traição de Domingos Fernandes Calabar, que foi para elles guia experimentado e habilissimo, não transformasse a face dos acontecimentos. O ataque de Iguarassú foi então a sua primeira façanha arrojada e feliz, marcando o inicio das victorias que começam a acompanhar os seus passos nas emboscadas e assaltos, que se succedem uns aos outros. Os Portuguezes luctam sempre, luctam com desespero, cobrindo-se ás vezes de glorias e de loiros immarcessiveis, como se deu no reducto do Rio Formoso, onde Pedro de Albuquerque, com 20 homens, resistiu heroicamente, só escapando da peleja elle, mortalmente ferido, e o seu parente Jeronymo de Albuquerque, tambem ferido, que fugiu a nado; mas a bravura de nada vale contra o impossivel. A fatalidade esmaga-os, e têm de submetter-se a ella, perdendo uma a uma as principaes posições que occupam, até que, a 3 de Julho de 1635, chega o momento angustioso em que ao incançavel Mathias de Albuquerque só resta o recurso de garantir com forças di-



Theatro Carlos Gomes (Natal)

zimadas a retirada, para Alagôas, de um exercito de mulheres, creanças e invalidos, que, famintos e nús, fazem ainda o mais eloquente dos protestos contra o dominio do invasor, subtrahindo-se, pela fuga, ao seu jugo desapiedado e cruel.

Antes, porém, desse facto, já o Rio Grande do Norte, fôra conquistado. A expedição que delle se apoderou sáhiu do Recife a 5 de Dezembro de 1633, e compunha-se das seguintes embarcações:

Overyssel, capitão Joachim Cysen; *Teer Weer*, capitão Cornelis Hendricksen Lucifer; *De Vlaermuis*, capitão Gersit Janse Westphalingh; *Campen*, de Willem Rieuwersse; *Pernambuco*, capitão Jan Jansen Vos; *Naerden*, cujo capitão ficou em terra por doente; *Pegasus*, capitão Jan Florissen Dolphyn; *De Leenwerick*, capitão Dirk Cornelisse de Jonge; *De Spieringh*, capitão Jan Jansen Noorman; *De Vos*, capitão Fock Fockes e *Ceulen*, capitão Jan Hendricksen Schaep.

As forças de desembarque constavam de 808 homens, distribuidos por oito companhias. As munições de guerra estavam confiadas a Jacob Elbertesen Wissingh, como commissario, e a Jan Staes, como conductor. Não levavam artilheria, julgando sufficiente a dos navios e a que esperavam tomar no Forte dos Reis Magos. Dispunham de viveres para o abastecimento das forças, tanto de desembarque como de guarnição dos navios, durante nove semanas.

Na frota, sob o commando de Lichthardt, almirante da costa, embarcaram o delegado von Ceulen (um dos dois directores da Companhia, — elle e Gysselingh, — que tinham vindo da Hollanda com os ultimos reforços enviados para Pernambuco), o conselheiro Carpentier e o tenente-coronel Byma, que commandava as oito companhias, — quatro de fuzileiros e quatro de mosqueteiros.

A expedição, recebidas as despedidas do director Gysselingh e do coronel Sigemundt von Schkoppe, fez-se ao mar por volta das 7 horas da noite. Até o fim do dia seguinte, pouco avançou; e a 7, pela manhan, estava na altura de Mamanguape, onde se lhe incorporou um dos cruzeiros que vigiavam o littoral parahibano, o do commando de Albert Smient, que tomara parte na viagem de exploração realizada havia dois annos.

Nesse mesmo dia reuniu-se o conselho de officiaes, discutindo e resolvendo o plano de ataque do Porte dos Reis Magos, que defendia a Cidade de Natal. Ficou assentado que as tropas atacantes desembarcassem 2 a 3 leguas ao Sul, em Ponta Negra, marchando por terra contra o forte, e que algumas embarcações (*Overyssel*, *Teer Veer*, *De Vlaermuis*, *Campen*, *Pernambuco*, *De Leenwerick*, *De Spieringh e Ceulen*) forçassem a barra, subindo o Rio Potengi, afim de apoiar por esse lado a sua acção.

Adoptadas essas e outras providencias complementares, dissolveu-se o conselho, tendo o tenente-coronel, chefe das forças, expedido aos seus capitães as seguintes ordens:

> « Quando se houver de operar o desembarque, farão proferir pelos seus soldados uma prece, implorando ardentemente ao Senhor a sua graça para a empresa que iam commetter, e em seguida anima-los corajosamente a se portarem na occasião imminente como leaes e valorosos soldados, de accôrdo com a sua honra e juramento.
>
> Deverão mais fornecer á sua gente pão para tres dias e dois martellos de vinho, antes de sahir de bordo, e verificar que todas as bolsas e patronas estejam bem fornecidas.
>
> Uma vez na terra, marcharão na ordem seguinte: As companhias do tenente-coronel e do capitão Maulpas formarão a vanguarda; as do nobre sr. Delegado e do capitão Gartsmann, a batalha; as do major Cloppenburch e do capitão Teller a retaguarda, Sendo as duas primeiras companhias apertadas pelo inimigo, devem as duas immediatas secunda-las, sem aguardar ordens (vide *Diario da jornada ou expedição ao Rio Grande*, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. IV). »

Pelas 7 horas da manhan de 8, a esquadrilha confrontava Ponta Negra e, aproando á terra, deixava nas proximidades da pequena angra que alli existe os navios, para os quaes, de vespera, haviam sido transportadas as tropas de desembarque, indo em seguida transpôr a Barra de Natal, junto ao forte, cuja artilheria tentou inutilmente impedir-lhe a entrada. Duas caravellas portuguezas, abandonadas pela guarnição, foram tomadas sem difficuldade pelo almirante Lichthardt (essas caravellas deviam pertencer á infortunada expedição de Francisco de Vasconcellos da Cunha: vide, entre outros, Rocha Pombo, *op.* cit. vol. IV, notas ás pags 275 a 278 e padre Raphael Galanti, *Compendio de Historia do Brasil*, tomo II, pags. 74 e 75), que mandou occupar as dunas, entre a povoação e o forte, por uma companhia commandada pelo major Vries e mais 150 marinheiros armados de mosquetes e sabres. Feito isto, aguardou a chegada das forças que ficaram desembarcando em Ponta Negra (as embarcações que transportavam essas forças deviam ficar cruzando fóra da barra, para evitar que o forte fosse soccorrido por mar).

Diz o *Diario da Expedição*:

> « Eram cerca de 11 horas, quando terminou o desembarque e iniciamos a marcha. Antes de desembarcar, avistamos dois ou tres portuguezes a cavallo, com alguns negros, que, vendo-nos saltar em terra, se puzeram logo em fuga; proseguimos avançando, sem encontrar resistencia, nem alma viva; mas inferimos estar o inimigo informado de que pretendiamos desembarcar naquelle sitio e disposto a resistir-nos, porquanto em volta de toda a angra estava levantada uma trincheira, assente no topo de um renque de collinas muito ingremes, de dois piques de altura, que, ao desembarcar debaixo della e franquea-la na marcha, ninguem nella se apresentou.
>
> Continuando a marchar na ordem prescripta, na distancia de dois tiros de mosquete da praia, e sendo informados de que a mesma, além de muito estreita, na preamar ficava alagada, dirigimo-nos para o interior por um passo, que tambem estava entrincheirado. Chegados ao planalto, divisámos ao largo uma vela aproando para os nossos navios ancorados na angra, e logo presumimos fosse o *Pegasus* com a companhia de Manswelt; mas não esperámos por ella e proseguimos na marcha.
>
> O dia era extremamente calido, o caminho muito penoso, devido á areia solta, e na maior parte conduzindo através de um valle fechado de altas dunas de areia, que impediam fosse ventilado pela aragem ma-

ritima, de sorte que no decurso das duas primeiras horas de marcha em parte nenhuma encontrámos agua potavel. Isto porém, não obstou avançassemos celeremente, se bem que alguns ficaram muito fatigados e abatidos, sendo recolhidos pela retaguarda, o que não desanimou aos demais, que, adeantando-se sem encontrar alguem chegaram até proximo á pequena povoação, onde havia uma casa sobre uma eminencia, da qual nos fizeram alguns tiros, para desgraça sua, pois, se não nos houvessem aggredido, teriamos passado avante sem ataca-la. A vista da offensiva, porém, foi mandada atacar por um sargento á frente de vinte ou trinta soldados, que a tomaram e fizeram boa preza, não tendo os Portuguezes tido tempo de retirar os seus bens.

Em seguida, pelas tres horas da tarde, chegámos á povoação ou aldeia de Natal, onde o tenente-coronel deixou parte da força, seguindo com o resto em direcção ao forte, ainda distante uma hora de marcha. Em caminho, passámos uma ponte lançada sobre um riacho; a qual o tenente-coronel mandou occupar, e continuou avançando até avistar a nossa gente acampada junto ás dunas proximas ao forte, que primeiro tomámos por inimigos; mas, verificando serem dos nossos, o tenente-coronel fez alto junto á duna e ordenou á gente que ficara na povoação que a elle se reunisse, e, realizando-se isto com promptidão, ao pôr do sol acampámos todos.

Entrementes, o tenente-coronel examinou de perto o forte e a situação das suas adjacencias. O acampamento estava situado á distancia de um tiro de fuzil do forte; mas abrigado do fogo o mesmo por uma duna, o inimigo atirava sem descanço, com mosquetes e canhões, ao que correspondiam os nossos mosqueteiros de detrás da collina.

A' tarde transportou-se o sr. Von Ceulen para bordo do *Overyssel*, fazendo o inimigo alguns tiros, indo cahir uma das balas junto á prôa do *Overyssel*, o que Joachim Gysen não quiz deixar passar sem resposta, e fez quatro ou cinco disparos contra o forte, com pontaria tão certeira, que varou algumas das casas. Retorquindo, os contrarios lançaram uma palanqueta na camara do *Overyssel*, fazendo voar estilhaços e uma tina de agua sobre o sr. Von Ceulen e os outros capitães que com elle estavam jantando, sem comtudo molestar ou ferir ninguem; mas, acertasse o tiro um pouco mais acima, e teria levado ao sr. Von Ceulen ambas as pernas.

Nesta tarde, deu-se ordem para pôr em terra os morteiros, granadas, balas ardentes e mais munições de guerra, porquanto o sr. tenente-coronel tencionava servir-se dellas no dia seguinte, pelo que determinou o sr. Von Ceulen que tudo o que fosse de primeira necessidade se aprestasse sem demora e com zelo. »

Os dias 9 e 10 foram consumidos no desembarque de artilheria, na construcção de trincheiras e approxes, no reconhecimento do terreno, em explorações ao longo do rio, na expedição de recados aos indios inimigos dos Portuguezes, para que viessem, com a sua gente, ajudar o sitio e firmar alliança, em uma ligeira escaramuça na *Ponta do Morcego*, na batida dos arredores, na busca de informações seguras sobre o estado do forte, onde, segundo o sargento-mór, que fôra feito prisioneiro, escasseiavam os viveres, não havendo mais do que farinha e agua e um pouco de vinho.

A 11, a situação caminhava para o desenlace. Os Hollandezes com forças muitas vezes superiores,—em terra, onde, além do mais haviam conseguido montar baterias nas collinas e dunas proximas ao forte, e sobre aguas, onde dispunham de uma esquadrilha relativamente poderosa, — estavam preparados para precipita-lo, a salvo de desastres, no momento em que quizessem. Entenderam, porém, — para aparentar uma correcção e lealdade militares, que raramente deixaram de desmentir no curso da longa campanha que sustentaram nas capitanias do Norte, — de dirigir uma carta ao capitão-mór, Pedro Mendes de Gouveia, ponderando-lhe que, embora alli estivessem para se apoderar da fortaleza e contassem com elementos sufficientes para faze-lo, não queriam proseguir nas operações de guerra sem primeiro offerecer-lhe as melhores condições, caso se resolvesse a entrega-la desde logo, accrescentando que, não acceitando, não poderia mais esperar obte-las, quando as coisas chegassem ao extremo. Essa carta foi enviada por um tambor e recebida do alto das muralhas do forte. Eis a resposta do capitão-mór:

> « Estou bem certo das boas disposições e cortezia de v. ex., como bom soldado que é, em todos os assumptos e principalmente nos negocios da guerra; mas v. exa. deve saber que este forte foi confiado á minha guarda por s. m. catholica, e só a ella ou a alguem de sua ordem o posso entregar e a mais ninguem, preferindo perder mil vidas a faze-lo, e do mesmo espirito se acham animados todos os meus companheiros, achando-nos bem providos de todo o necessario. »

Pouco depois rompia o fogo entre o forte e as baterias de terra, secundadas pelos canhões dos vasos de guerra, fogo que foi sustentado com vigor de parte a parte, durante tres horas, quando houve uma pequena tregua, para recomeçar em seguida com a mesma intensidade. Os estragos no forte foram grandes, sendo demolidos parapeitos e bastiões, descobertas e desmontadas diversas peças. Algumas granadas produziram damno consideravel. As 6 horas da tarde, enfraquecida a resistencia, os sitiantes suspenderam o bombardeio, levando toda a noite a construir mais uma trincheira, para a qual transportaram artilheria de bordo, desembarcando armamentos e munições, reforçando com marinheiros as tropas de terra e alarmando o inimigo com gritos e toques de corneta, ao mesmo tempo que simulavam avançadas para escalar o forte. Lê-se no *Diario da Expedição*:

> « Ao amanhecer o dia, vimos fluctuando sobre os muros do forte uma bandeira branca, que, porém, foi logo retirada. Pouco depois, veio um homem trazendo uma carta em que os do forte pediam para parlamentar, solicitando para esse fim um armisticio. A carta não era assignada pelo capitão-mór, pelo que o sr. tenente-coronel quiz faze-la voltar pelo portador; mas este allegou que, se o capitão-mór não tinha assignado, os que a haviam feito se compromettiam, depois do accôrdo feito, a entregar-nos o forte. Foi-lhes, portanto, concedido o armisticio pedido, e mandou-se-lhes como resposta um salvo-conducto para quem resolvessem designar para comnosco parlamentar, sendo enviado o capitão Maulpas como refem.

Emquanto isso se passava, os srs. Von Ceulen e Carpentier vieram a terra e communicaram ao sr. tenente-coronel o occorrido; e, chegando logo depois ao forte o capitão e um ajudante, após breve debate foi concluido o seguinte accôrdo: — Seria permittido a todos os soldados sahirem com as suas armas e bagagens, dando-lhes embarcações que os transportassem rio acima para Potengi, ou outro logar que escolhessem, sob a condição de entregarem o forte com todas as suas munições, artilheria, polvora e o mais que nelle houvesse, devendo tambem deixar a sua bandeira, e accrescentou-se mais a seu pedido: " Declaro que este contracto é feito por todos os officiaes e soldados do forte, porquanto o capitão-mór jaz demasiado gravemente ferido para faze-lo ".

Estava assignado: capitão Sebastiam Vinhero Coelho (Sebastião Pinheiro Coelho), que com elle voltou ao forte, afim de mostra-lo aos outros. Regressando, apresentou o capitão mais os seguintes additamentos: que a pessoa do capitão-mór, seus criados, bagagem, prata, dinheiro e armas, e com elle o capitão P. Vaz Pinto, provedor da Fazenda Real, fossem tratados da mesma sorte, concedendo-se-lhes demorarem-se seis dias, tempo de que haviam necessidade, afim de mandar buscar cavallos e creados que os acompanhassem, para poderem viajar com segurança, e que com elles sahissem o sr. Manuel Pita Ortigueira, seus creados e a bandeira, não sendo justo que isto lhes recusassem, porquanto o pediam para se garantirem dos habitantes do paiz ou selvagens, e que aos mencionados capitães fosse permittido sahirem e voltarem com licença do general. Tudo lhes foi concedido, com excepção da sahida da bandeira e da ida e volta dos mencionados capitães.

Assim que foi firmada a capitulação, logo se deu ordem aos navios para se approximarem do forte afim de receberem os soldados inimigos e as suas bagagens e transporta-las, e deliberou-se que o sr. director delegado, em companhia do sr. tenente-coronel e do major Cloppenburch, se apromptassem para serem os primeiros a entrar no forte. Entrementes, os srs. Von Ceulen, tenente-coronel commandante e Carpentier deram uma volta por fora do forte e encontraram, ao lado Oéste, ao pé da muralha, cahido por terra, um brasiliense todo coberto de sangue. Muito nos surprehendeu isto, mas pensámos que talvez houvesse sido morto na vespera, e passámos adeante.

Concluida a volta, penetrámos no forte á frente de nossa gente e nos dirigimos a visitar o capitão-mór, que jazia ferido e muito se nos queixou de haverem os seus soldados assim entregado o forte contra a sua vontade, retirando furtivamente á noite as respectivas chaves de debaixo da sua cabeceira, estando elle resolvido a morrer ao serviço do seu rei.

Em seguida nos foram entregues as chaves do forte e de todos os armazens, que examinámos rapidamente, devendo ser amanhan o seu conteúdo devidamente inventariado.

Na occasião em que a gente ou soldados do inimigo deviam partir e se dispunham a sahir, notámos que todos conduziam um sacco com polvora, que lhes fizemos tomar, dando-lhes em compensação quantidade razoavel e proporcional ás suas necessidades, feito o que embarcaram todos nos botes.

Dentro do forte ficaram do inimigo cinco ou seis feridos, entre os quaes o condestavel, a quem uma bala arrancara o braço e que nem sequer ainda fôra pensado, e o mesmo succedia ao proprio capitão-mór, por não terem nem cirurgião nem medicamentos, pelo que logo se determinou fosse chamado um dos nossos cirurgiões, de nome Mister Nicolaes, afim de tratar do capitão-mór e dos demais feridos. Ficaram ainda 10 ou 12 soldados inimigos aprisionados nas caravelas, que haviam sido recrutados á força em Portugal, e pediam passagem para sahir do Brasil: distribuimo-los pelos navios, afim de manda-los para o Recife e na primeira occasião faze-los seguir para a Europa.

Soubemos tambem que a ultima granada que cahiu dentro do forte fez em quatro pedaços a um cavallo, comquanto não pudessemos informar-nos do estrago que fizera entre a gente; mas ouvimos dizer que muito se temiam os defensores do forte das granadas. Com relação a viveres, nada encontrámos, além de um paiol de farinha, algumas pipas de agua e cerca de uma e meia pipa de vinho. Havia abundancia de munições de guerra.

O brasiliense, que encontrámos ao pé da muralha, soubemos ser o chefe de uma aldeia dos mesmos, e que havia muito tempo estava preso, por se suspeitar que era inclinado aos Hollandezes.

Os Portuguezes, certos de que, após a entrega do forte, elle se passaria para o nosso lado, o estrangularam e lançaram por cima da muralha. »

A guarnição do forte montava a cerca de oitenta homens (não combinam os auctores sobre o effectivo da guarnição, indo de quarenta até noventa homens, nem quanto ao numero de peças encontradas, que para alguns foi de 13, para outros de 9 canhões fundidos e 22 de ferro, etc.).

Attendendo a que o prolongamento da resistencia daria logar á chegada das forças de soccorro que já haviam seguido da Parahiba, impedindo talvez a capitulação, alguns escriptores são de parecer que houve traição por parte dos defensores do forte.

Desta opinião é Southey, quando diz que Calabar fez trato com dois prisioneiros que seduziram a guarnição e venderam a praça, depois de ferido o capitão-mór.

Não ha provas desse facto, de que fallam tambem outros historiadores; mas não é impossivel que seja verdadeiro, porque, ao tempo, correu como certo que tinha havido *maranha* na entrega do forte (Diogo Lopes de Santiago, *Historia da Guerra de Pernambuco* e *Feitos Memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira* na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomos 38 e 43. — Este trabalho é, como o *Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado, o *Castrioto Luzitano*, de frei Rafael de Jesus, as *Memorias Diarias*, de Duarte Coelho, etc., uma excellente fonte de informações sobre os successos occorridos durante o dominio hollandez).

Se houve, entretanto, a traição, não foi, por certo, do capitão-mór Pedro Mendes de Gouveia, que segundo documentos insuspeitos, de origem hollandeza, estava gravemente ferido (veja-se sobre este ponto Porto-Seguro, *Hollandezes no Brasil*, cit,. Rocha Pombo, *op.* cit., frei Rafael de Jesus, *op.* cit., Galanti, *op.* cit., etc.).

Foi nessa occasião, quando os Hollandezes occuparam o *Forte dos Reis Magos*, que a chronica registou e a historia nos tem transmittido o exemplo de fidelidade dado por *Jaguarari*, mantendo-se leal aos Portuguezes, de quem recebera as maiores injurias e affrontas:

« Oito annos jazia alli em ferros (desde 1625) um indio, chamado pelos seus *Jaguarari*, e Simão Soares pelos Portuguezes.

Accusavam-n'o do crime de haver naquella epocha (*quando os invasores estiveram na Bahia da Traição*) desertado para os Hollandezes; mas o chefe selvagem protestava contra a accusação, asseverando ter ido unicamente buscar sua mulher e filho, que tinham cahido nas mãos do inimigo. Aos juizes faltava virtude propria para acreditar na alheia, e, apesar de ser o indio tio de Camarão, o melhor alliado dos Portuguezes, tinham-n'o estes conservado oito annos em carcere tão duro. Os Hollandezes puzeram-n'o em liberdade. Immediatamente foi elle ter com a sua tribu. " Sangram, ainda, disse, os signaes das minhas cadeias; mas é a culpa, não o castigo, que infama. Quanto peior me trataram os Portuguezes, tanto maior será o vosso e o meu merecimento, conservando-nos fiéis ao serviço delles, especialmente quando o inimigo os aperta".

Ouviram-lhe os seus as razões, e elle levou aos seus oppressores um corpo de alliados constantes, com os quaes os serviu tão bem, que mereceu na historia menção honrosa. »

Porto-Seguro não dá inteiro credito a essa narração. Certifica, porém, a firmeza com que varios chefes indigenas se identificaram com a causa dos colonizadores, apesar da sua volubilidade; e, quanto a *Jaguarari*, pensa que não deve ter influido pouco para o seu procedimento a circumstancia de ser tio de Camarão, já agraciado com brasão de armas e 40$ de soldo, e feito capitão-mór dos Indios do Brasil (carta régia de 14 de Maio de 1633). Fosse por que fosse, o que é incontestavel é que elle, pelos seus serviços, veio a receber mais tarde, pela carta régia de 14 de Setembro de 1638, uma pensão de 150$ de soldo.

Tomado o forte, trataram os invasores de conquistar a Capitania, o que lhes foi facil, pobre e quasi despovoada como era.

No dia seguinte á capitulação (13 de Dezembro), mandaram duas companhias — as dos capitães Maulpas e Hendrick Frederick — acompanhadas de 60 marinheiros, a *Genipabú* (logarejo na costa, ao Norte, e nas proximidades de Natal), donde, sem opposição de quem quer que fosse, trouxeram no dia immediato 35 cabeças de gado para abastecimento das forças. O exito dessa empresa levou-os a organizar, ainda a 14, uma expedição ao interior, " devendo ir ao logar onde constava possuir o inimigo um povoado ou, pelo menos, um engenho e roças, acommettendo-o e dispersando-o ". Para essa expedição, foram escalados 30 homens de cada companhia.

Commandava-a o major Cloppenburch, com quem seguiram tambem o capitão Felior e o capitão-tenente Cornelio van Uxsel.

Embarcando-se em tres grandes botes de véla e tres botes dos navios, seguiu rio acima até o *Passo do Potigi*, donde continuou a marcha por terra. Sabido que na Capitania só havia então dois engenhos — o *Ferreiro Torto* e o *Cunhahú*, — e só tendo sido este ultimo assaltado posteriormente, é fóra de duvida que os expedicionarios se dirigiram ao primeiro. A descripção do que succedeu indica-o claramente:

« Esta tarde (de 15) regressou a expedição sahida hontem, referindo que, logo que hontem desembarcaram na passagem de Potigi, foram descobertos por alguns dos inimigos alli de vigia, dos quaes mataram alguns e fizeram prisioneiro a um velho, que aliás não pertencia á referida guarda; avançando, por espaço de 3 leguas, para o interior do paiz, até chegarem a um estreito passo, em cuja extremidade havia uma planicie, onde os esperava o inimigo, derribando logo com a primeira descarga a quatro ou cinco dos nossos; mas, accommettidos com resolução, puzeram-se em fuga, apesar de numerosos, constando principalmente dos soldados e moradores sahidos do forte e de muitos dos brasileiros, que pouco os secundaram; proseguindo na marcha por algum tempo, chegaram a um pantano que teriam de atravessar para alcançar o engenho, e, como fossem diminutas as nossas forças e ignoradas as do inimigo, foi deliberado bater em retirada, tanto mais quanto o velho prisioneiro declarou que da Parahiba era esperado um soccorro de 300 soldados, que estavam já em caminho e deviam chegar a qualquer hora; trouxeram o referido prisioneiro e affirmaram terem ficado mortos varios dos inimigos; o seu chefe parece ser P. Vaz Pinto, que se ausentou do forte sem licença, apesar de ter pedido para ficar com o capitão-mór e poder sahir e voltar, afim de obter gallinhas e outros viveres para o mesmo, sendo-lhe permittido ficar, mas não sahir e voltar, pelo que de uma feita se ausentou, não regressando mais. O seu intento está agora patente. »

Esse engenho pertencia a Francisco Coelho (*Ferreiro Torto* é ainda hoje o nome de um engenho situado á margem direita do Rio Jundiahi e á pequena distancia da Cidade de Macahiba). E' possivel que o primitivo engenho não tivesse sido construido no mesmo logar do actual; mas devia ficar nas suas immediações. Vide as sesmarias concedidas a Francisco Coelho de 1602 a 1611, sob ns. 42, 104, 143 e 171, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VII), e a elle se haviam recolhido P. Vaz Pinto, provedor da Fazenda Real, moradores de Natal e dos logares proximos, e diversas pessoas, que, depois da capitulação, abandonaram o forte, todos naturalmente embalados pela illusão de que auxilios valiosos lhes seriam enviados da Parahiba e Pernambuco..

Aguardava-os, como aconteceu aos habitantes das outras capitanias, a mais dolorosa decepção porque, repellidos a principio, os Hollandezes, sem desistir de seus sombrios e tenebrosos planos de dominação, voltariam, como voltaram, a esmaga-los com a mais revoltante crueldade, secundados pelos Tapuias das ferozes tribus dos *Janduís*, cujo concurso invocaram Estes, que viviam nas ribeiras do Assú e Jaguaribe, buscando os sertões de Pernambuco e da Bahia, desceram ao seu primeiro chamado, em numero de trezentos, e, nos impulsos de sua barbaria, estimulada pela perversidade de Calabar, cahiram sobre o engenho, onde victimaram o capitão Francisco Coelho, toda a sua familia (mulher e cinco filhos) e 60 pessoas que nelle se haviam refugiado, praticando alli, e em toda parte por onde passaram depois, actos de requintada selvageria, que, conforme pondera o padre Rafael Galanti, nem sempre a decencia permitte referir, e que lhes grangearam maior fama do que aquella de que gosavam os proprios invasores, abominados pelas suas conhecidas atrocidades.

Na capital, os Hollandezes não ficaram inactivos.

A 13, despachavam o hiate *Den Spieringh*, para levar ao Recife a noticia de seu triumpho, desmontavam as baterias de terra, reembarcavam os canhões, arrasavam as trincheiras construidas nas dunas, iniciavam o inventario do que fôra encontrado no forte, retirando para bordo o que pareceu dispensavel, e inspeccionavam cuidadosamente as forças.

A 14, faziam descarregar as caravelas que Lichthardt apprehendera ao chegar, continuavam o inventario começado na vespera, transferiam o seu acampamento para Natal, ponto que julgaram preferivel para melhor vigiar a terra, e deixavam no forte apenas uma companhia para guarnece-lo.

A 15, continuavam o serviço de descarga das caravelas, orçavam as munições de bocca e de guerra que convinha deixar no forte, para o qual nomeavam commandante o capitão Gartsmann e sargento Willem Coek, designavam os officiaes subalternos que com elles deviam ficar, determinavam que a guarnição da praça seria de 140 soldados, que, além de mosquetes, disporiam tambem de escopetas, arma mais propria para as batidas ao interior, resolviam apressar a volta da esquadra e das forças desnecessarias para Pernambuco, e tinham conhecimento do insuccesso da expedição ao *Ferreiro Torto*.

A 16, concluiam o inventario iniciado dois dias antes, e interrogavam o velho que os expedicionarios haviam feito prisioneiro, pondo-o em liberdade e permittindo que ficasse morando na Capitania, sob a promessa de que moveria outros moradores a submetter-se aos novos senhores, que lhes escreveram nos seguintes termos:

« Saibam os habitantes deste paiz que tomámos á viva força o forte e que o abastecemos de todo o necessario, afim de manter a nossa conquista; e saibam mais todos aquelles que desejarem ficar pacificamente morando nas suas casas que devem vir declara-lo no prazo de tres dias; do contrario se usará contra elles todo o rigor, tratando-os como nossos inimigos, incendiando as suas habitações e destruindo os seus bens. »

A 17, retiravam duas peças de bronze, ainda existentes em uma das caravelas, e os mastros de ambas, levantavam a planta da entrada da barra e do rio, e concediam licença a um dos portuguezes que estavam em companhia do capitão-mór, para que, livre e sem ser molestado, permanecesse numa casinha que tinha nas vizinhanças da cidade, dizendo-lhe não só elle, como os que quizessem prestar juramento de fidelidade e pagar todos os tributos costumados até então, não seriam incommodados.

A 18, ordenavam que todos os botes fossem fazer aguada para o forte, enchendo as pipas, barris e potes que fossem encontrados, ouviam a primeira predica que o seu pastor fazia na egrejinha que servia de matriz, e convidavam o capitão-mór a adeantar a sua partida.

A 19, completavam a provisão de agua de que precisava o forte e deliberavam embarcar o capitão-mór na *Den Phenix*, que devia seguir, como de facto seguiu, no dia immediato, para o Recife, com a communicação do regresso da frota.

A 20, ultimavam os preparativos da viagem, davam ao forte o nome de *Ceulen*, faziam marchar as tropas de seu acampamento para o porto de embarque e recebiam-n'as a bordo.

A 21, finalmente, transpunham a barra, chegando a Pernambuco a 27.

A conquista estava feita e sobre a Capitania ia pesar agora, intolerante e deshumana, a tyrannia militar que devia opprimir, mais tarde, a pequena população de colonos existentes, dizimando-a em horriveis carnificinas, depois de despoja-la, pelo saque e pelo roubo, de seus haveres. Para estas empresas, contava o capitão Gartsmann, commandante do forte, com o auxilio valioso dos indigenas alliados, cujas proesas ficaram assignaladas, em surtos de inenarravel vandalismo, no segundo assalto do *Ferreiro Torto*. A este seguiu-se, nos primeiros mezes de 1634, o ataque de *Cunhahú*, onde, surprehendido durante a noite por tropas regulares e tapuias, o capitão Alvaro Fragoso perdeu 11 dos defensores das fortificações, ficando prisioneiros elle e mais 13 companheiros. (Rocha Pombo — *Op.* cit., vol. IV, pag. 286; padre Rafael Galanti, — *Op.* cit., tomo II, pag. 78, etc.). O resto da guarnição conseguiu evadir-se, escapando assim, juntamente com os moradores que fugiram a tempo, "ás horrendas e execraveis crueldades que alli exercitou a barbaridade e o odio, apostados em excederem-se o herege e o gentio".

"Não perdoou a espada nem o sexo, nem a edade; não respeitou a rapacidade nem o sagrado, nem o profano... A ferro e a fogo, perderam a vida perto de cincoenta pessoas... (Diogo Lopes Santiago, tomo XXXVIII, pag. 320, da *Revista do Instituto Historico Brasileiro*; frei Rafael de Jesus, *op.* cit., pags. 92 e 93, etc.)

Senhores de Natal e destruidos os nucleos principaes de população, que eram os dois engenhos — *Ferreiro Torto* e *Cunhahú*, — os invasores poderam impôr, sem contrastes, o seu inexoravel jugo, e os que não quizeram submetter-se ou pagaram com a vida a sua rebeldia, ou foram procurar abrigo no *Arraial do Bom Jesus*, onde Mathias de Albuquerque ainda se mantinha firme e inabalavel na defesa da terra, dirigindo as companhias de bravos que, alternando o serviço das armas com o da agricultura, assediavam o Recife, impedindo as communicações com o interior.

De algumas centenas de colonos que havia na Capitania, pequeno foi o numero dos que nella se conservaram, supportando resignadamente a sua triste sorte: a grande maioria foi dispersada pela morte ou pela fuga. Mas esta não seria solução para o seu desespero, porque já então descambava para o occaso o sol que illuminara os dias gloriosos da primeira phase da lucta com os Flamengos, e os successos iam desdobrar-se mais rapidamente. Ao abandono do Rio Grande do Norte seguir-se-ia, mezes depois, a capitulação da Parahiba, e os repetidos desastres dos Pernambucanos forçariam todos, de derrota em derrota, a emprehender, em Julho de 1635, a retirada para Alagôas, atravez de mil perigos e difficuldades, por estradas que eram abertas na occasião e que jámais haviam sido trilhadas. A marcha operou-se lentamente, e só 10 dias depois chegava o immenso comboio ás immediações de Porto Calvo, onde o combate se tornou inevitavel. Guardavam essas paragens fortes e aguerridos contingentes de força hollandezas, sob o commando de Picard, achando-se entre ellas Domingos Calabar.

Escaramuças e refregas sangrentas, em que foi decisivo o auxilio de Sebastião de Souto, foram o inicio da lucta, que só terminou a 19 de Julho, quando o major Picard, forçado pelas circumstancias, propôz a capitulação, que foi concedida com a condição de seguir com a sua gente e bagagens para a Bahia, donde seriam todos conduzidos á Hollanda. Dessa capitulação foi excluido Calabar, condemnado a "morrer enforcado e esquartejado, por traidor aleivoso á sua Patria e ao seu rei e senhor, e por os muitos males, aggravos, furtos e extorsões que havia feito e foi causa de se fazerem aos moradores de Pernambuco..." Ao cahir da noite de 22, era a sentença executada, dando-se a Calabar morte de garrote e esquartejando-se o seu corpo, que nem enterrado foi. Em seguida, os restos das forças de Mathias de Albuquerque deixaram Porto Calvo, procurando Alagôas, e tres dias depois aquella villa, que a Duarte de Albuquerque approuve denominar de *Bom Successo*, nome que não conservou, era occupada novamente pelos Hollandezes, que se entrincheiraram alli, em Pirapueira e em outros pontos, obstando as communicações com Pernambuco pela costa.

A Metropole, reconhecendo a ameaça que a occupação extrangeira representa para a integridade do dominio luso-hispanhol, parece resolver-se, por fim, a enviar auxilios poderosos para a colonia; mas, ainda desta vez, as suas intenções não se traduzem por factos. Fracassa a organização da projectada expedição, que se reduz, afinal, a um soccorro de 1.700 homens, sob o commando de d. Luiz de Rojas e Borja, o qual, com o posto de mestre de campo, devia substituir Mathias de Albuquerque como governador e superintendente na guerra. Esse soccorro desembarcou a 28 de Novembro de 1635 em Jaraguá (Alagôas), donde a esquadra que o trouxe seguiu para a Bahia, conduzindo o novo governador geral Pedro da Silva, depois conde de S. Lourenço, nomeado para succeder a Diogo Luiz de Oliveira.

A 16 de Dezembro Mathias de Albuquerque, que na vespera entregara o commando, deixava o exercito, afim de retirar-se para a Europa, em cumprimento das ordens que recebera do governo. Batera-se com desassombro e firmeza durante quasi seis annos, alliando ás suas excepcionaes qualidades de commando a energia, a constancia, a prudencia e a mais justa e merecida reputação de honradez, o que lhe valeu, na hora da separação, ser acompanhado por um sentimento geral de saudade, unica homenagem que lhe podiam prestar naquelle instante os seus companheiros de armas e os emigrados, que, ainda em meio dos tocantes episodios da retirada, iam dispersar-se agora em procura de refugio na Bahia e no Rio.

D. Luiz de Rojas, ardoroso e destemido, é morto pouco depois no combate de *Malla Redonda*, sendo substituido pelo conde de Bagnuolo, que impulsionou a guerra de recursos, pela qual bandos armados, dirigidos, entre outros, por Philippe Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebello, Estevam Tavora, Sebastião Souto e Vidal de Negreiros, mantinham em desassocego os moradores dos campos, levando as suas incursões a Serinhaem, Ipojuca, Cabo, S. Lourenço, Muribeca, Itamaracá, Goiana e demais povoados da região entre Parahiba e Alagôas. Taes guerrilhas demonstravam bem a fé inquebrantavel daquelles combatentes. Foram, porém, uma causa a mais para a inquietação dos colonos, porque, organizada a reacção pelos Hollandezes, começaram a ser perseguidos ora pelos terços de emboscada, como traidores á Patria, ora pelos invasores, perversos e ferteis nos processos de tortura que inventaram para trucida-los, quando não por uns e outros, o que era mais commum.

> « Cessara toda a segurança individual, em toda parte grassava o terror; a carnificina e o incendio eram o unico expoente da raiva e da vingança. »

E a população, cançada de tantos martyrios, oscillava indecisa entre os dois partidos em lucta, porque, se de um lado " as legiões que têm o seu quartel em Porto Calvo fazem correrias, dão assaltos, espalham o panico, e fogem e desapparecem", de outro os intruzos estão, de facto, senhores das terras.

A situação toca assim ao seu extremo: a victoria inclinar-se-ia, forçosamente, para os que interviessem com elementos decisivos para domina-la. O governo da Metropole não quiz, não pôde ou não soube cumprir o seu dever; e os Flamengos, "mudando a orientação da conquista, de modo a torna-la compativel e conciliavel com os sentimentos das populações conquistadas", conseguem, emfim, consolidar a occupação. Encerra-se o cyclo da resistencia opposta a esta, e só mais tarde, annos decorridos, se renovará, numa constancia que assombra e numa abnegação que não tem limites, a nova cruzada para a libertação das capitanias, onde a Companhia das Indias Occidentaes se transformara de sociedade mercantil em soberana territorial; mas, até lá, que serie de soffrimentos e decepções, que longa agonia de esperanças e enthusiasmo !...

Oliveira Lima (*Historia de Pernambuco*, pag. 63) diz que a Historia do Brasil Hollandez principia verdadeiramente nesse momento, e póde dividir-se em tres periodos: o da conquista, que começa 1630 com a tomada de Olinda e do Recife, e termina em 1637 com a chegada de Mauricio de Nassau, já então ganha toda a costa do Rio Grande do Norte ao Rio Formoso; o da administração, de 1637 a 1642, sob o influxo do illustre principe, o qual ainda alargou a esphera de seu governo, para o Norte até o Maranhão, e para o Sul até Sergipe; e o da resistencia, encetada em 1642 pela sublevação do Maranhão e que foi adquirindo consistencia com a retirada do conde, até ás victorias dos montes Guararapes e a final expulsão do inimigo em 1654.

Ao abrir-se o segundo periodo do dominio hollandez, tudo era desolação e miseria nas zonas conquistadas, impondo-se aos invasores a necessidade de concentrar a administração em mãos de governante intelligente, "severo para cohibir os abusos, habil para acalmar os espiritos, energicos para restabelecer a ordem no serviço militar e civil".

A escolha recae em João Mauricio, conde e depois principe de Nassau, que inicia no Brasil uma nova éra de desenvolvimento material e reconstrucção politica, e a cuja alta capacidade e superior descortino se devem, por excepção, durante o dominio hollandez, serviços realmente valiosos.

Moço, enthusiasta, "educado, como todos os Nassaus, nas universidades hollandezas e suissas, fócos de intensa cultura intellectual e da maxima liberdade scientifica, onde bebera o leite fecundo, revolucionario e sensualista da Renascença", guerreiro que se fizera illustre na longa campanha dos Paizes Baixos, ambicioso de gloria, de poder e de fortuna, o governador, a quem fôra dada a ardua incumbencia de encaminhar com prudencia a solução do problema da colonização flamenga na America, não se podia adstringir ás conveniencias e interesses de uma empresa commercial.

Com as notaveis aptidões administrativas que revelou e com a sua incontestavel visão de homem de Estado, tinha que pairar fatalmente, em plano mais elevado, para não ser no Novo-Mundo,— onde sua acção despertaria a idéa da fundação de uma monarchia particular, no dizer expressivo dos representantes da Camara de Olinda,— um simples procurador de negociantes, para quem o lucro era a preoccupação unica, absorvente, exclusivista.

O dissidio entre a sua e a orientação dos directores da Companhia seria, pois, inevitavel, e nelle se encontra, na maioria dos casos, a explicação de erros e desvios que commetteu algumas vezes, deslustrando a nobreza de seus sentimentos e a intuição que tinha do cumprimento de dever.

Mesmo assim, o seu governo foi um clarão de aurora na noite de despotismo e anarchia que pesava sobre o Brasil hollandez, entregue, ás explorações e instinctos mercantilistas de dominadores tyrannos.

Acceitando a nomeação com amplos poderes, pôde, com a autonomia administrativa de que dispunha, realizar uma grande obra, reorganizando o Exercito, distribuindo convenientemente as forças e assegurando-lhes abastecimento de viveres e munições de guerra, melhorando as fortificações existentes e construindo outras, creando as companhias de milicias, regulando os casamentos mixtos quanto á nacionalidade e religião, procurando normalizar o exercicio do culto e resolver todas as questões relativas á legislação e á lingua, preoccupando-se com a escravidão dos negros e dos indios, esforçando-se por incorporar estes ultimos á sociedade e eleva-los moral e intellectualmente, lançando suas vistas para o povoamento do sólo e para a liberdade de commercio, precipitando a solução do problema economico, abrindo estradas, unificando o systema de pesos e medidas, interessando os Portuguezes na solução dos problemas coloniaes e ensaiando o regime das assembléas, promovendo explorações e entradas ao interior, cuidando da assistencia e da instrucção, contemporizando tolerantemente com os usos e costumes do povo, realizando grandes melhoramentos materiaes, estudando o littoral e os portos, as zonas proximas aos nucleos de população mais ou menos fixa, e o sertão, agindo, finalmente, com superior elevação de vistas, em todos os departamentos do Governo, e não desdenhando mesmo de aproveitar o concurso dos que o cercavam, para accumular um patrimonio de grandes conquistas em favor das Sciencias e Artes (sobre o governo de Nassau, vide, entre outros, nosso trabalho *Dominio Hollandez no Brasil* e os auctores nelle citados).

Ha na simples enumeração, que acabamos de fazer, uma prova inequivoca da capacidade dirigente de Nassau, que, em outro meio, dadas outras condições e livre de factores diversos que sobre elle actuavam, teria sido, sem duvida, um grande estadista.

Como administrador, a sua obra por excellencia, aquella que lhe deu fama e renome, foi *Mauritzstad* (A Cidade Mauricia), que se extendia pela Ilha de Antonio Vaz (actual Bairro de Santo Antonio, no Recife), ligada á antiga povoação e ao continente por pontes, embellezada com edificios grandiosos para o tempo, fortificada, saneada, ajardinada, e offerecendo, já então, um relativo conforto. Afóra isto, o que realça o seu govêrno é a sua tendencia liberal, o feitio de seu espirito, sempre propenso ás coisas da intelligencia, o seu culto pela natureza, o seu sentimento do bello, o seu amor apaixonado pelos mais elevados ideaes da humanidade. Elle era, sobretudo, um temperamento delicado de artista, e é essa feição pessoal o que nelle mais attrahe e seduz.

No ponto de vista militar, teve, a principio, os maiores successos; mas a tentativa frustrada da tomada da Bahia, em 1638, contribuiu decissivamente para amortece-los, despertando, ao mesmo tempo, a Côrte de Madrid, que se apressou em organizar, nessa occasião, a famosa esquadra do conde da Torre, d. Fernando Mascarenhas, conduzindo numerosas forças portuguezas e hispanholas em soccorro da colonia. Essa esquadra passou, em 23 de Janeiro de 1639, á vista do Recife, que, se atacado, não poderia então offerecer elementos serios de resistencia, nem em terra nem no mar, e teria, necessariamente, capitulado. O conde da Torre, porém, perde esse ensejo favoravel e dirige-se primeiramente á Bahia, onde, á espera de navios retardatarios, de reforços que deviam vir das capitanias do Sul e da provisão de viveres, se demora até 19 de Novembro, dando tempo a que Nassau concentre em Pernambuco as embarcações com que contava, armas que vão chegando da Europa, appelle para os indios alliados, que, ás centenas, accorrem pressurosos ao seu chamado, reforce as guarnições dos fortes, consiga, em summa, pôr em ordem os recursos ao seu alcance, na contingencia do perigo que se lhe depara.

O conde da Torre, por seu lado, procura realizar o plano que traçara: manda que os chefes de emboscadas transponham os limites dos dominios dos intruzos, invadam e devastem os campos e os povoados, generalizem o ataque e as hostilidades, provoquem o levantamento das populações, que, no momento opportuno, teriam para apoia-las as tropas de desembarque que iam na esquadra, tropas essas que, uma vez em terra, dariam o ultimo golpe. Mesmo no Recife, tudo estava preparado para o movimento de revolta. Mas a esquadra, arrastada por ventos contrarios, só a 13 de Dezembro pôde avizinhar-se de Alagôas, onde, informado o seu chefe do que se passa em terra, levanta ferros novamente em direcção ao Norte.

Nas proximidades de Olinda, com diversos navios de vigia ao largo, concentra o almirante hollandez, Corneliszoon Loos, as suas forças navaes; e a 11 de Janeiro recebe a noticia de que o conde da Torre estava, desde 8, entre Itamaracá e Parahiba, tentando desembarque de tropas e mantendo communicações com os intrepidos caudilhos que, em phantasticas correrias, depredavam o interior.

Segue no mesmo rumo e a 12 encontram-se, pela primeira vez, as duas esquadras, — a hollandeza de 41 velas e a luso-hispanhola de 86, — em Ponta de Pedras, pouco além de Itamaracá. Ahi perde a vida o almirante hollandez, que é substituido pelo vice-almirante Jacob Huyghens. A 13, renova-se o combate, ao Norte de Goianna; a 14, nas costas da Parahiba; e a 17, da altura do Cunhahú — até á confrontação da Ponta da Pipa, batendo-se todos com valor e denodo.

Depois disto, o conde da Torre, apesar de não ter havido victorias decisivas, abandona o inimigo, deixa o littoral e faz-se ao mar (vide, quanto a estes combates e o que occorreu posteriormente, a *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 58).

Em Toiros desembarcaram dos navios da esquadra mil e tantos homens, sob o commando do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, destemido cabo de guerra que ia agora, — numa travessia de centenas de leguas, em busca da Bahia, por trilhos desconhecidos, em territorio occupado por conquistadores desalmados e barbaras gentes, sem re-

cursos de qualquer natureza, forçado pela necessidade e estimulado pelo patriotismo, — escrever uma das paginas mais gloriosas da Historia da lucta com os invasores.

« Esta retirada é uma das calamidades mais commoventes daquella guerra, e dá só por si, uma perfeita idéa de quanto custa aos intrusos conservar semelhante conquista, violentando figuras de tal grandeza. Mal se póde imaginar o que devia ser aquella jornada de famintos, enfermos, feridos e extenuados, atravez de 400 leguas, vencendo mil entraves, eliminando ou prevenindo todos os perigos, travando combate dia e noite, espreitados pela morte em todos os caminhos, refugiando-se, hoje nos ermos das feras e, amanhan, no desespero e na damnação, sahindo das estradas e acampando no alto das montanhas; hoje em sitios e amanhan sitiando, hostilizados por legiões que partem do Recife, dizimando-as numa peleja continua. »

A primeira resistencia encontrada por Barbalho é a que, no Potengi, lhe oppõe Gartsmann, que, á frente de 60 soldados e 200 tapuias, tenta impedir a sua marcha, sendo derrotado e conduzido preso á Bahia. A seguir, redobram os obstaculos; mas elle vence sempre, e, a exemplo do que fizera Mathias de Albuquerque, arrasta todos os que, cançados de oppressão e desilludidos de promessas enganadoras, querem correr os riscos da retirada, mais contentes nos perigos, com o amparo dos seus, do que na situação em que vivem, no meio dos vencedores. Refregas e combates se succedem, especialmente em Goiana e Serinhaem, onde, com as suas armas, vai vingando, em trucidações tão crueis como as dos occupantes do sólo, as perversidades innominaveis que soffreram os colonos. E, por fim, consegue atravessar o S. Francisco, deixando na margem contraria as expedições que o perseguiam, e levar o reforço efficaz das forças sob o seu commando á Bahia, que, muito provavelmente graças a elle, não é atacada e tomada pelo vice-almirante Lichthardt e coronel Carlos Tourlon, para alli enviados por Nassau, com 20 navios e 2.500 homens, no intuito de devastar tudo a ferro e a fogo.

Bem se podem avaliar, após os desastres que se seguiram ao mallogro da missão do conde da Torre, o desanimo e as amarguras que a todos affligiam, por entre as destruições que assignalavam o dominio dos invasores ao Norte e as suas incursões em outros pontos do nosso territorio. E, ao mesmo tempo que para os nossos era triste e sombrio o alvorecer de um novo dia, aos inimigos acalentavam as alegrias e esperanças com que, já agora, contavam consolidar de vez o seu jugo prepotente e despotico.

A illusão, porém, havia de desvanecer-se; e elles mesmos, — resistindo heroicamente á poderosa Hispanha, em uma guerra de dezenas e dezenas de annos, para manter a independencia nacional e a liberdade de consciencia em sua patria, — davam na Europa um exemplo de quanto podem os ardores da fé e a energia sempre renascente de um povo, que, entregue a si mesmo, já experimentava, no meio daquelle tragico desdobrar de acontecimentos, o valor com que affirmaria sempre o seu espirito de nacionalidade.

Nassau é que não confiava na calma apparente daquella situação: ou a colonia, exgottada, deixaria de ser o campo de exploração em que se transformara, ou se libertaria, num esforço supremo, do poder dos que não haviam sabido identificar-se com a sua sorte, por uma politica generosa e fecunda. A sua linguagem, na propria carta em que, com os membros do Conselho Supremo, communica, a 2 de Março, aos directores da Companhia os ultimos successos occorridos, é de maxima franqueza: narra, de modo a impressionar, a ruina geral dos moradores, insiste pela vinda de maiores forças para *expurgar a terra de tropas contrarias* e mostra a necessidade de levar a guerra ao territorio inimigo, sob pena (textual) *de não vivermos nunca aqui tranquillos* (vide *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* tomo 58, cit. pag. 40).

A 5 de Junho, assume o cargo de *vice-rei e capitão-general de mar e terra, empresa e restauração da Bahia* d. Jorge Mascarenhas, marquez de Montalvão, o ultimo dos governantes nomeados para o Brasil por Philippe IV. O marquez era um homem de valor e, reconhecendo a impossibilidade de auxiliar efficazmente os colonos de Pernambuco, dá o seu assentimento ás treguas que Nassau insinuava aos padres e moradores catholicos, para tornar a guerra mais humana e attenuar o seu cortejo de miserias. Essas treguas, porém, mal encobriam o estado de hostilidade latente entre as duas partes contendoras, e as suas negociações, em consequencia de desconfianças reciprocas, prolongavam-se ainda, quando, a 15 de Fevereiro de 1641, chega a noticia da restauração de Portugal.

A posição de Mascarenhas, que, antes da restauração, permittira, apesar de ter entrado em *ententes* com Mauricio de Nassau, continuassem as incursões de caudilhos em terras do Norte, o que lhe valeu ser accusado de simulado e perfido, tornou-se, depois della, embaraçosa e critica, porque, desconhecendo a orientação que na Europa dictariam os actos do novo governo, fôra muito longe em suas expansões epistolares com o mesmo Nassau, acreditando talvez que a Hollanda abriria mão de suas pretenções na America, para ter em Portugal mais um alliado contra o inimigo commum, que era a Hispanha.

A condemnação do seu procedimento, teve-a elle no desagrado com que aquelles que, acima de tudo, aspiravam á expulsão dos Flamengos, promoveram a sua substituição por uma junta, composta do bispo d. Pedro da Silva e Sampaio, do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra e do provedor-mór Lourenço de Brito Corrêa, bascando-se, para isto, em instrucções que de Lisboa vieram pelo jesuita Francisco de Vilhena.

A deposição do vice-rei foi, no emtanto, um desafogo de pequena duração, porque o Governo Portuguez precisava contemporizar com a Hollanda, cujo interesse maximo era tirar proveito da situação e não restituir possessões que, naquella hora, não poderiam ser reivindicadas pelas armas. O mais que obteve foi o armisticio por 10 annos com o reconhecimento das conquistas feitas pelos Hollandezes, que, valendo-se de pretextos varios e de razões capciosas, sophismaram o espirito e a lettra do tratado, tomando Sergipe, levando ao Maranhão sua fronteira septentrional e assenhoreando-se de Loanda e da Ilha de S. Thomé, sob allegações tão improcedentes, que ao proprio Nassau repugnou acceita-las, apresentando outras que não eram egualmente isentas de duplicidade e má fé. (Netscher — *Op.* cit., pags. 118 a 120.)

Com essa expansão territorial, o poder do invasor attingira ao seu apogeu: ia começar o declinio. Portugal, premido pela necessidade de grangear apoio na Europa, cedera tudo, mas não demoraria em tirar a desforra, insuflando a insurreição, ou, melhor, deixando que explodissem as impaciencias longamente contidas. Dir-se-á que faltava assim á lealdade no cumprimento do pacto firmado em 12 de Junho de 1641, como se ainda hoje os povos não tivessem para seu uso uma moral que perdôa deslises que seriam imperdoaveis no individuo: a de que os fins justificam os meios. Sua politica póde ter sido insidiosa: a do inimigo não o foi menos, e, em relação a elle, não militavam motivos ponderosos.

A 26 de Agosto de 1642, chegava á Bahia, escolhido, após a restauração, para primeiro governador geral, Antonio Telles da Silva, que exerceu o cargo até 22 de Dezembro de 1647, revelando grandes meritos pessoaes.

No ponto de vista portuguez, seu procedimento foi de uma rara habilidade; e, para realça-lo, succedeu que, pouco depois de sua posse, a auctoridade superior da colonia hollandeza passasse a uma junta incapaz, composta de Hamel, van Bullestraten e Pieter Bas (segundo alguns, este substituiu van der Burgh, que logo se ausentou ou morreu), junta que teria de ser envolvida pelo tufão da revolta que se approximava, e que destruiria afinal o edificio, a cuja construcção dedicara Nassau o melhor das suas energias. Este, — o principe eminente na guerra e na paz, — depoz os poderes nas mãos de seus successores em 6 de Maio de 1644, e a 11 seguiu, por terra, para a Parahiba, onde, — depois de uma viagem triumphal, em cujo percurso recebeu o testemunho carinhoso do apreço e da affeição, do respeito e do reconhecimento de todos, sem distincções de classes e nacionalidades, — pernoitou a 22, embarcando no dia immediato para a Hollanda. O conde estava convencido da decadencia da conquista, e, como ultima homenagem aos que o não haviam querido ouvir, assignalou-o em documento de notavel previsão, que, sob o titulo de *testamento politico*, é hoje geralmente conhecido (vide *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 58, cit., pags. 223 e seguintes).

Entrava-se francamente no periodo da resistencia, e o primeiro grito de guerra parte do Maranhão, que é reconquistado pelos moradores, ainda antes da retirada de Nassau. Depois disto, inflammam-se todos, em vibrações de colera e enthusiasmo.

Urge passar ao terreno da acção, e apparece em scena Vidal de Negreiros, que prepara o movimento de que Telles da Silva é o inspirador e Fernandes Vieira será, em começo, o braço forte e depois uma das figuras primaciaes (Porto-Seguro foi quem quebrou a unanimidade com que historiadores e chronistas davam a Fernandes Vieira o primeiro logar na insurreição de que resultou a expulsão dos Hollandezes, para conferi-lo a Vidal de Negreiros, cujo perfil é, realmente, superior ao daquelle madeirense. Sua opinião veio a prevalecer; e varios foram, depois disto, os escriptos, estudos e apreciações sobre esse interessante ponto de nossa Historia).

No Recife conspira-se ás escancaras, em seguida á segunda viagem de Negreiros, em 1644, e Vieira accumula armas, munições e viveres nos arredores da Cidade. A gente do governo tudo envida para atalhar a reacção; mas ella é caudal avassalladora e cresce e avoluma-se e alastra-se, impetuosa e irresistivel.

A conspiração é denunciada, e os seus chefes, Fernandes Vieira e Antonio Cavalcanti, com outros, occultam-se, proclamando, a 13 de Junho de 1645, a sublevação, combinada para 24 do mesmo mez. Nas mattas existentes nas vizinhanças de Apipucos, Varzea, S. Lourenço, vão-se reunindo os que a ella adherem, e ahi, aguardando a chegada dos negros de Henrique Dias e dos indios de Camarão, recebem instrucções de Antonio Dias Cardoso, que viera do Rio Real, para dar organização militar aos voluntarios que se concentram naquelles recantos, acompanhado de 60 homens, "que não eram simples soldados, mas todos verdadeiros capitães, praticos da guerra e conhecedores do paiz, cada um capaz de tomar o commando de forças e leva-las á victoria".

E tudo isto fôra assentado por Vidal, de accôrdo com o governador Telles da Silva, que, no emtanto, acha sempre modos de illudir as embaixadas que lhe são enviadas, e, o que é mais, se serve dellas como justificativa para suas resoluções, afim de apparentar respeito ás clausulas do tratado de armisticio.

A junta do Recife, manifestados os primeiros symptomas da tormenta, expede forças sob o commando do major Blaer para a Varzea e, informada de um conflicto que occorreu em Ipojuca, onde foram mortos alguns soldados, permittindo a Amador de Araujo, proprietario do engenho Tabatinga, armar uma companhia, faz seguir para alli e immediações Hendrick van Haus, á frente de fortes contingentes (vide, na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 40, o *Diario* de Matheus van den Broeck: é documento curioso para confrontar com a versão dos chronistas portuguezes).

Para a Parahiba e Rio Grande parte tambem Paul de Linge, encarregado de manter o districto em paz (vide, sobre a divisão do dominio hollandez em districtos, a *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 58, cit., pag. 43).

Os insurgentes, recuando para o interior, fixam-se nos engenhos Camaragibe e Borralho, depois em Massiape, em seguida atravessam o Capiberibe, passam pelo engenho de S. João, de Arnaldo de Hollanda, demoram no engenho Covas, onde Dias Cardoso conjura competições e dissentimentos pessoaes entre os chefes mais prestigiosos, e marcham para o monte das Tabocas (municipio da Victoria), onde, a 3 de Agosto, se fere o primeiro combate entre o seu exercito e o de Haus, este calculado em 1.000 homens, afóra os indios, e aquelle, talvez maior, "composto em grande parte de gente bisonha, sem disciplina e mal armada, não tendo alguns mais que um zaguncho e outros uma simples faca de ponta atada em um pau".

Haus é derrotado, sendo a victoria dos patriotas de incalculaveis consequencias para o movimento. Das causas multiplas que o tinham impulsionado, — differença de raça, diversidade de religião, questões economicas, interesses de toda ordem, — só uma prevalece agora; o sentimento da desaffronta nacional. E este, unificando esforços e vontades, ao serviço de uma mesma aspiração, desperta a confiança e assegura o apoio de toda a colonia.

Os mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno chegam ao theatro dos acontecimentos logo depois de iniciadas as operações e, sob a sua direcção, a lucta é agora bem diversa das anteriores: "o terreno é conquistado aos invasores, não em guerrilhas, como no primeiro periodo da invasão, mas em assedios regulares, assaltos e batalhas campaes".

Dentro em pouco, a revolta é geral de Pernambuco ao S. Francisco, e a série de desventuras que alli experimentam os Hollandezes só é interrompida pela repulsa do ataque a Itamaracá e pelo desastre soffrido em Tamandaré por

Serrão de Paiva, que, surprehendido pelo almirante Lichthardt, perde todos os seus navios, que são incendiados, com excepção de quatro, um que consegue escapar-se e tres, os melhores, que o vencedor aprisionou.

No Norte, porém, a adversidade esmaga, em penosas provações, os Portuguezes.

Paul de Linge, para conservar em obediencia o districto cujo governo lhe foi confiado, chama em seu auxilio os Indios alliados, e estes, ao descerem do Rio Grande do do Norte, iniciam as suas ferozes tropelias pela matança de Cunhahú, que frei Rafael de Jesus assim descreve (*op.* cit., pag. 163):

« Com grande numero de indios selvagens (mortaes inimigos dos Portuguezes), chegou Jacobo (um hollandez a quem a semelhança de costumes fez superior daquelles barbaros) á povoação de Cunhahú um sabbado de tarde.

Não foi a vinda nem o intento e escolha, senão obediencia. Tinham-lhe remettido do Arrecife os do governo as ordens e instrucções de tudo o que havia de obrar, quando e como.

Foram avisados os moradores da marcha e do poder; a experiencia os ensinou a suspeitar mal de tudo; pozeram-se em cobro. Entrou na povoação o inimigo com simulada paz; mandou deitar bando, e fixar nas portas da egreja um edital assignado pelos do conselho supremo, e jurado pelo dicto Jacobo, ordenando aos vizinhos do logar que debaixo de seguro se achassem na egreja ao outro dia, que era domingo, para que depois da missa, conferissem certo negocio, que os Senhores Estados lhes mandavam communicar, desenganando-os de que a pessoa alguma se faria o menor aggravo.

Obedeceram os moradores, chamados a um mesmo tempo do preceito da egreja e do bando do hereje, ou porque não duvidaram do seguro, ou porque não temeram o perigo.

A maior parte entrou para a egreja: outra menos confiada se deixou ficar nas casas do engenho. Os que entraram no templo encostaram ás paredes do portico os bordões que levavam (armas que lhes permittia o governo hollandez).

Vestio-se o sacerdote, poz-se no altar, começou a missa, e, ao tempo em que chegou a levantar a Deus, se fizeram os Indios senhores da porta do templo, o que advertido dos moradores conheceram o erro e o perigo a tempo que se valeram do ultimo remedio, que foi pedirem ao céo perdão de seus peccados, tão faltos de tempo que se encontravam nas gargantas de todos a oração e a espada, sem que a dos barbaros deixasse pessoa com vida.

Pela mesma sorte passaram os que se recolheram nas casas do engenho, senão que irritados do sacrilegio e da perfidia, com as mãos e com os dentes avançaram ao gentio, e buscando a vingança se mettiam pelas armas, aonde juntamente achavam a morte e a satisfacção, porque abraçados com os inimigos matavam e morriam. »

Dos homens, que alli estavam, apenas tres (Gonçalo de Oliveira e dois ou tres criados, diz um documento publicado na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 75, parte segunda, pag. 42) puderam fugir por cima dos telhados, ficando mortos alguns 69, inclusive o padre André de Soveral, venerando e querido sacerdote de 90 annos de edade (Santiago, cit., *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 39, pag. 404 e segs.); mas as mulheres e creanças, que foram em parte poupadas, espalharam a noticia do morticinio e, na Parahiba, os moradores receiosos da mesma sorte, pegaram em armas, sob a direcção de Lopo Curado Garro, Francisco Gomes Muniz e Jeronymo Cadenà, chefes nomeados pelos *governadores da guerra*, aos quaes se juntaram, mais tarde, tambem nomeados por estes, Antonio Vidal, Simão Soares, Cosme da Rocha e Francisco Leitão, assim como o capitão Couto, do terço de Camarão, e Henrique de Mendonça, do de Henrique Dias, todos incumbidos de organizar os sublevados em forças regulares, fornecendo-lhes armas e munições, que haviam levado de Pernambuco.

Isto feito, os hollandezes começaram a ser hostilizados pelo lado do Norte, recolhendo-se Paul de Linge com suas tropas á fortaleza de Cabedello, e tendo os Indios alliados, antes de atacar Goiana, retrocedido em sua marcha e voltado ao Rio Grande, onde, em começo de Outubro se renovam, em iras sangrentas, os seus feitos de innominavel perversidade.

A matança de Cunhahú aterroriza todos os moradores, e os que não procuraram abrigo na Parahiba e em Pernambuco se refugiaram no engenho de João Lostau Navarro (devia ser o Ferreiro Torto) e cerca de 70 se entrincheiraram na distancia de 6 leguas pelo rio acima, construindo uma especie de arraial cercado de palissadas, para onde levaram suas familias, mantimentos e provisões em abundancia. Poucas eram as armas de fogo, — 17 ao todo; — mas suppriam-n'as as facas, os dardos, as flechas e os paus tostados.

Alarmaram-se os Flamengos ante a possibilidade de virem a ser aquelles logares centros perigosos de resistencia, e trataram de bater os miseros colonos. O engenho foi logo assaltado, sendo mortos muitos dos que nelle se achavam, e conduzido preso para o Forte Ceulen o seu infeliz proprietario. Em relação, porém, ao arraial, as coisas não eram tão faceis, e Jacob Rabbi e seus indios tiveram de recorrer inutilmente a todos os ardis, até que, sempre repellidos, assestaram duas peças de artilheria contra a cerca, apertaram o sitio e se dispuzeram a tudo destruir. Só então, e com a promessa de serem respeitadas as suas vidas e fazendas, capitularam os sitiados, recebendo salvo-conductos e entregando as armas que tinham. . . Os sitiantes deixaram 10 soldados em salvaguarda da cerca e gente, levando, para a fortaleza, como refens, Estevam Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Sousa Pereira, João da Silveira e Simão Corrêa.

« Achavam-se na mesma fortaleza do Rio Grande diversos moradores distinctos, entre os quaes se contavam o padre vigario Ambrosio Francisco Ferro, Antonio Villela Junior, Francisco de Bastos, José do Porto, Diogo Pereira, João Lostau Navarro e Antonio Villela Cid. Estes dois ultimos estavam presos; os mais eram hospedes que alli tinham procurado um asylo contra a ferocidade dos Indios. »

A 3 de Outubro de 1645, por ordem de João Bullestraten, membro do Supremo Conselho, que no dia precedente chegara do Recife, em uma lancha, foram todos estes moradores pacificos enviados em bateis rio acima, dizendo-se-lhes que eram levados para a cerca, onde, sob a protecção hollandeza, passariam bem, juntamente com os outros.

Accrescentavam que nada deviam recear dos Indios, porque já se tinham retirado todos para o sertão. De facto, porém, levaram estes infelizes para um logar conhecido com o nome de *Uruassú* (é hoje uma pequena povoação com cerca de duzentos habitantes, no Municipio de Macahiba; existe alli uma pequena lagôa, piscosa), a meia legua da cerca, onde estavam passante de duzentos Indios, entre Potiguares e Tapuias. Logo que chegaram, receberam a ordem de se despir e pôr-se de joelhos. Comprehenderam então esses martyres ter chegado o seu fim, obedeceram com grande paciencia e resignação, erguendo os olhos ao céu, despedindo-se mutuamente, fazendo actos de devoção, declarando morrerem todos na fé catholica, apostolica, romana, e recusando com firmeza o ministerio de um predicante heretico que se apresentou. Indignados com isto, os protestantes deram a todos taes tormentos, que, para os padecentes, a morte já era mercê.

Entregaram-n'os por ultimo aos barbaros, "que ainda vivos os foram fazendo em pedaços, e nos corpos fizeram taes anatomias, que são incriveis, arrancando a uns os olhos e tirando a outros as linguas. . . . . ." (Santiago é mais explicito na descripção; mas o padre Rafael Galanti, que o segue na narração que transcrevemos, abstem-se de reproduzi-lo integralmente, dizendo, em nota, *veda-nos a decencia referir tudo*).

Acabado este primeiro morticinio (foi presenciado por dois homens, que ao tempo em que elle se realizava, chegaram áquelle sitio e, não sendo vistos, se esconderam no matto, donde observaram o que se passou — *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 41, primeira parte, pag. 172), passaram os Hollandezes á cerca, dizendo aos moradores que o governador da fortaleza os mandava chamar para tornar a assignar certos papeis, por assim ter vindo ordem do Recife dos do Supremo Conselho. Como, porém, estes homens tivessem um presentimento de que iam morrer, despediram-se de suas mulheres e filhos com muitas lagrimas, fazendo pelo caminho os mesmos actos de religião que já relatámos dos outros, redobrando o fervor ao serem cercados pelos Indios e ao verem os corpos dos seus companheiros e vizinhos que ainda palpitavam com as feridas.

« Os opprobios que nestas mortes houve não são criveis, nem para contar-se sem faltar ás leis da pudicicia, vergonha e modestia; e foi que a um mancebo, chamado Antonio Baracho, casado, homem bizarro, amarraram a uma arvore e lhe arrancaram os mesmos hollandezes, estando vivo, a lingua, pondo-lhe na bocca, em logar della... e, depois de lhe darem muitos açoites, queimando-o juntamente com ferros que ardiam em brasa, lhe arrancaram pelas costas o coração.

A Mathias Moreira o abriram tambem e lhe tiraram o coração, e as ultimas palavras que, estando neste momento, proferiu, foram louvar a Deus, dizendo: *Louvado seja o S. S. Sacramento.* Os corações, que a este e aos mais arrancaram, penduraram em estacas.

Ao padre vigario Ambrosio Francisco Ferro fizeram taes anatomias e coisas, estando ainda vivo, que tenho pejo de escreve-las, e bem se póde colligir o que fariam herejes a um sacerdote tão honrado e virtuoso, em odio e opprobrio da religião catholica romana.

Mataram duas filhas do morto Estevam Machado de Miranda, que o seguiam sua mulher com ellas, de que uma era menina de edade de dois mezes; e outra que era uma galharda donzella, que deixaram com vida, havendo morto as suas duas irmans, venderam aos Indios por um cão de caça... Mataram tambem uma filha de Antonio Villela, o moço, sendo creança pequena, e dando-lhe com a cabeça em um pau a fizeram em dois pedaços; e a outra filha de Francisco Dias, o moço, mataram tambem e a abriram em duas partes com um alfange; e a uma mulher casada com Manuel Rodrigues Moura, depois do marido morto, lhe cortaram as mãos e os pés e esteve esta mulher tres dias naturaes no chão viva, e acabou dando a alma ao Creador.

Ficavam ainda com vida oito mancebos, que os proprios selvagens tentaram salvar, pedindo aos Batavos que os deixassem viver no meio delles lá pelo matto. Disseram-lhes, porém, os Hollandezes, esses homens que se davam por christãos e civilizados, dos quaes ainda hoje alguns mal avisados patriotas têm saudades, que, se quizessem assentar praça e tomar armas contra os Portuguezes, lhes concederiam as vidas. Responderam os moços que já essas vidas lhes aborreciam e que não queriam viver, quando, sem lhes poderem valer, viram com os seus proprios olhos tão cruelmente matar seus pais, parentes e amigos, e que as armas tomariam por seu Deus e por seu rei e patria contra elles tyrannos; que por menos mal escolhiam a morte com todos os tormentos do que fazer tal maldade, qual elles a troco das vidas lhes commettiam que fizessem. Ouvindo isto, com odio mortifero e grande iracundia deram aos moços tão graves tormentos e martyrios, que nelles acabaram as vidas; e um, chamado João Martins, tornando-o a commetter que tomasse as armas contra sua nação portugueza, que lhe dariam a vida, respondeu com alegre rosto: *Não me desampara Deus dessa maneira! Essas tomei sempre contra tyrannos, e não contra minha patria e rei!* e que o matassem logo, que estava invejando as mortes de seus companheiros e a gloria que tinham recebido.

Dois mancebos casados, um chamado Manuel Alvares Ilha e outro Antonio Bernardes, depois de estarem em terra cheios de feridas e nús da cinta para cima, metteram as mãos nas algibeiras, e puxando cada um por sua faca, e investindo com os Indios, mataram logo a tres delles e feriram a quatro ou cinco, fazendo isto com as ancias da morte.

Julgue-se tambem que affrontas e vituperios fariam estes tyrannos e barbaros ás miseraveis viuvas e donzellas, que mais são para se passar em silencio, que para se escreverem. » (Padre Rafael Galanti — *Op.* cit., vol. II, pags. 307 e seguintes.)

Além do odio com que os invasores costumavam castigar a rebeldia do colono, havia uma razão a mais para estas horriveis carnificinas do Rio Grande, tão atrozes agora, como logo depois da occupação. E' que só no S. Francisco

e naquella Capitania existiam campos de creação, e, — sabido que já não dominavam no Sul de Alagôas e que a fome batia ás portas do Recife, — comprehende-se o interesse que tinham em defender, custasse o que custasse, as campinas rio-grandenses, povoadas de cerca de 20.000 cabeças de gado (Vide documento publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 75, segunda parte, pag. 35), das possiveis incursões dos insurgentes. E, por isto, para que não encontrassem nenhum ponto de apoio, procuravam apavorar, com exemplos de crueldade sem egual, os restos de portuguezes, reinóes ou não, que por alli viviam. Seriam assim senhores daquellas paragens e ficariam livres, embora por algum tempo, de uma concorrencia impertinente e incommoda.

Tanto esta supposição era verdadeira, que, apesar da distancia que separava o Recife daquella região, foi ella incessantemente talada, durante a guerra, por uns e outros combatentes, todos solicitos em te-la sob o seu poder (os chronistas portuguezes dão noticia de que as diversas expedições que alli foram, sob o pretexto de vingar selvagerias dos indios e hollandezes, traziam sempre, em seu regresso, maior ou menor quantidade de gado; e de um *Diario* publicado na *Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, n. 32, pags. 121 e seguintes, verifica-se que do Rio Grande iam para Pernambuco barcos carregados de gado e viveres).

Ainda mais: foi alli que os Hollandezes fizeram permanecer, de preferencia, os indios inimigos dos primitivos conquistadores da terra, provavelmente para afugentar de vez a grande maioria dos Potiguaras que acompanharam Camarão, mas tambem com certeza para aproveita-los na creação, na pesca e no plantio das roças.

Nem se explicaria por outra fórma que, ao mesmo tempo que anniquilavam uma população que começava a desenvolver-se, mantivessem fortes elementos de resistencia na Capitania, cujo estado, em 14 de Janeiro de 1638, Nassau e o Supremo Conselho demonstravam ser este (*Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, n. 34, pags. 139 e seguintes):

> « Ao Sul fica-lhe a Capitania de Parahiba, como já dissemos, e ao Noroéste a do Ceará. Tem vastas e dilatadas terras, que pela maior parte se acham inhabitadas e desertas, pois que o Rio Grande não tem povoadas mais do que 10 ou 12 leguas ao Norte do Rio Potengi ou Rio Grande, donde esta Capitania tira o seu nome. Está ella dividida em quatro freguezias, a saber: a de Cunhahú, a de Goianna, a de Potengi e... (em branco). Tem sómente uma cidade denominada Natal, sita a legua e meia do castello Ceulen, rio acima, a qual agora se acha mui decahida.
>
> A Camara desta Capitania está em Potengi com licença de s. ex. e dos supremos conselheiros, trabalhando por aggregar ahi uma população que dê começo a uma cidade; dará ahi suas audiencias, e para este fim levantará uma casa publica, contribuindo os moradores cada um conforme as suas posses.
>
> Até onde é povoada, terá esta Capitania cerca de 25 a 30 leguas de littoral... Na Capitania ha os dois seguintes engenhos:
>
> 1º — Engenho de Cunhahú, que pertenceu a Antonio de Albuquerque. Foi confiscado e vendido ao sargento-mór Jorge Cartsman e ao sr. Balthasar Wyntges;
>
> 2º — Engenho Potengi (*provavelmente o antigo Ferreiro Torto*), decahido ha longos annos, e diz-se que não tem terras capazes.
>
> Nesta Capitania os moradores se occupam principalmente com a creação de gado que ahi existia em abundancia; a guerra o reduziu muito e fe-lo selvagem, mas trata-se de amansa-lo com toda a diligencia e de leva-lo aos curraes. O Rio Grande já está dando muito gado, que é conduzido para a Parahiba, Itamaracá e Pernambuco, onde serve, quer para o corte, quer para trabalhar nos carros e nos engenhos.
>
> O principal porto desta Capitania é o mesmo Rio Grande, e depois a barra de Cunhahá. Tem ainda alguns recifes e pequenas bahias, que servem para os navios e embarcações de pouco porte, como a Bahia Formosa, Ponta da Pipa, Ponta dos Buzios, Ponta Negra, a Bahia Marten Tysson, ao Norte do Rio Grande...
>
> Nos districtos de Olinda, Itamaracá e Parahiba, o Collegio dos escabinos se compõe de cinco membros, e em Serinhaem, Iguarassú e Rio Grande de tres, e não são mais numerosos, porque os mesmos moradores no-lo pediram, allegando que, como são poucos, não devem ser muito sobrecarregados com o serviço, até que os Hollandezes ahi se estabeleçam, e se ache gente apta que sirva com os Portuguezes...
>
> Aos fortes da Parahiba segue-se, para o Norte, o *Castello Ceulen* do Rio Grande, situado sobre o arrecife de pedra na entrada da barra. Construido de pedra e cantaria, é mui elevado e tem mui grossas e fortes muralhas. Na frente, para o lado de terra, tem uma especie de hornaveque, isto é, uma cortina com dois meios bastiões, providos, segundo o velho estylo, de orelhões e casamatas. Deante dos outros tres lados ha tenalhas. Este forte está sujeito ás altas dunas, que ficam a tiro de arcabuz e são tão elevadas, que dellas se póde ver pelas canhoneiras o terrapleno, e dahi fuzilar os do castello, que se dirigem para as muralhas. Quando nós o cercámos, assentámos a nossa artilheria sobre as dunas, e fizemos um fogo tal, que ninguem podia permanecer na muralha. Mas este defeito foi remediado, levantando-se sobre a muralha da frente, contra o parapeito de pedra, um outro de terra á prova de canhão, e com isso todo o forte, da parte de cima, está coberto e resguardado. E, como de maré cheia este forte fica cercado d'agua e tem de resistir ao embate do mar, está um pouco damnificado na parte inferior, o que se reparará, construindo de pedra e cal um novo sopé.
>
> O forte *Ceulen* está bem provido de artilheria: além das peças que nelle foram tomadas, puzeram-lhe mais duas de calibre 4, que estavam nas caravelas que achámos no rio, quando o fomos cercar. »

E eis o que era então o Rio Grande do Norte !...

Sete annos mais tarde, após os massacres do Cunhahú, do engenho de Lostau e do Uruassú, a elle se referia uma memoria conhecida (*Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, n. 32):

> « Os indios brasilienses (*eram assim chamados os Potiguaras e os demais indios das tribus tupis*) e os Tapuias mataram a todos os portuguezes que poderam haver ás mãos em redondezas de 20 leguas, de modo que aquelles logarés estão muito assolados (*desolat*); os selvagens tapuias querem agora faze-lo duramente á sua vontade como donos. »

Donos eram elles, de facto, porque, sem poiso certo e em continuas migrações, preferiam á obediencia duradoira, que não lhes podia ser imposta em terras despovoadas, a vida errante de senhores dos campos.

Os dominadores tentaram dar-lhes organização á parte, convocando para isso uma assembléa, que se reuniu na aldeia de Tapisserica (provavelmente nas vizinhanças do riacho deste nome, affluente do Ipojuca, em Pernambuco), em 30 de Março de 1645, e apresentaram aos membros do Supremo Conselho (3 de Abril) varias propostas, que foram approvadas e pelas quaes ficaram com o direito de elegerem os seus governadores e Camaras (vide *Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, vol. XII, pag. 413, e Pedro Souto Maior, *Fastos Pernambucanos*, na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 75).

Essa concessão não collimava, porém, effeitos praticos. Era uma mystificação. O gentio do Ceará havia morto, no anno anterior, os seus algozes, para subtrahir-se á condição de servo a que estava reduzido; e os Hollandezes, para acalmar agitações, que não eram improvaveis em outras capitanias, tiveram que transigir, afim de não perderem um auxilio que tão precioso lhes era nas luctas de exterminio em que se vinham empenhando com os insurgentes.

Estes, tomados de desvairamentos e de delirio, sentiam-se fortes para as vindicações com que os acompanhavam em suas allucinantes orgias de sangue. E é assim que, confirmada a noticia do que succedera de Julho a Outubro, fazem seguir para o Rio Grande o capitão Barbosa Pinto, que se detém com suas forças no Engenho de Cunhahú. Ahi é procurado pelo inimigo. Não lhe vira as costas: fortifica-se em um logar elevado, no meio dos alagados, acceita o combate e repelle a investida, retirando-se depois para a Parahiba, onde, em Dezembro, chega Camarão com poderoso reforço. Unem-se os dois, batem os Tapuias e marcham para o Cunhahú, assignalando a sua passagem por profundos vestigios.

O Supremo Conselho, vendo ameaçadas as campinas rio-grandenses, donde tira gado e farinha para o abastecimento do Recife, organiza um corpo de exercito, que manda contra o invencivel chefe potiguar.

A 27 de Janeiro de 1646, trava-se a peleja sobre o mesmo terreno em que se ferira a anterior, — uma ilha, não muito distante do engenho (é a *Ilha do Maranhão*, onde existe actualmente uma importante usina de fabricar assucar, no Municipio de Canguaretama), — e no qual fôra cuidadosamente ordenada a defesa.

A victoria sorri, mais uma vez, ás armas insurgentes; e os invasores, lamentando a perda de cento e tantos mortos, e com grande numero de feridos, buscam abrigo á sombra do Forte Ceulen, esperando soccorros, que com presteza lhes são enviados (Santiago, cit., dá uma descripção muito completa desse combate: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 41, parte primeira, pags. 407 e seguintes).

Quatro dias estiveram ainda os vencedores em Cunhahú; mas, não convindo, por prudencia, avançar em perseguição dos vencidos, e não devendo manter inactivas forças que eram mais necessarias em outros logares, retiraram-se para a Parahiba, donde Camarão mandou o capitão João de Magalhães a Pernambuco, comboiando 200 cabeças de gado e encarregado de conduzir armas e munições; de que havia falta.

A importancia da campanha ao Norte era cada vez maior, e para alli partiu Vidal de Negreiros (24 de Fevereiro de 1646), levando seis companhias. Sua marcha foi rapida e seus golpes certeiros. Em poucos dias, eram batidos os Hollandezes, que se recolheram aos seus fortes, e destroçados os indigenas; o interior estava calmo e o mestre de campo, dando reforços consideraveis a Camarão, fa-lo seguir novamente para o Rio Grande, e volta a reunir-se ao grosso das forças pernambucanas, a que já em fins de Março se achava incorporado.

Como sempre, Camarão cumpriu fielmente a commissão de que fôra incumbido, e, em começo de Abril, chegava ao Recife a noticia de que elle "entrara segunda vez na campanha e talara de tal maneira a terra de todo o reconcavo, que não deixara edificio que não consumisse o fogo, pessoa que não degolasse o ferro, gado de que se não aproveitasse o roubo, mantimento que não destruisse o braço, e dentro da mesma fortaleza coração que não intimidasse a ira..."

Esse desastre não veio só. Seguiu-se-lhe o assassinato de Jacob Rabbi, o feroz conselheiro e cumplice dos Tapuias, que ameaçadoramente reclamaram a entrega de Gartsmann, para virgar nelle a morte do seu cruel alliado. O Supremo Conselho não podia deferir semelhante reclamação; mas, inquieto pela attitude que elles poderiam assumir, teve de prender aquelle militar e commissionar os capitães Moucheron e Deniger para, no Rio Grande, syndicarem do facto (*Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, n. 32, pags. 187).

Apurou-se do inquerito que, cumprindo ordens do seu superior, coronel Gartsmann, o alferes Jacques Boulan mandara dois soldados executar o crime, que se deu no dia 5 de Abril de 1646, a 3 leguas de Natal, quando a victima sahia da casa de Johan Miller, onde estivera com o referido coronel e outras pessoas. Quanto ás suas causas, porém, subsistem ainda hoje duvidas bem fundadas, pensando alguns, como Souto Maior (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 75, pags. 272 a 275) que o roubo foi o movel do homicidio.

Rabbi era um allemão aventureiro, que estava havia longos annos no Brasil, e que, vivendo no meio dos Tapuias, que o estimavam, descera com elles, após a conquista da Capitania, para as proximidades do Forte Ceulen, onde residia com uma india, que tomara por mulher. Devia ter um rico espolio, adquirido nos morticinios e rapinagens em que se celebrizou, mas esse espolio não era por certo de ordem a fascinar Gartsmann, que, desde 1634, exercia influencia preponderante e decisiva no Rio Grande, onde, ainda capitão, fôra o primeiro commandante do *Forte dos Reis* depois da occupação hollandeza, adquirindo, por compra, juntamente com Wintges, em 15 de Junho de 1637, o Engenho Cunhahú, que fôra confiscado (Relação annexa ao *relatorio* de Nassau em 1638: *Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, n. 34).

Facil lhe seria, portanto, tirar em todas as occasiões melhores proveitos das devastações e dos saques, sem recorrer ao assassinato de Rabbi, um docil instrumento nas mãos dos invasores.

E' mais natural que mandasse eliminar aquelle faccinora para desaggravo da offensa que soffrera em sua auctoridade

e interesses com a destruição daquelle engenho, quando já lhe pertencia, ou para punir a morte dos parentes de sua mulher, que era portugueza, e que, depois da matança de Uruassú, fôra amparo e protecção das viuvas de alguns trucidados. A este respeito escreveu Santiago (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 41, pag. 178):

«Succedeu que, mortos estes homens, levou a mulher de Gusmão, governador da Fortaleza do Rio Grande, a algumas das viuvas para sua casa, obrigando-se a entrega-las, que se demoveu a compaixão della por ser portugueza; logo naquella noite, ouvindo esta mulher do Gusmão uma suavissima musica, chamou ao marido que, com alguns hollandezes com que estava, ficou em grande maneira admirado, e a mulher tambem accordou as outras si é que dormiam, estando com tanta tribulação e tristeza, e tambem as suas escravas para que ouvissem a musica que ia no céo, e tanto celestial para aquella parte de onde haviam morto a seus maridos (cujos corpos ficaram sobre a terra sem sepultura nenhuma, e os membros tão divididos em partes, que não se conheciam quaes eram os de cada um), do qual caso milagroso testificou a sobredita mulher e as mais que alli estavam, como coisa certa e manifesta, a todos que ouviram a musica por algum espaço de tempo.

Na cerca de onde tinham sahido os moradores a padecer, estava entre outras uma menina, filha de Diogo Pinheiro, de edade de 8 annos, chamada Adriana, e dando-lhe vontade de chorar entrou para uma casinha por não ser vista, aonde achou uma mulher com azorrague na mão, e lhe disse: Cala-te filha que com este açoute que aqui vês hão de ser castigados estes que fazem estas crueldades, como logo saberás. Afflicta a menina sahio para fóra, e vendo as mulheres a mudança della lhe perguntaram o que tinha, e ella como assombrada contou o successo, e dahi a pouco chegou a nova dos innocentes mortos, que certo bem parece que a Virgem Senhora Nossa mostrava ter tomado a seu cargo o castigo destes malfeitores; e é para considerar que dentro de poucos mezes foram os flamengos que executaram estas tyranias mortos quasi todos pelos nossos capitães e pelo Camarão, que foram á campanha do Rio Grande a vingar esta maldade, e o mesmo fizeram a muitos indios *pitiguares* e *tapuias*, não se eximindo do castigo divino o cruel hollandez Jacob, que no mesmo Rio Grande, dentro de breve tempo, foi morto por mãos de Gusmão, o qual, como era casado com portugueza, extranhou suas crueldades e permittio Deus que um mesmo flamengo de sua nação o matasse. »

As chronicas daquelle tempo estão cheias de lendas e milagres, como estes. Não é de admirar, porque o espirito simples e inculto dos camponios acceitava, sem exame, tudo que era sobrenatural e tocava á sua fé sincera e ardente.

Qualquer que fosse a razão do assassinato de Rabbi, o que é incontestavel é que o facto contribuiu para afrouxar a dedicação dos indigenas aos invasores, cuja situação peorava dia a dia, por toda parte. Desde 1 de Janeiro de 1646 que o novo *Arraial do Bom Jesus*, construido nas immediações do Recife, e dispondo de forte artilharia transportada de Porto Calvo e Penedo, tolhe os seus movimentos e offerece uma base segura para a concentração do exercito libertador, que os asphyxia com uma linha de defesa, desenvolvida em semi-circulo, desde os Afogados até Olinda.

«Um anno depois que rompeu a insurreição, todo o dominio hollandez está conflagrado. A campanha, principalmente no Sul, está em poder dos insurrectos. Apenas nas duas capitanias do Norte (Parahiba e Rio Grande) as maltas de selvagens, que os intrusos insuflam, ainda senhoream parte do interior. Mas ainda por alli Camarão e os capitães da terra affrontam os dominadores e seus alliados. Todos os districtos do Sul, do Recife para baixo, estão sob o dominio dos patriotas. A Cidade está quasi sitiada. Os proprios caminhos de Olinda estão tomados. Sentindo crescer o perigo em torno, concentram-se os Hollandezes na ponta do isthmo e nos fortes da ilha, isolando-se do continente, destruindo a Ponte da Boa Vista e os edificios que lhes eram inuteis na guerra. O Recife agora está reduzido á condição de presidio militar. » (Rocha Pombo, *op.* cit.)

Mas os Hollandezes têm sempre uma porta aberta para o mar, e aos patriotas não é dado contrapôr-lhes alli a sua acção.

Demais, as delicadas relações politicas de Portugal com a Hollanda não permittiam uma manifestação franca de d. João IV em favor do levante. Impunham-lhe, pelo contrario, a obrigação de, apparentemente, procurar abafa-lo, expedindo ordens que, se cumpridas, seriam a derrota inevitavel dos insurgentes. Entre estas, figura a retirada de Martim Soares Moreno e Vidal de Negreiros, com os seus terços. E' exacto que o ultimo destes mestres de campo não se submetteu, assim como não se submetteram os soldados; mas o afastamento de Moreno foi uma nota de desanimo.

O proprio governador geral, Telles da Silva, recommendava, ás vezes, providencias absurdas, como a da destruição dos cannaviaes, para incorporar ao exercito os moradores que trabalhavam nos engenhos e aproveitar em seu sustento grande numero de bois que nelles existiam. Essa medida, embora executada apenas em parte, foi, como outras, um grande erro.

Já então, porém, as contrariedades não detinham os bravos combatentes, a quem os estos de patriotismo e o calor de uma fé religiosa, que não arrefecia nunca, alentavam na convicção de que a victoria final havia de pertencer-lhes fatalmente. Fazem, por toda parte, a guerra volante, mas não cedem jámais das posições occupadas; e, quando Sigemundt von Schkoppe e Hinderson voltam ao Brasil (Julho ou Agosto de 1646: vide nosso trabalho *Dominio Hollandez no Brasil*, cit.), é nellas que se fortalecem para enfrentar o inimigo.

Sigemundt estava convencido de que a resistencia ia tornar-se impossivel, e só quando se vê abandonado da fortuna, que o bafejara outr'ora, é que acredita não ser uma simples nuvem o que empanava o brilho das armas flamengas, mas o empallidecer da estrella que as guiara em dias idos.

Os insurgentes haviam deixado o interior e, — reunidas todas as suas forças, — é nos suburbios da propria capital que affrontam o poder dos invasores. Schkoppe não se demora em iniciar contra elles as escaramuças e os combates. Raramente, porém, o exito corôa os seus esforços. O terreno está todo minado; e elle reconhece que é necessario dar nova orientação á guerra, recorrendo ás diversões. Mas para o Norte ellas são inuteis. A Parahiba e o Rio Grande estão desertos: os moradores que escaparam ás carnificinas se haviam retirado para Iguarassú, Goiana, Varzea, Cabo e terras do Sul. Ordena a Hinderson que siga para Penedo. Este parte, levando oito barcos, protegidos por 10 navios do almirante Lichthardt.

A guarnição da villa, apanhada de surpresa, procura refugio no acampamento de Francisco Rabello, que guarda a fronteira da Bahia, e, uma vez por outra, vem perturbar a obra do forte, que se esforçam por construir alli. Perdas repetidas, em encontros diversos, forçam-nos, em Abril de 1647, a abandonar aquelle ponto, onde grandes revezes os feriram, não sendo dos menores a morte de Lichthardt, que falleceu pouco depois da sua chegada.

Schkoppe nada adeantara ainda em Pernambuco; e volve as suas vistas para a Bahia, onde occupa a Ilha de Itaparica. A permanencia dos Hollandezes foi alli de 10 mezes; mas os damnos e prejuizos causados na ilha e no Reconcavo só indirectamente se reflectiam na cidade e em nada influiram para serenar o arrojo dos insurgentes de Pernambuco, que apertavam cada vez mais o cerco do Recife, obrigando o Supremo Conselho, por isto e pela noticia da proxima chegada de uma esquadra portugueza, a chamar Schkoppe, que deixou a Bahia em 14 de Dezembro de 1647.

Durante a ausencia de Schkoppe, isto é, durante quasi todo o anno de 1647, os patriotas, conservando-se fortes e ameaçadores nos seus acampamentos do Arraial e da Varzea, não se esquecem do Norte.

« E' de lá, da Parahiba e do Rio Grande, que ambas as parcialidades belligerantes recebem munições de bocca; e nunca deixou, por isso, de ter grande valor a posse daquellas capitanias. Mesmo não podendo reconquista-las e menos ainda mante-las, preferem ter abertas, como sempre tiveram, aquellas vastas paragens ás incursões que por alli faziam, não só para inquietar o governo do Recife, como para se proverem do gado e de outros artigos de consumo. »

Em Maio, chegaram avisos de que na Parahiba os invasores estavam cultivando as terras e aproveitando os cannaviaes, que não tinham sido inteiramente destruidos, quando os moradores se retiraram, e no Rio Grande de que estavam em vesperas de fazer moer o Engenho Cunhahú. O sargento-mór Antonio Dias Cardoso é incumbido de tirar-lhes esses recursos, e segue, a 16 daquelle mez, acompanhado de 337 homens, dos quaes destaca 160, sob o commando do capitão Cosme do Rego Barros, para assaltar aquelle engenho e todo o seu districto.

O inimigo resiste; mas Rego Barros lança fogo ao engenho, arrebanha o gado que póde, volta á Parahiba, encontra-se com Dias Cardoso, que alli fizera consideraveis estragos, e juntos regressam ao Arraial, conduzindo muitos prisioneiros, principalmente escravos foragidos e mulheres extraviadas, "a quem libertaram da força e da injuria" e cerca de trezentos bois.

Pouco mais de tres mezes depois, a 24 de Agosto, Vidal de Negreiros invade novamente o Rio Grande; e, emquanto se bate com o inimigo no Cunhahú, ordena ao capitão João Barbosa Pinto que retire do Ceará-Mirim o gado que fosse encontrado. Este desempenha a commissão, vindo em seguida operar a juncção das suas forças com as de Negreiros, que logo retorna a Pernambuco, sem grande exito na incursão. Henrique Dias, porém, vai ser mais feliz. A 23 de Novembro, parte com o seu terço e algumas companhias do terço de Camarão. "Primeiro era descoberto pelo damno que pelas noticias", e, em começo de Janeiro de 1648,

« avistou um sitio, que chamam as Guareiras (no actual Municipio de Arez), onde o inimigo sustentava uma casa forte no centro duma lagôa larga e funda, dentro da qual, como em ilha, se alojavam todos os indios e escravos que o Hollandez occupava nas roças e lavoiras daquelle terreno; e se recolhiam os fructos e os roubos de que se sustentavam, guardados e defendidos de 40 Hollandezes, que com outros soldados indios guarneciam a fortificação; constava esta de casa forte cercada de duas trincheiras bem obradas.

Depois de exortar seus soldados com palavras de confiança e o rosto socegado, disse-lhes o caminho e o modo como haviam de avançar e ganhar a fortificação; e, não lhes interpondo duvida entre o investir e o vencer, os metteu ao assalto. Lançaram-se á agua, e com ella pela cinta acommetteram á escala. Defenderam-se os Hollandezes com ardor, favorecidos da vantagem do sitio; mas não poderam impedir que os nossos tomassem terra, e ganhassem a primeira trincheira. Entre esta e a segunda se travou renhido combate; mas o furor dos nossos levou o inimigo de vencida, e bem depressa cahiu a segunda trincheira em suas mãos. O cabo hollandez, vendo perdida toda a esperança, se metteu com cinco companheiros numa canôa, furtada aos olhos dos seus, para salvar as vidas. Escalaram os nossos a casa forte com tibia resistencia, e levaram tudo á ponta de espada, não perdoando o sexo nem a edade. Durou o conflicto desde a primeira noite até pela manhan, e foi com a claridade do dia que se pôde conhecer o estrago. Morreram nesta occasião todos quantos, Hollandezes, indios e negros, havia na fortificação, excepto os cinco que fugiram. Dos nossos perderam a vida tres soldados, e ficaram muitos feridos. Gastou-se o dia, que foi o de 6 de Janeiro de 1648, em recolher os despojos, curar os feridos, enterrar os mortos, e tomar refeição do trabalho entre as congratulações da victoria.

Em 7 do mesmo mez, marchou o governador Henrique Dias para o Engenho Cunhahú, onde achou o Hollandez bem fortificado, com muita gente de presidio, e não menos soberbo pela ditosa resistencia com que se havia defendido do mestre de campo André Vidal, nos dias passados. Fez alto em frente do inimigo e á cara descoberta mandou por um trombeta uma embaixada ao Flamengo, dizendo-lhe que sem dilação se rendesse, e se lhe faria bom partido, antes que os seus chegassem a desembainhar a espada, porque com ella na mão nem a obediencia os obrigava nem a commiseração os detinha; que achava testemunha desta verdade no successo do dia antecedente, acontecido nas Guarairas, exemplo com que desenganadamente se poderia aconselhar sua deliberação; que se aproveitasse com prudencia da escolha que em sua mão punha a fortuna. Perplexo ficou o Flamengo com um tal proposto; com palavras equivocas respondeu ao enviado, pensando ganhar tempo com sagacidade; porém Henrique Dias, que conheceu o ardil, mandou segunda embai-

xada ainda mais terminante; e, como tardasse a resposta, sem mais gastar palavras, mandou a seus soldados que toda a lenha que estava junta para o serviço do engenho, chegassem á fortificação inimiga em circulo. Executou-se a ordem com estranha presteza; e sem duvida que tudo ardera, se ao tempo de se lhe pôr fogo, não sahira de dentro uma mulher portugueza, casada com Flamengo; pedindo a Henrique Dias quartel para os cercados. Concedeu-lhe as vidas, e lhe abrirão as portas. Saquearão os nossos as fazendas, munições e armas, arrasarão a fortificação e o engenho; levarão prisioneiros a todos os rendidos; e, assolada a campanha, voltarão para o Arraial, onde chegarão com prospero successo, e fizerão entrega aos governadores dos captivos e das armas, ficando-se com os mais despojos. » (Fr. Rafael de Jesus, *op.* cit.)

Estes e outros factos que se deram, ao tempo, em pontos diversos, não passavam, entretanto, de episodios secundarios da campanha. Em Pernambuco é que esta se tem de decidir e, para isso, se preparam uns e outros.

Schkoppe, de volta da Bahia, faz escaramuças em Itamaracá e auctoriza investidas contra Iguarassú e Goiana, com resultados favoraveis; mas só depois de 18 de Março de 1648, quando chega ao Recife uma expedição de soccorro sob o commando do almirante Corneliszoon de With, é que elle, investido da suprema auctoridade da colonia, a conselho de Nassau, que se recusara a voltar ao Brasil, se resolve a activar a guerra, dando cumprimento a ordens vindas da Hollanda.

Ahi já ninguem se enganava com os processos dilatorios da diplomacia portugueza; e a Côrte de Lisboa, apprehensiva ante a marcha das negociações entaboladas entre os governos de Haya e de Madrid para um tratado definitivo de paz,— que veio a assignar-se naquelle mesmo anno,— procura dar arrhas de sua sinceridade, e desviar o golpe de que estava ameaçada, mesmo na Europa, substituindo o governador geral Antonio Telles da Silva pelo conde Villapouca, Antonio Telles de Menezes, que aportara á Bahia em 22 de Dezembro do anno anterior. Os reforços que o deviam acompanhar não eram de grande monta: umas companhias destacadas do Exercito do Reino e algumas forças organizadas nas ilhas pelo mestre de campo Francisco Figueirôa, que em 1630 fôra capitão do Forte de S. Jorge, em Pernambuco, onde, mais tarde, viria operar com os seus regimentos ao lado dos insurgentes. A estes se deparou, pouco depois, um poderoso auxiliar na pessoa de Francisco Barreto de Meneses, que, enviado da Metropole, cahira em poder dos Hollandezes, sendo transportado ao Recife, onde permaneceu preso durante muitos mezes, até que, em 23 de Janeiro de 1648, conseguiu fugir, em companhia de Francisco de Brae, filho de seu carcereiro.

Francisco Barreto era militar destemido, cuja capacidade e valor já haviam sido comprovados mesmo nas capitanias do Norte, pois fôra dos capitães que, com Luiz Barbalho, fizeram a travessia de Touros á Bahia, em 1640; e a Metropole, nomeando-o, em 12 de Fevereiro de 1647, mestre de campo general, para pôr-se á frente dos patriotas, tivera em vista dar-lhes unidade de commando e imprimir ás operações de guerra a direcção mais conveniente. A sua prisão impedira-o de cumprir as ordens que recebera, e, chegando ao Arraial, teve de aguardar novas instrucções do conde de Villapouca, limitando-se "a acudir com as advertencias necessarias a que os governadores dispuzessem com prevenção em todas as coisas que necessitavam della".

A 16 de Abril, estavam em suas mãos as instrucções esperadas da Bahia e, de accôrdo com ellas, era logo reconhecida a sua auctoridade de general, sem que o facto "despertasse susceptibilidades entre os chefes da guerra, como seria de temer".

Tres dias depois, a 19 de Abril, fere-se a primeira batalha dos Montes Guararapes, em que se cobrem de loiros as armas insurgentes.

Ninguem, dahi em deante, duvida mais dos resultados da campanha. O Governo de Lisboa repelle qualquer proposta que não exclúa a entrega das capitanias occupadas pelos Flamengos: e o governador geral, que fizera guarnecer a fronteira do S. Francisco por algumas companhias, para proteger a fuga dos Pernambucanos, convencido, como estava, de sua inevitavel derrota, apressa-se em mandar que a elles se vá reunir o mestre de campo Francisco de Figueirôa, com o seu regimento de ilheus.

Recolhidos ao Recife, os vencidos deixam-se tomar de desanimo. Tortura-os a maior incerteza, domina-os um geral esmorecimento. Haviam-se apoderado de Olinda; mas perderam-n'a, depois que Barreto de Meneses volta ao Arraial, tendo de lamentar a morte de 150 soldados, sacrificados pelo terço de Henrique Dias. Tentam algumas sortidas por Santo Amaro e pelo Forte da Barreta, e são repellidos. Instam por auxilios da Europa, e de lá chega a noticia de que Salvador Corrêa de Sá retomara Angola e de que a Ilha de S. Thomé cahira em poder dos Portuguezes. Appellam para o mar. De With consegue fazer diversas présas nas costas, de Maio em deante, e, em fins de 1648 ou começo de 1649, alguns navios devastam o Reconcavo (Bahia), destruindo 23 engenhos. Mas, mesmo no oceano, a sorte lhes vai ser adversa, porque se approxima o dia em que as nossas aguas territoriaes serão sulcadas pela frota da Companhia Geral do Commercio do Brasil, destinada a dar aos insurgentes, em opportuno ensejo, a collaboração de que precisam, para apertar, por terra e por mar, o cerco do Recife até á evacuação da praça.

O anno de 1648 é, pois, um anno propicio á causa dos patriotas. Poucos são os acontecimentos que annuviam as suas alegrias e enthusiasmos, e destes o maior é, incontestavelmente, o fallecimento de Camarão, occorrido em fins de Agosto, na sua estancia junto á cidade sitiada. A morte como que engrandece o valente filho das encantadoras margens do Potengi, e é depois que elle baixa ao tumulo que aos olhos de todos se apresenta, na plenitude de sua majestade, a imponente figura do heróe potiguar (depois que Porto-Seguro reivindicou para o Rio Grande do Norte a naturalidade de Camarão, vão desapparecendo, pouco a pouco, as divergencias dos que a disputavam para o Ceará e Pernambuco; Luiz Fernandes, em meticuloso estudo publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, exgottou, por assim dizer, este assumpto).

Choram-n'o com inexprimivel pesar e prestam-lhe, com piedosa magua, o tributo da mais imperecivel saudade. Não se deixam, entretanto, abater pela dor immensa e continuam a honrar a memoria veneranda do guerreiro cahido, imitando as suas nobilissimas acções nas pelejas que se vão seguir.

Em começo de 1649, discute-se no Recife o que ha a fazer. Os officiaes aconselham uma diversão ao Rio de Janeiro; mas o Supremo Conselho prefere um feito de armas no interior. E esta opinião prevalece, contra o parecer de Schkoppe, ferindo-se, a 19 de Fevereiro, a segunda batalha dos Guararapes, na qual os Hollandezes, sob o commando do coronel Brinck, mordem, mais uma vez, o chão da derrota.

A victoria dos insurgentes foi um desastre irreparavel para os invasores, que, desde então, marcham para a sua completa ruina.

Schkoppe tivera razão, oppondo-se á temeraria resolução por outros tomada e, sem sua responsabilidade, levada a effeito. Elle sabia, por experiencia pessoal, que Vidal e Vieira não blasonavam, ao estabelecer a differença entre os seus soldados e os da companhia: "aquelles acautelavam o proprio, estes conquistavam o alheio; os primeiros pelejavam por honra, os segundos serviam por paga; uns defendiam a vida, outros venciam o soldo".

A datar da segunda batalha de Guararapes, o viver dos intrusos é um constante agonizar de força e de poder. Para elles estava virtualmente perdida a colonia. Os cinco annos que lhes restavam de dominio escoam-se tristemente por entre afflicções e fadigas. Não são assignalados por factos memoraveis; embates e encontros periodicos, sempre mal succedidos, nos arredores da cidade; mallogro de um desembarque no S. Francisco, em 15 de Janeiro de 1651; devastações levadas a cabo no Rio Grande, por Pinto Barbosa e Dias Cardoso, em Julho daquelle anno e Maio de 1652; e nada mais. Da Europa é impossivel que venham recursos: a guerra da Hollanda com a Inglaterra, de que foi motivo occasional o *act of navigation*, absorve a attenção do Governo de Haya até 1654.

Os Flamengos ficam isolados e impotentes para a reacção. E' então que os insurgentes combinam e desferem o golpe mortal, servindo-se do concurso de uma esquadra da Companhia Geral de Commercio do Brasil (creada por alvará de 6 de Fevereiro, teve seus estatutos approvados a 8 de Março de 1649), que appareceu, em 20 de Dezembro de 1653, ao Norte do Recife, comboiando, com 13 navios de combate, 64 embarcações mercantes. Eram almirante e vice-almirante dessa esquadra Pedro Jacques de Magalhães, depois primeiro visconde de Fonte Arcada, e Francisco de Brito Freire, mais tarde governador de Pernambuco (1661-1664), os quaes, no mesmo dia e proximo a Olinda, assentaram com Francisco Barreto e os mestres de campo Vidal, Vieira e Figueirôa bloquear a praça por mar, emquanto elles, com o seu exercito de tres mil e tantos homens, a atacariam por terra.

As operações foram conduzidas com rapidez e felicidade. A esquadra distendeu-se, desde logo, em linha, de Olinda até á confrontação da Barreta, impedindo a entrada e sahida de quaesquer barcos no Recife, e o exercito,— feitos com precisão e urgencia os estudos e as obras para a execução de um plano regular de assedio,— inicia o ataque na manhan de 15 de Janeiro, pelo Forte das Salinas (ou Casa do Rego, em Santo Amaro). Combateu-se durante todo o dia e parte da noite, com pequenos intervallos, e, pela madrugada de 16, rendiam-se os inimigos.

A 19, é tomado o Forte de Alternar, que dominava inteiramente a Cidade Mauricia, e os sitiados recolhem as guarnições de todos os reductos, despejando as fortalezas do lado do Sul e as do isthmo, que vai para Olinda, e concentram-se no forte estrellado das Cinco Pontas e numa posição abandonada que delle distava umas duzentas braças (denominava-se Amelia ou Melhou, tinha quatro baluartes e era cercado de um fosso que se enchia de agua na preamar, difficultando a escalada). Essa posição é tomada a 22. Schkoppe tenta inutilmente reconquista-la. E' o ultimo combate que se fere. Depois delle, a 23, o general hollandez julga improficua toda a resistencia e confessa-o ao Supremo Conselho, que, submettendo-se ás contingencias do desastre, solicita a nomeação de tres delegados, que, com outros tres por elle indicados, tratem das bases da capitulação. A proposta é acceita, sendo suspensas as hostilidades em terra e expedidas recommendações para que não cesse a vigilancia pelo lado do mar, donde poderiam vir soccorros de gente de Itamaracá, Parahiba e Rio Grande.

A 24, na Campina do Taborda, na vizinhança de Cinco Pontas, reunem-se os seis delegados, que eram: por parte dos Hollandezes, o conselheiro Gilbert de With, o capitão van Loo e Huybrecht Brest, presidente da Camara de Escabinos do Recife; por parte dos insurgentes, Francisco Alvares Moreira, auditor geral, Manuel Gonçalves Corrêa, secretario do exercito, e o capitão Affonso de Albuquerque.

A esses delegados foram aggregados, pelas duas partes contractantes, o coronel van der Wall e Vidal de Negreiros, incumbidos de discutir as negociações no que dissessem respeito a assumptos propriamente militares.

A 25, era assignada a capitulação (vide os artigos da capitulação, na integra, em Porto-Seguro e Rocha Pombo, *op.* cit.) e, a 28, entrava triumphalmente no Recife, occupado na vespera pelo exercito insurgente, o general Francisco Barreto, que, a 1 de Fevereiro, mandava que Francisco Figueirôa, com 850 soldados, seguisse por terra para tomar conta dos fortes da Parahiba e Rio Grande, os quaes foram encontrados abandonados, por terem os Hollandezes, prevenidos a tempo, podido fugir em alguns barcos de que dispunham. Itamaracá foi entregue ao capitão Manuel de Azevedo, e do Ceará,— onde governava Gartsmann, que embarcou para a Martinica, morrendo alli pouco depois, — tomou posse o capitão Alvaro de Azevedo Barreto.

Em Maio de 1654, o dominio portuguez estava restaurado em todas as capitanias anteriormente occupadas pelos Hollandezes. A expulsão destes era um facto. Foi um bem ou foi um mal? Se a questão fosse posta em outros termos, isto é, de saber se, conquistado primitivamente por outro povo, o Brasil teria tido sorte differente da que teve, ainda admittiamos que podessem ser discutidas as excellencias illusorias da colonização dos Flamengos. Mas não foi isto o que se deu. Quando elles aqui chegaram, foi para apoderar-se de uma colonia em franco desenvolvimento, colhendo os fructos do trabalho e dos esforços de outros. Raça, religião, lingua, costumes, familia, interesses, tudo nos prendia já aos Portuguezes: a sua acção seria, pois, necessariamente perturbadora. E, se realizaveis os seus designios, que chamariamos hoje de imperialistas, não cremos que melhor tivesse sido o nosso futuro.

Ninguem contesta que os processos usados pelos governos da Metropole deixavam muito a desejar; mas os dos intrusos não lhes eram superiores. O erro vem de se querer compara-los com os que foram postos em pratica por Nassau, que constituiu uma excepção. A regra, antes e depois delle, foi sempre outra; e, a julgar pelos resultados, — unico criterio seguro,— o parallelo é inteiramente desfavoravel aos Hollandezes. Estes, até agora, nada fizeram como povo colonizador: as suas colonias ahi estão, para attestar a sua obra negativa. Basta olhar para Java, com a sua população

dividida em castas e transformada em campo de exploração, donde se drenam para a Europa as suas riquezas. A America, ao contrario, offerece toda ella a prova da energia com que Portugal, Hispanha e Inglaterra prepararam, com a fusão de raças diversas, Patrias novas, para a vida da civilização e da liberdade.

Mesmo sob o ponto de vista dos melhoramentos materiaes, o legado dos invasores foi quasi nullo. Excepto no Recife,— onde tudo que se fez foi devido á iniciativa pessoal de Nassau,— os traços e vestigios de sua passagem ou permanencia em terras brasileiras não ficaram assignalados sinão pela reconstrucção de fortes ou por algumas obras de defesa. O Rio Grande do Norte é bem um exemplo disto.

Em Natal, a que denominaram Amsterdam (M. T. Alves Nogueira, *op.* cit., pag. 152), nada existe do tempo dos Hollandezes; alli apenas fizeram concertos e reparos no Forte dos Reis.

Existirá, porventura, alguma coisa no interior?

Tambem não. Os nucleos de população mais importantes da Capitania, além da capital, eram os dos engenhos Cunhahú e Ferreiro Torto; mas estes, transmudados em theatro de innominaveis carnificinas e indescriptiveis devastações, não passavam, por fim, de montões de ruinas.

Diz-se que velhas muralhas, que se encontram na Lagôa de Guarahiras, são restos de projectadas obras de saneamento e demonstram o seu espirito emprehendedor. Engano manifesto: destinavam-se á defesa da casa forte que alli havia e a que recolhiam as guarnições, quando atacadas, como se verificou, conforme vimos, em uma das occasiões em que os negros aguerridos de Henrique Dias as levaram ao completo aniquilamento.

A ponte que se começou a construir na Lagôa de Extremoz, se data dessa epocha, não visava egualmente a attender á commodidade dos povos: era talvez exigida pela necessidade de facilitar a mobilização de forças de soccorro para o Ceará-Mirim, aonde os insurgentes iam, uma vez por outra, prover-se de gado e cereaes.

Afóra isto, não resta nem mesmo a noticia de quaesquer outros melhoramentos effectuados pelos intrusos. Se elles existiam, devem ter sido tão modestos e improficuos, como as suas decantadas expedições ao interior, cuja importancia se póde avaliar pelas que deram em resultado a descoberta das salinas. Destas, as de Mossoró eram conhecidas desde o começo do seculo, quando Pero Coelho de Sousa e outros as atravessaram a pé, depois do mallogro da colonização do Ceará; e as de Macau, comprehendidas na sesmaria concedida a Antonio e Mathias de Albuquerque e seus filhos, em 20 de Agosto de 1605, são, provavelmente, as de que fallam frei Vicente do Salvador, em sua *Historia*, concluida em 1627, e o brabantino Verdonck, na memoria que escreveu em 1630. E, não obstante, relatorios e cartas, publicados em nossos dias (Vide *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 57, parte primeira, pags. 237 e seguintes), dão as honras do seu descobrimento a Gedeon Morris e Smient, que dellas souberam tirar proveitos immediatos, para melhor servir aos interesses da Companhia, cuja politica na America foi sempre a de locupletar-se com o labor estranho, sem preparar vantagens futuras. Assim foi tudo e por toda parte.

Na terra gloriosa onde nasceu Camarão,— e que os invasores reduziram ao extremo de não ter um escabino ou um colono que a representasse na assembléa que Nassau reuniu no Recife, de 27 de Agosto a 4 de Setembro de 1640,— sómente ficou, como lembrança inapagavel do jugo flamengo, a tradição, que não morre, de provações tremendas.

III

Inicio do povoamento dos sertões e revolta dos indios

O periodo que se segue immediatamente á expulsão dos Hollandezes é um dos mais obscuros da historia do Rio Grande do Norte. Ayres de Casal (*Chorographia Brasilica*) e outros, depois delle, informam que, restaurado o dominio portuguez, parte da Capitania foi doada a Manuel Jordão, "que pereceu naufragado na occasião do desembarque", sabendo-se tambem que mais tarde (em 1689, diz Candido Mendes) houve outra doação:

> «Consta vagamente que a Capitania do Rio Grande foi doada a Francisco Barreto e tocou, com o titulo de condado a uma filha sua, que se casou com o almirante Lopo Furtado de Mendonça.» (Porto-Seguro — *Historia do Brasil.*)

Esses actos nenhum alcance tiveram, porque os donatarios se não aproveitaram da beneficencia real, revertendo á Corôa o territorio da Capitania, que, de accôrdo com os documentos conhecidos, foi effectivamente governada até o fim do seculo XVII pelos seguintes capitães-móres:

Antonio Vaz Gondim, Valentim Tavares Cabral, Antonio de Barros Rêgo, Antonio Vaz Gondim (segunda vez), Francisco Pereira Guimarães, Geraldo de Suny, Antonio da Silva Barbosa, Manuel Muniz, Paschoal Gonçalves de Carvalho, Agostinho Cesar de Andrade, Sebastião Pimentel, Agostinho Cesar de Andrade (segunda vez) e Bernardo Vieira de Mello.

Ao primeiro governo de Antonio Vaz Gondim não fazem referencia nem Porto-Seguro (*Historia do Brasil*) nem Gonçalves Dias "Catalogo dos capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte", na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XVII). E', porém, fóra de duvida que exerceu alli a auctoridade suprema, provavelmente de 1656 até 1663, conforme se verifica dos livros de registo de cartas e provisões do Senado da Camara de Natal e demonstrou-o Vicente de Lemos (*op.* cit.):

> «Novamente de posse de todo o Brasil hollandez, voltou a Metropole ao regime anterior do governo dos capitães-móres. Foi Antonio Vaz o primeiro nomeado para a Capitania em Janeiro de 1656 por seis annos, o que se deduz da patente que o nomeou pela segunda vez, a 5 de Outubro de 1672, porquanto a mencionada patente, rememorando os seus serviços durante aquelle periodo governamental, diz: "E com egual procedimento se haver no governo da Capitania do Rio Grande em que assistiu por mais de seis annos, procedendo a contento daquelles moradores, fazendo muitas obras necessarias para conservação daquella praça e Fortaleza dos Reis Magos".

Os primeiros actos de Antonio Vaz, que encontrámos registados, datam de 12 de Julho de 1659. Assim é o que concede uma sorte de terra na Ribeira do Potengi, e uma outra na de Mipibú ao capitão Francisco Mendonça Eledesma.

Em 8 de Janeiro de 1660, concede por sesmaria a Ilha de Bom Successo, na ribeira do Cunhahú, ao padre Leonardo Tavares de Mello, vigario de Nossa Senhora da Apresentação do Natal, cujas funcções exercia, havia mais de quatro annos.

Nomêa ainda a 4 de Abril desse mesmo anno para os officios de tabellião e escrivão de orphãos ao sargento reformado Francisco Rodrigues, e a Francisco de Oliveira Banhos, escrivão das datas e sesmarias.

Em 6 de Março de 1662, nomêa tambem escrivão do Senado da Camara a Domingos Vaz Coelho e, a 11 de Abril, a Francisco Lopes, escrivão da Fazenda Real.

Achavam-se eleitos desde 16 de Abril do mesmo anno, para o Senado da Camara, juiz mais velho, o capitão Francisco Mendonça Eledesma; juiz, Francisco Pires; vereador mais velho, Antonio Gonçalves Ferreira; vereador mais moço, Ignacio Pestana, e procurador Francisco Rodrigues. O Rio Grande tinha a esse tempo por guarnição duas companhias de infanteria, uma assistindo na fortaleza e outra na Cidade, subordinadas ambas ao governador de Pernambuco.

Póde-se dizer que a Capitania começava agora a povoar-se, mas ainda jazia em grande penuria.»

De facto, o Rio Grande não passava então de um vasto campo de devastações e de ruinas. A obra da colonização, tão promissoriamente iniciada antes da invasão hollandeza e que ia ser continuada depois della em condições mais favoraveis, porque o interior havia sido, em grande parte, devassado, fôra destruida quasi por completo, sendo assignalado na segunda patente de nomeação de Antonio Vaz, como um dos maiores serviços prestados por elle durante a sua primeira administração, o ter conseguido que se recolhessem á Capitania mais de 150 moradores.

Valentim Tavares Cabral, nomeado por seis annos pela patente real de 12 de Fevereiro de 1663, tomou posse a 5 de Dezembro do mesmo anno (Livro I das *Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal*), quando terminou o governo de Antonio Vaz. O regimento que, em 4 de Outubro, ainda de 1663, fôra dado a Tavares Cabral recommendava constante e solicita vigilancia em tudo que dissesse respeito á fortaleza e defesa da Capitania; determinava que fosse feito o alistamento de todos os moradores em condições de pegar em armas, obrigando-os a possui-las e passando-lhes mostra pelo menos uma vez por anno; prescrevia a sua subordinação exclusiva ao governo da Bahia; regulava a procedencia do commando de forças quando vindas de outras capitanias; dava instrucções sobre a substituição dos commandos de companhias e estabelecia a competencia para o provimento dos officios de justiça, que só interinamente e por dois mezes podia ser feito pelo capitão-mór; prohibia a sua intervenção em assumptos affectos á administração da Fazenda e da Justiça, em relação aos quaes apenas lhe cabia informar ao Governo Geral; vedava que se envolvesse em tudo que fosse das attribuições do Senado da Camara; ordenava que não houvesse appellações nem aggravos na Capitania a não ser para a Relação da Bahia, excepto quanto ás decisões do provedor e officiaes da Fazenda, que seriam para a Provedoria-mór; revogava quaesquer ordens ou estylos em contrario ás suas determinações. Por fim, declarava d. Vasco Mascarenhas, conde de Obidos, que fôra quem expedira esse regimento em 1 de Outubro de 1660 para todos os capitães-móres e quem mandara que fosse observado por Tavares Cabral, que esperava se houvesse de modo a corresponder á sua confiança "dando logo conta e com o maior cuidado das materias de maior importancia para que mandasse o que mais conveniente fosse do serviço d'el-rei".

Um dos artigos do regimento prohibia expressamente que o capitão-mór fizesse concessões de sesmarias. Elle, porém, as fez, figurando entre os que as obtiveram João Fernandes Vieira, com uma de 10 leguas de comprimento e outras tantas para o sertão, a começar da Barra do Ceará-Mirim, correndo pela costa, até Touros. Essa concessão foi de 22 de Junho de 1666, tendo o concessionario tomado posse da mesma pelo seu procurador, padre Leonardo Tavares de Mello, em 4 de Setembro do referido anno, perante o provedor da Fazenda, Diogo Fragoso Souto Maior, e das testemunhas Francisco de Oliveira Banhos e Manuel de Abreu Soares (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XIX).

Para assim proceder, Tavares Cabral, como o seu antecessor, se baseava numa carta do governador geral, de 16 de Março de 1660, na qual, respondendo a uma consulta de Antonio Vaz, dissera:

> «As terras devolutas que não tiverem dono póde vmcê. da-las a quem as pedir, precedendo, porém, informações do provedor da Fazenda da Capitania, advirtindo que ha de vmcê. declarar nas provisões *não prejudicando a terceiros*, porque, a todo tempo que os primeiros possuidores e seus herdeiros as procurarem, poderão entrar nellas sem impedimento, porque nós não podemos dar a fazenda alheia.» (Livro I das *Cartas e provisões do Senado da Camara de Natal.*)

Os seus successores não abriram mão da competencia que neste particular, como em relação a outros assumptos, se arrogavam, sendo certo que, quanto ao Rio Grande do Norte, varios actos do Governo de Lisboa approvaram mais tarde o procedimento dos capitães-móres, mandando que, não só no tocante ás sesmarias, como no provimento de officios e de alguns postos e jurisdicções, se guardassem as normas já estabelecidas, attendendo sobretudo a que os mesmos capitães-móres estavam na posse sem controversia dessas attribuições e havia conveniencia para as partes em que as mantivessem (Veja-se, entre outras, a carta régia de 22 de Dezembro de 1715, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XI, pag. 163).

Não ha erro em affirmar que o governo de Tavares Cabral se limitou á concessão de sesmarias e á perseguição dos indios que, uma vez por outra, vinham perturbar os estabelecimentos ruraes dos colonos; e isto se comprehende facilmente, desde que a inquietação e desassocego em que viviam estes, a sua e a extrema pobreza da terra, e a falta quasi absoluta de provisões e mantimentos, que escasseavam até para as reduzidas forças da guarnição militar, não lhe permittiam, principalmente dadas as restricções do regimento, iniciativas uteis e proveitosas.

A Tavares Cabral, que deixou o governo a 21 de Janeiro de 1670, substituiu Antonio de Barros Rêgo, cuja patente de nomeação tem a data de 13 de Fevereiro de 1668. Foi nomeado por tres annos; mas esteve em exercicio até 21 de Junho de 1673.

Os Hollandezes, durante a occupação da Capitania, haviam arrasado a primitiva matriz de Natal, e, depois de sua

expulsão, os actos religiosos eram realizados em uma casa de taipa construida pelo seu primeiro vigario, padre Leonardo Tavares de Mello. E' do tempo de Antonio de Barros o inicio da construcção do novo templo, concluido em 1694 e ampliado em 1786. Para isto se cotizaram os moradores, que tiveram o auxilio do capitão-mór; e

> « reunido o Senado da Camara a 23 de Novembro de 1672, com assistencia do desembargador Manuel da Costa Palma e do vigario da freguezia, Paulo da Costa Barros, foi resolvido com os ficis levar-se a effeito a construcção.
>
> Foram nomeados para arrecadar as esportulas já subscriptas, nos limites do *Cunhahú*, o capitão Pedro da Costa Falleiro; nas *Groahiras*, o sargento-mór Francisco Lopes; e no *Potengi* o capitão Manuel da Cruz Soares, ficando o vigario como depositario das quantias que fossem arrecadadas. » (Vicente de Lemos, *op.* cit.)

Deprehende-se desta transcripção que o movimento colonizador, que só então se accentuava de novo, estava ainda circumscripto a uma estreita faixa do littoral, de Natal para o Sul: em terras comprehendidas entre as ribeiras do Potengi e do Cunhahú, que, com as do Ceará-Mirim, onde o povoamente se desenvolveria dentro em pouco, eram justamente as melhores para a lavoira naquella epocha, como ainda hoje; mas, a partir dahi, esse movimento se accelera. A cada dia que passa, maior é o numero de colonos que, sem se descuidarem da agricultura, que desenvolvem nos valles proximos á costa, vão penetrando o interior e buscando nas facilidades da creação mais compensadoras vantagens ao seu esforço; e é do desenvolvimento da industria pastoril, por um lado, e da necessidade de conter o gentio, após constantes sublevações, por outro, que ha de vir o povoamento dos sertões.

Antonio Vaz Gondim, que substituiu Antonio de Barros Rêgo, em 21 de Junho de 1673, foi nomeado pelo prazo de três annos por patente real de 5 de Outubro de 1671. Nessa patente não figura o sobrenome de Gondim; mas este consta do registo de todos os seus actos.

As obras da egreja matriz e os reparos de que precisava a fortaleza, a concessão de sesmarias e o augmento da edificação da cidade, eis o que preoccupou Antonio Vaz em sua segunda administração; que se prolongou até 21 de Maio de 1677, quando se empossou Francisco Pereira Guimarães, nomeado a 28 de Maio de 1676. Velho e doente, este falleceu no exercicio do cargo de capitão-mór em 2 de Novembro de 1678. Foi nesse anno que o Rio Grande do Norte teve, pela primeira vez, a visita de um bispo, d. Estevam Brioso de Figueiredo, primeiro bispo nomeado para a Diocese de Olinda, após a sua creação por bulla do papa Innocencio XI, de 16 Novembro de 1676.

Morto Pereira Guimarães, assumiu o governo o Senado da Camara de Natal, que, a 3 de Abril de 1679, o transmittiu a Geraldo de Suny, nomeado capitão-mór interino pelo governador geral Roque da Costa Barretto.

Durante a administração de Suny, os donatarios de uma sesmaria concedida nas costas de Touros (Francisco de Almeida Vena, administrador das aldeias de indios, seus sobrinhos e cunhados) procuraram impedir aos colonos a industria da pesca, assim como o uso das salinas. Sobre este facto, que convém conhecer, porque desde então a todos os colonos foi assegurado o direito de se utilizarem do sal das salinas e de fazerem livremente a pesca, escreveu Vicente de Lemos (*op.* cit.):

> « O Senado da Camara, na sessão de 20 de Novembro de 1680, deliberou representar ao Governo Geral contra a prohibição e pedir a revogação da concessão sob o fundamento de serem as praias *realengas* e buscarem alli os moradores seus recursos, piscosa como era aquella costa maritima. Mandou o governador que informasse a respeito o provedor da Fazenda Real, e pelo alvará de 10 de Dezembro do mesmo anno, decidiu que a concessão feita não comprehendia as praias, a pesca e o uso das salinas; e recommendou ao Senado da Camara que fizesse intimar da decisão aos donatarios. »

Geraldo de Suny exerceu as suas funcções até 3 de Setembro de 1681, quando, por molestia, entrou no goso de licença que obtivera.

Seguiu-se a interinidade de pouca duração do Senado da Camara, pelos seus officiaes Antonio Gonçalves Ferreira e Francisco Ferreira Coelho, interinidade a que poz termo a chegada de Antonio da Silva Barbosa, nomeado pelo governador geral, ainda Roque da Costa Barretto, em 5 de Julho de 1681:

> « Não se póde precisar o dia em que este capitão-mór chegou á Capitania e assumiu seu posto; mas, pelos actos que se encontram registados, o seu governo começou, pelo menos, a 3 de Novembro do mesmo anno, como faz certo o provimento de João Corrêa para o posto de capitão de infanteria de Natal.
>
> Antonio Barbosa governou pouco mais de sete mezes, porque a 25 de Maio do anno seguinte chegou o seu successor, nomeado por patente d'el-rei, e no mesmo dia entrou em exercicio.
>
> A 24 de Dezembro de 1681, proveu a Roque Nogueira de Sousa no posto de capitão de infanteria das ordenanças da ribeira do Ceará-Mirim e a 2 de Janeiro do anno seguinte nomeou para egual posto a Estevam Velho de Moura, na ribeira do Assú, a partir do Riacho Paraibú, nas cabeceiras do Piató, até o Rio Jaguaribe e Xoró. Reza a patente que nessas paragens sertanejas foi elle o primeiro que tratou pazes com o gentio e os tinha domesticado com grande dispendio, tendo por companheiros da empresa José Peixoto Viegas, cavalleiro da Ordem de Christo; Antonio de Albuquerque Camara, coronel; Manuel da Silva Vieira, sargento-mór, além de mais 32 outros companheiros, os quaes em commum requereram a 22 de Novembro do mesmo anno e obtiveram do capitão-mór da Capitania uma data de sesmaria, consoante aos limites da patente de Estevam Velho.
>
> Esta data foi confirmada em 12 de Fevereiro de 1682 pelo governador geral do Brasil, Roque da Costa Barretto. » (Vicente de Lemos, *op.* cit.)

Seguiu-se o governo de Manuel Muniz, que, nomeado por patente real de 5 de Setembro de 1680, tomou posse a 25 de Maio de 1682. Em informação que prestou sobre o estado da Capitania, disse, em 22 de Julho de 1684

(livro II das *Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal*):

> « Que a Fortaleza dos Reis Magos, sendo uma das primeiras do Brasil, não possuia guarnição sufficiente, e faltava-lhe material de guerra. Constava apenas a guarnição de 15 a 16 praças que vinham de Pernambuco, quando outr'ora dispunha de 60 e 70. Acontecia muitas vezes, que pela mudança, ficava reduzida a cinco ou seis infantes. A munição existente compunha-se de 2 barris de polvora grossa e muito velha, 70 balas que haviam deixado os Hollandezes, 6 cunhetes de balas mosquete, 12 peças de bronze e 9 de ferro, imprestaveis. Os quarteis estavam arruinados, e accrescentava que de tudo isto tinha dado conhecimento ao governador geral da Bahia, que mandou acudir com os effeitos da Fazenda Real. Em relação aos colonos, dizia moravam uns distantes dos outros, disseminados pelos sertões, sem as precisas garantias, sujeitos á rebeldia dos Indios, que traziam sempre viva a lembrança dos Flamengos, desejando a presença de qualquer inimigo para bater os moradores. O Rio Grande podia contar com 300 homens brancos para as armas, sendo, dentre estes, 100 solteiros, que desappareceriam dada qualquer eventualidade offensiva, e os 200 eram poucos para a defesa de suas familias. A fortaleza podia dispôr, em momento dado, de 80 homens das ordenanças, que considerava insufficientes quando o inimigo tentasse se apoderar da Capitania; e, em tal caso, ficando a Parahiba inferior a todo o seu sertão, despejaria por elle os barbaros Tapuias, gente que onde anoitecia era ahi a sua morada; e, assim, toda a campanha ver-se-ia exposta a ser talada, assenhoreando-se o inimigo de todo o mantimento. Emfim, concluia o capitão-mór, vivo mettido numa casa como simples particular, sem força para prender e castigar desaforados criminosos. »

As difficuldades se aggravaram no governo do successor de Manuel Muniz, quando houve a sublevação geral dos Indios. Esse successor foi Paschoal Gonçalves de Carvalho, que, nomeado por patente real de 11 de Outubro de 1684, assumiu a administração a 30 de Agosto do anno seguinte, conforme comprova uma folha de pagamento da Provedoria da Fazenda Real existente no Instituto Historico e Geographico do Estado. De seu governo data, como dissemos, a sublevação geral dos Indios, que foi o acontecimento de maior importancia occorrido na Capitania durante os ultimos annos do seculo XVII e, a par do desenvolvimento da industria pastoril, a causa occasional do definitivo povoamento dos sertões.

A Paschoal Gonçalves, cujo ultimo acto official conhecido é de 28 de Abril de 1688 (livro II das *Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal*), succedeu Agostinho César de Andrade, que serviu a principio por ordem do governador geral e depois por patente real de 7 de Maio de 1688, segundo se deprehende do confronto de varios documentos e do que escreveram Gonçalves Dias e Vicente de Lemos. A sua posse realizou-se em Junho desse anno, não se podendo fixar precisamente o dia. Governou até 22 de Agosto de 1692, sendo a sua preoccupação maxima pacificar os indios revoltados. Dessa epocha é a seguinte informação prestada pelo Senado da Camara ao ouvidor da Parahiba, que a havia solicitado sobre os vencimentos, propinas, prós e precalços que percebiam os empregados da Capitania (carta de 18 de Maio de 1691, registada no livro III das *Cartas e Provisões*):

> « O capitão-mór tinha de vencimentos annuaes 200$ e de propinas 100$, quando se arrematavam os dizimos, que presentemente não havia pela guerra que faziam os barbaros. Percebia o provedor da Fazenda Real 50$ de vencimentos e de propinas 35$, quando havia arrematação de dizimos, sem prós nem precalços. O almoxarife e seu escrivão, o escrivão da fazenda e da alfandega não percebiam vencimentos por não ter provisão régia: os contractadores davam aos dois primeiros 20$ de propinas pela arrematação dos dizimos dos annos atrazados; e tinham os dois ultimos eguaes propinas, computando nestas os termos de arrematação, sem prós nem precalços. Não tinha o juiz ordinario vencimento algum, e pela limitação da Capitania rendia-lhe annualmente o cargo 12$. Quanto ao respectivo escrivão podia fazer 15$. O provedor dos defuntos e ausentes não percebia nem ordenado e nem emolumentos, assim como o thesoireiro e escrivão. O escrivão da Camara, pago por esta, tinha 10$ annuaes sem prós e precalços, e nas mesmas condições percebia o alcaide 6$. Finalmente, os dois tabelliães do publico e judicial podiam fazer por anno 30$000. »

Agostinho Cesar foi substituido por Sebastião Pimentel. Diz Porto-Seguro que a patente de sua nomeação é de Fevereiro de 1692, affirmando Gonçalves Dias ser de 28 desse mez e anno a sua posse.

Houve engano por parte deste ultimo, sendo provavel que 28 de Fevereiro seja a data da nomeação, o que completa a indicação de Porto-Seguro. E assim pensamos porque a sua posse se realizou a 22 de Agosto do mesmo anno, constando de provisão real de 17 de Março, ainda do referido anno de 1692 (registada no livro III das *Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal*), o seguinte:

> « Eu el-rei, faço saber aos que esta minha provisão virem que, tendo respeito a haver feito mercê a Sebastião Pimentel do cargo de capitão-mór do Rio Grande por tempo de tres annos, e a me representar ser soldado pobre e não ter com que se haver para a viagem: Hei por bem fazer-lhe graça de que possa vencer, para ajuda de custo, o seu soldo desde o dia em que desta Côrte se embarcar para ir servir o seu posto. »

Sebastião Pimentel governou pouco mais de um anno, fallecendo a 3 de Outubro de 1693. Assumiram o governo os officiaes do Senado da Camara, segundo se vê do registo da carta que se segue (20 de Julho de 1694):

> « Senhor. Damos conta de que foi Deus servido levar para si o capitão-mór Sebastião Pimentel em 3 de Outubro do anno passado, e do estado miseravel em que se acha esta Capitania com a porfiada e continua guerra que move o gentio barbaro contra os moradores ha mais de sete annos, sem mais causa que a do seu damnado intento, fazendo notaveis destruições nas fazendas e vidas com seus continuados assaltos sem que

até o presente se dispuzesse de meio efficaz para reparo de tão grande ruina, porque os poucos soccorros e muito limitados que têm vindo de Pernambuco só chegaram muito cedo para verem a lastima desta destruição, porém tarde para o remedio della, ficando sempre os dictos moradores em natural desamparo, fazendo opposição ao furioso impeto dos barbaros, como leaes vassallos de sua majestade, acudindo com suas pessoas ao risco dos combates e com suas limitadas fazendas ás despesas de guerra para a qual não foram nunca soccorridos com pagas. E, do pouco que se tem visto, podia servir-lhes de motivo ponderoso para os obrigar a largar esta Capitania, pois estiveram sempre sem defesa alguma porque até as munições tivemos uma falta grande e o mesmo presidio da fortaleza, que conta 20 homens dos terços de Pernambuco, não assistem nella, porque fazem ausencia para os seus terços sem tornarem a voltar, e as duas tropas de paulistas que vieram a esta conquista se tem tornado sem effeito algum, servindo a sua vinda de maior damno a estes perseguidos moradores que obrigados de seus apertos recorrem a sua majestade, pedindo queira pôr nelles os olhos de sua grandeza para que de algum modo faça socegar o seu continuo receio com que sempre estão. Estas mesmas noticias temos dado ao governador geral deste Estado por um proprio que lhe enviamos e até hoje tem tardado as esperanças com que nos respondesse, suppomos seja causa desta dilação o querer avantajar-se para maior desempenho como tão grande servidor de v. majestade e tão zeloso de seu Real serviço, como por obras tem-se mostrado. A Real Pessoa de v. majestade guarde Deus, como todos os seus vassallos lhe desejam. »

Ignora-se qual a duração do governo interino dos officiaes do Senado da Camara. E' certo, porém, que terminou antes de 6 de Outubro de 1694, porque dessa epocha é o primeiro acto official de Agostinho Cesar de Andrade, que o substituiu em virtude de nomeação do governador geral, de 6 de Julho do mesmo anno.

A segunda administração deste, durante a qual o seu maior trabalho consistiu, como tinha consistido na primeira, em velar pela segurança da Capitania, ainda ameaçada pelos Indios, não foi longa: documentos irrecusaveis provam que em 4 de Julho de 1695 já governava Bernardo Vieira de Mello, o grande patriota pernambucano que acabaria na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, pela nobre audacia e intemerata firmeza com que, no Senado da Camara de Olinda, propuzera, a 10 de Novembro de 1710, o estabelecimento de um governo republicano *ad-instar* do de Veneza.

Desconhecem-se o dia da posse e a patente de nomeação de Bernardo Vieira de Mello; mas, quanto á ultima, diz Pereira da Costa (*Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*) que foi de 8 de Janeiro de 1695. Coube-lhe a fortuna de *reduzir todo o gentio a uma universal paz*, pelo que foi reconduzido no cargo de capitão-mór, que exerceu até 14 de Agosto de 1701.

Dois factos culminantes caracterizam a historia da Capitania atravez dos diversos governos a que nos referimos ligeiramente: o inicio do povoamento dos sertões e a revolta dos Indios.

O governador destes fôra, durante a occupação hollandeza, Antonio Paraupaba, que vivia na Aldeia de Orange, situada a poucas leguas de Natal, provavelmente entre as ribeiras do Potengi e Jundiahi, conforme se infere de roteiros de viagens feitas em 1650 por exploradores que procuravam descobrir minas de oiro e prata (vide *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. v). Expulsos os invasores, em cujas mãos tinha sido instrumento passivo, apesar de parente proximo de Camarão, Paraupaba retirou-se para os sertões do Ibiapaba, o que tambem fizeram mais de quatro mil dos seus (vide *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 75), que, ás vezes, dalli desciam, em companhia de hordas que habitavam aquellas regiões, para atacar os estabelecimentos portuguezes e perturbar a obra de reconstrucção colonial, trazendo em constantes desordens todo o Nordéste, e especialmente a Capitania, que melhor conheciam.

Essas desordens se revestiam da maior crueldade, parecendo que a ellas não eram extranhos, pelo menos no começo, os conselhos dos aventureiros flamengos que continuavam a viver entre elles. E a exposição que, em Agosto do anno em que se deu a expulsão dos intrusos, fez na Hollanda o mesmo Antonio Paraupaba, fornece uma prova de que á semelhante supposição não falta fundamento, pois não é crivel que elle tenha emprehendido a viagem apenas commissionado pelos de sua raça. Diz essa exposição (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 75, cit.):

« Altos e Nobres Senhores, etc.

Antonio Paraupaba, ex-regedor dos Indios do Rio Grande, faz ver com todo respeito a vv. eexs. que todos os indios (ainda não ha muito tempo habitantes naquella região do Brasil e obedientes ao governo deste Estado até a ultima conquista feita pelos perjuros Portuguezes), como subditos bons e firmes na sua fidelidade para com este Estado e a Religião reformada de Christo, a unica verdadeira, têm vivido e perseverado até agora nesses sentimentos.

Sendo por isso o supplicante enviado a vv. eexs. por aquella Nação que se refugiou com mulheres e creanças para *Cambressive* no sertão além do Ceará, afim de escapar aos ferozes massacres dos Portuguezes; para asseverar a vv. eexs. em nome daquellas infelizes almas, não sómente a constancia da sua fidelidade, como tambem que procurarão a sua subsistencia pelo espaço de dois annos, e mesmo mais, nos sertões, no meio de animaes ferozes, conservando-se á disposição deste Estado e fieis á Religião Reformada que aprenderam e praticaram; comtanto que vv. eexs. se dignem garantir-lhes egualmente que no fim do dito prazo poderão esperar auxilio e soccorro de vv. eexs.

Se lhes faltar esse auxilio, aquelle povo tem necessidade de cahir afinal nas garras dos crueis e sanguinarios Portuguezes, que desde a primeira occupação do Brasil têm destruido tantas centenas de mil pessoas da sua nação, e especialmente depois que ella procurou a protecção das armas deste Estado e adoptou o verdadeiro culto divino, e que agora, se for abandonada, terá de fazer penitencia extirpando-o.

Aquelle povo não póde acreditar que vv. eexs. o recompensem dessa fórma por seus fieis serviços, e tantas e tão longas miserias, fome e massacres, nem que permittam que aquelles que foram uma vez trazidos ao conhecimento da verdadeira religião se retirem della, e seja cortado o caminho que lhes apontaram para o Reino de Jesus Christo; nem deixem que elles recaiam na selvageria entre as feras nos sertões bravios, pois, teriam de prestar contas ao Grande Todo Poderoso Deus, que é contra os que por usura enterram a sua libra com medo de a gastar.

Portanto, confiamos firmemente que vv. eexs. (que sempre se mostraram como verdadeiros paes e defensores dos opprimidos e desamparados, e sinceros paladinos da verdadeira egreja de Deus) mandarão o mais depressa possivel para lá o soccorro sufficiente para a subsistencia da infeliz nação de indios e para a conservação da Egreja Christan reformada, a unica verdadeira.

E, como o supplicante, deixando pae e mãe, filhos e parentes, trazendo apenas comsigo, para o consolarem em sua tristeza, dois filhos creanças, tenha chegado aqui quasi nú e sem recursos, solicita muito humildemente, confiado no bom coração de vv. eexs., se dignem mandar fornecer a roupa necessaria e pensão a si e seus dois pobres filhos, afim de poder esperar que, em tempo opportuno, sejam despachados os seus requerimentos anteriores.

Haya, 6 de Agosto de 1654. — (Assignado) *Antonio Paraupaba.* »

Em uma segunda exposição, de 1656, Paraupaba, recordando os serviços prestados pelos Indios, até em expedição á Africa, e na qual se refere ao martyrio de Pedro Poti, que foi governador dos Indios da Parahiba e cahiu prisioneiro dos insurgentes na segunda batalha dos Guararapes, insiste em pedir auxilios para os seus, o que indica que, se promessas foram feitas em 1654, não chegaram a ser cumpridas. Os Hollandezes, apesar do appello que lhes foi dirigido em nome de Deus, *que é contra os que por usura enterram a sua libra com medo de a gastar*, preferiram conserva-la, sem se lançarem em empresas inviaveis.

E', entretanto, de presumir que estimulassem a lucta, aproveitando-se da circumstancia de serem numerosas as uniões entre Hollandezes e Portuguezes e entre Hollandezes e Indios, tão numerosas que sobre ellas o Supremo Conselho do Recife tomou, em 23 de Dezembro de 1645, a seguinte deliberação:

« Presente os srs. Hamel, Bullestraten e Bas. Os escolteto e escabinos do Rio Grande notificaram-nos que muitos Neerlandezes se casam com viuvas de Portuguezes e depois sustentam que os bens daquelles lhes pertencem, e por conseguinte procuram chama-los a si. Os soldados e Indios, que estão de posse de muitos animaes e negros, incluidos naquelles bens, julgam, pelo contrario, que são sua presa e lhes pertencem de direito.

Não sendo possivel arrancar-lhes taes presas, sem causar grande desgosto, os escabinos pedem-nos que resolvamos a respeito.

Tendo sido consultado o Conselho de Justiça, para ver o que convinha fazer, ficou resolvido communicar ao escolteto e escabinos que tudo o que for adquirido na guerra, no primeiro ataque, pelos soldados e homens livres, como sejam os Indios, deve ser deixado com esses, e que lhes cumpre ver que as outras partes se accommodem, tanto quanto for possivel; quanto aos bens de que ainda ninguem se apossou e ficaram fóra da presa, devem ser arrolados em nome da Companhia, e, se os que casarem com as ditas viuvas os quizerem resgatar, têm de os comprar á Companhia. »

Dada a situação que esta consulta faz entrever, é provavel que mais tarde, quando ainda se arrastavam na Europa as negociações para ajustes internacionaes, os ex-dominadores mantivessem insidiosamente os fermentos de agitação na colonia, para delles tirar partido, assim como que incitassem os ambiciosos a virem para o Brasil fazer causa commum com os revoltados.

Talvez esteja mesmo no maior cruzamento então operado entre elles e os Indios a explicação para a differença de typo que, não raro, se observa entre os sertanejos e os habitantes do littoral norte-riograndense. No meio dos primeiros vêem-se quasi sempre, homens aloirados, fortes, de olhos azues, que lembram os Hollandezes; e quem viaja pelo interior encontra a miude, brincando na porta dos casaes, creancinhas loiras, de inquietos olhos côr de saphira (esta observação é de João do Norte, pseudonymo de Gustavo Barroso, em seu livro *Terra do Sol*, e feita em relação ao Ceará; mas outros já a fizeram tambem quanto ao Rio Grande do Norte e é absolutamente verdadeira).

Além da causa que acabámos de estudar, outras houve que explicam e, em parte, justificam a revolta geral dos Indios. Dellas disse Gonçalves Dias (*op.* cit.):

« Sabemos qual era a tactica seguida geralmente pelos colonos, depois das leis que aboliram a escravidão dos Indios: era injuria-los nas suas pessoas e propriedades, incita-los por todos os meios á guerra contra os seus vizinhos ou contra os proprios colonos e daqui tiravam plausivel pretexto para os guerrear e captivar.

Isto, que era então geralmente seguido nas demais capitanias, devera-o ser nesta principalmente, onde por falta de escravos pretos esmorecia a agricultura e padecia o serviço domestico. Ainda hoje, depois que com a inteira liberdade dos indigenas a carencia de braços não forja pretexto para os guerrear, a cobiça de possuir terras suas, e de que estão de posse ha muitos annos, terras que seus avós já cultivavam e lavravam, com differente resultado, reproduz os mesmos factos. Durante a minha estada nesta Provincia, aconteceu que um fazendeiro por querer esbulhar Indios mansos de terras que tinham, mas das quaes se perdeu o titulo, ficando apenas, além do facto, a tradição de longa e indisputada posse, nem só os ia perturbar nas suas plantações, como levou o arrojo a ponto de fazer espingadear a um delles mais renitente.

Isto, pois, seria mais frequente em tempos anteriores; e que o não fosse, havia latente, augmentando-se com o tempo e irritando-se com elle, a lucta entre as raças e a malquerença da conquista. Veio um dia em que desappareceu essa fingida paz que existia; os Indios levantaram-se em massas poderosas, assaltaram os moradores, destruiram as plantações, assolaram as casas e por tal fórma que, a 2 de Dezembro de 1687, a Camara, ponderando que estavam os Indios senhores do Assú e a Republica em perigo, e *vendo o pouco fervor com que se havia o capitão-mór Paschoal accordou na vereação deste dia irem todos os senadores com as pessoas que os quizessem acompanhar bater os indios levantados* . . . »

Desses Indios uns eram *Potiguaras* e outros *Tapuias*. Os primeiros, da lingua geral, senhoreavam, ao tempo da conquista, o territorio comprehendido entre a margem esquerda do Parahiba e a margem direita do Jaguaribe, pela costa e até ás ramificações extremas da Borborema; os ultimos, sobre cuja classificação ethnographica ha serias difficuldades, dominavam nos altos sertões.

Seriam *Cariris*? Segundo Martius, estes occupavam região que vai pelo interior, desde o S. Francisco até o Curú ou Acaracú, região que Capistrano de Abreu determinou melhor, affirmando que "estavam disseminados do Paraguassú até o Itapicurú, talvez o Mearim, em geral pelo sertão, comquanto os Tremembés habitassem as praias do Ceará".

E', pois, provavel que alguns pertencessem a esse grupo, tanto mais quanto é ainda Capistrano de Abreu quem pondera, consoante considerações feitas ao demonstrar que os Cariris não tinham repugnancia pelo littoral, como parecera a Martius, que,

> «pelo menos na Bahia e na antiga Capitania de Pernambuco, já occupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da lingua geral. Repellidos por estes para o interior, resistiram bravamente á invasão dos colonos europeus, mas os missionarios conseguiram aldeiar muitos e a creação do gado ajudou a conciliar outros. Talvez provenha dos Cariris a cabeça chata, commum nos sertanejos de certas zonas.» (*O Brasil, suas riquezas naturaes, suas industrias*, e prefacio das *Notas sobre a Parahiba*, de Irineu Joffely.)

Em relação, porém, a algumas tribus, o exame linguistico e os usos e costumes que tinham, excluem essa hypothese (vide, entre outros, o estudo de Paul Ehrenreich, traduzido e publicado por Oliveira Lima no n. 65, vol. XII, da *Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco* e a *Memoria sobre os indios no Brasil*, de Pedro Carrilho de Andrade, existente na Bibliotheca Nacional e publicada na *Revista do Instituto Historico* e *Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VII).

Triumphantes os Flamengos, uma parte dos *Potiguaras* acompanhou Camarão, combatendo ao lado dos Portuguezes, e outra parte, obedecendo ás inspirações de Pedro Poti e Antonio Paraupaba, seguiu os vencedores, aos quaes tambem se alliaram os *Tapuias*. Datam dahi as repetidas incursões que estes fizeram aos logares em que já existiam colonos, descendo, para isto, do Assú e outros pontos, onde habitualmente viviam. Nessas occasiões permaneciam de preferencia nos valles do Ceará-Mirim, Potengi, Trahiri e seus affluentes.

Quando se deu a grande sublevação, os Potiguaras se encontravam nas varzeas proximas ao littoral e as demais tribus dominavam, entre outras, as terras banhadas pelo Apodi, Upanema, Espinharas, Seridó e alto e baixo Piranhas. Grande numero de Potiguaras, provavelmente os que tinham servido no exercito libertador ou delles descendiam, secundou os esforços das auctoridades para jugular a rebellião.

Os Tapuias, porém, a ella adheriram, em sua quasi totalidade, desde o primeiro momento. Só muito depois e ao se tornar impossivel a resistencia foi que começaram as defecções.

Entre os que figuraram em maior evidencia nos acontecimentos estiveram os *Janduis* e os *Caracarás*, que tomaram os nomes de dois de seus chefes, e dos quaes diz Elias Herckman que *a Rio Grande versus occidentem aguni*; os *Areás* e *Pégas*, que habitavam as ribeiras do Espinharas, Sabogi e alto Piranhas; os *Paiacús*, da Serra do Cuité, Picuhi e ribeira do Apodi, e os *Canindés*, cuja zona de dominio se não póde precisar. Irineu Joffily falla, sem grande segurança, dos *Caicós*, na fronteira da Parahiba (*Notas sobre a Parahiba*). Ignoramos se alguma tribu teve essa denominação; mas não duvidamos. E, se teve, della deve ter vindo o nome da actual Cidade do Caicó.

A revolta geral dos Indios, cujas relações com os colonos jámais foram inteiramente pacificas, rebentou em 1687, sendo capitão-mór Paschoal Gonçalves. Della nos têm dicto varios escriptores; mas nenhum o fez com melhores documentos do que Vicente de Lemos (*op.* cit.), que assim resume os primeiros successos:

> «Em 23 de Fevereiro de 1687, escrevia o Senado da Camara de Natal ao capitão general de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior: "Vimos pedir com toda brevidade soccorro pelo risco em que nos achamos deante da rebellião dos indios tapuios, que no sertão do Açú já têm morto perto de cem pessoas, escalando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são elles senhores daquellas paragens.
>
> A fortaleza acha-se sem guarnição, não dispõe de recursos necessarios para acudir os pontos atacados e conclue a carta rogando que lançasse as vistas para esse povo, que tão abatido se achava, soccorrendo-o, soccorro que não devia faltar em tão extrema necessidade". Dirigindo-se na mesma data ao Senado da Camara de Olinda, depois de narrar os acontecimentos que começaram a 15 de Fevereiro, pedia para que junto ao capitão-general interpuzesse os bons officios, afim de não faltar com a remessa da infantaria e o que mais fosse preciso para debellar o inimigo.
>
> Ao capitão-mór da Parahiba, escrevendo no mesmo sentido em 1 de Março, depois de relatar os factos occorridos e pedir soccorro, lembrava que, se as forças fizessem entrada pelo sertão confinante, encontrariam o capitão-mór Manuel de Abreu Soares, que tinha partido para o Açú a fazer todo damno ao inimigo, a cuja crueldade não escapavam as proprias creanças.
>
> O governador geral, Mathias da Cunha, que recebeu egual communicação do capitão-mór e do Senado da Camara, determinou, pela provisão de 6 de Setembro do mesmo anno, que o coronel da Capitania, fidalgo da casa real, Antonio de Albuquerque Camará, reunindo todo o pessoal disponivel das ordenanças e as forças que viessem de Pernambuco, e Parahiba, seguisse sem demora a combater as tribus sublevadas.
>
> O capitão-mór, para garantir melhor a situação dos moradores daquella ribeira, nomeou para a parte contral do Açú capitão de infantaria a Manuel Rodrigues Santiago, e para a parte que vai do logar Arraial abaixo até ás praias a Manuel do Prado Leão. Em 20 de Dezembro tambem nomeou sargento-mór do regimento do coronel Antonio de Albuquerque a Pedro de Albuquerque, irmão deste.
>
> Deante do estado em que se achava a Capitania, e em vista da demora dos recursos solicitados, o Senado da Camara resolveu enviar á Bahia um dos seus officiaes, Manuel Duarte de Azevedo, para entender-se com o proprio governador geral, o qual, na resposta de 4 de Setembro, havia dicto: "Que, ao ter sciencia da revolta dos barbaros, dirigira-se ao governador de Pernambuco, ordenando áquelle que fizesse seguir da Capitania, sem perda de tempo, duas companhias da melhor gente dos terços de Camarão e Henrique Dias, e ao da Parahiba o maior numero de força que fosse possivel; que ao capitão-mór do Rio Grande havia incumbido de tudo que dissesse respeito á expedição, e ao coronel Antonio de Albuquerque que cumprisse na campanha as suas ordens, ministrando circumstanciadamente as informações da guerra".
>
> Na vereação de 2 de Dezembro, ponderando os officiaes do Senado da Camara que os barbaros estavam senhores das ribeiras do Açú e do Apodi e a Republica em perigo, e, notando o pouco fervor com que agia o capitão-mór, accordaram seguir em pessoa com aquelles que os quizessem acompanhar a bater os barbaros.
>
> Tornaram a escrever neste mesmo mez ao governador geral, communicando que os gentios, senhores de todo o sertão, tinham assaltado agora os colonos da ribeira do Ceará-Mirim a cinco leguas da capital, os quaes mal podiam defender-se de dentro das casas fortes; que diversas casas fortes tinham sido construidas em Tamatanduba, Cunhahú, Goianninha, Mopibú, Groahiras, Potengi, Utinga, aldeia de S. Miguel, assistindo em cada uma dellas apenas de cinco a seis homens, á falta de pessoal capaz, porque o disponivel partira para o sertão, sob o commando do coronel Antonio de Albuquerque Camara e, por isso, insistiam pelos soccorros ao menos dos 50 pretos de Henrique Dias, como haviam pedido ao capitão-general de Pernambuco, com cinco peças de campanha, 150 casaes de indios, mantimentos e effeitos da Fazenda Real, uma vez que os dizimos da Capitania, provenientes da creação do gado, não existiam, em vista das destruições que occorriam.»

Esta transcripção é clara e suggestiva: os pontos onde foram construidas as casas fortes a que se refere a ultima communicação eram os mais povoados da Capitania, sendo que alguns, como Utinga e aldeia de S. Miguel (*Extremos*), ficavam a poucos kilometros da fortaleza, o que quer dizer que a propria capital estava ameaçada: "o perigo era tão imminente que nem no recinto da cidade se podia contar com a vida" (Gonçalves Dias, *op.* cit.).

As auctoridades despertam por fim. Em 18 de Janeiro de 1688, o capitão-mór baixa um edital nos seguintes termos:

"Tendo o Senado da Camara representado que muitos moradores procuravam ausentar-se da Capitania com suas familias, e convindo, em nome de s. m., castigar os que assim procedam pelo mau exemplo que dão aos outros moradores, ordeno e mando que toda pessoa de qualquer classe ou condição que more nella ou assista não vá para fóra da jurisdicção, sob pena de ser considerada traidora, presa e mettida na casa escura da fortaleza, e, para exemplo de maior castigo, será toda a sua fazenda confiscada para as despesas da guerra, sendo metade para quem denuncie, e na mesma pena incorrerão os vizinhos mais chegados, que, sabendo, não avisem logo ao Senado da Camara"; e, poucos dias depois, a 24 de Fevereiro, lança um *bando*, declarando que seriam perdoados de seus crimes todos aquelles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

O governador geral, em 14 de Março, dá sciencia ao mesmo capitão-mór das seguintes resoluções:

> « Com toda a pressa ordeno ao capitão-mór Manuel de Abreu Soares que siga com 150 infantes e 4 capitães, e da praça de Olinda 25. Ordeno mais ao capitão-mór da Parahiba, Amaro Velho, mande o capitão-mór dos indios com 400 homens e dos pretos 100, com armas e munições; e pelo sertão faço marchar do Rio S. Francisco um governador das armas paulistas, com 300 homens bem municiados, e dois capitães-móres da jurisdicção de Pernambuco que estavam para ir aos Palmares com 600 homens, afim de guerrearem cada um por sua vez a esses barbaros.»

O capitão-general de Pernambuco, providenciando no mesmo sentido, fazia seguir dalli, em 18 de Maio, com cinco companhias, o terço de Henrique Dias, do qual fôra successor, como mestre de campo, Jorge Luiz Soares, que, atravessando a Parahiba, recebeu um reforço de indios e africanos e marchou directamente para o Assú.

Ahi se estabelecera a base das operações, não só por ser o ponto central da zona conflagrada, como tambem para facilitar o soccorro rapido e immediato ás demais forças que tinham sido mobilizadas e que agiam isoladamente.

Pouco antes, o coronel Antonio de Albuquerque Camara, que desde o começo da lucta combatia os indios revoltados, subira até ás cabeceiras do Piranhas, deixando a casa forte do *Cuó* (proximo ao Assú) entregue á defesa do sargento-mór Manuel da Silveira, que, atacado, conseguiu repellir os assaltantes, mas não pôde ir em auxilio daquelle coronel que, perdendo em acção 27 mortos e muitos feridos, bagagens, armas e munições, foi forçado a recolher-se a uma casa forte situada na região onde se encontrava, abandonado pelos indios alliados.

E tal foi a situação em que se deparou, que o governador geral, informado do que succedera, publicou um *bando* "convidando aos foragidos, degredados e criminosos, tanto da Capitania, como de Pernambuco, Itamaracá, Parahiba, Rio S. Francisco, de uma e outra margem, e Sergipe d'El-Rei, a se incorporarem ás forças do coronel Antonio de Albuquerque no Assú, sendo perdoados de seus crimes, salvo os exceptuados na lei, a todos aquelles que apresentassem certidão, passada pelo mesmo coronel, de ter feito parte de suas forças".

Em principios de 1688, era de 600 o numero de homens que haviam seguido para o sertão; mas após as providencias que acabaram de ser indicadas esse numero era já muito maior, sendo de notar que entre os combatentes estavam muitas forças regulares, bem armadas e municiadas.

Domingos Jorge Velho, governador das armas paulistas pouco se demorou na Capitania, mas o seu substituto era um valente cabo de guerra, Mathias Cardoso de Almeida, como tambem valente e brioso militar era Agostinho Cesar de Andrade, que fôra retirado, no correr do anno, do commando da Fortaleza das Cinco Pontas, no Recife, para substituir no governo a Paschoal Gonçalves, que, por entre sustos e apprehensões, vira se passarem os ultimos mezes de sua tormentosa administração.

Agostinho Cesar, bravo e energico, e as forças expedicionarias, numerosas e aguerridas, perseguiram sem treguas os indios revoltados; mas tão forte era a resistencia que estes oppunham que, em 2 de Julho do anno seguinte (1689), o

Senado da Camara enviava a Lisboa um representante seu, portador do documento que se segue (Vicente de Lemos, *op.* cit. e liv. 2º do *Regimento de Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal*):

« *Instrucção e Memorial* que, em nome desta Camara e Povo, ha de pedir e requerer o capitão Gonçalo da Costa Falleiro, como procurador desta Capitania aos Reaes pés de sua magestade, que Deus guarde, e nos seus tribunaes e donde tocar o requerimento.

Representará o levantamento de todo este gentio, o grande poder que uniram e as mortes que fizeram em mais de 200 homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgaduras e as ruinas dos mantimentos e lavoiras para que sua magestade ordene ao Governador Geral e os mais desta Capitania não faltem com os soccorros a esta, ordenando ao mestre de campo dos paulistas e ao governador dos indios de Pernambuco e ao governador dos Pretos de Henrique Dias assistam no dicto sertão e delle se não retirem até com effeito se destruir e arruinar todo o gentio, ficando estes sertões livres para se colonizarem, por ser esta casta de gente mais conveniente para aquella assistencia por ser mais ligeira, e continuada, accelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazem menos despesa á Real fazenda. Fará presente a miseria e pobreza em que ficaram estes moradores na falta de seus gados e escravos mortos pelo gentio, pedindo a sua magestade seja servido mandar-lhes satisfazer todo o gado que se lhes tomou para sustento da infanteria, como ordenanças, indios e pretos, do pouco que lhes escapou, ordenando se satisfaça da Real fazenda por ser gasto com a gente que assiste fronteira ao sertão, e com as tropas que têm entrado nelle após do gentio, cuja carta sua que se haverá de pagar da Real fazenda das mais capitanias, isentado esta de toda contribuição, pela miseria e pobreza em que a consideram, e até agora se não fez esta satisfacção cuja carta será presente a sua magestade com esta.

Pedirá a sua magestade mande para seu serviço presidiar esta fortaleza ao menos com 30 soldados tirados dos Terços de Pernambuco, de onde sejam pagos emquanto a sua Real fazenda nesta Capitania não chega para esta despesa, porque de presente está tão attenuada que se rematou o contracto dos dizimos este anno em 340$, sendo que chegavam a 900 antes da ruina que causou o gentio com que não chega mais que quando muito para a metade da despesa da folha annual que vem da Provedoria-mór, e importa em seiscentos e tantos mil réis.

Estes soldados costumam mandar de Pernambuco até quinze e se mudam cada anno, porém é certo que não sendo cá effectivos desobedecem a quem governa e fogem logo e fica a fortaleza com dois até tres e ás vezes sem nenhum, como muitas vezes tem acontecido, e isto se evitará com serem destinados para este presidio, e terem cá a sua matricula, donde por castigo se dê baixa no que fugir e se matricule outro em seu logar e desta sorte por não perderem o que tem servido não fugirão, e servirão a sua magestade como devem, e, quando se não tire dos Terços de Pernambuco, se poderão levantar de novo, comtanto que de Pernambuco sejam soccorridos emquanto cá não houver effeitos finalisada que seja a guerra do gentio com o castigo que se lhe tem dado e, não dando, convem presidiar um posto naquella parte que chamam o Açú, fazendo-se uma fortificação no logar que parecer mais conveniente em que estejam ao menos trinta homens com quatro peças de campanha, a cuja sombra estejam seguros os moradores que naquelles campos cream seus gados e se recolham os que vivem distantes, e, sendo esta fortificação na ribeira de um rio navegavel que é o mesmo Açú e em pouca distancia das praias, podem tambem dar calor ás grandes pescarias que nellas em alguns mezes do anno se vão fazer de Pernambuco e das mais capitanias, e por conseguinte póde evitar que o gentio barbaro não commercie com os piratas do Norte, que muitas vezes se postam naquellas enseadas e se communicam com o gentio fomentando-os para os levantamentos.

Nos limites desta Capitania se tem descoberto mais de 300 leguas de terra pela costa do mar e para o sertão, todas estas mui capazes para crear gados e fazer outras muitas lavoiras, todas estas dadas a quem as quizer pedir das mais capitanias e desta; e ha sujeito que possue 20 e 30 leguas, sem ter cabedal para as povoar, e alguns moradores desta Capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto ha uma grande confusão nas demarcações e dominios, do que resultam duvidas nesses sertões, donde por estar distante o governo e justiça se averiguam as pelouradas; e tem por esta causa procedido muitas mortes, que sua magestade por serviço de Deus deve evitar, mandando que o Ouvidor Geral desta Capitania e ministro que for servido tome conhecimento desta materia, vendo as terras que ha e repartindo-as respectivamente pelas pessoas desta Capitania, que têm servido a sua magestade com tanto desvelo, á sua custa, em toda esta guerra do gentio barbaro e está actualmente supprindo com suas fazendas, tirando-se das pessoas que das mais capitanias as têm pedido, pois parece razão que a maior parte desta a esteja defendendo, derramando sangue e continuamente com as armas na mão, havendo muitos que perderam a vida e o mais tudo quanto possuiam, com que estão todos em miseravel estado, e com estas terras os póde sua magestade premiar, e não permittir que as logrem aquelles que vivem em outras partes abastados de bens, sem as defenderem como os mais e deste modo não lograrão uns tudo e outros nada, sendo todos vassallos.

Será presente a sua magestade que em nenhuma maneira convem fazer-se paz nenhuma com este gentio, por ser gente que não guarda fé, falsos e trahidores, e debaixo da paz e maior amizade é que nos fazem o maior damno como cá o têm feito nesta Capitania por tres vezes; pelo que obraram estão os moradores tão timoratos e irritados contra elles que se não hão de fiar mais destes barbaros, e será isto causa de nunca se povoar o sertão, e não ha de haver quem queira assistir nelle pelo risco que correm suas vidas e fazendas, e não se povoando perde sua magestade consideravel fazenda nos seus Reaes dizimos, e os moradores as conveniencias da creação de seus gados, o que só se conseguirá estroindo-se este gentio, e guerreando-se com elle até de todo se acabar, dando-se a execução á ordem do Governador Geral Mathias da Cunha que está registada nos livros da fazenda desta Capitania, sendo em tudo acertado para o serviço de sua magestade, augmento desta Capitania e conservação deste povo.

Representará mais a sua magestade os limitados effeitos que tem esta Camara, os quaes são sómente o imposto de quatro barris de aguardente e a pouquidade do fôro das redes da costa, que uma e outra coisa não é hoje nada a respeito da guerra do gentio, e antes della mal rendia para a satisfação do salario que se fazia de 15$ ao escrivão da Camara, e seis ao Alcaide, e outras despesas que tem este Senado e de presente accresceu a vinda do Ouvidor a esta Capitania todos os annos á correição, e quer que se lhe dê 32$ da apozentadoria, o que se lhe não póde satisfazer pelas razões sobreditas por cuja causa esteve por ordem do dicto Ouvidor preso o procurador do Conselho; portanto pedimos a sua magestade livre a este Senado desta contribuição no que se lhe faz uma esmola por não ter com que o satisfazer e que permitta que, emquanto durar estas guerras do gentio, não venha o dito Ouvidor a esta Capitania por estar muito attenuada e pobres os seus moradores, os quaes andam por esse sertão continuamente guerreando com o gentio barbaro e qualquer condemnação que se lhe faça a não podem satisfazer pela miseria em que os poz o gentio.

Fará presente a sua magestade que na occasião em que o gentio se levantou nos sertões desta Capitania, onde fez o lamentavel estrago nas vidas e fazendas dos moradores, se mandou logo pedir ao Governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior a soccorresse com gente e mantimentos de farinha por não haver nesta parte, do que não fez caso o dicto governador, e este peditorio se lhe fez por duas e tres vezes e vendo este Senado que se perdia totalmente esta Capitania, se resolveu mandar um procurador a fazer-lhe presente o misero estado em que estava e os moradores accommettidos do gentio por varias partes, com que os obrigou a se recolherem em estacadas que faziam para livrar as vidas, mas ficando ao rigor dos gentios as lavoiras e fazendas que tudo estruiam, e, como se não deferiu ao procurador, se valeu de pedir prestado á Camara de Pernambuco 200$ para se comprarem farinhas, e se remetterem ao Assú para o sustento dos moradores que assistiam naquella fronteira com alguns Indios domesticos por de todo se não largar ao gentio, e comprada que foi com este dinheiro se embarcou em um barco, a tempo que o dicto Governador se resolveu no cabo de um anno a mandar um soccorro de 200 homens, mandando-os embarcar sem lhes mandar prevenir farinhas para o sustento, com que chegados a esta Capitania gastaram o que o nosso procurador havia comprado com o dinheiro do emprestimo, e como a ella chegou Antonio Lopes Leitão fiador que foi desta quantia e nos representou em como a Camara o molestara por aquella satisfacção tratando-se de cobrar delle executivamente, e vermos que por esta causa viera com todo o risco com 70 leguas de jornada a representar-nos e pedir-nos o desobrigassemos, pela molestia que podia padecer, nos foi necessario escrever ao bispo governador de Pernambuco nos fizesse mercê e esmola relevar esta quantia, por se não achar esta Camara com effeitos para esta satisfacção, ao que se não deferiu, com que nos foi forçado pedirmos esta quantia prestada para desobrigar-nos ao nosso fiador; assim pedimos a sua magestade seja servido mandar que a dicta Camara de Pernambuco torne o dicto dinheiro para se dar a quem o emprestou visto ser tão abastada de effeitos, que lhe sobram muitos da despesa que fazem, fazendo respeito a irem desta Capitania antes do levante do gentio muitas quantidades de gados, com que se augmentava o seu contracto das carnes, ou permitta manda-los dar da Fazenda Real daquella Capitania para assim ficar este povo livre da finta que se lhe deve botar nos limitados bens que lhes escaparam do gentio, para se poderem satisfazer a quem os emprestou, visto se haverem gasto com a mesma infanteria que veio de soccorro por não vir prevenida de farinha para se sustentarem.

Escripto em Camara pelo tenente-coronel João de Barros Coutinho, escrivão della, que o escrevi, e assignaram os officiaes que este anno servem, juizes, vereadores e procurador, aos 2 de Julho de 1689. — Philippe da Silva, Francisco Lopes, Gaspar Freire de Carvalho, José de Araujo, Pedro Miranda Baião. »

São incontestaveis os esforços feitos pelo capitão-mór Agostinho Cesar para vencer de todo a revolta; mas é tambem facto que o não conseguiu, aggravando-se a situação quando as forças que guarneciam os dois quarteis que mandara fundar no Assú obrigaram o seu commandante, Manuel de Abreu, a procurar recursos no littoral, baldas por completo de mantimentos na região em que operavam.

Em 22 de Agosto de 1692, Sebastião Pimentel assumia o governo e seis dias depois, a 28, o Senado da Camara, dirigindo-se a el-rei, reclamava para a Capitania medidas de defesa, "pois continuavam os gentios em guerra e muitos moradores tinham-n'a abandonado e outros não tardariam a seguir o mesmoexemplo", accrescentando (livro 3º do *Reg. de Cartas e Provisões*):

« Que, a 11 de Janeiro do dicto anno, os barbaros assaltaram os colonos da ribeira do Ceará-Mirim, onde mataram 12 pessoas e destruiram muito gado vaccum e cavallar, além dos que poderam conduzir.

Que desde o começo da rebellião tinham anniquilado para mais de duzentas vidas e fazendas, estas no valor superior de 900 mil cruzados. Que o Governador Geral do Brasil havia mandado assistir na Capitania o mestre de campo dos Paulistas, Mathias Cardoso, com 800 homens, mas destes só restavam 200, porque não cumpriram a promessa de se lhes pagar.

Pela grande extensão dos sertões considerava conveniente que sua magestade mandasse fundar quatro arraiaes nos logares Jaguaribe, Açú, Acauan e Curimatahú, sendo mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, que existia de Pernambuco ao Ceará, ficando á direcção do referido mestre de Campo, e só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a campanha, ver-se-iam os barbaros obrigados a dar vassallagem, e poder-se-ia povoar os sertões, recuperando desta sorte as perdas que tinham tido os dizimos reaes. »

Poucos mezes depois, em 23 de Julho de 1693, o ouvidor da Parahiba, em correição á comarca, que tambem

comprehendia o Rio Grande, accentuava esse estado de miseria:

«No provimento que deu, salientou a pobreza em que se encontravam os colonos pelos apertos que faziam os gentios sublevados.

Que nesta lucta continuada por oito annos tinham-se disseminado muitos e os que restavam não podiam com segurança cuidar de suas lavoiras e creações pelos receios dos ataques inopinados. As forças que chegavam em soccorro muitas vezes extenuadas pelas asperezas da viagem, logo que exgottavam os seus mantimentos, sem que recebessem outros, tratavam de retirar-se, umas sem licença e outras foragindo-se, conduzindo mantimentos que forneciam com prejuizo proprio os moradores, os quaes sómente com muito zelo luctavam e gastavam suas fazendas sem retribuição alguma. »

Durante o curto governo de Sebastião Pimentel e a administração interina dos officiaes do Senado da Camara, que se lhe seguiu, a situação permaneceu a mesma, levando o governador geral a determinar, em 6 de Julho de 1694, que voltasse á Capitania, como seu capitão-mór, Agostinho Cesar de Andrade.

Foi a este que recommendou em 12 de Fevereiro de 1695, cumprindo instrucções que recebera da Metropole, que pozesse em execução duas providencias de indiscutivel alcance, a saber: que as terras fronteiras ás regiões occupadas pelos Indios fossem doadas a pessoas que as podessem povoar e cultivar e que se fundassem no Assú, Piranhas e Jaguaribe seis aldeias, com guarnição militar, duas em cada um daquelles pontos (carta régia de 6 de Março de 1694).

O Senado da Camara fez ponderações contrarias ás duas medidas: quanto á primeira, por estarem doadas todas as terras da Capitania; e, relativamente á segunda, que julgava inopportuna, por ficar enfraquecida a defesa da cidade, se fossem afastados os moradores que teriam de ir fundar os arrajaes. Agostinho Cesar resolveu que as terras a doar seriam as mesmas já concedidas por sesmarias anteriores, desde que ainda estivessem deshabitadas e devolutas; e, no tocante ás considerações feitas sobre o estabelecimento dos arraiaes, respondeu, em 1 de Março, mesmo dia em que recebeu o officio do Senado da Camara (Liv. do *Reg. de Cartas e Provisões* de 1691 a 1702):

«Ha perto de sete annos que me mandou sua magestade, que Deus guarde, governar esta Capitania (*Gonçalves Dias accentua muito bem que Agostinho Cesar não pretendeu dizer que tinha quasi sete annos de governo, como póde parecer a quem não conheça os factos, mas sim que esse lapso de tempo havia decorrido desde a data da sua primeira nomeação*).

Chegando a ella, achei o capitão-mór a quem succedi mettido na fortaleza sem ter voz altiva para nenhuma disposição; achei os moradores recolhidos em casas fortes e o gentio, sem opposição, destruindo tudo. Tratei do remedio, e o soccorro que tive foram 40 soldados de Pernambuco e trinta e tantos Indios. Com esta gente sahi desta cidade duas vezes e com o que tirei das casas fortes fiz 160 homens que mandei de Mipibú duas vezes ao sertão, com que se foi intimidando o gentio; mandei outras tropas por varias partes, e uma dellas de que nomeei por cabo um paulista com gente desta Capitania com que se derrotou o gentio na Acauan, e trouxeram mil e tantos prisioneiros. Ultimamente mandei o mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida, com a pouca gente que tinha e 100 homens que lhe dei desta Capitania, a fazer uma entrada e em tão boa occasião que, descendo o gentio pela ribeira do Ceará, o seguiu por estar já posto em marcha e assaltou, matou quantidade e trouxe alguns prisioneiros, e tomando-lhe os que levava; sendo bem sabido por dizer tambem que nenhuma destas disposições, sendo os effeitos tão convenientes, deixou de ser represada e censurada.

Tambem é certo que esteve no Açú antes disto o sargento-mór Manuel da Silva Vieira cinco mezes em uma casa forte com pouca gente, pedindo constantemente algum soccorro de gente e farinha; em todo este tempo nunca lhe foi, até que havendo mandado por correios um a um e dois a dois agentes que lá tinha veio a ficar com cinco homens com que se não pôde sustentar e retirou-se, ficando o tapuia tão dominante que vaquejou os gados, metteu-os nos curraes e jarretou-os lastimosamente.

E foi esta a total ruina desta Capitania, porque, quando chegou o coronel Antonio de Albuquerque ao Açú, é certo que, se alli achara gente que alli ficara, não voltara para as Piranhas. Examinada a causa por que não foi ao sargento-mór soccorro é coisa notoria que, querendo o capitão-mór manda-lo por vezes, sempre se lhe pediu com requerimento e dizendo-se-lhe que deixava tudo exposto ao rigor do gentio; e isto por 20 ou 30 homens que queria mandar.

Supposto tudo referido, não me maravilha agora desta advertencia que vmcês. me fazem que não duvido seja com muito zelo, mas é necessario que considerem que é muito necessario mandar esta tropa reduzir á paz o gentio do Açú, e conservar a que com os mais tenho feito, porque este gentio não se sujeita pelo amor que nos tenham, sinão pelo temor do que póde succeder-lhe. E, para que haja nelles este, é necessario que nos vejam com as armas na mão; e dos que estão reduzidos tenho dicto que me hão de dar 40 homens para irem na tropa com os brancos, para que lá os do Açú vendo que são nossos amigos o queiram ser tambem.

Esta tropa ha de constar de pouco mais de cem homens; nesta Capitania ha perto de quinhentos entre brancos, e Indios, afóra mais de cem escravos capazes de tomar armas, e tirando deste numero 100 homens não é coisa que possa dar cuidado. E indo os tapuias na tropa é coisa inaudita dizer que cá se hão de levantar os que ficam; sómente os poderá animar o considerarmos desprevenidos, mas a tropa na campanha é o seu maior temor. Nos postos que se hão de prover no Jaguaribe, Açú e Piranhas não sei haja quem tenha trabalhado nisto com mais zelo, nem com mais ancia do que eu, e tanto assim que, dando agora noticia ao governador d. João de Lencastre desta paz do gentio, lhe disse tambem que em nenhum modo lhe parecesse ficava isto finalizado sem os tres postos guarnecidos; porém tomara saber em que prejudica a este intento ir agora uma tropa ao Açú a reduzir aquelle gentio, e tambem os *Paiacús* que, temidos da ruina que se lhe fez no Ceará, se retiraram para esta parte, e estão na Lagôa Apodi.

Finalmente eu obro o que julgo acertado e até agora quiz Deus que não fizesse desacertos; e penso, é anexim, cada qual falla conforme sua conveniencia, o seu odio ou o seu interesse, e sendo isto assim não ha como obrar bem, porque o querer satisfazer a todos parece difficultoso e impossivel. E, para vmcês. se satisfazerem, parece-me que basta o referido. »

Esta resposta e varios actos de Agostinho Cesar revelam claramente o intuito de chamar á paz os restos dos Indios que, em luctas continuas, tinham sido dizimados de modo cruel. Era, sem duvida, um pensamento generoso; mas para cuja realização se teria de vencer fortes resistencias porque a opinião dominante, quer dos colonos, quer mesmo das pessoas de relativa cultura, era a da necessidade de anniquilar, por completo, os indigenas.

Dentre os documentos contemporaneos da revolta que o comprovam, é dos mais interessantes, sob este, como sob outros aspectos, o *Memorial* de Pedro Carrilho de Andrade (*Memoria sobre os Indios no Brasil*, a que já fizemos referencia), tratando dos *Janduis, Paiacús, Caratheús, Icós* e outros Indios das ribeiras do Assú e Jaguaribe. Leiamos algumas de suas passagens (não guardamos inteira fidelidade á escripta da epocha):

«... Não têm fé, nem lei, nem piedade. O seu Deus é o seu ventre e nada mais lhes dá cuidado. Alegram-se muito quando vem a lua nova, porque são muito amigos de novidades; contam os tempos pelas luas; têm os seus agoiros e ironias, como no cantar das aves e grunhir dos bichos.

Tem muitos feiticeiros e agoireiros que lhes adivinham os bens ou males que lhes hão de succeder, aos quaes dão inteira fé e credito. E não fazem nem obram coisa alguma sem que primeiro os mandem adivinhar.

Estes impios desde meninos se martyrizam: todos os machos furam os beiços da parte de baixo junto á barba e mettem-lhes um torno ou batoque de pau ou pedra da grossura de um dedo e vão sempre alargando até fazerem da largura de moeda de duas patacas, pouco mais ou menos, como querem.

Depois de serem homens, fazem outros muitos furos pelas faces do rosto e cantos da bocca ou beiços, orelhas, ventas dos narizes, e mettem-lhes tornos e pedaços de pau extraordinarios com que se fazem disformes e horrendos.

Exercitam-se desde meninos em destreza e forças com o luctar, correr, saltar, e levantando grandes pesos aos hombros. Correm 3 e 4 leguas sem descançar, e desta sorte ganham premios, que, entre elles, os maiores vêm a ser moças formosas por mulheres.

Finalmente, correm um dia todo sem cançarem. Não têm outro exercicio nem occupação de lavoira nem planta; trato nem distrato algum; nem officio nem beneficio; nem usam de lettras, livros, nem escripturas, porque nenhum delles sabe ler nem escrever.

Não sabem dar noticia da sua progenie, casta ou descendencia, nem observam leis, porque sómente crêem o que lhes diz o seu feiticeiro, como tenho dicto.

Não gostam nem usam de fabrica alguma de vestir; sómente os homens fazem um annel de palha, onde recolhem dentro o crespo collo do genital, e as mulheres põem uma folha ou raminho adeante; parece que á imitação de Eva e Adão quando peccaram.

E desta sorte acima declarada, sem mais cobertura alguma, nem por calma nem por frio, os vemos andar em toda parte e logar, a todo genero creados, ao rigor do tempo, sem casa, aldeias, nem jazigo ou logar certo.

São uns espiritos ambulanticios, andam sempre de corso, vagabundos, pelos montes e valles, atraz das caças e feras e raizes e fructos agrestes, de que se sustentam e a divina providencia os mantem. E com o mel das abelhas e marimbondos, que chamam uruçú, e toda a mais mundicie e immundicie da terra, cobras e lagartos, e com estas viandas ordinariamente sustenta tanta multidão de boccas que é coisa admiravel de dizer. E assim andam gordos e anafados e contentes que parece que nada mais desejam.

São homens bem dispostos, sadios, sem achaques e de largas vidas, que bem se podem comparar com as cobras, de que dizem os poetas que não morrem nunca de velhas senão quando as matam.

São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes agrestes, porque a muitas levam vantagens, nas forças, na ligeireza do correr e nos usos e costumes. E ainda são mais inuteis e indomitos do que os mesmos brutos irracionaes, porque não ha animal ou fera que como outra da sua especie, como estes alarves, que comem uns aos outros, os parentes aos parentes, pais e mães aos filhos, e os filhos aos paes e mães.

Não ha animal ou fera que não tenha o seu jazigo e logar certo, cova, lapa ou buraco onde descança, de dia ou de noite, conforme o seu uso; mas estes infieis não têm jazigo ou logar certo, como tenho dicto. Onde quer que lhes anoitece, dormem deitados pelo chão, sobre a terra ou areia pura, sem mais palha, nem esteira ou cobertura alguma, nem por baixo, nem por cima; nem buscam sombra de arvore nem abrigo. Mas antes, no logar mais descoberto e patente ao ar e céo, alli se deitam, accendendo fogos que parece lhes servem de alimentos. E assim passam as noites cantando mui contentes, e meia hora antes de amanhecer se levantam e vão á fonte ou ao rio a banhar.

São inconstantes por natureza, faceis de persuadir antes do mal do que ao bem, porque toda a sua natural inclinação é matar, guerrear, fazer sangue, acostumados e exercitados nas mortes das caças, feras e aves de que se sustentam. E entre elles não tem nome nem fama aquelle que não faz morte em gente humana. »

Em seguida Carrilho narra alguns successos anteriores á revolta e o inicio desta, quando "*os Janduis se levantaram nas ribeiras do Açú, Mossoró e Apodi, em os annos de 1687 para 1688, matando a toda coisa viva e depois queimando e abrazando tudo, não deixando pau nem pedra sobre pedra*"; refere a remessa de tropas para o interior e os factos occorridos durante a permanencia, no Assú e ribeiras circumvizinhas, dos terços de paulistas de Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso e Manuel Alvares de Moraes Navarro; condemna a protecção que os missionarios dispensam aos Indios "*que andam sempre de corso, volantes, com a casa ás costas*", embora não torne extensiva essa condemnação aos que se conservam nas missões, porque estes são "*de outras castas e nações, que têm*

suas casas e aldeias, choupanas e logares certos, e usam de suas plantas e lavoiras, poucas ou muitas, ainda que todos usam do exercicio da caça"; mostra a conveniencia da nomeação de administradores com amplos poderes para castigar ou premiar os barbaros; salienta a inconstancia, falsidade e perfidia destes; pede para os moradores o direito de se desforçarem de suas violencias e de captiva-los sempre que faltarem á palavra e á paz promettida, invocando exemplos da historia sagrada e concluindo assim:

«... Mas para que são exemplos antigos, se as leis de vossa magestade, que são mui justas e santas, o permittem e dispõem que em taes casos sejam captivos todos os que moverem ou provocarem guerra, pois, sobre as forças e violencias que se fizerem em taes casos o direito natural o permitte? Tres condições dizem os doutores sagrados que deve haver na guerra para ser justa e licita. A primeira condição é a necessidade de conservar o bem commum e quietação dos republicos; e a segunda condição é o recuperar os bens injustamente usurpados; e a terceira condição é para defender o innocente e refrear as insolencias dos rebeldes.

E sendo isto assim não fica obrigado a restituir os damnos. Diz o dr. Santo Thomaz e seguem todos os doutores commummente que ao publico tyranno póde qualquer do povo matar para livrar a Republica e bem commum da tyrannia, pois, logo. Todas estas condições e circumstancias se acham naquella guerra que fazem ou provocam a fazer aquelles barbaros aos mercadores.

O primeiro ponto e condição é por necessidade de conservarem o bem commum e quietação dos republicos; o segundo ponto ou condição é para recuperarem os bens injustamente usurpados; e o terceiro é para refrear as insolencias daquelles rebeldes e defender o innocente. Pois sendo isto assim como dizem que é injusto? Bem fôra que se não relaxassem as leis de vossa magestade e que se observem inteiramente e mais contra aquelles barbaros que fizeram roubos e violencias aos moradores, e que aquelles que não guardarem a paz e palavra promettida ou se acharem com engano e falsidades pelo mesmo caso fiquem logo sujeitos á pena de captiveiro, sem mais embargos ou desembargos, como o fez o capitão Josué com os Gaboanitas e Cananeus; que sendo assim serão mais refreados e em parte assim lhes será melhor, porque terão donos que tratem delles, dando-lhes o sustento e algum modo de vestir. E terão cuidado de os mandar doutrinar, da mesma maneira que se usa naquellas partes com o gentio de Angola ou Guiné. »

Estas idéas traduziam ó pensar e o sentir geraes: matar ou escravizar os indigenas era a preoccupação da grande maioria, que, aos processos empregados pelos missionarios para firmar o seu poder e prolongar a sua influencia atravez das novas gerações pela esperança e pela fé, preferia a oppressão a ferro e fogo para tirar sem demora os lucros que ambicionava da exploração da terra.

E nesse meio hostil fracassaram os melhores propositos de Agostinho Cesar de Andrade que, em obediencia a ordens superiores ou por orientação propria, desejou sinceramente restabelecer a paz na Capitania. Esta gloria estava reservada ao seu successor, Bernardo Vieira de Mello, que, para alcança-la, julgou imprescindivel a sua ida ao Assú.

Ahi fundou, apenas alguns mezes depois de empossado, a 24 de Abril de 1696, provavelmente, o presidio a que deu o nome de Nossa Senhora dos Prazeres (Vicente de Lemos, *op.* cit.), iniciando o aldeiamento dos indios e assegurando, de modo permanente, o estabelecimento de colonos. Com uns e com outros conviveu por mais de dois mezes e, voltando á Capital, trazia a convicção de que, com prudencia e tacto, conseguiria consolidar a obra de concordia, de que lançara os primeiros fundamentos.

Soube te-los; e por isto o seu successo foi completo. Dentro em pouco, a paz era um facto e o seu governo se assignalava por tal espirito de justiça e por elevação de vistas tão notavel, que o Senado da Camara, interpretando os sentimentos do povo, solicitava e o Governo de Lisboa concedia a sua reconducção no posto que tanto illustrara.

A carta régia de 18 de Novembro de 1697 é um documento honrosissimo para elle:

« Officiaes da Camara da Capitania do Rio Grande. Eu, el-rei, vos envio muito saudar. Havendo visto o que me representastes acerca da grande utilidade que se segue ao meu serviço e conveniencia dos moradores dessa Capitania da assistencia a que Bernardo Vieira de Mello tem nella feito depois que exercita o posto de capitão-mór, em que fui servido prove-lo, por se ter havido nelle com muito zelo e boa disposição, reduzindo todo o gentio a uma universal paz, por cuja causa se acham estes sertões com grande principio de povoação, a Capitania em socego, a justiça administrada com rectidão e todos uniformemente desejosos de que continue no exercicio do dicto posto, pedindo-me vos concedesse a assistencia do dicto capitão-mór por outros tres annos; e attendendo a esta vossa petição e á boa informação que por outras partes se houve do bom procedimento do dicto Bernardo Vieira de Mello: Hei por bem do que se lhe prorogue por outros tres annos a assistencia deste povo, do que vos aviso para o terdes assim entendido. »

Os seus actos durante o seu segundo governo não desmentiram os do primeiro. Foi, realmente, ao tempo e para a funcção que desempenhou, um administrador habil e capaz. A contar de então, se accentuaram os grandes surtos da colonização, que attingiria no seculo seguinte o seu maximo de intensidade, em consequencia de factores que, agora conjugados, contribuiriam preponderantemente para esse resultado:

— a exploração agricola da zona proxima ao littoral;

— o encontro das duas correntes que, em *entradas* e *bandeiras*; se tinham encaminhado para o interior, partindo da costa e da margem esquerda do S. Francisco, e confluido no alto e baixo Piranhas, na bacia do *Seridó* e nas ribeiras do *Apodi* e seus affluentes;

— o progressivo desenvolvimento da industria pastoril.

Anteriormente, a sua expansão fôra retardada por diversas causas, sendo as principaes a insubmissão dos indios e a inferioridade dos colonos, que se compunham, em regra, de soldados idos de outras partes, mal pagos, broncos e viciados, de criminosos que eram perdoados com a condição de irem residir alli, de aventureiros e desclassificados de toda ordem.

Foi após o restabelecimento da paz, cuja perturbação, annos depois, deu logar a prompta e energica reacção, com o quasi exterminio dos indigenas, que elementos differentes, — immigrantes vindos do Reino ou das ilhas em busca de ambicionadas riquezas, officiaes que se retiravam do serviço, empregados que deixavam as suas funcções, praças que tinham pertencido a forças regulares, negociantes e lavradores de Pernambuco e, sobretudo, creadores de gado seduzidos pelas excellentes pastagens existentes na Capitania, — começaram a entrar na formação da nova sociedade, elevando a cultura e o seu nivel moral.

Em todo caso, tinha augmentado consideravelmente a população, que, de muito, se vinha fixando nos valles frescos dos rios do *agreste*, e era uma realidade o inicio do povoamento dos sertões.

Da patente de nomeação de Manuel Filgueira de Carvalho para capitão de infanteria das ordenanças do districto do Assú a Tres Irmãos, feita em 13 de Julho de 1682 pelo governador geral, consta ter sido o primeiro que do Rio S. Francisco retirou-se com muito gado para as terras do Assú, a fazer pazes com os indios rebeldes que difficultavam o povoamento e cultura do sólo (Vicente de Lemos, *op.* cit.).

Após elle, outros devem ter descido até o Assú e dahi para o Jaguaribe a região já não era desconhecida, maxime a partir do governo de Antonio da Silva Barbosa, conforme se verifica da concessão da sesmaria feita, em 1681, a Estevam Velho de Moura e seus companheiros, que tinham percorrido e permanecido naquella região. A confluencia das duas correntes, a que fôra do S. Francisco e a que subira do littoral, era, pois, um facto antes da sublevação dos Indios.

Mas foi durante as luctas com estes que ellas se avolumaram e que se teve o inteiro e perfeito conhecimento do interior, assim como foi depois dessas luctas que o impulso colonizador se tornou mais rigoroso.

Dahi em deante, a creação do gado fez o povoamento definitivo dos sertões.

IV

Capitania durante o seculo XVIII

Ao começar o seculo XVIII, o Rio Grande do Norte constituia uma Capitania subalterna, que, pela carta régia de 11 de Janeiro de 1701, deixou de ter subordinação directa ao governo da Bahia, como anteriormente, para ficar sujeita ao de Pernambuco, que estava mais proximo, e *ser assim conveniente á boa administração da justiça e bem dos vassallos.*

Esse acto foi, depois, fonte de irritantes attritos, apesar das determinações constantes de outras cartas régias, uma das quaes; de 19 de Julho de 1704, procurou afasta-los, declarando que a *subordinação da Capitania era nas mesmas condições em que estava subordinada ao governo da Bahia.*

O capitão-mór era a auctoridade suprema e, embora os regimentos restringissem as suas attribuições á inspecção das tropas e fortalezas, á protecção e garantia das auctoridades civis, inclusive a do Senado da Camara, manutenção da independencia dos representantes da Justiça e da Fazenda, de cujas decisões os recursos seriam para a Relação da Bahia e para o provedor-mór, o certo é que não tinha limites á sua liberdade de acção. Dominava despoticamente, dispondo, de facto, de um poder civil e militar incontrastaveis. A sua vontade era a unica lei: *sic volo, sic jubeo.*

Aliás a tendencia para o abuso era de todo o funccionalismo publico da colonia, crescendo a tal ponto o seu arbitrio e prepotencia, que a provisão de 11 de Março de 1718, regulando o processo para que fosse tirada a *residencia* aos governadores (devassa sobre o modo pelo qual haviam exercido as suas funcções), veio a ter, com ligeiras modificações, applicação mais generalizada.

Alli mesmo, a carta régia de 22 de Agosto de 1715 mandou *tirar residencia* a José Barbosa Leal por faltas que commettera no exercicio do cargo de provedor.

Para fazer executar as suas ordens, contava o capitão-mór com a guarnição da fortaleza, com o *Terço* que assistia no Assú e com os regimentos de ordenanças que formavam a segunda linha. No decurso do seculo, teve tambem o concurso dos capitães-móres das villas e freguezias, que, creados pela carta régia de 20 de Janeiro de 1699, foram estabelecidos em todas as capitanias, e sobre os quaes escreveu Lopes Machado (*Historia da Provincia da Parahiba*, cit.):

«... Encarregados da economia e disciplina dos corpos de ordenanças, juizes sem appellação nos recrutamentos, incumbidos da prisão dos desertores, malfeitores e vadios, tornaram-se o terror dos povos pela oppressão e abuso. Intervinham caprichosamente nas causas da justiça, ordenando a sua continuação ou mandando-lhes dar alta; intervinham no ecclesiastico, obrigando a casamentos, ou desobrigando aos que recorriam á sua protecção; intervinham, emfim, em tudo, prendendo, condemnando e praticando excessos de maldade, segundo lhes dictava o coração... Faziam o que queriam sem receio nem responsabilidade perante as leis e a administração.

Eram unicos governadores das localidades... Ninguem ousava queixar-se das suas violencias, porque ou por condescendencia ou por arbitrios semelhantes, nem o governador, nem o ouvidor, se prestavam a ouvir os queixosos. Nas correições, o ouvidor hospedava-se na casa do capitão-mór, desfructava a sua generosidade, servia-se dos seus favores e não ouvia a mais ninguem. Aquelles obsequios, mui calculadamente feitos e esperados, constituiam uma especie de contracto, de cuja observancia resultavam manifestações de apreço e reciproca amisade, nunca perturbada, quando mesmo conhecida a material e grosseira realidade dos factos.

Dahi vinha ao capitão-mór maior força e novos incentivos para o despotismo local. Não havendo remedio para os seus desmandos, todos se submettiam, e alguns procuravam captar a benevolencia da omnipotente auctoridade, o que conseguido faziam tambem o que queriam. Desta protecção, dispensada pelo poder, appareciam não poucas vezes desavenças entre elles e outros menos protegidos, e, se dellas não vinha immediato desforço, eternizava-se o odio nas familias, passando de filhos a netos, e, ás vezes, produzindo soluções explosivas. »

Isto, que foi escripto em relação á Parahiba, é inteiramente procedente quanto ao Rio Grande do Norte, onde existiam cinco capitanias-móres: a dos districtos do Sul e a dos districtos do Norte da Capital; a do Assú; a do Caicó e a de Port'Alegre (Pizarro — *Memorias Historicas*).

A principio, cabia aos capitães-móres de milicia:

a) dar conta ao capitão-mór governador dos casos occorridos nos limites de sua jurisdicção;

b) accommodar as desavenças, mandando chamar as partes á sua presença para as aquietar e evitar pendencias;

c) prender os criminosos;

d) tomar conhecimento do que occorria nos portos, especialmente exercendo severa vigilancia sobre as embarcações nelles entradas.

Depois, as suas attribuições foram mais precisamente definidas: teriam sob suas ordens os commandantes de districto, que, sob proposta sua, seriam nomeados para os logares povoados; deveriam, logo que recebessem qualquer preso, entrega-lo ás justiças ordinarias, não podendo solta-lo; participariam ao capitão-mór governador quaes os vadios que havia nos municipios ou villas; noticiariam todas as occorrencias locaes, sendo pelos commandantes de districtos informados das novidades que nelles occorressem; residiriam nas villas ou a ellas iriam frequentemente, devendo prender os criminosos, vigiar os vadios, animar as plantações, apaziguar os conflictos, executar todas as ordens superiores.

Exerciam, por assim dizer, a policia do interior; mas a policia com todos os seus arbitrios e violencias. As forças de milicia ou ordenanças se compunham de todos os cidadãos alistados, de 18 a 40 annos; e, além dos capitães-móres, contavam com sargentos-móres, ajudantes, capitães de companhias, alferes, sargentos e cabos de esquadra. Entre os auxiliares desses capitães-móres, figuravam tambem os *capitães de matto*, que andavam por toda parte atraz de vadios e escravos, os quaes, sobrevivendo aos seus creadores, tão tristemente se celebrizaram mais tarde nas perseguições contra os negros fugidos.

Judiciariamente, a Capitania, que só em 1818 (alvará de 18 de Março) foi elevada a comarca, pertencia á Ouvidoria da Parahiba, creada por provisão régia de 12 de Dezembro de 1687, e da qual foi primeiro ouvidor o dr. Diogo Rangel Castello Branco. Antes disto, serviam, quasi sempre por um anno, ouvidores, que eram egualmente auditores de guerra nomeados pelos governadores geraes.

Sobre uma destas nomeações houve incidente digno de nota. Lazaro de Freitas Bulhões fôra nomeado pelo vice-rei provedor da Fazenda Real e ouvidor da Capitania. Quanto á primeira nomeação, nenhuma duvida foi opposta; teve o *cumpra-se* do capitão-mór. Em relação, porém, á segunda, o Senado da Camara oppoz embaraços.

« Reunidos os officiaes na vereação de 13 de Abril de 1679 representaram ao vice-rei declarando "*haver em Camara um termo assignado pelos que nella assistiam e pelos homens bons da Capitania para que não se acceitasse como ouvidor pessoa que, não sendo lettrada, viesse de outra parte ou que não fosse pedida, para não soffrer á Capitania as insolencias desses forasteiros como era o actual, e indicavam para provedor a Manuel da Silva Vieira e para ouvidor a Bento da Costa Britto.*»

Respondeu o vice-rei a 7 de Agosto do mesmo anno da seguinte fórma:

« *Se a provisão que Lazaro de Freitas Bulhões alcançou deste governo para ouvidor fosse minha e vmcês. deixassem-n'a de cumprir, fundados no termo que se tomou em Camara de não acceitar pessoa alguma que não fosse da terra ou lettrado, a resposta da carta que vmcês. teriam de receber seria mandar-vos presos para serem castigados, como merece o atrevimento de vmcês. porque vmcês. são inteiramente sujeitos e não têm jurisdicção para tomar assentos contra disposições do governo geral; mas, supposto a provisão não ser minha, servirá esta de advertencia, a menos que não tornem a escrever-me semelhantes coisas. Tratem de obedecer ao que se lhes ordenar, que sempre é o que mais convém ao serviço de sua alteza.* » (Livro 2º do *Regimento das Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal.*)

Na Capitania havia apenas os juizes ordinarios, os almotacés e os juizes de vintena.

Ao tempo, a jurisdicção judiciaria, na parte relativa á primeira instancia, distribuia-se assim:

« Os juizes das vintenas, tambem chamados vintaneiros, ou juizes pedancos, eram annualmente eleitos pelas Camaras dos municipios, aonde existiam aldeias, com população excedente de vinte moradores, arredadas uma ou mais leguas das cidades ou villas. Competia-lhes decidir verbalmente, sem appellação nem aggravo, as contendas entre os habitantes da sua aldeia, quando a contenda não excedia de $100, $200, $300 e $400, conforme a população era de 20 até 50 vizinhos, de mais de 50 até 150, de mais de 150 até 200, e dahi para cima. Não conheciam das contendas sobre bens de raiz. Conheciam, segundo as posturas da Camara, das coimas e damnos. Não conheciam de crime algum: era-lhes vedada toda a jurisdicção criminal; porém prendiam os criminosos, mandando-os logo entregar ao juiz ordinario do seu termo.

Aos almotacés cumpria despachar os feitos em audiencia, com brevidade, sem processo nem escripturas, com appellações e aggravos para o juiz ordinario, que decidia por si só quando a causa não excedia ao valor de 600 réis; mas, excedendo a essa quantia até 6$, só o podia fazer com assistencia dos vereadores em Camara.

Sendo a pena imposta corporal, ou pecuniaria excedente a 6$, havia appellação para a Relação. Os almotacés entendiam sobre açougues, padarias, pescarias e officiaes mechanicos, sobre coimas, sobre pesos e medidas, sobre limpeza das cidades e villas, e sobre edificios e servidões urbanas, fazendo que em tudo se guardassem os regimentos particulares entre os litigantes em taes materias.

Os juizes ordinarios eram eleitos triennalmente, na mesma occasião em que se elegiam os vereadores da Camara. Eram tres, servindo cada um delles um anno, segundo a sorte os designava.

Não tinham vencimento algum do Estado. Nos termos importantes creavam-se por decreto regio juizes de fóra, que eram pelo rei nomeados dentre os bachareis em direito, supprimidos os juizes ordinarios. Tinham os juizes de fóra ordenado pago pelos cofres reaes, e aposentadoria, e propinas pagas pelos rendimentos das Camaras... Traziam os juizes de fóra por insignia uma vara branca, e os juizes ordinarios um vara encarnada.

Exerciam esses juizes jurisdicção civil e criminal: só nas cidades e villas populosas havia juizes distinctos para o crime, para o civel, e para os orphãos. Tinham alçada os juizes ordinarios de 600 réis até 1$ em bens moveis, segundo a população do termo, e até 400 réis nos de raiz; os juizes de fóra no civil até 5$ nos bens moveis e até 4$ nos de raiz, e no crime até 1$000. Nas causas de sua alçada decidiam summariamente sem appellação nem aggravo; nas causas superiores seguiam o processo ordinario determinado nas leis civis e criminaes, com os recursos nellas estabelecidos... Entrados em exercicio, deviam tirar devassa geral sobre o procedimento do juiz do anno antecedente, para verificar se este cumprira os seus deveres.

O mesmo faziam acerca dos vereadores, escrivães e mais empregados do seu termo, devendo, no que lhes competisse, prover conforme a lei, e, no que estivesse fóra de sua competencia, deviam participar ao corregedor da comarca, á Camara e empregados da Fazenda Real para estes providenciarem, segundo era a falta commettida por empregados immediatamente sujeitos ao corregedor, á Camara e aos empregados fiscaes.

Quando havia juiz de fóra, tirava este a devassa annualmente... Inspeccionavam aos almotacés, impellindo-os a cumprir as suas obrigações, e conheciam privativamente do crime de injurias verbaes, que decidiam sem appellação.

Era da sua obrigação trabalhar para que nos seus termos se não fizessem maleficios nem malfeitorias, procedendo com diligencia contra os culpados. Cumpria-lhes prender os criminosos e malfeitores por seus officiaes, passando ordens por escripto. Nos casos crime de certa gravidade, como morte, força, roubo e outros maleficios declarados na lei, devassavam *ex-officio*, logo que tinham conhecimento dos factos. Nos demais procediam por querela da parte offendida. Acabada a devassa, remettiam o processo ao tribunal superior para julgar. Exerciam a jurisdicção orphanologica onde não havia juiz dos orphãos-especial, fazendo os inventarios e cuidando da pessoa e bens dos orphãos.

Eram os ouvidores nomeados pelo rei dentre os juizes de fóra, que tivessem servido pelo menos quatro annos. Tinham ordenado da Fazenda Real, e aposentadoria e propinas pagas pelas Camaras. No Brasil, os ouvidores eram os corregedores de suas comarcas. Davam audiencias regularmente em dia e logar determinados; e dos feitos civeis, processados ante o juizo inferior, não conheciam por appellação, mas sim por aggravo e cartas testemunhaveis. Tinham alçada no civel até 10$ em moveis, até 8$ em bens de raiz, e no crime até pena pecuniaria de 2$000.

Deviam fazer annualmente correição em cada termo da sua comarca; e então examinavam os feitos civeis e crimes para emendar erros, e proceder e mandar proceder contra os criminosos.

Avocavam e tomavam conhecimento das causas, quer civeis, quer criminaes, em que eram partes os juizes territoriaes, seus escrivães e pessoas poderosas, quando lhes parecia não poderem os juizes territoriaes decidir os feitos com justiça inteira, para o que podiam as partes menos poderosas apresentar-se ante os mesmos corregedores. Julgando conveniente, instruiam os juizes territoriaes ácerca da decisão da causa, averiguando depois se faziam a devida justiça.

Examinavam o procedimento não só das auctoridades judiciarias e seus officiaes, como dos empregados civeis, providenciando com emenda dos erros nos casos da sua competencia, ou noticiando á auctoridade respectiva nos casos contrarios, e punindo as auctoridades, officiaes e empregados sobreditos, quando culpados, com as penas da lei, admittindo para a Relação aggravo ou appellação das suas sentenças em taes circumstancias, na conformidade do direito. Cumpria-lhes inspeccionar as cadeias e estado dos presos para não virem estes a soffrer oppressão dos carcereiros e justiças locaes. Aos criminosos e malfeitores deviam mandar prender para que fossem punidos, fazendo as competentes devassas quando já não estivessem feitas pelas auctoridades territoriaes, e davam carta de seguro nos casos determinados em lei.

Além das attribuições judiciarias dos corregedores das comarcas, tinham elles incumbencias meramente administrativas, que exerciam em razão das circumstancias do paiz ainda pouco illustrado, e de uma população disseminada por longinquos logares, aonde mal podia chegar essa mesma inspecção dos corregedores.

Cuidavam da eleição das Camaras, quando a não achavam feita ao tempo da correição, mandando-a fazer e presidindo-a; tomavam conta dos reditos das mesmas Camaras para que fossem bem arrecadados e despendidos; proviam sobre bemfeitorias dos diversos municipios, como estradas, pontes e ferros, mandando-as fazer pelos reditos sobreditos, e, na falta destes, por fintas não excedentes ao computo de 4$, que auctorizavam; subindo a finta a maior quantia, só com regia auctorização podia ser arrecadada, mediante informação do corregedor. As posturas eram por elles examinadas: annullavam as illegalmente feitas e representavam ao rei contra as legaes, porém prejudiciaes ao municipio... Vigiavam sobre a arrecadação dos impostos reaes, fazendo com que fossem bem arrecadados... » (Tristão de Alencar Araripe — *Historia da Provincia do Ceará.*)

Os ouvidores eram nomeados por tres annos e aos seus successores cabia tirâr-lhes *residencia*; quando entravam no exercicio do cargo.

Para o completo funccionamento do apparelho da justiça, havia ainda os escrivães dos almotacés, os tabelliães do judicial e de notas junto aos juizes ordinarios ou de fóra, os alcaides, encarregados das diligencias e mandados judiciaes (havia em cada termo um alcaide, com certo numero de homens debaixo de sua direcção), carcereiros incumbidos da guarda da cadeia, etc. A Ouvidoria tinha escrivães privativos, o seu meirinho de correição é o escrivão deste.

A administração municipal estava entregue ás Camaras, que regulavam a policia das feiras, dos mercados e do transito; geriam os bens do conselho e suas rendas; proviam á construcção, reparo e conservação das estradas, pontes, chafarizes e calçadas; providenciavam sobre a arborização das ruas, praças e logares baldios; estabeleciam condições para a construcção dos edificios; taxavam os preços aos officios mechanicos e as soldadas aos jornaleiros e creados; cuidavam do abastecimento de viveres; promoviam a cultura das terras; ordenavam as despesas e lançavam as fintas para

acudir ás obras extraordinarias; emfim, publicavam posturas sobre tudo que interessasse ao bem commum.

Tinham particular incumbencia de fazer procissões em honra do culto divino. Em alguns casos, eram-lhes facultadas prerogativas judiciaes. Podiam representar ás auctoridades superiores e ao rei, por escripto ou delegando poderes a alguma pessoa.

Ao lado de capitães-móres auctoritarios e de ouvidores gananciosos, as Camaras foram, muitas vezes, obrigadas a envolver-se nas luctas tão communs entre elles, intervindo em materia de ordem politica, na qual chegaram a ter largas attribuições. Infelizmente, compostas de homens ignorantes e sem a necessaria resistencia moral, nem sempre poderam contribuir para que fossem suavizadas as violencias e extorsões que affligiam o povo, em cujo contacto immediato viviam, numa sociedade em que o individuo desapparecia e em que, por longos annos, nenhuma arte ou officio pôde exercer livremente.

No ponto de vista fiscal, occupava o posto mais elevado na hierarchia administrativa o provedor da Fazenda, de cujas decisões havia recurso para a Provedoria-mór da Bahia. Subordinada a Capitania ao governo de Pernambuco, o provedor ficou tambem sujeito á Junta de Fazenda que alli existia e perante a qual se concluiam definitivamente as arrematações das rendas publicas.

Alli se recolhia egualmente o producto das arrecadações feitas, de modo que o dinheiro necessario ás despesas da Capitania era lá abonado ou de lá remettido, até que, após a revolução republicana de 1817, os acontecimentos forçaram a creação da Alfandega e da Junta de Fazenda locaes. Além do provedor, cuja jurisdicção abrangia o Ceará até 1723, quando a provisão régia de 7 de Janeiro desse anno creou a Ouvidoria Geral daquella Capitania, annexando-lhe o logar de provedor, existiam o escrivão da fazenda, o almoxarife, o seu escrivão e os officiaes necessarios ao serviço.

O systema preferido para a arrecadação dos impostos era o de contractos, mediante arrematação. As rendas eram, em começo, insignificantes. Depois, porém, que se restabeleceu a paz com os Indios e se deu o florescimento da industria pastoril, ellas tiveram constante desenvolvimento, por serem, em sua maior parte, provenientes do dizimo do gado.

Em 1715 (carta régia de 15 de Julho) esse desenvolvimento já era invocado pelo provedor como justificativa para o augmento de seus vencimentos, até então de 50$, excluidas as propinas das arrematações.

Durante o periodo de que tratamos governaram a Capitania:

Bernardo Vieira de Mello, cuja administração iniciada em 1695 e terminada em 1701, já tivemos opportunidade de estudar.

Antonio de Carvalho e Almeida — Diz Porto-Seguro que a sua nomeação é de Agosto de 1701. Houve equivoco, pois, o documento que se segue demonstra que é anterior a Março daquelle anno:

« Sua majestade que Deus guarde, em consideração do que v. mcê. lhe representou sobre Miguel de Carvalho e parecendo-lhe que a jornada de Roma se podia supprir por outrem, e que nas Missões seria de maior utilidade a sua pessoa pelas noticias com que se acha do sertão e virtudes que nelle concorrem, foi servido de o encarregar da Missão da Ribeira do Açú para se empregar na seducção dos janduys, para cujo effeito e para que com mais auctoridade lhe fez mercê de nomear a seu irmão Antonio de Carvalho e Almeida por capitão-mór do Rio Grande e é outrosim servido que para o mesmo effeito da dicta Missão lhe mande v. mcê. dar toda ajuda e favor e tudo o que lhe for necessario na fórma das ordens de sua majestade pelo que toca á despesa da sua Real Fazenda, e finalmente é sua majestade servida que o dicto padre Miguel de Carvalho não possa ser tirado da dicta Missão sem culpas de que se haja de dar contas a sua majestade, e que lhe sejam primeiro presentes, nem possa ser mandado a este Reino a algum negocio sem que o peça e seja tanta a conveniencia do serviço de Deus e de sua majestade que de elle não vir se siga prejuizo grave a um e outro serviço.

Deus guarde a v. mcê. muitos annos — Salvaterra, 14 de Março de 1701 — *Roque Monteiro Paim.* — Sr. d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro. » (*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XI.)

E' possivel que a nomeação de Carvalho e Almeida seja de 1700, conforme affirma Gonçalves Dias. A posse deve ter sido em Agosto de 1701, pois, de 15 desse mez e anno é o registo da patente no respectivo livro do Senado da Camara.

O seu governo prolongou-se até Dezembro de 1705. Não se conhecem actos que o tenham recommendado ou deprimido. Procurou manter em obediencia os indigenas, acalmar a irritação que provocara a subordinação da Capitania a Pernambuco, incrementar a creação e activar o movimento colonizador do sertão. Duas cartas régias desse tempo mostram que, quanto a estes ultimos objectivos, apreciaveis já eram os resultados obtidos: uma, de 14 de Dezembro de 1701, approvava a resolução de d. Fernando Mascarenhas, impedindo que 40 vaqueiros de Antonio da Rocha Pitta, que pretendia situar fazendas no Assú, expulsassem de suas terras os moradores que nellas se haviam estabelecido; a outra, de 18 de Abril de 1702, mandava agradecer a Lopo de Albuquerque, que assistia na Ribeira do Upanema, os auxilios prestados aos missionarios e a boa vontade com que se esforçava para que *as missões se augmentem pelas partes da vizinhança da dicta ribeira.*

Sebastião Nunes Collares — Governou de Dezembro de 1705 (de 10 de Dezembro é o registo de sua patente) até 30 de Novembro de 1708. Administração muito apagada. Um facto se deu na posse de Collares, que prova como o Senado da Camara zelava as suas prerogativas. Não lhe tendo sido communicada a nomeação do capitão-mór governador, talvez por esquecimento, hesitou aquella corporação em lhe dar posse, e, se o fez, foi em attenção a Carvalho e Almeida, que desejava retirar-se. Escreveu, entretanto, ao Governo da Metropole, explicando o que occorrera e pedindo instrucções sobre o que lhe cumpria fazer quando, de futuro, se repetisse facto semelhante.

André Nogueira da Costa — Nomeado por tres annos em 31 de Março de 1708, sob consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro do mesmo anno. Tomou posse em 30 de Novembro, ainda de 1708.

Consta de sua patente que prestou bons serviços em Angola, Bahia e Pernambuco, distinguindo-se principalmente como capitão do Rio S. Francisco, onde prendeu muitos criminosos. Como a anterior, a sua administração nenhum realce teve.

Salvador Alvares da Silva — Patente de 17 de Junho, posse a 30 de Novembro, registo a 24 de Dezembro, tudo de 1711.

Os levantes de Indios, que se deram depois do governo de Bernardo Vieira de Mello, foram parciaes e facilmente dominados. Em 1712, porém, houve, no Assú, uma revolta séria; *avançaram em todo o seu poder contra o arraial*, que para sua defesa teve o auxilio dos *Paiacús*, aos quaes *se ficou devendo grande parte das victorias alcançadas*, sobretudo porque *serviam de guias ás bandeiras e descobriam os inimigos nas serras incultas onde se acolhiam* (cópia de uma carta que acompanhou a ordem régia de 24 de Julho de 1715 ao capitão-general de Pernambuco).

Este foi o facto mais importante occorrido quando governava Salvador Alvares da Silva.

Domingos Amado — Foi nomeado em 2 de Março de 1714, sendo sua patente registada em 12 de Junho de 1715. Empossou-se a 20 do mesmo mez e anno. E' do seu tempo a execução da carta régia de 9 de Maio de 1714 (foi registada a 28 de Julho de 1715) suspendendo o *bando* que o governador de Pernambuco, Felix José Machado, mandara lançar para que todos os Tapuias, de 7 annos para cima, lhe fossem remettidos para serem vendidos no Rio de Janeiro.

Aproveitando-se da circumstancia de se ter ausentado do Assú, para ponto que lhe ficava a tres leguas, o terço dos paulistas, os Indios renovaram os seus ataques e assaltos. Houve reclamação por parte do Senado da Camara e o capitão-general de Pernambuco ordenou que o referido terço voltasse a assistir no logar que tinha sido determinado, o Assú, que continuava a ser o campo das maiores façanhas dos indigenas insubmissos.

Luiz Ferreira Freire — Era soldado sem lettras, violento e voluntarioso, que servira cerca de dezeseis annos nas provincias do Minho, Beira, Traz os Montes e Alemtejo, como praça, cabo de esquadra, sargento e alferes ajudante de infanteria, conforme se vê de sua patente de nomeação, datada de 23 de Janeiro de 1718.

Sua posse realizou-se a 3 de Julho. Foi em 1720, durante seu governo, que se deu a ultima rebellião geral dos Indios, assim descripta pelo mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro (representação annexa á carta régia de 13 de Fevereiro de 1733):

> « *Foi uma guerra viva porque todos os tapuias invadiram o arraial de Ferreiro Torto* (distava poucos kilometros de Natal), *querendo matar aos que nelle assistiam e senhorearem-se da polvora e destruirem toda a Capitania, o que conseguiriam se não achassem a infanteria com valorosa defensa.* »

Desta vez foram rigorosamente punidos: os que escaparam á morte ou á escravidão internaram-se nos altos sertões da Parahiba e Ceará, donde raro vinham inquietar os moradores. As suas investidas não offereceram mais os perigos de outr'ora; e isto permittiu a extincção do terço dos paulistas, do qual ficaram apenas duas companhias (carta régia de 17 de Outubro de 1724).

Em 28 de Julho de 1717, a Camara pedira que lhe fossem concedidos os privilegios da de Evora, Braga e Porto, respondendo o rei, em 7 de Maio de 1718, que se contentasse com os das Ordenações, "*esperando* (escrevia elle) *que vos façais dignos pelo tempo adeante de que mereçais que eu use comvosco e neste particular da minha real attenção*". Entendeu a Camara renovar o pedido em 4 de Janeiro de 1722, e o fez nestes termos:

> « Atidos na lembrança que v. m. deste Senado tem pela sua real carta, de 7 de Maio de 1718, lhe fazemos presente que para o merecimento de sua real attenção esperamos sirva primeiramente o serviço de mais de 80 annos de sua parte, que á real corôa de v. m. se fez por nossos avós, paes e por nós e nossos filhos agora na continua guerra e conquista em que se tem andado contra o gentio barbaro e em defesa desta Capitania, com despesa de fazendas e perdas de muitas vidas destes, até que de todo ficou reparada e os dictos barbaros extinctos, porque alguns poucos que ha se acham reduzidos á paz debaixo de missão, do que tudo assim obrado, como é notorio, tem resultado á fazenda de v. m. em todos os seus reaes dizimos e mais contractos, assim nesta Capitania, como nas mais de Pernambuco e Parahiba, um grande proveito no augmento dos preços por que se tem rematado, rematam e vão rematando com o crescimento dos gados nas terras, que com as as dictas guerras se tiraram aos dictos barbaros que as occupavam.
>
> Em segundo logar, sirva de merecimento a publica e notoria fidelidade á real corôa de v. m., com que o povo desta Capitania, esta Camara, sua cabeça, se portou na sublevação de Pernambuco, com muita quietação e sem alteração alguma.
>
> Em terceiro logar, o zelo e obediencia com que actualmente está servindo a v. r. m. debaixo de tantas e tão grandes tyrannias que comnosco estão usando os capitães-móres, que á terra vêm governar, que são muito maiores do que a v. r. m. se representaram em cartas e queixas do anno de 1720, cuja maioria por outras fazemos agora de novo presente a v. r. m.
>
> Em quarto logar, o mais serviço que daqui em deante esperamos fazer, como devemos e somos obrigados por bem de nossos cargos, com o mesmo zelo, cuidado, diligencia e inteireza de justiça.
>
> A' vista do que tudo, assim para gloria nossa e de nossos filhos e mais descendentes nossos, pedimos a v. r. m. se queira dignar servir de nos dar as honras pedidas, e por v. m. promettidas, porque, sendo-nos feita a mercê que mais bem for servido, as mandaremos procurar como for de estylo. »

Não houve deferimento.

Ferreira Freire falleceu no exercicio do cargo em consequencia de um tiro que lhe foi desfechado na noite de 22 de Fevereiro de 1722. De accôrdo com documentos que compulsou e alguns dos quaes estão publicados, Gonçalves Dias escreveu (*op. cit.*) sobre este facto o seguinte:

> « Luiz Ferreira Freire, capitão-mór, indispoz-se gravemente com o Senado e com muitos dos moradores. Representou o Senado que elle commettia roubos e

violencias, e era homem de maus costumes. Furtou uma moça donzella, de que fez sua amasia, poz-lhe casa; e para a servir tomou á força a escrava de um vereador, que ainda era parente da mesma moça, por nome Manuel de Mello de Albuquerque. O vereador recorreu á justiça, obteve mandado para a entrega da escrava; mas Freire tanto intimidou os officiaes de justiça que nenhum se quiz prestar á execução do mandado. Então recorreu o offendido ao governador de Pernambuco, Rolim de Moura, que mandou ordens mais positivas; mas, longe de surtirem effeito, Freire manda prender Albuquerque, mettendo-o na *casa escura* da fortaleza, onde jazeu 40 dias. No emtanto o Senado, indo em corpo representar que a prisão de Manuel de Mello offendia os seus privilegios, não foi attendido. Veio nova ordem de Pernambuco para que o commandante militar soltasse a Manuel de Mello, e assim se fez; mas Freire, sahindo á noite, acompanhado de alguns soldados, e de Francisco Ribeiro Garcia, capitão da guarnição, forçou a enxovia para dar soltura a um escravo do mesmo capitão; e arrombariam tambem a casa de Manuel de Mello, se a sua senhora, abrindo a porta, lhes não houvesse entregado a escrava que servia á barregan.

Dias depois, a 22 de Fevereiro de 1722, das 7 para as 8 horas da noite (carta do Senado ao ouvidor, datada de 2 de Março), foi ferido com um tiro, do qual morreu ao setimo dia.

Na mesma data (a 2 de Março), communicou o Senado ter ficado com o governo, como já se havia praticado por morte de dois capitães-móres, Francisco Pereira Guimarães e Sebastião Pimentel. Abriu-se devassa pelo assassinio de Ferreira Freire; mas não se descobriu o réo ou réos do attentado. Havia, comtudo, graves suspeitas de que nisso tivesse o Senado tido parte, imputação que este perante o rei attribuiu aos apaniguados do fallecido governador, querendo que os auctores, bem que não confessos, fossem os irmãos da raptada. O facto é que a esses sómente parece culpar a tradição.

Ainda que indispostos todos os moradores com o capitão-mór e empenhado o Senado na lucta, não me admiraria que este, ou mais alguem, houvesse contribuido para a catastrophe.

Conta-se que o velho pae da moça raptada, indo queixar-se ao capitão-mór, e pedir que lhe fosse restituida a filha, soffrera no palacio nova injuria do proprio capitão-mór, que o mandou retirar de sua presença, ameaçando-o de mais severo procedimento, se persistisse em suas queixas. Não se sabe se nesta occasião o chegara a esbofetear. Sahiu o velho do palacio da cidade, sentido ao mesmo tempo da não reparação do aggravo antigo e da recente violencia de que era victima indefesa: os filhos que vinham para a cidade o encontraram no caminho, lastimando-se e chorando, e lhe prometteram vingança. Algum tempo depois foi morto o capitão-mór, e a arma com que se commetteu o assassinio ainda hoje (dizem) se conserva entre os membros daquella familia, que residem em Periperi. »

Governo do Senado da Camara — Após o fallecimento de Ferreira Freire, assumiu o governo, por alguns dias (2 a 8 de Março), o Senado da Camara.

José Pereira da Fonseca — Foi nomeado por patente régia de 17 de Março de 1721. Empossou-se a 8 de Março de 1722, encontrando a Capitania ainda sob a impressão do attentado que victimara o seu antecessor, facto sobre o qual foram abertas duas devassas, uma pelo juiz ordinario e outra pelo ouvidor geral, não se chegando a resultados positivos sobre os nomes dos verdadeiros criminosos. Parecia, porém, ao novo capitão-mór que o Senado da Camara, se não fôra connivente, pelo menos não tinha sido extranho ao que succedera.

E dessa suspeita decorreram as desconfianças em que viviam, governador e Camara, mesmo depois que os vereadores foram substituidos. A representação que se segue — de 22 de Novembro de 1723, — é indicio significativo de como eram tensas as suas relações:

« Senhor: Foi v. m. servido prover no logar de capitão-mór desta Capitania a José Pereira da Fonseca, que, vindo governa-la, entendemos no principio convalescia esta miseravel Capitania das passadas e trabalhosas tormentas que por ella tinha passado nas tyrannias que soffreu do capitão-mór defunto Luiz Ferreira Freire; porque se inculcava e manifestava benigno e verdadeiramente publicava tinha desejos de fazer no bom governo della um relevante serviço a v. m.: fortuna que durou pouco, porque, não podendo conseguir em muitos tempos o contrafeito da sua condição, veio a usar dos seus antigos costumes em inconstante, austero, retirado e finalmente descomposto, causado tudo de uns frenesis epicondrios, que em todas as conjuncções de luas o arrebatam fóra de si tanto que muitas vezes se divisa com signaes evidentes de doido, obrando como homem sem juizo, nem temor de Deus, cujo defeito o habilita incapaz de governar pelos grandes desconcertos com que se porta, descompondo e desauctorizando com palavras mal soantes a quem lhe vai á casa, fechando-se nella dias inteiros para não fallar nem ver a pessoa nenhuma, temendo de o buscarem para tratarem com elle os negocios que, polla razão do seu cargo, está obrigado a ouvir; e sobretudo ser homem destemido de Deus em todas as suas acções, pouco observante da religião christã, inimigo capital do sacerdocio; e finalmente, senhor, não sabemos por que caminhos devemos conservar a sua inconstancia em termos que possamos viver em paz, sobre a qual vacillamos; e o desejo de conseguir esta nos obriga a sermos tão repetidos nas queixas dos capitães-móres; porque sómente vêm estes a esta Capitania destruil-a em fazendas e creditos, e não a conserva-la e ampara-la, como v. m. manda e deseja.

Por cujo motivo pedimos a v. m., pelo amor de Deus, nos allivie de tão tyrannas oppressões, mandando-nos governar por homens tementes a Deus e zelosos do real serviço, para que os habitantes desta Capitania vivam cada um socegado em sua casa, sem o receio continuo de violencias que cada um dia experimentam. »

Natal contava nessa epocha 30 casas, segundo se verifica de uma carta de Pereira da Fonseca, de 7 de Abril de 1722, carta que accrescenta: "seus arrabaldes são mattos, de tal sorte que a todas as horas se dão tiros e se matam pessoas, sem haver com que se atalharem semelhantes delictos" (carta régia de 22 de Outubro de 1722). Calcula-se por aqui o que seria a segurança individual e o estado da Capitania, que logo em seguida (1723) começou a ser flagellada por devastadora secca.

Domingos de Moraes Navarro — Succedeu a José Pereira da Fonseca em 18 de Janeiro de 1728, sendo a sua nomeação de 30 de Junho do anno anterior. Poucos dias depois da posse de Navarro, 26 de Janeiro, o Senado da Camara pedia ao governo de Lisboa que mandasse erigir um hospicio na Capital, no qual residissem religiosos da Companhia de Jesus ou da Ordem de S. Francisco para ensinarem grammatica aos filhos dos moradores e ordenarem sacerdotes, de que padeciam grande falta em prejuizo das almas (carta régia de 26 de Março de 1729).

O hospicio não foi fundado em vista da informação desfavoravel do governador de Pernambuco, cuja má vontade em relação á Capitania era manifesta: em 1 de Junho de 1729, sob a allegação de que "os provedores não tinham outro exercicio mais do que arrematarem os dizimos e os almoxarifes ou de pagarem aos *filhos das folhas*", chegou ao extremo de propôr a suppressão da Provedoria da Capitania, passando a serem feitas em Pernambuco as arrematações que tivessem de ser nella realizadas (annexo á carta régia de 18 de Agosto de 1731).

O governo de Navarro foi relativamente calmo.

João de Barros Braga — Patente de nomeação: 16 de Julho de 1730. Posse: 19 de Março de 1731. Foi na sua administração que se creou (a 21 de Julho de 1731) a primeira cadeira de Grammatica latina, cuja falta fôra reconhecida pelo bispo diocesano, em uma visita pastoral que fizera em 1727 ou 1728.

Fallando de Barros Braga, refere Gonçalves Dias o seguinte facto:

« Barros havia alcançado o posto que exercia por serviços prestados ao paiz no espaço, como na sua patente se lê, de 35 annos. Fôra o auxilio mais efficaz que encontraram os Jesuitas para a catechese e o melhor defensor que tiveram os povoadores, porque dispendeu muito de sua fazenda em construcções para a defesa de todos, e muitas vezes suppriu com mantimento aos Indios novamente aldeiados, largando-lhes a colheita de roças inteiras. Não obstante os seus longos serviços, tendo mandado arcabuzar um taptuia por haver assassinado a seu senhor, e commettido outras mortes, incorreu no real desagrado.

Mandou o rei tirar devassa para ser o capitão-mór sentenciado na Relação do Estado. A Relação passou mandado de prisão contra elle, confiando a sua execução ao ouvidor da Parahiba; mas o governador de Pernambuco negou-lhe o *cumpra-se*, a pretexto de que, estando no posto por mercê d'el-rei, não o podia tirar delle. Mandou o rei esquecer o negocio, advertindo, porém, ao capitão-mór que "lhe não tocava sentenciar os delinquentes". »

Foi isto a 25 de Novembro de 1732.

Agora o reverso da medalha. Eis o que sobre elle escreveu João Brigido (Ceará — *Homens e factos*):

«Foi nas margens do Jaguaribe que houve as guerras mais accesas da conquista: verdadeiras algaras, de quasi cem annos, nas quaes pereceu a população primitiva em proporção espantosa. E foi isto parte para que alli se perpetuasse o crime, seguindo-se entre os colonos guerras atrozes de familia, e succedendo-lhes a tyrannia local por largo tempo.

Exterminados os Indios, ficaram por toda a parte os scelerados com sua educação de sangue. Os ricos tinham maltas de sequazes, com os quaes se impunham pelo terror e se faziam arbitros das vidas e fortunas. A auctoridade estava longe e participava da mesma perversão, occorrendo que os governadores e juizes que vinham de Portugal, algumas vezes de Pernambuco, eram ignorantissimos e gananciosos até o suborno.

A primeira entidade que surgiu naquelles sertões foi Manuel Nogueira Ferreira, pelos fins do seculo XVII. Era capitão-mór de *entradas* e fez muitas correrias, exterminando os Jaguaribanos. Ainda em 1707, continuando a sua obra, pedia auxilio aos governadores do Rio Grande e Ceará para novas *entradas*.

Havia intriga formal dos creadores de gado com os Indios, porque estes não se podiam conformar com a idéa de que o gado podesse ter dono e queriam exercer nelle o seu direito de caça.

Manuel Nogueira Ferreira foi tronco de uma numerosa familia, hoje mui disseminada pelo Ceará e Estados vizinhos, familia da qual foram rebentos illustres Eduardo Nogueira Angelim, heróe no genero de Garibaldi, na *cabanada* do Pará, e o visconde de Jaguaribe, homem notavel do Ceará nos ultimos tempos.

A familia Nogueira decahiu mui cedo do seu poderio. Succumbiu, porventura, á intriga com outras que lhe disputassem a dominação. Em 1721, João de Barros Braga, prepotente mais temido, que tinha surgido no Jaguaribe, achou-se investido de poderes pelo vice-rei, residente na Bahia, para prender o capitão João Nogueira, seu irmão José Nogueira e seus cunhados Gaspar de Araujo e Pedro Perreira Braga, dos quaes, dizia o vice-rei, lhe faziam queixas repetidas por maus procedimentos, mortes, roubos e insolencias, nas margens do Jaguaribe.

O pomo de discordia entre os duros colonos eram ordinariamente as extremas de terras e as concessões de sesmarias, que então faziam, ao mesmo tempo e promiscuamente, o governo da Capitania geral e os seus subalternos.

A scena ficou longos annos occupada por Barros Braga, cuja tristissima memoria não se liga hoje a nenhuma familia conhecida. Surge este nome na chronica ccarense por uma concessão de 3 leguas de terras que se lhe fez no Jaguaribe, em 1700.

Muitas zonas desses sertões estavam occupadas sem nenhum titulo, quando, no fim do seculo XVII, por auctoridade real, o valle começou a ser distribuido, o que se prolongou por cerca de cincoenta annos com grande soffreguidão e muitos conflictos, em consequencia de direitos adquiridos, que iam sendo feridos na partilha do desconhecido.

Em Agosto de 1713, os Indios *Anacés* atacaram a villa nascente de Aquiraz, fazendo grande matança na população e obrigando a restante a vir se refugiar no presidio da Fortaleza.

Barros Braga veio em soccorro de Aquiraz com 200 homens do regimento de cavallaria do Jaguaribe do

qual era coronel, e mais 30 indios a pé, e fez horrivel matança nos selvagens. O governador Duarte (do Ceará) proclamou então uma guerra santa, mandando ler *bandos* ás portas das egrejas, e deu a Barros Braga o commando em chefe das forças legaes, declarando que a guerra se faria livre da taxa do *quinto* de captivos, que os bandeirantes ou conquistadores eram obrigados a pagar ao thesoiro real.

O tremendo caudilho colheu ás mãos 400 *Anacés*, dos quaes matou 95 com receio, disse elle, de que podessem fugir, e captivou os demais, ficando-se com elles. De sua parte, Paschoal Corrêa Vieira, capitão de seu regimento, fazia, para si, 125 captivos no valle do Banabuiú, onde dominava. Da mistura desses escravos com os que mais tarde vinham da Bahia e Pernambuco, procedentes d'Africa, é que se formou a riqueza servil que em parte a fome fez alienar na secca de 1878, liquidando o resto o movimento libertador de 1888.

Embora o governador Duarte tivesse declarado essa guerra livre da taxa, Barros Braga não deixou de ser perseguido por amor dos *quintos*. Fez-se-lhe uma devassa e foi condemnado a restituir ao thesoiro 70 captivos, só ficando isento dessa pena em 1724, por acto da Relação da Bahia, tribunal de pessima nomeada como todos daquelle tempo.

Isto não obstou que, em 1727, o governador geral de Pernambuco o mandasse levantar nova *bandeira* para dar caça aos indios, e que a sua ferocidade fosse premiada mais tarde com a nomeação de capitão-mór, governador do Rio Grande, cargo que exerceu de 1731 a 1734.

Desapparece da scena este caudilho por uma nova e mallograda devassa, em consequencia do fuzilamento de um Indio, que elle tinha ordenado, como governador daquella Capitania; e tem sido inutil toda a diligencia para ligar o seu nome á familia que porventura tivesse deixado no Ceará. »

A nosso ver, a razão não está inteiramente com qualquer destes illustres escriptores. Barros Braga não foi, por certo, um varão de grandes virtudes; mas não deve ser considerado um simples matador. Ha attenuantes que não é licito desconhecer para as suas perversidades. Elle viveu num tempo em que os que habitavam os campos, empregando a sua actividade nos asperos labores da agricultura ou da industria pastoril, precisavam de conservar as armas na mão para defesa propria e de seus bens.

Não era, portanto, demais que entendesse, como quasi toda a gente pensava, ser uma necessidade o exterminio ou a escravidão do selvicola. E o proprio escriptor cearense que citamos encontra explicação para as crueldades da epocha, quando, depois de descrever o que foi o povoamento do Jaguaribe, accrescenta:

« Não accusamos o Jaguaribe: elle só podia ser assim mesmo. Tinha surgido primeiro e quando se enforcavam os criminosos e se açoitavam os negros, os presos, os soldados, as creanças nas escolas e até os penitentes nas egrejas! Os padres, os medicos, até as mães eram desapiedados. A lei era barbara, como a moral; e as solidões, com as suas impunidades, sempre abriram a porta aos crimes. »

A' luz deste criterio, os actos e os feitos de Barros Braga, condemnaveis e deshumanos nos dias que passam, não constituiram excepção, nem mesmo quando, de accôrdo com preconceitos que eram geraes, representou ao governo da Metropole sobre a necessidade de *serem escusos dos serviços da republica os mulatos e mamelucos por haverem muitos homens brancos que podiam servir* (carta régia de 1 de Setembro de 1732).

Mantiveram-se na regra geral, revelando ás vezes acertada orientação administrativa, como, por exemplo, no caso que passamos a expôr. Havia na Capitania, após a extincção do terço dos Paulistas, duas companhias de infanteria que se revesavam na guarnição da fortaleza, de tres em tres mezes.

A que deixava o serviço, retirava-se para o engenho do sargento-mór José de Moraes Navarro, que ficava a 5 leguas da cidade, donde só regressava para render a que a substituira. Barros Braga, para pôr cobro a essa situação, que lhe parecia e era, de facto, irregular, propoz que fossem construidos quarteis de madeira e barro, *como eram as demais casas*, destinando-se á construcção 400$ das sobras dos dizimos reaes, *que iam sempre em augmento*. Deste modo attendia-se melhor á organização e disciplina das tropas, garantindo-se mais efficazmente o prestigio das auctoridades, que teriam sempre na Capital uma das companhias para cumprir as suas ordens, sem prejuizo da guarnição da fortaleza (cartas régias de 5 de Outubro e 5 de Novembro de 1733).

João de Teive Barretto — Nomeado em 24 de Março de 1734, entrou no exercicio do cargo em 22 de Outubro do mesmo anno. Varias cartas régias (as cartas régias a que nos temos referido nesta parte estão publicadas, em sua quasi totalidade, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*), mostram que se preoccupou com differentes assumptos da administração. Entre elles: a conveniencia de ser feita em Natal a arrematação dos dizimos; a dispensa da auctorização do governador de Pernambuco para que fossem assentadas praças de soldados nas companhias existentes na Capitania; a falta de armas, munições e material de guerra que havia nesta; a necessidade da construcção de um fortim em um porto aberto a 4 leguas da cidade (seria Ponta Negra, onde desembarcaram os Hollandezes por occasião da invasão ?); a substituição do alferes-tenente e do capitão da companhia que presidiava a fortaleza, por ser o primeiro cego e o segundo decrepito; a rigorosa observancia do contracto para a construcção da cadeia e casa da camara, etc. Era, pois, activo e trabalhador o que o levava a praticar incursões descabidas em esphera de attribuições que não era a sua, como succedeu quando intimou o escrivão da Provedoria a apresentar-lhe os autos da averiguação que se fizera sobre a liberdade ou captiveiro de um mulato, Jorge Lopes de Figueiredo (carta régia de 10 de Novembro de 1736).

Francisco Xavier de Miranda Henriques — Serviu como capitão-mór de 18 de Dezembro de 1739 a 30 de Maio de 1751, quasi doze annos. A sua nomeação é datada de 10 de Julho do mesmo anno em que se empossou. Studart (*Notas para a Historia do Ceará*), estudando o seu governo no Ceará faz as mais lisongeiras referencias á sua exemplar honestidade e narra um facto deveras eloquente:

« Miranda Henriques não tinha posses, era pauperrimo.

Um dia foi-lhe preciso para matar a fome tomar 100$ de emprestimo ao cofre dos orphãos, e, se não fora a intervenção de seu secretario, Caetano José Correia, figuraria o nome da auctoridade mais graduada da Capitania entre os daquelles que mendigaram do governo esse pequeno obsequio. Mas o uso e a lei mantinham no Ceará uma pratica de cuja derogação poderia advir um córte grande nas despesas do pobre homem. Se bem que o Estado pagasse casa aos ouvidores, não tinham-n'a os governadores, e, pois, Miranda Henriques, denunciando a injustiça e aproveitando em favor de sua pretenção o que acontecia nas outras capitanias, mesmo o pequeno Rio Grande do Norte, cuja administração deixara havia pouco, endereçou uma petição ao capitão-general requerendo uma annuidade de 200$ para aposentadoria. Justa era a supplica. Concordou com o favor Proença Lemos (*era o provedor*) e o capitão-general concedeu-lhe despacho favoravel. »

O governador de Pernambuco não logrou, porém, que o seu acto fosse approvado, e Miranda Henriques foi intimado a restituir ao Erario Real o dinheiro recebido. Apressou-se em fazer essa restituição, dirigindo-se depois ao rei nos seguintes termos (20 de Março de 1757):

« Senhor. O governador de Pernambuco me avisou mandara v. m. ordem ao provedor da Fazenda Real desta Capitania para me fazer restituir toda a importancia que se me tivesse pago da aposentadoria que o general que foi daquella Praça, Luiz José Correia de Sá, me tinha mandado dar, em occasião que poucos dias antes tinha mandado pedir 100$ a juro ao juiz de orphãos, tomando-os em meu nome o meu secretario, para me poder alimentar; porque o limitado soldo de 400$, que v. m. me manda dar, me não supprem os gastos que faço juntos com os que fiz na Côrte, quando vim para esta Capitania (como se vê da certidão junta do escrivão dos orphãos); comtudo, na afflicção em que me vi, achei o capitão Domingos Francisco Braga que me emprestou 200$ que é o que tinha recebido de aposentadoria, os quaes entreguei ao Almoxarife, como consta do seu recibo, a fls. 3; e sempre é digno de reparo e de commiseração que mandando v. m. dar 100$ de aposentadoria ao ouvidor desta Capitania só commigo se não pratique este procedimento; mas aqui se virá no conhecimento de qual é a occulta influencia da minha estrella, que, liberalizando v. m. mercês para todos, só eu hei de ser desgraçado, como eu mesmo. Posso affirmar a v. m. que me vejo nesta Capitania em maior miseria do que se viu o grande d. João de Castro na Asia, quando governava a India, porque elle lá teve uma gadelha de cabellos que empenhou, porém eu tão miseravel que nem isso tenho.

Assim torno a pedir e rogar a v. m. me mande successor na frota porque já não tenho que gastar no seu real serviço, e não será justo que acabe nas lastimas de tanta miseria. Deus guarde a v. m. muitos annos. »

Além deste, Studart documenta outros factos abonadores do escrupulo e da integridade de Miranda Henriques no governo do Ceará. No Rio Grande do Norte elle teve inimigos rancorosos, talvez em consequencia da lucta que foi obrigado a sustentar com o provedor, a quem contrariara, apoiando os moradores da Ribeira do Apodi, que impediram a execução dos contractos celebrados com Lourenço Correia de Lyra sobre gados do evento. O arrematante pedira garantias e o provedor, attendendo-o, mandou notificar os principaes oppositores. Nada conseguiu; e o arrematante viu-se na contingencia de foragir-se. Aberta devassa sobre o caso, foram pronunciadas mais de vinte pessoas, entre as quaes o juiz ordinario Mathias Simões Coelho. Irritadas por tal diligencia, estas pessoas recorreram ao capitão-mór, que, mandando devassar do occorrido, nomeou para semelhante fim o mesmo juiz ordinario, já compromettido na devassa feita pelo provedor, que, por sua vez, lhe solicitou as providencias necessarias para que os contractos fossem executados. Das divergencias entre o capitão-mór e o provedor resultou ser o assumpto submettido ao conhecimento e resolução do Governo de Lisboa, que ordenou ao governador de Pernambuco que chamasse á sua presença o capitão-mór, reprehendendo-o e suspendendo-o de suas funcções por quatro mezes (cartas régias de 21 de Março de 1744).

Justa ou injusta esta decisão ? Faltam-nos elementos para responder. E' certo, porém, que Miranda Henriques continuou ainda a governar, depois della, por mais de sete annos. Contra a longa duração de sua administração houve um protesto — o do Senado da Camara; mas este só foi feito em 23 de Abril de 1751 e quando conhecida a noticia da nomeação do seu successor:

« Temos por noticia que se acha provido Pedro de Albuquerque e Mello para capitão-mór desta Capitania...

Diremos a v. m. os governadores estarem mais de tres annos causa grande descommodo ao povo, porque se affeiçoam a algumas pessoas e polla razão destas fazem injustiças. »

São de 1749, portanto dos ultimos tempos de seu governo, as seguintes informações sobre a Capitania ("Informação Geral da Capitania de Pernambuco"), vol. XXVIII dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*:

Rendimentos da Fazenda Real

O contracto dos Dizimos Reaes, que se remata por tres annos por	2:042$000
A passagem do Rio Ribeira da Cidade do Natal, que se remata em cada um anno	13$000
O contracto do gado do vento das ribeiras da Capitania em tres annos por	331$000
Tambem ha o rendimento dos novos direitos das cartas de seguro e das Provisões dos officios que provêm os capitães-móres	$
Somma o rendimento da Provedoria	1:134$999

Despesas que se fazem pela dicta Provedoria Real em cada anno

Ao capitão-mór de seu soldo	400$000
O provedor da Fazenda Real vence de seu ordenado	120$000
O almoxarife da Fazenda Real vence de seu ordenado	80$000
O escrivão da mesma Fazenda Real e Almoxarifado vence de ordenado	50$000
O dicto escrivão pelo ser dos mantimentos vence em cada anno para pão de munição	4$380
O ajudante das ordens do capitão-mór vence de seu soldo	30$000
O tenente da Fortaleza vence de soldo	72$000

Ao dicto de pão de munição	4$380
O cirurgião que assiste a curar a infanteria vence uma praça de soldado, e pão de munição, que com o ordenado de cirurgião vence	63$180
O clerigo que ensina Grammatica	60$000
Para azeite para alumiar os corpos da guarda da cidade e da fortaleza	31$200

Despesa que se faz com os ecclesiasticos:

O vigario da Egreja Matriz da Cidade do Natal vence de congrua	244$000
O coadjutor da dicta Egreja vence de congrua	25$000
O thesoireiro e fabriqueiro vence	8$000
O capellão da Fortaleza da Barra vence	50$000
O missionario da Aldeia do Mipibú vence	30$000
O missionario da Egreja da Aldeia do Apodi vence	30$000
Somma a despesa que faz a dicta Provedoria	1:302$140

Não entrando nestas despesas as que se fazem com correios que vêm com cartas do serviço de s. m. como tambem as que se fazem com papel para a Secretaria do capitão-mór e Provedoria, e outras despesas miudas e necessarias, que não ha certeza de suas importancias.

Freguezia e clerigos

Freguezia da Cidade do Natal:

A Egreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de que é vigario o reverendo dr. Manuel Correia Gomes.	1
Clerigos que ha nesta freguezia	12
Capellas	9

Freguezia de Goianninha:

A Egreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, de que é cura o reverendo padre Antonio de Andrade de Araujo	1
Capellas que ha neste curato	3
Clerigos	3
Fogos	299
Pessoas	1.306

Freguezia do Assú:

A Egreja de S. João Baptista, de que é cura o reverendo padre Guilherme Teixeira de Carvalho	1
Clerigos que ha dentro deste curato	12

Não tem capellas.

Relação das aldeias

Aldeia de Guagerú. Invocação de S. Miguel. E' de Indios caboclos da lingua geral e Tapuios, da nação Paiacús. O seu missionario é padre da Companhia de Jesus.

Aldeia do Apodi. Invocação de S. João Baptista. E' de Tapuios, da nação Paiacús, e o missionario religioso de Santa Thereza.

Aldeia do Mipibú. Invocação de Sant'Anna. E' de caboclos da lingua geral e o seu missionario religioso capuchinho.

Aldeia das Guarahiras. Invocação de S. João Baptista. E' de caboclos da lingua geral e o missionario religioso da Companhia de Jesus.

Aldeia de Gramació. Invocação de Nossa Senhora do Carmo. E' de Indios caboclos da lingua geral e o missionario religioso do Carmo da Reforma. »

As aldeias tinham, em regra, 100 homens de armas, cada uma.

Forças militares da Capitania: duas companhias de infanteria paga, com 120 praças; e uma companhia de auxiliares com 100 praças. O manuscripto estava incompleto na parte relativa ás tropas das ordenanças, constando apenás que havia tres capitães (coroneis), um em cada uma das freguezias.

Na fortaleza encontravam-se 30 peças, sendo 17 de ferro, inutilizadas, e 13 de bronze, com a respectiva munição.

Pedro de Albuquerque e Mello — A sua patente de nomeação é de 14 de Novembro de 1750 e a sua posse de 30 de Maio de 1751. Data de seu governo a creação, em 23 de Novembro de 1754, dos cargos de juiz ordinario e escrivão do Assú e Apodi. Fez varios provimentos de officiaes para os tres regimentos de milicia então existentes no sertão, a saber: o da Ribeira do Assú, de que era commandante David Dantas de Faria; o da Ribeira do Apodi, para o qual nomeou commandante Antonio Duarte Teixeira, visto a edade e a doença do que servia não lhe permittirem continuar no commando; e o da Ribeira do Seridó, onde era coronel Cypriano Lopes Galvão. Quasi no fim de sua administração — 27 de Junho de 1757 — o ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, cuja jurisdicção comprehendia a Parahiba e o Rio Grande do Norte, assim descrevia este ultimo (Bibliotheca Nacional, lata 5-6, documentos da Parahiba):

« Contém toda esta Capitania do Rio Grande de comprido 110 leguas por costa, pegando do Rio dos Marcos, donde faz divisão a Capitania da Parahiba, até á Picada do Moxoró, donde divide a Capitania do Ceará-Grande, e de largo 120 leguas, pegando da Cidade do Natal, da costa do mar, della até ás cabeceiras do Rio Apodi, donde divide as capitanias mencionadas.

Em toda esta Capitania acham-se cinco freguezias.

A primeira de Nossa Senhora da Apresentação; nesta tem uma cidade chamada do Natal, que terá de povoado 400 braças de comprido e de largo 50, com 118 casas; no fim desta, no logar chamado a Ribeira, ha um rio de agua salgada, a que chamam Rio Grande, e tem sua barra, donde ha uma fortaleza da invocação dos Santos Reis Magos, que nasce do mesmo mar, navegavel, e entra pela terra a dentro 4 leguas.

Tem mais na dicta freguezia tres povoações com bastante moradores: uma da parte do Norte, chamada Ceará-Mirim; nesta ha um rio do mesmo nome, o qual faz barra na costa do mar, e é innavegavel pelos rochedos que occupam a sua costa; tem o seu nascimento junto a uma serra chamada do Cabugi e deste á barra serão 40 leguas; ha mais outro rio, a que chamam Maxaranguape, corrente, de agua doce, e faz barra na costa do mar, e é innavegavel, e tem o seu nascimento para o sertão, que delle á barra serão 6 leguas; ha mais outro rio, a que chamam Punahú, corrente, de agua doce, e faz barra na costa do mar, no qual ha uma enseada, aonde podem estar surtas muitas naus, que serve de refrigerio ás embarcações que pela costa navegavam; o rio em si é innavegavel, tem o seu nascimento para o sertão, que deste á barra serão 5 leguas; outra povoação da parte do Norte ha, a que chamam S. Gonçalo, na qual se acha uma capella de invocação do mesmo santo; nesta ha um rio a que chamam Potigi, de agua doce, o qual faz barra no Rio da Cidade já declarada, tem o seu nascimento entre umas serras pelo sertão a dentro, e deste á barra serão 29 leguas, e só corre em annos invernosos; é navegavel sómente distancia de 1 legua, donde chega a agua salgada. Da cidade á primeira povoação serão 4 leguas e desta á segunda outras tantas e desta á cidade 3 leguas.

Tem outra povoação da parte do Sul chamada de Papari, e Ribeira do Mipibú, na qual tem uma capella da invocação de Nossa Senhora do O'; nesta povoação tem dois rios, um chamado do Cururú, e faz barra na costa do mar, é innavegavel pelos muitos penedos de que se compõe a sua costa, nasce do sertão do Trahiri e do nascimento deste á barra serão 20 leguas e só corre em annos invernosos e dá-lhe agua salgada distancia de 2 leguas; outro, a que chamam Pirangi e faz barra na costa do mar e é innavegavel; tem o seu nascimento para a parte do sertão no logar chamado o Curral da Junta, que deste á barra serão 6 leguas; e fica distante esta povoação da cidade 10 leguas.

A segunda freguezia é a de Nossa Senhora dos Prazeres, com matriz e cura, e com bastante moradores na povoação, a que chamam Goianninha, da parte do Sul, que confina no logar chamado dos Marcos, donde faz divisão a Capitania da Parahiba com esta do Rio Grande; nesta dicta povoação e ribeira tem um rio chamado Cunhahú, o qual faz barra na costa do mar, e por ella entram embarcações de baixo bordo, e tem 6 leguas do seu nascimento á dicta barra; fica distante esta freguezia da Ribeira de Goianninha e povoação da de Papari Freguezia de Nossa Senhora do O', já mencionada, 6 leguas e da cidade 15 leguas.

Terceira freguezia do glorioso S. João na Ribeira do Assú, donde tem uma povoação de muitos moradores, com matriz e cura; nesta tem quatro rios, que nascem do mesmo mar, e entram pela terra a dentro, um a que chamam Agua Maré, que da costa até donde finda serão 5 leguas; outro chamado Tubarão, que só terá de comprimento 1 legua; outro, a que chamam Manuel Gonçalves, o qual é navegavel em distancia de 8 leguas; outro, o qual chamam do Assú, que tem o seu nascimento no centro dos sertões, que com individuação se não sabe donde, e só corre em tempo de inverno, e despeja para o mar, no rio chamado Manuel Gonçalves, já declarado, e fica distante esta freguezia da de Nossa Senhora da Apresentação 60 leguas.

Quarta freguezia de Nossa Senhora da Conceição novamente erigida na Ribeira do Apodi, no logar chamado Pau dos Ferros, donde tem uma matriz da invocação da mesma Senhora, com seu cura com muitos moradores; nesta dicta ribeira ha um unico rio, o qual é secco, e só corre em tempo de inverno, chamado do Apodi, e faz barra na costa do mar; tem o seu nascimento no centro do sertão, que com individuação se não sabe donde, e é navegavel tão sómente ½ legua pelo dicto rio acima; fica distante esta freguezia e povoação da do Assú 46 leguas.

Quinta e ultima freguezia da gloriosa Senhora Sant'Anna, donde tem matriz e cura no logar chamado Caicó, na Ribeira do Seridó, nesta dicta freguezia e ribeira; tem duas povoações, uma na dicta matriz, e outra no logar chamado Acari, donde têm os moradores uma capella, em distancia desta cidade 50 leguas e á Povoação de Caicó 13 leguas, e desta á do Assú 20; tem um rio secco, que corre em annos invernosos, a que chamam Seridó, que faz barra no Rio do Assú; nasce do sertão e do seu nascimento á dicta barra serão 25 leguas.

Nesta dicta Capitania não ha outra nenhuma villa, que tão sómente a cidade declarada, e desta á Cidade da Capitania da Parahiba, circumvizinha pela costa do mar da parte do Sul, serão 45 leguas e para a parte do Norte, pela costa, desta Cidade do Natal á Villa do Aracati da Capitania do Ceará-Grande circumvizinho serão 110 leguas. »

João Coutinho de Bragança — Tomou posse a 4 de Dezembro de 1757. Ao que parece, não escolhia meios para auferir avultados proventos do cargo. Em uma viagem que fez ao interior, afim de passar mostra aos regimentos do sertão, exigiu que cada sargento-mór lhe pagasse 30$, cada capitão 20$, cada tenente 10$ e cada alferes 8$, sob pena de lhes não serem reconhecidos os postos em que tinham sido anteriormente providos. Foi além: creou, mediante propinas, novos postos em logares onde não podia have-los, inclusive um, de capitão-mór, por cuja creação recebeu 108$000.

Destes factos diz uma representação feita pelo coronel do Assú, em 8 de Fevereiro de 1759, representação que foi mandada informar por carta régia de 12 de Janeiro do anno seguinte. Se verdadeiros, denotam tal fraqueza de caracter e tanta elasticidade de consciencia que é de crer tenha commettido os maiores excessos e abusos.

Joaquim Felix de Lima — Nomeado por patente de 29 de Março de 1760, governou de 14 de Junho do mesmo anno até 28 de Setembro de 1774, quando falleceu no exercicio do cargo.

A Ordem dos Jesuitas fôra abolida em Portugal e nos seus dominios por acto de 3 de Setembro de 1759; mas tal era o receio da resistencia a esse acto por parte dos religiosos que, antes de sua decretação, o marquez de Pombal julgara conveniente adoptar medidas e providencias que garantissem o exito completo de sua execução. Dahi as ordens reservadas que foram dirigidas aos diversos governos da colonia. Em relação a Pernambuco e ás capitanias que lhes eram subordinadas, ellas foram transmittidas ao capitão-general, e por este aos capitães-móres, e auctoridades locaes, com a recommendação, quanto ao Ceará e Rio Grande do Norte, de prestarem todo o apoio, de qualquer natureza que fosse, ao desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, que da Metropole viera com instrucções especiaes para ir ás referidas capitanias publicar o alvará de 8 de Maio de 1758 e as leis de 6 e 7 de Junho de 1755, na fórma das quaes devia estabelecer a liberdade das pessoas, bens e commercio dos Indios, bem como o seu governo civil, elevando a villas as aldeias que habitavam e fazendo cessar nestas o governo temporal dos Jesuitas (Studart — *Notas para a Historia do Ceará*, cit., publica na integra todas as ordens e instrucções).

Essas instrucções eram meticulosas e precisas, mal encobrindo, sob o pretexto de protecção aos indigenas, o odio votado aos padres da Companhia.

Gama Casco, desempenhada a sua commissão em Pernambuco, passou ao Ceará, embarcando depois no Aracati com destino a Natal, onde chegou já nos ultimos dias da administração de Coutinho de Bragança. A Villa de Extremoz ainda foi fundada no governo deste: 3 de Maio de 1760. A de Arez, porém, foi no dia immediato á posse de Joaquim Felix de Lima: 15 de Junho.

Extremoz e Arez eram as antigas missões de Guagerú e Guarahiras, unicas da Capitania que se achavam sob a di-

recção dos Jesuitas. Os seguintes dados mostram qual era o seu estado:

	Extremoz	Arez
Rendimento dos dizimos	101$040	115$000
Rapazes que andam na escola	147	87
Raparigas que aprendiam a fiar, tecer e coser na missão	63	89
Rapazes aprendendo varios officios	8	9
Numero de casaes	319	284
Numero de almas	1.429	949
Pobres de um e outro sexo	77	69
Rapazes e moços solteiros de um e outro sexo	765	362
Companhias	7	6
Numero de praças que comprehendem as companhias	350	300
Escravos de um e outro sexo	15	—

De accôrdo com resolução tomada, em junta, pelo governador, ouvidor e bispo de Pernambuco, e dependente de posterior approvação régia, os escravos e o gado foram distribuidos deste modo (Studart — *Notas para a Historia do Ceará*, cit.):

« *Villa de Extremoz*:

Para a Egreja de S. Miguel, 35 vaccas, 5 cavallos e 15 escravos;

Ao vigario, 6 vaccas e 1 cavallo;
Ao coadjutor, 4 vaccas e 1 cavallo;
Ao capitão-mór, 3 vaccas;
A 6 capitães, 2 vaccas a cada um;
Ao director, 1 vacca e 1 cavallo;
Para o serviço da Egreja e obras publicas, 4 bois e 1 carro.
Total: 70 vaccas, 9 cavallos, 4 bois, 1 carro e 15 escravos.

Villa de Arez:

A Nossa Senhora, 12 eguas;
Para a Egreja de S. João Baptista, 53 vaccas e 48 bois;
Ao vigario, 12 vaccas, 8 bois, 2 eguas, 3 cavallos;
Ao coadjutor, 7 vaccas, 6 bois, 2 eguas e 1 cavallo;
Ao capitão-mór, 5 vaccas, 3 bois, 1 egua e 1 cavallo;
Ao sargento-mór, 4 vaccas, 3 bois, 1 egua e 1 cavallo;
A 6 capitães, 3 vaccas, 2 bois e 1 egua a cada um;
A 6 alferes, 1 vacca, 1 boi e 1 poldro a cada um;
Ao ajudante, 1 vacca, 1 boi e 1 cavallo;
Ao director, 5 bois e 1 cavallo;
Ao mestre-escola, 3 bois e 1 cavallo.
Total: 106 vaccas, 95 bois, 24 eguas, 9 cavallos e 6 poldros. »

Em 9 de Dezembro de 1761, foi creada a Villa do Regente (actual Port'Alegre), sendo para ahi transferidos os Indios da missão do Apodi (vide trabalho que escrevemos de collaboração com Vicente de Lemos, *Apontamentos sobre a Questão de Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*); em 22 de Fevereiro de 1762, a de S. José, na antiga missão de Mipibú, a que tinham sido incorporados os *Pégas*, habitantes da Serra da *Cipilhapa*, que foi arrematada, em toda a sua extensão pela quantia de 420$, em 19 de Novembro de 1761, por João do Valle Bezerra (dono da Fazenda Campo Grande, que é hoje a Villa de Augusto Severo), de quem tomou o nome que presentemente tem de Serra de João do Valle (estudo de Luiz Fernandes, no *Almanack do Rio Grande do Norte*, 1897); e depois, na Aldeia de Gramació, a de Villa Flor (Moreira Pinto diz que a freguezia foi de 1743 e a villa de 1769), a que deram este nome em homenagem a d. Antonio de Meneses, conde de Villa Flor, que tinha sido governador de Pernambuco (a séde foi posteriormente mudada para a Povoação de *Uruá*, que é, de presente, a Cidade de Canguaretâma). Estas villas, com excepção da ultima (se verdadeira a data apontada por Moreira Pinto), foram fundadas pelo juiz de fóra Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco, para isso commissionado pelo capitão-general Luiz Diogo Lobo da Silva.

Com a creação das novas villas, desappareceram todas as missões, e os indigenas passaram a ser governados pelos *directores*, que succederam aos padres. A mudança foi para peor: estes, embora não conservassem a mesma abnegação e o mesmo desprendimento, de que tinham dado tão notaveis exemplos nas primitivas *reducções*, pelo menos ainda liberalizavam o consolo da fé, propagavam o ensino e prégavam a moralidade dos costumes; aquelles exploravam, escravizavam, martyrizavam. E a consequencia foi que, em grande parte, os Indios aldeiados voltaram á vida errante dos primeiros tempos, sendo perseguidos e esmagados.

E' tambem do governo de Joaquim Felix de Lima a creação da freguezia das varzeas do Apodi, com séde na antiga missão (actual Cidade do Apodi). Foi creada em 3 de Fevereiro de 1766 (vide nosso livro *O Rio Grande do Norte em 1911*).

ULTIMOS GOVERNOS DO SECULO XVIII — Joaquim Felix de Lima falleceu, como já dissemos, em 28 de Setembro de 1774, devendo caber o governo, na conformidade do alvará, com força de lei, de 12 de Dezembro de 1770, ao ouvidor, ao commandante das tropas e ao vereador mais velho. No longo periodo que vai da sua morte a 12 de Agosto de 1791, quando assumiu o exercicio o novo capitão-mór, Caetano da Silva Sanches, estiveram estas auctoridades á frente da administração, sendo de notar que o nome do ouvidor, que residia na Parahiba, raras vezes apparece nos papeis officiaes: só quando se achava na Capitania em correição tomava parte no governo. Realmente, elle foi exercido (Gonçalves Dias — *Op.* cit.):

Em 1774 (a partir de 28 de Setembro): por José Baptista Freire, commandante das tropas, e Joaquim Luiz Pereira. Este era juiz ordinario, pelo que o governador de Pernambuco houve por bem declarar-lhe que não a elle, mas ao vereador mais velho competia o logar.

Em 1775: Freire e o vereador Domingos João Campos.

Em 1776: Freire e o vereador Salvador Rebouças de Oliveira.

Em 1777: Freire e o vereador Manuel de Sousa Nunes.

Em 1778: Freire e o vereador José Duarte da Silva.

Em 1779: Freire e o vereador Pedro José de Vasconcellos.

Em 1780: Freire e o vereador Prudente de Sá Bezerra.

Em 1781: Freire e o vereador José Pedro de Vasconcellos.

Em 1782: até Maio, Freire e o vereador Manuel Gonçalves Branco. De Maio em deante o mesmo vereador e o commandante João Barbosa de Gouveia, que substituiu Freire no commando das tropas.

Em 1783: Gouveia e o vereador Manuel de Araujo Correia.

Em 1784: Gouveia e o vereador Antonio de Barros Passos.

Em 1785: Gouveia e o coronel Antonio da Rocha Bezerra.

Em 1786: Gouveia e o vereador mestre de campo de infanteria auxiliar Francisco de Oliveira Barbosa.

Em 1787: Gouveia e o vereador capitão-mór Antonio Luiz Pereira.

Em 1788: Gouveia e o vereador José Pedro de Vasconcellos, que morre em Março deste anno. O vereador Manuel Gonçalves Branco o substitue, tomando posse a 11 de Abril.

Em 1789: Gouveia e o vereador Joaquim de Moraes Navarro.

Em 1790: Gouveia e o vereador Albino Duarte de Oliveira.

Em 1791: Gouveia e o vereador Manuel Antonio de Moraes.

A 12 de Agosto toma posse Caetano da Silva Sanches, nomeado capitão-mór interino. Essa nomeação fez-se effectiva por patente de 27 de Março de 1797, ratificando-se a posse a 7 de Fevereiro de 1798. Sanches falleceu em 15 de Março de 1800, tendo governado de 12 de Agosto de 1791 ao dia em que morreu. Foi substituido nesse dia, de accôrdo com o citado alvará de 12 de Dezembro de 1770, pelo commandante das tropas Antonio de Barros Passos e o vereador Luiz Antonio Ferreira.

Nesse dilatado periodo de mais de um quarto de seculo, — 1774 a 1800 — a Capitania experimentou duas grandes seccas: a de 1777-1778 e a de 1791-1793. A segunda foi extremamente desastrosa.

Conhecemos os seus effeitos, entre outros documentos, pela *Memoria* do padre Joaquim José Pereira, que descreveu, em paginas que se não esquecem, os soffrimentos que torturaram os moradores da Ribeira do Apodi, onde existiam nessa epocha tres freguezias com 8.710 almas:

Apodi	3.170
Port'Alegre	1.183
Pau dos Ferros	4.357

A lavoira nessa ribeira consistia apenas no plantio de mandioca, subindo a producção, nas tres freguezias, a 56.640 alqueires de farinha, annualmente. Era, porém, extraordinario o desenvolvimento da industria pastoril, tão grande que, não satisfeitos em fornecer gado ás feiras e açougues da Parahiba e Pernambuco, os creadores alimentavam a lucrativa industria das *carnes seccas*, estabelecidas em Mossoró e Assú, nos logares que ainda hoje conservam os nomes de *officinas*. Deste assumpto nos occuparemos ao tratar dos aspectos economicos do Estado, na parte geographica.

Convém, entretanto, adeantar que da extincção dessa industria, em 1788, quando o capitão-general de Pernambuco só permittiu o preparo das carnes seccas do Aracati para o Norte (dahi veio o nome de *carne do Ceará* que se dá ao xarque em muitos pontos do Nordéste, porque do Ceará vinha a mesma carne), resultaram consideraveis prejuizos á Capitania, prejuizos que não foram exclusivamente de ordem economica. Segundo as melhores probabilidades, a existencia das officinas de carnes aggravou a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. E dizemos *aggravou*, porque é bem possivel que a sua origem esteja na rivalidade entre os proprietarios das officinas, desde a sua fundação, devido ao contracto do estanco do sal.

A clausula IX do alvará de 7 de Dezembro de 1758, estabelecida em garantia desse contracto, dispunha: Que fossem tombadas, á custa da Fazenda Real, conservando-se os tombos nos juizos das respectivas provedorias, todas as salinas existentes no Brasil a saber: nas capitanias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro (em Cabo Frio);

Que os provedores procedessem, de tres em tres annos, á necessaria vistoria e que, no caso de accrescimo no todo ou em parte, fizessem demoli-lo logo, á custa de seus donos;

Que os moradores podessem usar do sal produzido pela natureza ou pela industria, em suas capitanias; mas, de nenhuma sorte, exporta-lo para qualquer outra, sob pena de multa e perda da embarcação para o contracto do estanco.

Ora, montadas officinas de carnes seccas no Rio Grande do Norte e Ceará, as situadas nesta ultima Capitania conservar-se-iam numa posição de inferioridade manifesta, porque, emquanto na primeira o sal a empregar podia ser existente em suas salinas, de accôrdo com o alvará de 1758, na segunda teria de ser adquirido na Metropole, o que encarecia, é bem de ver, o genero fabricado. Para luctarem em egualdade de condições, os interessados suscitaram duvidas sobre as divisas territoriaes, tentando levar a jurisdicção cearense, aliás sem exito, a logares que jámais alcançara. Depois, extinctas as officinas de Mossoró e Assú, em virtude da ordem do capitão-general de Pernambuco, as do Aracati ainda por algum tempo, poderam prosperar, livres da concorrencia; mas, como a ambição de lucros é immoderada, ficou o germe das discordias nas fronteiras das duas capitanias. O sal, industria que era explorada no Rio Grande do Norte desde o começo do seculo XVII, com alternativas felizes ou adversas, foi depois, em mais de uma occasião, a causa primordial de novos attritos nesse lamentavel conflicto sobre questões de limites (*Apontamentos sobre a Questão de Limites*, cit.).

Em 31 de Julho de 1788 (*O Rio Grande do Norte em 1911*, cit.), foi fundada a Villa do Principe, hoje Cidade do Caicó, e em 11 de Agosto do mesmo anno (*A Republica*, do Natal, de 11 de Agosto de 1911) a Villa Nova da Princeza, actualmente Cidade do Assú. As freguezias respectivas datavam: a primeira, de 15 de Abril de 1748, e a segunda, de 1726 (*Annuario Ecclesiastico da Parahiba do Norte*, 2º vol.).

O seculo XVIII foi o do povoamento completo da Capitania. Em seu inicio, esta formava um só municipio e uma só freguezia; e, em 1800, já contava os municipios de Natal, S. José de Mipibú, Arez, Villa Flor, Extremoz, Villa do Principe, Villa Nova da Princeza e Villa do Regente, comprehendendo outras tantas freguezias de que eram sédes e mais as freguezias do Apodí, Goianninha e Pau dos Ferros, que ainda não gosavam dos fóros de villas (as divisões administrativas não coincidiam, como, de presente, não coincidem com as ecclesiasticas).

A população estava disseminada por toda parte, attingindo as serras e os pontos mais remotos, condensando-se nos valles ferteis do littoral e nas ribeiras dos rios sertanejos.

E isto fôra consequencia de duas causas principaes: o alargamento da creação e o exterminio dos Indios.

A primeira, que fez da Capitania uma região francamente pastoril, trouxe o que Capistrano de Abreu chamou com propriedade a epocha do coiro, nestes traços vigorosos:

« Os primeiros occupadores do sertão passaram a vida bem apertada: não eram os donos das sesmarias,

mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundancia, mas isto apenas.

A farinha, unico alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a principio por julgarem impropria a terra á plantação da mandioca, não por defeito do sólo, mas pela falta de chuva durante a maior parte do anno.

O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naquelles districtos extranhos ao uso do monjólo. As fructas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez.

Póde-se apanhar muitos factos da vida daquelles sertanejos dizendo que atravessavam a epocha do coiro.

De coiro era a porta das cabanas, o rude leito applicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de coiro eram todas as cordas, a borracha para carregar agua, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavallo, a peia para prende-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no matto, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em coiros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em coiro picava-se tabaco para o nariz.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro.

A este cabia amansar e ferrar os bezerros, cura-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedoiros. Para cumprir bem com o seu officio vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem attender ás maiores chuvas e trovoadas, porque nesta occasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e póde nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costuma, marcar as vaccas que estão proximas a ser mãe e traze-las quasi como á vista, para que partindo não escondam os filhos de fórma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

Depois de quatro ou cinco annos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago: de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar uma fazenda por sua conta.

Desde começo do seculo XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao maximo de 3 leguas separadas por uma devoluta.

A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o auctor anonymo do admiravel *Roteiro do Maranhão a Goiaz*, tem pelo exercicio nas fazendas de gado tal inclinação, que procura com empenhos ser nellas occupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador, ou homem de fazenda são titulos honorificos entre elles.

As boiadas procuravam os maiores centros de população, isto é, as capitaes da Bahia e Pernambuco.

. . . Por maior cuidado que houvesse na conducção das boiadas, transviavam-se algumas rezes, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições.

Além disso, faziam uma pequena lavoira, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locaes, melhoravam e encurtavam as estradas, fizeram açudes, plantaram cannas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura. . . Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram familia para as fazendas, temporaria ou definitivamente, e as condições de vida melhoraram; casas solidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, curraes de moirões por cima dos quaes se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de rêdes ou panno grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capellas e até capellães, cavallos de estimação, negros africanos, não como factor economico, mas como elemento de magnificencia e fausto, apresentaram-se gradualmente como signaes de abastança. »

Quanto ao exterminio do gentio, recordamos apenas, sem subscrever os conceitos dos que entendem ter sido o seu sacrificio o cumprimento de uma lei necessaria, que "é facto mysterioso e até agora inexplicavel a condemnação ao desapparecimento dos povos naturaes postos em contacto com os povos civilizados".

E, em virtude de guerras, epidemias de variola e crises climaticas periodicas, esse desapparecimento foi quasi completo, de tal modo que, no cruzamento que alli se vem operando entre as tres raças que entraram na nossa formação historica, a raça primitiva passou, desde então, a fornecer o menor contingente, especialmente na zona agricola, onde foram assimilados, em maior numero, os negros e os mulatos.

No sertão o coefficiente dos indios e mamelucos foi superior, talvez pela razão apontada por Ferdinand Denis:

> « . . . Cedo se observou que os pretos eram em geral mui desmazelados para que fossem bons pastores, de sorte que os grandes rebanhos do sertão são confiados a brancos affeitos ao clima e que podem supportar as fadigas, ou antes, a homens de sangue misturado que descendem da alliança de europeus com indigenas, de preferencia aos que provêm de brancos e pretos. Os mamelucos são essencialmente proprios para a vida arriscada do sertão e suas fadigas. »

Era e ainda é, realmente, necessaria uma grande resistencia para a vida aspera dos campos de creação. Della e dos usos e costumes das zonas pastoris do Norte têm dicto muitos escriptores; mas, para completar a transcripção que já fizemos, recorremos ainda á reconhecida e incontestavel competencia de Capistrano de Abreu, que assim resumiu auctores e observações pessoaes:

> « O caracter salino do sólo, a abundancia de pastos succulentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vaccum.
>
> Vivia solto o maior do tempo. Na epocha de parição, as vaccas eram recolhidas ao curral por causa dos e cuidados exigidos pelo bezerro, e tambem do leite, mais tarde do queijo e do requeijão; pouco valia a manteiga, se merece este nome o exquisito producto guardado em botijas, que se aquecia para extrahir o conteúdo. O gado não se prendia ao descampado; internava-se pelas catingas e amontava.
>
> O vaqueiro corria-lhe ao encalço, e com uma vara de ferrão em alguns pontos, em outros pela simples apprehensão do rabo, deitava a rez em terra e subjugava-a.
>
> "Quando o vaqueiro se approxima o boi foge para o matto mais proximo, informa Koster; segue-o o homem tão de perto quanto possivel, afim de aproveitar a aberta que o animal faz apartando os galhos, os quaes se approximam logo depois e retomam sua posição antiga. Algumas vezes o boi passa sob o grosso e baixo galho de uma arvore grande; o cavalleiro passa egualmente por baixo do galho, e para consegui-lo inclina-se tanto á direita que póde agarrar a silha com a mão esquerda; ao mesmo tempo prende-se com o calcanhar esquerdo á aba da sella; nesta posição, rogando quasi em terra, de aguilhada em punho segue sem diminuir a andadura, endireitando-se novamente no assento desde que transpoz o obstaculo.
>
> "Se póde alcançar o boi, mette-lhe o aguilhão na anca e, fazendo-o com geito, derriba-o. Apeia então, liga as pernas do animal ou passa-lhe uma das mãos, por cima dos chifres, o que o segura do modo mais efficaz. Estes homens recebem muitas vezes ferimentos, mas raro é que occasionem mortes". A tradição popular celebra alguns dos barbatões mais famosos, como o do boi Espaço (espaço, isto é, de chifres espaçados, não espacio, como José de Alencar escreveu e outros têm repetido), Surubim, o Rabicho da Geralda. . .
>
> O gado cavallar dava bem no sertão, mas nunca se multiplicou tanto como o outro, por falta de forragem apropriada.
>
> Talvez isto, mais que a falta de cruzamento, explique a diminuição da estatura; em todo caso sua resistencia ao trabalho é incomparavel, a exiguidade do porte apropria-o ás corridas pelo catingal. As viagens eram sempre interrompidas nas horas de maior calor; não se ferravam os cavallos, cujo casco rijo resistia ás pedreiras sem estropeio. O gado muar, quasi, senão de todo, se desconhecia no começo. (*Gonçalves Dias, tratando do governo de Joaquim Felix de Lima, no Rio Grande do Norte, diz á pag. 42 do tomo 17 da "Revista do Instituto H. e G. Brasileiro", que um bando de 14 de Novembro de 1761, publicado em virtude da carta régia de 14 de Junho do mesmo anno, prohibia despacho de mulas ou machos, mandando que fossem mortos os que entrassem para o Estado depois da publicação da lei e que ninguem mais os podesse ter. Talvez tenha decorrido deste facto a não existencia do gado muar, a que se refere Capistrano de Abreu.*)
>
> Havia poucas ovelhas e cabras: o desenvolvimento destas data dos ultimos 30 annos, depois de reconhecida a superioridade de sua pelle. Na alimentação entrava naturalmente a carne, mas em quantidade menor do que se poderia suppôr. Uma rez tinha grande valor relativo, porque ficavam proximos consideraveis centros de consumo, como Bahia e Pernambuco. . .
>
> Assim consumia-se principalmente carne seccada ao sol, ou a do gado miudo, de preferencia a de ovelha.

No começo nada se plantava, julgando o terreno esteril; mais tarde introduziu-se o feijão, o milho, a mandioca, e até a canna. São ainda hoje tres epochas alegres do anno sertanejo: a do milho verde, a da farinha e a da moagem. Do milho secco, quasi exclusivamente reservado para os cavallos, só se utilizavam torrado ou feito pipoca, transformando no raro cuscús ou no insipido aluá. O milho verde, cozido ou assado, feito pamonha ou cangica (no sentido do Norte, muito diverso do Sul), o milho verde, durante semanas, tirava o gosto das outras comidas. A farinhada, com a farinha molle, os beijús de côco ou de folha, as tapiocas, os grudes, etc., as scenas joviaes da rapagem de mandioca, repretavam dias de convivencia e cordialidade. A moagem era a canna assada, a garapa, o alfenim, a rapadura, o mel de engenho. Estas festas, excepto a do milho, provavelmente herdada dos indigenas, presuppunham a *casa grande*, isto é, proprietarios abastados que residiam em suas terras e escravos que as cultivavam.

Nas proximidades moravam aggregados, livres e delicados. Muitas vezes por motivos futeis entre os donos de duas casas grandes irrompiam questões, que podiam pôr em armas populações inteiras. São caracteristicas as luctas de Montes e Feitosas no Ceará.

Os inventos mechanicos, que no seculo XVIII revolucionaram a industria dos tecidos, augmentando o consumo do algodão, levaram o plantio aos terrenos mais afastados, por onde diffundiram o bem-estar. O dono da casa grande, como toda a população masculina, excepto quando viajava, andava de ceroula e camisa, geralmente com rosarios, reliquias, orações cuidadosamente cosidas e escapularios ao pescoço.

Nas occasiões solemnes, recebendo visitas, revestia-se de quimão, timão ou chambre. "Quando um brasileiro começa a usar um desses habitos talares começa a se considerar personagem importante (*gentleman*) e com titulo, portanto, a muita consideração", informa Koster. A roupa caseira das mulheres constava de camisa e saia; o casebeque só appareceu mais tarde. As moças solteiras dormiam juntas num gyneceu chamado camarinha. Não appareciam aos extranhos. Era commum verem-se os noivos pela primeira vez no dia do casamento. Entre as joias presava-se sobretudo o collar: o numero de varas de cordão possuido pela mulher indicava até certo ponto sua gerarchia. Até ás alongadas brenhas penetravam os bufarinheiros levando oiros, fazendas, utensilios domesticos. Quando os objectos se permutavam em gado, alugavam gente para arrebanha-lo, e podiam voltar com grande numero de cabeças.

O mesmo succedia aos dizimeiros e até a ecclesiasticos ambulantes. Um phenomeno daquellas regiões, ainda hoje existente, eram as feiras de gado ou de outros generos. Algumas feiras deram origem a povoados. »

Eis ahi, com absoluta fidelidade, o que era, naquelles tempos, o viver no interior do Nordéste Brasileiro. Ha apenas a additar, em relação ao Rio Grande do Norte, algumas particularidades locaes, que aliás eram as mesmas que, em regra, se observavam nas capitanias vizinhas. As casas eram, em geral, de taipa, e as dos pobres cobertas, não raro, de capim, ou folhas de palmeiras. A não ser nos povoados, vivia-se em isolamento: nos sertões, o contacto do fazendeiro

era com os vaqueiros e aggregados; nos engenhos, com os lavradores, os moradores e os escravos. Depois foi que os fazendeiros e senhores de engenho começaram a permanecer algum tempo nas cidades e villas, especialmente por occasião de festividades religiosas. Estas, sem excluir ás vezes o caracter profano, revestiam-se sempre do esplendor que as condições da terra permittiam. As procissões solennes; as *novenas*; as festas do orago das freguezias ou em honra dos santos preferidos pelos devotos, entre os quaes estavam S. Pedro, fundador da Egreja, Santo Antonio, casamenteiro das moças, S. Benedicto, patrono dos escravos, S. Bento, que livrava das mordeduras das cobras, S. João, festejado com fogueiras ao ar livre, em cujas brazas se assava o milho verde; as missas rezadas em 25 de Dezembro, chamadas *missas do gallo*, que se realizavam depois da meia-noite, até quando o povo se divertia em dansas e folguedos, ou, ao som da viola, em cantos e dasafios; as commemorações da semana santa; as solennidades dos dias do Anno Bom e dos Reis; as *missões*, em que, sob latadas ou grandes abarracamentos construidos em frente das egrejas e capellas ou junto aos *cruzeiros* e altares improvizados, os frades, com terriveis imprecações e ameaças de castigos celestes, concitavam os fieis aos exercicios religiosos, impondo penitencias, exigindo reconciliações, fazendo casamentos de pessoas que viviam maritalmente sem as bençãos dos sacerdotes; as *desobrigas* dos vigarios; tudo, emfim, que fallasse á fé, arrastava a multidão. Entre as diversões populares, havia o *bumba meu-boi*, com extraordinaria originalidade nas regiões pastoris; os *congos*, recordação de luctas entre moiros e christãos; os *fandangos*, scenas da vida do mar; os *batuques*, dansas africanas; as corridas á argolinha, que, uma vez tirada, era pelo vencedor *dedicada* a uma das damas presentes, geralmente a eleita do seu coração, que a restituia agradecendo e enlaçando uma fita de valor no braço do cavalleiro; o carnaval, com os seus *papangús* e entrudo; as dansas de corda, nas ruas e praças; e outras, conhecidas atravez das chronicas e tradições, que, como as lendas, são ás vezes a propria historia.

Não se comprehendiam festas e alegrias populares sem tiros de roqueira ou de bacamarte.

Nos sertões a festa por excellencia era e ainda é a das *vaquejadas*, em que o cavalleiro, perseguindo a rez em toda a disparada e pegando-a pela cauda com a mão direita, a derruba em momento favoravel, fazendo prodigios de agilidade, de destreza e de coragem e provocando acclamações e applausos ruidosos; na zona assucareira a das *botadas* dos engenhos.

Na familia os chefes tinham uma auctoridade absoluta e incontestavel. As suas resoluções se não discutiam. Eram cumpridas. Pouco conversavam com os filhos, que os respeitavam e temiam. Os casamentos das filhas eram tratados á sua revelia e os filhos não faziam a barba pela primeira vez sem a sua prévia licença. As suas mulheres eram antes escravas do dever do que carinhosas e ternas companheiras nas provações da vida. Exemplares no recato, eram tambem inexcediveis no labor domestico, não se limitando aos assiduos cuidados que reclamavam os seus e a sua casa, mas multiplicando-se em actividade na direcção das pequenas industrias de fiar e tecer, fazer roupas e rendas, fabricar queijos e doces, etc.

As senhoras trajavam com a maior simplicidade. As de mais alta posição ou fortuna usavam ordinariamente chitas, vestindo quando sahiam sêda, setim, velludo, sarja, etc. Nessas occasiões calçavam sapatos de *velbutina* com fivellas sobre meias mais ou menos caras. Habitualmente, os seus calçados eram sapatos de cordovão ou chinelas de marroquim e camurça. Estava muito generalizado o uso das mantilhas. Constituiam ornatos communs: no pescoço collares e cordões de oiro com ou sem enfeites e emblemas; nas orelhas os brincos e argolas; nos dedos os grandes anneis. Os penteados em *cócó* com um grande pente segurando os véos, eram os preferidos. No interior de suas casas era commum usarem o cabello solto com uma fita, á qual prendiam uma flor. Nas viagens a cavallo, traziam chapelina e uma saia larga, *roupão*, de *ganga* ou de fazendas de preço, que cobria inteiramente as pernas e os pés.

As mulheres da classe média usavam *xila* (algodão liso, fino, com quadros azues, de padrões diversos), *guingão* (chita de ziguezagues) e outros tecidos com côres estampadas. Gostavam de pôr um lenço á cabeça e chale aos hombros. As mais pobres vestiam saia e cabeção; as da ultima camada, roupas de algodão. As creanças usavam camisas ou *sungas*, "accumulação de jaqueta e calção em uma só peça". No tocante aos homens, encontravam-se as mesmas differenças que entre as mulheres, conforme ás posses e o ramo de actividade em que se empregavam; desde a casaca de panno fino preto ou azul, os calções abotoados junto ao joelho, meias de seda, collete abotoado acima dos peitos, gravata de meio-lenço envolvendo o pescoço, chapeu alto e sapatos de entrada baixa, até os trajes de coiro do sertanejo e as camisas e ceroulas do matuto, com escala pelo *rodaque* (especie de casaca de abas curtas, de *duraque* ou *lila*) e pela jaqueta da classe média. Esta usava botas de cano alto e chapeu de baeta preta.

Era costume os homens andarem armados: ninguem abandonava, pelo menos, a sua faca. Não havia grandes riquezas na Capitania. A casa mais opulenta era a casa do Cunhahú, "pertencente ao ramo Maranhão da numerosa e distincta familia dos Albuquerques", casa a cujo fausto Koster faz largas referencias.

Os preços de compras e vendas de generos variavam, segundo os annos, eram bons ou maus de inverno, se produzidos na terra, conforme a sua abundancia ou escassez, se importados, o que só se podia fazer via Pernambuco. De alguns, porém, podemos dar a média:

Um cavallo, 12$ a 15$; de fabrica, 8$ a 10$; uma egua parideira, 7$ a 8$; um poldro ou poldra, 3$ a 4$; uma vacca parida, 6$ a 7$; solteira, 5$ a 6$; novilha, 4$ a 5$; garrote, 2$ a 3$; um boi capado, 6$; de carro, 8$; um alqueire de farinha, 1$500 a 2$; de milho 2$ a 2$500; uma arroba de carne fresca, $960; secca, 1$200; de assucar, $400; uma garrafa de azeite doce, $160; uma libra de cera branca, $700; um ferro de engommar, 1$; um machado, $500; uma enxada, 1$; uma foice, $500. O valor dos escravos era muito relativo, dependendo de sua edade, de sua robustez, se tinha ou não vicios, se era ou não fugido, se tinha ou não officio, se era ou não casado, etc., oscillava entre 30$ a 150$. Merecem attenção os regimentos dados em 12 de Março, 9 de Abril e 29 de Agosto, todos de 1791, aos sapateiros, alfaiates e ferreiros, respectivamente (*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XIV):

« *Sapateiros*:

" Obras de homem ": por uns sapatos de cordovão, forrados, $840, sendo o feitio um sello; por uns sapatos de veado, $720, sendo o feitio um sello; por uns sapatos de coiro de cabra, forrados, $640, sendo o feitio um sello; por uns chinelos de cordovão, de talão, $840, feitio $440; por umas chinelas de veado, de talão, $720; por umas chinelas de veado, razas, $360, feitio $240; por umas chinelas de cabra, razas, $360, feitio $240; por um par de burzeguins, um sello, feitio $160; por um par de botinas de veado, sem sapato, $400, feitio $200; por um dicto, com sapato, 1$; por umas botas de cordovão, 3$200, feitio 1$280; por umas botas de veado, 1$920, feitio 1$280; por umas botas de cabra, 1$600, feitio 1$280.

"Obras de mulher": por uns sapatos de cordovão, saltos cobertos, $840, feitio um sello; por uns de veado, $720, feitio $480 ou um sello; por uns sapatos de cabra, $640, feitio um sello; por uns chinelos de cordovão, $840, feitio $440; por umas chinelas de veado ou de cabra, razas, $320, feitio $240.

" Obras de menino até 10 annos": por uns sapatos de cordovão, $360, feitio $240; por uns de veado, $320, feitio $180; por uns de cabra, $300, feitio $180; por umas chinelas razas, $200, feitio $120; por umas chinelas de talão, de veado, $320, feitio $180; por umas chinelas de cabra, $300, feitio $180.

Alfaiates:

Por um vestido de druquete, panno fino ou fazenda aberta a ferro, 3$200; por uma vestia de sêda, aberta ou abotoada, $640; por um vestido de chita ou ganga prompto, 2$400; por uma vestia de chita forrada e prompta, $560; por uns calções de chita ou ganga prompto $400; por uma casaca de panno ou baetão, $800; por um capote do mesmo, $640; por um capote de camelão, $600; por um timão de baeta, $480; por um timão de chita forrada, $640; por um timão de chita sem forro, $480; por um timão de sêda, $800; por um chambre de chita, $640; por um rodaque de chita ou panno, 1$; por uma farda de official agaloada, 4$; por uma farda de official com os galões precisos, 2$; por uma farda de sargento, 1$440; por uma farda de soldado, 1$440; por uns calções de Hamburgo abotoados, $160; por uma nize ou rodaque, 1$; por uns calções de sêda, promptos ou abotoados, $480.

" Para mulher ": por uma saia de sêda, $640; por uma saia de serafina, $400; por uma saia de chita, $320; por um peitilho de sêda, $800; por um dicto de chita ou branco, $640; por uma vestimenta entrada de sêda, 3$; por uma dicta de chita ou branca, 2$560; por um manto de sarja, $480; por um capote de druquete bandado, $960; por um dicto espiguilhado, 2$000.

Ferreiros:

Por uma enxada nova, com ferro do official, 1$; por um machado novo, de olho redondo, $480; por uma enxó de carapina, 1$; por uma foice nova, com ferro e aço do official, um sello; por uma enxó nova de fuzil, com ferro e aço do official, $800; por uma enxó de mão, um sello; por 100 pregos caibraes, com ferro e aço do official, 1$; por 100 dictos de assoalhar, com ferro do official, $600; por 100 dictos de encaixar, um sello; por 100 dictos de ripar, com ferro do official, $240; por 100 taxas, com ferro do official, $120; por calçar um machado de unha, $320; por calçar uma enxó e chapear tambem, $400; por calçar uma foice grande, $320; por calçar uma enxada, 320$; por uma foice de mão, com ferro e aço, do official, $240; por uma enxada nova, com ferro do dono, $320; por um machado de olho redondo, com ferro do dono, $240; por uma foice, com ferro do dono, $240; por uma enxó, com ferro e aço do dono, $240; pelo feitio de 100 pregos caixaes, $180; pelo feitio de 100 pregos de assoalhar, $280; pelo feitio de 100 pregos caibraes, um sello; pelo feitio de 100 pregos ripaes, $120. »

Aos officios, que estavam tão directamente sujeitos á fiscalização da auctoridade, preferiam aquelles que não trabalhavam nos campos de creação e na agricultura as industrias já em exploração, especialmente as que não exigiam avultado capital e pessoal numeroso. A extracção do sal, o preparo das carnes seccas nas *officinas*, as pescarias, que nas costas se faziam em jangadas, o aproveitamento dos varios productos da carnaúba, o azeite extrahido da semente de algumas plantas, as rêdes, a loiça de barro, o transporte em dorso de animaes, o fabrico da cal, de tijolos, de telhas, etc. offereciam occupação a muita gente.

O commercio era a aspiração dos mais activos e intelligentes em outros pontos da colonia, porque dava facilidades de vida e a consideração dos proprietarios abastados, nivelando classes hostis: a dos mercadores e a dos senhores territoriaes, ás vezes fidalgos de problematica nobreza; mas na Capitania, que era pobre e estava subordinada ao governo de outra, não proporcionava margem a grandes transacções. Os estabelecimentos commerciaes, pequenas *vendas*, eram verdadeiros bazares em que tudo se encontrava.

Abasteciam-se com mercadorias vindas de Pernambuco, onde tambem os *mascates*, vendedores ambulantes que percorriam, em constantes viagens, as villas e as freguezias, as fazendas e os engenhos, os sitios e os povoados, as feiras e as estradas, e que, ao mesmo tempo que faziam o seu negocio, lançavam modas, introduziam usos e costumes, estimulavam a adopção de novos habitos, exerciam, emfim, uma grande influencia, contribuindo insensivelmente para que fossem desapparecendo aos poucos as feições bem distinctas e caracteristicas da vida do littoral e do interior, este mais retardatario e menos adaptavel ás innovações.

Eram elles, na ausencia da imprensa, que transmittiam noticias sobre os acontecimentos de importancia occorridos nos centros populosos e no extrangeiro. Egual á sua foi, em esphera differente, a influencia do mestre-escola, entidade que surgiu em scena quando foram elevadas a villas as antigas missões. Até então, só existia um professor de Grammatica Latina em Natal, creado em 1731.

O ensino primario era ministrado pelos missionarios nas aldeias de indios e pelos vigarios e capellães aos filhos dos moradores ricos. Nas camadas mais baixas, a ignorancia era a regra. Não entrava nas cogitações do poder publico diffundir a instrucção popular. Extinctas as missões, o mestre-escola veio como uma necessidade para succeder aos padres no seu papel de educadores.

Os primeiros foram os de Extremoz e Arez. Diz João Brigido (*op. cit.*) que o governador de Pernambuco, providenciando sobre a creação de escolas nas aldeias, fixou os vencimentos dos mestres, por uma ordem de 13 de Setembro de 1768, em um alqueire de farinha annualmente (na falta desta, a paga se effectuaria em outros generos alimenticios) para cada rapaz ou rapariga que frequentasse as mesmas,

não excedendo a contribuição obrigatoria de cada chefe de familia a dois alqueires, ainda que maior o numero de alumnos que mandasse ás aulas.

O mestre-escola precedeu aos professores régios, para cujo pagamento foi creada, por carta de lei de 10 de Novembro de 1772, uma receita especial, proveniente do *subsidio litterario*, que era um imposto cobrado sobre cada rez morta para o consumo. Alli era de $400 por boi e $320 por vacca.

Precedeu, dissemos nós; precedeu, coexistiu e sobreviveu aos professores régios, porque, sendo insufficiente a renda do subsidio litterario para dar o necessario desenvolvimento ao ensino, o recurso foi mante-lo no exercicio de suas funcções.

E nestas prestou os maiores e os mais inestimaveis serviços, apesar dos processos que seguia corrigindo creanças com castigos corporaes: abriu horizontes mais largos ao espirito das gerações de que foi contemporaneo. Ao lado dos vigarios, cuja ascendencia moral era decisiva, e dos potentados, ciosos de mando e poderio, a sua personalidade ficou, a principio, sem relevo. Depois, porém, teve certa evidencia entre as pessoas mais graduadas da localidade em que morava e veio a ser figura obrigada nos *cantões* em que se discutiam e commentavam factos e noticias, successos e opiniões.

Pelo quadro que esboçamos imperfeitamente, tem-se a impressão do estado da Capitania, onde no mestiço, no typo historico, só subsistiam agora os traços fundamentaes das tres raças de que se formara, aquelles cujos vestigios teriam de apagar-se mais demoradamente.

Já se accentuara a aversão do mameluco pelo indio, do mulato pelo negro, do brasileiro pelo portuguez; e eram definitivas as profundas modificações que se haviam feito nos elementos que tinham entrado no caldeiamento geral.

O Riograndense já era bem o typo a aperfeiçoar-se no correr dos tempos, em seu *habitat* natural e sob o influxo de varios factores, alguns existentes, outros que viriam mais tarde. Tinha idéas, aspirações e tendencias proprias: as mesmas que fariam no Brasil uma patria livre.

V

Primeiros annos do seculo XIX. Movimento republicano de 1817. Restauração monarchica

Morto o capitão-mór Caetano da Silva Sanches, em 15 de Março de 1800, assumiram o governo o commandante Antonio de Barros Passos e o vereador Luiz Antonio Ferreira. Em 1801, estiveram na administração o mesmo commandante e o vereador Gonçalo Soares Raposo da Camara; e, em 1802, ainda aquelle commandante e o vereador José Lucas Alvares. Nesse anno chegou o novo capitão-mór, Lopo Joaquim de Almeida Henriques, nomeado por patente de 2 de Junho. Empossou-se a 20 de Agosto.

Basta para caracterizar o seu governo o que sobre elle escreveu Gonçalves Dias:

> « Lopo, homem despotico e violento, commetteu toda a especie de arbitrariedades: mandou fazer roçados de mandioca pela tropa em logares por onde hoje se extende a cidade, e plantações de melancia, de que tirava a parte do leão. Homens brancos foram vistos, em dia claro, amarrados ao peloirinho e surrados por ladrões de melancia. O clamor de tantos absurdos chegou emfim a occupar a attenção da Côrte e, por ordem della, o governador de Pernambuco, Montenegro, intimou a este capitão-mór, em nome do rei, que se retirasse para Pernambuco no prazo de 8 dias, se tantos fossem precisos. »

Succederam-lhe interinamente o commandante Joaquim José do Rego Barros e o vereador Luiz Antonio Ferreira, até que tomou posse, em 23 de Março de 1806, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, a quem se deve uma interessante memoria sobre a defesa da Capitania, escripta em 30 de Maio de 1808 (*Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 27):

> « Esta Capitania é cercada, por todo o lado do Sul, por todo o lado do Oéste e por parte do lado do Norte pelas capitanias da Parahiba e Ceará Grande, sendo o resto do lado do Norte e todo o lado de Léste cercado de mar: principia a sua costa em 4º-10′ de lat. S, extendendo-se para o mesmo Sul com 90 leguas, que terminam no Rio dos Marcos, ficando o porto da cidade, e a mesma, na lat. S de 5º-17′.
>
> A dicta Capitania tem minas de preciosos metaes e pedras preciosas; mas acertadissimamente suas majestades fidelissimas prohibiram o uso dellas, attendendo que só a continuada agricultura é que faz a grandeza solida dos Estados. As suas terras cream muito bem todo genero de gados, produzem o algodão e café, o melhor do mundo, cannas de assucar, trigo, e todos os mais generos que fazem a sua abundancia e o seu commercio de exportação.
>
> Comtudo, como estas coisas agora é que principiam nesta Capitania, ella não póde attrahir por este lado as vistas ambiciosas das nações, sim pelo da sua situação local e optimo porto da Cidade do Natal, o qual, com a largura de 400 a 500 braças, pelo comprimento de 3 leguas, dá ancoradoiro seguro e abrigado de todos os ventos ás embarcações que navegarem em baixa mará de aguas vivas, em agua de 40 palmos de fundo, e este mesmo fundo vai pela barra fóra terminar-se no fundo mar.
>
> Pelos motivos expostos, considerando em geral a costa do Brasil e a ambição das nações, vê-se que se lhes offerece no importante porto da Cidade do Natal o principio facil e seguro passo para entrar no Brasil. Portanto, deve esperar-se sermos atacados pelo dicto lado, que para o defender é preciso:
>
> Primeiro, fortificar-se a enseada da Ponta Negra, fazendo-se-lhe uma fortaleza, ou ao menos uma bateria com peças de grosso calibre, que varra toda a dicta enseada, principalmente a ½ legua, que offerece bom desembarque ao inimigo; e porque as circumstancias ainda não permittem poder-se fazer maiores despesas, mandou o dicto governador construir um forte de faxina revestido de pedras para nelle laborarem quatro peças, deixando para adeante o mais.
>
> Segundo, fazer-se outra fortaleza na margem do rio, no logar denominado Redinha, que cruzando com a da barra, defenda a entrada della; e pela mesma razão acima mandou o mesmo governador construir outro egual forte da mesma maneira,

> Terceiro, fazer-se na enseada do Genipabú um forte e uma trincheira para disputar o desembarque ao inimigo, o que tambem foi mandado construir pelo modo que as circumstancias o permittiram.
>
> Quarto, fazer-se na enseada de Pititinga outro forte e trincheira que façam respeitavel aquella bahia, onde continuamente vão parar embarcações extrangeiras, que acossadas do tempo procuram abrigar-se, o que tudo mandou fazer pelo possivel modo o mesmo governador.
>
> Quinto, fazerem-se em todas as passagens de rios, portos, enseadas, bahias e desfiladeiros, por onde o inimigo deva passar, trincheiras para se disputar a passagem, advertindo que as que se fizerem nas dictas passagens de rios, junto á costa do mar, o flanco deste lado deve ser coberto com espaldão, o que não concluiu o actual governador, depois de já ter dado principio, por variarem as circumstancias.
>
> Sexto, haver um telegrapho que diga com exactidão e promptidão todos os movimentos que faz o inimigo na costa, ao menos 12 leguas ao Norte, e 12 ao Sul do porto desta cidade, o que porá em pratica o dicto governador, concedendo-se-lhe para isso faculdade.
>
> Para que mais rapida e promptamente acudissem os officiaes encarregados da defesa do paiz com as suas tropas aos postos dos seus respectivos districtos, dividiu o mesmo governador em tres divisões, a saber: divisão do Norte, dicta do Sul e dicta do Centro, regulando-se para a distribuição dos districtos pelo numero dos habitantes e postos que nelles ha a defender. Subdividiu as divisões em circulos, a saber: divisão do Norte em dois, a do centro em quatro e a do Sul em dois, o que mais claramente mostra o mappa geral das faculdades da Capitania, que se remette nesta occasião pela competente repartição; mandando fazer deposito das munições e petrechos de guerra que póde apromptar nos pontos centraes de cada circulo, onde se devem juntar as tropas ao signal de rebate.
>
> Pretendeu o mesmo governador montar 6 peças de artilheria em 6 jangadas para obstar qualquer invasão do inimigo, lembrando-se que taes embarcações, podendo fazer um grande mal, muito pouco podiam receber; mas este seu projecto não foi posto em pratica por ser dependente da vontade do capitão-general da Capitania de Pernambuco, a quem officiou e de quem não teve resposta.
>
> Ao mesmo capitão-general pediu o governador peças de artilheria montadas e reparos para algumas que existem capazes de servir para guarnecerem os fortes que mandou fazer, e até o presente não tem apparecido uma e nem outra coisa. Pediu-lhe tambem armamento, ao menos para um regimento de infanteria miliciana, e o desenganou que lhe não mandava. Representou-lhe mais para pôr na presença de sua alteza real que a Capitania não podia dispensar outra companhia de linha, e que havia fundo para se lhe pagar de cujo negocio não teve ainda decisão.
>
> A sua alteza real pela Secretaria dos Negocios Ultramarinos, pediu o mesmo governador faculdade para tirar da companhia de linha os soldados invalidos, e com elles guarnecer os fortes, ficando sempre completa a dicta companhia, do que tambem não teve ainda decisão. Pelos motivos acima referidos se mostra não ter havido omissão da parte do actual governador desta Capitania, e que os seus desejos são te-la em um pé de defesa tão respeitavel como lhe foi recommendado no régio aviso de 7 de Outubro de 1807. »

Transparecem desta memoria leves censuras ao capitão-general de Pernambuco, sendo por isto provavel que Paula Cavalcanti não tivesse sido extranho á representação de 30 de Abril de 1808, em que o Senado da Camara, depois de expôr a situação em que se deparava a Capitania, solicitava, renovando pedidos anteriores:

— que lhe fosse concedida a independencia no mesmo pé em que estava o Ceará;

— que fosse creado erario sem subordinação a Pernambuco;

— que fosse creado o logar de ouvidor;

— que os dizimos fossem arrematados em pequenos ramos na propria Capitania, tendo preferencia na arrematação os seus moradores;

— que fosse estabelecido um premio honorifico para quem exportasse annualmente mais de vinte mil alqueires de sal e outro para quem empregasse maior numero de embarcações de quilha na pescaria de peixe nas costas;

— que fosse dispensada a redizima do peixe secco exportado;

— que fossem asseguradas á Capitania as mesmas graças e faculdades concedidas ou que viessem a ser concedidas á Capitania de Pernambuco, quanto ao commercio interno e internacional;

— que fossem isentos de direitos de importação e exportação durante 10 annos, como se fizera em relação ao Ceará, todos os generos entrados ou sahidos da Capitania;

— que fossem reduzidos á metade os direitos de importação e exportação no Brasil, quando os generos fossem transportados em embarcações nacionaes;

— que a exportação do assucar bruto só se fizesse em embarcações nacionaes, como estimulo ao desenvolvimento da marinha mercante e meio efficaz para se ter uma reserva de homens aptos para a marinha de guerra;

— que fosse concedido, por 10 annos, á casa nacional que se fundasse com o capital de 200:000$, empregados em operações commerciaes na Capitania, o privilegio de usar do executivo fiscal para cobrança de suas dividas, se contrahidas e não pagas dentro de quatro annos;

— finalmente, que se facilitasse, mediante a isenção de direitos, como se fizera no Pará, a compra de escravos que fossem aproveitados na lavoira.

Paulo Cavalcanti foi governante honesto, activo e zeloso. Substituiu-o, em 22 de Janeiro de 1812, Sebastião Francisco de Mello Povoas. Ao tempo da administração deste, a população da Capitania era calculada em mais de cincoenta mil almas, sendo a sua principal exportação a do gado vaccum, que, tendo attingido a 16.000 cabeças antes da grande secca de 1791 a 1793, declinara consideravelmente depois, para só então, e apesar da crise de 1809 a 1810, tender a novo augmento. O peixe secco exportado representava um valor official de mais de setenta contos.

A cultura do algodão começava a desenvolver-se sob os melhores auspicios. A da canna de assucar não era promissora pelas difficuldades de transporte; mas, em todo caso, já avultada em sua producção. A da mandioca, do milho e do

arroz dava magnificos resultados nos annos normaes. As salinas eram exploradas com proveito e o pau brasil constituia boa fonte de riqueza. Havia, portanto, nas condições locaes accentuadas probabilidades de grandes surtos economicos.

Quanto ás rendas da Capitania, sabemos quaes eram pela seguinte certidão, passada pelo escrivão da Fazenda Real em 6 de Maio de 1815, a requerimento dos empregados da Provedoria, que pleiteavam o augmento de seus vencimentos (esta certidão e tres representações sobre a independencia da Capitania, das quaes extrahimos algumas das informações a que nos referimos, estão publicadas na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, vol. VII*);

« Certifico que, revendo os livros das arrematações dos contractos reaes desta Capitania, no livro 6º delles, consta haverem se arrematado os contractos dos dizimos reaes e do gado do vento (*vento*), que não tem ferro nem signal, pelo triennio que decorre do anno de 1727 até o de 1729 inclusive, por 3:987$, cujos dizimos e gado do vento eram os unicos ramos da Fazenda Real que havia nesta Capitania até aquelle tempo, vindo a resultar a cada um anno do dicto triennio 1:329$000. Depois, pela real ordem de 18 de Novembro de 1743, se addiu a esta provedoria o contracto da passagem do porto desta cidade, que antes pertencia ao Senado da Camara, que se arrematou no de 1744, por um anno, pela quantia de 13$, e pelo corrente triennio por 310$, que cabe a cada um anno 103$333.

Depois que se avillaram os indios no anno de 1760, ficaram pertencendo os dizimos das plantações dos mesmos a esta provedoria na fórma do real directorio, que renderam no anno proximo passado 98$945. Depois foi sua alteza real servido estabelecer no anno de 1802 os ramos seguintes: dos sellos dos papeis publicos, que rendeu no dicto anno passado 224$698; o do imposto das carnes verdes, que se retalham nos açougues e talhos publicos, que rendeu no dicto anno 123$441; o das sizas e meias sizas, que rendeu 873$788. Tambem se entrou a arrecadar por esta provedoria o rendimento do donativo e dos novos direitos dos officios de justiça do anno de 1806 por deante, que antes se passavam em Pernambuco por lá serem passados os provimentos delles, e renderam no anno passado o donativo 282$450 e os novos direitos 94$144; e ultimamente se estabeleceu, no anno de 1812, a arrecadação do dizimo do sal das salinas, que antes se não cobrava, e rendeu no anno passado 112$670. E todas estas parcelas fazem a somma de 1:950$914 pertencentes ao anno passado.

O contracto dos dizimos reaes do pescado e assucar, gado e lavoiras, á excepção do genero algodão, foi arrematado pelo presente triennio, que teve principio no 1 de Janeiro de 1814 e finda no ultimo de Dezembro de 1816, por 41:151$500, vindo a pertencer a cada um delles 13:717$166, que, com o sobredicto dos mais rendimentos reaes, fazem ao todo presentemente 15:668$080. E' verdade o referido por constar dos livros desta provedoria, donde passei a presente. »

A construcção do quartel do Exercito que existe em Natal data do governo de Mello Povoas, que deixou o exercicio do cargo de capitão-mór em 16 de Dezembro de 1816. A sua successão coube a José Ignacio Borges, durante cuja administração rebentou em Pernambuco o movimento republicano de 1817, que, examinado sob qualquer dos seus aspectos, foi, sem duvida, uma explosão de revolta contra o absolutismo portuguez e uma inequivoca affirmação dos elevados ideaes que, desde o fim do seculo XVIII, trabalhavam a alma nacional em suas nobres aspirações de justiça e liberdade.

Na Capitania, além das causas de ordem geral que são conhecidas e haviam gerado fundos descontentamentos em toda a antiga colonia, lavrava o maior desgosto pela subalternidade em que era mantida. E José Ignacio Borges, dotado de apreciaveis talentos, procurou, com louvavel solicitude, captar a estima e o apoio dos que, pela sua influencia, estavam no caso de tornar mais facil a sua acção administrativa. Dahi o se ter approximado de André de Albuquerque Maranhão, fidalgo e cavalleiro da Casa Real, coronel de milicias, rico proprietario, extensamente relacionado e muitissimo prestigioso pelo seu valor pessoal e pela ascendencia que exercia entre os da sua familia, abastada e numerosa. Com elle e com os seus parentes e amigos, todos fervorosos adeptos das doutrinas liberaes então dominantes, José Ignacio Borges vivia na maior cordialidade, visitando-os em seus engenhos, onde era recebido sempre com as maiores demonstrações de carinho e de apreço. E esse procedimento, que não logrou evitar na Capitania a repercussão do movimento revolucionario, victorioso em Pernambuco a 6 de Março, foi mais tarde acoimado de vacillante e dubio, sendo certo que, num momento dado, elle se tornou realmente inexplicavel. A sua ida ao engenho Belém não tem justificativa: foi um acto, senão criminoso, pelo menos imprudente e leviano ante a imminencia de uma sublevação. Ella importou no abandono da capital quando mais necessaria se fazia a presença do supremo representante do poder publico, afim de organizar a resistencia e dar cohesão aos elementos de defesa de sua auctoridade, vigiando pela manutenção da ordem e da segurança, que, ainda mesmo que não estivessem ameaçadas internamente, corriam serio perigo nas fronteiras.

E' verdade que José Ignacio Borges condemnara de modo positivo a revolução, declarando a Capitania desligada de Pernambuco, appellando para a fidelidade dos moradores e dos que occupavam quaesquer cargos, mandando deter todas as embarcações nos portos, adoptando, emfim, varias medidas aconselhadas pelas circumstancias; mas muitos outros o fizeram tambem sem que isto os impedisse de conspirar contra a realeza ou fosse obstaculo á sua posterior adhesão ao governo que se constituira. Pernambucano, amigo pessoal do João Ribeiro, que foi o mais illustre dos membros do governo revolucionario do Recife, militar (era tenente-coronel de artilheria) a quem não podiam deixar de irritar as preferencias dadas aos que haviam nascido em Portugal, é bem possivel que os seus sentimentos patrioticos o arrastassem, pelo coração, a uma posição, não diremos de franca solidariedade, mas talvez de sympathica espectativa ante os successos que se desenrolavam. Não se póde, entretanto, affirmar com dados seguros a sua cumplicidade no movimento, embora tal suspeita houvesse sido insinuada até em documento official: em uma carta dirigida ao rei pelo Senado da Camara do Natal (Livro do Registo de Provisões, recolhido ao Archivo do Instituto Historico do Estado e correspondente aos annos de 1820 a 1829, pag. 8) lê-se que "o governador (José Ignacio Borges) não duvidou quebrar o juramento prestado nas sagradas mãos de vossa régia majestade quando abandonou esta cidade aos chefe dos rebeldes, *figurando ser por elle preso*". . .

Estudemos, porém, os acontecimentos desde a sua origem.

E' sabido que as sociedades secretas de Pernambuco foram, a começar de 1800, centros de intensa propaganda politica. Nellas se doutrinavam os mais adeantados principios liberaes ou, como se dizia, a causa da liberdade. Alguns dos associados, coherentes com as suas idéas, chegavam logicamente ás ultimas consequencias destas: pleiteavam o estabelecimento do regime republicano, com as mais amplas franquias democraticas. Outros, talvez a maioria, não iam tão longe: queriam a Independencia e, com ella, uma constituição que assegurasse garantias de ordem politica, delimitasse as attribuições dos poderes que fossem creados, reconhecesse os direitos dos cidadãos e refreasse as violencias das auctoridades. A este numero pertencia André de Albuquerque, que, filiado áquellas sociedades (vide, entre outros, Mario Mello — *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*), se tornara, pela sua posição social e pela sua fortuna, o chefe dos que na Capitania anceavam pela realização de reformas que correspondessem ás aspirações do povo, cançado de tyrannia e oppressões.

Ao se operar a revolução no Recife, vencera, porém, a primeira corrente. Fez-se a republica; e elle vacillou, a principio, em acceita-la, mantendo-se, sem quebra de caracter, em attitude de reserva. Depois, melhor informado por emissarios que lhe foram enviados, promoveu lealmente o movimento em sua terra, assumindo, como veremos, todas as responsabilidades delle decorrentes.

A noticia dos successos de 6 de Março chegou ao conhecimento de José Ignacio Borges no dia 9, mas só foi confirmada a 12. No dia immediato, elle publicou a seguinte proclamação, remettida, em circular, a todas as Camaras e commandantes de districtos:

« Povos da Capitania do Rio Grande do Norte: no dia 9 deste mez appareceu nesta cidade uma noticia confusa de que na Villa de Santo Antonio do Recife, de Pernambuco, havia apparecido na tarde do dia 6 um tumulto popular, do qual se tinham seguido algumas mortes, sem comtudo assignar-se o motivo que o tinha operado, e na noite do dia 12 por cartas que dalli tive de pessoa fidedigna, que não teve parte naquelle lamentavel acontecimento, nem nas suas consequencias, fui avisado de que o resultado daquelle tumulto e sedição produziu a sahida immediata do general daquella Capitania para o Rio de Janeiro e que alguns daquelles facciosos, por effeito da mais inaudita rebeldia, haviam assumido e usurpado a jurisdicção do governo, permutando deste modo a paz e tranquillidade de que gosam os habitantes daquella Capitania pelos horrores de uma espantosa anarchia. Não me importando averiguar a origem e progresso daquelle detestavel attentado, e cumprindo-me só illustrar-vos sobre elle, recordar-vos a vossa innata fidelidade para com o legitimo soberano, que até agora nos tem regido com direito de senhor e desvelo de pae no augusto nome do sr. d. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em Africa Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, vos declaro que estão acabadas as nossas relações e correspondencias com todo e qualquer governo ou auctoridade levantada actualmente em Pernambuco, e emquanto não nos constar que um general ou outro legitimo delegado de sua majestade restabeleceu alli a sua soberania, e reclamando de vós o solenne juramento de fidelidade que lhe tendes prestado, e que tem sido sanccionado pela nossa Santa Religião, vos convido para que vindos a mim, e debaixo das suas Reaes Bandeiras, conservemos pura e sem macula a nossa nunca interrompida obediencia e vassallagem, e possuidos de sagrado enthusiasmo gritemos em altas vozes: Viva, Viva, Viva El-Rei Nosso Senhor. »

Affirma Dias Martins (*Os Martyres Pernambucanos*) que José Ignacio Borges hesitou em condemnar o movimento, só o fazendo após a reunião de um conselho que, divergindo da opinião de André de Albuquerque, deliberou, por maioria de votos, que elle fosse combatido. E accrescenta que foi depois disto que o referido governador encarregou André de Albuquerque do commando das forças que deviam guarnecer parte da fronteira do Sul, impedindo a invasão da Capitania. Se o facto é verdadeiro, cabe-lhe, realmente, a pecha de *governador hypocrita* com que o fulminou o sanguinario desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, presidente da Alçada; o seu acto valeu por uma irrecusavel prova de felonia e de má fé. O que é certo é que elle se sentiu mais tarde na necessidade de justifica-lo (José Ignacio Borges — "Memoria resumida dos acontecimentos politicos que soffreu a Capitania do Rio Grande do Norte no presente anno de 1817", publicada, com os documentos que a acompanharam, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VIII):

1º, porque da correspondencia que tivera com André de Albuquerque nada colheu de suspeito;

2º, porque, sendo elle e seus parentes ambiciosos de honrarias, se lhes offerecia occasião de augmentarem as que já tinham com as novas mercês que lhes seriam concedidas;

3º, porque a sua riqueza e nobreza o constituiam victima de uma revolução democratica;

4º, porque, dada a sua fidelidade, era possivel, com a preponderancia que tinha sobre os povos dos districtos do Sul e com os meios de que dispunha para sustenta-los, demorar a invasão por alguns mezes, permittindo desse modo que o governo da Côrte acudisse com promptos e efficazes remedios.

André de Albuquerque não recusou a commissão; e, acceitando-a de accôrdo com os seus amigos, era seu proposito ganhar tempo para organizar convenientemente as suas tropas e esperar a chegada de reforços que lhe tinham sido promettidos da Parahiba. E' isto que explica os termos de alguns de seus officios, a um dos quaes José Ignacio Borges respondeu, em 16 de Março, dando instrucções mais precisas:

« A esta hora, que são 8 da noite, recebi o seu officio datado de hontem, pelo qual me participa a desagradavel noticia de se achar em tumulto a Cidade da Parahiba.

Apesar de ignorarmos ainda a qualidade do tumulto e o seu resultado, deve v. s. continuar as medidas que principiou com vigor e actividade, regulando-se conforme o simples plano de campanha que vou desenhar-lhe. Logo que reunir o seu regimento, ao qual incorporará

a gente da ordenança que lhe prestar o capitão-mór de Villa Flor e Arez, estabelecerá na extensão da linha de limites desta Capitania com a da Parahiba, comprehendida no seu districto, postos de defensa, situados nas estradas e avenidas accessiveis daquelle para este territorio, deixando só de guarnecer as mattas e montanhas intransitaveis, os quaes confiará aos officiaes escolhidos do seu corpo ou do da ordenança.

O encargo geral destes postos é repellir ainda mesmo com força, não só quaesquer facciosos que pretenderem passar, mas até a gente que com titulo de fuga se quizer abrigar nesta Capitania. Esta regra só será alterada a respeito de algum habitante nosso, assaz conhecido, que se recolha para sua casa. Estas guarnições serão rendidas de tres em tres dias ou em mais curto espaço, se assim parecer mais conveniente a v. s. Os individuos serão todos armados de clavinas ou de armas brancas, e, no caso de não estar armada a totalidade dos combatentes que se reunirem, os que forem rendidos nos postos deixarão as armas aos que estiverem sem ellas. V. s., com alguns dos seus officiaes superiores, que lhe fiquem desoccupados dos postos, e com o capitão-mór de ordenanças, que se lhe incorpora, visitarão a miudo aquellas guarnições, afim de as conservar com perfeita vigilancia e acudir com o resto das forças a qualquer dellas que for atacada. A estancia commum para a reunião dos combatentes cuido que ficará bem em Goianninha. Se, porém, com o melhor conhecimento que tem da localidade lhe parecer muda-la, póde faze-lo; e esta estancia terá um commandante que reja quando v. s. estiver fóra della. E' tudo quanto por agora me occorre, accrescentando que v. s. me deve continuar a dar as partes dos acontecimentos, que não deve perder occasião de inflammar reiteradamente a esses combatentes a sua fidelidade, fazendo-lhes conhecer que os diminutos incommodos por que vão passar, além de serem um sacrificio devido, ficarão sobejamente pagos com a gloria de se distinguirem dos infames rebeldes, com os applausos do mundo inteiro. Exercitado o plano com a vigilancia, actividade e fidelidade de que v. s. é dotado, e que eu porei na Real Presença, tenho firme esperança de que a lava que agora nos assusta se ha de anniquilar na nossa linha de limites, e que esta gloria estava reservada a v. s. »

André de Albuquerque accusou o recebimento destas instrucções em 18 de Março; mas na sua resposta já se não encontram protestos de dedicação ao rei; não ha nem mesmo uma palavra de agradecimento ao governador, que no final do seu officio procurara estimular essa dedicação. Existe apenas a communicação de que suas ordens tinham sido cumpridas; de que installara seu quartel em Cunhahú (era o seu engenho); de que mandara apprehender toda a polvora e chumbo expostos á venda no seu districto; de que requisitara uma caixa de cartuchos ao capitão-mór de ordenanças; de que eram alarmantes as noticias vindas da Villa de Mamanguape (Parahiba), vizinha ás extremas da Capitania. Por fim, dizia que naquella data fazia sahir do quartel dois indios correios do Ceará, o correio da Parahiba Balthazar da Rocha e João Damasceno, que vinha de Pernambuco para Natal. O nome deste ultimo figura entre os demais sem que nada chame para elle a attenção. Entretanto, a sua viagem se fizera no desempenho de delicada incumbencia.

Tratava-se do padre João Damasceno Xavier Carneiro, ex-vigario de S. José de Mipibú, donde fôra removido para a freguezia de Una (Pernambuco), sendo posteriormente nomeado visitador do Rio Grande do Norte e Ceará. Havia se ordenado depois de viuvo, tendo sido casado com uma senhora da familia de frei Miguelinho (padre Miguel Joaquim de Almeida Castro), secretario do Governo Provisorio organizado no Recife. Alli se achava quando este foi constituido, sendo um dos emissarios despachados no dia 10 para as capitanias vizinhas (Dias Martins, *op.* cit. pags. 50 e 592), no intuito de conseguir que as mesmas adherissem á revolução. A sua commissão era no Rio Grande do Norte e foi coroada de completo exito. Após o seu encontro com André de Albuquerque, de quem era velho amigo, este não teve mais vacillações. Abraçou francamente o partido dos republicanos: fez o movimento, foi chefe de governo e morreu em seu posto, sacrificado traiçoeiramente pelo odio de reaccionarios inconscientes.

José Ignacio Borges, se tinha, ainda não demonstrava nenhuma desconfiança, pois a 20 se dirigia novamente a elle em longo officio, cuja conclusão era esta:

> « Apesar de v. s. me não dizer o numero de combatentes que tem debaixo de suas ordens, corre por aqui a noticia de que passam de dois mil, que, segundo o numero de postos que estabeleceu, cuido que será força sufficiente para com ella fazer o terror aos rebeldes. Remetta-me v. s. logo e logo o numero da gente com que actualmente se acha, o nome dos logares em que se estabeleceram os postos e dos officiaes que os commandam e o numero dos combatentes que cada um tem debaixo das suas ordens. Já expedi para a Côrte do Rio de Janeiro o meu ajudante de ordens, inserindo nos meus officios a cópia dos de v. s. e do capitão-mór de Villa Flor e Arez (*chamava-se tambem André de Albuquerque Maranhão e era primo e cunhado do chefe do movimento*), porque sua majestade ficasse quanto antes inteirado do honroso desempenho de deveres com que v. s. e aquelle capitão-mór se têm portado. »

As informações prestadas, em resposta, por officio de 22, eram vagas: que ficavam aquarteladas 207 praças do regimento; que no dia 17 tinham comparecido seiscentos e tantos individuos das ordenanças, não se podendo dar conta exacta do numero dos aquartellados pela impericia dos officiaes e pela difficuldade de fornecer accceleradamente mantimento para a sustentação de tanta tropa; que muitos dos que pertenciam ás ordenanças, para se não enfastiarem do serviço e não enfraquecerem os animos impellidos pela fome, estavam licenciados, com ordem de não sahirem de suas casas e com signaes certos do rebate para acudirem a qualquer precisão. Quanto aos postos, determinavam o numero de homens que os guarneciam, silenciando, porém, sobre os nomes dos seus commandados. Nenhuma referencia ao soberano.

Datado ainda de 22, veio um segundo officio:

> «Havendo de officiar a v. s. nesta mesma data diviso nos soldados e alguns officiaes do meu regimento, não em todos, porque o major, o ajudante e ainda outros officiaes com promptidão e zelo estão conformados a cumprir seus deveres, alguma molleza ou cançaço, sem que comtudo haja nelles desobediencia, por isso contemplando eu que aquelle cançaço talvez proceda de que, estando este paiz na maior penuria e extrema necessidade de farinha por causa da secca, e vendo que agora cahem chuvas e podem fazer suas plantações para remirem suas familias, o não podem fazer; nestas circumstancias faço esta a v. s. communicando-lhe o exposto para que seja servido dar alguma providencia, e a que me lembra é ter aquartellada uma companhia para com a gente das ordenanças acudir algum caso mais repentino e mudar os postos de defensa, sendo aquella companhia mudada de oito em oito dias; mas eu nada resolvo sem que v. s. me determine. »

Foi este officio que fez com que José Ignacio Borges se resolvesse a visitar o Sul da Capitania, afim de verificar pessoalmente o que occorria e orientar-se acerca de difficuldades que poderiam sobrevir. Quem o diz é elle mesmo (vide *Memoria*, cit.):

> « Na manhan do dia 23, recebi delle (*André de Albuquerque*) o officio n. 20 (*é o que foi transcripto*), e, á vista do seu conteúdo, julguei dar um passo acertado em vigorar com a minha presença os animos tibios e enfraquecidos dos povos que mediavam entre a cidade e a fronteira do Sul, concebendo tambem a esperança de que avistando-me com aquelle chefe podia despertar-lhe imagens convenientes affirmando na continuação de fidelidade. Para isto montei a cavallo na tarde deste dia, acompanhado do meu secretario e de seis officiaes de milicias, pernoitei a 10 leguas de distancia no engenho de Belém (*situado no Valle do Capió, a pequena distancia da então Villa de S. José de Mipibú*), em casa de um primo (*de André de Albuquerque*), tambem coronel de cavallaria miliciana do districto da cidade, de nome Luiz de Albuquerque Maranhão, e dahi o avisei que na manhan seguinte me viesse encontrar em Goianninha, 5 leguas além do logar em que me achava e outras tantas aquem do seu acampamento. »

A' vista do que ahi fica, são inteiramente destituidas de fundamento as duas affirmações até hoje feitas de que elle se tenha afastado occultamente da cidade, acompanhado apenas de um creado, e de que tenha sido attrahido, sob falsos pretextos, a uma cilada no engenho Belém, onde foi preso. Os motivos da viagem do governador foram os apontados, deprehendendo-se do que escreveu a seguir: que a 24 conferenciou com André de Albuquerque, em Goianninha, das 3 ás 5 horas da tarde, sobre lotações de presidios, serviços de acampamento, fornecimento de viveres e outros assumptos, parecendo-lhe que, convencido pelas razões que expendera, aquelle não daria seu apoio ao governo de Pernambuco; que regressou ás 5 horas da tarde, pernoitando, como na vespera no engenho Belém, afim de continuar a viagem na manhan seguinte, sendo cercado e preso ás 4 horas da madrugada (dia 25) por André de Albuquerque, seu primo e cunhado de egual nome e alguns officiaes, á frente *de mais de quatrocentos homens, incluindo o regimento de cavallaria que estava na fronteira*; que logo depois appareceu outro primo de André de Albuquerque, capitão-mór das ordenanças da Cidade da Parahiba (*João de Albuquerque Maranhão*), com um filho e alguma tropa, os quaes, em companhia dos que o conservavam preso, do dono da casa, de Luiz Manuel de Albuquerque Maranhão e do padre João Damasceno Xavier Carneiro, alardeavam a gloria de libertadores de sua patria; que dalli mandaram chamar o commandante da companhia de linha, o provedor da Fazenda Real, o coronel de infanteria miliciana e o seu major, que appareceram na manhan de 26, denotando o pezar e a fraqueza com que tinham obedecido, posto não delatassem o que com elles se passara; que, depois de algumas horas, partiram todos para a cidade, á testa das forças que se achavam no engenho, onde ficou, rodeado de sentinellas, sob a vigilancia do proprietario do mesmo engenho e do seu parente filho do capitão-mór da Cidade da Parahiba, ambos de intelligencia para o assassinarem no caso de qualquer resistencia na cidade, sendo, porém, informado de que, na hypothese de não haver reboliço, lhe seria permittido ir buscar sua mulher para com ella ser conduzido a Pernambuco; que tres dias depois (portanto, a 29) recebeu intimação do Governo Provisorio, communicando que dalli mesmo partiria por terra e, passados 48 horas, apresentou-se-lhe sua mulher acompanhada do capitão-mór da Parahiba, sob cuja guarda seguiu para o Recife, onde chegou ás 7 horas do dia 12 de Abril, sendo recolhido á Fortaleza das Cinco Pontas, que lhe serviu de prisão até 20 de Maio; que as forças revolucionarias chegaram a Natal no dia 28 de Março, *onde foram recebidas com geral descontentamento e pasmo;* que André de Albuquerque, *depois de alardear em grandes fallas os serviços que tinha feito á causa da liberdade*, chamou os officiaes militares e as pessoas principaes e, dentre todos, nomeou para seus adjunctos no governo Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque, commandante da companhia de linha, Joaquim José do Rêgo Barros, coronel de milicias, Antonio da Rocha Bezerra, capitão, tambem de milicias, e o padre Feliciano José Dornellas, vigario da capital, *os quaes, apesar do tremor em que estavam, offereceram algumas escusas que não prevaleceram*, e principiou a governar segundo as insinuações do padre João Damasceno Xavier Carneiro, fazendo os demais assignarem as actas, editaes e ordem que expedia; que, dentro de tres ou quatro dias, André de Albuquerque conheceu a desapprovação da opinião publica, o odio que lhe votavam e a indisposição da companhia de linha, *que elle tolerava por temor*; que nessa occasião chegou da Parahiba o soccorro por elle pedido e *que o não tinha acompanhado por elle haver adiantado as suas operações;* que esse soccorro (*era uma força de 50 praças e tres officiaes subalternos, commandada por José Peregrino Xavier de Carvalho*) foi empregado como guarda de confiança do governo, ao mesmo tempo que este augmentava soldos e ordenados, promettendo vantagens futuras, que não produziram o esperado effeito; que apenas sahiu da cidade a força parahibana rebentou a contra-revolução, *ha muito traçada, por alguns moradores de Natal e suas immediações, escudados com a companhia de linha, que para lhe dar maior lustre esperavam o dia 25 de Abril, anniversario da rainha;* que, nesse dia, os mais resolutos entraram pela porta a dentro da casa do governo, prenderam André de Albuquerque e, *com uma estocada, forçaram-n'o a gritar "viva el-rei, nosso senhor"*; que dalli o conduziram á cadeia da Fortaleza da Barra (*Reis Magos*), onde expirou no seguinte dia e, *embrulhado em uma esteira, encommendado com pragas e maldições, foi enterrado em sagrado, a instancias do parocho*; que, *preso o infiel*, a companhia de linha,

que já estava em armas á testa do povo da cidade e alguns que vinham acudindo de fóra aos signaes que se deram, levantou com os que a seguiram as reaes bandeiras, proclamando em grandes vivas a real soberania; que depois as forças legaes marcharam para o Sul a desbaratar os parentes de André de Albuquerque, que se podessem reunir, e, engrossando sempre as suas fileiras, foram estabelecer-se e fortificar-se no engenho Cunhahú, *achando deshabitadas as casas dos Albuquerque Maranhão*, em perseguição dos quaes lançaram algumas partidas que conseguiram prender os revolucionarios fugitivos, com excepção de José Ignacio de Albuquerque, que se apresentou mais tarde, e do padre Antonio de Albuquerque Montenegro, vigario de Goianninha, que não foi alcançado; que o governo interino, organizado na conformidade do alvará de 12 de Dezembro de 1770, confiou o commando das forças ao sargento de milicias Antonio Marques do Valle, que as commandou até 14 de Junho; que, conhecida a noticia da prisão de André de Albuquerque, todas as villas levantaram as reaes bandeiras, excepto a de Port'Alegre, onde foi constituido um governo que se dissolveu em 19 de Maio; que a rebellião na Capitania foi peculiar da familia Albuquerque Maranhão e seus preceptores (*esta referencia é aos padres João Damasceno Xavier Carneiro e Antonio de Albuquerque Montenegro*).

Muniz Tavares (*Historico da Revolução de Pernambuco em 1817*), descrevendo estes mesmos factos, diverge em muitos pontos de José Ignacio Borges, de quem diz que pensava com o padre João Ribeiro em materia politica; era suspeito ao Partido Portuguez e instruido nos votos dos patriotas brasileiros; sem educação scientifica regular, mas possuindo agudeza de entendimento para perceber a utilidade da realização daquelles votos; sem herança de nome nem de fortuna, trabalhando com assiduidade para adquirir um e outra; sem firmeza de convicções, illudindo a todos que ainda o julgavam um correligionario, esquecidos de que elle já não era um cabo de esquadra de artilheria e sim um tenente-coronel, cavalleiro da Ordem de Christo e governador de uma Capitania, com grandes ambições, em parte satisfeitas; apostata da sua fé, quando os membros do governo do Recife lhe escreveram appellando para a sua solidariedade, porque o lucro que o regime democratico lhe podia offerecer era incerto e exigia sacrificios que repugnavam ao seu egoismo; emfim, um daquelles que tão commummente costumam desertar de seu posto nas grandes commoções politicas, fugindo ao cumprimento do dever e dando provas de seu fingido patriotismo. A sua exposição é, porém, muitas vezes incompleta e infiel, o que não é de admirar, sabendo-se, como se sabe, que, não tendo conhecimento pessoal dos acontecimentos locaes, baseou-se em informações que lhe foram transmittidas por prisioneiros rio-grandenses, seus companheiros de carcere na Bahia, os quaes, morto André de Albuquerque, ou se arrogavam iniciativas que não tiveram ou procuravam subtrahir-se á responsabilidade de actos em que haviam collaborado, negando que tivessem tido coparticipação nos mesmos, para attenuarem as suas culpas.

Basta um exemplo. Diz o illustre historiador da revolução pernambucana, a proposito da conferencia que se effectuou em Goianninha entre o governador e André de Albuquerque:

> « Era seu confidente e gosava de illimitada ascendencia o vigario daquella villa, Antonio de Albuquerque Montenegro, patriota exaltado.

A apparição inesperada do governador o alarmou. Curioso de saber o secreto colloquio, foi procurar o coronel, que sinceramente lhe confessou os subterfugios com que o Borges intentava arrasta-lo á defesa da monarchia. O vigario, acceso de furor, increpa-lhe a cobardia de não haver prendido o seductor, e accrescenta: "Já que não aproveitastes a occasião favoravel, não vos resta outra alternativa senão seguí-lo no momento com escolta fiel e prende-lo onde o encontrardes, ou sujeitar-vos a fazer com o vosso cadaver a escada da sua fortuna; e vos direi que, se este ultimo caso succeder, a patria villipendiada terá em eterna execração a vossa memoria". O bom André não ousou replicar; a força da exhortação dissipou-lhe a perplexidade, obedeceu, e, chamando os soldados e officiaes em quem mais confiava, com elles a grande galope correu em busca da presa que lhe escapava; encontrou-a no engenho Belém; era alta noite quando alli chegou, poz a casa em cerco, e, ao amanhecer do dia, abrindo-se as portas, entrou com dois dos seus officiaes, approximou-se ao governador e deu-lhe a voz de prisão. Foi então que o incauto prisioneiro reconheceu o desacerto da sua conducta; era forçoso resignar-se á sorte, não murmurou, não commetteu baixeza com humildes rogativas, nem tambem soffreu tratamento vil. »

O facto como está narrado não póde ser verdadeiro. Documentos de presente conhecidos comprovam que as forças de André de Albuquerque estavam aquarteladas no seu engenho Cunhahú, que, pelas estradas de então, distava 5 leguas de Goianninha e 10 do engenho Belém (pela estrada de ferro, fica actualmente a mais de 20 km. de Goianninha e a mais de 40 de S. José de Mipibú, em cujas proximidades está este ultimo engenho).

A conferencia que elle teve com José Ignacio Borges realizou-se de 3 ás 5 horas da tarde do dia 24, e o cerco ao engenho Belém ás 4 horas da madrugada de 25. Quer dizer que entre a conferencia e o cerco mediaram 11 horas. Admittindo que André de Albuquerque se houvesse encontrado com o vigario Montenegro immediatamente depois daquella conferencia e que após esse encontro expedisse um proprio para o Cunhahú, ordenando a marcha das forças, o aviso, acceita a melhor hypothese, não chegaria ao seu destino antes de 9 ou 10 horas da noite. Supponhamos que tenha chegado ás 9. Restariam 7 horas, — de 9 ás 4 da madrugada, — para que as referidas forças, compostas de mais de quatrocentos homens, muitos a pé, se preparassem, se puzessem em marcha e vencessem, sem descanço, 10 leguas.

Era materialmente impossivel. Tudo indica que antes de seguir para Goianninha, afim de conferenciar com o governador, André de Albuquerque, aproveitando o abandono em que o mesmo deixou a capital, determinara que sobre esta avançassem as suas tropas, á cuja frente se collocou mais tarde.

De accôrdo com peças e informações officiaes, já em grande numero publicadas (veja-se *Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Norte*, vols. v, VIII e IX), facil é reconstituir os acontecimentos.

Detido e preso o governador no engenho Belém, a 25 de Março, pela fórma que elle mesmo expoz com absoluta fidelidade, a revolução estava feita. Assim se tem entendido, e não foi por outra razão que o Instituto Historico e Geographico do Estado, em representação dirigida ao Congresso Legislativo (*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VIII), pediu, em 1904, que fosse esse dia considerado feriado estadual, em commemoração ao movimento republicano de 1817, revogando-se a legislação anterior que feriava o dia 19, erradamente fixado por Muniz Tavares como o da entrada das forças revolucionarias em Natal. Esta entrada effectuou-se no dia 28, sem protesto de quem quer que fosse e com apoio da companhia de primeira linha, que com ellas confraternizou, acclamando todas a patria, a religião e a liberdade.

Nesse dia foram occupados os edificios e repartições publicas, sendo levantada, no meio da praça que tem actualmente o nome do chefe do movimento e fica em uma das faces do Palacio do Governo, uma bandeira branca, symbolo da paz.

A 29, reunidos no edificio do Erario os vereadores da Camara, os militares, os ecclesiasticos e as pessoas que tinham representação social, foi organizado o Governo Provisorio composto do coronel André de Albuquerque Maranhão, presidente, e do padre Feliciano José Dornellas (vigario do Natal), Joaquim José do Rego Barros (coronel de milicias), Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque (capitão de primeira linha, commandante da companhia) e Antonio da Rocha Bezerra (capitão de milicia), governo a que serviu de secretario Guilherme dos Santos Sazes, escrivão na Villa de Extremoz.

> « Os nomeados, escreve Muniz Tavares, não recusaram a nomeação: o poder agrada; nem foram applaudidos nem vituperados; dirigiram-se em corpo á Matriz, onde renderam-se acções de graças ao Todo Poderoso, e foi esta a maior acção com que se assignalaram no curto espaço de tempo em que figuraram. »

Todos, porém, allegaram depois da contra-revolução, e quando André de Albuquerque já não existia, que tinham recusado a indicação, sendo obrigados a servir sob ameaças; e José Ignacio Borges, restituido então ao exercicio de suas funcções, confirmou as allegações feitas no seguinte officio que enviou a Luiz do Rego, governador de Pernambuco, em 14 de Julho de 1817:

> « Na minha chegada nesta capital achei em plena liberdade o capitão commandante da companhia de linha, Antonio Germano Cavalcanti, o coronel de milicias Joaquim José do Rego Barros, o capitão de milicias Antonio da Rocha Bezerra e o parocho da cidade, Feliciano José Dornellas, que todos haviam sido membros adjunctos do chefe da rebellião, André de Albuquerque Maranhão, debaixo do infame e copiado titulo de Governo Provisorio. Cumprindo-me, pois, prende-los logo como réos do horroroso e manifesto crime de usurpação da Real Soberania, o não tenho feito por querer levar primeiro á presença de v. ex. as seguintes reflexões: A consideração que cada um destes homens merecia, ou por seus empregos ou por seus creditos individuaes, é que induziu aquelle chefe de rebellião a nomea-los como complemento do formulario praticado nas capitanias de Pernambuco e Parahiba, de que elle seguia os traços, e isto mesmo advertido pelo seu preceptor João Damasceno Xavier Carneiro, como se prova por um bilhete que está appenso aos documentos que lhe dizem respeito; e sendo certo que se excusavam, tambem o é que os ameaçou com a pena de traidores á causa que promovia, que na sua legislação era a morte. Neste aperto só lhes ficava a alternativa da fuga, porém, não o podiam fazer por mar por falta de embarcações de navegação alta, e nem por terra por asseverar aquelle traidor que a Capitania do Ceará estava de accôrdo com elle, o que não obstante o Antonio da Rocha mandou apromptar cavallos na sua fazenda para sahir nelles, o que não fez por se adeantar a contra-revolução.

Cuidaram, portanto, de convencer ao publico pela sua conducta que representaram forçados aquelle papel até que tivessem opportunidade de se mostrarem fieis ao soberano de quem eram vassallos, o que praticaram na contra-revolução do dia 25 de Abril, onde o capitão Antonio Germano appareceu á testa dos realistas e veio prender o traidor dentro de sua casa; e entrando depois como primeiro membro do governo interino por parte de sua majestade, na conformidade do alvará de 12 de Dezembro de 1770, desempenhando tão bem os seus deveres que foi applaudido do excellentissimo senhor Rodrigo José Ferreira Lobo, quando commandante do bloqueio, com quem se correspondia. O capitão Antonio da Rocha foi nesta occasião encarregado de dar signal da opportunidade, e o vigario Feliciano José Dornellas ligou-se desde o principio com os realistas e servia-lhes para lhes delatar o que se passava nas sessões do governo.

O coronel Joaquim José do Rego Barros não fizera parte da contra-revolução talvez por não diffundir o segredo por tantos, porém, apenas arrebentou deu as amostras mais positivas dos desejos em que ardia por aquelle acontecimento. A tudo isto poderia accrescentar que o conhecimento individual que tenho delles me induz a affirmar que foram e são fieis vassallos de sua majestade. Sacrificados ao terrorismo daquelle traidor, sendo talvez a culpa mais notavel do coronel Joaquim José do Rego Barros e do capitão Antonio Germano Cavalcanti o obedecer-lhe quando os chamou ao engenho de Belém, e a deste ultimo mais aggravante por ser o official a quem confiei o commando da cidade na minha ausencia. Se, porém, v. ex. não julgar attendiveis estas reflexões, determine-me a prisão e remessa delles, que executarei com pontualidade. Servia de secretario ao infame governador Guilherme dos Santos Sazes, escrivão na Villa de Extremoz, miseravel, chamado pelo traidor para o emprego pela qualidade de boa lettra e alguma intelligencia, o qual tambem achei em plena liberdade. Determine-me v. ex. o que hei de praticar com este individuo... »

Apesar de se ter abusado na epocha como recurso de defesa, das allegações de ameaças, é possivel que, no caso, ellas tenham sido verdadeiras, porque o nosso espirito repelle a idéa de considerar os companheiros de André de Albuquerque, cumplices que se transformaram em algozes, simples espiões e delatores.

Para o estudo dos actos do governo provisorio, cuja auctoridade foi reconhecida em toda a Capitania, poucos

elementos existem: tudo foi destruido em virtude desta ordem emanada de José Ignacio Borges, em 10 de Julho:

« Para todas as Camaras da Capitania:

Sendo indispensavel como medida politica extinguir como se nunca existissem todos os escriptos que estejam derramados por esta Capitania produzidos pelo bando de rebeldes que temporariamente usurparam a Real Soberania, ordeno a v. mcês. que já e já, publicando por editaes esta minha ordem, façam recolher todas as determinações, cartas e mais papeis que se affixarem ou existirem nas mãos dos empregados e ainda mesmo dos particulares dessa villa, não exceptuando os militares; e, arrecadados que sejam, me remettam fechados, vindo appensos os que tambem houverem no seu archivo comprehendidos mesmo alguns termos que se fizessem em livros, cujas folhas serão arrancadas, fazendo-se disto novo termo. No edital que publicarem farão saber que se algum dia me for denunciada a existencia de alguns destes papeis nas mãos de qualquer pessoa, ficará, por esse só facto, reputada cumplice dos rebeldes e como tal punida. »

Ao ser expedida esta ordem, a reacção do aulicismo triumphante estava em pleno vigor: a força e o arbitrio, a perseguição e a vingança feriam indistinctamente e por toda parte criminosos e innocentes, de sorte que as Camaras se esforçaram em dar, no seu cumprimento, as mais significativas demonstrações de seu zelo realista. Poucos foram os documentos que escaparam á destruição: apenas aquelles que as auctoridades julgaram indispensaveis para instruir os processos promovidos contra os infelizes apanhados nas malhas da devassa. Mas é de presumir que estes fossem os mais importantes e os mais compromettedores. Por elles, a impressão que se tem é que André de Albuquerque, com provadas qualidades de commando no terreno da acção, era absolutamente inapto para executar uma grande obra de construcção politica. Senhor da Capitania, onde só encontrou indifferença e apathia, não soube affirmar a sua personalidade como homem de governo, despertando enthusiasmo e dedicações em favor da causa que defendia e desfazendo prevenções e preconceitos arraigados no seio do povo, que, embora ignorante, era facilmente suggestionavel.

Nenhum acto praticou que indicasse a superioridade do novo regime, que captasse as sympathias publicas, que lhe assegurasse o apoio da opinião. Revelou em tudo a maior incapacidade dirigente; desde a desastrosa escolha dos seus companheiros de junta revolucionaria, ás mãos dos quaes teria de succumbir, trahido e ludibriado, até ao licenciamento das forças de que era commandante e cujo concurso fôra decisivo para o feliz resultado do movimento. Em taes condições, o seu fracasso era uma questão de mais ou menos dias. O unico elemento de resistencia com que contava era o contingente de 50 praças enviadas pelo governo da Parahiba e que obedecia ás ordens do valoroso e destemido José Peregrino. Retirado este, a contra-revolução seria, como foi, inevitavelmente vencedora.

Sobre a deposição de André de Albuquerque ninguem disse com maiores detalhes do que d. Isabel Gondim, bisneta de uma irman do padre João Damasceno e afilhada do capitão-mór André de Albuquerque Maranhão (primo e cunhado do desventurado chefe do governo provisorio), a qual escreveu o que se segue, de accôrdo com os documentos conhecidos e a tradição local (*Sedição de 1817 na Capitania, ora Estado, do Rio Grande do Norte*):

« Amanhecera o dia 25 de Abril. O valente José Peregrino e seus bravos companheiros ainda se achavam á pequena distancia da nossa capital, quando ahi se desenvolvera a contra-revolução. O povo instigado por decididos partidarios da Monarchia dá alguns gritos, protestando respeito e homenagem ao rei, nas proximidades do quartel da guarnição (*esta se compunha de 100 praças e a officialidade correspondente*). Os soldados tambem industriados correram ás armas, acclamando a d. João VI, cuja auctoridade se pretendia restabelecer nesta ex-Capitania. Antonio Germano, o principal motor deste movimento, assim como a garantia do seu exito, não obstante ser o mesmo que se havia posto á disposição de Albuquerque, quando viera constituir o governo democratico, corre ao quartel, anima a revolta e insubordinação dos soldados que poderia ter contido, e á frente de sua companhia que fez reunir e á qual se incorporam alguns populares, põe-se de marcha para a rua denominada *Grande*, em direcção ao Palacio do Governo, que era proximo á cadeia. Ao signal de nove badaladas no sino da matriz, como havia sido préviamente convencionado, partira da casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira um grupo composto dos monarchistas capitão Antonio José Leite de Pinho, capitão-mór José Alexandre Gomes de Mello, capitão de segunda linha ou policia Francisco Philippe da Fonseca Pinto, Alexandre Felicio Bandeira, João Alves de Quintal, o referido alfaiate Manuel da Costa e alguns outro. A esse grupo reune-se Antonio Germano com sua companhia, e assim incorporados dirigem-se a palacio, galgam de tropel as escadas e vão surprehender o indefeso Albuquerque sentado á mesa de trabalho. Germano intima-lhe voz de prisão, e o declara deposto no meio do alarma nas ruas e dos gritos, sediciosos ahi, de: Viva o senhor d. João VI! Morra a liberdade!

Era grande o alvoroço e a tumultuaria vozeria dos que affluiam para dentro do palacio e suas immediações. Nessa confusão André de Albuquerque levanta-se e encaminha-se a uma das janellas do sobrado do palacio, como se quizesse por ella precipitar-se, preferindo talvez a morte desastrosa ao acabar ás mãos de seus encarniçados inimigos. Prevendo sem duvida sua intenção, o capitão Antonio José Leite, com apparencia de cordialidade extende-lhe o braço sobre os hombros, como para impedir esse desastre, e exclama: "Não faça isto, senhor coronel", ao mesmo tempo que o official de segunda linha ou policia Francisco F. da Fonseca, á traição, por baixo da mesa, crava-lhe a espada no baixo ventre, região inguinal. Sentindo-se ferido, Albuquerque procurou segurar a lamina da espada que o aggressor retirava com força, resultando ferir tambem dois dedos da victima. Era grave o ferimento, e pela cezura sahira parte do intestino, ficando pendente. Copioso sangue jorrava pela sala, onde afinal, exhausto de forças, cahiu o martyr dos principios liberaes, assim tendo se sacrificado pela emancipação de sua terra, certo de que o sangue dos patriotas é a seiva mais fecunda da arvore da liberdade.

Ahi prostrado, e quasi moribundo, foi-lhe imposto que désse *vivas ao rei*. Não conseguiram demove-lo do obstinado silencio. Velara-lhe os labios o sentimento da propria dignidade.

Para commetter o nefando crime, collocara-se o aggressor por detraz do alfaiate Costa Bandeira, a quem se attribuiu o attentado, antes de terem vogado outros boatos sobre sua auctoria. Embora se considerasse acto de heroismo o assassinio do supposto fautor de tantas desgraças, não disputou *essa honra* o verdadeiro auctor, com medo das consequencias que vieram, ainda que tarde, a ser funestas a quem, para grangear a consideração da realeza, gabou-se de ter praticado a façanha.

Mesmo assim mortalmente ferido, o desventurado Albuquerque é posto a ferros, continuando a perder copioso sangue, sem que fosse tratado o ferimento, se procurasse recolher a parte do intestino comprimida na cezura pela tumefacção que logo sobreveio, nem se lhe désse alimento algum, assim permanecendo á falta absoluta de qualquer conforto.

Por entre os insultos e apupadas da gentalha, conduzido André de Albuquerque á Fortaleza dos Reis Magos, foi encarcerado na mais hedionda e escura prisão solitaria no deploravel estado em que se achava. O soldado da companhia de guarnição alli destacado, Ignacio Manuel de Oliveira, irmão de um tal *Mirunga*, appellido que passou aos outros membros da familia, encarregado de vigiar o prisioneiro, revelou-se-lhe ter um coração generoso: occultamente, ia levar-lhe agua, bem como algum alimento, penhorando Albuquerque, que assegurava dar-lhe prova de sua gratidão, se sobrevivesse ao infortunio. A' noite, estando em grande desassocego e quasi a expirar no frio, humido e infecto pavimento de sua tenebrosa prisão, pediu um travesseiro em que repoisasse a cabeça. O commandante do destacamento ordenou que lhe levassem uma pedra "que deveria ser o travesseiro do *patriota, pedreiro livre, etc.*, designações estas que os monarchistas, vulgarmente appellidados *corcundas, columnas*, davam aos aspirantes á liberdade. O mesmo caridoso soldado Ignacio Manuel, apesar do risco de comprometter-se, ousou introduzir na prisão uma pequena e usada esteira, bem como alguma roupa entrouxada, para servirem de cama e travesseiro ao moribundo, que depois succumbiu á mingua de todos os recursos.

Opiniões respeitaveis articulam que o reverendo Feliciano José Dornellas assistira aos ultimos momentos de André de Albuquerque; mas não procede a affirmação por ser inverosimil: tendo o reverendo Dornellas feito parte do governo provisorio, pesava tambem sobre elle a execração, e ao desejo natural de consolar seu amigo, levando-lhe o conforto da esperança christan, deveria oppôr-se o receio do punhal assassino, que lhe roubasse a vida antes que elle chegasse junto ao correligionario agonizante na prisão.

Accresce mais que tendo sido o traspasse de Albuquerque em horas silenciosas da noite, quando cessa toda communicação, não poderia aquelle ahi penetrar (*a fortaleza é afastada da cidade e situada num recife*), ainda que o pretendesse... Ao amanhecer, mandando o official commandante da fortaleza observar o estado do prisioneiro, o executor dessa ordem, a praça Bernardo José de Araujo, prendendo o pé da victima com o gancho, de um croque, arrastou-lhe o corpo, em que evidenciou o fallecimento. Foi o cadaver logo tirado da prisão, no estado de nudez ou quasi nudez em que se achava, e depois pendurado a cordas em grossa vara conduzido á cidade por oito praças, a quem auxiliaram no trajecto dois africanos. Na passagem pela *Ribeira* (*é o bairro baixo da cidade*) attrahia tão lastimoso espectaculo as vistas, menos curiosas, e provocava os sarcasmos da gentalha sempre avida de semelhantes scenas. Surgiu, entretanto, no meio desse vandalismo a piedade de uma caridosa mulher do povo, vulgo Ritinha Coelho, que da sua porta sacudiu sobre o cadaver do martyr uma esteira, na qual o envolveram durante o resto do transito pelas ruas, continuando, não obstante, os insultos e villipendios ao mesmo desventurado martyr, cujos mortaes despojos iam assim conduzidos... »

Dias Martins (*op.* cit.) dá a Antonio Germano a auctoria do ferimento soffrido por André de Albuquerque. Foi, porém, contestado pelo major José Domingues Codeceira (*A Idéa Republicana no Brasil*), a quem Oliveira Lima faz referencia nestes termos (nota á terceira edição da historia de Muniz Tavares, publicada para commemorar o primeiro centenario da revolução):

« O capitão Antonio Germano adheriu ao movimento a 25 de Março e fez parte do governo provisorio local do Rio Grande do Norte; mas um mez depois, a 25 de Abril, tomado de medo do mallogro da rebellião, capitaneou a contra-revolução, marchando para palacio, invadindo-o á testa de uma multidão e dando voz de preso ao coronel Maranhão. A este, na occasião em que se levantava da sua banca de despacho, o portuguez Antonio José Leite, official de milicias e commerciante da Cidade do Natal, feriu por baixo da mesa, acertando o golpe numa virilha. Posto a ferros ainda com vida, foi o patriota levado, entre ultrages da plebe, para a Fortaleza dos Reis Magos, onde expirou no mesmo dia em carcere "immundo e escuro", sobre uma esteira de periperi, na qual o envolveram afim de conduzirem seu cadaver numa rêde para a egreja matriz, onde foi sepultado. Assistiu a seus ultimos momentos o vigario Feliciano José Dornellas, membro tambem do governo provisorio, um dos que seriam presos para a Bahia.

O major diz ter-lhe sido o facto relatado por differentes pessoas, quando residiu no Rio Grande do Norte, de 1830 a 1841. Entre essas pessoas, José Ildefonso Emerenciano fôra delle testemunha occular, tendo-lhe até Antonio José Leite mostrado a lamina embaciada pelo sangue e exclamando: "Veja até onde entrou a espada".

Não contente com isso e vanglorioso do seu acto, que fôra attribuido a um cadete da companhia do capitão Germano, elle o justificou judicialmente e recebeu em recompensa uma condecoração de Christo e á patente de tenente-coronel de milicias.

Depois da Independencia, a familia do coronel Maranhão vingou comtudo a morte do seu chefe. Leite escapou aos tiros de duas ou tres emboscadas, graças á velocidade do cavallo que costumava montar; mas foi

afinal morto a facadas, na noite de sexta-feira dos Passos, quando se achava sentado numa cadeira na calçada da casa da sua moradia. Occorreu isto, se a memoria não attraiçoou o major Codeceira, então habitante do Natal, em 1834, isto é, 17 annos depois do crime. Todo o episodio foi-me aliás referido nos mesmos termos pelo sr. dr. Tobias Monteiro, que é rio-grandense do Norte e o conhecia por tradição oral. »

A versão de d. Isabel Gondim não é accorde com a do major Codeceira em dois pontos: a assistencia do padre Dornellas aos ultimos momentos de André de Albuquerque e a responsabilidade effectiva de Leite quanto ao ferimento recebido por este. No tocante ao primeiro, já transcrevemos as suas palavras. Em relação ao segundo, diz aquella escriptora, após outras considerações:

« Alguem diz ter o referido Leite mostrado a lamina da espada com que se achava armado no conflicto do dia 25 de Abril embebida em sangue. Se o fez, a embebeu no que então esguichava pela sala do palacio com a idéa de assumir a auctoria dessa abominavel tragedia, sem calcular as funestas consequencias que poderiam sobrevir, como effectivamente sobrevieram. »

Quem terá razão? Ignoramos. Por ora, o que não offerece mais duvida é que foi Antonio Leite o criminoso immolado ao odio dos vencidos. Eis como se deu o seu assassinato:

« O pungente resentimento da morte e dos ultrages ao coronel André de Albuquerque a digna familia conservou, dando treguas á vingança que pretendia tomar; e Antonio José Leite de Pinho, que tão ostensivamente alardeara de haver praticado o traiçoeiro apunhalamento, ficou-lhe sob as vistas.

Depois da Independencia e agitações da primeira phase da Monarchia nacional, quando se desanuviaram os horizontes e a transição politica como que permittia algum desafogo ás paixões, apenas sopitadas, deliberou-se em conselho de familia a execução da premeditada vindicta. O desventurado Leite pôde escapar a differentes emboscadas, que, mesmo dentro da capital, lhe fizeram a bacamarte, conseguindo desviar-se dos tiros, segundo a credulidade de muitos pela virtude de um Santo Lenho que trazia ao pescoço, segundo opiniões diversas pela agilidade do cavallo em que costumava montar em suas constantes excursões á tarde, quando para aquelle fim era esperado. Finalmente foi morto a punhaladas (ainda, segundo a credulidade superstitciosa, por haver tirado aquella reliquia) em a tardinha de sexta-feira de Passos no anno de 1834, quando havia chegado da procissão e sentando-se a uma cadeira na calçada de sua casa sita á Rua da Conceição na capital, 17 annos depois do tragico assassinato de Albuquerque, que assim conseguiram vingar. Os sicarios deixaram cravado no peito da victima um punhal de cabo de prata que depois fôra difficil arrancar-se-lhe.

Esse publico assassinato, reconhecido como em desaffronta ao apunhalamento do infeliz Albuquerque, viera corroborar a opinião de ter delle a auctoria Antonio José Leite, mesmo para os que a respeito têm escripto sem maior investigação ou conhecimento da verdade, motivando o engano manifesto que me propuz corrigir, baseada nas provas adduzidas. »

A estas informações de d. Isabel Gondim temos a addicionar um detalhe referido por Alberto Maranhão (*Ensaio Historico*, publicado em 1899, na *Revista do Rio Grande do Norte*, orgão do Gremio Polymathico): o assassinato foi mandado executar por André Arcoverde (*Dendé*), sobrinho de Albuquerque, que, por occasião da morte do tio, estava na Allemanha, "a titulo de estudar, o que não fez, limitando-se a esbanjar uma boa parte da sua grande fortuna".

Ferido e deposto, a 25 de Abril, o chefe do governo republicano, foi este dissolvido, organizando-se no dia immediato o que devia administrar interinamente a Capitania. E' o que consta do seguinte termo de vereação (*Livro de Vereações de 1815 a 1823*):

« Aos 26 dias do mez de Abril de 1817 nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, nos Paços do Conselho della, onde se achava o juiz ordinario, vereadores e procurador para accordarem no bem commum:

Primeiro que tudo, accordaram e concordaram fazer a declaração seguinte: de que elles, por si e por seus antecedentes sempre foram fidelissimos e mais que fieis vassallos de todos os senhores reis de Portugal, por isso que os seus antepassados, tanto nas descobertas destas terras, como no seu resgate, sempre voluntariamente foram affeiçoados aos mesmos senhores por aquelles, e que elles cada qual de per si conhecendo o mesmo amor e summa cordura do sr. rei d. João VI lhe eram cada vez mais fieis; porém, que á falsa de fé entrando nesta capital o monstro mais desconhecido de entre ventres, tanto racionaes como irracionaes, havia desde 28 de Março, esteve em amortecimento esta Camara, emquanto os seus membros davam providencias a sacudir o jugo desse cruel monstro conhecido por André de Albuquerque Maranhão, ou *Andrezinho do Cunhahú*, cuja empresa foi feita hontem 25 do corrente, de cujo dia por deante ratificamos a nossa fiel vassallagem ao nosso amabilissimo soberano, o senhor rei d. João VI, a quem Deus felicite por dilatados annos para nosso amparo e soccorro, e por elle daremos a vida sem a menor saudade della.

Accordaram mais que se fizessem as pessoas para o governo interino desta Capitania, de presente resgatada, na fórma da lei de 12 de Dezembro de 1770, e recahiu nas pessoas do capitão e commandante da tropa de linha desta cidade Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque, na pessoa do vereador mais velho desta Camara, feita na fórma da Ordem, nos peloiros do corregedor desta comarca André Alvares Pereira Ribeiro Cirne, o tenente Antonio Freire de Amorim, e o provedor da Real Fazenda o tenente-coronel Manuel Ignacio Pereira do Lago, na falta de ministro de lettras, que será effectivo nesse governo quanto unicamente ás decisões de segurança desta Capitania e no mais quando se não conformarem os dois, tudo na fórma da dicta lei. »

Assim constituido, esse governo communicou a sua installação ao commandante do bloqueio, almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, do qual recebeu ordem e auxilios de

mantimentos, armas e munições. Dos seus actos os principaes foram a prisão de alguns dos revolucionarios e a organização da columna expedicionaria que occupou o engenho Cunhahú, depois de praticar na travessia até alli as maiores violencias e as mais odiosas perseguições contra os amigos e partidarios de André de Albuquerque, cujas propriedades, assim como as dos seus parentes, foram em parte saqueadas e destruidas.

Os novos dominadores não encontraram embaraços á sua acção. Sómente em Port'Alegre houve uma pequena reacção, mas esta mesmo sem alcance pratico. Eis o que sobre ella disse José Ignacio Borges, em officio de 15 de Agosto, a Luiz do Rego, governador de Pernambuco:

« Depois de proclamada nesta cidade, no dia 25 de Abril, a Real Soberania, expediu o governo interino os preciosos avisos ás villas da Capitania para que as auctoridades constituidas levantassem alli as reaes bandeiras. Os correios, porém, que levavam os da Villa de Porto Alegre, cujo districto se limita com os da Villa de Sousa da Capitania da Parahiba, tiveram a má fortuna de ser encontrados por um malvado David Leopoldo Targini, emissario dos rebeldes daquella Capitania, á testa de uma escolta de canalha armada, que os prendeu antes de chegarem ao seu destino, e, sabendo pelos officios e cartas dos acontecimentos da cidade, forçou a mais alguns moradores a que engrossassem o seu bando, e com elle marchou á villa, aonde, associando-se ao vigario João Barbosa Cordeiro, que lhe era semelhante em caracter, chamaram as pessoas para quem iam os officios do governo e outras de mais alguma consideração e, depois de os atemorizarem com o partido que tinham armado, com as ordens despoticas que levavam da Parahiba e com o numero das forças que levavam commandadas por Miguel Cesar, emissario dos rebeldes de Pernambuco, os obrigaram a que installassem um governo para, debaixo das ordens, fazerem marchar forças contra as villas onde se tivessem levantado as reaes bandeiras e depois encaminharem-se á Capitania do Ceará. Foram membros deste governo o infame vigario João Barbosa Cordeiro, o tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, o sargento-mór José Francisco Vieira de Barros, o capitão Manuel Joaquim Palacio e o tenente Philippe Bandeira de Moura, todos da ordenança montada daquella villa.

Este infame governo, que teve logar no dia 10 de Maio, foi anniquillado ao fim de 9 dias de duração pelos mesmos quatro officiaes que eram membros delle, levantando as reaes bandeiras no dia 19 com manifestas provas de jubilo e soccorro dos povos do districto, que com cautela haviam juntado, e tendo precedido na vespera a fugida dos dois revolucionarios David e o vigario, que foram presos na Capitania da Parahiba.

O governo interino desta cidade fez marchar da Villa da Princeza um corpo de tropa a prender os membros do anniquilado governo e seus promotores, o qual effectuou a prisão do tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, do capitão Manuel Joaquim Palacio, do tenente Philippe Bandeira de Moura, e achou já preso, a instancia do official commandante das forças do Ceará, estacionadas na sua fronteira, o sargento-mór José Francisco Vieira de Barros, por noticias delle haver introduzido na sua Capitania cartas incendiarias a favor da rebellião, deixando de prender o padre Gonçalo Borges de Andrade, socio dos principaes cabeças David e vigario, por ter fugido com elles. Estes presos, actualmente recolhidos na cadeia desta cidade, apresentaram-me os requerimentos que com este levo á presença de v. ex. para bem lhes deferir, ou pelo merecimento dos seus documentos, ou em consequencia de outra medida de exame a que se mande proceder, prevenindo desde já a v. ex. que não tendo procedido a exame judicial da conducta destes e dos outros que embarquei na escuna *Foguete*, por meio de devassa e interrogatorios, por não ter ministro lettrado que o faça, visto que o corregedor desta comarca o é tambem do Parahiba e nella se acha occupado em diligencias da mesma especie.

Posso, porém, asseverar a v. ex. que a opinião publica os não condemna, antes attesta a narração que acabei de fazer, e que seguros das suas consciencias se apresentaram voluntariamente ao official commandante da tropa que os foi prender. Quanto ao sargento-mór José Francisco Vieira de Barros, accusado pelo Governo do Ceará de haver espalhado cartas incendiarias naquella Capitania, pedi ao governador, por officio de 1 de Julho, que me remettesse os documentos desta accusação para com elles convencer o preso que absolutamente nega o facto; porém até hoje ainda não os recebi... »

Variam as opiniões quanto ao dia de Junho em que José Ignacio Borges reassumiu o governo da Capitania. Parece, entretanto, que foi a 17, pois Gonçalves Dias diz (*op.* cit.):

« Do Rio Grande escrevia ao mesmo governador (*de Pernambuco*) em 18 de Junho de 1817: — Hontem pelas tres horas da tarde desembarquei nesta cidade entre vivas e actos de manifesto jubilo praticados por todos os vassallos de sua majestade, que eram espectadores... »

Já então a Capitania estava em inteira calma, achando-se presos, "cobertos de ferros", quasi todos os implicados no movimento, sobre os quaes cahira a noite sombria das mais dolorosas provações. O que o governador teve a fazer foi completar a série de providencias que lhe haviam sido recommendadas antes da sua partida do Recife, sendo certo que o seu procedimento, embora adstricto aos rigorosos deveres do cargo que exercia, não tocou aos extremos que caracterizaram a acção de outros, que, investidos naquelle momento de qualquer parcella de auctoridade, foram inexoraveis e crueis.

Os compromettidos na devassa foram estes:

André de Albuquerque Maranhão — Chefe do movimento. Ferido a 25 de Abril. Falleceu no dia immediato.

André de Albuquerque Maranhão — Era primo e cunhado do presidente do Governo Provisorio. Capitão-mór de Villa Flor e Arez. Proprietario e residente no engenho Estivas. Preso em 15 de Maio de 1817. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818.

Padre Antonio de Albuquerque Montenegro — Cavalleiro da Ordem de Christo. Vigario de Goianninha. Patriota exaltado. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818. Em 1821 foi eleito deputado, pela Provincia, ás Côrtes de Lisboa.

Antonio Ferreira Cavalcanti — Capitão-mór de Porto Alegre. Preso em 6 de Janeiro de 1818. Incluido no perdão de 6 de Fevereiro de 1818 por aviso de 2 de Outubro de 1820 e solto por mandado de 17 de Novembro do mesmo anno. Era parente de André de Albuquerque. Segundo Dias Martins (*op.* cit.), este e a sua familia se incompatibilizaram, por sua causa, em 1813, com Mello Povoas, então governador. José Ignacio Borges refere-se á inimizade que dahi resultou (vide *Memoria*, cit.).

Agostinho Pinto de Queiroz — Era morador na Serra do Martins, capitão de milicias. Adheriu ao governo de Porto Alegre. Foi preso por tropas do Ceará. Preso, seguiu para Natal, dahi para Recife e, finalmente, para a Bahia, como succedeu a todos os que na Capitania foram considerados em culpa por crime de lesa-majestade.

Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque — Capitão commandante da companhia de primeira linha. Membro do Governo Provisorio. Trahindo o chefe deste, de quem era parente e se mostrava amigo, fez a contra-revolução, o que não impediu que fosse preso e processado, sendo pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Solto a 15 de Julho de 1820, em cumprimento de aviso régio de 12 de Junho do dicto anno, que o declarou perdoado. Foi reentregue no seu posto e depois agraciado com o habito de Christo. Promovido mais tarde, commandou o batalhão de primeira linha que estacionava em Natal, figurando em alguns dos acontecimentos politicos posteriores.

Antonio da Rocha Bezerra — Tambem foi membro do governo republicano. Preso em 23 de Dezembro de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Foi este o seu depoimento sobre a revolução:

> « No dia 28 de Março, ás 8 horas do dia, entrou nesta cidade o coronel André de Albuquerque Maranhão com grande exercito de gente armada e declarou que vinha mandado pelo Governo Provisorio já então estabelecido em Pernambuco, e unido ao da Parahiba já tambem estabelecido, conquistar esta Capitania; e que já havia deixado preso no engenho de Belém o Illmo. sr. governador José Ignacio Borges, onde se achava naquella occasião.
>
> Sitiada esta cidade, o povo, vendo-se surprehendido e falto de munição de guerra e bocca para se defender, cedeu á maior força. Eu, que egualmente me vi surprehendido e que só não podia resistir, fiz o mesmo e logo projectei a minha fuga para a Capitania do Ceará. Nesta mesma occasião aquelle maldicto coronel ordenou que se achassem todos os officiaes diplomaticos, camara e ecclesiasticos no real erario desta cidade para se installar o governo, como de facto nos ajuntamos todos na hora determinada, e chegando elle mandou abrir o cofre real pelo provedor e contar o dinheiro que nelle havia, e mandou que o mesmo provedor tirasse a conta do que elle devia ao dicto cofre, pois que trazia dinheiro para salda-la, e que, além disto, contassem com 50.000 cruzados offerecidos por elle e seus parentes para defesa da Patria. Passado isto, publicou que elle ia declarar as pessoas que haviam de entrar naquelle governo, sobre os quaes todos os que alli estavam dariam os seus votos, e logo os nomeou a si, o commandante da tropa de linha Antonio Germano Cavalcanti, o coronel de milicias Joaquim José do Rego Barros, rev. vigario Feliciano José Dornellas e o capitão de milicias Antonio da Rocha Bezerra, e, perguntando a todos os que alli se achavam se estavam satisfeitos com as pessoas nomeadas para o governo ou se tinham que impugnar de alguns delles, responderam todos a uma voz que estavam muito satisfeitos, e com esta resposta installou o governo e mandou fazer o termo em que todos assignaram. Eu, que não pensei que fosse nomeado para membro de tal governo um official subalterno, logo que vi fallar no meu nome determinei escusar-me pedindo demissão, allegando molestias; porém vendo a recusa que fez o rev. padre Manuel Pinto nomeado para secretario do governo por elle coronel, e juntamente os mais eleitos, calei-me, pensando que me daria a mim a mesma resposta que deu aos outros, na qual lhes declarou bastantemente irado que todo aquelle que se eximisse de servir a Patria seria reputado inimigo della e ficaria sujeito a todas as rigorosas penas que a nova lei estabelecia em semelhantes casos. Posto isto assentei com todas as veras fugir para a Capitania do Ceará Grande, e ignorando o estado em que ella se achava, e vendo a certeza que dava aquelle maldicto coronel de que ella se teria já levantado ou que breve o faria, visto que nella havia partidistas e emissarios, escrevi a um amigo no Assú para me informar do estado em que estava aquella Capitania, o qual me respondeu o que consta da carta junta; e como antes que me chegasse esta resposta vi e conheci que todo o povo desta cidade não mudava de face, e que estava disposto para fazermos a feliz restauração, como de facto assim succedeu, uni-me com elle e desisti do primeiro intento; e egualmente unindo-me ao commandante da tropa de linha, communicando-lhe tudo quanto projectava aquelle furioso coronel para defesa da Patria, nas sessões do governo, em que elle commandante não assistia.
>
> Quanto tenho dicto a v. s. (*esta declaração, como as do padre Dornellas e coronel Rego Barros, foi presente a José Ignacio Borges em 7 de Julho*) é pura verdade, o que juro aos Santos Evangelhos. »

Rocha Bezerra foi depois politico de largo prestigio na Provincia.

Padre Feliciano José Dornellas — Era vigario de Natal. Fez parte do governo republicano. Preso em 23 de Dezembro de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Eis como se defendeu:

> « Vendo-me obrigado, em razão dos acontecimentos que caracterizam a epocha presente, a expôr na respeitavel presença dos magistrados de s. m. qual tem sido a minha conducta em collisão tão melindrosa, devo faze-la conhecer pelo lado physico e mostrar-lhes que até ao presente a religião, a honra e a fidelidade ao nosso augustissimo soberano têm dirigido todas as minhas acções. Esta freguezia toda é testemunha da minha exactidão em cumprir e desempenhar os sagrados deveres, a que sou obrigado, como christão, como vassallo e como pastor. Como porém, na infeliz epocha em que os mais ingratos de todos os homens, calcando aos pés os mais santos deveres, phantasiaram na sua depravada imaginação um governo anarchico, irregular e anomalo, contra todas as fórmas e contra o direito das gentes, eu, obrigado pela força e pela violencia, fui um dos que o malvado e faccioso André de Albuquerque Maranhão, unido com os seus parentes, á frente das tropas que estavam confiadas ao seu commando, no augusto nome de sua majestade, para defesa desta Capitania, nomeou membro do tal governo anarchico, ameaçando logo com a perda da vida e bens aos que não annuissem aos seus caprichos. Não tive outro remedio mais que curvar o pescoço debaixo do seu tyrannico e aleivoso jugo, e ceder á violencia, esperando conjunctura mais feliz em que podessemos acclamar o nosso augustissimo soberano e darmos as provas mais evidentes da nossa fidelidade ao mesmo Real Senhor.
>
> Eu passo a narrar em poucas palavras como aconteceu este facto. Em consequencia do infausto successo de Pernambuco, passou v. s. (*dirige-se a José Ignacio Borges*) a dar as mais promptas providencias para defesa desta Capitania e preserva-la intacta da corrupção e do crime que já havia lavrado pela Parahiba. O coronel André de Albuquerque, cujo nome nos horroriza, estava nas fronteiras postado com o regimento e mais tropas confiadas ao seu commando, protestando sempre a maior fidelidade, amor e adhesão a sua majestade, e de tal modo soube encobrir o seu depravado machiavelismo que v. s. pessoalmente partiu desta cidade no dia 23 de Março para Goianninha a conferenciar com o dicto coronel e prescrever-lhe os meios de defesa. No dia 26 do dicto mez, recebemos a infausta noticia de que este traidor, com a mais negra traição, tinha surprehendido a v. s. no engenho Belém na madrugada do dia 25, noticia que nos encheu de horror e da maior consternação, mandando o dicto coronel chamar á sua presença o commandante da guarnição desta cidade, Antonio Germano Cavalcanti, e o coronel do regimento miliciano Joaquim José do Rego Barros, os quaes voltaram com o padre Manuel Pinto de Castro, para socegarem o povo. O terror então se espalhou por esta cidade e no dia seguinte, sem haver tempo de se cuidar nos meios de defesa, se apresentou o traidor e faccioso André de Albuquerque deante desta cidade com a sua tropa, e entrou por ella dentro ao som das lagrimas dos seus habitantes até o largo entre Palacio e Matriz, onde estando eu no confessionario me mandou chamar a grandes vozes, e das primeiras palavras que me disse foram: "Viva a Patria ! Viva a nossa Religião !" com um bacamarte nas mãos apontando para mim.
>
> Respondi-lhe: "Deus assim o permittiu. Faça-se a sua divina vontade".
>
> No dia 29, fui chamado com todos os mais á sua presença, na Casa da Provedoria da Real Fazenda, onde o traidor, depois de colorar enfaticamente a sua execranda e abominavel traição, com grande pasmo e espanto meu, entre os outros me nomeou membro do governo chamado provisorio, e, desculpando-me eu ser o tal cargo incompativel com o meu ministerio, com o meu caracter, com as minhas funcções e com as minhas inveteradas enfermidades, respondeu o traidor com estas formaes palavras: "Todo aquelle que recusar acceitar posto em serviço da Patria é reputado traidor e como tal punido com pena ultima".
>
> Cedendo á violencia deste malvado, recolhi-me á casa por um becco, coberto de confusão e de vergonha, resoluto a largar a freguezia e fugir da presença de tal impio. Apenas me achei só abri os diques á minha magua, e uma torrente de lagrimas me banhou as faces, considerando que este mesmo povo, que me era confiado e a quem dei sempre o exemplo no cumprimento dos seus deveres, me contemplasse no numero dos facciosos, e nestes sentimentos resolvi fugir e apartar-me desta cidade, theatro da minha amargura. Por outra parte, lembrava-me que deixava os meus amados freguezes desamparados, expostos e entregues nas mãos da sua afflicção, naquelle mesmo tempo em que mais precisavam dos meus conselhos e da minha assistencia em tanta calamidade.
>
> Lembrava-me que o bom pastor deve dar a sua vida pelas suas ovelhas. E indeciso sobre o que devia resolver fluctuava entre a dôr da minha alma e o amor dos meus amados parochianos. Combatido destes differentes assaltos, quando no dia 2 de Abril vem á minha casa o capitão de ordenanças José Alexandre Gomes e, como conhecia muito bem os meus sentimentos, me communicou que estava juramentado com o capitão Francisco Philippe, o alferes Antonio José Leite e mais outros convidados por elles para, na primeira occasião, executarem a grande e heroica empresa da feliz restauração desta Capitania á posse antiga e dominio de sua majestade. Eu não só approvei o seu projecto, mas ainda mesmo me offereci a cooperar para tudo quanto fosse a bem do real serviço, e dar todos os avisos necessarios para obrarmos de concerto. Muitas vezes em minha casa conferenciamos juntos e lhes dava a saber os projectos do governo anarchico para melhor se saberem dirigir em tão melindrosa coalisão. Continuei a assistir ás sessões, não como usurpador da jurisdicção d'el-rei, meu senhor, mas como fiel servidor do bemfeitor e fidelissimo soberano. Mudei o projecto de sahir desta freguezia no de ficar nella, afim de animar occultamente os meus parochianos a tão santa empresa, e até mesmo (seja-me licito dizer em minha defesa) no confessionario exhortava aos paes e mães de familia a serem sempre fieis ao seu rei e cumprir exactamente os seus deveres, e nas missas conventuaes lhes fazia rezar uma *salve Rainha* por tenção para a qual eu applicava pelo meu soberano. Por testemunhas invoco todos elles, e aos mesmos honrados vassallos, a quem tantas vezes animei a acabar de uma vez esta empresa e enxugar as nossas lagrimas. Amanheceu emfim o faustissimo dia 25 de Abril em que se extinguiu o malvado systema de anarchia, acclamando-se entre os mais vivos transportes da nossa alegria o adoravel e augusto nome de sua majestade, e os seus inalienaveis direitos. Installou-se no mesmo dia o governo interino e foi continuado até o feliz regresso de v. s. para a sua Capitania.
>
> Eis aqui, illmo. senhor governador, a verdade pura de todos estes factos. Toda a cidade sabe qual tem sido a minha conducta; uma consciencia pura e sem mancha tem sido até o presente o meu norte; tenho desempenhado os meus deveres e não acho coisa alguma em que possa arguir e reprehender-me a mim mesmo. V. s., como digno representante do nosso augustissimo monarcha, se digne attender a estas razões, nascidas da verdade e da innocencia, que expõe um velho de 60 annos, esperando com confiança que v. s. as julgará com a

justiça e clemencia que, com grande gloria nossa, divisamos innata no decoração v. s. »

Philippe Bandeira de Moura—Membro do governo de Porto Alegre. Preso em 19 de Julho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Era official de milicias.

Francisco Marçal da Costa e Mello—Secretario do governo de Porto Alegre. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818.

Padre João Barbosa Cordeiro—Foi a alma do movimento em Porto Alegre, onde era vigario. Preso em 20 de Junho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818.

João da Costa Bezerra—Foi preso em Ponta Negra a 27 de Abril de 1817. Falleceu no hospital do Recife.

Padre João Damasceno Xavier Carneiro — Achava-se ao lado de André de Albuquerque quando este foi ferido, deposto e preso. Nessa occasião foi recolhido á cadeia.

Foi embarcado para o Recife, juntamente com outros prisioneiros, na escuna *Foguete*, em dias de Julho, fallecendo a bordo no dia 25 do mesmo mez, segundo se verifica de um officio de José Ignacio Borges (de 28) ao governador de Pernambuco. Os prisioneiros foram agrilhoados dois a dois, sendo o companheiro do padre Damasceno o capitão-mór André de Albuquerque Maranhão (*de Estivas*).

A este respeito escreveu d. Isabel Gondim (*op.* cit.):

«Fazendo-se a vela com os prisionciros, a pequena embarcação, pelo seu mau estado, ao embate das ondas, não obedecia ao governo do leme e descahia para o Norte a despeito do esforço da tripulação.

Com os ventos contrarios ao rumo e mar encapellado, a oscillar constante, o fragil barco, em longas horas, quasi desarvorado, trazia em sobresalto os tripulantes, assim como todos os mais a bordo, particularmente os desventurados prisioneiros que receiavam o naufragio, do qual não poderiam escapar, agrilhoados como jaziam. Achavam-se na confrontação da Praia da Pititinga, cerca de 12 leguas ao Norte da Cidade do Natal, quando exhausto de forças, não podendo resistir ao forte impulso do jogar das vagas sobre o tenue costado, o reverendo João Damasceno, o martyr da liberdade, em semelhante conjunctura veio a desfallecer e não tardou a succumbir. Nesta hora extrema, extende a mão ao companheiro de grilhão a offertar-lhe os objectos de seu uso que ahi possuia, uma caixinha de tartaruga para rapé e um rosario de contas de Jerusalém, reliquia preciosa nessa epocha de arraigadas crenças catholicas.

Verificado o obito, perante o commandante da escolta e pessoas da tripulação, deviam desembaraçar-se do cadaver. Conforme ás instrucções que trazia não quer o mestre do hiate tomar porto para que fosse áquelle dado sepultura. Alguem da escolta é de opinião que seja lançado ao mar; outros opinam diversamente por ser o de um sacerdote, a quem essa pobre gente, indifferente a questões politicas, julgava sagrado. Muitos dos companheiros de infortunio do infeliz extincto representam, instam que seja inhumado no sólo da mesma praia, não muito distante, embora sem nenhum apparato funebre. Então o mestre do hiate com essa altivez quasi selvagem do nauta habituado a luctar com a tormenta, assumindo resoluto a attitude decisiva que as circumstancias impunham sem mais hesitar um instante, resolveu o enterramento em Pititinga: aprôa á costa ahi, onde viera aportar, desprendem dos grilhões o emmagrecido cadaver, e sendo levado para terra foi inhumado a pequena distancia da praia, cujo local ficara assignalado á tradição dos singellos habitantes do povoado da mesma. Não esqueceu a familia de cumprir um dever que se impoz removendo da praia de Pititinga os restos mortaes do venerando sacerdote para logar sagrado, logo que foi possivel. Quando os animos serenaram e a politica assumiu phase diversa, o rev. Joaquim Manuel de Albuquerque Mello, seu filho legitimo (*como dissemos João Damasceno se ordenou depois de viuvo*), que durante estes tão lastimaveis acontecimentos se achava ausente, tendo conseguido ser vigario da Freguezia de Extremoz, da qual então fazia parte o povoado da referida praia, munido das necessarias licenças, foi com pessoas habilitadas e domiciliadas alli procurar os ossos do respeitavel extincto. No meio de grande e selecto acompanhamento conduziu-os á villa do mesmo nome da mencionada freguezia de Extremoz, em cuja egreja matriz sepultou-os com pomposos funeraes na capella-mór, logar condigno á categoria ecclesiastica do mesmo venerando finado. Após resignou essa freguezia, da qual sómente para aquelle fim buscara ser parocho. »

João Rebello de Siqueira Aragão—Era sargento-mór de milicias. Durante o governo republicano foi intendente da policia e commandante da fortaleza. Serviu com actividade e zelo. Preso em 23 de Dezembro de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818.

João Saraiva de Moura—Morador na Serra do Martins. Foi partidario do governo de Porto Alegre. Fugiu para o Ceará, onde foi preso em 7 de Janeiro de 1818. Pronunciado a 13 de Setembro do mesmo anno. Por aviso de 31 de Outubro de 1820 foi incluido no perdão de 6 de Fevereiro de 1818, sendo solto em 17 de Novembro daquelle anno (1820).

Joaquim José do Rego Barros—Coronel de milicias. Membro do governo republicano. Preso em 23 de Dezembro de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Justificou-se deste modo:

«No dia 26 de Março, recebi eu o commandante da tropa de linha Antonio Germano Cavalcanti, o provedor da Real Fazenda Manuel Ignacio Pereira do Lago, e o sargento-mór de infanteria de milicias João Rebello de Siqueira e Aragão, officios do coronel André de Albuquerque Maranhão, em que nos participava haver aprisionado o illmo. governador desta Capitania José Ignacio Borges no dia 25, no Engenho Belém, e levantado o estandarte da liberdade na Villa de S. José, e nos ordenava que no mesmo momento que os officios recebessemos nos dirigissemos ao dicto Engenho Belém. Eu ainda não capacitado inteiramente de haver feito semelhante attentado o dicto coronel André, pois que tinha a certeza delle estar com o seu regimento e mais corpos de ordenanças na Divisão do Sul desta Capitania, para defesa de nosso soberano, por mandado do mesmo illmo. sr. governador; e ao mesmo tempo antolhando ás poucas forças que havia nesta cidade e a falta de munições de guerra e bocca, e o não poder me reunir ao meu regimento rapidamente, como era preciso, por muito se dis-

tanciarem desta cidade os domicilios dos soldados e temer o indispensavel auxilio que Pernambucó e Parahiba haviam prestar ao dicto coronel para sujeitar esta Capitania ao oneroso jugo da phantastica liberdade, tomei o accórdão de ir ao dicto engenho com os mais acima mencionados, e lá tomarmos as nossas medidas.

Neste mesmo dia cheguei eu e o commandante da tropa de linha ás 11 horas da noite; e, passando por tres presidios, no ultimo que estava mais contiguo ao engenho fomos impedidos o progressarmos mais adeante, e logo foi um official inferior noticiar ao dicto coronel André a nossa chegada, o qual nos veio encontrar com as espadas nuas rodeado de varios officiaes e nos pondo aos peitos nos foi dizendo *viva a liberdade;* e o que sómente proferi foi nós somos de paz; e entrou a proclamar muitos festivos e alegres vivas á Patria, á Religião e á Liberdade. E conduziu-nos para a casa da residencia do dicto engenho, onde estivemos o restante da noite, rodeados de tropas e armas; e o pouco tempo que comnosco esteve foi sempre louvando a execranda acção que haviam feito os primazes da revolução em Pernambuco e que estava auxiliado de tropa de linha e cavallaria da Parahiba, e de mãos dadas com o governo provisorio de Pernambuco para o soccorrer em tudo que lhe fosse preciso, afim de que toda a Capitania assentisse ao partido da liberdade; e que no dia seguinte marchava para esta cidade, o que ouvimos com a maior tristeza e displicencia, sem lhe tomarmos palavra; e no dia subsequente de manhan, ás 10 horas do dia, dirigiu-se com todo o seu exercito para esta cidade, trazendo-nos á vista do capitão-mór da Cidade da Parahiba João de Albuquerque Maranhão, ao pé do mesmo exercito; e ao despedir perguntei a um filho do mesmo capitão-mór se tambem não acompanhava ao seu primo o coronel André, respondeu com a maior procacidade e ousadia, armado de um bacamarte, que ficava de guarda ao illmo. governador, porque no caso de acontecer alguma desordem no entrar o exercito na cidade lhe tirava a vida com aquelle bacamarte; isto, reflecti eu, é o deixar offerecido a ser victima immolada pelas mãos de um tyranno tão falto de religião e equidade se acaso acontece alguma novidade. E o que se passou com a chegada do provedor e sargento-mór ignoro, porque estes, por lhes enfraquecerem os cavallos, pernoitaram em caminho, no sitio Taborda, e quando chegaram a Belém foi no outro dia, e eu os vi quando estava já em ponto de marchar o exercito.

No dia 28 ás oito horas da manhan, entrou nesta cidade o dicto coronel André com todo o seu exercito, e em altas vozes proclamou vivas á Patria, á Religião e á Liberdade, com o maior desprazer dos povos habitantes desta cidade que a elle mesmo se fez reparavel, que o não duvidou publica-lo uma e muitas vezes; e passou ao Erario a tomar conta do dinheiro do Cofre Real, e na tarde do mesmo dia levantou no meio da praça uma bandeira branca intitulando-a da liberdade.

Authentico e bem notorio foi o lucto e tristeza que na physionomia dos seus rostos mostravam estes povos com esta nova diabetrice (?) tão detestavel. No dia 29, convidando todas as classes de homens, militares, republicanos, ecclesiasticos e Camara, fez uma relação das pessoas que haviam de entrar no Governo Provisorio, nomeando-se a si, ao capitão commandante da tropa de linha, Antonio Germano Cavalcanti, o capitão Antonio da Rocha Bezerra, o reverendissimo vigario Feliciano José Dornellas e a mim; e disse ao povo se approvava estes para o seu legitimo governo, o que todos unanimemente responderam que sim; e, recusando eu e o capitão commandante com forte instancia perante todo o povo o sermos membros do governo, nos ameaçou com as penas da lei por inconfidentes á patria; e obrigado da força acceitei o malvado governo; porém nunca figurei e influi mais que em assignar todos os papeis que elle me mandava assignar timido das continuadas ameaças que sempre nos fazia, e assim reduzidos todos a uma crise, a mais lamentavel, para mais infelicitar a nossa sorte, no dia 30, ás 8 da manhan, entrou nesta cidade o ajudante José Peregrino Xavier de Carvalho com tropa de linha, vinda da Cidade da Parahiba, trazendo armas granadeiras, polvora e balas, em soccorro da malvada liberdade. Vendo a minha melancholia e tristeza o meu mano rev. Antonio Caetano do Rego Barros pelas terriveis hostilidades que me cercavam impugnadás (?) por aquelle despota coronel, por bem divisar no meu semblante o intenso amor que recluso no peito consagrava ao meu amabilissimo soberano, me disse que me alegrasse que o povo não queria estar submettido a semelhante jugo, que só aspirava a chegada do bloqueio a Pernambuco para prender o dicto coronel André de Albuquerque e levantar o Estandarte Real.

Com estas e outras muitas esperanças com que tambem fui consolado por Antonio José de Sousa Caldas, fui soffrendo a falta de ouvir soar o nome real. Não parou aqui a violencia despotica deste coronel, qué no 1 de Abril me ordenou que eu havia de ir no dia tres á Villa de Extremoz, distante desta cidade 4 leguas, levantar o malvado estandarte da liberdade e dar vivas á Patria, levando-o armado ao entrar da villa, para o que levasse commigo o official inferior, e depois de correr a rua entoando muitos vivas o firmasse no logar mais publico, e que tomasse conta aos thesoireiros dos dinheiros das sizas, decimas, sellos e de ausentes, e que fizesse abolir a corôa real da frente da Casa da Camara; e repugnando eu fortemente a ser executor de semelhante ordem partiu commigo até o ponto de ameaçar-me o tirar a cabeça fóra; e ao poder de tão violenta força lhe disse que iria, porém que não tinha dinheiro para comprar a bandeira, ao que me respondeu com um ar severo *tão indigente estais?* eu respondi que sim; elle a mandou comprar e faze-la e me mandou trazer á minha casa; e no dia aprazado me dirigi á dicta villa levando a bandeira embrulhada e atada á garupa do meu pagem, e assim entrei na villa e marchei para a matriz, e, querendo o vigario ir commigo até á casa da Camara, lhe disse que não precisava; participei ao povo na porta da mesma matriz o fim para que fui mandado, e me encaminhei á Casa da Camara, sem ainda ninguem ter visto a dicta bandeira; e mandando vir os thesoireiros fiz contar os dinheiros que em suas mãos existiam por falta de cofres e fazer um termo no livro da Camara dos seus productos, no qual se assignaram todas as pessoas que assistiram a estas contas, e mandei entregar os dinheiros aos mesmos thesoireiros declarando isto mesmo no termo, e depois passei a

mandar desatar a bandeira da garupa do pagem e amarra-la em um pau ao pé do peloirinho, e não tendo levado corda a dicta bandeira mandei que se atasse com embiras e depois de levantada disse estas formaes palavras: "eu sou mandado levantar nesta villa este estandarte e dar vivas á Patria e á Religião, e, portanto, viva a Patria, a Religião e a Paz", nisto mostrando tanto constrangimento e repugnancia que se fez reparavel ao povo, valendo-me do termo *Paz* pela repugnancia que tinha em nomear liberdade; e a corôa da Casa da Camara a deixei intacta e retirei-me para a cidade; e, perguntando-me logo o coronel se tinha abolido a corôa, lhe disse que não por não ter achado um picão, do que não ficou elle satisfeito, por não executar tudo e por tudo como me tinha determinado.

Para prova do quanto eu abominava esta infernal liberdade offereço o pedir-me o dicto coronel André dinheiro para defesa della, e eu lhe não dar; a macilencia e tristeza em que vivia, de todos annunciando o ultimo de meus dias se a Providencia brevemente não nos soccorresse; nunca apartar de mim a insignia da Ordem de Christo, trazendo-a publicamente; mandar-me elle ordem para fazer tirar as corôas do meu amabilissimo soberano das barretinas do regimento do meu commando e eu determinar que as tirassem e as guardassem, e jámais ninguem ver-me com barretina para não apparecer sem as insignias reaes; e ouvindo soar uma apagada noticia de estar o bloqueio em Pernambuco e não arrebentar o projecto que me animava de o povo em massa se levantar para reintegrarmos os direitos do nosso soberano determinei retirar-me para o meu engenho e apromptar-me para fugir para o bloqueio com meu irmão acima dicto rev. Antonio Caetano do Rego Barros e meu filho, e levar commigo a bandeira do meu regimento, fazendo o embarque no Porto da Ponta Negra, no caso de se verificar a estada do bloqueio, e na falta seguir para a Capitania do Ceará Grande, que se achava sem corrupção; e, estando despedido de algumas pessoas da minha amizade para por em execução o meu plano no dia 26 de Abril, no dia 24 deram os povos as mãos e no dia 25 ás 9 horas da manhan nos restauramos; accrescendo mais para mostrar a minha fidelidade o pedir-me o dicto coronel André de Albuquerque a minha patente, offerecendo-me a de brigadeiro, lhe disse que a tinha perdido e a que elle me offerecia eu a não queria; e depois da restauração fiz levantar as corôas da Casa da Camara desta cidade, a do Erario e a da fonte d'agua de beber, que estavam abolidas, e com a maior satisfacção me empreguei no exercicio do meu posto, executando com a mais prompta exactidão todas as ordens que me foram dirigidas pelo governo interino, sem cuidar nos interesses particulares da minha casa; e dei para sustentação da tropa e do povo congregado tres unicos bois que tinha em pastos vizinhos a esta cidade e offereci todo o gado da fazenda Pedra do Navio, na ribeira do Potengi, no caso de haver precisão para sustentação da mesma gente.

Rego Barros occupou posteriormente algumas posições de evidencia politica.

José Francisco Vieira de Barroso — Era sargento-mór (*major*) do regimento de Porto Alegre e fez parte do governo alli installado. Preso a 17 de Junho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro do anno seguinte.

José Ignacio de Albuquerque Maranhão — Era tenente-coronel de um regimento de cavallaria miliciana. Residia no engenho Belém. Preso em Natal a 20 de Junho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818.

José Ignacio Marinho — Era capitão de milicias e morava em Goianninha. Depois da contra-revolução, fugiu em companhia do padre Montenegro, de quem era muito amigo. Ignora-se se chegou a ser preso. Foi pronunciado em 13 de Setembro de 1818 e citado por editaes.

José Manuel da Paixão — Tenente do regimento de cavallaria miliciana commandado por André de Albuquerque, ao qual era dedicadissimo. Preso a 29 de Junho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818.

Leandro Francisco de Bessa — Tenente-coronel do regimento de Porto Alegre. Foi um dos membros do governo acclamado naquella villa. Preso em 19 de Julho de 1817. Falleceu no hospital militar do Recife.

Luiz de Albuquerque Maranhão — Proprietario do engenho Belém, onde foi preso o governador José Ignacio Borges. Coronel do regimento de cavallaria de Natal e São José e agraciado com o habito de Christo. Preso a 21 de Maio de 1817 no Brejo de Bananeiras (Parahiba). Pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Mais tarde, foi membro de uma das juntas provisorias que governaram a Provincia.

Luiz Manuel de Albuquerque Maranhão — Filho do coronel Luiz de Albuquerque Maranhão, em cujo engenho (Belém) residia, sendo alferes do regimento commandado por seu pae. Preso em 22 de Maio de 1817 no Curimataháu e pronunciado a 13 de Setembro de 1818.

Luiz Pinheiro de Oliveira — Ajudante do regimento de cavallaria miliciana de Natal. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818, com o nome de Luiz Pinheiro Teixeira, que era realmente o seu. Preso logo depois.

Manuel Antonio Moreira — Sargento-mór do regimento de cavallaria miliciana de Natal. Foi quem commandou o regimento por occasião da entrada de André de Albuquerque na Capital. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818 e em seguida preso.

Manuel Ignacio Pereira do Lago — Provedor da Real Fazenda. Tenente-coronel de milicias. Apesar de ter prestado serviços na contra-revolução e de ter sido quem realizou o confisco dos bens dos implicados no movimento republicano, foi preso em fins de 1818, depois de pronunciado a 13 de Setembro, por ter ido ao engenho Belém, a chamado de André de Albuquerque, a 26 de Março, dia immediato ao da prisão do governador José Ignacio Borges. Falleceu no hospital militar da Bahia em 23 de Setembro de 1820.

Manuel Joaquim Palacio — Membro do governo de Porto Alegre. Preso em 19 de Julho de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Era portuguez e delle nos deixou um pessimo retrato o padre Dias Martins (*op.* cit.).

Manuel da Natividade Victor — Escrivão de Villa Flor. Preso em 10 de Maio de 1817 e pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Por aviso de 31 de Outubro de 1820, foi incluido no perdão de 6 de Fevereiro de 1818, sendo solto por mandado de 17 de Novembro daquelle anno (1820).

Pedro Leite da Silva — Capitão de milicias de Porto Alegre. Preso em 8 de Janeiro de 1818 e pronunciado a 13 de Setembro do mesmo anno.

Alguns dos pronunciados pela alçada de Pernambuco e que estão arrolados entre os implicados no movimento em outras capitanias, onde foram presos, têm os seus nomes ligados á rebellião norte-riograndense. São elles:

David Leopoldo Targini — Tomou parte saliente nos acontecimentos de Porto Alegre, vindo a fallecer em 1820 na Fortaleza do Barbalho (Bahia), onde se achava preso.

Padre Gonçalo Borges de Andrade — Natural e residente na Serra do Martins, contribuiu com grande ardor para os successos de Porto Alegre, sendo preso em 30 de Junho de 1817, no Ceará. Solto em 17 de Novembro de de 1820, na conformidade do aviso de 2 de Outubro do mesmo anno, que mandou incluil-lo no perdão de 6 de Fevereiro de 1818, voltou á sua terra e foi pouco depois eleito supplente de deputado ás Côrtes de Lisboa.

Lourenço Mendes de Andrada — Amigo e partidario de André de Albuquerque.

Padre Francisco Manuel de Barros — Companheiro do padre João Damasceno na sua viagem até Natal, onde se separou do mesmo, indo, como coadjutor do Aracati (esta nomeação foi apenas um pretexto para justificar a viagem), aguarda-lo naquella cidade, onde foi preso a 3 de Abril de 1817, logo que chegou. Foi solto por mandado de 18 de Dezembro de 1820.

José Peregrino Xavier de Carvalho — Foi o commandante da força enviada pelo governo da Parahiba. Preso em 18 de Maio, condemnado á morte em 19 e executado a 21 de Agosto, tudo do anno de 1817.

José de Sá Cavalcanti — Alferes de cavallaria miliciana do regimento de Porto Alegre. Preso a 6 de Julho de 1817, obteve mandado de soltura em 31 de Outubro de 1820.

Luiz José da Expectação — Era lavrador em Goianinha. Ha duvidas sobre se chegou ou não a ser preso. Foi pronunciado em 13 de Setembro de 1818.

Manuel Joaquim Ferreira — Morava em Goianninha. Como Luiz da Expectação, fugiu em companhia do padre Montenegro, ignorando-se egualmente se foi preso. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818.

Padre Manuel Gonçalves da Fonte — E' assim que está na pronuncia; mas parece que seu nome era Manuel Gonçalves Fontes. Vigario da freguezia de Pau dos Ferros, adheriu ao movimento revolucionario, sendo preso em 8 de Dezembro de 1817. Solto por mandado de 26 de Setembro de 1820.

José de Hollanda de Albuquerque Maranhão — Capitão do regimento de André de Albuquerque, de quem era primo. Preso em 1 de Junho de 1817, na Parahiba, e pronunciado a 13 de Junho de 1818.

José Antonio Saraiva — Pronunciado a 13 de Setembro de 1818. Parece que não foi preso.

José Vidal da Silva — Era de S. José de Mipibú. Pronunciado em 13 de Setembro de 1818. Occultou-se e não foi preso.

João de Albuquerque Maranhão — Era capitão-mór da Parahiba e tinha o habito de Christo. Preso em 12 de Setembro de 1817 e pronunciado a 13 do mesmo mez de 1818. Acompanhou as forças de André de Albuquerque até Natal e foi depois encarregado de acompanhar preso até o Recife o governador José Ignacio Borges, a quem, de ordem do governo provisorio, entregou o seguinte officio:

« Illm. sr. tenente-coronel José Ignacio Borges:

Vamos participar a v. s. que este Governo Provisorio tem deliberado que v. s. seja remettido para Pernambuco para que o Governo Provisorio daquella Capitania, a quem esta é sujeita, delibere o que for servido. O capitão-mór da Parahiba, patriota João de Albuquerque Maranhão, enviado do governo da mesma, é encarregado de acompanhar a v. s.

Não póde ser permittido a v. s. vir a esta cidade, mas póde eleger pessoa que venha arranjar a partida da illustrissima sra. d. Clara. Não sendo do animo de alguns individuos deste governo senão obsequiar a v. s. e, estando ancoirado neste porto um barco que ha de velejar para Pernambuco, determinou o mesmo governo ao mestre houvesse de parar aqui até que v. s. desse as convenientes ordens para o embarque do seu facto. Deus guarde a v. s. por muitos annos. Casa do Governo Provisorio do Rio Grande do Norte, 29 de Março de 1817. — *André de Albuquerque Maranhão.— Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque.— Antonio da Rocha Bezerra. — Joaquim José do Rego Barros. — Feliciano José Dornellas.* »

Foram incluidos no perdão a que se refere o decreto régio de 6 de Fevereiro de 1818:

Bento Freire de Roveredo, Francisco Gomes, Francisco Guedes, Francisco de Sousa e Oliveira, Guilherme dos Santos Sazes (*o secretario do governo*), padre Joaquim José de Sant'Anna, José Caetano da Costa e Manuel de Mello Montenegro.

Foram ainda presos e remettidos para o Recife, sendo soltos por ordem da commissão militar, que não lhes encontrou nenhuma culpa, Antonio Joaquim e Ricardo Wiltshire.

Durante quatro annos, os réos pronunciados permaneceram nos carceres da Bahia. Só em 1821, após o estabelecimento da junta governativa alli organizada em consequencia da revolução portugueza do anno anterior, foi que a Relação, por ordem daquella junta, tomou conhecimento do processo, annullando-o por graves irregularidades, fazendo expedir mandados de soltura aos presos e permittindo que regressassem aos seus lares.

Encerrou-se assim o episodio revolucionario de 1817, cuja figura maxima foi André de Albuquerque, que encarnou a republica nos dias de triumpho e, aureolado pelo martyrio, com ella succumbiu na hora do desastre. Delle se não registam lances de heroismo e de intensidade dramatica; mas, tão certo é que a violencia não convence e que as idéas não morrem, que foi justamente em seguida ao seu esmagamento que se começaram a definir na Capitania as correntes politicas que mais tarde, depois da Independencia, teriam de perturbar por tanto tempo a vida da Provincia.

VI

Acontecimentos que precederam e se seguiram á Independencia — Juntas governativas — Confederação do Equador — Posse e governo do primeiro Presidente

Os processos adoptados pelos Portuguezes na colonização e governo do Brasil nunca foram os mais proprios

para ligar a Metropole e a colonia por uma larga corrente de sympathias e solidariedade. Os governadores e capitães-móres, em vez de procurarem attenuar e desvanecer habilmente as prevenções existentes desde a epocha da conquista, eram, em geral, homens voluntariosos e intolerantes que se impunham mais pela violencia e pelo arbitrio do que pela docilidade e brandura de normas de moderação e de justiça; e a união necessaria e proveitosa que se devia estabelecer entre os dois povos se enfraquecia e annullava ante as injustas e desarrazoadas preferencias dadas aos Europeus.

Fixando-se ao sólo e desbravando-o, os Brasileiros não passavam de instrumentos dos dominadores, que, com o monopolio do commercio, exerciam as maiores extorsões depauperando gananciosamente as populações ruraes.

A victima e o explorador, a quem jámais faltava o auxilio poderoso dos governantes, não se podiam harmonizar; e dahi as rivalidades que, não raro, degeneraram em luctas sanguinolentas, como succedeu em Pernambuco e em Minas, nas dissenções que passaram á historia sob a denominação de guerras dos mascates e emboabas.

Os abusos das auctoridades e as depredações dos colonizadores cavaram fundo os dissentimentos; e, chegado o dia das reivindicações, a Independencia — sonho e anhelo dos patriotas — viria, fatalmente, num movimento triumphante.

Napoleão, dominando a França e avassallando a Europa com o fulgor da sua gloria, obrigaria d. João VI a emigrar para o Brasil, em busca da salvação da sua Corôa e da sua dynastia; e desse facto iria decorrer o declinio do poderio da Metropole. Mais do que isto: elle seria o ponto de partida para nossa emancipação politica, cujas primeiras tentativas foram, com mão de ferro, afogadas em sangue.

Forçado pelas necessidades creadas pela transferencia da séde do governo para o Rio de Janeiro, o rei entraria no caminho das concessões, que — representando conquistas feitas ao poder — seriam um incentivo ao patriotismo dos Brasileiros.

Ainda em viagem, o monarcha portuguez decretava, *interina e provisoriamente*, a abertura de nossos portos ao commercio das nações amigas (28 de Janeiro de 1808); e esse acto, embora resultante de exigencias inglezas (Eunapio Deiró, *Annaes*, n. 56, anno II), foi "o primeiro arrebol do luzir da liberdade", porque a elle se seguiram outros, de importancia capital para o Brasil. D. João VI, que viera crear em nosso territorio um novo imperio (*manifesto dirigido a Europa em 1 de Maio de 1808*), seria o maior propulsor da Independencia: a colonia, elevada á dignidade e preeminencia de Reino (*carta régia de 16 de Dezembro de 1815*), não se conformaria mais com a subordinação humilhante ao governo de além-mar. A semente, lançada em terreno fertil, havia de brotar, regada com amor e carinho pelos Brasileiros. Logicamente, não podiamos deixar de chegar á constituição definitiva de uma nacionalidade livre.

A ausencia prolongada da Côrte accentuara a decadencia de Portugal, onde a prepotencia de uma regencia incapaz — sem fallar no brazeiro das revoluções que se alastrava por toda a Europa desde os fins do seculo XVIII — fizera generalizar a aspiração por outro regime mais compativel com a liberdade civil e politica do povo. O movimento revolucionario do Porto, em 24 de Agosto de 1820, foi, pois, ao mesmo tempo, uma explosão de descontentamento e um anceio por novas fórmulas constitucionaes, como se verifica do *Manifesto* então dirigido ao paiz, no qual, descripta a situação lamentavel do Reino pela mudança da séde do governo supremo da Monarchia, pela emigração espantosa de gente e capitaes para o Brasil, pela administração arbitraria e violenta da Regencia nomeada pelo soberano, pelo dominio e influencia de extrangeiros e pela perda do commercio, passado para as mãos de nações e povos extranhos, se exige que seja decretada uma constituição que sustente, em perfeito equilibrio e na mais concertada harmonia, os direitos do soberano e dos subditos. (Pereira da Silva — *Historia da Fundação do Imperio.*)

A victoria da revolução trouxe uma grave perturbação politica para a velha Metropole; e, no esforço empregado para implantar na consciencia da nação reformas e praticas differentes de administração, abalado ficaria o regime em que crescera e se educara; o rei d. João VI teve que apressar sua volta para Portugal, e esse retorno ia ser a causa occasional da Independencia. O Brasil não se submetteria mais ao antigo jugo; e da lucta entre os que pretendiam reduzi-lo á servidão de outr'ora e os que nelle representavam o querer e o sentir dos nacionaes, nas suas tendencias para a liberdade, resultaria, mais cedo talvez do que era de suppôr, a emancipação completa da colonia, prevista pelo proprio d. João VI, quando, ao despedir-se de seu filho, que ficaria como regente do Reino, lhe recommendava que, antes de qualquer aventureiro, pozesse sobre sua cabeça a corôa do novo Imperio.

O inicio do governo de d. Pedro foi cheio de embaraços e difficuldades de toda ordem, sendo incontestavel que os seus primeiros actos, revelando atilamento e previsão, em muito contribuiram para dar-lhe a popularidade e o prestigio que tão notaveis se vieram a tornar ante a politica imprudente e perigosa das Côrtes Portuguezas. Com a preoccupação de enfraquecer o Brasil pelo fraccionamento de sua administração, estas tinham por objectivo subordinar directamente a Portugal os governos das diversas capitanias, o que, importando num acintoso desrespeito á auctoridade do principe, feriu o seu amor proprio de herdeiro da Corôa e, consequentemente, de interessado na conservação dos dominios que lhe pertenciam nesta parte do continente americano.

Os desejos de d. Pedro não eram, por certo, fazer a Independencia do Brasil. A ella chegou arrastado pelas contingencias do momento, que o obrigaram a identificar-se com os que disputavam o seu apoio, mais como garantia na hypothese de um desastre, do que como penhor de uma victoria que á maioria se afigurava infallivel. Foram, portanto, os acontecimentos que fizeram delle o libertador do povo que tinha de governar um dia.

As capitanias, elevadas a provincias, na conformidade do systema hispanhol adoptado pelo governo provisional de Portugal, afim de procederem á eleição de deputados ás Côrtes de Lisboa, haviam sido entregues a juntas provisorias, que, principalmente no Norte, desconheciam, quasi por completo, a auctoridade de d. Pedro e iam restringindo sensivelmente os poderes de que se achava investido.

Em relação ás tropas, a sua influencia não era maior. Prova-o o procedimento da divisão portugueza do Rio de Janeiro, Jorge Avilez, seu commandante — para obriga-lo a jurar as bases da Constituição Portugueza antes de ser recebida de Lisboa a noticia official — fez, com exito, á

frente de numerosas forças, uma manifestação armada, impondo ao regente, na mesma occasião, a demissão do conde dos Arcos e a eleição de uma junta que, com elle, governasse o Rio de Janeiro.

Para qualquer governo, mesmo que se não tratasse de d. Pedro, que tinha a "insoffrida paixão do poder", a demonstração militar ao mando de Avilez era deprimente e aggressiva. D. Pedro não occultou a sua magoa e lançou-se abertamente nos braços do partido brasileiro.

Após estes factos, os successos se precipitaram. A lei de 24 de Abril, declarando todos os governos provinciaes independentes do Rio de Janeiro, a approvação da desobediencia da junta da Bahia, a suppressão dos tribunaes do Rio e outros actos de manifesta reacção por parte das Côrtes foram levando a exaltação a todos os animos; e o decreto que ordenava ao principe que fosse viajar na Europa "afim de aprimorar a sua educação em França, Inglaterra e Hispanha", só recebendo leis de Lisboa, fez transbordar, em impeto irreprimivel, o descontentamento que já então era geral.

D. Pedro não teve mais hesitações e resolveu *ficar* no Brasil. O dia do *fico* é o do rompimento deste com a Metropole. O movimento separatista está iniciado. Encaminha-lo e dirigi-lo até final triumpho é o que falta. Começa a obra dos homens de Estado, sobrepondo-se á acção dos agitadores, para que — afastados ou attenuados os perigos da lucta armada — se consiga a Independencia, sem embaraços e sem anarchia. A situação é delicada e milindrosa: aconselha calma e prudencia. Contemporizar não é, em taes casos, transigir: é assegurar a victoria definitiva sem receio de aventuras e a salvo de surpresas.

Os actos que se seguem ao *fico* não contêm a declaração expressa de que o Brasil está separado de Portugal.

Revelam, entretanto, da parte dos responsaveis pelo movimento a vontade firme e inabalavel de manter, sem recúo, as conquistas feitas e de ganhar a pouco a pouco o terreno ainda occupado pelos partidarios do regime recolonizador. E, se não, vejamos:

A 10 de Janeiro — dia immediato áquelle em que o principe se resolve a permanecer no Rio de Janeiro — os soldados da Divisão Auxiliadora portugueza promovem disturbios no intuito de suffocar as manifestações de alegria pelos successos da vespera. Jorge Avilez prepara um levantamento para esmagar o partido dos brasileiros, tomando posição no Morro do Castello e ameaçando romper as hostilidades. A reacção não se fez esperar. Organiza-se a resistencia, á frente da qual está d. Pedro. Avilez capitula, retira-se para a Praia Grande e, a 15 de Fevereiro, embarca com sua divisão para Lisboa.

D. Pedro demitte o Ministerio e nomeia outro, para o qual, occupando a pasta de Extrangeiros, entra José Bonifacio.

Em 16 de Fevereiro, é convocado o Conselho dos Procuradores Geraes de Provincias; em 21, apparece o decreto ordenando que lei alguma das Côrtes de Lisboa fosse obedecida sem o *cumpra-se* do principe regente; em 17 de Março, uma circular prohibe o desembarque de tropas portuguezas no Brasil.

Ao aviso em que, a 7 de Março, o Governo Portuguez recommenda aos seus agentes no extrangeiro que se opponham á remessa de armas e petrechos bellicos para o Brasil, responde José Bonifacio, em 22 de Junho, com outro em que communica aos agentes consulares extrangeiros que o Governo do Rio de Janeiro dispensa despachos de auctoridades portuguezas para objectos de guerra e marinha, e que esses artigos serão recebidos nas alfandegas sem as formalidades fiscaes até então exigidas.

Em 3 de Junho é convocada uma Assembléa Constituinte. Em 1 de Agosto são declaradas inimigas e tratadas como taes as tropas que, de qualquer paiz, forem enviadas para o Brasil, sem conhecimento previo do Regente. Em 6 de Agosto, é dirigido um manifesto ás nações amigas, convidando-as a nomearem agentes consulares e diplomaticos e a receberem os que forem acreditados pelo principe.

Eis ahi differentes actos, — inilludiveis e significativos, — dos quaes transparece a orientação segura a que estão obedecendo os acontecimentos.

O 7 de Setembro é, portanto, um complemento do 9 de Janeiro: a declaração da Independencia é o corollario natural do *fico*. A rebeldia ás determinações das Côrtes representa, na realidade, a separação da colonia. O brado do Ipiranga é apenas a comprovação de um facto, a affirmação, deante das outras nacionalidades, de que a obra de nossa emancipação, — ha muito feita no espirito e no coração dos Brasileiros, — está concluida.

Para que possamos dizer como ella repercutiu e se consolidou no Rio Grande do Norte, é necessario voltar um pouco atraz.

Reassumindo o governo após a contra revolução de 1817, José Ignacio Borges não tomou pessoalmente a iniciativa de quaesquer actos de perseguição e de vingança. Limitou-se a cumprir as ordens que recebia e isto mesmo suavizando quanto possivel a acção de sua auctoridade. Fez-se, — e não era licito impedir, — a prisão de muitos e o confisco dos bens de alguns dos rebeldes; mas nenhum soffreu a pena de morte em que diversos estavam incursos pelo crime de lesa magestade, devendo-se esse resultado, em grande parte, á demora na remessa dos presos para o Recife e ás informações officiaes que prestou, das quaes se infere o esforço e o vivo desejo de innocentar grande numero dos implicados na rebellião, fazendo recáhir sobre André de Albuquerque, que já não existia, a principal responsabilidade della. E nesse procedimento concorreu, de modo decisivo, para que a calma e a ordem voltassem, dentro em pouco, á Capitania. Esta, no ponto de vista politico, estava, de facto, liberta da subordinação a Pernambuco, desde que alli irrompera a revolução republicana, e no judicial fôra separada da Parahiba, para constituir comarca á parte pelo alvará régio de 18 de Março de 1818.

O seu commercio augmentava lentamente, continuando a florescer as industrias de creação, sal e peixe secco. O mesmo não succedia com a producção agricóla, ainda restricta ás necessidades do consumo interno. A situação financeira era precaria. A população, já superior a 50.000 almas, estava disseminada pelos campos e pelas freguezias e villas do interior, não passando a da Capital, segundo Tolenare (*Notas Dominicaes*), de 700 habitantes. Na cidade não havia senão quatro edificios *que se podiam dizer nobres por serem construidos de sobrado.* (Pizarro, *op.* cit.) A força de primeira linha se compunha de 300 praças, sob o commando de um sargento-mór (*major*); e a de segunda linha: de um regimento de infanteria miliciana, organizado com gente branca; outro, de gente parda; uma companhia de pretos, que denominavam *Henriques*; um regimento de cavallaria, tambem miliciana, chamado

do Sul, nos districtos de Villa Flor e Arez; outro, da mesma arma, chamado do Norte, e comprehendendo os districtos da cidade, S. José de Mipibú e Extremoz; outro, do Assú; outro mais, do Caicó; e, finalmente, um regimento de *ordenanças montadas* de Porto Alegre.

Havia ainda cinco capitanias-móres de villas e freguezias, divididas em districtos, tendo cada um destes um regente ou commandante militar, nomeado pelo governador, que os escolhia dentre os officiaes milicianos e, na falta destes, dentre pessoas de sua confiança. As villas e freguezias existentes eram as mesmas do fim do seculo XVIII.

Foi ainda nessa segunda phase do governo de José Ignacio Borges, que começaram a se manifestar as primeiras divergencias entre os partidarios da Independencia e os adeptos da politica recolonizadora de Portugal, divergencias que alimentadas pelos odios das facções, produziram, por mais de uma vez, estereis agitações e lamentavel anarchia.

A revolução iniciada no Porto, vencedora em Portugal, e ramificada por varios pontos do Brasil, levou d. João VI, sob a pressão dos acontecimentos, a aceitar préviamente a constituição que as Côrtes iam fazer, expedindo o decreto de 24 de Fevereiro de 1821, na conformidade do qual a mesma constituição foi jurada em todas as provincias. No Rio Grande do Norte, esse juramento effectuou-se perante a Camara, em vereação extraordinaria de 24 de Maio, com a presença do governador, do ouvidor, officiaes da primeira e segunda linha e das ordenanças, clero, nobreza e povo, diz o respectivo termo, que está assignado por 107 pessoas, todas as quaes, pondo a mão direita sobre um missal, apresentado pelo parocho da freguezia, padre Franscisco Antonio Lumache de Mello, proferiram, cada uma por sua vez, as seguintes palavras:

> « Juro veneração e respeito á nossa Santa Religião, obediencia a el-rei nosso senhor, manter, guardar e conservar a Constituição da Monarchia, tal qual se fizer em Portugal pelas Côrtes. »

Posteriormente, em 29 de Agosto, foram juradas, com a maior solennidade, e em cumprimento do decreto de 8 de Junho, as bases da Constituição organizadas pelas referidas Côrtes e mandadas observar pelo seu decreto de 9 de Março do mesmo anno de 1821 (todos os factos de que nos temos occupado e nos occuparemos nesta parte estão comprovados por documentos publicados na *Revista do Instituto Historico* e *Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. v, em annexo ao nosso trabalho *Algumas notas sobre a historia politica do Rio Grande do Norte*).

Por esse tempo, José Ignacio Borges, depois senador por Pernambuco (1826 a 1838) e ministro de Estado duas vezes (1831 e 1836), já era franco partidario da causa da Independencia, tendo mesmo se incompatibilizado com os recolonizadores, cujo guia e inspirador era o dr. Mariano José de Britto Lima, ouvidor da comarca, que encontrara no exercicio de seu cargo vasto campo para abusos e prevaricações. A sua acção no governo tendia então para um congraçamento geral entre todos os homens de valor e boa vontade, preparando a Provincia para a remodelação politica a que o Brasil vinha sendo arrastado; e a sinceridade com que procedia ficou demonstrada pelo interesse que tomou na eleição da junta que o substituiu, junta composta, em sua maioria, de velhos e bons patriotas, que, nos carceres da Bahia, haviam soffrido innumeros tormentos pela sua co-participação no mallogrado movimento de 1817.

E' de 9 de Novembro de 1821 o edital que expediu fazendo publico que, para entrar no goso de licença que lhe concedera o principe regente para ir á Côrte, deliberara entregar a administração a uma junta constitucional, eleita pela fórma indicada no decreto que a 1 de Setembro daquelle anno fôra remettido para Pernambuco. A eleição realizou-se no dia 3 de Dezembro, sob a presidencia da Camara de Natal, tendo comparecido 43 eleitores de parochia e sendo eleitos:

Para Presidente: coronel Joaquim José do Rego Barros;
Para Secretario: Manuel de Mello Montenegro Pessoa;
Para Membros da Junta: padre Francisco Antonio Lumache de Mello, coronel Luiz de Albuquerque Maranhão, capitão Antonio da Rocha Bezerra, sargento-mór Manuel Antonio Moreira e capitão Manuel de Medeiros Rocha.

A essa junta passou José Ignacio Borges o governo da Provincia, que já era presa de odios e rivalidades geradas pela lucta em que se havia empenhado com o ouvidor, a quem, munido de provas esmagadoras, procuraria comprometter perante as auctoridades superiores do Rio de Janeiro. Essa lucta tinha chegado a tal ponto, que a incompatibilidade entre o governador e o ouvidor se accentuara de modo violento até mesmo em documentos officiaes. E' assim que tendo o juiz ordinario da Villa de Arez, Pedro Barbosa Correia — exorbitando aliás de suas attribuições, porque ás camaras e não aos juizes ordinarios cabia a presidencia das juntas de parochias — officiado sobre irregularidades, a seu ver, existentes na escolha dos eleitores de Goianinha ao ouvidor Mariano José de Britto Lima, este, em vez de corrigir, como era de seu dever, o mesmo juiz pelas expressões desrespeitosas de que tinha usado em relação ao governador, apressou-se em remetter-lhe o referido officio, no intuito de molesta-lo.

José Ignacio Borges, na resposta que deu a Mariano José de Britto Lima, deixa entrever claramente o desaccôrdo que entre elles reinava. Lê-se nessa resposta (é de 8 de Novembro de 1821):

> «... *não posso desculpar-lhe o passo que v. mcê. deu em me transmittir o tal officio, não obstante a experiencia que tenho das suas repetidas incurias, porque no presente caso seria necessario admittir a hypothese de que v. mcê. não leu as instrucções, apesar de eu lh'as ter enviado desde 16 de Junho proximo passado, cuja hypothese não sendo admissivel por mais de um principio sou obrigado a crer que v. mcê. o fez por malicia, persuadido de que vinha mortificar-me com as expressões grosseiras, injustas e falhas de respeito com que se explica o tal juiz quando falla da minha pessoa, estylo que elle tem de certo aprendido do seu actual corregedor, que, não servindo para juiz de fóra de Angola, serviu para crear a Comarca do Rio Grande do Norte. Mas posso assegurar-lhe que por esta vez não conseguiu o seu proposito, porque tenho sobeja magnanimidade para desprezar inepcias...* »

Ha, como se vê, nas palavras transcriptas, um verdadeiro desabafo, improprio de todas as normas officiaes. Não é, porém, de admirar que isto se désse, porque José Ignacio Borges se achava em condições especialissimas desde que foram conhecidas as suas sympathias pela causa da Independencia.

Os seus inimigos não escolhiam meios para combate-lo. E o proprio juiz ordinario de Arez, alliado do ouvidor, que era o chefe do partido reaccionario, revela o profundo desgosto com que os correligionarios deste o viam á frente do governo, insinuando no citado officio que elle estava lançando mão do suborno para ser eleito presidente da junta e accrescentando que, a se dar esse facto, *a Capitania continuaria a ser desgraçada, como tinha sido em todo o tempo de seu governo.*

Não é exacto o que ahi se affirma: José Ignacio não procurou subornar ninguem e não teve o pensamento de permanecer no cargo que occupava. Influiu, sim, com o prestigio de que dispunha para que a junta se compuzesse, não de Portuguezes ou pessoas sabidamente partidarias da recolonização, mas de homens insuspeitos pelos seus sentimentos liberaes e dos quaes se tinha approximado, apesar dos successos de 1817, por affinidade de ordem politica.

José Ignacio Borges deixou a administração no dia 3 de Dezembro de 1821, dia em que foi eleita e empossada a junta, que governou pouco mais de dois mezes. A acção administrativa dessa junta foi nulla. Della só conhecemos dois actos que indicam a preoccupação do bem collectivo: um, em que recommenda aos parochos que, por occasião das missas conventuaes, solicitem dos cidadãos, que estiverem no caso de apresenta-los, quaesquer memoriaes sobre o que for de conveniencia publica, afim de serem remettidos ás Côrtes; outro — medida vexatoria — mandando que os commandantes geraes obriguem o povo a plantar pau brasil e legumes, marcando para cada pessoa o minimo de 1.000 covas.

Politicamente, teve vida agitadissima. As divergencias entre José Ignacio Borges e o ouvidor tinham contribuido para que fosse recebida com prevenções e mal disfarçadas desconfianças; e, menos de um mez depois de installada, a reacção contra ella se evidenciava por actos e factos.

Essa reacção, provocada pelo partido do ouvidor, obteve o apoio da força armada e, a 7 de Fevereiro de 1822, o batalhão de linha, sob o commando de Antonio Germano Cavalcanti, obrigava o Senado da Camara a eleger, ante a ameaça de sua intervenção, um governo inteiramente dedicado aos elementos que lhe eram contrarios. O pretexto para essa solução revolucionaria era não ter sido a junta eleita de accôrdo com as disposições do decreto expedido pelas Côrtes Constituintes em 29 de Setembro de 1821, e sim conforme ao de 1 do mesmo mez e anno, expedido especialmente para Pernambuco. A eleição se verificara, de facto, em observancia a esse ultimo decreto por não ser ainda conhecido o primeiro; mas o modo de ser effectuada era absolutamente o mesmo.

A differença unica consistia no numero de membros das juntas: nas capitanias geraes seriam compostas de sete membros e nas subalternas de cinco.

Tendo recebido um officio em que se determinava que aos membros do governo mandasse pagar o importe de um quartel do seu ordenado, principiado a 1 de Janeiro até o ultimo de Março, e mais 29 dias do mez de Dezembro, visto ter elle tomado posse a 3 do mesmo mez, a Junta da Fazenda impugnou o pagamento por serem sete e não cinco os cidadãos que compunham o governo. Este, attendendo ao que expendera a Junta da Fazenda, respondeu que, em execução ao decreto das Côrtes, estava reduzido a cinco membros, e, para chegar a esse resultado, excluiu de seu seio os dois menos votados: Manuel Antonio Moreira e Manuel de Medeiros Rocha. Essa resolução, tomada em 25 de Janeiro de 1822, devia conciliar as opiniões a respeito da legitimidade do governo, pelo menos até que o poder competente decidisse o caso.

Assim, porém, não succedeu. O Senado da Camara, que indicara, em officio de 12 de Dezembro do anno anterior, a solução adoptada como capaz de afastar qualquer duvida que, porventura, surgisse mais tarde, modificara o seu parecer e ia tornar-se o centro da agitação contra a illegitimidade da junta, que, arrastada pelas suas inclinações e propendendo para a separação do Brasil de Portugal, não podia agradar ao Partido Portuguez, que tinha no desabusado ouvidor Mariano José de Britto Lima o mais graduado de seus representantes. Dahi o rompimento e a lucta.

O Thesoiro estava exhausto e os adversarios do governo tinham na miseria do funccionalismo, que de muito não recebia os seus vencimentos, a melhor arma contra elle, que para remediar a situação embaraçosa, determinou ao ouvidor "que não fizesse remessa nem désse destino ao dinheiro que se achava recolhido no cofre do juizo dos ausentes, captivos e residuos, sob pena de suspensão de seu cargo", ao mesmo tempo que ordenava ao escrivão da Fazenda que fornecesse uma nota clara e precisa, da qual constasse, além dos recursos existentes no cofre geral, a relação da receita com que poderia contar e das despesas que teriam de ser feitas durante o anno. Assim procedendo, era seu intuito auctorizar, pelo menos e desde logo, o pagamento da tropa, cuja attitude já ultrapassava os limites da disciplina e cujos excessos eram de natureza tal, que causavam inquietações e receios. As suas providencias foram, porém, improficuas e tardias; e a prisão do ouvidor e do capitão Joaquim Torquato Raposo da Camara, effectuada a 4 de Fevereiro, assignalou o inicio do movimento que, a 7, acarretaria como consequencia a deposição da junta, cuja auctoridade desapparecera desde a vespera.

Eis como se passaram os factos: No dia 4, diversos cidadãos dirigiram uma representação ao presidente da Camara, requerendo que fizesse reunir na capital os eleitores das parochias para elegerem os cidadãos que deviam formar a Junta do Governo, uma vez que era nulla a existente, por ter sido eleita de accôrdo com um decreto expedido especialmente para Pernambuco e terem sido lançados fóra do seu seio dois dos sete membros eleitos, sob o pretexto de menos votados.

Não tendo essa representação produzido o desejado effeito, devido á energia e promptidão com que agiu o governo, os seus signatarios dirigiram outra ao commandante do batalhão de linha, na qual diziam:

> « Os abaixo-assignados, não se podendo já conter na moderação com que até o presente têm constantemente soffrido os innumeraveis despotismos que a cada passo se acha a praticar o governo actual, conhecendo ao mesmo tempo a illegitimidade com que elle existia contra a positiva opposição do muito respeitavel decreto do Soberano Congresso, de 29 de Setembro do anno findo, premeditaram requerer a sua observancia por meio de uma representação que se propunha dirigir ao desembargador ouvidor geral desta comarca para convocar os eleitores de parochia, os quaes, congregados nesta capital, deveriam dar a verdadeira execução ao referido decreto, procedendo á eleição do governo na conformidade delle. Este tão acertado procedimento chegou a ser divulgado para aquelle governo, o qual tra-

mando as mais extranhas medidas que a sua má politica podia inventar, e mandando immediatamente prender ao dicto ouvidor, lhe fez cercar a casa, invadindo o interior della, donde o mandaram conduzir para uma prisão infecta na Fortaleza da Barra desta Provincia, incommunicavel até de sua familia, tendo-lhe feito invadir e devassar o seu gabinete, tão sagrado pelo cargo que occupa, medida esta conhecidamente para atemorizar os cidadãos que procuravam a observancia da lei, e nunca porque fosse réo de crime aquelle ouvidor, achando-se já a este tempo preso um dos primeiros assignantes, o capitão de cavallaria miliciana Joaquim Torquato Soares da Camara; e, a não haver um procedente remedio, virá aquelle governo a succumbir tudo ao despotismo de que recentemente nos julgamos salvos, como o tem feito, excluindo muito particularmente a seu arbitrio dois dos membros do mesmo governo, que se compunha então de sete; prendendo, como mandaram prender, ao capitão Antonio Muniz da Silva, morador na Povoação de Goianninha, desta Provincia, sem culpa formada, e confiscando-o não só as 24 horas marcadas nas Bases da Constituição, mas muito além de 48, depois do que o remetteram ao juiz competente, que, procedendo a uma extemporanea devassa por elle mandada tirar, chegou a ser solto ao cabo de oito dias, por não sahir culpado; e como o fizeram com um sujeito da Villa de S. José, que o conservaram de sua ordem preso por mais de oito dias, sem culpa formada, findos os quaes o mandaram soltar, e outros muitos mais cidadãos que aqui se não referem por não caber no tempo, porém se farão vir por documento authentico; suspendendo com a maior illegalidade ao contador deputado legitimamente para a Contadoria da Junta da Fazenda Publica desta Provincia, e finalmente suspendendo ao escrivão da ouvidoria e comarca, constrangendo-o a sahir quanto antes desta Provincia e mandando-o substituir por José Ferreira Carrilho, que ha pouco foi excluido do officio de escrivão da Villa de Extremoz por anti-constitucional, de que deu e dá a cada passo sobejas provas, só por ser sobrinho do presidente do Governo. Vendo, pois, nós a falta de segurança pessoal, assaz recommendada nas Bases da Constituição, não nos resta já mais por outro auxilio que a sábia e prudente protecção de v. s., como commandante da força armada, de quem presentemente depende a nossa tranquillidade. A v. s. recorremos para que faça garantir nossos direitos tão calcados, em restricta observancia ao supra mencionado decreto, pelos meios que a v. s. parecer mais adequados, que serão sem duvida os de fazer installar um governo temporario que nos regerá até a futura conclusão do legitimo pelos eleitores de parochia na fórma determinada na lei. »

Está aqui traçado o plano a que obedeciam o ouvidor e os seus partidarios. A principio, pretendiam que aquelle, sob o fundamento de estar irregularmente constituida a junta, convocasse os eleitores de parochia para uma nova eleição; e, como o não conseguissem, mudaram de tactica, solicitando desde logo o apoio da força armada para a organização immediata de um governo temporario.

O batalhão de linha deu o seu assentimento ao plano subversivo dos sediciosos e a substituição do governo operou-se ante a ameaça de sua intervenção violenta. Di-lo a propria Camara no termo de vereação extraordinaria *realizada para satisfazer a requisição dos povos*, termo em que, após a affirmação de que o batalhão se achava postado na praça, se consignou que os membros da referida Camara e o povo declaravam *espontaneamente* que a tropa havia concorrido para a *acção heroica* como pacificadora, *afim de sustentar a causa constitucional e os direitos da nação*.

Não é tudo: na mesma occasião, a Camara se dirigiu á junta deposta, dizendo textualmente:

« Este Senado se viu atacado pelos povos desta cidade, requerendo-lhe um governo temporario para esta Provincia, emquanto se ajuntavam os eleitores de parochia para se installar um governo legitimo na fórma que determina o decreto de 29 de Setembro de 1821, e vendo este Senado unido aos mesmos povos o batalhão de primeira linha, e, *apertado na praça desta cidade com o parque delle*, requerendo que para socego dos povos fosse installado o dicto governo, tomou a resolução de cumprir o requerido. . . »

E ao commandante do batalhão agradeceu os seus e os *louvaveis comportamentos* da officialidade.

Sem força para resistir, a junta passou a administração ao *governo temporario*, que foi constituido no dia 7 de Fevereiro e ficou assim composto:

Presidente: Francisco Xavier Garcia; *secretario*: Mathias Barbosa de Sá; *membros*: Francisco Xavier de Sousa Junior, Ignacio Nunes Correia Thomaz e Pedro Paulo Vieira.

Destes tomaram posse no mesmo dia Francisco Xavier Garcia e Ignacio Nunes Correia Thomaz. Os demais só o fizeram mais tarde.

No dia 8, o Senado communicou a todas as Camaras da Provincia a installação deste governo, marcando para 18 de Março a eleição do que o devia substituir.

Vale a pena conhecer a resposta que a Camara da Villa da Princeza (Assú) deu a essa communicação (23 de Fevereiro):

« Fomos entregues do officio que vv. ss. em data 8 deste mez nos dirigiram, participando-nos com termos enfaticos o succedido nessa capital no dia 7 do mesmo mez, o que já sabiamos por seguidas noticias, e não faremos ver a vv. ss. o que realmente aconteceu e como foi tecido esse ardil e por quem, porque não tentamos indagar nem disputar com argumentos os perversos pretextos de que se valeram homens facciosos por genio e por interesses particulares, e que sempre estão promptos a fomentar sedições e pôr em effeito muitas valendo-se para isso das palavras bem publico e direito do cidadão; e fazendo apparecer uma pequena porção de individuos de seu lote e força armada assentaram logo que estão auctorizados para fazer e commetter os mais horriveis attentados, bem como esse que aconteceu ahi na manhan do dia 7 deste.

Nós estamos mais que persuadidos que vv. ss. nos fazem ver o contrario do que sentem, pois que foram reunidos á casa do Conselho dessa cidade á força de baionetas; como nos dizem, se viram obrigados pelos povos da mesma cidade e batalhão de primeira linha, e cercados delles nos escrevem, e onde existe a força não ha liberdade de pensar e de cumprir o dever; porém nós, que estamos em liberdade e sem temor desses guerreiros intrepidos, pensamos melhor e com mais acerto cumprimos o nosso dever; e fiquem vv. ss. de uma vez entendidos que o Senado desta villa e seu termo é composto de homens e não de ovelhas que seguem para onde as conduz o pastor, ainda de má fé; e os habitantes deste termo, assim como sabem obedecer ás leis e superiores legitimos, tambem têm coragem para repellir e castigar a facciosos que offendem a el-rei, ás Côrtes e á Nação.

O governo installado no dia 7 pela força armada é illegitimo, rebelde e criminoso, a quem não obedecemos, e só reconhecemos por nosso legitimo governo ao repellido dessa capital pela força, pois que foi eleito segundo o decreto das Côrtes pelos votos dos eleitores, representantes dos povos das parochias, com toda a liberdade e franqueza. Isto é o que se chamava povos, e não a tropa e uma pequena porção de individuos facciosos dessa capital que não têm direito algum de assumir ahi os direitos e vontades de milhares de habitantes e das auctoridades de toda a mais provincia, e o contrario é quererem aquelles com o nome de cidadãos illudir-nos; porém o tempo dos presidios está passado e a idéa que vv. ss. fazem dos sertanejos é mui contraria dos seus procedimentos.

Depois das Côrtes haverem decretado a fórma da eleição dos governos das provincias não podemos crer que hajam ordens e nem poder no povo de installar governos temporarios, como vv. ss. nos dizem fóra este installado e empossado nas determinações das ordens, salvo se estas foram do chefe do batalhão em armas, e só poderão ter effeito no recinto do alcance de suas balas, não que o decreto citado no officio de vv. ss. determine um semelhante recurso revoltoso, nem que vv. ss. sejam auctorizados para convocar eleições e simplesmente para presidir ellas, sendo ordenadas por auctoridades superiores.

Podemos asseverar a vv. ss. que nós contamos com a união das duas villas vizinhas de Port'Alegre e do Principe, porque os seus habitantes, nossos irmãos e amigos, são dos nossos mesmos sentimentos e defensores dos direitos da Nação e das ordens das Côrtes e de el-rei constitucional, que severamente castigam, como esperamos, aos auctores do referido excesso praticado nessa capital. A junta de eleitores uma vez desfeita jámais se póde ajuntar segunda vez sem ordem das Côrtes, como determinam as instrucções, que fazem parte das Bases da Constituição, e, como a tropa com o seu chefe ahi fez tudo, façam tambem eleitores e quantos governos quizerem, pois que sabe toda esta Provincia muito bem o que se passou e o que aconteceu, era desnecessaria a eleição que vv. ss. incompetentemente convocam, e assim como o chefe da tropa bradava uniformemente o *batalhão não quer este homem eleito, o batalhão quer a Pedro Paulo*, do mesmo modo diremos nós, cheios de razão e legitimo direito, não queremos esse governo temporario, porque é illegitimo, criminoso e rebelde; e são estes os nossos sentimentos e ultimas palavras. Regulem-se vv. ss. por ellas até que a Providencia nos offereça occasião favoravel. »

O Senado da Camara de Natal, julgando offensiva a resposta da Camara da Villa da Princeza, com a qual foram solidarias as Camaras de Port'Alegre e Principe, resolveu officiar ao *governo temporario* e a d. João VI, representando contra ella; mas essa representação não teve deferimento, sendo a junta que succedeu áquelle governo obrigada a procurar, mediante accôrdos e concessões, a adhesão das camaras insubmissas.

O *governo temporario* esteve á frente da administração de 7 de Fevereiro a 18 de Março de 1822. Nenhum acto praticou que mereça menção especial. Quasi que se limitou a dar providencias sobre o processo que o governo decahido tinha mandado instaurar contra o ouvidor Mariano José de Britto Lima e o capitão Joaquim Torquato Raposo da Camara, os organizadores do movimento que o haviam levado ao poder, processo que não proseguiu depois de encerrada a devassa. Mariano de Britto e Joaquim Torquato foram soltos e voltaram ao exercicio dos cargos que exerciam.

De accôrdo com a convocação do Senado da Camara de Natal reuniram-se, a 18 de Março, na matriz da cidade, 24 eleitores de parochia (19 destes tinham estado presentes á eleição de 3 de Dezembro do anno anterior), elegendo a nova junta, que ficou constituida deste modo:

Presidente: padre Manuel Pinto de Castro; *secretario*: Manuel Antonio Moreira; *membros*: João Marques de Carvalho, Agostinho Leitão de Almeida e Thomaz de Araujo Pereira.

Os membros da Junta foram empossados no mesmo dia, com excepção de Thomaz de Araujo Pereira, que só prestou juramento a 16 de Setembro.

Os primeiros actos desta Junta pareciam ter por objectivo o restabelecimento da harmonia entre os habitantes da Provincia, tanto assim que alguns officiaes do batalhão, pertencentes ao grupo dos reaccionarios, se recusaram a prestar-lhes as honras devidas, sendo por isto excluidos do mesmo batalhão e obrigados a seguir por terra para Pernambuco, donde deviam passar a Lisboa; e o proprio ouvidor, Mariano de Britto, sentindo-se desamparado, entrou no goso de licença e retirou-se para o Rio de Janeiro. Mas assim não era, porque, emquanto se davam estes factos e commissionava um dos seus membros, João Marques de Carvalho, para ir ás villas do Principe, Princeza e Port'Alegre, afim de conciliar divergencias que alli haviam surgido a proposito da acclamação do *governo temporario*, privava de seus postos varios officiaes milicianos implicados na Revolução de 1817, e nelles já reintegrados, o que fez reviverem paixões amortecidas nas localidades do interior.

De tudo o que se deprehende é que ella não tinha nem sinceridade nem descortino. A sua politica era dubia e vacillante. Num momento em que por todo o paiz os partidos se congregavam em torno de duas bandeiras — a dos que se conservavam fieis ás Côrtes Portuguezas e a dos que abraçavam a causa da Independencia — ella fugia a um pronunciamento franco e só em 6 de Julho, cerca de seis mezes depois do *Fico*, foi que se resolveu a reconhecer a regencia do principe com a delegação do Poder Executivo no Brasil, sem restricção alguma e do mesmo modo que d. João VI o exercia em Portugal. Esse acto realizou-se a 13 daquelle mez e foi communicado aos chefes dos regimentos de milicias e capitães-móres de ordenanças, em officio circular, de 15 do mesmo mez, para que, perante as camaras da villa a que pertenciam, prestassem juramento egual ao que fôra prestado em Natal.

Dahi em deante, a acção da Junta subordinou-se ao pensamento do governo de d. Pedro, cujas ordens começaram a ser executadas fielmente; mas nem por isso cessaram as luctas politicas extremadas e irritantes: em 11 de No-

vembro eram expulsos do seio do governo dois dos seus membros, João Marques de Carvalho e Agostinho Leitão de Almeida.

Naquelles dias de indecisões e de duvidas, o unico poder real na Provincia era o batalhão de linha, cujo commandante, Antonio Germano Cavalcanti, fazia e desfazia situações, á sua vontade; mas, para dar apparencias de legalidade aos despropositos que eram commettidos, jámais faltaram o apoio e a solidariedade do *povo*, que, ainda dessa vez applaudiu, por intermedio da Camara de Natal e dos eleitores de parochia, a deposição dos dois membros do governo, concorrendo para a eleição de seus substitutos, eleição que recahiu no padre João Francisco Fernandes Pimenta e José Correia de Araujo Furtado, sendo de notar que os membros da Junta poupados pelos sediciosos se apressaram em noticiar o facto ás Camaras, commandantes geraes e capitães-móres de ordenanças das villas de Porto Alegre, Princeza e Principe (as villas que não reconheceram o *governo provisorio* e que tinham reconhecido a segunda Junta, graças á intervenção pessoal de João Marques de Carvalho, um dos depostos), dizendo:

« No dia 11 do corrente teve logar nesta cidade o ajuntamento do collegio eleitoral afim de se eleger o deputado para as Côrtes Geraes do Brasil e perante elle appareceram um requerimento dos povos desta cidade e villas convizinhas e outro da tropa de primeira linha contra os membros desta Junta Provisoria João Marques de Carvalho e Agostinho Leitão de Almeida para que fossem depostos e convocada a Camara que devia presidir á eleição dos dois membros que os devia succeder, o que assim aconteceu, e á pluralidade de votos daquelles eleitores que concordaram foi eleito o padre João Francisco Fernandes Pimenta e José Corrêa de Araujo Furtado, o que participamos a vv. ss. para sua intelligencia e desvanecimento de qualquer boato que por ahi appareça com differentes côres. »

Antonio Germano Cavalcanti era, entretanto, um individuo habil, que sabia manter-se geitosamente, sem se compromettter de todo em favor de qualquer dos partidos, como provou por muitas vezes, inclusive por occasião dessa eleição, quando lhe foi offerecido o logar de commandante das armas, que recusou *por haver na eleição attributos contrarios á boa ordem.*

A noticia official da acclamação de d. Pedro como imperador do Brasil foi recebida pelo Senado da Camara de Natal em 2 de Dezembro; mas sómente a 11 daquelle mez resolveu o mesmo Senado solennizar o acontecimento, com missa e *Te-Deum*, celebrados na matriz a 22 de Janeiro de 1823, e illuminação nos dias 20, 21 e 22 do mesmo mez. O officio circular que a Junta expediu, convidando os commandantes dos regimentos de milicias e ordenanças para assistirem á solennidade, é de 7 de Janeiro. Os actos religiosos tiveram o brilhantismo compativel com os poucos recursos da Provincia.

As agitações politicas continuavam a dividir as facções nacionalistas e os reaccionarios. Em 10 de Maio (1823) o Senado da Camara fazia affixar nos logares mais publicos esta proclamação:

« Natalenses: — A este Senado consta o vosso descontentamento respeito ao governo actual, e este mesmo Senado vos participa que acaba de receber um officio da secretaria dos negocios do Imperio em que sua majestade, como defensor perpetuo do Brasil, nos promette promptas providencias a este mesmo respeito, a requerimento dos eleitores desta Provincia, e por esta razão espera este Senado que cada um de vós se saberá conter na melhor ordem e harmonia possivel, afim de evitar toda e qualquer effusão de sangue. »

As providencias promettidas não foram dadas e a Junta, convencida de que não viriam, começou a praticar actos de violencia que provocaram, em 14 de Junho, o seguinte officio, que lhe foi dirigido pelo mesmo Senado:

« E'-nos sobremaneira extranho o procedimento de mandarem vv. eex. prender incommunicavois nas infernaes cadeias da Fortaleza dos Santos Reis os sargentos Manuel Pegado de Albuquerque e José Luiz Soares, e o forriel Pedro José da Costa Barros por crimes imaginarios, arguidos pelo commandante das armas, apoiado por vv. eex. que mais do que ninguem o conhecem e sabem a malicia do calumniador, e antevêem de mãos dadas o artificioso fim para que essas prisões irregulares se põem em pratica, a despeito da harmonia que para inteira quietação desta Provincia recommenda s. m. imperial, em participação a nós dirigida pela Secretaria de Estado do Negocios do Imperio, em data de 24 de Março deste corrente anno, o que já officiamos a vv. eex. em data de 10 de Maio preterito. Queiram, pois vv. eex. satisfazer-nos com a sua instructiva resposta para a levarmos á presença do mesmo augusto senhor, que não deixará de pôr termo a tão maligna arbitrariedade. »

A linguagem deste officio revela que a estrella de Antonio Germano Cavalcanti começava a empallidecer, e elle mesmo o reconheceu, solicitando e obtendo a sua reforma, em 21 de Julho, no posto de tenente-coronel. Poucos mezes depois, em 24 de Janeiro de 1824, a Junta era tambem obrigada a deixar o governo, transmittindo-o a Manuel Teixeira Barbosa, presidente do Senado da Camara, na fórma do preceituado na carta de lei de 20 de Outubro do anno anterior.

A proclamação feita em 6 de Fevereiro seguinte diz bem qual o fundo desgôsto que lavrava contra o governo decahido:

« Cidadãos natalenses: — O vosso heroismo, mil vezes maior do que as vossas forças e faculdades, arrebata a attenção dos que vos observam em todas as vossas resoluções politicas.

Os sabios, os guerreiros e toda a classe de theoricos têm que admirar-vos e invejar-vos ! Nenhum povo, nenhuma provincia ainda mesmo do abençoado Brasil tem mudado o seu governo sem que lhe custe a preciosa vida de cidadãos, quasi sempre de maior estima.

Só vós, Natalenses, modelos de santa moderação; só vós, ó symbolos do verdadeiro patriotismo, sabeis bridar as vossas paixões, disputar a sangue frio os vossos direitos e applicar o remedio da lei ás vossas necessidades. Necessitaveis de remover a desconfiança, a intriga, o monopolio e quantos males o egoismo dos mandões vos havia acarretado; tudo felizmente conseguistes no

dia 24 de Janeiro proximo, dia memoravel na historia de nossa Provincia. Com um só golpe da espada da Razão e da Lei derribastes o monstro de que estaveis sendo a victima, e qual não deve ser a vossa gloria por tão assignalado triumpho, sem vos custar de sangue uma só gotta ?!...

Exultae, bendizei a Providencia que tanto vos soccorre e tudo vos dá illimitadamente bom !

Desappareceu o obstaculo da vossa verdadeira felicidade.

O governo existente é obra de Deus e partilha vossa; nada quer para si; tudo liberalizará comvosco. Recorrei sem receio á sua benevolencia: elle vos attenderá e fará imparcial justiça, soccorrendo-vos em todas as vossas necessidades politicas. E' tempo de fazerdes a vossa felicidade. Detestae e abandonae para sempre o odio, a vingança, a intriga, a insubordinação e toda sorte de vicios e tyrannias geradoras da anarchia, execranda destruidora da sociedade. Reformae a vossa moral para alimentar os vossos caros filhos e domesticos com o precioso manancial dos bons exemplos.

Fugi da pestilenta ociosidade para o trabalho e achareis prompto soccorro a todas as vossas necessidades domesticas. Respeitae e defendei a propriedade do vosso semelhante e conservareis seguro o vosso patrimonio.

Uni-vos em obediencia aos vossos magistrados. Sêde uma e a mesma familia brasileira. Uni-vos, repito, e contae com a Independencia e o Imperio do Brasil. O Brasil é nosso: jámais seremos presa nem escravos de Portugal. A união é o nosso baluarte. Só ella bastará para nos fazer livres. A Patria é o nosso riquissimo patrimonio, a Constituição e o Governo Liberal o nosso invariavel systema; o imperador nossa defesa; a Religião Catholica e Apostolica Romana nossa guia, nossa mãe, nossa mestra e nossa salvação. Viva a Religião, o Imperador, a Constituição, o Governo Liberal, a Patria e a União Brasileira ! Viva ! Viva ! »

A Junta fôra forçada a abandonar o poder sem sympathias e sem dedicações depois de o ter occupado, mentindo ás suas promessas, pelo espaço que medêa entre 18 de Março de 1822 a 24 de Janeiro de 1824. Vinha, porém, substitui-la um cidadão sem descortino administrativo, sem o preparo necessario para o alto cargo que ia occupar e que, apesar de suas boas intenções, ia ser, nas mãos dos seus conselheiros, instrumento de vindictas dispensaveis, em vez de ser o restaurador da concordia e da paz.

As agitações, apparentemente suffocadas, sobrevieram em breve, tendo para alimenta-las, além das paixões locaes sempre effervescentes, a repercussão do que occorrera no Rio de Janeiro antes e depois da Constituinte; e Teixeira Barbosa, fraco e impotente para dominar a anarchia que alçava o collo, fazendo a *Provincia perigar em crise de opiniões divergentes e variedade arriscadissima*, appellou para o concurso de Agostinho Leitão de Almeida (um dos que foram depostos de membros da Junta de Governo em 11 de Novembro de 1822), já nomeado secretario do primeiro presidente Thomaz de Araujo Pereira. (Agostinho de Almeida chegara a Natal no dia 13 de Fevereiro de 1824.)

Sem entrar desde logo no exercicio de seu cargo, Agostinho procurou influir para que se não aggravasse a situação, incorrendo por isso no desagrado dos exaltados, que estavam inclinados a acompanhar Pernambuco no movimento de reacção que terminou na *Confederação do Equador*. Foi graças a elle que o Senado da Camara de Natal se manifestou favoravel ao projecto de Constituição, organizado pelo Conselho de Estado, de ordem de d. Pedro, conforme se vê do *Typhis Pernambucano*, de 27 de Maio de 1824 (Antonio Joaquim de Mello — *Obras Politicas e Litterarias* de frei Joaquim do Amor Divino Caneca):

« Rio Grande, comquanto pouco volumoso que seja esse ponto no mappa geographico do Brasil, o espirito dos seus habitantes não desdiz do caracter liberal e valoroso dos povos seus conterraneos; e, quanto maior é o desfavor das suas circumstancias, mais excelsa é a sua coragem e ardente o amor pela liberdade.

Já não podemos dizer como antigamente *que de Nazareth não sahe coisa boa.* Quando o mariola Agostinho Leitão de Almeida, secretario daquelle governo, seduzindo a Camara da capital fa-la seguir de modo mais indigno as pegadas do servil Senado do Rio, affixando o mesmo edital deste e, como elle, adoptando a carta absoluta do projecto ministerial (*21 de Fevereiro de 1824*), as Camaras do interior, tendo na sua vanguarda a de S. José de Mipibú, offerecem uma barreira impertransivel á enxurrada do absolutismo; declaram altamente que, á excepção de alguns artigos do projecto, todos os demais vão de encontro aos principios constitucionaes adoptados e que, portanto, nada delle executariam; separam-se em sentimentos da Capital; officiam ás de Olinda e Recife, requisitando os seus votos nesse negocio, e protestando seguir a sorte de Pernambuco na paz e na guerra, e fazem estagnar os projectos dos serviz em quererem interceptar a correspondencia com Pernambuco, e romper os laços com que sempre estiveram estreitamente unidos. »

O final dessa publicação deve ser em referencia ao seguinte edital de Manuel Teixeira Barbosa:

« Sendo muito do meu principal dever promover a boa ordem e felicidade dos habitantes desta Provincia, desviando-os da fatal sorte a que agora estão sujeitos os habitantes da Provincia de Pernambuco pela loucura de alguns espiritos errados que, longe de obedecerem ás leis e auctoridades, se... (illegivel) com as desenvolturas e com as desgraças de seus concidadãos, eu me apresso em publicar o seguinte manifesto que me foi dirigido pelo capitão de mar e guerra commandante da Divisão Nacional e Imperial João Taylor:

"Pernambucanos: — Pela proclamação que fiz circular entre vós, pela correspondencia que entretive com o vosso governador das armas e pelas cartas que escrevi ás Camaras de Olinda, Iguarassú, Goiana e Limoeiro, conheceis sem duvida a força das instrucções com que aqui me apresentei e os meios de moderação que empreguei até hoje para bem de restituir a tranquillidade da Provincia, chamar os espiritos exaltados a um centro de unidade e de razão, e fazer respeitar as attribuições e ordens de sua majestade o imperador. Mas a esta marcha de conducta franca, leal e moderada, correspondeu o conselho que hontem teve logar entre

vós com inaudito accórdão de negar a posse ao presidente nomeado por sua majestade imperial, pedir a conservação do actual com exclusão de outra qualquer pessoa; e quem poderá acreditar que seja voto unanime do povo pernambucano uma resolução ainda não vista na historia dos povos civilizados ? ! Quem acreditará que um povo tão zeloso do seu credito e reputação faça saber ao Brasil e ao mundo inteiro que entre elle só ha um homem capaz de governar ? ! Que vergonha ! . . . Que mais podia fazer o imperador para vos dar uma nota da sua estima do que nomear-vos para presidente a um homem que sendo eleito por vós para membro da Junta Governativa passou depois a presidir por tanto tempo a essa mesma Junta ? Que mais podia fazer que nomear para governador das armas o mesmo official a quem vós havieis confiado esse importante cargo ? Desenganado, pois, de que uma facção revolucionaria e desorganizadora tem illudido a uns e aterrado a outros com as suas ameaças, eu passo com bastante dôr do meu coração a empregar medidas hostis que as minhas instrucções me determinam, assegurando-vos que tomando o maior interesse pela prosperidade do Brasil, minha patria adoptiva, lamento a calamidade que vai experimentar esse bello paiz.

Declaro, portanto, desde já o Porto do Recife e todos os mais adjacentes em estado de perfeito bloqueio até que o decoro das nomeações de sua majestade imperial seja respeitado e as suas ordens cumpridas, ou para melhor dizer até que o brioso povo pernambucano, sentindo o preço de sua dignidade offendida, ponha termo á injuria com que se tem coberto e deixe de puxar o carro do triumpho desse intruzo presidente. Comtudo, porém, para dar ainda uma prova decisiva das intenções que me animam a favor de vós, consentirei na sahida dessa embarcação em que se diz tem de ser enviada á Côrte do Rio de Janeiro a deputação de que faz menção o accordão do conselho, sem que por esta excepção se entendam alteradas as medidas hostis que são a necessaria consequencia de um bloqueio. Prometto tambem, satisfazendo as intenções de sua majestade imperial, manter a paz com as nações amigas e alliadas, que todos os navios extrangeiros que tiverem começado a carregar antes da publicação do presente *Manifesto* possam sahir dentro do prazo de oito dias, depois do que só poderão sahir em lastro, ficando com tudo sujeitos, uns e outros, serem registados na sahida pelo bloqueio do meu commando. Bordo da fragata *Niteroi*, surta no Lamarão de Pernambuco, aos 8 de Abril de 1824 — *João Taylor*, capitão de mar e guerra, commandante da Divisão Nacional e Imperial."

Recommendo, portanto, a todos os habitantes desta Provincia que se desviem daquelles individuos que os quizerem perturbar com insinuações sediciosas e contrarias ás disposições de sua majestade o imperador, afim de que não recaia sobre nós a indignação do mesmo augusto senhor. E para que chegue á noticia de todos mandei affixar o presente edital, que vai por mim assignado e sellado com o sello das Armas Nacionaes; e será affixado no logar mais publico desta cidade, expedindo-se delle exemplares para serem affixados nas differentes villas e povoações desta mesma Provincia. Dado e passado nesta Cidade de Natal, aos 14 de Abril de 1824. — Agostinho Leitão da Almeida, secretario do Governo, o fez escrever. — *Manuel Teixeira Barbosa*.»

Thomaz de Araujo Pereira, nomeado presidente em 25 de Novembro de 1823, talvez receioso das desordens que lavravam pelo interior, procurava pretextos para adiar a sua posse, recorrendo ás vezes a motivos frivolos, como succedeu em 20 de Fevereiro, quando deu a entender em carta a Teixeira Barbosa *que só viajava para a capital em cavallos gordos com a pastagem do tardonho futuro inverno*. Em 5 de Maio, porém, resolveu-se a assumir o governo. Como o seu antecessor, que era um simples soldado da segunda companhia do regimento de cavallaria miliciana n. 1, o novo presidente ia luctar com insuperaveis difficuldades. Gosando de uma grande popularidade na zona do Seridó, principalmente no Acari, onde residia, Thomaz de Araujo, não era, em todo caso, o homem indicado para governar a Provincia. A sua edade avançada, a sua cegueira, que ia se tornando completa, e, mais do que isso, as ligações politicas que tinha, fazendo-o partidario intransigente, eram qualidades que contra-indicavam a sua escolha naquella quadra anormal, mesmo que tivesse o espirito apparelhado para desempenhar condignamente a funcção de que fôra investido. O seu desastre era inevitavel. Menos de tres mezes depois de empossado, a 31 de Julho, o batalhão de linha, na sua presença, depunha o respectivo commandante, João Marques de Carvalho, nomeado a 19 de Fevereiro (Marques de Carvalho era o outro membro da Junta deposto em 11 de Novembro de 1822, juntamente com Agostinho Leitão de Almeida); e esse acto era o prenuncio de maiores e mais serias perturbações, previstas aliás pelo Senado da Camara em officio que dirigiu ao ministro da Guerra a 4 de Agosto:

« Os successos que ultimamente têm tido logar nesta capital acabam de comprovar o que dantes se limitava a mera suspeita, e os males que lhe estavam iminentes infelizmente cahiram sobre ella: o sopro que atacara no interior a chamma da discordia pôde finalmente communica-la a esta cidade até agora entregue ao socego e á tranquillidade, e tem produzido effeitos terriveis. Indo no dia 31 do passado mez o presidente dirigir uma falla á tropa sobre o pagamento do pão, teve logar nessa occasião a expulsão do seu commandante João Marques de Carvalho, bem digno de melhor sorte pelo seu incançavel zelo pelo bem da patria, por parte da mesma tropa, com o fim que não admitte duvidas de perturbar a ordem e a marcha que esta Provincia tão gloriosamente tinha principiado desde o fausto dia 25 de Março do corrente anno. Já não é occulto, exm. sr. o detestavel plano destes malvados perturbadores do socego publico e desorganizadores da integridade do Imperio; e, se s. m. i. c. não se dignar quanto antes a soccorrer os pacificos habitantes desta Provincia, salvando-os do abysmo em que já se acham, de certo serão victimas da anarchia e só se poderá depois restituir o socego á custa de muito sangue. Digne-se v. ex. levar o que acabamos de expor ao alto conhecimento de s. m. i. c. de cuja energia e zelo pela conservação de seus subditos fieis esperamos o prompto remedio. »

Isso era então o reflexo das convulsões revolucionarias de Pernambuco.

Diz Antonio Pereira Pinto (*A Confederação do Equador*, tomo 29, da *Revista do Instituto H. e G. Brasileiro*), que:

«logo em Março de 1824 mandou Manuel de Carvalho á Cidade de Natal um emissario de nome Januario Alexandrino, ajudante de cirurgia de um dos batalhões de Pernambuco, a titulo de propagar a vaccina na Provincia, segundo fôra solicitado pela Junta Provisoria mas com a missão expressa de revolucionar os povos para cujo fim ia munido de differentes impressos e proclamações. Aquelle cirurgião tinha sido transportado para o Rio Grande do Norte na escuna de guerra *Maria Zeferina*, que por ordem de Manuel de Carvalho corria os portos do Norte, levando uma typographia para o Ceará e diversos officiaes para esta Provincia e para o Pará.

Quer o dicto cirurgião, quer o referido navio, tiveram immediatamente ordem do vice-presidente Manuel Teixeira Barbosa para deixar o Porto do Natal, não sendo de outra fórma perseguidos porque aquelle vice-presidente temeu recorrer á tropa existente, em que não confiava. »

Depois, porém, da posse de Thomaz de Araujo, o contagio revolucionario tornou-se positivo.

« Assim foi que, quando Philippe Nery lhe requisitava forças para debellar a rebellião da Parahiba, aquelle presidente negava-se a manda-las, ao passo que posteriormente não teve duvida de as fornecer ao governo parahibano intruso, quando foram por elle exigidas.

Além disso, logo que Philippe Nery resignou a administração da Parahiba, o mesmo Araujo Pereira, ou por coacção ou outro motivo, enviava, em Agosto de 1824, os commissarios Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Bezerra Carnaúba e José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro perante seu successor legal, o vice-presidente Alexandre Francisco de Seixas Machado, afim de intimar-lhe a eleição de novos conselheiros de governo, a entrada na presidencia do que por essa eleição fosse mais votado, a amnistia e volta aos seus empregos de todos os compromettidos e, finalmente, as garantias de segurança individual e de propriedade, que eram, como diziam, desconhecidas na Parahiba.

Todas estas insinuações feitas no meio de graves censuras á administração de Philippe Nery e de vivos encomios aos que tinham tomado o lado da revolução foram perfeitamente respondidas pelo citado vice-presidente em officio de 17 de Agosto de 1824, fazendo em seguida marchar tropas para as fronteiras do Rio Grande do Norte, com o que se desalentaram os facciosos, retirando-se com suas forças das mesmas fronteiras. »

Cochrane (conde de Dundonal — *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da Dominação Portugueza*, transcreve na integra uma *concordata* feita entre Basilio Quaresma Torreão, representando o governo de Pernambuco, e o padre Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Fernandes Barros e José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, por parte da Provincia do Rio Grande do Norte, assignada no Recife a 3 de Agosto de 1824, em que ficou estabelecido:

«Que as provincias de Pernambuco e Rio Grande do Norte se unem numa liga fraternal offensiva e defensiva, afim de juntarem todas as suas forças contra qualquer aggressão do Governo Portuguez ou do Governo do Rio de Janeiro para reduzir as mesmas provincias a um estado de servidão;

Que a dicta liga se extenderá ao estabelecimento da liberdade constitucional nas dictas provincias e a supplantar o espirito servil de que estão infeccionadas, e afastar assim a guerra civil fomentada pelas intrigas no Rio de Janeiro, cuja influencia penetra agora todo o Brasil;

Que, para assegurar o effeito deste pacto, o Governo do Rio Grande formará um corpo de tropas, e as postará nas bordas da Provincia da Parahiba para serem empregadas segundo a necessidade o requeira;

Que este corpo de tropas será sustentado pela Provincia de Pernambuco, mas será depois sustentado pela *Confederação do Equador*.»

Este documento tinha o seguinte fecho:

«E para que o mesmo seja levado a immediato effeito, terá esta *concordata* pleno vigor logo que seja assignada e ratificada por suas excellencias os presidentes das dictas provincias de Pernambuco e Rio Grande do Norte. »

Não consta que a *concordata*, que foi approvada por Manuel de Carvalho Paes de Andrade, o tenha sido por Thomaz de Araujo, mas é ponto incontroverso que os liberaes da Provincia prestaram valiosos auxilios aos republicanos de Pernambuco, mesmo quando, já vencidos e formando uma columna expedicionaria, atravessaram os seus sertões em demanda do Ceará. No Seridó, onde era commandante geral Manuel de Medeiros Rocha (o mesmo que fôra membro da Junta Governativa eleita em 3 de Dezembro de 1821) e onde maior era o prestigio do presidente, tiveram acolhida carinhosa (vide o itinerario da marcha da columna, nas obras de frei Caneca, já citadas).

Ha nesses actos e factos indicios compromettedores contra Thomaz de Araujo. Não existem, porém, provas de que tenha sido connivente no movimento revolucionario. E' mais acceitavel a opinião dos que pensam que, se não foi influenciado pelo descontentamento e desaffeição ao Governo do Rio de Janeiro — ao qual se attribuiam intuitos favoraveis á restauração portugueza e, portanto, o sacrificio da obra da Independencia — tenha agido sob coacção, hypothese esta que se concilia de todo com as declarações que fez ao Senado da Camara de Natal em 8 de Setembro, quando renunciou a presidencia, e nas quaes, após uma exposição minuciosa do procedimento das forças de primeira e segunda linha da capital, que não cumpriam as suas ordens, se lê:

« Considerando eu, pois, os horrores da anarchia de que esta Provincia está ameaçada, vendo invadida a minha auctoridade e esbulhados os meus direitos por aquelles mesmos que os deviam sustentar e fazer-me

respeitar, convindo egualmente que a força physica deve ser intimamente unida á força moral para a conservação da ordem social, e que as minhas ordens se tornam de nenhum effeito por falta de quem as faça cumprir e finalmente da minha demissão proviria a paz, tão recommendada por s. m. i.; por todos estes fundamentos, pela minha cegueira e achaques, que progridem a cumular-se á minha avançada edade, me demitto do logar de presidente desta Provincia e entrego nas mãos deste Senado a posse que delle recebi, em nome de s. m. i., e protesto perante Deus, perante o imperador constitucional do Brasil e seu perpetuo defensor contra todas as desobediencias e violencias, e responsabilizo a todas as pessoas que para ellas concorreram por todas as desgraças que desta falta de subordinação e traição á palavra de perdão que, em nome do mesmo augusto imperante, afiancei, e pelo mais que de semelhante passo se possa originar a esta Provincia; e, deixando-a na maior consternação de minha alma, rogo finalmente á Providencia para vigiar sobre ella e permittir que desta minha demissão resultem os bens que sinceramente lhe desejo como filho mais amante e agradecido; e requeiro que sendo esta exarada nos livros deste Conselho se me dê cópia da acta que com ella se fizer. »

Existe no Estado uma tradição, segundo a qual Thomaz de Araujo se ausentou de Natal dentro de um barril que fez transportar á cabeça de um seu escravo, appellidado Benguella, robusto e agigantado, que assim o conduziu até onde se pôde julgar a salvo e deparar conveniente transporte para o Acari, onde nascera e tinha grande familia.

Accrescentam uns que a isto fôra obrigado para não ser victima dos indios de Extremoz e circumvizinhanças, que planejavam um ataque á cidade por não ter elle attendido a reclamações suas e impôr despoticamente o trabalho de pescarias aos homens e de fiação ás mulheres, que não tinham affazeres habituaes; outros affirmam que para fugir a ameaças de morte feitas pela familia *Matta-quiri* (vide d. Isabel Gondim — *Op.* cit.).

Essa tradição póde e deve ser verdadeira, não porque aquelle presidente receasse o ataque á capital ou qualquer aggressão emquanto nella permanecesse, mas porque, deixando, como deixou, o governo, teria de atravessar, para chegar ao Acari, onde residia, algumas paragens em que os Indios ou o bando do capitão Francisco Ribeiro de Paiva, vulgo *Matta-quiri*, nome do sitio em que morava na então Villa de S. José de Mipibú, o podiam facilmente incommodar. E o seu receio de um encontro com elles era tanto mais natural quanto, antes de deixar a presidencia, aos primeiros tratara com excessivo rigor e ao segundo, que se tinha incorporado ás forças que, sob o commando do alferes Miguel Ferreira Cabral, estivera nas fronteiras da Parahiba, acompanhando-as depois em seu regresso a Natal, impedira que ahi entrasse, o que devia ter provocado profundos resentimentos. Muitos dos que compunham esse grupo se celebrizaram mais tarde como terriveis *cangaceiros*.

A passagem de Thomaz de Araujo pelo poder — 5 de Maio a 8 de Setembro de 1824 — em nada contribuiu para acalmar o estado de inquietações em que vivia a Provincia. A força armada superpunha-se a tudo e a todos, dictando a lei á sua vontade, como aconteceu na occasião em que, forçando o presidente a abandonar o seu posto, julgou nulla, *ex-auctoritate propria*, a eleição dos conselheiros provinciaes para que a administração fosse ter ás mãos de Lourenço José de Moraes Navarro, presidente da Camara, homem sem lettras, e que não poderia resistir aos seus desmandos.

As luctas de grupos pelo predominio de pessoas continuaram a ser, por muito tempo, consequencia inevitavel da aprendizagem que se fazia do regime constitucional.

Felizmente, porém, vencidos, sem que conseguissem constituir governo os enthusiastas da *Confederação do Equador* — theoricos e idealistas que viam na quebra de nossa integridade territorial o remedio aos males da epocha — desappareceram todas as tendencias separatistas.

Aquellas luctas, "sem caracterização precisa, eram movimentos parcellados, estrictamente locaes". Jámais affectaram a obra da Independencia, que, á sombra da bandeira do Imperio, insignia de uma nova Patria, permittiu que formassemos, no correr dos tempos, um grande patrimonio de conquistas moraes e materiaes.

VII

A Provincia

Os notaveis acontecimentos que se desdobraram no Brasil desde a Independencia até ao meado do seculo passado, mesmo os do periodo da Regencia — ponto culminante da nossa Historia politica durante o Imperio — poucos abalos produziram na Provincia, que quasi sempre se conservou alheia ás intensas vibrações patrioticas, alimentadas, em outros pontos do paiz, pelas ardentes paixões que tumultuavam naquella epocha. As dissenções eram, em regra, de caracter pessoal: luctas de campanario, sem elevação e sem idéaes.

Nos primeiros annos, não havia arregimentações partidarias.

A identidade ou diversidade de interesses e conveniencias era que ligava ou separava os homens, cujas aspirações, na maioria dos casos, se limitavam ao predominio e ao mando nos districtos de sua residencia. Poucos foram os que tiveram influencia generalizada na Provincia até á constituição definitiva dos partidos.

A politica se fazia em torno dos presidentes, que iam de fóra e dos quaes todos se approximavam, disputando graças e favores. Ninguem lhes recusava apoio, desde que as suas preferencias não fossem partilhadas pelos adversarios, a quem se negava pão e agua.

No mais, era indifferente que os delegados do Governo Geral seguissem esta ou aquella orientação. O que cada um queria era estar sempre *de cima*, podendo praticar impunemente as pequeninas vinganças de aldeia, que tanta ferocidade deram aos costumes politicos do tempo.

O Rio Grande do Norte era ainda, nessa quadra, uma Provincia atrazadissima. Fôra Capitania subalterna até 1817, e na sua subordinação humilhante e deprimente nunca podera desenvolver as suas energias e as suas forças, preparando-se para uma vida de relativa autonomia sob instituições mais livres.

Dahi a sua falta de resistencia aos abusos do poder, que, em começo, burlava, por completo, todas as garantias constitucionaes. Os governos — depois de restabelecida a ordem e a disciplina no batalhão de linha que estacionava na capital — voltaram a ser tão omnipotentes como outr'ora, não havendo contra elles nem ao menos o correctivo da imprensa, que ainda não existia.

No decennio de 1830 a 1840 as mudanças já são mais sensiveis: a população, que era em 1820 de 70.921 habitantes, dos quaes 61.812 livres e 9.109 escravos (*Revista do Instituto Historico Brasileiro*, t. 29), eleva-se a mais de 100.000 almas; a riqueza particular, que fôra reduzida em parte pelos effeitos da secca de 1824-1825, refaz-se e augmenta; cream-se varios municipios e freguezias; cresce o numero de escolas; multiplicam-se os juizados de paz; organizam-se alguns serviços e reformam-se outros.

Politicamente tambem se operam modificações. Fallecendo José Paulino de Almeida e Albuquerque, que sendo presidente se fizera eleger deputado, tomou assento na Assembléa Geral, como seu supplente, nas sessões legislativas de 1831-1833, o padre Francisco de Britto Guerra, que se filiou á corrente triumphante após o 7 de Abril.

Ligando-se estreitamente a Feijó, que, "prevendo a anarchia que esphacelaria o paiz, restaurou, por um milagre de energia incomparavel, a auctoridade civil", e a Evaristo da Veiga, que, "conciliando as conquistas da vespera com as reservas da sociedade conservadora", se collocou á frente dos *moderados* para repellir, por egual, as tendencias exclusivistas dos *liberaes exaltados* e dos *reaccionarios absolutistas*, salvando, com o Acto Addicional, o principio monarchico, "identificado então com a unidade da Patria", Britto Guerra foi, na Provincia, o representante mais auctorizado do seu pensamento e, por elles amparado, pôde intervir, durante alguns annos, benefica e efficientemente, na politica e administração locaes prestando-lhes serviços valiosos.

Foi graças á sua iniciativa que appareceu em Natal, em 1832, o seu primeiro jornal, *O Natalense*, impresso a principio no Maranhão, Pernambuco e Ceará, e de 1833 a 1837, quando deixou de ser publicado, em typographia que alli se installou. (Luiz Fernandes — *A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte.*)

De accôrdo com o Acto Addicional, os conselhos, constituidos por eleição e destinados a auxiliar os presidentes, indicando as medidas e providencias que lhes parecessem uteis e acertadas, foram substituidos pelas assembléas provinciaes. A primeira que se elegeu no Rio Grande do Norte reuniu-se a 2 de Fevereiro de 1835 e ficou assim composta: — padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, Antonio Alvares Mariz, Elias Antonio Cavalcanti de Albuquerque, padre Francisco de Britto Guerra, dr. Joaquim Ayres de Almeida Freitas, João Marques de Carvalho, Joaquim Xavier Garcia de Almeida, José Theodoro de Sousa, José Nicacio da Silva, padre João Theotonio de Sousa e Silva, João de Oliveira Mendes, padre Joaquim Alvares da Costa, Luiz da Fonseca e Silva, padre Manuel Cassiano da C. Pereira, padre Manuel José Fernandes, padre Manuel Pinto de Castro, Manuel Lins Wanderley, Manuel Joaquim Grillo, padre Pedro José de Queiroz e Sá e padre Thomaz Pereira de Araujo.

Quem sabe que o padre Britto Guerra era visitador geral e vê que entre estes 20 deputados figuram nove sacerdotes, não tem duvida sobre a sua intervenção na escolha dos mesmos.

Nessa occasião a sua ascendencia politica era decisiva. Pouco depois, porém, começou a declinar; e, ao se realizar, em 16 de Dezembro de 1836, a eleição senatorial para o preenchimento da vaga aberta com a morte de Affonso de Albuquerque Maranhão, nomeado em 1826 ao ser constituido o Senado, apenas obteve seis votos no collegio da capital, onde compareceram ás urnas 27 eleitores. Isto não obstou a que, mais votado nos collegios do sertão, fosse incluido na lista triplice e escolhido; mas vale como indicio de que a sua influencia já se achava profundamente enfraquecida.

Esse facto explica-se facilmente. A politica de regresso, prégada por Bernardo de Vasconcellos como uma necessidade imperiosa para fortalecer o principio da auctoridade e extinguir os fermentos revolucionarios, que ainda punham em risco as instituições, ganhara muitos espiritos e dera origem á reacção monarchica que obrigaria Feijó a renunciar nobremente as suas funcções de regente, transmittindo o governo a Araujo Lima. Ora, sendo Britto Guerra amigo e correligionario do padre-estadista que no occaso do poder lhe daria entrada na Camara vitalicia, claro era que seria um suspeito á nova situação: delle se foram afastando discretamente e desde logo muitos, para quem o ostracismo é sempre incommodo.

Assim, o maior exito de sua carreira como homem publico assignala tambem o inicio de seu isolamento na politica local. E assignala com uma circumstancia que deve ser registada: as primeiras hostilidades que soffreu partiram do ultimo presidente nomeado por Feijó, o dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, que tomou posse a 26 de Agosto de 1837 e, com brutaes imposições, forçou os partidarios do illustre Rio-grandense, com os quaes rompera, a suspender a publicação d'*O Natalense*, receioso da analyse de seus actos. Esse presidente, cognominado *Parrudo*, se tornou celebre pela sua prepotencia e libidinagem, sendo assassinado em 11 de Abril de 1838, na propria choupana de suas entrevistas amorosas, no sitio denominado *Passagem*, suburbio de Natal. (Luiz Fernandes — *Op.* cit.)

O assassinato não foi, entretanto, de natureza politica: prendeu-se, segundo a tradição, a offensas de ordem pessoal feitas ao coronel Estevam José Barbosa de Moura e mandadas vingar por pessoa de sua familia.

Reflectindo as idéas e tendencias dos dois grandes partidos nacionaes, pouco antes creados, os homens politicos da Provincia se congregaram em dois agrupamentos, *nortistas* e *sulistas*, que correspondiam, respectivamente, aos partidos Conservador e Liberal, cujas luctas resumem, por assim dizer, a nossa historia politica e parlamentar desde a regencia de Araujo Lima até ao fim do segundo Imperio.

Essas denominações locaes de *nortistas* e *sulistas*, assim como as de *saguaremas* e *luzias*, que tambem foram usadas depois, não designavam, porém, organizações homogeneas e cohesas. Jámais tiveram consistencia, bastando saber, para prova-lo, que antes de 1848 não tiveram orgãos na imprensa e que os creados nesse e no anno immediato, de duração ephemera, visavam sómente á defesa ou combate ás candidaturas dos ex-presidentes Casimiro José de Moraes Sarmento e Manuel de Assis Mascarenhas á Camara dos Deputados e ao Senado.

A esse proposito, convém salientar que os representantes da Provincia, nos primeiros tempos, foram quasi todos extranhos á sua vida politica e que, depois de Britto Guerra, nenhum dos seus filhos teve a honra de fazer parte do Senado na vigencia do regime decahido a 15 de Novembro de 1889.

Os *nortistas* e *sulistas* começaram a desapparecer ao ser inaugurada a *politica de conciliação*, em 1833, confundindo-se os mais graduados de seus representantes; e, quando mais tarde se discriminaram novamente os partidos, já então com os nomes de conservadór e liberal, que mantiveram até á queda do Imperio, outras figuras occupavam o scenario e, entre ellas, alguns moços de talento e de cultura, a quem couberam as principaes responsabilidades de direcção e os postos de evidencia politica, conforme veremos. Os velhos elementos foram relegados para plano secundario.

Em 1850, o progresso material da Provincia era ainda nullo em consequencia da mesquinharia de suas rendas. Estas que, pela arrecadação feita de 1 de Julho de 1836 a 30 de Junho de 1837, de accôrdo com a primeira lei de orçamento votada pela sua assembléa, foram de 11:276$524, subiram naquelle anno a 53:791$253; mas, mesmo assim, não permittiam a execução de melhoramentos de grande vulto, por maior que fosse a capacidade administrativa dos presidentes, alguns dos quaes foram, realmente, homens de valor, como Basilio Quaresma Torreão, Manuel de Assis Mascarenhas e Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. As obras realizadas eram em geral de egrejas e cadeias ou de reparos de edificios e conservação de estradas.

Eis, a titulo de curiosidade, as differentes consignações do orçamento da despesa, em 1850:

Assembléa provincial	7:277$200
Secretaria da presidencia	3:174$000
Força publica	11:541$000
Caridade publica, inclusive sustento de presos pobres, medicamentos para os mesmos e tratamento de pessoas miseraveis, em caso de epidemia	1:600$000
Instrucção publica	13:256$000
Culto publico	3:840$000
Administração e arrecadação das rendas	9:224$000
Empregados aposentados	2:104$236
Obras publicas	4:000$000
Estabelecimento de uma typographia e publicação de uma gazeta official (a typographia foi comprada e depois vendida sem que a gazeta chegasse a ser publicada)	1:200$000
Auxilio ao estudante Hermogenes Joaquim Leitão de Almeida	360$000
Luz para a cadeia da Capital e despesas diversas e eventuaes	1:024$000
	58:600$436

E' de notar que, além dessas despesas, que eram custeadas pela Thesouraria Provincial, creada pela resolução legislativa n. 20, de 24 de Outubro de 1836, e installada a 8 de Abril do anno seguinte, na administração do dr. João José Ferreira de Aguiar, outras havia correndo pelos cofres geraes, como as da presidencia, chefatura de policia, clero (congruas dos vigarios) e magistratura, e ainda algumas á conta de creditos especiaes consignados nos orçamentos do Imperio.

Depois da secca de 1844-1845, durante a qual as devastações foram crueis, a Provincia, que se debatia em inominavel miseria (os soccorros que recebeu, officiaes e particulares, montaram a 146:613$710), experimentou profundas modificações economicas.

De região quasi exclusivamente creadora que era passou a ser tambem zona agricola por excellencia; e, dentro de poucos annos, o assucar e o algodão avultavam entre outros generos da sua producção agricola e industrial, augmentando o seu commercio, que entrou em phase de progressivo desenvolvimento.

Tres eram então as comarcas existentes: Natal, Assú e Maioridade (Martins), comprehendendo a primeira os termos judiciarios da capital, S. Gonçalo, Extremoz, S. José de Mipibú, Goianninha e Touros; a segunda, os do Assú, Principe (Caicó) e Acari; a terceira, Imperatriz (hoje Cidade do Martins), Porto Alegre e Apodi.

Além desses 12 termos, que eram egualmente sédes de municipios, havia os seguintes municipios, que não constituiam termos judiciarios: Villa Flôr, Sant'Anna do Mattos, Macau. As freguezias eram em numero de 21, sendo então as suas sédes as cidades de Natal, S. José de Mipibú, Assú e Imperatriz, as villas de Goianninha, Villa Flôr, Acari, S. Gonçalo, Touros, Extremoz, Sant'Anna do Mattos, Principe, Apodi, Porto Alegre e Macau, e as povoações de Arez, Papari, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Campo Grande (actualmente Augusto Severo) e Mossoró.

A Força Policial compunha-se de 69 homens, sendo 3 officiaes, 3 sargentos, 1 forriel, 8 cabos, 2 cornetas e 52 soldados; e a da Guarda Nacional de 15 batalhões de infanteria e 6 esquadrões de cavallaria, com um total de 9.881 homens. Na capital havia um destacamento de força de linha, cujo effectivo variava conforme ás necessidades do serviço.

A instrucção fizera algum progresso: 27 eram as escolas publicas, sendo cinco do sexo feminino. A frequencia regulava cerca de oitocentos alumnos. Ao lado dos professorés nomeados pelo governo, existiam os particulares, que, como os antigos mestre-escolas, eram mantidos pelos paes dos alumnos, dos quaes recebiam quantias certas por mez: geralmente, 2$ por alumno.

Em 1847, Moraes Sarmento pretendeu impedir que ensinassem sem prévia licença da presidencia, que só a concederia aos que provassem as suas aptidões e bons costumes mas essa exigencia não se tornou effectiva. Tendo nos paes dos discipulos os seus melhores fiscaes, continuaram a subsistir com grande proveito para o ensino.

Quanto á instrucção secundaria, era ministrada no *Atheneu*, inaugurado a 2 de Dezembro de 1836, quando presidente Basilio Quaresma Torreão. Contava cinco cadeiras: Latim, Francez, Geometria, Rhetorica e Philosophia. As matriculas nas diversas aulas subiám a 35 alumnos. A mais concorrida era a de Latim: tinha 23 estudantes. Essa lingua era tambem ensinada em cadeiras isoladas em S. José de Mipibú, Assú, Principe e Imperatriz.

A vida social ia-se modificando lentamente; mas nos logares do interior o povo ainda confiava muito pouco na acção das auctoridades, o que augmentava a percentagem de crimes, que, não raro, ficavam sem repressão legal. A segurança individual e de propriedade, assim como a brandura dos costumes, vieram aos poucos, com a elevação do nivel moral e intellectual das novas gerações.

Governou nesse anno de 1850, pela ultima vez, na qualidade de vice-presidente, João Carlos Wanderley, que assumiu a administração em consequencia do fallecimento do presidente José Pereira de Araujo Neves. Houve quem affirmasse que esse fallecimento resultara de um crime; mas João Carlos Wanderley contestou-o na *falla*, com que abriu a sessão da assembléa provincial, em 3 de Maio daquelle anno:

«Foi Deus servido de dispensar da vida presente, no dia 15 de Março proximo passado, o exmo. presidente desta Provincia, dr. José Pereira de Araujo Neves, perecendo de um violento ataque de congestão cerebral, segundo o declararam os medicos existentes nesta capital, a quem incumbi de perscrutar, por meio de autopsia, as causas internas que porventura podessem ter concorrido para açodar tão repentino e prematuro fallecimento. A estas e outras muitas indagações e exame mandei proceder em razão de haverem pessoas mal intencionadas propalado a triste idéa de que a morte, que aliás todos com razão deploramos, havia sido occasionada por propinação de veneno; mas uma tal idéa foi desde logo condemnada pelo bom senso publico, e omnipotentes se tornaram os fins sinistros de seus auctores, sendo delles o principal o ex-chefe de Policia da Provincia, bacharel José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva.

Sinto dize-lo, senhores; mas força é que eu renda toda a homenagem que devo á verdade, e que não deixe em silencio um facto desta ordem, que tendia a chamar o descredito e a animadversão publica sobre uma Provincia que de perto conheço, a que amo de todo o meu coração e da qual me honro de ser filho.»

Vice-presidente em exercicio e deputado á Assembléa Geral, João Carlos Wanderley era no momento o politico de maior prestigio na Provincia; mas, por isto mesmo, era tambem o alvo dos mais violentos ataques e aggressões por parte dos seus adversarios, aos quaes, seja dicto de passagem, não poupava na sua intolerancia partidaria. E essa foi, talvez, a causa do sacrificio de sua carreira politica tão promissoramente iniciada.

Dentro em pouco, mudada a orientação da politica geral, foi um vencido e nunca mais conseguiu voltar ás posições que occupara. Isto occorreu quando se obliteraram as divisas dos partidos no gabinete de 6 de Setembro de 1835, presidido pelo marquez de Paraná, creador da *politica de conciliação*, que a Salles Torres Homem se afigurou um periodo de descanço, epocha sem physionomia, sem emoções, sem crenças enthusiasticas, que veio se interpor entre a decadencia dos partidos velhos que acabavam o seu tempo e o apparecimento dos partidos novos a que pertencia o futuro, mas que teve a inapreciavel vantagem de romper a continuidade da cadeia de tradições funestas e de favorecer pela sua calma e por seu silencio o trabalho interior de reorganização administrativa e industrial do paiz.

No Rio Grande do Norte, ella foi na realidade o que disse Joaquim Nabuco: "uma epocha de renascimento, de expansão, de recomeço, em que se renovou o antigo systema politico decrepito, em que se creou o apparelho moderno de governo, e se dilatou extensivamente, não para a classe politica sómente, mas para todas as classes, o horizonte que as comprimia".

Quando, em 1862, os conservadores genuinos se extremaram e da *liga* entre os moderados e os liberaes surgiu o partido *progressista*, nucleo do novo Partido Liberal depois do ministerio Itaborahi, as condições da Provincia — que tivera como presidentes, de 1853 até aquelle anno, Antonio Bernardo dos Passos, Bernardo Machado da Costa Doria, Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, João José de Oliveira Junqueira, José Bento da Cunha Figueiredo e Pedro Leão Velloso, todos homens competentes e integros — eram, sem contestação, de accentuada prosperidade, comparadas com as de 12 annos passados. Augmentou a população; foi elevado o numero de comarcas a 6, o de termos judiciarios a 18, o de municipios a 23, o de freguezias a 27 e o de escolas publicas a 45; reorganizou-se o Atheneu, sendo creadas mais duas cadeiras, as de Geographia e Historia e a de Lingua e Litteratura nacionaes; subiu a 2.013 o numero de fazendas de creação, produzindo annualmente, em média, 60.000 cabeças; floresceu de modo animador a cultura da canna de assucar e do algodão; desenvolveu-se a pequena lavoira; foi iniciado o plantio do café no Martins e Porto Alegre, e generalizado o do fumo em varios municipios; appareceram industrias novas e alargou-se a producção das já conhecidas; attingiu ao duplo a exportação do sal, crescendo egualmente a do peixe secco, da palha de carnaúba e dos coiros frescos, salgados e cortidos, e começando a sahir para outros mercados os afamados queijos do Seridó; ascendeu a 500:000$ por anno o valor official das mercadorias extrangeiras importadas directamente ou por cabotagem, e approximadamente a 1.000:000$ o das exportadas; intensificaram-se as correntes commerciaes; a receita duplicou.

No ponto de vista politico, a *conciliação* fez amortecerem as luctas entre *nortistas* e *sulistas*, estabelecendo a confusão partidaria; mas, em verdade, com a preponderancia dos primeiros, isto é, dos conservadores.

Para a representação geral, por exemplo, entraram na legislatura de 1853-1856, José Joaquim da Cunha e Octaviano Cabral Raposo da Camara; na de 1857-1860, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e José Xavier Garcia de Almeida; na de 1861-1864, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Gabriel Soares Raposo da Camara. Destes tinham sido *nortistas* militantes Amaro Bezerra, Octaviano Cabral e Gabriel Soares; Xavier Garcia, embora rio-grandense, ausentara-se da Provincia e seguira a carreira das armas, occupando então o posto de coronel (foi depois brigadeiro) e sendo eleito graças á influencia de sua familia, que tambem era *nortista*; e José Joaquim da Cunha fôra presidente de 6 de Maio de 1850 a 10 de Julho de 1852, preparando no governo a sua eleição.

Nenhum, portanto, tinha affinidades com os *sulistas*, aos quaes só foram confiados, uma vez por outra, postos secundarios na administração ou logares na assembléa provincial. Mesmo durante a situação *progressista* havia muita rivalidade entre os que tinham tido origem diversa: Amaro Bezerra, que evoluira francamente para o liberalismo e que era quem dispunha de maior força junto aos chefes do partido no Rio de Janeiro, ainda não estava de todo identificado com José Moreira Brandão Castello Branco, que fôra figura primacial entre os *sulistas* desde 1849, quando surgira na imprensa combatendo os *Cabraes* (Octaviano Cabral Raposo da Camara e seus irmãos Leocadio Cabral Raposo da Camara e Jeronymo Cabral Raposo da Camara), nesse tempo os *nortistas* de matiz mais carregado.

Quem conhece a nossa historia politica não ignora como foi precaria e ingloria a vida do ultimo gabinete de Zacharias de Góes, desde Fevereiro de 1868, quando Caxias á frente do exercito em operações de guerra no Paraguai impoz a sua retirada, até Julho do mesmo anno, quando o imperador, por um golpe de poder pessoal, chamou os conservadores ao governo, sem que uma questão parlamentar provocasse a queda dos seus adversarios, com grande maioria na Camara dos Deputados.

Mas a causa allegada para a demissão do ministerio não foi nenhuma das duas: imposição de Caxias ou affir-

mação do poder pessoal do imperante. Era preciso *cobrir a corôa* e procurou-se para isto um pretexto. Esse pretexto foi a nomeação do senador que devia substituir Manuel de Assis Mascarenhas, fallecido em 30 de Janeiro de 1867. O imperador declarou o seu proposito de escolher Francisco de Salles Torres Homem e Zacharias fez ver que *a escolha não era acertada e por isto não podia tomar a responsabilidade della*: o candidato que tinha as suas sympathias era Amaro Bezerra. O monarcha insistiu, resalvando a sua prerogativa constitucional, e o ministerio demittiu-se. Fôra encontrada a justificativa necessaria para que se invertesse a situação.

Reconstituiram-se nessa occasião os dois grandes partidos nacionaes: os governistas formaram o conservador e os *progressistas*, fundidos definitivamente todos os elementos que os compunham, com excepção de um pequeno grupo que acceitou pouco depois o programma republicano, passaram a constituir o Partido Liberal. Dissolvida a Camara por decreto de 18 de Julho, Amaro Bezerra, que della fizera parte e cuja não escolha para o Senado servira de causa occasional á solução da crise politica, voltou á Provincia, dizendo-se "encarregado pelo Centro Liberal da Côrte de promover a installação e organização do directorio do partido local, commissão que sobretudo prezava, não só como uma distincção pessoal, mas principalmente porque se lhe davam occasião e meios de servir mais efficazmente a idéa liberal e a causa do partido, a cuja sorte o unia indissoluvelmente o mais subido ponto de honra e com o qual o identificava o baptismo da adversidade commum"; "e protestando esforçar-se, quanto em suas forças coubesse, por corresponder á confiança daquelle partido, sem prevenções oriundas do influxo de odios ou de quaesquer dissidencias passadas, que todas tinha sacrificado e esquecido deante do maximo interesse e dever supremo para o cidadão brasileiro de defender as instituições nacionaes".

Em reunião por elle convocada e que se realizou a 19 de Novembro de 1868, foi eleito o seguinte directorio: dr. Amaro C. Bezerra Cavalcanti, presidente; dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, secretario; dr. Luiz Rodrigues de Albuquerque, dr. Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares, dr. José Moreira Brandão Castello Branco, vice-consul Joaquim Ignacio Pereira, vigario Bartholomeu da Rocha Fagundes, tenente-coronel João Ignacio de Loyolla Barros, major Joaquim Ferreira Nobre Pellinca, major Francisco Bezerra Cavalcanti Rocha Maracajá e capitão José Ignacio de Britto.

Defendendo as suas idéas, appareceu *O Liberal do Norte*, redigido pelos quatro primeiros membros do directorio e tendo a collaboração effectiva dos drs. José Maria de Albuquerque Mello, Vicente Ignacio Pereira, Manuel Januario Bezerra Montenegro e Joaquim Maria Carneiro Villela.

Em 1872, inteiramente dissipados os resentimentos existentes entre Amaro Bezerra e Moreira Brandão, retirou-se aquelle para Pernambuco, assumindo este a chefia do partido e a direcção d'*O Liberal do Norte*, que passou a chamar-se simplesmente *O Liberal*. Embora com duas suspensões temporarias de sua publicação, esse jornal foi até 1883 o orgão do partido, batendo-se pelo seguinte programma (numero de 24 de Abril de 1875):

« O nosso programma, não precisamos dize-lo, é o de todo o Partido Liberal do Imperio. Queremos, como quizemos sempre, a realização dos principios caracteristicos do mesmo partido: a liberdade da imprensa e do ensino, a liberdade de consciencia e de culto, a liberdade da industria e do commercio, a descentralização, a independencia da magistratura, a garantia de todos os direitos, a verdade das eleições e pureza do governo representativo. Queremos, nos termos indicados pelo Centro Liberal, a realidade e desenvolvimento do elemento democratico da Constituição e a maior amplitude e garantia das liberdades individuaes e politicas.

Queremos em geral as reformas que o progresso e as condições sociaes têm tornado necessarias...

No tocante ás magnas questões da actualidade, a da reforma eleitoral e a denominada religiosa, que exigem immediata solução, a bem das instituições, da liberdade e da ordem, seguimos sobre cada uma a opinião que decorre dos principios estabelecidos no nosso programma. Decidimo-nos, quanto á primeira, pelo regime do suffragio directo, unico que póde libertar a Nação do pesado jugo de uma odiosa tutela. Pronunciamo-nos, quanto á segunda, pela independencia do poder espiritual e do poder civil, de modo que, girando livremente nas orbitas de suas attribuições, sejam egualmente respeitadas as prerogativas da Egreja e do Estado e efficazmente protegidos e acautelados os inalienaveis direitos da consciencia.

São estas as nossas idéas e as nossas vistas, como Brasileiros e como politicos. Como Rio-grandenses, procuraremos concorrer para o engrandecimento e prosperidade de nossa Provincia, promovendo, quanto em nós couber, os melhoramentos moraes e materiaes de que ella precisa. »

Do lado opposto era *O Conservador*, fundado em 1869 e publicado até 1881, que sustentava, como orgão de seu partido, a orientação politica dominante. Redigiam-n'o os drs. Francisco Gomes da Silva e Henrique Leopoldo Soares da Camara, padre João Manuel de Carvalho e major Joaquim Guilherme de Sousa Caldas, os quaes, com os drs. Luiz Gonzaga de Britto Guerra, que, nomeado primeiro vice-presidente, foi quem inaugurou a situação conservadora na Provincia, Octaviano Cabral Raposo da Camara, Tarquinio Braulio de Sousa Amarantho, Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves, Jeronymo Cabral Raposo da Camara, e alguns mais, constituiam o estado-maior dos governistas, cujo chefe era, de facto, o coronel Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara.

Nem todos, porém, viam com bons olhos a sua preeminencia e foi por isto que, na administração de Henrique Pereira de Lucena, 1872-1873, o dr. Jeronymo Cabral Raposo da Camara pôde sobrepôr-se aos seus correligionarios, abrindo scisão entre elles, e perturbando a harmonia no seio do partido. Esse dissidio não teve, entretanto, grande alcance porque, depois daquella administração, cessou definitivamente a sua e a influencia dos *Cabraes*, de que Octaviano, deputado geral nas legislaturas de 1853 a 1856 e 1869 a 1872, fôra o mais eminente e elle o ultimo representante.

Fóra do terreno politico, a vida da Provincia seguia o seu curso natural em perfeita calma e normalidade. Apesar de lento, seu progresso era estavel e seguro, tendo tido grandes surtos por occasião da guerra civil nos Estados Unidos, quando os preços do algodão, subindo exaggeradamente, provocaram o augmento da producção deste genero, já cultivado em grande escala, e, com elle, o enriquecimento do patrimonio particular e a brusca elevação da receita publica.

Alguns melhoramentos uteis foram executados nesse momento e na phase de iniciativas fecundas que se abriu ao paiz durante o governo do visconde do Rio-Branco, o immortal propugnador da lei do ventre livre. Datam desse tempo as primeiras concessões alli feitas para construcção de estradas de ferro, uma das quaes,—a de Natal a Nova Cruz, — teve o seu trecho inicial, na extensão de cerca de 41 km., entregue ao trafego em 28 de Setembro de 1881.

Em geral, reinaram sempre completa ordem e absoluta tranquillidade: pequenos conflictos, communs durante pleitos eleitoraes disputados, o protesto dos *quebra-kilos*, reacção contra o novo systema de pesos e medidas que fôra adoptado, e as depredações de um grupo de *cangaceiros* chefiado por Jesuino Brilhante, de quem ainda hoje se rememoram façanhas cavalheirosas e perversos attentados, não ultrapassaram os limites de simples occorrencias policiaes, reprimidas severa ou benignamente, segundo eram mais ou menos graves.

Um facto, comtudo, ameaçou a desorganização do trabalho: foi a guerra do Paraguai. Foramos surprehendidos sem effectivos militares sufficientes para uma desaffronta immediata, donde a necessidade de recorrer ao recrutamento, uma vez extinctas as reservas da Guarda Nacional e do voluntariado, para preencher os quadros do Exercito. Essa medida espalhou o panico, e a lavoira foi quasi abandonada. Vieram então os appellos vibrantes ao patriotismo da população para que accorresse ás bandeiras em defesa da Patria, e Amaro Bezerra, para secundar esse appello, offereceu, elle proprio, os seus serviços ao presidente conselheiro Luiz Barbosa da Silva, publicando este manifesto em 4 de Janeiro de 1867:

« Rio-Grandenses do Norte: — Ha 18 annos que vivo entre vós commungando comvosco soffrimentos e luctas politicas.

Em todo esse longo periodo tenho-vos provado constantemente dedicação e lealdade, e de vós tenho sempre recebido provas inconcussas de estima e confiança que muito me honram.

Deveres imperiosos resultam desses laços, que têm formado com a sancção do tempo a mais perfeita reciprocidade de sentimentos e affeições. Tenho fé em vós de que não querereis hoje desmenti-los, quando uma causa santa me arrasta a pedir-vos uma prova suprema, assim como espero tereis fé em mim de que o faço de animo puro, tendo em vista unicamente o cumprimento de grandes deveres e o engrandecimento de vosso nome.

Nossa patria e mãe commum tem soffrido affrontas graves de um extrangeiro audaz, e lucta, ha dois annos, para vinga-las, como deve, nos campos de batalha. Essa demora nos desdoira perante o mundo: a vingança só é nobre quando é prompta. E' preciso consuma-la por um golpe decisivo, como o exige a sua e a nossa honra.

Nesse empenho sacrosanto de que a gloria é a corôa, cumpre não ficar atraz e ir disputa-la na vanguarda, na razão do maior esforço.

Concito-vos a dar esse grande passo, offerecendo-me para conduzir-vos ou acompanhar-vos, e por minha honra serei fiel a este compromisso, compartilhando á vossa frente ou ao vosso lado perigos e soffrimentos.

O dever mede-se por si mesmo, não se extingue para ninguem emquanto subsiste para todos.

Tendes feito muito; deveis, porém, fazer muito mais até que seja salva a nossa patria e suas offensas desaggravadas.

Emquanto este dever não estiver plenamente cumprido, o nome de brasileiro é um peso immenso que devemos sustentar com honra. Deus nos livre de que elle se converta em uma vergonha no futuro!

Corramos, portanto, unidos ao combate para defender os brios do nosso paiz e salvar-lhe os futuros destinos, evitando assim legarmos aos nossos vindouros uma herança de deshonra.

Ha na escala dos esforços humanos um grau ainda superior ao dever, que se chama magnanimidade ou heroismo, pelo qual se engrandecem os individuos ou as communhões.

Mostrae-vos, pois, grandes por esse esforço supremo, e assim conquistareis, com as bençãos de todo o paiz, honra e gloria para esta Provincia, que nos cumpre elevar em consideração e valor no conceito da nação.

E' de meu dever indicar o vosso, dirigindo-vos o espirito e confortando-vos na guerra, como tenho solicitado e merecido de vós a honra de representar os vossos direitos na paz.

Não vos exhorto para que vades, convido-vos para que vamos.

A' parte mais viril da geração actual, que desponta cheia de fé e de nobres aspirações, cumpre dar um grande passo que a eleve aos olhos do paiz e do mundo. A ella renovo o appello que já lhe dirigi nos seguintes termos: "Mocidade briosa da Provincia, encetae a carreira das armas, aquella em que o valor suppre o talento e funda, como elle, a nobreza pessoal. Por ser ella a mais ardua e arriscada, é tambem a mais gloriosa. Aproveitae, pois, a occasião de conquistar gloria e distincção para que possais dar a ler ao futuro uma pagina brilhante de nossa vida".

E' este o voto sincero de quem vos deseja de coração felizes e grandes destinos.

Não o posso provar melhor do que offerecendo-me para conduzir-vos á gloria como vosso companheiro no perigo. »

O offerecimento de Amaro Bezerra, que era deputado, não foi acceito pelo Governo Imperial; mas o seu exemplo, estimulando a coragem e as energias civicas do povo, em muito contribuiu para que, dahi por deante, jámais faltassem numerosos contingentes de Norte-riograndenses nas fileiras dos bravos que desaffrontaram no extrangeiro nossa honra ultrajada.

Em 1878, os liberaes subiram ao poder com o ministerio Sinimbú, encontrando a Provincia, que desde o anno anterior vinha sendo castigada mais uma vez pela fatalidade climatica que periodicamente a assolava, em estado de verdadeira penuria, o que os não impediu de fazer, como succedia sempre que qualquer dos partidos era investido do governo, a mais violenta *derrubada* contra os adversarios. Estes, consoante os processos do tempo, foram arregimentar os seus partidarios por entre as maiores provações, manter

a campanha da imprensa (esta jámais deixou de existir desde 1852, embora a publicação de folhas diarias date do actual regime) e aguardar de novo que chegasse a hora de seu retorno ás posições, na certeza de que ella não demoraria, porque a vontade incontrastavel do soberano não mais permittia ostracismos prolongados. Os postos de destaque couberam aos victoriosos do dia, voltando á scena, como expoentes maximos da situação, Amaro Bezerra e Moreira Brandão, eleitos deputados na legislatura de 1878 a 1881.

Naquelle anno João Carlos Wanderley, que ficara na penumbra desde a conciliação de 1853, recolhendo-se á terra de seu nascimento, onde redigiu o *Correio do Assú*, jornal francamente liberal, transferiu-se para a Capital, trazendo a typographia de sua propriedade e iniciando a publicação do *Correio do Natal*, de que foram redactores elle e seu genro o dr. Luiz Carlos Lins Wanderley.

Estava, porém, escripto que a fortuna politica não lhe sorriria mais: esteve quasi sempre em opposição aos seus correligionarios, dos quaes se afastou, por fim, passando-se para os arraiaes contrarios. Em 1885, o seu jornal tornou-se orgão conservador e assim se manteve até á extincção da monarchia, quando velho, cançado e desilludido abandonou de todo a vida politica. Moreira Brandão, apesar de intelligente e illustrado, habil jornalista e advogado de merito, não era um luctador e, portanto, não podia fazer sombra a Amaro Bezerra, homem de talento e de acção, leal e generoso, dedicado aos seus amigos e irreductivèl nos seus compromissos partidarios. Durante o dominio liberal, 1878 a 1885, a sua preponderancia foi absoluta; mas o seu feitio absorvente, auctoritario e voluntarioso occasionou por varias vezes a quebra de unidade de vistas e fortes dissentimentos entre os que o acompanhavam, enfraquecendo o partido, que, ao se ferir, na conformidade da lei n. 3.029, de 9 de Janeiro de 1881 — lei Saraiva — a primeira eleição directa, foi forçado a entrar em accôrdo com os conservadores, cedendo-lhe na representação geral um dos logares, que só pôde reconquistar na legislatura seguinte, quando se procedeu á nova eleição em consequencia da dissolução da Camara, sob o ministerio Dantas.

Em 20 de Agosto de 1885, ao subirem os conservadores, os liberaes, apparentemente cohesos, já estavam trabalhados por fundas divergencias, que foram conjuradas, durante a adversidade, por José Bernardo de Medeiros, o mais prestimoso dos auxiliares de Amaro Bezerra, depois da morte do dr. Euclides Diocleciano de Albuquerque, mas que teriam de explodir, como explodiram, mais tarde.

Em relação aos conservadores, as coisas não corriam de modo differente. Scindiam-n'os tambem os mais sérios desgostos e as maiores competições pessoaes.

Com o desapparecimento do dr. Francisco Gomes da Silva, politico de grande relevo, e do coronel Bonifacio Camara, centro de convergencia de poderosos elementos eleitoraes, os chefes consagrados eram o dr. Tarquinio de Sousa e o padre João Manuel, este no segundo e aquelles no primeiro districto. Deputados ambos, nem sempre se entendiam a contento; e na Provincia se reflectiam as suas inclinações atravez dos que privavam mais directamente com cada um delles. Na *botica*, estabelecimento commercial do pharmaceutico José Gervasio de Amorim Garcia, cunhado do doutor Francisco Amynthas da Costa Barros e irmão do dr. Antonio de Amorim Garcia, reuniam-se á tarde os partidarios mais extremados de Tarquinio; e na *gamelleira*, bella arvore que havia na actual praça do padre João Maria, os que mais sympathizavam com João Manuel. Da *botica* ou da *gamelleira* eram, pois, os dois agrupamentos que, embora unidos, toda gente sábia que disputavam primazias e distincções.

O successo de maior importancia occorrido na ultima situação conservadora foi o movimento abolicionista, feito fóra e acima dos partidos, e no qual figuraram nas primeiras linhas o padre João Maria, os drs. Pedro Velho, Oliveira Santos, João Lindolfo, Zacharias Monteiro, Nascimento Castro, Luiz Souto, Baptista Junior, os cidadãos Jovino Barreto, João Avelino, Odilon Garcia, Olympio Tavares e Miguel Lobo, além de muitos outros, que, reunidos, por iniciativa de Pedro Velho, a 1 de Janeiro de 1888 no Theatro Santa Cruz, na Cidade de Natal, fundaram a Libertadora Norte-Rio-Grandense, cujo fim era promover a libertação da provincia dentro daquelle anno.

A directoria dessa associação ficou composta do padre João Maria Calvacanti de Britto, presidente, dr. Manuel Porphyrio de Oliveira Santos, 1º secretario, major Antonio Pinheiro da Camara, 2º secretario, capitão Urbano Joaquim de Loyolla Barata, thesoireiro, havendo duas commissões executivas, uma na Cidade Alta e outra na Ribeira, compostas cada uma de 12 membros, para apressar a libertação da Capital. Para fazer a propaganda na imprensa, foi creado o *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense*, em cujo primeiro numero se divulgou o seguinte manifesto, dirigido á Provincia:

«Povo Rio-Grandense! Briosos filhos do Norte!

Não vêdes como da consciencia de cada cidadão se ergue uma chamma ardente e fulgida, que se vai reunir na alma collectiva do povo soberano, formando um vasto e grandioso incendio de patriotismo?

Não vêdes como se desmorona, esphacelado e podre, o colosso do escravismo que a consciencia publica não póde mais encarar, sem pejo e sem horror?

Não vêdes como o paiz inteiro se pronuncia pela morte de uma instituição, que cava entre a nossa querida patria e o resto do mundo culto um valle profundissimo de trevas e de lagrimas, que só as flores virentes da liberdade poderão encher e occultar aos olhos do futuro?

Não vêdes como esperamos tremulos e envergonhados os severos juizos da historia, quando ella ensinar aos povos do porvir que nesta terra a escravidão fez penetrar tão fundo as suas envenenadas raizes que 100 annos depois da revolução franceza ainda os homens se dividem em escravos e senhores?

A idéa do dever e as imposições da moral civilizada não podem achar-vos surdos a um appello em que se pedem duas libertações: a dos captivos que soffrem sem crime o maior dos males e a dos senhores que praticam inconscientemente a maior das injustiças.

Entramos no novo anno, e o mais avançado passo que a Provincia poderia dar na senda do progresso, a mais brilhante affirmação de que palpitam aqui corações livres e generosos, era darmos um golpe decisivo e mortal nesse monstro do captiveiro.

A Provincia devia empenhar-se, num compromisso solenne e irrevogavel, para extinguir de todo a escravidão em seu territorio dentro do anno corrente.

Quando a primeira aurora de 1889 viesse doirar os nossos horizontes, essa terra deveria recebe-la entre galas festivas e risos de alegria, annunciando-lhe a boa nova de que já não tinhamos escravos! Seria triste e doloroso que a data gloriosa que relembra o maior acontecimento dos annaes da humanidade, após a prégação de Christo, essa grande revolução que proclamou os direitos do homem, ainda viesse encontrar neste paiz milhares de homens sem direito algum!

A abolição do captiveiro no Brasil não é sómente uma aspiração, é uma necessidade, uma exigencia do espirito publico.

Hoje o escravo não é mais uma propriedade, porque não tem valor; não constitue fortuna de ninguem, porque ninguem póde reduzi-lo a dinheiro. Tambem não representa entre nós uma raça inferior ou selvagem que não tenha aptidões para viver em liberdade: nada o differencia no physico ou no moral do commum dos trabalhadores livres.

Além disto, elle vai comprehendendo que é util, que é necessario, e quem quer que tenha a consciencia dessa força não se póde mais submetter á condição de besta de carga, explorado sem o estimulo moralizador e legitimo do lucro.

Nenhum espirito sério e em boa fé póde mais dizer que a Lei Saraiva seja capaz de resolver a questão servil.

A idéa abolicionista chegou a um grau tal de vitalidade e robustez que pouco se preoccupa com as medidas governamentaes sobre esse grande *desideratum* nacional. A onda cresce e avoluma-se, assoberbando todas as resistencias. A opinião está inquieta e insoffrida: o paiz não póde mais supportar essa ignominia a requeimar-lhe as faces como um ferro em braza!

Resistir á torrente abolicionista no campo da discussão é impossivel.

Pergunte-se hoje a qualquer Brasileiro se um homem tem o direito de ser senhor de outro, que a resposta só póde ser negativa.

O que se discute é a escolha dos meios de tornar effectiva para milhares de compatriotas a restituição da sua liberdade por tanto tempo usurpada. E posta a questão neste terreno, a experiencia está demonstrando todos os dias que o mais nobre e mais humano, e, ao mesmo tempo, o mais acertado e mais pratico é a libertação immediata e incondicional, aproveitando os escravizados como trabalhadores livres e salariados.

Ainda quando houvesse homens com o senso moral tão pervertido, com os instinctos naturaes de creatura racional tão entorpecidos pela asphyxia das senzalas, tão apodrecidos na apathia de uma indifferença bestial que não sentisse mais animo de aspirar á liberdade, o dever de todos nós seria arranca-los a esse torpor e abrir-lhes os olhos da consciencia á luz brilhante do primeiro dos ideaes humanos, que é ser livre. Quem vê um seu semelhante na abjecção de um tal estado, e não lhe dá a mão para ergue-lo, é um egoista cruel e criminoso.

Batido pela razão, restará ainda ao escravismo o recurso da força, para se sustentar e manter-se, ou mesmo para retardar a sua queda infallivel e proxima? Não o cremos.

Além de que fazer violencia á opinião nacional, tão clara e ardentemente manifesta, seria um attentado aos brios do paiz, os defensores da honra da patria não se prestariam jámais ao papel degradante de defensores de uma instituição que é justamente o que a deshonra.

Se os escravos se evadissem todos, o que não nos deveria causar grande surpresa, porque era o que procuraria fazer cada um de nós, se o fizessem, o Exercito, não iria dar-lhes caça para restitui-los ao *bacalhau* e ao tronco. Não, mil vezes não!

Seria preciso que o Exercito Brasileiro fosse uma cohorte de janizaros servis; e o que sabemos é que a espada dos nossos soldados tem traçado a sua historia nos fastos militares do mundo com uma bravura, altivez e heroismo que nada devem aos mais denodados e nobres guerreiros!

O que falta é diffundir estas verdades, que acham echo em todo o espirito que não seja mal intencionado ou enfermo.

Propaganda incessante e decidida!

O dever de todos é fazer penetrar essa idéa tão natural, tão simples, tão justa e tão christan no coração daquelles que se achem afastado da corrente do pensamento nacional.

As vozes do patriotismo estão proclamando a toda hora que a liberdade dos escravos é uma causa que não comporta mais delongas.

A escravidão comprime dolorosamente a alma da patria, envérgonha-a e degrada-a, sem ter ao menos a attenuante utilitaria e pratica de ser indispensavel. O Brasil não precisa da escravidão para manter o equilibrio da sua economia social. Pelo contrario, tem sido ella a causa mais poderosa do retardamento do seu progresso, em todos os sentidos. E' má, é humilhante e é injusta! Guerra, pois á escravidão!

Batalha sem treguas ao escravismo! E viva a abolição! viva o brioso povo rio-grandense! viva a patria brasileira, que não quer escravos e nem precisa delles! Todos os filhos desta esplendida e heroica filha de Colombo devem ser cidadãos, homens livres! Viva a liberdade!»

A percentagem da população escrava da Provincia nunca foi elevada (pelo recenseamento de 1872 era de 13.020, num total de 233.979 habitantes) e, de muito, a acção dos abolicionistas a vinha reduzindo: a ultima matricula feita mostrava que o numero de escravos existentes era de 3.716 e, pelo primeiro numero do *Boletim*, se verifica que já eram livres os municipios de Mossoró, Carahubas e Triumpho (hoje Augusto Severo), as cidades do Assú, Canguaretama e Jardim do Seridó, as villas de Macahiba e Papari, e a Povoação de Utinga. Ao ser promulgada a lei de 13 de Maio, já figuravam em quadro de honra:

Municipios livres: — Natal, Mossoró, Carahubas, Triumpho, S. José de Mipibú, Canguaretama, Papari, Nova Cruz, Angicos, Touros, Porto Alegre e Principe.

Cidades livres: — Assú, Jardim e Apodi.

Villas livres: — Macahiba, Arez, Goianninha, Santa Cruz, Pau dos Ferros, Sant'Anna do Mattos, S. Miguel, Acari e Serra Negra.

Povoações livres: — Utinga, Poço-Limpo, Egreja Nova, Ponta Negra, Pirangi, S. Gonçalo, Guanduba, Piau, Mangabeira, Cannabrava, Extremoz, Patú, Brejinho, Tibau, Ge-

nipabú, Santo Antonio de Goianninha, Carapebas, Curraes Novos, Boacica, Pipa, S. João do Principe e Tabatinga.

O movimento foi rapido e fulminante, não lhe faltando nem mesmo as sympathias da imprensa politica, inclusive os orgãos partidarios, — *A Liberdade*, *Correio do Natal* e *Gazeta do Natal*, o primeiro liberal e os dois ultimos conservadores, — os quaes applaudiam e, ás vezes, secundavam a propaganda valentemente feita no *Boletim*, de que foram principaes redactores Pedro Velho, Zacharias Monteiro, João Lindolfo, Oliveira Santos e Nascimento Castro.

Foi esta a ultima acta dà Sociedade Libertadora, datada de 20 de Maio e assignada pelo padre João Maria, presidente, Zacharias Monteiro e João Lindolfo, secretarios:

« A idéa abolicionista era geralmente abraçada pela população do Rio Grande do Norte. Reconhecia-se, entretanto, a necessidade de um centro que dirigisse os espiritos e levantasse a grande campanha contra a escravidão. Foi então que no dia 1 de Janeiro do corrente anno diversos cidadãos de todas as classes, reunidos no Theatro Santa Cruz, desta capital, fundaram a *Libertadora Norte Rio-Grandense*, que tomou a si o nobre e generoso compromisso de proclamar livre toda a Provincia até o dia 31 de Dezembro vindoiro.

Entrando em acção, aquella sociedade creou logo um orgão na imprensa (este *Boletim*, que termina hoje a sua publicação), onde fazia a mais franca e energica propaganda em favor de seu *desideratum*; nomeou commissões que a auxiliassem nos diversos municipios, com excepção dos de Mossoró, Carahubas e Triumpho, já então livres, commissões cujos bons serviços recordamos agradecidos; empregava, emfim, todos os meios indispensaveis á realização da grandiosa obra, que se propunha levar a termo.

Encaminhado assim o movimento, a briosa Provincia pôde, dentro do curto periodo de 4 mezes e 12 dias, apresentar o luminoso Quadro de Honra acima publicado (*é o mesmo que transcrevemos*).

Por amor á verdade historica se diga que entre nós houve alguns *emperrados*, mas não obstante isto, estamos certos de que a *Libertadora* levaria a effeito a sua empresa, proclamando livre a Provincia antes do prazo por ella marcado, se o governo não tomasse a si o honroso encargo de faze-lo já.

Foram apresentados á matricula ultimamente procedida na Provincia 3.716 escravizados, e, em vista de dados exactos que possuimos e por calculos mais ou menos approximados, avaliamos em trezentos e poucos, no maximo, os que ainda permaneciam no captiveiro quando raiou a tão almejada aurora de 13 de Maio.

De modo que o Rio Grande do Norte póde dizer com orgulho: em meu territorio muito pouco encontrou a fazer a grande lei que aboliu a escravidão no Imperio.

Eis, em ligeiros traços, o que se passou no Rio Grande do Norte, de 1 de Janeiro a 12 de Maio de 1888, no tocante á questão do elemento servil, hoje emfim resolvida do modo mais digno e lisongeiro para honra e gloria da patria brasileira. »

Como é sabido, o movimento abolicionista teve, em todo o paiz, a par de effeitos sociaes e economicos, uma grande repercussão de ordem politica: com elle começou a desaggregação dos partidos. E, na Provincia, essa repercussão, comquanto attenuada, se fez sentir. Dois factos o attestam: o primeiro foi, conforme veremos opportunamente, a fundação do Partido Republicano e a publicação do jornal *A Republica* poucos mezes depois, e o segundo a accentuação de *nuances* partidarias nos dois campos monarchicos.

Entre os "conservadores", Tarquinio de Sousa, espirito ponderado e culto (era professor da Faculdade de Direito do Recife), ainda mantinha mais ou menos approximados os seus correligionarios do primeiro districto, embora cheio de desalentos sobre o dia d'amanhan; mas João Manuel, temperamento impetuoso e luctador desassombrado, avançava resolutamente para o liberalismo radical que combatia a realeza, distanciando-se assim dos seus amigos, do segundo districto, que, por sua vez, delle se afastaram para agir isoladamente, segundo as suas proprias inspirações.

Entre os "liberaes", já não escapava ao observador arguto e perspicaz a existencia de correntes oppostas prestes a se chocarem.

Era esta a situação quando o visconde de Ouro-Preto organizou o gabinete de 7 de Junho de 1889, em cujo programma se inscreviam algumas das medidas e reformas approvadas pelo ultimo congresso do Partido Liberal: o alargamento do direito de voto, a autonomia das provincias e do Municipio Neutro, a elaboração do Codigo Civil, a conversão da divida externa, a amortização do papel-moeda, o equilibrio orçamentario e a creação de estabelecimentos, de emissão e credito, especialmente para favorecer o augmento da producção.

Decahidos os "conservadores" e dissolvida a Camara dos Deputados, Tarquinio de Sousa, após curta demora no Rio de Janeiro, retirou-se para Pernambuco, retrahindo-se por completo, e João Manuel desligou-se inteiramente do seu partido, fazendo antes a sua profissão de fé republicana. São do discurso que proferiu em 11 de Junho os seguintes topicos:

« Sr. presidente — Os ultimos acontecimentos politicos que todos nós temos testemunhado, se por um lado devem causar no espirito publico as mais sérias apprehensões e produzir a mais viva impressão no animo dos Brasileiros, por outro lado devem enche-los do maior jubilo, despertando-lhes ao mesmo tempo as mais gratas esperanças pelos futuros destinos de nossa patria. Tudo está indicando evidentemente que este paiz, fadado por Deus aos mais gloriosos destinos, em breve passará por transformações profundas e radicaes, e que as velhas instituições que nos têm humilhado tendem a desapparecer deste sólo abençoado, onde não poderam consolidar-se nem produzir fructos beneficos (*sensação*).

Tudo é confusão e anarchia: confusão na ordem social, anarchia na ordem politica. Mas tenho fé em Deus que deste cháos medonho, em que se debatem inanes, se estorcem agonizantes os restos de uma monarchia moribunda (*apoiados e applausos*), ha de surgir a luz, essa luz suave e esplendida da liberdade e da democracia, que ha de incendiar todas as intelligencias, illuminar todos os corações, cahindo no seio da patria como gotta de orvalho divino, vivificando-a, fecundando-a, como vivificam as flores os raios beneficos de um sol de estio.

Senhores, os apparelhos deste velho systema de governo estão gastos e imprestaveis. Os antigos partidos acham-se divididos, esphacelados. . .

Um sr. deputado — Descobriu isto agora ?

O sr. João Manuel — Só tenho que dar satisfacções á Nação que nos julgará.

Esphacelados pelos odios, annullados pela fraqueza, apodrecidos pela corrupção, extragados pelos vermes das dissidencias que os têm corroido e dilacerado. O Senado e o Conselho de Estado, onde só deveriam imperar a razão calma, a reflexão, a prudencia e a sabedoria, têm perdido a sua seriedade (*apoiados e não apoiados*), desmentido suas honrosas tradições, trahido o seu papel, desvirtuado a sua missão, pervertido os fins para que foram creados, tornando-se facciosos e revolucionarios.

O poder irresponsavel, cercado do prestigio da realeza, investido das maiores e mais largas attribuições que se podem depositar nas mãos de um homem, abusando escandalosamente das augustas prerogativas que tão de boa fé lhe foram conferidas pelo legislador constituinte, e que tão generosamente foram reconhecidas e aceitas pela nação, esse poder, vós todos o sabeis e sentis, tornou-se o poder unico, supremo e absoluto, tudo avassallando á sua vontade, tudo amesquinhando, tudo abatendo, tudo mystificando, tudo corrompendo, invadindo, absorvendo e supprimindo todos os outros poderes constitucionaes.

Deante desta dissolução dos partidos, que se estragaram e se perderam, deante da anarchia e desmoralização em que se acham as instituições com que os nossos paes procuraram felicitar-nos, não ha espirito, por mais indifferente, que se não entristeça contemplando os males, as ruinas e as miserias da patria, que é a unica sacrificada aos erros, ás ambições, aos caprichos e vaidades daquelles a quem têm sido confiados os seus destinos. . .

. . . Não nos illudamos, a republica está feita. Só lhe falta a consagração nacional.

Ella existe de facto em todos os espiritos, em todos os corações brasileiros. Seria arrojada temeridade ou rematada loucura pretender impedir essa torrente caudalosa da idéa nova, que invade todos os espiritos e se derrama pujante em todo o sólo da patria.

O apparato bellicoso com que o governo procura aterrar o espirito nacional é desnecessario, porque a republica não quer brigar.

A revolução é outra: a revolução pacifica, operada pela scentelha do patriotismo, incendiando todos os espiritos e abrazando todos os corações brasileiros; revolução que terá o mesmo resultado benefico que teve a da abolição do elemento servil.

O emprego da força, da violencia e da compressão só poderão fazer victimas, augmentando consideravelmente o numero de agitadores. Cada Brasileiro se imporá como dever sagrado defender a sua idéa, agitando a opinião publica, fallando á alma nacional, despertando-lhe todos os sentimentos, excitando-lhe todos os estimulos, movendo-lhe todas as fibras patrioticas, concorrendo para a grandeza e felicidade deste paiz, que ha de elevar-se como um gigante, impondo-se á admiração e respeito das nações mais civilizadas, bafejado pelas auras puras da democracia. Não se illuda o nobre presidente do Conselho.

Abolida a escravidão, que nos envergonhava, é preciso abolir o poder que nos opprime e esmaga, esterilizando todas as fontes de riqueza e estancando todas as forças vivas da Nação. Uma coisa é consequencia natural da outra.

Não tardará muito que os Brasileiros, jubilosos, saudem com enthusiasmo o alvorecer da aurora brilhante da regeneração politica e social. Não tardará muito que neste vastissimo territorio, no meio das ruinas das instituições que se desmoronam, se faça ouvir uma voz nascida espontanea do coração do povo brasileiro, repercutindo em todos os angulos deste grande paiz, penetrando mesmo no seio das florestas virgens, bradando energica, patriotica e unanimemente: abaixo a monarchia e viva a republica! »

Com este discurso, a que Ouro-Preto, altiva e corajosamente, oppoz réplica immediata, em brilhante improviso, João Manuel se separou dos "conservadores" da Provincia, os quaes, ausente Tarquinio de Sousa, viveram sem direcção a não ser dos chefes locaes, até que se romperam todos os vinculos partidarios que os uniam com a implantação do novo regime.

Na ultima phase do governo monarchico, dominando os "liberaes", nada se fazia sem o assentimento de Amaro Bezerra, que commetteu erros gravissimos, a começar pela indicação do tenente-coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas para 1º vice-presidente.

Este, que já exercera o cargo em situação anterior, era cidadão probo e digno a todos os respeitos, mas a nomeação naquelle momento devia recahir em José Bernardo, que soubera conciliar as divergencias latentes no seio do partido e fóra o centro ao redor do qual se haviam congregado todos os legionarios do mesmo credo nos dias de amargura e de má fortuna. O facto não teria, entretanto, consequencias, se a preferencia traduzisse apenas sincera homenagem a um velho amigo, cuja dedicação era tradicional em sua familia.

Mas a verdade era outra: o acto obedecera a segundas intenções. Desde 1857 que a Provincia, cujos representantes no Senado, com excepção de Britto Guerra, lhe foram sempre impostos pelo Governo Geral, se libertara dessa intervenção indebita quanto á Camara dos Deputados, escolhendo livremente os seus candidatos. E Amaro, indo de encontro a essa conquista, que representava uma relativa autonomia, julgou possivel voltar aos tempos idos, assumindo o compromisso de eleger pelo segundo districto o dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, nomeado presidente da Parahiba. Tinha porém, a certeza de que não contaria para isso com o apoio de José Bernardo, e deixou por esta razão de confiar-lhe a vice-presidencia, que lhe competia pelos seus serviços.

Conhecida a combinação que fôra feita no Rio de Janeiro para a candidatura Gama Rosa, José Bernardo se apressou em indicar a do dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro — ex-magistrado na Provincia que representara em sua assembléa, e descendente de uma familia illustre, a do padre Miguelinho, um dos grandes heróes e martyres da Revolução de 1817 — sendo acompanhado por quasi todo o Partido Liberal do sertão, que constituia o segundo districto, pelo qual se pretendia apresentar aquelle candidato. Queria isto dizer que levantava a luva que lhe fôra atirada, acceitando, sem temor,

a lucta a que o provocara o seu chefe e amigo da vespera. Esse gesto assegurou-lhe adhesões e applausos geraes: a opinião livre estava com elle para repellir o que se considerava uma affronta do poder; e Amaro Bezerra, que não era um ingenuo, reconheceu desde logo a impossibilidade de insistir no seu primeiro proposito. Não era, porém, homem para recuar, e resolveu ser elle mesmo o candidato.

Apresentou-se pelos dois districtos para, se victorioso em ambos, optar pelo segundo, elegendo Gama Rosa pelo primeiro, onde seu prestigio era mais radicado e onde mais efficiente seria a pressão official em seu favor, dada a solidariedade que mantinha com o Governo Geral e o seu delegado na Provincia, o dr. Fausto Carlos Barretto.

O pleito realizou-se em 31 de Agosto, sendo candidatos: Amaro Bezerra, pelos "liberaes"; Miguel Castro, pelos dissidentes; Almino Alvares Affonso e Manuel Porphyrio de Oliveira Santos, pelos "conservadores"; e José Leão Ferreira Souto, pelos republicanos. Nenhum conseguiu maioria absoluta, entrando em segundo escrutinio, a 9 de Outubro, os dois mais votados, Amaro Bezerra e Miguel Castro. Este foi o vencedor, obtendo 1.112 votos contra 662, que suffragaram o nome do seu competidor.

Depois do pleito, em que fôra tão estrepitosamente derrotado o valoroso chefe "liberal" — infatigavel combatente cuja vida publica excedia de quarenta annos — a desorganização dos partidos monarchicos era patente e a Provincia estava franqueada a todas as idéas novas.

O Brasil atravessava nessa epocha o periodo de febril agitação iniciado com o movimento abolicionista e que se aggravara com as questões militares, a molestia do imperador e a propaganda tenaz contra o segundo Imperio. Estava no governo o visconde de Ouro-Preto, a cuja inquebrantavel energia recorrera a Corôa, já convencida de que o barão de Cotegipe não fôra um visionario, quando, ao ser extincta a escravidão, prophetizara a perda do throno.

Certo, ninguem em melhores condições do que aquelle venerando estadista para salva-lo, se a sua condemnação não fosse irremediavel. Era, porém, muito tarde para tenta-lo; e elle, com o seu largo descortino politico, não devia ter illusões a respeito. Sacrificou-se, portanto, ás suas convicções; e pena foi que estas o obrigassem, — a elle que cultuava a honra e para quem o cumprimento do dever tinha prescripções inflexiveis, — a esse sacrificio, porque, se não tivesse naquella occasião as responsabilidades do poder, é de crer, conhecidos o seu patriotismo e o seu espirito liberal, que não recusasse ao paiz, pelo menos em altos cargos administrativos, o concurso de sua poderosa intelligencia e de sua indiscutivel capacidade para a solução de alguns dos importantes problemas que o actual regime teve de enfrentar desde que foi estabelecido.

Não estava em suas forças desviar a successão dos acontecimentos. A Republica era, na phrase de um dos seus evangelizadores, a fatalidade infallivel. Teria de vir e veio como a consagração de uma grande aspiração nacional, a 15 de Novembro de 1889.

A Provincia, — esquecida e desherdada entre as suas irmans mais ricas e mais opulentas, — foi indifferente á sorte da dynastia. Pouco devia á realeza. Comprova-o a modestia de suas rendas naquelle anno: 321:967$448, quando a população já attingia a cerca de 300.000 almas.

Conforme já dissemos alhures, foi ao fulgor da palavra convencida e ardorosa dos que alli fizeram a propaganda da Abolição e da Republica, doutrinando pela imprensa e pela tribuna, que os Rio-grandenses aprenderam a contar com as suas proprias forças para fazer a grandeza de sua terra, antevista por Pedro Velho, aos lampejos de seu genio politico, e por elle realizada, em grande parte, até que a morte o arrebatou no meio da jornada, proseguida, com o mesmo enthusiasmo, pelos que, seus discipulos e seus amigos, procuraram, — relembrando a sua memoria e orphãos embora de seus conselhos, — inspirar-se nos exemplos edificantes, e nos ensinamentos fecundos de sua vida gloriosa.

VIII

Periodo republicano até á organização do Estado

Todos aquelles que conhecem ou estudam a marcha ascencional da propaganda democratica em nosso paiz, no periodo que vai do abolicionismo á Republica, sabem que, no Rio Grande do Norte, a alma do movimento foi o dr. Pedro Velho, que, concluido o seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde deixou entre os seus collegas justo renome pelo seu talento e pelo seu saber, se retirou, em 1881, para a Provincia, dedicando-se, — inteiramente alheio ás competições dos partidos, — á clinica e ao magisterio. Parecia um indifferente; e, no emtanto, era um revoltado que se preparava na reflexão e no estudo para descer opportunamente á liça, honrando, pela sua acção patriotica, a memoria inolvidavel de seus antepassados illustres, que tinham tido em Jeronymo de Albuquerque, no tempo da conquista, e André de Albuquerque, na Revolução de 1817, duas das figuras maximas da historia norte-rio-grandense.

Na sua primeira campanha, a da Abolição, demonstrou o alto valor de seus meritos; mas foi como propagandista republicano e, mais tarde, como chefe de partido e homem de governo, que revelou, em toda a sua plenitude, os dotes excepcionaes de seu grande espirito.

A fundação do Partido Republicano effectuou-se a 27 de Janeiro de 1889, conforme se verifica desta acta:

> « Ás 12 horas do dia 27 de Janeiro de 1889 teve logar nesta Capital, na residencia do cidadão João Avelino Pereira de Vasconcellos (*era situada em frente á Egreja do Rosario, na praça que tinha este ultimo nome, no Bairro da Ribeira*), a primeira reunião do Partido Republicano nesta Provincia, após os movimentos revolucionarios tragicamente afogados no sangue dos patriotas de 1817 e 1824.
>
> Presentes muitos cidadãos, e achando-se sobre a mesa um grande numero de adhesões de correligionarios que motivos poderosos impediram de comparecer á capital, foi convidado para assumir a presidencia da assembléa o dr. João de Albuquerque Maranhão, servindo-lhes de secretario o revmo. vigario José Paulino de Andrade e o cidadão Juvencio Tassino Xavier de Meneses.
>
> Obtendo então a palavra o dr. Pedro Velho expoz os fins da reunião e submetteu á approvação dos cidadãos presentes as bases da lei organica do partido, as quaes foram unanimemente acceitas.
>
> Continuando, o orador lembrou a creação de um jornal ou revista que désse conta dos progressos do partido no paiz e especialmente que se mandasse tirar uma grande edição das obras de propaganda de Assis Brasil e Silva Jardim, para distribuição gratuita entre o povo, e animou os correligionarios vindos do interior a que promovessem a creação de clubs locaes em seus respectivos municipios. Passou então a fazer a leitura de um manifesto, cuja redacção foi approvada, resolvendo a assembléa que fosse mandado á impressão, afim de ser distribuido largamente na Provincia.
>
> Usaram ainda da palavra outros cidadãos, todos de accôrdo com as idéas emittidas pelo dr. Pedro Velho.
>
> Em seguida procedeu-se a duas eleições; a primeira tinha por fim constituir uma Commissão Executiva Provisoria até que no Congresso do partido se nomêe o directorio annual.
>
> Esta commissão ficou composta dos cidadãos seguintes: dr. Pedro Velho, João Avelino Pereira de Vasconcellos, dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, dr. João de Albuquerque Maranhão, vigario José Paulino de Andrade, Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, José de Borja Caminha Raposo da Camara, João Ferreira Nobre, Carlos Manuel de Jesus Nogueira e Costa, Antonio Minervino de Moura Soares e Manuel Onofre Pinheiro, os quaes dentre si deverão escolher presidente, vice-presidente, thesoireiro e secretarios.
>
> A segunda eleição tinha por fim constituir a Directoria do Centro Republicano da Capital, que ficou assim composta: presidente, dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco; vice-presidente, Manuel Ferreira da Silva Veiga; thesoireiro, Manuel Alves de Sousa; 1º secretario, Benedicto Ferreira da Silva; 2º secretario, José Joaquim das Chagas Junior.
>
> Terminada a reunião, se fez entre os cidadãos presentes uma bolsa para occorrer ás despesas mais urgentes, telegraphando-se ao presidente do Conselho Federal do Rio de Janeiro sobre a reunião e seus resultados.
>
> E, para constar, se lavrou a presente acta em que todos assignaram. »

Estiveram presentes ou se fizeram representar as seguintes pessoas, residentes na capital, Macahiba, Ceará-Mirim, Touros, Angicos, Santa Cruz, Nova Cruz, Canguaretama, Goianninha, Arez, Papari e S. José de Mipibú: João Ferreira Nobre, dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, vigario José Paulino de Andrade, João Ferreira Nobre Junior, advogado José de Borja Caminha Raposo da Camara, coronel Estevam José Barbosa de Moura, José Justino de Oliveira Pinto, Theophilo Oswaldo Ferreira da Rocha, Thomaz Barbosa de Moura, José Ferreira de Oliveira, José Alipio de Meneses, Ignacio Marçal de Andrade, João de Lyra Tavares, Joaquim Maria Maciel, Vicente Thomaz de Lima, Joaquim Correia de Mello, Jeronymo Vieira de Mello, José Carvalho de Goés, Melchiades Ferreira Nobre, Joaquim Ferreira de Azevedo, Francisco Xavier de Lima, Manuel Ferreira de Oliveira, Joaquim Vieira de Mello, Manuel Paulino da Silva, Florencio do Rego Leite, Felix Barbosa Tinoco, Francisco Gomes de Britto, Ouriculo Mattos, Manuel Ignacio Ferreira, João Evangelista Ferreira da Silva, José Paulino da Silva Junior, Enéas Paulino da Silva, Pedro Fernandes da Camara, José Pinheiro de Castro, Joaquim Tavares de Oliveira, Emigdio A. de Moraes, academico Dioclecio Duarte, Antonio Joaquim Ferreira, José Gomes da Costa, academico José Ricardo Lustosa da Camara, José Paulino da Silva, Raimundo de Medeiros Dantas, Xisto Baptista Vieira, Philippe Ferreira da Silva, José Pedrosa de Oliveira, Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, Olympio Tavares, Antonio Barreto de Góes, José Ignacio da Costa, Antonio Philippe Cabral de Mello, João Pegado de Siqueira Cortez Filho, Joaquim Scipião de Albuquerque Maranhão, José Teixeira de Mello, João Clementino de Sousa, Joaquim Bezerra de Oliveira Lima, André Julio de Albuquerque Maranhão, Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão, Manuel Ferreira Duarte, dr. João de Albuquerque Maranhão, Luiz Candido de Araujo Camara, João Augusto de Oliveira Barroca, João Antonio de Britto, Francisco Gomes Teixeira, Bento José Taveira, André de Freitas Dornellas Camara, Benedicto Ferreira da Silva, João Duarte de Oliveira, Manuel Ferreira da Silva Veiga, dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, José Henrique de Castro Barroca, Adelino Maranhão, José Leitão de Almeida, Antonio Xavier de Sousa, Francisco Antonio de Sousa Duarte, José Alves de Sousa, Joaquim Hugo de M. Carvalho, Antonio Minervino de Moura Soares, Manuel Onofre Pinheiro, Manuel Alves de Sousa, José Antonio Arêas, Manuel da Cunha Soares, Seraphim Barbosa Cordeiro, José Deodato de Oliveira Lima, Manuel Cordeiro do Valle, Joaquim Soares de Lima, Lourenço Teixeira Fernandes, Benjamin Franklin Pedrosa, Antonio Joaquim Soares, Ignacio Bento de Avila Cavalcanti, João Avelino Pereira de Vasconcellos, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, João Pedrosa de Andrade, Theodulo Soares Raposo da Camara, Manuel Salustiano de Carvalho, Napoleão Espiridião Pedreira de Góes, Joaquim de Mattos, Francisco Muniz Pacheco, Joaquim Martiniano da Silva, Juvencio Tassino Xavier de Meneses, Manuel Alves de Moraes Castro, Ricardo Fernandes, Miguel Joaquim de Moraes, Laurentino Teixeira Galvão, Theodosio Soares de Oliveira, José Joaquim das Chagas Junior, Carlos Manuel de Jesus Nogueira e Costa, Estevam Olympio de Oliveira, João Alves de Mello, Francisco Eduardo Soares da Camara, José Rufino da Costa Pinheiro, Felismino do Rêgo Dantas, João Britto, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e Antonio Francisco de Assumpção.

Eis alguns trechos do longo *Manifesto* dirigido á Provincia:

> « Concidadãos: — O throno, usurpando uma gloria exclusivamente popular, para decoirar-se com o epitheto de *redemptor*, julgou consolidar-se.
>
> Pareceu-lhe que o 13 de Maio seria um solido remendo para as grandes brechas que apresenta a instituição monarchica. Mas enganou-se, porque uma conquista como a da abolição dá ao povo uma tal consciencia de sua dignidade e de sua força que não lhe é mais permettido estagnar-se na attitude servil de subditos reverentes.
>
> A republica, como um novo Christo, teve o seu precusor; e o Baptista desse novissimo evangelho foi a liberdade dos escravos.
>
> ... Os filhos desta Provincia não têm pulsos para algemas nem coração para servilismos.
>
> As tradições republicanas do Rio Grande do Norte foram escriptas com sangue: não podem achar-se obliteradas. Ellas reverdecerão.

... A ameaça-espantalho de uma dictadura militar. Mas ainda quando isto não fosse uma calumnia infamante — que o é—atirada á honra e á lealdade dos nossos briosos militares, a nação só supportaria semelhante affronta se estivesse envilecida por mais outro seculo de monarchia.

Um povo que faz a Republica em pleno vigor de opinião não receia tyrannos nem dictadores. De mais as chamadas questões militares têm tido origem apenas na fraqueza e na inepcia dos governos. Temem que o exercito confraternize com o povo, e que se deixe tambem eivar do *virus* de republicanismo.

E por que não? Por que o exercito não póde ser republicano? A farda não lhe atrophiou o coração. Os interesses e o futuro da patria não lhe podem ser indifferentes; e, desde que a Monarchia, divorciando-se da causa nacional, seja mais um estorvo do que um estimulo para o nosso progresso e para a nossa gloria, o exercito não a póde preferir á nação.

Soldados republicanos! Sim, porque elles não são soldados do rei e sim da patria.

O exercito assim como foi abolicionista, e bem alto e nobremente o proclamou, póde do mesmo modo e com egual direito ser pela Republica. Quem se recusou ao papel de capitão de campo não quererá ser fratricida.

... As monarchias só pódem subsistir em duas hypotheses: ou quando têm raizes tradicionaes e historicas tão profundas que só com violencia podem ser arrancadas (e ás vezes o são: o cancro do despotismo arrancou-o a França heroica em cataclysmos de dôr, golfando rios de lagrimas e sangue, mas arrancou-o) ou quando o throno se firma sobre uma nação que não se peja de ver-se humilhada, sobre uma gente infima e corrupta insusceptivel de regenerar-se.

O primeiro caso não tem applicação ao Brasil. Tradições monarchicas não as temos, salvo se assim quizerem chamar á comedia do Ipiranga e ao mandado de despejo de 7 de Abril.

A segunda hypothese é um insulto cruel applica-la aos Brasileiros. Pois este nobre e infeliz povo terá o coração fechado e inaccessivel á grande luz redemptora da Republica? A evolução do pensamento só não será uma lei para os Brasileiros?

Em breve veremos o contrario. O espirito publico desperta, reage, tem assomos nobilissimos de emancipar-se, e ha de faze-lo.

Pois ha de um povo inteiro abdicar o seu poder immenso na pessoa de um homem que a lei diz *irresponsavel* quando elle é susceptivel dos mesmos vicios e das mesmas miserias que qualquer burguez? E ainda quando fosse um sabio, um justo, um santo, poderia na sua descendencia, que nos é antecipadamente imposta, surgir um scelerado, um monstro, e este seria por lei o nosso imperador, tendo talvez os seus aulicos dedicados, os panegyristas fervorosos. Nero tambem os teve... »

E assim, sempre com elevação e em linguagem vibrante, o *Manifesto*, após o exame de varias questões que eram então de actualidade no paiz e na Provincia, conclue com estas palavras:

«A historia é a mestra da vida: acautelemo-nos.

O Rio Grande do Norte saberá comprehender esta verdade: e a corrente republicana que arrasta comsigo a opinião dos patriotas de outras provincias ha de engrossar suas aguas puras e fertilizadoras com a affluencia das adhesões sinceras e ardentes dos filhos desta terra.

A Monarchia Brasileira pende rapido para o occaso, sumindo-se num insondavel olvido, sem uma saudade e sem uma lagrima.

Do outro lado, no horizonte novo, surge, illuminando todos os espiritos e alegrando todos os corações, o sol da liberdade, e com elle a Republica, a Republica que é a paz e o progresso como desenvolvimento da ordem. »

A commissão executiva, eleita em 27 de Janeiro, escolheu para presidente Pedro Velho, para vice-presidente Hermogenes Tinoco, para 1º secretario João Avelino Pereira de Vasconcellos, para 2º secretario João Ferreira Nobre, e para thesoireiro Manuel Onofre Pinheiro, desenvolvendo, em seguida, a maior actividade para o exito da propaganda, que começou desde logo a ganhar terreno.

Em 1 de Julho, foi dado á publicidade o primeiro numero d'*A Republica*, que ainda hoje subsiste, e na qual, á frente de um grupo de destemidos batalhadores, Pedro Velho, seu fundador e redactor-chefe, offereceu combate sem treguas á Monarchia e aos seus servidores, com a confiança e apoio sem restricções dos correligionarios da Provincia e de muitos de seus filhos eminentes, como Amaro Cavalcanti, Tobias do Rego Monteiro, Daniel Pedro Ferro Cardoso, José Leão Ferreira Souto, Braz de Andrade Mello e alguns mais, que, ausentes, lhe mandavam de longe o estimulo de seus applausos e conforto de sua solidariedade.

Os effeitos do movimento iam se manifestando a cada passo, de tal sorte que os republicanos entenderam acertado comparecer á ultima eleição geral, que se realizou na vigencia do segundo Reinado, votando em candidatos do seu partido: Pedro Velho, no primeiro districto, e José Leão, no segundo.

E' claro que elles não podiam alimentar a pretenção de conseguir o triumpho nas urnas: queriam apenas provar que existiam. E isto mesmo accentuou Pedro Velho em sua circular:

«O Congresso Republicano reunido a 14 de Julho designou-me para candidato pelo primeiro districto nas proximas eleições geraes.

O Partido Republicano aproveita o ensejo para affirmar a sua existencia, levando ás urnas o nome de um correligionario. Que o escolhido para tão alta e significativa prova de consideração e apreço seja o menos digno — o obscuro signatario destas linhas — isto em nada attenúa o merito de tão digna e patriotica resolução.

O que vale no momento actual é provar que existimos.

O nome suffragado e o numero de votos são questões subalternas. O essencial é desmentir e repellir como uma affronta que o republicanismo rio-grandense é inconsciente ou despeitado, e que não tem vitalidade para apparecer nas urnas.

Devemos provar que as adhesões que a idéa tem conquistado na Provincia têm por unico movel a convicção mais firme e inabalavel... Devemos provar que o ideal republicano é desinteressado e puro...

O valor que póde vir a ter o nosso partido na Provincia, a influencia e prestigio que póde conquistar a idéa republicana dependem menos do brilho e da eloquencia das palavras do que da rectidão e pureza das consciencias... O caracter civico na sua expressão mais elevada, eis a garantia do nosso successo...

Sejamos no meio de tanta corrupção politica que nos amesquinha e nos degrada uma excepção e um protesto... Esta Provincia nada tem de monarchista... Nós somos uma minoria apparente.

As resistencias que a *opinião* offerece contra a Republica não têm raizes solidas... A camara que se vai formar não será melhor do que a do barão de Cotegipe: *pau para toda obra*, é o que quizerem della. Será pro ou contra a federação, monarchista *enragé* ou semi-revolucionaria, segundo as circumstancias, do mesmo modo que a outra, sendo eleita para a resistencia escravista, fez a lei 13 de Maio... Por pouco que façamos no pleito eleitoral a nossa presença na scena politica é sufficiente para significar uma victoria, a mais elevada e nobre das victorias: a affirmação da dignidade, o respeito e o decoro das nossas crenças, a fé inquebrantavel de que o futuro pertence á Republica! »

Sómente algumas dezenas de votos suffragaram as candidaturas dos republicanos; mas estes attingiram o objectivo collimado, demonstrando que havia na Provincia um partido que, sem pretender o poder pelo poder, se batia ostensivamente por um ideal superior de justiça e liberdade, partido destinado a ser menos de tres mezes depois, deposta a realeza, o nucleo de uma poderosa força politica.

A noticia da proclamação da Republica chegou a Natal no dia 15 de Novembro á tarde e Pedro Velho apressou-se em transmitti-la ao povo no seguinte *Boletim d'A Republica*:

« Brasileiros!

Está proclamada a Republica!

Povo, Exercito, Armada, na mais patriotica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Imperio e firmam os seus fóros de cidadãos.

Purificou-se emfim o Continente Novo!

Hoje, de um a outro polo, do Atlantico ao Pacifico, ha uma só crença: a soberania popular é a lei americana!

A alma nacional, inundada de jubilo, destitue o Imperio, e firma-se na Capital brasileira um Governo Provisorio composto do grande Quintino Bocaiuva, do invicto general Deodoro e do illustre publicista Aristides Lobo. A republica é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso.

Os odios e rancores partidarios não cabem em corações cheios da luz redemptora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na historia um logar de honra, uma gloria immortal.

13 de Maio e 15 de Novembro!

São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução politica, social e economica.

Viva a Republica!
Viva a Patria redimida!
Viva o Povo Norte-Rio Grandense!
Viva o Governo Provisorio!
Natal, 15 de Novembro.— Dr. *Pedro Velho.* »

A 17 deu-se a adhesão da Provincia, segundo consta desta acta:

« Aos 17 dias do mez de Novembro de 1889, no palacio da presidencia desta Provincia, onde se achavam reunidos os cidadãos abaixo-assignados, de accôrdo com o movimento republicano do paiz, representado pelo Governo Provisorio estabelecido no Rio de Janeiro, resolveram proclamar a Republica dos Estados Unidos do Brasil nesta Provincia, hoje Estado do Rio Grande do Norte, o que sendo approvado por todos com o maior enthusiasmo e vivas demonstrações de regosijo publico pelo capitão-tenente Leoncio Rosa foi acclamado presidente o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que, sendo unanimemente acceito no meio de acclamações geraes, assumiu a administração e tomou posse do governo do novo Estado do Rio Grande do Norte, que assim ficou installado; do que para constar lavrou-se a presente acta, que vai por todos os cidadãos presente assignada.

Eu, cidadão Joaquim Soares Raposo da Camara designado para escrever, a escrevi.— Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Leoncio Rosa. Philippe Bezerra. (Seguem-se outras assignaturas). »

A redacção d'*A Republica* publicou no mesmo dia o seguinte boletim (todas a folhas da Provincia eram periodicas e a propria *A Republica* só começou a ser publicada diariamente em 1 de Fevereiro de 1897):

« Concidadãos!

Como as outras provincias do extincto Imperio, hoje Estados livres da Confederação Brasileira, o Rio Grande do Norte acaba de proclamar a Republica entre as acclamações unanimes do povo e das classes militares.

E' livre a Patria!

A destituição do Imperio abriu espaço á soberania popular, quebrando todos os grilhões, todos os jugos.

De Sul a Norte as nossas irmans, cheias de ardor patriotico, sem lucta, sem resistencia de nenhuma especie, na confraternização mais nobre, mais sublime arvoraram o pavilhão popular e livre da Republica.

O Governo Central está constituido no Rio de Janeiro da seguinte maneira:

Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo, Provisorio;

Aristides da Silveira Lobo, ministro do Interior;

Ruy Barbosa, ministro da Fazenda e interinamente da Justiça;

Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da Guerra;

Chefe de esquadra Wandenkolk, ministro da Marinha;

Quintino Bocaiuva, ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Neste nosso caro torrão natal o grandioso acontecimento foi a manifestação mais bella e mais sublime que já brotou dos corações rio-grandenses.

A's tres horas da tarde deste dia immortal, que marcará na historia da Provincia a data da nossa libertação e da nossa felicidade, reunido o povo, exercito

e armada no Palacio do Governo, entre applausos geraes foi proclamada a Republica, sendo acclamado presidente do novo Estado e chefe do poder executivo o dr. Pedro Velho, que immediatamente assumiu a administração e tomou posse do Governo.

Já percorre todos os angulos do Estado a grande nova, em toda parte recebida entre manifestações geraes de regosijo.

Convencido de que representa e é depositario da honra publica, o Governo, nesta conjunctura solenne, será ao mesmo tempo forte e justo, não poupando esforços para manter inteira a harmonia social, respeitando todos os direitos, defendendo todas as liberdades.

Extinctos os privilegios, estamos e entramos numa data de verdadeira e plena confraternização.

O pensamento do Governo nesta nova phase de nossa existencia politica abrange o mais largo e elevado programma, firmado em bases que serão a garantia de nossa felicidade e grandeza futuras.

Viva a Confederação Brasileira!
Viva o Estado do Rio Grande do Norte!
Viva o povo brasileiro!
Vivam o Exercito e Armada nacionaes!
Viva o patriotico Governo Provisorio!»

Estabelecido o regime republicano, dissolveram-se os antigos partidos, congregando-se em torno e sob a direcção de Pedro Velho as maiores influencias politicas e eleitoraes da ex-Provincia.

Delle só ficaram afastados alguns dos elementos que tinham acompanhado Amaro Bezerra nos ultimos tempos ou aquelles a quem incompatibilidades pessoaes com representantes em evidencia da nova situação impediam uma approximação immediata.

E estes, alliados aos descontentes, vieram a constituir a opposição, que se dividiu em dois grupos, um dos quaes — o partido catholico — se formou para combater, de preferencia, o Governo Central, que decretara a separação da Egreja e do Estado, o casamento civil e a secularização dos cemiterios, e cujo programma o seu orgão na imprensa, *A Patria*, assim resumia:

"Pugnamos em nome de Deus e da Consciencia pelo respeito á crença nacional contra o dominio e implantação do atheismo no lar domestico e nas instituições publicas".

Pedro Velho, porém, soube manter firmes e cohesas as forças de que dispunha e na eleição da *Constituinte* foi completa a victoria de sua chapa, sendo eleitos:

Senadores: coronel José Bernardo de Medeiros, coronel José Pedro de Oliveira Galvão e dr. Amaro Cavalcanti.

Deputados: dr. Almino Alvares Affonso (foi o mais votado por ter sido tambem suffragado pela opposição), dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e dr. Antonio de Amorim Garcia.

A vida politica do Estado deslizara até então sem grande agitações e assim continuou até á eleição do primeiro presidente da Republica, realizada em Fevereiro de 1891.

Nessa occasião dividiram-se os seus representantes na Constituinte: Pedro Velho e José Bernardo votaram em Prudente de Moraes e os outros senadores e deputados no marechal Deodoro. Como consequencia deste facto, veio a mudança de orientação na politica estadual, sendo exonerado o governador dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva e nomeado para substitui-lo o dr. Francisco Amynthas da Costa Barros, que assumiu a administração a 3 de Março daquelle anno e agiu sempre de accôrdo com os deputados Antonio Garcia, seu cunhado, e Miguel Castro, aos quaes cabiam as maiores responsabilidades na nova situação.

Os senadores Amaro Cavalcanti e Oliveira Galvão e o deputado Almino Affonso, embora tendo suffragado o nome do glorioso chefe do Governo Provisorio, abstiveram-se de intervir em assumptos de ordem local. Pedro Velho e José Bernardo enveredaram nobremente pelo caminho do ostracismo e em manifesto, pelo primeiro escripto e por ambos assignado, definiram com clareza a sua attitude de opposicionistas. São desta peça, que, ao tempo, echoou como um grito de guerra por todos os recantos do Estado, os seguintes trechos:

«Patria rio-grandense! Agora que é mistér mostrar a pujança invencivel de teus brios pódes, é certo, ouvir o surdo tropel de alguns falsos democratas, immergindo nas trevas do *sebastianismo* anti-patriotico, interesseiro e despresivel; mas o teu generoso sangue não circula de balde nas veias dos teus verdadeiros filhos, que, firmes e altivos, te estremecem com tal dedicação que nenhuma força é capaz de abater.

Podem os raios doirados do sol da liberdade mostrar-te, lá nas fimbrias do horizonte, o dorso fugitivo de alguns transfugas; mas elles não deixarão jamais de encontrar de frente a face levantada dos fortes e dos bons.

Vão bater ás portas da opinião popular, acenando com a capitulação em nome da deshonra; nunca, porém, lhe poderão desfraldar aos olhos deslumbrados o labaro da redempção da patria, por *elles* burlada em suas aspirações, por *elles* vilipendiada em seus brios — ella, a grande mãe commum, a quem arrancaram imprudentemente as vestes candidas da verdadeira crença republicana, para envolve-la envergonhada e triste nuns farrapos remendados, que foram apanhar ás esterqueiras da politica monarchica!

Podem encontrar cobardes e traidores para atrellar ao seu temporario triumpho, mas hão de tambem baixar os olhos, corridos e cabisbaixos, deante de muita altivez inquebrantavel.

Emquanto *elles* dizem nas trevas: humilha-te, povo decahido e fraco; nós só podemos dizer: ergue-te e caminha, phalange denodada. *Elles* precisam de estragar e corromper, abrir o torpe leilão das consciencias no balcão ignobil das venalidades; nós temos para exhibir á toda luz do patriotismo o codigo sagrado dos principios...»

A effervescencia politica originada por estes acontecimentos foi extraordinaria, dando em resultado uma profunda agitação partidaria, que se generalizou por todo o Estado, onde a opposição, em consideravel maioria e confiante na victoria do Congresso Federal sobre o Governo da União, creava os mais serios embaraços á administração local, que, apesar disto, armada de poderes dictatoriaes, conseguiu que fosse eleito, em 10 de Maio de 1891, o seguinte Congresso Constituinte: Bacharel José Ignacio Fernandes Barros, bacharel Manuel de Carvalho e Sousa, bacharel Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda, bacharel Augusto Leopoldo Raposo da Camara, bacharel João Alves de Oliveira, bacharel Philippe Nery de Britto Guerra, bacharel Manuel Barata de Oliveira Mello, bacharel Francisco de Salles Meira e Sá, bacharel Vicente de Paula Veras, bacharel Francisco Carlos Pinheiro da Camara, bacharel Bianor Fernandes C. de Oliveira, dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcellos, dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, dr. Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, dr. Antonio Antunes de Oliveira, coronel Ovidio de Mello M. Pessoa, coronel Genuino Fernandes de Queiroz, tenente-coronel Manuel Joaquim de C. e Silva, tenente-coronel Antonio Bento de Araujo Lima, tenente-coronel Ivo Abdias Furtado de M. e Meneses, major Joaquim Guilherme de Sousa Caldas, pharmaceutico José Gervasio de Amorim Garcia, Pedro Soares de Araujo e Umbellino Freire de Gouveia Mello.

Este Congresso reuniu-se a 10 de Junho do mesmo anno, elegendo a 12 o presidente e o vice-presidente do Estado, que foram:

Presidente, bacharel Miguel Joaquim de Almeida Castro; vice-presidente, bacharel José Ignacio Fernandes Barros; posteriormente, a 20 de Julho, foi eleito o coronel Francisco Gurgel de Oliveira para o logar de 2º vice-presidente, creado pela Constituição.

Em seguida á primeira Constituição do Estado, que foi promulgada a 21 de Julho de 1891, votou varias leis.

São conhecidos os extremos, a que chegou nessa epocha a lucta entre os poderes Executivo e Legislativo federaes, que teve por desfecho a dissolução do Congresso Nacional em 3 de Novembro daquelle anno, dissolução aliás prevista e esperada, conforme faz certo o documento publicado por Amaro Cavalcanti junto ao discurso que proferiu no Senado a 25 de Junho de 1892.

Diz esse documento:

«No dia 1 de Outubro de 1891, nesta Capital Federal, ás 8 horas da tarde, em casa de residencia do sr. general José Simeão de Oliveira, acharam-se reunidos os senadores e deputados do Congresso Nacional, a saber; o referido José Simeão, Eduardo Wandenkolk, José Hygino, Aquilino do Amaral, Custodio José de Mello, Annibal Falcão, Demetrio Ribeiro, Gil Goulart, Monteiro de Barros, Pinheiro Guedes, Pedro Velho, José Bernardo, Bezerra de Albuquerque, Silva Paranhos, Canedo, Ferreira Pires, Astolpho Pio, Gonçalves Ramos, Barbosa Lima, J. S. L. Gomensoro, Bizerril, Palleta, Baptista da Motta, Esteves Junior, Cunha Junior e Amaro Cavalcanti.

O objecto da reunião fôra deliberar sobre a attitude e procedimento que deveriam ter os actuaes membros de ambas as Camaras do Congresso acima dictos, não sómente acerca de certos actos legislativos e de outras medidas reputadas indispensaveis para a consolidação effectiva da Republica, mas, ainda especialmente, para o caso de o actual Governo (membros do Poder Executivo) procurar, por actos e factos, dissolver o mesmo Congresso, segundo as ameaças frequentes que a esse respeito circulam.

Varios dos senadores e deputados presentes á reunião bem apreciaram as circumstancias politicas do paiz e profligaram a direcção errada que o actual Governo tem dado aos negocios publicos, certamente fatal para a causa das novas instituições fundadas na Constituição de 24 de Fevereiro; e, depois de ouvidas as ponderações e pareceres diversos, foram tomadas unanimemente estas resoluções:

1ª. Que, dada a eventualidade infeliz da dissolução violenta e inconstitucional do Congresso Nacional, por actos e factos do Poder Executivo, se devia oppôr toda a resistencia possivel, inclusive o recurso extremo da força material, no empenho de manter a ordem legal e a Constituição;

2ª. Que fosse instituida, como de facto fôra uma commissão executiva do Partido Republicano Constitucional, composta dos srs. marechal Floriano Peixoto, general José Simeão, senador Prudente José de Moraes Barros, almirante E. Wandenkolk e contra-almirante Custodio José de Mello, para o fim de, como directorio central do mesmo partido, velar por todos os direitos e interesses deste e, no momento actual, bem regular e dirigir os actos e misteres parlamentares occorrentes; e, no caso de realizar-se a desgraçada hypothese prevista na primeira resolução, traçar a conducta e a acção do partido, segundo a necessidade das circumstancias;

3ª. Que nenhuma conciliação era possivel com os membros do actual Governo, isto é, que a nenhum membro do Partido Republicano Constitucional seria licito, nas condições presentes, acceitar logar no actual ministerio, por ser isso contrario aos principios do partido fundado, e prejudicial aos proprios intuitos da Republica;

4ª. Que fosse prorogada a presente sessão legislativa do Congresso pelo tempo preciso, afim de serem votados os orçamentos e outras leis de inadiavel necessidade, taes como a lei eleitoral e de organização do Districto Federal, as de responsabilidade criminal e de processo do presidente da Republica e outras. E, para constar, eu, Amaro Cavalcanti, lavrei a presente acta.»

Quando foi dissolvido o Congresso Nacional, Pedro Velho, que pertencia, como se vê do documento transcripto, á opposição radical, se achava em Pernambuco, donde seguiu para Natal logo que se deu a revolução de 23 de Novembro, com a consequente renuncia do marechal Deodoro e posse do marechal Floriano Peixoto.

Alli chegando em 26 daquelle mez, preparou e levou a effeito dois dias depois, a 28, o movimento da deposição do dr. Miguel Castro, que foi preso e obrigado a embarcar para o Ceará, fazendo acclamar uma junta governativa composta do coronel Francisco de Lima e Silva, presidente, e dos drs. Manuel do Nascimento Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves Filho.

Em 17 de Dezembro a Junta expediu este decreto:

«A Junta Governativa do Estado do Rio Grande do Norte acclamada pelo povo, pelo Exercito e pelos representantes da Armada, no empenho patriotico de dar ao Estado uma organização verdadeiramente republicana, em que se consagrem os principios federativos e se estabeleçam normas de um governo em tudo democratico;

Considerando que o acto de 3 de Novembro que dissolveu o Congresso Nacional foi altamente criminoso, um attentado contra a soberania da Nação, um desconhecimento do voto expresso dos Estados;

Considerando que o referido acto de 3 de Novembro golpeou fundamente a Constituição Federal, attentando contra a existencia do Poder Legislativo da União;

Considerando que o actual Congresso do Estado, sobre ser de origem inconstitucional e vir de uma eleição fraudulenta, adherindo ao acto que dissolveu o Congresso da União, criminosamente esqueceu a fiel observancia que devia aos grandes preceitos do pacto fundamental da Republica, trahindo o mandato que recebeu de seus committentes e assim poz-se fóra da lei;

Considerando que o mesmo Congresso do Estado, em toda a sua ominosa existencia, não tem feito senão legislar contra os interesses do povo norte-riograndense, compromettendo a sua autonomia, restringindo a liberdade da imprensa, sophismando a liberdade individual, concedendo innumeros privilegios odiosos e por este modo abrindo espaço na administração publica ao mais audacioso monopolio, nocivo á liberdade da industria e do commercio;

Considerando finalmente, que o Congresso do Estado arruinou as finanças e perturbou toda a vida economica estadual, além de se achar, pela acceitação que fez do acto de 3 de Novembro, em posição antagonica, perfeitamente hostil á revolução federal de 23 e ao movimento que se effectuou neste Estado a 28 do mesmo mez, decreta:

Art. 1º. Fica dissolvido o Congresso Legislativo do Estado e convocado outro que se deverá reunir em 20 de Fevereiro de 1892, devendo-se proceder á respectiva eleição em 31 de Janeiro do mesmo anno.

Art. 2º. O novo Congresso Legislativo será investido pelo eleitorado de todos os poderes necessarios para o seu funccionamento em bem do Estado e ainda dos especiaes para rever a Constituição existente, eleger o presidente e vice-presidente do Estado, que têm de servir no primeiro periodo administrativo.

Art. 3º. A Junta Governativa do Estado com a maxima brevidade decretará quaes as disposições da lei de 9 de Janeiro de 1881 que devem regular o processo eleitoral nas eleições a que se refere o art. 1º do presente decreto, consagrando o principio altamente democratico da representação das minorias.

Art. 4º. Ficam desde já revogadas todas as disposições em contrario. »

Feita a eleição em 31 de Janeiro de 1892, foram eleitos para o novo Congresso: bacharel Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, bacharel José Climaco do Espirito Santo, bacharel Jeronymo Americo Raposo da Camara, bacharel Antonio José de Mello e Sousa, bacharel José Peregrino de Araujo, bacharel Philippe Nery de Britto Guerra, bacharel Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, bacharel João Gurgel de Oliveira, bacharel Joaquim Cavalcanti Ferreira de Mello, bacharel Manuel Moreira Dias, bacharel Januncio da Nobrega Filho, bacharel Luiz Antonio Ferreira Souto, dr. Manuel Augusto de Medeiros, dr. Affonso Moreira de Loyola Barata, dr. Francisco de Paula Salles, dr. Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, dr. Manuel Ronaldsa de Castilho Brandão, dr. Francisco Xavier Soares Montenegro, capitão-tenente Arthur José dos Reis Lisboa, capitão Francisco de Paula Moreira, tenente Francisco de Paula Fernandes Barros, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, Manuel Augusto Bezerra de Araujo e Ovidio de Mello Montenegro Pessoa.

No correr da legislatura, houve quatro vagas — as de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, José Peregrino de Araujo, Manuel Ronaldsa de Castilho Brandão e Francisco Xavier Soares Montenegro — sendo eleitos para preenche-las, em 10 de Setembro de 1893, os bachareis Mathias Carlos de Araujo Maciel, Augusto Tavares de Lyra e Augusto Carlos de Mello L'Eraistre e o academico Epaminondas Tito Jacome.

Reunido a 20 de Fevereiro de 1892, o Congresso, que fôra investido de poderes constituintes, promulgou a 7 de Abril a nova Constituição do Estado e, em sua sessão ordinaria, votou as diversas leis complementares desta.

O governo da *Junta* terminou a 22 de Fevereiro, dia em que foram eleitos governador e vice-governador o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e o coronel Silvino Bezerra de Araujo Galvão, respectivamente, e no qual assumiu a administração, como presidente do Congresso, o dr. Jeronymo Americo Raposo da Camara.

Foi este quem transmittiu ao governador eleito, em 28 daquelle mez, o exercicio das elevadas funcções de primeiro magistrado do Estado.

A Pedro Velho offereceu-se nesse posto o ensejo afortunado de affirmar, com brilho inexcedivel, as suas excepcionaes qualidades de administrador e de chefe de partido. Dahi até á sua morte, — pranteada ainda hoje como a do maior e do mais benemerito dos filhos do Rio Grande do Norte, — não houve alli emprehendimento nem iniciativas de ordem politica ou de ordem administrativa a que tenha sido extranha a sua acção segura, previdente, fecunda e patriotica.

Durante esse periodo, a historia de sua vida, é como disse Luiz Fernandes (*Traços biographicos do senador Pedro Velho — Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VI), a da propria Republica naquella unidade da federação.

Os limites postos a este trabalho não permittem que commentemos factos e successos posteriores a 1892. Deixamos por isto de estudar o que occorreu durante e após o governo desse grande Brasileiro, cujo perfil de patriota Alcindo Guanabara traçou em eloquente discurso, pronunciado em 15 de Janeiro de 1908, na sessão civica realizada pela Liga Patriotica Brasileira, em honra á sua memoria gloriosa:

« No meio das vissitudes do tempo e da mobilidade dos homens, é sempre um grande e consolador espectaculo o de uma assembléa que se congrega para render a sua commovida homenagem ás virtudes immortaes de um companheiro que já não existe.

Nesta occasião, esse espectaculo vale por um conforto, um estimulo e um ensinamento: nós nos congregamos para attestar que ha ainda nesta geração quem se não deixe dominar pela exclusividade de um realismo esterilizante e sinta, nos fundos seios d'alma, a gratidão que transborda pela acção social daquelles que, como o nosso amigo senador Pedro Velho, sabiam bem que o dever do homem é luctar sem intermittencias e sem

preoccupações de interesses pelo que constitue o ideal de sua patria, a suprema aspiração da sua raça e de seu tempo.

Envolvido activamente e desde cedo nas luctas tempestuosas e fecundas da vida politica, o senador Pedro Velho affirmou a sua individualidade pelo que eu chamei ha pouco as virtudes immortaes; e não deveu a outra circumstancia a felicidade de ter vivido e crescido no seio da estima, da admiração e do respeito, que constituirão eternamente a indestructivel aureola de sua memoria querida.

A fidelidade inalteravel ás suas opiniões e principios, a cordialidade dos sentimentos que o animavam para com os outros homens, a solidariedade inquebrantavel para com os que lhe partilhavam a fé, a honestidade e a pureza de coração, a paixão das coisas superiores, essa continua aspiração de um bem collectivo, que era o movel supremo de sua acção, eis o que póde existir de immortal na parte humana do espirito e eis o que constituiu o fundo d'alma do amigo, cuja memoria hoje aqui reverenciamos.

Eu o conheci em phases diversas desse periodo difficil e doloroso da consolidação da Republica. Para a geração politica de hoje, isso já é a Historia. Vinte annos, nestas regiões tropicaes em que a sazão dos espiritos se faz tão intensa quanto rapida, valem por uma geração; acotovelamo-nos hoje com homens na plenitude do vigor que naquelles tempos agitados apenas entravam na puberdade.

Eu posso, pois, dar a essa geração um depoimento instruido pela observação, pela experiencia e pela acção em commum, e este depoimento, para ser exacto, ha de ser a glorificação daquellas virtudes superiores, que são a lealdade, o devotamento, a fé intensa, o respeito pelos companheiros, a affirmação incessante de um caracter limpido e rigido como o crystal de rocha.

O terreno que então pisavamos era vacillante e inseguro.

Como na natureza todas as forças se debatem, todos os cataclysmos se produzem, irrompem vulcões, desviam-se rios e surgem correntes, cruza os ares o raio e céo e terra se contorcem convulsos antes que o terreno se affirme, adquira solidez, cubra-se da relva verde e permitta a vida, assim no mundo politico esses cataclysmos, que são as revoluções, conturbam o meio, anarchizam os sentimentos, geram o despotismo, semêam a anarchia, e todos os que nellas se envolvem ou são colhidos por ellas luctam braço a braço e corpo a corpo com todas as forças em rebeldia até que a ordem se restabeleça, a auctoridade se affirme e a liberdade saneie a atmosphera.

Nessas horas de lucta impessoal, o caracter se reavigora: a coragem, a energia, o desprendimento, a abnegação são as armas do combate e o preço da victoria. Todas concorriam ao nosso saudoso amigo: sempre o vi inaccessivel ás suggestões, superior ao alliciamento como á lucta, firme nos seus propositos, fiel aos seus idéaes como ás suas amizades e dominado desse fogo fecundo que nos arde no peito e que nos leva a não ter desfallecimento neste empenho de rivigorar a auctoridade e de assegurar a liberdade para que triumphem os preceitos moraes e sociaes por cujo amor affrontamos as tempestades da politica.

Brando no trato, suave na palavra, eminentemente sympathico, um olhar penetrante que a myopia tornava mais agudo, uma cabelleira abundante que lhe dava o traço da energia e da decisão prompta, o senador Pedro Velho temperava a rigidez do caracter com essa feição de bonhomia, que tanto attrahe e seduz.

Era pessoalmente *charmeur*. O trato intimo com elle nunca deixava o travo da banalidade: pontilhava a conversa de observações pessoaes, deixava infiltrar-se nella o muito que sabia e derramava sempre em torno de si essa bondade que era, em seu coração, um oceano.

Esse grande morto, senhores, suggere-nos grandes deveres na vida. Não basta que nos vangloriemos de haver vivido com elle e luctado junto delle: é preciso que nos guiemos pelo seu exemplo e que elevemos até elle o espirito e o coração da geração que ha de succeder á nossa.

Esse homem, cuja memoria aqui tão commovidamente recordamos, teve até o ultimo dia da sua vida a paixão do trabalho, a lucta pelas suas convicções, o respeito pelos seus companheiros, a energia necessaria para defender sem fraqueza o seu pensamento, a sua fé e a sua obra.

Não foi um destruidor cégo e apaixonado. Elle não esquecia as palavras do pensador francez que disse um dia, com admiravel sabedoria, que, *"se para derribar um carvalho de nossas florestas não era preciso mais que um pulso e um quarto de hora, para substitui-lo era preciso um seculo"*.

Não foi um auctoritario inconsciente: foi um organizador da auctoridade e não contribuia para isso mais poderosamente do que com a paixão que o animava pela liberdade e pela ordem. E' sobretudo essa paixão pelas coisas superiores do espirito e pelas aspirações abstractas das sociedades que eu desejava ver substituir, na alma da mocidade, esse realismo utilitario que a está tão intensamente ameaçando de uma dissolução lamentavel.

A vida politica sem o ideal transforma-se num deploravel mercado de interesses e de posições, que desmoraliza e infecciona o paiz. Onde não existe a fé, onde não vibra a paixão pelas coisas superiores, onde não ha a dedicação pela patria, cega, incondicional, dominadora, abrangendo vida e morte nesse idealismo creador que faz de cada homem, no momento preciso, um heróe, o que fica é o pantano do interesse espurio, é um miseravel declinio moral, que macula os individuos, dissolve a sociedade e faz perecer a nação. Não podemos nos submergir, vivendo indifferentes e enervados, roidos pelo scepticismo, sem fé religiosa, sem opinião politica, temendo a todo instante o peso de uma responsabilidade, fechando os olhos a todo proposito elevado, famintos, da tranquillidade e do repoiso que não soubemos merecer, vencidos sem haver luctado e reconhecendo a derrota por puro medo de travar a lucta.

Que daqui, desta assembléa congregada para o fim superior de indicar aos vivos a licção da vida de um grande morto, levante-se, reboando por todo o angulo do paiz, o clamor quotidiano da nossa religião: *Sursum corda!* Elevem-se os corações acima do utilitarismo re-

pugnante! Suscitemos no espirito das gerações as illusões fecundas, as paixões generosas, os idéaes ardentes, os enthusiasmos que ennobrecem, a coragem e a energia, que transformam o mundo e que foram o apanagio do espirito do nosso morto querido!

Recordemos o exemplo e a licção da vida de Pedro Velho, rendendo-lhe a homenagem que lhe poderia ser mais grata: repitamos a apostrophe eloquente de Montalembert: *Jovens e velhos, saiamos todos dessa baixa e servil condição das almas. Não sejamos em grau algum cumplice do entorpecimento moral e intellectual de nosso tempo.*

Não deixemos extinguir em nós o fogo interior, a luz e o calor, a vontade e a vida. Projectemos para além do horizonte dos interesses grosseiros e frivolos um olhar intrepido; e, rendendo justiça e homenagem a todas as glorias do passado, procuremos respirar o sopro de um futuro melhor.»

IX

Governos da Provincia e do Estado. Representação. Freguezias. Municipios. Comarcas. Receita e despesa

O primeiro presidente do Rio Grande do Norte foi o capitão Thomaz de Araujo Pereira, nomeado por carta imperial de 25 de Novembro de 1823, na conformidade da lei de 20 de Outubro do mesmo anno. Tomou posse a 5 de Maio e deixou o exercicio em 8 de Setembro de 1824.

Seguiram-se-lhe (sempre que ha divergencia preferimos as indicações constantes da publicação feita na Imprensa Nacional em 1894 ás do relatorio da Secretaria do Governo do Rio Grande do Norte do mesmo anno, porque neste ha enganos manifestos, como, por exemplo, quando affirma que José Paulino de Almeida e Albuquerque, fallecido em 1831, governou até 1832, ao passo que aquella, baseada em informações officiaes da Thesoiraria de Fazenda e documentos existentes no Archivo Publico e no Ministerio do Interior, anteriormente do Imperio, offerece, por isto mesmo, melhores garantias de exactidão):

Lourenço José de Moraes Navarro, presidente da Camara de Natal. Posse a 8 de Setembro de 1824.

Manuel Teixeira Barbosa, juiz ordinario de Natal. Posse a 20 de Janeiro de 1825.

Manuel do Nascimento Castro e Silva, 2º presidente. Nomeado em 1 de Dezembro de 1824. Posse a 21 de Março de 1825.

Antonio da Rocha Bezerra, membro do Conselho de provincia. Posse a 8 de Maio de 1826.

José Paulino de Almeida e Albuquerque, 3º presidente. Nomeado em 13 de Setembro de 1826. Posse a 21 de Fevereiro de 1827.

Antonio da Rocha Bezerra, membro do Conselho de provincia (2ª vez). Posse a 10 de Março de 1830.

Joaquim Vieira da Silva e Sousa (bacharel), 4º presidente. Nomeado em 24 de Setembro de 1831. Posse a 22 de Fevereiro de 1832.

Manuel Pinto de Castro (padre), membro do Conselho de provincia. Posse a 4 de Setembro de 1832.

Joaquim Vieira da Silva e Sousa (reassumiu o exercicio). Posse a 24 de Setembro de 1832.

Manuel Pinto de Castro (padre), membro do Conselho de provincia. Posse (2ª vez) a 8 de Outubro de 1832.

Manuel Lobo de Miranda Henriques, 5º presidente. Nomeado em 13 de Agosto de 1832. Posse a 23 de Janeiro de 1833.

Basilio Quaresma Torreão, 6º presidente. Nomeado em 11 de Maio de 1833. Posse a 31 de Julho do mesmo anno.

João José Ferreira de Aguiar (dr.), 7º presidente. Nomeado em 13 de Fevereiro de 1836. Posse a 1 de Maio do mesmo anno.

Manuel Ribeiro da Silva Lisboa (bacharel), 8º presidente. Nomeado em 10 de Março de 1837. Posse a 26 de Agosto do mesmo anno.

Joaquim Ayres de Almeida Freitas (bacharel), 6º vice-presidente. Nomeado em 27 de Abril de 1837. Posse a 11 de Abril de 1838.

Manuel Teixeira Barbosa (coronel), 3º vice-presidente. Nomeado em 27 de Abril de 1837. Posse (3ª vez) a 25 de Abril de 1838.

João Valentino Dantas Pinagé (bacharel), 2º vice-presidente. Nomeado em 27 de Abril de 1837. Posse a 3 de Julho de 1838.

D. Manuel de Assis Mascarenhas (bacharel), 9º presidente. Nomeado em 17 de Setembro de 1838. Posse a 3 de Novembro do mesmo anno.

Estevam José Barbosa de Moura (coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 12 de Janeiro de 1841. Posse a 6 de Julho do mesmo anno.

D. Manuel de Assis Mascarenhas (bacharel), 10º presidente (2ª vez). Nomeado em 9 de Setembro de 1841. Posse a 4 de Dezembro do mesmo anno.

Estevam José Barbosa de Moura (coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 12 de Janeiro de 1841. Posse (2ª vez) a 31 de Março de 1842.

D. Manuel de Assis Mascarenhas (reassumiu o exercicio, de volta do Rio de Janeiro, onde fôra tomar parte nos trabalhos da Camara dos Deputados). Posse a 31 de Maio de 1842.

Estevam José Teixeira de Moura (coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 12 de Janeiro de 1841. Posse (3ª vez) a 15 de Novembro de 1842.

André de Albuquerque Maranhão (capitão-mór), 1º vice-presidente. Nomeado em 29 de Maio de 1843. Posse a 7 de Julho do mesmo anno.

Francisco de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara (bacharel), 11º presidente. Nomeado em 9 de Dezembro de 1843. Posse a 8 de Janeiro de 1844.

Wenceslau de Oliveira Bello (brigadeiro), 12º presidente. Nomeado em 25 de Maio de 1844. Posse a 19 de Julho do mesmo anno.

Casimiro José de Moraes Sarmento (dr.), 13º presidente. Nomeado em 4 de Abril de 1845. Posse a 28 do mesmo mez e anno.

João Carlos Wanderley, 1º vice-presidente. Nomeado em 10 de Agosto de 1847. Posse a 9 de Outubro do mesmo anno.

Frederico Augusto Pamplona (bacharel), 14º presidente. Nomeado em 23 de Setembro de 1847. Posse a 5 de Dezembro do mesmo anno.

João Carlos Wanderley, 1º vice-presidente. Nomeado em 10 de Agosto de 1847. Posse (2ª vez) a 31 de Março de 1848.

Antonio Joaquim de Siqueira (desembargador), 15º presidente. Nomeado em 24 de Março de 1848. Posse a 29 de Abril do mesmo anno.

João Carlos Wanderley, 1º vice-presidente. Nomeado em 10 de Agosto de 1847. Posse (3ª vez) a 25 de Novembro de 1848.

Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (bacharel), 16º presidente. Nomeado em 20 de Janeiro de 1849. Posse a 24 de Fevereiro do mesmo anno.

José Pereira de Araujo Neves (bacharel), 17º presidente. Nomeado em 2 de Novembro de 1849. Posse a 2 de Dezembro do mesmo anno.

João Carlos Wanderley, 1º vice-presidente. Nomeado em 10 de Agosto de 1847. Posse (4ª vez) 15 de Março de 1850.

José Joaquim da Cunha (dr.), 18º presidente. Nomeado em 15 de Abril de 1850. Posse a 6 de Maio do mesmo anno.

Antonio Francisco Pereira de Carvalho (bacharel), 19º presidente. Nomeado em 7 de Junho de 1852. Posse a 10 de Julho do mesmo anno.

Antonio Bernardo de Passos (bacharel), 20º presidente. Nomeado em 1 de Outubro de 1853. Posse a 24 do mesmo mez e anno.

Bernardo Machado da Costa Doria (desembargador), 21º presidente. Nomeado em 18 de Fevereiro de 1857. Posse a 1 de Abril do mesmo anno.

Octaviano Cabral Raposo da Camara (bacharel), vice-presidente. Nomeado em 2 de Julho de 1853. Posse a 19 de Maio de 1858.

Antonio Marcellino Nunes Gonçalves (bacharel), 22º presidente. Nomeado em 19 de Abril de 1858. Posse a 18 de Junho do mesmo anno.

João José Oliveira Junqueira (bacharel), 23º presidente. Nomeado em 4 de Junho de 1859. Posse a 4 de Outubro do mesmo anno.

José Bento da Cunha Figueiredo Junior (bacharel), 24º presidente. Nomeado em 20 de Março de 1860. Posse a 28 de Abril do mesmo anno.

Antonio Galdino da Cunha (coronel), 3º vice-presidente. Nomeado em 4 de Fevereiro de 1852. Posse a 16 de Maio de 1861.

Pedro Leão Velloso (bacharel), 25º presidente. Nomeado em 13 de Abril de 1861. Posse a 17 de Maio do mesmo anno.

Trajano Leocadio de Medeiros Murta (tenente-coronel), vice-presidente. Nomeado em 9 de Junho de 1850. Posse a 14 de Maio de 1863.

Antonio Galdino da Cunha (coronel), 3º vice-presidente. Nomeado em 4 de Fevereiro de 1852. Posse (2ª vez) a 26 de Maio de 1863.

Vicente Alves de Paula Pessoa (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 6 de Julho de 1863. Posse a 27 do mesmo mez e anno.

Olyntho José Meira (bacharel), 26º presidente. Nomeado em 22 de Abril de 1863. Posse a 30 de Julho do mesmo anno.

Luiz Barbosa da Silva (bacharel), 27º presidente. Nomeado em 16 de Junho de 1866. Posse a 21 de Agosto do mesmo anno.

Antonio Basilio Ribeiro Dantas (coronel), 2º vice-presidente. Nomeado em 6 de Setembro de 1860. Posse a 25 de Abril de 1867.

Gustavo Adolfo de Sá (medico), 28º presidente. Nomeado em 3 de Abril de 1867. Posse a 13 de Maio do mesmo anno.

Bartholomeu da Rocha Fagundes (vigario de Natal), 6º vice-presidente. Nomeado em 1 de Junho de 1864. Posse a 29 de Julho de 1868.

Antonio Basilio Ribeiro Dantas (coronel), 2º vice-presidente. Nomeado em 6 de Setembro de 1860. Posse (2ª vez) a 6 de Agosto de 1868.

Luiz Gonzaga de Britto Guerra (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 20 de Julho de 1868. Posse a 19 de Agosto do mesmo anno.

Manuel José Marinho da Cunha (bacharel), 29º presidente. Nomeado em 25 de Julho de 1868. Posse a 1 de Setembro do mesmo anno.

Pedro de Alcantara Pinheiro, 4º vice-presidente. Nomeado em 15 de Janeiro de 1862. Posse a 10 de Março de 1869.

Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque (bacharel), 30º presidente. Nomeado em 13 de Março de 1869. Posse a 12 de Abril do mesmo anno.

Octaviano Cabral Raposo da Camara (bacharel), vice-presidente. Nomeado em 2 de Julho de 1853. Posse (2ª vez) a 19 de Fevereiro de 1870.

Silvino Elvidio Carneiro da Cunha (bacharel), 31º presidente. Nomeado em 26 de Janeiro de 1870. Posse a 22 de Março do mesmo anno.

Jeronymo Cabral Raposo da Camara (bacharel), 4º vice-presidente. Nomeado em 22 de Junho de 1870. Posse a 11 de Janeiro de 1871.

Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque (bacharel), 32º presidente. Nomeado em 28 de Junho de 1871. Posse a 17 de Agosto do mesmo anno.

Jeronymo Cabral Raposo da Camara (bacharel), 4º vice-presidente. Nomeado em 22 de Junho de 1870. Posse (2ª vez) a 11 de Junho de 1872.

João Gomes Freire (capitão), vice-presidente. Nomeado em 15 de Janeiro de 1869. Posse a 15 de Junho de 1872.

Henrique Pereira de Lucena (bacharel), 33º presidente. Nomeado em 31 de Maio de 1872. Posse a 1 de Julho do mesmo anno.

Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 23 de Outubro de 1872. Posse a 17 de Novembro do mesmo anno.

Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara (coronel), 2º vice-presidente. Nomeado em 23 de Outubro de 1872. Posse a 19 de Janeiro de 1873.

João Capistrano Bandeira de Mello Filho (dr.), 34º presidente. Nomeado em 29 de Março de 1873. Posse a 17 de Junho do mesmo anno.

José Bernardo Alcoforado Junior (bacharel), 35º presidente. Nomeado em 10 de Abril de 1875. Posse a 10 de Maio do mesmo anno.

Antonio dos Passos Miranda (bacharel), 36º presidente. Nomeado em 12 de Abril de 1876. Posse a 20 de Junho do mesmo anno.

José Nicolau Tolentino de Carvalho (bacharel), 37º presidente. Nomeado em 13 de Março de 1877. Posse a 18 de Abril do mesmo anno.

Manuel Januario Bezerra Montenegro (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 16 de Fevereiro de 1878. Posse a 6 de Março do mesmo anno.

Eliseu de Sousa Martins (dr.), 38º presidente. Nomeado em 16 de Fevereiro de 1878. Posse a 18 de Março do mesmo anno.

MANUEL JANUARIO BEZERRA MONTENEGRO (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 16 de Fevereiro de 1878. Posse (2ª vez) a 4 de Outubro de 1878.

MATHIAS ANTONIO DA FONSECA MORATO (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado a 8 de Janeiro de 1879. Posse a 31 do mesmo mez e anno.

EUCLIDES DIOCLECIANO DE ALBUQUERQUE (bacharel), 2º vice-presidente. Nomeado em 16 de Fevereiro de 1878. Posse a 7 de Fevereiro de 1879.

VICENTE IGNACIO PEREIRA (medico), 1º vice-presidente. Nomeado em 1 de Fevereiro de 1879. Posse a 14 do mesmo mez e anno.

RODRIGO LOBATO MARCONDES MACHADO (bacharel), 39º presidente. Nomeado em 11 de Janeiro de 1879. Posse em 13 de Março do mesmo anno.

ALARICO JOSÉ FURTADO (bacharel), 40º presidente. Nomeado em 13 de Abril de 1880. Posse a 1 de Maio do mesmo anno.

MATHIAS ANTONIO DA FONSECA MORATO (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 24 de Março de 1881. Posse (2ª vez) a 20 de Abril do mesmo anno.

SATYRO DE OLIVEIRA DIAS (medico), 41º presidente. Nomeado em 24 de Março de 1881. Posse a 1 de Junho do mesmo anno.

FRANCISCO DE GOUVEIA CUNHA BARRETTO (bacharel), 42º presidente. Nomeado em 25 de Fevereiro de 1882. Posse a 13 de Abril do mesmo anno.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS (tenente-coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 23 de Junho de 1882. Posse a 21 de Julho de 1883.

FRANCISCO DE PAULA SALLES (dr.), 43º presidente. Nomeado em 7 de Julho de 1883. Posse a 22 de Agosto do mesmo anno.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS (tenente-coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 23 de Junho de 1882. Posse (2ª vez) a 19 de Julho de 1884.

FRANCISCO ALTINO CORREIA DE ARAUJO (bacharel), 44º presidente. Nomeado em 9 de Agosto de 1884. Posse a 30 de Setembro do mesmo anno.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS (tenente-coronel), 1º vice-presidente). Nomeado em 23 de Junho de 1882. Posse (3ª vez) a 11 de Julho de 1885.

ALVARO ANTONIO DA COSTA (bacharel), 1º vice-presidente. Nomeado em 1 de Setembro de 1885. Posse a 22 do mesmo mez e anno.

JOSÉ MOREIRA ALVES DA SILVA (bacharel), 45º presidente. Nomeado em 12 de Setembro de 1885. Posse a 22 de Outubro do mesmo anno.

LUIZ CARLOS WANDERLEY (medico), vice-presidente. Nomeado em 31 de Outubro de 1885. Posse a 30 de Outubro de 1886.

ANTONIO FRANCISCO PEREIRA DE CARVALHO (bacharel), 46º presidente. Nomeado em 16 de Outubro de 1886. Posse a 11 de Novembro do mesmo anno.

FRANCISCO AMYNTHAS DA COSTA BARROS (bacharel), vice-presidente. Nomeado em 8 de Dezembro de 1887. Posse a 10 de Agosto de 1888.

JOSÉ MARCELLINO DA ROSA E SILVA (bacharel), 47º presidente. Nomeado em 8 de Agosto de 1888. Posse a 14 de Outubro do mesmo anno.

FRANCISCO AMYNTHAS DA COSTA BARROS (bacharel), vice-presidente. Nomeado em 8 de Dezembro de 1887. Posse (2ª vez) a 15 de Junho de 1889.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS (tenente-coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 15 de Junho de 1889. Posse (4ª vez) a 18 do mesmo mez e anno.

FAUSTO CARLOS BARRETTO, 48º presidente. Nomeado em 15 de Junho de 1889. Posse a 12 de Julho do mesmo anno.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS (tenente-coronel), 1º vice-presidente. Nomeado em 15 de Junho de 1889. Posse (5ª vez) a 23 de Outubro do mesmo anno.

Na Republica: — Proclamado o actual regime em 15 de Novembro de 1889, foi o tenente-coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas deposto no dia 17, sendo acclamado governador o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Vieram depois: — ADOLFO AFFONSO DA SILVA GORDO (bachárel), primeiro governador nomeado pelo Governo Provisorio, que tomou posse a 6 de Dezembro de 1889.

JERONYMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA (bacharel), que exercia o cargo de chefe de Policia e assumiu o governo a 8 de Fevereiro de 1890 em virtude de auctorização por telegramma do ministro do Interior.

JOAQUIM XAVIER DA SILVEIRA JUNIOR (bacharel), segundo governador nomeado pelo Governo Provisorio. Posse a 10 de Março de 1890.

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (medico), 1º vice-governador. Posse a 19 de Setembro de 1890.

JOÃO GOMES RIBEIRO (bacharel), 3º governador nomeado pelo Governo Provisorio. Posse a 8 de Novembro de 1890.

MANUEL DO NASCIMENTO CASTRO E SILVA (bacharel), que era chefe de Policia e assumiu a administração a 7 de Dezembro de 1890, em virtude de auctorização por telegramma do ministro do Interior, sendo depois e sem interrupção de exercicio nomeado governador pelo Governo Provisorio. Foi o quarto nomeado.

FRANCISCO AMYNTHAS DA COSTA BARROS (bacharel), 5º governador nomeado pelo Governo Federal. Posse a 3 de Março de 1891.

JOSÉ IGNACIO FERNANDES BARROS (bacharel), 1º vice-presidente eleito pelo Congresso Estadual. Posse a 13 de Junho de 1891.

FRANCISCO GURGEL DE OLIVEIRA (coronel), 2º vice-presidente eleito pelo Congresso Estadual. Posse a 6 de Agosto de 1891.

MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA CASTRO (bacharel), presidente eleito pelo Congresso Estadual. Posse a 9 de Setembro de 1891.

Junta acclamada após a deposição do dr. Miguel Castro, composta do coronel FRANCISCO DE LIMA E SILVA, presidente, e bachareis MANUEL DO NASCIMENTO CASTRO E SILVA e JOAQUIM FERREIRA CHAVES FILHO. Posse a 28 de Novembro de 1891.

JERONYMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA (bacharel), presidente do 2º Congresso Constituinte. Posse a 22 de Fevereiro de 1892.

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (medico), governador eleito pelo Congresso Estadual. Posse a 28 de Fevereiro de 1892.

JERONYMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA (bacharel), presidente do Congresso, na ausencia do vice-governador. Posse a 9 de Maio de 1893.

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, que reassumiu o exercicio em 12 de Maio de 1893.

JERONYMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA, presidente do Congresso, na ausencia do vice-governador. Posse a 18 de Setembro de 1894.

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, que reassumiu o exercicio em 25 de Setembro de 1894.

JERONYMO AMERICO RAPOSO DA CAMARA, presidente do Superior Tribunal de Justiça, na ausencia do vice-governador e do presidente do Congresso. Posse a 19 de Outubro de 1895.

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, que reassumiu o exercicio em 31 de Outubro de 1895.

JOAQUIM FERREIRA CHAVES FILHO (bacharel), governador eleito a 14 de Junho de 1895. Posse a 25 de Março de 1896.

ALBERTO MARANHÃO (bacharel), governador eleito a 14 de Junho de 1899. Posse a 25 de Março de 1900.

AUGUSTO TAVARES DE LYRA (bacharel), governador eleito a 14 de Junho de 1903. Posse a 25 de Março de 1904.

MANUEL MOREIRA DIAS (bacharel), vice-governador, que assumiu o exercicio a 5 de Novembro de 1906, em consequencia da renuncia do governador Augusto Tavares de Lyra, convidado para occupar o cargo de ministro da Justiça e Negocios Interiores no governo do conselheiro Affonso Penna, a inaugurar-se em 15 de Novembro daquelle anno.

ANTONIO JOSÉ DE MELLO E SOUSA (bacharel), governador eleito em 9 de Dezembro de 1906 para completar o quadriennio do governador Augusto Tavares de Lyra. Posse a 23 de Fevereiro de 1907.

ALBERTO MARANHÃO (bacharel), governador eleito pela 2ª vez. Posse a 25 de Março de 1908.

JOAQUIM FERREIRA CHAVES (bacharel), governador tambem eleito pela 2ª vez. Posse a 1 de Janeiro de 1914.

ANTONIO JOSÉ DE MELLO E SOUSA (bacharel), governador egualmente eleito pela 2ª vez. Posse a 1 de Janeiro de 1920. O seu mandato termina a 1 de Janeiro de 1924.

Representação: Sobre a representação do Rio Grande do Norte nas Côrtes Constituintes Portuguezas, diz M. P. Gomes de Carvalho (*Os Deputados Brasileiros nas Côrtes Geraes de 1821*):

> « Se os constituintes portuguezes se não conformaram com a ausencia acintosa dos mandatarios de Minas, comprehende-se quanto se irritariam com a attitude da representação do Rio Grande do Norte.
>
> A pequena Provincia nomeara a 8 de Dezembro (1821) deputados Affonso de Albuquerque Maranhão e Antonio de Albuquerque Montenegro e substituto Gonçalo Borges de Andrade. O primeiro e o supplente não vieram ao Reino, mas Montenegro que cogitara de entrar no Congresso, pois apenas desembarcado em Lisboa lhe submetteu o diploma, mudou de resolução em conhecendo as disposições dos regeneradores para com o reino ultramarino e não acudiu ás ordens da assembléa para vir occupar a sua cadeira. » (*Diario das Côrtes Geraes*, tomo 4º, pag. 235, e tomo 7º, pags. 158, 169, 833 e 887.)

A Provincia não teve, portanto, representante naquellas Côrtes.

Para a Constituinte de 1823 foram eleitos: deputado, o dr. Francisco de Arruda Camara; supplente, o dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida. Aquelle não compareceu, tomando assento o ultimo em 25 de Outubro daquelle anno.

Dissolvida a Constituinte e promulgada posteriormente a Constituição do Imperio, constituiu-se, de accôrdo com ella, o Poder Legislativo composto de um Senado vitalicio e de uma Camara temporaria. Os senadores eram escolhidos pelo imperador dentre os incluidos numa lista triplice, em que entravam os tres cidadãos mais votados.

Durante o regime monarchico, o Rio Grande do Norte teve os seguintes senadores:

1º. *Affonso de Albuquerque Maranhão*, proprietario. Foi escolhido por carta imperial de 22 de Janeiro de 1826. Tomou assento a 22 de Agosto do mesmo anno. Falleceu em 10 de Julho de 1836.

A lista triplice era assim composta: Agostinho Leitão de Almeida, José Ignacio Borges e Affonso de Albuquerque Maranhão.

2º. *Francisco de Britto Guerra*, padre. Foi escolhido em 10 de Junho de 1837. Tomou assento a 12 de Julho do mesmo anno. Falleceu em 26 de Fevereiro de 1845.

A lista triplice era assim composta: Francisco de Britto Guerra, André de Albuquerque Maranhão e Thomaz Xavier Garcia de Almeida.

3º. *Paulo José de Mello Azevedo e Britto*, veador da Casa Imperial. Foi escolhido em 15 de Setembro de 1845. Tomou assento a 5 de Maio de 1846. Falleceu em 25 de Setembro de 1848.

A lista triplice era assim composta: Paulo José de Mello Azevedo e Britto, Manuel José Fernandes e João de Oliveira Mendes.

4º. *D. Manuel de Assis Mascarenhas*, magistrado. Foi escolhido em 12 de Junho de 1850. Tomou assento a 17 do mesmo mez e anno. Falleceu em 30 de Janeiro de 1867.

A lista triplice era assim composta: D. Manuel de Assis Mascarenhas, Thomaz Xavier Garcia de Almeida e João Valentino Dantas Pinagé.

5º. *Francisco de Salles Torres Homem* (visconde de Inhomirim), conselheiro de Estado. Foi escolhido em 27 de Abril de 1870. Tomou assento a 20 de Junho do mesmo anno. Falleceu em 3 de Junho de 1876.

A lista triplice era assim composta: Francisco de Salles Torres Homem, Jeronymo Cabral Raposo da Camara e Tarquinio Braulio de Sousa Amarantho.

Anteriormente, tinha sido annullada pelo Senado, em 1 de Junho de 1869, a eleição a que se procedeu para o preenchimento da vaga de d. Manuel Mascarenhas, ficando desse modo sem effeito a carta imperial que escolhera o mesmo Francisco de Salles Torres Homem, a 22 de Julho de 1868.

6º. *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque* (visconde de Cavalcanti). Foi escolhido em 4 de Janeiro de 1877. Tomou assento a 6 de Março do mesmo anno. Era ainda senador quando se proclamou a Republica.

A lista triplice era assim composta: Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Tarquinio Braulio de Sousa Amarantho e Francisco Gomes da Silva.

Foram deputados, sob a Monarchia:

Primeira legislatura (1826-1829): — *Agostinho Leitão de Almeida.*

Segunda legislatura (1830-1833): — *José Paulino de Almeida e Albuquerque.* Fallecendo, tomou assento nas sessões de 1831 a 1833 o padre *Francisco de Britto Guerra.*

Terceira legislatura (1834-1837): — *Padre Francisco de Brito Guerra.*

Quarta legislatura (1838-1841): — *Basilio Quaresma Torreão.*

Quinta legislatura (1842-1844): — *D. Manuel de Assis Mascarenhas.*

A Camara eleita para esta legislatura foi dissolvida antes da sua abertura, por decreto de 1 de Maio de 1842 (foi a primeira dissolução que houve no Imperio, não fallando na da Constituinte de 1823).

Feita nova eleição, foi a segunda Camara dissolvida por decreto de 24 de Maio de 1844, não tendo por isto completado a legislatura. Para ambas fôra eleito *d. Manuel de Assis Mascarenhas.*

Sexta legislatura (1845-1847): — *André de Albuquerque Maranhão.* Foi substituido desde 28 de Fevereiro de 1845 até 3 de Março do dicto anno e nas sessões de 1846 e 1847 pelo dr. *Francisco de Queiroz Coutinho Mattoso Camara.*

Setima legislatura (1848): — Dr. *Casimiro José de Moraes Sarmento.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 9 de Fevereiro de 1849.

Oitava legislatura (1850-1852): — Dr. *Casimiro José de Moraes Sarmento* e *João Carlos Wanderley.* Este ultimo tomou assento em 1852.

Nona legislatura (1853-1856): — Dr. *José Joaquim da Cunha,* que foi substituido durante a sessão de 1853 pelo dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *Octaviano Cabral Raposo da Camara.*

Decima legislatura (1857-1860): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e coronel *José Xavier Garcia de Almeida.*

Decima primeira legislatura (1861-1864): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *Gabriel Soares Raposo da Camara.*

Esta Camara não completou a legislatura: foi dissolvida por decreto de 12 de Maio de 1863.

Decima segunda legislatura (1864-1866): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *José Moreira Brandão Castello Branco.*

Decima terceira legislatura (1867-1870): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *José Maria de Albuquerque Mello.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 18 de Julho de 1868.

Decima quarta legislatura (1869-1872): — Dr. *Francisco Gomes da Silva* e dr. *Octaviano Cabral Raposo da Camara.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 22 de Maio de 1872.

Decima quinta legislatura (1873-1876): — Padre *João Manuel de Carvalho* e dr. *Tarquinio Braulio de Sousa Amaranthо.*

Decima sexta legislatura (1877-1880): — Dr. *Francisco Gomes da Silva* e dr. *Tarquinio Braulio de Sousa Amaranthо.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 11 de Abril de 1878.

Decima setima legislatura (1878-1881): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *José Moreira Brandão Castello Branco.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 30 de Junho de 1881.

Decima oitava legislatura (1882-1885): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *Tarquinio Braulio de Sousa Amaranthо.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 3 de Setembro de 1884.

Decima nona legislatura (1885-1888): — Dr. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e dr. *José Moreira Brandão Castello Branco.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 26 de Outubro de 1885.

Vigesima legislatura (1886-1889): — Dr. *Tarquinio Braulio de Sousa Amaranthо* e padre *João Manuel de Carvalho.*

Esta Camara foi dissolvida por decreto de 17 de Junho de 1889, sendo convocada outra extraordinariamente para 20 de Novembro. A nova Camara, eleita em 31 de Agosto daquelle anno, não chegou a reunir-se, por ter sobrevindo a Republica em 15 de Novembro.

Estavam eleitos deputados os drs. *Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti* e *Miguel Joaquim de Almeida Castro.*

Na Republica: — Representaram o Estado na Constituinte, que foi eleita a 15 de Setembro e reuniu-se a 15 de Novembro de 1890:

Senadores: — Coronel *José Bernardo de Medeiros,* tenente-coronel *José Pedro de Oliveira Galvão* e dr. *Amaro Cavalcanti.*

Deputados: — Drs. *Almino Alvares Affonso, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Miguel Joaquim de Almeida Castro* e *Antonio de Amorim Garcia.*

Promulgada a Constituição Republicana de 24 de Fevereiro de 1891 e eleitos o presidente e o vice-presidente da Republica para o primeiro periodo presidencial, o Congresso deu por terminada a sua missão constituinte, para, separando-se em Camara e Senado e sem nova eleição, encetar as suas funcções ordinarias a 15 de Junho do mesmo anno, de accôrdo com o § 4º do art. 1º das disposições transitorias da Constituição votada.

E, como esta estabelecia que a renovação do Senado se teria de fazer pelo terço, determinou tambem que para ser discriminado cada um desses terços se obedecesse á ordem de votação dos senadores dos differentes Estados, de modo que os mais votados constituiriam o primeiro, servindo por nove annos, os immediatos e segundo, servindo por seis annos e os menos votados o terceiro, servindo por tres annos. Na renovação todos seriam eleitos por nove.

Para a Camara o periodo da legislatura seria de tres annos. Assim, a representação do Rio Grande do Norte na primeira legislatura (1891-1893) ficou composta da seguinte maneira:

Senadores: — Coronel *José Bernardo de Medeiros* (o mais votado) 9 annos; tenente-coronel *José Pedro de Oliveira Galvão* (o immediato em votos) 6 annos; e dr. *Amaro Cavalcanti* (o menos votado) 3 annos.

Deputados: — Os mesmos: drs. *Almino Alvares Affonso, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Miguel Joaquim de Almeida Castro* e *Antonio de Amorim Garcia.*

Este Congresso foi dissolvido pelo marechal Deodoro em 3 de Novembro de 1891: mas voltou ao exercicio de suas funcções após a revolução de 23 do mesmo mez e anno, de que resultou a renuncia daquelle marechál e a posse do marechal Floriano Peixoto.

Durante a legislatura houve uma modificação na Camara dos Deputados. Tendo o dr. Pedro Velho perdido o mandato em consequencia da acceitação do cargo de governador, para o qual foi eleito, a 22, empossando-se a 28 de Fevereiro de 1892, procedeu-se á eleição para o seu substituto, sendo eleito *Augusto Severo de Albuquerque Maranhão,* em 22 de Maio do referido anno.

Annullada essa eleição, fez-se segunda em 23 de Abril de 1893. Foi eleito o mesmo candidato, que, reconhecido a 30 de Junho, tomou assento na mesma data.

Segunda legislatura (1894-1896): — Senadores: — Dr. *Almino Alvares Affonso,* eleito na renovação do terço, 9 annos; coronel *José Bernardo de Medeiros,* 6 annos; e tenente-coronel *José Pedro de Oliveira Galvão,* 3 annos.

Deputados: — *Augusto Severo de Albuquerque Maranhão,* coronel *Francisco Gurgel de Oliveira,* drs. *Augusto Tavares de Lyra* e *Luiz Francisco Junqueira Ayres de Almeida.*

Em 10 de Maio de 1896 falleceu o dr. Luiz Francisco Junqueira Ayres de Almeida, sendo eleito na sua vaga, a 28 de Junho do mesmo anno, o dr. *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,* que foi reconhecido e empossado em 27 de Agosto.

Terceira legislatura (1897-1899) Senadores: — Dr. *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Almino Alvares Affonso,* 6 annos; e coronel *José Bernardo de Medeiros,* 3 annos.

Deputados: — *Augusto Severo de Albuquerque Maranhão,* dr. *Augusto Tavares de Lyra,* coronel *Francisco Gurgel de Oliveira,* e dr. *Amaro Cavalcanti.*

Nomeado ministro da Justiça e Negocios Interiores, o dr. Amaro Cavalcanti optou por este cargo, deixando por isto de tomar assento, sendo eleito para preencher a sua vaga, em 20 de Junho de 1897, o dr. *Eloy Castriciano de Sousa.*

No Senado tambem se deu uma vaga pelo fallecimento do dr. Almino Alvares Affonso, em 13 de Fevereiro de 1899. Foi eleito para substitui-lo, em 2 de Julho do mesmo anno, o coronel *Francisco Gomes da Rocha Fagundes,* que só tomou assento em 20 de Abril de 1900.

Quarta legislatura (1900-1902): — Senadores: — Coronel *José Bernardo de Medeiros,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,* 6 annos; e coronel *Francisco Gomes da Rocha Fagundes,* 3 annos.

Deputados: — *Augusto Severo de Albuquerque Maranhão,* drs. *Augusto Tavares de Lyra, Eloy Castriciano de Sousa* e *Manuel Pereira Reis.*

Tendo renunciado o mandato de senador, em 10 de Julho de 1900, o coronel Francisco Gomes da Rocha Fagundes, foi eleito para substitui-lo, em 25 de Agosto do mesmo anno, o dr. *Joaquim Ferreira Chaves,* que, reconhecido, tomou assento em 4 de Outubro, ainda do referido anno.

Na Camara dos Deputados houve tambem uma vaga durante a legislatura: a de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que morreu de um desastre em Paris, a 12 de Maio de 1902, quando fazia uma experiencia do seu balão dirigivel *PAX.* Para o preenchimento dessa vaga foi eleito em 17 de Agosto do mesmo anno o coronel *Francisco Victor da Fonseca e Silva.*

Quinta legislatura (1903-1905) — Senadores: — Dr. *Joaquim Ferreira Chaves,* eleito na renovação do terço, 9 annos; coronel *José Bernardo de Medeiros,* 6 annos; e dr. *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,* 3 annos.

Deputados: — Drs. *Augusto Tavares de Lyra, Eloy Castriciano de Sousa, Manuel Pereira Reis* e coronel *Francisco Victor da Fonseca e Silva.*

Durante a legislatura deram-se duas vagas na Camara dos Deputados: a do dr. Augusto Tavares de Lyra, que assumiu o exercicio do cargo de governador em 25 de Março de 1904, e a do coronel Francisco Victor da Fonseca e Silva, que falleceu em 27 de Julho de 1905. Para a primeira foi eleito o dr. *Alberto Maranhão* e para a segunda o dr. *Juvenal Lamartine de Faria.*

Sexta legislatura (1906-1908) — Senadores: — Dr. *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Joaquim Ferreira Chaves,* 6 annos; e coronel *José Bernardo de Medeiros,* 3 annos.

Deputados: — Drs. *Alberto Maranhão, Eloy Castriciano de Sousa, Juvenal Lamartine de Faria,* e *Manuel Pereira Reis.*

Durante a legislatura, falleceram o coronel José Bernardo de Medeiros e o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o primeiro a 15 de Janeiro e o segundo a 9 de Dezembro de 1907.

Ao coronel José Bernardo substituiu o dr. *Francisco de Salles Meira e Sá,* em 25 de Junho de 1907, e ao dr. Pedro Velho o dr. *Antonio José de Mello e Sousa,* em 1 de Setembro de 1908.

Deu-se tambem uma vaga na Camara dos Deputados pela renuncia do dr. Alberto Maranhão, que assumiu o governo do Estado em 25 de Março de 1908.

Para essa vaga foi eleito o dr. *João Lindolfo Camara.*

Setima legislatura (1909-1911) Senadores: — Dr. *Francisco de Salles Meira e Sá,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Antonio José de Mello e Sousa,* 6 annos e dr. *Joaquim Ferreira Chaves,* 3 annos.

Deputados: — Drs. *Eloy Castriciano de Sousa, Juvenal Lamartine de Faria, Sergio Paes Barreto,* e *João Lindolfo Camara.*

Tendo dr. Francisco de Salles Meira e Sá renunciado o mandato de senador em 4 de Janeiro de 1910, por haver sido nomeado juiz federal no Estado, foi eleito para substitui-lo o dr. *Augusto Tavares de Lyra,* que tomou assento em 25 de Abril do mesmo anno.

Oitava Legislatura (1912-1914) Senadores: — Dr. *Joaquim Ferreira Chaves,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Augusto Tavares de Lyra,* 6 annos; e dr. *Antonio José de Mello e Sousa,* 3 annos.

Deputados: — Drs. *Eloy Castriciano de Sousa, Juvenal Lamartine de Faria, Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro* e *Augusto Leopoldo Raposo da Camara.*

Durante a legislatura houve duas vagas no Senado: a do dr. Joaquim Ferreira Chaves, que, eleito governador, assumiu o exercicio do cargo em 1 de Janeiro de 1914, e a do dr. Augusto Tavares de Lyra, nomeado ministro da Viação e Obras Publicas em 15 de Novembro de 1915.

A primeira foi preenchida, ainda em 1914, pelo dr. *Eloy Castriciano de Sousa,* eleito em 1 de Março do mesmo anno.

A segunda só foi preenchida no anno seguinte, por occasião de ser feita a eleição para a renovação da Camara e terço do Senado, sendo eleito o coronel *João de Lyra Tavares.*

Na sessão de 1914, entrou novamente para a Camara o dr. *Alberto Maranhão,* na vaga do dr. Eloy Castriciano de Sousa, que substituira o dr. Joaquim Ferreira Chaves no Senado.

Nona Legislatura (1915-1917); Senadores: — Dr. *Antonio José de Mello e Sousa,* eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Eloy Castriciano de Sousa,* 6 annos; e coronel *João de Lyra Tavares,* 3 annos.

Deputados: — Drs. *Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine de Faria, José Augusto Bezerra de Medeiros* e *Affonso Moreira de Loyola Barata.*

Decima Legislatura (1918-1920). — Senadores: — Coronel *João de Lyra Tavares*, eleito na renovação do terço, 9 annos; dr. *Antonio José de Mello e Sousa*, 6 annos; e dr. *Eloy Castriciano de Sousa*, 3 annos.

Deputados: — Drs. *Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine de Faria, José Augusto Bezerra de Medeiros* e *Affonso Moreira de Loyola Barata.*

Tendo o dr. Antonio José de Mello e Sousa assumido o cargo de governador do Estado em 1 de Janeiro de 1920, renunciou o seu mandato de senador.

Foi eleito em sua vaga o dr. *Joaquim Ferreira Chaves.*

FREGUEZIAS

Durante o Imperio, como desde o seculo XVII, quando foi creado o Bispado de Pernambuco, o Rio Grande do Norte pertenceu, ecclesiasticamente, a esse bispado, do qual foi desmembrado em 1892, para fazer parte do da Parahiba, creado nesse anno pelo papa Leão XIII.

A nova diocese foi provida na pessoa do exm. e revm. d. Adauto Aurelio de Miranda Henriques, eleito em 2 de Janeiro de 1894 e sagrado a 7 do mesmo mez, sendo installada, com a posse do seu primeiro bispo, em 4 de Março do referido anno.

Em 19 de Dezembro de 1909, o Estado foi separado da Parahiba pelo papa Pio X para constituir bispado á parte; e, em 19 do Outubro do anno seguinte, o nuncio apostolico acreditado junto ao Governo do Brasil expediu este decreto executorio:

« Nós, Alexandre Bavona, arcebispo de Pharsalia e nuncio apostolico na Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das faculdades que nos foram concedidas pelo santo padre Pio X e que estão contidas nas lettras apostolicas *Apostolicam in singulis*, de 29 de Dezembro de 1909, mandamos e decretamos que sejam as mencionadas lettras apostolicas estrictamente observadas e executadas.

Pelo que todo o territorio que constitue presentemente o Estado civil vulgarmente chamado Rio Grande do Norte, e que até agora fazia parte da Diocese da Parahiba, da mesma Diocese da Parahiba perpetuamente separamos e desligamos e em uma nova e distincta Diocese, de modo perpetuo, erigimos e eregida declaramos, devendo ser denominada "Diocese de Natal".

Determinamos que a séde desta Diocese e a sua cathedra episcopal sejam na cidade principal do mesmo Estado civil, a qual é vulgarmente chamada Natal; e, ao mesmo tempo, elevamos, exalçamos perpetuamente á honra e dignidade de cathedral a egreja existente na mesma Cidade de Natal que tem titulo de Nossa Senhora da Apresentação.

Determinamos, outrosim, que a predilecta Diocese novamente erigida seja suffraganea da Egreja Metropolitana de S. Salvador da Bahia, e o seu bispo e os seus successores submettemos ao direito metropolitano do mesmo Arcebispado de S. Salvador do Brasil.

Além disso, o que está determinado nas referidas lettras apostolicas sobre as honras, graças, privilegios, indultos, favores, dotação das novas Dioceses do Brasil e a respeito do poder, auctoridade, attribuições, taxa dos novos bispos, como tambem em relação ao Cabido da Cathedral e á instituição, regime e administração do seminario, finalmente sobre os direitos e officios dos proprios fieis e sobre as outras coisas que devem ser accuradamente observadas segundo as sanções canonicas, tudo isto fica pertencente, emquanto lhe diz respeito, á nova Diocese de Natal.

Determinamos tambem que o novo bispo de Natal e os seus successores no episcopado conservem a expensas suas, ao menos, dois alumnos que se dediquem aos estudos de philosophia ou theologia no Collegio Pio Latino Americano de Roma, onde, no proprio centro da Fé e junto á Cathedra de S. Pedro, principe dos apostolos, bebam a sciencia catholica e a disciplina ecclesiastica, e quando, em tempo opportuno, voltem á sua patria maior bem possam fazer, quer no tocante ás coisas sagradas, quer em relação ás coisas civis.

Além disso, para que mais firmemente se possa providenciar para a manutenção dos mesmos alumnos que devem ser enviados á Roma, e para a dotação do Collegio Pio Latino Americano, insistentemente exhorta sua santidade a que o bispo de Natal, como os bispos das outras novas sédes, no tempo mais breve possivel, reuna a quantia necessaria para que, com suas rendas, possam ser sustentados os mesmos alumnos, ou, ao menos, um delles, e essas rendas, logo que forem recebidas, nós attribuimos e consignamos para sempre ao mesmo Collegio Pio Latino Americano.

Ao bispo da Parahiba, d. Adauto Aurelio de Miranda Henriques, transmittimos todos os documentos referentes á nova diocese de Natal, pela secretaria da Diocese da Parahiba, as mencionadas lettras apostolicas e este decreto sejam entregues á secretaria da nova diocese cuidadosamente guardados.

E recommendamos ao mesmo bispo da Parahiba uma cópia exemplar; e fazendo cumprir esta determinação enviará, dentro de quatro mezes, a esta Nunciatura Apostolica uma cópia dos actos que tiver feito sobre o assumpto.

Todas, por conseguinte, e cada uma das coisas que estão prescriptas, tanto no presente decreto, como nas mencionadas lettras apostolicas, cujas leis, clausulas, limites e condições estão aqui verbalmente transcriptas e expressas, devem assim ser consideradas, cumpridas e, sem outra declaração ou ordem, sortir e obter os seus integros e plenarios effeitos, e por todos a quem se referem devem ser inviolavelmente observadas; o que mandamos e ordenamos em virtude da auctoridade apostolica que nos foi concedida, nada obstando em contrario e removida toda objecção; ficando a nós reservado o poder de dirimir, definir e remover qualquer difficuldade ou opposição que de algum modo possa apparecer relativamente ao que fica dicto.

Dada em Petropolis, no Palacio da Nunciatura Apostolica, aos 19 de Outubro do anno do Senhor de 1910.

L. S. + Alexandre Bavona, arcebispo de Pharsalia, Nuncio Apostolico. »

A 12 do citado mez e anno de 1910, o mesmo nuncio apostolico expediu este outro decreto:

« Tendo sido erigida a nova Diocese de Natal, para não lhe faltar, por mais tempo, quem a administre, a Santa Sé Apostolica determinou que, emquanto o seu primeiro bispo não tomar della posse canonica, seja nomeado para seu governo um administrador apostolico que, em nome e *ad nutum* da Santa Sé, possa exercer a jurisdicção e administração ordinaria; e, que sejam concedidas ao mesmo, pelo direito, faculdades e privilegios que estão annexos a este officio.

Pelo que nós, Alexandre Bavona, arcebispo de Pharsalia e nuncio apostolico na Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das faculdades que nos são especialmente concedidas pelo santissimo padre Pio X, elegemos, pelo presente decreto, o exm. e revm. sr. d. Adauto Aurelio de Miranda Henriques, bispo de Parahiba, administrador apostolico da mesma Diocese de Natal; e declaramos que, em nome e *ad nutum* da Santa Sé, possa governar a referida egreja e lhe concedemos os direitos, faculdades e privilegios que estão inherentes a esse officio.

Mandamos, portanto, a quem diz respeito este decreto que reconheçam e recebam ao referido prelado no officio e livre exercicio deste cargo e lhe obedeçam, favoreçam e auxiliem; e, com reverencia, recebam e efficazmente executem suas salutares admoestações e mandamentos.

Dado em Petropolis, no Palacio da Nunciatura Apostolica, no dia 12 de Outubro de 1910.

L. S. + Alexandre Bavona, arcebispo de Pharsalia, Nuncio Apostolico. »

De accôrdo com as ordens recebidas, d. Adauto mandou pôr em execução o decreto da Nunciatura, em 25 de Dezembro, ainda de 1910, pelo seguinte:

MANDAMENTO

« Dando cumprimento ao decreto da Nunciatura Apostolica, executando a erecção da nova Diocese de Natal, desmembrada desta Diocese de Parahiba, *visum est Spiritui Sancto et Nobis*, fazer as seguintes determinações:

1) Esta nossa carta pastoral e os demais documentos que acompanham serão lidos integralmente nas cathedraes de Parahiba e de Natal e em todas as matrizes das duas dioceses, na primeira dominga após a sua recepção;

2) Na Cathedral de Natal será cantado solenne *Te Deum* em acção de graças, observadas as disposições liturgicas;

3) No nosso seminario, collegios diocesanos, capellas, curadas, egrejas e oratorios publicos, onde habitualmente se celebra o santo sacrificio da Missa, far-se-á, do mesmo modo, a leitura desta nossa carta pastoral, seguida de uma breve explicação dos documentos que a acompanham;

4) Durante 33 dias, os revs. sacerdotes da nova diocese darão na missa, quando o permittirem as rubricas, a collecta *pro gratiarum actione*;

5) A todos os que lerem ou ouvirem ler esta nossa carta pastoral concedemos 30 dias de verdadeira indulgencia, na fórma costumada da egreja.

Parahiba, 25 de Dezembro de 1910. — L. S. + Adauto, bispo da Parahiba, administrador apostolico da Diocese de Natal. »

Como vimos pelo primeiro decreto da Nunciatura, o bispado do Rio Grande do Norte ficou pertencendo á Egreja Metropolitana de S. Salvador da Bahia.

Posteriormente, creado o arcebispado de Olinda, a este ficou subordinado; e, em 6 de Fevereiro de 1914, com a elevação da Parahiba á archidiocese, passou a ser suffraganeo desta.

O primeiro bispo eleito para o Rio Grande do Norte foi o exm. e revm. sr. d. Joaquim de Almeida, removido do Estado do Piauhi, o qual se empossou a 15 de Junho de 1911, na Cidade de Natal.

Tendo d. Joaquim renunciado em 1915 a diocese, em virtude de seu precario estado de saude, foi d. Adauto, arcebispo da Parahiba, nomeado administrador apostolico da mesma, por decreto da Nunciatura de 15 de Junho daquelle anno.

O segundo bispo, que é o actual, d. Antonio dos Santos Cabral, foi eleito por bulla de 1 de Setembro de 1917 e empossou-se a 30 de Maio de 1918.

Freguezia do Acary — Creada por lei provincial n. 15, de 13 de Março de 1835, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia.

Freguezia do Assú — Affirma o conego Francisco Severiano (*Annuario Ecclesiatico da Parahiba*, já cit.) que foi creada em 1726. O seu padroeiro é S. João Baptista.

Freguezia de Angicos — Creada por lei provincial n. 9, de 13 de Outubro de 1836, que desmembrou da Matriz de Sant'Anna do Mattos, elevando á egreja parochial a filial Capella de S. José dos Angicos. A resolução n. 158, de 2 de Outubro de 1847, transferiu a séde da Villa e Freguezia de Angicos para a Povoação de Macau, do mesmo municipio e freguezia, com a denominação de Villa e Freguezia, de Macau, ficando considerada filial a Capella de S. José de Angicos, que por nova resolução sob n. 219, de 27 de Junho de 1850, foi definitivamente elevada á egreja parochial.

Freguezia do Apodi — Creada em 3 de Fevereiro de 1766, sob a invocação de S. João Baptista.

Freguezia de Areia Branca — Creada por acto do bispo diocesano, em 1919, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia de Arez — Moreira Pinto diz que foi creada por alvará de 13 de Agosto de 1821; mas, conforme vimos em outra parte deste trabalho, a sua creação data do seculo XVIII. E' possivel que, dada a decadencia da povoação, tenha sido supprimida depois, como tambem succedeu mais tarde O seu restabelecimento definitivo, sempre sob a primitiva invocação de S. João Baptista, decorreu de lei provincial de 1871.

Freguezia do Caicó — Creada em 15 de Abril de 1748, sob a invocação de Sant'Anna.

Freguezia de Campo Grande — Creada por lei provincial n. 17, de 31 de Outubro de 1837, sob a invocação de Sant'Anna. A villa e o municipio, que foram depois chamados de *Triumpho*, denominam-se hoje de *Augusto Severo*.

Freguezia de Carahubas — Creada pela lei provincial n. 408, de 1 de Setembro de 1858, sob a invocação de S. Sebastião.

Freguezia do Ceará-Mirim — Creada em 3 de Maio de 1760, sob a invocação de S. Miguel. A sua séde, como a do municipio, era Extremoz. Em 1850 foi a séde do municipio definitivamente transferida, pela lei provincial n. 370, de 30 de Julho, para a *Villa do Ceará-Mirim*, anteriormente povoação da *Bocca da Matta*. A séde da freguezia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, só muito depois passou para a nova villa, onde, em todo caso, podia residir o respectivo vigario por permissão dada em Maio de 1875 pelo bispo de Pernambuco.

Freguezia de Curraes Novos — Creada por lei provincial n. 893, de 20 de Fevereiro de 1884. A sua invocação é de Sant'Anna.

Freguezia de Flores — Creada por decreto diocesano de 5 de Abril de 1904, sob a invocação de S. Sebastião.

Freguezia de Goianninha — O conego Francisco Severiano informa (*op.* cit) que a sua creação foi em 1750 e Moreira Pinto que em 1821 (alvará de 13 de Agosto). Por documentos a que tivemos ensejo de fazer referencia, se vê que em 1749 ella já existia, havendo ainda, para augmentar a confusão, uma lei provincial de 1850, que a creou definitivamente. A explicação dessas contradicções está talvez no seguinte facto: No periodo do povoamento da Capitania e da Provincia, os nucleos de população que mais rapidamente se desenvolviam eram escolhidos para sédes das freguezias. No decorrer dos tempos, porém, outros iam surgindo e se tornando mais importantes. Vinha naturalmente como consequencia a mudança dessas sédes e o desmembramento das velhas freguezias. Dahi algumas desapparecerem para ser restauradas mais tarde e outras, cujas sédes eram pequenos povoados decadentes, ficarem definitivamente supprimidas. No Estado, ha exemplos dos dois casos. A padroeira da freguezia é Nossa Senhora dos Prazeres.

Freguezia do Jardim do Seridó — Creada por lei provincial n. 337 de 4 de Setembro de 1856, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia de Macahiba — Creada pela lei provincial n. 876, de 7 de Março de 1883, que supprimiu a Freguezia de S. Gonçalo, transferindo para ahi a sua séde. A sua invocação é Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia de Macau — Creada por lei provincial n. 294 de 19 de Agosto de 1854, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia do Martins — Creada por lei provincial n. 52, de 2 de Novembro de 1849, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e actualmente de Sant'Anna.

Freguezia de Mossoró — Creada pela lei provincial n. 87, de 27 de Outubro de 1842, sob a invocação de Santa Luzia.

Freguezia de Natal — Ignora-se o anno em que foi creada. Deve, porém, datar dos primeiros tempos da conquista e colonização. Em 1601 já tinha vigario, o padre Gaspar Gonçalves Rocha. A sua invocação é Nossa Senhora da Apresentação.

Freguezia de Santa Cruz — Creada por lei provincial n. 313, de 24 de Agosto de 1858, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia de Papari — Creada em 30 de Agosto de 1833. A sua invocação é Nossa Senhora do O'.

Freguezia do Patú — Creada por lei provincial n. 260, de 3 de Abril de 1852, sob a invocação de Nossa Senhora das Dôres.

Freguezia de Pau dos Ferros — Creada em 19 de Dezembro de 1756, sob a a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia da Penha — Creada ainda no seculo XVIII, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A séde era *Villa Flor*, tambem séde do municipio. A lei provincial n. 367, de 19 de Julho de 1858, transferiu a séde da villa para *Uruá*, dando a esta povoação o nome de Canguaretama, que ainda hoje conserva; e a lei provincial n. 468, de 27 de Março da 1860, alli creou a Freguezia da Penha, supprimindo a antiga de Nossa Senhora da Conceição de Villa Flôr.

Freguezia de Porto Alegre — Creada em 9 de Dezembro de 1761, sob a a invocação de S. João Baptista.

Freguezia de Sant'Anna do Mattos — Creada por alvará de 13 de Agosto de 1821, segundo Moreira Pinto. A sua invocação é Sant'Anna.

Freguezia de Santo Antonio — Creada por decreto diocesano de 16 de Agosto de 1915, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Freguezia de Santa de Cruz — Creada em 1835. A sua invocação é de Santa Rita.

Freguezia de S. Gonçalo — Creada pela lei provincial n. 27, de 28 de Março de 1835; supprimida pela lei provincial n. 876, de 17 de Março de 1883, que transferiu a sua séde para Macahiba; e finalmente restabelecida sob a invocação de S. Gonçalo, comprehendendo parte do seu primitivo territorio, que foi desmembrado de Macahiba, por decreto diocesano de 16 de Setembro de 1912.

Freguezia de S. José de Mipibú — Ha divergencias sobre a data exacta da creação, que se effectuou na segunda metade do seculo XVIII. O mais acceitavel, porém, é que tenha coincidido com a creação da villa, em 22 de Fevereiro de 1762. A sua invocação é de Sant'Anna.

Freguezia de S. Miguel de Jucurutú — Creada por lei provincial n. 707, de 1 de Setembro de 1874, sob a invocação de S. Miguel.

Freguezia de S. Miguel de Pau dos Ferros — Creada pela lei provincial n. 760, de 9 de Setembro de 1875, sob a invocação de S. Miguel.

Freguezia de Serra Negra — Creada pela lei provincial n. 406, de 1 de Setembro de 1858, sob a invocação de Nossa Senhora do O'.

Freguezia do Taipú — Creada por decreto diocesano de 18 de Abril de 1913, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento.

Freguezia de Touros — Creada por lei provincial n. 21, de 27 de Março de 1835, sob a invocação do Bom Jesus dos Navegantes (1).

---

(1) Presentemente, ha, no Estado, 39 freguezias, devendo-se accrescentar ás indicadas as que se seguem: *Alecrim* (é um bairro da Capital), sob a invocação de S. Pedro; *Luís Gomes* (municipio do mesmo nome). sob a invocação de Sant' Anna; *Parelhas* (no municipio de Jardim do Seridó), sob a invocação de S. Sebastião; *S. Raphael* (municipio de Santa Anna do Mattos), sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Foram creadas por actos do bispo diocesano, a primeira em 1919 e as tres ultimas em 1920.

Municipios

São 37 os municipios do Estado, a saber:

Municipio do Acari — Creado pelo presidente em conselho por acto de 11 de Abril de 1833. Essa creação foi approvada pela lei provincial n. 16, de 18 de Março de 1835. A Villa do Acari, séde do municipio, foi elevada á categoria de cidade por lei estadual n. 119, de 15 de Agosto de 1898.

Municipio de Angicos — Creado pelo presidente em conselho por acto de 11 de Abril de 1833 e supprimido pela lei provincial n. 26, de 28 de Março de 1835, que mandou reverter o seu territorio ao da Villa da Princeza (Assú). Restaurado pela lei provincial n. 9, de 13 de Outubro de 1836, foi novamente extincto pela lei provincial n. 158, de 2 de Outubro de 1847, que transferiu a sua séde para Macau, recentemente creado.

Restaurado, finalmente, pela lei provincial n. 219, de 27 de Junho de 1850.

Municipio de Apodi — Creado pelo presidente em conselho por acto de 11 de Abril de 1833. Essa creação foi approvada pela lei provincial n. 18, de 23 de Março de 1835. A Villa de Apodi, séde do municipio, foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 988, de 5 de Março de 1887.

Municipio de Areia Branca — Creado por decreto n. 10, de 16 de Fevereiro de 1892, expedido pela Junta Governativa.

Municipio de Arez — Creado em 15 de Junho de 1760. Supprimido pela resolução da Assembléa Geral Legislativa de 7 de Agosto de 1832, que elevou Goianinha á villa e para alli transferiu a séde do municipio. Restaurado por lei provincial de Agosto de 1855 e installado em 15 de Janeiro de 1856, foi outra vez incorporado ao Municipio de Goianninha por lei provincial de 1862. Em 1864, foi desmembrado do de Goianninha e incorporado a Papari, donde foi, finalmente, desmembrado pela lei provincial n. 778, de 11 de Dezembro de 1876, que o restaurou.

Municipio do Assú — Creado em virtude de Real Ordem de 22 de Julho de 1766, sendo installado em 11 de Agosto de 1788. Tomou nessa occasião o nome de *Villa Nova da Princeza*. A lei provincial n. 124, de 16 de Outubro de 1845, elevou a Villa Nova da Princeza á cidade, com o nome de Assú, nome que, como municipio e a comarca, ainda conserva.

Municipio de Augusto Severo — Creado pela lei provincial n. 414, de 4 de Setembro de 1858, com o nome de *Campo Grande*. Supprimido pela lei provincial n. 601, de 5 de Março de 1868, e restaurado, com a denominação de *Triumpho*, pela de n. 613, de 30 de Março de 1870. A lei estadual n. 197, de 28 de Agosto de 1903, deu á villa e municipio o nome de *Augusto Severo*.

Municipio de Caicó — Creado em 31 de Julho de 1788, com a denominação de *Villa do Principe*. A villa foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 612, de 15 de Dezembro de 1868, conservando o mesmo nome. Esse nome foi, porém, mudado para *Seridó* pelo decreto n. 12, de 1 de Fevereiro de 1890, e para *Caicó*, como ainda se chama, pelo de n. 33, de 7 de Julho do mesmo anno.

Municipio de Canguaretama — Antigo Municipio de *Villa Flor*, creado no seculo XVIII (em 1769, segundo Moreira Pinto). A lei provincial n. 367, de 19 de Julho de 1858, transferiu a sua séde para a Povoação de *Uruá*, elevada á villa pela mesma lei com a denominação de *Canguaretama*, nome que se tornou extensivo ao do municipio. *Canguaretama* teve a categoria de cidade pela lei provincial n. 955, de 16 de Abril de 1885.

Municipio de Carahubas — Creado pela lei provincial n. 601, de 5 de Março de 1868. A Villa de Carahubas foi elevada á categoria de cidade pela lei estadual n. 372, de 30 de Novembro de 1914.

Municipio do Ceará-mirim — Antigo Municipio de Extremoz, creado em 3 de Maio de 1760, tendo por séde a villa do mesmo nome. Essa séde foi transferida para a Povoação da *Bocca da Matta*, elevada á villa com a denominação de *Ceará-Mirim*, pela lei provincial n. 321, de 18 de Agosto de 1855. Outra lei provincial, a de n. 345, de 4 de Setembro de 1856, suspendeu a anterior, sendo novamente decretada a transferencia da séde do Municipio para o Ceará-Mirim, como ficou denominado o municipio, pela lei provincial n. 370, de 30 de Julho de 1858. A lei provincial n. 837, de 9 de Junho de 1882, elevou a Villa do Ceará-Mirim á categoria de cidade.

Municipio de Curraes Novos — Creado pelo decreto n. 59, de 15 de Outubro de 1890. A Villa de Curraes Novos foi elevada á categoria de cidade pela lei estadual n. 486, de 29 de Novembro de 1920.

Municipio de Flores — Creado pelo decreto n. 62, de 20 de Outubro de 1890.

Municipio de Goianninha — Creado por uma resolução da Assembléa Geral Legislativa, de 7 de Agosto de 1832.

Municipio de Jardim de Seridó — Creado pela lei provincial n. 407, de 1 de Setembro de 1858, tendo por séde a *Villa de Jardim*, nome que, pela mesma lei, foi dado á povoação, que se chamava anteriormente *Conceição do Azevedo*. A Villa de Jardim foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 703, de 27 de Agosto de 1874.

Municipio de Lages — Antigo Municipio de *Jardim de Angicos*, que foi creado pelo decreto n. 55, de 4 de Outubro de 1890, tendo por séde a Villa de Jardim. Foi a lei estadual n. 360, de 25 de Novembro de 1914 que transferiu a sua séde para a Povoação de Lages, elevada á villa, e dando desse modo nome ao municipio, que tomou então essa denominação.

Municipio de Luiz Gomes — Creado pelo decreto n. 31, de 5 de Julho de 1890.

Municipio de Macahiba — Creado pela lei provincial n. 832, de 7 de Fevereiro de 1879, que supprimiu o Municipio de S. Gonçalo, transferindo para a Villa de Macahiba a sua séde. A Villa de Macahiba foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 1.010, de 5 de Janeiro de 1889.

Municipio de Macau — Creado pela lei provincial n. 158, de 2 de Outubro de 1847. A villa de Macau foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 761, de 9 de Setembro de 1875.

Municipio do Martins — Creado pela lei provincial n. 71, de 10 de Novembro de 1841, tendo por séde a Povoação da *Serra do Martins*, que pela mesma lei passou a chamar-se *Villa da Maioridade*, como tambem se denominou o municipio. A Villa da Maioridade foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 168, de 30 de Outubro de 1847, com o nome de *Imperatriz*. O nome da cidade foi mudado para *Martins* pelo decreto n. 12, de 1 de Fevereiro de 1890, e o do municipio pelo de n. 35, de 7 de Julho do mesmo anno.

Municipio de Mossoró — Creado pela lei provincial n. 246, de 15 de Março de 1852, tendo por séde a *Villa de Mos-*

soró, anteriormente Povoação de *Santa Luzia de Mossoró*. A Villa de Mossoró foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 620, de 9 de Novembro de 1870.

Municipio de Natal — Creado em 1611 pelo governador geral d. Diogo de Meneses, mediante parecer da Relação da Bahia, installada em 1609 (consta da *Razão do Estado do Brasil* por Diogo de Campos, trecho por nós transcripto na parte em que tratámos da colonização da Capitania antes da occupação hollandeza).

Tem havido affirmações de que a povoação ou Villa de Natal foi elevada á categoria de cidade durante o regime hollandez. Não é exacto. Antes da invasão flamenga, já frei Vicente do Salvador e outros se tinham referido á *cidade* (vide nosso trabalho *Notas Historicas sobre o Rio Grande do Norte*, vol. I, nota á pag. 103), havendo mesmo documentos officiaes que provam que o era (vide, por exemplo, o *auto da repartição das terras do Rio Grande do Norte, que é datado da Cidade do Natal*; Studart, "Doc. para a Historia do Brasil", vol. II, e *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VII, já cit.).

Municipio de Nova Cruz — Antigo Municipio de S. Bento, creado pela lei provincial n. 245, de 15 de Março de 1852, e ao qual ficou pertencendo, em 1860, o districto de Nova Cruz, que antes fizera parte de Villa Flor, Goianninha e novamente Villa Flor. A lei provincial n. 609, de 12 de Março de 1868, transferiu para a Villa de Nova Cruz, anteriormente povoação de *Anta Esfolada*, a séde do municipio que tomou o mesmo nome, desapparecendo o de S. Bento, que lhe advinha de sua primitiva séde, hoje simples povoação.

Municipio de Papari — Creado pela lei provincial n. 242, de 12 de Fevereiro de 1852.

Municipio do Patú — Creado pelo decreto n. 53, de 25 de Setembro de 1890.

Municipio de Pau dos Ferros — Creado pela lei provincial n. 344, de 4 de Setembro de 1856.

Municipio de Pedro Velho — Creado pelo decreto n. 24, de 10 de Maio de 1890, com o nome de *Cuiteseiras*. Pela lei estadual n. 181, de 4 de Setembro de 1902, a séde do municipio foi transferida da Villa de Cuiteseiras para *Villa Nova*, nome que tambem tomou o municipio. Pela lei estadual n. 261, de 26 de Novembro de 1908, a villa e o municipio passaram a chamar-se *Pedro Velho*.

Municipio de Port'Alegre — Creado em 9 de Dezembro de 1761, com o nome de *Villa do Regente*, depois mudado para *Port'Alegre*, por acto do presidente em conselho, de 11 de Abril de 1833.

Municipio de Santo Antonio — Creado pelo decreto n. 32, de 5 de Julho de 1890. Extincto pelo de n. 102, de 31 de Março de 1891, e restabelecido pelo de n. 6, de 8 de Janeiro de 1892.

Municipio de Sant'Anna do Mattos — Creado pela lei provincial n. 9, de 13 de Outubro de 1836, supprimido pela de n. 267, de 7 de Março de 1853, e restaurado pela de n. 314, de 6 de Agosto de 1855.

Municipio de Santa Cruz — Creado pela lei provincial n. 777, de 11 de Dezembro de 1876, com o nome de *Trahiri*, nome que perdeu depois, passando a chamar-se *Santa Cruz*, como era denominado quando simples districto de paz.

Municipio de S. Gonçalo — Creado pelo presidente em conselho por acto de 11 de Abril de 1833. Essa creação foi approvada pela lei provincial n. 25, de 28 de Março de 1835. Supprimido pela de n. 604, de 11 de Março de 1868, que incorporou seu territorio ao Municipio de Natal. Restaurado pela de n. 689, de 3 de Agosto de 1874. Novamente supprimido pela de n. 832, de 7 de Fevereiro de 1879, que transferiu a sua séde para Macahiba.

Restaurado, finalmente, pelo decreto n. 57, de 9 de Outubro de 1890.

Municipio de S. José de Mipibú — Creado em 22 de Fevereiro de 1762. A Villa de S. José de Mipibú foi elevada á categoria de cidade pela lei provincial n. 125, de 16 de Outubro de 1845.

Municipio de S. Miguel — Creado pela lei provincial n. 776, de 11 de Dezembro de 1876.

Municipio de Serra Negra — Creado pela lei provincial n. 688, de 3 de Agosto de 1874.

Municipio de Taipú — Creado pelo decreto n. 97, de 10 de Março de 1891.

Municipio de Touros — Creadopelo presidente em conselho por acto de 11 de Abril de 1833. Essa creação foi approvada pela lei provincial n. 21, de 27 de Março de 1835.

Comarcas

As comarcas do Estado, em numero de 18 e comprehendendo 37 termos, tantos quantos os municipios, cada um dos quaes constitue tambem um termo judiciario, têm todas o nome da cidade ou villa em que está situada a sua séde (lei estadual n. 150, de 19 de Agosto de 1901) e são as seguintes:

Comarca de Natal — Creada por alvará de 18 de Março de 1818, que a desmembrou da Parahiba. Comprehendia toda a Capitania. Della foram desmembradas, no correr dos tempos, todas as outras do Estado. Actualmente é constituida apenas pelo termo da Capital. Tem duas varas de direito, de accôrdo com a lei estadual n. 272, de 23 de Novembro de 1909.

Comarca de S. José de Mipibú — Creada por lei provincial n. 307, de 26 de Julho de 1855. Mantida até hoje. Comprehende actualmente, além do termo judiciario da séde, os de Papari, Arez e Goianninha (decreto n. 79, de 8 de Abril de 1918). Este ultimo já constituiu comarca por lei provincial de 1882, comarca que chegou a ser provida em 1890, mas não foi mantida pela lei estadual n. 12, de 9 de Junho de 1892, que organizou a Justiça local.

Comarca de Canguaretama — Creada por lei provincial n. 641, de 14 de Dezembro de 1871. Mantida na organização do Estado. Comprehende presentemente dois termos: o da séde e o de Pedro Velho.

Comarca de Nova Cruz — Pela lei provincial n. 796, de 15 de Dezembro de 1876, constituiu com Santa Cruz a Comarca de Trahiri. Na organização do Estado, foi a séde da Comarca de Curimatahú, que comprehendia o seu termo e o de Santo Antonio (Santa Cruz ficou então pertencendo á Comarca de Macahiba). Foi extincta pela lei estadual n. 114, de 8 de Agosto de 1898, passando os dois termos que a formavam a pertencer á Comarca de Canguaretama. Foi restabelecida pela lei estadual n. 436, de 27 de Novembro de 1918.

Comarca de Macahiba — Creada pela lei provincial n. 845, de 26 de Junho de 1882, com o nome de *Potengi*. Só foi provida em 1890, depois, portanto, da proclamação da Republica. Mantida na organização do Estado, foi supprimida em 1898. Restaurada, com o nome de Macahiba, em 1906, foi novamente supprimida em 1914. Restaurada, finalmente em virtude do decreto n. 79, de 8 de Abril de 1918. De presente, comprehende apenas o termo judiciario de sua séde.

Comarca de Santa Cruz — Com o termo de Nova Cruz, constituiu a Comarca de Trahiri, creada pela lei provincial n. 796, de 15 de Dezembro de 1876. O decreto n. 63, de 20 de Outubro de 1890, creou a Comarca de Santa Cruz, que, como termo, pertencia então á de Potengi, desde a sua creação. Antes de provida, foi supprimida pelo decreto n. 81, de 24 de Novembro do mesmo anno. Na organização do Estado ficou pertencendo, como anteriormente, á Comarca de Potengi (Macahiba) e depois da suppressão desta á do Acari (1898). Pela lei estadual n. 272, de 23 de Novembro de 1909, foi creada outra vez a Comarca de Santa Cruz, comprehendendo, além do termo judiciario da séde, o de Jardim de Angicos (hoje Lages). Supprimida pela lei n. 381, de 5 de Dezembro de 1914, foi novamente restaurada pela lei n. 453, de 27 de Novembro de 1919.

Comprehende apenas o termo judiciario da séde: o de Jardim de Angicos que, com a sua extincção, passara a fazer parte da Comarca do Ceará-Mirim, a ella ficou pertencendo.

Comarca do Ceará-Mirim — Creada pela lei provincial n. 733, de 12 de Agosto de 1875, e mantida até hoje. Comprehende, na conformidade do decreto n. 79, de 8 de Abril de 1918, os termos judiciarios da séde e os de S. Gonçalo, Taipú, Lages e Touros. O decreto n. 63, de 20 de Outubro de 1890, creou a Comarca de Touros, comprehendendo apenas o seu termo. Este decreto foi, porém, revogado pelo n. 81, de 24 de Novembro do mesmo anno.

Comarca de Macau — Creada pela lei provincial n. 644, de 14 de Dezembro de 1871. Foi mantida na organização do Estado. Comprehende o termo judiciario de sua séde e o de Angicos. O termo de Angicos, como o de Touros e o de Santa Cruz, foi elevado á categoria de comarca pelo decreto n. 63, de 20 de Outubro de 1890, comprehendendo o seu termo e o de Jardim de Angicos; mas o decreto n. 81, de 24 de Novembro do mesmo anno, revogou o anterior, pelo que ficou sem effeito aquella elevação.

Comarca do Assú — Creada pela lei provincial n. 13, de 11 de Março de 1835. Mantida até hoje. Comprehende os termos judiciarios da séde, de Augusto Severo e de Santa Anna do Mattos. A lei provincial n. 845, de 26 de Junho de 1882, creou a Comarca de Sant'Anna do Mattos, que abrangia o termo da séde e o de Angicos. Essa comarca foi provida pelo Governo Provisorio em 1890. Não foi, entretanto, mantida na organização do Estado.

Comarca de Mossoró — Creada pela lei provincial n. 499, de 23 de Maio de 1861. Mantida até hoje. Comprehende actualmente os termos judiciarios da séde e de Areia Branca.

Comarca do Apodi — Creada pela lei provincial n. 765, de 15 de Setembro de 1875. Mantida na organização do Estado. Comprehende presentemente os termos judiciarios da séde e de Carahubas.

Comarca do Martins — Creada pela lei provincial n. 71, de 10 de Novembro de 1841, com o nome de Comarca da *Maioridade*, nome que a mesma lei déra á sua séde, depois Cidade da Imperatriz e hoje do Martins. O decreto n. 35, de 7 de Julho de 1890, mudou a denominação da comarca e do municipio para Martins, como já se chamava a cidade em virtude do decreto n. 12, de 1 de Fevereiro do mesmo anno. Mantida até hoje. Comprehende actualmente os termos judiciarios da séde, do Patú e de Port'Alegre.

Comarca de Pau dos Ferros — Creada pela lei provincial n. 683, de 8 de Agosto de 1873. Mantida até hoje. Comprehende actualmente o termo judiciario da séde e o de Luiz Gomes.

Comarca de S. Miguel — Creada pelo decreto n. 30, de 5 de Julho de 1890, comprehendendo o seu e o termo de Luiz Gomes. Não foi mantida na organização do Estado. Restabelecida pela lei estadual n. 453, de 27 de Novembro de 1919. Comprehende apenas o termo judiciario da séde.

Comarca do Caicó — Creada pela lei provincial n. 365, de 19 de Julho de 1858. Mantida até hoje. O nome primitivo da comarca era *Seridó*. Comprehende actualmente os termos judiciarios da séde e de Serra Negra.

Comarca do Jardim do Seridó — Creada pela lei provincial n. 681, de 8 de Agosto de 1873. Na organização do Estado foi incorporada á Comarca do Acari. Restaurada em 1894, com a suppressão desta, cujo termo lhe ficou pertencendo (lei estadual n. 43, de 10 de Setembro de 1894, e decreto n. 55, de 18 de Outubro de 1895). Em 1898, a lei estadual n. 114, de 8 de Agosto, restaurou a Comarca do Acari, passando o Jardim do Seridó, como termo a fazer parte da Comarca do Caicó. Restaurada, apenas com o termo judiciario de sua séde, pela lei estadual n. 453, de 27 de Novembro de 1919.

Comarca do Acari — Creada pela lei provincial n. 844, de 26 de Junho de 1882. A lei n. 43, de 10 de Setembro de 1894, e o decreto n. 55, de 18 de Outubro de 1895, passaram a sua séde para Jardim do Seridó, reduzindo-a a simples termo. Restaurada pela lei estadual n. 114, de 8 de Agosto de 1898.

De presente comprehende sómente o termo judiciario da séde.

Comarca de Curraes Novos — Creada pela lei estadual n. 453, de 27 de Novembro de 1919. Comprehende o termo judiciario da séde e o de Flores.

*

RECEITA E DESPESA — De Julho de 1836 a Junho de 1837, quando esteve em vigor a primeira lei orçamentaria votada pela assembléa provincial, até 1889, quando se deu a queda das instituições monarchicas, eis quaes foram, por exercicios, a receita arrecadada e a despesa effectuada:

Exercicios	Receita arrecadada	Despesa effectuada
1836-1837	11:276$524	13:017$336
1837-1838	55:183$532	50:813$887
1838-1839	67:512$285	64:394$512
1839-1840	52:802$484	52:927$057
1840-1841	58:499$443	56:045$815
1841-1842	53:592$192	65:656$844
1842-1843	54:082$309	52:149$696
1843-1844	44:576$143	67:840$925
1844-1845	46:788$383	45:217$213
1845-1846	44:770$091	48:720$964
1846-1847	60:536$909	60:980$471
1847-1848	56:739$306	52:369$799
1848-1849	54:962$485	44:353$599
1849	49:995$099	52:431$627
1850	53:791$253	55:698$689
1851	53:727$173	51:111$270
1852	74:088$400	52:384$023
1853	76:742$140	54:052$286
1854	64:757$584	61:105$132
1855	87:149$927	86:178$250
1856	87:807$027	74:141$236

Exercicios	Receita arrecadada	Despesa effectuada
1857	171 :442$364	98 :216$967
1858	167 :319$908	138 :859$714
1859	191 :886$735	173 :155$032
1860	100 :900$025	180 :447$215
1861	154 :371$258	128 :359$510
1862	113 :866$589	154 :769$818
1863	110 :759$283	58 :619$467
1863-1864	182 :224$622	183 :694$176
1864-1865	229 :518$506	164 :047$670
1865-1866	268 :424$630	149 :336$805
1866-1867	194 :261$799	231 :055$069
1867-1868	218 :588$837	262 :059$302
1868-1869	226 :073$769	259 :247$743
1869-1870	305 :543$781	272 :949$462
1870-1871	132 :959$823	274 :694$984
1871-1872	304 :509$114	413 :010$842
1872-1873	294 :381$572	302 :068$953
1873-1874	269 :004$012	338 :583$484
1874-1875	234 :610$695	271 :897$617
1875-1876	230 :374$985	263 :213$157
1876-1877	332 :258$936	277 :288$919
1877-1878	300 :130$765	317 :733$874
1878-1879	338 :525$656	331 :534$506
1879-1880	328 :491$388	306 :341$747
1880-1881	319 :405$290	287 :279$403
1881-1882	322 :155$383	390 :046$631
1882-1883	470 :420$257	426 :211$933
1883-1884	373 :158$812	420 :327$105
1884-1885	358 :044$692	408 :823$236
1885-1886	410 :281$039	456 :429$520
1886-1887	459 :434$748	479 :000$199
1887-1888	263 :459$259	211 :436$509
1888	406 :058$891	425 :147$775
1889	321 :967$448	370 :720$451

Por estes dados, extrahidos do Relatorio do Thesoiro do Estado de 2 de Julho de 1895, verifica-se que a receita arrecadada e a despesa effectuada de 1836 a 1889 foram, respectivamente, de 10.320:187$560 e 10.501:203$129.

NA REPUBLICA

Annos	Receita arrecadada	Despesa effectuada
1890	476 :581$328	475 :542$090
1891	484 :528$854	439 :022$256
1892	720 :496$989	615 :501$328
1893	1.070 :707$101	854 :864$799
1894	707 :635$124	778 :436$600
1895	861 :201$729	971 :696$184
1896	945 :355$004	1.116 :158$689
1897	987 :407$691	1.068 :372$524
1898	948 :767$710	1.039 :885$318
1899	130 :169$700	1.113 :392$198
1900	1.338 :816$413	1.374 :316$413
1901	1.101 :053$051	1.039 :583$650
1902	1.176 :331$119	1.093 :191$950
1903	1.238 :244$645	1.310 :904$465
1904	1.276 :647$760	1.289 :501$953[1]
1905	1.446 :668$363	1.375 :386$154
1906	1.138 :542$908	1.291 :647$500
1907	1.376 :546$789	1.313 :112$317
1908	1.252 :589$051	1.333 :364$176
1909	1.371 :003$641	1.358 :853$158
1910	1.793 :433$298	1.610 :565$250
1911	1.869 :572$322	1.865 :330$816
1912	1.854 :909$306	1.994 :802$689
1913	2.382 :920$000	—
1914	1.938 :193$100	2.148 :881$359
1915	2.182 :137$638	2.960 :228$112
1916	3.209 :030$735	3.167 :040$044
1917	4.190 :048$573	3.370 :393$986
1918	5.688 :659$448	4.856 :126$170

Nos algarismos da receita estão incluidas todas as rendas ordinarias e extraordinarias. Foram, porém, excluidas as operações de credito. Nas despesas não estão computadas as que correram á conta dessas mesmas operações de credito.

XX

Ligeiros traços biographicos de cincoenta Rio-grandenses illustres (fallecidos antes de 1910)

AGOSTINHO LEITÃO DE ALMEIDA — Temos informações de que nasceu em Natal no ultimo quartel do seculo XVIII; mas ignoramos quaesquer factos relativos aos primeiros annos de sua vida.

Não figurou nos acontecimentos de 1817, o que faz presumir que estava então ausente do Rio Grande do Norte, porque, homem intelligente e de bastante cultura para a epocha, é natural que não fosse alheio áquelles acontecimentos, se alli se achasse.

A sua actividade politica data de 1821. Nesse anno, foi um dos eleitores de parochia que, representando a capital, tomaram parte na eleição que se realizou, a 3 de Dezembro, para a escolha da Junta que devia substituir o governador José Ignacio Borges.

Eram sete: elle, o padre Miguel Pinto de Castro, o padre Francisco Antonio Lumache de Mello, o professor régio de Latim Francisco Xavier Garcia, Alexandre de Mello Pinto, procurador e presidente da Junta de Fazenda, João Alvares de Quental, thesoireiro geral da mesma Junta de Fazenda, e Joaquim José Gomes, que foi no anno seguinte (1822) o juiz presidente do Senado da Camara.

A Junta eleita em 3 de Dezembro, que mereceu o seu apoio, era contraria á recolonização e sympathica á causa da Independencia. Foi, por isto, combatida pelos reaccionarios, que obedeciam á orientação do ouvidor Mariano José de Britto Lima, os quaes conseguiram depo-la a 7 de Fevereiro de 1822, com o concurso do batalhão de linha, constituindo um governo provisorio.

Agostinho Leitão não entrou nesse movimento. Foi, porém, depois de feito, o promotor do accôrdo de que resultou ficar composta a segunda Junta, eleita em 18 de Março do mesmo anno, do seguinte modo:

Padre Manuel Pinto de Castro, presidente.
Manuel Antonio Moreira, secretario.
João Marques de Carvalho.
Agostinho Leitão de Almeida.
Thomaz de Araujo Pereira.

A principio, a sua vontade predominava no seio do novo governo, mas, enfraquecido aos poucos, foi delle expulso em Novembro, juntamente com João Marques de Carvalho, em companhia de quem embarcou para o Rio de Janeiro.

Dissolvida a Constituinte em Novembro de 1823, o Governo Imperial, receioso da agitação que se alastrava de Pernambuco para as provincias vizinhas, aproveitou os serviços de ambos: João Marques foi nomeado commandante do batalhão de linha (era sargento-mór do Exercito, posto que corresponde ao de major) e Agostinho Leitão secretario do governo. Na mesma occasião, foi nomeado o primeiro presidente da Provincia: Thomaz de Araujo Pereira.

Chegou a Natal, de volta, nos primeiros dias de Fevereiro de 1824, e dahi em deante sua acção foi das mais intensas e proficuas. Quer como secretario do governo, quer como simples particular, depois que deixou esse cargo foi, de facto, quem dirigiu a politica da Provincia.

A elle se deve ter esta acceito sem protesto a constituição decretada por Pedro I e não ter adherido á *Confederação do Equador*. Foi o mais votado dos cidadãos contemplados, em 1826, na lista triplice organizada para a escolha do primeiro senador (eram além delle, José Ignacio Borges e Affonso de Albuquerque Maranhão, o escolhido), tendo sido deputado geral na primeira legislatura de 1826-1829.

Ao terminar o seu mandato estava mudada a orientação da politica local e não quiz disputar a sua reeleição, apesar de dispor ainda de grande prestigio e ser muitissimo relacionado na Côrte.

Falleceu em avançada edade no actual Estado do Paraná, para onde transferira definitivamente, havia muitos annos, a sua residencia.

ALMINO ÁLVARES AFFONSO — Nasceu em 17 de Abril de 1840, no actual Municipio do Patú, fallecendo na Cidade de Fortaleza (Ceará) a 13 de Janeiro de 1899.

Era bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, tendo solida cultura juridica e conhecendo admiravelmente os classicos latinos e portuguezes.

Habil advogado, jornalista de combate, politico eminente, grande orador.

Fez quasi toda sua vida publica no Ceará e no Amazonas.

Exercia o cargo de procurador fiscal dos Feitos da Fazenda na primeira dessas então provincias, quando, em 1883, se envolveu activamente na campanha abolicionista de que resultou a completa emancipação dos escravos alli existentes muito antes da lei de 13 de Maio de 1888, que os extinguiu no Brasil.

Nessa occasião foi exonerado do cargo que occupava, attribuindo esse acto á intervenção do conselheiro Antonio Joaquim Rodrigues Junior, com quem se incompatibilizara.

Contra esse, o conselheiro Lourenço de Albuquerque e o imperador, escreveu ao tempo violento pamphleto, intitulado os *Rodrigões do Imperio*, no qual, defendendo-se de accusações que lhe foram feitas para justificar a sua exoneração, aggrediu apaixonadamente aquelles illustres brasileiros.

Ha nesse pamphleto a affirmação positiva de sentimentos francamente republicanos:

> « A realeza é a negação absoluta da liberdade: libertemo-nos para melhorar os nossos destinos.
>
> Pela cruz, pela grei, pela Patria! Mocidade brasileira! Filhos do Paiz do Sol! Viva a America Democratica! »

Apesar, porém, das numerosas manifestações de seu extremado liberalismo, é certo que se manteve filiado ao Partido Conservador do Imperio até que desappareceu, acceitando e disputando, em 31 de Agosto de 1889, como representante desse partido, a candidatura que lhe fôra offerecida para o logar de deputado por uma das facções, de que o mesmo se compunha no segundo districto do Rio Grande do Norte.

Foi dahi em deante que começou a figurar na politica rio-grandense: anteriormente, a sua collaboração partidaria só se fizera sentir no Ceará e no Amazonas, para onde seguira e onde se estabelecera como advogado após a sua exoneração de procurador fiscal, em Fortaleza.

Proclamada a Republica, o seu nome, que ficara em evidencia desde a ultima eleição geral realizada sob o regime monarchico, foi naturalmente lembrado para a Constituinte, merecendo o apoio dos tres agrupamentos que havia no Estado,— o governista, o opposicionista e o catholico,— embora as suas ligações e affinidades fossem mais accentuadas com o partido situacionista, que obedecia á orientação de Pedro Velho, com quem foi inteira e absolutamente solidario até que falleceu, passada a ligeira divergencia que delle o separou na primeira eleição.

Na Constituinte, como depois na Camara e no Senado para o qual entrou na renovação do terço em 1894, Almino soube impôr-se á estima, á consideração e ao respeito de seus pares pela gentileza de seu trato, firmeza de suas convicções e vigor de seu talento.

Um dos traços caracteristicos de sua personalidade politica era o seu bairrismo, ás vezes exaggerado.

Não perdoava a quem o contrariasse na obtenção de qualquer melhoramento para sua terra, E, a este proposito, a sua vida parlamentar está cheia de interessantes episodios.

De uma feita apresentou, ainda deputado, uma emenda mandando consignar um auxilio de 200:000$ no orçamento da Viação para as obras do abastecimento d'agua á Cidade de Macau.

A Commissão de Finanças deu parecer contrario. Ao ser votada a emenda, pediu a palavra para encaminhar a sua votação. Procurava justifica-la, fallando com o costumado calor e eloquencia, quando um deputado disse, em aparte, que o auxilio era contrario á Constituição por se tratar de melhoramentos de caracter municipal.

Virou-se rapidamente para o apartista e respondeu de prompto: *se a Constituição prohibe que se dê agua a quem tem sêde é uma Constituição irracional.* E tal foi o ardor com que se bateu pela approvação da emenda que a Camara a votou por quasi unanimidade.

Em outra occasião, já senador, advogava a elevação do imposto de importação sobre o sal extrangeiro, no intuito de amparar a industria do sal nacional, que é uma das mais florescentes do Rio Grande do Norte.

Era vivamente aparteado. Num momento dado, um collega, aliás homem respeitavel e austero, interrompeu-o pouco delicadamente. Vibrante e inflammado retrucou-lhe com energia que *não podia quadrupedar pela jumentice alheia.* E a allusão era ao proprio apartista.

Como estas, outras, muitas outras passagens, que fizeram delle um adversario temivel. Não guardava, porém, odios e rancores de ordem pessoal. Era um forte e um bom.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO — Era filho de outro de egual nome e de d. Antonia Josepha do Espirito Santo Ribeiro. Nasceu no actual Municipio de Canguaretama entre os annos de 1775 e 1780.

Fez alguns estudos de Humanidades em Natal com o dr. Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, affirmando a tradição ter emprehendido e realizado depois longas viagens ao Rio de Janeiro e Lisboa.

Descendente de nobres e tendo fóros de cavalleiro e fidalgo da Casa Real, a sua maior nobreza lhe adveio, entretanto, das grandes acções que praticou. Chefe do movi-

mento republicano de 1817 no Rio Grande do Norte, entrou para a Historia, com a sua memoria imperecivel santificada pelo mais glorioso dos martyrios.

ANTONIO BASILIO RIBEIRO DANTAS — Agricultor no Municipio de S. José de Mipibú (engenho *Sapé*) e descendente de uma das mais distinctas familias norte-riograndenses. Seu pae de egual nome, foi politico de prestigio na então Provincia, que representou em varios biennios na Assembléa Provincial e que governou, na qualidade de vice-presidente, por duas vezes, durante alguns dias, em 1867 e 1868.

Foi ao lado delle que Antonio Basilio, desde muito moço, começou a apparecer na politica local, em que, tempos depois, se destacou, pelo seu valor proprio, como uma das principaes figuras do Partido Liberal.

Em 1856, por occasião da epidemia do *cholera-morbus*, poucos deputados compareceram á primeira sessão da Assembléa Provincial e elle, que era supplente, tomou assento pela primeira vez naquella corporação, a que pertenceu posteriormente em diversas legislaturas.

Foi primeiro vice-presidente nas duas ultimas situações liberaes do Imperio e, nesse caracter, administrou a Provincia de 21 de Julho a 22 de Agosto de 1883, 19 de Julho a 30 de Setembro de 1884, 11 de Julho a 22 de Setembro de 1885, 18 de Junho a 12 de Julho de 1889. Achava-se, pela quinta vez na presidencia, que assumira a 23 de Outubro daquelle anno, quando foi proclamada a Republica.

Dois dias depois, a 17 de Novembro, entregava o governo a Pedro Velho, que fôra acclamado governador, e recolhia-se á sua propriedade agricola, alheando-se da actividade politica.

Embora não tivesse cultura scientifica e litteraria, Antonio Basilio era um homem intelligente, honesto, leal, discreto e maneiroso, tendo sabido manter dignamente todas as posições que occupou.

Nasceu em S. José de Mipibú a 13 de Junho de 1828 e falleceu em Natal a 21 de Novembro de 1895.

ANTONIO FLORENCIO PEREIRA DO LAGO — Nasceu a 10 de Maio de 1825 em um sitio vizinho á Cidade de Mossoró. Era filho de paes pobres, e, sem recursos proprios, resolveu assentar praça em 1843.

Tinha uma pronunciada vocação para as lettras e, simples praça de *pret*, estudou comsigo mesmo Arithmetica, Geographia, Grammatica e Francez, conseguindo depois, á custa de indiziveis esforços, matricular-se em 1849 na Escola Militar.

O seu curso foi interrompido mais de uma vez, só chegando a receber o grau de bacharel em Mathematicas e Sciencias Physicas a 10 de Dezembro de 1859. Foi alferes em 14 de Abril de 1855; tenente em 14 de Março de 1858; capitão em 28 de Novembro de 1863; major em 26 de Junho de 1875; tenente-coronel em 5 de Novembro de 1885.

Reformou-se no posto de coronel a 3 de Fevereiro de 1890.

Prestou relevantes serviços na paz e na guerra, tendo exercido importantes commissões como engenheiro civil e militar. Foi o presidente da Junta Governativa do Amazonas ao ser proclamada a Republica.

Escrevendo a biographia deste illustre riograndense, o visconde de Taunay, que fôra seu amigo e como elle pertencera á columna que fez a celebre *retirada da Laguna*, da qual nos deixou dolorosa descripção em paginas encantadoras, encerrou do seguinte modo o seu trabalho (*Revista do Instituto Historico*, tomo 56):

> « Nas bellissimas qualidades moraes que o distinguiram não ha que insistir, porquanto bem se salientaram em todas as phases da vida que acaba de ser narrada; mas não deixaremos, por dever de gratidão, em olvido o culto que dedicava á amizade.
>
> Impossiveis mais affectuosidade, maiores extremos, delicadeza e constancia nas doces e commovedoras relações com aquelles poucos a quem considerava amigos.
>
> A sua força capital, no penoso afan de abrir um logar para si na sociedade, a sua alavanca foi a pertinacia. Acostumando-se a nunca fazer grandes e fascinadores calculos e planos e visar longe de mais, uma vez alcançado o objectivo que a principio collimara, olhava sempre para deante, além, mais além, não parando nunca em suas aspirações de nobilitante conquista, em que punha todo o esforço de que era capaz, sempre a seguir linha recta, inflexivel, sem atalhos nem tergiversações.

ANTONIO PHILIPPE CAMARÃO — De accôrdo com o que dizem chronistas e historiadores, Luiz Fernandes, que provou á saciedade, em estudos documentados, exhaustivos e completos, ter sido o Rio Grande do Norte o berço desse heroico guerreiro, resumiu assim a sua vida gloriosa: nasceu em 1580, segundo razoaveis conjecturas, na aldeia de seus maiores, situada em uma das margens do Rio Potengi; foi alliado dos Portuguezes desde 1598; seguiu para a Bahia com outros de sua nação em 1603, e alli tomou parte no ataque e destruição dos mocambos de Itapicurú; voltou em 1604, começando nesse tempo a sua educação com os padres da Companhia de Jesus; visitou em 1611 os restos mortaes de seu grande amigo padre Pinto em uma das aldeias do Jaguaribe; baptizou-se solennemente e casou-se em 1612 na sua aldeia de *Igapó*, da qual se afastou pouco depois para acompanhar Jeronymo de Albuquerque, incumbido da conquista do Maranhão; conservou-se em seguida e durante um longo periodo em relativo repoiso; accorreu com presteza aos reclamos da Patria por occasião da invasão hollandeza em Pernambuco em 1630 e notabilizou-se por fim em todas as luctas que se travaram entre os intruzos e os colonizadores, até que falleceu em 1649 (veja-se *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*).

Foi essa ultima a phase mais gloriosa de sua existencia, e della nos occupámos largamente na parte relativa ao dominio flamengo.

Agraciado com o titulo de *dom*, o brazão d'armas e o habito de Christo, elle tinha tambem a patente de capitão-mór e governador de todos os Indios do Brasil.

As suas cinzas descançam em terra pernambucana e o seu nome, aureolado pelo fulgor de seus feitos, será sempre um dos maiores da nossa Historia.

Era da raça desses valentes caracteres, de que tão bellamente disse o poeta Lucano *Nil actum reputans, si quid superesset agendum.*

Tambem, no seu tumulo de bellissimo e imperterrito soldado, na sua lapide funeraria de intemerato e incançavel servidor do Brasil, bem condirão, como epitaphio, estas singelas palavras, resumo de toda a sua agitada existencia: *Por si só conseguiu o que foi, sem jámais se desviar da honra e do dever.*

Falleceu em 1 de Janeiro de 1692. »

ANTONIO DA ROCHA BEZERRA CAVALCANTI — Nasceu em 1837. Assentou praça em 1855, matriculando-se na Escola Militar, onde fez o Curso de Artilheria, sendo promovido a segundo-tenente em 1860.

Tomou parte na campanha do Paraguai, durante a qual foi promovido a primeiro-tenente e a capitão, por actos de bravura, em 1867 e 1868. Era cavalleiro das ordens de S. Bento d'Aviz, do Cruzeiro, da Rosa e de Christo, e condecorado com a medalha commemorativa da rendição de Uruguaiana, a que assistiu a 18 de Setembro de 1865. Tinha tambem a medalha de merito em campanha.

Escreveu, além de outros trabalhos, *Estudos sobre a promoção dos officiaes do Exercito*, *Recrutamento* e *Revolta da Fortaleza de Santa Cruz* (era coronel e servia na fortaleza quando se deu a revolta de Janeiro de 1892), os dois primeiros em 1871 e o ultimo em 1892. Reformado no posto de general, falleceu no Rio de Janeiro, ha alguns annos.

AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO — Filho legitimo do major Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de d. Feliciana Maria da Silva e Albuquerque, nasceu em Macahiba a 11 de Janeiro de 1864.

Depois de feitos os seus estudos de preparatorios, matriculou-se na Escola Polytechnica, não chegando a concluir o Curso de Engenharia, aliás iniciado com brilhantismo, como com brilhantismo fizera o de Humanidades, porque, gravemente doente, os medicos o aconselharam que o interrompesse, seguindo sem demora para o Rio Grande do Norte.

Restabelecido após longo tratamento, receiou voltar ao Rio de Janeiro, cujo clima lhe era hostil, e dedicou-se ao magisterio no collegio que, em 1882, Pedro Velho, seu irmão, fundara em Natal.

Ahi esteve até 1884, quando entrou para o commercio. Não o seduzia, porém, essa carreira e em 1888, transferida para a Capital a casa em que se havia empregado no Porto de Guarapes, envolveu-se francamente nas agitações politicas da epocha, tomando parte na campanha abolicionista e na propaganda republicana, quando começou a revelar as suas aptidões de orador e jornalista.

Proclamado o novo regime, deixou de vez o commercio e conquistou, a golpes de talento, um dos primeiros logares no scenario politico do Estado.

Foi deputado ao Congresso local em 1892, e no anno seguinte occupava uma cadeira na Camara dos Deputados, tendo sido successivamente reeleito até á sua morte.

Foi parlamentar illustre, figurando entre os membros de maior destaque da Commissão de Orçamento, então, como ainda hoje, a mais importante dos dois ramos do Poder Legislativo.

Nunca abandonou, entretanto, por maiores e mais notaveis que fossem os seus triumphos na vida publica, os estudos que vinha fazendo desde o verdor dos annos no sentido de descobrir a dirigibilidade dos balões.

Em 1893, firmemente convencido de que havia encontrado a solução do problema, obteve do Governo Federal a indispensavel auctorização e necessario auxilio para que fosse construido no Realengo um pequeno balão destinado a experiencias, em que demonstraria o valor do seu invento; mas, nessa occasião, inimigos invejosos e despeitados conseguiram que fosse revogado a ordem anteriormente dada, sem que fosse alcançado um resultado definitivo.

Embora amargurado com esse contratempo, não desanimou; e, em 1901, seguiu para Paris, onde, com os parcos recursos de que dispunha e os generosos donativos de alguns amigos, fez construir o apparelho em que provaria a realidade de sua maravilhosa descoberta.

A falta de meios impediu que désse a esse apparelho toda a segurança com que o projectara e obrigou-o ainda a antecipar a experiencia final, que se realizou a 12 de Maio de 1902.

O balão subiu, obedecendo docilmente ao seu commando; mas num momento dado, a explosão do motor produziu o incendio da aeronave e a sua consequente queda, sendo Augusto Severo precipitado, gloriosamente morto, sobre a *Cidade Luz*.

Perdeu a vida justamente quando ia receber a consagração da victoria decisiva; mas a morte veio muito tarde para subtrahi-lo á glorificação da Historia e á justiça do futuro.

Martyr da sciencia, o seu nome ultrapassou as fronteiras de sua terra, para incorporar-se ao patrimonio moral da humanidade.

AUTA DE SOUSA — Foi a poetisa inspirada do *Horto*, meiga e carinhosa creatura sobre cuja vida, torturada de soffrimentos e dôres, um de seus irmãos escreveu estas paginas:

> « Auta de Sousa nasceu em Macahiba, pequena Cidade do Rio Grande do Norte, em 12 de Setembro de 1876; educou-se no Collegio S. Vicente de Paulo, em Pernambuco, sob a direcção de religiosas francezas; e falleceu em 7 de Fevereiro de 1901, na Cidade de Natal.
>
> Uma biographia simples como os seus versos e o seu coração.
>
> Ella não conheceu os obstaculos que encheram de tormento a existencia de Marcelline Desborde-Valmore.
>
> Desde muito cêdo, porém, sentiu todo o horror da morte. Aos 14 annos, quando lhe appareceram os primeiros symptomas do mal que a victimou, não havia senão sombras em seu espirito: era já orphan de pae e mãe, tendo assistido ao espectaculo inesquecivel de anniquilamento de um irmão devorado pelas chammas, numa noite de assombro.
>
> Assim, desde a infancia, o destino lhe appareceu como um enigma sem a possibilidade de outra decifração que o lucto.
>
> Salvaram-na do desespero a fé religiosa e o resignado exemplo da ignorada heroina, para quem escreveu o soneto *A minha avó*, publicado neste volume.
>
> *Horto*, é, pois, a historia de uma grande dôr. Formou-o a auctora recordando, sentindo, penando.
>
> Em casa, o lucto successivo; no collegio, as litanias da Egreja; mais tarde, no campo, onde passou o melhor tempo da atormentada existencia, a paizagem triste do sertão nos longos mezes de secca, a compaixão pelos humildes, cuja miseria tanto a commovia,

a saudade dos diversos logares em que esteve, em busca de melhoras aos padecimentos physicos.

Tudo isso concorreu muitissimo para aggravar a maravilhosa sensibilidade de seu temperamento de mulher; e essa sensibilidade, á medida que a doença augmentava, se ia tornando mais profunda, fazendo de um ser fragilimo o interprete de innumeros corações desolados.

A primeira edição do *Horto*, publicada em 1900, exgottou-se em dois mezes. O livro foi recebido com elogios pela melhor critica do paiz; leram-n'o os intellectuaes com avidez; mas a verdadeira consagração veio do povo, que se apoderou delle com devoto carinho, passando a repetir muitos dos seus versos ao pé dos berços, nos lares pobres e até nas egrejas, sob a fórma de *bemditos* anonymos.

Auta, sem pensar e sem querer, reproduzira a lapis, na *chaise-longue* onde a prostrara a doença, as emoções mais intimas de nossa gente: encontrara no proprio soffrimento a expressão exacta do soffrimento alheio.

E antes de finar-se ouviu da bocca de centenas de infelizes muitos dos versos que traçara com os olhos lacrimosos, não raro para esquecer o desgosto de se sentir vencida em plena mocidade.

Não teve cultura litteraria vasta. Recordando scenas da meninice, vejo-a neste momento, aos oito annos, curvada sobre as paginas da *Historia de Carlos Magno*, outr'ora muito popular nas fazendas do Norte, livro cheio de façanhas inverosimeis, sem medida, sem arte, escripto no peor dos estylos, mas delicioso para quem o conheceu na infancia.

Lia-o Auta no campo, os olhos ingenuamente maravilhados, para o mais ingenuo dos auditorios, composto de mulheres do povo e de velhos escravos, todos filhos desse formoso sertão que exerceu em seu espirito tão salutar influencia.

Depois, chegou a vez das *Primaveras*, de Casimiro de Abreu.

Um pouco mais tarde, no collegio, não leu outra coisa que os compendios de estudo e as obras de premio, de feição religiosa e sentimental.

Nesse tempo o seu livro predilecto foi um romance profundamente triste, *Tebsima*, episodio lendario da primeira Cruzada.

Ao sahir do internato, onde aprendera bem as linguas franceza e ingleza e adquirira boas noções de musica e de desenho, começou a ler alguns auctores brasileiros, especialmente Gonçalves Dias e Luiz Murat.

Esses dois grandes sonhadores, porém, não tiveram acção decisiva sobre seu espirito. Não sei mesmo como ella, que detestava a feitura classica de certos estylos, podia lêr com satisfacção crescente o poeta dos *Tymbiras*. Nunca me explicou tambem o motivo por que os versos tumultuosos de Luiz Murat constituiam verdadeiro encanto para a sua alma tão meiga, tão cheia de religiosa ternura.

Nos ultimos annos, as horas que podia dispensar ao convivio dos auctores, consagrava-as aos mysticos, a Th. de Kempis, a Lamartine, a Santa Thereza de Jesus. A estes associava Marco Aurelio, cujos *Pensamentos* muito concorreram para augmentar a tolerancia e a sympathia com que encarava os seres e as coisas.

Tal é a historia da sua formação intellectual.

Póde-se, entretanto, dizer sem exaggero que o soffrimento foi o seu melhor guia.

A influencia das Irmans de S. Vicente de Paulo é visivel em todo o livro.

O proprio estylo, simples e claro desde as primeiras poesias, parece-me um producto do esforço das mestras que lhe corrigiram os themas escolares, com o bom senso e a medida dos francezes.

Mas, sem a dôr que lhe requintou a fé, Auta certamente não teria encontrado a fórma, com que deu côr e relevo ás visões de seu mysticismo.

Assim, o *Horto*, em vez de uma collecção didactica de psalmos catholicos, encerra, com a tristeza de um pobre ser cruelmente ferido pelo destino, perturbado em face do mysterio da vida, a queixa universal do soffrimento humano.

Nos ultimos versos nota-se a extranha serenidade espiritual a que chegou nos derradeiros dias, inspirando aos que a visitavam a mais religiosa veneração. Via-se-lhe, então, a alma atravez os olhos brilhantes, sem torturas, sem lagrimas.

Naquelle corpo desfeito, tão leve que uma creança poderia conduzir, havia agora um coração resignado de martyr, sentindo profundamente o nada da vida, mas sem horror á morte.

Realizara-se o seu desejo:

Não vês? Minh'alma é como a penna branca
Que o vento amigo da pocira arranca
E vai com ella assim, de ramo em ramo,
Para um ninho gentil de gaturamo...
Leva-me, ó coração, como esta penna
De dôr em dôr até á paz serena.

A tormenta se desfizera ao pé do tumulo; e do naufragio em que se abysmou esta singular existencia, resta o *Horto*, livro de uma santa. »

Bartholomeu da Rocha Fagundes — Padre. Fez o seu curso no Seminario de Olinda e, depois de ordenado, fixou-se definitivamente em Natal, onde nascera em 8 de Setembro de 1813.

Era então vigario collado da freguezia o padre Feliciano José Dornellas, que alli exerceu as suas funcções parochiaes desde Dezembro de 1796 até que falleceu, em 13 de Abril de 1838, aos 86 annos de edade, victimado por um incendio no seu quarto de dormir.

Não era facil a successão do padre Dornellas, que fôra vulto de grande destaque social e politico no meio em que vivera, e o facto de ter a mesma recahido no padre Bartholomeu é bastante para mostrar o elevado conceito, em que eram tidas as suas virtudes e o seu caracter.

Assumiu a adminsitração da freguezia em 6 de Janeiro de 1839 e regeu-a, como coadjutor e vigario encommendado, até 20 de Novembro de 1843, data em que foi nomeado vigario collado.

A não ser em curtos e raros impedimentos, esteve em effectivo exercicio, ministrando o pasto espiritual ao seu rebanho, até 23 de Março de 1873, quando, por occasião da

questão religiosa de que resultou a prisão dos bispos de Pernambuco e do Pará, foi suspenso de ordens, por não haver abjurado a Maçonaria.

Muito querido do povo e dispondo de prestigio junto aos governantes, conseguiu fazer importantes melhoramentos na egreja matriz, cuja torre foi construida graças aos seus esforços (sobre a Matriz de Natal e os vigarios da freguezia vide a monographia de Nestor Lima, publicada na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XI).

Politico militante, foi deputado provincial nos biennios de 1848-1849, 1850-1851, 1864-1865 e 1866-1867, tendo governado a Provincia, como vice-presidente, durante alguns dias, em 1868.

Era muito respeitado pela sua intransigencia na defesa das idéas e principios liberaes.

Falleceu no Recife, a 2 de Novembro de 1877.

Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara — Nasceu em Natal, a 14 de Maio de 1813. Não tinha nenhum grau ou diploma scientifico.

Estudara, porém, Humanidades e, dotado de poderosa intelligencia, conseguiu adquirir, no decorrer de sua longa vida, uma cultura generalizada, que lhe permittiu desempenhar com brilho as varias funcções de que foi investido.

Pertencia, pelo lado paterno, a uma familia illustre, — a de Gonçalo Soares da Camara, morgado portuguez e fidalgo da Casa Real, — familia que se entrelaçara, por uniões matrimoniaes, com algumas das mais importantes da Provincia e que alli gosou, após a Independencia, de real prestigio e merecida ascendencia politica.

Este facto, a par de sua capacidade e aptidões pessoaes, explica a grande influencia de que Bonifacio dispoz.

A principio, exerceu cargos secundarios da administração publica; mas em 1852 já era um dos mais graduados chefes do partido *nortista* (conservador), em cujas fileiras começavam a se distinguir claramente tres grupos, com feições e tendencias diversas: o dos drs. Pinagé e Amaro Bezerra; o dos Cabraes (vide adeante Octaviano Cabral Raposo da Camara) e o delle.

Iniciada a politica de conciliação do marquez do Paraná, o segundo grupo ficou em maior evidencia, sendo eleitos deputados, em 1853, o seu chefe, Octaviano Cabral, e o ex-presidente José Joaquim da Cunha.

A Amaro Bezerra coube apenas o logar de supplente deste ultimo, e Bonifacio, que, nos biennios de 1852-1853, 1854-1855, fizera parte da Assembléa provincial, foi della excluido.

Na legislatura geral de 1857-1860, o primeiro e o terceiro grupos, então muito approximados, relegaram os Cabraes para plano inferior, e os deputados foram Amaro Bezerra e José Xavier Garcia de Almeida, este indicado por Bonifacio.

A união de Amaro e Bonifacio prolongou-se durante a *liga*: na legislatura de 1861-1864, a eleição de deputados recahiu no primeiro e no dr. Gabriel Soares Raposo da Camara, candidato do segundo.

De 1862 em deante, porém, a separação dos dois foi completa: inaugurada a *situação progressista*, Amaro evoluiu de vez para o liberalismo triumphante, alliando-se a Moreira Brandão, que era o chefe do velho Partido Liberal e que foi deputado geral pouco depois, em 1864, e Bonifacio permaneceu nos arraiaes conservadores, onde, durante o ostracismo, desappareceram, para resurgirem mais tarde, as divergencias que o afastavam dos Cabraes.

Em 1868, quando se discriminaram de todo as fronteiras dos dois grandes partidos monarchicos com a ascenção ao poder do visconde de Itaborahi, Bonifacio foi consagrado chefe do Partido Conservador na Provincia e nesse posto se manteve até que falleceu.

Nunca pleiteou posições politicas fóra de sua terra, confiando os cargos de representação geral a correligionarios e amigos de lealdade e dedicação comprovadas. Devem-lhe, em grande parte, o exito da carreira politica que fizeram, entre outros, Gomes da Silva, Tarquinio de Sousa e João Manuel.

Em 11 de Junho de 1873, Bonifacio, que, na qualidade de vice-presidente, estava á frente da administração desde 19 de Janeiro daquelle anno, teve occasião de apresentar interessante relatorio á Assembléa provincial, ao ser installada a sua sessão legislativa, e nessa peça official demonstrou perfeito conhecimento dos negocios publicos e grande elevação de vistas e idéas. Era homem de inconstestavel valor e foi um dos mais benemeritos servidores do Rio Grande do Norte.

Pranteado por todos que tiveram a fortuna de conhece-lo, o coronel Bonifacio, que era cavalleiro da Ordem de Christo e official da Ordem da Rosa, falleceu em Natal, a 2 de Novembro de 1884, deixando o seu nome ligado indissoluvelmente á historia politica da Provincia.

Dois de seus filhos, o coronel Luiz Emygdio Pinheiro da Camara e o dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, fallecidos em 22 de Janeiro e 9 de Abril de 1916, figuraram com lustre na politica do Estado (vide *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. XIV).

Braz de Andrade Mello — Nasceu na Cidade de S. José de Mipibú, a 17 de Abril de 1866. Era filho legitimo de Braz Marcolino de Andrade Mello e d. Anna Augusta de Andrade Mello.

Formou-se em Direito na Faculdade do Recife, em Março de 1890. Regressando ao Estado, foi chefe de Policia, juiz districtal da capital, lente de Francez e Philosophia do *Atheneu Norte-Rio-Grandense* e redactor d'*A Republica*.

Ainda estudante, foi ardoroso propagandista das instuições vigentes, escrevendo nos jornaes republicanos que então se publicaram em Pernambuco, especialmente n'*A Republica* e n'*O Norte*, e fazendo conferencias no *Club Republicano Academico*, de que era orador.

Teve grande repercussão nessa epocha uma vibrante saudação que fez a Silva Jardim, quando alli chegou, a 18 de Junho de 1889, no mesmo vapor em que viajava o conde d'Eu. São dessa saudação as seguintes passagens:

« Do *Club Republicano Academico* venho, como seu orador, trazer-vos cumprimentos de admiração pela grandeza de vossa estatura moral, congratulações pelo esplendor de vossas victorias, protestos de adhesão pela solidariedade que nos irmaniza...

E mais que isto, enfeixados num só *obrigado*, bem simples, mas bem de coração, todos os votos da muita gratidão que os do *Club Republicano Academico* devem a vós, cidadão, por tudo que de proficuo, de salutar, de salvador, haveis feito por esta Patria, que a Republica nos prepara, lavada da luz da regeneração politica e social, expurgada dos males da instituição desgraçada do throno,

... A covardia, a falta de animo para sustentar ás claras estes principios de democracia pura que estão comnosco, os Brasileiros, em nossas tradições, em nosso caracter, é geral: uma tolerancia, que melhor direi tibieza, afrouxa toda a sociedade.

Entretanto, o *Club* vê em vós a coragem, a força moral, o heroismo. E eis tres lições boas que a mocidade aprende de vós, cidadão: a ser desinteressada, ser verdadeira, ser corajosa.

E nós, discipulos, genuflectindo, vos sagramos mestre, a vós, como o mais puro, o mais sincero, o mais valente patriota nesta hora de grande agitação da suprema crise nacional!

Cidadão Silva Jardim: tudo que a mocidade tem de mais santo — bençãos maternas e sonhos do Ideal; o que ella tem de mais valioso — a alegria do presente e a esperança do futuro; o que tem de mais forte — o desassombro de duendes *de qualquer especie* e a confiança em si; risos, lagrimas, coleras, amores, trabalhos, victorias, trovas e cantares, poemas, admirações, respeitos; Vontade, Intelligencia, a Vida, é de si pela causa da Republica; é, pois, por vós.

... Quando, dentro em pouco, a Republica se alevantar pujante e valorosa no sólo do Brasil, e a Historia archivar, como uma negra legenda, a tristeza toda dos dois reinados que nos enlutaram os corações, um nome, soberbamente altivo, glorioso, immaculado, ha de abrir o capitulo de nossa vida de Povo Americano, de *povo livre:* este nome é o vosso.

O *Club Republicano Academico* prevê isto, e vos pede que consintaes que um punhado dos loiros de que o Brasil é obrigado a fazer-vos o caminho até o futuro seja trazido por elle, sob a fórma de minhas palavras incendidas de muito enthusiasmo, ungidas de muita veneração: Salve, cidadão Silva Jardim!»

Morto antes de completar trinta annos, Braz de Mello, grande espirito e grande coração, não pôde attingir a todas as posições que de direito lhe teriam de caber, dados o seu valor e alta intelligencia.

Mas, ainda assim, deixou traços inapagaveis de sua vida publica, como vigoroso jornalista, eloquente e aprimorado orador, professor illustre e advogado de nota.

Falleceu em Natal a 14 de Março de 1895.

DANIEL PEDRO FERRO CARDOSO — Nasceu em Natal. Era engenheiro architecto e foi quem projectou os melhoramentos que permittiram transformar em grande parte a Cidade de Louvain (Belgica).

Executou obras importantes no Rio de Janeiro, sendo seu o plano da cupula da Egreja da Candelaria, para a concepção da qual (é elle mesmo quem o diz) teve de resolver problemas de transcendente importancia scientifica, em virtude da pouca resistencia que apresentavam as bases sobre as quaes se tinha de edificar.

Fóra do campo em que exerceu a sua actividade proficional, prestou valiosos serviços ao paiz, tornando conhecidas na Europa muitas das nossas producções e riquezas. Na Exposição Universal de 1889, em Paris, expoz uma machina privilegiada, de sua invensão, para torrar café, cacau, chicoria, etc. por meio de vapor, obtendo, como recompensa, um dos maiores premios conferidos aos expositores e honrosissima menção.

Republicano desde 1870.

Em 1873 foi commissionado pelo Club Federal e pela imprensa republicana do Rio de Janeiro para saudar, em Madrid, a Emilio Castellar, que o cumulou de homenagens e distincções, quando se desempenhou dessa commissão.

Companheiro de Vicente de Sousa, com quem fez incessante propaganda das idéas democraticas no seio das classes populares, fundou, em 1871, uma liga operaria para melhor exito dos seus esforços.

Ao lado de Lopes Trovão, foi um dos promotores dos conflictos e arruaças que, com intuitos francamente revolucionarios, tiveram por theatro o Rio de Janeiro em 1880, ao entrar em execução a lei que creara o *imposto do vintem*.

Informado da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, em 1889, enviou da Europa, onde então residia, em pequeno prelo em que podesse ser publicado o orgão do mesmo partido na imprensa, acompanhando a offerta da seguinte:

«Saudação á Provincia do Rio Grande do Norte:

Natal, eu te saudo! Que breve a Republica Confederativa seja proclamada em nossa cara patria! Que breve essa fórma racional do governo seja um facto consummado em nosso Brasil!

Possas tu, breve, tu, Rio Grande do Norte, constituir uma das mais brilhantes estrellas da pleiade brasileira, como Estado livre da Confederação!

Natal! Natal! Quanto me sinto feliz de te ter por berço e quanto me orgulho que tu sejas a Capital da Poliguarania!

Viva a Republica!
Viva a Confederação Brasileira!
Viva a Cidade de Natal!
Viva o 7 de Abril!
Paris, 7 de Abril de 1889.»

Esse prelo foi remettido por intermedio do capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos, chegando, infelizmente, inutilizado. Isto, porém, não diminuiu a significação do gesto patriotico de Ferro Cardoso.

Em 1890, disputou, como opposicionista á situação dominante no Estado, um logar de representante, á *Constituinte* e, não conseguindo ser eleito, afastou-se inteiramente da politica.

Falleceu no Rio de Janeiro a 5 de Abril de 1899.

ELIAS ANTONIO FERREIRA SOUTO — Nasceu na Cidade do Assú, a 25 de Janeiro de 1848, sendo filho legitimo do co-coronel Luiz Antonio Ferreira Souto e d. Anna Jacintha Bezerra Souto.

Entrou desde moço para o magisterio primario e, como professor publico, serviu no Assú, Macau e S. José de Mipibú.

Tinha decidido pendor para as lettras e para o jornalismo politico. Manteve e redigiu antes da Republica os seguintes periodicos: o *Sertanejo* (1873-1876), o *Jornal do Assú* (1876-1885), *O Assuense* (segundo deste nome, 1885) e *O Macauense* (1886-1889).

Era professor em S. José de Mipibú quando, sendo reorganizada a instrucção publica do Estado, foi removido para Pau dos Ferros.

Não se conformou com essa remoção, preferindo perder a cadeira; e, em jornal que publicava naquella cidade, *O Nortista*, combateu vigorosamente o partido dominante sob a direcção de Pedro Velho, a quem moveu sempre tenaz opposição.

Em 1893 mudou-se para a Capital, onde continuou a publicação d'*O Nortista*, que, transformado em folha diaria em 1895, passou a denominar-se *Diario do Natal*.

Anteriormente á publicação dessa folha, foram ephemeras e fracassaram todas as tentativas para a fundação da imprensa diaria no Rio Grande do Norte. A Elias Souto coube a gloria de ser de facto quem a fundou e isto basta para mostrar que era um grande luctador. Quem escreve estas linhas é insuspeito para reconhece-lo e proclama-lo, porque, seu adversario politico, foi por elle muitas vezes attingido em refregas partidarias.

Falleceu em Natal, a 17 de Maio de 1906.

FRANCISCO DE BRITTO GUERRA — Nasceu a 18 de Abril de 1777, na fazenda *Jatobá*, situada no actual Municipio de Augusto Severo.

Foram seus paes Manuel da Annunciação Lyra e d. Anna Filgueira de Jesus. Estudou latim em *Pasmado* (Pernambuco) com o dr. Manuel Antonio, que muito o auxiliou em seus primeiros estudos e em cuja casa falleceu seu pae, quando o fôra entregar aos cuidados daquelle professor.

Emquanto aguardava edade para matricular-se no Seminario de Olinda, onde se ordenou em 1801, ensinou latim em Baturité (Ceará).

Era muito versado nessa lingua, na qual escreveu, ao terminar o seu curso, uma *oratio academica* dedicada ao bispo d. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, a quem tributou sempre affectuosa admiração e profundo reconhecimento, oração que se encontra, segundo informa Sacramento Blake, no livro *"A gratidão pernambucana ao seu bemfeitor"* (pags. 107 a 129; foi publicado em Lisboa, 1808).

Celebrou a sua primeira missa em Campo Grande (Augusto Severo) a 2 de Fevereiro de 1802 e alli ficou como capellão durante nove mezes.

Nesse mesmo anno, foi nomeado vigario encommendado da Freguezia do Caicó, que em 1810 tirou em concurso, passando a vigario collado.

Na Cidade do Caicó creou e manteve, durante mais de trinta annos, uma aula onde ensinava latim gratuitamente.

De 1831 a 1833, tomou assento na Camara dos Deputados como supplente do deputado José Paulino de Almeida e Albuquerque, que havia fallecido.

Eleito deputado para a legislatura de 1834-1837, não chegou a concluir o desempenho de seu mandato, porque no ultimo anno entrou para o Senado, na vaga que se abriu com a morte de Affonso de Albuquerque Maranhão, em 1836.

Fez parte da primeira Assembléa provincial, cuja sessão de installação se realizou a 2 de Fevereiro de 1835. Na qualidade de presidente dessa assembléa, coube-lhe organizar o seu primeiro regimento interno.

Tinha o titulo de conselho e era commendador da Ordem de Christo.

Foi visitador geral em 1815 no Sul de Pernambuco e depois, de 1833 até que falleceu, no Rio Grande do Norte.

Prestou grandes serviços á Egreja e á ex-Provincia. Deve-se-lhe a iniciativa da publicação do primeiro jornal que nella existiu — *O Natalense*.

Politico de larga influencia e prestigio, foi muitissimo devotado ás lettras, educando á sua custa varios moços de valor, como o conselheiro Luiz Gonzaga e o padre Manuel José Fernandes, que lhe succedeu como vigario do Caicó e foi tambem visitador.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 26 de Fevereiro de 1845, fulminado por uma congestão cerebral que o victimou em casa do commendador Joaquim Ignacio da Costa Miranda.

Foi sepultado na Egreja de Nossa Senhora de Sant'Anna. Mais tarde, a requerimento de seus testamenteiros, foram os seus restos mortaes trasladados para a Matriz do Caicó, onde lhe fizeram exequias solennes em 3 de Agosto de 1847, com a assistencia de 17 sacerdotes, quasi todos seus discipulos.

FRANCISCO GOMES DA ROCHA FAGUNDES — Nasceu em Natal, a 18 de Março de 1827. Foi funccionario publico, aposentando-se como official-maior da Secretaria do Governo da antiga Provincia.

Na Monarchia, pertenceu ao Partido Liberal, sendo partidario extremado do dr. Amaro Bezerra.

Na Republica, filiou-se ao partido chefiado por Pedro Velho, a quem acompanhou sempre com exemplar dedicação e lealdade.

Eleito senador a 2 de Julho de 1899, na vaga que se abriu com o fallecimento do dr. Almino Affonso, renunciou o mandato no anno seguinte, quando foi eleito o dr. Ferreira Chaves.

Falleceu em Natal, a 20 de Setembro de 1901.

FRANCISCO GOMES DA SILVA — Nasceu em Natal, em 1836, sendo seus paes o major Francisco Gomes da Silva e d. Anna Gomes da Silva.

Era formado em Direito, tendo feito o seu curso em Paris, onde foi contemporaneo do dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco.

Advogado conceituado, Gomes da Silva, que era jornalista e politico, militou sempre no Partido Conservador, sob a direcção de seu tio o coronel Bonifacio Camara, chefe do mesmo partido.

Foi sua a iniciativa da candidatura de Salles Torres Homem, visconde de Inhomirim, para o Senado, conforme assegura o padre João Manuel (*Reminiscencias*, pag. 83):

«O nosso conterraneo dr. Francisco Gomes da Silva residia no Rio de Janeiro, quando se abriu a vaga de senador pela Provincia do Rio Grande do Norte com a morte do grande parlamentar d. Manuel de Assis Mascarenhas, fallecido no anno de 1867.

O dr. Gomes da Silva, que contava com elementos politicos na Provincia, teve a feliz lembrança de offerecer-se ao conselheiro Francisco de Salles Torres Homem para advogar sua candidatura á senatoria, que considerava viavel, com grandes probabilidades de triumpho, não sómente pelas condições favoraveis em que se achava a opposição na sua Provincia, como tambem e principalmente pelo prestigio do nome do candidato, que se impunha aos seus proprios adversarios, sendo por elles aproveitado para elevados cargos da alta administração do paiz.

O conselheiro Torres Homem, vulto notavel do Partido Conservador, havia sido nomeado naquelle anno pelo governo progressista para exercer as importantes funcções de conselheiro de Estado e de presidente do Banco do Brasil.

Quando o dr. Gomes da Silva lhe offereceu a candidatura, o conselheiro Torres Homem respondeu com

a accentuação grave e solenne que lhe era peculiar: "Uma cadeira no Senado é coisa que não se rejeita".

Acceito portanto o offerecimento, combinado o plano de batalha, partiu o dr. Gomes para o Rio Grande do Norte...»

Foi deputado provincial nos biennios de 1864-1865, 1866-1867, 1870-1871, 1872-1873, 1874-1875, 1876-1877 e 1880-1881; e deputado geral de 1869 a 1872 e de 1877 a 1878, quando foi dissolvida a Camara.

Em 1876 fez parte da lista triplice organizada para a escolha do senador que devia substituir Torres Homem, fallecido naquelle anno.

Occupou alguns cargos de administração. Entre elles, os de procurador fiscal da Thesoiraria Provincial e director da Instrucção Publica.

Falleceu no Recife, em casa do dr. Bandeira de Mello, a 28 de Outubro de 1880.

Francisco Gurgel de Oliveira — Nasceu em Carahubas, a 7 de Setembro de 1848, descendendo de uma familia numerosa e de prestigio, familia que se entrelaçara com outra, tambem influente, que dera ao Imperio um senador, o padre Britto Guerra, e um ministro do Supremo Tribunal, o conselheiro Luiz Gonzaga.

Era genro deste ultimo. Tinha poucas lettras; mas, intelligente e sagaz, tornou-se o chefe da politica conservadora em Mossoró, contando com muitos elementos eleitoraes na Provincia.

Proclamada a Republica, ficou em opposição a Pedro Velho, sendo mais tarde, na situação dirigida pelos deputados Miguel Castro e Antonio Garcia, eleito segundo vice-presidente do Estado.

Esteve no governo de 6 de Agosto a 9 de Setembro de 1891. Divergindo de Miguel Castro, que era o presidente, alliou-se a Pedro Velho, que, quando governador, o contemplou na chapa para deputados federaes na eleição de 1 de Março de 1894.

Foi reeleito para a legislatura seguinte. Dada a scisão do Partido Republicano Federal em 1897, afastou-se de Pedro Velho, não sendo mais reeleito.

Dedicou-se então á agricultura e á creação em um sitio de sua propriedade no Municipio de Mossoró (S. Sebastião) e ahi veio a fallecer em 7 de Janeiro de 1910, deixando bella tradição como homem de trabalho, de honra e de caracter.

Prestou valiosos serviços á sua terra.

Francisco Victor da Fonseca e Silva — Nasceu a 15 de Março de 1851.

Apesar de ser ainda muito moço quando rebentou a guerra do Paraguai, foi arrastado por patriotico enthusiasmo e, simples cadete que verificara praça com destino á Escola Militar, pediu e obteve a sua incorporação ás forças que seguiam para o theatro da lucta, onde se bateu em muitos e sangrentos combates, sendo promovido a official por acto de bravura.

Feita a paz, matriculou-se na Escola Militar, desempenhando, depois de deixa-la, differentes commissões em que mereceu sempre justos louvores e os mais honrosos elogios.

Galgou todos os postos até coronel e reformou-se como general de brigada.

Tinha varias condecorações, sendo brilhantissima a sua fé de officio.

Collaborou na fundação do actual regime ao lado de Deodoro da Fonseca, de quem era dedicado amigo e que, no proprio dia da proclamação da Republica, lhe confiou a delicada incumbencia de assumir o commando do corpo policial da então Provincia do Rio de Janeiro; e isto no momento em que o mesmo corpo desembarcava no *Caes Pharoux*, vindo de Niteroi, para se juntar aos batalhões que, porventura, ficassem fieis á Monarchia.

Continuou depois nesse commando e tal foi o modo pelo qual nelle se houve que o Estado do Rio de Janeiro, agradecido, o contemplou entre os seus representantes á *Constituinte*.

Findo o seu mandato, voltou ás fileiras do Exercito e ao exercicio de importantes encargos militares até que, em 1902, Pedro Velho o indicou aos suffragios de seus correligionarios para preencher a vaga, que se dera na representação norte-riograndense com o fallecimento de Augusto Severo, em Maio daquelle anno.

Eleito e reeleito deputado, achava-se com assento na Camara quando a morte o arrebatou aos carinhos da familia e ao convivio dos amigos.

Falleceu a 27 de Julho de 1905, no Rio de Janeiro.

Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco — Bacharel em Direito. Fez o seu curso em Paris. Formado, voltou á Provincia, onde foi advogado, professor, jornalista e politico.

Filiou-se ao Partido Liberal, sendo deputado provincial pela primeira vez no biennio de 1864-1865. Em 1868, foi membro e secretario do directorio desse partido.

Nos ultimos annos do Imperio, vivia retrahido, dedicando-se exclusivamente á advocacia e ao magisterio no *Atheneu Norte-Rio-Grandense*.

Fundado o Partido Republicano, foi companheiro de Pedro Velho na direcção do novo partido. Afastou-se, porém, desse notavel brasileiro nos primeiros mezes que se seguiram á implantação do novo regime e dahi o não ter figurado entre os que occuparam as posições de maior destaque no Estado. Foi apenas deputado ao segundo Congresso Constituinte; e isto depois que se reconciliou com aquelle illustre chefe politico.

O dr. Hermogenes era homem de talento e de saber.

Nasceu em Natal a 19 de Abril de 1839 e alli falleceu em 26 de Julho de 1900.

João Carlos Wanderley — Nasceu na Cidade do Assú, a 25 de Julho de 1811.

De 1840 a 1853, foi dos politicos locaes o que teve maior influencia na Provincia, que governou, como vice-presidente, de 9 de Outubro a 5 de Dezembro de 1847; 31 de Março a 29 de Abril de 1848; 25 de Novembro de 1848 a 24 de Fevereiro de 1849; e 15 de Março a 6 de Maio de 1850.

Deputado geral na oitava legislatura (1850-1852) e provincial nos biennios de 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845, 1846-1847, 1850-1851, 1864-1865 e 1866-1867.

Exerceu, além de outros, os seguintes cargos de nomeação: inspector do Thesoiro, director da Instrucção Publica e secretario do Governo.

Em 1853 perdeu o posto de direcção que occupara no seio do seu partido.

Jámais deixou de ser, entretanto, durante todo o segundo Imperio, um dos mais denodados batalhadores da imprensa, onde se fizera para as luctas da vida publica.

Redigiu varios jornaes em Natal, e tendo voltado a residir no Assú em 1867, fundou naquella cidade *O Assuense*, que, em 1873, passou a denominar-se *Correio do Assú*.

Em 1877, mudando-se novamente para a capital, para ahi transferiu a sua typographia, iniciando a publicação do *Correio do Natal* (1878-1889).

Foi sempre "liberal"; mas em 1885, na ultima situação conservadora, as decepções, os desgostos e as injustiças de seus correligionario levaram-n'o para o campo opposto, onde permaneceu até que veio a Republica, quando abandonou a politica.

Falleceu em Natal, a 2 de Março de 1899.

João Manuel de Carvalho — Filho legitimo do capitão João Manuel de Carvalho e de d. Quiteria de Moura Carvalho, nasceu em Natal a 26 de Dezembro de 1841.

Ordenou-se em 1865 no Seminario do Maranhão. Teve grande renome como orador sagrado.

Foi vigario na Candelaria, quando residiu no Rio de Janeiro, e na Cidade do Amparo (S. Paulo) durante os ultimos annos de sua vida.

Em 1868, exerceu em Natal o cargo de director geral da Instrucção Publica. Foi deputado provincial nos biennios de 1867-1868, 1870-1871 e 1876-1877.

Vindo ao Rio de Janeiro, pela primeira vez, em 1867, incumbido de defender, juntamente com o dr. Francisco Gomes da Silva, a eleição senatorial de Salles Torres Homem, teve opportunidade de estar em contacto com os chefes politicos mais eminentes do paiz naquelle tempo, e, regressando ao Rio Grande do Norte em 1868, alimentava a esperança de ser deputado geral.

Não o conseguiu, sendo então eleitos os drs. Gomes da Silva, cuja escolha achava justa, e Octaviano Cabral que, diz elle "emquanto nós luctavamos expostos ao furor do inimigo temeroso, se deixava ficar na Provincia recolhido a quarteis de inverno ou *gosando as delicias de Capua*". (João Manuel — *Reminiscencias*, cit.)

Isto, porém, foi apenas um pequeno adiamento da realização de seus desejos: em 1873 tomou assento na Camara dos Deputados, onde se tornou parlamentar illustre (1873 a 1876 e 1886 a 1889).

Aos vinte annos, ainda seminarista, era o principal redactor d'*O Recreio*, folha que se publicou em Natal durante alguns mezes.

Depois collaborou em diversos jornaes conservadores da Provincia, inclusive *O Conservador*, orgão de seu partido.

Appareceu na imprensa fluminense em 1867, escrevendo no *Correio Mercantil*, e redigiu mais tarde o *Quinze de Julho*, de sua propriedade (1870), e *A Nação* (1872-1876), de que foram primeiros redactores o dr. João Juvencio Ferreira de Aguiar e Cyrillo Eloy Pessoa de Barros, depois elle e, por ultimo, os drs. José Maria da Silva Paranhos Junior (barão do Rio-Branco) e Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo.

Em 1889, depois que proferiu na sessão da Camara dos Deputados de 11 de Junho, e em seguida á apresentação do gabinete Ouro-Preto, o celebre discurso em que fez a sua profissão de fé republicana, entrou para a redacção do *Correio do Povo*, onde manteve a secção de *Chronicas politicas*, sob o pseudonymo de *Desmoulins*, combatendo a Monarchia ao lado de Sampaio Ferraz, Alfredo Madureira e outros.

Já na Republica, afastado da actividade politica e parochiando a Freguezia do Amparo, redigiu o *Correio Apamrense*. Ahi foram publicados os artigos que depois enfeixou em livro, dando o nome de *Reminiscencias*.

Como jornalista partidario, João Manuel era impetuoso, vibrante e, não raro, aggressivo. Foi por isso muitas vezes alvejado em represalias violentas, o que o levou a affirmar, ao entardecer da vida, que "entre todas as paixões, de que o homem se deixa acommetter e dominar, a mais terrivel, mais selvatica, mais brutal e mais assanhada é a paixão partidaria, que obcecca os espiritos, desvirtualiza os sentimentos, embrutece os corações, embota as consciencias e arrasta a todos os excessos".

Falleceu no Rio de Janeiro, a 30 de Maio de 1899.

João Maria Cavalcanti de Britto—Era filho legitimo do major Amaro Cavalcanti Soares de Britto e de d. Anna de Barros Cavalcanti e nasceu a 23 de Junho de 1848 no sitio *Logradoiro*, Municipio do Caicó.

Aos treze annos seguiu para o Seminario de Olinda, onde estudou os preparatorios e fez o curso ecclesiastico, indo receber ordens no Ceará, em 1871.

Rezou a sua primeira missa nesse mesmo anno na Cidade do Caicó.

Exerceu o seu santo ministerio em Jardim de Piranhas, Flores, Santa Luzia do Sabugi, Papari e Natal, onde fixou residencia em 1880, quando foi nomeado vigario collado da freguezia, e onde falleceu a 16 de Outubro de 1905.

Era sacerdote digno e exemplar, tendo deixado impercivel recordação de suas peregrinas virtudes.

O seu e o nome de Miguelinho são os de duas grandes culminancias na historia do clero norte-riograndense, conforme salientou Pedro Velho nas seguintes passagens de discurso que proferiu a 27 de Novembro do anno de seu fallecimento agradecendo carinhosa manifestação, que lhe fizeram seus amigos politicos no dia de seu anniversario:

«...Basta lembrar dois mortos, um já consagrado pela aureola do martyrio nas paginas da Historia, outro ainda ha pouco baixado á sepultura — Miguelinho e João Maria.

Bem mais intensa se nos afigura sem duvida, e mais imponente e mais fulgida a personalidade do martyr politico; e o traço de epico civismo, que o immortalizou nos transes derradeiros do seu tragico destino, ainda rebrilha, como uma licção de altivez e um patrimonio de coragem, na alma das gerações que lhe cultuam a memoria.

Cabeça pensante de valor primacial na revolução de 17, o nosso heroico patricio respondia perante o tribunal de sangue, que o devia condemnar á morte por haver sonhado a Liberdade e a Republica: — padre,— insinúa o conde dos Arcos, antevendo aterrado a visão da sotaina do levita ensanguentada e o seu peito varado de peloiros, no Campo da Polvora,— talvez adversarios de suas idéas ou invejosos dos seus loiros tenham simulado, nestes documentos, a sua assignatura, no intuito perverso de perde-lo.

— Não, responde Miguelinho, esta firma que ahi se lê, é minha e de meu proprio punho a tracei.

Horas depois, arcabuzaram-n'o, sem lhe ouvirem outras vozes além de uma prece a Deus por sua alma de christão, e um brado de enthusiasmo em honra da Republica.

O clerigo modesto, e chão que vem de finar-se entre as bençãos desta capital, teve um destino mais circumscripto e menos impressionante; mas que serenidade e que constancia na virtude!

O outro, o patriota, é tragicamente bello e veneravel, mas a sua missão teve os estimulos da gloria.

Este, todo votado á pratica do bem, não queria outro premio além da sua propria humildade. E, já que citei o rasgo de civismo do primeiro, permitti que relembre um simples episodio que ha dias me foi referido, entre tantos outros que formam esse intermino rosario do evangelico devotamento do segundo.

Chega um dia ao presbyterio o portador de uma carta de convite urgente para confessar uma enferma, em perigo de morte.

O vigario ausentara-se em serviço de seu santo ministerio.

Ao recolher-se, encontra a carta, mas não já o portador, que lhe trazia montada, e que, impaciente de esperar, se fôra sem resposta. A noite avizinhava-se; a doente residia a 27 km. da cidade. Mal repoisado, parca e apressadamente alimentado, João Maria põe-se em marcha.

Em sua consciencia, onde um grande sacrificio é como se fosse um dever elementar, não houve tempo sequer para uma hesitação; e ei-lo descalço, suarento, vergado, a caminhar na treva, sobre o areial fatigante e exhaustivo dos nossos taboleiros, balbuciando orações de perdão para a alma que elle ia resgatar do peccado e que talvez já se houvesse partido para a região dos mysterios insondaveis.

Alta noite, a familia da moribunda, afflicta por ve-la expirar sem confissão, ouve bater á porta.

— Quem é, perguntam vozes lacrimosas e sobresaltadas?

— O padre João Maria.

Que auroras de redempção, que esplendores de graça não teriam illuminado aquellas almas crentes e singelas! Que bençãos de gratidão sublime não teriam acolhido o humilde cura, portador da caridade e da fé, da esperança e do perdão.

Pois bem, cumprido o seu dever de parocho, João Maria obtem conducção e regressa immediatamente á capital.

E pela manhan seguinte vemo-lo na matriz rezando a sua missa habitual, deslembrado das fadigas da noite, abnegado e piedoso, como se em sua vida nada houvesse occorrido que o tornasse meritorio ante aquelle que expirara na cruz para remir os homens.

Senhores, essas figuras assim lapidarias e representativas, accentuando na vida collectiva os relevos do heroismo e da virtude, a memoria augusta desses vultos syntheticos, em que se concretizam e accumulam as melhores energias de que é capaz uma sociedade, compensam a platitude mesquinha dos nullos e até contrabalançam a odiosa percussão dos maus.

Mas, voltando á situação actual do nosso Estado... »

Verdadeiro discipulo de Christo, como o chamou Antonio de Sousa (*Polyanthéa do 8 de Setembro*, publicada em Natal, no trigesimo dia do seu fallecimento), " a sua fé foi integra e infrangivel como a dos martyres, a sua caridade incançavel e illimitada como a de Vicente de Paulo.

Como este, foi humilde, e, como aquelles, confessou sempre a sua fé, em face do pessimismo ou do escarneo contemporaneo, mais temiveis para o coração do homem do que as torturas e as feras para o corpo dos primeiros christãos... "

Conheciam-n'o por *pae dos pobres* e essa designação traduz bem o que era a sua incomparavel bondade.

O povo adorava-o e demonstrou-o de modo expressivo no dia em que o seu corpo inanimado foi transportado á ultima morada, por entre lagrimas e tocantes homenagens de profundissimo pezar.

A cidade em peso esteve presente ao imponente cortejo, que foi, como alguem disse, a apotheóse de um justo.

Felicio Terra (pseudonymo do brilhante publicista que é o conselheiro Nuno de Andrade) não fez mais do que repetir uma verdade, quando, tratando da morte desse virtuoso sacerdote, escreveu, em chronica publicada n'*O Paiz*:

« ... Foste absolutamente bom e absolutamente humilde; e tiveste a rarissima felicidade de conservar immaculados esses attributos de tua perfeição, sendo, como egualmente foste, absolutamente pobre.

Para teu espirito soberano, o sacerdocio era um apostolado: nasceste contingente e sonhaste morrer eviterno.

Tinhas no coração o calor do céo e nos pés a grilheta terrena; mas tua alma era tão leve que subiste no espaço e pairaste entre o firmamento e a miseria, derramando beneficios para baixo e mandando canticos para cima.

Por isso, tua existencia foi um sonho. Roçaste a terra com tuas azas, e não te perseguiu o medo da impureza; fitaste o céo com tua fé, e não sentiste o pavor do desconhecido.

Foi mais que um sonho: foi o devaneio da vigilia sagrada, extremamente tranquilla, nutrida do idéal portentoso da superioridade humana, que te valeu o premio de sahir do mundo num turbilhão de saudades e avizinhar de Deus num turbilhão de applausos!

Realizaste o escopo da extrema nobreza animica: amaste o proximo mais que a ti mesmo e mereceste ser um companheiro de Christo.

Em teu ser se crystallizou a dignidade da especie... »

João Valentino Dantas Pinagé — Nasceu na fazenda *Cajueiro*, Municipio do Acari, provavelmente nos primeiros annos do seculo XIX.

Era filho legitimo de Manuel Antonio Dantas Correia e de d. Maria José de Medeiros.

Formou-se em Sciencias Juridicas e Sociaes na Faculdade de Direito de Olinda em 1835. Foi magistrado e politico.

Como magistrado, occupou, entre outros, os cargos de juiz de direito do Civel, com jurisdicção privativa nos feitos do fisco provincial (este logar foi creado pela lei provincial n. 15, de 26 de Outubro de 1837, sendo elle o primeiro e, se não estamos enganados, o unico que o exerceu, por ter sido supprimido posteriormente) e o de juiz de direito da Comarca de *Maioridade* (hoje *Martins*).

Como politico, empenhou-se desde muito moço nas ir-

ritantes contendas do partidarismo local e collaborou em varios periodicos, sendo mesmo, em 1849, o principal redactor de *O Brado Natalense*.

Foi deputado provincial nos biennios de 1838-1839, 1840-1841, 1844-1845, 1848-1849 e 1856-1857.

Governou a Provincia, na qualidade de vice-presidente, de 3 de Julho de 1838 a 3 de Novembro do mesmo anno. Durante sua administração, coube-lhe a honra de abrir, em 7 de Setembro, a primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial.

A sua *Falla* é um documento digno de leitura: minuciosa, bem escripta, cheia de observações uteis e de dados interessantes.

Ha nella muitos pontos de vista pessoaes, sendo de admirar o desassombro e coragem com que os sustentava, estivessem ou não ao sabor das conveniencias e interesses de ordem politica.

E' assim que condemna a construcção de uma ponte sobre o Rio Potengi, melhoramento de vantagens incontestaveis, sob o fundamento de que *a sua utilidade não compensaria em um seculo o sacrificio feito*; pede que seja votada uma lei mandando cobrar, *na fórma do preceito divino*, o dizimo de tudo que fosse produzido *sem excepção alguma e ainda que o consumidor fosse o proprio productor*; pleiteia a decretação de uma taxa invariavel sobre as heranças e legados, *porque são sempre um bem gracioso oblido sem trabalho* e todos a devem pagar; justifica a vantagem de ser determinado em lei que os estudantes de Latim do Atheneu fiquem sujeitos ao castigo da palmatoria, *de que tanto precisavam*, etc.

A' parte a originalidade de algumas de suas suggestões, o que é certo é que não receiava dizer com absoluta lealdade e franqueza o que pensava e, no tocante aos seus actos administrativos, mostrou ser um homem capaz e honestissimo.

O seu feitio não era de molde a agradar a toda gente; mas é fóra de duvida que, apesar de suas arestas, contou sempre com a solidariedade e affectuosa estima dos seus conterraneos.

Falleceu em 1862, tendo sido pouco antes eleito deputado provincial pela sexta vez.

Joaquim Fagundes — Nascido a 19 de Março de 1857, na Cidade de Natal, ahi falleceu a 21 de Agosto de 1877, contando 21 annos incompletos.

E nessa edade já tinha uma reputação e um nome laureados como poeta, orador, jornalista e dramaturgo.

A seu respeito escreveu o dr. Moreira Brandão, tres dias depois de sua morte (*Ceará-mirim*, de 24 de Agosto de 1877):

« Perdi um amigo dedicado e a Provincia uma de suas mais bellas esperanças.

Na edade de 20 annos, sem estudos regulares, Joaquim Fagundes tinha sido redactor de dois periodicos — *Iris* e *Echo Miguelino*; escreveu dramas, que foram representados com successo; fez conferencias publicas, em que foi muito applaudido, e deixou varios escriptos que revelaram um talento superior e privilegiado... »

Pena é que Antonio Marinho, que morreu egualmente na primavera da vida e era tambem uma formosa intelligencia, não houvesse podido realizar o desejo que alimentava de publicar um estudo sobre a sua e a individualidade de José Theophilo:

« Joaquim Fagundes e José Theophilo foram os dois rapazes que aqui fizeram mais ruido de 1874 a 1878.

Conheço alguns escriptos delles e é possivel que faça, em opusculo, uma noticia biographica e uma ligeira critica da capacidade mental desses dois intemeratos luctadores, se me vierem ás mãos, como espero, as obras que deixaram em original.

A questão religiosa convulsionava o paiz naquella epocha.

Reinava agitação por toda parte.

... Joaquim Fagundes atirou-se á lucta com inaudito denodo.

Os seus artigos revelam bem a sua tempera de combatividade; delles, vê-se, transpira o calor de sua mocidade fogosa e radiante, que se expande indomavel ás auras primaveris dos seus 18 annos.

Era um moço de talento e de ideaes.

Morreu antes de completar os 21 annos, na flor da edade, alma cheia de esperanças e de chimeras, attrahida pelas seducções do futuro.

José Theophilo, o seu presado amigo e companheiro, tambem merece muito.

Sendo menos intelligente e menos enthusiasta do que Joaquim Fagundes, em compensação o seu espirito era mais cultivado e observador, posto que ambos mostrassem um preparo muito superficial e pouco substancioso.

Eram egualmente largos os seus horizontes, as suas idéas muito liberaes.

Falleceu Theophilo aos 27 annos (nasceu a 5 de Março de 1852 e falleceu a 13 de Agosto de 1879).

Joaquim Fagundes e José Theophilo deixaram, em manuscripto, alguns dramas e poesias, ainda hoje ineditos.

Se, como disse, puder obte-los, occupar-me-ei detidamente, em outro ensejo, das suas insinuantes individualidades. » (Antonio Marinho, — *O Movimento Litterario de Rio Grande do Norte de 1889 a 1899*, conferencia realizada em Natal a 21 de Abril de 1899.)

Joaquim Guilherme de Sousa Caldas — Nasceu em Natal, a 26 de Junho de 1836.

Fez o curso de Humanidades no *Atheneu Norte-Rio-Grandense*, não podendo, pela sua pobreza, graduar-se em qualquer dos cursos superiores existentes no paiz.

Muito intelligente, escrevia com facilidade e foi bom jornalista.

Em 1868, já figurava entre os principaes redactores d'*O Conservador*, orgão do seu partido, e, até á queda do Imperio, militou, com brilho, na imprensa e nas luctas irritantes da politica local.

Foi deputado provincial nos biennios de 1870-1871, 1872-1873, 1874-1875, 1876-1877 e 1880-1881.

Deposta a monarchia e dissolvidos os partidos Liberal e Conservador, Joaquim Guilherme retrahiu-se a principio; mas pouco depois envolveu-se abertamente nas agitações partidarias, combatendo a orientação de Pedro Velho.

E isto lhe valeu, iniciada a reacção que se operou no governo do dr. Francisco Amynthas da Costa Barros, a sua entrada para o Congresso Constituinte do Estado,

Com a deposição do dr. Miguel Castro, em 28 de Novembro de 1891 e a dissolução deste Congresso, perdeu, por completo, a sua influencia politica.

Mas Pedro Velho, eleito governador em 1892, esquecendo antigos resentimentos e attendendo á sua reconhecida capacidade como funccionario publico, conservou-o no logar de inspector do Thesoiro, em cujo exercicio veio a fallecer annos depois.

Além desse, occupou muitos outros cargos administrativos durante a sua existencia de sacrificios e provações, e em todos elles se houve sempre com zelo e probidade.

Era commendador da Ordem de Christo.

Falleceu em Natal, a 26 de Fevereiro de 1898.

José Bernardo de Medeiros — Nasceu na fazenda *Carnahubinha*, da então parochia e Municipio do Caicó, hoje do Municipio de Serra Negra, a 20 de Agosto de 1837, sendo seus paes João Philippe de Medeiros e d. Joanna Porphirio de Medeiros.

Estudou primeiras lettras e Latim na Cidade do Caicó.

Exerceu varios cargos policiaes e foi collector do Caicó em 1862.

Presidiu a assembléa provincial nas sessões de 1883 e 1885, tendo sido deputado nos biennios de 1868-1869, 1878-1879, 1880-1881, 1882-1883, 1884-1885 e 1888-1889.

Foi quarto vice-presidente da Provincia em 1882 e segundo em 1889.

Nesse ultimo anno, divergindo de Amaro Bezerra, chefe do Partido Liberal, derrotou-o na eleição de deputado geral pelo segundo districto, o que lhe deu grande popularidade no momento e justificou, mezes depois, a sua entrada para a *Constituinte* e depois para o Senado da Republica, a que adherira sincera e lealmente desde a sua proclamação.

Terminado esse mandato, foi o mesmo renovado a 31 de Dezembro de 1899 e ainda se achava em seu desempenho quando falleceu na Cidade do Caicó, durante as férias parlamentares, em 15 de Janeiro de 1907.

Honesto, operoso e digno, José Bernardo, que subiu gradativamente da posição humilde em que nascera ao ponto culminante em que se soube collocar, era uma das mais sympathicas personalidades politicas do Rio Grande do Norte, quando a morte cortou o fio de sua util existencia.

José Correia de Araujo Furtado — Nasceu no Assú a 10 de Novembro de 1788 e alli falleceu a 9 de Maio de 1870.

Quando José Ignacio Borges teve de deixar o governo do Rio Grande do Norte em 1821, fez eleger préviamente, na conformidade de instrucções expedidas pelas Côrtes Portuguezas, a junta que devia substitui-lo e á qual transmittiu o poder em 3 de Dezembro daquelle anno.

Essa junta foi deposta em Fevereiro do anno seguinte, sendo acclamado um governo temporario.

As Camaras do Principe (Caicó), Princeza (Assú) e Porto Alegre não reconheceram o novo governo.

Para a segunda junta, eleita e empossada em Março, entrou Thomaz de Araujo Pereira, que conseguiu o desapparecimento das divergencias existentes no Seridó.

Continuaram, porém, as do Assú e Porto Alegre; e, para conjurar as difficuldades com que luctavam, resolveram os dirigentes de Natal que, para os logares de Agostinho Leitão de Almeida e João Marques de Carvalho, excluidos da junta por imposição do batalhão de linha, fossem escolhidos José Correia de Araujo Furtado e o padre João Francisco Fernandes Pimenta, como delegados dos povos das ribeiras do Assú e Apodi, respectivamente.

Isso occorreu em 11 de Novembro de 1822.

José Correia foi nessa epocha elemento de paz e de ordem, prestando os melhores serviços á Provincia.

Dahi o seu e o prestigio de sua familia, que ainda hoje tem representantes illustres na politica local.

José Correia Telles — Filho de Manuel Correia Telles, era natural do Assú, onde nasceu em 1835.

Assentou praça em 1856. Alferes em 18 de Fevereiro de 1865; tenente em 17 de Novembro de 1869, por actos de bravura; capitão em 4 de Dezembro de 1875; major, por serviços relevantes, em 7 de Janeiro de 1890; tenente-coronel e coronel, por merecimento, em 27 de Abril de 1891 e 9 de Março de 1894.

Reformou-se como general de brigada em 11 de Março de 1897.

Fez toda a campanha do Paraguai, tendo, além de varias condecorações brasileiras duas medalhas, que foram conferidas pelos governos da Republica Argentina e do Uruguai.

Fez parte da Junta Governativa de Alagôas em 1891.

Foi bravo militar e prestimoso cidadão.

Falleceu em 4 de Novembro de 1897.

José Ignacio Fernandes Barros — Nasceu na Villa de S. Gonçalo, a 25 de Abril de 1844. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1868).

Foi director da Instrucção Publica e juiz municipal em Natal. Em 1874 teve a sua primeira nomeação de juiz de Direito para o Jardim do Seridó, sendo depois o primeiro juiz da Comarca do Ceará-Mirim, creada em 1875.

Removido, em 1884, para a Comarca de Maroim, em Sergipe, alli se achava ao ser nomeado chefe de Policia da mesma Provincia, em 1885, na presidencia do dr. Manuel de Araujo Góes.

Voltou para o Ceará-Mirim como juiz em 1886. Aposentou-se em 1890.

Filiado ao Partido Conservador durante o Imperio, nunca foi politico extremado: impoz-se sempre á consideração e ao respeito dos seus jurisdiccionados como magistrado austero e integro.

Occupou o cargo de segundo vice-governador em 1890. Em 1891, — solidario com os elementos politicos que, sob a direcção dos deputados Miguel Castro e Antonio Garcia, se organizaram para dar combate ao partido chefiado por Pedro Velho, então decahido das posições officiaes por não haver suffragado o nome do marechal Deodoro para presidente da Republica, — foi eleito primeiro vice-presidente do Estado, que governou de 13 de Junho a 6 de Agosto daquelle anno.

Quando se operou, menos de quatro mezes depois, a mudança da situação politica local, em consequencia do movimento revolucionario de 28 de Novembro, de que resultou a deposição do dr. Miguel Castro, já estava afastado da actividade partidaria e assim se conservou até que falleceu em 17 de Outubro de 1907, na Cidade do Ceará-Mirim.

Intelligente, instruido, maneiroso, captivante em seu trato polido e aprimorado, Fernandes Barros foi um rio-grandense illustre pelo seu talento, pelo seu caracter e pelas suas virtudes civicas e privadas.

José Leão Ferreira Souto — Filho legitimo do co-

ronel Luiz Antonio Ferreira Souto e d. Anna Jacintha Bezerra Souto.

Nasceu na Cidade do Assú a 11 de Abril de 1850. Funccionario publico. Poeta e escriptor, deixou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Microscopicos* (versos), *Gritos da Carne* (versos), *Aves de arribação* (versos), *Questões Sociaes* (imprensa, litteratura, artes, politica, religião, familia e ensino), *Culto aos mortos* (poesias funebres), *Victor Meirelles* (monographia artistica), *Apontamentos para a biographia do propagandista Silva Jardim* (notas pessoaes e informações), *Questão de Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte* (conferencias), *Culto á Patria* (poema dedicado ao dr. José Thomaz da Porciuncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro durante a revolta da esquadra) e *Poliguarania* (revista de propaganda republicana).

Alguns dos seus trabalhos foram escriptos sob a impressão de scenas sertanejas ou em torno de lendas e tradições norte-riograndenses, embora elle se houvesse ausentado da Provincia desde moço.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 27 de Agosto de 1897.

José Moreira Brandão Castello Branco — Nasceu a 4 de Setembro de 1828, na Villa de Goianninha, sendo filho legitimo de Antonio Pitta Brandão e de d. Justina Moreira Brandão.

Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 13 de Novembro de 1849.

Era official maior da secretaria do Governo de Pernambuco quando occupou a presidencia daquella Provincia, no anno de sua formatura, o conselheiro Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois marquez do Paraná, o qual, tendo tido opportunidade de conhece-lo pessoalmente, convidou-o, ao ser nomeado mais tarde enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil no Prata, para ser um de seus secretarios, logar que não quiz acceitar por preferir voltar á sua terra, onde figurou desde logo e com distincção entre os principaes chefes do partido *sulista* (foi a primeira denominação que teve o Partido Liberal da Provincia).

Foi politico de largo prestigio, jornalista de merito e orador correcto e sobrio.

Liberal intransigente, era partidario convencido do regime parlamentar, costumando dizer, depois de votada a Constituição Republicana de 24 de Fevereiro de 1891, que, com a extincção daquelle regime, a politica perdera para elle todos os encantos e seducções.

Foi deputado provincial nos biennios de 1850 e 1851, 1860 a 1861, 1862 a 1863, 1864 a 1865, 1866 a 1867, 1872 a 1873, 1882 a 1883, 1884 a 1885, 1886 a 1887 e 1888 a 1889; e deputado á Assembléa Geral em 1864 a 1866, 1878 a 1881 e em 1885.

Fundou, redigiu ou collaborou em varios jornaes. Entre elles, *O Argos Natalense* (1851 a 1852), *O Jaguarari* e *O Fagote* (1852), *O Rio Grandense do Norte* (1858 a 1862), *O Progressista* (1862 a 1868), *O Liberal* (1872 a 1883), etc.

Como advogado, correm impressos alguns trabalhos que lhe deram grande nomeada, escriptos em defesa de causas de que foi patrono, informando Sacramento Blake (*op.* cit.) que publicou tambem, de collaboração com o seu collega dr. A. A. de Barros, uma "Collecção de accordãos que contêm materia legislativa, proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça desde a epocha de sua installação".

Exerceu alguns cargos de nomeação, entre os quaes os de secretario do Governo e director da Instrucção Publica da Provincia.

Neste ultimo serviu mais de uma vez, tendo apresentado substanciosos relatorios em que estudou, com elevada competencia, varias questões attinentes ao problema do ensino.

Falleceu em Natal, a 16 de Julho de 1895.

José Paulino de Andrade — Filho legitimo do capitão José Paulino de Andrade e de d. Rita Bernardina de Andrade, nasceu na Cidade de S. José de Mipibú, em 16 de Março de 1861.

Fez os seus estudos preparatorios em Natal, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Cursava o segundo anno quando resolveu abraçar a carreira ecclesiastica, seguindo para Pernambuco em companhia de d. José Pereira da Silva Barros, então sagrado bispo daquella diocese.

Ordenou-se no Seminario de Olinda em Março de 1886, sendo logo nomeado coadjutor de uma das freguezias do Recife.

Ahi firmou os seus creditos de abalisado prégador.

Em 1888 obteve por concurso a freguezia de Macahiba; e, em Janeiro do anno seguinte, filiou-se ao Partido Republicano, sendo um dos membros do seu directorio e collaborando assiduamente n'*A Republica*, donde Pedro Velho doutrinava o credo democratico.

Vindo depois para o Sul, estabeleceu-se, como vigario, em Pouso Alegre, onde levantou a idéa da creação de um novo bispado que tivesse por séde aquella cidade.

Em pouco tempo essa idéa se traduzia em realidade, porque, mediante indiziveis esforços, adquiriu patrimonio, seminario, collegio e até palacio episcopal.

Creado o bispado, outro foi o primeiro bispo nomeado e elle, que só tivera como recompensa o titulo de Prelado Domestico de Sua Santidade, voltou ao seu torrão natal, com a saude profundamente abalada e o coração sangrando de maguas.

Mesmo assim, ainda regeu as freguezias de Papari e Touros de 1902 até fins de 1903.

Effectuou uma segunda viagem ao Sul em visita aos séus amigos de Pouso Alegre; mas, após curta demora entre elles, regressou a Natal, onde fixou residencia e veio a fallecer em 24 de Setembro de 1907.

Monsenhor José Paulino era um grande e culto espirito.

José Pedro de Oliveira Galvão — Era filho legitimo de José Pedro da Luz e de d. Maria Josephina da Luz e nasceu no sitio *Poção*, Municipio de Goianninha, a 10 de Agosto de 1840.

Verificou praça no dia 30 de Setembro de 1862. Tinha o curso das armas de infanteria e de cavallaria pela Escola Central do Rio de Janeiro.

Graduado no posto de alferes em 27 de Setembro de 1871 e confirmado em 13 de Março de 1872. Tenente e capitão, por estudos, em 13 de Junho de 1876 e 24 de Maio de 1879.

Major e tenente-coronel, por merecimento, em 7 de Janeiro de 1890 e 12 de Março do mesmo anno.

Graduado no posto de coronel a 13 de Abril de 1892. Coronel effectivo a 30 de Maio de 1895. Reformado como general da brigada em 6 de Junho de 1896.

Fez a campanha do Paraguai. Em 15 de Setembro de 1890, foi eleito senador á Constituinte Republicana pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Era ainda senador, quando falleceu a 2 de Outubro de 1896, no Rio de Janeiro.

LOURIVAL AÇUCENA (Joaquim Lourival de Mello Açucena) — Poeta popular e bohemio, fallecido em 28 de Março de 1907, aos 80 annos, sempre e cada vez mais estimado e querido. Nascera em Natal, a 27 de Outubro de 1827.

Eis o que a seu respeito se lê em um dos artigos da polyanthéa publicada em Natal a 28 de Abril de 1907, trigesimo dia de sua morte, pela *Officina Litteraria*, associação de moços estudiosos:

«... Lourival Açucena não era um poeta erudito, nem mesmo illustrado, no sentido exacto da palavra.

Era realmente um espirito intelligente, possuindo uma cultura litteraria muito superficial.

Tinha, — e era esta a caracteristica de sua intelligencia, — uma feição mental accentuadamente poetica, na sua expressão ligeira, amena, alegre, cheia de verve satirica e cheia de graça bem humorada.

Nelle estava a personificação espiritual do trovador e do bohemio amoravel, sem preoccupações amofinantes da vida pratica, não se envolvendo nas agitações da politica partidaria, nem se dando ao incommodo de exercer, systematicamente, os seus direitos de cidadão nos pleitos eleitoraes, convencido, talvez, da inutilidade do voto, ou pelo receio de por esse meio crear desaffectos entre os seus conterraneos.

Porque, para o venerando vate natalense, a vida devia ser comprehendida pelo seu aspecto mais agradavel, mais humano e mais lyrico.

Amava a existencia e vivia ao rhythmo de sua alma de trovador...

Era das organizações que sentem necessidade inluctavel de ser abertas e crystallinas, de ser livres, ternas e musicaes como a ave, no tempo do amor, no seio perfumado de uma floresta muito arejada e luminosa...

Deixou o nosso vate uma infinidade de producções esparsas pela Imprensa natalense, na qual collaborou em varios de seus orgãos.

Muitos dos seus versos correram mundo, publicados em jornaes cariocas, portuguezes e do extremo sul do Brasil.

Das suas conhecidas producções, as que mais se destacam, por terem merecido a consagração da estima popular, são o *Canto do Potiguara*, a *Politica*, a *Porangaba*, o *Silio* e *Pirraças do Amor*.

Como cidadão, foi Lourival Açucena distinguido no antigo regime com alguns cargos de confiança do governo e outros de confiança de seus conterraneos.

... Morreu sonhando, tal como viveu cantando; e, por isso, é uma redundancia o dizermos que se finou em extrema pobreza, que é como se fina todo bohemio que se presa.»

LUIZ CARLOS LINS WANDERLEY — Nasceu na Cidade do Assú, a 30 de Agosto de 1831.

Formou-se em 1857, sendo o primeiro rio-grandense que obteve o grau de doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia (*Almanach Litterario e Historico do Municipio do Assú*, 1904).

Voltando á Provincia, estabeleceu-se em Natal, onde abriu o seu consultorio medico e collaborou activamente na imprensa liberal.

De 1878 em deante redigiu o *Correio do Natal*, em companhia de seu sogro, João Carlos Wanderley, a quem acompanhou em sua adhesão ao Partido Conservador.

Em 1886, sendo vice-presidente da Provincia, administrou-a durante alguns dias (30 de Outubro a 11 de Novembro).

Foi deputado provincial em varios biennios. Medico, jornalista e professor (foi lente do *Atheneu*), o dr. Luiz Carlos aproveitava os seus lazeres para escrever obras litterarias.

Deixou dramas e romances, assim como muitas producções poeticas.

Falleceram em Natal, no mesmo dia, 10 de Fevereiro de 1890, elle e sua mulher.

LUIZ GONZAGA DE BRITTO GUERRA — Nasceu na fazenda *Corôas*, da antiga Capella de Campo Grande (*Augusto Severo*), a 27 de Setembro de 1818, sendo filho legitimo de Simão Gomes de Britto e d. Maria Magdalena de Medeiros.

Concluidos os seus estudos primarios, feitos com o *mestre* Manuel José da Paz, na fazenda onde nascera, *mestre Onofre*, no Caicó, e seu avô materno, Manuel Antonio Dantas Correia, na fazenda deste, *Cajueiro*, passou a residir com o seu tio, padre Francisco de Britto Guerra, que mantinha uma aula de latim muitissimo frequentada no Caicó.

Com este (1829 a 1831) e com o padre Manuel José Fernandes (1832 e 1833), que o substituia quando se ausentava para o Rio de Janeiro no exercicio de seu mandato legislativo, fez o estudo das materias exigidas para o Curso de Direito.

Em 1834, seguiu para Olinda, onde, no mesmo anno, fez todos os preparatorios, matriculando-se em 1835 na Academia daquella cidade.

Formou-se em 1839, voltando para a companhia de sua mãe viuva, na fazenda *Corôas*, e dedicando-se á advocacia. Depois entrou para a magistratura, na qual attingiu ás mais elevadas posições.

Exerceu como magistrado os seguintes cargos: juiz municipal e de orphãos, interino, dos termos do Principe (Caicó) e Acari, de 28 de Março a 20 de Julho de 1843; juiz municipal e de orphãos do Assú e termos annexos (Sant'Anna do Mattos, Angicos, Macau, Mossoró e Campo Grande, actualmente Augusto Severo), de 9 de Janeiro do 1844 até 12 de Dezembro de 1850 (teve uma interrupção, de 9 de Janeiro a 4 de Novembro de 1848, periodo decorrido entre o fim do primeiro quatriennio e o inicio do segundo); juiz municipal e de orphãos dos termos do Principe (Caicó) e Acari, para onde foi removido do Assú, de 15 de Março de 1851 a Junho de 1852; juiz de Direito da Comarca de Maioridade (Martins), de Junho de 1852 a Junho de 1858; juiz de direito da Comarca do Assú, de 18 de Setembro de 1858 até fins de 1873; desembargador e presidente da Relação de Ouro Preto, de 16 de Janeiro de 1874 a fins de 1885; desembargador da Relação de Fortaleza, para onde foi removido a pedido, de 18 de Janeiro de 1886 a 23 de Dezembro do mesmo anno; ministro do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de Março de 1887 a 10 de Novembro de 1888, quando foi aposentado, contando mais de 70 annos de edade e 44 de serviço publico.

Como magistrado, foi sempre acatado pela sua austeridade, pelo seu zelo no cumprimento do dever e pelo seu amor á Justiça.

Sabia manter com grande elevação a majestade de suas funcções e deixou invejavel tradição de integridade moral.

Fóra da magistratura, foi eleitor de parochia, delegado de policia do Assú, deputado provincial nos biennios de 1842 a 1843, 1846 a 1847 e 1856 a 1857.

Foi tambem vice-presidente, tendo nessa qualidade governado a ex-Provincia em Agosto de 1868.

Quando moço, foi politico militante. Depois, porém, abandonou, por completo, a politica partidaria, na qual, dizia, era preciso mais vigilancia com o carinho do correligionario do que com o odio do adversario.

Durante a epidemia do cholera, em 1856, a guerra do Paraguai e algumas das seccas que flagellaram os sertões do Norte, prestou serviços relevantes.

Interessava-se por tudo que tivesse por fim diffundir o ensino publico, e ao ser feito o recenseamento de 1872 foi auxiliar prestimoso do governo na comarca onde exercia sua jurisdicção e nos logares onde tinha relações pessoaes e de familia.

Era agraciado com os titulos de conselho (14 de Fevereiro de 1874), cavalleiro da Ordem da Rosa (20 de Fevereiro de 1875) commendador da Ordem de Christo (25 de Junho de 1881) e barão do Assú (17 de Novembro de 1888).

Depois de aposentado, fixou residencia em Carahubas, onde veio encontra-lo a revolução republicana de 15 de Novembro de 1889.

Não se insurgiu contra as novas instituições; mas declarou nessa occasião, em reunião publica, que "as paginas de sua vida estavam preenchidas. Escrevera-as como lhe fôra possivel. Não havia mais espaço. Fazia, porém, ardentes votos para que as novas gerações em nada deslustrassem o esforço de seus antepassados, e que a Republica só offerecesse paginas de oiro a accrescentar á nossa Historia, certos todos de que longos annos de luctas e de desacertos seriam necessarios para a organização do novo regime".

Falleceu em Carahubas aos 6 de Junho de 1896.

MANUEL FERREIRA NOBRE — Nascido em 1833 na Cidade de Natal, era filho do tenente do Exercito de egual nome e de d. Ignacia de Almeida Nobre.

Foi deputado provincial no biennio de 1860-1861 e exerceu, entre outros, o cargo de official-maior da secretaria da Assembléa Provincial, tendo collaborado em alguns jornaes politicos e litterarios.

Dedicava-se com carinho ao estudo da Geographia e Historia locaes e, embora não tivesse cultura systematizada, escreveu uma *Breve noticia sobre a Provincia do Rio Grande do Norte*, cuja publicação, em 1877, justificou do seguinte modo:

«Em meu trabalho de official-maior da secretaria da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte, logar que exerci por mais de doze annos, era adstricto fornecer ás commissões permanentes da casa todas as informações necessarias para acerto das deliberações.

Esta necessidade, continuamente repetida, induziu-me a tomar apontamentos. Tive para logo a idéa de os dar a lume, visto não ter apparecido ainda descripção alguma especial da Provincia, a que tenho a honra de pertencer.

Na empresa do meu trabalho encontrei difficuldades quasi insuperaveis; porém foram destruidas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar á luz publica as minhas fracas producções.

Não escrevo a historia preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscencias, que são sempre agradaveis ao espirito que se alimenta em pesquisar as coisas do seu torrão, por mais estereis que pareçam. E' um ligeiro ensaio.

Nada faço, eu o sei; porém faço mais do que aquelles que, podendo fazer muito, jazem na inercia.»

Apesar dos erros e defeitos que contém, o trabalho de Ferreira Nobre representa grande esforço e paciente labor, tendo, além disto, um merito excepcional: foi o primeiro e ainda é, no genero, um dos poucos que existem sobre o Rio Grande do Norte.

E basta esta razão para que não seja esquecido o nome desse modesto e operoso investigador das coisas de sua terra, á qual serviu com amor de filho extremoso até que falleceu em começo de 1889, na Cidade de S. José de Mipibú, se não ha engano nas informações de que dispomos.

MANUEL PINTO DE CASTRO — Era filho legitimo de Manuel Pinto de Castro e d. Francisca Antonio Teixeira. Nasceu em Natal, na ultima metade do seculo XVIII.

Eram seus irmãos, todos, como elle, rio-grandenses:

Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, uma das figuras mais notaveis da revolução republicana de 1817, em Pernambuco;

Padre Ignacio Pinto de Almeida Castro, que foi vigario de Jaboatão, em Pernambuco, e representou aquella Provincia nas Côrtes Portuguezas (veja-se, entre outros, M. E. Gomes de Carvalho — *Os deputados brasileiros nas Cortes Geraes de 1821*, já cit.) e pela mesma foi eleito deputado na legislatura de 1826 a 1829, tomando assento apenas na primeira sessão da referida legislatura, por haver fallecido no intervallo desta para a segunda;

Padre José Joaquim de Almeida Castro;

Francisco Pinheiro de Almeida Castro;

Joaquim Felicio Pinto de Almeida Castro, que representou importante papel nos acontecimentos politicos de 1824, em Pernambuco;

Damião Pinto de Castro;

D. Bonifacia Pinto Garcia de Almeida;

D. Clara Joaquina de Almeida Castro.

Destas duas ultimas, a primeira foi casada com Francisco Xavier Garcia, portuguez, professor de grammatica latina, em Natal (trataremos de sua descendencia quando nos occuparmos do conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida), e da ultima, que morava em Olinda com o seu irmão *Miguelinho*, conhece-se um facto que bem mostra a sua resistencia moral e a firmeza com que sabia enfrentar todos os obstaculos.

Preso o seu irmão querido, que pagou com a vida o seu amor á liberdade, foi ella presa, pouco depois, por suspeita de cumplicidade no movimento revolucionario, e encerrada por muito tempo nos carceres do Recife.

Solta, mais tarde, quiz casar-se com o seu sobrinho

Joaquim Felicio e não conseguiu obter a indispensavel licença do bispo diocesano.

Isso, porém, não a impediu de realizar a desejada união. Por occasião de uma missa conventual e quando era elevado o calix, depois de consagrada a hostia, levantaram-se ella e o seu noivo, declarando, de publico e solennemente, deante de Deus e á face dos homens, que se consideravam casados desde aquelle momento.

Passados dias, seguiram para o Ceará, onde receberam as bençãos e viveram feliz e prosperamente durante muitos annos.

Não sabemos onde Manuel Pinto de Castro fez os seus estudos e recebeu ordens sacras; mas antes de 1817 já o encontramos em Natal no exercicio de suas funcções ecclesiasticas, como coadjutor do vigario daquella freguezia, onde viveu sempre, depois que a ella voltou ordenado.

Envolveu-se activamente nas agitações politicas que precederam e se seguiram á Independencia, tendo sido o presidente da Junta que governou a Provincia de 18 de Março de 1822 a 24 de Janeiro de 1824.

Depois disto, esteve ainda á frente da administração publica, na qualidade de membro do Conselho de Governo, de 4 a 24 de Setembro de 1832 e de 8 de Outubro do mesmo anno a 23 de Janeiro de 1833.

Fez parte da primeira Assembléa Provincial, na qual occupou o cargo de vice-presidente (o presidente foi o padre Francisco de Britto Guerra, então deputado geral e depois senador do Imperio).

Desconhecemos a data exacta do seu fallecimento. Temos, porém, elementos para acreditar que se deu entre 1837 e 1838.

MANUEL SEGUNDO WANDERLEY — Nasceu em Natal a 6 de Abril de 1860, sendo filho legitimo do dr. Luiz Carlos Lins Wanderley e de d. Francisca Carolina Lins Wanderley.

Medico, professor, jornalista, dramaturgo, comediographo, orador e politico, assignalou-se como homem de altissimo valor em todos os campos em que exerceu a sua actividade; mas foi sobretudo um grande poeta, cuja memoria será inesquecivel em sua terra.

Delle escreveu Gothardo Netto, — outro inspirado artista do verso, cedo roubado ás glorias que o futuro lhe reservava — (veja-se Segundo Wanderley — *Poesias*, edição posthuma, publicada em 1910):

« Não desmereço por certo a coima de pleonastico affirmando que Segundo Wanderley era um extraordinario interprete das musas.

Bem poucos, de quantos no Brasil cultivam a seara da phantasia, fulguraram jámais com preponderancia melhor, com attributos de mais subido preço e de mais solida estimação.

A principio, increparam-n'o de condoreiro, como se essa escola crystallizasse um defeito, não representasse um passado de glorias inauditas, cinzeladas no marmore de rimas superiores, cuja fulgurancia atravessa o crepusculo das eras com a majestade perpetua de um astro sem occidente.

... A escola de Segundo não desapparece, porque foi a escola dos genios, a amplitude onde se elevaram em poderosos remigios, alguns dos mais robustos condores do pensamento universal.

Castro Alves ha de ser eterno como o tempo.

As suas *Espumas Fluctuantes* resplandescerão pelos seculos a dentro, sempre á flor desse pelago mysterioso onde se agitam as alegrias ou as lagrimas humanas.

...Fallar do espolio intellectual de Segundo é lançar uma vista sobre a poesia legitima de minha terra.

Elle dominou e commoveu tanto o coração patricio que mesmo o eclipse da morte não ensombrou sequer a grandiosidade das suas conquistas.

Ellas perduram e perdurarão, alacres e soberanas, como o espirito altaneiro do poeta desapparecido.

...Da sua alma encantadora borbotava o sentimento, como o crystal dos arroios das entranhas mysteriosas da natureza.

Tão vibratil se mostrava o seu delicado temperamento que, muitas vezes, nas horas luminosas do triumpho, as suas palpebras resplandesciam de lagrimas, em vez do semblante desabrochar-se em sorrisos.

Das lyras potiguares nenhuma conheci nem conheço de feitio e sonoridade mais bellos.

...Quem conhecia de perto a nobre personalidade de que venho tratando encantava-se, muitas vezes, da sua candidez espiritual, do seu generoso desprendimento das commodidades terrenas.

Segundo Wanderley apparentava uma vida satisfeita que nos não deixava perceber as suas amarguras secretas.

Sem condemnar as vicissitudes que lhe embranqueceram prematuramente os cabellos, desferia alto, espontaneamente, as suas endeixas, como a estatua solitaria da lenda, quando o sol se derramava pelo deserto thebano...

Ha de ser perenne a sua lembrança como o marmore glorificador da posteridade.

E se a sua existencia foi impolluta e fulgurante, os seculos render-lhe-ão o tributo mais invejavel porque, como elle mesmo affirmou nas derradeiras linhas de um magnifico soneto:

« Não ha manchas numa alma de alabastro,
Não ha poente para o sol da gloria. »

Segundo Wanderley escreveu as seguintes obras:

Publicadas: *Estrellas Cadentes* (versos), *Miragens e Prismas* (versos) *Recoltas Poeticas* (versos), *As Tres Datas* (scena dramatica em versos sobre o 7 de Setembro, 13 de Maio e 15 de Novembro), *Brasileiros e Portuguezes* (drama historico), *Gondolas* (versos), *Entre o céo e a terra* (phantasia), *Poesias completas*, *A Pulga* (comedia), *Manifestação Biripotica* (versos humoristicos), *Amor e Ciume* (drama), *A Providencia* (drama), *Pela Verdade* (pamphleto de polemica).

A publicar: *Alberto ou a Gloria do Artista* (drama), *A Louca da Montanha* (drama), ... *E assim rola o mundo de pernas para o ar* (scena comica, em versos), *Noiva em leilão* (comedia), *Natal em camisa* (revista de costumes locaes), *Os Dramas da sêcca* (excerptos de uma revista phantastica, em versos), *A Rainha dos Bosques* (fragmentos de uma revista), *Os Anjos do Claustro* (drama infantil).

Falleceu em Natal, a 14 de Janeiro de 1909.

MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA E CASTRO — Nasceu em Natal, a 17 de Setembro de 1768, sendo seus paes Manuel Pinto de Castro e d. Francisca Antonia Teixeira.

Aos dezeseis annos, seguiu para o Recife, onde, em cumprimento de voto feito por sua mãe, professou na Ordem dos Carmelitas, em 4 de Novembro de 1784, tomando o nome de frei Miguel de S. Bonifacio.

Dahi o seu appellido de *Frei Miguelinho*.

Fez depois uma viagem a Portugal, demorando-se em Lisboa, onde frequentou os cursos e instituições scientificas e litterarias alli existentes, aperfeiçoando os seus conhecimentos e estudos.

Durante sua permanencia na Europa, solicitou e obteve da Santa Sé o breve de secularização.

Regressou a Pernambuco em 1800 e, nesse mesmo anno, foi nomeado professor de Rhetorica do Seminario de Olinda, então fundado pelo bispo d. Azeredo Coutinho, a quem conhecera em Lisboa.

Um dos espiritos mais cultos do seu tempo, Miguelinho era fervoroso adepto das idéas liberaes; e para propaga-las, preparando o seu advento, filiou-se ás associações secretas que havia no Recife, sendo, pela ascendencia natural de sua intelligencia, illustração e virtudes, um dos vultos primaciaes dessas associações, em que se conspirava abertamente em favor da Independencia.

Realizado o movimento revolucionario de 1817, foi o secretario do governo acclamado a 6 de Março daquelle anno, e como tal, o seu principal collaborador.

Foi quem redigiu a proclamação em que o novo governo explicava *aos habitantes de Pernambuco* as causas da revolução e as vantagens que della adviriam.

Fracassado o movimento, Miguelinho retirou-se para Olinda, onde residia em companhia de sua irman d. Clara, que o recebeu em prantos.

« Mana, disse elle, nada de choros; estás orphan, tenho enchido os meus dias, logo me vêm buscar para a morte; entrego-te á vontade de Deus, nelle terás um pae que não morre; mas a proveitemos a noite, imita-me; ajuda-me a salvar a vida de milhares de desgraçados. »

E, com a irman extremosa, occupou-se durante a noite de 20 para 21 de Maio a queimar todos os papeis e documentos que, como secretario do governo, tinha em seu poder, papeis e documentos que, se apprehendidos pelos agentes da realeza, comprometteriam ou aggravariam a sorte dos seus companheiros e daquelles que haviam adherido á Republica.

Foi preso no dia immediato e transportado, com outros, para a Bahia no brigue *Carrasco*.

A 10 de Junho, compareceu á presença da commissão militar que devia julga-lo, não articulando uma só palavra de defesa perante os seus crueis juizes.

O conde dos Arcos, presidente da Commissão, talvez no intuito de innocenta-lo ou de attenuar a pena em que incorrera, insinuou que elle tinha inimigos e que era possivel que estes houvessem contrafeito as suas assignaturas nos papeis juntos ao processo.

Quebrou então pela primeira vez o silencio que guardara para declarar:

« *Não, Senhor, não são contrafeitas; as minhas firmas nesses papeis são todas authenticas e, por signal, em um delles o de Castro ficou metade por acabar, porque faltou papel.* »

E nada mais disse. No dia 11 era proferida a sentença que o condemnava á morte; e, a 12, revistido da alva, corda ao pescoço, algemado, pés descalços, cabeça descoberta, no meio de uma escolta de soldados, foi conduzido ao *Campo da Polvora*, na Cidade da Bahia, sendo arcabuzado.

Não tremeu deante de seus algozes e, abraçando-se ao estandarte de sua fé, acceitou sem desfallecer a corôa do martyrio.

E' uma das figuras mais fulgurantes de nossa Historia, pela sua grandeza moral suggestiva e sympathica.

MIGUEL RIBEIRO DANTAS — Nasceu a 9 de Março de 1799, em S. José de Mipibú, onde foi depois abastado agricultor e onde falleceu a 19 de Junho de 1881.

Era agraciado com o titulo de barão de Mipibú (decreto de 28 de Março de 1877), por auxilios prestados á causa da instrucção.

Além deste, houve na Provincia durante o Imperio mais tres barões: o do Ceará-Mirim, Manuel Varella do Nascimento, nascido em 1805 e fallecido a 22 de Março de 1881, o qual era agricultor no municipio que deu nome ao seu titulo, conferido em 22 de Junho de 1874, por haver mandado construir e doado á Provincia o edificio em que actualmente funcciona o *Gruppo Escolar Philippe Camarão*; o do Assú, conselheiro Luiz Gonzaga de Britto Guerra, de quem já tratámos, e o de Serra Branca, Philippe Nery de Carvalho e Silva (decreto de 19 de Agosto de 1888), agricultor e creador no Municipio do Assú.

NYZIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA — O seu nome de baptismo era Dionyzia, sendo filha do dr. Dionyzio Pinto Lisboa e de d. Antonia Clara Freire.

Nasceu no sitio *Floresta*, Municipio de Papari, a 12 de Outubro de 1809. Ainda muito moça, casou-se com Manuel Alexandre Seabra de Mello.

Aos 19 annos, mudou-se para o Recife e nunca mais voltou ao Rio Grande do Norte. Esteve durante algum tempo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, onde se fez educadora.

Em 1848, realizou a sua primeira viagem á Europa, e ahi se fixou definitivamente depois do fallecimento de sua mãe, occorido no Rio de Janeiro em 1855.

Espirito superior, scintillante e rebelde, Nyzia Floresta foi uma das nossas mais brilhantes escriptoras, affirmando Oliveira Lima (veja-se *A Republica*, de Natal, de 28 de Novembro de 1919) ter sido a mais notavel mulher de lettras que o Brasil tem produzido, quer pela amplitude da visão, quer pela suavidade do estylo.

O seu primeiro trabalho, impresso no Recife em 1832 (teve em 1833 uma segunda edição em Porto Alegre) foi a traducção de um folheto de Miss Godwin, *Direito das mulheres e injustiças dos homens*. A seguir, publicou: *Conselhos á minha filha* (1842), *Pensamentos* (1845), *Daciz ou a joven completa* (1847), *A Lagrima de um Caheté* (1849), *Dedicação de uma amiga* (1850), *Opusculo humanitario* (1853), *Itineraire d'un voyage en Allemagne* (1857), *Scintille d'una anima brasiliana* (1859), *Trois ans en Italie* (1861), *Abysmos sob flores* (1864), etc.

Deixou ineditas as *Inspirações maternas* (versos) e as *Memorias de minha vida*.

No Rio de Janeiro, collaborou no *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Brasil Illustrado*, etc, e no extrangeiro escreveu em varias revistas, entre

ellas o *Novo Mundo*, de New-York, que publicou no numero de 23 de Maio de 1872 o seu retrato e biographia.

Toda a obra litteraria de Nyzia Floresta, — cuja primeira producção revela as suas tendencias feministas e que, em 1842, collocando-se acima dos preconceitos do seu tempo, do seu paiz e do seu sexo, fazia conferencias abolicionistas e republicanas, prégando a emancipação dos escravos, a liberdade de cultos e a federação das provincias, — é opulenta de idéas liberaes e aspirações generosas; mas o que nella mais attrahe e seduz é o seu entranhado e extremoso amor á Patria distante, tão vivo e emocionante nas paginas de seus livros que relembra-lo, como fez Constancio Alves, é sempre uma terna homenagem á sua memoria (veja-se *Jornal do Commercio*, do Rio, de 21 de Outubro de 1909):

« Tinha mais de quarenta annos quando foi ver de perto as velhas civilizações, que já conhecia pela Historia e pela Litteratura.

Dessa existencia de emigrada voluntaria, porém não satisfeita, deixou memoria em paginas vigorosas, nas quaes se harmonizam a razão que observa com serenidade e o enthusiasmo que vibra com força juvenil.

Li-as, ha tempos, com interesse; agora as reli com o mesmo prazer.

Nessas obras, que fallam de coisas extrangeiras, em linguas extrangeiras, palpita com intensidade uma alma brasileira, que leva a patria por todos os caminhos da sua peregrinação.

Mais de uma vez encontrei a nossa intraduzivel *saudade* em periodo francez, em phrase italiana, e senti a doçura do encanto inesperado de rosto amigo perdido numa multidão de extranhos.

Essa *saudade* brasileira continuamente evoca paizagens longinquas e familiares, e abre em panoramas da velha Italia e da velha Grecia rasgões, atravez dos quaes entrevemos a orla branca da nossa costa, rebrilhando sob o sussurro dos coqueiros e os montes da nossa bahia magnifica, negros, no violaceo crepusculo.

Contemplando o Mediterraneo, diz a escriptora, "eu pensava em outro mar, mais vasto e mais majestoso, á beira do qual nasci e cresci e me inspirei ao murmurio longinquo das vagas, sob o leque das altas palmeiras, em baixo de mangueiras gigantescas ou de jaqueiras folhudas, agitadas pela brisa vespertina, que me inebriava com o delicioso perfume trazido dos bosques de laranjeiras, canelleiras e tantas outras arvores e flores odorantes que perpetuamente corôam o meu querido Brasil".

Esse amor ao torrão natal é tão profundo que, quando nessa Italia, a que mais amou das patrias alheias, encontra um trecho em que lhe fosse grato viver (como Florença), ou lhe fosse doce descançar da vida (como o Campo Santo de Piza), não se esquece de notar — com patriotismo jámais distrahido por seducções exoticas — que a todas as terras do mundo preferirá sempre, com vehemencia, para viver ou para morrer, a terra sagrada da patria, que não cessa de ver, perennemente rutilante por entre as neblinas de Paris ou os nevoeiros de Londres... »

Nyzia Floresta falleceu em Rouen (França), a 24 de Abril de 1885, sendo sepultada no cemiterio de *Bonsecours*.

E' o que consta das informações enviadas por sua filha unica (d. Livia Augusta Gade, casada, residente na Europa) ao Congresso Litterario, de Natal, em 1909, quando o mesmo Congresso inaugurou na Villa de Papari, a 12 de Outubro daquelle anno, um modesto monumento para commemorar o centenario de seu nascimento, informações de que nos aproveitamos para indicar alguns dos dados que ahi ficam.

Octaviano Cabral Raposo da Camara — Natural do Assú, bacharel em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1843.

Logo depois de formado, fixou residencia em Natal. Manteve e redigiu *O Nortista* (1849-1851) e *O Constitucional Nortista* (1851), em companhia de seus irmãos, os drs. Leocadio Cabral Raposo da Camara e Jeronymo Cabral Raposo da Camara, tambem bachareis, que concluiram o curso, o primeiro em 1844 e o segundo em 1847.

Os tres foram os dirigentes do grupo chamado dos *Cabraes*, que por muitos annos influiu na politica *nortista*, depois *conservadora*, da Provincia.

Emquanto vivo, coube a Octaviano, pelo seu valor, a chefia desse grupo. Exerceu varios cargos de nomeação, e entre elles os de procurador fiscal e inspector da Thesoiraria, tendo sido deputado provincial de 1852 a 1871, com algumas interrupções, e governado a Provincia, como vice-presidente, em 1858 e 1870.

Deputado geral nas legislaturas de 1853 a 1856 e 1869 a 1872, quando falleceu.

O dr. Leocadio foi magistrado e o dr. Jeronymo, conhecido pelo appellido de *Loló*, sobreviveu aos dois irmãos, vindo a morrer já na Republica, cerca de setenta annos (nasceu em 11 de Janeiro de 1821 e falleceu a 24 de Maio de 1890).

Desde 1872, porém, desapparecera a sua e a influencia dos *Cabraes*. Naquelle anno, o dr. Henrique Pereira de Lucena, então presidente, inclinou-se francamente para a facção do coronel Bonifacio Camara que vivia em constante dissidio com a dos *Cabraes*, e pouco depois, assumindo a administração o dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves, vice-presidente que, apesar de contraparente, era desaffecto pessoal do dr. Jeronymo, entrou este em declinio, suspendendo a publicação d'*O Constitucional*, de sua propriedade, o qual teve vida ephemera (1872).

Foi apenas deputado provincial duas vezes (anteriormente fôra oito vezes e occupara varios cargos publicos).

Recolheu-se ao seu engenho no Ceará-Mirim, donde, nos ultimos tempos, só sahia em visita aos seus parentes de S. Gonçalo, ou no exercicio da advocacia, profissão que adoptara desde moço e que jámais abandonou.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão — Descendente de uma familia de largas tradições no Estado, a cuja historia tem emprestado, desde o tempo de Capitania, o brilho de feitos memoraveis, Pedro Velho, nasceu em Natal a 27 de Novembro de 1856, sendo filho legitimo do major Amaro Barretto de Albuquerque Maranhão e de d. Feliciana Maria da Silva e Albuquerque.

Estudou primeiras lettras com o professor Antonio Ferreira de Oliveira, seguindo depois para o Recife, onde, no Gymnasio Pernambucano, iniciou o seu curso secundario, concluido depois, com excepcional distincção, no Collegio Abilio, da Bahia, dirigido pelo benemerito educador que foi mais tarde agraciado com o titulo de barão de Macahubas.

Matriculou-se em 1873 na Faculdade de Medicina daquella cidade. Foi, porém, obrigado a interromper os seus estudos em consequencia de pertinaz enfermidade de que só se restabeleceu na Europa, para onde seguira a conselho medico e onde se demorou mais de um anno.

De volta, continuou o seu curso academico no Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor em 4 de Abril de 1881.

Casando-se a 27 do mesmo mez e anno com d. Petronilha Florinda Pedrosa, regressou logo em seguida á antiga Provincia, permanecendo alguns mezes em S. José de Mipibú.

Mudou-se depois, ainda em 1881, para Natal, onde residiu até morrer.

Ahi dedicou-se á clinica e ao magisterio, abrindo um notavel estabelecimento de ensino, o *Gymnasio Rio Grandense*, e conquistando em concurso a cadeira de Historia do *Atheneu*.

Entregue ao estudo e aos labores profissionaes, conservou-se afastado dos dois partidos monarchicos, sempre fiel ás suas crenças democraticas.

Foi na ultima phase do movimento em favor da emancipação dos escravos que iniciou triumphalmente a sua carreira politica, tornando-se o chefe intemerato da propaganda, que fazia pela imprensa em companhia de abnegados companheiros, e pela tribuna, em excursões successivas aos logares do interior, emancipados, ás vezes, de chofre, ao effeito de sua palavra inspirada e fulgurante.

Ganha a victoria abolicionista, emprehendeu sem hesitações a evangelização republicana, fundando em Natal o novo partido e o seu orgão — *A Republica* — em cujas columnas evidenciou então, em toda a sua força e vigor, a ductilidade extraordinaria de seu espirito, fazendo accrescer á sua justa fama de orador a de jornalista primoroso e polemista temivel.

Proclamado o actual regime, foi o primeiro governador provisorio do Estado, e, com applausos de seus conterraneos e apoio dos mais graduados representantes dos extinctos partidos, o chefe da situação politica que se inaugurava.

Deputado á Constituinte (não póde ser senador por falta de edade) e á primeira legislatura, perdeu o mandato por haver sido eleito governador, cargo que assumiu em 28 de Fevereiro de 1892 e occupou até 25 de Março de 1896.

Voltou á Camara dos Deputados nesse mesmo anno, na vaga que se abriu pela morte de Junqueira Ayres.

Em 1897 passou para o Senado na renovação do terço, tendo sido reeleito em 1906.

Com Pedro Velho deu-se o inverso do que succede, em geral, com os homens politicos.

Taes eram o seu tacto e o seu descortino, tão accentuada a sua superioridade empolgante e dominadora, que o seu prestigio, depois que deixou o governo do Estado, foi sempre em augmento e, por fim, se radicou tão extensamente que não ha exaggero em dizer que elle exercia alli uma verdadeira dictadura moral.

Mas não foi sómente em sua terra que influiu na direcção das coisas publicas.

Teve tambem opinião, algumas vezes preponderante, nos altos conselhos da Politica nacional, o que indica que não se limitou a ser o organizador incomparavel do Rio Grande do Norte como Estado autonomo.

Foi além, individualizando-o e dando-lhe relevo como força efficiente no seio da Federação.

E isto basta para attestar a sua alta capacidade dirigente.

Falleceu em 9 de Dezembro de 1907, no Porto do Recife, a bordo do vapor *Brasil*, prestes a seguir viagem para o Rio de Janeiro.

Eram 6 horas e 15 minutos da tarde. Desembarcado o seu corpo, foi embalsamado e transportado para Natal, pela *Great Western*, sendo sepultado no cemiterio local.

A sua memoria é cultuada com veneração e respeito em todo o Estado.

Raphael Archanjo Galvão — Filho legitimo do alferes José Lopes Galvão e d. Josepha Maria de Jesus Galvão.

Nasceu na Cidade de Natal em 1811 e falleceu no Rio de Janeiro a 8 de Abril de 1882.

Tinha o titulo de conselho e era commendador da Ordem da Rosa e da de Christo, sendo tambem agraciado com a medalha da campanha do Paraguai.

Aos quatorze annos de edade iniciou a sua carreira de funccionario publico na Secretaria do Governo da Provincia, passando depois para a Thesoiraria Geral de Fazenda.

Exerceu, entre outros, os cargos de inspector das thesoirarias de Sergipe e Rio Grande do Sul, escrivão da Alfandega do Rio de Janeiro, contador do Thesoiro, director geral da contabilidade e presidente do Tribunal do Thesoiro, na ausencia do ministro.

Antes de ausentar-se de sua terra, foi politico militante, tendo feito parte da redacção do *O Natalense*, em 1832 e 1833, e da Assembléa provincial nos biennios de 1838-1839, 1840-1841 e 1842-1843.

Em Sergipe foi investido uma vez de egual mandato de deputado provincial.

Publicou alguns trabalhos sobre serviços que dirigiu.

O seu filho, de egual nome, nascido em Natal a 10 de Junho de 1836 e formado em Engenharia Civil, foi um profissional distinctissimo, que ligou o seu nome a algumas das mais importantes obras publicas de nosso paiz: reconstrucção da Alfandega do Rio de Janeiro, construcção da de Santos, projecto do Porto de Pernambuco, memoria sobre abastecimento d'agua ao Rio de Janeiro, construcção de estradas de ferro na Bahia, etc. (vide Sacramento Blake, *op.* cit.).

Falleceu no Rio de Janeiro a 24 de Junho de 1888.

Tarquinio Braulio de Sousa Amarantho — Nasceu em Papari a 20 de Julho de 1829 e era filho legitimo de Francisco José de Mello e Sousa (tenente do Exercito) e d. Anna de Mello e Sousa.

Fez o curso de Direito na Faculdade do Recife, onde se bacharelou em 3 de Dezembro de 1857 e recebeu o grau de doutor, em 12 de Julho de 1859.

Ao concurso em que entrou para lente da mesma Faculdade assistiu o imperador, que então se achava em visita ás provincias do Norte.

Foi nomeado lente em 12 de Maio de 1860. Conhecia profundamente o Direito Ecclesiastico e o Direito Civil, cadeiras que professou com grande competencia na referida Faculdade, de que foi mestre illustre, como tambem foram seus irmãos, nascidos na Parahiba, drs. Braz Florentino Henriques de Sousa e José Soriano de Sousa, este já na Republica e aquelle seu contemporaneo.

Ainda academico foi lente de Philosophia do *Atheneu Norte-Rio-Grandense* e depois de formado foi promotor de Natal.

Fez parte da Assembléa Provincial do biennio de 1858-1859, e representou o actual Estado na Camara dos Deputados de 1873 a 1877, 1882 a 1885, 1886 a 1889.

Por duas vezes figurou em listas triplices para o Senado: em 1869, quando foi escolhido Francisco de Salles Torres Homem, visconde de Inhomirim, e em 1876, na eleição em que foi escolhido Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Cavalcanti.

Sendo, como toda a sua familia, muitissimo religioso, teve papel de grande destaque durante a questão religiosa, quando foram presos os bispos de Pernambuco e do Pará.

Era, nos ultimos annos do Imperio, o chefe conservador de maior prestigio da Provincia e acceitou sem protesto as novas instituições.

Absteve-se, porém, de intervir dahi em deante nas agitações partidarias do Estado, abandonando de vez a vida politica, na qual foi sempre um moderado, por temperamento e por educação.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 29 de Agosto de 1894.

THOMAZ DE ARAUJO PEREIRA — Nasceu no Municipio do Acari, em 1765 e alli falleceu em 1847.

Foi, após a Independencia, o primeiro presidente nomeado para o Rio Grande do Norte, na conformidade da lei de 20 de Outubro de 1823.

Governou de 5 de Maio a 8 de Setembro de 1824, tendo, como já vimos em outra parte, uma administração tormentosa.

Anteriormente fizera parte da Junta eleita em 18 de Março de 1822, cujo governo se prolongou até 24 de Janeiro de 1824.

Homem intelligente, embora sem lettras, e dispondo de avultada fortuna, gosou de larga influencia politica e pessoal na zona do Seridó.

THOMAZ XAVIER GARCIA DE ALMEIDA — Nasceu a 14 de Junho de 1792, na Cidade de Natal, sendo seus paes Francisco Xavier Garcia e d. Bonifacia Pinto Garcia de Almeida (vide o que escrevemos sobre o padre Manuel Pinto de Castro).

Nasceram como elle naquella cidade e eram seus irmãos:

José Xavier Garcia de Almeida, engenheiro militar, que attingiu ao posto de brigadeiro e que, ainda coronel, representou o Rio Grande do Norte na Assembléa Geral, durante a legislatura de 1857 a 1860.

Antonio Xavier Garcia de Almeida, padre, que foi conego honorario e prégador da Capella Imperial, lente de Philosophia do *Atheneu Norte-Rio-Grandense*, vice-presidente da Provincia e deputado provincial nas legislaturas de 1835-1837, 1838-1839 e 1840-1841;

Joaquim Xavier Garcia de Almeida, que depois de ter figurado nas agitações politicas da Provincia, nos seus primeiros tempos, e de ter sido deputado na primeira legislatura da Assembléa Provincial, entrou para o quadro dos funccionarios de Fazenda e depois para a Secretaria de Imperio, onde exerceu o cargo de official-maior e veio a fallecer.

Thomaz Xavier era formado em Direito, tendo feito o seu curso em Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em 1818.

Voltando ao Brasil, foi nomeado auditor de guerra no Recife e pouco depois, a 22 de Janeiro de 1822, juiz de fóra da mesma cidade.

Na qualidade de supplente do deputado Francisco de Arruda Camara, que não compareceu ás sessões, tomou assento na Constituinte de 1823, como representante do Rio Grande do Norte.

Dissolvida aquella assembléa, regressou a Pernambuco, reassumindo o exercicio de suas funcções de juiz, e alli se achava quando rebentou o movimento de 1824, a que não adheriu.

Não só não adheriu, como combateu de armas na mão, incorporando-se ás columnas realistas que o debellaram (*Revista do Instituto Historico*, tomo 33).

Vencidos os revolucionarios, fez parte da commissão militar que os devia julgar, cabendo-lhe, no caracter de juiz relator, lavrar as sentenças que condemnaram á morte frei Caneca e outros patriotas implicados naquelle movimento, que pasou á Historia com o nome de *Confederação do Equador*.

Um desses implicados, o dr. José da Natividade Saldanha, que fugira para o extrangeiro e que, á revelia, fôra condemnado á morte, remetteu-lhe esta curiosa procuração (vide a biographia de Natividade Saldanha, entre outros, em Pereira da Costa, *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*:

> «Pela presente procuração, por mim feita e assignada, constituo por meu bastante procurador na Provincia de Pernambuco ao meu collega o dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida, para em tudo cumprir a pena que me for imposta pela commissão militar, podendo até morrer enforcado, para o que lhe outorgo todos os poderes que por lei me são conferidos.
>
> Caracas, 3 de Agosto de 1825. — *José da Natividade Saldanha.* »

Como magistrado, a carreira de Thomaz Xavier foi rapida e brilhantissima, conseguindo chegar, em 13 de Maio de 1846, e sendo já desembargador da Relação da Bahia, ao grau mais elevado da hierarchia judiciaria do paiz, ao cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no qual se aposentou depois de completar 70 annos de edade.

Não succedeu o mesmo em relação á sua carreira politica; não lhe foi possivel entrar, como tanto desejava, para o Senado do Imperio.

Por quatro vezes foi contemplado em listas triplices sem lograr ser escolhido: em 1837, quando foi escolhido o padre Francisco de Britto Guerra (Rio Grande do Norte); em 1843, quando foi escolhido o visconde de Macahé, José Carlos Pereira de Almeida Torres (Bahia); em 1845, quando foi escolhido Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (Pernambuco); e em 1850, quando foi escolhido d. Manuel de Assis Mascarenhas (Rio Grande do Norte).

Foi deputado geral por Pernambuco de 1826 a 1829 e pela Bahia de 1842 a 1844; e presidente das seguintes provincias:

De S. Paulo, de 19 de Dezembro de 1827 a 8 de Abril de 1828;

De Pernambuco, de 24 de Dezembro de 1828 a 15 de Fevereiro de 1830;

Da Bahia, de 26 de Abril de 1838 a 16 de Dezembro de 1840; de Pernambuco (segunda vez), de 9 de Outubro de 1844 a 5 de Junho de 1845.

Tinha o titulo de conselho por carta de 2 de Agosto de 1841, sendo condecorado com a dignitaria da Ordem do Cruzeiro e com a commenda de Christo, em 6 de Maio e 20 de Outubro de 1829.

Fez parte do Instituto Historico Brasileiro desde a sua fundação (vide o seu elogio feito por Taunay em sessão de 5 de Dezembro de 1870, *Revista do Instituto Historico*, tomo 33, cit.).

O nome do conselheiro Thomaz Xavier nunca foi popular e querido no Rio Grande do Norte: não lhe perdoaram ter sido o juiz relator da commisão militar que condemnou os revolucionarios de 1824, poucos annos após a morte de seu tio *Miguelinho*, sacrificado como elles, em glorioso martyrio pelo seu amor á liberdade.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 11 de Janeiro de 1870.

ULYSSES OLEGARIO LINS CALDAS — Era filho legitimo do alferes Francisco Justiniano Lins Caldas e d. Maria Gorgonha de Hollanda Wanderley, tendo nascido na Cidade do Assú aos 5 de Maio de 1846.

Moço, enthusiasta, impulsionado por nobres aspirações de gloria e ardente patriotismo, foi dos primeiros que accorreram a se alistar como voluntarios da Patria, quando foi declarada a guerra entre o Brasil e o Paraguai.

Assentou praça em 17 de Março de 1865 e falleceu, nas avançadas de Curuzú, a 7 de Novembro de 1866, no posto de tenente, contando pouco mais de vinte annos de edade e menos de dois como soldado.

Deixou, entretanto, um nome e uma tradição de heroismo que não morrerão jámais.

Era um bravo. E demonstrou-o logo no primeiro combate em que se envolveu, quando, após a explosão de uma mina e vendo dispersos os membros mutilados de companheiros mortos ao seu lado, gritou aos sobreviventes, num lance de indomita coragem, — *avança, camaradas! ainda é vivo Ulysses!* — e toma, elle mesmo, á ponta de espada e por entre um chuveiro de balas, duas peças de artilheria ao inimigo, sendo, do corpo a que pertencia, o primeiro que galgou as suas trincheiras.

Este feito valeu-lhe ser condecorado com o habito de cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; e, depois delle, tantos foram os seus actos de valor que, ao fallecer, a sua fé de officio offerecia, pelo numero de elogios que continha, um verdadeiro contraste com a rapidez de sua carreira militar.

No Estado, e especialmente na terra em que nasceu, a sua memoria é e será sempre relembrada com admiração e saudade.

NOTAS ADDICIONAES

São decorridos 17 mezes depois que foi concluido este trabalho (30 de Dezembro de 1919) e dahi a necessidade das correcções e accrescimos que se seguem:

LIMITES: A decisão do Supremo Tribunal Federal de 17 de Julho de 1920, confirmando as proferidas anteriormente, em 30 de Outubro de 1908 e 2 de Outubro de 1915, nas quaes fôra reconhecida a legitimidade dos direitos do Rio Grande do Norte sobre a zona litigiosa entre este e o Estado do Ceará, pôz termo definitivo á questão que havia entre os dois Estados sobre divisas territoriaes.

O accôrdo celebrado em 5 de Julho de 1920 entre os representantes dos governos do Rio Grande do Norte e Parahiba fez desapparecer o litigio existente entre elles. Esse accôrdo já foi approvado pelo poder legislativo dos dois Estados, tendo o Governo Federal, sob cujos auspicios se realizou o Congresso de Limites Interestaduaes, em 1920, nomeado a commissão que deverá demarcar a linha divisoria, a qual, nos termos das clausulas do citado accôrdo, é a seguinte:

—A linha de limites partirá da foz do Rio Guajú, no oceano, conforme a demarcação entre as antigas freguezias da Villa Flor e Mamanguape;

— A demarcação obedecerá em toda a extensão ainda não demarcada ás leis que fixaram os limites das antigas provincias e, na ausencia de leis, será então orientada pelos accidentes geographicos de maior relevo;

— As divergencias suscitadas por motivo de interpretação do alvará de 18 de Março de 1818 e do decreto de 25 de Outubro de 1831 ficam resolvidas pela lei n. 16, de 18 de Março de 1835, votada pela Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, approvando a creação da Villa do Acari e os limites do seu municipio.

POPULAÇÃO — Pelo *relatorio* da Directoria de Estatistica, relativo ao anno de 1917 e publicado em começo de 1921, a população do Estado era naquelle anno de 473.659 habitantes, tendo-se em vista os resultados dos recenseamentos anteriores e adoptada como taxa de crescimento a de 0,0317.

Damos em seguida a população do Estado do Rio Grande do Norte, por municipios, apurada no recenseamento geral de 1 de Setembro de 1920:

Municipios	População
Acari	12.428
Angicos	12.313
Apodi	12.369
Areia branca	9.158
Arez	4.821
Assú	24.779
Augusto Severo	10.994
Caicó	25.366
Canguaretama	11.451
Carahubas	7.408
Ceará-Mirim	26.319
Curraes-Novos	11.998
Flores	8.235
Goianinha	18.383
Jardim do Seridó	21.005
Lages	10.865
Luiz Gomes	5.661
Macahiba	17.775
Macau	14.670
Martins	15.118
Mossoró	20.300
Natal	30.696
Nova Cruz	20.328
Pau dos Ferros	10.124
Papari	6.435
Patú	7.504
Pedro Velho	12.023
Porto Alegre	4.655
Sant'Anna do Mattos	21.393
Santa Cruz	25.546
Santo Antonio	16.976
S. Gonçalo	17.231
S. José de Mipibú	17.875
S. Miguel de Pau dos Ferros	8.455
Serra Negra	6.988
Taipú	12.651
Touros	17.019
Total	537.135

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — A Villa de Curraes Novos, séde do municipio do mesmo nome, foi elevada á categoria de cidade, pela lei n. 486, de 29 de Novembro de 1920.

DIVISÃO ECCLESIASTICA — O Estado conta actualmente 39 freguezias, que são as 35 indicadas e mais as de *Alecrim* (bairro da Capital), sob a invocação de S. Pedro;

Luiz Gomes — Desmembrada da de Pau dos Ferros, sob a invocação de Sant'Anna;

Parelhas — Desmembrada da de Jardim do Seridó, sob a invocação de S. Sebastião;

S. Raphael — Desmembrada da de Sant'Anna do Mattos, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

FORÇAS DO EXERCITO — De accôrdo com a legislação posterior a 1919, deixou de estacionar no Estado um batalhão de caçadores, como dantes, existindo apenas uma companhia de metralhadoras em Natal.

CORREIO — Onde se diz que ha 15 agencias nas cidades e 22 nas villas, deve dizer-se 16 nas cidades e 21 nas villas, por ter sido a Villa de Curraes Novos elevada á categoria de cidade.

TELEGRAPHOS — Em 15 de Novembro de 1920 foi inaugurada mais uma estação telegraphica no Estado: a da Cidade de S. José de Mipibú.

ESTRADAS DE FERRO — O contracto da "Great Western" de cuja rêde faz parte a Estrada de Natal a Nova Cruz, foi revisto, na conformidade do decreto n. 14.326, de 24 de Agosto, e additamento constante do decreto n. 14.530, de 10 de Dezembro, ambos de 1920.

O contracto da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte foi rescindido de accôrdo com o decreto n. 14.136, de 11 de Abril de 1920.

Presentemente, a parte da estrada em trafego e os trabalhos de construcção do seu prolongamento e do ramal de Macau, aliás sensivelmente reduzidos, estão sob a direcção de um engenheiro chefe e de uma commissão nomeada pelo Governo Federal.

PORTO DE NATAL—As obras de melhoramento do porto, são, conforme já vimos e de accôrdo com o projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 13.282, de 13 de Novembro de 1918: a consolidação e alteamento dos recifes Sul; arrasamento de mais alguns metros da *Baixinha*, recife interno que é preciso contornar rapidamente quando se demanda o ancoradoiro; enrocamento do esteiro existente nas proximidades do Forte dos Reis Magos; dragagem do canal de accesso; entulhamento da barra do Norte; construcção do caes de atracação; fixação das dunas e protecção das margens do rio. Todos estes trabalhos, cujo custo é de 5.200:000$, papel, foram incluidos no contracto celebrado com C. H. Walker & Co., Limited, na conformidade do decreto n. 14.590, de 31 de Dezembro de 1920, para a execução de varias obras contra os effeitos das seccas no Estado; e isto em consequencia de uma emenda apresentada ao orçamento do Ministerio da Viação pelo senador João Lyra, emenda que, approvada, passou a constituir o n. XX do art. 53 da lei n. 3.991, de 5 de Janeiro de 1920.

OBRAS CONTRA AS SECCAS — A lei n. 3.965, de 25 de Dezembro de 1919, auctorizou o Governo Federal a construir as obras mais urgentes contra os effeitos das seccas no Nordéste Brasileiro, creando para isto uma *caixa especial*, cuja receita é constituida pelos seguintes recursos:

a) operações de credito, externas ou internas, a serem realizadas pelo Governo até o maximo de duzentos mil contos:

b) 2% da receita geral da Republica;

c) 2 até 5% da receita ordinaria dos Estados em que as obras e serviços tenham de ser executados, nos termos de accôrdos que a União fizer com os mesmos Estados, que poderão pagar as contribuições em terras devolutas e irrigaveis;

d) producto da venda ou arrendamento das terras cedidas pelos Estados ou desapropriadas, na conformidade da referida lei;

e) rendas provenientes das obras e serviços contra os effeitos das seccas executados pelo Governo Federal;

f) contribuição e donativos de qualquer procedencia.

De accôrdo com o disposto na citada lei n. 3.965, de 25 de Dezembro de 1919, foram contractadas varias obras a serem executadas no Estado, pela importancia de 50.000 contos, com C. H. Walker & Co., Limited, nos termos do decreto n. 14.590, de 31 de Dezembro de 1920, incluindo-se entre ellas as do Porto de Natal, conforme vimos.

Em relação a essas obras, cabe á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas apenas a fiscalização (as do porto serão fiscalizadas pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes). Quanto ás demais que tenham de ser realizadas, compete-lhe a superintendencia e execução; e, para esse fim, continúa a ser mantido no Estado uma repartição dirigida por um *chefe de districto* e dispondo do pessoal necessario (veja-se regulamento que baixou com o decreto n. 14.102, de 17 de Março de 1920).

RECEITA E DESPESA: A lei estadual n. 499, de 10 de Dezembro de 1920, orçou a receita para o exercicio de 1921 em 3.860:700$, fixando a despesa em 3.859:197$000.

Divida activa: Ao encerrar-se o exercicio de 1919, era de 421:097$957.

Divida passiva: Sem computar o saldo da caixa do montepio e as responsabilidades decorrentes do emprestimo externo, subia em 1 de Novembro de 1920 (mensagem do governador) a 1.246:460$163, sendo divida fluctuante 627:442$163 e em apolices 619:018$000.

MONTEPIO — Em 1920, a receita do montepio era de 158:243$893 e a despesa de 116:537$150, havendo um saldo accumulado desde a sua creação de 562:032$992.

CIDADES — Existem hoje 16 por ter a lei n. 486, de 29 de Novembro de 1920, elevado á categoria de cidade a Villa de Curraes Novos.

VILLAS — Ha 21, em vez de 22, por ter Curraes Novos passado a cidade.

POVOAÇÕES — Convém accrescentar ás indicadas: Cruzeta (Municipio do Acari), Brejo (Municipio do Apodi), Parahú, antiga Espirito Santo (Municipio de Augusto Severo), S. Vicente (Municipio de Flores), S. José do Seridó, Oiro Branco, anteriormente Espirito Santo (Municipio do Jardim do Seridó), Pedra Preta (Municipio de Lages), Serra Caiada (Municipio de Macahiba), Varzea (Municipio de Macau), Areia Preta (Municipio de Natal), Campo de S. João (Municipio de Nova Cruz), Almino Affonso (Municipio do Patú), S. Thomé (Municipio de Santa Cruz), Igapó (Municipio de S. Gonçalo) e Salgada (Municipio de S. José de Mipibú).

A. TAVARES DE LYRA.

BIBLIOGRAPHIA

Alfredo Moreira Pinto — *Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil.*

Annuario Ecclesiastico da Parahiba do Norte, 1894 a 1918.

Antonio Bezerra—*Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2ª edição, 1915

A Republica, orgão official do governo do Rio Grande do Norte.

A. Tavares de Lyra — *O Rio Grande do Norte em 1911.*

A. Tavares de Lyra e Vicente S. P. de Lemos — *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte*, 1904.

A. Tavares de Lyra — *Algumas notas sobre a historia politica do Rio Grande do Norte.*

Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908.

Bibliotheca Nacional — *Annaes.*

Boletim de Natal — Orgão ecclesiastico da diocese.

Cartas geographicas — da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, da Inspectoria Federal de Estradas, da Repartição Geral dos Telegraphos, da Commissão de que foi chefe o dr. Sampaio Correia em 1904, da Commissão do Porto de Natal, do *Atlas do Brasil*, do barão Homem de Mello, do *Atlas*, de Candido Mendes de Almeida, etc.

Centro Industrial do Brasil — *O Brasil, suas riquezas naturaes, suas industrias*, 1907.

Domingos Barros — *Aspectos norte-rio-grandenses*, 1908.

Ernesto Antonio Lassance Cunha — *Estudo descriptivo da Viação Ferrea do Brasil*, 1909

Philippe Francisco Pereira — *Roteiro da Costa do Norte do Brasil*, 1877.

Philippe Guerra — *Seccas contra as Seccas*, 1909.

Governo do Estado — *Mensagens e relatorios.*

Governo da Provincia — *Fallas e relatorios dos presidentes.*

Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas — Publicações.

Inspectoria Federal de Estradas — *Relatorios e estatisticas.*

Instituto Historico e Geographico Brasileiro — *Revista.*

Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte — *Revista.*

J. C. R. Milliet de Saint'Adolphe — *Diccionario Geographico do Imperio do Brasil.*

Joaquim de Almeida Pinto — *Diccionario de Botanica Brasileira.*

Legislação — do Imperio e da Republica, da Provincia e do Estado.

Manuel Dantas — *O Rio Grande do Norte, seus recursos economicos e meios de communicação*, 1909.

Manuel Dantas — *O Rio Grande do Norte — Ensaio chorographico*, 1918.

Manuel Carneiro de Sousa Bandeira — *Relatorio sobre os portos do Rio Grande do Norte*, 1918.

Manuel Ferreira Nobre — *Breve noticia sobre a Provincia do Rio Grande do Norte*, 1877.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — *Publicações da Directoria de Estatistica.*

Relatorios dos diversos ministerios nos ultimos annos.

Serviço de Inspecção e Defesa Agricolas do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — *Questionario sobre as condições da agricultura dos municipios do Estado do Rio Grande do Norte*, 1913.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil — *O Ceará no começo do seculo* XX 1909.

Foram tambem consultadas varias publicações avulsas ou feitas em jornaes do Estado e desta Capital sobre differentes assumptos, especialmente as relativas ás seccas, suas causas, effeitos e modos do attenuá-las.

ESTADO DA PARAHIBA

I

Superficie e limites — Littoral

SUPERFICIE — A área do Estado da Parahiba não póde ser fixada com a necessaria exactidão por motivos varios, dos quaes não é dos menores a imprecisão de suas fronteiras com dois estados limitrophes, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A *Carta Geral* de 1873 attribue-lhe a superficie de 74.731 km.², que desce a 58.400 km.² com o barão Homem de Mello e a 56.000 km.² com Padtberg. A determinação das linhas divisorias com a imprescindivel fixidez e a avaliação rigorosa da superficie permittirão remover esse inconveniente. Officialmente é adoptada a *avaliação* acceita pela *Carta Geral*. Comparada esta área com a do todo, de que é parte integrante — 8.522.000 km.², conforme o calculo apresentado pelo professor Henrique Morize, verifica-se que a Parahiba corresponde approximadamente a 1/114 do Brasil.

Quanto á fórma geometrica, lembra o Estado a de ellipse irregular, de grande excentricidade, o seu eixo-maior estando orientado na direcção Léste-Oéste.

LIMITES — O Oceano Atlantico, a Léste; a Sul, Pernambuco; a Oéste, o Ceará e, ao Norte, o Rio Grande do Norte.

Com Pernambuco, diz J. R. Coriolano de Medeiros no seu *Diccionario Chorographico do Estado da Parahiba:*

> «Apesar dos limites correrem pelo *divortium aquarum*, nem por isso deixa a fronteira de ter pontos duvidosos, muito especialmente onde a serra desapparece, como se nota no Municipio de Pedras de Fogo, em cujas divisas tem havido attrito entre o fisco dos dois Estados, com prejuizo para a Parahiba.
>
> Apenas póde-se dizer que o littoral parahibano tem 150 km. de costa e a linha divisoria começa, ao Sul, pela foz do Rio Goiana, deixando-o logo e seguindo para a Villa de Pedras de Fogo e a Cidade de Itambé, as quaes sendo um só nucleo de população pertencem: a segunda a Pernambuco e a primeira á Parahiba. Proseguindo, segue a linha pela estrada real até á povoação Serrinha, tambem commum aos dois Estados. Dahi em deante começa a cordilheira que serve de limites, passando na povoação de Pirauá, na Villa de Umbuzeiro e na povoação de Matta Virgem, todas communs aos dois Estados. Continúa sempre, com o rumo de Léste a Oéste até a Comarca de Cabeceiras, tomando dahi a direcção de Sudoéste e depois a do Sul, formando o lado do angulo que se interna para Pernambuco, caracteristica do Municipio de Alagôa do Monteiro, sendo os limites ahi assignalados pelas serras Moças, Jacarará e Jabitacá, que dividem as aguas do Rio Parahiba das dos Capibaribe, Moxotó e Pajehú. Tomando a direcção de Oéste, approxima-se do Municipio do Teixeira, e, se antecedentemente a Parahiba tinha 280 km. de largura, aqui fica logo reduzida a uns cento e vinte. Continúa a linha pela divisão das aguas dos rios Parahiba, Piranhas e Piancó das do Pajehú, affluente do S. Francisco, inclina-se para o Sudoéste, passa proximo da Villa da Princeza, que dista 20 km. da Cidade Triumpho, pertencente a Pernambuco. »

O capitão de fragata Thiers Fleming, no seu livro — *Limites Interestaduaes* — acha que esta questão de fronteiras "pode ser resolvida facilmente por accôrdo directo." Haveria, é obvio, a maior vantagem para os dois Estados limitrophes na cessação dessa causa continua de attritos lamentaveis.

Com o *Ceará*, a divisa é formada pela Serra do Bongá, que separa a bacia do Piranhas da do Jaguaribe; e, conforme Olavo Freire, pelas do Padre, do Gonçalo e do Retiro.

Os limites com o *Rio Grande do Norte* tambem reclamam ajustamento que remova conflictos possiveis e invasões constantes, pois, como adeanta Coriolano de Medeiros "o vizinho do Norte foi avançando tambem pouco a pouco pelo territorio parahibano, nomeadamente nos municipios de Picuhi e Santa Luzia".

Em 1858 o coronel Beaurepaire Rohan, então presidente da Parahiba, procurou resolver a questão dos limites da Provincia e dirigiu-se aos governos das divisões administrativas limitrophes. A resposta do Rio Grande do Norte não pareceu satisfactoria a Beaurepaire, o qual, embora não recebesse auxilio do Governo Imperial, contractou dois engenheiros prussianos, Carlos Bless e David Polemann, para levantarem a *Carta* da Parahiba, com os respectivos limites. Infelizmente, accrescenta Medeiros, "ficou em meio o trabalho".

Commentando esta parte da fronteira parahibana, que, resumidamente, podemos estabelecer pela Serra de Luiz Gomes, Rio Patú, desde as nascentes até á sua foz no Piranhas, linha convencional dahi ás cabeceiras do Guajú e pelo alveo do mesmo até ao mar, o sr. Thiers Fleming lembra a opinião de Moreira Pinto, de serem convencionaes os limites dos dois Estados e, por isso mesmo, incertos e confusos; por terem, além disso, os mesmos accidentes geographicos as duas circumscripções politicas, inseparaveis, porém, sob o criterio geographico.

E accrescenta:

> « Segundo C. de Medeiros nos tempos coloniaes os dois Estados foram divididos por uma linha quasi recta de Léste para o Oéste, de modo que já pertenceram á Parahiba, sem que se saiba que motivo justificou a mutilação, toda a Ribeira do Seridó e territorios dos actuaes municipios rio-grandenses: Acari, Jardim, Caicó e Serra Negra. Na opinião de Moreira Pinto facil é fazer a demarcação regular entre estes Estados, devendo, na sua opinião, ficar com o Rio Grande do Norte a povoação dos Marcos, que, segundo Vital de Oliveira, fica á margem direita do Guajú. »

Termina o mesmo auctor preconizando o accôrdo directo entre os dois Estados interessados, resalvando-se, quanto possivel, a jurisdicção actual dos nucleos de população, além

da adopção maxima dos accidentes naturaes para linhas fronteiriças.

A questão de limites interestaduaes, em que se acham envolvidos varios Estados da Federação, suscitando polemicas e controversias irritantes, além de gerar não poucos tropeços e males decorrentes da incerteza das fronteiras, levou o presidente da Republica, dr. Epitacio Pessôa, a procurar uma medida que sanasse o conflicto. Em seu nome convocou o dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, ministro da Justiça e Negocios Interiores, a *Conferencia de Limites Interestaduaes*, no Rio de Janeiro, a qual se reuniu de 1 de Junho a 14 de Julho de 1920. Foram de todo beneficos os seus resultados e, no tocante á Parahiba, eis o que ficou accordado:

PARAHIBA E RIO GRANDE DO NORTE—Representante do primeiro: dr. Manuel Tavares Cavalcanti.— Representante do segundo: senador Eloy de Sousa.

Ajustaram o seguinte:

« I. O accôrdo celebrado entre os dois referidos Estados nas reuniões preliminares do 6º Congresso de Geographia e assignado nesta cidade em 28 de Agosto de 1919 será executado mediante estes additamentos.

II. A linha de limites partirá da foz do Rio Guajú, no oceano, conforme a demarcação entre as freguezias de Villa Flor e Mamanguape.

III. A demarcação obedecerá, em toda a extensão ainda não demarcada, ás leis que fixaram os limites das antigas provincias, e, na ausencia de leis, será, então, orientada pelos accidentes geographicos de maior relevo.

IV. As divergencias suscitadas por motivo de interpretação do alvará de 18 de Março de 1818 e do decreto de 25 de Outubro de 1831 ficam resolvidas pela lei n. 16, de 18 de Março de 1835, votada pela Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, approvando a creação da Villa do Acari e os limites do seu municipio.

V. Os trabalhos technicos da demarcação terão inicio dentro de seis mezes após a assignatura deste accôrdo e serão presididos por um engenheiro designado pelo Governo Federal com a assistencia de um delegado de cada um dos Estados accordantes.

VI. Os dois governos resolverão por accôrdo directo as divergencias que occorrerem entre os delegados, caso não possa dirimi-las o representante do Governo Federal, e regularão entre si o policiamento, administração da justiça e arrecadação das rendas, acautelando os interesses reciprocos e os das populações fronteiriças.

VII. O presente accôrdo, e o que precedeu, serão submettidos á ratificação do Poder Legislativo dos dois Estados nas suas primeiras reuniões e á approvação do Congresso Nacional ».

PARAHIBA — PERNAMBUCO — Teor do accôrdo:

« Os Estados de Pernambuco e Parahiba representados na Conferencia de Limites reunida no Rio de Janeiro em 1 de Junho de 1920, o primeiro pelo dr. José Gonçalves Maia e o segundo pelo dr. Manuel Tavares Cavalcanti, competentemente auctorizados, ajustam entre si o seguinte:

I. Os dois Estados reconhecem como seus limites a linha seguinte: partindo da foz do Rio Goiana, no Oceano Atlantico, e seguindo pelo mencionado rio até o logar onde recebe o seu affluente, o Rio Pitanga, que serve de limite até ás suas origens, nas proximidades do logar denominado Cruz das Almas (antigo marco entre as duas provincias), e dahi por deante pela estrada que, vinda de Taquara, se dirige para o Sul, passando em Dois Rios, Feira Velha e entre a cidade pernambucana de Itambé e a villa parahibana de Pedras de Fogo, até ao logar Marcação (onde existe tambem um marco divisorio), proseguindo-se na direcção das cordilheiras de Cariris Velhos e Umburanas, pelo dorso das mesmas e seguindo o criterio adoptado da divisão das aguas, até encontrar os limites com o Estado do Ceará.

II. Quando alguma habitação, ou nucleo de habitações, incidir sobre a linha divisoria, ficará debaixo da jurisdicção administrativa do Estado em cujo territorio ficar localizada a parte anterior do respectivo predio.

III. Se o predio for orientado de modo que dê a frente para o territorio de ambos os Estados, ficando localizada a sua parte anterior em ambos os Estados, os habitantes ou proprietarios não se poderão eximir das obrigações para com as auctoridades de qualquer delles, sob pretexto de que residem no outro Estado.

IV. O Governo Federal mandará, por sua conta, demarcar os limites no menor prazo e com assistencia dos representantes indicados pelos governos dos dois Estados.

V. Os dois governos estaduaes regularão entre si o policiamento, administração da justiça e a arrecadação das rendas, acautelando os interesses respectivos e os dos habitantes dos logares situados em territorio commum aos dois Estados.

VI. O presente accôrdo é feito *ad referendum* dos respectivos Congressos dos dois Estados, nos termos do art. 4º da Constituição Federal. »

LITTORAL — Por cerca de cento e cincoenta kilometros se extende o littoral parahibano na direcção geral de Suóste, sem recortes de vulto ou accidentes notaveis do modelado, exceptuando *o estuario do Rio Parahiba do Norte*, que lhe interrompe a monotonia.

A partir deste até ás raias de Pernambuco inflexiona-se a costa mais para o Sul, margeada a uma distancia média de 1.500 m. por um cordão de recifes pertencentes á extensa barreira desta natureza, que se manifesta na altura de Guarapari no Espirito Santo e se prolonga até á foz do Amazonas. De pequena espessura e com a largura de 4 m. na média, é cortada a espaços por "entradas", as *barretas*, por onde entram e sahem os barcos e jangadas, que procuram ou vêm do mar alto. A natureza previdente fez desses recifes verdadeiro quebra-mar protector do littoral contra os assaltos continuos e solapadores dos vagalhões impellidos pelos ventos de Léste.

Começa a costa na foz do *Rio Guajú*, apresentando um pouco mais a Sul, como primeira reentrancia, a foz do *Camaratuba*, segaindo-se logo depois a ponta de egual nome, onde existe um oiteiro bem visivel. Mais abaixo se abre uma curva concava de perto de 11 km. de extensão, a *Bahia da Traição* ou de *Acajutibiró*, em vernaculo "agua abundante de cajús". Duas pequenas ilhas demoram ahi como anteparos do porto, offerecendo tres boccas, das quaes é mais importante a septentrional, com 3 km. de largura e 12 m. de fundo. Foi esta bahia frequentada desde os tempos mais remotos de nossa Historia pelos Europeus, fossem portuguezes, francezes ou hollandezes. Ahi fundearam e procuraram firmar-se Christovam Jacques, os ousados marinheiros de Honfleur e Dieppe e os batavos do atrevido Hendrikzoon.

Continúa a costa sempre baixa sob a fórma de estreita lingua de medões e dunas, debil cordão a separar a *laguna* de Acajutibiró do oceano. Duas leguas mais ao Sul fica a barra do *Mamanguape* entre duas pontas de areia. Na do Norte, por nome *Coqueirinhos*, fica o povoado de egual appellidação. Ao terminar essa região de natureza pantanosa, surgem as barreiras do *Rio Miriri*, de um vermelho accentuado. Foi outr'ora essa corrente navegavel por barcaças até 10 km. acima da foz; hoje, porém, a obstrucção desta por depositos de areias e detritos vegetaes vedam o seu accesso. Para o Sul se desdobra a populosa praia de *Lucena* e, finalmente, entre a ponta desse nome e a de *Maltos* ou da *Baleia* se abre o estuario do *Parahiba do Norte*.

E' elle fechado, notadamente a Sul, por um recife, que dá entrada ás embarcações, mas a presença ahi desse obstaculo concorre para a formação de bancos de areia em geral submersos. Na baixamar accusa a barra 5 m., tornando-se necessaria a dragagem para evitar que com o tempo ahi se accumulem as areias movediças em quantidade capaz de obstruir a entrada. A vegetação, que ahi era outr'ora luxuriante, está hoje bem diminuida; apenas se encontram massarandubeiras, cajueiros e os famosos coqueiros do *Cabedello*.

A além do estuario demoram a foz do pequeno *Rio Jaguaribe* e a *Bahia de Tambahú*, formada pela saliencia do Cabo Branco. Offerece ella um ancoradoiro de 8 a 10 m. com fundo de areia, seguro por estar abrigado pelo recife que ahi corre a uma milha da praia. Como faz observar o almirante francez Mouchez, a pequena distancia que vai de Tambahú á capital, cerca de 4 milhas, influe egualmente para que de futuro venha a ser o porto oceanico do Estado, sem os inconvenientes de um porto fluvial de barra difficil e de tendencia instavel.

O *Cabo Branco*, de uns 30 m. de elevação, é segundo Joffily formado por uma especie de calcareo macio, assentando sobre rocha muito dura, ao nivel do mar, descoberta nas marés baixas em grande distancia. A secção da costa, do Cabo para o Sul, em uma extensão de 8 a 10 leguas, é na opinião do mesmo Mouchez a parte mais oriental do Brasil e da America do Sul. Apresenta collinas da natureza do Cabo Branco, terminadas do lado voltado para o mar por "barreiras" de côr vermelha, que se aviva quando illuminadas pelo sol poente.

Vêm em seguida a linda *Praia da Penha*, as barras dos rios *Piratiba* e *Gramame*, o *Porto de S. João de Jacuman*, a foz do *Grugi*, com as suas salinas, a *Praia de Tambaba*, bem conhecida pela constante agitação de seu mar, as embocaduras do *Grahú*, do *Bucatú* e do *Apiahi*. Este ultimo serviu outr'ora de limites á Parahiba quando foi esta separada da Capitania de Itamaracá. Mais a Sul se abre a enseada de *Pitimbú*, antigamente *Porto Francez*, corruptela da expressão *Porto do Francez* ou talvez mesmo "Francezes"; a *Ponta de Coqueiros* ou *Taquara* e por fim a de *Guajirú* ou *Pontinha*, na margem septentrional do *Rio Goiana*, fronteira do Estado da Parahiba com o vizinho Pernambuco.

Ilhas não as tem a Parahiba que mereçam menção especial. Além dos dois ilheus, que fecham a Bahia da Traição, existem algumas ilhas de natureza arenosa no estuario do Parahiba, como a da *Restinga*, a *Stuart*, etc.

II

Orographia

Occupando o centro do Estado e nelle se extendendo na direcção de Sudoéste para Nordéste, fica a *Chapada da Borborema*, a qual como as demais congeneres e outras serras do Nordéste fazem parte do Massiço Brasileiro.

E' a Borborema verdadeiro planalto, de uma elevação média de 500 m. e com a extensão approximada de 45 leguas. Formam a sua escarpa oriental voltada para o mar as serras de: *Cupaóba* ou da *Raiz*, *Grande*, da *Beatriz*, do *Surrão* e do *Bodocongó*. Nas raias de Pernambuco, portanto a Sul, limitam o chapadão as serras de: *Cariris Velhos*, das *Moças*, *Jacararú* e da *Baixa-Verde*. Pelo lado de Oéste, constituindo o rebordo opposto, sempre na direcção Sudoéste-Nordéste, correm as serranias de *Jabetacá*, do *Teixeira*, das *Espinharas* e da *Carneira*.

No planalto correm serras, que estabelecem, por um lado, o *divortium* das aguas da bacia do Parahiba do Norte das pertencentes aos rios *Curimatahú* e *Mamanguape* e por outro traçam as divisoras dos affluentes daquelle. São ellas as do: *Cuité*, do *Fagundes*, de *Caturité*, de *Carnoió*, *Bodopitá*, dos *Canudos*, *Branca* ou *Matinoré*, *Mogiqui*, da *Cascavel*, para sómente citar as principaes.

Da Serra do Teixeira se destaca uma série de montanhas, baixas em sua maioria, com rumo para o Ceará. Sobresahem entre ellas as do *Mellado*, do *Jabre*, de *Santa Catharina* e do *Vital*. A mais importante na opinião do engenheiro Sopper é a penultima, que attinge a altitude approximada de 650 m. Entretanto Joffily se inclina a attribuir ao Pico do Jabre, na serra de egual nome, a maior elevação da Parahiba. Diz elle:

« De cima da Serra do Teixeira, no logar Tendó, onde estivemos, a majestosa montanha apresentou-nos o aspecto do Itatiaia. Não queremos dizer com isto que a sua altura sobre o nivel do mar seja egual ou muito approximadamente á da montanha mineira; referimo-nos á sua configuração ou aspecto geral. »

E accrescenta: "O Jabre nunca foi medido" (1).

Outro pico notavel é o de *Caturité*, não longe do Rio Bodocongó e a 8 leguas da Cidade de Campina Grande. Tem a fórma de cupula, provavelmente pela existencia ahi de um revestimento de arenito. Do alto se descortina vastissimo horizonte para Norte, Oéste e Sul.

(1) Coriolano de Medeiros dá-lhe 800 a 900 m. e adeanta que a "colossal rocha de granito", de difficil accesso, só é bem visivel dia alto em virtude da nevoa cerrada que a envolve pela manhan.

Outro monte digno de referencia é o *Pico*, de fórma analoga ao Pão de Assucar, a tão conhecida penha que guarda a entrada da Bahia da Guanabara, mas segundo o mesmo Joffily de proporções maiores. Fica na Serra das Espinharas.

Além do valle do Piranhas e seus affluentes e formando a escarpa oriental de outro chapadão que se extende pelo Ceará, existem outras serranias, como a do *Commissario* e mais a Norte e Nordéste as de *S. Miguel, Luiz Gomes, do Padre*, que jazem nos limites dos tres Estados da Parahiba, do Ceará e do Rio Grande do Norte; mais a Léste se desdobram a *Furada*, a do *Patú* e a *Negra*: as duas ultimas penetram no territorio norte-rio-grandense.

Nas suas — *Notas sobre a Parahiba*, — tão curiosas quão instructivas, falla Joffily do phenomeno observado na fralda occidental da Borborema, na *Serra da Bocaina*:

> « E' esta formada por immensa rocha granitica que se extende por leguas e em toda a sua extensão a montanha tem o cimo dividido em duas partes, poucos metros separadas uma da outra. O córte apresenta admiravel regularidade em toda a sua extensão, descendo a parede a uma grande profundidade e em linha perfeitamente vertical. »

Para o distincto parahibano esta fenda, bem como outros caldeirões alli existentes, resultou da acção do fogo central. Pedimos venia para discordar, aventando outro factor como causa productora do phenomeno. Parece-nos que não seria descabido attribuir a fenda a um movimento tellurico, provocado por um accidente tectonico e não pelos agentes plutonicos, notadamente em terreno constituido por elementos crystallinos. E' provavel que existam na base interna da serra cavidades enormes, soluções de continuidade, onde talvez haja um lençol de agua subterraneo. A' presença deste e á acção de outros factores locaes ainda não estudados, talvez se possam attribuir os fortes estrondos e accentuados rumores, que alli se fazem ouvir periodicamente. merce detido exame a observação referida por Joffily e relativa ao phenomeno, observação que repetimos aqui porque illustra a nossa hypothese. Eil-a: sendo periodicos os estrondos, no anno em que não se ouvem, ha mau inverno, isto é, ausencia de chuvas.

III

Potamographia

Facil é determinar; pela disposição que offerecem as serranias e chapadões da Parahiba, quaes as vertentes por que se dividem os rios. São ellas em numero de duas:

A do Norte, que comprehende o Oéste do Estado.

A Directa ou do Atlantico, orientada para Léste, sem duvida a mais importante.

Esta por sua vez se subdivide em:

a) Bacia do Parahiba do Norte.

b) Bacias dos rios da vertente directa e do Norte.

Antes de entrarmos na descripção de cada um desses sectores da hydrographia parahibana, será, parece-nos, de subida importancia fazer algumas considerações attinentes ao assumpto, mas de ordem geral.

Como acontece com os rios dos outros sectores do Nordéste, nenhum curso d'agua da Parahiba póde-se considerar perenne. Varias são as causas do phenomeno e de todas quatro devem ser apontadas como principaes: o regime das chuvas, a natureza geologica do leito, a seccura do clima quente e o declive pronunciado do *thalweg*.

Não ha propriamente regularidade na queda das chuvas; cahem as bategas pesadas e ininterruptas durante dias e de fórma torrencial, para depois cessarem quasi subitamente. Por alguns dias chuvosos contam-se semanas a fio sem uma gotta d'agua. Além disso a sua distribuição é irregularissima, mas é possivel estabelecer de um modo geral que a região do sertão é desherdada a este respeito, quando comparada á zona littoranea.

Voltemos, porém, aos rios. Em um dado momento, portanto, as torrentes d'agua da chuva diluviana correm todas para os valles; cresce o volume das caudaes de modo assustador e o debito tambem augmenta. Entretanto, egualmente rapida é a diminuição, porque as aguas recolhidas escorrem fugidias. Tem responsabilidade maior na producção do phenomeno a natureza impermeavel do leito dos rios. Sendo em geral crystallinas as rochas componentes, e o declive, mostrando-se pronunciado, o deslisar das aguas se accentúa e a infiltração escassissima impede a constituição de reservatorios naturaes, que continuassem a alimentar a corrente depois de cessadas as chuvas.

A evaporação, que não é pequena, completa ou antes corôa essa conspiração da natureza contra a permanencia d'agua e dahi as modificações bruscas, brutaes, que um rio offerece não em dias, mas ás vezes em horas, de modo que permittem que os respectivos leitos se transformem em "*rios seccos*" ao cabo de algumas semanas.

Já nos logares onde haja uma camada de arenito, por conseguinte de um elemento poroso, existem maiores probabilidades de se constituira ahi possiveis reservas para relativa estabilidade do volume dos cursos d'agua. Não ó, pois, de admirar que os rios parahibanos tenham debito irregularissimo e se mostrem improprios á navegação.

a) Bacia do Parahiba do Norte — (Palavra tupi com a significação de *rio mau, impraticavel*, segundo alguns; segundo outros, *rio caudaloso, braço de mar*; talvez seja esta interpretação a melhor).

E' este rio a caracteristica hydrographica do Estado, não só pela amplidão de sua bacia, cuja área corresponde approximadamente a $^1/_3$ do territorio parahibano, mas tambem por estar contida exclusivamente nelle. Tem o seu curso a extensão de 80 leguas, cerca de quinhentos kilometros. A sua bacia apresenta maior desenvolvimento na parte mediana e superior, onde justamente mais se desenvolvem os tributarios da arteria central. Desses são de maior importancia os que acodem pela margem esquerda.

Pelos $^3/_4$ de seu curso pertence o Parahiba do Norte á categoria das caudaes de planalto, mas pelo outro quarto, que corresponde ao trecho inferior, é elle rio de planicie. Este facto, reunido ao declive forte do leito e ao regime irregularissimo das chuvas, concorre de modo decisivo para tornar o Parahiba improprio á navegação.

Nasce na Serra de Jabitacá com o nome de *Rio do Meio*, por correr entre dois outros, o *da Serra* (á direita) e o *Sucurú* (á esquerda), sensivelmente eguaes a elle no volume d'agua, se bem que na extensão os exceda de 10 km.; depois da reunião dos tres é que a caudal resultante toma o nome de Parahiba. Ao chegar á Serra de Carnoió vence-a o rio por um largo desfiladeiro, perto da povoação que desse accidente physico derivou o nome — Boqueirão. A tendencia do Parahiba é rumar para Nordéste; entretanto as duas pregas das serras do Caturité e de Bodocongó impellem a caudal para Suéste ao comprimi-la de encontro á Serra dos Cariris-Velhos, acima da Villa do Umbuzeiro, de onde volta á primitiva direcção de ENE, de que não se afasta até ao mar. Neste trecho muito se approxima o rio de Pernambuco, principalmente no sector comprehendido entre Umbuzeiro e Itabaiana.

Logo abaixo de Santa Rita começa o Parahiba a alargar, desenhando-se o estuario a 20 km. do oceano e até onde se faz sentir a maré. Pequenas embarcações podem subi-lo até Pilar, mas os navios do Lloyd e outros de egual tonelagem não sobem além de *Cabedello*, que é o porto da capital.

Da foz para a nascente atravessa o rio as seguintes villas e povoações: *Santa Rita, Batalha, Espirito-Santo, Itaipú, Pilar, Itabaiana, Guarita, Salgado, Dois Riachos, Guapaba, Natuba, Bodocongó, Carahubas, Sant'Anna do Congo e Monteiro.*

São affluentes do Parahiba, pela margem esquerda, o *S. Miguel*, o *Taperoá*, o *Bodocongó*, o *Parahibinha*, o *Cainararé*, o *Ingá*, o *Gurinhen* e o *Gargahú*, este na secção do estuario.

Pela direita não os ha de importancia; apenas merecem menção os ribeiros de *Santo Antonio, Natuba e Guapaba*, notorios pela perennidade, e *Una, Tibiri e Sanhauá*. Este ultimo póde ser considerado até como independente, reunindo suas aguas ás do Parahiba em um escoadoiro commum.

De todos esses, porém, o mais notavel é o *Taperoá*, cujas origens demoram na Serra do Teixeira. Drena a caudal todas as aguas da zona central da Borborema (rios *Matinoré*, pela direita, *Mucuitú* e *Santa Rosa*, pela esquerda). O seu curso é de perto de 30 leguas, vindo defluir no Parahiba cerca de 6 km. abaixo de Cabeceiras.

> « No inverno, diz Coriolano de Medeiros, tem consideravel volume de aguas o Parahiba, mas no verão apresenta ao sol a areia branca do seu leito, onde permanecem, a distancia, alguns poços. Na epocha das chuvas, porém, especialmente na varzea, chega a abrir o campo numa largura de 5 km., causando estragos consideraveis no plantio da canna de assucar, embora fertilize a terra. Dura a inundação, em casos extraordinarios, de 3 a 15 dias e muitas vezes a *cheia* não se prolonga por mais de mez. E' muito raro não dar vau depois do terceiro dia da enchente. O leito tem profundidade e largura variaveis. »

b) Bacias dos rios da vertente directa— *O Mamanguape* (palavra indigena que significa: o Rio do Bebedoiro). Nasce no Municipio da Campina Grande da Lagôa Salgada e vence a escarpa da Borborema por uma serie de grotas estreitas e profundas, entrando na zona da planicie. A sua direcção geral é de Sudoéste para Nordéste, alargando bastante ao approximar-se da foz, cerca de 20 km. do mar. E' ampla a barra, mas infelizmente obstruida por bancos de areia, do que resulta profundidade accentuadamente irregular de 2 a 3 braças e bruscamente de 11 e 12. Tem o Mamanguape um curso de 150 km. approximadamente, dos quaes cerca de trinta do curso inferior são navegaveis por pequenos barcos. Seus principaes affluentes entram pela margem sequerda, são elles: o Araçagi, cuja origem é commum com a delle, o Uruçú e o Mundahú. Manda-lhe suas aguas a *Lagôa de Acajutibiró* pelos furos de Grupiúna e Jacaré. Recebe pela direita o Zumbi. Todos esses rios descem da Chapada da Borborema. Banha o Mamanguape, entre cidades e villas, as de *Mamanguape, S. João, Araçagi, Mulungú* e *Alagôa Grande do Pau.*

O Guajú — (termo indigena, que corresponde a *Rio do Veado*). E' elle tambem chamado *S. Marcos*. E' de dimensões modestas, com perto de 50 km., obedecendo á direcção de Oéste — Léste, servindo de limite do Estado com o Rio Grande do Norte. Desce tambem da Borborema.

O Camaratuba — (rio abundante em camará, *apud* C. de Medeiros) — Nasce na Serra da Raiz e tem um curso de 90 km. approximadamente, com curvas apreciaveis e na direcção de Léste, da qual passa para a de Suéste. Fica em sua barra a ponta do mesmo nome, grande oiteiro formando barreiras de côres variadas. Desagua a Norte da Bahia da Traição.

O Curimatahú — (*Rio dos Curimatahús* "peixe terro") — Tem suas origens na Comarca de Campina Grande, no prolongamento meridional da Serra do Cuité. A principio tem o curso orientado para NNE até ás raias do Rio Grande do Norte, onde desenha a curva que o vai lançar para Léste até ao mar. Desagua, portanto, em aguas norte-rio-grandenses, depois de percorridos 250 km., dos quaes mais de um terço em territorio parahibano.

Como os demais rios dessa zona, ao chegar ao oceano tende a alargar o Curimatahú formando o Porto de Cunhahú. E' o seu leito pedregoso e accidentado, atravessando região secca que traz o seu nome e onde só vicejam cardos e cactaceas, mas ainda assim propria para creação de gado. Seus affluentes, que são poucos, consistem na Parahiba em ribeiros e riachos, especialmente pela direita, pelo facto de correr o Curimatahú muito cosido á serra, que lhe fica á esquerda.

Os outros cursos d'agua da Vertente Directa são de pequeno ou insignificante desenvolvimento. Mencionaremos comtudo o *Miriri*, com 30 km. de curso, outr'ora navegado por barcaças, hoje com a foz fechada por depositos vegetaes, corôas e bancos de areia. Fica entre o Mamanguape e o Parahiba. A Sul deste desembocca o *Gramame* com um curso de perto de 13 leguas.

Tem elle volume de agua apreciavel e da barra para o interior é navegavel por pequenos barcos em uma extensão de 6 milhas. Dahi, para deante, espraia assumindo caracter semilacustre, completamente obstruido por abundante vegetação aquatica. Finalmente *o Apiahi* que efflue de extensa lagôa pantanosa. Tem um curso de approximadamente 50 km. na direcção de Oéste — Léste e da barra para o monte podem subi-lo barcaças por perto de 20 km. Bancos de areia e a constante arrebentação do mar difficultam a passagem da barra. Tem algum volume d'agua e conta alguns riachos affluentes, como o Jacaré, Pacas, Jundiahi e Sumaúma pela margem esquerda e Camatahúba, Camaraci e Acapé pela direita.

No estuario do Parahiba deixámos dicto que desaguava um pequeno rio, o *Sanhauá*. Resulta da reunião de varios ribeiros, *o Meio, das Marés*, etc. Fica em sua ribanceira direita a capital do Estado. E' navegavel por pequenas embarcações na distancia de 5 km.

VERTENTE DO NORTE — Comprehende a bacia *do Piranhas* (de *pirãe, o que corta a pelle*, peixe voraz) e de seus tributarios, abrangendo área bem extensa.

Nasce, segundo Joffily, o Rio Piranhas na serrania que separa o Parahiba do Ceará, continuação para o Noroéste da Cadeia do Bongá. Atravessa o Estado na direcção geral de Sudoéste para Nordéste, descrevendo algumas sinuosidades, até á foz, extendendo-se o seu curso por 400 km., dos quaes metade em terras parahibanas. Sob o ponto de vista do volume das aguas é o Piranhas mais importante que o Parahiba, ao qual já excede ao atravessar Pombal, depois de ter recebido o tributo que lhe traz o Peixe.

No Rio Grande do Norte, onde banha as cidades de Macau e Assú, é elle navegavel por embarcações de tonelagem regular até a segunda. O seu principal affluente é o *Piancó*, que talvez até possa ser considerado como o elemento principal do systema Piancó-Piranhas, pela triplice razão de ser mais extenso do que este ultimo, ter maior volume d'agua e continuar a linha-eixo do Assú. Nasce o Piancó com o nome de *Rio Grande* na fralda oriental da Serra do Bongá, recebendo depois a appellidação, por que é conhecido. Descreve, pouco depois de se afastar da serra, pronunciada curva, pelo que abandona o rumo de Nordéste para seguir o de Norte, até confundir suas aguas com as do Piranhas, pouco além de Pombal. São seus tributarios, além de outros o Gravatá e o Genipapo.

Correm para o Piranhas o Rio do Peixe (margem esquerda), o Espinharas e o Seridó, estes pela direita, por onde acodem os de maior importancia. *O Peixe* desce da Serra da Areia e atravessa varzeas cobertas de carnaúbaes; o seu rumo é de Suéste e depois de 20 leguas alcança a arteria principal. *O Espinharas*, com 100 km. de curso, nasce na Serra da Viração, contraforte da do Teixeira, obedecendo ao rumo de NNO. Atravessa a Parahiba, onde banha a Villa de Patos, e o Rio Grande do Norte, onde atravessa a da Serra Negra, até alcançar o Piranhas.

O Seridó effue da Lagôa de Quixerê, a Sul da Serra da Carneira, contravertendo por conseguinte com o Taperoá, com aguas da bacia do Parahiba. Parece ter o nome de Sabogi no seu trecho superior, logo ao sahir da lagôa. Corre a principio para Nordéste, mas inverte logo após e completamente o curso, rumando depois para Noroéste, mas já em territorio norte-rio-grandense, até alcançar o Piranhas.

E' a partir dahi que este toma o nome de *Assú*, que conserva até á foz.

Recebe o Seridó varios tributarios na Parahiba. São elles: o Quinturaré, o Acauan e o Cupauá. Apresenta elle phenomeno curioso produzido pela erosão multi-secular das aguas, que tambem é observado em outros rios do Estado. E' o *boqueirão*, vasta solução de continuidade, formada pelos rios nas serras que atravessam. O *do Seridó* fica hoje em territorio norte-rio-grandense que já pertenceu á Parahiba. O córte feito pelo rio, diz Joffily, é quasi vertical, de modo que interrompeu completamente as communicações por occasião das cheias.

Outro boqueirão notavel é o *do Parahiba* na Serra de Carnoió, perto da Villa do Boqueirão. O engenheiro suisso Baudmann acredita que com uma barragem de 12 m. de altura poderá ser o boqueirão transformado em enorme reservatorio. Tambem abriram boqueirões o Curimatahú (o do *Cabeçudo*), o Piancó (o da *Mãe d'Agua*) e o Piranhas (o de *S. José* na Serra de Santa Catharina).

IV

Clima

A zona do *Nordéste*, a que pertence a Parahiba, é a região "secca" do Brasil. Ainda não é possivel estabelecer, com a precisão desejada, quaes as causas determinantes do phenomeno, mas não será erro dizer que o *meio physico*, notadamente o chapadão central, e, em segundo plano, o *regime dos ventos* e a *precipitação das chuvas*, podem ser apontadas como os factores responsaveis do clima reinante naquelle sector do territorio nacional.

Segundo os estudos feitos por Löefgren, a influencia dos ventos sobre a vegetação é alli bem patente; a violencia com que sopra se desdobra em uma acção physica e mechanica, de que resulta a seccura do meio physico e o estiolamento das plantas.

Activam as correntes de ar a evaporação do sólo; por conseguinte, diminuem a humidade e prejudicam a vegetação, assim attingida em suas condições vitaes. A existencia, no chapadão principalmente, de elementos arenosos e friaveis em superficie denudada facilita, com o soprar do vento, a formação de ondas de areia que vão esterilizar, como observa com sagacidade Delgado de Carvalho, certas faixas de terreno, ao mesmo tempo que, pela mesma acção, resulta ficarem outras despidas da magra camada de terra aravel alli existente, apparecendo após a rocha núa, directamente exposta aos raios abrazadores do sol.

Na faixa oriental do Estado sopram de preferencia os ventos de Nordéste, Léste, Suéste, ao passo que no interior são dominantes os do quadrante de Nordéste, em geral com maior intensidade durante a noite. No *Relatorio* da Inspectoria de Obras contra as Seccas de 1913, verifica-se, pelas observações do *Horto Florestal* de Quixadá, o que acima ficou dicto: a média annual da velocidade do vento pela manhan (7 h. a. m.) é de 3,8 m. por segundo; á tarde (14 horas) é de 5 m. e á noite (21 horas) é de 6,5 m. Do exposto deduz-se que o vento pela manhan é fraco, durante o dia moderado, refrescando á noite. Estas observações colhidas no Ceará applicam-se de modo geral á Parahiba.

Já tivemos ensejo de fazer algumas referencias ás chuvas, ainda não muito bem estudadas, especialmente sob o ponto de vista regional. Depois de colhidas centenas de observações feitas com certo rigor e distribuidas por um lapso de tempo assaz longo, é que se poderá estabelecer com relativa segurança o regime das chuvas e a distribuição das quédas d'agua, com a sua repercussão sobre o clima.

Todavia já se torna possivel determinar os delineamentos principaes que caracterizam, sob o ponto de vista das precipitações atmosphericas, a zona do Nordéste, portanto, a Parahiba, que é della parte integrante. De fraca precipitação em geral, ainda esta diminue na direcção Léste—Oéste, do littoral para o sertão. Na zona proxima ao mar, a quantidade d'agua da chuva annual é de 1 m., apoucando-se progressivamente para Oéste. Assim no Alto Sertão recebe a terra menos de 400 mm. de chuva por anno. Habitualmente cahem ahi as chuvas de Dezembro a Abril, mas succede, ás vezes, que só se iniciam em Fevereiro.

E' natural a existencia de certa correlação entre o regime das chuvas e a vegetação. Löefgren em suas *Contribuições para a questão florestal da Região do Nordéste do Brasil* estabelece que ha permanencia da flora em todos os sitios

em que a média annual das chuvas excede de 600 mm. e a humidade relativa se conserva acima de 70 %. E' o caso da *zona do littoral* e de muitos pontos dos *brejos*. Nas zonas, cuja média annual de precipitação é inferior a 600 mm., onde a humidade relativa desce abaixo de 70 %, a vegetação é tropophyta, comprehendendo plantas *permanentes*, que se adaptam ás condições climaticas por mais extremadas que sejam (humidade excessiva seguida de seccura prolongada), e plantas *periodicas*, que só medram em funcção da humidade atmospherica e terrestre. E' o caso da catinga.

Pertence o clima do Nordéste, por conseguinte o da Parahiba, ao typo *semi-arido*, creado por Delgado de Carvalho e resultante de ligeira modificação feita á classificação de Henrique Morize. Nelle exerce influencia não pequena o regime das chuvas, como assignala Arrojado Lisboa, observando que a temperatura média se avizinha de 25° ou 26° C, com oscillações fracas, que não permittem a differenciação das estações.

No sertão a pobreza da vegetação concorre para que a média thermometrica exceda por vezes a da Amazonia, mas a ausencia de humidade torna mais supportavel a elevação da temperatura

E' fraca a humidade relativa e a pressão barometrica se apresenta relativamente regular, sem grandes oscillações. Phenomeno curioso é o da evaporação quasi identica para os annos chuvosos como para os seccos. Seria natural que tratassemos aqui do phenomeno das "seccas", mas cabe-lhe papel tão proeminente na vida do Estado, que nos pareceu preferivel estuda-lo separadamente.

Em seu trabalho — *Météorologie du Brésil* — Carlos Delgado de Carvalho, esboçando o clima do Nordéste, declara que o estudo do clima do littoral Norte oriental poderá ser ajuizado pelo do sector-Recife. Parece-nos que andou bem o auctor, não havendo inconveniente em se lhe incorporar a costa parahibana.

Pela quasi identidade das observações colhidas, sob o ponto de vista da *pressão atmospherica*, é pequena a differença entre as cidades de Pernambuco e Parahiba. A média barometrica no Recife é de 759,6 mm. e a da capital da Parahiba é de 759,3 mm. Quanto á *temperatura* basta comparar as médias de *Fortaleza*, *Natal*, *Parahiba*, *Recife*, *Maceió* e *Aracajú* para verificar que as differenças entre ellas são insignificantes:

Fortaleza	25°,9
Natal	26°,5
Parahiba	26°,8
Recife	26°,6
Maceió	25°,3
Aracajú	26°,3

Sendo a média deste sector da zona littoral eguai a 26°,2 observa-se que foi na Parahiba que a média local mais subiu.

Com a elevação do terreno a temperatura média é geralmente baixa. Inspirando-nos em as interessantes observações de Delgado de Carvalho (*opusc.* cit.), tomaremos a temperatura média annual de duas localidades sertanejas do planalto, uma parahibana, *Campina Grande*, outra pernambucana, *Pesqueira*. A primeira demora a 535 m. de altitude e a segunda a 725 m.; portanto mais elevada de 200 m., exactamente 190 m. As observações feitas referem-se ao anno de 1912.

	Altitude m.	Média annual
Campina Grande	525	19°,4
Pesqueira	725	22°,5

Embora mais elevada e em latitude mais alta, é mais quente Pesqueira que o centro parahibano que se lhe comparou, provavelmente por motivos de ordem physica local. Em todo o caso, o que se verifica para os dois nucleos do sertão é que ambos gosam de temperatura mais baixa que a do littoral, cuja differença é de 7°,4 para Campina Grande.

A média annual resultante de 10 annos de observações mostra que na Capital da Parahiba a temperatura oscilla entre 25°.7 (1894) e 27°.2 (1903-1904), seado as temperaturas absolutas de 35° e 17°.3. Apparecem as temperaturas maximas de Dezembro a Maio e as minimas em Julho e Agosto.

A humidade relativa média do littoral attinge a 74 %, sendo de 73.7 na Parahiba e de 74.4 no Recife.

A humidade absoluta é de 19 mm. e 19.7 mm. respectivamente.

Como em Pernambuco, a humidade absoluta na Parahiba chega ao seu maximo na estação chuvosa e a humidado relativa a alcança no inicio das precipitações, observando-se o seu minimo no fim. E', porém, ahi maior a evaporação de que em Pernambuco.

Pluviosidade

Embora reconheça a grande irregularidade da distribuição das chuvas na zona costeira do Nordéste, Delgado de Carvalho, soccorrendo-se dos trabalhos de Williams e de Roderic Crandall, assignala alli a existencia de uma faixa littoranea com tendencia ao alargamento, a partir de Ceará-Mirim para o Sul, e dilatando-se, accrescentamos, pela zona da Borborema e região dos Brejos. Além, no sertão, ficam os nucleos aridos e seccos de Pombal, Sousa e Cajazeiras.

Quanto á altura das precipitações das chuvas no sector, que consideramos, é ella maior no Recife do que na Parahiba. A primeira dessas cidades recebe, na media, por anno 1.934 mm. de agua e a segunda 1.328,8 mm.

Os mezes mais chuvosos no littoral são os de Maio, Junho, Julho e Agosto, observando-se o maximo geralmente em Junho.

Quadro das estações pluviometricas da Parahiba

SUL	CENTRO	OÊSTE	LÉSTE
Alagôa do Monteiro	Campina Grande	Catolé do Rocha	Guarabira.
S. João do Cariri	Ingá	Brejo da Cruz	Mamanguape.
Cabaceiras	Alagôa Grande	Pombal	Mulungú.
Conceição	Areia	Piancó	Espirito Santo.
Umbuzeiro	Serraria	Princeza	Santa Rita.
	Bananeiras	Conceição	Pilar.
	Araruna	Misericordia	Itabaiana.
	Picuhi	S. José de Piranhas	Parahiba.
	Soledade	Cajazeiras	
	Taperoá	Sousa	
	Santa Luzia	S. João do Rio do Peixe	
	Patos		
	Teixeira		

Mais difficil se torna determinar a pluviosidade do interior do Estado pela falta de dados fidedignos. Já existem mais de 40 estações pluviometricas disseminadas por toda a Parahiba, mas só se tornará possivel uma apreciação de conjuncto depois de um decennio de observações registadas com o necessario rigor, de modo que permitta esboço seguro do regime das chuvas, de que decorrerão melhor comprehensão do clima do Estado e tambem preciosos informes para solucionar o magno problema das seccas.

As Seccas—Medidas para a sua debellação

O historico desse phenomeno natural, que se transformou em verdadeira calamidade para a região do Nordéste do Brasil, com especialidade para o tracto de terras apertado entre Pernambuco e Piauhi, fornece-nos indicações para a melhor comprehensão das seccas, não sendo de desprezar os ensinamentos que encerra. Segundo opinião respeitavel, o mais antigo dos documentos historicos a respeito da secca assignala o anno de 1692 como tendo sido o primeiro em que os Portuguezes lhe verificaram os effeitos. Os indigenas do interior, os *Tapuias*, do documento, acudiram ás *ribeiras* em busca do gado, depredando e matando aos moradores.

No seculo seguinte succederam-se as seccas por periodos approximadamente de vinte annos, em 1725, 1745, 1777 e 1791. Este foi o da *secca grande*, que abrangeu tres annos: o de 1791 *com chuva mais do que escassa*, o de 1792 *sem ellas* e o de 1793 *com algumas bategas*. Foi grande a mortandade nos habitantes da Capitania da Parahiba, sendo dizimado o gado todo; imperou a desordem e seguiu-se-lhe a anarchia com todos os seus horrores, desde que se afrouxara, com a impetuosidade do flagello, o prestigio das auctoridades. No seculo passado repetiu-se o phenomeno terrivel, observando-se o mesmo rhythmo: 1825, 1845, 1877 foram annos de secca, notando-se que no ultimo foi a mais desastrosa de todas. Auxiliou-a nos estragos o modo manhoso e traiçoeiro por que se apresentou. Desde 1845 succedera um periodo de 32 annos de bons "invernos", especialmente o de 1875 fôra excellente, de maneira que illudiu o sertanejo, incutindo-lhe, com a attenuação em sua memoria dos horrores do flagello, a esperança do seu desapparecimento. Não houve, pois, o necessario e imperioso cuidado pela conservação e reparo dos açudes existentes, não se accudiu aos muitos arrombados pela violencia das aguas das enchentes anteriores.

Em 1877 foi o céo de bronze, prolongando-se a situação calamitosa até ao anno de 1879. Procurou acudir o Governo Central aos desgraçados sertanejos que, apesar de acossados pela fome tremenda, luctavam heroicamente contra a secca, exgottando-se em esforços inauditos para obter forragem e agua para o gado restante, que morria á mingua.

Desanimados, por fim abandonavam os lares deante da natureza madrasta e tambem para fugir aos desatinos e crimes hediondos de bandos de faccinoras, os celebres *cangaceiros*, que operavam nos sertões da Parahiba e do Ceará.

Milhares desses infelizes morreram á fome, outros, aos centenares, abandonaram a Parahiba em busca de terras menos inhospitas. Dirigiram-se uns para o Norte, para o Amazonas, ao passo que outros buscaram o Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A falta de vias de penetração, a ausencia de um plano immediato de auxilio methodico e racional aos retirantes, seguido de outro de caracter preventivo, nullificaram todos os esforços dispendidos pelo Governo Imperial. Em 1888, depois de oito annos de "invernos" regulares, irrompeu de novo a secca com a mesma dolorosa repetição das scenas tragicas do passado e da identica imprevidencia e desordem na assistencia aos flagellados por parte do Governo Central. A mudança de regime politico do paiz no anno immediato e o abrandamento dos males do Nordéste pelo apparecimento de algumas chuvas contribuiram para que mais uma vez fosse adiada a solução do problema. Em 1898 voltou a tremenda visitante e, desta data até 1909, muito soffreu a Parahiba com a irregularidade e insufficiencia dos "invernos".

Antes de proseguirmos seja-nos licito considerar por um momento o phenomeno da secca e determinar-lhe, na medida do possivel, as causas provaveis.

Pensam alguns que decorre o flagello do regime dos ventos ao passo que outros negam terminantemente a acção destes na sua producção e repetição. Joffily, por seu lado, julga que a natureza arida do sólo no chapadão central explica a ausencia de chuvas regulares e abundantes alli, pelo facto de ser escassa a vegetação naquelle logar emquanto no brejo, de mattas ainda viçosas, na catinga, de vegetação mais rareada, mas ainda assim existente, e na zona do littoral, onde perduram restos das florestas do descobrimento, é bem maior a precipitação das chuvas. Para comprovar a sua opinião observa o eminente parahibano que a Povoação de Pocinhos, outr'ora circumdada de vegetação pujante, viu, com as derrubadas desapiedadas, desapparecerem os altaneiros jatobás, pitiás e loiros que lhe encobriam os serrotes e lagedos que a rodeavam. Com a desnudação do sólo não só mudou de maneira radical o clima de Pocinhos como até nos invernos regulares conta com poucas chuvas.

E' pensar nosso que o phenomeno da secca sómente ficará elucidado quando se conhecer perfeitamente o regime das chuvas no Nordéste Brasileiro. Os ultimos observadores são accôrdes em attestar que as precipitações de chuva declinam em quantidade, do littoral para o sertão. Não ha entretanto regularidade nenhuma no tocante ao tempo e ás localidades em que cahe como tambem em relação á importancia das quédas d'agua. Estas por vezes se dão com violencia durante dias, após os quaes decorrem semanas a fio sem uma gotta de chuva. A falta de mattas no sertão, que funccionem como condensadores de humidade com a sua subsequente evaporação e a natureza rochosa e impermeavel de um sólo de declive pronunciado, concorrem para a ausencia de um lençol subterraneo de agua que equilibre a corrida immediata para o mar da enorme massa liquida precipitada sobre a terra, de uma assentada, por occasião dos fortes invernos.

A devastação insensata das florestas do littoral e do brejo, bem como das mattas menos densas da catinga accentuam ainda mais o phenomeno da secca mas não constituem, não representam a causa inicial, determinadora. O regime das chuvas em correlação com os ventos dominantes e a aridez natural do planalto parahibano, de todos os factores da secca talvez o de maior importancia, são, parecc-nos, os causadores determinantes do flagello ha seculos. Já deixamos dicto que fôra a secca observada em fins do seculo XVII; naquella epocha o córte das mattas ainda não assumira o caracter devastador que revestiu depois e entretanto a calamidade fez sentir os seus effeitos justamente *do interior para o littoral*. Não pretendemos de modo nenhum, com

essas despretenciosas considerações, explicar phenomeno sobremaneira complexo, que, para ser conjurado, e não vai nisso paradoxo, precisa unicamente de *agua*. Toda a difficuldade, no emtanto, está em obte-la e para isso não serão demasiados todos os esforços, toda a dedicação do engenheiro conjugada com a acção pertinaz e intelligente do agricultor, evitando as "roçadas" criminosas e, mais ainda, procurando reconstituir na medida de suas possibilidades as capoeiras e mattas que seus antepassados por ignorancia e desidia destruiram.

Medidas contra as seccas

Já em 1847 e 1848 o tenente-coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente da Provincia da Parahiba, resolvera, depois de auctorizado pelo Governo Imperial, mandar estudar as medidas e obras mais convenientes para ajuda aos sertanejos victimas do flagello da secca, tendo sido escolhido para desempenho da commissão o segundo-tenente de engenheiros Francisco Pereira da Silva. Percorreu o official durante os annos de 1847 e 1848 todo o sertão e nos dois *Relatorios*, que apresentou, foram por elle indicadas as varias providencias a tomar e suggeridas as obras necessarias de realização urgente, com especialidade açudes e cacimbas, além de caixas para recolher o liquido dos olhos d'agua onde fossem encontrados. Infelizmente, como pondera o engenheiro Raimundo Pereira da Silva, "esses *Relatorios* foram dormir nos archivos das secretarias e de quanto o esforçado engenheiro aconselhava nada se tornou realidade. Foram esses os primeiros estudos technicos feitos na zona".

Em 1889 o ultimo presidente da então Provincia da Parahiba, o dr. Francisco L. da Gama Rosa, confiou ao engenheiro-fiscal interino da Estrada de Ferro Conde d'Eu, Joaquim Nogueira Jaguaribe, o encargo de ir estudar no sertão e *in loco* a secca e ao mesmo tempo indicar os meios que reputasse capazes de debellar seus males. Percorreu este engenheiro o Municipio de Campina Grande, a zona dos Cariris Velhos e o valle do alto Piranhas. No seu *Relatorio*, entregue ao presidente provisorio do Estado da Parahiba, o tenente-coronel Honorato Ferreira Caldas, apresentava o seu modo de encarar o problema, insistindo sobretudo na construcção de açudes em varios logares por elle estudados. Nada fez o Governo Federal de modo directo nos annos que se seguiram; apenas auxiliou com dinheiro aos diversos Estados flagellados pela secca para que agissem como melhor entendessem. Foi por este regime que, de 1895 a 1904, se executaram algumas obras no Rio Grande do Norte e na Parahiba, resentindo-se ellas da falta de um plano de conjuncto delineado e fiscalizado na sua execução por technicos de competencia.

Concomitantemente o Governo Federal, no quadriennio Rodrigues Alves, resolvera superintender directamente a construcção de obras nos Estados flagellados e por portaria do dr. Lauro Severiano Müller, então ministro da Viação, foram creadas a *Commissão de Açudes e Irrigação*, com séde no Ceará, a *Commissão de Estudos e Obras contra os effeitos das Seccas* e a *Commissão de Perfuração de Poços*, ambas com séde no Rio Grande do Norte. Ficara de todo esquecida a Parahiba. Em 1906 fundiu o mesmo secretario de Estado Federal todas essas commissões em uma *Superintendencia de Estudos e Obras contra os effeitos das Seccas* (Maio de 1906) com alçada sobre o Piauhi e a Parahiba. Continuou a séde da Superintendencia no Ceará, mas engenheiros do serviço foram destacados para estudar a construcção de açudes e a abertura de poços no Rio Grande do Norte e na Parahiba. Em 1907 o dr. Miguel Calmon, então ministro, supprimiu a Superintendencia e por portaria de 16 de Setembro desse mesmo anno restaurava a "Commissão de Açudes e Irrigação" com instrucções novas.

De nenhum auxilio foi para a Parahiba a série de providencias do Governo Federal no periodo 1907-1909, pois o açude que tinha sido projectado não foi construido e cinco perfurações de poços iniciadas foram de caminho abandonadas.

Por decreto n. 7.619 de 21 de Outubro de 1909 creava o Governo Federal a *Inspectoria de Obras contra as Seccas*, a qual devia, com o correr do tempo, prestar serviços relevantes á zona flagellada pelo tremendo phenomeno.

Valendo-nos dos trabalhos do engenheiro Raimundo Pereira da Silva (*Estudos e trabalhos relativos aos Estados da Parahiba e do Rio Grande do Norte*), do dr. Aarão Reis (*Obras novas contra as Seccas* — relatorio, 1920), dos *Relatorios* officiaes da Inspectoria de Obras contra as Seccas sobre *açudes publicos e particulares*, e do *Relatorio da Viação*, apresentado pelo secretario de Estado Pires do Rio ao presidente da Republica, dr. Epitacio Pessôa, em Março de 1922, procuramos esboçar o estado actual resultante das medidas adoptadas e executadas contra as seccas no Estado da Parahiba. E' de inteira justiça deixar consignada aqui a intelligente iniciativa, secundada pela maior solicitude, do actual chefe do Estado, dr. Epitacio Pessôa, no sentido de resolver, de modo pratico e sem interrupção de esforços e dispersão de energia, o combate ás seccas do Nordéste. Não só açudes e barragens com os seus canaes de irrigação, senão tambem estradas de rodagem e vias ferreas, têm sido projectados e construidos uns, continuados e concluidos outros, beneficios inestimaveis, cujos fructos o futuro colherá, sob a condição, porém, de ser tão vasto emprehendimento continuado pelo novo presidente, seu successor. A obra encetada é de folego e só poderá produzir resultados seguros dentro de periodo relativamente longo.

Em 1920 existiam na Parahiba dois grandes açudes: o de *Bodocongó* e o de *Cajazeiras*, além de outros publicos e de um bom numero de particulares.

AÇUDE DE BODOCONGÓ — Eis os seus principaes dados:

(Municipio de Campina Grande). Tem sangradoiro.	Capacidade		1.019.830 m³.
	Barragem	extensão	196 m.
		largura (corôamento)	4 m.
		altura	8,50 m.

Foi a barragem feita no logar denominado *Ramada*, ampla bacia onde desaguam agora o Bodocongó e os seus antigos affluentes o Caracol e o Gravatá e mais nove corregos. Tornar-se-á com o tempo abundante reservatorio piscoso. Pouco distante do actual açude existiu outro de menor importancia.

AÇUDE DE CAJAZEIRAS — Eis os principaes dados a respeito:

Capacidade			2.599.600 m³
Barragem A	extensão		229 m.
	largura (corôamento)		3 m.
	altura		7 m.
Barragem B	extensão		224 m.
	largura (corôamento)		3 m.
	altura		8 m.
Têm sangradoiro.			

Existia em outros tempos na Cidade de Cajazeiras um velho açude em terras quasi todas pertencentes á familia Rolim. Constava de duas barragens nos braços do *Riacho Caeira*. Foi aproveitado o local, e a capacidade do mesmo muito augmentada.

Em 1915 o dr. Aarão Reis propuzera, além da construcção do Açude de Bodocongó, outros dois "de terra" em *Fundo do Valle* (Municipio do Espirito Santo) e *S. José* (Municipio do Pilar), além de um grande reservatorio, o de *Soledade*, com uma capacidade de 33 milhões de metros cubicos, com o aproveitamento das aguas do *Rio do Padre*. Em um anno de "inverno" normal foi calculado que poderia encher.

AÇUDES PUBLICOS — São os do *Mogeiro, S. José, Fundo do Valle* e *Pilões*.

AÇUDE DO MOGEIRO — Já construido. Dados a respeito:

Capacidade		313.500 m³.
Barragem	extensão	133 m.
	altura	7 m.
	profundidade	5,50 m.

Fica na povoação de egual nome no Municipio de Itabaiana em terras fertilissimas, desde que haja chuvas ou irrigação. Infelizmente os açudes particulares que existem não bastam ao abastecimento de agua potavel. E' alimentado o reservatorio do Mogeiro pelas aguas do *Riacho Gameleiro*.

AÇUDE S. JOSÉ — Foi construido em 1877, mas a sua reconstrucção já deve estar concluida. Dados relativos:

Capacidade		568.640 m³
Barragem	extensão	238 m.
	corôamento	2,50 m.

Fica no Municipio de Pilar.

AÇUDE FUNDO DO VALLE — Construido em 1877. Projectou-se reconstruí-lo, mas em vista da intransigencia dos proprietarios dos terrenos necessarios para augmento da área foi sustada a reconstrucção. Está em más condições, mas entende o dr. Aarão Reis ser indispensavel o seu aproveitamento por ficar em zona flagellada pela secca. E' pequeno. Eis os dados:

Capacidade		391.306 m³.
Barragem	extensão	168 m.
	corôamento	2,50 m.
	altura	4,80 m.

Fica no Municipio do Espirito Santo.

AÇUDE DOS PILÕES — Em construcção, segundo declara o ministro da Viação Pires do Rio (*Relatorio* de Março de 1922).

Foi aproveitado para este açude um boqueirão do Rio do Peixe, 12 km. acima da Villa de S. João do Rio do Peixe.

Fica em região secca. Dados relativos a respeito:

Capacidade		155.600.000 m³.
Barragem	extensão	560 m.
	corôamento	3 m.
	altura	17 m.

Este açude de grande capacidade poderá com os seus canaes conductores e distribuidores de agua irrigar 6.342 hectareos.

Além de outros projectados estão em construcção mais cinco açudes e seis tanques ou bebedoiros.

Contractou o Governo Federal com a firma americana Dwight Robinson & Cº a construcção de duas grandes barragens na Parahiba, as de *S. Gonçalo* e *Piranhas*, nos boqueirões do mesmo nome. A primeira fica a 115 km. da cidade cearense de Lavras e a segunda a 90 km., ambas ligadas á mesma por uma boa estrada de rodagem por onde são transportados os machinismos e algum material necessario á sua construcção. As obras já iniciadas proseguem com grande celeridade, sendo provavel a sua conclusão no prazo de quatro annos. Estas barragens, quando promptas, produzirão incalculaveis beneficios para o sertão parahibano.

AÇUDES PARTICULARES — Dentre estes açudes convém destacar dois, um de *média* capacidade, outro de *pequena*, por terem sido construidos de accôrdo com as instrucções regulamentares do Governo Federal. São elles, respectivamente, o *Russo Velho* e o *Bom Nome*. Eis como a respeito dos mesmos se exprimiu a *Inspectoria de Obras contra as Seccas*.

AÇUDE RUSSO VELHO — No Municipio de Sousa, de propriedade de José Vicente de Oliveira.

Dados technicos:

Capacidade		2.075.885 m³.
Barragem	comprimento	449 m.
	largura (corôamento)	3 m.
Tem sangradoiro.	altura maxima	10,385 m.

« *O Russo Velho* — Com capacidade superior a 2 milhões de metros cubicos de agua, o que raramente se observa entre os açudes particulares, irá beneficiar um dos mais seccos municipios do Estado. A lavoira poderá, com vantagem, desenvolver-se não só nos terrenos de vazantes como tambem nos situados a jusante da parede, os quaes será facil irrigar com a agua retirada do reservatorio por meio de siphões.

Constituirá tambem uma excellente aguada para a creação do gado, industria a desenvolver-se na propriedade em que está localizado. »

AÇUDE BOM NOME — Proprietario: Antonio da Silva Pessôa (já fallecido). Fica no Municipio do Umbuzeiro.

Dados technicos:

Capacidade		138.700 m³.
Barragem	comprimento	165 m.
	largura (corôamento)	3 m.
	altura maxima	11.205 m.

« Os beneficios que esse açude, uma vez construido, prestará á lavoira são grandes e numerosos. As terras proximas, de uberdade notavel, terão as suas producções sensivelmente augmentadas, quer em quantidade, quer em qualidade. Além disso, a industria da pesca, que dá tão bons resultados, no Nordéste, em todos os açudes em que é praticada, e a creação de gado, já explorada com vantagem na propriedade Umbuzeiro, receberão esta grande incremento e aquella poderoso impulso inicial.

A bacia hydrographica, situada entre encostas das Serras dos Cariris Velhos, será constituida por dois riachos, que medem approximadamente 13 km., e poderá facilmente fornecer a agua necessaria ao enchimento do reservatorio em um só anno, mesmo de pouca chuva. »

Além destes existem no Estado açudes particulares, de todas as capacidades, em numero de 2.311, além de 10 estaduaes e 14 municipaes, conforme estatistica organizada pelo engenheiro Raimundo Pereira da Silva em 1910. Alguns municipios os possuem em numero bastante elevado, outros carecem delles, outros, finalmente, os dispensam.

Quadro dos municipios possuidores de açudes *

Alagôa do Monteiro	300	
Areia	161	
Piancó	125	
Catolé do Rocha	123	
Picuhi	120	
Bananeiras	120	Um, o de *Cannabrava*, com barragem de cantaria
Cajazeiras	118	Destes, 12 são utilizados para a irrigação
Campina Grande	106	
Sousa	91	Destes, ha 10 de regular capacidade e proprios para a irrigação
Alagôa Nova	88	
Pilar	76	
Alagôa Grande	75	
Teixeira	70	Um delles, *o do Poço*, construido em 1878 mas não concluido, está em regular estado de conservação. Por occasião da secca de 1898 salvou a maior parte dos habitantes do municipio

Estes açudes em geral estão em pessimo estado de conservação, não só pela indifferença dos poderes publicos, como, principalmente, pela incuria e desleixo das proprias populações. E' o que se deprehende aliás da linguagem de documentos officiaes quando fallam de alguns "que servem para tudo: bebida, banho, lavagens de roupa, bebedoiro de animaes e até lavagens de cavallos".

LENÇOL SUBTERRANEO — Pouco se conhece ao certo a respeito do lençol d'agua subterraneo da Parahiba, da sua extensão e sua capacidade, porquanto ha carencia de dados seguros e precisos. Com effeito, conforme pondera o engenheiro Sopper, existem poucos registos de poços perfurados; a estatistica da mensuração systematica das chuvas, escoamento e evaporação ainda é recente, donde a difficuldade em avaliar a quantidade de agua entranhada na terra; as quédas das chuvas e a sua distribuição se apresentam de maneira desegual e desordenada, e, finalmente, em confronto a taes obstaculos se ostenta a natureza ingrata do sólo, composto, com especialidade na região central, de rochas crystallinas de quasi completa impermeabilidade e com ondulações favoraveis ao rapido escoamento das aguas que recolher em sua superficie.

A natureza das rochas, como veremos na *Noticia geologica*, deixa pouca esperança de nellas se encontrar agua com relativa abundancia, excepto nas fendas e juncturas onde ellas tiveram soffrido anterior fragmentação. Em geral a agua encontrada nas rochas crystallinas é de mau paladar, salgada ou sulfurosa, intragavel para o homem e os animaes.

* Incluimos aquelles que os tivessem em numero inferior a 70.

E' o que acontece commummente com as cacimbas de pequena profundidade. Estas circumstancias ainda vêm augmentar os padecimentos da gente sertaneja da Parahiba, para quem a questão da agua é a principal dentre todas, porque della decorre a prosperidade futura do Estado. Nos sitios onde houver sobre os elementos crystallinos uma camada de arenito, esta, por ser porosa, absorve maior quantidade de agua, e como a sua disposição ou é plana ou levemente inclinada para o mar, poderá o liquido permanecer ahi ou circular livremente, facilitando o estabelecimento de poços e a drenagem da agua. Onde a camada de arenito estiver exposta na superficie é doce a agua, como acontece no Valle do Rio do Peixe, onde Sopper julga até possivel obter-se um fluxo artesiano.

Nos terrenos sedimentarios, perto da costa, pode-se affirmar, pelas razões adduzidas acima, a existencia da agua em possiveis depositos de capacidade variada e o mesmo será permittido repetir quanto ás dunas de areia do littoral. Mandou proceder a Inspectoria de Obras contra as Seccas á perfuração de poços no Rio Grande do Norte e na Parahiba, estando ainda a operação no periodo experimental. Em Araçá o sr. Solway perfurou um com 50 m. de profundidade, em Sapé outro com 38,40 m. e em Itabaiana dois com 6 m., todos fornecendo agua, especialmente os de Itabaiana. Entretanto, pela natureza da rocha sempre encontrada, o gneiss, parece possivel chegar-se ás conclusões seguintes:

1ª. E' pequena e além disso muito variavel a quantidade de agua obtida por poços na região crystallina, a mesma consideração impondo-se relativamente á qualidade do liquido. E' o que confirma o *Relatorio* do dr. Pires do Rio, de Março de 1922, quando, alludindo aos poços tubulares na Parahiba, declara que "delles 12 deram resultado, embora poucos tivessem agua potavel". O systema da *açudagem* é portanto ahi preferivel. Na região dos *Brejos*, em *Itabaiana*, *Alagoa Grande*, *Brejo d'Areia*, *Bananeiras* e *Guarabira* talvez consiga melhores resultados a perfuração de poços.

2ª. Nas regiões onde apparece o arenito, notadamente no Rio do Peixe, é possivel encontrar-se agua doce em poços de uma profundidade de 30 m. Nas zonas de pedra calcarea será alcançada a agua, no arenito sub-jacente, a 60 ou 80 m., mas a sua qualidade será duvidosa podendo ser má.

3ª. Na zona do littoral é encontrada a agua em camadas de arenito sub-jacente ás argillas e arcias, variando a profundidade dos poços de 80 a 160 m. e ainda assim com incerteza quanto á qualidade do liquido obtido.

4ª. Na zona sedimentaria a perfuração de poços poderá proporcionar resultados apreciaveis, como parece presumivel á vista das experiencias realizadas. Entretanto só para o futuro é que se ha de chegar a conclusões verdadeiramente solidas.

V

Flora

O territorio parahibano, encarado sob o prisma da Flora que lhe é particular, póde ser repartido por quatro secções:

a) *O Littoral e os Taboleiros.*
b) *A Catinga.*
c) *O Brejo.*
d) *O Agreste e o Sertão.*

O Littoral — A predominancia das dunas e medões nas praias do mar contribue para empobrecer a vegetação, além de lhe imprimir cunho especial. Existem ahi plantas que chamariamos "arenaceas" como a *salsa*, convolvulacea de flores côr de purpura, optima para reter as areias, fixando-as pelo facto de se extender em braços de varios metros de comprido, succedanea, portanto, do celebre *oyak* das praias belgas; grammineas como o *capim gengibre* (*Panicum sp.*), a *gramma doce* (*Paspalum sp.*), a *gramma salgada*, o *patural da praia*, a *portulacacea vulgar*, etc. Na fimbria do mar e nas margens dos rios até onde alcança a agua salgada é que se encontra o *mangue*, sempre verde e feraz, cobrindo extensões de largura variavel. Entre outras especies ahi são encontrados o *mangue vermelho* (*Rhizophora Mangle*) e o *branco* (*Avicennia nitida*).

Entretanto, ahi vicejam outros vegetaes de maior porte e importancia assignalada, como o *cajueiro* (*Anacardium occidentale*), o *coqueiro* e o *muricí*. O segundo, muito abundante, conta-se por milhares em certos sitios, planta utilissima, de subido valor para o habitante, de utilidade ainda maior para o industrial extrangeiro, que sabe aproveitar seus muitos prestimos para fins diversos. O mesmo se dirá do primeiro, de cujos fructos se fabrica saboroso vinho.

Nos terrenos mais elevados em que ha camadas argillosas e de arenito avultavam outr'ora densas florestas, onde se notavam essencias das melhores, como a *sucupira*, o *pau d'arco*, o *vinhatico*, o *amarello*, o *cedro*, o *gitahi*, o *angelim* (doce e amargoso), a *peroba*, o *loiro*, o *jatobá*, a *sapucaia*, a *sapuqueirana*, a *cabraíba*, etc.

> « No principio do seculo XIX (diz Joffily), só do Rio Miriri para o Norte (um terço do littoral parahibano) existiam ainda 46 mattas, algumas das quaes com a extensão de 5 leguas. Apesar de barbaramente estragadas pela ignorancia dos agricultores, vêem-se ainda hoje bellos especimes dessas mattas em algumas propriedades, como a de Abiahi e outras. »

Na zona do littoral e nas margens do Rio Parahiba, onde ainda perduram vestigios dessas florestas do tempo da Conquista, além das especies acima mencionadas e dos cajueiros tão queridos dos selvicolas, que contavam o tempo por *cajús*, existe outra arvore, o celebre *pau brasil*, objecto da cobiça dos Portuguezes e Francezes, frequentadores dessas paragens. E' elle a *Cæsalpinia echinata*, mais apreciada nos tempos idos do que hoje.

Nos taboleiros reina por excellencia a *mangabeira* (*Hancornia speciosa*) "que não cresce mais de 12 pés e por isso se eleva sobre o matto rasteiro dos taboleiros". E' duplamente aproveitavel, pelo fructo e pela borracha que fornece.

A Catinga — Esta, "o matto branco", é a segunda zona vegetal. Consiste em um terreno ondulado e secco, pobre quanto á vegetação, rico em seixos e pedregulhos, entremeado de depressões argillosas. Dispõe de pouca agua potavel, mas de muita salobra. Forma a Catinga extensa faixa, cujos limites foram assim estabelecidos pelo auctor das *Notas*:

> « Ao Oéste chega ao pé da Borborema, extendendo-se ao Noroéste pelo valle do Curimatahú até aos limites do Municipio de Araruna com o do Cuité, mais ou menos; e ao Sudoéste acompanha o valle do Parahiba até á barra do Bodocongó e por este rio acima até proximidades da Cidade de Campina Grande. »

As depressões argillosas são ferteis, naturalmente porque ahi ha maior abundancia de agua potavel e, por conseguinte, possibilidade de irrigação, sendo aproveitadas para varias culturas, com especialidade a do *algodão*. Presta-se egualmente para a creação de gado. A matta, outr'ora muito mais espalhada, é baixa, cheia de tojos e moitas muito trançadas sem o vigor da floresta virgem. Em geral apparecem nella arvores muito esgalhadas, cercadas de espinhos e cactus.

Accentuam-lhe a physionomia as *barrigudas* (*Bombax ventricosa*), o *imbuzeiro* (*Spondias tuberosa*), de raizes horizontaes, ocas e cheias d'agua, euphorbiaceas, *Ojuncras* e *Cereus* espinhosos; muitos cactus e palmeiras como a *ariri* e o *alicuri* (*Cocos coronata*), cujo espique serve de alimento em tempo de secca.

E' de largura variavel a catinga (de 25 a 60 km.). Segue-se-lhe:

O Brejo — E' egualmente extensa faixa, de relevo accidentado, apertada entre a zona precedente e os *Cariris*. Compõe-n'a em geral barro vermelho ou terra preta ou roxa com camada inferior argillosa. Nas partes baixas ou varzeas é o massapê que predomina. Bem regado, é o Brejo proprio para quaesquer culturas. Coriolano de Medeiros dá a esta zona uma área de 100 km. de comprimento por 50 km. de largura. A seu respeito, eis como se exprime o erudito auctor das *Notas*:

> « Todo elle era primitivamente uma só e immensa matta de gigantescas arvores de todas as especies, que tomavam os raios do sol aos profundos valles e grotas, onde correm os seus ribeiros. Essa região, tornando-se cedo o centro agricola da antiga Capitania e Provincia, os continuados roçados fizeram desapparecer as antigas florestas onde o piraúá, a massaranduba, o camucá, pitombeira, a guararema, o pau-sangue, a jurema, a gameleira, o cumarú, o jaracatiá, macahiba, pindoba e diversas outras palmeiras attestavam com as especies acima descriptas a fertilidade do seu sólo.
>
> Raros são os restos das primitivas mattas; o que se vê são capoeirões ou mattas em formação, que rebentaram nos terrenos deixados em poisio por agricultores previdentes; e algumas destas de trinta e mais annos já apresentam imponente aspecto, tal é a força vegetativa do sólo. »

O Agreste — Entre o Brejo e o Sertão fica o Agreste zona de transição daquelle para este.

Com uma largura de 3 a 4 leguas desdobra-se o Agreste desde Campina-Grande até Bananeiras, passando pelos municipios de Alagôa Nova e Areia. A natureza arenosa do sólo offerece campos proprios para a creação de gado, ricos em plantas medicinaes, como a *ipecacuanha* (*Cephælis Ipecacuanha* ou *poaia* e tambem sitios de vegetação rasteira, onde avulta a myrtacea *cumatí* de fructo saboroso. Ha, porém, logares em que a vegetação mais densa e opulenta conta maior numero de especies. Ostentam-se florestas ricas em myrtaceas como a *jaboticabeira* (*Eugenia cauliflora*), a *grumixameira* (*Eugenia brasiliensis*), a *pitangueira* (*Eugenia Pitanga*), a *quina*, o *araçá*, além de muitos epiphytos, entre os quaes a *baunilha* (*Vanilla aromatica*).

O Sertão — Subdivide-se em *Cariri*, *Serra* e *Alto Sertão* — E' chamada na Parahiba *Cariri* e *Curimatahú* a zona que abrange os valles superior e médio do Parahiba e do Curimatahú. E' a região mais secca do Estado, o que se explica pela natureza geologica do sólo, formado quasi que exclusivamente por elementos crystallinos, sendo a agua subterranea quasi sempre salgada e turva. Poderiamos chrisma-la de zona dos *cardos* e das *cactaceas*, que por vezes constituem singulares florestas com o *facheiro*, o *mandacarú*, a *palmatoria* e o *xiquexique*. Existe ahi preciosa bromeliacea, a *macambira*, muito parecida com o ananaz, planta utilissima, muito apreciada pelo gado e que o ente humano soube aproveitar desde a secca de 1877 como alimento.

E' tambem arvore da região o *imbuzeiro*, de fructos semelhantes á *rainha-claudia*, encontrado em logares seccos e pedregosos. São os seus bulbos aquosos que constituem a sua capital importancia. Nas varzeas medram os *quixabeiros* e *joazeiro* (*Siziphus Joazeiro*), estes de coma densa, copada e redonda, muito util ao gado pelos seus ramos durante as seccas.

Junto aos rios e nos *cerrados* da fralda occidental da Borborema, na região da *Serra* apparecem a *carnaúbeira*, a *baraúna*, o *angico*, a *maniçoba*, a *imburana*, o *camarú*, o *catolé*, etc.

No *Alto-Sertão*, isto é, além do Chapadão, os campos e taboleiros são mais abertos, com excepção dos terrenos onde correm os rios e riachos e se desenvolvem as serras. Depois das chuvas, quando reverdecem os taboleiros com o *panusco*, forragem excellente para o gado, de longe lembram enormes tapetes de côr verde avelludado e esmeraldino, emquanto que lhes quebra a natural monotonia um gracioso arbusto, a *jurema*.

No extremo-oéste da Parahiba, no valle do Rio do Peixe, a natureza imprimiu ao sitio uma caracteristica vegetal com as mattas de *carnaúbeiras* (*Copernicia cerifera*), palmeiras de grande utilidade. Segundo Ramiz Galvão, do seu espique se fazem ripas e barrotes para construcção de casas e jangadas, assim como canos para bombas. Da massa do caule, triturada em agua, se obtém boa farinha de sedimento; os fructos, antes de amadurecidos, são cozidos em leite e servem como alimento aos sertanejos; maduros dão bom sustento ao gado.

As folhas novas são cobertas de escamas esbranquiçadas, que, aquecidas ligeiramente, se derretem e fornecem uma especie de cera empregada na fabricação de velas, alvejando até certo ponto com a applicação do acido nitrico. A folha da carnaúbeira, que serve para tecidos, é exportada para a Europa.

Ao lado dessa elegante palmeira de fórma de leque medram a majestosa *oiticica*, a *favelleira* e a *marizeira*, que não apparecem no Cariri.

VI

Noticia geologica

A unidade physiographica dos dois Estados — Rio Grande do Norte e Parahiba, devia de modo inevitavel reflectir-se na sua constituição geologica, de que era forçosamente resultante. Procuraremos, entretanto, considerar particularmente o tracto de terra parahibano, prestando-nos para tal fim preciosissimo auxilio o trabalho apresentado pelo engenheiro Ralph H. Sopper, da Inspectoria de Obras contra as Seccas.

Diz este geologo:

> « Com excepção de uma faixa relativamente estreita ao longo da costa e de algumas pequenas manchas no interior, a totalidade dos dois referidos Estados é constituida pelas denominadas rochas crystallinas. . . que cobrem todo o interior e pertencem provavelmente ás mais antigas rochas do mundo. »

O simples exame do mappa levantado por esse profissional revela logo caber á Parahiba o maior quinhão dessas rochas, isto é, gneisses, schistos metamorphicos e granitos, em contraposição aos terrenos calcareos e ao arenito, muito mais abundantes no vizinho Estado do Norte.

Encontram-se por vezes nessas rochas crystallinas outras de natureza eruptiva, que ahi ficaram como que injectadas e formando, na expressão de Sopper, diques e bossas.

Os granitos, por sua vez, constituem o eixo de algumas das serras principaes da Parahiba.

As rochas sedimentarias, os arenitos molles, as pedras calcareas, as areias e argillas, apparecem em geral sob o aspecto de camadas sensivelmente horizontaes. Ordinariamente apresenta o arenito uma côr vermelha de tijolo, provavelmente pela presença do ferro nessa rocha sedimentaria, mas tambem é encontrado com os matizes amarello e branco. Em não poucos pontos o arenito, quando exposto, não tem a fórma de rochas duras e sim reveste a apparencia de areia solta, pesada, côr amarello-escura e sem fosseis.

A pedra calcarea dura superpõe-se habitualmente ao arenito. E' muito commum no Rio Grande do Norte, rara na Parahiba, onde é encontrada isolada. O eminente geologo norte-americano dr. Branner affirma que se encontraram depositos de pedra calcarea nas vizinhanças da Cidade da Parahiba.

Finalmente, acima dessa rocha sedimentaria extende-se outra camada composta de areias e argillas. Estes depositos de sedimentos mais recentes prolongam-se por todo o littoral do Estado e vão além, ao Norte até Aracati e ao Sul abaixo do Recife, com uma largura variavel e uma espessura tambem desegual, em geral tanto mais accentuada quanto mais perto se acharem do mar. Na Parahiba, por exemplo, alcançam cerca de 20 km. de extensão.

Nos depositos de arenito da costa foram encontrados kaolin de mistura com argilla e elementos de natureza conglomeratica.

No interior do Estado foram descobertos depositos isolados dessas rochas sedimentarias a que alludimos acima, com especialidade de arenito. Entre elles é de toda a conveniencia citar a "ilha" do Rio do Peixe, affluente do Piranhas. Tem fórma elliptica irregular, de forte excentricidade (80 km. de comprido por 11 km. de largura média), com um prolongamento septentrional no sector de Noroéste. Esse deposito jaz insulado entre rochas crystallinas. O arenito tem ahi côr avermelhada, salvo em alguns pontos em que predomina o amarello.

Demora a grande massa das rochas sedimentarias sobretudo na zona do littoral, onde as mais recentes, na opinião de Sopper, "se formaram pelo deposito de pequenos

fragmentos vindos da massa original do interior. Em geral não são homogeneas nem resistentes, antes decompostas e molles". Encerram varios mineraes, como o feldspatho, o quartzo, a mica, pyroxeno, hornblenda e pyritos, além de alguns outros. Caracteristica curiosa offerece esta faixa sedimentaria littoranea e é que apresenta declive suave até o mar.

Convém agora accrescentar algumas palavras sobre a historia geologica do littoral parahibano, parte integrante desta costa do Nordéste do Brasil. Com muita precisão a desenha Sopper nas seguintes palavras:

« As rochas de base complexa ou de massa crystallina, depois de um longo periodo de erosão, ter-se-ão finalmente submergido ao longo da costa da Parahiba e do Rio Grande do Norte, durante o periodo entre os fins do cretaceo e os principios do terciario. O mar invadiu a terra até passar a linha do contacto entre as áreas das rochas sedimentarias e crystallinas. Foi durante o primeiro periodo de depressão que o arenito de granulação miuda foi depositado. Com esta disposição as condições mudaram-se radicalmente, pois temos uma pedra calcarea, quasi pura, que jaz directamente sobre este arenito. Se a terra se elevou e o arenito foi sujeito á erosão, antes da deposição da pedra calcarea, não se póde dizer definitivamente. Encontram-se poucos affloramentos de arenito estratificado; mas, quando notados, os estractos de arenito e calcareo parecem sempre parallelos. Por isso o auctor é de opinião que ambos foram depositados no mesmo periodo de depressão, mas que o contacto assignala uma grande mudança nas condições physicas. E' razoavelmente certo que a pedra calcarea foi depositada durante os fins do periodo cretaceo ou nos principios do terciario. Durante esse periodo a terra se levantou. Parece que houve ahi pouca perturbação, pois que as camadas são horizontaes ou que ellas se inclinaram suavemente para o mar. Póde ter occorrido consideravel desnudação durante esse tempo, pois a pedra calcarea está muito desbastada em certos logares.

Finalmente, a terra ao longo da costa submergiu-se durante o periodo *post*-cretaceo e foram depositadas as mais recentes camadas de areia e argillas. As condições physicas outra vez mudaram, porque a ausencia de materias calcareas nestas camadas recentes mostra que a vida animal era muito escassa. Mais uma vez se levantou a terra e provavelmente ficou acima do mar desde esse tempo até aos nossos dias. A superficie da areia é mais ou menos calcarea, devido ás aguas carregadas de cal que lhe passam por cima; porém, as rochas situadas um pouco abaixo da superficie não offerecem vestigios de cal. Exceptuada a região vizinha a Mossoró e Assú no Rio Grande do Norte, a série de rochas sedimentarias da costa parece ter sido depositada em uma cinta regular ao longo do littoral, tornando-se a área um pouco mais estreita na proporção em que se afasta para o Suéste. »

Aspecto do modelado

Tres grandes divisões topographicas constituem a Parahiba, sendo que as duas primeiras se succedem na direcção Léste — Oéste e a terceira nada mais é do que elemento integrante e complementar da segunda, como veremos adeante.

A primeira zona, de pouca elevação, é a do *littoral*. Assignalam-n'a dunas de caracteristicas differentes, umas compostas de areias movediças e outras formadas por uma areia quartzosa a que se juntaram depositos de carbonato de cal, por isso mesmo resistentes e duras, os chamados *recifes de arenito*; e tambem extensões baixas e paritanosas, ricas em manguezaes de singular exhuberancia.

Nessa região de dunas apparece frequentemente vegetação adequada á natureza do terreno e destinada a corrigir-lhe o caracter inconsistente e movediço. Seguem-se para o interior terras mais altas, ainda de constituição sedimentaria (arenito e calcareos), com tojaes densos e, a quebrar-lhes a monotonia, pequenas collinas de natureza rochea. Houve ahi outr'ora grandes florestas de madeiras de lei, mas hoje o que mais avulta é o *cajueiro*, aliás já apreciado, e muito, pelos autochtones.

Na parte oriental da Parahiba ficam taboleiros, onde não são raros corregos de valles estreitos, constantemente fertilizados pelos detritos ahi trazidos e deixados com a cheia das aguas, de barrancas alcantiladas a denunciarem o ininterrupto trabalhar erosivo. Avulta ahi entre outras especies vegetaes a *mangabeira*.

A segunda zona, a do *planalto*, de natureza crystallina, como já deixámos dicto, ergue-se da planura littoranea abruptamente, sob o aspecto de uma alti-planicie vasta e de ondulações suaves, variavel na altitude, mas com tendencia a elevar-se para o Occidente. De 100 m., na média, na escarpa oriental, ascende ao triplo no "alto sertão". A vegetação ahi, a *catinga*, varia não só quanto ás especies senão tambem em relação ao seu adensamento ou raridade. Daquellas, umas são perennes, outras adventicias, todas, porém, subordinadas a maior ou menor decomposição das rochas do terreno. Outro factor, e este de importancia decisiva, concorre para a pobreza ou maior densidade relativa da vegetação, o regime das *chuvas*, pois convém não esquecer que é esta a zona da Parahiba, onde mais se faz sentir o flagello das seccas.

Erguem-se, quasi sempre de modo abrupto, da alti-planicie cadeias de montanhas ou *taboleiros*, a terceira, portanto, das grandes divisões topographicas estabelecidas. Pertence á categoria dos taboleiros o planalto da *Borborema*, o mais vasto de todos, com a altitude de 500 m., na média, situado approximadamente no centro do Estado; e figuram entre as chamadas "cadeias de montanhas" as serras do *Teixeira*, de *Jabitacá*, da *Baixa Verde*, de *Santa Catharina*, etc. Esta ultima, a mais importante de todas, dá passagem ao Rio Piranhas, que nella aprofundou o seu valle. Tem a serrania uma altitude de cerca de 650 m.

São em geral compostas integralmente essas montanhas de rochas crystallinas; entretanto, algumas ha em que avulta o granito na parte central e outras os gneisses e schistos, mas offerecendo, segundo assignala o geologo Crandall, um capacete de arenito. Ostentam phenomeno curiosissimo provavelmente devido á erosão, o dos cimos achatados ou abaúlados ligeiramente. Existem egualmente espalhados pela alti-planicie serrotes e picos isolados de granito e gneiss cobertos de vegetação mais ou menos densa.

O *divortium aquarum* parahibano determina duas vertentes, a de Léste e a do Norte. A primeira inclinada para o Atlantico é a de maior superficie, ao passo que a segunda, que fica além do chapadão da Borborema, abrange o extremo-oéste do Estado. Caracteriza-a o valle do Rio Piranhas, comprimido entre aquelle chapadão e outro, o de Araripe, mais ao Occidente.

VII

Fauna

Não conta a Fauna da Parahiba especies que lhe sejam rigorosamente peculiares, pois muitas tambem habitam os Estados limitrophes e outras vivem em todo o Brasil.

Pondo de parte os animaes domesticos encontrados no paiz inteiro, vem a proposito mencionar aquelles cujo *habitat* é a matta, os taboleiros ou o sertão. Como os seus demais irmãos da Federação possue o Estado representantes de sua Fauna, que o singularizam em relação ao tracto norte-americano e ás velhas terras européas. Nesse particular será bastante citar um desdentado — a *preguiça* — e um marsupial — a *gambá*. Melhor, porém, do que nós explica o dr. João Joaquim Pizarro em que consiste tal singularidade que tambem integra a Parahiba:

« O que melhor caracteriza a Fauna do Brasil é o não pequeno numero de especies de Desdentados, a grande quantidade de macacos de nariz chato (*Platyrrhinios*), a variedade especifica de aves multicores e a enorme profusão de insectos. »

Sob o ponto de vista geographico-zoologico localiza-se a Fauna parahibana na zona de Léste e por seus caracteres e habitos se differencia muito dos animaes das regiões meridionaes, emquanto se approxima dos das Indias e da America Central.

Mammiferos — E' notoria nesta classe, como aliás succede para o resto do paiz, a ausencia de representantes de grande porte, mas em compensação avulta o numero das especies trepadoras.

Dos *simios*, de que cerca de 50 especies são conhecidas, habita a maioria o Norte do Brasil, sendo encontrados individuos das mesmas no Estado. A familia mais vulgar é a dos Cebideos com as suas especies do genero *Mycetes*, representada pelo *guariba* ou *barbado*, de sociabilidade accentuada. E' elle de porte desenvolvido, como tambem o *coatá* (*Ateles paniscus*), de longa cauda apprehensora coberta de pellos, o maior quadrumano do Brasil, e o *muriki* (*Ateles hypoxanthus*) que attinge 3 pés de altura.

Pertence ao genero *Chrysothrix* outro simio parahibano, o *sauhi* ou *sagui* (*Chrysothrix entomophaga*), de estatura acanhada e de viver semelhante ao dos Esquilos. Além desse, tambem vaguêam pelas mattas pequenos simios de 12 pollegadas no maximo de comprimento, os *micos* (*Hapalideos*), de cauda extensissima, sempre aos bandos. Apreciavam os indigenas aos cebus e saguis por lhes reputarem a carne saborosa.

Morcegos (*Chiropteros*) — São bem representados, sendo a familia dos *vampiros* (*Phyllostoma*) das mais communs. Algumas especies como o *guandirá* ou *andirá* alcançam enorme desenvolvimento. Este é o maior da America do Sul com os seus 68 centimetros de azas! Vivem aos bandos os morcegos e atacam os animaes de preferencia ao homem. Além dos vampiros outras especies ha dos generos *Noctilio*, *Dysopes*, *Vespertilio*, etc.

Rapaces — Avultam os *Carnivoros* e *Omnivoros*. Dos primeiros conta a Parahiba entre outras tres especies de *onças*, que o vulgo assignala pela côr: a *onça pintada*, a *onça negra* ou *Jaguareté pixuna*, tambem chamada *tigre*, e o *suçuarána* ou vermelha.

O *jaguar* ou *onça* (*Felis onça*) e a *Suçuarána* (*Felis concolor*) habitam de preferencia as mattas. Mais atrevido é o primeiro que se nutre de veados e capivaras e ataca o homem, quando provocado; a segunda, é mais covarde, pois o evita.

Tambem percorrem as mattas e a catinga algumas especies de gatos silvestres, como o *maracajá*.

Referimos os costumes das onças, de accôrdo com a doutrina dos entendidos; entretanto, Joffily diverge, adeantando que no sertão parahibano duas variedades ha da suçuarána — a *maçaroca* e a *lombo preto* que são "potentes e ferozes" só atacando o homem quando por este perseguidas.

Canideos — Nelles se destacam a *raposa*, o *Aguará-chaí* dos Guaranís (*Canis brasiliensis*), e das *Martas* convém citar a *lontra*, a *ariranha*, maior que a européa, habitante dos rios. Percorre as florestas o *cachorro do matto*, sendo que uma das especies a *mariticaca* (*Mephites suffocans*) vive de preferencia nas varzeas.

Dentre os *Omnivoros* tem representantes no Estado a familia dos *Ursideos*; são elles o *guaxinim* e o *cuatí*.

O primeiro, o *urso sul-americano* (*Procyon cancrivorus*) lembra a raposa pelo corpanzil. Frequenta de preferencia o littoral, os mangues, onde encontra seu alimento predilecto, os caranguejos e pequenos mammiferos. Dos cuatis o mais commum é o chamado *cuati de bando* (*Nasua socialis*), que corre pelas mattas aos 12 e 18 individuos.

Marsupiaes — E' representada esta ordem, na Parahiba, pela *gambá* ou *jupati* (*Didelphis*), de que ha varias especies. Algumas perseguem aos gallinaceos; outras, as menores, vivem á beira-rio, sustentando-se de peixes e crustaceos.

Lembra o dr. Pizarro que ahi se desenvolve, como aliás em todo o littoral brasileiro, outro marsupio, o *Didelphis murina*, o *ralo do matto*, de que uma especie, o *Didelphis cinerea*, é voracissima, de habitos identicos aos das grandes gambás.

Roedores — Numerosa essa ordem e por muitos caracteres original no Brasil, conta na Parahiba a *Preá* (*Cavia apereá*), o *mocó* (*Kerodon rupestris*), a *paca* (*Cœlogenis paca*), a *cutia* (*Dasyprocta aguti*) e a *capivara* (*Hydrochœrus capibára*). Ao lado desses, de tamanho avultado, figura, de porte médio, o *caxinguelê* (*Sciurus oestuans*), o esquilo americano, habitante das mattas e do littoral, bem menor que o seu congenere do Velho Continente.

Ha nos Roedores uma familia admiravelmente representada, a dos *murideos*, os *ratos*, entre os quaes importa distinguir os descendentes dos oriundos da Europa e que levaram vantagem decidida sobre os indigenas (*Mus decumanus*, *Drymomys musculus*), e estes ultimos dos quaes vivem algumas especies na Parahiba.

Dos subungulados parahibanos convém fallar com maior amplitude da capivara, da paca e da cutia.

A primeira tambem chamada *capigúára* (comedor de capim) ou *porco d'agua*, é o maior roedor brasileiro, chegando a ter 85 centimetros de comprimento. Animal pa-

cifico e herbivoro vive em pequenos grupos á margem dos rios e riachos. E' corpulento, grosso e pesado, de pernas curtas, mas mergulhador emerito e nadador eximio.

A *paca*, pelo tamanho, occupa o segundo logar; tem 60 centimetros de comprido por 34 centimetros de altura média. Mais nocturno do que diurno, demora á beira dos cursos d'agua, de preferencia nos logares sombrios. Nada e mergulha admiravelmente, mas habitualmente pouco caminha, salvo quando perseguido, saltando então com desembaraço e correndo com velocidade. E' de côr variavel, do quasi negro ao amarello claro.

A *cutia* ou *aguti* (de *acuti*, vigilante) é animal sobremodo agil e veloz, mas de grande timidez. Antes esguia, pois tem mais de meio metro de comprido, suas patas posteriores são mais largas do que as anteriores, sendo tambem delgadas e finas, o que lhe traz semelhança com a lebre. E' o dorso antes escuro marchetado de amarello e o alto da cabeça é de um amarello escuro. Denota a cutia intelligencia acanhada e vive em grupos de 15 a 20 individuos nos mattos. Abriga-se nas cavidades dos troncos ou nas anfractuosidades existentes entre as raizes e alimenta-se de hervas e fructas. Por vezes ataca os cannaviaes.

Tambem possue a Parahiba o *coelho brasileiro*, o *leporideo* (*Lepus brasiliensis*) o *tapeti* de Azara. E' roedor temivel para as plantações. E' o seu pellagio escuro tirante ao ruivo na cabeça. Vive em bandos na catinga e nos campos.

Desdentados —Figuram nesta ordem no Estado a *preguiça*, o *tatú* e o *tamanduá* — os dois primeiros, na opinião do illustrado scientista de quem nos temos soccorrido, constituindo "a melhor caracteristica da fauna americana do Sul, exemplos e testemunhas sob o ponto de vista zoologico da ancianidade do nosso tracto de terra". Póde-se tambem se lhes juntar os Marsupiaes, descendentes aquelles, e respectivamente, dos *Megatherios*, dos *Glyptodontes* e estes dos *Metatherianos*, habitantes do celebre continente de Gondwana.

A *preguiça* (*Tardigrada*), o *Ihó*, dos Botocudos, é bem conhecido pelos habitos curiosos e o aspecto grotesco, com a cabeça pequena e redonda a contrastar com o corpo de enorme desenvolvimento, com especialidade a parte posterior. São os seus membros curtos e fortemente musculados. A preguiça da Parahiba pertence geralmente á especie *Bradypus tridactylus*, o *Ihó-Kudgi* ou *preguiça pequena*.

Outro animal interessante é o *tatú* (*Dasypus*), verdadeiro encouraçado vivo com o seu revestimento de escamas polygonaes, repartidas por tres placas de extranha solidez ligadas por anneis flexiveis a facilitar-lhe os movimentos. Attinge ás vezes ás proporções de um porco mediano domestico, como acontece com o *tatú-canastra* ou *tatú-guaçú* (*Dasypus gigas*) de 1 m. de comprido.

O *tamanduá* ou *comedor de formigas* (*Myrmecophaga*) é tambem commum e egualmente ridiculo de apparencia com o seu corpo alongado e coberto de longos pellos, o focinho tubuliforme e extenso e as patas providas de unhas, possantes e temiveis. Tem cauda comprida e a sua lingua extensa, delgada e protractil lhe serve para colher o seu principal alimento, as formigas e as larvas de insectos. Das tres especies existentes no Brasil a mais commum na Parahiba é a do *tamanduá-mirim* (*Myrmecophaga tetradactyla*), que vive frequentemente sobre as arvores.

Ruminantes — Possue desta ordem o Estado um representante, o *veado* (*Cervus*). São duas as especies, o *garapú* e o *capoeira*, este o *Guazú-birá*, o *Guazú-caatinga* (*Cervus nemorivagus*), aquelle talvez o *Guazú-pucú*, o *veado galheiro*, da corpulencia do congenere europeu, habitante das regiões brejosas e dos rios de certo vulto.

Pachydermes — O *caitetú* e o *queixada* são os representantes parahibanos desta sub-divisão. O *queixada branca* (*Dicotyles labiatus*) é o maior e o mais feroz dos porcos brasileiros, sendo do porte do congenere domestico adulto. E' negro no dorso e acinzentado nos flancos e no ventre. Vive em varas na matta.

O *caitetú-canella ruiva* (*Dicotyles torquatus*) pouco menor que o precedente, possue um pellagio cinzente arruivado e, como o indica o nome, pernas ruivas. Vivo antes solitario, sendo conhecido por — *queixada* — pelo povo.

O *caitetú* (*Dicotyles caitetú*) é ainda menor. O pello do dorso e dos flancos é amarello com pontilhado negro. Vive em grupos nos grotões, serrados e catingas. São animaes frugivoros de indole depredadora.

Aves — E' grande a riqueza do Brasil em aves e á Parahiba cabe não pequeno quinhão, como veremos adeante. Das especies existentes muitas se recommendam pela belleza dos matizes, originalidade das fórmas e singularidade dos habitos. Merecem, nesse particular, menção os *tucanos* (*Rhamphastus*) e *araçaris* (*Pteroglossus*), tão conhecidos; os *beija-flores* ou *colibris* (*Trochilus*), bico afilado e lingua comprida e musculosa; os *anús* (*Crotophaga*), de plumagem de um negro metallico, companheiros inseparaveis do gado, cujas parasitas os attrahem; os *pica-paus* (*Picus*), trepadores eximios das arvores á cata de insectos, de que se nutrem, etc. Essa ultima particularidade — o *trepar* — é mais um distinctivo das aves americanas em relação ás européas: representam as trepadoras, entre estas, percentagem insignificante, ao passo que no Novo-Mundo attingem a *um setimo* de totalidade, por força, sem duvida, da existencia de florestas extensissimas, onde vive numero enorme, incalculavel, de insectos.

Chama Pizarro a attenção dos estudiosos para a caracteristica das côres em nossas aves, concluindo com muita razão "que a harmonia das côres assignalada por certo numero de especies é egualmente coisa digna de attenção. O verde é a côr que predomina no papagaio; o amarello e encarnado são côres dos papa-moscas; o verde doirado é proprio dos beija-flores, e o negro é o fundo da côr dos tucanos, manakins e cassicos".

Possue a Parahiba aves cantoras; mas poucas, como aliás succede com o resto do paiz, merecem estrictamente este nome; em geral emittem sons agudos, estridentes ou seccos e cavos. São numerosos os representantes dos *Tracheophones* e *Strissores* como a *araponga* ou *ferrador* (*Chasmorynchus nudichollis*) bem conhecida pelo seu grito estridulo e metallico, semelhante ao bater de um martello em bigorna.

Essa ave branca, de collo verde e nú e bico largo, vive nas mattas e nas proximidades do littoral.

Rapaces — São estes *as aves de rapina* (*Raptatores*), Muito communs no Estado, têm incontestavel utilidade, porque eliminam toda qualidade de detritos, animaes mortos e em decomposição, elementos putrefactos, etc. Entre outros convém citar o *urubú-rei* (*Gypagus papa*), hoje raro, habitante das mattas e da catinga; o *urubú commum* (*Cathartes atratus brasiliensis*) que se alimenta de carniça; o *caracará* ou *gavião* (*Milvago chimachima*), a *uritaurúna* (*Spizaëtus ornatus*), bello falcão, o *acauan* (*Herpetotheres cachinnans*), caçador de cobras, habitante das lagôas e rios, etc. Tambem avultam nas mattas da Parahiba os *Strigidios* representados pelas *corujas* e *môchos*.

Trepadôres (*Scansores*) — São numerosissimos no Brasil inteiro, por conseguinte na Parahiba, onde se encontram a *arára* (*Macrocercus*), os *papagaios* (*Psittacidæ*), os *periquitos* (*Psittaculæ*), *maracanans*, *jandaias* que, com excepção da primeira tetracolor; são uniformemente verdes, com topete de matiz variado: vermelho, azul, verde ou amarello; têm os mesmos habitos, identica nutrição, vôo tardo, mas agilidade excepcional no trepar. Tambem pertencem a esta subdivisão os *pica-paus* e *anús*, a que já nos referimos.

Cantores (*Passeres*, *Incessores*) — São innumeros e curiosissimos os *Passeres* pelos habitos em uns singulares, pela variedade inimaginavel das côres em outros. Os *Tenuirostres*, *Fissirostres*, *Sevirostres*, *Dentirostres* e *Conirostres* acham-se fartamente representados por individuos, aos quaes empresta o povo nomes pittorescos, expressivos e não poucas vezes de significação adequada.

Deixando de lado os *beija-flores* já referidos, lembraremos dentre os outros *Passeres* da Parahiba a *andorinha de colleira* (*Hirundo collaris*) e o *andorinhão* (*Cypseloides squamata*), genuinamente brasileiros, espalhados por todo o Estado; o *bacurau* (*Caprimulgus*), de especies differentes, ave crepuscular de plumagem escura e voz clara, por vezes estridente; o *taquara* ou *gallo do matto* (*Momotus brasiliensis*), ave de lindo aspecto; o *bemtevi* (*Tyrannus*) e o *Tesoira* (*Muscivora tyrannus*) ou *apanha-moscas*, terriveis perseguidores de insectos, encontrados nas varzeas e na matta; os *Canoræ* ou *cantores*, isto é, o *sabiá laranjeira* (*Turdus rufiventris*), o *sabiá da praia* (*Mimus lividus*), o *sabiá da matta* (*Turdus albicollis*), o *sabiá una* (*Platycichla flavipes*), etc.; os *Fringillidæ*, representados ahi pelo *gallo da campina* (*Paroaria gularis*), lindo passaro de cabeça vermelha e topete da mesma côr; o *Tico-rei* (*Coryphospingus cucullatus*), muito sociavel, mas inimigo irreconciliavel dos arrozaes, donde o seu nome popular de *papa-arroz*; a *patativa* (*Sporophila plumbea*), bom cantor como tambem o são o *canario* e o *pintasilgo* (*Sicales*); a *graúna* (*Cassidix oryzivora*), de grande fama; o *curió* ou *avinhado* (*Oryzoborus angoleusis*), de canto melodioso, etc.

A ordem dos *pombos* (*Columbidæ*) conta alguns membros na fauna parahibana. São elles: a *pomba-verdadeira* (*Columba rufina*), a *pomba rolla* (*Columba picui*), a *Juriti* (*Peristeridæ*), a *rebaçan* ou de *arribação*, filhad o sertão parahibano e que empresta nota caracteristica á vida do homem do campo, para o qual muitas vezes serve de poderoso auxilio por occasião da secca. Apparecem todos os annos na Catinga ao terminar o inverno em bandos innumeraveis, que são immediatamente atacados a tiros e até a pauladas, quando por outro lado vão soffrendo estragos causados pelos animaes carnivoros e pelas cobras, com especialidade as cascaveis. E' enorme a quantidade de ovos que deixam espalhados pelo sólo para maior gaudio de todos, gente e animaes.

Representam os *gallinaceos* (*Rasores*): o *inhambú-açú* (*Crypturus obsoletus*), do tamanho de uma gallinha; o *inhambú-mirim*; a *jaculinga* (*Penelope leucoptera*) muito espalhada; o *jacú* (*Penelope superciliaris*); o *aracuan* (*Ortalis squamata*), de todos o menor, que vive no interior do Estado.

Os *gralatores* ou pernaltas corredores são communs na Parahiba, desde o *ostraceiro* do littoral (*Hæmatopus pallatus*) até a *seriéma* (*Microdactylus cristatus*) do chapadão do interior. Citaremos mais o *maçarico* (*Arenaria alba*), habitante das praias; a *saracura* (*Aramides*), de varias especies, esguia e corredora, ás vezes, do tamanho de uma gallinha, habitante das regiões lacustres; a *jaçanan* (*Parra jacana*), de plumagem linda, etc. A *seriéma*, do grupo das cegonhas, que lembra uma pequena abestruz, tem longas pernas vermelhas e se nutre de formigas, lagartas e fructas. Ao lado destes avultam a *colhereira* (*Cancroma cochlearia*), filha dos pantanos, cujo nome decorre do bico longo e achatado; *as garças* e *socós* (*Ardeidæ*), etc.

Palmipedes — Conta desta ordem a Parahiba algumas aves lacustres e palustres, como os *marrecos* (*Anas brasiliensis*), e os *paturis* (*Anas viduata*). Pelo marginar dos rios e riachos não é raro encontrar-se o *mergulhão* (*Plotus anhinga*).

Reptis — Não possue a Parahiba *che'onio* que se approxime da gigantesca *Jurará-açú* (*Emys amazonica*), a rainha das tartarugas d'agua doce e cujo dominio é o "Rio-Mar"; entretanto, seus rios e lagôas contam outras Emys, de tamanho inferior, fecundidade menor e de pequena ou nenhuma importancia commercial, como o *kagado* (*Emys depressa*), de acanhado desenvolvimento; o *jaboti* ou *kagado grande do matto* (*Testudo tabulata*), de costumes terrestres, etc.

Crocodilos — São todos os crocodilos brasileiros da familia dos *Alligatoridæ* e muito communs em todo o paiz. O caïman parahibano parece ser o *jacaré-tinga* (*Caïman sclerops*), que attinge difficilmente 2 m., e habita os rios e lagôas em convivencia com outras especies menores, raras vezes vistas á tona d'agua. Não excedem estas ultimas de 1,50 m. de comprido.

Dentre os *lagartos* (*Saurios*) ha especies variadas quanto á forma e dimensões, á côr e aos habitos. Alguns individuos são inoffensivos e seduzem pela sua agilidade e tons cambiantes, como os *cameleões*.

Ophidios — Não são raras as cobras no Estado, algumas venenosas e outras até temiveis pelos males que geram, e neste particular se distingue a *cascavel*, cognominada de "terrivel".

A *Giboia* (*Boa constrictor*), grande e musculosa, é chamada pelo povo *cobra de veado*, chega a ter 9 m. na média e se acoita nas anfractuosidades das rochas, nos buracos e nas moitas. Ataca mammiferos adultos, como a paca, a capivara e os proprios veados.

Dentre as pequenas cobras inoffensivas e muito espalhadas pelo Estado, convém assignalar as *cobras cipos*, como a *caninana* (*Coluber pœcilostoma*) que alcança 3 m. de comprido, generalizada; a *coluber bicarinatus*, notavel pela agilidade, etc.

Nas serpes venenosas sobresahem as *crotalides* e entre ellas a *cobra de cascavel* (*Crotalus horridus*), de dentes aguçadissimos e peçonha de extraordinaria toxidez. Parece ser essa cobra verdadeiro flagello para a Parahiba, pois, refere Joffily que se acha hoje espalhada por toda parte, apesar da guerra que se lhe tem movido. E' em geral mais de temer durante as primeiras aguas, nas limpas dos roçados e no fim do inverno. Outra congenere egualmente venenosa é a *surucucú* (*Crotalus mutus*), assim denominada (*muda*) por não trazer chocalho caudal. A mais commum nessa categoria de serpentes é a *jararáca* (*Bothrops*) nas suas tres sub-divisões, *grande*, *pequena* e *preguiçosa*, cobra venenosissima, de côres sombrias, tão amiga dos logares humidos como dos sitios seccos e pedregosos.

Outra serpe egualmente temivel é a *Elaps coralinus* — a *coral* — de côres vivas e brilhantes, dispostas em anneis tricolores distribuidos por toda a extensão do corpo.

BATRACHIOS — São seus representantes os *sapos* e *rans* espalhados por todos os logares humidos, em numero prodigioso, mau grado a guerra que lhes movem as aves, os saurios e outros animaes.

PEIXES — Fazendo abstracção das especies oceanicas, que acodem ás praias, bahias e emboccaduras de rios, a Fauna ichthyologica d'agua doce no Brasil é de extraordinaria riqueza. Basta, para o comprovar, que se aponte exclusivamente a bacia do Amazonas, onde as especies proprias do rio abeiram de 2.000! A falta d'agua perenne em muitos dos rios e lagôas da Parahiba contribue, sem duvida, para o apoucamento das especies, mas estas conseguem ainda assim manter-se graças á especial adaptação ao meio, como veremos adeante.

Entre as especies parahibanas destacaremos o *Schizodon fasciatus*, o *curimatã*; o *Syodus*, a *trahira*; o *Leporisus*, o *piau*; o *Chromis acará*, o *acará*; o *Silurus Bagre*, o *bagre*; o *Serrasalmo piranha*, a *piranha*, além de outras de importancia menor.

Seja-nos licito, em tratando de peixes, adduzir algumas observações interessantes a respeito, tanto mais quanto se referem aos do Estado.

Uma dellas é a da pobreza de especies herbivoras em contraste com as carnivoras, em algumas das quaes até esta propensão apparece exaggerada. Outra é a da *locomoção* que se realiza em epochas regulares, na estação das aguas, e que póde ser observada em muitos pontos do territorio brasileiro. Assim no Rio Cuiabá, em Matto-Grosso, descem os peixes para o Paraguai em Outubro e Novembro e regressam em Maio e Junho; no Amazonas os habitantes dos affluentes septentrionaes e meridionaes procuram, na occasião da desova, a arteria-mãe; no S. Francisco, no começo do verão, seguem os peixes pela correnteza abaixo até ás quédas de Paulo Affonso. Na Parahiba, o phenomeno tambem se repete, com a differença de que o peixe atravez dos tempos millenarios soube accommodar-se, por força da selecção e da adaptação, ao regime especial dos rios, ao mesmo tempo que modificava o seu processo migratorio.

Com a baixa completa das aguas concentram-se elles nos poços remanescentes, que a secca isola uns dos outros, e ahi se mantêm até que com as chuvas venha a enchente restitui-los ao seu *habitat* normal. Apesar do volume extraordinario das aguas adventicias, que, no Parahiba, formam uma onda de regular velocidade e altura de 3 a 4 m., trazendo, além disso, de envolta, detritos vegetaes e animaes, e em suspensão, muita materia organica, barro, areias e lodo, percorrem os cardumes de peixes *em poucas horas* distancias espantosas, *subindo* a corrente para surgir nos menores riachos, de onde a secca os afugentara.

Refere Joffily que em certos peixes, como o *acará* e a *trahira*, é maravilhosa a vitalidade, pois, se conservam no lodo ou na vaza ainda humida dos poços e açudes, embora já estejam estes completamente exgottados.

Dentre esses peixes viajores da Parahiba avantajam-se dois, o *curimatan* e a *piranha*, com a circumstancia de effectuar este ultimo as suas migrações em bandos de milheiros de individuos cada um. Tem 2 a 3 palmos de comprimento este terrivel animal, que apparece em quasi todos os grandes rios brasileiros, notando-se que no Estado o rio principal pelo volume das aguas delle recebeu o nome. A sua descommunal voracidade e insaciavel sêde de sangue o impellem a atacar o homem ou os grandes animaes, como o boi, o cavallo e a anta, quando, por sua desgraça, atravessam o lençol d'agua em que cruza, em bando, sempre em busca de uma presa para devorar. Preferem as piranhas os remansos e as aguas mortas ou de correnteza fraca, mais propicias ás suas evoluções. Ao lado dessa perigosa especie, outras existem, vorazes e carnivoras, quasi tão temiveis quanto ella: são o *Pygocentrus nigricans* e o *Pygocentrus niger*, conhecidos tambem pelo povo sob a denominação de *piranhas*.

INSECTOS — Já tivemos ensejo de alludir, de passagem, á prodigiosa quantidade de insectos existentes nas florestas brasileiras, mas o *numero* não é a principal caracteristica, que os distingue dos congeneres europeus, e sim divergencias que radicalizam a dissemelhança.

Assim, ao passo que a proporção dos insectos herbivoros é de 9 para 1, consoante Pizarro, no Brasil, quando comparado á Europa, a proporção quasi se inverte em relação aos carnivoros, sendo os desta classe no Velho-Mundo de proporções maiores que os congeneres americanos.

Conta a Fauna entomologica da Parahiba boa representação das diversas ordens e familias por que se divide e reparte. Encontram-se em seu territorio *coleopteros* herbivoros, que o vulgo denomina *cascudos*, quasi sempre localizados nos logares sombrios e nas arvores; *coleopteros* carnivoros, como certas aranhas, algumas notaveis pelo matiz das côres, belleza da fórma e diversidade das dimensões; *acridios* ou *gafanhotos*, uns verdes, outros vermelho-escuros, todos depredadores e temidos; *cicadias* ou *cigarras*, *conorhinios*, *percevejos* commum e do matto, etc.

A ordem dos *nevropteros* conta os *termites* ou *formigas brancas*, que o povo appellida de *cupim*. Vivem esses cupins em colonias nos logares onde haja sombra. São conhecidos seus ninhos de barro de fórma ovoidal, espalhados pelos campos e encostas de morros, mas a acção depredadora desses insectos ainda mais os popularizou. Atacam indistinctamente o madeiramento das casas, como o mobiliario das mesmas. Estão espalhados pelo Estado o *Termes devastans* ou *cupim commum*, o *nasutum* e o *flavicolle*.

São *Hymenopteras* as *formigas* e estas avultam no Estado, umas mais temidas pragas dos lavradores, cujas plantações devastam, levando a sua faina de destruição até ás arvores que despem de folhas. Algumas do genero *Ponera* são perigosas para o homem por provocar sua mordedura grande dôr, acompanhada de forte inflammação. Contam-se entre as especies espalhadas pelo Estado a *saúva* (*Atta cephalotes*), de costumes rusticos; a *guajiguajú* (*Formica destructor*), a *tapipitinga* (*Formica omnivora*), pequena, de côr arruivada, muito commum nas casas, que invade aos bandos; a *tocandira*, de picada dolorosa, etc.

A ordem dos *lepidopteros* ou das *borboletas*, de representação prodigiosa no Brasil, onde Bates, só no Amazonas, classificou 550 especies, tambem conta numerosos individuos na Parahiba. Dentre os seus *lepidopteros* evidenciam-se algumas especies indigenas de *bombycidios* — os *bichos de seda* — abundantes no sertão, com especialidade no Municipio de Areia, conforme adeantou em seu *Relatorio* o engenheiro Retumba.

A ordem dos *dipteros* — *mosquitos*, *moscas*, *pulgas* e *piôlhos*, é bem representada pelos referidos insectos, que perseguem e molestam o homem e animaes. Distinguem-se nos primeiros o *maruim* (*Simulium*), o *pium* e alguns outros culicideos; nas moscas se destaca a *mutuca* e nas pulgas o *bicho do pé* (*Sarcopsilla penetrans*), tão generalizados e conhecidos que dispensam descripção. Existem tambem nos Estados representantes dos *myriapodos*, como a *japuruca* ou *lacrau* (*Scolopendra morsitano*), de mordedura temivel; dos *arachnides* ou *aranhas*, que encerra, além destas, o *carrapato* (*Ixores americanus*, *Ixores crenatus*); dos *scorpionidios*; dos *anthropodos*, representados pelos *crustaceos* communs das praias, o *uçá* (*Cancer uçá*) ou *caranguejo da terra*, os *siris*, *lagostas*, etc.

Deixamos para fecho dessa despretenciosa enumeração os *Apidæ*, de que ha especies indigenas na Parahiba, de grande importancia commercial pelo mel e pela cera que produzem.

Pertencem essas abelhas aos generos *melipona* e *trigona*, este de individuos menores que os daquelle, mas productores de melhor mel, como succede com a *jati* (*Trigona jati*).

Receberam nomes locaes, quasi todos tupis como a *irapuan*, que deriva o nome da fórma arredondada da colmeia; a *uruçá*, já domesticada; a *jandahira*; a *tubiba*; a *mandaçaia*, etc. Algumas *vespas* (*hymenopteros*) tambem fabricam mel saborosissimo, como a *inxú*, *inxui* e *capuxú*, ao passo que outras ha cujo producto encerra elementos toxicos.

VIII

População e dados ethnographicos

Origens e historia

Com o terminar a primeira metade do seculo XVII já estava povoada parte do interior da Parahiba sem que estabelecessem relações os seus habitantes com os da zona littoranea; essas só se realizaram nos ultimos decennios daquelle seculo. Concorreram para esse quasi isolamento a falta de rios navegaveis, que do sertão parahibano levassem directamente á costa, e tambem a existencia nas lindes do chapadão Norte oriental de duas caudaes que preenchiam semelhante fim, o Parahiba e o S. Francisco.

Quando surgiram os Portuguezes e Francezes, indigenas de duas raças inimigas estavam estabelecidos em terras parahibanas, os *Cupis* e os *Cariris*. Estes, que até hoje não lograram ainda classificação definitiva, foram estudados por homens da estatura de Martius, Von den Steinen, Ehrenreich e Capistrano de Abreu e, na realidade, pelos seus caracteres peculiares, costumes e historia, justificam o interesse que despertaram, tanto mais quanta não pequena foi sua contribuição para formar a gente sertaneja, da qual descendem os actuaes habitantes do interior do Estado.

> « Eram os Cariris de estatura média e compleição robusta, côr acobreada, nariz grosso, rosto redondo, cabeça *chata*, (diz Joffily), typo ainda hoje da maioria dos sertanejos dos Estados da Parahiba, Rio Grande e Ceará. O cabello preto, grosseiro e aspero, traziam pendente sobre o pescoço; mas para deante era curto, não passava das orelhas. Andavam nús, menos nas occasiões das festas ou quando iam á guerra, porque então cobriam-se de pennas de araras, papagaios e maracanans.
>
> A sua religião consistia em uma especie de culto que prestavam ao espirito do mal; e para este fim tinham feiticeiros, — *pagés ou caraïbas* — tidos por elles em grande veneração. Diz Herckman que as mulheres eram muito bonitas de cara; e que os meninos começavam a andar quando tinham nove ou dez semanas! Nesta edade os lançavam logo n'agua para aprenderem a nadar; o que todos faziam com perfeição.
>
> Attingiam a uma edade muito avançada, que se computava em 150, 160 até 200 annos; e não podendo mais andar, eram carregados em rêdes; e emquanto mais velhos maiores honras lhes tributavam. »

O governador hollandez Elias Herckman, que bem os conheceu, diz que andavam armados de massa de guerra, arco e flechas, além de usarem azagaias, que destramente arremeçavam ao longe, "depois de encaixadas em uns canudos que no dedo trazem". Utilizavam-se tambem de machados de silex, de cabos compridos. Na opinião dos antigos auctores teriam sido muito atrazados, vivendo exclusivamente de caça e pesca, "sempre no campo, com mudar os sitios sem se cançarem em lavrar e cultivar a terra".

Pensa Capistrano de Abreu que taes affirmações peccam por peremptorias:

> « Os Cariris, (pondera o eminente historiador), deviam ter alguma agricultura, aliás inferior á dos Tupis; e deviam-te-la porque suas rêdes eram de algodão e o fumo occupava logar importante em suas observações cultuaes — tão importantes que *Badzé* era ao mesmo tempo o nome da herva e um de seus deuses. »

O auctor das *Notas sobre a Parahiba* adeanta que fabricavam grosseira ceramica a que pertenciam toscas urnas funerarias, do genero de uma que lhe fôra dada pelo vigario Ramos, tendo sido por este encontrada na Alagôa do Monteiro. Mas esta descoberta vem por sua vez egualmente contrariar a pecha de animalidade atirada aos Cariris, pois tende a mostrar que o culto dos mortos era por elles conhecido

Divididos em dois grupos, os *Dzabucuá* e os *Kippea*, ao primeiro pertenciam os Cariris, habitantes primitivos da Parahiba, dispersos pelo interior, mas fazendo não poucas investidas, de regresso ao littoral, em lucta accesa com os Tupis, que delle haviam enxotado esses *tapuias*, como o appellidavam desdenhosamente.

Esses *Cariris-Velhos*, assim denominados por terem recebido a catechese antes dos outros Cariris do Ceará, habitavam a Borborema, subdividindo-se em diversas tribus. Dessas era a principal a dos *Sucurús*, localizada na bacia do Parahiba superior e na de seu tributario, o Taperoá, extendendo-se o seu *habitat* para o Sul até *Cimbres*, em Pernambuco.

Em zona limitrophe ficava outra, a dos *Cariris propriamente dictos* ou *Bultrins*, que occupavam a zona de Campina Grande e o territorio apertado entre as serras do Bodopitá e Cariris-Velhos.

Outros Cariris eram os *Janduis* e *Caracarás*, dos valles do Curimatahú e Trahiri e das serras de Araruna e Caxèxa.

Nos iros das Espinharas e Sabogi, bem como no alto Piranhas ficavam os *Arius* ou *Areás* e os *Pegas*. No valle do Rio do Peixe dominavam os *Icós*, do Ceará. Os *Paiacús*,

que muito padeceram dos Paulistas domiciliados no Assú, e os *Caicós* vagueavam pelo médio Piranhas e baixo Espinharas.

Eram tupis as duas tribus: dos *Tabajaras*, da nação Tupiniquim e dos *Potiguaras* pertencentes ao grupo dos Tupinambás. Achavam-se fixadas no littoral da Parahiba, occupando uma faixa que não devia exceder 20 leguas em largura. Dividia-lhes as áreas respectivas o Rio Parahiba. Da margem direita da caudal aos limites septentrionaes da extincta Capitania de Itamaracá corria o territorio onde imperavam os Tabajaras, de costumes mais sedentarios, fieis alliados dos Portuguezes, com quem facilmente se cruzaram. Possuiram chefes illustres, cujos feitos apparecem na Historia do Brasil; como *Itagibe*, *Piragibe* e *Tabira*.

Diz Joffily que todas as aldeias ao Sul do Cabo Branco foram fundadas por indigenas Tabajaras e disso dão ainda hoje testemunho as villas de *Jacoca* e *Alhandra* e a *Povoação da Taquara*

Os Potiguaras, por muitos annos alliados dos Francezes, extendiam-se da margem esquerda do Parahiba aos confins da Serra de Ibiapaba, no Ceará. Tinham aldeias nas ribanceiras do Mamanguape e Camaratuba e nas praias da Bahia de Acajutibiró, nucleos que foram origem das actuaes *Mamanguape* e *Villa da Traição* — "onde, diz Joffily, ainda hoje se vê prevalecendo o seu sangue na maioria da população".

Conquista do Sertão

Desviara a guerra hollandeza a attenção da gente do littoral para as coisas do sertão; logo, porém, que se ultimou a restauração do dominio Portuguez se tornou inevitavel a penetração. Encetaram a tarefa os missionarios, e com exito, mas em breve ia ser a obra dos apostolos da paz conspurcada pela damnosa cubiça dos "caçadores" de indios.

A primeira missão dos Cariris foi a do *Pilar*, a 12 leguas de distancia da Parahiba, acreditando Joffily tivesse sido fundada em 1670 ou 1671. Animados pelos resultados colhidos, embrenharam-se, em mais longe os frades, subiram pelo Valle do Ingá, que os levou ao Chapadão da Borborema. Ahi, no sopé de um oiteiro, em planura que se dilatava por leguas, crearam a segunda missão dos Cariris — *Campina Grande*.

Cêdo ia este rasgo de ousadia catechista repercutir no littoral traduzindo-se por expedição de conquista. Duas bandeiras foram organizadas, e uma dellas, a do capitão-mór Theodozio de Oliveira Ledo, depois de deixar a Missão do Pilar, enveredou pelo *Valle do Parahiba*, combatendo os Cariris, que levou de vencida, e pelo boqueirão do rio attingiu *Carnogó*, onde se demorou. Proseguindo em seu avanço, entrou pelo *Rio Taperóa*, tendo ahi que sustentar renhida peleja com os Sucurús, logo adeante derrotados. Atravessou então a Borborema a expedição e, descendo pela escarpa occidental, attingiu *Piranhas*. Realizou-se "a entrada" antes de 1679, porque, como prova Joffily com documento existente na Bibliotheca Publica da Parahiba, já nessa data era Ledo *capitão-mór das Piranhas* e *Piancó*.

Mais ou menos naquella epocha entravam pelo Piancó bandeirantes paulistas e bahianos vindos do S. Francisco e tambem do Piauhi. Encontraram-se, pois, as duas correntes, que trataram de dividir entre si as terras conquistadas, reduzindo ao captiveiro os desgraçados indigenas escapos ao trucidamento. Fundaram-se fazendas de gado, que não tardaram a fruir franca prosperidade e, sem duvida, nenhum tropeço mais lhes adviria se não fosse um levante geral dos *Cariris* dos "Tapuias" (como os denominava a linguagem do tempo), conspiração admiravelmente urdida e que a principio logrou exito devido á surpresa.

Durou annos a guerra, extendendo-se pelos dois primeiros decennios do seculo XVIII, terminando pela submissão total dos indigenas, dos quaes muitas aldeias serviram de origem a villas e cidades da actual Parahiba do Norte. Fallam os documentos publicos de nove aldeias cariris, a saber:

a dos *Icós Pequenos* (Sousa); a dos *Pegas* (Pombal); a de *Nossa Senhora do Rosario do Curema*; a de *S. José do Panati* (Piancó); a de *S. João do Brejo de Fagundes*; a de *Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande*; a do *Pilar*; a de *Santa Thereza* e *Santo Antonio da Boa Vista*; e a do *Boqueirão* no Rio Parahiba.

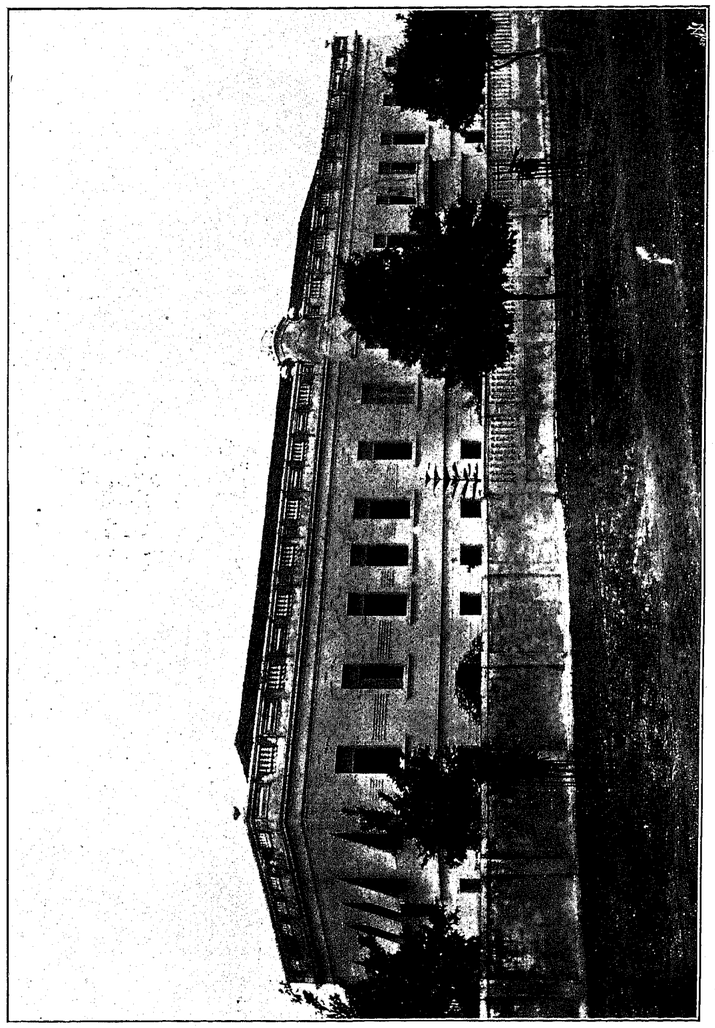
Desses elementos indigenas de duas raças — a *tupi* e a *cariri* e dos que vieram do exterior, o *luso* e o *africano*, originou-se a actual população parahibana, sem que todavia entrassem todos em egual proporção. O coefficiente autochtone em fins do seculo XVI não devia ser muito inferior a 15 ou 20.000 almas segundo Joffily, concorrendo o tabajara no littoral e o cariri no sertão. A fusão mais completa dos tres factores ethnicos, dos quaes o infimo foi o africano, se deu na zona *Mamanguape — Camaratuba*, rica em engenhos de assucar, mas pontos houve em que circumstancias de ordem local, como sejam falta de communicações, insignificancia das lavoiras, por conseguinte ausencia quasi completa de trocas, trouxeram a "insulação" da raça indigena. *Na Bahia da Traição*, a Norte, e em *Alhandra*, no extremo opposto, ainda hoje se encontra o antigo typo autochtone puro.

No interior a proporção do elemento africano trazido á Parahiba, especialmente por mingua de braços para a lavoira da canna, foi muito mais escassa que no littoral, não só porque se tornou pequena a procura, mas sobretudo por preferirem os senhores de engenho o indio como auxiliar na creação do gado, em vista do seu natural pendor para uma funcção mais adequada á sua indole, que difficilmente se coaduna com trabalho sedentario, pertinaz e prolongado. Por isso, encontram-se no sertão nucleos onde a fusão dos dois elementos, o portuguez e o indigena, se deu, ora com o predominio do primeiro, ora com a supremacia do segundo.

População actual

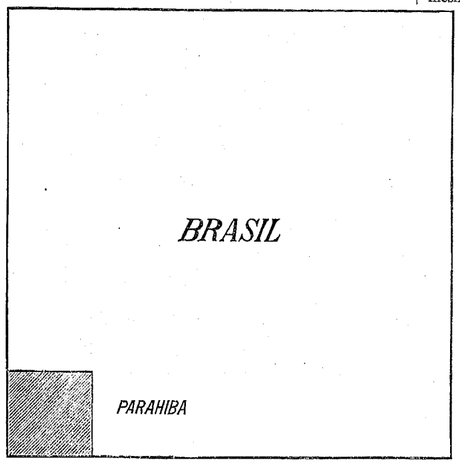
Em 1900 a população da Parahiba do Norte era de 490.784 habitantes; em 1910 subira a 604.985 e em 1912 ascendera a 630.171 almas. O recenseamento official de 1 de Setembro de 1920 accusa 961.106 habitantes e no anno do centenario da Independencia deve exceder certamente de *um milhão*.

Sendo avaliada, pelo recenseamento de 1920, em *30.635.605 almas*, a população total do Brasil, representará a da Parahiba do Norte, quando lhe for comparada, pouco mais ou menos 1/30. A densidade do Estado parahibano é actualmente de 12,861 habitantes por km.².



Orphanato "D. Ulrico" (Parahiba do Norte)

Calcula Coriolano de Medeiros em 106.541 km. a superficie da Parahiba; neste caso cahiria a densidade a 9,020 habitantes por km.².



IX

Organização politica

Define-se o Estado da Parahiba na Federação brasileira pelo art. 1º de sua Constituição:

« Art. 1º. A Parahiba do Norte, com seus antigos e conhecidos limites, fazendo parte integrante da republica federativa dos Estados Unidos do Brasil, constitue-se em Estado autonomo, com a denominação de Estado da Parahiba do Norte, nos termos da Constituição Federal da União Brasileira.

Art. 2º. O seu governo é o republicano, constitucional, representativo, exercido por tres poderes independentes e harmonicos entre si — o Legislativo, o Executivo e o Judiciario.

Art. 3º. Os tres poderes constitucionaes, de que faz menção o art. 2º, são delegações da soberania popular. »

O Poder Legislativo — E' constituido por uma assembléa de 30 deputados eleitos pelo povo, durando o seu mandato quatro annos. E' séde do legislativo a capital do Estado, onde se realizam as sessões annuas, sendo de dois mezes a duração de cada uma.

O Poder Executivo — Cabe a um presidente, que é o chefe do Estado. Dura egualmente quatro annos o periodo presidencial, não podendo o presidente eleito e em exercicio ser reeleito para o periodo governamental immediato. Por força do § 1º do art. 28 "o presidente será successivamente substituido em seus impedimentos temporarios, ou falta, por um primeiro e um segundo vice-presidentes, eleitos na mesma occasião que o presidente, pelo mesmo espaço de tempo e com os mesmos requisitos".

O Poder Judiciario — Estabelece a Constituição do Estado pelo art. 44:

« O Poder Judiciario é independente e será composto de juizes e jurados, assim no civel como no crime. »

E pelo art. 45:

« Para julgar as causas em segunda e ultima instancia haverá um Superior Tribunal de Justiça, com séde na capital do Estado. »

O Superior Tribunal de Justiça consta de seis membros, dos quaes um serve de Procurador Geral.

Sob o ponto de vista judiciario comprehende a Parahiba 16 comarcas, 20 termos e 88 districtos de paz. São comarcas a *Capital, Itabaiana, Guarabira, Mamanguape, Areia, Alagôa Grande, Bananeiras, Campina Grande, S. João do Cariri, Alagôa do Monteiro, Picuhi, Patos, Piancó, Sousa, Pombal* e *Cajazeiras.*

Poder Ecclesiastico — Diz o sr. João de Lyra Tavares no seu livro — *A Parahiba*:

« E' o Estado séde de um bispado, que abrange tambem o Rio Grande do Norte. Os limites do bispado pela parte do Sul foram alterados por solicitação do bispo de Olinda, de modo que desde 1899 pertencem á Diocese da Parahiba as freguezias de *Alhandra, Taquara, Nossa Senhora Rainha dos Anjos de S. Miguel de Taipú, Nossa Senhora da Conceição do Pilar, Barra do Natuba, Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras, Alagôa do Monteiro* e *Santa Maria Magdalena da Serra do Teixeira.*

Comprehende o bispado 76 freguezias situadas nos dois Estados de sua jurisdicção. »

Representação Federal — A Parahiba manda cinco deputados ao Congresso Nacional e conta tres representantes, como os demais Estados da Federação, no Senado Federal.

Municipios — São 39 os municipios da Parahiba e os seus representantes nas respectivas camaras, os *conselheiros municipaes*, ascendem a 300. Damos á pagina seguinte um schema dos municipios parahibanos com a respectiva população em 1912 e 1922. Calculámos esta ultima, admittindo progressão normal e com a adopção da taxa de crescimento — 2,57 — empregada pela Directoria Geral de Estatistica.

De preferencia á ordem alphabetica adoptamos a classificação dos municipios de accôrdo com a respectiva população na ordem decrescente. Tomámos de emprestimo para as áreas as avaliações fornecidas por Coriolano de Medeiros em sua obra referente á Parahiba e por nós já citada. Por ellas se verfica que este auctor não acceita a área official — 74.731 km.², elevando-a para 106.541 km.². Indicam esta

divergencias a necessidade inadiavel da fixação dos limites e a subsequente rigorosa determinação da superficie do Estado.

Schema dos municipios parahibanos na ordem decrescente de sua população

ORDEM	MUNICIPIOS	POPULAÇÃO — 1912	RECENSEAMENTO DE 1920	SUPERFICIES EM KM².	DENSIDADE POR KM².
1	Campina Grande	17.911	70.806	6.750	10,489
2	Parahiba	48.425	52.990	900	58,88
3	Guarabira	34.006	59.095	1.500	39,396
4	Bananeiras	30.480	47.589	1.080	44,064
5	Areia	29.198	43.451	1.370	31,716
6	Mamanguape	15.000	39.534	6.851	5,770
7	Espirito Santo	16.000	37.385	1.200	31,154
8	Alagôa Nova	13.439	35.239	600	58,731
9	Itabaiana	19.430	33.278	875	38,489
10	Alagôa Grande	19.236	26.291	900	29,212
11	Pilar	13.000	26.242	2.280	11,509
12	S. João do Cariri	29.409	25.336	6.438	3,935
13	Santa Rita	20.000	25.160	1.088	23,125
14	Alagôa do Monteiro	16.500	25.142	10.425	2,411
15	Umbuzeiro	12.000	24.789	2.070	11,975
16	Araruna	16.985	24.116	3.844	6,273
17	Serraria	12.500	24.027	1.500	16,018
18	Picuhi	11.940	23.635	1.500	15,756
19	Pianeó	17.085	23.530	10.200	2,306
20	Caiçara	13.602	23.394	890	26,285
21	Sousa	15.532	23.241	1.575	14,756
22	Ingá	11.940	20.481	900	22,756
23	Patos	19.606	19.901	5.250	3,790
24	Pombal	16.000	19.299	2.100	9,19
25	Cabaceiras	11.990	18.514	4.050	4,571
26	Princeza	13.000	18.364	3.700	4,963
27	Catolé do Rocha	15.000	15.754	5.451	2,890
28	S. João do Rio do Peixe	8.567	14.387	1.674	8,594
29	Teixeira	14.851	14.038	1.782	7,877
30	Cajazeiras	12.000	13.759	1.575	8,735
31	Pedras de Fogo	9.950	12.566	1.125	11,169
32	Misericordia	13.626	12.218	2.300	5,312
33	S. José de Piranhas	12.000	11.357	1.575	7,210
34	Santa Luzia do Sabugi	5.165	11.076	2.718	4,075
35	Brejo do Cruz	9.384	10.382	500	20,764
36	Soledade	8.628	10.065	2.880	3,494
37	Taperoá	7.960	9.747	900	10,83
38	Conceição	15.000	9.544	4.125	2,313
39	Cabedello	3.826	5.384	100	5,384
		630.171	961.106	106.541	

X

Geographia Politica da Parahiba

1. Municipio da Parahiba

A área desse municipio, conforme avaliação de Coriolano de Medeiros, é de 900 km.². Sua população pelo Recenseamento de 1920 é de 52.990 almas. A densidade por kilometro quadrado é de 58,88 habitantes.

LIMITES

A Léste, o Atlantico; a Sul, o Estado de Pernambuco (Municipio de Goiana); a Oéste, os municipios de Pedras de Fogo e Santa Rita; a Norte, este ultimo e o do Cabedello.

Comprehende, além da capital, as povoações de *Conde*, *Pitimbú*, *Alhandra*, *Taquara*, *Tambahú*, *Guagerú*, *Gramame*, *Bessa*, *Abiá*, etc.

CAPITAL — Erguê-se a cidade á margem direita do pequeno Rio Sanhauá, quando reune suas aguas ás do estuario do Parahiba. Occupa a casaria o terreno elevado e a planura existentes na base de uma peninsula, que ahi tem uma largura de 6 km., extendendo-se para o Norte em distancia quadrupla até ao Cabedello, na foz do Parahiba, ficando premida entre este e o mar. Vista do rio, offerece a cidade aspecto pinturesco e agradavel, para que muito contribue a vegetação luxuriante que a cerca; de perto apresenta o typo dos emporios coloniaes, com as suas casas baixas, ruas antes tortuosas e despreoccupação quasi absoluta de architectura. O modelado do terreno divide a Parahiba em dois bairros, o "Baixo" ou "Varadoiro" e a Cidade Alta, ficando de permeio edificações particulares e publicas.

E' o "Varadoiro" de feição commercial, pois ahi se encontram armazens, casas de negocio, fabricas, officinas, estabelecimentos bancarios, hoteis, etc., além de varias repartições publicas — a Alfandega, a Capitania do Porto, o Telegrapho Nacional, a Estação da Estrada de Ferro Conde d'Eu, etc. A Cidade Alta encerra os edificios publicos estaduaes — o Palacio do Governo, o Paço Episcopal, a Bibliotheca Publica, a Santa Casa, o Correio, a Imprensa Official etc. Na zona intermediaria aos dois bairros, a par da casaria destinada a residencias particulares ou a negocios varios, ficam tambem edificios publicos, como a Assembléa Legislativa, o quartel da Força Militar do Estado, o Thesoiro, o Archivo publico, etc.

Algumas ruas são largas e de regular movimento, como a do Barão da Passagem e a Nova, quasi todas calçadas a parallelepipedos; praças ha bem amplas e ajardinadas, como a de Bento da Gama, da Mãe dos Homens, Pedro Americo, Alvaro Machado, Quinze de Novembro, Vidal de Negreiros e a da Cathedral. São muitos os conventos e egrejas: os primeiros talvez sejam os unicos que revelem certa preoccupação architectonica, notando-se-lhes severidade no todo e austeridade nas linhas.

O de Santo Antonio é de todos o mais amplo e o de Nossa Senhora do Monte-Serrat, do O B, o mais singelo, com a sua torre de caracter ogival; o do Carmo, aproveitado pela Mitra, e junto ao qual se ergue o Paço Episcopal, construcção elegante, de inspiração grega com as suas columnas encimadas pelo respectivo frontão. Das egrejas merecem menção a de S. Pedro Gonçalves, de bom estylo, na Cidade Baixa; as de Nossa Senhora da Conceição, outr'ora convento de S. Gonçalo, de Nossa Senhora das Mercês, do Rosario, da Mãe dos Homens, etc.

A instrucção, secundaria e primaria, é ministrada na capital: a primeira pelo Lyceu Parahibano, Escola Normal, Collegio Diocesano e Seminario, além de cursos particulares e a segunda pelas escolas publicas e privadas.

Centro colonial primitivo e resentindo-se dessa sua origem, vai no emtanto progredindo a cidade, a caminho de desenvolvimento mais amplo, graças a um esforço por melhorar suas condições e ao qual não tem sido extranho o Governo Federal, já cuidando de seu futuro economico, já attendendo á situação sanitaria do Estado, como attestam as obras do Porto da Parahiba e a prophylaxia rural das molestias proprias do interior e que determinou a fundação na capital de um hospicio moderno com 50 leitos.

Os serviços de hygiene e da limpeza publica necessitam de maior desenvolvimento, bem como se impõe a creação de uma rêde de exgottos. E' regular o serviço de abastecimento de agua e tambem o da illuminação electrica. As communicações entre os diversos bairros são asseguradas por linhas de "bonds", que egualmente os ligam com os arrabaldes de Tambiá, Trincheiras e Ponta do Matto. Possúe a Parahiba varias praias de banhos, Bessa, Penha, Ponta do Matto, Tambahú, muito frequentadas no verão.

Conta a capital para mais de 3.000 predios e a sua população urbana em 1909 era calculada em 30.000 habitantes; hoje deve ascender a 40.000 almas. Por ser o principal centro populoso do Estado e o seu verdadeiro e unico intermediario com o exterior precisa melhorar a Parahiba o seu porto de maneira a adapta-lo ás exigencias da navegação moderna e ás possibilidades futuras de um commercio em ascenção. Dragagens feitas no Parahiba não produziram os effeitos esperados, o que provocou a intervenção do Governo Federal. Sendo presidente da Republica o dr. Epitacio Pessôa, ficou assentada a execução das obras necessarias para fazer da Parahiba verdadeiro porto commercial.

Em 1921 a firma Walker and C°., já concessionaria do Porto do Natal, iniciou fortemente a dragagem do Canal do Cabedello ao mesmo tempo que encetava a construcção do cáes da cidade e a edificação dos armazens fronteiros á zona commercial para "libertar a capital dos inconvenientes de um porto longinquo". Têm proseguido os trabalhos com intensidade, sendo de esperar o seu termino em futuro não remoto.

Historico — Foi fundada a Cidade da Parahiba em 5 de Agosto de 1585, dia de Nossa Senhora das Neves, sua padroeira, pelo capitão João Tavares, depois de firmada a paz com Piragibe, maioral dos Tabajaras. A primeira edificação foi a de um tosco fortim de madeira levantado perto do rio.

Com a dominação hispanhola passou a cidade a chamar-se *Philippéa* em honra ao rei de Hispanha até que em fins de 1634, com a conquista hollandeza, foi chrismada de *Frederikstad*, em homenagem ao *stathuder* Frederico Henrique. Com a expulsão dos Batavos em 1654 voltou a ter a primitiva denominação.

JACUOCA — Chamada *Conde* pelos Portuguezes e *Mauricéa* pelos Batavos. Fica esta villa a quatro leguas ao Sul da capital. Foi originariamente uma aldeia de indios Tabajaras e situada está em terreno fertil, propicio ao cultivo da canna, cortado de pequenos rios e regatos todos perennes. Lançada á margem do "Caminho da costa", já conheceu a prosperidade, mas veio bastante a soffrer com a concorrencia que lhe fez Pitimbú.

PITIMBÚ — Foi outr'ora bem conhecido pelo nome de *Porto Francez*, pelo facto de a frequentarem embarcações de gente dessa nacionalidade ahi attrahidos pelo commercio de madeiras que mantinham com os Tabajaras. Tem actualmente esta povoação pouco menos de 1.000 habitantes, mas já se acha decadente. Fica 2 leguas a Norte da foz do Rio Goiana e tem um porto com bastante profundidade de agua, 9 a 10 braças, porém completamente desabrigado.

ALHANDRA — Situada 9 leguas a Sul da capital. Chamou-se no inicio *Aratagui* e foi aldeiamento de indigenas fundado por Jesuitas. Outr'ora villa e rodeada de terras ferteis, entrou a decahir, quasi exclusivamente devido ás suas más condições climaticas, pois ahi reinam endemicamente as febres palustres.

TAQUARA — Egualmente decadente. Remonta a sua fundação aos primeiros tempos da colonização, tendo começado como "taba" Tabajara, mas em 1592 já era curato. O facto de contar tres egrejas demonstra o seu passado esplendor. Dista Taquara 60 km. da Parahiba, 12 da emboccadura do Goiana e demora a 5 km. do oceano.

TAMBAHÚ — E' um povoado de umas 600 almas, ligado á capital por uma linha ferrea de bitola estreita com 6 km.; gosa de certa animação no verão por força da affluencia de banhistas.

Fica Tambahú a Norte do Cabo Branco e tem um porto onde podem ancorar embarcações de calado regular. Infelizmente está por completo desabrigado.

São pequenos surgidoiros oceanicos *Gramame* e *Abiá*.

2. Municipio do Cabedello

A sua superficie é de 100 km.² e a sua população attinge a 5.384 almas. (Recens. de 1920). A densidade por km.² é de 53,84.

LIMITES

A Norte e Léste, o Atlantico; a Sul, o Municipio da Capital, sendo a divisa o pequeno Rio Mandacarú; a Oéste, o Parahiba.

Creado em 1908 este municipio, o menor do Estado, conta apenas a villa do *Cabedello* como nucleo regular de população.

Fica esta a Norte da peninsula de seu nome, perto da barra do estuario do Parahiba e em sua margem direita. Procede a denominação — Cabedello — de uns cabeços de areia fina e branca existentes no littoral e que feriram a attenção dos Portuguezes da conquista. Foi o segundo centro colonial ahi fundado por elles, sendo iniciada a povoação junto ao forte levantado em 1585, por ordem do habil e energico Martim Leitão. Destruido mais tarde pelos indios, foi reconstruido.

A Villa de Cabedello apresenta aspecto pinturesco pelo facto do seu casario se achar espalhado por entre numerosos coqueiros.

Seu porto, que é o da Parahiba actualmente, decrescerá de importancia, logo que possam os navios de qualquer calado subir o rio e atracar directamente ao caes da capital. O ancoradoiro local, entretanto, melhorará desde que estejam concluidas as obras em curso de acabamento. Extende-se a villa para o lado do Oceano e é nesta parte de sua área que se encontram as melhores construcções, especialmente na Praia da Ponta do Matto, ligada ao centro por uma linha de bondes. Em frente ao povoado, em um penedo do mar, se ergue o curioso pharol da *Pedra Secca*.

Está o Cabedello em communicação com a capital pelo rio e pela Estrada de Ferro Conde d'Eu, que ahi tem sua estação inicial e os seus armazens. A villa não possue propriamente edificios dignos desse nome, mas conta uma egreja, a do Sagrado Coração de Jesus, e um cemiterio. O commercio

é pouco desenvolvido em razão da proximidade da capital. O clima do Cabedello é quente no verão e bastante humido no inverno.

Pertencem ao municipio os povoados de *Jacaré*, *Formosa* e *Nazareth*, além da já citada *Ponta do Matto*.

3. Municipio de Santa Rita

Tem 1.088 km.^{2} e uma população de 25.160 almas. A densidade é, portanto, de 23,125 habitantes por km.^{2}.

LIMITES

A Norte, o Municipio de Mamanguape; a Léste, o Atlantico; a Sul, os municipios do Cabedello e da Parahiba, separados pelos rios Sanhauá e Parahiba; a Oéste, o do Espirito Santo. E' mais extenso o seu territorio de Norte a Sul (14 leguas) do que de Léste para Oéste (5 leguas).

O terreno, ora accidentado ora formado de taboleiros, é cortado de rios e regatos e ostenta bastante vegetação, grandes cannaviaes e algumas boas mattas e capoeiras, o que lhe empresta aspecto aprazivel e pinturesco. Além do Rio Parahiba, banham o municipio os rios Jacuhipe e Gramame com os seus affluentes o Mumbaba e o Mamuaba. Ferteis são as terras ahi, mas até hoje têm sido especialmente aproveitadas para o plantio da canna, quando se prestam justamente a varias qualidades de culturas. São numerosos os engenhos de assucar, Tibiri, Inhubim, Cumbé, Uzina S. João, Una, etc., ao todo 24, na sua grande maioria movidos a vapor. Alguns, como os de nomes "Vigario", "Gargaú", "Engenho Velho" e "Tibiri" têm fazendas de creação de gado. Existe em Tibiri uma fabrica de tecidos de algodão.

Cultivam tambem no municipio mandioca, algodão e cereaes.

O clima é quente no verão, quente e humido no inverno.

São artigos exportados a farinha de mandioca, o assucar, a aguardente, o alcool e tecidos de algodão. Os grandes coqueiraes da costa ainda não têm sido convenientemente explorados, o que não impede de representarem importante fonte de renda para o futuro.

POVOAÇÕES

Além da *Villa de Santa Rita* ficam no territorio do municipio as seguintes povoações: *Tecidos ou Tibiri*, *Varzea Nova*, *Barreiras*, *Engenho Central*, *Livramento*, *Forte Velho*, *Guia*, *Fagundes*, *Lucena*, *Ponta de Lucena* e *Soccorro* (12).

SANTA RITA — Fica a villa a cerca de 2 leguas a Oéste da capital, á margem direita do Parahiba. Tem para mais de 700 casas e como edificios 2 egrejas, a de Santa Rita, e a de Norte-Sul do Livramento.

São 3 as suas escolas publicas. Tem algum commercio e nella se realiza uma feira importante de generos alimenticios. Atravessa Santa Rita a Estrada de Ferro Conde d'Eu.

SOCCORRO — Logarejo insignificante hoje, mas vultoso na historia colonial da Parahiba.

FAGUNDES — *Livramento*, hoje decadente, na margem esquerda do Rio Parahiba.

FORTE VELHO — Na mesma ribanceira, sem importancia. Recorda o seu nome a antiga fortificação ahi levantada pelos Francezes, os primeiros europeus que ahi se fixaram.

LUCENA — Além da ponta de egual denominação, a Norte do estuario do Parahiba, nucleo de mais de 700 habitantes, de aspecto pinturesco, com o seu extenso coqueiral. Fica a 40 km. de Santa Rita e á beira-mar. Sua enseada com 36 a 45 palmos d'agua proporciona abrigo aos navios, quando acossados pelos ventos do quadrante Sul. E' Lucena povoado antiquissimo, muito frequentado no seculo XVI e principio do seguinte pelas naus francezas vindas á procura do pau brasil. Outr'ora prospera, está hoje em decadencia. São seus habitadores lavradores ou pescadores. Tem uma escola publica mixta

4. Municipio de Mamanguape

A sua superficie é de 6.851 km.^{2} e a sua população de 39.534 almas. A densidade corresponde a 5,770 habitantes por km.^{2}.

LIMITES

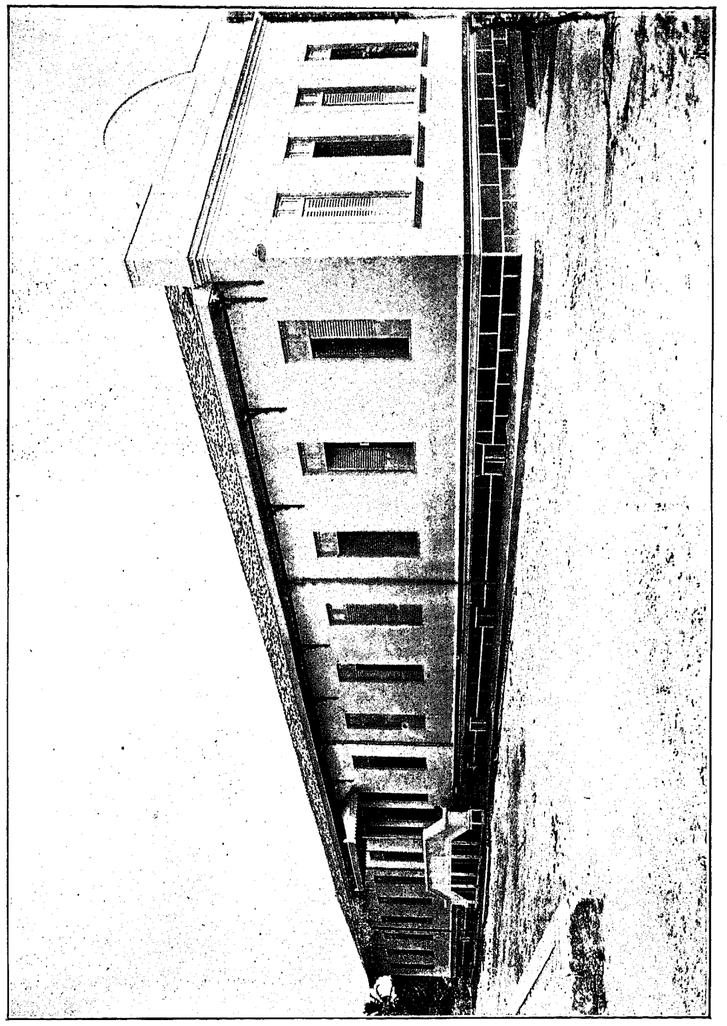
A Norte, o Estado do Rio Grande do Norte; a Léste, o Atlantico; a Sul, os municipios de Santa Rita, Espirito Santo e Pilar; a Oéste, de Guarabira e Caiçara.

Quasi tão largo quanto extenso (99 km. Norte — Sul por 92 km. Léste — Oéste), é constituido o municipio por territorio pouco accidentado em seu conjuncto, com valles ferteis e bem regados, taboleiros arenosos e catingas onduladas e pedregosas com depressões argillosas, dotadas de vegetação. O clima, antes quente e humido, é saudavel á beira-mar e na catinga

Banham-no os rios Miriri, Mamanguape, Camaratuba, Guajú, Sertãozinho, Vermelho e Sinimbú, além de outros. Conta algumas lagôas pequenas — Campina, Jacarahú, Boa Vista — e uma grande, a de *Acajutibiró*, de 12 km. de extensão por 1,5 km. de largura, formada por alguns riachos e os pequenos rios Santa Rita, S. Francisco e Sinimbú. Communica por um furo o *Rio Grupiuna* com o Mamanguape. Possue o municipio algumas boas mattas, restos da floresta primitiva, com essencias preciosas, como pau d'arco, gonçalo alves, massaranduba, angico, peroba, pau d'alho, pau brasil, etc. Agricola, como é, cultiva de preferencia cereaes, como o *milho*, a *mandioca*, a *canna* e explora a *borracha* da mangabeira. O commercio de côcos e a pesca tambem concorrem para augmentar o seu commercio, que se faz com a capital, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Conta para mais de 36 engenhos de assucar, muitos dos quaes movidos a vapor e entre elles os de Boa Vista, Itapecerica, Camaratuba, Piabussú e Campos Verdes. Tem 6 açudes particulares.

Muito augmentaria o rendimento agricola e industrial de Mamanguape, com repercussão natural em seu commercio, se fossem melhoradas e ampliadas suas vias de communicação; o Governo Federal já deu providencia acertada a respeito com a construcção da estrada de rodagem *Mamanguape — Sapé*, que collocará a séde do municipio em communicação directa com a rêde da "Great Western". O Rio Mamanguape por seu turno exige dragagem adequada, não



Hospital "Oswaldo Cruz". Fachada principal (Parahiba do Norte)

só do leito como da propria barra quasi obstruida. Assim se pronuncia Coriolano de Medeiros:

> « Embarcações de pouco calado podem navega-lo até 23 km. acima de sua foz e dahi até Salema, porto da cidade, sómente barcaças e navegações menores poderão sulca-lo. A difficuldade da navegação consiste na irregularidade do fundo do rio. A entrada está quasi obstruida, cheia de bancos e para dentro passa-se de 2 a 3 braças d'agua a poços de 11 e 12. Entretanto, um trabalho methodico poderá transformar o rio em bom ancoradoiro. »

CENTROS DE POPULAÇÃO

Pertencem ao municipio as povoações de: *S. Miguel*, *Bahia da Traição*, *Coqueirinhos*, Barra, Marcação, *Preguiça*, *Salema*, S. José, Rio Secco, Conceição de Alagôa, S. João, Estacada, Campina, Timbó, Retiro, *Jacarahú*, Curral de Cima, Capim, Laranjeira, Conceição de João Pereira, Mataraca, S. Francisco, Marapitanga, Volta e Lagamar, além da cidade séde (26).

MAMANGUAPE — Esta pequena cidade, cuja população é superior a 5.000 almas, está edificada sobre a margem esquerda do rio do mesmo nome, a 7 leguas do mar e a 10 da capital do Estado.

Tem casaria regular (mais de 1.000 predios), boas ruas e praças calçadas, uma ponte — a "Marechal Deodoro" sobre o rio, alguns edificios publicos, duas egrejas consagradas a S. Pedro-S. Paulo e a Santa Rita, sendo matriz a primeira, e um bom mercado, onde se realizam feiras semanaes. Tem algumas escolas publicas e particulares primarias, cursos secundarios, fabricas e estabelecimentos commerciaes. Já gosou de maior prosperidade, quando era o desemboccadoiro do sertão, mas a via-ferrea diminuiu-lhe consideravelmente as transacções commerciaes, desviando-as em favor de outros centros. E' Porto de Mamanguape a pequena povoação de *Salema*. Originou-se a cidade da aldeia de "Mamanguape", de indios Potiguaras, já existente em 1634, por occasião da vinda dos Hollandezes.

MONTEMOR OU PREGUIÇA — Decadente, antiga aldeia de Indios e proxima a Mamanguape. Perto corre o Rio Vermelho, em cujo valle ha um subterraneo de 2,5 km. excavado na vertente e feito com seixos e argamassa de argilla; dão-lhe o nome de *Buraco do Padre*. Outro semelhante existe no municipio á margem do Carapucema. Não é crivel que sejam attribuiveis taes catacumbas aos indigenas, que habitavam o Brasil por occasião do Descobrimento, e seria de toda a vantagem séria investigação e estudo das mesmas por pessoas entendidas.

S. MIGUEL — Esta povoação, situada em um oiteiro, demora entre a Lagôa de Acajutibiró e o povoado da Bahia da Traição. Conservam os habitantes em sua integridade o typo da raça potiguara, de que descendem.

BAHIA DA TRAIÇÃO — E' uma pequena villa de umas 1.000 almas, á beira-mar, localizada entre a bahia que lhe dá o nome e a Lagôa de Acajutibiró. O ancoradoiro accusa de 21 a 32 pés d'agua. Foi este o primero ponto da Parahiba, pisado por europeus, sendo muito apreciado pelos Francezes, que o frequentavam a miude. Os habitantes actuaes, agricultores e pescadores, especializaram-se no fabrico de rêdes.

COQUEIRINHOS — Está á margem esquerda e perto da foz do Mamanguape, tendo a Léste o Atlantico e a Oéste a Lagôa de Acajutibiró.

JACARAHÚ — Fica no Valle do Camaratuba e tem uma feira semanal.

5. Municipio de Caiçara

Sua superficie é de 890 km.². A população é de 23.394 almas e a densidade de 26,285 habitantes por km.².

Tem sua extensão (de Norte a Sul) o duplo da largura (48 por 24 km.).

LIMITES

A Norte, o Municipio de Araruna (e o Rio Grande do Norte (Municipio de Nova Cruz); a Léste, o de Mamanguape; a Sul, o de Guarabira; e a Oéste, os de Bananeiras e Araruna.

E' accidentado o terreno, um quarto delle pertencente á região do "Brejo" e o restante á "Catinga". Os contrafortes da Serra da Cupaoba que o atravessa ostentam basta vegetação, ao passo que a catinga conserva a sua constituição habitual: superficies ondeadas e por vezes pedregosas com capoeiras ralas. Na serra é o clima humido e quente no inverno, mas agradavel no verão; na catinga é saudavel, porém e infelizmente é região flagellada pela secca. São rios do municipio o Curimatahú, que o corta de Oéste a Norte, e o Camaratuba no seu trecho superior. Este ultimo nasce em Pirauá, a Sul da Serra da Cupaoba, e toma o rumo de Léste.

Além dessas duas correntes, ha riachos, o Massaranduba, o Luiz, o Picada, etc. Existem tambem 5 lagôas. Pertence a Serra da Cupaoba, parte da escarpa oriental do Chapadão da Borborema, ao Municipio de Caiçara, onde tambem se desenvolve outra de extensão menor, a do Campo Alegre, que fica a oriente da séde da circumscripção.

A principal cultura é a do *algodão*, cuja producção é de 20.000 fardos annuaes; seguem-se a canna, o fumo, a mandioca, o milho, o café e o feijão. A industria pastoril tem tido bastante desenvolvimento, como o attesta a exportação de pelles e coiros.

O sub-sólo ainda inexplorado encerra varios minerios, tendo o engenheiro Rotumba encontrado no logar denominado "Gamelleira" uma mina de ferro, cujo rendimento calculou ser egual a 70 %.

Existem no municipio 10 machinas de beneficiar algodão, quasi todas a vapor, 17 engenhos que fabricam assucar e rapadura, e 50 fazendas de creação, além de outras dedicadas á lavoira. O numero de açudes particulares no municipio sobe a 60.

POVOAÇÕES

Além da *Villa de Caiçara* conta o municipio as seguintes povoações: *Serra da Raiz*, Belém de Guarabira, Duas Estradas, Alagôa de Dentro e Sertãozinho (6).

CAIÇÁRA — Fica esta villa a 3 km. da estação de egual nome da "Great Western" e se ergue á margem direita do Curimatahú. Dista 115 km. da capital. E' de aspecto risonho, tem bastante movimento commercial, especialmente nas feiras, que se realizam aos domingos.

Tem uma egreja, a de Nossa Senhora do Rosario, e tres escolas publicas, sendo duas estaduaes e uma municipal. Sua população orça por 900 almas.

SERRA DA RAIZ — A 24 leguas a NNO da Parahiba, na Serra da Cupaóba, em sitio bellissimo e alto que domina os extensissimos taboleiros das cercanias, e com clima mui saudavel. Muito antiga, porque se origina de uma aldeia de Potiguaras, ficou este nucleo muito prejudicado com a fundação de *Duas Estradas*, a 1 km. de distancia e no sopé da serra, estação da via ferrea e que vai attrahindo aos poucos toda a população da montanha.

6. Municipio de Guarabira

Tem uma superficie de 1.500 km.² contando cerca de 10 leguas de Léste para Oéste e 8 de Norte a Sul. Sua população ascende a 59.095 habitantes e a sua densidade é de 39,396 por km.².

A região em que se acha tem o seu povoamento iniciado ha mais de tres seculos por Portuguezes e Hollandezes, estes tendo sido attrahidos pela noticia das minas do Araçagi.

LIMITES

A Norte o Municipio de Caiçára; a Léste os de Mamanguape e Pilar; a Sul o de Alagôa Grande e a Oéste os de Areia e Bananeiras.

Como o de Caiçára, parte do territorio desse municipio pertence ao "Brejo", na escarpa oriental da Borborema, e parte á "Catinga". No verão é quente e secco o clima, no inverno humido e quente, mas os invernos prolongados e as seccas rigorosas influem desfavoravelmente sobre o estado sanitario. A temperatura média é de 26°. Atravessam e banham o municipio os rios Mamanguape e Araçagi e os riachos Guarabira, Padre, Piripirituba e Umari. Existem pequenas lagôas sem importancia. A falta d'agua potavel faz-se por vezes sentir. Existem ainda restos das antigas mattas e onde se encontram boas madeiras: o amarello, o cedro, o pau d'arco, o pequiá-marfim, a jurêma, etc.

O terreno, fertil, presta-se ao cultivo de *cereaes*, *mandioca*, *café* e *canna*, em pequena quantidade, cabendo a primazia ao *algodão*. Ha cerca de 15 engenhos para o fabrico do assucar e da rapadura, quasi todos movidos a vapor. O movimento commercial do municipio já é regular por força da via ferrea que o atravessa, ramal do Norte da "Great Western", e da linha secundaria que parte deste, em Itamarati, em direcção a Piauhi, mas que por emquanto vai até Pilõesinhos. O Governo Federal tem-se preoccupado de melhorar a rêde de estradas e caminhos e neste particular foi dotado o Municipio de Guarabira com a estrada de rodagem de *Pirpirituba — Belém*, com 13 km. de extensão. Lucraria muito esta circumscripção com o acabamento das estradas de penetração do sertão.

POVOAÇÕES

Além da séde — *Guarabira* — conta o municipio as seguintes povoações: *Pirpirituba*, *Alagôinha*, Cuité de Guarabira, *Mulungú*, *Araçagi*, Riacho da Lagôa, Sertãozinho e Pilõesinhos (9).

GUARABIRA (outr'ora *Independencia*) — Séde do municipio, é cidade desde 1887. Fica a 89,70 m. de altitude, pessimamente situada á margem do riacho, que lhe deu o nome, affluente do Araçagi.

Apesar dessa inferioridade tem-se desenvolvido, graças á sua condição de estação de via-ferrea, centro de concentração e distribuição. Conta mais de 600 casas e a sua população deve beirar um total de 4.500 almas. Tem boa cópia de estabelecimentos commerciaes, cerca de 100, suas ruas são bem calçadas e possue illuminação publica. A egreja matriz, bem situada, é de bella apparencia. Conta tres escolas estaduaes. Aos sabbados realiza-se uma feira de generos alimenticios muito animada. Fica Guarabira a 10 leguas de Mamanguape e a 20 da Parahiba.

PIRPIRITUBA — Conta umas 600 almas e fica em sitio pittoresco servido pelo ramal ferreo de Picuhi. Tem grande movimento commercial por estar situada em zona algodoeira mui fertil. Foi curioso o seu principio: começou por um cemiterio, ainda hoje encravado na rua principal do povoado. Tem illuminação publica e conta uma escola primaria. Realiza-se alli semanalmente uma feira. De Pirpirituba parte uma estrada de rodagem para Belém.

ALAGOINHA — Nucleo moderno, pois, data de 1870, mas com uma população talvez de 1.500 habitantes. Fica em zona algodoeira. E' prospera, sendo grande o seu movimento commercial, com especialidade na sua feira semanal. E' ligada á Alagôa Grande por uma linha telephonica. Dista 15 km. de Guarabira e 10 km. de *Cachoeira*, estação da Conde d'Eu.

MULUNGÚ — Estação ferro-viaria, fica na bifurcação do ramal da Alagôa Grande e á margem direita do Rio Mamanguape. Está hoje decadente, apesar do seu sitio e da sua salubridade.

ARAÇAGI — A' beira da antiga estrada real que liga Guarabira a Mamanguape, em zona algodoeira. E' cortada pelo Araçagi e tem uma feira.

7. Municipio do Espirito Santo

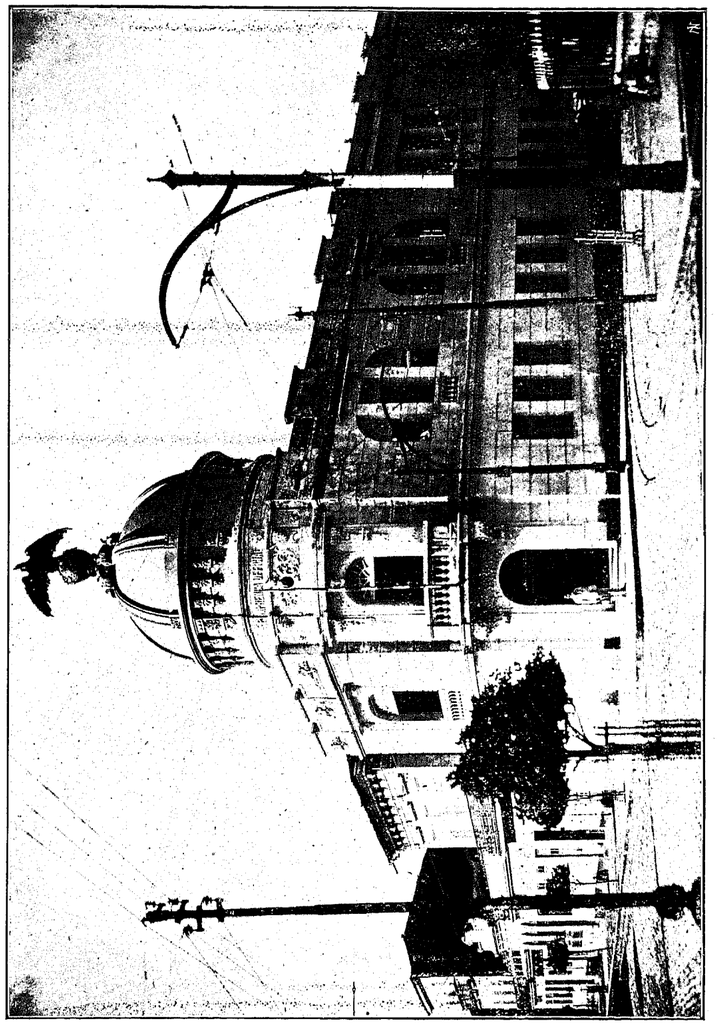
A superficie do municipio é de 1.200 km.² e a sua população de 37.385 habitantes, segundo o recenseamento de 1920. Sua densidade é de 31,154 habitantes por km.². Méde 40 km. de Norte a Sul por 40 km. na linha Léste—Oéste.

LIMITES

A Norte o Municipio de Mamanguape; a Léste o de Santa Rita; a Sul o de Pedras de Fogo e a Oéste o de Pilar.

Situado no valle do Parahiba e na "Catinga", apresenta as extensas varzeas do primeiro e as terras onduladas e pedregosas da segunda. Ainda possue restos das antigas mattas virgens, sendo as térras já desbravadas, muito ferteis e proprias para qualquer cultura, com especialidade para a canna. O clima é quente e humido, saudavel em geral, notadamente na séde do municipio. E' este atravessado pelo Rio Parahiba e banhado por varios ribeiros e riachos de aguas perennes, como o S. Paulo, o Taboca, o Una e o Curimatahú. Possue pequenas lagôas: a Gorda, a Preta e a Puxi. Esta ultima méde 12 km. de extensão com uma profundidade de 2 a 6 m. Conta o municipio para mais de 10 açudes particulares.

Não é avultado o commercio do Espirito Santo, mas a sua lavoira tem progredido. Exporta annualmente 2.000



fardos de algodão, 1.200 toneladas de assucar e algum tabaco. São 41 os engenhos de assucar e 25 os machinismos de beneficiar algodão.

Além da via-ferrea Conde d'Eu, possue o municipio alguns caminhos antigos e a nova estrada de rodagem *Sapé — Mamanguape*, com 40 km.

POVOAÇÕES

Além do *Espirito Santo*, ha mais as seguintes *Sapé*, *S. Miguel de Taipú*, *S. José de Cachoeira* e *Sobrado*. (5)

Espirito Santo — Fica esta villa em logar plano, á margem esquerda do Parahiba, que a separa da estação de egual nome da "Great Western". Dista 25 km. da capital. Póde ser calculada a sua população em 700 almas, contando a casaria mais de 100 predios. Tem uma egreja, duas escolas primarias estaduaes, uma municipal nocturna e aulas de ensino elementar e secundario. Aos sabbados realiza-se ahi feira. Uma regular estrada de rodagem liga Espirito Santo á capital. Outr'ora era grande o movimento de transito das tropas que levavam á Parahiba os productos do municipio e do sertão, trazendo quando de regresso os generos e artigos de necessidade adquiridos na capital.

Sapé — Localidade recente e prospera da Catinga. E' estação do ramal de Guarabira e ponto de partida de excellente estrada de rodagem para Mamanguape. Sua feira é muito concorrida.

S. Miguel de Taipú — Antiga aldeia de indios Cariris, esta remota povoação banhada pelo Parahiba fica á pequena distancia de *Cuiteseiro*, estação da "Great Western", no ramal de Itabaiana. Apesar de algum commercio e de ahi se realizar feira semanal, está decadente a povoação.

S. José de Cachoeira — Creada em 1894, em um taboleiro abundante em agua potavel, este centro agricola tem progredido bastante, florescendo o seu commercio. Tem um bom mercado, onde ha feira semanal e uma escola publica mixta.

Sobrado — Povoação pequena mas prospera, a 5 km. de Sapé. Feira concorrida.

8. Municipio de Pedras de Fogo

Sua superficie é de 1.125 km. e a sua população (Recenseamento de 1920) sobe a 12.566 almas. Tem, portanto, a densidade de 11,169 habitantes por km.^{2}. Méde 15 leguas na direcção Léste — Oéste por 3 a 4 leguas na de Norte — Sul.

LIMITES

A Norte, o Municipio do Espirito Santo; a Léste, o da Parahiba; a Sul, o Estado de Pernambuco (Municipio de Itambé); e a Oéste, o do Pilar.

Pertence ao "Brejo" o territorio de Pedras de Fogo, sendo accidentado na sua porção occidental e com apoucada vegetação, ao passo que na zona opposta é bem regado, ostentando grandes mattas ricas em madeiras de qualidade e encerrando extensas varzeas. Existe no Municipio curioso taboleiro orientado no sentido de Éste—Oéste por umas oito leguas e de largura bem menor, sendo de valor mediocre para a lavoira.

E' cortado ao meio por um sulco estreito e profundo, chamado *corisco* pelo povo, talvez resultante de um movimento tectonico, a que egualmente não fossem alheios os agentes plutonicos. E' saudavel o clima.

Nascem no municipio e banham-lhe as terras o Alhandra, ao depois Abiahi, com o seu tributario, o Cupiçuba; e o Gramame, com os seus affluentes, o Mumbaba, o Prata, o Utinga e o S. Bento, todos perennes.

Ficam ahi as pequenas lagôas do Tabú e do Jato.

Tem-se desenvolvido pouco a lavoira do municipio, mau grado serem ferteis e productivas as terras, e o mesmo se dá com a creação de gado, outr'ora importante como o attestava a feira, que se realizava em Pedras de Fogo. Concorreram para semelhante descalabro a falta de vias de communicação com a capital e o facto de pertencer o municipio á orbita economica de Pernambuco. Infelizmente entorpecem quando não paralysam de todo as relações commerciaes os pesados impostos interestaduaes a pesar sobre a lavoira e a industria.

Encontram-se no municipio lavoiras de canna, fumo, mandioca e cereaes, contando-se oito engenhos de assucar. Cita Coriolano de Medeiros, como industria local, o fabrico de chapeus de palha de catolé, imitantes aos de Chile.

POVOAÇÕES

São ellas *Pedras de Fogo*, *Bocca da Matta* e *Taquara*. (3)

Pedras de Fogo — Esta villa, séde do municipio, fica a 12 leguas a Sudoéste da Parahiba. Confunde-se a sua área com a da Cidade de Itambé (Pernambuco), passando a linha divisoria ao meio das ruas Baixinha, Commercio, Conceição e S. Paulo, communs a ambas as povoações. Tem a villa uma egreja de regular construcção e boa apparencia e nella mantém o Estado duas escolas publicas. E' nullo o seu commercio, apenas tres casas, em razão do poder absorvente de Itambé. Foi origem de Pedras de Fogo uma feira de gado, que ainda hoje perdura. Está ligada a villa á Goiana e Recife por boa estrada de rodagem. Sua população não deve exceder de 500 almas. Era originario do municipio frei Vital de Oliveira.

Bocca da Matta — Fica a 2 leguas do mar, em zona agricola.

Taquara — Antiga aldeia de indios Tabajaras, hoje decadente, a perto de 1 legua do mar. Foi prospera quando se effectuava o transito pelo "caminho historico" que, vindo de Pernambuco, por ella passava em demanda do Valle do Parahiba.

9. Municipio de Pilar

Tem uma superficie de 2.280 km.^{2} com uma população de 26.242 almas (Recenseamento de 1920) — Sua densidade é de 11,509 habitantes por km.^{2}. Tem o municipio maior extensão de Léste para Oéste (12 leguas) do que de Norte para Sul (approximadamente 10 leguas).

LIMITES

A Norte, o Municipio do Espirito Santo; a Léste, este e o de Pedras de Fogo; a Sul, este e o Estado de Per-

nambuco, e a Oéste os de Itabaiana, Alagôa Grande e Guarabira.

Comprehende terras da catinga e varzeas no valle do Parahiba, já não possuindo as lindas mattas do tempo da Conquista; apenas lhe restam algumas capoeiras, onde ainda se encontram boas madeiras de construcção e marcenaria. E' quente e secco na varzea durante o verão; quente e humido no inverno. Na catinga é em geral saudavel. Cortam o municipio os rios Parahiba, Givinhem e Curimatahú, estes dois ultimos tributarios do primeiro; e mais alguns riachos, como o Mogeiro, o Timbaúba, o Morcego, o Gurinhenzinho, o Pirauá e o Riachão, que correm para as correntes acima citadas. Numerosas são as lagôas, que, como os rios, apenas têm agua na estação invernosa, pois seccam desde que se prolongue um pouco a secca. Entre ellas avultam as de nome Pau a Pique, Pedra, Caiçára, Redonda, etc. Existem no municipio 76 açudes particulares de variada capacidade, mas antes acanhada.

São vias de communicação a linha-ferrea da "Great Western" (ramal de Itabaiana) e a estrada de rodagem da capital ao Pilar, em mau estado de conservação, como succede com os outros caminhos vicinaes.

Não têm accusado grande desenvolvimento a lavoira e a creação de gado, embora sejam ferteis e propicias as terras para ambos os commettimentos. Encontram-se plantações de algodão, canna, mandioca e cereaes, bem como, fazendas de creação. São estas cerca de 30 entre avultadas e modestas. Engenhos de assucar ha oito e machinismos para beneficiar o algodão 31. O commercio de Pilar se faz com Itabaiana, a Parahiba e o Recife.

POVOAÇÕES

Pilar, *Gurinhem*, *Serrinha* e *Cannafistula*, e mais os povoados de *S. José*, Curimatahú, Cajá e *Pau Ferro* (8).

PILAR — Data approximadamente de 1670 o começo desta villa com o estabelecimento ahi dos Jesuitas, trazendo da sua missão da Serra do Fagundes os indios Cariris que viviam em sua companhia. A lavra do oiro que ahi se fez attrahiu forasteiros, de modo que cresceu a população da então aldeia (1758), elevada a freguezia em 1762. Fica a 38 m. acima do nivel do mar, á margem esquerda do Parahiba e é ligada á capital pela linha ferrea da "Great Western". Tem cerca de duzentas casas com uma população urbana de uns mil habitantes. Aos sabbados realiza-se a feira semanal, mas o movimento commercial de Pilar é pequeno, Possue Pilar uma egreja matriz, um mercado pequeno e duas escolas publicas estaduaes.

GURINHEM — A' margem do rio de egual nome, hoje decadente, apesar de sua feira.

SERRINHA — Fica a 2 ½ leguas a Sul do Pilar e na linha divisoria com Pernambuco. Esta povoação florescente tem movimento commercial em seu sitio: aos domingos se realiza uma feira bem concorrida. Tem uma escola primaria.

CANNAFISTULA — Este povoado está a 20 km. a Norte do Pilar, e a 3 km. de Araçá, estação da "Great Western". Existem no logar uma capellà e uma escola mixta.

S. José — Pequeno povoado com feira animada e onde se faz algum commercio. Tem uma escola primaria municipal.

PAU FERRO — Em zona de creação e de cultura algodoeira. Este povoado florescente é atravessado pela via ferrea.

10. Municipio de Itabaiana

Tem uma superficie de 875 km.² com uma população de 33.278 habitantes (recenseamento de 1920). A densidade correspondente é de 38,498 habitantes por km.². O territorio desse municipio tem 7 leguas de Léste para Oéste e approximadamente 5 de Norte a Sul.

LIMITES

Fundado em 1890, tem este municipio os seguintes limitrophes:

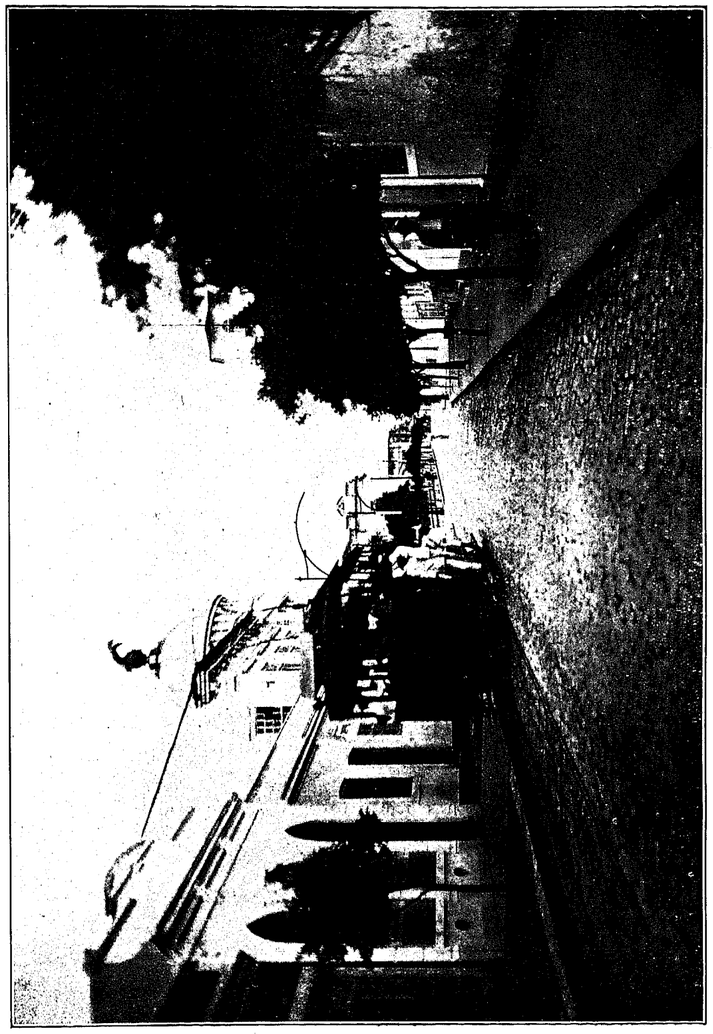
A Norte o Municipio do Pilar; a Léste e Sul o Estado de Pernambuco; a Oéste o Municipio do Ingá.

Fica o territorio de Itabaiana na catinga e é constituido por terrenos ondulosos e seccos, quasi desprovidos de mattas e apresentando algumas capoeiras em certos pontos da catinga e nos serrados. No verão a secca exerce influencia deprimente na vegetação que quasi desapparece de todo; no emtanto com as chuvas como que se cobre instantaneamente a terra de verdura. O clima é optimo, embora quente, e muito secco, sendo afamado pela sua salubridade. Atravessa o municipio o Rio Parahiba e conta alguns riachos como o Salgado, o Mogeiro, o Canudos, o Campo Grande, etc., que não são perennes. Ha, portanto, escassez de agua potavel, o que levou o Governo Federal a adoptar providencias a respeito. Um açude publico foi construido: o do *Mogeiro*, alimentado pelo Gamelleiro, com uma capacidade de 313.500 m.³. Existem tambem alguns açudes particulares (14) mas a quantidade de agua que encerram não é sufficiente para abastecer convenientemente a população do municipio. Os obstaculos suscitados pela natureza não lograram, entretanto, entorpecer o progresso do Municipio de Itabaiana; a cultura do algodão tem augmentado, embora não sejam ainda applicados os processos modernos para o preparo do terreno e o beneficiamento do producto e o mesmo raciocinio, quanto ao melhoramento das pastagens e á selecção da raça, póde ser applicado á creação de gado. Muito grande é o movimento commercial, especialmente o da feira de gado, em que são vendidas de cada vez algumas centenas de animaes, e o da feira de generos alimenticios, ambas realizadas semanalmente na séde do municipio. A linha ferrea da "Great Western", que põe o Municipio de Itabaiana em communicações directas com a capital e o Recife, tem concorrido extraordinariamente para o seu desenvolvimento, facilitando as suas transacções com o sertão do Estado, a Parahiba e Pernambuco. Melhorará ainda mais a sua situação economica com a abertura e construcção de estradas de rodagem como a de *Itabaiana — Umbuzeiro — Limoeiro* com 112 km. de extensão; a qual deverá estar terminada em 1922.

POVOAÇÕES

Itabaiana, *Salgado*, *Mogeiro*, *Guarita*, *Areial*, *Dois Riachos*, Maria de Mello e Manuel de Mattos (8).

ITABAIANA — Fica a cidade á margem direita do Parahiba, a 90 km. da capital, na altitude de 44 m. acima do nivel do mar. Tem boa edificação e casaria regular, cercas de 1.400 predios, uma avenida (a Vinte e Quatro de Maio), rua e praças arborizadas. Está illuminada a luz electrica e tem



Rua "Duque de Caxias" (Parahiba do Norte)

bom calçamento. Além de casas commerciaes possue Itabaiana algumas officinas e uma fabrica, a de Santo Antonio, para o preparo de coiros e vaquetas. Conta duas egrejas, sendo a de Nossa Senhora da Conceição uma das maiores e mais bellas do Estado, um mercado, escolas publicas e cursos particulares, entre os quaes o Instituto de Nossa Senhora do Carmo e o Collegio de Santa Ignez. E' atravessada Itabaiana pela via ferrea e conta para mais de 4.000 almas.

SALGADO — A 10 km. a Oéste da séde. Apesar de povoada está hoje em decadencia por se achar em zona desprovida de recursos. Fica á margem direita do Parahiba e tem uma feira de generos alimenticios.

GUARITA — A' margem do Parahiba e a 5 km. Sudoéste. Possue boa casaria e uma linda egreja de estylo romano. Já foi mais prospera do que é hoje por estar definhando a sua principal industria, a da carne de sol, em vista dos fortes impostos com que taxa esta mercadoria o Estado de Pernambuco ao entrar em seu territorio.

MOGEIRO — Dividida em "Mogeiro de baixo" e "Mogeiro de cima". Está a 20 km. de Itabaiana. Fica na catinga e em zona de grande importancia algodoeira. Possue um bom açude publico, de grande importancia para a lavoira e a creação que está se desenvolvendo. Tem Mogeiro bom movimento commercial e feira regularmente concorrida. Conta uma egreja matriz e duas escolas publicas.

DOIS RIACHOS — Pequeno povoado junto á foz do Rio Ingá, no Parahiba.

11. Municipio de Bananeiras

Tem superficie de 1.080 km.² e a população de 47.589 habitantes (recenseamento de 1920). Sua densidade é de 44,064 habitantes por km.². Tem quasi as mesmas dimensões de Léste para Oéste e de Norte para Sul (40 por 36 km.).

LIMITES

A Norte o Rio Grande do Norte; a Léste os municipios de Guarabira e Caiçára; a Sul o de Serraria; a Oéste este e mais os de Araruna e Picuhi.

Cerca de um terço do territorio é coberto pelas ramificações da Serra da Cupaóba: por conseguinte, faz parte do chapadão da Borborema; os outros dois terços, estes pertencem á catinga, de terreno onde as rochas crystallinas com revestimento de arenito alteram com as depressões argillosas. O clima secco e saudavel na catinga é na montanha quente e humido no inverno, que dura quatro mezes, de Maio a Agosto.

Os pontos mais elevados do municipio alcançam 600 m. de altitude.

A denominação "Cupaóba" é generica porque comprehende o conjuncto das serras e ramificações da escarpa oriental da Borborema nesse municipio. A Oéste fica a Serra de Seriema, hoje do Cabeçudo, a Norte de Dona Ignez e a Sul da Caxexa. Os rios, que banham Bananeiras são: o Curimatahú, que o atravessa de Sudoéste para Norte, formando ao cortar a Serra do Cabeçudo grande boqueirão; o Araçagi, o Cannafistula que dá o bello salto da Boa Vista, o Salgado ou Caraçá, o Marianna, o Bananeiras e muitos outros riachos de aguas perennes.

Pena é que o machado devastador do ignorante sertanejo tenha destruido as antigas mattas de que hoje apenas restam capoeiras a attestar-lhes o passado esplendor; se assim não fôra o regime das aguas do municipio seria outro que não é actualmente.

Não são conhecidas com a devida precisão as riquezas do sub-sólo. Segundo Coriolano de Medeiros ha minas de ferro na Serra da Caxexa e, na opinião do engenheiro Retumba, existe, no logar chamado Manitú, uma jazida de carvão.

A caracteristica de Bananeiras é a lavoira e os seus principaes productos são o *café*, que fornece mais de 60.000 saccas annuaes; o *algodão*, cuja colheita por anno attinge 8.000 fardos; o *fumo*, que ascende a 10.000 kg. e é de qualidade superior; a *canna*, de que extrahem excellente rapadura; a *mandioca*, o *milho* e outros cereaes. Possue o municipio alguns engenhos para o fabrico do assucar e da rapadura e machinismos para beneficiar o café e o algodão. Ha em Bananeiras cerca de 120 açudes particulares, sendo que um, o de Cannabrava, tem a respectiva barragem feita com pedras de cantaria.

Diversas estradas de rodagem construidas pelo Governo Federal existem no municipio, como a de *Moreno a Arara* (Municipio de Serraria) com 17 km. e a de *Moreno a Araruna* (Municipio deste nome) com 45 km. Pena é que não esteja em boas condições o caminho de 30 km. que une a séde do municipio com Pirpirituba, ultima estação do trafego no ramal de Guarabira a Picuhi.

Pelo exposto se verifica que Bananeiras, um dos mais prosperos e ricos municipios do Estado, tem elementos para progresso ainda maior.

POVOAÇÕES

Bananeiras, *Moreno*, *Pilões do Maia*, Dona Ignez e *Santa Fé* (5).

BANANEIRAS — A 135 km. a Nordéste da capital e a 8 leguas a Norte da Cidade de Areia. Está edificada, parte ás margens do riacho de seu nome,— *a varzea*, sitio da feira e quarteirão commercial,— e parte nas encostas dos morros que a circumdam. Conta a cidade na zona urbana cerca de 300 casas e população de perto de 1.500 habitantes. Tem illuminação publica e boa agua potavel. Além da matriz possue Bananeiras a Egreja do Coração de Jesus, um collegio de instrucção secundaria — o Instituto Bananeirense — e quatro escolas primarias, sendo duas publicas estaduaes e duas particulares.

Excellente feira semanal muito concorrida.

MORENO OU CHAN DO MORENO — Assim chamada por ficar em planalto da serra, sitio saudavel e muito pittoresco. Dista apenas 2 km. de Bananeiras. Fica em zona de plantio do fumo e tem feira aos domingos. Possue uma escola publica municipal. Povoação antiga foi Moreno, na origem, aldeia de indios Sucurús (1717), com o nome de Santo Antonio da Boa Vista.

PILÕES — A 7 km. de Bananeiras em valle muito fertil e onde cultivam o café, o fumo e a canna.

SANTA FÉ — A 20 km. Oéste de Bananeiras banhada por um riacho. Por si não tem importancia o povoado, mas a casa de recolhimento de orphãos, que possue, lembra o nome do fundador desse estabelecimento de caridade, o

revmo. padre José Antonio de Maria Ibiapina. Embora fosse cearense pelo nascimento, consagrou este virtuoso sacerdote o esforçado missionario toda a sua vida em pról da Parahiba, que lhe deve innumeros beneficios e proficuos exemplos. Pocinhos, Areia, Campina, Santa Luzia conservam os traços luminosos de sua passagem. Hoje descança em paz o insigne religioso em modesta sepultura do humilde Povoado de Santa Fé.

12. Municipio de Araruna

Superficie 3.844 km. — Pelo recenseamento de 1920 accusa a população um total de 24.116 almas, o que dá uma densidade de 6,273 habitantes por km.^{2}. E' muito mais comprido que largo: tem 112 km. de Norte a Sul por 46 km. de Léste para Oéste.

LIMITES

A Norte o Rio Grande do Norte; a Léste os municipios de Bananeiras e Caiçára; a Sul os de Areia e Serraria; a Oéste o de Picuhi.

Comprehende o seu territorio parte da catinga e parte do chapadão da Borborema, especialmente a escarpa oriental desse ultimo. E' o granito o terreno por assim dizer constitutivo de Araruna e nelle se destaca por seu curioso aspecto geologico e formidavel trabalho de erosão do estreito e pedregoso valle do Curimatahú. A Serra de Araruna, contraforte da escarpa da Borborema, é a principal do municipio; é ella o divorcio das aguas do Curimatahú e do Calaboiço, seu affluente.

Além dessses dois rios banham Araruna os riachos Areia, Cachocirinha e Riachão. Infelizmente estes rios e algumas lagôas (da Serra, dos Homens, Carnaúba e Guaribas) não são perennes, pois seccam no verão. Ha, portanto, falta d'agua potavel. Como no municipio vizinho, a falta de mattas é absoluta e causada pelos mesmos motivos apontados, apenas existindo esparsas algumas capoeiras e nas varzeas alguns carnaúbaes. O clima é secco e quente no verão, mas supportavel no inverno. A temperatura média annual é de 26º. Possue cerca de nove açudes de certo valor.

E' antes agricola, produzindo algodão, café, mandioca, canna e cereaes. Tem alguma creação de gado. A industria rudimentar é representada pelo fabrico de chapeus, esteiras e vassoiras de palha de carnaúba, artigos de coiro — arreios, botas, correias, rêdes, etc.

POVOAÇÕES

Araruna, *Tacima*, Riachão, *Cachoeirinha* e Cacimba de Dentro (5).

ARARUNA — Séde do municipio fica a villa em um taboleiro da serra, a 530 m. de altitude conforme calculo do engenheiro Salles Guimarães. Tem-se desenvolvido bastante tendo casaria regular, egreja, mercado e duas escolas publicas estaduaes. Conta cerca de 800 habitantes. Está ligada a Moreno por uma estrada de rodagem de 45 km. e dista egualmente 7½ leguas de Caiçára. E na Araruna a 168 km. do Capital. Tem feira.

CACHOEIRINHA — Banhada pelo rio de egual nome fica este povoado a 25 km. a Oéste de Araruna. Situada em zona algodoeira da catinga tem algum movimento commercial.

TACIMA — Hoje decadente, apesar da excellencia do sitio. Rodêa o povoado extenso carnaúbal.

13. Municipio de Serraria

E' a sua área de 1.500 km.^{2} com uma população (recenseamento de 1920) de 24.027 habitantes. Calcula-se a sua densidade em 16,018 habitantes por km.^{2}. Conta 50 km. de Oéste para Léste e 40 km. de Sul a Norte.

LIMITES

A Norte o Municipio de Bananeiras; a Léste os de Guarabira e Areia; a Oéste e Sul o de Areia.

A não ser pequena área do Nordéste, que pertence á caatinga e é plana, todo o resto do territorio está na zona do "Brejo" e é accidentada, montanhosa e bem regada de rios e riachos perennes. E' o clima quente e humido no inverno, tornando-se mais agradavel no verão.

A temperatura média annual é de 23º. Percorrem o municipio ramificações e contrafortes da Borborema que recebem nomes locaes e formam as divisorias dos rios e riachos que o cortam, entre elles o Araçagi-Assú, o Araçagi-Mirim e os riachos perennes Roncador, Alagôinha e Gruta-Funda. Existem algumas pequenas lagôas.

Desappareceram as mattas que o cobriam, nem sequer restando capoeiras e capoeirões, apenas grupos isolados de arvoredo mais ou menos denso. E' insignificante a creação de gado, mas em opposição é prospera a lavoira, especialmente a da *canna*, da *mandioca*, do *fumo*, do *algodão* e dos *cereaes*. Produz annualmente 800.000 kg. de assucar bruto. 900.000 kg. de rapadura e 6.000 kl. de aguardente; 1.600.000 l. de farinha de mandioca e colhe 60 toneladas de fumo e 3.700 saccas de café, além de preparar 2.000 fardos de algodão.

Não tem o municipio viação ferrea mas o Governo Federal mandou construir duas estradas, a de *Serraria* á *Borborema* e a de *Arára* a *Moreno*.

POVOAÇÕES

Serraria, *Arara*, *Pitões*, Cuité, Araçá e Olho d'Agua de Dentro (6).

SERRARIA — Fica esta villa, séde do municipio, na Borborema e a 125 km. da capital em optimo sitio. Tem regular casaria (perto de 200 predios), uma egreja de aspecto agradavel e estylo ameno, duas escolas publicas estaduaes e uma municipal de musica. Breve terá estação correspondente na via ferrea da "Great Western", a uma distancia de 5 km. Tem progredido bastante e a sua feira bastante animada mantém relações commerciaes com o sertão. Tem perto de 1.100 habitantes.

PILÕES — Cinco kilometros: Sudoéste da Serraria. Situada em zona agricola fertilissima mas apesar disso decadente pela proximidade da séde. Ensaiou-se com vantagem ahi o plantio e a exploração da hevea. Tem feira pouco concorrida.

ARARA — Em zona algodoeira e de creação. Tem um açude publico e uma egreja. O seu commercio tem sido estacionario. Possue uma escola.

14. Municipio de Areia

Com uma superficie de 1.370 km.^{2}, conta uma população de 43.451 habitantes, sendo a sua densidade de 31,716 habitantes por km.^{2}. E' mais amplo de Oriente a Occidente (72 km.) do que de Norte a Sul (36 km.).

LIMITES

A Norte o Municipio de Serraria; a Léste o de Alagôa Grande e Guarabira; a Sul os de Alagôa Nova e Campina Grande; a Oéste o de Picuhi.

Montanhoso a levante mas com algumas chapadas, por uma largura beirante 5 leguas, desdobra-se a Oéste o territorio do municipio pelo chapadão quasi desertico do "Agreste" do Curimatahú e do Cariri.

Na primeira zona avulta a vegetação auxiliada pela uberdade do terreno e a existencia de cursos d'agua perenne; na segunda a natureza do sólo e a vegetação caracteristica indicam a sua aptidão que é a da creação. E' saudavel, quente e secco no verão, humido e quente no inverno, mantendo-se a temperatura média annual em 24º. Possue boas mattas e capoeirões. Cortam o municipio contrafortes e elevações do chapadão com nomes locaes: serras da Vacca-Brava, das Canastras, da Caxixa, do Algodão, etc. Banham-lhe as terras os rios Curimatahú, Jandahira, Salgado e riachos Serrinha, Bananeiras, Riachão, etc. tributarios do Curimatahú e do Mamanguape. E' o Municipio de Areia o principal centro productor de canna, havendo tambem plantações de algodão, mandioca, café e cereaes. Conta 102 engenhos para o fabrico do assucar e da rapadura, varias machinas para beneficiar o café e o algodão e 74 fazendas de creação. E' a falta de vias rapidas de communicações para Léste e Oéste a verdadeira causa do entorpecimento economico do municipio e esta lacuna reconheceu-a o actual Governo Federal emprehendendo a construcção de estradas carroçaveis e de rodagem que beneficiem a todo o Estado. Assim, foi construida no Municipio de Areia uma estrada carroçavel excellente e de grande futuro, pois liga a séde á Cidade de Alagôa Grande, da rêde ferro-viaria da "Great Western".

POVOAÇÕES

Areia, *Lagôa do Remigio*, *Muquem*, *Matta Limpa* (4).

AREIA OU BREJO D'AREIA — Está a 505 m. acima do nivel do mar, na Serra da Borborema, a 25 leguas da capital.

Assentada na esplanada natural, que ahi forma uma das elevações do chapadão, por ella extende a cidade a sua casaria (cerca de 700 predios, muitos de aspecto agradavel), disposta de modo pittoresco e aprazivel. São suas ruas e praças bem calçadas, algumas destas ultimas com jardins, tem um theatro illuminado a gaz acetyleno, um hospital, o de Santa Rita, uma casa de caridade, fundada pelo saudoso padre Ibiapina, um mercado, a Egreja de Nossa Senhora do Rosario e duas capellas. Existe um curso secundario de lettras e sciencias e oito escolas primarias estaduaes, municipaes e particulares. Deve attingir a sua população um total de cerca de seis mil almas

LAGÔA DO REMIGIO — No limiar do "Agreste" em zona agricola, especialmente productora de fumo. E' povoação florescente esta, destinada a auspicioso futuro. Conta uns seiscentos habitantes e fica á 15 km. a Oéste da Capital.

MUQUEM — MATTA LIMPA — Pequenos povoados sem importancia.

15. Municipio de Alagôa Grande

A sua população é de 26.291 almas para uma superficie de 900 km., e, portanto, 29,212 habitantes para cada km.^{2}. Tem 6 leguas de Norte a Sul para 6 de Léste para Oéste.

LIMITES

A Norte o Municipio de Guarabira; a Léste o de Areia; a Sul os de Campina Grande e Ingá; a Oéste o de Alagôa Nova

Extende-se o municipio pela "Catinga" e pelo "Brejo", offerecendo naturalmente os caracteristicos differenciaes dessas duas regiões: na primeira é o terreno ondulado e arenoso, por vezes plano e argilloso, com vegetação antes rareada e favoravel ao plantio do algodão e dos cereaes; na segunda se mostra accidentado e bem regado, fertil e dotado de vegetação abundante, contando boas mattas. E' humido e quente o clima e pouco saudavel nas pequenas zonas lacustres que conta. Cortam-n'o os rios: Mamanguape, com os seus tributarios o Mundahú, o Uruçá, o Gregorio e o Zumbi; e Gurinhenzinho, tributario do Gurinhem e, portanto, subaffluente do Parahiba. Existem algumas pequenas lagôas, a da Engenhoca, Tapera, Verde e Funda. Perto da séde fica a Grande do Pau, que na cheia alcança 3 km. de comprido, e hoje desagua por uma valleta artificial no Rio Mamanguape para maior beneficio dos habitantes da Cidade de Alagôa Grande. E' agricola o municipio, sendo cultivados o algodão (20 machinismos de beneficiar), com uma producção de 20.000 saccas; a canna (18 engenhos), com escassa receita de assucar, regular de aguardente e boa de rapadura; mandioca, milho e feijão. Existem oito fazendas de creação de gado. Está ligado pela linha ferrea á capital e aos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte e uma boa estrada carroçavel facilita a penetração no municipio vizinho de Areia.

E' pena que sejam ruins os caminhos que conduzem para o interior.

POVOAÇÕES

Alagôa Grande, *Rapador*, Cannafistula, Zumbi, *Agua Doce* e *Espalhada* (6).

ALAGÔA GRANDE — Fica esta cidade a 129 m. acima do nivel do mar, em terreno plano e perto da lagôa que lhe deu o nome. E' atravessada pelo Mamanguape, sobre o qual foi lançada linda ponte.

E' Alagôa Grande de aspecto pittoresco, com boa edificação (cerca de oitocentos predios), passeio publico, bom theatro e ruas bem calçadas. E' illuminada a acetyleno, mas ha projecto de substituição deste pela electricidade. Possue duas egrejas, duas escolas publicas estaduaes, uma

de musica e varios cursos particulares. Dista 110 km. da Parahiba.

AGUA DOCE — Provavelmente assim denominada por ironia, visto ser ahi muito escasso o precioso liquido. Fica o povoado em zona algodoeira.

RAPADOR — ESPALHADA — Logarejos sem importancia.

Possue o municipio 75 açudes particulares.

16. Municipio de Alagôa Nova

Superficie — 600 km.². População — 35.239 almas. Densidade — 58,731 habitantes por km.².

LIMITES

A Norte o Municipio de Areia; a Léste o de Alagôa Grande; a Sul e Oéste o de Campina Grande. Tem 6 leguas de Oéste para Léste por 4 de Norte a Sul.

Parte do territorio do municipio fica no "Brejo" e parte na "Catinga", que por vezes é flagellada pela secca. Plano nesta e accidentado naquelle, é ahi que ostenta maior vegetação, contando ainda algumas mattas e capoeirões. O clima é quente e humido, especialmente no "Brejo", onde no inverno a excessiva precipitação dá origem a persistentes nevoeiros; é, porém, saudavel o municipio. As elevações, que o cortam a Léste, Sul e Norte, são elementos integrantes do rebordo oriental da Borborema, conhecidos pelos nomes de serras da Beatriz, do Caixão, etc. Dois rios atravessam-lhe o territorio, o Mamanguape, a Sul, e o Riachão, a Norte, além de varios corregos. Existem algumas lagôas, que seccam quasi todas no verão. A que fica perto da séde do municipio sempre conserva agua na maior secca, para refrigerio dos habitantes

E' agricola o municipio, dedicando-se especialmente á lavoira da canna, do algodão, da mandioca, do café e do fumo. Contam-se nelle 26 engenhos para o fabrico do assucar e da rapadura, 6 machinismos para beneficiar o algodão e 2 fazendas de creação de gado.

Existem 88 açudes particulares que prestam serviços, porque a secca tem concorrido e muito para a paralysação economica de Alagôa Nova; ainda assim produz annualmente 50.000 kg. de rapadura, 4.500 fardos de algodão e 3.000 kg. de fumo.

POVOAÇÕES

Alagôa Nova, Esperança, S. Sebastião, Mattinhas (4).

ALAGÔA NOVA — Esta villa, séde do municipio, fica na Borborema, a 520 m. de altitude, e dista 168 km. da capital e 18 km. de Alagôa Grande e de Areia. Tem cerca de cento e cincoenta casas com uma população superior a oitocentos habitantes. Tem uma egreja matriz, duas escolas estaduaes, uma casa para orphãos e cerca de vinte estabelecimentos commerciaes.

Perto da villa passa uma estrada que conduz ao alto sertão, galgando a Serra da Borborema no logar denominado — Beatriz, — mas necessita de reparos para attender ás necessidades do transito.

ESPERANÇA (outr'ora *Banabugé*) — Fica a 3 leguas da séde, junto á grande penedia, no "Agreste". Tão povoada quanto Alagôa Nova é prospera, commercial, tendo a sua feira semanal grande animação.

Tem uma egreja, a de Nossa Senhora do Bom Conselho, regular casaria e açude publico.

Tem duas escolas publicas.

S. SEBASTIÃO — Pequeno povoado com boa feira.

MATTINHAS — Pequeno povoado a 8 km. a Sul de Alagôa Nova.

17. Municipio de Campina Grande

Tem uma superficie de 6.750 km.² e uma população (recenseamento de 1920) de 70.806 almas. A sua densidade corresponde a 10,489 habitantes por km.². E' este municipio o de maior população do Estado e o quarto pela superficie, segundo a avaliação de Coriolano de Medeiros. Tem 90 km. de Norte a Sul por 100 km. de Léste a Oéste.

LIMITES

A Norte o Municipio de Alagôa Nova; a Léste os de Alagôa Grande e Ingá; a Sul de Umbuzeiro e Cabaceiras; a Oéste este ultimo e mais os de S. João do Cariri e Soledade.

Extende-se o seu territorio por tres zonas naturaes: o "Brejo" accidentado e ainda possuidor de alguns bosques a Léste — Nordéste; a "Catinga" pedregosa e de vegetação apoucada a Oriente, e a Sudoéste o "Sertão do Cariri" com a sua flora especial de cactaceas e bromelias. Percorrem-o elevações do chapadão da Borborema, as chamadas serras do Gavião, das Canastras, do Fagundes, do Monte, Bodopitá, etc. Ficam no seu territorio as cabeceiras do Curimataú e do Mamanguape, com o seu affluente, o Araçagi, e tambem ahi nascem e se desenvolvem o Bodocongó e o Santa Rosa, além de riachos como o S. Pedro, o Marinho e o Cainararé. Poucas são as lagôas e ainda assim, como os rios, só têm agua nos invernos quando não houver seccas.

O clima quente e secco no Cariri, é humido e de temperatura elevada no "Brejo" tornando-se muito ameno e quasi frio na "Catinga" especialmente por causa da altitude. Tem o municipio alguma lavoira, especialmente de *algodão* (36 machinismos de beneficiar), de *canna* (12 engenhos para o fabrico da rapadura) e *cereaes*, mas maior desenvolvimento tem a sua industria pastoril (30 fazendas de creação). Possue o municipio 106 açudes publicos e particulares, em geral em mau estado de conservação. São mais notaveis os tres que ficam em Campina Grande, os dois de Pocinhos, os dois de Qucimados e um no logar "Açudinho", todos municipaes. Ha mais o de *Bodocongó* a que já nos referimos.

E' Campina Grande o primeiro centro commercial do Estado na sua zona interior, o que se explica pelo facto de representar o duplo papel de elemento concentrador e distribuidor dos productos do sertão e dos generos que acodem do littoral. A sua posição geographica fez delle o ponto de transito das duas correntes ascendente e descendente e a prova material dessa sua funcção está na importancia das feiras que se realizam em seu territorio. Dois elementos podem concorrer para incrementar-lhe o progresso continuo já attestado pelo augmento de sua população, hoje de 70.000 habitantes; a melhoria das vias de communicações e o combate ao flagello da secca. Já attendeu ao primeiro o Governo Federal unindo o centro campinense aos municipios sertanejos do extremo-oéste do Estado por uma esplendida estrada de rodagem, até que se encontre em Pombal com os trilhos da via ferrea cearense o ramal da "Great Western", hoje já em Campina Grande, e, quanto ao segundo, a sua realização decorrerá automaticamente da effectivação do *desideratum* que acabámos de apontar.

Não concluiremos esta pequena noticia sem alludir ao descobrimento, feito em tanques ou cavernas do municipio, de ossadas fosseis de animaes enormes, antediluvianos, como tambem do ossuario da *caverna* da Serra das Canastras, provavelmente devido a uma raça extincta anterior aos indigenas habitantes do paiz na éra da Conquista, e que naturalmente não era desconhecida dos mysteriosos auctores do *Buraco do Padre* no Rio Vermelho. Seria de todo o interesse que ethnologos competentes fossem para ahi enviados afim de esclarecer esses pontos obscuros que deitariam luz sobre a pre-historia do Brasil se lograssem a sua decifração.

POVOAÇÕES

Campina Grande, Pocinhos, Fagundes, Qucimadas, Boa Vista, Marinho, Mulungú de Cabaças, Açudinho e Galante (9).

CAMPINA GRANDE — Fica a cidade na Borborema, a 513 m. de altitude, segundo avaliação da "Great Western". Está a 180 km. da capital e a perto de 90 das raias pernambucanas. Edificada em terreno accidentado enquadram-n'a os riachos Bodocongó e Ingá, que não lhe fornecem a agua potavel necessaria, valendo-lhe tres açudes publicos e cacimbas. A casaria já avultada, mais de 800 predios, dá á cidade aspecto agradavel e o numero relativamente elevado de estabelecimentos commerciaes, perto de 100, explica a animação, de que é theatro. Tem uma boa Camara Municipal, um "Gremio de Instrucção" para as escolas publicas municipaes, uma cadeia, tres egrejas e uma casa de caridade. Existe illuminação publica, mas ainda não se cuidou seriamente do calçamento publico.

Mantém ahi o Estado duas escolas publicas. São muito importantes as suas feiras em numero de duas por semana: a de *gado* ás quintas e a de *generos alimenticios* aos sabbados; ambas frequentadas por sertanejos vindos de todos os pontos da Parahiba. Tem para mais de 5.000 almas.

Estação terminal do ramal ferreo de Itabaiana, é Campina Grande o ponto inicial da grande estrada de rodagem que, por *Soledade, Patos, Pombal, Sousa* e *Cajazeiras*, vai liga-la a *Lavras* no sertão cearense: o simples enunciado desses centros de população indica a importancia dessa arteria central e o papel de destaque que reserva á cidade campinense.

E' Campina Grande uma das mais antigas localidades da Parahiba: foi na origem aldeia de Caririś; em 1769 passou a freguezia e em 1790 foi elevada em categoria, tornando-se *Villa Nova da Rainha*, denominação que não logrou substituir a de *Campina Grande*, hoje subsistente. Foi ahi que se desenvolveu o movimento de 1874 conhecido por insurreição dos *quebra-kilos* e cuja origem se localiza na Serra de Bodopitá para depois irradiar longe até Alagôas. Outro facto historico do passado da cidade é ter conservado preso em sua cadeia o grande patriota frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1824).

POCINHOS — A 30 km. de Campina Grande, no Cariri. Possue dois açudes e uma casa de caridade fundada pelo padre Ibiapina. Tem tido pouco desenvolvimento.

QUEIMADAS — Vinte kilometros Sul da séde. Tem algum movimento commercial.

BOA VISTA — Povoação florescente a 50 km. a Oéste de Campina. Termina ahi a estrada de rodagem de Campina, sendo ligada a S. João de Cariri e Cabaceiras por estradas carroçaveis. Tem grande movimento de transito, especialmente de tropas.

FAGUNDES — No inicio foi aldeia Cariri. Fica no sopé da Serra de Bodopitá, em zona agricola. Tem progredido bastante sendo frequentada a sua feira. Demora 5 km. da linha ferrea da "Western."

18. Municipio do Ingá

Sua superficie é de 900 km.² e a sua população de 20.481 almas. Corresponde a sua densidade a 22,756 habitantes por km.².

LIMITES

A Norte, Municipio de Alagôa Grande; a Léste, o de Itabaiana; a Sul, o do Umbuzeiro, e a Oéste, os de Campina Grande e Umbuzeiro.

Parte do territorio do municipio assenta na Borborema e parte na Catinga, com as particularidades inherentes a essas regiões naturaes. O clima, saudavel, é secco e quente na Catinga, tornando-se humido nas serras da Borborema. Infelizmente afflige o Ingá a secca com todos os seus horrores. Restam pouquissimas mattas da floresta de outr'ora, contribuindo não pouco a desapiedada devastação para a diminuição das aguas. E' antes bem regado, pois numerosos são os rios e regatos; infelizmente as suas condições de não perennidade apoucam e muito o seu prestimo. São elles: o Ingá ou Bacamarte, com 70 km. de curso, tributario do Parahiba; o Surrão ou Cainararé; o Gurinhem, o Ribeiro Escopa e outros riachos sem importancia. As elevações da Borborema, todas conhecidas por "Serras", são as de nomes: Verde, Zabelê, Bananeiras, Redonda, Velhas, etc. Não foi ainda convenientemente explorado o sub-sólo, mas pretendem existir uma jazida de ferro em Cachoeira de Cebolas.

Pouco desenvolvimento tem tido a agricultura, apenas de cereaes, avultando mais a creação de gado. Tem progredido pouco o municipio, apesar de o ligar a Estrada de Ferro á capital e á Campina Grande.

Para enfrentar a secca conta apenas o municipio 11 açudes, sendo 8 particulares e 3 publicos de nomes Zabete, Açude Novo e Noventa. O segundo, com uma barragem de 176 m., tem agua excellente e quanto ao primeiro suas dimensões alcançam maior extensão de agua represada.

Tem uma barragem de 268 m.

POVOAÇÕES

São ellas: *Serra Redonda, Serra do Pontes, Ingá, Riachão* e *Cachoeira de Cebolas* (5).

INGÁ — Servido pela linha da "Great Western", fica a villa, séde do municipio, a 110 km. da capital e a 3 dos trilhos. Foi edificada a casaria á margem direita do Ingá em planalto que lhe assegura bellissima situação. Tem duas egrejas, a matriz e a de Nossa Senhora do Rosario, e um

excellente paço municipal. Mantém ahi o Estado duas escolas publicas. A feira do Ingá já teve maior animação, o que indica a situação difficil que atravessa a villa. No regime extincto foi o Ingá, durante seis annos, de 1840 a 1846, designado por — *Villa do Imperador*. Tem cerca de oitocentos habitantes.

SERRA REDONDA — A 21 km. á Norte da séde, em um cume da elevação que lhe deu o nome. Pinturesca e com bons predios é esta grande povoação o verdadeiro centro commercial do municipio, sendo os terrenos que a cercam aproveitados para o cultivo do algodão, do fumo, do café e dos cereaes. Existem no districto bons laranjaes. E' antes concorrida a sua feira. Tem uma escola publica.

CACHOEIRA DE CEBOLAS — Assentada á margem do Surrão, em zona algodoeira e de creação. Possue rica jazida de ferro inexplorada.

Realiza-se ahi aos domingos feira animada. Já foi florescente esta povoação, hoje decadente pela incuridade dos habitantes victimados pelo cangaceirismo.

RIACHÃO — SERRA DO PONTES — Povoados sem importancia.

19. Municipio de Cabeceiras

Tem uma superficie de 4.050 km.^{2} e uma população de 18.514 habitantes (recenseamento de 1920). A sua densidade, portanto, é de 4,571 habitantes por km.^{2}. Conta approximadamente 18 leguas de Léste a Oéste e 12 de Norte a Sul.

LIMITES

A Norte, o Municipio de Campina Grande; a Léste, o de Umbuzeiro; a Sul, o Estado de Pernambuco; e a Oéste, o Municipio de S. João do Cariri.

Pertence o territorio desse extenso municipio á zona do Cariri; é, portanto, secco, pedregoso, abundante em taboleiros proprios para a creação de gado e em baixios, que se prestam á agricultura, desde que sejam propicias as condições climaticas. Desappareceram as mattas, apenas existindo pequenos capoeirões muito rareados e falhos. A flora caracteristica do Cariri ahi ostenta os seus cardos e as suas cactaceas. E' o clima quente e secco amenizado pelos ventos reinantes, mas o territorio de Cabaceiras, inquestionavelmente saudavel, é perseguido pela secca, que lhe entorpece o natural desenvolvimento.

São numerosas as elevações ou serras da Borborema que correm pelo municipio; são de Nascente para Poente as de nome Aldeia, Corredor e Monte e a 20 km. a Léste da séde está a celebre serrania de *Caturité*, com o seu pico de difficil ascenção. Para o Sul, apertando por entre suas dobras o Rio Parahiba, ficam as de Carnoió e do Facão. Cortam o territorio de Cabaceiras os rios Parahiba e Taperoá, com os seus muitos affluentes. Levam suas aguas ao primeiro os ribeiros e riachos Fundo, Irapuá, Bom Jesús, Olho d'Agua, Oiticica, Parahibinha e Bodocongó; ao passo que se lançam no segundo os de nomes Olho d'Agua, Junco, Timbaúba, Gangorra e Charneca. Conta o municipio varias lagôas — Puxinana, Malhada Grande, Comprida, Bonita, etc. — mas, como acontece com os cursos d'agua, deixam de ter agua desde que se mostre deficiente o inverno. Existem cerca de 20 açudes de certa importancia. A necessidade premente de boas vias de communicação fez com que o actual Governo Federal ultimasse a construcção de estradas carroçaveis na zona do Cariri e assim com a realização do quadrilatero *Campina Grande* a *Boa Vista*; *Campina Grande a Cabaceiras*; *Boa Vista a S. João do Cariri* e *Cabaceiras a S. João* não só attendeu ás necessidades de prompto dos tres municipios de S. João do Cariri, Campina e Cabaceiras como os ligou á grande arteria central de rodagem do Estado.

A lavoira, diminuta, dedica-se a cereaes e ao plantio do algodão mas as suas condições são precarias, dada a sua contingencia á abundancia maior ou menor d'agua, e quanto á creação, esta que tambem se resente dos maus invernos, poderia ter maior desenvolvimento: em todo o municipio só ha 10 fazendas pastoris que mereçam tal nome.

POVOAÇÕES

Cabacciras, Barra de S. Miguel, Matta Virgem, Riacho de Santo Antonio, Conceição, Jardim, Bodocongó, Algodoaes, Boqueirão, Assumpção, Parahibinha, Umbuzeiro, Caturuté, Facão, etc. (14).

CABACEIRAS — Fica situada a villa em pequena planicie á margem direita do Taperoá, cerca de 1 legua acima de sua confluencia com o Parahiba, e em altitude calculada em 450 m. Cabaceiras, que data de 1834 como villa, tem-se mantido estacionaria, com pequena casaria, cerca de cem habitações, e população apoucada, no maximo quinhentas almas. Com oito estabelecimentos commerciaes, quasi todos de generos de estiva, tem pequeno movimento, inferior ao da Barra de S. Miguel, do mesmo municipio. Tem uma egreja e um pequeno mercado, onde se realiza uma feira. O Estado ahi mantém duas escolas publicas.

BARRA DE S. MIGUEL — A 6 leguas a Sul de Cabaceiras em sitio aprazivel, é atravessada pelo riacho de seu nome. Começou como fazenda e está em zona algodoeira e de creação. Tem movimento commercial por ficar á margem do caminho que une o centro da Parahiba a Pernambuco. A povoação, de umas 400 almas, possue uma capella, um mercado particular e uma escola mixta municipal. Tem feira concorrida.

BODOCONGÓ — OUTR'ORA BARRA DE SANT'ANNA — Á margem esquerda do Parahiba e a 40 km. de Cabaceiras. Esta antiga povoação é conhecida no sertão pela turbulencia dos seus habitantes.

BOQUEIRÃO — Muito antiga, foi fundada em 1670 por Antonio de Oliveira para servir de base á bandeira que ia operar contra os Cariris. Fica na garganta do Parahiba, na Serra de Carnoió.

Está decadente e de população diminuida. Da casaria vetusta apenas se destaca o bello campanario de sua capella.

CONCEIÇÃO — A 40 km. a Norte da séde, em uma collina á margem direita do Bodocongó. Fica em territorio conveniente para a creação de gado e o plantio do algodão. Tem-n'a prejudicado o banditismo e as seccas.

20. Municipio do Umbuzeiro

Pela avaliação de Coriolano de Medeiros corresponde a sua superficie a 2.070 km.^{2}. O recenseamento de 1920 attribue-lhe 24.789 almas, o que lhe dá uma densidade de 11,975 habitantes por km.^{2}. E' mais extenso na direcção Norte—Sul (92,400 km.) do que na de Léste—Oéste (30 km.).

LIMITES

A Norte, os municipios de Campina Grande e Ingá; a Léste, este ultimo; a Sul, o Estado de Pernambuco; a Oéste o Municipio de Cabaceiras.

Parte do municipio assenta na Catinga e o demais territorio nas ramificações e serras da Borborema, sendo, portanto, ahi bem accidentado. Não tem mais mattas virgens, apenas capoeiras, onde se encontram lindos especimes de aroeiras, baraúnas, pajchús, cedros, jucás, quixabás, etc., muito apreciados para a construcção e a marcenaria. O clima é excellente, baixando nos mezes mais frios a temperatura a 18º. Percorre o municipio a Serra dos Cariris-Velhos, a que se ligam as de Guaribas e Uruçá, todas pertencentes á Borborema. Banham Umbuzeiro os rios Parahiba e Parahibinha, além de muitos riachos, o Ingá, Cacimbas, do Cedro, Uruçá, Natuba, Jatobá, Tipi e Jussara. O Parahiba corre ahi apertado por entre serras e serrotes, especialmente pela margem direita; em seu leito existem numerosos "poços", verdadeiros viveiros de peixes, e entre elles o de Loango, pelas alturas do Bodocongó. Lagôas as ha sendo de maior vulto as do Umbuzeiro, Piabas, do Mori e do Peri-peri, com 1 legua de extensão.

Divide-se a actividade do municipio entre a agricultura e a creação. Os terrenos, antes ferteis, se prestam ao plantio do algodão, da canna e do café e ao cultivo de cereaes. A creação de gado tem prosperado, havendo cinco grandes fazendas de pastoreação. Dos creadores se destacava o coronel Antonio da Silva Pessôa pela grande extensão de terras de sua propriedade e elevado rebanho que possuia.

Tem avultado o movimento commercial do Umbuzeiro, especialmente com os dois centros da Parahiba e do Recife, mas, para que o progresso economico do municipio continue ascendente, imprescindivel se torna acudir-lhe no sentido de minorar o effeito negativo, decorrente da falta de agua potavel e da pobreza de vias de communicações.

Attendeu a ambas as falhas o Governo Federal, com especialidade quanto a estradas de rodagem, de maneira a ficarem perfeitamente asseguradas as communicações do Umbuzeiro com a capital do Estado e com a Cidade do Limoeiro em Pernambuco, por uma via adaptada á vehiculação por automoveis e cuja inauguração coincidirá com o centenario da nossa Independencia.

Existem no municipio, além de poços e barreiros, uns quarenta açudes particulares e publicos, sendo quatro em Umbuzeiro; dois em Oratorio; dois no Olho d'Agua doce; dois em Natuba; dois no Piauá; tres em Matta Virgem; dois no Agudo; dois em Aroeiras; um em Massaranduba; um em Uruçá, etc. De todos, porém, se destaca o por nome *Bom Nome*, cujo proprietario era o coronel Antonio da Silva Pessôa. Sua capacidade é de 138.700 m.^{3}, tendo a sua barragem um comprimento de 165 m. por 3 m. de largura no cordamento e 11 m. de altura maxima. "Grandes e numerosos, disse auctoridade competente, serão os beneficios prestados á lavoira e á pesca por este açude".

Existem no territorio do municipio tres engenhos de assucar, 40 fazendas regulares de café, além de uma centena de sitios, e 14 machinismos para beneficiar o algodão. Encerra o sub-sólo indicios seguros de riquezas mineraes.

POVOAÇÕES

Umbuzeiro, Matta Virgem, Aroeiras, Barra do Natuba, Guapaba, Natuba Velha, Piauá, Jardim, Pá Virada, Junco, Pedro Velho, Tapina, Leitão, S. Bento, Oratorio, Matinadas, Antas, Picada, Manuelas, Agudo, Massaranduba e Uruçá (22).

UMBUZEIRO — Segundo nucleo de população pela ordem chronologica, foi a séde do municipio elevada á villa em Maio de 1890. Edificada em logar pinturesco e aprazivel, divide-se a sua casaria pelos territorios de Pernambuco e da Parahiba, cabendo a esta para mais de cem predios de regular construcção. Deve orçar a sua população por perto de oitocentos habitantes. Possue Umbuzeiro a egreja matriz consagrada á Nossa Senhora do Livramento, outra á de Nossa Senhora da Conceição, além de capellas filiaes em diversas localidades do municipio. Funccionam ahi duas escolas publicas estaduaes. Tem Umbuzeiro illuminação publica e um mercado onde se realiza semanalmente uma feira "que é mais concorrida e animada na parte pertencente ao Estado de Pernambuco". Nasceu em Umbuzeiro o notavel jurista e insigne orador, dr. Epitacio da Silva Pessôa, actual presidente da Republica. Como em outros centros da Parahiba apresenta a villa animação intellectual, representada pelas aggremiações scientificas, artisticas e litterarias, que conta em seu seio. Está a 105 m. de altitude, a 75 km. de Itabaiana e a 154 km. da capital.

MATTA-VIRGEM — Povoação serrana, na linha divisoria com Pernambuco. Conta uma escola publica municipal. Fica a Poente do Umbuzeiro.

AROEIRA — Povoado florescente de uns quinhentos habitantes a Oéste da séde, com feira bem frequentada e bom commercio de pelles de cabra. Tem uma escola publica.

BARRA DO NATUBA — Banhada por este ribeiro, fica a povoação não longe do Parahiba. Já foi mais prospera do que é agora, mas o facto de ficar á margem da novissima estrada de rodagem Itabaiana-Umbuzeiro-Limoeiro virá com certeza infundir-lhe novo vigor. Tem uma escola publica e conta na sua casaria uma egreja, a de Nossa Senhora do Rozario. Tem feira destituida de concorrencia.

PIRAUÁ — A Oriente de Umbuzeiro fica este povoado na linha divisoria com Pernambuco. E' florescente e conta algum commercio.

JARDIM, MATINADAS, ORATORIO, ANTAS — Povoados sem importancia.

GUAPABA — Pequena localidade assentada á margem esquerda do Parahiba e cuja origem ascende a uma fazenda de creação fundada em 1740.

21. Municipio de S. João do Cariri

Superficie: 6.438 km.^{2}; população: 25.336 almas; densidade: 3,935 habitantes por km.^{2}. Este municipio occupa por sua área o quinto logar no Estado.

LIMITES

A Norte, municipios de Soledade e Taperoá; a Léste, os de Campina Grande e Cabaceiras; a Sul, os de Cabaceiras e Alagôa do Monteiro e o Estado de Pernambuco, Municipio de Taquaretinga; a Oéste, os de Alagôa do

Monteiro e Taperoá. Mede 116 km. de Norte a Sul por 74 km. de Léste a Oéste

Fica o municipio na Chapada da Borborema, na região caracterizada pelas cactaceas e bromeliaceas. As elevações que o cortam são pouco accentuadas, devido á natureza planaltica da região. Demoram-lhe a Sul as "serras" do Jatobá, Branca e S. Domingos; a Oéste, a do Algodão. Existem mais as de nomes: Joaz, Corôa Branca, Barriguda e Jacarará. E' no Cariri que se reunem os tres riachos — Sucurú, o da Serra e o do Meio —formadores do Parahiba, que corre pelo Sul do municipio. Atravessam-n'o tambem o Taperoá, com os seus tributarios, o Matinoré, o Rio do Padre, o Santa Rosa, o Timbaúba, o Serra Branca, além de muitos riachos e ribeiros. Infelizmente não são todas essas correntes de aguas perennes, porquanto assolam as seccas ao municipio com enorme prejuizo para o seu desenvolvimento. Só nos invernos é que enchem, repetindo-se o phenomeno do apparecimento de uma vegetação vivente que cobre os prados e taboleiros de optimas forragens, entre as quaes o *panasco*, o *capim mimoso*, a *gitirana* e o *carrapicho*. Como já dissemos, ahi fica o dominio das cactaceas, o reino do *chique chique*, do *facheiro*, da *palmatoria*, do *mandacarú*, do *caraúá*, do *gravatá*, mas, ainda que isolados, apparecem vestigios de algumas mattas outr'ora existentes por ventura, o *umbuzeiro*, a *barauna*, a *jurema*, a *carahibeira*, o *jucá*, o *joazeiro*, o *angico*, a *aroeira*, etc.

O clima, um dos mais seccos do Estado, é tambem um dos mais salubres e, embora calido, a temperatura média sendo de 29º, suavizam-n'o os ventos reinantes.

A lavoira existente dedica-se ao plantio do algodão, da canna e dos cereaes, mas em pequena escala, sendo a maior actividade applicada á creação de gado. O municipio, além da exportação de animaes, vende queijos, coiros, pelles de cabra e de carneiro o algum algodão.

Conta 80 fazendas de creação e 14 machinismos movidos a vapor para beneficiar o algodão. Existem indicios de jazidas de ferro e de hulha, não tendo sido até hoje emprehendida de modo rigoroso a necessaria exploração do terreno.

São 43 os açudes particulares, de capacidade varia, insufficientes para as necessidades prementes da população, mal este que com certeza será minorado com a restauração da situação economica do municipio. As acertadas providencias do actual presidente da Republica, dr. Epitacio Pessôa, relativas á solução do problema das communicações, muito aproveitarão á S. João do Cariri e aos municipios limitrophes, como elle servidos pelo quadrilatero Campina Grande, Boa-Vista, S. João do Cariri e Cabaceiras.

POVOAÇÕES

São ellas: S. João do Cariri, Serra Branca ou Jerichó, S. José das Pombas, S. José dos Cordeiros ou de Cariri, Santo André, Sant'Anna do Congo, Caraúbas, Cochichola, Timbaúba (9).

S. João do Cariri — Fica a 125 km. de Campina-Grande e a 325 km. da Parahiba. E' a villa a mais antiga povoação sertaneja depois do Boqueirão. Era freguezia em 1750, sendo aldeia sua jurisdiccionada Campina Grande, que mais tarde ia roubar-lhe a primazia; em 1803 foi elevada a *Villa Real de S. João do Cariri de Fóra*, em honra a d. João VI; esta denominação — *de Fóra*" — com que foi antigamente conhecida deve attribuir-se á sua posição mais remota do que a de Campina, onde residiam os outros Cariris". Fica a villa á margem esquerda do Taperoá, construida sobre as elevações rochosas que dominam a corrente, de modo a emprestar-lhe o sitio soberbo aspecto. Infelizmente atravessa S. João crise depressiva; sua população, de 600 almas, se distribue por mais de cem casas de construcção antiga. Tem illuminação publica a kerozene. Suas ruas são largas e bem delineadas. Conta uma egreja, a de Nossa Senhora dos Milagres, duas escolas publicas estaduaes, uma nocturna municipal e uma de musica.

Funcciona ahi uma estação pluviometrica. Está S. João em communicação com Boa-Vista e Cabaceiras por duas optimas estradas carroçaveis e, por estas duas povoações, com Campina Grande. Altitude: 450 m.

Serra Branca — A 500 m. acima do nivel do mar e a mais de 3 leguas Sudoéste da séde, á margem do rio de seu nome. Prospera e commerciante. Tem capella e feira. Possue um mercado e uma escola publica

S. José dos Cordeiros ou do Cariri — Situada a Oéste de S. João, cerca de 10 leguas, e a Sul da Serra do Algodão, está a 510 m. de altitude. Fica em zona algodoeira e em sua feira ha movimento regular de transacções sobre algodão, pelles e coiros de carneiro e cabras. Tem regular casaria, com uma capella e um mercado. Possue uma escola publica.

Sant'Anna do Congo — No extremo-sudoéste do municipio, nos limites deste com o da Alagôa do Monteiro. Fica o povoado sobre o Rio Parahiba, a Nordéste da Serra do Cipó.

Caraúbas — Fica a 30 km. Sul de S. João e sobre o Parahiba; não longe da Serra do Coró. Com regular edificação, tem bastante movimento o povoado. Existem ahi varios machinismos de beneficiar o algodão. Em sua feira, que é semanal, faz-se regular commercio de pelles.

Cochichola — Povoado de zona dedicada ao plantio do algodão e á creação de gado.

Timbaúba — Pequeno logarejo á margem da estrada de Campina a Batalhão, hoje Taperoá, no municipio deste nome.

22. Municipio de Taperoá

Superficie: 900 km.²; população: 9.747 habitantes pelo recenseamento de 1920; densidade: 10,83 habitantes por km.². Mede 40 km. de Léste para Oéste.

LIMITES

A Norte, os municipios de Santa Luzia e Patos; a Léste, os de S. João do Cariri e Soledade; a Sul, o Estado de Pernambuco (Municipio de S. José do Egypto); a Oéste, os municipios de Teixeira e Patos.

Parte do territorio fica no Chapadão da Borborema e o restante se extende pela escarpa Occidental do planalto, sendo, portanto, accidentado. A natureza argillosa do terreno em alguns pontos, silicosa e calcarea noutros, é indicio de fertilidade; effectivamente presta-se á lavoira e á creação No extremo Sudoéste do municipio fica a Serra dos Cariris-Velhos; a Oéste e Norte, como que o envolvendo, o rebordo Occidental da Borborema, a celebre *Serra do Pico*, "parallela, diz Joffily, á estrada que de Batalhão segue para Patos; o seu nome vem de uma enorme rocha granitica semelhante ao Pão d'Assucar e de maiores proporções talvez da que se eleva da chapada da serra". Provavelmente deverá exceder de 500 m.

O principal curso d'agua do municipio é o Taperoá, com os seus affluentes o Bonito, o Carneiro, o Cosme Pinto, chamado outr'ora "Unebatucú" pelos indigenas, e muitos outros, tributarios ou sub-tributarios, como o Caitetú, o Marcação, o Jaramataia, etc. O Bonito atravessa o municipio de Sul a Norte, ao passo que o Carneiro orienta o seu leito de Oéste para Léste. Existem algumas pequenas lagôas nos campos de creação. As poucas capoeiras e mattas existentes ficam nos valles dos rios e riachos. O sub-sólo ainda não foi convenientemente explorado, mas existem signaes de depositos de ferro e de crystal de rocha.

A respeito de seu clima assim se expressa C. de Medeiros:

> «Taperoá tem clima excellente, em especial no inverno, epocha em que a temperatura baixa a 18º; mesmo durante o verão as noites são amenas. O ar é puro e, normalmente, é bom o estado sanitario.»

A altitude do terreno contribue não pouco para suavização do calor e salubridade do sitio, bem como a propria constituição geologica, em particular quanto á parte sanitaria.

E' Taperoá districto agricola, mas a industria pastoril não tem sido descurada, pois possue 25 fazendas de creação. Avultam as plantações de algodão, canna, mandioca e cereaes. Do primeiro a producção é superior a 5.000 fardos annuaes. Ha pequenas industrias locaes como as de calçados de coiro e chapeos de palha e tambem de coiro, rêdes de algodão, etc. A falta de depositos de agua perenne concorre para difficultar o progresso economico do municipio, como tambem a rêde de communicações. E' bem verdade que existem açudes particulares, uns vinte ao todo (dois no Pico, tres em Taperoá, tres na Marcação, além dos chamados "Pocinhos", "Mattinhos", "Pereiro", "Cacimba dos Cavallos", etc.), mas não acodém ás necessidades cada vez maiores; no tocante ao segundo *desideratum*, veio-lhe ao encontro o actual Governo Federal: uma estrada de rodagem já une Taperoá á grande arteria transparahibana — *Campina Grande-Cajazeiras*, além de outra via por concluir que ligará a villa ao centro de *Teixeira*, ponto de partida da estrada carroçavel para *Princeza*, isto é, para o Sudoéste do Estado. Outros caminhos já existem, que ligam o municipio aos seus vizinhos, atravez a Borborema, e, embora toscos, facilitam as trocas e permutas, sendo relativamente pequena a sua deterioração, já pela natureza do sólo, já pela seccura da atmosphera.

POVOAÇÕES

Existe, na realidade, apenas um centro populoso: Taperoá. Entretanto, principalmente á orla dos caminhos, já se vão congregando casas, origens de futuros povoados, como Riacho, Poço, Lagôa Queimada, Riacho Escuro, Cacimba do Meio, Cacimba dos Cavallos, etc.

Taperoá — Anteriormente *Batalhão*. Origina-se este nome de um combate ahi travado entre legalistas e republicanos da Confederação do Equador. A primeira habitação ahi data de 1865, aggregando-se-lhe outras até que em 1874 o padre missionario Hermenegildo Herculano Vieira de Castro, com as suas predicas, attrahiu novos moradores, sendo imitado pelo padre Ibiapina, que para ahi veio egualmente. Por esforços deste e de outros missionarios, cresceu o povoado, que já contava 50 casas em 1880. A sua elevação á villa data de 1886. Attribue Guilherme Lane uma altitude de 500 m. para Taperoá, existindo outra avaliação superior, 560 m.

Fica a villa á margem dircita do Taperoá, distante da capital 275 km., de Campina Grande 125 km. e de S. João do Cariri, que lhe fica a Suéste, 54 km. Conta a casaria 200 predios bons, alguns até de construcção escolhida e elegante, uma egreja de grandes proporções, uma capella, um bom mercado, duas escolas estaduaes, etc.

O movimento commercial de Taperoá é grande e tende a augmentar, sendo muito concorrida a sua feira semanal, principalmente pelos viajantes e tropeiros em transito. E' bem provavel que a população da villa seja hoje superior a mil e cem almas.

Como em outros sitios, a que já nos referimos, possue o municipio certas curiosidades naturaes; a mais notavel é a gruta do *Olho d'Agua do Pedro*, rica em stalagtites e stalagmites, que se espelham no regato que corre pela caverna. Estas tambem existem em outros pontos do Estado, na Serra do Corredor (Municipio do Cabaceiras), no Municipio do Umbuzeiro, etc.

A caverna do Corredor parece ter sido vasta necropole de uma raça extincta, talvez a mesma do labyrintho do *Buraco do Padre*; quanto ás de Umbuzeiro, consiste a sua principal attracção na existencia em suas paredes de inscripções estranhas, até hoje indecifraveis.

23. Municipio de Soledade

Tem uma superficie de 2.880 km.², com uma população de 10.065 almas. A densidade corresponde a 3,494 habitantes por km.².

LIMITES

A Norte, o Municipio de Picuhi; a Léste, o de Campina Grande; a Sul, o de S. João do Cariri; a Oéste, o de Santa Luzia, do Sabogi. Extende-se por 48 km. de Norte a Sul, tendo cerca de 80 km. de Léste a Oéste; é, pois, de largura quasi dupla do comprimento.

Territorio central, pertence todo elle á zona do Cariri, de natureza geralmente crystallina, sob a fórma de taboleiros, com pregas pouco accentuadas, excepto uma denominada "Serra" do Carneiro, orientada de Norte para Sudoéste. A altitude de Soledade é de 530 m. (G. Lane) acima do mar, pouco divergindo da média do municipio. O clima é naturalmente muito secco, quente, variavel, por conseguinte da categoria chamada impropriamente continental, sujeito a refrescar durante a noite por força dos ventos reinantes. A média da temperatura nos mezes de Setembro a Outubro é de 24º; sobe, porém, no verão e diminue bastante de Maio a Agosto. Victimado pelas seccas, o municipio não conta, além disso, rios que mereçam tal nome; apenas sulcam o seu territorio riachos e cabeceiras de cor-

reates mais importantes. Entre elles avultam o "Quixadi", impropriamente chamado Macacos, o "S. José", o "Cachoeira", o "Cachoeirinha", etc. Lagôas existem poucas de dimensões insignificantes, pobres em aguas e tão sómente no inverno, quando foram as chuvas abundantes. A falta quasi absoluta de humidade e a natureza do sólo concorreram para imprimir á Flora caracter especial que fez della a "do Cariri", rica em bromeliaceas e cactaceas, dentre as quaes surgem de espaços a espaços um ou outro umbuzeiro, a baraúna, marmelleiros e aroeiras, angicos, umburanas, etc.

Plantio feito com certa regularidade é o do *algodão*, cuja producção annual excede de 2.000 fardos, e nos "baixios" ficam pequenas lavoiras de *canna, arroz, milho* e *feijão*. E', porém, a creação a unica industria de Soledade, que conta cerca de cincoenta fazendas de gado. Alguns engenhos fabricam rapadura e existem uns poucos machinismos para beneficiar o algodão. O municipio tem uns vinte açudes particulares e publicos, destacando-se o do sitio Catolé e outro construido em Soledade, no governo do senador Lopes Machado, com 400 braças, muito piscoso, de grande valia por occasião das seccas.

Hoje possue o municipio a excellente estrada de rodagem *Soledade — Campina Grande*, trecho já acabado da grande arteria central transparahibana, e que põe a séde em communicação com a linha ferrea da "Great Western".

POVOAÇÕES

Soledade, S. Francisco e alguns logarejos como S. Braz, Malhada Vermelha, Floriano e Tapera (6).

SOLEDADE — A 195 km. da Parahiba e a 55 km. de Campina Grande. Foi fundada a villa em 1866 junto a um cemiterio, da "Soledade", que lhe deu o nome. Conta umas cem casas com população superior a quinhentos habitantes e a sua egreja consagrada á Sant'Anna, espaçosa e solida, data das origens da mesma Soledade. Existem ahi um mercado particular, duas escolas publicas e um posto pluviometrico. A feira semanal realiza-se ás segundas e é bastante concorrida.

S. FRANCISCO — A Nordéste de Soledade. Tem pequena feira aos domingos. Fica a 545 m. de altitude e é banhado pelo S. José.

24. Municipio de Picuhi

Com uma superficie de 1.500 km.², tem elle uma população de 23.635 almas. A sua densidade é de 15,756 habitantes por km.². Méde 20 leguas em quadro approximadamente. (Lyra Tavares.)

LIMITES

A Norte, o Estado do Rio Grande do Norte; a Léste, o Municipio de Araruna; a Sul, o de Soledade; a Oéste, o de Santa Luzia de Sabogi.

Parte do municipio, na sua zona oriental e meridional, é pouco accidentado, ao passo que se torna montanhoso a Norte e Oéste.

Ficam na primeira, na região do Cariri e do Curimatahú, campos e catingas, alternando com capoeiras; na segunda, cobrem o terreno ramificações e lombadas da Borborema. O sub-sólo mereceria exploração acurada, sendo bem provavel que encerre jazidas diversas e valiosas de varios minerios. Segundo Destord ahi se encontram depositos de cobre vitreo, mercurio, manganez, estanho, ferro magnetico e pedras preciosas, como turmalinas e topazios. Insiste este mesmo engenheiro em assignalar entre todos elles, como de importancia mais subida, o manganez e o estanho. O clima, quente e secco no verão, torna-se mais agradavel no inverno. As elevações com o nome de "serras", que percorrem o municipio, são todas da Borborema e ficam a Norte as de *Cuité, Serrinha, Vermelha do Fogo* e do *Forte*; a Oéste, a *Vermelha*, e a Sul e Suéste, a *Queimada* e a da *Coruja*. Os rios do municipio pertencem ás bacias do *Acauan* e do *Curimatahú*, isto é, correm nas direcções oppostas de Noroéste e ENE. Pertencem á primeira o *Acauan*, cujas vertentes são de extraordinaria fertilidade, e seus tributarios e sub-tributarios, o Caraibeira, o Gravatá e o Grande; emquanto formam a segunda o mesmo *Curimatahú*, com o seu affluente, o Rio das Almas. Corre o Acauan para o Seridó, cujas aguas vão ter ao *Piranhas*. Notam-se mais alguns riachos de nomes locaes: da Cruz, do Sangue, Crauatá, etc. Nos limites do Rio Grande do Norte fica o Rio Japi, cujas cabeceiras estão situadas no Municipio de Picuhi. Estão espalhadas pelo territorio do Picuhi varias lagôas, as do *Cuité*, do *Meio*, *Cercada*, do *Deserto*, do *Malto-Grosso*, etc. Mattas não as ha mais no Picuhi, mas na região serrana ainda apparecem capoeiras e bosquedos, onde crescem a manigoba, o cedro, a baraúna, o jatobá, o cumarú e o perciro. No Curimatahú e no Cariri abundam os cactos e as bromelias. Não são poucas as especies medicinaes, como o jucá, a ipecacuanha, a malva, a melissa, a herva cidreira, o mastruço, etc.

A principal lavoira é a do algodão, cuja producção annual excede de 4.000 fardos apesar das seccas, mas os outros cereaes não são desprezados. A industria pastoril tem grande desenvolvimento, como attestam as 300 fazendas de creação existentes. Certas applicações correlatas, o fabrico do queijo e da manteiga, são bastante importantes para excederem á procura no proprio municipio e serem exportadas. O mesmo acontece com artefactos de coiro, como sellins, caronas, arreios, e sólas para calçado. Exporta o Picuhi, além desses artigos, gado em pé (bovino, cavallar e muar), pelles, borracha de manigoba, cereaes e farinha de mandioca.

São 120 os açudes particulares, de regulares dimensões alguns, nem todos de construcção solida e condições favoraveis.

Ainda não está terminado o prolongamento do ramal de Guarabira, que deve levar os trilhos da "Western" até á Villa do Picuhi; este tentame, quando realizado, virá influir de modo radical na vida economica do municipio, fomentando-lhe a prosperidade.

POVOAÇÕES

Picuhi, Cuité, Barra de Santa Rosa, Pedra Lavrada e Timbaúba (5). Mais os logarejos Tanques, Fortuna, Vargem Formosa e Santos.

PICUHI — A antiga *Triumpho*, villa e séde do municipio, florescente, com uma população approximada de 1.200 habitantes. Passageiramente foi denominada — Triumpho — em homenagem á victoria de nossas armas na guerra do Paraguai. Circumdada por lindo coqueiral, fica a povoação assentada em depressão limitada pelo Acauan e seu affluente, o Caraibeira. A casaria já é regular, pois, conta cerca de trezentos fogos entre casas terreas e predios, dos quaes alguns de sobrado. O paço municipal e o mercado são edificios modestos, mas bem construidos, e a Egreja de S. Sebastião embora pequena é de aspecto agradavel. Possue duas escolas publicas. A illuminação publica é a acetylene. Funcciona egualmente em Picuhi uma estação pluviometrica. Semanalmente ha uma feira muito concorrida.

CUITÉ — Fica a ENE de Picuhi, cerca de 35 km., e num raio de 20 leguas de Campina Grande, Areia e Bananeiras, não estando della muito longe a fronteira rio-grandense do Norte. Ergue-se na serra de seu nome, em taboleiro fertilissimo, com umas trezentas almas.

Quando se dedicava especialmente á lavoira prosperou Cuité, mas desde que a abandonou para se entregar á creação, entrou a periclitar. Tem uma egreja e uma escola municipal mixta.

BARRA DE SANTA ROSA — Perto da confluencia do Rio das Almas com o Curimatahú, perto das extremas do Municipio de Areia e a cerca de 5 leguas da séde, na direcção de Suéste. Muito lucrará com a construcção do ramal do Picuhi, pois que por ella deverá passar a linha ferrea. Tem uma egreja e uma escola publica. Sua feira, especialmente de generos, é a mais concorrido do municipio.

PEDRA LAVRADA — Fica sobre o Rio Belmonte e á margem do caminho historico que, atravez a Parahiba, punha Pernambuco em communicação com o Rio Grande do Norte. Já teve maior importancia como demonstram a casaria de edificação regular e a egreja. Tem uma escola publica e uma feira semanal. Sua altitude é de 525 m. e perto lhe ficam as raias do Rio Grande do Norte.

Decorre-lhe o nome de uma inscripção num bloco de granito, da qual uma cópia, segundo adeanta Coriolano de Medeiros, foi submettida a Ernesto Renan e considerada de origem phenicia. Dada a auctoridade desse grande orientalista, haveria toda a conveniencia em ser estudada a inscripção da Pedra Lavrada, que poderá vir a projectar grande luz sobre a pre-historia brasileira, portanto, americana, tanto mais quanto não seria absurdo admittir a presença, provavelmente fortuita, aqui de gente punica tão afeita a longas navegações, como patenteia a sua passagem e estadia em Rejang, na Ilha de Bornéo, no longinquo extremo-oriente.

25. Municipio de Santa Luzia do Sabogi

Superficie: 2.718 km.²; população: 11.076 almas; densidade: 4,075 habitantes.

LIMITES

A Norte, o Rio Grande do Norte (Municipio de Caicó e Jardim); a Léste, o mesmo Estado e o Municipio de Soledade; a Sul, o de Taperoá; a Oéste, o de Patos.

Parte do territorio do municipio, a faixa oriental principalmente, assenta no chapadão da Borborema, ao passo que a área restante se desdobra pelas serranias da escarpa occidental descendo pelas fraldas. Ahi encontram-se trechos com revestimento de arenito ou de argilla. Manifesta-se ahi a secca pela falta de invernos e de perennidade dos cursos d'agua, em razão de causas diversas, que já por varias vezes apontamos. Se nas encostas do planalto a temperatura média sobe a 28º, muito diminue no taboleiro da Borborema, conhecido pela sua salubridade. As elevações, todas integrantes ao grande planalto central, demoram principalmente a Sul e Léste, correndo com os nomes de serras *Branca*, do *Sacco*, de *S. Gonçalo* e dos *Quintos*, esta ultima a Oriente.

Além das primeiras, desenvolve-se grande chapada que a carta de Lane denomina *Serra do Brito*; a Oéste existem lombadas, das quaes é mais notavel a *Serra dos Velhacos*.

Os rios e riachos pertencem na quasi totalidade ás bacias do *Sabogi* e do *Seridó*. São o *Cupauá*, tributario deste ultimo, o mesmo *Sabogi*, e affluentes de ambos, como o da *Serra*, dos *Cordeiros, Rio do Meio, Ipueiras, Sacco*, etc. A Sul do municipio corre o *Cacimbas de Baixo*, cujas aguas pertencem a bacia do *Espinhára*s. Encontram-se lagôas no Municipio de Santa Luzia, umas seis, das quaes só algumas quando enchem conservam agua de 4 a 6 mezes. São ellas: *Tamanduá, Santo Antonio, Picotes*, da *Lagem*, do *Meio*, de *João Alves*.

Pelos trabalhos do engenheiro Retumba se verifica existirem no municipio boas jazidas de ferro e crystal de rocha, além de indicios probantes de filões de carvão de pedra.

Como no Municipio do Picuhi a actividade dos habitantes reparte-se pela lavoira dos cereaes, do algodão e da canna e pela creação de gado, sendo esta mais desenvolvida. E' principalmente nos campos da chapada que avulta o pastoreio, praticado em mais de 50 fazendas. Existem no municipio seis engenhos de rapadura e 15 machinismos para beneficiar o algodão. A secca que flagella o Sabogi e a pouca duração dos invernos, desde o anno de 1889, têm contribuido para entorpecer o progresso da região.

Exporta o municipio algum gado, coiros, pelles e algodão em pluma. Por outro lado ha falta de boas vias de communicações; entretanto, a prompta conclusão da grande arteria central de rodagem Campina — Cajazeiras facilitará as transacções do Sabogi, que seguirão pelo caminho a entroncar na via central em Patos. Existem cerca de 40 açudes particulares, na sua maioria pequenos; alguns, porém, como o do Feixado, merecem menção por serem de maior capacidade; infelizmente não duram bastante os invernos para enche-los, como acontece com este mesmo, cuja capacidade daria o sufficiente para tres ou quatro annos, se conseguissem as aguas attesta-lo.

POVOAÇÕES

Santa Luzia, S. Mamede, Vargem, S. Domingos, Floresta, Cabaças, Cachoeira e *Olho d'Agua* (8).

SANTA LUZIA — Fica a 290 m. acima do nivel do mar (Lane), á margem esquerda do Rio Quipauá e a 30 leguas de Campina Grande e 16 de Soledade. De aspecto aprazivel conta a villa uns cento e trinta predios com uma população de, approximadamente, seiscentos habitantes.

A egreja matriz começada em 1874 é edificio de boa apparencia e área regular, vindo a substituir a antiga capella completamente arruinada. O mercado publico já concluido

é calçado e nelle se realiza aos sabbados feira de alguma animação. São duas as escolas estaduaes ahi existentes. O movimento commercial de Santa Luzia do Sabogi é pequeno, por força das causas acima referidas.

S. MAMEDE — Fica esta povoação a Oéste de Santa Luzia, á margem do caminho que desta conduz a Patos. Levantada junto ao Rio Sabogi em 1903, anno de sua fundação, teve começo humilde, mas a feira que ahi se dava aos domingos concorreu para que este ponto de transito para os sertanejos se transformasse em centro commercial permanente. Conta hoje mais de cincoenta casas com uma população sedentaria de uns duzentos habitantes, e nella se faz commercio activo de algodão, pelles, coiros e artefactos correlatos, e cereaes.

VARGEM, S. DOMINGOS, — Pequenos povoados a Léste de S. Mamede e no caminho de Santa Luzia — Patos.

FLORESTA, CABAÇAS, logarejos a Nordéste do municipio.

CACHOEIRA, OLHO D'AGUA, nucleos de habitações a Sul.

26. Municipio de Alagôa do Monteiro

Tem uma superficie de 10.425 km.² e uma população de 25.142 almas, sua densidade por kilometro quadrado é de 2,411, isto é, fraquissima. Pela área, é o municipio o maior do Estado. Méde 30 leguas de Norte a Sul por 18 de Léste a Oéste.

LIMITES

A Norte, o Municipio de S. João do Cariri; a Léste com Pernambuco (municipios de S. José do Egypto e Brejo da Madre de Deus); a Sul e Oéste, o mesmo Estado (respectivamente os municipios de Alagôa de Baixo e Afogados de Ingazeira).

A Oéste e Sul se desdobra o territorio do municipio, pelo chapadão da Borborema e suas serras, emquanto que no centro e a Léste está comprehendido na parte daquelle planalto que se chama "o Cariri".

Resentem-se o relevo, a vegetação e o clima dessa divisão; demoram as serranias de preferencia a Noroéste e Sul avultando os taboleiros na zona central. Mattas virgens não as ha, mas capoeiras nas serras com varias especies apreciadas como a baraúna, o angico; nos "baixios" a oiticica e o joá e nos taboleiros, além da flora caracteristica, o pereiro e a jurema. O sub-sólo, em que o elemento plutonico representa papel de destaque, denota signaes de depositos de mica, ferro carbonatado, carvão de pedra, oiro, salitre, crystal de rochas e pedras preciosas. Correm nos confins do municipio com Pernambuco as serras de *Jacararú*, *Acahi*, *das Moças*, *Porteira do Pau d'Arco*, do *Capitão Mór* e do *Fogo*; e a Sudoéste as de *Jabitacá*, *Branca* e *Verde*, todas ramificações e contrafortes da Borborema. Ao centro corre a serrania do *Cipó* e no extremo-noroéste a das *Minas*.

O territorio do municipio, sob o ponto de vista hydrographico, abrange a bacia do *Parahiba superior* com os tres ribeiros formadores: o *Sucurú*, o do *Meio* e o da *Serra*, com os respectivos riachos tributarios como o *Zabellê* e o *Cacimbinhas*, cujas aguas vão se reunir ás do Serra. Possue algumas lagôas, entre ellas a de *Perperi*, proximo á séde do municipio.

A agricultura, que comprehende plantações de algodão bastantes prosperas, tem egualmente lavouras de canna, mandioca e cereaes. A creação de gado bovino e caprino tem se desenvolvido, havendo fazendas pastoris em numero superior a trezentos. Exporta annualmente a Alagôa do Monteiro para o Recife e a Parahiba mais de 5.000 coiros, 10.000 pelles de cabra e 10.000 fardos de algodão. Em seu territorio funccionam 20 engenhos para o fabrico de rapaduras e seis machinismos movidos a vapor para descaroçar o algodão.

Ha cerca de trezentos açudes particulares, differentes quanto á capacidade e nem todos em boas condições de conservação. A falta de bons caminhos no Estado tem arrastado o municipio para a orbita de Pernambuco, cuja viação ferrea lhe fica mais ou menos a 12 leguas, emquanto que o Ramal de Campina Grande dista para mais de 30. Póde communicar-se por maus caminhos com *Cabaceiras* e *S. João do Cariri* e dahi com *Campina*, graças ás excellentes estradas carroçaveis e de rodagem já existentes. Ainda assim a distancia a vencer é maior e o transporte mais dispendioso, inconvenientes que certamente desapparecerão quando uma estrada carroçavel, prolongamento da de *Campina Grande — Cabaceiras*, attingir *Alagôa do Monteiro*, subindo pelo valle do Parahiba superior.

Não concluiremos sem alludir ao clima do municipio, quente e secco durante o dia, mas agradavel á noite. A temperatura média annual ascende a 26° e só é humida nos invernos chuvosos e prolongados. A salubridade de Alagôa do Monteiro é conhecida no Estado.

POVOAÇÕES

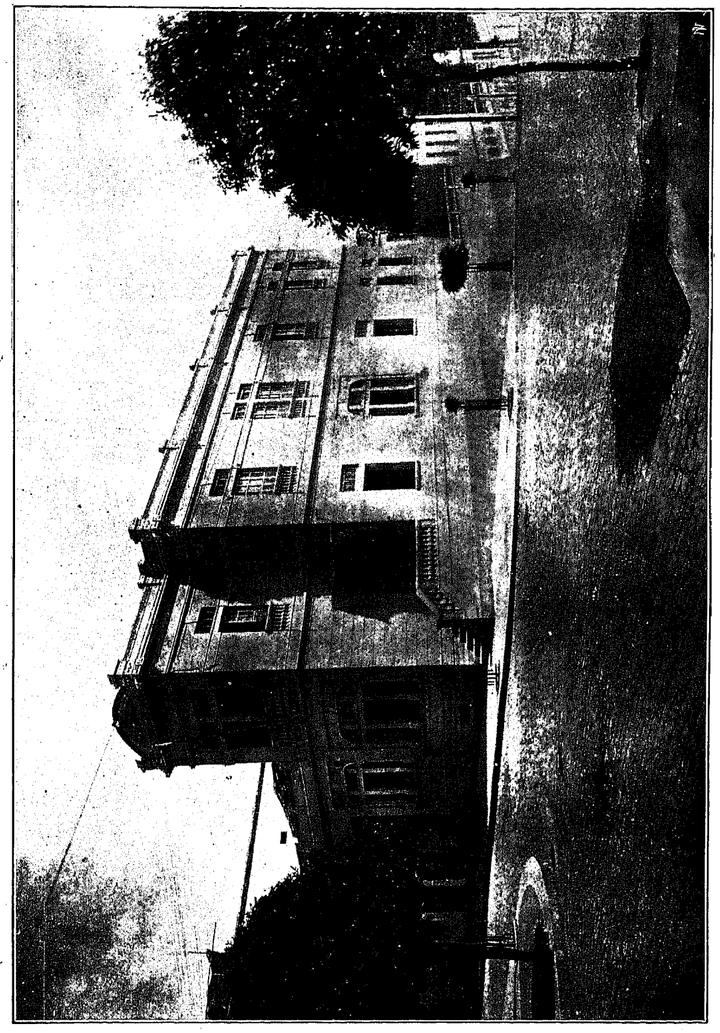
São ellas: *Alagôa do Monteiro*, *S. Thomé*, *Camalaú*, *Fundão*, *Tigre*, *Umbuzeiro*, *Santa Clara*, *Boa Vista* e *Prata* (9).

ALAGÔA DO MONTEIRO — Foi origem da villa uma capella de Nossa Senhora das Dores, fundada em 1800 por Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher, a pequena distancia da Lagôa de Perperi. Em 1840 já formava um casal, sendo chamada *Povoação da Lagôa*. Pouco depois mudava-se-lhe o nome pelo de *Alagôa do Monteiro* em honra ao fundador. Atravessa a séde o Rio do Meio. Possue casaria regular, duas egrejas, uma Casa da Camara e duas escolas publicas estaduaes. Tem boas ruas e illuminação publica a alcool. Tem feira semanal. Fica a 590 m. acima do nivel do mar.

S. THOMÉ — Cerca de 60 km. NNE da séde na confluencia do S. Thomé com o Sucurú. E' aprazivel e de bom sitio.

CAMALAÚ — A' margem direita do Rio do Meio e a 50 km. de Alagôa do Monteiro. Tem uma escola publica municipal e uma capella. E' centro pastoril e agricola, possuindo um machinismo a vapor e bolandeiras para beneficiar o algodão e alguns engenhos para o fabrico de rapaduras e aguardente. Tem uma feira. Conta actualmente cerca de cento e cincoenta habitantes.

UMBUZEIRO (tambem chamado *S. Sebastião do Umbuzeiro*) — Segundo centro do municipio em população e importancia, a 40 km. Sul da séde. Tem para mais de quatrocentas almas e fica á margem direita do Rio da Serra. Possue uma escola municipal e uma capella.



Hygiene estadual (Parahiba do Norte)

Está situada em zona algodoeira e pastoril. Fica a 600 m. de altitude.

TIGRE ou S. JOÃO DO TIGRE — Pequeno povoado á margem do riacho de seu nome, em região de plantio do algodão.

PRATA — Sobre o Sucurú, a 22 km. Norte de Alagôa do Monteiro. Está a 600 m. de altitude.

27. Municipio de Patos

A sua superficie é de 5.250 km.², com uma população de 19.901 almas. A sua densidade corresponde a 3,790 por kilometro quadrado. Tem cerca de 74 km. de Norte a Sul por 105 km. na direcção de Oéste — Léste. Pela área é o setimo do Estado.

LIMITES

Impropriamente denominado Patos, quando melhor fôra appellida-lo *Pinharas*; tem os seguintes limites: a Norte o Municipio de Santa Luzia e o Rio Grande do Norte (Municipio de Serra Negra); a Oéste os municipios de Piancó e Pombal; a Sul os de Teixeira e Taperoá; a Léste este ultimo.

Municipio sertanejo, comprehende taboleiros nas elevações, que constituem a escarpa Oéste da Borborema, extendendo-se para o Occidente, nas dobras pedregosas e cortadas pelos valles e vallados dos rios e riachos, em cujas margens, os "baixios", ostenta-se mais pujante a vegetação. O clima, bastante secco, e quente no verão, abranda no inverno. Na primeira destas estações, cerca das 2 horas da tarde, eleva-se a temperatura a 35º, baixando de 10º á meia-noite; no inverno oscilla o thermometro de 26º a 32º.

As serranias de Patos desdobram-se a Sul, a Léste, a Norte e Nordéste, e a Oéste, além de algumas o cortarem de Oéste para ENE. São todas ramificações e contrafortes do planalto da Borborema, com nomes locaes. Ficam: a Sul a do *Teixeira*; a Oriente as de *Pinharas* ou *Aba* e a das *Preacas*; a Norte a da *Melancia*, limitrophe com o Rio Grande do Norte; a Noroéste a do *Tronco* ou *Pau a Pique* e a Occidente as da *Urtiga* e *Negra*. Na direcção de O — ENE ficam as dos *Macacos*, da *Trincheira* e dos *Cavallos*. São rios do municipio o *Pinharas*, que o atravessa na direcção de Nor-suéste, e o seu principal tributario o *Rio da Cruz*, ambos com bastante agua nos invernos prolongados, a compensar a sua completa seccura no verão. Existem tambem muitos riachos affluentes daquellas correntes, não de agua perenne infelizmente: são elles (correndo para o Pinharas) o Marés, Pilões, Pau a Pique, Riacho Fundo e Riacho da Roça; e o Ilhas, Gerimú, S. Gonçalo e Ortigas que desaguam no Rio da Cruz. São mais notaveis as lagôas de *Patos*, do *Açude*, *Cascavel*, *Viração* e *Qualhada*.

Seria da maior conveniencia a determinação exacta das riquezas do sub-sólo que, pela sua constituição geologica, póde encerrar valiosas jazidas de varios minerios e entre elles o ferro. Não tem mattas o municipio; apenas nos baixos e vallados subsistem capoeirões onde ainda se encontram boas madeiras para construcção e marcenaria. A secca infelizmente infelicita Patos, que não dispõe de açudes sufficientes para as necessidades da população e as exigencias da lavoira e da creação: são 50 e nem assim se acham todos em perfeito estado de conservação. Foi mais feliz o municipio quanto ás communicações, porque o actual Governo Federal entendeu concluir a *grande arteria central transparahibana* para o anno de 1922, de modo a unir o extremo-oéste do Estado com o littoral. Com o centenario da Independencia ficará *Patos* ligada por um lado ás suas irmans sertanejas *Pombal*, *Sousa* e *Cajazeiras* e por outro a *Taperoá*, *Soledade* e *Campina Grande*.

Municipio agricola e pastoril de futuro conta Patos 17 machinismos para beneficiar o algodão e quatro engenhos para o fabrico da rapadura, além de sitios que se entregam á lavoira da mandioca, do milho e outros cereaes. E' a sua principal industria a creação do gado bovino e tambem do caprino, do cavallar e do ovino. Tem para mais de cento e cincoenta fazendas de pastoreio e exporta annualmente para Pernambuco e o littoral do Estado 25.000 pelles de cabra e carneiro, 5.000 coiros de boi, além do algodão, cuja média annual é de 15.000 fardos.

POVOAÇÕES

Patos, S. José, Passagem, Ferros, Cacimba de Areia e Gerimú e os logarejos Lagôa da Favella, Arueira e Cruz (9).

PATOS — Fica em uma esplanada á margem esquerda do Pinharas e perto da emboccadura do Cruz. Está a 250 m. acima do nivel do mar e dista da capital, segundo Joffily, 70 leguas. Teixeira demora-lhe 6 a Sul e Santa Luzia 9 a Norte. De edificação regular, conta para perto de trezentos predios e cerca de dez ruas, com uma população de 3.500 almas, approximadamente. Possue duas egrejas, sendo que uma dellas foi fundada em 1772; duas escolas publicas e um estabelecimento particular de instrucção primaria e secundaria; illuminação publica. Sua feira é bastante concorrida e o movimento commercial da cidade muito activo, com especialidade em coiros, gado e algodão.

PASSAGEM — A 36 km. Suéste de Patos, no sopé da Serra do Teixeira e á margem esquerda do Rio Pinharas. Passa pela povoação o antigo caminho que de Taperoá conduz a Patos. Situada em zona algodoeira, é o seu aspecto aprazivel. Tem uns duzentos habitantes. Altitude: 310 m.

S. JOSÉ — A cerca de 4 leguas a Norte da séde, sobre o Pinharas. Tem se mantido estacionario o povoado. Altitude: 200 m.

CACIMBA DE AREIA — Data esta povoação, de uns duzentos e cincoenta habitantes, do anno de 1901, tendo sido fundada á margem direita do Pinharas, a Suéste de Patos. Dedicam-se seus filhos á lavoira do algodão e á creação de gado. Tem progredido bastante.

FERROS — A origem deste povoado resultou de uma promessa feita por um viajante de levantar no sitio chamado então "Estreito" uma capella a Nossa Senhora da Conceição. Em redor do templo foram apparecendo os moradores, mas tem sido demorado o seu crescimento. Fica o povoado não longe da reunião da Borborema com a sua ramificação, chamada Serra de Pinharas. A região em que está Ferros é secca, mas agricola, possuindo o povoado tres machinas de descaroçar o algodão. Altitude: 380 m.

28. Municipio de Teixeira

Sua superficie é de 1.782 km.² e a sua população de 14.038 almas (recenseamento de 1920). Corresponde a sua

densidade a 7,877 habitantes por km.². Muito dilatada quanto á extensão (132 km. Léste — Oéste) tem apoucada largura (18 km. de Norte a Sul).

LIMITES

A Norte, o Municipio de Patos; a Léste o de Taperoá; a Sul, o Estado de Pernambuco (Municipio de S. José do Egypto); a Oéste, o Municipio de Piancó.

Parte do municipio fica na Borborema e parte se desdobra pelas serras e contrafortes da escarpa occidental, bem como, pela extensa chapada que separa a bacia do Piancó da do Pajehú. O clima é antes ameno, subindo a 30º o thermometro no verão, durante o dia, e descendo a 18º. A pureza do ar torna-o muito saudavel.

Existem, além de capoeirões, ainda algumas mattas virgens, especialmente na *Serra do Jabre* e em pontos do districto de *Immaculada*, todas ricas em essencias uteis como o cedro, o balsamo, o pau d'arco, a baraúna, a catingueira, a jurema, etc. A fertilidade das terras do municipio grangearam-lhe a fama de *celleiro do sertão*.

As elevações, que cortam o municipio, contrafortes ou secções da escarpa de Oéste da Borborema, são: a Sul, na fronteira de Pernambuco, as serras da *Balança*, *Immaculada* que se prolonga a Noroéste, e *Jatobá*; a Oéste, a da *Palmeira*; a Norte, a da *Sipoeira* e a Noroéste, as do *Teixeira* e do *Jabre*, onde fica a majestosa penha deste nome, o ponto culminante da Parahiba. E' elle uma enorme molhe de granito, que se destaca, pela sua face septentrional, da serra vizinha, por um sulco profundissimo, em cuja base corre com horrivel estrepito, por occasião das cheias, o Rio da Mãe d'Agua. De difficil accesso, só é visivel o pico durante o dia, quando os raios do sol dissipam as nevoas que, de manhan, sempre o envolvem. Nunca foi avaliada a altitude do *Jabre* que, talvez, não seja inferior a 1.000 m.

Não são avultados os rios do municipio; nelle nascem o *Taperoá* e o *Cruz*, affluente do *Pinharas*, além de tributarios deste, como o *Teixeira* e o *Moço*, e affluentes daquelle, entre os quaes o *Mãe d'Agua*. A Oéste correm o *Genipapo* e o seu affluente, o *Condado*, da bacia do Piancó. Existem varias lagôas, a de *Dentro*, a do *Matto*, do *Espinho*, do *Mestre Braz*, etc. No pico do *Tendó*, na Serra do Teixeira, ha uma lagôazinha natural de cuja excellente agua se aproveitam os moradores do logar.

Ha no municipio cerca de setenta açudes particulares, dos quaes é mais notavel o de *Poços*, terminado em 1878 pelo conego Bernardo de Carvalho Andrade, com o auxilio do governo. Quando cheio méde a sua repreza 5 km. de extensão. Graças a este reservatorio ficaram preservados de morte horrivel, por occasião da secca de 1898, milhares de pessoas.

E' principalmente agricola o Municipio de Teixeira, embora não tenha diminuido a creação de gado, que conta 20 fazendas. Além do plantio do algodão (14 machinismos) e da canna (15 engenhos para a fabricação da rapadura e da aguardente) ha lavouras de mandioca, milho e outros cereaes. Lembra C. de Medeiros que em 1830 um negociante de Teixeira, Bernardo Andrade Cunha, ensaiou por curiosidade a cultura do trigo e o resultado foi tão animador que proseguiu, mas a falta de machinismos adequados impediu que experiencia tão util produzisse os resultados auspiciosos que deixava entrever. A antiga prosperidade de Teixeira, prejudicada pela sequencia das seccas, a falta de boas vias de communicações e a inseguridade publica, vai renascer com as providencias tomadas para a repressão do cangaceirismo e a abertura de boas estradas.

As providencias do dr. Epitacio Pessôa em relação ao Nordéste repercutiram em Teixeira, consubstanciadas na optima estrada carroçavel de *Teixeira á Princeza*, ligando-se á congenere, que desta ultima cidade conduz a *Pombal*, e á estrada de rodagem que vai da séde do municipio a *Taperoá*, por sua vez em communicação com a *grande arteria central transparahibana*. Com a approximação de Teixeira dos centros mais desenvolvidos do littoral, é de esperar que se ultime a exploração geologica de seu territorio, onde, pretendem alguns, existem jazidas de oiro, ferro e pedras preciosas.

POVOAÇÕES

Teixeira, *Immaculada*, *Desterro*, *Mãe d'Agua* e mais os pequenos povoados de *Toá*, *S. João*, *S. Braz*, *Lagôa*, *Serrinha*, *Mãe d'Agua de Baixo*, *Riacho Verde*, *Riacho da Moça*, etc. (12).

Teixeira — E' a cidade de maior altitude do Estado (770 m.), a 350 km. da capital e a 180 km. da Campina Grande. Fica em pittoresca situação entre penhascos e no centro de zona agricola de prosperidade. A sua casaria, cerca de duzentos fogos, abriga uma população de perto de mil almas e que naturalmente crescerá, quando as suas condições economicas melhorarem. A Egreja de Santa Maria Magdalena, de excellente construcção, é um dos poucos edificios de Teixeira. Duas são as escolas, havendo tambem uma estação pluviometrica. Realiza-se em Teixeira uma feira semanal. Perto fica um pico de granito, o Tendó, de onde se descortina esplendido panorama.

Immaculada — Outr'ora Queimadas do Silva, em honra ao fundador. Situado a 50 km. a Sudoéste de Teixeira está o povoado no centro de zona productora de algodão. Decahida de passada prosperidade, é bem provavel que dentro em pouco volte Immaculada á antiga importancia, graças á estrada carroçavel que a atravessa. Está á pequena distancia da fronteira pernambucana. Altitude 740 m.

Desterro — Banhada pelo Taperoá, foi fundada a povoação em 1880, ficando a 25 km. a Léste da séde.

Mãe d'Agua de Baixo — Mãe d'Agua — Povoados a Nordéste de Teixeira.

Riacho Verde — Logarejo a Suéste de Teixeira e perto da fronteira pernambucana.

Toá, S. João, S. Braz, Lagôa — Povoados na estrada de Teixeira á Immaculada.

Serrinha — Pequeno povoado a Oéste do municipio.

29. Municipio de Piancó

Superficie: 10.200 km.²; população: 23.530 almas; densidade: 2,306 habitantes por km.². Méde 15 leguas de Norte a Sul por 17 leguas de Oéste para Léste.

LIMITES

A Norte, os municipios de Pombal e Sousa; a Léste, os de Teixeira e Patos; a Sul, os de Misericordia e Princeza e o Estado de Pernambuco (Municipio de S. José do Egypto); a Oéste, os de Misericordia e Piranhas.

O Sul do municipio comprehende terreno accidentado pela presença ahi dos contrafortes da Borborema, mas no centro e no Norte se desdobram os taboleiros, que ladeiam os valles do Piancó e de seus affluentes, alterados a espaços por ondulações pouco accentuadas.

O clima, quente e secco, é saudavel, a temperatura média não excedendo 26º. São as seguintes as serras do Piancó: Branca, do Riacho dos Bois, Campo Grande, S. Pedro e do Padre. O rio principal do municipio é o Piancó, que o atravessa na direcção Sul — Norte, e o Genipapo, seu tributario, mais o Catingueira, affluente deste, são os cursos secundarios. Tambem devem ser notados o Riacho dos Bois, que desagua no Piancó pela margem direita, o Aguiar, o dos Porcos e muitos riachos (Garrotes, Maracujá, Estiva, etc.).

Como no municipio precedente ha indicios de que o sub-sólo do Piancó encerra jazidas de minerios de valor, como o ferro, o oiro, o mercurio e pedras preciosas. Desde o seculo XVII foi conhecido o Piancó como rio aurifero, em cujas areias se encontrava o precioso metal. Pouco depois foram descobertas as minas conhecidas hoje por — jazidas do Tasso — mas foram logo abandonadas pela escassez absoluta d'agua, imprescindivel para a exploração.

Existem ainda pequenas mattas nos valles dos rios e riachos, encerrando as essencias peculiares á região, além de carnaúbeiras e catolés que por alli apparecem juntamente com outras palmeiras. A fertilidade das terras concorreu para o plantio do algodão, da canna e de varios cereaes. São 32 os machinismos para beneficiar o algodão e 30 os engenhos para o fabrico das rapaduras. Os extensos campos, ricos em pastagens, favorecem a creação do gado bovino e caprino. As fazendas de pastoreio sobem a 100. Exporta o Piancó algodão, queijos, coiros, pelles, gado, etc. A difficuldade das vias de communicações, poucas e quasi intransitaveis, obrigava ao recurso unico das "tropas" de animaes para a conducção de mercadorias e cargas; este empecilho desappareceu com as duas estradas carroçaveis de Piancó a Princeza e Piancó — Curema — Pombal, esta em communicação com a grande arteria central transparahibana.

Outro mal é o da inseguridade publica decorrente do banditismo, que sómente poderá ser extincto por uma acção de conjuncto, energica e ao mesmo tempo prudente e criteriosa, por parte dos governos dos Estados do Norte, attingidos por esta mazella social.

São 125 açudes particulares dos quaes 40 têm regular capacidade.

POVOAÇÕES

Piancó, *Agua Branca*, *Jucá*, *S. João do Olho d'agua*, *Curema*, S. Francisco d'Aguiar, Boqueirão dos Coxos, Santa-Anna dos Garrotes, *Nova Olinda* e mais os pequenos povoados de Serra Branca, Maracujá, Volta, Riacho Fundo, Riacho dos Bois, Campo Grande, etc. (15).

Piancó — Fica a villa a 250 m. de altitude á margem direita do Rio Piancó e a 430 km. da Parahiba.

E' localidade das mais antigas do Estado e sendo freguezia desde meados do seculo XVIII, foi elevada a villa em 1831. Tem cerca de cento e trinta predios e ruas largas, mas o seu aspecto é antes sombrio. Possue duas egrejas, um pequeno theatro, um mercado e uma casa do Conselho. Funcciona tambem em Piancó uma estação pluviometrica. A feira semanal que ahi se realiza é bem concorrida. Tem duas escolas publicas.

Jucá — (outr'ora *Catingueira*) — A 290 m. de altitude. Banha o povoado sito no sopé da Serra do Pedro Velho, o ribeirão dos Porcos, tributario do Piancó. Conta uma capella e uma escola publica. No centro de zona algodoeira e creadora tem Jucá uma feira bastante animada.

Curema — A' margem esquerda do Piancó, não longe do boqueirão que o rio fórma quando córta a Serra de Santa Catharina: Fica o povoado na zona de creação. Existe ahi um engenho para rapaduras. Possue a localidade uma capella e uma escola municipal. Foi na origem uma aldeia de indios Cariris, que por muito tempo resistiu aos embates dos bandeirantes. Atravessa Curema a estrada carroçavel Princeza — Pombal — Altitude: 220 m.

S. João do Olho d'agua — Povoado á margem do Genipapo. Tem uma feira.

Agua Branca — Com 400 habitantes, 100 km. a Sul da séde, centro agricola de zona algodoeira. Conta o seu districto alguns machinismos para descaroçar o algodão.

Nova Olinda — Povoado banhado pelo Gravatá, a 315 m. de altitude. Está a Sul de Piancó.

30. Municipio de Princeza

Com uma superficie de 3.700 km.², conta uma população de 18.364 almas (Recenseamento de 1920). Sua densidade é de 4,963 habitantes por km.². Muito extenso de Oéste para Léste (100 km.), méde quasi a metade (48 km.) de Norte para Sul.

LIMITES

A Norte, o Municipio de Misericordia; a Nordéste e Léste, o de Piancó; a Sul e Oéste, o Estado de Pernambuco (Municipios de Villa Bella, Triumpho e Flores); a Nordéste o Municipio de Conceição.

Pertence o territorio do Municipio á Borborema, desdobrando-se pelas serranias que constituem as suas fraldas occidentaes. Ahi correm na extrema-sul as de nome Colonia, da Baixa Verde, do Tavares, e a Norte as da Mina e do Frade, além de outras menores, como a Serrinha, a da Bernarda e a do Gavião. Não possue rios que mereçam o nome e sim ribeiros e riachos. Nelle nascem e têm o seu curso superior o Rio das Bruxas e o Gravatá, ambos affluentes do Piancó, além de pequenos cursos d'agua que vão desaguar naquelles, como o Alagôa Nova e o Frade, mais o Mosquito. Conta o municipio umas onze lagôas, infelizmente d'agua não perenne, entre as quaes as de nome: Perdição, Lagôa Nova, Lagea Grande, do Tavares, do Sitio e Batingas. A matta existente poderia ser bem maior se não fosse o barbaro systema sertanejo das derrubadas continuas; ainda assim existem restos que encerram boas madeiras, sendo das florestas a maior a da Fazenda Ignacio Alves a 24 km. de Princeza. Muito contribue a altitude do municipio para amenidade da sua temperatura, com especialidade no inverno, quando é fresco o tempo e agradavel. Como succede para outros municipios da Parahiba, o de Princeza parece egualmente conter em seu sub-sólo jazidas de minereos preciosos, entre

elles o oiro, como demonstra a existencia das celebres minas da Cachoeira, já conhecidas pelos Portuguezes e Hollandezes. Sómente um exame minucioso poderá projectar a necessaria luz sobre as riquezas subjacentes, não só na bacia do Piancó, como na do Parahiba em outros pontos do Estado.

A feracidade do sólo, sómente contrariada pela penuria d'agua, favorece o plantio de cereaes, a cultura do algodão e da canna. Conta o municipio 20 machinismos para beneficiar o algodão e cerca de oito engenhos para o fabrico de rapaduras. O gado vaccum e caprino tem tido regular desenvolvimento, sendo em numero de 50 as principaes fazendas de creação. A proximidade de Pernambuco e a falta de bons caminhos concorreram para incremento das transacções com Triumpho e Recife, em detrimento da Parahiba; hoje a iniciativa do actual Governo Federal, incluindo no saneamento do Nordéste a construcção de estradas de rodagem, veio remediar tal estado de coisas. As duas vias carroçaveis — Princeza — Pombal e Princeza — Teixeira estabelecem communicação facil e rapida por tracção automovel com o sertão do Estado e o seu littoral. Outra providencia que, certamente, não se fará demorada, é a da resolução do problema d'agua, porque os 40 açudes existentes, particulares quasi todos, não acodem ás necessidades do municipio, quer ás agricolas e pastoris, quer ás do lavradio das minas quando for empreprehendida a exploração das mesmas.

POVOAÇÕES

Princeza, Belém ou *Frade, Cachoeira das Minas, Patos, Tavares, Alagôa Nova, S. José*, Lagôa da Cruz e Pelo Signal, além de logarejos, como Alagôinha, Lage Grande, Lage Bonita, Sacco, Caldeirão, Jati, Sitio e Diamante (17).

Princeza — Tambem denominada anteriormente *Bom Conselho*, sendo o seu primitivo nome — *Perdição* — em razão de sua proximidade de uma lagôa assim chamada. Existem em seu perimetro para mais de duzentas e trinta casas e a sua população póde ser computada em mais de mil habitantes. Tem poucos estabelecimentos commerciaes mas, ainda assim, é regular o movimento de transacções com o Triumpho, apenas distante 5 leguas, o Recife, Piancó e a capital. Possue uma egreja matriz, duas escolas publicas estaduaes e uma estação pluviometrica. A feira semanal é bem concorrida. Fica Princeza a 475 km. da Parahiba, numa altitude de 660 m. (Lane) e servida por boa estrada carroçavel. Não longe lhe ficam as raias pernambucanas.

Patos — A 760 m. de altitude na Serra da Baixa Verde, nos confins com Pernambuco. Florescente povoação em districto agricola, conta varios engenhos para rapaduras e machinismos a vapor para beneficiar o algodão. Sua feira é a mais concorrida do municipio. Tem escola publica. Sua população deve ser de uns 250 habitantes.

Tavares — A 25 km. a Léste da séde, florescente povoação marginal da estrada Teixeira — Princeza, com casaria regularmente construida, a 705 m. de altitude. Tem boa feira.

Belém — Antiga Frade, pequeno povoado estacionario no sopé da serra de seu nome, a Norte de Princeza.

Cachoeira das Minas — A 20 km. da séde, situada na Serra da Mina e banhada pelo Rio das Bruxas, affluente do Piancó. Existem em sua redondeza veios auriferos que não têm sido convenientemente explorados.

Alagôa Nova — Pequeno povoado em districto agricola (algodão e cereaes).

S. José — Pequena povoação sobre o Bruxas, a Norte de Patos, a 720 m. de altitude.

31. Municipio de Misericordia

A sua superficie é de 2.300 km.² e a sua população sobe a 12.218 almas. Corresponde a sua densidade a 5,312 habitantes por km.². Méde 12 leguas de Léste para Oéste por 10 de Norte a Sul.

LIMITES

A Norte, os municipios de S. José de Piranhas e Piancó; a Léste este ultimo; a Sul, o de Princeza; a Oéste, os de Conceição e S. José de Piranhas. Situado no alto sertão, apresenta o municipio taboleiros amplos sulcados por um rio e varios ribeiros, determinando depressões — os *baixios* — como os denominam os habitantes. Existem tambem ligeiras ondulações, as chamadas *serras*, notando-se vegetação mais cerrada ahi e nos vallados. O clima secco, com uma temperatura média de 27°,5, é ainda assim ameno por causa dos ventos reinantes, sendo até agradavel no inverno. E' muito salubre.

Poucas são as elevações, apenas duas merecendo destaque, a Grande e a Branca com orientação geral de Léste — Oéste. O Rio Piancó é o principal curso d'agua do municipio que elle atravessa de Sudoéste para Nordéste, correndo para elle varios riachos e ribeiros, o Bruxas, Veado Morto, Riachão, Barra de Oitis, Catolé, Cantinho, etc. Existem em Misericordia duas lagôas, as do Tamanduá e Exú. Ainda possue algumas boas mattas com madeiras de lei, especialmente nos baixios e nas encostas das ondulações. Em geral é fertil, havendo numerosos sitios e lavoiras, além de fazendas de creação. Estas são em numero de 79, contando tambem 15 machinismos para descaroçar o algodão e 25 engenhos para o fabrico de aguardente e rapadura.

São 79 os açudes particulares repartidos pelos varios districtos do municipio: em Serra Grande 17, em Bruxas 13 e os mais grupos de dois a tres ou isolados. Em geral não são de grande capacidade.

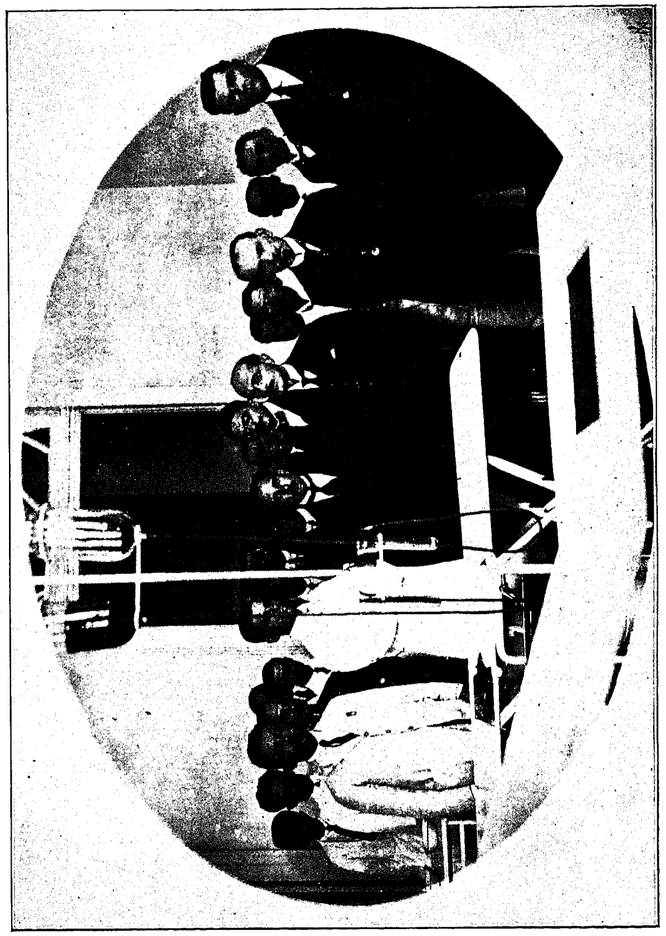
Não possue estradas, Misericordia, e sim, maus caminhos transitados por tropas, quasi todas as transacções fazendo-se com Pernambuco; a presença hoje de uma estrada carroçavel, ligando Piancó á grande via central transparahibana, não só concorrerá para incremento do progresso economico do municipio, como tambem desviará grande parte do trafego para a Parahiba, com evidente vantagem para esta.

POVOAÇÕES

Misericordia, S. Boaventura, S. Paulo, Minadoiro, *Timbaúba*, Cantinho, Cruz, Riachão, Taboleiro, Marcella, Genipapo e Varzea do Muro (12). Os ultimos sete são simples povoados.

Misericordia — A 642 km. da capital, em sitio cuja altitude é de 280 m. acima do nivel do mar. Banha a villa o Rio Piancó.

Possue cerca de 100 casas e a sua população ascende a 600 almas. A matriz é consagrada á Nossa Senhora da



Inauguração do posto de doenças venereas — C. S. P. Rural (Parahiba do Norte)

Conceição, mas existe na povoação a Capella do Coração de Maria. Funccionam duas escolas publicas estaduaes e a feira semanal, que é de generos alimenticios, é muito concorrida. Tem Misericordia uma estação pluviometrica.

S. Boaventura —Fica a povoação sobre o Piancó, a 300 m. de altitude.

S. Paulo —Assenta sobre o Riachão, affluente do Piancó. Tem um engenho e uma bolandeira.

Timbaúba — Pequeno povoado sobre o Rio do Aguiar em zona de canna. Tem dois pequenos engenhos.

32. Municipio de Conceição

Superficie: 4.125 km.²; população: 9.544 almas; densidade: 2,313 habitantes por km.². Tem 20 leguas de Norte a Sul, por 11 leguas de Léste para Oéste.

LIMITES

A Norte, o Municipio de S. José de Piranhas; a Léste, o de Misericordia; a Sul, o Estado de Pernambuco; a Oéste, o do Ceará.

Percorrido pelas ramificações occidentaes da Borborema, é por isso accidentado o territorio do municipio, recortado pelos valles e vallados dos rios e ribeiros, que fazem parte da bacia do Piranhas; dahi a diversidade dos aspectos bem differentes da severa monotonia dos taboleiros do grande chapadão oriental. As principaes "serras" são: a Oéste, as da Areia e Escura, de onde descem o Retiro e o Riachão; e a Sul, a Pintada, onde tem suas origens o Piancó, e a da Baixa Verde que tem as cabeceiras do Sant'Anna. Rios caudalosos não os possue o municipio, apenas o curso superior do Piancó e os ribeiros e riachos que trazem a este as suas aguas. Desaguam pela margem direita o Santa Ignez, o Pajehú e o Sant'Anna e pela esquerda o Retiro e o Riachão. Existem no municipio varias lagôas, sendo a maior a do logar denominado "Queimada".

As mattas já são raras, mas encontram-se capoeiras abundantes em especies apreciadas, como a baraúna, o pau d'arco, o pau ferro, a aroeira, o cedro, a umburana, o balsamo, o angico, além de outras qualidades. Pelos carrascos e catingas apparecem o umbuzeiro, a oiticica, o rompe-gibão, a jurema, etc., apresentando-se em geral virente a vegetação por não ser muito castigado pela secca o municipio. O clima, muito saudavel, é antes quente e arido no verão, abrandando no inverno. Naturalmente ferteis, prestam-se os terrenos a toda a sorte de culturas sendo de maior desenvolvimento a do algodão e a canna, esta de preferencia na zona do Sul. Ha tambem grandes milharaes, pois que da farinha de milho, faz grande consumo a população. Conta o municipio quatro engenhos para o fabrico de rapaduras e cinco machinismos a vapor para beneficiar o algodão. Os campos e catingas favoraveis ao gado, desenvolveram a creação, sendo 15 as principaes fazendas que se dedicam á pecuaria. O grande obstaculo para o progresso do municipio está na pobreza das vias de communicação, que não lhe facilitam o escoamento de seus productos, succedendo muitas vezes accumularem-se grandes *stocks* de generos sem esperança de consumo. A impossibilidade da offerta gera o desanimo e contribue para o abandono de uma lavoira lucrativa. Entretanto a construcção da rêde de communicações no Nordéste virá proporcionar remedio seguro a semelhante situação.

Tem o municipio cerca de oitenta açudes particulares, dos quaes é o maior o denominado "Açude", no logar de egual nome, com 6,6 m. de profundidade por 132 m. de extensão e 22 m. de largura. A sua capacidade deve corresponder a uns dezenove mil metros cubicos d'agua, quando cheio.

POVOAÇÕES

Conceição, Sant'Anna, Santa Maria, Montevidéo e mais alguns pequenos nucleos: Varzea do Sacco, Cannafistula, Guarita, Cabaças e *Santa Ignez* (9).

Conceição — Sobre o Piancó, a 370 m. acima do nivel do mar. Dista 660 km. da capital, 20 leguas de Piancó e de Triumpho (Pernambuco) e 29 do Crato (Ceará). Separam-n'o 120 km. approximadamente, de Princeza. Com as novas estradas carroçaveis o seu commercio, que se fazia com Triumpho, será desviado para Pombal e Princeza. Tem a villa boa apparencia, constando de umas cem casas com uma população de cerca de seiscentas almas pelo menos. Tem egreja matriz e duas escolas publicas. No mercado da cidade se realiza feira semanal muito procurada. Tem estação pluviometrica.

Sant'Anna — Pequeno povoado sem importancia, á margem do riacho de egual denominação. Altitude: 400 m.

Santa Maria — Sobre o Riacho Retiro, a 330 m. acima do nivel do mar. Tem capella e feira semanal.

Montevidéo — A 530 m. de altitude, no valle do Ribeiro Riachão. Fica este povoado proximo ás raias do Municipio de S. José de Piranhas. Tem uma capella.

Santa Ignez — Em zona agricola de canna e cereaes. Este povoado prospero fica a Sudoéste da séde e não longe das terras pernambucanas.

33. Municipio de S. José de Piranhas

Com uma superficie de 1.575 km.² e uma população de 11.357 almas e uma densidade de 7,210 habitantes por km.². Méde 7 leguas de Norte a Sul por 12 leguas de Oéste a Léste.

LIMITES

A Norte, o Municipio de Cajazeiras; a Léste, o de Piancó; a Sul, o de Conceição; a Oéste, o Estado do Ceará (Municipio de Lavras).

Parte do territorio do municipio, a Oéste, assenta nas serranias que formam o extremo-oriental do chapadão do Araripe, emquanto que no centro e a Léste se desdobram taboleiros ou se extendem varzeas pelos valles dos rios e riachos. Atravessam o Municipio de S. José as serras do Bongá e do Braga, parallelas e orientadas de Oéste para Léste. Na raia de Sudoéste fica a Serra Queimada, contraforte da do Bongá. Nasce ahi o Piranhas, talvez o rio mais importante do Estado, nas fraldas septentrionaes da Serra do Bongá, apresentando no seu curso superior rumo voltado para Norte, que depois se inflexiona para Nordéste, quando banha o Municipio de Pombal. Recebe a corrente em terras do municipio varios ribeiros e riachos, entre os quaes avultam o

Santa Luzia, dos Patos, Bomfim, Bonito, Matta Fresca, Fundo, Macambira e muitos outros.

O clima é quente e secco, porém, saudavel; a temperatura média annual é de 25º á sombra.

Restam-lhe nas serras e nos valles trechos da matta virgem primitiva já bem devassados, capoeirões esparsos e nas varzeas extensos carnaúbaes. Não tem sido explorado convenientemente o sub-sólo.

A fertilidade das terras serranas e a feição propicia dos taboleiros e dos campos, concorreram para incrementar a agricultura e a industria pastoril. Ao lado dos sitios dedicados ao plantio do algodão, ficam as varzeas com os seus numerosos cannaviaes, além das "roças" dedicadas ao milho, á mandioca e outros cereaes. São 30 os engenhos para o fabrico de rapaduras e 30 as grandes fazendas de creação, além de alguns machinismos e varias bolandeiras para beneficiar o algodão. Entretem o municipio relações commerciaes com os Estados vizinhos, o Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte e com a capital do Estado. Com a execução das obras do saneamento do Nordéste muito lucrou S. José de Piranhas, porque já possue estradas de rodagem, que o põem, directamente, em communicação com Lavras no Ceará e, indirectamente, com Pombal por Cajazeiras e Sousa. Quanto ao problema da secca no municipio não foi elle descurado pelo actual Governo Federal: por ordem deste está procedendo a firma americana Dwight Robinson and Cº. á construcção de uma grande barragem no boqueirão do Rio Piranhas para transformar este accidente natural em reservatorio de consideravel capacidade e de extraordinaria relevancia para a agricultura, o pastoreio e a piscicultura.

Existem em S. José varios açudes particulares, 33, mas de pequena capacidade.

Municipio de futuro, mantém S. José de Piranhas regular movimento de exportação de algodão (alguns milheiros de saccas), coiros, pelles, fumo, gado, cereaes e cera de carnaúba.

POVOAÇÕES

S. José de Piranhas, Bonito, Santa Fé, Caicózinho, Vianna e mais os povoados de Caiçára, Serra, Sitio, Varzea, Lagôa, Curraes, Boa Sorte (12).

S. José DE PIRANHAS — Fica á margem do Piranhas, a 530 km. da capital, a pouco mais de 20 da Cidade de Cajazeiras e a mais de 50 da de Sousa, que lhe demora a Norte. A villa, de aspecto aprazivel e pittoresco, conta perto de duzentas casas e uma população certamente superior a mil habitantes. Tem cerca de vinte estabelecimentos commerciaes e aos domingos funcciona uma feira, muitissimo concorrida. Tem S. José uma egreja e um mercado e nella funccionam duas escolas publicas estaduaes. E' séde de uma estação pluviometrica. Altitude: 300 m. (Lane).

BONITO — Sobre o riacho de egual nome, approximadamente 38 km. ao Sul de S. José. Esta florescente povoação está em sitio bem elevado, 575 m. e apesar de recente já conta umas 70 casas com população beirante a 300 almas. Sua feira tem muita animação. Funcciona ahi uma escola publica municipal.

SANTA FÉ —A 25 km. Sul da séde, na Serra do Bongá e á margem do Piranhas. Outr'ora florescente, quando era centro agricola, viu a lavoira, por penuria d'agua, ser substituida pela creação de gado: entrou então a decahir. Conta hoje apenas umas quarenta casas.

34. Municipio de Cajazeiras

Superficie: 1.575 km.²; população: 13.759 habitantes; densidade: 8,735 habitantes por km.².

LIMITES

A Norte, o Rio Grande do Norte e o Municipio de S. João do Rio do Peixe; a Léste, o de Sousa; a Sul, o de S. José de Piranhas; a Oéste o Ceará. Tem 12 leguas na direcção Oéste — Léste, por 7 leguas na de Norte — Sul.

Como o municipio precedente, Cajazeiras tem territorio assentado nas serras que pertencem ao rebordo oriental da chapada do Araripe, mas em seu centro e a Léste ficam os taboleiros e campos da depressão do valle do Piranhas. Demoram-lhe a Occidente e Sul as chamadas serras do Fernandes e de S. Gonçalo e a do Vital e na parte central a Verde e a de Santa Catharina, talvez a mais importante do Estado, sob o ponto de vista geologico. Os rios, pouco importantes, levam suas aguas ao Piranhas e ao Peixe: são elles o Sipó, tambem chamado Jacaré na *Carta* de Lane, tributario deste e o mais importante do municipio; e o Santo Antonio, sub-affluente daquelle. Ha certo numero de ribeiros e riachos, como o Baixa Grande, o Matta Fresca, o Capoeiras, o Catoló, etc. Infelizmente não são perennes estes cursos d'agua, pelas razões que varias vezes foram aqui apontadas.

O clima é o mesmo da zona sertaneja: quente e secco nas varzeas e campos, torna-se mais agradavel nos sitios de maior elevação. A temperatura média annual é de 27º,5. Gosa o municipio de salubridade. Já não existem nelle as mattas de outr'ora; as derribadas feitas sem o necessario cuidado, têm causado grandes estragos, transformando selvas adensadas em capoeirões e capoeiras.

Persistem no emtanto alguns restos nas serras e valles, com essencias apreciadas para a construcção e marcenaria. Divide-se a actividade dos Cajazeirenses pela lavoira e a industria pastoril. O algodão, o milho, a canna, o fumo, o arroz e outros cereaes são os principaes productos do sólo. A exportação annual de algodão não é inferior a 10.000 fardos. Existem no municipio cerca de vinte engenhos para o fabrico da rapadura e da aguardente. As grandes fazendas de creação em numero de 50, são expoentes da industria pastoril do municipio que, além do gado em pé, exporta annualmente 18.000 pelles de cabra e carneiro e grande quantidade de coiros seccos. A industria local é ainda rudimentar, sendo representada por artefactos de ceramica, obras de ferro e coiro, pannos de algodão e rêdes.

Dentro em pouco crescerá de vulto a importancia de Cajazeiras, desde que estejam ultimados os poucos trechos ainda em construcção da *grande arteria central transparahibana.* Não só a séde do municipio mas a zona cearense de Lavras estarão em communicação por excellente estrada de rodagem com Pombal e Campina-Grande, onde começam os trilhos da "Great Western". Assegurado o transito para caminhões-automoveis, avultará o trafego commercial e com elle o aproveitamento e utilização dos recursos de Cajazeiras e de todos os demais municipios limitrophes.

Possue o municipio 118 açudes particulares, dos quaes 12 aproveitados para a irrigação dos terrenos marginaes. Dentre estes se destaca o de *Cajazeiras*, reconstruido pelo Governo Federal. Constando de duas barragens, uma de 229 m. e outro de 224, tem capacidade de 2.600.000 m.³ d'agua.

POVOAÇÕES

Cajazeiras e mais alguns pequenos povoados, como sejam Riacho do Padre, Pedra Preta, Sipó, Sipó de Cima, Lagos, Guariba (7).

CAJAZEIRAS — Fica a Cidade de Cajazeiras, assim chamada do muito arvoredo desse nome que a circumda, a 290 m. acima do nivel do mar. Distante da capital 550 km. e cerca de 15 km. da fronteira cearense. A sua casaria sobe a quinhentas casas com uma população superior a tres mil almas. Tem ruas bem alinhadas, algumas das quaes calçadas, e illuminação publica um pouco deficiente. Possue alguns estabelecimentos publicos de certa importancia, um bom mercado, um açougue publico coberto e calçado, uma casa do Conselho e um cemiterio construido por iniciativa do padre Rolim, grande e bem conservado, encerrando no seu recinto uma capella. Existe em Cajazeiras a Casa de Caridade, fundada pelo saudoso missionario padre Ibiapina. Conta actualmente tres escolas publicas primarias. Contou outr'ora a cidade um collegio de instrucção secundaria, que alcançou justa fama, tornando-se, diz Celso Mariz, "o propulsor do desenvolvimento de Cajazeiras". Foi seu fundador em 1843 o commendador padre Ignacio de Sousa Rolim, provecto educador de solido preparo intellectual. Attrahiu dentro em pouco grande numero de discipulos, os quaes muitos galgaram altas posições sociaes no correr dos tempos, como o desembargador José Peregrino e o cardeal Arcoverde. Desde então progrediu a antiga parochia que passou a villa em 1863 e a cidade em 1876. Feriu-a com fundo golpe a grande secca de 1877, entrando a decahir. Actualmente está de novo prosperando, de maneira a readquirir o passado prestigio. A sua feira é hoje talvez a mais concorrida e melhor abastecida da zona sertaneja.

Fica Cajazeiras sobre o Rio Jangada e tem uma estação pluviometrica.

As serras do municipio, ramificações do chapadão da Borborema, correm para o occidente sob os nomes de: Serra Branca e de Luiz Gomes, destacando-se desta aresta, contrafortes em direcção ao Sudoéste, as serras do Padre e da Quixaba. A principal corrente d'agua do municipio é o Rio do Peixe, cujas origens ficam na Serra de Luiz Gomes. A principio segue o rumo Sul, para depois voltar-se para Léste e Lés-suéste até a sua foz no Piranhas.

Correm para elle, pela margem direita, o Cacaré (Jacaré, na *Carta* de Lane), o Poço de Pedra e o Cajiú, e pela esquerda o S. Bento e o Belém. Ha algumas lagôas no municipio, a principal sendo a chamada Bé.

Gosa de bom clima o municipio, sendo antes secco, tornando-se agradavel no inverno. E' bem saudavel. Ainda se encontram nas serras algumas pequenas mattas virgens, que contam especies apreciadas de madeiras, como o angico, o cedro, o pau ferro, o jatobá, o arapiraca e a aroeira. Pelos taboleiros e campos surgem isolados as oiticicas e jurêmas. Ainda não foi estudado convenientemente o sub-sólo que, como muitos outros municipios do Estado, deve encerrar, de accôrdo com os traços geraes de sua construcção geologica, jazidas de varios minerios. Julgam entendidos que ha vestigios de ferro e depositos de enxofre e prata, esta no Districto de Umari. No logar denominado "Brejo das Freiras", perto de S. João, ha tres fontes de uma agua thermal, de elevada temperatura, formando na base do oiteiro, de que jorram, pequenos lagos e lodaçaes.

O professor Francisco Lafayette Rodrigues Pereira fez o estudo scientifico dessas aguas e de seu proprio punho escreveu as notas, que incluimos no fim deste resumo, sobre o Municipio de S. João do Rio do Peixe.

A actividade dos moradores do municipio reparte-se pelas lavoiras de algodão, canna, arroz, fumo e cereaes e pela creação de gado, bovino, equino, muar, caprino e ovino. Exporta S. João coiros, pelles, gado, queijos, algodão e rapadura. Ha tres engenhos para rapadura, 10 machinismos de beneficiar o algodão e 50 grandes fazendas de creação. Dois males affligem o municipio: a falta de uma reserva indispensavel d'agua potavel e uma boa rêde de communicações. O actual Governo Federal, comprehendendo a imprestabilidade dos açudes particulares, já pela sua exiguidade, já pela insignificancia de seu numero (6), mandou construir um grande açude, o de *Pilões*, em um boqueirão do Rio do Peixe, a 12 km. a montante de S. João. Terá elle uma capacidade de perto de 156.000.000 de m.³, podendo por meio de seus canaes irrigar 6.342 hectareos. Além de outros açudes projectados estão em andamento mais 5 e 6 tanques ou bebedoiros. As novas estradas de rodagem mandadas abrir pelo governo do dr. Epitacio Pessôa resolvem indirectamente o segundo mal: S. João dista apenas uns 30 km. de Sousa e desde que soffra reparos indispensaveis o caminho que o liga a esta cidade, terá novo impulso o municipio.

35. Municipio de S. João do Rio do Peixe

Superficie: 1.674 km.²; população: 14.387 habitantes, pelo recenseamento de 1920; densidade 8,594 habitantes por km.². Mede approximadamente 8 ½ leguas de Léste a Oéste por 10 ½ leguas de Norte a Sul.

LIMITES

A Norte, o Rio Grande do Norte; a Léste o Municipio de Sousa; a Sul, o de Cajazeiras; a Oéste, o Ceará.

A Norte é o municipio accidentado por força das serras que o cortam; no centro e a Léste alternam as varzeas com taboleiros pedregosos. Apresentam os terrenos declive accentuado na direcção Norte — Sul, em razão da existencia de uma calha natural, orientada de Oéste para Léste, o valle do Rio do Peixe, affluente do Piranhas.

POVOAÇÕES

S. João, Belém, Juá, Umari e pequenos povoados, como Rio do Peixe, Ramos, Cacimba Nova, Cajiú, Brejo, S. Bento e Matta (11).

S. JOÃO — A 230 m. de altitude, sobre o riacho de seu nome, tributario do Peixe. Tem a villa casaria regular para a sua população, de umas quatrocentas almas. Possue um

grande mercado, uma egreja matriz consagrada a Nossa Senhora do Rosario, duas escolas publicas estaduaes e um collegio mixto particular. Tem uma estação pluviometrica. Originou-se S. João de uma fazenda fundada em seu sitio antes de 1765 e de propriedade de um creador, o capitão João Dantas Rothéa. Fica a séde a 505 km. da capital.

BELÉM —Em sitio cuja altitude é de 300 m. e não longe da fronteira rio-grandense do Norte. Esta povoação é florescente e tem boa feira.

JUÁ OU BARRA DO JUÁ— A' pequena distancia do Ceará, com algum movimento commercial. Tem uma escola primaria municipal e uma capella. Fica 25 km. a Noroéste de S. João.

UMARI DO POR DEUS — Pequeno povoado pouco afastado da séde, em terrenos onde, ao que parece, existe minerio de prata.

*

NOTAS SOBRE AS AGUAS THERMAES DA PARAHIBA

pelo Prof. Francisco Laffayette Rodrigues Pereira

O Estado da Parahiba do Norte possue as fontes thermaes de Brejo das Freiras.

Foi o dr. Fausto Nominando Meira e Vasconcellos quem primeiro as utilizou com fim therapeutico.

Estão situadas ao pé de um serrote e na bacia hydraulica do Açude de Pilões, ainda não construido.

Está ligada á Villa de S. João do Rio do Peixe, á Cidade de Cajazeiras e á Cidade de Sousa por estradas carroçaveis, relativamente boas em tempo secco.

Existem tres fontes.

A primeira acha-se no interior de uma pequena casinha de madeira, coberta de telhas e é constituida por um tanque cimentado, com as seguintes dimensões: largura 0,99 m., comprimento 1,90 m. e profundidade 1,23 m.

E' utilizada para banhos.

Proximo a esta existe a segunda: um poço forrado lateralmente de madeira.

A agua desta é utilizada pelas pessoas da região para beber, depois de fria.

A pequena distancia desta existe a terceira, formada por um poço pouco profundo, onde lavam roupas.

A temperatura da primeira é de 35º,6 c. e é muito constante.

A segunda apresenta uma temperatura de 34º,4 c. e a terceira de 32º,8 c.

Existe ainda uma quarta que foi inutilizada com pedras em consequencia de se terem formado atoleiros naquelle ponto.

Essas aguas são radioactivas.

A primeira apresenta uma radioactividade de 0,0296 milligrammos-minuto ou 3,69 millimicrocuries ou 9,25 unidades Mache por litro.

A descarga dessa fonte é de 32 m.^{3} por 24 horas.

O poder radioactivo é, portanto, de 0,657 milligrammos de radio.

Os gazes emittidos pela fonte em 24 horas apresentam um volume de 6.912 litros e a sua radioactividade é de 0,13938 milligrammos-minutos ou 17,39 millimicrocuries ou 43,6 unidades Mache por litro.

O poder radioactivo é de 0,668 milligrammos de radio, que dá para a agua e os gazes um poder radioactivo de 1,325 milligrammos de radio.

A agua contém exclusivamente emanação do radio em solução e não saes radioactivos.

Como a emanação se destróe de metade em quatro dias, pouco mais ou menos, ao cabo de 30 dias já não existe mais e é claro que as aguas deverão ser utilizadas na propria fonte, para se obter o maximo do effeito therapeutico, devido á radioactividade das mesmas.

A radioactividade da segunda é de 0,0158 milligrammos-minuto ou 4,94 unidades Mache por litro.

São aguas muito puras, de uma limpidez absoluta, permittindo se perceber o fundo do tanque com extraordinaria nitidez.

São ligeiramente alcalinas.

Predominam na sua composição o bicarbonato e o chloreto de sodio.

O residuo da evaporação de um litro é de pouco menos de meia gramma.

O grau hydrotimetrico total não attinge a uma unidade.

São aguas mineraes medicinaes de real valor.

36. Municipio de Sousa

Superficie: 1.575 km.^{2}; população: 23.241 almas; densidade: 14,756 habitantes por km.^{2}; do Nascente ao Poente méde 8 leguas, tendo 14 na sua maior extensão de Norte a Sul.

LIMITES

A Norte o Municipio de Catolé do Rocha e o Rio Grande do Norte (Municipio de Pau dos Ferros); a Léste o Municipio de Pombal; a Sul o de Piancó e a Oéste os de Cajazeiras e S. João do Rio do Peixe.

Comprehende o territorio do municipio regiões serranas com taboleiros, campos extensos e "baixios" dos valles e vallados dos rios e ribeiras. As serras, ramificações que se desprendem da Borborema com rumo de Sudoéste e Oéste, formam pregas parallelas, entre as quaes correm as aguas. A mais importante de todas e, seguramente, sob o ponto de vista geologico a mais interessante é a de Santa Catharina que, começando sob o nome de Serra do Melado, continúa pelo Municipio de Cajazeiras em direcção ao Ceará. São ellas: a Serra Negra, a de Santa Rosa, a do Commissario, a de Santa Helmidia, etc. Os dois rios principaes de Sousa são o Piranhas e seu affluente o Peixe, reunindo-se cerca de 22 km. a Suéste da séde do municipio. O primeiro tem como tributarios pela sua margem direita o Picos, de maior importancia pelo volume de aguas, e o Trapiá; o Peixe recebe pela esquerda os riachos Olho d'Agua, Santa Rosa, de todos o maior, e o Genipapeiro (na carta de Lane); e pela direita o Jangada. Existem algumas lagôas, das quaes é a mais notavel a Tapada, a Sul do Piranhas. No alto das serras ainda ha algumas mattas, porque as dos valles e "baixios" já estão reduzidas a capoeiras, quando não desappareceram de todo com as desnecessarias "derrubadas", de consequencias nefastas para o regime das aguas. Ainda assim são encontradas boas madeiras: a aroeira, o cumarú, o pau d'arco, o joazeiro, a oiticica, o marizeiro, etc.

De todas a de maior valimento para os Sousenses é a aroeira, de que se servem para a construcção de casas e confecção de cercas, dada a sua imputrescibilidade. Nas varzeas e taboleiros é pobre a vegetação, dominando ainda o pereiro, e quanto ás grandes arvores essas surgem, a espaços, isoladas e solitarias.

O clima, como o do alto sertão, é quente e secco; sobe o thermometro a 33º e raríssimo a 35º, não descendo abaixo de 28º á sombra. As noites, porém, são frescas e agradaveis A saudabilidade de Sousa é afamada em toda a Parahiba.

Resente-se da falta de exploração scientifica e methodica o sub-sólo do municipio, de maneira a tornar vaga e imprecisa qualquer noticia referente ás suas riquezas mineralogicas. Sabe-se que tem jazidas de ferro, amiantho, crystal de rocha e mica. Provavelmente outros minerios haverá, mas ainda não foram reconhecidos.

São fertilissimos os terrenos e "baixios" dos valles e boas as pastagens, onde não são parcas as plantas de forragem; infelizmente, o flagello da secca vem paralysar, periodicamente, o surto do municipio excellentemente collocado para grande progresso economico. O algodão e a canna constituem as duas principaes lavoiras de Sousa. O primeiro é plantado de preferencia nos "baixios", onde dá admiravelmente, e nas varzeas, mas tambem existem plantações delle nas serras; especialmente na de Santa Catharina, onde avultam. Quanto á canna esta fica nas varzeas, e nos "baixios", havendo nestes cannaviaes que datam de 20 annos.

Em muitos sitios entregam-se ao cultivo da mandioca, do milho, do arroz e varios outros cereaes. Conta o municipio 21 machinismos para beneficiar o algodão e 32 engenhos para a fabricação de rapaduras. A industria pastoril tem-se desenvolvido muito, acreditando alguns que o adensamento dos diversos gados, bovino, cavallar, muar e caprino, exceda á capacidade de sustentação dos vastos campos de creação. Parece-nos que os prejuizos observados *nos annos de secca* não decorrem da exiguidade das pastagens e sim da carencia d'agua e por conseguinte de humidade: desde que seja sanado este mal, não soffrerá embaraços o progresso da creação. Existem em Sousa 50 grandes fazendas dedicadas á industria pastoril. São 91 os açudes particulares do municipio e destes 10 de regular capacidade e proprios para a irrigação. Convém destacar o denominado "Russo Velho", de propriedade de José Vicente d'Oliveira, com capacidade de 2.076.000 m.^{3}, "capacidade raramente observada nos açudes particulares", diz o *Relatorio* official da Inspectoria de Obras contra as Seccas e que prestará relevantes serviços á lavoira e á creação. A sua barragem mede 449 m. O actual Governo Federal, para attender ás necessidades prementes dos agricultores e creadores de Sousa, mandou proceder á construcção de uma grande barragem em S. Gonçalo para transformar este boqueirão do Piranhas em enorme reservatorio natural. Dentro de pouco tempo estará concluida esta obra, sob todos os pontos de vista de grande benemerencia e de extraordinario alcance para toda a região sertaneja.

Esta mesma solicitude se traduziu com a construcção da grande arteria de rodagem Campina Grande — Sousa — Cajazeiras, a que nos temos referido por varias vezes, a qual vem por seu turno desafogar Sousa, liberta-lo da sujeição ao Porto de Mossoró, por ser este o mais proximo e, conseguintemente, augmentar a capacidade economica da terra parahibana.

Não se tem desenvolvido a industria local por falta de meios e tambem por força do afastamento do municipio dos grandes centros. Fabricam-se em Sousa artigos de coiro, chapeus, sellas, calçados, caronas, etc., velas de carnaúba, oleo de mamona, tecidos de algodão, artefactos de barro, etc. A enorme quantidade de abelhas, uruçús, jandahiras, jatis, mumbucas, poderia determinar o apparecimento de industria rendosa, a apicultura; infelizmente, nenhuma tentativa tem sido esbogada nesse sentido.

POVOAÇÕES

Sousa, Nazareth, S. José da Lagôa Tapada, Lastro, Commissario e mais algumas localidades, como *Olho d'Agua, Trapiá, Barro Branco, Pico, S. Gonçalo, Cajá, Acauan, Carnahubinha, Campina, Riacho, S. Paulo, Santa Rosa, Agreste* (18).

SOUSA — Já em 1871 o dr. Maximiano Lopes Machado assim escrevia a respeito da Cidade de Sousa:

> « Pequena povoação, outr'ora denominada *Jardim do Rio do Peixe*, villa depois e actualmente cidade, é sem contestação o primeiro povoado do alto sertão. »

Estas palavras podem ser repetidas em 1922, hoje que os dois grandes obstaculos á prosperidade de Sousa, a falta de vias de communicações e a penuria d'agua, estão prestes a ser removidos. Deve a cidade o seu nome ao seu fundador Bento Freire de Sousa, que no seu sitio construiu uma capella em 1741. Está a cidade á margem da grande arteria central transparahibana, em verdadeira encruzilhada de caminhos que a põem em relação com o littoral e o Ceará, o Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ficam-lhe vizinhas as estradas de rodagem de Lavras — S. José de Piranhas e Lavras — S. Gonçalo e a grande carroçavel Princeza — Piancó — Curêma — Pombal, que della dista uns 50 km. Está edificada em extensa campina, á margem direita do Rio do Peixe e passa por ser uma das mais lindas cidades do sertão. Tem cerca de trezentos predios de boa construcção e sua egreja matriz, de Nossa Senhora dos Remedios, é um dos templos mais vastos do Estado. Tem mais duas egrejas, a do Rosario e a do Senhor do Bom Jesus Apparecido. Possue um mercado e um cemiterio. Ahi fundou o padre Ibiapina uma casa de caridade para orphãos.

Funccionam em Sousa duas escolas publicas estaduaes. Tem uma illuminação publica regular e uma feira semanal muito concorrida.

Calculada deve ser a sua população em duas mil almas no minimo. Foi tambem installada ahi uma estação pluviometrica. Está a 480 km. da Capital e numa altitude de 200 m.

NAZARETH — Florescente povoação de umas setenta casas á margem do Riacho Trapiá e a 26 km. Sudoéste de Sousa. Fica em zona agricola. Sua feira é bem animada e de regular movimento commercial. Tem uma capella e uma escola publica municipal. Conta o povoado cerca de duzentos habitantes. Fica no districto, no logar Olho d'Agua do Frade, um poço cujas aguas nunca seccam.

S. JOSÉ (DA LAGÔA TAPADA) — A 260 m. de altitude, sobre o Riacho da Lagôa Tapada, sangradoiro desta. Tem alguns estabelecimentos commerciaes com uma feira. Fica este nucleo em zona de lavoiras de canna, algodão e cereaes,

a 25 km. a Sul de Sousa. Tem uma escola publica municipal e uma capella dedicada a S. José.

COMMISSARIO — Na serra de egual nome, 30 km. a Nordéste da séde. Conta uns cem habitantes, em zona productora de algodão, mandioca e cereaes.

LASTRO — Nas fraldas meridionaes da Serra Negra, a 360 m. de altitude e a pequena distancia da fronteira rio-grandense do Norte. Conta 250 habitantes e está estacionaria. Povoação agricola, conta algumas engenhocas e duas machinas a vapor para beneficiar o algodão. Dista 30 km. a Norte de Sousa.

37. Municipio de Pombal

A superficie deste municipio é de 2.100 km.²; sua população, pelo recenseamento de 1920, ascende a 19.299 almas, o que determina a densidade de 9,19 habitantes por km.².

LIMITES

A Norte o Municipio de Catolé do Rocha; a Léste o de Patos; a Sul o de Piancó e a Oéste o de Sousa.

Assenta o territorio de Pombal a Léste em contrafortes da escarpa occidental da Borborema, emquanto que, na sua parte central e no seu extremo-oéste, consiste em vastos campos cortados a espaços pelos "baixios" dos rios e riachos. Nas lindes do Rio Grande do Norte correm as serranias do Negro, do Corredor e da Salamandra, ao passo que a Sul demoram as do Pico, da Malta e do Campo Alegre. Mais meridional fica a Serra do Matapá, que continúa para Oéste, a do Melado, por sua vez prolongada pela de Santa Catharina, a que já alludimos, extensa barreira de rochas crystallinas que, correndo de Léste para Oéste, forma como que a arcada ligadora dos dois grandes chapadões da Borborema e do Araripe. No centro do municipio ficam pequenas elevações isoladas, a Serra da Volta, a da Cachoeira e a do Capucho; e a Norte e Noroéste as do Moleque e do Commissario. O maior rio de Pombal é o Piranhas, que o corta de OSO para ENE, seguindo-se-lhe o seu maior tributario, o Piancó, cujo rumo é de Nordéste. Recebe ahi o Piranhas, pela margem esquerda, o Jericó e, pela direita, o Genipapo e o Rio das Timbaúbas. Correm para o Piancó o Cajazeiras e o Melado. Além desses cursos d'agua ha muitos ribeiros e riachos, o Caiçára, o Ipueira, o Navio, o Riachão, o Furna, o Mimoso, etc. Ha varias lagôas: a Grande, dos Patos, do Encantado, a Grande da Ipueira, etc.

Infelizmente não são esses rios e lagôas de aguas perennes.

Comquanto saudavel é quente o municipio, subindo, por vezes, o thermometro, no verão, até 37º e baixando a 30º no inverno. E' em geral secco. Ainda se encontram nas serras restos das antigas mattas virgens, contendo as especies de madeiras a que já por muitas vezes nos referimos, e tambem em muitos "baixios" dos rios e ribeiros, onde as terras são de maravilhosa fertilidade. E' nelles que ficam as lavoiras de canna, arroz e cereaes e de algodão, o qual é tambem cultivado nos taboleiros; mas a especialidade do municipio está na creação do gado vaccum, cavallar, muar e caprino, que é feita em 54 grandes fazendas. Conta Pombal com 8 engenhos de rapaduras e 12 machinismos para beneficiar o algodão. São 77 os açudes particulares, dos quaes 27 grandes e 50 pequenos.

Por falta de communicações directas com o littoral do Estado, fazia Pombal quasi todas as suas transacções commerciaes com Assú e Mossoró, no Rio Grande do Norte, ficando em plano inferior Recife, Parahiba e o Piauhi. Hoje, com a existencia da arteria central transparahibana, o fiel da balança das trocas oscillará em favor da capital e de Pernambuco, além de provocar a mudança acceleração do progresso economico do municipio, que se conservara estacionario estes ultimos tempos. São artigos de exportação gados, coiros e pelles, fumo, rapaduras, algodão, o milho, além de cereaes, cera de carnaúba, queijo, etc. A todos excede em valor o gado que, só, corresponde a mais de duas vezes todos os outros sommados.

POVOAÇÕES

Pombal, Malta, Lagôa, Varzea Comprida dos Leites, Paulista, e pequenas localidades, taes como: *Lagôa Escondida, Queimada, Furna, Melado, Cajazeiras, Canôas, Flores, Malhadinha* (13).

POMBAL — A 185 m. acima do nivel do mar e 475 km. da capital do Estado, sobre o Rio Piancó, pouco acima de sua confluencia com o Piranhas. Eis como se expressa Joffily a respeito de Pombal:

> « Apesar de ser como villa a mais antiga do sertão, é a menor das 10 cidades da Parahiba. Acha-se estacionaria desde muitos annos. Principiou por uma aldeia de indios Cariris, da tribu Pegas, tendo o nome de Piranhas. Por carta régia de 22 de Julho de 1766 foi elevada a villa; mas a sua installação só teve logar a 4 de Maio de 1772, sendo mudado o nome de Piranhas para Pombal, em honra do celebre ministro. »

Referindo-se, á sua situação central, diz mais esse illustre Parahibano:

> « Esta cidade está, para os municipios vizinhos, nas seguintes distancias: para Sousa 10 leguas, para Piancó 14, para Patos 18, para Catolé do Rocha 12 e para Brejo do Cruz 14. »

A casaria de Pombal ascende a 250 predios com população talvez superior a mil almas. A edificação da cidade é antiga, sem nenhuma construcção notavel. Tem uma casa da camara, uma cadeia publica, um mercado e duas egrejas. Funccionam na cidade duas escolas primarias estaduaes e uma estação pluviometrica. Nasceu, em Pombal, o grande naturalista Manuel de Arruda Camara. Feira semanal importante.

MALTA — A 45 km. a Léste da séde, banhada pelo riacho que lhe deu o nome e nas fraldas septentrionaes da serra de mesma appellidação. Tem a povoação cerca de duzentos e cincoenta habitantes e é bem florescente, em districto agricola com plantações algodoeiras e cannaviaes e alguma creação. Tem engenhos de rapadura e bolandeira para beneficiamento do algodão. Tem mercado, onde se realiza feira concorrida. Funcciona em Malta uma escola municipal. Altitude 275 m.

LAGÔA — A 30 km. Noroéste de Pombal. Este povoado florescente em zona algodoeira tem perto de mil habitantes. Preparam os seus habitantes o algodão em rama, empregando, para tal fim, machinismos adequados. E' banhada Lagôa pelo riacho de egual nome. Tem uma aula primaria.

PAULISTA — Fica a 175 m. de altitude, á margem direita do Piranhas, em districto productor de algodão e creador de gado. Tem a povoação algum movimento commercial, distando 30 km. a Nordéste da séde. Conta actualmente cerca de trezentas almas. Segundo C. de Medeiros, origina-se ia de uma antiga situação do paulista Moraes Navarro, que andara pela região em fins do seculo XVII e começo do XVIII.

38. Municipio de Catolé do Rocha

Superficie: 5.451 km.²; população: 15.754 almas, pelo recenseamento de 1920; densidade: 2,890 habitantes por km.²; pela área é o municipio o sexto do Estado.

LIMITES

A Norte os municipios do Patú e Martins, do Rio Grande do Norte; a Léste o de Brejo do Cruz; a Sul o de Pombal; a Oéste este mesmo e o de Sousa. Méde pouco mais de 15 leguas de Norte a Sul para pouco mais de 13 de Léste para Oéste.

Constando de um modo geral de taboleiros e campos, apresenta elevações na sua parte Sul e Oéste, sem que estas alcancem grande altitude. Suas serras são ondulações, que se prendem ao chapadão da Borborema, havendo algumas, porém, isoladas e de fraca extensão.

Podem ser consideradas como prolongamento da do Commissario as do Moleque e das Cabaças. Mais a Norte na linha-eixo da Serra de Luiz Gomes, ficam as de nomes Barriguda e Furada.

Das isoladas convém citar a Serra Branca, que dista 5 km. a Norte de Catolé. Poucos são os rios e riachos que cruzam o municipio, nenhum de aguas perennes; são para notar os rios Jericó e Cavallos, ambos tributarios do Piranhas, além de regatos como o Pau Ferro, o Lages, o Curralinho, etc. Possue o Catolé algumas lagôas, umas quinze de pouca importancia e sujeitas á secca. Entre ellas citam-se as seguintes: Umburanas, Agreste, Comprida, Grande, das Marrecas, etc.

Como nos outros municipios sertanejos, é o clima do Catolé secco e quente no verão, attingindo o thermometro nesta estação 33º á sombra, descendo a 22º no inverno. Mattas não existem mais, apenas algumas capoeiras no cume das serras e nos "baixios" de alguns valles, porque em geral consta o terreno de catingas e carrascos. Existem no municipio, e em abundancia, plantas medicinaes.

Os terrenos, ferteis, são aproveitados para a cultura da canna, do algodão e dos cereaes, mas os seus campos servem de preferencia para a creação, existindo no municipio para mais de cem fazendas de pastoreio. Conta tambem o Catolé 12 engenhos para o fabrico de rapaduras e oito machinismos para beneficiar o algodão. Existem 123 açudes particulares, em geral de pequena capacidade, dos quaes cinco na villa.

As estradas existentes são apenas caminhos, sendo o melhor o que liga o municipio a Mossoró, no Rio Grande do Norte. A posição excentrica do Catolé em relação á Parahiba e a falta de boas communicações com o littoral parahibano arrastaram o municipio para a orbita commercial do Estado vizinho que assim absorve a quasi totalidade das transacções. E' provavel, porém, que com a execução completa da rêde de estradas de rodagem do Nordéste seja esta mal remediado para proveito immediato do Catolé e de Parahiba.

São artigos seus de exportação o algodão (8.000 fardos annuaes), a rapadura (20.000 kg.), queijos, gado e cereaes.

POVOAÇÕES

Catolé, Jericó, Conceição e mais os logarejos *Santa Anna, Cajazeiras, Brejinho* e *Genipapeira* (7).

CATOLÉ DO ROCHA — A 430 km. da capital, com a altitude de 250 m., offerece a sua casaria aspecto agradavel pelo bom alinhamento dos predios em numero de 135 e com passeios nivelados. A villa conta duas egrejas, sendo que a matriz foi edificada em 1874 pelo padre Ibiapina. Funccionam ahi duas escolas publicas e uma estação pluviometrica. Tem o Catolé algum movimento commercial, que cresce aos sabbados por occasião da feira. E' calculada a sua população em mil e duzentas almas approximadamente. Atravessa a villa o Riacho Coiacú, que já foi perenne, quando não se havia ainda intensificado o systema das derrubadas das mattas onde ficam seus mananciaes.

JERICÓ — A 30 km. a Sul de Catolé, sobre o riacho de seu nome e perto da Serra das Cabaças. Tem uma escola municipal. Era outr'ora denominada Caiporas. Altitude 215 m.

CONCEIÇÃO — A 170 m. acima do nivel do mar e a 20 km. a Norte da séde. Os primeiros estabelecimentos no Catolé datam de 1700, segundo C. de Medeiros, e, em 1774, o tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira, proprietario do sitio Catolé, construiu no logar onde hoje está a villa uma egreja sob a protecção de Nossa Senhora do Rosario. Foi o templo o nucleo formativo da Povoação do Catolé, que adoptou o cognome de "Rocha" em honra ao seu fundador.

39. Municipio do Brejo do Cruz

Superficie: 500 km.²; população: 10.382 almas (recenseamento de 1920); densidade: 20,764 habitantes por km.² Méde cerca de 55 km. de SSO a NNE, sendo a sua maior largura de 38 km. de ONO para ESE. De fórma triangular, penetra como uma cunha no territorio rio-grandense do Norte.

LIMITES

A Norte o Rio Grande do Norte (Municipio de Patú); a Léste o mesmo Estado (municipios de Patú, Caicó e Serra Negra); a Sul o Municipio de Pombal e a Oéste o de Catolé do Rocha.

E' na sua quasi totalidade composto de campos este municipio, sendo fracas as ondulações do terreno. Apenas é notavel a Serra do Cruz, que corre de Sul para Léste, e nos limites septentrionaes ramificações da Serra João do Valle bastante curiosa sob o ponto de vista geologico. Corta o

municipio de Sudoéste para Nordéste o Piranhas, ao qual vão juntar suas aguas alguns pequenos rios, como o Patú, o dos Porcos e o Boião, além de riachos e ribeiros. Já não existem mais as frondosas mattas de outr'ora, de maneira que hoje todos os cursos d'agua já não são perennes. O clima, secco e quente, é muito saudavel. Existem no municipio lavoiras de algodão, canna e cereaes, mas a sua principal industria é a pastoril representada por 50 fazendas de creação. São poucos os engenhos (3). Ha falta de agudes particulares, pois o numero dos existentes é exiguo, apenas seis, tanto mais quanto a falta de vegetação adulta e a natureza do proprio sólo conspiram para a escassez da agua, que só avulta com os invernos copiosos. Entretanto, o nome do municipio demonstra que nem sempre assim foi, houve com certeza brejos e esta opinião é confirmada por Joffily, quando cita as palavras de Saint'Adolphe. Assim se exprime o eminente Parahibano:

« Saint'Adolphe dá o nome do — Taquarituba — ao logar e isto constitue uma prova de que era coberto de taquaris, gramminea que só cresce em terrenos mais ou menos frescos. »

Acontece com o Brejo o mesmo que succede com o Catolé: a falta de estradas que lhe dêm communicação directa com a Parahiba, impelliram-n'o a buscar o Rio Grande do Norte para o seu abastecimento em generos, fazendo do mesmo escoadoiro para os seus productos. E', portanto, tributario da praça de Mossoró. Cessaria no emtanto esse grande inconveniente, altamente prejudicial para o Estado, se houvesse estrada de rodagem ou carroçavel directa com Pombal a ligar-se com a grande arteria central transparahibana.

POVOAÇÕES

Brejo do Cruz, *S. Bento*, *Belém* e mais as pequenas localidades de *Cachoeira*, *Riacho do Boi*, *Amazonas*, *Santa Luzia* e *Bom Jardim* (8).

BREJO DO CRUZ — Fica a 385 km. da capital, estando a 190 m. acima do nivel do mar. A casaria é pouca, o que aliás se explica pela população realmente diminuta que conta a villa, approximadamente umas quatrocentas almas. Tem uma egreja matriz e duas escolas publicas primarias. Funcciona no Brejo uma feira, que tem algum movimento commercial. Conta uma estação pluviometrica.

S. BENTO — Povoação florescente e com algum commercio perto do Rio Piranhas e não longe da fronteira rio-grandense. Está a 120 m. de altitude.

BELÉM — Pequeno povoado, banhado pelo Rio Boião, a 20 km. a Norte do Brejo e a 17 km. a Suéste da Villa do Patú (Rio Grande do Norte).

XI

A Parahiba economica: as minas; a agricultura; a industria e o gado

AS MINAS

E' difficil estabelecer, de modo rigoroso e definitivo, quaes as riquezas mineralogicas que encerra o sólo parahibano, por força da pobreza relativa de informações fidedignas, falhas além disso pelo desaccôrdo existente entre algumas, o que concorre para gerar a incerteza e imprecisão. Urge, portanto, multiplicar as pesquisas e sondagens, que deverão obedecer a um plano systematizado de explorações.

Joffily, referindo-se a um dos exploradores da geologia parahibana, o engenheiro Retumba, cita um trecho do *Relatorio* elaborado em 1886 pelo mesmo, em que diz, alludindo ao ferro:

« Tenho-o encontrado sob differentes aspectos e em quantidade invencivel; abunda sobretudo o ferro magnetico em qualidade superior ao da Suecia e Ilha d'Elba. »

Nesta exposição feita ao dr. Antonio Herculano de Sousa Bandeira, presidente da Parahiba, assim se exprimiu mais adeante:

« Até aqui pouco *oiro* tenho visto e ainda assim em um unico logar; todavia ha esperanças de encontrar para cima minas mais abundantes. Ha egualmente *carvão de pedra*. *O aluminio* abunda. Tambem tenho feito descobertas de *chumbo*. »

Desde o seculo XVII, sabia-se que havia oiro no valle do Piancó; mas a exploração não foi avante devido provavelmente á falta d'agua para as indispensaveis lavagens. Já em nossos tempos foi renovada a pesquisa para determinação ahi do precioso metal. Em 1867 apresentava á *Manchester Geological Society* o geologo Williamson uma monographia relativa ao estudo que fizera das minas de oiro da Cachoeira do Piancó. Nella se encontram informes interessantes, como vamos ver. Referindo-se ao logar denominado "Campinas" assim se exprime:

« Ahi occorre uma série de jazidas micaceas contendo placas de *mica*; a maior destas tinha cerca de duas pollegadas de diametro, mas me informaram que se encontram placas de um pé em quadro... Em varios pontos da secção (entre Queimada e Minas da Cachoeira) se encontram jazidas de quartzo e quartzito com placas de *mica*, interestratificadas com as rochas mais duras; as jazidas variam em espessura de 2 a 200 pés; as faixas mais delgadas eram com frequencia bellamente opalescentes e as maiores granulosas ou amorphas; sempre as acompanham minerios de ferro titanico e hematico.

Um pouco a Léste do ponto em que o veio Descobridora atravessa o rio (Bruscas) occorrem algumas jazidas de *schistos arenosos plumbaginosos*, nos quaes se observam dois veios lenticulares de *graphito*; parecem ser de pequena extensão e de qualidade inferior.

Os veios auriferos que cruzam estas rochas (as de Cacimbinhas) são muito numerosos, apparecem como massas lenticulares irregulares... A matriz dos veios é um quartzo grosseiro, branco e semiopaco, contendo pequenas quantidades de *arsenilos* e *sulphitos de ferro*, *sulphitos de cobre*, *chumbo* e *zinco*; a maior parte das galenas contém *antimonio*.

A variedade de mineraes resultantes da decomposição destes minerios é muito numerosa: carbonato de *zinco*, carbonato e chlorophosphato de *chumbo*, phosphato, arseniato e carbonato de *cobre*, oxydos de *antimonio* e *enxofre nativo* são communs em alguns dos veios; sulphato de *cobre*, sulphato e chromato de *chumbo* são mais raros; *oiro nativo* acha-se escassamente espalhado em quasi todos os veios e no da Boa Esperança se encontram grãos de *platina*. »

Em 1899 o engenheiro Julio Destord, por determinação do dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello, presidente da Parahiba, apresentou ao mesmo um *Relatorio* relativo ás minas do Picuhi. Por elle se verifica que alli encontrou *mercurio*, *cobre vitreo* e *manganez*, suppondo tambem existirem alli *prata*, *chumbo* e *arsenito*, que requeriam, no emtanto, para completa verificação "estudos sérios e repetidos, acompanhados de sondagens profundas". Nas suas pesquisas deparou tambem com *estanho*. A este respeito diz textualmente:

« Este (o estanho) é de todos os mineraes o mais importante. O proprio terreno demonstra á primeira vista a existencia do minerio. Creio que as jazidas, cuja existencia real verifiquei nesta parte, que denominei bacia do Acauã, se acham a pouca distancia da cordilheira da Borborema... Como disse anteriormente, o minerio encontrado é a *cassiterite* ou vulgarmente a *pedra de estanho*. Este mineral se acha no estado alluvionario e no estado de filão; é sob estas duas fórmas que o descobri no districto minerio do Picuhi. »

E termina o seu *Relatorio* com a seguinte proposta:

«...tenho a honra de propor ao governo que mande proceder a um estudo mais profundo sobre as jazidas de estanho no Picuhi, determinando a installação de uma pequena exploração que, creio poder affirma-lo, em face da disposição dos terrenos, das rochas encaixantes e das rochas matrizes que a acompanham, será vantajosa, não só fazendo conhecer a potencia real das jazidas de estanho, como tambem fazendo (é possivel) descobrir importantes minas de *prata* que com justa razão supponho existirem nesta rica parte do territorio parahibano. Do mesmo modo será possivel explorar as minas de *ferro magnetico* que abundam nos arredores do Picuhi... Terminarei dizendo que o *manganez*, que ahi abunda tanto, é chamado a representar papel importante na industria mineira parahibana, em consequencia da riqueza em metal de seus minerios. »

Em outro *Relatorio*, referente ás minas da Alagôa do Monteiro, allude o mesmo engenheiro á existencia de *carvão*, affirmando que no logar denominado Maracaxêta se encontram "carvões seccos e ferro alogista em grande quantidade. E' desse municipio que foram extrahidos os carvões de que tenho remettido algumas amostras ao sr. dr. presidente do Estado. Esses carvões são seccos, queimam como a anthracite, sem fumaça, sem chamma e sem cheiro betuminoso, deixando pela carbonização um residuo de 75 a 80 % de cobre pulverulento. " Mais adeante escreve:

« Suspeitei a existencia de grandes camadas de hulha e lignite nesses terrenos, onde algumas rochas carboniferas se mostram na superficie terrestre, acompanhadas de schistos micaceos. »

Em carta e em *Relatorio* outro engenheiro, o dr. Paulino Lopes da Cruz, referindo-se ás minas de Alagôa do Monteiro, reforça as declarações de Destord

« quanto á existencia das jazidas de carvão, cobre e crystal de rocha, mas não se póde ainda julgar do valor dessas jazidas, pois os estudos até agora feitos são deficientes e só depois de uma pequena installação de exploração se poderá julgar da potencia das jazidas. »

Na conclusão do seu *Relatorio* assim se exprime:

«...não só pelas provas visiveis e materiaes encontradas em Monteiro, Serra Branca, Serra do Fogo e em Cacimba de Cima, como tambem pela formação geologica do terreno da bacia do Parahiba, póde presumir-se a existencia de grandes jazidas de *cobre*, *estanho* *ferro*, *prata* e *oiro*, pois que as grandes veias de cobre se encontram geralmente nos terrenos Selurianos, podendo ser encontradas em intercorrencia com o estanho no Cambriano.

O cobre se acha associado com persistencia ás rochas magnezianas. O quartzo é a rocha matriz do estanho; encontra-se sempre nas proximidades das erupções graniticas. A rocha matriz da prata é o calcito. As alluviões do Rio Parahiba e de quasi todos os seus affluentes, procedendo de terrenos formados de *micaschistos* e de *quartzitos granulados*, deixam presumir que se encontrem nas areias dessas alluviões o *diamante*, o *oiro*, etc. »

Em 1909 o engenheiro prospector V. Kromenacker, fazendo uma excursão geologica á Alagôa do Monteiro, escrevia a respeito uma memoria em que negava a existencia ahi das "riquezas mineralogicas" encontradas pelos seus predecessores. Essa contradicção não importa comtudo na condemnação da Parahiba sob o ponto de vista estudado, isto é, da sua pobreza ou riqueza em minerios preciosos. Ao contrario, tudo indica que a exploração do sub-sólo não deixará de ser proveitosa, desde, porém, que se conheçam bem as condições geologicas e mineralogicas dos terrenos e se procedam a sondagens criteriosas, tendentes a elucidar de modo cabal a constituição das camadas profundas.

AGRICULTURA

Antes de estabelecer, ainda que de modo summario, a situação em que se acha no momento actual a agricultura na Parahiba, não parece descabido delinear o seu passado, estudando o seu inicio na então Capitania e apreciando-lhe a evolução.

Ensina a historia do Estado que, realizada a sua penetração pela gente vinda de Pernambuco, a primeira occupação a que se entregou foi a do lavradio da terra com o escopo quasi exclusivo do plantio da *canna*.

Foi sua terra de eleição o valle do Rio Parahiba, a "varzea" rica em florestas densas e logo após as terras marginaes das lagôas, entre as quaes as de Puxi e Marau. Com o dominio hollandez a cultura da canna incrementou-se, perdurando por muito tempo semelhante situação. Iniciara-se o plantio no valle inferior do Parahiba, em terrenos feracissimos por força de sua composição alluvionaria, formados que haviam sido pelos sedimentos depositados pelo rio nas enchentes. Dahi irradiou para Norte e Sul, buscando as varzeas dos outros rios, do Mamanguape, do Camaratuba e, em escala menor, do Miriri, Gramame e Apiahi, com prejuizo manifesto das mattas marginaes, barbaramente sacrificadas á sanha do lavrador ignorante.

Ao lado da canna, que era a cultura principal, medrou a "pequena lavoira", a dos cereaes de primeira necessidade, alguns até indigenas, o *milho*, o *feijão*, o *aipim* e a *mandioca*.

Eram 18 os grandes engenhos de canna da Parahiba quando se deu a invasão hollandeza, seguida da conquista (1631) e esse numero não só se manteve como até mesmo cresceu depois da Restauração. Entretanto, o desbravamento do sertão, isto é, a transposição da "Catinga" e a penetração nos "Brejos" da Borborema, iam alterar profundamente as condições da agricultura parahibana, fazendo-a entrar em outra phase de sua evolução.

O "Brejo", com as suas extensas mattas a occultarem a excellencia da terra vermelha e roxa propicia ao plantio, e a "Catinga" menos fertil, na verdade, porém ainda assim promissora, detiveram os primeiros exploradores que, por se deixarem ahi ficar, iniciaram nova utilização do sólo com a cultura do *algodão*.

> «Foi a "Catinga" (diz Joffily), o centro da industria algodoeira; em poucos annos foi explorada em todos os seus recantos e as suas propriedades ruraes chegaram a rivalizar com os engenhos de assucar, não sómente pelo numero de escravos que chegaram a possuir e pelas construcções, como pelos vantajosos lucros que dava o exercicio da industria.
>
> Hoje, porém, tudo está mudado; a destruição das mattas tornou imprestaveis os terrenos mais elevados e despenhados, que cada anno vão pela acção das aguas e do fogo perdendo o humus resguardado outr'ora pela sua vegetação; e a industria algodoeira decadente vai-se refugiando nas quebradas, nos terrenos baixos dos rios e riachos, já tendo até invadido grande parte das varzeas do Parahiba e Mamanguape, isto é, os logares mais seccos, onde as cannas nos annos irregulares não póde prosperar, assim como os brejos.
>
> O aspecto da "Catinga", onde se acham as povoações de Pau Ferro, Gurinhém, Mulungú, Mogeiro, S. José, Agua-Doce, Salgado, Dois Riachos, Cachoeira de Cebolas e villas do Ingá e Itabaiana, é hoje semelhante ao do sertão, pelos campos mais ou menos abertos e seccos, applicados á creação, e pela falta d'agua. E este facto tem dado logar a que as industrias agricola e creadora estejam alli em constante choque.»

Não nos parece que se possa applicar á cultura do algodão o epitheto de "decadente", que lhe deu o illustre escriptor parahibano, porquanto ao contrario é o seu desenvolvimento actual bem animador. O qualificativo no emtanto é cabido se houver referencia ao abandono das terras sertanejas já por si bastante aridas e ainda mais empobrecidas pela imprevidencia dos homens. Mais adeante trataremos com certa minucia desta cultura, por julgarmos com este adiamento melhor attender á clareza de nossa exposição.

Mais ou menos na mesma epocha do arroteamento da "Catinga" foram descobertas as terras dos "Brejos" e do "Sertão dos Cariris", iniciando-se logo a sua exploração, a principio com caracter adventicio e com a preoccupação exclusiva do plantio de cereaes necessarios ao sustento dos Bandeirantes. A existencia dos chapadões com as suas forragens naturaes foi incentivo para a creação do gado e este dentro em pouco attrahia todos os cuidados dos desbravadores do sertão, como o comprova a linguagem dos requerimentos de sesmarias: *necessidade de terras para crear seu gado*" e nos "Brejos" *para plantar suas lavoiras afim de supprirem suas fazendas ou terem mantimento para a guerra do gentio brabo.*

Com o expirar do seculo XVII, principalmente depois da grande secca de 1691 e das que se seguiram e tambem porque cessara a principal causa da razão de ser das "Bandeiras", o sedentarismo transformou individuos nomades em agricultores, a quem seduzira a feracidade das terras do "Brejo". Iniciou-se ahi o plantio da canna e, successivamente, ao lado desta a cultura da *mandioca, do milho, do feijão, do fumo* e *do algodão*, firmando-se um estado agricultural que se prolongou até aos nossos dias.

Em toda essa zona da Borborema a cultura da canna, determinou a fundação de numerosos engenhos, uns movidos a vapor, outros por animaes. O *café* tambem constitue cultura apreciavel em certos municipios que abastecem desse producto o Estado. São elles os de Bananeiras, Serraria, Areia, Alagôa Nova e Umbuzeiro e a sua producção total póde ser avaliada em um milhão de arrobas annuaes. No primeiro desse municipios ha fazendas com mais de cem mil pés de café e onde tambem se ensaia com vantagem a cultura do *cacau*.

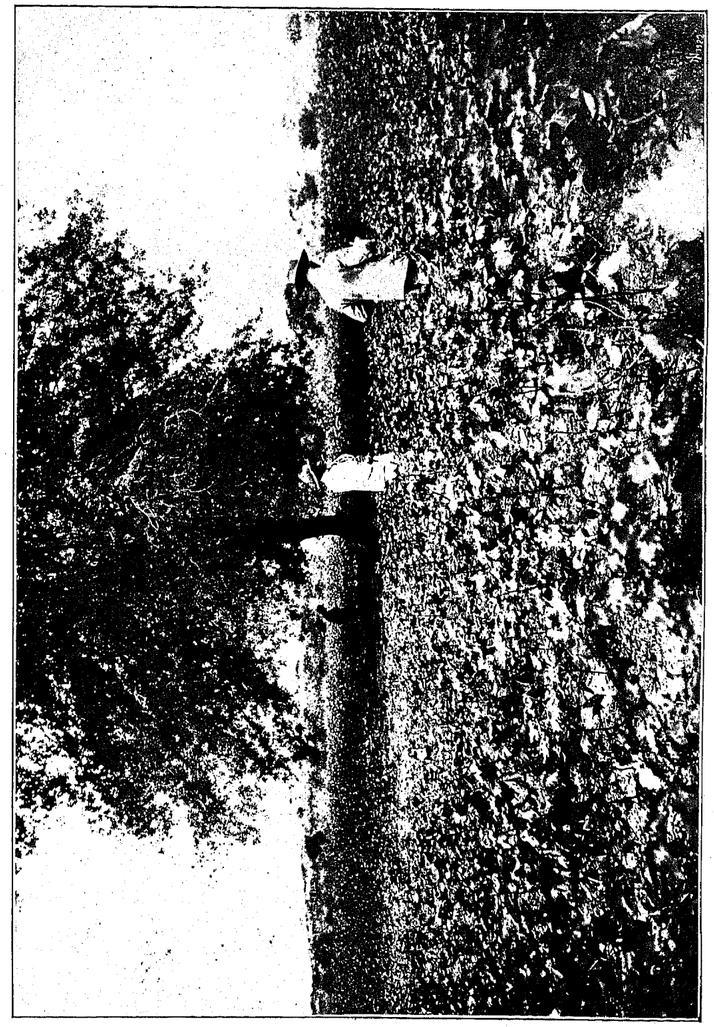
A *mandioca* já começa a apresentar certo desenvolvimento, com especialidade em Mamanguape, Guarabira, Alagôa Nova, Pilar, Umbuzeiro e Serraria. Este ultimo municipio tem uma producção de 27.000 saccas annuaes e o de Mamanguape de 6.000 saccas.

Outra riqueza vegetal até hoje improductiva é a enorme quantidade de *coqueiros* existentes no littoral da Parahiba, como tambem nos Estados vizinhos do Norte e Sul. Na zona costeira, que da Bahia se extende para o Norte até ás raias do Piauhi, existem para mais de cem milhões de coqueiros e se sua cultura se tornasse racional este numero poderia ser facilmente triplicado. Quando nos referirmos ao desenvolvimento industrial da Parahiba, teremos ensejo de considerar mais de perto este precioso vegetal que é susceptivel de se transformar em fonte de rendimento para o Estado.

Voltemos agora á principal cultura, a do *algodão*.

Das especies algodoeiras cultivadas no Brasil, as *herbaceas e as arborescentes*, estas ultimas são as que se encontram na Parahiba, sendo que a variedade mais apreciada é a de *Seridó*.

Existem, porém, alli outras, como o *Gossypium Peruvianum*, o *Gossypium Barbadense*, o *Gossypium Hirsulum*, o *Gossypium Pubescens* e o *Sea-Island*, de reputação universal.



Estação Experimental de Pendencia. Algodoal novo. Tres mezes. "Russel-Big-Boll". Varzea "21 de Agosto" (Parahiba do Norte)

Apesar de ser o algodão brasileiro de superior qualidade, resente-se muito do methodo rotineiro do seu preparo, como egualmente soffre a sua producção do mau amanho da terra em que medram os algodoeiros. Graças ao cuidado intelligente do terreno e ao emprego de machinismos aperfeiçoados para o beneficiar do algodão, conseguem os Estados Unidos resultados brilhantes com um material vegetal mediocre. Por isso ainda são em parte verdadeiros os conceitos do illustre auctor das *Notas sobre a Parahiba*:

> «O agricultor parahibano de hoje é o mesmo de cento e cincoenta annos atraz; a rotina tem-se mantido inalteravel. Os instrumentos de trabalho não augmentaram em quantidade e nem mudaram de fórma; não passam do machado, foice, enxada e pá. O arado alguns têm visto, mas por ninguem é usado, a menos que ultimamente um ou outro senhor de engenho mais adeantado da varzea do Parahiba os não tenha introduzido. »

Hoje já se conhecem no Estado os machinismos de que se soccorre a agricultura scientifica para intensificar a producção da terra, auxiliada que é por outro lado pela Chimica applicada á cultura; infelizmente ainda são pouco numerosos os nucleos que souberam ou poderam romper com o tradicionalismo, com a rotina de que nos falla Joffily, mas não nos parece que seja esta a unica culpada por se conservarem arredios ao progresso tantos agricultores parahibanos: muitas causas existem, umas inherentes ao proprio sólo, outras á falta de vias de penetração, outras ainda de caracter economico, que se levantam como obstaculos quasi irreductiveis e só poderão ser removidas com o tempo e com um trabalho pertinaz de modificação do meio physico e sua subsequente adaptação.

O "roçado", a "queimada" e em seguida "as cóvas" separadas por uma distancia, que varia de 1,50 m. a 1,80 m. formam o trabalho preparatorio para a constituição do futuro *algodoal*. Os intervallos das cóvas são aproveitados para o semeio do milho e do feijão. Pouco fundas são estas cóvas, emquanto que na America do Norte a terra, que vai receber as sementes do algodoeiro, é profundamente revolvida pelo arado e em seguida aplainada e fofada. E' natural que medrem melhor as plantas e forneçam colheita mais abundante.

Dá-se bem o algodoeiro nos terrenos pobres em agua, portanto no sertão, por não exigir muita humidade. Inicia-se a colheita do algodão pelas capsulas inferiores, depois são apanhadas as centraes e finalmente as superiores. A cultura do algodão, outr'ora localizada na "Catinga", foi pela destruição das mattas obrigada a buscar sitios onde podesse encontrar terrenos que, embora seccos, contivessem a indispensavel humidade para o vicejamento da planta; dahi o seu apparecimento em zonas, como as varzeas do Parahiba e do Mamanguape, até então reservadas á cultura da canna e tambem no "Brejo".

São municipios algodoeiros os de Cajazeiras, Pombal, Sousa, Catolé, Piancó, S. João do Cariri, Campina-Grande, Alagôa-Grande, Mamanguape, Itabaiana, etc. Para se julgar da importancia dessa cultura na Parahiba bastará recordar que depois de Pernambuco é esta a maior productora de algodão no Brasil.

Não terminaremos esta noticia sobre a agricultura do Estado sem fazer referencia ao ensaio feito no Municipio de Teixeira da cultura do *trigo*. Em 1830 experimentou Bernardo de Carvalho Andrade Cunha a sua sementeira, sendo promissora a colheita. Repetiu a experiencia com vantagem e teria sem duvida continuado se não lhe faltassem os recursos para adquirir os machinismos indispensaveis para o real aproveitamento do trigo colhido. Por falta do indispensavel auxilio desanimou Bernardo e com elle desappareceu uma nova cultura, que poderia ter dado resultados apreciaveis.

INDUSTRIA E CREAÇÃO

Não possue ainda a Parahiba grande desenvolvimento industrial, limitando-se os estabelecimentos existentes ao fabrico de productos de immediato consumo dos habitantes do Estado.

Contam-se: uma manufactura de tecidos em Tibiri, outra em Santa Rita, uma de vaquetes em Itabaiana; fabricas de oleo e pasta de algodão, bebidas e vinagre, gelo, além de cortumes, manufacturas de calçados, cigarrarias, carpintarias e marcenarias, typographias, lithographias, etc. No sertão fabricam por processos engenhosos, mas primitivos, panno grosso de algodão e excellentes rêdes. A cordoaria tambem é representada pela confecção de cordas com as fibras de plantas textis, como o *caroá* e o *coroatá*.

Na Ilha Marques, na confluencia dos rios Parahiba e Gargaú, existem uma fabrica de sal e um estabelecimento de piscicultura. Em viveiros são creados diversas especies de peixe como a carapeba, a curiman, a tainha e a urubaiana. A Nordéste da ilha demora outra, a de Tiriri, onde houve outr'ora uma fabrica de cimento, cuja materia prima era encontrada *in loco*; infelizmente não se pôde manter. A industria dos lacticineos tambem já se ensaiou no Estado, em proporções modestas e para o consumo interno. Dos queijos fabricados têm maior procura os de *Seridó* e *Santa Rosa* e quanto á manteiga é aproveitada no interior da Parahiba.

E', porém, no reino vegetal e na pecuaria que o Estado póde encontrar os elementos imprescindiveis para o seu surto industrial. Entretanto, bem complexo se apresenta o phenomeno, dependendo a sua solução da realização de diversas condições, entre as quaes avultam *uma boa rêde de communicações* (vias ferreas e estradas de rodagem), *portos accessiveis a navios de grande tonelagem*, *abundancia de agua*, multiplicação *de engenhos e usinas* providos de machinismos aperfeiçoados, abandono da *rotina* e adopção dos *processos de cultura intensiva e da creação racional* escudada no apuro das especies existentes de gado.

Consideremos agora mais de perto os elementos basicos da industria do Estado.

Já vimos que ao *algodão* cabe o papel de maior importancia no desenvolvimento agricola da Parahiba, tendo até supplantado a cultura da canna. E' elle exportado "descaroçado" ou em "caroço", arrumado em fardos de 82 kg., sendo a maior sahida effectuada pelo Porto do Cabedello. Não é possivel determinar de um modo regular a producção algodoeira, pois depende da extensão do phenomeno da secca e de sua intensidade; ainda assim, de accôrdo com as estatisticas apresentadas pelo senador João de Lyra Tavares e relativas a um decennio, o de 1899-1908, verifica-se que, para o algodão, a média ascendeu a 9.200.000 kg. em 124.266

volumes e para o caroço de algodão e mamona a 5.900.000 kg., correspondendo a 82.705 volumes. No triennio 1910-1912, segundo dados do *Annuario estatistico do Brasil* organizado pelo Ministerio da Agricultura, a média para o algodão foi de 3.129.964 kg. na importancia de 3.170:000$ e para o caroço de 10.921.508 kg. no valor de 800:744$000. A tendencia, porém, é para o augmento de ambos os productos; por isto achamos razoavel a opinião do viajante francez, o sr. Paul Walle, quando supputou a exportação da Parahiba, o segundo estado productor depois de Pernambuco, em 12 milhões de kg. de algodão e 15 milhões de kg. de caroços, feita a resalva de serem tomados esses numeros com valor approximativo.

O que parece todavia acceitavel é que o Estado, desde que sejam applicadas as condições acima referidas, póde, pela excellente qualidade do seu algodão, aspirar a occupar melhor situação, quer duplicando ou triplicando a sua exportação, quer fabricando tecidos finos de algodão, de modo a emancipar-se da importação de semelhantes artigos.

O fabrico do *assucar* e dos derivados da canna, a *aguardente* e a *rapadura*, occupa o segundo logar no rendimento industrial do Estado. O ultimo destes productos espalhado por todo o territorio parahibano, tambem tem a sua fabricação generalizada por elle todo, pois não só o prepara a uzina ou o engenho, como tambem o modesto e humilde *banguê*. Embora considere o povo a rapadura como "doce", é ella verdadeiro alimento de substancia pelo grande numero de calorias que desenvolve, o que explica aliás o merecido apreço que lhe dedica o sertanejo.

Nos oito municipios maiores productores de assucar e productos secundarios contam-se para mais de duzentos engenhos, dos quaes cerca de quarenta são movidos a vapor, além dos *banguês* em numero ainda mais vultoso. Valendo-nos dos dados publicados no livro — *A Parahiba* — pelo sr. Lyra Tavares, encontrámos que nesse mesmo decennio de 1899-1908 exportou o Estado 2.079.014 arrobas de assucar em 451. 959 volumes de 69 kg. cada um. A média annual foi de 207.901 arrobas de 45.195 volumes.

Pena é que se não tenham estatisticas exactas referentes á producção total do assucar da Parahiba e do seu consumo interno, porquanto dados desta ordem facultariam o ensejo de melhor avaliar-se neste particular o desenvolvimento economico do Estado.

Com o incremento cada vez maior do automobilismo para transporte de cargas encontra necessaria applicação o alcool industrial e a Parahiba, como estado productor de aguardente, está em condições de fornecer, depois da indispensavel adaptação, o precioso liquido, combustivel indispensavel e que poderá offerecer concurrencia vantajosa á gazolina.

Além da farinha de *mandioca*, á qual já foram feitas referencias e que pelo aperfeiçoamento da cultura e melhor aproveitamento da raiz está nos casos de attingir maior acceitação no extrangeiro, o *fumo* já representa quando manufacturado elemento embora modesto do progresso economico do Estado. A média annual dos volumes de fumo exportado corresponde a 2.400. A carencia de estatisticas impede-nos de tentar a avaliação da producção global da Parahiba.

A borracha é tambem um producto de exportação, mas com caracter intermittente, com altas e baixas muito sensiveis na producção, E' fornecida pela *mangabeira* e pela *maniçoba*. A primeira abundante no littoral é uma arboreta de 3,50 m., a *Hancornia speciosa*, cuja producção varia conforme ao processo de extracção empregado e as condições da planta. Desde que as incisões sejam feitas de modo a não sacrificar a mangabeira, esta póde fornecer, segundo opinião do dr. Gustavo d'Utra, 328 grammas por individuo. Infelizmente, como não cuidam os trabalhadores agricolas de poupar a planta, extrahem della cerca de 3 kg. na média mas exhaurem-n'a e matam-n'a. Na zona Bahia — Maranhão, incluida portanto a Parahiba, existe outra especie congenere, a *mangabinha*, tambem productora de borracha.

No Estado a massa de borracha da mangabeira, a *bolacha*, tem uma côr pardo-avermelhada por fóra e rosea por dentro e a fórma de um parallelepipedo irregular. A coagulação é obtida pela acção do alum, sulphato duplo de aluminio e potassio. Este processo prejudica a borracha, porque torna quebradiça e lhe diminue a elasticidade. O mau preparo da borracha de mangabeira tem concorrido muito para deprecia-la, difficultando a sua acceitação no mercado.

A *maniçoba*, da familia das Euphorbiaceas, está classificada na *Flora Brasiliensis* de Martius como a *Manihot glaziovii*. E' arvore elegante e copada de 10 a 15 m. de altura e cuja folhagem constitue forragem apreciada pelo gado. As raizes que se tuberificam encerram uma especie de tapioca de que se alimenta o sertanejo na secca, nos annos da "fome". Encontra-se a maniçoba no sertão, especialmente na região de Nordéste. A utilização do *latex* começou no Ceará pelos annos de 1860 e poucos; em 1887 já era conhecido e applicado o processo de fabricação da borracha no Rio Grande do Norte e em 1892 no sertão parahibano.

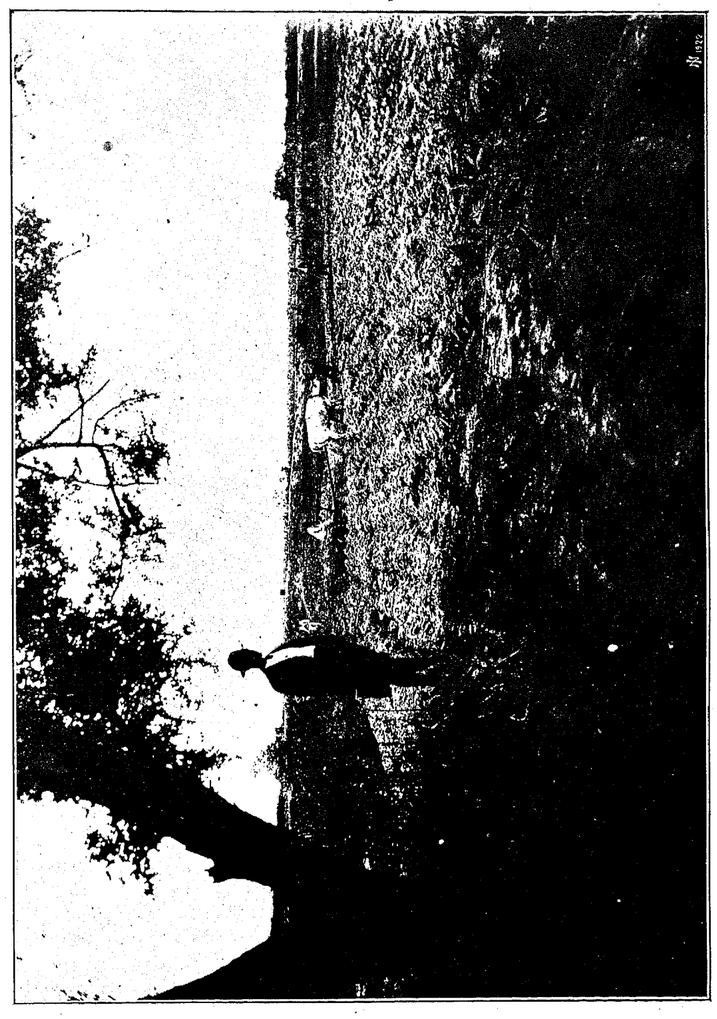
O *latex* retirado por incisão coagula em um banho de sal ou de pedra hume. Toma a borracha a côr avermelhada ou alaranjada ou então se assemelha ao amarello-enxofre.

A percentagem do leite da maniçoba é muito variavel. Alguns observadores fallam em 51%, outros em 32%, outros ainda em 28 %.

O maior ou menor rendimento depende dos processos de extracção e do preparo do terreno, onde medra a planta. Em Alagôas, em um estabelecimento que possue cerca de quatrocentos e cincoenta e quatro mil pés, foi observada a média de seiscentas grammas de borracha por pé, extrahida do *latex* na proporção de 30 %.

A borracha de maniçoba, o *Ceará Rubber* dos inglezes, occupa o segundo logar na producção brasileira depois da *Hevea* e a sua acceitação, que é funcção de seu preparo, tem augmentado cada vez mais. A cultura da maniçoba tem sido ensaiada em varios Estados com bastante proveito. Além dos do Norte, como o Ceará e o Piauhi, outros como Pernambuco e Bahia, além dos maniçobaes naturaes têm creado artificiaes; em Alagôas e Sergipe vai o plantio em progresso e em Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo já existem plantações florescentes. Urge, portanto, que a Parahiba utilize esta industria, que virá influir vantajosamente sobre o seu progresso economico

Outra riqueza vegetal possue a Parahiba, a *carnaúba*, que póde egualmente transformar-se em fonte de industrias florescentes. Constituindo florestas a Oéste e Nordéste do Estado, esta elegante palmeira é de extraordinaria utilidade: fornece a madeira do tronco *solidas ripas* e quando polida o seu lindo aspecto amarello-avermelhado com venulas negras a torna propria para obras de marcenaria. As folhas, além de constituirem forragem para os animaes,



Estação Experimental de Pendencia. Grade de discos funccionando. Varzea "William de Sousa" (Parahiba do Norte)

dão fibras aproveitaveis para a cordoalha. E', porém, nestas que se encontra o elemento que é considerado propriamente de valor industrial, a *cera*, materia pulverulenta, secca, côr de cinza e de cheiro agradavel, muito semelhante á das abelhas com a qual se póde misturar. Cada palmeira fornece 100 folhas na média, representando approximadamente 2 kg. de cera com um valor estimativo de 5$000. Com o trato conveniente e preparo do terreno póde o rendimento duplicar ou mesmo triplicar.

E' empregada a cera de carnaúba no fabrico de *velas* muito communs no Norte do Brasil e tambem, quando fervida com 75 % de seu peso de acido azotico, serve para a producção de *acido pierico*. E', portanto, planta de grande utilidade e de futuro industrial promissor. A producção de cera de carnaúba da Parahiba escôa-se na quasi totalidade por Pernambuco. E' muito procurada esta cera nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Allemanha. Só este ultimo paiz absorvia 40 % da producção total antes da Grande Guerra

No littoral parahibano existe, descurada senão abandonada, outra industria, a da exploração dos *côcos* vulgarmente chamados "da Bahia", fructos do *coqueiro* (*Cocos nucifera*, L.); mas não é sómente a noz, o elemento industrial por excellencia da planta, que é susceptivel de aproveitamento. As nervuras dos foliolos servem para o fabrico de escovas e, na inflorescencia, dos botões se póde extrahir uma seiva abundante e nutriente — *a sura* dos indús — que se transforma em *vinho, aguardente* e *assucar*. Um coqueiro póde fornecer 45 litros de alcool ou 50 kg. de assucar. Consideremos agora o côco em si.

O seu involtorio ou casca, o *caire* dos francezes, o *cairo* dos portuguezes, produz fibras empregadas na industria; seu endocarpo, a *chereta* portugueza, serve para o fabrico de objectos de ornamentação e tambem depois de deseccado juntamente com a amendoa ou noz, fornece o afamado *coprá*.

Eis como se exprime a este respeito Paul Walle:

> « A amendoa comestivel dá o coprá commercial, producto de grande valor, de que é extrahido o oleo de custo elevado, e tambem uma manteiga de excellente qualidade que a industria franceza e alleman fabrica em grande escala sob o nome de "vegetalina", "cocolina", "palmetina", etc. E' muito apreciada por seu paladar agradavel e o seu valor alimenticio.
>
> Experiencias feitas em Canavieiras na Bahia mostraram que 500 côcos deram 95,850 kg. de coprá, o que perfaz uma média de 191 g. por fructo (ha côcos que fornecem até 500 g. de coprá). Estes 95 k. produziram 60 litros de oleo e 33 k. de bagaço. Comparados taes resultados com os alcançados na Polynesia, verifica-se que o coqueiro polynesio é inferior em 15 % ao do Brasil, porque o primeiro dá na média 166 g. e o segundo 191 g. »

A obtenção e preparo do coprá são de extraordinaria facilidade, pois, não requerem mão de obra especial. Basta cortar a noz em pequenos pedaços triangulares e deixa-los seccar, sobre esteiras ou na areia da praia, em exposição ao sol durante uma semana. Acham-se, então, em condições de serem transportados para a uzina ou exportados para o extrangeiro.

Seria de extraordinaria vantagem para a Parahiba que se fundassem junto aos coqueiraes uma ou mais uzinas para o fabrico do oleo e da manteiga vegetal, porque o rendimento de ambos, com especialidade do primeiro, não só cresceria em quantidade como tambem se apuraria quanto á qualidade.

CREAÇÃO DE GADO

A industria pastoril desenvolveu-se na Parahiba depois da dominação hollandeza e por toda a segunda metade do seculo XVII, quando os Bandeirantes se espalharam pelo chapadão da Borborema e penetraram os Paulistas de Domingos Jorge no valle do Piancó. Pensa Joffily que foi este o primeiro occupante, precedendo, portanto, ahi a Theodosio de Oliveira Ledo, que chegara com a sua gente de Léste, depois de atravessar o chapadão central. Em epocha anterior, á margem do Rio Parahiba, no sertão do Cariri-Velho, existiam fazendas de creação fundadas talvez por Antonio de Oliveira, sendo o ponto inicial da creação a zona da povoação do Boqueirão, aldeiamento Cariri. Dá o mesmo Joffily, como testemunho do que adeanta, as seguintes palavras do padre Martin de Nantes:

> « Cette aldée ou bourgade d'Indiens fut découverte en l'année 1670 par un Portugais nommé Antonio de Oliveira, qui, cherchant un pâturage pour y mettre du bétail, rencontra, sur la rivière de Parahiba, une troupe de ces Indiens, qui pêchaient à cinquante lieues environ de la ville de Parahiba.
>
> Ce capitaine ayant obtenu d'eux la liberté et la sûreté de mettre lá du bétail, après leur avoir donné quelques petits présents, vint incontinent à Pernambuco voir s'il ne trouverait pas quelque missionnaire qui voulût s'établir avec ces Indiens, et à la faveur duquel son bétail pût être en sûreté. »

Com effeito veio esse religioso, o capuchinho Theodosio de Lucé, que se tornou o poderoso auxiliar de Antonio de Oliveira.

Houve por conseguinte dois grandes centros de pastoreação: um na zona Piranhas — Piancó e outro no Cariri-Velho. Estabeleceram-se as fazendas de creação á margem dos rios principaes — *as ribeiras* — como então se chamavam.

Eram essas em numero de oito assim repartidas: tres a Norte, a saber: *Seridó, Sabugi* e *Patú*; dois a Léste: *Rio do Peixe* e *Piancó*; duas ao Centro do Sertão: *Piranhas* e *Espinhâras* e uma a Léste — Suéste: *Cariri*. Não tinham as fazendas de gado demarcação legal e sim limites que corriam, assegurados por convenções verbaes, por accidentes naturaes, quasi sempre correntes d'agua ou ondulações de terreno. Com o desenvolvimento da população bovina e cavallar alcançaram as manadas os valles dos tributarios, até que attingiram os campos centraes afastados dos grandes valles.

A rotina e a ignorancia da excellencia dos cruzamentos, bem como das vantagens da selecção constituiram-se factores da depreciação do gado vaccum e equino, aos quaes vieram reunir-se a falta de acerto na escolha das pastagens e a incerteza da forragem. O clima peculiar á Parahiba, a natureza inclemente do sólo e o flagello terrivel da secca, consequencia forçada de semelhantes condições, são elementos

hostís ao desenvolvimento da creação do gado grosso, mas contra os quaes devem ser empregadas as medidas que apontámos, quando aqui tratámos da agricultura.

Foi por taes razões que se incrementou a creação de *ovelhas* e *cabras*, destas ultimas principalmente, por serem mais robustas e soffredoras. Não se têm aproveitado os sertanejos do leite e da lan do rebanho ovelhum, dispensando sem razão elementos tão preciosos; mas no tocante ás cabras servem-lhes de alimentos o leite e a carne destas, emquanto que os coiros e *pelles* representam artigos de valor commercial.

No seu *Diccionario Chorographico do Estado da Parahiba*, adeanta Coriolano de Medeiros que as fazendas de creação para o anno de 1911 eram cerca de duas mil e quinhentas. Consoante os dados fornecidos pela Directoria Geral de Estatistica, no *Annuario Estatistico do Brasil* para 1912, era a seguinte a estimativa da população pecuaria da Parahiba:

Schema do gado vaccum, equino, muar, ovino, caprino e suino

Especies	Cabeças	Ordem — Logar
Gado vaccum	717.000	2º
Gado equino	172.540	4º
Gado muar	89.720	6º
Gado ovino	486.430	3º
Gado caprino	840.150	1º
Gado suino	167.600	5º

Proporcionalmente á totalidade do gado das diversas especies acima indicadas existente no Brasil, cabem á Parahiba a percentagem e a collocação referidas no schema abaixo:

Schema do gado parahibano — Percentagem e collocação

Especies	Percentagem	Ordem — Logar
Gado vaccum	2,34	10º
Gado equino	2,37	11º
Gado muar	2,80	12º
Gado ovino	4,61	5º
Gado caprino	8,44	4º
Gado suino	0,91	15º

Em relação á densidade, por kilometro quadrado:

Schema do gado parahibano — Densidade e ordem

Especies	Densidade	Ordem — Logar
Gado vaccum	9,60	6º
Gado equino	2,31	7º
Gado muar	1,20	9º
Gado ovino	6,51	3º
Gado caprino	11,35	3º
Gado suino	2,24	12º

A exportação do gado em pé é ainda insignificante, cerca de 23.000 cabeças annualmente, quando o rebanho existente permittiria a sua intensificação. As causas que contrariam o desenvolvimento da pecuaria neste particular são, por uma grande parte, a deficiencia dos meios de communicação e de transporte e por outra a falta de organização racional e a ausencia de orientação segura, males felizmente remediaveis e que com o tempo serão devidamente corrigidos.

O commercio das pelles tem ido em escala ascendente: o triennio 1910-1912 accusa uma média de 3.270.066 kg. com um valor de 1.283:000$000. Hoje deve ser bem maior.

A Parahiba, no commercio exterior do Brasil, occupa logar antes modesto quando comparada a sua quota ás dos outros Estados da Federação; compete-lhe o 12º ou 13º logar, situação que melhoraria, é certo, se se podesse levar em conta a drenagem exercida em sua exportação pelos vizinhos Estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Differente tambem seria a comparação se entrassem em jogo a sua área territorial e a sua população proporcionalmente ás superficies e populações dos Estados de primeira grandeza. Cotejada a contribuição do Parahibano com as de seus outros irmãos não fica elle em posição desfavoravel.

O sr. Lyra Tavares organizou um quadro interessante, pelo qual se verifica que, ha cerca de quinze annos, o Parahibano, por seu esforço para o incremento do progresso do paiz no intercambio com o extrangeiro, se collocava entre o Pernambucano e o Bahiano, distanciando-se pouco do Mineiro.

Depois de concluidas as obras importantissimas do Saneamento do Nordéste, de que resultará modificação profunda do meio physico da Parahiba, com repercussão immediata e benefica na sua agricultura e na sua pecuaria, não poderá deixar justamente o Estado de aspirar por futuro mais auspicioso, que lhe permitta occupar logar ainda mais elevado entre os outros seus irmãos brasileiros!

XII

Vias de communicação

Dividem-se as vias de communicação na Parahiba em "estradas de ferro" e "estradas de rodagem e carroçaveis".

VIAS FERREAS

A primeira via ferrea construida no Estado foi a da "Conde d'Eu Railway Cº.", que ligou a capital á Villa da *Independencia*, hoje Cidade de *Guarabira*, correndo o primeiro trem a 30 de Abril de 1881. Terminado o seu contracto foi entregue o trafego ao Governo Central e este arrendou á "The Great Western of Brazil Railway Cº.", que effectuou a ligação da "Conde d'Eu" com as suas linhas do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

Percorre a via ferrea toda a zona do littoral em parallelismo com este ultimo, dividindo-se em dois sectores, o *do Norte* e o *do Sul*.

O primeiro segue para Nordéste, acompanhando o valle do Curinhaém, até *Mulungú* e serve as povoações de *Cobé*, *Sapé*, *Araçá* e *Pau Perro*. Dahi até á Cidade de *Guarabira* inclinam-se os trilhos para o Norte e nesta direcção se conservam até atravessarem a fronteira rio-grandense do Norte. Neste trecho, em que beira a Borborema, atravessa a estrada os seguintes nucleos populosos: *Cachoeira*, *Guarabira*, *Itamaratí*, *Sertãozinho* e *Caiçára*.

O sector meridional dirige-se para Sudoéste até *Itabaiana* e dahi para o Sul, até á fronteira pernambucana; descreve uma curva inflexionada lentamente para Suéste, rumo em que persiste o traçado da linha para alcançar o *Recife*. No primeiro trecho acompanham os trilhos o Rio Parahiba até *Itabaiana*. Além desta cidade serve a estrada á Povoação de *Cuitezeira* e á Villa do *Pilar*. A linha tronco tem um desenvolvimento total de 185,299 km.

São ramaes da arteria central todos orientados de Léste para Oéste:

1º. *Ramal de Cabedello*. Vai da povoação do *Entroncamento* ao Porto do *Cabedello*, na foz do Parahiba. Atravessam os trilhos a capital, *Parahiba*, a Cidade de *Santa Rita* e as povoações de *Varzea Nova* e *Reis*. Não longe está a Villa do *Espirito Santo*. Tem o ramal a extensão de 50,198 km.

2º. *Ramal de Campina Grande*—Parte de Itabaiana. E' a mais extensa das vias de penetração construidas e atravessa municipios importantes. Serve, além da Villa do *Ingá*, ás povoações de *Guarita*, *Mogeiro de Baixo*, *Galante* e *Marinho*. A sua extensão é de 80,196 km.

3º. *Ramal de Alagôa Grande* — Parte de *Mulungú* e vai até *Alagôa Grande*, acompanhando o curso superior do Mamanguape.

E' egualmente arteria de penetração de futuro. Serve o seu trajecto á Povoação de *Bastiões*. Tem um desenvolvimento de 23,115 km.

4º. *Ramal de Picuhi* — Começa em *Itamarati*, um pouco além de *Guarabira*, e vai actualmente até *Pilõesinhos*. Quando estiver concluido será um dos de maior importancia, servindo a municipios florescentes, como o de *Bananeiras*. A sua extensão é de 24,350 km. construidos.

A rêde actual da "Great Western" na Parahiba tem um desenvolvimento de 363,158 km.

Existe tambem pertencente ao Estado uma pequena linha de 6 km. ligando a capital ao Porto de *Tambahú*.

O seguinte se lê no *Relatorio* do Ministro da Viação, Pires do Rio, apresentado ao presidente da Republica, dr. Epitacio Pessôa, em Março de 1922:

«Na Parahiba a construcção ferro-viaria teve actividade ao longo de sua linha de penetração, de Alagôa Grande a Cajazeiras, atacada a construcção nos dois sentidos, de Cajazeiras para Pombal e de Alagôa Grande para Pombal. O serviço, distribuido em toda a extensão da linha estudada, prosegue activamente, de tal modo que será possivel, senão abrir-se ao trafego toda a estrada até Novembro proximo, pelo menos concluir-se o trabalho de terraplenagem em toda a linha.

Justifica-se o empenho de concluir-se com a maior pressa possivel a estrada de Pombal, Santa Luzia, Soledade e Alagôa Grande; iniquo seria, com effeito, fazer-se o alto sertão da Parahiba tributario do Porto da Fortaleza, prolongando-se a Estrada de Ferro de Baturité até Cajazeiras, Sousa e Pombal, sem liga-la ás linhas da "Great Western" que vão á capital do Estado. Sem esta ligação o commercio do sertão ficaria sujeito, para chegar ao porto de mar, a um transporte mais longo, muito mais oneroso.

A construcção da linha de Alagôa Grande a Pombal é natural consequencia do melhoramento do Porto da Parahiba, cujas obras se concluirão até o fim do anno de 1922.»

ESTRADAS DE RODAGEM E CARROÇAVEIS

Como resultou o povoamento da Parahiba da penetração da gente vinda da Capitania de Pernambuco, impõe-se a determinação dos "caminhos historicos" abertos pelos Bandeirantes e por elles trilhados, porque verificaremos não poucas vezes que com as sendas primitivas se identificaram muitas das estradas que hoje cortam o Estado.

Valer-nos-á e muito para a reconstituição dessas vias historicas de penetração os preciosos informes do dr. Irineu Joffily, auctoridade cuja consulta se torna indispensavel a quem quizer pesquizar das coisas da Parahiba. Julga o eminente parahibano que foram *tres* os caminhos principaes:

O primeiro, aberto desde os primeiros tempos da *marcha para o Norte*, o segundo, rumado *em 1670*; e o terceiro estabelecido em fins do mesmo seculo XVII. Facto curioso é verificar-se que successivamente na ordem dos tempos vão elles se afastando do littoral.

PRIMEIRO CAMINHO — Partia de *Olinda* em procura de *Iguararassú*, e *Goiana*; desta rumava para a costa indo ter á *Taquára* e, dahi, internando-se de novo, corria para o Norte, pelas aldeias de *Alhandra* e *Jacóca*, até a *Parahiba*.

E' provavel que em territorio parahibano lhe espose o traçado em parte a actual estrada que vai do *Porto de Pitimbú* á *Santa Rita*.

SEGUNDO CAMINHO — Partindo de *Olinda* ia alcançar o *Rio Parahiba*, a cerca de quarenta leguas de sua foz, no sertão dos *Cariris Velhos*. Provavelmente seguia o valle do *Capibaribe* até ao sitio onde depois se ergueu o actual *Limoeiro*; deixava a caudal em busca da serrania, sempre no rumo de Noroéste, a qual vencia, atravessando nesse percurso os logares onde hoje estão a *Cidade de Bom Jardim* e a *Villa do Umbuzeiro*. Ao romper a *Serra da Matta Virgem* em demanda do valle do *Rio Parahiba*, descia para este que atravessava no boqueirão da *Serra do Carnoió*. Ainda hoje parte do seu traçado se acha integrado na estrada que liga o valle do alto Parahiba ao sertão do Estado de Pernambuco.

TERCEIRO CAMINHO — Foi o seu traçado estabelecido por Joffily, o qual suppõe que Domingos Jorge, tendo partido do S. Francisco com rumo Norte, subiu pelo *Pajehú* — até uma de suas nascentes, contravertente de outra do *Piancó*, para onde teria passado com a sua numerosa "Bandeira". Data venia, divergimos deste modo de ver do illustre parahibano: o estudo da carta, á falta de documentos explicativos, parece mostrar que o Bandeirante, subindo pelo *Pajehú* até um de seus affluentes da margem direita, provavelmente o *Brocoló*, enveredou por este até á serrania divisora e esta, quando transposta, o trouxe no valle do *Bruscas*, que desceu até á confluencia do mesmo com o *Piancó*. Hoje existe ainda um caminho que acompanha o dicto Bruscas, desde S. Boaventura até Patos, nas cabeceiras.

Assim acudiram os tres caminhos a tres zonas distinctas da Parahiba: o primeiro serviu á zona do littoral; o segundo á região do Sul do planalto da Borborema e ao sertão dos Cariris Velhos, e o terceiro ao Sertão propriamente dicto.

Com o tempo o chapadão central se tornou o theatro de activo commercio interno e nelle coube o principal papel á *Campina Grande*, talvez por sua posição no centro da Borborema, que fazia della o intermediario entre os Brejos e o Sertão.

Houve, portanto, immediata necessidade de unir o nucleo interior ao littoral, á Parahiba; dahi a construcção da secular estrada, cujo traçado ainda hoje perdura. Partindo de Campina Grande vencia ella a Borborema, passando pelas povoações de *Caboclo* e *Torres*, e buscava o valle do *Ingá*, alcançando por elle o *Rio Parahiba*, que desde então acompanhava até a foz. No seu desenvolver cortava povoações e villas, como as de *Riachão*, *Varzea Nova*, *Ingá*, *Mogeiro de Baixo*, *Salgado*, *Itabaiana*, *Pilar*, *Itaipú*, *Espirito-Santo*, *Batalha*, *Soccorro*, *Santa Rita* e *Parahiba*.

Obedece o caminho actualmente existente, na sua quasi totalidade, ao traçado antigo, divergindo apenas que a Povoação de Salgado foi abandonada pela de *Guarita*, que fica um pouco mais a Nordéste. Ao demais tão intelligentemente delineada fôra essa estrada pela gente sertaneja, que a via ferrea a acompanhou em quasi constante parallelismo.

Na altura de Itabaiana esta estrada distacava um ramal demandando *Itambé*, o qual, ao attingir *Goianna*, provavelmente alli entroncava com o primeiro caminho de penetração a que alludimos.

Para o sertão sahiam de Campina Grande dois caminhos: o do *Seridó* e o das *Espinhára*s.

O PRIMEIRO CAMINHO com rumo de Noroéste e atravessando o chapadão da Borborema passava pelos logares onde hoje estão as povoações de *Pocinhos*, *S. Francisco* e demorava um pouco afastado da da *Pedra Lavrada*, de onde descia para o valle do *Seridó*, em terras do Rio Grande do Norte, que atravessava até ao Ceará. Esta estrada de verdadeira penetração de tal modo consultava os interesses dos creadores de gado e as necessidades do commercio, que hoje perdura em muitos trechos o seu traçado, que corta as povoações acima citadas e que naturalmente resultaram do transito mais de duas vezes secular que por ella se estabelecera.

O SEGUNDO CAMINHO, *o das Espinhára*s, seguia rumo de Oéste até encontrar o Rio Taperoá, na Povoação dos Milagres, e por suas margens continuava até vencer a escarpa occidental da Borborema, em demanda do valle do *Espinhára*s, porque descia até ao logar onde hoje fica a *Cidade dos Patos*. Ahi bifurcava-se: um galho, *o do Sul*, buscava o *Piancó* e se aprofundava pelo sertão adeante "até aos confins da ribeira, por mais de 40 leguas"; *o do Norte* procurava em linha recta a *Povoação de Piranhas*, hoje *Pombal*, e dahi alcançava *Sousa*, no *Rio do Peixe*, e, continuando provavelmente pelos sitios onde se erguem hoje *S. João do Rio do Peixe* e *Cajazeiras*, entrava pelo *Ceará* a dentro, o qual varava até ao *Piauhi*.

Os caminhos actuaes pouco se afastam dessas antigas vias, se não é que se identificaram completamente com ellas, e os traçados das modernas estradas de rodagem projectadas não divergem muito das direcções adoptadas pela experiencia sertaneja.

A essas arterias principaes em numero de *cinco* vinham, e ainda vêm, soldar-se caminhos secundarios que ligam as povoações distantes, fazendo-as assim participar desse duplo movimento de concentração e dispersão que caracteriza a vida das estradas. Para que o commercio do interior da Parahiba se desenvolva, para que os productos das suas lavoiras do "Brejo" e da "Catinga", o assucar e o algodão de seus engenhos e uzinas, o gado de suas fazendas creadoras encontrem os escoadoiros imprescindiveis do Léste e do Suéste, o littoral parahibano ou o centro recifense, é necessario que se completem e augmentem as vias de penetração, porque é por meio destas que as sociedades humanas se desenvolvem e prosperam. Neste particular tem agido com acerto o Governo Federal. Se não despresa a viaferrea, comtudo não esquece que com ella fica o intercambio escravizado ao trilho, ao passo que com as estradas o elemento cerceador da amplitude dos movimentos é afastado. Com a tracção automovel, com a formação dos "trens de estrada" e o emprego do alcool desnaturado, resolve-se em grande parte o problema das communicações na Parahiba, tanto mais que nos seus engenhos de aguardente existe o combustivel que, depois de rectificado, substitue perfeitamente o petroleo. O governo actual tem em andamento um plano de estradas de rodagem e carroçaveis, algumas já construidas, outras já atacadas, outras finalmente, em estudos ou em projecto. Pelo *Relatorio do Ministerio da Viação*, de Março de 1922, verifica-se o seguinte:

ESTRADA DE RODAGEM CAMPINA GRANDE —*Cajazeiras*. Esta estrada, propria para o transito de automoveis, comprehende quatro secções:

Primeira: De *Campina Grande* a *Soledade* (61.400 km.). Construida.

Segunda: De *Soledade* a *Patos* (112 km.) Quasi terminada.

Terceira: De *Patos* a *Sousa*. (129 km.). Construida por metade.

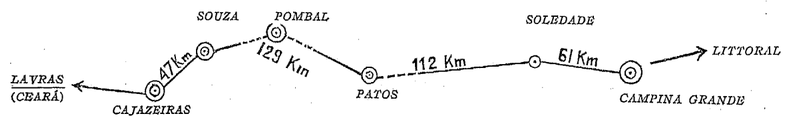
Quarta: De *Sousa* a *Cajazeiras* (47 km.). Concluida.

Tem esta bella estrada numerosas pontes, pontilhões e muitos boeiros.

Partem dessa estrada-tronco outras extensas, mórmente as do Sul, em caminho de construcção. A mais notavel é a que, deixando a arteria principal, vai buscar *Taperoá* e desta *Teixeira* e dahi seguir, com caracter carroçavel, até *Princeza* por *Immaculada*, *Agua Branca* e *Tavares*.

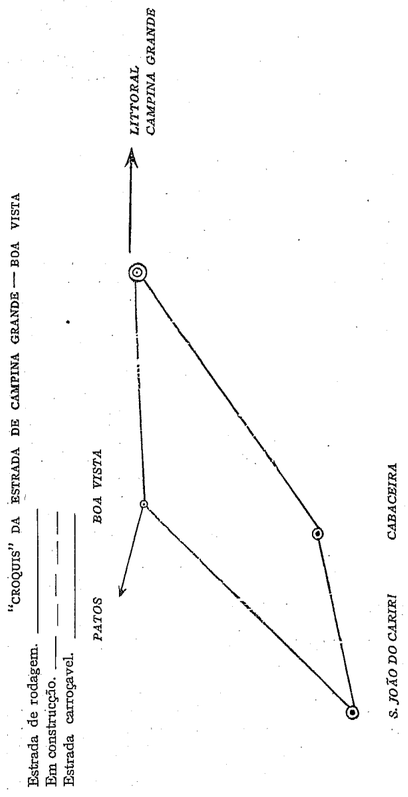
Muito adeantados estão os trabalhos no trecho de 20 km. até Taperoá; quasi concluidos no trecho de Taperoá até Teixeira, com 70 km.; na parte carroçavel, com 180 km., de Teixeira a Princeza (Bom Conselho), os trabalhos têm tal andamento que ficarão concluidos em 1922.

"CROQUIS" DA ESTRADA DE CAMPINA GRANDE — CAJAZEIRAS



Estrada de rodagem de Campina Grande a *Boa Vista* — Tem 49 km. de extensão. Mais de metade está concluida e a sua terminação será para breve. E' esta estrada verdadeiro eixo sobre o qual vêm articular-se outras, carroçaveis, como a de *Boa Vista* — *S. João do Cariri*, já construida, com 60 km.; a de *Campina Grande* — *Cabaceiras*, com 59 km., já terminada; e a de *S. João do Cariri* — *Cabaceiras* com 35 km., egualmente prompta.

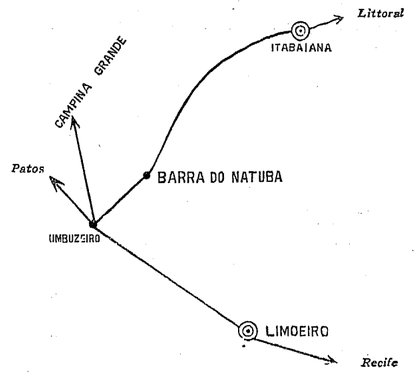
"CROQUIS" DA ESTRADA DE CAMPINA GRANDE — BOA VISTA



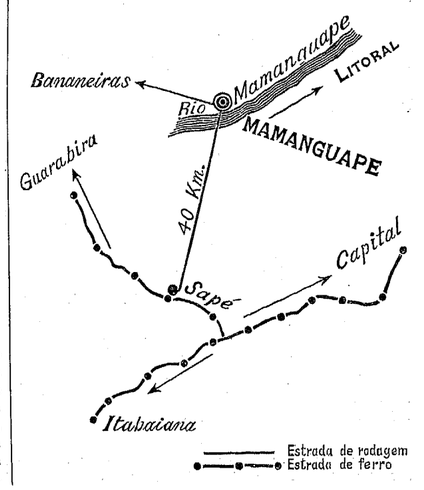
Estrada de rodagem Itabaiana — Umbuzeiro — Limoeiro Terá quando ultimada 112 km. de extensão dos quaes mais da metade, 70 km., construidos. Com o findar do anno de 1922 deverá estar terminada. O primeiro trecho, de Itabaiana á Barra do Natuba, com 54 km. de extensão, já tem 50 % promptos e a sua conclusão virá para o fim de 1922; o da Barra do Natuba a Umbuzeiro (18 km.) já tem concluidos 13 km. devendo os 5 restantes estar neste momento terminados. A ligação de Umbuzeiro a Limoeiro, estação da "Great Western" numa distancia de 50 km., vai muito adeantada; já estando construida a primeira metade, a estrada deverá ser dada por prompta antes de terminar o anno.

"CROQUIS" DA ESTRADA DE ITABAIANA — UMBUZEIRO — LIMOEIRO

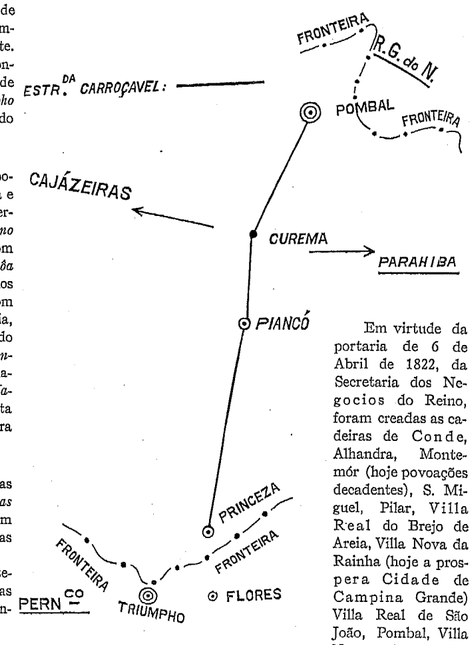
Estrada de rodagem.



"CROQUIS" DA ESTRADA DE SAPÉ — MAMANGUAPE



"CROQUIS" DA ESTRADA DE PRINCEZA — POMBAL



Das estradas carroçaveis convém destacar uma que serve o alto-sertão, o qual percorre por cerca de 200 km., de Sul a Norte, desde a fronteira de Pernambuco até ás proximidades do Rio Grande do Norte. E' a estrada de *Princeza a Pombal* (198 km.) já construida e passando por *Piancó* e *Curema*. Perto de *Princeza* (Bom Conselho) ficam a *Cidade do Triumpho* e a *Villa de Flores*. Acompanha em grande parte do percurso o Rio Piancó.

« A Léste do Estado, na encosta da Borborema, nos municipios de Alagôa Grande, Areia e Bananeiras, diversas estradas de pequeno percurso foram construidas para ligação de *Moreno a Arara*, com 17 km.; de *Moreno a Araruna*, com 45 km.; *Borborema a Serraria*, com 6 km.; *Alagôa Grande á Areia*, com 26 km., quasi concluidos em sua construcção; *Pirpirituba a Belém*, com 13 km.; *ramal de Pilões*, na estrada da Serraria, com 10 km.; finalmente os pequenos ramaes do patronato agricola *Vidal de Negreiros* e de *Antonio Bento*. Nas terras baixas da vertente maritima fica a *estrada de rodagem* de *Sapé a Mamanguape*, de cujos 40 km. de extensão, trinta e tantos já se construiram, devendo a esta hora estar quasi concluido todo o trabalho. »

No extremo-léste do Estado ficam duas estradas de rodagem, a de *Lavras — S. Gonçalo* e a de *Lavras — Piranhas*, a primeira com 115 km., a segunda com 90 km., de grande proveito para a construcção das duas grandes barragens de *S. Gonçalo* e *Piranhas*.

CORREIOS E TELEGRAPHOS — Abrange a rêde telegraphica ao Estado inteiro, com estações em todas as sédes dos municipios, egualmente providas de agencias postaes.

GASTÃO RUCH STURZENECKER.

XIII

Instrucção publica

DADOS SOBRE O ENSINO PUBLICO NA PARAHIBA, DA INDEPENDENCIA AOS NOSSOS DIAS

Quando se proclamou a Independencia funccionavam na Parahiba duas escolas para o sexo masculino, regidas pelos mestres padre Joaquim José Pereira e Amaro Soares de Avellar. Este fôra revolucionario de 1817 e esteve preso na Bahia até 1821. A primeira cadeira tinha séde na *Cidade alta* e a segunda no *Varadoiro*. Percebiam annualmente 100$ e 75$ os alludidos professores (1).

Em virtude da portaria de 6 de Abril de 1822, da Secretaria dos Negocios do Reino, foram creadas as cadeiras de Conde, Alhandra, Montemór (hoje povoações decadentes), S. Miguel, Pilar, Villa Real do Brejo de Areia, Villa Nova da Rainha (hoje a prospera Cidade de Campina Grande) Villa Real de São João, Pombal, Villa Nova de Sousa, tendo as cinco primeiras "que são de baixamar" 120$ annuaes para os professores, e as outras, 150$, em attenção á maior distancia e escassez de viveres" (2). Foram providas por concurso.

Em 1828 foi creada a primeira escola do sexo feminino, sendo provida nella d. Maria da Conceição Cabral (3).

Em 1829, informa ainda Irineu Pinto, no primeiro trimestre a frequencia das escolas foi de 220 alumnos, inclusive 18 meninas. Nas escolas particulares, que já existiam, 50 meninos e 29 meninas.

Não ha dados colhidos sobre o ensino primario no decennio de 1830 a 1840. Em 1842, funccionavam na Provincia 22 escolas com a frequencia de 656 alumnos.

Consultando as mensagens presidenciaes e relatorios da Directoria da Instrucção, pôde Irineu Pinto organizar o seguinte quadro das escolas e matriculas (4) relativamente ao longo periodo de 1842 a 1906.

Annos	Escolas	Matriculas
1842	22	656
1843	26	710
1846	26	—
1848	30	—
1850	37	357
1851	38	—
1852	35	1.263
1853	36	1.239
1854	36	1.336
1855	42	1.336
1856	42	1.352
1857	56	1.606
1858	56	1.849
1859	68	2.208
1860	69	2.049
1861	54	1.733
1862	54	1.752
1863	56	1.922
1865	71	1.992
1867	95	2.718
1868	98	2.814
1870	103	2.341
1871	95	3.007
1872	98	3.527
1873	110	3.274
1874	130	3.303
1875	122	3.497
1876	119	3.637
1877	107	3.048
1878	75	2.063
1879	65	—
1880	69	2.016
1881	43	1.766
1882	79	2.440
1883	83	—
1884	—	2.971
1885	86	—
1887	78	2.271
1888	79	2.371
1892	128	4.334
1896	162	3.414
1897	162	4.000
1898	162	4.000
1904	99	2.153
1906	76 (5)	—

Ao ser nomeado em fins de 1908 director geral da Instrucção Publica, o dr. Francisco Xavier Junior encontrou o serviço de estatistica completamente desorganizado. Nem sequer havia livros na repartição para isto. Tratou, como lhe cumpria, de organiza-lo, vencendo as maiores difficuldades. Bem poucos prefeitos e raros professores particulares responderam aos quesitos do boletim estatistico sobre o ensino municipal e particular. Os mesmos professores publicos ligaram ao começo muito pouco ou nenhuma importancia á remessa dos mappas mensaes de suas escolas. Eis um quadro estatistico referente aos ultimos annos, que conseguimos organizar.

Quadro estatistico das matriculas e frequencia de 1908 a 1915

Annos	Ensino do Estado			Ensino municipal			Ensino particular			Total
	Escolas	Matriculas	Frequencia	Escolas	Matriculas	Frequencia	Escolas	Matriculas	Frequencia	
1908	(*)	3.869	—	—	—	—	—	—	—	—
1909	83	4.069	—	—	—	—	—	—	—	—
1910	—	4.027	—	—	—	—	—	—	—	—
1911	—	3.447	—	—	—	—	—	—	—	—
1912	—	4.130	3.578	—	1.604	1.441	—	—	—	—
1913	—	3.554	—	—	—	—	—	—	—	—
1914	—	4.648	—	—	—	—	—	—	—	—
1915	100	4.530	—	—	2.169	—	—	—	—	—
1916	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

A estatistica dos annos de 1917, 1918, 1919, 1920, bastante desenvolvida, vai no quadro á pagina seguinte. Ainda não está levantada a do anno de 1921, por falta de informações das escolas municipaes e particulares.

(*) Não podemos colher dados, sobre o numero de escolas, nos annos de 1908, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914 e 1916.

(1) Irineu Pinto — *A instrucção publica na Parahiba — in — Revista do Instituto Historico e Geographico Parahibano*, pag. 317.

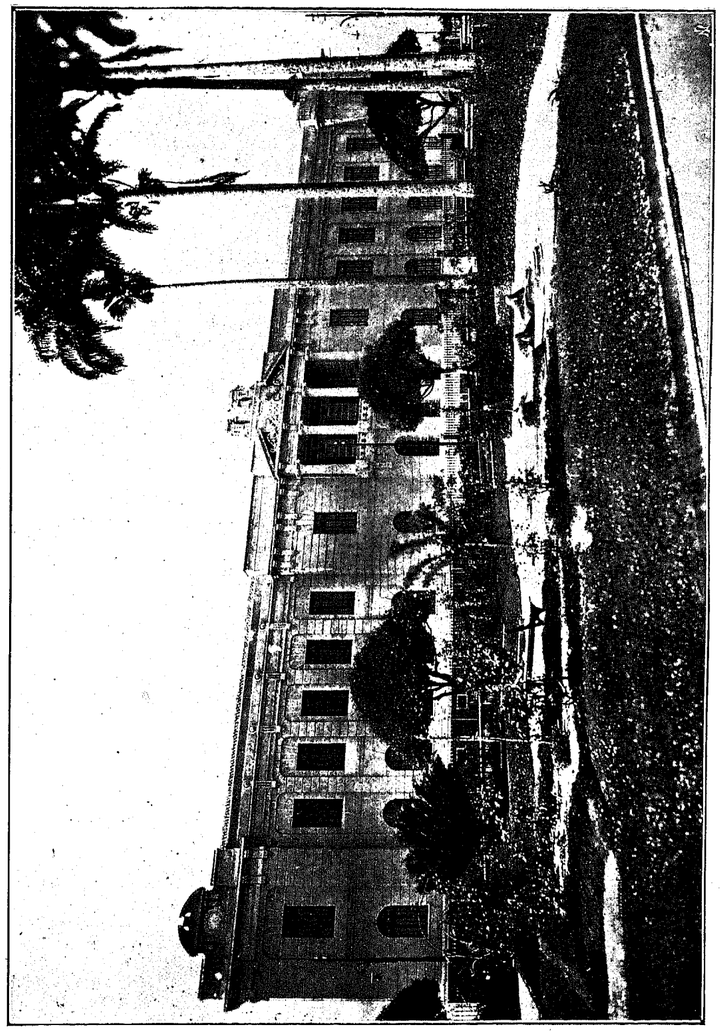
(2) Irineu Pinto — *Revista* cit., pag. 318.

(3) Irineu Pinto — *Revista* cit., pag. 319.

(4) Elle diz a "frequencia", mas julgamos que se trata de matriculas.

(5) Irineu Pinto — *Revista*, cit. pags. 319 e 320.

Natureza do ensino — Annos	Escolas				Pessoal docente			Matricula			Frequencia média			Alumnos promptos no curso		
	Para o sexo masculino	Para o sexo feminino	Mixtas	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1917																
Estadual diurno	44	44	58	146	45	140	185	3.201	4.368	7.569	—	—	4.541	70	72	142
Municipal diurno	10	—	64	74	16	58	74	1.386	1.363	2.749	—	—	1.997	24	16	40
Particular diurno não subvencionado	11	5	17	33	13	17	30	822	790	1.612	—	—	1.334	18	41	59
Particular diurno subvencionado	—	1	—	1	—	1	1	—	39	39	—	—	28	—	—	—
Estadual nocturno	6	1	—	7	8	4	12	730	70	800	—	—	480	—	—	—
Municipal nocturno	1	—	—	1	1	—	1	35	—	35	—	—	30	—	—	—
	72	51	139	262	83	220	303	6.174	6.630	12.804	—	—	8.410	112	129	241
1918																
Estadual diurno	51	46	75	172	48	167	215	4.248	5.292	9.540	—	—	5.498	42	46	88
Municipal diurno	12	—	68	70	18	52	70	1.537	1.478	31.015	—	—	2.183	35	43	78
Particular diurno	14	3	19	36	18	19	37	692	517	1.209	—	—	993	—	21	21
Estadual nocturno	12	5	—	17	18	9	27	1.298	269	1.567	—	—	525	—	—	—
Particular diurno subvencionado pelo Municipio	—	1	2	3	—	3	3	90	141	201	—	—	172	—	—	—
	89	55	164	298	102	250	352	7.865	7.697	43.532	—	—	9.371	77	110	187
1919																
Ensino estadual diurno (grupos, escolas reunidas)	6	6	4	16	5	21	26	496	617	1.113	—	—	685	15	26	41
Ensino estadual diurno (escolas isoladas)	48	41	83	172	35	164	199	3.881	4.880	8.761	—	—	4.943	23	80	103
Municipal diurno	11	—	62	73	18	55	73	1.389	1.372	2.761	912	990	1.963	35	25	60
Particular diurno	26	6	25	57	37	41	78	1.246	985	2.231	976	787	1.763	70	64	134
Estadual nocturno	12	5	—	17	15	12	27	824	334	1.158	228	79	309	5	—	5
Particular diurno subvencionado pelo Estado	—	1	—	1	—	1	1	—	40	40	—	26	26	—	—	—
Particular diurno subvencionado pelos municipios	—	—	1	1	—	1	1	23	18	41	18	15	23	—	—	—
	103	59	175	337	110	295	405	7.859	8.246	16.105	—	—	9.712	148	195	343
1920																
Ensino estadual diurno	55	48	88	191	43	196	239	4.208	5.286	9.494	—	—	5.018	38	82	120
Ensino municipal diurno	12	—	61	73	18	54	72	1.326	1.440	2.766	—	—	2.005	7	11	18
Ensino municipal subvencionado pelo Estado	2	—	2	4	2	—	2	162	—	162	—	—	41	—	—	—
Particular diurno não subvencionado	29	6	31	66	41	45	86	1.581	1.165	2.746	—	—	2.325	97	10	107
Particular nocturno não subvencionado	2	—	—	2	2	—	2	45	—	45	—	—	33	—	—	—
Particular subvencionado pelos municipios	—	1	—	1	—	1	1	15	30	45	—	—	41	—	—	—
Particular nocturno subvencionado	1	2	—	3	1	2	3	24	75	99	—	—	—	—	—	—
	101	57	183	347	107	299	406	7.361	8.037	15.398	—	—	9.537	142	103	245



Escola Normal (Parahiba do Norte)

Em 1908 o dr. Xavier Junior, tendo em vista as despesas do Estado com a instrucção, calculou o custo de cada alumno em 33$000. Actualmente o custo sobe a 75$000.

CREAÇÃO DA DIRECTORIA GERAL DO ENSINO. REFORMAS. ESTADO ACTUAL DA INSTRUCÇÃO

Em 1849, o presidente dr. João Antonio Vasconcellos, cumprindo disposição legal, creou a Directoria da Instrucção Publica e nomeou seu primeiro director o padre João do Rego Moura. Aquelle presidente era partidario da uniformidade do ensino em todo o Imperio "para que se estabelecesse melhor a nacionalidade pela identidade de idéas e sentimentos entre todos os cidadãos, como se fosse uma só familia". Entre outras medidas, aboliu o uso da palmatoria no ensino.

Em 1852, a Parahiba teve reformada a sua instrucção primaria e secundaria. Occupando-se dessas medidas, informa o dr. João Capistrano:

> « A nossa população do interior pelo genero de vida a que se applica, não considera a instrucção primaria como necessidade, não faz por isso em geral o menor sacrificio para obte-la. Isto me leva a acreditar que não é a multiplicidade das escolas o que faz progredir a instrucção, mas certo estado da sociedade em que as diversas profissões que constituem a vida e movimento industrial exigem, como um preparatorio, esta habilidade preliminar, para que possa prosperar, habilitação que ao mesmo tempo dá áquelle que a possue uma superioridade de vantagens, que fazem reconhecer a todos praticamente a utilidade da instrucção. » (6)

Em 1858, o director da instrucção Manrique Victor de Lima já propugnava por outra reforma, lembrando a creação de mais algumas escolas, fornecimentos de livros adoptados aos alumnos, estabelecimento de um internato na capital.

Em 1860, o seu successor, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, citando J. Garnier em seu *Relatorio* ao governo, ponderava que "a instrucção deve estar em relação com a posição social do individuo, deve prepara-lo para a sua profissão e para a sua condição. Uma instrucção mal dirigida é necessariamente incompleta, o desvia do seu caminho, e prepara-lhe rudes provações, amargas decepções" (7).

Das peças officiaes desse tempo se evidencia que não faltava á direcção do ensino idéas para agir. Faltava era recurso pecuniario á Provincia.

A questão da formação do professorado preoccupava bastante as auctoridades do ensino, e é, de facto, um ponto importante da organização pedagogica.

A verba da instrucção era das mais importantes no orçamento.

O numero de escolas ia todos os annos crescendo para se reduzir de 107 para 75 em 1878, em virtude da secca de 1877, que fustigou duramente a Provincia nesse anno.

Dessa epocha em deante o problema do ensino estava na ordem do dia em todo o paiz. Os presidentes que vinham governar a Provincia traziam sempre a idéa de uma reforma, que levavam a effeito no papel, decretando novo regulamento da instrucção publica. Assim tivemos as reformas de 1881, 1884 e 1886, decretadas respectivamente pelos presidentes Justino Ferreira Carneiro, José Ayres do Nascimento e dr. A. H. de Sousa Bandeira, as quaes pouco adeantaram em materia de methodo, programma, selecção do professorado, boa accommodação das escolas.

A Republica encontrou a Parahiba com 79 escolas mal providas e mal installadas.

As da propria capital funccionavam em verdadeiros pardieiros alugados, sem ar, sem luz, sem conforto, servidas algumas de mobiliario de caixões de gaz.

Essa situação perdurou até 1912, quando começou a modificar-se. Nesse anno construiu-se o primeiro predio para escola publica no arrabalde de Cruz das Almas.

Por essa epocha, o presidente do Estado, dr. João Pereira de Castro Pinto, commissionou o director geral da Instrucção Publica dr. Francisco Xavier Junior para observar, em S. Paulo, Minas e Rio, os progressos do ensino. Foi proveitosa essa visita daquella auctoridade aos centros de maior cultura pedagogica do paiz. Trouxe as idéas de uma reforma que, depois de submettida á critica dos competentes, foi afinal levada a effeito em 1917. Está consubstanciada no regulamento que baixou com o decreto n. 873, de 21 de Dezembro desse anno, firmado pelo dr. Camillo de Hollanda, ainda vigente integralmente.

Em 12 de Junho de 1917, o dr. Camillo de Hollanda commissionou os srs. Manuel Tavares Cavalcanti, Alcides Bezerra, Celso Affonso, monsenhor Odilon Coitinho, para, sob a presidencia do coronel José Francisco de Moura, organizar um projecto de reforma da instrucção primaria, diurna e nocturna e do ensino normal.

Essa commissão poderia ter-se desincumbido desse encargo mui facilmente, subscrevendo o projecto elaborado pelo dr. Xavier Junior, com as modificações propostas por uma commissão de professores primarios, encarregada, em 1914, de analysar o alludido projecto. Deu-se, porém, ao trabalho de discutir novamente o assumpto, tendo em vista sempre o projecto Xavier Junior, as emendas dos professores, e os regulamentos da Instrucção Publica de S. Paulo, Minas, etc. e observações hauridas na experiencia propria e no monumental parecer de Ruy Barbosa, sobre o ensino primario. Nessa faina gastou mais de tres mezes, reunindo-se duas vezes por semana. Grande parte do projecto Xavier foi conservada, muitas das observações dos professores primarios foram attendidas, e muitos dispositivos mais foram incluidos no projecto que se tornou o decreto n. 873. Vê-se que o actual regulamento da Instrucção Publica foi obra maduramente pensada, tendo nelle collaborado as pessoas mais entendidas no assumpto na Parahiba.

Ao assumir a presidencia do Estado o sr. dr. Solon de Lucena, convidou o sr. Alcides Bezerra, um dos coauctores da reforma, para dirigir os negocios da instrucção, com elle assentando que o programma do governo nesse ramo da administração seria executar na integra a reforma de 1917.

Depois de 1916 tem-se construido na capital varios predios para o funccionamento de escolas e grupos escolares, havendo até um sumptuoso, dadiva do benemerito parahibano Alipio Machado, de saudosa memoria.

A mudança de mobiliario e utilização de material didactico vem de mais longe, de 1912. Dessa epocha data a actuação mais generalizada dos novos methodos e processos

(6) Citado por Irineu Pinto — *Revista*, pag. 329.
(7) Citado por Irineu Pinto — *Revista*, pag. 341.

de ensino, tornado mais pratico e intuitivo. Estamos, todavia, ainda num meio termo entre o ensino mnemonico e livresco e o moderno das nações anglo-americanas, como observou muito judiciosamente o prof. José Coelho, ex-inspector geral do ensino.

As novas idéas vão se espalhando pelas cidades e villas mais importantes, graças aos professores recem-diplomados e a propaganda dos jornaes e revistas pedagogicas.

Nestes ultimos annos tem vindo a lume a *Revista Pedagogica* e o *Boletim dos Professores*. Publica-se semanalmente *O Educador*, folha da classe dos professores primarios.

Quasi todas as escolas do interior estão providas por diplomados. Falta-lhes ainda installação condigna e mobiliario adequado, problema este que está na cogitação do governo actual.

Em 1909, foi restabelecida a Directoria Geral da Instrucção Publica, que desde 1890 estava ligada á directoria do Lyceu Parahibano. Em 1917 foi concedida autonomia administrativa á Escola Normal.

ENSINO NOCTURNO

Creado em 1913, tem-se desenvolvido muito nestes ultimos annos o ensino nocturno na capital do Estado. Ha 17 escolas publicas nocturnas, afóra duas particulares com grande frequencia.

ENSINO SECUNDARIO

Ao tempo da Independencia funccionava uma escola de latim na capital, da qual era professor o illustrado padre Antonio da Trindade Antunes Meira. Em fins de 1822, pediu demissão, sendo substituido pelo padre José Ignacio de Brito Baracho.

Em 1823 foram creadas cadeiras da lingua latina nas villas de Pilar, Nova da Rainha, Brejo de Areia e Sousa. Venciam os professores o ordenado de 240$ annuaes.

Em 1829, a aula de latim da capital tinha a frequencia 22 alumnos.

Em 1831, estando no governo da Provincia o dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, foi creado, na capital, um curso superior, que se compunha das cadeiras de Philosophia racional e moral, Rhetorica, Geographia, e Elementos de Historia e Francez. Tinham os professores o ordenado annual de 500$000. As cadeiras foram postas em concurso duas vezes, sendo afinal providas em 1832. Neste anno o curso foi augmentado da cadeira de Geometria.

A cadeira de Francez foi provida pelo professor Manuel Caetano Velloso, grandemente preparado na materia. A sua aula teve logo a frequencia de 23 alumnos. O curso não tinha director. Deu-lh'o a Assembléa Provincial em 1835, e ainda mais a denominação de Lyceu. O director era escolhido dentre os lentes por escrutinio secreto.

Para custear o novo estabelecimento de ensino a Assembléa estabeleceu o imposto de 2$ por cabeça de gado vaccum que se abatesse, extinguindo o antigo imposto colonial denominado *subsidio litterario*.

« No orçamento para o anno de 1836 a 1837 figura na verba "Instrucção" a quantia de 30:380$, quando o total das verbas orçamentarias era de 90:893$660, portanto pouco menos de sua quarta parte. » (*)

A installação do Lyceu occorreu em 1836, no andar terreo do bello edificio da Thesoiraria de Fazenda, de estylo colonial portuguez, com grandes escadarias de pedra, o qual existiu até 1918, quando foi criminosamente incendiado, funccionando nelle então a Delegacia Fiscal.

Até então a mocidade parahibana se educava no Seminario de Olinda, ou, depois de 1828, no curso de preparatorios inaugurado com a Faculdade Juridica, tambem de Olinda.

Em 1839, foi creada no Lyceu a cadeira de Inglez. Em 1841, as de Grammatica da lingua nacional e de Commercio.

Pela resolução de 26 de Fevereiro de 1846 foi reformado o mesmo Lyceu, ficando com as seguintes cadeiras: 1ª. Latim; 2ª. Francez, fallar e traduzir; 3ª. Rhetorica, Poetica, Geographia e Historia; 4ª. Philosophia racional e moral; 5ª. Arithmetica, Geometria, Algebra até equação do segundo grau, Trigonometria.

Para o estudo dessas materias a alludida resolução determinava os seguintes livros:

1ª cadeira: *Grammatica Latina*, do padre Antonio Pereira; Cornelio, *Vida dos Imperadores*; *Fabulas* de Phedro; Salustio, Vergilio; *Arte poetica*, de Horacio.

2ª cadeira: *Grammatica Franceza*, de Savene; *Aventuras*, de Telemaco; *Theatro*, de Voltaire.

3ª cadeira: *Rhetorica*, do padre Marinho; *Poetica*, de José Pedro da Fonseca; *Geographia*, de Urculo; *Chorographia*, do padre Miguel; *Historia*, principalmente do Brasil, de Bellegarde.

4ª cadeira: *Philosophia*, de Geruzer.

5ª cadeira: *Arithmetica*, de Bezout; *Algebra*, de Lacroix; *Goometria e Trigonometria*, de Legandre.

Em 1850 foi creada no Lyceu a cadeira de Desenho "por ser uma urgente necessidade para complemento de uma educação polida e indispensavel auxiliar das artes". Foi nomeado professor dessa cadeira José Joaquim de Lima Junior.

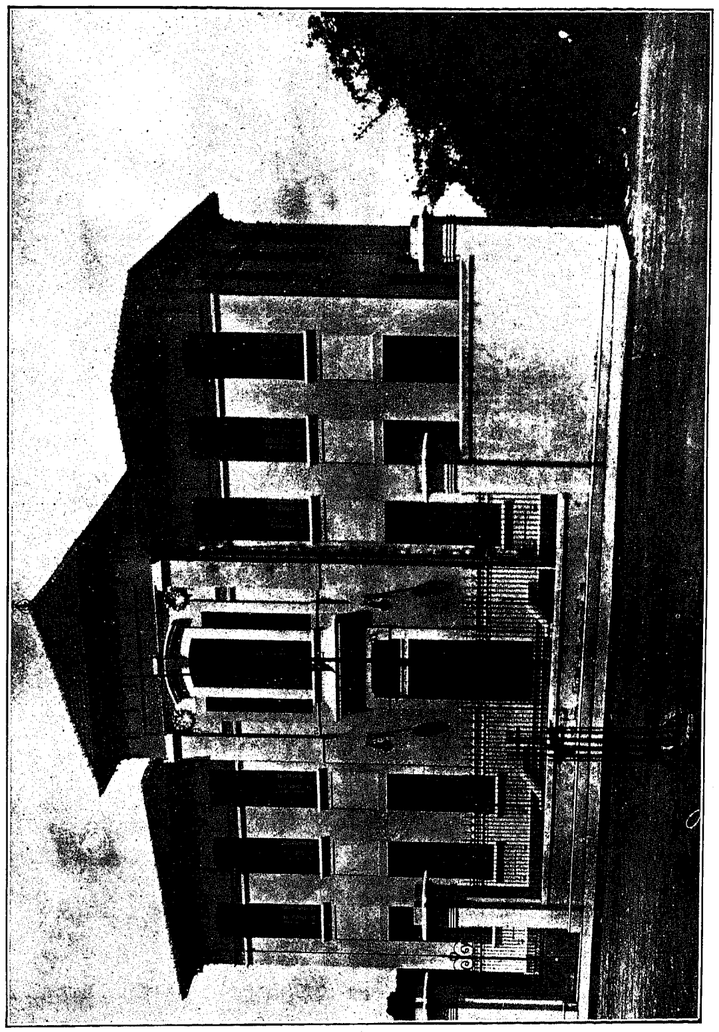
Em 1851, informa Sá e Albuquerque, em relatorio:

« O Lyceu, este estabelecimento de tanta esperança, não satisfaz completamente o fim de sua instituição. Se se considerar, sómente, o numero de 102 alumnos que o frequentam, talvez se pense que elle floresce; mas attendendo-se que a aula de Philosophia racional e moral não conta um só alumno, que a de Rhetorica e Geographia apenas conta dois, a de Inglez cinco, a de Geometria sete, ver-se-á que o seu estado não é lisongeiro, que as aulas frequentadas são sómente a de Francez por 22 alumnos e a de Latim por 65.

Parece-me que o mal não vem da falta de instrucção dos professores, porque estes leccionam convenientemente a materia das suas aulas. » (**)

Em 1852, a cadeira de Geographia, Chronologia e Historia foi separada da de Rhetorica e Poetica, sendo provida por concurso na pessoa de Thomaz de Aquino Mindello.

(*) Irineu Pinto — *Revista*, cit. pag. 322.
(**) Citado por Irineu Pinto — *Revista*, pag. 326.



Grupo Isabel Maria das Neves (Parahiba do Norte)

Por essa epocha fundou-se na remota Povoação de Cajazeiras, hoje cidade, nos confins do Estado, um collegio importante para ministrar instrucção primaria e secundaria.

Creou-o o padre Rolim, um dos maiores vultos que a Parahiba tem produzido. Esse sacerdote era um verdadeiro sabio, indo a sua cultura das sciencias naturaes (deixou um tratado desta materia) ás linguas classicas: o grego e o latim. A sua *Grammatica Grega* até bem pouco era adoptada no Seminario de Olinda. Em 1853, o presidente Sá e Albuquerque, em relatorio á Assembléa, assim se expressa a respeito delle:

« Aproveito esta occasião para recommendar aos Parahibanos o revmo. Ignacio de Sousa Rolim que no centro da Provincia, no logar Cajazeiras, conseguiu instruir e sustentar á custa de grandes sacrificios um collegio de instrucção superior, o qual é frequentado por 46 alumnos, sendo 40 de Latim e 6 de Philosophia. A moralidade, a illustração bem conhecidas desse distincto Parahibano e o assignalado serviço que elle presta á sua Provincia mereceu a presente documentação de meu reconhecimento. » (*)

Nota curiosa: o cardeal Arcoverde foi alumno interno do collegio do padre Rolim.

Só em 1854 teve Cajazeiras a primeira escola primaria official.

Não conseguimos averiguar quantos annos durou o collegio de Cajazeiras. O certo é que prestou muitos serviços á instrucção no interior.

Em 1876, o Lyceu Parahibano passou a gosar o privilegio estabelecido no decreto imperial n. 5.429, de 2 de Outubro daquelle anno: ter exames validos para os cursos superiores do paiz.

O Lyceu entrou numa phase de actividade e progresso. Logo naquelle anno affluiram muitos estudantes aos exames, até das provincias vizinhas. Dos 313 estudantes inscriptos em diversas materias, 65 foram reprovados. O curso do Lyceu dava tambem direito ao exercicio do magisterio primario. Em 1886 passou por uma reforma, perdendo essa faculdade de fazer professores.

A mudança de regime politico teve sua influencia na vida do estabelecimento. O decreto n. 6, de 23 de Janeiro de 1890, reuniu as directorias da Instrucção Publica e Escola Normal e a reitoria do Lyceu em uma só, sob a denominação de — Directoria da Instrucção Publica. Nesse mesmo anno foram supprimidas as cadeiras de Rhetorica e Philosophia. Em 1892 creou-se a de Sciencias physicas e naturaes.

A reforma do ensino levada a effeito por Benjamin Constant repercutiu no ensino secundario estadual.

O dr. Alvaro Lopes Machado, presidente do Estado, deu ao Lyceu, em 1895, organização semelhante á do Gymnasio Nacional, conseguindo equiparação do Lyceu a esse estabelecimento federal.

Organizou os gabinetes de Physica e Chimica, importando da Europa regular cópia de material.

O decreto n. 304, de 21 de Novembro de 1906, regulamentou novamente o Lyceu, "pondo-o de accôrdo com as modificações introduzidas pelo ultimo Codigo de Ensino". De lá para cá o estabelecimento tem acompanhado as vicissitudes da legislação federal, sendo o seu regulamento em tudo semelhante ao do Collegio D. Pedro II.

Assumindo a presidencia do Estado, em fins de 1912, o dr. Castro Pinto cuidou logo de reformar e moralizar o Lyceu, o que conseguiu, entregando a direcção do referido educandario ao dr. Thomaz de Aquino Mindello.

A reforma do Lyceu foi total. Começou pelo corpo docente e terminou pelo edificio e gabinetes. Do *Relatorio* do dr. Thomaz Mindello é o seguinte periodo:

« Tudo foi reformado e melhorado, desde o tecto do edificio, que ameaçava desabar, até aos ultimos compartimentos, onde outr'ora funccionavam em salas infectas e sombrias o curso de madureza. O material escolar, adquirido em uma das melhores fabricas dos Estados Unidos da America do Norte, nada deixa a desejar, garantindo aos alumnos boa commodidade, e dando ás salas das aulas um agradavel aspecto. »

De 1912 aos nossos dias, os directores que se seguiram ao dr. Thomaz Mindello têm mantido a ordem, disciplina e moralidade implantadas pelo operoso e illustre educador.

O Lyceu Parahibano está actualmente equiparado ao Collegio de Pedro II.

ENSINO NORMAL

Desde o meado do seculo XIX vinha-se insistindo pela creação de uma Escola Normal para formação technica dos professores. Afinal, em 7 de Abril de 1885, era installada solennemente pelo dr. Antonio Sabino do Monte, então presidente da Provincia, o qual aproveitou o corpo professoral do Lyceu Parahibano para compôr o pessoal docente da Escola Normal, mediante pequena gratificação. Teve logo a frequencia de 22 alumnas e apenas 1 alumno. A principio mixta, a Escola passou a acceitar sómente alumnas em 1886. O curso, que devia ser feito em tres annos, comprehendia as seguintes cadeiras: Portuguez, Mathematicas elementares, Geographia, Historia, Elementos de sciencias physicas e naturaes, Pedagogia, Religião, Desenho, Musica, Gymnastica e Trabalhos de agulha.

Em 1890 foi reformado o regulamento, sendo creadas mais algumas cadeiras, passando o curso a ser de quatro annos.

Seria enfadonho enumerar as muitas disposições legislativas referentes á Escola Normal. Nestes ultimos annos a Escola Normal passou por duas reformas, tendentes a ampliar o seu curso e tornar mais efficaz e pratico o ensino.

De accôrdo com o actual regulamento, que baixou com o decreto n. 1.102, de 27 de Janeiro de 1921, o ensino nesse estabelecimento é leigo e facultado a alumnos de ambos os sexos. O curso, de quatro annos, comprehende as seguintes disciplinas: 1ª. Portuguez; 2ª. Francez; 3ª. Arithmetica e Noções de Algebra; 4ª. Geographia e Chorographia do Brasil; 5ª. Noções de Geometria; 6ª. Historia, especialmente do Brasil; 7ª. Noções de Physica e Chimica; 8ª. Historia Natural; 9ª. Pedagogia — Noções de Pedagogia; 10ª. Hygiene; 11ª. Prendas domesticas e trabalhos manuaes; 12ª. Calligraphia e desenho linear; 13ª. Desenho ao natural e de ornatos e aquarella; 14ª. Musica e cantos escolares; 15ª. Gymnastica. O estudo de prenda é exclusivamente destinado ás alumnas.

(*) Citado por Irineu Pinto.

O regulamento recommenda que o ensino dessas materias seja feito de modo intuitivo e pratico, recommendação um tanto inocua, porque é impossivel reformar a mentalidade dos professores, recrutados na maior parte em todas as profissões e alheios muitos delles aos progressos da Pedagogia.

Apesar das reformas, o ensino continúa a ser mnemonico e livresco, o que é natural, sabido que a rotina pedagogica "é a mais tenaz de todas as rotinas".

Em sua ultima *Mensagem* dirigida á Assembléa Legislativa, a 1 de Setembro de 1921, o sr. presidente do Estado assim se expressa a respeito da Escola Normal:

« Dos nossos estabelecimentos de ensino só um tem feição definidamente profissional, isto mesmo restricto ao magisterio. E' a Escola Normal.

Apesar dos esforços do meu governo por dar um caracter mais pratico ao ensino que alli se ministra, os programmas são de maneira a fazer bachareis em lettras e não professores primarios.

O ensino mnemonico com todo o seu desastroso sequito de consequencias más continúa a influir, de modo notavel, na formação mental dos nossos professores. »

O provimento das cadeiras da Escola Normal deveria ser feito por concurso, o que jámais aconteceu, apesar das exigencias regulamentares que vêm de muito.

A Escola Normal começou a funccionar no andar terreo do edificio de Thesoiro. Teve depois predio proprio á Rua Marquez de Herval. Como, porém, augmentasse extraordinariamente a matricula, o governo viu-se na contingencia de construir um predio muito mais amplo. Em 1919 foi inaugurado, na administração do sr. dr. Camillo de Hollanda. Custou ao Estado mais de mil contos de réis. E' um dos melhores edificios da capital da Parahiba. Foi construido pelo dr. Octavio Freire, architecto diplomado em Paris. Obedece ao moderno estylo universitario.

ENSINO PROFISSIONAL

A idéa da creação do ensino industrial na Parahiba surgiu no seio da Assembléa Provincial, concretizando-se na lei n. 24, de 4 de Julho de 1854, que ficou sem execução até á presidencia de B. Rohan, em 1858-1860.

Rohan deu os primeiros passos para a creação da Escola Pratica de Agricultura, e contractando um botanico francez, especializado em culturas tropicaes, comprando o terreno apropriado e iniciando mesmo o cultivo da área destinada ao campo de experiencia da escola.

Com a retirada de B. Rohan "nenhum andamento se deu á idéa projectada e o terreno que se havia comprado para esse fim e já em começo de cultura foi mandado arrendar em hasta publica". Informação é esta do proprio Rohan em sua *Chorographia* da *Parahiba* (*). Ainda são do benemerito homem publico as seguintes palavras:

(*) Veja-se *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahibano*, vol. III, anno III, 1911.

« Ainda não era pois chegada a epocha em que a Parahiba do Norte devesse ser dotada de um estabelecimento analogo ao do Maranhão, e do qual se esperam, com razão, resultados importantes em relação á agricultura. »

Em 1861, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, e pouco depois Manuel Porfirio Aranha, directores da Instrucção Publica, propugnaram em vão pela introducção do ensino profissional. Propunha o segundo:

« Em logar dessas inuteis cadeiras de Latim (as existentes no interior) muito conviria que se creassem nessas localidades, ou nas que se julgassem mais apropriadas, algumas escolas, onde se ensinassem os rudimentos indispensaveis ás opiniões industriaes. »

Em 1865, aproveitando o presidente dr. Sinval Odorico de Moura antiga disposição de lei, creou a Escola de Aprendizes Artifices. No dia 27 de Outubro de 1866, em presença das principaes auctoridades, foi inaugurada essa Escola e provido seu primeiro director, padre Joaquim Victor Pereira. Começou a Escola a funccionar com a matricula de nove aprendizes de alfaiataria e sapataria.

Durou oito annos o alludido estabelecimento. Em 1874 foi extincto por medida de economia. A manutenção da Escola durante aquelle periodo custou á Provincia 134:475$396. "Tendo-se alli educado durante o mesmo periodo 13 alumnos, resulta que cada um custou á Provincia 10:344$261", — informa dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, justificando a extincção da Escola perante á Assembléa.

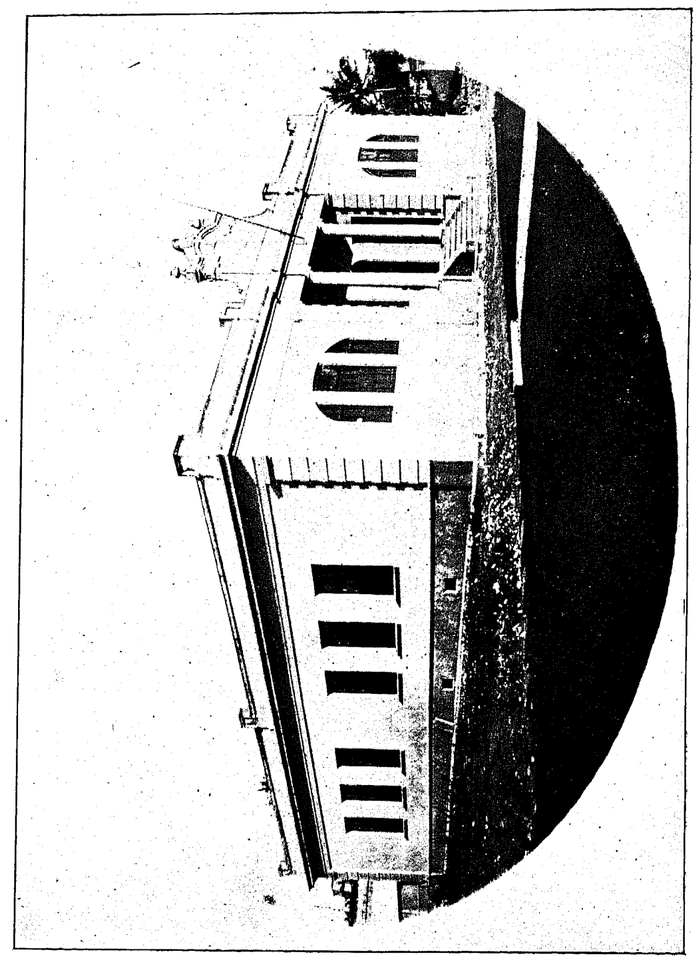
Extincta a Escola de Aprendizes Artifices, nunca mais se tratou da fundação de outra para ministrar o ensino profissional na Provincia e depois no Estado, até 1910.

Nesse anno, o dr. João Lopes Machado, então presidente da Parahiba, creou a Escola Agro-Pecuaria do Estado, com séde na Imbiribeira (arredores da capital) e Puchi, no Municipio do Espirito Santo. Em mensagem á Assembléa informou aquelle presidente que o ensino profissional agricola, ministrado no alludido instituto, seria reduzido quanto á parte escolar e ampliado no sentido de satisfazer ás exigencias das estações agronomicas e zootechnicas. O Governo Federal auxiliou essa tentativa e mais tarde adquiriu, por doação, o Puchi, onde fundou um campo de demonstração agro-pecuaria, que ainda funcciona com pouco ou nenhum proveito.

O Governo Federal fundou, em 1913, em Mamanguape, um centro agricola, que tem tido varios directores, e é actualmente administrado pelo engenheiro Sigifredo Ribeiro, que se vem mostrando esforçado.

Finalmente, em 1919, foi creado o Centro Agricola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, o qual ainda não funciona por não se terem ultimado os predios. Será o melhor estabelecimento no genero em todo o paiz.

Como facto auspicioso do anno de 1910, devemos aqui registar a fundação da Escola de Aprendizes Artifices da Parahiba, estabelecimento federal. São cinco as officinas de que dispõe para o ensino profissional technico: serralheria, marcenaria, alfaiataria, sapataria e encadernação.



Grupo "Antonio Pessôa" (Parahiba do Norte)

Damos abaixo a estatistica dos alumnos matriculados a partir de 1910:

	OFFICINAS	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921
1	Serralheria.....	41	35	51	54	57	62	62	59	43	54	64	66
2	Alfaiataria.....	35	35	55	64	62	61	55	64	43	48	47	53
3	Encadernação..	27	25	39	32	26	26	7	—	—	7	16	20
4	Marcenaria....	22	21	25	29	29	26	28	23	20	22	19	26
5	Sapataria.....	18	18	21	22	11	25	23	17	13	16	18	13
	Somma.....	143	134	191	201	185	200	175	163	118	147	164	178

A frequencia, consoante informação do director da Escola, deixa muito a desejar.

« Não só ha falta de assiduidade, como, em certa epocha do anno, as aulas são abandonadas sem intermittencia por um regular numero de aprendizes. A frequencia média annual (anno de 1921) no curso diurno foi de 122,78, sendo de 178 o numero de matriculados. A do curso nocturno foi de 39,05, sendo de 121 o numero de matriculados. »

Todavia a Escola tem prestado serviço inestimavel ao Estado. Della têm sahido eximios operarios. A sua exposição annual constitue verdadeiro successo. O curso é de externato, e por isso só os Parahibanos da capital podêm colher o proveito da educação technica.

Além dos estabelecimentos enumerados acima, a Parahiba ainda conta tres institutos de ensino technico-profissional: o Curso de Commercio e a Escola de Agrimensura, annexos ao Lyceu Parahibano, e a Academia de Commercio, particular, a ser subvencionada pelo Governo Federal, conforme projecto de lei no Senado. Aquelles foram creados na administração Castro Pinto, em 1912. A idéa do curso de commercio, diz o presidente em mensagem á Assembléa, foi tão opportuno que o numero de matriculados subiu a 134, muito superior á matricula no Curso de Sciencias e Lettras (do Lyceu). Depois o enthusiasmo foi arrefecendo, mas ainda hoje o curso tem regular frequencia.

A Escola de Agrimensura tem dado poucos fructos.

Fundada em 1921, a Academia de Commercio é ainda uma esperança. Cogita o governo do Estado de lhe dar séde condigna, a ser inaugurada em 7 de Setembro de 1922.

XIV

Historia politica

D. João III, de Portugal, concedeu a Pero Lopes de Sousa, em 1534 a doação de 30 leguas de terra partindo, pela costa, do Rio Santa Cruz até á Bahia da Traição, primeira terra do Brasil onde aportara a esquadrilha exploradora de Gonçalo Coelho que, pelo facto de ter uns marinheiros mortos de surpresa pelos Potiguaras, deu o nome de *Traição* áquella bahia, chamada *Acajutibiró* pelos naturaes.

Pero Lopes não povoou sua Capitania e esta, revertendo á Corôa, ficou abandonada muitos annos. Mamelucos de Olinda, que andavam aos "resgates" pelo interior da Parahiba, com as suas maldades despertaram o odio do gentio que principiou a devastar as feitorias do Norte de Pernambuco. Entre outros ataques, menciona-se o levado a effeito em 1574 pelos indios da Copaóba contra o engenho de Diogo Dias em Tracunhahen, onde estava detida uma joven potiguara, raptada por um mameluco.

Os Indios foram então de uma crueldade sem nome: mataram todos os habitantes, incendiaram toda a propriedade, escapando apenas dois filhos de Diogo Dias por estarem em Olinda.

Emquanto se passavam esses factos, os Francezes, tendo captado as sympathias dos selvagens, se estabeleciam no Rio S. Domingos ou Parahiba, em Petimbú, Mamanguape e Bahia da Traição, fazendo carregamentos de pau brasil. D. Sebastião receiando perder ao mesmo tempo essa parte da Terra de Santa Cruz e os lucros dos assucares de Goianna, ordenou que se levantasse povoação no Rio Parahiba. Varias foram as tentativas; primeira a de Fernão da Silva; depois a de João Tavares, escrivão da Camara em Olinda, o qual em 1579 estabeleceu, á margem direita do Sanhavá, os primeiros casaes no local então denominado *Porto da Casaria* e levantou um fortim na Ilha da Cambôa, hoje Restinga. Abandonado, baldo de todo recurso, regressou João Tavares á Olinda com a sua gente. Em 1581, estando Fructuoso Barbosa em Lisboa, obteve de Philippe II doação da Capitania da Parahiba por 10 annos. Conhecia o donatario o local pois estivera no Rio Parahiba carregando pau brasil.

Organizou uma expedição, trazendo muitas familias de Vianna em sua frota que, na barra de Pernambuco, foi destroçada por um grande temporal, indo Fructuoso Barbosa até á India levado pelo tufão.

Reorganizou-se, como pôde e chegou a Pernambuco em 1582. Partiu por mar, emquanto por terra seguia grande contingente de forças sob as ordens de Simão Rodrigues Cardoso e Jeronymo de Albuquerque. Fructuoso Barbosa entrou pelo Rio Parahiba, queimou varios navios francezes e, dando um desembarque, cahiu numa cilada, matando-lhe os Indios um filho e 40 homens da guarnição, enchendo-se elle de tal pavor que levantou ferro e foi ancorar á bocca do rio onde aguardou a chegada de Simão Cardoso que, effectivamente, appareceu dias após com a sua gente, depois de ter batido os selvagens em varios e renhidos encontros.

Fructuoso Barbosa não se quiz demorar no logar e partiu para a Bahia, onde solicitou auxilio do governador geral; este mandou á Parahiba o almirante Diogo Flores Valdez que, ainda no mesmo anno de 1582, levantou uma fortificação á margem eequerda do Parahiba, dando-lhe o nome de S. Philippe e Sant'Iago, no local hoje chamado *Forte Velho*. Feito isto, tendo afundado alguns navios francezes, deixou no forte 170 soldados hispanhóes e portuguezes, collocando os primeiros, que eram mais numerosos, sob as ordens de Francisco Castrepon, a quem entregou a direcção dos negocios e os segundos, sob as de Fructuso Barbosa, que debalde reclamou contra a desauctoração soffrida. Os selvagens, auxiliados por Francezes, começaram a hostilizar cruamente o forte e em soccorro veio o destemido ouvidor Martim Leitão, que bateu os Indios em Teberi e desafogou os colonos da pressão que estavam soffrendo. Breve, porém, rivalidades entre Hispanhóes e Portuguezes, afastaram Fructuoso Barbosa e, finalmente, os Hispanhóes enterraram a artilheria, arrazaram a fortificação e regressaram a Pernam-

buco. Tempos depois, Martim Leitão recebe propostas de amizade e alliança do indio Piragibe, contra o qual se revoltaram varios chefes potiguaras.

O ouvidor enviou João Tavares numa caravella que, partindo de Pernambuco no dia 3 de Agosto de 1585, estava no dia 5 ancorada no *Porto da Casaria*. João Tavares celebrou uma alliança com os selvagens, em seguida, á margem do rio, levantou um fortim de madeira e alli aguardou a chegada de Martim Leitão que, realmente, veio por terra, em fins de Outubro daquelle anno, trazendo varias familias, animaes domesticos, artifices, soldados, etc., para começar o povoamento da Parahiba. Depois de examinar o local, iniciou os alicerces de uma fortaleza, começou no alto da collina as primeiras edificações no dia 4 de Novembro, dando ao povoado, pouco depois ennobrecido com o titulo de cidade, o nome Philippéa de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a Philippe II de Hispanha e ao dia em que se fizera a paz com os selvicolas. A' energia, á coragem, ao tino administrativo de Martim Leitão, se deve a conquista da Parahiba, onde voltou mais uma vez para em sangrentos combates livra-la do gentio e dos Francezes e quando, em 1587, destituido do cargo, voltou a Pernambuco, deixou a barra fortificada com o baluarte Santa Catharina, a cidade bem guarnecida, um forte em Tiberi protegendo a nascente industria de assucar, onde erguera o primeiro engenho, e defendendo a aldeia de um chefe indio, alliado.

Fructuoso Barbosa reclamou os seus direitos sendo pelo Governo da Metropole attendido. Assumiu o cargo e um dos seus primeiros actos foi desarmar o Forte Santa Catharina, levando as peças para defender o seu engenho Inhobim. Os selvagens então arrazaram a unica defesa existente na foz do Parahiba, a qual foi mais tarde reconstruida, devido ás constantes ameaças dos corsarios. Barbosa se mostrou incapaz para a administração e em 1591 quando terminou o seu decennio, entregando a direcção da Parahiba ao vereador mais antigo Pero Coelho de Sousa, seu cunhado, estava completamente arruinado e os negocios da colonia se emmaranhavam na mais completa anarchia, ameaçando os selvicolas destruiu todos os planos de conquista. Em 1592 foi nomeado governador Feliciano Coelho de Carvalho e, homem de energia, bateu os Indios desde o littoral á Copaóba, regularizou os negocios da Capitania, expulsou os Jesuitas, de ordem do Governo Portuguez, emfim, consolidou a conquista, encaminhou a Parahiba para o desenvolvimento, entregando a direcção no fim de seu quadriennio, a Francisco de Sousa Pereira. A cidade cresceu rapida mas devido ao abandono que lhe dispensou a Metropole, em breve estacionou e mesmo decahiu quasi, soerguendo-se um pouco, mais tarde, graças aos esforços e aos auxilios do marquez da Copaóba, Duarte Gomes da Silveira, que instituiu premios em dinheiro aos que construissem casa ou sobrado na Cidade de Philippéa.

Attrahidos pela agricultura da canna de assucar e pela creação de gado, os colonos preferiam o interior e assim, quando os Hollandezes conquistaram a Parahiba, esta possuia a Rua Nova, onde estava a casa da Camara e Senado; a Rua Direita e uma rua á margem do Sanhauá. Nos arredores e interior encontraram os Batavos 18 engenhos, safrejando e seis aldeias de indios domesticados, com uma população approximada de seis mil individuos; o total da população civilizada não excedia de dez mil almas. Não obstante a fuga da maioria dos habitantes, os Hollandezes procuraram captar as sympathias dos que ficaram, entre os quaes estava o octogenario e rico Duarte Gomes da Silveira, fazendo-lhes promessas que jámais cumpriram.

Trataram de refazer os cannaviaes e mais tarde o genio administrativo do principe Mauricio de Nassau interessou os Portuguezes nos negocios da communa, especialmente nos commerciaes, sendo o referido Duarte da Silveira um dos membros da Camara de Escabinos eleitos pela cidade Frederica, nome com que os conquistadores substituiram a de Philippéa.

No dia 5 de Fevereiro de 1654, o mestre de campo Francisco Figuerôa entrou com as suas tropas na Parahiba, não encontrando mais nenhum militar hollandez, tendo todos fugido na vespera para a Europa. Durou a dominação batava na Parahiba 20 annos, não deixando de sua passagem mais do que uma tradição pavorosa de individuos maus, ambiciosos e impios, que andavam a procura de oiro em toda a parte. Sómente o governador Elias Herkmann nos legou uma completa descripção da Capitania.

Passado o longo periodo de guerras, começou a affluencia de colonos e a conquista do interior.

Antonio de Oliveira e sua familia, com os enviados da Casa da Torre, desbravaram o sertão. Certo o sindios Cariris resistiram, se confederaram, mas a deserção dos *Sucurús*, do Teixeira e a ferocidade das armas de Theodosio de Oliveira Ledo e Luiz Soares os chamaram a obediencia e a creação de gado poude se desenvolver bastante no sertão.

O povoamento da Capitania fazia-se lentamente, concorrendo para isto as seccas, as epidemias de variola, o febres e, sobre todas, a dependencia em que estava do governo e do commercio de Pernambuco. Assim na segundameta de do seculo XVIII a população de toda Parahiba sommava unicamente 52.468 habitantes.

Em 1799 foi a Parahiba separada definitivamente de Pernambuco e na segunda decade do seculo XIX, quando as Côrtes Portuguezas passaram ao Brasil, contava 122.407 habitantes, sendo 61.060 homens e 61.347 mulheres. A população escrava era maior de oito mil individuos.

Mas, proporcional ao accrescimo de habitantes, as idéas liberaes se divulgavam na Parahiba: em fins do seculo XVIII já o sabio Manuel de Arruda Camara, regressando da Europa, fundara em Pedras de Fogo o *Areopago de Itambé*, que doutrinava a emancipação da patria. As regalias dos fidalgos lusitanos, as preferencias dispensadas aos militares portuguezes, fizeram explodir a revolução de 1817, desde algum tempo concertada entre os homens de maior influencia das capitanias de Pernambuco, Parahiba e Rio Grande do Norte. No dia 12 de Março do mencionado anno, movimentou-se no Pilar o exercito de patriotas que demandou a capital, onde já encontrou implantado o regime republicano sob a direcção de uma Junta constituida pelo padre Antonio Pereira de Albuquerque, coronel Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, natural do Rio Grande do Norte, tenente-coronel Francisco José da Silveira, mineiro e Francisco Xavier Monteiro da Franca. O commando geral das armas coube ao coronel Amaro Gomes Coitinho, tendo como immediato o tenente de milicias José Peregrino de Carvalho, elevado ao posto de tenente-coronel; este seguiu para o Rio Grande do Norte, afim de auxiliar alli a constituição da democracia. A idéa caminhou rapida: conquistou Villa Nova da Rainha, depois Campina Grande; Alagôa Nova, Pombal e Sousa, emfim todo alto sertão, onde se organizou o *exer-*

Grupo "Thomaz Mindello" (*Parahiba do Norte*)

cito do Rio do Peixe, que partiu para instituir o regime no Ceará. A contra-revolução não se fez esperar: Amaro Gomes foi abandonado por suas tropas e Peregrino de Carvalho, vindo a marchas forçadas do Rio Grande do Norte, é, ao entrar na Cidade da Parahiba, desarmado pelos rogos de seu pae e assim, no dia 7 de Maio, o capitão João Soares Neiva assumia o governo em nome do rei. Começaram as prisões: os carceres de Pernambuco e da Bahia se encheram de patriotas parahibanos, tendo soffrido no Recife, onde foram julgados, pena capital e condemnação da memoria: José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coitinho, padre Antonio Pereira, Francisco da Silveira Lobo e Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão.

Não obstante a perseguição ás idéas liberaes, a Parahiba foi das primeiras capitanias a apoiar os actos de d. Pedro, contra Portugal; foi das primeiras a acceitar e applaudir a Independencia. Seguiu-se um periodo de luctas partidarias e assim se revoltou em 1823 contra o primeiro presidente Luiz Nery Ferreira, entrou na Confederação do Equador e foi comparticipe na Revolução de 1848. Não obstante os annos, o seu progresso não se revelou notavel, continuou a debater-se com a crise economica, com as seccas e, ainda mais, com os maus administradores que lhe mandava o Governo Imperial.

A instrucção não foi vulgarizada como devia, as communicações com o interior eram difficeis e ás vezes perigosas, devido aos grupos de malfeitores que salteavam nas estradas. Os dois partidos, Liberal e Conservador, concorriam com as suas luctas interminaveis, com as suas preferencias, para que se entravasse todo o progresso e assim, de surpresa, em 16 de Novembro de 1889, chegou á Parahiba, noticia da Proclamação da Republica, sendo o regime instituido na então Provincia, no dia 18 de Novembro de 1889. Certo os vicios da Monarchia continuaram em pleno regime republicano, mas é incontestavel que a politica no Estado se modifica, põe-se mais de accôrdo com a democracia e com o progresso, revelando-se não mais um Estado esperançoso, porém uma das prosperas circumscripções do Brasil, com elementos para attingir, para alcançar notavel desenvolvimento.

XV

Historia administrativa e judiciaria

Fundada a *Povoação* de *Philippéa de Nossa Senhora das Neves*, recebeu logo os fóros de cidade e, ao retirar-se Martim Leitão para Olinda, não obstante os protestos de Fructuoso Barbosa, entregou a direcção da Capitania a João Tavares. O *governador* ou *capitão-mór*, era a primeira auctoridade, governando arbitrariamente, não obstante o *regimento* que a Metropole lhe enviara. Pouco depois de fundada, tendo já o *Senado da Camara*, que regulava a vida municipal, recebeu um *ouvidor-geral* que administrava a justiça, extendendo-se a sua jurisdicção de Itamaracá á Capitania do Ceará; depois restringiu-se ao Rio Grande do Norte e finalmente á propria Capitania. A Fazenda Publica era administrada por um provedor. Cada governador tinha mandato por um triennio e raros foram os que se interessaram pelo progresso da Parahiba; mesmo depois da Independencia, os presidentes que a Corôa lhe enviava não procuravam, com rarissimas excepções, encaminhar a Provincia na estrada do adeantamento. Felizmente a prosperidade, lenta, mais segura, começou com a Republica a bafejar a Parahiba. Desde a sua fundação até o anno de 1920, teve a Parahiba os seguintes administradores:

1º, capitão-mór Fructuoso Barbosa, tomou posse em 1582 e tentou estabelecer o primeiro nucleo colonial;

2º, capitão-mór João Tavares, tomou posse em 1585 e sob o influxo e auxilio pessoal e material de Martim Leitão fundou a capital; teve de passar o governo a Fructuoso Barbosa;

3º, capitão-mór Feliciano Coelho de Carvalho, homem de muita energia, tomou posse em 1595;

4º, capitão-mór Francisco de Sousa Pereira, tomou posse em 1600;

5º, capitão-mór Francisco Nunes Marinho de Sá, nomeado em 1603;

6º, capitão-mór André de Albuquerque Maranhão, tomou posse em 1607;

7º, capitão-mór Francisco Coelho de Carvalho, nomeado em Setembro de 1608;

8º, capitão-mór João Rebello de Lima, nomeado em 18 de Julho de 1612;

9º, capitão-mór João de Britto Correia, nomeado em 28 de Janeiro de 1616;

10º, capitão-mór Affonso de França, nomeado em 17 de Setembro de 1618;

11º, capitão-mór Antonio de Albuquerque Maranhão, nomeado em 9 de Agosto de 1622; no seu governo deu-se a invasão hollandeza;

12º, capitão-mór Francisco Souto Maior, nomeado em 19 de Setembro de 1631; não tomou posse.

Dominio hollandez:

13º, director Servan Carpentier, tomou posse em 1635;

14º, director Ippo Eysens, tomou posse em 1636;

15º, director Elias Herckman, tomou posse em 14 de Outubro de 1636;

16º, director Gibert Wilth, tomou posse em 1644;

17º, director Paulo Linge, tomou posse em Junho de 1645; sendo nesse anno expulsos os Hollandezes da Capitania;

18º, triumvirato composto por Lopo Curado Garro, Jeronymo de Cadena e Francisco Gomes Muniz, posse em 1 de Setembro de 1645;

19º, governador João Fernandes Vieira, tomou posse em 2 de Fevereiro de 1655;

20º, capitão-mór interino Antonio Dias Cardoso, tomou posse em 19 de Agosto de 1657;

21º, capitão-mór Mathias de Albuquerque Maranhão, tomou posse em 17 de Outubro de 1657;

22º, capitão-mór João do Rego Barros, tomou posse em 1663;

23º, capitão-mór Luiz Nunes de Carvalho, tomou posse em 1670;

24º, capitão-mór Ignacio Coelho de Carvalho, tomou posse em 1673;

25º, capitão-mór Manuel Pereira de Lacerda, tomou posse em 1675;

26º, capitão-mór Alexandre de Sousa Azevedo, tomou posse em 1678;

27º, capitão-mór interino Antonio da Silva Barbosa, tomou posse em Agosto de 1684;

28º, capitão-mór Amaro Velho Cerqueira, tomou posse em Setembro de 1687;

29º, capitão-mór Manuel Nunes Leitão, tomou posse em Junho de 1692;

30º, capitão-mór Manuel Soares de Albergaria, tomou posse em Setembro de 1697;

31º, capitão-mór Francisco de Alves Pereira, tomou posse em 1700;

32º, capitão Fernando de Barros e Vasconcellos, tomou posse em Novembro de 1703;

33º, capitão-mór João da Maia da Gama, tomou posse em Junho de 1708. Prestou inolvidaveis serviços á Capitania mas impopularizou-se na *Guerra dos Mascates*;

34º, capitão-mór Antonio Velho Coelho, tomou posse em Maio de 1717;

35º, Junta composta dos officiaes da Camara: João de Moraes Valcaçar, Feliciano Coelho de Barros, Francisco Souto Maior, Jeronymo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandernes e Eugenio Cavalcanti de Albuquerque, tomou posse em 14 de Agosto de 1719;

36º, capitão-mór Antonio Fernão Castello Branco, tomou posse em Janeiro de 1720;

37º, capitão-mór João de Abreu Castello Branco, tomou posse em Janeiro de 1722;

38º, capitão-mór Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, tomou posse em Março de 1729;

39º, capitão-mór Pedro Monteiro de Macedo, tomou posse em Junho de 1734;

40º, Junta dos officiaes da Camara: João de Almeida de Gouvêa, Manuel da Rocha, André Dias de Figueiredo, Domingos dos Santos de Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa, tomou posse em Maio de 1744;

41º, capitão-mór interino João Lobo de Lacerda, tomou posse em Agosto de 1744;

42º, governador Antonio Borges da Fonseca, tomou posse em Agosto de 1745;

43º, capitão-mór Luiz Antonio de Lemos Brito, tomou posse em 19 de Novembro de 1753;

44º, capitão-mór interino José Henriques de Carvalho, tomou posse em Abril de 1757;

45º, capitão-mór Francisco Xavier de Miranda Henriques, tomou posse em Janeiro de 1761;

46º, capitão-mór Jeronymo José de Mello Castro, tomou posse em 20 de Abril de 1764;

47º, Triumvirato: ouvidor geral Antonio Philippe Soares de Andrade Brederodes, sargento-mór João Ribeiro Pessoa de Lacerda e o vereador da Camara Luiz Alves da Nobrega, tomou posse em 13 de Maio de 1797;

48º, governador Fernando Delgado Freire de Castilho, tomou posse em 23 de Março de 1798;

49º, governador Luiz da Mota Feo, tomou posse em 15 de Setembro de 1802;

50º, governador Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, tomou posse em 24 de Julho de 1805;

51º, governador Antonio Caetano Pereira, tomou posse em 30 de Agosto de 1809;

52º, Triumvirato: ouvidor geral André Alvares Pereira Ribeiro Cirne, tenente-coronel Francisco José da Silveira e o vereador Manuel José Coelho, tomou posse em 12 de Dezembro de 1815;

53º, Governo revolucionario: tenente-coronel Amaro Gomes Coitinho, tenente-coronel Estevam José Carneiro da Cunha, tomou posse em 13 de Março de 1817;

54º, Governo provisorio republicano: padre Antonio Pereira de Albuquerque, Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira e Francisco Xavier Monteiro da França, tomou posse em 16 de Março de 1817;

55º, Triumvirato realista interino: capitão João Soares Neiva, ouvidor geral interino Gregorio José da Silva Coitinho e vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, tomou posse em 7 de Maio de 1817;

56º, Triumvirato legal: ouvidor geral André Alvares Pereira Ribeiro Cirne, coronel Mathias da Gama Cabral e Vasconcellos e o vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, tomou posse em 12 de Junho de 1817;

58º, governador Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, tomou posse em 25 de Agosto de 1819. Seguiram-se tres juntas provisorias e proclamada a Independencia vieram os seguintes presidentes:

62º, Philippe de Nery Ferreira, tomou posse em 9 de Abril de 1824;

63º, Alexandre Franco de Seixas Machado, tomou posse em 22 de Julho de 1824, e em 2 de Maio de 1827 passou o governo ao vice-presidente dr. Francisco de Assis Pereira Rocha;

64º, dr. Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça, tomou posse em 12 de Fevereiro de 1828 e passou o governo ao vice-presidente dr. Francisco José Meira em 21 de Março de 1830;

65º, dr. Manuel Joaquim Pereira de Silva, tomou posse em 6 de Agosto de 1830;

66º, dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, tomou posse em 18 de Janeiro de 1831 e passou o governo ao vice-presidente dr. Francisco José Meira em 14 de Agosto do mesmo anno;

67º, Galdino da Costa Villar, tomou posse em 16 de Janeiro de 1832 e, em 21 de Setembro do mesmo anno, passou o governo ao vice-presidente dr. Francisco José Meira;

68º, André Albuquerque Maranhão Junior, tomou posse em 28 de Outubro de 1832 e, em Janeiro do anno seguinte, passou a administração ao vice-presidente Francisco José Meira;

69º, Antonio Joaquim de Mello, tomou posse em 16 de Março de 1833, passou o governo em 7 de Janeiro de 1834 ao vice-presidente Affonso de Albuquerque Maranhão, que, em 26 de Abril do mesmo anno, entregou ao vice-presidente Bento Correia Lima, que, em 26 de Julho do mesmo anno, entregou ao vice-presidente José Luiz Lopes Bastos; que passou o governo em 7 de Abril de 1835 ao vice-presidente Bento Correia Lima, que passou no dia 14 do mesmo anno e mez ao vice-presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha e este entregou em 12 de Julho do mesmo anno ao vice-presidente Luiz Alves de Carvalho que em 10 de Setembro passou ao vice-presidente Francisco José Meira, que em 1 de Fevereiro de 1836 entregou a Manuel Maria Carneiro da Cunha;

70º, Basilio Quaresma Torreão, que assumiu a administração em 18 de Abril de 1836 e, em 11 de Março de 1838, passou ao vice-presidente Manuel Lobo Miranda Henriques;

71º, Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, tomou posse em 14 de Abril de 1838;

72º, dr. João José de Moura Magalhães, tomou posse em 12 de Dezembro de 1838 e passou o governo em 17 de Março de 1839 ao vice-presidente Manuel Lobo de Miranda Henriques, que em 7 de Abril o entregou ao vice-presidente Trajano Alipio de Hollanda Chacon, que em 22 de Fevereiro de 1840 o passou ao vice-presidente dr. Antonio José Henriques;

73º, dr. Agostinho da Silva Neves, tomou posse em 7 de Abril de 1840 e passou o governo ao vice-presidente dr. Antonio José Henriques em 7 de Setembro do mesmo anno;

74º, Francisco Xavier Monteiro da Franca, assumiu a administração em 7 de Setembro de 1840;

75º, dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, tomou posse do governo em 4 de Maio de 1841 e passou a administração ao vice-presidente André de Albuquerque Maranhão, em 4 de Fevereiro de 1843. Este presidente indo ao interior da Provincia, milagrosamente escapou de uma emboscada, que se postara no Manema, além do Tambahi. No crime foram implicados diversos senhores de engenhos da varzea do Parahiba;

76º, Ricardo José Gomes Jardim, tomou posse em 14 de Março de 1843;

77º, Agostinho da Silva Neves, tomou posse em 2 de Dezembro de 1843;

78º, dr. Joaquim Francisco de Sá, tomou posse em 22 de Julho de 1844, em 2 de Agosto passou ao vice-presidente dr. José da Costa Machado Senior que, em 9 do mesmo mez, passou ao vice-presidente André de Albuquerque Maranhão Junior, que em 14 do mesmo mez entregou-a ao vice-presidente dr. Franco Sá;

79º, dr. Frederico Carneiro de Campos, tomou posse em 18 de Dezembro de 1844 e, em 16 de Março de 1848, passou ao vice-presidente João de Albuquerque Maranhão;

80º, dr. João Antonio de Vasconcellos, tomou posse em 11 de Maio de 1848;

81º, José Vicente de Amorim Bezerra, tomou posse em 23 de Janeiro de 1850;

82º, Agostinho da Silva Neves, tomou posse em 30 de Setembro de 1850, em 4 de Abril de 1851 passou o governo ao vice-presidente dr. Francisco de Almeida Albuquerque, que em 8 de Maio de 1851 passou ao vice-presidente Francisco Antonio de Almeida Albuquerque;

83º, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, tomou posse em 3 de Julho de 1851, passou o governo, em 29 de Abril de 1853, ao vice-presidente dr. Flavio Clementino da Silva Freire, que em 7 de Outubro entregou ao vice-presidente Frederico de Almeida e Albuquerque;

84º, dr. João Capistrano Bandeira de Mello, tomou posse em 22 de Outubro de 1853, passou o governo, em 6 de Junho de 1854, ao vice-presidente dr. Flavio Clementino da Silva Freire, que passou a administração ao vice-presidente dr. Frederico de Almeida Albuquerque, em 25 de Setembro do mesmo anno;

85º, dr. Francisco Xavier Paes Barreto, tomou posse em 23 de Outubro de 1854 e, em 16 de Abril de 1855, passou o governo ao vice-presidente dr. Flavio Clementino da Silva Freire;

86º, dr. Antonio da Costa Pinto e Silva, tomou posse em 26 de Novembro de 1855 e passou a administração ao vice-presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 10 de Abril de 1857;

87º, coronel Henrique Beaurepaire Rohan, assumiu o governo em 10 de Dezembro de 1857. Prestou á Provincia bons serviços; procurou desenvolver as industrias e a agricultura; são do seu governo os unicos estudos topographicos que hoje existem, relativos á Parahiba;

88º, Ambrosio Leitão da Cunha, tomou posse em 4 de Julho de 1859 e em 16 de Abril de 1860, passou o governo ao vice-presidente Manuel Florentino Carneiro da Cunha;

89º, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, tomou posse em 18 de Abril de 1860 e passou o governo ao 1º vice-presidente, barão de Mamanguape, em 19 de Maio de 1861;

90º, dr. Francisco de Araujo Lima, assumiu o governo em 19 de Maio de 1861 e, em 17 de Fevereiro de 1864, entregou ao 1º vice-presidente dr. Felizardo Toscano de Brito, que o passou em 17 de Fevereiro de 1864;

91º, dr. Sinval Odorico de Moura, tomou posse em 18 de Maio de 1864, em 22 de Julho de 1865 passou o governo ao 1º vice-presidente dr. Felizardo Toscano de Britto que, em 4 de Agosto de 1866, passou ao 3º vice-presidente commendador João José Innocencio Poggi;

92º, dr. Americo Braziliense de Almeida Mello, tomou posse em 4 de Novembro de 1866 e, em 20 de Abril de 1867, entregou a administração ao 2º vice-presidente barão de Maraú. Neste anno o imperador d. Pedro II visitou a Parahiba;

93º, dr. Innocencio de Assis Carvalho, tomou posse em 1 de Novembro de 1867 e passou o governo ao 2º vice-presidente, padre Francisco Pinto Pessoa, em 29 de Julho de 1868;

94º, dr. Theodoro Machado F. Pereira da Silva, tomou posse em 17 de Agosto de 1868 e passou a administração em 9 de Abril de 1869 ao 2º vice-presidente, padre Francisco Pinto Pessoa, que a entregou, em 16 de Abril de 1869, ao 1º vice-presidente dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha;

95º, dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, tomou posse em 11 de Junho de 1869;

96º, senador Frederico de Almeida e Albuquerque, tomou posse em 24 de Outubro de 1870, passou a administração ao 3º vice-presidente dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 13 de Abril de 1871, este entregou-a em 17 de Outubro ao mesmo presidente, que lhe tornou a passar o governo em 23 de Abril de 1872;

97º, dr. Heraclito de Alencastro Pereira da Graça, tomou posse em 26 de Junho de 1872;

98º, dr. Francisco Ferreira de Sá, tomou posse em 11 de Novembro de 1872, em 17 de Setembro de 1873 passou o governo ao 2º vice-presidente commendador João Innocencio Poggi, que o entregou ao 3º vice-presidente dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 20 de Setembro de 1873;

99º, dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, tomou posse em 17 de Outubro de 1873;

100º, barão de Mamanguape, tomou posse em 10 de Abril de 1876, passou a administração em 9 de Janeiro de 1877 ao 2º vice-presidente dr. João da Matta Correia Lima, que a entregou ao 1º vice-presidente dr. José Paulino de Figueiredo em 9 de Março de 1877;

101º, dr. Esmerino Gomes Parente, tomou posse em 24 de Abril de 1877 e passou o governo em 2 de Março de 1878 ao 1º vice-presidente dr. José Paulino de Figueiredo;

102º, dr. Ulysses Machado Pereira Vianna, tomou posse em 11 de Março de 1878 e passou o governo ao 2º vice-presidente, padre Philippe Benicio da Fonseca Galvão, em 20 de Fevereiro de 1879;

103º, dr. José Rodrigues Pereira Junior, tomou posse em 12 de Junho de 1879, passou a administração ao 2º vice-

presidente padre Philippe Benicio da Fonseca Galvão, em 30 de Abril de 1880, e entregou-a ao 1º vice-presidente dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello, em 15 de Maio do mesmo anno;

104º, dr. Gregorio José de Oliveira Costa, tomou posse em 10 de Junho de 1880 e, em 3 de Setembro do mesmo anno, passou o governo ao 1º vice-presidente dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello;

105º, dr. Justino Pereira Carneiro, tomou posse em 20 de Outubro de 1880 e, em 4 de Março de 1882, passou o governo ao 1º vice-presidente dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello;

106º, dr. Manuel Ventura B. Leite Sampaio, tomou posse em 21 de Maio de 1882 e em 2 de Novembro entregou ao 1º vice-presidente dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello;

107º, dr. José Bassom de Miranda Osorio, tomou posse em 5 de Novembro de 1882 e passou o governo ao 1º vice-presidente dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello, em 17 de Abril de 1883;

108º, dr. José Ayres do Nascimento, tomou posse em 7 de Agosto de 1883;

109º, dr. Antonio Sabino do Monte, tomou posse em 31 de Agosto de 1884;

110º, dr. Pedro da Cunha Beltrão, tomou posse em 8 de Julho de 1885;

111º, dr. Antonio Herculano de Sousa Bandeira, tomou posse em 20 de Setembro de 1885;

112º, dr. Germiniano Brasil de Oliveira Góes, tomou posse em 11 de Novembro de 1886;

113º, dr. Francisco de Paula Oliveira Borges, tomou posse em 10 de Outubro de 1887;

114º, dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira, tomou posse em 9 de Agosto de 1888, passou o governo ao 1º vice-presidente barão de Abiahi em 14 de Janeiro de 1889, reassumiu em 4 de Fevereiro, passou o governo em 17 deste mez ao mencionado barão de Abiahi, que, em 22 de Junho do mesmo anno, o entregou ao 1º vice-presidente dr. Manuel Dantas Correia de Góes;

115º, dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, tomou posse em 8 de Junho de 1889 e deixou em virtude da proclamação da Republica;

116º, Governo Provisorio composto do: tenente-coronel Honorato Candido Ferreira Caldas, dr. Antonio da Cruz Cordeiro Senior, capitão de engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, 1º tenente da Armada Arthur José dos Reis Lisboa, commendador Thomaz de Aquino Mindello, capitão Manuel de Alcantara de Sousa Cousseiro e dr. Manuel Carlos de Gouvêa, sob a presidencia do primeiro;

117º, capitão de engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, assumiu o governo em 2 de Dezembro de 1889;

118º, dr. Venancio Augusto de Magalhães Neiva, tomou posse em 6 de Dezembro de 1889 e, em 31 de Dezembro de 1891, foi deposto.

120º, Junta governativa constituida pelos srs. coronel Claudio do Amaral Savaget, dr. Eugenio Toscano de Britto e o bacharel Joaquim Fernandes de Carvalho;

121º, dr. Alvaro Lopes Machado, tomou posse em 19 de Fevereiro de 1892, em 14 de Abril passou a administração ao 1º vice-presidente padre Walfredo Soares dos Santos Leal, reassumindo a 25 de Julho, passou novamente o governo ao dicto vice-presidente em 17 de Maio de 1896 e renunciou o mandato em 28 de Julho do mesmo anno;

122º, dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello, tomou posse em 22 de Outubro de 1896;

123º, desembargador José Peregrino de Araujo, tomou posse em 22 de Outubro de 1900;

124º, dr. Alvaro Lopes Machado, tomou posse em 22 de Outubro de 1904; passou o exercicio ao 1º vice-presidente dr. Seraphico Nobrega; reassumiu-o e novamente passou a administração ao 2º vice-presidente monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal que completou o quadriennio governamental;

125º, dr. João Lopes Machado, tomou posse do governo em 22 de Outubro de 1908;

126º, dr. João Pereira de Castro Pinto, tomou posse em 22 de Outubro de 1912; em 24 de Julho de 1915 passou o governo ao 1º vice-presidente coronel Antonio da Silva Pessoa que, em 24 de Julho de 1916, o transferiu ao presidente da Assembléa Legislativa dr. Solon de Lucena; em 22 de Outubro de 1916, tomou posse do governo o dr. Francisco Camillo de Hollanda, cujo mandato terminou em 22 de Outubro de 1920.

Com a Independencia, a Capitania passou a Provincia, sendo o seu territorio dividido em comarcas, termos e juizados de paz, tendo por auctoridade superior a Relação, em Pernambuco. A Republica concedeu-lhe plena autonomia, pelo que o poder judiciario, desde 1890, é na Parahiba constituido por um Superior Tribunal de Justiça na capital, pelos juizes de direito nas sédes das comarcas e juizes municipaes nos termos. Os juizados de paz, perderam quasi sua importancia desde 1889. A Parahiba conta as comarcas, termos e juizados de paz, seguintes, notando-se que o signal * designa comarca de primeira entrancia; **, é o signal de segunda entrancia e ***, de terceira.

**Alagôa Grande — Districto de paz, creado em 9 de Junho de 1847; comarca em 5 de Setembro de 1874; supprimida, foi restabelecida em 19 de Maio de 1892.

Alagôa Nova — Districto de paz e termo de Areia em 5 de Setembro de 1850.

*Alagôa do Monteiro — Districto de paz em 11 de Outubro de 1850; termo nesse mesmo anno; comarca em 5 de Setembro de 1874; restaurada em 7 de Novembro de 1898.

Alhandra — Districto de paz da capital, em 15 de Outubro de 1827.

Alagôa Nova da Conceição — Districto de paz da Princeza, em 16 de Outubro de 1890.

Araçagi — Districto de paz de Guarabira, em 6 de Novembro de 1897.

**Areia — Termo, em 18 de Maio de 1715; districto de paz, em 15 de Novembro de 1827; comarca, em 6 de Julho de 1854.

Alagôa do Remigio — Districto de paz de Areia, em 18 de Outubro de 1909.

Araruna — Districto de paz, em 4 de Abril de 1854; termo de Bananeiras, em 10 de Junho de 1876.

Agua Branca — Districto de paz de Piancó, em 22 de Novembro de 1864.

Bahia da Traição — Districto de paz de Mamanguape, em 6 de Março de 1876.

**Bananeiras — Districto de paz, em 29 de Novembro de 1832; termo, em 26 de Maio de 1835; comarca, em 16 de Outubro de 1858.

Boa Vista — Districto de paz de Campina Grande, em 9 de Novembro de 1877.

Bodocongó — Districto de paz de Cabaceiras, em 4 de Setembro de 1890.

Barra de Santa Rosa — Districto de paz do Picuhi, em 20 de Dezembro de 1905.

Barra de S. Miguel —Districto de paz de S. João do Cariri, em 10 de Julho de 1876.

Brejo do Cruz — Districto de paz em 8 de Novembro de 1881; termo de Pombal, restaurado, em 22 de Novembro de 1909.

Belém — Districto de paz de Brejo do Cruz, em 5 de Fevereiro de 1891.

Barra de Juá — Districto de paz de Sousa, em 6 de Dezembro de 1878.

Belém — Districto de paz de S. João do Rio do Peixe, em 10 de Julho de 1876.

Bonito — Districto de paz de S. José de Piranhas, em 29 de Fevereiro de 1896.

Cabedello — Districto de paz da capital, em 17 de Janeiro de 1891

Conde — Districto de paz da capital, em 15 de Outubro de 1827.

Cannafistula — Districto de paz de Pilar, em Julho de 1876.

Caiçara — Districto de paz, em 6 de Fevereiro de 1883; termo de Guarabira, em 2 de Março de 1916.

*Campina Grande — Termo, em 22 de Julho de 1766; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; comarca, em 8 de Agosto de 1865.

Cachoeira de Cebolas —Districto de paz do Ingá, em 3 de Outubro de 1879.

Cabaceiras — Districto de paz, em 1833; termo de S. João do Cariri, em 4 de Junho de 1835.

Cuité — Districto de paz do Picuhi, em 15 de Outubro de 1827.

Caraúbas — Districto le paz de S. João do Cariri, em 23 de Fevereiro de 1891.

Catolé do Rocha — Districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; termo de Pombal, em 17 de Setembro de 1907.

Gatingueira, ou Jucá — Districto de paz de Piancó, em 7 de Novembro de 1873.

*Conceição — Districto de paz, em 8 de Outubro de 1818; termo de Piancó, restabelecido, em 28 de Setembro de 1888; séde da Comarca de Piancó, em Novembro de 1919.

*Cajazeiras — Termo, em 23 de Novembro de 1863; comarca, em 5 de Setembro de 1874; districto de paz, em 1882.

Desterro — Districto de paz de Teixeira, em 19 de Outubro de 1898.

** Espirito Santo (Cruz do) — Termo e districto de paz, em 7 de Março de 1896; comarca, em 8 de Outubro de 1910.

Esperança — Districto de paz de Alagôa Nova, em 3 de Outubro de 1879.

Fagundes — Districto de paz de Campina Grande, em 30 de Setembro de 1879.

**Guarabira — Termo, em 27 de Abril de 1831; districto de paz, em 1833; comarca, em 5 de Abril de 1870.

Gurinhem — Districto de paz de Pilar, em 9 de Outubro de 1866.

Guarita — Districto de paz de Itabaiana, em 18 de Outubro de 1915.

Immaculada — Districto de paz de Teixeira, em 9 de Outubro de 1881.

Ingá — Termo de Campina Grande, em 23 de Maio de 1846; districto de paz, em 9 de Junho de 1847.

**Itabaiana — Termo e districto de paz do Pilar, creados em 11 de Outubro de 1864, elevado a comarca em 8 de Outubro de 1885.

Jacarahú — Districto de paz de Mamanguape, em 30 de Agosto de 1896.

Jericó — Districto de paz de Catolé do Rocha, em 9 de Novembro de 1877.

Livramento — Districto de paz de Santa Rita, em 1833.

**Mamanguape — Segundo termo creado na Capitania da Parahiba, mais ou menos entre 1745 e 1748, com o nome de Monte-mór; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; comarca, em 11 de Dezembro de 1863.

Mogeiro de Cima — Districto de paz de Itabaiana, em 30 de Setembro de 1874.

Matta Virgem — Districto de paz de S. João do Cariri, em 20 de Abril de 1870.

Malta — Districto de paz de Pombal, em 9 de Novembro de 1877.

*Misericordia — Districto de paz de Piancó, em 11 de Dezembro de 1863; termo, em 30 de Dezembro de 1891; comarca, em 10 de Novembro de 1892.

Natuba — Districto de paz de Umbuzeiro, em 19 de Maio de 1892.

Petimbú — Districto de paz da capital, em 9 de Fevereiro de 1836.

Pedras de Fogo — Districto de paz, em 1833; termo de Espirito Santo, em 10 de Agosto de 1860.

Pilar — Termo, em 14 de Setembro de 1758; districto de paz de Itabaiana, em 15 de Outubro de 1827.

Pirpirituba — Districto de paz de Caiçara, em 18 de Maio de 1892.

Pilões — Districto de paz de Serraria, em 4 de Dezembro de 1883.

Pocinhos — Districto de paz de Campina Grande, em 30 de Setembro de 1874.

* Picuhi — Termo, em 27 de Maio de 1854; districto de paz, em 26 de Novembro de 1875; comarca, com o nome de Borborema, e séde na Villa de Cuité, em 25 de Julho de 1872 e transferido para Picuhi, em 29 de Outubro de 1914.

Pedra Lavrada — Districto de paz de Picuhi, em 14 de Julho de 1890.

** Patos — Districto de paz de Teixeira, em 15 de Outubro de 1857; termo, em 10 de Novembro de 1864; comarca, com a séde em Teixeira, em 26 de Novembro de 1875; séde de comarca, em 18 de Fevereiro de 1879; supprimida, foi restaurada em 22 de Janeiro de 1891.

Passagem — Districto de paz de Patos, em 2 de Agosto de 1889.

* Pombal — Termo, em 22 de Julho de 1766; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; comarca, em 6 de Julho de 1854, restabelecida, em 11 de Novembro de 1898.

Piancó — Districto de paz, em 15 de Outubro de 1821; termo, em 11 de Novembro de 1831; comarca, em 9 de Outubro de 1866, transferida a Conceição, em 1919.

* Princeza — Districto de paz de Piancó, em 26 de Novembro de 1875; comarca, restabelecida, em 18 de Outubro de 1915.

***Parahiba do Norte (capital) — Comarca, creada por provisão régia, em 12 de Dezembro de 1687; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827.

Santa Rita — Districto de paz da capital, em 15 de Outubro de 1827; termo de Mamanguape, em 8 de Outubro de 1910.

Salgado — Districto de paz de Itabaiana, creado, em 10 de Novembro de 1888.

Sobrado — Districto de paz de Pilar, em 31 de Dezembro de 1890.

Serrinha — Districto de paz de Pilar, em 2 de Agosto de 1899.

Serra da Raiz — Districto de paz de Caiçara, em 30 de Setembro de 1865.

Serraria — Districto de paz e termo de Areia, em 13 de Outubro de 1897.

Serra Redonda — Districto de paz do Ingá, em 3 de Outubro de 1879.

Soledade — Districto de paz, em 3 de Outubro de 1879; termo de Campina Grande, em 24 de Setembro de 1885.

*S João do Cariri — Termo, em 20 de Março de 1800; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; comarca, em 6 de Julho de 1854.

Sant'Anna do Congo — Districto de paz de S. João do Cariri, em 17 de Novembro de 1871.

Santa Luzia do Sabugi — Districto de paz, em 29 de Novembro de 1832; termo de Patos, em 24 de Novembro de 1871.

Sant'Anna dos Garrotes —Districto de paz de Piancó, em 10 de Novembro de 1916.

Sant'Anna — Districto de paz de Conceição, em 20 de Outubro de 1890.

*Sousa — Termo, em 22 de Julho de 1776; districto de paz, em 15 de Outubro de 1827; comarca, em 10 de Julho de 1854.

S. João do Rio do Peixe — Districto de paz de Sousa, em 8 de Outubro de 1881: termo, em 30 de Dezembro de 1892.

S. José de Piranhas — Districto de paz de Cajazeiras, em 24 de Agosto de 1885; termo, em 2 de Outubro de 1890.

S. Francisco — Districto de paz de Soledade, em 30 de Agosto de 1896.

Taquara — Districto de paz de Pedras de Fogo, em 15 de Outubro de 1827, restabelecido, em 20 de Dezembro de 1903.

Tacina — Districto de paz de Bananeiras, em 9 de Novembro de 1887.

Taperoá — Termo de S. João de Cariri, em 13 de Outubro de 1873; districto de paz, em 6 de Outubro de 1886.

Teixeira — Districto de paz, em 1833; termo de Patos, creado, em 29 de Agosto de 1851.

*Umbuzeiro — Termo, em 26 de Julho de 1892, restaurado, em 19 de Novembro de 1904; districto de paz, em 19 de Maio de 1892; comarca, em 1918.

XVI

Historia militar

A Parahiba não tem propriamente uma Historia militar; conta, entretanto, feitos de armas destacados da Historia militar do Brasil. Principiam com as tentativas de conquistas pelos Portuguezes, desde o massacre praticado pelos indios da Copaóba em Tracunhanhem. E' verdade que, antes, os indigenas da Parahiba não se mostraram inferiores aos Portuguezes e até, acossados pela secca, trabalhavam nos engenhos que se iam levantando ao Norte de Pernambuco. Os mamelucos despertaram-lhes o odio contra os colonos; os Francezes o alimentaram. A primeira expedição enviada á Parahiba, teve por chefe Fernão da Silva, ouvidor geral de Olinda, que, á frente de um corpo de cavallaria, infanteria e indios, foi conquistar o Rio Parahiba. Cahiu numa emboscada, soffrendo grandes perdas e, com difficuldade, pôde o ouvidor, seguido de alguns soldados, escapar pela costa, chegando á Olinda, donde partiu para a Bahia, a relatar o mallogro da expedição.

Em 1575, uma tempestade destroçava a grande expedição de Luiz de Brito e em 1579, João Tavares, espirito cordato e perseverante, levantou algumas moradias á margem direita do Sanhauá e ergueu o primeiro forte da Capitania, na Ilha de Cambôa, depois chamada *Restinga*. Vendo-se abandonado, desprovido de todo e qualquer recurso, deixou com os seus a colonia, sem ser incommodado pelos naturaes. Continuaram a clamar para o Reino e tendo Fructuoso Barbosa, natural de Vianna, obtido de Philippe II doação da Capitania, organizou outra expedição, que ao chegar á Barra de Pernambuco foi dispersada por uma tempestade. Organizou segunda expedição, em Pernambuco concertou-se com as auctoridades e partiu por mar, emquanto por terra seguiu Simão Cardoso, com infanteria, cavallaria e indios flecheiros. Depois de vigorosos e sangrentos encontros, chegou a foz do Parahiba, onde encontrou Fructuoso desanimado com as perdas que lhe infligiram os selvagens. Em 1584 chegou á Parahiba a esquadra do almirante Diogo Valdez, que incendiou varias naus francezas que carregavam pau brasil, tendo os tripulantes destas fugido para a companhia dos indigenas. Ao almirante juntou-se d. Philippe de Moura, que fôra por terra commandando uma columna. Levantou Valdez, á margem esquerda do Rio Parahiba, por traz do pontal da Ilha Restinga, um forte — que no dia 1 de Maio recebeu o nome de S. Philippe e Santiago.

Deu o commando a Castrijon e partiu para a Europa. Os Indios, auxiliados pelos Francezes das naus incendiadas por Valdez, hostilizaram o forte, pondo-o em rigoroso sitio. Martim Leitão organizou um corpo expedicionario de mais de 1.200 homens e partiu em soccorro do Forte S. Philippe e Santiago. No seu trajecto teve varios reencontros, sendo o mais renhido o de Tiberi, onde foram batidos os Indios do chefe Piragibe.

Chegando a foz do Parahiba, Martim Leitão rechassou os Indios e Francezes, marchou até a Bahia da Traição, destruindo feitorias e trincheiras dos inimigos, desafogou a nascente colonia e regressou á Olinda, onde pouco depois chegou Fructuoso Barbosa seguido de Castrijon, resultando todos os esforços e sacrificios em pura perda. Os Potiguaras, porém, revoltaram-se contra Piragibe, por não ter este defendido o passo de Tiberi; o chefe tabajara pediu auxilio aos Portuguezes e Martim Leitão enviou no dia 3 de Agosto de 1585 João Tavares numa caravela, o qual no dia 5 celebrava um tratado de amizade e alliança com os selvagens, erguia um forte de madeira á margem direita do Sanhauá e aguardava a chegada de Martim Leitão.

Chegando este, emquanto se levantavam as primeiras habitações e defesas da cidade, partiu auxiliado por João Tavares e Duarte Gomes da Silveira, bateu os Indios e Francezes em Mamanguape, Bahia da Traição e Tejucupapo; seguiu até a Copaóba, onde queimou mais de cincoenta aldeias de Potiguaras. Depois do decennio de Fructuoso Barbosa veio governar a Capitania Feliciano de Carvalho, espirito activo e energico, que reprimiu a audacia dos Indios e dos Francezes. No seu governo, 13 naus francezas atacaram o Forte Santa Catharina, mas foram repellidas com grandes perdas, tendo morrido o commandante do forte e o de um destacamento francez, que desembarcara com intuitos de estabelecer sitio rigoroso.

Feliciano de Carvalho consolidou a conquista e auxiliou á do Rio Grande do Norte. Na Parahiba, organizaram-se expedições para a colonização do Ceará e Maranhão. Em 1625 surgiu na Bahia da Traição uma esquadra hollandeza, sendo incommodada por tropas enviadas pelo governador Antonio da Albuquerque. Senhores de Recife e Olinda, dirigiram os batavos suas vistas á Parahiba, cujo governador tinha enviado reforços a Pernambuco, sob o commando de seu irmão Mathias de Albuquerque Maranhão. Antonio de Albuquerque não se descuidou da defesa: organizou companhias de guerra, augmentou o poder da Fortaleza de Cabedello, já sob o commando do heroico João de Mattos Cardoso; levantou á margem esquerda, fronteiro ao de Santa Catharina, o forte Santo Antonio e, dominando a barra, construiu o fortim da Ilha Restinga. Em torno da cidade levantou trincheira e fortificações varias. Em 5 de Dezembro de 1631 surgiu na enseada de Jaguaribe uma esquadra hollandeza de 16 naus, trazendo mais de 1.500 homens. Deram desembarque e foram sitiar o Forte Santa Catharina, que os obrigou a embarcar, e a regressar a Pernambuco, com grandes perdas. Em 1633, guiados por Calabar, os Hollandezes deram novo desembarque em Lucena, donde partiram para se apossar do forte Santo Antonio, sendo batidos a meio caminho. Em 4 de Dezembro de 1635, surgiu na enseada de Jaguaribe a terceira esquadra hollandeza, composta de 29 naus, trazendo 2.354 homens de desembarque, commandados por Sigismundo van Schkoppe e Lichthardt. Antonio de Albuquerque, não obstante estar observando os movimentos da esquadra inimiga, não oppoz, a tempo, a devida resistencia, foi batido facilmente pelos invasores, que desembarcaram ao Norte da foz do Jaguaribe, seguiram para o Cabedello em cuja barra foi cruzar a esquadra sob as ordens do almirante Lichthardt.

Santa Catharina, apesar de sua formidavel resistencia, foi posta em rigoroso assedio; dias depois os batavos se apossavam do Fortim da Restinga, tornando-se impossivel o abastecimento da fortaleza sitiada que por fim, tendo perdido seu commandante o heroico João de Mattos, seu capellão não menos heroico frei Manuel da Piedade e mais da metade dos seus soldados e officiaes, se rendeu com todos as honras de guerra. Santo Antonio resistiu ainda cinco dias, esperando debalde auxilios de Antonio de Albuquerque e do conde de Bagnuolo que permaneciam inactivos: o primeiro a 3 km. do reducto, o segundo na capital donde se retirou ás pressas logo que lhe chegou a noticia das capitulações! Em 24 de Dezembro entraram os Hollandezes na Parahiba, cujos armazens estavam em chammas. Antonio de Albuquerque despido de talento militar, recuou para o interior, procurando um ponto para resistencia e afinal foi reunir-se com as suas tropas, seguidas de varias familias, ao seu irmão em Pernambuco. Mais tarde Vidal de Negreiros e Sebastião Souto, talaram todos os campos cultivados do valle do Parahiba. Em 17 de Novembro de 1636, Francisco Rabello ataca de surpresa o engenho Espirito Santo, onde estava o governador hollandez Ippo Eysen que foi morto na lucta. Descia Rabello demandando á capital quando se encontra com as forças hollandezas enviadas em soccorro do governador. Rabello ia sendo batido á margem direita do Parahiba, então quasi secco; atravessa-o para escapar á sanha e ao numero do inimigo que o segue; eis surgem, inesperadamente, os terços de Henrique Dias e Sebastião do Souto, sendo os Hollandezes completamente desbaratados. Duas ermidas dedicadas a Nossa Senhora da Batalha e Nossa Senhora do Soccorro, assignalam numa e noutra margem do rio os logares onde se feriram os dois combates.

Expulsos os Hollandezes, em 1654, depois de batidos no combate de Inhobim em Setembro de 1653, começou a conquista do interior, procedendo as bandeiras da Bahia, de Pernambuco e especialmente de Boqueirão, na Parahiba, sob as ordens de Theodosio de Oliveira Ledo, ou parentes destes. Havendo o levante geral dos Indios, conhecido na Historia pela *Confederação dos Cariris*, reuniu-se o esforço de Theodosio com o de Luiz Soares, capitão-mór dos Henriques, e levaram os Indios a ferro e a fogo numa carnificina horrivel.

Em 1710, João da Maia da Gama fortificou a cidade, organizou exercitos sob as ordens dos referidos capitães-móres, que mandou para as fronteiras do Sul, afim de auxiliar os Portuguezes, na *guerra dos mascates*. Luiz Soares foi batido num ataque a Goianna, cumprindo Theodosio de Oliveira, com inexcedivel zelo, as ordens recebidas do governador. Em 1817, chegando á Parahiba noticias da proclamação da republica em Pernambuco, levantou-se no Pilar o *exercito libertador* e marchou contra a capital, onde já se encontrava deposto o governo realista. Amaro Gomes Coitinho, general das forças revolucionarias, mandou o mechanico Francisco João Azevedo levantar um entrincheiramento na Rua Nova e ordenou que o seu immediato, tenente-coronel José Peregrino de Carvalho fosse á Natal auxiliar a instituição do regime e Peregrino, em viagem, bate os realistas em Mamanguape, chega ao termo de sua viagem, consegue alcançar o seu objectivo e volta á Parahiba a marchas forçadas, ao saber da contra-revolução. Acampa ás portas da cidade, disposto a assalta-la, quando seu pae lhe faz dispersar as tropas e abandonar a causa da liberdade. Por sua vez, Amaro Gomes Coitinho, tendo sahido da capital para bater o exercito realista, ao ordenar o ataque ao inimigo acampado em Tiberi, é desobedecido e abandonado por seus soldados. No interior: os padres José Ferreira Nobre, de Pombal, Luiz José Correia de Sá, de Sousa, e Martiniano de Alencar, do Ceará, tinham levantado o *exercito do Rio do Peixe*, que foi vencido ao entrar no Ceará. A Parahiba pagou então um dos maiores tributos de sangue á Liberdade e teve centenas de familias arrojadas á miseria, com a prisão dos seus chefes e o confisco de bens. Em 1820 levantaram-se em Mamanguape e Guarabira varios grupos armados contra a Constituição jurada por d. João VI, sendo, em renhidos combates vencidos, quando procuravam entrar em Areia. Em Abril de 1824 a conducta do primeiro presidente da Parahiba, Philippe de Nery, levou-a á uma revolta, sendo em Areia acclamada uma Junta governativa. O commando das forças revolucionarias coube ao coronel Felix Antonio de

Albuquerque que, em Itabaiana, acceitou combate com os legalistas dirigidos pelo coronel Estevam Carneiro da Cunha. Depois de uma lucta de 3 horas, retirou-se Felix Antonio com as suas tropas para Serrinha, onde teve reforços e desceu para atacar a capital. No Pilar, recebeu noticias da proclamação da Republica do Equador e pedido de sua coadjuvação. Felix Antonio volta; entra em Pernambuco. Vencidos os republicanos, reunem-se todos e procuram um ponto no interior da Parahiba. São batidos em Cabaceiras, em Batalhão e, finalmente, desbaratados no Ceará, ficando prisioneiros quasi todos os chefes, inclusive frei Caneca e Felix Antonio. Este conseguiu fugir, sendo pouco tempo depois barbaramente assassinado. Essa lucta é conhecida na chronica popular pelo nome de guerra dos *Corcundas* (realistas) e *Carambolas* (patriotas). No anno anterior, isto é, em Setembro de 1823, o tenente José Antonio da Fonseca Galvão, — o *Pastorinha*, membro extremado do *Partido Portuguez*, revoltara-se, entrincheirando-se no S. Francisco, e, com duas companhias e uma peça, resistiu algumas horas ás tropas legaes, fugindo, por fim, para a Europa. Em 1848, Borges da Fonseca, tribuno, agitador e republicano, interessa a Parahiba na revolução *praieira*, conhecida no interior da Parahiba, sob a denominação de *Guerra de Moraes*.

Vencidos no Recife, foram attrahidos os restos dos batalhões de Nunes Machado para Areia, onde se entrincheiraram, depois de receberem auxilios e reforços do coronel Joaquim dos Santos Leal e do dr. Maximiano Lopes Machado. Em 21 de Fevereiro de 1849 foram atacados pelas forças legaes, sendo vencidos depois de seis horas de combate.

Em 1864, recebendo a noticia da guerra do Brasil com o Paraguai, a Provincia appellou para o voluntariado, concorrendo com 3.219 homens; destes 365 se destinaram á Armada. O primeiro corpo de voluntarios embarcou no dia 10 de Abril de 1865, sendo commandado pelo tenente-coronel dr. Luiz Ignacio de Albuquerque Maranhão, morto em Lomas Valentinas. De todos esses voluntarios, apenas 90 regressaram a sua terra, em 1870!

Em Novembro de 1875, surgiu em Bodopitá, districto de Campina Grande, a revolução dos *Quebra-kilos*, sob pretexto de insurgir-se contra a systema metrico decimal, mas realmente movida por inspirações de parochos, num desforço contra a prisão dos bispos de Pernambuco e Pará, o primeiro dos quaes, era o parahibano d. frei Vital Maria de Oliveira. As hordas, sem direcção, assaltaram, incendiaram varias localidades da Parahiba, Pernambuco e até de Alagôas e foram batidas cruelmente pelas tropas do general Severiano da Fonseca, em fins daquelle anno. Com a Republica surgiram alguns motins, salientando-se o de 1912, que foi dispersado pela força federal.

Nos tempos coloniaes, o Governo da Metropole creou terços de brancos, de pretos e de indios para defesa da Capitania; com a Independencia, a Provincia organizou o seu corpo de policia e teve varios batalhões de Guarda Nacional que, desde fins da guerra com o Paraguai, deixaram de prestar serviços. Depois de instituido o regime republicano, reorganizou e disciplinou a Parahiba o seu corpo de Policia, que é a guarda do Estado. Entre os militares celebres, filhos da Parahiba, dois nomes merecem especial homenagem: o do capitão general André Vidal de Negreiros, nos tempos coloniaes e do marechal José de Almeida Barreto, que morreu senador da Republica.

XVII

Historia religiosa

Com o ouvidor Martim Leitão foi á Parahiba, o primeiro jesuita, o padre Jeronymo Machado, que escreveu minuciosa descripção da conquista dessa Capitania. Começando o povoamento, estabeleceram-se logo os missionarios da Companhia de Jesus, ao Sul da cidade, fundando mais tarde, em 1748, o grande Convento de S. Gonçalo. Em 1595 os Carmelitanos situaram-se 3 km. ao Norte de Cabedello, com a Egreja de Nossa Senhora da Guia e começavam a construir seu convento na capital. No mesmo anno apparecem os Benedictinos na Capitania, mas sómente no anno de 1599 conseguiram levantar seu mosteiro.

A conversão do gentio, naquelles primeiros tempos, coube aos Jesuitas e Franciscanos e tendo estes se insinuado nas graças do gentio, incorreram na prevenção dos Jesuitas, levantando-se entre as duras ordens seria discordia, que terminou com a sahida dos ultimos da Capitania, no governo de Feliciano de Carvalho.

Os Franciscanos foram avançando para o Sul e para o Centro, os Carmelitanos dirigiram sua acção tambem para o Interior e para o Norte e os Benedictinos acompanharam estes. Com a invasão hollandeza, as missões foram abandonadas e os religiosos privados de exercer a catechese. Nucleos importantes, como as aldeias de Almagra, Santo Antonio, Mangue, no littoral, Urutuahi, Pindauna, Pilar, no interior, quasi desappareceram no periodo da lucta.

Restaurado o dominio portuguez, Capuchinhos italianos e francezes, seguindo os bandeirantes bahianos e pernambucanos, principiaram na segunda metade do seculo XVII a percorrer o interior. Dentre elles o capuchinho francez Martin de Nantes deixou preciosa chronica.

Infelizmente o missionario não precedeu, na Capitania, ás entradas de Antonio de Oliveira, de Theodozio de Oliveira Ledo, dos assalariados da Casa da Torre, nem aos terços de Luiz Soares, aos quaes deve a Parahiba a perda da sua população incola do interior, immolada ferozmente pelos conquistadores. Não obstante, raras são as localidades da Parahiba que não devam sua fundação ao espirito religioso de algum proprietario ou á palavra evangelica de algum missionario.

Em 1745, chegou á Parahiba o jesuita Gabriel Malagrida, abriu missão, creou um seminario para a mocidade destinada ao sacerdocio, fundou um recolhimento para mulheres convertidas, e reconstruiu a egreja da aldeia Varzea-Nova, estimulou, enfim, a acção dos Jesuitas que voltaram á Parahiba e se espalharam pelo interior. Assim em 1774 contava a Capitania, além da de Nossa Senhora das Neves, as freguezias de Taipú, do Pilar, Campina Grande, Cariri de Fóra, Conde, Alhandra, Bahia da Traição, Monte-mór e Bom-Successo.

Desde seus primeiros dias foi a Parahiba da jurisdicção ecclesiastica de Pernambuco; mesmo depois da emancipação politica do Brasil, continuou longos annos dependente do Bispado de Olinda. Em 1892, comprehendendo o Estado do Rio Grande do Norte, por bulla pontificia *Ad Universas Orbis Ecclesias*, foi elevada á diocese, tendo o seu primeiro bispo, d. Adaucto Aurelio de Miranda Henriques, eleito em 2 de Janeiro de 1894, tomado posse em 4 de Março desse anno. Em 1909, separou-se o Rio Grande do Norte, tambem elevado a diocese e em 1914, sendo instituido o Bispado de Cajazeiras, na Parahiba, foi esta, por bulla *Maius Catholica* elevada a archidiocese, constituindo uma nova provincia ecclesiastica, comprehendendo o Estado da Parahiba e o do Rio Grande do Norte. Em 1919, contava toda Parahiba 40 parochias.

Na sua quasi totalidade, é a população do Estado catholica apostolica romana; mais ou menos entre os annos de 1880 a 1883, surgiram na capital da Parahiba os primeiros propagadores da doutrina lutherana, onde formaram pequeno nucleo e levantaram um templo.

Não conseguiram grande resultado e, 30 annos depois, o numero de seus proselytos talvez não attingisse ainda, em todo territorio parahibano, a 5.000 individuos.

XVIII

Historia litteraria e scientifica

A Parahiba não recolheu ainda dados para a sua Historia litteraria e scientifica. Do preterito, pouco ou quasi nada, foi conservado, de maneira que raros documentos existem referentes a Marcos Barbosa, grammatico e mechanico, ao dr. Feliciano Dourado, diplomata de incontestavel valor, mesmo a Vidal de Negreiros, tão bom escriptor quanto grande general. No fim do seculo XVIII surge o naturalista Manuel de Arruda Camara e funda o areopago de Itambé, onde se reuniram espiritos cultos, no afan da propaganda pela Independencia do Brasil. A Revolução de 1817 revelou um certo numero de Parahibanos illustres: na Jurisprudencia, o advogado *Augusto Xavier de Carvalho*; no manejo da lingua, na Legislação, e na Oratoria, o latinista padre *Antonio Pereira de Albuquerque*; na Poesia, *Francisco Xavier Monteiro da Franca*. Mais ou menos nessa epocha nasceu *Francisco João de Azevedo*, mais tarde padre, grande mathematico e mechanico.

Com a Independencia, vai se definindo a feição litteraria, mais litteraria do que scientifica, da Parahiba.

Em 16 de Fevereiro de 1826 surgiu o primeiro jornal, a *Gazeta do Governo da Parahiba do Norte* e na imprensa começa a vida litteraria documentada. A politica fornece principal assumpto, prende os intellectuaes, seduz a todos e nesses primeiros tempos, existe uma verdadeira revelação de poetas e oradores. A Astronomia contou o professor *Daniel Figueiredo*, que mereceu elogios de Camillo Flammarion. Sendo a impressão coisa difficil e carissima na Parahiba, só em 1889 tem a então Provincia imprensa diaria, com serviço telegraphico, sendo rarissimos até então os livros publicados. Entretanto a Republica já encontrou na Parahiba *um minusculo meio litterario*, cultivando a Poesia, a Novella, a Historia, o Drama, a Geographia, a Mathematica, a Linguistica e mesmo a Philosophia.

Em 7 de Setembro de 1905 fundou-se o Instituto Historico e Geographico Parahibano e da segunda decade do seculo XX em deante, já se torna digno de nota o numero de edições annuaes que sahem dos prelos, referentes a varios ramos de conhecimento humano. Em 1920, além de varios periodicos, publicados em municipios como Campina Grande, Mamanguape, Alagôa Grande, Itabaiana, etc., contava o Estado quatro diarios na sua capital, dirigidos por homens de incontestavel valor.

HISTORIA ARTISTICA

As primeiras revelações artisticas na Parahiba se manifestam na Architectura religiosa e militar; desta chegaram até nossos dias a Fortaleza de Santa Catharina, em Cabedello, e a Casa da Polvora, na capital.

E' nos conventos, porém, onde se encontram os mais valiosos trabalhos artisticos, seja em pedraria, seja em talhamentos ou esculptura, seja em pintura, tendo todos elles sido executados entre os annos 1700 a 1750. Os paineis do tecto da Ordem Terceira de S. Francisco e os do Convento de Santo Antonio, com os seus azulejos, bem como os do Carmo e Ordem de Santa Thereza, os quadros do Mosteiro de S. Bento e os de S. Gonçalo, despertam maxima admiração a quantos os contemplam. Infelizmente não se conhecem os nomes dos seus auctores, que se revelaram discipulos adeantados da escola florentina.

No começo do seculo XVIII, Marcos Barbosa, mechanico, natural e morador de Mamanguape, onde construira um apparelho com que fabricava instrumentos de fórmas singulares e de sons agradabilissimos, dedicava-se tambem á Musica.

A Arte typographica começa a interessar depois da Independencia; em 1823, *Francisco João de Azevedo*, mais tarde padre, foi encarregado de montar a primeira officina impressora da Parahiba.

Este Parahibano se tornou gravador habilissimo e inventor da machina de escrever, cujo primeiro exemplar enviou á Exposição Nacional, realizada na capital do paiz em 1851. Nesse certame figurou tambem um machinismo para fabricar cigarros, invento de um Parahibano residente em Areia, patria dos pintores *Pedro Americo* e *Aurelio de Figueiredo*. Varias vocações artisticas têm surgido na Parahiba, especialmente em Pintura; quasi todas, porém, não se desenvolveram á falta de recursos para chegarem até os bons mestres. Em Outubro de 1916, realizou-se, na capital, com algum successo, a primeira exposição de pintura feita pelo artista parahibano, professor *Genezio de Andrade*, em beneficio do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia. Figuraram mais de cincoenta quadros, entre estes varios a oleo, representando paizagens parahibanas, além de uma tela reproduzindo a Cidade da Parahiba nos tempos coloniaes.

Na exposição figuraram tambem varios objectos esculpidos em madeira, pelo professor *Alberto Carneiro de Britto*, bem como varias caricaturas do professor *Frederico Falcão*.

A musica tem tido cultores notaveis, a quem o meio não favoreceu; das corporações musicaes é mais notavel a banda do corpo policial, que se exhibiu pela primeira vez em publico no dia 28 de Julho de 1870. Em 5 de Janeiro de 1910 inaugurou-se na capital a Escola de Aprendizes Artifices, destinada a formar operarios-mestres e a aperfeiçoar estudos de artistas. Na escola foram creadas officinas de alfaiataria, marcenaria, serralheria, sapataria e encadernação e aulas de lingua nacional e desenho.

Antes disso, em 27 de Outubro de 1866, no sitio Cruz do Peixe, onde depois se levantaram os hospitaes da Santa Casa, se inaugurou o *Collegio de Educandos Artifices*, internato que foi extincto em 1874, por não comportar o orçamento da Provincia a despesa do estabelecimento.

XIX

Homens notaveis

ALBINO GONÇALVES MEIRA VASCONCELLOS — Orador, jornalista, advogado e professor. Nasceu na Villa do Pilar em 10 de Março de 1854 e falleceu no Recife em 1908.

AMARO GOMES COUTINHO — Proprietario rico e commandante chefe das forças revolucionarias em 1817. Nasceu em Santa Rita em meados do seculo XVIII e subiu a forca no Recife, em 27 de Agosto de 1817.

ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS — Militar, politico e administrador, nascido, segundo, conjecturas em 1617. Morreu no engenho "Novo de Goiana" em 3 de Fevereiro de 1680.

ALVARO LOPES MACHADO — Militar, administrador, politico e legislador. Nasceu em Areia em 5 de Maio de 1859 e falleceu no Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1912.

ANTONIO BORGES DA FONSECA — Jornalista, tribuno e propagandista da Republica. Nasceu na capital, em 1808 e falleceu em 9 de Abril de 1872, em Pernambuco.

ANTONIO DA CRUZ CORDEIRO — Medico, litterato e jornalista; nascido na capital em 28 de Novembro de 1831 e fallecido no anno de 1889. Deixou varias publicações.

ANTONIO DA CRUZ CORDEIRO JUNIOR (filho do precedente) — Medico, litterato e jornalista, nascido na capital e fallecido em Santa Catharina em 1894, como medico da guarnição militar. Publicou varios trabalhos.

ANTONIO ALFREDO DA GAMA E MELLO — Advogado, politico, jornalista, administrador e legislador. Nasceu na capital da Parahiba em 1 de Outubro de 1849 e falleceu na mesma cidade em 10 de Abril de 1908.

ANTONIO DA TRINDADE ANTUNES MEIRA HENRIQUES — Advogado, magistrado e politico. Nasceu em 11 de Março de 1836 e morreu em 6 de Fevereiro de 1911.

ANTONIO DE MELLO MUNIZ MAIA — Medico e poeta, nascido em 1848. Deixou um livro de poesia.

ANTONIO ELIAS PESSOA — Poeta e latinista, implicado na Revolução de 1817.

ANTONIO ELIAS PESSOA (neto do precedente) — Nasceu em Lucena a 3 de Outubro de 1865 e falleceu em 21 de Outubro de 1909. Foi professor, jornalista e poeta.

ANTONIO JOSÉ HENRIQUES — Politico, do Conselho do Imperio. Nasceu no seculo XIX.

ANTONIO MANOEL DE ARAGÃO E MELLO — Magistrado, politico, administrador e jornalista, nascido em Bananeiras em 1 de Fevereiro de 1814 e fallecido em 17 de Março de 1898.

ANTONIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE MELLO — Padre, latinista, implicado no movimento revolucionario de 1817; foi em 6 de Setembro daquelle anno enforcado no Recife.

ARISTIDES LOBO — Jornalista, advogado e propagandista republicano, nascido em Mamanguape.

ARTHUR ACHILLES DOS SANTOS — Jornalista, nascido na Parahiba em 20 de Junho de 1864 e fallecido em 29 de Novembro de 1916.

BRAZ FLORENTINO HENRIQUE DE SOUSA — Jurisconsulto e professor. Nasceu em 5 de Janeiro de 1825 e falleceu no Maranhão em 29 de Março de 1870.

CAETANO ALVES DE SOUSA FILGUEIRAS — Advogado, poeta e administrador. Nasceu na capital em 7 de Julho de 1832 e ahi falleceu em 15 de Julho de 1882. Deixou varios volumes de poesias.

DANIEL DE FIGUEIREDO — Já fallecido, natural de Areia, dedicava-se á Astronomia.

DIOGO VELHO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (visconde de Cavalcanti) — Politico, advogado, administrador e do Conselho do Imperio. Nasceu no Pilar em 9 de Novembro de 1829, falleceu em Minas a 14 de Julho de 1899. Deixou varios trabalhos impressos.

FELICIANO DOURADO — Nascido no primeiro quartel do seculo XVII. Diplomata, esteve como embaixador de Portugal no Vaticano em 1652, na Hollanda em 1659.

FRANCISCO ANTONIO CARNEIRO DA CUNHA — Militar e scientista; nascido em 13 de Junho de 1845, fez a campanha do Paraguai; falleceu no Rio de Janeiro a 20 de Novembro de 1897. Deixou varias publicações.

FRANCISCO MANUEL CARNEIRO DA CUNHA — Professor, politico e legislador. Nascido em 1810 e fallecido em 1874.

FRANCISCO JOÃO DE AZEVEDO — Padre, mathematico, gravador e mechanico. Inventou uma machina de escrever e outra para tachygraphar discursos. Nasceu na Parahiba em começo do seculo XIX e ahi falleceu em 26 de Junho de 1880.

FRANCISCO SOARES DA SILVA RETUMBA — Engenheiro. Nasceu em 1840 e deixou varios trabalhos sobre mineraes da Parahiba.

FRANCISCO XAVIER MONTEIRO DA FRANCA — Poeta, e prosador, nascido em 15 de Junho de 1773. Implicado na Revolução de 1817, foi condemnado a morte; recebendo o indulto quando se confessava para ir ao patibulo. Falleceu em 16 de Julho de 1851.

IGNACIO DE SOUSA ROLIM (commendador) — Padre, naturalista e philologo, nascido em Cajazeiras a 15 de Junho de 1800 e ahi fallecido em Março de 1900. Deixou varios trabalhos didacticos.

IRENE CECILIANO PEREIRA JOFFILY — Magistrado, jornalista e escriptor. Nasceu em Campina Grande no dia 15 de Dezembro de 1843 e falleceu a 7 de Fevereiro de 1902. Deixou publicados dois volumes sobre a Geographia da Parahiba.

IRINEU FERREIRA BRITTO — Historiographo, nascido na capital em 7 de Abril de 1880 e fallecido em 19 de Março de 1917. Deixou publicados dois volumes sobre a Historia da Parahiba.

JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELLOS — Politico e magistrado, nascido no Pilar em 1823. Era commendador e do Conselho do Imperio. Falleceu no Rio em 10 de Março de 1892.

JOAQUIM JOSÉ HENRIQUE DA SILVA — Professor, nasceu em Areia em 3 de Julho de 1820 e falleceu no Recife no dia 18 de Julho de 1889. Deixou publicada uma grammatica latina.

JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO — Militar, nascido em Sousa em 1830. Falleceu marechal e senador da Republica, no Rio de Janeiro, em 3 de Maio de 1905.

JOSÉ PEREGRINO DE CARVALHO — Militar e heróe de 1817. Nasceu na capital em 16 de Setembro de 1798 e foi enforcado no Recife no dia 21 de Agosto de 1817.

JOSÉ THOMAZ CARNEIRO DA CUNHA — Militar e pintor. Nasceu em 1843 e falleceu como membro da commissão scientifica, no Rio Grande do Sul, em 4 de Junho de 1876. Deixou tres quadros notaveis.

LEONARDO ANTUNES MEIRA HENRIQUES — Padre, advogado e jornalista. Nasceu em 6 de Novembro de 1820.

LINDOLPHO JOSÉ CORRÊA DAS NEVES (commendador) — Padre, jornalista, professor e parlamentar, nascido em 5 de Agosto de 1819 e fallecido em 19 de Maio de 1884.

LUIZ FERREIRA MACIEL PINHEIRO — Magistrado, jornalista e propagandista republicano. Nasceu na Parahiba em 11 de Dezembro de 1831 e falleceu no Recife em 9 de Novembro de 1889.

MANUEL DE ARRUDA CAMARA — Naturalista, nascido em Pombal no anno de 1752. Falleceu no Recife em 1810. Deixou varios trabalhos sobre Sciencias naturaes.

MANUEL PEDRO CARDOSO VIEIRA — Advogado, orador, jornalista e parlamentar. Falleceu no Rio de Janeiro entre os annos de 1879 a 1881.

MARCOS BARBOSA — Compositor, aviador, mechanico e professor, nascido em Mamanguape em fins do seculo XVII.

MAXIMIANO LOPES MACHADO — Advogado, jornalista e orador. Nasceu na Parahiba em 7 de Agosto de 1821 e falleceu no Recife em 11 de Fevereiro de 1895. Deixou a *Historia da Provincia da Parahiba.*

PEDRO AMERICO DE FIGUEIREDO E MELLO — Pintor e publicista. Nasceu em Areia no dia 23 de Abril de 1843 e falleceu em Florença (Italia), em 9 de Outubro de 1905. Deixou telas de inapreciavel valor e varias publicações scientificas e litterarias.

SALVADOR HENRIQUE DE ALBUQUERQUE — Professor, nascido em 24 de Fevereiro de 1813 e fallecido no Recife em 31 de Agosto de 1880. Deixou varios trabalhos publicados sobre instrucção e historia.

SILVINO ELVIDIO CARNEIRO DA CUNHA (barão de Abiahi) — Politico, administrador e advogado, nascido na Parahiba em 31 de Agosto de 1831 e fallecido a bordo do vapor *Olinda*, de regresso da capital do paiz, em 8 de Abril de 1892.

VITAL MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA — Bispo de Olinda, nascido em Pedras de Fogo em 27 de Novembro de 1844 e fallecido em Paris a 27 de Setembro de 1877.

PLACIDO CEZAR — Musico, grande violinista, nascido em 22 de Julho de 1852 e fallecido em 17 de Dezembro de 1916.

JOÃO ROIZ CORIOLANO DE MEDEIROS.

Observação — O capitulo sobre Instrucção Publica foi escripto pelo dr. ALCIDES BEZERRA.

INDICE DO 2º VOLUME

DO

DICCIONARIO HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

INTRODUCÇÃO GERAL

(ESTADOS)

Paginas

ESTADO DO AMAZONAS:

I — Superficie ... 3
II — Limites ... 3
III — População ... 12
IV — Orographia ... 15
V — Hydrographia ... 15
VI — Clima ... 26
VII — Fauna ... 27
VIII — Flora ... 29
IX — Constituição geologica e Mineraes ... 31
X — Ethnographia ... 34
XI — Nomenclatura dos municipios e povoações ... 41
XII — Instrucção publica ... 42
XIII — Agricultura, Industria e Commercio ... 44
XIV — Vias de communicação ... 53
XV — Historia politica, administrativa e judiciaria ... 57
XVI — Historia da descoberta e exploração do Rio Amazonas e seus principaes tributarios amazonenses ... 62
XVII — Historia militar ... 69
XVIII — Historia religiosa ... 71
XIX — Historia litteraria ... 73
XX — Historia scientifica ... 74
XXI — Historia artistica ... 76
XXII — Homens notaveis ... 77

ESTADO DO PARÁ:

I — Posição, Limites e Superficie ... 85
II — População ... 85
III — Orographia ... 86
IV — Hydrographia ... 90
V — Clima ... 96
VI — Fauna ... 97
VII — Flora ... 100
A — *Flora paraense. Sua distribuição em 11 grupos* ... 119
VIII — Geologia e Mineralogia ... 125

Paginas

IX — Ethnographia:
A — *Ethnographia historica* 128
B — *Ethnographia em geral* 199
C — *Ethnographia statica* 133
X — Municipios e povoações 136
XI — A Instrucção publica 138
XII — Agricultura, Industria e Commercio 147
XIII — Vias de communicação 158
XIV — Historia politica 168
XV — Administração 185
XVI — Historia judiciaria 191
XVII — Historia militar do Pará 198
XVIII — Historia religiosa 223
XIX — Synthese da Historia litteraria 229
XX — Homens Notaveis 244

ESTADO DO MARANHÃO:

I — Superficie 259
II — Limites 259
III — População 260
IV — Orographia 261
V — Hydrographia 262
VI — Clima 264
VII — Fauna 265
VIII — Flora 266
IX — Mineraes e constituição geologica 269
X — Ethnographia 270
XI — Municipios e povoações 271
XII — Instrucção publica 273
XIII — Saude publica 274
XIV — Agricultura, Industria e Commercio 274
XV — Vias de communicação 274
XVI — Historia geral e politica 280
XVII — Historia administrativa 282
XVIII — Historia judiciaria 286
XIX — Historia militar 287
XX — Historia religiosa 292
XXI — Historia litteraria e scientifica 296
XXII — Historia artistica 297
XXIII — Biographia summaria dos homens mais notaveis já fallecidos 299

ESTADO DO PIAUHI:

I — Limites 325
II — População 325
III — Superficie 325
IV — Orographia 326
V — Hydrographia 326
VI — Clima 327
VII — Fauna 327
VIII — Flora 327
IX — Constituição geologica e Mineralogia 327
X — Municipios e povoações 329
XI — Organização judiciaria 343
XII — Instrucção 343

Paginas

XIII — Aspecto economico 344
XIV — Situação financeira 353
XV — Vias de communicação e transporte 353
XVI — Synthese historica 353
XVII — Entradas 353
XVIII — Historia administrativa 374
XIX — Historia judiciaria 375
XX — Historia religiosa 379
XXI — Homens notaveis 380
ESTADO DO CEARÁ: 384

I — Situação 395
II — Limites 395
III — Superficie 395
IV — Aspecto physico geral 395
V — População 396
VI — Orographia 398
VII — Hydrographia 399
VIII — Clima 400
IX — Fauna 402
X — Flora 403
XI — Riquezas mineraes 403
XII — Municipios 404
XIII — Geographia economica 404
XIV — Noticia historica 409
XV — Religião 412
XVI — Historia litteraria 414
XVII — Homens notaveis 416
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: 432

I — Posição e limites 439
II — Superficie 440
III — Aspecto physico 441
IV — Littoral e portos 441
V — Orographia 444
VI — Hydrographia 445
VII — Clima 456
VIII — Seccas 458
IX — Fauna 463
X — Flora 464
XI — Geologia e Mineraes 466
XII — População 471
XIII — Organização politica, administrativa, judiciaria e ecclesiastica 476
XIV — Serviços federaes 479
XV — Serviços estaduaes 492
XVI — Aspectos economicos e financeiros 498
XVII — Cidades 509
XVIII — Notas ethnographicas 510
XIX — Resenha historica 511
XX — Ligeiros traços biographicos de cincoenta Rio-grandenses illustres (fallecidos antes de 1910) 636
ESTADO DA PARAHIBA: 661

I — Superficie e limites — Littoral 663
II — Orographia 663

	Paginas
III — Potamographia	664
IV — Clima	666
V — Flora	671
VI — Noticia geologica	673
VII — Fauna	675
VIII — População e dados ethnographicos	679
IX — Organização politica	681
X — Geographia politica da Parahiba	682
XI — A Parahiba economica: as minas; a agricultura; a industria e o gado	712
XII — Vias de communicação	718
XIII — Instrucção publica	722
XIV — Historia politica	729
XV — Historia administrativa e judiciaria	731
XVI — Historia militar	736
XVII — Historia religiosa	738
XVIII — Historia litteraria e scientifica	739
XIX — Homens notaveis	740

INDICE DAS ESTAMPAS

(2º VOLUME)

	Paginas
Carta do Estado do Maranhão	262
Carta da Ilha de S. Luiz do Maranhão	270
Bahia de S. Marcos (Maranhão)	278
Planta da Cidade de S. Luiz do Maranhão por occasião da invasão dos Hollandezes (1640)	288
Carta dos Estados do Rio Grande do Norte e Parahiba	440
Dunas a SE da cidade (Natal)	444
Dunas da E da cidade (Natal)	446
Praia "Limpa". Areias fixadas (Natal)	446
Areia Preta (Natal)	448
Dunas da Areia Preta (Natal)	450
Praia do Morcego. Hospital "Jovino Barreto" e Orphanato "João Maria" (Natal)	452
Secção mostrando um poço perfurado em Natal (Typo de poços dessa cidade)	454
Secção mostrando de que modo existe agua nos schistes e gneiss	456
Secção mostrando agua no arenito	456
Secção mostrando um poço em Mossoró	456
Secção mostrando agua nas dunas de areia	456
Secção mostrando um poço em Macau	456
Secção mostrando agua no arenito da Serra do Martins	456
Camadas de arenito, perto de Apodi	466
A'rea de arenito na Chapada de S. Sebastião	466
Affloramento de calcareo perto de Passagem Funda, mostrando camadas que se inclinam suavemente para o Nordéste	466
Pedra calcarea perto de S. Sebastião mostrando a posição quasi horizontal das camadas	468
Feira no sertão	468
Transporte em costas de animaes no interior do Rio Grande do Norte	468
Serrote isolado de granito no meio de uma área de schistos e gneiss perto de Martins	470
Affloramento de arenito ao longo da Chapada do Apodi perto de Passagem Funda	470
Ondulosa planicie crystallina (granito) perto de Caraúbas	470
Lagôa do Piatô	472
Vazante no leito do Rio Apodi, 15 km. ao Sul do Mossoró	472
Olho d'agua Livramento, ao longo da escarpada da Chapada de S. Sebastião	472
Olho d'agua Soledade na Chapada do Apodi	474
Algodoeiros de um anno de edade	474
Favas de milho que dão na região de pedra calcarea, Chapada do Apodi	474
Uma parte da Chapada de S. Sebastião, mostrando a topographia da mesma e matto cerrado	476
Terra fertil, coberta de carnaúba perto de Assú	476
Lagôa Apodi	476
Olho d'agua Abreu, na Chapada do Apodi, perto de Soledade	478
Relva que nasce sobre a parte decomposta das rochas crystallinas	478
Olho d'agua Vertentes, na Chapada de Apodi, cerca de 3 leguas a Noroéste de Mossoró	478
Serra de Porto Alegre, mostrando o contacto do arenito com as rochas crystallinas	480
Planicie crystallina a Oéste da Chapada do Apodi	480
Léste da Serra S. Miguel. A Serra de Martins	480
Uma parte da escarpa calcarea do Apodi	480
Faixeiro	480
Xique-Xique	480
Palacio do Governo (Natal)	482

	Paginas
Panorama (Natal)	482
Ponte da E. F. C. sobre o Potengi (Natal)	484
Avenida Tavares de Lyra (Natal)	490
Superior Tribunal de Justiça (Natal)	492
Grupo escolar "Augusto Severo" (Natal)	494
Jardim Augusto Severo (Natal)	494
Grupo escolar "Miguelinho" (Natal)	496
Escola domestica (Natal)	498
Hospital "Jovino Barreto" (Natal)	510
Praça Leão XIII (Natal)	518
Theatro Carlos Gomes (Natal)	530
Orphanato "D. Ulrico" (Parahiba do Norte)	680
Hospital "Oswaldo Cruz". Fachada principal (Parahiba do Norte)	684
Imprensa Official (Parahiba do Norte)	686
Rua "Duque de Caxias" (Parahiba do Norte)	688
Hygiene estadual (Parahiba do Norte)	700
Inauguração do posto de doenças venereas — C. S. P. Rural (Parahiba do Norte)	704
Estação Experimental de Pendencia. Algodoal novo. Tres mezes. "Russel-Big-Boll". Varzea "21 de Agosto" (Parahiba do Norte)	714
Estação Experimental de Pendencia. Grade de discos funccionando. Varzea "William de Sousa" (Parahiba do Norte)	716
Escola Normal (Parahiba do Norte)	724
Grupo Isabel Maria das Neves (Parahiba do Norte)	726
Grupo "Antonio Pessôa" (Parahiba do Norte)	728
Grupo "Thomaz Mindello" (Parahiba do Norte)	730

1151 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional (Monotypia) — 1922

SUPPLEMENTO

AOS

APONTAMENTOS

PARA O

DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRAZIL

ALFREDO MOREIRA PINTO

SUPPLEMENTO

AOS

APONTAMENTOS

PARA O

DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRAZIL

(Com accrescimos e correcções)

A — Z

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1985

OBRAS DO MESMO AUTOR

Diccionario Geographico do Brazil, 3 vols.
Santos (Impressões de viagem).
Campinas (Impressões de viagem).
Noções de Historia Universal, adaptadas ao programma de 1894, 3ª edição, 1 vol. enc.
Chorographia do Brazil, illustrada com 23 cartas, 6ª edição.
Noções de Geographia Geral, 4ª edição, correcta e augmentada, 1 vol., com illustrações.
Epitome da Historia do Brazil, 8ª edição.
Rudimentos de Chorographia do Brazil, para as escolas primarias, 1 vol., com illustrações.
Curso de Geographia Geral.

ESQUIROS

Processo de Tiradentes.
Processo de Racticlif.
Antonio José ou O Poeta e A Inquisição.

ERASMO

A Festa Macarronica.
O Fiasco da Festa Macarronica.

AMERICANO

A Viagem Imperial e o Ventre Livre.

Nota — As edições destas obras acham-se esgotadas.

AO LEITOR

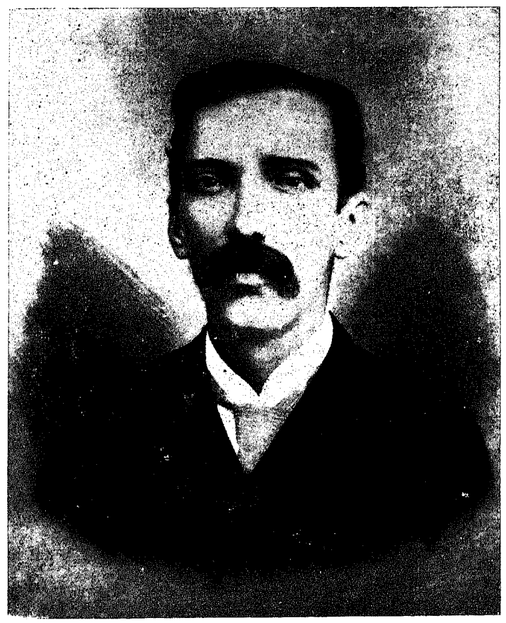
Tendo, por occasião do fallecimento de meu pae, Alfredo Moreira Pinto, autor do DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRASIL, ficado incompleta a sua obra, por faltar a impressão do 4º volume, que o saudoso escriptor não poude publicar, por ter a morte o surprehendido no começo dessa tarefa, resolvi, embora tardiamente, imprimil-o, completando, desse modo, o seu acabamento. Seria uma ingratidão á sua memoria continuar por mais tempo em completo abandono esta parte da obra, até agora inedita, que o saudoso autor com uma paciencia prodigiosa colligiu, para dotar o paiz de mais uma valiosa fonte de informações a que hão de todos recorrer, á mais rapida consulta, do immenso territorio brasileiro.

Contrariou a sua publicação em época opportuna a falta de meios, sendo necessario o concurso dos poderes publicos para sua realização. Coube a iniciativa desta á acção patriotica do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da Republica, que, reconhecendo a sua importancia como obra nacional e de grande utilidade para o paiz, autorizou a sua impressão nas officinas da Imprensa Nacional. Não foi tarefa amena a organização e revisão deste trabalho; a lettra por demais miuda do autor, os manuscriptos quasi apagados pela acção do tempo muito difficultaram a sua leitura, tornando-se a sua reconstituição um tanto laboriosa, para que o trabalho não sahisse com omissões no seu texto. Desde muito que nutria o desejo de prestar á memoria de meu pae uma homenagem, resgatando uma divida de gratidão pelos innumeros beneficios que me proporcionou em vida o maior dos meus amigos, e, assim o faço, neste emprehendimento, que estava acima das minhas forças.

Ao terminar estas linhas, cumpro o grato dever de testemunhar o meu reconhecimento, citando o nome do Dr. Alexandre Emilio Sommier, que, dentre os seis membros da commissão nomeada pelo Ministerio da Educação, para dar parecer sobre este valioso trabalho, foi o unico que demonstrou o mais vivo interesse pela sua publicação, honrando-me com o seu voto para a consecução deste "desideratum".

Novembro, 1935.

Justiniano Moreira Pinto.



Afonso Moreira Pinto

TRAÇOS BIOGRAPHICOS DO AUTOR

A vida deste escriptor sabio é bem um exemplo de abnegação, esforço e trabalho, dedicado ás lettras do paiz, como soem ser todas as suas obras deixadas, inclusive este DICCIONARIO GEOGRAPHICO a que dedicou o melhor de sua existencia atravez de grandes vicissitudes e contrariedades que nunca o desanimaram. Nascido nesta cidade do Rio de Janeiro a 21 de Maio de 1847, foram seus paes Antonio Moreira Pinto e sua mulher D. Venancia A. da Silva Pinto. Seu pae, portuguez de origem, commerciante, pouco se interessou pela sua educação: destinava-o á vida commercial.

Devido ás relações que mantinha com a familia Imperial, por haver duas tias que frequentavam o Paço, como aias da Imperatriz, foi, a pedido de uma dellas, pelo Imperador, mandado matricular no Collegio Pedro II, correndo todas as despesas a expensas do Monarcha. Neste estabelecimento de instrucção, em que revelou grande talento e amor aos livros, bacharelou-se em *bellas-lettras* no anno de 1865, tendo como condiscipulos Joaquim Nabuco, Vieira Fazenda, Rodrigues Alves, Ernesto Frederico da Cunha e outros varões illustres, dignos de admiração e respeito. Seguindo para São Paulo, afim de completar seus estudos na Academia de Direito, não chegou a se formar, interrompendo-os, após cursar os primeiros annos, tendo regressado ao Rio de Janeiro e se dedicado ao professorado. Desde os seus mais verdes annos se dedicara aos estudos de historia e geographia, especialidade esta que leccionava com grande conhecimento, tornando-se nestas disciplinas um mestre reputado e, na galeria do magisterio de seu tempo, um dos seus mais velhos legionarios, devido aos 55 annos de sua laboriosa existencia consagrados ao preparo de gerações novas. Foi professor particular em diversos collegios e examinador em bancas de preparatorios, lente cathedratico de geographia e historia do curso de preparatorio annexo á extincta Escola Militar da Praia Vermelha. Dotado de caracter altivo e intransigente, de ideias francamente republicanas, em um dia de aula, nesta escola, regendo a sua cadeira na presença do Conde d'Eu, desenrolou-se desagradavel scena a proposito de um facto e dados historicos, resultando desse attrito a jubilação do professor. Como jornalista, escreveu sempre para a imprensa; em 1878 foi redactor e proprietario do "Seculo" e, nesta folha, collaborou com toda a dedicação e desinteresse pecuniario, publicando impressões de viagens e descripções das localidades por onde passara. Tudo isto revertia para seu DICCIONARIO — a preoccupação de sempre — que tantos dissabores lhe acarretara, além de outros, taes como a perda de entes queridos e a escassez de recursos para levar por deante a sua tarefa. Collaborou no "Paiz"

e no "Jornal do Commercio" de 1898 a 1902, tratando de assumptos de suas excursões a Minas e S. Paulo. Desde a sua mocidade era um republicano democrata, estando sempre na estacada ao lado dos propagandistas da Abolição e da Republica. Assignou o manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870. Por occasião da revolta da esquadra, collocou-se ao lado do governo legal, de quem era grande amigo, servindo como official do Batalhão Republicano Municipal em 1893-94. Prestou serviço de guerra nas linhas do littoral da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido premiado por Floriano Peixoto com o titulo honorifico de Major. Foi nomeado director da Bibliotheca Municipal em Novembro de 1889, ahi se conservando, até a data do seu fallecimento, nunca desejando posição de destaque que o envaidecesse; preferiu a vida de renuncia, dedicando-se com grande abnegação ao cultivo das lettras e da instrucção. A 26 de Abril de 1903, aos 55 annos de edade, fallecia nesta capital, em verdadeira pobreza de bens materiaes, mas legando á sua familia e á sua patria um exemplo de sua vida consagrada ao trabalho e as mais nobres manifestações da intelligencia e da cultura. Deixou grande numero de publicações, varios trabalhos didacticos de historia e geographia, em que revelou o seu bello talento e o seu grande saber. Ainda, referindo-se aos *Apontamentos* do seu DICCIONARIO, diz elle: "Representam elles muitos annos de labor e sacrificio de minha mocidade, aspirações, haveres e quem sabe se da minha vida. A nada me poupei para conseguir de todos os pontos, ainda os mais remotos do Brazil, informações minuciosas e exactas.

Tive que lutar com innumeras difficuldades, só apreciaveis para quem se aventura a emprezas desta ordem. Entretanto, fiz tudo quanto me foi possivel. Receba minha patria este trabalho como testemunho de sincera dedicação que sempre lhe devotei".

PARECER

DA

Commissão nomeada pelo Presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, em 1918

A Commissão nomeada para dar parecer sobre os "Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil" e Supplemento, em tres volumes, continuação em manuscripto, noticias de viagens e cartas á imprensa, insertas em diversos jornaes, trabalhos do Dr. Moreira Pinto, de saudosa memoria, apresentados á Sociedade de Geographia pela Exma. Viuva d'este illustre geographo, vem submetter a esta Sociedade de Geographia o seu parecer.

Conhecedora como é a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro da utilidade dos "Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil", da importancia e grande merito da obra, para cuja publicação em tres volumes tanto se esforçou, promovendo recursos, que facilitaram o seu apparecimento no mundo das lettras, entende a Commissão deve esta Sociedade continuar a sua missão patriotica, envidando esforços junto aos poderes publicos, para que o governo da Republica, adquirindo a propriedade desses trabalhos, promova sobre taes bases a publicação do "Grande Diccionario de Historia e Geographia do Brasil".

O Dr. Moreira Pinto, um dos espiritos que mais concorreram para a transformação social e politica por que passou o Brasil no ultimo quarto do seculo passado em sua evolução, applicou a estes trabalhos toda a sua actividade e competencia de historiador e geographo.

A Commissão para estudar taes "Apontamentos", nomeada pelo ministro do imperio em 1883, em seu parecer apresentado em 1 de Maio do mesmo anno e firmado por Cruz Machado, Beaurepaire Rohan e Mendes Malheiros, diz ter neste trabalho revelado o autor uma paciencia, uma tenacidade, uma perseverança, raras entre nós e, por isso mesmo, dignas de acolhimento, animação e recompensa.

Era já considerado "vastissimo e precioso repertorio de indicações, de factos, de noticias e de muitos outros dados interessantes para a historia e a geographia do Brasil".

O plano do Dr. Moreira Pinto é uma descripção das provincias (hoje estados da União) e de todas as suas divisões judiciarias e administrativas, contendo todas as comarcas, termos, municipios, districtos de paz e eleitoraes, freguezias, curatos, com a indicação de toda a legislação provincial, decretos geraes e outras leis concernentes á sua fundação, creação, divisão e subsequente alteração.

Depois de alludir á exactidão e minuciosidade que o autor procurou dar á parte estatistica concernente aos diversos serviços da administração, mencionando todos os pharóes, estradas, engenhos centraes, fabricas de todas as qualidades e misteres, acompanhando essa descripção de uma respectiva noticia historica, diz ainda a Commissão: "Vai ao apuro a minuciosidade com que o Dr. Moreira Pinto descreve os rios, lagos, serras, canaes, etc. E' realmente de louvar-se a paciencia, que bem se pode qualificar de benedictina, com que o autor colligiu e armazenou esse acervo de dados e noticias, ao qual, se fôr publicado, como deve ser, já se não pode tirar o merito de ser fonte a que hão de recorrer, para beberem algum conhecimento sobre o logarejo mais remoto e insignificante". E conclue a Commissão:

1. Que os defeitos apontados podem remediar-se sob a direcção e fiscalização immediata e continua de uma commissão, que ao governo apraza incumbir de dar o toque, a feição scientifica, na forma e no fundo, que deve ter uma obra, a que pouco falta para, *servatis servandis*, egualar-se á monumental e paciente *Arte de verificar as datas*.

2. Que a obra, que ainda está no seu ultimo periodo de formação, deve ser levada a cabo, prestando-se ao seu autor todo o auxilio efficaz que, garantindo-lhe tempo e socego, o anime deveras a concluil-a com grande e immediato proveito para as lettras e para o credito scientifico do Brasil.

3. Que si assim pensa e assim se manifesta (ao Sr. Ministro) é porque está convencida do grande e incontestavel merito dessa obra, que toca quasi ao seu termo com o auxilio unicamente de um só homem, que realiza um prodigio de paciencia, que uma corporação inteira não realizaria em poucos annos.

O mencionado parecer demonstra quanto se accentuava no Imperio a tendencia para tornar conhecido o nosso vastissimo e uberrimo paiz, tendencia que vinha da colonia, quando, abertos os portos do Brasil ao commercio extrangeiro, se firmava o periodo de gestação da nova nação americana.

Desde 1816, quando Francisco de Paula Jacou publicou em Lisbôa a sua traducção para o portuguez do *Diccionario Classico, Historico, Geographico e Mythologico*, obra original publicada na Inglaterra, se têm multiplicado os estudos dessa natureza em Chorographias e Diccionarios Geographicos do Brasil e das diversas provincias. O Dr. Moreira Pinto, professor illustre da Escola Militar, tendo publicado compendios de geographia geral, deu á publicidade a sua *Chorographia do Brasil*, vasto repertorio de conhecimentos do nosso paiz e dedicou-se até os ultimos instantes de sua *preciosissima* vida aos estudos e investigações do vasto territorio brasileiro, colleccionando dados historicos, geographicos, chorographicos, estatisticos e commerciaes, que após esforços nauditos conseguiu publicar em tres volumes sob o titulo de "Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil".

Esta publicação, tão modestamente denominada, com o seu supplemento formando tres grandes volumes *in folium*, o primeiro de 741, o segundo de 786 e o terceiro de 960 paginas, fartamente enriquecido com as noticias de viagens, cartas á imprensa e milhares de manuscriptos, que a acompanham, constitue já, em seu todo, um diccionario historico, geographico, chorographico, estatistico e descriptivo do nosso paiz.

O vasto territorio brasileiro, de indescriptivel fertilidade, com todos os climas, riquissimo nos tres reinos da natureza, occultando em seu solo todos os mineraes, tendo já, ao tempo da colonia, abastecido a velha Europa de ouro e pedrarias; possuindo em diversos estados, além da *ulha branca* das multiplas quedas das suas innumeraveis correntes fluviaes, carvão de pedra e ferro a explorar, que para abastecer o mundo virão em cincoenta annos, na phrase de um illustre geologo, substituir as minas, já então esgotadas, da Inglaterra e dos Estados Unidos da America do Norte; este paiz, considerado na Europa um mundo fabuloso, deve tornar-se conhecido, não só dos brasileiros e portuguezes, que fallem a bella lingua de Camões, mas dos filhos das demais nações do globo, que, obedecendo ás correntes migratorias, que trazem a civilização do oriente para o occidente, devem, uma vez convencidos dos inesgotaveis recursos desta parte do novo mundo, accorrer a povoal-a, accelerando a marcha do progresso que em pouco tempo animará a grande e poderosa nação brasileira.

Durante algum tempo, já na metropole, como vimos acima, já na côrte do imperio, multiplicavam-se traducções de livros originaes e estrangeiros, de francezes, de inglezes, de allemães, homens de sciencia e *touristes* que percorreram grandes regiões do Brasil e as tornaram conhecidas em seus respectivos paizes.

Assim, por diligencias e debaixo da direcção litteraria de J. P. Allaud, vice-consul de Portugal em Caen, foi publicado um trabalho com dedicatoria ao Imperador do Brasil — contendo a historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia; população, commercio, industria, agricultura e productos mineralogicos; nomes e descripções de seus rios, lagôas, serras e montes; estabelecimentos litterarios, navegação e o mais que lhe é relativo — obra colligida e composta durante vinte e seis annos de residencia e de longas peregrinações por diversas provincias do Imperio, com o auxilio de um sem numero de manuscriptos e de obras publicadas em diversas linguas por escriptores, tanto antigos como modernos e de muitos documentos officiaes por J. C. R. Millet de Saint-Adolph e traduzida em portuguez do manuscripto inedito francez, com observações numerosas e addições pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, natural da cidade da Bahia.

Já em 1834 publicara José Saturnino da Costa Pereira o seu "Diccionario Topographico do Imperio do Brasil".

Em 1861 começaram a apparecer á luz da publicidade diccionarios geographicos de provincias do imperio, sendo impresso no Rio de Janeiro o "Diccionario Topographico e Estatistico do Ceará", organizado por Thomaz Pompeu de Souza Brasil; Domingos de Araujo e Silva publicou em 1865, nesta cidade, o seu "Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro ou Rio Grande do Sul", contendo a historia e a descripção da provincia em relação aos tres reinos da natureza, sua descripção geographica e hydrographica, bem como sua divisão politica e ecclesiastica; o Conego Dr. Manoel da Costa Honorato deu á publicidade em 1868 um "Diccionario Historico e Geographico

da Provincia do Maranhão, e, em virtude do contracto firmado com o governo do Espirito Santo, em 6 de Julho de 1876, sendo presidente d'aquella provincia o Dr. Domingos Monteiro Peixoto, contracto rescindido pelo primeiro vice-presidente que o substituiu e renovado pelo presidente Dr. Manoel José de Menezes Prado, publicou o mesmo autor em 1878 o "Diccionario Historico Geographico e Estatistico da provincia do Espirito Santo"; em 1879 appareceu o "Diccionario Historico, Estatistico e Geographico das Minas do Brasil", em que, mencionando as minas exploradas e por explorar de todo o territorio brasileiro, as descreve divididas por provincias, do Amazonas a Matto-Grosso. Esta obra é, segundo o seu autor, "a concatenação de noticias, informações e inscripções sobre as minas, extrahidas de documentos officiaes, memorias historicas, revistas, diccionarios, cartas geographicas, roteiros, viagens, explorações de rios, ditas de estradas de ferro e outras"; em 1902 appareceu tambem o "Diccionario Geographico da provincia de São Paulo", obra posthuma do Dr. João Mendes de Almeida; em 1906 começou a publicar o Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão o "Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco", tendo já dois volumes em circulação e tendo sido grande parte do terceiro já impressa, bem como o autographo, que completava este bello trabalho geographico, devorados pelo incendio que destruiu a Imprensa Nacional, onde se fazia a sua publicação. O Dr. José Boiteux, digno e operoso 1º Secretario desta Sociedade de Geographia tem actualmente em via de publicação o "Diccionario Historico e Geographico do Estado de Santa Catharina", com que pretende dotar a sua terra natal.

Desde Ivo d'Evreux, 1613-1614 (Viagens ao Norte do Brasil), Ayres de Cazal (Chorographia Brazilica), Southey, Darwin, Humboldt, Saint Hilaire, Armitage, Handerson, Chandelan e Agassiz, das provincias meridionaes ás septentrionaes do Brasil, foi percorrido e descripto o nosso paiz por Wappeus (Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien), Wallace, o companheiro de Darwin na descoberta da origem da selecção natural como agente na evolução das especies (A Narrative of Travels of the Amazon and Rio Negro), Karl von den Steinen (Durch Central-Brasilien, Expedition zur Erforchung des Schingú im Jahre 1884 e Unter den Naturvolkern Zentral Brasiliens Keiseschilderung und Ergobuisse der Sweiten Schingú-Expedition 1887-1888; Henri Coudreau), *Voyage au Tapajoz* — Julho de 1895 a Janeiro de 1896 — *Voyage au Xingú* — 30 de Maio a 26 de Outubro de 1896 — *Voyage au Tocantins* — Dezembro de 1896 a Maio de 1897 — *Voyage à Itabocca et à l'Itacayuna*, 1897; e por outros muitos illustres *touristes*, dentre os quaes e ultimamente Joseph Bournichon (*Le Brésil d'aujourd'hui*, 1910). Os estrangeiros que nos visitaram e escreveram impressões de viagens nem sempre fallaram das cousas do Brasil com criterio e justiça; grande é, porém, o acervo de observações sobre climas, riqueza do paiz em suas minas, em sua fauna e em sua flora, agricultura, commercio, industria e costumes, que fôra conveniente cital-as com a autoridade de seus nomes, em obra que divulgasse lá fóra os recursos inesgotaveis do nosso paiz.

O grande "Diccionario de Historia e Geographia do Brasil" será, sem duvida, a obra mais feliz de propaganda que o Governo da Republica poderá emprehender. Os trabalhos geographicos do Dr. Moreira Pinto devem ser a base sobre a qual uma commissão de homens de lettras, nomeada pelo Governo Federal, possa construir tão util quanto valoroso monumento.

Este benemerito brasileiro, com tenacidade, coragem e competencia tomou a si tal emprehendimento, e taes difficuldades venceu, tal actividade desenvolveu, que se não fosse pela morte colhido tão cedo, deixaria dotada a Patria, que tanto amou, com esse poderoso elemento de propaganda necessario por demais ao desenvolvimento do nosso progresso.

Veiu provar-nos a morte não poder ser uma obra destas trabalho de um só homem, e no "Diccionario Historico e Geographico da Provincia do Maranhão", em 1870, dizia já o Dr. Cezar Marques:... "Sempre julgamol-a (tal empreza) superior ás forças de um só homem, embora dispondo de recursos, que não possuimos, de meios, que não tivemos, e de tempo, que nos faltou.

"Acreditamos, como bom alvitre, diz o illustre brasileiro, referindo-se á provincia do Maranhão sómente, que uma commissão de individuos intelligentes e trabalhadores devia ser nomeada para tal fim. O coração, dizendo-nos que para o futuro se ha de realizar esta nossa esperança, nos lembrou a necessidade que teriam esses cidadãos de outros braços que os auxiliassem em suas fadigas, notando-se que assim se iam alargando as raias deste plano, e a mente delineou-nos o prazer que sentirão todos os maranhenses em concorrer pressurosos com as suas informações, com suas pesquizas e com suas luzes para a confecção de uma obra, que assim se tornaria bem maranhense.

"Estamos em 1870, continua o Dr. Cezar Marques, não floriram nossas esperanças, não murcharam os espinhos e nem sazonaram esses fructos silvestres!

"Ninguem, infelizmente, viera amparar o trabalho. Não esmoreceremos, porém, e principiando a redigir a presente obra, novos materiaes foram ministrados pelo estudo e reflexão que de dia para dia lhe iam dando maior volume. Alguns membros da Assembléa da Provincia, na ultima Legislatura (1868-1869), olhando para a utilidade e necessidade da nossa obra, unica em seu genero na Provincia, apezar da exiguidade de habilitações de seu autor, propuzeram um pequeno auxilio para impressão da mesma.

"O Presidente, Dr. José da Silva Maia, devolveu-a, sem sancção, negando auxilio tambem a Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e Odorico Mendes, que em outros paizes seriam padrões de gloria, não de uma provincia e sim de uma nação inteira".

Assim procedeu o Governo da chamada Athenas brasileira ao tempo do Imperio; de então para cá, muito se tem desenvolvido o movimento de propaganda, grande desenvolvimento se nota no mundo litterario, e, em 1894, poude o Dr. Moreira Pinto, vantajosamente auxiliado pela Sociedade de Geographia, publicar os dois volumes dos "Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil", da lettra *A* á lettra *O*, em 1899 o terceiro volume da lettra *P* á lettra *Z*, com o Supplemento, que completou o seu importantissimo trabalho.

De uma "Chorographia do Brasil", trabalho de grande merecimento, enriquecera já o Dr. Moreira Pinto, como ficou dito, as lettras brasileiras. Foi ao confeccionar, sem duvida, este bello trabalho que teve o illustre brasileiro a idéa feliz de legar á Patria obra completa e de facil consulta no diccionario que entendeu publicar.

Assim, em principios do seculo XVII, procedeu o padre Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio da Cidade de Lisbôa:

"Foy o nosso primeiro intento na composição desta obra, diz o illustre sacerdote, fazer para uso proprio hum index geral ou repertorio de tudo o que comprehendem os tres tomos da Corographia Portuguesa, nos quaes não era facil achar o que cada hum buscava como nos succedeo nas poucas vezes pelo confuso methodo com que a escreveo o padre Antonio Carvalho da Costa.

.....

.....

porque não era facil achar-se nella a terra que se buscava principalmente sendo esta alguma aldêa ou terra de pouca consideração porque não costumão os escritores ordinariamente fazer menção senão das terras que são consideraveis pelo seu grande numero de habitadores, ou por outras circumstancias notaveis."

Com a razão de ser acima mencionada e precedida de uma licença da Congregação do Oratorio, veiu á luz da publicidade em 4 de Março de 1745 o "Diccionario Geographico Universal", desenvolvido consideravelmente na parte que diz respeito a Portugal, provincias ultramarinas e Brasil. No prologo desta obra, edição de 1878, diz Tito Augusto de Carvalho: "Quem examinar os diccionarios estrangeiros, não raro apreciados pelo mundo litterario e scientifico, e ao mesmo tempo o grande numero de erros, repetições e imperfeições que em quasi todas essas obras se encontram, reconhecerá, de certo, que na redacção e collaboração faltou não a intelligencia illustrada, mas a paciencia indefesa, a investigação attenta, a comparação cautelosa, n'uma palavra, para não occultar sob phrases ambiguas o nosso pensamento, faltou o trabalho consciencioso".

Si abrirmos o "Diccionaire Universal d'Histoire et Geographie", par M. N. Bouillet, edição de 1872, na palavra Brésil, leremos: "Brésil, immense contrée de l'Amérique du Sud entre la République de Venezuela, etc. S'estend de 37°-45′ à 73°-4′ long. O et de 4°-33′ lat. N à 33°-54′ lat. S; env. 8 mill. d'hab. Capit., Rio de Janeiro. Sous la domination espagnole, le Brésil formait 11 capitaineries générales. En 1822 il a été divisé en 18 provinces".

Um tal erro, que encontramos rectificado na edição de 1901, em que se lê: "Sous la domination portugaise le Brésil formait 11 capitaineries générales", deu lugar a que na Europa sejamos considerados sempre ex-colonia espanhola.

Si sobre o povo brasileiro e na palavra Brasil "se encontram erros desta natureza", apezar da descripção correcta do nosso paiz que na mesma palavra traz o "Grand Dicionaire de Geographie Universelle", par M. Bescherelle Ainé, imaginemos os innumeros erros que se encontrarão em taes obras, erros que irão sendo rectificados após a publicação do "Grande Diccionario de Historia e Geographia do Brasil".

Na America Meridional nos dá exemplo o Chile, que possue, desde 1867, um "Diccionario Geográfico de la República de Chile", por D. Francisco Solano Astaburuaga; "Diccionario Geográfico Postal de la República de Chile", por Fermino A. Fuentes, edição de 1899, e o "Diccionario Geográfico de la República de Chile", de Francisco Solano Astaburuaga y Cienfuegos, edição de 1899.

A Argentina tem o "Diccionario Geográfico de la República Argentina", por Francisco Latzina, Director da Estatistica Commercial.

O Perú tem o pequeno "Diccionario Político-Geográfico del Perú".

Tres grandes movimentos se têm agitado nestes ultimos tempos no seio do povo brasileiro, de fórma a impulsionar o progresso nacional, que nos devem garantir os inesgotaveis recursos do paiz a que pertencemos: o movimento abolicionista, que emancipou o trabalho, o movimento republicano, que transformou o governo, destruindo o privilegio dynastico e o movimento de colonização, que promove o povoamento do solo do vasto territorio do Brasil.

Nos dois primeiros movimentos tomou parte vantajosa o Dr. Moreira Pinto; do terceiro, que se vae agitando, dirigido pelo poder publico, será elle um poderosissimo factor, se o governo quizer aproveitar os elementos de propaganda que sua digna esposa offerece e que constituem estudos, pesquizas e investigações de 35 annos de acurado, meticuloso e competente trabalho.

Inspectorias de colonização a promover contractos de immigração; commissões de propaganda dos governos federal e estaduaes na Europa a espalhar, por diversos paizes, noticias e informações da nossa vida e recursos materiaes, bem como das riquezas a explorar em nosso paiz, se têm succedido com maior ou menor resultado; sente-se, porém, que lhes falta uma base de completas informações, que encontrará o Governo num "Grande Diccionario Historico e Geographico do Brasil", a facilitar a procura de informações dos diversos pontos que offerecem indiscutiveis vantagens para estabelecimento dos elementos de trabalho sujeitos á lei geral da migração dos povos.

Os volumosos albuns que os Estados de São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Alagôas têm publicado, distribuidos com columnas em francez, italiano,

inglez e allemão, muito têm contribuido para a propaganda dos nossos recursos naturaes. Si até uma certa epoca foi tendencia nossa traduzir para a nossa lingua os livros escriptos por estrangeiros a respeito de nosso paiz, em sentido contrario se vem accentuando a tendencia de traduzir para linguas estrangeiras os livros que tratam da descripção do territorio brasileiro.

Em conclusão, é a Commissão de parecer que, attendendo á importancia dos "Apontamentos para o Diccionario Geographico Brasileiro", do Dr. A. Moreira Pinto, represente a Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro aos poderes da Republica no sentido de adquirir o Governo a propriedade dessa obra, fazendo-a imprimir para a divulgação dos nossos elementos de progresso.

Barão Homem de Mello
Coelho Lisboa, relator
Alberto Coelho Fernandes
José Arthur Boiteux

ADVERTENCIA

Apezar do grande cuidado que presidiu á organização d'este trabalho, não foi possivel evitar incorrecções de ordem technica em relação a certos vocabulos, que, escapando á nossa revisão, facil será ao leitor corrigil-as.

ERRATA

Paginas:		Onde se lê:		Leia-se:
17	—	*Ambú*. S.,	—	*Ambú*. Substantivo.
97	—	corres	—	côres.
101	—	subservivos	—	subversivos.
101	—	conferação	—	confederação.
145	—	Corr. *guá-amã*	—	Corr. *guá-amá*.
189	vocabulo	*Juqueryquerê*	—	*Juqueryqueré*.

ABREVIATURAS

Affl.	Affluente.
Alt.	Alteração ou modificação de palavras.
Ant.	Antigamente.
Aug.	Augmentativo.
Bibl. Nac.	Bibliotheca Nacional.
Com.	Comarca.
Conf.	Confluente.
Corr.	Corrupção.
Contr.	Contracção.
Dir.	Direita.
Dist.	Districto.
Eng.	Engenheiro.
Ent.	Entrancia.
Esc. publ.	Escola publica.
E. Santo	Espirito Santo.
Esq.	Esquerda.
E. de F.	Estrada de Ferro.
Habs.	Habitantes.
Indig.	Indigena.
Inf. loc.	Informação recebida da localidade.
Inst. prim.	Instrucção primaria.
Lei Prov.	Lei Provincial.
Log.	Logarejo.
Mun.	Municipio.
Part.	Participio.
Pop.	População.
Pref.	Prefixo.
Prov.	Provincia.
Quest.	Questionario.
Relat.	Relatorio.
Res.	Resolução.
R. G. do Norte	Rio Grande do Norte.
R. G. do Sul	Rio Grande do Sul.
Suff.	Suffixo.
Tp. c.	Tupi da costa.
Tp. gr.	Tupi guarani.
Trib.	Tributario.

SUPPLEMENTO

AOS

APONTAMENTOS

PARA O

DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRAZIL

A

AATÁ. Composto de *ã-atá* ou *ã-uatá*, caminha pouco. Nome de uma canôa de casca de madeira, usada no Amazonas. (M. Soares).

ABA. (Substantivo) Cabello, lã, pello, pennugem (Dr. Theodoro Sampaio).

ABÁ. (Substantivo) Gente, pessôa, homem, varão; tupi guarany e tupi da costa *abá;* tupi do Amazonas *aniá* (Dr. Theodoro Sampaio).

ABACATE. Igarapé do Pará, no mun. da capital. Accrescente-se no fim: Desagua no rio Jambu-assú.

ABACAXI. Corrupção de *ibacaxi*, composto de *ibá*, fructa, *caxi* = *catí*, rescendente, cheirosa (M. Soares).

ABA DA LAGÔA. Ponta na costa do Estado da Bahia, no mun. de Ilhéos (Capitão-Tenente Viriato Hall).

ABA DA SERRA. Serrota do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito. Nella se encontram minas de gesso alvissimo e excellente argilla plastica que pode ser utilisada em varios mistéres.

ABAETÉ. Composto de *abá-eté*, homem verdadeiro, isto é, illustre, forte, corajoso. (Theodoro Sampaio. *Obr. cit.*) "Varão illustre; de *abá*, varão, homem; e *été*, superlativo das cousas incorporeas ou invisiveis, bôas" (Paulino Nogueira. *O Padre Francisco Pinto*. 1887) "*Abaeté*, varão abalisado; de *aba*, homem e *eté* forte, egregio" (J. de Alencar *Iracema*, 3ª edição. pag. 219).

ABAITÉ. Composto de *abá-ité*, gente feia, horrenda, repulsiva, Minas Geraes. (Theodoro Sampaio. *Obr. cit.*)

ABARÉ. Composto de *abá-ré*, homem distincto, differente dos outros, o padre ou missionario; S. Paulo, Bahia, Pernambuco. (Dr. Theodoro Sampaio).

ABARÉBÉBÉ. Vocabulo tupi composto de *abaré-bébé*, padre que vôa, padre ligeiro, incansavel; appellido do padre Leonardo Nunes, entre o gentio de S. Vicente (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ABARRACAMENTO. Arrabalde do Estado da Bahia, na cidade do Bom Fim.

ABAYUBA. Vocabulo tupi composto de *aba-yuba*, cabello amarello, louro, ou ruivo (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ABIO. Corrupção de *abi*, fructo conhecido (*Lucuma*). Dr. Theodoro Sampaio.

ABOBORAS. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no mun. do Triumpho, banha o de Villa Bella e desagua no rio Pajehu, depois de ter recebido o Medéa.

ABOBORAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Santa Quiteria e desagua no ribeirão da Cachoeira, affl. do rio Paraopeba.

ABRE CAMPO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

ABREU. Serra do Estado de S. Paulo, nas cabeceiras do rio Sorocabussú, no mun. da Cotia.

ABREU DE UNA. Pov. do Estado de Pernambuco, situada na costa, junto á barra do rio Una; com uma capella de S. João Baptista.

ABUNA. Composto de *abá-una*, gente negra, pessôa vestida de preto (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Abunds*

ABUTUHY. Composto de *abutú-y*, rio das abutuas, ou butuas; R. G. do Sul. (Dr. Theodoro Sampaio).

ACÃ. (Substantivo) Contracção — *a canga*, cabeça, craneo. (Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ACA. (Substantivo) Ponta, corno, chifre (Dr. Theodoro Sampaio).

ACÁ. Log. no mun. de Batataes do Estado de S. Paulo. Diz o Dr. J. Mendes que *Acá* é corruptela de *í — águá*, ponta de rio; de *í* agua, rio; *águá* esquina, ponta. Allusivo a formarem nesse logar o corrego que tambem traz, e o ribeirão Coqueiros, um angulo agudo.

ACAHÚ. Riacho do Estado de Pernambuco, no dist. de N. S. do O' do mun. de Goyana. Esta palavra, segundo Montoya, significa cabeça negra, de *acá* cabeça e *hu* negra;

ACAIACA. (Substantivo) O cedro brasileiro (*Cedrella Brasiliensis*).

ACAIACATINGA. Vocabulo tupi composto de *acaiacatinga*, cedro branco; corrompe-se em *Caiacatinga* (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ACAJÚ. (Substantivo) O cajú (*Anacardium occid.*) tupi guarany *acayú*, (Dr. Theodoro Sampaio).

ACAJUTIBA. Composto de *acayú-tyba*, cajueiral, abundante de cajueiros (Dr. Theodoro Sampaio). Tambem dizem *Acajutuba* e *Acaiatuba*.

ACAJUTIBIRÓ. Corrupção de *acayú-tipyró*, o cajú expremido ou o espreme cajú; Parahyba do Norte (Dr. Theodoro Sampaio). No Estado dizem *Acejutibiró*.

ACAMBURY. Rio do Estado de S. Paulo; affl. do Tieté; no mun. de Araraquara. *Acambury*, corruptela de *Icamambú-ri*, successivamente bolhoso. De *i*, agua, com a pronuncia de *a* fechado, *camambú*, bolha, empola, *ri* successivamente. Allusivo a formarem bolhas as aguas, em todo o seu curso (Dr. João Mendes).

ACANGATARA. Vocabulo tupi composto de *acangatara*, ornato da cabeça; altera-se para *cangatar*, *canitar*, *cametára*, *cametá* (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ACANGUSSÚ. Composto de *acanga-uçú*, cabeça grande, cabeçudo; altera-se para *cangussú* (Dr. Theodoro Sampaio): E' da mesma opinião *Martius* em seu livro *Glossario*.

ACAPORA. Vocabulo tupi composto de *aca-pora*, o conteudo do corno, do osso, o tutano, a medulla, o sabugo: (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo 1901).

ACARÁ. Peixe escamoso d'agua dôce, muito commum nos rios e lagôas do Brasil (*Chromis acará*). Diz-se vulgarmente *cará*.

ACARACÚ. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: "*Acaracú* corrupção de *acará-hy*, pronunciado incorrectamente, *acará-hú* e *acará-cú*, rio dos acarás. Alencar interpretou erroneamente — *rio das garças* —, confundindo com *aguará*, a arvore vermelha, *Ibis rubra*".

ACARAHÚ. Ribeirão no mun. de Ubatuba, em S. Paulo — Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes diz: "*Acarahú*, corruptela de *A'quâ-ára-aú* por contração *A'qu'ar'-aú*, pouco corrente. De *áquâ*, correr, levado ao participio com a particula *ára* significando corredor, corrente; *aú*, dieção para significar defeito, ou má vontade na acção, segundo a lição do padre Luiz Figueira em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*".

ACARAHY. Composto de *acará-y*, rio dos acarás. Altera-se as vezes para *Carahy*. (Dr. Theodoro Sampaio).

ACARAPEBA. Composto de *acará-peba*, acará meudo, inferior. Altera-se para *carapeba* ou *carapeva* (Dr. Theodoro Sampaio).

ACARAPUCÚ. Composto de *acará-pocú*, acará comprido, longo ou esguio. Altera-se ás vezes para: *carapucú* ou *carapicú*.

ACARAQUIÇAUA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Almeirim. Vai para o Amazonas. O Sr. B. Rodrigues escreveu *Acaré-quiçaua*.

ACARAUNA. O acará escuro. Compõe-se de *acará-una*.

ACAREMBÓ. Composto de *acará-yembó*, arroio dos acarás. Altera-se para *acarembú*, (Dr. Theodoro Sampaio).

ACARI. (Substantivo) Peixe d'agua doce, vulgo *Cari* (*Loricaria plecostomus*).

ACAUAN. (Substantivo) Ave conhecida, vulgo *cauan*, ave agoureira entre o gentio (*Falco cachinans*).

ACAUAN. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Trahyras no dist. do Salgueiro.

ACAYÁ. (Substantivo) Fructo conhecido. vulgo *cajá*, (*Spondias brasiliensis*).

ACAYAIBA. Corrupção de *acayá-yba*, arvore de cajá, o cajaseiro; pode ser tambem *acayá-aiba*, cajá azedo ou ruim. Altera-se ás vezes para *Cajahiba* (Dr. Theodoro Sampaio).

ACAYÚ. Vide *Acajú*.

ACCIOLI. (Agua Branca) Nucleo Colonial do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho, junto á colonia S. Matheus, distante da séde do mun. 24 kils. E' (1901) dividido em 137 lotes, que abrangem a área de 2.884 hectares e sua pop. é de cêrca de 700 habs., em sua maioria polaca.

AÇÔCÊ. (Substantivo) Abundancia, o que sobresae ou avulta; serve de nome de mulher (Dr. Theodoro Sampaio).

ACOROHY. Log. do Districto Federal, no dist. de Irajá á margem da E. de F. do Rio do Ouro.

AÇOYABA. Participio do verbo *açoy*, cobrir, vedar, proteger; portanto coberta, cobertura, véo, anteparo, protecção; altera-se ás vezes para *açoyá*, *açoyava* (Dr. Theodoro Sampaio).

ACRE. Corrupção de *akiry*, alterado em *acry* e *acre*; composto de *akir-y*, rio verde; Amazonas, Bolivia (Dr. Theodoro Sampaio).

ACRE. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Santa Thereza.

ACÚ. Nome da passagem do dist. da Sé para o de Santa Ephigenia, na capital do Estado de São Paulo. A ponte ahi construida traz ainda o nome de *Ponte do Acú*, sobre o ribeiro Anhangabaú. O nome exacto é *Acuí*. « *Acú*, substantivo, quentura, calor, ardencia; S. Paulo» (Dr. Theodoro Sampaio).

AÇÚ. Grande, consideravel; altera-se conforme a gamma do thema com que se combina em *oçú*, *uçú*, *guaçú*.

AÇÚ. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão. (Dr. G. Dodt. *Relat.*)

AÇUDE. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Nova Badem e desagua no ribeirão do Mello.

AÇUDE. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Santa Quiteria e desagua na margem esq. do ribeirão Grande, depois Cachoeira.

AÇUDINHO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro.

AÇUDINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do riacho Topada, trib. do Capibaribe.

ACUPE. Compõe-se de *acú-pe*, na quentura, no quente, no logar abrasado; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

ACURÚ. (Substantivo) O seixo, o calháo, torrão, cascalho. Vide Curá (Dr. Theodoro Sampaio).

ACURUHY. Composto de *acurú-y*, rio dos calháos ou dos seixos. (Dr. Theodoro Sampaio).

ACURUPIRA. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, banha o mun. do Rosario e desagua no rio Paraguay.

ACUTI. (Substantivo) O animal roedor, vulgo *cutia* (Dasyprocta).

ADALBERTO FERRAZ. Nucleo colonial na cidade de Bello Horizonte, capital do Estado de Minas Geraes. Tem 27 lotes com uma área de 155 hects. 70.00. Em 1901 a pop. nelle existente era de 54 individuos.

ADÃO. Morro no dist. da Penha, mun. do Caeté e Estado de Minas Geraes.

ADELAIDE. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de Conchas, á margem do rio Tibagy.

ADUHAN. Ilha e furo do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

AFERIDOR. Passo no rio Uruguay, mun. de Uruguayana e Estado do Rio G. do Sul. Dá communicação com a Republica Argentina.

AFFLICTOS. Arrabalde no dist. da Graça, mun. da capital do Estado de Pernambuco. Possue uma capella. E' servido pela linha ferrea urbana, denominada do Caxangá, a qual tem ahi uma estação entre as do Espinheiro e Rosarinho e distante 3.325 m. da estação inicial.

AFFONSO PENNA. Nucleo colonial na cidade de Bello Horizonte, capital do Estado de Minas Geraes. Abrange a área de 593 hects. 44.34 sendo 354 hects. 2.176 de terrenos de cultura e 239 hects. 2.258 de campos. Tem uma pop. de 198 almas (1901). Cultura de milho, feijão e batatas inglezas. As terras são muito ferteis e bem regadas.

AFFONSOS. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

AFOGADOS. Dist. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: — O Sr. Sebastião de Vasconcello Galvão, no seu *Dicc. Chor. Hist.* e *Estatistico de Pernambuco* (1897), diz: « O lado meridional da ilha, cujo territorio actualmente contém as duas fregs. de Santo Antonio e S. José, hoje pertencente á ultima destas, e occupado pela rua que lhe chamamos Oitenta e Nove e dantes Imperial e primeiro Aterro dos Afogados, foi um grande tremedal coberto de mangues que, na occasião das marés, difficultava inteiramente a passagem dos que vinham do interior ou dos que para elle iam, acontecendo por isso perecerem muitas pessôas que tentavam vencer o obstaculo e não queriam esperar que a maré vazasse. D' ahi adveio o nome de *Afogados* ao local e ao territorio em que se vê a pov., presentemente ainda assim denominada. Em 1737 a 1746 o capitão-general Henrique Luiz Vieira Freire, Governador de Pernambuco, para facilitar a communicação, mandou fazer um aterro que, começando do ponto em que se tinha erguido a fortaleza de Frederico Henriques, conhecida hoje por Cinco Pontas, ia até onde se vê a ponte dos Afogados, que liga o bairro de S. José á pov. daquelle nome, e fez construir no sitio em que está a referida ponte, uma de madeira para a ligação do aterro, obviando deste modo a difficuldade existente. Pero Lopes de Sousa, em seu *Diario de Navegação*, refere que, em 17 de Fevereiro de 1631, sete homens da nau capitanea afogaram-se na barra do Recife, por isso o Visconde de Porto Seguro diz que talvez tal denominação viesse assignalar a altura da paragem em que o acontecimento se deu. Aquelle illustre escriptor não tem razão nessa parte, pois antes da dominação hollandeza, o local era conhecido pelo nome de Afogados. Em 1633, os hollandezes, commandados pelo coronel Lourenço Reibach atacam e tomam de assalto o posto do passo dos Afogados, situação importante que os nossos se tinham descuidado de fortificar conveniente mente. Apezar do reforço que mandou Mathias de Albuquerque o investe o inimigo com tão grande força e impeto que consegue occupal-o. Foi de pessima consequencia para os nossos essa perda. O inimigo construiu um forte abaluartado, de quatro faces, artilhado com doze peças, e a que deu depois o nome de *Principe Guilherme*, ficando desde logo o arraial exposto a ser flanqueado e privado dos recursos que lhe vinham dos moradores da Varzea. Em 1646, a 22 de janeiro, tentam de novo os hollandezes erguer um reducto nos Afogados, havendo entretanto já sido rechassados pelos nossos na primeira tentativa que fizeram para se apoderar do Recife. Levariam, porém, desta vez a melhor, apezar de acudir com a força que commandava o valente cabo dos homens pretos, Henrique Dias, si no fim de uma renhida pele ja de quatro horas não corresse em soccorro João Fernandes Vieira; com este reforço avançam os pernambucanos com tal denodo sobre os invazores que estes desanimam e desistem da empreza....

Pode ser calculada em 23.000 almas a pop. de toda a freg., contendo a séde uns 8.000 habs... *Topographia*. A 4 ½ kils. do centro da cidade do Recife, contados do Arco de Santo Antonio, no extremo sul do bairro de S. José, com que se liga pela ponte dos Afogados, está situada a pov. deste nome, sobre terreno plano, entre os rios Capibaribe e Tigipió, cortada pelas vias ferreas Central de Pernambuco e Ingleza do S. Francisco, com uma estação no kil. 2.768 m. das Cinco Pontas e servida tambem por uma linha de bonds... E' bastante crescida e illuminada a gaz carbonico... Forma a pov. em seu começo, logo depois de transposta a ponte dos Afogados, uma vasta praça triangular, no fundo da qual ostenta-se a Matriz, fundada como simples capellinha em 1745... » Tem mais as egrejas de S. Miguel, a do Rozario e as ruinas da do Paraizo. Pertencem ao dist. as ilhas do Pina, Nogueira, Maruim, Anna Bezerra e Retiro. O mar banha o dist. pelo lado oriental e seu territorio é regado pelos rios Capibaribe, Tigipió, Pacheco, Giquiá, Vermelho e Jordão.

AGONIA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Gravatá.

AGOSTINHO. Ribeirão do Estado de São Paulo, affl. do Larangeiras, que o é do Juquiá.

AGOSTINHO (Santo). Rio de São Paulo (no I Vol.). Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Atibaia, entre os muns. de Atibaia, Itatiba e Bragança.

AGRESTE. Monte do Estado de Pernambuco, no S. do mun. de Garanhuns e na cordilheira do Cavaco, que se estende pelos muns. da Pedra e S. Bento.

AGUA. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Queimadas desagua no Itapecurú.

AGUA AZUL. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Timbaúba.

AGUA BAIXA. Ribeirão do Estado de São Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua na margem esq. do rio Tieté, entre a foz do Jundiahy e a do Matadouro.

AGUA BAIXA. Ribeirão do Estado de São Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua na margem esq. do rio Tieté. E' atravessado pela E. de F. Central do Brasil.

AGUA BRANCA. Rio do Estado de São. Paulo, affl. esq. do Tieté, no mun. da capital.

AGUA BRANCA. Rio do Estado de São Paulo, affl. esq. do Sarapuhy; entre os muns. de Tatuhy e de Campo Largo de Sorocaba.

AGUA BRANCA. Ribeirão do Estado de São Paulo, aff. dir. do ribeirão Onça no mun. do Ribeirão Preto.

AGUA BRANCA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Lageado, no mun. do Rio Novo. E' um corrego que corta a cidade, mas ahi está canalisado (Dr. João Mendes).

AGUA BRANCA. Log. da Bahia, no termo do Prado (No Supplemento do 3º vol.). Accrescente-se no fim: O dist., ahi creado pela Lei n. 276, de 27 de agosto de 1898, foi supprimido pela de n. 428 de 22 de agosto de 1901.

AGUA BRANCA. Rio da Bahia, no mun. do Campo Formoso. Accrescente-se no fim: Desagua no Aipim, trib. do Itapecurú. Recebe o Missio que nelle vai desaguar com o nome de Puba.

AGUA BRANCA. Riacho do Estado de Pernambuco, corre no mun. da Victoria e desagua no riacho Tapacurá.

AGUA CLARA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

AGUA COMPRIDA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira.

AGUA COMPRIDA. Riacho do Estado de Pernambuco, corre no mun. de Bezerros e desagua no rio Ipojuca.

AGUA COMPRIDA. Riacho do Estado de Pernambuco, corre pelo mun. da Gamelleira e desagua na margem esq. do rio Serinhaem.

AGUA COMPRIDA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jundiahy-mirim; no mun. de Jundiahy.

AGUA COMPRIDA. Rio do Estado de São Paulo,, affl. da margem esq. do Sapucahy; no mun. de Santo Antonio da Alegria.

AGUA COMPRIDA. Rio do Estado de São Paulo, affl; da margem dir. do ribeirão Jacarehy, no mun. de Bragança.

AGUADA. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

AGUADA. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Entre Rios. Corre para o rio Pará.

AGUA DAS PEDRAS. Corrego do Estado de São Paulo; desagua na margem esq. do rio Jacú, affl. do Santo, Ignacio, que o é do Paranápanema.

AGUADINHA. Corrego do Estado de Minas Geraes; vem dos Mellos e desagua no rio Carandahy; nas divisas do mun. de Prados.

AGUA DO BICHO. Riacho do Estado de Pernambuco, corre no mun. de Goyana e desagua no rio Capibaribe-mirim.

AGUA DO CERNE. Corrego do Estado de São Paulo; affl. da margem esq. do rio Jacú, trib. do Santo Ignacio, que o é do Paranápanema.

AGUA ESPRAIADA. Corrego do Estado de São Paulo; desagua proximo a foz do ribeirão da Vargem Grande no rio Sorocá-mirim. E' tambem denominado Cachoeira.

AGUA FRIA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da Bôa Vista do Rio Branco. Vai para o rio Uraricoera.

AGUA FRIA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro; desagua no ribeirão da Sacra Familia perto da estação de Mendes. Fica a margem da E. de F. Central do Brazil.

AGUA FRIA Corrego do Estado de São Paulo, affl. do rio Sete Fogões, que o é do rio Tieté.

AGUA FRIA. Log. de Pernambuco, no mun. de Olinda. Accrescente-se no fim: Possue uma estação da via-ferrea de Olinda no Ramal do Beberibe, no kil. 5,172m do Recife, entre as estações do Fundão e Estrada Nova . Perto passa-lhe o rio Beberibe. Em 1630, nesse local, os hollandezes que tinham emprehendido o ataque do arraial do Bom Jesus foram destroçados por Mathias de Albuquerque.

AGUA FRIA. Pov. de Pernambuco, no mun. da Pesqueira. Accrescente-se no fim: Fica á margem esq. do rio Ipojuca e tem uma capellinha do Senhor Bom Jesus dos Pobres Afflictos. Foi fundada em 1840 por João Alves Leite.

AGUA LIMPA. Pov. no mun. de Bom Fim e Estado de Minas Geraes.

AGUA LIMPA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá, á margem dir. do rio Taquary.

AGUA LIMPA Corrego do Estado de Matto Grosso, affl. da margem dir. do rio Paranatinga, no mun. do Diamantino.

AGUA MORTA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

AGUAPÉ. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio, no seu importante trabalho — *O tupi na geographia nacional* diz: "*Aguapé*, corrupção de *guapé*, como ainda em 1805 escrevia Martim Francisco em sua *Viagem Mineralogica*, é identico a *guapeba* ou *guapeva*, como agora se diz. M. Soares bem interpretou, traduzindo *aguá-pé*, redondo e chato, aludindo á folha redonda, grossa e plana das nymphéas, que cobrem alguns dos nossos rios e lagôas. *Aguá=guá*, redondo, circular, curvo; *pé* contracção de *peba*, chato, plano, nivelado".

AGUAPEHY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Una da Aldêa; no mun. de Iguape. *Aguapehy*. vocabulo tupi composto de *aguapé-y*, rio dos guapés ou nymphéas. Vide *Aguapé*.

AGUA PODRE. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Petrolina.

AGUA PRETA. Estação da E. de F. do S. Francisco, no Estado de Pernambuco no kil. 113,610m do Recife, entre ás estações de Cuyambuca e Una, junta ao pov. Preguiças. Foi aberta ao trafego em 3 de novembro de 1862. Deve seu nome a ter sido situada defronte da estrada que vai ao log. Agua Preta, sendo a existencia do pov. Preguiça posterior á abertura da estação.

AGUA PRETA. Serra do Estado do Ceará, nas divisas dos muns. de Pacatuba e Silva Jardim.

AGUA PRETA. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce nas divisas do Piauhy com esse Estado, no mun. de Ouricory, e desagua no rio da Garça.

AGUA PRETA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro; desagua na margem dir. do rio Parahyba do Sul quatro kils. acima da villa de Itaocara.

AGUA PRETA. Cidade de Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, no seu *Dicc. Chorog. Hist.* e *Est. de Pernambuco* (1897) diz: "HISTORICO. O terreno que hoje constitue o mun. de Agua Preta, no começo deste seculo, fazia parte da freg. de Serinhaem. Foi creada parochia por Alvará de 16 de Junho de 1812, sendo seu primeiro vigario o Padre Sebastião Peixoto Guimarães. Erecta villa pela Lei n. 156 de 31 de março de 1846, a de n. 314 de 13 de maio de 1853 extinguiu-a para incorpora-la ao termo de Barreiros, restabelecendo-a depois a Lei n. 460 de 2 de maio de 1859. Havendo sido ligada á com. do Rio Formoso, a Lei n. 520 de 13 de maio de 1862 desligou-a para, junto com a freg. de S. José de Barreiros, constituirem uma nova com. com a denominação de Palmares. Pela Lei n. 1.093 de 24 de maio de 1873 foi transferida a séde do mun. e com. para a pov. dos Montes, que foi elevada á categoria de villa com a denominação de Palmares. Restaurados seus fóros, de villa pela Lei n. 1.405 de 12 de maio de 1879, installou-se a respectiva Camara Municipal em 28 de outubro do mesmo anno. Elevada á com. com a denominação de Agua Preta pela Lei n. 1.805 de 13 de junho de 1884, sómente em 11 de janeiro de 1890 foi installada. De accordo com a Constituição do Estado e a Lei n. 52 de 3 de agosto de 1892 constituiu-se mun. autonomo em 21 de março de 1893. A lei n. 130 de 3 de junho de 1895 elevou-a á cidade. Na historia patria Agua Preta figura como um dos pontos por onde passou a revolução praceira de 1848. Os revoltosos, que tinham pernoitado no engenho Araticum, do mun. de Barreiros, chegando ao da Cachoeira, em 26 de outubro de 1848, bateram uma força encontrada ahi, de paisanos governistas. A força de Cocal, commandada pelo Coronel Paulo de Amorim Salgado, seguiu pelo norte do rio Una tiroteando aqui e alli, nos logares mais estreitos do rio em que se descobria os revoltosos que seguiam estrada acima. Chegando elles ao engenho Barra, Sebastião Alves da Silva passou o rio com um piquete e fez retroceder a tropa governista, que contava seu chefe no numero dos feridos. Ás oito horas da noite desse mesmo dia os revoltosos entraram em Agua Preta. Em 23 de dezembro teve logar o ataque de Almeega... O nome primitivo não era Agua Preta, e sim Rio Preto, porque o primeiro pov. se fez a 500 metros do actual e junto daquelle rio, que deve sua denominação ao facto de, em muitos pontos, conservar as aguas bastante escuras; do que veio a transformação do nome do pov. do Rio Preto para Agua Preta.— POSIÇÃO ASTRONOMI::A Fica a 8° 12'15" de Lat. S. e a 7° 46'50" de Long. E. do Rio de Janeiro. — ASPECTO E NATUREZA DO SOLO. O mun. é ligeiramente accidentado, e o terreno regado de rios perennes; é coberto em muitos pontos de mattas densas; muito fresco e fertil — CLIMA E SALUBRIDADE. O clima é frio e carregado de humidade no inverno; ameno e agradavel no verão, Setembro e Março. Frequentes casos de febres palustres apparecem pelos meses de maio a julho, principalmente nos logares marginaes dos rios Una e Pirangysinho. Sem se conhecer ainda a causa dos repetidos casos de loucura, manifestados na localidade, raro é o anno em que não ha a contar dous a quatro loucos.— POPULAÇÃO.— E' calculada a pop. em 25.000 habs. —LIMITES. Confina a E. com o mun. de Barreiros pelo rio Una desde o engenho Limeira até á foz do rio Jacuhipe e por este acima até á foz do riacho

João Mulato, no engenho Santa Cruz, e com o mun. do Rio Formoso pelos engenhos Limeira, Paraná, Mauricea., Canôa Grande, Sant'Anna, José da Costa, Limoeiro e Pereirinha, sendo esses engenhos do mun. de Agua Preta; ao N. com Gamelleira pelos limites das terras dos engenhos Varzea Grande, Pau Sangue, João Gomes, Brejo e Cachoeira Grande, que pertencem á Gamelleira; ao NO. com o mun. do Bonito pelo rio Serinhaem; a O. com o mun. de Palmares das terras da propriedade de Furada, na margem dir. do rio Serinhaem, ás terras dos engenhos S. José do Espalhado, Esperança, Liberal, Magestoso, Poço d'Antas, Brasileiro, Cuyaná, Gravatá, Solidão, Cachoeira-d'Antas, Venus, Santo Antonio, Reflexão, Montepio, Milão, Trempe, Recurso, e terras do patrimonio do Concelho Municipal; e ao S. com o Estado de Alagoas pelo rio Jacuhipe.— EXTENSÃO. A extensão do mun. é approximadamente de 80 kils. de comprido sobre 30 de largura.— TOPOGRAPHIA. A cidade está situada sobre uma bella planicie, á margem esq. do rio Una, que passa-lhe a um kil. de distancia; tem 452 casas de regular edificação, comprehendendo uma pop. provavel de uns 3.000 habs., nella existe uma bella Matriz, sob a invocação de N S. do Rozario, na torre da qual, em 1891, por offerta do francez Armando Pedro Luiz Mossy, foi collocado um relogio; possue tambem um bom cemiterio, construido por Frei Sebastião de Messina e aberto em 12 de Janeiro de 1854, com uma capela de N. S. da Penha; cadeia em boas condições, edificio regular do Paço Municipal, escs. publs., agencia do correio e varios estabelecimentos commerciaes. Consta a cidade das ruas seguintes: Paulino Camara, David Madeira e Silveira Lessa, denominadas outr'ora — da Feira, Barra da Lama e Giquiá. Fica a 14 kils. da cidade de Palmares e 125 do Recife, distando da costa 60 e de Barreiros 54.— POVOADOS. Campos Frios, Sertãosinho, Aurora (outr'ora Chechéo), á margem da estrada que vai para a colonia Soccorro e a 18 kils. da cidade; Cuyambuca, á margem da linha ferrea; e Prato Grande.— CAPELLAS: S. José da Agonia, no pov. Aurora; S. Francisco de Assis, no pov. Sertãosinho; N. S. da Conceição, no pov. Campos Frios; e as dos engenhos: S. João, no engenho do mesmo nome; Sant'Anna no de Pirangy, Sacramento no engenho do mesmo nome.— OROGRAPHIA. No mun. não existem serras dignas de menção, nem com denominação especial; entretanto, torna-se notavel a montanha designada com o nome de Cajual, que é sulphurosa, devido a certos phenomenos que parecem indicar possibilidade para alguma erupção vulcanica, sendo por isso objecto de uma infinidade de lendas, creadas pelo vulgo para explicar aquelles phenomenos.— HYDROGRAPHIA. Os principaes rios, que correm no mun., são: o Una, Preto, Pirangysinho, Serinhaem e os riachos do Padre, das Pedras, Marayal e Carito.— COMMERCIO E AGRICULTURA. O commercio consta de armazens de assucar, varios estabelecimentos commerciaes e de uma feira animada que se reune uma vez por semana. A agricultura consiste no plantio de cereaes e da canna de assucar, possuindo varios engenhos e em terras do engenho Cuyambuca uma das fabricas centraes da antiga companhia *The Sugar Factories of Brasil*. VIAS DE COMMUNICAÇÃO. Tem communicação com a capital pela via ferrea do São Francisco, por intermedio da estação denominada Agua Preta, no pov. Preguiças, do qual dista 12 kils. de bom caminho; e com a cidade de Palmares pela mesma via-ferrea ou á cavallo, por máos caminhos. »

AGUA SANTA. Corrego do Estado de Minas Geraes; faz barra com o ribeirão dos Campos Geraes. Limita o mun. de Prados.

AGUARÁ. (Substantivo) Nome de uma ave aquatica, a garça vermelha, a *Ibis rubra*, tambem chamada *Guará*. Tambem designa confusamente um cão silvestre do Brasil. *Canis jubatus*. Desm. Azarae, *Canis velutus* Lund. Deve-se antes dizer *aguára* para designar o cachorro do matto. (Dr. Theodoro Sampaio).

AGUAS BELLAS. Villa de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Do *Dicc. Chor. Hist. e Est. de Pernambuco* do Sr. Sebastião de Vasconcellos, Galvão. Recife 1897, extrahimos o seguinte: « HISTORIA E FUNDAÇÃO. Segundo a tradição local existente, o sitio occupado actualmente pela villa de Aguas Bellas, era habitado pela tribu indigena denominada *Tupinikins*. Outra tribu denominada *Carijós*, depois de forte e porfiada lucta com aquella, conseguio, afinal, expulsal-a do aldeamento, conhecido então por Lagôa, nome devido a uma grande lagôa que alli havia. Em 1700, mais ou menos, appareceu em aquellas paragens um homem branco, valoroso, chamado João Rodrigues Cardoso, que mettendo-se no aldeamento, sob o perigo de ser victima dos indios bravios, procurou fazer a catechese dos mesmos. Principiam desde logo os fundamentos da pov., que foi crescendo progressivamente com os parentes de Rodrigues e mais outras pessôas, que para alli foram morar. Entretanto Rodrigues, conhecendo a necessidade de terem os indios, que se tornavam rebeldes, uma direcção por parte do Governo; e, representando a este, foi nomeado director do aldeamento Lourenço Bezerra Cavalcante, que, por sua vez e devido á sua energia, obrigou os indios a uma certa obdiencia, a ponto de tranquillisar os habitantes,. Foi este cidadão que, mudando o nome do logar de aldêa da Lagôa, deu-lhe o de *Pov. do Ypanema*, nome provindo do rio Ypanema, que passa d'alli a cinco kils. de distancia. A denominação de *Aguas Bellas* se origina do facto de que o Ouvidor Jacobina, andando em correição, e com o estomago já muito cançado de beber aguas pesadas e acres, durante a viagem, chegando a esse logar, encontrou a mais potavel e fina a desejar, pelo que dizia aos que o iam visitar: "Aguas bellas as desta pov. que chamam Ypanema, quando lhe deveriam chamar antes Aguas Bellas. Porque não a chamam assim? Aguas Bellas! ponham-lhe este nome" E foi adoptada a nova denominação insinuada pelo Ouvidor, a qual se conserva até agora. Foi creada parochia por Alvará de 26 de janeiro de 1778, sendo seu primeiro vigario o Padre José Lopes da Cunha. Incorporada ao termo de Buique pela Lei Prov. n. 337 de 12 de maio de 1854, foi pela de n. 997 de 13 de junho de 1871, elevada á categoria de villa, sendo installada em 15 de junho de 1872. Unida á com. do Bom Conselho pela Lei n. 1.057 de 7 de junho de 1872, foi creada com. pela de n. 1.399 de 12 de maio de 1879, sendo classificada de 1ª entr. pelo Dec. n. 8.192 de 9 de junho de 1881. Constituiu-se mun. autonomo em 16 de janeiro de 1893 — POSIÇÃO GEOGRAPHICA. Está a villa a 9°. 6'54" de Lat. S. e 30°3'20" de Long. Occ. do merid. de Greenw. — ASPECTO E NATUREZA DO SOLO. O solo é desegual e carrasquento no geral; mas na região occupada pela villa e adjacencias é plano. — CLIMA. O clima é secco, quente durante o dia e frio pela noite, porém muito sadio. A temperatura média de Aguas Bellas é de 26°20; a maxima 33° e a minima 18° — LIMITES. Confina ao N. com os muns. de Buique, pelos logares São Gonçalo, Baião, Anastacio e São João, com o mun. da Pedra pelo riacho Cachoeirinha, e com Garanhuns no logar Lagens; a E. com Bom Conselho pelo Poço do Cosme, Lagôa da Pindoba e Trapiá (fazenda); e ao S. e O. com o Estado de Alagôas pelas fregs. de Santa Anna do Ypanema e Matta Grande, de Paulo Affonso nos logares Barra da Tapera e Cacimba dos Negros. — DIVISÃO. A ecclesiastica consta de uma só freg., cujo orago é N. S. da Conceição de Aguas Bellas; e a administrativa se compõe de dous dists., comprehendendo o 1° a villa e a pov. denominada Mucambo, e o 2° o pov. Pau Ferro. — POPULAÇÃO. A pop. do mun. é calculada em 12.000 habs., sendo 8.000 no 1° dist. e 4.000 no 2°. — TOPOGRAPHIA. A villa está assentada á margem esq. do rio Ypanema, em uma vasta planicie, proxima da serra Communaty, que lhe fica ao N., a 426m. de altitude, comprehendendo, em sua área, 15 ruas e cêrca de 400 casas e uma pop. provavel de uns 3.000 habs. Seus edificios mais importantes são: a Egreja Matriz, cuja primeira construcção data de 1740, sendo reedificada em 1780, e o cemiterio com uma capellinha.— POVOADOS. Pau Ferro, a 60 kils. ao N.E. com uma capella de N. S. da Conceição; Mucambo, na mesma distancia, com uma capella dedicada a São Paulo; e Manoel Alves, ao N. de Pau Ferro, com uma capella. — OROLOGIA. As serras mais notaveis são: a do Communaty, com a altura de 726m; a dos Meninos, com 700m de altura sobre o nivel do mar e 300 sobre a planicie; a de Santa Maria, com altura de 700m.; e a dos Cavallos, cuja altitude no pico denominado do Cabeço do Jacú, é de 825m.— HYDROGRAPHIA. Os principaes rios e riachos que regam-lhe o solo são: o rio Ypanema e os riachos Tapera, Garanhunsinho, Gravatasinho, Ribeiro do Alto, Carcatasinho e os dos Cabaços. Existem as lagôas: do Mandacará, das Piabas, do Peró e a Sécca. — PRODUCÇÕES. O terreno do mun. é fertil e produz com abundancia cereaes e algodão; ha a agricultura e a criação suas principaes fontes de riqueza, sendo na parte S. do mun., onde a criação de toda especie de gado produz vantajosamente, e na zona meridional, especialmente agri-

cola, cultivando-se nella a canna, café, milho, feijão, mandioca, fumo, etc. Possue perto de 70 fazendas de gado, um engenho para a fabricação do assucar, denominado *Antas*, e 30 e tantas engenhocas de rapadura e aguardente, —CURIOSIDADES. Nas terras da fazenda Cacimba Cercada no logar denominado Pedra Pintada, 60 kils. distante da villa existem, em rochedos elevados e em massiços de gneiss de decomposição, inscripções feitas com instrumentos desconhecidos, parecendo, entretanto, de pedra, coloridas de vermelho escuro em uns pontos e em outros de pardo. Acredita-se no local que taes inscripções são indicativas de um thezouro occulto nas cercanias, e essa crença já levou um antigo proprietario d'alli a realisar, infructiferamente, trabalhosas pesquizas para descobril-o. O Dr. João Carlos Branner, douto professor da Universidade Indiana, segundo refere a *Rev. do Inst. Archeologico e Geogr. Pernambucano*, teve ocasião de verificar aquella curiosidade, mas deduz elle ser possivel que taes *desenhos se refiram ao supprimento d'agua, tão incerta nessas regiões de grandes seccas*, ou sirvam de registro nas estações, ou indiquem um voto ou supplica aos poderes distribuidores da chuva, pois aquellas inscripções se acham sempre em paragens proximas d'agua ou de algum logar, onde é provavel que ella se encontre, quando não é muito rigoroso o verão; que, finalmente, a agua esteja nesses logares, por ser ahi que viviam naturalmente os primitivos habitantes do paiz. —INDUSTRIA E COMMERCIO. A villa conta seis magnificos cortumes, geralmente bem reputados pela excellencia dos productos. Os indios fabricam balaios, esteiras, cordas, chapéos e outros objectos da palha do catolé e das fibras do caroá. Possue um commercio regular, officinas de calçado de sellins, de ferreiro, serrarias e olarias. — DISTANCIAS E VIAS DE COMMUNICAÇÃO. Dista da capital 364 kils. ao SO. sendo a viagem feita pela E. de F. Sul de Pernambuco, a partir da estação de Garanhuns, que lhe demora 101 kils. Fica a 200 kils. do littoral.

AGUAS CLARAS Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra das Russas e correndo pelo mun. de Gravatá vai desaguar no rio Ipojuca.

AGUAS CLARAS. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. da Gameleira.

AGUAS CLARAS. Dist. do mun. do Bom Fim, em Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se D. Silverio pela Lei Municipal n. 72 de 27 de julho de 1901.

AGUAS DAS PALMEIRAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Thomazina.

AGUAS MORNAS. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. da Palhoça; com escola.

AGUAS MORNAS. Log. do Estado do R. G. do Sul, a 24 kils. ao SO. da cidade da Cachoeira. Existe ahi um cemiterio, onde jazem os restos mortaes de um punhado de valentes *farrapos* de 1835. O cemiterio está situado á margem dir. de uma sanga, que vai desaguar no rio Jacuhy, e á esq. da estrada que vai ao Botucarahy.

AGUA SUJA. Bairro do Estado de São Paulo, no mun. de São Pedro do Turvo, com uma esc. mixta creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

AGUA TORTA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Capibaribe-mirim. Tem 40 kils. de curso e desagua no logar Gameleira. Recebe o Itambé.

AGUAS VIRTUOSAS. Dist. de Minas. Accrescente-se no fim: Foi elevado a mun. pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901 que o constituiu com os dists. de Aguas Virtuosas, como séde, de Lambary e de Conceição do Rio Verde, aquelles desmembrados do mun. da Campanha e este do de Baependy.

AGUA VERMELHA. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra do Canivete do mun. de Canhotinho, nas divisas de Pernambuco com Alagôas, atravessa o ramal da E. de F. de Glycerio á União no kil. 7, indo desaguar no rio Canhoto.

AGUDA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

AGUDO. Corredeira no rio Mogy-guassú, abaixo da foz do rio Pardo; no Estado de São Paulo. E' a segunda corredeira abaixo da cachoeira São Bartholomeu.

AGUDOS (Ramal dos). A 1º de julho de 1899 foi inaugurado o trafego do primeiro trecho, na extensão de 32 kils; desse ramal, que parte de Dous Corregos e desenvolve-se pela serra do Banharão, tendo por objectivo a região dos Agudos, á margem esq. do rio Tieté; no Estado de São Paulo. Foram então inauguradas as estações de Saldanha Marinho, Capim Fino, Falcão Filho e Campos Salles. Esse ramal fica na secção do Rio Claro.

AGUEDA. Igarapé do Estado do Pará, desagua no Gurupy, abaixo de Vizeu (Dr. G. Dodt). Não deve ser considerado como affl. do Gurupy, mas sim como um braço lateral cheio de agua salgada pelo fluxo e refluxo da maré.

AGULHA. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Queimadas.

AGULHÃO. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na garganta do Paquevira do mun. de Canhotinho e desagua no rio Canhoto, na altura do kil. 5 do ramal da E. de F. de Pernambuco a Alagôas.

AI. Adj., contracção *aiba* e por corrupção *aiva*, que alguns escrevem *ahyba* ou *ahyva*, usado como suffixo para significar — ruim, máo, agro, azedo, insignificante, imprestavel. Como substantivo designa a *preguiça* animal da familia dos *Bradypodas*, isto é, o *Bradypus tridactylus*, o mais commum na America do Sul. Segundo Tschudi a denominação *Ai* procede do grito do animal que articula um *a* fechado muito prolongado, seguido de um *i* curto e aspirado. (Dr. Theodoro Sampaio).

AI. Adj. equivalente a *aim*, suff., crespo, enrolado, rugoso, aspero, murcho; aguçado, cortante. (Dr. Theodoro Sampaio).

AI. Pronunciado *de*, equivalente á *anha*, suffixo, aguçado, pontudo, em gancho, encurvado (Dr. Theodoro Sampaio).

AIBA. Vide *Ai*, adjectivo.

AIERA. Composto de *ai-uêra*, preguiça ladina ou esperta, é a mesma *irára* ou papamel (*Galictis barbara*) (Dr. Theodoro Sampaio).

AIMIRIM. Composto de *ai-mirim*, preguiça pequena (*Bradypus didactylus*). Dr. Theodoro Sampaio.

AIPIM. Rio da Bahia, no mun. do Campo Formoso. Accrescente-se no fim: Desagua no Itapecurú. Recebe o Agua Branca.

AIPIXUNA. Composto de *ai-pixuna*, a preguiça escura (*Bradypus torquatus*). Dr. Theodoro Sampaio.

AJUÁ. Serra do Estado de São Paulo, entre Juquery e a Capital.

AJUDANTE. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem esq. do rio Amaragy, no mun. deste nome.

AJUDANTE. Corrego do Estado de São Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, proximo ao salto de Itu e abaixo da foz do rio Jundiahy.

AJURA. Substantivo o pescoço, o collo, o gargalo (Dr. Theodoro Sampaio).

AJURÚ. Composto de *ajur-ú*, pescoço escuro, nome de uma casta de papagaios (*Psittacus*); altera-se ás vezes para *agerá* e *gerá* (Dr. Theodoro Sampaio). Macedo Soares interpretou: *a*, gente; *jurú*, boca, boca de gente ou fala de gente.

AJURUJUBA. Compõe-se de *ajurú-yuba*, o papagaio amarello. Segundo os viajantes antigos, assim se appellidavam entre o gentio os francezes e allemães por trazerem barbas ruivas, isto é, *a-ju-rú-yuba*, litteralmente, gente de boca amarella ou de barba ruiva (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr. cit.*)

ALAGADIÇO. Arraial do termo de Itabaiana, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano.* 1901).

ALAGADIÇO. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do rio Canna-brava, no mun. do Peixe. Reune-se com o corrego Ferrugem.

ALAGADO. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. de São Caetano da Raposa.

ALAGADO PATOS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Imbituva.

ALAGADOS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Pacatuba (*Almanak Sergipano.* 1901).

ALAGÔA. Corrego do Estado de São Paulo, banha o mun. de Monte Alto e desagua no ribeirão São Domingos, affl. do rio Turvo.

ALAGÔA. Rio de São Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. Mendes, em seu *Dicc.*, diz: "Rio pequeno que, originado de pequenas cachoeiras, nos contrafortes da serra maritima, forma-se de todas essas aguas nas varzea, e, desde logo, abre-se em lagôa, para depois estreitar-se até tres metros e assim desaguar no oceano, na praia *Ytá-cuá;* mun. de Ubatuba. *Alagôa* parece, portanto, a traducção do nome tupi; e nada mais. O rio, com effeito, é somente a propria lagôa. Com o nome *Lagôa*, e nas mesmas condições physicas deste rio, ha outro no mun. de Caraguatatuba. O nome tupi é desconhecido".

ALAGÔA DA PEDRA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

ALAGÔA DE BAIXO. Villa de Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, no seu *Dicc.* assim descreve essa villa: "HISTORICO. Primitivamente, a actual villa de Alagôa de Baixo foi uma fazenda de criação pertencente a Antão Alves de Souza, que a houve por compra de um terreno de sesmaria, em 1872. Nessa fazenda, junto de sua residencia (cujo edificio serve hoje de Paço Municipal) elle erigiu uma capella sob a invocação de N. S. da Conceição, em 1810, a qual, depois de concluida, o edificador concedeu meia legua quadrada de terreno para patrimonio. Pouco a pouco, pessôas da familia de Antão e, mais tarde outras vindas de logares differentes, iniciaram o povoamento do local. Foi erecta freg. pela Lei Prov. n. 93 de 4 de maio de 1842; incorporada ao termo de Cimbres e com. do Brejo pela de n. 111 de 2 de março de 1843; transferida sua séde para a capella filial de Giritacó pela de n. 444 de 2 de junho de 1858, sendo restaurada pela de n. 639 de 3 de junho de 1865; elevada á villa pela de n. 1.093 de 24 de maio de 1873, foi installada em 29 de Abril de 1878. Em 1881 teve fôro civil. Por Acto do Governador do Estado de 10 de junho de 1890, foi separada da com. de Cimbres e classificada com. de Iª entr., sendo provida por Dec. n. 578 de 18 de junho de 1890, e tendo como seu primeiro juiz de direito, que a installou, o Dr. Alvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti. Em virtude do art. 87 da Constituição do Estado e Lei n. 52 de 3 de agosto de 1892, constituiu-se mun. autonomo em 23 de junho de 1893. — ORIGEM DE SUA DENOMINAÇÃO. Outr'ora existiu junto á villa uma lagôa e a um kil. acima desta, outra que ainda existe, ambas formadas pelo rio Moxotó e á margem dir. do mesmo, as quaes, por sua situação, se conheciam por *Lagôa de Baixo e de Cima*, ou, usando da protese, *alagôa* de baixo, modo de dizer muito commum na voz popular. Neste facto assentava o nome da fazenda que constituiu, mais tarde, um nucleo de população —POSIÇÃO ASTRONOMICA. Fica situada a 5º42'15" de Lat. S. e a 8º 20' de Long. E. do Rio.—DIMENSÕES DO TERRITORIO. De nascente a poente 84 kils. e de N. a S. 72. — ASPECTO E NATUREZA DO SOLO. O solo é formado pela desaggregação de rochas (saibro), bastante pedregosa e cheio, aqui e alli, de blocos de granito; é ondulado de diversas elevações e mais erguido na parte septentrional do mun. — CLIMA E SALUBRIDADE. Clima ameno, secco; temperatura branda, cuja média observada tem sido 25º, sendo raro ver-se, na epocha mais quente, o thermometro accusar 34º. E' geralmente salubre o mun. —LIMITES. Ao N. com o mun. de Afogados de Ingazeira pela serra Jabitacá e o logar Queimadas, e com o de Flores pela serra do Prateado; ao O. com o ultimo mun. pelas serras da Torre, das Letras, Sitio e Brejinho; ao S. com o mun. de Tacaratù pela separação das aguas que correm para o rio Moxotó, e com o de Buique, desde o logar Poço da Cruz á foz do riacho do Mel, no rio Moxotó, e por elle acima até á fazenda Itapecurú, e com o de Cimbres pela separação das aguas dos rios Ypanema e Moxotó; a E. com o mun. de Cimbres pelo sitio Cacimbinha; e ao NE. pelas serras Itapecurú e do Páu d'Arco e com o Estado do Parahyba pela separação das aguas dos rios Moxotó e Parahyba do Norte daquelle Estado. — DIVISÃO. O territorio contem uma freg., cujo orago é N. S. da Conceição; e dous dists.; o da villa e o de Quitembú. — POPULAÇÃO. A pop. total é estimada em 9.000 habs. — TOPOGRAPHIA. A villa, situada a 580m de altura sobre o nivel do mar, á margem esq. do rio Moxotó, sobre uma elevação, compõe-se de uma só rua, na direcção N E. a O., larga, contendo 90 casas construida de tijolos e cobertas de telhas e abrigando uma pop. de 500 habs; pouco mais ou menos. Além da séde, existem no mun. as povs, de Quitimbú, Cupety, Samambaia e Geritacó. — OROGRAPHIA. As principaes serras do mun. são: a de Jabitacá, que se ramifica pelo mun. de Ingazeira com o nome de Carapuça e outros; do Prateado, da Torre, das Lettras, do Brejinho, nos limites com o mun. de Flôres; do *Itapicurú* e do Páu d'Arco, nas divisas com o mun. de Cimbres e outras menos importantes. — HYDROGRAPHIA. O principal rio do mun. é o Moxotó, que nasce na serra de Jabitacá; são, porem, de pouca importancia os demais que tem como affls. o do Mel, o Pinta, o da Custodia e o Barriguda. — PRODUCÇÕES. O terreno produz, em tempos regulares cereaes; mandioca, algodão, fumo, milho, feijão, etc. E' optimo para a criação do gado e possue mais de 150 fazendas de criar. Exporta grande quantidade de bois, cavallos, burros, cabras, carneiros, etc. —CURIOSIDADES. Em algumas serras do mun., entre as quaes as de Jabitacá e da Velha Chica, existem hyerogliphos, inscripções, caracteres cuneiformes, gravados e pintados com tinta indelevel, cuja origem é inteiramente desconhecida. —VIAS DE COMMUNICAÇÃO. A villa fica a 110 kils. da cidade da Pesqueira, a 280 ao S. O. do Brejo da Madre de Deus e a 486 ao O. do Recife, para onde a viagem é feita ou pela via-ferrea Sul de Pernambuco, estação de Garanhuns; ou pela do Limoeiro, estação do mesmo nome, da qual dista 403 kils.; ou ainda pela Central, estação de S. Caetano, da qual fica a 323 kils."

ALAGÔA DOS CAVALLOS. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Exú, com uma capellinha dedicada a N. S. da Conceição.

ALAGÔA GRANDE. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. da Leopoldina. Compõe-se de algumas fazendas de criação.

ALAGÔA GRANDE. No Parahyba do Norte. Accrescente-se no fim: Foi restaurada com. pela Lei n. 21 A de 25 de novembro de 1901.

ALAGOINHA. Log. do mun. do Buique, no Estado de Pernambuco, proximo da serra de D. Josepha e vai divisar com o Estado das Alagôas. Tambem escrevem *Lagoinha.*

ALAGOINHAS. Cidade da Bahia. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* de 16 de agosto de 1902 enviei a seguinte noticia:

« Com destino á cidade de Alagoinhas, embarquei na estação da Calçada, no trem da E. de F. da Bahia ao S. Francisco.

Passei pelas estações da Plataforma, defronte de Itapagipe; Pery-Pery, bem povoada, com uma capella e as officinas da estrada; Olaria, á margem da bahia; Aratú, na bella bahia do seu nome; Mapelle, Agua Comprida, donde parte a E. de F. Centro Oeste, que vai para o arraial de Candeias, tão celebre pelas suas romarias e pela sua fonte miraculosa; Muritiba, regularmente povoada, com commercio de carvão, ces-

tinhos e chapéos de palha; Parafuso, Camassary, com abundante plantação de coqueiros; Feira Velha, com commercio de carvão, dormentes e madeiras para construcção de embarcações; Matta de S. João, na decadente villa do seu nome; Pitanga (1), á margem do rio do mesmo nome; Pojuca (pantano podre, estagnado), á margem esq. do rio do seu nome, com a residencia e onde falleceu o Conselheiro Saraiva; Fabrica Central, com uma importante usina de canna, pertencente a uma sociedade anonyma constituida por lavradores da localidade; S. Thiago (parada); Catú (bom), á margem dir. do rio do mesmo nome; Pau Lavrado (parada); Sitio Novo, com uma capella de S. José, e Alagoinhas.

A mais importante destas estações, excluindo Alagoinhas, pareceu-me ser a de Pojuca, em um dist. riquissimo; muito commercial, com uns 6.000 habs., matriz da invocação de Sant'Anna, dous trapiches de fumo, predios de gosto moderno e na villa do seu nome, que fica á margem dir. do rio Catú, affl. do Pojuca. Ao contrario do que me informáram na Bahia e do que escreveram os Srs. Durval Vieira de Aguiar e Dr. Francisco Vianna, a cidade de Alagoinhas causou-me a melhor impressão e auguro-lhe um lugar saliente entre as primeiras cidades do Estado.

Extensissima, muito maior que Santo Amaro, Alagoinhas está situada sobre um sólo pouco elevado, com suaves inclinações para os lados, a 138 metros de altura, cortada pelo rio Catú, a 122 kils. distante (pela estrada de ferro) da Capital e cercada pelos altos denominados da Monguba, do Jacaré, do Capinan, do Azevedo ou Panagil e diversos outros sem denominação especial.

Offerece soberbos pontos de vista a quem se colloca nos seus pontos mais elevados, principalmente no alto do Capinan, unico ponto donde pude observar a cidade.

A parte da cidade que fica á esq., isto é a E. forma uma pequena e disfarçada elevação até á distancia de 530 metros da pov. donde segue outra elevação menos povoada que liga a nova pov. com a de Alagoinhas Velha, e de cuja elevação avista-se, sem nenhum embaraço o horizonte na circumferencia de muitos kils. de distancia, por ser campina rasa coberta de verdejante alecrim e outros arbustos aromaticos.

A pov., a O. do lado direito do rio, está edificada desde a nascente do corrego Feiticeira até quatro kils. de distancia á margem da E. de F. da antiga Companhia Ingleza.

Suas ruas são bastante largas, muito tortuosas e pouco rectas, apenas uma (a da Camara) calçada, as demais sem calçamento e arenosas, algum tanto limpas, e com passeios largos, cimentados e em rampa para darem facil escoamento ás aguas pluviaes. São principaes as ruas Rodrigues Lima, Conselheiro Moura, Visconde de S. Lourenço, Vinte e Quatro de Maio e Conselheiro Luiz Vianna, todas com placas indicativas dos nomes por que são conhecidas.

Tem praças e largos bastante vastos, bonitos, ainda que carecedores de nivelamento. Entre elles devo salientar: a praça do Commercio, arborisada com tamarindeiros e onde tem lugar as feiras; a da Republica, que é a maior, com um cruzeiro no centro e os alicerces da matriz, que se projectou construir; a do Mercado, os largos da Federação, do Capinam, do Bonfim e da Camara, estes dous separados pelo Catú, que ahi é canalisado e tem sobre si uma ponte de alvenaria.

Os predios, em numero de 2.300 são na sua generalidade terreos, alinhados em certas ruas, sem alinhamento em outras, muitos de feição moderna e outros muito velhos e damnificados. São todos numerados.

Para o oriente da cidade fica o suburbio de Alagoinhas Velha, primitivo assento da cidade, collocado em lugar pouco elevado, separado de Alagoinhas Nova por uma depressão, por onde corre o riacho da Fonte dos Padres, que, oriundo da lagôa do mesmo nome, vai desaguar na margem esq. do Rio Catú.

Este suburbio apresenta suas casas quasi todas arruinadas e muitas deshabitadas. Tem, além da matriz, uma capella em construcção e uma fabrica de polvora movida pela agua represada da lagôa da Fonte das Pedras.

A cidade não tem agua canalisada, nem esgoto. A pop. se abastece com a agua do riacho Saguim, affl. do rio Aramary e de diversas fontes situadas nas margens do rio Catú. E' illuminada a kerozene.

(1) A menos de um kilometro dessa estação, parte um ramal ferreo que vae á usina Pitanga, propriedade do Barão de Assú da Torre.

Nella publicam-se tres jornaes: o *Alagoinhense* que conta nove annos de existencia, o *Popular*, com sete e o *Rebate*, de recente publicação.

O commercio da cidade, que já foi um dos mais importantes do Estado, acha-se hoje graças á crise que flagella todo o paiz, paralysado e desanimado. E' representado por 160 casas de diversos generos de negocio, quatro fabricas de sabão, diversas de sellins, sete alambiques de distillar cachaça, nove trapiches de fumo, uma fabrica de licores e uma serraria a vapor.

Tem a cidade quatro pharmacias, quatro medicos, duas philarmonicas, uma sociedade beneficente e 18.000 habs.

Entre os edificios da cidade sobresahe a Camara Municipal, que não encontra rival em todo o Estado.

Inferior ao da Capital pela fachada, é-lhe superior pelas accommodações internas e pelo luxo com que estão montadas as suas salas, principalmente os salões do Jury e do Conselho Municipal.

Está pessimamente collocada em frente a uma baixada que fica completamente alagada por occasião das chuvas.

Tem quatro faces e divide-se em tres corpos, dous mais baixos nas extremidades e um de sobrado no centro.

As duas faces principaes guardam a maior symetria, tem 16 janellas nos corpos lateraes, seis no segundo pavimento e quatro e duas portas no primeiro pavimento do corpo central. Na face voltada para o largo da Camara fica um bonito jardim.

Em um dos corpos extremos funcciona o *Forum* e no outro o salão das sessões do Conselho, as secretarias da Intendencia e do Conselho e os gabinetes do Intendente e do Conselho. O salão das sessões apresenta o aspecto dos salões nobres. Tem bonitos reposteiros e cortinas é todo pintado a oleo. No tecto figuram as armas da Republica e nas paredes os retratos do Marechal Floriano, do Marechal Deodoro, dos Drs. Campos Salles e Prudente de Moraes, do Commendador Moreira Rego, fundador da cidade; dos Drs. José Gonçalves, Rodrigues Lima, Luiz Vianna, Severino Vieria e Satyro Dias, do Marechal Bittencourt e do Coronel Ignacio Bastos, actual intendente, offerecido pelos empregados da municipalidade.

O *Forum* tem na entrada a sala de audiencias, pintada a oleo, tendo no alto da porta central, que dá para o Tribunal do Jury a phrase: *Suum unique tribuere*, e nas paredes diversos medalhões com uma balança, um livro atravessado por uma penna e os dizeres, *Honeste vivere* e *Alterum non lædere*.

O salão do jury está decorado com luxo: tem no tecto o emblema da Justiça e na parede o retrato do Dr. Ezequiel de Souza Pondé.

A este salão seguem-se a sala das testemunhas e a do Juiz de Direito, esta com uma mobilia feita com madeira páo-pedra, da serra da Itiuba.

No pavimento terreo, abaixo do *Forum*, fica a cadeia.

No primeiro pavimento do corpo central funcciona a Recebedoria Municipal, e junto a ella fica a entrada para o segundo pavimento, onde existem duas grandes salas, uma destinada á bibliotheca e outra á escola complementar.

A Matriz fica situada na praça do Bomfim e muito proxima do rio Catú, em cuja margem dir. se ergue.

E' um templo muito modesto. Sua fachada tem alguma cousa de gothico. Tem uma só torre.

Tem a capella-mór com um altar de Santo Antonio e dous pulpitos. E' formada por quatro grandes arcadas, que a separam de dous corredores lateraes.

No corpo da egreja ficam dous altares: o do Sagrado Coração de Jesus e o de Nossa Senhora da Conceição e entre elles a sepultura do Commendador José Moreira de Carvalho Rego.

O Mercado fica na praça do seu nome. Está em reparos de embellezamento, asseio e confortabilidade. E' espaçoso e solidamente construido e tem a fórma de um quadrilatero.

Na parte occidental da cidade e della distante um kil. fica o hospital de variolosos.

A cidade tem, além de quatro collegios particulares, mais seis escs. municipaes e duas estaduaes.

Nella termina a E. de F. da Bahia a Alagoinhas e começam o ramal do Timbó e o Prolongamento que vai de Alagoinhas ao Joaseiro.

O mun. confina com Entre-Rios, Inhambupe, Serrinha, Irará, Santo Amaro, Catú e Matta de S. João.

Comprehende os seguintes dists.: Cidade, Alagoinhas Velha, Riacho da Guia, Araçás, Igreja Nova e Olhos d'agua; e os povoados Mangalô, Aramary e Sauhype.

Os rios que atravessam o mun. são: o Catú, que mana da serra chamada Chã, a 15 kils. ao N. da cidade, caminha de norte para o sul, banha a cidade, segue acompanhando a E. de F. da antiga Companhia Ingleza ao arraial do Sitio Novo, estação da mesma estrada, dahi á pov. da villa do Catú, outra estação, e desta a desaguar no rio Pojuca, no arraial e estação deste nome. Não é navegavel e tem como principal trib. o Aramary, que nasce ao pé da serra deste nome; corre de norte a sul, banha o arraial do Aramary e desagua a tres kils. da cidade com um curso de 22 kils. e recebendo o Prata, o Adão e o Saguim. A oeste da cidade corre o rio Camorogy, affl. do Pojuca; o Quiricó Grande, o Quiricosinho, o Piabas, o Pitanga, o Una, egualmente tribs. do Pojuca; o *Subahuma*, trib. do oceano e o Sauhype, affl. do Subahuma.

Entre o S. e o O. da cidade, a quatro kils. de distancia, existe a montanha denominada *Mangalô* ou *Mangalou*, além do rio Aramary e com frente para a cidade. Ao N. existe um pequeno morro isolado e denominado serra da Ladeira. Ao NO. a grande serra denominada da Chã, donde nasce o já citado rio Catú e outros regatos de somenos importancia.

Em frente a esta serra a denominada Jococa, que offerece uma bonita paizagem. A O. destas, isolada, a serra do Aramary, donde nasce o rio deste nome no dist. dos Olhos d'Agua, e na mesma direcção de O., no dito dist., está a serra denominada dos Frades, porque no seu cume e em torno existem pedras pretas em fórma de pyramides, que representam frades em pé e ajoelhados. A E., na distancia de oito kils., existe isolada a serra da Fortaleza, e na distancia de 18 kils. a serra Maria de Brito. Da cidade é tambem avistada a serra do Nivel, situada á margem dir. do rio Aramary.

As lagôas mais importantes que se encontram no mun. são: a Liberta, Feiticeira, Espuma, Engenho Velho, Baixão, Sauhype, Ema, da Mata, Fonte dos Padres e Cavada.

A lavoura principal consiste em fumo, mandioca e cereaes.

O nome de Alagoinhas teve sua origem de alguns pequenos lagos que existiam nas cabeceiras do riacho que depois tomou o nome de Fonte dos Padres; junto a esses lagos, na margem da estrada-geral do Piauhy para a Bahia, os comboios costumavam fazer descanso e apacentavam as boiadas, e por cuja demora alguns moradores das margens do rio Catú traziam seus generos, vendiam aos boiadeiros ou trocavam por bois a que denominavam *cachangos*. Ahi levantaram pequenas casinhas sortidas com diversos generos, constituindo uma especie de arraial, onde ergueram uma capellinha, com o orago de Santo Antonio, sob a direcção do Padre Manoel Carvalho da Cunha.

Neste interim appareceu um padre mineiro, José Rodrigues Pontes, que, por sua vida licenciosa, dirigiu-se a Roma afim de penitenciar-se, e a Portugal para egualmente obter o perdão dos seus crimes na parte judiciaria.

Em fins de 1813 para 1814 o Padre Pontes, já absolvido, conseguiu de Maria I elevar a capella de Alagoinhas á categoria de freg. por Alvará de 7 de Novembro de 1816, e elle vigario della até 1832, quando falleceu. Foi elevada á villa pela Lei Prov. n. 442 de 16 de Junho de 1852, e installada a 2 de Julho de 1853.

Chegando em 1863 a E. de F. ao lugar onde completavam os 132 kils., ahi fixou-se a estação terminal a O. e a dous kils. de Alagoinhas.

Pela affluencia de grande numero de trabalhadores foram alli levantadas diversas casinhas e para alli foi transferida a grande feira que havia em Alagoinhas aos sabbados. Desde então, como era natural, para a nova pov. affluiram muitos commerciantes, que começaram a edificar suas habitações, tomando o lugar, dentro em pouco tempo, notavel incremento.

Passando-se assim a villa de Alagoinhas para nova pov. ficou a freg. desamparada, pelo que a Lei n. 1.135 de 28 de Maio de 1871 passou sua séde para a capella da Igreja Nova, e a de n. 1.248 de 28 de Julho de 1872 creou uma nova freg. no logar da nova villa, restituindo, entretanto, a Lei de 12 de Agosto de 1881 a Alagoinhas Velha sua antiga freg.

Finalmente a Lei de 7 de Junho de 1880 elevou Alagôinhas á categoria de cidade.

Foi fundador da nova cidade o benemerito Commendador José Maria de Carvalho Rego, que edificou a Matriz, e, como Presidente da Camara, o Mercado e o edificio Municipal, que foi concluido pelo actual intendente.

ALAGOINHAS AO JOAZEIRO. Ao *Jornal do Commercio* de 25 de Julho de 1902 dirigi a seguinte communicação.

« Estava eu em Alagoinhas escrevendo as minhas impressões sobre esta cidade, quando tive a honra de receber a visita do Dr. Miguel de Teive e Argollo, que acabava de chegar da cidade da Bahia.

Já conhecia o Dr. Argollo de longa data, quando elle concorria com sua proficiencia de engenheiro emerito para enriquecer o meu Diccionario Geographico do Brasil com preciosas informações.

Em conversa, declarei a S. S. que pretendia de Alagoinhas voltar á cidade do Salvador.

Disse-me, porém, esse illustre engenheiro ser da maior conveniencia para o meu Diccionario que eu fosse até o rio S. Francisco.

Acquiesci promptamente.

No dia seguinte (16 de Junho), ao chegar á estação para tomar o trem, que ia partir ás 7 horas da manhã, ja encontrei na estação o Dr. Argollo que aguardava a minha chegada para recommendar-me ao chefe de trem e facilitar-me todos os meios de um facil embarque.

Deixei a estação de Alagoinhas, distante 122k,424m da capital, na altitude de 137m,500 e situada á pequena distancia da margem dir. do rio Catú, affl. do Pojuca.

Passei pelas estações de *Aramary*, no valle do rio do mesmo nome, trib. do Catú, a 180m,410 de altitude, no kil. 13,721 (de Alagoinhas), com as officinas da estrada e uma capellinha da invocação do Senhor Deus Menino; do *Entroncamento* (1) no kil. 42,070 e na altitude de 350m,230, em uma linda explanada; *Agua Fria*, no kil. 65,920 e na altitude de 322m,810, a dous kil. da antiga villa, hoje simples pov. do mesmo nome, com excellente clima e um trapiche de fumo; *Lamarão*, no kil. 85,411 e na altitude de 291m,143, perto de um pequeno pov. que exporta em limitada escala fumo e generos alimenticios, e *Serrinha* no kil. 110,581 e a 364m,960 de altitude.

Nesta estação o trem demora-se 30 minutos para que os passageiros possam almoçar.

Serrinha, como seu nome indica, fica a uns 400 metros da estação, em uma pequena collina de fraca elevação e donde se goza de um horizonte vasto e cheio de accidentes physicos da maior belleza.

Possue umas 4.000 almas, uma matriz da invocação de Santa Anna com quatro altares, construida em 1793, uma capella particular de Nossa Senhora do Amparo, um edificio regular da Intendencia, construido pelo Coronel Mariano Ribeiro, inacabado, tendo no pavimento terreo a cadêa, uma unica praça quadrada, a do Dr. Manoel Victorino, irregularmente arborisada e coberta de matto, e umas seis ruas.

A cidade, apezar de ter combustores, não é illuminada; é abastecida de agua de má qualidade, toda de açudes.

Tem uma fabrica de sabão, duas escs. regidas por professoras, uma philarmonica e um cemiterio desaceiado. Não possue um só medico, um só advogado, e nem uma *loja de barbeiro*.

O clima é magnifico.

Corre-lhe aos fundos o rio Mangueira.

O mun. conta tres povs.: Lamarão, Manga e Pedras.

A lavoura consiste em fumo, milho, feijão, mandioca, algodão, batata ingleza, pinhas e fructas de conde. Sua exportação de ovos e aves domesticas é consideravel.

Faz commercio com Tucano e Riachão de Jacuhype e é pro urada por aquelles que, para recuperar a saúde, vão ás caldas do Cipó, que ficam na margem esq. do Itapecurú a 84 kils. da cidade.

Serrinha acha-se collocada sobre o planalto de um pequeno serro situado entre duas serras.

(1) Acham-se assentados os trilhos do ramal da Feira, em uma extensão de tres kils.

A seis kils. desta estação acha-se assentada, sobre o riacho Cattete uma bomba de dupla expansão, deitando agua para o Entroncamento de uma altura de 100 metros. A canalisação é feita em tubos de ferro zincado de seis pollegadas de diametro.

Seu aspecto offerece lindos panoramas em torno, divisando-se as cordilheiras do Tanquinho, Santa Barbara, etc., e uma grande extensão de taboleiro, que se estende até á base da serra do Irará.

Além destas serras destacam-se da cidade, em uma extensão de dous kils.; por terreno plano, um serro chamado do Fundo; e na distancia de 12 kils., approximadamente dous altos morros muito semelhantes, denominados Dous Irmãos, em redor dos quaes existem algumas fazendas de cultura e criação. As duas serras que ladeam o serro, sobre o qual está plantada a cidade, estendem-se de léste para oéste, tendo a primeira (da direita), chamada do Cruzeiro, a extensão de 12 kils., e a segunda, demoninada do Sitio, a extensão de 24. Dentre estas serras, distingue-se, na distancia de 14 kils., a oéste, a grande serra de S. Caetano, onde outr'ora se homisiou o celebre facinora José Joaquim de Almeida, por alcunha José Joaquim de S. Caetano.

Possue a localidade tres grandes agudes, dos quaes um a léste e dous a oéste da cidade.

Deve sua origem a uma fazenda de criar, havida por compra ao primeiro Conde da Ponte. Seu proprietario, Bernardo Ferreira da Silva, portuguez, dividiu as terras da fazenda por seus filhos e com estes deu inicio á povoação.

Foi Serrinha uma capella filial da freg. de S. João da antiga villa da Agua Fria. Creada parochia pelo art. 10 da Lei n. 67 de 4 de Junho de 1838; elevada á villa pela de n. 1.600 de 13 de Junho de 1876, installada em 11 de Janeiro de 1877, e á categoria de cidade pelo Decreto de 30 de Junho de 1891.

Continuando a minha viagem, passei pelas estações da *Salgada* (2), no kil. 146,861 en a altitude de 403m,185, que exporta algum fumo, algodão e cereaes e serve ao districto de Coité; *Santa Luzia* no kil. 180,568 e na altitude de 362m,402 em logar plano, a uns tres a quatro kils. do morro do Lopes (3) com umas 200 casas, entre as quaes duas realmente bonitas; grande exportadora de algodão, pelles e couros brutos, sola do paiz e cereaes; e *Queimadas*, no kil. 226,950 e na altitude de 275m,331, onde pernoitei.

Por todos os logares por onde andei, encontrei os melhores commodos nos hoteis, as melhores iguarias ás refeições, tudo a expensas do Dr. Argollo, que havia telegraphado para toda a parte recommendando que se me désse a mais fidalga hospedagem.

No intuito de procurar a margem do rio, a pov. de Queimadas ficou pessimamente situada em uma baixada ou bacia, ficando em parte inundada nas cheias do Itapecurú-assú, que, reunindo suas aguas ás do riacho Gregorio, transforma-a em uma ilha.

E' cercada por taboleiros ou altos e fica á margem dir. do rio Itapecurú-assú (4) na Lat. sul de 10,56, 35 e 3° 34,47, de Long. léste do Rio de Janeiro.

Tem um feio aspecto. Possue duas grandes praças, entre as quaes a do Mercado, onde se faz a feira aos sabbados, umas seis a oito ruas, umas 300 casas, duas capellas, a da Conceição e a de São José, e a matriz de Santo Antonio, longe da pov., no Alto da Egreja.

Para ella convergem os productos da Jacobina e Monte Santo. Seus habs. dedicam-se quasi que exclusivamente á industria pastoril.

O mun. é percorrido pelas serras do Tigre, Caracuanha, Poço, Agulha, Bananas e da Volta, defronte das minas de ouro da Conceição, a 42 kils. distante da séde. Nelle ficam os morros do Caetano e do Lopes, este a um kil. do arraial de Santa Luzia.

Fertilisam seu territorio os rios Itapecurú-mirim, Itapecurú-assú, Jacuricy, affl. da margem esq., rio d'Agua, da dir., riacho do Encantado, da esq., riacho do Monteiro, pela esq. e rio do Peixe, da dir., todos do Itapecurú, e o Riachão, affl. da dir. do rio do Peixe.

Comprehende os seguintes povs.: Buxo, Jacuricy, Rei d'Agua, Areia Grossa, Bebedouro, Roncador e Rodeador.

A renda do mun. orça por nove contos e é o unico que ainda cobra imposto de importação.

Desta villa partiram para Monte Santo e dahi para Canudos as forças que foram combater Antonio Conselheiro.

Corre em Queimadas o seguinte facto, que me parece interessante:

Em 1717, ou antes, foi parte dos terrenos da localidade vendida ao sargento-mór Thomé Pereira Pinto, da Cachoeira, por Isabel Maria Quedes de Brito e parte doada a Santo Antonio, que deu o nome á capella, que então existia, porque Antonio era o nome do esposo e do pai de D. Izabel.

Santo Antonio ficou assim proprietario de terras e senhor de diversos escravos.

Aconteceu que um dos escravos de Santo Antonio assassinára um individuo e como, pelas leis que então vigoravam, era o senhor responsavel pelo crime dos escravos, foi Santo Antonio processado e levado para a Feira de Santa Anna, amarrado na cangalha de um animal. Ahi chegado foi julgado e absolvido.

Enfureceu-se o povo com esta decisão: os bens do Santo foram levados á praça e arrematados por diversos cidadãos, voltando depois disso o Santo á sua antiga residencia.

Não paráram, porém, ahi as vicissitudes do Santo. Ha uns 4 annos foi elle roubado da egreja e transportado dentro de uma caixa, envolto em capim, para a cidade da Bahia, onde foi casualmente encontrado por um sacerdote, que o fez regressar de novo para sua egreja, já todo mutilado, sem pernas, nem braços.

Concertado, foi elle collocado no altar-mór da matriz, onde se conserva, recebendo as orações dos fieis e casando as moças que a elle recorrem.

Ha em Queimadas, junto ao rio Itapecurú-assú, um grande penhasco de fórma algum tanto bizarra.

Foi essa pov. creada villa pela Lei n. 2.454 de 20 de Junho de 1884 e Decr. de 8 de Julho de 1890.

No dia seguinte, pelas 8 horas da manhã, tomei o trem em direcção a Joazeiro.

Deixando a estação de Queimadas, a estrada atravessa na villa o rio Itapecurú-assú por meio de uma ponte de ferro de 50 metros de vão e inicia o seu percurso pelo trecho mais extenso de toda a linha, pois tem até Itiuba 43 kils. Vê-se á dir. a antiga estação de Jacuricy (5) e, do lado opposto, o açude de Cacimbinhas.

No kil. 264 a estrada passa por uma garganta da elevada serra da Itiuba.

Esta serra começa no municipio de Queimadas e vai morrer no rio S. Francisco. Apesar de pedregosa, apresenta muitas plantações de café e cereaes. Ha nella um pico bastante elevado, a que denominei Argollo, com uma serie de pedras superpostas, acamadas umas sobre outras e com uma, cujo centro de gravidade como que está a escapar-se, parecendo querer despenhar-se sobre as encostas.

Pouco adiante desse magestoso accidente physico fica a estação da *Itiuba*, no kil. 269.266 e na altitude de 376m,261 em uma bacia formada por diversos contrafortes da serra e grande exportadora de algum café, cereaes, redes, chapéos de palha, requeijões e das afamadas mangas da Itiuba, notaveis pelo seu tamanho e sabor. Distante uns 240 metros fica o arraial com uma capella de Nossa Senhora da Conceição. Ahi residiu o padre Severo, possuidor de grande numero de escravos, entre os quaes tive occasião de ver um, que me disseram ter mais de 120 annos de idade.

Chamava-se Rangel o infeliz. E' acaboclado, já curvado, muito tremulo, desmemoriado e arrastando-se com difficuldade. Reside, não como Diogenes, dentro de uma pipa, mas em uma palhoça com dous metros de largura e dous de comprido, coberta de palha de carnahuba e sem paredes. Quando as chuvas alagam o terreno ou o vento arranca a fragil cobertura da triste vivenda, lá se vai o pobre velhinho, arrimado no seu bastão, repousar o corpo no frio lagedo da estação.

(2) A cinco kils. desta estação, no kil 142 fica o açude da Extrema, de barragem curva, feito pela estrada.

(3) São tres pedras superpostas, duas lateraes e uma no meio e no alto e entre ellas uma especie de gruta, que já comportou uma mesa com 50 pessoas.
A distancia desse morro vê-se, do lado opposto, o morro da Lage, que tem a fórma conica, e em cujo cimo, meio escalvado, mão piedosa plantou uma Cruz.

(4) Composto de *itapé-curú*, lage fragmentada, pedra miuda, seixos, calhaos. Pode ainda ser corrupção de *itá-pucú-r-ú*, rio da pedra comprida, ou melhor da penha longa, rio dos lageados, extensos. (Dr. Th. Sampaio.)

(5) No kil. 245, em Jacuricy, foi erguida uma pyramide de cantaria para commemorar o embarque do aerolitho do Bendegó vindo de Monte Santo; e entre os kils 255 e 256 fica o açude de Cacimbas de barragem preta com pedra de duas côres.

Beijei-lhe as mãos.

Depois de Itiúba a estrada percorre um trecho, que é o segundo em extensão, pois tem 41 kils: atravessa o Itapicurú-mirim, onde ha uma repreza, passa pela antiga estação da Tiririca, hoje abandonada, e chega á estação de *Cariacá*, no kil. 310,273 e na altitude de 450m,116.

Desta ultima estação a estrada dirige-se para a de *Villa Nova*, na cidade do Bomfim, no kil. 321,993 e na altitude de 548m,936.

De Villa Nova a estrada passa a ponte do Carrapichel com 30 metros de vão e o pov. deste nome, sem escola nem capella com umas 500 almas e situado na estrada de rodagem que vai para o Joazeiro, chegando pouco depois á estação de *Caturay* (agua boa).

Esta estação fica no kil. 335 e na altitude de 596m,520. Dista da pov. do Brejo uns 600 metros e exporta algum café, cereaes e fructas, principalmente laranjas e bananas.

A 800 metros distantes da linha fica uma repreza de alvenaria, alimentada pelo riacho do Brejo, affl. do Itapicurú-mirim.

A' direita da estação, na margem da estrada de rodagem que vai para o Joazeiro fica o pov. da Estiva, com uns 200 habs; e pouco acima, á esq. da estrada de ferro e á dir. da de rodagem, o pov. dos Olhos d'Agua.

Pouco adeante a linha passa pelo pontilhão da Aroeira, o mais alto da estrada, sobre o riacho do mesmo nome, affl. do Itapecurú-mirim, no ponto em que a estrada descreve uma grande curva, que tem a semelhança de um S.

Segue-se a estação do *Jaguarary* (composto de *yaguara r-y*, no rio da onça), no kil. 348,760 e na altitude 664m490. Exporta fumo, cereaes e algum café; junto a ella fica o pov. do mesmo nome, nas fraldas da serra da Jacobina, com umas 400 casas, escola mixta, um cemiterio dentro do pov. e uns 800 habs.

Perto passa-lhe o riacho Aroeira.

Entre esta estação e a immediata de Itúmirim, a estrada passa pelo seu ponto mais elevado, que fica no kil. 355,993 e na altitude de 683m,300, e que é conhecido por Tanque do Paulista ou Tanque de Terra.

Constitue elle o *divori um aquarum* das aguas que vertem para o S. Francisco e das que vertem para o Itapecurú.

Segue-se a estação de *Itú-mirim* (composto de *Ytú*, tombo, quéda d'agua, salto, catadupa, e *mirim*, pequeno) no kil. 356,320 e na altitude de 665m,220, a 300 metros do pov. de seu nome, exportadora dos mesmos productos que a estação precedente.

O pov. desenvolve-se por uma grande extensão, fica ao sopé da serra da Jacobina e é abastecido de agua pelo açude da Cachoeirinha, cavado numa garganta da mesma serra e que é a obra de arte mais importante da estrada.

Além de Itú-mirim o terreno torna-se arido e só é regado pelas chuvas das trovoadas, pois que as de inverno vão sómente pouco além daquella localidade. Elle é, não obstante, utilisado na criação de gado vaccum e parece possivel que esse terreno seja adaptado ao cultivo da vinha, por ter base calcarea.

Segue-se a estação de *Angico*, que fica em terreno arido improductivo, no kil. 383,140 e na altitude de 489m060. Tem um poço de agua mineral alcalina, muito aproveitavel nas molestias syphiliticas e um tanque (da Raposa) alimentado pelo rio Poço Comprido.

A 48 kils. de distancia ficam as ricas minas de cobre da Carahyba, pertencentes ao Dr. José Gonçalves da Silva, que está em negociações com um syndicato inglez pela quantia de dous mil contos.

Nesta estação tive o immenso prazer de ser apresentado ao Dr. Antonio Prado Valladares, laureado nos seis annos da Escola de Medicina da Bahia e cujo retrato orna o Pantheon da mesma escola.

O jovem e distincto facultativo foi readquirir forças, algum tanto enfraquecidas no seu longo tirocinio academico nesse logar, tão afamado pela salubridade do seu clima.

Entre Itú-mirim e Angico a estrada deixa á dir. a serra do Riachinho, pedregosa e coberta de mandacarús, e a do Curralinho, constituida por pedra branca, e atravessa os rios Cacimba Doce e Poço Comprido, este com duas pontes que são vencidas pela estrada de ferro uma entre Itú-mirim e Angico e outra entre Angico e Jurema.

Além da estação de Angico, no kil. 389, começa uma tangente de pouco mais de 62 kils. que vai á estação do Piranga. Essa tangente é a maior do Brasil e uma das maiores do mundo.

Segue-se a estação da Jurema, no kil. 413,553 e na altitude de 433m,600, com o poço das Balas, da profundidade de 14 metros, e um tanque que está abandonado, porque o riacho Jurema, que o alimentava, secca, tendo agua sómente na occasião das chuvas.

Nella embarca algum gado.

Desde antes de Jurema até tres kils. depois de Carnahyba o terreno é abundante de pedra calcarea, da qual fabrica-se cal de primeira qualidade, e entre Jurema e Carnahyba a estrada atravessa o riacho Toirão ou Tourão sobre tres pontes de ferro, das quaes a ultima sem gradeamento.

Segue-se a estação de *Carnahyba* (de *caraná-yba*, palmeira do genero *Copernicia cerifera*) no kil. 430,870 e na altitude de 411 metros e que exporta cal em pequena quantidade.

Esta estação é a mais bonita da estrada depois da do Joaseiro. E' de alvenaria de pedra calcarea.

A talvez dous kils. da estação fica uma jazida extensissima de pedra marmore, infelizmente inexplorada.

Segue-se a estação do *Pitanga* (vermelho, rubro, corado, ruivo) no kil. 449,910 e na altitude de 371m,050, com um abrigo para o material rodante, um moinho de vento e diversos edificios em construcção.

Finalmente, *Joaseiro*, na margem dir. do S. Francisco, no kil. 452,310 e na altitude de 372m,050.

São arrendatarios dessa estrada o Dr. Miguel de Teive e Argollo o Coronel Anysio Pinto Cardoso e o Commendador José Gonçalves de Oliveira Reis.

Nesta minha viagem colhi alguns termos, que offereço aos lexicographos.

Xixilado, sem vergonha, descarado; pessoa desgostosa. Café muito ralo é xixilado.
Tulejar, vagar sem destino.
Pé leve, sujeito reles, que não tem domicilio certo.
Pichéo ou *pixeu*, orgão genital das mulheres.
Manga, pasto cercado que guarda o gado.
Manguara, bastão onde se arrima um velho.
Inzoneiro, mentiroso, superstcioso.
Faisqueira, copula.
Fóba, medroso, preguiçoso, sem tino.
Desempambado, positivo, que usa de franqueza.
Estalecido, puxado do peito; asthmatico.
Catrumano, talvez corrupção de quadrumano, tabaréo.
Jequé, telegraphista, jumento.
Lebréa, especie de gaiôa.
Bruega, chuva fina.
Pai d'Egua, cobertor.
Dar de corpo, defecár, evacuar.
Cabuletê, moleque, gente sem importancia, canalha. E' o mesmo que cafageste.
Bargado, sujeito que compra fiado e não paga.
Gongo, vara com um ferro curvo na ponta, por meio da qual os vareiros os barqueiros agarram-se aos ramos das arvores, sitas ás margens do rio.
Ponta d'agua, grandes correntezas que existem nas voltas dos rios.

ALAHÉ. Arraial do termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*, 1901).

ALAMBARY. Curato do mun. do Bananal em São Paulo. Accrescente-se no fim: A estação da E. de F. mais proxima é a do Formoso, da linha de Suruby á Bocaina, que dista 12 kils. A Lei n. 112 de 1° de outubro de 1892 revogou o Dec. n. 169 de 15 de maio de 1891, que criou o dist. de paz deste nome. Foi criado districto de subdelegacia por Acto de 25 de fevereiro de 1880, que incorporou-lhe os seguintes: Doce, Capitão Mór, Alambary e Cachambú.

ALAMBARY. Morro de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. Mendes em seu *Dicc.*, diz: ALAMBARY. Morro no municipio de Iporanga famoso pela gruta com dous ou mais compartimentos, um dos quaes extenso, com stalagmites e stalactites. Esta gruta é atravessada por um ribeirão, que traz tambem o nome *Alambary;* mas é o nome só da gruta, reflectindo sobre o morro e o ribeirão, certamente por não ter a tradição conservado os nomes destes.

Alambary, com referencia á gruta, é corrupção de *Rũ-mb-a-ro-á-aí*, « desordem interior e juntamente agua a cahir. De *rũ*, « revolução ou desordem interior », *mb*, particula para ligar *rũ*, que tem na pronuncia o som nasal, ao verbo *aá*, « cahir », com a intercalação de *ro* para exprimir a simultaneidade da ação do verbo, formando *a-ro-á*, « cahir juntamente », e *aí*, « aguacento, o que lenteja ou reçuma agua ». Por contração, *Rũ-mb-a-r'-á-'i*.

Allusivo á desordem emmaranhada no interior do monte com precipicios; desordem produzida pela agua cahida de cima e filtrada, formando as stalagmites e as stalactites.

Esta gruta é a denominada *Lapa de Santo Antonio*, cuja descripção vou pedir ao conselheiro MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADE, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo, no anno de 1805*. Escreveu elle: « Continuei a minha digressão pelo ribeirão de Yporanga ácima até chegar á gruta stalactitica, denominada *Lapa de Santo Antonio*, que fica á direita (deve ser *esquerda*, por isso que o viajante considerava *direita* ou *esquerda*, comforme subia ou descia o rio) no ribeirão do *Sumidouro*, o qual corre de um monte tambem á direita, onde sómente existem restos de antigas lavras. Não só nesta gruta, mas tambem em todos os morros á esquerda, e mesmo em suas faldas, se acham bancos de pedra calcarea secundaria, cortados por veios de spatho calcareos, dos quaes no tempo das grandes chuvas se destacam porções, que vêm entulhar então os ribeirões. Esta gruta tem quasi a direcção de oesnoroéste sudoéste; por baixo della corre o dito ribeirão do *Sumidouro* (*), cujas aguas são frigissimas, *minando os ditos bancos calcareos*, e *alguma agua que transuda por elles*, e que fórma as bellas stalactites, attendiveis por sua brancura, pureza, esplendor, e fractura spathica. Na parte superior da entrada vê-se como dous óculos de egreja, e logo no principio, um côro rendado, e ornado de uma série de pyramides stalactiticas: do lado esquerdo faz a lapa como um sacco, e do direito, mais para o interior, columnas entrecortadas, e outras porções de avelhantados edificios, sobre os quaes obrou a mão inexoravel do tempo. Do lado esquerdo, em cima, ha pequenas grutas ou reconcavos, e em baixo furnas. »

De outra descripção publicada vou transcrever os seguintes trechos,

« Na caverna do morro do *Alambary* ha um grande salão, com cerca de 40 metros de altura, e um outro compartimento, no qual existe um poço. As columnas apresentam o aspecto de imagens em charóla n'uma procissão. O sólo é formado de grossas pedras. O ribeirão *Alambary*, que desce de um dos morrós do municipio, depois de caminhar cerca de 200 metros, some-se e vem reapparecer nesta caverna ».

O dr. CARLOS RATH assim a descreve: « Esta gruta acha-se entre as pedras de cal, formando, na bocca da gruta, uma muralha preta de 612 pés. . . A gruta tem a largura de 130 palmos e fórma um vão, com a profundidade de 80 palmos. . . A altura da gruta póde ter 60 a 80 palmos, e é inteiramente ornada de stalactites e stalagmites. Estas stalactites e stalagmites formam, as vezes, figuras mui pittorescas, que ficam pendluradas nas abobadas... O canal, donde sahe a agua, fórma no fundo muitas cascatas. . . e depois de ter corrido ¾ de legua, toma o nome de *Funil* ou *Sumidouro*, porque a agua sóme-se entre um buraco, tambem nas mesmas pedras de cal, e apparece na gruta de *Santo Antonio*, outra vez, para unir-se pouco distante com o rio de *Yporanga*. Para chegar a este rio, e á gruta de *Santo Antonio*, é preciso passar-se por um logar onde corre o rio entre rochedos de cal mui altos, empinados e lisos, que quasi não dão espaço para passagem de uma cabra. . . Esta cal preta fórma uma collina, que se estende para nordeste algumas oito leguas. . . »

O nome *Lambary*, como fonte de agua medicinal é *H-a-mbaraá-i* « agua de doença »: contrahido em *H-a-mbar''-i*.

(Vide o nome (*Lambary*).

« Alambary (Theodoro Sampaio, *obr.* cit.) corrupção de *araberi*, *arabé-r-i* báratinha, peixinho: altera-se as vezes para *lambary*, *aramary*, *aramery*, *aramaré* ».

(*) Corruptéla de *Cu-mí-ndú-ri*, «escondidos em altos e baixos e fazendo estrondo » De *cu*, «altos e baixos », *mí*, «esconder-se, occultar, sumir-se » *ndú*, «estrondo estrepito» , *ri*, posposição, significando, neste caso, «com ». Em verdade, *Sumidouro* em portuguez, corresponde mesmo á aquella palavra em tupy.

ALAMBIQUE. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Rio Piedade.

ALAVANCAS. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

ALAZÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Salgueiro, no dist. deste nome.

ALBANO (Santo). Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do ribeirão Formoso, que o é do rio Pomba; no mun. deste nome.

ALBERTO DE ABREU. Nucleo colonial do Estado do Paraná, proximo á villa da União da Victoria, á cujo mun. pertence. Está dividido (1901) em 88 lotes, povoados por cerca de 500 polacos.

ALBINO. Barra no littoral do Estado da Bahia, entre Cannavieiras e a barra do rio Poxim e proxima da barra da Boa Ventura.

ALBINOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Floriano Peixoto e mun. de Bom Fim.

ALCANTARA. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorogr. do Maranhão*, 1901, diz: « *Alcantara*, antiga Tapuy-tapera, fica bellamente situada em uma collina de 60 pés de altura, na entrada da bahia de S. Marcos, que a separa da capital que lhe fica fronteira, á distancia de 20 kils.; tem excellente porto, entre a ponta da Lage e a de Itahira, á entrada do igarapé Jacaré. Foi uma cidade muito bem edificada, notando-se ainda hoje entre os seus edificios, pela maior parte em ruinas, o Convento e Egreja do Carmo, a Egreja do Desterro e a do Rozario. Perto e em magnifica posição para a defeza do porto, fica a pequena ilha do Livramento, onde demora a ermida de N. S. do Livramento, cuja festa é a mais popular de Alcantara. O porto é illuminado por um pharól de luz fixa e branca, situado a S. E. da cidade, defronte da ilha do Livramento e sobranceiro á ponta da Lage. Tendo clima ameno e possuindo logares apropriados para banhos de mar, como a praia do Jacaré, parece que seria mais frequentada pelos habitantes da capital; si melhores fossem os meios de communicação. Até o meiado do seculo passado os muns. de Pinheiro, S. Bento, S. Vicente Férrer e Cajapió faziam por meio della o commercio de seus productos com a praça da capital, o que concorreu muito para seu engrandecimento e prosperidade. Com o desenvolvimento da navegação, cada um desses muns. passou a se corresponder directamente com a capital. Desde então começou a sua decadencia, apresentando actualmente muitos templos e sobrados em ruinas, assim como consideravel diminuição de sua população. Possue importantes e numerosas salinas ao longo da costa, constituindo a exportação do sal sua principal riqueza. Calcula-se a sua pop. em 3.000 habs. Foi o berço do naturalista Frei Custodio Alves Serrão, dos distinctos politicos Joaquim Franco de Sá, Antonio Pedro da Costa Ferreira, Philippe Franco de Sá e Augusto Olympio Gomes de Castro, do conceituado clinico Dr. José da Silva Maia e do poeta A. J. Franco de Sá» . O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Alcantara* cidade das mais antigas do Estado, elevada á esta categoria, juntamente com Caxias, pela Lei Prov. n. 24 de 5 de julho de 1836, edificada em terreno elevado e ladeirento, na lat. de 2°18' S. e long. em arco de 1°9' e em tempo 0h4m11s W., ao rumo de NO. em frente e á distancia de 9 milhas da capital, da qual está separada pela bahia de S. Marcos. Esta cidade, que, na época do descobrimento se chamava Tapuy-tapera ouAldeia dos Americanos, e que teve por seu primeiro donatario a Jeronymo de Albuquerque de Mello Maranhão, verdadeiro conquistador e restaurador desta capitania, foi, a 22 de dezembro de 1648, creada villa pelo donatario da capitania de Cuman, o desembargador Antonio Coelho de Carvalho, segundo refere o coronel Lago na sua *Estatistica Historica e Geographica do Maranhão*, sendo a doação extinta por virtude da Carta Regia de 1° de Junho de 1754. Do termo da junta das missões de 16 de setembro de 1748, se collige que ahi existia uma aldeia de indios da tribu, cujo

nome se perdeu, bem como outra no ponto do Marudá. Esta villa diz ainda o coronel Lago... (Vide Alcantara no I Vol.)... Quão mudada não está a Alcantara de hoje da rica, populosa e florescente cidade de outros tempos! Situada em um dos logares mais bellos do Estado, não só por estar edificada sobre uma collina, que domina vistas mui agradaveis e pittorescas, como portes elegantes e soberbas casas de sobrado, que chegavam a rivalisar com as da capital, hoje, inteiramente decadente, apresenta o triste espectaculo de uma cidade quasi abandonada, com as casas desertas e as ruas nuas de viandantes, notando-se-lhe alguma vida e animação apenas nos dias festivos. Tem a actual cidade de Alcantara 18 ruas, quatro travessas e duas praças — do Jacaré e da Matriz — com 276 casas de telha, das quaes 30 de sobrado e 146 de palha, todas habitadas, á excepção de dous sobrados arruinados; diversas casas de negocios de seccos e molhados, denominadas armarinhos ou tavernas, algumas de fazendas em pequena escala, uma pharmacia, duas padarias e uma pequena refinação. Não se encontram na cidade officinas, mas artistas ou officiaes, que trabalham em suas proprias casas, sendo 12 de alfaiate, 15 de sapateiro, cinco de barbeiro, oito de carpina, dous de marceneiro, tres de ferreiro, quatro de otriveis, seis de carpinteiro, tres de funileiro e um de tanoeiro. Possuia esta cidade, em outros, tempos, sete templos, todos do culto catholico, sendo que de alguns delles, como o do Carmo, dizia-se que rivalisava si não excedia, em riqueza e belleza de architectura, ao de egual nome desta capital. Com a decadencia que invadiu esta cidade, começaram por sua vez os templos a desmoronar-se. O de *Santa Quiteria* acha-se fechado desde 7 de outubro de 1852, por Portaria de egual data de D. Manoel Joaquim da Silveira, então bispo desta diocese, que ahi achando-se pos-lhe o interdicto; os de *S. Francisco* e das *Mercês*, totalmente arruinados e por isso de ha muito abandonados; a *Matriz* que já não funcciona por encontrar-se em grande estado de ruinas; o *Carmo*, que serve de Matriz, apezar de estar um pouco arruinado; o *Rosario* e o *Desterro* em bom estado. Tem um cemiterio, murado, pertencente á Irmandade de S. Benedicto. Sua pop. ainda hoje não é inferior a 4.000 habs. e de toda a com. deve oscillar entre 25 a 30.000 almas. São seus principaes generos de producção, farinha, milho, tapioca, carrapato, arroz, feijão, favas, gergilim, assucar e algodão em mui diminuta escala, avultando mais os dous primeiros. A lavoura da canna, pode-se dizer, acha-se hoje extincta, contando-se apenas no districto de Alcantara tres engenhos a vapor, que estão parados, e dous pequenos, um á agua e outro a bois e que trabalham irregularmente. A do algodão, parece tambem que quasi desappareceu de todo, datando este desanimo de epocha anterior a 1859, pois o pouco, que então se colhia, era consumido nos mesmos estabelecimentos ruraes em redes, saccos, roupas de escravos, etc. A do assuccar, em 1860, era avaliada em 20.000 arrobas; a da farinha em 22.000 alqueires e a do arroz em 1.500 alqueires. Actualmente constitue a sua principal producção e riqueza — o sal —, cuja colheita annual pode ser computada em 100.000 alqueires ou sejam cinco milhões de litros, contando-se ao todo 125 salinas, das quaes 95 de propriedade da Companhia *Salineira Alcantarense* e as restantes de diversos proprietarios. A navegação entre esta cidade e a capital, além de vapores em dias incertos, é feita diariamente por seis barcos ou canôas grandes e quatro pequenas». Ao mun. pertencem as tres pequenas ilhas do Livramento, do Cajual e Quindiua.

ALDÊA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão da Fartura, trib. do rio Itararé.

ALDÊA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no rio Piedade.

ALDÊA VELHA. Serra do Estado de Pernambuco, ao poente da cidade da Pesqueira e encravada no mun. de Cimbres. Fica proxima do pov. Olho d'Agua dos Bredos.

ALDÊA VELHA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Ipojuca.

ALDÊA VELHA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do Capibaribe, no mun. do Brejo da Madre de Deus.

ALECRIM. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de deus arraiaes nos termos do Riachuelo e Pacatuba.

ALECRIM. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

ALEGRE. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Guarehy, á margem dir. do ribeirão da Aréa Branca, trib. do rio Guarehy.

ALEGRE. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Carlos do Pinhal. Vai até o ribeirão do Quilombo.

ALEGRE. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. da margem dir. do rio Ubá, no mun. deste nome.

ALEGRE. Villa do E. Santo. Accrescente-se no fim: Devia ter por padroeira N. S. da Conceição, mas o poder ecclesiastico deu-lhe N. S. da Penha, no acto em que a instituiu canonicamente, acto este que foi confirmado pela Lei n. 7 de 4 de novembro de 1869. Fica á margem esq. do rio Alegre e á dir. do ribeirão da Conceição, em logar ventilado e salubre. O pov. tem a forma de um triangulo, correndo de leste para oeste. A NO., em uma pittoresca collina, dominando todas as casas, se acha a matriz.

ALEGRIAS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

ALEIJADA. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

ALEIXO. Corrego do Estado de Matto Grosso, no dist. de Brotas.

ALEIXOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. José da Lagôa e mun. de Itabira.

ALEXANDRES. Bairro da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

ALFENAS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá.

ALFERES MAGALHÃES. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fideles.

ALFREDO MAIA. Parada do trecho da E. de F. Melhoramentos do Brasil; o qual vai da estação da Mangueira á Ilha das Moças. Fica na rua Figueira de Mello.

ALGODÃO MANSO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Taquaretinga.

ALGODÕES. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. da Leopoldina. Compõe-se de tres fazendas de criação.

ALLELUIA. Ribeirão do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

ALLIANÇA. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Canutama.

ALLIANÇA. Pov. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica á margem esq. do Serigy e possue uma capellinha consagrada á N. S. das Dôres. A' pequena distancia (tres kils.), a via-ferrea Limoeiro, no ramal de Timbauba, kil 97,244m da estação do Brum, tem uma estação com o nome de Alliança aberta ao trafego em 1887 e situada a 68m de altitude.

ALMAS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. da Leopoldina.

ALMAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem esq. do rio Terra Nova, no dist. do Salgueiro.

ALMAS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Corumbatehy; no mun. de S. João de Rio Claro.

ALMAS. Villa da Bahia Accrescente-se no fim: Tomou o nome de Jacaracy pela Lei n.º 464 de 10 de agosto de 1902.

ALMEIDA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Triumpho.

ALMEIDAS Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

ALPES. Estação do Ramal-ferreo Campineiro, no mun. de Campinas e dist. dos Souzas; no Estado de S. Paulo.

ALTA MIRA. Com este nome elevou a Lei n. 348 de 8 de maio de 1900 á categoria de villa a pov. do Sacco; no Estado da Bahia. A pov. do Sacco pertenceu ao mun. do Conde. No novo mun. foi criado fôro civil e conselho de jurados pelo Dec. n. 754 de 21 de maio de 1900.

ALTER DO CHÃO. Parochia do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900.

ALTINHO. Villa de Pernambuco, Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 400 de 27 de junho de 1899.

ALTIVO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

ALTO ARAGUARY. Subprefeitura do mun. do Amapá; no Estado do Pará.

ALTO BONITO. Serra do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro.

ALTO DA BRANQUINHA. Log. do Estado do R. S. do Sul, no mun. de Viamão, com escola.

ALTO DA ESTAÇÃO. Log. no mun. da Franca e Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 599 de 2 de maio de 1899.

ALTO DAS CARNEIRAS. Log. do Estado do Maranhão, na villa de S. Bento.

ALTO DO ARAÇÁ. Serra situada ao S. da pov. de Cimbres, antiga séde do mun. do mesmo nome; no Estado de Pernambuco.

ALTO DO AZEVEDO. Morro do Estado da Bahia. na cidade de Alagoinhas. E' tambem denominado Alto do Panagil.

ALTO DO CANGALHEIRO. Bairro da cidade de Barbacena e Estado de Minas Geraes. E' tambem denominado Santo Antonio.

ALTO DO CAPINAN. Morro do Estado da Bahia, na cidade de Alagoinhas. Delle goza-se de uma explendida vista.

ALTO DO CEMITERIO. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

ALTO DO JACUTINGA. Bairro da cidade de Maceió; no Estado das Alagôas.

ALTO MARACASSUMÊ. Pov. da Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú, á margem esq. do rio do mesmo nome. Tem estação telegraphica.

ALTO MIRA. Pov. do Estado do Pará, na com. de Porto de Moz. Ahi a Lei n. 672 de 2 de maio de 1900 criou o dist. judiciario do Alto Xingú.

ALTO PARNAHYBA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica cerca de 12 kils. acima da foz do rio Medonho e a 24 abaixo da foz do Parnahibinha, defronte de Santa Philomena, no Piauhy, de que é separada pelo rio Parnahyba. Seu porto já tem sido visitado por pequenos vapores da companhia Piauhyense, porém as viagens regulares se fazem somente até ao porto Barão de Grajahú, que lhe fica 900 kils. á jusante. E' a villa mais meridional do Estado, a mais proxima da nascente do rio Parnahyba. Sua principal riqueza consiste na criação de gado e producção de cereaes. Foi começada a edificar em fins de 1873 pelo Tenente Candido Lustosa de Brito e seu genro o Coronel Antonio Luiz do Amaral Brito.

ALTO RIO DOCE. Cidade de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Este mun., que dista da capital do Estado 18 leguas, tem uma superficie de 28 leguas quadradas. Limita a E, com o mun. do Piranga, isto é, o dist. de Dores do Turvo com o da Conceição do Turvo, o de S. Caetano do Chopotó com o do Piranga e Braz Pires, tendo por demarcações o rio Turvo, o ribeirão S. Lourenço e a serra do Geraldo. A N-E limita-se com Oliveira do Piranga pelo morro Queima Roupa; ao N. com o Lamim pelo morro do Souza; a N-O com Capella Nova das Dores de Queluz pelo rio Ponte Alta; a O. com Remedios e S. Domingos de Monte Alegre pelas Brejaubas e Cannas; a SO. com Mello de Barbacena e Mercês do Pomba pelo ribeirão do Mello e pelas serras dos Carvalhos, Crioulo e S. Domingos; ao S. com Santo Antonio dos Silveiras pela serra de S. Miguel; a S E. com os dists. de Ubá e Tocantins de Ubá pelas serras do Bom Jardim e Beija Flor. — O mun. é em geral montanhoso, existindo, porém, no centro uma vasta bacia talvez de 120 kils., onde elevam-se alguns montes, ramificações da Mantiqueira, estando em um delles a cidade, que é perfeitamente avistada das serras Mutuca, a 24 kils de distancia, Samambaia a 18 e do Carandahy a 30. E' o mun. em grande parte cercado pelas ramificações da Mantiqueira, que toma os nomes de Mutuca, Crioulo, Carvalho, S. Domingos, Mello, Larangeiras, Escadinha, S. Manoel, Beija-Flor, Queima-Roupa e Morro Grande. Regam o mun. os rios Chopotó, Brejaubas, Mutuca, Turvo, Espera além de outros. Produz com abundancia canna, milho, feijão, arroz, mandioca, batatas, café, fumo e algodão. Ha criação de gado. — A industria consiste na fabricação de vinagre, aguardente, queijos, manteiga, foices, enxadas, sellins, tijolos, telhas, velas de cera, excellente doces, fumo, etc. Tambem fabricam requeijões, vinhos de laranja e de outros frutos. — A pop. do dist. da cidade é de 6.500 habs. e a do mun. de 24.000. Escriptura de doação para Patrimonio que faz o Alf. José Alves Maciel Pereira, e como procurador de sua mulher, á Capella de S. José do Chopotó, freguezia de Guara-Piranga.

Saibam quanto este publico instrumento de escriptura de doação de seres de raiz para Patrimonio ou como em direito melhor nome e lugar haja, virem que, sendo no anno do nascimento de N. S. Jesus Christo, de mil sete centos e sesenta e quatro, aos cinco dias do mez de maio do dito anno, n'esta Leal cidade de Marianna e no meu cartorio appareceo presente o outorgante Alferes José Alves Maciel, morador no Chopotó, freguezia de Guara Piranga, e termo d'esta cidade e reconhecido de mim tabellião de que dou fé; e por elle me foi dito, em presença das testemunhas adiante nomeadas e assignadas, que elle e sua mulher Vicensa Maria d'Oliveira, eram senhores e possuidores de uma sesmaria de terras de plantas, em que moram no rio Chopotó, acima da dita freguezia do Piranga e chamado sitio de S. José que parte por uma cauda com terras de Manoel Gomes Campos, e por outra com José da Rocha e Souza e com quem mais deva e haja de partir e confrontar, e das terras da referida sesmaria já tinham elle outorgante e a dita sua mulher, feito doação para patrimonio da Capella de S. José, no sitio d'elles sobreditos, digo no sitio sobredito d'elles outorgantes, d'onde se acha situado no anno de mil sete centos e sessenta e quatro por escripto particular das terras do alto de hum morro seco, onde se acha formada a dita capella, cujas terras da dita doação fazem a divisa seguinte: — pela estrada acima para a parte da dita capella fazendo divisa a mesma estrada todas aquellas terras que pertencem a elles outorgantes para a parte do poente que estiverem dentro do quadro da dita sesmaria, e seguindo a estrada acima até o primeiro lagrimal que se acha findo o dito morro, e para a parte do Norte descendo o mesmo morro, no principio d'uma chapada, e serve a referida estrada de divisa, e para a parte do poente serve de divisa o corrego dá aguada d'elles outorgantes, cujas terras aqui demarcadas disseram elles outorgantes que muito

de suas livres vontades e sem constrangimento de pessoa alguma, de novamente em virtude d'este instrumento, e na melhor forma de Direito, fazia doação das referidas terras demarcadas para patrimonio da dita Capella de S. José e nesta lhe dam elle outorgante e sua mulher todo o direito, acção, dominio e senhorio que nas ditas terras tinhão para o dito effeito das quaes poderão tomar posse quem fôr *administrador* da mesma Capella e que, nas ditas terras doadas, reservam elles doadores duzentos palmos em fronteira, e quinhentos de fundo adonde muito lhes parecer e quizerem, e que não se poderá descortinar o referido corrego da dita aguada d'elles outorgantes até suas cabeceiras, e no caso que pelo tempo futuro se estabeleça naquella paragem das terras doadas — arraial — não poderam ter os moradores do mesmo — *porcos* nem *vacas* soltas por não deficarem e prejudicar a fazenda d'elles doantes e que outro sim pessoas poderam fazer casas algumas nas ditas terras doadas sem preceder licença do administrador, e como encargo de fora para a dita capella e que se obrigavam elles doantes a fazer bôa esta doação a todo tempo tivesse de qualquer embaraço e o não reclamal-o. E o theor da procuraçam da dita doante é o seguinte: — Pela prezente e huma por mim somente assignada, constituo e faço meu procurador a meu marido José Alves Maciel, para que em meu nome como se presente estivesse em pessoa, possa fazer doação das terras de nosso casal que bem lhe parecer, para patrimonio da capella do Patriarcha S. José do Chopotó d'esta freguezia de Guara — Piranga, celebrando por isso escriptura publica e assignará n'ella, para este effeito lhe concedo todos os poderes que em direito lhe são conferidos e tudo feito e obrado pelo dito meu marido, hei por firme e valioso. Chopotó acima vinte e oito de Abril de mil sette santos e sassenta e quatro. Reconheço o assignal da Procuraçam supra ser feito por mão de Vicencia Maria de Oliveira, em razão de ter conhecimento de seu signal em fé do que fiz a presente que assigno em publico e raso. — Marianna, cinco de Maio de mil sete centos e sessenta e quatro (estava o signal publico) Em testemunho de verdade Joaquim José d'Oliveira. Não se continha mais na dita procuraçam a qual entreguei e arrecebeo o dito procurador depois de aqui copiada de que dou fé. Em fé e testemunho de verdade assim o disse e outorgou o dito outorgante por si e sua mulher pedio e acceitou a mim tabellião que n'esta nota lhe lançasse, estipulasse e acceitasse este instrumento o qual eu como pessoa publica estipulante e n'esta nota lhe lançasse, estipulasse e acceitasse em nome d'elles outorgantes e de quem mais ausente tocar possa o Direito d'ella, sendo testemunhas presentes Luiz Caetano de Magalhães e Antonio da Silva Lima, moradores n'esta cidade que reconheço pelos proprios e dou fé que assignaram com elle outorgante, depois de lhe ser lida por mim tabellião que disse estava na fórma que havia declarado. Eu Joaquim José d'Oliveira, tabellião que a escrevi. José Alves Maciel, Luiz Caetano de Magalhães, Antonio da Silva Lima. Nada mais se continha em a dita escriptura inserta em meu livro de notas que bem e fielmente por pessoa de minha confiança fiz passar á presente certidam que vae na verdade sem aviso que duvida faça pelo ler e assigual-a que me reporto em mão e poder e cartorio. Dada e passada n'esta leal cidade de Marianna, ao primeiro dia de Junho do anno do N. de N. Senhor J. Christo de 1837, anno decimo sexto da Independencia do Imperio do Brasil. Eu, Manoel Basilio do Espirito Santo, tabellião que a subscrevi, conferi e assigno. *Manoel Basilio do Espirito Santo.* E' este o teor da escriptura, e a copia tirei d'uns autos d'uma acção tocada em 1837 fornecidos pelo 1º tabellião desta cidade. Major Mariano Luiz da Silva — Confere ».

ALVARENGAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Bernardo e desagua na margem dir. do rio Grande ou Jurubatuba. Recebe o ribeirão das Lavras.

AMAMBAHY. Interpretação incerta, talvez vocabulo equivalente á *ambahyba* ou *embayba*; *embay*, arvore oca, muito conhecida (*Cecropia*); Matto Grosso; Paraguay. (Dr. Thedoro Sampaio)

AMANAÇÁI. Palavra composta de *amanda-çái*, o que se espalha envolvendo ou revoando; especie de abelha, vulgo, *mandaçaia*. (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.)

AMANAÇÚ. Composto de *amana-açú*, chuva copiosa, tempestade, nuvem pejada (Dr. Theodoro Sampaio).

AMANAJÓ'. Composto de *amana-yó*, o que vem ou procede da chuva ou das nuvens; Pará, Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

AMANARY. Composto de *amana-r-y*, a agua da chuva (Dr. Theodoro Sampaio).

AMANAYARA. Composto de *amana-yara*, o senhor das nuvem, o manda-chuva (Dr. Theodoro Sampaio).

AMANEUM. Igarapé do Estado de Amazonas, affl, do paraná-miry do Curary, no mun. da Capital.

AMANTIQUIRA. Nome primitivo da serra da Mantiqueira; composto de *amã-tykir*, a chuva gotteja ou cahe aos pingos, allusão á constancia das nuvens chuvosas sobre o dorso dessa cordilheira. Couto Magalhães interpretava, *má-mbaé*, cousa; *tykir*, que verte, que mina, isto é, a *vertente* ou a Serra das vertentes, pelas muitas que ha nas encostas daquelles montes. (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.)

AMAPÁ. Pov. do Estado do Pará, no territorio do Aricary, á margem do rio Amapá Pequeno. Orago Espirito Santo. A. Lei n. 798 de 22 de outubro de 1901 criou o mun. de Amapá, comprehendendo a região que fica ao sul do rio Mayacaré até suas nascentes e dahi uma linha parallela até encontrar o rio Araguary. A Lei n. 820 de 14 de outubro de 1902 incorporou o mun. de Montenegro ao de Amapá, constituindo um só mun. com o nome de Montenegro. A villa do Amapá tornou-se pela mesma Lei séde da com. de Aricary. *Amapá* é o nome de uma arvore que cresce nas margens do Amazonas. E Goeldi, nas suas *Excavações Archeologicas* de 1895, diz que *Amapá* é um aterro sepulchral, e que o vocabulo pode proceder de *mbapá*, defuncto.

AMAPÁ PEQUENO. Rio do Estado do Pará, affl. da margem dir. do Amapá Grande.

AMARAES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Atibaia e desagua na margem dir. do rio deste nome.

AMARAGY. Riacho de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Nasce ao N. da villa de seu nome, no logar Macacos, e depois de banha-la passa no pov. S. José da Demarcação. São seus affls. pela margem dir. os riachos: Entre Montes, Floresta, Riachão do Norte, Papagaio, Guarany, Riachão, Raiz e Caxias; e pela margem esq. Cumbe, Amorinha, Pedras, Palmares, Garra, Tapuia, Beija-Flor e Ajudante, todos no mun. do seu nome. No mun. da Gameleira, recebe os riachos S. Gregorio, Ribeirão e outros menos importantes.

AMARO (Santo). Pov. do Estado do Paraná, no mun. do Tibagy, com escola.

AMARO. Log. do Estado de Pernambuco, a 27 kils. de Buique, á margem do rio Ipanema, com uma feira.

AMARO. Lagôa do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Tres Corações do Rio Verde.

AMARO (Santo). Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. da Palhoça; com duas escolas.

AMARO (Santo). Cidade da Bahia. Accrescente-se no fim: Ao *jornal do Commercio* de 31 de agosto de 1902 dirigi a seguinte noticia.

« Na minha viagem á cidade da Cachoeira descreverei a costa da Bahia desde a capital até a foz do rio Paraguassú, nesta viagem descreverei desde a ilha dos Frades até o logar Conde, ponto terminal da navegação para Santo Amaro.

O vapor passa entre as ilhas dos Frades e Madre de Deus, aquella com côrca de 12 kils. de circumsferencia, com as capellas de N. S. do Loreto e de N. S. de Guadelupe, uma fabrica de cal e diversas habitações; esta, antigamente Cururupeba, séde da freg. do seu nome bem

povoada e pertencente outr'ora aos jesuitas. Em seguida encontra-se a ilha do Bom Jesus, defronte da Madre de Deus, com uma capella do Menino Deus, e proximas as ilhas da Maria Guarda e das Vaccas.

Vê-se, á dir. a fazenda Santo Estevão, propriedade do Dr. Luiz Vianna e á distancia, á esq. a ilha de Santo Antonio, com as ruinas de uma egreja.

Passa-se depois pelas ilhas do Capeta, defronte da ilha das Vaccas, Bimbarra, Grande e Pequena, defronte da entrada do rio Acupe, Fontes defronte da foz do Pará-mirim, Cajahiba foz do rio Marapé e villa de S. Francisco, onde o vapor atraca a uma ponte da Companhia Bahiana.

A villa de S. Francisco é tristissima, feia e muito decadente. Vi apenas nella a mole ennegrecida de um convento, a matriz, a Casa da Camara, a cadêa e umas cem casas pela encosta da montanha.

Depois de deixar na villa quatro frades, alguns passageiros e diversas cargas, o vapor entrou pela bocca do rio Sergipe do Conde, a qual fica situada entre a ponte da Cajahiba e aquella villa.

Antes, porém, vê-se, de um lado, o engenho S. José, vivenda velha, mas nobre, com a capella em frente; e do outro lado a ilha da Cajahiba, o engenho, residencia, relembrando ainda o antigo fausto. Pertenceu ao Barão deste nome, preterita gloria da Bahia, titular e soldado que conquistou os bordados de General na campanha da Independencia e nas guerras do Sul. Morrendo, legou o engenho a seu filho Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, que foi assassinado pelos proprios escravos em 1877.

O rio Sergipe do Conde não offerece em seu percurso encanto algum. E' monotono, estreito, muito sinuoso, apresentando apenas as duas ilhas da Pinheira e da Pioca e, em sua margem esq. a pov. de S. Bento das Lages, com o importante edificio da Escola Agricola, o Mosteiro dos Benedictinos de Brotas, velho e triste, e o engenho do Visconde de S. Lourenço.

Na foz do rio Petinga pára o vapor. Ahi fica a estação do Conde, com a importante usina desse nome.

Tomei um *bond* de uma confortabilidade sublinhada, que após um percurso de uns dous kils, através de continuos e vastos mangues, conduzio-me á cidade.

Nessa extensão vê-se, á esq. as ruinas da egreja do Partido, velho templo interdicto ha quasi um seculo, por ter sido alli assassinado um padre, officiando o Santo Sacrificio e no momento em que levantava a Sagrada Particula. Do templo só resta o frontespicio com as negras torres.

Fica Santo Amaro assentada em terreno plano, atravessada pelo rio Subahé, que tem em sua margem esq. os morros denominados Calolé, Alto do Recreio e um outro, das Virgens, pertencente ao engenho Papagaio; e na direita o Alto de S. João, o Alto do Cemiterio, morros do Engenho, de S. Bento e da Capella do Partido.

Entre os morros das Virgens e o de S. João ha um córte por onde passa uma rua com uma linha de trilhos, que vai á ponte do Cirigy-mirim (rio dos ciris pequenos), dando transito para a estrada do Jericó. Essa rua, com quatro a cinco kils. de extensão, possue uns 200 predios insignificantes.

Na cidade faz junção, na ponte do Cirigy-mirim, o rio deste nome com o Subahé.

A cidade, maior que a da Cachoeira, apresenta no seu todo um aspecto que não desagrada; nos seus detalhes, porém, apresenta muita cousa que deve desapparecer. Sua entrada é detestavel.

Está muito descurada; praças e ruas cobertas de matto, onde fossam porcos, esgaravatam gallinhas e pastam burros e bois.

O rio Subahé tem as aguas denegridas, pelo accumulo dos detrictos dos alambiques e das casas particulares, o que occasiona, principalmente á noite, um cheiro nauseabundo. Suas margens estão a reclamar sérias e urgentes providencias do Intendente Municipal, pela immundicie que apresentam.

A cidade divide-se em duas fregs.: a do Rosario e da Purificação. Esta, mais bonita do que aquella, tem algumas ruas bastante largas, calçadas, com passeios extensos e não cimentados e sem placas indicativas dos nomes que possuem. São transversaes a estas ruas beccos muito estreitos.

Os predios, em numero de 2.223 (sómente os que pagam decima) são na sua maioria terreos, antigos e velhos, tem alguns sobrados bonitos.

A cidade tem 20.000 habs.

Publicam-se nella dous jornaes: *O Popular*, que conta 34 annos de existencia, e o *O Pharol*, recem apparecido.

Possue duas grandes praças, algum tanto regulares e com dous elegantes chafarizes no centro: a do Rosario e a da Purificação.

A cidade e o mun. possuem 23 alambiques e sete usinas de assucar: Alliança, Bom Successo, Itapitinguy, Passagem, Malembá, Terra Nova, S. Bento, S. Carlos e Santa Catharina.

Ha na cidade duas pharmacias, dous hoteis, duas fabricas de sabão, duas de vinagre, duas de fundição de bronze, tres typographias, dous trapiches de fumo e 110 casas de negocios de miudezas, fazendas e molhados.

A matriz da Purificação é um templo vasto, de aspecto imponente e situado na praça do seu nome.

Tem na frente duas torres, um nicho com a imagem de Nossa Senhora, cinco janellas, tres portas e um grande adro cercado por um gradil de ferro.

A capella-mór tem seis tribunas, seis paineis e um altar dourado com um nicho e nelle N. S. da Purificação, ladeada por S. João e S. Pedro. Na banqueta ficam os quatro Evangelistas. Foi restaurada em 1892.

Encostados ao arco cruzeiro ficam dous altares: o do lado da Epistola com a Senhora da Purificação, os Sagrados Corações de Jesus e de Maria e aos lados S. Miguel e S. Caetano; e o do lado do Evangelho com a Senhora Santa Anna, a Senhora Menina, S. José e o Senhor Deus Menino e aos lados S. Vicente de Paulo e Santo Ignacio.

Ha duas capellas fundas: a do lado do Evangelho com a Senhora das Dores e o Senhor do Bomfim; e a do lado da Epistola com Santo Antonio, Nossa Senhora do Carmo, S. Francisco, S. Diogo e S. Bento.

Do lado do Evangelho, entre o arco cruzeiro e uma das sacristias fica a capella do Santissimo Sacramento, com o frontal, banqueta e castiçaes de prata; e do lado opposto a capella dos Santos Innocentes com diversos ossarios.

Dos lados da capella-mór ficam duas sacristias: a da Fabrica e a do Santissimo Sacramento, esta com os sete Passos e um altar com a imagem do Senhor Morto, na urna; e aquella com um arcaz, um bem trabalhado nicho com o Senhor Crucificado, quatro paineis e um esguicho de marmore.

Abaixo do côro fica um altar com a imagem de Nossa Senhora da Annunciação, um painel representando o baptismo de Jesus e a pia baptismal de marmore. Ahi foi baptisado o Conselheiro Saraiva.

No corpo da egreja ha oito tribunas, dois pulpitos, 16 paineis e seis confissionarios. Amparam o côro duas columnas inteiriças de marmore com ricos lavôres e tendo em baixo duas pias.

Nas naves do corpo da egreja, das capellas fundas e nas sacristias encontram-se bonitos paineis.

Do lado esquerdo da egreja vê-se um Passo com um altar de N. S. das Dôres.

Não se sabe qual foi o fundador dessa egreja. E' corrente a versão de que havendo nessa cidade uma capellinha sob a invocação de N. S. da Purificação e que tendo uma princeza de Portugal feito um voto de edificar nas possessões desse Reino uma egreja á mesma Virgem, para tal fim enviou uma embarcação, com carregamento de pedra marmore.

Tendo esta embarcação soffrido um temporal, que obrigou-a a arribar á Bahia, mandou o Governador de então solicitar daquella Princeza para que realizasse o seu voto construindo ou edificando a capella, que já existia sob aquella invocação, no que foi attendido.

Segundo uma nota encontrada nessa matriz, foi ella edificada em 1700. No sabbado 18 de outubro do mesmo anno, dia de S. Lucas Evangelista, foi cantada a primeira missa, sendo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, que organisou a constituição do Arcebispado.

São filiaes dessa matriz as capellas do Bomfim, Amparo e do Recolhimento dos Humildes.

Esta ultima, na margem dir. do Subahé, foi edificada em 1805, pelo Padre Ignacio dos Santos Araujo, que annexou-lhe uma modesta habitação para algumas senhoras de reconhecida honestidade.

A matriz do Rosario foi edificada em 1784. Tem a capella-mór com quatro tribunas e um altar de N. S. do Rozario.

No corpo da egreja ha oito tribunas, dous pulpitos, dous confissionarios, um côro e quatro altares, dous do lado do Evangelho um com o Senhor do Bomfim e N. S. das Dores. e outro com Sant'Anna, e dous do lado da Epistola, um com S. Benedicto e Santa Ephigenia e outro com o Sagrado Coração de Jesus.

Tem duas sacristias.

E' filial a essa matriz a Capella de Santa Luzia, a mais antiga de cidade, pois foi construida em 1667.

O Hospital de Misericordia fundado em 1778, fica situado ao lado esquerdo da matriz da Purificação. E' um bom edificio.

Tem sete janellas no segundo pavimento e seis e a porta de entrada no primeiro.

A' dir. do vestibulo fica a sala de consultas e á esq. a sala de operações.

Para o interior notam-se, á esq.; as enfermarias de S. Vicente, S. José e S. Lazaro para homens; e á dir. a de Santa Cecilia (para parturientes), Santa Rita e Santa Thereza para mulheres.

Nos fundos ficam a cozinha, lavanderia, sala de autopsias o necroterio.

A frente do segundo pavimento é occupada pela capella, sacristia e sala das sessões, com 14 retratos, seguindo-se á esq. a enfermaria S. Joaquim para homens, e á dir. a Santa Hercilia e Sant'Anna para mulheres.

A Camara Municipal fica situada em um vasto e solido predio na praça da Purificação, em frente á matriz. Tem sete janellas de frente e uma torre no centro.

No pavimento inferior, na frente, estão alojados o quartel e a cadeia; e nos fundos o Mercado de cereaes.

No pavimento superior acham-se o salão do Jury, a sala de audiencias, a secretaria e o salão das sessões do Conselho, com um bello quadro da Conceição de Murillo e os retratos de Pedro I e Pedro II.

A Camara guarda com grande zelo uma gloriosa reliquia historica. E' a bandeira que guiou aos campos da pugna o valoroso corpo 26º de voluntarios da patria, antigo 24º da Guarda Nacional. Está o glorioso pavilhão, com vestigios dos prelios sangrentos em que o batalhão tomou parte, guardado dentro de uma caixa, onde se acham inscriptas patrioticas quadras do Dr. Arnaldo Ernesto Vieira.

Dessas quadras destacaremos as duas finacs:

Os meus dourados festões,
Pelas metralhas rasgados,
Como cirios, lá deixei,
Aos manes dos meus soldados.

Quantos feitos gloriosos,
Naquelles combates vi!
Mas o genio das victorias,
Foi o Barão de Sergy.

A cidade possue ainda um theatro denominado S. Pedro, pequeno mas bem decorado.

O municipio confina com Cachoeira, Feira de Sant' Anna, S. Francisco, Catú, Alagoinhas, Coração de Maria e Irará.

Comprehende os dists. da Purificação, Rozario, Oliveira dos Campinhos, Sant'Anna de Lustosa, Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, S. Pedro do Rio Fundo e S. Domingos da Saubara, e os povs: Conceição da Baixa do Jacuhype (antigamente Birimbáo), Lapa e S. Francisco, no dist. de Oliveira; Burassica, no de Lustosa; Picado e Jacú no do Bom Jardim; Amparo, S. Bento de Inhatá, Terra Nova e Jacuhype, no Rio Fundo; Pavão, Acupe, Itapema, Cabuçu, Bom Jesus dos Pobres, Matapoeira, Araripe (no nascer dos rios), Ala-mão (parte pertencente á Cachoeira), no dist. da Saubara.

A serra mais importante que percorre o mun. é a de Murucú.

Os rios principaes que atravessam o mun. são: o Cirigy que nasce na montanha da Pedra; o Perauna ou Parauna (rio Negro) e o Subahé que nasce perto da pov. do Limoeiro, a 12 kils da Feira de Sant'Anna; estes tres rios formam o Subahé, que depois de receber o Cirigy-mirim, o Corcunda, o Traripe e o Petinga, vai desaguar no mar, com o nome de Sergipe do Conde, por duas boccas, das quaes a principal é por onde entram os vapores da Companhia Bahiana; o rio da Saubara, o Jacuhype, o Açú (calor, quentura) que, atravessando o pov. Pavão toma este nome, que perde ao atravessar o pov. do Acupe.

O mun. exporta assucar, mel, aguardente e fumo, sendo principal producto o assucar.

A cidade tem duas escolas estaduaes, sete municipaes e quatro collegios particulares, sendo dous para cada sexo.

Em 5 de Janeiro de 1727 foi Santo Amaro elevada a categoria de villa por Vasco Fernandes Cezar de Menezes, 4º Vice-Rei do Brazil; e pela Lei Provincial n. 43 de 13 de março de 1837 á cidade.

Da cidade parte a E. de F. do mesmo nome, autorisada pela Lei Prov. n. 1.812, de 11 de julho de 1878. Seu percurso é de 36 kils. Conta seis estações: Santo Amaro, Pilar, Traripe, no valle do rio do mesmo nome, distante seis kils do ponto da partida; Jacuhype, situada no valle desse rio, a 15 kils; Terra-Nova no valle do rio Pojuca, a 25 e meio; e Jacú.

A estrada tem quatro pontes de ferro: a do rio Traripe com 27 metros de vão (ponte tubular); a do rio Macaco com 14 metros de vão; a do rio Jacuhype com 27 metros de vão (ponte tubular); e a do rio Pojuca, tambem tubular, com 43 metros de vão.

A bitola é de um metro.

Tem dous ramaes: um de um kil. para a usina da Passagem, e outro de onze kils. para a usina Alliança.

Está projectado o prolongamento do tronco até Alagoinhas.

Tomei o trem e dirigi-me á Distillaria Modelo, a maior do Brasil e talvez da America do Sul.

Assombra pelos seus poderosos machinismos. Dispõe de dous tanques de 500 mil litros, cada um, e de oito dornas, assentadas em estrados de cimento, comportando cada uma 90 mil litros. Na entrada, em frente, vê-se o motor da força de 20 cavallos, que acciona as bombas d'agua destinadas á resfriação e lagavem; á esquerda, uma columna Savalle que distilla 8.500 litros, de vinho por hora; no segundo andar encontram-se o Eprouvette sobre columnas de ferro, onde corre a aguardente, e o contador automatico; no terceiro andar o refrigerante de mel, o deposito de vinhos fermentados, um resfriador e um apparelho de levantar o mel, e, separados por uma parede, tres melachores para agitar o mel; no quarto pavimento é o refrigerante dos vapores alcoolicos.

As caldeiras são duas do fabricante Fourcy.

Todo o serviço está distribuido em 12 casas, comprehendendo escriptorio, serraria e tanoaria. O fermento com que se trabalha é produzido na usina.

Dahi a um kil. e 880 metros fica a estação do Pilar, onde houve o engenho deste nome e que é o ponto do embarque dos assucares daquella parte do Reconcavo.

Destinava ir visitar a Fabrica Central do Rio Fundo, Sentindo-me febril, tive de regressar a Santo Amaro e dahi para a cidade do Salvador.

Neste mun. nasceu o Dr. Theodoro Sampaio, actualmente residente em S. Paulo e uma das mais pujantes organisações cerebraes que conheço. »

AMATARY. Sub-prefeitura creada na com. de Itacoatiara do Estado do Amazonas pelo Dec. n. 578 de 5 de junho de 1902. Limita-se com o rio Preto, furo do Bôto e paraná do Arauató.

AMBAIBA. Corr. de *embá-yba*, arvore ôca (*Cecropia*): altera-se as vezes em *embaúba*, *imbaúba*, *embaú* (Dr. T. Sampaio.)

AMBAITINGA. Composto de *embá-yba-tinga*, contr. *embay-tinga*, a embaúba branca (Dr. T. Sampaio.)

AMBROZIO (Santo). E' assim denominado tambem o cabo Cassiporé, no territorio do Aricary e Estado do Pará.

AMBÚ. S., o fructo do umbuseiro; diz-se commummente *umbú* ou *imbú* (*Ipondias tuberosa*). Dr. T. Sampaio.

AMENDOIM. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

AMENDOIM. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Manso, que o é do Jequitinhonha.

AMERICO BRAZILIENSE. Estação em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Fica no kil. 139 do Rio Claro e no

mun. de Araraquara. Está situada no meio de vastos cafesaes, com quatro machinas de beneficiar café, sendo duas na estação, com umas cem casas e uma fabrica de cerveja.

AMOIPIRAS. Nome de uma tribu selvagem das margens do rio S. Francisco. Esta palavra, segundo o Dr. Theodoro Sampaio (*Obr.* cit.) compõe-se de *amõ-i-pira*, o que fica da outra banda ou margem, o visinho.

AMORA. Riacho de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Desagua no rio Ipojuca.

AMOREIRAS. Pov. da Bahia. Accrescente-se no fim: Ha ahi uma enseada do mesmo nome.

AMPARO. Log. do Estado do Paraná, no mun. da Lapa.

ANACÉS. Nome de uma tribu selvagem do Brasil « *Anacés*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *anãcê*, parente chegado, consaguineo ».

ANAÇUTIUA. Igarapés (2) affls. do rio Gurupy. Desaguam pelo lado do Maranhão (Dr. G. Dodt *Relatorio*).

ANAGÉ. Substantivo, o gavião; altera-se em *nagé*:. Vide Nagé.

ANAJATUBA. Composto de *anajá-tyba*, palmas de inajás, isto é da palmeira inajá (*Maximiliane*) ou cenajá.

ANAJATUBA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901). diz: « *Anajatuba*, a SO. da capital, está situada em terreno arenoso e alto relativamente aos campos que, baixos e alagados durante o inverno, a cercam. Serve-lhe de porto, a 24 kils de distancia, a pov. Porto da Gabarra, que se acha situada no estuario do rio Mearim. E' fertil em peixe, quer dos lagos, quer do salgado e tem grande plantação de fumo; porém, sua principal riqueza consiste na criação e exportação de gado vaccum, com que concorre para o abastecimento do mercado da capital. » O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho o *Estado do Maranhão* em 1896, diz: « *Anajatuba*, villa, a 2°51' » de lat. S. e a 1°30' de long. O., assentada em terreno elevado e arenoso, á beira do bellissimo campo de Santa Maria, de 18 kils. de extensão, com quatro ruas, quatro travessas, todas de 12 metros de largura, uma praça de 66 metros em quadro, 18 casas de telha, 33 de palha e oito de negocio de seccos e molhados... A sua pop. é de 308 almas e a de todo o termo de 6.170... Este termo goza de um clima aprazivel e suave; é fertil em cereaes, mas os seus habs. entregam-se de preferencia ao cultivo do fumo, que produz annualmente de 43 a 45.000 kilgs. Possue lagos muito piscosos, que dão peixe em todas as estações, tornando-se, sobre todos, notavel o *Assutinga*, com mais de seis kils de extensão. Seus campos são abundantes de aves aquaticas e seu solo de uma fertilidade espantosa, prestando-se para todos os generos de cultura. Tem criação de gado vaccum, em larga escala, regulando a sua producção annual de 2.800 a 3.000 bezerros. Encontram-se, tambem, no termo alguns engenhos de serra para descaroçar algodão, um engenho a vapor e diversas engenhocas de ferro para moagem da canna e fabrico de assucar e aguardente ». Comprehende os seguintes povs.: Bacabal, Olho d'Agua, Picada, Matta e Porto da Gabarra.

ANANAN. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jundiahy-mirim; no mun. de Jundiahy.

ANASSÚ. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

ANCIÃO. Morro no mun. de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.

ANCIÃO. Cabeceira do ribeirão Tambahú; no mun. de Casa Branca e Estado de S. Paulo.

ANDARAHY. Rio dos morcegos. Corrupção de *andira-y*.

ANDARAQUÁRA. Morro no mun. de Nazareth e Estado de S. Paulo.

ANDARAQUÁRA. Rio affl. do Atibaia, quando ainda Atibainha, pela margem dir.; no mun. de Nazareth e Estado de S. Paulo.

ANDAYÁ GRANDE (Santo Antonio de). Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Sant'Anna do Paranahyba.

ANDES. Estação da E. de F. Paulista; no Estado de S. Paulo; na secção Rio Claro, entre as estações de Tayuva e Bebedouro.

ANDIROBA. Corrupção de *nhandi-iroba*, oleo amargo, fructo de que se extrahe esse oleo. (Dr. Theodoro Sampaio).

ANDIROBA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

ANDIROBAL. Rio do Estado do Maranhão, affl. da margem esq. do Pindaré. Suas margens são ricas de seringa.

ANDRADAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

ANDRADE. Ilheos no Estado de Santa Catharina, na vasta curva da costa marcada pela ponta do Pesqueiro Fundo ao S. e o pontal do Furadinho ao N.

ANDRÉ. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

ANDREQUICÉ. Corrupção de *andira-kicé*, faca de morcego, especie de graminea: Alagôas, Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio).

ANDREQUICÉ. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre os muns. de Santo Antonio do Machado e Alfenas. Desagua no rio do Machado.

ANDREZA. Rio do Estado do Maranhão; desagua na bahia da Tutoya. E' tambem denominado Commum.

ANGA. A alma, a sombra, o vulto, o espirito. Vide *An.*

ANGÁ. Contracção *angaba*, visão, apparição, phantasma, assombração; tambem designa a arvore commummente conhecida por *ingá* (*Inga dulcis*). (Dr. Theodoro Sampaio).

ANGAIBA. Composto de *anga-aiba*, alma infeliz ou damnada, visão má; tambem pode ser corrupção de *ingá-yba*, arvore de ingá ou ingazeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

ANGATURAMA. Composto de *anga-turama*, a vinda da sombra ou do espirito, bom presagio (Dr. Theodoro Sampaio) Vide *Gaturamo*. Barboza Rodrigues traduz: bondade, virtude, alma bôa, justa.

ANGELICA (Santa). Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no ribeirão S. José, trib. do rio Grande.

ANGELIM. Log. do Estado do Maranhão, no ilha de S. Luiz.

ANGELIM. Rio do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. Conflue com o Anil e recebe os riachos Mucuruna e Ingahura.

ANGELIM. Rio do Estado de Pernambuco, affl. do Capiberibe-mirim.

ANGICAL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Brejo, a 60 kils. de distancia, á margem dir. do rio Preto.

ANGICO. Morro do Estado de S. Paulo, entre os muns. de Guaratinguetá e de Cunha.

ANGICOS. Estação da E. de F. de Alagoinhas ao Joazeiro, na Bahia. Em logar de Angicos leia-se Angico. Substitua-se — entre as estações de Umburanas e Olhos d'Agua — por entre as estações de Itúmirim e Jurema e accrescente-se no fim: — no kil. 505. 564 distante da cidade da Bahia e no kil. 383, 140 distante de Alagoinhas, na altitude de 489m, 060. Fica em terreno arido e improductivo. Tem um poço d'agua mineral alcalina, muito aproveitavel nas molestias syphiliticas, e um tanque (da Raposa) alimentado pelo rio Poço Comprido. A 48 kils. de distancia ficam as minas de cobre da Carahyba. Além da estação, no kil. 389, começa uma tangente de pouco mais de 62 kils.

ANGOERA. Composto de *ang-oêra*, alma passada, o espectro, a alma do outro mundo (Dr. Theodoro Sampaio).

ANGOERABA. (Substantivo) A assombração, a visão, o apparecimento de espectros (Dr. Theodoro Sampaio).

ANGOLÁ. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. do Catú e desagua no rio deste nome.

ANGOLA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do corrego dos Pintos, que o é do ribeirão da Onça; no mun. de Monte Alto.

ANGRA. Praia no littoral do Estado do Rio de Janeiro. Vê-se no continente a E — W com a ponta N E. da ilha de Cabo Frio.

ANGÚ. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres, proxima da serra do Jacará, lado occidental desta. D'ahi nasce o rio Canhoto, um dos primeiros affls. do Capibaribe, o qual, dividindo o mun. de Cimbres do do Brejo, na fazenda do Canhoto, encontra com o Capibaribe, que vem, com egual extensão, mais de cima, da lagôa da Estaca (Sebastião Galvão. *Dicc.* cit.).

ANGÚ DURO. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. João da Chapada e mun. de Diamantina.

ANHÃ. (Substantivo) Composto de *an-nham*, genio ou espirito que vaga, que corre, genio malfasejo, o diabo; altera-se ás vezes o vocabulo em *inham*. Hans Staden escreveu *Ingange*, que se deve pronunciar *Inhang* e Lery *Aignan*, que se deve pronunciar *Enhan* (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHANGA. (Substantivo) O mesmo que *anhã*. Gonçalves Dias escreveu *anhangá*, talvez por necessidade do verso (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHANGABA. (Substantivo) A diabrura, o maleficio, a acção do diabo, o feitiço. (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHANGABAHÚ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: « *Anhangabaú*, ou, segundo outros, *Anhanga-y* (dizem os que seguem a regra de Martius e de outros estrangeiros que por aqui andaram). Significa na opinião desses e de outros — rio onde habita o mau espirito —. Mas, é inexacta a explicação. E o nome corrupto é mesmo *Anhangabaú*. Esta palavra é corruptela de *Y-nhã-ng-ába-aú* — quasi nenhuma correnteza. De *y*, relativo, *nhã*, correr; *ng*, intercalação por ser nasal o som de *nhã*, e para ligal-o a *ába*, para exprimir o modo ou a acção; *aú* ou *áub*, particula ou posposição para exprimir defeito na acção ou no modo. Alguns chronistas escreveram *Anhangabahy*; mas é a mesma corruptela de *Anhangabaú*, variando somente no modo de pronunciar o *y* final. Em um documento do mosteiro de S. Bento foi escripto em 1600, *Anhangovahy*. *Y-nhã-ng-ab'-aú* é, portanto, o verdadeiro nome destes cursos d'agua. A mudança para *Anhang-aú* proveiu da crendice de ser o diabo, *anhang*, transformado em phantasma; *aú*, quem murmurava naquellas aguas, então correndo na solidão entre basta floresta » (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit. « *Anhangabahú*, corrupção de *anhangaba-y*, rio ou ribeiro do maleficio, da diabrura ou do feitiço » (Dr. T. Sampaio. *Obr.* cit).

ANHANGAHY. Vocabulo tupi composto de *anhanga-y*, que significa, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, rio do diabo ou agua do máo espirito.

ANHANGOARA. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Esta palavra, segundo o Dr. J. Mendes é corruptela de *Y-nhã-guára*, corredor. Allusivo a ser muito corrente. Este rio é aurifero, si bem que não tanto que compense a despeza da mineração, segundo o affirmou o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo no anno de 1805*. Elle escreveu *Nhanguara*, e assim certamente o ouviu dos moradores naquella região. Tambem já li *Nhungára*. « *Anhanguara*, corrupção de *anhan-coára* ou *anhan-guara*, a morada ou esconderijo do diabo » (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.)

ANHANGOERA. Vocabulo tupi composto de *anhangoéra*, que significa, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, o diabo velho, o genio manhoso e velhaco. Appellido de Bartholomeu Bueno da Silva, o descobridor de Goyaz.

ANHANGOERA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Grande; no mun. do Carmo.

ANHANGAQUIABO. Corrupção de *anhanga-kiaba*, pente do diabo, semente aspera com aspecto de pente, alojada n'uma fava ou bainha; *anang-kibaba*. Rubim, *anhanga-kiaobo*, pente de phantasma, pente de macaco. Vide Mart. (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHANRUPIÁ. Composto de *anhã-rupiá*, raça ou descendencia do diabo (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHAÚ. Corruptela de *anhã-ú ou anhã-y*, rio ou agua do diabo, o mesmo que *anhangahú*. (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHEMBY. Composto de *anhambu-y*, rio das perdizes. — Referem os chronistas e viajantes antigos que o gentio denominava *Anhemby* ao rio que banha esta capital e traz hoje o nome de Tietê. De facto, examinando-se velhos documentos, se verifica que aquelle nome não só era o que commummente se dava ao rio historico que fo. em outro tempo a vereda dos *bandeirantes* e conquistadores de sertões, como que a graphia de vocabulo, com pequenas variantes, se conservou quasi intacta. No mappa dos jesuitas de 1639 lê-se *Anyembi* e nos outros mappas da mesma procedencia, de 1722, e 1723 *Anembi*. No mappa de d'Anville, publicado em 1734, conserva-se a graphia dos jesuitas, *Anyembi* ou *Anhembi*, mas já na edição de 1748 se lê, *Anhambi* ou Tietê. No celebre mappa das Cortes, de 1749, lê-se *Anhambú* ou Tietê, mas no mappa hespanhol de 1760 volta-se á graphia *Anhembi*, escrevendo-se *Anembi* na edição de 1768. No mapa geographico de Silveira Peixoto, de 1768, o primeiro em que vem figurados os rios entre o Tietê e o Paranapanema com os nomes *Anembi-miri* e *Pirocaba*, lê-se *Anembi-guaçú*. No de Olmedilla, de 1775, o vocabulo conserva a primitiva graphia dos jesuitas, *Anemby*, ao passo que no de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão se escreve *Niembi*; Glimmer, no seu *Roteiro* de 1602, escreveu *Anhembi* e João de Laet *Iniambi*. A graphia, portanto, mais antiga e mais correnté é pois *Anhembi*, que se deve adoptar como a mais correcta, e podendo-se identificar com a palavra *Inhamby*, ás vezes pronunciada *Inhambú* com a qual se designa a perdiz, ave gallinacea outr'ora abundante nos campos de Piratininga ou de cima da Serra. Portanto a denominação antiga, dada pelos primeiros colonos portuguezes de *Rio Grande de Anhemby* se pode traduzir — *Rio Grande das Perdizes*. (Dr. Theodoro Sampaio. *O Tupi na geographia nacional*).

ANHUMAS. Corrupção de *nhã-um* com a apposição do artigo portuguez *a*, significa — *ave preta* —; em alguns logares se diz: *inhuma*, *inhaum*, *inhauma*, *anhyma* (*Palamedea casnuta*), ave armada de um corno movel e ponteagudo sobre a cabeça e que vive nas regiões pantanosas do interior do Brasil (Dr. Theodoro Sampaio).

ANHUMAS. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Aricanduva; no mun. da capital.

ANHUMAS. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Lençóes e desagua no rio Batalha.

ANHUMAS. Ribeirão de S. Paulo, affl. do Atibaia. Nos Accrescimos e Correcções do II Vol. accrescente-se no fim: Na *Carta de Atibaia* do Sr. Orville Derby vem figurado

esse ribeirão como affl. da margem dir. do Cachoeira, e este trib. do Atibaia.

ANICUNS. Corrego do Estado de Goyaz, no mun. do Curralinho. Reune-se com o corrego Salobro.

ANINGAL. Rio affl. do Gurupy. Desagua do lado do Pará. (Dr. G. Dodt. *Relat.*)

ANINGAL. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves. E' um braço do igarapé Jacaré, que o é do igarapé Mangue, affl. do rio Goiabal.

ANINGAL. Lago no mun. de Afuá e Estado do Pará.

ANINGAS. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé.

ANJO. Serra do Estado da Bahia, no mun. do Bom Fim.

ANNA (Sant'). Log. no mun. de Tury-assú e Estado do Maranhão. Ha um outro pov. do mesmo nome no dist. de S. João de Côrtes e mun. de Alcantara.

ANNA (Sant'). Log. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Valença, com uma esc. municipal.

ANNA (Sant'). Bairro do mun. e com. de Batataes, no Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta creada pela Lei n. 598 de 2 de maio de 1899.

ANNA (Santa). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

ANNA (Sant'). Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio daquelle nome e a 47 kils. distante do Joazeiro.

ANNA (Sant'). Serra do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Jaguary, pertencente á com. e mun. de Xiririca. Fica proximo das serras S. Pedro e Registro.

ANNA (Sant'). Ilha do Estado do Pará; no mun. da Cachoeira, na foz do rio Arary.

ANNA (Sant'). Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

ANNA (Sant'). Rio do Estado de Minas Geraes, nasce com o nome de Funil, toma depois o de Sant'Anna com que vai desaguar no rio Preto, recebendo proximo á foz o Conceição. Banha o mun. do Rio Preto.

ANNA (Sant'). Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Formoso, que o é do rio Pomba; no mun. deste nome.

ANNA (Sant'). Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Pomba e desagua no rio Paciencia, trib. do Pomba.

ANNA (Sant'). Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do S. Manoel, que o é do Pomba; no mun. deste nome.

ANNA BEZERRA. Ilha do Estado de Pernambuco, no rio Capibaribe, entre os dists. de Boa Vista, Afogados e S. José.

ANNAPOLIS. Estação da Companhia Paulista, na villa do mesmo nome e Estado de S. Paulo.

ANNA POUPINO. Nome de uma varzea situada na capital do Estado do Matto-Grosso. Ahi foi inaugurada em 1901 uma linha de tiro.

ANNA VELHA (Sant'). Coxilha no Estado de R. G. do Sul. E' uma ramificação da coxilha do Pai Passo para a barra do arroio Guarapuitan no passo de Sant'Anna Velha.

ANNA VELHA (Sant'). Arroio do Estado do Rio Grande do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay. E' tambem denominado *Guarapuytan*.

ANNITA GARIBALDI. Colonia do Estado de Santa Catharina, em Campo Bello, mun. de Lages.

ANTÃ. Adj., suff., forte, duro, rijo. Vide *Atá*; altera-se conforme o thema em *atá*, *cantã*, *tantan* e *tá* (Dr. Theodoro Sampaio).

ANTÃ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves. E' um braço do igarapé S. José, que o é do rio Goiabal.

ANTA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua na margem dir. do rio Pomba. Nasce na fazenda Porto Alegre.

ANTAS. Serra do Estado de Pernambuco, proxima da cidade de Garanhuns, ao S. desta.

ANTAS. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Lençóes e desagua no rio deste nome.

ANTAS. Rio do Estado do Paraná, affl. do Imbituva. Recebe o Floriano de Moura.

ANTAS DE CRUCIUMA. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Araranguá; com escola.

ANTINHA. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Araxá.

ANTONICO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Flores e desagua no rio Pajehú.

ANTONIO (Santo). Pov. do Estado do Amazonas, á margem esq. do rio Solimões, poucas centenas de metros abaixo da foz do rio Içá. Foi ahi creada uma estação fiscal pela Lei n. 319 de 17 de setembro de 1900. Devia esse logar chamar-se S. Fernando, que foi seu nome primitivo, em memoria do Governador e Capitão General do Estado, Fernando da Costa de Ataide Teive, que o mandou fundar em 1778 com indios descidos do Tonati.

ANTONIO (Santo). Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanack Sergipano* 1901).

ANTONIO (Santo). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

ANTONIO (Santo). Bairro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Branco.

ANTONIO (Santo). Colonia do Estado do Paraná, no dist. de Fernandes Pinheiro e mun. de Imbituva. Foi fundada em julho de 1901 em terras do Major Antonio Alves Pires, no logar denominado Paiol Velho, seis kils. ao sul da estação da E. de F. com a qual é ligada por uma estrada de tropas, que, atravessando a colonia, vai do pov. Assunguy em direcção á S. João do Triumpho. A elevação media da colonia acima do nivel do mar é de 750 metros.

ANTONIO (Santo). Gruta ou lapa pouco abaixo das cabeceiras do ribeirão Iporanga; no Estado de S. Paulo. Eis como a descreveu o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, no seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo*, no anno de 1805: «Continuei a minha digressão pelo ribeirão de Yporanga, acima até chegar á gruta stalactitica denominada *Lapa de Santo Antonio*, que fica á dir., no ribeirão do Sumidouro, o qual corre de um monte tambem á dir. onde somente existem restos de antigas lavras. Não só nesta gruta, mas tambem em todos os morros á esq., e mesmo em suas fraldas, se acham bancos de pedra calcarea secundaria, cortados por veios de spatho calcareos, dos quaes no tempo das grandes chuvas se destacam porções, que vem entulhar então os ribeirões. No veio da agua, porém, só se observa a formação pondinguica, que assenta sobre uma argila schistosa, chamada pelos praticos do paiz *piçarra folhada*. Esta gruta tem quasi a direcção do oesnoroeste sudoeste; por baixo della corre o dito ribeirão Sumidouro, cujas aguas são frigidissimas, minando os ditos bancos calcareos, e alguma agua que transuda por elles e que forma as bellas stalactites, attendiveis pela sua brancura, pureza, esplendor e fractura spathica. Na parte superior da entrada ve-se como dous oculos de Egreja, e logo no principio um côro rendado e ornado de uma serie de pyramides stalactiticas; do lado esq. faz a lapa como um sacco, e do dir., mais para o interior, columnas entrecortadas, e outras porções como de avelhantados edificios, sobre os quaes entrou a mão inexoravel do voluvel tempo. Do lado esq., em cima, ha pequenas grutas ou reconcavos, retiro de infelizes, e, em baixo, furnas, a onde talvez vem acoutar-se fracos animaes perseguidos de féras. Emfim, aqui tudo é magestoso, tudo é grande ».

ANTONIO (Santo). Morro na villa de Itaocara e Estado do Rio de Janeiro. Ahi fica o cemiterio.

ANTONIO (Santo). Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Roque.

ANTONIO (Santo). Ponta no littoral do Estado da Bahia, proxima á da Corôa Vermelha, e a 20' da foz do rio Belmonte ou Jequitinhonha.

ANTONIO (Santo). Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a villa de Itaocara e desagua na margem dir. do rio Parahyba do Sul.

ANTONIO (Santo). Rio affl. da mar em esq. do Parahybuna; no mun. deste nome.

ANTONIO (Santo). Ribeirão do Estado de Minas Geraes; nasce na fazenda do seu nome, desce a O. recebendo o Cancellinha, banha o dist. de Santa Quiteria com o nome de Philippão, ao qual reune-se o ribeirão da Prata, de cuja foz toma o nome de Ribeirão Grande. Com este nome recebe os corregos da Raiz, do Agude, das Aboboras e da Serra Negra, e tomando finalmente o nome de Cachoeira lança-se no Paraopeba nos Corrêas.

ANTONIO (Santo). Ribeirão affl. do rio Claro; no mun. da Capital da Estado de Goyaz.

ANTONIO ALVES. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Atibaia, a margem esq. do rio deste nome, abaixo do ribeirão Caetetuba.

ANTONIO CANDIDO. Nucleo colonial do Estado do Paraná, proximo á villa União da Victoria. Tem 109 lotes e é habitado (1901) por cerca de 500 polacos.

ANTONIO DE PADUA (Santo). De Itaocara dirigi-me para a cidade de Santo Antonio de Padua.

Ao chegar á estação de Portella, no kilometro 77 e á margem dir. do rio Parahyba do Sul, apeei-me do trem para tomar uma barca, que me transportou á outra margem do rio, onde fica a estação dos Tres Irmãos, assim denominada de tres pedras que demoram a dous kilometros de distancia.

Em Tres Irmãos tomei o trem que me conduziu a Padua.

A estrada que margêa dahi o rio Parahyba, deixa-o proximo á estação de Funil, para margear o rio Pomba, que caminha em direcção á sua foz, que se acha no municipio do Cambucy, na fazenda dos Quarteis.

Passei pelas estações de Vieira Braga, no kilometro 185 (de Imbetiba); Funil, no kilometro 194 e assim denominada de um rodomoinho ahi formado pelo rio Pomba; Aperibé, no kilometro 196; Balthazar, no kilometro 205 e á margem direita do rio Pomba e finalmente Padua no kilometro 215 e situada á margem direita do mesmo rio.

Desembarcando do trem, dirigi-me para a cidade de Santo Antonio de Padua, que fica na margem opposta do rio, atravessando uma extensa ponte de madeira de 190 metros.

E' desolador o aspecto que apresenta essa cidade, que pela sua feliz posição topographica merecia um presente melhor.

Com ruas de largura regular, quasi rectas, com praças vastas, á margem esquerda do poetico rio Pomba, que, bastante largo ahi, ostenta duas verdejantes ilhas, *Aracy* (a mãi do dia, a aurora), a maior, e *Ceci* (meu pezar, minha dôr, meu sofrer), e quebra a monotonia da cidade com o ruido de sua bella cascata Itaipava; Padua, que podia ser uma das mais bellas cidades do Estado, apresenta-se abatida e como que envergonhada pelo abandono em que a deixam os poderes municipaes.

Suas ruas e praças, privadas de calçamento, sujas, cobertas de relva, onde pastam cabritos e porcos; sem placas com as respectivas denominações; seus predios terreos, velhos e quasi todos esburacados e sem numeração; sem um edificio notavel; com uma população pouco amiga do trabalho e que, educada na ociosidade, pratica os mais hediondos crimes; tal foi o aspecto com que Padua se me apresentou e que confrangeu a alma e golpeou cruelmente o meu coração de brasileiro.

Padua dista 118 kilometros de Campos, 69 de S. Fidelis, 43 de Cambucy e 392 de Nitherohy.

Está assente em terreno plano, tendo a éste e a nordeste os morros de Santo Antonio, Cemiterio e Grota do Miranda.

Possue as praças Visconde de Figueira e Pereira Lima, esta antes denominada da Revolta, por ter nella se reunido o povo para depor o Governador Portella; o largo Xavier e as ruas dos Leites, Ollivier, Conselheiro Paulino, Miranda, Silva Jardim, Paulo Torres, Gaviño Peixoto, Martinho Campos, Dr. Ferreira da Luz, Quinze de Novembro e da Estação.

Tem 194 predios e uma população de 1.200 almas.

A cidade possue agua canalisada para seis chafarizes e poucas casas particulares. Vem da fazenda de S. José, a tres kils. da cidade e á margem esquerda do rio Pomba.

O commercio é insignificante. Ha 26 casas de fazendas e molhados, duas pharmacias, dous hoteis, cinco padarias, dous acougues, duas lojas de barbeiro, uma officina de sapateiro, uma de marceneiro, um dentista, duas alfaiatarias, uma casa com dous bilhares, duas officinas de caldeireiro e funileiro, uma colchoaria, um engenho central de beneficiar café, duas fabricas de aguardente e uma de assucar.

Tem mais a cidade tres medicos, seis advogados, sendo dous formados e quatro provisionados; duas sociedades musicaes (Recreio Familiar e Lyra de Arion), e uma loja maçonica, Fraternidade Paduense, que occupa um predio, o melhor da cidade, mais ainda não concluido.

Os edificios da cidade são: a Matriz, a Casa da Camara, a Cadeia e dous cemiterios, um dos quaes trancado.

A Matriz é um templo pauperrimo.

E' baixa, não tem torres e acha-se situada na praça Pereira Lima. Seu interior é modestissimo. Tem o altar mór com Santo Antonio no throno, abaixo S. Sebastião, e aos lados, sobre duas peanhas, o Sagrado Coração de Jesus e S. Felix. No corpo da egreja ha dous altares encostados ao arco cruzeiro, o do lado do Evangelho com S. Roque e o do lado da Epistola com Santa Luzia, tem o pulpito, a pia baptismal e o côro sem harmonium.

Aos lados da capella-mór ficam a capella do Santissimo Sacramento e a Sacristia.

Foi construida por Francisco Thomaz Leite Ribeiro e Placido Antonio de Barros. Em 24 de Novembro de 1824, pelo bispo D. José Joaquim da Silva Coutinho, foi provida em curato; em 1812 foi elevada á freg. e pela Lei Prov. n. 296, de 1 de junho de 1843, reelevada á mesma categoria.

Segundo Balthazar Lisbôa (*Annaes do Rio de Janeiro*, Tomo VII, capitulo III, pagina 341), na margem meridional do rio Parahyba, distante seis leguas da confluencia do rio Pomba, levantou no principio do seculo XIX o padre Antonio Martins Vieira uma capella consagrada a Santo Antonio de Padua, reunindo em torno da mesma muitas familias de indios Coroados, que, tendo sido pacificados pelo provincial dos Capuchos Portuguezes, Frei Fernando de Santo Antonio, haviam, comtudo, tornado para as mattas.

Em principio a cidade teve dous padroeiros: S. Felix e Santo Antonio.

Ainda hoje se vê, atravessando o centro da cidade, um lacrimal, conhecido por S. Felix, que separava o patrimonio dos dous Santos. Construiu-se uma capellinha junto á margem direita do rio Pomba e proximo a um cemiterio, que existiu onde hoje se ergue a cadêa. Com o tempo desmoronou-se a capella e a imagem de S. Felix foi transportada para a matriz, ficando a cidade com um unico orago, Santo Antonio, porque dizia o povo — *que a gente de S. Felix era muito feia, e a gente de Santo Antonio, o casamenteiro, muito mais bonita.*

Os edificios da Camara e Cadêa foram doados pelo Visconde da Silva Figueira, Capitão Augusto Ollivier, que depositaram vinte e oito contos para instalação da Villa.

A Camara funcciona em um grande predio assobradado na esquina da praça Visconde de Figueira com a rua Dr. Ferreira da Luz. Dispõe de um salão para as sessões da Camara e do Jury, bem ornado, tendo á cabeceira do presidente, a consoladora imagem do Divino Redemptor Crucificado, os retratos do Marechal Floriano e do Dr. Benjamin Constant e duas tribunas; uma sala com uma insignificante Bibliotheca, a secretaria, a procuradoria e outras dependencias. Na Camara ha uma caixa denominada Silva Jardim, destinada a receber offertas pecuniarias, que são convertidas em premios destinados aos alumnos que mais se distinguirem nas escolas municipaes e estadoaes. Esses premios consistem em duas moedas de ouro com a inscripção de Silva Jardim e Tiradentes, e outras de prata com os nomes dos benemeritos da Republica, e são distribuidos em sessão solemne da Camara.

A cadeia está situada á margem do rio. E' pequena para conter o grande numero de criminosos que infestam o municipio.

Na longa lista de criminosos, julgados pelo jury local, figuram não poucos paduanos e muitos mineiros, que fogem para ahi acossados pela policia do seu Estado.

Entretanto, não é sómente o roubo o movel dos crimes que ahi se praticam, tambem as lutas politicas muito concorrem para avolumar a estatistica criminal.

Registro apenas os factos, sem fazer apreciações sobre elles, o que destoaria da minha missão, unicamente geographica.

O mun. confina com os de Cambucy, Itaperuna, Itaocara e Cantagallo, pelo rio Parahyba, Palma, Leopoldina (pela serra dos Manos) e S. José de Além Parahyba, pelo rio Pirapetinga.

Comprehende os seguintes dists: Cidade, Miracema, Santa Cruz de Monte Alegre ou Ibitinema, Marangatu, antigamente Divino e antes Sapecado, Aperibé, cujo povoado teve o nome de Chave do Faria, e Sant'Anna do Ibitiguassú, cujo povoado teve o nome de Santa Anna do Serrote.

Além dos povs., sédes dos districtos, tem o dist. da cidade o pov. na estação do Balthazar e o da Chave do Campello. Em Miracema, os povs. das Flores e das Arêas; no dist. de Santa Cruz, o de Paraokena; no dist. de Aperibé, o de Aperibé Velho, antigamente Pito Acceso, e Santo Antonio do Retiro; e no dist. de Ibitiguassú, o de Monte Alegre, mais importante que o da séde do dist.

Entre as serras que percorrem o mun. notarei a dos Bastos e Santa Cruz, á esq. do rio Pomba; a dos Suissos, á dir.; a das Frecheiras e Botija, nas divisas com Cambucy.

Ha diversas ilhas no rio Pomba: a Aracy e a Ceci, que ficam defronte da cidade; a da Fortaleza, nas proximidades da estação de Balthazar, com 30 alqueires; e a dos Ferreiros, perto da estação de Paraokena, com quatro alqueires.

Entre os rios que regam o mun. notarei os corregos denominados Lambary e Suisso, que desaguam na margem dir. do rio Pomba; o Braço Forte, que tem o nome de Veado ao desaguar pela mesma margem; dos Leites, que nasce na serra das Freicheiras e desagua na margem esq.; os ribeirões dos Ourives, affl. da margem esq.; o do Bonito, que nasce no dist. de S. José de Ubá e desagua á esq.; o Bom Jardim, tambem conhecido por Eva; o Anta, que nasce na fazenda de Porto Alegre, estação de Paraokena, e affluе á dir.; o da Divisa, que nasce nas cabeceiras da fazenda Monte Alegre e desagua á dir.; o Santo Antonio, que banha o dist. de Miracema e desagua á esq., tendo antes recebido o Sobreiro e o corrego Raso; o Barro Branco e o Cabiuna.

O primeiro jornal que se publicou em Padua foi o *Paduense*, depois o *Correio de Padua* e actualmente a *Gazeta de Padua*, que conta dous annos de existencia.

A lavoura consiste em café, canna, fumo e cereaes.

Ha ouro no Marangatú, na serra do Capitão Ollivier e plombagina, no dist. de Padua, lugar denominado Bonito.

Santo Antonio de Padua foi incorporada no mun. de S. Fidelis pelo art. II da Lei Prov. n. 503, de 19 de abril de 1850. Elevada á categoria de villa pela Lei Prov. n. 2.597, de 2 de Janeiro de 1882; a de cidade pelo Dec. n. 17, de 27 de Dezembro de 1889, e creada com. pelo Dec. n. 16, de 27 destes ultimos mez e anno.

De Padua dirigi-me a visitar o dist. de Miracema, ponto terminal da linha. A primeira estação que se passa, dahi a 10 kils., é a de Paraokena, na margem esq. do Pomba, proxima á confluencia de Santo Antonio, com uma capella de Sant'Anna no alto de um pequeno morro, uma escola municipal, um hotel, seis casas de negocio e 50 casas particulares. E' della que parte o ramal de Paraokena que vai a Cysneiros, no Estado de Minas. Ha ahi uma barca que transporta passageiros de uma á outra margem do rio Pomba.

Depois de Paraokena cheguei á estação de Miracema.

Fiquei surpreso ao ver o progresso, a grande extensão e o desenvolvimento desse dist., que é muito superior á cidade de Padua. Jámais suppuz encontrar nos confins do Estado um logar, que, em tão poucos annos, apresente a vitalidade, o florescimento que apresenta Miracema.

Situado em terreno na mór parte plano, banhado pelo ribeirão Santo Antonio, que vai morrer no rio Pomba, formando durante seu trajecto interessantes quedas, occupando uma grande área toda coberta de casas, com commercio animadissimo, differentes usinas e fabricas, com bonita matriz, 460 predios, muitos de gosto moderno e uma pop. de 2.500 habs., está Miracema nas condições de ser elevada a mun. autonomo, mormente achando-se na fronteira do Estado, um territorio contestado pelo Estado de Minas Geraes.

A sua lavoura de café é opulenta, tendo exportado de Junho de 1900 a 1901 pouco mais de 400,000 arrobas.

Tem agua canalisada para cinco chafarizes. Suas ruas não são bem alinhadas, algumas carecem de nivelamento e não são calçadas.

A matriz fica na encosta do morro do Cemiterio. E' um templo alto e muito asseiado. Tem na frente duas torres, um mostrador, dous nichos, uma rosacea e a porta de entrada com duas janellas, uma de cada lado.

O interior é despido de decoração, singelo, mas bonito. Tem o altar-mór com Santo Antonio no throno e abaixo o Santissimo Coração de Jesus. No corpo da egreja ficam dous altares: o do lado do Evangelho com a imagem de N. S. da Conceição e o do lado da Epistola com S. José.

A antiga matriz está hoje transformada em capella do Rosario. Dizem que em um dos esteios della, que era de braúna, rebentou um broto, que com o andar dos tempos cresceu muito e que o povo, tomando esse facto, todo natural, como miraculoso, deu á pov. o nome de Santo Antonio dos Brotos.

No dist. imprimem-se dous jornaes: a *Trombeta* e o *Miracemense*.

Tem tres pharmacias, dous medicos, tres hoteis, quatro alfaiates, tres barbeiros, cinco selleiros, cinco sapateiros, tres marceneiros, duas typographias, dous dentistas, dous bilhares, duas colchoarias, cinco caldeireiros, cinco padarias, tres ferreiros e serralheiros, dous relojoeiros, dous retratistas e 40 casas de fazendas e molhados.

Predomina no commercio o elemento turco.

A instrucção é dada em duas escolas publicas, uma para cada sexo, e em um collegio particular.

Possue ainda uma loja maçonica, duas sociedades musicaes, um theatrinho Quinze de Novembro, tres engenhos centraes de beneficiar café e uma fabrica de cortumes.

A pop. de todo o dist. é de 12.000 habs. e a renda de 25 contos.

Funccionam no dist. 40 combustores de illuminação publica.

Exporta café, milho, madeiras, aves, toucinho, ipecacuanha, fumo, aguardente e algum algodão.

Tem uma praça, que é denominada D. Ermelinda, um largo, que é o da Matriz, e as ruas: Manoel Felisberto, Padilha, Dr. Monteiro, Tostes, Padeiros, Bastos, Coronel José Carlos Moreira, Marechal Floriano e poucas outras, todas ellas extensas.

O Dr. Ferreira da Luz procurou traduzir em linguagem tupy a phrase *páo que brota* por Miracema de *ybira*, páo, madeira, e *cema*, brotar, nascer.

Essa etymologia, em tupy do norte, é perfeita: em tupy do sul, porém, seria *ybiracema*, de *ybira*, equivalente de *mira*, páo e *cem*, que é o mesmo verbo intransitivo *cema*. E', pois, uma simples questão de orthographia.

ANTONIO DO MADEIRA (Santo). Parochia do Estado de Matto Grosso, no mun. deste nome. Foi creada em 1902.

Fica nos limites desse Estado com o do Amazonas.

ANTONIO E ALMAS. Parochia do Maranhão. Accrescente-se no fim: Tem sua séde no pov. Cabeceiras do Itapetininga, a 90 kils. de Alcantara. Em 1896 compunha-se de tres ruas, uma praça, sete casas de telha, 36 de palha e seis

pequenas casas de negocios. Sua producção consiste em farinha, milho, arroz, carrapato, gergelim, assucar e aguardente; tinha quatro engenhos de moer canna. E' banhada pelos rios Pericuman, Itapitininga, Raymundoçú, e Perizes. Tem uma pop. de 6.000 habs. Comprehende os povs. Raymundoçú e Macapá.

ANTONIO ESTEVES. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: Percorre a ilha de São Luiz com os nomes de Maiobinha, Saramanta, Genipapeiro, Paciencia, Capueira e Mocajutuba.

ANTONIO JOSÉ. Ribeirão do Estado de S. Paulo affl. da margem esq. do Capivary, trib. do rio Jacú, que o é do Santo Ignacio a este do Paranapanema.

ANTONIO OLYNTHO. Dist. policial creado no termo, da Lapa, Estado do Paraná, pelo Dec. n. 248 de 3 de Julho, de 1902. Comprehende o territorio entre os rios Passa Dous Iguassú e Negro até á confluencia do rio da Varzea e deste seguindo em linha recta até ás nascentes do referido rio Passa Dous.

ANTONIO OLYNTHO. Colonia do Paraná. Accrescente-se no fim: Fica á margem dir. do rio Negro, no logar denominado — Agua Amarella —, distante 54 kils. da séde do mun. Conta 341 lotes, occupados (1901) por cerca de 1.800 polacos. E' um nucleo prospero, dispondo de esc., egreja e diversos estabelecimentos commerciaes. Abrange a área de 3.500 hectares.

ANTONIO PEDRO. Cachoeira no rio Pomba, a um kil. abaixo da estação deste nome; no Estado de Minas Geraes.

ANTONIO PRADO. Nucleo colonial do R. G. do Sul. Accrescente-se no fim: Foi por Dec. n. 220 de 11 de fevereiro de 1899 elevado á villa. Tem por divisas ao N. o mun. da Vaccaria (4º dist. municipal), ao S. e L. o rio das Antas, desde a barra do rio da Prata até á do S. Marcos; e a O. os rios da Prata e Turvo. Foi installado a 25 de Março de 1899.

ANTONIO REBOUÇAS. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande; no Estado do Paraná.

ANTUNES. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Maragogy.

ANZÓES. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Formoso, que o é do Pomba; no mun. deste nome.

APARA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão.

APÊ. (Substantivo) O caminho, a vereda, o trilho. Vide *pé* (Dr. Theodoro Sampaio.)

APEAÇABA. Composto de *apê-açaba*, a sahida do caminho, onde vem ter o caminho, o porto; altera-se não raro em *apeaçá*, *peaçá*, *beaçá*, *mbeaçá*, *mbeaçába*, *peaçaba* (Dr. Theodoro Sampaio).

APEAÇÚ. Composto de *apê-açú*, caminho largo, grande, estrada. (Dr. Theodoro Sampaio).

APEHÚ. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 646 de 6 de Junho 1899.

APEREÁ. Subs., animal roedor, vulgo preá, (*Cavia Apereá*); composto de *apê-reá*, mora no caminho. (Dr. T. Sampaio.)

APEREATUBA. Corr. *apereá-tyba*, preás em abundancia; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

APETEUA. Riacho do Estado do Pará, no mun. de Marapanim.

APEÚ. Villa do Estado do Pará, creada pela Lei n. 646 de 6 de Junho de 1899. O territorio da circunscripção dessa villa comprehende toda a zona entre os rios Apeú e Cara parú, inclusive a pov. Americano e Ferreira Penna.

APEÚ. DE DENTRO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-Assú. Ha um outro pov. no mesmo mun. denominado Apeú de Fóra.

APIÁ. Contr. *apiaba*, subs., o homem, o macho dos animaes; adj. o circumciso; adj. *a-piá*, manchado, pintado, marcado; subs. *apiab*, cabeça arredondada, a glande, o castão (Baptista Caetano).

APIABA. Subs., o macho dos animaes, o homem, o varão; tupi-guarany *apiá*; tupi-amazonas *apgaua*, *apigaua* (Dr. T. Sampaio).

APIAÇABA. Nome do porto do caminho primitivo do Piratinim para a costa maritima e vice-versa; no Estado de S. Paulo. Este nome é mencionado no titulo de sesmaria de Ruy Pinto, de 10 de Fevereiro de 1533: «...as terras do Porto das Almadias, onde desembarcam quando vão para Piratinim, quando vão desta ilha de S. Vicente, que se chama *Apiaçaba*, que agora novamente chama-se o Porto de Santa Cruz...» Esta palavra é corruptela de *Y-pia-çába*, logar do apartamento do caminho.

APIAHY. Composto de *apiá-y*, rio dos homens ou dos machos. Antigamente se escrevia *Piahy*, composto de *piá-y*, rio do menino ou do captivo; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

APICHAIM. (Adjectivo) Crespo, encaracolado, encarapinhado, rugoso. Ao N. do Brasil se costuma dizer — cabello pichaim (Dr. Theodoro Sampaio).

APICÚ. Corrupção de *apê-cú*, trilha ou vereda longa (Dr. Theodoro Sampaio).

APIGAUA. (Substantivo) O macho, o varão. Vide *Apiaba*.

APIPUCOS. Corruptela de *apê-puc*, o caminho se divide ou se parte, a encruzilhada; pode ser tambem corrupção de *apê-pucú*, caminho ou vereda longa; Pernambuco (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo o padre Montoya Apipucos significa cabeça larga, de *apí*, cabeça; e *pucú*, larga.

APIPUCOS. Pov. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Dista 8k. 777 metros da cidade do Recife. E' banhada pelo rio Capibaribe, assentada em terreno desegual. Tem uma capella de N. S. das Dôres. Seu nome provem do engenho, que ahi existiu e pertenceu a D. Branca Dias, victima do Tribunal do Santo Officio, pelo crime de judaismo. Em 30 de novembro de 1848 houve, nesse logar, um tiroteio entre as forças legaes e os revoltosos praieiros, morrendo destes 20 e sendo feridos 115 e da parte das forças do governo 15 mortos e 35 feridos. E' um aprazivel arrabalde do Recife, com excellente casaria, clima ameno e agradavel e bastante procurado, principalmente na estação calmosa e pelas festas do Natal.

APIQUE. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro, a uns 18 kils. a O. da cidade deste nome (S. V. Galvão *Dicc.* cit).

APOLINARIA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

APORÁ. Corr. *a-porá*, elevação ou altura bonita, designando algum serro ou montanha destacada; Bahia, Pernambuco (Dr. Theodoro Sampaio).

APOTERIBÚ. Corr. *apitera-ibú*, fonte ou manancial do meio; pode ser ainda *potyra-ibú*, que hoje se pronuncia *Potribú*, arroio ou fonte das flores; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

APPARECIDA. Dist. de paz e de sub-delegacia no mun. e com. de S. Manoel e Estado de S. Paulo.

APPARECIDA (N. S. da). Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

APPARECIDA. Pov. de S. Paulo, no mun. de Jaboticabal. Linha primeira, depois de — no mun. de — leia-se — de Monte Alto e com. de —. Accrescente-se no fim: A estação da E. F. mais proxima é a de Jaboticabal, da linha Paulista, que dista 36 kilometros.

APPARECIDA DE CAMPO ALEGRE. Dist. de sub-delegacia, no mun. e com. de Santa Cruz do Rio Pardo e Estado de S. Paulo.

APPARIÇÃO. Serrote no mun. de Caconde e Estado de S. Paulo.

APPENINOS. Bairro no mun. da Capital do Estado de S. Paulo; com escola.

APUAVA. Corr. *apôaba* por *apôara*, soltador, brigador diz-se do cavallo alçado ou bravo; Paraná (Dr. Theodoro Sampaio).

APUCARANA. Serra do Paraná. Accrescente-se no fim: No *Itinerario* publicado na *Rev. do Inst. Hist.* X. 1853, primeira parte, 1848, lê-se: «Esta serra em cima é um taboleiro de trezentos e tantos passos de comprido e quasi outros tantos de largura; tem pouca vegetação, e aqui e alli se veem grandes e isoladas pedras de todos os tamanhos e fórmas... Que lindo e magestoso quadro! O mais bello céo do universo brilhava sobre nossas cabeças, e estendidos como um mappa a nossos pés; viamos rolar caudalosos rios, atravessando as mais pittorescas e magnificas florestas do Brasil; — perto de nós, concavidades soturnas e montanhas atiradas sobre montanhas mostravam que alguma *erupção vulcanica* tivera logar alli; e, no meio de todo este cháos, a Apucarana lavantava sua alta e descalvada cabeça, olhando com tranquillidade as formas phantasticas que as convulsões da natureza tinham accumulado em derredor de si. E é difficil chegar ao seu cume, defendido por enrugados e escarpados rochedos, cobertos de musgo tão macio como velludo, e matizado de mil côres brilhantes. » Segundo Martius, em seu *Gloss. ling. bras.* Apucarana significa — morro em que se minera á mão —. Segundo o Dr. J. Mendes é essa palavra corrupção de *Opaca-rũ-ne*, eruptivo, vulcanico; de *opog*, estalar arrebentado, mudado o *g* em *ca* (breve) para formar infinito; *rũ*, revolução interior; *ne* (breve), posposição para exprimir certeza. Allusivo a ter sido vulcão esse morro. Segundo o Dr. Theodoro Sampaio «*Apucarana* é corrupção de *apó-carã*, de *apó*, fazer, actuar, obrar; *carã*, em circulo, ao redor, ir em roda; portanto, o que actua ao redor ou faz volta; alludindo ás montanhas, é como se dissesse que — fazem circuito, ou rodeiam o horizonte; Paraná ». Martius diz: «*Apocaraná, apucaraná*, de *pó*, mão; *caranhá*, arranchar. »

AQUIRA. Corr. *akyra*, adj. verde; tupi-guarani *aquir*, adj. tenro, brando, molle; subs. grão, granulo de fructo (Dr. Theodoro Sampaio).

AQUIRAZ. Corr. *akyr á, akyr=akyra*, verde, *á=ar* nascer, surgir; o que nasce verde, o renovo, o broto, ou, como se diz vulgarmente — *as brotas*; Ceará (Dr. Theodoro Sampaio).

AQUIRY. Rio verde, corrupção de *akir-y*.

ARA. Suff. o agente, aquelle que faz ou actua; altera-se as vezes em *ar*; subs. fazedor, possuidor, senhor; subs. o tempo, o dia, a hora, a occasião, a vez, o momento; serve de pref. e suff. (Dr. Theodoro Sampaio).

ARÁ. Subs. nome generico para as aves da familia dos papagaios (*Psittacidæ*) (Dr. Theodoro Sampaio).

ARABERY. Composto de *arabê-r-y*, rio das baratas; corr. *araberi*, a baratinha, o peixinho d'agua doce conhecido por lambary ou alambary (*Chalceus nematurus*) Dr. T. Sampaio.

ARAÇÁ. Serra do Estado de Pernambuco, situada ao S. da pov. de Cimbres, antiga séde do mun. deste nome. Ainda ha no mesmo Estado uma serra com identica denominação na parte meridional do mun. da Victoria.

ARAÇÁ. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Guarehy, á margem dir. do rio deste nome, perto do morro Sarandy.

ARAÇÁ. Ponta no mun. de S. Sebastião, dominando a entrada sul do canal; no Estado de S. Paulo. Ahi os portuguezes construiram um forte, que não mais existe.

ARAÇAGY. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

ARACAHYRUSINHO. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Aracahyrú, no mun. de S. Sebastião da Bôa Vista.

ARAÇAIBA. Corrupção de *aracá-iba*, arvore do araçá, araçazeiro; (*Psidium*); corrupção de *araçá-aiba*, araçá ruim, ou imprestavel (Dr. Theodoro Sampaio).

ARACAJÚ. Composto de *ar-acayú*, cresce ou nasce o cajueiro; apanhar ou colher cajú; corrupção de *ara-acayú*, cajú do tempo ou da estação; corrupção de *ará-acayú*, cajueiro dos papagaios — (Dr. Theodoro Sampaio). «*Aracajú* composto de *ar*, nascer; *cajú*, arvore » (Martius).

ARACAMBÚ. Corrupção de *ibirá-camby*, forquilha de pau, cruzetas de pau, gancho. (M. Soares).

ARACANGA. Corrupção de *ibirá-canga*, pau longo, ou largo, cacete, porrete empregado para matar o peixe colhido a anzol (M. Soares).

ARACARÉ. Arraial no termo de Villa Nova do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ARAÇARIGUAMA. Composto de *araçarí-guama*, o bando de araçaris ou tucanos; a ninhada de araçaris; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Segundo Martius essa palavra significa — sitio onde se reunem araçaris para comerem. «*Araçariguama*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Ar-açaî-guâá-mo*. cahe e immediatamente se esparze fazendo lago. De *ar*, cahir, *açaî*, espalhar-se, esparzir-se, derramar-se, estender-se, alargar-se; *ri*, posposição para exprimir a acção successiva ou immediata do verbo anterior; *guâá*, fazer bojo, enseada, lago, com o suffixo *mó* (breve) para formar gerundio, visto que o nome, ou palavra inteira, ficou nasalisado por effeito do verbo *açaî*, cuja pronuncia é nasal.

ARAÇÁS. Pov. no mun. de Alagoinhas do Estado da Bahia. Junto á ella corre o rio Quiricó.

ARAÇATUBA. Corrupção de *araçá-tyba*, onde abundam araçás; diz-se outras vezes *araçatiba* (Dr. Theodoro Sampaio). Tratando de uma corredeira no rio Tieté, diz o Dr. João Mendes de Almeida em seu *Dicc.* «*Araçatuba* corruptela de *Harú-haçá-tu-bo*, por contracção *Har'-haçá-ty-bo*, logar de arrecifes e de impedimento atravessado. De *harú*, atravessar; *ty*, ponta, arrecife; *bo*, (breve), para exprimir logar. O *y* tem som guttural. O nome *Har'-haçá-ty-bo* é allusivo a uma muralha atravessada, deixando apenas um canal estreito, eriçado de pedras, pelo qual as aguas correm impetuosas. » Tratando de um morro e de um ribeiro, do mesmo nome, situados no mun. de Cananéa, diz ainda o Dr. João Mendes: «*Araçatuba* corruptela de *Ar-aoce-ty-bo*, ponta alto-rematada. De *ar*, rematado; *aocé*, sobrepujar, ser alto; *ty*, ponta; com a particula *bo* (breve) para exprimir o modo de estar. Allusivo a ser um promontorio, cuja ponta é rematada muito alto... *Araçatuba*, nome do ribeiro é *Ar-açáí-itâi-bae*, o que faz bojo e esparze aos lados. De *ar*, lado; *açáí*, esparzir; *tuí*, fazer bojo, com o suffixo *bae* (breve) para formar supino. Allusivo ao fluxo e refluxo da maré, produzindo na enchente a represa de suas aguas. Ao mesmo tempo, o indigena poderia ter querido assignalar a região como — abundante de araçás. De *araçá*, fructa da familia das myrtaceas; *tib-a*, logar natural com referencia a *araçá*, que antecede e é o genitivo do nome. Os indigenas sabiam fazer este jogo linguistico de nomes com som identico, mas com significados diversos, para logares em uma mesma região ». Em uma descripção de uma viagem em 1792 li *Araratuva*. Tambem já li *Araçaruba*.

ARAÇATUBALSINHO. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Urucará.

ARAÇAUBATUBA. Corr. *araçá-yba-tyba*, araçaseiros em abundancia, arvoredo de araçás; Santa Catharina (Dr. T. Sampaio).

ARAÇAUVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Bernardo e desagua na margem dir. do rio Grande ou Jurubatuba. Tambem escrevem *Aracauba*.

ARAÇASEIRO. Serra do Estado do Paraná, no mun. de Bocayuva.

ARACÉ. Composto de *ara-cé*, o dia desponta ou sahe, a alvorada, a aurora (Dr. T. Sampaio).

ARAÇOAHY. Palavra tupi corrupção de *araçoyá-y*, rio do chapéo ou do cocar de plumas. Vide *Arassuahy*.

ARAÇOIABA. Segundo o Eng. Daniel Pedro Müller, o nome *Araçoiaba* significa coberta do sol. Segundo o Dr. Paulino Nogueira, em seu *Voc. indig.* é essa palavra derivada de *ara*, ave; *coi*, fallar e a desinencia *aba*, significando o logar em que a cousa se faz; onde as aves gorgeiam. «*Araçoyaba*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *ara-açoyaba*, cobertura, ou anteparo do tempo, o chapéo; ao monte isolado no meio de uma planicie, aos cabeços arredondados dava-se o nome *araçoyaba*. » «Já escrevi, diz o Dr. J. M. de Almeida, que o nome verdadeiro desse morro de ferro era *A'ra-ci-aba*, significando — cabellos do sol —; os indigenas denominavam o sol *ara-ci*, mãe do dia, de *ara*, dia; *ci*, mãe. Sem duvida, brilhando aos raios do sol aquellas montanhas de ferro e de outros mineraes, *A'ra-ci-âba* correspondia perfeitamente á denominação. Por egual, ou pelo mesmo motivo, os indigenas denominam *Gu-ára-ci-aba*, o beija-flor. Mas tambem não é verdadeira esta versão. O nome verdadeiro é *Bi-ro-açú-eiú-âba*, como está escripto nos documentos antigos. Por contracção *Bi-r'-açú-eiú-âba*. De *bi*, pegar-se; *ro*, particula copulativa, exprimindo simultaneidade; *açú*, altos e baixos; *eiú*, muitos; *âba*, verbal designativo, neste caso, de logar ou região. E' portanto *Bi-r'-açú-eiú-âba*, região de muitos altos e baixos, pegando-se uns aos outros ». Em alguns documentos antigos este nome é escripto *Hybiraçoiaba e Biraçoyaba*.

ARACY. Vocabulo tupi composto de *ara-cy*, a mãe do dia, a aurora. Outros escrevem *araci* de *ara* dia, e *ci*, mãe.

ARAEZ. Nome de uma tribu selvagem de Goyaz. «Esta palavra, diz o Dr. T. Sampaio, é corrupção de *ará-aê*, o amigo dos papagaios, affeiçoado a estas aves. »

ARAGUÁ. Composto de *ará-guá*, valle ou baixada dos papagaios (Dr. Theodoro Sampaio).

ARAGUARY. Composto de *araguá-r-y*, rio do valle ou baixada dos papagaios (Dr. T. Sampaio).

ARAGUAY. Rio do valle dos papagaios; composto de *araguá-y*. *Araguaya* é composto de *araguay*.

ARAGUAYA. Estação da E. de F. Sul do E. Santo; no Estado deste nome. Foi inaugurada a 15 de março de 1902.

ARAGUAYA. Parochia creada no pov. do Registro do Araguaya, no Estado de Matto Grosso pelo art. III da Lei n. 211 de 10 de maio de 1899.

ARAMARY. Subs., o mesmo que *arabery*, baratinha, peixinho, vulgo *lambary*, ou *alambary*; altera-se ás vezes em *alambaré* ou *lambaré* (*Chalceus*) Dr. T. Sampaio.

ARAMUCÚ. Corr. *ara-mbcá*, dia comprido ou longo (Dr. T. Sampaio).

ARANAIJA. Rio do Estado do Pará, no mun. da Capital.

ARANHAS. Pov. do Estado de Santa Catharina, a pouco mais de 12 kils. do dist. da Lagôa, junto ao morro das Flechas, que forma a ponta do mesmo nome. Para E., em frente á ponta, na distancia de uma milha mais ou menos vê-se o pequeno grupo de ilhotas das Aranhas, que deu o nome ao logar. Cultura de mandioca e de amendoim.

ARANHAS. Salto no rio Paranapanema. Accrescente-se no fim: Fica acima da villa de S. Sebastião do Tijuco Preto, entre os muns. deste nome e o de Santa Barbara do Rio Pardo. «*Aranhas*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Ar-ã-ña*, queda a pique e corredeira. De *ar*, cahir; *ã*, em pé, a pique; *ñã*, carreira, correnteza. Allusivo á corredeira e ao grande salto, tendo passado as aguas por um estreito canal, de cinco metros de largura mais ou menos, formado por altas massas de rochas sobrepostas e cahindo de uma altura de tres a quatro metros, com enorme rumor que se prolonga e se ouve á grandes distancias. Desde a parte superior, alguns querem que haja tres principaes quedas, alem de outras menores, intervalladas por bacias em que as aguas formam remanso. A de cima, porém, é antes uma cachoeira entre ilhotas e extensos rochedos do que propriamente um salto. A segunda é mais uma corredeira entre altos rochedos, precipitando-se ahi as aguas com grande fragor. A ultima já está descripta. »

ARAPANEMA. Composto de *ara-panema*, dia ruim, aziago. (Dr. T. Sampaio).

ARAPAPUCÚ. Rio do Estado do Pará, banha o mun. de Melgaço e desagua no Laguna.

ARAPEHY. Corr. *arabé-y*, rio das baratas; composto de *ará-pe-y*, rio da vereda dos papagaios (Dr. T. Sampaio).

ARAPIRANGA. Composto de *ára-piranga*, clarão ou dia vermelho, barras do dia, arrebol (Dr. Theodoro Sampaio).

ARAPIRANGA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Bujarú, no mun. de S. Domingos da Bôa Vista.

ARAPONGA. Composto de *ará-ponga*, papagaio que sôa, papagaio estridente; passaro *ferrador* ou martello. (*Chasmarhynchus nudicollis*); altera-se ás vezes em *Uraponga* e *Guiraponga* (Dr. T. Sampaio).

ARAPUÁ. Corr. *ira-apuá*, mel redondo, ou ninho redondo de abelhas (Dr. T. Sampaio).

ARAPUCA. Corr. *arapug*, prender batendo (Macedo Soares); antigamente se dizia *guirapuca*, composto de *guirá*, passaro; *puc*, bater, partir, isto é, a armadilha que bate passaro, ou o colhe; em outros logares diz-se *urupuca*, composto de *urú*, cesto; *puc*, bater; cahir com estrepito, isto é, cesto que desaba (Dr. T. Sampaio).

ARAPUCA. Riacho do Estado do Ceará; entre Icó e Jaguaribe-mirim.

ARAQUÁ. Serra do Estado de S. Paulo, á margem dir. do rio Tieté, entre os muns. de S. João do Rio Claro, Brotas, Dous Corregos e Jahú. E' tambem conhecida por Aracoára, e assim encontra-se escripto em documentos antigos. Nos ultimos tempos corromperam-lhe o nome em Araraquara. «*Araquá* ou *Aracoara*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, significando *buraco do mundo*, de *ára*, mundo, *quá* ou *guara*, buraco, exprimiria bem o pensamento do indigena, ao ver essa serra frequentemente envolta em exhalações, e afigurando-se-lhe que em cima da montanha haveria algum grande buraco, por onde sahiam essas nuvens ou vapores. *Araquiá*, denominam assim essas exhalações os indigenas do rio Amazonas: *ara*, mundo; *quiá*, sujidade; sujidade do mundo. Em um documento de 1788, o nome *Aracoara* está escripto como significando *morada do dia*, de *ara*, dia, *coára*, buraco, morada. Entenderiam os indigenas, navegando o rio Tieté, a ser exacta esta versão, que, nascendo o sol por detraz da cordilheira, alli morava o dia. Mas tudo isto é imaginativo; nem tem razão de ser. O verdadeiro nome é *Araquaí*, aberta, torneada, com cinturas. Allusivo aos picos e suas fórmas, e ás abertas entre esses picos. A serra e seus

morros offerecem realmente esse aspecto; e, quando o sol illumina os serros, mostra nestes, mesmos de longe, os picos torneados e com cinturas. » «*Araquã*, substantivo, ave conhecida (*Penelope Araquan*). » Dr. Theodoro Sampaio.

ARAQUARA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Serinhaem. Esta palavra é composta de *ará-quara*, paradeiro ou esconderijo dos papagaios.

ARARA. (Substantivo) Augmentativo de *ará*, nome, applicado aos papagaios grandes (*Psittacus Macrocereus*) Dr. Theodoro Sampaio.

ARARÁ. (Substantivo) O mesmo que *irará*, nome de uma formiga alada. V. Mart.; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARA. Rio do Estado do Amazonas, affl. do Uniny, no rio Negro.

ARARA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Ingazeira e desagua no rio Pajehú.

ARARA. Corrego do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

ARARA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

ARARACANGA. Composto de *arara-acanga*, a cabeça d'arara. (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARAHIM. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Cametá, defronte do igarapé Acajuhy.

ARARAMÁ. Rio do Estado do Pará, no mun. do Affuá.

ARARANGABA. Composto de *ara-rangaba*, signal, medida de tempo, o relogio; no tupi do Amazonas *ara-rangaua* (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARANGUÁ. Composto de *arára-anguá*, rufo ou rumor dos papagaios; Santa Catharina (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARAPIRA. Composto de *arara-pyra*, couro ou pelle d'arara; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARAQUARA, Estação da E. de F. Paulista, na cidade do mesmo nome; no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada a 18 de Janeiro de 1885. Dessa estação parte egualmente a E. de F. de Araraquara a Ribeirãosinho, Essa palavra significa, refugio ou viveiro das araras. De *arara=quara*.

ARARAQUARA A RIBEIRÃOSINHO. E. de F. do Estado de S. Paulo. Tem as seguintes estações: Araraquara, Cruzes, Itaquerê, Santa Josepha, Mattão, Dobrada, Santa Ernestina, Poço Fundo e Ribeirãosinho. A posição é a seguinte: Cruzes a 13ᵏ165; Itaquerê a 25ᵏ386; Santa Josepha, a 31ᵏ925; Mattão a 41ᵏ017; Dobrada a 53ᵏ930; Santa Ernestina, a 63ᵏ378; Poço Fundo, a 71ᵏ860; e Ribeirãosinho, a 82ᵏ280.

ARARAS. Cordilheira de pouca elevação que se estende pelo mun. do Granito do Estado de Pernambuco.

ARARAS. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Corumbatahy, no mun. do Rio Claro.

ARARAY. Composto de *arara-y*, rio das araras; corrupção de *arara-i*, arara pequenina, ararasinha (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARIPE. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi supprimida a villa pela Lei n. 523 de 19 de Julho de 1899:

ARARIPE. Corrupção de *ara-r-y-pe*, ara=ar, nascer, surgir, *y*, agua, rio, *pé*, posposição equivalente a *em o* ou *no*; portanto, *no nascer dos rios*; é o mesmo que — *Serra das nascentes* ou das *cabeceiras* (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARITAGUABA. Composto de *arara-itaguaba*; de *arara* ave conhecida *itaguaba* ou *itá-guaba*, comida de pedra, de argilla dura, isto é, barranco argilloso, cuja terra serve de comida, é, emfim o que commummente se chama *barreira*; portanto *barreiro das araras*; S. Paulo; nome antigo da cidade de Porto Feliz. Vide *Itaguaba* (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARUAMA. Composto de *arara-uama*, bando ou ninhada de araras e tambem ceva das araras (Dr. Theodoro Sampaio).

ARARUAMA. Composto de *arara-uama*, bando ou ninhada de araras (Dr. T. Sampaio). *Araruama* ou *Iriruama*, de *ami*, espremer; *ira*, mel. (Martius).

ARARY. Rio do Estado do Maranhão, affl. do Turyassú. Banha a pov. de Jamary. (Dr. J. J. Ferreira).

ARARY. Vide *Araray*.

ARARY. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: «*Arary*, de aspecto pittoresco, á margem dir. do rio Mearim, está situada em terreno plano e massapé, 42 kils. á montante da foz do Pindaré, que é importante affl. da margem esq. daquelle rio. E' rodeada de campos de criar, extremada pelos igarapés Ubatuba e Arary, e cortada pelo igarapé Nema, que vindo do lago da Morte a divide em dous bairros ligados por uma ponte e se lança no rio Mearim. O lago da Morte, que é bastante piscoso, fica a tres kils. da villa e o igarapé Araryassú, a 36, atravessando este em seu percurso uberrimos campos. Tem grande criação de gado e exporta para a capital carne secca de excellente qualidade, peixe salgado, cereaes, oleos, couros, taboado e fructas. E' séde do mun. e do termo do mesmo nome, que pertence á com. do Baixo Mearim. Na villa do Arary, bem como na da Victoria, se observa o interessante e curioso phenomeno da *Pororoca*, que se forma no banco de Tijucupaua, situado na foz do rio Mearim. Este banco, que se estende quasi transversalmente á foz do rio, a modo de uma barragem natural, que fica inteiramente á descoberto por occasião do refluxo da maré, represa as aguas da enchente até que attinjam á altura e volume sufficientes para vencer a corrente do rio, o que se dá no fim de tres horas; então ellas se levantam, formam tres a quatro ordens de ondas enormes, chamadas *cavalleiros*, que as precedem e se precipitam pelo rio acima, a muitas leguas de distancia, quer no Mearim, quer no Pindaré, e com tanta velocidade e impeto que enchem em tres horas os logares de que as aguas haviam vasado em nove! Observa-se a pororoca no verão e no inverno; é mais forte nas syzygias. Para evitar os perigos que causam ás embarcações, tomam os navegantes varias precauções. » O Snr. José Ribeiro do Amaral *obr.* cit., diz: «*Arary*. Situada em uma posição encantadora, á margem dir. do Mearim, a 12 kils. da Victoria e na Lat. de 3° 14′ S. e Long de 1°16′ W., a actual villa de Arary, em 1803, não passava de uma pobre pov. com tres casas apenas. Em 1820, contava já 22 e duas capellas: uma da Senhora da Graça e outra do Senhor dos Afflictos. Em 1856, formava um curato com 130 casas, sendo 40 cobertas de telha; 1.086 habs., uma capella linda e decente e oito lojas ou quitandas. Pela Lei Prov. n. 465 de 24 de Maio de 1858 foi elevada á freg. sob a invocação de N. S. da Graça. Presentemente, consta de uma rua que se prolonga em grande parte pela margem do rio, e que é cortada pelo igarapé Nema, formando dous bairros, ligados por uma ponte. Tem uma bôa Egreja Matriz, 26 casas de negocio diversos, uma padaria, seis officinas de sapateiro, tres de alfaiate, quatro de carpina, dous de calafate e uma de ferreiro. A tres kils. do Arary, á margem dir. do rio, encontra-se o logar denominado *Sitio Velho*, assim chamado por ter alli sido primitivamente a séde da freg.; d'ahi a seis kils., á esq., o *Bom Fim*, onde houve uma capella pertencente á Ordem do Carmo. » Comprehende o pov. Barreiro.

ARASSUAHY. Vide *Araçoahy*.

ARASSUAHY. Dist. de Minas. Accrescente-se no fim: O Sr. J. Augusto Neves, em sua *Chorogr. do Mun. de Diamantina*, diz: «A séde deste dist. dista 72 kils. de Diamantina e está collocada no planalto de um campo vasto, circumdado de extensas planicies, bellas collinas, amenos regatos e pequenos bosques, á margem dir. do rio Arassuahy. Pelos

colonos foi edificada a Egreja de N. S. das Mercês, que, a 20 de Dezembro de 1896, foi devorada por terrivel incendio que a reduziu a cinzas, salvando-se apenas a importante imagem do Senhor da Bôa Morte, obra de um pobre operario sem instrucção, alem disso aleijado e que trabalhava com uma pequena faca amarrada no punho. A' subscripção e esmolas os habs. da referida localidade construiram outro templo. O arraial tem mais a capella de N. S. do Rosario. O dist. é aurifero e ainda hoje se conhecem nelle os vestigios das lavras do tempo da extracção. Seu clima é geralmente saudavel e são excellentes as suas terras de cultura, sendo maior a extensão de capueiras, catingas virgens e cerrados que a dos campos. Suas mattas tem bôas madeiras de construcção e marcenaria. O principal ramo da lavoura do dist. é a cultura de cereaes, plantando-se relativamente ao consumo pouco café e fumo. Cria-se com especialidade gado vaccum, cavallar, muar, lanigero e suino, não tendo melhorado as raças por falta de cruzamento e da introducção de bons reproductores. Entre os filhos do dist. já fallecidos, destaca-se como distinctissimo o padre Rolim, um dos celebres conjurados da Inconfidencia mineira, nascido na fazenda do Sobrado e fallecido em Diamantina. »

ARATACA. Composto de *ara-tac*, colher batendo com estrepito, apanhar desabando sobre; armadilha usada para as aves, ou caça meuda (Dr. Theodoro Sampaio).

ARATACA. Pequena praia entre a ponta de Rita Maria e a do Estreito, onde se acha o forte de Sant'Anna; no Estado de Santa Catharina. Tem 200 metros de extensão mais ou menos, talhada em fórma de alfange e pautando, com a sua barra de areias claras, a verde collina tapizada de gramma que se eleva pouco e pouco até o morro do Cemiterio. «E' um sitio quasi deshabitado, diz o Sr. Virgilio Varzea, mas de uma disposição geologica tão caprichosa e artistica, assim encravado como está nesse sopé recurvo de outeiro, no agrupamento pittoresco de rochas que o fecham pelo S. e na placidez espelhada de suas aguas, que dir-se-hia nelle pairar como a espiritualidade de um desses recolhimentos marinhos, onde uma inexplicavel poesia mysteriosa, nascida da propria solidão e do vago, empresta ás cousas um aspecto e uma expressão ideal! Esse encanto da Arataca prende sobretudo aos marujos; e disso tivemos uma prova inequivoca, quando, uma vez, já ha annos, no Desterro, referindo-nos á belleza natural da Arataca, ouvimos do illustre almirante Saldanha da Gama, as seguintes expontaneas e expressiva palavras: « Não sei que sympathia me arrebata por essa pequena praia. Tenho já viajado grande parte do globo, mas é alli que desejo acabar os meus dias. E para alli virei viver, certamente, apenas me reformar. Para mim não ha outro logar, em todo o mundo, mais propicio á meditação e ao repouso de um homem encanecido na labuta do mar... »

ARATANHA. Serra do Ceará. Accrescente-se no fim: O Sr. Barboza Rodrigues diz: «*Aratanha* composto de *arátanha*, bico de papagaio ».

ARATICUM. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano* 1901).

ARATÚ. (Substantivo) Especie de carangueijo (*Grapsus*) Dr. Theodoro Sampaio.

ARATÚ. Dist. policial criado no Estado da Bahia pelo Dec. de 16 de Março de 1900. Foi desmembrado do dist. de Paripe.

ARATURÉ. Composto de *aratú-ré*, variedade de aratú (Dr. Theodoro Sampaio).

ARAUBA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. da Vigia.

ARAUNA. Composto de *ará-una*, papagaio escuro, quasi negro, especie de arara azul (Dr. Theodoro Sampaio).

ARAXÁ. Accrescente-se no fim: Os Drs. Couto Magalhães e M. Soares dizem: «*Araxá*, composto de *ara-chá*, ver o dia, avistar o sol, alludindo a ser o *araxá* um planalto ou chapadão no mais alto de um systema montanhoso, onde se está em posição de ser o primeiro a ver e o ultimo a deixar de ver os raios do sol. »

ARAYOSES. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: «*Arayoses*, situada á margem esq. do rio Santa Rosa, que é uma bifurcação occidental do Parnahyba, dista 90 kils. da foz deste rio e fica tres kils. á jusante do rio Magú ou João Peres, que nasce no logar Montevedy, forma o lago Magú e se lança no mesmo Santa Rosa. E' extraordinaria a quantidade de peixe que ha no rio Magú, durante o mez de maio; mais de 400 pessôas ahi se occupam da pesca, sem diminuir, pelo menos sensivelmente, a sua riqueza piscosa. Esta villa exporta arroz, farinha, rapadura, aguardente e assucar. » O Sr. José Ribeiro do Amaral, *obr.* cit., diz: «Tira este mun. o nome de uma tribu que alli tinha a sua aldeia, e em que existiam tambem indios Aranhys, como consta do termo da junta das missões de 6 de Agosto de 1747. *Arayoses*, villa, a 3°10′ de lat. S. com tres ruas, duas travessas, cinco beccos, uma praça em frente á Matriz, 22 casas cobertas de telha, 72 de palha; Egreja Matriz de pedra e cal e coberta de telha; duas capellas, uma das quaes na pov. das Carnahubeiras e a outra no logar Canabrava; tres cemiterios; cinco casas commerciaes de seccos e molhados. Tem uma pop. de 800 almas. Entre os seus principaes generos de producção, contam-se: farinha, milho, arroz, feijão, assucar, aguardente, rapadura, algodão, bananas, côco da praia, cera de carnahuba e jussara, os quaes dão não só para o consumo como ainda para serem exportados em grande quantidade. Para a lavoura da canna possue o mun. 15 engenhos de ferro, dos quaes cinco situados na ilha das Batatas, e 12 de madeira, tangidos todos por animaes. O territorio deste mun. é feracissimo para todo o genero de cultura. Ha aqui duas especies de lavoura: a das *mattas*, a que vulgarmente chamam *catingas*, que ainda hoje é a lavoura commum do Estado; e a das *vasantes*, que são umas pequenas lavouras, feitas nas margens dos rios, que inundam com os fluxos e refluxos do mar. A canna e o arroz dão nas vasantes até á 5ª folha, bem como fumo, bananas, ananazes, melancias, excellentes melões e a mandioca, que no curto espaço de seis mezes está madura e deve sér arrancada por via das enchentes do Parnahyba, que transborda e alaga kils. com suas abundantes aguas, de onde resulta a fertilidade das suas margens. As sezões predominam de junho a agosto; a doença, porém, que mais invade Arayoses é a febre catharral. Tem criação de gado vaccum, cavallar e muar. Para a criação do primeiro possue 44 fazendas com 9.000 cabeças, que produzem, termo médio, 500 bezerros; e para a do segundo, cerca de 1.500 cabeças, cuja producção pode ser avaliada em 150 arias. E' este mun, banhado pelos rios Parnahyba, Tutoya, Pará-mirim, e Magú... Entre muitas lagôas existe a de João Pires, que é vasta e feracissima em peixe. Suas ilhas principaes são: S. Paulo, Mariquita, Poções, Santa Cruz, Batatas, das Eguas, Manguinhos, Cardozo, Guerindó, Canarias, Potros, Barracôa, Sobradinho, Cajú, S. Bernardo, Cravatá e Carrapatinho, algumas das quaes são banhadas pelas aguas salgadas, sendo que nellas existem muitas situações de gado vaccum, cavallar, muar e lanigero. As banhadas pela agua dôce não só criam bem todos os animaes domesticos, como se prestam muito bem para a lavoura, contando-se já nellas muitos estabelecimentos deste genero. A pop. deste fermo, segundo o ultimo recenseamento, é de 10.000 almas. Entre as diversas povs. do mun. conta-se a de Carnahubeiras, com uma esc. mixta, uma capella de telha, cemiterio, e grande numero de moradores. »

ARCHANJO. Serra da Estado da Bahia, no dist. da Saúde e mun. da Jacobina.

ARÊA. E. de F. do Estado da Bahia. O primeiro trecho entre S. Miguel e Nova Lage, tem de extensão 18 kils. e foi inaugurado em 18 de novembro de 1901. Entronca-se com a *Tram Road de Nazareth*. O percurso total até Arêa é de 58 kils., passando pela villa de Jequiriçá (kil. 44).

ARÊA BRANCA. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes nos termos de Santa Luzia e Riachuelo.

AREADO. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de Xiririca. E' um braço do rio Batatal.

AREAL. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros.

AREÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim (Inf. loc.)

ARÊA PRETA. Riacho insignificante do Estado da Bahia, banha a pov. de Ondina e desagua na bahia do Salvador.

ARÊAS. Pov. do Estado de Pernambuco, no dist. da Paz dos Afogados com uma estação da E. de F. Central entre as estações Recife e Tigipió.

ARÊAS. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

ARÊAS. Bairro do mun. do Bebedouro, no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 601 de 4 de maio de 1899.

ARÊAS. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão da Fartura, trib. do Itararé.

ARÊAS. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do rio Manoel Alves, em S. José do Duro.

ARÊAS. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do rio Paraguay, no mun. do Diamantino.

ARIAHÚ. Igarapé do Estado do Amazonas, affl. da margem esq. do rio Negro, naa divisas do dist. de Tauapessassú.

ARICANGA ou **GUARICANGA.** Palma conhecida tambem por *airi*, *ayri*, ou *hayri*, como escreveu Thevet *Astrocariam Ayri* — V. Mart.), São Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ARICANDUVA. Corrupção de *arican-dyba*, palmar de airis ou aricangas; aricangas em abundancia; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ARICORY. Nome primitivo de Ouricory; no Estado de Pernambuco.

ARIRIAIA. Corrupção de *airi-aia*, palma airi de bôa qualidade; pode ser corrupção de *riry-aia*, que se traduz — ostra de bôa qualidade —; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ARIUAUA. Rio do Estado do Pará, na ilha da Caviana, com. de Chaves.

ARMAÇÃO. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Itajahy, com escola.

ARMAÇÃO. Bahia no littoral do Estado do Rio de Janeiro. Logo depois de montado o cabo dos Buzios encontra-se nessa bahia um ancoradouro abrigado do S. E. em seis a oito braças d'agua, fundo lama. Na parte E. dessa bahia vê-se a ilha Branca.

ARMADA. Rio do Estado da Bahia, passa por Ilhéos e desagua na lagôa Itahype.

AROEIRA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Pajehú, no mun. de Ingazeira.

AROEIRA. Rio da Bahia. Accrescente-se no fim: Vai para o Itapecurú-mirim. A linha do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco passa por um pontilhão existente nesse riacho, no ponto em que a estrada descreve uma grande curva, que tem a semelhança de um S. Esse pontilhão é o mais alto da estrada.

AROUCA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Santa Cruz da Conceição; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

AROUCA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. a cidade do Bom Fim.

AROUCA. Um dos formadores do rio do Roque, affl. da margem esq. do Mogy-guassú; no Estado de S. Paulo. Recebe o ribeirão da Serrinha.

AROUCA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

AROXY. Serra do Estado do Pará, a O. da do Ererê. Tem a mesma orientação geral e os mesmos caracteres topographicos e geologicos que esta ultima serra. E' um pouco mais baixa que o Ererê. Um dos caracteres mais notaveis que ella apresenta é uma larga facha de cactus que se estendem desde baixo até em cima, na encosta meridional. Logo a O. da serra de Aroxy e cerca de um kil. de distancia existe uma serrinha chamada do Maxirá.

ARRAIAL (S. João do). Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi restaurada villa pela Lei n. 526 de 28 de Julho de 1899, que deu-lhe a denominação de S. João de Urubúretama.

ARRAIAL. Villa e mun. do Estado do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o mun. pela Lei n. 453 de 22 de Agosto de 1898, e restaurado com o nome de S. João de Urubúretama pela de n. 526 de 28 de Julho de 1899.

ARREGALADO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Iguarassú, no mun. deste nome.

ARREPENDIDO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

ARRODEIO. Lagôa do Estado do Maranhão, nos arredores da pov. de Santa Quiteria.

ARROIO DAS MARRECAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Serro Azul.

ARROJADO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Correntes, no mun. deste nome.

ARROMBADOS. Log. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Hoje se denomina Duarte Coelho, em honra do fundador da antiga capital de Pernambuco. Tem uma estação da ferro-via do Recife a Olinda e Beberibe no kil. 6,998 m. E' um pov. crescido e tem uma capella dedicada a N. S. dos Navegantes, erecta em 1842. Em 1645 tinha esse logar a denominação de *Mazombos*.

ARROZAL. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves.

ARROZAL. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, nasce na Fazenda Santa Cruz e desagua na margem esq. do rio Parahyba do Sul 300 braças acima da estação do Commercio.

ARRUDA. Pov. do Estado de Matto Grosso, no dist. do Rozario, com escola.

ARRUDAS. Corrego de Minas Geraes, entre Mercês e Pomba. Accrescente-se no fim: Desagua no rio Pomba.

ARÚ. (Substantivo) Nome de um sapo ou rã que coaxa nas lagôas, parecendo motejar ou escarnecer, donde lhe vem o appellido de *arú*. Vide *Guarú* (Dr. Theodoro Sampaio).

ARUAN. (Adjectivo) Quieto, pacifico, bem parecido, sympathico; nome de uma tribu da ilha Marajó; Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

ARUCAUÁ. Rio do Estado do Pará, reune-se com o Caripy e o Uaçá e juntos vão desaguar no oceano junto á foz do Oyapock e do cabo Orange. Regam todos o territorio do Aricary. (*Carta* do territorio do Aricary de José Lobo Pessanha. Pará, — Agosto. — 1901).

ARUJÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Bacuruvú; no mun. de Mogy das Cruzes. «Arujá, diz o Dr. T. Sampaio, corrupção de *arú-yá*, o sapo ou rã se cria ou surge, o viveiro das rãs; é o mesmo que guarujá.»

Segundo Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, no seu *Gloss.* o nome *Arujá*, significa morada de sapos. «*Arujá*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Ará-yáú*, lamascento, limoso. De *ará*, ter alguma cousa em si, exprimindo a qualidade do objecto; *yáú*, limo, lama, sarro, folhagem secca e detritos vegetaes. Tambem pode provir de *Aroyá*, pegal-o pegando-se com elle, o nome *Arujá* é o verbo *ayá*, pegar, com a intercalação de *ro* para significar acção commum de dous ou mais. Allusivo a reunirem-se, mesmo na pov., duas cabeceiras que formam o Bacuruvú-mirim.»

ARYGBOIA. Appellido do chefe *temiminó*, que auxiliou os portuguezes na conquista do Rio de Janeiro e se chamou Martim Affonso «*Arygboia*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, compõe-se de *ar-yg-boy*, cobra que nasce ou se cria n'agua; é uma serpente aquatica, esverdeada e de cabeça escura.» Esse fiel alliado de Estacio de Sá nada tem de commum com o celebre Tebiriçá, fallecido a 25 de dezembro de 1562, Ambos receberam, na occasião do baptismo, os appellidos de Martim Affonso de Souza, em honra do primeiro donatario da capitania de S. Vicente.

ASSACOERA. Rio do Estado de S. Paulo; nasce na serra Mongaguá, e desagua no rio S. Vicente pela margem dir.; no mun. de S. Vicente. Vide *Assaquera*.

ASSACÚ ou **UASSACÚ.** De *uá*, fructa; *assy*, doença; *uu*, comer; fructa que produz doença (Hura-crepitans. L.) Familia das euphorbiaceas.

ASSAHI. Corrupção de *ia-çai*, fructo que chora, reçuma ou deita agua, allusão ao côco da palmeira. *Euterpe oleracea*. Vide Martius e M. Soares.

ASSAQUERA. Corrupção de *aça-guera*, a travessia de outr'ora onde vinha cruzar o caminho velho, o porto de outro tempo; S. Paulo. (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Gloss.* cit. o nome *Assacoera*, significa volta do rio. «*Assacoera*, diz o Dr. João Mendes de Almeida é corrupção de *Ie-aciá-cuêra*, cortado. De *aciá*, cortar, precedido do recirpoco *ie* para exprimir a acção do agente sobre si mesmo e levado ao preterito pelo accrescimo *cuêra*.»

ASSARÉ. Vocabulo tupi corrupção de *açá-ré*, travessia differente, atalho. Ceará.

ASSENÇO. Arraial no termo de N. S. das Dores, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ASSÚ. (Adjectivo) Grande, consideravel. Vide *Açú*.

ASSÚ. Arraial no termo do Lagarto do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ASSUNGUY. Corrupção de *ayú-cui-y*, rio das arêas de ouro; S. Paulo, Paraná; pode ser tambem corrupção de *a-çuçui-y*, sendo *a* prefixo que dá á dicção o caracter de adjectivo; *çuçuí*, azul; *y*, rio; portanto rio azulado ou de aguas anileadas. (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Gloss. de palavras indigenas*, o nome *Assunguy* significa rio de agua azulada. «*Assunguy*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Açoi-gui*, encoberto. De *açoi*, tapar; *guí*, parte inferior, baixo. Allusivo a correrem suas aguas por baixo dos rochedos, ficando encobertas ou tapadas em varios logares.» Martim Francisco, o velho, escreveu *Assoungui*.

ASSUNGUY. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Este rio precipita-se da serra em varios saltos, com grande estrepito; e sua queda das serranias é de mais de 300 metros. Sobretudo, no tempo das chuvas, o rumor de suas aguas é ouvido na distancia de leguas. E' de uma correnteza extraordinaria; e essa rapidez, em uns logares com quedas entre frestas e canaes abertos nos rochedos, tem sido calculada de mais de 30 metros em 15 segundos. O conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela Provincia de S. Paulo, no anno de 1805*, referindo-se a este ribeirão, escreveu. «Entrei, emfim, á esq. do rio de *Assoungui*. Passadas tres ou quatro voltas vae ter-se ao primeiro salto; o rio *minando* as *tivasias que entre si deixa a rocha granitica*, corre por diversas apertadas boccas, fazendo grande ruido;... a rocha acha-se em parte furada pelo continuo embate das aguas... Decorrendo as margens até perto do segundo salto, observei o seguinte: corregos nascentes dos morros, que demoram nestas alturas; os mesmos blocos da rocha granitica já mencionada; e, nas fraldas de um tezo sobranceiro ao rio, pedaços de um barco muito ochraceo e talcoso, já com a natureza fissil dos schistos.»

ASSUNGUYSINHO. Pov. do Estado do Paraná; no mun. da Palmeira.

ASSURUÁ. Si for tupi, pode ser corrupção de *a-çurú-uá* que quer dizer, cume, dorso escorregadio; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

ATÁ. (Verbo) Andar, passeiar, vagar. (Dr. Theodoro Samapio).

ATÃ. (Adjectivo) Duro, rijo, firme (Dr. Theodoro Sampaio).

ATALAIA. Pov. do termo de S. Christovão, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ATALHO. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú, á margem do rio S. Francisco, com uma capellinha dedicada a S. Pedro. Defronte desse pov. fica a cachoeira Pedro Dias. E' tambem denominado *Varzea Redonda*.

ATALHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio das Pedras, que o é do Pardo e este do Paranapanema.

ATALIBA NOGUEIRA. Estação da linha Mogyana, no mun. de Itapira do Estado de S. Paulo.

ATAPÚ. Compõe-se de *atã-pú*, forte soar, resoar; resonante; é o nome de uma buzina dos jangadeiros do Norte, feita de um buzio grande ou caramujo; ás vezes se diz: *guatampú* ou *guatambú*; Ceará, Maranhão (Dr. Theodoro Sampaio).

ATARAÚ. Corrupção de *atá-raú*, bravo atôa, enfurecido sem razão. M. Soares traduziu: *atá*, fogo; *raú* atôa, sem razão, isto é, furor; Ceará (Dr. Theodoro Sampaio).

ATERRADO. Bairro do mun. de Santo Amaro e Estado de S. Paulo.

ATIBAIA. Antigamente *Tybaia*. Cazal escreveu *Thibaia*. O Dr. Theodoro Sampaio diz: «*Atibaia* composto de *Ty-b-aia*, corrente ou caudal saudavel, de bôa qualidade; é mais provavel a corrupção *Tybaia*, de *ty* curso d'agua, caudal; *baí*, ruim, máu» Segundo Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Gloss.* cit. o nome é *Tibaya* e significa rio da feitoria. «*Atibaia*, diz o Dr. J. Mendes de Almeida, corruptela de *Tipaí*, rio alagado. Por isso os antigos diziam *Tibaia* e não *Atibaia*. De *ti*, rio; *pá*, aphéreses de *iupá*, lagôa, alagadiço; *i*, posposição significando — em —. Allusivo a correr em varzeas extensas, por entre alagadiços.»

ATOLADEIRA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas.

ATRAZ DA SERRA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim.

ATTA ou fructa de Conde, Pinha. No Rio de Janeiro é conhecido pelo segundo nome, no Ceará pelo primeiro, e em Pernambuco pelo ultimo. E' a *Anona muricata*. L. «Dão tambem, diz o Sr. Barboza Rodrigues (*Rev. do Inst. Hist.* Tomo XLIV) o nome de *alta* e *fructa de conde* á Anona *obtusiflora*, Tuss., que é das Antilhas e acclimada no Brasil; assim como tambem á Anona *squamosa*, L., que é da mesma procedencia. A Anona *muricata* é da Jamaica. Foi introduzida na prov. do Pará, em 1750, por Manoel da Motta de Siqueira, que depois edificou o forte de Santarem, sendo seu primeiro commandante. São arvores de mediana grandeza e que no norte crescem e fructificam muito.» O fructo é muito saboroso; a semente, porém, nociva.

ATUÁ. (Substantivo) A cerviz, o cogote, o pescoço (Dr. Theodoro Samapio.)

ATUAHÚ. Cachoeira no rio Tieté, junto á foz do ribeirão do seu nome; no mun. do Salto de Itú. Tambem escrevem *Atuaú*.

ATUAY. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua no rio Tieté pela margem dir. proximo á cachoeira do seu nome. «*Atuahy*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, compõe-se de *atuá-y*, rio do cogote. » «Atuahy, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Itú-aî-i*, salto, e successivos arrecifes. De *itú*, salto, queda d'agua, pronunciado o *i* inicial com o som de *a* fechado; *aî*, cousas salientes, altos, e baixos; *i*, posposição de perseverança. Por causa daquella pronuncia do *i* inicial, alguns dizem *Atú-âi-i* ».

ATUCATINIQUI. Rio do Estado do Amazonas, affl. do Pauhiny. Não será o mesmo que Atucatiny? Encontrei tambem escripto Atucatiquiny.

ATUCATINY. Rio do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

ATUCHY. Compõe-se de *atuc-gy*, rio curto, breve (Dr. Theodoro Sampaio). «*Atuchy*, diz o Dr. João Mendes, deve ser escripto *Itú-qui*, saltinho. De *itú*, salto, queda d'agua, pronunciado por alguns o *i* inicial como *a* fechado; *qui*, pouco, pequeno. Por causa da pronuncia sobredita, alguns dizem *Atú-qui*. » Encontrei tambem escripto *Atuaqui* e *Atuxi*.

ATURIATEUA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Maracanan (Cintra) e desagua no Beritateua, affl. do rio Caripy.

ATURIATUBA. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Gurupá e mun. de Mazagão. Vai para o Amazonas.

ATYRA. (Substantivo) O mesmo que *ytyra*, altura, elevação, montão, cabeço, comoro; altera-se este vocabulo muitas vezes em *uitŷra*, *uitêra*, *tyra*, *tyr*, *tri*, *tra*; *tura*, *tur* (Dr. Theodoro Sampaio).

AUÁ-ASSÚ. Igarapé e lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara. Tambem escrevem *Auassú*.

AURÁ. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: «Ao N. d'aquelles campos (dos Perys) nasce e corre para E. o rio Aurá, que se reune ao rio Pery-assú, cuja nascente fica perto de Bacuritúba, formando um só rio que, depois de um curso avaliado em 90 kils., se lança na bahia de S. Marcos, por duas boccas: uma, entre a ilha das Pacas e a ponta de Itatuna, extremidade meridional da ilha Cajual, formando o volume de suas aguas uma corrente, que se prolonga á distancia, conhecida, pelos que ahi navegam, com o nome de *Correnteza do Aurá;* a outra, entre a ponta de Uribuoca, extremidade septentrional da ilha Cajual, e a ponta de Pedras na costa de Alcantara. Desde a ponta de Itauna até á segunda emboccadura, o rio Aurá corre com o nome de Cujupe e recebe varios igarapés, entre os quaes o Girijó. »

AUTAZ. Sub-prefeitura creada na com. de Itacoatiara do Estado do Amazonas pelo Dec. n. 578 de 5 de Junho de 1902. Limita-se pelo paraná do Maderinha, lago Crimiry e a bocca do Jumas no rio Mamory.

AVACUCAIA. Cachoeira no rio Tieté, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc.*, diz: «*Avacucaya*, corruptela de *Há-cáe-quái*, talhado e com garganta. De *há*, talhar, cortar, trochar; *cáe*, particula do preterito, com referencia do verbo *há*, que a antecede; *guái*, estreitar, fazer garganta ou cintura. Allusivo a ter ahi o rio um degrão de pedra, sobre o qual montam as aguas para precipitarem-se por um canal ou garganta com o desnivelamento de 0m,50 por 150 metros. »

AVAHY. Vocabulo tupi corruptela de *abá-y*, rio da gente; pode ser ainda *aba-y*, rio dos cabellos; Paraguay (Dr. Theodoro Sampaio).

AVANHANDAVA-ASSÚ. Salto no rio Tieté, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Precedendo esse salto, o rio Tieté tem uma extensão de cerca de 152 kils., a começar da corredeira Escaramuça, abaixo da foz do rio Jacarépepira-guaçú; e ahi nessa extensão é pouco corrente, parecendo rio morto. Abaixo desse mesmo salto, o rio Tieté, em extensão de mais de cem kils. espraia-se, tornando-se pouco profundo e apresentando muitos baixos e cachoeiras. Segundo o Dr. Theodoro Sampaio (*O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901) *Avanhandava* é corrupção de *abánhandaba*, a corrida da gente, o logar onde a gente anda ás carreiras para evitar perigos da navegação. Segundo Martius, em seu *Gloss.*, esse nome significa «logar em que apparecem fantasmas ». «*Avanhandava*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Aybé-anhũ-d'-aba*, logar de correnteza excessivamente veloz. De *aybé*, para exprimir o superlativo da acção do verbo, ao qual é preposto *anhã*, correr, correnteza, velocidade; *daba*, o mesmo que *aba*, recebendo o *d* por causa do som nasal de *anhã*, e exprimindo neste caso o logar. » Nas *Noticias Praticas* do capitão J. A. Cabral Camillo, sobre as viagens ás minas de Cuyabá, no anno de 1727, o nome desse salto está escripto — *Panhandabá* —, que «é um despenhadeiro bastantemente alto, nelle se varam as canôas por terra pela parte direita, e com ellas as cargas em distancia de um quarto de legua, pouco mais ou menos ».

AVARÉ. Morro granitico e muito elevado, no mun. do seu nome e Estado de S. Paulo. Esta palavra é corruptela de *A-bir-é*, isolado e altissimo. Allusivo a estar isolado no campo e ser muito alto.

AVARÉMANDUAVA. Cachoeira no rio Tieté. Accrescente-se no fim: O capitão J. A. Cabral Camillo, nas *Noticias Praticas* sobre a viagem ás minas de Cuyabá, em 1727, descendo o rio Tieté, desde Porto Feliz, escreveu por informação o seguinte: «... um salto *Abarémanduaba*, por cahir nelle o veneravel padre José de Anchieta e ser achado dos indios debaixo d'agua, rezando no Breviario ». E outros tem repetido esta explicação do nome. «Alem de ser duvidoso que por lá andasse aquelle apostolo da gentilidade brazilica, é certo, diz o Dr. João Mendes de Almeida (*obr.* cit) que o nome tem applicação verdadeira na lingua tupi. *Avarémanduava*, corrupção de *I-yerê-mã-ná-o-a-bo*, cahe do alto e faz rodomoinho, de *i*, agua, com pronuncia de *a* fechado; *yerê*, torcer, dar volta; *mã*, enfeixar, reunir estreitamente; retorcer; *ná*, intercalação por causa do som nasal de *mã*, que é ligado a *o-á-bo* verbal derivado de *á*, cahir do alto, precedido do reciproco *o* e seguido de *bo* (breve) para exprimir o modo de estar. Allusivo a formar o rio ahi um canal de cerca de cinco metros, rompendo o paredão de pedra que o atravessa nesse logar; com corredeira, queda e rodomoinho na extensão de mais de 50 metros. A parte do paredão, correspondente ao canal referido, soffreu destruição, para facilitar a navegação de um vapor do Engenho Central de canna. Ha dous canaes menores no mesmo paredão. » Acima da cidade de Porto Feliz, ha outra cachoeira menor com o nome de *Avarémanduava-mirim*. Forma-a um dique, que, represando as aguas, forçou a abertura de um canal estreito para seu escoamento em rodomoinho. Já ti o nome *Araranhanduba* tambem dado a esta cachoeira. O Dr. Theodoro Sampaio escreve *Abarémanduava* e diz ser casa palavra composta de *abaré-manduaba*, a lembrança, memoria ou recordação do padre.

AVECUIA. Cachoeira no rio Tieté proximo á foz do ribeirão do seu nome; no Estado de S. Paulo. Segundo o systema dos indigenas, embora soando quasi identicamente os nomes do ribeirão e da cachoeira, a significação de um e de outra é muito diversa. «*Avecuia*, com referencia ao ribeirão, é, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-yê-cui*, o que se deixa cahir. De *y* relativo com a pronuncia de *a* fechado; *yé*, nota de reciproco para exprimir a acção da pessoa ou da cousa sobre si mesma; *cui*, cahir, cahir-se. A particula *yé* não é, neste caso, precisamente nota de reciproco; é mais uma nota de passivo, segundo a lição do padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarany*, e a do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Allusivo ás quedas que este ribeirão dá, descendo dos montes; prestando-se o terreno, em outras di-

recções, a curso menos accidentado. — Mas, com referencia á cachoeira, *Avecuia* é corruptela de *Y-yê-guá*, esquinado. De *y*, relativo; *yê*, nota de passivo; *guá*, esquinar-se, fazer ponta aguda. Com effeito, a cachoeira é ahi formada por um penedo, de fórma esquinada, que se prolonga de outro quadrangular. Já tem sido feitos trabalhos para a destruição da esquina. Pelo systema de Martius, o nome *Avecuia* significaria — sitio em que abundam cuias; dizendo provir da *cuieté*, conhecida na sciencia por *Crescentia injete*, da familia das Bignoniaceas, e cujo fructo, dividido ao meio, fornece vasilha que suppre o prato, a malga, a tigela, o copo, etc., e que é feita das duas metades concavas, depois de extrahida a polpa interior: é a *cuya*. Mas aberto somente junto ao pedunculo, e tambem extrahida aquella polpa, forma a *cuyambuca*, para guardar ou conduzir liquidos, por si só, ou envolvida em uma rede de fibras : de *cuya*, vasilha; *mbuca*, verbal derivado do verbo *púg*, furar, arrebentar, mudado o *g* em *ca* (breve), para formar supino, significando cuya furada. E incorrectamente muitos escrevem e dizem *cumbuca*. Alem de fornecer o vasilhame já referido, a polpa interior tem applicação medicinal, como anti-tetanico e spasmodico, na hernia e na morphéa. Emfim, é conhecida a industria de cuias lindamente pintadas, com cores fixas, pelos indigenas do valle do rio Amazonas. Mas, *Avecuia* nada tem com essa arvore nem com o seu fructo. E' simplesmente *Y-yê-guá*. »

AVECUIA. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Recebe o Engordador, o Grammadinha, e o da Gramada.

AVENCA. Morro no mun. de Cananéa; no Estado de S. Paulo. «*Avenca*, diz o Dr. J. M. Almeida, corrupção de *Ayo-ẽ-gua*, muito oco e tramado. De *ayé*, muito, excessivo; *ẽ*, concavo, ôco; *guá* com pronuncia breve, trama, tramado. Allusivo a ser muito gretado; mostrando que poderá ter no interior cavernas com stalagmites e stalactites. Neste morro passa um ribeirão, cuja agua torna-se morna: é o *I-tacú-roiçai*, agua que deixa de ser fria para ser morna. De *i* agua; *tacú*, calor; *roi*, frio; *çai*, cessar. Isto é agua quente, por cessação do frio. Allusivo ao facto de só receber quentura quando atravessa o morro Avenca ».

AVENIDA PAULISTA. Dist no mun. da capital do Estado de S. Paulo, creado pelo Dec. de 11 de Maio de 1899.

AVEREHY. Volta do rio Parahyba, em frente a cidade de Jacarehy; no Estado de S. Paulo. «*Averehy*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *I-yerê-ei*, contrahido em *I-yerê-ei*, volta desnecessaria do rio. De *I*, rio, agua; *yerê*, volta; *ei* inutil, ocioso, sem necessidade, sem fim algum, sem causa, de caçoada. O *i* inicial sôa como *a* fechado. Allusivo a uma volta inutil do rio nesse logar. Alguns dizem *Avarehy*, e explicam que significa — agua do padre —, *abaré-i*, por ter-se ahi afogado um jesuita! Mas é uma estultícia. Neste logar já houve trabalho do homem para endireitar o rio; mas a natureza não é de facil correção e as grandes enchentes deixam ver isso ». Vide *Avarehy*.

AVÔ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

AXIAHÚ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Almeirim.

AXUHY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Miritiba, sobre o igarapé do seu nome. Está situada nas divisas desse mun. com o de Icatú.

AXUHY. Igarapé do Estado do Maranhão, banha o mun. de Miritiba e desagua na bahia de Mucanindiba, defronte da ilha desse nome.

AYACÁ. (Substantivo) O cesto, receptaculo feito de cannas; vulgo *jacá* (Dr Theodoro Sampaio).

AYMBERÉ. Tupi-guarani, *amberé*, a lagartixa (Dr. Theodoro Sampaio).

AYRES. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros.

AYRÕES Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. José do Barroso e mun. do Rio Branco; com uma esc. municipal.

AYROSA GALVÃO. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo; no Ramal dos Agudos, entre as estações de Iguatemy e Pederneiras.

AYTINGA. Composto de *aî-tinga*, a preguiça branca; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

AYURÚ. Vide *Ajurú*.

AZEITE. Rio de S. Paulo, affl. do rio do Peixe. Accrescente-se no fim: o Dr. J. Mendes de Almeida, em seu *Dicc.* cit., diz: « Affl. do Itariri pela margem esq.; no mun de Iguape. Este rio Azeite, antes de desaguar no Itariri recebe o Guanhan; e ambos formam o Itariri, que desagua no rio S. Lourenço ».

AZEVUM. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

AZUL. Serra do Estado de Pernambuco, ao S. do mun. de Bezerros.

AZULÃO. Riacho do Estado da Bahia, no mun de Alagoinhas. Vai para o Subahuma.

B

BAÇABA. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

BACABAL. Rio do Estado do Pará, affl. do Japerica, entre Bragança e Sailnas.

BACABEIRA. Igarapé do Estado do Pará, no 2º dist. do mun. de Breves.

BACAETAVA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. de Campo Largo de Sorocaba. Tambem é denominado Taboão. "*Bacaetava*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *Yba-caitaba*, a queimada das arvores, a *queimada* como vulgarmente se diz". « *Bacaetaba*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Báquá-iîá-ába*, corre em declive e aos degráos; de *báquá*, correr; *iîá*, estante, armação, pilar, cousa que em outra se estriba, com o suffixo *ába*, para exprimir modo de correr. Comquanto *iîá* seja substantivo ficou neste caso como parte do verbo *baquá*. Os degráos são formados de schistos horizontaes ».

BAÇANGA. Corrupção de *ibá-canga*, o caroço do fructo; Maranhão (Dr. Theodoro Sampaio).

BACANGUINHA. Igarapé do Estado do Maranhão, affl. do rio Gurupy. Não é propriamente um affl. mas sim um braço lateral cheio de agua salgada pelo fluxo e refluxo da maré (Dr. G. Dodt).

BACORINHO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

BAÇUBADÁ. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Urucará.

BAÇURUVÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté ; nos muns., de Conceição dos Guarulhos e de Mogy das Cruzes. Recebe o Cachimbo e o Arujá ou Arú-yaú. « *Bacyruvú*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corrupção de *Baquá-ro-yá*, muito corrente e com alagadiços. De *baquá*, corrente, velocidade, força, porfia; *ro*, intercalação para exprimir simultaneidade ; *yá*, alagadiço, banhado, lagôa. Allusivo a ser muito corrente este ribeirão; produzindo, não obstante, muitos banhados em suas margens ».

BACURY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Cururupú. Ha dous outros logs. do mesmo nome, nos muns. de Turyassú e Itapecurú-mirim.

BACURY. Serrote do Estado de S. Paulo, no mun. de Piracicaba. « *Bacury*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Mbo-aquir-ii*; frouxo com resvaladouros. De *mbo*, particula activa; *aquir*, afrouxar, ser frouxo; *ii*, resvalar. Por contracção *Mb'-aquir-ii*. Allusivo a esboroar-se de alto a baixo, formando resvaladouros ».

BACURY. Grande lagôa á margem do ribeirão das Palmeiras; no mun. de E. Santo dos Barretos do Estado de S. Paulo. « *Bacury*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbo-quér-ii*, suja por ser sem correnteza. De *mbo*, particula activa; *quér*, dormir, repousar, não mover-se; *ii*, suja, manchada. Allusivo a ter quasi paradas as suas aguas, com lodo ao fundo, e com limo á superficie. Nada tem, portanto, este nome com a excellente fructa que abunda no interior dos Estados do Maranhão e do Piauhy. »

BACURY. Log. do Pará, no mun. de Chaves. Accrescente-se no fim: Para ahi a Lei n. 785 de 10 de outubro de 1901 auctorisou a mudança da séde do mun. de Chaves.

BACURY. Cachoeira no rio Tiété, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida, em seu *Dicc.*, diz: «Corredeiras no rio Tiété, precedentes á cachoeira *Itupirá*. São duas: a *guaçú* e a *mirim*. *Bacury*, corruptela de *Mbo-curi*, que faz pressa. De *mbo*, particula activa; *curi*, apressar, pressa. Allusivo á grande correnteza das aguas nesses logares. Alguns escrevem *Vacury*; mas é erro. Li em uma Carta geographica da prov. de S. Paulo, impressa pela Companhia Mogyana, os nomes *Vacurytuba* e *Vacurytuba-mirim*. O *tuba* foi enxertado á martello ».

BACURY-PANÃ. Pov. do Estado de Maranhão, no mun. de Cururupú.

BACURY-PANÃ. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: Desagua na costa, defronte da ilha de S. João e cerca de 30 kils. abaixo da pov. do Bacury.

BADAJOZ. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Japaratuba.

BAÉ. Corrupção de *mbaé*, a cousa, o objecto, o haver; altera-se muitas vezes na composição dos vocabulos em *mãé*, *baé*, *mã*, *bá*. (Dr. Theodoro Sampaio).

BAEPENDY. Corrupção de *mbaé-pindi*, cousa aberta, limpa, ou simplesmente *a aberta, o limpo*; allusão a um campo ou clareira na matta marginal do rio deste nome, facilitando a passagem do caminho aberto pelos Paulistas, descobridores das Minas Geraes. Nos antigos documentos e roteiros se lê *Maependi*; Minas Geraes. (Dr. Theodoro Sampaio. *O Tupy na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

BAGÉ. Vocabulo tupi corruptela de *pagé*, que significa o feiticeiro, o santão do gentio. E' empregado no R. G. do Sul.

BAGÉ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Aboboras, que o é do Medéa (Sebastião de Vasconcellos Galvão *Dicc. de Pernambuco*.)

BAGRE. Rio do Estado do Pará; no mun. de Amapá.

BAGUASSÚ. Estação da linha paulista, no mun. de Pirassununga e Estado de S. Paulo,

BAHIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

BAHIA DA RABECA. Log. no mun. de Matto Grosso e Estado deste nome.

BAHIÚA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Almeirim. Vai para o rio Jary pela margem esquerda.

BAHÚ. Pico enorme na estremidade dos denominados Campos do Jordão, na serra da Mantiqueira e contraforte Soares; no mun. de S. Bento do Sapucahy e Estado de S. Paulo. Este pico é geralmente conhecido por Pedra do Bahú, por ter no cimo uma pedra de enorme dimensão

BAHUSINHO. Dist. de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: A Lei n. 210 de 10 de Maio de 1899, em seu art. I, transferiu a séde da freg. do Bahusinho para o pov. do Senhor Bom Jesus do Sucuriú com a denominação de Mello Taques; e no art. II incorporou-a ao mun. do Coxim.

BAIRRO-ALTO. Dist. de paz e de sub-delegacia no mun. da Natividade e com.de S. Luiz, no Estado de S. Paulo. A estação mais proxima é a de Taubaté, na E. de F. Central do Brazil, que dista 30 kils.

BAIRRO INDUSTRIAL. Log. do Estado de Sergipe, no mun. de Aracajú.

BAIRRO VERMELHO. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Aracajú. Ha um outro log. do mesmo nome no mun. de Gararú (*Almanak Sergipano*. 1901).

BAIXA. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Bragança. Essa ilha com as do Meio e Sororoca ficam situadas nos campos de Quatipurú, entre os igarapés Pery e Tamatá.

BAIXA DA JABOTICABA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

BAIXA DAS FRUCTAS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

BAIXA GRANDE. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: A Villa está collocada entre dous pequenos morros e a 430 metros de altitude. Compõe-se de duas ruas e uma grande praça, em cujo centro ergue-se a matriz.

BAIXA-GRANDE. Recife no Estado de E. Santo. Accrescente-se no fim: O Capitão tenente Viriato Hall. (*Rev. Maritima*; Julho de 1902) diz: « Entre 50° e 60° NE. do pharol (de Santa Luzia) a 1' de distancia existe o recife denominado da Mula ou Baixa Grande que não arrebenta. E' marcado em seu cabeço por um cylindro visivel a 5' com uma cor preta, de um vapor que alli naufragou. A Baixa Grande é balisada ao N. por uma boia conica preta e ao S. por uma tambem conica vermelha. A orla exterior desta Baixa, que tem muito fundo em redor, vai até 1 ¼ de milha do morro do pharol. A 52° NW. do cylindro, que marca esta Baixa, achs-se na distancia de meia milha um pequeno lageado agudo, com duas braças d'agua na baixa-mar, balisada ao S. por uma boia conica encarnada e branca. Esse lageado chama-se Baixinho e raras vezes quebra ».

BALAIO. Morro do Estado de S. Paulo, á margem dir. do rio Corumbatahy.

BALAUSTRE. Morro mais elevado da ilha de Itaparica, no Estado da Bahia. Ahi, segundo reza a tradição foi a necropole dos indios.

BALÊA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

BALSAMO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Nioac.

BAMBA. Palavra kichua, o mesmo que *pampa*, campo, planicie.

BAMBÁ. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha mun. da Diamantina e desagua no Guinda.

BAMBÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Simão Dias (*Almanak Sergipano*. 1901).

BAMBUHY. Palavra hybrida e relativamente moderna; compõe-se de *bambú-y*, rio dos bambús: Minas, Rio de Janeiro. (D. Theodoro Sampaio).

BAMBÚS. Log. do Estado da Bahia, na com. de Belmonte.

BANABUIHÚ. Se for tupy é corrupção de *paná-puyú*, brejo ou pantanal das borboletas. Vide *paná*, *puyú*. (Dr. Theodoro Sampaio).

BANANAL. Morro na serra Cantareira; no Estado de S. Paulo.

BANANAL. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Xiririca, nas divisas do dist. do Jaguary.

BANANAL. Riacho do Estado do Ceará, affl. do rio Mundahú.

BANANAL. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Itapanhaú; no mun. de Santos.

BANANAL. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, perto do Porto do Japy.

BANANAL. Corredeira no rio Ribeira de Iguape, no mun. de Xiririca e Estado de S. Paulo. Fica entre montes lateraes, que formam ilhas e paredões; ao mesmo tempo que as aguas descem em forte declive.

BANANAL. A cidade do Bananal fica situada em uma baixada, cercada de morros sem denominação, á margem dir. do rio Bananal e atravessada pelo corrego Lava-pés, affl. daquelle rio.

Comprehendendo os arrabaldes da Bôa Vista, na entrada da cidade, com uma capella de Santa Cruz, e Bôa Morte á margem esquerda do rio, communicando-se com a cidade por uma ponte de madeira de 18 metros de extensão, na base de morros e com uma capella.

O terreno da cidade offerece fraco declive para o rio o que facilita o escoamento das aguas pluviaes.

Propriamente a cidade tem quatro praças, entre as quaes a do Coronel Pedro Ramos, antigamente da Matriz, arborisada com palmeiras reaes, com bonitos sobrados, um chafariz no centro, a Matriz e o Grupo Escolar; e a da Republica, arborisada com amendoeiras, com um posto metereologico, mantido pelo Estado, o edificio da Camara e a egreja do Rosario.

Tem cinco ruas e diversas travessas que vão ter ao rio.

São todas calçadas com pedra commum e tem passeio de lagedo. A principal é a do Commendador Manoel de Aguiar; as outras são denominadas: Benjamin Constant, Prudente de Moraes, Visconde do Rio Branco e Visconde de Aguiar Toledo.

A cidade é illuminada á kerosene e abastecida de bôa agua, que é captada de tres fontes para duas caixas situadas em uma e outra margem do rio. Parte da cidade tem exgotos.

Os predios, em numero de 263 são de gosto antigo.

Tem 2.800 habitantes.

O commercio é pouco animado. Ha na cidade duas pharmacias, duas padarias, um unico açougue, um hotel, quatro sapatarias, um bilhar, dous barbeiros, uma unica loja de fazendas, 14 casas de molhados e diversos outros estabelecimentos com pequenos negocios.

Tem uma loja maçonica, Caridade e Luz, e duas philarmonicas: S. Francisco e Floriano Peixoto.

Publicam-se na cidade dous jornaes: o *Bananal* e *O Pindorama*.

A Matriz tem tres janellas, a porta de entrada e um relogio do lado do Evangelho; não possue torres. Na frente levanta-se um pequeno Cruzeiro.

Seu interior é vasto, as naves bastante elevadas e os altares de gosto e com alguma obra de talha.

No corpo da egreja notam-se: um grande côro com um harmonium, quatro tribunas, dous pulpitos, dous confissionarios e seis altares: os do lado da Epistola com S. Luciano, N. S. das Dores e S. João Baptista; e os do lado do Evangelho com S. Francisco de Paula, S. José e S. Manoel. Na capella mór ha duas tribunas e um altar com a imagem do Senhor Bom Jesus do Livramento, padoeiro, no throno e aos lados, em nichos, o Sagrado Coração de Jesus, N. S. da Conceição, Santo Antonio e S. Sebastião.

Do lado do Evangelho fica a bonita capella do Santissimo Sacramento, de fórma oval com um pequeno côro, diversos paneis e os 12 apostolos, e do lado da Epistolar, sacristia com um altar de Santa Rita de Cassia.

Em um dos consistorios ficam tres grandes armarios tendo em cima as imagens do Senhor dos Passos, do Senhor Crucificado e de S. Luiz Gonzaga.

Além da matriz, possue, mais a cidade, as egrejas do Rosario, com duas torres, e a Bôa Morte e as Capellas de Santa Cruz e da Santa Casa.

O Hospital da Misericordia está situado na entrada da cidade, na rua Benjamin Constant; tem um só pavimento, duas enfermarias e duas capellas, a de Nosso Senhor do Socorro e a de Santa Izabel. Na sala das sessões encontram-se os retratos do fundador Tenente José Ferreira Gonçalves, dos bemfeitores D. Maria Joaquina de Almeida e Antonio Luiz de Almeida, um quadro com o Senhor na columna e os bustos em gesso do Commendador Manoel de Aguiar Vallim e de D. Maria Joaquina de Almeida. Nos fundos do hospital fica, inconvenientemente situado, um cemiterio com bonitos mausoléos, entre os quaes o que se ergue sobre a sepultura do Conselheiro Pedro Luiz Soares de Souza.

A Camara Municipal é um bom edificio. No pavimento terreo funcciona a cadêa e no superior o Jury e a Camara. Na sala das sessões desta ultima acham-se os retratos do Marechal Floriano e dos Drs. Bernardino de Campos e João Alves Rubião Junior.

O Grupo Escolar não tem a imponencia de muitos outros que se encontram disseminados pelas cidades do Estado de S. Paulo; occupa, todavia, um predio de sobrado, grande, muito limpo e bem montado interiormente. E' dirigido pelo intelligente normalista complementar Izaltino de Mello.

A cidade possue ainda um theatro, Santa Cecilia, com duas ordens de camarotes, galeria e platéa para 100 espectadores.

Bananal está em profunda decadencia, é hoje uma cidade triste e quasi sem animação. Entretanto foi em tempos, que não vão longe, uma das cidades mais prosperas do Estado, o que é attestado pelos muitos e bons predios, hoje fechados, mas que conservam no seu interior a mais rica ornamentação demonstrando assim a sua opulencia passada.

Goza de um clima purissimo. Das muitas cidades que tenho percorrido, é Bananal a que apresenta maior numero de crianças, todas fortes e com as faces rosadas. Os casos de longevidade são muito communs.

E' ligada á estação da Saudade, na Central do Brazil, por uma Estrada de Ferro, de bitola de um metro e cujo trafego foi inaugurado até Bananal a 1 de Janeiro de 1889.

Tem quatro pontes, uma sobre o ribeirão de Bocaina e tres sobre o rio Bananal; e duas estações entre os seus pontos extremos: Rialto e Tres Barras.

Sua construcção foi auctorisada por Dec. n. 7.698 de 3 de Maio de 1880, concedendo o Governo Imperial privilegio por 50 annos e a zona de 15 kilometros para cada lado do eixo da linha.

O municipio confina com o de Barreiros, em S. Paulo, e com os da Barra Mansa, S. João Marcos e Rio Claro, Rezende e Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro.

Não possue serra alguma notavel além da que o separa do mun. de Angra dos Reis, em toda a extensão do mun., a Oeste, a qual toma diversos nomes segundo as estradas que a atravessam ou pontos a que se dirigem, e assim sendo a mesma e unica serra é conhecida pelas denominações de serra do Ramos, do Ariró, do Retiro, da Carioca e do Pouso Secco.

E' regado pelos rios Bananal, Pirapetinga, Tres Barras, Turvo, Resgate, Manso, Gloria, Divisa, Doce, Agua Comprida, Carioca, Alambary, Cachoeirinha, Capitão-Mór e diversos corregos.

Possue a lagôa Preta, na fazenda do Bom Successo, no districto de Alambary.

Comprehende os seguintes bairros: Carioca, Cachambú, Cachoeirinha, com um capella de Santa Cruz, Barril de Baixo, com uma capella de Santo Antonio, Cascata, Laranjeiras, Rio Manso, Rancho Grande, Matto Dentro, Agua Comprida, Turvo, Retiro, Pirapetinga, Bôa Morte e Bôa Vista.

A lavoura consiste em café, canna e cereaes. Ha alguma criação de gado.

Entre as curiosidades naturaes do mun. nota-se uma gruta conhecida pelo nome de Dona Isabel e descripta pelo

Dr. J. J. de Carvalho, em carta dirigida ao finado Dr. Ferreira de Araujo em 1887, e, com autorisação deste cavalheiro transcripta no meu *Diccionario Geographico*.

Essa gruta fica no dist. de Santo Antonio do Alambary, bairro do Capitão-mór em terras que pertenceram ao Tenente-Coronel José Ramos da Silva Sobrinho. Descobriu-a um humilde caçador desse sitio de nome Francisco Benedicto Ribeiro.

Uma outra curiosidade digna de nota é a cascata do morro da Cascata, que fica a cavalleiro do rio Capitão-mór. A queda é da altura de 70 metros pelo menos e em tres lances, tendo o médio, o mais bonito e mais volumoso, uns 35 metros. Ahi são novelos de alvissima espuma rolando por entre uma nuvem de vapor aquoso. A alta rocha, da qual se despenha audaciosamente o Capitão-mór, é ainda banhada por uns tres fios, fechando o leito da cascata. Em baixo volumosos caixões de agua precipitam-se em direcções diversas, esbatendo-se as aguas, que correm precipites pelo alveo pedregoso, tornando o rio sempre encachoeirado.

A 20 metros distante da base da cascata ha uma ilha verdejante e pedregosa.

Pouco distante desta depara-se a segunda cascata denominada do Faustino. E' um pouco mais alta do que a antecedentes; é apenas uma fita de agua.

Depois, e tambem á pequena distancia, encontra-se a primeira cascata formada pelas aguas do rio do Moinho. E' tambem mais alta que a do Capitão-mór, menos bella que esta e mais bonita que a do Faustino.

A quéda é mais volumosa e caprichosa e ha, sobretudo, um pequeno trecho em zig-zag que é de agradavel perspectiva.

Bananal, tendo sido fundada entre os annos de 1783 e 1785, foi elevada á freguezia pelo alvará de 26 de Janeiro de 1811, cuja capella, então em começo, sob a invocação do Senhor Bom Jesus do Livramento, ficou sendo a matriz com o mesmo orago.

A freg., que pertencia á então villa de Lorena, pela creação da villa de Arêas lhe foi annexada até que pelo Dec. de 10 de Julho de 1832 foi elevada á villa, em cuja categoria foi installada em 17 março do anno seguinte.

Crescendo em população e riqueza foi, pela Lei Prov. n. 17 de 3 de Abril de 1849, elevada a cidade, dando-se a sua installação no dia 7 de Setembro do mesmo anno.

E' com., creada pela Lei Prov. n. 16 de 30 de Março de 1858.

Azevedo Marques, em seus *Apontamentos da Provincia de S. Paulo*, diz: « Em 1783 João Barbosa de Camargo e sua mulher Maria Ribeiro de Jesus fundáram a primeira capella que alli houve, dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, dotando-a, por escriptura de 10 de Fevereiro de 1785, com meia legua de terra em quadra para patrimonio; dahi data a origem da povoação que só no principio do presente seculo começou a desenvolver-se pelos esforços de Antonio Barbosa da Silva e outros descendentes daquelles instituidores, que ahi comprando uma porção de terra foram cedendo as necessarias para edificações. Foi André Lopes, cunhado de Barbosa, quem forneceu o terreno para outra capella sob a mesma invocação, a qual serve hoje de matriz. »

No Bananal nasceram, entre outros, os Drs. Campos da Paz, já fallecido, e José Luiz de Almeida Nogueira, actualmente Senador Estadual.

BANANAS. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Queimadas.

BANCO. Pequeno rio do Estado de Minas Geraes, affl. dir. do rio Ubá.

BANDEIRA. Bairro da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

BANDEIRAS. Serra do Estado de Pernambuco, entre Salgueiro e Cabrobó.

BANDEIRINHA. Serra do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade da Diamantina.

BANGÚ. Serrote no mun. do Cunha e Estado de São Paulo. Pertence á serra maritima. « *Bangú*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, pronuncia conseguida de *Bang-ïi*, alcantilado e torcido. De *bang*, torcido, torto; *ïi*, resvalar ou resvaladouro ».

BANGUÊ. Riacho do Estado do Maranhão, banha a villa da Tutoya e desagua no rio deste nome.

BANHARÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté; no mun. de S. Manoel do Paraiso. "*Banharão*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *mbaê-nharon*, cousa brava ou bicho bravo, feroz". "*Banharão*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corrupção de *Mbo-anhã-rã*, que se põe a correr. De *mbo*, particula para tornar activo o verbo neutro *anhã*, correr, com o accrescimo do *rõ* o mesmo que *rũ*, pôr, pôr-se. Por contracção *Mb'-anhã-rõ*".

BANQUETE. Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no rio Grande. Recebe o corrego do Rosario.

BAPTISTADA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Tijuco Preto, que o é do Piracaba. Banha o pov. do seu nome.

BAQUIPE. Era assim denominado o rio Ceará-mirim, no Estado do R. G. do Norte, no tempo de Gabriel Soares. Os portuguezes o denominavam — rio pequeno — e no mappa attribuido a Pero Coelho figura com o nome de Comaputú-merim.

BARACÊA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Una, no mun. de Taubaté. Este nome é, porém, só nas cabeceiras; porque de certo ponto em deante o nome é Itahim. Na legislação estadoal encontrei escripto *Boracéa*. "*Baracéa*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *baracé* ou *poracé*, composto de *porá-acû*, moradores sahem ou se reunem, ajuntamento de povo, o festim, a dança, os folguedos; nome antigo de uma localidade em S. Paulo". "*Baracéa*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corrupção de *Mbaraá-ateÿ* contrahido em *Mbaraá'-teÿ*, frouxo e sezonatico. De *mbaraá*, febre; *ateÿ*, frouxo. Esta palavra *ateÿ* tem pronuncia guttural. Allusivo a derramar-se em alagadiços limosos, produzindo febre palustre".

BARAHUNAS. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Cataguazes e desagua no rio Pomba.

BARÃO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Monte Negro.

BARÃO. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, affl. do Pedra Rasa, que o é do Pedra Lisa, e este do rio Preto; no mun. de Campos.

BARÃO DE GRAJAHÚ. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica á margem esq. do rio Parnahyba, 80 kils. á montante da villa de S. Francisco, e defronte de Colonia, no Piauhy. Até ahi vão regularmente os vapores da linha fluvial piauhyense. Foi fundada um 1884 por Antonio Emiliano de Almeida Braga, que, nessa epocha, como inspector do Thezouro e em commissão fiscalisadora das collectorias, ahi estabeleceu um posto fiscal, com o nome de Barão de Grajahú, em homenagem ao então presidente da provincia, Dr. Carlos Fernandes Ribeiro, que tinha esse titulo.

BARATI. Corrupção do *parati* ou melhor *pirati* composto de *pirá*, peixe, *ti* = *tinga*, branco. Hans Staden escreveu *bratti*; entrando na composição de vocabulos como thema, altera-se muitas vezes em *barti*, *berti*. (Dr. Theodoro Sampaio).

BARAUNA. Corrupção de *ibira-una*, alterado em *ibera-una*, *beraúna*, *baraúna*, *brauna*, madeira preta (*Melano xylon Braúna*); Rio de Janeiro, Bahia. (Dr. Theodoro Sampaio).

BARBACENA. Situada na projecção ou continuidade do planalto da serra da Mantiqueira, descambando para

dous lados, norte e sudoeste, e offerecendo em seu centro uma depressão por onde passa a Estrada de Ferro Central do Brazil, que corta o rio das Mortes.

A' distancia da cidade, para oeste, avista-se a serra de S. José, em cuja base fica a cidade de Tiradentes, em um dos extremos a cidade de Prados e no outro a povoação de Aguas Santas.

A localidade é totalmente constituida por uma successão de morros, entre os quaes o monte Mario, de cujo cimo se avista, até 108 kilometros de distancia, o Cruz das Almas, o Jacob, quasi tão alto como o primeiro, o da Caveira o do Sanatorio, onde morou Joaquim Silverio, e o Cangalheiro; é regada por insignificantes corregos, entre os quaes o da Fonte da Benta ou Bôa Fé, o da Cachoeira do Alvaro, o do Netto, o do Mattinho, o do Casado e o da Caveira.

Está a 1.160 metros (no largo da Intendencia) sobre o nivel do mar, a 378 kilometros da Capital Federal e a 21° 13'32",5 de latitude meridional e 0°2'24",1 de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro.

Uma parte da actual cidade, edificada no dorso dos morros e margens dos corregos, tem pequena declividade; o que não acontece com a outra parte, edificada nas encostas, onde encontra-se a declividade maxima de 15%.

A Estrada de Ferro divide a cidade em duas partes: uma a léste prolongando-se para nordeste e outra parta oeste.

Na primeira, que se póde chamar *cidade nova*, ficam os morros da Cruz das Almas, o do Gymnasio, com o estabelecimento deste nome, o do Sanatorio, o do Jogo da Bola, com a importante e bella chacara do Sr. Rodolpho Abreu e a capellinha da Gloria; na segunda, a cidade, collocada em um alto não completamente visivel, e a encosta da montanha rasgada por uma serie de beccos que vêm morrer na parte baixa.

Vista á distancia ou da Estrada de Ferro, a parte mais bonita da cidade é a voltada para o norte. Com effeito, vê-se em uma grande extensão, a cidade descendo, em fraco declive, com ligeiras ondulações e apresentando á vista do observador o bello e magestoso edificio do Collegio da Immaculada Conceição, o hospital Santo Antonio, o bonito predio que pertenceu ao cidadão Michel, hoje no mais deploravel abandono, e uma serie de pobres casinhas, habitadas pela população menos abastada.

Gostei immensamente da cidade de Barbacena, achei-a lindissima e deplorei o grave erro dos legisladores do Estado em não a terem escolhido para capital.

Vista da estação da Estrada de Ferro, não se faz uma idéa certa da belleza da cidade, que apresenta de seu cimo os mais encantadores panoramas para qualquer lado que a vista se volte.

Cercada de graciosas montanhas, umas altas, outras baixas, todas ostentando em seus cimos e encostas uma vegetação que toma a côr do céo e rasgando-se para dar passagem aos rios que a Providencia, com uma generosidade sem igual, fez serpentear por entre as terras, fertilisando-as, com um clima adoravel que restitue as forças alquebradas a tantos seres que precisam restaura-las, com uma população generosa e excessivamente bôa, Barbacena offerece, a quem a procura uma residencia feliz e tranquilla, sem os sobressaltos das familias do Rio de Janeiro que receiam a todo o momento perder algum ente querido.

Senti-me em Barbacena como se estivesse no seio da minha familia. Recebido de braços abertos por toda a população, agazalhado com a maior fidalguia e com o maior carinho, deixei a custo a cidade, da qual me afastei confiando-lhe grande parte do meu coração.

Barbacena de hoje não é a mesma de outros tempos não muito remotos. Até ha pouco percorria-se as ruas, que tinham então o aspecto das ruas de uma necropole. Hoje já se nota um certo movimento na cidade, — as moças já chegam ás janellas e percorrem as ruas, mostrando uma jovialidade que até então não era conhecida.

São vivas, intelligentes e formosas as barbacenenses. Na Escola Normal e nos Asylos, que visitei, tive occasião de observar que todas as moças dispunham em alto gráo destes predicados.

A população da cidade tem uma existencia verdadeiramente patriarchal. As lutas politicas, que tanto dividem os cidadãos, os delictos, ainda os mais leves, são cousas que a cidade desconhece.

Parece que Deus guia o povo dessa cidade com o seu olhar compassivo. Que assim seja para todo o sempre, tal é a supplica que dirijo a Deus. A cidade tem poucas ruas planas, rectas e calçadas, e muitas tortuosas e sem calçamento, quasi todas com passeios largos e perfeitamente cimentados, e iluminadas a kerosene. A rua principal da cidade é a Quinze de Novembro, antigamente do Rosario, cujo calçamento não é bom, mas larga, arborisada, com bons predios, e o hotel Martinelli, do cidadão Francisco Mascucci. Não deixam de ser importantes as ruas Lima Duarte, Vigario Brito, antiga Senhor dos Passos, Tiradentes, Olyntho Magalhães, antiga S. Vicente; José Bonifacio, antiga Boa Morte, com a igreja desta invocação e as residencias dos Drs. Bias Fortes e Carlos Martins Ferreira; General Camara, Barão do Triumpho, General Osorio, Saldanha Marinho, Sete de Setembro, antiga Providencia, Martinho Campos e Benjamin Constant.

Dentre as avenidas salientam-se pela sua belleza as denominadas Marechal Floriano, José Maximo e Antonio Armond, ficando nesta o Collegio da Immaculada Conceição.

Suas praças são de extensão regular, relevando mencionar a da Intendencia, antigamente largo da Camara, como a Igreja matriz, a Camara Municipal, o Asylo Maria Rosa, a Escola Normal, os bellos predios do Visconde do Carandahy e da familia do General Marques de Sá, a modesta habitação do virtuoso e venerando padre Corrêa de Almeida, illustre poeta satyrico ,e um bonito jardim, todo gradeado de ferro, com muitas arvores de ornamentação, um lago com repuxo no centro, um elegante coreto e um pequeno chalet, onde se encontram á venda bebidas, charutos, etc.

São tambem dignas de menção as praças Pedro Teixeira, Inconfidencia, antigamente largo do Rosario, Marechal Deodoro, antigo largo de S. Vicente, Boa Morte, Costituinte, antigamente largo de S. Francisco, Hermilio Alves, Corrêa de Almeida, antigamente largo da União, Dr. Caldas, Dr. Jardim, Antonio Armond, Bispo Viçoso e Visconde de Prados, uma das mais importantes e bonitas da cidade, toda arborisada e na qual eleva-se uma columna de uns 20 metros de altura, sobre a qual ergue-se a estatua da Liberdade, erecta em grande parte a esforços dos antigos escravos libertados pela lei de 13 de Maio de 1888. Todo feito de tijolos tem este singelo monumento diversas inscripções na base da columna.

Nesta praça, e a um dos lados do monumento, fica a casa onde residiu o Conde de Prados e onde hospedou-se o finado Imperador quando visitou a cidade.

Ao todo tem Barbacena 17 praças, 7 avenidas, 65 ruas e 39 travessas, beccos e passagens.

Tem predios em numero de 1.051 (sómente os que pagam decima urbana), que são na sua generalidade de gosto antigo, notando-se já muitos bonitos e de construcção moderna.

Notei alguma decadencia no commercio da cidade, que já foi mais animado do que é hoje.

Tem ainda 109 casas commerciaes, assim discriminadas: quatro hoteis, quatro fabricas de fumo, uma de cerveja, quatro padarias, quatro pharmacias, cinco ceramicas, duas refinações, duas typographias, uma photographia, dous cortumes, tres tinturarias, dous joalheiros, seis açougues tres latoeiros, cinco marcenarias, sete alfaiatarias, cinco barbeiros, quatro ferreiros, 16 selleiros e sapateiros, duas relojoarias e cinco dentistas.

Possue ainda a cidade dous engenheiros, seis medicos, seis advogados e dous solicitadores; as sociedades musicaes Corrêa de Almeida e Inspiração da Bôa Vista, a loja maçonica Regeneração Barbacena, as sociedades de beneficencia Victor Emmanoel II, Confraria S. Vicente de Paulo e Damas de Caridade, e o Club dos Spleneticos, importante associação frequentada por distinctos cidadãos, aos quaes o club proporciona a leitura de jornaes, diversos jogos licitos e *soirées* dansantes.

A cidade é abastecida de agua oriunda dos lugares Pinheiro Grosso, Demetrio e Cruz das Almas; não é abundante e não tem as qualidades hygienicas precisas. O Presidente da Camara envida todos os esforços para reparar taes inconvenientes, que muito em breve desapparecerão.

O clima da cidade é, como dissemos, salubrrimo. As duas estações, verão e inverno, são perfeitamente definidas;

a primeira de Novembro a Abril, com as suas chuvas periodicas, acompanhadas de descargas electricas, lavando a atmosphera e sobrecarregado-a de ozona; a segunda, que vai de Maio a Outubro, com os seus longos mezes de céo puro e diaphano, sol radiante e de uma incomparavel frescura.

No verão o thermometro ascende a 22º c. ou 25º c. de maxima, durante o dia, attingindo por excepção 28º c. ou 29º c. para baixar de 16º, 17º ou 18º,c. de minima á noite.

No inverno a temperatura maxima oscilla entre 18º e 20º c. de dia e uma minima de 10º a 12º c. á noite, descendo nas noites de geada, exactamente quando o céo é mais puro e a atmosphera mais calma, a 2º e 3º c., acima de zero, pela madrugada.

Em 1901 houve na cidade 348 nascimentos e 219 obitos.

As molestias mais communs são as do apparelho gastrico intestinal.

A tuberculose pulmonar concorre para avolumar o obituario. Todos os casos fataes se dão em individuos vindos de fóra da cidade, e já no ultimo periodo da molestia.

A população da cidade é de nove mil habitantes.

Os bairros da cidade são: Santo Antonio (Alto Cangalheiro), corrego das Pombas, Grogotó, Carapuças, Cruz das Almas, Caheté, Colonia Rodrigo Silva e Campante.

As estações da Estrada de Ferro, pertencentes ao municipio são: a de *João Ayres*, no kilometro 352, da linha do centro, distante 26k,600m de Barbacena e na altura de 1.115 metros sobre o nivel do mar, servindo especialmente aos districtos de Santa Rita e Bias Fortes, além de alguns povoados e muitas fazendas que a cercam; exporta queijos, toucinhos, madeiras, etc.; a do *Sitio*, distante 364 kilometros do Rio de Janeiro e 14 de Barbacena, a 1.039 metros acima do nivel do mar, é o ponto de entroncamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas e serve aos districtos de Bias Fortes, Santa Rita de Ibitipoca, S. Sebastião do Torres, etc.; tem uma capella, dous hoteis e algumas casas de construcção moderna; exporta gado vaccum, fumo, milho, queijos, cigarros, etc.; a do *Registro*, distante 369 kilometros da Capital Federal e nove de Barbacena, a 1.039 metros de altitude, serve em parte aos districtos de Bias Fortes, de S. Sebastião do Torres e da cidade, bem como á colonia Rodrigo Silva; exporta tijolos, telhas, queijos, madeira, cigarros, etc.; a de *Barbacena* a 378 kilometros e alguns metros distante do Rio de Janeiro e na altitude de 1.120 metros, segundo uns e 1.133 metros segundo outros; serve, além do districto da cidade, aos de Remedios, S. Sebastião do Torres, Santa Barbara do Tugurio, S. José do Chopotó, etc.; exporta batatas, cigarros, toucinho, productos ceramicos, queijos, etc.; a do *Sanatorio*, distante 38 kilometros do Rio de Janeiro e Dôres de Barbacena, a 1.114 metros sobre o nivel do mar, serve especialmente ás seguintes localidades: Mercês do Pomba, Alto Rio Doce (cidade), Santa Barbara do Tugurio, Remedios, Chopotó, Espera e parte da cidade de Barbacena; exporta tijolos, telhas, manilhas, etc. (da Empreza Ceramica), fumo, sola (dos cortumes da cidade), etc.; a de *Alfredo Vasconcellos* a 390 kilometros do Rio de Janeiro e a 12 de Barbacena; a de *Ressaquinha*, a 403 kilometros do Rio de Janeiro e a 25 de Barbacena, a 1.104 metros sobre o nivel do mar; serve ao districto do seu nome, ao dos Remedios, assim como a parte da cidade do Alto Rio Doce; exporta queijos, toucinho, milho, aguardente e lenha; a de *Hermillo Alves*, a 411 kilometros do Rio de Janeiro e a 1.147 metros sobre o nivel do mar; a do *Carandahy*, a 420 kilometros distante da Capital Federal e 42 de Barbacena e a 1.057 metros de altitude; serve especialmente aos districtos de Carandahy, Lagoa Dourada, Capella Nova, Espera, etc.; exporta queijos, toucinho, milho, polvilho, aguardente e com especialidade, cal; a de *Taipas*, a 425 kilometros distante do Rio de Janeiro e 47 de Barbacena, a 1.106 metros de altitude; a da *Pedra do Sino*, situada no kilometro 430 e a 56 de Barbacena, com a altura de 1.062 metros; exporta cal, aguardente e cascas de barbatimão.

Na cidade publicam-se dous jornaes: *A Lavoura* e a *Cidade de Barbacena*, ambos com cinco annos de existencia.

Matriz — E' um templo grande, situado em um dos pontos mais elevados da cidade, com a frente voltada para o norte e para o jardim publico. Precede-o um vasto adro.

Tem na frente duas torres, quatro janellas e a porta principal, sobre a qual vê-se em um nicho a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Na torre do lado da Epistola acha-se um relogio que serve de regulador publico, doado pelo finado D. Pedro II, e em cuja circumferencia ha a seguinte inscripção da lavra do padre Corrêa de Almeida; — *Hora sonans hic admonet urbem munera* — Petri, 1883

Seu interior é muito singelo; não tem tribunas.

Possue tres altares ao lado do Evangelho; um com Santo Antonio e Santa Rita, outro com Santa Barbara e S. Vicente de Paula; e outro com S. Sebastião; e tres do lado da Epistola: um com Santa Cecilia e Nossa Senhora do Sagrado Coração; outro com S. José e Nossa Senhora do Carmo, e outro com S. José e Nossa Senhora da Conceição.

Tem dous pulpitos, os 14 quadros da Via Sacra, o côro, com um harmonium, a pia baptismal e do lado direito, de quem entra na egreja, um monumento de marmore que guarda os ultimos restos do Barão de Pitanguy, Marcellino José Ferreira Armond.

Na capella-mór ha um altar com a Senhora da Piedade, padroeira, o Divino Espirito Santo, S. Sebastião, o Sagrado Coração de Jesus, o Senhor do Bomfim e o Sacrario; e aos lados, em dous nichos, Nossa Senhora do Rosario e S. Vicente Ferrer. Ha ahi quatro paineis riquissimos.

Do lado do Evangelho ficam as capellas do Santissimo Sacramento e de Nossa Senhora das Dôres; nesta acham-se as sepulturas dos Monsenhores José Augusto Ferreira da Silva, fallecido a 31 de Março de 1898, e José Maria Ferreira Velho, fallecido a 2 de Maio do mesmo anno.

Do lado da Epistola ficam a capella do Senhor dos Passos e a sacristia com a gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Egreja da Boa Morte — Está situada em um dos pontos mais elevados da cidade, offerecendo para qualquer dos lados bonitos pontos de vista.

E' precedida por um vasto adro, que está muito descurado.

Sua fachada apresenta mais imponencia que a da matriz; tem ella duas torres, quatro janellas e a porta de entrada, acima da qual lê-se a data 1815.

Seu interior, muito inferior ao da matriz, não se recommenda senão pelo arco-cruzeiro, tribunas, portas e pulpitos, que são todos de pedra-sabão, que tiveram o máo gosto de pintar.

Tem a capella-mór, com a imagem de Nossa Senhora da Gloria ou da Ascenção, o Sacrario e na urna Nossa Senhora morta. Ladeam o altar as imagens de S. Sebastião e S. Jeronymo.

Tem seis tribunas fingidas.

No corpo da egreja ha dous altares, o do lado do Evangelho com Sant'Anna e o do lado da Epistola com a Senhora do Parto, tem dous pulpitos, quatro tribunas, sendo duas fingidas e o côro com um harmonium. Do lado do Evangelho fica a sacristia com um altar e nello a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado

Por trás da egreja fica o cemiterio com uma capellinha e bonitos mausoléos, entre os quaes os dos Drs. Hyppolito Dornellas de Albuquerque, Joviano Rodrigues Moraes Jardim e do Senador Carlos Ferreira Alves.

Tem mais a cidade as capellas do Rosario, São Francisco de Paula, N. S. da Gloria, S. Sebastião e N. S. do Carmo.

Hospital de santo antonio — Santa Casa de Misericordia. Fundado a 20 de Julho de 1852 pela Confraria de Misericordia de Barbacena e installado a 1 de Janeiro de 1858, é uma instituição devida a Antonio José Ferreira Armond (fallecido a 10 de Janeiro de 1852), tendo sido mantido durante largo tempo pela illustre familia deste benemerito cidadão.

Situado no extremo norte da cidade e nos fundos do collegio da Irmandade da Conceição, este edificio, com 33 metros de frente, consta de dous pavimentos, tendo sete janellas no segundo pavimento e cinco e duas portas no primeiro. Neste pavimento, acima das duas portas e da janella central, lê-se: M. G. T. *fecit* — *C. M. F. A. direvit* — *MDCCCLV*.

No pavimento terreo nota-se a sala da administração com seis quadros a oleo com os retratos do fundador e bemfeitores e mais seis com retratos, entre os quaes os do Conde de Prados e Dr. Lima Duarte, e uma peanha sobre a qual ergue-se a estatua da Caridade; laboratorio e pharmacia, onde são aviadas innumeras receitas para os pobres da cidade; gabinete do medico; sala do banco, refeitorio das irmães, sala de operações, enfermaria S. Vicente de Paulo para mulheres, despensa, cozinha e outros compartimentos.

No segundo pavimento ficam tres enfermarias para homens dedicadas a Santo Antonio e uma particular, intitulada D. Honorina Martins, para pensionistas e installada a expensas do Dr. Carlos Martins Ferreira, em memoria á sua consorte.

Para os fundos estende-se um vasto terreno, todo aproveitado na plantação de hortaliça e uvas.

Ao lado esquerdo ficam o necroterio e um pequeno cemiterio, e ao lado direito a capella, em cujo frontespicio lê-se:

PAUPERIS INFIRMI SIT IN OU ANTONIUS ARMOND,
ET PIUS, ET MAGNUS UIR PATER EGREGIUS
ANTONIUS
JOSEPHUS FERRARIA ARMOND
HUJUS MONUMENTI PIETATIS FUNDATOR
IN PAROCHIA BARBACENENSI BAPTISATUS
DIE UNDECIMO MARTII
MDCCXCVIII
DEO REDIDIT SPIRITUM
DECIMO JANUARII
MDCCCLII

A capella tem um altar com um bonito quadro de Santo Antonio e as imagens do Coração de Maria, S. Vicente de Paulo, o Menino Jesus de Praga e Santo Antonio, e o Sacrario. Sobre duas credencias ficam as imagens de S. Sebastião e S. José. Tem duas tribunas, os 14 quadros da Via Sacra, um pulpito volante, um confessionario e o côro com um harmonium.

A Santa Casa é dirigida pelas piedosas filhas de S. Vicente de Paulo.

Camara Municipal. — Eis um edificio que faz honra a cidade e um dos mais bonitos e luxuosos que tenho visto no Estado de Minas.

Está situado no largo da Intendencia com frente para o Jardim Publico. Tem dous pavimentos. No alto do edificio vê-se dentro de um triangulo um braço, relembrando esta parte do corpo de Tiradentes, o qual foi collocado em um poste de madeira nessa cidade, nas proximidades da Igreja do Rosario.

No primeiro pavimento funcionam a bibliotheca, as repartições forenses e a Collectoria Estadoal; no segundo notam-se a sala das sessões, bem ornada, tendo á cabeceira da mesa do Presidente, sob um docel, o retrato do Marechal Floriano, ladeado pelos retratos do Visconde de Carandahy e Dr. Bias Fortes; a sala das commissões, com os retratos do Conde de Prados e de Pedro Teixeira, um dos revolucionarios de 1842; gabinete do Presidente com os retratos dos Generaes Deodoro e Floriano, Drs. Prudente de Moraes e Campos Salles; a secretaria, a Directoria de Fazenda, o Archivo e a Portaria.

O symbolo municipal consiste em um globo azul-celeste, allegorico á immensidade, sobre campo branco recamado de estrellas em numero de 14, representando os 14 districtos de que se compõe o municipio. De um triangulo equilatero collocado no globo e tendo no centro um braço nú, com o dedo da respectiva mão apontando para o futuro, allegorico ao braço do martyr Tiradentes. Finalmente de uma fita azul-celeste collocada sob o globo, contendo o seguinte dizer em lettras brancas: — Municipio de Barbacena — as côres branca e azul-celeste representam a paz e a candidez.

Este symbolo foi ideado pelo Director da Camara Municipal da cidade, Hermenegildo Rodrigues Valle.

A receita da Camara até fins de Outubro do corrente anno importou em 115,938$213 e a despeza em 103:298$. Tem a Camara um saldo de 100:000$000, que foi empregado em apolices do Estado, do juro de 5 %.

Mirem-se neste espelho quasi todas as Camaras municipaes da Republica e principalmente a Intendencia do Districto Federal.

E' Presidente da Camara Municipal o honradissimo e illustrado Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz.

Escola Normal. — Está situada na praça principal da cidade, em lugar accessivel aos alumnos que a frequentam. Occupa um predio de um só pavimento, bastante elevado sobre o solo. Dispõe de vastas salas de aula, sala do director, bibliotheca, salão nobre e diversos outros compartimentos, todos banhados de abundante luz e recebendo o ar puro e constantemente renovado.

Na sala da bibliotheca notava-se uma collecção de retratos de celebridades estrangeiras e os do Padre Corrêa de Almeida, Pedro II, Tiradentes, Benjamin Constant e Deodoro.

No salão nobre encontram-se os retratos de todos os professores antigos e actuaes, os dos alumnos diplomados pela mesma Escola, do Dr. Bias Fortes, que foi quem assignou a lei municipal que creou essa instituição, dos chefes executivos Coronel Maximo de Magalhães e Dr. Henrique Diniz, do Dr. Campos Salles e Marechaes Floriano e Deodoro.

Na sala em que se acha alojado o gabinete de physica morreu D. Antonio de Macedo Costa, Arcebispo da Bahia.

Foi essa Escola creada pela lei municipal n. 20, de 17 de Janeiro de 1893, obtendo as prerogativas de que gozam as do Estado pelo decreto n. 836, de 9 de Julho de 1895.

Nessa Escola esteve reunido o Congresso Estadoal em sessão extraordinaria e ahi decretou a mudança da séde da capital para Bello Horizonte.

Annexas á Escola Normal e fazendo parte do plano de estudos desse estabelecimento, funccionam duas escolas de instrucção primaria, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, em cada uma das quaes é ministrada a instrucção primaria a 30 alumnos.

Asylo maria rosa — Este asylo collocado sob a protecção dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria foi fundado pela Baroneza de Maria Rosa, coadjuvada pelo Monsenhor José Maria Ferreira Velho (já falecidos) e entregue ás Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paula, com o fim especial de recolher orphãs desamparadas. Foi inaugurado a 3 de Maio de 1887.

A primeira superiora foi a Irmã Philomena Deyglua, fallecida a 23 de Setembro de 1897 e substituida a 2 de Novembro do mesmo anno pela actual superiora e Irmã Celeste Josephina Dupire.

O Asylo começou com quatro Irmãs, devendo manter 12 orphãs a escolha dos fundadores, até que a Irmã superiora julgasse opportuno augmentar o numero.

O predio comprado pela fundadora custou 20:000$. Além desse importante donativo, aquella benemerita senhora deu ainda para patrimonio do Asylo 50:000$ em apolices da divida publica de 5 %.

A pedido do Provedor da Santa Casa, Dr. Virgilio de Mello Franco, as Irmãs do Asylo passaram para o hospital (á espera das irmãs destinadas a essa casa) no dia 10 de Julho de 1887 e ahi permaneceram até 8 de Maio 1888, quando a irmã Paula Boisseau assumiu o cargo de superiora da Santa Casa de Misericordia.

Voltaram para o Asylo quatro irmãs e 16 asyladas.

A 15 de Outubro de 1888 Monsenhor José Maria abriu o Externato de Nossa Senhora do Rosario, annexo ao Asylo, porém mantido exclusivamente com o modico rendimento de algumas mensalidades e auxilio de uma pessoa, cujo nome sempre desejou que ficasse occulto. Este Externato conta actualmente 140 alumnas.

A 1 de Setembro de 1891 falleceu a fundadora e, por testamento, legou ás orphãs a roupa e mais objectos do seu uso e os remanencentes de sua fortuna. Recebeu então o o Asylo mais 16 apolices de 1:000$, duas de 400$, o predio mobilado (em parte), sito á rua do Rosario, e mais 22:000$, pouco mais ou menos, que ficaram em poder do Sr. Coronel Luiz Braga, cunhado da legataria.

Tendo fallecido Monsenhor José Maria a 22 de Maio de 1898, a Irmã Josephina Dupire, actual superiora, julgou mais conveniente converter em apolices os 22.000$ supracitados. Sendo a transacção feita em época favoravel foi o capital augmentado de 3:000$000.

O mesmo Monsenhor legou em testamento ao Asylo o predio quasi annexo ao mesmo, tendo o Sr. Miguel Lopes pouco tempo antes feito o mesmo relativamente ao predio sito á esquina da rua da Bôa Vista.

Em 1887, por occasião da fundação do Asylo, o Monsenhor José Maria entregou á Irmã Philomena a quantia de 8:000$ para a compra de moveis, utensilios, etc., necessarios ao Asylo, como tambem para as primeiras despezas das Irmãs, taes como passagens, transporte de bagagens, etc.

Para a installação da capella, acquisição de imagens, paramentos e alfaias concorreram a fundadora e uma pessoa incognita.

Seria grave injustiça esquecer o nome de um dos grandes protectores do Asylo, o venerando Monsenhor José Augusto Ferreira da Silva, vigario de Barbacena, a quem a idade avançada não impedio que andasse de sacola em punho a esmolar, não só pela cidade como pelos logares visinhos, em beneficio do Asylo.

Tem ainda esse estabelecimento de caridade a seu cargo o Externato S. Luiz, para meninos o qual tem matriculados 77 alumnos.

O Asylo conta actualmente seis Irmãs e 54 asyladas.

Além da sua renda propria, recebe o Asylo do Governo estadoal a subvenção de dous contos de réis.

Está o Asylo situado em um predio assobradado, na praça da Intendencia e a um dos lados da Matriz.

No vestibulo encontram-se dous armarios com trabalhos das asyladas, um quadro com o retrato da fundadora, um outro com os nomes dos bemfeitores, mais quatro religiosos do Sagrado Coração de Jesus, do Sagrado Coração de Maria, de Nossa Senhora de Lourdes e de Nossa Senhora das Dôres e um cofre com a imagem de Santo Antonio e destinado a receber esmolas para o pão, que é distribuido aos pobres.

A capella é modesta, mas decente.

Tem um altar e nelle o Sacrario ladeado por dous anjos em adoração, as imagens do Sagrado Coração de Jesus, S. Vicente de Paulo aos pés, Nossa Senhora Apparecida e S. José aos lados.

Ao vestibulo seguem-se a sala de visitas com dous quadros religiosos e os retratos dos Monsenhores José Augusto e José Maria Ferreira Velho; um compartimento occupado pelas Irmãs, sala de aulas, uma outra de trabalhos de flores e de costura, dormitorio, e diversos outros commodos.

As asyladas,além da instrucção que recebem occupam-se em trabalhos compativeis com o seu sexo, na lavagem de roupa, e na fabricação de sapatos, etc.; tudo isto ensinado com o carinho maternal, que tanto distingue as Irmãs de Caridade.

Collegio da Immaculada Conceição—Casa S. Miguel — A Irmã Paula é uma benemerita da instrucção e da caridade. Com seus recursos particulares levantou um predio magestoso, que se vê na avenida Armond e na frente da Santa Casa da Misericordia, onde installou o importante collegio da Immaculada Conceição, que ella dirige proficientemente.

E' um serviço de tal relevancia prestado a cidade de Barbacena, que provocou as sympathias e a veneração do povo, que idolatra tão piedosa Irmã.

Compõe-se a fachada de tão soberbo edificio de tres corpos, dous reintrantes e um saliente central. Este ultimo é encimado pela estatua de S. Miguel.

Dispõe de vastos commodos, todos arejados meticulosamente asseiados e offerecendo lindos pontos de vista.

No primeiro pavimento, notam-se o parlatorio, salas de aulas das menores, um pequeno theatro, refeitorio, commodo das Irmãs, gabinete de physica e capella com duas primorosas imagens dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria; no segundo diversas salas de aulas, rouparia, dormitorio, lavatorio e outros compartimentos.

O Collegio conta actualmente 53 alumnas, foi fundado em 1895 e funccionou a principio em parte do edificio do hospital.

O atual edificio foi construido em 1900.

Gymnasio Mineiro — No predio, em que funcciona actualmente esse importante instituto de ensino, funccionaram antigamente os collegios Providencia e Abilio.

Perfeitamente localisado, longe do borborinho da cidade, em um predio de vastas proporções, no meio de um extenso terreno, com um pessoal docente distictissimo, é o Gymnasio Mineiro um estabelecimento que honra o Estado de Minas.

Logo á entrada encontra-se a sala de recepção, de cujas paredes pendem os retratos de Gambetta, Victor Hugo, Pasteur, Carnot, Thiers, Luthero, Calvino, Moliére, Guttenberg e Colombo.

A' esquerda desta sala ficam a Secretaria e a Bibliotheca com 4.000 volumes de obras principalmente didacticas, e para o interior a sala da congregação com os retratos do Dr. Virgilio de Mello Franco, 1º Reitor, Dr. Bias Fortes, Dr. Augusto de Avelino Lima, 2º Reitor; Campos Salles, Prudente de Moraes e Benjamim Constant; duas salas de estudo, oito salas para aulas, entre as quaes uma de desenho e outra de sciencias naturaes, com um laboratorio annexo; uma capella com a imagem de S. José e dous vastos dormitorios.

No pavimento terreo ficam o refeitorio, a cozinha e outras dependencias.

Fóra do predio existem dous extensos galpões para recreio dos alumnos durante a chuva, tanque para natação, etc.

Em um predio separado, mas communicando-se com o Collegio, fica a residencia do Reitor que é o illustrado Dr. Antonio José da Cunha. O estabelecimento será provido do material escolar indispensavel ao ensino, dispondo de quadros muraes, cartas geographicas, globos terrestre e celeste, mappas em profusão, simples e em relevo, trabalhos de Vidal Lablache, solidos de madeira, etc. A classe de desenho está igualmente bem montada, possuindo uma rica collecção de peças de gesso da casa Delagrave, albuns, estampas e séries de modelos da *E'cole de la Martiniere de Lion*.

O Gymnasio Mineiro, creado pelo decreto n. 260, de 1 de Dezembro de 1890, mantido pela lei n. 41, de 3 de Agosto de 1892, modelado pelo Gymnasio Nacional e a este equiparado para todos os effeitos pelo decreto federal n. 806, de 20 de Abril de 1892; tem por fim proporcionar á mocidade a instrucção secundaria e fundamental, necessaria e sufficiente, tanto para a matricula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.

O curso integral é de seis annos, constando das seguintes disciplinas: portuguez, francez, inglez, latim, grego, allemão, mathematica, astronomia, physica, chimica, historia natural, geographia, historia do Brasil, historia universal, logica, litteratura nacional, desenho, gymnastica, esgrima e evoluções militares.

As aulas abrem-se a 1 de Setembro e encerram-se a 15 de Maio.

Ao alumno approvado nos exames prestados no fim do curso integral, é conferido o titulo de — Bacharel em Sciencias e Letras, exigido para a matricula nos cursos superiores da Republica.

Até 1902 concluiram o curso nesse internato 19 alumnos.

Tem actualmente matriculados 74 alumnos.

O pessoal consta de um Reitor, um Secretario, Bibliothecario, 13 lentes, dous Professores, dous Inspectores de alumnos, um economo, dous conservadores de gabinete e um porteiro.

Sanatorio — Foi inaugurado em 9 de Março de 1889 e está situado em uma pequena collina a poucas dezenas de metros da estação do mesmo nome e no extremo norte da cidade.

Infelizmente está fechado, privando assim a muitos doentes e *veranistas* de, no clima de Barbacena, buscarem o restabelecimento da saúde e evitarem a canicula do Rio de Janeiro.

Em um predio que se communica com o Sanatorio por um viaducto, por baixo do qual passa a Estrada de Ferro, do Governo Estadoal projectou estabelecer o Instituto Profissional. Não tendo sido esse predio aproveitado para esse fim, consta-me que o Governo pretende estabelecer nelle um manicomio.

A cadeia — E' um edificio grande, mas desasseiado e sem as necessarias condições hygienicas. E' encimado pela estatua da Justiça. Tem no primeiro pavimento sete prisões. No segundo funcciona o Jury.

Existe nella um preso condemnado a oito annos por ter deshonrado a propria filha.

A chacara do Coronel Rodolpho de Abreu possue um elegante *chalet*, de estylo suisso, coberto de lousa preta. Situada no antigo morro do Jogo da Bola, no centro de um vasto terreno de 20.000 metros quadrados, que é avistado de qualquer ponto da cidade.

O panorama que dessa encantadora situação se observa é lindissimo, porque abrange um raio de mais de dez leguas de extensão, avistando-se até as serras de S. José da Ibitipoca.

Outr'ora inteiramente agreste está hoje transformado esse terreno em um bello pomar de fructas européas e nacionaes, que alli estão attestando perfeita acclimação, demonstrando que Barbacena poderia ser um centro productor importante, capaz de rivalizar com o Rio da Prata, mandando ao nosso mercado todas as fructas que da Republica Platina e da Europa importamos.

Vi nessa esplendida chacara inumeros pés de ameixeiras pretas, rainha Claudio, ameixas do Japão, maçãs, peras, pecegueiros, cerejeiras, oliveiras, marmeleiros do Brasil e do Japão, videiras e uma grande variedade de diversas outras fructas.

Como nas Republicas Platinas e na America do Norte, especialmente a California, Minas Geraes podia abastecer os mercados nacionaes, tornando-se a *pomologia* um dos ramos mais rendosos da agricultura nacional a exemplo daquelles paizes.

Na California ha fazendeiros de fructas mais importantes do que os mais importantes fazendeiros de café, entre nós; ha quem tenha ahi colheitas de mais de cem mil dollares, só de fructas.!

Mas, entre nós o transporte da Central é o maior impecilho as esse tentamen. Além de carissimos os fretes de plantas vivas, transportam-nas em carros fechados, verdadeiras estufas, que levam seis a oito dias da Capital a Barbacena, chegando muitas plantas sentidas ou mortas.

Annexo á sua propriedade tem o Coronel Rodolpho um sitio, com cerca de 16 alqueires, onde vi muito gado de raça, bella plantação de canna e outras culturas, como a batata ingleza, que em Barbacena dá excellentemente e já constitue genero de regular e crescente exportação.

As propriedades do Coronel Rodolpho de Abreu attestam o que valem a força de vontade e o desejo de ser util á sua terra, dando o exemplo fecundo do trabalho e do amor ao progresso agricola, afastando-se da rotina, demonstrando que o Brasil agricola não póde, nem deve continuar só a ser o paiz do café.

Industria. — No municipio de Barbacena, além da industria agricola e da pastoril, que constituem as fontes principaes de riqueza do mesmo, existem diversas outras industrias, algumas antigas e outras nascentes.

A do fumo e de seus preparados, a da ceramica e a da fabricação da cal, predominante no districto de Carandahy, posto que algum tanto enfraquecidas, hão de ainda constituir fonte importante da fortuna particular logo que a crise, que nos assoberba, cesse, e os impostos excessivos que sobre ellas pesam sejam alliviados.

Como industrias nascentes, e de grande futuro, não só para o municipio, como para o Estado e a União, ha a dos lacticinios e a da sericultura.

Existem já diversas fabricas de manteiga, principalmente nos districtos do Bias Fortes e da União, onde a industria pastoril está muito desenvolvida.

A sericultura vai em progresso, principalmente na colonia Rodrigo Silva.

Nucleo Colonial Rodrigo Silva — Inaugurado a 14 de Abril de 1888 pelo então Ministro da Agricultura, Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, e situado nos suburbios de Barbacena, compõe-se este nucleo de 237 lotes ruraes e 41 urbanos, com a área total de 41.616.091, ^{m2}20. Destes lotes estão occupados 226, sendo 19 por titulos definitivos e 207 por titulos provisorios.

Conta uma população de 1.025 italianos, 265 brazileiros, 15 russos, 9 allemães e 26 austriacos, perfazendo um total de 1.340 almas.

Empregam-se no plantio do milho, feijão, batatas, mandioca, hortaliças, arvores fructiferas, etc., de que abastecem a cidade. Criam aves domesticas, gado cavallar, vaccum e suino.

A producção durante o anno de 1901 foi de 191:405$000.

O valor das propriedades existentes, casas, animaes, vehiculos, engenhos, sobe á importancia de 461:629$000.

Funccionam duas escolas, uma mixta (brasileira) e outra regida por professor italiano, ambas frequentadas por 123 alumnos. Com séde na colonia ha uma Sociedade Beneficente Internacional Bias Fortes.

Projecta-se a construcção de duas capellas: uma no Registro e outra em Ponte Nova.

Já monta a 48.500 o numero de videiras existentes na colonia, fabricando-se já excellente vinho.

Vai tendo regular desenvolvimento a pomicultura, existindo já 2.300 pés de laranjeiras e mais de 8.000 de arvores fructiferas de differentes qualidades.

A industria sericola na colonia já transpoz o periodo embryonario das tentativas, produzindo actualmente resultados animadores.

Existem plantados no nucleo mais ou menos 200 mil pés de amoreiras, dos quaes grande parte em pleno desenvolvimento.

O Governo auctorisou ao Director a adquirir uma machina de fiação, a qual brevemente estará installada.

A producção em 1901 foi superior a 500 kilos de casulos.

Está sendo preparada a antiga chacara do Dr. Penna, no referido nucleo, para receber novos machinismos que o Governo var adoptar a essa importante industria.

Da municipalidade de Barbacena tem tambem merecido esta industria valiosos auxilios, graças ao patriotismo do Dr. Henrique Diniz, chefe executivo.

A colonia divide-se em tres partes: Registro, Lavrinhas e Ponte Nova.

Percorrendo os diversos lotes della, notei muitas casas, cobertas de telha, grandes platações de milho, batatas doce e ingleza, amoreiras, videiras, pecegueiros, diversas outras arvores fructiferas e abundante hortaliça.

Notei mais que os colonos, sem excepção de um só, mostravam-se satisfeitos, consagrando grande amor á terra, que tanto custou-lhes a cultivar.

E' digno de notar a ordem e a harmonia que reina entre os colonos. Não ha noticia de um só delicto que perturbasse a paz publica. Cada um colono concentra toda a sua actividade ao lote que lhe deram para cultivar, sem prejudicar os direitos do seu vizinho.

E' director do nucleo o Sr. Amilcar Savassi, espirito culto, muito trabalhador e muito amigo do Brasil.

Todos os domingos os habitantes da colonia vão á cidade para assistir á missa na igreja do Rosario. E' um espectaculo edificante vê-los percorrer a cidade, uns vendendo productos de sua lavoura, outros vendendo leite, todos fortes, musculosos, com rostos sanguineos, modestamente vestidos, e todos alegres e satisfeitissimos.

Barbacena offerece então o aspecto de uma cidade européa.

Historico — Por provisão de 19 de Novembro de 1743 do Bispo D. Frei João da Cruz foi auctorisada a erecção da matriz de Barbacena, que então estava no Registro Velho, *em uma chapada no alto e meio de um campo livre de pensão e foro e proximo da fazenda chamada Caveira de Estevão Reis Motta e José Pinto dos Reis*.

No mappa estatistico apresentado á Camara Ecclesiastica de Marianna a 20 de Março de 1834 lê-se « *Freguezia da Borda do Campo* » Esta freguezia dedicada á Nossa Senhora da Piedade, foi erigida primeiramente em uma capella dedicada á Nossa Senhora com aquella invocação pelo 1º Bispo de Marianna no anno de 1750, passando depois para o arraial da villa na Igreja Nova.

No anno de 1752 obteve confirmação régia e natureza de collativa.

Nas notas enviadas para o *Almanack da Provincia de Minas Geraes de 1870* pelo Dr. Ricardo Antonio de Lima lê-se que a freguezia de Barbacena (Igreja Nova da Borda do Campo) foi creada pela Carta Régia de 3 de Novembro de 1750.

O Sr. José Pedro Xavier da Veiga, nas suas *Ephemerides Mineiras* dá esta ultima data.

No meu *Diccionario Geographico do Brasil* dou a data de 16 de Janeiro de 1752.

Antigamente arraial da Igreja Nova e freguezia da Borda do Campo ou Campolide, foi erecta em villa, em 14 de Agosto de 1791 pelo Visconde de Barbacena, que deu-lhe o nome do seu titulo.

Pela Carta Imperial de 17 de Março de 1823 teve o qualificativo de *nobre e leal*. Foi elevada á categoria de cidade pela Lei Provincial n. 163, de 9 de Março de 1840.

Foi em Barbacena que teve lugar o primeiro pronunciamento da revolução de 1842, no dia 10 de Junho.

Limites — A cidade confronta com os districtos de Ilhéos, Ibertioga, Bias Fortes, Ressaquinha, Mello do Desterro e S. Sebastião dos Torres.

Districtos — Os de que se compõe o municipio são: Cidade, Santa Barbara do Tugurio, Desterro do Mello, S. José de Ilhéos, Sant'Anna do Carandahy, S. Sebastião dos Torres, antigamente Borda do Campo, Bias Fortes, antigamente Curral Novo, Nossa Senhora das Dores dos Remedios, Santa Rita da Ibitipoca, Santa Anna do Livramento, União, antigamente São José do Quilombo, Santo Antonio da Ibertioga,

S. José da Ressaquinha, antigamente Ribeirão Alberto Dias, e S. Domingos do Monte Alegre.

DISTANCIAS — Ás distancias da cidade ás sédes dos districtos são: Ressaquinha, pela Estrada de Ferro Central do Brasil 24 kilometros; Carandahy pela mesma estrada 42; Bias Fortes pela mesma estrada 15; Ilhéos 18, União 54; Ibitipoca 48, Ibertioga 30, Livramento 48, Remedios 16, Mello do Desterro 30, Tugurio 32, Torres 18 e Monte Alegre 42.

RIOS — No municipio tem origem os rios: das Mortes, tributario do Grande; o Paraopeba, tributario do S. Francisco; o Chopotó, origem do Doce; o Pomba, tributario do Parahyba do Sul, e diversos outros.

CACHOEIRA DO URUBÚ — O Sr. Francisco Hermenegildo Rodrigues Valle mimoseou-me com o seguinte artigo, publicado em 31 de Janeiro de 1885 na *Gazeta de Barbacena*, descrevendo a cachoeira do Urubú, uma das bellezas naturaes de Barbacena: « Distante de Barbacena, cinco milhas mais ou menos, deslisando por sobre uma enorme lage, cercada de verdes campinas, matizadas pelas mais variegadas e odoriferas flores agrestes, o ribeirão do Gallego, deixando de mansamente correr por entre as varzeas e pinheiraes, em procura do rio das Mortes, para com elle confundir suas crystallinas aguas, offerece ao admirador um dos mais encantadores espectaculos da natureza.

Como brilhantes saltitando em todos os sentidos, sobre um branco lençol de espumas, desce o ribeirão em uma extensão approximada de um hectometro. Aqui, como tapetes, o verde musgo humedecido pelo continuo aspargir das aguas; alli, a aguinha que se furta da corrente, e vem formar poços, onde boiam roxas petalas de quaresma; acolá, as borboletas que atravessam por cima da brilhante corrente, precipitadas, com seu vôo irregular, á mercê do vento, para beijar as flores oppostas ás que beijavam!

Os raios do sol nas aguas, reflectindo nos montes fronteiros, tornam ainda mais alegre a esplendida cascata.

A final a agua que deslisa pela lage, repartida em tres cascatas, chega a um grande poço; uma dellas, desapparecendo em um sumidouro, para surgir na margem do poço, dá passagem para uma lage de circumferencia de oito metros mais ou menos, cercada d'agua e de muralhas naturaes.

Immenso é o prazer que ahi se sente, já pela sombra, já pela frescura devida ás vibrações que, ao cahir, produz a agua nas camadas do ar.

Pouco distante dessa cachoeira, ha umas velhas lavras e uns restos de casa, onde dizem ter funccionado uma fabrica de chapéos. Existem tambem duas lagôas: a menor é cercada de montes de cascalho lavrado, o que faz crêr ter sido uma mina aurifera. Acredita-se que ahi foi assassinado o dono dessas lavras, por uma sua escrava, que se atirou na agua, fingindo afogar-se. O senhor, que não queria perde-la, tentou salva-la, mas ella o afogou.

Não se sabe porque esse lugar chama-se — Urubú. Antigamente o chamavam — Roda, talvez por ser uma bacia, que indica ter-se dado ahi uma grande depressão do terreno. »

BARBADOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

BARBARA (Santa). Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de Palmeira, a 15 kils. Contem 135 lotes occupados por polacos, italianos, hespanhóes e brazileiros. E' o mais importante do mun. Tem uma capella.

BARBARA (Santa). Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Sacramento e mun. do Manhuassú.

BARBARA (Santa). Riacho do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896.*)

BARBARA (Santa). Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy, nas divisas do dist. de Ityrapuan. Reune-se com os corregos Capanema e dos Mellos.

BARBARA (Santa). No supp. do II vol. Rio de S. Paulo, no mun. de Batataes. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Pardo.

BARBOSAS. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente.

BARCELLOS. Estação da E de F. Campista, no Estado do Rio de Janeiro, com uma importante usina.

BARGADO. Sujeito que compra a credito e não paga. Termo usado no sertão da Bahia.

BARIGUY DE CIMA. No 1º vol. mencionamos o bairro do Bariguy, no Estado do Paraná. Ha dous povs. Bariguy de Cima e Bariguy de Baixo. O 1º dista 9 kils. da capital, fica á margem da estrada de Matto Grosso, tem um engenho de beneficiar herva matte e uma esc.; o 2º dista 15 kils. da capital, é servido pela estrada de rodagem da Lapa e pela E. de F. do Paraná, que ahi tem uma estação; tem um engenho de beneficiar herva-matte.

BARIRIÚ. Corrupção de *mbariri-y*, rio ou agua das corredeiras. (Dr. Theodoro Sampaio).

BARIRY. Corrupção de *mbaê-riri*, cousa que corre, flue, se agita, ferve ou palpita : é como se dissesse o fervedouro, nome applicado ás corredeiras ou rapidos dos rios brasileiros ; S. Paulo... Aos accidentes do leito do rio, affectando o curso das aguas, como por exemplo: ao salto ou cataracta se denominava Ytú; á cachoeira com agua impetuosa *Itupeva* ou *Ycirica* e, dada a especial pronuncia do primeiro *C*, que é antes chiado, se formou a variante *Yxirica*, de que procede *Yxiririca* ou *Xiririca*, por apherese do *Y* inicial; aos rapidos e correntesas *Pyryrica* ou *Pyryri* de que provem *Byryri* ou *Burury* e ainda *Bariry*; aos recifes e travessões, provocando sensivel desnivelamento da corrente *Itaipaba*, ou, como hoje se diz, *Itaipava*; aos redomoinhos ou remansos *Yerê*; á confluencia dos rios *Yecêaba*; á fóz ou bocca do rio *Ymbiaçá* ou *Imbiaçaba*; ao porto ou desembarcadouro. *Peaçá*; ao rio grande, ou trecho largo do mesmo rio, *Yrietê*. (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*).

BARQUEÇABA. E' corrupção de *Mburaa-que-çaba*, repouso de enfermos. De *mbaraá*, enfermidade, enfermo, *quêr*, repousar, dormir, socegar, mudado o *r* em *çaba* para formar participio, segundo a lição do padre Luiz Figueira em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*, para os verbos acabados em *r*. Allusivo a ser essa praia um logar muito apropriado para o curativo de enfermidades, que depende de banhos de mar; e, sem duvida, foi assim denominada por ser preferivel a outras praias nessa costa. (Dr. João Mendes).

BARRA. Pov. no dist. de Guaratiba e Districto Federal.

BARRA. Bairro do mun. de Sorocaba; no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 643 de 7 de Agosto de 1899.

BARRA. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Camboriú; com escola.

BARRA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

BARRA. Morro do Estado de S. Paulo, na entrada da barra de Santos, na ilha de Santo Amaro.

BARRA. Riacho do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de S. Benedicto.

BARRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Sorocabussú.

BARRA. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Corumbatahy proximo á estação do Bebedouro.

BARRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Mogy-guassú. Recebe o Pantano reunido ao Serrado.

BARRA BONITA. Log. do Estado da Bahia, no mun. do Mundo Novo.

BARRA BONITA. Bairro do mun. de S. Manoel do Paraiso e Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, criada pela Lei n. 657 de 28 de agosto de 1899.

BARRACÃO. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Riachuelo (*Almanack Sergipano* 1901).

BARRA DE AGUA BRANCA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

BARRA DE S. BENTO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o mun. da Leopoldina e desagua no rio Pardo.

BARRA DE S. PEDRO. Pov. do Estado de Pernambuco, a 35 kils. de Ouricory, com uma capella de N. S. da Conceição.

BARRA DO CHATA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho, com uma capella de N. S. da Conceição. Fabricam-se ahi rêdes de dormir e artigos para cavallos.

BARRA DO CIGANO. Log. no dist. do Mestre d'Armas, no Estado de Goyaz.

BARRA DO FORMIGUEIRO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Itaberaba.

BARRA DO LIBERAL. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres, a 30 kils. ao nascente da cidade da Pesqueira.

BARRA DO OURO. Log. do Estado do R. G. do Sul' no mun. da Conceição do Arroio; com escola.

BARRA DO PARACATÚ. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na fóz do rio Paracatú e Estado de Minas Geraes. Fica no rio S. Francisco, a 1.233 kils. distante do Joaseiro e entre as estações da Extrema e S. Romão.

BARRA DO PARAGUASSÚ. Pov. da Bahia. Accrescente-se no fim: Está situada á direita da fóz do rio Paraguassú, em aprazivel situação; coberta de coqueiros, com uma capella de N. S. da Bôa Esperança e defronte de Bom Jesus dos Pobres.

BARRA DO PAREDÃO. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro, com escola.

BARRA DO PUTINGA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho, na fóz do rio de Putinga, á marg. dir. do Iguassú.

BARRA DO QUARAHY. Pov. do Estado do Rio G. do Sul, no 2º dist. administrativo do mun. de Uruguayana, situada em campos dos herdeiros de Israel Cardoso, com o Saladeiro Quarahy e uma estação da E. de F. Está em communicações constantes com as Republicas Oriental e Argentina. E' bom não confundir esse pov. com a cidade do Quarahy e distante da Barra 120 kils.

BARRA DO QUARAHY. Estação da E. de F. Brasil, Great Southern, no Estado do Rio Grande do Sul, na altitude de 52,m96.

BARRA DO RIO FORMOSO. Pov. do Estado de Pernambuco, na margem meridional do rio Formoso, com um bonito aspecto. Na margem opposta do rio ergue-se, sobre um outeiro, uma capella dedicada a N. S. de Guadelupe. A cambôa do *Ariquindá* separa essa pov. do logar. Reducto, celebre na historia pernambucana pelo forte construido em 1632, do qual seu comandante, intimado na madrugada de 7 de fevereiro de 1633, pelos hollandezes, em numero de 500, dirigidos pelo major Schkoppe, para se render, respondeu que se defenderia até á morte. De vinte homens, que compunham a guarnição, quatro vezes assaltada, e que outras tantas corajosamente rebateu o inimigo, 19 jaziam estendidos no chão, quando os hollandezes, tendo perdido 80 homens, resolveram se apoderar, pela quinta vez do reducto, que elles observavam já nenhuma resistencia opporia. Os vencedores, ao entrarem no forte, encontraram, ao lado de 19 bravos, o commandante Pedro de Albuquerque, agonisante, com duas feridas feitas por um mosquetaço e uma chuçada, tendo-se salvado á nado, com tres feridas, o vigesimo delles, Jeronymo de Albuquerque. Os hollandezes então, pasmos de tamanho heroismo, retiraram, dentre os mortos, Pedro de Albuquerque quasi exanime, e, prestando-lhe á tempo o soccorro necessario salvaram-lhe a vida. O Visconde de Porto Seguro compara este facto ao feito heroico do Passo das Thermopylas. E' tambem denominada Praia dos Carneiros. Vide *Rio Formoso*.

BARRA DO S. JOÃO. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Foi transferida a séde do mun. para Indaiassú pela Lei n. 502 de 9 de dezembro de 1901.

BARRA DO SERINHAEM. Pov. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica situada na margem meridional e na foz do rio do seu nome, cerca de tres milhas da ilha de Santo Aleixo. Tem uma egreja da invocação de Sant'Anna

BARRA FEIA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho, á margem do rio Iguassú, distante 10 kils. da séde da colonia Eufrosina.

BARRA FRANCA. Ilha do Estado do Pará, no dist. de Guajará-miry e mun. da capital, proxima da ilha Paulo da Cunha.

BARRA GRANDE. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy, nas divisas do dist. de Ityrapuan. Reune-se ao corrego dos Mellos.

BARRA GRANDE. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão da Fartura, trib. do Itararé (Inf. loc.).

BARRA GRANDE. Rio S. Paulo. Em logar de desaguar no rio Novo, leia-se: desagua na margem esq. do rio dos Veados.

BARRA MANSA. Bairro do mun. do Jahú; no Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei n. 748 de 18 de novembro de 1900.

BARRA MANSA. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei a seguinte noticia. Esta cidade fica situada em um terreno plano, excepto para o sul, em que vai alteando-se até encontrar a montanha. Descança á margem dir. do rio Parahyba do Sul entre o ribeirão Barra Mansa e o rio Bananal e é atravessada pelos corregos do Buraco Quente e Cotiuaba e pelas estradas de ferro Central do Brasil, Oeste de Minas e Bananalense, que parte da estação da Saudade, suburbio da cidade. Alem da rua principal, que é a Joaquim Leite e que percorre toda a cidade, conta mais algumas menores, taes como a da Misericordia, á beira-rio, a Dr. Andrade Figueira, Flores, Amaral, S. Sebastião e poucas outras. Todas ellas são calçadas e illuminadas á kerosene. A cidade é abastecida de agua, cujas caixas ficam situadas; uma no morro que fica por traz da Matriz, e outra no morro da Figueira á cavalleiro do cemiterio. A cidade é pequena, de bonita topographia e algum tanto animada. Tem 640 predios e uma população de 4.500 habitantes. Possue uma fabrica de cerveja, uma de sabão, uma olaria, uma machina de beneficiar café, um alambique e 78 casas commerciaes. Seus edificios são: a Matriz, as capellas da Conceição da Apparecida, de S. Benedicto e a de Santa Cruz, a Casa da Camara, o Grupo Escolar Honorato de Carvalho, a Casa da Misericordia, a cadeia e as estações das estradas de ferro. A Matriz fica situada na praça do seu nome; tem na frente duas torres, tres janellas, uma porta de entrada em cujo alto lê-se a data 1839 e um relogio do lado da Epistola. No corpo da egreja ha cinco altares, dous do lado do Evangelho com as imagens de N. S. da Conceição e N. S. das Dores com o Senhor morto, e tres do lado da Epistola com as imagens de N. S. da Abbadia, S. José e S. Benedicto. Ficam ahi ainda dous pulpitos, quatro tribunas, um confissionario, o côro com um harmonium

e os quatorze quadros da Via Sacra. Na capella-mór ha quatro tribunas e um altar com S. Sebastião, padroeiro da cidade, ladeado por dous nichos, nos quaes se acham o Sagrado Coração de Jesus e Santo Antonio. Do lado da Epistola fica a Sacristia com um arcaz e sobre elle algumas imagens. Nos fundos da egreja, no logar das antigas catacumbas reside o Vigario. As capellas da Conceição Apparecida e S. Benedicto ficam, uma defronte da outra, na rua da Conceição. A capella da Apparecida foi erecta pelo Dr. Joaquim de Oliveira Machado, cumprindo uma promessa feita perante o Sanctuario da Apparecida, em S. Paulo. Alem destas duas capellas possue mais a cidade a de Santa Cruz, a da Casa de Misericordia e a do cemiterio; ha ainda um templo methodista. Na mesma praça da Matriz ergue-se o predio em que funcciona o Grupo Escolar Honorato de Carvalho, com cinco salas de aulas denominadas Ponce de Leon, Quintino Bocayuva, Martins Junior, Paranhos da Silva e Alberto Torres; o gabinete do director, a sala da congregação e outras dependencias. As salas de aulas estão bem montadas, possuem magnificos bancos carteiras, mappas geographicos, anatomicos e de ensino intuitivo, globos, etc. Notei a falta bastante sensivel de apparelhos para gymnastica, que tanto concorrem para a robustez physica dos alumnos. Ha no Grupo matriculado 250 estudantes de ambos os sexos. A Camara funcciona em edificio proprio, inaugurado em 1861. Fica situada entre o rio Parahyba e o jardim municipal. Compõe-se de dous pavimentos; no inferior funccionam a secretaria, o archivo, a procuradoria municipal, as collectorias estadoal e federal e a bibliotheca; no superior fica um vasto salão, onde funccionam a Camara, a Assembléa Municipal, onde dão audiencia os juizes e onde se celebram as sessões do jury. Ornam as paredes os retratos do Marechal Floriano, do Dr. Porciuncula e do Commendador Joaquim Leite Ribeiro de Almeida. A Casa de Misericordia fica pouco distante do centro da cidade, á margem dir. do rio Parahyba. E' um edificio muito modesto, porem limpo e onde os doentes recebem o maior conforto, graças aos distinctos clinicos que humanitariamente desempenham seus deveres profissionaes. Tem, alem de enfermarias para homens e mulheres, uma bem montada pharmacia, dispensa, banheiros, necroterio e uma capellinha. Mantem-se tão pia instituição com grandes difficuldades. O Estado subsidia-a, mas ella não recebe, desde algum tempo, o auxilio que lhe tem sido votado. A cadeia é um edificio grande, mas acaçapado. Tem 16 prisões situadas abaixo do nivel da rua, o que as torna muito humidas, occasionando o desenvolvimento do beri-beri, que tantas vidas tem ceifado. O cemiterio fica bem localisado, em um dos extremos da cidade e á margem da E. de F. Central. Possue a cidade um bonito jardim, que é um dos mais bonitos do Estado e que foi delineado por Augusto Garnier. Occupa uma área de dez mil metros quadrados e está situado entre o edificio da Camara e o leito da E. de F. Oeste. A cidade tem diversas sociedades beneficentes entre as quaes a União Beneficente. Tem ainda uma loja maçonica, que mantem uma esc. nocturna gratuita. Está em construcção uma ponte de ferro sobre o rio Parahyba, na estrada do Passa Vinte, pouco abaixo da ponte da E. de F. Oeste. O mun. tem seis dists.: o da cidade, que abrange as estações de Jorge Rademaker, Volta Redonda e Saudade; o da Divisa, onde fica a casa em que falleceu o Marechal Floriano; o curato do Divino Espirito Santo, por onde passa a E. de F. Bananalense e com a estação do Rialto; as fregs. do Amparo, Quatis e S. Joaquim. Os dous ultimos, bem como o primeiro, são percorridos pela E. de F. Oeste. A lavoura do mun. consiste em café, canna e cereaes. E' o mun. bem regado. Entre os muitos rios que o percorrem merecem citação especial o Parahyba, Barra Mansa, Bananal, Preto, que limita com o Estado de Minas, o Turvo com seu affl. da dir. o rio das Pedras, que por sua vez recebe o ribeirão Vermelho; o da Pacca com seu affl. S. Domingos, que corta a pov. do Falcão, actualmente ponto terminal da E. de F. Oeste; o ribeirão do Brandão, que passa perto da estação da Volta Redonda; o Alagoinha, que divide o mun. com o de Rezende; o Bocaina, affl. do Bananal; e o Patriarcha, affl. do rio Preto. Publicam-se na cidade dous jornaes: a *Luta* e o *Barra Mansa*.

BARRANCA PELLADA. Peninsula formada pelo arroio Salso ou Riacho e o rio Uruguay, na barra d'aquelle, na cidade de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. É de curta extensão.

BARRANCO PRETO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Nioac.

BARRANCO VERMELHO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha a com. de Pirajú e desagua no ribeirão da Bôa Vista do Pinhal, affl. do rio Paranapanema.

BARRA NOVA. Arraial no termo de Villa Nova do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

BARRA NOVA. Ponta que termina ao N. da praia do Pontal, no mun. de Cabo Frio e Estado do Rio de Janeiro. E' a pique, isto é, tem muita agua até junto della, e aberta para SW. Vê-se nella uma quebrada que forma a barra, com 30 metros de largura e 11 a 13 pés d'agua, conforme a maré. Essa ponta fica a l' a W N W da ilha do Papagaio e nella, junto da duna de arêa clara, vê-se um forte com tres canhões velhos, hoje transformado em Lazareto.

BARRA PRETA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Ponta Grossa.

BARRA SECCA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

BARRA VELHA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Canavieiras.

BARREIRA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. de Beberibe e mun. de Olinda.

BARREIRA. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão, no rio Bacurypanan.

BARREIRA DO ARAGUAYA. Sub-prefeitura creada no mun. e com. de Baião, no Estado do Pará pelo Dec. n. 1.127 de 11 de março de 1902.

BARREIRAS. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 789 kils. distante do Joaseiro.

BARREIRAS. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 449 de 19 de maio de 1902.

BARREIRINHAS. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: o Sr. José Ribeiro do Amaral, *obr.* cit., diz: « *Barreirinhas*, villa, em deliciosa situação á margem dir. do rio Preguiças, a 30 kils. da sua foz, a 180 de S. Bernardo, a 84 da villa da Tutoya, a 180 da cidade do Brejo e a 108 da Miritiba. Tem cinco ruas, cinco beccos, duas travessas e uma praça; com 44 casas de telha, 75 de palha e nove de negocio de seccos e molhados. Não possue Egreja Matriz: os actos religiosos são celebrados em duas capellas que ahi existem. A pop. da villa é de 1.000 habs. e a do termo de 8.000. Os seus principaes generos de producção consistem: em arroz, milho, farinha, avultando mais este ultimo. Tem criação de gado vaccum, cavallar, lanigero, caprino e suino, contando-se cerca de 200 criadores no mun., e sendo a criação avaliada de tres a quatro mil cabeças, que produzem annualmente, termo medio, de mil a mil e quinhentos bezerros. Regado por grande numero de rios, dentre os quaes se destacam o Preguiças e seus affls.: o Sacco, S. Raymundo e Guaribas, cujas margens feracissimas são banhadas de 15 em 15 dias pelas aguas que transbordam; abundante de peixe e criando com facilidade o gado, é este mun. d'aquelles de que mais se deve esperar de todo o Estado, faltando-lhe apenas braços para o trabalho, os quaes irão sendo attrahidos naturalmente pela facilidade da vida e riqueza do solo. Existem ainda neste termo os seguintes povs. *Morro Alto*, a 36 kils. *S. Domingos* a tres, e *Mandacassú* a 24 ».

BARREIRINHO. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do ribeirão Gonçalves, no mun. de Sant'Anna de Antas.

BARREIRO. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Branco. Era denominado morro da Forca.

BARREIRO. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Avaré e desagua no rio dos Veados.

BARREIRO. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

BARREIRO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Atibaia, proximo da serra Itapetinga e dos ribeirões dos Porcos e do Onofre.

BARREIRO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Sapucahy, no mun. de Santo Antonio da Alegria.

BARREIRO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté; no mun. do Parnahyba.

BARREIRO. Corrego do Estado de Goyaz, banha o dist. de S. José de Mossamedes e desagua no ribeirão S. Manoel.

BARREIRO DE CIMA. Rio do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada e mun. da capital.

BARREIROS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Muaná.

BARREIROS. Dist. creado pelo Dec. n. 68 de 1º de julho de 1901 no termo de Cannavieiras do Estado da Bahia.

BARRICA. Serra do Estado de Pernambuco, situada na freg. e mun. do Limoeiro, junto á cidade deste nome e um prolongamento da serra da Raposa e da do Urubú. Tem a altura, approximadamente, de uns 500m, acima do nivel do solo. Fica quasi despida de folhagens, ás vezes mesmo inteiramente núa, na epocha do verão; mas, em voltando o inverno, transforma-se, as arvores revestem-se de folhas e entre aquellas, esparsas e tão escassas mesmo, surgem, em profusão, arbustos que, enchendo a face da serra, dá-lhe, de longe, o aspecto das que são coroadas de mattas. Em seu cimo, de uma pedra que alli existe, o observador, espraiando a vista ao longo do horisonte que se descortina em frente de seu olhar, encanta-se na contemplação de ridente quadro, do esplendido panorama, que é a compensação do cansaço e fadiga com que se chega a transpor-lhe o fastigio. Asseveram existir nessa serra, como na sua visinha (a da Raposa) bastante ferro e crystal de rocha, havendo-se encontrado na base da mesma o ultimo desses metaes. O nome de *Barrica* lhe vem do facto de ter o Engenheiro das obras publicas L. L. Vothier, em 1843, sentado nella uma barrica, fazendo elle estudos geographicos da antiga provincia (Sebastião de Vasconcellos Galvão. *Dicc. Chor. Hist. e Est. de Pernambuco*. Recife 1897).

BARRIGA CHEIA. Ilha no mun. de Cururupú do Estado do Maranhão, no rio do Cocal.

BARRIGUDA. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

BARRIGUDA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Alagôa de Baixo.

BARRINHO. Bairro do mun. de Mogy-mirim, no Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 657 de 28 de agosto de 1899.

BARRO BRANCO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Nova Baden e desagua no ribeirão do Mello.

BARRO BRANCO. Rio do Estado de Goyaz, banha o mun. de Jatahy e desagua no rio Doce.

BARROCA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Granito.

BARROCÃO. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

BARROSO. Serra do Estado de Pernambuco, nas divisas dos muns. de Bôa Vista e Cabrobó. D'ella dizem nascer o riacho Carahybas.

BARRO VERMELHO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Atuahú; no mun. do Salto de Itú.

BARTHOLOMEU. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. da Tamarineira.

BARTHOLOMEU. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Agua Fria, trib. do rio Beberibe.

BARTHOLOMEU. Riacho de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Nasce de uns montes ao N. da Casa Amarella, dist. do Poço da Panella, corre na direcção de E. até á altura do logar Cruz das Almas, e d'ahi, mudando a direcção para o N., vai despejar no riacho Agua Fria, affl. do rio Beberibe.

BARTYRA. Corrupção de *botyra* ou *ybotyra*, a flôr; é usado como nome de mulher: quer a tradição que fosse esse o nome da mulher de João Ramalho e filha do principal Tibiriçá. (Dr. Theodoro Sampaio).

BARUERY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Capivary, entre os muns. de Capivary, Monte Mór e Porto Feliz. « *Baruery* ou *Boruery*, corruptela de *Mboruyerê-i*, o que lento volteia incessantemente. De *mboru*, lento, manso, pouco corrente; *yerê*, voltear, *i* posposição para indicar perseverança com referencia a *yerê*. Por contracção *Mboru-yer-i*. » (Dr. J. Mendes). Vide *Bariry*.

BASSORÓCA. Logares em Sorocaba, Mogy-mirim, Casa Branca e em outros pontos do Estado de S. Paulo, que se mostram rasgados pelas chuvas. « *Bassoróca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbaê-çoroga*, cousa rasgada, rasgaduras. De *mbaê*, cousa; *çorôg*, rasgar, com o suffixo *ca* (breve) para formar supino » Vide *Bossoroca* e *Botoroca*. A Bassoróca de Mogy-mirim, segundo a descripção feita, em 1886, por um periodico local — « está a cerca de tres kils. do centro da cidade; é uma escavação caprichosa, que occupa talvez dous hectares de área, principiando com a profundidade de oito metros mais ou menos e continuando sempre mais profunda para os lados do campo de Belem, até manifestar-se como um abysmo... O interior da Bassoróca é um labyrintho, composto de cavernas, grutas mais ou menos extensas e corredores invios, formados pela filtração e quéda lenta das aguas... O solo, que parece ter sido rasgado pelas chuvas ou enxurradas, é todo arenoso; mas, de espaço a espaço, apresenta alguma vegetação, detritos de plantas, argilas de diversas côres e pedras pequenas de formas exquisitas... Aqui e alli apparecem concreções, em forma de pyramides irregulares ou de estalagmites, proximas a diversas vertentes, que vão constituir um regato crystallino, serpenteando por meio das grutas— ». Ha quem escreva tambem *Buçoroca*.

BASSUHY. Corrupção de *yba-açú-y*, rio da arvore grande ou do pau grande; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

BASTOS. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Santo Antonio de Padua.

BATAINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taiassupeva, que o é do rio Tieté; no mun. de Mogy das Cruzes.

BATALHA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Paranapanema, no mun. de Campos Novos.

BATALHA. Villa do Piauhy. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se Campos Salles pela Lei n. 197 de 23 de junho de 1899.

BATARIA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Tapacurá, que o é do rio Capibaribe.

BATATEIRA. Pov. e serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy.

BATEDOR. Rio de S. Paulo, affl. do Passa Vinte. Accrescente-se no fim: Nasce na serra da Mantiqueira e á pequena distancia da nascente é cheio de pedras até desaguar. Seu nome é allusivo ao facto de descerem suas aguas de encontro á pedras volumosas fazendo ruido e estrondo. Alguns entendem que o Passa Vinte é que é seu affl. O logar em que se encontram as aguas de ambos é denominado Entre-Rios. Seu curso é de pouco mais de seis kils., de poucas voltas e com quatro a cinco cachoeiras. Pouco abaixo da sua nascente tem dous metros de largura e meio metro de profundidade; na foz tres e meio de largura e um de profundidade. E' perigosissimo nas cheias. Ha quem o considere como affl. do Bregetuba. « *Batedor*, diz o Dr. João Mendes, é corrupção de *Mbũ-tecó*, bater, dar golpes com estrondo. De *pã* que por não ter palavra antecedente muda o *p* em *mb*, bater, dar golpes com estrondo, *tecó*, acção, potencia, modo. »

BATE ESTACAS. Log. do Estado da Bahia, no dist. da Plataforma.

BATERIA. No mun. de Taquaretinga, Estado de Pernambuco, um pouco acima e a O. do pov. Couro d'Anta. E' um logar historico, onde, por sua situação apertada parece uma trincheira, sendo para o lado do rio Capibaribe uma barreira precipitada, de mais de quatro metros de altura, feita de pedras mal collocadas, em distancia superior a 20 metros; e para o lado da estrada, uma serrota ingreme, quasi inaccessivel, em que, correndo-lhe em frente um riacho, forma uma especie de praça. Ahi, em 1824, os revoltosos, sob o commando de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que iam em demanda do interior da Parahyba, se fortificaram, fazendo fogo sobre a tropa do governo nesse terrivel logar, onde mal se accomodavam dous soldados no leito da estrada, e fizeram estrepito tal que os soldados, attonitos e perturbados, precipitavam-se, uns para a barreira e outros cahiam feridos no caminho, dando assim tempo aos revoltosos de ganharem terreno; de modo que, quando a força sahiu do estado de torpôr em que ficou, e se poz em ordem, já não havia mais ninguem alli, além da mesma tropa. Então o commandante della, com o desapontamento produzido pelo facto, mandou abocar as peças para as casas avistadas daquelle ponto, chegando mesmo a derrubar algumas (Sebastião de Vasconcellos Galvão *Dicc.* cit.).

BATOQUE. Igarapé do Estado do Maranhão, affl. do Tapuio, que o é do Jacaré, e este do Perritoró. Banha o mun. de Itapecurú-mirim.

BATOVY. Vocabulo tupí, empregado no R. G. do Sul, corrupção de *ybá-toby*, alteração de *ba-tovy*, rio da canna verde.

BATUÈRA. Corrupção de *abati-oera*, milho que foi, sabugo. (Dr. Theodoro Sampaio).

BATUQUÈ. Corrupção de *ubatuba-quêra*, alterado em *ubatá-quer*, *batuqué*, antigo cannavial bravo; nome de uma ilha do rio Madeira: Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

BATURITÉ. Corrupção de *ybytyra-eté*, alterado de *ubutur-eté*, *butur-êté*, montanha verdadeira, a serra por excellencia. Vide *ybytyra*.

BAUNILHA. Serra do Estado do E. Santo, entre Pau Gigante e Linhares.

BAURÚ. Cachoeira em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes diz: « *Baurú* corruptela de *Mbaî-yû-rũ*, dependurado, com gargantas e rodomoinhos. De *mbaî* o mesmo que *pií*, dependurar, *yû*, cousa estreitada, garganta, *rũ*, revolver. Allusivo a serem as cachoeiras, assim como o ribeirão, em forte declive; estreitando-se em alguns logares as margens e fazendo rodomoinhos as aguas. » « *Baurú*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *upaú-r-ú* ou antes *upaú-r-y*, rio da lagôa ou dos banhados. »

BAYÔA. Lago do Estado do Amazonas, no dist. de Manicoré. Desagua no rio deste nome.

BEATAS. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Preto.

BEBÊ. (Verbo intransitivo) Voar, pairar; (adjectivo), volante, voador, pairante; tupi-guarani *bêbê;* tupi do Amazonas *uêuê*. (Dr. Theodoro Sampaio).

BEBEDO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Goitá; no mun. deste nome.

BEBEDOR. Pov. no mun. de Petrolina do Estado de Pernambuco. Ha ahi um riacho do mesmo nome.

BEBEDOURO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Sant'Anna do Paranahyba.

BEBEDOURO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Capitinga, que é trib. do Itupeva e este do Mogy-guassú.

BEBEDOURO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Patos com os dists. de S. Francisco das Chagas e Carmo do Paranahyba. Vai para o rio São Bento.

BEBERIBE. Nome indigena que significa, diz o Dr. G. Studart (*Rev. do Ceara*) logar onde cresce a canna, de *viba*, canna; e *pype*, logar onde. O Padre Montoya diz exprimir — voar em bando — composto de *bebê*, voar, pairar, e *ribe*, em companhia, em bando, junto com. « *Bibiribe*, diz o Dr. Thdeodoro Sampaio, corrupção de *bibiry-pe* composto de *bibi-r-y-pe*, no rio do vae-e-vem; pode ser ainda corrupção de *pipiri-y-pe* por *piripiri-y-pe*, no rio dos juncos, ou do juncal ».

BEBERIBE. Rio de Pernambuco. Accrescenta-se no fim: O Sr. S. V. Galvão assim descreve esse rio: « Nasce no logar Cabeça de Cavallo, mun. de S. Lourenço, de uns montes pedregosos e cheios de mattos donde, as aguas vertendo, elle forma um tijuco; correndo d'ahi, sinuoso sempre, vai ao logar Cova da Onça, em que, alargando seu leito, desce banhando os povs. de seu nome, Porto da Madeira, Coqueiro, sitios dos Craveiros, do Fundão, do Peixinho, até á pov. de Duarte Coelho, bairro da cidade de Olinda, desse logar, seguindo de N. para o S., ao longo do isthmo de Olinda e entre os bairros do Recife e Santo Amaro das Salinas, encontra-se com o Capibaribe, indo juntos passar por baixo das pontes Buarque de Macedo e Sete de Setembro, em meio dos bairros de Santo Antonio e Recife, e derramar no oceano. Em seu curso, que poderá ser avaliado em 38 kils. recebe os seguintes affls.: riachos das Coelhas, do Condego, Morno, Lava-tripas e Agua Fria. Sobre elle ha as seguintes pontes: a da pov. do Beberibe, a do Porto da Madeira, a da Estrada Nova do Beberibe e a de Duarte Coelho. »

BEBUI. (Adjectivo) Leve, leviano, ligeiro, veloz, fluctuante, boiante. (Dr. Theodoro Sampaio).

BECCO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. da cidade deste nome.

BEIJA-FLÔR. Serra do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de Uruburetama.

BEIJA-FLÔR. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem esq. do rio deste nome.

BEIRA DO RIO UTINGA. Log. do Estado da Bahia, na com. do Mundo Novo.

BEJÚ. Corredeira no rio Tieté, em seguida á de Pirapora-mirim; no Estado de S. Paulo. E' tambem conhecida por *Boyuiguara* ou apenas por *Bojuy*. « *Bejú* ou *Bojuy* corrupção de *Mbo-yũ* ou *Mbo-yu-i*, que faz garganta, em toda a extensão. *De Mbo*, particula para tornar activo o verbo, *yũ*, estreitar, fazer garganta, *i* posposisão de perseverança. O accrescimo *guára*, corruptela de *guára* é sem valor algum; fixa apenas o modo ou a forma por que o rio ahi se estreita; com referencia a *yũ* ». (Dr. João Mendes *Dicc. Geogr.*) « *Beijú*, corrupção de *mbeiyú*, enroscado, enrolado, bolo de mandioca torrado » (Dr. Theodoro Sampaio. *O Tupy na geographia nacional.*)

BELEM. Pov. do Estado de Pernambuco, no dist. da Graça, mun. do Recife. E' cortada pela via-ferrea urbana do Recife á Olinda, ficando sua estação distante da central da rua da Aurora 3k, 196m. E' mais conhecida pelo nome de *Encruzilhada*. Existe no logar uma capellinha dedicada á N. S. da Conceição, fundada em 1764, por Ignacio Ribeiro de Mello. No chão e sobre o ladrilho do corredor dessa capella, em 2 de fevereiro de 1849, até o dia 3, quando foi conduzido para o Recife em uma rede, esteve 24 horas depositado o cadaver do Desembargador Joaquim Nunes Machado, victima da revolução praieira, atravessado por uma bala, no combate da Soledade, do mesmo dia 2 de fevereiro. Em 1874, no dia anniversario da sua morte, para assignalar o sitio em que jazeu seu corpo inanimado, foi collocada uma lapide commemorativa com a seguinte inscripção que alli ainda se lê:

JOAQUIM NUNES MACHADO

NO CHÃO QUE DEFRONTA COM ESTA LAPIDA
FOI DEPOSITADO
AOS 2 DE FEVEREIRO DE 1849
O CADAVER DO GRANDE PERNAMBUCANO
QUE NÃO POUDE TER SEPULTURA
POR MÃO AMIGA
E NO DIA SEGUINTE VIOLENTADAS AS PORTAS
DESTA CAPELLA
FOI CONDUZIDO COMO TROPHEO DE VICTORIA
PARA A CIDADE DO RECIFE
E, DEPOIS DE OSTENTOSA VICTORIA
ENTREGUE AOS RELIGIOSOS FRANCISCANOS
ADMIRADORES DO GRANDE CIDADÃO
COLOCARAM ESTA LAPIDA
AOS 2 DE FEVEREIRO DE 1874

HONRA AO HEROICO PERNAMBUCANO

BELEM DE MARIA. Pov. do Estado de Pernambuco, conhecida tambem pelo nome de Capueiras. Pertence ao mun. do Bonito e dista desta cidade cerca de 36 kils. E' banhada pelos riachos dos Gatos e Sueiras e possue uma capella de N. S. das Dôres. E' uma das povs. mais antigas do mun., fica collocada entre serras e está hoje decadente. Ficá a 22 kils. da estação de Catende, na E. de F. Sul de Pernambuco.

BELEMSINHO. Bairro do Estado de S. Paulo, nº mun. da capital. Foi elevado á dist. de paz pela Lei n. 623 de 26 de junho de 1899. Pertenceu ao dist. do Braz. Por suas divisas correm o rio Tieté, riachos, Cavandoca e Allemão e rio das Pedras.

BELFORT ROXO. Passou assim a denominar-se a estação da E. de F. do Rio do Ouro; no Estado do Rio de Janeiro.

BELLA. Ilha no rio Oyapock e Estado do Pará. Ao S.450 da ponta dessa ilha existe a pedra da Balêa que descobre na baixa-mar, formando desde a Balêa até á mesma ponta uma restinga de pedras, que não descobrem.

BELLA JOANNA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

BELLA JOANNA. Rio do Estado do Rio de Janeiro; nasce no mun. de S. Fidelis e vai desaguar no Rio Preto no mun. de Campos. E' formado pelos corregos Manoél Lopes e João Magro. Recebe pela esquerda o Vallão do Jacques e pela direita o Vallão do Cavouqueiro.

BELLA VISTA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Imbituva. Ahi acha-se um nucleo colonial.

BELLA VISTA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Barreiros e desagua no Carassú.

BELLA VISTA. Log. de Matto Grosso, no mun. de Nioac. Accrescente-se no fim: Foi elevada á parochia pela Lei n. 255 de 10 de abril de 1900.

BELLA VISTA DE PALMAS. Villa do Estado do Paraná, creada pela Lei de 28 de junho de 1892.

BELLO HORIZONTE. No dia 16 de setembro embarquei, na Capital Federal, no nocturno mineiro, que sahe da estação Central, ás 5 horas da tarde. A's 6 horas da manhã do dia seguinte cheguei á estação de Lafayette, onde a estrada quebra a bitola. Ahi me passei para um outro trem de bitola estreita, e após 6 horas de viagem desembarquei na bella estação de Minas na cidade, de Bello Horizonte.

Ao enfrentar com a nova capital do rico Estado senti uma impressão suggestiva, encantadora e admirei a coragem, o arrojo e o patriotismo com que o povo mineiro transformou, em tão pouco tempo, um pobre e abandonado arraial na seductora e opulenta cidade que se desdobrava ás minhas vistas.

Contempla-se a cidade por completo, aberta em fórma de assetinado leque, com as cumiadas dos seus soberbos edificios voltadas para o céo; com as suas avenidas e ruas rectas, largas e ensombradas por viçosas arvores plantadas com a maior symetria e arte; com o seu soberbo e vasto parque coroado de luxuriante vegetação e com lagos poeticos e repuxos encantadores; com o ribeirão Tiradentes serpenteando por toda a cidade em curvas caprichosas e deslisando dolentemente suas aguas em suave e melancolico gemido como que sobre ellas esvoaçasse o espirito do immortal Inconfidente, e sobre esse panorama lindissimo a cupola dos céos de um azul sem nuvens e o astro rei, empunhando o sceptro do nosso systema planetario e dardejando suas beneficas palhetas de luz.

Podem os mineiros apresentar, desvanecidos e orgulhosos, sua soberba e moderna capital ao extrangeiro mais exigente. Podem os mineiros certificar-se de que possuem uma capital que é a primeira cidade do Brazil, pela arte e regularidade com que foi edificada.

Muito tem contribuido para o augmento e aformoseamento da cidade a infatigavel actividade, o capricho e o gosto artistico do illustrado, honrado e patriotico prefeito, o dr. Bernardo Pinto Monteiro, que ama a sua terra como si ella fôra metade de seu coração.

A cidade de Bello Horizonte fica situada no planalto central do Brazil, cercada a E. e S. pela serra do Curral, atravessada pelo ribeirão Tiradentes (outr'ora, Arrudas) e pelos corregos do Silviano (outr'ora do Leitão) e do Bernardo Monteiro (outr'ora Acaba Mundo); em um terreno algum tanto accidentado, cheio de ondulações, entre as quaes as denominadas: da praça da Liberdade, Alto da Favella, Lagoinha e Cruzeiro; a 605 kilometros da Capital Federal e a 15 da estação General Carneiro; a 920 metros acima do nivel do mar (na praça da Liberdade); aos 19°55'22" de latitude meridional e a 1°10'6" de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro, e ligada ás cidades do Rio de Janeiro e de S. Paulo pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

A zona urbana é limitada pela avenida Dezesete de Dezembro, ao S; pela avenida Christovam Colombo, a O; pelo canal de Tiradentes, ao N; e pela avenida Araguaya, a E.

A area já edificada, na parte urbana, occupa uma superficie de 378 hectares excluido o parque, sendo ella destinada para uma população de 30.000 habitantes. O projecto geral é destinado para uma população de 200.000 habitantes. Desses 378 hectares, são do dominio particular 171 e logradouro publico 207.

Todas as zonas suburbanas e a maioria das de sitio, onde se acham localisadas as colonias Carlos Prates, Corrego da Matta, Adalberto Ferraz, Affonso Penna e Bias Fortes são já bastante populosas, notando-se naquellas grande numero de chacaras. Actualmente existem 1.553 casas na zona urbana.

Com a nova divisão districtal passam a pertencer á cidade diversos districtos, elevando-se a sua população para mais de 20 mil habitantes.

A cidade é dividida em tres zonas: urbana, sub-urbana e colonial ou de sitios. Estas zonas são divididas em secções, estas em quarteirões, e estes, por sua vez, em lotes. Os quarteirões da área urbana tem 120 metros de face e os lotes destes quarteirões medem 600m2,00 approximadamente, sendo tres os seus typos: os de 10 metros de frente, por 60 metros de fundo, os de 15×40 e os de 20×30; são perfeitamente regulares. Existem tambem lotes triangulares.

Os das zonas suburbana e colonial, prestam-se perfeitamente á chacaras. Separa a zona urbana da suburbana a grande avenida Dezesete de Dezembro (de Contorno).

Nas adjacencias da cidade existem grandes nucleos populosos, taes como: Lagoinha, Calafate, Pampulha, Cardos Pastinho, Menezes, Bom Successo e outros. Nos pequen

montes e valles circumvizinhos existem nucleos egualmente populosos, tambem na sua maioria, formados de casas de construcção ligeira e grosseira, denominadas *cafúas*, cujos moradores, na mór parte, são operarios. O principal desses nucleos é o do Barro Preto.

Tem o districto da cidade presentemente 3.000 casas em todas as zonas; 30 advogados, 9 medicos, 25 engenheiros, 10 pharmacias, 6 hoteis, 5 hospedarias, 7 modistas, 8 casas de pensão, 2 armadores, 2 agencias de bilhetes de loteria, 2 agencias de seguros de vida, 1 banco, 4 armarinhos, 27 açougues, 15 alfaiates, 21 barbeiros, 9 bombeiros hydraulicos, 3 salões de bilhares, 62 botequins, 1 casa de penhores, 6 charutarias, 3 chapelleiros, 4 confeitarias, 3 colchoeiros, 11 carpintarias, 8 dentistas, 27 casas de fazendas, 6 casas de ferragens, 101 casas de generos alimenticios, 5 de ourives, 2 de louça, 1 de moveis, 7 de materiaes de construcção, 3 de materiaes de illuminação electrica, 10 ferrarias, 16 padarias, 36 sapatarias, 2 tinturarias, 3 serrarias a vapor, 6 typographias, 4 refinações de assucar, 2 papelarias e livrarias, 3 photographos, 7 relojoeiros, 5 estabelecimentos de papeis pintados, 1 marmorista, 8 marcenerias, 30 olarias, 1 fundição, 3 fabricas de macarrão, 2 de cerveja, 1 de sabonetes, 3 de sabão, e outras casas de diversos ramos de commercio.

As ruas e as avenidas são perfeitamente rectas, encontrando-se em angulos rectos com as avenidas a 45 gráos.

A avenida Affonso Penna tem 50 metros de largura e 3.300 metros de extensão, com dous renques de palmeiras no centro, dous renques de *ficus Benjamin* e dos lados dos passeios (que têm tres metros de largura) dous renques de magnolias. Tem duas filas de lampadas electricas. Nella se projecta a construcção de uma igreja matriz monumental e de uma methodista, do theatro, do palacio do Congresso e a estação dos bonds. Nella ficam a destribuidora de electricidade e os bellos predios do cidadãos Romano e Vianna e de Francisco Soucasaux, onde actualmente funcciona o Congresso.

A avenida Liberdade, com 35 metros de largura, 4 renques de arvores, sendo 2 de dilennias e 2 de grevilhas e passeios de 2m,50.

Nella ficam as residencias dos Secretarios do Estado e os bonitos predios dos drs. Affonso Penna e Francisco Vei_a e os dos cidadãos Tricoli e Raymundo de Paula Dias.

A Avenida Amazonas com a capella do Rosario (matriz da freguezia de S. José); a Alvares Cabral, a Paraopeba com a Imprensa Official e o Grande Hotel (na esquina da rua Bahia); a Floriano Peixoto, antigamente Brazil, com 2.500 metros de extensão, indo do Palacio ao Quartel de Policia; nella ficam a capella de Santa Ephygenia, em construcção, a linha de tiro da Brigada Policial e a entrada para o palacio da Exposição Permanente, em construcção, e situado entre as avenidas Parahybuna, Carandahy e do Parque; as do Parauna, de Christovam Colombo, Mantiqueira, Tocantins, Araguaya, Parahybuna, com o canal central destinado á recepção das aguas do corrego Bernardo Monteiro; a do Commercio, que vae da praça da Estação á praça Quatorze de Fevereiro ou do Mercado, com o grande Hotel Antunes; a Carandahy com a capella do Sagrado Coração de Jesus. *Dentre as avenidas suburbanas destacam-se a Itajubá, Pouso Alegre, Diamantina, Januaria, Rio Preto, Grão Mogol, Chumbo, Ouro, Palmyra* e outras. *Todos essas avenidas tem 35 metros de largura.*

As ruas têm 20 metros de largura, passeios de dous metros e dous renques de arvores a dous metros de distancia dos passeios. No centro de quasi todas ellas passam collectores de exgottos e a 4m,50 dos alinhamentos os encanamentos de agua, que são de ferro coaltarisado e chumbo. São principaes as ruas Bahia, com o edificio do Gymnasio Mineiro e os palacetes dos drs. Padua Rezende e Antonio Olyntho; a dos Caetés, de grande movimento commercial; a Sergipe, com o novo Almoxarifado da Prefeitura, a do Espirito Santo e a dos Aymorés, com as igrejas de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora da Boa Viagem, antiga matriz do Curral d'El-Rei.

Grande é o numero de praças, sendo mais importante a da Liberdade, com 322 metros de comprimento e 150 de largura, calçada a parallelepipedos em uma faixa central, arborisada e profusamente illuminada por diversas lampadas electricas com intensidade de mil velas cada uma. Nella ficam o palacio presidencial e as secretarias do Interior, Agricultura, Finanças e da Policia.

As demais praças tem os nomes de Republica, onde ficam os edificios do Senado e da Faculdade Livre de Direito; Benjamin Constant, onde fica o Forum; Quinze de Novembro, onde fica a Santa Casa de Misericordia; a Quatorze de Fevereiro, com o Mercado; a da Estação, com a estação da Estrada de Ferro, o bello palacete da Condessa de Santa Marinha e as officinas e serraria pertencentes á mesma viuva; a José Bonifacio; Bello Horizonte, com o quartel policial; a Doze de Outubro, Tiradentes, Vinte e um de Abril, Alexandre Stockler, Sete de Setembro, Cruzeiro, Treze de Maio, Quatorze de Julho, Quinze de Junho, a Quatorze de Setembro e Marechal Deodoro.

Descreverei agora os edificios da cidade, começando pelas igrejas.

Capella de Nossa Senhora do Rosario. — E' um pequeno templo de estylo gothico. Sua fachada compõe-se da porta de entrada com dois nichos dos lados e em cima um artistico baixo relevo feito de cimento, representando Nossa Senhora do Rosario, cercada de anjos e tendo aos pés dois anjos em adoração.

Logo á entrada vê-se um bonito tapa-vento e uma escada em caracól, que conduz ao côro.

No corpo da capella rasgam-se quatro janellas de cada lado; ahi se acham os 14 quadros da Via-Sacra, e o côro com um harmonium. Tem apenas o altar-mór com as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Rosario, S. José e S. Affonso.

Em dois nichos aos lados, encontram-se as pequenas imagens de S. Bento e Santa Ephigenia. Nos fundos fica a sacristia.

Essa capella custou ao Estado 64:755$815 e está confiada aos padres redemptoristas.

Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. — E' um templo antiquissimo; foi a matriz da antiga freguezia do Curral d'El-Rey.

Sua fachada é baixa e de feio aspecto, Tem a porta da entrada encimada por duas janellas e aos lados as torres.

Entre o tapa-vento e a porta da entrada fica a pia baptismal.

No corpo da egreja acham-se alguns quadros da Via-Sacra, duas tribunas, dois pulpitos, o côro com um harmonium e quatro altares; os do lado do Evangelho, um com o Senhor dos Passos, Nossa Senhora das Dores, S. João Evangelista, Santa Maria Magdalena, S. João Baptista, S. José, S. Francisco de Assis, S. Sebastião e na urna o Senhor Morto; em outro, Nossa Senhora do Rosario. Nos do lado da Epistola, um com S. Miguel, Santa Quiteria, S. Domingos de Gusmão e Nossa Senhora das Mercês; em outro, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia e Santa Barbara. Todos os altares foram dourados em agosto de 1808.

Na capella-mór ha um altar com as imagens de Nossa Senhora da Boa Viagem, padroeira, e de Nossa Senhora da Conceição e em dois nichos lateraes Santo Antonio e S. João Nepomuceno.

Ahi ficam ainda quadros da Via Sacra e dois paineis com a Annunciação e o Casamento de Nossa Senhora. Nas duas portas que dão accesso para o throno lê-se a data — 1788. Nas naves, que são de estylo barroco, tanto do corpo da egreja como do altar-mór, ha pinturas bastante antigas.

Do lado da Epistola fica a capella de Santissimo Sacramento com as imagens do Sagrado Coração de Jesus, no centro, as de Nossa Senhora de Lourdes e S. José, aos lados.

Do lado do Evangelho fica a sacristia com um arcaz e sobre elle um nicho com o Senhor Ressuscitado, um lavabo de pedra sabão com a data — 1793 — e um retrato do Bispo D. Viçoso.

Além dessas egrejas estão em construcção as capeallas de Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora de Lourdes e de Santa Ephigenia.

Palacio Presidencial. — Está construido na eminencia de uma collina, cujo cume foi aplainado, surgindo a vasta praça da Liberdade, onde se assentou a primeira pedra desse edificio a 7 de Setembro de 1895.

A sua fachada é bonita, posto que baixa; os seus lados, porém, mediocres. Não tem a compostura severa dos palacios.

E' elle composto de dous pavimentos e tem a fachada de cantaria lavrada, encimada por um busto da Liberdade, tambem de cantaria.

O primeiro pavimento abrange o perystillo, o vestibulo e o corpo da guarda; o segundo, o salão de honra (na frente),

salão de jantar, bibliotheca, salas de despacho, commodos particulares do presidente e os terraços em fórma de torreões redondos, com o raio de tres e meio metros, circulados por sete janellas guarnecidas de columnas jonicas (fantasia) e o tecto em fórma de metade de um espheroide com pinturas decorativas á oleo. Occupa uma superficie de 1.898 metros quadrados, tendo 36,50 metros de frente, 52 de fundo e 20,50 de altura.

A escadaria de marmore que dá accesso para o segundo pavimento é trabalho de grande gosto artistico.

O vão desta escada é bellamente decorado, tendo no tecto allegorias á Liberdade, á Ordem, á Fraternidade e ao Progresso, e nas paredes e frisa da cimalha, bonitas obras de estuque. No fundo vê-se uma bonita vidraça com *vitraux*, encimada por um escudo, sobre o qual lê-se o lemma dos inconfidentes: *Libertas quæ sera tamen*. O systema Joly foi o adoptado nessa escada, sendo seus corrimões uma artistica obra em ferro com florões e seus degraos de marmore branco.

O salão de jantar é decorado no estylo Luiz XV e guarnecido de grandes pilastras com pintura imitando marmore, com capiteis e bases de bronze dourado. Na frisa da cimalha estão allegorias á Saudação, á Fortuna á Esperança e ao Trabalho.

O salão-bibliotheca e as duas salas lateraes são decorados no estylo Renaissance e o dormitorio no de Luiz XV.

O salão de honra é acanhado, mas bem decorado no estylo Luiz XVI. Tem na ranca do tecto quatro quadros pintados a oleo e no rectangulo central um quadro pintado pelo artista Belmiro. Nas paredes lateraes ficam quatro espelhos e duas portas que dão communicação para duas salas, que se communicam por sua vez com os torreões.

Secretaria do interior. — E' um bello edificio, perfeitamente localisado na praça da Liberdade.

Seu conjuncto é simples, mas bonito. O perystillo, no primeiro pavimento, levantado em columnas doricas de marmore sanguineo, tirado da pedreira do Acaba Mundo; e no segundo de columnas corynthias.

O terceiro pavimento fica em terraço aberto, sem columnas, encimado por uma cupola de ferro, revestida de estuque de ½ de esphera, decorada a oleo azul celeste, tendo no centro, vestindo o vão, um busto em gesso da Republica. Sua decoração interna é simples. O tecto do salão nobre é uma obra artistica de grande merito, assim tambem o assoalho que é de mosaico de madeira embutida. Neste salão está collocado o quadro — A aurora de 15 de Novembro — do pintor mineiro Belmiro de Almeida.

Pareceram-me demasiadas as columnas que se erguem nos vãos das escadas, pois além de lhes tirarem toda a belleza, escurecem o edificio.

Tem este edificio tres pavimentos, medindo 42 metros quadrados de frente ,26 de fundo e 22m,50 de altura, occupando uma superficie de 1.092 metros quadrados. Seu custo foi de 896:934$935.

Secretaria das Finanças. — E' um edificio egualmente bonito, situado na praça da Liberdade e ao lado da Secretaria do Interior.

A fachada apresenta na parte inferior um estylo dorico e na parte superior um estylo coryntbio. Compõe-se de tres corpos, um recentrante, que é o central, e dous salientes aos lados. O corpo central tem tres andares: no andar terreo tem tres portas de dous metros de largura, e nos dous superiores cinco janellas. Os corpos lateraes têm duas janellas em cada andar, tendo as do primeiro pavimento dous metros de largura; são coroados por tympanos triangulares.

Communicam-se os tres pavimentos por uma bella escadaria de systema Joly.

Occupa o edificio uma superficie de 730 metros quadrados, tendo 32m,25 de frente, 22m,65 de fundos e 19 metros de altura. Custou este edificio 753:073$738.

Secretaria da Agricultura.— Tambem edificada na citada praça, em frente á Secretaria das Finanças e com a fachada voltada para o poente, é um edificio grandioso e o mais bonito da cidade, E' de estylo toscano.

Compõe-se a sua fachada de tres corpos, dous salientes e um reentrante todos de tres andares. No primeiro pavimento, em cada corpo lateral, tem duas janellas; pelo corpo central um portão de ferro, largo, ladeado por duas portas, tambem de ferro, mas estreitas: no segundo pavimento, nos corpos lateraes, duas janellas e no corpo central cinco; no terceiro pavimento, uma janella nos corpos lateraes e cinco no central, No frontão dos corpos lateraes lcem-se em relevo as iniciaes S. A.

No primeiro pavimento funcciona a Prefeitura; no segundo a Secretaria da Agricultura, e no terceiro a repartição de Terras e Colonisação. Communicam-se os diversos andares por meio de uma escadaria de ferro com degráos de carvalho, a qual se divide em quatro lances, sendo dous singelos e dous duplos.

As salas são pintadas á oleo e os tectos são de papelão comprimido. Este edificio tem as mesmas dimensões do das Finanças, tendo importado em 733:212$542 a sua construcção.

Secretaria da Policia. — Funcciona em um bello predio, posto que baixo e estreito, em frente ao palacio do presidente. Compõe-se de dous pavimentos: no primeiro ficam a sala do commandante da guarda, o dormitorio das praças e um xadrez; no segundo, em salas acanhadas, a secretaria e o gabinete do chefe de policia, onde se encontram os retratos do Marechal Deodoro e dos drs. Silviano Brandão e Bias Fortes.

Nos fundos levanta-se um outro predio terreo, onde funccionam a primeira delegacia, o archivo e o gabinete do medico.

Mede de frente 20m,70 e dos lados 10m,50 tendo 13m,50 de altura. Custou 40:000$000.

Faculdade Livre de Direito.— Fica situada entre a rua dos Guajajaras e as avenidas Liberdade e Alvares Cabral, e é um dos edificios de mais bella perspectiva da capital, pela sua esplendida colocação, sendo visto a grande distancia. Tem cinco frentes, 12,m²80 de altura e é cercado por um jardim fechado por um gradil de ferro. Sua entrada principal é pela praça da Republica. Dá-lhe accesso uma escada de cantaria lavrada. Compõe-se de dous pavimentos, encontrando-se no primeiro seis salões para aulas, portaria e sala de chapéos; e no segundo o gabinete do director, a secretaria, a bibliotheca com mil volumes, o vestiario ou sala das becas; e dous salões do gráo e da Congregação, este com o retrato do dr. Affonso Penna.

Todas as salas de aulas têm bancos e uma tribuna; na sala de medicina ha um manequim e diversos quadros anatomicos.

Imprensa Official.— Está situada na avenida Paraopeba, em um grande edificio sem estylo e baixo. Compõe-se de dous pavimentos: no primeiro fica a porta de entrada e duas janellas largas de cada lado; no segundo tres janellas egualmente largas. Nas extremidades do primeiro pavimento vêm-se as armas do Estado em cimento e no frontão do segundo pavimento as armas da Republica e em cima o distico *Imprensa Official*.

Tem gabinete do director, com o retrato do Marechal Floriano, duas grandes salas de composição, sala de revisão, sala de impressão e no segundo pavimento dos fundos sala de pautação e encadernação.

Dispõe de tres machinas de impressão: viuva Alauzet, de um cylindro; Marinoni de dous cylindros; e de rotação (Marinoni), com quatro cylindros, sendo dous fixos e dous de madeira; e um motor da força de cinco cavallos.

Na officina de pautação encontra-se uma machina de pautar com rodinhas, uma outra machina de pautar com pennas, uma de Karl-Krause para cortar etiquetas, rotulos e envolucros (enveloppes); uma outra de aparar e uma prensa de bom tamanho. Na officina de encadernação existem uma machina de aparar, uma de costurar arame, um facão de de cortar papelão, uma machina de picotar e uma prensa.

Está projectada uma officina de fundição.

Nas suas officinas é impresso o *Minas Geraes*, que conta 10 annos de existencia, tendo o primeiro numero apparecido em 21 de abril de 1892. O edificio custou ao Estado: 290:691$383.

Forum. — Está situado em um quarteirão formado pelas ruas Pernambuco, Parahyba, Tymbiras e avenida Carandahy, fazendo frente para a praça Benjamin Constant.

Occupa um vasto predio de dois andares, com 3 portas e 16 janellas no primeiro pavimento e 19 janellas no segundo.

No primeiro pavimento funccionam o juiz da primeira instancia, tribunaes do jury e correccional e escrivães; no segundo o Tribunal da Relação, a secretaria do Tribunal, a bibliotheca e o cartorio dos escrivães de appellação.

A sála do Tribunal da Relação é bem ornada. A' cabeceira do presidente vê-se um bello quadro do artista Petit, representando a Justiça. O custo deste predio foi de 292:108$933.

Senado.— Funcciona em um predio estadoal de dois andares, situado na avenida Paraopeba, esquina da rua Bahia. No segundo pavimento ficam as salas de sessões das commissões, archivo e secretaria; no primeiro a Junta Commercial.

Camara dos Deputados.— Funcciona na rua Bahia, esquina da dos Tupys, em um predio alugado.

Quartel Policial.— Fica situado na praça Bello Horizonte. Inferior ao de S. Paulo, é muito superior ao da Capital Federal.

Está perfeitamente localizado, em logar descampado, muito varrido pelos ventos e com todas as condições hygienicas.

A fachada principal mede 112,m50 de comprimento. Compõe-se de cinco corpos; um central de 28 metros de comprimento e 15 de altura, dois lateraes mais baixos e dois torreões nas extremidades.

No pavimento terreo alojam-se, á esquerda, o esquadrão de cavallaria, e a direita a 1ª companhia de infantaria do 1º batalhão, no centro o estado-maior, o corpo da guarda, e o xadrez de um lado, a solitaria e a arrecadação do arreiamento do outro.

No pavimento superior, na frente, a sala do commandante da Brigada e a secretaria; nos fundos o gabinete e a secretaria do commando, sala da ordem e a arrecadação do quartel-mestre, tudo do 1º batalhão.

No lado direito acham-se alojadas duas companhias e a banda de musica, esta no torreão. O lado esquerdo ainda está por concluir.

Parallelamente ao flanco da direita e perpendicular á frente corre uma outra ala, onde estão alojadas tres companhias com suas respectivas reservas. Desta ultima ala segue-se uma outra, formando com a primeira um angulo, onde se acham a cosinha e a dispensa, com 20 metros por 7,m50, e um vasto refeitorio de 32 metros por 7m,50.

Aos fundos fica a secretaria, de 16 metros para 60 metros de comprimento, com o solo todo calçado a parallelepipedos e baias com bellos cavallos mineiros.

E'irreprehensivel o asseio que se nota em todo o quartel e a perfeita ordem e disciplina das praças, graças ao commandante da Brigada, o intemerato republicano coronel Alfredo Vicente Martins.

Proximo ao quartel e junto á egreja de Santa Ephigenia está em adeantada construcção uma linha de tiro reduzido de 300 metros de extensão e 10 metros de largura. O custo do quartel foi de 757:261$172.

Nos arredores foi reservada pelo Prefeito uma grande area de terreno que só pode ser habitada por soldados.

Capella de Santa Ephigenia — Proximo ao quartel e fazendo frente para a avenida Floriano Peixoto ergue-se a capella de Santa Ephigenia. E' de estylo gothico e tem 24 metros de comprimento ,nove metros e 65 centimetros de largura e 19 metros e 85 centimetros de altura. Possue um unico altar com as imagens de Santa Ephigenia com um metro e 10 centimetros de altura, Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto com 50 centimetros.

Mercado.— Acha-se situado na praça Quatorze de Fevereiro. E' de fórma rectangular, todo de ferro com columnas repousadas em cantaria.

No lado posterior existe um pavilhão central, quadrangular, com columnas, tendo uma area total de cem metros quadrados, completamente abertos. Esse pavilhão é destinado ao commercio dos tropeiros, que fazem seus negocios separados dos demais mercadores.

O edificio tem uma frente de quarenta e dous metros quadrados de comprimento por quatro metros quadrados de largura e duas alas lateraes, que medem 21 metros de comprimento por quatro metros quadrados, cada uma.

O frontispicio é embellesado por dous torreões de 13 metros quadrados de altura, por quatro metros quadrados, de comprimento e quatro de largura, collocados nas duas extremidades.

O portão principal, que mede quatro metros quadrados, de largura, está collocado na parte central.

As frentes e as duas alas lateraes são divididas em 48 pequenos commodos de 2m2×2m2 subdivididos entre si até á altura de um metro por chapas de ferro e dahi para cima com grades. Todos esses commodos são munidos de portas para o exterior.

Em toda a largura desses compartimentos, para o lado externo, existem grades de ferro, entreliças, que podem abrir ou fechar á vontade, sendo elles destinados a diversos ramos de commercio a varejo, tendo uma mesa e varias pratileiras.

O edificio é coberto de zinco e circumdado por um passeio de dous metros de largura, protegido pelas saliéncias do telhado; o chão é cimentado.

Tem 16 metros quadrados os dous compartimentos correspondentes aos torreões, empregando-se nellos o mesmo systema de grades.

No seu genero é o unico em toda a Republica.

O seu custo foi de 190:938$917.

O movimento de generos entrados e sahidos no mercado de janeiro a junho de 1901 importou em 309:593$000.

Externato do Gymnasio Mineiro.— Funcciona em um predio mal situado nos fundos da Secretaria do Interior, ao lado do Laboratorio de analyses, e com frente para a rua da Bahia. Esse predio destinava-se á Imprensa Official do Estado.

Mede 78 metros de frente e compõe-se de cinco corpos, um central saliente, dous reentrantes lateraes e dous torreões nas extremidades.

Tem dous pavimentos: No primeiro pavimento ha seis espaçosas salas de aulas; no sengundo o Pantheon (no torreão do sul), duas salas, onde funccionam aulas de sciencias naturaes, um salão de 33 metros de comprimento, que serve de arrecadação, a secretaria, o gabinete de director e a bibliotheca, com 4.000 volumes: os tres ultimos no torreão do norte.

Causou-me a melhor impressão a visita que fiz a esse estabelecimento, pelo asseio, disciplina e rigor pedagogico que encontrei nas suas diversas aulas.

O Gymnasio foi trasladado de Ouro Preto em março de 1899

Santa Casa de Misericordia.— Está situada na praça Quinze de Novembro.

Está apenas começada, mas, concluida, será um edificio que fará honra á cidade.

A entrada está collocada em um edificio original, em que se acham as curvas do gothico com as linhas horizontaes do grego e os arcos romanos, dando ao seu conjuncto um aspecto imponente que muito enaltece o architecto Piffer.

O grande portão é apoiado em duas columnas bysantinas.

A porta principal é de cedro e canella, onde se notam bellas obras de talha.

O ornato é todo de cimento. No frontão vê-se a estatua da Caridade de 1m,60 de altura, e abaixo o symbolo do Monte Carmelo, pois o hospital tem como padroeira Nossa Senhora do Monte do Carmo. No alto da porta da entrada lê-se — Santa-Casa.

A entrada é de cantaria de pedra com patamares tambem de cantaria.

A frente do terreno, em que está o edifidio tem 120 metros e é fechada por balaustradas polychromicas.

Ao lado se acham, em planos differentes formando as alas do edificio, as enfermarias vastas de 8×30 internamente bem arejadas, com seus tectos curvos, com grandes janellas com bandeiras de vidro, que giram em torno de um eixo.

Uma destas enfermarias se acha prompta e funccionando como enfermaria da Brigada Policial e tem o nome de — Emygdio Germano — justa homenagem ao caritativo e incansavel provedor de tão pia instituição.

O edificio central é de sobrado e tem um grande portão, onde vão ser alojados o laboratorio chimico, deposito e quartos para o pessoal que alli estiver de serviço. Na entrada acham-se a espaçosa sala de banco, pharmacia, sala de consultas, gabinetes dos medicos e sala de operações; na parte superior, a secretaria e gabinete do provedor, grande salão de honra e dous quartos para doentes pensionistas.

O tecto do salão de honra é curvo e vae receber ricos ornatos de madeira e papelão.

A escadaria, em construcção, é do peroba em dous lances convergentes para um unico depois de um pequeno patamar.

As primeiras enfermarias provisorias são barracões de ferro e lona de 5×12, tendo capacidade para 18 leitos. Ha um para homens, um para mulheres, um para maternidade, um completamente isolado para tuberculosos, dous menores para a administração e sala de operações e um de telhas e tijolos para cozinha, refeitorio, banheiros e dispensa. Esses barracões são os que se usam nos hospitaes de campanha do exercito allemão, de onde vieram por encommenda.

Ha 50 camas articuladas de ferro e engenhosas no seu systema, que é o mesmo usado no exercito allemão, facilitando o seu transporte para ser feita a limpeza diaria.

Os novos edificios estão sendo construidos de accordo com o que ha de mais moderno em hospitaes. Bem ventilados, magnifica installação sanitaria e sobre solo estanque.

Cemiterio. — Fica, cerca de tres kilometros do centro commercial, em uma elevação.

Abrange uma area de 171.400 metros quadrados, dos quaes apenas 10.000 são convenientemente tratados, cortados de ruas de quatro metros de largura onde se acham as covas. No centro da area actualmente occupada eleva-se o Necroterio, edificio simples, mas de apurado gosto architectonico.

Guarda os ultimos despojos dos drs. Matta Machado e Kubitschek, do desembargador Prestes Pimentel, do Coronel Mariano de Abreu e do saudosissimo poeta Arthur Lobo.

Estação de M.nas.— Construida em um terreno suavemente inclinado, á margem esquerda do ribeirão Tiradentes, no limite da area destinada á cidade, no fundo de uma bella praça de 200×220 metros, é um bonito edificio.

E' composta de dous pavimentos e uma torre de 23 metros de altura, da qual se gosa de um esplendido panorama. Nesta torre está collocado um mostrador que mede 58 metros de frente e 16 de altura.

Na frente ha entradas lateraes, em rampas macadamisadas para carros, sob um portico.

A *gare* é extensa. Ao seu lado está o grande armazem com uma area de 580 metros quadrados. O serviço de recepção e entregas de cargas é feito completamente independente do da estação, havendo plata-fórmas para entrada (de um lado) e sahida (do outro) das cargas.

Parque. — Lindissimo, é um dos primeiros da Republica, occupa uma area de 572.400 metros quadrados, da qual sómente está beneficiada uma parte, onde existem diversos grupos de arvores já bem desenvolvidas e em sua superficie tres lagos e tres grandes repuxos. E' de fórma quadrangular e contornado por quatro grandes avenidas. Tem desveladamente cuidado, um viveiro, que fornece arvores para a cidade. O prefeito pensa estabelecer ahi uma secção zoologica.

Matadouro. — Afastado cerca de tres kilometros da cidade, com uma baixada disfarçada, enfrentando quasi com o Quartel da Brigada Policial, occupa uma area de 500 mil metros quadrados, cercado de arame farpado. Fica á margem direita do ribeirão Tiradentes, que o separa do leito da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Compõe-se de um galpão, tendo na parte superior uma sala para a residencia dos empregados e na inferior commodos para guardar arreios e todo o material rodante da Prefeitura. Seguem-se depois a casa do administrador, um espaçoso curral e duas cocheiras.

Separadas desse galpão, ficam duas casas para familias de trabalhadores, e dous curraes, um destinado á prisão de animaes sem dono, encontrados na via publica, e outro onde descança o gado destinado ao estilete do magarefe e com uma grande coberta, onde o gado se recolhe para evitar as ardencia do sol. O gado, condemnado á morte, entra por um cercado para uma prancha sobre a qual elle cahe sem vida. Esta prancha move-se sobre rodilhas até um grande telheiro, onde o animal é esquartejado.

Contiguo a este telheiro ha outros para porcos e carneiros.

Ostelheiros da matança tem o solo todo cimentado e um declive para regos, para onde desce o sangue e por onde corre agua com abundancia.

O lugar do Matadouro é todo plantado de eucaliptus, cazuarinas e diversas outras arvores.

E' irreprehensivel o asseio que ahi se nota, bastando dizer-se que os urubús não esvoaçam ao redor por não encontrarem detritos com que se possam alimentar.

Palacio da Exposição Permanente— Com o patriotico intuito de collecionar as innumeras riquesas do opulento Estado e desdobral-as á vista indagadora do extrangeiro que visitar a Capital, ideou o dr. Bernardo Monteiro, actual prefeito, um grandioso edificio que está sendo construido na praça do Progresso.

Para realização desse *desideratum* appellou o prefeito para as municipalidades do Estado, que pressurosas tem trazido o seu contingente para a realização de tão alevantado *tentamen*.

E' esse um assignalado serviço que, reunido a muitos outros que já tem prestado, dão ao dr. Bernardo Monteiro jús á gratidão eterna do seus comprovincianos.

O vasto edificio occupa em toda a sua extensão as faces do quarteirão 47 da 6ª secção urbana, que olham para as avenidas Carandahy e Parahybuna.

E' assentado sobre uma plataforma de quatro metros e meio de largura.

As fachadas nas referidas avenidas têm cem metros de extensão cada uma, distribuidos pelos diversos corpos; nos extremos ha dous pavilhões octogonaes circumscriptos em um circulo de cinco metros de diametro; um pavilhão central rectangular e dous outros intermedios egualmente rectangulares.

Além dessas duas fachadas, tem a da entrada principal, que faz tôpo á avenida do parque, no chanfrado do quarteirão. Esta compõe-se dos pavilhões dos extremos das grandes fachadas, formando com um pavilhão de maiores dimensões uma fachada de 16 metros.

O corpo geral das grandes fachadas é symetricamente guarnecido por pilares agrupados e janellas emmolduradas e conjugadas duas a duas.

A largura normal em todo o edificio é de 14 ½ metros, a area coberta é em seu total de 3.200 metros quadrados sem os segundos pavimentos dos pavilhões.

A altura do edificio é de oito metros em seu corpo geral e nos pavilhões de 15, sem contar nessas alturas as cupolas e os telhados.

O estylo é o que se emprega em construcções industriaes, sendo, porém, observadas as proporções do dorico no corpo geral e primeiros pavimentos dos pavilhões e o corynthio nos segundos pavimentos dos mesmos pavilhões.

Bibliotheca da Prefeitura— Está situada na rua da Bahia, proximo ao theatro provisorio Soucasaux.

Conta 4.000 volumes de obras escolhidas e um rico museu mineralogico.

Edificios Projectados — Estão projectados: uma monumental matriz, o palacio do Congresso, o polytheama, a egreja methodista, o edificio da sociedade Italiana de Beneficiencia e Mutuo Soccorro, a enfermaria Ferreira de Araujo, para tuberculosos e a capella de Santo Antonio, no alto da estação, á rua Januaria.

Entre os edificios prestes a concluir-se notam-se as capellas do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora de Lourdes e de Santa Ephigenia e o palacio da Exposição Permanente.

Predios Particulares. — Dentre muitos predios de gosto que possue a cidade, destacam-se o palacete Santa Marinha, o hotel Antunes e o Grande Hotel, situado na rua da Bahia, esquina da avenida Paraopeba. Tem 18 metros de altura, fachadas de 40 metros; é de dois andares e dispõe de 52 quartos em cada ala e quatro salões.

Emplacamento da C.dade. — Brevemente inaugurar-se-ha a numeração das casas e a nomenclatura das ruas por meio de placas de ferro esmaltado.

O systema de numeração das casas é original, invenção do fallecido engenheiro dr. Manoel Machado Nunes Penna. Consiste em dar-se ao numero da casa a quantidade exacta de metros em que o eixo da porta se acha do principio da rua. Esse systema consta-nos ser o primeiro empregado no mundo, apresentando as vantagens não só de dar immediatamente as distancias relativas, como tambem de tornar-se immutavel a numeração adoptada.

Calçamento e Arborisação. — Acha-se já calçado um grande trecho da cidade com alvenaria de pedra e *macadam*. O centro da praça da Liberdade é calçado a parallelepipedos e junto da Secretaria da Agricultura a polyedros. Os passeios são de dous metros de largura, os das avenidas de 2m,50 e os da avenida Affonso Penna de tres metros. São construidos de alvenaria, pedra plastica, cimento e ladrilhos e guarnecidos de meios fios de alvenaria.

A cidade está quasi toda arborisada, guardando as arvores uma distancia de dez metros umas das outras. As ruas, avenidas e praças têm dous, quatro e seis renques de arvores.

Serviços de aguas.— A cidade é uma das mais bem abastecidas do Brasil. Os estudos para a captação e distribuição são devidos á competencia profissional do engenheiro Francisco de Paula Bicalho.

Foram estudados diversos mananciaes, que asseguram um farto abastecimento a uma cidade de 200 mil almas:

destes, porém, foram captados sómente os denominados Phelippe dos Santos (Serra) e Cercadinho, bastantes para o abastecimento de 30 mil habitantes á razão de 400 litros para cada um em 24 horas.

O Cercadinho, o mais importante dos dous, tem a sua captação na cota 968.500 metros e vem ter ao reservatorio da cidade por uma linha dupla de conductos forçados, atravessando um tunnel de 402 metros; até este ponto as linhas são de 0,40 de diametro e dahi ao reservatorio de 1,35, com a extensão total de 4.110 metros. Este reservatorio, que não está ainda concluido, terá a superficie livre de suas aguas na cota 938 e terá a capacidade de 15 milhões de litros.

As aguas entrarão neste reservatorio depois de despenhárem-se de uma cascata de cerca de 14 metros de altura, que tem por fim arejal-as. Por falta da conclusão deste reservatorio, as aguas deste manancial passam directamente por um outro de quebra-carga, situado em ponto mais baixo da cidade. A linha adductora é provida, nas proximidades da repreza, de uma caixa de areia de grande capacidade, onde se obtem a perfeita decantação das aguas.

O outro manancial captado é o Phelippe dos Santos (Serra).

Está captado na cota 987 e da repreza, passando tambem por uma caixa de areia de grandes proporções, onde são expurgadas das areias e materias pesadas, vem ter ao reservatorio por uma linha 0,30 de diametro com a extensão de 1.300 metros; este reservatorio de accumulação e de distribuição está situado em uma collina que fica além do morro do Cruzeiro.

Muito menor que o Cercadinho, tem o Phelippe dos Santos a capacidade de 2.600.000 litros e as suas aguas na cota 984.000 metros.

Este reservatorio é destinado ao abastecimento dos bairros suburbanos mais altos da cidade e da zona urbana constituida pela setima secção.

Attendendo á diversidade de altitudes em varios pontos da cidade, foi ella dividida em quatro zonas para o calculo da rede da distribuição, sendo esta servida, alem disto, por duas caixas de quebra-carga uma situada no morro do Cruzeiro e outra nas proximidades da praça da Liberdade, com a capacidade de 1.100.000 litros.

Convenientemente calculada a rede, a agua é muito regular e abundantemente distribuida em torneiras livres.

Esta liberdade no consumo produz grandes desperdicios e a Prefeitura procura por cobro a tão grande inconveniente, que, a nosso ver, só será sanado por meio dos hydrometros.

E' de cerca de 13.092.200 litros por 24 horas ou 545.712 litros por hora, na media, devendo ser ainda maior este ultimo algarismo nas horas de maior consumo. Ora, os reservatorios actuaes — o do Phelippe dos Santos (Serra) e a caixa da praça da Liberdade — têm os dous a capacidade total de 3.000.000 de litros, de onde se conclue que uma chuva prolongada que produza grandes enxurradas, por espaço de seis horas, durante o dia, occasionará falta dagua para o abastecimento.

Evitados os desperdicios com uma regular distribuição da agua, a população não soffrerá.

Exgottos.— Projectada tambem pelo illustre engenheiro Bicalho, tem essa cidade uma magnifica rede de exgottos do systema *tout á l'égout*, já servindo toda a parte urbana habitada e cujo maior emissario, de secção oval, tem de altura 2m,07 e de abertura 1m,60.

Todos os grandes collectores são de fórma oval, até um metro de abertura, de fórma circular de um metro de diametro até 0,60 e são construidos de alvenaria de tijolo requeimado e revestidos com argamassa de cimento.

Abaixo do diametro de 0,60 são empregadas manilhas de grés vidrado, de optima qualidade, fornecidas pela fabrica do dr. João Pinheiro, em Caethé, não sendo adoptado nas vias publicas diametro inferior a 0,20.

A rede é abundantemente provida de poços de visita (*regards*) e de ventilação de modo que o arejamento tem logar com grande franqueza e abundancia. Não são empregados os filtros de carvão, aliás hoje condemnados, e nenhum desprendimento de gazes se percebe pelo olfato nas vias publicas, graças á sua ventilação e irreprehensivel limpeza. Conta grande numero de caixas automaticas de lavagem e muitas outras estão sendo montadas.

As installações domiciliarias são feitas com o maior escrupulo e obedecem ás modernas prescripções da hygiene, sendo todos os apparelhos munidos de siphões ventiladores. Os *water closets* são dos mais aperfeiçoados e abundantemente servidos d'agua.

A respeito de exgottos, Bello Horizonte não receia o confronto com qualquer outra cidade da Republica.

Illuminação.— O systema electrico é o adoptado.

A força motriz é fornecida pela cachoeira do Freitas, que tem a queda de 36 metros.

A agua é levada á turbina por meio de uma calha e por um encanamento de aço de 1m,000 de diametro e 412 metros de comprimento.

As machinas empregadas para a producção da corrente são dous dynamos de corrente alternativa, biphasicos, conjugados directamente á duas turbinas Victor, que produzem a força de 450 cavallos cada um. Os dynamos são da companhia Westinghause, do typo mais moderno, debitando 300 *kilo-watts* cada um.

A corrente na sua origem tem 400 *wolts* e 375 *ampers*, e é elevada a 4.000 *wolts* e com esta tensão é transportada á cidade por tres conductores de cobre com o diametro de 0m,008 sobre postes de ferro com seis kilometros de extensão, que é a distancia entre o Freitas, onde se acha a usina, e a estação distribuidora.

A chegada da corrente a esta estação, a tensão é descida a 2.000 *wolts* e a illuminação é feita em series de 20 lampadas distribuidas por quatro *circuitos*, sendo dous publicos e dous particulares.

A energia particular e dos edificios publicos é fornecida a 100 *wolts*, o que se consegue empregando transformadores para cada installação.

A illuminação publica é feita por meio de lampadas incandescentes, que tem a força illuminante de 32 velas, e são em numero de 600, distantes umas das outras 35 metros.

Os fios são supportados por 1. 000 postes de ferro, com cruzetas de madeira e isoladores de vidros com tres saiotes.

A illuminação dos edificios publicos é feita por lampadas com intensidade de 16 e 32 velas, a da praça da Liberdade com as de 1.000 e 32 velas e a dos predios particulares com as de 6,10, 16, 24 e 32 velas. As lampadas tem entre si a distancia de 35 metros.

A estação distribuidora está situada no centro da cidade entre as avenidas Carandahy e Affonso Penna, com frente para a praça Benjamin Constant e nas proximidades do Forum, tendo nos fundos o posto de Bombeiros.

Nella se acham installados os apparelhos de distribuição, que são os mais modernos e aperfeiçoados.

Locomoção.— A locomoção facil, rapida e por preços modicos tem sido uma das preoccupações do actual prefeito. Os bonds são um elemento de progresso para uma cidade, principalmente para Bello Horizonte, cuja extensão é assás consideravel.

Acceita como melhor a tracção electrica, estão feitos estudos nas cachoeiras do Tiradentes, que ficam abaixo da actual usina, para a producção da força necessaria á tracção de bonds na cidade, devendo o restante da energia electrica ser empregado no desenvolvimento da illuminação e fornecimento de força a pequenas industrias.

Em diversos trechos das ruas e avenidas já se acham assentes trilhos, e é de esperar que dentro em breve sobre elles corram os vehiculos americanos, dando á cidade a animação dos grandes centros populosos.

População.— A população da cidade nas zonas urbana, suburbana e colonial é de 12.464 habitantes. Ha 3.000 italianos.

Nascimentos e Obitos.— Durante o anno de 1900 nasceram 515 individuos, dos quaes 262 eram do sexo masculino e 253 do feminino; morreram 367, dos quaes 210 eram do sexo masculino e 157 do feminino, 50 casados ,17 viuvos e 291 solteiros.

Durante o 1º semestre do anno corrente (1901), nasceram 245, dos quaes 123 eram do sexo masculino e 122 do feminino; morreram 160, dos quaes 94 eram do sexo masculino e 66 do feminino. 122 solteiros, 26 casados, 8 viuvos e 4 de idades ignoradas.

Cumpre notar que no numero dos fallecidos estão incluidos os *nati-morti*.

Instrucção.— Além da Faculdade Livre de Direito e do Externato do Gymnasio Mineiro, conta a cidade oito escolas publicas de instrucção primaria e os collegios particulares: Esternato Infantil, Collegio da Immaculada, Collegio do Santissimo Coração de Maria, Collegio Schimidt e Collegio Silva.

Associações.— Na cidade funccionam a Sociedade de Medicina, Cirurgia e Pharmacia, a Sociedade Litteraria Bello Horizonte, o Apostolado do Santissimo Coração de Jesus, a Conferencia de Nossa Senhora da Bôa Viagem, a Conferencia de S. José aggregada á Sociedade de S. Vicente de Paulo, o Club Floriano Peixoto, que tem por fim elevar a memoria dos benemeritos da Patria, principalmente a do Marechal Floriano Peixoto, e commemorar as principaes datas nacionaes, o Club das Violetas, o Club Rosc, o Club Carnavalesco Diabos de Luneta, a Corporação Musical Lyra Mineira, e as lojas maçonicas Roma Segunda, Deus, Humanidade e Luz, e Bello Horizonte.

Esta ultima funcciona em edificio proprio na rua Rio de Janeiro, esquina da rua Goytacazes. Não está concluido ainda, tendo apenas o grande salão de honra com 14 mesaninos dos dous lados entremeiados de columnas de estylo corynthio e de capiteis dourados.

O tecto é recamado de estrellas e na frisa da cimalha observam-se os emblemas maçonicos pintados a oleo. A fachada está em adeantada construcção. E' illuminada á luz electrica.

Projecta a loja estabelecer nos fundos um Lyceo de Artes e Officios com aulas nocturnas.

Entre as sociedades beneficentes, notam-se a Sociedade Humanitaria da cidade de Minas e a Italiana de Beneficencia Mutuo Soccorro.

Clima.— E' temperado. No verão o thermometro nunca attingiu a 30º e no inverno jamais desceu 3º acima de zero, mesmo nos lugares baixos.

Não ha molestias endemicas. Nos arredores da cidade não ha um só pantano.

Lavoura.— E' a cidade cercada por tres zonas: a mineral, agricola e pastoril.

No districto da cidade ha differentes fazendas de café, canna e criação.

E' abundante a cultura de fructas.

Pontes.— Dá ingresso á Capital a ponte David Campista, sendo tambem digna de menção a denominada Artistica, na avenida Tocantins, ao lado do parque: ambas são sobre o ribeirão Tiradentes.

Sobre o canal que atravessa as avenidas Affonso Penna e Parahybuna existem outras, assim como sobre diversos corregos que cortam a cidade, muitas, porem de pouca importancia. Ao todo ha 25 pontes.

Bairros e Povoados. — Na parte suburbana encontram-se os bairros: Lagoinha, Menezes, Cardoso, Alto da Favella, Serra, Mangabeira, Christopolis (antigo Acaba Mundo), Pinto, Barro Preto e Carapuça.

Na parte colonial encontram-se as colonias: Corrego da Matta, Bias Fortes, Adalberto Ferraz, Affonso Penna e Carlos Prates, com cerca de 400 familias localizadas, compostas de italianos, hespanhoes, portuguezes e nacionaes.

Na parte dos sitios, além de numerosas fazendas, notam-se as seguintes povoações: Calafate, Bom Successo, Mergulhão, Pião, Bento Pires, Pampulha, Onça, General Carneiro, e Piteiras.

Das fazendas destacaremos duas pertencentes a Prefeitura: a do Cercadinho, com 100 alqueires de terras proprias para a cultura e criação, distante da cidade cinco kilometros e actualmente arrendada, e a do Barreiros. Esta ultima dista 15 kilometros da Capital e está situada na fralda de um morro, na assentada de um contraforte da serra do Curral. Tem 500 alqueires de 100 braças por 50.

O seu nome de Barreiros provém da enorme quantidade de salitreiras nella existentes, e que lhe redobram a importancia.

E' banhada pelo rio das Posses, corregos Antonio Francisco e Clemente, tributarios do Tiradentes.

Nella fica invernado o gado durante um mez e depois desse praso, e após um exame escrupuloso, é então confiado ao Matadouro, afim de ser abatido. Desta arte a cidade é sempre provida de excellente carne.

Além de boas pastagens, tem a fazenda crescida plantação de café e roças de milho.

Limites do Municipio.— Vão da serra do Curral, seguindo o alto da Mutuca, descendo a serra do José Vieira e vertentes do Jatobá, espigão da Pantana, e por este espigão até o alto do Riacho e o espigão da Agua Branca comprehendendo as fazendas dos Carneiros, João Gomes, Campos, Bento Pires Velho, pelo ribeirão da Pampulha abaixo ao rio das Velhas, inclusive a fazenda do Capitão Eduardo, e pelo rio das Velhas acima até General Carneiro e dahi ao espigão dos Pagareis, por este acima até Bernardo Pereira e serra do Taquaril e seguindo por esta até a do Curral, onde começaram as divisas, ficando dentro do municipio todas as suas vertentes.

Prefeitos.— Dr. Adalberto Ferraz, nomeado por decreto de 1 de janeiro de 1898; dr. Francisco Salles, nomeado por decreto de 1 de fevereiro de 1899.

Exerceram interinamente este cargo por algum tempo os drs. Americo Werneck e Wenceslao Braz.

Por decreto de 12 de Setembro de 1899 foi nomeado o Dr. Bernardo Pinto Monteiro.

Datas Historicas.— A commissão constructora da nova capital foi creada em 14 de fevereiro de 1894 e iniciou os seus trabalhos no dia 1 de março do mesmo anno.

Em 4 de novembro de 1895 foi expedido o primeiro alvará para construcção de predio particular.

Em 7 de setembro de 1895 foram assentadas as pedras fundamentaes dos edificios publicos e iniciada a construcção dos mesmos.

A lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, auctorisou a transferencia da Capital de Ouro Preto para Bello Horizonte.

A cidade foi installada officialmente a 12 de dezembro de 1897, data em que nella se installou o Governo.

A Prefeitura da cidade foi creada em 29 de Dezembro de 1897.

A commissão constructora foi extincta em 8 de janeiro de 1898.

Por occasião da creação da nova capital, recebeu esta denominação de cidade de Minas.

A lei n. 302, de 1 de julho de 1901, deu-lhe, porém, a denominação de Bello Horizonte, o que só se tornou effectivo, segundo preceitua a Constituição do Estado, em 11 de agosto proximo findo:

Imprensa. — Os primeiros jornaes que appareceram na cidade foram: a *Capital* redigido pelo coronel Francisco Bressane, actual director do *Minas Geraes*; o *Bello Horizonte* redigido pelo Padre Francisco Martins Dias. Seguiram-se depois: o *Diario de Minas*, fundado por Mendes Pimentel e Sabino Barroso e actualmente redigido por Lindolpho Azevedo e Assis das Chagas; o *Jornal do Povo*, que cessou a publicação; a *Tribuna Catholica*, orgão official do Bispado de Marianna; o *Norte*, orgão dos academicos; o *Commercio de Minas*, orgão da Associação Commercial de Minas; a *Revista*, da Faculdade Livre de Direito; o *Forum*, revista de jurisprudencia, dirigido pelos drs. Theophilo Ribeiro e Franzen.

Publica-se tambem o *Minas Geraes*, orgão official do Estado.

Custo da Capital.— Com a construcção da nova capital inclusive o ramal ferreo de Bello Horizonte, gastou-se 33.073:000$, sendo dinheiro sahido do thesouro do Estado 29.536:000$135 e renda arrecadada pela commissão constructora com a venda de terrenos 3.537:000$269. Da quantia total se deve abater 2.800:000$, importancia porque o Estado vendeu á União o ramal ferreo, e 2.000:000$, importancia despendida com as casas de funccionarios, que se acham hypothecadas ao Estado.

Industrias.— O prefeito, dr. Bernardo Monteiro, tem se preoccupado seriamente em crear a industria na cidade, pelo que dá terreno gratis e força motriz electrica áquelles que nella pretendam estabelecer industrias de certa ordem.

Considerações Finaes.— Bello Horizonte não apresenta a monotonia das cidades de planicie: o accidentado de seu solo dá-lhe uma certa graça e encanto, permittindo á vista gosar de variados e lindos panoramas.

Para quem sobe aos seus pontos elevados o espectaculo é egual ao que teria o observador que se collocasse á beira-mar ou no alto de uma collina, e contemplasse o oceano revolto, com suas vagas aureoladas de branca espuma e espaçadas por valles não profundos.

Com effeito, as ondulações do terreno, formando especies de pequenas coxilhas com bellos predios erguidos em seus pouco elevados cimos, cortadas por largas e rectas ruas, ensombradas de arvores corpulentas e copadas, fazem com que Bello Horizonte se apresente garrida e feiticeira, e convide a quem a visita a fixar nella residencia.

Bello Horizonte! despeço-me de ti com o coração dilacerado pela mais cruciente saudade.

Quantas vezes nessas tardes encantadoras, que só tu as tens, sentado á minha mesa de trabalho, minhas vistas espraiando-se pelos teus horizontes quasi sem fim, com tuas montanhas enlaçadas por uma cinta de tenue nevoa, não se me affigurava contemplar a formação de um desses lagos fantasticos com as aguas alvas e tranquillas!

Quantas vezes, á noite, eu não suppunha ver nas estrellas que recamam teu lindo céo, a imagem de meu querido filho, aos quinze annos roubado á vida.

Bello Horizonte! vou deixar-te.

Antes de partir, uma supplica tenho a fazer-te:

Guarda no sacrario da tua alma a lembrança do meu estremecido amigo Bernardo Monteiro que te ama como um filho ama sua idolatrada mãe!

Bello Horizonte: Adeus!

BELLO MONTE Arraial do termo de Porto da Folha, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

BELLO MONTE. Log. do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma.

BELLO SUL. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Cariacica.

BELMONTE. Barra na Bahia. Accrescente-se no fim: O capitão-tenente Viriato Hall (*Rev. Maritima Braz.* Anno XXII, n. 3), diz: « A barra deste rio (Belmonte) é facil de conhecer-se pelo pharol que nella existe, pela vista da cidade e pela cor amarellacia das aguas, que vai a muitas milhas da costa. Os bancos da foz deste rio, que arrebentam, vão 3ª fóra. Neste logar acha-se numa torre de ferro de esteios de rosca, systema Mitchell, construido na foz e margem dir. do rio, um pharol, cujo plano focal tem 35 metros de altura, exhibindo uma luz de lampejos brancos de 10 em 10 segundos, visiveis a 18ª com tempo claro. Na barra do rio Belmonte ha apenas de seis a sete pés de agua com maré cheia, sendo o canal da entrada muito sinuoso e só proprio para barcaças ou navios de muito pequeno porte. Marcando-se o pharol a W— está-se livre dos bancos da barra do rio e pode-se arribar e navegar bem perto de terra, porquanto a costa deste ponto até Cannavieiras é limpa e funda. »

BEMFICA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Muniz Freire.

BEMFICA. Bairro da cidade do Rio Preto; no Estado de Minas Geraes.

BEMFICA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Valleuça e desagua no rio Larangeiras, affl. do rio das Flores.

BENEDICTO (S.). Pov. do Estado do Maranhão, á margem dir. do rio Preto, á jusante de sua confluencia com o Mucambo, no mun. da Vargem Grande.

BENEDICTO (S.). Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Baixo Mearim, á margem esq. do rio Grajahú, com uma capellinha no logar Santarem, uma esc. e seis casas de negocio.

BENEDICTO (S.). Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indayassú.

BENEDICTO (S.). Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Cururupú e lança-se no rio deste nome, no logar Camboa.

BENEVIDES. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei. n. 646 de 6 de Junho de 1899.

BENGALAS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro.

BENJAMIN CONSTANT. A Lei do Estado do Amazonas, n. 191 de 29 de Janeiro de 1898 creou com esse nome um mun. em Remate de Malles. A Lei. n. 328 de 4 de Fevereiro de 1901 revogou essa disposição.

BENJAMIN CONSTANT. Salto no rio S. Lourenço; no Estado de Matto Grosso.

BENTA COTA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes e mun. do Bom Fim (Inf. loc):

BENTO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Capão Bonito do Paranapanema e desagua no rio dos Pinheiros.

BENTO (S.). Log. do Estado de Pernambuco, no mun. da Floresta.

BENTO (S.). Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Soccorro. Ha um outro arraial do mesmo nome no mun. do Buquim (*Almanak Sergipano*. 1901).

BENTO (S.). Igarapé do Estado do Amazonas; no mun. da Bôa Vista do Rio Branco. Vai para o Uraricoera.

BENTO DA COSTA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quiteria.

BENTO DOS PERIZES (S.). Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr* cit.) diz: « *S. Bento* ou *S. Bento dos Perys* e não dos Perizes, porque na lingua tupy, segundo refere o Dr. Cezar Marques, *pery* e não *periz* significa *junco de campo*, vegetação que deu nome ao logar, fica situada á borda occidental dos Campos dos Perys, que se estendem, occupando uma área avaliada em mais de 72 kils. de comprimento com uma largura media de 18; para o N. até ao pov. Macapá, para o NO. até ao de Palmeiras, para E. até ao do Bacurituba, para N.E. até a Jacioca do Tubarão, em Alcantara, para SE. até á villa do Cajapió e para o S., passando por São Vicente Ferrer, até onde começam os campos de Vianna... Antigamente o porto de S. Bento ficava no Pery-assú, no logar denominado Porto das Saudades, perto de Bacurituba e a mais de 18 kils. da villa, porém, com a abertura da valla, cessou de todo o transito por esse porto, visto ser ella mais profunda, menos tortuosa e chegar até mais perto da villa. A valla é um canal de 6 kils. de extensão, que leva as aguas do Pery-assú, pouco á montante de sua confluencia com o Aurá, até á lagôa que dista da villa 18 kils. Os vapores ficam na bocca da valla, onde ha armazens para deposito de cargas, porém, algumas vezes, no inverno, os de menor calado da linha fluvial vão até á villa. Afim de que fique bem conhecida a situação de S. Bento, é preciso descrever, segundo o aspecto com que se nos apresentam, no verão e no inverno, os campos que a rodeiam. No verão, desprotegidos como são elles de arvoredo e expostos á acção dos raios solares, ficam seccos, tendo apenas, de longe em longe, alguma lagôa; apresentam uma superficie irregular, escura, consistente, cheia de torroadas e cobertas, aqui e alli, de junco secco, tornando-se-lhes desta forma a travessia, a certas horas do dia, bastante incommoda. No inverno, os mesmos campos, que se estendem em torno da villa, excepto por um lado, se transformam em extenso lago, banhando-a de modo que parece estar situada em uma peninsula. A vegetação florida, que nelles se observa, nesta estação, excedendo sempre ao nivel das aguas, offerece á vista a curiosa paizagem de um jardim, fluctuando no meio de um lago por onde então se faz a aprazivel navegação da valla para a villa. Esta transformação annual da-lhe um aspecto singular e bellissimo. O clima ameno e saudavel de que é dotada, assim como a profusão e excellencia do leite e carne, a torna muito frequentada pelos convalescentes e affectados de molestias broncho-pulmonares. E' abastecida de cereaes e tem desenvolvida a criação de gado vaccum e suino. Cercam as suas lagôas, abundantes em peixe, infinidade de aves aquaticas, cujas pennas são exportadas para a capital. As rêdes e os queijos de S. Bento são muito conhecidos e procurados. Calcula-se a sua pop. em 8.000 habs. Entre os campos de S. Bento e a bahia de S. Marcos, fica a salina geral, grande riqueza natural, não explorada, tendo de N. a S. uma extensão avaliada em 36 kils. Neste mun. nas-

ceram Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, actual bispo de Olinda, afamado orador sagrado, que em S. Bento e Caxias prestou relevantes serviços ao ensino e á religião; e o professor Philippe Benicio de Oliveira Condurú, que planeou e executou a abertura da valla que, em justa homenagem á sua pessôa, se denomina *Valla Condurú* ».

BENTO QUIRINO. Estação da E. de F. Mogyana, no Estado de S. Paulo, no kil. 264, entre as estações de S. Simão e Chanaan. Foi aberta ao trafego a 1º de Novembro de 1902.

BENTOS. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre o dist. da cidade de Monte Santo e o da cidade do Jacuhy.

BERA'. Corrupção de *berab*, resplandecer, brilhar, reluzir; adj. resplandecente, brilhante, reluzente; alt. *verava, verá, virá, birá*. (Dr. Theodoro Sampaio.)

BERGUIGÃO. Ilha de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desta ilha são extrahidas cascas de marisco para o fabrico de cal. Os donos das canôas as approximam; e encostando-as á ilha, escavam esta sobre ellas, sem desembarque, por muito difficil. « *Berguigão*, diz o Dr. João Mendes, corrupção de *Mbiri-gui-guiã-mo*, empinada e mais pequena. De *mbiri*, pouco, pequeno, *gui*, particula para comparação, *guiã-mo*, supino de *ã*, empinar, levantar-se, estar em pé ».

BERLENGAS. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Maroim (*Almanak Sergipano*. 1901).

BERLINK. Pov. e ponta do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

BERNARDES. Pov. no mun. do Bom Fim e Estado de Minas Geraes. (Inf. loc.)

BERNARDES. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. da margem dir. do rio Ubá, no mun. deste nome.

BERNARDINA (D.) Nome local da serra da Jacobina, no dist. da Saúde e Estado da Bahia.

BERNARDO (S.). Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Janesn Ferreira (*obr.* cit) diz: « S. Bernardo a 18 kils. do rio Parnahyba, a 96 da villa da Tutoya e a 120 de Barreirinhas, está á margem dir. do rio Burity, que lhe corre ao N. e desagua no Parnahyba, entre os logares Bocca da Barra e Bebedouro, depois de ter atravessado as lagôas Bacury e Santo Agostinho, tendo esta cerca de 30 kils. de comprimento... Nos arredores da villa encontram-se alguns morros, sendo principal o de S. Philippe, em cuja base foi erecta a Egreja Matriz de S. Bernardo. Parece que a margem da lagôa Santo Agostinho devia ser o ponto de escolha para a séde da villa, visto como até ahi é o rio capaz de ser navegavel por pequenos vapores. Desde o tempo dos jesuitas se estabeleceu nas margens desta lagôa a criação de gado. Os principaes generos de producção de S. Bernardo são cereaes e fumo, exportados para a cidade do Parnahyba, por intermedio do logar Cajueiro, que lhe serve de porto, a margem do rio Parnahyba e defronte de Porto Alegre, no Piauhy ».

BERNARDO DAS RUSSAS (S.). Cidade do Ceará. Accrescente-se no fim: De uma *Noticia das Freguezias do Ceará visitadas pelo Padre José de Almeida Machado nos annos de 1805 e 1806 extrahida d'um livro de Devassas que serviu na Visita* extractamos sobre esta freg. o seguinte: « A villa de S. Bernardo das Russas está situada em pouca distancia do Rio Jaguaribe; é Curato encommendado eregido a muitos annos em Curato amovivel pois consta do Livro da Fabrica que por ordem de Sua Magestade o Doutor Sindicante Antonio Soares Reimão lhe concedeu meia legua de terras para sua fundação o qual Ministro viera a Pernambuco no anno de 1713 sindicar sobre os levantes daquella Praça. Esta freg. tem por Orago N. S. do Rozario e nella ha as Igrejas seguintes: A Matriz fundada na villa de S. Bernardo de que he Orago N. S. do Rozario; a Capella de N. S. das Brotas no Taboleiro da Arêa distante da Matriz 8 leguas; a de S. João Baptista distante da Matriz 10 leguas; a de N. S. do Livramento distante da Matriz 13 leguas. »

BERNARDO MONTEIRO. Passou assim a denominar-se o corrego do Acaba Mundo, na capital do Estado, de Minas Geraes. Foi assim denominado em honra do Dr. Bernardo Pinto Monteiro, illustre Prefeito da cidade de Bello Horizonte.

BERTIOGA. Canal ou rio de S. Paulo. Alem do que se acha nos *Accrescimos* e *Correcções* do II Vol. accrescente-se mais: O Dr. João Mendes, no seu *Dicc. Geogr.* diz: « Frei Gaspar da Madre de Deus, nas *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente*, entendeu que Bertioga era corrupção de *Buriquí-oca*, casa de macacos buriquis. Por bôa, já acceitei, na obra *Algumas Notas Genealogicas*, essa extranha versão. Posteriormente, porém, verificando o modo por que escreveu esse nome o conhecido Hans Staden, muito attento ao som das palavras que ouvia aos indigenas quando serviu de artilheiro na fortaleza daquelle logar, reconheci immediatamente o erro de Frei Gaspar da Madre de Deus, ainda que Hans Staden escrevera, tambem corruptamente *Bri-oke-oka*. O nome poderia ser *Ibi-ri-og-oca*, furo ou cáva por acção exterior contra a terra. De *ibi*, terra, *ri*, posposição significando neste caso contra, *ôg-oca*, verbal derivado de *ôg*, saccar, arrancar, fender, furar, com a repetição desse verbo em supino, *oca* mudado o *g* em *ca* (breve). A repetição dos verbos e nomes, na lingua tupi, alem de dar maior graça e elegancia, exprime a frequencia da acção do verbo ou nome repetido; acção superlativa, ou acção successiva. Mas, melhor examinando o caso, é *Mbiri-og-oca*, furo pequeno: de *mbiri*, pouco, pequeno, *og-oca*, verbal derivado de *og* e repetido como acima ficou dito. E, de facto, o furo propriamente tal, alem de pouco extenso, é estreito ». « *Bertioga*, diz, o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *parati-oca* alterado em *barati-oga, berti-oga*, casa, refugio ou paradeiro das tainhas; nome de um canal que separa a ilha de Santo Amaro do continente; S. Paulo. —Conhecemos pelo nome de *Bertioga* o canal historico entre a ilha de Santo Amaro e a terra firme, que tão importante papel representou na incipiente colonisação da capitania de S. Vicente. E' incontestavelmente o nome *Bertioga* um vocabulo tupi alterado pela dicção portugueza. Os mais antigos escriptores e chronistas o attestam. Magalhães de Gandavo, no seu *Tractado da Terra do Brasil* (1576) escreveu *Britioga*. O padre Pero Rodrigues, contemporaneo de Gandavo, na sua biographia de Anchieta, ainda inedita, escreveu *Britioga*. Simão de Vasconcellos, na *Vida do Padre Joseph de Anchieta*, escrevia ora *Beritioga*, ora *Piritioga*. João de Laet, que se apoiou nos escriptos de Hans Staden e de Fernam Cardim, escreveu *Britioca*. Entretanto, nas varias edições da obra de Staden se lê *Brikioka* ou *Brickioka* graphia adoptada pelo autor das *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente*, o qual, aliás, assevera ter encontrado em velhos documentos o nome *Buriquioca*, applicado antes a um monte fronteiro á barra do canal do que ao proprio canal e significando *casa de macacos buriquis*. Erronea, porém, me parece a interpretação do auctor das *Memorias*, que, de certo, conhecia a obra de Staden, onde colheu o nome *Brikioka*, como colheu *Iwawasuppe*, por elle transformados, no cadinho da interpretação, em *Buriquioca* e *Enguaguaçú*. Que o nome *Brikioka*, como se lê em Hans Staden, é um erro de copia ou de composição dos editores da obra do mallogrado aventureiro, se verifica da graphia seguida por João Laet, que, ou teve bases para rejeitar ou corrigir esse erro, ou colheu o vocabulo de algum exemplar mais correcto. Seja como fôr, porém, o facto é que em nenhum roteiro, chronica ou historia de fonte portugueza se encontra jamais *Briquioca*, mas sim *Britioca, Bartioga, Bertioga*, etc. Essa é, portanto, a graphia primitiva e mais proxima da verdadeira, como passamos a demonstrar. As varias graphias: *Britioca, Beritioga, Piritioga, Bartioga* e *Bertioga* encerram todas um mesmo thema alterado de diversas formas, e uma mesma desinencia commum, representados no vocabulo *Pirati-oca*, que quer dizer — *refugio ou paradeiro das tainhas*. — Do thema — *Pirati* — facil é explicar-se como podiam ter vindo — *Piriti* — e as formas *Briti, Beriti, Barti* e *Berti* pelo abrandamento da consoante inicial e pela queda ou troca das vozes breves ou mudas. No mesmo Hans Staden se lê o

nome *Bratti* como applicado pelo gentio ao pescado que os portuguezes chamam tainha. Portanto, *Bratioca* ou *Bertioga* tem a mesma traducção, porque, constituidos dos mesmos elementos agglutinados: *Brati* ou *Berti*, tainha; *oca* ou *oga*, casa, refugio, paradeiro. A caracteristica do local outr'ora, como hoje, confirma a interpretação. O canal da Bertioga sempre foi muito piscoso, e as tainhas ahi se encontravam em grandes cardumes. Hans Staden refere que esse peixe costuma em certa epoca do anno deixar o mar e procurar os canaes ou esteiros para a desova em sitio mais repousado. Por esse motivo as pescarias eram importantes na Bertioga, cuja posse os selvagens disputavam e os colonos portuguezes desde logo comprehenderam a necessidade de defender. O capitão *Burton*, que visitou essa região, theatro das proezas e desditas de Staden, verificou, em 1865, a abundancia desse peixe não só nas visinhanças da Bertioga como em toda a costa para alem de Ubatuba e Paraty, cidade esta cuja denominação procede exactamente de ser esse pescado abundantissimo nas suas aguas. Como se vê, a interpretação do vocabulo, apoiando-se nas investigações historicas que lhe restituiram a graphia primitiva e verdadeira e tornaram possivel a traducção pela analyse dos elementos agglutinados, se confirma inteiramente pela caracteristica local ».

BESTA. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra do Urubú, banha o mun. do Limoeiro e desagua no rio Capibaribe. E' tambem denominado *Correinha*.

BESTAS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

BETARY. Corrupção de *betara-y*, rio das betaras ou bataras, ave do sul do Brasil (*Thamnophilus stagurus* Lich.), S. Paulo; pode ser tambem corr. *mbtara-y*, rio do ornato ou do enfeite (Dr. Theodoro Sampaio).

BETUM. Corr. *petym*, o tabaco, o fumo (*Nicotiana* T.) Dr. Theodoro Sampaio.

BETURY. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra das Duas Pedras, mun. do Brejo, e, correndo de N. para o S, divide o pov. de Bello Jardim em dous bairros e vai desaguar no rio Ipojuca pela margem septentrional. *Betury* é corr. de *bi*, raspado, liso e *tury*, vir, chegar.

BEXIGA. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Manso, que o é do Jequitinhonha.

BEZERRO. Riacho do Estado de Pernambuco, corre pelo mun. de Cimbres e desagua no rio Ipojuca.

BEZERRO QUEIMADO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Ipojuca; no mun. de Cimbres.

BEZOURO. Serra do Estado de Pernambuco, a cinco kils. a O. da cidade do Bonito. Occupa uma área de 400 metros pouco mais ou menos e tem 808 metros de altura sobre o nivel do mar.

BIAÇÁ. Corr. *mbeaçába*, alt. *beaçába*, *beaçá*, *liaçá*; composto de *mbê*=*pê*, caminho, trilho, vereda, *açaba*=*açá*, atravessar, cortar, cruzar, sahir, isto é, onde o caminho atravessa ou cruza um rio ou esteiro, o porto; altera-se muitas vezes em *embiaçá*, *imbiaçaba*. (Dr. Theodoro Sampaio).

BIAS FORTES. Nucleo colonial na cidade de Bello Horizonte, capital do Estado de Minas Geraes. Tem a área de 237^{hects}.8760, divididos em 61 lotes, dos quaes se acham (1901) occupados 32 por 177 individuos. A área já cultivada é de 78 hectares. Seu grande desenvolvimento resulta do facto de ser a maior parte dos colonos antigos moradores do logar. Situado em um dos logares mais favoraveis pela abundancia d'agua e pela fertilidade do terreno, presta-se grande parte deste nucleo á cultura de cereaes, de forragens e de fumo. Possue uma fabrica de cerveja, uma de aguas gazosas e uma padaria.

BIAS FORTES. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni.

BIBOCA. Corrupção de *yby-boc*, alt. *bi-boc*, terra, chão fendido ou rasgado (M. Soares). « Emprega-se tambem, diz o Dr. Theodoro Sampaio, no sentido figurado, como significando *casinha de palha*, *casebre barreado*, neste caso, porem, o vocabulo *biboca* é composto de *yby-b-oca* se traduzirá *casa de terra* ou *de barro* ».

BICA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas, a E. desta villa. Prolonga-se ao S. com o nome de Bôa Vista e a E. com o de Sacco das Cobras.

BICHO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Pinho, no mun. de Palmyra.

BICHORÓ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Aguapehu, no mun. de Itanhaem. Esta palavra é corruptela de *Mbo-çorog*, rasgados; de *mbo*, particula activa, e *çorog*, rasgar. Allusivo a correrem suas aguas entre morros e sob pedras, perfurando a serra.

BICHOS. Ilha no rio Oyapock, no Estado do Pará. Tem cinco milhas de comprimento.

BICUDA. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da serra das Almas.

BIFURCAÇÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Geremoabo.

BIGORNA. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada.

BIONÈ. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro, junto á pov. Pedra Tapada. Tem a altura provavel de uns 400 metros sobre o nivel do solo. (*Dicc.* de S. V. Galvão).

BIQUINHA. Bairro da cidade de Palmyra; no Estado de Minas Geraes.

BIRIBA. Corrupção de *mbirib*, curto, breve, alludindo a um pau que serve de cacete ou porrete. Em Alagôas diz-se *imbiriba*. No R. G. do Sul é appellido dos moradores de serra acima e dos paulistas synonimo de matuto e desconfiado; designa tambem uma arvore (Dr. Theodoro Sampaio).

BIRIBA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

BIRIBA-TEUA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Maracanan (Cintra) e desagua no rio Caripy. Recebe o Aturiateua.

BIRIRÁ ou BIRIÇÁ. Morro ou pico da cordilheira, cujo espigão é o divisor entre as bacias dos rios Jaguary e Atibaia; no mun. de Bragança e Estado de S. Paulo. *Biriçá*, erecto e de muita altura; de *bir*, levantar, alçar, e *içá*, pilar, estatura, altura, alem de outras significações, para exprimir bem a forma e a altitude do pico.

BIRITIBA. Pequeno corrego, dando o nome a um bairro, no mun. de Mogy das Cruzes e Estado de São Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. João Mendes (*Dicc.* cit.) é corruptela de *Mbiri-iti-bae*, pequenino, e sujo de hervas e plantas aquaticas. De *mbiri*, pouco, pequeno, *iti-bae*, de *iti* ser sujo de hervas e plantas com o suffixo *bae* (breve) para formar participio. Por contracção *Mbiri-ti-bae.* »

BIRITINGA. Corr. *piri-tinga*, junco branco; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

BISPO. Cachoeira no rio Tieté, no mun. do Salto de Itú, entre a foz do corrego Ajudante e a do rio Burú.

BISSAUA. Ilha do Estado do Maranhão, na bahia de Mangunsa e mun. de Cururupú.

BITTA. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. do Soccorro.

BITTENCOURT. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Atalaia.

BITÚ. Corr. *ybytú*, o vento, o sopro, a aragem; alt. *botú*, *butú* e *bitú* quando entra na composição de outros vocabulos. (Dr. Theodoro Sampaio).

BITUMIRIM. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Ipiranga, á margem do rio do mesmo nome.

BOA. Corr. *mboy*, alt. *boy*, a cobra, a serpente, o ophidio: é especialmente usado para designar a giboia (*Boa constrictor*) Dr. T. Sampaio.

BOA ESPERANÇA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Pirauba do mun. do Pomba; com uma esc. municipal.

BOA ESPERANÇA. Serra do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

BOA ESPERANÇA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

BOA ESPERANÇA. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

BOA ESPERANÇA. Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado da com. de Araraquara e incorporado á do Ribeirão Bonito pela Lei n. 739 de 10 de novembro de 1900.

BOA-FÈ. Corrego do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena. E' tambem denominado Fonte da Benta.

BOA MENTE. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro; com escola.

BOA MORTE. Arrabalde da cidade do Bananal, no Estado de S. Paulo, á margem esq. do rio Bananal, com uma capella.

BOA MORTE. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

BOA MORTE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o dist. de Nazareth e desagua na margem esq. do rio Atibainha.

BOAPABA. Corr. *ybyapaba;* alt. *ubuapaba*, *buapaba*, *boapaba* (Dr. T. Sampaio). Vide *Ibiapaba*.

BOASECA. Ribeirão que desagua no mar de Aririaia; no Estado de S. Paulo.

BOASSARA. Bairro no dist. de N. S do O', mun. da capital do Estado de S. Paulo.

BOASSÚ. Corr. *mboy-açú*, serpente, cobra grande; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

BOAVA. Corr. *mboaba*, alt. *emboaba*, *imboaba*, *emboava*, accommodado, acostumado, habituado, angariado, ligado por amizade. Seria o vocabulo primitivo empregado pelos gentios para designar o europêo, que se fixava entre elles, se alliava com elles em familia como aconteceu com João Ramalho, com o Caramurú e outros? Será simples corruptela de *amoaba*, que se traduz: — o de fóra, o de longe, o de outra terra, emfim, o forasteiro, o estrangeiro? (Dr. T. Sampaio).

BOAVA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Rio Abaixo.

BOA VENTURA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Correntes.

BOA VENTURA. Barra no littoral do Estado da Bahia, entre Cannavieiras e a barra do rio Poxim, proxima da barra de Albino.

BOA VISTA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Serinhaem; com uma capella dedicada a N. S. dos Prazeres.

BOA VISTA. Passou assim a denominar-se o logar Praia do Sacco, no mun. da Estancia e Estado de Sergipe, pela Lei n. 266 de 2 de dezembro de 1897.

BOA VISTA. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de mais dous arraiaes nos termos de Siriry e N. S. das Dôres.

BOA VISTA. Log. do Estado da Bahia, na com. de Belmonte. Ha um outro log. do mesmo nome na com. de Ilhéos.

BOA VISTA. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no 6º dist. do mun. de Macahé, com uma esc. municipal.

BOA VISTA. Suburbio na cidade do Bananal do Estado de S. Paulo, na entrada da cidade, com uma capellinha de Santa Cruz.

BOA VISTA. Bairro do mun. de Queluz e Estado de S. Paulo; com duas escs., creadas pela Lei n. 821 de 5 de agosto de 1902.

BOA VISTA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

BOA VISTA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho.

BOA VISTA. Log. do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira.

BOA VISTA. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

BOA VISTA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito, a 5 kils. ao N. da cidade. Tem uma elevação de 880^{m} e a extensão de 2.400^{m}., de área occupada. (Inf. loc.)

BOA VISTA. Serra do Estado de Pernambuco, junto á cidade de Garanhuns e pela qual passa a estrada do Brejão.

BOA VISTA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas, ao S.; e em prolongamento da serra da Bica.

BOA VISTA. Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba.

BOA VISTA. Morro do Estado de Minas Geraes, cerca a séde do dist. do Recreio do mun. da Leopoldina.

BOA VISTA. Ilha do Estado da Bahia, no rio Paraguassú, entre a foz e o dist. de S. Roque. E' tambem denominada Maximo.

BOA VISTA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem dir. do rio Parahyba, junto á estação do seu nome. A E. de F. Leopoldina atravessa-o na foz.

BOA VISTA. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Batataes e desagua no ribeirão Sant'Anna, trib. do rio Pardo.

BOA VISTA. Villa do Paraná. Em logar de villa leia-se — cidade — e accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 256 de 24 de dezembro de 1897.

BOA VISTA. Parochia da cidade do Recife, em Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião Vasconcellos Galvão, em seu *Dicc.* cit., assim descreve essa parochia: « Forma o terceiro bairro, fica comprehendida toda no perimetro urbano e está situada em terreno continental. — Historico. Em 1641 Mauricio de Nassau fez levantar um edificio de grandes proporções, junto ao logar em que, presentemente, (no bairro de Santo Antonio) existe a Casa de

Detenção, onde então haviam algumas casinhas, o qual denominavam Bôa Vista, e enfrentava uma ponte que ia ter á pequena praça da Ponte Velha e que cortava o raio de leste daquella Casa. Desde essa data, e por causa do bello panorama que se descortinava aos olhos daquelles que o contemplavam do edificio hollandez, foi aquelle logar denominado, e egualmente mais paragens adjacentes *Bôa Vista*, nome que ainda perdura. Nesse tempo, o terreno que actualmente se conhece por freg. da Bôa Vista formava, em grande extensão, um paúl tendo apenas, mandado construir pelo mesmo principe Mauricio um pequeno cáes que attingia ao sitio em que elle havia determinado fazer a ponte que prendia o bairro de Santo Antonio ao da Bôa Vista, local ainda hoje nomeado Ponte Velha, e por onde começava a estrada que ia para o interior do Estado. A parte que comprehende a actual rua da Conceição, era um sitio, com 400 pés de coqueiros e um sobrado de propriedade do Capitão Philippe Santiago de Oliveira e sua mulher D. Lourença Maciel d'Andrade, vendido por aquelles proprietarios, pela quantia de 497$, ao Governador Christovão de Barros Rego, em 21 de agosto de 1683. Deste facto se originava chamar-se *Conceição dos Coqueiros* a capellinha dessa invocação, que ha poucos annos existiu no logar em que se ergue a de Santa Cecilia, actualmente em construcção. No tempo do Governador Henrique Luiz Ferreira Freire foi feito, na região occupada pela rua, presentemente da Imperatriz, um grande aterro, tomando o nome de *Aterro da Bôa Vista*, recebendo nova forma a ponte então existente, tendo ordenado aquelle governador a construcção de uma outra no sitio da actual, e inutilizando-se a levantada no tempo dos hollandezes. O espaço, que hoje comprehende as ruas do Visconde do Rio Branco (Aurora), da Saudade, Sete de Setembro (ant. becco dos Ferreiros), da União e do Conde da Bôa Vista (a parte simplesmente da outr'ora rua Formosa), era chamada o *Casimiro*, e toda aquella área formava um lamaçal intransitavel. Nas mesmas condições estava o bairro de Santo Amaro ou *Cidade Nova*, que é o 2º dist. policial da freg. e se denominou *Carreira de Mucambos*, e mais tarde *Santo Amarinho*. A Bôa Vista foi desmembrada da Sé de Olinda, de que era curato, por provisão do Governador do Bispado, o penitenciario da Sé, Manoel Vieira de Lemos Sampaio, datada de janeiro de 1805, a qual creou-a freg., confirmando esse Acto a Carta Regia de 21 de maio do mesmo anno. Teve como seu primeiro parocho o Padre Gabriel Soares Bittencourt. Na historia patria essa freg. contem as seguintes referencias: — Em 23 da abril de 1817 o governo republicano passou os cofres, as munições, a secretaria para o palacio da Soledade. Em 26, nesse palacio, houve uma reunião em que o Conselheiro do governo republicano, Dr. Manoel José Pereira Caldas, fez as pessôas presentes jurarem defender a patria. Em 21 de julho de 1821, João de Souto Maior disparou um tiro no governador Luiz do Rego Barreto, quando este, á noite, passava pela ponte da Bôa Vista, entre dous amigos, com suas ordenanças, indo para sua residencia no Mondego. Em 16 de setembro de 1824 foi esse bairro atacado pelos revolucionarios, havendo ahi um combate que se estendeu pela Soledade, rua da Gloria (hoje Visconde de Albuquerque), Corredor do Bispo (Dião Faria) até o Pateo de Santa Cruz. Em 16 de setembro de 1831, alguns cidadãos reunidos á um pequeno numero de tropas milicianas, accommetteram neste bairro (e no do Recife) aos cidadãos rebellados de toda a tropa do Recife, que se tinha amotinado, na manhã de 15, arrombando ella á golpes de machado as portas das lojas e dos armazens de generos, e roubando o encontrado. Taes cidadãos mataram 300 desses soldados prendendo 800 que foram mandados para Fernando de Noronha. Em 1849 na revolução *praieira*, no dia 2 de fevereiro, os rebeldes, atacando o Recife, são derrotados; e na Soledade, depois de muitas horas de mortifero combate "quando entraram as linhas da cidade, cahe, e foi o primeiro signal da derrota, atravessado por uma bala, *vendo fugir-lhe a vida e com ella a imagem da patria*, o desembargador deputado Joaquim Nunes Machado, alma dessa revolução, *a cabeça e o verbo della*, assim como Pedro Ivo, o heróe que o poeta Alvares de Azevedo celebrou em patrioticas estrophes, era o braço e a espada daquella tremenda luta, o qual viu-se obrigado a refugiar-se nas mattas d'Agua Preta de onde, diz o Dr. Aprigio Guimarães *só o arranca mais tarde o respeito de filho*. Illudiram o velho pai do batalhador liberal, e a piedade filial alcançou de Pedro Ivo a entrega da espada que á força nunca lhe teriam tomado". Nasceram nessa freg. os seguintes illustres pernambucanos: Dr. Antonio de Andrade Lima, virtuoso sacerdote, talento superior e distincto cultor das bellas lettras, da litteratura e da poesia, bem como um grande jurisprudente. O padre João Baptista da Fonseca, nascido em 1790 e fallecido em 1831, um dos martyres da revolução de 1817, orador fogoso que animava as massas, um poeta de merecimento e um publicista de valor. E o Conde de Irajá, D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, virtuosissimo bispo do Rio de Janeiro, fallecido a 11 de junho de 1863. — LIMITES. Confina ao N. com o mun. de Olinda e com a freg. da Graça; a E. com as fregs. da Graça e Afogados; ao S. com a de Afogados; a S E. com o de S. José; e a E. com as de Santo Antonio e S. Pedro Gonçalves... EXTENSÃO. De E. á O. tem esta freg. tres kils. (da ponte da Bôa Vista á ponte da Magdalena), a de S. á N. (do logar Coelhos á ponte de Tacaruna) uns tres Kils. tambem approximadamente.— ASPECTO. A perspectiva dessa freg., que contem os bairros de Santo Amaro e Bôa Vista propriamente dicto, é muito divêrsa da de S. Frei Pedro Gonçalves, de Santo Antonio e S. José; offerece mais encanto em tudo, por suas casas mais desafogadas, melhor architectadas, pelo alargamento e traçado regular de suas ruas, pela ventilação mais livre e saudavel. — POPULAÇÃO. Em 31 de dezembro de 1895 continha essa freg., sujeitos ao imposto da decima urbana, 3.346 predios, não contando o numero avultadissimo de 2000 seguramente de habitações de palha, de pau a pique (vulgo *Taponas*) e de taboas, disseminadas, principalmente, pelo bairro de Santo Amaro. Pelo que se pode presumir a pop. em 15.000 habs. — TOPOGRAPHIA. Está situada em terreno plano e firme, banhada pelo Capibaribe ao oeste, sul e leste, sobre o qual, dando-lhe communicação com outras fregs., existem as pontes da Magdalena, da Bôa Vista, da via-ferrea do Caxangá e a de Santa Izabel. Em dezembro de 1895 tinha esta freg. 54 ruas, 49 travessas e sete praças ou largos. Menos commercial que as fregs. de Santo Antonio e Recife tem todavia muitos estabelecimentos montados com certo luxo, principalmente na rua da Imperatriz. Possue bonitas ruas, asseadas, de aspecto alegre e plantadas de arvores, como a do Visconde do Rio Branco (ant. da Aurora), que é bastante extensa, bem arejada, com bons edificios particulares e á borda do rio Capibaribe, onde em todo comprimento existe um longo cáes. E' atravessada por tres linhas de bond: da Magdalena, Fernandes Vieira e Santo Amaro, sem incluir as circulares que fazem um trajecto continuo e circular entre as pontes de Santa Izabel e da Bôa Vista. Nessa freg. notam-se os seguintes edificios: *Camara dos Deputados* (ant. Assembléa Provincial), elegante palacio, com seu formoso zimborio, todo circumdado por um gradil de ferro, á rua Visconde do Rio Branco. Foi assentada a pedra fundamental para sua construcção em 2 de dezembro de 1870 e terminado em 20 de janeiro de 1876. *Instituto Benjamin Constant e Escola Normal*, funccionam juntamente onde foi o antigo Gymnasio Pernambucano. E' um vasto estabelecimento situado ao lado N. da Camara dos Deputados. A pedra fundamental foi lançada em 1855, começando a funccionar em 1868, tendo custado 310:000$. *Sociedade Propagadora da Instrucção Publica*. Destinada a preparar alumnas mestras para o magisterio primario, foi installada em 7 de setembro de 1879. *Estação da via-ferrea de Olinda*. Fronteira á ponte de Santa Izabel, foi aberta definitivamente ao serviço em 1873. *Quartel do 14º Batalhão de infantaria*. A' rua do Hospicio, onde em 1735 fundou-se o hospicio de S. João Baptista, dos frades leigos de S. Francisco, em beneficio dos logares santos de Jerusalem, de que proveio o nome áquella rua; é grande e de vistosa fachada, reconstruido de 1883 a 1887. *Palacio da Soledade*. Erigido pelo 7º bispo da diocese D. Frei Luiz de Santa Thereza, começou em 1739 e terminou em 1764 no governo de D. Francisco Xavier de Aranha. *Collegio da São José*. Dirigido pelas irmans de Santa Dorothéa, foi instituido em 1867 pelo bispo D. Manoel de Medeiros; fica junto á Egreja de N. S. da Soledade. *Hospital Militar*. Collocado entre as ruas Gervasio Pires, Riachuelo e a linha ferrea de Olinda, foi inaugurado em 25 de março de 1855. *Hospital Pedro II*. Assentado no lado meridional da freg., no logar denominado Coelhos, á margem do Capibaribe e fronteiro á freguezia de S. José. Foi primitivamente estabelecido, com a denominação de — Hospital para os pobres da Ribeira—, por Francisco de Souza Rego, entre os annos de 1802 á 1804 na rua Nova, predios reunidos sob os ns. 96 e 97 (hoje Barão da Victoria n. 57) se

evidenciando isto das escripturas passadas em 20 de novembro de 1802, pelo tabellião Francisco Gomes da Fonseca e em 31 de março de 1804, pelo tabellião José Bernardino Lima Gondim (*Rel. da Santa Casa de Mis.* de 1879, pag. 118). Da data de sua fundação até 1820 foi administrado por seu instituidor; e dahi até 5 de abril de 1827 por João do Rego Falcão. De 1º de outubro de 1828, já com a denominação de S. Pedro de Alcantara e reunido com o Hospital dos Lazaros, formando uma só administração, até 7 de julho de 1832 teve por administradores, primeiramente Joaquim José Mendes, e depois Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto. Em 8 desse mesmo mez e anno passou a ser administrado pela commissão nomeada pelo Governo, em virtude da Lei de 13 de outubro de 1831, e foi transferido para o hospital do Paraizo, e alli fundidos ambos em um só, permaneceu até o 1º de julho de 1833, quando foi removido para o hospital militar extincto, no convento do Carmo, que o governo cedera para tal fim, á pedido da admnistração. Pela Lei de 29 de abril de 1837, foi o Governo auctorizado a transferir o hospital para outro local, restituindo o edificio do convento aos religiosos; e em 14 de março de 1846 teve effeito essa transferencia para um predio no logar Coelhos, que foi arrendado e aonde se conservou até 9 de março de 1861. Em 25 de março de 1847 foram lançados os fundamentos do actual edificio, que se denominou —Hospital Pedro II—. Em 10 de março de 1861 começou a funccionar o hospital no novo edificio, já em parte construido, ficando na antiga casa somente os loucos... *Hospital de Santa Agueda*. Collocado na travessa de João de Barros, no sitio que foi dos herdeiros do Brigadeiro Joaquim Bernardo de Figueiredo, foi sua creação auctorisada pela Lei Prov. n. 1.390 de 2 de maio de 1879 e inaugurado em 23 de novembro de 1884. Destina-se ao tratamento da variola e de outras molestias contagiosas. E' mantido pela Santa Casa de Misericordia. *Hospital Portuguez de Beneficencia*. Situado no logar denominado Cajueiro proximo á Magdalena, foi installado em 16 de setembro de 1855. Tem como padroeiro S. João de Deus. *Hospital dos Lazaros*. Em Santo Amaro das Salinas, fundado nos annos de 1713 a 1714 pelo padre Antonio Manoel, escrivão do visitador Padre mestre-escola João Maximo de Oliveira. Trouxe aquelle padre da pov. de N. S. do O' alguns pobres lazaros, que vagando a esmo pelo campo, os encontrara, recolhendo-os occultamente, a principio, em sua habitação, e depois em uma casa, que lhe deram nesta freg., na qual com esmolas e muito esforço os localizou publicamente, erigindo ao pé desse asylo um oratorio com a imagem, em painel, de N. S. da Soledade. O doador do terreno, acima referido, foi o capitão do regimento de linha do Recife, Eusebio de Oliveira Monteiro, e o local da casa o mesmo em que hoje está o collegio de S. José das irmans de Santa Dorothéa, communicando-se aquella com a egreja da Soledade por uma janella, donde os enfermos assistiam a todos os actos religiosos, e pela qual o sacerdote lhes ministrava o Sacramento da Communhão. Depois, o bispo D Luiz de Santa Thereza, emprehendendo a fundação do convento das freiras Ursulinas, tratou de obter o hospital, para realizar seu desejo, obrigando-se a construir outro mais commodo e apropriado. Começou o bispo as obras do recolhimento e, não tratando da construcção promettida do hospital, o governador Capitão General Luiz Diogo Lobo da Silva representou ao governo da metropole para que não consentisse prosseguir tal construcção, sem ser levado a effeito a do hospital, terminando essa questão, segundo dizem, pela doação feita de uma casa para os enfermos pelo mestre de campo Bento Corrêa de Sá. Em fins de Janeiro de 1761, o hospital deixou de ser no edificio da Soledade, pela installação das Ursulinas alli, crendo-se que a mudança fôra para o sitio em que está presentemente. Nesse anno, tendo passado o hospital a ser administrado por seculares, em consequencia do disputado litigio, cahiu em decadencia pela falta de zelo e dedicação com que anteriormente fôra dirigido. Era então Governador D. Thomaz José de Mello e desse aniquilamento em que jazia tão pia instituição, resolveu restabelecel-a, e reerguem-a, mandando concluir em 1789, o edifio existente, dando para sua manutenção o producto de certas multas creadas por elle, e nomeando thesoureiro, para arrecadação das rendas e applicação das despezas, a Domingos Affonso Ferreira. O retrato desse Governador existe no hospital como homenagem aos serviços que prestou de restaurador e bemfeitor. O hospital dos Lazaros, ao lado do poente da estrada de Luiz do Rego, na proximidade da ponte de Tacaruna, limita, pelo sul, com o sitio do Asylo de Mendicidade. A frente, que fica retirada 70m,00 da dita estrada, mede 35m,20 de extensão 5m,72 de elevação, sendo 4m, 40 da fachada propriamente dita, 1m,32 da sapata sobre a qual pousa todo o edificio, que é de um só pavimento... *Asylo de Mendicidade*. Fica situado á margem septentrional da estrada Luiz do Rego em Santa Amaro das Salinas e junto do Hospital dos Lazaros. Destinado a receber os mendigos que vagavam pela cidade, foi installado, primitivamente, em uma das enfermarias do Hospital Pedro II, por occasião da primeira visita que a Pernambuco fizeram os finados Imperadores no dia 23 de dezembro de 1859. Em favor deste estabelecimento, em 1868, a Lei Prov. de 17 de julho creou o imposto de 3% addicional a toda a renda da ex-provincia *que não tivesse applicação especial para a manutenção de um Asylo de Mendicidade*. A Lei n. 832 de 22 de maio do mesmo anno determinou que o producto desse imposto fosse applicado á edificação ou preparo de um edificio em que se installasse o Asylo, e assim o vice-presidente em exercicio, Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, em 22 de outubro de 1869, comprou ao Commendador Antonio Gomes Netto, um sitio de terras com casa de vivenda, em Santo Amaro das Salinas, pela quantia de 25 contos, para onde foi transferido o Asylo de Mendicidade, em 25 de março de 1870. Augmentando o numero de mendigos e arruinando-se bastante a casa do estabelecimento, foi reconhecida a necessidade da construcção de outro edificio e lançada a primeira pedra em 25 de dezembro de 1872... Actualmente é dirigido por irmans de Caridade. Teve como seu capellão, o Dr. Geronymo Thomé da Silva, actual arcebispo da Bahia, que deixou o cargo ao ser nomeado Bispo do Pará.— *Jardim da Praça Maciel Pinheiro* (ant. Conde d'Eu). Foi assentada a primeira pedra em 12 de abril de 1872 e entregue ao publico em 7 de setembro de 1876. *Cemiterio Publico de Santo Amaro*, com uma capella e nella a imagem do Senhor Bom Jesus da Redempção. Guarda os restos do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, Dr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro (2º Barão de Itamaracá), Dr. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa, monsenhor Francisco Muniz Tavares, autor da obra *Revolução de 1817*, fallecido em 1875, Dr. Joaquim Villela de Castro Tavares, jurisconsulto e autor das *Instituições de Direito Ecclesiatico*, fallecido em 1858; Capitão de fragata Manoel Antonio Vital de Oliveira, bravo da guerra do Paraguay, morto no combate de Curupaity em 1867 e autor do *Roteiro da Costa do Brasil*, alem de diversos outros homens notaveis.— *Cemiterio dos Inglezes*. Edificado no bairro de Santo Antonio, ao N. do Cemiterio Publico e á margem da estrada de Luiz do Rego, passando-lhe junto a linha ferrea ingleza de Limoeiro. Foi aberto em 1852. Ahi repousam os restos mortaes do general José Ignacio de Abreu Lima, em cujo tumulo lê-se o seguinte epitaphio:

AQUI JAZ
O CIDADÃO BRASILEIRO
GENERAL
JOSÉ IGNACIO D'ABREU E LIMA
PROPUGNADOR ESFORÇADO
DA LIBERDADE DE CONSCIENCIA
FALLECEU EM 8 DE MARÇO DE 1869
FOI-LHE NEGADA SEPULTURA
NO CEMITERIO PUBLICO
PELO BISPO
DOM FRANCISCO CARDOSO AYRES
LEMBRANÇAS
DE SEUS PARENTES

EGREJAS. A freg. da Bôa Vista contem os seguintes templos: *Matriz*. Collocada entre a rua da Imperatriz, Praça Maciel Pinheiro e em frente á entrada para a rua do Hospicio, está em pessima situação. E' um templo sumptuoso, com bella fachada de cantaria e foi concluido e solemnemente entregue ao culto religioso em 4 de maio de 1784. Nesta egreja, ao lado esq. da capella-mór, jaz sepultado o 15º Bispo da Diocesse D. Frei Thomaz de Noronha e Brito, fallecido em 9 de junho de 1847. Tambem descançam nesse templo, em jazigo, os restos mortaes de Felippe Nery Ferreira, um dos patriotas revolucionarios de 1817, e os do Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães. Funccionam nesta matriz as irmandades do SS. da Bôa Vista e a das Almas.

Santa Cruz, no largo do mesmo nome, foi erecta em 1711, tendo exercicio nella a Confraria do Senhor Bom Jesus da Via Sacra, instituida pelo Breve Pontificio, de Clemente XII, em 1732, e a Irmandade de Sant'Anna. *S. Gonçalo*, á rua de seu nome, construida em 1712, pelo Padre Antonio Pedro de Alcantara. *Gloria*. Templo e recolhimento de freiras, sob essa mesma invocação, situado no centro da rua Visconde de Albuquerque. Foi sagrado, em 1791, pelo Deão Manoel de Araujo Carvalho Gondim. Havendo sido esbulhadas do sitio Paraizo, nos Afogados, grande numero de religiososas, que alli viviam em communidade, o Padre Antonio da Cunha Pereira, em seu sitio, denominado da Gloria, lhes deu abrigo, sendo o respectivo Alvará de transmutação concedido, em 12 de maio de 1758, pelo Diocesano D. Francisco Xavier d'Aranha. Mas assim protegidas das intemperies, essas almas devotadas ao culto de Deus, não ficaram livres das garras da fome; e luctavam, debatiam-se nas vascas desse horror, quando um homem caridoso, que disto soube, o Deão Manoel de Araujo, sacerdote de preclaras virtudes, do patrimonio que herdara de seus progenitores, fez-lhes doação para que se instituissem em formal recolhimento. Elle mesmo iniciou a fundação, auxiliando-o nesse emprehendimento seu irmão o Padre Francisco de Araujo Gondim. Por morte do Deão, o que deu-se em 7 de dezembro de 1799, tendo sido sob sua protecção e iniciativa que construiu-se a Egreja, todos os bens delle, por testamento, ficaram para essa pia instituição, que conservou-se debaixo da direcção e regimen de seus fundadores até o anno de 1798, quando recebeu os estatutos dados pelo Bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Os restos mortaes do Deão Manoel de Araujo jazem inhumados na capella-mór da Egreja : *Soledade*, situada no largo, que tem egual denominação, foi iniciada pelo Padre Antonio Manoel Felix que, obtendo por escriptura publica, lavrada a 4 de maio de 1714, a doação de um sitio que lhe fizera o capitão do Regimento da linha do Recife, Euzebio de Oliveira Monteiro e sua mulher D. Maria da Cunha Fonseca, para a fundação de uma capella e hospital de pobres *lazarinos*; com a declaração de ficar sem valor a escriptura de doação si não fossem cumpridos seus desejos, deu começo a seu intento com o auxilio de donativos de materiaes e de dinheiro e com licença do cabido. A primeira pedra, para a construcção da Egreja foi lançada em 28 de setembro de 1716, proseguindo as obras vagarosamente até 1718, quando a morte colheu o zeloso fundador que já cuidava de, logo após a conclusão do templo, edificar o hospital. Succedendo-lhe os padres Manoel Maximo, seu amigo e por elle criado, e João Moreira, foram terminadas as obras da Egreja e de suas dependencias para pousada dos padres seus administradores, collocando-se no altar-mór a imagem da Virgem da Soledade que deixara o Padre Antonio Manoel, e começaram os trabalhos da creação do hospital. Em 1845 e depois em 1871, foi reconstruida. *Conceição dos Coqueiros*, na rua da Conceição. Sua fundação é devida a Christovão do Rego Barros, que nella foi sepultado. *Rozario*, em frente á rua a que dá o nome. Foi sagrada em 1810. Nella estão os despojos do grande patriota de 1817, Gervasio Pires Ferreira. *Santo Amaro das Salinas*, no bairro do mesmo nome, ao lado oriental da estrada Luiz do Rego. Foi fundada em 1681, conforme se verifica de uma inscripção na parte posterior do arco da capella mór. *Piedade*, sita na rua do Capitão Lima, do mesmo bairo de Santo Amaro. Foi fundada por José Gonçalves Ferreira Costa em 1871. *Capella do Asylo da Mendicidade*, começada em 1880 e sagrada em 28 de julho de 1893; é da invocação de Santo Antonio. *Pontes*. A da Bôa Vista, entre as ruas da Imperatriz e do Barão da Victoria, começada a construcção em 1873 e entregue ao publico em 2 de dezembro de 1876; a de Santa Izabel, entre a rua da Aurora e a praça da Republica, aberta em 1863; a da via-ferrea do Caxangá, com passeios lateraes que dão transito á pé: todas essas ficam entre os bairros da Bôa Vista e Santo Antonio; a da Madgalena, na extrema occidental da freg., liga esta á de Afogados; a da Tacaruna, na estrada de Olinda e nos limites desse mun. com o do Recife; as do Hospicio, do Star, do Maduro, da estrada do Cemiterio, em Santo Amaro, e a do Paysandú, na estrada da Madaglena. *Passeios Publicos*. O jardim da praça Maciel Pinheiro, cuja primeira pedra foi assentada em 12 de abril de 1872 e aberto ao publico em 7 de setembro de 1876; e o Treze de Maio, cuja pedra fundamental foi lançada em 13 de maio de 1889. *Estradas de Ferro*. A linha do Recife á Varzea e Dous Irmãos, inaugurada em 5 de janeiro de 1866 e com a extensão de 25 kils. e 820 ^{ms}., tem na freg. as seguintes estações: Rua Forkils. e Officinas, Soledade e Caminho Novo; e a do Recife a Olinda e Beberibe, inaugurada em 24 de julho de 1869 e cuja estação inicial é na rua da Aurora ».

BOA VISTA DA PASSAGEM. Arraial do Estado de Sergipe, no termo da Capella (*Almanak Sergipano*. 1901).

BOA VISTA DO CHUÊ. Séde de um dos dists. judiciarios do termo de Teffé; no Estado do Amazonas.

BOA VISTA DO PINHAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha a com. de Pirajú e desagua no rio Paranapanema. Recebe o corrego do Barranco Vermelho.

BOCA CALADA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. Gonçalo da Ponte e mun. do Bom Fim.

BOCA DA MATTA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó. Ha outro log. do mesmo nome no mun. de Itapecurú-mirim.

BOCA DO CIPÓ. Log. do Estado da Bahia, na com. de Cannavieiras.

BOCA DO COPÊA. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Coary; com uma esc. mixta creada pelo Dec. n. 533 de 5 de novembro de 1901.

BOCA DO FURINHO. Log. do Estado do Pará, á margem esq. do rio Taiassuhy, mun. de Almeirim.

BOCA FUNDA. Rio do Estado do Maranhão, affl. do Gurupy. (Dr. G. Dodt).

BOCAINA. Serra no mun. do Jahú e Estado de S. Paulo.

BOCAITARA. Rio do Paraná. Em logar de Bocaitara leia-se Bacaitara.

BOCAMA. Cachoeira ultima no rio Itararé-guassú. affl. do Paranapanema pela margem esq.; no Estado de São Paulo. *Bocama* corruptela de *Pocá-mo* ou *Mbocá-mo*, torcida, De *pocá*, torcer, quebrar a fila com o suffixo *mo* (breve) para formar supino. (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.)

BOCAYUVAL. Corrego do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

BOCÓ. Morro no mun. de Itapetininga e Estado de S. Paulo. Esta palavra parece ser corruptela de *Mbo-cóg*. contraforte, arrimo, sustentaculo.

BOCÚ ou BUCÚ. Serra do Estado de Pernambuco, no Pov. de Alagoinhas. Tem 18 kils. de extensão. Em um dos contrafortes dessa serra existe uma enorme pedra, denominada pelos naturaes — *Pedra Furada* —, pelo furo consideravel que ella apresenta em uma altura de 3.100 pés sobre a planicie, formando assim um tunnel de 3.500 pés de diametro, 1.750 de raio, medindo toda a circumferencia 10.500 pés de comprimento. A área da circumferencia de tal pedra tunnel, dizem, alojaria um numero extraordinario de pessôas. Nas fachadas lateraes desta gigantesca pedra se encontram diversos animaes desenhados, dizem os habitantes que pelos hollandezes. *Bucú*, significa segundo Martius, longa.

BODE. Arraial do termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano* 1901).

BODE. Serrote do Estado de Pernambuco, ao N. do pov. de Cimbres, primitiva séde do mun. deste nome.

BODE. Riacho do Estado de Pernambuco; corre no mun. da Floresta para o rio Pajehú. (S. V. Galvão, *Dicc.* cit.) Será differente de um outro por nós mencionado como affl. do rio S. Francisco?

BODOCÓ. Dist. policial do mun. do Granito, no Estado de Pernambuco.

BODOQUEIRA. Morro do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá.

BOEIRAS. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra das Russas e correndo de O. para E., busca o mun. da Victoria, atravessando a estrada de rodagem, na parte comprehendida entre esta cidade e o pov. S. João dos Pombos. (S. V. Galvão. *Dicc.* cit.)

BOERAREMA. Log do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos, sobre o rio Sant'Anna.

BOGUASSÚ. Log. no mun. de Paranaguá e Estado do Paraná.

BOGUASSÚ. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guaratuba, distante 32 kils. da séde do mun.; com escola.

BOI. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no logar Sitio dos Côcos, no mun. do Limoeiro e desagua na margem dir. do rio Capibaribe.

BOIÃO. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

BOI-COARA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Ribeira de Iguape; no mun. de Iguape. Esta palavra é corruptela de *Mbo-guâr-a*, esburacado. De *mbo*, particula activa, *guar* buraco, fojo, poço, com o accrescimo de *a* (breve) por acabar em consoante. Allusivo a ter poços e peráos no leito.

BOIM. Corr. *mboim*, missangas, contas de vidro; Pará; o vocabulo pode ser porem de procedencia portugueza como se verifica do nome *Villaboim* (Dr. T. Sampaio).

BOIPEBA. Corr. *mboy-peba*, cobra chata (Anchieta); cobra venenosa (Dr. T. Sampaio).

BOIQUISSABA. Corr. *mboy-kiçaba*, ninho ou dormida de cobras (Dr. T. Sampaio).

BOIROIÇANGA. Corr. *mboy-iroiçang*, cobra fria. (Anchieta).

BOIS. Serra do Estado de Pernambuco, ao N. da cidade de Taquaretinga. Dão-lhe uma elevação de 400 metros acima do solo.

BOIS. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do rio Verde, no mun. de Sant'Anna do Paranahyba.

BOISSININGA. Corr. *mboy-cyninga*, cobra resonante cobra chocalhante, a cascavel; altera-se não raro para *boici nunga* e *boiçununga* (Anchieta).

BOISSUCANGA. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. Mendes diz: « *Boissucanga*, nada tem com cobras é muito menos com as cabeças desses reptis. E' sim corrupção de *I-mbiaçá-cang-a*, rio cuja bocca é enxuta. De *i-mbiaçá*, barra ou bocca do rio, *cang*, enxuto, seco, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a espalharem-se suas aguas na praia, não tendo por isso foz ». « *Boissucanga*, diz o Dr. Theodoro Sampaio é corrupção de *mboy-oçú-a-canga*, a cabeça da serpente. »

BOITATÁ. Corr. *mboy-tatá*, fogo de cobra, ou fogo em forma de cobra, que outros traduzem: cobra de fogo; é a exhalação das materias putridas do cemiterio, fogo-fatuo. (Theodoro Sampaio). Couto Magalhães diz, que é um genio da mythologia indigena que protege os campos contra quem os incendeia, representado por uma serpente de fogo que reside n'agua, allusão, de certo, ao gaz inflammado dos pantanos. Anchieta explicou como corrupção de *mbaê-tatá*, isto é, cousa que é toda fogo.

BOITUVA. ou mais acertadamente *Boituba*. Serrote baixo, ou, antes, planura que se estende entre os rios Tieté e Sorocaba, até a affluencia deste naquelle; nos muns. de Porto Feliz e Tieté do Estado de S. Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, nada tem com cobras, como alguns suppõem, julgando ver nesse nome *mboi-tyba*, que significaria abundancia de cobras. *Boituba* é corruptela de *Mboi-tu-bo*, cortado a golpes. De *mboi*, cortar, despegar, apartar, despedaçar, *tú-bo*, verbal derivado de *tú* golpear, golpe com o suffixo *bo* (breve) para formar supino ». Com effeito, é essa uma extensa que os affluentes dos rios Tieté e Sorocaba cortam em sulcos mais ou menos fundos, algumas dezenas de metros abaixo do nivel geral das terras. No *Esboço geologico da região comprehendida entre os rios Sorocaba e Tieté*, pela Commissão Geographica e Geologica da Provincia de S. Paulo lê-se: « Na faixa comprehendida entre a cidade de Porto Feliz e as estações de Cerqueira Cezar e Boituva, uma grande mancha de terra roxa cobre estes grés e forma uma *extensa chapada cortada por pequenos valles e de altitude media de 600 metros* ».

BOJAGUA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Nioac.

BOJUHY. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Diamantino.

BOLANDEIRA. Log. do Estado de Sergipe, no mun. do Soccorro. Ha um outro log. do mesmo nome no mun. do Riachão.

BOLANDEIRA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

BOLANDY. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

BOLENA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

BOM CONSELHO. Villa de Pernambuco. Em logar de villa leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Foi elevada á categoria de cidade pela Lei n. 309 de 6 de junho de 1898.

BOM FIM. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

BOM FIM. Passou assim o denominar-se o logar Samba, no mun. do Riachão do Estado de Sergipe pela Lei n. 266 de 2 de dezembro de 1897.

BOM FIM. Quarteirão incorporado ao dist. do Japi, no mun. de Jundiahy e Estado de S. Paulo, por Acto de 5 de Maio de 1891.

BOM FIM. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

BOM FIM. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Jaboticabal e desagua no rio Mogy-guassú.

BOM FIM. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, affl. do Lontra, que o é do rio Pomba; no mun. deste nome.

BOM FIM. Cidade do Estado da Bahia. Accrescente-se no fim: Ao Jornal do Commercio enviei a seguinte descripção:

« Regressando da cidade do Joazeiro, parei na estação de Villa Nova, no kilometro 321.993 de Alagoinhas ou 411.117 da cidade da Bahia e a 518^{m},936 de altitude. A estação fica na cidade do Bomfim.

Vista da estação, a cidade apresenta uma das mais bellas e encantadoras paizagens que tenho contemplado.

Está situada na serra da Saúde, que vem em suaves declives morrer nas partes mais baixas da cidade.

Da estação desce-se para uma bacia ou valle, onde se construiram as primeiras habitações. Propriamente a cidade está construida em uma ramificação que a serra deita para sudeste.

E' cercada pelos morros denominados: Engenho Velho, Grunga, Maravilha, Cruzeiro, Gado Bravo e Mocó e

banhada pelos riachos Grunga e Maravilha. Na sexta-feira da Paixão costuma o povo fazer uma romaria ao morro do Cruzeiro.

Suas ruas são sujas, umas bastante largas, outras estreitas, muito poucas rectas, a mór parte sinuosas, com beccos estreitissimos e quasi todas sem calçamento e sem passeios cimentados. São em numero superior a 20, entre as quaes notam-se a Barão de Cotegipe, Rio Branco, Conselheiro Franco, Fernandes da Cunha, Pedro Mariani, com o bello predio do cidadão Simão Esteves; Duarte, Salomão, Caminho da Fonte, que termina no tanque municipal, Cemiterio e outras.

Seus predios, em numero de 1.500, são na sua maioria antigos e terreos. Ha alguns bonitos e muitos feitos a *supapo*.

Suas praças principaes são: a Benjamim Constant, com a fórma de um quadrado, bastante vasta, muito descurada, e com bons predios, entre os quaes o lindissimo chalet do cidadão Manoel Góes; a Felix Angelim, outr'ora Dr. José Gonçalves, tambem vasta de fórma rectangular, arborisada, suavemente inclinada, com diversas casas commerciaes, uma pequena capella do Cruzeiro consagrada a Nossa Senhora da Conceição e um grande Cruzeiro na frente: é nella onde se effectuam as feiras aos sabbados; a Praça da Matriz, com a egreja matriz, o Paço Municipal e o bello predio do Coronel Francisco José de Freitas; a do Chafariz ou da Feira Velha, com um bonito chafariz, construido em 1892, e a estação da estrada de ferro; a Coronel Tamarindo, onde existe, em fórma de torreão japonez, um reservatorio, que abastece de agua o chafariz e a estrada de ferro; e a do Theatro, pequena, de fórma triangular, onde existe o theatro em construcção.

A cidade conta poucos edificios publicos, apenas a Matriz, a Casa do Conselho e a Estação da Estrada de Ferro do Prolongamento.

Tem dous medicos, duas pharmacias, cinco engenheiros, seis advogados formados e um provisionado, duas philarmonicas, a 25 de Janeiro e a União e Recreio, dous hoteis, um açougue municipal, 55 casas commerciaes e uma typographia, onde se imprime o periodico *O Futuro*, devendo apparecer brevemente um outro, *A Cidade do Bomfim*.

A pop. da cidade é de 12.000 habs. e a do mun. de 30.000.

Infelizmente a cidade não tem hospital de caridade, não tem agua canalisada, nem esgotos e não é illuminada.

A população abastece-se de agua no unico chafariz, que tem a cidade, pagando todas as vezes que vai buscar o precioso liquido vinte réis.

A Camara tem seis contos de réis para illuminação; no entretanto a pop. nas noites em que não ha luar, serve-se de lanternas ou transita em plena escuridão pelas ruas da cidade, dando encontrões uns nos outros, escorregando aqui e alli e encontrando sómente as suas residencias pelo longa pratica que têm de nellas penetrarem.

A cidade tem evoluido naturalmente, não pelo esforço dos seus habitantes, que são muitos inertes, sem iniciativa e sem o menor estimulo de progresso. E' assim que o Dr. Costa Pinto ha mais de 12 annos alenta a humanitaria idéa da fundação de um hospital. Pois bem, tem distribuido listas para angariar donativos, e até hoje nem um real recolheu para tal fim.

Vê-se que na cidade se desconhece completamente o altruismo.

Ha na cidade um cemiterio, com uma capellinha, o qual, apezar de sua boa posição, exige comtudo a construcção de um novo, por já se achar hoje quasi encravado na cidade.

O clima da cidade é temperado, subindo o thermometro, no verão, a 31º á sombra, e no inverno a 22º.

Nas mudanças de estações, as molestias reinantes são, na passagem do inverno para o verão, das vias respiratorias, taes como: bronchites, pneumonias, pleuro-pneumonias e pleurizias; na passagem do verão para o inverno as febres, que tem assumido, por diversas vezes, o caracter grave das febres remittentes biliosas, tendo grassado, uma só vez, em 1888 com caracter epidemico e chegando a tomar um caracter thyphico.

No quadro nosologico encontram-se frequentemente as conjunctivites granulosas, devido ao uso da celebre planta *umbú*, na passagem do inverno para o verão.

Ha ainda muita syphilis, que se manifesta em todos os periodos da molestia.

A matriz é um templo mediocre e tem duas torres, cinco janellas, tres portas e um grande Cruzeiro na frente.

Tem a capella-mór com um altar, cujo throno é occupado pelo Senhor do Bomfim. Na nave, que é muito baixa, ha um painel com Jesus Christo Crucificado.

No corpo da egreja ha dous altares, o do lado do Evangelho com as imagens de Nossa Senhora da Conceição, do Sagrado Coração de Jesus de Santa Anna, S. José, e o do lado da Epistola com as de Nossa Senhora do Rosario, S. Miguel, Santo Antonio e S. Joaquim; tem um só pulpito e o côro com um harmonium; não tem tribunas e o fórro é de telha vã.

Do lado direito fica uma capellinha de Nossa Senhora das Dôres, e do lado opposto a sacristia.

O edificio da Camara Municipal é solido, bem situado e composto de dous pavimentos.

Não conseguí penetrar nelle, por encontral-o fechado, no sabbado.

Não puz os olhos em cima, nem do intendente nem do secretario.

Eis por que a cidade está carecendo de asseio, de illuminação, offerecendo um verdadeiro contraste com a esplendida natureza que a cerca.

Os arrabaldes da cidade são: Aleijada, Pernambuquinho, Burá, Maravilha, Abarracamento, Cumbe, Engenho Velho, Alexandres, Alto do Cemiterio e Bandeira.

Em uma explanada, que fica em frente á estação, fica um reservatorio a 3.250 metros distante da cidade e 4.000 metros de sua nascente. Compõe-se de uma bôa e solida caixa d'agua de alvenaria de pedra com argamassa de cimento. Della vai agua para um reservatorio em frente da estação de Villa Nova, por meio de tubos de ferro, sendo a differença do nivel entre a caixa d'agua e o reservatorio de 20 metros. No reservatorio existem dous tubos de sahidas, um para uma caixa de ferro, onde se abastecem os trens, e outro para um chafariz onde se abastece a pop. da cidade.

Esta obra foi construida em 1892 pela Administração da Estrada.

Na cidade funccionam duas escolas estadoaes e quatro municipaes.

O mun. limita-se, ao N. com o de Capim Grosso, á E. com os de Monte Santo e Queimadas, ao S. com o de Campo Formoso e a O. com o mun. deste nome e o de Jacobina.

Divide-se em tres dists., tendo as seguintes povs: Catuny, Jaguarary, Itú-mirim e Angico, que são estações da estrada de ferro no caminho de Joazeiro, Cariacá e Tiririca, estações da mesma estrada no caminho de Quéimadas; Carrapichel, Estiva, Catuabas, Canôa, Cachoeirinha, Umburanas, Santa Rosa, Varzinha e Missão do Sahy, que foi a séde da antiga villa da Jacobina, hoje com as ruinas de um antigo convento e uma escola mixta.

Regam o mun. os rios Poço Comprido e Poção, na bacia do S. Francisco, o Itapecurú-mirim, que recebe o Combucas, Catuny, Brejo, Cachoeira, e Engenho Velho.

O Grunga, o Mocó (bicho que róe, animal roedor, *Cavia rupestris*) e o Maravilha, cabeceiras do Cariacá, que entra no Itapecurú-mirim 42 kils. distante da cidade do Bomfim ao nascente; o Coité (vaso real, verdadeiro, capaz), que entra no Cariacá. (1)

As serras do mun. são ramificações das serras da Fumaça e dos Milagres. Estas serras tomam os nomes de Saúde, Grunga, Gado Bravo, Mocó, Anjo, Boqueirão, Umburanas, e Engenho Velho. A serra da Itiuba tambem atravessa o mun.

Cultivam-se em grande escala café, fumo, canna de assucar, arroz, milho, feijão, mandioca, fructas da zona tropical, hortaliça, batata doce, ricinos branco e vermelho. Inicia-se com vantagem a cultura de batatas dos Andes, impropriamente chamada batata ingleza e que é conhecida em Minas pelo nome de batatinha.

Na zona pastoril do mun. cria-se gado vaccum, cavallar, lanigero, caprino e suino, havendo já ensaios de melhoramento de raças, iniciado pelos Drs. Teive e Argollo e José Gonçalves.

Ha grandes extracção de hervas medicinaes, fibras textis e de mel de abelhas.

Fabricam-se: aguardente de canna, rapaduras, farinha de mandioca, velas de composição, rêdes, chales de algodão,

(1) O Missão nasce neste municipio no Brejo do Telles e com o nome de Puba vai desaguar no Agua Branca, tributario do Aipim, que o é do Itapecurú, ou municipio do Campo Formoso.

chapeus de palha e couro, arreios, carne de sol, doces e muitos outros productos.

A industria ceramica, comquanto imperfeita na fabricação de vasilhames de louça, é entretanto boa no tocante a materiaes de construcção, como tilojos, telhas, ladrilhos, etc.

Possue o mun. minas de cobre, manganez, ferro, mercurio, chumbo, alumen e ouro. Encontram-se tambem diamantes e outras pedras preciosas, principalmente nas serras do Grunga, do Mocó, do Boqueirão e do Gado Bravo. Ha ainda marmores, pedras calcareas e tabatinga de diversas côres.

Exporta café, tabaco, cereaes, batatas, carne de sol, requeijões, aguardente, rapaduras, farinha de mandioca, sabão, resinas, oleos, hervas medicinaes, gado em pé e diversos outros productos.

A actual cidade do Bomfim foi em 1795 elevada a julgado pelo Ouvidor Geral Florencio José de Moraes e por carta de D. Fernando José de Portugal, elevada a villa. Foi installada em 1 de Outubro de 1779. Freg. collada por Alvará de 12 de Dezembro de 1812. Termo separado de Jacobina em 1855. Com. pela Lei n. 1.727, de 21 de Abril de 1877, sendo installada em 20 de março de 1878. Elevada a cidade pelo Lei n. 2.499 de 28 de Maio de 1885, foi installada em 7 de Janeiro de 1887.

Teve por alguns dias de 1890, o nome de Cidade da Revolução.

A declinação media local da agulha magnetica é egual a 6ºNO.

BOM GALLOPE. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Viamão; com escola.

BOM GOSTO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun de Água Preta, proximo da estação de Cuyambuca da E de F. S. Francisco.

BOM GOSTO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Grão Mogol.

BOM GOSTO. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urú e a do rio Tury-assú.

BOM JARDIM. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecucú-mirim.

BOM JARDIM. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Exú, com uma capella de N. S. da Conceição.

BOM JARDIM. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras, á margem do rio Pardo.

BOM JARDIM. Pov. do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

BOM JARDIM. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

BOM JARDIM. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

BOM JARDIM. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco; no Estado da Bahia. Fica naquelle rio entre as estações do Riacho de Canôas e da Extrema do Urubú, e a 602 kils. da cidade do Joaseiro.

BOM JARDIM. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

BOM JARDIM. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

BOM JARDIM. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Guanhães.

BOM JARDIM. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua na margem dir. do Pomba. E' tambem conhecido por Eva.

BOM JARDIM. Nascente d'agua no serrote divisorio das aguas do rio Tieté com seu affl. Cabuçú, no mun. de Conceição dos Guarulhos e Estado de S. Paulo.

BOM JARDIM. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

BOM JARDIM. No dia 18 de janeiro de 1902 tomei em Sant' Anna do Maruhy o trem de passeio da estrada de ferro da Leopoldina, em direcção á aprazivel cidade de Nova Friburgo.

Dpois de passar por S. Gonçalo, Porto das Caixas, Sant'Anna de Japuhyba e Cachoeiras, cheguei áquella cidade ás 7 horas da noite.

Em Cachoeiras vi o cemiterio que guarda os ultimos despojos do meu amigo Dr. Aristides da Silveira Lobo; fallecido em uma situação, que, proximo á estação, possue o Dr. Demosthenes Lobo.

Pernoitei em Nova Friburgo e no dia 19 dirigi-me para Bom Jardim. Depois de passar pelas estações de Conselheiro Paulino e Rio Grande e parada do Banquete, cheguei a Bom Jardim á 1 hora da tarde.

Da estação do Rio Grande á villa do Bom Jardim a natureza do terreno muda de aspecto. Vêm-se bonitas e novas lavouras de café e muitas plantações de milho, o que demonstra a uberdade do solo. A estrada vai sempre margeando o rio Grande, que corre sobre um leito empedrado, formando lindas quédas de agua.

Nessa villa tive a enorme satisfação de abraçar o meu antigo discipulo Luiz Corrêa da Rocha Sobrinho, que obrigou-me a deixar o hotel e offereceu-me em sua casa a mais fidalga hospedagem. A poetica vivenda desse meu amigo fica ao lado de uma importante usina de beneficiar café, distante um kilometro da povoação, junto á confluencia do ribeirão Floresta com o rio Grande, e a uns 200 metros da mais importante cachoeira formada por este ultimo rio.

A villa do Bom Jardim está a 480 metros de altitude e fica em uma profunda baixada, cercada pelos morros das Aguas Claras, da Caixa d'Agua e do Bom Jardim, banhada pelo ribeirão Floresta, que nasce na fazenda de Luiz Monnerat, a 138 kils. da estação de Sant'Anna do Maruhy e 28 de Friburgo.

A pov. é muito nova, mas já apresenta um certo progresso.

Conta apenas cinco ruas, uma avenida e uma praça. Tem 114 predios, na sua generalidade terreos, salientando-se, porém, o palacete do commerciante Alfredo Friedman. As ruas não são calçadas e são illuminadas a kerosene.

Tem cinco medicos, uma pharmacia, um hotel, duas casa com bilhares, dous açougues, tres padarias, tres alfaiatarias, tres sapatarias e 12 casas de fazendas e molhados.

A população da villa é de 600 habs. mais ou menos.

Os edificios publicos são a Matriz e a Casa da Camara.

A Matriz é modesta no exterior; não tem torres. O interior, porém, é alegre e excita pela sua simplicidade a meditação dos fieis.

Tem o altar-mór com a imagem de N. S. da Conceição, Padroeira, e mais dous lateraes, com o Sagrado Coração de Jesus e N. S. do Rosario. Aos lados do altar-mór acham-se, em dous nichos, Santo Antonio e S. José; e no altar de N. S. do Rosario as imagens de S. Benedicto e S. Sebastião. Possue ainda o côro com um harmonium, um pulpito volante e a pia baptismal.

A Camara funcciona em um predio, baixo na frente e assobradado nos fundos. Tem a sala de sessões da Camara e do Jury, uma pequena bibliotheca e a secretaria. E' illuminado a gaz acetyleno.

Possue mais o predio em que funcciona o *Club Dramatico Bom Jardinense*, modesto ponto de recreio para os habitantes. Tem uma sala de espectaculo, com scenarios e platéa: esta contém 20 bancos para cinco pessoas cada um. O panno de bocca representa a ilha Fiscal, situada na bahia Guanabara.

Na villa imprime-se o *Bom Jardinense*, em cuja typographia existe um prelo de 1822, no qual, disseram-me, imprimio-se o 1º numero do *Jornal do Commercio*.

Ha em todo o mun. quatro usinas de beneficiar café, além de diversos engenhos nas fazendas.

A mais bem montada é a do Sr. Rocha Sobrinho, distante um kil. da villa. Dispõe de catadores, burnidores, des-

cascadores e separadores, todos movidos por um motor hydraulico da força de 16 cavallos. Annexas á usina existem uma officina de carpintaria, e uma outra de ferraria para attender aos reparos dos machinismos. Possue ainda uma montagem para torração de café, com os apparelhos mais modernos, que permittem a producção de 80 arrobas diarias.

A usina é illuminada a gaz acetyleno, cujos apparelhos foram fabricados na usina pelo seu proprietario.

A villa é abastecida de excellente agua, oriunda da serra de Santa Thereza e na distancia de oito kils. E' toda canalisada em tubos de ferro para todas as casas particulares e alimenta um unico chafariz, situado na praça Dez de Dezembro.

Ha em todo o mun. quatro escs. estadoaes, sendo duas na séde da villa e duas no segundo dist. A municipalidade mantem seis escs., todas do sexo masculino: na Penna, Barra Alegre, Rio Grande, Capivary, S. José do Ribeirão e Itaoca.

O mun. limita-se com Friburgo, Cantagallo, Duas Barras, S. Francisco de Paula e Macahé.

A lavoura unica e exclusiva é a do café, cuja producção ascende a 80.000 saccas annualmente, com tendencia para augmentar pois a lavoura é nova.

A exportação em 1901 foi de 63.400 saccas.

As fazendas mais importantes do mun. são a do Jequitibá, Santa Barbara, Rancharia, Aguas Claras, Corrego Sem Ponte, S. João, São Mathias, Goiabal, Rio Grande, Monte Verde, Triumpho, Penna, Manhã, Santo Antonio e Bom Jardim.

As serras mais importantes do mun. são: a de Macabú, nas divisas com S. Francisco de Paula, Macahé, Portão, Santa Rosa, Zig-Zag, Santa Thereza e Nascentes. Na serra Santa Thereza ha uma enorme pedra da qual despenha-se a cascata do mesmo nome.

E' o mun. bem regado; dentre seus numerosos rios destacarei os seguintes: o Grande, que atravessa todo o mun., recebendo nelle o Banquete, o S. José (que atravessa a pov. do S. José do Ribeirão e recebe o S. Domingos e Almas, o Bussinger, Maxambomba, Ocirema, Jaracatiá, Santa Angelica, Laranjal e Amparo), o Santo Antonio (que atravessa a pov. da Barra Alegre e desagua no logar denominado Barra Grande e recebe os corregos da Onça e da Lage), o Santa Cruz, o Santa Thereza, o Floresta, o das Aguas Claras e o do Soccorro. Vai reunir-se ao rio Negro na fazenda da Barra, dous kils. acima do dist. da Conceição da Ponta Nova, formando o Dous Rios, trib. do Parahyba. O Flores, affl. do Bengalas, nos limites do mun.,; o Rosario, affl. do Banquete, o Macuquinho, que desagua no Negro no dist. do Macuco com este nome; e o Capitão, affl. do S. Domingos e Almas.

Tem o mun. a lagôa do Rosario, sobre a pedra do mesmo nome; e a gruta Mão de Luva, gruta subterranea sobre o rio S. José na confluencia com o rio Grande.

E' assim chamada por nella ter-se occultado o primeiro explorador de ouro nessas paragens.

O mun. comprehende os dists. da villa e de S. José do Ribeirão, e os povs. denominados: Barra Alegre, Banquete (estação), Chave do Jequitibá (parada), Amparo, Ponte Berçot, Holophote, Penna, Capivary e Itaoca.

O dist. de S. José do Ribeirão foi elevado a villa pelo Dec. de 6 de julho de 1891, rebaixado dessa categoria pelo Dec. de 28 de maio de 1892 e restaurado pelo de 17 de dezembro do mesmo anno que mudou-lhe a séde para Bom Jardim.

Foi installado o mun. a 5 de março de 1893.

BOM JARDIM DO GENIPAPO. Log. do Estado da Bahia, na com. do Mundo Novo.

BOM JEJUM. Arraial do Estado de Pernambuco, a nove kls. da cidade do Limoeiro, a cujo mun. pertence.

BOM JESUS. Log. todo povoado, na praia e na parte S. da ilha de Itamaracá, onde existe uma Egreja da invocação do Menino Jesus; no Estado de Pernambuco. De longe offerece ao observador uma bella vista, de arvoredos sempre verdes, enchendo toda a extensão da costa immenso coqueiral. Essa pov. é grande mas desalinhada e toma, conforme a situação, diversos outros nomes como: S. Paulo, Rio do Ambre e Santa Cruz. Tambem o denominam *Bom Jesus da Praia*. (S. V. Galvão. *Dicc.*)

BOM JESUS. Arraial do Estado da Bahia, proximo á cidade do Urubú, com uma capella sob a invocação de N. S. da Guia, construida por Cypriano Mariano de Araujo. Fica na margem dir. do rio S. Francisco.

BOM JESUS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Flores, com regular elevação. E' notavel por conter varios mineraes. Nella se encontra uma jazida de giz de varias côres.

BOM JESUS. Vallão trib. da margem dir. do rio Parahyba do Sul; no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

BOM JESUS. Arraial fundado por Mathias de Albuquerque, em Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica no dist. da Varzea, a seis kils. distante da cidade do Recife, no sitio chamado Retiro. Ahi, em 1646, foi erguida uma fortaleza que serviu de principal baluarte da insurreição pernambucana, contra o dominio hollandez, da qual se conservam ainda de pé tres bastiões, duas escarpas bem pronunciadas, a do sul e a de leste, o largo fosso que a circumdava; se observa tambem o antigo leito do Capibaribe, com as aguas do qual se enchiam os fossos; juntamente mal tapada, bem no centro da quadra, a funda cacimba de agua potavel; e finalmente, ao longe uma crescida orla de matto, por onde era o fosso exterior, que guardava e abrigava a pov. á sombra da fortaleza. Para assignalar a topographia do logar onde existiu a fortaleza do *Novo Arraial do Bom Jesus*, o Instituto Archeologico, em 1867, precedendo a nomeação de uma commissão que estudasse com segurança o local onde foi situado aquelle arraial, mandou erigir alli uma columna de tijolo com a seguinte inscripção:—*Aqui se levantou, em 1646, a fortaleza do Novo Arraial do Bom Jesus. Em 1867, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano verificou o logar, com toda authenticidade e mandou levantar esta memoria. O presente honra e glorifica aos benemeritos do passado*—. Desta forma se chegou á evidencia que o autor das *Memorias Historicas de Pernambuco*, J. B. Fernandes Gama enganou-se quando localisou o arraial e a fortaleza do Bom Jesus a duas e meia leguas do Recife, em Tigipió, no logar Gargantão, dependencia do sitio Cavalheiro; entretanto que o autor do *Castrioto Luzitano*, Frei Raphael de Jesus, cuja obra foi publicada em 1679, isto é, 33 annos depois, assignala um ponto na planicie da Varzea, a seis kils. do Recife, sendo a indicação desse escriptor accorde com o que achou a commissão (Vide *Rev. do Inst. Arch.* n. 14 pags. 91 a 101).

BOM JESUS. Ilha na bahia do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: A ilha, que estende-se de E. a O. tem de comprimento pouco mais de tres kils. e foi primitivamente de propriedade de D. Ignez de Andrade, nora do Capitão Francisco Telles Barreto, que a doou, em 1705, aos religiosos franciscanos, afim de ahi estabelecerem um hospital para convalescentes, dos mesmos religiosos, e na construcção da Egreja e dos edificios annexos trabalharam muitos religiosos, que eram artistas. Antes de ser o Asylo de Invalidos estabelecido na ilha passou o convento por diversas phases. Em 1824 os frades cederam o convento para Hospital da Marinha de Guerra; em 1830 passou a servir de Hospital dos Lazaros; em 1850 foi Hospital dos atacados de febre amarella, tendo-se construido na base da escadaria que conduz á Egreja um pequeno cemiterio; em 1852 fundou-se ahi um pequeno recolhimento e casa de educação das Irmans do Santissimo Coração de Maria, estabelecimento que pouco durou, por terem fallecido irmans e frades e outras pessoas que foram sepultadas no já alludido cemiterio, no qual existiu em tempo um grande cruzeiro de pedra. Em 1853 foi Hospedaria de Immigrantes; em 1855 serviu de hospital de cholericos, continuando, depois da epidemia, em Hospedaria de Immigrantes; em 1865 foi quartel dos diversos corpos de voluntarios da Patria em transito para a guerra do Paraguay; e em 1866 serviu de Hospital de Marinha. Em 1867 passaram os invalidos do exercito, que se achavam na fortaleza de S. João, para o edificio do convento, onde tambem se alojavam as praças que vinham do norte com destino á guerra. Em 15 de outubro de 1868, depois de terminadas as obras para adaptação do Asylo foram os Invalidos da Patria, que estavam na Armação, transferidos

para o novo Asylo nessa ilha. A Ordem Franciscana cedeu para o estabelecimento do Asylo o pequeno convento ahi existente, mediante 60 apolices de um conto de reis cada uma, ficando, porem a Egreja e uma das cellas do convento sob immediata disposição da Ordem. A ilha foi comprada a Alexandre Wagner pela quantia de 97:000$000. Foi o Asylo dos Invalidos da Patria fundado no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1865 e inaugurado nessa ilha em 29 de julho de 1868. Por occasião da inauguração do Asylo publicou o *Jornal do Commercio* a seguinte noticia.

« O antigo convento da Ilha do Bom Jesus está completamente transformado. A egreja, restaurada, apresenta um lindo aspecto, já pela sua situação no alto da eminencia em que foi construida, já pela singeleza interna de sua decoração.

Aos lados do corpo da egreja, tanto no primeiro como no segundo pavimento, ha vastissimos dormitorios, destinados sómente a este fim, e não á persistencia diaria dos invalidos, como succede nas companhias ou dormitorios dos quarteis, que são o unico abrigo dos soldados. Existem ao fundo, convenientemente construidas, as latrinas, quer de um quer de outro pavimento.

A cozinha, despensa e accomodações annexas estão de certo modo isoladas, mas com perfeito nexo com os dormitorios do grande edificio do refeitorio, cuja grandeza, de 221 palmos de fundo e 45 de largo, permitte que se accomodem á mesa em um só pavimento todos os invalidos.

O segundo pavimento deste edificio, meio chalet, é destinado a sala de recreio e descanso dos invalidos, sendo o terceiro pavimento morada do Commandante.

Esta grande peça do Asylo, avarandada na frente, lembrará sempre pela sua decoração externa aos nobres soldados que alli têm de entrar muitas vezes os mais queridos nomes dos seus chefes, soldados como elles e amigos seus, porque a gloria que os ennobrece é tambem obra de seus feitos e valentia.

Sobre a porta da entrada, que fica ao centro do edificio, aberta em marmore, lê-se a seguinte inscripção:

« *D. Pedro II, Imperador do Brasil e Perpetuo Defensor, mandou erigir este Asylo para os bravos que ficarão mutilados na defesa da Patria. 1865.* »

Á' direita da inscripção, em outra pedra marmore, vê-se gravado em um brazão o memoravel *29 de julho de 1868*, dia da inauguração, e á esquerda em posição áquella está uma pedra em branco, na qual se ha de gravar a data do dia em que a nação, volvendo ao seio da paz, houver terminado esta guerra a que fomos provocados pelo Governo do Paraguay.

No segundo pavimento, sobre as vergas das tres janellas da frente, ha tres escudos, tambem de marmore, com as seguintes inscripções — no do centro *Marquez de Caxias*, no da direita *General Polydoro* e no da esquerda *Visconde de Herval*.

Sobre as janellas do terceiro pavimento gravárão-se em identicos escudos, no centro, *Conde de Porto Alegre*, á direita *Barão do Triumpho* e á esquerda *General Argolo*.

No ponto mais elevado da eminencia, em que está assentado o Asylo, construio-se uma caixa d'agua de recepção e distribuição, a qual, alimentada por um encanamento submarinho, o primeiro talvez que se faz na America, derivado da Caixa de S. Christovão, e submergido da Ponta do Cajú até a ilha, fornecerá agua sufficiente a todas as necessidades do estabelecimento.

Ao desembarcar-se na ilha, está a 180 palmos distante do futuro cáes um vasto edificio de dous pavimentos, levemente assobradado, tendo 260 palmos de frente e 80 palmos de fundo, de onde partem duas alas que se alinhão pelo lado do edificio em uma extensão de 60 palmos de comprido e 45 de largo.

A direita desta grande habitação está designada, no pavimento inferior, para as irmãs de Caridade, tendo em cima a enfermaria bem ventilada, que é um grandissimo salão com capacidade para 60 leitos, pelo menos. Ha annexos, salas de banho, latrinas, étc. Na ala da direita está a cozinha das irmãs de Caridade, suas dependencias e bem assim a sua capella particular.

A esquerda é reservada para a Secretaria, arrecadação, Casa da Ordem, Estado-Maior, Botica, tendo tambem embaixo uma cozinha e refeitorio para os officiais invalidos, cujos aposentos são no pavimento superior.

A' entrada, sobre o patamar da escada principal, está em uma pedra a seguinte legenda: « *No reinado do Sr. Dom Pedro II, sendo Ministro da Guerra o Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigio-se este edificio — 1868* ».

Ao fundo desta casa e a conveniente distancia ha um gazometro, assentado pelo Sr. Dutton, e que dará luz para todos edificios, perfeitamente illuminados.

Todos os edificios serão guardados por *pára-raios*, que por falta de tempo não foram assentados, mas que estão promptos. »

BOM NOME. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Ipojuca, no mun. de Cimbres.

BOM RETIRO. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

BOM SUCCESSO. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Valença, na estrada que vai do Desengano á Barra do Pirahy.

BOM SUCCESSO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Flores e desagua no rio Pajehú. Recebe o riacho Cannabrava.

BOM VIVER. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro, á beira dos campos da Chapada, a seis kils. (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*).

BONINA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Granito.

BONITINHO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Anajás. Vae para o rio Guajará.

BONITO. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da serra das Almas

BONITO. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas.

BONITO. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun do Rio Bonito e desagua na margem esq. do rio do Peixe

BONITO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Grande ou Jurubatuba.

BONITO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, affl. do Grande, que o é do rio Cahy. A' margem dir. desse arroio fica a linha Araripe.

BOPY. Morro no dist. de N. S. do O', no mun. da capital do Estado de S. Paulo. Esta palavra é corruptéla de *Bi-pi*, erecto e torneado. De *bi*, levantar, alçar, *pi* tornear E' da mesma fórma do morro Jaraguá; porem é muito menor que este.

BOQUEIRÃO. Assim se denomina no mun. da Muribeca e Estado de Pernambuco, a uma faixa de terra firme, contendo 100 passos de largura, estreita na entrada, entre a tremedal de uma lagôa e o sopé de um dos montes Guararapes, que olha para o lado oriental. E' um local memoravel na luta hollandeza, um ante-mural inexpugnavel onde os aguerridos generaes do exercito libertador acamparam suas tropas, e ao qual Roberto Southey, em sua *Historia do Brasil*, comparou ao passo das Thermopylas. O Visconde de Porto Seguro, em sua *Historia Geral do Brasil*; Fr. Raphael de Jesus, autor do *Castrioto Lusitano*, impresso em 1679; o Conde de Erecura, na obra *Portugal Restaurado*, escripta em 1750, todos fallam no Boqueirão e o descrevem. Esse logar, em 1859, quando D. Pedro II visitou pela primeira vez o Estado, foi tambem honrado com a presença do monarcha. A respeito dessa paragem existe ainda publicada uma *Memoria*, escripta pelo archeologo pernambucano, o Padre Lino do Monte Carmello Luna, na *Rev. do Inst. Arch. Pernambucano* n.15 de 1867.

BOQUEIRÃO. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

BOQUEIRÃO. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

BOQUEIRÃO. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada e mun. da Capital, cortado pela linha telegraphica.

BOQUEIRÃO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 545 kils. distante do Joazeiro, entre as estações do Desterro e da Conceição.

BOQUEIRÃO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros, proxima das da Maravilha, Jaboticaba, Jurubeba e Mondé.

BOQUEIRÃO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas e proxima das da Saccada e Bica.

BOQUEIRÃO GRANDE. Canal que separa o recife dos Alagados ou das Alagadas do recife de Itacepanema; no Estado da Bahia. Tem ¾ de milha de largura e 6 braças de fundo.

BOQUEIRÃO PEQUENO. Canal que separa os dous recifes dos Alagados ou das Alagadas, na costa do Estado da Bahia. E' muito estreito e tem sete braças de fundo.

BOQUIRA ou BUQUIRA. Serra do Estado de São Paulo, entre o mun. do seu nome e o de Caçapava. Nella ha minas de ferro. Ha uma outra serra do mesmo nome, no mun. de Nazareth. Ambas são ramificações da Mantiqueira.

BORBOREMA. Corr. *por-póra-êyma*, sem moradores, sem habitantes, o deserto, o sertão; R. G. do Norte e Parahyba (Dr. T. Sampaio).

BORÉ ou BURÉ. Corr. *mbyré*, alt. *byré*, *buré*, o soprado, o que se sopra, gaita do gentio (Dr. T. Sampaio).

BOREHY. Dist. creado no mun. de Lençóes do Estado de de S. Paulo pelo Dec. de 26 de Março de 1899.

BORNELAS. Pequeno rio do Estado de Santa Catharina; desagua no riacho de Itacoroby ou Sacco Grande.

BORORÉ. Bairro do mun. de Santo Amaro e Estado de S. Paulo.

BORORÓ. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santo Amaro e desagua na margem esq. do rio Grande ou Jurubatuba.

BORRALHOS. Pov. do Estado do Pará, no mun. da Vigia, na bahia do Sol. Foi elevada á pov. pela Lei n. 645 de 6 de junho de 1899.

BOSQUE. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo, no mun. de Botucatú. E' tambem denominado Corujinha.

BOSSARAHY. Corr. *mboçarai-ỹ*, rio dos cuidados; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

BOSSOROCA. São terrenos rasgados pelas chuvas. « *Bossoroca*, diz o Dr. T. Sampaio, corr. *ybỹ-çoroc*, alt. *ubuçoroc*, *bu-çoroc*, terra rasgada ou fendida, rasgão no solo; S. Paulo » Vide *Botoroca* e *Bassoroca*.

BOTAFOGO. Bairro do dist. do Recreio, no mun. da Leopoldina e Estado de Minas Geraes.

BOTELHO. Serra do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

BOTEQUIM. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. da Villa Christina (*Almanack Sergipano*. 1901).

BOTIJA. Log. do Districto Federal, no Engenho de Dentro.

BOTIJA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, nas divisas de Santo Antonio de Padua e Cambuçy.

BOTINHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, desagua na margem dir. do rio Tieté pouco acima da foz do Baquirivúguassú.

BOTOROCA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Iri-rii-piranga, tambem denominado S. Vicente, e que fórma o escoante occidental do lagamar de Santos. « *Botoroca*, corruptela de *Mboçoroca*, o que rasga. De *çoroq*, rasgar, precedido da particula *mbo* para tornar activo o verbo e mudado o *g* em *ca* (breve) por acabar em consoante. Allusivo a correr entre terra rasgada. Com effeito este ribeirão nasce na serra Mongaguá, e suas aguas descem entre barrancas. Ha alguns logares na provincia com o nome de *Bossoroca*: ainda é semelhante explicação. São terrenos rasgados pelas chuvas. Não se confunda com *Moaça-r-ogca*, dobrar corda, ennovelar. » (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.). O Dr. Theodoro Sampaio (*O tupi na geographia nacional*, diz: « *Botoroca*, corrupção de *ybytú-roca*, alteração de *ubutú-roca butur-oca*, casa do vento, bocaina. » Recebe os rios Branco e Preto.

BOTUCAVARÚ. Morro no mun. do Parnahyba do Estado de S. Paulo. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario de palavras indigenas* escreveu que Botucavarú significa logar de folguedo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, corrupção de *Mbitú-cai-harú*, evaporação que queima e faz damno. De *mbitú*, o mesmo que *pitú*, bafo, evaporação, *cai*, queimar, queimadura, *harú*, damnoso, maleficio. Allusivo a fazer nesse morro um calor tal que produz enfermidades. Certamente o morro é mineral ». O Dr. Teodoro Sampaio (*O tupi na geographia nacional*—1901). diz: « *Botucavarú* corr. *ybytú-cabarú*, o cavallo das nuvens, monte elevado, onde as nuvens pousam. »

BOTUJURÚ. Morro entre os muns. de Jundiahy, Itatiba e Atibaia, no Estado de S. Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, corrupção de *Mbitú-yu-rú*, o que tem evaporação morna. De *mbitú*, o mesmo que *pitú*, bafo, calor de fogo, evaporação; *yú*, morno; *rú*, ter. Allusivo ao facto de sahir do interior do morro um calor morno » « *Botujurú*, diz o Dr. Theodoro Sampaio (*O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901) corrupção *ybytú-yurú*, a bocca do vento, garganta ou quebrada por onde sopra o vento ».

BOTUROCA. Vide Botoroca.

BOTUVERA'. Serrote no mun. de Itapecerica do Estado de S. Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Ibiti-berá*, serra resplandecente. De *ibiti*, serra, *berá*, resplandecer, resplendor. Allusivo a que, sendo escalvada, mostra o brilho de micaschistos que, com outros granitos; a compõem ».

BOYINQUARA. E' a mesma cachoeira no rio Tieté, que alguns corruptamente denominam *Bejú* e *Bojuy*; no Estado de S. Paulo.

BRAÇO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Victoria e desagua no Tapacurá, affl. do rio Capibaribe.

BRAÇO FORTE. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua no rio Pomba com o nome de Veado.

BRAÇO GRANDE. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves e ilha Caviana. Desagua no rio Buruituba.

BRANCA. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

BRANDÃO. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Entre Rios.

BRASILEIRA. Ilha na foz do rio Quarahy, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul.

BRASILIA. Assim denomina-se a villa de Contendas no Estado de Minas Geraes.

BRAVO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Flores. E' pedregosa, pouco alta e possue mattas agrestes.

BRAZ (S.). Morro e log. do Estado da Bahia, no dist. da Plataforma; com uma capella.

BREJAL CANELLÃO. Pov. do Estado do Paraná no mun. de Assunguy de Cima, á margem da estrada do Assunguy.

BREJÃO (Santo Antonio do). Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Mirador, a E. da villa, da qual dista 30 kils. Fica na estrada que se dirige da pov. Alegre, no termo de Pastos Bons, para o logar Sitio do Meio, no de Mirador.

BREJÃO. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Garanhuns, ao S. desta cidade, da qual dista 10 kils. á margem da estrada que vai á Bom Conselho. Tem uma capella de Santa Cruz, pelo que muitos a chamam Brejão de Santa Cruz.

BREJINHO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho. Tem a extensão, N. S., de nove kils. e a elevação de 900 metros. E' tambem denominada *Taboca*.

BREJINHO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Flores.

BREJINHO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. da Pedra. Faz parte da cordilheira que vem do mun. de Cimbres com os nomes de Gamelleira, Guerra, Mocó e Jardim.

BREJINHO. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas de Tres Corações do Rio Verde.

BREJINHO. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra da Baixa Verde, no mun. do Triumpho, e corre para o rio Pajehú.

BREJINHO. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. do Catú e desagua no rio deste nome.

BREJINHO. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre os muns. de Alfenas e Santo Antonio do Machado. Vai para o ribeirão dos Porcos.

BREJINHO. Serrote na pov. de Jatobá, em Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. S. V. Galvão, em seu *Dicc.*, diz ser essa serra tambem denominada Juliana e correr formando uma cordilheira, com a denominação de serras do Furado, do Porteirão, de Tacaratusinho, do Tacaicó, do Bruno, do Cabembe, onde o rio Moxotó a interrompe, no logar Cruz, continuando depois pelo mun. de Paulo Affonso, que pertence ao Estado das Alagôas.

BREJINHO. Riacho de Pernambuco, affl. do Capibaribe. Accrescente-se no fim: O Snr. S. V. Galvão, em seu *Dicc.* diz que esse riacho corre no mun. do Brejo da Madre de Deus para o Taboccas, que é affl. do rio Capibaribe.

BREJINHO DA SERRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú, proxima ao logar Brejinho de Fóra.

BREJO. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

BREJO. Riacho do Estado da Bahia, affl. do rio Itapecurú-mirim. Alimenta uma represa que fica a 800 metros da linha ferrea do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco.

BREJO BERIBA. Log. do termo de Belmonte; no Estado da Bahia.

BREJO DA CACHOEIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho. Possue grandes pedreiras, algumas capueiras. Nella cultivam mandioca, milho, feijão etc. Sua direcção é de N. a S. com uns sete kils. de comprimento, tendo, presumidamente, a altura de uns 500 metros sobre o nivel da planicie.

BREJO DA PALMEIRA. Log. do Estado de Pernambuco, ao S. do dist. de S. Caetano da Raposa.

BREJO DAS FLORES. Log. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Ahi existe uma fonte perenne e abundante da qual, principalmente, se abastece toda a pop. de Garanhuns. O Dr. J. M. da Silva Coutinho, em seus *Estudos da E. de F. de Una a Bôa Vista*, pag. 14 diz: « Estas fontes são perennes, abundantes e as mais puras que se encontram na prov., sendo entre todas afamada a dos Cajueiros, junto á villa de Garanhuns. » O Sr. S. V. Galvão diz: « Junto da cidade de Garanhuns, na escarpa meridional do planalto. E' uma varzea donde se formam, de numerosos olhos d'agua, as vertentes do rio Mandahú. »

BREJO DE BAIXO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Geremoabo.

BREJO DO BURACO. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. de S. Caetano da Raposa e mun. de Caruarú.

BREJO DO CALDEIRÃO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

BREJO DOS MACACOS. Pov. do Estado de Pernambuco, no dist. do Poço da Panella, a 13 kils. distante da cidade do Recife. Proximo desse logar fica a estação da via-ferrea do Limoeiro, denominada Macacos, que está á 50m de altitude.

BREJO LIMPO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão do Rozario, no mun. de Nuporanga.

BREJOS. Lagôa no mun. de Bom Conselho e Estado de Pernambuco.

BRITO MUTTÁ. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

BRODOWSKI. Dist. creado pela Lei n. 830 de 2 de Setembro de 1902; no Estado de S. Paulo. Vide Engenheiro Brodowski.

BROTAS. Parochia de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: Foi incorporada ao mun. da capital pela Lei n. 211 de 1º de maio de 1899 e de novo ao mun. do Livramento pela de n. 229 de 8 de março de 1900.

BRUEGA. Nome empregado no sertão do Estado da Bahia para designar a chuva fina.

BRUM. Estação inicial da E. de F. do Recife ao Limoeiro e Timbahuba, devendo seu nome á proximidade de sua situação da fortaleza do Brum. Abriu-se ao trafego a 26 de Outubro de 1881.

BRUMADO. Log. no Estado do Paraná, no mun. de Votuverava.

BRUMADO. Correcdeira no rio Mogy-guassú, no Estado de S. Paulo. E' muito perigosa embora não o pareça.

BRUMSINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Recife e desagua no Capibaribe.

BRUNO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú, ao SO. de Jatobá.

BRUSIUS. Log. do Estado do R. G. do Sul, na linha dos Dous Irmãos, no mun. de S. Leopoldo.

BU. Corr. *yby*, alt. *ubú-bú*, a terra, o chão, o solo. Nome de uma tribu selvagem na Bahia (Dr. T. Sampaio). Segundo Martius *Bú* ou *Obú* é vocabulo tupi e significa folha.

BÚ. Riacho do Estado de Pernambuco, corre no mun. de Goyanna, onde recebe o Itapirema.

BUCUITUBA. Corr. *ybicui-tyba*, alt. *ubucui-tuba*, arêas em abundancia, areal (Dr. T. Sampaio).

BUENOS. Bairro do mun. de Areias, no Estado de S. Paulo; com escola.

BUENOS AYRES. Pov. do Estado de Pernambuco, no dist. da Vicencia, com uma capella de N. Senhora do Bom Conselho. E' tambem denominada *Jacú*.

BUENOS AYRES. Log. no mun. da Palma do Estado de Goyaz.

BUFÃO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

BUFÃO. Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem dir. do rio do Collegio.

BUGARIM. Enseada na peninsula de Itapagipe; no Estado da Bahia, entre a enseada do Poço e a ponta da Penha.

BUGIO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão da Fartura, trib. do Itararé.

BUGIO. Ribeirão de S. Paulo, no mun. do Cunha. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Jacuhy, trib. do Parahytinga. Em seu curso recebe as aguas de dous mananciaes, no logar Jardim, nascidos de duas grutas; de outros quatro, nas terras do sitio Cachoeira; de mais dous, no sitio denominado Bugio; de um no sitio Pedreira; e finalmente, de mais dous, já quasi á sua foz. No *Carrasguinho* tem elle a sua origem principal. Seu curso é de seis kils. Apenas tem tres pequenas cachoeiras. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Mbo-tigi*, apertado. De *mbo*, particula activa, *tigi*, apertado, duro. Por contracção *Mb-tigi*. O primeiro *t* tem som guttural. Allusivo a correr entre montes. »

BUGIOS. Cachoeira no rio Paranapanema. Mais abaixo desta cachoeira, quatro kils. mais ou menos, ha outra cachoeira do mesmo nome.

BUGRE. Ribeirão do Estado do Paraná, banha o mun. do Itararé e desagua no ribeirão do Meio.

BUGRE MORTO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. do Passo Fundo.

BUGY. Arraial no termo de Pacatuba, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano* 1901).

BUIAIARA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Vianna.

BUJARY. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Gamelleira e desagua no rio Serinhaem.

BUJURÚ. Corr. *yby-yurú*, alt. *ubú-jurú*, bocca ou buraco do chão. (Dr. T. Sampaio).

BULCÃO. Riacho do Estado da Bahia, desagua no mar proximo ao pov. da Encarnação de Pirajuhia.

BUMITUBA. Rio e furo do Estado do Pará, no mun. de Chaves e ilha Caviana. Recebe o igarapé Braço Grande. Encontrei tambem escripto *Bunatuba*.

BUPEVA. Corr. *yby-peba*, alt. *ubú-peba*, terra plana, chã, planicie (Dr. T. Sampaio).

BUQUI-RA ou BOQUIRA. Corr. *yby-quir*, alt. *ubu-quir*, *bu-quir*, terra banhada ou regada, terra onde chove; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). O Dr. J. Mendes faz distincção entre o nome do rio e o das serras. Assim diz elle: « *Buquira*, nome do rio é corruptela de *Bi-qui-rõ*, de alto a baixo; de *bi*, alto; *qui*, baixo, logar inferior; *rõ*, pôr-se. *Buquira*, nome das serras é corruptela de *Mbo-yi-guir-a*, contrahido em *Mb'-yi-guir-a*, ôco em baixo; de *mbo*, particula activa; *yi*, ôco; *guir*, em baixo, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. »

BURÁ. Pov. ao Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim. (Inf. loc.).

BURACÃO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Rosario; com uma esc. publ. creada pela Lei n. 303 de 15 de março de 1902.

BURACÃO. Corrego do Estado de Minas Geraes, na com. de Uberabinha.

BURACO. Serra do Estado de Pernambuco. Uma das que formam a cordilheira da Borburema. Fica entre esse Estado e o do Parahyba, correspondendo, no nosso territorio, á região que pertence ao mun. do Bonito (S. V. Galvão *Dicc.*, cit.)

BURACO. Serra do Estado de Pernambuco, situada ao N. da cidade de Garanhuns. E' um ramo da cordilheira dos Garanhuns, que mais ao N. toma o nome de serra da Palmeira, segue variando de denominação pelo mun. da Pedra, pelo de Cimbres, etc.; e ao O. de Jussara, Fógos, Catimbáo, Gigante, etc.; ao S. do Cavalheiro (S. V. Galvão. *Dicc.* cit.).

BURGOS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Garanhuns. Nella se encontra abundancia de chrystaes de rocha e de pedras calcareas, existindo tambem o marmore.

BURGOS. Enseada e morro do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

BURIÁ. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

BURICICA ou BURACICA. Corr. *ibyra-cica*, alt. *buracica* resina de páo; nome de um *Laurinea* de que na Bahia, se fabricavam cestas para trabalhar o assucar. Vide Mart. (Dr. T. Sampaio).

BURITY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de S. Bernardo.

BURITY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de S. Bernardo.

BURITY. Pequeno pov. do Estado da Bahia, a 12 kils. do Riachão de Utinga e a 610 metros de altitude. E' banhado pelos rios Morro Pellado, Riachão e Baixa Funda. A industria principal é o fabrico da canna de assucar. Dista seis kils. do arraial da Palha.

BURITY. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a com. de Uberabinha e desagua no rio das Velhas. Recebe o Tamanduá.

BURITY. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a 15 kils. da margem esq. do rio Parnahyba, no sopé de uma extensa chapada, denominada Espingarda, e é passagem da estrada que vai de Caxias ao Brejo. Exporta algodão, cereaes e fumo pela pov. do Mucambinho, que lhe serve de porto no rio Parnahyba: E' tambem conhecida por Burity de Ignacia Vaz. Esta palavra é corrupção de *mbiriti* nome da palmeira (*Mauritia vinifera*. von Martius); alterado de *miriti*, *muriti*.

BURITY. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: Recebe o Santa Helena e o Gengibre. Outros o dão desaguando no Parnahyba.

BURITY BRABO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Picos, a 72 ou 80 kils. da cidade. E' passagem da estrada de Picos a Caxias. Produz algodão, milho, arroz, farinha e rapaduras. A criação de gado vaccum e cavallar é bem regular.

BURITY DO PRATA. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Prata.

BURITY GRANDE. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. da Diamantina e desagua na margem esq. do Imbaiassaia, affl. do Jequitahy.

BURITY NOVATO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Passagem Franca, a 48 kils. da villa. E' central. Por essa pov. passa a estrada que vai á villa de S. Francisco, de que dista 72 kils.

BURITY-PUCÚ. Rio do Estado do Maranhão, affl. da margem dir. do Pindaré. Suas margens são ricas de seringa. Informam-nos haver nellas egualmente asphalto e outras materias betuminosas.

BURURY. Vide *Bariry*.

BURYS DE BAIXO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

BUSSINGER. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. do ribeirão S. José; no mun. do Bom Jardim.

BUTANTAN. Corr. *yby-tantan*, alt. *ubú-tantan*, *butantan*, terra firme, dura, teza; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

BUTUÁ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

BUTUCOARA. Corr. *ybytú-coara*, buraco, quebrada, bocaina do vento; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

BUTURUNA. Corr. *ybytyr-una;* alt. *ubutur-una*, *buturuna*, monte negro, montanha escura, serra negra; S. Paulo, Minas. (Dr. T. Sampaio).

BUTURUSSÚ. Serra no mun. de Itanhaem; no Estado de S. Paulo.

BUXODÓ. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce na serra de Ororobá e despeja no Frexeiras, depois de pequeno curso. (S. V. Calvão. *Dicc.*, cit.).

BUXOGODÓ. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce no sitio Mascarenhas, mun. de Cimbres, e correndo ao S. da pov. deste nome, depois de receber o denominado Riachinho, despeja no Frexeiras, affl. do rio Ipanema (S. V. Galvão. *Dicc.*, cit.).

C

CAÁ. (Substantivo) A folha da planta; a planta, a herva, o vegetal; a arvore, o matto, o monte; o mate (*Ilex paraguayensis*): alterado como radical de muitos nomes em *ca*. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAACUPÉ. Composto de *caá-cupê*, atrás da matta; Paraguay. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAAETÁ. Composto de *caa-etá*, as mattas, as arvores, as folhas. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAAGUAÇÚ. Composto de *caá-guaçú*, matto grande, matta virgem; S. Paulo, Paraguay. (Dr. Theodoro Sampaio) Vide *Caguassú*.

CAAGUAÇÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Jundiuvira, trib. do Tieté (*Carta* de Orville Derby). Nesta *Carta* lê-se *Caaguassú*. N'uma inf. que recebemos desse Estado lê-se *Guanguassú*. Na legislação provincial lê-se *Caguassú*. Recebe o corrego S. Jeronymo.

CAAZAPÁ. No tupi-guarani *caá-zapá*, equivalente a *caá-çapaba* no tupi da costa, clareira da matta, travessia ou vereda da matta; Paraguay, Argentina. (Dr. T. Sampaio).

CABA. (Substantivo) A vespa, o maribondo, o que fere e pica; suffixo de muitos vocabulos compostos, assim como é thema de muitos outros; tupi-guarany *caba*, tupi do Amazonas *caua*. (Dr. Theodoro Sampaio).

CABACEIRO. Log. do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

CABAÇO. Rio do Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Urucú.

CABAÇOS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Ribeira de Iguape, no mun. de Xiririca. Em frente á foz deste rio ha uma pequena ilha, que tem hoje o mesmo nome de Cabaços.

CABEÇA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Villa Nova. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CABEÇADAS. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, affl. do Turvo Limpo, entre S. José do Barroso e Conceição do Turvo.

CABEÇA DE NEGRO. Usina no mun. de Amaragy do Estado de Pernambuco, com uma capella consagrada a N. S. do Rosario.

CABEÇA DE NEGRO. Serra do Estado da Bahia, á margem esq. do rio Paraguassú, defronte da serra do Taporandé.

CABEÇA DE NEGRO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé, em terras do Engenho Laços.

CABEÇA DE VACCA. Arroio do Estado de S. Paulo, no mun. de Brotas, nas divisas do dist. de Campo Alegre.

CABEÇA DE VACCA. Arroio do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Campo Alegre do mun. de Brotas.

CABECEIRA DO JEQUIÁ. Log. do Districto Federal, na ilha do Governador.

CABECEIRAS DO SUCURIHÚ. Log. no dist. da Fortaleza e mun. de Salinas; no Estado de Minas Geraes.

CABELLEIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho. Ha ainda no mun. um riacho do mesmo nome.

CABELLEIRA. Log. de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica á margem dir. do rio Serinhaem e tem uma capella consagrada a S. Sebastião.

CABELLO AMARRADO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

CABEMBE. Serra do Estado de Pernambuco. Fica ao S. do mun. de Tacaratú, e com outras forma um cordão, sob varios nomes, como sejam: da Juliana, Brejinho da Serra Furada, Porteirão, Tacaratuzinho, Tacaico, Bruno, etc.; sendo interrompida a cordilheira, no log. Cruz, pelo rio Moxotó, continuando depois pelo Estado das Alagôas (Sebastião de Vasconcellos Galvão. *Dicc. Chorogr. Hist. e estat.* de Pernambuco. 1897).

CABIUNA. Corrupção de *caá-piuna*, folha ou madeira escura, jacarandá. (Dr. Theodoro Sampaio.)

CABO. Cidade de Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, em seu *Dicc.* cit. diz: «Mun. e freg., cujo orago é Santo Antonio, tendo como séde um e outra a cidade de Santo Agostinho do Cabo. — HISTORIA. O povoamento regular da séde do mun. vem de 1618. Antes dessa epocha compunha-se de algumas casas esparsas e edificadas distantes umas das outras. Então, accor-

daram os habitantes dessa paragem em ser erigida nella uma capellinha consagrada á Santo Antonio, o que levaram a effeito no referido anno, collocando-a no alto da collina, no mesmo sitio em que está a actual Matriz, onde, até ha pouco tempo se lia aquella data. E d'ahi, para ficarem perto da missa, que um capellão celebrava aos domingos, e bem assim para gozarem de outros actos religiosos que necessitassem, muitas pessôas foram construindo casas naquelle ponto, alinhadamente, chegando, dentro em pouco, a ser o nucleo de pop. bem crescido. Em 1621, por petição, dirigiram-se os moradores da pov. de Santo Antonio (nesse tempo assim chamada) ao Bispo do Brazil D. Marcos Teixeira, solicitando a creação de uma parochia; e elle, por Provisão de 9 de setembro de 1622, deferindo-lhes o requerimento, na mesma Provisão nomeou o Padre Matheus de Sousa Uchôa (que era o capellão) como primeiro vigario da nova freg., o qual serviu até 1641, quando falleceu, sendo substituido pelo Padre Belchior Manoel Garrido. Daqui se infere não haver exatidão na informação que a este respeito nos ministra o *Relat.* do Ministro do Imperio, em 1872, dando o Alvará de 19 de setembro de 1777 como o acto da creação. Que antes daquelle tempo já o Cabo era freg., muitos documentos de fé nos attestam e alguns nos levam mesmo á certeza de que, quando se deu a invasão hollandeza, já essa freg. existia. Taes documentos a que alludimos de preferencia são: Provisões, Cartas Regias, Alvarás, copias de certidões de baptismo, extrahidas dos livros da parochia e manuscriptos originaes que existem recolhidos á Bibliotheca Publica do Estado e ao Instituto Archeologico, alem das muitas referencias que a historia patria faz á freg. de Santo Antonio do Cabo, antes de 1777. De 1636 a 1640 vimos assentos de baptismo que dão o Padre Matheus de Souza Uchôa como vigario da freg. de Santo Antonio do Cabo, e bem assim, de 1645, do mesmo modo attestando ser nesse tempo vigario da freg. de Santo Antonio do Cabo o Padre Belchior Manoel Garrido. Em 1671, em abaixo assignados, os moradores da freg. de Santo Antonio do Cabo pedem reparos e que seja augmentada a Matriz de Santo Antonio do Cabo. No anno de 1744 uma Provisão nomeia vigario da freg. de Santo Antonio do Cabo ao Padre Joaquim Mendes da Silva; em 1770 uma Provisão tambem nomeia vigario da mesma freg. ao Padre Antonio Armando Henrique. Em vista do que fica dicto, acceitamos como a verdadeira epocha da creação da parochia a dos dados que nos chegaram ás mãos, e já atraz deixamos conhecidos, os quaes procedem do finado vigario do Cabo, Padre Luiz José Pereira de Queiroz, encontrados por elle em uma *Memoria* em manuscripto que fazia parte do archivo da Irmandade do Santissimo Sacramento da mesma Matriz. Foi creada villa por Alvará de 27 de julho de 1811 e Provisão Regia de 15 de fevereiro de 1812, sendo installada pelo então ouvidor-geral e corregedor da com. do Recife, Desembargador da Casa de Supplicação, Dr. Clemente Ferreira França, em data de 18 de junho do mesmo anno. A Lei Prov. n. 86 de maio de 1840 erigiu esta villa em com., dando-a por séde desta e sendo seu primeiro juiz de direito o Dr. Firmino Pereira Monteiro. Transferida para a pov. de N. S. do Ó pela Lei Prov. n. 152 de 30 de março de 1849, voltou para a primitiva séde pela de n. 236 de 22 de maio de 1849. Teve a categoria de cidade pela Lei Prov. n. 1.269 de 9 de julho de 1877, que mudou-lhe a denominação para Santo Agostinho do Cabo. Foi com. de 1ª entr., classificada pelo Dec. n. 687 de 26 de julho de 1850 e de 2ª entr. pelo de n. 5.139 de 13 de novembro de 1872. Em virtude da Constituição Estadoal e da Lei n. 52 de 3 de agosto de 1893 (organica dos muns.), constituiu-se mun. autonomo em 8 de fevereiro de 1903. Entre os filhos ilustres do mun. do Cabo contam-se os seguintes: Dr. José Antonio de Figueiredo, professor distincto que foi da Faculdade de Direito, jornalista e um talento brilhante; Francisco Paes Barreto, marquez do Recife; Damião Alves, heróe de 6 de março de 1817 e um dos martyres dessa revolução; Philippe Paes Barreto, martyr de 1710; Francisco da Rocha Paes Barreto, Antonio do Monte Oliveira, ambos martyres de 1817; Antonio Bezera Calvacante de 1710; o Padre Dr. Nicolau Pires Loureiro, formado em canones, o qual foi Deão da Sé de Olinda, Vigario Geral e Visitador do Bispado; em 1710 na causa da nobreza contra os mascates foi um dos mais fortes propugnadores de tal causa; morreu como carmelita em 1º de maio de 1734; o Padre Dr. Luiz de Barros Rego, que foi um sacerdote de reconhecida illustração, tendo occupado o cargo de Provisor do Bispado; e os padres Agostinho de Castro e Domingos Vieira, sacerdotes de grandes virtudes. — POSIÇÃO ASTRONOMICA. Está a 8º15' de Lat. S. e 8º7' de Long. E. do Rio de Janeiro. — ASPECTO PHYSICO. O terreno, com excepção da parte da costa e proximidades desta, é, no geral, ondulado, argiloso, de massapé, proprio para o cultivo da canna; e de grande fertilidade. — EXTENSÃO DO TERRITORIO. O mun. do Cabo tem cerca de 30 kils. de E. a O. e uns 24 kils. de N. a S. — DIVISÕES. Consta de uma só freg., Santo Antonio do Cabo, e de dous dists. municipaes. — POPULAÇÃO. A pop. total do mun. consta de 30.000 habs., comprehendendo a séde uns 6.000. — LIMITES. Ao N. confina com o mun. de Muribeca pela Barra das Jangadas, Ponte dos Carvalhos e rio Quiongé; ao NO. com o mun. de Jaboatão pelas terras dos engenhos Contra-açude, Cajabuçusinho, Gurjaú de Cima e Gurjaú de Baixo; ao O. e S. com o mun. da Escada pelas terras dos engenhos Noruega, Arandú, Arimuna, S. Manoel e Manassú; ao S. com o mun. de Ipojuca pelo rio Tabatinga e barra do Suape; e a E. com o oceano. — TOPOGRAPHIA. A cidade fica ao S. da do Recife, á margem dir. do rio Pirapama, em terreno elevado, e atravessada pela E. de F. do Recife ao S. Francisco, extendendo-se a pov. pela encosta do morro, que a contorneia e pelo cimo delle. Possue a Egreja Matriz, primitivamente construida em 1618, augmentada em 1671 e reconstruida em 1876, collocada na parte alta da cidade, em bella posição; a Egreja de Santo Amaro, concluida em 1822, e em frente á Matriz; a do Rozario, pequena capella; a do Livramento, terminada em 1875; o cemiterio publico, ao poente, e nas immediações da cidade, no alto de um outeiro, murado, com 102m de frente e 48m de fundo, inaugurado em 1856; o Paço Municipal, proprio do Estado, reparado em 1854, mal construido e acanhado, funccionando no pavimento terreo a cadeia; estabelecimentos commerciaes e industriaes; escs. publs. de instrucção primaria; bibliotheca do Gremio Litterario; um theatrinho mantido pela sociedade particular Recreio Dramatico Santo Agostinho; agencia do correio; officinas e escriptorios da E. de F. S. Francisco, etc. Continha, em 1892, no perimetro da cidade, 696 fógos e em 1895, cincoenta e seis estabelecimentos commerciaes e uma pharmacia. — POVOADOS. *Ponte dos Carvalhos*, a 10 kils. ao N. da séde, situada em uma planicie entre os rios Jaboatão e Pirapama; é de má edificação; *Nazareth*, á beira-mar, no cabeço do cabo Santo Agostinho, em posição muito pittoresca e muito preconisada pela sua salubridade; *Paiva*, no littoral e a 15 kils. ao S. do cabo; *Gaibú*, tambem á borda do mar, á egual distancia da séde, com uma fortaleza; *Suape*, ao S.. — CAPELLAS: A de N. S. de Nazareth, situada no cimo do cabo, foi de um antigo mosteiro da ordem carmelitana, do qual hoje apenas restam vestigios; as de São José e S. Gonçalo (arruinada) na pov. de Paiva; a de N. S. do Bom Conselho, no pov. Ponte dos Carvalhos; e a de Sant'Anna nas proximidades desse mesmo pov. Nos engenhos existem: a de S. Matheus no Massangana; a de Santo Antonio no de Cajabussú; a de Jesus, Maria e José no de Araribas ás de S. José, nos de Buranhaem e da Ilha; a de Jesus, Maria e José, no do Engenho Novo; a de N. S. dos Prazeres no do Jardim; a de Santo Ignacio de Loyola, no de Santo Ignacio; a de S. Braz no engenho do mesmo nome; a de Santo Antonio, no do Engenho Velho, cuja imagem (diz Jaboatão no *Orbe Serafico* parte 2ª, pag. 462, ediç. do Inst. Hist. Braz.) foi achada em um alto, ao poente do mesmo engenho, suppondo-se então que fôra de algum devoto que, temendo ser atacado pelo gentio, a trouxe de casa comsigo, á fim de evitar o ataque, não tendo ido ver a dita imagem até o instante em que foi encontrada. — OROGRAPHIA. O territorio do mun. é accidentado de morros em diversas direcções, não tendo elles denominação conhecida. Entretanto mencionaremos a serra do Pavão e a das Cabeçadas, esta ao poente. — HYDROGRAPHIA. Os rios que banham o mun. são: o Pirapama, que corre na direcção de SO. á E., nascendo no mun. da Victoria e deaguando na Barra das Jangadas; o Suape, o Tatuoca, o Merepe, o Giquí e o Jaboatão. São affls. do Pirapama no mun. os riachos Araribas, Cajabussú, Utinga e outros. — COMMERCIO, INDUSTRIA E AGRICULTURA. Não ha genero especial de commercio; a principal, senão exclusiva industria, é a do fabrico de assucar e a principal cultura é a da canna. Ha os seguintes engenhos ou fabricas de assucar, de maiores e menores proporções: Algodoaes, Arariba de Baixo e de Cima, Arariba da Pedra, Arassuagy, Boa Vista, Bom Jesus, Barbalho, Bom

Jardim, Bom Tom, Brilhante, Buranhaem, Cedro, Castello, Cajabussú, Cajabussuzinho, Coimbra, Cidade de Pariz, Estivas, Guerra, Garapú, Ilha, Ilha das Cobras, Jurissaca, Jussara, Jardim, Massangana, Mulinote, Mussuassuzinho, Matapagype, Mattas, Matto Grosso, Monte, Mundo Novo, Mupam, Engenho Novo, Olinda, Pavão, Pirapama, Pitimbú, Pantorra, Pau Santo, Pimenta, Potosi, Pimentel, Providencia, Ronca, Retiro, Roças Velhas, Rozario, Santa Fé, Sant'Anna, Santa Rosa, Santa Amelia, S. João, Santo Ignacio, S. Pedro, S. Braz, Santa Rita, Sicupema, Serra, Serraria, Setubal, Sacambú, Sebastopol, Siberia, Tabatinga, Tiriry, Trapiche, Tabugy de Baixo e de Cima, Universo, Utinga de Cima, Engenho Velho, Villa Real, e as Usinas Maria das Mêrces, Santo Ignacio e a restilação Barra. — PRODUCÇÕES. Alem da canna de assucar, produz os cereaes, como o milho, feijão, mandioca e outros, sendo muito reduzida a plantação daquelles visto como a cultura especial da zona é a canna de assucar. — VIAS DE COMMUNICAÇÃO. Os meios de viação no mun., afóra a parte de territorio servida pela E. de F. e pela de rodagem, que vai sómente até ás immediações do engenho Penderama, são em geral os de transporte por animaes, por caminhos difficeis, ás vezes de tractos impossiveis durante a estação invernosa. — MINERAES. Não ha no mun. conhecida mineira alguma; apenas suspeita-se da existencia, em Nazareth, de uma de ferro; mas tanto alli como no engenho Ilha existem ricas pedreiras e dessas tem sahido as pedras de quasi todo o calçamento da cidade do Recife. Em Nazareth encontram-se fontes de agua mineral. — DISTANCIAS. A cidade dista do Recife, pela estrada de rodagem, 30 kils. e pela E. de F. 31; do littoral 15, da Escada 30 e de Ipojuca 13. »

CABOCLO. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

CABOCLO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Ouricury.

CABORÉ. Log. do Estado da Bahia, no termo do Pombal.

CABORGE. Monte de pouca elevação, no mun. de Bom Conselho do Estado de Pernambuco, entre os do Taboleiro e Calumbi.

CABRAL DE CIMA. Log. do Estado de Goyaz, no mun. da Palma, na margem esq. do rio Maranhão.

CABRAS. Morro no mun. de S. Vicente do Estado de S. Paulo.

CABRAS. Morro no mun. de Atibaia do Estado de S. Paulo.

CABRAS. Ilha pequena, no oceano; no mun. de Ubatuba; no Estado de S. Paulo.

CABRAS. Ilha pequena, no oceano, no mun. de S. Sebastião, ao S.; no Estado de S. Paulo.

CABRAS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

CABREUVA. Corrupção de *caburé-yba*, arvore ou pau de coruja (*Myro-spermum*); S. Paulo. (Dr. Theodoro Sampaio).

CABREUVA. Bairro do mun. de Campinas e Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei. n. 643 de 7 de agosto de 1889.

CABRITA. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes, um no termo do Soccorro e outro no da Cappella.

CABRITO. Log. do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma, defronte do log. S. João; com uma fabrica de cortume.

CABROBÓ. Vocabulo indigena. Segundo Martius significa — arvore ou matto de urubús, de *caa* arvore ou matto, e *orobó* urubú. Segundo Braz da Costa Rubim parece antes vir de *capro* negro, escuro, e *boi* cobra, logar de cobras negras, dando-se a corrupção de Caprobó por Cabrobó. Parecem-nos muito forçadas essas duas etymologias.

CABROBÓ. Villa de Pernambuco. Em logar de villa leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 252 de 30 de junho de 1897.

CABUÇÚ. Composto de *caba-uçú*, o vespão, o maribondo; uma especie de abelhas. (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo outros é derivado de *cabucé* abelha, e *ú* preta.

CABUCÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Guapira. Nasce nos montes denominados Perucaia e corre entre os muns. de S. Paulo e Conceição dos Guarulhos. «Depois da sua confluencia com o Tremembé, este toma o nome de Guapira » (Inf. loc.).

CABUCÚ DE BAIXO. Log. do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

CABUIS. Log. do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

CABULETÉ. Moleque, gente sem importancia, canalha; é o mesmo que cafageste. Termo usado no sertão da Bahia.

CAÇADA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

CAÇAPAVA. Corrupção de *caá-çapaba*, clareira da matta, aberta, travessia ou vereda na matta; S. Paulo, Minas, R. G. do Sul. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAÇAQUERA. Vocabulo composto de *caáça-guéra*, cercado velho, malhada velha. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAÇATUBA. Riacho de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Nasce na lagôa da Extrema, limite dos muns. de Bezerros e Limoeiro, corre por este mun. e desagua no logar Barra, acima do Poço do Pau, a seis Kils. do pov. Pedra Tapada e a 18 da cidade do Limoeiro.

CAÇÁU. Ribeirão do Estado do Maranhão, banha o mun. da Imperatriz e desagua na margem dir. do rio Tocantins.

CACÁU. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: Vai para o Tocantins. O Sr. Parsonadas de Carvalho diz nascer esse rio na serra do Corrente, com este nome. "Estes campos do Cacáo, diz o Sr. Parsonadas, recommendaveis pela superior pastagem para o gado e pela fertilidade da terra que só tem rival na do Pindaré e Buriticupú, são ladeados pela matta que, destacando-se da serra do Corrente dilata-se para SO. até á riba do Tocantins, abaixo da villa da Imperatriz, assentada na encosta desta. Nas varzeas e lagôas, que seccam no verão, deixando boa pastagem, abunda o muricy que em Cametá, é empregado na feitura de doces."

CACEREBÚ. Corrupção de *caá-cérib-ú*, rio ou agua das palmas de espinho; Rio de Janeiro. (Dr. Theodoro Sampaio).

CACHAMBÚ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CACHAMBÚ. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande; no Estado do Paraná, entre Pirahy e Castro.

CACHAMBÚ. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado a mun. pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901, que o constituiu com os dists. de Caxambú e Soledade, accrescido este com o territorio desmembrado do mun. da Christina comprehendido dentro das seguintes divisas: começa na margem dir. do rio Verde, na divisa com o mun. de Pouso Alto, distante um kil. da Estação de Soledade, da E. de F. Minas e Rio até alcançar o ribeirão do Taboão, e por este abaixo até a ponte de ferro da E. de F. Sapucahy, no kil. 12 do ramal de Caxambú e seguindo a referida

estrada de ferro até o kil. 10, ahi atravessa o corrego das Posses e estrada que vae ao Paiol e corrego que vem do mesmo e segue em rumo ao espigão que está em frente e por este até ao alto da serra e por esta até ao alto do Maribondo, descendo á dir. pelo espigão que devide as aguas da fazenda de Joaquim Marcellino, seguindo o referido espigão até ao rio Verde, por este acima até em frente as officinas da Companhia E. de F. Sapucahy no kil. 1 desta estrada, transpondo a linha pelo espigão do morro que divide a pov. da Soledade da fazenda d. Maria Francisca, seguindo sempre o espigão até o rio Verde um kil. acima da estação da Soledade onde tiveram começo estas divisas.

CACHAMBÚ. Log. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Esta palavra é corruptela de *Catã-mbú*, golfa e ferve. De *catã*, golfar, fazer torvellinhos, menear-se; *mbú* o mesmo que *pú*, ferver, mudado o *p* em *mb*, por causa do som nasal de *catã*. Allusivo a golfar da terra a fonte, fazendo bulhões ou uma como fervura. Em tupi a palavra *camambú*, significa bolha; e com referencia á agua, é a bolha que o liquido faz como a ferver.

CACHAMBÚ. Rio de S. Paulo, no mun. de Jundiahy. Accrescente-se no fim: — e o ribeirão da Ermida. Desagua na margem esq. do rio Jundiahy-assú.

CACHEMIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Taquaretinga.

CACHIMBO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Bacuruvú; no mun. da Conceição dos Guarulhos.

CACHIMBOS. Log. do Maranhão. Accrescente-se no fim: São dous povs. separados por pequena distancia. *Cachimbos dos Berredos* e *Cachimbos dos Mottas*, este, onde está a esc. publ., fica á margem esq. do rio Itapecurú; aquelle á jusante do primeiro, sobre o mesmo rio, porem na margem dir. A pov. Cachimbos, cujo nome de um riacho assim chamado, é passagem da estrada do fio telegraphico. Está á montante da cidade da qual dista cerca de 48 kils., e á jusante da foz do rio Pertoró e serve de divisa entre os muns. de Coroatá e do Itapecurú-mirim. Foi o berço de José Candido de Moraes e Silva, redactor do Pharol Maranhense.

CACHIMBÚ. Morro entre os muns. de Atibaia e de Itatiba; no Estado de S. Paulo.

CACHOEIRA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Morros, sobre o rio Munim á montante da villa, da qual dista 30 kils. Nesse trecho do rio para a Cachoeira Grande, que dá o nome á pov.

CACHOEIRA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga. (*Almanak Sergipano*. 1901)

CACHOEIRA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de S. Paulo.

CACHOEIRA. Arraial do Estado de Goyaz, no mun. da capital. A Lei municipal n. 87 de 9 de abril de 1901 creou ahi um districto.

CACHOEIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bom Jardim; na linha divisoria desse Estado com o do Parahyba.

CACHOEIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Petrolina.

CACHOEIRA. Morro no mun. de Palmyra; no Estado de Minas Geraes.

CACHOEIRA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

CACHOEIRA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Genipapinho, trib. do Ipanema, no mun. de Cimbres. Recebe o Maniçoba.

CACHOEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Santa Rita do Paraiso. Vai para o ribeirão da Ponte Nova.

CACHOEIRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Guarehy, proximo á foz do Corrente.

CACHOEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo. affl. do Engordador, trib. do ribeirão Cabuçú mais tarde Guapira, trib. do rio Tieté.

CACHOEIRA. Ribeirão affl. da margem dir. do rio Piracicaba; no Estado de São Paulo.

CACHOEIRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Paratahy ou Paratehy, trib. do Jaguary, que o é do Parahyba do Sul.

CACHOEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Parnahyba e desagua na margem esq. do rio Tieté.

CACHOEIRA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Tremembé; no mun. de S. Paulo.

CACHOEIRA. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de Cananéa. Desagua no mar de Aririaia.

CACHOEIRA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Atibaia, no mun. de Itatiba. Desde este ribeirão eleva-se em amphitheatro a collina, sobre a qual está assentada a cidade de Itatiba. (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.)

CACHOEIRA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Turvo, no mun. de Barretos. A' margem deste ribeirão ha uma lagôa com o mesmo nome.

CACHOEIRA. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Paraopeba, no mun. de Sabará. Vide Antonio (Santo). Tres kils. acima de sua foz, no Cortado, despenha-se em cataduplas sobre rochedos, em cuja base reunem-se cardumes de mandins e dourados.

CACHOEIRA. Esta cidade fica na margem esquerda do rio Paraguassú, defronte de S. Felix, á qual é ligada pela ponte de ferro D. Pedro II.

Divide-se em duas partes, uma plana á beira-rio e outra em ladeiras, encostadas aos morros que ficam do outro lado. Seus pontos extremos são o morro do Capueirussú, á direita, e o do Caquende, á esquerda. Banha-a o rio Paraguassú e os riachos Caquende, ao sul, Pitanga e Tres Riachos, ao norte. E' cercada pelos morros Caquende, Pastoradouro, Mangabeiras, Falleira e Capueirussú.

E' uma cidade grande, decadente e velha, sem arruamento regular, sem agua canalisada, sem esgotos e illuminada a kerozene.

A rua que corre ao longo do cáes é em um trecho immunda, sem calçamento, cheia de depressões, que estão sendo entulhadas com lixo. As demais ruas são, na sua maior parte, muito abauladas, escorregadias, calçadas com umas pedras impossiveis, sem passeios cimentados; umas (muito poucas) largas e rectas, outras estreitas e tortuosas, com beccos estrettissimos, e todas ellas com placas indicativas das denominações por que são conhecidas. A rua mais commercial da cidade é a Treze de Maio, outr'ora rua de Baixo.

Tem alguns largos, mais ou menos extensos, sendo principaes o dos Arcos, plantado de tamarindeiros, o da Acclamação, muito irregular, calçado, coberto de matto, com o velho e estragado edificio da Camara Municipal, o da Regeneração, igualmente irregular, sem calçamento, muito descurado, com um chafariz encimado pela corôa imperial, a Santa Casa e uma igreja ao lado, e o Maciel, arborisado, atravessado pelo riacho Pitanga e com a capella dos Remedios.

Os predios, em numero de 1893, são, na sua quasi generalidade, velhos, sem gosto esthetico, uns de sobrado, outros terreos, e numerados.

Os predios mais bonitos da cidade são os do Dr. Leopoldo de Almeida Boaventura e Genesio de Souza Pitanga,

na rua Ruy Barbosa, do Commendador José Joaquim Vieira Lopes e da viuva Silva Pimentel, na rua Formosa, e do tenente-coronel Verissimo Antonio de Faria, na Pitanga.

Ao longo da frente da cidade, deste a ponte de ferro até pouco além da estação da Companhia Bahiana, estende-se um longo cáes com forte muralha de pedra, onde atracam as embarcações.

Na cidade publicam-se dous jornaes: *A Ordem*, que conta 33 annos de existencia, e *A Cachoeira*, este official.

Possue, além da matriz, bastante damnificada, mais as igrejas e capellas da Ordem Terceira do Carmo, em reconstrucção, com alguma architectura antiga, e a bella imagem do Senhor dos Passos, do Carmo, a melhor das igrejas, dos Remedios, do Amparo, da Ajuda, da Santa Casa, do Rosario, da Conceição dos Pobres, no Caquende, e de Nossa Senhora do Monte, em elevada posição, junto ao rio.

O edificio da Camara Municipal é velho e muito estragado. Os baixos são occupados pela cadêa. No pavimento superior ficam a secretaria e archivo, a sala das sessões do Conselho, com o retrato do Marechal Floriano, e a sala do Jury.

A Santa Casa foi fundada entre os annos de 1729 a 1734 por Antonio Machado de Nossa Senhora de Belém, que administrou-a até 1756, entregando nessa data aos frades de S. João de Deus, em cuja ordem professou. Esses religiosos deram ao estabelecimento a invocação de S. João de Deus.

Tem 12 janellas de frente no segundo pavimento e onze janellas e a porta da entrada no primeiro.

No segundo pavimento ficam a sala do banco, os gabinetes do medico e do provedor, as enfermarias S. Raphael e S. João de Deus, ambas para homens, e Santa Isabel para mulheres.

No pavimento terreo ficam a sala mortuaria, a pharmacia, a cozinha, a despensa e outros compartimentos.

Em um pateo interior levanta-se uma columna encimada pela estatua da Caridade. Nas quatro faces da base desta columna lê-se:

«*A' memoria de Fr. Antonio Machado de Nossa Senhora de Belém, fundador deste hospital — Quem dá aos pobres empresta a Deus — Fazei o bem, não repares a quem. — 1729 a 1734.*»

Nos fundos da igreja fica a secretaria com os retratos do Dr. Aristides Milton, Commendador Manoel Galdino de Assis, João Amaro Lopes, Commendador Rodrigo José Ramos, Commendador Pedro Rodrigues Bandeira e Coronel José Ruy Dias d' Affonseca.

A igreja é muito pobre; tem tres altares.

A Santa Casa é um edificio modesto; os tectos das enfermarias não são forrados e os leitos dos doentes por demais singelos.

O melhor edificio da cidade é a estação da estrada de ferro, situada em um dos extremos e no começo da ponte Pedro II. No alto da fachada lê-se: «*Anno MDCCCLXXXIV Central Bahia Railway.*»

A soberba e monumental ponte de ferro méde 355m,64 de comprimento, 9m,13 de largura, dividida em quatro vãos de 91m,41 cada um, formados por quatro enormes pilares.

Ha no perimetro da cidade 171 casas de negocio, inclusive tres fabricas de charutos, seis escolas publicas e duas serrarias.

Tem quatro cemiterios; entre os quaes o da ordem terceira.

Comprehende os suburbios: Capoeirussú e Tororó, este a dous kilometros e onde está montada a fabrica de tecidos S. Carlos.

A população da cidade é calculada em 18 a 20.000 habitantes.

O clima é muito quente.

A lavoura do municipio consiste em fumo, cereaes, algum café e canna de Assucar.

Comprehende os districtos de Iguape, Santo Estevão do Jacuhype (no rio dos jacús) Conceição da Feira e Belém.

De 1611 a 1621 as margens do Paraguassú estavam incultas e só por ellas desciam os indios das tribus Tapuias, Tupinambás e Tayayazes, que assaltavam os moradores civilisados na parte mais proxima do littoral.

Sendo governador o Capitão-General D. Jeronymo de Athayde, Conde de Atouguia, enviou em 1654 o Capitão Gaspar Rodrigues Adorno (1) em exploração contra os mesmos indios, recebendo em recompensa dos seus arriscados trabalhos quatro leguas de terra em uma e outra margem do rio, comprehendendo os ribeiros Caquende e Pitanga.

Vindo o Capitão Adorno fixar sua residencia, já encontrou alguns moradores disseminados de um e outro lado do ribeiro Caquende.

Reconstruiu em 1673, de uma ermida que era, a capella de Nossa Senhora do Rosario, que serviu de matriz, e actualmente é dedicada á Nossa Senhora da Ajuda.

Desenvolvendo-se com o andar dos tempos, foi a pov. creada freg. pelo Arcebispo D. João Franco de Oliveira em 1698, com a invocação de N. S. do Rosario. Em 7 de Janeiro de 1698 foi elevada á categoria de villa pelo Governador da Bahia D. João de Lencastre com a denominação de villa de Nossa Senhora do Rosario da Cachoeira. Sua primeira camara tomou posse em 24 do mesmo mez e anno. Pela Lei Prov. n. 43 de 13 de Março de 1837 foi elevada á cidade com o titulo de *Heroica*.

E' séde de comarca.

A data mais gloriosa para os cachoeiranos é a de 25 de Junho de 1822, quando a camara, o povo e a tropa, reunidos acclamaram o principe D. Pedro regente e defensor perpetuo do Brasil, primeiro passo para a independencia de nossa patria, e tanto mais notavel quando uma escuna de guerra portugueza, mandada pelo General Madeira, commandante das forças lusitanas na capital, pretendeu impedir aquella manifestação metralhando durante todo o dia as casas, e, á noite, principalmente aquellas que tinham posto luminarias, festejando o advento da liberdade.

Os cachoeiranos fizeram prodigios de valor e logo após a referida acclamação, nomeou-se a *junta de defesa*.

No emtanto, depois de ininterrupto tiroteio de quatro dias, a escuna portugueza, levantando ferros, tentou fugir, mas foi abordada por destemidos Cachoeiranos, que apossando-se della, recolheram á cadêa a respectiva guarnição.

Seguidamente foi resolvido installar-se um *governo provisorio*, que promovesse a expulsão das tropas portuguezas, que operavam na Capital. A este governo provisorio succedeu uma *junta*, creada pela Carta Imperial de 5 de Dezembro de 1822, e que serviu até 2 de Julho de 1823, quando foram repellidas da Capital as tropas portuguezas.

O Visconde de Jequitinhonha, então Montezuma, veio ao Rio de Janeiro por terra para levar a Pedro I os documentos de sua acclamação, commissionado pela Camara da Cachoeira. Voltou por mar, desembarcando em Camamú, com as tropas que o Imperador mandára para auxiliar os patriotas.

A Cachoeira, em todos os momentos augustiosos para a Patria, tem sabido cumprir com o seu dever. Assim é que concorreu para suffocar os revolucionarios de 1837, que tinham feito a *sabinada*, como tambem numerosos contingentes para a guerra do Paraguay.

Os allemães, que residem na cidade, fazem monopolio de todo o fumo, que produz o municipio e os que com elle confinam, e o exportam para Bremen e Hamburgo.

Na manhã de minha partida para a cidade do Salvador, percorrendo o largo em que fica a Camara Municipal, deparei com um predio que chamou minha attenção, pela sua antiguidade, solidez e pela porta de entrada toda almofadada e cheia de relevos. E' o predio em que funcciona a repartição telegraphica.

Penetrando nelle vi as paredes de grande espessura, o tecto da sala da frente com bonitos paineis em numero de nove, magistralmente pintados e bem conservados; e na sala de visitas, immediata, mais nove paines, sendo um maior representando Paraguassú.

Disseram-me ter nessa casa residido o antigo Capitão-mór.

Tive occasião de egualmente visitar a fabrica de charutos de Pook & C., que occupa um grande predio, onde hospedaram-se o Imperador e sua familia, em sua viagem a esse Estado.

A fabrica trabalha com 50 a 60 operarios.

---

(1) Ha quem diga que Adorno foi encarregado dessa expedição pelo Conde de Castello Melhor em 1648 e que finalizou-a em 1654.

As outras fabricas de charutos da cidade são a de Jezler Hoening, que funcciona na Pitanga, e a de Zacharias Mílhazes.

Na Cachoeira nasceu o grande jurisconsulto Teixeira de Freitas.

Reservei para o final deste artigo a menção do importante edificio elevado pelo povo cachoeirano á Caridade: é o *Asylo Filhas de Anna*.

Foi fundado pelo illustre cidadão Antonio Carlos da Trindade Mello no dia 27 de Setembro de 1891, com o fim de agasalhar orphãs e crianças desamparadas; tem actualmente 16 asyladas. Mantem-se á expensa de uma subvenção de 4:000$ concedida pelo Governo Estadoal, de 400$ dados pela Intendencia e dos juros da quantia de 38:000$, unico patrimonio do asylo. Funcciona em predio proprio.

A receita durante a anno de 1900 foi de 9:378$310 e a despeza de 10:113$230, resultando um *deficil* de 734$920.

Para fiscalisação e manutenção do asylo ha uma sociedade denominada *Mães Protectoras*.

Se os *deficits* não desapparecerem, é muito provavel que o asylo fique impossibilitado de preencher os seus elevados fins e tenha de cerrar as portas á orphandade.

Peço a Deus que isso não aconteça. Da piedade do povo cachoeirano espero que auxilios não faltem a uma instituição, que tem sua base na terra e que se prolonga até o céo.

A cidade possue outras instituições beneficentes entre as quaes uma loja maçonica (Caridade e Segredo) e a denominada Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos.

CACHOEIRA ALTA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no. mun. de S. Fidelis.

CACHOEIRA ALTA. Corrego do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

CACHOEIRA DAS PEDRINHAS. Log. do Estado de Pernambuco, á margem do rio S. Francisco, entre os denominados Barauna e Pedrinhas, no mun. de Petrolina.

CACHOEIRA DE SANTA RITA. Log. do Estado de Goyaz, no mun. do Curralinho.

CACHOEIRA DO ALVARO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena. Vai para o rio das Mortes. Recebe diversos corregos que banham aquella cidade.

CACHOEIRA DO BARROS. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

CACHOEIRA DO PINHEIRINHO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. do Lageado.

CACHOEIRA DOS ANTUNES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CACHOEIRA DO SOBRADINHO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Petrolina, á margem do rio S. Francisco.

CACHOEIRA GRANDE. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho, á pequena distancia do rio Una. Tem uma capellinha de N. S. da Conceição.

CACHOEIRA GRANDE. Pov. do Maranhão. Em logar de mun. de Codó leia-se mun. de Icatú. Accrescente-se no fim: Fica a 36 kils. da villa e tem uns 200 habs.

CACHOEIRÃO. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

CACHOEIRA SECCA. Corrego do Estado do Paraná, affl. do rio Assunguy, trib. do Serra Negra; no mun. de Guarakinava.

CACHOEIRA VELHA. Nome de um engenho, no mun. de Serinhaem do Estado de Pernambuco, com uma capella do Senhor Bom Jesus. "Em 17 de novembro de 1848 houve ahi um combate entre os revoltosos do partido praieiro e as forças do governo, havendo da parte destas dous officiaes feridos, 23 praças mortas e 64 feridas; sendo do lado das da revolta 150 feridos e 50 mortos." (*Chron. da Reb. Praieira* por J. M. F. de Mello).

CACHOEIRINHA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CACHOEIRINHA. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra de S. José, no mun. do Buique, e corre para o mun. da Pedra, onde desagua no Ipanema.

CACHOEIRINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibainha; no mun. de Nazareth. Recebe o Tabaquiara.

CACHOEIRINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão do Lageado, trib. do rio Grande; no mun. de Santa Rita do Paraiso.

CACHOEIRINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Rio Claro e desagua na margem dir. do rio deste nome, affl. do Corumbatahy.

CACHOEIRINHA DO TAQUARAL. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Santa Cruz.

CACHORRO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Brotas, nas divisas do dist. de Campo Alegre.

CACHORRO. Serra de Pernambuco. Accrescente-se no fim: E' muito curiosa pela fórma que tem, apresentando formidavel base composta de uma pedra que parece dous hombros, tendo, um muitos metros de elevação, um pico isolado e nú, de figura conica, o qual de muito longe se divisa. E' inaccessivel seu cimo. No lado oriental ella é quasi perpendicular e no occidental o declive é menos pronunciado. Em sua encosta, lados do nascente e do poente, existem duas fontes.

CACIMBA. Arraial no termo do Lagarto do Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CACIMBA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Flores. Affirmam haver nella cobre.

CACIMBA DE S. GONÇALO. Log. do Estado de Pernambuco, entre os muns. do Limoeiro e Caruarú.

CACIMBA DOCE. Rio do Estado da Bahia, atravessado pelo Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco. Pertence á bacia deste ultimo rio.

CACIMBA DOS NEGROS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas, nas divisas desse Estado com o das Alagôas.

CACIMBA NOVA. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no logar Minador, na serra do Araripe, e corre para o mun. da Leopoldina. (S. V. Galvão. *Dicc.* cit.).

CAÇUNUNGA. Corrupção de *caba-cymynga*, alt. *cacununga*, vespa zumbidoura. (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Caba*.

CADEADO. Serra do Estado do R. G. do Sul, no mun. da Cruz Alta.

CAETÁ. Estação da E. de F. Campista, no Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. João da Barra; com uma fabrica de manteiga. Esta palavra é corrupção de *caa-etá*, que significa, segundo o Dr. T. Sampaio, as folhas, as plantas, as mattas.

CAETANO. Lagôa no mun. de Bom Conselho e Estado de Pernambuco.

CAETANO (S.). Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruarú.

CAETANO JOSÉ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

CAETÉ. Vocabulo indigena que significa, segundo Montoya — *monte verdadeiro de páos grossos*; segundo Saint Hilaire — *montanha coberta de grossas arvores*; e segundo o Dr. Theodoro Sampaio é corrupção de *caá-êtê*, matta real ou verdadeira, matto virgem.

CAETÊ. Bairro da cidade de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.

CAETEGUA'. Valle ou baixada da matta virgem; corrupção de *caá-êtê-guá*. Vide *Guá*.

CAETETÊ. Corrupção de *caaetê-tê*, augm. de *caaetê*, mattão, grandes mattas. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAETETÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Lagarto (*Almanak Sergipano*. 1901).

CAETETÚ. Furo do Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Sant'Anna.

CAETETÚ. Corrego do Estado de Minas Geraes; desagua no rio Arassuahy, cerca de tres kils. defronte da foz do corrego Barboza.

CAETETUBA. Ribeirão do Estado de S. Paulo banha o mun. de Atibaia e desagua na margem dir. do rio deste nome abaixo do ribeirão da Folha Larga.

CAFUNDÓ. Bairro do mun. de Santa Barbara do Rio Pardo; no Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

CAFUNDÓ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo; no mun. de S. José do Rio Pardo. Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, é corrupção de *Quai-yi-nd-og*, talhado e em concavidades tapadas. De *quai*, cortar, talhar; *yi*, concavidade, oco, abertura natural; *nd*, intercalação nasal; *og*, tapar. O *yi* tem som guttural".

CAGUASSÚ ou CAAGUASSÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do iJundiahy, entre os muns. deste nome e de Cabreuva. Ha ah tambem um morro com este nome.

CAGUASSÚ. Uma das cabeceiras do ribeirão Jundiovira, pela margem dir., no mun. de Juadiahy e Estado de S. Paulo, "*Cuaguassú*, com referencia a curso d'agua, é corruptela de *Quã-quã-çú*, poços ou fojos, com altos e baixos. De *quã*, poço, fojo; *çú*, altos e baixos. *Quã*, repetido, é para assignalar a frequencia, successivamente ou em muitos logares, segundo a lição do padre A. R. Montoya em sua *Arte de la lengua guarani*. Allusivo aos peráus nesses ribeirões". (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.)

CAHETE'. Nome de uma tribu selvagem da Capitania de Pernambuco. "Esta palavra, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é corrupção de *caá-êtê*, matta virgem, matto verdadeiro."

CAHY. Corrupção de *caá-y*, rio da matta; subst. *cai*, especie de simio, muito vergonhoso e timido (*Cebus Azaræ*); R. G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio).

CAHY. Quarteirão incorporado ao dist. do Japi, no mun. do Jundiahy e Estado de S. Paulo, por Acto de 5 de Maio de 1891.

CAHY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do ribeiro Cururú ou Pinhal e este do Tieté pela margem dir.; entre os muns. de Cabreuva e de Jundiahy. Esta palavra é corruptela de *Ca-i*, constantemente quebrado. De *ca*, quebrar, abrir; *i*, posposição para exprimir perseverança no facto. Allusivo a alargar-se em muitos logares, derramando suas aguas pelas margens.

CAHYPE. Log. no termo de S. Christovão, do Estado de Sergipe.

CAHYPE. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua no rio Ipojuca.

CAIACANGA-ASSU'. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. da capital. E' celebre pelas suas melancias.

CAIANNA. Log. do mun. de Bezerros e Estado de Pernambuco.

CAIASSICA. Log. no mun. de Santos do Estado de S. Paulo, nas cabeceiras do rio Itapanhaú. E' esta palavra corruptela de *Caa-ci-ca*, morros pegados. De *caá*, morro; *ci*, pegar, com o suffixo *ca* (breve) para formar supino.

CAIAUCOENA. Log. no mun. de Tury-assú, no Estado do Maranhão. Encontra-se tambem escripto *Caiancoena*.

CAIBOATE'. Log. do mun. de Uruguayana, no Estado do R. G. do Sul; com uma esc. municipal.

CAIBOATE'. Arroio do Estado de R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Quarahy. Nasce na coxilha de Sant'Anna. Outros escrevem *Caguaté*.

CAIÇARA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

CAIÇARA. Pequeno e insignificante pov. do mun. de Granito e Estado de Pernambuco.

CAIÇARA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Pannellas e desagua no rio deste nome, affl. do Pirangy.

CAIÇARA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. da Victoria. Ahi existem tres pedras de curiosa configuração, nas quaes veem-se inscripções indecifraveis, ignorando-se até hoje a quem attribuil-as.

CAIONGO. Log. e serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Muribeca.

CAIPE. Corr. *caá-y-pe*, no rio da matta; Bahia (Dr. T. Sampaio). Vide *Cahype*.

CAIPIRA. Composto de *cai-pira*, a queimada, o que anda em queimadas; pode ser ainda *cai-pir*, o vergonhoso, o timido, o acanhado. Vide Cai. *Pir* é um suffixo para formar adjectivos; S. Paulo, Paraná, Minas. (Dr. T. Sampaio).

CAIPORA. O que mora, habita ou frequenta a matta; genio da mythologia selvagem; corrupção de *caá-y-póra*.

CAIPORA. Outeiro do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

CAIPORA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Ouricory e desagua no rio da Garça.

CAIRUÇÚ. Composto de *cai-r-uçú*, queimada grande; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

CAIUBÁ ou CAIOBÁ. Morro elevado que marca a extremidade da maior das ramificações da serra Itatins, a qual se desdobra para SO.; no Estado de S. Paulo. E' fronteiro ao canal na margem esq. do rio Ribeira de Iguape, formando cabo na foz do rio Guaratuba ou Brejaituba. Esta palavra significa monte aberto; de *caá*, monte; e *hobá*, aberto. Exactamente este morro é isolado e portanto aberto de todos os lados.

CAIXETAS. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Entre Rios.

CAJÁ. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. da Victoria. Corre para o riacho Tapacurá, affl. do Capibaribe.

CAJAIBA. Corr. *acayá-yba*, a cajazeira, a arvore da cajá (*Ipondias brasiliensis*), Bahia. (Dr. T. Sampaio). Vide *Acayá*.

CAJANGÁ. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba, á margem do rio Paciencia.

CAJAPIÓ. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: "*Cajapió*, a SE. da villa de S. Vicente Ferrer e de S. Bento, das quaes é separada pelos *Campos dos Perys*, está sobre o igarapé do seu nome, trib. da margem esq. do estuario do Mearim ou extremidade meridional da bahia de S. Marcos. Defronte da foz do igarapé, fica a ilha dos Caranguejos, cuja extremidade S. divide a foz do Mearim em dous braços. O porto está á margem do referido igarapé, sendo que os vapores da linha fluvial chegam somente até o logar denominado *Porto dos Frades*, que dista tres kils. da villa, subindo, porém, as pequenas embarcações até perto della, si bem que, em 1898, os vapores tivessem feito algumas viagens até ao porto de Jassucaua, que fica mais proximo, apenas a 330 metros de distancia. A seis kils., na costa da bahia de S. Marcos, acha-se a praia de Itapeua, procurada por causa de seus banhos salgados. Cajapió, tem clima ameno e saudavel e possue campos apropriados para a criação de gado, no que consiste a sua principal riqueza. E' séde do mun. do mesmo nome e pertence á com. de S. Bento". Houve ahi, ha muitos annos, uma fazenda pertencente a Ordem Mercenaria, sendo ainda hoje o porto conhecido por Porto dos Frades. Comprehende o pov. Bacurituba.

CAJARANA. Corr. *acayá-rana*, cajazeira falsa, tirando á cajá (*Cabralea Cangerana* Vell.); alt. geralmente para *Cangerana*. (Dr. T. Sampaio).

CAJÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901)

CAJÚ. Vertente do ribeirão Itaim, no mun. do Parnahyba e Estado de S. Paulo. Nasce junto ao morro Jaraguámirim; e, quando engrossa e começa a queda, toma o nome de Itaim.

CAJUAES. Igarapé no mun. da capital do Estado do Amazonas.

CAJUAL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

CAJUAL. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

CAJUAL. Ilha na bahia do mesmo nome, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão. Ha uma outra ilha do mesmo nome no mun. de Alcantara.

CAJUALSINHO. Ilha no rio deste nome, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão. (José Ribeiro do Amaral, *obr.* cit.).

CAJUAPARA. Pov. á margem dir. do rio Gurupy. Abaixo della entra naquelle rio o Panema.

CAJUEIRO. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado Maranhão. (Dr. G. Dodt.)

CAJUEIRO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Pau d'Alho e desagua na margem dir. do rio Capibaribe.

CAJUEIRO VERMELHO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Itambé e desagua no riacho Dous Páus.

CAJURÚ. A bocca da matta; corrupção de *caá-yurú*.

CAJURÚ (Carmo do). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. do Pará e incorporado ao de Itauna pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

CALAFATE. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Escada e desagua no rio Ipojuca.

CALÇÃO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Itinga.

CALDAS. Arraial no termo de Pacatuba do Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CALDEIRÃO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

CALDEIRÃO. Riacho do Estado do Ceará, affl. do rio Cariú, no mun. de Cariry.

CALEMBE. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una.

CALHÃO. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

CALIFORNIA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no dist. da cidade de S. Fidelis.

CALISTO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. do Bagre. Vai para o rio Jurupary.

CALOLÉ. Morro na cidade de Santo Amaro, no Estado da Bahia.

CALSOENE. Sub-prefeitura creada pelo Dec. n. 1.062 de 7 de agosto de 1901 no dist. de Cassiporé do territorio de Aricary; no Estado do Pará.

CALUMBI. Monte de pequena elevação e pouca extensão, junto do qual e o do Taboleiro fica situada a cidade do Bom Conselho; no Estado de Pernambuco.

CAMADO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

CAMAMÚ. Composto de *cama-má*, peitos juntos, elevações visinhas, cabeços proximos, ou figuradamente — os dous irmãos; Bahia. (Dr. T. Sampaio).

CAMANAHÚ. Rio do feijão; corrupção de *camaná-y*; Pará.

CAMANDOCAIA. Corr. *camondá-cái*, queimada para caçar, fogo posto no campo, envolvendo parte delle a que os selvagens punham cerco, matando a páo a onça que tentava escapar do incendio; S. Paulo. (Dr. T. Sampaio).

CAMAPUAM. Composto de *cama-puan*, peitos redondos, proeminencias arredondadas em forma de peito; Matto Grosso, Minas. (Dr. T. Sampaio).

CAMAQUAM. Composto de *cama-aquã*, peito agudo, elevação ponteaguda ou alongada; R. G. do Sul. (Dr. T. Sampaio).

CAMARAGIBE. Rio do camará; corruptela de *camará-g-y-pe*; Pernambuco, Alagôas. Camará ou Cambará é um arbusto conhecido (*Lantana* L.).

CAMARAGIBE. Villa operaria fundada pelo Dr. Carlos Alberto de Menezes no mun. de S. Lourenço da Matta do Estado de Pernambuco, perto da estação da linha ferrea do Limoeiro, de seu nome, entre esta e a de Macacos. Ahi existe uma bem montada fabrica de tecidos.

CAMARAGIBE. Estação da via-ferrea do Recife a Limoeiro e Timbaúba, no kil. 18,376m da inicial do Brum, no Recife; no Estado de Pernambuco. Foi aberta ao trafego em 26 de outubro de 1881. Fica entre as de Macacos e S. Lourenço e tem o local a altitude de 43,m0.

CAMARÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú que o é do rio Una.

CAMARATUBA. Arraial do termo do Soccorro, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901). *Camaratuba* ou *Camaratiba*, composto de *camará-tyba* ou *tuba*, camarás em abundancia.

CAMARATUBA. Serra do Estado de Pernambuco, ao NE. da cidade do Bonito, em territorio deste mun. Tem uma área de 2.400m e a elevação de 800m de altitude.

CAMARATUBA. Serra do Estado de Pernambuco, nos limites do Bebedouro com o dist. do Altinho, mun. deste nome.

CAMAYANÉ. Rio do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

CAMBAHUBA. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua no ribeirão das Cruzes, affl. da margem esq. do rio Mogy-guassú. Tambem escrevem *Cambahúva*.

CAMBAHUBAS. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Araguary.

CAMBAIUVOCA. Morro no mun. de Jaboticabal do Estado de S. Paulo. Ha no mesmo mun. uma cachoeira do mesmo nome no rio Tieté, abaixo da foz do rio dos Porcos.

CAMBANZÉ. Arraial do termo de Pacatuba, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CAMBARÁ (alagadiço pestilento). Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Paraty; no mun. de Jacarehy. Hoje tem o nome de Remedios, por causa da Capella que existe em suas cabeceiras.

CAMBAROPY. Rio que, nascendo na serra Aririaia, corre no mun. de Cananéa, e desagua no mar conhecido tambem por Aririaia, no Estado de S. Paulo. Segundo Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.*, este nome significa peixe de escamas. *Cambaropy* corrupção de *Camambú-rupi*, com bolhas. De *camambú*, empôla, bolha; *rupi*, posposição significando — com. Allusivo ao facto de fazerem bolhas em empôlas as aguas deste rio, certamente por serem mineraes. (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.).

CAMBICHA ou CAMBIXA (forqueado). Rio affl. do Una da Aldêa, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo.

CAMBOATÁ. Corr. *caá-mboatá*, o que anda ou caminha no matto; peixe que caminha em secco (Dr. T. Sampaio). Macedo Soares nterpretou: *cá = car*, escáma; *mbo*, que faz; *atá*, andar.

CAMBORY. Pequeno ribeirão que nasce na serra Maritima e que desagua no canal da Bertioga; no mun. de Santos e Estado de S. Paulo.

CAMBORY. Pequeno ribeirão que nasce na serra Maritima e desagua no oceano; no mun. de S. Sebastião do Estado de S. Paulo.

CAMBRIUVA. Log. no mun. de Castro e Estado do Paraná.

CAMBUÇÁ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Anna da Costa, no mun. de Iguape. *Cambuçá* corruptela de *Gu-ambü-çai*, ambas as margens estendidas. De *gu*, reciproco; *ambü*, lado; *çaz*, estender, esparzir. Allusivo a ter baixas as margens; de sorte que com as chuvas as aguas se espargem. Por isso, é mais uma larga corrente do que propriamente um ribeirão (Dr. J. Mendes).

CAMBUCY. Antiga villa do Estado do Rio de Janeiro, á margem esq. do rio Parahyba do Sul, atravessada pela E. de F. Leopoldina, que ahi tem uma estação, em logar plano, cercada de montanhas, na margem opposta do rio. E' banhada pelo corrego Vallão Dantas, nome primitivo da pov. Tem matriz e dous engenhos de beneficiar café. Importante lavoura de café. Foi transferida a séde do seu mun. para o dist. de Monte Verde pela Lei n. 591 de 2 de Janeiro de 1903.

CAMBUCY. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. da capital. Desagua no rio Tamanduatihy, pela margem esq. em seguida ao morro do seu nome. Esta palavra é corrupção de *cambú-chi*, vaso d'agua, pote, cantaro, tina (Baptista Caetano); alterada em *camucy*, *camucim*, *camutim*, *camoti*.

CAMBUHY. Morro no mun. de Araraquara do Estado de S. Paulo.

CAMBUQUIRA. Corr. *caá-ambikira*, brotos de herva, grelos, folhas tenras. (Dr. Theodoro Sampaio).

CAMBURIÚ. Corr. *camby-ri-y*, rio onde corre leite; rio de leite; corr. *camuri-ú*, rio do roballo (Dr. Theodoro Sampaio).

CAMELEÃO. Ilha na bahia de Cassacoeira, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

CAMELLA. Pov. do Estado de Pernambuco, situado a 27 kils. distante de Ipojuca, com uma capella de Santo Antonio.

CAMETÁ. Corr. *cama-etá*, os peitos; as elevações, proeminencias; pode ser corrupção de *cametara* (cã-metara), ornato da cabeça, o cocar; Pará; (Dr. T. Sampaio).

CA-ME-VOU-SINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Bonito e corre para o rio Serinhaem.

CAMILLA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Capibaribe.

CAMILLINHO. Pov. no dist. de Gouvêa, mun. de Diamantina e Estado de Minas Geraes; banhada pelo corrego Sepultura. Tem commercio animado.

CAMINHO NOVO. Designação de uma das estações da E. de F. do Recife á Varzea e Dous Irmãos, no dist. da Bôa Vista. Fica a 1.745m da estação inicial da rua do Sol; no Estado de Pernambuco.

CAMISA. Log. do Estado de Matto Grosso, á margem esq. do rio Paraguay. E' habitado pelos Cadiuéos.

CAMORIM. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Codajás.

CAMORIM. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de S. Lourenço e desagua no Capibaribe.

CAMPANTE. Bairro na cidade de Barbacena e Estado de Minas Geraes.

CAMPECHE. Ilha de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: Fica quasi em frente ao Pontal de leste, pequeno cabo que separa a praia do Campeche da praia da Armação da Lagoinha. Com uma milha de extensão por um terço de largura, alongada e correndo na direcção de S E., esta ilha apresenta uma reentrancia a O. abrigada dos ventos do largo, reentrancia que offerece um pequeno mas excellente ancoradouro aos navios de porte commum. Todo o seu littoral é bastante piscoso e visitado no inverno pelas canôas de pescaria da Armação e logarejos proximos. Montuosa em certos pontos, tem a culminal-a a elevação chamada o morro do Norte (85m.0) na extremidade septentrional, e possue cerrado arvoredo nessa parte. Na sua costa occidental existe a praia da Enseada, que é a mais consideravel e que contorna por um lado o seu principal surgidouro; algumas outras menores estendem-se para o N. e para o S., separadas a espaços por curtas pontas de rocha. O ancoradouro é seguro em geral, menos com o norte duro e o noroeste; e a paisagem que o cerca impressiona agradavelmente com os seus breves trechos de prado, as suas moitas de arbustos e as suas collinas, cintadas pela alvura das praias. Este aspecto pittoresco da ilha e a facilidade de desembarque

levaram o finado D. Pedro II e sua esposa a percorrel-a, em ligeira excursão, em outubro de 1845, quando esses augustos viajantes, de passagem para o R. G. do Sul, se demoraram alguns dias na capital catharinense.

CAMPESTRE. Arraial do termo do Riachão, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CAMPESTRE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

CAMPESTRE. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy.

CAMPESTRE. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Palmyra.

CAMPINA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

CAMPINA. Corrego do Estado de Pernambuco, affl. do rio Araripe, no mun. de Iguarassú.

CAMPINA DOS ESTEIOS. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro.

CAMPINA DO TABORDA. Log. historico do Estado de Pernambuco onde foram assignados os artigos da capitulação hollandeza, em 26 de janeiro de 1654, cuja situação, segundo as *Memorias* do Marquez de Bastos e outros historiadores, fôra no espaço actualmente comprehendido no dist. de S. José da cidade do Recife — pelas ruas Marcilio Dias, Largo do Mercado, rua de S. José de Riba-Mar e outras, que ficam em frente e ao N. da fortaleza das Cinco Pontas. Affirmam uns que aquelle nome provinha de ter morado nesse bairro, um pescador chamado Manoel Taborda, e outros, porque taes terrenos pertenciam ao capitão Antonio Gomes Taborda, proprietario e senhor de engenho, o qual commandou uma das companhias de emboscadas na batalha da Casa Forte, onde soffreu ferimentos. (Sebastião Vasconcellos Galvão *Dicc.* cit.).

CAMPINA DO TAVARES. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Bocayuva.

CAMPINAS. De Jundiahy tomei a estrada de ferro Paulista, que tem começo nessa cidade, e dirigi-me para Campinas.

Com a bitola de 1m,60 a estrada passa pelas estações de Sant'Anna, Corrupira, Louveira (de onde parte a estrada de ferro Itatibense), Rocinha, com algumas casas, Valinhos, bem habitada e com uma egreja, Samambaia e Campinas.

Quando desembarquei na elegante estação da Paulista senti logo que penetrava em uma grande cidade, de muita vida e enorme movimento commercial.

Não enganei-me na minha previsão.

E' Campinas uma grande cidade e talvez a segunda do Estado de S. Paulo. Chamam-lhe, e com razão, *Princeza do Oeste*.

Fica situada a NO da capital do Estado, na base de uma collina muito suave, sobre terreno que fórma uma bacia que vai se alteando para os lados, apresentando á vista a fórma circular, circumdada pelos bairros de Guanabara, Bomfim, Ponte Preta, Campinas Velha e Taquaral. Vista á distancia, tem o aspecto de um amphitheatro. E' atravessada pelos corregos do Tanquinho e do Serafim, que reunem-se no bairro de Guanabara formando o Anhumas.

Suas ruas, em numero de 51, são pela mór parte bastante extensas, rectas, pouco largas, em ladeira, extremamente aceiadas, muitas calçadas a parallelepipedos, outras a macadam, e com passeios cimentados. São mais importantes as Barão de Jaguara, Andrade Neves, Francisco Glycerio, Treze de Maio, Dr. Campos Salles, Ferreira Penteado, Regente Feijó, General Osorio e Dr. Quirino.

Tem magnificos predios, luxuosos e de construcção moderna, sobresahindo entre tantos o do Barão de Ataliba Nogueira, o do Barão de Anhumas, o de D. Maria Brandini, onde funcciona a Intendencia, o do Barão de Ibitinga, o de Estanisláo Penteado e o do Barão de Itapura.

Inclusive os bairros Fundão, Guanabara, Bomfim, Botafogo e Taquaral, a cidade conta 4.050 predios.

E' servida por um systema de canalisação de agua e de esgotos perfeitissimo, não deixando nada a desejar; e por diversas linhas de bonds que vão da estação para o Gazometro, Jardim Publico, Aquidaban, Lyceu, Hyppodromo e Botafogo.

As ruas são illuminadas por 1.060 combustores de gaz carbonico, medeiando entre um e outro uma distancia de 25 á 30 metros, o que dá á cidade um aspecto feerico á noite, ainda que seja algum tanto dispendiosa a illuminação.

Tem bellos e espaçosos largos, entre os quaes os denominados:

Visconde de Indaiatuba atravessado pelas ruas Barão de Jaguara, General Osorio e Francisco Glycerio. Nelle tem começo a rua Dr. Campos Salles.

Possue a egreja do Rosario, os bonitos predios da Notre Dame de Paris, da Casa Colombo e dos Srs. Silva Guimarães e Commendador José Pereira de Andrade.

No seu centro ergue-se um elegante e bem tratado jardim, todo cercado por grossos varões de ferro, tendo um bonito e artistico repuxo rodeado por quatro grandes lampeões com tres braços cada um. E' percorrido por bonds.

José Bonifacio, arborisado e percorrido por bonds. São transversaes ou nelle começam as ruas Francisco Glycerio, Regente Feijó, Conceição, Dr. Costa Aguiar e Treze de Maio.

Nelle ficam a Matriz nova e os bellos predios do Sr. Estanisláo Ferreira, Camargo Andrade e dos herdeiros de Carlos Egydio de Souza Aranha, onde hospedou-se o finado Imperador em Outubro de 1886.

Bento Quirino, de fórma angular, percorrido por bonds. E' arborisado, tendo no meio um chafariz e um pavilhão. Nelle fica a Matriz velha. Ahi levantou-se o pelourinho e edificou-se a cadeia, que foi demolida ha poucos annos.

Na casa fundada por Bento Quirino dos Santos ha uma placa de marmore com os seguintes dizeres em relevo: — *Gratidão eterna do povo campineiro á casa Santos, Irmão & Nogueira pelos relevantes e inolvidaveis serviços a elle prestados durante a epidemia de 1889.*

Carlos Gomes, em uma baixada, tendo plantadas cazuarinas e palmeiras reaes. Ahi ficam o Mercado e o Desinfectorio.

Riachuelo, em lugar elevado, com a egreja de S. Benedicto, o Grupo Escolar Jorge Tibiriçá e o Circolo Italiani Uniti.

Imprensa Fluminense, á cavalleiro da cidade, do lado de leste. Tem o jardim publico, bem tratado, com uma bonita gruta, a torre Eiffel e quatro pavilhões, sendo um destinado a coreto para a musica.

15 de Novembro, no bairro de Santa Cruz, todo plantado de *flamboyants*. Nelle fica a capella de Santa Cruz.

Pará, ao lado da rua Barão de Jaguara com o predio do Barão de Anhumas.

Floriano Peixoto, ao lado da estação da estrada de ferro Paulista, com o bello predio do Sr. Roque de Marco e o estabelecimento de machinas para a lavoura de Lidgerwood.

Nelle começam ou tem seu termo, a larga rua Andrade Neves e a muito concorrida rua Treza de Maio. Além desses largos, possue mais a cidade os de Luiz de Camões, com o hospital da Beneficencia Portugueza; da Cadeia com o bello edificio da cadeia; Theatro, com o theatro S. Carlos; Ramos de Azevedo, Correia de Mello e Liberdade. Os edificios publicos da cidade são:

CAMARA MUNICIPAL. — Funcciona na rua Barão de Jaguara, em um bonito predio alugado, onde estão todas as repartições municipaes e onde dão audiencias os juizes de direito.

Na sala das sessões acham-se os retratos do Marechal Floriano, Dr. Bernardino de Campos, Dr. Antonio Alvares Lobo, primeiro intendente depois da proclamação da Republica, e José Paulino Nogueira, presidente da Camara por occasião da epidemia de 1889.

CADEIA.— Edificio moderno e de muito gosto e perfeitamente situado.

Compõe-se de tres corpos: o central, saliente, com tres janellas de saccada, no segundo pavimento e a porta de entrada e duas janellas gradeadas de ferro no primeiro, e dous lateraes, reintrantes, com uma janella em cada pavimento.

No pavimento terreo está alojada a cadeia e no superior funcciona o jury.

Interiormente o edificio é bem dividido, sendo vastas as salas, sobresahindo entre estas a do jury, cujo tecto é todo de madeira.

MATRIZ NOVA.— A Matriz é um grande templo, cujo exterior não condiz com a magnificencia do seu interior. A fachada é de estylo pesado e carece de elegancia. Tem a invocação de N. S. da Conceição e foi inaugurada em 8 de Dezembro de 1883, tendo sido começada a construir em 1807.

Acha-se situada no largo José Bonifacio, na parte mais central da cidade, occupando uma área rectangular de 2.073 metros quadrados. A enorme molle eleva-se de muito ás mais altas construcções que a cercam.

O plano terreo da construcção é distribuido do seguinte modo: portico de 27ms,30 de comprimento por 3ms.70 de largura dizendo para a grande nave; grande nave longitudinal com 36 ms. de comprimento por 13ms,50 de largura e nave transversal com 28 ms. de comprimento sobre 8 ms. de largura; duas capellas lateraes e ao fundo a capella-mór, contando o edificio 12 grandes salas destinadas á sacristia, consistorio e outros misteres do culto.

A parte anterior do edificio com fundo de 43ms,50 eleva-se 21ms.50 acima do sólo e comporta dous andares, o primeiro ao nivel dos pulpitos, contendo quatro salas, e o segundo oito com janellas-tribunas sobre a grande nave.

O frontespicio com 50 ms. de altura, em fórma de torre assyria, é composta de tres corpos sobrepostos e decorado em estylo classico. O primeiro, de ordem jonica, tem saliente a parte central coroada por um frontão.

Dão ingresso no templo tres largas aberturas, e sobre ellas reina uma galeria de quadros ornados de archirelevos em cimento. O segundo corpo, de ordem corynthia, comporta o mostrador de um grande relogio, flanqueado por duas largas janellas em arcada, sendo occupado por plataformas de passeio o espaço que medeia entre este corpo e os angulos do edificio. O terceiro corpo assenta em base quadrada, tendo sobre a frente uma janella flanqueada por espaçosos passeios. Sobre este corpo eleva-se a pyramide de coroamento do edificio.

Toda a construcção é de alvenaria de pedra ordinaria, sendo de cimento as molduras, os capiteis, ornatos, etc.

O embasamento, o largo adro e a escadaria são de excellente cantaria azul. A decoração interior nos altares e capellas é de rara sumptuosidade.

A esculptura é profusa e trabalhada com esmero. Todos os relevos são executados em cedro vermelho, cujo tom é admiravelmente realçado pelo fundo branco do marmore.

Nos principaes altares a disposição adoptada foi a de um perystillo semicircular coroado de ricas cupolas.

Ornam a nave oito pares de pilastras corynthias com rico entablamento. As abobadas são cylindricas, salvo no cruzamento das naves, onde se eleva um zimborio espherico.

A principal nave, como as capellas, são ornamentadas por magnificos relevos.

O edificio é banhado de abundante luz por meio de lunetas abertas ácima do entablamento geral.

Na grande nave e capellas acham-se dispostas 300 cadeiras genuflexorias estofadas em marroquim preto.

Além do altar-mór, com a imagem de N. S. da Conceição, ha mais no corpo da egreja seis altares: do Coração de Jesus, do Bom Jesus de Pirapora, de S. José, de Sant'anna e S. Joaquim,de N. S. das Dôres e de N. S. do Carmo; e duas capellas fundas do Sacramento e do Senhor dos Passos.

Este monumento do espirito religioso da população de Campinas foi erguido á custa de donativos particulares e com o producto de um imposto municipal, que, especialmente destinado a esse fim, produziu avultada quantia.

MATRIZ VELHA.— A *Matriz Velha*, séde da parochia de Santa Cruz, fica no largo Bento Quirino, dando fundos para a rua Barreto Leme, nome do fundador de Campinas.

E' um templo modesto no seu interior; sua fachada é baixa e não obedece á ordem alguma e architectura. Está, porém, bastante asseiado e cuidadosamente tratado pelo distincto vigario Manoel Ribas de Avila.

Tem na frente cinco janellas, a porta de entrada e duas lateraes, que são fingidas. Não tem torres.

Possue o altar-mór com a imagem de N. S. do Carmo, no centro, e S. Sebastião e Santa Rita aos lados. Ha nesta parte da egreja tres tribunas lateraes.

No corpo da egreja, cuja nave é elevada, ficam dous altares acostados ao arco cruzeiro, o do lado da Epistola com a imagem de N. S. das Dôres, e o do lado do Evangelho com a do Coração de Jesus. Ha nessa parte dous pulpitos e 14 quadros da via sacra, sendo sete de cada lado.

A' esquerda da capella mór fica a capella do Sacramento, com o Senhor Bom Jesus no centro, e S. Benedicto e S. João aos lados.

Na entrada da egreja, em um corredor, ha uma bonita capella com uma rica imagem de N. S. dos Remedios com o Menino Jesus junto aos seios, e em frente a sacristia.

Na parte superior desse corredor existe um outro altar com um quadro, representando N. S. do Bom Conselho.

EGREJA DO ROSARIO.— E' um templo velho, sem gosto artistico e carecendo de serios concertos.

Tem cinco janellas e tres portas na frente. Não tem torres.

Tem, além do altar-mór com a imagem de N. S. do Rosario, mais dous altares, um com S. Manoel e outro com a imagem de N. S. do Terço e a capella do Sacramento.

Fica situada no largo Visconde de Indaiatuba e em frente á um bonito jardim.

EGREJA DE S. BENEDICTO.— E' um templo velho, pequeno e já estragado pelo tempo.

Tem uma janella grande, acima da porta da entrada, e mais duas menores aos lados. Tem tres altares.

A' respeito dessa egreja refere a tradição o seguinte: O africano Tito, ha mais de 30 annos que foi escravo da viuva do capitão-mór Floriano de Camargo e Andrade, tentou levantar uma capella em louvor do santo da sua devoção, S. Benedicto. Havia proximo á antiga estrada de Itatiba, e ao bairro de Campinas Velha um terreno em parte occupado por um cemiterio e em parte por um pequeno edificio conhecido por jazigo do conego Melchior, que fôra construido pelo conego da Sé de S. Paulo, padre Melchior Fernandes Nunes de Camargo, para nelle serem sepultados elle e seus parentes mais proximos, e aquelles que em numero limitado, tivessem quem pela sepultura pagasse ao parocho uma dobla, que deveria ser applicada á esmola de missas por alma dos captivos. Isto deu a idéa de ser aquelle local escolhido para a nova capella.

Requerendo a Camara Municipal, concedeu ella mais algum terreno annexo.

Mestre Tito, abonado por attestados da Camara, solicitou e obteve Provisão, auctorisando-o a levar a effeito a projectada construcção.

EGREJA DE SANTA CRUZ.— Pobre, modesto e antigo templo. Sua frente reconstruida ha pouco tempo, tem decente aspecto. Possue tres janellas, tres portas e dous nichos sem imagens. Tem um só altar com uma grande cruz no centro e aos lados N. S. da Conceição, S. João, S. Manuel e S. Sebastião.

EGREJA PRESBYTERIANA. — Austero e silencioso templo situado á rua General Carneiro. No triangulo da sua fachada lê-se 1878.

SANTA CASA DE MISERICORDIA. — Esta humanitaria instituição, dirigida pelas irmãs de S. José, situada em logar elevado, á cavalleiro da cidade, no meio de vasto terreno e entre as ruas Padre Vieira, Barreto Leme, Irmã Seraphina e Antonio Cesarino.

Compõe-se de quatro corpos, dous reintrantes e dous salientes, tendo uma capella no centro. No lado esquerdo fica o Asylo das Orphãs e do lado direito o hospital.

Este está perfeitamente montado; possue cinco enfermarias, sendo duas para homens, (uma de cirurgia e outra de medicina), uma para mulheres e uma para crianças, além de um pavilhão de isolamento. Tem uma boa pharmacia e uma sala de operações com todos os instrumentos cirurgicos.

Todas as enfermarias tem 100 leitos.

O hospital foi inaugurado a 15 de Agosto de 1876 e apresentou de 1º de Julho de 1897 a 31 de Maio de 1898 um movimento de 745 enfermos, sendo pobres 694 e pensionistas 51.

O Governo estadoal concorre para o hospital com a quantia de 40:000$000.

A parte destinada para o Asylo de Orphãs e onde funcciona um externato, mantido pela Santa Casa, tem no pavimento inferior, além do refeitorio, espaçosas salas para aulas das meninas externas e uma outra para as orphãs, e no pavimento superior a rouparia e os dormitorios.

O Asylo conta entre asyladas e externas o numero avultado de 470 meninas. Foi fundado a 15 de Agosto de 1890 e para sua manutenção concorrem os cofres estadoaes com a quantia de 18:000$ annualmente.

Na frente do edificio ,no pavimento superior, fica a sala das sessões da Irmandade, com os retratos do bispo do Ceará,

de Antonio Francisco Guimarães (o Bahia), do Barão de Monte-Mór, do Barão de Atibaia, de Diogo B. dos Santos Prado, de D. Maria F. de Abreu Soares, de José Egydio de Souza Aranha, de José Fernandes, de Victorino Pinto Nunes, de Francisco Bueno de Lacerda, de Bento Quirino dos Santos, do Visconde de S. Valentim (medico) e do Dr. Francisco Pereira Lima.

Guardo a melhor impressão da visita que fiz a esse Asylo. Além da boa ordem e extraordinario asseio que notei em suas dependencias, observei que as orphãs estavam bem vestidas, bem nutridas e mostravam-se alegres e satisfeitas.

A capella da Boa-Morte, construida á expensas do finado Barão de Monte-Mór, lavrador do municipio, é um bonito templo. Tem na fachada as estatuas da Fé, da Esperança e da Caridade.

A capella-mór tem na parte superior duas cupolas, contiguas uma á outra. Possue um altar todo de marmore, tendo no centro um painel, representando N. S. da Assumpção, e aos lados o Coração de Jesus, N. S. das Dores, S. Pedro, S. José, S. Roque e S. Joaquim. Ha ainda uma urna com a imagem de N. S. da Boa-Morte.

O corpo da egreja apresenta a nave abobadada. Tem duas galerias e duas tribunas corridas, amparadas por quatro columnas. Não possue altares, tendo apenas no arco-cruzeiro as estatuas de S. Vicente de Paulo e Santa Isabel.

Em frente á capella e no meio de um grande pateo fica o busto do fundador cercado por um gradil de ferro. No pedestal, em que descança o busto lê-se: «*Em homenagem ao Exmo. Rvdm. Sr. D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará e fundador do Hospital e Asylo de Orphãs da Santa Casa da Misericordia de Campinas offerece o povo agradecido. 1883* ».

HOSPITAL DE ISOLAMENTO. — Fica situado no Fundão, a uns 500 metros do cemiterio. Compõe-se de tres grandes pavilhões de madeira, onde se acham alojadas a casa do medico, do zelador, a pharmacia e a estufa de desinfecção. Está todo murado e tem o seu serviço especial de agua e esgotos.

HOSPITAL DE MORPHETICOS. — Acha-se situado a um kilometro da cidade, no lugar denominado Piçarrão, na contravertente de um dos morros, que formam a bacia em que está situada a cidade e proximo ao matadouro.

Occupa um predio, sem gosto, mas com accommodações necessarias.

Tem uma capella com a imagem de S. Lazaro e 26 enfermos.

SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICENCIA. — A Sociedade Portugueza de Beneficencia, fundada em 20 de Julho de 1873, fica situada no largo Luiz de Camões, ao lado do bello predio do Sr. Antonio Corrêa Barboza e dando fundos para a cadeia.

Compõe-se de tres corpos: um central, baixo, e dous lateraes mais elevados. No primeiro ha 10 janellas e a porta de entrada, tendo acima as armas portuguezas e um relogio; nos segundos seis janellas em cada um dos dous pavimentos, sendo tres de grades de ferro. No pavimento inferior ficam a capella, com um altar de S. Francisco Xavier; a sala das sessões com oito retratos, entre os quaes o do Sr. Francisco Gonçalves Ferreira Novo, iniciador da associação; a bibliotheca, o refeitorio, a sala de operações, a pharmacia, a cozinha e quatro salas de doentes.

Na parte superior dos corpos lateraes ha duas grandes salas em cada um.

Em uma casa separada, nos fundos do hospital, fica a enfermaria para os epidemicos.

Do lado esquerdo do edificio ficam tres banheiros, uma sala de duchas e um bom necroterio com mesa, chão e escada, tudo de marmore.

Precede o edificio um bem cultivado jardim.

Abre o livro dos visitantes dessa casa pia a assignatura de D. Pedro II. Alem desses edificios possue mais a cidade um hospital de variolosos, situado em logar elevado e sobre um morro despido de vegetação, e as seguintes associações: Artistica e Beneficente, Beneficente dos Empregados da Companhia Mogyana, que funcciona no edificio da mesma Companhia e conta mais de mil socios, e a Sociedade S. Vicente de Paulo constituida por uns 40 socios e destinada a soccorrer aos pobres, dando-lhes alimento, vestuario, medico e botica, e fazendo-lhes o enterro; está dividida em duas secções, funccionando uma na parochia de Santa Cruz e outra na parochia da Conceição, reunindo-se os associados nos consistorios das duas egrejas semanalmente; e duas lojas maçonicas, das quaes a mais antiga, a Loja Independencia, situada á sua Dr. Campos Salles e fundada em 1867:

GYMNASIO. — Occupa um grande predio todo construido de tijolos, tendo na frente um jardim e aos lados e aos fundos um vasto terreno todo plantado. Fica no bairro de Botafogo, á rua Culto á Sciencia.

Compõe-se de um corpo central com sete janellas no segundo pavimento e 6 e a porta de entrada no primeiro; e mais dous alpendres lateraes, um destinado ás aulas de physica e chimica e outro a exercicios de esgrima e gymnastica:

O interior é constituido, no pavimento inferior, por quatro salas de aulas bem montadas e com uma tribuna, donde prelecciona o lente; e no superior pela sala da congregação, gabinete do director e secretaria.

Na sala da congregação pendem das paredes os retratos dos Marechaes Floriano e Deodoro, Drs. Campo Salles, Bernardino de Campos, Antonio Dino Bueno, Mario Bulcão e Prudente de Moraes; e na secretaria os do Visconde de Indaiatuba e Jorge Krug, antigos fundadores do collegio Culto á Sciencia.

As aulas de physica e chimica estão desprovidas de laboratorios, o que é uma lacuna sensivel.

Não tem bibliotheca.

O pessoal docente é habilitadissimo.

O Gymnasio funcciona no predio do antigo collegio Culto á Sicencia, tendo soffrido importantes modificações para adaptal-o ao fim a que se destina.

Achei o edificio mal situado, distante do centro da cidade, em uma rua estreita e enterrado, pois fica abaixo do nivel da rua.

GRUPO ESCOLAR JORGE TIBIRIÇÁ. — Está situado no largo do Riachuelo. Occupa um bonito predio no meio de um terreno, todo cercado de arame, e não ajardinado. Tem, alem do corpo central com seis janellas em cada um dos dous pavimentos, mais dous lateraes reintrantes com duas janellas no sobrado e uma porta de entrada no pavimento terreo.

Acheio-o excessivamente pequeno.

CIRCOLO ITALIANI UNITI. — Está situado no largo do Riachuelo. Occupa um vistoso predio assobradado com tres janellas de cada lado e um corpo central, onde se vê as armas da Italia e os bustos de Miguel Angelo Buonaroti e de Dante Alighieri.

Tem uma sala de aulas e uma outra de sessões com diversos retratos, entre os quaes o de José Garibaldi, rainha Margarida, Humberto e Victor Emmanuel.

LYCEU. — O Lyceu de Artes e Officios de N. S. Auxiliadora, foi fundado por D. João B. Correia Nery, bispo do Estado do Espirito Santo, e por D. Maria Umbelina Alves Couto e é dirigido pela Sociedade Salesiana. Está situado no planalto da aprazivel collina do Guanabara, no bairro deste nome, donde se goza de um explendido panorama, avistando-se a cidade por inteiro.

O edificio, que é de colossaes proporções e solidamente construido, está ainda por acabar.

A parte ja prompta compõe-se do corpo central, um lateral á esquerda com tres andares, e um á direita com o pavimento terreo.

O corpo central, de estylo romano, compõe-se, alem do pavimento terreo, de mais tres andares. No ultimo andar, no frontão, vê-se a imagem de N. S. Auxiliadora, em um nicho, e abaixo um relogio.

Nos corpos lateraes ha treze janellas em cada um dos tres andares, que são sustentados por vinte e quatro grossas columnas de ferro fundido, pesando cada uma setenta e cinco arrobas.

Dispõe actualmente o Lyceu de quatro salas de aulas, de um salão de estudo, que abrange toda a ala do edificio, de dous refeitorios, de dous extensos dormitorios e de quatro officinas, alfaiataria, sapataria, carpintaria e typographia.

Tem uma capella provisoria com dous altares, de N. S. Auxiliadora e Coração de Jesus, e mais as imagens de Santa Clara e Santo Antonio.

Mantem-se o Lyceu com difficuldade e só por um esforço herculeo e uma rara tenacidade, conseguiu o bispo do Espirito Santo contruir o edificio actual, que depois de concluido, será um monumento.

O terreno, sobre que elle assenta, foi doado pelos benemeritos cidadãos Barão Geraldo de Rezende e Francisco Bueno de Miranda.

A pedra fundamental foi lançada a 9 de Outubro de 1892.

Alem desses estabelecimentos, possue mais a cidade a escola Correia de Mello, nocturna e diurna, a escola Ferreira Penteado, diurna, a escola mantida desde 1874 pela Loja Independencia, diurna e nocturna, e a Sociedade Allemã de Instrucção e Leitura.

A Bibliotheca Municipal funcciona no predio da escola Correia de Mello e conta 2.620 volumes.

MERCADO. — Fica situado no largo Carlos Gomes. E' um pequeno barracão, aberto dos lados, com quatro entradas e um chafariz no centro.

Antigamente estava situado no predio onde funcciona actualmente o Desinfectorio.

MATADOURO. — Acha-se situado a um kilometro da cidade no logar denominado Piçarrão.

E' um bom edificio.

Compõe-se de dous pavilhões, um destinado a escriptorio e outro a deposito do material necessario ao serviço. Ha, além disso, a secção da matança do gado e outros pavimentos para a salga, deposito de porcos e outros misteres.

A agua que serve para a lavagem vem de uma vertente de um morro, que fica junto ao Cortume.

THEATRO S. CARLOS. — Fica no largo do Theatro com a frente voltada para os fundos da matriz da Conceição.

Tem cinco janellas no segundo pavimento e tres portas e duas janellas no primeiro.

Seu interior está bem ornado.

HOSPEDARIA DE IMMIGRANTES. — E' um bello predio, pertencente ao Governo Estadoal.

Está em criminoso abandono.

DESINFECTORIO CENTRAL. — Poucos tem visto internamente o edificio do antigo *Mercado Grande*, depois das reformas alli executadas para a sua adaptação a desinfectorio.

Esse proprio municipal foi cedido ao Estado em 1896, soffrendo logo modificações consideraveis, como era de mister.

As obras realizadas então modificaram-no por completo, dando-lhe certa esthetica e as necessarias condições hygienicas.

Deve-se isso aos conhecimentos technicos e á boa vontade da Commissão Sanitaria, e ao engenheiro da Camara o Dr. Saturnino de Brito.

Hoje, consta elle de um amplo corpo central, com duas alas dotadas de seis compartimentos cada uma.

O corpo central está dividido em duas secções: uma, onde se acham as estrebarias, com doze baias para os animaes do serviço, sempre promptos e arreiados; outra que serve de deposito dos carros de medicos, do pessoal inferior e material de transporte de doentes, de conducção de cadaveres, de apparelhos locomoveis, etc.

Na ala direita ha uma sala para desinfectadores, que nella pernoitam de promptidão, serviço de telephone, deposito de drogas e utensilios.

Na ala esquerda acham-se installados o escriptorio, roupparia, banheiro, camara de gaz sulphuroso a que são submettidos os objectos a desinfectar e que não podem soffrer a acção do calor, estufa fixa, carvoeira e gerador de vapor.

A estufa, systema Herscher, engastada em uma parede de tijolos, que a divide em duas partes, tem duas portas, abrindo cada uma dellas para salas especiaes, sem nenhum ponto de contacto — a de recepção dos objectos a desinfectar e a dos objectos já desinfectados.

O serviço é dirigido através de um oculo envidraçado.

A' estufa está adaptado um seccador dispositivo, simples e moderno, que traz uma economia de 17 minutos ganhos em cada desinfecção, pelo menos, para o enxugo das roupas, trabalho em que agora se gasta apenas tres ou quatro minutos, ao passo que outr'ora era feito em 20 minutos.

Cada uma das alas acima descriptas conta os bicos de gaz precisos, sendo providas de *water-closets* e mictorios.

O pateo em frente é todo calçado á parallelepipedos, com gradil á volta, tendo um portão em cada extremidade para entrada e sahida de vehiculos.

No centro do mesmo existe um tanque cimentado, com agua corrente, para bebedouro dos animaes.

O pessoal é composto de:

1 encarregado, 11 desinfectadores, 1 foguista, 1 machinista e 7 cocheiros.

Estão organisadas cinco turmas, das quaes quatro sahem diariamente para o serviço de desinfecção dos apparelhos e installações sanitarias dos domicilios, ficando a restante para attender a qualquer requisição urgente.

Foram ultimamente ahi installados um incinerador systema Geueste e Herscher para o fim de destruir os objectos imprestaveis infeccionados e abandonados pelos respectivos donos.

Attendendo ás antigas condições hygienicas dessa cidade, reveladas annualmente pela epidemia de febre amarella, desde a hecatombe de 1889, o Governo estadoal, em virtude de disposição da Lei n. 432 de 3 de Agosto de 1896, sobre o serviço sanitario, resolveu manter nessa cidade uma Commissão Sanitaria, á qual compete: quaesquer providencias de natureza aggressiva ou defensiva, como as que tenham por fim a instituição de rigorosa vigilancia sanitaria, serviço hospitalar, isolamento e deinfecção.

Desde Agosto de 1896 trabalha ahi a Commissão Sanitaria do Estado, composta de quatro medicos, sendo actualmente chefiada pelo Dr. Theodoro Bayma, medico notavel pela aptidão e dedicação ao serviço.

INSTITUTO AGRONOMICO. — A estação Agronomica de Campinas foi creada em 1887 por acto do Ministerio da Agricultura e organizada definitivamente pelo Decr. n. 1.012 de 14 de Novembro de 1890.

Actualmente o estabelecimento pertence ao Estado de S. Paulo, ao qual foi transferido pelo Decr. n. 707 de 8 de Janeiro de 1892.

Escolhido o local em um campo quasi esteril, no bairro do Guanabara, construiu-se um edificio proprio, rodeado por um terreno com cerca de 22000 metros quadrados de superficie.

Em Janeiro de 1889 começou a funccionar o laboratorio de analyses chimicas e pouco depois foram inaugurados o serviço meteorologico e as experiencias de cultura.

Em Abril de 1890, sob a direcção do illustrado engenheiro Dr. Uchôa Cavalcanti, concluiu-se a installação do campo de experiencias e adquiriu-se mais outro terreno, no bairro do Taquaral, para servir de campo de demonstração.

Actualmente compõe-se o Instituto do seguinte: Dous laboratorios de analyses chimicas, onde se estuda toda a sorte de substancias que interessam á lavoura; um gabinete de pathologia vegetal, que serve ao exame das pragas que infestam as plantas cultivadas; um observatorio meteorologico dotado de varios instrumentos para o estudo da climatologia e da temperatura do solo; uma pequena bibliotheca dotada dos periodicos publicados em varios paizes estrangeiros sobre a agricultura; um pequeno museu agricola ainda muito rudimentar; uma vasta estufa envidraçada ($10^m \times 6^m \times 4^m$) e varios apparelhos para estudos experimentaes de estrumação (cylindros de Wasner vasos em estaleiro, caixas de Dehérain, etc.); campo de experiencias no Guanabara (área de 70.000 metros quadrados), com viveiros, sementeiras, canteiros isolados, etc.; ahi acham-se estabelecidos actualmente uma numerosa collecção de variedades de canna de assucar, pequenos cafezaes de diversas edades e especies (Bourbon, Nacional, Amarello, Maragogipe e outras), profusa collecção de videiras americanas e européas plantadas segundo varios systemas; canteiros com diversas qualidades de trigo, muitos arbustos ornamentaes e plantas floraes, algumas gramineas forrageiras, um pomar com boas arvores fructiferas, caixa d'agua collocada bastante alto para que a irrigação de todo o terreno se possa fazer por simples tubos munidos de torneiras, uma pequena collecção de orchideas nacionaes, etc.

Compõe-se mais o Instituto de um deposito de adubos chimicos contendo grande variedade de ingredientes, de uma estrumeira para aproveitamento das varreduras da cocheira e do jardim, feita segundo os preceitos ditados pela sciencia e pela pratica; um campo de demonstração no Taquaral, contendo mais de dous mil cafeeiros de 3 annos e meio de edade (variedades de Bourbon); um campo de demonstração e posto zootechnico em Santa Elisa, que é um terreno de 121 hectares (50 alqueires) com aguada, pasto, mattos, etc., havendo na parte cultivada plantações de canna, café, capim favorito, extenso viveiro com mudas de cafeeiros, etc.

O Instituto tem publicado volumosos relatorios annuaes e distribue mensalmente um *Boletim*, que relata os trabalhos proprios e divulga conhecimentos uteis á lavoura.

Funcciona em um bonito predio de gosto moderno.

OFFICINAS DA COMPANHIA MOGYANA. — A Companhia Mogyana dispõe de tres bem montadas officinas, para conservação e reparação de seu material rodante e de tracção, separadas umas das outras pela distancia de trezentos kilometros, approximadamente.

A principal officina acha-se situada em Campinas, ponto inicial da linha Mogyana. Sem pretenção e sem luxo algum nos edificios, é no emtanto essa, uma das mais completas officinas que existem no Brazil actualmente; e de tal modo apparelhada que tem construido todos os carros e vagões da Companhia nestes ultimos annos, podendo mesmo fazer locomotivas, se não fosse todo estrangeiro o material necessario para esse fim e mais elevados os salarios dos operarios no Brazil, de maneira a se tornarem nullas as vantagens que pudessem advir desse serviço.

Entretanto existe actualmente em Campinas uma locomotiva que está sendo quasi toda construida nessa importante officina, tendo apenas caldeira e cylindros vindos da America do Norte.

Segue-se em importancia a officina do Ribeirão Preto, onde tambem se encontra tudo o que é necessario para os importantes serviços que são alli executados.

Em terceiro logar vem a officina de Uberaba, que sendo embora construida com todo o capricho e elegancia, é muito menor que as outras, não comportando para concerto, mais de tres locomotivas de cada vez.

OFFICINA DE CAMPINAS— A officina de Campinas e suas dependencias, occupa a área de trinta e um mil metros quadrados, das quaes dez mil e novecentos e vinte e seis, são cobertos pelos seus diversos edificios.

Essa officina está dividida em duas secções principaes, cabendo a conservação, reparação e reforma das locomotivas a uma, e dos carros e vagões a outra.

A fundição, commum ás duas secções, tem um notavel desenvolvimento, quer encarado pela grande massa de ferro e bronze que funde annualmente, quer pelas obras de muito peso e de difficil modelagem e moldagem que produz. Cylindros e rodas de locomotivas, bem como as demais peças das machinas, carros e vagões, são alli fundidas com toda a perfeição. Dentre as obras mais importantes sahidas da fundição, destaca-se, pela sua cuidadosa e artistica execução, o monumento commemorativo do 25º anniversario da inauguração dos trabalhos technicos na linha Mogyana, que já foi largamente descripto nas columnas do *Jornal do Commercio* quando inaugurado.

Secção de Locomotivas. — A primeira secção da officina de Campinas abrange quatro subdivisões a saber:

1ª *Officina de ajustagem.* — Esta officina situada ao lado direito do edificio principal das officinas, occupa uma área de seiscentos e trinta e oito metros quadrados. Sendo acanhada essa área para o grande movimento actual desta officina, nota-se um cuidadoso aproveitamento de espaço para localisar todas as machinas, ferramentas de que hoje dispõe e que são:

26 Tornos para tornear metaes.
3 Tornos para tornear rodas de locomotivas.
4 Tornos para tornear rodas de carros e vagões.
1 Torno de mesa horizontal.
2 Plainas de mesa para metaes.
4 Plainas duplas de cabeça para metaes.
1 Plaina vertical.
6 Machinas para furar.
2 Machinas de tarracha.
3 Machinas de esmerilar.
1 Machina para quadrantes.
1 Machina para serrar trilhos de aço.
2 Machinas de fraiser.
1 Tesoura com punção.
1 Prensa hydraulica para cixar rodas.

2ª. *Officina de ferreiros.* — Junto á officina de ajustagem acha-se perfeitamente montada a officina de ferreiros, com uma área de quatrocentos e setenta e tres metros quadrados, e dispondo de:

1 Martinete a vapor.
2 Guindastes pequenos.
20 Forjas completas.
1 Forno para temperar molas, etc.
1 Forno para colllocação de aros nas rodas.
2 Guindastes para collocação de aros nas rodas.

3ª. *Officina de montagem.* — Em continuação ás duas officinas já mencionadas, está collocada a officina de montagem, que occupa a area de mil e quatrocentos e oitenta e quatro metros quadrados e tem capacidade para comportar dez locomotivas em concerto.

Duas placas rotatorias facilitam a entrada e sahida das locomotivas, que se faz sem difficuldade, apezar de ainda não ter um carretão para esse fim.

Essa officina dispõe das bancadas necessarias para o serviço e de 102 tornos para ajustadores.

4ª *Officina de caldeireiro.* — A officina de caldeireiros como as demais, está montada de modo a satisfazer completamente a todas as exigencias do serviço, nessa parte delicada da locomotiva — a caldeira.

Agora mesmo, se acha na officina, a caldeira de uma locomotiva grande de pasageiros, em que foi substituida a fornalha de cobre primitiva por outra de aço (fire box steel) feita toda na mesma officina, sendo um trabalho importante e perfeitamente bem executado.

Essa officina dispõe de:

1 Guindaste para suspender caldeiras.
1 Possante tesoura com punccão.
2 Machinas para curvar chapas.
1 Dita para cortar trilhos a frio.
3 Desempenos.
6 Forjas fixas e portateis.
1 Prensa hydraulica para experimentar caldeiras a frio.

Adjacentes ás officinas de ajustagem e montagem existe um vasto deposito de locomotivas, com as respectivas vallas para limpeza das machinas, muito ar e muita luz.

Tem esse deposito, a área coberta de mil quinhentos e doze metros quadrados, comportando 22 locomotivas folgadamente.

Secção de carros e vagões. — Como já ficou acima mencionado, a segunda secção, quasi que completamente independente da primeira, está apparelhada para a construcção do material rodante da Companhia, para o qual já tem contribuido com 94 carros para trens de passageiros e 410 vagões para mercadorias.

Estão tambem a seu cargo, diversos serviços necessarios para as demais repartições da Companhia, bem como a construcção de mobilia para os escriptorios e estações.

Esta secção subdivide-se por sua vez em tres partes, sendo:

1ª. *Serraria e carpintaria.* — Incluindo a parte reservada ao concerto e montagem dos carros, occupa essa officina a área de mil setecentos e dezeseis metros quadrados e para julgar-se de seu valor mechanico, basta attender para as seguintes machinas-ferramentas de que dispõe:

1 Serra vertical para desdobrar toradas.
1 Serra vertical franceza pequena.
3 Serras circulares.
2 Serras de fita.
3 Machinas de aplainar madeira.
2 Machinas de espigar.
2 Carpinteiros universaes.
2 Tornos para madeira.
2 Machinas para furar madeira.
3 Machinas para furar metaes.
3 Machinas de esmeril para ferramentas e serras.
1 Machina para abrir dentes em serras.
1 Machina de tarracha.
1 Machina para tornear bronzes de carros e vagões (6 de cada vez).

2ª. *Officina de ferreiros.* — A officina de ferreiros desta secção, como a da primeira, está perfeitamente montada constando de:

1 Martinete a vapor.
8 Forjas completas para ferreiros.
1 Forno para temperar mollas.
1 Ventilador para as forjas.

3ª. *Officina de pintura.* — Tem espaço para abrigar nove carros de passageiros, dispondo de uma área de mil setecentos e dez metros quadrados; e acha-se situada aos fundos das officinas, completamente isolada das mesmas, de modo a evitar o pó, que tanto prejudica os trabalhos de verniz.

Possue essa officina, dous bons moinhos para tinta e todos os arranjos necessarios para os serviços a seu cargo.

Fundição. — Commum ás duas secções, como já ficou dito anteriormente, está no entanto a cargo da primeira. A fundição acha-se estabelecida em um edificio especial e destacado do edificio principal das officinas para o lado direito, tendo a área de quatrocentos e sessenta metros quadrados, exclusive um terreno adjacente em que são depositadas as caixas de fundição, ferramentas, etc. Segundo a maior dimensão do edificio, corre um guincho carretão (travelling crane) para mover os moldes das peças mais importantes e conduzir os grandes baldes de ferro em estado de fusão aos pontos necessarios.

Esta parte da officina cujo desenvolvimento se accentua cada dia, vai ser em breve ampliada de modo a mais facilmente vencer, as sempre crescentes exigencias do serviço.

Ao lado da fundição tem os modeladores a sua officina, com tudo de que carecem para o respectivo mister; e em continuação está o archivo de modelos, onde se acham estes cuidadosamente separados, arrumados e numerados de modo a serem encontrados com facilidade quando necessarios.

Actualmente a fundição dispõe de:

1 Forno para fundir ferro (capacidade 3 tons.)
1 Forno para fundir ferro (capacidade 5 tons)
2 Fornos para fundir bronze.
2 Fornos para fundir bronze (em montagem).
1 Ventilador para os fornos.
1 "Travelling Crane" para 3 toneladas
1 Moinho grande para areia.

Quatro motores a vapor situados em partes convenientes, dão movimento a todas as machinas das officinas.

A frente das officinas e em um edificio independente, com a área de cento e oitenta metros quadrados, estão installados os escriptorios da Locomoção e do Almoxarifado e marginando a linha da Companhia Paulista, estão construidos os extensos armazens do Almoxarifado, officina e escriptorio do Telegrapho.

GAZOMETRO. — Fica na rua Dr. Quirino canto da do Major Solon.

Possue duas caldeiras que movem os motores fixos e dous motores fixos para puxar o gaz para os purificadores, donde sahe para tres balões, sendo dous pequenos e um grande. Tem mais cinco fornos com seis retortas cada um, sete resfriadores, quatro lavadores e dous purificadores. Em uma casinha ficam o relogio, que marca o gaz fabricado, dous governadores de abrir o gaz para a illuminação publica, dous reguladores de pressão e um photometro para verificar a intensidade da luz. Na frente desta casinha lê-se sobre uma placa de marmore o seguinte:

COMPANHIA DE GAZ

Gerente, Joaquim Quirino dos Santos

Constructo anno Domini 1875

Tem a Companhia ainda officinas de ferreiro e outras e um deposito de madeiras.

CAIXA D'AGUA. — Está situada na Ponte Preta, em logar elevado. Contém um grande reservatorio de distribuição com a capacidade de 3 milhões e duzentos mil litros. A agua vem da Rocinha, na distancia de 18 kilometros dos rios Iguatemy e Bom Jardim, onde se executaram obras d'arte de grande importancia sob a direcção do Dr. Salles de Oliveira, actual presidente da Companhia Mogyana. O manancial é abundantissimo, podendo fornecer em 24 horas mais de 20 milhões de litros d'agua.

ESCRIPTORIO CENTRAL DA MOGYANA. — Está situado na rua Visconde do Rio Branco em um bello edificio, posto que algum tanto enterrado, estendendo-se da esquina da rua General Ozorio até á esquina da do Dr. Campos Salles.

Compõe-se de dous corpos: o pavilhão da esquina da rua General Ozorio, primitivamente feito, e o prolongamento em frente á rua Visconde do Rio Branco, ambos com dous pavimentos.

No pavimento superior estão installadas as repartições da directoria e o escriptorio technico da via permanente, no inferior funccionam a Inspectoria geral do trafego, as repartições do chefe do trafego, a contadoria e a pagadoria.

A fachada e o salão nobre da Directoria são de estylo composito.

Na sala da Directoria acham-se os retratos do Barão de Ataliba, um dos fundadores da Mogyana, e do Visconde do Parnahyba, seu primeiro presidente e incorporador.

As officinas, que são monumentaes, acham-se situadas em um chapadão junto á estação da Companhia Paulista.

ESTAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA. — A primeira estação do Brazil. Occupa um vasto e vistoso edificio á praça Floriano Peixoto.

Compõe-se do edificio principal encimado por uma torre com um relogio e tres mostradores.

Dispõe de uma comprida e larga plataforma para embarque e desembarque de passageiros, funccionando na parte superior a administração do trafego e o telegrapho. Tem um excellente restaurante.

Dispõe mais de quatro armazens, para a baldeação da Mogyana, para exportação, para importação e para inflamaveis.

Possue ainda uma vasta rotunda para guardar as machinas, além de uma casa para deposito de carros e machinas.

E' illuminada á luz electrica.

CEMITERIO. — A morada dos mortos fica no Fundão, a uns 5k,500 do centro da cidade. Entra-se para ella por uma rua margeada de bambús, que balouçando as hastes, agitadas pelo vento, produzem um farfalhar triste e melancolico.

Dentre tantas sepulturas e ricos mausoléos que possue destacaremos os seguintes:

A de Maria, filha do Dr. Salvador Penteado; a de Maria, filha de Alfredo Francisco de Andrade; a de João Antonio Bierrenbach; a de Francisco Gomes Pinto; a de Joaqim Bueno; a da familia Souza Aranha; a do Dr. Ricardo Cumbleton Daunt, sobre a qual lê-se: *A gratidão do povo ao apostolo da sciencia, ao cidadão exemplar, ao christão sem medo e sem mancha, erigiu este monumento de perpetua saudade;* as capellas da familia Ferreira Penteado, onde repousa Carlos Gomes; a do Barão de Atibaia; a de José Paulino Nogueira e a de Bento Quirino dos Santos.

Um tumulo despertou minha attenção pela originalidade do mausoléo que ostenta, e que consiste em um obelisco de granito e marmore. E' o tumulo de John James Ross e José Sims.

NOTICIA HISTORICA. — Foi em seu principio um *pouso* onde paravam os intrepidos paulistas, quando accommettiam os invios confins de Minas e Goyaz.

Com o transcorrer dos tempos alguns taubateanos estabeleceram-se em torno do bosque chamado Matto Grosso e formaram um nucleo, cuja origem remonta ao anno de 1739, sendo o terreno para logradouro dos moradores doado por Francisco Barreto Leme.

Augmentando a população sentiu-se necessidade de uma capella, pois a matriz mais proxima era a de Jundiahy. Nesse sentido requereram licença, que lhes foi concedida pelo bispo D. Fr. Manoel da Ressurreição para a factura de uma capella interina, emquanto se concluia melhor templo. Erecta a capella, foi nomeado parocho Fr. Antonio de Padua, religioso da ordem dos menores de S. Francisco, que benzeu a modesta ermida, passando a celebrar nella a primeira missa á 17 de Julho de 1773.

Installada a freguezia de N. S. da Conceição de Campinas, tratou o povo de agenciar os meios de erguer um templo melhor e, á custa de esmolas, foi concluida em 1781 a matriz, que substituiu a capellinha provisoria.

A 25 de Julho Fr. José do Monte Carmello e Siqueira, que então era o parocho, benzeu-a e a 26 fez trasladar a imagem da padroeira para ella, celebrando na mesma occasião a primeira missa.

Rapido foi o progresso da povoação; de todos os pontos, ainda os mais remotos de S Paulo, foram affluindo immigrantes que augmentaram-lhe a população.

Em 1797, sendo governador e capitão-general de S. Paulo Antonio Manoel de Mello e Castro Mendonça, foi Campinas, por Provisão de 4 e Ordem de 16 de Novembro, graduada com os fóros de villa, mas com a denominação de *S. Carlos*,

em honra de D. Carlota Joaquina, esposa D. João VI. tendo lugar a installação a 14 de Dezembro. (1)

Em 1842 foi elevada á cidade pela Lei Provincial n. 5 de 5 de Fevereiro, que restituiu-lhe a primitiva denominação de Campinas.

Sua parochia foi pela Lei Provincial n. 85 de 18 de Abril de 1870, devidida em duas: a do lado do norte teve a denominação de parochia de Santa Cruz e por séde a Matriz velha, e a do sul, parochia N. S. da Conceição e por séde a Matriz nova.

Foi creada comarca pela Lei Provincial n. 11 de 17 de Julho de 1852 Augusto de Saint Hilaire em sua *Voyage dans les provinces de Saint Paul et de Sainte Catherine*, diz.:

«Campinas deve sua origem á fabricação de assucar. Durante muito tempo acreditou-se que as terras pretas dos arredores de Itú eram, de toda essa parte da provincia as unicas proprias para a cultura da canna; entretanto, apezar desse preconceito, algumas pessoas experimentaram, em 1770, plantar essa graminea nos terrenos de um róxo pronunciado, que dependem do actual termo de Campinas; o successo coroou o seu trabalho, sendo desde logo seu exemplo seguido por outros lavradores.

«Construiu-se, sob a invocação de N. S. da Conceição uma egreja, cuja primeira missa foi celebrada em 1776; um arraial se formou e foi *Campinas*; logo a egreja da Conceição tornou-se parochial; emfim em 1797 o capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro Mendonça erigiu em villa e em cabeça de *termo*, com o nome de S. Carlos, a nova povoação, que até então pertencia ao termo de Jundiahy. Em uma extensão de cerca de sete leguas, o termo de Campinas comprehendia, em 1819, cerca de 6,000 individuos e em 1838 contava-se 6,689 habitantes, além de 3,917 escravos. . . E' de toda a provincia de São Paulo o termo que mais assucar produz. »

LIMITES. — O municipio confina com os de Santa Barbara, Limeira, Jundiahy, Itatiba, Mogy-mirim, Amparo e Pedreiras.

ASPECTO. — O territorio é pouco montanhoso, comquanto irregular; os accidentes do terreno são frequentes, mas pouco sensiveis.

Extensas plantações de café cobrem o sólo; não obstante ainda ha mattas virgens, se bem que afastadas do centro populoso.

Possue o municipio excellentes campos para pastagens.

MORROS E RIOS. — Não ha serras nem morros dignos de menção. Os que existem não têm denominação especial, achando-se cobertos de lindos cafezes.

Regam o territorio diversos rios entre os quaes o Atibaia, o Jaguary, o Capivary-mirim, o Cabras, o Anhumas, o Quilombo e o Pinheiros.

O Atibaia fórma com o Jaguary, o Piracicaba. Recebe o Salgado, Anhumas, Cabras, Fundo, Lageado, Folha Larga, Maracanã, Caçú, Indios, Capella, Julião, Laranja Azeda, Domingues, Toledo, Tres Encruzilhadas, Amaral, Cachoeiras e Pedras. E' de leito pedregoso; tem o curso eriçado de pedras e rochas que embaraçam a navegação. Caudaloso nas enchentes, é entretanto transposto a vau no tempo secco em diversos pontos.

Em seu curso no municipio de Campinas tem os saltos denominados Salto Grande e Saltinho nas divisas com a Limeira. Fórma-se de dous galhos principaes: o Cachoeira e o Atibainha, ambos descendo das immediações do morro Sellado, a léste do morro do Lopo, separados por um alto espigão intercurrente e se reunem 8 kils. da cidade de Atibaia e em frente da ponta norte da serra Itapetinga.

O Jaguary nasce em Minas Geraes ao sul da serra do Campo, corre na direcção do norte-sul, no Estado de S. Paulo, reune-se ao Camandocaia para depois com o Atibaia formar o rio Piracicaba affluente do Tietê. E' atravessado pela estrada de ferro Mogyana. Recebe, entre muitos outros, o Moraes, o Jacarehy, o Anhumas e o Canivete.

CLIMA. — O clima é geral ameno, mas o da cidade é irregular e menos salubre pela sua collocação. Fóra da cidade, porém, o ar é puro e agradavel.

Ultimamente tem sido flagellada pela febre amarella.

LAVOURA. — O principal producto da lavoura é o café, cuja exportação annual é calculada em mais de um milhão e meio de arrobas: a canna de assucar e cereaes são cultivados em menor escala.

Os principaes fazendeiros do municipio que colhem mais de 10 mil arrobas são: D. Anna de Arruda Camargo Andrade, Arthur Furtado de Albuquerque Cavalcanti, Antonio Americo de Camargo Andrade, Arthur Leite de Barros, D. Anna Joaquina do Prado Aranha, Baroneza da Limeira, Baroneza de Anhumas, Bicudo & Branco, Bueno e Barboza, Dr. Carlos Norberto de Souza Aranha, Carlos Ferreira & Irmãos, Candido Alvaro & Irmãos, Companhia Rural do Brazil, Domingos Leite Penteado, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, Eloy Pompeu de Camargo, Francisco da Rocha Leite Penteado, D. Isulina Barboza Aranha, José Francisco Aranha, José Egydio de Queiroz Aranha, Joaquim Aranha & Irmãos, Joaquim Egydio de Souza Aranha, Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, Luiz de Campos Salles, D. Maria Augusta de Mendonça Doque, Mancel de Moraes, Queiroz & Aranha, Souza Camargo & Penteado, Viuva Coutinho & Filhos, Viuva Pompeu & Filhos e Viscondessa de Indaiatuba.

INDUSTRIA — Não é a cidade de Campinas uma cidade industrial, entretanto contam-se algumas fabricas importantes taes como a de machinas para a lavoura de Lidgerwood e da Companhia Mac Hardy, a da fundição da Viuva Faber e as sorrarias de Barreto Leme e da Viuva Krug.

Possue mais 25 olarias, 20 fabricas de cerveja, uma de fogos, uma de gelo, um cortume, uma fabrica de sabão, cinco de massas, uma de chapéus e 2 officinas de carros.

---

1) *Portaria*. — Attendendo a justa representação que me fizeram os moradores da freguezia das Campinas, termo da Villa de Jundiahy, para que a mesma freguezia fosse creada, e erecta Villa, allegando por fundamento haver nella 2.107 pessoas, como fizeram certo pela attestação do seu respectivo parocho, entre os quaes se contavam mais de 60 homens bons, capazes de occupar os empregos publicos da Camara, e como taes se viam obrigados a ir servir a referida Villa de Jundhiahy de oito, dez, doze e quatorze leguas de distancia, o que lhes causava maior vexame e prejuizo, por deixarem no desampara as suas casas, familias, lavouras de assucar, em que a maior parte delles se occupam, tendo em consideração a verdade do exposto, e a que a erecção da mesma freguezia em Villa é em tudo conforme as regias instrucções de 26 de Janeiro de 1705, e outras ordens posteriormente dirigidas aos governadores e capitães-generaes desta Capitania: Hey por bem ordenar no Real nome de Sua Magestade, e por serviço da mesma Senhora ao Doutor Ouvidor geral desta cidade e Comarca, Caetano Luiz de Barros Monteiro, que passando em continente a mencionada freguezia das Campinas para erigir a sua povoação em Villa, cuja se denominará — Villa de S. Carlos — levantando ahi Pelourinho e assignando-lhe termo de que mandará lavrar auto, o que será remettido as Camaras Confinantes para nellas ficar registrado. E demarcará tambem logo lugar e terreno para os Paços do Conselho e Cadeia, procedendo a eleição dos juizes vereadores e mais officiaes da Camara que hão de servir por confirmaçam minha, o primeiro anno que terá principio em Janeiro de 1798. — S. Paulo, á 16 de Novembro de 1797. — *Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça*.

Auto de Erecçam. Anno do Nascimento de N. S. J. C. de 1797, aos 14 dias do mez de Dezembro do dito anno nesta povoaçam das Campinas, Comarca da cidade de S. Paulo aonde foi vindo o Doutor Ouvidor geral e Corregedor da mesma Comarca, Caetano Luiz de Barros Monteiro, commigo Escrivão de seu cargo adiante nomeado para effeito de erigir em Villa esta povoaçam, em consequencia da Portaria do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Governador e Capitão-General desta Capitania Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, datada em 16 de Novembro do corrente anno retro transcripta e sendo ahi com assistencia do Juiz Presidente e mais officiaes da Camara de N. S. do Desterro de Jundiahy, Nobreza e Povo desta mesma povoaçam, mandou o dito Ministro apregoar em altas vozes pelo Porteiro, Salvador Vieira da Maya que se erigia esta povoaçam em Villa com a denominaçam de — Villa de S. Carlos — o que sendo satisfeito pelo dito Porteiro, houve elle dito Ministro por erecta em Villa com a denominaçam de — Villa de S. Carlos — pelos fundamentos expendidos na referida Portaria, de que para constar mandou levantar este auto de Erecçam que, assignou com o Juiz Presidente e officiaes da Camara da Villa de Jundiahy, Nobreza e mais Povo que, presente se achavam e eu Vicente Ferreira e Almeida, Escrivam da Ouvidoria geral e Correção, o escrevi. (Seguem-se as assignaturas).

Termo de levantamento do Pelourinho e demarcação para os Paços do Conselho e Cadeia. — E logo no mesmo dia, mez e anno, no auto de Erecçam retro declarado nesta Villa de S. Carlos, aonde se achava o Doutor Ouvidor geral e Corregedor da Comarca, Caetano Luiz de Barros Monteiro commigo Escrivão de seu cargo ao diante nomeado e sendo ahi presentes os moradores desta e os officiaes da Camara da Villa de Jundiahy: foi escolhido um terreno livre e desembaraçado de todas as partes que se acha em distancia bastante da Igreja Matriz e fronteiro á mesma por parecer o melhor para nelle se levantar Pelourinho e depois de apregoado pelo Porteiro em alta voz, que se levantava o Pelourinho para signal de jurisdicçam, mandou o dito Ministro levantar, o qual é de um páu de Cabreuva oitavado. E ahi defronte do dito Pelourinho se escolheu lugar para os Paços do Conselho e Cadeia, fincando-se tres estacas em signal de onde ha de principiar a obra e seguir para a parte da Igreja, ficando de ambos os lados desembaraçado de cada lado 40 palmos para passagem e sahida do Patteo da Matriz e Praça do Pelourinho, e para constar mandou o dito Ministro, lavrar este Termo de levantamento do Pelourinho e demarcaçam do terreno para os Paços do Conselho e Cadeia o qual assignou com o Juiz Presidente e officiaes da Camara da Villa de Junduiahy e mais pessoas que presentes se achavam e eu Vicente Ferreira e Almeida, Escrivam da Ouvidoria geral e Correição o escrevi.

COMMERCIO. — O commercio da cidade é importante e florescente.

Ha em todo municipio: 468 armazens de molhados, 80 botequins, 73 lojas de fazendas, 45 açougues, 27 restaurants, 20 lojas de calçado, 16 barbearias, 13 latoeiros, 12 alfaiatarias, 16 padarias, 11 pharmacias, 10 sapatarias, 8 casas de loterias, 7 gabinetes dentarios, 3 charutarias, 9 joalheiros, 2 confeitarias, 4 depositos de madeira, 1 casa de concertar instrumentos, 3 casas de cambio, 6 selleiros, 2 casas de pianos 3 photographias, 11 lojas de ferragens, 2 vidraceiros, 2 armadores, 1 florista, 1 deposito de carvão, 5 agencias de bancos, 6 typographias, 9 armarinhos, 2 depositos de lenha, 2 marcenarias, 9 casas de moveis, 10 ferrarias, 4 armeiros, 1 serralheiro, 4 serrarias, 5 hoteis, 5 bilhares, 4 refinações de assucar, 2 colchoeiros, 2 marmoristas, 3 relojoeiros, 7 lojas de chapéus, 4 de roupa feita, 1 retratista á oleo, 2 cocheiros de aluguel, 2 tanoarias, 3 casas de pasto, 1 caldeireiro, 2 livrarias, 2 lojas de louça e 9 cafés.

SOCIEDADES RECREATIVAS. — Além de um Hyppodromo, tem mais a cidade o Club Campineiro, o Club Semanal, o mais antigo, e o Gremio Commercial.

POPULAÇÃO. — A população da cidade é de 25 a 30.000 habitantes e a do municipio de 90.000.

ESTRADAS DE FERRO. — A Mogyana, que tem na cidade seu ponto inicial, a Paulista, o Ramal Ferreo Campineiro e a Carril Funilense.

Ao municipio pertencem as estações de Vallinhos, Boa Vista, Rebouças, Santa Barbara, Guanabara, Anhumas, Tanquinho, Carlos Gomes, Souza, Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Cabras e Pedras.

IMPRENSA. — Imprimem-se na cidade os jornaes: *Diario de Campinas*, que conta 24 annos de existencia, *Correio de Campinas*, que conta 14, e *Cidade de Campinas*.

Publicou-se tambem a *Gazeta de Campinas*, fundada pelo Dr. Quirino dos Santos.

CAMPINEIROS ILLUSTRES. — Em Campinas nasceram Carlos Gomes, o Dr. Campos Salles, o general Francisco Glycerio, o Dr. Francisco Quirino dos Santos, e o Bispo D. João Nery.

BAIRROS. — Os bairros da cidade são: Guanabara, Taquaral, Botafogo, Santa Cruz, Bomfim, Ponte Preta e Fundão; e os do municipio: Souzas, Vallinhos, Rebouças, Capivary, Vira Copos, Atibaia, Terra Preta, Friburgo, Arrozaes, Canelleiras, Ponte Alta, Descampados e Campo Redondo.

No municipio fica ainda o nucleo Campos Salles.

CAMPINAS DE S. SEBASTIÃO. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. da Diamantina, a 66 kils. desta cidade, situada em uma planice, á margem esq. do ribeirão Pindahybas, de que já teve o nome. E' filial á freg. do Rio Preto. Tem uma capella e duas escs. estadoaes. As terras do dist. prestam-se para todas as lavouras, produzindo tudo admiravelmente; são optimas para criação. O principal ramo da lavoura é a cultura de cereaes. Possue muitas riquezas mineraes e abundancia d'agua. Vide *Pindahybas*.

CAMPINHO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

CAMPO. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Gurupy. Não é propriamente um affl., mas um braço lateral cheio de agua salgada pelo fluxo e refluxo da maré (Dr. G Dodt.)

CAMPO ALEGRE. Log. do Estado da Bahia, no mun. do Mundo Novo.

CAMPO ALEGRE. Dist. creado no mun. de Brotas e Estado de S. Paulo pelo Dec. de 20 de Março de 1899, com uma estação de estrada de ferro.

CAMPO ALEGRE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CAMPO ALEGRE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quitéria.

CAMPO ALEGRE. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Nioac; á margem do rio Negro.

CAMPO CELESTE. Pov. do mun. do Bom Fim, no Estado de Minas Geraes.

CAMPO DA GLORIA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da Cruz Alta.

CAMPO DA GRAMMA. Log.do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

CAMPO DAS PEDRAS. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

CAMPO DO ERARIO. No Estado de Pernambuco, dist. de Santo Antonio e mun. da capital. Ahi, em 21 de março de 1817, depois de solemne *Te-Deum*, na Matriz de Santo Antonio, em acção de graças pelo feliz exito da revolução e benção das novas bandeiras, fez-se um pavilhão provisorio, tendo no centro um altar. Orou por essa occasião o Deão da cathedral Bernardo Luiz Ferreira Portugal. «Nesse logar ainda, em 5 de julho do mesmo anno, é enforcado Antonio Henriques Rabello que — na presença da commissão militar que votara sua immolação — não mudou de côr, não defendeu-se, glorificou-se de seus feitos, confessou claramente seus principios e desafiou a morte. Sua intrepidez espantou os juizes, sua constancia e serenidade no cadafalso enterneceu o proprio algoz, preto encanecido no ludibrioso officio; a calma não o abandonou, e, antes de estreitar a corda ao pescoço, perdoando a seus inimigos, abraçando amorosamente o carrasco e voltando-se para a multidão, bradou pela ultima vez — *Viva a Patria* ! — Sua cabeça mutilada foi exposta na ponte do Recife, onde foi consumada pelo tempo. — Em 10 do referido mez outras tres victimas foram conduzidas ao mesmo supplicio: o vigario de Itamaracá Pedro de Souza Tenorio, José de Barros Lima, mais conhecido por *Leão Coroado* e Domingos Theotonio Jorge. Este, sahindo da cadeia, vestido de alva, acompanhado do sacerdote exhortante da Irmandade da Misericordia (como soia fazer-se então em semelhante ceremonia), chegando ao campo, subiu impavido ao patibulo, pronunciando estas dolorosas palavras: « *Meus patricios* ! *A morte não me altera, aterra-me o juizo da posteridade. Eu deixo um filho em tenra edade, elle é vosso; não o abandoneis, ensinae-lhe o caminho da virtude e da honra* » Ia continuar a fallar, quando o carrasco o suffocou. Depois de mortos, suas cabeças e mãos, decepadas, foram distribuidas por varios logares, suspensos em altos postes e patentes ao publico até o estado de putrefacção. — Em 21, são executados o tenente coronel Francisco José da Silveira, o coronel Amaro Gomes Coutinho e o joven tenente José Peregrino Xavier de Carvalho. Todos elles se portaram como verdadeiros patriotas, em seus ultimos momentos; tiveram a cabeça e as mãos cortadas, sendo remettidas para a Parahyba, afim de serem alli erguidas em postes e consumidas pelo tempo, e os troncos arrastados á cauda de cavallo para o cemiterio da Matriz de Santo Antonio. O primeiro era natural de Minas, o segundo e terceiro da Parahyba. O ultimo dos padecentes contava apenas 20 annos. E finalmente, sentenças semelhantes as primeiras, lavradas pela commissão militar composta de Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho, presidente, João Ozorio Castro de Souza Falcão, escrivão, José Gonçalves Marques, relator, e José Caetano de Paiva Ferreira, assessor, fizeram ainda cessar de viver o padre Antonio Pereira de Albuquerque e Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, membros do governo republicano da Parahyba. A morte do padre Antonio Pereira teve circumstancias que deixaram consternados todos os espectadores; sua falla á multidão foi cheia de energia, sua despedida maviosa, enternecidos o perdão que pediu para seu irmão, accusando elle a si proprio de ter sido quem o desencaminhara e, principalmente, quando disse: *Muitas cousas mais tinha para dizer; estra corda, porém, me vai suffocando*. . .

O algoz começava a garrotear-o. . . A sentença foi executada em todas as suas partes, o cadaver foi despedaçado, mãos e cabeça foram para os logares marcados, o tronco foi arrastado á cauda de um cavallo para o cemiterio da Egreja Matriz de Santo Antonio (*Martyres Pernambucanos* do Padre J. D. Martins e *Hist. da Revolução de Pernambuco* em 1817 pelo Monsenhor F. M. Tavares). Seu primitivo nome foi *Campo do Palacio Velho*, por causa do primeiro palacio alli edificado por Mauricio de Nassau; depois deno-

minou-se *Campo do Erario*; porque arruinado, no tempo do governador Manoel da Cunha Menezes (1774 a 1778), por este foi mandado construir, junto ao referido palacio, o antigo erario; depois *Campo da Honra*, pelos patriotas de 1817, por terem para alli marchado Domingos Theotonio Jorge e Pedro da Silva Pedroso, com a força de linha de que dispunham, afim de desalojar o marechal José Roberto que, nesse logar, estava com os milicianos, guardando o erario, sendo o intento d'elles conseguido sem derramamento de sangue. Nessa epocha ainda chamou-se *Campo do Patriotismo* e posteriormente *Largo do Palacio*, *Campo das Princezas e Praça da Republica*. Alem do palacio do Governo do Estado, reconstruido em 1841, ficam nessa praça o theatro Santa Izabel, um dos melhores do Brasil, que, inaugurado em 18 de maio de 1850, incendiou-se em 19 de setembro de 1869, e, reconstruido, foi reaberto em 16 de dezembro de 1876; a Bibliotheca Publica, creada pela Lei Prov. n. 293 de 5 de maio de 1852; a Municipalidade; o Senado; e a Escola de Engenharia, inaugurada em 6 de março de 1896. O centro do largo é occupado por um jardim entregue ao publico em 19 de outubro de 1872. A E. de F. do Recife á Varzea e Dous Irmãos, tem ahi sua primeira estação, a 200 m. distante da rua do Sol.

CAMPO DO GORDURA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Itabira, sobre o rio Tanque.

CAMPO DO JANUARIO. Log. do Estado do E. Santo, no dist. de Queimado.

CAMPO DO SACCO. Log. do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

CAMPO DOS FERNANDES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

CAMPO DOS FERNANDES. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CAMPO GRANDE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de N. S. das Dores (*Almanack Sergipano*. 1901).

CAMPO GRANDE. Estação da E. de F. de Olinda a Beberibe, no Estado de Pernambuco, no kil. 4,691m, entre as estações denominadas Feitosa e Salgadinho. Perto fica-lhe o Hyppodromo, cuja entrada é fronteira á estação Feitosa.

CAMPO GRANDE. Estação da E. de F. do Limoeiro, entre a da cidade deste nome e a da Lagôa do Carro; no Estado de Pernambuco. Fica no kil. 73.580m da inicial do Brum e a 150m de altitude. Foi aberta ao trafego em 20 de fevereiro de 1882.

CAMPO GRANDE. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

CAMPO GRANDE (Carmo do). Dist. de Minas. Accrescente-se no fim: Tornou-se séde do mun. da Villa de Campos Geraes pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901, que o desmembrou do mun. de Tres Pontas.

CAMPO LARGO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa do seu nome e Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 670 kils distante do Joaseiro e entre as estações de Poço Redondo e Porteiras.

CAMPO LARGO. Rio do Estado de S. Paulo, banha a villa do seu nome e desagua no rio Atibaia. Recebe o Maracanan.

CAMPO LIMPO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e dasagua na margem dir. do ribeirão Cerrado.

CAMPO REDONDO. Bairro no mun. do Parahybuna do Estado de S. Paulo, com uma esc. preliminar, creada pela Lei n. 800 de 7 de outubro de 1901.

CAMPO REDONDO. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Araucaria.

CAMPO REDONDO. Corrego do Estado de S. Paulo. Vai para o ribeirão Cabuçú, mais tarde Guapira, affl. do Tieté.

CAMPO RIBEIRO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Santa Leopoldina.

CAMPOS. Log. do mun. de Quipapá do Estado de Pernambuco.

CAMPOS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves. E' um braço do igarapé S. José, que o é do rio Goiabal.

CAMPOS. Rio do Estado do Maranhão, banha a pov. do Jardim de Maracassumé e mun do Tury-assú e desagua no rio S. José.

CAMPOS. Serrota do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó

CAMPOS DA ARARA. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

CAMPOS DA CAPELLINHA. Log. no 2º dist. do mun. da Cachoeira; no Estado do R. G. do Sul.

CAMPOS DA SAPUCAIA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. de Gravatá.

CAMPOS DE NOSSA SENHORA. Arraial no termo de Santa Luzia e Estado de Sergipe.

CAMPOS DE S. JOÃO. Log. no Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

CAMPOS DOS MACACOS. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. de Gravatá.

CAMPOS GERAES. Mun. creado no Estado de Minas Geraes pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901, que o constituiu com os dists. do Carmo do Campo Grande e Corrego do Ouro, desmembrados do mun. de Tres Pontas, e do dist do Espirito Santo dos Coqueiros, desmembrado do mun. de Dores da Bôa Esperança, sendo a séde no Carmo.

CAMPOS SALLES. Passou assim a denominar-se a villa da Batalha, no Estado do Piauhy, pela Lei n. 197 de 23 de junho de 1899.

CAMPOS SALLES. Villa e mun. do Estado do Ceará, creada pela Lei n. 530 de 29 de julho de 1899 na pov. de Nova Roma. O seu territorio foi constituido com o da villa do Araripe, supprimida pela Lei n. 523 de 19 de julho daquelle anno.

CAMPOS SALLES. Colonia do Estado do Amazonas; com duas escs. creadas pelo Dec. n. 535 de 6 de dezembro de 1901.

CAMPOS SALLES. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, no ramal de Dous Corregos a Agudos. Foi inaugurada a 1º de julho de 1899. Fica entre as estações de Falcão Filho e Iguatemy.

CAMPO VERDE. Dist. do mun. de Barreiros; no Estado de Pernambuco.

CAMPO VERDE. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do ribeirão das Arêas, no mun. do Rio Bonito.

CAMUTÁ. Corr. *caá-mutá*, escada de páo ou de matto (Dr. T. Sampaio).

CAMUTANGA. Vocabulo tupi que significa, segundo Martius, papagaio de varias cores (*Psittacus Versicolor*).

CAMUTANGA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Agua Torta, no mun. de Itambé.

CAMUTENGUE. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una; no mun. de Barreiros (Inf. loc.).

CANABATY. Rio do Estado do Pará, rega o territorio do Aricary e desagua na margem esq. do rio Calsoene. (*Carta* do territorio do Aricary de José Lobo Pessanha. Pará — Agosto — 1901).

CANAL TORTO. Estação da E. de F. de S. Miguel á Arêa, no termo de Jequiriçá e Estado da Bahia.

CANARATIUA. Log. do Estado do Maranhão, no dist. de S. João de Côrtes e mun. de Alcantara.

CANASTRÃO. Rio do Estado do Paraná, affl. do Itapirapuan.

CANCELLA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Santo Amaro (*Almanak Sergipano*. 1901).

CANCELLINHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Santa Quiteria e desagua no ribeirão Santo Antonio.

CANDÊAS. Pequeno pov. do Estado de Pernambuco, a beira-mar, no mun. de Muribeca, ao S. da cidade do Recife e a quatro milhas do pov. Boa Viagem e a menos de milha do denominado Venda Grande. Possue uma capella de N. S. das Candêas, que, do alto-mar, pela sua collocação, fica bem visivel. Vide *Candêas* (pontal).

CANDÉAS. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Itabaiana.

CANDIDO DE ABREU. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de Paranaguá. E' habitado por brazileiros e polacos.

CANDINHO. Largo entre a ilha de Santo Amaro, o rio da Bertioga e o continente de Santos. Nelle fica a ilha Guaniqué e desagua o rio Cahuçú. (Folha de S. Paulo da Commissão Geogr. e Geol.).

CANDIRÚ. Subs., peixe d'agua doce, pequenino e que tem o habito de itroduzir-se nas cavidades e aberturas do corpo humano com violencia e rapidez, abrindo depois as barbatanas, o que torna dolorosa e difficil a extracção; é commum na bacia do Amazonas (*Celopsis Candirú*) Dr. Theodoro Sanpaio.

CANDONGAS. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. da margem esq. do rio Pomba; no mun. deste nome.

CANECO. Riacho do Estado de Pernambuco, rega o mun. do Cabo e desagua no rio Gurjahú, affl. do Pirapama.

CANELLEIRA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 1º dist. do mun. de Villa Rica.

CANENGA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Ipojuca, no mun. deste nome.

CANGA. Pov. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Poconé, com escola.

CANGA-BOI. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Macahé.

CANGAGUÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté, no mun. de Mogy das Cruzes. Esta palavra é corruptela de *Cang-aguáa*, enseadas seccas. De *cang*, secca, enxuta; e *aguáa*, enseada, varzea. Allusivo a serem enxutas as varzeas marginaes. Este ribeirão tem a particularidade de nascer em uma lagôa, no alto da serra *Itapeti*, a qual só tem agua no tempo das chuvas, e por isso é tambem denominada *Cang-aguáa*, lagôa secca.

CANGAHÚ. Nome de um engenho situado no mun. de Nazareth do Estado de Pernambuco, proximo da linha ferrea do Limoeiro, ramal de Timbauba. *Cangahú* significa, segundo Montoya — quebrar osso queimado — de *canga*, quebra osso e *hu*, queimado, ennegrecido pelo fôgo. Vide *Canga*.

CANGALHA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de S. José do Egypto. E' pequeno e decadente.

CANGALHA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

CANGALHEIRO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom-Fim.

CANGALHEIRO. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena.

CANGICA (corrupção de *cangi-ica*, fraco, debil, de pouca força.). Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jundiahy; no mun. de Atibaia, proximo ao arraial da Terra Preta.

CANGUERA. Caveira, craneo; corrupção de *acangoera*.

CANGULO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indayassú.

CANGUSSÚ. Corr. *acang-uçú*, cabeça grande; adj. cabeçudo, a; nome applicado á uma onça (Dr. T. Sampaio).

CANHA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Assunguy.

CANHA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibaia, quando tem o nome de Atibainha; no mun. de Nazareth. E' mais conhecido pelo nome de Cachoeirinha.

CANHA (corruptela de *Canhĩ*, o sumido.). Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Parahyba; entre os muns. de Taubaté e Caçapava. (Dr. J. Mendes, *Dicc.* cit.).

CANHANGA. Corr. *caá-nhanga*, planta viva, animada, odorifera (*Myristica macrophylla*), Amazonas. (Dr. T. Sampaio.).

CANHÃO-ARY. Riacho do Estado do R. G. do Norte, affl. do rio Jundiahy.

CANHEM. Rio do Estado da Bahia, no mun. do Campo Formoso. Vai para o rio das Pedras, trib. do Itapecurú-assú.

CANHOBA. Dist. do termo de Propriá do Estado de Sergipe.

CANHOTO. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce na lagôa do Angá, na fralda meridional da serra do Jacarará, correndo de N. a S. e limitando os muns. do Brejo e Cimbres, vai derramar no rio Capibaribe, do qual é um dos primeiros affls., tendo sido muitas vezes confundido com o proprio rio Capibaribe, nas suas vertentes. (Sebastião de Vasconcellos Galvão *Dicc.* cit.).

CANHOTO. Rio de Pernambuco e Alagôas. Accrescente-se no fim: — e em Pernambuco o Joaquim Pedro, Inhumas, Januario, Agulhão, Agua Vermelha, Moças e Timbó.

CANINANA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Capivary-mirim, trib. do Capivary e este do rio Tieté.

CANINDÉ. Corrupção de *cani-ndé*, anegrado, retincto, tisnado, escuro; nome de uma especie de arara (*Psittacus Arauna*. L.) alt. *calindé. canendé, caniné*, (Dr. Theodoro Sampaio).

CANITAR. Vide *Acangatara*.

CANIVETE. Serra do Estado de Pernambuco; nas divisas meridionaes do mun. de Canhotinho, separando esse Estado do das Alagôas.

CANJANGAS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

CANNABRAVA. Com esse nome dá noticia o *Almanak Sergipano* (1901) de dous arraiaes nos termos de Maroim e Riachuelo.

CANNABRAVA. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da serra das Almas.

CANNABRAVA. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra da Baixa Verde, mun. do Triumpho, e desagua no riacho do Bom Successo, affl. do rio Pajehú.

CANNAFISTULA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Bom Jardim, com uma capella de N. S. do Amparo.

CANOARÚ. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Codajaz.

CANNASVIEIRAS. Dist. de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: O Sr. Virgilio Varzea, no seu trabalho *Santa Catharina*, 1900, diz: «Afreg. de Canavieiras, celebre na historia catharinense e desde os primeiros tempos, por seu fundo e magnifico ancoradouro, onde tocaram todos ou quasi todos os navegantes que iam para o Prata e para o Mar-do-Sul, na época das famosas descobertas maritimas nesta parte occidental do Atlantico como no Oceano Indico e na vastidão do Pacifico; celebre pela victoria do velho Monteiro sobre o corsario Lewis; celebre ainda pelo desembarque dos 10.000 homens de Zeballos na tomada da ilha em 1777; a freg. de Canavieiras é uma das mais bellas e pittorescas de Santa Catharina. Estendendo-se da Ponta Grossa á Ponta das Canas e formando duas immensas praias, com uma pequena de permeio, entre a ponta do Vianna e a de S. Francisco (mais conhecida no local pela ponta das Pedras), onde se ergue a egrejinha parochial — este sitio é sobre modo encantador, em virtude de seu golpe de vista, que abrange muitas milhas de costa no continente em frente e todo o maravilhoso panorama marinho da entrada do norte, povoada de ilhotes e ilhas, entre os quaes se destacam, em suave colorido, o Arvoredo e a Deserta, a Galé e os Macucos, a ilhota dos Francezes e Anhato-mirim. Na séde da freg., que occupa o largo perimetro do cabeço onde se eleva a egreja, a 100m0 de altura, ha uma praça de forma rectangular como poucos sitios possuem, não só pelas construcções como pela bella paizagem, pois se domina d'ahi as duas vastas praias mencionadas e os amplos campos de Canavieiras, que se desenrolam em planuras successivas, extremando ao norte com a Cachoeira, o Bom Jesus e as Areias, e ao sul com os altos da Ponta-grossa e os morros dos Ratones, nas voltas espelhadas do rio. Os predios ahi são todos de pedra e cal e envidraçados, destacando-se em meio delles, além da casa do *Imperio* destinada ás festas do Espirito-Santo, a vivenda do Pinheiro (conhecido e abastado chefe conservador de outros tempos na localidade) e a de Manoel Moreira da Silva, uma das glorias da nossa marinha de guerra, notavel na navegação e nos combates pela sua coragem e sangue frio, que lhe valeram na celebre batalha naval da Laguna (1), durante a occupação desta cidade pelas forças dos *Farrapos*, o encargo importante, mas arriscado, de ser o primeiro a investir á entrada, estreitissima e perfeitamente artilhada pelo inimigo; e no Rio Grande do Sul como commandante da barra, o appellido bem significativo de *Manoel Diabo*, pelas proezas alli feitas contra o mar, de salvar embarcações e vidas nas maiores borrascas (2). Do alto da egreja partem duas estradas principaes, percorrendo a freg. de extremo a extremo: uma é a da rua Velha, que se estende para o norte junto á falda dos Morretes, descrevendo uma curva de cerca de legua e meia, e indo bifurcar-se na das duas Varzeas, Bom Jesus e Cachoeira; a outra é a da praia de S. Francisco, que segue pela ladeira do Pinheiro para o Vianna e a Ponta-grossa. Ao longo da primeira acha-se a maior parte das habitações do sitio, sendo a outra parte pelo alto da praia de S. Francisco, Caminho do Joaquim Pedreiro, Caminho do Campo, Caminho Novo e Venda do Areias. O ultimo dos logares tomou o nome de um velho portuguez que ahi residio muitos annos, com uma dessas casas de negocio da roça, onde se vende toda especie de artigos e generos. Proximo ao Porto do Rio — um dos braços maiores em que se divide o Ratones logo acima da foz, e que atravessa os campos da rua Velha depois de banhar, ainda em corrego, os montes da Cachoeira, onde tem as nascentes — esse armazem commercial attrahia os roceiros que vinham da freg. e arraiaes visinhos vender ahi mesmo, ou fazer embarcar para a cidade, as suas mercadorias. Havia então certo numero de canôas de voga de 4 e 6 remos, da lotação de 100 a 200 alqueires — pertencentes na maior parte ao velho Areias — singrando constantemente abarrotadas de carga, entre a Capital e Canavieiras. Mas, ha 15 annos para cá, depois que o antigo negociante transferiu a residencia para Santo Antonio, onde falleceu tempos depois, esse ponto entrou a decahir, ao extremo do pequeno movimento fluvial que tinha desapparecer quasi todo, limitando-se ao de uma ou outra canôa de vendeiro d'ahi que vai fazer sortimento á cidade, uma vez por mez. No Porto do Rio existe uma larga ponte de madeira por onde passa a estrada geral. Até essa altura o rio é accessivel, com maré de enchente, a botes e canôas de voga que podem carregar francamente. D'ahi para cima até ao Rancho do Justino, só navegam embarcações de pequeno porte, porque ha pouco fundo e amplitude. A' communicação com a Capital, por via maritima, é mais commum por este porto que pela emseada — o primeiro torna a viagem mais curta e segura, visto o rio desaguar em Sambaqui, poupando um quarto de distancia e já ao abrigo da barra; ao passo que a ultima a difficulta, pela espera de monção e a longa volta da Ponta-grossa e Pontal, além da arriscada travessia em mar grosso. As terras de Canavieiras são uberrimas, e nellas se cultivam a mandioca, a canna, o feijão, o milho, o algodão, a videira e o café, que, insignificante ha vinte annos, constitue hoje a sua principal producção. Pena é que a vinha, que ahi dá admiravelmente, não seja plantada em grande escala para a fabricação do vinho. E não nos referimos á uva americana, de geral e facil cultivo, mas á excellente uva branca, moscatel e outras, de que vimos magnificos specimens. A pesca ahi é muito farta tambem e de todas as fregs. da ilha esta é, por sem duvida, a que possue maior numero de rêdes. Os habs. são tão bons lavradores como marinheiros: tem um physico robusto, um caracter decidido e valente. Arrostar o mar em todo o tempo, superpondo-se ao perigo, é cousa que lhes anda no sangue e nos nervos. Cantam sobre as ondas revoltas, como em meio ás culturas tranquillas onde não ha nada a temer! »

CANÔAS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Parahyba, entre os muns. de Bocaina, Silveira e Arêas.

CANÔAS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Mogy-guassú; no mun. deste nome.

CANÔAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Grande; no mun. de Santa Rita do Paraiso. Recebe o corrego da Onça.

CANÔAS (Santa Barbara das). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Muzambinho, passando a ser a séde da villa do Guaranesia pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

CANTAGALLO. Log. no mun. de Itapecurú-mirim do Estado do Maranhão.

CANTAGALLO. Log. do Estado da Bahia, á margem do corrego do seu nome, no mun. de Cannavieiras.

(1) V. Almeida Coelho, *Memoria Historica*, cap. VIII, § 2º pags. 152 e 155; e M. Pinto Bravo, *Curso de Historia Naval*. lic. XX, pags. 333 e 335.

(2). Existe ainda hoje no Rio Grande um rebocador empregado na praticagem da barra que conserva a legendaria alcunha do bravo marinheiro.

CANTAGALLO. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira, a 20 kils. E' dividido em 27 lotes occupados por polacos e brazileiros.

CANTAGALLO. Morro na ilha do Governador situada na bahia do Rio de Janeiro, na fazenda dos frades de S. Bento.

CANTAGALLO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no ribeirão do Inferno, trib. do rio Jequitinhonha.

CANTAGALLO. Deixando a villa do Bomjardim dirigi-me para a cidade de Cantagallo, onde cheguei depois de passar pelas estações de Monnerat e de Cordeiros.

Logo que desembarquei senti uma impressão desagradavel, que não se modificou ao penetrar no interior da cidade.

Está Cantagallo situada em uma garganta comprimida entre os morros denominados Pasto do Rei, Batalha, Boa Vista, Fundão e Lavrinhas, a 400 e poucos metros de altitude. E' banhada pelos corregos e ribeirões do Pasto do Rei, de S. Pedro e das Lavrinhas.

Dista 58 kilometros de Friburgo, 58 de Itaocara, 167 de Sant'Anna do Maruhy e 7 de Cordeiro.

E' uma cidade, cuja situação foi pessimamente escohida. Não tem horizontes. Para qualquer lado que a vista se volte depára com um morro.

Não me pareceu tão decadente como me haviam dito. Notei nella mais vida, mais animação que em muitas outras cidades do Rio de Janeiro.

Seus predios, em numero de 315, são na sua generalidade antigos e muitos carecendo de pintura exteriormente. São ligados uns aos outros, não mediando entre elles um jardim, o que daria á cidade um aspecto muito differente do que apresenta. Para todos ha agua encanada.

Na estação denominada Gavião, distante um e meio kilometro da cidade e que conta para mais de 20 predios, nota-se o sumptuoso palacete do Conde de Nova Friburgo, cuja construcção foi iniciada por seu finado pai, o Barão do mesmo titulo.

Tem as ruas denominadas: Rosario, Uruguayana, Voluntarios da Patria, Souza Gomes, Municipal, Palmeiras, Boa Vista, Sete de Setembro, Benjamin Constant, (antigamente Direita e depois Princeza Imperial), Mão de Luva e Sant'Anna; estas tres calçadas. Dellas a mais extensa é a de Sant'Anna, onde ficam o theatro, a loja maçonica Confraternidade Beneficente, fundada em 1 de Março de 1865, e o predio n. 7, o mais antigo da cidade, onde residiu o capitão mór e onde se reunira a primeira Camara. Todas têm passeios lageados.

Tem ainda dous beccos o da Cadêa e o de Carvalho; e as praças: Quinze de Novembro com a Matriz, o Forum e um bonito jardim todo gradeado de ferro, com quatro portões; a Deodoro da Fonseca (antigamente Municipal), a Miguel de Carvalho e a Barão de Cantagallo. Todas as ruas e praças são illuminadas a kerosene.

O commercio é algum tanto animado; representam-no tres pharmacias, dous hoteis, um relojoeiro, quatro padarias, dous bilhares, quatro barbeiros, cinco botequins, tres açougues, quatro marcenarias, seis sapatarias, quatro alfaiatarias, 26 casas de fazendas e molhados, duas fabricas de cerveja e uma de aguas gazosas. Tem duas usinas de beneficiar café, uma na cidade, quasi defronte da estação da estrada de ferro, e outra a kilometro e meio, na fazenda da Batalha.

Ha na cidade seis advogados e tres medicos. Imprime-se nella o *Correio de Cantagallo*, que conta 31 annos de existencia.

A população da cidade é de pouco menos de 2.000 habitantes.

A cidade é abastecida de boa agua, que vem encanada da fazenda da Batalha, lugar denominado Cambucá, a tres kilometros de distancia, e servida por uma rêde de esgotos, cujas descargas se fazem para o rio Lavrinhas. Ha ahi, na margem do rio, uma usina de desinfecção.

Os edificios publicos ahi existentes são: a Matriz, a Casa da Camara, o Forum, o Lazareto e a Cadêa. Ha tambem uma Casa de Caridade, pouco distante da cidade, fundada em 1875 pela loja maçonica Confraternidade Beneficente, com o patrimonio de 35 apolices da divida publica de um conto de réis; acha-se fechada por lhe faltarem os auxilios, que lhe eram prestados pelos governos estadoal e municipal.

A Matriz é um templo espaçoso e situado na praça 15 de Novembro e defronte do jardim. Sua fachada não tem estylo. Tem uma torre com tres sinos e um relogio. Seu interior é singelo; as naves são elevadas e é banhada de abundante luz, o que lhe dá um alegre aspecto.

Tem a capella-mór um altar, em cujo throno vê-se a imagem de Nossa Senhora do Livramento, S. Benedicto e Santo Antonio e o Sacrario. Tem seis tribunas, uma lampada de prata, seis quadros da Via-Sacra e duas portas, uma que dá para a Capella do Sagrado Coração de Jesus e outra para a Sacristia.

No corpo da igreja ficam dous altares lateraes, um com a imagem de Nossa Senhora das Dores, e outro com a de Nossa Senhora do Rosario. Ha ahi oito quadros da Via Sacra, um pulpito, a pia baptismal e uma escada em caracol, que conduz ao côro, onde se acha um harmonium.

Do lado do Evangelho fica a Capélla do Sagrado Coração de Jesus, com um altar e um confissionario e do lado da Epistola a sacristia.

E' padroeiro da cidade o Santissimo Sacramento.

A Camara Municipal funcciona na rua Benjamin Constant, em um predio sem estylo, reconstruido em 1882. No pavimento superior encontram-se as salas da secretaria e do archivo e a das sessões com os retratos dos Srs. Porciuncula e Miguel de Carvalho e do Coronel Luiz Vieira de Carvalho, e no andar terreo a sala da procuradoria e a em que está alojada a Bibliotheca da Camara, com perto de 2.000 volumes.

O Forum funcciona em um predio assobradado, na praça Quinze de Nobembro. Tem na frente seis janellas com grades de ferro, duas de peitoril e a porta de entrada. O interior é despido de qualquer ornamentação.

Possue além de dous cartorios, as salas das audiencias, do partidor e distribuidor, do juiz de direito e o salão das sessões do jury, com suas dependencias: sala secreta e das testemunhas.

A Cadeia é grande, segura e hygienica, possue seis compartimentos, banheiro, agua e esgoto. A cidade tem dous cemiterios; um no centro da cidade, proximo á praça Marechal Deodoro e onde não se fazem mais enterramentos, e outro distante da cidade, e bastante descurado.

O mun. contém seis districtos, o da cidade, Santa Rita da Floresta, Cordeiro, Macuco, Santa Rita do Rio Negro e S. Sebstião do Parahyba e os povs. denominados Penna (parte), Maravilha, Taquara, Agua Quente, á margem esquerda do rio Negro, e Porto do Marinho, á margem direita do Parahyba.

O mun. limita-se com Duas Barras, Carmo, Bom Jardim, Itaocara, S. Francisco de Paula, S. Sebastião do Alto e Estado de Minas pelo rio Parahyba.

As estações da estrada de ferro a elle pertencentes são: Cordeiro, Cantagallo, Gavião, Santa Rita, Boa Sorte e Macuco.

A lavoura consiste em café, canna, fumo, milho e feijão, não tendo produzido resultado a cultura do algodão. Os districtos mais cafeeiros são os da cidade, Floresta, Cordeiros e Santa Rita.

A exportação do café em todo o mun. ascende a 600.000 arrobas annualmente.

A cultura do fumo e a criação do gado florescem nos districtos de Macuco e Santa Rita do Rio Negro.

Ha neste ultimo uma fabrica de gelo e de leite congelado.

Dos districtos do mun. é mais importante o de Cordeiro, atravessado pelo rio Macuco. Tem 268 predios, uma população de 1.600 almas; 34 casas de fazendas e molhados, dous hoteis, duas pharmacias, duas agencias de loterias, dous bilhares, dous barbeiros, tres alfaiates, seis botequins, tres sapateiros, dous funileiros, dous armadores e uma typographia, onde se imprime a *Gazeta de Cordeiro* que está no quinto anno.

Tem mais tres usinas de beneficiar café, um theatrinho; tres medicos.

O territorio desse mun. foi explorado na segunda metade do seculo 18º por um celebre contrabandista de ouro, Mão de Luva.

Tendo atravessado o Parahyba, no lugar actualmente denominado Porto Velho do Cunha, veio Mão de Luva, á frente de um bando, estabelecer-se no lugar onde é hoje a cidade de Cantagallo.

Divulgada a noticia da descoberta das minas de Cantagallo, tomou o Governo providencias para capturar os con-

trabandistas, Mão de Luva e um tal Mauricio, que tambem havia se estabelecido nesses lugares.

Foi *Mão de Luva* capturado pela traição de um dos seus companheiros e sentenciado com muitos destes, no Juizo da Intendencia Geral do Ouro do Rio de Janeiro.

Refere a tradicção que, já perdida as esperanças de acertarem com o asylo dos contrabandistas, estavam os soldados dispostos a regressar, desistindo da empreza, quando ouviram cantar um gallo, que lhes revelou o procurado sitio, resultando desse facto o nome dado ao lugar.

Depois da prisão de *Mão de Luva*, estabeleceu o Governo uma lavra de mineração, sob a direcção de um superintendente.

Foi este o primeiro estabelecimento de Cantagallo e o começo de sua fundação.

A superintendencia foi extincta no começo do seculo passado por verificar-se que a renda das minas era inferior ás despezas com o seu custeio.

Pelo Bando de 18 de Outubro de 1786 facultou o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos as terras de Cantagallo aos colonos, que nellas quizesem estabelecer-se, o que determinou uma corrente de immigração, que muito concorreu para o desenvolvimento da povoação.

Foi Cantagallo creado parochia pelo Alvará de 9 de Outubro de 1806; villa pelo Alvará de 9 de Março de 1814 e cidade pela Lei Provincial n. 965 de 2 de Outubro de 1857

CANTANHEDES. Log. do Maranhão. Accrescente-se. no fim: Fica á margem esq. do rio Itapecurú, 12 kils. á jusante da pov. Cachimbos. E' o berço do Dr. Antonio Henriques Leal, medico e litterato.

CANTINHO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

CANTO DE BAIXO. Log. no mun. da capital do Estado de Santa Catharina; com escola.

CANTO ESCURO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro.

CANTOS Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

CANUDO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Floresta e desagua no rio Pajehú.

CANUDOS. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Capão Bonito do Paranapanema e desagua no rio S. José.

CANZANZA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Jaboatão, em terras do engenho do seu nome, e, seguindo para o do Cabo, desagua no Gurjaú, affl. do Pirapama. (S. Vasconcellos. *Dicc.* cit.).

CAOCA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urá e a do rio Turyassú.

CAPANEMA. Corr. *caá-panema*, folha, herva ou matta ruim, imprestavel, folha fetida ou mal cheirosa; Bahia, Rio, Minas, (Dr. T. Sampaio).

CAPANEMA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy, nas divisas do dist. de Itirapuan. Reune-se com o Santa Barbara.

CAPÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CAPÃO. Lagôa do Estado de S. Paulo, no mun. do E Santo da Bôa Vista.

CAPÃO. Acrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio, diz: « CAPÃO, *caá-pãun*, ilhado matto no meio do campo, retalho ou nesga de matto: o matto que cresce ilhado no meio do campo denominava-se *caapãu*, ilha de matto, de que procede o vocabulo *capão*, hoje geralmente adoptado no Brasil para significar essa fórma de vegetação. Algumas vezes se diz tambem *capuão*, mas já derivado de outro vocabulo tupi *caá-apoan*, matto redondo, e podendo significar um *oasis*. »

CAPÃO D'AMORA. Log. do Estado do Paraná, proximo ao Batel, distante quatro kils. da capital.

CAPÃO DO MANOEL MACHADO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no dist. de Sant'Anna do Rio dos Sinos.

CAPÃO GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio das Pedras, que o é do Pardo e este do Paranapanema.

CAPÃO RICO. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Santa Barbara do Rio Pardo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

CAPÃO RICO. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santo Antonio da Lagôa e mun. do Curvello.

CAPARA. Corr. *yg-apara*, agua ou canal torto, rio curvo; S. Paulo. (Dr. T. Sampaio.)

CAPEBA. Riacho do Estado do Ceará, affl. do Juá

CAPELLA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Chaves e desagua no rio Goiabal.

CAPELLA DA BELLA VISTA DO JUQUIÁ. Bairro no mun. de Itapecerica; no Estado de S. Paulo.

CAPELLA DO PARTIDO. Morro do Estado da Bahia, na cidade de Santo Amaro, com as ruinas de uma capella, da qual restam de pé somente as duas torres.

CAPELLA DOS PERDÕES. Bairro do mun. de Nazareth do Estado de S. Paulo, com escola.

CAPELLA NOVA DO BETIM. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Sabará e annexado ao de Santa Quiteria pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

CAPELLA VELHA. Rio do Estado de Minas Geraes; forma com o Piedade, que se reunem na cidade do Rio Branco, o Chopotó, trib. do Pomba. Recebe o Quebra-caco, Inhambú, Paiol e José Joaquim.

CAPELLINHA. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no 3º dist. do mun. de Macahé, com uma esc. municipal.

CAPELLO DO FREI AMARO. Grande elevação da serra da Ranhosa, no dist. de Santa Quiteria e Estado de Minas Geraes. Tem uns 2.000 metros de altura. E' assim denominado porque ahi residiu o Frade desse nome, o primeiro preceptor do Visconde do Caeté, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.

CAPIBARIBE. E' vocabulo tupi e significa — logar de capivaras ou capibaras — de *capibara*, porco selvagem e *yby* ou *ipe* logar. *Locus animalis Capivara* (Dr. Martius. *Glossaria.*) *Capiberibe*. corr., *caapiuar-y-pe*; alt. *capibary-be*, rio das capivaras. Vide *Capivary*. Pernambuco. (Dr. T. Sampaio.)

CAPIBERIBE. Rio de Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião Vasconcellos Galvão, no seu *Dicc. Chorogr. Hist.* e *Est. de Pernambuco*, descrevendo esse rio, diz: « *Capibaribe*. Rio. Nasce na lagôa da Estaca, entre as serras do Acahy e do Jacarará, em territorio do mun. de Cimbres, tendo suas vertentes cercadas de carahybeiras, as quaes, desde ahi, até muito alem do seu encontro com o rio Canhoto (um dos seus principaes affls., conhecido por tal nome pelos moradores de sua ribeira, e cuja nascença é na lagôa do Angú, não tendo arvores nas margens, e formando até esse ponto um curso de igual extensão do d'aquelle de que é trib.), continuam bordando-lhes as ribanceiras. D'ahi corre em um leito de rochas, na direcção O. para N E., formando grandes meandros e, com a extensão, approximada

mente, de 490 kils., banha no mun. de Taquaretinga (margem esq.) as povs. — de Poço Fundo, Santa Cruz, Torres, Capado e Topada; no do Brejo (margem dir.) a pov. do Couro d'Anta; no do Bom Jardim (margem esq.) os logarejos Chôos e Salgadinho; no do Limoeiro os povs. de S. Vicente da Pedra Tapada (margem esq.), Pedra Tapada (margem dir.) e a cidade do Limoeiro (margem esq.); no do Pau d'Alho a pov. do Rosarinho e a cidade do E. Santo; no de S. Lourenço os logares Santa Rita, Tiuma (que são estações da via ferrea do Limoeiro) e a villa de S. Lourenço da Matta; e no do Recife desde o engenho S. Cosme, ponto escolhido para seu desvio, banha as povs. da Varzea, Ambolê, Caxangá, Apipucos, Monteiro, Poço, Casa Forte, Sant'Anna, Ponte do Uchôa, Torre, Capunga, o bairro da Magdalena, onde, pouco abaixo da ponte deste nome, bifurca-se em dous braços: um ao sul e á dir., que vai passar por baixo das pontes do pov. Afogados, as quaes servem á estrada geral do centro do Estado, e dos caminhos de ferro do S. Francisco e Central de Pernambuco; depois, confundindo sua foz com a do rio Tigipió, recurva-se para seguir a direcção do Recife e lançar suas aguas em um largo braço de mar comprehendido entre as ilhas de Santo Antonio e do Nogueira, e outro, ou o braço dos Coelhos, corre, banhando os muros do Hospital Pedro II, onde começa, ao O. e á esq., o bairro da Boa Vista, e partindo d'ahi separa este da ilha de Santo Antonio, segue entre dous caes verticaes continuos, distantes um do outro uns 150 metros approximadamente, passa por baixo das pontes da Bôa Vista, da E. de F. da Varzea e Dous Irmãos, e da de Santa Izabel, contorna a ponta de Santo Antonio, mistura suas aguas com as do Beberibe, que vem do N., separa depois o bairro do Recife do de Santo Antonio, passa por baixo das pontes Buarque de Macedo e Sete de Setembro e forma, a partir d'ahi, um porto destinado ao serviço da Alfandega. Depois, na ponta S. do bairro do Recife, tem logar a juncção com o braço do mar, já descripto, que recebe as aguas do braço dir.; começando ahi a parte principal do porto do Mosqueiro, comprehendido entre o recife natural e o caes do bairro do Recife, até o forte e barra do Picão. Após sua bifurcação, divide o Capibaribe a cidade do Recife em tres bairros, formando algumas ilhas, d'entre ellas a de Santo Antonio, principal, outr'ora cidade Mauricia, a de Joanna Bezerra, etc. E' navegavel, no tempo do verão, até 12 kils. acima da sua foz, por botes e canoas; no tempo do inverno, porem, as chuvas concorrem para augmentar-lhe o volume, tornando-se caudaloso e determinando grandes damnos por occasião de suas enchentes, tanto nas estradas publicas e pontes, como nas propriedades particulares. As cheias, que mais estragos tem causado e de que se tem conhecimento são as dos annos de 1842, 1854, 1866, 1869, 1894 e a de 21 e 22 de junho de 1897; esta, sobre ser extraordinariamente grande, inundando tudo que ficava situado em suas margens, occasionou varias mortes e grandes e incalculaveis prejuizos. Em seu curso recebe muitos affls., enumerando como mais notaveis os seguintes riachos: no mun. do Brejo, o Canhoto, Aldeia Velha, Carapotós, Mandasaia, Tabocas, Eguas ou Bataria, Doce, Salobro, Madre de Deus; no de Taquaretinga (margem esq.), Arroz, Topada, Acudinho, Macena, Queimadas, Cumbe, Gravatasinho, Mellodença, Direito, Esquerdo, Contendas, Salgado, S. José, Pacheco; no do Bom Jardim: Cahe-ahi, Freitas, Chôos, Salgadinho, Manso, ribeiro Grande, Taiepe (margem esq.); no do Limoeiro: Gangorra, Mary, Carrapixo, Muruabeba, Figueira, Jatobá, Cassatuba, Boi, Batatan, Mandioca, Escuro, Poço da Vacca, Fernandes, ribeiro Fundo, Cotunguba (margem dir.) Aparo, Espinho Preto, Magro, Mel, Duas Pedras, Pirauhyra, Quebra Bunda, Lama, Besta ou Correinha, Salobro, Perua Choca, Boi Secco, Lagartixa (margem esq.); no do Pau d'Alho; Cumbe, Potribú, Currahy, Goitá, Mussurepe (divisas com S. Lourenço), Camilla, Cajueiro, Ipojuca; no de S. Lourenço, Massiape, Massiapinho, Tapacurá, Tapesserica, Caiará, Cachaça, Dindi, Agua Fria, Timbi, Camorim, Camaragibe; e no do Recife, finalmente, Brumsinho, Cordeiro e Parnamirim. Existem sobre este rio as pontes: do *Tahy-ba*, na cidade do E. Santo do Pau d'Alho, cuja superstructura do systema *treilles*, o pavimento de madeira, repousando sobre pilares de bases solidas, com a extensão de 113m,0, foi orçada sua construcção em 138:555$000, sendo iniciada em 18 de maio de 1872 e concluida e entregue ao transito em 1876; a de *S. João*, na estrada de rodagem e proxima á bocca da matta deste nome, no mun. de S. Lourenço; a do *Cazangá*, que sendo, primitivamente, de arame e pensil, a grande enchente do rio, em 1869, carregou-a, fazendo-se então em substituição a actual, que é de ferro, com lastro de madeira; a da *Magdalena;* a do *Lasserre;* a da *Boa Vista*, entre as ruas Barão da Victoria e Imperatriz, dos bairros de Santo Antonio e Boa Vista da cidade do Recife; foi inaugurada em 2 de dezembro de 1876; a da via-ferrea da Varzea e Dous Irmãos; a de *Santa Izabel*, na parte septentrional dos mesmos bairros; a *Buarque de Macedo*, começada em 1881 e concluida em 1889; e finalmente a do *Recife* ou *Sete de Setembro*, ambas entre os bairros de Santo Antonio e de Pedro Gonçalves, na confluencia do rio Capibaribe e Beberibe, toda de ferro e entregue ao publico em 1865 »

CAPIM. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Quipapá.

CAPIM-ASSÚ. Pov. do Estado do Maranhão, a O. de S. Vicente Ferrer, e della distante seis kils.

CAPIM BRANCO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Sacramento.

CAPIM BRANCO. Pov. do Estado de Matto Grosso, a 158 kils. da capital, com 250 habs. Data de 1840. Seu pequeno desenvolvimento nasceu da construcção, ou melhor, dos trabalhos preliminares da linha telegraphica que por ahi transitou estabelecendo sua primeira estação, inaugurada em 31 de Dezembro de 1891 e que tomou o nome de Capim Branco, que trocou mais tarde pelo de Coronel Ponce. E' banhada pelo rio S. Lourenço e corrego do Capim Branco:

CAPIM BRANCO. Corrego do Estado de Matto Grosso banha a pov. do seu nome e desagua no rio S. Lourenço.

CAPIM DE BURRO. Log. a tres kils. da villa de Santo Antonio de Gilbués; no Estado do Piauhy.

CAPIM FINO. Bairro do mun. do Jahú; no Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei. n. 748 de 13 de novembro de 1900. E' tambem denominado Villa Ribeiro.

CAPIM FINO. Estação da E. de F. Paulista, na secção do rio Claro, no ramal dos Agudos. Foi inaugurada em 1º de julho de 1899.

CAPIM FINO. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua no ribeirão da Serrinha, trib. do Arouca, que o é do Roque e este do Mogy-guassú.

CAPINZAL. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Chaves. O furo Grande separa-a da ilha nova dos Carneiros.

CAPIRÚ. Rio do Estado do Paraná, affl. do Tacaniça.

CAPISSURÁ. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé. E tambem denominado *Lages*.

CAPITÃO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Linhares.

CAPITÃO. Ribeirão do Rio de Janeiro. Linhas 2 e 3. Em logar de — deste nome affl. do rio Grande — leia-se — S. Domingos e Almas, trib. do S. José, que o é do rio Grande.

CAPITÃO AGOSTINHO. Lagôa do Estado de Matto Grosso, no mun. da Capital.

CAPITÃO-MÓR. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Bragança.

CAPITINGA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Itupeva, trib. do Mogy-guassú. Recebe o Lageado e o Bebedouro.

CAPIVARA. Log. do Estado de Goyaz, no mun. de Antas, na estrada que vai para Campinas.

CAPIVARA. Paraná e lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

CAPIVARA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Una; no mun. do Bonito.

CAPIVARY. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

CAPIVARY. Pov. no mun. de Tibagy do Estado do Paraná, á margem esq. do rio do seu nome.

CAPIVARY. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Bernardo. Vai para o rio Pequeno, trib. do Jurubatuba. Recebe o ribeirão do Poço.

CAPIVARY. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba. Esta palavra é composta de *capiuar-y*, rio das capivaras.

CAPIVARY. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Formoso, que o é do Pomba; no mun. deste nome.

CAPIXABA. Log. no Estado de Sergipe, no termo de Maroim. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CAPUAMA. Composto de *caá-puama*, matto levantado ou revolvido (Dr. Theodoro Sampaio).

CAPUÃO. Composto de *caá-apuã*, matto redondo ou ilhado (Dr. T. Sampaio).

CAPUAVA. Composto de *caá-apoaba*, morada do matto (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Capuaba*.

CAPUEIRA. Arraial no termo de Pacatuba e Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CAPUEIRA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: « CAPUEIRA corrupção de *caá-poéra*, matto extincto, matta cortada ou destruida; costuma-se confundir com *copueira* composto de *cô-poéra*, roça extincta, roça velha, abandonada e já invadida pelo matto. Substantivo, uma especie de perdiz (*Perdix dentata* Temm.).

CAPUEIRA DOS CARNEIROS. Ribeirão do Estado de Minas Geraes; banha o mun. de Palmyra e desagua no rio Pinho ou Piau

CAPUEIRA GRANDE. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú, a 18 kils. da costa, nas cabeceiras do rio S. João.

CAPUEIRA GRANDE. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre Ayuruoca e Turvo. Vai para o ribeirão da Boa Vista.

CAPUEIRAS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 1º dist. do mun. de Gravatahy.

CAPUEIRAS. Morros no mun. de Apiahy do Estado de S. Paulo. Ahi nasce o Taquary affl. do Ribeira de Iguape.

CAPUEIRINHA. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Chopotó, trib. do Pomba.

CAPUEIRUSSÚ. Morro na cidade da Cachoeira, no Estado da Bahia.

CAPUTERA. Corr. *caá-apytêra*, o meio da matta; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Corr. de *caá-apitêr-a*, meio do monte. De *caá*, monte; *apitêr*, centro, meio, com o complemento do *a* por acabar em consoante, segundo a lição do padre A. R. de Montoya em sua *Arte de la lengua guarani* (Dr. J. M. de Almeida).

CAPUTYRA. Corr. *caá-potyra*, a flôr da matta (Dr. T. Sampaio).

CAPUVA. Corr. *caá-puba*, herva podre, páo molle, sem resistencia (Dr. T. Sampaio).

CAQUEIRA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

CAQUEIRA. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: e desagua na margem dir. do Maracassumé.

CAQUENDE. Morro na cidade da Cachoeira, no Estado da Bahia.

CAQUETÁ. Ilha no mun. de Santarem e Estado do Pará.

CARÁ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

CARABEIRO DO ESPIRITO SANTO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú.

CARAÇA. Assim denominam os indigenas uma especie de samambaia, que se cria em terras porosas e seccas, e cujos ramos ou hastes brotam de um bulho. Parece que tem na sciencia o nome *Polypodium-incannem*, da familia das Cryptogamicas. E' o feto macho do Brasil.

CARAÇA. Cachoeira no rio Ribeira de Iguape; no mun. de Apiahy e Estado de S. Paulo. « *Caraça*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Qûára-âocè* por contracção *Qûár'-âocè*, muito esburacado. De *qûára*, buraco, fojo, poço, cova; *âocè*, para exprimir superlativo. Allusivo a ter muitos poços e buracos, de sorte que as aguas rodomoinham successivamente ».

CARACARÁ. Corr. *carãe-carãe*, o arranhador, o arranha-arranha (*Polyborus vulgaris* Vieill); alt. *carcará*; Ceará e Norte do Brasil (Dr. T. Sampaio).

CARACITUBA (muito cortado, segundo Montoya). Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua no rio Ipojuca.

CARACOL. Pov. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

CARACOL. Serra do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

CARACOL. Ribeirão do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, quasi defronte do bairro de Pirapora, pertencente ao mun. do Parnahyba.

CARAGUÁ. Subs., especie de bromelia cujas folhas dão fibras para trançar e para corda; alt. *carauá*, *crauá* no Norte do Brasil; corr. *cará-uá*, talo ou nervura farpada, ou armada de espinhos (Dr. T. Sampaio).

CARAGUATÁ. Planta conhecida na sciencia por *Tillandsia usneoides*, da familia das Bromeliaceas, que dá uma especie de pinhas e fornece á industria textil longos e fortes filamentos. A pinha possue tres qualidades apreciaveis, a côr, o cheiro e o sabor. « *Caraguatá*, diz o Dr. T. Sampaio, é composta de *carauá-tá*, o carauá rijo, duro; alt. *caravatá*, *caravatá*, *croatá*, *crauatá*, *gravatá*. » Vide *Caraguá*.

CARAGUATATUBA. Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Comprehende os bairros: Tabatinga, Massaguassú, Martim de Sá e Tinga. Esta palavra é composta de *caraguatá-tyba*, e significa gravatás em abundancia.

CARAHÁ. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santo Antonio; com escola.

CARAHÁ. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Francisco de Paula de Cima da Serra; com escola.

CARAHÁ. Rio affl. da margem dir. do Sorocaba, no mun. da Piedade do Estado de S. Paulo. Nasce na serra S. Francisco, ao sul.

CARAHIPE. Corr. *caray-pe*, no sagrado, no santo *cará-y-pe*, no rio do cará (Dr. T. Sampaio).

CARAHÚ (o que tem escama negra ou casca, segundo Montoya. É nome de peixe). Riacho no mun. de Iguarassú do Estado de Pernambuco. Recebe o Vinagre.

CARAHÚ. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Vicente e desagua no rio Piassabussú.

CARAHUSINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, no dist. de N. S. do Ó. do mun. de Goyanna.

CARAHIBAS. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Simão Dias.

CARAHYBAS. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes nos termos de Santo Amaro e Lagarto.

CARAJÁ. Corr. *carayá*, mono grande, simio de grande estatura. O gentio costumava appellidar de *carayá* aos seus visinhos desaffectos. O gentio deste nome em Goyaz é assim appellidado pelos seus contrarios (Dr. T. Sampaio).

CARAJAUNA. Morro entre os rios Garaú e Una do Prelado, ao S. da serra Itatins; no Estado de S. Paulo. Esta palavra é corrupção de *Caa-ra-aú*, morro desegual e incommodo. Vide *Guarahú* e *Garaú*.

CARAMANDÚ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro. E' uma ramificação da serra do Pião

CARAMBEHY. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande; no Estado do Paraná.

CARAMBY (corrupção de *Caré-mbi*, tortuosa e funda). Corredeira no rio Tieté, entre o salto de Itú e a cidade de Porto Feliz; no Estado de S. Paulo.

CARAMEMOAM. Composto, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, de *carame-moam*, pipa em pé, tonnel posto em pé, erguido. Lery dá *caramemô* com a significação de pipa, tonnel, carcassa de tatú.

CARAMOCOARA. Ilha em frente á foz do rio Cubatão; no Estado de S. Paulo. Foi mencionada na carta de sesmaria de Pero de Goés, de 10 de Outubro de 1532.

CARAMURÚ. Appellido de Diogo Alvares entre os Tupinambás da Bahia. Os primeiros historiadores ou chronistas deram-lhe por significado — *dragão sahido do mar* ou *homen de fogo*. « Si o appellido barbaro não está alterado, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é o mesmo que *moréa*, especie de cobra marinha (*Lepidosiren paradoxa*); si, porém, está corrupto, pode vir de *caray-murú*, que se traduz — *o homem branco molhado* — ou figuradamente o naufrago, o branco que deu á costa ». Vide *Caray e Carahyba*.

CARAMUSSA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Apiahy; no mun. de Itapeva da Faxina;

CARANÁ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Affuá. Vai para o rio Medonho. Caraná ou carandá, escamoso cascudo; nome da palmeira *Copernicia cerifera*.

CARANDAHY. Pode ser, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *carandá-yba* ou *caraná-yba* a palmeira carnahuba; ou corrupção de *carandá-y*, rio das carnahubas. Segundo Baptista Caetano pode ser a bica, cano, calha.

CARANEMA. Rio affl. do Iperó pela margem esq. no mun. de Campo Largo de Sorocaba. Segundo o Dr. J. Mendes é essa palavra corruptela de *Quar-a-nêma*, rodomoinhos. Allusivo a abrirem-se em seu leito fojos, revolvendo-se ahi as aguas em rodopio. A formação do terreno nessa região é a causa desse facto.

CARANGOLA. Bairro da cidade do Mar d'Hespanha; no Estado de Minas Geraes. E' separado da cidade pelo ribeirão S. João.

CARANGOLA. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba.

CARANGUEJO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito. Tem a altitude de 600 metros. E' digna de nota, nessa serra, a exquisita fórma que têm, dando-lhe a semelhança da fachada de um palacio, com janellas e varandas.

CARANGUEJO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bom Conselho, nos limites desse Estado com o das Alagôas.

CARANGUEJOS. Ilha do Estado do Maranhão, de fronte da pov. do Porto do Gabarra, pertencente ao mun. de Anajatuba. Sua extremidade meridional divide a foz do Mearim em dous braços.

CARÃO. Lagôa do Estado de Pernambuco, marginal ao rio Ipojuca, no mun. do Brejo da Madre de Deus.

CARAPAUTUBA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Parahyba, no mun. de Pindamonhangaba. Nasce na serra Quebra Cangalha e desce em cachoeira.

CARAPEBA. Morro cujo alto serve de divisa entre os muns. de Taubaté e S. Luiz do Parahytinga; no Estado de S. Paulo. Deste morro nasce um ribeirão, que por corruptela é denominado Guarapeba. O Dr. J. Mendes escreve *Carapeva* e diz ser essa palavra corruptela de *Carápe-bae*, curto e chato. De *cará*, curto; *pe-bae*, verbal derivado de *pe*, achatar-se, ser chato, com o suffixo *bae* (breve) para formar participio. Vide *Acarapeba*.

CARAPUÇAS. Bairro na cidade de Barbacena e Estado de Minas Geraes.

CARASSÚ. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no engenho Duas Barras, mun. de Barreiros, toma depois o nome de Cariman e vai desaguar no rio Una, dentro da cidade de Barreiros formando a ilha do Jardim. Recebe o Bella Vista, o das Pedras, o Jussara, Nambú, Paccas, Jaguaraba, Camarão, Calembe, Camutengu, Santo Estevão, Tapirassá e Roncador. Servem as aguas desse riacho de motor de diversos engenhos; utilisando-se dellas tambem a usina Carassú.

CARASSUIPE. Subdelegacia da delegacia do mun. de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.

CARA SUJA. Vide *Casa Suja*.

CARATUBA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Campo Largo, tambem escrevem *Caratuva*.

CARAUATÁ. Vide *Caraguatá*.

CARDOSO. Riacho do Estado da Bahia, affl. do Mariquita, que o é do rio das Pedras, e este do Itapecurú; no dist. da Saude.

CARDOSO. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Bello Horizonte e desagua no Tiradentes outr'ora Arrudas.

CARDOSOS. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

CARECA. Morro do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de S. Fidelis.

CARIAS. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Mar d'Hespanha. Ahi fica a Caixa d'Agua.

CARIBOCA. Tirado ou descedente do branco, do europêo; composto de *cari-boc*. No norte do Brasil se diz *curiboca*. Vide *Cariboca* no Vol. I.

CARIBY. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Urucará.

CARICÊ. Vocabulo indigena, significando, segundo Montoya, vontade de ter sêde; de *car*, desejo, vontade, impulso para alguma cousa; e *icê*, ter sêde.

CARIJÓ. Corr. *Cari-yó*, descendente, o tirado dos *carahybas*; tem o mesmo significado de *cariboca*; mistura de branco, pedrez. (Dr. T. Sampaio).

CARIJÓ. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Pomba e desagua no rio S. Manoel.

CARIMAN. Vocabulo tupi que significa — massa da mandioca puba. E' substantivo.

CARINHANHA. Corr. *cari-nhenhê*, o cari ronca, sitio onde esse peixe faz ruido; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

CARINHANHA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa do seu nome; no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, a 886 kils. distante do Joaseiro e entre as estações da Lapa e Malhada.

CARIOCA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Carioca* o mesmo que *carió*, ou *cari-yó*, *cariboc*, *cari-uoc*, descendente do branco, procedente do europêo, o mixtiço de procedencia do branco. Vide *Carijó*. Pode tambem ser *cari-oca*, a casa do branco ou do europêo. »

CARIOS. Corr. *cariós* ou *caryós*, graphia usada pelos autores hespanhóes para o nome da tribu tupi-guarani que dominava na costa do Brasil de Cananéa para o sul, por outros chamados *indios dos Patos*, ou simplesmente *indios Patos* (Dr. T. Sampaio).

CARIPY. Rio do Estado do Pará, reune-se com o Arucauá e o Uaçá e juntos vão desaguar no oceano junto á foz do Oyapock e do cabo de Orange. Regam todos o territorio do Aricary. (*Carta* do territorio do Aricary de José Lobo Pessanha Pará. — Agosto — 1901).

CARIRA. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de S. Paulo.

CARIRY. Taciturno, silencioso, calado. E' adjectivo e corrupção de *kiriri*.

CARIRYSINHO. Pequeno pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Granito, á margem do riacho do seu nome; com uma capellinha.

CARIRYSINHO. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra do Araripe, banha o pov. do seu nome e, depois de reunido ao Genipapo, vai desaguar no Pau Grande, no logar Sitio.

CARLOS PRATES. Colonia nos suburbios da cidade de Bello Horizonte, capital do Estado de Minas Geraes. E' composta de 377 individuos. Nella cultivam-se cereaes, mandioca, batatas, videiras, hortaliças e capim Angola. Tém uma área de 266$^{hects.}$ 90.70 dividida em 154 lotes, cada um com a pequena área de 20.000^{m2}.

CARMO. Estação terminal da E. de F. do Recife á Olinda, nesta cidade, á beira do mar e a 8.820^{ms} distante da rua Aurora, na cidade do Recife; no Estado de Pernambuco.

CARMO. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei a seguinte communicação: Regressando da Villa do Sumidouro, desembarquei na estação do Bacellar, antigamente do Carmo. Tomei um troly, que conduzio-me á cidade do Carmo, distante dous kils. da margem dir. do rio Paquequer e da estação d'aquelle nome. O aspecto da cidade impressionou-me bem: é pequena, mas bem delineada. Situada sobre uma chapada, a cidade offerece lònginquos horizontes compostos de montes e serras e é varrida pelos ventos em todas as direcções. Está a 373 metros de altura e é circulada pelo rio Paquequer e pelos ribeirões Gloria, Astréa e Emboque ou Santo Antonio, tribs. daquelle rio. Dista de Nyterói 240 kils. e da villa do Sumidouro 18. Seus predios, em numero de 225, são quasi todos terreos, antigos e sem gosto. Suas ruas são rectas, curtas, muito pouco planas, a mór parte em ladeira suave, com largura regular, cortando-se perpendicularmente, sem calçamento, com passeios de pedra inteiriça e illuminadas á kerosene. Tem quatro praças, sendo tres bastante grandes: a Isabel, a Pereira Lima e a da Bôa Vista. A mais importante, bem tratada e bonita é a Isabel, toda cercada de palmeiras reaes e a egreja Matriz. O primeiro edificio da cidade é a Matriz. E' um bello templo, perfeitamente situado e de bonito exterior. Tem no alto uma Cruz, abaixo d'esta um relogio e nas duas extremidades as estatuas de Santo Elias e Santo Eliseu. A torre fica nos fundos. Cerca-a um espaçoso adro com um gradil de ferro. Seu interior, se não apresenta ricas obras de talha, recommenda-se pela simplicidade e pelo asseio. Tem o altar-mór com a Senhora do Carmo e aos lados dous nichos com S. Benedicto e S. Sebastião. No corpo da egreja ficam o côro, dous pulpitos e dous altares lateraes com as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de N. S. da Conceição. Tem nas paredes 14 explendidos quadros da Via Sacra. Ao lado direito fica a Sacristia tendo em um nicho a imagem de N. S. do Rozario e á esquerda o consistorio das Irmandades. Nos fundos fica o cemiterio da Irmandade do Carmo, o qual está trancado. No fim da rua do Senhor dos Passos, com a frente voltada para a cidade. Está sendo construida em substituição a uma outra, bastante arruinada e que fica-lhe nas proximidades. A casa da Camara está localisada na praça Pereira Lima. E' um edificio terreo, sem gosto e sem ornamentação interna. Parece mais uma casa particular do que um edificio publico. A cadeia fica na praça da Bôa Vista; é um edificio baixo, mas elegante. Tem seis prisões limpas e bem ventiladas. O Club de instrucção gratuita funcciona em um chalet na rua Martinho Campos. Mantem aulas nocturnas de primeiras lettras e é sustentado pelo povo. A caixa d'Agua fica a 700 metros distante da cidade, no morro do seu nome. Distribue agua para 97 penas e 15 chafarizes. Não possue a cidade uma só frabrica. O commercio é representado por 152 casas de diversos generos de negocio. A pop. da cidade é de 1.600 habitantes. Percorrem o mun. as serras do Quilombo, nas divisas com Cantagallo, e Prata. E' regado pelos rios Paquequer, que recebe o Gloria e o Emboque, que recebe o Astréa. O Parahyba faz a divisa com o Estado de Minas. Ficam ainda no mun. e no dist. do Corrego da Prata as ilhas dos Pombos e dos Coelhos. O mun., além do dist. da cidade, comprehende mais os denominados Porto Velho e Corrego da Prata. Pertencem-lhe as estações do Paquequer, Bacellar e S. Francisco. A lavoura é a do café, cultivando-se tambem canna e cereaes. O clima da cidade é salubre; existem nella apenas um medico e uma pharmacia. Publica-se ahi um periodico denominado *Quinze de Novembro*. O mun. confina com Sapucaia, Sumidouro, Duas Barras, Cantagallo e com o Estado de Minas.

CARMO DA FRANCA. Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se Ituverava pela Lei n. 664 de 6 de setembro de 1899.

CARMO DO RIO VERDE. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado á villa com o nome de Silvestre Ferraz pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

CARNAHYBA. Arraial do termo do Riachão, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CARNAHYBA. No Supplemento do II Vol. Estação do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco. Accrescente-se no fim: Fica no kil. 553.294 distante da cidade da Bahia e no kil. 430.870 de Alagoinhas, na altitude de 411^{m}000; entre as estações de Jurema e Piranga. E' a estação mais bonita da estrada, depois da do Joaseiro, toda de alvenaria de pedra calcarea. A talvez dous kils. fica uma jazida extensissima de pedra marmore.

CARNEIROS. Ilha nova do Estado do Pará, no mun. de Chaves. E' separada da ilha S. Thomé por um pequeno mupeua e da ilha Capinzal pelo furo Grande.

CARNEIROS. Corredeira no rio Itapetininga, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo, na estrada da Faxina.

CAROÇO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Cataguazes.

CAROLINA. Ilha no rio Oyapock e Estado do Pará.

CAROLINA. Cidade do Maranhão. Accrescente-se nº fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, diz: « *Carolina*, na extremidade occidental do Estado, á margem dir. do caudaloso Tocantins, que a separa de Goyaz, está situada a 18 kils. a baixo da foz do affl. Manoel Alves Grande. Possue uma Egreja, o edificio da Intendencia Municipal, construido exclusivamente para esse fim e conta quatro escs., mantidas pelo Estado. Será de grande desenvolvimento, quando uma linha ferrea facilitar sua communicação com a capital, de que dista 1.122 kils., pois tendo ella muito desenvolvida a criação de gado vaccum, si tal comunicação existisse, só a exportação de carne secca e de couros seria uma fonte de grande renda; hoje ahi, por causa da difficuldade de transporte, uma sacca de sal quasi pelo preço de um boi. O engenheiro Le Cocq., a quem sigo nesta descripção, em seu folheto a cerca da E. de F. de Carolina á Barra do Corda, diz que, com o barateamento do sal, uma nova industria ahi appareceria referindo-se ás xarqueadas com que Carolina e circumvisinhanças poderiam abastecer os mercados do N. do Brazil. Tem approximadamente uma pop. de 3.000 habs ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Carolina*, cidade, aos 7º 15 de lat. S. e na long. em arco de 4º14' e em tempo 0^{h}16^{m}56^{s} W.; assentada em logar alto, saudavel e aprazivel, á margem do magestoso rio Tocantins. Fundada em 1810 sob o nome de arraial ou pov. de S. Pedro de Alcantara, por Francisco José Pinto de Magalhães, que no anno antecedente havia conseguido chamar á paz duas aldeias de indios Macamecrans, que ahi existiam; conta actualmente esta cidade oito ruas, tres travessas, cinco beccos e tres praças, com 186 casas de telha e 198 de palha, 18 de negocio de seccos e molhados, uma pharmacia e seis officiaes de sapateiro, tres de carpina, dous de funileiro, um de ferreiro e tres de ourives. Tem uma Egreja, que é a Matriz, muito antiga e de pessima construcção, coberta de telha, e um cemiterio edificado dentro da cidade e á beira do Tocantins, pertencente á Irmandade do SS. Sacramento, extincta em 1890, e que se acha hoje desmoronado e cheio de matto, devido ao condemnavel abandono em que o deixou cahir a Camara Municipal. Os principaes e quasi unicos generos de producção de toda a com. são: mandioca, arroz e milho que é plantado com mais largueza e dá á farta. Cultiva-se tambem a canna de assucar, mas em pequena escala; e quanto ao algodão só dá para o consumo. O terreno é fertilissimo para todo o genero de cultura, sobretudo para o algodão e o café, mas quasi que todos se entregam exclusivamente á criação de gado, especialmente do vaccum e cavallar, que constituem a principal riqueza da localidade, podendo-se affirmar da Carolina que é a com. criadora por excellencia de todo o Estado. Possue tambem, em grande abundancia, riquissimas mattas com madeiras de construcção, taes como: pau brasil, condurú de sangue, angico e muitas outras, que, por falta de vias de communicação deixam de ser exploradas. A seis kils. da cidade, rio abaixo, no ribeirão Urupuchete, consta existir uma mina de ouro sem que, entretanto, se saiba ainda o logar. A exportação da com. fazia-se até 1887 pelo rio Tocantins, em canoas, que, passando por Porto Franco, iam ter á capital do Pará. Os perigos, porém, as demoras e despezas de uma navegação feita em rio, com trechos semeados de cachoeiras e tropeços de toda a natureza, fizeram com que nestes ultimos annos a Carolina abandonasse o transporte fluvial enviando seus productos á Bárra do Corda, ao Grajahú e Caxias, no costado de muares, voltando os cargueiros com o sal e alguns outros artigos indispensaveis á vida.

Os comboios só viajam em tempo de secca, fazendo-se a viagem redonda entre a Barra e Carolina, geralmente em 30 dias, quando pelo Tocantins consumiam-se ás vezes 12 mezes, e, não raro, com risco da propria vida... E' sédê da freg. de S. Pedro de Alcantara e tem uma pop. de cerca de 2.000 almas, sendo a da com. approximadamente de 9.000 »

CARQUEJA. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

CARRANCAS. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi transferido do mun. do Turvo para o de Lavras pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

CARRAPATINHO Ilha no mun. de Arayoses; no Estado do Maranhão.

CARRAPATO. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. de Taquaretinga. Tem uma elevação media de uns 400 metros sobre o nivel do solo.

CARRAPATO. Rio do Estado do Maranhão. Vai para o lago Taquaretinga.

CARRAPICHEL. Log. da Bahia, no mun. de Bom Fim. Accrescente-se no fim: O pov. não tem capella, conta uns 500 habs. e está situndo na estrada de rodagem que vai para o Joazeiro. Pouco acima acha-se a estação de Catuny:

CARRAPICHO. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Maravilhas e mun. de Pitanguy.

CARREIRO. Log. do Estado do Paraná, no num. de Morretes.

CARRO VELHO. Riacho do Estado da Bahia, no dist. de Salinas da Margarida e logar Porto da Telha. E' um braço do Salgado ao qual vão ter as aguas nas grandes enxurradas. Ha sobre elle uma ponte de ferro. Separa as salinas da Margarida das do Porto da Telha.

CARUARÚ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro, a 12 kils. a E. desta cidade. Ahi o rio Capibaribe tem um poço. Fica a uns dous kils. da estação de Campo Grande.

CARUARÚ. Estação da E. de F. Central, junto á cidade do seu nome, no Estado de Pernambuco; entre as de Gonçalves Ferreira e S. Caetano. Foi aberta ao trafego em 2 de dezembro de 1895.

CARUARÚ. Cidade de Pernambuco. Accrescente-se no fim: O Sr. Sebastião Vasconcellos Galvão, em seu *Dicc. Chorogr. Hist. e Est. de Pernambuco* (Recife. 1897) diz: « *Caruarú*. Cidade séde do mun. do mesmo nome e da freg. de N. S. das Dores de Caruarú. HISTORIA. No principio do seculo passado, segundo conta a tradição local, era o sitio da actual cidade de Caruarú uma grande fazenda de gado. Então appareceu ahi uma molestia, cujos symptomas eram — diarrhea abundante, fraqueza e paralysia das pernas e a morte, por fim, dos animaes vaccuns, acommettendo, primeiramente, aos bezerros e depois ao gado grande, dizimando aquelle mal, totalmente, a fazenda que, desde logo e por isso, foi abandonada por seu proprietario. Os habs. das cercanias, indigenas em grande numero, assignalavam d'ahi por diante, aquelle sitio com a denominação de Caruarú. Aquelle nome teria alguma relação com o facto acontecido? Sobre esse assumpto não temos fundamento seguro para uma asseveração, pois aqui se trata de uma narração que a simples noticia oral, e nada mais, nos trouxe até hoje. Entretanto *Caruarú*, que é voc. tupy, composto de *caruara*, quebranto causado pelo feitiço, especie de paralysia que ataca as pernas do gado vaccum, diarrhea que mata outros animaes recemnascidos, e *u*, verbo significando comer, devorar; o nome *Caruarú* que exprime — destruido pela diarrhea — por essa analogia, que em si contem, ao fato alludido, nos induz a crer na tradição corrente. Mas nada impediu que, posteriormente, na mesma localidade da fazenda se fundasse uma pov.; e em 1794, por documentos escriptos, que comprovam, se sabe que já existia, possuindo

crescido numero de casas e conhecida com a mesma denominação actual. Fez parte primitivamente da freg. de Santo Antão da Victoria; dividida esta em duas e creada a de Bezerros, passou a pertencer-lhe. Desmembrado, em virtude da Lei Prov. n. 65 de 12 de maio de 1839, o territorio de Bezerros, que constituiu a freg. do Bonito ficou fazendo parte desta. Creando a Lei. Prov. n. 133 de 2 de maio de 1844 a freg. de S. Caetano da Rapoza, continuou a fazer parte da com. do Bonito, mas desligada desta freg. para pertencer á de S. Caetano. Finalmente, a Lei Prov. n. 212 de 16 de agosto de 1848 transferiu a séde da freg. de S. Caetano para a pov. de Caruarú, dividindo a com. do Bonito em dous muns., elevou-a á villa, sendo installada em 16 de setembro de 1849 a primeira Camara Muncipal. A Lei. Prov. n. 416 de 18 de maio de 1857 elevou-a á cidade. Creada com. pela Lei n. 720 de 20 de maio de 1867 e classificada de primeira entr. pelos Dec. n. 3. 978 de 12 de outubro do mesmo anno, e de segunda pelo Dec. n. 5. 139 de 13 de novembro de 1872; installada em 1867. Em virtude da Lei Estadoal n. 52 (organica dos muns.), constituiu-se mun. autonomo em 1 de março de 1893... POSIÇÃO ASTRONOMICA. Está a 8º 12′ e 15′′ de lat. S. e a 7º 7′ 25′′ de long. oriental do Rio de Janeiro. LIMITES. Confina ao N. com o mun. do Brejo da Madre de Deus, nos logares Onça, Raiz e Tacaité; a L. com o mun. do Limoeiro, desde a foz do riacho das Eguas, no logar Bataria, seguindo por elle acima até á fazenda do Vigario e desta ao pé da serra dos Côcos; com o mun. de Bezerros, no logar Poção, e com o do Bonito, desde a barra do riacho Pau Santo, no rio Ipojuca, até ás nascentes do mesmo riacho; ao S. com o mun. do Altinho pelo brejo do Buraco, ponta da serra dos Laços, serra do mesmo nome, da Quiteria até o pico da serra do Jardim; e ao O. com o mun. de S. Bento, nos logares Mulungú e Garrote. EXTENSÃO. Tem de N. a S. uns 60 kils. e de O. a L. uns 80. CLIMA E SALUBRIDADE. O clima é frio e secco e a salubridade geralmente bôa, com excepção da cidade, onde, as vezes, reinam febres de máo caracter, sendo attribuido o mal do açude feito sobre o rio Ipojuca, pois no verão, quando o rio deixa de correr e as aguas ficam estagnadas, é justamente a epocha de taes manifestações de insalubridade. ASPECTO DA NATUREZA. O solo do mun. é geralmente plano; insignificantes serras e ligeiras ondulações do terreno apenas se veem alli, de longe em longe. Naquella zona já não se encontram as mattas frondosas de outras regiões do Estado; é a vegetação aparada, baixa, descoberta e cortada, a que chamamos *capueiras*, o que domina nessas paragens. Comtudo, no inverno, essa natureza é encantadora, ao fitar-se-lhe as arvores todas revestidas de uma folhagem esmeraldina, e, onde ellas são mais escassas, ainda mirar-se esses tapetes de relva que chamam o pasto, contraste singular do verão, em que contrista fitar esse mesmo campo extenso e as arvores nuas de folhas, tudo adusto, e, muitas vezes, semelhando os vestigios da destruição de um grande incendio. Rios e riachos correntes em uma estação, na outra ficam inteiramente seccos, em pura areia, e agua só apparece se cavando aquella. Tal é, em geral, o aspecto da natureza de nossos sertões. DIVISÃO. O mun. contem duas parochias, a de N. S. das Dores de Caruarú e de S. Caetano da Raposa. Administrativamente contem tres dists., o da cidade, o de S. Caetano e o de Carapotós. POPULAÇÃO. Consta a pop. do mun. de umas 20.000 almas, sendo 14.000 na parochia de N. S. das Dores e 6.000 na de S. Caetano da Raposa. A cidade poderá ter umas 5.000 almas. TOPOGRAPHIA. A cidade está situada á margem esq. do rio Ipojuca, a 557m. de altura sobre o nivel do mar, em terreno quasi plano. Tem uma perspectiva agradavel, boa edificação e possue tres templos: a Matriz, edificada em 1816 pelo missionario Fr. Eusebio de Salles, a Egreja da Conceição, esta e aquella collocadas em bellas praças, e a do Rozario, ainda em construção; dous cemiterios, cada um com capella, uma dedicada a S. Roque e outra a S. Miguel; a cadeia, o predio da Municipalidade, o açougue publico, um pequeno deposito de polvora, um edificio escolar e outro em construcção destinado a servir de casa de caridade. Essa cidade contem, no perimetro em que se cobra a decima urbana 600 casas approximadamente, sendo dentre ellas, 15 de sobrado. POVOADOS. *S. Caetano da Raposa*, a 30 kils. ao O. de Caruarú, á margem do Ipojuca e em terreno desegual; *Carapotós*, com capella da invocação de N. S. da Conceição e uma feira; *Pitombeiras*, com uma feira; *Cedro*, a dous kils. a E. da Cidade; *Sitio* a O.; e *Jacaré*, á margem do Ipojuca e a 15 kils. a E. OROGRAPHIA. Junto á cidade, do lado O., existe, isolado na planice, um serrote denominado Caruarú. As principaes serras do mun. são: a do *Jacaré*, das *Emburanas*, das *Torres*, curiosa pela configuração semelhante á duas torres, a da *Malhada da Pedra*, formando uma cadeia com a direcção de L. a N.; a de S. *Francisco*, *Terra Vermelha*, *Cavallos*, *Pellada*, formando outra cadeia lado do S.; a da *Onça*, a do *Tacaité*, ao O., e a da *Raposa*, junto á pov. de S. Caetano. HYDROGRAPHIA. O rio *Ipojuca* rega o mun. na direcção O. a NE., banhando os logares: Taquara, Mouro, Sitio, S. Caetano, Caruarú, Cedro, Jacaré e Emburana, conservando agua no inverno, e seccando, inteiramente, no verão. São affls. delle no mun. os riachos, Mocós, Salgado, Azevem. Jacaré, Pororoca e Pau Santo. COMMERCIO E AGRICULTURA. O commercio de Caruarú entretem duas feiras, uma no sabbado, abundando em generos de todas as especies e outra de gado vaccum, na terça-feira, em transito para a cidade da Victoria. Em dezembro de 1895 existiam na cidade de Caruarú quatro padarias, uma loja de ferragens, 13 estabelecimentos de molhados e 11 de varios generos. Os principaes productos do commercio local são: algodão, milho, feijão, mandioca, caroços de algodão, fumo, bagos de mamona, queijos, sola e courinhos, que são exportados para a capital. Na zona brejosa do mun. ha muitas engenhocas de fabricar rapadura, alguns engenhos de assucar e, ultimamente, se tem cultivado bastante a plantação do café, havendo já milhares de pés dessa planta em estado de fructificação. VIAS DE COMMUNICAÇÃO E DISTANCIAS. Os meios de transporte do mun. são: para a capital, a via-ferrea, e para os demais pontos do Estado a conducção é feita á cavallo. Demora da capital 138 kils., 60 do Bonito, 27 de Bezerros, 108 do Limoeiro, 88 da Victoria, 120 de Palmares, 108 de Canhotinho, 70 de S. Bento, 36 do Altinho e 64 do Brejo da Madre de Deus ».

CARURÚ. Folha ou herva grossa, inchada, aquosa, folha mucilaginosa (Baptista Caetano). Pode ser tambem corrupção de *caá-rerú*, prato de herva ou de folhas (Dr. Theodoro Sampaio).

CARUTAPERA. Rio do Estado do Maranhão, affl. do Gurupy.

CARUTAPERA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorogr. do Maranhão*, diz: « Está situada sobre um estreito ou braço do rio Gurupy, que se estende para leste, communicando-o com a bahia de Iriry-Mirim, egualmente chamada bahia da Praia Velha, onde vai terminar, já dividido em dous outros braços: o Sapeca e o Laranjal. Este estreito ou braço do Gurupy é tambem conhecido com o nome de rio de Carutapera. Ao contrario do que geralmente se vê nos mappas, esta villa não fica precisamente sobre a margem dir. do rio Gurupy, da qual dista 24 kils., nem defronte de Viseu, como se lê em muitos livros, o qual se acha situado á margem esq. do rio Gurupy, no Estado do Pará, pois que Viseu se encontra 13 kils. á montante do logar em que começa o já mencionado estreito ou braço que vem banhar Carutapera. Seu porto é frequentado pelos vapores que fazem a navegação costeira entre o Pará e o Maranhão. Os que vem do Pará entram pela bahia de Gurupy; os que seguem do Maranhão tomam a de Iriry-Mirim. Exporta cereaes, fumo, peixe e camarão; tem criação de gado de todas as especies e está cultivando o plantio do café que nella vai prosperando ». Tinha, em 1896, cinco ruas, seis travessas, uma praça, 49 casas de telhas, 63 de palha, quatro casas de negocio e uma padaria. Entre as pov. pertencentes ao mun. notam-se: Colonia Militar ou Curato de S. Pedro do Gurupy, Maracaquera, Coimbra, Porco Magro, S. Lourenço, Peritiua, Axixá, Iriry-assú, Iriry-mirim, Pindobal, Igarapé-assú e Retiro.

CARVALHO. Ilha e Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

CARVÃO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indayassú.

CARVÃO. Ilha do Estado de Santa Catharina, em frente ao morro do Venceslau. E' occupada desde muito por depositos de carvão mineral, donde a origem do seu nome presente. E' tambem denominada ilha dos Ratos.

CASADO. Corrego do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena.

CASAL. Lagôa do Estado do Maranhão, parte pertence ao mun. da Passagem Franca, e parte ao de Picos. E' de grande extensão e cortada pelo riacho Balseiro. Ahi fazem-se as grandes salgas de peixe em certas epochas do anno.

CASA NOVA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. da Bôa Vista, á margem do riacho Jacaré.

CASA NOVA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa de seu nome e Estado da Bahia. Fica no rio d'aquelle nome, a 75 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de Sant'Anna e Santa Sé.

CASA SUJA. Ilha no rio do Cocal mun. de Cururupú e Estado do Maranhão. O Sr. José Ribeiro do Amaral, que della faz menção em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, escreve na pag. 124 Casa Suja e na pag. 125 Cara Suja.

CASA VELHA. Igarapé no mun. da capital do Estado do Pará.

CASCATA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Pelotas.

CASCAVEL. Estação de Pernambuco. Acrescente-se no fim: Ficava no kil. 70,205m da inicial do Recife e a 366m de altitude. Foi supprimida depois da abertura da denominada *Russinha* um pouco antes della.

CASSACOEIRA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz. do rio Urú e a do rio Tury-assú.

CASSANDOCA. Logar elevado e chato á margem esq. do ribeirão Tatuapé, desde as cabeceiras deste; no mun. da Capital do Estado de S. Paulo. Ahi existem capões de matto e campo. Esta palavra é corruptela de *Caá-çandog-ca*, morro com pedaços de campo.

CASSAQUERA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Tamanduátehy; no mun. de S. Bernardo. Esta palavra é corruptela de *Gu-açaí-guer-a*, esparzido e parado.

CASSATUBA. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce na lagôa da Extrema, nos limites dos muns. de Bezerros e Limoeiro, e, correndo por este ultimo mun., desemboca no logar Barra, acima do Poço do Páu, no rio Capibaribe.

CASSIPORÉ. Dist. no territorio de Aricary, no Estado do Pará. Divide-se em quatro sub-prefeituras: Cunany, Calsoene, Cassiporé e Oyapock.

CASSIPORÉ. Cabo do Estado do Pará, no territorio de Aricary, junto a foz do rio do seu nome. E' tambem denominado Santo Ambrozio.

CASSIRIAU. Igarapé affl. do rio Purús, no mun. de Floriano Peixoto do Estado do Amazonas.

CASSONUNGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Piahy, que o é do Tremenbé; no mun. da capital. Esta palavra é corruptela de *Haçá-nong-a*, impedimento atravessado. De *haçá*, atravessar; *nong*, impedir com *a* (breve) por acabar em consoante, segundo a lição do padre A. R. de Montoya em sua *Arte de la lengua guarani*. A palavra Cassonunga ou Cassununga tambem pode ser corruptela de *çá-çunũ -nga*, vespa ruidosa. Em certas estações do anno emigram, como gafanhotos, de um logar para outro; e, em seu trajecto fazem tal rumor, que os praticos tratam de arredar-se desse rumo, afim de não serem mordidos.— Com o mesmo nome ha uma pedra no rio Parahyba, na volta que faz em frente á cidade de Jacarehy. Tambem dizem *Vassonunga*.

CASTANHAL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

CASTANHAL. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi creada villa pela Lei n. 646 de 6 de junho de 1899 e installada em 15 de agosto de 1901.

CASTELHANOS. Bairro do mun. de Villa Bella; no Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

CASTELLO. Morro na cidade do Pomba e Estado de Minas Geraes. No seu cimo ergue-se o cemiterio.

CASTRO. Pov. no termo de Santa Luzia do Estado de Sergipe.

CASTRO. Estação da E. de E. de S. Paulo ao Rio Grande; no Estado do Paraná, entre Cachambú e Tronco.

CASTRO ALVES. Passou assim a denominar-se a cidade do Curralinho; no Estado da Bahia pela Lei n. 360 de 25 de julho de 1900.

CATAÇABA. Riacho do Estado da Bahia, no dist. de Itapoan.

CATAGUAZES. Corr. *caá-atã-guá*, valle ou baixada de matto rijo ou aspero; *caá-êtê-guá*, valle da matta virgem, ou valle das mattas. Os primeiros sertanistas, que entraram em Minas Geraes depois de 1687, descobriram no valle do rio Doce, entre os indios que denominaram *Cataguazes*, as primeiras amostras de ouro. A região ficou, por isso, denominada Minas dos Cataguazes. O nome *Cataguazes*, porém, designando uma tribu selvagem, procede sem duvida do caracter da região por ella habitada, região coberta de matta (*caeté*) e dentro de um amplissimo valle (*guá*) Dr. Theodoro Sampaio.

CATAGUAZES. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Camapuan.

CATAIBÚ. Morro no mun. do Jundiahy; no Estado de S. Paulo. Vide *Cazaibú*.

CATANDUVA. Corr. *caa-tã-dyba*, mattagal aspero, rijo, matto carrasquento em terra de inferior qualidade; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

CATANUMI. Morro granitico á margem esq. do rio Juquery; entre os muns. de S. Paulo e do Parnahyba; no Estado de S. Paulo.

CATAS ALTAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Abaeté e desagua no rio Sucuriú.

CÁ-TE-ESPERO. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de S. Paulo de Olivença.

CATENDE. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Jaboatão, á margem da linha ferrea Central e proximo da estação Morenos. Tem uma capella da invocação de Santo Agostinho. *Catende*, significa, segundo Martius, matto baboso, de *caá*, matto; e *tendy*, babôso, salivar.

CATEPA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

CATÊTE. Corr. *taletú* ou antes *tãyletú*, composto de *tãy=tanha* dente *titú* aguçado, ponteagudo; diz-se mais commumente *caletú* ou *caitelú* (Dr. Theodoro Sampaio).

CATETÉ. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. da barra do Corda, 24 kils. á montante da cidade, á margem dir. do rio Mearim (Dr. Justo J. Ferreira. *Obr.* cit.).

CATHARINA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua pelo lado do Maranhão. (Dr. G. Dodt *Relatorio*).

CATIGUÁ (corrupetela de *Hati-guá*, manchado de sedimentos). Ribeiro proximo á cidade de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo.

CATIMBÃO. Vocabulo typy que significa, segundo Martius, *sarro de cachimbo*.

CATINGA REDONDA. Arraial do termo de Itabaiana, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano* 1901).

CATINGA SECCA. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da Serra das Almas.

CATIOCA. Cachoeira no Ribeirão Itahim, abaixo da denominada Itambé; no mun. do Cunha e Estado de S. Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, é corruptela de *Qûa-ti-yuî-og-ca*, espumosa, e poço; *ti-yuî-og*, espumar, com o suffixo *ca* (breve) para formar supino. Allusivo a formarem as aguas ahi muita espuma; e a existir, logo abaixo da cachoeira, um poço ». E' conhecida pelo nome de Guedes. O nome Catioca é trazido indebitamente por uma extenção do ribeirão.

CATITA. Arraial do termo do Lagarto, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CATIUAUA. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Guimarães e lança-se na costa.

CATOLÊ. Vocabulo que não parece da lingua tupy e que só se encontra no sertão; designa uma palmeira (*Ataléa humilis*); *catulé, caculé, cacolé* (Dr. Theodoro Sampaio).

CATOLÉ. Serra do Estado de Pernambuco, ao S. da villa de Belmonte, em cujo mun. está encravada. Tem uma área de de 36 kils. e a altura de 200 metros. No cimo della ha uma parte denominada Pedra Bonita celebre por um caso de fanatismo, occorrido nos annos de 1836, 1837 e 1838 por um estupido embusteiro.

CATONIO. Pov. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: E' banhada pelo corrego Gamelleira. Tambem escrevem *Cattoni*.

CATRUMANO. Nome com que no Estado da Bahia designam o tabaréo. Talvez seja corrupção de quadrumano.

CATÚ. (Adjectivo) Bom, bonito, conveniente; adverbio, bem, bastante (Dr. Theodoro Sampaio).

CATUAMA. Composto de *catú-ama*, o que está bem firme; o que é bastante elevado. (Dr. Theodoro Sampaio). E' vocabulo tupy e significa, segundo Martius, *lugar muito bom*. No guarany existe tambem a mesma palavra e então quer dizer, segundo Montoya, logar de muita chuva, de *catú*, bastante, muito; e *ama*, chuva.

CATUEIROS. Ponta na Costa do Estado da Bahia. depois de Viçosa. Junto della sahe para o N. um banco, A ella segue-se o pontal do sul de Caravellas.

CATUMBY. Tremedal á margem esq. do rio Tietê, no dist. do Braz e mun. da capital do Estado de S. Paulo. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, é corruptela de *Catu-húú-ybŷi*, contrahido em *Cat'-húú-ybŷi*, muito fundo atoleiro. De *catú* para exprimir excesso; *húú*, lameiro, lodo, detritos; *ybŷi*, concavo, óco, seio. O som da pronuncia é guttural. Allusivo a existir ahi um brejo, em forma concava, e muito fundo de lameiro ». « *Catumby*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrrupção de *caá-t-omby* ou *caá-t-oby*, folha verde, matto verde; o anil; alt. *calumby, carumby* ».

CATUNY (agua bôa). Rio do Estado da Bahia, affl. do Itapecurú-mirim, no mun. do Bom Fim.

CATUNY (agua bôa). Estação do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco. Accrescente-se no fim: Fica a 335k,030 distante de Alagoinhas e a 457k,454 da Bahia, na altitude de 596m,520. Dista da pov. do Brejo uns 600 metros. Exporta algum café, cereaes e fructas, principalmente laranjas e bananas. O pov. tem 500 almas.

CATUPÉ Morro do Estado de S. Paulo, na ilha de S. Vicente.

CAUCAIA Serra entre os muns. de Cotia e de Una; no Estado de S. Paulo, nas cabeceiras do rio Sorocá-mirim.

CAUCAIA Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Vargem Grande, trib. do Sorocá-mirim.

CAUEIRA Serra do Estado de Pernambuco, corre nos limites dos muns. do Bom Jardim e Timbauba.

CAUVI (lagôa ruim). Pequena lagôa á margem do ribeirão Anna da Costa, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo.

CAUVÚ Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Cabuçú, no dist. de N. S. do O'.

CAVACO Serrania que, com diversos nomes, estende pelos muns. de Garanhuns, S. Bento e Conceição da Pedra; no Estado de Pernambuco.

CAVACUDOS Ribeirão do Estado de Minas Geraes affl. da margem dir. do Pomba; no mun. deste nome.

CAVA DE PEDRA Riacho do Estado de Pernambuco affl. da margem esq. do Brigida.

CAVADO. Morro do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

CAVADO. Morro do Estado de de S. Paulo, entre os muns. de Sorocaba e Piedade.

CAVALLEIRO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Correntes. Ahi nasce o rio deste nome, que vai desaguar no rio Mandahú, e, ainda em posições diversas os riachos Cocal, da Palha, Palmeiras, Mandahú-mirim, Caranguejo, Cassambinha e Jundiá, que buscam o Estado de Alagôas. O Monsenhor Dr. Manoel da Costa Honorato, em seu *Dicc. Topogr.* diz: « Até o seculo passado conservou o nome de Mãe d'Agua, mas foi trocado este pelo de Cavalleiro, porque os habs. deste tempo diziam que nas noites de luar, viam um cavalleiro no cume da serra. Sobre esta serra ha umas trezentas braças quadradas sem um só arbusto. Nota-se ainda ahi um subterraneo, com entrada franca, similhante a uma porta, cuja profundidade é um abysmo insondavel. Ainda se conserva quasi toda coberta de mattas virgens e madeiras de construcção. »

CAVALLO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Granito.

CAVALLO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do ribeirão dos Patos, que o é do rio S. Francisco; entre os muns. da Formiga e de Piumhy.

CAVALLO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. da Gloria de Goitá, ao lado da estrada que vai da cidade do Limoeiro á daquelle nome e a uns seis kils. do pov. Duarte Dias.

CAVARÚ. Corr. do portuguez cavallo que o gentio pronunciou *cabarú* (Dr. T. Sampaio).

CAVARÚ-CANGUERA. A caveira do cavallo.

CAVEIRA. Log. no mun. de Prados e Estado de Minas Geraes.

CAVEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Batataes.

CAVEIRA. Corrego do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena.

CAVERÁ. Corr. *caá-berà*, folha brilhante ou luzidia, qualidade inferior de matte; R. G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio).

CAVETÁ. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jundiahy-mirim; no mun. de Jundiahy e Estado de S. Paulo. Já li *Icavetá*. *Cavetá* é corruptela de *caba-etá*, as vespas.

CAVOCA. Serra altissima de mais de mil metros acima do nivel do mar, servindo de divisa dos Estados de S. Paulo e Paraná.

CAVOUCO. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce e corre no mun. da Varzea, indo desaguar no rio Capibaribe pela margem dir. proximo do logar Cordeiro. Outros o denominam Covaco (*Carta da cidade do Recife e seus arrabaldes, em* 1874).

CAXAIBÚ. Morro entre os muns. de Jundiahy e de Itatiba; no Estado de S. Paulo. Alguns dizem *Cataibú* e *Cachambú*. Esta palavra é corruptela de *Caa-çai-ibiy*, monte baixo e esparramado. De *caá*, monte; *çai*, esparzir, estender esparramar; *ibiy*, baixo.

CAXIAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Amaragy, no mun. deste nome.

CAXIAS. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901) diz: « Caxias, out'rora S. José das Aldeias Altas, segunda cidade do Estado, situada á margem dir. do rio Itapecurú, 108 kils. á montante da cidade do Codó, fica ao S. da capital, de que dista 480 kils. Dominando-a, estende-se a S. E. o historico morro das Tabocas ou do Alecrim, sobre o qual, em uma pequena explanada, se vê um quartel com grandes accommodações. O riacho S. José, que banha os seus suburbios, se lança na margem dir. do Itapecurú, 12 kils. á jusante da cidade. E' ponto de partida da linha ferrea que, atravessando a zona intermediaria do Itapecurú e Parnahyba, tem seu ponto terminal na villa de Flores, situada á margem esq. do Parnahyba e fronteira á Therezina, capital do Estado do Piauhy. É cidade commercial, industriosa e populosa. Seu commercio se faz com grande parte do sertão do Estado, com o Piauhy e ainda com Goyaz. Possue diversos templos catholicos, estação telegraphica, tres fabricas de fiação e tecidos de algodão, o paço municipal, theatro, quartel, agua potavel canalisada e uma magnifica ponte sobre o Itapecurú, que a liga ao bairro fronteiro, chamado *Tresidella*, nome indigena que parece significar — *do outro lado* —, ou, segundo Gonçalves Dias, é corruptela de *treze aldeias*, onde ficam uma egreja, uma esc., uma das fabricas de tecidos e o aprazivel riacho Sanharó, que desagua no rio Itapecurú defronte da estação da E. de Ferro. E' actualmente ponto terminal da navegação a vapor no rio Itapecurú. Publicam-se nella tres jornaes. Calcula-se a pop. em 10.000 habs. Foi sitiada e tomada pelos rebeldes, na revolta de 1839, denominada Balaiada. E' o berço de Gonçalves Dias, Coelho Netto, Dr. Raymundo Teixeira Mendes, Dr. Cezar Augusto Marques, Dr. Frederico José Corrêa e do poeta Theophilo Dias ». O Sr. José Ribeiro, do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Caxias*, cidade a 4°50' de lat. S. e long. em arco de 0°31' e em tempo 0h2m4s W., á margem dir. do rio Itapecurú, ligada telegraphicamente á Capital Federal e por uma E. de F. á villa das Flores, antiga S. José das Cajaseiras, fronteira á Therezina. Pela sua posição geographica que a torna o emporio do commercio do alto sertão, bem como dos Estados do Piauhy e Goyaz, pela sua riqueza, movimento commercial, e industrial, população e adiantamento em todos os ramos da actividade humana, occupa incontestavelmente o primeiro logar depois da capital. E' com. de um só termo; comprehende tres dists. de paz e está ecclesiasticamente dividida em tres fregs.: de N. S. da Conceição e S. José, com a Egreja deste nome, que é a mais antiga da cidade, e a de N. S. dos Remedios, que é filial; a de S. Benedicto, com a Egreja deste nome, que serve de Matriz do 2º dist. e a filial de N. S. do Rosario; e a de N. S. de Nazareth da Tresidella, tendo por Matriz a Egreja da Tresidella. Conta actualmente 746 casas cobertas de telha, e grande numero de palha nos seus arredores, bem como 41 ruas, 12 beccos e oito largos, não incluindo o 3º dist. (Tresidella) com tres ruas e um largo. Sua pop. segundo os melhores calculos, é avaliada em 8.000 habs. Pelo que diz respeito ao commercio e ás artes tem a cidade 57 lojas e 16 quitandas, alem de infinidade de pequenas vendas: dous hoteis, quatro fabricas de charutos, duas de cigarros, cinco funilarias, duas lojas de caldeireiro, cinco ferrarias, duas fabricas de descaroçar algodão, sendo uma á vapor, duas tanoarias, duas padarias, duas salgadeiras, cinco olarias grandes e tres menores, dous cortumes de pelles, diversos talhos de carne verde, varias lojas de alfaiates, de ourives, de sapateiros, de selleiros, duas bandas de musica, alem de outra na Villa Industrial. Possue duas typographias, donde saem á luz dous jornaes: o *Jornal de Caxias e a Gazeta Caxiense*, publicando-se, aquelle, uma, e este duas vezes por semana. Tem tres medicos, duas pharmacias, seis escs. de instr. prim., mantidas pelo Estado, sendo quatro para o sexo masculino e duas para o feminino, além de um não pequeno numero de aulas particulares. Seus edificios publicos mais importantes são: o *Paço da Intendencia Municipal*, no largo da Independencia (ou da Carolina), com accommodações necessarias para funccionarem, ao mesmo tempo, esta corporação e o tribunal do jury; é vasto, elevado e de solida construcção. *A Cadeia*, contigua ao Paço Municipal, construida de pedra e cal, mas de proporções acanhadas e sem as condições hygienicas indispensaveis em estabelecimentos desse genero. *O Quartel Militar*, vasto edificio, construido de taipa em 1841, e em grande parte reconstruido, ha poucos annos. Jaz na explanada do morro do Alecrim, onde em 1823 capitularam as forças portuguezas ao mando do major João José da Cunha Fidié, que nelle se haviam fortificado contra as tropas expedicionarias, vindas do Piauhy e Ceará, para proclamarem a independencia nesta parte do territorio maranhense. D'ahi descortina-se quasi toda a cidade e seria o mais aprazivel logar, si não fosse a falta absoluta de agua, que ahi se nota. Entretanto, com pouco dispendio, pode ser construido vasto açude entre o immenso canal natural, que existe á pequena distancia, ao nascente, onde encontra-se abundante pedreira, que facilita a construcção dessa obra. Acha-se, actualmente, abandonado esse importante edificio, que está condemnado a desapparecer pelo desmoronamento. Uma casa, que serve de *Mercado*, onde funccionam sete açougues de carne verde, além dos que se acham em diversos pontos da cidade, edificio antigo, doado ao mun., e que não se presta ao fim a que tem sido applicado. Situado no largo da Conceição, não condiz com os melhoramentos da cidade. O *Matadouro* situado em um local proximo á rua S. Pedro, contem quatro divisões, construidas de madeira de lei; mas que tem de ser transferido do logar por passar muito perto a linha ferrea. O *Theatro* em um excellente predio, em construcção muito adiantada, na rua Aarão Reis, e que, depois de concluido, terá as commodidades precisas ao fim a que é destinado, podendo conter de 500 a 600 expectadores; pertence á uma sociedade denominada Phenix Dramatica. O *Deposito da Polvora* occupa um edificio perto de uma olaria, pertencente á uma casa commercial da capital, que percebe 500 rs. por cada barril de polvora ali depositado. Foi construido pelo fallecido Tenente-coronel Clementino José Ribeiro, e, expirado o praso de 30 annos da concessão que teve, deve passar para a Camara do mun. Nella funccionam as seguintes companhias: *Prosperidade Caxiense*, com o capital de 80 contos; construiu uma ponte de madeira sobre o rio Itapecurú, no Porto Grande, ligando os tres districtos da cidade, obra essa que, findo o prazo de 50 annos, tem de passar para o dominio da municipalidade. *Industrial Caxiense*, com o capital de 400 contos, a primeira fabrica de tecidos de algodão, que se construiu no Estado, então prov. do Maranhão. Funcciona em um vasto edificio construido de pedra e cal, o primeiro raio, e o outro, que foi para augmento da fabrica, de tijolos cosidos. Iniciados os trabalhos com 50 teares e os competentes apparelhos, fabricados nos Estados Unidos, tiveram tal acceitação os productos della (domesticos), que tornou-se de necessidade o augmento da fabrica para poder satisfazer os innumeros pedidos feitos, até de outros Estados. Tem actualmente 125 teares, numero que será elevado a 150, si bem que mais de metade não funccione ainda. *Usina Agricola Caxiense* com o capital de 40 contos. Fabrica de farinha a vapor no logar Commum, pouco acima da Industrial Caxiense, em local aprazivel. Funccionou durante algum tempo, mas teve de suspender os trabalhos por não corresponder totalmente aos fins da sua creação. *Companhia União Caxiense* com o capital de 850 contos. Fabrica de tecidos de corres, ponco abaixo da Industrial Caxiense. *Companhia das Aguas de Caxias* com o capital de 80 contos.

Fornece agua do riacho Ponte por meio de encanamentos. Existem mais na cidade as seguintes associações: Phenix Dramatica, Sociedade Mutuo Auxilio dos Artistas Caxienses, Club Patriotico dos Artistas Caxienses, Sociedade Beneficente dos Caixeiros; e as Irmandades de N. S. da Conceição, de S. Vicente de Paula, do SS. Sacramento do 2º dist., de N. S. do Rozario e de Santo Elesbão. Tem dous cemiterios: o dos Remedios, no morro da Januaria, e o de S. Benedicto. — O local, em que hoje acha-se situada esta bella e florescente cidade, foi, primitivamente, um aggregado de aldeias dos indios Timbyras e Gamellas, os quaes, perseguidos pelos portuguezes, que os procuravam reduzir á escravidão e vendel-os mais tarde em S. Luiz, acolhiam-se ás florestas, abandonando suas primeiras habitações. Occupadas pelos portuguezes as aldeias abandonadas, estabeleceram-se nellas no começo do seculo 18º e edificaram uma egreja a N. S. da Conceição, dando á nova pov. o nome de *Aldeias Altas*, naturalmente em contraposição ás primeiras já estabelecidas no Baixo Itapecurú. Algum tempo depois creou-se ahi uma justiça presidial, sendo afinal, por Alvará de 31 de outubro de 1811, lhe conferido o titulo e prerogativas de villa. Creada com as solemnidades do costume aos 24 de janeiro de 1812, foi egualmente constituido seu governo municipal. Para esta nova camara entraram promiscuamente os europêos com os brazileiros. Tomou então esta villa o nome de *Caxias das Aldeias Altas;* teve por dotação legua e meia quadradas de terra e houve por dist., em conformidade do Alvará de sua creação, os tres presidios de Aldeias Altas, Pastos Bons e S. Bernardo, tendo mais, como freg., seu vigario, seu capitão-mor e um official de linha que commandava 40 homens para socêgo d'aquelle turbulento sertão, como diz Gayozo. Creada villa a 24 de janeiro de 1821, foi dividida nas fregs. de N. S. da Conceição e de S. Benedicto pela Lei Prov. n. 13 de 8 de maio de 1835, e elevada á categoria de cidade por Lei de 5 julho de 1836. Entre os acontecimentos mais notaveis de que tem sido theatro esta cidade, destacam-se: O enthusiasmo e valor com que as tropas independentes, mal armadas, sem disciplina, e commandadas apenas por um militar, o bravo Salvador, e por Alecrim, denodado cabo, não affeito ás lides da guerra, atacaram no morro das Tabocas as tropas regulares de Fidié, militar valente e dedicado de coração á causa da metropole. Apezar da posição desvantajosa dos independentes e da mortandade espantosa feita em suas fileiras, levaram de vencida aos defensores do absolutismo. O poeta Gonçalves Dias immortalisou esse logar em uma bella poesia — *O morro do Alecrim* — que fez substituir o antigo nome de Tabocas por este. Em 1832, Antonio João Damasceno marchou contra Caxias e foi destroçado antes de alli chegar. A 28 de novembro de 1837 foi barbaramente assassinado, ás 9 horas da noite, o estimado e popular Raymundo Teixeira Mendes, facto este que sensibilisou a toda a prov. e excitou immensa indignação contra os façanhudos e barbaros *condotieri*, que então dominavam aquella localidade. Ao receber-se nesta capital tão triste nova, o nosso illustre J. F. Lisbôa abandonou o logar de secretario da presidencia para lançar-se de novo no jornalismo e creou a *Chronica*, um dos jornaes mais bem escriptos que por ventura se tenha publicado no Brasil. D'entre tantos acontecimentos, porem, nenhum ha, cuja memoria se conserve ainda tão viva e indelevel no espirito do povo caxiense como o da *Balaiada*. Situada no centro da Prov. do Maranhão, de cuja capital apenas dista cerca de 480 kils., á margem dir. do Itapecurú, principal emporio de todo o commercio do alto sertão e da prov. do Piauhy, que lhe fica limitrophe, rica, populosa, e então mui florescente, devia Caxias naturalmente attrahir as vistas e desafiar a cobiça daquelles bandos de salteadores, avidos de sangue e de riquezas. Senhores de quasi todo o territorio da prov. comprehendido entre os rios Parnahyba e Itapecurú, onde livremente exerciam suas correrias e devastações, conhecedores da fraqueza do governo, que quasi se limitava á medidas de pura defensiva, enriquecidos de todos os elementos com que se faz a guerra, depois de haverem feito junecção de todas as suas forças na villa do Brejo, pozeram-se finalmente em marcha os rebeldes a 7 de maio com direcção á Caxias, a cujas portas apresentaram-se a 24 do mesmo mez. A' despeito de todos os avisos da imprensa, que não cessava de chamar a attenção e as vistas do governo para esta cidade, achava-se ella no mais completo abandono quanto á meios de defesa, e entregue unicamente aos seus proprios recursos. Em meiados de abril de 1839, quando teve logar o revez da expedição de Pedro Alexandrino, havia apenas naquella cidade uns 40 paisanos armados; depois com a noticia deste doloroso successo, que tristemente echoara pelo interior da prov. foi que se começou a reunir mais alguma força, de sorte que descendo o Tenente-Coronel Severino Dias Carneiro com cerca de 300 homens para bater os revoltosos do Coroatá, ou outros quaesquer, que encontrasse em caminho, teve ordem de contramarchar, a menos de meia viagem, e de vir postar-se no Limoeiro para garantir a cidade, á vista das noticias aterradoras recebidas pelo prefeito e por outras pessoas de importancia, visto que eram estas as unicas forças com que contavam para sua defeza. Foi só em principios de maio, depois de instantes e positivas ordens da capital, que decidio-se o Coronel João Paulo Dias Carneiro a requisitar soccorros ao prefeito de Pastos Bons e ao presidente do Piauhy, soccorros estes que, como é de ver, só bem tarde poderiam chegar. Postada a força no Limoeiro, lá foram ter Raymundo da Cruz e Silva e outros, e resolveram o Coronel Severiano a abandonar aquella posição e recolher-se á cidade, desobedecendo assim ás ordens do prefeito. Ordenou-lhe este ainda que fosse occupar o ponto denominado Burity do Meio, mas foi novamente desobedecido. Marchavam as cousas por esta forma no meio da maior balburdia e confusão; o prefeito a ser contrariado e desobedecido em todos os planos que dava para a defeza da cidade, quando no dia 22 de maio soube-se da approximação do inimigo. No dia 23 saindo uma forte partida commandada pelo Tenente João Paulo de Miranda para reconhecel-o, e dando no logar denominado Raiz com um piquete rebelde, que fugiu logo aos primeiros tiros, voltou para a cidade dando vivas, dizendo que tinham morto o Getirana. Entretanto, no dia 24 ás 10 horas da noite, sem que as forças da cidade o presentissem, foi ella effectivamente cercada, occupando Getirana o ponto da Olaria; S. J. Teixeira e o Ruivo, o do Atoleiro; Balaio o do Pão d'Agua; Mulungueta o da Pedreira; e Silveira o da Barra de S. José: Foram os rebeldes encontrar a cidade totalmente indefesa, sem que tivessem os seus habs. ao menos o cuidado de levantar trincheiras ou quaesquer outras fortificações; por sua parte o governo nem siquer dinheiro mandava para pagamento da tropa, vendo-se o prefeito, Coronel João Paulo, forçado a obter algum por emprestimo, á vista de autorisações que lhe vieram da capital. No dia 25, foi o Getirana batido e desalojado do ponto que occupava; mas nem trataram de perseguir o inimigo, que fugia em completa debandada; nem procuraram fortificar o ponto abandonado, o que deu logar a que elle viesse de novo occupar a mesma posição no dia 26. No dia 27, chegaram ainda, Violete, que occupou o ponto da Tresidella; Moura, que foi unir-se ao do Atoleiro; e Coque, que occupou o de S. José. E como si não bastassem tantos e tão copiosos soccorros, que quasi diariamente recebiam os rebeldes, e que mais e mais lhes vinham engrossar as fileiras e augmentar a audacia, appareceu-lhes ainda Livio Lopes Castello Branco e Silva, á testa de uma força de 600 homens, e Millone, que trouxe uns 300 a 400 de Pastos Bons. Era Livio Lopes natural de Campos Maior, na prov. do Piauhy. Homem abastado, intelligente, activo e bastante popular, mas de um espirito irrequieto, dizem, que fôra impellido para a revolta por um fim nobre e justo — o de retirar de Caxias, que sabia já achar-se ameaçada pelos rebeldes, uma irmã e duas cunhadas que lá residiam. Chegando as portas da cidade e encontrando-a sitiada por tropas mui numerosas, julgou de bom aviso não recuar; fez causa commum com os rebeldes e conseguio assumir o commando geral de todas as forças. Emquanto soccorros tão repetidos e tão poderosos affluiam aos rebeldes de todas as partes, Caxias apenas recebia o do Prefeito de Pastos Bons, que, sahindo de sua com. com cerca de 300 homens, vio-se abandonado de quasi todos durante a viagem, e só conseguio entrar na cidade com uns 50 ou 60 que lhe ficaram fieis. Uma columna expedicionaria, ao mando do Tenente coronel João Raymundo Carneiro Junqueira e do bravo major Falcão, que se organisara e sahira em direcção á Caxias, teve de retroceder em poucos dias, por ordem do governo, para o Itapecurú-mirim, donde havia partido. Abandonada por esta forma a segunda capital da prov.; reduzida aos seus proprios recursos, cansada de esperar por soccorros, que nunca lhe chegavam, ainda assim sustentaram-se os seus bravos habs., durante o longo periodo de 38 dias, empen-

hando-se em uma serie de combates parciaes, em que colheram alguns momentaneos triumphos, quasi sem resultados. « A divisão entre os legalistas, disse-o um escriptor contemporaneo, começou lógo nos primeiros dias. Alli, como em toda a parte, em eguaes circunstancias, os *ultras* entendiam que fóra de sua lei não havia salvação, e não contentes com isso pretendiam que fossem prezos, e não sabemos si mais, todos os que lhes aprazia chamar suspeitos, e entre os quaes havia alguns, que com as armas na mão repelliam o inimigo. O prefeito coronel João Paulo oppoz-lhes, porém, tão firme e constante resistencia que por fim mereceu tambem as honras da suspeição. Os animos se foram exacerbando de dia em dia. Estas divisões, a fome, a pouca esperança de soccorros, foram a pouco e pouco desalentando os mais resolutos. O numero dos defensores da legalidade ia mingoando. Em muitos combates, contudo, os nossos levavam a melhoria » Nestas condições impossivel era aos sitiados sustentarem-se por mais tempo. Nos ultimos dias, no dia 24 de junho, quando reconheceram todos, que, sem esperança de soccorro algum, não havia vantagem em prolongar-se a resistencia por mais tempo, officiou aos chefes rebeldes o prefeito, coronel João Paulo, pedindo-lhes um salvo-conducto para uma deputação, que com elles iria ter e entraria em negociações sobre a entrega da cidade. Desta ardua e espinhosa missão foram incumbidos, entre outros, os Drs. Francisco de Mello Coutinho de Vilhena e Antonio M. Fernandes Junior, que voltaram sem poder chegar a um accordo. No dia 26, foi ainda á Tresidella a mesma commissão, sem que obtivesse melhor resultado; no dia 27 não a deixaram mais voltar. No dia 28, officiaram os chefes rebeldes ao prefeito, propondo uma capitulação vergonhosa e dura que foi regeitada: Uma finta de 80 % sobre o capital nos bens dos adoptivos e a entrega de oito individuos que elles depois designariam. A 30, pela manhã, apresentou o prefeito algumas modificações á estas condições, mas não mereceram as honras de uma resposta. Á vista da attitude arrogante dos rebeldes, reconhecendo que nada mais havia a esperar de quem assim procedia, dissolveu-se nessa mesma noite a força legal, procurando cada qual na fuga, a segurança de sua vida, pessôa e bens. No dia seguinte, 1º de julho, pela manhã, entraram os rebeldes na cidade sem encontrar a menor resistencia. No meio dos maiores desastres e mais fundas desditas com que, ha sete mezes, era quasi que quotidianamente flagelada a prov., nenhum, póde-se dizer, emocionou tão vivamente o espirito publico e ferio-o tão dolorosamente, como o da perda da opulenta Caxias e do saque e massacre de seus habs. Em Janeiro de 1840, foi definitivamente restaurada pelas forças legaes, commandadas pelo Coronel, mais tarde Marechal, Francisco Sergio de Oliveira, depois de por duas vezes ter cahido em poder dos rebeldes... A população de toda a com. é geralmente computada em 30.000 almas. Produz algodão, assucar, aguardente, farinha, milho, feijão arroz, e tem criação em pequena escala. Exporta para a capital e outros Estados os productos das suas fabricas de fiação e de tecidos ». Comprehende as seguintes povs. Tresidella, Villa Industrial, Engenho d'Agua, Alto da Cruz, Lagôa do Pindoba, Pindoba e Poraquê.

CAYAPÓ. Nome de uma tribu selvagem do Brasil. Esta palavra é corrupção de *cai-apó*, o que queima ou faz queimadas.

CAYARY. Vocabulo composto de *acaya-r-y*, rio do cajú.

CAYRÚ. Junto á matta, á entrada da matta; composto de *caá-yrú*; Bahia.

CAYUBI. Composto de *caá-y-uby* ou *caá-oby*, a folha verde ou azul, o anil; é o mesmo que *Catumby* (Dr. Theodoro Sampaio).

CEARÁ. Com a graphia actual é *cê-ará*, canta ou fala o papagaio, que Alencar traduziu livremente — *canto da jandaia* — Com a graphia primitiva dos primeiros chronistas e historiadores que era *Syará* ou *Ciará* (*Cú-ará*) designa simplesmente uma casta de papagaios pelo gentio denominados *Cú*.

CEARÁ. Arrabalde da Villa de Cururupú, no Estado do Maranhão.

CECÊ. Composto de *ce-cê*, meu ser, minha pessôa; meu desejo, minha vontade (D. Theodoro Sampaio).

CECI. Composto de *ce-ci* ou *ce-aci*, meu pezar, minha dor, meu soffrer; *ce-ci*, minha mãe, minha origem. (Dr. Theodoro Sampaio).

CEÇARY. Composto de *ceçá-r-y*, agua dos olhos, a lagrima; *ce-eçary*, minhas lagrimas (Dr. Theodoro Sampaio).

CECILIA (Santa). Dist. de paz creado no mun. da capital do Estado de São Paulo pela Lei n. 622 de 26 de junho de 1899.

CECILIA (Santa). Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Curytibanos.

CECILIA (Santa). Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira, a 15 kils. E' povoada por italianos.

CECY. Ilha no rio Pomba, defronte da cidade de Santo Antonio de Padua; no Estado do Rio de Janeiro.

CEDRO. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruarú, a dous kils. a E. desta cidade, á margem esq. do rio Ipojuca.

CEDRO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio S. João, nas divisas do dist. da cidade de Passos e o do Bom Jesus da Penha.

CEDRO OUCO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

CELSO. Lago do Estado do Pará, no mun. de Amapá.

CEMITERIO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. da Cotia, á margem dir. do rio deste nome.

CEMITERIO. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Arrosal, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

CEMITERIO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e desagua na margem dir. do ribeirão Cerrado

CEMITERIO. Passo no arroio Touro-Passo e Estado do R. G. do Sul.

CEREMONIA. Corrego de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. Mendes, que escreve *Ceromonia* o faz affluir para a margem dir. do ribeirão dos Veados. *Ceromonia*, diz o Dr. J. Mendes, corrupção de *Terõ-monà* sinuoso e turvo. De *terõ*, torcido, torto, *monà*, mesclar, borrar, turvar. O *t* é mudado em *c*, formando *Cerõ-monà* pela necessidade do relativo ».

CERQUEIRA CEZAR. Dist. de paz creado no mun. de Avaré do Estado de S. Paulo pela Lei n. 615 de 6 de junho de 1899. Comprehende os dists. policiaes do Cerqueira Cezar e Macuco. Vide Cerqueira Cezar (estação).

CERQUILHO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Tieté; no mun. deste nome.

CERRADINHO. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Ponta Grossa; com uma esc. creada pela. Lei n. 251 de 14 de dezembro de 1897.

CERRADINHO. Corrego do Estado de Goyaz, no mun. do Curralinho

CERRADO. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Ponta Grossa.

CERRADO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, une-se com o Pantano, e juntos vão desaguar no ribeirão da Barra, affl. do rio Mogy-guassú. Recebe pela margem esq. o corrego do Pica-páu e pela dir. os corregos do Cemiterio, lo Tanque Furado, do Engenho Velho, do Xadrez e do Campo Limpo. (*Folha do Rio Claro da Commissão Geogr. e Geol. de S. Paulo*).

CERRADOR. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

CERVO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Grande; no mun. de Santa Rita do Paraiso.

CHACARA. Bairro da cidade do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.

CHÃ DO BEBEDOURO. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Maceió.

CHAFARIZ. Corrego do Estado de Minas Geraes, no dist. de Congonhas do Campo.

CHANGUÁ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Rio Formoso.

CHAPÉO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Francisco de Paula de Cima da Serra.

CHAPÉO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Buique. E' formada de gres. Tem o aspecto de um pico isolado.

CHAPÉO. Morro do Estado de S. Paulo, á margem esq. do rio Ribeira de Iguape.

CHAPÉO. Pico elevado da serra da Fartura; no Estado de S. Paulo.

CHAPÉO PEQUENO. Morro do Estado de Minas Geraes, entre os dists. de Ibertioga e Piedade do Rio Grande.

CHARETA. Pequeno monte no mun. de Palmares do Estado de Pernambuco.

CHARNECA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

CHATA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho, á margem do riacho do seu nome, com uma capellinha de S. Francisco

CHAVE DO JEQUITIBÁ. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Bom Jardim.

CHAVELHA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. da Palmyra.

CHAVES. Cidade do Pará. Accrescente-se no fim: A Lei n. 785 de 10 de outubro de 1901 autorizou a mudança da séde do mun. para o logar Bacury.

CHICO BARCELLOS. Arroio do Estado do R. G. do Sul, affl. do rio Guahyba, nos limites do mun. da capital.

CHICO DE PAIVA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

CHICO NONATO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

CHIMDUBA. Arraial no termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano* 1901).

CHIQUE-CHIQUE. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa do mesmo nome; no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, a 359 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de Pilão Arcado e Barra.

CHIQUE-CHIQUE Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé.

CHIQUEIRO. Serra e morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Itapecerica, proximo da serra de Itatuba.

CHITÀ. Corrego do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada e mun. da capital. Corre proximo ao corrego da Lage.

CHOPOTÓ. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do Pomba. Accrescente-se no fim: E' formado pelos rio Piedade e Capella Vélha, que se reunem na cidade do Rio Branco.

CHORA MENINO. Log. do Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Existe ahi uma capellinha particular da invocação de S. João e a da Sacra Familia, fundada em 1755 por Antonio Maria dos Anjos, reconstruida em 1884 e inaugurada em 1888. O nome *Chora Menino* é posterior ao tempo em que foi erguida a capella, pois, até então era conhecido o logar por sitio do Mondego. Ha uma lenda sobre o nome desse logar: Diz a lenda que, depois do saque da tropa insubordinada que guarnecia o Recife, na revolta de 1831, conhecida por *Setembrisada*, em que os soldados e varios individuos a elles associados, tudo saqueavam, commettendo toda a sorte de atrocidades; e sendo ahi sepultado grande numero de victimas fallecidas, os que transitavam alta noite por essa paragem, ouviam sempre um *choro de menino*. Esse log. fica na estrada que se dirige para a Passagem da Magdalena e por onde passa a linha de bonds, que tem este nome.

CHORORÓ. Riacho do Estado do Rio de Janeiro; desagua na margem esq. do rio Parahyba, na estação do Commercio.

CHRISTOPOLIS. Passou assim a denominar-se o bairro do Acaba-Mundo na capital do Estado de Minas Geraes.

CHRISTOVÃO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

CHRISTOVÃO. Riacho do Estado de Pernambuco; faz barra no rio Pajehú. Recebe o Terra Nova.

CHUÉ. (Adjectivo) Tardo, vagaroso, manso, quieto; (substantivo) a tartaruga (Dr. Theodoro Sampaio).

CHUY. Arroio manso; corrupção de *chué-ú*.

CICATANDEUA. Pov. do Estado do Pará, á margem do lago S José, no mun. de Obidos. Foi elevada á pov. pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900.

CIGANO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Buique e corre para o Ipanema.

CIGANO. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó. Vai para o rio S. Francisco.

CIMA DA SERRA (S. Francisco de Paula de). Antiga villa do R. G. do Sul. Accrescente-se no fim: Foi de novo elevada á villa pelo Dec. n. 563 de 23 de dezembro de 1902. Installada a 7 de Janeiro de 1903.

CINCHO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

CINCO PONTAS. Praça, na cidade do Recife, dist. de S. José; Estado de Pernambuco. E' celebre por ter sido nella o seguintes martyres da revolução denominada *Confederação do Equador*: No dia 13 de janeiro de 1825 o grande patriota Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, atado á um poste de forca, por não haver carrasco, que se prestasse a executal-o. No dia 10 foi lida á Frei Caneca a sentença que o condemnava á morte. Elle a ouvio resignado. Transcrevemos aqui a Acta, que diz respeito ao preclaro sacerdote, como um precioso documento historico: « Aos 20 dias de Dezembro de 1824, primeira sessão desta commissão militar, achando-se reunidos todos os membros della, e havendo-se já em sessão preparatoria mandado avisar os réos que tem de ser processados, determinou o presidente della que viessem a perguntas, as quaes foram feitas pelo official interrogante coronel Conde de Escragnolle, sendo o 1º delles o réo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o qual foi interrogado da maneira que se segue; do que fiz este termo, eu Thomaz Xavier Garcia de Almeida, juiz relator, o escrevi: *Interrogatorio do réo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Foi perguntado como era seu nome, naturalidade, estado e

edade. Respondeu que se chamava Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, natural desta cidade do Recife, estado religioso carmelita turonense, edade de 45 annos e 5 mezes. — Foi perguntado se sabia ou suspeitava a causa de sua prisão. Respondeu que fôra preso por se achar na divisão das tropas que daqui marcharam para o interior da prov., na occasião em que entrara o exercito imperial. — Foi perguntado si nunca propagara, ou publicara idéas ou escriptos subservivos da bôa ordem. Respondeu que fôra redactor do periodico *Typhis*, no qual se contem as idéas que elle propagara, as quaes eram as mesmas que havia lido em outros periodicos mesmo na côrte; e que não havendo nunca sido chamado a jurados se regulava pela lei que então existia sobre casos de liberdade de imprensa, dirigindo-se sempre ao ministerio todas as vezes que atacava os desmandos publicos. — Foi perguntado, si nos ditos seus escriptos não havia disseminado idéas tendentes a promover a desunião das provs., e atacar a integridade do imperio, quando taes principios se não achavam estampados em algum periodico da côrte. Respondeu que lhe parecia que nenhumas idéas desta natureza elle tinha manifestado em seus escriptos; e si alguma proposição existir donde isso se possa colligir, só á elle mesmo compete interpretal-a. — Foi-lhe perguntado, si não havia concorrido directa ou indirectamente para a eleição e conservação na presidencia da prov. de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, contra as expressas ordens de S. M. Imperial. Respondeu que não interviera para sua eleição, porquanto esta fôra feita pelos eleitores da parochia; e quanto á sua conservação, sendo chamado para um conselho, como membro do corpo litterario, ahi emittira seu voto, o qual corre impresso, e a elle se reporta, conforme nelle se contem. — Foi perguntado si não havia cooperado de alguma sorte para o plano da Confederação do Equador, proclamada por Manuel de Carvalho, e que ia arrancar pelos fundamentos a integridade do imperio brazileiro. Respondeu que nunca tivera idéa, nem nunca ouvira fallar de semelhante Confederação, senão quando chegava ao sertão, onde vio algumas proclamações de Filgueiras a este respeito; e tão somente fallou em seu periodico da união de algumas provs. do norte para o fim de se opporem á invasão da expedição portugueza, que S. M. Imperial havia annunciado na occasião de mandar retirar o bloqueio, recommendando-nos que nos defendessemos della. — Foi instado, si dizendo elle que não havia nada cooperado para o plano da Confederação do Equador, como é que havia publicado em os ns... de seu *Typhis* algumas bases que pareciam ter applicação á aquella forma de governo republicano. Respondeu que sim; publicara essas bazes, mas que alem de ser um papel, que lhe foi dado pelo mesmo Manoel de Carvalho para o publicar, não o fez com alguma intenção determinada, mas sim como maximas geraes para qualquer Governo que se quizesse constituir. — Foi perguntado si havia contribuido para se não acceitar o projecto de constituição offerecido por S. M. Imperial aos povos desta prov. Respondeu que sendo chamado pela Camara para dar seu parecer sobre esta materia, seu voto foi que se não aceitasse tal projecto; referindo-se em tudo mais ao dito seu voto, que consta de diversos livros da Camara, ou que corre impresso. — Foi perguntado si trabalhou de alguma sorte para que se atacasse e fizesse resistencia ao exercito cooperador da bôa ordem. Respondeu que, quando ainda estavam em Barra Grande as tropas do morgado, sendo chamado a conselho para deliberar, si devia ou não atacar aquellas tropas, dera, elle réo, seu voto para que se atacasse, e isto pela razão de ter officiado o major Pitanga, dizendo que o morgado fizera uma proclamação em que dava vivas á união da familia portugueza. — Foi perguntado se havia dado algum passo para que se fizesse resistencia ás tropas de S. M. Imperial, com a chegada das quaes havia cessado o pretesto de se atacar a divisão da Barra Grande. Respondeu que nenhum facto praticou donde se pudesse isto deduzir. — Foi perguntado si elle não se tinha incorporado com a força rebelde que se oppoz á entrada do exercito cooperador; e si não havia acompanhado até o ponto de ser subjugado pela tropa expedicionaria, commandada pelo major Lamenha, e pelo qual fôra remettido preso. Respondeu que sim, havia acompanhado a dita tropa; mas, que os motivos que tivera para isto, os queria dar por escripto, pois que faziam objecto da sua defeza, que apresentaria em 24 horas. — Foi perguntado si não tinha elle praticado algum facto, pelo qual se possa colligir alguma intenção, de sua parte, de se oppor á entrada da expedição da Côrte, como é que andava, e de então para cá, sem habito, e vestido de jaqueta de guerrilha. Respondeu que não andou com jaqueta de guerrilha, mas sim com jaqueta de chita, que trazia por baixo do habito, o qual havia tirado na marcha do Cabo para o Recife, e se perdera por ir na garupa de um cavallo que desappareceu. — Foi finalmente perguntado si tinha alguma cousa mais que allegar e dizer em sua defeza. Respondeu que nada mais tinha que dizer, visto que lhe era permittido dar sua defeza por escripto; mas que, como se achava succumbido pela natureza do tribunal, e tambem pela qualidade dos juizes, que eram militares, talvez sem os necessarios conhecimentos das leis juridicas, requeria que lhe fosse facultado consultar com um lettrado, no formular de sua mesma defeza, que o coadjuvasse nella: e assim deu a commissão por acabadas as perguntas, as quaes, sendo lidas ao réo, achou estarem comforme ao que tinha respondido; pelo que assignou com o coronel interrogante e eu, Thomaz Xavier Garcia d'Almeida, juiz relator, o escrevi — *Conde de Escragnolle*, coronel interrogante. — *Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca.* » De 26 de Dezembro por deante, depois de haver respondido á commissão, foi Fr. Caneca retirado da prisão e mudado para um outro commodo, onde ficou incommunicavel, até 10 de janeiro subsequente, dia em que ouvio serenamente a leitura de sua sentença de morte. Transferido para o oratorio, onde esteve durante tres dias, findos os quaes confessou-se, recebeu o Sagrado Viatico na manhã de 12 e na manhã do dia seguinte encaminhou-se para o patibulo. No referido dia 12, o cabido, *séde vacante*, paramentado e de cruz alçada e acompanhado dos religiosos de diversas ordens existentes então no Estado, dirigiu-se á commissão militar para pedir-lhe que demorasse a execução, até a resposta de uma supplica que iam dirigir ao Imperador. Não foram admittidos á presença, e a commissão militar mandou despedir a todos na porta de fóra do palacio, por Salvador José Maciel, arguindo este asperamente ao cabido e religiosos, por se atreverem a obrar de semelhante modo. E o Imperador, a quem isso foi participado, por Aviso de 7 de fevereiro de 1825, assignado pelo ministro Clemente Ferreira França, mandou declarar á mencionada commissão que approvava seu procedimento sobre a *louca* e *incurial* pretenção do cabido e clero do Recife no retardamento da execução de Fr. Caneca. Deu-se ainda no sobredito dia 12, um acontecimento notavel na cadeia. Tendo sido sorteado um preso, o pardo Agostinho Vieira, para servir de carrasco, elle resistiu com a maior coragem ao barbaro castigo que lhe infligiram por não se querer prestar a tal serviço. Na manhã de 13 de janeiro de 1825, as embocaduras de certas ruas da cidade foram occupadas pela tropa, com receio de alguma sublevação do povo. Antes da execução teve logar a tristissima ceremonia da degradação de suas ordens sacras, á porta principal da egreja de N. S. do Terço; formando a tropa em um grande circulo se mandou afastar do logar da scena o algoz, ajundante, meirinhos, ficando o padecente, ao qual o principal dos padres, o que presidia o acto, convidou a aproximar-se do altar, um altar portatil completamente paramentado, e alli de antemão erguido e ornado. Revestiram-no com todas as alfaias proprias para celebrar missa, e, depois de assim ataviado de pé, collocados dous padres, cada um com um missal no topo do altar, começou o acto solemne. O padre que ficava em um dos topos, abrio o livro e leu, por pouco tempo respondendo em leitura o outro; e á certo signal feito pelo primeiro, o outro sacerdote, que estava junto da victima, despio-lhe a casula, aspergindo-a antes. Depois de outra leitura e egual resposta e aspersão, tirou-se a estola; em seguida e com identica formalidade o manipulo; em seguida o singulo, após a alva, depois ainda, e por forma egual, o amicto, pondo remate, finalmente, o despimento do habito. Ficou o martyr, depois d'isso, de camisa e calça de ganga: estava feita a desauctoração das ordens para poder ser enforcado. Neste ponto do ceremonial, postos de pé os sacerdotes que liam, rodearam o padecente e lhe applicaram com as mãos alguns signaes na coróa, acompanhados tambem de aspersão; e por ultimo o entregaram a um meirinho, que o vestio de novo, com a alva branca dos condemnados. Findo o acto, marchou o prestito até o largo destinado, subindo o glorioso martyr os degráos da forca. Dous homens pretos, que antes haviam sido na cadeia postos á ferros, para deste modo cederem em ser algozes do patriota, sendo levados para junto da forca e d'ahi tocados á couce de armas e espaldeirados, mesmo assim recusaram-se a obedecer á intimação. Então a commissão militar, que havia permanecido em sessão permanente, avisada deste embaraço,

sem fazer alteração alguma na sentença, ordenou verbalmente o fuzilamento do destimido revolucionario. Elle mesmo teve a coragem de ensinar ao alcaide o melhor meio de atal-o á columna, em que ia ser o alvo dos fuzis. O crioulo João da Costa Palma, sendo um dos soldados da patrulha sacrificadora e que bem conhecia a victima, em meio do caminho foi derrubado por uma syncope. Immediatamente que o heroi cahio e expirou, a tropa numerosa que cercava a força, com o mais selvagem e provocante escarneo, acclamava: *Viva S. M. Imperial! Viva a Constituição! Viva a Independencia do Brasil!* E em seguida se cantava, acompanhado da musica militar, o hymno brasileiro. Depois, o cadaver da victima, lançado em desprezivel esquife, por quatro calcetas, foi atirado junto á porta da egreja de seu convento, sendo recolhido e mandado sepultar em uma das catacumbas da Ordem. — A certidão de sua execução é do theôr seguinte: « Certifico que o réo Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca foi conduzido ao logar da forca das Cinco Pontas, e ahi, pelas 9 horas da manhã, padeceu morte natural, em cumprimento da sentença da commissão militar, que o julgou; depois de ser desautorado das ordens, na egreja do Terço, na forma dos Sagrados Canones; sendo atado á uma das columnas da referida forca, foi fuzilado, de ordem do Exm. Sr. General e mais membros da dita commissão, visto não poder ser enforcado pela desobediencia dos carrascos; o que de tudo dou fé, sendo este acto presidido pelo vereador mais velho do senado desta cidade, o Dr. Antonio José Alves Ferreira, arvorado em juiz de fóra. Recife de Pernambuco, 13 de janeiro de 1825. O escrivão do crime da Relação *Miguel Archanjo Posthumo do Nascimento* » (1) Seguio-se a esta execução a do capitão de guerrilha Lazaro de Souza Fontes, a 20 do mesmo mez; e a 3 de fevereiro seguinte realizou-se a de Antonio Macario de Moraes: estes dous foram enforcados. Em 21 de março sobe á forca o major Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza, digno emulo do heroico Henrique Dias e, como elle, bravo e de côr preta. Os negociantes da cidade do Recife solicitaram de Pedro I o perdão desse valoroso pernambucano; mas, surdo ao generoso impulso do commercio, o imperador não só negou o perdão, como mandou censurar a commissão por ter feito chegar á sua presença opedido de perdão.

Chegando ao pé da forca, subiu com intrepidez a fatal escada, e com voz firme assim fallou ao povo:—« *Meus irmãos e camaradas. Não penseis que me horroriza subir a este logar, pois que minha consciencia não me accusa. Nenhum crime commetti contra a Divindade. Como cidadão cumpri meus deveres; como catholico romano desempenhei os deveres de minha religião; e como soldado defendi minha patria, sacrifiquei-me por ella pretendendo libertal-a de um tyranno que, insensivelmente, a vai reduzindo á mais horrivel escravidão. Fazer bem a meus semelhantes era a minha gloria; emquanto pude fazer o bem nunca fiz o mal* » E concluindo disse ainda: « *Peço tres Ave Marias, á Sagrada Paixão de Nosso Senhor Jesus Jesus Christo para que receba minha alma no paraizo, outra pelos martyres da Patria e a ultima pelos nossos inimigos* » E empós essa tocante e patriotica allocução atirou-se elle mesmo pela escada abaixo e asphixiou-se. No dia 12 de abril foram ainda passados pelas armas ao pé da forca os tenentes Nicoláo Martins Pereira e Antonio do Monte, e o americano James Heide Rodgers; e a 19 de maio Francisco Antonio Fragozo. Sobre os martyres dessa revolução consulte-se: *Noticia Biographica* de Fr. J. A. D. Caneca pelo commendador A. J. de Mello; *Idéa Republicana* do major J. D. Codeceira; *Revolução de 1824* pelo Desembargador A. A. de Luna Freire, publicada na *Rev. do Inst. Arch. Pernambucano*. n. 47; alem de outros trabalhos.

CIPÓ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Riachão (*Almanak Sergipano*). 1901.

CIPÓ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Paranapanema. « Cipó, saltos pegados. De *ci*, junta de duas ou mais cousas, pegar, unir, achegar: *e pó*, salto. Nada tem com o vegetal sarmentoso de caule longo e flexivel, *cÿ-pó*, vara lisa; de *cÿ*, liso; *pó*, vara, pau, fio. Cipó é allusivo a cahirem da serra as aguas de queda em queda, formando como uma escadaria » (Dr. J. Mendes).

CIPÓ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Mboy-guassú ou Guarapiranga, entre a foz do Vermelho, e a do ribeirão Grande.

CIPÓ. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Sipó*, corrupção de *cî-pó*; de *cî* pegar, prender; e *pó*, fibra, tendão, corda; *cipó* a fibra que agarra ou se prende; nome commum no tupy para todas as plantas sarmentosas ou trepadeiras. *Cipó* corrupção de *i-ci-pó*, fibra ou filamento que se pega ás arvores, liana, nome generico das plantas sarmentosas; alt. *sipó*, *cepó* ».

CIPOADA. Morro, servindo de centro, nas divisas entre os muns. de Serra Negra, Amparo, Soccorro e Itatiba; no Estado de S. Paulo. « Esta palavra diz o Dr. J. Mendes, é corrupção de *Cÿ-puá-bo*, resvaladio em redor. De *cÿ*, resvalar, ser liso, ser escorregadio; *puá*, ser redondo, fazer circulo; *bó* (breve) para exprimir o modo de ser ou de estar, significando, com *puá* em redor. Allusivo a ser alcantilado em toda a circumferencia. »

CIPOTUBA. Composto de *cipó-tyba*, cipoal ou trançado de cipós.

CIRIBA (corruptela de *ciri-bae*, apartada, separada). Nome tupy da ilha de S. Sebastião, no Estado de S. Paulo, como consta de um documento de 1602.

CLARO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo; no mun. de Santa Barbara do Rio Pardo.

CLARO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Atibaia; no mun. de Nazareth. E' mais conhecido pelo nome de ribeirão da Casa da Telha.

CLARO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio do Peixe; no mun. do Rio Bonito.

CLARO. (No Supplemento do II Vol.). Rio de S. Paulo, affl. do Parahyba. Accrescente-se no fim: — pela margem esq. Offerece uma curiosidade natural nas proximidades de suas cabeceiras, na serra da Mantiqueira. E' uma gruta de mais de cincoenta metros de extensão, com divisões.

CLEMENTE. Rio do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco. Accrescente-se no fim: Desagua no Chopotó, affl. do Pomba.

CÔ. (Substantivo) A roça, a colheita, a plantação, a limpa (Dr. Theodoro Sampaio).

COARACY. Composto de *coára-ci*, a mãe do mundo, o sol, o astro do dia; *co-ara-ci*, a mãe deste mundo (Baptista Caetano).

COARACYABA. Corrupção de *coaraci-aba*, os cabellos do sol, os cabellos ruivos, ou louros. Como nome de mulher deve corresponder a Flavia, Laura. Costuma-se a escrever geralmente *Guaraciaba*.

COARY. Corrupção de *coára-y*, rio do furo, do braço ou canal; rio da cova; Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

COATINGA (lama esbranquiçada). Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taiaçupeva, que o é do Tieté; entre os muns. de Mogy das Cruzes, Santa Branca e Jacaréhy. Segundo fui informado esse ribeirão tem no leito um barro branco, molle emquanto humido, que endurece logo depois de extrahido, tomando em pouco tempo a consistencia da pedra.

COBIÇADO. Morro do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Petropolis, nos limites com Magé. E' bastante alto.

COBÓ. Serra no mun. da capital do Estado de Goyaz.

(1) Nasceu Fr. Josquim do Amor Divino Rabello (por antonomasia *Caneca*) em Julho de 1779, era natural da freg. de S. Fr. Pedro Gonçalves do Recife e filho de Domingos da Silva Rabello (conhecido pelo *Caneca* por ser tanoeiro) e de Francisa Alexandrina de Siqueira.

COBOYGUARA. Composto de *çaboy-guara*, o morador d'além, da outra banda, o estrangeiro. (Dr. Theodoro Sampaio).

COBRA D'AGUA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

COBRE. Rio do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma. Desagua na enseada de Itapagype. Forma a cachoeira S. Bartholomeu.

COCAES. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Carlos do Pinhal. E' cortada por um ribeirão formando um salto.

COCAES. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Itatiba, entre os rios Atibaia e Capivary. E' tambem denominada *Mombugea* (furado de um lado a outro). E' cortada por dous ribeirões, cujas nascentes se contrapõem e quasi se encontram. Sua altitude é de mais de 950 metros.

COCAIA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santo Amaro e desagua na margem esq. do rio Grande ou Jurubatuba.

COCAL. Pov. do Estado de S. Catharina, no mun. de Tubarão; com escola.

COCAL. Nome de um engenho situado no mun. do Rio Formoso do Estado de Pernambuco. Na revolução de 1848 esse engenho foi uma das estancias da força legal, sob o commando do coronel Paulo de Amorim Salgado, que, em 26 de Novembro daquelle anno, seguiu pelo N. do rio Una, tiroteando aqui e alli, onde, nos logares mais estreitos do rio descobria os revoltosos que seguiam pela estrada acima.

COCAL. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra do Cavalheiro, mun. de Correntes, e corre para o rio Mandahú.

COCHA. Vocabulo da lingua kichaua significando lagôa, pantanal, brejo. *Caballo chocha*, lagôa do cavallo; *Cochabamba*, campo da lagôa; Peru', Bolivia (Dr. Theodoro Sampaio).

COCÓ. Serra do Estado de Penambuco, no mun. do Limoeiro.

COCOERA (corruptela de *Cucuí-uera*, cahido). Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté; no mun. de Mogy das Cruzes. E' assim denominado por nascer e logo depois cahir do monte e dahi seguir até desaguar.

CÔCOS. Serra do Estado de Pernambuco, situada nas divisas dos muns. do Bonito e Amaragy. E' bastante elevada. Ao longe esta serra produz a illusão optica de um grande palacio, com numerosas janellas e varandas.

CÔCOS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro, junto á pov. de S. Vicente da Pedra Tapada. Seu nome provem de grande numero da palmeira, denominada Catolé, que alli existe. Ha serras de igual nome nos muns. do Exú e do Limoeiro.

CÔCOS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Manoel.

COÇÚ'. Composto de *cô-açú*, roça grande, limpa grande; S. Paulo. Vide *Cô* (Dr. Theodoro Sampaio).

CODÓ. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, no seu trabalho *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, diz: « *Codó* a 372 kils. da capital, está situada a margem esq. do rio Itapecurú, á montante da cidade de Itapecurú-mirim, proxima do rio que lhe dá o nome, affl. da mesma margem daquelle rio: Divide-se em dous bairros denominados: Cidade Alta e Cidade Baixa ou Nova. Possue uma egreja, uma typographia, onde se publica um jornal, uma estação telegraphica, uma fabrica de fiação e tecidos de algodão e tres escs. mantidas pelo Estado. No ponto de desembarque se encontram uma rampa de pedra, bem regular mandada construir pela Companhia Manufactureira do Codó, auxiliada pela Intendencia; e um caes feito pela Companhia de Melhoramentos do Maranhão, afim de completar os trabalhos que ahi realisou no intuito de melhorar a navegação do rio Itapecurú. Exporta algodão, excellente e afamado fumo, cereas e em tecidos de algodão — panno domestico e riscado. Calcula-se o sua pop. em 6.000 habs. Neste mun. nasceu o Conselheiro Antonio de Almeida e Oliveira, autor de varias obras de direito e do livro *O Ensino Publico*. » O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « Codó cidade á margem esq. do Itapecurú e a 1.800 metros do riacho, que lhe deu o nome, 360 kils. a SE. da capital, a 4º 25'20" de lat. S. e 0º 35'15" de long. W. Depois de Caxias, é incontestavelmente o Codó o centro mais populoso e de maior importancia e movimento commercial e agricola de toda a ribeira do Itapecurú, sobre tudo depois que ahi tiveram começo os trabalhos para a construcção da fabrica da Companhia Manufactureira e Agricola; em 1891. A actual cidade de Codó está dividida em duas partes ou bairros, inteiramentes distinctos: Cidade Alta e Cidade Baixa. A primeira, a mais antiga, conhecida por Villa Baixa, consta de 13 ruas, tres praças, 30 a 40 casas commerciaes de seccos e molhados, e diversos estabelecimentos de artes e officios mechanicos. Tem uma bôa Egreja Matriz, um cemiterio murado com capella, pertencente á Irmandade de N. S. da Conceição, um trapiche ou armazem, de boas proporções e talvez o melhor da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, duas cadeiras de inst. prim., uma esc. do sexo feminino, mantida pela Municipalidade. Tem mais uma agencia do correio, uma estação telegraphica e agencias das duas Companhias de Vapores do Estado. *Cidade Alta*. Com a construcção da fabrica da Companhia Manufactureira e Agricola do Maranhão, no planalto do bairro de Santa Philomena, distante um kil., pouco mais ou menos, da Cidade Baixa, deu-se principio em 1892, á edificação da *Cidade Alta*, que actualmente conta mais de 20 casas de telhas, 50 de palhas, cerca de dez casas diversas de negocios, uma capella sob a invocação de S. Sebastião, uma esc. mixta, uma praça de 300×200 metros, quatro ruas de 25 metros de largura cada uma, um boulevard de 40 metros e uma avenida de 30 metros. A fabrica, cujas dimensões são de 105×75 metros, tem 154 teares montados, uma tinturaria e uma boa officina de reparação. Possue o Codó uma typographia, donde sahe á luz um jornal — *O Monitor Codoense* —. A pop. da cidade é geralmente estimada em 4 a 5.000 habs. » Comprehende as povs.: Tresidella, Colonia Petropolis, Santa Philomena ou Mattões do Caboclo, Frecheiras, Monte Alegre, Lagôa dos Patos, Bocca da Matta, Jatobá e Lagôa dos Ferreiros. E' o territorio da com. de grande fertilidade para todo o genero de cultura, sobresahindo a do algodão. Produz tambem milho, arroz, farinha, borracha de mangabeira, carrapáto, gergilim, feijão e fumo; o assucar e a aguardente são para o consumo. Grande criação de gado: Consta existirem minas de ferro, turfa e carvão de pedra.

COELHAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Beberibe.

COÉRA. (Adjectivo) Velho, extincto, passado, antigo, o que já foi. Vide *çuera*, *quera*, *quer*, *cuê*, *goéra*, *boéra*, *moéra poéra* (Dr. Theodoro Sampaio).

COERANA. Corrupção de *cui-rana*, pimenta falsa, fructa que imita a pimenta; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

COIMBRA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

COITÉ (corrupção de *cui-eté* vaso real, verdadeiro, capaz. Theodoro Sampaio. *obr. cit.*). Log. do Estado da Bahia, no termo de Conquista.

COITÉ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Goitá.

COITÉ. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o mun. pela lei n. 550 de 25 de Agosto de 1899.

COITINHO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

COITOS. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do Chopotó, que o é do Pomba; no mun. do Rio Branco. Nasce com o nome de S. Francisco e recebe os corregos das Pedras e Fazendinha.

COIVARA. Corrupção de *cô-uara*, limpa da roça, queimada para roça; roça ou cultura que se prepara; leito ou assento de roça. Vide *Cô*. (Dr. Theodoro Sampaio).

COLACHAR. Lago do Estado do Pará, no mun. de Amapá, na sub-prefeitura do Lago Redondo.

COLLEGIO. Barro do mun. de Araçariguama, no Estado de S. Paulo; com escola.

COLLEGIO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis

COLLEGIO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Mogy das Cruzes. E' tambem denominado Suindara.

COLLEGIO. Morro na cidade do Mar d'Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

COLLEGIO. Rio do Rio de Janeiro, affl. do Parahyba. Accrescente-se no fim: Recebe pela dir.: o Flores, Bufão, Brasil, Pitanga e União; e pela esq. o Tapera.

COLONIA. Estação da E. de F. Sul de Pernambuco, no kil. 33,568 de Palmares, a 189m. de altitude, situada junto do estabelecimento colonial, hoje *Escola Industrial Frei Caneca*; mas primitivamente fundado com a denominação de Colonia Isabel. Nas immediações ha uma pequena pov., cuja existencia data do tempo da inauguração da estação em 1884.

COLONIA AMELIA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú, a 36 kils. distante da cidade, proximo do rio Caqueira. Em 1896 contava quatro ruas, cinco travessas, duas praças (S. Luiz e Desterro), duas casas cobertas de telha, 121 de palha, sete casas de negocio de seccos e molhados, uma capella do Senhor do Bomfim, duas escs. e 788 habs. Sua lavoura consiste em farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, algodão e tabaco. Foi fundada em 1878 na administração do Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel, com cearenses acossados pela secca.

COLONIA GURUPY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera, á margem dir. do rio Gurupy, á jusante da foz do rio Gurupy-mirim, que pertence ao Estado do Pará. E' situada em uma região extremamente fertil e rica em terrenos auriferos, sendo seus principaes productos oleo de copahyba e de andiroba, aguardente, cereaes, fumo, cacáu e café. Perto della acham-se minas auriferas.

COLONIA MINEIRA. Dist. policial creado no termo de Thomazina do Estado do Paraná, pelo Dec. n. 25 de 7 de Novembro de 1899.

COLONIA PETROPOLIS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó, a seis kils. da cidade, sobre o rio deste nome.

COLUMBY. Log. no dist. de N. S. da Conceição de Flores; no Estado de Pernambuco.

COLUMINJUBA. Corrupção de *curumi-yuba*, o menino de ouro; nome de uma serra no Ceará (Dr. Theodoro Sampaio).

COMANDÁ. (Substantivo) O feijão, o legume, a fava (Dr. Theodoro Sampaio).

COMANDATUBA. Composto de *comandá-tyba*, feijoal, feijão em abundancia; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

COMAPUTÚ-MEIRIM. No mappa attribuido a Pero Coelho figura com esse nome o rio Ceará-mirim, do Estado do R. G. do Norte. Vide *Baquipe*.

COMBIQUE. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S Luiz.

COMBUCAS. Rio do Estado da Bahia, affl. do Itapecurú-mirim, no mun. de Bomfim.

COMMENDADOR MARTINS LAGE. Estação da E de F. Campista no Estado do Rio de Janeiro, entre Floresta e Thomaz Coelho.

COMMERCIO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 3º dist. do mun. de Villa Rica:

COMMUM. Rio do Estado do Maranhão; desagua na bahia da Tutoya. E' tambem denominado Andreza.

COMPRIDA. Ilha no rio Oyapock e Estado do Pará·

COMPRIDA. Ilha de S. Paulo: Accrescente-se no fim: O Conselheiro Martim Francisco em seu trabalho citado diz: « Sahi da villa de Iguape para a de Cananéa em canôa, pelo braço de mar (Mar Pequeno) formado pela terra firme e pela lingua de terra, ou ilha, que decorre desde a barra do norte de Iguape até Cananéa: esta ilha estende-se até doze leguas (segundo julgo) e vem fazer o pontal da villa de Cananéa com o morro, por detraz do qual fica a villa deste nome. » Em toda a estensão desta ilha é notada uma agglutinação de cascas de um animaculo de côr parda escura, originado na fermentação dos detritos vegetaes, superpostos ás areias. As marés grandes a alagam em sua maior parte. E não é sadia. Seus habs. em geral, vivem empalemados.

COMPRIDO· Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tamandoatehy; no mun. da capital.

COMPRIDO. Rio no mun. de Ubatuba em S. Paulo. Accrescente-se no fim: A' respeito desse rio obtive as seguintes informações: « E' formado de cachoeiras, que nascem na serra, e corre veloz entre e sobre pedras. Mais abaixo deram-lhe o nome de Rio Grande, por ser navegavel por canôas; e mesmo outr'ora entraram em seu leito pequenas embarcações de coberta; arrancada, porém, uma pedra que existia no meio da barra, conservando-lhe sempre a profundidade pelo movimento de rodomoinhos, as areias começaram a agglomerar-se ahi, impedindo a entrada de taes embarcações no rio ».

COMUNATY. Corrupção de *comandá-tim*, feijão branco; Alagôas (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo Martius significa alma de gado.

COMUNATY. Serra do Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica na distancia de seis kils. de Aguas Bellas, tendo a altitude de 726m,0, e occupando um perimetro de 72 kils. Constitue, pela sua frescura e uberdade, um oasis em meio do sertão. Ahi as fontes são perennes e brotam em diversos pontos; a folhagem das arvores é sempre verde como só acontecer na zona da matta. Nella produz e fructifica com vantagem o cafeeiro, a canna de assucar, a laranjeira, o tabaco, o milho, o feijão e outras plantas do paiz.

CONCEIÇÃO. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Lagarto. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CONCEIÇÃO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 565 kils. do Joaseiro , entre as estações do Boqueirão e Macambira.

CONCEIÇÃO. Morro e bairro do dist. do Recreio, no mun. da Leopoldina e Estado de Minas Geraes.

CONCEIÇÃO. Furo do Estado do Pará, no mun. de Chaves.

CONCEIÇÃO DAS CREOULAS. Dist. policial do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó, banhado pelos riachos Ouricury e Conceição.

CONCEIÇÃO DO RAYMUNDO. Séde de um dos dists. judiciarios do termo de Teffé; no Estado do Amazonas.

CONCHAS. Bahia nó littoral do Estado da Bahia. Nella desagua o rio Muqiquissaba.

CONCHAS. Dist. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. do Tieté e annexado ao de Pereiras pela Lei n. 681 de 14 de setembro de 1899.

CONCORDIA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Guimarães, 51 kils. distante da villa. Não tem importancia.

CONDAPUHY. Corr. *cundá-puy-y*, rio torto e profundo. (Dr. T. Sampaio). *Condapuhy*, corruptela de *Cundápoi*, sinuoso e estreito. De *cundá*, retorcido, enroscado, cheio de voltas e revoltas; *poi*, estreito, adelgaçado (Dr. J. M. de Almeida).

CONDEGO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Beberibe.

CONDEUBA. Vide *Caranahyba*.

CONGONHA. Corr. *congõi*, o que sustenta, a herva mate (Baptista Caetano).

CONGONHAS. Cachoeira no rio Tieté, proximo á foz do rio Jacaré-pepira-assú; no Estado de S. Paulo. « *Congonhas*, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Gu-ong-ong-a*. muitos impedimentos. De *gu*, reciproco; *ong*, impedir, repetido para exprimir superlativo, com o accrescimo de *a*, por acabar em consoante ».

CONGONHAS DO CAMPO. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei a seguinte noticia: Em romaria piedosa ao Sanctuario de Congonhas do Campo, parti desta Capital, no nocturno de Minas, a 6 do corrente e ás 8½ horas da manhã seguinte cheguei á estação do Jubileu, situada entre Gagé e Congonhas. Ahi tomei o trem do Sanctuario, que depois de um percurso de mais de nove kils. conduzio-me ao arraial de Congonhas. Apenas desembarquei dirigi-me ao Sanctuario e prosternado aos pés do Senhor Bom Jesus, encaminhei a Deus fervorosas preces. No dia seguinte confessei-me e por acasião da missa, a que assisti, recebi a sagrada communhão. Fiz distribuir, em memoria do meu idolatrado filho, pão a 50 pobres. O arraial, visto á distancia, offerece uma topographia bonita e tem uma certa poesia que encanta. Situado em duas lombadas de uma serra, que vai expirar no rio Maranhão, é o arraial dividido por um rio em duas partes, uma onde ficam a Matriz e a capella de N. S. do Rozario, que pertence ao mun. de Ouro Preto; e outra onde ficam o Sanctuario e a capella de S. José, que pertence ao mun. de Queluz. A parte, em que fica o Sanctuario, tem jurisdicção ecclesiastica propria, independente da freg. A parte, em que fica situada a Matriz, isto é, á margem dir. do rio, é cercada pelas serras denominadas do Pires, Engenho, Ouro Branco, e mais distantes as denominadas Bôa Morte e Camapuan. Differentes rios regam a freg., taes como o Santo Antonio, Bananal, Casa Branca e Rodeio ou Soledade, todos desaguando no rio Maranhão. Encontram-se ainda nella as lagôas de Congonhas, da Cóta, do Malta, Comprida, de Dentro, do Inhame e da Fazenda do Meio. Toda a freg. é muito rica em mineraes, principalmente ouro, manganez e ferro, que é inexgotavel. As principaes minas de ouro em exploração são as do Morro das Almas, Goiabeiras, Veleiro e Fazenda do Engenho. O arraial é tristissimo, á excepção da epocha do jubileo. Com casas muito velhas e ennegrecidas, sempre fechadas; com duas ruas pessimamente calçadas; sem a menor industria, sem commercio, com uma pop. pouco affeita ao trabalho, o arraial offerece ás vistas do observador um aspecto que contrista. O Sanctuario do Bom Jesus é um templo velho, feio e sem a menor architectura. Fica em um dos pontos mais elevados do arraial, no Alto do Jatobá ou Alto do Maranhão, com a frente voltada para NE. Tem de fronte um jardim, onde se acham os seis Passos, trabalho do Aleijadinho. Precede-o um vasto adro com as estatuas dos Apostolos, muito grosseiras e que estão em desproporção, pela sua altura, com o adro; são obras do mesmo Aleijadinho. A egreja tem na frente duas torres, encimadas por duas cruzes e dous anjos sobre um globo, duas janellas, um relogio e um mostrador. Ao lado direito da porta da entrada os peregrinos de Juiz de Fóra collocaram uma Cruz de marmore com a seguinte inscripção: « *Homenagem do Commercio Catholico de Juiz de Fóra. Anno 1900-1901 Jesus Christo Deus Homo. Vivit Imperat Regnat* ». Logo á entrada encontram-se duas pias de agua benta, a pia baptismal, um tapa-vento, dous confissionarios e differentes paineis sobre assumptos religiosos e pintados de 1772 a 1777. No côro ficam um orgão e outros paineis, pintados na mesma data. No corpo da egreja encontram-se dous pulpitos, feitos em 1763, e dous altares, o do lado do Evangelho com S. Francisco de Paula e o do lado da Epistola com Santo Antonio. Ornam as paredes bonitos retabulos e os quadros da Via Sacra. Na capella-mór existe um altar, todo de marmore, com o Senhor Crucificado no throno, abaixo Maria Santissima, Santa Anna e quatro anjos. Ladeam o altar-mór Santa Veronica, Santo Longuinho, Santa Luzia e Santo Antonio. No frontal apresenta-se á adoração dos fieis o esquife do Senhor. Ornam as paredes da capella-mór diversos retabulos representando a paixão de Nosso Senhor Jesus Christo. No corpo da egreja e sob o arco-cruzeiro ficam diversas sepulturas. Nos fundos do altar-mór fica a Sacristia com um arcaz sobre o qual está collocado um oratorio com o Senhor Crucificado, tendo aos lados duas custodias com o Santo Lenho; um *lavabo* e cinco paineis com assumptos sacros. No tecto encontram-se os retratos dos Bispos da diocese e do Papa Pio VI. Ao lado direito da egreja fica a capella do Sagrado Coração de Jesus, com um altar e nelle o Sagrado Coração de Nosso Senhor Jesus Christo, tendo aos lados N. S. de Lourdes e S. José; e a capella dos milagres com as imagens grosseiras do Senhor Bom Jesus, do Senhor do Triumpho e de S. Vicente de Paulo. Nesta capella encontram-se centenas de milagres, alguns de 1761, 1763 e 1778. Atraz da egreja fica o collegio do Bom Jesus, que é um pardieiro, e ao lado esquerdo a casa dos romeiros com uns cem quartos immundos. Não se sabe ao certo a data em que começou no arraial a devoção do Senhor Bom Jesus; sendo certo que em 1757 Feliciano Mendes foi curado por um milagre de grave enfermidade, pelo que consagrou-se ao serviço do Senhor Bom Jesus. Por despacho de D. Frei Manoel da Cruz, de 1757, foi autorisada a construcção da actual egreja. A licença para o jubileo foi concedida em 1792; a principio para dous jubileos, um a 3 de maio e outro a 14 de setembro. Actualmente ha apenas um, que começa a 8 e termina a 14 de setembro. O collegio do Bom Jesus affigurou-se-me peior que uma senzala das antigas fazendas. Foi fundado e entregue aos padres lazaristas em 1827. Actualmente é dirigido pelos Maristas, trazidos de França pelo bispo D. Silverio. A Matriz fica situada em logar elevado, com a frente voltada para o Santuario. Precede-a um adro, que serve de cemiterio. Tem na frente duas torres, duas janellas e a porta de entrada, encimada por um medalhão com a corôa imperial. O interior é despido de ornatos; os altares são sem gosto e muito pobres. Tem o altar-mór com a imagem de N. S. da Conceição no throno, e abaixo Santo Antonio e o Sagrado Coração de Jesus. Ladeiam o altar-mór dous nichos com Santa Barbara e S. Jeronymo. No corpo da egreja ha quatro altares: o do Senhor dos Passos, o de N. S. das Dores, o de N. S. do Carmo e o de Sant'Anna; tem dous pulpitos. A capella de S. José é um modesto templo situado na rua que conduz ao Sanctuario. Tem tres altares: o de S. José, o de Santa Quiteria e o do Senhor dos Passos; possue um só pulpito. A frente compõe-se de duas torres, duas janellas e a porta de entrada. A' direita levanta-se um grande cruzeiro. A capella de N. S. do Rosario fica do lado esquerdo e pouco distante da Matriz, em um dos pontos mais elevados do arraial. Tem dous altares: o de N. S. do Rosario e o das Mercês.

CONQUISTA. Morro do Estado de S. Paulo, na margem dir. do rio Guarehy.

CONQUISTA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CONQUISTA. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Bom Fim e annexado ao de Itauna pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

CONSELHO. Tendo sido o Governador-Geral D. Diogo de Mendonça Furtado preso e conduzido para Hollanda e estando os hollandezes senhores da capital da Bahia, reu-

nio-se no Rio Vermelho, no monte situado na costa da pov. da Mariquita, um conselho, composto do auditor-geral Antonio de Mesquita e Oliveira, Coronel Lourenço Cavalcante de Albuquerque e de João de Barros Cardozo, todos portuguezes, afim de reunirem gente para atacar os hollandezes no Dique, que lhes servia de defeza, fortificando-se primeiramente os portuguezes no referido monte, que desde então ficou conhecido por *Monte do Conselho*.

CONSOLAÇÃO. Bairro do mun. de Taubaté e Estado de S. Paulo, com escola.

CONSOLO. Log. do mun. de Agua Preta do Estado de Pernambuco.

CONSOLO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro, ao S. e a seis kils. da cidade deste nome e do lado da margem dir. do rio Capibaribe.

CONSUL ITALIANO. Ilha do Estado do R. G. do Sul, no rio Guahyba.

CONTAGEM. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do rio Arraial Velho, trib. do rio Maranhão.

CONTAGEM. Dist. do Estado de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Sabará e annexado ao de Santa Quiteria pela Lei. n. 319 de 16 de setembro de 1901.

CONTENDAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Topada, que o é do Capibaribe; no mun. de Taquaretinga.

CONTRA AÇUDE. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Gurjaú, que o é do rio Pirapama; no mun. de Jaboatão.

CONTRA-MARÉ. Paraná-miry do Estado do Pará, na subprefeitura de Itanduba e mun. de Cametá.

CONVENTO. Um dos extremos da cidade de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro. E' assim denominada porque as familias que ahi residiam não chegavam á janella e pouco sahiam á rua.

CONVENTO. Bairro do mun. de Mogy das Cruzes e Estado de S. Paulo.

COÓ. Subs., o animal, a caça, o bicho, a carne: Notavel é aqui a semelhança com o grego *zoó*, que tem o mesmo significado (Dr. T. Sampaio).

COQUEIRO. Com este nome dá noticia o *Almanak Sergipano* (1901) de tres arraiaes nos termos do Lagarto, Itaporanga e Riachão.

COQUEIRO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte, nos riachos Passuhy e Pezo.

COQUEIRO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Buique. Dão-lhe 920 m. de altitude. « Fica ao NO. da séde, terminando repentinamente a E. em um paredão vertical de 220 m. de altura e mais 30 kils. de comprimento, em toda sua extensão.

COQUEIRO DE ESPINHOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Manso e mun. do Bom Fim.

COQUEIROS. Log. na cidade de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro. Ahi ficam dous cemiterios, um municipal e outro da Irmandade do Santissimo Sacramento.

COQUEIROS. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. do Carmo da Escaramuça.

COQUEIROS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo; no mun. de Batataes.

COQUEIROS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Piracicaba.

COQUEIROS (Santa Rita de Cassia dos). Bairro do mun. de Cajurú, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. de paz pela Lei n. 680 de 14 de setembro de 1899.

COQUEIROS (E. Santo dos). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Dôres da Bôa Esperança e annexado ao mun. de Campos Geraes pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

CORACY-PARANÁ. Igarapé do Estado do Pará, affl. do Gurupy (Dr. G. Dodt. *Relatorio*). Vide *Coroacy-paraná*.

CORALINA. Serra do Estado de Pernambuco, ao N. da Villa de S. Bento.

CORAPINA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

CORAÚ. Dous morros pertencentes á serra Cubatão; no mun. de S. Vicente e Estado de S. Paulo. Esta palavra é corruptela de *Coi-raú*, duvidosamente pegados. Allusivo a serem levantados tão juntos, um ao outro, que ha duvida se são pegados.

CORCOVADO. Morro no mun. da Natividade e Estado de S. Paulo.

CORCUNDA. Riacho do Estado da Bahia, banha a cidade de Santo Amaro, e desagua no rio Subahé.

CORCURANAS. Log. do Estado de Pernambuco, entre os montes Guararapes e o mun. da Muribeca.

CORDÃO. Cachoeira, com salto, no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo.

CORDEIRO. Estação da E. de F. do Recife á Varzea e Dous Irmãos, no dist. da Varzea, Estado de Pernambuco, entre as estações do Zumby e Iputinga, distante da inicial do Recife 5,500m.

CORDEIRO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Recife e desagua no Capibaribe.

CORDEIRO. Pequeno rio que desagua na margem dir. do Sabauna; no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo.

CORDEIRO. Rio do Estado de Pernambuco, affl. do Ipanema. Accrescente-se no fim: Nasce na serra do Papagaio e banha a pov. de Santo Antonio do Tará. Recebe entre outros, o riacho da Lage.

CORDEIROS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. Gonçalo da Ponte e mun. do Bom Fim.

CORDEIROS. Bairro do mun. da Limeira em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. de paz pela Lei n. 645 de 7 de agosto de 1899.

CORISCO VELHO. Corredeira no rio Paranapanema, acima da foz do rio Guarehy; no Estado de S. Paulo.

CORIXO DA BOCAINA. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. do Corumbá.

CÔRO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro.

CORÔA ALTA. Ilhote de areia no littoral do Estado da Bahia, no centro do recife Itassepanema. Sempre fica fóra d'agua.

CORÔA DO CAPIM. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

CORONEL CARNEIRO. Rio do Estado do Paraná, affl. da margem esq. do Serra Negra.

CORONEL CUNHA. Vallão affl. esq. do rio Parahyba, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

CORONEL ORLANDO. Estação do E. de F. Mogyana, no kil. 57 do Tronco. Foi aberta ao trafego a 25 de Dezembro de 1901.

CORONEL PONCE. Dist. do mun. da capital do Estado de Matto Grosso.

CORONHA. Arraial do termo de Garará, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CORRÊA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Mogy das Cruzes.

CORRÊA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

CORRÊA. Ribeiro do Estado de Pernambuco, desagua no rio Cotunguba, affl. do Capibaribe.

CORRÊA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Lençóes. Vai para o rio deste nome.

CORRÊAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CORREDEIRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Feio.

CORREDEIRAS. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

CORREDOR. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Perová, trib. do Tieté.

CORREGO ALEGRE. Log. no dist. da cidade de Ubá; no Estado de Minas Geraes.

CORREGO DA LUZ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indayassú.

CORREGO DA MACHINA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Alfredo Chaves.

CORREGO DA MATTA. Nucleo colonial na cidade de Bello Horizonte, capital do Estado de Minas Geraes. Contem 144hects. 8200 de terreno, divididos em 75 lotes, dos quaes 71 occupados. Tem uma pop. de 187 almas (1901).

CORREGO DAS POMBAS. Bairro na cidade de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.

CORREGO DO CORREDOR. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

CORREGO DO MARIANO. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade de Caratinga.

CORREGO DO OURO. Dist. do Estado de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Tres Pontas e incorporado ao mun. de Campos Geraes pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

CORREGO DOS DOUS IRMÃOS. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. da Capital, banhado pelo rio Cuyabá e ribeirão Acorisal.

CORREGO DOS FRANÇAS. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Baraunas e mun. de Guanhães.

CORREGO DO VEREMOS. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Belmonte.

CORREGO GRANDE. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. da Capital. E' ainda mais rareado que o do Pantanal ficando suas habitações suspensas quais todas a encostas e socalcos de morros, cortadas de fios de agua numerosos e de uma cachoeira; a 400 metros mais ou menos de altura e que nasce no contraforte do morro do Padre Doutor. As culturas ahi compõe-se de cafezaes e cannaviaes. Os engenhos são numerosos, fabricando-se nelles assucar, melado e cachaça.

CORREGO SECCO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

CORRENTE. Serra do Estado do Maranhão, entre o campo marginal do Pindaré e a matta do Gurupy. Della nasce o rio Corrente, depois Cacáo, affl. do Tocantins.

CORRENTE. Rio do Estado do Paraná, affl. do Putinga.

CORRENTE. Rio no mun. de Araraquara em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua pela margem esq. no Jacaré-pepira-assú.

CORRENTINHO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Guanhães.

CORRIOLA. Rio do Estado do Paraná, banha o mun. do Serro Azul e desagua no Assunguy.

CORRIOLINHA. Dist. policial do termo de Serro Azul, no Estado do Paraná.

CORTA-PÉ. Lagôa do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá.

CORTIÇO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves. Vai para o rio Arrozal.

CORTUME. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Gravatá e desagua no rio Ipojuca.

CORUJA. Rio affl. do Assunguy em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Conselheiro Martim Francisco, em seu trabalho citado, escreveu: « No ribeirão das Corujas, cuja natureza geognostica parecia prometter ouro grosso de manchas, que eu mandei correr até á serra, *onde desapparece mettendo-se debaixo della por entre rochedos*, e que eu mandei socavar, nada apresentou na batêa; somente achei nas suas margens pedras espalhadas de um verdadeiro silex amarello escuro, e entre a brecha já dita, maus crystaes de rocha. » Segundo outros, esse ribeirão, em tempo secco, é muito insignificante; porém, com qualquer chuva, enche-se o leito de quatro braças de largura, alaga toda a visinhança e dá nado. Da mesma maneira baixa com rapidez. Nasce de um morro agudo na Serra Negra.

CORUJINHA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo, no mun. de Botucatú. E' tambem denominado *Bosque*.

CORUMBÁ. Composto de *curú-mbá*, seixos esparsos. cascalho raso; *corumbá*, *corumbé*, *carumbé*, a tartaruga; o cesto redondo e chato; Goyaz, Matto-Grosso (Dr. Theodoro Sampaio).

CORUMBÁ. Villa de Goyaz. Accrescente-se no fim Foi elevada á cidade pela Lei n. 237 de 9 de Julho de 1902

COSME. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. do Capão Bonito do Paranapanema, nas divisas do dist. da Capella de Bôa Vista.

COSTA DO PAU D'ARCO. Arraial do termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

COSTÃO DE PERNAMBUCO. Serra no mun. de Itanhaen proxima do littoral; no Estado de S. Paulo.

COSTAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade de Bom Fim. Do mesmo mun. nos informam haver um outro pov. de nome identico no dist. de Sant' Anna do Paraopeba.

COSTEIRA DO RIBEIRÃO. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. da capital; com escola.

COTEGIPE Corrupção de *acuti-gy-pe*, no rio da cutia; Bahia; corrupção de *coti-gy-pe*, no rio torto ou sinuoso (Dr. Theodoro Sampaio).

COTICAHEN. (corruptela de *Coti-caren*, voltas tortas). Canal no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo. E' assim denominado pelo facto de ser visto o mesmo lugar muitas vezes, por causa das voltas e tortuosidades do canal.

COTIJUBA. Corr. *acuti-yuba*, a cutia fulva; Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

COTINDIBA. Corr. *coti-dyba*, voltas ou sinuosidades em abundancia; nome de um rio de Sergipe notavel pelas muitas tortuosidades do seu canal de entrada (Dr. Theodoro Sampaio). Gabriel Soares escreveu *Cotigipe*. Hoje se diz *Cotinguiba*.

COTUNDUBA. Corr. *coti-dyba*, muitas voltas, vagas ou vae-e-vens em abundancia; nome de uma das ilhas á entrada da bahia Rio de Janeiro, alludindo ás difficuldades do accesso da dita ilha. Vide *Cotindiba* (Dr. Theodoro Sampaio).

COUROS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Pirapitinguy; no mun. de Mogy-mirim.

COUROS. Ribeirão de S. Paulo, no mun. da capital. Linhas 2 em logar de —no rio dos Pinheiros — na margem esq. do Tamandoatehy, reunido ao ribeirão dos Meninos.

COUTOS. Passo no arroio Imbahá e Estado do R. G. do Sul.

COUVES. Duas ilhas situadas a E. da bahia de Ubatuba; no Estado de S. Paulo.

COVA DA DEFUNTA. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. do Bonito.

COVA DA PEDRA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Granito e desagua no Brigida.

COVALSINHO. Log. do Estado de Paraná, no mun. de Imbituva. Ahi acha-se um nucleo colonial, distante 30 kils. da villa e proximo á estação do Iraty da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande. Seus habs. são polacos.

COXILHA DOS LOUCOS. Bairro do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Uruguayana.

COXINGÓ. Serra do Estado de Pernambuco, nos muns. de Cimbres e Conceição da Pedra.

COXINGÓ. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

COXOS. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Leuções e vai para o rio deste nome.

CRAJAUNA. Corr. *caraýá-una*, o mono preto; nome de um monte á margem do rio Una de Iguape; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

CRAUNA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de N. S. das Dores (*Almanak Sergipano*. 1901).

CRAVASSÚ. Corr. *caraúá-açú*, gravatás grandes; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

CRAVATÁ. Ilha no mun. de Arayoses do Estado do Maranhão.

CRESCENDUBA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Itapetininga; serve de divisa aos muns. de Sarapuhy e Itapetininga.

CRESCIUMA. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de S. Manoel.

CRESCIUMA. Estação do Ramal de Santa Rita do Paraizo; no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada em 1º de Junho de 1900. Fica no kil. 19.

CRICARÉ. Corr. *cari-caré*, o cary torto, o peixe roncador e cascudo (*Rhinelepis aspera*. Spix); Bahia, Espirito Santo. Foi o nome primitivo do rio S. Matheus (Dr. Theodoro Sampaio).

CRIMIRY. Lago do Estado do Amazonas, na com. de Itacoatiara nos limites da sub-prefeitura do Autaz.

CRIOULAS. Arraial no termo de Itaporanga do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

CRUCIFIXO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary, com uma capella que tem por orago o Senhor Morto.

CRUEIRA. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

CRUMAHY. Rio do Estado de S. Paulo, na ilha de Santo Amaro. Desagua no rio da Bertioga.

CRUMARIM. Serra entre os dists. de Guaratiba e Campo Grande, no Districto Federal.

CRUVINAS. Lagôa do Estado do Maranhão, no mun. do Brejo.

CRUZ. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. da Pedra. Faz parte da cordilheira, que, partindo de Cimbres com o nome de Ororubá, vai depois tomando as denominações de Gameleira, Jardim, Paxinanam, Macacos, Lages, etc.

CRUZ. Morro do Districto Federal, na ilha de Paquetá.

CRUZ. Ilha do Estado de Pernambuco, no rio S. Francisco, entre Petrolina e Boa Vista.

CRUZ. Lagôa no mun. de Granito do Estado de Pernambuco.

CRUZ. Corredeira no rio Tieté; no Estado de S. Paulo.

CRUZ. Passo no rio Quarahym e Estado do R. G. do Sul. Estabelece communicação entre o mun. de Uruguayana e a Republica do Uruguay.

CRUZ (Santa). Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

CRUZ (Santa). Pov. no mun. da Victoria do Baixo Mearim, á margem esq. do rio Mearim e a montante da villa. Dista seis kils. da pov. da Lapella.

CRUZ (Santa). Bairro da cidade do Penedo; no Estado das Alagôas.

CRUZ (Santa). Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901).

CRUZ (Santa). Bairro no mun. de Belem do Descalvado; no Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei n. 706 de 23 de Agosto de 1900.

CRUZ (Santa). Nucleo colonial do Estado do Paraná, a 12 kils. da cidade de Paranaguá. Conta 48 lotes com a área total de 768 hectares. E' povoado por italianos e brazileiros.

CRUZ (Santa). Log. do Estado do R. G. do Sul, no 1º dist. do mun. de Gravatahy; com escola.

CRUZ (Santa). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

CRUZ (Santa). Log. e corrego do Estado de Matto Grosso, no dist. de Miranda, proximo ao rio Perdido.

CRUZ (Santa). Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Santo Antonio de Padua.

CRUZ (Santa). Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua na margem dir. do rio Grande.

CRUZ DA MATTA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

CRUZ DAS ALMAS. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

CRUZ DAS ALMAS. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Buique e desagua no rio Ipanema. Recebe o riacho do Queimado.

CRUZ DAS ARÊAS (Santa). Dist. do mun. de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes. Foi desmembrado do mun. de S. Sebastião do Paraizo pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

CRUZ DE S. MIGUEL. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de S. Miguel, com uma capella.

CRUZ DO NORTE (Santa). Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Moniz Freire.

CRUZ DO PARAIZO (Santa). Dist. creado pelo Dec. de 20 de janeiro de 1899 na com. de Pirajú e Estado de S. Paulo.

CRUZ DO SEABRA (Santa). Log. de Sergipe. Em logar de Seabra leia-se *Siebra*.

CRUZ DO VALERIO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Petrolina.

CRUZEIRO. Morro do Estado da Bahia, na cidade do Bom Fim. Na sexta-feira da Paixão costumam fazer uma romaria a esse morro.

CRUZEIRO. Morro em cuja encosta está assente a cidade de Palmyra; no Estado de Minas Geraes.

CRUZEIRO. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, com a caixa d'agua e um grande cruzeiro.

CRUZEIRO. Villa de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi sua séde transferida para a estação do mesmo nome pela Lei n. 789 de 2 de outubro de 1901.

CRUZES. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Tieté; no mun. de Araraquara. Atravessa a lagôa Bacury.

CRUZ PEQUENA. Bairro do mun. de Pindamonhangaba e Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

CRUZ PRETA. Bairro no mun. do Parnahyba do Estado de S. Paulo.

CRYSTAES. Estação da E. de F. Mogyana, na linha do Rio Grande, no kil. 428.

CRYSTAES. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Paranapanema; no mun. de Santa Cruz do Rio Pardo.

CRYSTAES. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Juquery, entre os muns. de S. Paulo e Jundiahy.

CRYSTAES. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Vai para o Rio Pirapitinguy, affl. do Tieté.

CRYSTAES. Corredeiras no rio Paranapanema, abaixo do Salto Grande, depois que o rio faz uma pequena volta para o sul. E' uma serie de cachoeiras esse trecho do rio Paranapanema, mais de cinco kils. Além do canal muito sinuoso, a velocidade das aguas é o seu principal caracteristico; em uma dessas cachoeiras as aguas são muito agitadas, de sorte que, mesmo pelo canal mais largo, a passagem é perigosa. Na ultima, formada lateralmente por paredes graniticas, as aguas entram e correm com maior impetuosidade, em forte declive. Julgo util transcrever um trecho do *Resumo do itinerario de uma viagem exploradora emprehendida por ordem do Barão de Antonina*: « Entramos no Paranapanema, que corre com 60 braças de largura de ONO., por baixios e corredeiras até o morro dos Monos, onde pousamos com uma e meia leguas de marcha da foz do Itararé e rumo de NNO. A's sete horas da manhã (dia seguinte) seguimos entre serranias por fortes corredeiras, que findam em curto canal de 10 a 12 braças de largura, com duas ilhotas em sua desembocadura, donde o rio voltêa para NNO. por baixios e corredeiras até a cachoeira do *Crystal*, onde conduzimos á mão as canôas vazias, e pousamos com duas leguas e meia de marcha a rumo geral de ONO. ».

CRYSTALLINA. Pequena lagôa do Estado da Bahia, no dist. do Riacho da Guia, termo de Alagoinhas. Dizem-na encantada e a consideram perigosa por ter desapparecido nella, ha muitos annos, uma mulher.

CUANGUERY. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Imaruhy; com escola.

CUBAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, entre os rios Guapyra e Baquirivú.

CUBATÃO. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Monte Alto e com. de Jaboticabal.

CUBATÃO. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Cajurú.

CUBATÃO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Ribeira de Iguape; no mun. de Xiririca.

CUBATÃO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Sorocaba; no mun. deste nome.

CUBICULO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras. E' tambem denominado Porto Alegre.

CUBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Brodowski.

CUCANHA. Ribeirão no mun. de Caraguatatuba do Estado de S. Paulo. Desagua no oceano. Cucanha é corruptela de *Cŭi-canhy*, cahe e some-se. Allusivo a sumir-se sob pedras e penhascos quando cahe da serra; reapparecendo depois.

CUI. Subs., a farinha, o pó, a poeira; alt. *cuy* e *uy* (Dr. Theodoro Sampaio).

CUITY. Rio do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

CUMARÚ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Bom Jardim, com uma fabrica de descaroçar algodão. Esta palavra, segundo Montoya, significa *alimento indigesto*, de *cuma*, alimento, e *ru*, indigesto.

CUMARÚ. Rio do Estado do Pará, no mun. de Vigia. Reune-se com o rio Ubituba no dist. de Porto Salvo.

CUMBE. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*, 1901). Este vocabulo, segundo Montoya, significa amordaçar, pôr freio.

CUMBE. Bairro da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia

CUMBE. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy. Esta palavra significa, segundo Montoya, amordaçar, pôr freio.

CUMBE. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem esq. do rio deste nome.

CUMBE. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra do Gavião, ao N. da pov. de Alagoinhas e della distante seis kils. (mun. de Cimbres) e desagua no rio Ipanema após um curso calculado em 24 kils.

CUNANY. Sub-prefeitura creada pelo Dec. n. 1.062 de 7 de agosto de 1901 no dist. de Cassiporé do territorio de Aricary; no Estado do Pará.

CUNANY. Rio do Estado do Pará, banha a pov. de Santa Maria de Cunany e desagua no oceano. Rega o territorio do Aricary. (*Carta* do territorio do Aricary de José Lobo Pessanha. Pará. — Agosto — 1901). Vide *Coanany*.

CUNHÃ. Subs., a mulher, a femea dos animaes; suff. para indicar o sexo feminino dos substantivos, como: *yaguaracunhã*, a cadella, *suacú-cunhã*, a veada (Dr. Theodoro Sampaio).

CUNHAMBEBE. Nome de um principal dos Tamoyos ao tempo de Nobrega e Anchieta. Hans Staden, que o conheceu, escrevia Konyan-Bebe. Lery escreveu Konian-Bebe. Os portuguezes escreveram Cunhambebe. « *Cunhambebe*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *cunhã*, mulher; *beba* ou *peba*, baixa, chata, rasteira, gorda; corrupção de *cunhã-bêbo*, ficando mulher, parecido com mulher ».

CUNHÃ-MOÇÚ. Iguarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão. (Dr. G. Dodt. *Relat.*).

CUNHAPIRÚ. Composto de *cunhã-pirú*, mulher magra, secca; pode ser ainda: o passo, o vão, o secco da mulher, logar do leito do rio dando passagem a váu; R. G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio).

CUNHAS. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Itajahy, com. escola.

CUNHAÚ. Corrupção de *cunhã-y*, rio das mulheres ou das femeas. (Dr. Theodoro Sampaio). *Cunhary*, composto de *cunhã-r-y*, tem a mesma significação.

CUPECÊ. Bairro do mun. de Santo Amaro; no Estado de S. Paulo. Tambem escrevem *Cupencê*. « *Cupecê*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *cú-pecê*, lingua partida, campo partido; corrupção de *co-pecê*, a roça dividida ou partida.

CUPETY. Pov. do Estado de Pernambuco, á margem do riacho do seu nome no mun. de Alagôa de Baixo, com uma capella.

CUPIOBA. Composto de *cupi-ob*, o formigueiro que alastra, logar coberto de formigas ou cupim; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

CURAÇÁ. Corrupção de *corá-açá*, travessia de cercados, de curraes. E' palavra de origem duvidosa; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

CURICOARA. Log. do Estado do Pará, na subprefeitura de Urixiacá e com. de Santarem.

CURIMATAHY. Dist. do Estado de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Consta que a Egreja Matriz foi edificada de 1760 a 1770. O clima é geralmente saudavel. A quatro kils. do arraial ha excellentes minas de salitre inexploradas e muita pedra de ferro. Suas terras são bôas para cultura e produzem em abundancia cereaes. Ha poucas mattas virgens, existindo muitas capueiras.

CURITYBA. Vocabulo composto de *curi-tyba*, e que significa pinhal, matta de pinheiros, pinhões em abundancia. Tambem dizem *Curitiba* e *Curituba*.

CURITYBA. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Porto da Folha.

CURRAL. Um dos extremos da cidade de S. João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, á margem dir. do rio Parahyba. Ahi fica o matadouro.

CURRAL DE ARROIOS. Arroio do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santa Victoria do Palmar.

CURRAL DE PEDRAS. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Chique-Chique.

CURRAL DOS BOIS. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no mun. de Cimbres e depois de pequeno curso desagua no rio Ipojuca.

CURRAL GRANDE. Log. do Estado do Pará; na sub-prefeitura de Urixiacá, com. de Santarem.

CURRAL GRANDE. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão dos Meninos, trib. do Tamamdoatehy; no mun. da capital.

CURRALINHO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Brejo da Madre de Deus, entre os povs. Bello Jardim, do qual dista 18 kils., e S. Caetano da Raposa. Ahi passa a estrada Central de Pernambuco, que tem uma estação no local, aberta ao trafego em 25 de dezembro de 1896 com o nome de Antonio Olyntho.

CURRALINHO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba. (*Almanak Sergipano*. 1901).

CURRALINHO. Serra do Estado da Bahia, á margem do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco, entre as estações de Itú-mirim e Angico. E' constituida por pedra branca.

CURRALINHO. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica situada a 2 kils. da margem esq. do rio Parnahyba, a NE. e a 114 kils. de Caxias. Exporta algodão e furno. Comprehende o pov. Boqueirão.

CURRALINHO. Cidade da Bahia. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se Castro Alves pela Lei n. 360 de 25 de julho de 1900.

CURRUBIXATIBA. Arraial do Estado da Bahia, no mun. do Prado, á margem esq. do riacho do seu nome, em frente do mar, em uma planicie que se prolonga até uma distancia de cerca de 400 metros para o interior. Foi um aldeamento de indios.

CURSAHY. Vocabulo guarany que significa; segundo Montoya, *consumido de chorar* — de *cur*, consumir; e *sahy*, lagrima, pranto. Vide *Crussahy*.

CURUAHY. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900.

CURUARY. Villa do Estado do Pará, creada pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900. Era um pov. do mun. de Alenquer.

CURUARY. Rio do Estado do Pará, no mun. de Affuá,

CURUÇÁ. Região em que foi situada, á margem esq. do rio Tieté, a pov., que é hoje a cidade do Tieté, e cujo nome anterior era *Pirapora de Curuçá*; no Estado de S. Paulo. « *Curuçá*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é corrupção do portuguez *cruz*, que no tupi-guarany se pronuncia *curuzú*; S. Paulo, Rio de Janeiro ».

CURUÇÁ. Riacho do Estado do Maranhão, corre ao SO. da villa do Paço e desagua na margem esq. do Cururu ca.

CURUCUTÚ. Especie de coruja parda com duas pennas na cabeça simulando chifres.

CURUCUTÚ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taquacetuba, que o é do rio Grande ou Jurubatuba.

CURUMITÁ. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

CURUPÁ. Corrupção de *corupá*, logar da roça ou da plantação, sitio de cultura; alt. *Gurupá*; Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

CURUPACÊ. Composto de *curupá-cê*, logar da roça elevado, saliente, bonito; S. Paulo. (Dr. Theodoro Sampaio).

CURUPACHY. Rio do Estado do Pará, no mun. de Affuá.

CURUPAITY. Dizem significar esta palavra lagarto de palmeira, de *curú*, lagarto e *paíly*, palmeiral.

CURUPIRA. Genio da mythologia selvagem que presidia os sonhos e os pesadellos. « *Curupira*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *curú-pira*, o sarnento, o coberto de feridas. »

CURUPIRA. Morro á margem dir. do ribeirão Cachoeirinha; no mun. de Nazareth c Estado de S. Paulo.

CURUPIRA. Morro do Estado de S. Paulo, proximo ao pico Jaragua; no mun: da Capital do Estado de S. Paulo. Ahi houve antigamente exploração de lavras auriferas.

CURUPIRA. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Cururupú e lança-se no Toma-juçara.

CURUPIRA. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do Pary, que o é do Paraguay. Tambem escrevem *Currupira*.

CURUPITA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Affuá. Vai para o rio Sant'Anna.

CURURIPE. Corrupção de *curú-r-y-pe*, no rio dos seixos, no rio dos calháos; Alagôas. Si o vocabulo é corrupto deve ser escripto com a graphia *Cururuípe* de que usou Frei Vicente do Salvador, na sua *Historia do Brasil*, sendo então composto de *cururú-y-pe* e se traduz — *no rio dos sapos* —; nome do rio em cuja barra foi morto e devorado pelos Cahetés o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, assim como outros naufragos como elle nas costas das Alagôas. (Dr. Theodoro Sampaio).

CURURÚ (Substantivo). O roncador, o que ronca, o sapo grande (*Pipa Cururú*) Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

CURURÚ. Quarteirão incorporado ao dist. do Japy, no mun. de Jundiahy e Estado de S. Paulo, por Acto de 5 de maio de 1891.

CURURÚ. Morro pertencente á serra do Japy; no mun. de Cabreuva e Estado de S. Paulo.

CURURUHY. Riacho do Estado do Pará, no mun. de Marapanim.

CURURUPEBA. Composto de *cururú-peba*, o sapo chato, ou esparralhado, o cururú meúdo. Appellido de um principal do gentio da Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

CURURUPÚ. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: « Cururupú ou S. João do Cururupú acha-se á margem esq. do rio do mesmo nome, que se lança na bahia Cabello de Velha, cuja entrada está entre o promontorio de Caoca, a E., e a ilha Mangunça, a O. Fica em terreno ligeiramente accidentado, possue muitos edificios de bôa construcção, alguns sobrados, como o da Intendencia Municipal, e duas egrejas, uma na praça da Matriz, e outra no arrabalde Ceará. Outr'ora florescente, está presentemente em decadencia... Na bahia de Mangunça, a bordo do vapor S. Luiz, nasceu em 1861, o poeta Dr. Raymundo Corrêa ».

CURURUPÚ DO MOTTA. Pov. do Estado do Maranhão, 12 kils. á jusante da villa de Cururupú, á margem esq. do rio deste nome.

CURUZÚ. E' o vocabulo *cruz* pronunciado á moda guarani. (Dr. Theodoro Sampaio).

CURVELLO. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto. Vai para o rio deste nome.

CURYQUETHÊ. Rio do Estado do Amazonas, banha o mun. da Labrea e desagua no rio Ituxy.

CUSCUZEIRO. Pedra notavel á margem do rio Pinheirinho; no mun. de Santo Antonio da Alegria e Estado de S. Paulo.

CUSTODIA. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce no mun. de Alagôa de Baixo e desagua no rio Moxotó.

CUYABÁ. Composto de *cuiy-abá*, gente forte, valente, esforçada. Nome de uma tribu selvagem encontrada nas margens do affl. do rio S. Lourenço que tem essa denominação; Matto Grosso (Dr. Theodoro Sampaio).

CUYABÁ. Bairro do mun. de Nazareth do Estado de S. Paulo; com escola.

CUYABÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo; reune-se com o ribeirão da Estrada e juntos vão desaguar na margem esq. do rio Atibainha; no dist. de Nazareth.

CUYETÊ. Composto de *cuí-êtê*, vaso verdadeiro, real (Dr. Theodoro Sampaio).

CYRILLO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. do Curralinho.

CYRINÊO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Guarehy, entre os rios Capivary e Guarehy.

CYRINO. Corrego do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Cascavel pertencente á com. de S. João da Bôa Vista.

D

DAMASO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

DANTAS. Serra do Estado do Ceará, nas divisas da villa de Grossos.

DANTAS. Morro do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de S. Fidelis.

DANTAS. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas.

DAR DE CORPO. Defecar, evacuar. Termo usado no sertão da Bahia.

DEFUNTA. Serra do Estado de Pernambuco, a E. da cidade do Bonito, com a altitude de 800 metros e occupando uma área de 1.200m. E' tambem denominada Queimada.

DEFUNTO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. do Curralinho. Nasce no rio Mapuá.

DEMETRIO. Salto no rio S. Lourenço; no Estado de Matto Grosso.

DEMETRIO RIBEIRO. Pov. do Estado do E. Santo, no mun. do Pau Gigante.

DENDÊ. Log. do Estado da Bahia, no dist. de Salinas da Margarida, pertencente ao mun. de Itaparica.

DENDÊ. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

DENTRO. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Palmares, em territorio da abandonada colonia Soccorro.

DENTRO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no dist. do Bebedouro.

DERRADEIRO POUZO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. do E. Santo da Boa Vista.

DESCALVADO. Morro do Estado de Minas Geraes, nas divisas dos muns. de Ayuruoca e Turvo.

DESCAMPADO. Dist. policial do mun. de Bocayuva; no Estado do Paraná.

DESCAROÇADOR. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Na *Folha do Rio Claro da Commissão Geogr. e Geol. de S. Paulo*, é mencionado esse ribeirão desaguando na margem esq. do rio do Roque, trib. do Mogy-guassú, e recebendo os corregos da Graminha e de S. Joaquim.

DESEMBARGADOR FURTADO. Estação da E. de F. da Companhia Mogyana, no kil. 25 do Tronco.

DESEMPAMBADO. Positivo, que usa de franqueza. Termo usado no sertão da Bahia.

DESENGANO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. do Rio Pardo.

DESERTO. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Simão Dias (*Almanak Sergipano*. 1901).

DESIDERIOS. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

DESORDEM. Serra do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Sr. Parsonadas de Carvalho, em uma *Conferencia* realisada na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1901, diz: "O nome Desordem dado á serra que se altêa entre a nascente primordial do rio Pindaré e as vertentes do rio Sant'Anna, affl. do Grajahú, é a eternisação da lembrança do grande destroço que a pop. primitiva infligiu na conquistadora no verão de 1813, quando esta tentava se apoderar dos campos marginaes do Pindaré".

DESTERRO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 479 kils. distante do Joaseiro.

DESTERRO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

DESTERRO. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé. Sobre elle existe uma ponte.

DESTERRO. Cascata no mun. do Cunha e Estado de S. Paulo. E' extensa; sua queda é vertical, de 25 a 30 metros, formando uma bacia, onde cahem as aguas. E' formada pelo rio Jacuhy e dista da cidade do Cunha cerca de 18 kils.

DIABINHO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de S. Philippe.

DIAMANTININHO Ribeirão do Estado de Matto Grosso, banha o mun. da capital e desagua no rio Araguaya.

DIAMANTINO. Pov. no mun. de Tury-assú do Estado do Maranhão, com uma escola, a NO. e a 39 kils. da cidade, entre os rios Diamantino affl. do S. José do Igarapé-assú, e o Estandarte, que desagua na bahia de Carará.

DIAMANTINO. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Tury-assú e desagua no S. José do Igarapé-assú, trib. da bahia Mutuoca.

DIAS. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Nuporanga e desagua no ribeirão dos Agudos.

DINHEIRO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres. E' curiosa pelo facto de que, batendo-se com qualquer instrumento rijo n'uma pedra que nella ha, quadrada e grande, chamada do dinheiro, donde deriva a denominação da serra, produz tal pedra uma vibração similhante ao soar de um sino.

DIREITO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Topada, no mun. de Taquaretinga.

DISTOQUE. Log. do Estado da Bahia, no termo do Morro do Chapéo.

DIVINO. Bairro da cidade do Rio Preto; no Estado de Minas Geraes; com uma capella do Divino Espirito Santo.

DIVISA. Igarapé do Estado do Pará; no mun. de Afuá.

DIVISA. Corrego do Estado de S. Paulo, atravessa a villa da Fartura. E' assim denominado por separar a Villa Nova da Velha. Vai para o rio Fartura.

DIVISÃO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Garanhuns, ao N. da cidade deste nome e a 30 kils. ao S. da villa de S. Bento.

DÓ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Gurjaú, no mun. do Cabo.

DOBRADA. Estação da E. de F. de Araraquara, no ramal do Ribeirãosinho, no Estado de S. Paulo. Agencia do Correio. Fica no kil. 53.930, entre as estações do Mattão e Santa Ernestina.

DOCE. Morro á margem esq. do rio Juquery; no mun. deste nome e Estado de S. Paulo.

DOCE. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce na serra da Costella, mun. do Brejo, e corre para o rio Capibaribe.

DOCE. Riacho entre os Estados da Bahia e do E. Santo: Serve de limite sul do mun. de S. José de Porto Alegre de accordo com a Carta Regia de 3 de março de 1755.

DOCE. Rio affl. do rio Turvo e este do Bananal; no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. E' pequeno. E' tambem conhecido por Piracema e Manso.

DOMINGOS. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da capital.

DOMINGOS (S.). Pov. do Estado do Maranhão, a tres kils. da villa do Barreirinhas.

DOMINGOS (S.). Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

DOMINGOS (S.). Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da serra das Almas.

DOMINGOS (S.). Rio do Estado da Bahia, no mun. de Jusseape.

DOMINGOS. (S.). Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Mercês do Pomba e desagua no rio d'este nome no logar Rancho do Barão.

DOMINGOS DOS MARTINS (S.). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Arcos e mun. da Formiga; com uma esc. municipal.

DOMINGOS E ALMAS (S.). Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no S. José, trib. do rio Grande. Recebe o Capitão.

DOMINGUINHO. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Capão Bonito do Paranapanema.

DONA MARIANNA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

DORES. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. do Triumpho.

DORONDONGOS. Serra do Estado de Pernambuco, nos limites do mun. do Bom Jardim com o Estado da Parahyba.

DOURADO. Cachoeira no rio Paranapanema, anterior á das Aranhas; no Estado de S. Paulo.

DOURADOS. Parochia do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá. Tem sua séde na pov. do Amolar. Foi creada em 1902 pelo Dec. n. 327 de 8 de abril.

DOURADOS. Grande salto no rio Paranapanema, logo abaixo da foz do rio Pardo. Tem innumeras grêtas na grande muralha, de uma a outra margem do canal, pelas quaes irrompem jorros d'agua ou simples fios de escuma, conforme o maior ou menor diametro das grêtas e orificios, formando da altura de mais de nove metros o grande salto com estrondo. Este salto é no canal á esq. da Ilha Grande, com um e meio kil. de comprimento. Pelo lado dir. da mesma ilha, ha o Canal Paulista, em cuja bocca superior existe uma cachoeira, terminando na inferior egualmente por um grande salto, tambem perigoso. No tempo das chuvas o Salto Grande não apresenta o mesmo aspecto acima descripto; as aguas precipitam-se de cima da muralha, formando lençol. Abaixo deste Salto Grande, as aguas precipitadas formam bacia e redomoinho, e depois entram em estreitissimo canal, entre altas penedias, para juntarem-se com as do Canal Paulista, no extremo da ilha.

DOURADOS (S. João Baptista dos). Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado da com. de Brotas e incorporado á do Ribeirão Bonito pela Lei n. 633 de 18 de julho de 1899.

DOUS CORREGOS. Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi elevado á cidade pela Lei municipal de 10 de outubro de 1898.

DOUS GIRÃOS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Timbauba.

DOUS IRMÃOS. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas, proximo á serra dos Patos.

DOUS IRMÃOS. Serra. Uma das da cordilheira que separa o Estado do Piauhy do de Pernambuco, comprehendida nos limites occidentaes dos muns. de Petrolina e Ouricury. Presume-se que o nome de Dous Irmãos com que conhecem aquella serra, é uma referencia aos dous irmãos, Domingos Affonso Manfresne e Julio Affonso Serra, portuguezes, fundadores do Piauhy, os quaes, conquistadores de dilatadissimo territorio, onde foram estabelecendo fazendas de criação, tantas chegaram a possuir que só Domingos Manfresne, por sua morte legou aos padres jezuitas, sob a condição de empregarem os rendimentos dellas em dotar donzellas e soccorrer viuvas desvalidas. Ignora-se si os jezuitas com os rendimentos que lhes foram legados cumpriram a vontade do testador. — O autor da *Selecta Brasiliense*, J. M. P. de Vasconcellos, na pag. 307 do Vol. II, descreve uma interessante curiosidade existente no massiço dessa serra: "Figure-se uma montanha de 300 metros somente de altura, porém, cortada a pique por uma de uma corrente que muge estrepitosamente; depois, tudo ao redor, uma terrivel solidão, bosques, areias, massas de pedra calcinada, escalvada e ennegrecida pelo fogo dos vulcões estinctos. Trepa-se á esta montanha por uma fenda natural, praticavel até para bestas cavallares, chegando-se á altura de 200 metros, ahi para-se, porque é uma plataforma, de largura somente de uma dezena de pés, donde se descobre, mais de cem metros abaixo, a copa vicejante das arvores gigantescas de uma floresta virgem, em que se ouve ainda, como um ruido longinquo e confuso, o rugido da torrente. Naquella plataforma, á direita, ha uma abertura estreita por onde se entra em vasta gruta, escavada na rocha viva e tapetada de algumas plantas trepadeiras, por entre as quaes se ouvem correr os lagartos. No fundo, isto é, a 20 passos da primeira entrada, ve-se uma outra porta natural, dando accesso para uma immensa gruta, que tem 15 passos de largura media, e pelo menos 160 de uma extremidade á outra. As paredes, á direita e á esquerda, estão forradas de craneos humanos, canellas, cabeças de animaes, pelles de feras, flechas, plumas e massas. São indubitavelmente trophéos dos guerreiros indios, cujos tumulos alli estão alinhados nos dous lados desde a entrada. Cousa singular são estes tumulos, porque constam simplesmente de grandes vasos de terra endurecida ao sol, sobre os quaes se assentam enormes e pesados tampos da mesma terra assim cosida, revestida de pelles cortidas. Ahi repousam os guerreiros indios, accocorados com a cabeça encostada ás mãos, e os cotovellos descançados sobre os joelhos, e com as suas armas e joias postas ao lado. Contaram-se (em 1858) vinte e tres cadaveres, e a maior parte em perfeito estado de conservação. Tentou-se tirar de dentro daquelles vasos, mas desfizeram-se logo em pó, e só ficou nas mãos de curiosos visitantes uma pelle negra e dura, semelhante a pergaminho ennegrecido ao fogo. Todos tinham bem conservados os dentes, e alvos como o mais brunido marfim; os cabellos, porém, tinham-se desprendido dos craneos e encontravam-se mechas delles, ou pegadas ás costas das mumias, ou cahidas no fundo dos vazos. Na extremidade da galeria havia mais sete vazos, semelhantes em tudo aos primeiros, mas com a tampa no chão, junto delles, esperavam de certo cada um, ha longo annos, o seu cadaver que nunca chegou. O gargalo desses vasos está adornado com um collar de contas encarnadas, misturadas com outras pretas e brancas. De certo suppriria elle as inscripções, e tinha por fim perpetuar a memoria do defunto. A que data podem remontar esses tumulos? A que povo se deverá attribuil-os?".

DOUS IRMÃOS. Serrota do Estado de Pernambuco, no mun. da Bôa Vista. Tambem é conhecida por Morro da Bôa Vista.

DOUS IRMÃOS. Rio do Estado de Goyaz, banha o dist. do Rio do Peixe e desagua no Santa Thereza.

DOUS IRMÃOS. Log. do Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Descrevendo essa localidade, diz o Sr. S. V. Galvão, em seu *Dicc.*,: "Pov. pequeno na freg. do Poço da Panella, no qual está a 10^k, 400^m a estação terminal da linha principal, ou do centro, da via-ferrea denominada — do Recife á Varzea e Dous Irmãos —. A Companhia do Beberibe, concessionaria do abastecimento d'agua á cidade do Recife, ahi tem seu estabelecimento principal. Em 30 de novembro de 1848, o 6º batalhão de caçadores, sob o commando do major João Guilherme Bruce repellio nesse logar, no engenho Dous Irmãos, uma força liberal. O nome Dous Irmãos provém do engenho, que pertenceu aos irmãos *Tonzo* Lins Caldas e *Coló* Lins Caldas. »

DOUS MOIRÕES. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim.

DOUS PAUS. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé. Recebe o riacho Cajueiro Vermelho.

DUARTE COELHO. Bairro da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, situado em terreno plano. E' mais conhecido pelo nome de Arrombados. Tem umas 150 casas, uma capella de N. S. das Necessidades e uma estação da via-ferrea do Recife a Olinda, no kil. 7.811^m da da rua da Aurora (na cidade do Recife), entre as estações do Salgadinho e Piza, a 813 metros da do Varadouro e a $1{,}745^m$ da do Carmo. Em 1645 era conhecido por *Carreira de Mazombos*. Passa-lhe perto o rio Beberibe.

DUARTE DIAS. Pov. do Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim.: Está situada em terreno plano, contendo umas 80 casas, uns 500 habs. uma capella de Santo Antonio dos Milagres e uma pequena feira aos domingos. Foi fundada por Antonio Duarte Dias, em 1855, pouco mais ou menos. Esse homem, voltando de Fernando de Noronha, onde tinha ido cumprir sentença, estabeleceu-se no log. com uma taverna, em torno da qual se installaram parentes e conhecidos, que deram origem ao pov.

DUAS BACIAS. Lago do Estado do Pará, no mun. de Amapá, na sub-prefeitura do Lago Redondo.

DUAS BARRAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

DUAS BARRAS. Rio do Estado da Bahia, no mun. de Jusseape.

DUAS BOCCAS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Affuá.

DUAS BOCCAS. Lago do Estado do Pará, no territorio de Aricary. No meio delle ha uma ilha, onde habitam alguns pescadores e agricultores. Dous furos ou canaes por onde perennemente correm aguas, que dão passagem a canôas, o põe em communicação com outros lagos e estes com o mar; um, á esq., vai ter ao lago Cajubim, deste ao Redondo e deste ao da Amapá, recebendo em seu percurso os igarapés Itambal, Fuchal e do Campo. O outro furo, o da dir., conduz ao lago do Rei. A extensão desse lago é de algumas leguas, e sua profundidade de muitas dezenas de metros. Em meio delle ha ilhas cobertas de luxuriosa vegetação. Foi explorado pelos jesuitas, que nelle fundaram estabelecimentos de pesca, dos quaes ha vestigios.

DUAS ILHAS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves, proximo da ilha Mututy.

DUAS PEDRAS. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no mun. de Cimbres e correndo para o do Brejo desagua na margem esq. do rio Capibaribe. Convem não confundir esse riacho com outro de egual nome.

DUAS SERRAS. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres. Desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

DUMBÁ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre do mun. do Bom Fim.

DUMBÁ. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

DURADEIRA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. de Belmonte.

E

EÇÁ. Subs., o olho, os olhos; *eçaá* o globo ocular (Dr. Theodoro Sampaio).

ECARUNA. Composto de *eçá-r-una*, os olhos negros (Dr. Theodoro Sampaio).

EGREJA. Morro do Estado de Minas Geraes, na séde do dist. do Recreio do mun. da Leopoldina; com uma capella do Menino Deus e um grande Cruzeiro.

EGREJA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Affuá e desagua no rio Iriricana.

EGREJA VELHA. Barrancas altas á margem dir. do rio Paranapanema, entre as cachoeiras Itaipava e Aparado; no Estado de S. Paulo. Ahi o rio se estreita, ficando com a largura somente de 25 metros. São de barro amarellado, cortadas quasi a prumo, deixando ver listas verticaes de oxydo de ferro, produzidas pela acção das aguas do monte. A mais elevada é de cerca de 25 metros de altura.

EGREJINHA. Rio do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava. Vai para o Cavenoso, trib. do Iguassú. Recebe o arroio do Pontão.

EGUAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Una, no mun. de S. Bento.

ELEUTERIO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, rega o mun. de Porto Feliz e desagua na margem dir. do rio Tieté.

EMA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú.

EMBAHÚ. Corr. *embá-yba*, alt. *embá-uba*, *embá-ú*, a arvore ouca, páo vasado ou ouco (*Cecropia*). Dr. Theodoro Sampaio.

EMBAUBA. Corrupção de *embá-yba*. Vide Embahú.

EMBERY. Contraforte da serra da Mantiqueira; no mun. de S. Bento do Sapucahy-mirim; no Estado de S. Paulo.

EMBERY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Sapucahy-mirim; no estado de S. Paulo.

EMBIACICA. (corruptela de *Ibi-aci-ca*, terra fragosa). Morro no dist. de N. S. da Penha de França; no mun. da capital do Estado de S. Paulo.

EMBIRA. Corr. *mbir*, pelle ou casca de arvore (Dr. Theodoro Sampaio).

EMBIRUÇÚ. Composto de *mbir-uçú*, casca grossa ou espessa.

EMBIRUSSÚ. (No Supplemento do III Vol.). Corrego do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Banha o mun. de S. João da Boa Vista e desagua na margem esq. do rio Jaguary.

EMBITUBA. Corr. *imbê-tyba*, imbés ou guaimbés em abundancia (*Philodrendon imbé*), Dr. Theodoro Sampaio.

EMBÓ. Corrupção de *yembó*, filete d'agua, lagrimal, arroio; alt. *iembú*, *embú*.

EMIGDIA. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente. Desagua no rio Piassabussú.

EMINENCIA. Morro do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

ENCADEADOS. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre os dists. de S. José do Barroso (mun. do Rio Branco) e da Conceição do Turvo (mun. do Piranga). Tem uma linda cachoeira.

ENCANTADO. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Queimadas e desagua na margem esq. do rio Itapecurú.

ENCARDIDURA. Corrego do Estado de Minas Geraes; banha a cidade de Ouro Preto e desagua na margem esq. do rio Funil.

ENCONHA. Corr. *ecônha*, adj. quieto, tranquillo, socegado; nome de um rio que desce da serra dos Orgãos; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio). O rio é mais conhecido por *Iconha*.

ENCRUZILHADA. Pequeno pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Itambé.

ENCRUZILHADA. Log. no dist. da Graça, no Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Contém duas estações da E. de F. de Olinda a Beberibe e da do Recife ao Limoeiro. Esta fica a tres kils. e 150 metros da estação inicial do Brum e a 12m de altitude; aquella dista da da rua Aurora tres kils. e 196 metros. E' local aprazivel e bem povoado e tem no logar Belem uma capellinha.

ENGAGUAÇÚ. Corrupção de *yguá-guaçú*, bahia grande, lagamar grande (Herbert Smith).

ENGARGADO. Log. do Estado do Pará, no mun. de Portel, á margem dir. do rio Anapú.

ENGENHEIRO PONTES. Estação da E. de F. da Arêa; no Estado da Bahia. Foi assim denominada em honra do distincto profissional Dr. Frederico Ferreira Pontes, director da construcção da mesma estrada. Denominava-se Toca. Foi inaugurada a 18 de novembro de 1901.

ENGENHEIRO REEVE. Estação da E. de F. Sul do E. Santo, no Estado deste nome. Foi inaugurada a 15 de março de 1902.

ENGENHO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim. Do mesmo mun. nos informam haver um outro pov. de nome identico no dist. de Sant'Anna do Paraopeba.

ENGENHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibainha. Sua foz fica perto da do ribeirão do Moinho.

ENGENHOCA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

ENGENHOCA. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

ENGENHO CENTRAL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Monção.

ENGENHO D'AGUA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão dos Sete Fogões, que o é do rio Tieté.

ENGENHO D'AGUA. Vallão affl. do rio Parahyba, no mun. de Cambucy e Estado do Rio de Janeiro.

ENGENHO D'AGUA. Pov. do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a 36 kils. de Caxias, atravessada pela linha ferrea que desta cidade vai á Flores, sobre o Riachão, affl. da margem esq. do Parnahyba. Tem um importante estabelecimento productor de assucar. Dispõe de uma linha ferrea de 15 kils. que facilita sua communicação com os cannaviaes.

ENGENHO DE SERRA. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Tres Corações do Rio Verde. Reune-se ao corrego da Bôa Vista.

ENGENHO VELHO. Log. no mun. de Tury-assú do Estado do Maranhão.

ENGENHO VELHO. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

ENGENHO VELHO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e desagua na margem dir. do ribeirão Cerrado.

ENGORDADOR. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua na margem esq. do rio Avecuia, trib. do Tieté.

ENGORDADOR. Corrego do Estado de S. Paulo, entre a Capital e Conceição dos Guarulhos. Vai para o ribeirão Cabuçú affl. do Guapira, Recebe o Simão e o Cachoeira.

ENHAPUPÊ. Corr. *nhã-pupê*, especie de perdiz, maior do que a européa e de bico comprido (*Crypturus*); alt. *napopé*. (Dr. Theodoro Sampaio).

ENSEADA. Log. do Estado da Bahia, á dir. do rio Paraguassú, entre a barra deste rio e o dist. de S. Roque.

ENSEADA. Igarapé do Estado do Pará, na com. de Afuá e mun. de Anajás. Vai para o rio Guajará.

ENSEADA DAS ORPHANS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de S. Bento.

ENTRE MONTES. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Amaragy.

ENTRE RIOS. Nucleo colonial do Estado do Paraná, a tres kils. de Porto de Cima; com 45 lotes.

ENTRE RIOS. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, na villa do mesmo nome e Estado do Paraná.

ENTRE RIOS. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi incorporada á com. do Sobral pela Lei n. 654 de 22 de agosto de 1901.

ENTRE SERRAS. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Floresta e desagua no rio Pajehú.

ENTRONCAMENTO. Log. no dist. da Graça, mun. da Capital do Estado de Pernambuco. E' assim denominado por ser o cruzamento das tres linhas que constituem a E. de F. do Recife á Varzea e Dous Irmãos.

ENTUPIDO. Bairro do mun. de Queluz e Estado de S. Paulo, com escola.

EPHIGENIA (Santa). Morro na cidade do Mar d'Hespanha; no Estado de Minas Geraes. Era antigamente denominado Santa Cruz ou Cruzeiro. Nelle ergue-se a capella de Santa Ephigenia e um grande Cruzeiro.

EPIACABA. Part. *epiac-aba*, a vista, a observação, o logar de ver. (Dr. Theodoro Sampaio).

EPIAPORANGA. Composto de *epiá-poranga*, bella vista bôa vista (Dr. Theodoro Sampaio).

ERA. Vide *Coéra*.

ERIRY. Corr. *y-riri*, agua corrente, rio corrente; Santa Catharina (Dr. Theodoro Sampaio).

ERMIDA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Votuverava.

ERMIDA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Jundiahy e desagua no Cachambú, affl. do Jundiahy-assú.

ERNESTINA (Santa). Estação da E. de F. de Araraquara, no Estado de S. Paulo, no kil. 63, 378, entre as estações da Dobrada e Poço Fundo.

ERNESTO MACHADO. Estação da E. de F. Leopoldina, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro, no kil. 132.

ESCADINHA. Log. no mun. de Belmonte do Estado de Pernambuco.

ESCARAMUÇA. Grande corredeira no rio Mogy-Guassú, antes da confluencia do rio Pardo; no Estado de S. Paulo. Tem a extensão de mais de 800 metros, com a differença de nivel de cerca de dous metros, e é descida em menos de sete minutos.

ESCONDIDA. Lagôa no mun. de Taquaretinga do Estado de Pernambuco.

ESCURA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Itaocara.

ESCURA. Serra do Estado do Rio de Janeiro. Em logar de mun. das Neves, leia-se mun. de Macahé.

ESCURA. Lagôa do Estado da Bahia, no mun. de Alagoinhas.

ESCUTADOR. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Monte-mór.

ESFOLA MACACO (Vallão do). Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem esq. do rio Parahyba do Sul.

ESGARAVATANA. Canudo de 10 a 12 palmos de comprimento com que o selvagem sopra uma pequena setta

envenenada e mettida no interior. Diz o Dr. Theodoro Sampaio ser essa palavra corrupção de *grapá-tan*, arco rijo ou duro, isto é, direito.

ESPADUADA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Geremoabo.

ESPALHADO. Corrego do Estado de Minas Geraes, na com. do Bom Fim.

ESPELHO. Serra junto á cidade do Brejo; no Estado de Pernambuco. E' mais conhecida por serra da Prata.

ESPERA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni.

ESPERANÇA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

ESPERANÇA. Corrego do Estado do E. Santo, affl. do rio Pau Gigante.

ESPIGÃO DO INGUSAL. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Tibagy.

ESPINHEIRO. Arrabalde da cidade do Recife, no dist. da Graça e Estado de Pernambuco. E' servido pelas estradas de ferro urbanas, do Recife á Olinda e do Recife á Varzea, no ramal do Arraial. Na primeira dessas linhas a estação fica entre a do Entroncamento e dos Afflictos, kil. 2,925m da estação inicial no Recife; e na segunda, entre as de João de Barros e Encruzilhada de Belem, no kil. 2,608m da estação da rua da Aurora no Recife. Demora da cidade uns 15 minutos de viagem em qualquer dos trens.

ESPINHO. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Tres Corações do Rio Verde.

ESPINHO PRETO. Arraial do Estado de Pernambuco, á margem esq. do rio Capibaribe, 14 kils. distante da cidade do Limoeiro.

ESPIRITO SANTO. Villa e mun. do Estado do Parahyba do Norte, creada pela Lei n. 40 de 7 de março de 1896, que transferio para ella a séde do mun. de Pedras do Fogo. A Lei n. 50 de 3 de agosto de 1896 marcou-lhe as divisas com o termo da capital.

ESPIRITO SANTO. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú, á margem esq. do rio Moxotó, com uma capella de Santo Antonio. Foi fundada pelo proprietario do terreno em que está situada Cyrillo do Espirito Santo, de quem procede o nome porque é conhecida.

ESPIRITO SANTO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Taquaretinga, entre as do Pendurão e Jacarará.

ESPIRITO SANTO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Ingazeira e desagua no rio Pajehú.

ESPIRITO SANTO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Gravatá e desagua no rio Ipojuca.

ESPIRITO SANTO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Ouricury.

ESPIRITO SANTO. Cidade do Estado do E. Santo. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei a seguinte communicação: Desembarcando na cidade da Victoria, foi meu primeiro cuidado ir cumprimentar a primeira auctoridade ecclesiastica do Estado. Dirigindo-me ao Palacio Episcopal soube que o Revmo. Bispo, D. Nery, achava-se no convento da Penha, onde havia estabelecido o Seminario maior. Na manhã do dia seguinte tomei um bote e, apoz um percurso de 40 minutos pela bahia, cheguei a uma pequena enseada, onde fica a triste cidade do E. Santo, antiga Villa Velha, tendo á direita a magestosa pedra da Penha, cujo cimo é aureolado pela alva e graciosa egreja da Mãe do Redemptor, com uma opala engastada no aro de um annel esverdiado. No sopé da abrupta penedia encontra-se uma gruta onde residio Fr. Pallacios. Na parte superior desse rustico monumento lê-se a seguinte inscripção: «*Ecce petri Pallacios arcta habitatis prima qui Dominum a rupe vexit ad ista loca Mirum! cœnobium construxit vertice rupis quo tandem Dominæ transtulit effigiem quam magnes meritis vita decessit onustus jam promissa bonis præmia cœlitum habet. Obiit an. 1575. Jacet in conv. S. Franc. Victoriæ.* ».Tinha trazido Fr. Pallacios um painel de N. S. da Pena, que a principio foi collocado na gruta, transferindo-o depois para um pavilhão, que ainda existe nas proximidades. Ahi celebrava o pio religioso ladainhas, que eram acompanhadas pela pop. de Villa Velha. Observou, porém, Pallacios que o painel por vezes desapparecia do logar em que tinha sido collocado, para ir asylar-se no alto da penedia entre duas palmeiras. Vendo que era impossivel construir uma egreja no local desejado por Maria Santissima, construio Pallacios uma ermida na base da penedia, que elle consagrou mais tarde a S. Francisco de Assis, e ahi habitou em piedoso recolhimento. Com tempo e com grande difficuldade construio depois Pallacios uma pequena ermida no logar em que se acha a capella-mór da actual egreja e para ella transferio o santo painel. Estavam assim cumpridos os desejos de Maria Santissima. Entretanto Pallacios não abandonou a modesta ermida que consagrara a S. Francisco. Nella habitou e nella entregou a alma ao Creador. É tradição que o santo varão fora encontrado sem vida de joelhos e com as mãos erguidas para o Céo. Seu cadaver foi sepultado na egreja da Penha, donde em 1609 foi transladado para o convento de S. Francisco por Fr. Antonio da Estrella. O Bispo D. Nery conseguio reunir os fragmentos da pedra tumular de Fr. Pallacios. Por elles se vê que a inscripção é totalmente differente da que tem sido dada por todos os escriptores, que têm descripto essa egreja. A inscripção authentica é a seguinte: «*Sepultura do V. S. Pedro nado em Rio Seco. O Qual edificou esta ermida de N. S. da Pena. Morto obrou dita Senhora por elle muitos milagres. Faleceu em era de 1575* ». No alto do portão onde começa a ladeira, que dá accesso para a egreja, se lê a data 1774. A ladeira é ingreme, extensa, toda macadamisada, tendo aos lados um muro baixo de pedra. No fim della e proximo á egreja vê-se a *casa do banquete*, que se começou a edificar em 1652 e que ainda está por concluir, e as ruinas da senzala dos antigos escravos. Na portaria do convento fica um altar ornado com o historico e milagroso painel de N. S. da Pena. No tecto lê-se: «*Illos tuos misericordiæ oculos ad nos converti* ». Chegando ao convento fiz-me annunciar ao Sr. Bispo, que não se demorou, recebendo-me com alegria e estreitando-me em seus braços. De joelhos beijei-lhe as mãos. E' impossivel imaginar-se um Prelado mais bondoso e gentil, intelligente e illustrado do que o actual Bispo do E. Santo; S. Exa. captivou-me e fortaleceu ainda mais minhas crenças religiosas. Acompanhado por S. Exa. Revmo. percorri a egreja e o covento, recebendo todas as informações que solicitava. A egreja é pequena. Tem a capella-mór com um altar de marmore de Lisbôa, em cujo camarim se vê a linda e milagrosa imagem de N. S.da Penha, ladeada por Santo Antonio e S. Francisco de Assis. Tem duas tribunas fingidas, em cima uma cupola e quatro quadros ovaes representando a egreja, antes, durante e depois da reconstrucção. No corpo da egreja ha dous altares, o do lado do Evangelho com o Senhor Bom Jesus da Canna Verde, e o do lado da Epistola com Sant'Anna, um pulpito, tres tribunas fingidas e o côro com um harmonium e quatro cadeiras choraes, que serviam para os officios religiosos dos Franciscanos. Do lado do Evangelho fica uma capella funda com a Imagem de N. S. das Dôres, tendo á direita o Senhor dos Passos. Nos fundos do côro existe um pateo, donde se goza de um panorama lindissimo, avistando-se uma serie de montanhas, que se estendem pelo littoral do Estado, o oceano e parte da cidade do E. Santo. O altar-mór e o presbyterio são de marmore de Lisbôa e o pavimento do corpo da egreja de mosaico. Nos fundos do altar-mór fica a Sacristia com um arcaz, um oratorio com o Senhor Crucificado, o purificatorio e um armario, onde se guardam os vasos sagrados. Ao lado direito da Sacristia ha um pequeno adro assente sobre a declividade da penedia, cuja construcção attesta o arrojo dos homens daquelle tempo; e ao lado esquerdo um grande corredor com uma multiplicidade de milagres attribuidos á Maria Santissima. Junto á egreja fica o convento, que se prolonga sobre o declive da penedia. Tem o antigo refeitorio dos frades e doze cellas, duas das quaes estão transformadas em capella do painel. Aportou Fr. Pallacios a Villa Velha em 1558. Em 1667 concertou-se a capella-mór e edificou-se o corpo da egreja e pouco depois de 1652 foi edificado o convento por Fr. Sebastião do Espirito Santo. Depois de prostrar-me aos pés da gloriosa Imagem de N. S. da Penha e de confiar-lhe a alma de meu neto, retirei-me saudoso daquelle feliz e tranquillo retiro, osculando mais uma vez as mãos do illustre Prelado, a quem, em bôa hora, foi confiada a salvação das almas da pop. espirito-santense ». Foi elevada á categoria de cidade pela Lei n. 212 de 30 de novembro de 1896.

ESPRAIADINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo; desagua na margem esq. do rio Santo Ignacio, quasi defronte da foz do Lageado.

ESPRAIADO. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Garopaba.

ESPRAIADO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Juquery; no mun. deste nome.

ESPRAIADO. Lageado do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava. Vai para o rio Campo Real (?).

ESTACA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres, perto da serra do Acahy. «Della, diz o Sr. S. V. Galvão, nasce o rio Capibaribe que muito se tem dito vir da lagôa do Angú, donde se origina o Canhoto, confundido constantemente com o Capibaribe ».

ESTAÇÃO DE JUNDIAHY. Dist. de sub-delegacia, no mun. de Jundiahy e Estado de S. Paulo. Foi creado pelo Acto de 15 de junho de 1891.

ESTACIOS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de União da Victoria.

ESTALECIDO. Puxado do peito, asthmatico. Termo usado no sertão da Bahia.

ESTALEIRO Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Mirador, distante 30 kils. de Pastos Bons e Mirador. E' central e sem importancia.

ESTALEIRO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente. E' tambem denominado *Andaraquara*.

ESTANCIA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. da Graça e mun. da capital, com uma capellinha de N. S. da Assumpção, edificada por Henrique Dias em acção de graças pela victoria de 15 de agosto de 1648. Chamava-se nesse tempo, sitio de João Velho Barreto, recebendo o nome de Estancia em virtude de ser ahi a *estancia* do alojamento de suas tropas. Tem mais uma capella, inaugurada em 1895, e o collegio de S. Vicente de Paula.

ESTANDARTE. Pov. no mun. de Tury-assú, no Estado do Maranhão.

ESTANDARTE. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Tury-assú e desagua na bahia Carará.

ESTAQUEADEIRO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

ESTEVAM. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá.

ESTEVÃO (Santo). Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una; no mun. de Barreiros.

ESTEVÃO (Santo). Cachoeira no rio Grande ou Paraná; no Estado de S. Paulo.

ESTIVA. Bairro do mun. de Bôa Esperança, no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 810 de 18 de outubro de 1901.

ESTIVA. Serra do Estado do Maranhão, entre os muns. da Passagem Franca e S. João dos Patos. Encontram-se nella em abundancia diversas maderas de construcção, como: o cedro, a aroeira, o jatobá, o pau d'arco e outros.

ESTIVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Bernardo e desagua na margem dir. do rio Grande ou Jurubatuba, proximo da estação do Rio Grande.

ESTOQUE. Lagôa no mun. do Granito do Estado de Pernambuco.

ESTRADA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; reune-se com o ribeirão Cuyabá e juntos vão desaguar na margem esq. do rio Atibainha.

ESTRADA NOVA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. da Graça, onde a via-ferrea do Recife a Olinda e Beberibe (ramal deste nome) tem uma estação no kil. 4.578m do Recife, entre as da Encruzilhada e Agua Fria.

ESTRELLA. Log. no mun. do Serro Azul do Estado do Paraná.

ESTRELLA DO SUL. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

EUDOXIA (Santa). Dist. creado no mun. de S. Carlos do Pinhal do Estado de S. Paulo pelo Dec. de 6 de Março de 1899.

EUFRASIO CORRÊA. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de Bocayuva. Dista dous kils. da séde do mun. Abrange uma área de 127 hectares e é dividido em 32 lotes occupados (1901) por cerca de 180 italianos e brazileiros.

EUFROSINA. (Rio Claro). Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho, á margem dir. do rio Claro, affl. da margem dir. do rio Iguassú. Abrange uma área de 25.000 hectares e contém 1,334 lotes, que são habitados por cerca de 6.000 polacos e brazileiros.

EUGENIO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Manacapurú.

EUGENIO (Santo). Pov. no mun. de S. Bernardo e Estado do Maranhão.

EUGENIO DE MELLO. Estação da E. de F. Central do Brazil, no mun. de S. José dos Campos e Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

EUIRATIBA. Corr. *ibyra-tyba*, arvoredo, arvores em abundancia; Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

EULALIA (Santa). Corrego do Estado do E. Santo, no mun. do Pau Gigante.

EUZEBIO. Bairro do mun. do Parahybuna, no Estado de S. Paulo; com escola.

EUZEBIO. Igarapé do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Aporema.

EVA. E' assim tambem conhecido o ribeirão do Bom Jardim, trib. do Pomba; no mun. de Santo Antonio de Padua do Estado do Rio de Janeiro.

EVANGELISTAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Ouro Preto e desagua no ribeirão do Carmo.

EXTREMA. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

EXTREMA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no arraial do seu nome e Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 1.282 kils. distante do Joaseiro (Bahia) e entre as estações do Guaicuhy e Barra do Paracatú.

EXTREMA (Santa Rita da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado á categoria de mun. pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

EXTREMA DO URUBÚ. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco; no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, a 642 kils. do Joaseiro e entre as estações do Bom Jardim e Urubú.

EXÚ. Corrupção de *eichú* ou *eira-chú*, abelha negra, que faz um ninho rugoso, aspero; nome de uma villa de Pernambuco (Dr. Theodoro Sampaio).

F

FABRE. Morro do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de S. Fidelis. Ahi fica o cemiterio.

FACUNDO. Riacho do Estado do Ceará; entre Assaré e Araripe.

FAGUNDES. Barro da cidade de Palmyra; no Estado de Minas Geraes.

FAGUNDES. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Flores.

FAISCA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e corre para o rio Sapucahy-mirim.

FAISQUEIRA. Copula. Termo usado no sertão da Bahia.

FAIXA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e desagua no rio Sapucahy-mirim.

FALCÃO. Ponta no Estado de Santa Catharina, quasi defronte dos tres ilhotes denominados Moleques do Sul.

FALCÃO FILHO. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, no ram al de Dous Corregos a Agudos. Foi inaugurada em 1º de julho de 1899.

FALLEIRA. Morro na cidade da Cachoeira, no Estado da Bahia.

FARINHA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú.

FARTURA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. do Parahybuna.

FARTURA. Rio do Estado de S. Paulo, banha a villa do seu nome e desagua na margem dir. do rio Itararé. Tem um percurso de 55 kils. e recebe pela margem dir. os corregos: Grande, Jacintho, Lageado, Veado e Areal e pela esq. o Bugio, Aldêa e Barra Grande.

FARTURA. Lagôa do Estado do Maranhão, no mun. do Brejo.

FARTURA. Villa do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: A villa está á margem esq. do rio Fartura, trib. do Itararé, e estende-se ao longo do mesmo em uma extensão de dous kils. E' collocada na encosta de uma collina e atravessada pelo regato da Divisa, que corre de S. a N. desaguando no Fartura. Dista 30 kils. de Pirajú, 56 de Itaporanga e 10 do rio Itararé. Tem 365 casas, quasi todas terreas ou assobradadas, destacando-se o Paço Municipal de construcção solida e elegante edificado na parte mais elevada da villa. Orago N. S. das Dores. O mun. é coberto de uma vegetação frondosa e luxuriante; circundado pela serra da Fartura de SE. a O. Suas terras, de excepcional uberdade, prestam-se á cultura de cereaes, canna de assucar, algodão, fumo e café, sendo esta ultima a predominante. Conta (1902) cinco machinas de beneficiar café e duas serrarias, todas movidas a vapor e diversos engenhos de canna movidos a agua e a animaes. Possue os seguintes bairros: Jacutinga, Paiol, Veado, Pinheirinho, Arêas, Jararaca, Barrocão, Corredeiras, Barra Secca, Bôa Vista, Mirante, Monjolinho e Tubuna. Foi desmembrado da com. de S. João Baptista do Rio Verde e annexado á de Pirajú pela Lei n. 648 de 7 de agosto de 1899.

FARTURA. Serra de S. Paulo, no mun. de S. João Baptista do Rio Verde. Accrescente-se no fim: Fica entre os rios Paranapanema e Itararé e é tambem conhecida por serra do *Barão de Antonina*. Sobre esta serra, cuja altitude é superior a 800 metros e fórma como uma ilha no meio da vasta planicie dos campos, existiu a aldêa dos Cahiuás, já cathechisados; e para o lado do rio Verde ha uma grande lagôa e mais adeante desta o *Salto da Aldêa*, imponente queda d'agua. A aldêa foi transferida para outra serra entre os rios Itararé e Verde. Conta alguns picos elevados, notadamente o do Chapéo. Fica hoje no mun. da Fartura.

FARTURA. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Em logar de na parochia do seu nome, leia-se no mun. de S. João Baptista do Rio Verde e accrescente-se no fim: No mappa de O' Leary, vem esse rio mencionado como affl. do Itararé pela margem esq.

FAÚLA. Mentiroso, contador de historias. Termo usado na cidade da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.

FAVEIRO. Estação da E. de F. Mogyana, no kil. 219 do Tronco. Foi aberta ao trafego no dia 1º de outubro de 1901.

FAXINAL. Bairro no mun. do Bom Successo; no Estado de S. Paulo com duas escs., creadas pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

FAXINAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo; vai para o ribeirão dos Pilões, e este para o rio dos Moinhos, e este para o rio Tieté.

FAXINAL DO RAMIRES. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. João Baptista do Camaquan, com escola.

FAZENDA. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Atalaia.

FAZENDA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; desagua na margem esq. do rio Jacú, affl. do Santo Ignacio, defronte da foz do Jacusinho.

FAZENDA. Pequeno rio do Estado de S. Paulo, no mun. de Ubatuba. Desagua na ensecada Peciguaba.

FAZENDA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Guarehy, trib. do Paranapanema.

FAZENDA DA OLARIA. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade de Ubá.

FAZENDA GRANDE. Arraial do termo do Lagarto, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

FAZENDA NOVA. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba.

FAZENDA S. BORJA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Leopoldo, com escola.

FAZENDA VELHA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema do Estado de Minas Geraes.

FAZENDA VELHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Sorocá-mirim.

FAZENDA VELHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santa Isabel e desagua na margem esq. do rio Jaguary, trib. do Parahyba do Sul.

FAZENDINHA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. da Vargem Grande.

FAZENDINHA. Pov. do termo da Capella, no Estado de Sergipe. Com o mesmo nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes, nos termos de Pacatuba e Lagarto.

FAZENDINHA. Serra que circula o bairro da Tresidella, pertencente ao mun. de Grajahú e Estado do Maranhão. Della brota uma vertente de agua limpida e pura, de que se abastecem os moradores do bairro.

FAZENDINHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no rio dos Coitos, trib. do Chopotó.

FÉ (Santa). Log. do Estado do Ceará, na ribeira do Palhano, na com. de S. Bernardo de Russas.

FÉ (Santa). Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá, na margem esq. do rio Paraguay.

FEDE. Corrego do Estado de Goyaz, no mun. do Peixe. Vai para o rio Cannabrava.

FEIA. Lagôa do Estado de S. Paulo, no mun. do Espirito Santo da Boa Vista, á margem do rio Paranapanema.

FEIJÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem esq. do riacho Quipapasinho ou Panellas, no mun. deste nome.

FEIRA DE SANT'ANNA. Deixando a ponte da Companhia Bahiana em direcção á cidade da Cachoeira, passei, pelo lado direito, pelas pontas de Monte Serrate e da Penha, na peninsula de Itapagipe, povs. de Plataforma, Itacaranha, Pery-Pery, Olaria, Nossa Senhora do O', S. Thomé do Paripe, ilha da Maré, Nossa Senhora das Candeias, Madre de Deus do Boqueirão, ilha dos Frades, pov. de Guadelupe na ponta de Nossa Senhora, na ilha desse nome, ilha das Vaccas, ilha das Fontes, onde houve um lazareto, villa de S. Francisco, ilhas Cajahyba e Grande, estrada para a pov. do Acupe, rio S. Gonçalo, Dous Ilhotes, Itapemba, Saubara, Cabuçú (o vespão, o maribondo) e Bom Jesus dos Pobres; e do lado esq. a ilha de Itaparica, a ilha do Medo ou do Meio, ponta do Dourado, Porto da Telha, Salinas da Margarida, Conceição, Cayrú, ponta da Barra e rio Paraguassú (rio grande).

A barra do Paraguassú é larga e dista da cidade do Salvador 21 milhas. Em sua margem esq. fica Bom Jesus dos Pobres, pertencente ao dist. de Saubara, e á dir. a pov. da Barra do Paraguasssú.

Esta pov. fica situada em aprazivel situação, coberta de coqueiros, com uma capella de N. S. da Boa Esperança e uma fabrica de cal.

Subindo-se o Paraguassú encontra-se, pela magem esq., a pov. de Matapoeira, Araripe, foz do rio Iáuna, ilha da Boa Vista ou do Maximo; á dir. a pov. da Ensoada, a foz do rio Batatan, oiteiro do Periquito, pov. de S. Roque que fica na foz do rio Batatan, com uma capella; serra de Taporandé, cujo cimo tem a fórma de uma sella de vaqueiro (duas elevações aos lados e uma depressão no centro); á esq. e defronte desta ultima serra a da Cabeça de Negro; á dir. a pov. do Allemão ou Ala-mão, e defronte do Fortinho; as ilhas dos Franceses e dos Coelhos; á dir. a fazenda do Engenho Novo; á esq. a de S. Francisco com uma capella; ponta do Ferreiro á dir.; ilha do Ratão; foz do rio Capanema, á direita.

Por este rio entra o vapor que vai até Maragogipe, onde deixa passageiros e cargas.

A cidade de Maragogipe está situada parte em uma collina e parte em logar plano: é cercada de mangues e apicuns. Fica sobre a margem esq. do rio, no ponto em que este se alarga para fazer um grande e magestoso largo, chamado Largo do Paraguassú.

E' regularmente edificada; tem umas 14 ruas, além de outras de menor importancia, e seis praças.

Possue casa da Camara, boa matriz da invocação de S. Bartholomeu, as capellas de S. Pedro, de N. S. de Nazareth e a de N. S. da Lapa, pertencente ao Hospital de Caridade e situada na encosta da montanha.

A industria da cidade constitue na fabricação de charutos, sabão, velas, cal e aguardente.

Nella nasceu D. Antonio de Macedo Costa.

Regressando, para outra vez singrar pelo rio Paraguassú, encontra-se a pov. de S. Francisco, na bacia de Iguape, com um convento, antigo noviciado dos jesuitas, principiado em 4 de fevereiro de 1658; ilha do Capim, povoada por pescadores; a pov. de S. Thiago do Iguape, á esq., occulta pela bacia do Iguape, com uma egreja e uma usina de assucar; os engenhos Brandão, Calembá, Ponta da Praia, Embiara, Guahyba, Guahybinha; ilha das Garças, no meio da bacia de Iguape; ponta do Souza, á dir., engenho da Ponta á esq.; pov. de Nagé, á dir. com uma egreja de N. S. do Livramento e uma fabrica de charutos; em seguida a pov. de Coqueiros com duas egrejas, ilha da Victoria; ilha do Capivary, abaixo da foz do rio do seu nome, e a Pedra da Bacia, na entrada da cidade da Cachoeira.

Desembarcando nesta cidade, tomei aposentos no hotel *Carvalho Verdadeiro* e no dia seguinte dirigi-me para a cidade da Feira de Sant'Anna, tomando o trem da Bahia Railway.

A estrada atravessa tres pontes, sendo menor a sobre o riacho Pitanga, e um pequeno tunnel, antes de chegar ao arraial de Belém, onde fica a primeira estação.

Esse arraial goza de um excellente clima e tem uma fonte denominada Fonte dos Padres, construcção dos jesuitas. Possuio em tempos idos um seminario, do qual apenas resta a egreja, bastante arruinada, porém de grande importancia, porque nella se acham os tumulos de um dos arcebispos da Bahia e do Padre Alexandre de Gusmão. A ossada desse illustre sacerdote, que rejeitou a dignidade de Principe romano para não perder a nacionalidade, foi encontrada em uma caixa de madeira com relevos dourados e forrada de velludo, a qual se conserva ainda na sacristia da mesma egreja.

Depois de Belém a estrada passa pelas estações da Serra, Conceição, Pinheiro, Cruz, donde parte o sub-ramal com tres kils. para S. Gonçalo dos Campos, Jacaré, Magalhães, Tapera e Feira de Sant'Anna.

A cidade da Feira está situada em um bello e extenso planalto, a 238 metros de altitude, e tem a extensão de dous e meio kils. e a largura de 600 a 800 metros.

Dista 45 kils. da Cachoeira, 72 de Maragogipe, 60 de Santo Amaro, 42 da Purificação dos Campos (Irará), 90 de Camisão e 84 de Riachão de Jacuhype.

E' a mais linda cidade da Bahia, mas triste e quasi sem animação. Goza de um excellente clima, respirando-se nella um ar purissimo.

Infelizmente faltam-lhe agua e esgotos.

Suas ruas principaes correm na direcção do N. a S., tendo como transversaes beccos estreitos. São notaveis: a do Senhor dos Passos e em seguimento Barão de Cotegipe, a Manoel Victorino e em seguimento General Ozorio, a Conselheiro Franco (antiga Direita) e em seguimento Remedios e a Vinte e Quatro de Maio (antiga Aurora). São calçadas as do Senhor dos Passos, Barão de Cotegipe, General Ozorio, Conselheiro Franco e Remedios. São bastantes largas a Manoel Victorino, com 30 metros, arborizada, a do Senhor dos Passos e Barão de Cotegipe.

A principal dellas, pela sua belleza, é a do Senhor dos Passos, com 23 metros de largura, recta, com passeios largos e cimentados e com predios, uns terreos e outros assobradados, perfeitamente alinhados, de construcção moderna; os terreos são de uma só altura.

Tem as praças Quinze de Novembro, a L. da estação, a da Matriz, a do Padre Ovidio, a do Commercio, a de João Pedreira, a do Dr. Remedios Monteiro, com o edificio da cadêa, a do General Argollo, vulgarmente campo do Fumo e a do General Camara, antiga campo do Gado, e o largo dos Remedios. São calçadas e arborizadas as do Commercio, João Pedreira e Remedios.

A praça General Camara é, a nosso ver, a mais importante da cidade, já pela sua extensão, já pelo bonito panorama que della se goza; desdobrando-se á pequena distancia a elevada serra do Tanquinho, a de S. José e os morros Mugunzá ou Poções, Retiro, Bom Despacho, Pedra de Agua e outros sem denominação. Foi nella que se ergueu a forca onde expirou o celebre Lucas, famigerado assassino e salteador dos sertões bahianos. Este logar ficou assignalado por uma

cruz, que ainda hoje se levanta defronte do hotel Brazil, onde me hospedei.

Nas noites que passei na cidade da Feira, costumava assentar-me junto a esse santo madeiro. Ninguem me espreitava a não serem as estrellas que brilhavam no céo. Quantas vezes se me afigurava ver o meigo Jesus pregado á essa Cruz, que é para mim um santelmo da esperança e o unico consolo que encontro para as amarguras da vida. Interrogava-o sobre o meu amado filho, morto aos 15 annos. O meu querido Redemptor silenciava á minha interrogação. Sua divina cabeça pendida para o lado, seus olhos cerrados pela morte, seus braços estendidos como que querendo abraçar-me. De seu corpo jorrava copioso sangue das feridas que seus verdugos lhe haviam feito.

De repente a visão dissipava-se e eu despedia-me da Cruz, depois de collar a seus pés os labios e humedecel-os com o abundante pranto da humildade e do amor.

As feiras, as principaes do Brazil, effectuam-se ás segundas-feiras, affluindo a ellas concurrentes de toda a parte, que expõem á venda publica animaes de varias especies, couros e seus preparados, cereaes, *bulcos*, cassuás, aves, fructas e uma infinidade de outros productos. Os objectos são expostos ao ar livre, em quasi todas as praças.

Na cidade publicam-se dous jornaes: *O Promissor*, fundado em 15 de Outubro de 1896 e *O Progresso*, em 2 de junho de 1900. O primeiro é dirigido pelo Dr. Demetrio Ignacio Pires de Araujo e possue uma typographia perfeitamente montada.

Os arrabaldes da cidade são: Olhos d'Agua, Almirante Barroso, tambem conhecido pelo nome de rua do A B C, Sobradinho e Nagé.

Os edificios da cidade são:

A matriz, que fica situada na praça do seu nome, com a frente voltada para o N. e os fundos para a estação da estrada de ferro, na entrada da cidade. Tem na frente tres janellas, com dous sinos aos lados e tres portas. Precede-a um adro, cercado por um gradil de ferro.

Seu interior é simples e despido de ornamentação. Os altares são separados do corpo da egreja por meio de columnas. Tem sete altares, inclusive o altar-mór, onde se acha Sant' Anna, padroeira.

Os outros altares são consagrados ao Sagrado Coração de Jesus, N. S. do Carmo, S. José, S. Miguel, N. S. do Sagrado Coração e N. S. das Victorias.

Tem dous pulpitos, fixos ás columnas; os 14 quadros da Via-Sacra e o côro com um *harmonium*.

Do lado do Evangelho fica a capella do Santissimo Sacramento, com o Sacrario e as imagens do Senhor dos Passos e N. S. das Dores. Em frente a esta capella encontra-se a sepultura do Padre Ovidio.

A sacristia fica nos fundos do altar-mór.

Ao lado da matriz, na praça Padre Ovidio, levanta-se a estatua em bronze deste benemerito sacerdote.

Representa ella a figura do Padre Ovidio de pé, olhando para a Matriz, tendo um livro de orações (breviario) em uma das mãos, emquanto que com a outra afaga uma orphã, cujas mãos se estendem supplices para o céo.

Na base lêm-se as seguintes inscripções: Na face de léste: *O Asylo de N. S. de Lourdes ao seu fundador e bemfeitor o Padre Ovidio Alves de S. Boaventura*; na do sul, *Nascido a 25 de julho de 1842. Fallecido a Março de 1896*; na de oeste, *Levanta este modesto monumento á sua abençoada memoria*; e na do norte, *Transiit benefaciendo, 25 de Março de 1892*. Deve-se o monumento a J. M. de Sampaio.

Além da matriz, ha na cidade a capella dos Remedios, no largo do seu nome, e a do Senhor dos Passos, na rua deste nome, em reconstrucção.

No alto do Gonçalo, ou alto do Cruzeiro, suburbio da da cidade, ergue-se um grande Cruzeiro com 85 palmos de altura e levantado pelos missionarios lazaristas em Janeiro de 1901.

O asylo de N. S. de Lourdes fica situado na rua Direita, em um modesto predio de dous pavimentos: o superior com seis janellas de frente e o inferior com cinco e a porta de entrada.

No pavimento terreo ficam o parlatorio, o refeitorio, duas aulas, sendo uma de primeiras lettras e outra de costuras e prendas, a cozinha, despensa, o recreio e um pequeno jardim. No pavimento superior ficam tres dormitorios.

Junto ao Asylo e do lado do N. acha-se a capella com o altar-mór, no qual se encontram as imagens de N. S. de Lourdes e do Sagrado Coração de Jesus, e aos lados, em dous nichos, S. José e N. S. das Graças. Tem mais dous altares lateraes, um com Santa Anna e outro com S. Vicente de Paulo.

E' o Asylo dirigido por senhoras piedosas, á frente das quaes se acha como Directora a irmã do fundador.

Foi fundado pelo Padre Ovidio em 25 de Março de 1879.

Agazalha actualmente 25 orphãs, que estendem as mãos á caridade de todos os christãos, de quem unicamente esperam todo o auxilio e protecção.

A Santa Casa de Misericoridia fica situada em um vistoso palacete, assobradado, na rua da Misericordia. Tem noves janellas de frente e a um dos lados seis e a porta de entrada.

Compõe-se da portaria, de uma sala da secretaria, uma de operações, uma capella com a imagem de N. S. da Soledade, duas enfermarias, da Piedade e de Sant'Anna, uma para homens e outra para mulheres, e de um salão nobre com seis retratos, entre os quaes um de D. Pedro II.

No pavimento terreo ficam duas enfermarias, S. João e S. José, uma para homens e outra para mulheres, despensa, cozinha e outras dependencias.

A Camara Municipal funcciona em um bom predio, situado na praça João Pedreira. No pavimento inferior ficam dous cartorios e a bibliotheca, fundada em 1890; e no superior a sala do jury, a thesouraria, a secretaria e o salão das sessões do Conselho Municipal, bem ornamentado, com os retratos dos Barões de Cotegipe e Pereira Franco.

Além destes edificios, conta a cidade uma boa cadeia, um excellente matadouro, que se recommenda pelo asseio, a estação da estrada de ferro e um theatrinho, Sant'Anna, situado na rua Conselheiro Franco, com duas ordens de camarotes, a primeira com 14 e a segunda com 15, e uma platéa para 250 espectadores.

Conta diversas sociedades, entre as quaes duas de musica, a 25 de Março e Victoria, e o Centro Operario.

Tem 1.418 predios, que pagam decima, e uma população de 10.000 habitantes.

A agua de que se serve a cidade é muito pesada e má, é colhida em diversas fontes, entre as quaes as do Vallado, Olhos de Agua e Nação.

Tem a cidade seis medicos, um advogado formado e um provisionado, quatro pharmacias, dous hoteis, tres fabricas de sabão, sendo uma a vapor, uma de farello, um alambique a vapor e diversas casas de negocio.

O mun. limita-se com os de Santo Amaro, Coração de Maria, Irará, Serrinha, Riachão do Jacuhype, Camisão, Cachoeira e S. Gonçalo dos Campos; e comprehende os seguintes districtos: Cidade, Bomfim, Almas, Bom Despacho, Tanquinho, Santa Barbara, S. Vicente, S. José de Itaporarocas, Remedios da Gamelleira, Humildes, Limoeiro, Capella do Sacco e Fortaleza.

A lavoura do mun. consiste em fumo, mandioca e cereaes. A cultura do café é insignificante. Ha alguma criação de gado.

O clima da cidade é excellente; a temperatura é de 17° centrigados no inverno e de 30° a maxima no verão. Com estas duas temperaturas extremas póde-se bem considerar a Feira apropriada a uma residencia fixa de verão e de inverno.

Na cidade é muito usual uma palavra, que jámais encontrei nos diccionarios. E' a palavra *faúla*, empregada como synonimo de mentiroso, contador de historias.

Em conclusão. A cidade da Feira é a mais linda das cidades que percorri no Estado da Bahia. A não ser a falta de agua, que só póde ser canalisada de algumas leguas de distancia, e a falta de esgotos, eu lembraria que para ella fosse transferida a capital do Estado.

FEIRA VELHA. Pov. no mun. de Itambé do Estado de Pernambuco.

FEITAL. Morro entre os muns. de Una e Cotia; no Estado de S. Paulo. E' mais conhecido por Morro Grande.

FEITAL. Morro no mun. de S. Roque; no Estado de S. Paulo.

FEITICEIRO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Capibaribe.

FEITOSA. Log. no dist. da Graça, em Pernambuco. Accrescente-se no fim: Fica á margem da E. de F. de Olinda, entre as estações do Campo Grande e Encruzilhada, onde perto existe uma estação da mesma estrada, sob o nome de Hypodromo, no kil. 4,691^{m} da inicial do Recife, a 730^{m} da Encruzilhada e a 765^{m} da do Campo Grande. O nome Feitosa deriva-se do facto de ter tido o Dr. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa um sitio naquelle logar.

FELICIA. Log. do Estado do Paraná, no mun. da União da Victoria.

FELICIANO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Limoeiro.

FELIX (S.). É uma pequena cidade, que, vista de longe, offerece uma perspectiva mais pittoresca que Cachoeira, que lhe fica defronte; de perto, porém, é destituida de belleza.

Está encurralada entre a serra da Muritiba (moscas em abundancia) e a margem dir. do rio Paraguassú; tem um kil. de comprimento sobre 300 metros de largura e estende-se, parte, por terreno plano, que fórma o littoral, parte em terreno de declive e parte pelas encostas dos morros denominados S. Pedro Velho, Fumal, Barbosa, hoje Simas, e outros sem denominação.

Suas ruas são sinuosas, com excepção da Manoel Victorino, que é quasi recta; todas calçadas com pedra commum, estreitas, não muito limpas, com passeios, alguns cimentados, e illuminadas a kerozone. A rua mais importante é a que percorre o littoral, bastante larga, quasi recta, arborizada e com um caes, que se prolonga desde a ponte Pedro II até ás immediações das officinas da estrada de ferro. Possue esse caes pontes de desembarque e, em frente á praça Maciel, a estatua da Republica, inaugurada a 5 de maio de 1896.

Seus predios são quasi todos novos, 624 terreos, 69 de sobrado, e numerados.

E' abastecida de agua, que não me pareceu boa.

Tem cinco fabricas de charutos, das quaes são mais importantes as de G. Dannemann e Luiz Krueder a «*Utilidade*» de Costa Ferreira & Penna e a de Rodemburg & C., 16 armazens de fumo, uma fabrica de cerveja, cinco de sabão, uma de cortume, tres olarias, uma serraria, tres pharmacias, um hotel e 38 casas de differentes negocios. Ha na cidade tres medicos, tres advogados, quatro escolas, sendo duas municipaes e duas estaduaes, e um collegio americano.

Das fabricas de charutos, a mais importante e talvez a primeira do Brazil é a Dannemann & C. A fabrica fóra situada no interior da cidade e os armazens no littoral.

Tive occasião de percorrer a fabrica, que dispõe de uns 200 operarios. Foi agradabilissima a impressão que recebi, vendo homens, mulheres e creanças, todos occupados, uns na separação e escolha do fumo, outros na manipulação de charutos de marcas diversas, outros na fabricação de caixas, outros finalmente, em diversos outros misteres, que dão á fabrica a imponencia das grandes officinas de trabalho.

O pessoal occupado na fabrica e nos armazens ascende á cifra de 400 operarios.

Exporta para todo o Brazil e para Hamburgo (Allemanha), onde fica o deposito de exportação para todos os paizes do mundo.

A firma social Dannemann & C. tem, além dessa fabrica, mais duas em Muritiba, uma em Maragogipe, que é importantissima e uma em Nagé (o gaviño).

A fabrica «*Utilidade*», de Costa Ferreira & Penna, occupa um vasto predio terreo á rua Dannemann, com 26 janellas de frente, tem 300 operarios. Exporta para o Rio de Janeiro, diversos Estados da Republica e para Lisboa.

A de B. Rodemburg & C. tem 150 operarios e exporta fumo para Hamburgo e charutos para a Inglaterra.

A população da cidade é de 6.000 almas.

Todas as quartas-feiras e sabbados ha, na praça Maciel, uma pequena feira, onde são expostos, além de outros productos, milho, feijão e principalmente farinha.

A cidade possue duas egrejas: a matriz, que fica em frente á ponte de ferro e ao nascente e cujo orago é o Senhor Menino Deus, e a capella de Nossa Senhora do Rosario, na praça da Acclamação.

A Camara Municipal, inaugurada em 20 de dezembro de 1890, funcciona em um predio de quatro faces, sendo a principal voltada para o lado do norte. Em baixo está alojada a cadeia e no pavimento superior a Secretaria da Intendencia, a sala das audiencias e a sala do Conselho e do Jury com os retratos do Marechal Floriano, do General Deodoro, do Dr. Prudente de Moraes, de Benjamin Constant, dos Drs. Manoel Victorino, Salvador José Pinto e do Sr. Geraldo Dannemann, o bemfeitor da cidade.

Em uma taboleta existente entre o primeiro e o segundo lanços da escada, lê-se «*Edificio Municipal, obra autorizada pelos membros da primeira Intendencia, Geraldo Dannemann, Dr. Salvador Pinto, Dr. Ignacio Tosta, Themistocles R. Passos, Antonio Guimarães e Souza, Arthur Furtado da Sima, Clementino P. Fraga.*».

Em dous escudos que ha aos lados destes nomes, lê-se, em um: «*Creada villa em 20 de dezembro de 1889 pelo governador Manoel Victorino Pereira*»; e no outro: «*Elevada a cidade em 25 de outubro de 1890 pelo governador conselheiro Dr. Virgilio Damasio.*».

A cidade conta mais, um banheiro publico e um bom mercado.

O edificio da estação da estrada de ferro, situado na praça Paraguassú, compõe-se de tres corpos, os dous lateraes baixos e o central mais elevado e encimado por um torreão com um relogio.

A ala dir. é occupada pela Administração e Secretaria; a da esq. pela Locomoção e Via permanente, e o sobrado pela Contadoria. Em frente á bilheteria ha um escudo com a inscripção seguinte: «*Brazilian Central Bahia Railway. Inaugurada no dia 23 de dezembro de 1881 pelo Exm. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, presidente da provincia da Bahia. Hugh Wilson, empreiteiro.*».

O *hangar* tem duas plataformas lateraes, cobertas de telha sobre travejamento de madeira.

Pouco além da estação central ficam os armazens e em nivel inferior, as officinas e o almoxarifado.

A linha ferrea parte de S. Felix e vai até Bandeira de Mello com um percurso de 254 kils., havendo um ramal de Queimadinhas a Machado Portella, com a extensão de 14 kilometros.

A administração ingleza nessa estrada não foi muito zelosa na conservação do material.

O edificio meio arruinado, os carros estragados, as locomotivas e os trilhos carecendo de varios concertos e estes de immediata substituição, o almoxarifado desprovido, eis o estado em que os actuaes arrendatarios receberam a estrada.

A todo esse descalabro tem acudido com a sua proficiencia de profissional distincto o illustre Dr. Alencar Lima.

A cidade comprehende os seguintes logarejos: Salvavidas, Capivary, Dendé, Mata Moleque, Mangueira da Volta e Outeiro.

O mun. confina com Cruz das Almas, Maragogipe, Castro Alves (antiga Curralinho) e Cachoeira. Comprehende os districtos da cidade: Muritiba, no alto da serra, S. José do Aporá, Cabeças e Outeiro Redondo, e os seguintes povoados: Jordão, Manguinhos, Capivary, Varre Estrada e Laranjeiras.

A lavoura consiste em fumo, mandioca, cereaes e canna; algum café. A criação de gado é pequena.

Ha dous meios de transporte de S. Felix para a cidade da Cachoeira ou pela ponte Pedro II, na qual se paga 60 réis, ou por meio de canôas, pagando-se 100 réis.

O clima da cidade é muito quente.

Publica-se nella o jornal *A Patria*, que conta 12 annos de existencia.

E' séde de comarca.

FERNANDES. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua na margem dir. do rio Capibaribe.

FERNANDES PINHEIRO. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande no pov. Imbituvinha, mun. de Imbituva do Estado do Paraná.

FERRÃO. Riacho do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de Uruburetama.

FERRÃO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sorocaba.

FERRAZ SALLES. Estação da E. de F. do Dourado, no Estado de S. Paulo, entre Ribeirão Bonito e Dourado.

FERREIRAS. Bairro do mun. do Capão Bonito do Paranapanema, no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 657 de 28 de agosto de 1899.

FERREIROS. Ilha no rio Pomba, perto da estação de Pardo Kena; no mun. de Santo Antonio de Padua.

FERREIROS. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce no logar Sete Cabeças e desagua, após sete kils. de curso, no Agua Torta, affl. do Capibaribe-mirim. E' conhecido tambem por Camutanga.

FERREIROS. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no rio de Santa Maria, affl. do Jequitinhonha.

FERRUGEM. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do Alagadiço, que o é do rio Cannabrava, no mun. do Peixe.

FIDELIS. Riacho do Estado do Ceará, entre Assaré e Araripe.

FIDELIS (S.). Log. no mun. de Tury-assú do Estado do Maranhão.

FIDELIS (S.). Deixando Miracema ás quatro horas e 50 minutos da madrugada segui em direcção a S. Fidelis.

Passei pelas estações de Paraokena, Padua, Balthazar, Aperibê, Funil, Vieira Braga, Tres Irmãos, Cambucy, Pureza, á margem esq. do Parahyba, entre os kils. 163 e 164, com uma usina de assucar na outra margem do rio e S. Fidelis.

Para chegar á esta ultima estação, a Leopoldina passa da margem esq. do rio para a dir., atravessando uma ponte de ferro de 480 metros de extensão.

Cambucy (1) é a villa primitivamente chamada Vallão Dantas, nella demorei-me apenas horas. Está situada á margem esq. do rio Parahyba, em logar plano, cercada de montanhas na margem opposta do rio e atravessada pelo corrego Vallão Dantas.

Tem casa da camara, que é um predio insignificante, matriz em construcção e dous engenhos de beneficiar café.

A lavoura é riquissima e a exportação de café consideravel.

S. Fidelis estende-se pela margem dir. do rio Parahyba, em logar plano, atravessada pelos vallões S. Fidelis, da Esperança e da Catharina; cercada pelos morros denominados Dantas, Mathias, Careca, Barreiro e Fabre, onde está o cemiterio; defronte do dist. de Ipuca, que fica na margem opposta do rio, a 49 kils. distante de Campos, 146 de Imbetiba, 26 de Cambucy e 323 de Nitheroy, é percorrida pela Estrada de Ferro Leopoldina.

Foi felicissimo o local escolhido para edificação da cidade, que produz no espirito do visitante a mais agradavel impressão.

Quem se colloca á beira-rio e contempla o panorama encantador, que se desdobra, fica extasiado. Com effeito, o rio Parahyba, bastante largo, osculando a frente da cidade para depois, em caprichosas curvas, seguir seu fadario em busca do tumulo, que proximo, o espera; ao longe montanhas da côr do céo, parecendo pela distancia, envoltas em um grande manto de relva; e a pov. de Ipuca com suas casas disseminadas e a sua poetica e alva capella erguendo-se silenciosa e isolada no cimo de um monte e banhada pela luz da lua, que lhe prateia a cruz, em pleno plenilunio.

Suas ruas são, no geral, bastante largas, rectas, perpendiculares umas ás outras, algumas calçadas e arborisadas, quasi todas com passeios de pedra e illuminadas a kerozene.

A de maior movimento commercial é a Alberto Torres, antiga do Café e 1º de Março. As outras são denominadas: Coronel Silva, antiga Gamboa, Pereira Pinto, Rosario, Frei Angelo, Frei Victorio, Dr. José Francisco, antiga Alexandrina, Sete de Setembro, antiga Flores, Marechal Deodoro, Guaracyaba, Major Vicente, Sacramento, Coronel Cunha, antiga Municipal, Voluntarios da Patria, S. Fidelis, Formosa, além de outras.

Tem duas praças: a de S. Fidelis, onde se acha a matriz, e a Quinze de Novembro, antiga Pedro II, onde se acha a egreja do Rosario.

Seus predios, em numero de 527, são, em geral, de feio aspecto, alguns muito velhos, quasi todos terreos. São numerados.

O predio mais bonito da cidade é a Casa de Oração, templo protestante.

O commercio é pouco animado.

E' elle representado por duas usinas de beneficiar café, 55 casas de fazendas e molhados, tres padarias, tres pharmacias, um bilhar, quatro barbeiros, uma officina de marceneiro, um photographo, uma typographia, um relojoeiro, tres alfaiatarias, dous selleiros, tres sapatarias, dous hoteis, dous dentistas, quatro officinas de ferreiro, quatro de latoeiro, dous açogues e uma olaria.

Existem mais na cidade quatro advogados, tres medicos, dous collegios particulares, uma loja maçonica, Auxilio á Virtude, e duas sociedades musicaes, a Eutorpe e a Phil' Orphenica.

A Matriz é um templo vasto e pelas suas proporções o primeiro do Estado. Foi construida pelos religiosos barbadinhos Frei Victorio de Cambiasca e Frei Angelo Maria de Lucca, mandados pelo Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza para christianisar os indios Coroados, que tinham ido de Santo Antonio de Guarulhos, onde primeiro se haviam aldeiado, para aquelle ponto do dist. então de Campos dos Goytacazes, que se chamava nesse tempo *Gamboa* e é hoje a cidade de S. Fidelis.

Tem a fórma de uma cruz e é de estylo florentino. Não está concluida, tendo seus fundadores tomado para modelo a Basilica de S. Pedro em Roma.

Além desses dous apostolos da propagação da fé, deve-se mencionar o nome de um terceiro, que trabalhou na mesma via com igual fervor religioso: é o de Frei Thomaz Civittá Castello, fallecido a 16 de Abril de 1828, tendo sido precedido no tumulo por Frei Angelo, fallecido a 26 de maio de 1811 e por Frei Victorio, fallecido a 1 de Setembro de 1815.

A pedra fundamental foi lançada a 8 de Setembro de 1799; foi benta e disse-se nella a primeira missa em 23 de Abril de 1809.

E' coroada por um zimborio, encimado por um lanternim.

O adro, os fundos e os lados estão muito descorados, cobertos de capim.

O rebouco das paredes está cahindo, pondo a descoberto os tijolos com que a edificaram. Tem duas entradas, uma pela frente e outra pelo lado direito.

No alto do tympano ergue-se a estatua de S. Fidelis.

Seu interior nada tem de notavel, as paredes sem decoração, os altares mediocres e as imagens grosseiras.

Tem o altar do Santissimo Sacramento com o Sacrario e a imagem de S. Fidelis. Aos fundos fica um painel representando o supplicio de S. Fidelis com a seguinte inscripção:

D. O. M.
DIVI FIDELIS MART
TEMPLUM
ANNO. DOM. 1799 DIE 8 SEPTEMBRIO
IMPOSITIONE PRIMARII LAPEDIS
INCEPTUM
AN. DOM. 1809 DIE 23 APRIL
ABSOLUTUM
EFFUSIMAS INTER EXULTATIONES
SOLUTUM BENEDICTIONE.

O resto está quasi apagado, destacando-se uma ou outra lettra.

(1) *Cambucy* é corrupção de *cambú-chi* e significa, segundo Baptista Caetano, vaso d'agua, pote, cantaro, tina.

Tem mais cinco altares, um de N. S. das Dores e nas paredes lateraes dous nichos com Santa Clara e Santa Apollonia, e os outros com o Senhor dos Passos, Santa Rita, S. Benedicto e Santa Cecilia. Tem um pulpito volante e o coro com um *harmonium*.

Debaixo do zimborio ha quatro paineis antiquissimos e em quatro nichos as estatuas dos Evangelistas.

Em frente ao altar de N. S. das Dores ha no soalho uma lapide com a seguinte inscripção: *Tributo de gratidão á memoria dos Revdms. Frei Victorio de Cambiasca e Frei Angelo de Lucca fundadores do templo e de Frei Thomaz de Castello e Frei João de Lucca, seus substitutos. Modesta lembrança do Conego vigario J. P. Jorge Guaracyaba e de seus parachianos 1878.*

Ao lado do altar de N. S. das Dores fica a sacristia com um arcaz e os retratos de Leão XIII, Frei Angelo de Lucca, Frei Victorio de Cambiasca, Padre Guaracyaba e do Padre Joaquim da Cruz Paula.

Além da matriz possue ainda a egreja do Rosario, em ruinas, e na Villa da Penha uma capella em construcção.

A Camara celebra as suas sessões em um predio, cujo pavimento terreo é occupado pela cadeia. A secretaria, a procuradoria e a bibliotheca funccionam em edificios differentes.

A pop. da cidade é de 3.600 habitantes.

Não tem esgotos, nem agua canalisada, utilizando-se, a pop. da agua do rio Parahyba.

O mun. confina com Cambucy, Campos e Santa Maria Magdalena.

Comprehende os dist. da cidade, Ipuca (corrupção de *y-pug*, agua arrebenta ou estoura), Timbó, Colonia e Ponte Nova, e as estações da Pureza, S. Fidelis e Ernesto Machado.

A lavoura consiste em café, canna e cereaes. Possue uma mina de plumbagina, na fazenda de S. Benedicto, na serra do Collegio.

Entre as serras que percorrem o mun., notam-se: a do Collegio, Palmital, Alferes Magalhães, Juramento, Esperança, Peito de Moça, Bufão, Mocotó, Paraizo, Ribeirão das Flores, Bella Joanna, California, Cachoeira Alta, Arrependido, Avó, Sapateiro, Marianas e Monte Alegre.

Entre os rios notam-se: o Parahyba (composto de *paráahyba*, rio ruim, impresta vel ou innavegavel), o Dous Rios, o Grande; o Negro; o do Collegio, affl. do Parahyba, o qual recebe, pela margem dir.; o Flores, o Buffão, Brazil, Pitanga e União, e pela esq.; o Trapiá ou Trapuá (corrupção de *ityrapoã*, cabeço ou outeiro redondo), o Bella-joanna, tributario do rio Preto, formado pelos corregos Manoel Lopes e João Magro e recebendo o vallão do Jacques pela esq.; e o vallão do Cavoqueiro pela dir.; e o vallão dos Porcos, affl. do rio Grande, o vallão do Caburaca e o vallão dos Veados, affl. do Dous Rios.

O Parahyba recebe pela esq. os vallões seguintes: do Macaco, que banha o dist. de Ipuca, Timbó, Grumarim, Esfola Macaco, Salto, Coronel Cunha, Laranjeiras e Vieira; e pela dir. o Quilombinho, o Bom Jesus e o Vargem Grande.

Sobre a fundação desta cidade colhemos o seguinte: em 1799 foi fundada uma aldêa de indios Coroados no logar conhecido pelo nome de *Gamboa*, á margem meridional do rio Parahyba, 60 kils. distante da cidade de S. Salvador de Campos.

Apezar de haver nas immediações uma capella consagrada a S. Fidelis de Sigmaringa trataram os Capuchinhos, ajudados pelos indios, de erguer um templo mais decente.

Em 1779 começaram os intrepidos missionarios a fundação do novo templo, lançando-lhe a primeira pedra no dia 8 de Setembro, e, após muita perseverança e sacrificios, conseguiram completal-o em 23 de Abril de 1809.

Foi essa capella erecta em 1812, em Curato, sendo o seu primeiro cura Frei Victorio de Cambriasca.

Separada a aldêa, pela Revolução de 3 de Fevereiro de 1824, do dist. de Campos e annexada ao de Cantagallo, foi de novo pelo decreto do mez de Novembro do anno seguinte, reunida a seu antigo districto e pela Lei Provincial n. 177, de 2 de Abril de 1840 foi elevada á categoria de freguezia.

O art. 1º da Lei Provincial n. 503, de 19 de Abril de 1850, elevou-a á villa, sendo installada em 5 de Março de 1855. Finalmente, a Lei Provincial n. 1.533, de 3 de Dezembro de 1870 deu-lhe as honras de cidade.

FIGUEIRA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

FIGUEIRA. Dist. de paz, creado no mun. de Dous Corregos do Estado de S. Paulo pela Lei n. 621 de 21 de junho de 1899. Por suas divisas correm o corrego do Tijuco Preto e ribeirão da Figueira.

FIGUEIRA. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Serro Azul.

FIGUEIRA. Serra nos muns. de Jahú e Dous Corregos; no Estado de S. Paulo.

FIGUEIRA. Corredeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo. O rio estreita-se ahi, fazendo uma volta entre montes, com canal apertado, por onde as aguas correm com grande velocidade.

FISCHERS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio S. Lourenço, que o é do Juquiá (Carta de Orville Derby).

FLECHAL. Log. do Estado do Pará, na sub-prefeitura de Urixiacá e com. de Santarem.

FLECHAS. Morro do Estado de Santa Catharina, na pov. das Aranhas. Tem 220m,0.

FLORENTINA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

FLORENTINA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

FLÔRES. Ilha do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre.

FLÔRES. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Alagoinhas e desagua no rio Aramary. Nasce na fazenda Coqueiro de Cima.

FLÔRES. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem dir. do rio do Collegio; no mun. de S. Fidelis.

FLÔRES. Villa do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a margem esq. do Rio Parnahyba, defronte de Therezina, capital do Piauhy. E' o ponto terminal da E. de F. de Caxias a Flores.

FLÔRES NOVAS. Pov. do Estado do Ceará, no mun. da Cachoeira.

FLORESTA (S. João da). Passou assim a denominar-se pela Lei n. 756, de 17 de novembro de 1900, o dist. de paz e policial de S. João e S. Domingos, no mun. de Lençóes e Estado de S. Paulo.

FLORESTA. Arrabalde da villa de Cambucy, no Estado do Rio de Janeiro, á margem esq. do rio Parahyba do Sul.

FLORESTA. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro.

FLORESTA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da capital, com escola.

FLORESTA. Estação da E. de F. Campista, no Estado do Rio de Janeiro, entre Commendador Martins Lage e Barcellos.

FLORESTA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Amaragy.

FLORESTA. Rio do Estado do Rio de Janeiro; nasce nas vertentes da fazenda de Luiz Monnerat, banha a villa do Bom Jardim e desagua na margem esq. do rio Grande em terras de uma usina de beneficiar café.

FLORESTA. Cachoeira no rio Kagado, dist. da cidade do Mar d'Hespanha; no Estado de Minas Geraes.

FLORESTA DOS LEÕES. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Pau d'Alho, a 60 kils. da capital, com clima saluberrimo. Denominava-se antigamente Chã do Carpina. Fica sobre um planalto de 191m de altitude, no kil. 59,875m da via-ferrea do Limoeiro.

FLORIANO DE MOURA. Arroio do Estado do Paraná, banha o mun. de Imbituva e desagua no rio das Antas, affl. do Imbituva.

FLORIANO PEIXOTO. Dist. de paz creado na pov. denominada Dias do mun. de Bom Fim e Estado de Minas Geraes, pela Lei Municipal n. 74 de 8 de agosto de 1901.

FLORIANOPOLIS. Cidade capital de Santa Catharina. Accrescente-se no fim. O Sr. Virgilio Varzea, em seu trabalho *Santa Catharina* (1900), diz: «Florianopolis (Desterro), capital do Estado, é uma cidade pittoresca e agreste, collocada bem ao centro da costa occidental da ilha, ao fundo da bahia do sul, em uma especie de peninsula que forma uma das pontas do Estreito, por onde de certo, em remotissimas epochas geologicas, a ilha se ligava á terra firme. Com as suas casas risonhas e brancas, a antiga povoaçãosinha de Velho Monteiro, dir-se-ha talhada para um grande destino, pois se assemelha, por sua situação, como por uma occurencia de origem, á mais celebre cidade do mundo, á Roma, a velha Babylonia latina, porque á maneira de Roma, foi regada com sangue ao nascer e assenta sobre sete collinas... E Florianopolis não é para os catharinenses senão uma outra Roma. . . mas uma Roma pequenina e maritima. Vista do mar, a cidade não impressiona bem aos que a visitam pela primeira vez, apezar do seu encanto paysagista, porquanto uma parte de sua frente, do lado do norte, onde corre o caes da Figueira, compõe-se ainda de casinhas antigas, com os fundos voltados para fóra, exhibindo quintalejos murados ou de taboas e ripas, com uma multidão de embarcações miudas em roda, como botes, batelões e canoas, puxados em terra ou em fabrico, para o serviço de seus habs., que são em totalidade maritimos, pois a Figueira foi e é, nas ruas mais proximas ao mar, o bairro dos embarcadiços. Quem passa por ahi sente, desde o morro do Wenceslão até ao canto da rua Alvaro de Carvalho (antiga da Palma) um cheiro hygienico e sadio a pixe, a verniz coltar, a alcatrão, a estopa, a mialhar, a ferro *patent*, a lona nova e a cabo de cairo ou linho, tudo isso que lembra navio e mar, e que nos dá uma vaga saudade das viagens longinquas, em que esse aroma saudavel se nos apega ás narinas, acompanhando-nos ainda, em terra, por dias e dias. O mesmo se nota nos predios ao longo do outro cáes (o principal da cidade) e que formam a ala sul das ruas Altino Corrêa e João Pinto, desde o canto da Palma ao elegante edificio gothico da Capitania. Estes, porem, tem a attenuante de uma fachada para o mar e serem altos e limpos, posto que de construcção antiga, como de resto a capital em geral, com excepção de algumas ruas e arrabaldes.

Este defeito, que de certo modo compromette a esthetica da cidade no seu primeiro aspecto impressivo, tem origem na maneira como foi ella edificada de seus principios, pois que partindo do alto onde está a matriz para a beira-mar, as casas todas estenderam-se marcando o templo por frente, e isto até quási aos ultimos tempos da monarchia, em que a Camara Municipal abrindo a rua da Liberdade (que corre ao longo do cáes desde o largo Quinze de Novembro á Santa Barbara) entrou a intervir, prohibindo as construcções nesse sentido. As casas, que escaparam a uma tal ordem de cousas, foram as do Menino Deus, no largo Treze de Maio, cuja frontaria é toda voltada para o mar, desde a Ponte do Vinagre até á Toca, onde infelizmente começam de novo os muros e os quintalejos de taboas e ripas, desdobrándo-se até á Prainha. A Toca é um logar meio pedregoso e empinado, pois levanta-se da base de rocha da ladeira dos Passos ao morro da Bôa Vista. As suas casinhas são encarapitadas umas sobre outras, apertando-se como um rebanho de cabras alvas, o que lhes dá um ar de presepe antigo, e, como a Figueira, é um bairro maritimo, mas de outro genero, porque nelle só se accommodam os pescadores e redes, que lanceam alli mesmo, nos baixios da bahia. As principaes ruas, de Florianopolis são em geral rectas, planas e bem calçadas. Quatro dellas representam o centro commercial, a *city*— como diriamos si se tratasse de uma grande capital— e são as denominadas Altino Corrêa (que é a mais importante), João Pinto, Trajano e Republica. Na primeira destas acha-se situada a grande casa commercial do Carl Hœpcke & C., a mais notavel do Estado, que é um deposito completo de toda a sorte de generos e artigos, importados directamente das principaes praças da Europa e conduzidos por uma frota de navios a vapor e a vela, em continuas viagens transatlanticas entre aquellas cidades e Santa Catharina. Esta casa joga com cerca de tres mil contos de capital e abastece de tudo, não só o commercio catharinense, em totalidade, como a muitas cidades do Paraná, para onde faz grandes vendas annuaes. Outra casa do mesmo genero, mas em menores proporções, é a de Ernesto Wahl & C., tambem importadora. As demais lojas negociam a retalho. Ha, porém, em grande numero, armazens de commissão e consignação, recebendo artigos industriaes de Joinville e Blumenau, e exportando farinha de mandioca para os Estados do Norte, bem como amendoim, couros, café, ovos, melado e banana, em avultados carregamentos, para diversos portos da União e para o Rio da Prata. No transporte da banana para Montevidéo e Buenos Ayres, além dos paquetes do Lloyd Brazileiro, que levam ininterruptamente para esses destinos o convez e a tolda apinhados de cachos, embarcados aos milhares, ha tres vapores de grande arqueação, que fazem durante o inverno tres ou quatro viagens mensaes. O commercio da capital é o mais movimentado do Estado, quanto á importação; quanto á exportação, porém, sobreexcedem-no, e muito o da Laguna, Itajahy, Blumenau, Joinville e S. Francisco. Por este lado, em virtude de sua situação na ilha, Florianopolis está fatalmente condemnada a ficar para traz, tanto como em outros ramos da economia social, pois é sabido que só prosperam amplamente as capitaes que occupam o centro de suas regiões. Em futuro proximo a capital terá forçosamente de ser deslocada para qualquer ponto do continente, talvez para o mun. de S. Francisco, talvez para Lages. A mudança para este ultimo local foi, por vezes, debatida nas assembléas provinciaes do velho e novo regimen, e na imprensa. Mas a excellente idéa não logrou até hoje mais do que ficar em projectos de lei que não têm sido cumpridos, devido em parte ao atrazo de muitos e, por outro lado, á má orientação administrativa e a mesquinhas rivalidades. Si em ambos esses regimens tivesse havido já uma politica previdente e sensata ao lado de uma administração criteriosa e intelligente, bem auxiliada por todos, certamente que Santa Catharina, mudada a sua capital, encontrar-se-hia actualmente em um pé de progresso invejavel, porquanto essa idéa da mudança da capital é cousa antiquissima e que salta aos olhos de todos como uma necessidade.

E tanto assim é, que já em 1748, ha mais de seculo e meio, um de seus governadores, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, homem intelligente e de grande tino administrativo, examinando as causas porque o Desterro (então villa) não prosperava, quando outros pontos do continente se desenvolviam de modo consideravel, posto que de fundação posterior, como a Laguna e outros — concebeu, com admiravel previsão do futuro, o plano de mudar a capital para a terra-firme, plano que propoz immediatamente ao governo portuguez, mas que teve o desgosto de ver rejeitado, a pretexto, segundo se allegava, de que a villa já possuia casa do governador, igrejas e armazens-reaes, quando semelhantes edificios não passavam de simples casinholas de paredes de páo e barro, conforme se vê do trecho seguinte, extractado á *Memoria Historica* de Almeida Coelho:

"O governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, reconhecendo improprio o lugar em que estava situada a villa, e a inconveniencia de continuar ahi a séde ou capital da provincia, tentou mudal-a para sitio mais azado na terra-firme, e por isso deixou de proseguir nas obras que tinham sido determinadas pela provisão de 17 de Julho de 1748 e representou á Côrte: foi-lhe porém respondido em provisão do Conselho Ultramarino de 1753 que ouvido o procurador da Corôa e Fazenda, e o ex-governador José da Silva Paes, convinha não fazer-se a mudança projectada, por haver já na villa casa de residencia do governador, igrejas e armazens-reaes. Esta resposta, desgostando sobremaneira ao governador, resfriou o seu zelo e interesse pelo augmento e prosperidade do povo, e conservou-se quasi em inacção até dar-se-lhe

successor. Cumpre reflectir que o capricho mais que a conveniencia publica dictou as informações que deram causa ás deliberações da Côrte de que temos tratado: basearam-se estas em haver já na villa casa de residencia do governador, igreja e armazens-reaes; quando é certo que a residencia do governador a esse tempo era uma pequena casa, cujo pé direito não excedia a 12 palmos, que servia igualmente de provedoria, e que, como para memoria, ainda em 1802 ou 1803 existia contigua á esquina do palacio actual, vindo a ser demolida nesse anno pelo governador Joaquim Xavier Curado: a igreja não passava então de uma palhoça, cujas paredes em 1763 eram de páo-a-pique barreadas, sendo no tempo do governador D. José de Mello Manoel que se principiou a construir a existente: o mesmo acontecia quanto a armazens-reaes, que ainda em 1802 existia na praça, immediata á praia uma palhoça que servia de quartel a gente da marinha. Tal era a verdade com que se informava ao soberano sobre os negocios mais importantes do Estado ! »

E assim, por más informações, indifferença ou ignorancia do governo da metropole, a capital de Santa Catharina deixou de ser transferida, então, e com a maior opportunidade, para um ponto qualquer do continente.

As praças ou largos de Florianopolis são em pequeno numero, mas apresentam aspecto agradavel e pittoresco, por serem em geral planos, com bella arborisação ornamental. Tres delles, porém, merecem particular menção — o Quinze de Novembro, que está situado no coração da capital, estendendo-se desde o alto da Matriz até ao principal cáes de desemburque, onde se achava o edificio do mercado velho, hoje demolido; o da Praia de Fóra, e o Treze de Maio, todos dando frente para o mar.

O primeiro e o do General Osorio (tambem conhecido por Campo do Manejo) são os mais vastos de todos. O Quinze de Novembro, com um jardim ao centro, mas um jardim magnifico e moderno, todo gradeado em redor e onde se erguem uma pequena cascata, um interessante chalet chinez, grandes *corbeilles* de arbustos, massiços de flores e tufos delicados de grama, abrindo-se em tonalidades de colorido que vão desde o verde-escuro dos pinheiros á doçura do verde-outonal — é um lugar aprazibilissimo e não tem rival em nenhuma das nossas cidades maritimas, a contar da Capital Federal para o sul. Excellente ponto de attracção e recreio, é o passeio publico das familias desterrenses, que nelle se reunem aos domingos de tarde, em grupos graciosos e alegres, com crianças em volta, arejando e expandindo-se em curtos mas continuados passeios pelas áleas, ao som de uma ou mais musicas militares, tocando peças escolhidas, nos corêtos, entre arvores. E é ahi, nessas tardes, que se póde admirar á toda luz certas physionomias encantadoras de moças, de uma formosura casta e simples, dessas que honram ainda a tradição conhecida em todo o Brazil de que Florianopolis, ou melhor, Santa Catharina, é "a terra das moças bonitas".

Tal affirmação é verdadeira, não na generalidade que se lhe dá, mas de modo relativo. No emtanto, a moça da capital, como a das outras cidades catharinenses, não passa em regra de um typo já um pouco modificado nas suas linhas plasticas, porquanto verdadeiras bellezas, em nossa opinião, quer na corpulencia, quer na harmonia doce e seraphica dos traços physionomicos, se encontram com maior frequencia, e em toda a plenitude de encantos, nas freguezias e arraiaes interiores, pelas roças, pelos sitios.

E isto se explica naturalmente, pela saude e liberdade do campo, onde o clima é sempre doce, o ar sempre puro e desenervante, e onde a vida corre despreoccupada e feliz, quasi sem impressões desagradaveis ou oppressões moraes, que tanto affectam a existencia nos meios populosos, em que ha grande concurrencia e é mais dolorosa á lucta pela vida; e explica-se ainda pela conservação integral do primitivo typo açoriano que ahi ficou victorioso, typo que, segundo viajantes e escriptores, é dos mais bellos da raça portugueza, pois foi refinado pela plastica admiravel de portuguezes, hollandezes e hespanhoes, que colonizaram tambem essas ilhas.

Em apoio desta asserção, consignamos aqui o que diz a tal respeito o medico portuguez Dr. Accurcio Ramos, á pag. 194 do seu interessante livro o *Archipelago dos Açores*, publicado em 1871:

«As mulheres geralmente são altas, elegantes e formosas. São variados os typos, variadas as beldades, mas sempre typos agradaveis, sempre beldades sympathicas. Apparecem com mais frequencia lindos olhos castanhos, ornando alvos rostos levemente rosados, com que singularmente contrastam os cabellos negros e finos; mas tambem não é rara a formosa mulher de cabellos louros, olhos azues e collo de alabastro, junto da viva e seductora morena, cujo olhar fascinador attrahe e captiva. Não abundam tanto, mas não escasseam inteiramente, os rostos pallidos, dessa pallides viçosa e encantadora que as damas geralmente ambicionam, brilhando nellas, debaixo de negras sobrancelhas, uns olhos, negros, humidos, luminosos e inspiradores, e pendendo-lhes aos lados fartas e negras tranças, como aquellas de que um distincto poeta disse estavam prisioneiros os mais appetecidos amores ».

E' este typo que predomina na capital e demais cidades catharinenses, á excepção, é obvio, dos centros de origem allemã, a que já nos referimos.

No largo Quinze de Novembro estão situados, além da matriz, o Palacio do Governo, a Secretaria, a Prefeitura de Policia, a Directoria da Instrucção Publica, a Inspectoria de Hygiene, a Repartição das Terras, Colonisação e Obras Publicas, o Juizo Federal, a Administração dos Correios, a Caixa Economica e a Superintendencia Municipal, no meio dos melhores edificios particulares que ornam a capital, porquanto são elles, na sua maior parte, de sobrado e de construcção moderna ou recentemente reformada.

O Palacio, que era um vasto casarão antigo, de fórma ancestral e pesada, com grossas paredes de fortaleza e largas janellas espaçadas, acha-se hoje completamente transformado num interessante edificio de estylo corinthio, modificado pela ornamentação moderna das melhores construcções actuaes do Rio de Janeiro. Todo de platibandas, tem a culminal-o aos cantos estatuas symbolicas, isoladas ou em grupos, entre as quaes se destacam, na fachada da frente, á direita, a figura de Mercurio, representando o commercio; á esquerda á de Amphitrite, synthetisando a feição maritima do Estado. Bem ao centro, e em elevação saliente, vêem-se as armas do Estado — uma estrella, coroada no alto pelo gorro phrygio, com uma grande aguia de envergadura aberta a desprender vôo, levando nas garras uma chave abraçada a uma ancora e no peito a data em que alli se deu a proclamação da Republica — 17 DE NOVEMBRO DE 1889 — havendo a contornar a estrella um ramo de trigo e um ramo de café, atados em baixo por um laço em cujas pontas esvoaçantes se lê — ESTADO DE SANTA CATHARINA. A ESTRELLA representa a circumscripção estadual, uma das vinte da Federação Brasileira; a AGUIA a força moral, intellectual e physica do povo; a CHAVE a sentenciosa classificação politico-geographica de Abreu Lima — *A ilha de Santa Catharina é a chave do Brazil meridional*; A ANCORA o genio maritimo catharinense; o CAFÉ e o TRIGO a futura riqueza agricola do Estado. Collocado ao lado direito do largo, á esquina da rua Tenente Silveira, o Palacio fórma, com a Capitania do Porto, o Palacete do Congresso, a Alfandega, o Quartel do Exercito, o Quartel do Corpo de Segurança, o Hospital de Caridade, o Hospital Militar, o Hospital de Marinha, o Novo Mercado, o Palacete da Superintendencia Municipal e o Gymnasio Catharinense, o grupo dos mais bellos edificios publicos de Florianopolis.

O segundo largo é o denominado Lauro Müller, no porto da Praia de Fóra, bem na batente do mar, em frente á rua Esteves Junior, chamada outr'ora Formosa. Posto que pequeno, é esse sitio um dos mais pittorescos da cidade, não só pelo bairro onde se acha, como pelo seu elegante jardim, de estreitas ruas arcadas e minusculos canteiros verdejantes. Cercado de um gradil em rectangulo, como o do largo Quinze de Novembro, torna-se, como este, aos domingos e feriados, um bello ponto de distracção.

O outro largo, conhecido por Treze de Maio, occupa toda a área que vai da ladeira do Menino Deus á Ponte do Vinagre. Não é ajardinado como os outros mas abre sobre a linha do cáes chamado do Menino Deus, de onde se gosa magnifica vista de mar.

Em templos, Florianopolis não possue nem um que se notabilise pela sua architectura ou dimensões, mas entre os que ahi existem mencionaremos como os principaes — a Matriz, cuja situação já conhecemos, alta igreja de duas torres, semelhante a do Sacramento na Capital Federal, tendo á porta principal e aos lados um amplo adro, e descendo em vasta escadaria de dous lanços sobre a praça Quinze de Novembro, o de S. Francisco de Assis encravado na

rua Marechal Deodoro, esquinando com a da Republica (antiga Senado), tendo as mesmas proporções mais ou menos do primeiro e encimado de duas torres; o do Rosario, menor um pouco que os dous citados, de uma torre só e cercado de pequeno adro balaustrado, erguendo-se num viso de collina de onde se avista quasi toda a cidade e o panorama encantador da bahia do sul, desde o Estreito até Naufragados; e as tres capellas, simples e pequeninas como capellas de roça — de S. Sebastião, dos Passos e do Parto, collocadas, a primeira, no largo do mesmo nome á Praia de Fóra, e as outras nos dous extremos da cidade, uma na ladeira dos Passos e a ultima ao fim da rua Altino Corrêa, proxima á collina da Vista Alegre.

O cemiterio era e é ainda hoje a unica impressão desagradavel que recebem os que visitam o Desterro, especialmente quando entram pelo norte, pois o primeiro ponto da cidade a se avistar dahi é justamente esse alto de outeiro, em cuja base uma fita de mar se interpõe, separando a ilha da terra-firme. Os antigos fazendo desse lugar, tão bonito pela sua vista e paizagem, a necropole da capital, não previam o ar funebre e sinistro que lhe iam dar, e, o que é peior, ignoravam os graves perigos a que expunham a cidade, com os miasmas que sobre ella se espalhariam de certo, durante o verão, quadra em que sopram seguidamente os ventos do quadrante do norte, onde está esse local. E é tão resaltante ahi a permanencia desse cemiterio, abrindo um véo negro de crépe sobre toda a cidade, que o Dr. Gama Rosa, distinto homem de sciencia e um dos mais illustres presidentes que teve Santa Catharina em épocas passadas, tratando da salubridade publica, no *Relatorio* que apresentou á Assembléa Legislativa em 5 de fevereiro de 1884, disse com a mais alta competencia de hygienista:

« Entre as causas de insalubridade figura tambem o cemiterio publico, que, segundo se affirma, com os ventos do Norte, lança sobre a cidade miasmas e gazes deleterios. E' possivel que assim seja. Sobre o que porém não resta duvida, é achar-se o cemiterio collocado de modo muito inconveniente para o bom aspecto da cidade, produzindo aquella paizagem funeraria a mais desfavoravel impressão no espirito de todos que aportam á capital. Se não é, portanto, em nome da hygiene, é com certeza em nome da esthetica que conviria remover o alludido cemiterio ».

No emtanto é para lamentar que tal idéa permaneça até hoje sem realisação pratica, não obstante os esforços do eminente Dr. Gama Rosa e de alguns governadores que ultimamente a tiveram em mira, continuando o mencionado cemiterio a empestar e a enfeiar a formosa collina onde o collocaram, ha seculos, os nossos antepassados.

O movimento industrial de Florianopolis é pouco apreciavel e pequeno, comparado ao de Joinville e Blumenau, que são os dous grandes emporios do commercio e industria catharinenses, como veremos mais tarde. Entretanto, presentemente, esse movimento tem tomado certo impulso, com a fundação de novas officinas e fabricas.

Assim é que já se contam ahi — uma fundição de pontas de Pariz, empregando grande numero de operarios, pertencente á casa Carl Hoepcke & C.; duas fabricas de preparar peixe em lata; tres de cerveja, salientando-se entre ellas a de Daniel Krapp e a de Antonio Freyesleben, que exportam o seu producto para as circumvisinhanças e localidades do sul do Estado; uma de sabão e velas; officinas de carpinteiro, marcineiro, tanoeiro, funileiro e torneiro, capazes de fornecer, nesse genero, obras delicadas e artisticas; uma fabrica de massas alimenticias; duas grandes refinações; um engenho a vapor para pilar arroz e café; engenhos de preparar farinha de mandioca e assucar (communs e muito numerosos em todos os sitios do continente e da ilha); e outros e outros de menor importancia, que seria ocioso enumerar.

A industria, porém, mais interessante, curiosa e esthetica de Florianopolis, e talvez a menos rendosa pela sua estreiteza, é a das flores artificiaes, que têm uma grande procura da parte dos estrangeiros e passageiros dos vapores que alli tocam nas suas constantes viagens entre a Capital Federal e os portos do sul da Republica até ao Rio da Prata. Esses trabalhos delicados são feitos a mão e por moças, constando em geral de pequenas peças de ornamentação para o interior de gabinetes, salas e musêus de familia. Na sua confecção, são empregadas pennas de pato, pelle de ovo, palha commum de gigo, escamas de toda a ordem, canutilho, arame e pequenas conchas ou busios das bellas praias de mar grosso da ilha ou da terra-firme, preparados convenientemente pela propria florista, do modo o mais simples e rudimentar possivel.

Com semelhantes insignificantissimas cousas, a moça catharinense faz brotar de seus dedos industriosos uma porção de objectos adoraveis, como leitozinhos de noivado, com seu cortinado de pennas alvissimas, terminando por um laço de fita, porta-joias de feitios originaes, caixas de costura, vasos, cestas, bahúsinhos de segredo, pastas, bolsas, ramos, *bouquets* de baile e de nupcias, grinaldas, corôas, fructas, brinquedos; objectos, emfim, de mil variados contornos e côres, que são o encanto de quem os vê e os quer adquirir.

E é grato observar, quando se passa por qualquer rua do Desterro, ás janellas de certas casas, onde se expõem ao sol, fincados em pequenos tóros de pita, para secar a tinta com que foram tingidos, a gomma com que foram collados ou a pedra hume diluida em que foram immersos, objectosinhos soltos, que vão formar mais tarde, num *ensemble* gracioso, aquelles formosos *bibelots* artisticos.

Entre essas emeritas floristas são conhecidas lá, e até mesmo em outros pontos da Republica, como as mais habeis e perfeitas no seu trabalho, as senhoras Silveras que com isso fizeram a sua celebridade.

A capital catharinense é talvez um pouco triste, para os que estão acostumados nas cidades movimentadas e ruidosas, onde a vida nas ruas, nos cafés, nas *brasseries* e theatros, constitue, durante o dia e a noite até altas horas, perenne diversão publica, saturando a atmosphera em volta de alvoroço e alegria. Com uma pequena população que não passa de 15.000 almas, disseminada em grande parte por arrabaldes longinquos, com casas commerciaes, officinas e fabricas quasi todas accumuladas em um ponto determinado e central, ella só apresenta movimento e bulicio do alvorecer ao meiodia, hora em que as ruas do commercio (Altino Corrêa e João Pinto principlamente) e a praça Quinze de Novembro na parte do cáes, transbordam de povo, em uma affluencia continua, sobrelevada duas vezes por semana pela feira dos allemães e nacionaes, acudindo á cidade com seus generos e mercadorias, trazidos das colonias e sitios proximos do continente e da ilha.

A' tarde o aspecto é mais triste; e á noite com a falta de illuminação a electricidade ou a gaz (o que é incomprehensivel, hoje, em um centro que tanto tem progredido ultimamente), reina certa melancolia, particularmente se o rebojo do sul bate a cidade, embocando furioso nas ruas e uivando em rajadas.

Commummente as diversões no Desterro não vão além das *partidas* dançantes em clubs e casas de familia, e a ausencia de outros quaesquer divertimentos é de tal ordem que semelhantes reuniões se repetem frequentmento duas, tres e mais vezes por semana. Mas essas reuniões ou *partidas* são em geral agradaveis, pela simplicidade, harmonia e trato familiar que invariavelmente as caracterisam. A tal respeito é de justiça mencionar aqui, d'entre as distinctas associações desterrenses, o Club Doze de Agosto que conta cerca de 30 annos de existencia, o Club Germania, tambem de fundação antiga e o Club Dezeseis de Abril. Estas aggremiações compõem-se do que Florianopolis tem de mais selecto e elevado, e dão festas dançantes e sessões de jogos de salão para familias, que são o que ha de mais apreciavel e digno.

Pena é, no emtanto, que não exista actualmente no Desterro um club de concertos como outr'ora houve o denominado Quatro de Março, que teve nome em Santa Catharina e para o qual Gothschalk, o celebre pianista americano, escolheu dous pianos de primeira ordem, encommendados a um fabricante de Nova-York que era seu admirador e amigo. Esses pianos vieram, e foi ao som de suas notas que, em noites inolvidaveis para os catharinenses, nos salões illuminados do club, cantaram e gorgearam durante algumas horas, arrebatando o auditorio, esses gloriosos rouxinóes do palco lyrico que se chamaram Herminia Borghmamo e Tamberlick.

A vida intima na capital, como em todo o Estado, é simples e sóbria, affectuosa até ás ingenuidades dos mais doces carinhos. Quem entra pela primeira vez em uma casa de familia (isto da mais modesta á mais rica), seja brazileiro ou estrangeiro, é recebido com tal bondade e franqueza, com tal doçura e sympathia, que, á segunda ou terceira visita — salvo raras excepções — é tratado como um intimo,

A hospedagem ao forasteiro póde dizer-se que é alli primitiva e biblica. O catharinense, geralmente, pela sua alma expansiva e boa, depois de algumas palavras com um extranho qualquer, faz-se logo seu amigo, e, habitualmente imprevidente e desprevenido, condul-o para o lar, apresentando-o á familia e dando-lhe ás vezes cama e mesa, como a um velho amigo. Na roça, então, esses factos são mais communs e continuos.

A convivencia social no Desterro é, pela sua affabilidade, um desdobramento da vida em familia. N'um baile, em clubs ou em casas particulares, como no theatro, em representações publicas e outras, ha sempre a mesma affectuosidade e lhaneza das assembléas intimas. Quanto a trajes e ostentações, em poucos lugares do Brazil haverá maior simplicidade e modestia, sem deixar de existir comtudo graciosidade e chiquismo, o que é facil de comprehender em uma terra de moças bonitas.

E' verdade que uma ou outra familia opulenta procura exhibir-se em passeios e festas com sedas e joias (o que é natural nos ricos); porém essas, como é intuitivo, são ahi rarissimas.

Por todas essas qualidades e pelo bem-estar, conforto e facilidade de vida, é a capital catharinense um dos pontos mais habitaveis e preciosos da União, o que a torna, com o bello clima que possue, um verdadeiro PARAISO TERREAL DO BRASIL, como disse Pompêo na sua estimada *Geographia*.

CURIOSIDADES

1 — MONUMENTO AOS MORTOS DO PARAGUAY

Entre os usos e costumes e entre os lugares, templos e monumentos existentes na capital catharinense, resaltam, pela sua permanencia no espirito popular, pela chronica interessante, tradição poetica, originalidade ou grandeza de panorama e bellezas naturaes, bem como pelos fins humanitarios e nobres a que se propõem — o monumento commemorativo dos mortos da campanha do Paraguay, a capella e hospital do Menino Deus, o morro do Antão ou do Páo da Bandeira, a romaria da Trindade, a festa do Espirito-Santo e a Procissão de Passos.

Occupando-nos destas curiosidades, a todos os respeitos dignas da mais ampla menção, porque exprimem não sómente certos pontos da evolução social catharinense, mas o estado intimo e psychologico da alma collectiva do povo, suas virtudes e sobrevivencias atavicas modificadas embora pelo meio, o tempo e a civilisação — procuraremos assignalal-as com inteira justeza e verdade, tanto quanto nos permittirem os documentos e narrações historicas, nas épocas passadas, e o nosso exame e impressões pessoaes, nos tempos que nos são contemporaneos.

A idéa de erigir-se um monumento publico, significativo da gratidão, affecto e veneração do povo catharinense á memoria de seus queridos irmãos mortos gloriosamente nos campos do Paraguay em defesa da Patria, foi inspirada pelo distincto jurisconsulto Dr. João Thomé da Silva, nos ultimos mezes de sua presidencia em Santa Catharina. Esse illustre administrador, um dos mais notaveis que conheceu a Provincia, e, sem duvida, o que mais se empenhou até então pelo engrandecimento material e moral desse torrão precioso, mas constantemente esquecido e humilhado muitas vezes pela politica tortuosa e dissolvente do Imperio, que só olhava para as grandes Provincias que mais concorriam para o orçamento da receita geral; esse illustre administrador, dizemos, esforçou-se quanto poude para que seu projecto fosse levado a effeito com a maior brevidade, fazendo com que a Assembléa Provincial votasse uma verba para esse fim e promovendo ao mesmo tempo subscripções publicas, bazares, festas e representações theatraes, cujos resultados se arrecadassem com segurança até preencherem a somma necessaria á construcção do monumento.

Sem perda de tempo, portanto, e com aquelle *entrain* e dedicação que todos lhe conhecemos, e dos quaes já tinha resultado a construcção dos principaes edificios publicos do Desterro, como a Alfandega, o Theatro, o Quartel de Policia, a Capitania e outros de menor importancia — atirou-se á obra o Dr. João Thomé, mandando levantar pelo engenheiro Schlappal uma planta do monumento, planta que o integro profissional confeccionou com alguma originalidade e gosto artistico, mas que infelizmente não foi completamente observada na execução do trabalho, pela exiguidade da quantia para esse fim angariada. Apresentado o desenho, que esteve exposto ao publico durante muitos dias e que representava uma columna (cremos que de ordem toscana), faceada no plintho e com 20 metros de altura, mais ou menos, — o presidente ordenou a construcção, mandando erguer os primeiros alicerces no centro do largo do Palacio (actualmente Quinze de Novembro), lugar que fôra julgado, depois dos necessarios estudos, como o mais conveniente e apropriado.

Mal se achava construido o pedestal, foi o Dr. João Thomé chamado á Côrte, ficando assim interrompidas as obras, que só tiveram proseguimento algum tempo depois, na administração Taunay, que, luctando com as maiores difficuldades pecuniarias, e não podendo por isso realizar o primitivo plano, resolveu concluil-as, completando o plintho começado e rematando-o como uma «pilha de bombas de morteiro de 32 centimetros, terminada por uma chamma de bomba, que parece explodir no ar. » (1)

Assim, o monumento, que era para ter 20 metros de altura, ficou reduzido a pouco mais de metade, deixando ver infelizmente, pelo seu aspecto total, o estado de uma construcção imperfeita e inacabada. Não obstante, tal qual se acha, honra os esforços e sacrificios dos que se empenharam para leval-o a cabo; e se não representa uma obra rica e sumptuosa, por sua architectura e proporções, despertando a admiração dos forasteiros, significa, entretanto, e com simplicidade, um preito de eternecida saudade e affecto do povo catharinense á memoria sagrada de seus mortos queridos, daquelles que com a maior abnegação e heroismo souberam dar a vida pela gloria da Patria.

A altura total do monumento, da base ao apice, é de $10^{m},88$, tendo as quatro faces do pedestal ornadas a linhas singelas e merlões, em cada uma das quaes se vê uma pedra de marmore vermelho, veiado de branco de $2^{m},0$ de comprimento por $1^{m},0$ de largura (2). A face de léste contém a seguinte inscripção, gravada a letras douradas:

INITIO BELLI
ADVERSUS PARAGUAYENSES EGREGIE DIMICATI
IMPERIUM EX IMPROVISO NEFARIE AGGRESSOS
BRASILIENSIS CONFESTIM SURREXERAT GENS OMNIS
IMPERATOR
EXERCITUSQUE ET CLASSIS NEC NON CIVES
PLURIMI SEORSIM SPONTE SUA
PLACIDIS EX OFFICIIS AD MILITIÆ CASUS ADACTI
NOBILISSIMI TIRONIS
QUUMQUE PERACTO QUINQUENNIO VIS ILLA
LÆSAM ULTRA PATRIAM
ADEPTA VICTORIA PACEM STATUISSET
QUANTO SOCIIS ÆQUITATIVAM IPSIQUI HOSTI
TANTO BRASILLIEA DECORAM
TUNC MONUMENTUM HOCCE VOTIVUM
DICAVERUNT CATHARINENSES
EXIGUUM QUIDEM CONFESSI EXIGUO PRO ÆRARIO
JURE TAMEN RATI
VIRTUTE PARTAM PROEMII MODESTIA
HAUD MINUI GLORIAM

Na face de oeste, vêm-se as seguintes palavras:

ESTE MONUMENTO
FOI ERIGIDO
PELO PATRIOTISMO DOS CATHARINENSES
EM COMMEMORAÇÃO DA GLORIOSA
CAMPANHA DO PARAGUAY
NA QUAL MUITOS FILHOS DESTA PROVINCIA
PAGARAM AO BRASIL
O TRIBUTO DA VIDA

(1) Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, *Relatorio* com que passou a seu successor a presidencia de Santa Catharina, em 2 de janeiro de 1877-pag. 50.

(2) Relatorio citado, pag. 50.

REINANDO
O IMPERADOR D. PEDRO II,
FOI COMEÇADO NA PRESIDENCIA DO
EXM. DOUTOR JOÃO THOMÉ DA SILVA E CONCLUIDO NA DO
EXM. DOUTOR ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
NO ANNO DE
1876.

Na face do norte, depois de algumas palavras latinas, estão lançados, em ordem hierarchica, os nomes dos officiaes catharinenses que pereceram no Paraguay;

QUI
PRO PATRIA VITA DEFUNCTI JACENT
LACRIMABILES CIVIBUS

Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza.
Brigadeiro Jacintho Machado de Bittencourt.
Coronel Fernando Machado de Souza.
» Manoel José Machado da Costa Junior.
Major João Antonio Cardoso.
» Joaquim Cardoso da Costa.
» Francisco Cardoso da Costa.
» Joaquim Luiz de Azevedo.
» Leopoldino Machado de Lemos.
Capitão José Maria Garcez.
» Miguel A. Barbalho Picanço.
» Pedro José Soares.
» João Firmiano dos Santos.
» Francisco Duarte Souza Benevides.
» Eduardo Honorio V. de Aguiar.
» João Caetano Pereira.
Tenente Amaro Antonio Vieira.
» João José Ferreira.
» Delfino José de Gouvêa.
» Ernesto Silveira da Veiga.
» Antonio Ferreira de Noronha.
» Frederico José Wickenhagen.
» Bernardino Vieira Rabello.
Alferes Alfredo Minelvino Noronha.
» Candido Francisco da Costa.
» Domingos Velloso de Oliveira.

No lado do sul, continuando a inscripção precedente, acham-se mais os nomes seguintes, após esta commovente sentença:

ABENÇOADA PATRIA QUE SE NÃO ESQUECE DE SEUS FILHOS!

Alferes Damasio L. P. de Mendonça.
» Theophilo Francisco da S. Vieira.
» Candido Joaquim da Silva.
» Francisco J. Ferreira de Figueiredo.
» Patricio Sepulveda Ewerard.
» Rodolpho Cavalcanti do Livramento.
» João Manoel Stuart.
» Jesuino de Sant'Anna Carpes.
» Francisco Luiz de Bittencourt.
» João Baptista Becker.
» Francisco Maria de Assis.
» Silvano Alves de Souza.
» José da Silva Bastos.
» Jacintho Corrêa de Mello.
» João Nepomuceno Maia.
» Manoel de Jesus Costa Pereira.
» João Antonio da Rosa.

MARINHA

1º Tenente Alvaro Augusto de Carvalho.
» José Ignacio da Silveira.
» Domingos Moreira da Silva.
» João José Cóutinho.
2º Tenente João da Silva Fernandes Vieira.
» José Francisco Alves Serpa.
» Feliciano Nunes Ayres.

O Dr. Escragnolle Taunay, ao terminar a parte do seu relatorio que se refere á inauguração do monumento, exprime-se do seguinte modo, á pag. 53 desse documento:

«Ficaram perpetuados, pois, neste singelo e pobre monumento, os nomes de todos os officiaes mortos naquella campanha, em numero de 50, o que mostra pela proporção com os soldados, quão mortifera foi ella, principalmente para esta Provincia.

Assim ficou terminado o monumento, que tem indubitavelmente cunho severo e militar, como convinha ao nobre pensamento que buscára representar... »

Perfeitamente. Pena é, entretanto, que as administrações republicanas não tenham podido até hoje completar o monumento, de accordo com o projecto approvado ha tempos no Congresso Estadual e onde se contém a idéa de tornar mais alta a Columna, collocando-se no cimo a estatua do legendario Coronel Fernando Machado, morto em Itororó a 6 de dezembro de 1868.(1)

2 — CAPELLA DO MENINO DEUS

A capella do Menino Deus fica no alto de um outeiro de que é padrasto o morro do Páo da Bandeira, em cuja base de rocha começa a chamada Ladeira dos Passos, onde tambem, conforme vimos, assentam as primeiras casas da Tóca, que, encabritadas em bando sobre as pedras, vão terminar á Boa-Vista, junto ao Hospital Militar.

Dahi, dessa pequena eminencia, distante do mar apenas braças, goza-se uma paizagem e marinha apreciaveis: a um lado, as duas curvas do porto, especie de dous crescentes enormes, unidos a um dos extremos, na altura da ponta de Santa-Barbara, onde existio outr'ora o forte do mesmo nome e existe hoje o edificio da Capitania e suas dependencias; a casaria da cidade, estadeando-se dessa linha para terra num amplissimo relêvo de telhados vermelhos, entrecortados aqui e alli de pannos brancos de paredes e muros, massiços coloridos de jardins e pomares, na ondulação de suas sete collinas, que vão morrer longe, para o norte, á garganta do Estreito, emmoldurando num recorte de verduras, de tons multiplos e soberbos, as aguas da outra bahia; as innumeras embarcações miudas do trafego, as grandes de cabotagem e de longo-curso, riscando com os triangulos

(1) Tres dias depois da publicação desta parte do nosso livro em o *Jornal do Commercio*, fomos agradavelmente surprehendidos com uma interessantissima carta do illustre Sr. Visconde de Taunay, dirigida á Redacção daquella folha e inserta em seu numero de 6 de junho de 1897. Calando as expressões generosas e delicadas, que só pessoalmente nos dizem respeito, transcrevemol-a aqui:

"O Sr. Virgilio Varzea, nos seus artigos sobre Santa Catharina, refere com minucia tudo quanto diz respeito ao monumento da praça do Palacio, começado pelo saudoso presidente Dr. João Thomé da Silva e mais ou menos concluido a esforços meus, quando, em 1 76, administrei aquella então provincia.

Na integra transcreveu o escriptor catharinense as inscripções que compuz e mandei gravar nas pedras marmore das quatro faces do embasamento. Valeu-me a principal, posta em purissimo latim pelo meu sempre lembrado pai, Barão de Taunay, uma homenagem que sinceramente então me penhorou e hoje sou levado a relembrar com verdadeira emoção.

Dias após a inauguração do monumento commemorativo, recebi em palacio a visita do respeitabilissimo e tão popular padre Leite e do professor Branco. "Bem sabe, disse-me o primeiro, que não somos frequentadores desta casa. Não pudemos, porém, eu e meu cunhado, deixar de vir felicital-o, e calorosamente, pelas palavras que mandou gravar naquellas taboas votivas. Acabamos de lêl-as com as lagrimas nos olhos". O bom do velho, latinista de força e mais que isto, autoridade em linguas mortas, sem excepção do hebraico antigo, mostrava-se enthusiasmado com o latim que apreciara delicado. Dei-lhe a conhecer a origem de onde proviera. "E' uma inscripção, concluiu elle, digna, pela fórma e pelo fundo, de ser copiada e guardada por quantos viajantes sahem por esta cidade do Desterro".

Não dei á terminação do monumento caracter definitivo e creio que á necessidade da sua transformação posterior alludi no meu relatorio, que não tenho agora a mão para consultar. Fiz na occasião, o que me era possivel fazer, não só para impedir a ruina total do que achei construido como para desatravancar o centro da praça de feios andaimes e montes de páos e pedras, conforme lá se viam por mais de quatro annos. Foi ao meu empenho ajudado pelo inclyto duque de Caxias, presidente do conselho de ministros, que, pelo seu ministerio da guerra, mandou fornecer-me com presteza tudo quanto delle requisitei em bombas, peças, correntes e mais accessorios.

Bastante tempo depois, procurei fazer com que se substituisse aquella desgraciosa pilha de balas e, achando-me na Europa indaguei de uma casa de Strasburgo, qual o preço de uma estatua de bronze de Santa Catharina, de que vi bello modelo, e com altura correspondente á base da praça do Desterro. Fallaram-se em 35 contos de réis, tudo acabado, isto em 1879. Escrevi para a provincia; mas as respostas não foram animadoras — e até hoje o monumento está como o deixei, havendo felizmente escapado á tentativa de vandalica e ingrata destruição. Quando não seja outro o motivo, deve amparal-o sempre a simples relação dos officiaes do exercito e da armada, filhos de Santa Catharina, que morreram com honra nos campos do Paraguay em prol da gloria do Brazil."

brancos das velas ou com as altas mastreações encruzadas, o espelho das aguas em calma ou em novellos bravios de vagas, quando sopra o vento sul. Para a outra banda, em frente, a costa da terra firme: os Coqueiros, com as suas casinhas e ranchos pousados em praias alvas e em cabos pittorescos, á sombra de laranjaes ou entre grupos de palmeiras; S. José, uma enseada remançosa ao sul, como um ninho littoral, agasalhador e tranquillo para essas frotas de lanchas que juncam a Praia Comprida; as pequenas ilhas frondentes surgindo tumidas do mar, á maneira de zimborios de hervagens; e os humbraes da Barra do Sul, abertos e livres aos transeuntes do Atlantico, embora, ás vezes, sob o pampeiro inclemente, rondados, fóra, pelos vagalhões indomaveis, leões d'agua furiosos na sua juba de espuma....

Essa capella, um dos monumentos mais antigos do Desterro, foi um dos pontos, depois da Matriz, por onde a cidade começou de edificar-se, porquanto foi em volta della e como uma radiação do seu todo, que surgiram as primitivas casinhas do Menino Deus, do Areião para cima, e as da Tóca á Prainha.

Como era natural, nessa época de fervor e beatério mystico, reflectido ainda que brandamente de Portugal, abysmado então na loucura e no delirio fradesco (1), as povoações no Brazil costumavam ser construidas, primeiro, em redor dos templos ou collegios de jesuitas, vivendo os habitantes do que dahi lhes vinha, pois a maquia da Companhia em toda a parte era grande e avultadas as esmolas que os beatos tiravam, vagando de sitio em sitio.

Eis a razão desse agrupamento denso de casas em torno á capella do Menino Deus, cuja fundação se deve ao béaterio, mas ao beatório puro e nobilissimo, que, bem differente do da metropole, foi bastante edificante para os catharinenses, porque delle resultaram proveitos e beneficios de tal ordem que se concretisaram depois na mais bella instituição de caridade, que ainda hoje possue o Desterro.

Narremos rapidamente essa historia, cuja contextura luminosa envolve um perfil feminino, alma sinceramente religiosa e feita só de virtudes, que tudo no mundo abandonou por amor ao proximo e ás cousas divinas. Referimo-nos a essa candida physionomia de mulher que faz o encanto das chronicas catharinenses e das emocionaes tradições paulistas, passando pocticamente, através da nossa admiração intima, no seu habito de burel negro, o rosto branco de monja medióva, com a imagem do Menino Deus apertada ao coração, um rosario de camandulas pendendo á roda da cinta e os pés descalços e nús empoados pelos grandes caminhos, que percorreu, incançavel, illuminada pelo seu destino.

Joanna de Gusmão — tal é o nome dessa creatura bemdita — fôra um desses espiritos delicados, que, vencendo as violencias do temperamento, soubera recolher-se a uma vida de pureza absoluta, dedicando-se totalmente á Crença e á Fé, e á missão, nobre entre todas, da misericordia e piedade pelos infelizes. Nascida em Santos, dessa forte raça paulista que havia dado os "bandeirantes" e o primeiro povoador de Santa Catharina (Velho Monteiro, o heróe obscuro e humilde), descendente de uma das mais illustres familias d'alli — a do cirurgião-mór Francisco Lourenço, que dera a Portugal os celebres irmãos Bartholomeu e Alexandre de Gusmão, aquelle o primeiro que descobriu o aerostato, de cuja idéa se apossaram mais tarde os Montgolfier apresentando-a como sua; e este o maior dos estadistas portuguezes do seculo XVIII, não fallando em Pombal; — nascida em Santos, essa insigne dama, ao perder seu marido, na cidade de Paranaguá onde moravam, por um voto sagrado que tinham feito ambos numa igreja em Iguape, resolvera conservar-se em perpetua viuvez, apezar de moça ainda, e, tomando um habito de burel negro, sahio a fazer "vida santa", perigrinando por terra e a pé para o sul até ao Desterro, onde se fixou com o pensamento de erigir uma capella ao Menino Deus, o que conseguio, com o auxilio de esmolas, em 1762 (2).

O outeiro escolhido para o pequeno templo era propriedade do catharinense André Vieira da Rosa, que ahi medindo dez braças quadradas de terra dellas fizera doação á D. Joanna (16 de março de 1762), a qual immediatamente deu principio ás obras (2 de maio do referido anno), mandando construir ao mesmo tempo, á pequena distancia e no seio da matta virgem, uma rude choupana, que passou a habitar em companhia de uma outra beata muito virtuosa, D. Jacintha Clara, que se lhe juntara em uma de suas romagens ao Rio de Janeiro ou á Cisplatina.

De volta da ultima peregrinação ao Rio, sentindo-se adoentada, recolheu-se de vez ao seu ermo, com a mencionada companheira e uma outra senhora que se lhe associara igualmente: e como era intelligente e illustrada, votou-se completamente ao sacerdocio de ensinar meninas, para o que ampliou a sua casinha, onde, desde então até a sua morte, gerações e gerações de moças se educaram e instruiram.

Em 1777, quando os hespanhoes tomaram Santa Catharina, conta a tradição que D. Pedro Zeballos, general em chefe dessas forças, durante o tempo que nella se demorou, ia constantemente, ás tardes, apreciar a palestra da illustre matrona, sob cujo tecto se abrigaram a principio muitas familias, temerosas do desmando inimigo. Graças á ella, porém, aquelle general não consentio no menor desacato a ninguem até a sua partida para o Prata, data em que a metropole voltou á posse da ilha. Affirma-se tambem que o governador portuguez Veiga Cabral, na sua administração, não « dispensou domingo nem dia santo que não fosse gozar a conversação da *virtuosa e sábia mulher*, como elle a chamava ». (1)

Na sua capella e no lar, ora em rezas ferventes diante do altar do Menino Deus a cujo culto particularmente se devotava, ora ensinando as crianças, ora acudindo á pobreza necessitada e afflicta, mesmo com os maiores sacrificios — os annos lentos corriam, colmando-a das bençãos do povo, que a tratava de "santa", e nevando-a com os jasmins da velhice.

«Nessa nobre missão consumio o resto de seus dias, disse um distincto escriptor (2), vindo a morrer aos 92 annos de idade, em 16 de novembro de 1780, sendo pranteada pela população inteira do Desterro, onde se lhe fizeram pomposas exequias ».

Morta Joanna de Gusmão, a capella passou á D. Jacintha Clara, que lhe sobrevivêra, e por fallecimento desta foi entregue judicialmente á Irmandade dos Passos, em cumprimento á ordem do Vice-Rei do Estado, de 19 de outubro de 1781.

3 — HOSPITAL DE CARIDADE

A piedosa obra de Joanna de Gusmão — a igrejinha do Menino Deus — contava já seis annos de existencia, quando a Irmandade dos Passos resolveu transferir-se para ella, deixando a Matriz onde tinha seu consistorio em 1768. A razão desta transferencia fôra a necessidade de accommodar em capella propria a Imagem do Senhor dos Passos, que dera origem á constituição dessa confraria, ao ser deixada no Desterro, em 1764, pelo capitão do navio de vela que a conduzia para uma das cidades do Rio-Grande-do-Sul, onde ia ser venerada, lugar a que não chegou, entretanto, "por vontade divina", segundo as palavras devotas e simples daquelle marujo, que tres vezes investio, com o Senhor, á barra daquella Provincia, tendo tres vezes tambem o repellido ameaçadoramente as vagas bravas de lá. Sábiamente, então, depois de lutar assim contra os temporaes, que por pouco lhe não arrebataram o Santo, a propria vida e a de seus camaradas — pois o barco arribara tres vezes á Santa Catharina quasi a sossobrar — o crente e rude marinheiro resolveu desembarcar alli mesmo a Imagem, voltando logo á Bahia de onde havia primeiro zarpado.

Installada a Irmandade em seu novo local, obtida a provisão do bispado e o consentimento da illustre Senhora, começaram as obras da pequena capella e sua sacristia que ficaram sendo parte do edificio geral. Prosperando a instituição, com o augmento do numero de irmãos que dia a dia

(1) Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, vol II; Livro sexto. caps. I — IV.

(2) *Breve noticia sobre a imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos* folheto anonymo), pag. 24; Rio de Janeiro, 1897.

(1) Almeida Coelho, *Memoria Historica*, nota ás pags. 102 e 103.

(2) Felix Ferreira, *Noções da vida domestica*, pag. 214, 2ª edição; Rio de Janeiro.

se lhe incorporavam, em breve o provedor e mesarios, vendo a necessidade de uma Casa de Misericordia de que já se resentia a cidade, deliberaram humanitariamente, de accordo com toda a corporação, instituir uma verba em favor dos enfermos indigentes, soccorrendo-os com remedios e dietas em suas casas, emquanto se não fundasse o hospital que projectavam, e fornecendo ao mesmo tempo mortalha e sepultura aos que fallecessem a cujo enterro compareceria tambem a Irmandade (1). Esta nova funcção da benemerita confraria foi exercida activa e cuidadosamente com o titulo de *Caridade dos Pobres* de 1782 (data da resolução da Mesa) a 1 de janeiro de 1789, anno em que os doentes foram recolhidos ao Hospital de Caridade (2), fundado em o mesmo local, e em continuação á igreja e capella citadas, pelo celebre Irmão Joaquim, o São Francisco de Assis catharinense, cujo venerando perfil vamos aqui esboçar.

O Irmão Joaquim ou Irmão Livramento (conforme o cognome que adoptara quando se dedicara ao culto particular da Senhora do Livramento, á qual o pai tinha levantado um oratorio em sua residencia porque era uma devoção de familia), o Irmão Livramento, dizemos, era, como D. Joanna de Gusmão, uma dessas organisações exclusivamente talhadas (talvez por degenerescencia physiologica, como quer Lombroso em seus admiraveis trabalhos) (3) para a pratica constante do humanitarismo e das acções cultuaes. Concorreram para isso, não só as qualidades hereditarias de raça, como a educação do tempo e seu coração puro e bom, constitucionalmente altruista, e o exemplo das continuas lições de caridade e virtude, aprendidas com a "Santa do Menino Deus", em cuja intimidade viveu alguns annos. Depois o facto de ter nascido em sexta-feira da Paixão, e justamente á hora em que defronte á sua casa passava o caixão do Senhor Morto (4), na procissão do Enterro, de certo lhe impressionou o espirito na idade da puericia, quando lh'o contou sua mãi, fazendo-o julgar-se, talvez, assignalado por Deus para o cumprimento de algum sublime mandato. Ora, semelhante impressão, unida á tendencia poderosa do seu temperamento de mystico para as cousas do rito catholico, devia dar, como deu, a grande força intima, feita de abnegação, generosidade, amor, humildade e sacrificios, que foi a victoria e a santificação de toda a sua vida.

Nascido numa atmosphera de igreja, cheirando a incenso e a cêra, embalado desde o collo entre litanias, com o sangue preparado para nelle fructificar fartamente a semente da Crença e da Fé — o menino entrou a crescer como em um noviciado. E era tal a predestinação que, embora na escola, entre companheiros de varios matizes, inclinados, como em geral as crianças, á toda a sorte de jogos e de correrias, vivia elle, á maneira de um pequenino sacerdote, indo ou vindo da escola para a casa e desta para as igrejas, no maior recolhimento, sem attender ás occurrencias da rua, pensando unicamente nos Santos e agarrado com os livros. No lar, os seus brinquedos de menino eram os mais caracteristicos: armar pequeninos oratorios, imitar certos actos do culto, entoar sagrados canticos ou hymnos. (5) E tudo isto sósinho, sem companhia, "arrebatado e esquecido do mundo" como disse Oliveira Paiva em seu brilhante escripto.

Intelligente e estudioso, de um proceder immaculado, como era natural em uma alma de lyrio, nos exames ou lições sobreexcedia sempre a todos os condiscipulos. Por isso, aos doze annos, feitos os estudos necessarios para entrar no commercio, carreira a que o pai o destinara, este, para que o rapaz "se iniciasse", collocou-o de caixeiro em sua propria lojinha (6).

Dahi mesmo, porém, aos dias santos e domingos, o menino corria ao templo a tomar parte nas solennidades festivas, e isto com redobrada dedicação e fervor, pois não podia mais ser frequente como tanto queria. Ao lado desta religiosidade profunda outra cousa crescia em sua alma, e com maior impeto: um tal sentimento de franqueza e caridade que ia até ao extremo de despir a propria roupa para dal-a a um mendigo! (1) Por este e outros actos que se foram seguindo, é que se viu o primeiro alvorecer dessa aurora de altruismo que o ia illuminando, o que o elevaria depois á apotheose immortal de um S. Francisco de Assis ou de um S. Vicente de Paula.

Ante tamanha inclinação para a vida mystica o pai, o sargento-mór Thomaz Francisco da Costa, alma igualmente religiosa, deu-lhe plena liberdade, aconselhando-o a tomar ordens, que o menino recusou "julgando-se dellas indigno e levando a sua humildade ao ponto de servir de sacristão na capella do Menino Deus, occupando-se diariamente, e desde o alvorecer, em varrel-a e preparar os altares (2)". De então em diante — teria dezesseis annos — consagrou-se inteiramente á missão da caridade, exercendo-a com tanto ardor e devotamento que, se os queremos comparar, só encontramos iguaes na alma sublime daquelles apostolos do bem, Assis e S. Vicente.

Assim, nas horas vagas dos misteres divinos, vivia em peregrinações piedosas pelas casas dos pobres, a repartir com elles as moedas dos seus ganhos e as que angariava esmolando, matando-lhes a fome, suavisando-lhes as necessidades, ao mesmo tempo que, se alguns gemiam no leito, acercava-se a consolal-os, fornecendo-lhes remedios e dietas, tratando-os — carinhoso enfermeiro — sem os abandonar, um instante, quer de dia, quer em vigilias, á noite. Procurava, com extrema dedicação, amparar as crianças desvalidas — abandonados ou orphãos — guiando-as nos primeiros passos, encaminhando-as para a pureza e o dever, educando-as.

Nesta pratica de virtudes, concebeu a idéa grandiosa da fundação de uma casa de caridade, o que conseguiu depois de difficuldades sem numero e de uma luta incessante, percorrendo, a pé e sósinho, todas as freguezias e cidades do sul do Brazil, quer as da sua Provincia, quer as do Rio-Grande; e isto por trilhas invias e desertas, assaltado pelos selvagens e bandidos, que o maltratavam e saqueavam ás vezes, apezar de seu velho burel de Franciscano e das insignias do Sacramento que trazia ao peito — um calix coroado por uma hostia de ouro — dando-lhe o ar venerando e triste de um romeiro medievo correndo as aldêas da Europa, a cabacinha d'agua amarrada ao cajado, uma sacola na mão.

Com o resultado desta primeira peregrinação — que durou de um a dous annos — voltou ao Desterro e fundou o Hospital de Caridade de que nos occupamos e no qual se installou, como vimos, a instituição da *Caridade dos pobres*, creada pela Irmandade dos Passos, ficando, entretanto, elle proprio a dirigir o estabelecimento, como principal enfermeiro. "Mas reconhecendo dentro em pouco, diz o arcipreste Oliveira Paiva, a necessidade de um patrimonio para fazer face á despeza do seu hospital, resolveu impetral-o da rainha" (Art. cit. — *O Irmão Joaquim*).

Neste intuito embarcou para Lisbôa em 1791, conseguindo de D. Maria I, por decreto de 29 de novembro do mesmo anno, uma pensão de trezentos mil reis annuaes; após o que regressou, muito satisfeito, á Santa Catharina, onde permaneceu até 1796, data em que vendo o seu hospicio bem dirigido e zelado pela confraria a que o entregara e obedecendo á sua idéa de caridade, ampliada agora pelo successo, seguio para a Bahia, em cuja capital erigio logo, e por meio de esmolas, um asylo de orphãos que tomou o seu nome, chamando-se Asylo S. Joaquim e o qual constitue ainda hoje um dos melhores estabelecimentos de ensino á infancia desvalida, naquelle Estado.

E' então que sua gloria verdadeiramente começa, dando-lhe legitima celebridade em nossa Patria e elevando-o á toda a altura desses eminentissimos vultos do altruismo religioso que tanto temos citado. Sim, porque dahi para vante a vida do Irmão Livramento é em tudo comparavel á desses heroes do christianismo medieval, não só amparando a pobreza e minorando-lhe os males, ao passo que engrandece

(1) *Breve noticia sobre a Imagem do Senhor dos Passos, de Santa Catharina*, pag. 5.

(2) Ibid., pag. 6.

(3) *L'homme criminel e L'homme de genie*, Pariz, 1880.

(4) *Breve noticia*, etc., pag. 7.

(5) Arcipreste Oliveira Paiva. *O Irmão Joaquim*, artigo inserto no *Almanak Catharinense* de 1896, pags. 37-46.

(6) Oliveira Paiva, artigo citado.

(1) Ibid.

(2) *Breve noticia*, etc., pag. 9.

o culto catholico, como educando as crianças desvalidas com a fundação por toda a parte de institutos de ensino sagrado, como o attestam eloquentemente as obras que edificou, após aquellas, nas antigas provincias do Rio e S. Paulo, duas dessas obras ainda hoje existentes no ultimo destes Estados, os importantes seminarios de Itú e Sant'Anna. E' lamentavel que o Asylo de Orphãos de Jacuecanga (na bahia de Angra dos Reis) onde se educaram tantos meninos desamparados, não fosse igualmente conservado até hoje, achando-se, como se acha, na mais triste ruina, quando, entretanto, o velho sacerdote do Bem tanto por elle trabalhara, morrendo pelo seu engrandecimento na viagem (a ultima que fizera) emprehendida á Roma.

Nesses lugares, particularmente em Jacuecanga, a sua personalidade, á maneira da de S. Francisco de Assis e S. Vicente, illumina-se de um mysterioso clarão de heroismo lendario. E, ao sabel-o cruzando, dia e noite, outr'ora, em pequena canôa, com dois tripolantes audazes, as ondas bravas da costeira, pelo *Mar dos Afogados*, (1) — ora a velejar ao sol, na collecta de esmolas para o seu Asylo, ora levando remedios e soccorros aos doentes moribundos, sob o tufão infernal, fachos accesos á prôa, ao som de hymnos e psalmos, acompanhado por uma multidão de fieis que o olhavam da praia ao verem o fragil casco sacudido pelo mar; — ao sabel-o cruzando assim essas vagas, a nossa imaginação evóca de repente certos quadros da vida ascetica banhados de uma luz phantastica, como o que representa S. Francisco de Paula atravessando, á noite, por um motivo divino, um archote em chammas na mão, o habito revolto á rajada do vento alpino, os bosques densos da Calabria, tão transfigurado e solenne, nessa santa romagem, que os salteadores mais terriveis nem ousavam de leve impedir-lhe o caminho, estatelados e mudos á sombra dos pinheiraes.

De 1796 a 1826 sua actividade de apostolo do Altruismo não conhece esmorecimento ou descanço, locomovendo-se incessantemente, de um para outro lado, entre os tres grandes estabelecimentos amados, onde passa mezes e mezes repartidamente, olhando e fiscalisando tudo, provendo a todas as necessidades. Tão largo periodo de acção ininterrupta, em que não poupava esforços e sacrificios (depois do que tanto fizera em sua terra natal e na Bahia) devia forçosamente extenual-o, o que se deu em principios de 1826, época em que se lhe aggravaram os ataques epilepticos de que soffria desde moço.

Apezar da doença não descurava um momento do bem-estar de seus «filhos », conforme o seu modo de tratar aos orphãos que educava (2), e querendo garantir o asylo de Jacuecanga contra qualquer eventualidade futura, agora que se sentia findar, embarcou para Lisboa, a empenhar-se para deixar essa instituição sob o patrimonio dos Padres da Congregação e Missão de S. Vicente de Paula. Alli, porém, nada poude arranjar; e, comquanto já muitissimo abatido, tomou passagem para Roma, a entender-se directamente com o Papa. Lograria de certo o seu fim, se a epilepsia, já chegada ao extremo, não o obrigasse a parar em Marselha, de onde tencionava voltar para a Patria quando foi victimado.

Morto em 1820 contava 68 annos de idade, pois nascera a 20 de março de 1761. Amado e venerado por todos, sua memoria será sempre immortal em todo o Brazil como em seu torrão natal, onde ergue alto o seu nome, em meio á gratidão catharinense, esse monumento imperecivel que se chama o Hospital de Caridade.

4 — O MORRO DO PÁO DA BANDEIRA

O morro do Páo da Bandeira, mais conhecido outr'ora por morro do Antão, teve esse nome em virtude do posto semaphorico que foi collocado em seu ponto mais culminante por um antigo governador, para transmittir á cidade, por meio do codigo de signaes, a communicação dos navios de todas as procedencias que demandassem o porto, quer á barra do sul, quer á do norte. Este posto dá aviso das embarcações ainda no alto mar, pois corresponde-se por meio dos galhardetes convencionaes das entradas de portos com os dous postos estabelecidos á bocca daquellas barras — um na ilha e forte de Santa Cruz, outro na ilha e forte da barra do sul junto á ponta dos Naufragados. Estas ilhotas são as sentinelas avançadas das duas bahias, que o Estreito divide com seus pequenos cabos, estendidos a um e outro lado como dous dedos gigantes de terra que se quizessem tocar, e apenas separados por uma passagem de aguas de 317,m0.

Ascende-se ao pequeno terrapleno do posto pela rua da Tronqueira, que sae da do Coronel Fernando Machado (antiga do Vigario) na direcção de léste até encontrar a falda do morro; onde começa o caminho empinado, que colléa espalda acima galgando o cume e atravessando, em ziguezague descendente, até sahir num dos extremos da estrada da Carvoeira, proximo á freguezia da Trindade. E' quasi no cimo da encosta que, por um estreito atalho sinuoso, se vai ter a esse pequeno descampado entre arvores, onde numa casinha de pedra e cal habita o guarda ou signaleiro, dispondo essa habitação de um terreiro cercado de um grosso muro de pedra para a banda da cidade, onde se ergue o alto mastro inteiriço, cruzado de uma verga no alto, em que se fazem os signaes. Este mastro é avistado de todos os pontos do Desterro e dos arraiaes e frequezias em roda, como o Sacco dos Limões, Pantanal, Traz-do-Morro, Itacoroby, Santo Antonio, e bem assim de todas as povoações littoraes do continente, desde os Coqueiros ás Caieiras, pela disposição da costa, na bahia do norte, e pela situação do proprio monte, que se levanta na ilha em absoluta solução de continuidade com os outros, devido á extensa planura que o cerca. Isto se verifica, observando-se uma carta nautica ou geographica da ilha, como a de que nos servimos neste escripto para assegurar a verdade (1).

O «caminho do morro », conforme denominam essa estrada do Páo da Bandeira, é a passagem mais curta entre a capital e a freguezia da Trindade, por isso a mais frequentada por aquelles que têm affazeres e negocios nas duas localidades. Os outros pontos de communicação são consideravelmente mais longos e importam no contornamento do monte pelo arrabalde da Pedra-grande ou pelo Sacco dos Limões, fazendo-se uma volta a pé ou a cavallo de mais de uma hora.

A notabilidade do Páo da Bandeira consiste na perspectiva admiravel que se gosa de seus visos ou culminancias que occupam uma área de mais de uma legua, com uma altitude de 450 metros acima do nivel do mar, e de onde se domina um panorama geral de doze a quinze leguas em torno. Desse observatorio natural, comquanto não seja o ponto mais alto da ilha, pois o morro do Ribeirão o sobreexcede (600 metros), se alcança e descobre, á vista nua, todo o bordado caprichoso dos promontorios e praias da velha *Yjuriré-mirim* dos selvagens. Dahi o ponto de attracção que é verdadeiramente esse lugar para os habitantes do Desterro, e mais ainda para os estrangeiros ahi domiciliados ou de passagem, que excursionam alegremente, aos domingos, em ranchos palreiros de homens, moças e crianças, pelas suas cumiadas.

No meio desses grupos felizes, em toilettes campestres a côres claras, com seus guarda-sóes e sombrinhas de seda alva, pondo uma nota esthetica de luxo e civilisação por entre o verde das mattas—muitas vezes nos encontrámos nós, de binoculo na mão para os recantos longinquos onde a vista não detalha, a olhar delongadamente campinas e montes, rios e trechos de mar, desdobrando-se infindavelmente á retina, num encanto tropical.

Mal se deixa a ultima casa da Tronqueira o campo da visão se começa de ampliar pouco e pouco, sensacionando-nos com a mais doce impressão d'alma, na ascensão que se accentua igualmente, enchendo-nos o peito da frescura de um oxigenio suave e que não tem as impurezas das ruas baixas da cidade, surgindo então gradualmente nos seus monticulos grupados, em que se pintam, reluzindo ao sol, placas brancas de parede, entre um como mar de telhados, feito de immoveis vagalhões côr de almagre, aqui e além recortado por

(1) Segundo informações do nosso illustre amigo senador Dr. Lopes Trovão, os pescadores e canoeiros de Angra assim denominan uma parte das aguas dessa bahia, proxima á costeira, assignalada desde muito por constantes naufragios de canôas.

(2) Breve noticia, etc. pag. 14.

(1) *A chart of the Coast of Brazil*, etc., pelo barão de Roussin e capitão Barral; publicada por Charles Wilson (late J. W. Norie & Wilson); Londres, 1854.

tufos coloridos de flores, massiços tenros de arbustos e altos, densos pomares. E logo a peninsula do Desterro contorna-se toda nas aguas, como um gigantesco relêvo de lá num campo azul de talagarça, tecido pela Natureza em accumulações seculares. Apparece em seguida a oria rendada do continente, perdendo-se ao sul e ao norte em uma nevoa azulada, alargando-se para o centro em planos e planos de outeiros e cerros altos, desde o morro dos Ganchos (560m,0) no Cambirella, manchados singularmente de corregos e cachoeiras que brilham á luz como prata. Junto ás faldas desses morros, estendem-se as praias alvas, interpostas, cá e lá, entre os cabeços e pontas cahindo a pique no mar. E alastrando-se em frente, qual largo vello anilado ondulando brandamente ao sopro dos ventos de calma, as ondas das duas bahias, cinturadas pelo Estreito e as barras, que a dividem em dous ovaes grandiosos, de um feitio irregular, lembrando com estranheza, assim visados de cima, os vidros de uns oculos immensos talhados no aro das praias.

Depois, sobre o terrapleno, todos os pontos distantes da ilha entram em destaque geral: é para o norte o Moquem, o terceiro morro insular em extensão e altura, separando as campinas do Ratones do valle do Itacoroby onde corre o Amorim, meandroso e curto riacho que nasce dos lados de léste nas montanhas da lagôa e vem lançar-se no mar quasi defronte aos Guarazes; são as collinas da Varzea cortando para o Inglez, o Bom Jesus, a Cachoeira e o Rapa, e dividindo o Campo da Corôa das planices de Cannavieiras que vão morrer sobre a praia, uma das mais vastas e pittorescas da ilha e de todo o Estado; são os cerros do Rio Vermelho unindo-se aos da Capivara e contornando a Varzea-grande, onde terminam em collinas, em rechãs e em chapadas, vestidos profusamente de florestas seculares; é o costão dos Inglezes, das Aranhas, da Lagôa, intumecidos de cômoros de uma alvura immaculada, partindo da Ponta das Canas até a Ponta do Retiro coroada de rochas altas; é ainda o cimo do Ribeirão, interpondo-se um pouco á vista e occultando Naufragados, mas deixando ver vagamente, pelo lado de sudéste, a Armação da Lagoinha, com um brilho de aguas dormentes, o morro verde do Falcão, a Enseada do Pantano, as ilhas dos Tres Irmãos, os tres Moleques do Sul e a ponta alta dos Frades. Em volta disto, todo um bando magnifico de pequenas ilhas poeticas, esparsas n'agua como cestas de hervageus boiantes — umas enfileiradas na costa, outras em torno aos cabos ou pontas, em grupos, isoladas ou aos pares. E quer a oeste, quer a léste, o ondular do oceano, manso e meigo nos dous golfos, mas rugidor e colerico nas amplidões do Atlantico...

Por este valor de sitio portentoso abrindo para uma natureza de supremos encantos, o morro do Páo da Bandeira deve attrahir a curiosidade de todos que visitam o Desterro, como acontece com os que alli nascem e vivem que não se cançam jámais de o admirar e pecorrer, de vez em quando, em pequenas excursões. E a isso convidam instantemente a facilidade e a rapidez da ascensão, que se faz suavemente a pé numa hora mais ou menos, apezar do caminho não ser quasi cuidado nem passar sempre, em todo o seu curso, pelos melhores locaes.

Data de tempos coloniaes, póde dizer-se, a celebridade desse monte como o melhor ponto de vista para se observar e gozar o panorama da ilha — tanto que muitos dos viajantes que em outras épocas passaram por Santa Catharina, delle fizeram menção em seus livros, como os illustres publicistas allemães Chamisso e Gerstacker, os francezes Leonce Aubé, Van-Lede, Saint-Hilaire, e modernamente, além de muitos outros igualmente estrangeiros, o explorador portuguez Lopes Mendes que em seus escriptos publicou varios *croquis* do Estado, o insigne paizagista Schuartzer, o anthropologo portuguez Coutinho, que andou pelo Brazil estudando os sambaquis ou *kjökkenmöddings* (1), e diversos outros viajantes.

E o tenente-coronel de engenheiros Paulo de Brito a quem já nos referimos, e que occupou o cargo de ajudante de ordens do governo dessa então Capitania, desde 1797 até 1810, refere-se assim ao morro do Páo da Bandeira, ás pags. 39-40 da sua já mencionada *Memoria Politica:*

« . . . A villa é dominada pela parte de léste do morro do Antão: do alto do qual se goza uma variedade de golpes de vista sublimes e encantadores; a bahia que separa a ilha da terra firme, e que o Estreito divide em duas partes; o numero de pequenas ilhas dispersas por ambas ellas; a variedade de pequenas enseadas, a multiplicidade de praias e pontas salientes do seu contorno, a diversidade de côres verdes com que na estação propria se reveste o terreno cultivado á beira-mar em razão das plantações de differentes qualidades, os montes e valles, cultivados uns e cobertos de viçosas mattas outros; esta variedade de objectos que se succedem uns aos outros, torna aquelles sitios sobremaneira aprazíveis aos olhos, e offerece assumpto para sérias meditações ao espirito do observador philosopho! » E, proseguindo, accrescenta: « Se á ilha de Santa Catharina se tivesse dado a attenção politica que merece, e se tivessem aproveitado, devidamente as vantagens que ella offerece, combinando o util com o agradavel, sem duvida seria ella hoje o Paraiso do Brazil; e tambem o viria a ser, se por desgraça nossa tão vantajosa situação se cedesse ao governo inglez, como elle o pretendeu, se é verdade o que constou a este respeito; se assim foi que mais é necessario para provar a sua importancia, e o cuidado que com ella deve haver! »

Nesse tempo, como affirma o escriptor, ainda a metropole continuava a tratar com desleixo e indifferença, como desde a nossa descoberta, aquella parte preciosa do sólo brazileiro. E quem o declara é um funccionario e patriota portuguez!

Isso não nos surprehende, comtudo, attendendo ao que já disse com o mais alto saber Oliveira Martins na *Historia de Portugal* e no *Brazil e as Colonias Portuguezas*, referindo-se aos desacertos de toda a ordem praticados pelo governo da metropole na administração de suas possessões e especialmente na do nosso paiz, desde o seu descobrimento até a Independencia. O que, porém, nos admira é que esse desleixo e indifferença continuassem depois, no primeiro e segundo reinados de nossa vida social autonoma, ao ponto de Santa Catharina jazer quasi esquecida e abandonada pelo governo geral até a proclamação da Republica, em que novos horizontes se lhe abriram dando-lhe o desenvolvimento em que se acha actualmente.

Paulo de Brito dá a entender tambem, no ultimo trecho transcripto, que já naquelle tempo se fallava em « ceder » Santa Catharina aos inglezes. Em nossa infancia semelhante boato corria ainda na Provincia, assustando o povo ingenuo, sobretudo quando occorria uma dessas «pendencias diplomaticas » tão frequentes sempre entre nós e aquella nação, como ainda ha pouco se viu com a celebre questão da Trindade.

O que diz Paulo de Brito é absolutamente verdadeiro, pois assim o affirma Oliveira Martins, á pagina 99 do ultimo daquelles livros citados: «Em 1815, em Vienna, a Inglaterra, não satisfeita ainda, reclamava para si, além da Madeira, a ilha de Santa Catharina no Brazil. . . »

Fechando o parenthese a que nos obrigaram os mencionados trechos, volvamos ainda, e para terminar, ao morro do Páo da Bandeira.

Admirado por todos como lugar de recreio, elle o não é menos como utilidade para o Desterro e seus habitantes, pois que jorram de seus flancos innumeras e crystallinas nascentes, abastecendo de agua potavel uma grande parte da cidade, onde não existe ainda systema algum de canalisação, possuindo entretanto um sólo apropriado, com altos magnificos para vastos reservatorios e bem assim mananciaes inexgotaveis nos proximos montes do continente.

5 — ROMARIA DA TRINDADE

A romaria da Trindade, festa que não esmorece nunca no espirito dos habitantes do Desterro, lembra em seu aspecto de conjuncto a romaria da Penha na Capital Federal.

Todos os annos, quinze dias antes da festividade, já a capital catharinense começa de se movimentar, e as lojas de fazendas e os armarinhos, como os armazens de molhados, recebem então uma affluencia de freguezes matutos que vêm de toda a parte em redor e que, de par com o povo da cidade, dão uma animação viva e fóra do commum ás ruas e praças commerciaes. E' uma verdadeira influencia, que se faz sentir até no recesso dos lares, onde o trabalho dos preparativos para a romagem traz as donas de casas e as filhas

(1) Vocabulo dinamarquez que significa "restos de cozinha".

em alegre actividade compartilhada vivamente pelas crianças e criados, antegostando desde logo os prazeres daquelle dia de expansão e folguedo geral.

Pelos negocios, repartições publicas e mesmo no transito das ruas não se ouve fallar em outra cousa durante a quinzena festiva. Chefes de familia, rapazes solteiros, burocratas ou empregados no commercio, através de suas occupações e deveres, combinam prazenteiramente entre si os meios e modos mais suaves e commodos de realizar a excursão, fixando hora e dia da partida, ponto de reunião para a ida e para a volta, bem como a maneira de effectuarem a marcha, se em grupos a pé ou em carroças e carros ou se em grandes cavalgatas.

Já a esse tempo, nas cocheiras que alugam animaes e vehiculos, boleeiros, moços de cavallariça e demais pessoal se occupam, com desusada faina, em reparar e envernizar velhas traquitanas abandonadas, concertar arreios e petrechos que não tinham mais serventia, cosicar corrêas, sellas e cabeçadas, estufar e recobrir almofadas já rôtas, repregar lanças e molas, endireitar cupolas e guarda-lamas, limpar e polir metaes. . .Pelo Corpo de Segurança, cuja cavalhada estropiada e magra tem uma grande procura nessa occasião, os guardas que não estão de serviço na vespera e no dia da festa — preparam tambem para alugar os cavallos que possuem, já de antemão encommendados pelos romeiros, mas que estes, enganados na preterição da affluencia, são obrigados a disputar, muitas vezes, á ultima hora, por preços extraordinarios.

Capitalistas, negociantes abastados e outros, que vivem ás suas chacaras com a familia, retirados ha muito da vida activa, seguidos da criadagem percorrem, solicitos, suas pequenas cavallariças situadas ao fundo dos parques, a escolher, entre as velhas caleches atiradas ao canto as que estão ainda em condições de servir para a romaria adorada. Toda a população desterrense, emfim, gente do povo, burguezes e classe alta, agita-se continuamente nessas duas semanas para ir assistir, conforme póde, á festança da Trindade. No dia aprazado, então, essa agitação chega ao auge. E é certamente encantador acompanhar o movimento desse alegre povo do Sul, tão caracteristicamente latino no seu genio folgazão e ruidoso, no espirito de amar a boa luz de ouro do sol e as doçuras sem iguaes da Natureza, na intima psychologia invejavel de trocar os seus sorrisos, os seus olhares e amores, na communhão do mesmo sentimento, e gozar venturosamente, ao menos uma vez no anno, as delicias de uma folgança geral ao ar livre!

A festa que se realiza na freguezia de Traz-do-Morro, a uma legua da capital, no dia da Santissima Trindade, começa, póde dizer-se, na vespera á tarde, em que os pretos e pretas, moços ou velhos, com grandes taboleiros rasos ou altas caixas de vidros, atopetados de frutas e doces, despegam a um e um de varios pontos da cidade e, reunindo-se em bandos como formigas carregadoras, juncam os caminhos na direcção daquella freguezia, pelo Páo da Bandeira, pelo Sacco dos Limões e pela Pedra-grande. Estes primeiros grupos são seguidos por outros, compostos na maior parte de individuos negociantes nas antigas casinhas de pasto do Mercado Velho, que vão armar suas barracas de comida no largo da Trindade, bem em frente a igrejinha. E até a meia-noite rodam carroças e passam cargueiros, abarrotados de generos e bebidas que uma multidão de muitas mil almas vai devorar, no outro dia, numa alegria aldeã, a sorrir e a palrar expansivamente, á sombra do panno branco das tendas, ou em pleno sol resplandecente, em meio á praça apinhada.

Ao fulgir da estrella d'alva são as primeiras cavalgatas romeiras que desfilam em trotes e galopes curtos pelas ruas da cidade, e em largadas e disparadas frementes nos arrabaldes longinquos. A' frente de certas casas, então, para o Matto-Grosso, a Praia de Fóra e as Olarias, vêm-se ir chegando aos portões muitas carroças enfeitadas, com o estrado forrado de esteiras de junco e o alto dos fueiros coberto de largas colchas de chita, correndo na fórma horizontal de toldos ou como o sobre-céo abobadado das velhas camas de casal. E as familias mais modestas embarcam, sob a vaga claridade da manhã, numa algazarra adoravel de crianças e moças, algazarra secundada festivalmente pelo cantar das ramagens, em volta, enxameadas de passarinhos.

Esta partida de cavalleiros e carroças entra a coalhar as estradas, fazendo a volta de S. Luiz ou do Zé Mendes (1) segundo o ponto de onde sae cada grupo ou familia. Cresce então, e se accentua, com os rosados da luz no firmamento azulado, a alacridade do dia que vai tocar á effervescencia suprema na praça cheia da Trindade, quando a festa começa num repique vivo de sino que vibra alegre no ar.

A esse tempo, nas casas commerciaes, abertas até ás 10 horas, aperta-se ainda em borborinho a freguezia retardataria, que deixa tudo para o ultimo momento. E é ahi unicamente o lugar onde a cidade parece viver, nessa manhã, porque as demais ruas e sitios ficam desde cedo vasios, as casas cerradas e desertas, num abandono melancolico e numa longa paz.

No meio desse pequeno movimento, que se limita a bem dizer ás ruas Altino Corrêa e João Pinto, não cessam de cruzar, a cavallo, os romeiros escoteiros que vão deixando o trabalho.

Fechado o commercio, principia o desfilar dos caixeiros e outros empregados nos seus animaes de aluguel, alguns, por um requinte de *chic* campeiro, envergando vistosos « pallas » rio-grandenses de listas e altas botas de montar; outros, e na maior parte, nos seus trajes de domingo.

Já pelos bairros opulentos, dos chalets e vivendas de luxo, soltam-se os carros novos ou recentemente arranjados carregados de familias. São moças vestidas de claro, morenas ou louras, de largos chapéos elegantes, que ostentam nas mãos emluvadas as umbellas coloridas, cujos discos de seda ou de renda avultam graciosamente no ar, acima da cupola arriada dos carros, como grandes flores estranhas; são matronas esbeltas e gordas, ainda bem conservadas, com amplas frontes respeitaveis e os cabellos alvejados dos annos; são velhos fortes e rubros, de suissas ou cara toda rapada, como sacerdotes do lar, preoccupados com o bem-estar da esposa e dos filhos, num cuidado paternal e constante; são, emfim, os meninos mais taludos, de collarinho branco de volta e meias até aos joelhos, collocados á bolêa ou entre as amas allemãs ou mestiças, que levam os bébés de collo e as crianças de poucos annos. . .

Ao lado desses vehiculos bem postos, familias humildes e pobres caminhando a pé, acompanhadas de rapazes e homens, todos em suas vestes de festa, rindo alegres em seu bando. De trecho em trecho, cá e lá, grupos de cavalleiros, sobresahindo a todos com seus bustos destacantes, a sacudirem-se, nas galopadas e trotes, sobre os sellins ringidores. E pelas estradas em torno, na direcção da Trindade, filas infindas de povo, colleando nas planicies e morros, sob o resplendor do sol, formando no alto ricamente como um velario dourado.

O largo da freguezia, onde muitos roceiros das Tres Pontes, de Itacoroby, do Pantanal, do Sacco dos Limões e do Corrego-grande passaram a noite em roda das fogueiras de tóros, que ficam a illuminar a igrejinha e o cruzeiro com as suas chammas de ouro depois do «terço » da vespera; o largo da freguezia, ao alvorecer, apparece completamente mudado, na sua ornamentação campestre e florida, onde sobresahe uma larga avenida de içáras delgadas e de bellos pennachos verdes, unidas umas ás outras por longas cordas de folhas de crótons — a grande cruz negra do adro, abrindo piedosamente para o céo da manhã festiva os seus braços cheios de flores; as gyrandolas de foguetes e os tres póos de bombas desenhando-se tristemente no ar á maneira de forcas estranhas ou de antigos instrumentos de supplicio, que rebentarão mais tarde, na apotheose final da festa, em estrondos de alegria; a casinha acapellada do *Imperio* dentro da qual se hão de leiloar depois as «promessas » sagradas de massas e cêras, vasadas em fórmas symbolicas de pernas, mãos, braços e corações; e, finalmente, o renque curvo das barracas de panno, onde alguns bebedores matinaes abancam já, á primeira algazarra do dia.

E dessa hora em diante a affluencia se manifesta ahi em jorros seguidos de gente a cavallo, em carros ou nas carroças tolladas de chita, que vão se accumulando aos extremos da praça, debaixo da ramagem das laranjeiras ou dos cafesaes em volta, mesmo á embocadura da principal estrada

(1) Este caminho era outr'ora intransitavel a vehiculos pelas suas ingremes ladeiras e falta de amplitude sufficiente; hoje, porém, constitue uma das melhores estradas de rodagem de ao pé da capital, podendo-se por elle dar volta completa ao morro do Páo da Bandeira pelo Sacco dos Limões e Trindade.

que vai ter á cidade, sitio onde o largo se desafoga deitando caminhos para varios lugares, tanto como para o extremo contrario, onde se bifurcam as trilhas do Páo da Bandeira, da Carvoeira e do Pantanal. Pelas 11 horas já a praça está cheia, mas de toda a parte o povo affluc ainda, em preamares continuas. E o seu aspecto, então, no estrepito immenso dos corpos que serpenteam aqui e além em cordões, em meio da massa espessa do resto da multidão, pasmada religiosamente para o cruzeiro e o templo, sob o sol a que impressões occasionaes emprestam um raro esplendor, nesse dia; o seu aspecto, então, dir-se-hia o de uma dessas priscas e extraordinarias reuniões, que, por um motivo divino, se faziam outr'ora, na antiguidade remota, e por um appello prophetico, numa planicie da Biblia...

Ao começar a festa o largo inteiro regorgita e o transito entre o povo torna-se de mais em mais difficil, aggravando-se vivamente quando é mister abrir alas para dar passagem á *Bandeira*, aos *foliões* e ao prestito do Divino.

A cerimonia, na igreja, consta de uma missa cantada pelo vigario da freguezia, com assistencia do *Imperador* e seu sequito, que presenciam o acto junto ao altar-mór, sentados em altas cadeiras de estofo carmezim, acompanhados por uma parte da multidão — em geral habitantes do lugar — que atopeta a igreja desde o amanhecer, para poder assistir ao officio sagrado.

Emquanto isto se passa, o grosso dos romeiros, cá fóra, á luz viva do Azul, ora entretem-se em comezainas e libações continuas dentro das barracas apinhadas, ora a passear alegremente, em grandes grupos risonhos de um para outro lado, entre a gente roceira que estaciona defronte á igreja, num murmurio surdo de rezas, ou que se empôita commodamente, fatigada do calor e da viagem, á sombra de arvores frondentes.

A's duas horas mais ou menos, terminada a festa ao espoucar dos foguetes e bombas, os devotos que estão na igreja se escoam todos para a rua, no couce do cortejo divino formado pela irmandade do Espirito-Santo, que traja opa escarlate de seda ou panninho, e á frente da qual marcha o *Imperador*, um menino de quinze annos, de meias até o joelhos e calções brancos de setim, com a casaca verde-escura atravessada por uma faixa vermelha, o sceptro e demais insignias, seguido pelo *Pagem-Espadim*, bem como por um ancião respeitavel que traz segura nas mãos uma salva reluzente, contendo a corôa de prata.

A multidão matuta abre filas immediatamente, aos empuxões terriveis, tendo diante de si as matronas e mocinhas, que em ditinhos discretos arregalam olhos de admiração para «o menino coroado» e seus guardas, e para o *Alferes-da-bandeira*, passando teso e garboso, sob a *pomba* gloriosa, que alça o seu vôo de alvura no alto do monte de fitas, tremendo á aragem do norte sobre o pavilhão côr de vinho. E todos seguem o cortejo até á casa do *Imperio*, onde o *Imperador* toma o throno cercado da comitiva, e onde irrompe desde logo o leilão de massas e fructas, a grandes berros roucos.

O povo da cidade, quasi indifferente a isso, delicia-se a gozar a paizagem e o tumulto do largo apinhado, onde ha um colorido tão variado de vestes que faz lembrar vagamente uma festa ou uma feira em Marrocos, dessas de que nos falla De Amicis.

A's quatro horas mais ou menos, sob o dourado frio do sol desfallecendo em seu brilho, é o espectaculo pittoresco da volta á capital pelo caminho da Pedra-grande, por onde recolhem os romeiros, formando em sua maior parte um immenso prestito desengonçado, que é um mixto de caras tostadas, empoadas e abatidas, do meio das quaes resaltam, aqui e alli, rostos tumidos e vermelhos de populares ébrios, dançando e gritando, a cavallo ou a pé, numa alegria grotesca, entre os grupos do caminho.

Os que não tomaram parte na festa, e que se reuniram nesse bairro pelas casas amigas, para assistir á desfilada, gozam alegremente, debruçados das janellas e cercas, e nos caramanchões dos jardins, essas scenas curiosas que faz sempre a multidão, numa inconsciencia e simpleza, ao voltar das romarias.

E ao passo que isto se dá, no largo da freguezia, já quasi deserto e vasio, a *Bandeira do Divino*, com o seu cortejo luzido e os ultimos devotos fieis, deixa a casinha do *Imperio* e vai enthusiasticamente saudar o novo *Imperador*, por entre a cantiga dos *foliões* e o rufar incançavel e alacre do velho tambor festivo...

6 — FESTA DO ESPIRITO-SANTO

A festa do Espirito-Santo é commum em quasi todas as freguezias da ilha e do continente, onde tivemos occasião de observal-a durante alguns annos. Em todas ellas segue-se o cerimonial da do Desterro, que é, por sua vez, guardadas as devidas proporções, igual ás que se celebravam, em outros tempos, no Rio Bonito e demais lugares, na então provincia do Rio de Janeiro, e de que nos falla Mello Moraes Filho em seu livro — *Festas e tradições populares do Brazil*.

Transportada para Santa Catharina pelos colonos açorianos, essa festa tradicional não perdeu ahi nenhum de seus traços caracteristicos e ilhéos, pois que foi mais ou menos conservada até hoje com as praticas religiosas e muitos dos usos e costumes do simples e alegre povo do archipelago portuguez, onde ella é ainda executada, todos os annos, com o maior enthusiasmo e fervor.

Tratando dessa solennidade, Mello Moraes Filho não nos explica na obra citada, a sua verdadeira origem, limitando-se a tal respeito a assignalar o apparecimento della pela primeira vez em Portugal, neste pequeno trecho: «Referem antigos chronistas que as festas do Divino foram instituidas em Portugal pela rainha Santa Isabel, e escriptores do seculo XVI as descrevem, bem como Heitor Mendes Pinto na sua *Imagem da vida Christã*.»

E', mais ou menos, o que tambem nos expõe esta nota do livro de Accurcio Ramos — *Noticia do archipelago dos Açores*, na passagem em que o auctor estuda a adaptação da festa do Espirito-Santo entre os ceremoniaes religiosos do seu paiz: «Esta solennidade foi estabelecida em Portugal pela rainha Santa Isabel, mulher de D. Diniz, na villa de Alemquer, e dalli passou para os paços de Cintra, até que se alargou a todas as povoações, como se póde ver nas chronicas de Frei Manoel da Esperança e D. Fernando Corrêa de Lacerda, bispo do Porto. (Nota 3ª do Sr. Theophilo Braga ao *Cancioneiro Açoriano* do Sr. Dr. João Teixeira Soares).»

Sabemos, entretanto, por essa mesma *Noticia*, que o Sr. José Torres nos artigos que publicou sob o titulo *Pastos Açorianos* (*Panoramas*, tomo 13º), occupando-se da festa do Divino, define-lhe cabalmente as origens historicas nas linhas que trasladamos para aqui:

«Fomes apertadas nos Estados allemães determinaram um dos imperadores da dynastia Othon, a lançar os fundamentos desta instituição, como banco formado de esmolas para acudir a pobres nos annos de penuria. Da divindade que invocavam, do imperante que tomara a iniciativa nasceram os festejos religiosos, que a confraria imperial votava ao culto do Espirito-Santo nesta quadra do anno, devoção e costume que de lá se propagou pelos Estados da Europa christã, cujos reis marcharam á frente da obra a seu modo civilisadora e humanitaria, até que o povo lhes foi *usurpar* o privilegio e se apoderou da instituição pia...»

O escriptor portuguez, usando do vocabulo *usurpar*, parece indignar-se com o ter a instituição cahido nas mãos do povo, e tanto que diz precedentemente: «Ninguem como o povo é depositario de melhores cousas, assim como ninguem mais propenso a viciar ou desvirtuar muitas, que em seus primordios eram excellentes. Não ha instituto que não tenda a ser corrompido pelo abuso. Assim foram as irmandades ditas do Espirito-Santo, e os festejos publicos que promovem, logo que passaram ao dominio popular».

Não achamos razão para semelhante juizo, que além de preconceituoso é injusto, porquanto é verdade indiscutivel que só tem duração e valor aquillo que o povo consagra e ama, sejam instituições religiosas, sejam instituições seculares ou de outra qualquer ordem. E é devido a esta lei sociologica que a festa do Espirito-Santo, como as demais festas tradicionaes, ainda hoje tem lugar entre muitas nações européas, e especialmente entre o povo portuguez e o nosso. Se ha, algumas vezes, intuitos pouco sérios nas instituições religiosas, como irmandades e outras, ha-os, tambem, em maior numero, e por via de regra, alevantados e nobres. Depois, bastava a festa do Divino ter o caracter, que tem, de uma *kermesse* publica, onde o povo se vai expandir e alegrar, uma vez por anno, para ser da maior utilidade e merecer sympathias geraes. Isto sem fallar na primitiva feição pia e altruista, que ainda mantém a festividade nas freguezias ruraes do continente portuguez e suas ilhas, como

affirma Accurcio Ramos ás paginas 199-200 do seu mencionado livro: «Na dominga do Espirito-Santo, nas freguezias ruraes e na da Trindade nas cidades, os imperios estão vistosamente adornados e distribuem-se de manhã, depois da cerimonia religiosa da coroação do imperador e da benção do pão, abundantes esmolas aos pobres da localidade...»

A mesma cousa se faz nas freguezias catharinenses, como por exemplo em Canavieiras, onde desde seus principios é de uso o *Imperador* mandar carnear na vespera da festa uma ou mais rêzes, cujos talhos são distribuidos, de envolta com esmolas em dinheiro, pelos pobres do lugar. Apenas nas cidades é que a instituição de Otton-o-Grande e Santa Isabel perdeu esse caracter para se tornar exclusivamente num divertimento publico.

Tal se dá no Desterro, onde o principal da festa é a grande barraca que a irmandade do Espirito-Santo manda erigir, todos os annos, em um recanto do vasto adro da matriz, junto á capella das Dôres, que faz parte do edificio geral da igreja.

Essa barraca é destinada ao leilão das «promessas» ou offertas que recebe o Divino durante os tres dias seguidos de festividade. Armada sobre altas columnas de madeira, pintada e coberta com um amplo velario de lona, divide-se ella em dous grandes compartimentos de chão, em que se erguem amplas archibancadas, separadas ao centro por um largo corredor de entrada que finda á porta principal do *Imperio*, com passagens a um e outro lado, ao pé do gradil da frente, de um metro de altura e todo de sarrafos cruzados. Parallelo a esse corredor ha dois outros, mais estreitos e assoalhados, repartidos por uma grade e destinados ao transito privativo dos leiloeiros, quando estes em funcção. Emfeitada com bandeiras, e toda ornada de *giornos* para a illuminação da noite, apresenta, a proporções enormes, o aspecto risonho dos coretos que se fazem em toda a parte por occasião de festas publicas.

Chegado o domingo do Espirito-Santo, que dias antes trouxera a população em movimento anormal pelo commercio e os lares, a festa começa pela cerimonia da coroação e a benção dos pães, que são reservados para se darem, como retribuição, aos que trazem offerendas. Em seguida, o «menino coroado» passa ao *Imperio*, onde, de sceptro na mão para o beijo dos «fieis», toma assento no seu throno, colocado ao pé do altar recoberto de velludo vermelho e cheio de flores, sobre o qual se vê o symbolo sagrado do calix de ouro, encimado pela hostia e a Pomba Divina, ao lado da grande corôa de prata repousando em uma salva.

Ahi se conserva o *Imperador* até á tarde, hora em que, acompanhado por numerosa comitiva, tendo á frente a bandeira do Divino, e puxado por uma banda de musica, se recolhe á casa para o banquete festivo, voltando pelas avemarias, quando a immensa barraca de lona principia a rutilar toda accesa, enchendo-se a pouco e pouco de familias que chegam de toda a parte. Já no vasto adro illuminado entra a apinhar-se igualmente uma multidão de homens e rapazes, de envolta com o poviléo. E pelas sete horas da noite uma parte da cidade regorgita alegremente alli, desde o ambito estreito do *Imperio*, pela barraca e o atrio, até aos recantos da praça Quinze de Novembro.

Sob o vasto toldo de lona, ondulando á aragem de inverno, vêm-se então, a uma e outra banda, graciosamente alinhados nas bancadas debaixo da luz dos *giornos*, os perfis morenos e bellos das moças catharinenses envoltas em grossos casacos de frio ou em chales claros de baile, contornando-lhes a cabeça á maneira de mantilhas, o que lembra uma festa campestre num suburbio de Sevilha.

Os rapazes, em suas vestes de domingo, as algibeiras recheadas pelo accumulo de mezes de economia para os *pigues* e *repigues* dos lanços, cocam risonhamente as raparigas amadas, repletando o amplo corredor principal, a esfervilharem zumbidoramente de encontro ás grades em rodas, que estalam e rangem continuamente, ao embate da cheia humana nos finos sarrafos de pinho. Muitos grupos, de entre elles, entretem-se no ensaio dos primeiros *psiuhs*! e *trotes* aos retardatarios que chegam, a alguns matutos ou desconhecidos, que, ignorantes das praxes em voga, tentam atravessar entre a bancada das damas ou aboletar-se ahi em algum lugarzinho vazio. E á medida que a multidão se condensa, como um immenso montão de formigas, a algazarra augmenta, em gritos, vaias e tac-tacs de bengala contra as grades e columnas, a clamar pelo leilão que demora, como nos theatros quando o panno se retarda em subir. De vez em quando, então, vozes propositalmente esganiçadas e agudas, flammejando um alegre debique, vibram muito alto no ar, chamando os velhos leiloiros conhecidos:

— O' Feçanha! ó Sanches! Venham de lá com isso!...

E o chamamento repete-se, amiuda-se e sibila, até que á porta larga do *Imperio* illuminada vivamente pelas velas numerosas do altar lá no fundo, duas opas apparecem, em duas manchas sanguineas: são o Frederico Feçanha e o Zé Maria Sanches, duas figuras obrigadas da festa e quasi tradicionaes alli, pois ha mais de quarenta annos, e ainda actualmente, servem e amam o Divino!

E começa o leilão. Novo fluxo de homens, jorrando do adro transbordante, enche ainda a barraca apertando-se no largo corredor onde rebentam pequenas altercações, que esmorecem immediatamente sob os *chuts* que se erguem reclamando ordem. Uma patrulha policial, das que rondam o ajuntamento, assoma e se posta á entrada com os seus guardas de olhar indagante, o sabre a reluzir á cintura. No longo gradeado da frente, o povo extravasando da praça, debruça-se para dentro, numa linha de bustos que se sobrepõem uns aos outros, soffrego por assistir a balburdia dos lanços. E o resto da mole humana ondula e freme por detraz, disputando as frestas do gradil, em continuos empurrões.

Depois a algazarra geral abranda um pouco recahindo num vago rumor de ondas ao longe: e as figuras escarlates dos leiloeiros, pairando mais alto que as outras, entram a mover-se de um lado para outro nos estreitos corredores defronte á bancada das moças. Cada uma dellas então, um braço no ar, onde se ostenta uma salva com massas ou fructas, joga olhares em redor, soltando alegre um pregão:

— Quinhentos réis pelas massas!... E ouvindo um lanço, e mais um, e outro, e outro: — 600 réis... 800 réis... 1000 reis... Mil réis me dão!...

E passam e repassam seguidamente, trocando de corredores, volteando entre os rapazes, a mostrarem-lhes as salvas, encarecendo o valor dos objectos, apregoando-os num augmento gradativo dos lanços, até os entregarem ao arrematante que mais deu, o qual os remette de presente, pelo mesmo leiloeiro, a uma senhorita ou matrona de suas relações.

O leilão desdobra-se num enthusiasmo crescente, dando uma febre de arrematação a todos, com o delirio dos *piques* e *repiques*, que levam tudo a exaggeros, ao ponto de pequenos *bibelots* sem arte e *caixinhas-de-segredos* chegarem a preços exorbitantes. Mas a alegria é perenne, na algazarra dos rapazes, crianças e moças, alli reunidos, sob as luzes da *kermesse*, como em uma festa do lar, nessa familiaridade catharinense que tanto impressiona e encanta.

Os leiloeiros circulam incessantemente, desbastando o grande monte de «promessas» que se accumulam no *Imperio* sobre uma mesa redonda que os irmãos do Espirito-Santo fiscalisam com solicitude constante. E o pregão, já meio rouco, domina d'alto a colmêa humana, echoando até aos ultimos cantos do adro, onde a molecagem da cidade, escorraçada pelos guardas rondantes, corre e salta endiabrada dando vivas ao Divino.

De vez em quando, por entre a variedade dos objectos da hasta, surge um lote hilariante: um casal de gallinhas, de marrecos ou de gansos; algum coelho enfeitado, um grande polichinello de massa, ou uma longa cana cayana com as espadanas em fitas...

Acclamações e risadas de troça acolhem-no então num motim. E os rapazes, de pandega, atiram-se ao lote com offertas enormes, combinados aos grupos para o arrematar e mandal-o depois de presente a algum conhecido, que muitas vezes não suspeita da graça e que quando dá por si tem em frente o leiloeiro que lhe faz entrega do *mimo*.

Enfiada e surpreza, a "victima" recusa o presente, allegando que ha engano, numa atrapalhação de palavras, abafadas desde logo por um tumulto de risadas e gritos:

— Péga! Pega, maganão...

E todos acompanham a brincadeira, até as proprias moças, que se agitam nas bancadas cobrindo o "pobre" de risos...

Pela meia noite, mais ou menos, com a retirada do *Imperador* e seu sequito, a festa termina, esvasiando-se a barraca numa alegre debandada, em que se ouvem ainda as ultimas gargalhadas festivas.

A' outra noite, e pela mesma hora, o povo se reune de novo, e assim por tres dias, findos os quaes tem logar um

bello fogo de vista, composto invariavelmente das velhas peças conhecidas: um navio dando combate a duas fortalezas, o amolador, o casal de walsistas e o antigo e velado painel transparente, onde, no fim de tudo, por uma mutação repentina, surge o symbolo do Divino numa aureola flammejante.

7 — PROCISSÃO DOS PASSOS

Entre as solennidades religiosas que se fazem no Desterro desde muitos annos occupa o primeiro logar a chamada Procissão de Passos, que pelo seu valor, significação e magnificencia se destaca consideravelmente em meio a todas as outras. Esse acto, que commemora para o mundo catholico uma parte da grande passagem tragica do Calvario, assume alli annualmente as proporções de um grande acontecimento, pois abala até ás regiões mais longinquas a população do Estado, que acode á pequena capital carregada de "promessas" e offertas consagradas á Imagem do Senhor.

E nisso está uma das feições mais intimas da alma catharinense, cujo filão de ternura mystica e velha poesia lendaria, vindo de remota origem celtica, a torna em mais de uma de suas manifestações caracteristicas semelhante por vezes a essa bella raça bretã, que deu os primeiros navegadores do Atlantico e do mundo, e esses inspirados sacerdotes druidas que amavam os animaes e as paizagens numa vaga sentimentalidade pantheistica pela Natureza, - celebrando as orações cultuaes á luz de prata da lua, sobre o pulpito dos *menhires*, alinhados pelas praias na espuma branca das ondas gemendo em marulhos tristes; ou que, de foice de ouro na mão, sacrificavam ao seu deus, junto aos troncos dos velhos carvalhos gaulezes cobertos da flor do *gui*. Esse antigo e doce atavismo, onde viçou para logo a flor divina da crença christã, recebeu-o o barriga-verde pelo sangue portuguez primitivo, foi conservado nos ilhéos açorianos pelo meio proprio que achara e transportado depois para o littoral catharinense, onde melhor se encontrou, porque essa costa recortada, querida de um mar ora manso, ora agitado e bravio, lembra de perto a Bretanha, principalmente no inverno quando a envolve a bruma fria.

E esta similitude notou-a M. Auguste de Saint-Hilaire, ao pisar pela primeira vez as plagas catharinenses na ilha de S. Francisco, numa manhã de nevoa maritima: «... Eu me lembrava, pensando na França, que sobre as costas da Bretanha tudo concorre para dar á paizagem um aspecto melancolico: rochedos acinzentados e núa, um céo pallido e nublado, uma vegetação rachitica. Não se póde dizer que a natureza seja risonha no littoral do Brazil. As florestas sombrias que cobrem as montanhas *têm alguma cousa de ossianico*... (*Voyage dans l'interieur du Brésil* — 4ª parte, tomo II — pag. 267).

Perfeitamente. Nessas palavras do illustre viajante, que propositalmente gryphámos, se acha bem assignalada a caracteristica das costas de Santa Catharina no inverno.

De quantas festas religiosas se effectuam no Estado é a Procissão de Passos a que mais prende e impressiona o espirito popular. Revalida esta verdade o que se lê á pag. 3, do folheto ja conhecido — *Breve noticia sobre o Senhor dos Passos*:

« Extraordinario é o culto que se lhe consagra. Nos dias de tribulação, nas horas de tristeza, nos terriveis momentos de desalento da alma, todos para elle recorrem, todos vão implorar-lhe remedio para seus males, depondo esmolas e offerendas a seus pés. De outros Estados não é raro virem devotos trazer-lhe suas promessas, sendo algumas de grande valor, por haverem alcançado o que lhe tinham pedido em suas orações. Uma viagem que se emprehenda, um passeio que se projecte para fóra do Estado não se realiza sem primeiramente subir-se aquella ladeira para oscular-lhe os pés e pedir-lhe a sua protecção. De todos os actos religiosos que se celebram nesta capital, e em todo o Estado mesmo, é, sem duvida alguma, a trasladação da Imagem do Senhor Jesus dos Passos o mais imponente e edificante... »

O ceremonial começa pela trasladação a que se refere o folheto, a qual tem logar sabbado de Passos, á noite, em que a respectiva irmandade, collocada a Imagem sobre um andor ornado de ramos de cedro verde e encerrada em uma especie de biombo oitavado de damasco vermelho — a conduz da sua capella do Menino Deus á Matriz da cidade, para o gyro procissional no outro dia. Ha cincoenta e tres annos já que essa imagem veneravel é assim carregada pelas ruas e praças principaes do Desterro, pois a sua primeira procissão realizou-se alli em 1847.

Verdadeiramente grandioso, esse prestito cultual impressiona vivamente aos que o vêem, tanto na trasladação como no seu gyro diurno no domingo de Passos. O seu aspecto de detalhe e conjuncto é de tal ordem respeitavel e augusto, que ainda os espiritos mais elevados e cultos experimentam no intimo um sentimento de humildade e pequenez, ante a imagem d'Aquelle que, pelo seu genio e virtudes, está mais alto que os homens.

Sabbado de Passos, desde meia tarde entram a affluir para os lados do Menino Deus, através de todas as ruas da cidade, os penitentes que têm de acompanhar o andor com "promessas". E ás ave-marias já a ladeira de rocha onde se ergue a capella, branquejando lá em cima ao lado do grande portão do pateo principal do Hospital de Caridade, que se exhibe ao fundo no seu enorme edificio de amplas janellas correndo ao rez-do-chão e no sobrado; ás aves-marias, repetimos, já a ladeira sinuosa e murada, bem como o pequeno adro no alto, regorgitam cheios de immensa multidão.

Pelas sete horas, organizado o prestito, dispostas as irmandades e os anjos em duas alas com grandes tochas accesas, logo após ao *Guião* que deitado e ferrado nos seus braços em cruz é carregado por seis irmãos, em seguida á banda de musica rompendo o caminho com uma marcha funebre — a descida começa, com o apparecimento do andor onde a Imagem de Jesus vem encerrada no seu biombo oitavado de damasco vermelho, que altas lanternas circulam, fazendo-o destacar num fulgor.

Accumulam-se após as "promessas", constando de velas de cêra, que senhoras carregam em profundo recolhimento, todas vestidas de preto, com chales da mesma cor pela cabeça e os hombros, á moda judaica, de sorte que seus rostos expressivos, ás vezes em lagrimas, na impressão de um pezar mystico ou de lembrados soffrimentos extinctos, revestem á luz viva das velas o aspecto meigo e doloroso que tem os das Santas e o da Virgem, nos agiologios antigos. Em meio as senhoras, destacam-se grupos de homens, na maioria roceiros, com grossos feixes de velas de libra e de duas libras cada uma, alvejando-lhes, apagados, sob os braços vergados ao peso. D'entre elles um ou outro se nota, em votos de sacrificio, arrastando-se de joelhos, numa andadura penosa, os pés nús sobre o chão, com cilicios sobre as carnes, grandes pedras á cabeça.

Ao longo das alas de anjos segurando as fitas do andor, e ao longo das filas de tochas e dos archotes de breu ardendo em chammas fumarentas, duas torrentes de gente, mulheres e homens, com crianças pela mão e ao collo, afogando-se, apertando-se contra a parede das casas pelas ruas estreitas, e só desaffrontando-se, no trajecto, duas vezes apenas — uma no largo Treze de Maio, logo depois da ladeira; outra defronte á Matriz, onde o senhor se recolhe, no largo Quinze de Novembro.

Emquanto o sequito caminha buscando o templo da praça, quem fica no alto do adro ou em qualquer das eminencias vizinhas — o morro do Hospital de Marinha, o da Bôa Vista, etc. — goza a impressão extraordinaria de sentir sob a vista como uma flammante serpente monstruosa, arrastando-se phantasticamente lá em baixo, nas suas escamas de fogo.

Chegado o prestito á Matriz, na qual se agglomera o povo depois de entrar o andor para a entrega das "promessas" e as orações habituaes, retirando pela meia noite — o senhor é collocado junto ao altar-mór, onde uma guarda de irmãos e devotos, de tochas accesas, se posta alternadamente, num velorio piedoso, que dura até ao outro dia á hora da procissão. E assim termina a festividade no sabbado de Passos.

Domingo, pelas tres horas, começa o acto solenne do gyro pela cidade, após a organização do grande acompanhamento na praça Quize de Novembro, do lado do palacio do governo, onde formam desde cedo todas as confrarias do Desterro que tomam parte no sequito — a do Sacramento, a do Espirito-Santo, a das Almas, a de S. Francisco de Assis, a do Parto, a de S. Sebastião, a do Rosario e a de S. Benedicto, as duas ultimas compostas em geral de mestiços e pretos. Preparado tudo, debaixo da direcção do juiz da festa, dos mordomos e irmãos dos Passos, movendo-se em actividade incessante, a procissão entra a caminhar lentamente e na melhor ordem, num silencio profundo, só dominado pelo compasso triste das musicas tocando uma marcha funebre.

São dignas de nota a disposição e pompa enorme do cortejo, que evoca essas procissões de *triumpho* (*triumphalis*) que se faziam outr'ora, na antiguidade remota, em Roma, quando os Consules volviam victoriosos de bater o inimigo, acto que se estabeleceu, pela primeira vez, durante a Republica para apotheosar Paulo Emilio, ao voltar glorioso de Pydna. E o que são, em verdade, as procissões religiosas, senão uma transformação desses cortejos de triumpho quando Roma se converteu ao christianismo? A differença, porém, é que naquellas procissões eram levados em triumphos generaes ou Cesares victoriosos, e nestas são carregados Jesus e os Santos do catholicismo. Mas como Roma, no Imperio, esposando o Christianismo o consagrou, adoptando-o como religião do Estado com Constantino-o-Grande (edicto de Milão, em 313) depois da celebre apparição que o convertera, em a noite em que marchava contra Maxencio, tyranno romano e massacrador dos christãos; apparição que constara de uma grande cruz de fogo cercada destas palavras luminosas — HOC SIGNO VINCES, *com este signal vencerás*, — toda a disposição e pompa do antigo *triumpho* passaram a fazer parte dos prestitos ainda romanos, mas já inteiramente differentes, pois tinham tomado uma feição de verdadeiras procissões como as de que nos occupamos. Dahi, como da parte que tiveram os romanos no Crime do Calvario quando dominavam a Judéa, provieram tambem essas insignias, como o *Guião* e outras, na procissão de Passos, e os centuriões e demais personagens romanos, na do Enterro, pela Semana Santa.

Mas observemos o desfilar do prestito, que desce ao longo do Palacio e toma a rua da Republica, uma das maiores da cidade.

A' frente das musicas e da primeira irmandade da marcha, entre o grupo de populares sobraçando grandes molhos de archotes para as luzes da noite, descobertos á romana como todos que os seguem — vê-se o arauto ou *buzina*, como o chama o povo, com uma toga de purpura e um grande porta-voz dourado, apregoando o trajecto, apregoando o supplicio de Jesus, ás esquinas das ruas. Depois, uma outra confraria, batendo com as tochas no chão, á maneira dos soldados dos Cesares batendo com os côtos das lanças. Em seguida o *Guião* (o estandarte romano), todo de damasco roxo, estaiado adiante e atraz por longos cordões de seda que quatro irmãos-ministros seguram aos extremos, muito alto na vara negra e em cruz rematando em tres rutilas maçanetas douradas, o panno largo e custoso enfunado pelo vento como um redondo de galé antiga, cahindo em pontas eguias orladas de franjas de ouro, com grossas borlas riquissimas e o poderoso lemma romano reluzindo ao centro nestas iniciaes expressivas de pujança e dominio — S. P. Q. R., SENATUS POPULUSQUE ROMANUS: *O Senado e o Povo romano*. Depois o *Pallio* de brocado, crivado de passamanes, abrindo-se sobre as varas prateadas suspensas em mãos devotas, em protecção ao Santissimo, que o vigario conduz em contricção intima seguido de dous padres ao lado, sob pesadas casulas. Logo após o alto andor de cedros verdes, onde se ergue a Imagem (1) representando Christo cahido sob o peso da cruz no trajecto da Amargura: a face augusta tão dolorosamente expressiva, sob o suor e as gottas de sangue que lhe escorrem da fronte coroada de espinhos, que a gente sente ao contemplal-a um pesar inexprimivel, como se assistisse, em verdade, ao martyrio do Nazareno, cumprindo a Sentença Iniqua. Depois ainda, as "promessas" e toda uma cohorte de *anjos e virgens*, carregando nas mãos os objectos do Supplicio Divino, por entre a multidão geral dos fieis que se póde avaliar em dez mil.

Ao sahir a Matriz, quasi á rua Tenente Silveira, o andor faz alto por instantes, enfrentando o Senhor com um registo representando uma das varias *estações* da Via-Sacra, registo que se exhibe numa especie de oratorio das dimensões de uma porta, todo illuminado a grandes velas de cêra e ornado de flores. Igual parada faz tambem diante dos seis outros *passos*, distribuidos no trajecto pela ordem seguinte: — o 2º á rua Trajano, o 3º em frente á egreja de S. Francisco, o 4º á rua João Pinto, o 5º á rua Tiradentes, o 6º no largo Treze de Maio e o 7º ao lado da entrada da capella do Menino Deus.

Mas a procissão adeanta-se e aperta-se caminhando sempre por entre as casas, cujas janellas regorgitam de familias, debruçadas respeitosamente sobre as grandes colchas de damasco de seda pendendo ás sacadas, onde predomina o escalarte, o amarello cor de ouro e o alvadio, á maneira ainda da antiga Roma nos seus dias festivos. As outras ruas em que passa o cortejo mantem-se igualmente enfeitadas, o chão afofado de folhagens e flores, que, trituradas pelos pés, saturam o ambiente de aromas, onde sobresahe o effluvio do alecrim e do mangericão. A' cada esquina o povo que não póde tomar parte no sequito, se accumula densamente, ajoelhando-se em massa quando surge o Santissimo.

Chegando á rua Generalissimo Deodoro, num pequeno largo em frente á egreja de S. Francisco, tem logar o encontro de Jesus com a virgem Maria, cuja imagem, conduzida por uma outra rua sobre um pequeno andor enfeitado, representa a Mãe-Dolorosa, com o seu manto azul cheio de estrellas, uma espada sobre o coração, o rosto em dolora suprema, os olhos afogados em pranto. As duas Imagens enfrentam-se numa recordação commovente da passada scena christã, a que o colossal ajuntamento de povo, em attitude contricta, dá uma impressão poderosa de mesticia solenne. E começa o chamado "sermão do encontro", que dura em geral meia hora, na vibração convulsionada desse sublime e tragico episodio do *Novo-Testamento*. Depois a imagem da Senhora se incorpora ao prestito e a marcha prosegue, lenta e triste pela tarde...

Ao chegar á rua Altino Corrêa (antiga do Principe), na altura da de Jeronymo Coelho, de onde a primeira se estende para a praça em toda a largura do caes principal da cidade — o espectaculo é extraordinario e unico talvez no Brazil.

Uma multidão de embarcações miudas, como canôas de remo-de-pá e de vóga, batelões, botes e lanchas, vindas de todos os sitios maritimos do continente e da ilha, coalham a bahia, entre a linha do littoral e o cordão afastado dos grandes navios, que põem ao longe, no horizonte, com a cordoalha alterosa, como um estranho tecido de renda sobre os cascos quasi unidos, no ancoradouro sereno todo espelhado em anil. Dessas embarcações pequeninas, mudadas em lar ao momento, pois transbordam de familias, physionomias de todas as idades, desde a criança de collo até ao ancião secular, umas pallidas de doenças, outras rubras de saude — debruçam-se anciosamente da borda, acompanhando sofregamente com os olhos a Imagem adorada. E á proporção que o prestito avança, sempre diante do mar, ellas vogam para vante, seguindo-o na sua immensa flotilha.

Mas a procissão se occulta um instante na rua do João Pinto, indo reapparecer outra vez, e plenamente, no largo Treze de Maio, para onde singra a esquadra de canôas e lanchas, numa marcha rapidissima, estatelando-se de novo, em veneração devota, ante o cortejo que passa, os rostos embevecidos...

Já então o sol dourado da tarde tem rolado no occidente numa aureola esvaida de brilhos, e o primeiro encinzado de sombras vem descendo lentamente, precursando a noite triste. Accendem-se então pelo prestisto as velas, tochas e archotes, como as altas lanternas de vidro que vão guardando o andor. E a monstruosa serpente de fogo, que alli passara na vespera, resurge, phantastica, magnificente e brilhante na noite, subindo a ladeira de rocha. No cimo do adro, já a capella destaca, a larga porta descerrada, o frontão branqueando ás luminarias que o cobrem, a alta cruz da cornija flammejando de luzes. E por detrás, illuminada tambem, numa linha de lampeões contornando as janellas, a mole enorme do Hospital de Caridade, aberta no céo escuro.

A procissão pouco e pouco vai galgando a ladeira, e penetra a nave rútila pela porta principal onde o prestito se estrangula, repartindo-se para um e outro lado, pelo portão do Hospital e pela sacristia.

Dentro, no pequeno templo, onde já descança a Imagem e se adensam os penitentes numa ultima oração mystica — vê-se, levantado bem ao fundo, uma especie de Calvario, em cujo viso nú e escuro se perfilam tres cruzes: a do centro, e mais alta, tendo pregado em seus braços e haste o corpo

(1) Esta Imagem, verdadeiro primor de esculptura, foi feita na Capital da Bahia por um velho artista brasileiro e filho daquelle Estado, cujo nome se ignora, isto em 1763, sendo no anno seguinte transportada para Santa Catharina, conforme já vimos.

placido de Jesus, escorrendo sangue da fronte, dos pés roxos e dos pulsos; as outras, mais baixas que aquella, são as dos dous Ladrões, cujos corpos, grossos e toscos, parecem estorcer-se de dor, em terriveis convulsões. . .

Depois do "sermão do calvario" com que finda toda a festa, tem logar a visitação do Hospisal de Caridade, cujos bellos salões e vastas enfermarias são franquedas ao povo. Como esta instituição, são tambem percorridos o Hospital de Marinha e o do Exercito, que ficam muito perto dalli, este ultimo um dos maiores e melhores edificios publicos que possue o Desterro.

Durante essa longa visita, as senhoras e os homens distribuem abundantes esmolas aos doentes, que se sentem por instantes cercados, nessa noite de Passos, do geral afago e consolo do sentimento publico.

FÔBA. Medroso, preguiçoso, sem tino. Termo usado no sertão da Bahia.

FOGE. Log. do Estado de Goyaz, no dist. do Peixe.

FOGES. Bairro nos dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

FÓJOS. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiasú.

FOLHA LARGA. Ribeirão do Estado da Bahia, no termo da Conquista.

FOME. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Manso, que o é do Jequitinhonha. Forma uma cachoeira.

FONSECA. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Marianna.

FONTANA. Morro do Estado de S. Paulo, na cidade de Santos.

FONTE DA BENTA. Corrego do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena. E' tambem denominado Boa Fé.

FONTE DOS PADRES. Riacho do Estado da Bahia, entre a cidade de Alagoinhas e Alagoinha Velha. Nasce na lagôa do seu nome e desagua no rio Catú. E' na lagôa onde se abastece grande parte da pop. da cidade.

FORCA. Morro na cidade do Mar d'Hespanha; no Estado de Minas Geraes. Em sua base levantou-se outr'ora a forca onde foram justiçados infelizes escravos. Denomina-se tambem S. José, porque ahi projectou-se erguer uma capella da invocação deste santo.

FORCA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade da Leopoldina.

FORMIGA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Camamú.

FORMIGA. Bairro da cidade do Rio Preto; no Estado de Minas Geraes.

FORMIGA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Preto.

FORMIGA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá. No alto dessa serra existe a lagôa denominada Tanque Grande.

FORMIGA. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Palmyra e desagua no rio Pinho ou Piau.

FORMIGAS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de União da Victoria, á margem dir. do rio Iguassú.

FORQUILHA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Carmo da Matta e mun. de Oliveira.

FORQUILHA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

FORQUILHA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

FORTALEZA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro, no centro, a 24 kils.

FORTALEZA. Ilha no rio Pomba, nas proximidades da estação do Balthazar; no mun. de Santo Antonio de Padua. Tem 30 alqueires.

FORTALEZA. Ilha do Estado de Santa Catharina; forma com a ponta dos Naufragados o canal propriamente chamado a barra do sul. Deve seu nome ao forte que foi nella construido em 1740 pelo brigadeiro José da Silva Paes, então governador de Santa Catharina.

FORTALEZA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão (Dr. G. Dodt).

FRADE. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Villa Bella; com duas escs. creadas pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

FRADE. Ilha no porto da Victoria, capital do Estado do E. Santo. Fica para o N. da ilha do Boi.

FRADE LEOPARDO. Morro na entrada do porto da Victoria; no Estado do E. Santo; com 400 metros de altura. Tem a forma de uma banana. E' a melhor marca para conhecer-se do largo o porto da Victoria.

FRAGOSO. Log. no dist. da Graça e mun. do Recife do Estado de Pernambuco.

FRAGOSO. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

FRAGOSO. Usina do mun. de Olinda; no Estado de Pernambuco. O projecto da E. de F. do Recife a Itambé consigna ahi uma estação no kil. 12,130 do Recife entre as estações de Olinda e Paulista.

FRANCELINA. Corrego do Estado de S. Paulo, na com. de Jaboticabal. Une-se ao corrego do Côco.

FRANCEZ. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. deste nome.

FRANCISCA (D.). Ilhota do Estado de Santa Catharina, defronte ao porto do Ribeirão e proxima á ilha do Ribeirão.

FRANCISCO (S.). Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901).

FRANCISCO (S.). Log. no dist. da cidade do Rio Branco e Estado de Minas Geraes; com escola.

FRANCISCO (S.). Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco; no Estado de Minas Geraes. Fica n'aquelle rio a 1.140 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de Pedras da Maria da Cruz e S. Romão.

FRANCISCO (S.). Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba. Ahi fica o cemiterio da localidade.

FRANCISCO (S.). Lagôa do Estado de Pernambuco, no dist. de Alagoinhas.

FRANCISCO DE BORJA (S.). Uma das circumscripções em que se divide o 2º dist. da com. de S. Miguel do Guamá; no Estado do Pará.

FRANCISCO DE PAULA. Bairro do mun. de Queluz e Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei n. 821 de 5 de agosto de 1902.

FRANCISCO SALLES. Colonia do Estado de Minas Geraes, á margem esq. do rio Sapucahy-mirim, cerca de quatro kils. distante da cidade de Pouso Alegre. Banham-na os corregos Pecegueiro, Taboão, Faisca, Tijuco Preto, Crystal e do Peixe. Conta a colonia (1901) 50 lotes ruraes com uma area de 582 hectares. Ha, além destes, 36 lotes pequenos destinados á cultura do arroz e situados na vargem marginal do rio; tem uma área total de 38 hectares. Com uma área de 12 hectares reservou-se um terreno destinado a campo pratico, onde se devem fazer experiencias sobre a cultura da videira, do trigo, do linho, etc. Destinados ao futuro povoamento da colonia ha 95 lotes urbanos com uma área total de 31 hectares. Mais ou menos parallela ao rio, ha uma faixa de terreno que é toda vargem, em muitos pontos inundavel, em outros, porém, só alagadiço com as cheias exaggeradas: a altitude desta vargem é de 800 metros. Em seguida vem morros com declive ora fortes, ora suaves, cobertos de capueiras em grande parte. Nestas capueiras encontram-se bôas madeiras de construcção, taes como peroba, jacarandá, ipê, varias canellas, sucupira, pereira, folha-larga, guatambú e outras. O serrote d'onde nascem os principaes corregos que banham a colonia e que representa a parte mais elevada desta, é formado por granito de mica preta, não porphyroide, bastante duro; é em muitos pontos cortado por pequenas veias de quartzo e feldspatho onde este ultimo se acha em massas ás vezes bem grandes. Estas veias não tem uma direcção regular, e a massa de granito as apresenta em todos os sentidos. Os terrenos mais proximos do rio são constituidos pelo gneiss de mica preta, de grãos pequenos. Tanto o gneiss como o granito apresentam um tom cinzento-esbranquiçado e são pedras de construcção de excellente qualidade. Assim, as terras da colonia provêm da decomposição dessas duas rochas, ricas em principios fertilisantes. A vargem presta-se ao plantio do arroz; e as terras dos morros prestam-se á cultura do milho, do feijão, da mandioca, etc. Nas partes proximas ao fundo do valle a encosta é geralmente bastante suave de modo a poder permittir o trabalho com o arado e outras machinas agricolas. Ahi poderão ser cultivadas com grande vantagem a batata, o trigo, o linho, a cevada, a aveia e tantas outras plantas. Afim de facilitar ao colono meios de preparo do arroz para a venda no mercado, está sendo montada na colonia uma machina para beneficiar esse cereal. O clima é bastante salubre. Foi creada pelo Dec. n. 1.229 de 14 de dezembro de 1898.

FRECHAL. Rio do Estado do Pará, no mun. do Amapá. Banha a sub-prefeitura do Lago Redondo.

FRECHAL. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Gurupá e mun. de Mazagão. Vai para o rio Amazonas.

FRECHEIRAS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó, a 60 kils. ao S. (José Ribeiro do Amaral, *O Estado do Maranhão em 1896*).

FRECHEIRAS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres, ao S. e na fralda da serra Ororubá; com uma feira.

FRECHEIRAS. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce no mun. de Cimbres, na serra de Ororubá e desagua no rio Ipanema. Recebe o Buxodó.

FREIRE. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de S. José do Egypto.

FREI SERAFIM. Porto no rio Parnahyba, no mun. da Capital do Estado do Piauhy.

FREITAS. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce no dist. do Surubim, mun. do Bom Conselho, e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

FRIO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho. Consta haver nella minas de ferro e cobre.

FRIO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Salto de Itú e desagua na margem esq. do rio Tieté, proximo a cachoeira do Bispo.

FRUCTUOSO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e desagua no rio Sapucahy-mirim.

FULLA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes.

FUMAÇA. Serra do Estado da Bahia, no mun. do Bom Fim.

FUMO. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

FUMOS. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

FUNDÃO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Olinda, a cinco kils. desta cidade, á margem da linha-ferrea do Recife a Olinda e Beberibe (na secção deste nome). Tem no kil. 5.982m uma estação entre as do Porto da Madeira e Agua Fria.

FUNDÃO. Arraial no termo do Riachuelo do Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

FUNDÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim. Do mesmo mun. nos dão noticia de um outro pov. de nome identico no dist. da Vargem Alegre.

FUNDÃO. Log. do Estado de Goyaz, no dist. de Anicuns.

FUNDÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Ipojuca.

FUNDIÇÃO. Arraial no termo de Aracajú do Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

FUNDO. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce nas Berlengas, na serra do Araripe, mun. de Ouricory, e correndo para o mun. de Leopoldina ahi faz barra.

FUNIL. Pontal no Estado de Pernambuco; a tres milhas para o S. da ponta de Pedras, na Lat. S. de 7°37'50" e Long. E. de 8°19'12" do Rio de Janeiro. Existe ahi um outeiro que vai rampando até ao mar, cuja forma é quasi conica no centro. Da extrema deste morro, a pouco mais de milha ao S., está o pontal do Portinho.

FUNIL. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni.

FURADINHA. Serra do Estado do Parahyba do Norte, ns divisas do dist. d'Agua Branca.

FURADINHO. Pontal no Estado de Santa Catharina, proximo ao sacco do Ribeirão e á ilha do Largo.

FURADO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Tacaratú, ao SE. de Jatobá.

FURADO DAS PEDRAS. Log. do Estado da Bahia, á margem dir. do canal Poassú ou Pau-assú, no mun. de Cannavieiras.

FURA OLHO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Cruz de D. Silverio e mun. do Bom Fim.

FURNAS. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Jaguary, trib. do Juquery, que o é da margem dir. do rio Tieté.

FURNAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jundiahy-assú. E' tambem denominado Itauna.

FURNAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, entre os muns. de Alfenas e Santo Antonio do Machado. Vai para o ribeirão dos Porcos.

FURO. Pov. no mun. de S. Bernardo e Estado do Maranhão.

FURO. Igarapé do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. E' assim denominado porque, entre elle e o igarapé do Arapapahy, cuja foz está no estreito do Coqueiro, se pretendeu estabelecer o canal geralmente conhecido pelo nome de — Canal do Arapapahy —, que teria por fim, ligando a cabeceira do rio Bacanga ao estreito do Coqueiro, na bahia de S. Marcos, evitar a navegação pelo Boqueirão. Infelizmente, depois de grandes sommas ahi consumidas, ficou abandonada essa grande obra.

FURQUIM. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Bataraes. Accrescente-se no fim: Outros o mencionam desaguando no ribeirão das Maleitas, affl. do rio Pardo.

FURTADO. Rio do Estado do Pará, na com. de Cametá.

FURTADO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

G

GADO DOS FERROS. Rio do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de Silva Jardim.

GAGO. Morro do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica. O rio desagua na bahia de Todos os Santos.

GAICÁ. Porto ao S. da cidade de S. Sebastião, no Estado de S. Paulo, 8,3 kils. de distancia. Dahi o nome dado á fazenda do convento do Carmo, nesse logar, hoje em abandono. « Essa palavra, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Iga-yçá*, quebra canôa. De *igá*, canôa; *cá*, quebrar, precedido de *y* relativo. Allusivo a bater ahi muito forte o mar, atirando as canôas sobre as pedras ».

GAIO CAHIDO. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Jaguaryahiva.

GAIOVIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Figueira; no mun. de Campos Novos do Paranápanema. « Esta palavra, diz o Dr. J. Mendes, é corruptela de *Quai-o-bira*, cingido e levantado de ambos os lados. De *quai*, cingido; *o*, reciproco, para exprimir o plural e communicação relativamente ao verbo *bir*, levantar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a correr entre paredões altos ».

GALÉ. Ilha do Estado de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: Tem uma milha de extensão. Seu nome provém do contorno geral que ella apresenta, vista de certa parte do mar, contorno que se assemelha vagamente ao do casco de uma dessas antigas embarcações.

GALEGO. Porto no rio Fundo, no Estado de Sergipe, entre Estancia e Itaporanga.

GALHEIRO. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do Inhacica Grande, trib. do Jequitinhonha.

GALLINHEIRO. Pequeno pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Diamantina.

GALRÃO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Iguassú. Prende-se as serras da Bôa Vista e Mantiqueira.

GALVÃO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Toledos, trib. do Piracicaba.

GAMA. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. do Pinheiro e desagua na margem esq. do Pericuman. Banha o pov. do seu nome.

GAMBÁ. Composto de *guá-ambá*, seio ouco, o sacco vasio, nome de um marsupio que guarda os filhos em um sacco que tem na barriga. (*Didelphis*). Dr. Theodoro Sampaio.

GAMBÁ. Serrote do Estado de S. Paulo, no mun. de Jaboticabal. Tem encostas alcantiladas, fazendo ponta no cimo. E' mais conhecido por Monte Alto.

GAMBÁ. Corrego do Estado da Bahia, na cidade de Minas do Rio de Contas.

GAMPÔA. Arrabalde da villa de Cambucy, no Estado do Rio de Janeiro, á margem esq. do rio Parahyba.

GAMELLAS. Arraial do termo de Pacatuba, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

GAMELLAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. do Bom Fim.

GAMELLEIRA. Pov. do Estado de Pernambuco, no 2º dist. de S. José.

GAMELLEIRA. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas.

GAMELLEIRA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. da Diamantina e dasagua na margem dir. do Imbaiassaia, affl. do Jequitahy.

GAMELLEIRA. Villa do Estado de Pernambuco. Em logar de villa leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Comprehende os povs.; Ribeirão, S. José da Extrema, Lobo, Duas Barras, Bom Successo, todos com capellas, e Ilha das Flores. Foi elevada á cidade pela lei n. 153 de 9 de abril de 1896.

GAMELLEIRA. Pov. de Pernambuco, no mun. de Buique. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 318 de 28 de junho de 1898.

GAMELLINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Jacuné, que o é do rio Aricanduva; no mun. da Capital.

GAMELLO. Monte no Estado do E. Santo, entre o mar e a serra dos Aymorés. E' isolado. Serve de marca para indicar a barra de Santa Cruz, perto da qual se acha.

GANDÚ. Pov. no termo de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

GANGÃO. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

GANGORRA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

GANGORRA. Riacho do Estado de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Capibaribe.

GANGORRAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Manso, que o é do Jequitinhonha.

GANSOS. Lago do Estado do Pará, no territorio de Aricary, entre o lago do Rei ao sul e o lago Amapá ao norte.

GAPIRA. Corrupção de *yg-apira*, cabeceiras d'agua, nascentes, vertentes. (Dr. Theodoro Sampaio).

GARAÇÚ Corrupção de *igara-açú*, canôa grande, barco; Pernambuco (Dr. Theodoro Sampaio).

GARANHUNS. Corrupção de *guira nhũ*, os passaros pretos (Dr. Theodoro Sampaio).

GARAÚ. Morro do Estado de S. Paulo, entre os rios Garaú e Una do Prelado; no mun. de Itanhaem. (Vide *Carajauna*). *Garaú* é o nome que o Dr. M. F. R. de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela prov. de S. Paulo em 1805*, dá a este morro. Azevedo Marques, em seus *Apontamentos* dá o nome de *Jaguary*. O padre Ayres de Casal, em sua *Chorogr. Bras.* assim tambem o denomina; mas é confusão.

O Dr. M. Francisco dá o nome *Garaú*, não só ao morro, como tambem a um rio: « ... em todo este rio nada vi digno de observar-se, á excepção de uma *araranha*, especie de lontra de rio, maior que o *vivia*, a qual julgo será a *mustela lutris brasiliensis* de Linnêo; e *jacarés*, de onde se deriva o nome do rio (*Lacerta Alligator*). Chegado ao porto, subi o morro de Garaú. ... ». « *Garaú*, nome do monte, é, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Qûára-aú*, esburacado em excesso até o ponto de encommodar. De *qûár*, buraco, bojo, com o accresscimo de *a* (breve) por acabar em consoante, *aú* particula para exprimir defeito, encommodo, ou má vontade na acção. Por contracção *Qûár'-aú*. Allusivo a ser um morro de penedias, com arvores enormes e corpulentas, cujas raizes se estendem á superficie, tornando desegual o solo. O caminho é por cima desse morro; e, pois, o travessio torna-se encommodo. Sua base é de pedras nuas. Quanto ao rio, *Garaú* é corruptela de *Qua-ára-aú*, contrahido em *Qu'-ar'-aú*, mau corredor. De *quã*, passar, correr; *ára* verbal de participio, para exprimir a actividade do verbo; *aú* particula para exprimir defeito, encommodo, ou má vontade na acção. Allusivo a ser pouco corrente (Vide *Guarahy*). Tambem o indigena quereria por ventura assignalar ahi a existencia de animal devorador, fazendo assim o costumado jogo linguistico; e com effeito, *garaú* é o mesmo *guara-ú*, participio presente de *aú* comer, repetindo no final o *ú*, para maior energia na acção — devorador —. Allusivo aos Jacarés que ahi abundam. Ha tambem tres pequenas ilhas em frente á foz deste rio, com o nome *Garaú* corruptela de *Guará-aú*, contrahido em *Guar'-aú*, sem prestimo. De *guara*, para exprimir utilidade; *aú* ficção, burla, phantasia; importando as duas palavras o significado — ficção de utilidade — ».

GARAYUVA. Pedra superposta ao morro Lopo, no mun. de Santo Antonio da Cachoeira e Estado de S. Paulo. A altitude até á pedra é 1.655 metros. Muitas leguas em redor não existe pico tão elevado. E' formado de granito com grandes crystaes de feldspatho, alinhados segundo o grande eixo. Na base do morro o aspecto gneissico domina, segundo se lê em um trabalho da commissão Geographica e Geologica da Prov. de S. Paulo (1889). « Esta palavra, diz o Dr. João Mendes, é corruptela de *Gu-ári-yub-a*, superposta ao longo. De *gu*, reciproco; *ari*, em cima, sobre; *yub*, estar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. » Não é, pois, propriamente um nome, como em geral o suppõem, mais uma descripção do modo de estar na pedra.

GARÇAS. Igarapé no mun. da Capital do Estado do Amazonas.

GARCIA. Ilhota do Estado de Santa Catharina, defronte ao porto do Ribeirão e proxima da ilha D. Francisca.

GARCIA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

GARCIA. Rio de S. Paulo, no mun. do Parnahyba. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do Tieté.

GARGANTA DO RIO DOCE. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

GARGANTA DO ROBALLO. Serra do Estado do E. Santo, entre Anchieta e Guarapary.

GARIMPO DAS CANÔAS. Dist. do Estado de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de S. Sebastião do Paraiso e annexado ao mun. de Santa Rita de Cassia.

GAROPABA. Corruptela de *igara-paba*, porto, surgidouro da canôa ou barco.

GARRA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem esq. do rio Amaragy.

GATO. Morro no mun. do Serro Azul, na estrada que vai para Jaguarahyva; no Estado do Paraná.

GATO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

GATURAMO. Vide *Angaturama*.

GAVIÃO. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. de Alagoinhas.

GAVIÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o pov. de Alagoinhas e corre para o Ipanema.

GENERAL CARNEIRO. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. da União da Victoria, a 36 kils. da séde do mun., nas margens do rio Jangada. Compõe-se de 177 lotes occupados por cerca de 900 polacos.

GENERAL OZORIO. Pov. do Estado do R. G. do Sul; no mun. do Lageado. Denominava-se *Mussum*.

GENGIBRE. Arraial no termo de Aracajú, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

GENGIBRE. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. do Brejo e desagua no Burity.

GENIPABÚ. Corruptela de *yanipab-ú*, rio dos genipapos; Pernambuco. (Dr. Theodoro Sampaio.)

GENIPAPEIRO. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

GENIPAPO. Corruptela de *yanipaba* ou *nhandipab*, fructo de esfregar ou que serve para pintar (Baptista Caetano). (*Genipa Brasiliensis*. Martius).

GENIPAPO. Log. do Estado da Bahia, na com. do Mundo Novo.

GENIPARANA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

GENOFRE (S.). Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Cantagallo e desagua no rio Quilombo.

GENTIO. Com este nome dá o *Almanak de Sergipe* (1901) noticia de dous arraiaes nos termos de Maroim e Siriry.

GENTIOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Floriano Peixoto e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

GEREMA. Vide Jurema (*Acacia Jurema*. Martius).

GEREMIAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Paranaguá.

GEREMOABO. Corrupção de *gerumû-oabo*, aboboras que nascem, plantação de aboboras, *vasante* das aboboras; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

GERIBÁ. Corruptela de *yaribá*, o que tem fructo de cacho ou em penca; alt. *jiribá*; *jirivá*, nome de uma palmeira commum em S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

GERIBATUBA. Corrupção de *yaribá-tyba*, palmar de gerivás; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

GERIVÁ. Estação da E. de F. Mogyana, no kil. 15 do Ramal de Caldas. Foi aberta ao trafego no dia 1º de outubro de 1901.

GERÚ. Vide Agerú ou *Ajurú*.

GÊS. Nome de uma nação tapuya nos sertões do Maranhão e de Goyaz, tambem appellidada *Cran*; não é tupi.

GETAHY. Vide *Jatahy*.

GETIMANA. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. de Aracajú.

GIBOIA. Corrupção de *yiboy* ou *yiboi*, composto de *yiboi*, cobra d'agua; no tupi-guarani *curiyú* (Baptista Caetano).

GIBOIA. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim. Passou a denominar-se Monte Cruzeiro pela Lei n. 321 de 1º de agosto de 1889.

GINEPABÚ. Vide *Genipabú*.

GIPAUBA, Igarapé do Estado do Pará, no mun. da Vigia.

GIPUVURA. Morro no mun. de Iguapé do Estado de S. Paulo. Dizem que é o mesmo que tem o nome de *Guaviruúva*.

GIRIJÓ. Igarapé do Estado do Maranhão, banha o mun. de S. Bento e desagua no rio Aurá.

GOÁ. Cousa redonda, concavo, seio, sacco, baixada, depressão entre montanhas, valle, bacia, bahia; alt. *guá* (Dr. Theodoro Sampaio).

GODINHO. Pov. do Estado do Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes e mun. do Bom Fim.

GODINHO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Formoso, que o é do Pomba; no mun. deste nome.

GODOY. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema no Estado de Minas Geraes.

GOIABAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Campo Alegre do mun. de Brotas. Reune-se com o corrego do Barreiro.

GONÇALO (S.). Log. no mun. de Uruguayana do Estado do R. G. do Sul; com uma esc. municipal.

GONÇALVES. Ribeirão do Estado de Goyaz, no mun. de Antas. Recebe os corregos Barreirinho e Taboca.

GONGO. Chamam assim os barqueiros do rio S. Francisco a umas varas com um ferro curvo na ponta, com as quaes se agarram aos ramos das arvores, nas cheias dos rios. Além dos gongos, ha outras varas com um ferro na ponta, do feitio de forquilha ou *pé de cabra*, com que elles se firmam nos ramos mais finos das arvores.

GORDO. Arrabalde da cidade do Pomba; no Estado de Minas Geraes. Foi outr'ora uma aldeia de indios, cujo cacique se chamava Pendy.

GORDO. Morro do Estado de Minas Geraes. Cerca a cidade do Pomba.

GORUTUBA. Corrupção de *curú-tyba*, seixal, pedregal; corrupção *cory-tyba*, pinhal; Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio).

GOUVÊA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

GOYÁ. Corruptela de *guayá*, composto de *guay-yá*, individuo egual, gente semelhante, da mesma raça (Dr. Theodoro Sampaio). Os documentos antigos falam em *Guayás* e *Guayazes*.

GOYANA. Ant. *Gucena* como o escreveu, na sua *Hist. do Brazil* de 1827, Frei Vicente do Salvador; mas deve ser antes *Guayaná*, composto de *Guá-yái*, porto, ancoradouro do valle ou da bahia; nome de uma cidade de Pernambuco, antigo porto até onde chegavam as sumacas que lhe subiam o rio com a maré (Dr. Theodoro Sampaio).

GOYTACAZ. Corruptela de *guay-atacara*, alt. *guay-alacá*, gente ou povo corredor, veloz; o andarilho, o andejo, ou nomada; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

GOYTARACA. Nome de um trecho da serra dos Aymorés; no Estado da Bahia. « *Goytaraca*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corruptela de *guay-taraca*, o que muda de côr, cousa ou objecto cambiante ».

GRAÇA DE DEUS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó, a O. da cidade, da qual dista 72 kils.

GRAJAHÚ. Corruptela de *carayá-hú* ou *carayá-y*, rio dos monos carajás; ant. *guajahú* corruptela de *guayá-ú*, rio dos caranguejos; Maranhão (Dr. Theodoro Sampaio.).

GRAJAHÚ. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seu trabalho *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, diz: « *Grajahú*, antiga villa da Chapada, situada á margem dir. do rio do mesmo nome, importante affl. da margem esq. do Mearim, gosa de clima ameno e saudavel. Divide-se em tres bairros: o Alto, o Baixo e o da Tresidella, este situado no lado opposto do rio. A suas communicações com a capital, de que dista 822 kils., são feitas com demora, por intermedio da Barra do Corda e da Victoria do Baixo Mearim, com que se communica por meio de canôas. » « Seria uma cidade de grande importancia, si houvesse facilidade de transporte e de communicação com a capital, o que permittirin a exploração de suas immensas riquezas vegetaes e mineraes. » E' um logar de grande criação de gado vaccum e cavallar, exporta couros, oleo de copahiba, borracha de mangabeira e resinas. Calcula-se a sua pop. em 5.000 habs. Parece-me que ainda carece de rigor scientifico o que se tem escripto sobre a origem do rio Grajahú, por não ser completo o estudo da situação e direcção das montanhas que ficam a O. e S. do rio Mearim. A opinião geralmente acceita é esta: o rio Grajahú nasce cerca de 120 kils. ao N. do Riachão e a O. do rio Mearim, e corre a principio de SO. a NE., por entre a serra do Negro e da Cinta ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1890*, diz: « Cidade (antiga villa da Chapada), a 7º20' de lat. S. e a 1º47' de long. O., assentada em uma bella planicie, que domina o rio do mesmo nome, que corre a SO. e O. Porto de uma fazenda denominada Chapada, pertencente a Manoel Valentim Fernandes, foi a fundação e conservação deste primitivo estabelecimento uma das maiores conquistas da civilisação sobre os indigenas, nos sertões do Maranhão. Foi o alferes de milicias, Antonio Francisco dos Reis, em companhia de pessoas de sua familia, habitantes todos da alta ribeira do Grajahú, o primeiro que, navegando este rio e por elle descendo a 11 de março de 1811, em pequenos barcos, que para esse fim fabricara, depois de repetidas viagens aqui veio estabelecer-se, convidado talvez pelos lucros que deveria ter percebido das suas diligencias. E para que com mais facilidade, ou como lhe conviesse, se podessem continuar em qualquer tempo essas viagens, povoaram elle e outros o mesmo porto da Chapada, na ribanceira leste do dito rio, fabricando casas para vivenda e depositos para o sal e generos, de que já ali vinham prover-se com muito prazer e commodo os moradores das outras ribeiras vizinhas, chegando ao numero de 40 as pessoas que no dito porto logo áquelle primeiro passo se propuzeram a habitar. Ciosos os indios *Timbyras Picobgés*, nação estabelecida da outra parte do mesmo rio, dos progressos da nova pov., que os assombrava e impedia de fazerem no interior do paiz as suas correrias costumadas, resolveram livrar-se della, e o fizeram, diz Paula Ribeiro, queimando, vivas, 38 pessoas dentro das suas mesmas habitações, a que barbaramente pozeram fogo, bem como ás mesmas embarcações abicadas na praia, levando o sal e generos que puderam, e lançando o resto ao rio ou ao mesmo fogo, deixando somente naquelle logar, para signal de que já um dia fora povoado, umas ossadas esparsas por meio das ruinas solitarias. Desta carnagem, succedida em 1814, escaparam, vivas, uma menina, que os selvagens levaram captiva, e cinco ou seis pessoas, que, por felicidade sua, andavam fóra da pov. na occasião do desastre. Tambem alli pereceram alguns dos moradores das outras ribeiras vizinhas, que descuidadamente tinham vindo áquella comprar o sal e outros generos precisos ao manejo das familias. No anno de 1816, tentaram novamente aquelles moradores restabelecer um porto publico na mesma alta ribeira do Grajahú, a que chamaram — S. Paulo do Norte —; mas havendo-se-lhes muito friamente assistido com um pequeno destacamento de tropas, sem qualquer outra especie de soccorro, e tendo posteriormente sido retirado este mesmo destacamento, foi a pov. abandonada. Nova expedição composta de 40 soldados, enviada da capital, teve ainda logar no anno de 1817, tão mal delineada, porém, que ao partir

da Victoria para cima já não havia mantimento para mais de seis dias. — Em 1856, continha já a Chapada 79 casas, sendo seis cobertas de telha, 341 habs., dos quaes 18 escravos, existindo mais, na margem esq., 11 casas com 79 habs. No ponto em que está collocada a cidade, o rio é vadeavel no tempo da secca, mas uma noite de chuva é bastante, ás vezes, para dar-lhe a profundidade de quatro metros. A cidade está dividida em tres bairros: *alto*, *baixo* e o da *Tresidella*, do lado opposto do rio. No primeiro, contam-se tres praças; a da Matriz, que fica em frente ao quartel e cadeia, e uma outra por detraz destes; diversas ruas circulando estas praças e duas travessas. Deste bairro descem quatro ruas em direcção ao rio, denominadas: Cajueiro, Porto Grande, Aldeinha e Canto da Madeira, sendo principaes as duas primeiras, com duas travessas. Além destas ruas, tem mais as do Paço e Tarrafa, com muitas casas sem alinhamento, e cerca de 17 beccos. O bairro da Tresidella consta apenas de uma rua, que se estende do rio até a serra da Fazendinha, que circula o referido bairro; existindo, além dessa rua, diversas casas dispersas. Conta a cidade, actualmente, 185 casas de telha, 232 de palha, 38 de negocio de seccos e molhados, 27 tavernas, em que se vendem generos do paiz, tres ourives, tres ferreiros, tres barbeiros, tres fogueteiros, tres calafates, quatro alfaiates, 12 sapateiros, cinco carpinteiros, 10 carpinas, quatro marceneiros, onze pedreiros, uma pharmacia e sete açougues. Sua Egreja Matriz, de adobos, sobre alicerces de pedra e cal, é coberta de telha e acha-se situada no Bairro Alto; havendo além della uma boa capella na Tresidella... A pop. da cidade é de 3.500 a 4.000 almas e a da com. de 15 a 16.000. Em 1860 era de 6.000. Esta com. é essencialmente criadora, consistindo a sua principal riqueza na criação de gado vaccum, cavallar e muar, que exporta, bem como couros, espichados, seccos e salgados, sola e oleo de copahyba, borracha de mangabeira, cumarú, resinas diversas e pennas de ema. Não se pode calcular ao certo a força da sua producção que, presentemente, deve ser muito avultada. Em 1863 era de 18.000 alqueires de farinha, 4.000 de arroz, 4.500 de milho, 50 arrobas de fumo e 15 pipas de aguardente; e possuia 91 fazendas de gado com 18.000 cabeças, colhendo annualmente 4.500 bezerros. E' o seu territorio, de longa data, conhecido como um dos mais ricos do Estado em mineraes de toda a sorte. O Commendador A. C. da Cruz Machado, no seu minucioso *Relatorio* (1856), referindo-se a este facto, assim se exprime: « Quanto á exploração de outros mineraes, tenho a informar que o Dr. Oscar Henning e o Coronel Mollara, engenheiros que, por conta da Companhia Mineração Maranhense, se dirigiram á chapada, observaram nessa localidade particulas de excellente *cobre*, mas pareceu-lhes a quantidade muito insignificante para que podesse animar a mesma Companhia a emprehender sua mineração, ou a empregar grandes fundos para descobrir alguma jazida, cuja existencia, segundo elles, é duvidosa. Identicas informações á respeito das minas de cobre me foram transmittidas da Chapada pelo engenheiro da prov., Henrique de Saint'Amand, incumbido pela presidencia da exploração do rio Mearim. Depois de proceder ao exame do terreno, que lhe foi indicado, como sendo o das minas, e que fica a SO. da villa na distancia de 20', á margem do Grajahú, descobrio elle alguns pedaços de cobre, em verdade de qualidade superior, porém, em pequena quantidade. Os moradores da Chapada e seus arredores têm para si que existem minas de *zinco*, de *platina*, de *arsenico*, e mesmo de *prata* no mun. Quanto á existencia de *pedra hume*, de que trouxe algumas amostras para a capital, de volta da sua commissão. Agora mesmo, informações de pessoas fidedignas dão-nos noticia de existir na Serra da Cinta uma grande mina de chumbo, bem como minas de ferro, enxofre e outros mineraes. O territorio desta com. é geralmente accidentado. Banhado em toda sua extensão por dous grandes rios, o Mearim e o Grajahú, tendo aquelle por affl. principal o Capim ou Corda, e este o Santa Anna, além de grande numero de ribeirões; bordado pelas serras Negra, da Cinta, Desordem, Pedra Furada, Cruceira, Branca e do Caboclo, dispõe, em sua maioria de campos proprios de criar, sendo além disso de uma fertilidade espantosa para toda a sorte de cultura, sobretudo á margem dos rios e ribeirões. O clima varia conforme as estações, mais vezes quente do que frio; é geralmente saudavel. Nas ruas extremas existem ainda grandes florestas, mais vulgarmente conhecidas por *mattos geraes*, as quaes vão confinar ao N. com as comms. de Monção e Baixo Mearim, e ao S. com as da Carolina e Imperatriz. Nellas habitam os indios em grandes malocas; faceis em removerem os seus aldeiamentos, não se lhes pode com certeza determinar o numero, calculando-se, porém, que representam elles uma pop. de 8 a 10.000 almas, muitos dos quaes já se acham domesticados.... ».

GRAMACIÓ. Ant. *caramació*, o *caramaci-ó*, isto é, *carama*, redondo em roda; *aci* ou *ació*, cortar, cercear, aparar; *o* ou *og*, casa cabana; portanto, cabana aparada em roda; R. G. do Norte (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAMAME. Ant. *guiramame*, composto de *guirá*, passaro, ave; *mama*, cerco ou rodeio; portanto, rodeio ou cerco dos passaros. Em alguns documentos antigos se lê *aramama*, Varnhagem; Parahyba do Norte (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAMMA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Preto.

GRAMMA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, reune-se com o Ingá e juntos vão desaguar no Pirahy, trib. do Jundiahy, no mun. de Itú.

GRAMMA. Riacho do Estado de Minas Geraes, nasce no morro do seu nome, atravessa a cidade do Rio Preto e desagua na margem esq. do rio deste nome.

GRAMMADA. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua na margem dir. do ribeirão Avecuia, affl. do rio Tieté.

GRAMMADINHO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua no ribeirão Avecuia, affl. do rio Tieté.

GRAMMADO QUEIMADO. Log. do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira.

GRAMMINHA. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, na secção Rio Claro, entre Jaboticabal e Ibitivama.

GRAMMINHA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Luiz do Parahytinga.

GRAMMINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Descaroçador.

GRANDE. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. José dos Campos.

GRANDE. Morro do Estado de S. Paulo, entre os muns. de Nazareth, Conceição dos Guarulhos e de Mogy das Cruzes.

GRANDE. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Annapolis.

GRANDE. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. da Cotia, á margem esq. do rio deste nome.

GRANDE. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

GRANDE. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Goiabal, na ilha Caviana.

GRANDE. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Affuá e desagua no rio Cajuná.

GRANDE. Igarapé do Estado do Maranhão, banha o mun. de Itapecurú-mirim e lança-se no rio Mearim.

GRANDE. Corrego do Estado do E. Santo, em Santa Joanna, mun. de Affonso Claudio.

GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Guarehy. Ha dous affls. do rio Guarehy com o mesmo nome.

GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Lageado, trib. do Santo Ignacio. Recebe o Posse.

GRANDE. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. da Fartura e desagua na margem dir. do rio deste nome.

GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Mboy-guassú ou Guarapiranga, abaixo da foz do Cipó.

GRANDE. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quiteria. E' o nome que toma o Philippão quando se lhe reune o Prata. Vai desaguar no rio Paraopeba com o nome de Cachoeira. Recebe os corregos da Raiz e do Açude.

GRANDE (Rio). Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. de Diamantina. Nasce na serra do seu nome, proximo á estrada que segue para o arraial do Mendanha, banhando Diamantina a N E. e seguindo na direcção do S. até a sua foz no Pururuca, onde é conhecido pelo nome de Richier, tendo ainda anteriormente, logo abaixo do bairro do Rio Grande, a denominação de Moinho.

GRANDE. Lagôa no mun. de Minas do Rio de Contas e Estado da Bahia.

GRANDE. Rio do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: o Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz receber esse rio as denominações de Engenho, logar onde nasce, S. João, Pindahy, depois da confluencia com o rio das Mercês, Riosinho e Cururuca. Confundindo as suas aguas com as do rio Antonio Esteves, formam ambos o igarapé da Villa, que desagua ao N. da bahia de S. José por entre Panaquatira e a ilha de Curupú. « Querem algumas pessôas que a verdadeira origem do rio Grande seja o das Mercês, cuja confluencia com o S. João se dá no logar Pindahy, considerando este como affl. daquelle. Talvez concorra muito para essa opinião o facto de ter seccado, nestes ultimos verões, o rio S. João, o que é devido, em grande parte, á irreflectida e condemnavel destruição das mattas, que o cercavam ».

GRANDE. Rio do Estado do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Banha a mais o mun. de Bom Jardim. E' atravessado pela E. de F. Leopoldina sobre uma ponte de 21m50 de vão. Sua junção com o rio Negro tem logar na fazenda da Barra, dous kils. acima do dist. da Conceição da Ponte Nova. Além dos affls., acima citados, recebe mais o Macapá, o Banquete, o S. José, o Santa Cruz, o Santa Thereza, o Aguas Claras, o Soccorro e o Macuco. Tem uma linda cachoeira na fazenda Rio Grande.

GRANDE DO AREALZINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, limita o mun. do E. Santo da Boa Vista com o de Guarehy e desagua no rio deste nome.

GRAPECICA. Corrupção de *guara-pecica*, composto de *guára-ibira*, madeira, *pecica* de casca lisa; madeira propria para marceneria; Santa Catharina (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAPUETAN. Corruptela de *guirá-puitan*, passaros vermelhos; nome de localidade no R. G. do Sul. (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAÚNA. Corrupção de *guirá-una*, passaro preto. (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAVATÁ. Vide *Caravatá*.

GRAVATÁ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

GRAVATÁ. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

GRAVATÁ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba. (*Almanak Sergipano*. 1901).

GRAVATÁ. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. do Tubarão; com escola.

GRAVATAHY. Corrupção de *caravatá-y*, rio dos gravatás; R. G. do Sul. (Dr. Theodoro Sampaio).

GRAVATASINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

GRAVY. Morros que servem de divisa aos muns. de Itapyra e Mogy-mirim; no Estado de S. Paulo.

GREGORIO (S.). Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Gamelleira e desagua no rio Amaragy.

GROAHYRAS. Corrupção de *guá-y-rá*, agua que tomba ou cahe do valle, agua que sahe da baixada (Padre Cazal).

GROSSOS. Pov. do mun. de Aracaty no Estado do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 639 de 19 de julho de 1901.

GROTA. Do mun. do Bom Fim, no Estado de Minas Geraes, nos fazem menção de tres povs. com esse nome: um no dist. da Bôa Morte, outro no dist. de Sant'Anna do Paraopeba e outro no dist. de Floriano Peixoto.

GROTA FUNDA. Serra do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

GROTÃO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Piumhy.

GROTINHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. do Recreio do mun. da Leopoldina e desagua no corrego das Laranjeiras, affl. do ribeirão dos Monos, que o é do rio Pomba.

GRUMARIM. Vallão affl. da margem esq. do rio Parahyba; no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

GRUNGA. Serra do Estado da Bahia, na cidade do Bom Fim.

GRUPIARA. Vide *Guapiara*.

GRUTA DO MONGE. Furna de pedras, no caminho do littoral de leste da ilha do Arvoredo; no Estado de Santa Catharina. "Algumas palavras sobre a Gruta do Monge. Este nome provém de a haver habitado, ha muitos annos, e durante mezes, contam, um homem que derrepente appareceu na ilha e que se dizia "andava fazendo vida santa". Segundo a narração corrente dos habitantes de Canavieiras

e da Ponta das Canas, que tiveram occasião de vel-o, era elle um venerando ancião de alta estatura, vestido com um burel remendado e de longas barbas brancas. Souberam da sua presença alli por uma fogueira que viam arder todas as noites naquella parte da ilha, ao tempo só frequentada por pescadores. Curiosos de verificarem o que seria, muitos roceiros abastados, como os tripolantes das lanchas e canôas de pesca, abordaram o Arvoredo de dia, e, entrando a percorrel-o no local em que o fogo era visto, encontraram o monge, que os recebeu com affabilidade e carinho. Além das rezas que ensinava, o homem dava remedios para certas molestias e sabia curar por benzeduras. Os roceiros, como é natural, o ficaram desde logo adorando. E, dentro em pouco, uma peregrinação de doentes e devotos, que eram conduzidos em pequenas frótas de canôas e lanchas, se estabeleceu entre todos os povoados do littoral proximo e a ilha. Presentes de toda ordem, generos e dinheiro choviam na Gruta do Monge, levados de toda a parte por essas populações dadivosas e ingenuas. E quando um como vago culto pelo ermitão parecia querer afflorar nessas almas puras e simples, elle, que era já para muitos, *o virtuoso e o santo*, deixou o ilhote e sumiu-se... Será tambem uma lenda esta historia que ouvimos, tal qual ahi fica, da bocca de alguns velhos lavradores daquelles sitios..." (Virgilio Varzea. *Santa Catharina*).

GUABIROBA. Corr. *guab-iroba*, comida, aliás fructa de comer amarga (*Abbevillea maschalantha*); alt. *guabiraba*, *guabirava* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUABIROBAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. do Cunha. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do Parahytinga. No logar da reunião de suas cabeceiras ha um salto, cuja altura é de 60 metros, mais ou menos. Dahi em diante tem o nome de Serra.

GUABIROTUBA. Corr. *guabirá-tyba*, guabirobal, ou guabirobas em abundancia; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Guavirotuba*.

GUABIRÚ. Subs., o rato; *Mus tectorum* (Dr. T. Sampaio).

GUABIRUBA DO NORTE. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Brusque; com escola.

GUABIRUTUBA. Corr. *guabirú-tyba*, a rataria, ratos em abundancia (Dr. T. Sampaio).

GUACENDUBA. Corr. *guacem-dyba*, composto de *guacem*, ou *guacim*, ou *guaxima*, planta malvacea de fibra muito resistente (*Urena lobata*); *dyba* ou *tyba*, em abundancia; alt. *guaxuma*, *guachuma*, *guachima*, *guachem*; Maranhão (Casal).

GUACUMAN. Composto de *guá-cumã*, baga ou vagem redonda; especie de palmeira anã das margens do rio Pardo; Matto Grosso (Casal).

GUACUNDUVA. Morro elevado na serra Itatins; no mun. de Itanhaen do Estado de S. Paulo. O Dr. Carlos Rath escreveu *Quacunduca*, orthographia que me parece errada. "*Guacunduwa*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-acú-ndu-bae*, quente e ruidoso. De *gu*, reciproco; *acú*, quente; *ndu*, ruido, estrondo, estrepito, com a particula *bae* (breve), para formar participio".

GUACURY. Composto de *guá-curi*, pinha redonda, fructo redondo; palmeira abundante nas margens do rio Coxim em Matto Grosso (Casal).

GUACURYTÚ. Cachoeira no rio Tieté, acima da Itúpirú, no Estado de S. Paulo. Ha duas, *açú* e *mirim*, interpondo-se entre ellas quatro com outras denominações.

GUACURYÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Iperó; no mun. de Campo Largo de Sorocaba. « *Guacuriú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Quâ-cury-ú*, põe-se a correr velozmente. De *quâ* infinitivo de *aquâ*, correr; *cury*, presteza, pressa; *ú*, estar, por-se etc. Tambem o *ú* póde exprimir a maior energia na acção. » Nasce em uma lagôa; e, depois de formar, em seu curso, outras lagôas e charcos, deslisa-se veloz.

GUAHIBE. Corr. de *guá-y-pé*, no rio ou esteiro da bahia, no canal da bahia; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

GUAIAHÓ. Nome da ilha de S. Vicente, no Estado de S. Paulo, como se vê da carta de sesmaria de Pedro de Góes de 10 de outubro de 1532. Nesse documento está escripto *Gohayó*.

GUAICUHY. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 1.341 kils. distante do Joaseiro (Estado da Bahia) e entre as estações da Extrema e de Pirapora.

GUAIPACARÉ. Nome tupi da pov. que é hoje cidade de Lorena; no Estado de S. Paulo.

GUAJARÁ. Composto de *guá-yará*, bahia ou bacia que reune, que recolhe, logar de confluencia; Pará (Dr. T. Sampaio).

GUAJARÁ. Igarapé do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Gurupy. (Dr. G. Dodt).

GUAJEHY. Vocabulo empregado, principalmente, no R. G. do Norte e que significa rio dos caranguejos. E' corrupção de *guayá-y*.

GUAJIRÚ. Corr. *guá-gy-r-ú*, agua da lagôa; R. G. do Norte (Dr. T. Sampaio.)

GUAJURUTIUA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urú e a do rio Tury-assú.

GUAJUVIRA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Araucaria.

GUAMÁ. Corr. *guá-amã*, valle ou baixada que envolve, reune ou cerca; Pará (Dr. T. Sampaio).

GUAMICANGA. Corruptela de *Gu-amĩ-cá-nga*, aperta e abre. De *gu*, reciproco; *amĩ*, apertar, espremer, ordenhar; *cá*, quebrar, abrir, fazendo supino com *nga*, por estar sob a influencia e ferido da pronuncia nasal de *amĩ*, conforme a lição do padre Montoya (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUAMIRANGA. Morro elevado á margem dir. do rio Ribeira de Iguapé; no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. E granitico, de mistura com gneiss. « *Guamiranga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-amĩ-cá-nga* ou *Gu-apĩ-ra-gna*, pellado e desatado. De *gu*, reciproco; *amĩ*, o mesmo que *apĩ*, ser pellado; *ra*, ser desatado, descosido, fazendo supino com *nga*, por estar sob a influencia e ferido da pronuncia nasal de *apĩ*, conforme a lição do padre Montoya. Allusivo a não ter vegetação e a ser derrocado. »

GUAMIUM. Corruptela de *Gu-amĩ-i*, perseverantemente apertado. De *gu*, reciproco; *amĩ*, apertar, espremer, ordenhar; *i*, posposição de perseverança com a pronuncia guttural, mixta com a nasal por causa de *amĩ*, que nasalisa o nome inteiro (Dr. J. M de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUANABARA. Antigamente *guanabará*; o mesmo que *guanapará*, composto de *guanã*, a baixada grande, a bahia; *pará*, rio, barra, for; portanto *guanapará*, barra da bahia; Rio de Janeiro. João de Lery, que foi um dos povoadores da *França Antarctica*, do famoso Villegaignon, datava de suas cartas de *Rivière de Guonabara*, o foi o primeiro que nos transmittiu essa denominação dada ao logar pelos tupis, e que hoje erroneamente se pronuncia Guanabára, com o accento tonico na penultima syllaba, quando devia estar na ultima, respeitando-se a prosodia franceza. De facto *Guanabara*, ou mais correctamente *Guanabará* não é senão o composto de dous vocabulos tupis: *Guanã-bará*, que é o mesmo *Guanãpará*, tendo-se-lhe abrandado *o p* para *b*, por estar precedido de uma syllaba nasal. O vocabulo *Goanã* ou *Goá-nã*, significa bacia ampla, enorme, e tambem bahia, e, portanto *Guanã-*

Pará quer dizer: rio da bahia ou barra da bahia » (Dr. Theodoro Sampaio). O Dr. João Mendes de Almeida diz: « *Guanabára*, corruptela de *Guaá-anã-mb-ár-a*, enseada muito grande. De *guaá*, enseada; *anã*, grande, grossa; *mb*, intercalação nasal para ligar *anã* a *ar*, muito, com o accrescimo de *a* (breve) por acabar em consoante. Por contracção *Guâá'-nã-mb-ar-a* ».

GUANANAN. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio S. Lourenço, no mun. de Iguape. « *Guananan*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-anã-nã*, muito corrente. De *gu*, reciproco; *anã*, correr, repetido para exprimir superlativo. Allusivo á sua extraordinaria correnteza ».

GUANGUASSÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Jundiuvira. Accrescente-se no fim: No *Mappa* do Sr. Orville Derby lê-se Caguassú.

GUAPACARÉ. Corrupção de *guá-upá-caré*, lagôa torta ou braço do rio da baixada (Padre Casal).

GUAPE. Composto de *guá-pe*, no valle, na baixada, na bahia. Vide *Goá* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUAPÉ. Composto de *guá-apé*, caminho do valle; corrupção de *guá-peba*, disco achatado, redondo e chato; alt. *agua-pé* (*Nymphéa*) Dr. Theodoro Sampaio.

GUAPEVA. Corruptela de *Gu-apé-bo*, á superficie, isto é, raso. De *gu*, reciproco; *apé*, chato, plano, á superficie; *bo*, para exprimir o modo de estar, segundo a lição do padre Montoya (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUAPIARA. Composto de *gua-upiara*, o cascalho da baixada; nome com que se designa um cascalho diamantino; alt. *gupiara*, *grupiara* (Dr. Theodoro Sampaio). A respeito dos rios do Estado de S. Paulo, diz o Sr. Dr. J. M. de Almeida: « Não se trata de *Igapiára*, corruptela de *Y-ypó-yár-a* colher á mão. De *y*, para exprimir que o facto é praticado ao acaso; *y*, relativo somente para *pó*, mão; *yár*, colher, apanhar, pegar, com o accrescimo de *a* , por acabar em consoante, segundo a lição dos grammaticos. Os indigenas, assim dispondo, querem exprimir o acto de apanhar á mão o peixe em pouca agua, decantando o banhado; e este verbo está admittido na lingua portugueza, *gapiar* ou menos incorrecto, *gapuiar*, significando pescar ao acaso, á aventura. O modo de decantar o banhado é simples: fazem-se elevações rectas de tijuco, sustentadas por páus cravados no meio, de modo a separar a parte do banhado, onde tem de ser feita a pesca; e depois decanta-se a maior porção de agua que for possivel; accumulados no fundo os peixes, facil é agarral-os á mão; e, se ha muita agua, é applicado o *timbó*, para que subam á tona. *Guapiára* é participio do verbo *api*, torcer, ladear, precedido de *gú*, reciproco, e seguido de *ára*. E, portanto, *Guapiara* significa — o que se torce — ».

GUAPIASSÚ. Corr. *guapé-açú*, aguapé grande; corr. *guapy-açú*, cabeceira grande; Rio de Janeiro. Vide *Guapira*. (Dr. Theodoro Sampaio).

GUAPIMIRIM. Composto de *guapé-mirim;* aguapé pequeno; corr. *guapy-mirim*, cabeceira pequena; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

GUAPIRA. Composto de *guá-apira*, começo do valle, as cabeceiras, as nascentes; alt. *guapyra*; *guapy*, *gapira* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUAPIRA. Nome que traz um serrote, ramificação da serra Cantareira; na com. da capital do Estado de S. Paulo. "*Guapira*, com referencia ao serrote, diz o Dr. J. M. de Almeida, significa cortado. De *gu*, reciproco; *á*, cortar; *pira*, verbal para formar participio passivo. Allusivo a fazer ahi uma depressão ou *aberta* tão funda que semelha um corte".

GUAPIRA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Tieté, na com. da capital. Recebe o Tremembé. O Sr. Orville Derby, na *Folha de Atibaia*, diz ser esse rio tambem chamado Cabuçú de Cima. Informações particulares nos mencionam o Cabuçú como affl. do Guapira e entrar neste ultimo o Engordador. "*Guapira*, nome do rio, é, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptella de *Gu-áá-pira*, alagado. De *gu*, reciproco; *áá*, alagar, espraiar em lagôa, encharcar; *pira*, particula de participio passivo. O *gu*, reciproco, é para exprimir que o alagamento é pelas duas margens. Allusivo ás varzeas que o ladeam".

GUAPITUBA. Rio affl. da margem esq. do Tamanduatehy; no mun. de S. Bernardo do Estado de S. Paulo. Era á margem dir. deste ribeirão a villa de S. André, fundada por João Ramalho e creada officialmente em 8 de setembro de 1553.

GUAPIÚ. Corruptela de *Guáá-ipiyãg*, varzeas podres. De *guáá*, enseada, varzea; *ipiyãg*, podre, apodrecido (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUAPORÉ. Composto de *guá-yapó-ré*, valle dos banhados ao longo, isto é, rio dos banhados marginaes, que este é o caracter deste grande affl. do Mamoré (Casal). Pode ser corrupção de *ygapó-ré*, banhados distinctos, separados, ao lado (Dr. Theodoro Sampaio).

GUAPURÁ. Dous morros no mun. de Itanhaem; no Estado de S. Paulo. São ramificações da serra Maritima. Ha o guassú e o mirim. "*Guapurá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-api-ré*, desatado na ponta. De *gu*, reciproco; *api*, ponta, principio ou fim de alguma cousa; *rá*, desatar. Allusivo ao derrocamento no cimo destes morros".

GUARÁ. Subs. ave, passaro, o que se eleva ou vôa; alt. *guará*, *uirá*, *urá*, *oirá*, *huirá* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUARÁ. Sanga do Estado do R. G. do Sul, nas divisas do mun. da capital. Desagua no arroio Araçá, trib. do rio Guahyba. Esta palavra significa garça vermelha (*Ibis rubra*).

GUARACAHÚ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Baquirivá-guassú, trib. do Tieté.

GUARACIABA. Corr. *coaracy-aba*, os cabellos do sol, os cabellos da côr da luz do sol, ruivos, louros. Como nome de mulher pode corresponder á Flavia, Laura (Dr. Theodoro Sampaio).

GUARAHÚ. Corr. *guirá-y*, rio dos passaros (Dr. T. Sampaio). Corruptela de *Quá-ára-aú* por contracção *Qu'-ar'-aú*, máu corredor. De *quá-ára*, participio do verbo *aquá*, correr; *aú*, particula para exprimir defeito ou má vontade na acção (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.)

GUARAHÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Jacupiranga; no mun. de Iguape. E' antes um braço do que um affl. desse rio.

GUARAHÚ. Regato do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Tieté. Recebe o Taboão e o Cangica.

GUARAHÚ. Corrego no mun. da capital de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do Tremembé.

GUARAHUNA e GUARAHUNINHA. Nucleos coloniaes do Estado do Paraná, no mun. de Entre Rios, distantes 18 kils. da villa deste nome, situados entre os rios Imbituva, Tibagy, Almas e Guarahuna. Contém 50 lotes occupados por cerca de 400 polacos e russos e abrangem uma área de 5.546 hectares. Seus habs. dedicam-se principalmente á criação de gado.

GUARAIPÓ. Pov. do Estado do Paraná, no mun. do Serro Azul. Tambem escrevem *Guaraypó*.

GUARAJUBA. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

GUARAMAMA. Vide *Gramame*.

GUARAMAR. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente. Desagua no rio Piassabuçú.

GUARAMATAHY. Vide *Corimatahy*.

GUARAMIRANGA. Villa do Estado do Ceará. Accresente-se no fim: Foi supprimido o mun. pela Lei n. 550 de 25 de agosto de 1899.

GUARANÁ. Subs., *guá-raná*, parecido com o côco, semelhante ao coquilho (*Paullinia sorbilis*, Mrt.). Dr. Theodoro Sampaio.

GUARANESIA. Villa e mun. do Estado de Minas Geraes, creado pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901, que o constituiu com os dists. de Santa Barbara das Canôas e S. Pedro da União, este desmembrado do mun. de Jacuhy e aquelle do de Muzambinho, ficando a séde em Santa Barbara das Canôas, que passou a denominar-se Villa Guaranesia.

GUARANI. Corr. *guarini*, o guerreiro, o que guerreia ou lucta (Dr. Theodoro Sampaio).

GUARANY. Estação da E. de F. Paulista, no ramal do Rincão; no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada em 29 de dezembro de 1901.

GUARANY. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Amaragy.

GUARANY. Corrego do Estado de S. Paulo. Vai para o Tremembé, affl. do rio Guapira, que o é do Tieté.

GUARAPARÉ. Nome de uma tribu selvagem do Estado de Matto Grosso (Casal). Esta palavra é corrupção de *guarapá-ré*, arcos differentes, arcos de outra forma (Dr. Theodoro Sampaio).

GUARAPARI. Corr. *guará-pari*, o cercado dos passaros; corr. *guara-parî* ou *parim*, os passaros mancos (Dr. T. Sampaio). No Estado do E. Santo escrevem *Guarapary*.

GUARAPÉS. Corruptela de *Gu-ar-a-pé*, sinuoso e raso. De *gu*, reciproco; *ar*, ladear, com o accrescimo de *a* (breve) por acabar em consoante e ter de ligar a *pé*, chato, plano, á superficie (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUARAPÉS. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do Bacuruvú.

GUARAPEVA. Corruptela de *Caá-pé-bae*, veloz e raso. De *caá*, pressa, destreza; *pé*, chato, plano, á superficie; *bae* (breve) para formar participio, significando — o que é — (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUARAPEVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Parahytinga.

GUARAPINUMÃ. Nome da entrada para o porto de Santos; no Estado de S. Paulo. "Quando não tinha maior conhecimento do systema das denominações em tupi, escrevi, diz o Dr. J. M. de Almeida, que *Guarapinumã* era corrupção de *Guirá-pixuna*, passaros noctivagos, que ahi abundariam e ainda abundam. Hoje, porém, tornou-se-me manifesto o erro daquella explicação. *Guarapinumã* é corruptela de *Guâá-ri-pé-nêmã*, caminho de voltas e revoltas para a enseada. De *guáá*, enseada; *ri*, exprimindo communicação; *pé*, caminho; *nêmã*, voltas e revoltas. Allusivo a ser de muitas voltas e revoltas o canal".

GUARAPIRANGA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

GUARAPIRANGA. Antiga aldêa de Guayanazes, nas immediações do local em que é a actual cidade de S. Paulo, parecendo que era para os lados do mun. de Santo Amaro, pois que o rio Mboy-guassú é tambem conhecido por Guarapiranga. "Esse nome, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Gu-iri-apir-ã-nga*, cabeceiras empinadas. De *gu*, reciproco; *iri*, rio; *apir*, principio, formando *iri-apir*, cabeceira de rio; *ã*, empinar, com o suffixo *nga* (breve) para formar supino". *Guarapiranga*, segundo Martius, significa — guará vermelho.

GUARAPIRANGA. Rio do Estado de S. Paulo. Linhas 2 em logar de — Jurubatuba — leia-se Grande. Accrescente-se no fim: Na *Carta* de Orville Derby figura esse rio tambem com a denominação de Mboy-guassú.

GUARAPÓ. Corruptela de *Quâr-apó*, saltos e póços. De *quâr*, poço, bojo, buraco; *apó*, saltar (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUARAPOCAIA. Corruptela de *Quâr-a-pógca-ayè*, contrahido em *Quâr-a-pogc'-ayè*, arremesso e muito estrondo. De *quâr-a*, aremesso, golpe; *póg*, estrondar, levado ao supino pelo accrescimo de *ca* (breve); *ayè*, muito. Allusivo á constante e forte arrebentação de ondas nessa praia. (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo;* obra posthuma. 1902).

GUARAPUAVA. Corr. *guará-puaba*, *guará* = *guirá* passaros; *puaba* ou *mbuaba*, rumor, barulho, ruido; portanto *guirapuaba*, o rumor dos passaros, o canto dos aves; Paraná. (Dr. Theodoro Sampaio).

GUARAQUISSAVA. Ninho dos passaros, ou dormida das aves. Compõe-se de *guará-kicuba* ou *guira-kicaba*. No Estado dizem *Guarakessava*.

GUARARÁ. Subs., o tambor usado pelo gentio. Tambem significa o manhoso, o investigador (Baptista Caetano).

GUARARÁ. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Tamanduatehy; no mun. de S. Bernardo. "*Guarará*, diz o Dr. J. M. de Almeida, torcido e ladeador. De *gu*, reciproco, para exprimir successão do facto; *á*, torcer. Allusivo a ser muito sinuoso".

GUARARAPES. Corr. *guarará-pe*, nos tambores, Pernambuco (Dr. T. Sampaio).

GUARARARÚ. Morro notavel na cordilheira que, de N. a S., divide em duas vertentes a ilha de Santo Amaro, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. Ha tambem um pequeno rio que nasce nesse morro e desagua no canal da Bertioga. « *Guararará*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Quar-a-rirá*, tem buracos. De *quar-a*, buraco, bojo, poço; *rirá*, para exprimir ter, conter. O *i* de *rirá* tem som guttural; e para uns sôa como *a*, para outros como *u*. Allusivo, quanto ao morro, a ter em baixo, cavernas e no alto buracos; e, quanto ao rio, a ter peráus ». Vide *Guararuhú*.

GUARAREMA. Composto de *guara-rema*, *guara* ou *ibira* ou *imira*, o pau, a madeira; *rema*, fetido, que exhala mau cheiro; nome do pau d'alho (*Seguiera floribunda*). Dr. T. Sampaio. *Guararema*, corruptela de *Gu-ar-ar-'e-ma*, de queda em queda ao sahir. De *gu*, reciproco; *ar*, cahir, repetido para exprimir a successão do facto; *hẽ*, sahida, com a apheresis do *h* por ser antecedido de uma consoante, e tomando a forma de gerundio, pelo accrescimo do suffixo *ma* (breve), para significar — ao sahir — .Allusivo a ter ingreme o leito, com um pequeno salto e cachoeiras, ao fazer barra no rio Parahyba (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo.* 1902).

GUARARUHÚ. E' o mesmo morro, na ilha de Santo Amaro já retro descripto sob o nome *Guararará*; no mun. de Santos. Antigas chronicas o nomeiam *Guararuhú*; e isso não destôa do outro nome *Guararará*, exprimindo um volcão apagado ou extincto, desde longas eras. *Guararuhú* o mesmo que *Guará-rũ-hú*, revolvido interiormente como que arquejando por vomitar. De *guará*, revolver; *rũ*, revolução, interior; *hú*, arquejar por vomitar. Mas hoje é conhecido por *Guararará* (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

GUARATAN. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Itapetininga; no mun. deste nome. O Dr. J. Mendes diz: « *Gu-ar-atã*, ambas as margens a prumo. De *gu*, reciproco; *ar*, lado, ladear; *atã*, erecto e teso. Esta palavra *atã* é apocope de *tatã*. Nada tem este nome com a arvore *guaratan*, podendo, entretanto, abundar em suas margens ».

GUARATIBA. Corr. *guará-tyba*, os guarás em abundancia; pode ser corrupção de *guirá-tyba*, a passarada, as aves em abundancia (Dr. T. Sampaio). Guaratuba tem os mesmos significados.

GUARATIMBÓ. Composto de *guará-timbú* ou *ibira-timbó*, timbó arborescente, arvore a cujas cascas se attribue os mesmos effeitos do timbó. Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

GUARATINGUETÁ. As garças, as aves brancas. Vocabulo composto de *guaratinga-etá*.

GUARATUBA. Pequeno rio do Estado de São Paulo; nasce no morro Caiobá e desagua no Ribeira de Iguape, formando na foz uma lagôa; no mun. de Iguape. A respeito do significado desta palavra, diz o Dr. J. M. de Almeida: « Segundo Martius e outros deturpadores da lingua tupi, *Guaratuba* significaria — abundancia de guará — ». Mas o indigena era muito intelligente para que cogitasse disso. *Guaratuba*, corruptela de *Gu-ar-aty-bae*, erectas ambas as margens. De *gu*, reciproco, para exprimir as duas margens; *ar*, lado; *aty*, levantado, erecto, a prumo, em montão; *bae* (breve) para formar participio. O som do *y* é guttural. Allusivo a correr entre barrancas erectas. ». Vide *Guaratiba*.

GUARDA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

GUAREHY. Corr. *guara-y* ou *guirá-y*, o rio dos passaros; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). *Guarehy*, corruptela de *Gu-aré-i*, tardo perseverantemente. De *gu*, reciproco; *aré*, ser tardo, vagaroso, lento; *i*, posposição para exprimir perseverança (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902). Segundo Martius essa palavra significa — rio de guarás.

GUAREHY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Capivary; no mun. deste nome.

GUAREHY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, nasce na face SE. da serra Itatim e desagua no oceano, no mun. de Itanhaem. Tambem escrevem *Guarahy* e *Guarahú*.

GUARIBA. Accrescente-se no fim: Baptista Caetano diz: « Corrupção de *guahur-ib*, o chefe ou principal dos berradores ou cantores ». Nome de um simio uivador (*Mycetes*).

GUARIBAS. Pequeno pov. no mun. de Itapecurú-mirim do Estado do Maranhão.

GUARIBAS. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Barreirinhas e desagua no rio Preguiças.

GUARIPOCABA. O Dr. J. Mendes, diz: « *Gu-ári-pó-guá-bae*, de que *Guaripocaba* é corruptela, significa — o que é atado de alto a baixo. De *gu*, reciproco; *ári*, sobre, cima; *pó*, saltar, empregado, porém, para formar a locução ou adverbio *gu-ári-pó*, de alto a baixo; *guá*, atar, cingir, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que é ».

GUARIPÚ. Rio affl. da margem esq. do Sapucahy; no mun. de Batataes e Estado de S. Paulo. « *Gu-ari-pú*, ruidoso de alto a baixo. De *gu-ari*, de alto a baixo; *pú*, ruido. Allusivo a fazerem barulho as suas aguas, quando descem do monte, de salto em salto, de cachoeira em cachoeira » (Dr. J. Mendes. *Dicc.* cit.).

GUARIROBA. Morro do Estado de Goyaz, no dist. de S. José de Mossamedes.

GUARITA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. do Rio Claro, nas divisas do dist. do Passa Cinco.

GUARÚ. Corr. *arú*, nome de um sapo ou rã cujo coaxar nas lagôas imita o escarneo ou motejo (arú); o escarninho, o motejador (Dr. T. Sampaio).

GUARUJÁ. Corr. *guarú-yá*, o guarú ou o sapo se cria ou cresce, o viveiro das rãs; é o mesmo *aruyá*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). *Guarujá* corruptela de *Gu-ár-yyá*, abertura de um do outro lado. De *gu*, reciproco; *ár*, ladear; *yá*, abrir, gretar, rachar, precedido de *y*, relativo. Os verbos *ár* e *yá*, estando no infinitivo sem caso, significam a acção geral, lado e abertura. Allusivo a existir ahi, em um morro, que se prolonga até o mar, uma especie de gruta, communicada para ambos os lados. O morro é denominado *Ytapú*. De *ytá*, pedra, morro; *pug*, arrebentar, significando morro arrebentado ou furado, allusivo á gruta (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

GUARULHOS. Corr. *guarú* ou *arú*, o escarninho, o motejador, o zombeteiro (Casal). Nome de uma tribu selvagem do Rio de Janeiro e de S. Paulo. O Dr. J. Mendes de Almeida, tratando da villa da Conceição dos Guarulhos, diz: « Foi ahi um aldeamento de indigenas, trazidos para aquelle lugar em 1560, depois da derrota que soffreram em Piratininga (S. Paulo). Por isso foram desde então conhecidos por *Gu-arú-bo*, trazidos. De *gu*, reciproco; *arú*, trazer; *bo* (breve), para formar supino e ao mesmo tempo exprimir o modo de estar. Não eram, pois, indigenas cuja nação se denominaria *Guarulhos*; nem em tupi ha a lettra *l* e muito menos *lh* ».

GUASSAHY. Campo extenso nos muns. de Cotia e de S. Roque, no Estado de S. Paulo. «*Guassuhy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-açáî-ii*, esparzido e duro. De *gu*, reciproco; *açáî*, esparzir, estender; *ii*, duro, rijo, apertado. Allusivo a ser um vastissimo campo secco e duro ». Tambem é conhecido por Vargem Grande.

GUATAPARÁ. Estação da E. de F. Paulista, no ramal do Rincão, no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada em 29 de dezembro de 1901.

GUATAPARÁ. Rio do Estado de S. Paulo affl. da margem dir. do Mogy-guassú, no mun. de Ribeirão Preto. Guatapará é a denominação de um pequeno veado que habita os cerrados de beira-campo. «Mas o nome desse ribeirão, diz o Dr. J. Mendes, nada tem com o veado. *Guatapará* é corruptela de *Gu-ytapá-rá*, dique granitico levantado de uma a outra margem. De *gu*, reciproco, para exprimir o facto em relação ás duas margens, *ytapá*, que alguns dizem corruptamente *ilaipava*, logar de pedra; *rá*, levantado. Allusivo a ser encachoeirado e com saltos. »

GUATEMY. Corruptela de *Gu-ateỹ-ma-i*, contrahido em *Gu-ateỹ-m'-i*, perseverantemente frouxo. De *gu*, reciproco, *ateỹ*, ser frouxo, com o suffixo *ma* (breve) para formar supino; *i*, posposição de perseverança. Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

GUATINGA. Grande varzea no continente do Estado de S. Paulo, banhada pela maré, por detraz da ilha Guaniquê, no mun. de Santos. Ha um serrote do mesmo nome que forma o fundo desta varzea. Vide *Quatinga* e *Coatinga*. «*Guatinga*, nome da varzea, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Guâã-ty-nga*, ensecada atada. De *guâã*, ensecada; *ty*, atar com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a ser como um sacco. *Guatinga*, nome do serrote, é corruptela de *Gu-haty-nga*, pontuda; supino de *haty*, ter ponta ».

GUATINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taiaçupeva, entre os muns. de Mogy das Cruzes, Santa Branca e Jacarehy. Com o mesmo nome ha umas lagôas nos muns. de Jacarehy e de Lorena.

GUATÓ. Nome de uma tribu selvagem de Matto Grosso, muito preguiçosa (Casal). Esta palavra é composta de *guatá-ú*. o que não gosta de andar, o que supprime o andar.

GUAVIRUTUBA. Morro do Estado de S. Paulo, á margem esq. do corrego do seu nome, a O. da serra Itaberaba, entre os muns. de Nazareth, Mogy das Cruzes e Conceição dos Guarulhos. «*Guavirutuba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu- abir-yty-bo*, de ponta elevada. De *gu*, reciproco; *abir*, elevar, levantar, alçar; *yty*, ponta; *bo* (breve) correspondendo ao *gu* reciproco, para exprimir o modo de estar. Allusivo a ser grosso na base, tendo porém no cimo uma ponta que se afina e se eleva ».

GUAVIRUTUBA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Tapera Grande, este do Pinheiros e este do Juquery.

GUAVIRUTUBA. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Atibaia. Esta palavra, segundo alguns, significa abundancia de guariroba ou guabiroba. O Dr. J. M. de Almeida, que escreve *Guavirotuba*, diz: «Nada tem o nome deste ribeirão com a palmeira, cujo palmito é amargo, nem com a saborosa fructa guabiroba. *Guavirotuba* é simplesmente corruptela de *Gu-abirú-tuî-bae*, o que reflue formando em si mesmo barriga. De *gu*, reciproco; *abirú*, barriga, recheio; *tuî*, refluir; *bae* (breve), particula de participio. O *b* foi mudado em *v* pelos portuguezes, por vicio de pronuncia. Allusivo a ter o leito mais baixo do que o nivel das aguas do rio Atibaia nas enchentes deste, de sorte que suas aguas encontram resistencia, e refluem, alargando-lhe as margens. »

GUAVIRUUVA. Morro no mun. de Iguape do Estado de S. Paulo. « *Guaviruuva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Gu-abirû-ii-bo*, barrigudo e resvaladiço. De *gu*, reciproco, correspondendo a *bo* (breve) final, para exprimir o modo de estar ou a qualidade; *abirû*, ter barriga, inchar; *ii*, resvalar, ser limoso, sujo. O primeiro *i* de *ii* tem som guttural. Allusivo a ser grosso, e escorregadio por causa do limo. Este morro é tambem conhecido pelo nome *Gipuvuva*, corruptela de *Cỹ-pi-ii-rú*, tão liso que se põe escorregadio. De *cỹ*, liso; *pi*, pé; *ii* resvalar; *rú*, particula que significa — por-se, tornar-se —, exprimindo tambem a qualidade da cousa. Os indigenas eram engenhosos nas denominações; e, sempre que na mesma região podiam empregar nomes cujo som fosse identico ou quasi identico, embora com significações diversas, preferiam taes nomes. »

GUAVIRUUVA. Rio affl. da margem dir. do Piroupava; no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Guaviruuva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-abirû-ii-bo*, cabelludo e sujo. De *gu*, reciproco, correspondente ao *bo* (breve) final para exprimir o modo de estar; *abirû*, ter cabello, cabelludo; *ii*, ser sujo, limoso, resvaladiço. O primeiro *i* de *ii* tem som guttural segundo a regra do padre Montoya. Allusivo a ser entupido de *capim-guassú*, cujas pontas apparecem sobre a agua; e a ter fundo charcoso. E' considerado *rio morto*.

GUAXATUBA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Cabreuva. Estende-se pela margem dir. do rio Tieté. « *Guaxatuba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-achỹ-ty-bae*, ponteagudo e liso. De *gu*, reciproco; *achỹ*, ser liso, resvaladio; *ty*, apontar, ter ponta, levado ao participio pelo accrescimo de *bae* (breve) exprimindo — o que —: Guttural o *y* ». Seu pico tem 965 metros de altura.

GUAXIMIM. Corr. *guáva-chinî*, alt. *gua-chinî*, cão pullador ou saltitante (*Galictis vitata*), vulgo, o cachorrinho do matto (Dr. T. Sampaio).

GUAXINDIBA. Vide *Guacenduba*.

GUAXINDUBA. Morro entre os muns. de Jundiahy e de Parnahyba; no Estado de S. Paulo. « *Guaxinduba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-achỹ-nd-ii-bo*, sujo e resvaladiço. De *gu*, reciproco; *achỹ*, resvallar, escorregar; *nd*, intercalação por causa do som nazal de *achỹ*: *ii*, sujo; *bo* (breve), para exprimir o modo de ser, qualidade, condição. O *ii* tem som guttural. Allusivo a ser limoso e lamacento, e, portanto, escorregadio ». Ha quem escreva *Guazanduva* e *Cazinduva*. Vide *Guaxanduva*.

GUAXINDUBA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; nasce no serrote Fartura e, reunido ao do Machado, vão desaguar no rio do Peixe pela margem dir.; no mun. de S. José dos Campos. Tem tres quedas de 5 a 6 metros de altura cada uma. « *Guaxinduba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Guachỹ-ndu-bo*, deslisa-se aos saltos. De *gú*, reciproco; *achỹ*, o mesmo que *cỹ*, deslisar, resvalar, escorregar; *ndú*, o mesmo que *tú*, saltos, mudado o *t* em *nd*, por causa do som nasal de *achỹ*, com o suffixo *bo*, para exprimir o modo de estar. Allusivo ás lindas cascatas e quedas d'agua que esses ribeirões fazem ao cahir das serras em que nascem ».

GUAXINDUBA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; nasce na serra do Japy, e desagua no ribeirão Cururú; nos muns. de Cabreuva e de Itú. Tem uma linda cascata.

GUAXINGÚ. Cachoeira no rio Sorocaba; no mun. de Tatuhy e Estado de S. Paulo. « *Guaxingú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu- atî-ng-ii*, atalho em resvaladouro. De *gu*, reciproco, para exprimir de uma á outra margem; *atî*, atalhar, rodear; *ng*, intercalação nasal; *ii*, resvalar. Allusivo a ser ahi um dique com tão forte desnivelamento, que, para muitos, é mais um salto do que uma cachoeira ».

GUAXINGÚ. Lagôa, em um campo, entre os muns. de Campo Largo e de Sorocaba; no Estado de S. Paulo.

GUAXO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo; entre os muns. de Santa Barbara e Santa Cruz do Rio Pardo. « *Guaxo*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gu-áchy*, resvaladio. De *gu*, reciproco; *achy*, escorregadio, resvaladio, lubrico. O *y* é guttural e breve. Allusivo a ter lodo e limo no leito ».

GUAYA. Adj. no tp. c. domesticado, manso, cultivado (Dr. T. Sampaio).

GUAYÁ, *guayab*, aggiomerado de sementes, nome do *psidium* no tupi; alt. *goiaba*, *goyaba*, *goiava*, s., o caranguejo do genero *Guaiæ* e *Carcini*, vulgo *guajá* (Dr. T. Sampaio).

GUAYAMUM. Composto de *guayã-mú*, o caranguejo negro, escuro ou azulado. Vide *Guayá* (Dr. T. Sampaio). Assim denominava-se a uma malta de capoeiras existentes no Rio de Janeiro.

GUAYANAZ. Corr. *guayanã*, como escreveu Anchieta; composto de *guay-anam*, individuo parente, povo da mesma raça; tratamento de certo dos tupis do littoral para com os do campo de Piratininga; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

GUAYAUNA. Rio do Estado de São Paulo. Linhas duas em lugar de Jacaré—leia-se Jacuné.

GUAYAZ. Corrupção de *guaỹ-á*, individuo egual, gente semelhante, parecida, povo da mesma raça; nome de uma nação selvagem do Araguaya, chamada pelos sertanistas *Guayá*, que se alterou depois para *Goyaz*.

GUAYBÊ ou **GUAIMBÊ.** Nome da ilha á que os portuguezes deram o nome de Santo Amaro, a NNO. da de S. Vicente, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. Tem a extensão de 30 kils. e 20 na maior largura, mais ou menos. Foi doada pelo rei de Portugal a Pero Lopes de Souza em 1534. « Nada tem o nome desta ilha, diz o Dr. J. M. de Almeida, com *guaî-imbé*, por contracção *guaî-'mbé*, cipó de amarrar. De *guaî*, cingir, amarrar, atar; *imbé*, cipó, arbusto da familia das *Aroideas*, conhecido na sciencia por *Arum*. O padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, escreveu *Guembé*. Bem examinado o caso, verifiquei que esse nome é corruptela de *Quaî-i-mb-é*, separada por ter sido cortada. De *quaî*, cortar, com i por accrescimo, para exprimir neste verbo a causa; *mb*, intercalação nasal da pronuncia de *quaî-i*, segundo a regra ensinada pelo padre A. R. de Montoya é — á parte separada. Allusivo a ter sido cortado do continente este pedaço de terra, que forma a ilha. »

GUAYCANANS. Nome de uma tribu selvagem do Estado do R. G. do Sul. "Composto de *guay-aca-nã*, individuo de cabeça grande, de craneo espesso" (Dr. T. Sampaio).

GUAYCUHY. Composto de *guay-cui-y*, rio das velhas (Casal), mais propriamente se diria no tupi *guaimi-y*, para

significar — rio das velhas —; entretanto *guay-cui* se traduz: individuo duradouro, gente que perdura e, portanto, velha (Dr. T. Sampaio).

GUAYCURÚ. Composto de *guay-curú*, individuo sarnento, cheio de feridas ou pustulas, o perebento; nome ou appellido de uma nação selvagem das margens do Paraguay em Matto Grosso. O appellido é deprimente e applicado pelos seus contrarios, porque o seu nome nacional é *Yoaqe*, e entre os portuguezes e brasileiros — *Cavalleiros*. (Dr. T. Sampaio).

GUAYNUMBI. Composto de *guay-n-omby*, individuo verde, aquelle que é de cor verde ou azul; nome de um beija-flor (*Trochilidæ*). Dr. Theodoro Sampaio.

GUAYOVIRA. Estação no Ramal de Santa Rita do Paraiso; no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada em 1º de Junho de 1900. Fica no kil. 40.

GUAYRÁ. Composto de *guay-rá*, aquelle que cahe, o que tomba, a cataracta; nome do grande salto do Paraná, tambem conhecido pelo salto das Sete Quedas; pode ser ainda corruptela de *guá-y-rá*, agua que sahe do valle, ou que se despeja do concavo, do socavão (Dr. Theodoro Sampaio). *Guayra*, nome attribuido a um grande salto no rio Paraná. Digo attribuido porque Guayra é corruptela de *Gu-hair-a*, signal de limites, raia. De *gu*, reciproco; *hair* com o accrescimo de *a* (breve) por acabar em consoante, limitar, raiar, raia. As reducções de indigenas, formadas no seculo XVII pelos padres da Companhia de Jesus, e destruidas pelos Paulistas em 1628-1634, trazem mal esse nome; salvo para assignalar que haviam sido estabelecidas dentro dos limites do dominio de Portugal, desde a margem dir. e quasi á foz do rio Piquiri. O rio Paraná logo que, aguas abaixo, é deixada a ilha das Sete Quedas, forma o salto, por estreitar ahi seu leito a serra Maracajú, atravez da qual se despenha immediatamente em sete quedas. Alguns tem escripto *Guayrá*. Eu mesmo, em minha obra *Algumas Notas Genealogicas*, não podendo explicar tal nome como de reducções ou aldeiamentos, soccorri-me ao *Guára*, morador, escrevendo ainda erradamente *Goára*. Desproposito somente justificavel pela ignorancia da lingua tupi, então que tal escrevi. (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.)

GUAYRÚ. Serra do Estado da Bahia, nas divisas do dist. da Tapera.

GUAYUNA. No Suppl. do 3º vol. Em lugar de Gayuna, leia-se Guayauna e accrescente-se no fim: Pertence ao dist. da Penha de França do mun. da capital.

GUEDES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

GUERERÊ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Iguarassú.

GUERINDÓ. Ilha no mun. de Arayoses, do Estado do Maranhão.

GUIA. Parochia do Estado de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: Foi incorporada ao mun. da capital pela Lei n. 211 de 1º de maio de 1899 e de novo ao mun. do Livramento pela Lei n. 229 de 8 de março de 1900.

GUILHERME. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Goitá.

GUIMARÃES Arraial do termo de Estancia, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

GUIMARÃES. Estação do ramal ferreo Dumont; no Estado de S. Paulo.

GUIMARÃES. Villa do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. J. Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: "*Guimarães*, antiga fazenda Guarapiranga, situada sobre a borda septemtrional da bahia de Cuman, em que se lança o rio Pericuman, fica a 98 kils. e a NO. da Capital. Tem porto maritimo frequentado pelos vapores costeiros e possue alguns predios regulares. Seu mun. conta muitos engenhos de assucar. Exporta, principalmente, assucar, aguardente, cereaes, peixe e camarão, com que contribue para o abastecimento dos mercados da capital e do Pará. Calcula-se a sua pop. em 3.000 habs. Perto fica o lugar Cuman, com praias excellentes para banhos de mar, ao longo da bahia do mesmo nome, em cuja entrada se acha a ilha Coroa dos Ovos. Na costa e a SE. desta bahia, vê-se o morro de Itacolumim, onde se ergue um pharol, cujos raios luminosos attingem o logar, em que se submergio, em 1864, nos baixos dos Atins, situados defronte da ponta do mesmo nome, na entrada septemtrional da bahia de Cuman, a barca *Ville de Boulogne*, que foi o leito de agonia do inolvidavel Gonçalves Dias. Pode-se comparar este pharol a uma lampada sagrada, illuminando o tumulo do grande poeta. Guimarães é o berço do senador João Pedro Dias Vieira e do General Francisco Manoel da Cunha Junior, que prestou relevantes serviços na guerra do Paraguay.

GUIRAPONGA. Composto de *guirá-ponga*, passaro martellante, ou sonante. Vide *Araponga* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUIRRA. Rio do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes o menciona como affl. da margem dir. e diz: "*Guirra*, corrupção de *Gui-ii-ra*, resvalar, resvaladiço; intercalação em *gâira*, a parte inferior, o baixo, o fundo. Allusivo a ter no leito pedras tão lisas e cobertas de limo que é difficil andar ahi sem resvalar."

GULOSO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy.

GUPIARA. Morro do Estado de Minas Geraes, no perimetro da cidade da Diamantina. E' aurifero e diamantino; composto de terras saibrosas, cretaceas e argillosas, de envolta com fragmentos de mica e quartzo de forma angular e que fornece excellentes mananciaes de pura agua potavel a diversas casas edificadas nas suas fraldas. Vide *Guapiara*.

GURÚ-MIRIM. Serra do Estado de Minas Geraes, entre Tres Corações e Bacpendy.

GURUPÁ. Composto de *curupá*, ou *cô-rupá*, o logar da roça, sitio de plantação ou cultura, Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

GURUPY. Corruptela de *gorú=corúp-y*, rio das roças (Dr. Theodoro Sampaio).

GURUPY. Serra nas divisas dos Estados do Maranhão e do Pará. E' porção occidental da serra da Desordem, que separa as vertentes do Gurupy das do Tocantins; seguindo para o norte as do Gurupy das do Pindará; e, continuando mais adiante com o nome de serra de Tiracambú, as vertentes do mesmo rio Gurupy das do Tury-assú. (Dr. Justo Jansen Ferreira. *Obr.* cit).

GURUPY. Rio entre o Pará e o Maranhão. Accrescente-se no fim: No jornal *O Paiz* do Maranhão, nos ns. 54 e 55 de 1873, vem publicado o seguinte *Relatorio*, que sobre este rio escreveu o Dr. Gustavo L. G. Dodt: "*As cabeceiras*. Na base septemtrional da serra, conhecida pelo nome de — Serra do Gurupy —, que parece ser um braço ou prolongamento da — Serra da Desordem —, parallela ao Tocantins, nasce um numero consideravel de pequenos riachos ou igarapés, só conhecidos dos indios que habitam as mattas daquelles sertões. Todos elles se reunem em tres braços principaes, sendo mais meridional o *Cajú-apara* e o mais septemtrional o Ytinga ou rio Branco. Entre elles, porém, mais ao lado do N., fica o Tucumandiua que depois se constitue trib. do Ytinga. Formando-se estes tres braços principaes de muitos igarapés pequenos, torna-se, até certo ponto, difficil a determinação do lugar onde nascem. Considerando-se, porém, que as ultimas veias d'agua são muito insignificantes e approximadas umas ás outras, de sorte que o terreno occupado por todas se torna muito limitado, e como uma differença de um ou dous kils. nada influe em um terreno tão vasto e inculto, podemos ter como muito approximadas, se não exactas, as posições seguintes: a nascença do Cajú-

apara 5º9' S.; 4º46' O.; a do Tucumandiua 4º40' S.; 6º2'O; a do Ytinga 4º16'S.; 5º42'O. Desses pontos para baixo correm os tres riachos no meio de jussaraes immensos., recebendo de um e outro lado pequenos trib. que os fazem engrossar insensivelmente de tal maneira, que o Ytinga depois de ter recebido o Tucumandiua em 4º26'10" S. e 5º18'30" O., tem 16m de largura e 0m,5 a 1m,0 de profundidade. O Cajú-apara adquire as mesmas dimensões já no lugar denominado — Repartimento — em 4º40'20"S. e 4º57'0"O. Todas essas veias d'agua accumuladas, de um lado no Cajú-apara, do outro no Ytinga, reunem-se no lugar denominado Cajú-apara em 4º17'4" S. e 5º9'10" O. para formarem o Gurupy. Ellas são naturalmente innavegaveis ou ao menos só navegaveis por canôas feitas da casca do jutahy ou jatobá, que actualmente são alli os unicos vehiculos para transporte de cargas. Mas essa mesma navegação de canôas pequenas é extremamente difficultosa por causa das muitas madeiras, que obstruem em toda a parte os canaes e sobre as quaes muitas vezes vão arrastadas as canôas. O fundo um pouco flexivel das canôas feitas da casca do jutahy presta-se a esta manobra melhor do que as de madeira, e além disso demandam aquellas menos agua. Estas vantagens, reunidas ás de ser sua construcção mais facil e seu custo menor, fazem que sejam ellas preferidas ás de madeira, si bem que não durem tanto e offereçam maior risco, pois basta romper-se um dos cipós com que são amarradas para que se afundem.— *Curso do Gurupy do Cajú-apara até á barra do Gurupy-mirim*. O Gurupy, formado pela confluencia do Cajú-apara e Ytinga começa seu curso com uma largura de 20m e uma profundidade variavel de 1m a 2m. Pouco augmenta elle estas dimensões antes de receber as aguas do Gurupy-mirim, apezar de receber nesta extensão como trib. do lado do Maranhão o Cajueiro, Guarimandiua, Apara, Apuy, Puranga e Panema; e do lado do Pará o Surubyjú; e de um e outro lado alguns outros riachos menores: Como todos os rios pequenos procura o Gurupy nesta extensão seu caminho em mil voltas caprichosas que augmentam a distancia em linha recta, entre os dous pontos extremos de 97m,5 a 190m, portanto a mais do dobro. Estas voltas, em grande parte apertadissimas, são um obstaculo extraordinario á navegação. — *Curso do Gurupy, da barra do Gurupy-mirim até ás Pedras de Amolar*. Só depois de ter recebido em 3º 32' 44" S. e 4º 45' 30" O. as aguas do Gurupy-mirim, que vem do lado do Pará, começa o Gurupy a merecer o nome de rio, tendo sido até esse lugar pouco mais do que um riacho. Sua largura eleva-se logo ao dobro da que tem mais acima, isto é, de 40m attinge nesta secção a 80m. Sua profundidade, porém, não augmenta, antes diminue. Em muitos lugares chega ella em verdade a ser de 3m e 4m, mas em muitos outros fica reduzida a 0m,6. As curvas deixam de ser tão apertadas, como na secção superior, todavia são ellas ainda consideraveis e augmentam a distancia, que é, em linha recta de 170m a 304m. As accumulações de madeira ainda continuam, não são, porém, já tão numerosas, nem tão consideraveis. Para tornar esta secção navegavel, ao menos na epocha das cheias, isto é, de dezembro a maio, bastaria a remoção das coivaras que nella se formam. O rio recebe nesta secção como trib. do lado do Maranhão o Boca Funda, Itaquatiua, Traquatiua, Cunhã-moçú, Araparytiua, Açú, Jararaca e alguns riachos menores; do lado do Pará, o Pimental, Aningal, Uraim e alguns riachos menores. De todos estes confluentes é, porém, o Uraim o unico importante que pode ser navegado em não pequena distancia por canôas de 1.000 a 1.500 kilogrammos de porte. O mesmo acontece a respeito do Gurupy-mirim. — *Curso do Gurupy de Pedras de Amolar á povoação do Gurupy*. Esta secção do rio, que começa em 2º 30' 0" S. e 3º 49' 0" O. vae até 1º 35' 30" S. e 3º 3' 0" O., e tem 132 kils. de extensão em linha recta, que as voltas do rio augmentam a 228,5 kils., é a mais importante de todas, pois ella abrange a zona das cachoeiras, que tornam o rio innavegavel com excepção das aguas. Excluindo-se as menores, que são consideradas como baixos, contam-se 18 cachoeiras distinctas, que se repartem, todavia, com muita desegualdade sobre esta zona. Logo no principio acham-se sete, tão proximas umas das outras que formam um grupo separado; o mesmo acontece em baixo com outras sete. Das quatro restantes, acham-se duas destacadas no meio entre esses dous grupos, e, das outras duas, uma á pouca distancia abaixo do grupo inferior, e a outra separada desta por uma distancia consideravel no fim desta mesma secção. As partes do rio, que ficam entre os dous grupos principaes, e as cachoeiras destacadas entre ellas, bem como as que ficam entre as que compõem os grupos, são em muitos logares tão cheias de pedras isoladas, de baixos e corredeiras, que por si sós difficultariam a navegação, si não ficassem despercebidas em vista dos perigos e das difficuldades que se apresentam nas mesmas cachoeiras. E estas são, em verdade, consideraveis. As canôas que navegam alli são arrastadas por espias de pedra, aproveitando-se dos remansos, que se formam no lado de baixo das pedras maiores para segurar a canôa, emquanto a parte da tripolação que trabalha na espia ganha uma outra pedra onde possa firmar o pé para puxar a canôa um pouco mais adiante. Ao mesmo tempo devem, pelo menos, duas pessôas sustentar a canôa, por meio de varas compridas, afim de conservar-se sempre no fio d'agua, pois, si ficar atravessada, ou si partir-se a espia, pode contar-se com toda a certeza que se alaga, ou despedaça-se nas pedras mais em baixo. Si desta forma a subida é arriscada e trabalhosa, é a descida ainda mais perigosa e exige o maior cuidado para poder vencer-se esta zona sem desastre. Mas, não ha anno, em que estes não se deem. Desde o lugar denominado Pedras de Amolar começa uma serie de pedras isoladas que formam, em 2,5 kils. de distancia, uma cachoeira pequena denominada *Baixo da Mucura-aia*. Desta para baixo continuam as pedras isoladas, ora augmentando, ora diminuindo seu numero em uma extensão de 5 kils., onde o rio começa a dividir-se, no meio de numerosas ilhotas de pedra, em muitos braços pequenos, que, ora unindo-se, ora apartando-se, correm em leitos eriçados de pedras e formam no principio a cachoeira de *Moção-açú*; 5,0 kils. mais adiante a da *Lavadeira*; 1,0 kil. mais adiante a da *Magdalena*; 1,0 kil. adiante a do *Jacaré-canga*, e mais 1 kil. adiante a do *Tapiú-açú*. Abaixo desta, e tendo passado com mais 1,5 kil. o baixo da barra do *Gurupy-una*, encontra-se 3,5 kils. distante deste baixo, a cachoeira do *Canindé-açú*, e a 4 kils. mais adiante a do *Canindé-mirim*, que é a ultima do primeiro grupo, que contém na cachoeira *Tapiú-açú* a mais perigosa e consideravel de todas. Podendo-se avaliar a queda, termo medio, de cada uma das outras mencionadas em 1,5m parece que a desta importa em 3m a 4m, e só pode ser vencida pelas canôas passando-as pelos canaes lateraes. Abaixo da cachoeira do Canindé-mirim apresenta o rio uma extensão de 21 kils., quasi toda livre de perigo, apparecendo aqui e acolá umas pedras isoladas até á cachoeira do *Muriá-jupema*, que não é muito consideravel. Abaixo desta segue, na distancia de 27 kils., a da *Tauary-uira*, que tambem é pequena, e 28 kils. abaixo desta começa o segundo grupo com a da *Itapeua*, a que segue em 3 kils. de distancia a de *Tucunaré-quara*; 6 kils. mais abaixo a do *Tamauary*, depois com 11 kils. de distancia a de *Bacury-uira*, e com mais 1 kil. de distancia a de *Panellas*, a que se emenda na distancia de 1 kil. a do *Maguarisinho*, e com mais 2 kils. de distancia a de *Cicatan-minhangaua*. Os intervallos entre estas sete cachoeiras são mais ou menos eriçados de pedras, de forma que as tres ultimas cachoeiras parecem formar uma só. Abaixo destes grupos de cachoeiras encontra-se ainda, na distancia de 12 kils. o secco da *Jutahy-sica*; 7 kils. abaixo deste o do *Cacoal* e 15 kils. mais abaixo o da barra do Gurupysinho. Depois segue uma extensão de 65 kils., apenas interrompida pelo baixo do *Taquandiua*, na distancia de 30 kils., para encontrar-se a ultima cachoeira de *Santo Antonio*, 2,5 kils. acima da pov. do Gurupy, que é a mais insignificante de todas, pois, estendendo a maré sua acção ainda mais acima della, encontra-se alli, ao menos nas horas da enchente, agua morta, de sorte que não ha perigo algum na sua passagem. Pelo que fica exposto comprehende-se que toda esta secção do rio é completamente innavegavel. Só durante o inverno, quando as aguas são muito altas, ficam as cachoeiras de tal forma cobertas que não ha mais perigo na sua passagem. O rio, augmentando paulatinamente sua largura de 30m a 250m, recebe nesta secção, como trib. do lado do Maranhão, além de diversos riachos sem nome: o Gurupy-una, Paratiua, Tucunaré-quara, Anaçutiua, Catharina; do lado do Pará o Coracy-paraná, Tapaiuna-quara, Guajará, Gurupysinho, Sampaio, Taquandiua e outros riachos sem nome. Os mais importantes d'entre estes são: o Gurupy-una, Coracy-paraná e Sampaio. Nesta secção e 56 kils. acima da pov. do Gurupy acha-se, do lado do Maranhão, a situação da antiga colonia militar de S. Pedro de Alcantara.— *Curso do Gurupy, da povoação do Gurupy até sua barra*. Nesta ultima secção adquire o rio proporções

mais consideraveis; sua largura augmenta de 20m a 2 kils. e a profundidade é tal que os vapores da linha costeira podem sem inconveniente algum, ir ao menos até á villa de Vizeu, que se acha distante da barra 25 kils. As curvas, que augmentam tão consideravelmente as distancias mais acima, ficam nesta secção sem grande influencia, de modo que a distancia em linha recta de 68 kils. só cresce a 93,5 kils. O rio forma quatro ilhas menores, achando-se a de Sumauma 5,15 kils. abaixo da pov. de Gurupy, a da Uaijara 64,5 kils. e a do Caranguejo 72 kils. abaixo. Em frente da ilha da Uaijara e na margem esq. do rio está collocada a villa de Vizeu. Logo abaixo da ilha do Caranguejo, acha-se um lugar onde o canal, comquanto fundo, é muito estreito, de sorte que nas aguas baixas das marés vivas a passagem dos vapores se torna um pouco difficil e estes ás vezes alli encalham. Na margem dir., 12 kils. acima da barra, aparta-se um braço, que communica mais em cima por meio de um canal natural com o rio Carutapera. Os confluentes do rio nesta secção são, do lado do Maranhão: Uruna, Tarandiua, S. Lourenço, Anaçutiua; e do lado do Pará: Uiratiua, Manaó, Traquatiua, Juquerytiua, Tapuytiua, Piritiua, Matauna e alguns riachos menores em ambos os lados. Além d'estes, encontram-se, abaixo de Vizeu, no lado do Pará, os igarapés da Agueda, do Campo e Sumauma; e no lado do Maranhão os de Timbotiua, Carutápera e Bacanguinha. Estes, porém, não podem ser considerados como verdadeiros confluentes, pois são braços lateraes, cheios de agua salgada pelo fluxo e refluxo das marés. A barra, que se acha em 1º4' S. e 3º3' O. é franca para navios de mais de 400 toneladas de porte, apezar de que se estendem de um e outro lado bancos de areia e um baixo de pedra muito para dentro do mar. Este ultimo, porém, é muito bem balisado pela Pedra Grande, rochedo isolado de 100m de comprimento por 60m de altura sobre o mar, e que dista da barra 9 kils.— *Descripção do terreno que percorre o rio Gurupy.* Como já vimos, nascem as veias d'agua, que formam as cabeceiras do Gurupy, ao pé da serra do Gurupy, no meio de jussaraes immensos e correm no meio delles por muitas leguas. Estes jussaraes formam planicies alagadiças, e, onde seu terreno é arenoso, não deixam elles de formar atoleiros cobertos de uma camada espessa de folhas e troncos meio apodrecidos, de sorte que todo esse terreno forma uma esponja immensa, que no inverno se embebe de agua e só mui lentamente as deixa escoar. Nestes pantanaes, além das jussareiras, apenas vegetam algumas isoladas sapuycaranas, guananins da vargem e outras arvores semelhantes. Raras vezes approxima-se a terra firme á margem do rio na forma de uma barreira mais elevada; onde, porém, isto acontece, é o terreno fertilissimo, coberto de mattas virgens, que abundam de excellentes madeiras. Na proximidade do logar denominado Cajú-apara, apparecem algumas vargens, pela mór parte do anno cobertas de agua, e formando nessa epocha lagos, que se cobrem de capim e aningaes, quando as aguas cessam. Desse logar para baixo desapparecem os jussaraes e o aspecto do terreno não muda até perto da barra, onde, pela influencia da agua salgada das marés, a vegetação adquire um caracter completamente differente. Nessa grande extensão, porém, são as margens cobertas de mattas virgens. Durante a época das aguas baixas corre o rio entre barreiras de 4m a 8m de altura; quando elle, porém, enche, ficam estas transbordadas pelas aguas, pois, durante as enchentes, cresce o rio ordinariamente por 8m a 10m e muitas vezes chegam as aguas a 12m e 15m mais do que na estação secca. Aquellas barreiras são ao mesmo tempo aterros estreitos na beira do rio, formados pelo mesmo rio, pois, descendo as aguas carregadas de arêa e outros sedimentos, ficam estes suspensos pela velocidade, até que, transbordando o rio por um e outro lado, perde a agua sua velocidade logo que entra pelas ramadas das arvores e arbustos das margens, deixando, portanto, cahir aquelles sedimentos que se accumularam no curso dos seculos e formaram aquelles aterros. Por isso encontram-se quasi em toda a extensão do rio estes aterros mais elevados na beira, e atraz delles uma baixa que se enche no inverno de agua e forma deste modo lagos immensos, que conservam a agua e deixam-na escoar-se lentamente, como acontece nos terrenos esponjosos dos jussaraes. Estas duas circumstancias fazem que as enchentes deste rio se conservem por mais tempo e com mais regularidade do que em muitos outros dos nossos rios, onde ellas passam rapidamente; mas fazem tambem que se encontrem na beira do rio tantos bamburaes quasi impenetraveis, approximando-se tambem em toda essa zona o terreno não inundado no inverno só em raros pontos á beira do rio. Todavia, reconhece-se pelo viço da vegetação a fertilidade do terreno. A experiencia confirma plenamente este juizo, e como se encontram em toda parte terrenos em circumstancias differentes, na beira do rio, alagados e frescos, um pouco mais afastado delle, enxutos, tanto arenosos como barrentos, pode-se dizer com toda a certeza que, nas margens do Gurupy se pode quasi em toda a parte encontrar terrenos adequados á lavoura que se escolher » — O café dá com abundancia e de boa qualidade, como affirmam o Dr. Dodt nas poucas plantações que encontrou em Vizeu, na pov. do Gurupy, na colonia Militar de S. Pedro de Alcantara e em alguns outros sitios abaixo desse lugar. O mesmo succede com o cacaoeiro. Da mesma forma é o fumo cultivado pelos indios Tembés nas margens do Urain, encontrando-se ás vezes ahi do de superior qualidade. Milho, arroz, e mandioca, bem como batatas, cará, e outras raizes tuberculosas produz o terreno em abundancia e ás vezes de tamanho extraordinario. Suas mattas abundam em excellentes madeiras para diversos misteres.

GURUPYSINHO. Igarapé do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt.).

GURUTUBA. Corrupção de *córú-tyba*, muitas plantações ou culturas, roças em abundancias; pode ser tambem corruptela de *cori-tyba*. Vide *Gorutuba* (Dr. Theodoro Sampaio).

GUTERRES. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Uruguayana, com uma escola municipal fundada em 2 de Dezembro de 1895.

GUTERRES. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

GUYRICENA. Dist. da cidade do Rio Branco; no Estado de Minas Geraes.

GYBA. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Urucurituba.

H

HANSA. Dist. policial creado na com. de Joinville do Estado de Santa Catharina por Acto de 25 de agosto de 1899.

HEDYCHIREM. Parada na E. de F. União Valenciana, no Estado do Rio de Janeiro, entre as estações de Quirino e Esteves.

HELENA (Santa). Villa do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.) diz: "*Santa Helena* situada sobre uma linda e extensa planicie, á margem dir. do rio Tury-assú, 90 kils. a SO. de Guimarães e 108 á montante da cidade do Tury-assú. Seus habs. dedicam-se á criação de gado, ao fabrico do assucar e ao plantio do milho e arroz. Seus productos são exportados para a cidade do Tury-assú, por meio de pequenas embarcações. A 6 kils. e a SE. desta villa começam os campos da Chapada, que nunca ficam alagados, ao contrario de outros que lhe estão proximos. Occupam uma área avaliada em 54 kils. de comprimento e 30 de largura, na qual se encontra a maior parte do gado". O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: *Santa Helena*, villa, á margem dir. do rio Tury-assú, que ahi tem 132 metros de largura e fundo variavel entre 1m,32 e 1m,76 e fica 7m,48 sobre a vasante do mesmo rio. Esta villa, que a principio era aldeia de indios do Laranjal, para ahi trasladados por ordem do governador D. Fernando Antonio de Noronha, constava, em 1820, segundo o engenheiro Lazo, de um quadrado de 40 braças, com pequenas choupanas de palha, tendo em um dos lados a capella, tambem coberta de palha, com 28 fógos e cerca de 150 almas. Hoje tem Santa Helena sete ruas, cinco travessas, duas praças, 40 casas de telha, 77 de palha, seis de negocio de seccos e molhados, cinco

officinas de carpina, duas de pedreiro, seis de sapateiro, seis de alfaiate e duas de ferreiro. Possue bôa Matriz, coberta de telha... A sua pop. é de 312 habs. e a do mun. de 5 a 6.000 approximadamente. Produz farinha, milho, algodão e assucar, e tem criação de gado vaccum e cavallar em larga escala. A seis kils. da villa, no lugar denominado Bom Jardim, começam os afamados campos da Chapada, que terminam a 15º NE. da ponta chamada Sant'Anna... »

HENRIQUES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Brumado do Paraopeba e mun. do Bom Fim.

HERVÃO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Bragança. Vai para o rio Quatipurú.

HIBAPAÁRA. Log. á margem dir. do rio Sarapuhy, no Estado de S. Paulo, mencionado em um documento de 14 de julho de 1601 como tapera. "*Hibapaára*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ib-apá-á*, ramo torcido e quebrado. De *ib*, arvore; *apá*, torcer, torcido; *á*, quebrar. Allusivo ao costume que os indigenas tem assignalar, por meio de ramos torcidos e quebrados, a rota que seguem nas mattas, e mesmo nos campos, quando ha arvores para isso; afim de que outros os possam seguir ou elles possam voltar ao mesmo logar de onde sahiram". Vide *Poá*.

HICATÚ. Corrupção de *y-catú*, agua bôa, rio bom, accessivel. Vide *Icatú*.

HILARIO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Xiririca, nas divisas do dist. do Jaguary.

HOLOPHOTE. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Bom Jardim.

HUMAYTÁ. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Mirador.

HY. O mesmo que *y*, agua, rio, fonte; alterado em *hi*, *yg*, *yp*, *hú*, *ú*, *gy* (Dr. T. Sampaio).

HYASSÚ. Corrupção d *y-açú*, agua grande, lagôa grande; Bahia.

I

IAPARYARA. Composto de *yapara-yara*, o senhor do arco, o archeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

IAPEYÚ. Corrupção de *yapó-yú*, estagnado, brejo, pantanal, no tupi guarany. No tupi da costa corresponde á *ypoyuca*, alt. *ipojuca*, *pojuca* (Dr. Theodoro Sampaio).

IARIQUÊ. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua na margem dir. do Tieté. "*Iariqué*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yariiquê*, entrada larga. De *yari*, largo; *iquê*, entrada. Allusivo a alargar-se em sua foz".

IBA. Corrupção de *yba* (substantivo), arvore (Dr. Theodoro Sampaio).

IBÁ. Corrupção de *ybá*, composto de *yb-á*, o que nasce da arvore, o fructo (Dr. Theodoro Sampaio).

IBAÉ. Composto de *ybá-ê*, fructo doce (Dr. Theodoro Sampaio).

IBATÊ (alto). Dist. creado na com. de S. Carlos do Pinhal do Estado de S. Paulo, pela Lei n. 727 de 24 de outubro de 1900.

IBÉRA. Corrupção de *y-uéra*, o rio velho, o leito primitivo; nome de uma grande lagôa, á margem esq. do rio Paraná; Republica Argentina (Dr. Theodoro Sampaio).

IBI. Corrupção de *yby* (substantivo), a terra, o solo, o chão; alt. *ubú*, *bú*, *bó* (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIACICA. Significa terra cortada. De *ibi*, terra; *aci*, cortar com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo aos córtes feitos pelas chuvas. Nos terrenos baixos e alagadiços esses córtes, alargando-se, são denominados *çang-a*, esparzido, no infinitivo com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

IBIAPABA. Corrupção de *ybyá-paba*, terra erguida e aparada, terra a pique ou a prumo, terra talhada, escarpada, alcantilada, planalto, chapada. Vide *Ibyá*; Ceará, Piauhy (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIAPINA. Corrupção de *yby-apina*, terra calva ou pellada, despida de vegetação; Ceará (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIBOBOCA. Significa terra rachada em mais de um lugar, gretada, ou mesmo simplesmente porósa, por isso que *bóg* está repetido, exprimindo plural. De *ibi*, terra; *bóg*, rachar, fender, gretar, levado ao supino pelo accrescimo de *ca* (breve) formando *bógca*, ou simplesmente *bóca*, na repetição. Os indigenas denominavam e ainda denominam *ibibobóg*, ou mesmo *ibiboboca*, uma cobra que não mata ou não venenosa, de que ha varias especies notaveis pela belleza de suas escamas. Quem affirma que tal cobra não mata é o padre A. R. de Montoya em seu *Tesoro de la lengua guarani*, onde, com referencia á palavra *mboî*, menciona varias qualidades deste reptil, e seus verdadeiros nomes em tupi. Mas o nome destes bairros da prov. nada tem com a cobra *Ibiboboca*, segundo deixei acima explicado (Dr. J. M. de Almeida, *obr.* cit.).

IBIBOCA. Corrupção de *yby-boca*, furo do chão, buraco, grota; alt. *biboca*, *bicoca* (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Ibiboboca*.

IBICABA. Corruptela de *Ibi-quá-ába*, por contracção; *Ibi-quâ-ba*, logar de buracos, socavões, fójos. De *ibi*, terra; *quá*, buraco, socavão, fojo; *ába*, particula para exprimir logar (Dr. J. M. de Almeida, *obr.* cit.).

IBICUI. Corrupção de *yby-cui*, terra fina, arêa, pó (Dr. Theodoro Sampaio).

IBICUY. Corrupção de *ybycui-y*, rio da arêa (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIRÁ (Substantivo). Pau, arvore, madeira, vara, viga, tôro, tronco: alt. *imirá*, *myrá*, *byrá*, *marú*, *guarú*, *guirá*, *burá*, *uarú*, *varú* (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIRAPITANGA. Composto de *ibirá-pitanga*, pau vermelho, pau-brasil (*Caesalpinia echinata* L.), alt. *ibirapiranga*, *ibirapitã*, *ibirá-puitan*, *imirapitan* (Dr. Theodoro Sampaio).

IBIRAPOERA. Aldeamento indigena no logar que é hoje villa de Santo Amaro; no Estado de S. Paulo. Foi fundado em 1560, pouco mais ou menos pelo padre José de Anchieta. "*Ibirapoera*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ibirá-puêra*, pau podre. De *ibirá*, arvore, pau, madeira; *puêra*, o mesmo que *cuêrá*, particula de preterito. A traducção litteral é — o que foi arvore, o que foi pau, o que foi madeira. Allusivo a existir então nessa região muito pau podre, proprio para lenha".

IBIRUSSÚ. Corrupção de *ibirá-uçú*, madeiro grande, pau grande (Dr. Theodoro Sampaio).

IBITINGA. Terra branca; corruptela de *yby-tinga* (Dr. T. Sampaio). *Ibitinga*, terra fumacenta. De *ibi*, terra; *tî*, fumo, vapor, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida, *obr.* cit.).

IBITINGA. Serrote no mun. de Araraquara e Estado de S. Paulo.

IBITIPOCA. Ant. *ybytupoca*, composto de *yby-tú-poca*, rompe nuvem.

IBITIRIPOCA. Corr. *ybytyra-poca*, montanha partida ou fendida, morro que se abre ou que arrebenta, vulcão (Dr. T. Sampaio).

IBITIROY. Corr. *ybytyr-roi*, serro frio, montanha fria; Minas Geraes. Vide *Ybytyra* (Dr. T. Sampaio).

IBITIVAMA. Estação da E. de F. Paulista; no Estado de S. Paulo, na secção do Rio Claro; entre as estações da Graminha e de Tayuva.

IBITÚ. Corr. *ybytú*, o vento, o ar agitado, sopro ou effluvio da terra; alt. *butú, botú, bitú*; subs. a nuvem, o ar, o clima (Dr. T. Sampaio).

IBITURUNA. Morro no mun. do Parnahyba, no Estado de S. Paulo. E' fronteiro aos contrafortes orientaes da serra de S. Francisco. Passa por ser aurifero. Vide *Boturuna*.

IBÓ. Corr. *yembá*, o regato, o arroio, o riacho; corr. *ybú*, fonte, manancial, nascente; farpa, estillete, chuço (Dr. T. Sampaio).

IBOTIM. Corr. *yboty*, tupi-guarani, a flôr (Dr. T. Sampaio).

IBOTIRAMA. Composto de *yboty-rama*, região ou paiz das flores (Dr. T. Sampaio).

IBUPETUBA. Corr. *ybypé-tyba*, planicies em abundancia, planuras successivas; Paraná (Dr. T. Sampaio).

IBYÁ. Corr. *yby-á*, terra erguida, terra que se levanta, terra em pé, região alcantilada ou talhada a prumo (Dr. T. Sampaio).

IBYTYGUAY. Composto de *ybytir-guá*, depressão dos montes, baixada, entre morros, valle. Vide *Goá, Guá* (Dr. T. Sampaio).

IBYTYRUÇÚ. Composto de *ybytyr-uçú*, serra grande, montanha, cordilheira; alt. *buturuçú* (Dr. T. Sampaio).

IÇÁ. Subs., tronco d'arvore, moirão, esteio; donde *caaiçá*, troncos d'arvore, estacas, tranqueiras; nome de um dos affls. do Amazonas; s. olho d'agua, fonte, nascente; formiga grande e alada que os selvagens comiam (Dr. T. Sampaio).

ICANGA. Composto de *y-acanga*, cabeça d'agua, o principio do rio, o regato, o corrego, o arroio (Dr. T. Sampaio).

ICANHEMA. Corruptela de *Yçaẽ-ma*, secco, enxuto. De *y*, relativo; *caẽ-m*, seccar, enxugar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante; ou *caẽ-mo*, em supino (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

ICAPARA. Corrupção de *yg-apára*, agua, rio ou canal curvo, torto (Dr. Theodoro Sampaio). *Icapara*, corruptela de *Y-guáá-apá-ára* por contracção *Y-guáá-'pa'- ra*, enseada tortuosa. De *y*, relativo; *guáá*, enseada; *apá*, ser torto, torcer, entortar, voltear, levado ao participio pelo accrescimo do verbal *ára* (D. J. M. de Almeida).

IÇARA. Corrego affl. do rio Guararema pela margem dir., no mun. de Guararema e Estado de S. Paulo. Tambem escrevem *Içá*.

ICARAHY. Corrupção de *acará-y*, rio dos acarás; corrupção de *y-carahy*, agua santa (Dr. Theodoro Sampaio).

ICATÚ. Villa do Estado do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: "*Icatú*, nome indigena que significa *aguas claras*, está á margem dir. do rio Munim, que se lança ao S. da bahia de S. José, cinco kils. abaixo da villa. Exporta cereaes, especialmente farinha, madeiras, tiquira, e sabão, producto sobre que refere o *Almanack* de 1861, editado por Bellarmino de Mattos, o seguinte: "Nas margens do rio Munim e de seus affls., e nos grandes pantanos, vegeta espontaneamente a andyrobeira; no tempo proprio, parte da pop. emprega-se na apanha das sementes, que produzem oleo em abundancia, com que se fabrica o sabão conhecido por *sabão da terra* ou de *andyroba*". A seu porto vão os vapores da linha fluvial. E' uma das mais antigas villas do Estado e foi theatro de varios factos historicos. Calcula-se a sua pop. em mil habs. O Sr. José Ribeiro do Amaral, *obr.* cit., diz: "*Icatú*, villa á margem dir. do rio Munim e a seis kils. de distancia da sua foz, com 25 casas de telha, 47 cobertas de palha, onze casas commerciaes bem sortidas e uma pop. de 800 almas. Tem Egreja Matriz, coberta de telha e bem construida; dous cemiterios, sendo um municipal e outro religioso, este com capella. Resente-se a villa, além de outras cousas, da falta quasi absoluta da carne verde, que ahi apparece mui raras vezes. O alimento principal é o peixe, e esse mesmo nem sempre farta á pop. A escassez da carne verde é geralmente attribuida á pobreza de campos apropriados, não só para a cria do gado, como tambem para as soltas, de modo que a criação é inteiramente nulla. A 600 metros de distancia está o pov. de Baiacuhy com 400 almas e a 18 kils. o logar das Areias, justamente celebre pela victoria das forças legaes contra os rebeldes em 9 de agosto de 1839. Divide-se o mun. em dous dists. O primeiro comprehende: 1º. *Villa*, séde da com. e da freg. de N. S. da Conceição do Icatú; 2º. *Ribeira*, pov. a 12 kils. da villa, com quatro casas de telha, 30 de palha, duas casas commerciaes e uma pop. de 300 almas; 3º. *Jussatuba*, pov. a 18 kils. da villa, com duas casas de telha, 30 de palha, uma capellinha, duas casas de negocio e cerca de 200 almas; 4º. *Tatuaba*, pov. a 24 kils. da villa, com tres casas de telha, 30 de palha, uma esc. , cinco casas de negocio importantes e 300 almas; 5º. *Salgado*, pov. a 30 kils. da villa, com tres casas de telha, 30 de palha, uma de commercio e 200 almas. O segundo dist. comprehende: 1º. *Bocca do Rio*, pov. á margem esq. do Munim-mirim, a seis kils. da villa, com 10 casas de telha, 20 de palha, uma capella sob a invocação de N. S. da Luz, duas casas de negocio e 180 almas; 2º. *Santa Rosa*, pov. sem importancia, a 12 kils. da villa; 3º. *Sapucaia*, pov. de pequena importancia, a 12 kils. da villa; 4º. *Axixá*, pov. á margem esq. do rio Munim e a 15 kils. da villa, com 13 casas de telha, 30 de palha, uma capella, uma esc. publ., cinco casas de commercio e cerca de 300 almas; 5º. *Cachoeira Grande*, pov. a 36 kils. da villa, com seis casas de telha, 15 de palha, duas de commercio e 200 almas; 6º. *Morros*, pov. a mais importante do mun., á margem dir. do Munim e a 18 kils. da villa, com 25 casas de telha, 35 de palha, uma capella, uma esc. publ. e 14 casas de commercio. Os principaes generos de producção do mun. são: farinha, sabão, tiquira, arroz e milho, sendo que, o que avulta mais, é a farinha, cuja cultura constitue quasi que toda a riqueza do mun. e abastece em grande parte o mercado da capital, calculando-se a sua producção actual em 50.000 alqueires; a tiquira, producto alcoolico da mandioca, cuja producção é calculada em 120.000 litros; o sabão em 10.000 pães; o arroz em 4.000 alqueires e o milho em 2.000 ditos... Possue o mun. diversas fabricas, a saber: 12 de sabão e 8 de cal; e as seguintes vias de communicação: uma estrada para a com. do Brejo; uma para a do Iguará, sendo a conducção feita em costado de animaes. Tambem o rio Iguará e seus affls. são navegaveis até á villa da Manga do Iguará, onde chega o vapor, e até á Ponte Nova por pequenas embarcações. A exportação é feita para a capital por 10 barcos de vela e outras pequenas embarcações, além dos vapores das duas companhias do Estado. Banham o mun. os seguintes rios: Iguará, com seus affls. Mocambo Preto, Pirangi, Una e Munim. O rio Munim é navegavel até o Munim-mirim; o Preto até Ponte Nova; e o Iguará até á Chapadinha. A pop. de toda a com. é avaliada em 19.000 habs. dos quaes 12.000 pertencem ao mun. de Icatú e 7.000 ao da Miritiba. Notavel, por mais de um titulo, quer sob o regimem colonial, quer nos tempos que se seguiram á independencia, desperta naturalmente curiosidade e interesse o estudo do territorio desta com., especialmente da villa e seus arredores, pela multiplicidade de factos, que ahi tiveram logar em diversas épochas, alguns delles bem importantes, e que constituem ainda as melhores paginas da historia do Maranhão. As primeiras missões da capitania, segundo se infere dos annaes historicos do Maranhão, foram estabelecidas nas margens do rio Munim e terras adjacentes, provavelmente nas vizinhanças do sitio em que a expedição de Jeronymo de Albuquerque havia

levantado, com a invocação de Santa Maria, um forte do qual não restam vestigios, onde os portuguezes depois edificaram a primeira pov. da capitania, que, no anno de 1668, mereceu ser elevada á categoria de villa. Alguns dos governadores ahi residiram por mero recreio e a camara alcançou delles não poucos privilegios. O patrimonio da Camara consiste ainda hoje em tres leguas quadradas de terras, que lhe foram concedidas pelos governadores capitães-generaes do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sendo estas doações confirmadas pelas Cartas Regias de 1750, 1753 e 1755 e Provisão de 1757... A 30 kils. pouco mais ou menos de distancia da villa, pela costa abaixo, teve logar a 19 de novembro de 1614, o combate entre os francezes e seus alliados, os Tupinambás, commandados por La Ravardière, e os portuguezes sob o commando de Jeronymo de Albuquerque e Diogo de Campos, ficando estes ultimos victoriosos. Esta batalha foi chamada de *Guaxenduba*, do nome que então tinha, ou a bahia que hoje se chama *S. José*, ou aquella localidade, onde os portuguezes haviam construido um forte, que denominaram Santa Maria, designação que ainda o sitio conserva. No principio do seculo 18º, foi esta villa devastada pelos indios Cahicahizes, que o mesmo fizeram em todos os estabelecimentos que se achavam nas margens do rio Munim, para se vingarem do rapto de muitos dos seus, feito pelos Portuguezes para os reduzirem a escravidão. Em 1839, foi ainda o territorio desta com. invadido pela revolta que então assolava a prov., tornando-se theatro de graves e importantes acontecimentos. No dia 9 de julho desse anno foi acommettida a villa por uma horda de 500 a 600 rebeldes, os quaes só não se apossaram della, devido á disciplina das minguadas forças legaes, e, mais que tudo, á coragem e bravura do alferes Antonio de Sampaio, o qual, mais tarde, já no posto de brigadeiro, veio a perecer gloriosamente de ferimentos recebidos na Campanha do Paraguay, na memoravel batalha de Tuyuty, a 24 de maio de 1866. Mas não podiam continuar as cousas por esta forma; baldos de recursos, ver-se-iam forçados a capitular os bravos, mas poucos defensores da legalidade, si não lhes acudissem com algum soccorro. O presidente, que, tanto como o povo, temia a tomada da cidade de S. Luiz, vendo tão perto o perigo, resolveu-se a fazer um esforço, e acompanhado do coronel Francisco Sergio de Oliveira, nomeado commandante em chefe das forças, que operavam na prov.; do tenente-coronel Isidoro Jansen Pereira, com todo o seu batalhão de guardas nacionaes, forte de 300 praças, de 70 homens de primeira linha, sob o commando do tenente ajudante João Paulo de Miranda, e do corpo de paisanos voluntarios (batalhão Pedro II), poz-se em marcha no dia 6 de agosto ás 4 horas da manhã para Guarapiranga, onde embarcou, achando-se no dia seguinte todos em Villa Velha, a 18 kils. de Icatú. No dia 9 teve lugar o celebre combate das *Areias*, em que o major Feliciano Antonio Falcão conseguio desalojar os rebeldes das trincheiras, que occupavam, firmando dessa data em diante os creditos de que sempre gozou como militar valente e disciplinador. »

ICERICA. Composto de *y-cerica*, agua veloz, rio ligeiro; o rapido, a corredeira (Dr. T. Sampaio).

ICÓ. Log. do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

ICONHA. Rio do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Nasce no morro Ararapira e desagua na bahia Trapandé. « *Iconha*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Iquê-o-ã* contrahido em *Iqu'-o-ã*, lados empinados. De *iquê*, lado, costa; *o*, reciproco, para exprimir as duas margens; *ã*, empinar ».

ICUHY. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

ICURÉ. Subs., nome de uma variedade de anta ou *tapir* no tupi guarani (*Tapirus americanus*); alt. *iguré* (Dr. T. Sampaio).

IDALINA (Santa). Ribeirão do Estado de S. Paulo, vai para o rio Capivary e este para o Tieté.

IEMBÓ. Corr. *yembó*; agua em filete, fio d'agua, regato, corrego; alt. *yembú, ybó* (Dr. T. Sampaio).

IGAÇABA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão do Bom Jesus, no mun. de Santa Rita do Paraiso.

IGAÇATYRA. Composto de *ygaçá-atyra*, outeiro ou morro dos potes, monte das urnas (Dr. T. Sampaio).

IGAPIRA. Composto de *yg-apira*, cabeceira d'agua, a parte mais elevada do rio, origem do rio (Dr. T. Sampaio).

IGARA. Composto de *yg-ára*, sobre a agua, o que domina a agua, o que sobrenada; a canôa, o barco.

IGARAÇÚ. Composto de *ygara-açú*, barco grande, navio, barca.

IGARAPABA. Composto de *ygara-paba*, termo ou assento da canôa, o porto (Dr. T. Sampaio).

IGARAPÉ-ASSÚ. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera.

IGARAPÉ-ASSÚ. Ilha no rio Anajatuba, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

IGARAPÉ-GRANDE. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

IGARATINGA. Composto de *ygara-tinga*, o branco da canôa, a vela, o panno de navegar (Dr. T. Sampaio).

IGATIMI. Vide *Iguatemy*.

IGNACINHO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Verde, que o é do Ipanema e este do Sorocaba.

IGNACIO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Affuá.

IGOAGUAÇÚ. Composto de *yguá-guaçú*, bahia fluvial grande, estuario amplo, lagamar grande e tambem barra grande; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

IGRAMIRIM. Corr. *ygara-mirim*, a canoinha, o barco pequeno (Dr. Theodoro Sampaio).

IGRAPEUNA. Corr. *ygarapé-una*, esteiro escuro, canal ou braço de aguas escuras (Dr. T. Sampaio).

IGUÁ. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente. Desagua no Piassabussú. Esta palavra é composta de *y-guá* e significa seio d'agua, bacia fluvial, bahia, lagamar. Vide *yguape*.

IGUAHIBA. Rio do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. E' um braço do Mocajutuba.

IGUAPE. Composto de *yguá-pe*, no lagamar, na bahia fluvial; S. Paulo, Bahia (Dr. T. Sampaio). Não tem tal nome a minima referencia á *Ig-uápê*, significando— *rio de uápê* —, de *ig*, rio; *uápê*, arbusto aquatico, cujas folhas redondas sobrenadam nos rios, ribeiros e lagôas, e cujas flores são brancas, tocadas de vermelho ou de roxo. Naquella região deve existir este arbusto; mas, disso o indigena não cogitou para denominar aquella região do littoral. Muito menos procede a significação que de *Iguape* deu Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario de palavras indigenas*, dizendo ser — logar alagadiço — ! Aquella região littoral era denominada *Y-guáá-i-pe*, na enseada. De *y*, relativo; *guáá*, enseada, barra; *i*, posposição que, para explicar partes de sitio ou logar, e significando — em — deve ser sempre acompanhada de *pe* (breve), segundo o ensina o padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarani*. Allusivo a ter sido situada a pov. ou aldêa, primitivamente, mesmo em frente á barra *Y-guáá-'pá'-ra*; sendo transferida posteriormente para o local actual, segundo consta do livro do tombo da camara municipal (D. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

IGUAPE. Cidade do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Eis as impressões que recebi desta cidade, quando nella estive em agosto de 1901. — A cidade, distante

cerca de 15 horas de navegação de Santos, é antiga, mas bonita e limpa. O desembarque effectua-se por meio de uma escada de pedras lavradas que faz parte de um cáes de aterro firmado por enormes paredes parallelas, de alvenaria, e junto ao qual se balançam suavemente nas aguas do Mar Pequeno, canôas e hiates carregados uns e descarregados outros. A cidade tem 2.171 habs. e possue 122 predios, muitos dos quaes assobradados, de solida construcção, datando alguns do anno de 1625. Suas casas são, na mór parte, pintadas a cal branca, com barras de côres, o que dá á cidade um bonito aspecto. Tem quatro praças, 19 ruas e quatro travessas. O numero das casas commerciaes é de 83 na cidade e de 142 no municipio. Na praça da Matriz, fazendo frente para um pequeno, mas bonito jardim, está a Matriz, um bello e magnifico templo de vastas dimensões e grande solidez. Possue duas torres bastante elevadas, com campanarios e revestidas de azulejos. O interior da Egreja, que é de aspecto grandioso e severo, tem vastissima nave, ladeada por duas outras. Sua ornamentação é simples e austera, notando-se poucas alfayas no altar mór. Está sob a invocação do Senhor Bom Jesus, cuja milagrosa imagem foi encontrada em 1647 por dous indios na praia da Juréa, junto ao ribeirão Possa-una, e transladada para essa cidade. Na cidade existem ainda as Egrejas de N. S. do Rosario e S. Benedicto e no mun. quatro Egrejas e duas Capellas. O grupo Escolar situado na rua Direita foi fundado em 1891: o predio por elle occupado é dos maiores da cidade, não dispondo todavia das accommodações necessarias ao fim a que se destina. No que diz respeito a sociedades tem Iguape o *Club Recreativo Iguapense*, a Loja Maçonica Cap.: de Iguape, um Gabinete de Leitura, fundado em 1847, contando a sua bibliotheca mais de 2.300 volumes, o Grupo dos Assustados e uma banda de musica sob o titulo de Euterpe Paulista. Na rua 15 de Novembro, esquina do largo do Rozario, está situado o edificio da cadeia, de bôa e solida construcção. No rez do chão, além do corpo da guarda, que occupa duas salas, vimos tres prisões, espaçosas e bem ventilladas, e a solitaria. No sobrado ficam o salão do jury, sala secreta, sala de audiencias, archivo e outras dependencias. A Camara Municipal funcciona em grande predio alugado e sito na rua Direita.

A Santa Casa de Misericordia *Feliz Lembrança* está situada no largo da Misericordia.

Esta casa de caridade foi edificada por meio de subscripção popular e auxilio do governo, por iniciativa do Sr. Joaquim José de Oliveira, que em sessão Maçonica da "Loja Feliz Lembrança", propoz no dia 18 de setembro de 1869 a sua construcção.

O edificio, que só ficou concluido em 24 de Junho de 1875, é de fórma quadrilonga com 17,60 metros de frente por 18,70 metros de fundos, dividido no centro por um largo corredor. Ao lado esquerdo do vestibulo ha um consistorio e uma capella consagrada á S. João Baptista, e no lado direito do mesmo vestibulo ha a pharmacia e consultorio.

Ha duas enfermarias vastas e com boa disposição de ar e luz, tendo leitos de ferro com estrado de arame, quartos para enfermeiros, quartos para pensionistas, refeitorios, cosinha e dispensa.

Ao fundo do edificio ha um grande terreno que faz frente para o morro, sendo o logar muito saudavel.

Tem agua encanada; mas notamos a falta de latrinas e banheiros.

Em todas as dependencias desta casa pia, que relevantes serviços tem prestado ás classes desfavorecidas da fortuna, nota-se rigoroso asseio, o que é de justiça louvar.

Publicam-se na cidade 3 semanarios:

A Comarca de Iguape, *A Epocha* e *A Muca*, e um jornal mensal *A Euterpe*.

Não ha mercado, nem matadouro; existe um theatro, mas de minima importancia.

A illuminação da cidade, é feita a kerozene, accendendo-se os lampeões mesmo quando ha lua, o que não acontece em muitas cidades do interior do Estado que temos percorrido.

Ha agua encanada e de excellente qualidade e que vem da *Fonte do Senhor*, a 1 e ½ kilometros de distancia, da cidade; não existe rêde de esgôtos.

O clima, tanto da cidade como do municipio, é saudavel.

O movimento do registro civil, no anno findo (1890), foi o seguinte:

Nascimentos, 158; casamentos, 53; obitos, 153.

Em ponto extremo da rua da Palha, está situado o cemiterio municipal.

Ao centro do cemiterio, em frente ao portão de ferro da entrada, ha uma pequena capella, muito simples.

Como principaes arrabaldes da cidade, contam-se a *Fonte da Saudade* e a *Fonte do Senhor*.

A primeira está situada em um logar muito pittoresco. De um paredão construido na encosta de um morro, entre duas enormes pedras, coroadas de frondosas arvores, jorra um tenue fio de crystallina agua.

Junto á fonte alguns toscos bancos de madeira em supporte de alvenaria.

Diz a lenda popular, que esta agua tem a singular virtude de prender em Iguape... *quem vem de outro horizonte, e bebe da torrente crystallina.*

A fonte do Senhor, a ½ kilometro da cidade, é um logar tambem muito aprazivel e pittoresco.

Situada na encosta do morro, vê-se um bello jardim, muito bem tratado e coberto de luxuriante vegetação.

Por entre os canteiros de flores, correm mananciaes de agua limpida e crystallina.

A' entrada do portão que dá accesso ao jardim, vê-se á esquerda um monumento de fórma hemispherica, tendo no alto, uma cruz de ferro. Este monumento mais conhecido por *Casinha do Senhor*, tem uma porta, que dá entrada para o seu pavimento interno, que se acha em plano inferior, vendo-se no fundo uma lage, que, segundo se affirma, *tem a faculdade de crescer*.

Relativamente a esta pedra, o revmo. padre João Crysostomo Salgado de Oliveira Bueno escreveu no livro do *Tombo* da Egreja, no anno de 1827, o seguinte:

« Ha húa fonte, chamada com grande alegria a Fonte do Senhor, na visinhança de um monte, sobranceiro a esta villa, onde a dita Imagem do Senhor Bom Jesus, antes de ser collocada nesta Egreja, foi posta sobre húa pedra, para se lavar do salitre do Mar; esta pedra tem crescido prodigiosamente e faz já uma grandeza consideravel, apezar da immensidade de pedaços ou lascas, que della se leva quasi diariamente, e se conserva em húa casa de abobada redonda feita de pedra e cal, em cujo frontispicio da porta se vê o distico seguinte:

« *Intus aqua dulces, vivoque scdilia saxo. In quo est locus — que mala nostra lavat.*

Esta casa é a segunda que se tem feito, por haver cahido a primeira em razão do crescimento da pedra.

Não se deve admirar ficar á dita pedra tão retirada da estrada, pois que o caminho que nesse tempo conduzia ao Porto da Ribeira, passava por alli; e ao depois, admirando-se o crescimento da mencionada pedra, se poz tambem hum pouco espaço o alvéo do Rio, ou Fonte, para se levantar a casa, que se conserva sempre feixada; mas que se manda abrir e se permittir a quem a quer ir vêr. »

Até hoje são tiradas grande numero de lascas desta pedra pelos romeiros que visitam a cidade de Iguape e é de admirar que ainda exista semelhante lage.

Constam aqui diversas experiencias feitas, para aveririguar a exactidão do crescimento da pedra, dentre as quaes citamos a seguinte:

« Uma lasca foi collocada entre dois vidros concavos de relogio, sendo as extremidades destes lacrados de modo a conserval-os em contacto um com o outro. No fim de alguns mezes um dos vidros achava-se trincado e pouco tempo depois sahiram alguns pedaços de vidro do seu logar, parecendo ter sido quebrado, e levantados os pedaços por uma força qualquer exercida dentro da concavidade formada pelos dois vidros. »

Será isto o crescimento da pedra ou a contracção do vidro?

Que nos digam os entendidos alguma cousa a respeito.

A titulo de curiosidade, vamos offerecer ainda aos nossos leitores uma interessante nota sobre as virtudes do Bom Jesus de Iguape.

Na tarde do dia 6 de agosto de cada anno, que é quando se solennisa a festa do milagroso padroeiro desta cidade, encontra-se na egreja grande numero de potes cheios de agua.

Depois de terem sido lavados os pés da imagem do Senhor Bom Jesus, procede-se á benção da agua contida nos potes, sendo então esta distribuida em pequenas quantidades aos fieis alli reunidos.

Geralmente a dita agua é tirada da fonte ao pé do morro, porém, muitas vezes é tambem tirada dos chafarizes existentes proximo á egreja.

E' notavel que a agua, distribuida na egreja e posta em garrafas, conserva-se crystallina, sem o menor sedimento ou parecença de ter-se alterado, durante grande numero de annos, emquanto que, a agua tirada da fonte, sendo posta directamente numa garrafa, em pouco tempo acha-se com sedimento e vae pouco a pouco perdendo o seu estado crystallino.

O mun. que conta 19.000 habs., comprehende os dists. de Jacupiranga ou Bacujurú, o de Santo Antonio do Juquiá e o da Prainha. A industria local compõe-se de olarias e caieiras, sendo a cal extrahida dos sambaquis, que em grande numero existem no orla do mar. Distante 23 kils. de Iguape existe o porto de Sabauma, que é o entreposto da colonia de Pariquera-assú, cuja séde dista 19 kils. daquelle porto. A palavra Iguape, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, é composta de *Yguá-pe*, no lagamar, na bahia fluvial.

Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario*, diz que Iguape significa lugar alagadiço. Acerca da cidade de Iguape, então ainda villa, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo no anno de 1805*, escreveu: « A villa de Iguape está situada em uma planicie, que é continuação das margens da *Ribeira* ao sul, e está nas margens do chamado *Mar Pequeno*, que é como um braço de mar de outra barra que tem a villa mais ao sul: esta é muito baixa, de maneira que não pódem entrar embarcações, e mesmo a da *Ribeira* não admitte embarcações grandes carregadas; e é pena, porque as difficuldades são na entrada, e no restante da *Ribeira* ha bom fundo para toda a casta de embarcações. Agora projectam encanar a *Ribeira* com o *Mar pequeno*, afim de transportar os *arrozes* até o porto da villa: temo somente que a *pouca queda das aguas* não frustre esta pretenção, visto a *pequena differença de nivel*... Antigamente trabalhavam muito na construcção de embarcações, ramo que tem diminuido, talvez pela nenhuma bondade das madeiras ».

A cidade de Iguape é notavel pela romaria ao Senhor Bom Jesus, no mez de Agosto de cada anno. Eis como o conselheiro Martim Francisco, em seu *Diario* já citado, descreveu a origem desta devoção: « Fui ver uma pequena casa de banhos, onde se lavou o Senhor Bom Jesus, imagem muito milagrosa, no geral entender da plebe, para cuja festa concorre immensidade de povo da capitania e de fóra a cumprir promessas, ou a pedir o sare de diversas enfermidades que padece... A dita casa é de figura octaedrica, e sobre as oito faces assenta como um hemispherio: ella está proxima a um morro, que fica detraz da villa: delle correm por muitas barrocas regatos de boa agua...: á superficie deste morro observam-se blócos de uma rocha granitica, algum já decomposto... Fui correr a continuação dos morros, que ficam por detraz da villa e se prolongam até a barra, e nelles não achei novidade alguma: sempre as grandes massas da mencionada rocha granitica, desarrumadas. Esta rocha forma pelo seu desarrumamento barrocas a cada passo, por onde correm regatos e cachoeiras abundantes em aguas, das quaes tem a gente do paiz sabido tirar proveito, estabelecendo engenhos d'agua de pilar arroz. »

Segundo consta do livro do tombo da matriz velha de Iguape, o reverendo Christovão da Costa e Oliveira, vigario da vara daquella comarca, em visita por ordem do bispo diocesano, ahi escreveu em 22 de Outubro de 1730, as tradições populares acerca desta Imagem, as quaes, sem as palavras e narrações inuteis, são: « Que, em 1647, dois indios boçaes acharam, rolando com as ondas, na praia de *Una*, junto ao rio chamado *Pussaúna* um vulto, e, tirando-o, o levaram para o limite da mesma praia, onde, em cóva, o puzeram de pé com o rosto para o nascente, e assim o deixaram com um caixão que divisaram ser de cêra do reino e umas botijas de azeite doce; que, voltando depois ao mesmo logar, notaram que o dito vulto estava com o rosto para o poente, e não acharam vestigios de que pessoa humana o pudesse virar; que, sabido o caso por visinhos, estes resolveram tirar a Imagem e conduzil-a ao ponto mais alto do monte *Juréa*, de onde Jorge Serrano e sua mulher Anna de Góes, seu filho Jorge Serrano e sua cunhada Cecilia de Góes, revesando-se, a transportaram até a barra do rio chamado *Ribeira de Iguape*, onde foram os moradores daquella villa buscar a Santa Imagem, e, trazendo-a com muito acatamento, a puzeram no rio a que chamam hoje, com muito grande alegria, a *Fonte do Senhor*, para lhe tirar o salitre e ser encarnada de novo... e, conseguindo o ornato, a collocaram n'esta Igreja da Senhora das Neves, em que está, aos 2 de Novembro de 1647, conforme assento de um curioso, tirado de outro mais antigo; que tambem era tradição que a Santa Imagem do Senhor Bom Jesus vinha do reino de Portugal, embarcada para Pernambuco, e que, encontrando o navio outro de inimigos infieis, lançaram os do navio portuguez a Santa Imagem ao mar para não ser tomada... »

Este documento foi transcripto integralmente por Azevedo Marques, nos *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo*, com referencia ao nome *Iguape*.

O projecto do canal, a que o conselheiro Martim Francisco se referiu, no trecho transcripto, foi realizado; e, no extremo do canal aberto, com cerca de tres kilometros de extensão, foi formada uma povoação, ora denominada *Porto da Ribeira*.

IGUARAHY. Rio do bebedor, composto de *yguara-y*; Matto Grosso.

IGUARASSÚ ou IGUARAÇÚ. Canôa grande, barco de alto bordo, navio; é corruptela de *ygara-açú*. Vide *Igaraçú*. « A antiquissima villa pernambucana de Iguarassú, diz o Dr. Theodoro Sampaio, tem o seu nome, aliás, *Igara-açú*, pelo facto de ser o porto, desde os primeiros annos da colonia, visitado por barcos que o attingiam com o concurso da maré ». Hans Stáden que o visitou e o ajudou a defender contra os Potiguaras, em 1548, denominou-o *Garassú*, corruptela de Igaraçú.

IGUASSÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Tamanduatehy; no mun. da capital. E' tambem denominado do Oratorio.

IGUATEMY. Estação da E. de F. Paulista; no Estado de S. Paulo, no Ramal dos Agudos, entre Campos Salles e Ayrosa Galvão.

IGUATEMY. Serroto entre os muns. de Jundiahy e Itatiba; no Estado de S. Paulo. O Dr. J. Mendes escreve *Guatemy*.

IGUATEMY. Ribeirão no mun. da Capital do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Toucinho, que o é da margem esq. do rio Tremembé. Verte da serra da Cantareira e constitue um dos mananciaes derivados para o abastecimento de agua á cidade de S. Paulo. « *Iguatemy*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Igaú-ateÿ-ma-i*, por contracção *Igaú-ateÿ-m'i*, perseverantemente frouxo e inmacento. De *igaú*, lama, residuos de aguas, detritos, sujeira; *ateÿ*, ser frouxo, levado ao supino pelo suffixo *ma* (breve); *i*, posposição de perseverança. Allusivo a ser muito lento em seu curso, ou pouco corrente, e a ser sujo de lama e de detritos em seu leito ». O Dr. T. Sampaio escreve *Igatimi* e diz ser essa palavra composta de *yg-atimi* e significar rio que volteia, que dá voltas, rio sinuoso; alt. *yguatemy*, *guatemy*, *gatemim*.

IGUATEMY. Rio no mun. de Campinas e Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibaia. Junta-se ao Jardim.

IGUATINGA. Enseada no mun. de Iguape, no Estado de S. Paulo. E' tambem conhecida por lagôa dos Patos. Fica á margem dir. do rio Ribeira de Iguape, proximo ao morro Caiobá. « *Iguatinga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *I-guaá-ty-nga*, enseada de rio, presa. De *i*, rio; *guaá*, enseada; *ty*, atar, prender, com o suffixo *nga* (breve) para formar supino. Allusivo a ser uma enseada, por ter communicação com o rio Ribeira de Iguape por um canal; mas deve ser tida por uma lagôa, por isso que é quasi fechada, sendo paradas as aguas, com lodo e capim ».

IGUREHY. Composto de *yguré-y*, rio das antas. Vide *Icuré*. Varnhagen traduzio nas notas ao Roteiro de Gabriel Soares (*y-gu-rey*) rio da sêde ou sem agua.

IJIQUIQUÁ. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no Ibirocay. Nelle ha um passo do mesmo nome. Tambem escrevem *Igiquiguá*.

ILHA. Bairro no mun. de Batataes e Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 706, de 23 de agosto de 1900.

ILHA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema e Estado de Minas Geraes.

ILHA DAS PEÇAS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guarakessava, na ilha do mesmo nome, com escola.

ILHA DO BENITO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Guarakessava.

ILHA DO SAL. Arraial no termo de Villa Nova do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*, 1901).

ILHA DO VEIGA. Arraial do termo de S. Christovão do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ILHA GRANDE. Arraial do termo de S. Christovão, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ILHA GRANDE. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

ILHA PEQUENA. Arraial no termo de S. Christovão do Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*. 1901).

ILHÉOS. Morro do Estado do R. G. do Sul, entre Taquara e Santo Antonio da Patrulha.

ILHOTA. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Itajahy; com escola.

IMBAHÁ. Arroio do R. G. do Sul. Acrescente-se no fim: Nelle ha os passos denominados: dos Coutos e o do Imbahá, abaixo daquelle. Vide *Imbajá*.

IMBAIÁ. Enseada ou sacco na ilha de S. Sebastião, no mun. de Villa Bella e Estado de S. Paulo. O nome vulgar é Sacco do Imbaiá. Esta palavra é corruptela de *Y-mbaê-á*, colhedor de cousas. De *y*, relativo; *mbaê*, cousa; *á*, colher. O padre A. R. de Montoya escreveu *Mbaiá*. Os ramos, com que atalham os rios e as enseadas para a pescaria, são *cambaiá*. Portanto o nome *Imbaiá* é allusivo ao facto de prestar-se a esse modo de pescar.

IMBANHY. E' o mesmo rio Embahú, affl. da margem esq. do Parahyba, no mun. do Cruzeiro e Estado de S. Paulo.

IMBASSAHY. Corr. *mbeacá-y*, barra do rio, ou antes, foz ou boca do rio; Bahia (Dr. T. Sampaio).

IMBAUBA. Vide *Ambaiba*.

IMBÉ. Composto de *ym-mbé*, planta que se arrasta, planta rasteira, trepadeira (*Philodendron imbé*); no tupi-guarani, *guembé*, *guaimbé* (Dr. T. Sampaio).

IMBÊ. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

IMBIAÇÁ. Corr. *y-mbê-açá*, leito d'agua que atravessa, curso d'agua que corta, confluencia, foz, barra, boca de rio, porto (Dr. T. Sampaio).

IMBIAÇABA. Corr. *y-mbê-açaba*, cruzamento do leito d'agua, confluencia, barra, foz, o mesmo que *imbiaçá*; corr. *mbê-açaba*, a sahida do caminho, o porto (Dr. T. Sampaio).

IMBIASSAPE. Corr. *imbeaçá-pe*, na barra, na confluencia ou na foz (Hans Staden); corr. *mbeaçá-pe*, no porto (Dr. T. Sampaio).

IMBIRA. Corr. *imbir*, pelle d'arvore, casca, entrecasca, alburno; vulgo *imbira* (Baptista Caetano).

IMBIRUSSÚ. A imbira grande, o entrecasco grosso; composto de *imbir-uçú*.

IMBITUBA. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. da Laguna; com escola.

IMBOASSÚ. Pontal ao N. do Estado de Pernambuco e proximo á ponta do Funil.

IMBOGUASSÚ. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Vicente e desagua no littoral.

IMBÚ. Vide *Ambú*.

IMBUHY. Corr. *imbú-y*, rio do imbú; corr. *mboi-y*, rio da cobra; pode ser ainda *ybú-y*, agua da fonte ou do manancial; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

IMBURANA. Serra nas divisas do Estado de Pernambuco com o do Parahyba. E' uma das que se comprehendem na cordilheira da Borburema na parte relativa ao mun. de Taquaretinga.

IMBURANAS. Log. do Estado de Pernambuco, á margem esq. do rio Ipojuca, no mun. de Caruarú.

INAJÁ. Nome da palmeira *Maximiliana* (Mart). Vide *Anajá*.

INAJÁ-TUBA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

INCERICA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

INCHÚ. Corr. *échá* = *eichá*, composto de *ei-chá*; *ei* = *eir*, s., mel, calda de assucar, a abelha; *chá*, rugoso, aspero; ninho d'abelha rugoso, aspero; alt. *exá*, *eixú*, *enchá* (Dr. T. Sampaio).

INCHUI. Corr. *eichú-î*, abelha miuda, casa d'abelha pequena (Dr. T. Sampaio).

INDAIÁ. Corredeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo. « *Indaiá*; altos e baixos, e torcida. De *i*, ter em si; *nd*, intercalação para ligar o verbo a *ai*, saliencias; *á*, torcer. Allusivo a ter saliencias e a fazer curva ». (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc.* cit.).

INDAIÁ. Ribeirão de S. Paulo, affl. do Parahytinga. Accrescente-se no fim: Desagua pela margem esq. « *Indaiá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é contracção de *I-nd-ai-á*, altos e baixos e arrecifes. De *i*, ter em si; *nd*, intercalação por ser nasal o verbo anterior, e para ligal-o á *ai*, saliencia; *á*, cabeça, pedaços pequenos de qualquer cousa. Allusivo a cachoeiras e pontas de pedra no leito ». « *Idaiá*, antigo *Inayá*, a palmeira (*Attalea compta*) ». Dr. Theodoro Sampaio.

INDAIASSÚ. Pov. do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Tornou-se séde do mun. da Barra do S. João pela Lei n. 502 de 9 de dezembro de 1901. O mun. tomou o nome de Indaiassú pela Lei n. 516 de 17 de dezembro de 1901.

INDAIATUBA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o bairro do seu nome e desagua na margem dir. do rio Sorocaba.

INDAIAUBA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Vicente e desagua no Piassabussú.

INDAIAUBA. Praia na ilha de S. Sebastião, mun. de Villa Bella e Estado de S. Paulo. « *Indaiuba*, corruptela de *I-nd-aiuá-îi-bae*, escorregadio por ter limo. De *i*, ter em si; *nd*, intercalação para ligar aquelle verbo a *aiuá*, limo; *îi*, resvalar, escorregar, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que — » (Dr. J. M. de Almeida.) « *Indaiatuba*, corr. *indayá-tyba*, palmeiras indaiás em abundancia, palmar de indaiás » (Dr. T. Sampaio). A respeito do nome da villa de Indaiatuba, diz o Dr. João Mendes: « O nome provém da abundancia da palmeira pequena *indaiá*. Indaiatuba corruptela de *Indaiá-tib-a*, lugar de indaiá ».

INDEPENDENCIA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

INDEPENDENCIA. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, nasce na serra do Mundo Novo, banha o mun. de Santa Thereza e vai desaguar no rio Preto na fazenda do seu nome.

INDIANA. Log. do Estado da Bahia, no termo do Monte Cruzeiro.

INDUÁ. Corr. *indoá*, s., o pilão; no tupi guarani *anguá*. Com o vocabulo *anguá* confundio Frei Gaspar da Madre de Deus o nome *yguá*, traduzindo *yguáguaçú-pé*, na bahia grande ou barra grande por *anguaguaçú-pé*, no pilão grande, com o que comparou o feitio da ilha de S. Vicente, observada do alto do Cubatão (Dr. T. Sampaio). Vide *Engaguassú*.

INFERNINHOS. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Biguassú; com escola.

INFERNO. Igarapé do Estado do Pará, na com. de Mazagão. Vai para o rio Jaburú.

INFERNO. Ribeirão de Minas Geraes, no mun. de Diamantina. Accrescente-se no fim: O Sr. J. Augusto Neves, em sua *Chorogr. do Mun. de Diamantina*, diz: « O ribeirão do Inferno, que nasce nas Porteiras ou serra do Dumbá (ou Dumbar) no dist. de Dattas, com o nome de Gramichá; pouco abaixo recebe o corrego Cantagallo, tomando d'ahi em diante o nome de Canudos; passando pelo Bananal, no logar denominado Mutuca, recebe o corrego dos Ferreiros ou das Lages, e depois o corrego Canudinhos ou Natureza, e d'ahi segue com o nome de ribeirão do Inferno até a sua foz no Jequitinhonha, no pov. da Itaipaba do dist. do Curralinho deste mun. Recebe o ribeirão Ajunta-Ajunta, o corrego Curralinho e outros riachos de nenhuma importancia. Ha uma ponte de madeira sobre elle, a sete kils. mais ou menos de Diamantina, no logarejo conhecido geralmente pelo nome de Ribeirão ».

INGÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, reune-se com o Gramma e juntos vão desaguar no Pirahy, trib. do Jundiahy, proximo ao Salto de Itú.

INGAHURA. Riacho do Estado do Maranhão, banha o mun. da capital e desagua no rio Angelim.

INGLEZ. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

INGLEZES. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a villa de Santa Thereza de Valença e desagua no ribeirão Manuel Pereira, affl. do rio Preto.

INHACICA PEQUENO. Rio do Estado de Minas Geraes, nasce na serra do Arrenegado, banha o mun. de Diamantina e desagua no Jequitinhonha.

INHAHY. Rio do Estado de Minas Geraes; nasce nos campos de S. Domingos, com o nome desse santo, passa a tres kils. do pov. de Inhahy e desagua no rio Caeté-mirim.

INHAHY. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: A séde desse dist. acha-se situada entre o rio Caeté-mirim e o ribeiro Inhahy distante 45 kils. de Diamantina. Tem uma Egreja de Sant'Anna. O dist., banhado pelo Jequitinhonha, que lhe serve de divisa, possue boas terras para cultura e criação. Tem a mangabeira e muitas plantas medicamentosas. O principal ramo da lavoura e da industria consta na cultura de cereaes, criação de gado e mineração.

INHAMBÚ ou *inambú* = *ynambú*. Composto de *y-nam-bú*, o que corre surdindo, ou emergindo, ou o que levanta o vôo rumorejando, a perdiz; corr. *y-am-bur*, o que se levanta a prumo (Baptista Caetano); alt. *nambú*. *enambú* (*Crypturus*).

INHAMBÚ. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Capella Velha.

INHAMBUHY. Corr. *inambú-y*, rio das perdizes; alt. *inhamby* (Dr. T. Sampaio).

INHAMBUI. Perdiz pequena, a codorniz, ou codorna (*Crypturos maculosus*, Temm.). Composto de *inambú-i*.

INHAMBUPE. Composto de *inhambú-pé*, nas perdizes; Bahia.

INHAME. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Santa Rita do Paraiso. Vai para o corrego da Cachoeira, e este para o ribeirão da Ponte Nova.

INHAMUNS. Corr. *inhamú* ou *inhambú*, as perdizes; Ceará (Dr. T. Sampaio).

INHANGAPY DO TOCANTINS. Villa do Estado do Pará, creada pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900. Era uma pov. do mun. de Cametá.

INHAUBA. Lago do Estado do Maranhão, no mun. de Vianna.

INHAUMA. Vide *Anhuma*.

INHEMBY. Composto de *y-nhembi*, rio abaixo, ao correr do rio (Montoya).

INHOAHYBA. Serra de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida, em seu *Dicc.* cit., diz: « Alguns a suppõem prolongamento da serra de S. Francisco; mas é de formação diversa. *Inhoahyba*, corruptela de *Y-nhõ-aib-a*, malmente isolado. De *y*, relativo; *nhõ*, só, isolado; *aib-a* malmente, imperfeitamente. Allusivo a ser realmente uma serra diversa da S. Francisco; e, não obstante, parecer que é prolongamento desta. Esta serra se compõe de um mineral micacio e unctuoso, em quartzito; ao passo que a serra S. Francisco é um massiço granitico, como bem o diz seu nome, completamente corrompido ». Vide *Francisco* (*S*).

INHOMIRIM. Corrupção de *nhú-mirim*, campinho.

INHUMA. Vide *Anhuma*.

INHUMAS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Canhotinho.

INHUMAS. Ribeirão do Estado do Maranhão, affl. do rio Corrente. A' sua margem dir. fica a pov. da Passagem Franca.

INI. Subs., a rede, a maca, o fio, a linha (Dr. T. Sampaio).

INIPUCÚ. Rio do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Jary.

INNUH. Ilha no rio Pomba, defronte da cidade de Santo Antonio de Padua; no Estado do Rio de Janeiro.

INSONO. Rio do Estado do Maranhão; nasce no mun. do Codó, separa o mun. de Pedreiras do de S. Luiz Gonzaga, e desagua na margem dir. do rio Mearim.

INTANS. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

INVERNO. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

INZONEIRO. Mentiroso, supersticioso. Termo usado no sertão da Bahia.

IPANÊ. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no 4º dist. administrativo do mun. de Uruguayana. Tem um regular numero de choupanas proximas ao banhado de Ipané, que desagua no Ibirocay. Posto que tambem o denominem Capella de Ipané, não tem capella.

IPANÉ. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desemboca no Ibirocay.

IPANEMA. O Dr. J. M. de Almeida diz: « *Ipanema*, rio esteril, ou sem prestimo. De *i*, agua, rio; *panẽ*, ser esteril, sem prestimo, com o suffixo *ma* ou *mo* (breve), para formar supino. Segundo o padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, *I-panẽ* significa rio sem peixe. E este significado o deu Martius em seu *Gloss. Ling. Bras.*, e, pois, esta vez acertou. Com effeito, a proximidade das minas de ferro deve determinar naturalmente a esterilidade desse curso d'agua. » O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Ipanema*, corrupção de *y-panema*, agua ruim, imprestavel. »

IPANEMA. Arraial do termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

IPANEMA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

IPATINGA por outra *I-pá-ty-nga* significa logar d'agua; *pá*, o mesmo que *pába*, logar; *ty*, atar, prender, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Não é *itpá*, logar de agua podre (Dr. J. M. de Almeida).

IPAÚ. Rio do Estado do Pará. Accrescente-se no fim: O Snr. Parsonadas de Carvalho, em uma conferencia feita no Gremio Paraense e publicada no « Jornal do Commercio » de 3 de dezembro de 1901, assim se expressa a respeito desse rio: « Circumscrevendo-me ao territorio do Pará resta-me dar-vos noticia de um rio que não vejo representado em nenhum mappa — é o *Ipahú*. Na altura da ilha Jutahy, no Tocantins, ha um furo por onde passei ao rio Tacaruá, affl. da margem esq., que lança suas aguas na enseada abaixo da mencionada ilha, na qual existe uma pequena pov. denominada *Joanna Peres*, logar onde os vapores do Pará recebem não pequenas cargas de castanhas. Antes de chegar ao Tocantins o Tacaruá entra no Ipahú, rio maior que elle e de muito maior curso. Subi pelo Ipahú até onde este rio se divide, bifurcando-se. Desce de terrenos altos, cobertos de castanhaes e, nessa altura, abre para o Tocantins o braço que acabo de mencionar, emquanto o outro, correndo a NO e engrossado pelo Igarapé Grande, que vem do centro, da mesma matta, toma em baixo, no seu curso inferior, o nome de Jacundá. Vereis nos mappas o Jacundá, talvez o Igarapé Grande como sua parte superior, mas não o Ipahú. »

IPÉ ARCADO. Log. do Estado de Goyaz, no mun. de Catalão, sobre o rio Parnahyba. Ha ahi uma ponte.

IPERÓ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc.* cit., tratando desse rio diz: « Affl. do rio Sarapuhy pela margem dir.; no mun. de Campo Largo de Sorocaba. *Iperó*, corruptela de *I-pi-rõ*, rio de fundo revolto. De *i*, rio; *pi*, centro; *rõ*, revolver. De um rio fundo, dizem os indigenas *ipiguaçú*. A principio suppuz fosse corruptela de *I-pa-rá*, rio de fundo não liso. De *i*, rio; *pi*, centro; *rá*, não liso, não igual, com altos e baixos. E então tive occasião de verificar que a palavra *perãu*, como designativa de buraco no fundo dos rios e das lagôas, é de origem tupi: e não vem de *perrau* em francez, como o escreveu Moraes, em seu *Dicc. da lingua portugueza*. Em todo o caso, quer seja *I-pi-rõ*, quer fosse *I-pi-rá*, o nome exprimiria o mesmo facto; porque os *peráus* são a causa do fundo revolto, formando ahi as aguas rodomoinhos. Com effeito, a zona em que tem seu curso este ribeirão é a de terrenos cuja formação geologica é grez, schistos e calcareos silicosos carboniferos; e as aguas, correndo sobre terrenos dessa natureza, abrem cavidades, que são os taes *peráus*, e sobre essas cavidades as mesmas aguas se revolvem em rodomoinho ».

IPEROYG. Corr. *ypirú-yg*, rio do tubarão; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

IPIRANGA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim, no centro das mattas do seu nome, com 126 casas de palha, dispersas em completo desalinho e uma pop. de 970 habs. Tem seis casas de negocio de seccos e molhados, uma engenhoca para a moagem de canna e fabrico de assucar e aguardente. Produz algodão em larga escala. Dista 36 kils. da séde do termo.

IPIRANGA. Nucleo colonial do Estado do Paraná, distante 6 kils. da cidade de Antonina. E' dividido em nove lotes occupados por italianos e brazileiros.

IPIRANGA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Tietê; no mun. de Mogy das Cruzes. E' um pequeno corrego. « *Ipiranga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela ou antes contracção de *Y-pi-rá-ã-nga*, leito desigual e empinado. De *y*, relativo; *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *ã*, empinar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. O padre A. R. Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, dá *guiama* como suffixo deste verbo. Erro. Nada tem, portanto, este ribeirão com *agua vermelha* ou *rio vermelho*. O indigena não teria commettido este não senso ». Pedro Taques, na *Nobiliarchia Paulistana*, referindo-se a documentos antigos, denomina *Itypiranga* o affl. do ribeirão Tamanduatehy. No auto da medição da meia legua para o Rocio da cidade de S. Paulo, lavrado a 27 de julho de 1769, encontra-se escripto *Opiranga*.

IPIRANGA. Rio do Estado de S. Paulo, nasce na serra do Mar, banha o mun. de Caraguatatuba e desagua no oceano.

IPIRANGA. Rio do Estado de S. Paulo, nasce na serra do Mar, banha o mun. de Ubatuba e desagua no oceano. E' mais conhecido pelo nome de Ipiranguinha.

IPITANGAS. Lagôa do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema.

IPITUNA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Itaocara.

IPOCHIVAS. Corr. *y-pochi*, aquelle que é máo ou bravo; o indio não submettido (Pinto Junior).

IPOJUCA. Corrupção de *yapó-yuc*, estagnado, podre, banhado de aguas putridas; alt. *pojuca*, Pernambuco (Dr. T. Sampaio).

IPOJUCA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Pau d'Alho e desagua no rio Capibaribe.

IPOJUCA. Villa de Pernambuco. Em logar de villa leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Foi elevada á categoria de cidade pela Lei n. 173 de 6 de junho de 1896.

IPORANGA. O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc.*, diz: « *Iporanga* significaria — rio formoso — De *i*, rio, agua; *porang*, formoso, ornado, agradavel, com o accrescimo do *a* (breve), por acabar em consoante. Mas não se trata de *I-porang-a*, rio formoso; sim de *Y-por-a-ã-nga*, empinado e com saltos. De *y*, relativo; *por-a*, salto, queda; *ã*, empinar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Contrahido em *Y-por'-ã-nga*. O padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, dá por supino deste verbo *guiama*. E' manifesto erro: isso poderá ser tudo menos supino. Allusivo a descer em forte declive, como que empinado, formando saltos, cascatas, cachoeiras. Corre mesmo entre rochedos calcareos mui altos, empinados e lisos. Um rio, assim descendo, deve ser realmente formoso; mas disto o indigena não cogitou ».

IPOTINGA. Log. do Estado de Pernambuco, no dist. da Varzea.

IPOTINGA. Bairro do mun. de Sorocaba, no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

IPÚ. Composto de *y-pú*, agua surge ou ferve; manancial, olho d'agua, fonte, minadouro.

IPUCA. Corrupção de *y-pug*, agua arrebenta, ou estoura, agua quebra (Dr. T. Sampaio).

IPUEIRA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Ipueira*, corrupção de *y-poera*, agua que foi, curso d'agua extincto, braço ou canal de rio que não corre, sacco, bahia fluvial ». Vide *Puéra*.

IQUIRY. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Floriano Peixoto.

IRA. Corr. *eira* = *eir*, s., o mel, a abelha; composto de *e-ir*, doce desprende-se, doce sahe (Baptista Caetano).

IRACÊ. Contr. *iracema*, composto de *ira-acema*, a sahida, o fluxo do mel, a doçura (Dr. T. Sampaio).

IRACEMA. Composto de *ira-acema*, o fluxo do mel, a sahida do mel. Como nome de mulher é synonimo de *meliflua, doce*; corresponde á *Dulce, Melina, Dulcifera* (Dr. T. Sampaio).

IRAHY. Composto de *ira-y*, rio do mel.

IRAJÁ. O mel brota; a meleira; corrupção de *ira-yá*.

IRAJASSÉ. Composto de *ira-yacê*, a sêde do mel (Dr. T. Sampaio).

IRAMAIA. Composto de *ira-maia*, a mãe do mel, a que gera o mel, a abelha (Dr. T. Sampaio).

IRANY. Rio do Estado do Paraná, banha o mun. de Palmas e desagua no rio Uruguay (Goyo-Ên).

IRAPIRANGA. Mel vermelho; composto de *ira-piranga*.

IRAPUÃ. Corr. *ira-apoã*, mel redondo, ou ninho de abelhas arredondado; corr. *ira-puã*, abelha levantada, ou que faz ninho no alto (Baptista Caetano).

IRÁRA. Composto de *ira-ra*, o que colhe mel, o lambemel, o papa-mel (*Galictis barbara*). Dr. T. Sampaio.

IRARÁ. A formiga alada. Vide *Arará*.

IRARIBÁ. Uma das cachoeiras que formam o rio Brejahimirinduba, no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. Além dessa cachoeira, ha as de nome Prata e Piabas. Esta palavra é corruptela de *Ar-arib'-á*, cortado de alto a baixo. De *ar*, cahir, abaixo; *aribo*, de alto (composto de *ari*, sobre, em cima, alto; e *bo* breve), para exprimir o modo de estar); *á* ou *há*, cortar, talhar. Allusivo a formar um desnivelamento quasi a pique, produzindo grande estrondo a queda das aguas.

IRATIM. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, no pov. de Iratim, mun. de Imbituva e Estado do Paraná. Tambem escrevem *Iraty*.

IRECÊ. Composto de *y-recê*, pela agua, pela corrente, á mercê das aguas, á tôa; abandonada; é usado como nome de mulher (Dr. T. Sampaio).

IRIETÊ. Composto de *y-ri-etê*, agua que corre direito, trecho do rio largo e rectilineo, o estirão (Dr. T. Sampaio).

IRIGUASSÚ ou *Iriú-guaçú*, rio que inunda. De *iriú*, rio que baixa; *guaçú*, largo, grande (Dr. J. Mendes de Almeida. *Dicc.* cit.).

IRINY-ASSÚ. Log. no mun. de Carutapera e Estado do Maranhão. Ha um outro logar no mesmo mun. denominado Iriny-mirim (José Ribeiro do Amaral. *Obr.* cit.). Não será *Iriry-assú* ?

IRIRI ou **RIRI.** Subs., a ostra.

IRIRIAIA. Serra, lagôa, ribeirão, braço de mar; nos muns. de Iguape e Cananéa; no Estado de S. Paulo. Vide *Aririaia*.

IRIRIBÚ. Assim escreve o Dr. João Mendes o nome da serra *Iririú* do mun. de Cananéa; no Estado de S. Paulo. « *Iriribú*, diz o referido Dr.: corruptela de *Yryr-ibiy*, baixa e successivamente cortada. De *yr*, cortar, repetido para exprimir a successão ou a continuidade do facto; *ibiy*, baixa, pequena *O iy* tem som guttural. Allusivo a ser escalvada; e, por baixa muito diversa das outras montanhas proximas. Tambem, dizem no logar *Yr-yr-iỹ* ».

IRIRIPIRANGA. E' o nome tupi do rio Casqueiro; no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. A' margem daquelle rio ou braço de mar, os indigenas formavam aldeia nas estações proprias, em que desciam a serra Paranapiacaba, para fazerem as provisões de mariscos e de peixes. E essa aldeia tirava do rio o nome. « *Iriripiranga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Irá-ri-pirã-nga*, dous juntos, avermelhados. De *irá*, companheiros; *ri*, posposição para significar simultaneidade, junção; *pirã*, ser vermelho, avermelhar, colorado como sangue, com o accrescimo *nga* (breve), para formar supino. Não é, portanto — vespa vermelha —, como o pretendeu Martius em seu *Gloss. Ling. Bras.*; mas — ostra vermelha —, ou porque as duas conchas sejam avermelhadas ou porque o marisco produza a famosa tinta *purpura* ».

IROHY. Agua fria; composto de *y-roy*.

IRUÇÚ. Corr. *ira-chú*, o mesmo que *eichú, inchú* (Dr. Theodoro Sampaio).

IRUMOGUARA. Composto de *irumo-guara*, morador junto, companheiro, socio, collega (Dr. T. Sampaio).

ISABEL (Santa). Pequeno pov. do mun. de Itapecurú-mirim; no Estado do Maranhão.

ISABEL (Santa). Arraial do termo de Villa Nova, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ISABEL (Santa). Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 646 de 6 de junho de 1899.

ISABEL DIAS. Riacho do Estado de Pernambuco, rega o mun. de Cimbres e desagua no rio Ipanema. Nasce na serra Ororobá. No mesmo mun. ha uma lagôa de nome identico.

ITÁ. Serrote á margem esq. do rio Ribeira de Iguape, ramificação da serra do Mar; no Estado de S. Paulo. « *Itá*, corruptela de *Hetá*, aparado. Allusivo a ser achatado no cimo. Apenas mostra um morro com ponta, vulgarmente denominado Pico; mas é separado do serrote, e é de terra, sem pedras. Deste serrote para o lado do rio Ribeira de Iguape, nasce o ribeirão Itá, cujo nome anda trocado por *Etá*. Os indigenas usavam dar a varios logares, na mesma região, nomes quasi identicos no som, significando, porém, diversamente. Assim o serrote é *Hetá* e não *Itá*; o ribeirão, ao contrario, é *Ytá* e não *Etá*. Na corrupção têm sido trocados. Vide *Etá* » (Dr. J. Mendes). « *Itá*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, composto de *y-tá*, o que é duro, a pedra, o penedo, a rocha, o rochedo, o seixo, o metal, o ferro; o barro duro, a argilla estratificada; alt. *tá* ».

ITABAGUARA. Bairro do mun. do Piquete em S. Paulo. Em lugar de Itabaguara leia-se Itabaquara.

ITABAIANA. Antigamente *Tabayan* ou *tabanga*, composto de *taba-y-an* ou *taba-anga*, a morada das almas (Dr. Theodoro Sampaio).

ITABAPOANA. Ant. *Cabapoama*, composto de *cabapoama*, as vespas assanhadas ou levantadas (Dr. Theodoro Sampaio).

ITABAQUARA. Rio do Estado de S. Paulo, nasce na serra da Mantiqueira, corre entre os muns. de Lorena e Cruzeiro e desagua na margem esq. do Embahú. Esta palavra é corruptela de *Hetá-ba-guara*, muito corrente. De *hetá*, muito; e *baquara*, corredor, corrente. Allusivo a ser veloz em seu curso.

ITABÉ. Dist. creado pela Lei n. 727 de 24 de outubro de 1900 na com. de S. Carlos do Pinhal; no Estado de S. Paulo. E' constituido pelo territorio do dist. de S. João da Lagôa.

ITABERABA. Composto de *itá-beraba*, pedra que resplandece, pedra reluzente, crystal (Dr. Theodoro Sampaio). « *Itaberaba*, corruptela de *Ytá-berá-bae*, pedra que brilha; De *ytá*, pedra, penha; *berá*, brilhar, resplandecer; com *bae*

(breve), para formar participio, significando — o que — ». Escrevem tambem *Itaverava* e *Ituverava* (Dr. J. M. de Almeida). Isto quanto á serra; quanto ao rio affl. do Bacuruvú, diz o Dr. João Mendes: « *Itaberaba*, corruptela de *Itá-abirá-bae*, contrahido em *Itá-'bi-rá-bae*, desigual, desnivellado, formando degráus. De *ilá*, estante, degráu; *abi*, desigual; *rá*, sem nivel; *bae* (breve), para formar participio. Allusivo a ser successivamente encachoeirado, com degráus ».

ITABERABAETÊ. Composto de *itaberaba-êtê*, crystal verdadeiro, a pedra reluzente legitima, o diamante (Dr. Theodoro Sampaio).

ITABIRA. Composto de *itá-bir*, pedra que se levanta, serro empinado; Minas Geraes; corr. *tabira*, a anta (Dr. T. Sampaio).

ITABIRITO. Rocha siliciosa, quartzito ferruginoso, abundante no Brasil central; o nome procede de *Itabira* (Dr. T. Sampaio).

ITABOCA. Corr. *itá-boc*, pedra furada ou arrebentada, pedra solapada (Dr. T. Sampaio).

ITABOCA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves; proximo da ilha Mututy.

ITABORAHY. Composto de *itá-pore-y*, rio do salto de pedra; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

ITABUBUI. Composto de *itá-bubui*, a pedra que fluctua, a pedra pomes (Dr. T. Sampaio).

ITACARAMBI. Composto de *itá-carambi*, pedra redondinha, ou meuda, pedra ou penedo curto (Dr. T. Sampaio).

ITACAYÚ GRANDE. Log. do Estado de Matto Grosso, em Santa Rita do Araguaya, 2º dist. da capital.

ITACEPANEMA. Recife ao N. da bahia de Santa Cruz; no Estado da Bahia; a S E. da ponta de Santo Antonio. Tem meia milha de largura. Descobre quasi todo com a maré baixa, e mais ou menos em seu centro vê-se um ilhote de areia, que sempre fica fóra d'agua, chamado Coróa Alta. Tambem escrevem *Itassepanema*. Para o N. deste recife fica o de Araripe. E' separado do recife das Alagadas por um canal de ¾ de milha de largura e 6 braças de fundo chamado Boqueirão Grande.

ITACHAMA. Composto de *itá-chama*, cadeia de ferro, corrente (Dr. Theodoro Sampaio).

ITACOATIARA. Pedra pintada ou coberta de inscripções; de *itá-coatiara*.

ITACOERA. Assim escreve o Dr. João Mendes de Almeida o nome do rio Itaquera, affl. da margem esq. do Tieté; no Estado de S. Paulo. « *Itacoera*, diz o referido Dr. Mendes, não é buraco de pedra como o escreveu Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario*. Para significar buraco de pedra deveria ser *Ytá-quára*. *Itacoera*, corruptela de *Ytá-iguê-rù*, margens graniticas. De *ytá*, pedra; *iguê*, lado, costado; *rù*, companheiro, para assignalar referencia aos dous lados, ou ás duas margens. Allusivo a correr entre morros graniticos. Seu leito é formado de lages. Alguns pronunciam *Itá-kér-a;* mas é a mesma cousa. Os indigenas do rio Amazonas e as nações que delles provieram não usam muito do *u* em seguida ao *g* ou ao *q*. Tenho, porém, minhas duvidas si *Itacoera* é o nome desse curso d'agua. Considerado relativo o *y* inicial, resta *Tacûéra*, aldêa que existiu: de *tab-a*, aldêa; *cûéra* particula de preterito. A palavra *tab-a*, em certas composições, prende sempre a ultima syllaba. Os indigenas do norte do Brasil usavam e usam *tapera* ou *tapéra*, o mesmo que *tab'-uéra* ou contracção de *ta-puéra*, pois que *puêra* é tambem particula de preterito, mudado o *c* de *cûéra* em *p*. Sem duvida, nesse lugar existiu alguma aldêa; e então a palavra *Y-tacûéra* foi applicada ao ribeirão ».

ITACOLOMY. Morro granitico, no mun. de S. Roque e Estado de S. Paulo. « Esta palavra devia ser *Y-taquû-a-ro-mĩ*, pontas que se occultam umas ás outras. De *y*, relativo; *taquû*, pontas; *amĩ*, esconder, occultar, com a intercalação de *ro*, para exprimir reciprocidade. Por contracção *Y-taqu'-a-ro-mi*. Allusivo a ter varios picos, occultando-se uns aos outros, nas montanhas » (Dr. J. Mendes de Almeida). « *Itaculumim*, diz o Dr. T. Sampaio, corr. de *itá-curumim*, o menino de pedra, o filho da pedra, ou a pedra e seu filho; allusão a ser o pico, que tem esse nome, formado de um grande bloco rochoso, tendo ao lado um outro muito menor, como se foram mãe e filho ».

ITACOLUMÉ. E' o outro nome dado ao Iguatemy (Vide esse nome). « *Itacolumé*, corruptela de *I-tacu-roi-imé*, contrahido em *I-tacú-roi-'mé*, agua nem quente nem fria. De *i*, agua; *tacú*, quente; *roi*, frio; *imé*, negação » (Dr. João Mendes de Almeida).

ITACOROBY. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de S. Borja e desagua no rio Camaquan. Tambem escrevem *Itacuruby*.

ITACUÁ. Praia no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. *Ytá-cuá*, cintura de pedra. De *ytá*, pedra; *cuá*, cintura, meio entre os extremos. Allusivo a estar esta grande pedra no meio da praia, como que cinturando-a. Tambem escrevem *Itaquá*.

ITACURAÇÁ. Campos e terras, no mun. do Cunha e Estado de S. Paulo. « *Itacuraçá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-curú-açái* por contracção *Ytá-cur'-açái*, pedregal esparzido. De *ytá-curú*, pedregal; *açái*, estender, esparzir ».

ITACURUBA. Composto de *itá-curuba*, fragmentos de pedra, pedrinhas, cascalho; alt. *itacurú* (Dr. T. Sampaio).

ITACURUSSÁ. Lagôa na ilha Cardoso, mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo. « Esta palavra é corruptela de *I-tacú-roi-çái*, agua quente, no verão. De *i*, agua; *tacú*, quente; *roi*, frio; *çái*, cessar; sendo que *roi-çái*, significa cessação do frio ou verão. Com effeito, a agua desta lagôa, um pouco turva, é tepida durante o verão. Alguns a consideram rio, porque, em certas occasiões, rompe os comoros de areia e faz barra para o oceano; e, então, esvasia-se tanto, que os pescadores apanham á mão os peixes, quasi em secco » (Dr. J. M. de Almeida). « *Itacuruçá*, diz o Dr. T. Sampaio, é composto de *itá-curuçá*, a cruz de pedra ou de ferro ».

ITACURUTIBA. Planalto além do ribeirão Tatuapé, ao lado da margem dir. deste; no mun. da capital do Estado de S. Paulo. E' no caminho da Penha de França. Divide as aguas dos ribeirões Tatuapé e Aricanduva. « *Ytá-curú-tib-a*, cascalhal. De *ytá-curú*, cascalho; *tib*, logar das cousas por natureza, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a ser alli deposito natural de cascalho » (Dr. J. M. de Almeida).

ITACYRA. Subs., a enxada.

ITAEM. Composto de *itá-em*, pedra hume (Dr. T. Sampaio).

ITAETÊ. Composto de *itá-etê*, ferro verdadeiro, o aço (Dr. T. Sampaio).

ITAGUABA. Composto de *itá-guaba*, a comida de pedra ou de barro, isto é, a pedra ou barro que serve de comida aos animaes; é o que o vulgo denomina *barreiro*, ponto da margem do rio onde os animaes vem lamber a terra salgada ou salitrada. Vide *Guaba* (Dr. T. Sampaio).

ITAGUAÇABA ou TACASAVA. De *itagua*, *tayua*, barro vermelho; *çaba*, cavado (Martius). « *Itaguaçaba*, corruptela de *Ytá-gûa-çaba*, pedra furada. De *ytá*, pedra; *gûa*, o mesmo que *guar*, ter buraco, mudado o *r* final em *ç*, conforme a lição do padre Luiz Figueira (*obr.* cit.)... » (Dr. J. M. de Almeida).

ITAGUAHY. Ant. *Taguahy*, composto de *taguá-y*, rio do tauá; pode ser ainda *itá-guá-y*, rio do valle das pedras; pode tambem ser *itá-aguá*, chocalho de ferro; como pode

ser *itaguá-y*, de que *itaguá* é a contracção de *itaguaba*, barreiro, e, portanto, *itaguá-y*, rio dos barreiros; Rio de Janeiro. (Dr. T. Sampaio). Segundo Martius significa — agua de barro vermelho.

ITAGUAPUÁ. Pedras ou penhascos empinados, entre a estação do Lageado e a pov. denominada Baruel; no mun. de Mogy das Cruzes e Estado de S. Paulo. Esta palavra é corruptela de *Ytá-águâ-puã*, penhasco empinado. De *ytá-águâ*, penhasco; *puã*, empinar, levantar. Com effeito, ha nesta região muitas pedras grandes, levantadas ou empinadas.

ITAGUASSÚ (pedra grande). Ribeirão do Estado de S. Paulo. affl. da margem dir. do Poti; no mun. de Mogy das Cruzes.

ITAHI. Rio do Estado do Pará, banha o territorio do Aricary e desagua na margem dir. do rio Amapary ou Mapary, trib. do Araguary. Tambem escrevem *Itahy*.

ITAHIM. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Juquery-mirim, trib. do rio Juquery, que o é do Tieté.

ITAHIM. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Parnahyba e desagua na margem esq. do Tieté.

ITAHIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Guayó, trib. do Tieté; no mun. de Mogy das Cruzes.

ITAHIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Juquery; no mun. do Parnahyba. Em seu principio tem o nome de Cajú. Recebe o Paiol Velho.

ITAHIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Jacurú; no mun. de S. Paulo (Dr. João Mendes).

ITAHIM. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua no ribeirão Taiassupeva-mirim, só ou reunido ao Itrapuá.

ITAHIM-MIRIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Itahim-guassú, trib. do Tieté; no mun. do Salto de Itú. « A palavra *Itahim*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é corrupção de *itá-im*, a pedra pequena, a pedrinha, conchinha; corr. *itá-ib*, torre, campanario, columna de pedra ».

ITAHYPE. No rio das pedras; de *itá-y-pe*.

ITAIASSUPEBA ou ITAYASSUPEVA. Nome tambem dado pelos indigenas ao morro Caguassú, proximo á cidade de S. Paulo; no Estado deste nome. « *Itayassupeva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-uaçú-pe-bae*, chapada, chapadão. De *ytá*, pedra, penha; *uaçú*, grande, formando uma só palavra — *ytá-uaçú* ou *itá-guaçú* — penhasco, penha alta; *pé*, ser chato, com a particula *bae* (breve), para formar participio e significando — o que— ». O Dr. Theodoro Sampaio escreve *Tayaçupeba*.

ITAICY (pedra despedaçada). Morro pedregoso que força o rio Jundiahy a mudar bruscamente de direcção; entre os muns. de Jundiahy e Indaiatuba, no Estado de S. Paulo. « *Itaicy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-y-ci*, penha despedaçada. De *ytá*, pedra, penha, morro granitico; *y*, particula que precedida do verbo neutro significa — se —; *ci*, despedaçar, fazer pedaços; isto é, penha que se despedaçou, com referencia á acção propria da cousa ».

ITAIMBÉ. Composto de *itá-aimbé*, pedra aspera, penedo afiado, cortante, ponteagudo (Dr. T. Sampaio).

ITAIOBAIA. Morro do Estado do E. Santo, entre Anchieta e Guarapary.

ITAIPAVA. Corredeira no rio Paranapanema, logo abaixo do salto Ytapucú; no Estado de S. Paulo (Vide *Itapucú*, salto). E' esta palavra corruptela de *Ytá-peba*, logar de pedras, arrecifes, baixios. Ha ahi entre os arrecifes um canal unico, estreito e ingreme, com correnteza violenta. A descida é perigosa; e a subida é impossivel para canôas carregadas.

ITAIPAVA. Pequena corredeira formada pelo rio Pomba em frente á cidade de Santo Antonio de Padua.

ITAIPAVA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio, no seu trabalho — *O tupi na geographia nacional* —, diz: « *Itaipava* compõe-se de *itá-ipaba*, elevação de pedra, travessão rochoso, recife, dique através da corrente do rio ». Vide *Bariry*.

ITAIPÉ. Logares nas serras em que ha planos superpostos, uns aos outros até o cume, formando como escadaria em amphitheatro. A serra do Mar é assim em varios logares. *Itá-ipê*, muitos planos apoiados uns sobre outros. De *itá*, armação, estantes, pilares, em geral o que se apoia em outros; e *ipê*, muitos.

ITAIPÚ. Ponta granitica que fecha a barra grande de Santos e de S. Vicente, pelo lado do S.; no Estado de S. Paulo. « *Itaipú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-apiy*, ponta de pedra. De *ytá*, pedra; *apiy*, soando; *apú*, ponta, ponteagudo ». Na mesma barra de Santos ha um morro denominado *Itaipú*.

ITAITUBA. Lagôa no mun. de Iguape do Estado de S. Paulo. E' a margem esq. do rio Ribeira de Iguape. « *Itaituba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-tib-a*, logar de conchas. De *ytá*, concha; *tib*, para exprimir logar peculiar de cousas com o accrescimo de *a* (breve). O *i* tem som guttural. Mas *ytá* neste nome não é qualquer concha; é a grande, com a côr e o brilho da madriperola. Serve de colher; por isso os indigenas, ao verem a colher, disseram logo *ytá*. Com effeito, nessa lagôa abundam as conchas grandes e brilhantes ».

ITAITUBA. Villa do Pará. Em logar de villa leia-se cidade e accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 684 de 23 de março de 1900.

ITAJUBÁ. Não se trata de *ytá-yû-hob-á*, pedra amarella que dá folhas e grãos, ou simplesmente *ytá-yú*, pedra amarella, como os indigenas nomeiam o ouro. De *ytá*, pedra; *yú*, ser amarello; *hob*, folhas; *a*, grão, cousa corporea, pedaço de metal, fructo, cabeça, inchação. Por contracção *Ytá-yû-'ob-á*. *Itajubá*, nome do affl. do rio Una d'Aldêa é corruptela de *Ytá-iupá*, pedras e lagôas. De *ytá*, pedra; *iupá*, lagôa. Allusivo a ter muitas pedras no leito, e a formar lagôa em varios logares. Corre em terreno charcoso; mas é veloz na correnteza (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

ITAJUBÁ. Rio do Estado de Santa Catharina, na estrada entre Paraty e Itajahy.

ITAJUBÁ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua pela margem esq. "Não se trata de *ytá-yû-hob-á*, pedra amarella que dá folhas e grãos, ou simplesmente *ytá-yû*, pedra amarella, como os indigenas nomeiam o ouro. De *ytá*, pedra; *yú*, ser amarello; *hob*, folha; *á*, grão, cousa corporea, pedaço de metal, fructo, cabeça, inchação. Por contracção *Ytá-yû-'ob-á*. *Itajubá*, nome deste affl. do rio Una da Aldêa, é corruptela de *Ytá-iupá*, pedras e lagôas. De *ytá*, pedra; e *iupá*, lagôa. Allusivo a ter muitas pedras no leito, e a formar lagôas em varios logares. Corre em terreno charcoso; mas é veloz na correnteza" (Dr. J. M. de Almeida). "*Itajubá*, composto de *itá-yubaí*, metal muito amarello; o ouro; corrupção de *ita-gybá*, braço de ferro" (Dr. T. Sampaio).

ITAKY. Geralmente escripto *itaquy*, composto de *itá-ky*, pedra aguçada, ou afiada, pedra de amolar machado (Dr. T. Sampaio).

ITAMARACÁ. Composto de *itá-maracá*, maracá ou chocalho de metal, o sino, a campa; Pernambuco (Dr. T. Sampaio).

ITAMARATY. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Affuá, no rio Amazonas.

ITAMARATY. Este vocabulo significa pedra branca ou alva. E' corrupção de *itá-maróti*.

ITAMBAL. Igarapé do Estado do Pará, no territorio de Aricary. Desagua no furo que do lago das Duas Boccas vai ao lago Amapá.

ITAMBÉ. Morros da serra Matto Grasso; no mun. de Bataiaes do Estado de S. Paulo. "*Itambé*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Ytá-mb-ẽ*, penha ôca. De *ytá*, pedra, penha; *mb*, intercalação nasal; e *ẽ*, ôco, concavo. Allusivo a terem grutas e cavernas". Vide *Itaimbé*.

ITAMBÉ. Cascata lindissima, no mun. do Cunha e Estado de S. Paulo. Fica a tres e meia leguas da cidade. E' em linha recta, em degráus ou pequenos saltos, na extensão de 200 metros mais ou menos. O ultimo salto tem a altura de mais ou menos 50 metros. Do primeiro ao nivel do ultimo a altura é de 250 metros. O ribeirão que a forma traz o mesmo nome. "*Itambé*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Hetá-am-pé*, mudado o *p* em *b* por causa do som nasal de *am*, formando, por contracção, *Het'-am-bé*, muitos degráus. De *hetá*, muitos; *am*, em pé, erecto, perpendicular; *pé*, esquina de pedra, de madeira, etc." A respeito do morro, diz ainda o referido Dr. João Mendes: "*Itambé*, corruptela de *Ytá-mb-ẽ*, penha ôca. De *ytá*, pedra, penha; *mb*, intercalação nasal; *ẽ*, ôco, concavo. Allusivo a ter grutas e cavernas". Vide *Itaimbé*.

ITAMBÚ. Vocabulo tupi, composto de *itá-ambú*, que significa pedra sonora.

ITAMEMBECA. Composto de *itá-membeca*, pedra ou metal molle, chumbo (Dr. T. Sampaio).

ITAMETARA. Composto de *itá-metára*, ornato de pedra ou de metal, batoque de pedra (Dr. T. Sampaio).

ITAMIRINDYBA. Composto de *itá-mirim-dyba*, cascalheira, seixal, pedrinhas em abundancia (Dr. T. Sampaio). No Estado de Minas Geraes diz-se *Itamarandiba*.

ITAMOMBUCA. Contracção de *Ytá-mombugca*, pedra furada de ambos os lados. De *ytá*, pedra; *mombugca*, furar de um ao outro lado, perfurar, com o accrescimo de *ca* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

ITAMUMBUCA. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: "*Itamombuca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, contracção de *Ytá-mo-mbugca*, pedra furada de ambos os lados. De *ytá*, pedra; *mombugca*, furar de um ao outro lado, perfurar, com o accrescimo de *ca* (breve), para formar supino. Allusivo a formar sua foz, furando uma penedia" A praia ahi tem o mesmo nome.

ITANDUBA. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Cametá.

ITANGUÁ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Parahyba; no mun. de Mogy das Cruzes. "*Ytá-anguá*, diz o Dr. João Mendes, por contracção *Ytá-nguá*, pedra cavada. De *ytá*, pedra, *anguá*, cousa cavada, á semelhança de pilão, almofariz, morteiro. Allusivo a terem no leito pedras cavadas, formando poços ou caldeirões".

ITANGUÁ-MIRIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Itanguá, que o é do Sorocaba.

ITANHAEM. Vide Accrescimos e Correcções no IV Vol.

ITANHAEN. Rio e cachoeira de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida, descrevendo o rio, diz: "*Itanhaen*, segundo Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.*, significa bacia de pedra, ou pedra que sôa! Outros querem dar por origem ao nome Itanhaen, o morro sobre o qual foi edificado n'aquella região o convento da Ordem Franciscana; porque *ytá*, pedra, morro; *nhaen*, concavo. A verdade, porém, é outra. *Itanhaen*, corruptela de *Ytã-nhã-ẽ-i*, conchas amontoadas á foz. De *ytá*, conchas; *ñã* ou *nhã*, aggregar, juntar, agglomerar, reunir, amontoar; *hẽ* o mesmo que *cẽ*, sahida, e com referencia a cursos d'agua, foz; *i*, posposição significando — em —. Allusivo aos baixios de conchas e comoros de areias movediças que se formam á sua foz, permittindo que a penetrem somente pequenas canôas. O celebre chronista franciscano, frei Antonio de Santa Maria Jaboatam, em seu *Novo Orbe Serafico Brasilico*, escreveu *Itanhaem*, certamente com mais correcção do que os que escrevem *Itanhaen*. O som de *Ytá-nhan-hẽ-i* é o mesmo *Itanhaem*." A respeito da cachoeira diz: "*Itanhaen*, corruptela de *Etá-nhaen*, muitos canaes. De *etá* ou *hetá*, muitos; *nhaen* ou *ñaẽ*, concavidade, canal. Allusivo a dar varias passagens por entre as rochas eruptivas que a formam" "*Itanhaem*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, composto de *ita-nhaã*, bacia de pedra, vaso de metal, panella de ferro".

ITANIMBÓ. Composto de *itá-nimbó*, fio de ferro ou de metal, arame (Dr. T. Sampaio).

ITANS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Vianna, á margem do lago do seu nome, a 18 kils. a E. de Vianna, com sete casas de telha, 80 de palha, uma capella de S. Sebastião e 800 habs.

ITAOBIM. Pedra verde, esmeralda; composto de *itá-obi*.

ITAÓCA. Morros, onde nasce o rio Pirapora, á cuja margem está situada a villa da Piedade, no mun. do Una do Estado de S. Paulo. Estes morros trazem o nome de *Casa de pedras*, por conterem grutas ou cavernas, algumas das quaes tem espaço para abrigar com a trentas pessoas. Ha ahi *aguas virtuosas*. "Não se trata de *itá-óca*, casa de pedra, diz o Dr. J. M. de Almeida. *Itaóca*, nome desses morros, é corruptela de *Ytá-óó quã*, pedras enormes. De *Ytá*, pedra; *óó*, grande, grosso, enorme; *quã*, particula do plural, pronunciado breve e corrido. Allusivo á formação desses morros por enormes rochedos". "*Itaoca*, diz o Dr. T. Sampaio, composto de *itá-oca*, casa de pedra, caverna, furna, lapa".

ITAOCARA. Composto de *itá-ocara*, terreiro ou praça calçada de pedra (Dr. T. Sampaio).

ITAOCARA. De Cantagallo dirigi-me para a villa de Itaocara. Passei pelas estações do Cavião, de Santa Rita no kilometro 26 (de Cordeiro), á margem do rio de seu nome, affluente do rio Negro; Boa Sorte, no kilometro 36; Laranjeiras, no kilometro 51, á margem do Ribeirão das Arêas, affluente do rio Parahyba; Batatal, no kilometro 58, e Itaocara no kilometro 66.

E' Itaocara uma pequena villa, cuja topographia é bonita. Assentada em um terreno quasi plano com uma fraca elevação para o centro, onde fica a praça Quinze de Novembro, á margem direita do rio Parahyba do Sul, que ahi fórma as ilhas do Rosario, do Santissimo Sacramento e Municipal (antigamente das Bananeiras); volteada a sul, éste e oeste pelos morros Santo Antonio, Pedro Bonnard e S. João; atravessada pelos corregos Vallão de S. João e Santo Antonio, ambos affluentes do Parahyba, em frente á enorme pedra que lhe deu o antigo nome de Aldêa da Pedra; e atravessada pela Estrada de Ferro Leopoldina, que nella tem uma estação.

A pedra, que deu o nome a antiga povoação, fica na margem esquerda do rio Parahyba, em territorio pertencente ao municipio de Santo Antonio de Padua, e tem a configuração de um animal deitado com a cabeça erguida e o dorso empinado ao nivel da cabeça.

As ruas da villa, em numero de oito, são denominadas: Dr. Porciuncula, Marechal Floriano, S. José, Municipal, Santo Antonio, Silva Jardim, Dr. Sebastião Barroso e Dr. Mauricio de Abreu.

Dellas são bastante largas as duas primeiras, as outras estreitas e a do Dr. Sebastião Barroso estreitissima. Todas ellas sem calçamento, excepto parte da rua S. José, com passeios de pedra e illuminadas a kerozene.

Tem duas praças: a Quinze de Novembro, vasta, alta e muito regular, com a Matriz; e a Marechal Deodoro, onde se acham a capellinha de Santo Antonio, construida em 1883, e o edificio da estação da estrada de ferro.

Os predios, em numero de 213, são quasi todos velhos, terreos e muitos damnificados.

A população, em numero de 1.200 almas, é pouco amiga do trabalho, e, em consequencia da ociosidade em que vive, entrega-se á pratica dos mais graves delictos.

A villa não tem esgotos, nem agua canalisada, utilisando-se a população da pessima agua do rio Parahyba.

O commercio é insignificante. E' representado por duas pharmacias, quatro padarias, tres alfaiatarias, cinco sapatarias, dous hoteis, um bilhar, dous barbeiros e dezesete casas de fazendas e molhados. Ha ainda uma usina de beneficiar café.

Não tem um só edificio importante.

A Camara funcciona em uma casa terrea, na rua Santo Antonio, em um dos extremos da villa.

Tem além da sala de sessões do jury, a sala de sessões da Camara, com o retrato do Dr. Portella, e a exactoria. Está pessimamente situada, estendendo-se nos fundos da casa o vallão S. João, cujas aguas tocam as paredes do predio.

A Matriz é um templo pauperrimo. Fica situada na praça Quinze de Novembro, no ponto mais elevado da villa e com a frente voltada para o oriente. Tem apenas o altar-mór, em cujo throno se vê S. José de Leonissa, abaixo S. Sebastião, Santa Cecilia, Nossa Senhora do Rosario e S. Fidelis, e dos lados S. Benedicto e Santo Antonio. No corpo da igreja ha dous altares, apenas começados, com o Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores.

Do livro do Tombo da parochia copiei esses dous documentos, que me parecem importantes. Vão com a orthographia do original:

"Frei Thomas da Cidade de Castella miscionario Italiano veio para esta Freguezia de S. José da Lionessa no anno de 1806. No mesmo anno Frei Thomas foi no Rio de Janeiro pedir proteção ao Exmo. Snr. D. Marcos, Conde de arcos, Vice-Rey, para vistuario para os indios, ferramentas e algum dinheiro para fazer a egreja e Casas para morar, o que tudo lhe foi Concedido".

"José, Bispo do Rio de Janeiro. Provisam em que V. E. Rma. Ha por bem prover a nova Parochiallidade da Aldeia de S. José de Leonessa das margens direita do Rio-Parahiba com os Parochos o Reverendo Pe. Fr. Thomaz de Castello, Riligioso Capuchinho, e Antonio Martins Vieira Presbitero secular por tempo de tres annos e o mais que nella se declara. P.a V. E. Rma. ver e assignar. Registrada no Livro competente da Vara a f. 11. Cantagallo, 30 de Novembro de 1812. Fernandes José Florido da cidade de Castella."

Possue mais a villa a cadêa, á margem do rio Parahyba, um lazareto, na ilha Municipal, matadouro, a menos de um kilometro da povoação, e cemiterio, no morro de Santo Antonio, á margem da estrada que segue para o Vallão da Onça.

O municipio limita-se com Padua, S. Fidelis, Cambucy, Cantagallo e S. Sebastião do Alto.

Comprehende os districtos da villa, Estrada Nova e Tres Irmãos e as seguintes estações: Laranjeiras, Batatal, Itaocara, Portella, Tres Irmãos (do lado esquerdo do Parahyba) e Vieira Braga.

E' percorrido pelas seguintes serras: das Pias, Vermelha, Escura, Ipituna, além de outras, e banhado pelos rios Parahyba, Negro, Dous Rios, Arêas, Agua Preta, Papagaio e Santo Antonio.

Os terrenos do municipio são, em geral, de grande uberdade. A parte elevada, mais ou menos montanhosa, é constituida de terra massapé roxa, propria para café, e a parte plana, de terreno de alluvião, muito proprio para cultura de cereaes.

Continúa o municipio a produzir bastante café, depois de ter desapparecido uma celebre praga que durante alguns annos assolou aquella região, como outras do norte do Estado, e que quasi arrastou ao desanimo os cultivadores da famosa rubiacea.

A cultura da canna, que veio em parte substituir a do café praguejado e que prosperou extraordinariamente, tende a diminuir um pouco em consequencia do baixo preço a que obrigaram os productos de tão preciosa graminea.

Comtudo ha ainda plantações mais que sufficientes para a producção do assucar, rapaduras e aguardente para o consumo local e mesmo para supprir os municipios vizinhos.

Alguns lavradores enviam a canna á grande usina *Engenho Central Rio Negro*, situada na fazenda das Laranjeiras e pertencente ao municipio.

Produz o municipio abundantemente milho, feijão, arroz, mandioca, batatas e outros generos da pequena lavoura; havendo quasi sempre superabundancia de mantimentos, que os habitantes exportam e aproveitam para a engorda de suinos e criação de aves, de que fazem grande commercio.

Ainda no anno proximo passado (1901) foi enorme a exportação de milho.

Existem muitas caieras, que produzem cal superior para exportação, extrahida de jazidas de calcareo existentes na cordilheira que divide as aguas que vertem para os rios Parahyba e Negro, a começar de Santa Rita de Cantagallo, passando pelas Pias, Serra Vermelha, Vallão da Onça até á margem direita do rio Parahyba.

Além das escolas estaduaes, a Camara mantém escolas em Laranjeiras, Batatal, Estrada Nova, Portella, Vallão dos Porcos e Vallão de Cayacá.

Sobre sua fundação sabe-se do seguinte: Depois de varias tentativas para o estabelecimento de uma aldeia de indios Purys, marcou D. Marcos de Noronha, Conde de Arcos, nas margens fertilissimas e amenas do Parahyba, perto da confluencia do rio Pomba, o local para o estabelecimento da aldeia, sob a denominação de S. José de D. Marcos (Monsenhor Pizarro, *Memorias Historicas*, tomo V, cap. II, pag. 229).

Bastante contribuiu para o estabelecimento dessa aldeia o capuchinho italiano Frei Thomaz de Civitá Castillo, a quem a portaria de 24 de fevereiro de 1808 encarregou da parochiação dos indios, sendo a capella que ergueu erecta em curato em visita episcopal de 21 de novembro de 1812 sob a invocação de S. José de Leonissa da Aldeia da Pedra e elle nomeado primeiro cura (Monsenhor Pizarro).

A lei provincial n. 500 de 21 de março de 1850 elevou-a a parochia com o nome de Leonissa.

Foi elevada á categoria de villa com o nome de Itaocara pelo decreto n. 140 de 28 de outubro de 1890, do Governador Dr. Portella.

Itaocara é, segundo o Dr. Theodoro Sampaio (*O Tupi na Geographia Nacional*. S. Paulo, 1901), composto de *itá-ocara* e significa — terreiro ou praça calçada de pedra. Outros dizem significar Itaocara *Aldeia da Pedra*.

ITAPACOROYA. Corr. *itapê-corõi*, lage que emerge, rochedo que surge; abrolhos; nome de uma enseada em Santa Catharina (Dr. T. Sampaio). Alt. *itapacoroy*.

ITAPAGYPE. Arrabalde da capital do Estado da Bahia. Em julho de 1902 assim descrevi-o pelo jornal *A Tribuna:*

Desde muito que eu sentia desejos de visitar Itapagype, povoação que fica por detrás da ponta de Monte Serrate para quem entra na bahia do Salvador.

No dia 21 de maio tomei na estação do Elevador o bond electrico, que após um percurso de 9.732 metros conduziu-me ao logar denominado Roma.

Nessa extensão vi as igrejas do Pilar e da Santissima Trindade, a Casa Pia S. Joaquim, a igreja dos Mares, o bello predio do commendador Manuel José Bastos, talvez o melhor da cidade, o gazometro, uma fabrica de tecidos, a fundição da Jequitiaia, a estação da estrada de ferro, a fabrica de cigarros de Leite & Alves e uma fabrica de pregos.

Em Roma ficam a estação e usina dos bonds electricos e uma fabrica de phosphoros. E' tambem ahi que começam as estradas da Arêa e Ramos de Queiroz e onde a linha de bonds se bifurca em linha da Boa Viagem e linha de Dendezeiros, correndo separadas até á Baixa do Bomfim, onde tornam a reunir-se.

Tomei a linha de Dendezeiros, deixando na entrada da Boa Viagem o predio do barão de Geremoabo, uma fabrica de calçado e defronte o hippodromo S. Salvador.

A rua, por onde corre o bond de Dendezeiros, termina na Baixa do Bomfim, em cujo alto ficam a poetica capella d'esta invocação, o hospital portuguez e o collegio orphanologico de Jesus, Maria, José.

Neste ponto, tem seu inicio o suburbio de Itapagype.

Passei pela rua Travassos, largo do Papagaio, rua Dous de Julho, largo da Madragôa, rua do Rosario, com a capella deste nome, Porto dos Tainheiros, praça Visconde do Rio Branco, onde houve um forte, avenida Dr. Freire de Carvalho Filho, com uma capellinha do antigo engenho de Itapagype, uma fabrica de tecidos, chegando finalmente á matriz da Penha.

Esta igreja, com a face voltada para o norte, fica na ponta do seu nome, que é separada da ponte José Lopes pelas pequenas enseadas do Poço e do Bugarim.

A igreja foi edificada em 1742 pelo arcebispo D. José Botelho de Mattos, que igualmente construiu junto a ella um pequeno palacio de recreio com um passadiço que vai ter ao coro.

Está muito arruinada exteriormente, tem uma só torre, quatro janellas e uma porta.

No altar da capella-mór fica a imagem do Bom Jesus da Pedra, e, abaixo, em tres nichos, Nossa Senhora da Penha, ladeada por S. Joaquim e Sant'Anna e o Sacrario.

No presbyterio encontra-se uma sepultura com a seguinte inscripção:

« Sepultura do Exm. e Revdm. Sr. D. José Botelho de Mattos, arcebispo metropolitano da Bahia, que chegou a ella aos III de Mayo de

MDCCXLI

e falleceu a XXII de Novembro de

MDCCCLXVII »

No corpo da igreja ha dous pulpitos, dous confessionarios, o coro com um harmonium e seis altares com a Senhora da Conceição, o Senhor Resuscitado, Nossa Senhora de Lourdes, S. José, Nossa Senhora das Dores e o Sagrado Coração de Jesus.

Itapagype está situado em uma grande peninsula que termina nas pontas da Penha, Pedra Furada e Monte Serrate e a oeste da povoação da Plataforma, da qual é separada pela enseada de Itapagype.

Tem as enseadas do Porto dos Tainheiros, Porto dos Mastros, com uma fabrica de chales, Poço, Bugarim, Penha e Ribeira. Defronte do Porto dos Tainheiros fica a ilha de Joannes ou Joanna e em frente á Massaranduba a ilha de Santa Luzia e a enseada dos Fiaes.

Itapagype é mais bonita vista de longe do que de perto. Não tem a imponencia, nem a grandeza do Rio Vermelho; é, entretanto, um dos arrabaldes bonitos da cidade.

Fica assentado sobre um terreno plano. Suas ruas são mais ou menos sinuosas, estreitas, algumas calçadas de pedras, denominadas *coração de negro*, algumas sem calçamento, illuminadas a gaz e com predios quasi todos terreos e alguns de gosto moderno.

A enseada da Ribeira é o seu ponto mais commercial; ahi se reunem diariamente vendedores de peixe, lenha, carvão, louça de barro, madeiras, productos da pequena lavoura e canoeiros que transportam passageiros para a Plataforma. Ahi tambem abicam vapores da companhia Bahiana, para receberem concertos nas officinas da mesma companhia.

Nella ergue-se um pardieiro, em forma de capella, que a Intendencia deve quanto antes mandar demolir, levantando um pequeno monumento sobre a sepultura de D. Marcos Teixeira, 5º bispo do Brasil, ahi inhumado.

O logar mais aprazivel da povoação é o Porto dos Tainheiros, que tem um caes em parte gradeado de ferro. Do outro lado, e defronte delle, ha uma serie de collinas pouco elevadas, offerecendo a quem as contempla um risonho panorama.

Itapagype, antigamente Tabagype, é, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, um vocabulo tupy composto de *ta-pa-gy-pe*, e significa *no rio da aldeia*.

Em canôa transportei-me para o outro lado de Itapagype, onde fica a povoação de Plataforma, com uma estação da estrada de ferro da Bahia a Alagoinhas.

Esta povoação fica situada entre os morros de S. João e S. Braz. Contém umas 900 casas e quatro fabricas, das quaes sómente duas estão funccionando, uma de calçados e outra de tecidos com 400 operarios e provisoriamente com 250 teares.

Encostado á povoação fica o lagarejo denominado S. João, onde começa uma grande ponte de ferro com 542 metros de extensão e que termina no logar Lobato. Defronte fica-lhe o logar Cabrito, com uma fabrica de cortume.

Plataforma constitue um districto que comprehende os logares S. Braz, com uma capella, Bate Estacas, Bello Monte, Sertão, Mabaça, S. João, Cobre, banhado pelo riacho do seu nome, e Ilha Amarella.

No logar em que está hoje o deposito de calçado, em Plataforma, existiu uma casa, onde, disseram uns antigos moradores, nasceu o Dr. Ruy Barbosa.

Nascesse ou não, o que não deixa de ser certo é que nessa casa residiu por muito tempo o illustre estadista.

Sobre a capella da Conceição, diz o Sr. F. Vianna: "Data do principio do seculo XVII a capella de N. S. da Conceição do Engenho de Itapagype de Cima, fundado por Francisco de Medeiros e Antonio Cardoso de Barros, provedor-mór da fazenda.

E' pequena e insignificante mas de grande importancia historica, por nella se ter sepultado o bispo D. Marcos Teixeira, fallecido durante as luctas contra os hollandezes, a 8 de outubro de 1624.

A este respeito houve grande controversia entre os chronistas e historiadores da Bahia, asseverando uns que o Engenho da Conceição, onde foi enterrado o bispo, é ainda hoje assim chamado, em que se acha a penitenciaria, destruido em 1822 pelas tropas luzitanas, o que não é bem possivel, por que sua creação data de tempos muito posteriores a 1624; e outros asseveram ser esta capella uma das do corpo da igreja-matriz da Penha".

Mão piedosa collocou ha poucos annos sobre a sepultura do prelado uma lapide com uma inscripção.

ITAPANHAÚ. O Dr. J. Mendes de Almeida, em seu *Dicc. Geogr.*, diz: "Nasce na serra maritima, formando uma cachoeira; tem curso de sete leguas mais ou menos; e, desde a barra do ribeirão Itutinga é navegavel para embarcações de calado de 15 a 20 palmos. Desagua no canal Bertioga, um quarto de legua distante da barra deste canal. *Itapanhaú*, corruptela de *Y-tã-pã-ñãũ*, estrondos lunares. De *y*, relativo; *tã*, syncope de *tatã*, forte, duro; *pã*, golpe, pancada, ruido de golpe; *ñãũ*, o mesmo que *aã*, lunar. Allusivo a grandes estrondos que ha na cachoeira, nos plenilunios: e, coincidindo os temporaes com os plenilunios, o povo, ignorando a lingua tupi, acredita que aquelles estrondos na cachoeira procedem das tempestades no oceano. Nessas occasiões, o rio avoluma e agita suas aguas, e estas derramam-se na varzea que o margina".

ITAPANHOAPINDÁ. O Dr. João Mendes de Almeida diz: "*Itapanhuapindá*, corruptela de *Y-tá-pan-hũ-api-nd-á*, picos escalvados, vulcanicos. De *y*, relativo; *tá*, contracção de *tatá*, fogo; *pan*, golpe, choque; *hũ*, revolução interior, esforço por vomitar; *apĩ*, ser escalvado, descarnado, rapado; *nd*, intercalação por ser nasal a pronuncia desse verbo; *á*, cabeça, pico, ponta elevada, inchação, grão. A traducção litteral deve ser — picos escalvados, em revolução interior, com choques e fogo. Allusivo a ser de natureza eruptiva, bem o mostrando nos picos escalvados, no ruido interior como que esforçando-se por vomitar, e nas evaporações. Deste serrote nasce um ribeirão, que tem nome quasi identico no som, mas muito diverso no significado, segundo o systema usado pelos indigenas para as denominações de logares na mesma região. O ribeirão é conhecido tambem pelo nome de *Itapanhuapindá*, corruptela de *Ytá-apayûá-apĩ-nd-á*, por contracção, *Ytá-'payûá-'pĩ-nd-á*, pedras inteiras e quebradas, revolvidas. De *ytá*, pedra; *apayûá*, revolver, enredar, confundir, pegar uns com outros; *apĩ*, cortar, quebrar, mutilar, britar; *nd*, intercalação para ligar *apĩ*, que tem pronuncia nasal, a *á*, inteiro, sem partir, assim usado em composições. Allusivo a ter o leito obstruido com pedras inteiras e quebradas, em confusão ou revolvidas".

ITAPARICA. Composto de *itá-pari*, cercado de pedra, curral feito de pedra, recinto fechado de pedra; Bahia (Dr. T. Sampaio).

ITAPARICA. Senti a mais agradavel impressão ao visitar tão pittoresca cidade, hoje em uma decadencia que contrista.

Perola atirada em meio da explendida Bahia pelas mãos benevolas do Creador, as vagas que vêm expirar em suas alvas praias parecem soltar sentidos queixumes pelo abandono em que a deixam viver.

Pobre e desventurada Itaparica!

Tu, que tens um céo azulado onde campeia o Rei da criação; tu, que és constantemente bafejada pela brisa fresca dos mares, que te cercam; tu, que tens as tuas alvacentas costas cheias de recortes, formando pocticas enseadas; tu, que tens um sólo feracissimo, cujos seios se rasgam para fazerem surgir mangueiras colossaes que, entrelaçando as hastes, formam capellas que offertas ao Creador; tu, que tens um clima purissimo e saluberrimo que arrebata das garras da morte a tantos seres que vertiginosamente cami-

nhavam para ella; tu, a quem inspirado vate, em um momento de alevantada inspiração, qualificou de *meigo sorrir da natureza*, por que te mostras tão abatida e desanimada; tu, que te foste collocar em um dos extremos da Bahia, ás portas desse oceano, que é o mar da civilisação e da grandeza; tu, que lhe ouves o bramir de suas vagas alterosas, que ouves o sibilar do sudoeste impetuoso, que verga a cerviz altiva dos teus frageis coqueiraes!

Sinto profundamente que minha prosa triste, como o dobre funereo dos sinos dos cemiterios, não te possa erguer do teu leito de soffrimento e dores.

Tens em teu seio um mavioso e laureado poeta, João de Britto. Elle bem póde, dedilhando as cordas de sua lyra, erguer-te do leito em que soffres, vestir-te com as mais bellas e custosas roupagens, ornar-te o niveo e gracioso collo com as mais preciosas gemmas e apresentar-te tão seductora como se fôras uma estatua cinzelada por um Phidias genial.

Indulta-me se a descripção que de ti vou fazer fôr pallida e descorada.

Não te queixes de mim; queixa-te de Deus, que deu-me uma intelligencia, que, além de mediocre, está prestes a extinguir-se pelos longos annos de dolorosa peregrinação por este mundo de lutas, agonias e de crueis provações.

A cidade de Itaparica fica na parte septentrional da ilha do mesmo nome, defronte das ilhas do Medo ou do Meio e do Frade, 12 milhas distante da cidade do Salvador, aos 13º16' de latitude sul e 38º30' de longitude occidental de Greenwich e em logar plano. Estende-se desde o logar Quintas até á Fonte da Bica.

A cidade é pequena, pouco movimentada e algum tanto triste. A população abandona o serviço da lavoura para entregar-se á pesca, de onde tira immediatos proventos, apezar do risco que corre procurando o mar largo em frageis embarcações.

A industria é nulla, sendo apenas constituida pela fabricação de cal, havendo na cidade tres caeiras; o commercio insignificante.

As ruas são estreitissimas, muito sinuosas, com falta de alinhamento nos predios, sem calçamento, arenosas e quasi todas sem passeios, excepto a rua, por antithese chamada Direita, que apresenta, em um pequeno trecho, largos passeios e cimentados. A rua mais importante da cidade é a denominada Boulevard Monte Negro, larga, com predios regulares, arborisada e com uma muralha que a separa do mar.

Depois que se descobrio serem os ares e a agua da Fonte da Bica proveitosos aos doentes de beri-beri, é que, pela affluencia de individuos atacados de tão terrivel *morbus*, as construcções na cidade tornaram-se mais numerosas, e a edificação das casas tomou outro aspecto. Apezar disso, a cidade apresenta ainda muitos predios terreos antigos e muitos completamente damnificados pela acção destruidora do tempo.

Emfim, a cidade offerece um verdadeiro contraste com a luxuriante vegetação da ilha e com os lindos panoramas que della se gosa. Afigurou-se-me uma dessas seductoras mulheres de formas esculpturaes, coberta de andrajos a esmolar um obulo da caridade publica.

O forte de S. Lourenço, que se ergue junto á ponte do embarque, foi mandado construir em 1711 por D. Lourenço de Almada, no logar onde primeiro Van Sehkoppe, quando em 1647 se apoderou da ilha, tinha levantado um com quatro reductos, tão infructuosamente atacado pelo bravo Francisco Rabello, que soffreu sensivel revez.

A esse forte coube brilhante papel nas guerras da Independencia, quando, a 6 de Janeiro de 1823, foi atacado pelas forças maritimas luzitanas. Além dos canhões que tinha, o Capitão Antonio de Souza Lima, Governador da ilha, foi buscar outros na fortaleza do Morro de S. Paulo, e com elles se bateram os Itaparicanos nos ataques daquelles memoraveis dias de janeiro, com tanto denodo, que o General Labatut fez á guarnição presente de uma bandeira brasileira, a primeira que tremulou na ilha, acompanhado da honrosa ordem do dia, de 13 de janeiro, conferindo por esta razão Pedro I á dita ilha o titulo de — *Denodada*.

Ahi esteve preso, nos dias 19 e 22 de maio daquelle anno, o Coronel Felisberto Gomes Caldeira por ordem de Labatut, o que deu origem á distituição do dito general, que teve de passar o commando do Exercito ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva.

Em 1841 já essa fortaleza se achava muito arruinada bem como seus 14 canhões; soffreu, porém, sérios concertos em 1862, por occasião do conflicto Christie. Está hoje abandonada, servindo para o tratamento das praças do Exercito atacadas de beri-beri, para o que dispõe de duas enfermarias.

A egreja matriz do Santissimo Sacramento é espaçosa e já meio arruinada. Está construida na parte occidental da ilha e dá fundos para o mar.

Tem na frente cinco portas e cinco janellas, ficando uma destas abaixo da unica torre que a egreja possue.

Seu interior é singelo; tem a capella-mór com quatro tribunas, um altar onde se acham o Senhor Resuscitado, o Sagrado Coração de Jesus e o Sacrario, e aos lados S. João Nepomuceno e S. Lourenço.

No corpo da egreja ha seis altares: do Senhor dos Milagres, do Coração de Maria, de N. S. do Amparo, de N. S. do Rosario, de Santo Antonio e N. S. da Conceição. Notam-se ainda ahi tres tribunas de cada lado, dous pulpitos, dous confissionarios, oito painéis e o côro com um orgam e um harmonium.

Na nave ha um bello painel artisticamente pintado sobre a madeira, pelo bahiano Theophilo, e representando a Ceia-do-Senhor.

Tem a egreja duas sacristias.

Além da matriz existem mais na cidade a capella da Piedade, proximo ao forte, com uma imagem a quem os crentes attribuem virtudes miraculosas, e o patriotismo do povo grande coparticipação nos heroicos feitos da independencia; a capella de S. Lourenço, coeva do forte e em frente á matriz.

A Camara Municipal funcciona em um sobrado alugado, velho, muito damnificado e defronte da ponte de embarque. Nada tem de notavel.

A Fonte da Bica fica em um dos extremos da cidade. O precioso liquido, que desce de um outeiro proximo, é recolhido em uma caixa, donde pouco adiante passa para um chafariz com tres bicas. No alto do chafariz lê-se: « *Restaurado pela Intendencia Municipal sob os auspicios do vice-Governador Dr. Virgilio Damasio, Senador ao Congresso* — 1894 ».

A agua dessa fonte é uma das melhores que conheço. Rival da agua do *Perequê*, na Estrada de Ferro Minas e Rio, e da do *Garrafão*, na serra dos Orgãos, ella se recommenda pelo seu sabor, leveza e transparencia. Pena é que não tenha sido ainda analysada qualitativa e quantitativamente, porque nellas se encontrem qualidades therapeuticas.

A um dos lados do forte e dando fundos para o mar, fica o bello predio em que o illustrado e caritativo Dr. Augusto Flavio Gomes Villaça tem a sua Casa de Saude.

Esse predio acha-se perfeitamente localizado; é bem arejado, recebe bastante luz e dispõe de commodos todos espaçosos e bem mobiliados.

Recebe em tratamento beri-beri e de outras molestias não contagiosas a particulares e officiaes do Exercito e Armada, por ordem do Governo.

Dispõe de 12 quartos confortaveis e dous salões de jantar e de visitas e quatro salas. Dispõe ainda nos dous pavimentos de banheiros, mictorios e privadas e tem no primeiro, além dos commodos acima citados, mais tres que são occupados pelo director.

Contiguo á Casa de Saude fica um outro predio, solidamente construido, onde são recebidas as praças de pret da Marinha.

Para garantir a ordem no estabelecimento e evitar que as praças doentes se desmandem no uso de bebidas alcoolicas, quebrando o regimen dietetico, que ellas devem observar, o Governo, a pedido do director, manda para o forte um destacamento mensal, commandado por um official, para esse fim.

E' incalculavel o numero de beribericos, que, graças ao tratamento dispensado pelo illustre facultativo e á benignidade do clima da ilha, tem logrado completo restabelecimento.

As estatisticas enviadas ao Governo evidenciam esta verdade.

A cidade não tem telegrapho, nem esgotos, nem agua canalisada; é illuminada a kerozene. Possue os largos e praças denominados: Voluntarios, Quitanda, Campo Formoso, Zuavos e Gloria; 19 ruas e beccos; 513 predios e uma popu-

lação de 3.000 almas. Ha nella tres medicos, dous advogados e umas 30 casas de commercio.

E' estação da linha de vapores de Nazareth, que ahi tocam tres vezes por semana da vinda da capital, e outras tantas na ida de Nazareth, e de uma outra que faz diariamente uma viagem para a capital, voltando á tarde e pernoitando em Salinas da Margarida.

O municipio é constituido pelos unicos districtos: Cidade, Manguinho, Vera Cruz, Santo Amaro do Catú e Salinas da Margarida, este com duas importantes salinas.

Na egreja matriz de Vera-Cruz, distante da cidade nove kils., ha uma inscripção na sepultura de Francisco Martim, e seus herdeiros, com a data de 1579. Affirmaram-me ter sido essa egreja o primeiro templo de pedra e cal construido na Bahia.

Itaparica foi creada villa por decreto de 13 de Novembro de 1832, elevada á categoria de cidade por Acto de 30 de outubro de 1890.

A ilha em que está assente a cidade mede 36 kils., de norte a sul, e 21 de éste a oéste. Suas terras foram por Thomé de Souza doadas em 1552 em sesmaria ao Conde de Castanheira, que principiou a sua colonisação.

Ha nella as seguintes povoações: Porto dos Santos, Manguinho, estas duas com grande fabricação de azeite de balêa; Amoreiras, S. João Gamelleira, Céo, Jaburá, Penha, Barra do Gil, Conceição, Barra do Pote, Barra Grande, Parapatingas, Aratuba, Berlink, Caixa Pregos, Catú, Santo Amaro do Catú, Bom Jardim, Matarandiva, Ponta Grossa, Vera-Cruz, Baiacú, Campinas, Matange, Porto da Telha, Conceição, Encarnação, estas tres ultimas nas Salinas.

Em suas costas apresenta numerosas pontas e enseadas, destacando-se entre as primeiras a da Penha, Conceição, Parapatingas, Aratuba, Berlink, Caixa Pregos, Santo Antonio dos Vallasques, Porto dos Santos, Manguinho, S. João e Ponta da Balêa (na cidade); e entre as segundas: Amoreiras, S. João, Bom Despacho (onde fica o Lazareto), Gamelleira, Barra do Gil, Penha, Conceição, Barra Grande, Parapatingas, Aratuba (a maior), Berlink, Burgos, Vera-Cruz, Ponta Grossa e Baiacú.

O ponto mais elevado da ilha é o morro do Balaustre, onde, segundo reza a tradicção, foi a necropole dos indios. São tambem importantes os outeiros: Eminencia, do Gago, dos Burgos e da Caipora. Entre os rios que fertilisam seu territorio, notam-se: a Conceição, Gago, Penha (o maior), Prata, Mucambo, Amoreiras ou Galvão, S. João e Parapatatingas.

Ha em toda a ilha as seguintes egrejas e capellas: Santissimo Sacramento de Itaparica, S. Lourenço, Piedade, N. S. da Penha, S. Gonçalo (no Baiacú), Santo Antonio dos Vallasques, Conceição, Vera-Cruz, N. S. do Bom Despacho, Santo Amaro do Catú e uma capellinha em construcção em Manguinho.

Ficam-lhe proximas as ilhas: Cal, Medo, Matarandiva, Cannas, Burgos e Carapitubas, esta em numero de duas.

Nessa cidade nasceram entre outros, os seguintes individuos já fallecidos: Conego Cajueiro de Campos, eximio latinista; Fr. Itaparica, franciscano philosopho e orador notavel; Dr. Luiz Alvares dos Santos, lente cathedratico da Faculdade de Medicina e bom poeta; o Padre Francisco de Souza, jesuita distincto e autor do *Oriente Conquistado*; Conego Fonseca Lima, grande orador sagrado; Manoel Rosentino, excellente poeta humoristico; Dr. Monção Filho, notavel advogado que deu o nome a uma das ruas da cidade; Guilherme Baldoino Embirussú Camacan, poeta e um dos maiores latinistas do Brazil; e o Tenente Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão, um dos heróes da Independencia, que, perdendo uma das mãos no combate travado em Amoreiras, ainda com sangue a gotejar, empunhou a espada em outra mão e continuou a pelejar á frente de seus bravos companheiros.

Dentre os vivos mencionaremos: o Senador Virgilio Damasio, o Conego Francisco Bernardino de Souza, que foi professor no antigo Collegio D. Pedro II; o Dr. Ernesto Carneiro, eminente philologo e professor jubilado do Gymnasio Bahiano; Xavier Marques, distincto jornalista e romancista, autor da *Jamna e Joel*, verdadeira joia litteraria, além de outros.

Itaparica é vocabulo tupico composto de *itá-pari*, e significa cercado de pedra, recinto fechado de pedra.

A minha viagem a Itaparica proporcionou-me o agradavel ensejo de estreitar em meus braços o mavioso poeta e distincto philologo João de Britto.

Quando o trabalho fatigante e tão mal recompensado do meu *Diccionario Geographico* permittia-me alguns minutos de repouso, consagrava-os a alegrar o meu espirito com leituras litterarias.

Foi em um desses momentos felizes que tive occasião de ler alguns versos de João de Britto.

Desde esse tempo que comecei a admiral-o pela vernaculidade de sua linguagem e pela alevantada inspiração de que é dotado, o que me fez augurar-lhe um lugar saliente entre os poetas brazileiros.

Esperava ir á Bahia, á graciosa terra que embalou o berço de Paraguassú. O Dr. Severino Vieira deu-me essa grande ventura, realizou essa minha ardente aspiração.

Ahi chegado, os meus affazeres não me permittiram logo procurar João de Britto. Além disso, elle não habitava a cidade; pertinaz molestia levara-o a buscar restabelecimento na poetica ilha de Itaparica, onde encontrei-o já gasto pelos annos, com os cabellos grisalhos, cercado de filhos e.... pobre.

Pareceu-me um desses monumentaes edificios, de um interior luxuriosamente decorado, mas com as columnas e as paredes desbotadas pelos annos.

Que noites agradaveis não me proporcionou esse genial talento! Leu-me algumas de suas producções, admirei-as. Como elle as recita com todo o calor que lhe vem da alma!

Interroguei-o sobre as suas condições de fortuna; respondeu-me que estava pauperrimo. Interroguei-o sobre a posição que desempenhava, respondeu-me que a de simples official da Bibliotheca.

Lastimei que um brilhante de primeira agua estivesse encastoado no aro de um annel de chumbo e aconselhei-o a quebrar a lyra, a queimar os livros e a procurar, como Herculano, alguma quinta de Val de Lobos, onde se occupasse na fabricação de azeite.

Adeus poetica e encantadora ilha. Jamais te verei. Quando, á tarde, na hora triste em que os sinos dobrarem á Ave-Maria, a aragem fresca dos mares, que te bordam as encostas, farfalharem ao través dos teus jardins de verdura, uma voz ouvirás. Applica o ouvido. *Saudade* dir-te-há o vento agitando de mansinho as corollas de tuas flores. E' o osculo que te envio, separado de ti por tantas leguas de distancia.

Basta. E' tempo de pôr o ponto final nesta somnolenta descripção.

Todo o quadro tem claros e escuros. A escuridão de minha prosa seja illuminada pelos clarões que irradiam das melancolicas estrophes que se seguem e que são publicadas pela primeira vez.

São da lavra de João de Britto, que as escreveu em 1898.

A FONTE DA « BICA »

Oh! manancial de doçura,
Clara e fresca a qualquer hora!
O enfermo que te procura
Zomba do mal que o devora.

Teus borborinhos tão suaves,
Que escuto por toda parte,
São como o canto das aves,
Na ramaria a saudar-te.

Finges-me quando enlevado
Te vejo, ao sol que irradia,
Brotando um cofre entornado
Do qual arde a pedraria.

De continuo te pergunto,
Sem que jamais me respondas:
Porque, ó mar assim junto,
Não tens o sabor das ondas?

Ao contrario na pureza
Nenhuma a ti se compara;
Por capricho a natureza
Te fez em tudo a mais rara.

Se não tiras de uma nympha,
Como a Castalia, teu nome,
Em face de tua lympha,
A gloria della se some.

Teu canto me acaricia
De tal maneira o sentido,
Que ouvindo-o faz-se alegria
O que n'alma é só gemido.

Não possuir um thesoiro
Para ver, sorrindo as maguas
Jorrar por torneiras d'oiro
A prata das tuas aguas!

Aguas, onde a medicina
Póde achar da vida a essencia,
Com a de taça crystallina
Confundindo a transparencia.

Aguas que o mais fino gosto
Satisfazem no que pede;
Um nectar por Deus composto
Que aos anjos provoca sêde.

Para mostrar-te ao universo,
Sem o aspecto velho e triste,
Te reconstruo em meu verso
Do melhor Paros que existe.

Nelle nascente tão rica
Tenha d'arte o que é preciso —;
E, em vez de fonte de "Bica",
Se intitule do "Paraiso".

ITAPÉ. Contr. *itapéba*, composto de *itá-peba*, pedra plana, lage, lageado; entra assim contracto na composição de muitos vocabulos; pode ser ainda corr. *itá-apé*, caminho de pedra, ou vereda calçada de pedras (Dr. T. Sampaio).

ITAPEAÇÚ. Composto de *itápê-açú*, lage grande, lageado extenso (Dr. T. Sampaio).

ITAPEBA. Log. do Estado do Ceará, a tres kils. de Soure.

ITAPEBUSSÚ. Logar em que foi assentada a extincta villa de S. Philippe (1600-1610); no Estado de S. Paulo. Esse logar é no territorio que veio a constituir posteriormente (1654) o mun. de Sorocaba, 18 kils. distante da cidade deste nome. Hoje é conhecido pelo nome de *Itavuvú* e tambem *Itapuvú*. « *Itapebussú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-peb-uçú*, planalto grande. De *ytá*, pedra, morro; *peb*, plano, chato; *uçú*, grande, largo, vasto, extenso. Allusivo a ser essa região, á margem dir. do rio Sorocaba, ao N. e NE., uma vastissima planicie, embora um pouco acima do nivel das terras proximas ».

ITAPEÇAÇÚ. Corr. *itápê-çuçu*, lage de altos e baixos, lageado cheio de grotas (Dr. T. Sampaio).

ITAPECERICA. Região montanhosa em uma de cujas collinas está assente a villa do mesmo nome; no Estado de S. Paulo. « *Itapecerica*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Ytá-pé-ciri-ca*, morro plano, escorregadio. De *ytá*, pedra, morro; *pé*, plano, chato; *ciri*, escorregar, resvalar deslisando, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo a ser muito lamacenta essa região, e por isso resvaladia ou lubrica. Com effeito, quer na collina em que foi fundada a pov., quer mesmo na região denominada S. Lourenço, a lama é tanta que forma extensos pantanaes com caldeirões. Affirmo-o porque já soffri os incommodos de uma viagem a esses logares, até S. Lourenço ». « *Itapecerica*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *itapé- ceric*, lage escorregadia, ou penha corredia; pode ser egual á *tapé-ceric*, caminho escorregadio ». Vide *Itapé*.

ITAPECERICA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Villa Bella. Dá o nome ao bairro.

ITAPECERICUÇU. Morro no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. « *Itapecericuçú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-pi-ciri-iquê-uçú*, contrahido em *Ytá-pi-ciri-qu'-uçú*, morro granitico de encosta larga em resvaladouro. De *ytá*, pedra, penha; *pi*, pé; *ciri*, deslisar, escorregar, formando *piciri*, resvalar; *iquê*, lado, costado; *uçú*, largo, grande. Allusivo a ser alcantilado ».

ITAPECHINGA. Composto de *itá-pechinga*, penha liza; corr. *itapé-ching*, lage polida; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ITAPECUÁ. Serrote entre os muns. de Nazareth e de Juquery; no Estado de S. Paulo. Esta palavra é corruptela de *Ytá-pé-cuá*, pedras quebradas e cascalho miudo. De *ytá*, pedra; *pé*, esquina, *cuá*, cascalho miudo. Allusivo a ter esse serrote, em sua formação, abundancia de pedras britadas e de cascalho miudo.

ITAPECURÚ. Composto de *itapé-curú*, lage fraginentada, pedra meuda, seixos, calháos; pode ainda ser corr. *itápucú-r-ú*, rio da pedra comprida, ou melhor, da penha longa, rio dos lageados extensos; Maranhão, Bahia (Dr. T. Sampaio).

ITAPECURÚ. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

ITAPECURÚ. Arraial no termo do Riachuelo, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

ITAPECURÚ. Serra do Estado de Pernambuco, entre os muns. de Flôres e de Alagôa de Baixo.

ITAPECURÚ-MIRIM. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: o Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: « *Itapecurú-mirim*, nome indigena, fica situada á margem dir. do rio Itapecurú e ligada telegraphicamente á Capital de que dista 120 kils. Por sua salubridade e facil communicação com a capital, é geralmente frequentada, com proveito pelos que são accommettidos de beri-beri. Nos arredores ainda se encontram vestigios das trincheiras que, por occasião da revolta denominada *Balaiada*, foram mandadas fazer pelo Duque de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, então coronel e presidente do Maranhão. Calcula-se a sua pop. em 3.000 habs. Nella nasceram, na mesma casa da fazenda Conceição, que fica á margem esq. do rio Itapecurú, a 12 kils. da cidade, á montante da pov. Kelrú, o distincto politico e magistrado, conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Souza, e, 28 annos depois, o notavel mathematico, Dr. Joaquim Gomes de Souza. Em fins do anno de 1840, o negro Cosme, que á frente de mais de 3.000 escravos devastou a então Provincia, foi ahi sentenciado á morte pelo jury, e depois executado ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Itapecurú-mirim*, cidade pela Lei n. 919 de 21 de julho de 1870, á margem dir. do Itapecurú, aos 3°7' de lat. S. e a 0°49' de long. W. Assentada em uma área toda plana de 869 metros de frente para o rio, sobre 677 de fundo, possue 18 ruas, das quaes onze partem da margem do rio para o centro e sete correm parallelas ao mesmo rio, e mais dous beccos, duas travessas e sete praças ou largos, entre as quaes se notam as de Santa Cruz e do Padre Cabral; e bem assim tres estradas, que a põem em communicação com o interior, a saber: a que se dirige á villa da Vargem Grande, a do fio telegraphico, e uma outra do lado opposto do rio, á qual vai ter á villa de Anajatuba e Porto da Gabarra; e finalmente duas passagens no rio para transporte de passageiros, cargas e gado vaccum e cavallar. Tem 113 casas de telha, 205 de palha, 40 de negocio de seccos e molhados, duas padarias, duas officinas de alfaiate, tres ditas de sapateiro, uma dita de carpina, uma dita de ferreiro, uma dita de fumileiro, uma dita de ourives, duas prensas de enisaccar algodão, duas machinas a vapor para descaroçal-o, uma pequena olaria para o fabrico de telhas, tijolos, pequenos potes, panellas e outros objectos de barro, duas rampas calçadas de pedras e mais quatro pequenos portos de embarque e desembarque. Tem, além da Matriz, uma capella dedicada á Santa Cruz da Penitencia; um cemiterio, com capella, casa da camara e cadeia, estação telegraphica e agencias das duas companhias de vapores do Estado. Sua pop., sem incluir os

arrabaldes proximos á cidade, que se compõem de 60 casas de palha com uns 360 habs., é de 2.226 almas, sendo a de todo o termo calculada em mais de 8.000 almas. Em 1815, segundo se lê no *Roteiro* da viagem que n'aquelle anno fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras das capitanias do Maranhão e de Goyaz, em serviço de S.M. Fidelissima, e que vem na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo X, 1848, tinha o Itapecurú pouco mais ou menos 320 fógos. Eram terreos seus edificios, feitos de madeira e barro, e os demais de palha de palmeira, a que denominavam *pindoba*. As ruas não eram bem reguladas, mas em melhor arrumação que as do logar do Rozario, e tinha unicamente uma capella, ainda não bem acabada. Eram europêos pela maior parte os seus habs., estabelecidos alli com lojas de fazendas seccas e molhadas; o resto dos seus habs. compunha-se de gente que vivia miseravelmente. Não havia especie alguma de lavoura, ainda mesmo entre os ultimos, assim por natural indolencia sua, como porque a natureza esteril daquelle pedaço de terreno arenoso a ella os não convidava. Viviam como os da freg. do Rozario, de tudo o que lhes vinha do Maranhão, á excepção do artigo — carnes verdes — ou ainda seccas, durante o tempo em que desciam os gados dos sertões da Capitania. Neste logar ajuntavam-se todos os annos, desde janeiro até julho, as boiadas que desta Capitania e da do Piauhy vinham a vender-se em feira aos contratadores do talho publico da capital, ou aos lavradores do Itapecurú que para o sustento das suas escravaturas compravam a maior parte. Tinha então o Itapecurú um commercio já bem regular, o qual provinha da feira acima, em cuja occasião, como succedia sempre, deixavam os boiadeiros o producto dos seus bois trocados em fazendas, que d'alli levavam para gasto das suas familias, ou para tornar a vendel-as por outros bois, que ao depois tambem para alli conduziam. Quanto ao mais, exportava para a capital muito algodão, que recebia dos lavradores e dos de beira-rio, em retorno dos generos que lhes fornecia para seu arranjo e custeio das suas fazendas. A producção annual do termo é actualmente, assim avaliada: o algodão em rama 90.000 kilogr., milho 15.000 alqueires, arroz 5.000 ditos, gergelim 200 ditos, favas e feijão 250 ditos, farinha 8.000 ditos, fumo 6.000 kilogr., assucar 90.000 kilogr., rapaduras 60 milheiros e aguardente 25.000 litros. Sua lavoura, bastante animada e florescente outr'ora, resente-se hoje, como a de quasi todo o Estado, de uma notavel decadencia; entretanto, possue ainda: um engenho a vapor, dous ditos de ferro, movidos por animaes, sete engenhocas de ferro, systema americano, seis ditas de madeira, movidas por animaes, as quaes todas se empregam na moagem da canna, fabrico do assucar, aguardente e rapaduras. Tem algumas fazendas de criação de gado vaccum, em numero superior a 6.000 cabeças, que produzem annualmente de 1.300 a 1.500 bezerros; e em pequena escala, de cavallar e muar, situados nos campos denominados do Itapecurú, Pombinhas, Maria, S. Miguel e em alguns campestres dentro das mattas. Possue tambem excellentes terras, apropriadas para toda a sorte de cultura, sendo para lastimar não haver ainda quem se tenha querido dedicar ao plantio, em grande escala, do café, para o que se presta o terreno com vantagem, como se prova com alguns pés, que existem em situações proximas da cidade. Em 1858, alguns lavradores deste mun. tentaram ensaiar o arado na lavoura da canna, conseguindo um delles preparar algumas quadras com feliz resultado. Gozou, outr'ora, a antiga villa, hoje cidade de Itapecurú-mirim, de grande importancia, e o seu commercio quasi que rivalisava com o de Caxias; depois, porém, que se acabaram as suas importantes feiras de gado, decahio muito, e, apezar do seu ponto commercial, não só não goza da metade de sua antiga fama, como se acha bastante decadente. Sua pop., que em 1866, segundo um arrolamento da subdelegacia de policia do dist. da villa, era de 5,825 almas, acha-se, hoje, reduzida a menos da metade. Em 1840, por occasião da revolta conhecida na prov. pelo nome de *Balaiada*, tomou o presidente, então coronel Luiz Alves de Lima, a villa do Itapecurú, como ponto central e bem situado á margem do rio, para base de suas operações e principal deposito de munições e viveres, fazendo levantar ao redor della trincheiras, que a garantissem, de qualquer surpresa, por parte dos rebeldes ». Comprehende os seguintes povs.: Cachimbos do Motta, Cachimbos dos Berredos, Pombinhas, Cantanhedes, Santa Kelrú, Ypiranga, Leite e Sacco Grande.

ITAPEMA. Cachoeira no rio Parahyba, entre os muns. de Mogy das Cruzes e de Jacarehy; no Estado de S. Paulo. « *Itapema*, diz o Dr. J. M. de Almeida, significa pedra quebrada. De *ytá*, pedra; *pêm*, quebrar, dobrar, torcer, e *a* (*breve*), por accrescimo, visto que acaba em consoante, ou mesmo para formar supino. Allusivo a formar ahi um canal na penedia, que atravessa o rio. Tenho tambem lido *Itupanema*, corruptela de *Itu-pa-nê-mã*, volta e revolta no arrecife. De *itu-pa*, arrecife, baixio; *nêmã*, volta e revolta de caminho. Outros escrevem — *itaipá* — arrecifes, baixios ». Vide *Itapema* nos Accrescimos e Correcções do IV Vol.

ITAPEMA. Montanha de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Fica defronte da cidade de Santos. Está isolado em uma extensa varzea, cujo nome corrupto é *Pae-cará*. « Essa palavra, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Ytá-pê-ma*, penha quebrada. De *ytá*, pedra, penha; *pã*, quebrar, dobrar, torcer, com o suffixo *ma* (breve), para formar supino. Allusivo a mostrar uma cintura, estreitando-se ao meio, como as duas partes maiores de uma moella de ave ».

ITAPEMA DE CIMA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Antonina.

ITAPEMIRIM. Composto de *itapé-mirim*, lage pequena, lageadinho; pode ser ainda *tapé-mirim*, caminho pequeno, vereda (Dr. Theodoro Sampaio). Tambem dizem *Itapimirim* e *Tapemirim*.

ITAPEMIRIM. No Estado do E. Santo. Accrescente-se no fim: — Esta freg. teve á principio sua séde, com o nome de *Aldêa dos Montes*, no Alto Castello, tendo sido o pov. de então elevado á freg. pelo Alvará de 12 de novembro de 1710, servindo de matriz a egreja alli edificada pelos Padres Jesuitas em 1625. Pertenciam então á esta freg. as aldêas Salgado, Barra do Rio Castello, Ribeirão e Caxixe. Houve mudança da séde para a aldêa do Caxixe, tendo então por matriz a capella da Conceição, fundada pelo sargento-mor Pedro Bueno Cacunda, a qual passou a gozar do beneficio de curada pela Provisão de 2 de novembro de 1754. Em 1765, porém, a maior parte dos habitantes viu-se obrigada a emigrar para o sitio chamado *Tapumirim* ou *Itapemerim*, trazendo o respectivo parocho as imagens de N. S. do Amparo e de S. Benedicto, pia baptismal, paramentos, sino, que, collocados a principio em uma casa particular, foram depois transportados para a capella de Nossa Senhora, construida por Balthazar Caetano Carneiro, no logar então denominado *Bello* e hoje *Fazendinha*. Esta capella foi matriz em Março de 1769, ficando assim creada a freg. do Itapemirim e extincta a dos *Montes* ou *Minas do Castello*. A matriz foi fundada por Fr. Paulo Antonio Casas Novas. Começou a construir-se em 1847 e ficou concluida em 1855. Sobre a porta principal lê-se a seguinte inscripção: *D. O. M. Delubrum Beneficentia Populi hujus Constructum P. Paulos Capuccinus. Hunc Lapidem Posuit.* Anno 1853.

ALVARÁ E AUTO DA CREAÇÃO DA VILLA DE ITAPEMIRIM. Eu o Principe Regente. Faço saber aos que este Alvará virem que sendo a elle presente requerimento dos moradores do lugar Itapemirim, da Comarca do Espirito Santo, pedindo elle que o houvesse de eregir em Villa e verificando se pelas informações que sobre esta materia mandei tomar que o sobredito lugar situado nas margens do rio Itapemirim era bastantemente populoso e apto para se augmentar em habitantes pelas commodidades que offerecia a navegação do mesmo rio, e fertilidade dos terrenos que lhe são contiguos, e que pertencendo até agora a Villa de Guarapary era incommodo o recurso dos povos e administração da Justiça por lhe ficar de permeio o terreno de Benevente; tendo sobre isto mandado consultar a Mesa do Desembargo do Paço em attenção ao referido conformando elle com o seu parecer sou servido crear em Villa o lugar de Itapemirim, com a denominação de villa de Itapemirim e ordenar que se elejão dous juizes ordinarios, um de Orphãos, tres Vereadores, um procurador do Conselho e dous Almotaceis, os quaes administrarão a justiça na conformidade dos Regimentos que lhe são dados pelas ordenações e seguindo as minhas Leis e estylos do Reino. E hei, outrosim, por bem crear dous officios de Tabellião do Publico, Judicial e Notas da mesma Villa, ficando ao primeiro officio os de Escrivão da Camara, Almotacoria e Sizas, e ao segundo o de Escrivão de orphãos e

officios de Alcaide e escrivão de seu cargo, os quaes todos servirão os seus cargos na conformidade das Leis e Regimentos que lhe são estabelecidos. A referida Villa ficará sendo por termo e districto actual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim e se lhe destinará um terreno de meia legua em quadro para extensão de seus edificios, rocio e logradouro de seus moradores e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu Patrimonio uma sesmaria de meia legua em quadro ou separadamente, si assim mais convier quarto de meia legua em quadro cada uma para a mesma Camara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida á Villa de Macahé, e lhe ficarão pertencendo tambem para seu rendimento todas as rendas que no territorio de seu termo cobrava a Villa de Guarapary d'onde fica desmembrada. E gosará de todas as prerogativas, previlegios de que gosão as mais villas dos Meus Reinos, levantando-se Pelourinhos, Casa de Camara, Cadêa e mais officinas a custa dos moradores da mesma Villa, o que elles mesmos requererão, e debaixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço e da consciencia e ordens do Presidente do meu Real Erario, Conselho de Minha Real Fazenda, Regedor da Casa de Supplicação e de todos os Tribunaes, Ministros Justiças e quaesquer pessoas á quem o conhecimento d'este Alvará haja de pertencer, assim o cumprão e guardem e fação inteiramente guardar e cumprir e valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não hade passar, e o seu effeito haja de durar por mais de um anno sem embargo de ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1815. — *Principe, com guarda*.

Auto da creação da Villa, Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e deseseis, aos nove dias do mez de Agosto do dito anno, n'esta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Doutor Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Comarca José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvará aqui neste livro registrados depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e officio aqui tambem registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho com suas competentes insignias, signal de jurisdicção d'esta Villa e neste acto repetidas vezes se deu « viva El Rei Nosso Senhor »; e levantando-se assim com esta solemnidade o Pelourinho, houve por bem o dito Ministro por formada esta Villa de Itapemirim. E para constar mandou fazer este auto em que assignou com a Nobreza e Povo que se achava presente. E eu Manoel Pereira Porto, escrivão da Ouvidoria nomeado para a presente creação, que o escrevi e em fé do sagrado, assignei.

(*assignados diversos*)

ITAPEPUCÚ. Composto de *itapé-pucú*, lage comprida; lageado extenso. (Dr. T. Sampaio).

ITAPERA. Vide *Tapera*.

ITAPETINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; nasce na serra do seu nome, banha o mun. de Atibaia e desagua na margem esq. do rio deste nome. Esta palavra significa lage branca, penha alva, e é composta de *itapé-tinga*. « *Itapetinga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, quanto ao morro, corruptela de *Ytá-pê-tŷ-nguê*, morro granitico cortado a prumo e ponteagudo. De *ytá*, pedra, penha; *pê*, cortar verticalmente, tronchar; *tŷ*, ter ponta, com o accrescimo *nguê*, particula de preterito, por ser nasal a pronuncia de *tŷ*, ponta, segundo o ensina o padre A. R. de Montoya. Allusivo a ser um morro formado de uma só pedra, de quasi uma legua de extensão, apresentando em varios logares cortes verticaes ou paredões a prumo; além de um pico, cujo altitude é de 1.430 metros ».

ITAPETININGA. « *Itapetininga*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Ytá-api-tenŷ-nga*, por contracção *Ytá-'pi-tenŷ-nga*, ladeado de penedos e sinuoso. De *ytá*, pedra, penedo; *api*, ladear; *tenŷ*, ser sinuoso, enrodilhado, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a correr entre penedias, fazendo innumeras sinuosidades, algumas das quaes em esquinas. Segundo uma informação scientifica, este rio segue encaixado entre barrancos altos de grés molle. *Itapetininga*, segundo Martius, *Gloss. Ling Bras.*, significa logar de pedra secca! Qual o destino que elle daria a palavra *pe*, para assim traduzir esse nome? » Itapetininga significa, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, lage secca ou lageado enxuto. Vide *Itapé*.

ITAPETININGA. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Alcantara e lança-se na bahia de Cuman, junto á foz do rio Pericuman.

ITAPETY. Corruptela de *Ytá-peti*, morro granitico, carcomido. De *ytá*, pedra, penha; *peti*, carcomido, roído, picado, furado de dentro para fóra. Allusivo a gruta que este serrote tem no alto. (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

ITAPEUNA. Lage preta, lageado escuro; de *itapé-una*.

ITAPEVA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. do Parahybuna, com escola. Este vocabulo significa, segundo o Dr. Theodoro Sampaio, pedra plana, lage, lageado. E' corrupção de *ytá-peba*. Altera-se tambem para *itapé*.

ITAPEVA (morro plano). Morro em ramificação da serra da Mantiqueira, no mun de S. Bento do Sapucahy-mirim e Estado de S. Paulo. Da planura desse morro avista-se todo o curso do rio Parahyba, desde a cidade de Jacarehy até a cidade da Bocaina.

ITAPEVA. Pedra enorme que existe no mun. de Nazareth do Estado de S. Paulo, bairro da Capella, perfeitamente chata ou plana, de mais de sessenta metros quadrados. « *Itapeva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-pé-bae*, pedra chata. De *ytá*, pedra; *pé*, ser chato, plano; *bae* (breve), para formar participio, significando — o que — ». A respeito do morro, diz ainda o Dr. J. Mendes: « *Itapeva*, corruptela de *Ytá-pé-bae*, morro plano. De *ytá*, pedra, penha; *pé*, plano, chato, com o suffixo *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Allusivo a ter no cume uma planura ». A respeito dos rios, diz finalmente o Dr. J. Mendes: « *Itapeva* é corruptela de *Ita-ipé-bo*, logar de muitas pedras. De *ita*, pedra; *ipê*, muito, muitos; *bo* (breve), para exprimir sitio ou logar, porque não está unida a verbo. »

ITAPEVA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. deste nome. Faz barra logo abaixo do salto de Votorantim. Segundo o Dr. J. M. de Almeida, esta palavra significa — logar de muitas pedras —.

ITAPEVA DA FAXINA. Campos entre os rios Taquary, margem dir. e Apiahy, margem esq., ambos affls. do rio Paranapanema, pela margem esq.; no Estado de S. Paulo. « *Itapeva da Faxina*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Ytá-pé-bae-chachĩ-na*, morro chato, enrugado. De *ytá*, pedra, penha; *pé*, ser chato, plano; *bae* (breve), particula de participio, significando, —o que —; *chachĩ*, enrugar, franzir, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. Allusivo a serem campos com depressões ou concavidades continuadas, e irregulares muitas dellas, semelhando rugas. Essas depressões ou concavidades são denominadas *tembé* ou *temb-é*, concavidades ou o que é concavo; de *temĩ*, particula de participio passivo, fazendo *temb* quando precede vogal, como neste caso; e *é*, ser concavo. Por ter a forma concava o labio inferior do homem, os indigenas o designam pela palavra *temb-é*. Segundo a tradição, um desses *temb-é* serviu de cemiterio aos indigenas; e até ha ahi uma inscripção notavel que ainda pessôa alguma logrou explicar. Mas é duvidoso que seja isso uma inscripção, visto como os indigenas não conheciam, nem praticavam a lingua escripta, como é notorio ».

ITAPIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Piracicaba, proximo á cidade deste nome.

ITAPIRA. Cidade de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João M. de Almeida, em seu *Dicc.* cit., diz: « *Itápyra* — Nome restituido á cidade da Penha, do Rio do Peixe, por acto do Governo, n. 40 de 1º de Abril de 1890, sob o fundamento de que « os indigenas assim designavam o rio que banha aquella povoação, por ser pedregoso e abundante de peixe ».

Os indigenas sobiam dar nomes com som identico, ou quasi identico, a logares varios na mesma região, significando, porém, differentemente. Muito sabios na formação dos nomes locaes, pois que estes deveriam designar os caracteristicos physicos da cousa nomeada, e não eram definitivamente acceitos senão após deliberação em assembléas nocturnas, como bem o expõz o padre Ivo d'Evreux, na obra *Viagem ao norte do Brasil, nos annos de 1613 a 1614*, faziam os indigenas admiravelmente aquelle jogo linguistico, quando tinham de dar nomes a rios, lagôas, montes e outros logares na mesma região.

O nome *Ytapyra* está incorrectamente escripto. Desarticulado ou desunido, mostra as duas palavras de que foi composto: *yta-'pir-a*, contracção de *yta-apir-a*.

O *y* em *pyra*, tendo pronuncia guttural, não é o mesmo que *pira*, contracção de *apir-a*.

Os indigenas denominam *yta-'pir-a* qualquer morro em fórma de penha; e o morro, sobre que assenta a cidade, cujo nome tupi foi agora restaurado, tem aquella fórma, com declividade ingreme para a margem do ribeirão. De *yta*, ou mesmo *ita*, « pedra, morro », *apir*, « ponta », com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante, segundo a lição dos grammaticos: « ponta de pedra » ou « pedra ponteaguda », dando a idéa de « penha, penhasco », eis o significado exacto do nome *Ita-'pir-a*.

Quanto ao ribeirão, que tem trazido o nome injustificavel de *Penha*, era *Ita-pi-rũ*, « fundo pedregoso e escuro ». De *ita*, « pedra », *pi*, « centro, fundo », *rũ*, o mesmo que *tã*, o mesmo que *hũ*, « negro, preto, escuro ». Com effeito, o fundo deste ribeirão é pedregoso e escuro, e até as aguas parecem turvas. A palavra *rũ* deve ser pronunciada breve e corrida, por causa do accento predominante em *pi*, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica;* por isso, o som é quasi identico ao de *Ita-'pir-a*.

E estes nomes nada têm com peixe; pois que não ha, em qualquer delles, a palavra *pirá*, que é a que significa « peixe ».

Mas, mesmo que a palavra *pirá* estivesse compondo um ou outro desses nomes, não se seguiria que o indigena quizesse alludir a peixe; porquanto, *pirá* é tambem o verbo que significa « abrir », empregado para exprimir a acção de entesar o arco, e *apirá* significa « desatar a ponta, derrocar, cahir de bruços ». Só em tres casos, o indigena, dizendo *ytapirá*, ou *itá-pirá*, ou *y-ta-pirá*, podia referir-se a peixe: no primeiro, *yta-pirá*, significando « pedra peixe » ou « peixe petrificado », como os ha em abundancia na serra *Baturité*, em Ceará; no segundo, *ita-pirá*, « peixe a nadar »; no terceiro, *y-ta-pirá*, « peixe colhido ou apanhado ».

Mesmo a palavra *Yta-pira*, se fôr escripta e pronunciada *y-tã-pira*, diverso será o significado: « o colhido, o comprado, o vendido »: de *y*, relativo, *tã*, o mesmo que *yã*, « colher, comprar », *pira*, particula de participio passivo, formado este da terceira pessoa do presente do indicativo, sem o artigo, conforme a lição dos grammaticos. A palavra *pir-a* tambem significa « crú », isto é, não cosido, « verde », isto é, não maduro: *çoó-pir-a*, « carne crua », *iba-pir-a*, « fructa verde ».

Nestes termos reclamei contra aquelle acto do Governo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 8 de Abril de 1890 ». « *Itapira*, diz o Dr. Theodoro Sampaio é corruptela de *itá-apir*, pedra elevada, cabeço alto ».

ITAPIRAPUAN. O Dr. J. M. de Almeida diz: "*Itapirapuan*, corruptela de *Yta-pira-puan*, por contracção *Yta-'pira-puan*, morro alto derrocado. De *yta*, pedra, penha; *apirá*, derrocar, desatar, esborar; *puan*, levantado, em pé, erecto, a pique. Allusivo a ser erecta ou a prumo, deixando ver o derrocamento de pedras soltas nas encostas. Ha a crença popular de ser diamantifera esta serra. Perto deste morro existe uma caverna ou gruta, de mais de 170 palmos de comprimento e 104 de largura, com duas entradas naturaes á altura de 100 palmos, mais ou menos. Aos lados, ha outras grutas menores. Mas, com o mesmo nome ha um ribeirão, que ladêa a serra e desagua no rio Ribeira de Iguape, pela margem esq. Segundo o costume dos indigenas, davam nomes identicos ou quasi identicos no som, mas diversos na significação, a logares na mesma região. Por isso, embora sôe identicamente o nome *Itapirapuan*, tanto para o morro, como para o ribeirão, o significado é diverso. *Itapirapuan*, como nome de ribeirão, é *Ytá-á-pira-apuan*, por contracção *Yt'-á-pira-'puan*, lados empinados de pedra. De *ytá*, pedra; *á*, ladear; *pira*, particula de participio passivo-presente, fazendo *a-pira*, ladeado; *apuan*, empinado, a prumo, erecto. Allusivo a correr entre altas margens graniticas". Em alguns mappas, é esse ribeirão indicado como raia divisoria, nessa parte, entre os Estados de S. Paulo e Paraná. E, neste caso, o morro pertenceria ao do Paraná. Mas, moradores do Apiahy impugnam essa divisa, que convem rectificar. Com effeito, devendo ser tirado uma linha da serra Çavoca á cabeceira do rio Itararé, e contravertendo esta cabeceira, em linha recta, com a do ribeirão Itapirapuan, parece que o ribeirão, e não o morro, é a divisa.

ITAPISANTUBA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Una da Aldéa pela margem dir.; no mun. de Iguape. Esse nome é escripto em mappas; mas tenho lido tambem Saputantuba e Saputanduva. "*Itapisantuba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, nome menos incorrecto do que aquelles, é corruptela de *Ytá-pytã-ndib-a*, logar de pedras avermelhadas. De *ytá*, pedra; *pytã*, avermelhada, colorada de vermelho; *ndib*, o mesmo que *tib*, logar natural, e assim pronunciado por causa da nasalidade da palavra *pytã*. Allusivo a ser essa região muito abundante de granito porphyro purpureo, em cuja composição entra o feldspatho; e assim se mostra nas margens deste ribeirão em grandes depositos. Suas aguas são côr de café".

ITAPITANGA. Este vocabulo significa pedra vermelha e é composto de *itá-pitanga*.

ITAPITANGUY. Rio de S. Paulo, no mun. de Cananéa. Accrescente-se no fim: Desagua no Mar Pequeno. "*Itapitanguí*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-pitang-ití*, morro granitico, manchado de vermelho. De *ytá*, pedra, penha; *pitang*, avermelhado, pardo; *ití*, ser manchado, sujo. Allusivo a ser de *saibro*, sarapintado de ochre amarello e vermelho. O ribeirão tem esse mesmo nome, por causa das margens e de bancos desse barro". O conselheiro Martim Francisco, em seu *Diario de 1805* (cit.), escreveu: "O rio *Itapitanguí*, direcção norte-sul, onde achei bancos de argilla branca, de ochre amarello e vermelho pulverulento; neste rio desaguam o *Juiry*, a *Cachoeira-grande*, *Taquaviruhuca*, *Pasmado* e outros. A formação geral destes rios é uma arcia grossa, denominada *saibro* pelos do paiz".

ITAPITOCAY. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no 2º dist. administrativo do mun. de Uruguayana, á margem esq. do arroio Itapitocay, na estrada de rodagem que vai ao Passo da Cruz e a outros pontos, a 12 kils. da cidade de Uruguayana e junto á ponte da E. de F. naquelle arroio. Ahi ficam uma estação da E. de F. e um galpão onde funccionam as officinas de fundição de mesma estrada.

ITAPITOCAY. Passo no arroio do seu nome, no mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. Por elle passa em uma ponte a E. de F. Brazil Great Southern (Quarahim a Itaquy).

ITAPIXINGA. Corruptela de *Ytá-apĩ-ỹtu-nga*, morro pellado e sujo. De *ytá*, pedra, morro; *apĩ*, ser pellado, sem vegetação; *ỹtu*, ser sujo, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Por contracção *Ytã-'pĩ-ytú-nga* (Dr. J. M. de Almeida).

ITAPOCÚ. Os indigenas assim denominavam os campos em cima de morros, quando largos. Em titulos de terra, no mun. de Atibaia, dist. de Campo Largo, lê-se esse nome dado a campos sobre morros. Essa palavra *Ytá-pucú*, significa morro largo. De *ytá*, pedra, morro; *pucú*, largo.

ITAPOCÚ. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Roque.

ITAPOCÚ. Cachoeira no Paranapanema, logo acima do salto do mesmo nome e abaixo da foz do ribeirão da Barreira; no Estado de S. Paulo.

ITAPORANGA. Passou assim a denominar-se o mun. e com. de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de São

Paulo, pela Lei n. 620 de 21 de junho de 1899. Esta palavra compõe-se de *itá-poranga* e significa pedra bonita.

ITAPUA. Corrupção de *ita-pũ*, o toque ou repique de sino; a pedra sonante; Paraguay (Dr. Theodoro Sampaio).

ITAPUÁ. Corredeira no rio Tieté, logo abaixo da Caramby, entre o Salto de Itú e a cidade de Porto Feliz. *Itapuá*, corruptela de *Ytá-puá*, pedra redonda. De *ytá*, pedra; *puá*, redonda. Allusivo a ser forçada a corredeira por uma pedra redonda que ahi existe (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*). Vide *Itapuan*, cachoeira.

ITAPUAN. Composto de *itá-apuã*, pedra redonda; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

ITAPUAN. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Viamão, com escola.

ITAPUAN. Rio do Estado da Bahia; desagua no oceano entre a villa de Olivença e o rio Una. Tambem escrevem *Itapoam*.

ITAPUCÚ. Composto de *itá-pucú*, pedra comprida, rocha extensa, penha longa; barra de ferro (Dr. Theodoro Sampaio). O Dr. J. M. de Almeida, que escreve tambem *Itapucú*, diz, em relação a cachoeira do rio Paranapanema: « *Ytá-pucú*, pedra larga. De *ytá*, pedra; *pucú*, larga ».

ITAPURA. Magestoso salto do rio Tieté, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc.* cit., diz: « Sendo "salto de pedra", como significado de *Ytapór-a*, seria um não senso que o indigena não praticaria; por isso Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.* accrescentou "salto do peixe" como para explicar o anterior significado. Onde, porém, está no nome *Itapúra* ou *Ytá-pór-a* a palavra *pirá*, "peixe"? E' evidentemente forçada a explicação.

A verdade é esta: *Itapúra* é corruptela de *Ytí-pú-rõ*, "arrojado de alto a baixo com estrondo e rodomoinhos. De *ytí*, "arrojar de alto a baixo", *pú*, "estrondo", *rõ*, "revolver, fazer torvelinho".

Com o nome *Itapúra* existe, junto a este salto, á margem direita do rio *Tieté*, Prazeres Maranhão, em seu *Glossario de palavras indigenas*, dizendo ser "logar alagadiço"!

Aquella região littoral era denominada *Y-guâ-ũ-pe*, "na enseada". De *y*, relativo; *guâá*, "enseada, barra"; *ũ*, posposição que, para explicar partes de sitio ou logar, e significando "em", deve ser sempre acompanhada de *pe* (breve), segundo o ensina o padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarani*.

Allusivo a ter sido situada a povoação ou aldêa, primitivamente, mesmo em frente á barra *Y-guâ-'pá'-ra*; sendo transferido posteriormente para o local actual, segundo consta do livro do tombo da camara municipal.

Acerca da cidade de Iguape, então ainda villa, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo no anno de 1805*, escreveu: « A villa de Iguape está situada em uma planicie, que é continuação das margens da *Ribeira* ao sul, e está nas margens do chamado *Mar pequeno*, que é como um braço de mar de outra barra que tem a villa mais ao sul: esta é muito baixa, de maneira que não podem entrar embarcações, e mesmo a da *Ribeira* não admitte embarcações grandes carregadas; e é pena, porque as difficuldades são na entrada, e no restante da *Ribeira* ha bom fundo para toda a casta de embarcações. Agora projectam encanar a *Ribeira* com o *Mar pequeno*, afim de transportar os *arrozes* até o porto da villa: temo sómente que a *pouca queda das aguas* não frustre esta pretenção, visto a *pequena differença de nivel*. . . Antigamente trabalhavam muito na construcção de embarcações, ramo que tem diminuido, talvez pela nenhuma bondade das madeiras ».

Referindo esta ultima parte do trecho transcripto que, no porto de Iguape, "antigamente trabalhavam muito na construcção de embarcações", e sendo certo que os portuguezes denominavam *ribeira* "a parte da margem de um rio em que se fabricam navios", é licito acreditar que o nome do rio não foi corrompido senão depois que, pela identidade do som da palavra, transportaram para o mesmo rio a denominação *Ribeira de Iguape*, dada ao porto. A verdade é que, quer nas tradições locaes, quer em alguns mappas feitos na provincia, é ouvido e lido o nome *Rio da Ribeira de Iguape*: o que exclue a idéa de terem os portuguezes denominado *ribeira* um tão grande rio, a não ser por corrupção do nome em tupi *Arébi-yêrè-iguâá-pe*, coincidindo no som com o de *A Ribeira de Iguape*.

(Vide o nome *Ribeira de Iguape*).

A cidade de Iguape é notavel pela romaria ao Senhor Bom Jesus, no mez de Agosto de cada anno. Eis como o conselheiro Martim Francisco, em seu *Diario* já citado, descreveu a origem desta devoção: « Fui ver uma pequena casa de banhos, onde se lavou o Senhor Bom Jesus, imagem muito milagrosa, no geral entender da plebe, para cuja festa concorre immensidade de povo da capitania e de fóra a cumprir promessas, ou a pedir o sare de diversas enfermidades que padece. . . A dita casa é de figura octaedrica, e sobre as oito faces assenta como um hemispherio: ella está proxima a um morro, que fica detraz da villa: delle correm por muitas barrocas regatos de boa agua. . . : á superficie deste morro observam-se blocos de uma rocha granitica, algum já decomposto. . . Fui correr a continuação dos morros, que ficam por detraz da villa e se prolongam até a barra, e nelles não achei novidade alguma: sempre as grandes massas da mencionada rocha granitica, desarrumadas. Esta rocha forma pelo seu desarrumamento barrocas a cada passo, por onde correm regatos e cachoeiras abundantes em aguas, das quaes tem a gente do paiz sabido tirar proveito, estabelecendo engenhos d'agua de pilar arroz ».

Segundo consta do livro do tombo da matriz velha de Iguape, o reverendo Christovão da Costa e Oliveira, vigario da vara daquella comarca, em visita por ordem do bispo diocesano, ahi escreveu em 22 de outubro de 1730, as tradições populares acerca desta Imagem, as quaes, sem as palavras e narrações inuteis, são: « Que, em 1647, dois indios boçaes acharam, rolando com as ondas, na praia de *Una*, junto ao rio chamado *Pussaúna*, um vulto, e, tirando-o, o levaram para o limite da mesma praia, onde, em cova, o puzeram de pé com o rosto para o nascente, e assim o deixaram com um caixão que divisaram ser de cêra do reino e umas botijas de azeite doce; que, voltando depois ao mesmo logar, notaram que o dito vulto estava com o rosto para o poente, e não apharam vestigios de que pessoa humana o pudesses virar; que, sabido o caso por visinhos, estes resolveram tirar a Imagem e conduzil-a ao ponto mais alto do monte *Jurêa*, de onde Jorge Serrano e sua mulher Anna de Góes, seu filho Jorge Serrano e sua cunhada Cecilia de Góes, revesando-se, a transportaram até a barra do rio chamado *Ribeira do Iguape*, onde foram os moradores daquella villa buscar a Santa Imagem, e, trazendo-a com muito acatamento, a puzeram no rio a que chamam hoje, com muito grande alegria, a *Fonte do Senhor*, para lhe tirar o salitre e ser encarnada de novo. . . e, conseguindo o ornato, a collocaram nesta igreja da Senhora das Neves, em que está, aos 2 de Novembro de 1647, conforme assento de um curioso, tirado de outro mais antigo; que tambem era tradição que a Santa Imagem do Senhor Bom Jesus vinha do reino de Portugal, embarcada para Pernambuco, e que, encontrando o navio outro de inimigos infieis lançaram os do navio portuguez a Santa Imagem ao mar para não ser tomada. . . ».

Este documento foi transcripto integralmente por Azevedo Marques, nos *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da provincia de Sao Paulo*, com referencia ao nome *Iguape*.

O projecto do canal, a que o conselheiro Martim Francisco se referiu, no trecho transcripto, foi realizado; e, no extremo do canal aberto, com cerca de tres kilometros de extensão, foi formada uma povoação, ora denominada *Porto da Ribeira*. Ha, porém, reclamações contra tal canal, que ameaça destruir uma ponte da cidade, sem dar a compensação do resultado que era argumento para sua abertura. » « *Itapura*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composto de *itá-pura* ou *itá-pora*, o salto de pedra. »

ITAPUVÚ. Log. á margem dir. do rio Sorocaba, ao N. do mun.; no Estado de S. Paulo. E' o mesmo *Itapebussú*. "*Itapuvú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-pé-ibiỹ*, morro plano, baixo. De *ytá*, pedra, penha; *pé*, plano, chato, *ibiỹ*, baixo. Allusivo a ser esse logar um planalto pouco elevado, Vide *Itavuvú*.

ITAQUAÇABA. Duas cachoeiras no rio Tieté; uma, a *guaçú*, immediata á Avarémanduúva; outra, a *mirim*, logo após a Guaricutú, no trecho entre os saltos Avanhandava e Itapúra. Alguns dividem a primeira, fazendo duas successivas. *Itaquaçaba*, corruptela de *Ytá-quâ-çaba*, pedra furada. De *ytá*, pedra; *quâ*, o mesmo que *quâr*, ter buraco, furo, mudado o *r* final em *ç*, conforme a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*, quando ha necessidade de usar do verbal *dba*, para exprimir o instrumento, o modo, a causa, o intuito, a occasião, o logar, com referencia á acção do verbo, soando *çaba*. Do mesmo modo o *r* final do verbo é mudado em *ç*, quando, para exprimir o que fez a cousa, ha necessidade de formar o participio presente com a particula *ára*, soando *çára*. Com effeito, ha nesses logares uma muralha de pedra, de margem á margem, atravessando o rio, apenas com um furo ou buraco, formando canal. (Dr. João Mendes de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*). Vide *Itaçaçaba*.

ITAQUANDIBA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Nova Almeida.

ITAQUANTUBA. Praia na ilha de S. Sebastião, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida diz: "*Itaquantuba*, corruptela de *Ytá-cuã-tib-a*, logar de cascalho. De *ytá-cuã*, cascalho; *tib-a*, logar natural das cousas. Póde ser pronunciado *Itaquanduba*".

ITAQUAPENINDUBA. Log. no dist. da Penha de França, mun. da capital do Estado de S. Paulo. "Esta palavra, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Ytá-cuã-pinindáb-a*, logar de cascalho pintado. De *ytá-cuã*, cascalho, pedra miuda; *pini*, pintar, manchar, cujo som nasal faz mudar o *t* de *tib* em *nd*, *ndáb*, logar natural das cousas, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. O *i* de *tib* tem som guttural de *u* (fechado). Allusivo a existir nesse logar abundancia de tal especie de cascalho".

ITAQUAQUECETUBA. Corruptela de *Ytá-aqûa-guecê-tûb-bae*, o que bója por causa do penhasco. De *ytá*, pedra; *aqûa*, esquina, ponta, formando *ytá-aqûa*, penhasco, esquina ou ponta de pedra; *guecê*, o mesmo que *rehê*, por causa; *tûb*, bójar, fazer enseada ou volta convexa, transbordar; *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Allusivo a fazer um grande alagadiço ou *banhado*, porque, forçado a desaguar no rio Tieté, quasi de encontro ao curso deste, por causa de um penhasco triangular que existe proximo á sua foz, operando-se assim impedimento ás suas aguas, estas são detidas e transbordam. Este ribeirão (affl. do Tieté) tem tres cabeceiras; uma das quaes nasce em uma gruta. A pov. está mesmo proxima ao *banhado*. O ribeirão é tambem conhecido pelo nome *Tiipoia*, corruptela de *Ti-póoi*, em fórma de rêde de dormir. Allusivo a esse mesmo *bojo* ou *banhado* supra mencionado; ennoveladas as aguas nesse logar. A rêde de dormir é *io-ty-póoi*, sacco atado pelos dous extremos. De *io*, reciproco mutuo; *ty*, atar, formando *io-ty*, atar os dous extremos; *póoi*, fazer sacco, bojo. *Ti-póoi*, portanto, é uma contracção de *Io-ty-póoi*, pela apheresis do reciproco *io*, como o usam os indigenas. Mas este nome é apenas uma phantasia; o nome verdadeiro, exprimindo os caracteres physicos do ribeirão é *Ytaaquâ-guecê-tûb-bae*, por contracção *Ytâ-'quâ-guecê-tû-bae*. Com referencia a um taquaral que existe entre o banhado e o penhasco, margeando o ribeirão, o nome é *Y-taquâ-guecê-tub-a*, logar de taquaras successivas. De *y*, relativo; *taquâ*, canna óca, isto é, *tá*, espiga; *quâ*, buraco, furo; *guecê*, successivamente; *tub*, logar das cousas, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante (1). Os indigenas soiam dar a logares diversos na mesma região nomes identicos ou quasi identicos no som, mas differentes nos significados, como neste caso » (Dr. João Mendes de Almeida). « *Itaquaquicetuba*, ant. *Taquaquicetuba*, composto de *taquaquicé-tyba*, abundancia de taquaquicé, taquaral da especie taquaquicé. Vide *Taquaquicé* » (Dr. Theodoro Sampaio).

(1) Estava em avulso a seguinte nota incompleta. O padre Manoel da Fonseca, na *Vida do Padre Belchior de Pontes*, escreveu *Taquacocetyba* (pag. 139) e *Taquacocetuba* (pag. 103); tratando-se de morros e penhascos, os indigenas costumam supprimir por apheresis o *y* de *ytá*, pronunciando sómente *tá*. *Quaco* ou *quaquecê*, como escreve o padre Montoya, passar, passagem, voltear, volta, torcer, quebrar, *Ta-quaco. Cê*, para exprimir quasi. *Tá-quá-cocê. Çocê*, para exprimir sobre *Tá-bae*.....

ITAQUATIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua pelo lado do Maranhão (Dr. G. Dodt. *Relat*).

ITAQUAXIÁRA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Itapecerica. « *Itaquaxiára*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Ytá-quatiár-a*, pedras pintadas. De *ytá*, pedra; *quatiár*, pintar, com *a* (breve), por accrescimo, visto acabar em consoante. Allusivo ás pedras manchadas que ahi existem em grande quantidade ».

ITAQUERA. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida escreve *Itacoera* e diz em seu *Dicc.* cit.: « *Itacoera* não é buraco de pedra, como o escreveu frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario*. Para significar buraco de pedra deveria ser *Ytá-quara*. *Itacoera*, corruptela de *Ytá-îguê-rù*, margens graniticas. De *ytá*, pedra; *iguê*, lado, costado; *rù*, companheiro, para assignalar referencia aos dous lados ou ás duas margens. Allusivo a correr entre morros graniticos. Seu leito é formado de lages. Alguns pronunciam *Itá-ker-a*, mas é a mesma cousa. Os indigenas do rio Amazonas e as nações que delles provieram não usam muito do *u* em seguida ao *g* o ao *q*. Tenho, porém, minhas duvidas se Itacoera é o nome desse curso d'agua. Considerado relativo o *y* inicial, resta *Tacûéra*, aldeia que existiu: de *táb-a*, aldeia; *cûéra*, particula de preterito. A palavra *tab-a*, em certas composições, prende sempre a ultima syllaba. Os indigenas do norte do Brazil usavam e usam *tapéra*, ou *tap-éra*, o mesmo que *tab'-uera* ou contracção de *ta-pûéra*, pois que *pûéra* é tambem particula de preterito, mudado o *c* de *cûéra* em *p*. Sem duvida, nesse logar, existiu alguma aldeia; e, então, a palavra *Y-tacûéra* foi applicada ao ribeirão ». « *Itaquera*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, compõe-se de *itá-quera*, pedra ou metal velho; o vocabulo parece, porém, alteração de *taquéra*, o mesmo que *tapéra* e significa — ruina, aldeia extincta — Ainda é admissivel a procedencia como sendo de *itá-quer*, pedra dormente, jazida de pedra, leito de pedra, pedreira ».

ITAQUERÊ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes diz: « *Itaquerê*, corruptela de *Iti-aquirehê*, contrahido em *It'-aqui-rehê*, successivamente frouxo e sujo de detritos vegetaes. De *iti*, detritos vegetaes; *aquir*, frouxo, perdendo o *r* final por ser seguido de *rehê*, successivamente. Allusivo a formar margens alagadas, por correr em quasi toda a sua extensão em varzedo, no qual a vazante deixa detritos ».

ITAQUERY. Serra do Estado de S. Paulo, nos muns. de Araraquara e Jaboticabal. « *Itaquery*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Ytá-quir-i*, pedra em geral frouxa. De *ytá*, pedra, morro; *aquir*, frouxo, quebradiço; *i*, posposição de perseverança. Allusivo á formação calcarea desta serra, em quasi toda sua extensão. »

ITAQUERY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté, abaixo da foz do Jurúmirim.

ITAQUERY DA SERRA. Dist. do mun. de S. João do Rio Claro; no Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta creada pela Lei n. 813 de 31 de outubro de 1901.

ITAQUICÉ. Corrupção de *itá-kicé*, a faca de pedra ou metallica (Dr. Theodoro Sampaio).

ITAQUY. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guarakessava, á margem do rio do mesmo nome; com escola.

ITAQUY ou ITAQUI. Serra do Estado de S. Paulo, nos muns. de S. Roque e Cotia. « *Itaqui*, seja nome da serra; seja nome dos ribeirões, é, diz o Dr. João Mendes, *Ytá-cui* e significa muita pedra. De *ytá*, pedra; *cui*, muito ou muitos. Com effeito, os ribeirões tem os leitos cobertos de pedras, crystaes e quartzos; e a serra contém grande quantidade de crystaes de todos os tamanhos, quartzos e pedras de outras qualidades. *Itaqui* é tambem o nome em tupi da pedra de amolar. Talvez exista tambem na serra e nos ribeirões essa pedra ».

ITAQUY. Rio do Estado de S. Paulo; nasce na serra do seu nome e desagua na margem esq. do ribeirão Barnery; entre os muns. de Cotia e Parnahyba.

ITAQUY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté, no mun. de Porto Feliz.

ITARARÉ. Composto de *itá-raré*, pedra escavada, conducto subterraneo, sumidouro; tubo, cano, canal (Dr. Theodoro Sampaio). Segundo Martius, em seu *Gloss.*, significa — pedra levantada ou pedra que surge d'agua — e segundo o Dr. João Mendes — pedra concava.

ITARARÉ. Serra do Estado de S. Paulo, ramificação da Paranápiacaba, prolongando-se junto á margem dir. do rio do seu nome. O Dr. João Mendes diz: « Itararé, nome da serra, embora sóe quasi o mesmo que Ytararé, nome do rio, é desarticulado deste modo: *Itá-ra-rê*, paredões levantados successivamente. De *itá*, pilares, armação, estante, cousa em que outra se assenta; *rá*, levantado, não egual; *rê*, contracção muito usada da posposição *rehê*, syncopadas as duas lettras intermedias, significando, neste caso, *successivamente*, para exprimir plural e continuidade. Allusivo a erguerem-se esses morros, ora em escarpas e encostas ingremes, ora em altos paredões, á margem do rio. A altura destes paredões é de 100 a 200 metros; e taes morros são de rocha granulada siliciosa, de mistura ou ligada com materias calcareas ».

ITARARÉ. Mun. do Paraná. Accrescente-se no fim: Foi elevada a termo pela Lei n. 481 de 19 de fevereiro de 1902.

ITARARÉ. Serra na ilha de S. Vicente, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: o Dr. J. M. de Almeida diz: « O nome é dado a esse serrote porque o mar o escavou, formando uma especie de sacco. *Ytá-rarê* — morro granitico, concavo — Com apheresis do *y* sôa *'ta-rarê*, de *ytá*, pedra, penha; *rarê*, concavo. Mas, segundo o systema dos indigenas, deram á praia que enfrenta o sacco, o nome *Tararé*, soando quasi o mesmo que o nosso *Ytararê*. E' a praia de S. Vicente immediata á praia Embaré. Vide *Tararé* ».

ITARARÉ. Rio de S. Paulo e Paraná. Accrescente-se no fim: Sua barra fica a 397m de altura. No *Resumo do itinerario de uma viagem pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema*, etc., *emprehendida por ordem do Barão de Antonina*, em 1845 está feita a seguinte notavel descripção: « Entre os dias 26 a 29 (agosto) entramos no Itararé, reunido com o Jaguariahyva e Jaguarecatú de cerca de 30 braças de largura, descemos por cachoeiras e baixios perto de seis leguas, onde pelo lado esq. entra um ribeirão, que o chamamos Itareré-mirim, levando a mão as canôas vasias na cachoeira *Tibuna*, d'onde navegamos por baixios, corredeiras e itopavas, quatro leguas até á cachoeira da *Bocaina*, pela qual levámos as canôas vasias a mão. Daqui, voltêa o rio por serranias em uma serie de corredeiras, itopavas e baixios, encontrando-se ilhotas até sua desembocadura no Paranapanema. »

ITARERY. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida diz: « Ribeirão ou serra, *Itariry*, corruptela de *Itá-ri-ri*, successivos degráos. De *itá*, estante, armação, pilares, ou cousa que em outra se estriba; *ri*, posposição, significando, neste caso, successivamente, e, repetida, exprimindo o superlativo do facto. Tenho lido este nome como *Itaririi*; mas, não me parece correcto, porque, significando — o que contém pedra —, *ytá*, pedra; *rirá*, vaso, cesto, o que contém, seria sem applicação a esses logares. Escreveu Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.*, que *Itariry* significa — cachoeira das conchas —. *Itaririi* é allusivo, em relação á serra, á superposição successiva, em camadas horizontaes, de rochas que formam a mesma serra naquella região; e em relação ao rio, é allusivo aos saltos, como que em degráos, que as aguas são forçadas a transpor em successivas quedas, por causa daquella mesma superposição das rochas. Ha, além dos saltos, cachoeiras impetuosas, das quaes a principal é a denominada *Caracol*, em zigs-zags ».

ITAROCA. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Olivença. E' continuação da serra de Commandatuba.

ITAROQUEM. Log. no mun. de Miranda do Estado de Matto Grosso.

ITATIAIA. Composto de *itá-tiai*, pedra dentiada, ou eriçada de pontas, pois que *itá* é pedra, penedo, rocha *tiai=ti-ai*, ponta que se levanta, que se ergue; e tambem dente, entalhe, gancho; portanto *itá-tiai* quer dizer — pedra ou rocha que se ergue em pontas, que se levanta com entalhes ou dentes. Para quem conhece os picos do Itatiaia, as chamadas *Agulhas Negras*, a cerca de 3.000 metros acima do nivel do mar, culminante do systema orographico brasileiro, a denominação tupi não póde ser mais verdadeira, no exprimir a feição saliente daquelles rochedos inaccessiveis que André Rebouças chamou os dolmens do Ayuruoca. Martius traduziu Itatiaia como se fôra o vocabulo composto de *itá-hy-aia*, que verteu para o latim — *saxo aqua salubris* — isto é, *aqua saudavel de'pedra*, applicando o nome antes a algum rio que dalli desce do que ao proprio nome. Baptista Caetano escreveu — *Itatiaya* e o traduziu — *crista de pedra erguida*. O general Couto de Magalhães decompoz o vocabulo em *ita-ti-aya* e o interpretou — *rocha de aguas correntes saudaveis*. Barboza Rodrigues, consultado por Horacio de Carvalho, escreveu — *Itatiaya*, composto de *itá-ty-ái*, que verteu litteralmente em — *pedra que se multiplica por si* ou synthetiicamente: — *pedregal que por si se faz*. Ainda o vocabulo admitte outra interpretação: *itá-tyáya*, suor da pedra e tambem pedra ou rochedo suarento (Dr. Theodoro Sampaio).

ITATIAIUSSÚ. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Bom Fim e incorporado ao mun. de Itauna pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

ITATIARA. Morro no mun. de Santos, no Estado de S. Paulo. E' no continente, quasi á margem do canal ou furo da Bertioga. « *Itatiara*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-ati-ára* contrahido em *Ytá'-ti-ára*, morro granitico alto. De *ytá*, pedra, penha; *ati*, levantar, amontoar, com a particula *ára*, para formar participio activo. Allusivo a ser erecto e alto ».

ITATIBERABA. Composto de *itá-ti-beraba*, ponta de pedra relusente, o crystal (Dr. Theodoro Sampaio).

ITATIM. Composto de *itá-tí*, ponta ou nariz de pedra, pico; como forma contracta de *itá-tinga*, quer dizer: pedra branca, prata, metal branco (Dr. Theodoro Sampaio). « *Itatins*, diz o Dr. J. Mendes de Almeida, corruptela de *Ytá-tÿ*, morros graniticos ponteagudos. De *ytá*, pedra, penha; *tÿ*, ponta ». Martius, em seu *Glossario*, diz que *Itatins* é cachoeira de pedras brancas.

ITATINGA. Composto de *itá-tinga*, pedra branca, metal branco; calcareo, gesso, cal (Dr. Theodoro Sampaio). « *Itatinga*, isto é, *Ytá-ty-nga*, pedra branca. De *ytá*, pedra, morro; *ty*, branco; *nga* (breve), para formar supino » (Dr. João Mendes de Almeida).

ITATINGA. Morro no mun. do Rio Novo; no Estado de S. Paulo. Em seu cimo ha uma lagôa bastante funda, onde se abrigam as antas quando perseguidas pelos caçadores.

ITATINGA. Morro no mun. de Xiririca e Estado de S. Paulo. Fica á margem esq. do rio Ribeira de Iguape, proximo ao ribeirão Pilões. E' conhecido pelo nome traduzido Pedra Branca.

ITATUVA ou ITATUBA. Morro no mun. de Araçariguama; no Estado de S. Paulo. « *Itatuba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ytá-tib-a*, logar natural de pedras. De *ytá*, pedra; *tib* para exprimir logar natural de cousas com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. A corruptela proveiu de ter som guttural o *i* de *tib* ».

ITATY. Composto de *itá-ty*, liquido manado da pedra, manancial das pedras (Dr. Theodoro Sampaio).

ITAUBAL. Rio do Estado do Pará, no mun. de Amapá. Banha a sub-prefeitura do Lago Redondo.

ITAUBARANA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

ITAUBIRA. Composto de *itá-o-bir*, pedra que se levanta, serro empinado (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Itabira*.

ITAUNA (pedra preta). Villa e mun. do Estado de Minas Geraes, creado pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901, que o constituiu com os dists. de Sant'Anna de S. João Acima, Carmo do Cajurú e do pov. dos Tinocos, desmembrados do mun. do Pará, e dos dists. de Itatiaiussú e Conquista, desmembrados do de Bom Fim.

ITAUNA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jundiahy-assú. E' tambem denominado Furnas.

ITAVERAVA. Serrote entre os muns. de Nazareth e Conceição dos Guarulhos; no Estado de S. Paulo. Já li escripto *Ituverava*. Outros escrevem *Itaberaba*. O Dr. J. M. de Almeida diz: que *Itaverava* é corrupção portugueza, trocado o *b* pelo *v*, e accrescenta: « *Itaberaba*, corruptela de *Ytá-berá-bae*, pedra que brilha. De *ytá*, pedra, penha; *berá*, brilhar, resplandecer, com *bae* (breve), para formar participio significando — o que —. Allusivo a que, sendo escalvado, deixa ver o brilho de micaschistos, de crystaes e de quartzos e quartzitos varios, que a formam; e no alto della, diorites despontados ».

ITAVERAVA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Bacuruvú, entre os muns. de Conceição dos Guarulhos e de Mogy das Cruzes. O Dr. J. M. de Almeida, que escreve *Itaberaba*, diz que essa palavra é corruptela de *Itá-abi-rá-bae*, contrahido em *Itá-'bi-rá-bae*, desigual, desnivellado, formando degraús. De *itá*, estante, degráu; *abi*, desigual; *rá*, sem nivel; *bae* (breve), para formar participio. Allusivo a ser successivamente encachoeirado, com degráus.

ITAVUVÚ. Logar em que foi edificada a extincta villa de S. Philippe (1600-1610). No territorio que depois constituiu a circumscripção municipal de Sorocaba; 18 kils., mais ou menos, distante da cidade deste nome, ao norte. E' o mesmo *Itapebussú* e *Itapuvú*. « *Itavuvú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *ytá-biÿ-biÿ*, morro granitico muitissimo baixo. De *ytá*, pedra, penha; *biÿ*, baixo, não alto, repetido para exprimir superlativo.

ITAYAÓ. Corruptela de *ytá-yaóg*, morro granitico apartado. De *ytá*, pedra, penha; *yaóg*, apartar (Dr. João Mendes de Almeida).

ITAYPÚ. Composto de *itá-y-pu*, pedra onde a agua estronda ou faz estrepido (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Itaipú*.

ITAYUBÁ. Composto de *ytá-yuba*, pedra ou metal amarello, ouro (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Itajubá*.

ITAYUBARANA. Composto de *ita-yuba-arana*, pedra ou metal amarellado, o ouro falso, o cobre (Dr. Theodoro Sampaio).

ITERONNE. Graphia primitiva de Niteroy, segundo Hans Staden; corrupção de *y-terô*, agua em seio ou em concavo, enseada, ancoradouro (Dr. Theodoro Sampaio).

ITÍ. Affls. do rio Una da Aldêa, pela margem esq.; no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. Ha o *Itingoçá* e o *Itimirim*. *Iti*, corruptela de *y-tÿ*, atado, cingido. De *y*, relativo; *tÿ*, atar, cingir, apertar. Allusivo a correrem entre margens graniticas altas. Com effeito, esses rios correm entre rochas e sobre pedras, passando ás vezes por baixo destas. O primeiro, isto é, o *Itingoçá*, que é o maior, é denominado por alguns tambem *Despraiado*; mas o Despraiado é seu affl. Vide *Despraiado*. O segundo, isto é, o *Itimirim*, que é o menor, é muito veloz na correnteza. Nascem no morro Guacunduba (Dr. João Mendes de Almeida).

ITINGA. Um dos tres braços principaes, o mais septentrional, que formam o rio Gurupy, que separa os Estados do Maranhão e do Pará. E' tambem denominado rio Branco (Gustavo Dodt). Recebe o Tucumandiua.

ITINGA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Vicente e desagua no oceano, na Praia Grande.

ITINGA. Pequeno ribeirão, de muitas voltas e sinuosidades, que liga a lagôa *Aririaia*, ao rio deste mesmo nome; no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo.

ITINGA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Bananal e desagua na margem esq. do rio deste nome. Desce da serra Bocaina, sobre leito de pedras brancas, e com agua crystallina, formando uma linda cascata, que é avistada da cidade do Bananal. « *I-tŷ-nga*, agua branca, diz o Dr. João Mendes. De *i*, agua; *tŷ*, branca, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. E *Agua Branca* é o nome que o povo dá a esse curso d'agua ».

ITIQUIRA. Composto de *y-tykeira*, agua vertente (Dr. Theodoro Sampaio).

ITIUBA. Pov. da Bahia. Accrescente-se no fim: Dista 240 metros da estação da E. de F. e tem uma capella de N. S. da Conceição. Fica em uma bacia formada por diversos contrafortes da serra da Itiuba e exporta algum café, cereaes, rêdes, chapeus de palha, requeijões e as afamadas mangas da Itiuba. Depois dessa pov. a estrada percorre um trecho, que é o segundo em extensão, pois tem 41 kilometros.

ITIUBA. Serra da Bahia. Accrescente-se no fim: Apezar de pedregosa, apresenta muitas plantações de café e cereaes. Ha nella um pico bastante elevado, a que denominei Argollo, com uma serie de pedras superpostas, acamadas umas sobre outras, e com uma, cujo centro de gravidade como que está a escapar-se, parecendo querer despenhar-se pelas encostas da montanha. O Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco atravessa-a no kil. 386,424 distante da cidade da Bahia e no kil. 264 distante de Alagoinhas, na altitude de 436m,251.

ITOBY. Composto de *y-t-oby*, rio verde; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ITOBYRA. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Bom Jesus do Rio de Contas.

ITOUPAVA. Pov. no Estado de Santa Catharina, no mun. de Blumenau; com escola.

ITRAPUÁ. Varzea extensa, á margem esq. do rio Tamanduatehy; no mun. de S. Bernardo e Estado de S. Paulo. « *Itapuá*, diz o Dr. João Mendes, é corrupção de *Ytiapii-á*, logar em que se accumulam detritos vegetaes. De *ytiapii*, detritos vegetaes arrojados; *á*, escolher. Allusivo a amontoarem-se nessa varzea detritos vegetaes, que as aguas do rio ahi arrojam e deixam ». Em alguns titulos de terras dão este nome ao ribeirão *Cassaquera;* mas é confusão.

ITRAPUÁ. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua no Taiassupeva-mirim, só ou reunido ao Itahim.

ITÚ-ASSÚ. Composto de *ytú-açú*, salto grande; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

ITUCAMBIRA. Composto de *ytú-cam-bir*, salto de peito ou dorso empolado (Dr. Theodoro Sampaio).

ITÚ-MIRIM. Pov. do Estado da Bahia, na estação do seu nome, no Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco, no kil. 357,320 distante de Alagoinhas. Fica ao sopé da serra da Jacobina e é abastecido de agua pelo açude da Cachoeirinha, cavado em uma garganta da mesma serra e que é a obra d'arte mais importante da estrada.

ITÚ-MIRIM. Estação do Prolongamento da E. de F. da Bahia. Accrescente-se no fim: Fica no kil. 479,711 distante da cidade da Bahia e no kil. 357,320 distante de Alagoinhas, na altitude de 665m,220. Além dessa estação o terreno torna-se árido e só é regado pelas chuvas das trovoadas, pois que as de inverno vão somente além dessa localidade.

Elle é, não obstante, utilisado na criação de gado vaccum e parece possivel que seja adaptado ao cultivo da vinha por ter base calcarea.

ITUPARANANGA. Corruptela de *Itú-paranã-nga*, estrondosa queda d'agua. De *itú*, queda d'agua; *paranã*, fazer estrondo, ruido grande, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida). Alguns escrevem *Tuparananga* e *Itupararanga*. Deste ultimo modo pronunciam em Sorocaba.

ITUPEVA. Corrupção de *ytú-peba*, salto rasteiro, baixo, cachoeira; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio). *Itupeva*, corrupção de *Y-tŷ-ipé-bo*, logar de muitas pontas (arrecifes). De *y*, relativo; *tŷ*, ponta; *ipé*, muitas, com a particula *bo* (breve), para exprimir logar. Por contracção *Y-tŷ-'pé-bo* (Dr. J. M. de Almeida).

ITUPEVA. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem esq. do rio Tieté, proximo á foz do Itahim-guaçú.

ITUPEVA. Corredeira no rio Mogy-guassú, á foz do rio do seu nome; no Estado de S. Paulo. No mesmo Estado ha uma outra cachoeira *Itupeva*, no rio Jundiahy, no mun. deste nome, mais conhecida por *Itupeba*.

ITUPIRÚ. Cachoeira no rio Tieté, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida diz: "Alguns têm traduzido *Itupirú* em — Ilha secca —! Não ha duvida que *pirú* significa secco, enxuto; mas não se trata de *pirú*. *Itupirú*, corruptela de *Y-tu-pi-rũ*, arrecifes e rodomoinhos. De *y*, relativo; *tŷ*, ponta; *pi*, fundo, centro; *rũ*, revolver-se, revolução sobre si mesmo. Não deve ser confundido *y-tŷ* com *i-tú*, embora soando quasi o mesmo; porque o *y* tem pronuncia guttural, com o som de *u* fechado. Do mesmo modo o *ũ* de *rũ* tem a pronuncia guttural, com o som de *u* fechado. *Y-tá* significa pontas; ao passo que *i-tú* significa queda d'agua".

ITUQUARA. Log. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevado á pov. pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900.

ITUTINGA. Corruptela de *Itú-tŷ-nga*, queda d'agua, atada. De *i-tú*, queda agua; *tŷ*, atar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

ITUTINGA. Log. do Estado de S. Paulo, no mun. de Santos.

ITUTINGA. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do Itapanhaú.

ITUVERAVA. Passou assim a denominar-se a com. e mun. do Carmo da Franca, do Estado de S. Paulo, pela Lei n. 664 de 6 de setembro de 1899.

ITUVERAVA. Serrote entre os muns. de Conceição dos Guarulhos e Natividade; no Estado de S. Paulo.

ITUZAINGO. Corrupção de *ytú-cãingó*, salto pendente, ou dependurado, salto a prumo; R. G. do Sul. Deve pronunciar-se *ituzaingó* (Dr. Theodoro Sampaio).

ITYRA (Substantivo). O mesmo que *atyra*, elevação, altura, cabeço, cumulo, monte (Dr. Theodoro Sampaio).

ITYRAPINA. Composto de *ityra-apina*, morro pellado, monte calvo; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

ITYRAPINA. Dist. de paz do mun. de S. João do Rio Claro; no Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta creada pela Lei n. 813 de 31 de outubro de 1901. Era o dist. do Morro Pellado.

ITYRAPUAN. Dist. de paz creado no mun. e com. do Patrocinio do Sapucahy, do Estado de S. Paulo, pela Lei n. 751 de 14 de novembro de 1900.

ITYRUNA. Compõe-se de *ityra-una*, monte negro, serra negra (Dr. Theodoro Sampaio).

IVAHY. Corrupção de *ybai*, rio ruim, agua correntosa; pode ser corrupção de *ybá-y*, rio das flechas ou cannas bravas; Paraná (Dr. Theodoro Sampaio).

IVAPARANDUVA. Vide *Guapurunduba*.

IVINHEIMA. Corrupção de *yby-ayma*, o torto, o desviado, o sinuoso (Dr. Theodoro Sampaio).

IXOVAL. Furo do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

J

JÁ (verbo). Corrupção de *yá*, abrir, brotar, pegar, estar pegado; tomar, receber; (adjectivo) egual, semelhante conforme; prefixo nos nomes de animaes, e em grande numero de dicções, significando: *o, aquelle que, o que é* (Dr. Theodoro Sampaio).

JABÁ. Corrupção de *yabá* (verbo), fugir, esconder-se; (substantivo) fujão. No tupi-guarany é *jabáu* (Dr. Theodoro Sampaio).

JABAQUARA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Villa Bella; desagua na praia do seu nome. « Corrupção de *yabá-quara*, refugio ou esconderijo dos fujões; vulgo *quilombo* (Dr. Theodoro Sampaio)". "*Jabaquara*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Yáb-a-quar-a*, racha e buracos. De *yáb*, racha, abertura natural, com *a* (breve), por acabar em consoante; *quar*, buraco, poço, fojo, com *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a buracos no leito. Correm (os corregos) sobre formações geologicas frouxas; por exemplo, calcarea. Ao mesmo tempo, por um jogo linguistico, o indigena assignalou nesses cursos d'agua sua grande correnteza: *Y-a-baquã-ara*, contrahido em *Y-a-baqu'-ara*, corredor. De *y*, relativo; *a* (breve), para ligar o relativo a *baquã*, correr veloz; *ara*, particula activa do participio".

JABORANDY. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santo Antonio da Alegria e desagua na margem esq. do rio Sapucahy. "*Jaborandy*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Yáb-bóra-ndi*, muito gretado. De *yáb*, greta; *bóra*, particula de participio; *ndi*, muito. E' possivel que no logar haja abundancia da arvore *jaborandy*, tão utilmente empregada na medicina. Mas, o indigena, se disso cogitou para a denominação do sobredito ribeirão, foi sómente como jogo linguistico".

JABORANDY. Corrego de S. Paulo, no mun. de Barretos. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Mogy-guassú.

JABOROCA. Ilha no mun. de Cururupú do Estado do Maranhão, na bahia do seu nome.

JABOTI. Corrupção de *ya-u-ti*, o que come pouco, animal de pouco comer. Baptista Caetano interpretou *y-abu-ti*, o que tem folego tenaz ou persistente. No tupi-guarani *yabuti*; no tupi do Amazonas *yauti;* no tupi da costa *yaboti*, *yabuti* (*Testudo tabulata*), ou Kagado do matto (Dr. Theodoro Sampaio).

JABOTICABA. O Sr. Dr. João Mendes de Almeida diz: "Nada tem este nome com a saborosa fructa preta *jaboticaba*, da familia das Myrtaceas; sendo, aliás, certo que nessa região abunda essa fructa. *Jaboticaba*, corruptela de *Y-iapó-téco-ába*, por contracção *Y-iapó-téc'-ába*, logar pantanoso. De *y*, relativo; *iapó*, pantano, charco; *tecá*, ser, no sentido de lei, condição, estado, costume, habito, natureza, com o accrescimo *ába*, para formar participio, exprimindo logar, modo, instrumento. Com effeito, o terreno sobre o qual corre este ribeirão é charcoso; e suas aguas são denegridas, por atravessarem pantanaes. Parece que o nome é mais dessa região, do que propriamente o ribeirão". "*Jaboticaba*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *yabuti-guaba*, comida de kagado, fructo de que se alimenta o jaboti (*Eugenia cauliflora*).

JABOTICABA. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Chopotó, affl. do Pomba.

JABOTICABAL. Vide nos *Accrescimos e Correcções* do IV Vol.

JABOTICABAL. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, no logar Carrapatos, do mun. de Entre Rios; no Estado do Paraná.

JABOTICABAL. Rio de S. Paulo, nos limites de Lagoinha e Guararema. Accrescente-se no fim: E' affl. da margem dir. do Parahytinga, no qual afflue sob o nome de rio do Peixe. "*Jaboticabal*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-apó-yti-cába-á*, por contracção *Y-apó-yticab'-á*, sinuoso e arrojado aos saltos. De *y*, relativo; *apó*, salto; *yticaba*, de *ytig*, arrojar, com o accrescimo *ába*, e mudado o *g* em *c*, para formar participio, exprimindo logar, modo, etc.; *á*, torcer e fazer voltas. Com effeito, este ribeirão nasce no alto da serra Quebra-Cangalhas; e logo que nasce, e á distancia de cerca de kilometro e meio, precipita-se, formando salto encachoeirado de 14 metros de altura; e mais abaixo, á distancia de cerca de um kil., precipita-se de novo, formando outro salto encachoeirado de 18 metros de altura. Antes de formar juncção com o *Jaboticatuba*, ha outras cachoeiras e saltos menores; mas, 50 metros acima dessa barra, ha um de tres metros de altura, e em seguida um poço, e logo após as aguas se alargam e expraiam. Com o nome de rio do Peixe, affluem os dous ribeirões no rio Parahytinga, no logar Jaguarão."

JABOTICABAL. Cidade de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes de Almeida diz: " A serra, que deu o nome á cidade e começa proximo á ella, é *Yáb-yticabá*, por contracção *Yáb-ytic'-abá*, muitas fendas e derrocamentos. De *yáb*, greta, fendas, rochas; *ytica*, supino de *ytig*, derrocar, mudado o *g* em *ca* (breve); *abá*, muitos, posposto e regendo tanto *yáb* como *ytica*, Allusivo a ter derrocados os cimos, com grutas ou cavernas na base. Si ha muitas arvores de jaboticaba nessa serra, o nome tupi da serra teria sido logo referido a essa fructa. Com effeito, *yaboticabá*, contracção de *yabotic'-abá*, significa muita jaboticaba. Os indigenas costumavam fazer esse jogo linguistico nas denominações para logares na mesma região, com som identico, mas significando differentemente. Ainda que existisse nessa região abundancia de jaboticaba, significado de *ya-botic-ttb-a*, o indigena não cogitaria disso para denominar o ribeirão. Fez ahi apenas o costumado jogo linguistico".

JABOTICABAS. Log. no dist. da cidade do Rio Branco e Estado de Minas Geraes.

JABOTICABEIRA. O Dr. João Mendes de Almeida diz: "*Jaboticabeira*, corruptela de *Y-apó-yticaba-yêrè*, sinuoso e arrojado aos saltos. De *y*, relativo ; *apá*, salto; *ytib*, arrojar, levado ao participio pelo accrescimo de *ába*, mudado o *g* em *c*, exprimindo logar, modo, etc.; *yêrè*, volta. Por contracção *Y-apá-yticab'-yêrè*. Com effeito, este corrego desce do alto da serra dos Agudos, fazendo successivas voltas, e aos saltos, de queda em queda".

JABOTICABEIRAS. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema do Estado de Minas Geraes.

JABOTICAHÚ. Varzea á margem esq. do rio Tieté, no dist. do Braz e mun. da capital do Estado de S. Paulo. "*Jaboticahú*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-apoti-ig-aú*, suja de detritos vegetaes e animaes. De *y*, relativo; *apoti*, ser sujo; *igaú*, detritos ou escumas do mar ou de rio. Por contracção *Y-apot'-ig-aú*. Allusivo a ser uma varzea, em que após a vasante do rio Tieté, ficam detritos de toda a especie, ahi deixada pelas aguas, formando manchas".

JABOTICATUBA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Jaboticabal pela margem esq.; no mun. da Lagoinha. « *Jaboticatuba*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-ibitú-catú-bo*, logar de vento forte. De *y*, relativo; *ibitú*, vento; *catú*, para exprimir superlativo; *bo*, particula denominativa do logar. Não é, pois, o nome do ribeirão, senão do logar em que nasce na serra Quebra Cangalhas. Com effeito, esse logar é conhecido pelo nome *Boqueirão do vento*; traducção livre de *Y-ibitú-catú-bo*. O ribeirão desce a serra aos saltos e com temiveis cachoeiras; e, após um percurso de mais de duas leguas, conflue com o Jaboticabal, e ambos reunidos tomam o nome de rio do Peixe, até desaguar no rio Parahytinga". Vide Jaboticabal (ribeirão).

JABOTITIUA. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

JABOTITUBA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de S. Vicente Ferrer.

JABURÚ. Corrupção de *ya-abirú*, a que é repleta, ou inchada; allusão ao grande papo da ave desse nome; isto é, a papuda; alt. *jabirú* (*Myeteria americana*). Dr. Theodoro Sampaio.

JACAMIM. Corrupção de *y-acá-mi*, o que tem cabeça pequena (*Psophia crepitans*); corrupção de *y-acá-mii*, o que move a cabeça, a mesureira (Baptista Caetano).

JAÇANÃ. Corrupção de *y-açá-nã*, o que grita forte, o que tem o grito intenso (*Parra jaçanã*). Dr. Theodoro Sampaio.

JACARACANGA. Composto de *yacaré-acanga*, a cabeça do jacaré; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

JACARACY. Assim passou a denominar-se a villa e mun. de Almas, no Estado da Bahia pela Lei n. 464 de 19 de agosto de 1902.

JACARANDÁ. Corrupção de *y-acá-ratã*, o que tem a cabeça dura, ou centro duro, rijo (Baptista Caetano). Machaerium.

JACARANDÁ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre e mun. do Pom Fim.

JACARANDÁ. Igarapé do Estado do Maranhão, no mun. de Arayoses. Desagua no rio Carnahubeiras.

JACARANDÁ. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do ribeirão S. Matheus, que o é do rio Paraopeba.

JACARÉ. Estação da Companhia do Navegação do Rio S. Francisco; no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 1.005 kils. distante do Joazeiro (Bahia), e entre as estações de Morrinhos e Januaria.

JACARÉ. Igarapé do Estado do Amazonas, banha o mun. de Teffé e desagua na margem esq. do rio Juruá.

JACARÉ. Igarapé do Estado do Maranhão; nasce no logar Fortuna, nos Campos das Pombinhas, recebe o Tapuyo e desagua no Peritoró.

JACARÉ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Cururú, ou antes do ribeirão Pirahy, pela margem dir.; no mun. de Cabreuva. Vide *Cururú*. « Jacaré, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-áqûa-rê*, muito corrente. De *y*, relativo; *áqûa*, correr; *rê*, o mesmo que *é*, destreza, ligeireza. Este *e*, em todas as significações varias, soe ser precedido do *r*, para bem destacar a pronuncia das palavras evitando a contracção. Com effeito, é um ribeirão apenas arqueado, mas quasi sem voltas, precipitando suas aguas por declive na serra, até desaguar no Pirahy. Como se vê, o nome deste ribeirão é inteiramente estranho ao saurio, denominado *yacaré*, cujas tres especies brasilicas são: o *assú*, o *tinga* e o *cúrna*... ». « Jacaré, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *ya-caré*, o que é encurvado ou sinuoso; corrupção de *y-echa-caré*, o que olha torto, ou de banda; póde ser ainda corrupção de *yaguá-ré*, a féra do outro genero, ou como se fôra a onça d'agua (*Crocodilus sclerops*). »

JACARÉ. Rio do Estado do Paraná, banha o mun. de Guarapuava e desagua no rio Ivahy.

JACARÉ-GUASSÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Paranapanema; no mun. do Rio Novo. Desagua em frente ao Salto Grande. E' hoje conhecido pelo nome de rio Novo, em cuja margem esq. foi fundada a actual villa de S. José do Rio Novo. *Jacaré-guassú*, por existir outro affl. do mesmo rio Paranapanema pela mesma margem, e proximo, chamado *Jacaré-mirim*, por ser menor.

JACAREGUAVA. O Dr. J. Mendes de Almeida diz: "*Jacarégúáva*, corruptela de *Y-áqûá-yerê-guaá-bo*, enseada e alagadiços. De *y*, relativo; *áqûá-yerê*, enseada; *guaá*, alagadiço, banhado; *bo* (breve), para designar logar. Allusivo ás varzeas que o marginam, e que no tempo das chuvas são alagadas."

JACAREHÚ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: — na ilha do Cardoso. O Dr. João Mendes de Almeida diz: "*Jacarehú*, corruptela de *Y-áqûá-ára-aú*, por contracção, *Y-áqu'-ar'-aú*, pouco corrente. De *y*, relativo; *áquá*, correr, levado ao participio pela particula *ára*; e *aú*, para exprimir defeito na acção. Allusivo a serem quasi paradas suas aguas. Seu leito é pantanoso e algumas vezes se alaga; suas margens são bordadas de mangue."

JACAREHY. O Dr. Theodoro Sampaio diz: "*Jacarehy*, composto de *yacaré-y*, rio do jacaré". O Dr. João Mendes de Almeida diz: "Este nome nada tem com o amphibio *Jacaré*, como alguns pretendem, attribuindo ao indigena tal disparate ou tolice, sob a capa de lenda. *Jacarehy* é corrupção de *Y-aquá-yerê-ei*, esquina e volta desnecessaria. De *y*, relativo; *aquá*, esquina, ponta; *yerê*, volta; *ei*, inutil, ocioso, sem necessidade, sem fim algum, sem causa, caçoada. Ha mesmo a phrase *i-aquá-yerê*, enseada ou volta do rio. Por contracção *Y-aquá-'re-ei*. Allusivo á volta desnecessaria do rio Parahyba nesse logar; o qual, mais abaixo, faz sacco ou enseada, em terreno baixo, simulando uma lagôa: é o *Avarehy* ou *Averehy*. Na supra referida primeira volta, ha a pedra Cassununga, que recebe de encontro as aguas do rio, fazendo-as tomar outra direcção; de forma que a pedra é o vertice daquello angulo agudo. O indigena entendia que era desnecessario que o rio procurasse aquella pedra ». Vide *Accrescimos* e *Correcções*, do IV Vol.

JACAREHY. Rio de S. Paulo, affl. do Jaguary. Accrescente-se no fim: Desagua pela margem esq. O Dr. João Mendes de Almeida diz: « *Jacarehy*, corruptela de *Y-aqûá-yerê-eii*, muitas esquinas e voltas. De *y*, relativo; *aqûá*, esquina; *yerê*, volta; *eii*, muitas. Por contracção *Y-aqûá-'rê-eii*. E' assim realmente este pequeno ribeirão em seu curso; successivas voltas esquinadas. »

JACAREPAGUÁ. O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Jacarépaguá*, corrupção de *yacaré-upá-guá*, baixa o valle da lagôa dos jacarés ». O Dr. João Mendes de Almeida diz: « Reunião das aguas dos rios Branco, Peruhibe e outros, formando golfo, após uma volta esquinada, ao N. da serra Itatins; no mun. de Itanhaen. *Jacarépaguá*, corruptela de *Y-á-úâ-yerê-pi-guáá* por contracção «; *Y-áqûá-'re-pi-guáá*, volta esquinada e golfo. De *y*, relativo; *áqûá*, esquinar; *yerê*, volta; *pi-guáá*, golfo, bahia. Allusivo a formar-se ahi uma volta bastante aguda, e bahia ou enseada, em communicação com o oceano ».

JACARÉ-PEPIRA. O Dr. Theodoro Sampaio diz: « *Jacarépipira*, corrupção de *yacaré-pipir*, o jacaré ferido, esfolado ». Lacerda e Almeida interpretou — *pestana de jacaré* —. O Dr. João Mendes de Almeida diz: « Ha dous: *Jacaré-pipira-guaçú* e *Jacaré-pipira-mirim*. Este é, nas cabeceiras Feijão, e, logo que afflue o ribeirão Lobo, é Jacarépipira. Em Leis Provs. de divisas está escripto, em vez de pipira, *popira;* mas foi erro. O Jacaré-pipira-guaçú é conhecido vulgarmente por Jacaré-Grande; o outro só por Jacaré. Este nome nada tem com o amphibio jacaré. E' corruptela de *Y-áqûá-yerê-pipira*, com voltas esquinadas e apertado. De *y*, relativo; *áqûá*, esquina; *yerê*, volta, formando a palavra *i-áqûá-yerê*, enseada ou volta de rio; *pi*, apertar, prensar, com a particula *pira* (breve), para formar participio passivo. Allusivo a terem muitas e successivas voltas esquinadas, correndo entre barreiras altas. O *guaçú* desagua abaixo do *mirim*, isto é, descendo o rio Tieté, o *mirim* é anterior ao *guaçú*. Ambos têm as cabeceiras nas serras entre os rios Tieté e Mogy-guaçú. O significado de Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.*, — rio onde os jacarés apanham peixe — é simplesmente um não senso. Já li que Jacarépipira significa jacaresinho! Arrojo da ignorancia ».

JACAREPIÁ. Lagôa do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema.

JACAREPUÁ. Corrupção de *yacaré-puá*, ou *jacarépuama*, o jacaré assanhado (Dr. Theodoro Sampaio).

JACARÉ-UBAL. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

JACAUNA. Corrupção de *y-acá-una*, o da cabeça preta (Dr. Theodoro Sampaio).

JACEGUAY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Mboy-guassú; entre os muns. de Santo Amaro e Itapecerica. « *Jaceguay*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-áocê-guáá*, muitas enseadas. De *y*, relativo; *áocê*, para exprimir abundancia e excesso; *guáá*, enseada, banhado. Allusivo a ser muito sinuoso, e com banhados ás margens ». « *Jaceguay*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corrupção de *yacé-guaya*, cucurbita mansa, pois que *yacé* é a *cucurbita citrullus* L. »

JACIGUÁ. Composto de *yaci-guá*, valle da lua, seio da lua; alt. *jaceguá* (Dr. Theodoro Sampaio).

JACINTHO. Pequeno rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. da Fartura e desagua na margem dir. do rio deste nome, affl. do Itararé.

JACIOCA. Pov. do Estado do Maranhão, a 72 kils. da cidade do Alcantara, a cujo mun. pertence, entre os igarapés Tubarão e Tororoma, que desaguam no rio Aurá. Seu porto, a seis kils. de distancia, fica no logar denominado Joaquim Santos.

JACOB. Morro bastante elevado que cerca a cidade de Barbacena; no Estado de Minas Geraes.

JACOB. Cachoeira no rio Tieté, acima da Avanhandava; no Estado de S. Paulo. Abaixo desta cachoeira, que tem o desnivelamento de um metro por 300 de extensão, o rio estreita-se ficando reduzido a 20 metros de largura.

JACÚ. Corrupção de *y-a-cú*, o que come grãos, o que traga ou engole fructos (Baptista Caetano). *Penelope*. « *Jacú*, nome dos ribeirões (de S. Paulo), diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Y-acuí*, cahido. De *y*, relativo; e *acuí*, cahir-se ».

JACUARÁ. Log. do Estado do Pará, na sub-prefeitura de Urixiacá e com. de Santarem.

JACUBA. Composto de *y-acub*, agua tepida ou morna (Dr. Theodoro Sampaio). Referindo-se ao rio Jacuba, affl. do Jaguary (S. Paulo), diz o Dr. João M. de Almeida: « *Jacuba*, corruptela de *Y-acú-bae*, o que é quente. De *y*, relativo; *acú*, quente, com o suffixo *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Este nome nada tem com *jacuba*, que é attribuido exclusivamente a uma preparação de agua, farinha e assucar para beber. *Jacuba*, com referencia a esta e a outras identicas preparações é corruptela de *Y-á-cú-bae*, o que se bebe, isto é, a bebida. De *y*, relativo; *a*, se, precedendo o verbo neutro *cú*, beber, sorver, tragar, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Não é, portanto, termo africano, como o pensou José Veriissimo em sua obra *Scenas da vida amazonica*. O ribeirão *Jacuba* tem, com effeito, em suas cabeceiras, caldas as aguas. Nasce em ramificação da mesma serra, onde existem os denominados *Póços de Caldas* ».

JACUBA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

JACUBA. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Palmyra e desagua no rio Pinho ou Piau.

JACUHY. Corrego do Estado de S. Paulo. Vai para o rio Itahim-guassú, affl. do Tieté.

JACUHY. Rio de S. Paulo, affl. do Tieté. Accrescente-se no fim: Desagua pela margem esq. e banha o dist. da Penha de França; no mun. da capital. « Jacuhy, diz o Dr. Theodoro Sampaio, compõe-se de *yacú-y*, rio dos jacús ». « *Jacuhy*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-á-cuí*, arenoso. De *y*, relativo; *á*, grão, granulo, cabeça; *cuí*, pó, formando *á-cuí*, pó granulado ou em grãos. Allusivo a ter muita areia no leito ».

JACUHYPE. Corrupção de *yacú-y-pe*, no rio dos jacús (Dr. Theodoro Sampaio).

JACUMPÁ. Igarapé do Estado do Amazonas, affl. do rio Içá; no mun. de S. Paulo de Olivença.

JACUNÉ. Corrupção de *yacú-nê*, o jacú fetido ou catingueiro (Dr. Theodoro Sampaio).

JACUNÉ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema.

JACUPEMA. Composto de *yacú-pema*, jacú inferior; alt. *jacupemba* (*Penelope superciliares*); *pema=peba* (Dr. Theodoro Sampaio).

JACUPIRANGA. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O conselheiro Martim Francisco em seu *Diario de 1815* (cit.) escreveu *Jacajeiranga*. « Isto prova, diz o Dr. João Mendes, que Jacupiranga é uma correcção posterior áquella data. Nem mesmo o nome poderia ter referencia á ave *jacú*, porque não ha especie de jacú com a denominação *jacu-pirã-nga*, significando — jacú vermelho. *Jacupiranga* é, portanto corrupção de *y-águâ-yerê-ã-nguê*, voltas esquinadas e altas. De *y*, relativo; *águá*, esquina; *yerá*, volta; *ã*, em pé, empinado; *nguê*, particula de preterito, o mesmo que *cûe*, assim mudado em *nguê*, por causa da pronuncia nasal do verbo *ã*. Contrahido em *Y-águá-yer'-ã-nguê*. Allusivo ás muitas voltas esquinadas do rio, formando paredões. São logares perigosos por causa dos rodomoinhos ».

JACURICY. Estação da E. de F. de Alagoinhas, na Bahia. Accrescente-se no fim: Nessa estação foi erguida uma pyramide de cantaria para commemorar o embarque do aerolitho do Bendengó, vindo de Monte Santo.

JACURÚ. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté; no mun. da capital. « *Jacurú*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-acury*, apressado. De *y*, relativo; *acury*, velocidade, presteza, pressa ».

JACURUPAVA. Corredeira no rio Tieté, no Estado de S. Paulo, abaixo da cachoeira Avarémandoava-mirim. « *Jacurupava*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-acury-pába*, corredeira. De *y*, relativo; *acury*, presteza, velocidade, pressa; *pába*, o mesmo que *ába*, para exprimir logar, modo, causa, instrumento etc. ».

JACUSINHO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Santo Ignacio; no mun. do Rio Novo.

JACUTINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Corumbatahy.

JACUTINGA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

JACUTINGA. Bairro do mun. de Santa Barbara do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo; com escola.

JACUTINGA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jaguary-mirim; no mun. de S. João da Bôa Vista. « *Y-o-cutĩ-nga*, volteador. De *y*, relativo; *o*, reciproco; *cutĩ*, voltear, dar voltas; *nga* (breve), para formar supino. Aquelle *o*, reciproco, serve para exprimir que as voltas são tantas e successivas que parece se dobrarem sobre ellas mesmas, nada adiantando ao viajante » (Dr. J. M. de Almeida). « *Jacutinga*, composto de *yacú-tinga*, o jacú branco (*Penelope leucoptera*); nome de uma rocha friavel argillosa servindo de jazida do ouro entre a rocha de itabirito » (Dr. Theodoro Sampaio).

JACUTINGA (Santo Antonio da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado a mun. pela Lei n. 319 de 16 de Setembro de 1901.

JACY. Corrupção de *yaci*, a lua, o mez; o ornato feito de uma concha branca e talhado em forma de lua (Dr. Theodoro Sampaio).

JACY. Log. do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea, sobre o rio Purús.

JADEGUABA. Log. do Estado do Ceará, em Soure.

JAGUÁ. Contracção de *yaguara*. Vide *Jaguar*.

JAGUACAHEN. Enseada á margem esq. do rio Ribeira; no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Jaguacahen*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, é corruptela de *Y-iguâá-caê*, enseada secca. De *y*, relativo; *i*, rio; *guâá*, enseada; *caê*, secco, enxuto. O *i*, rio, sôa como *a* fechado. Allusivo a ter o rio mudado ahi o seu curso, irrompendo uma pequena peninsula e deixando entre o leito velho e o novo uma ilha. O leito velho ficou quasi obstruido; e, em tempos de falta de chuva, sécca ».

JAGUAMIMBABA. Composto de *yaguá-mimbaba*, onça de criação, o cão manso; alt. *yaguamimbada;* S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio). « *Jaguamimbaba*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Y-águâ-mĩ-mbaba*, logar em que as pontas se escondem. De *y*, relativo; *águâ*, ponta; *mĩ*, esconder, occultar, levado ao participio pela particula *ába*, precedido de *mb*, por ser nasal a pronuncia de *mĩ*, para exprimir o logar. Mais em Minas Geraes do que na provincia de S. Paulo, o nome *Jaguamimbaba* é conservado; porque, de facto, os picos da grande serra (da Mantiqueira) mostram-se alli envolvidos em constante nevoeiro branco. Os portuguezes, entendendo que o nome *Jaguamimbaba* era corruptela de *guaybĩ-ába*, ou melhor, *guaybĩ-mb-ába*, cabello de velhas, mesmo por causa do nevoeiro branco, deram ao principal rio que nasce nessa serra o nome de *Rio das Velhas*, substituindo o nome tupi ».

JAGUANÉ. Corrupção de *yaguá-nê*, o fetido da onça, a catinga da onça; corrupção de *yaguá-ré*, onça de outro genero; especie de cão de pello zebrado ou maculado (Dr. Theodoro Sampaio).

JAGUAOVIRA. Corruptela de *Y-águâ-o-bir-a*, esquinado e alto de ambos os lados. De *y*, relativo; *águâ*, esquinar, esquina; *o*, reciproco, para exprimir plural e communicação; *bir*, levantar; com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante (Dr. João Mendes).

JAGUAPEVA. Corrupção de *yaguá-peba*, cão meudo ou inferior, cãosinho (Dr. Theodoro Sampaio).

JAGUAQUÁRA. Morro ponteagudo, no mun. de Cabreuva do Estado de S. Paulo, á margem esq. do rio Jundiuvira. « *Jaguaquára*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Y-agûá-aguá-rá*, por contracção *Y-agûá-'guâ-rá*, redondo e ponteagudo. De *y*, relativo; *agûá*, redondo; *águâ*, ponta; *rá*, por-se ».

JAGUAR. Corrupção de *ya-guara*, aquelle que devora ou dilacera, o comedor ou devorador; no tupi-guarani *yauá*, *yauára* (Dr. Theodoro Sampaio).

JAGUARA. Arraial de S. Paulo, no mun. da Franca. Accrescente-se no fim: A E. de F. Mogyana construiu ahi uma bella ponte com trilhos para seu trem rodante. « *Jaguara*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Y-águâ-yerê*, volta esquinada. De *y*, relativo; *águâ*, esquina, esquinar; *yerê*, volta. Com effeito, o rio Grande forma ahi uma volta com esquina bem pronunciada. Por causa do accento agudo em *águâ*, a palavra *yerê* seria pronunciada breve e corrida, quasi fazendo a contracção *Y-águâ-'crê* ».

JAGUARABA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una; no mun. de Barreiros. (Inf. loc.).

JAGUARAHÉ. Morro do Estado de S. Paulo, entre a capital, Santo Amaro e Cotia. Vide *Jaguarahé* nos *Accrescimos* e *Correcções*.

JAGUARAHYVA. Composto de *yaguar-aiba*, a onça ruim, o cão ordinario; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

JAGUARÃO. Augmentativo de *jaguar*, á moda portugueza pode ser, porém, corruptela de *yaguá-nharã*, a onça brava, os cães bravos; R. G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio).

JAGUARARY. Pov. da Bahia. Accrescente-se no fim: Fica na estação do seu nome, nas fraldas da serra da Jacobina. Tem umas 400 casas, um cemiterio dentro do pov. e uns 800 habs.

JAGUARARY. Estação do Prolongamento da E. de F. da Bahia. Accrescente-se no fim: Fica no kil. 471,184 distante da cidade da Bahia e a 348,760 distante de Alagoinhas, na altitude de 664m,490. Exporta fumo, cereaes e algum café.

JAGUARAUNA. Composto de *yaguara-una*, a onça preta, o tigre.

JAGUARÉ. Bairro no mun. da capital do Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

JAGUARETÉ. Corruptela de *Y-aguâ-ára-eté*, por contracção *Y-agu'-ar'-eté*, muito corrente. De *y*, relativo; *aguâ*, correr, accrescido com a particula *ára*, para formar participio activo; *eté*, para exprimir superlativo (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

JAGUARIBE. No rio da onça; corrupção de *yaguar-y-be*. *Jaguaripe*, o mesmo que Jaguaribe, corruptela de *yaguar-y-pé*.

JAGUARICATÚ. Vocabulo tupico que significa o bom rio da onça. E' composto de *yaguar-y-catú*.

JAGUARIPE. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 296 de 12 de maio de 1899.

JAGUARITÉ. Composto de *yaguar-eté*, a onça verdadeira (*Felis onça*). Dr. T. Sampaio.

JAGUARY. Rio da onça; composto de *yaguar-y* (Martius. — T. Sampaio). O Dr. João Mendes discorda e diz que Jaguary é corruptela de *Y-águâ-ri*, successivamente esquinado; ou de *Y-aguâa-ara-i*, perseverantemente esquinado.

JAGUARY. Morro do Estado de S. Paulo, entre os rios Una do Prelado e Verde, no mun. de Iguape. Sua base é de pedras núas. Indevidamente tem sido confundido com o *Garaú*. « *Jaguary*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Y-aguâ-ri*, com ponta. De *y*, relativo; *aguâ*, ponta; *ri*, com. Allusivo a ser ponteagudo ».

JAGUARY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o dist. de Itaquaquecetuba e desagua na margem dir. do rio Tieté, proximo á foz do Mandy.

JAGUARY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Ribeira de Iguape; no mun. de Xiririca.

JAGUARY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Juquery, trib. do Tieté. Recebe o corrego das Furnas.

JAGUARY. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Jaguary-mirim; entre os muns. de S. João da Bôa-Vista e de Casa Branca. E' tambem conhecido por Jaguary do Campo.

JAGUARY. Bairro do mun. de Xiririca, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. pela Lei n. 752 de 14 de novembro de 1900.

JAGUATIRICA. Composto de *yaguá-tirica*, onça timida, medrosa, fujona (*Felis mitis*). Dr. T. Sampaio.

JAHÚ. Corruptela de *Y-ayú*, o que se estreita. De *y*, relativo, significando — o que se—; *ayú*, verbo neutro, estreitar, ter garganta. Nada tem este nome com o peixe *jahú* (Dr. João Mendes de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*). *Jahú* ou *Jaú*, composto de *y-aú*, o que come, aquelle que devora (Dr. T. Sampaio).

JAIBARA. Pequeno pov. do mun. de Itapecurú-mirim; no Estado do Maranhão.

JALAPA. Corr. *yarapa*, o que é para se colher, ou para se tirar; é a flor do campo das mais singelas e attractivas (Dr. T. Sampaio).

JAMBEIRO. Corrupção de *Y-ã-mb-yêré*, empinada e com voltas. De *y*, relativo; *ã*, empinar, estar em pé; *mb*, intercalação por causa do som nasal de *ã*, que teve de ser ligado á *yêré*, volta. Allusivo a ter este serrote empinadas as encostas e a formar zig-zags. Nada, pois, tem este nome com a myrtacea *Jambeiro*, cujo fructo é saboroso, e é a propria casca, em cujo centro está solto o caroço. E' arvore da Asia, transplantada para o Brasil; não a mencionou como indigena Gabriel Soares, no *Roteiro Geral* (Dr. João Mendes de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

JAMUNDÁ ant. *Nhamundá*. Composto de *ya-mundá*, aquelle que furta, gente ladra, povo de ladrões; Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

JANDAIA. Corr. de *nhand-ái*, correndo só, o corredor; especie de papagaio pequeno com os encontros, peito e cabeça, amarellos (*Psittacus surdus*). Dr. T. Sampaio.

JANDAIRA. Corr. *nhandê-ira*, o nosso mel; corr. *nhandai-ira*, mel fluente, corredor; nome de uma abelha negro-avermelhada (Dr. T. Sampaio).

JANDIÁ. Riacho do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro.

JANDIAHY. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

JANDIRA. Corr. *yandê-ira*, o nosso mel, a doçura nossa, a nossa meiguice. E' usado como nome de mulher (Dr. T. Sampaio).

JANGADA. Log. do Estado do Parahyba do Norte, no mun. de Pedras do Fogo.

JANGADA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de União da Victoria, á margem do rio do seu nome, no caminho de Palmas.

JANUÁ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves. Vai para o rio Arrayollos.

JANUARIA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na cidade do mesmo nome; no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio a 1.055 kils. do Joaseiro (Bahia), e entre as estações de Pedras de Maria da Cruz e Jacaré.

JAPAGUAREHÚ. Corruptela de *Y-apá-aguâ-ára-aú*, por contracção *Y-ap'-aguâ'-ár'-aú*, pouco corrente. De *y*, relativo; *apá*, particula para exprimir o sujeito da cousa; *aguâ*, correr, levado ao participio pelo accrescimo de *ára* e *aú*, para exprimir o defeito na acção. (Dr. J. Mendes de Almeida. *Dicc.* cit.).

JAPARA. Corr. *y-apara*, o que é curvo ou torto, o arco para propellir a flexa (Dr. T. Sampaio).

JAPARANDUBA. Serra do Estado de Pernambuco, ao S. do mun. do Altinho.

JAPARAQUIRA. Corr. *yapara-aquira*, o arco verde, que tambem se diz no tupi *yapara-oby* (Dr. T. Sampaio).

JAPARATUBA. Corr. *y-apara-tyba*, o que tem curvas ou voltas em abundancia, o sinuoso; pode ser ainda arcos em abundancia (Dr. T. Sampaio).

JAPEJÚ. Log. no mun. de Uruguayana do Estado do R. G. do Sul; com uma esc. municipal.

JAPI. O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902, diz: « Nada tem o nome desta serra com o passaro *conirostro* conhecido por *japi* e *japú*, e tambem por *che-chéo*, *japuri* e *guacho*. Deste *conirostro* ha tres especies: os que tem cores preta e branca, com encontros amarellos, *cassicus icteronotus*; os que tem a cor preta com encontros encarnados, vulgarmente denominados, *japiins do matto*, *cassicus hæmorrhous*; e os de penacho com cauda amarella, maiores do que os das duas especies já referidas, *cassicus cristatus*. A terceira e ultima especie é a do *yapi*; as outras duas, por menores, são *yapi-i*. Este passaro arremeda os outros passaros. Seus ninhos são suspensos a galhos de arvores, e em forma de abobora d'agua. *Japy*, nome da serra, é corruptela de *Ya-pi*, aberturas fundas. De *ya*, abrir, rachar; *pi*, fundo, vazio. Allusivo a compor-se a serra de tres filas de morros parallelos, com intervallos fundos. E mais ha, em cada fila, *abertas* ou gargantas numerosas para travessio facil. Tambem nesta serra ha grutas pouco notaveis. No cume de um dos seus picos existe uma lagôa; e na vertente occidental ha uma linda cascata.

JAPOCA. Corr. *y-a-poca*, agua que se levanta arrebentando, agua impetuosa, Parahyba (Dr. T. Sampaio).

JAPÚ. Corr. *ya-pú*, o que rumoreja ou faz ruido, o gritador; nome de uma ave de cauda amarella que faz ninho em forma de bolsa (*Cassicus cristatus*). Dr. T. Sampaio.

JAPUTEREBA. Composto de *yapú-tereb*, o que tira peccados, o que lava as faltas, o que clama contra os vicios ou mentiras; o padre, o missionario (Dr. T. Sampaio).

JAQUESSABA. Serra do Estado do E. Santo, entre Guarapary e Anchieta.

JAQUIRANA. Corr. de *yakirana*, a cigarra; alt. *Jiquirana*, *Gitirana* (Dr. T. Sampaio).

JARACATIÁ. Subs., *yaracatiá*, especie de mamão (*Carica dodecaphylla* Vell.); designa tambem uma especie de cactus (Dr. Theodoro Sampaio).

JARACATIÁ. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no ribeirão S. José, trib. do rio Grande.

JARAGUÁ. Compõe-se de *yara-guá*, valle ou baixa do senhor; enseada ou angra do senhor; corr. *yara-guá*, ponta ou dedo de Deus, ponta proeminente; S. Paulo, Goyaz, Alagôas (Dr. Theodoro Sampaio). Morros que dominam o campo (Martius). Agua que murmura (A. de Saint-Hilaire). *Jaraguá* é corruptela de *Y-araquâ*, o roliço. De *y*, relativo; *araquâ*, roliço, cingido, torneado (Dr. J. M. de Almeida).

JARAGUAÚ. Rio affl. da margem dir. do Tieté; no mun. da capital do Estado de S. Paulo. E' tambem denominado *Jaravahú*. « *Jaraguaú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-ar-aguâá-úú*, ladeado de varzeas lodosas. De *y*, relativo; *ar*, ladear; *aguâá*, ou simplesmente *guâá*, enseada, varzea; *úú*, o mesmo que *húú*, lodo, borra, fezes, detritos, etc. Allusivo a ter ás margens, e na barra, varzeas pantanosas. O verbo *ar* é ahi empregado em dous sentidos, ladear e rematar, para alludir tambem á varzea da barra, hoje quasi dessecada por ter sido rasgada ».

JARANDRAGOEIRA. Pov. do Estado do Ceará, em Soure.

JARANDUBA. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana e com. de Chaves. Desagua no rio Pracuúba.

JARARACA. Composto de *yará-r-ag*, o que colhe ou agarra envenenando, ou vulgarmente, o que tem bote venenoso (*Bothrops*). Dr. Theodoro Sampaio.

JARARACA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

JARARACA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santa Isabel e desagua na margem esq. do rio Jaguary, trib. do Parahyba do Sul.

JARARACUÇÚ. Jararaca grande (*Bothrops*); composto de *yararac-uçú*.

JARARAHY. Rio affl. da margem dir. do Cotia, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. « *Jararahy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-araá-araá-i* contrahido em *Y-araâ-'raâ-i*, perseverante e superlativamente doentio. De *y*, relativo; *araá*, doença, repetido para exprimir superlativo, ou a successão do mesmo facto; *i*, posposição de perseverança. Com effeito, este corrego é quasi todo alagadiço; ainda que tem alguma cachoeira, como a que se vê da antiga estrada de rodagem Itauna ».

JARAVAHÚ. Rio affl. da margem dir. do Tieté; no mun. da capital do Estado de S. Paulo. « *Jaravahú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Y-aroyâ-uú*, pantanaes pegados uns aos outros. De *y*, relativo; *aroyá*, pegar-se um ao outro; *uú*, alagadiço, lamacento, atoleiro, pantanal. Allusivo a ter varzea ás margens, com pantanos e atoleiros ».

JARDIM. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

JARDIM. Serra do Estado de Pernambuco, ao N. do mun. do Altinho.

JARDIM. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema.

JARDIM. Rio do Estado do Maranhão, banha a pov. de Jardim de Maracassumé do mun. de Tury-assú e desagua na margem esq. do Maracassumé.

JARDIM. Rio affl. do Atibaia pela margem esq., no mun. de Campinas e Estado de S. Paulo. Junta-se ao Iguatemy, formando um só.

JARDIM DE MARACASSUMÉ. Pov. do Estado do Maranhão, a 72 kils. da cidade de Tury-assú, a cujo mun. pertence. Fica entre as cabeceiras dos rios Jardim e Campos.

JATAHY. Corr. *y-a-atâ-i*, arvore de fructo duro; pois que: *a*, fructo, *atâ*, duro, *i=iba*, arvore (Hymenæa coubaril); alt. *jetahy*, *gitahy*, *jitaiba*, *getauba*, *jutahy*, *jatobá*, designa tambem uma especie de abelha (Dr. Theodoro Sampaio). « O nome *Jatahy* nada tem com a abelha vermelha, *yatei*, que a corruptela diz *jatahy* ou *jetahy*, e que produz um mel medicinal. Nada tem tambem com o *jatahy*, corruptela de *yutai* da mesma familia do *yut'-obá*, de que ha varias especies... *Jatahy*, nome dos ribeirões, é corruptela de *Yo-ytá-i*, perseverantemente pedregoso. De *yo*, que aqui não he reciproco, mais exprime qualidade natural; *ytá*, pedra; *i*, posposição de perseverança » (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

JATAHY. Rio affl. da margem dir. do Mogy-guassú; no mun. de S. Simão no Estado de S. Paulo.

JATAHY. Rio affl. da margem dir. do rio Parahyba; entre os muns. de Jatahy e Bocaina do Estado de S. Paulo.

JATAHYTUBA. Corruptela de *Y-ateỹ-tiú-bae*, o que bója e afrouxa. De *y*, relativo; *ateỹ*, ser frouxo, afrouxar; *tiú*, bojar, fazer barriga, com o suffixo *bae* (breve), para formar participio, significando — o que — (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

JATINAN. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

JATIUTUBA. Corr. *yatiú-tyba*, carrapatos em abundancia, o carrapateiro; pode ser ainda corr. *jatiú-tyba*, batatas em abundancia, o batatal; pois que *jatyuca* é batata, como é o carrapato (*Ixodes*), ainda que este ultimo mais correctamente se diga *jatebuca* (Dr. Theodoro Sampaio).

JATIVOCA. Morro no mun. de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo. « *Jativoca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-ati-bog-ca*, morro gretado. De *y*, relativo; *ati*, montão, morro, elevação; *bog*, rachar, fender, abrir, gretar, com *ca* (breve), para formar participio. Allusivo a ter cavernas ».

JATOBÁ. Corr. *y-atá-obá*, o que tem dura a casca, ou a superficie. Vide *Jatahy* (*Hymenacea c.*). Dr. Theodoro Sampaio.

JATOBÁ. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó.

JATOBÁ. Corrego do Estado de Goyaz, banha o mun. de Jatahy e desagua no rio Doce.

JAURÚ. Corr. *yaú-r-ú* ou *yaú-r-y*, o rio do jahú; Matto Grosso (Dr. T. Sampaio).

JAVAHÊ. Corr. *y-abá-ê*, aquelle que é gente differente, o que é povo á parte; Goyaz (Dr. Theodoro Sampaio).

JAVARY. Rio do Amazonas. Accrescente-se no fim: Cunha Gomes tinha fixado a nascente desse rio na Lat. de 7°11'48",10 Sul; a commissão mixta em 1901 achou a Lat. de 7°7'48",10 Sul, portanto, uma differença de 4 minutos em favor da Bolivia.

JEGUE. Telegraphista, jumento. Nome empregado no sertão do Estado da Bahia.

JEJUHY. Graphia hespanhola de *chechuy* ou *chuchui-y*, rio dos pintasilgos.

JEQUITAIA. Cachoeira no rio Sorocaba e Estado de S. Paulo. « *Jiquitaia*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-iquê-çâî-a*, lados estendidos. De *y*, relativo; *iquê*, lado; *çâî*, estender, esparzir, no infinitivo. Allusivo a que, depois de estreitado por uma muralha, o rio alarga-se com cerca de 150 metros, com um desnivelamento de dous metros para 200 metros de extensão, e um canal tortuoso e incerto, denominado pelos indigenas *cê-canâi*, sahida sinuosa e movediça. De *cê*, sahida; *canâi*, cousa torta que não se ajusta. Incerto, por causa da areia cuja deslocação é incessante ».

JEQUITIBÁ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

JEQUITIBÁ. Rio de S. Paulo, affl. do Atibaia. Accrescente-se no fim: pela margem dir. O Dr. J. M. de Almeida diz: « Não ha referencia alguma á magestosa arvore, conhecida por *jequitibá*, corruptela de *Yê-cuî-ty-bae*, o que deixa cahir a ponta. De *yê*, reciproco, para exprimir a acção da cousa sobre si mesma; *cuî*, cahir; *ty*, ponta; *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Allusivo ao seu fructo que, depois de amadurecido, deixa cahir a tampa ou ponta, ficando o casulo. Essa tampa é conhecida entre os rusticos por— isqueiro de mico—. Desta magestosa arvore da familia das Myrtaceas, tem sido assignaladas duas especies, a *rosea* e a *vermelha*, aquella conhecida na sciencia por *Couratari legalis* e esta por *Couratari strellensis*; mas, Martius especificou tambem uma terceira especie a *Couratari domestica*. A casca dá uma qualidade de *embira*; e, como adstringente, é empregada nas diarrhéas e nas anginas. Ainda mesmo abundando esta arvore nas margens deste affl. do rio Atibaia, ao nome do ribeirão é completamente estranha a arvore. *Jequitibá*, nome do ribeirão, é corruptela de *Yê-quiti-bae*, o que se limpa. De *yê*, reciproco, para exprimir a acção da cousa sobre si mesma; *quiti*, limpar, esfregar; *bae* (breve), para formar participio, significando — o que —. Allusivo a correrem suas aguas em tal declive, que levam consigo quaesquer corpos estranhos e sujidades. E' pedregoso e encachoeirado ».

JERICOAQUARA. Corr. *yurucuá-guara*, paradeiro, buraco, ou refugio das tartarugas; Ceará (Dr. T. Sampaio). Vide *Jericoacoara* e *Jurucuá*.

JERIVÁ. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Toledos, trib. do Piracicaba.

JERONYMO (S.). Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Caaguaçú ou Caguassú, trib. do Jundiuvira.

JERONYMO BAPTISTA (Dr.). Estação da E. de F. Leopoldina, no mun. de Campos e Estado do Rio de Janeiro, no kil. 118.

JINGOARY. Rio do Estado do Pará, banha o territorio do Aricary e desagua na margem dir. do rio Oyapock. (*Carta* do territorio do Aricary, de José Lobo Pessanha. Pará — Agosto — 1901).

JIQUEIRA. Morro no mun. de Itapecerica, no Estado de S. Paulo. Vide *Chiqueiro*. *Jiqueira*, corruptela de *Y-ii-cuêra*, o resvaladio. De *y*, relativo; *ii*, resvalar; *cuêra*, particula de preterito, mas tomada algumas vezes por presente, como neste caso, segundo a lição do padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*. Allusivo a ser muito lamacento, e por isso resvaladio. A palavra *chiqueiro*, que figura nos diccionarios da lingua portugueza, é corrupção de *Y-ii-cuêra*, por ser lamacento e lubrico o curral de porcos (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma. 1902).

JIQUI. Corr. *yiky*, o cofo, o cesto conico para pesca (Dr. T. Sampaio).

JIQUIA. Corr. *yiqui-á*, o sal brota, onde apparece o sal; ainda corr. *yiki-yá*, o cofo aberto; Alagôas (Dr. T. Sampaio). Vide *Jequiá*.

JIQUIBÁ. Corr. *yiqui-upá*, lagôa do sal; Alagôas (Dr. T. Sampaio).

JIQUIRIÇÁ, ant. *Jiqueirijape*. Composto de *yiki-r-yape*, no chamado *jiqui*, isto é, no rio chamado do jiqui; Bahia (Dr. T. Sampaio). Vide *Jequiriçá*.

JIQUITAHY. Corr. *yiquitaí-y*, rio das formigas *jiquitaia*; Minas Geraes (Dr. T. Sampaio). Vide *Jequitahy*.

JIQUITINHONHA. Corr. *yiky-ty-nhonhe*, cofo n'agua assentado, cofo ou covo mergulhado. E' provavel, porém, que o vocabulo seja da lingua dos *Botocudos*, dominante na região banhada por esse rio (Dr. T. Sampaio).

JITAHY. Vide *Jatahy*.

JOÁ. Rio affl. da margem esq. do Juquery, no mun. da capital do Estado de S. Paulo. Tambem escrevem *Juá* e *Yuá*, que significa limoso.

JOANNA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy, nas divisas do dist. de Ityrapuan. Reune-se com o corrego das Pedras ou Varginha.

JOANNA. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, affl. do Jangada que o é do rio Cuyabá.

JOANNA (Santa). Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

JOANNES. Ilha do Estado da Bahia, defronte do Porto dos Tainheiros, que fica na peninsula de Itapagipe.

JOÃO (S.). Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

JOÃO (S.). Log. do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma. Dahi parte uma ponte de ferro da E. de F. S. Fran-

cisco com 542 metros de extensão que termina no logar Lobato. E' separado da pov. de Plataforma pelo morro do seu nome.

JOÃO (S.). Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da capital, com escolas.

JOÃO (S.). Morro na villa de Itaocara e Estado do Rio de Janeiro.

JOÃO (S.). Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Muaná.

JOÃO (S.). Rio do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. Faz confluencia com o rio das Mercês e banha a pov. do Rio de S. João.

JOÃO (S.). Rio do Estado do Maranhão, affl. da margem esq. do Tury-assú, no mun. deste nome.

JOÃO (S.). Pov. do Pará, no mun. de Odivellas. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 797 de 22 de outubro de 1891.

JOÃO ACIMA (Sant'Anna de S.). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. do Pará e incorporado ao mun. de Itauna pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901. Comprehende o pov. Tinocos.

JOÃO ANTUNES. Serra do Districto Federal, no dist. de Campo Grande.

JOÃO BAPTISTA (S.). Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Tijucas; com escola.

JOÃO BAPTISTA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

JOÃO CHRISPIM. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

JOÃO DA BARRA (S.). De S. Fidelis dirigi-me para a cidade de S. João da Barra. Passei pelas estações de Ernesto Machado, Boa-Vista, Dr. Jeronymo Baptista e Campos, na cidade deste nome.

Tomando um carro nesta ultima estação, fiz-me conduzir ao outro lado da cidade, onde fica a estação Thomaz Coelho, ponto inicial da E. de F. Campista.

Em direcção a S. João da Barra, tomei o trem desta ultima E. de F. e passei pelas estações Commendador Lage, Floresta, Barcellos (com a importante usina deste nome), Caetá (corrupção de *caá-etá*, as folhas, as plantas, as mattas), com uma fabrica de manteiga, e S. João da Barra.

Todas estas estações ficam á margem dir. do rio Parahyba, atravessando a estrada uma região plana, semeada de brejos e com extensas plantações de canna.

A cidade de S. João da Barra apresenta duas perspectivas. Vista da estação é feia, vista do rio Parahyba, lindissima.

Extensa, pois vai do logar denominado Curral ou Villa Nova até o denominado Convento, plana, á margem dir. do rio Parahyba, distante quatro kils. da embocadura deste rio no oceano, a 36 kils. de Campos e defronte das ilhas Arena e Urubú, ambas situadas naquelle rio. Seu interior não impressiona bem a quem a visita.

Suas ruas são estreitissimas, tortuosas, arenosas, sujas, sem calçamento e illuminadas a kerozene.

Salvo umas dez casas de algum gosto, todas as mais são velhas, estragadas, quasi todas terreas e ligadas umas ás outras.

Não tem esgotos. A agua que abastece a cidade é do rio Parahyba, pessima e que deve produzir molestias no apparelho digestivo. Apenas os mais abastados servem-se de filtros; a população pobre, porém, bebe-a tal qual a apanha no rio, ingerindo todas as impurezas que ella contém, e assim se explica a côr macillenta de quasi todos os habitantes.

A pop. da cidade, em geral, dispõe de poucos recursos, mas é ordeira e de muito boa indole.

Os edificios da cidade são: as egrejas Matriz, da Boa Morte de S. Benedicto e de S. Pedro, a Casa da Camara, a Casa de Misericordia, a cadêa, o matadouro e o bello predio em que funcciona a Sociedade Beneficente dos Artistas.

A Matriz está situada na praça S. João Baptista, com a frente voltada para o norte. E' um templo bastante grande, mas baixo, em relação ao tamanho; não vi melhor em todo o Estado.

Tem a forma de uma cruz latina. Seu interior é bonito, as paredes singelas, os altares dourados e de estylo gothico.

Na capella mór ha um altar com S. João Evangelista no throno e S. Pedro e Santo Antonio dos lados; tem quatro tribunas.

No corpo da egreja ficam dous altares, o do lado do Evangelho com a imagem de Nossa Senhora das Dôres, e o do lado da Epistola com S. Miguel; um bonito pulpito, a pia baptismal e o coro com um harmonium.

Na capella funda do lado do Evangelho ha um altar do Santissimo Sacramento com o Senhor dos Passos, e, sobre duas peanhas, Nossa Senhora do Parto e Sant'Anna.

Na capella funda do lado da Epistola, capella da Irmandade do Rosario, ha tres altares: de Nossa Senhora do Rosario, S. José e Santa Cecilia, tem um pulpito volante e uma tribuna corrida.

Nos fundos do altar-mór fica a sacristia da Matriz, e do lado do Evangelho a da Irmandade do Sacramento.

O Mercado, inaugurado a 11 de julho de 1902, está situado á beira-rio. Tem 115 palmos de frente e 73 de largura. No centro ergue-se um chafariz, sobre o qual ha uma lapide de marmore commemorativa.

A Camara funccionou, até 1894, no edificio então immundo da cadêa. Por decencia e hygiene, o Coronel Teixeira, então Presidente, tratou de adquirir um outro predio, que é o em que a Camara funcciona actualmente, á rua Municipal, com a frente voltada para o Parahyba. E' um predio de sobrado, assoiado e solidamente construido.

No sobrado encontram-se: a sala das sessões da Camara, com uma archibancada em forma de ferradura e á cabeceira do Presidente um bom retrato do Marechal Floriano, a sala das sessões do Jury, a Secretaria, o Archivo, a sala da Bibliotheca e outras dependencias; no pavimento terreo existem as salas das audiencias do Juiz Municipal, Delegacia de Policia e Juizes de Paz, a Procuradoria, a Afferição e outros compartimentos.

A cadêa, solida e bem segura, fica situada na praça S. João Baptista, em frente á entrada da Matriz; tem tres prisões. No pavimento superior está alojado o corpo de segurança civil.

A Santa Casa fica na rua Dr. Cordeiro, esquina da rua Coronel Teixeira. Está em criminoso abandono, sem doentes e onerada de uma enorme divida. Na sala de recepção existe um retrato de D. Pedro II.

O Matadouro, de iniciativa da Camara de 1893-1895, está situado em um dos extremos da cidade, no logar denominado Curral, á margem do rio Parahyba.

Os cemiterios ficam no logar denominado Coqueiros. Ha dous, um da Camara e outro da Irmandade do Santissimo Sacramento. São ambos murados e têm capella.

A cidade tem, além de diversas ruas, um largo e seis praças denominadas: Aquidaban; S. João Baptista com a Matriz e a Cadêa; S. Benedicto com a capella do mesmo nome e o predio da Sociedade Beneficente dos Artistas; da Boa Morte com a egreja do mesmo nome; Quinze de Novembro e Santo Antonio dos Pobres.

Possue 744 predios, que pagam decima, e uma população de 5.000 habitantes. Tem uma typographia, onde se imprime o *Combatente*, 21 casas de seccos e molhados, dous hoteis, duas pharmacias, quatro açougues, cinco lojas de fazendas, quatro barbeiros, tres casas de fogos, duas ferrarias quatro padarias, duas lojas de alfaiates, duas sapatarias, uma casa com dous bilhares, uma empreza funeraria, quatro trapiches, duas serrarias a vapor e dous estaleiros.

Além da sociedade acima mencionada, ha tambem uma loja maçonica denominada Fidelidade e Virtude.

A instrucção é dada na cidade em duas escolas estaduaes e uma municipal.

Ha dous medicos e quatro advogados.

O que dá vida á cidade é exclusivamente ser a séde da Companhia de Navegação S. João da Barra e Campos com o capital de 1.346:800$ e com agencias no Rio de Janeiro, em Campos, Macahé, Cabo Frio, Victoria, Laguna, Bahia e Aracajú.

Dispõe do seguinte material flutuante: sete vapores do serviço costeiro, dous vapores fluviaes, dous rebocadores, um lúgar (navegação de cabotagem), tres catraias, um saveiro, 27 pranchas e barcas e quatro canôas pranchas.

O municipio tem a área de 2.300 kils. quadrados e limita-se ao norte com o Estado do Espirito Santo pelo rio Itabapoana (antigamente *Cabapoama*, composto de *caba* e *poama*, as vespas assanhadas ou levantadas); ao sul e a oéste com o municipio de Campos; e a léste com o oceano.

Divide-se em cinco distrs.: Cidade, S. Francisco de Paula (Barra Secca), S. Sebastião do Itabapoana, Santo Amaro, antigo S. Luiz Gonzaga e Amparo do Tahy (o mesmo que *Tagy*, braço ou galho de rio, furo, canal).

O terreno do mun. é plano ao sul e ondulado para o norte e oéste.

Os rios que o banham são: o Parahyba, o Itabapoana, o Guaxindiba (alteração de *Guacenduba*, corrupção de *guacem-dyba*, composto de *guacem*, planta malvacia de fibra muito resistente (*Urena lobata*) e *dyba* ou *tyba*, em abundancia), pequeno curso de agua que vem do centro de S. Francisco de Paula e desagua no oceano; não é propriamente um rio, sendo formado pelos pantanos e pelas aguas das chuvas, havendo occasiões em que sua barra fica fechada por occasião das seccas; o riacho Gargahú, que é um braço do rio Parahyba, atravessa a lagôa do seu nome e desagua no oceano; e o vallão das Cacimbas.

Ha as seguintes lagôas no mun.: do lado esq. do Parahyba a do Campello; e á direita as do Tahy Grande e Pequeno, a das Bananeiras, a de Grussahy e a de Quipary.

No dist. de S. Francisco de Paula encontram-se as povs.: Cacimbas (S. Francisco de Paula) e a de Gargahú, á margem da lagôa do mesmo nome e do oceano, onde todos os sabbados se realiza uma feira dos productos (farinha, cereaes e aves) daquella zona, que são permutados por generos levados de S. João da Barra e Campos; tem uma capella da invocação de S. Pedro e 47 predios que pagam decima.

No dist. de S. Sebastião do Itabapoana ha a pov. do mesmo nome, séde do dist. a dous kils. da foz do rio Itabapoana, com 81 predios que pagam decima; exporta madeiras.

A lavoura do mun. consiste em canna, cereaes e algum café. Possue excellentes campos de criar e os engenhos Ganguella dos herdeiros do Capitão Francisco Alves Manhães; o do Capitão Crysantho Pereira de Barros; o do Capitão João de Almeida; o do Capitão João Henrique Corrêa; o do Capitão Eduardo Martins da Silva; a fazenda de S. Pedro de Alcantara, e o engenho da Cobiça, todos movidos a vapor; os de Luiz Ribeiro de Miranda, Francisco Rodrigues dos Santos, Salvador Pereira Nunes, Manoel Pinto Netto Barreto, Antonio Joaquim dos Santos, Alexandre da Silva Riscado, Jacintho Ribeiro Gomes e Francisco Paes da Silva, todos movidos por animaes.

Ha apenas a uzina denominada Barcellos.

Graças á gentileza do Coronel Manoel José Nunes Teixeira, um dos directores da Companhia de Navegação, foi posto á minha disposição o vapor Miracema, no qual fiz a travessia do rio Parahyba até á foz, junto da qual fica a pov. de Atafona.

A viagem é encantadora e a vista da cidade explendida.

Passámos pelas ilhas do Arena e do Lima e chegámos á Aona, onde o rio expira calmo e sereno, sem a menor contorsão, entre áquella pov. e a ponta da Convivencia.

A pov. de Atafona possue um pharol de 6ª classe, umas 30 casas de gosto moderno; a casa da praticagem e a capella de Nossa Senhora da Penha com tres altares; o de Nossa Senhora da Penha; o de Santo Antonio e o de São Benedicto. Todos os annos, em abril, ha uma romaria á milagrosa Mãe Santissima.

A capella foi começada por Antonio Ignacio de Souza e concluida por João Candido Dias da Motta, que tem o seu retrato na sacristia.

Em Atafona termina a estrada de ferro Campista.

Abrange essa pov. uma superficie arenosa com fracas elevações, ostentando em seus cimos algumas arvores.

A seis kils. de distancia, á margem do oceano, fica o pov. Grussahy, com umas 40 casas, todas modernas, e excellente praia para banhos, muito frequentada, por serem as suas aguas muito batidas e muito saturadas de sal.

A Egreja Matriz de S. João da Barra já existia em 1630, sendo elevada á categoria de parochia em 1644 com o titulo de S. João Baptista da Barra, unida ao mun. de Campos e com este passou a pertencer á capitania do Espirito Santo por Dec. de 1 de junho de 1753.

Foi creada villa com o nome de Parahyba do Sul em 1676, perdendo depois aquella denominação pela de S. João da Praia e mais tarde perdendo esta pela que actualmente conserva.

Deixou de fazer parte do Estado do Espirito Santo pela Lei de 31 de agosto de 1832, e foi elevada á cidade pela Lei Prov. n. 534 de 17 de junho de 1850.

JOÃO DE OLIVEIRA. Ribeiro que, com outros, forma o rio Apiahy-guassú, no mun. de Apiahy do Estado de S. Paulo.

JOÃO DOS PATOS (S.). Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: « *S. João dos Patos*, situada em uma planicie e á beira de uma pequena lagôa que seca no verão, é central e dista 60 kils. de Pastos Bons. Cerca de 30 kils. distante desta villa lhe serve de porto, á margem do rio Parnahyba, o logar Limpeza, situado 80 kils. á montante da pov. Barão de Grajahú, até onde chegam regularmente os vapores, que viajam nesse rio. Neste mun. ha criação de gado de todas as especies, producção de cereaes e de algodão ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *S. João dos Patos*, villa, antiga pov. do mesmo nome, elevada áquella categoria pelo Dec. n. 130 de 19 de março de 1892. Havendo tido por esse facto grande desenvolvimento, foi creado termo judiciario unido á com. do Alto-Itapecurú por Acto do poder executivo de 8 de junho do mesmo anno. Geographicamente, limita-se este mun. ao N. com os termos da Passagem Franca e Picos; a E. com o termo de S. Francisco; ao S. com o rio Parnahyba e ao O. com os termos de Nova York e Pastos Bons; e judicialmente, a começar do N. da serra da Estiva e d'ahi em linha recta ao logar Fortes, subindo pela estrada de Paranaguá até o Porto dos Veados, d'ahi pelo rio Parnahyba acima á fazenda Burity e desta em linha recta á fazenda Serra Grande até á mesma serra da Estiva. A sua extensão N.—S.— 6 de 60 kils. e E.—O.— de 84 kils., sendo a sua pop. calculada approximadamente em 5.000 almas. Assentada sobre uma planicie (chapada) e cercada das melhores condições hygienicas, conta já a villa de S. João dos Patos onze casas de telha, cem de palha, quatro de negocio de seccos e molhados, e seis alfaiates, cinco sapateiros, dous pedreiros, tres carpinas, um carpinteiro, dous marceneiros, tres barbeiros, dous ourives, cinco oleiros, um selleiro, um ferreiro e dous funileiros... Sua pop. é de cerca de 1.000 habs. Seus principaes generos de producção consistem em: algodão, canna de assucar, arroz, milho, café em pequena escala e todos os demais cereaes, avultando os dous primeiros. Tem criação de gado. Para o fabrico do assucar e aguardente existem no mun. 37 engenhos de madeira, movidos a animaes ». Pertence-lhe o pov. Sucupira.

JOÃO FELIX (S.). Log. do Estado do Paraná, no mun. de Antonina.

JOÃO FERNANDES. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy.

JOÃO GOMES VELHO. Bairro da cidade de Palmyra; no Estado de Minas Geraes.

JOÃO MAGRO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro. Forma com o Manoel Lopes o rio Bella Joanna, trib. do rio Preto, que o é do Parahyba do Sul.

JOÃO PAULO. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Parahyba.

JOÃO RIBEIRO. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

JOÃO ROSA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Guanhães.

JOÃO TORRES. Colonia particular do Estado do Paraná, á margem da estrada de Matto Grosso, a 18 kils. de

Curytiba, a cujo mun. pertence. E' dividida em 30 lotes, habitados (1901) por cerca de 170 italianos e brasileiros.

JOAPEN. E' a palavra com que o padre Lourenço Craveiro, reitor do collegio dos Jesuitas de S. Paulo, explicou em 1674 o nome *Gioapé*, dado ao campo mencionado no titulo de sesmaria de Pedro de Góes de 10 de outubro de 1532.

JOAQUIM (S.). Dist. creado no mun. de Nuporanga do Estado de S. Paulo pela Lei n. 859 de 6 de setembro de 1902.

JOAQUIM (S.). Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Descaroçador.

JOAQUIM ANICETO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

JOASEIRO. Cidade da Bahia. Accrescente-se no fim: Em 8 de agosto de 1902 publiquei no *Jornal do Commercio*, a seguinte noticia a respeito dessa cidade.

« Eis-me em pleno S. Francisco!

Ouvi-lhe os primeiros vagidos na cachoeira da Casa d'Anta; agora ausculto-lhe o palpitar do seu coração de heróe, nas proximidades do tumulo que o espera.

Sua jornada foi longa, por centenares de leguas fertilisou o sólo de cinco Estados, supportou em seu dorso milhares de embarcações que levaram a vida e o conforto ás povoações assentadas em suas margens, despertou o silencio das mattas, que o ensombram, com o marulho de suas correderas e o estrepito de suas catadupas. E' justo que descance.

Mas antes de expirar, elle quer dar uma demonstração de sua vitalidade passada, da pujança de suas aguas. Ei-lo a precipitar-se em colossaes catadupas, sobre pedras artisticamente buriladas, formando a magestosa cachoeira de Paulo Affonso, a maior maravilha do Brasil.

Pódes morrer, glorioso rio! Deixas após ti uma longa jornada de fatigantes trabalhos e um monumento que attestará para todo o sempre a enorme grandeza do teu destino e será o poema epico, que consagraste á gloria do Eterno.

E' linda a perspectiva da cidade, principalmente quem a contempla ao norte e sul.

Para o sul desenvolve-se uma longa explanada, que vai terminar na serra do Mulato; para o norte corre-lhe ás plantas o magestoso S. Francisco, de cuja margem direita começa ella a erguer-se. Defronte fica-lhe a encantadora cidade da Petrolina e a meio do rio a Ilha do Fogo, assim denominada porque, no crepusculo da tarde, o sol se despede della lançando-lhe raios que dão uma cor avermelhada ás pedras de um rochedo que nella se levanta.

O rio, em frente á cidade, corre sinuoso, tomando a fórma de um S. A parte opposta ao rio é baixa e por isso, nas grandes enchentes, fica inundada, formando uma verdadeira ilha.

Suas ruas são impossiveis de transitar-se. São constituidas de uma argila pulverisada, que, nas grandes ventanias, se levanta em elevadas espiraes, envolvendo tudo quanto encontra. De Junho a Outubro as nuvens de pó são tão intensas que chegam a esconder a cidade ás vistas de Petrolina.

Não ha roupa, não ha calçado, não ha moveis que resistam ao seu contacto. Imagino o grande damno que faz no estomago e nos pulmões dos habitantes a absorpção continuada de pó tão fino.

A cidade data de pouco tempo. Apresenta já muita cousa boa, muita ruim e muita por fazer. Seu aspecto geral é bonito; vista de Petrolina é lindissima.

Os passeios de suas ruas, e poucos os tem, são muito irregulares, com soluções de continuidade, estreitos e elevados sobre o nivel das ruas.

A rua, que corre á margem do rio, está muito descurada, sem nivelamento e sem uma muralha que contenha o S. Francisco em suas investidas contra a cidade.

Tem cinco praças, sendo mais vasta a do Desembargador Monteiro, onde se acha a Matriz. Seguem-se a do Dr. José Ignacio, onde existe a Santa Casa de Misericordia; a do Rosario, onde está sendo construida a nova casa do Conselho; a da Liberdade e a da Redempção.

Seus predios são terreos, com excepção de uns tres sobrados, grandes, mas sem gosto esthetico. Na praça do Desembargador Monteiro encontram-se casas de gosto moderno e de uma só altura.

Ha ainda muitas casas feitas *a sapapo*, que são verdadeiras cafuas cobertas, umas de telhas, e outras com palhas de carnaúba.

No perimetro da cidade ha 558 predios sujeitos ao imposto de decima urbana. Sua população é de 6.000 habitantes.

O numero das casas de negocio é de 76, havendo entre ellas algumas que effectuam importantes transacções commerciaes.

Tem duas pharmacias. Entre as drogas que nellas se encontram figura o iodureto de potassium, que é vendido em larga escala para combater a syphilis, que tanto arruina a população.

A travessia para a cidade da Petrolina faz-se por meio de umas barcaças, chamadas *paquetes*, que singram o rio a vela.

Havia até o anno proximo passado uma festa de pretos, meio fetichista e meio carnavalesca, denominada — *Festa dos Congos* —, e que tinha lugar no mez do Rosario.

Os pretos vestiam-se com tangas, anaguas, trazendo aos pés umas meias que se prolongavam até os joelhos e na cabeça um capacete com pennas de ema. No centro do prestito iam o Rei, a Rainha e um General (o velho Benedicto).

O Rei, de corôa, com um manto azul, calções vermelhos e o peito coberto de bugigangas; a rainha, tambem com vestido branco todo enfeitado com fitas; e o General, de preto, com galões nos punhos, chapéo armado, banda militar, talim e espada debaixo do braço.

Felizmente a Camara Municipal acabou com semelhante carnaval tão fóra de tempo.

Na cidade tem séde a Empreza de Viação do Brazil, cuja primeira viagem foi feita a 23 de fevereiro de 1891, tendo sido officialmente inaugurada no rio das Velhas em 1894.

Dispõe de 10 vapores e sete lanchas para transporte de cargas. Importa mercadorias estrangeiras e sal e exporta couros, pelles, borracha de mangabeira e maniçoba, resina de jatobá, café, toucinho, madeira, fumo de corda, pennas de ema, plumas de garça, rapaduras e alguns cereaes.

Tem dous armazens para deposito de cargas e officinas de montagem e reparação, onde se acham dous motores, um da força de 12 cavallos e outro de 10.

As estações de Joaseiro a Pirapora, no rio S. Francisco, são: Sant'Anna, a 47 kils. do ponto inicial; Casa Nova a 75, Santa Sé a 102, Oliveira a 139, Remanso a 202, Pilão Arcado a 278, Chique-Chique a 359, Barra a 420, Morro do Paramirim a 511, Riacho das Canôas a 549, Bom Jardim a 602, Estrema do Urubú a 642, Urubú a 666, Sitio do Matto a 725, Lapa a 748, Carinhanha a 886, Malhada a 888, Manga a 943, Morrinhos a 957, Jacaré a 1.005, Januaria a 1.055, Pedras de Maria da Cruz a 1.070, S. Francisco a 1.140, S. Romão a 1.202, Barra do Paracatú a 1.233, Extrema a 2.282, Guaicuhy a 1.341 e Pirapora a 1.269.

No Rio Grande ha as seguintes estações: Desterro a 470 kils. distante do Joaseiro, Boqueirão a 545, Conceição a 565, Macambira a 604, Sobrado a 624, Poço Redondo a 644, Campo Largo a 670, Porteiras a 696, Santa Luzia a 716 e Barreiras a 789; e no Rio Corrente: Porto Novo a 808 e Santa Maria a 850.

Os edificios da cidade são:

A estação da Estrada de Ferro, uma das de mais gosto que tenho visto no Brasil. Compõe-se de um vasto edificio, infelizmente não acabado, com tres corpos: um recentrante, o central, e mais dous lateraes, salientes. Sua fachada distingue-se pela allegoria que a encima. Dos lados estão duas figuras, representando o commercio e a industria, e no centro, no capitel, a figura de um velho representando o rio S. Francisco, como uma igara e um remo a um lado; a figura de Neptuno, com o tridente, representando o oceano, do outro lado; e no centro, coroando a allegoria, uma roda de locomotiva atravessada por uma asa. O conjunto symbolisa a Estrada de Ferro ligando o rio São Francisco com o oceano.

A Matriz é um templo muito modesto. Tem na frente e nos fundos dous grandes cruzeiros, e este no meio de um jardim. Não tem torres.

No interior apresenta, além do altar-mór com a imagem de Nossa Senhora das Grotas, padroeira, mais tres altares, lateraes, um com o Senhor dos Passos, outro com o Senhor Morto e outro com o Bom Jesus de Mattosinhos, ladeado por Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Carmo.

A Casa de Misericordia pessimamente situada no centro da cidade, é um edificio terreo e com commodos muito acanhados. Tem na frente um altar com o Senhor dos Afflictos, as enfermarias S. João, S. Pedro, S. Lazaro e S. José, a sala das sessões com o retrato do fundador e Provedor Dr. José Ignacio da Silva e outras dependencias.

Foi fundada em 1892.

A casa da Camara e cadêa é menos do que um pardieiro. Felizmente está em construcção um outro edificio, em frente do qual ha um deposito de lixo.

O theatrinho Sant'Anna, de propriedade do Dr. Hermano de Sant'Anna, satisfaz plenamente os fins a que é destinado: é um theatro da roça, tem duas ordens com 48 camarotes.

Nota-se ainda o Club Commercial, fundado a 21 de Maio de 1893 e que funcciona em predio proprio; e duas philarmonicas, a « 28 de Setembro » e a « Apollo Joaseirense ».

A dous kils. da cidade fica o *Campo de Viticultura*, com 70 hectares, cercado de arame e com um novo predio de residencia, ha pouco construido. Tem por fim adaptar variedades de videiras mais proprias á fabricação do vinho e uvas de qualidade para consumo directo. Conta mil e muitas vides enraizadas; além de outras plantas uteis de pomar, que estão sendo cultivadas, como abrigo, essencias florestaes, etc.

O campo é mantido por uma subvenção estadual de 12 contos annuaes.

Na cidade publica-se apenas um jornal, o *Correio de S. Francisco*.

O mun. confina ao S. com o do Bomfim na fazenda Encruzilhada; com o de Campo Formoso, no lugar denominado Passagem do Sargento, a L. com o de Curaçá na Barra Grande; ao N., com o rio S. Francisco e a O., com o de Sento Sé na fazenda Pedras do Custodio.

Comprehende os seguintes dists.: Cidade, Carahybinha, com séde na fazenda Juramento, Curaçá, com séde na fazenda Almas e Salitre, com séde na fazenda Gamelleira, e os seguintes arraiaes: Junco, distante 36 kilometros da séde do municipio; Olho d'Agua do Velho, a 30; Rancharia, a 48; Sacco do Meio, a 48; Curaçá Pequeno, a 72 e Rodeadouro, a 11.

As ilhas pertencentes ao municipio são: Mandacarú (nome commum aos cardos), Genipapo, Lagôa, Quipá, com cachonilha, Caldeirão, Estreito, Lameiro, Ingá, João Coelho, Santos, São Gonçalo e Nossa Senhora.

A ilha do Fogo, em frente á cidade, pertence ao municipio de Petrolina e é de propriedade particular.

Ha diversas lagôas, que alimentadas, na sua maior parte, pelas cheias do rio S. Francisco, tornam-se piscosas e fazem grandes vasantes ou banhados, que são aproveitados pelos lavradores. As principaes são: Itaparica, Paucassahy, Tapera, Conchas, Tyranno, Bois, Nova Olinda, Comprido, Curralinho e dos Mandis.

Entre as serras que formam a parte montanhosa do mun., á excepção de alguns montes isolados, existe a ramificação que se destaca da grande cordilheira do Espinhaço, que, penetrando no municipio pelo lado do sul, acompanha á distancia o rio S. Francisco, com as denominações de Bom Successo, S. Francisco, do Mulato, Carahybinha e Catita.

O unico rio importante que rega o mun. é o Salitre, em cujas margens se faz o plantio da canna, de que se fabricam rapaduras.

O rio S. Francisco tem entre Joazeiro e Petrolina pouco mais de 700 metros nas vasantes e 800 nas enchentes.

A industria na cidade é nulla, limitando-se apenas a umas tres ou quatro fabricas de sabão e a duas de vinagre. No municipio cria-se algum gado.

Seu porto é frequentado por barcos de cabotagem que nelle vão receber generos, que transportam ás povoações situadas ás margens do rio.

Tomei um paquete e fiz-me transportar á outra margem do rio, em visita á cidade de Petrolina.

Esta cidade do Estado de Pernambuco é mais bonita vista do Joazeiro do que de perto.

Seu sólo é menos arenoso do que o desta ultima cidade; a areia é misturada com cascalho, o que lhe dá certa consistencia.

As ruas principaes correm parallelas ao rio, tendo como transversaes beccos muito estreitos. Seus predios são quasi todos novos, terreos e sem gosto.

Possue a matriz de Nossa Senhora, Rainha dos Anjos, uma capella particular do Menino Deus, uma boa cadeia e uma modesta casa da Camara.

Ha diversas chacaras com parreiras, que dão excellentes uvas.

A população quasi toda é parda; vi muitas crianças com a côr bronzeada dos nossos selvicolas. As mulheres occupam-se em fazer rendas.

Petrolina é quasi um *estado autonomo*. O Governo só sabe que ella existe quando tem de vencer eleições. Vive em completa independencia, segregada do resto do Estado ».

JOASEIRO DE BAIXO. Pov. do Estado do Ceará, no mun. de Morada Nova.

JOCOARA. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do Paraguay, nas divisas do mun. do Rozario.

JOGO DA BOLA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena. E' hoje occupado pela magnifica chacara do Coronel Rodolpho de Abreu.

JOGO DA BOLA. Morro do Estado de Minas Geraes, entre o dist. da cidade de Monte Santo e o da cidade do Jacuhy.

JORDÃO. Pov. do Estado da Bahia, no mun. de S. Felix.

JORDÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santo Antonio da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim. Pertenceu ao dist. da cidade deste nome.

JORDÃO. Açude na Serra do Rosario, mun. de Sobral e Estado do Ceará.

JOSÉ (S.). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Sant'Anna do Paraopeba.

JOSÉ (S.). Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves. E' um braço do rio Goiabal. Recebe os igarapés Anta e Campos.

JOSÉ (S.). Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga e desagua no rio Capibaribe.

JOSÉ (S.). Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Valença e desagua no rio das Flores.

JOSÉ (S.). Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no rio Grande. Recebe o S. Domingos e Almas, o Bussinger, o Maxambomba, o Ocirema, o Jaracatiá, o Santa Angelica, o Laranjal e o Amparo. Banha o dist. de S. José do Ribeirão. E' tambem conhecido pelo nome de *Ribeirão*.

JOSÉ (S.). Rio do Estado de S. Paulo, no mun. do Capão Bonito do Paranapanema. Recebe o corrego dos Canudos.

JOSÉ (S.). Corrego do Estado de Minas Geraes, entre os muns. de Alfenas e Santo Antonio do Machado. Vai para o Sapucahy.

JOSÉ (S.). Lago do Estado do Pará, no mun. de Obidos. Em sua margem fica situada a pov. de Cicatandeua.

JOSÉ CHRISTINO. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni.

JOSÉ DA COSTA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

JOSÉ DO IGARAPÉ-ASSÚ (S.). Pov. do Estado do Maranhão, a 36 kils. NO. da cidade de Tury-assú, a cujo mun. pertence. Fica sobre a margem esq. do rio do seu nome.

JOSÉ DO IGARAPÉ-ASSÚ. Rio do Estado do Maranhão, banha a pov. do seu nome e lança-se na bahia Mutuoca. Recebe o Diamantino.

JOSÉ DO MESTRE. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Tres Corações do Rio Verde.

JOSÉ DOS PINHAES (S.). Villa do Paraná. Em logar de villa leia-se — cidade — e accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 259 de 27 de dezembro de 1897.

JOSÉ FRANCISCO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

JOSÉ FRANCISCO. Morro na cidade do Mar d'Hespanha; no Estado de Minas Geraes.

JOSÉ JACQUES. Bairro do mun. do Ribeirão Preto; no Estado de S. Paulo; com uma esc. creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

JOSÉ JOAQUIM. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Capella Velha.

JOSÉ LOPES. Ponta na peninsula de Itapagipe; no Estado da Bahia.

JOSEPHA (D.). Serra do Estado de Pernambuco, ao S. do mun. do Buique.

JOSEPHA (Santa). Estação da E. de F. de Araraquara; no Estado de S. Paulo, no kil. 31,025, entre as estações de Itaquerê e Mattão.

JOSIAS. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

JUABA. Uma das sub-prefeituras em que se divide a com. de Cametá; no Estado do Pará. Tambem escrevem *Joaba*.

JUACEMA. Composto de *yu-acema*, sahida dos espinhos ou barra dos espinhos; Bahia (Dr. T. Sampaio). Varnhagen interpretou *Juace-eyma*, sem sede. Vide *Joacema*.

JUBANGUÁ. Trecho do rio Sorocaba desde Bacaetava até á foz do rio Sarapuhy. *Jubanguá*, corruptela de *Yû-bang-o-á*, gargantas e torcimentos para ambos os lados. De *yû*, garganta; *bang*, torcer; *o*, reciproco; *á*, ladear, lado. O infinitivo, quando não tem caso, exprime a acção do verbo em geral. Allusivo ás muitas sinuosidades e gargantas do rio, nessa extensão. Esse trecho do rio é, com effeito, apertado entre margens altas; reduzida a 25 até 20 metros a sua largura; com successivas sinuosidades (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

JUCUNEN. Composto de *y-ucú-nem*, agua espraiada e fetida (Dr. T. Sampaio). Vide *Jucunem* e *Jacunem*.

JUJUTUBA. Rio do Estado do Pará, no mun. de Breves.

JUNDIÁ. Composto de *yundi*, espinhal, barbas, espinhos, e *á*, cabeça; *jundiá*, o que tem cabeça cheia de espinhos ou barbas; peixe d'agua doce (*Platystoma spatula*). Dr. T. Sampaio.

JUNDIÁ. Log. e rio do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

JUNDIACANGA. Lagôa nas divisas do mun. de Sorocaba do Estado de S. Paulo. « *Jundiacanga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yû-nda-ocang-a-i*, lagôa que não sécca. De *yû*, lagôa, alagadiço; *nda*, particula de negação; *ocang*, terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *canga*, seccar, enxugar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante, e mais o accrescimo de *i*, para fechar a negação. Allusivo a não seccar em tempo algum, por ser alimentada por uma vertente. Tanto a lagôa como a vertente formam parte das divisas dos dois muns. de Campo Largo de Sorocaba e de Sarapuhy; e a lagôa é mesmo na estrada entre a cidade de Sorocaba e o bairro de Jundiacanga ».

JUNDIAHY. Rio affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. « *Jundiahy*, composto de *yundiá-y*, rio dos jundiás; S. Paulo ». (Dr. T. Sampaio). « *Jundiahy*, segundo o systema de Martius, significaria — rio em que abunda o peixe *yundiá* —. Este peixe é de escama semi-ossea, vivendo no lôdo dos rios e dos lagos. E' do numero dos peixes chamados *do matto*, porque, ao primeiro repiquete da enchente, sobem com as aguas, e descendo estas, ficam sobre folhas seccas, no meio dos mattos que haviam sido inundados, e ahi desovam, á espera do segundo repiquete para voltarem ao rio. O proprio Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.*, escreveu que *Jundiahy* é — rio dos bagres —, porém a descripção de *yundiá* acima feita, demonstra que este peixe não é da familia dos bagres. Mas, o indigena não cogitou de denominar esses cursos d'agua com o nome de peixe que por ventura ahi abundaria; era bastante intelligente, e, portanto, não commetteria tal sandice. *Jundiahy* é corruptela de *Yû-ndi-ai*, alagadiços e muita folhagem e galhos seccos. De *yú*, alagadiço, aguas pôdres; *ndi*, muitos, muito; *ai*, folhagem secca, galhos cahidos das arvores, hervas rasteiras, detritos vegetaes de toda a especie. Allusivo a alagarem-se suas margens em tempo de chuvas, formando aguas paradas e cobertas de limo: e ao mesmo tempo atulhados de folhas e ramos seccos esses alagadiços, além de outros vegetaes » (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

JUNDIAHY. Rio de S. Paulo, affl. do Tietê, proximo á foz do Taiassupeva. Em logar de — banha os muns. de Jundiahy e Itú — leia-se — banha o mun. de Mogy das Cruzes.

JUNDIAHY-ASSÚ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Tietê, junto á villa do Salto de Itú. E' margeado pela E. de F. Ituana. Recebe, entre outros, o ribeirão do Pirahy, Santa Rita, Cachambú Furnas ou Itauna e Guapeva pela margem esq. e o Jundiahy-mirim pela direita.

JUNDIAHY-MIRIM. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Jundiahy e desagua na margem dir. do Jundiahy-assú.

JUNDIAHY-PAULISTA. Estação da E. de F. Paulista; no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada em 1º de abril de 1898 para o trafego de passageiros e a 1º de junho para o de cargas.

JUNDIAQUARA. Rio affl. do ribeirão Acarahú; no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. « *Jundiaquara*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yû-ndi-i-quár-a*, alagadiços e muitos póços d'agua. De *yû*, alagadiço, agua podre; *ndi*, muitos; *i*, agua; *quár*, poço, fojo, buraco, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a alagar-se, formando as aguas em suas margens, poças onde param e apodrecem, cobertas de limo e manchas ».

JUNDIAQUIRA. Assim escreve o Dr. J. M. de Almeida o nome do bairro de Jundiaquara, no mun. de Sorocaba e Estado de S. Paulo. « *Jundiaquira*, diz o citado escriptor, corruptela de *Y-ĩ-ndi-o-quir-a*, perseverantemente chuvoso. De *y*, relativo; *ĩ*, estar; *nd*, particula para ligar *ĩ* que é nasal a *i*, posposição de perseverança; *o*, artigo de terceira pessoa, precedendo *quir*, chover, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em *r*. A traducção litteral seria — o que está perseverantemente chuvoso —. Allusivo á constancia de chuvas nesse logar ».

JUNDIUVIRA. Serrote no mun. de Cabreuva e Estado de S. Paulo. E' ramificação da serra do Japy. « *Jundiuvira*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yo-ndi-y-bir-a*, muitas elevações seguidas. De *yo*, reciproco, para exprimir communicação; *ndi*, muitos; *y*, relativo; *bir*, levantar, elevar; com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Alguns escrevem *Jundiuvira*, porque o *y*, relativo, tem tambem o som de *u* francez. Allusivo a ter varios picos, communicados uns com outros ». Quanto ao nome do ribeirão, diz o citado escriptor: « é corruptela de *Yú-ndi ibi-rõ*, muitas gargantas e barrigudo. De *yú*, garganta, estreito; *ndi*, muitos, *ibi*, barriga; *rõ*, por-se. Allusivo ás innumeras voltas que dá, estreitando-se em muitos logares e á represa de suas aguas na barra, alargando-a. Com effeito

este ribeirão desce do morro *Cá-guassú*, ladeando a serra Japy, do lado do sul, e seguindo seu curso entre os serrotes *Jaguaquara* e *Jundiovira* ».

JUNDÚ. Corr. *nhũ-tũ*, campo sujo, ou que começa a ser invadido pela vegetação mais alta; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

JUPARANAN. Corr. *yu-paranan*, rio grande dos espinhos; Espirito Santo (Dr. T. Sampaio).

JUPIÁ. Corr. *yu-piá*, o trançado de espinhos, a trama espinhenta; Matto Grosso. (Dr. T. Sampaio).

JUPUVURA. Corruptela de *Y-ye-pi-bú-rũ*, rodomoinhos. De *y*, relativo; *ye*, reciproco, para exprimir a acção da cousa sobre si mesma; *pi*, centro; *bú*, cahida d'agua; *rũ*, revolver. Allusivo aos muitos rodomoinhos em seu leito. (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

JUPY. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Jardim.

JUQUERY. Composto de *yuqueri-y*, rio dos espinhos juquéri (*Mimosacea*); composto de *yú*, espinho; *quer*, dormente, ou que dorme; *ri*, pequeno, fino; corr. *yuqui-y*, rio d'agua salgada (Dr. T. Sampaio). « Este nome nada tem com o *Juqueri*, arbusto sarmentoso e trepante; caule articulado quadrangular, ramoso, com espinhos recurvados, folhas alternas, ovaes, coriaceas, com nervuras longitudinaes; flores em umbella simples, e, quando abertas, são de côr verde-esbranquiçada; o fructo é uma baga espherica, violacea, com duas ou tres sementes redondas; raiz longa, delgada, enrugada, flexivel, fibrosa, difficil de ser quebrada. Esta raiz, que é medicamentosa, é cinzenta ou avermelhada por fóra, branca, amarellada, ou rosea por dentro; o meditullio, branco e mais lenhoso do que a casca; sabor mucillaginoso e amargo. E' a mema *yapecanga*, ou salsaparrilha, conhecida na sciencia por *smilax*, com suas variedades. Da familia das Asparagineas. Remedio contra a syphilis.— Tambem nada tem com o *yuquiri*, arbusto conhecido na sciencia por *mimosa brasiliensis*, da familia das leguminosas, e conhecida vulgarmente por *herva viva* ou *malicia das mulheres*, planta espinhosa, folha miuda, foliolos oppostos que se contrahem logo que são tocados, venenosa, medicinal, criando-se á beira dos rios e de alagadiços. — Tambem nada tem com *yuqueri*, salmoura; lexia: de *yuqui*, sal. Os indigenas tiram de arvores e sal, queimando-as e lexiviando as cinzas. — *Juquery*, nome do rio, é corruptela de *Yû-qui-ri*, alagadiço por causa das chuvas. De *yû*, alagadiço, aguas podres; *qui*, chuva; *ri*, posposição, significando neste caso — por causa —. Com effeito, desde as proximidades de suas cabeceiras, no serrote *Itaberaba*, o valle deste rio é uma só varzea, interrompida ligeiramente em um ou outro logar por morros ás margens. A região é mesmo muito attrahente de chuvas; e os alagadiços se formam, porque o rio, quando enche, transborda, concorrendo, assim, para o alagamento de suas margens e da varzea, em toda a sua extensão. Alguns, tomando o effeito pela causa, traduzem *Yuquiri*, turvo, crescido por enchente, e assim o escreveu o padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*. Mas a explicação do nome é a que acima está » (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

JUQUERY. Passo no rio Quarahim, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul.

JUQUERYQUERÊ. Corruptela de *Yuqui-ri-gui-rehê*, fluxo e refluxo da agua salgada. De *yuqui*, sal, salgado, repetido para exprimir aquelle fluxo e refluxo; tendo o primeiro o accrescimo de *ri* e o segundo de *rehê*, para significarem mutualidade. E' este um dos nomes mais engenhosamente formados. A repetição de *yuqui-ri* foi feita somente das duas ultimas syllabas, segundo a lição dos grammaticos, mas a palavra *ri* foi substituida pela *rehê*, significando a mesma cousa e contrahido em *r'ê*, para exprimir o fluxo e refluxo. Allusivo a soffrer essa parte do rio a influencia das marés. Portanto, o nome *Juqueryguerê* não pode ser applicado ao rio inteiro (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.). *Juqueriquerê*, corr. *yuqueri-quer-ei*, espinheiro que dorme ou dormi-nhoco; *yuqueri* é a denominação commum das *mimosas* no tupi; *quer-ei* traduz-se: dormir á tôa, ou o que anda a dormir, o dorminhoco; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

JUQUERYTIUA. Igarapé do Estado do Pará. affl. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt).

JUQUIÁ. Alguns attribuem o nome deste rio a um peixe, sem escama, cujo nome é *yuquiá*. E' semelhante ao *mandiá*, ou *mandi armado*, por ter espinhos com que se defende. *Juquiá*, corruptela de *Y-i-quiá*, rio sujo. De *y*, relativo; *i*, rio, agua; *quiá*, ser sujo, sujar, sujidade. E' guttural a pronuncia do *i*, rio, agua. Allusivo aos detritos animaes e vegetaes que seus affls. despejam em suas aguas; além dos que elle proprio recebe de suas cabeceiras e das lagôas e charcos ás suas margens. Tambem concorre para isso, não só a represa de suas aguas pela maior velocidade do rio *Ribeira de Iguape*, como tambem o atravessar este rio terrenos alagadiços. E', com effeito, muito sujeito a inundações grandes. Da de 1850, ainda hoje, ha memoria. O rio *Juquiá*, em sua parte superior, tem tambem muitas cachoeiras, saltos e gargantas. Em algumas descripções de viagem em rios, tenho lido a palavra *Juquiá* empregada para designar as gargantas ou logares apertados entre rochedos, ou arrecifes. Mas, essa palavra, assim empregada, será *yû-quiá* e não *yû-quiá*: aquella significando — garganta, cingida — esta — lagôa suja—. Mas, o nome verdadeiro deste rio é *Y-i-quiá*: o fundo de seu leito é cheio de detritos de toda a especie e de lamaçal. Sua barra é ladeada de morros graniticos; e entre as aguas do *Juquiá* e as do rio Ribeira de Iguape ha pedra alta, tambem granitica (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902). Vide *Juquiá* no II vol.

JURAMENTO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

JURÉA. Corr. *yuré*, a tartaruga; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). « *Juréa* é corruptela de *Y-it-rehê*, com resvaladouros. De *y*, relativo; *it*, resvalar; *rehê*, posposição, significando neste nome—com—. O som de *it* é guttural. O *it*, verbo, que forma este nome, mas, que ahi está sem caso, significa — resvaladouro, resvaladeiro; porque, em tupi, o verbo, no infinitivo sem caso, exprime apenas a acção geral, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Allusivo a ser esse fragoso morro cercado de resvaladouros e precipicios, sendo necessario o maior cuidado em atravessal-o. O conselheiro Martim Francisco, referindo-se á viagem entre Itanhaem e Iguape, bem o disse: « os caminhos a não serem praias, são impraticaveis, ou antes *precipicios ao que por elles anda* ». E isto, elle o disse exactamente depois de haver transposto o morro *Juréa*. A proposito, é curiosa a explicação do nome *Juréa* dada pelo padre Ayres de Casal, na sua *Chorographia Brasilica*: « O monte *Juréa*, por corrupção de Judéa, ao qual deram este nome por parecer *judiar* com os caminhantes, que nunca o transitam *sem trabalho e cansaço grande*, passando a estrada pela sua summidade, porque o mar sempre bate furioso na sua base; é alto e vistoso; delle descem varias torrentes, entre as quaes se nomeia o rio *Verde*, que forma algumas cascatas ». Quem *judiaria* do illustrado padre Ayres de Casal, dando-lhe a explicação que elle escreveu naquella sua notavel obra? A descripção do morro e dos trabalhos em transital-o, é, porém, verdadeira; corresponde perfeitamente ao nome tupi *Y-it-rehê* (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

JUREMA. Estação da E. de F. da Bahia ao S. Francisco. Accrescente-se no fim: Fica no kil. 535, 977 distante da cidade da Bahia e no kil. 413,553 distante de Alagoinhas, na altitude de 433m,600. Nella acham-se o poço das Balas, da profundidade de 14 metros e um tanque, que está abandonado, porque o riacho Jurema, que o alimentava, sécca, tendo agua somente na occasião das chuvas. Nella embarca algum gado. Desde antes desta estação até tres kils. depois de Carnahyba o terreno é abundante de pedra calcarea. Fica entre as estações de Angico e Carnahyba.

JURIHÚ. Corruptela de *Y-i-ri-ú*, rio de agua escura. De *y*, relativo; *i*, agua; *ri*, o mesmo que *ti*, rio; *ú*, ser

escuro, preto. Allusivo a ter as aguas escuras. Estas aguas tem o sabor de pedra-hume. A' semelhança do *Rio Negro*, affl. do rio Amazonas, não se cria peixe neste rio, nem ás suas margens pode existir animal algum, seja qual for a sua especie (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.)

JURIHÚ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: O Dr. João Mendes, em seu *Dicc.* cit., escreve *Juiry* e diz ser essa palavra corruptela de *Y-iriê*, que significa — rio que baixa. De *y*, relativo; e *iriê*, rio que baixa.

JURITI. Corr. *yeruti* ou *yuruti*, nome commum para as pombas, no tupi; composto de *yuru-ti*, pescoço ou collo branco; alt. *jeruti*, *juruti*, *juriti* (Dr. T. Sampaio).

JURÚ. Corr. *yurú*, o pescoço, o collo, o gargalo, a garganta, a boca (Dr. T. Sampaio).

JURUÁ. Corr. *yurú-á*, boca aberta ou ampla, barra larga; Pará (Dr. T. Sampaio).

JURUASINHO. Rio do Estado do Amazonas, banha o mun. de S. Philippe, desagua no Jutahy.

JURUBATUBA. Corruptela de *Y-arêb-ytú-bae*, tardo e sujo. De *y*, relativo; *arêb*, tardar; *ytú*, estar sujo, com accrescimo de *bae* (breve), para formar participio, significando — o que é sujo—. Allusivo á lentidão de suas aguas e aos detritos vogetaes e paus cahidos no rio, que descem e se accumulam em sua foz. Nada tem de commum este nome com Geribatyba. (Dr. J. M. de Almeida). — Pedro Taques, na *Nobiliarchia Paulistana*, escreveu *Jaraigbatiba*.

JURUCÉ. Corr. *yurú-cê*, boca que apraz, boca doce; fig. affavel, branda (Dr. T. Sampaio).

JURUCUÁ. Corr. *yurú-quá*, o pescoço que afunda ou se esconde; a tartaruga, o kagado: alt. *jericoá*, *jerequá* (Dr. T. Sampaio).

JURUENA. Composto de *yurú-ena*, boca ou barra que está assentada, permanente, barra firme (Dr. Theodoro Sampaio).

JURUJUBA. Corrupção de *yurú-yuba*, pescoço amarello ou ruivo; boca ruiva, barba ruiva ou loura (Dr. Theodoro Sampaio).

JURÚ-MIRIM. Bairro do mun. de Xiririca e Estado de S. Paulo.

JURUMIRIM. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem esq. do rio Tieté, entre a foz dos corregos Itaquery e Santo André. « *Jurú-mirim*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yûr-o-pirỹ*, a pique de ambos os lados, formando gargantas. De *yûr*, garganta, pescoço; *o*, reciproco; *pirỹ*, a pique. A pronuncia guttural de *piry*, precedido de *o*, reciproco, muda o *p* em *m* ».

JURUOCA. Corrupção de *ayurû-oca*, refugio ou esconderijo dos papagaios. Vide *ajurá* (Dr. Theodoro Sampaio).

JURUPARÁ. Corruptela de *Yo-rũ-pará*, variedades de phenomenos que participam da natureza dos rodomoinhos. De *yo*, que, neste caso, em vez de ser reciproco, exprime apenas a natureza da cousa; *rũ*, revolver-se; *pará*, variedade. A palavra *pará*, significando — variedade—, nada tem, relativamente a este e a outros nomes, com *pará*, mar. O nome *Yo-rũ-pará* é allusivo a depressões no leito do ribeirão; formando as aguas successivos circulos, que participam da natureza dos rodomoinhos. Este ribeirão *Jurupará* desce ladeando a serra de *S. Francisco*: por isso as aguas manifestam, em rodomoinhos e enrugamentos na superficie, as depressões que existem no leito (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

JURUPARÁ. Rio de S. Paulo, no mun. da Piedade. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Pirapóra.

JURUPENCEM. Corrupção de *yurú-pencê*, boca partida ou dividida; E. Santo (Dr. T. Sampaio).

JURUTY. Villa do Pará. Accrescente-se no fim: Foi extincto seu mun. pela Lei n. 729 de 3 de abril de 1900.

JURUTY VELHO. Pov. no mun. de Faro e Estado do Pará. Passou a denominar-se Murapinima ou Muirapinima pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900.

JURUUNA. Corrupção de *yurú-una*, boca negra; alt. *juruna* (Dr. Theodoro Sampaio).

JUSSARA. Estação da E. de F. Mogyana, no kil. 66 do Ramal de Santa Rita do Paraiso. Foi aberta ao trafego a 25 de dezembro de 1901.

JUSSARA. Riacho do Estado do Maranhão, affl. do Parnahyba. Tem a foz justamente no logar que serve de porto á villa do Curralinho.

JUSSARA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una; no mun. de Barreiros.

JUSSATUBA. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica nas proximidades da borda oriental da bahia de S. José, defronte da pov. de S. José de Riba-mar, de que é separada pela mesma bahia, e a 30 kils. da villa de Teatú, a cujo mun. pertence, entre as pontas de Guarapiranga e de Jaguarema.

JUSSIAPE. Corrupção de *iy-ecea-pe*, na confluencia das aguas ou dos rios, na reunião das aguas; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

JUSTA (Santa). Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, banha a serra do Mundo Novo, banha o mun. de Santa Thereza e desagua no rio Preto na fazenda do seu nome.

JUTAHY. Log. no mun. de Tury-assú do Estado do Maranhão.

JUTYCA. Igarapé e lago do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

JUVA. Corrupção de *yuba*, amarello, louro, ruivo (Dr. T. Sampaio).

JUVEVÊ. Pov. do Estado do Paraná, no mun. da capital. Encontra-se tambem escripto *Iuvevê*, *Yuvevê* e *Iurevê*

K

KELRÚ (Santa). Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica á margem esq. do rio Itapecurú; tem 62 casas, sendo quatro de telha e 58 de palha, duas casas de negocio de seccos e molhados, um engenho de canna, uma prensa para ensaccar e uma machina para descaroçar algodão, movida a vapor; uma egreja bastante arruinada dedicada a S. Patricio e mais uma pequena capella sob a mesma invocação. A sua pop. é de 372 almas.

L

LABAREDA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto, nas divisas do dist. de Villa Bomfim.

LADEIRAS DO CUMBE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*, 1901).

LAGAMAR. Log. do Estado de Sergipe, no mun. de São Paulo, no rio Giboia.

LAGARTIXA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

LAGARTO. Log. do Estado do Paraná, no Campo do Tenente, com. da Lapa.

LAGE. Com este nome nos fazem menção do mun. de Bom Fim, no Estado de Minas Geraes, de dous povs., um no dist. da Vargem Alegre e outro no dist. de Sant'Anna do Paraopeba.

LAGE. Serra no mun. de Cajurú e Estado de S. Paulo. No *Itinerario da viagem terrestre da cidade de Santos, na prov. de S. Paulo, a Cuyabá, capital da prov. de Matto Grosso*, pelos engenheiros Miranda Reis e Gama Lobo d'Eça, ha o seguinte trecho com referencia a essa serra: « Deixei o pouso ás 3 horas da manhã e segui ao rumo 60º. A tres quartos de legua do pouso, passa-se pelo campo chamado da Boiada, e uma legua além da Boiada pelo logar chamado Ponte Funda. Continuando no mesmo rumo (60º), chega-se no fim de tres leguas de marcha ao Catingueiro, onde ha pouso e rancho á dir. da estrada. A' meia legua do Catingueiro, passa-se pela ponte que transpõe o ribeirão do Cubatão, o qual borda o serrote do mesmo nome, e um quarto além o ribeirão das Mortes, que corre sobre lage. Deixando o ribeirão das Mortes, caminha-se um quarto de legua até o arraial do Cajurú, e passa-se o ribeirão do mesmo nome, correndo sobre areia e permittindo passagem a váo, e uma legua além o corrego e rancho do logar chamado Lage. Caminhando mais uma legua no mesmo rumo (60º), começa a descida da serra conhecida com o nome de *Serra da Lage*, com um quarto de legua de extensão de pessimo caminho, a qual finda na ponte do ribeirão chamado Pé do Morro. Continuando mais um quarto de legua, cheguei ao pouso Retiro da Lage ás 5 horas da tarde, e ahi pernoitei. Junto ao pouso corre sobre lage o ribeirão do mesmo nome. »

LAGE. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Cordeiro, que o é do rio Ipanema.

LAGE. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no ribeirão Santo Antonio, affl. do rio Grande.

LAGE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo; entre os muns. de Cajurú e Batataes.

LAGE. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Vai para o Vargem Grande, trib. do Sorocá-mirim.

LAGEADINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Capivary, trib. do Jacú, que o é do Santo Ignacio.

LAGEADO. Bairro do mun. de Santa Cruz do Rio Pardo e Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

LAGEADO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Entre Rios.

LAGEADO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Francisco de Paula de Cima da Serra.

LAGEADO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Capitinga, trib. do Itupeva, que o é do Mogy-guassú.

LAGEADO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Corumbatahy.

LAGEADO. Pequeno rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. da Fartura e desagua na margem dir. do rio deste nome, affl. do Itararé.

LAGEADO. Estação em S. Paulo. Linhas 2 em logar de — Fica a 774m, leia-se a 739m, 870. Accrescente-se no fim: ou melhor entre Poá e Itaquera. Dista 471k 813 da Capital Federal. Forma um dist. de sub-delegacia do mun. da capital.

LAGEADO DAS POMBAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Tibagy.

LAGE GRANDE. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito.

LAGEM. Pov. do Estado do Maranhão, á margem dir. do rio Mearim, 12 kils. abaixo do Bacabal, limite da com. do Alto Mearim com a do Baixo Mearim, com agencias das duas Companhias de Vapores do Estado e uma pop. de 200 habs. Durante o inverno, o terreno em que se acha assente a pov. fica completamente inundado, sendo por essa razão edificadas as casas sobre estacas.

LAGES. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

LAGO. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira, a 12 kils. Contém 17 lotes habitados por allemães, russos e brasileiros. Tem uma capella.

LAGÔA. Log. do Estado da Bahia, no termo d'Areia.

LAGÔA. Dist. policial creado no mun. da Casa Branca; no Estado de S. Paulo.

LAGÔA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro. E' uma ramificação da serra do Pião.

LAGÔA. Passo no arroio Ibirocay, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. No mesmo mun. ha um outro passo do mesmo nome no arroio Toro-Passo.

LAGÔA ACHADA. Log. do Estado do Ceará, no mun. de Aracaty.

LAGÔA DAS ALMAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. da Lapa.

LAGÔA DAS COBRAS. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Belmonte.

LAGÔA DA TELHA. Pov. do Estado do Maranhão, a tres kils. da cidade de Grajahú.

LAGÔA DO CAPITÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

LAGÔA DO PINDOBA. Pov. do Estado do Maranhão, a 25 kils. da cidade de Caxias, com 150 habs.

LAGÔA DOS FERREIROS. Pov. do Estado do Maranhão; no mun. de Codó.

LAGÔA DO SOUZA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Panellas.

LAGÔA DOS PATOS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó.

LAGÔA DOS PINTOS. Log. no mun. do Limoeiro do Estado de Pernambuco.

LAGÔA FEIA. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada e mun. da capital.

LAGÔA FORMOSA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. da capital, na estrada que dessa cidade vai ao Estado de Goyaz.

LAGÔA GRANDE. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Bocayuva.

LAGÔA SECCA. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Prados.

LAGÔA SECCA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. da capital, na estrada que dessa cidade vai ao Estado de Goyaz.

LAGOINHA. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Jacuhy. Serve de vertentes ao rio Pinheirinho.

LAGOINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto.

LAGOINHA DA BÔA VISTA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Itaberaba.

LAGO REDONDO. Sub-prefeitura do mun. do Amapá; no Estado do Pará.

LAGO VERDE. Pequeno pov. no mun. de Itapecurú-mirim do Estado do Maranhão.

LAMA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

LAMA PRETA. Morro do Districto Federal, no curato de Santa Cruz.

LAMBARY. Fonte medicinal, é o que significa *H-amb*ar"-*i*, corrompido em Lambary. De *h*, relativo; *a*, interca lação necessaria entre as duas consoantes *mbaraá*, doença; *i*, agua (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.). Vide *Alambary.*

LAMBARY. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro, com escola.

LAMBARY. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Guirycema.

LAMBARY. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Poconé.

LAMBARY. Corrego do Estado do Rio de Janeiro desagua na margem dir. do rio Pomba em frente á cidade de Santo Antonio de Padua.

LAMBARY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Piracicaba.

LAMBARY. Ribeirão no mun. da Capital do Estado de Goyaz. Vai para o rio Claro.

LAMBARY. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. da Campanha e annexado ao de Aguas Virtuosas pela lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

LAMEGO. Rio do Estado do E. Santo, na ex-colonia Santa Leopoldina.

LANÇA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro, á margem do rio do mesmo nome.

LAPA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco no Estado da Bahia. Fica naquelle rio entre as estações de Carinhanha e do Sitio do Matto e a 748 kils. distante da cidade do Joaseiro.

LAPA. Serrote do Estado da Bahia. O Dr. Theodoro Sampaio, em seu trabalho *O Rio de S. Francisco*, diz: « No dia 21, pelas seis horas da tarde, estavamos fundeados deante do *Serrote da Lapa*, em cuja *ipueira*, ou canal que funciona como bahia fluvial, não pudemos entrar com o vapor por ser estreita, ainda que profunda sufficientemente. A *Lapa* é um sanctuario e um prodigio da natureza. Um monte, ou antes, um retalho de montanha calcarea, isolado no meio de uma planicie, com a base quasi dentro d'agua e a cumiada coroada de cactus e de bromelias espinhentas entremeadas de picos, agulhas, pyramides, minaretes das mais diversas formas, eis o Serrote da Lapa, que, visto do lado do rio, parece antes uma lasca de rocha pousada sobre uma mesa, que uma eminencia com relevo subordinado á serie orographica da região a que pertence. As aguas da *ipueira* banham-lhe o sopé do lado meridional e a barca do commerciante que jamais passa sem aportar, como a embarcação mais humilde do romeiro que vem de longe e de toda parte, ahi encosta rente e deita em terra a sua carga piedosa bem na base do monumento, que monumento é, de facto, essa curiosissima obra da natureza.

O morro inteiro é um massiço calcareo com uma estructura tão esquisita, tão extraordinaria que difficil é determinar-lhe a orientação das camadas e estudar-lhes as disposições.

O calcareo gasto pela acção do tempo apresenta aqui as fórmas mais pittorescas que se pode imaginar. As pontas de pedra, innumeras, formam grimpas, agulhas, torres; simulam flechas elegantes de estylo gothico, corucheos rendilhados, recortados, rematados do modo mais esquisito e por vezes, com uma disposição e symetria taes, que parece que se levanta diante nós um desses immensos pagodes indianos, em ruinas, cujo pittoresco ainda mais se salienta com o tom verde e com as linhas apruмadas e duras dos cardos que lhe cordam as eminencias.

No dia seguinte pelas seis horas da manhã, Mr. Derby e eu tomamos dous guias e começamos a galgar o monte por um dos seus raros pontos accessiveis. Subimos com extrema difficuldade por entre grimpas, arestas vivas e agulhas de pedra atravez de corredores em labyrintho e de cardos, de bromelias e ortigas sem conta. No mais alto do monte que attingimos após quarenta minutos de ascenção arriscadissima, verificamos não estar esse ponto a mais de 80 metros sobre as aguas do rio. Dahi descortinamos então um horisonte bellissimo e vasto.

Ao longe, para os lados de leste, norte e sueste divisam-se as serranias em fórma de chapadas alcantiladas que penetram no interior da Bahia e vão na direcção de *Monte Alto*, de *Caetité*, de *Riacho de Santa Anna* e *Macahubas*; no meio, e aos nossos pés, a *ipueira* como uma bahia ou um lago tranquillo, e depois o curso de S. Francisco serpeando na planicie immensa e verde e sumindo-se além no azul enfumado do horisonte; para o poente, nada ou simplesmente o indefinido de uma bruma que se alevanta de um solo sem relevo; e para o noroeste, o perfil dos montes através dos quaes navegamos antes de attingirmos o *Urubá*.

A nossa visita ao sanctuario tinha se realisado antes.

Eram 6 e meia horas da manhã, quando galgamos a escada que nos conduz ao atrio. Tocamos ahi o sino como signal de romeiro á porta e logo appareceu-nos o sacristão, que nol-a abriu e por onde entramos na capella já occupada por uma multidão andrajosa e chagada, homens, mulheres, meninos exhibindo as suas disformidades, as suas ulceras, as suas miserias, pedindo, clamando, atravessando o seu braço descarnado para nos tomar o passo, rogando, supplicando, impertinentemente, incansavelmente.

Logo ao entrar, o effeito que esperimenta o visitante é extraordinario e emocionante. O espectador entra logo em trevas a dous passos da entrada, mas divisa logo, no fundo da gruta, illuminados, por uma luz discreta, que entra por uma fresta envidraçada á direita, os tres altares dourados, mas singelos, onde estão as imagens, e no do meio a do crucificado *Senhor Bom Jesus da Lapa*, consolo e remedio dos que creem e dos que tem fé.

Experimenta-se uma certa e irreprimivel emoção; sente-se uma impressão de frio á medida que se avança; percebe-se que estamos pisando no humido; caminha-se por entre poças d'agua milagrosa que pinga vagarosa e incessante das pontas de stalactites que se projectam da abobada negra da caverna e por fim começa-se a divulgar melhor os objectos em torno: á esquerda, um pulpito, o confessionario, os milagres representados em cera e pendentes da parede retocada, o cofre de ferro onde um letreiro indica a especie da moeda a depositar-se (*cobre, papel*), o altar de Nossa Senhora da Dores; á direita, veem-se empilhados alguns tijolos para revestir o chão, os mesmos votos ou milagres de cera, as portas e janellas envidraçadas abertas na rocha, a sacristia e um outro altar.

No fundo, o altar-mór, dourado e rico, tem ao lado uma pequena porta que dá para uma galeria estreita e mais baixa, de certo, o extremo obscuro da caverna primitiva que ficou sem applicação.

A imagem milagrosa, objecto da universal veneração deste povo, não é grande, mede cerca de quarenta centimetros de altura, e é um crucifixo não sei se de barro, se de madeira, mas que se diz achar-se nas mesmas condições em que foi aqui encontrado e venerado pelos primeiros devotos, ha quasi duzentos annos.

Os companheiros de viagem, muitos delles protestantes, não puderam negar o effeito surprehendente e emocionante do sanctuario do *Bom Jesus da Lapa*.

A fé o proclama, a natureza prodigiosamente o serve ». Vide *Bom Jesus da Lapa*.

LAPA Log. da Bahia, no termo de Urubú. Accrescente-se no fim: Ha ahi uma gruta com um altar, onde se vê a

imagem do Senhor Bom Jesus. A respeito do apparecimento da imagem, ha as seguintes versões: Segundo consta de um papel impresso, que foi encontrado por um padre no pescoço de um velho, que o tinha como uma oração, um Hespanhol riquissimo, que tinha uma vida muito desregrada, arrependeu-se, dispoz de todos os seus bens, conservando, apenas, uma imagem de Christo, e seguiu para a America com destino ao Brazil; aportou na Bahia de Todos os Santos, entranhou-se para o centro até á margem de um grande rio, e achando ahi uma lapa ou gruta de pedra, fez d'ella sua habitação e viveu como ermitão muitos annos, fazendo penitencia, tendo por unica companhia a imagem de Christo, da qual jamais se afastou. Um religioso, tambem hespanhol, e que veiu á sua procura, encontrou-o quasi expirando, recebeu suas ultimas declarações, e apoderando-se da imagem, instituiu uma devoção, que a pouco foi-se propagando. Nesse tempo havia apenas umas quatro casas de moradores pobres ao pé do morro. A outra versão que lemos em um papel que servia de capa a um velho compromisso, combina, com ligeiras alterações, com o principio da que referimos, mas diz que o ermitão alli vivia no meio de onças e que o apparecimento da imagem foi devido a um vaqueiro, que, correndo atraz de uma rez, entrou esta pela gruta, e elle acompanhando-a, lá encontrou a imagem e deu publicidade ao achado. Na lapa tem-se feito algumas obras, como sejam o pulpito, a capella-mór, altares, etc. Ha do lado esquerdo um logar chamado santo, porque ahi se diz que foi sepultado o ermitão; está escavado, porque quasi todas as pessôas, que lá vão, tiram um pouco de terra, que tem a virtude de curar todas as molestias. Do lado esquerdo, um pouco acima do pulpito, ha tambem na parte da gruta, que serve de tecto, uma pedra da qual pinga agua, que é aparada em garrafas e distribuida pelos romeiros, que lhe attribuem effeitos miraculosos.

LAPELLA. Pov. do Maranhão. Linhas duas em logar de Alto Mearim, leia-se Baixo Mearim e accrescente-se no fim: Fica a 42 kils. acima da villa, á margem esq. do Mearim, com uma capella, uma esc., cinco casas de negocio, tres casas de telha e grande numero de palha. E' o ponto de escala dos vapores, que sobem o Mearim. Em 1856 constava de oito casinhas com uns 40 moradores.

LARANGEIRA. Igarapé do Estado do Pará; na ilha Caviana, com. de Chaves.

LARANGEIRA. Cachoeira no rio Paranapanema. Accrescente-se no fim: E' precedida de uma corredeira, a qual, no tempo da vasante, forma uma quéda notavel; sendo as aguas encaminhadas por um canal estreito e pedregoso unido á margem dir., porque, nesse tempo, mais de duas terças partes do leito ficam em secco. «Um kil. mais ou menos abaixo, diz o Dr. J. M. de Almeida, começa a terrivel cachoeira, cuja situação justifica o nome *H-i-rũ-aña-yêrè*, aguas a correrem revoltas e em rodomoinhos. De *h*, relativo, *i*, agua, com pronuncia guttural de *a* fechado; *rũ*, revolver; *aña*, correr; *yêrè*, volta. Os indigenas dizem mesmo *i-yêrè*, para designarem o rodomoinho das aguas. Com effeito, ahi as aguas correm entre paredes graniticas, formando rodomoinhos. Ao lado esq. ha um lagedo, cuja extensão é calculada em meio kil.; um canal o corta, bifurcando-se na parte inferior com agua insufficiente para a navegação de canôas carregadas. »

LARANGEIRAS. Pov. do Estado da Bahia, no termo de S. Felix.

LARANGEIRAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. Gonçalo da Ponte.

LARANGEIRAS. Morro do Estado de Minas Geraes, cérca a séde do dist. do Recreio; no mun. da Leopoldina.

LARANGEIRAS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Valença e desagua no rio das Flores. Recebe o Bemfica.

LARANGEIRAS. Vallão affl. da margem esq. do rio Parahyba; no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

LARANGEIRAS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Juquiá; entre os muns. de Itapecerica e de Una.

LARANGEIRAS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o dist. do Recreio do mun. da Leopoldina e desagua no ribeirão dos Monos, affl. do rio Pomba. Recebe o Grotinha.

LARANJA AZEDA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Mogy-guassú; no mun. de Pirassununga.

LARANJA AZEDA. Cachoeira no rio Tieté; antes do denominado rio morto do Avanhandava; no Estado de S. Paulo. Vide *Avanhandava*.

LARANJAL. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no ribeirão S. José, trib. do rio Grande.

LARANJAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Itapetininga; no mun. do E. Santo da Bôa Vista.

LARANJAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Mogy-guassú; no mun. de S. Carlos do Pinhal.

LARANJAL. Cachoeira no rio Paranapanema, um pouco acima do salto das Aranhas; no mun. de S. Sebastião do Tijuco Preto e Estado de S. Paulo.

LARANJAL DOS MACACOS. Log. do Estado do Pará, no mun. de Almeirim.

LARGO. Ilha do Estado de Santa Catharina; no meio da bahia, entre o sacco do Ribeirão e a ponta do Furadinho. E' alta, alongada, orlada de pedras e revestida de basto arvoredo.

LAURINDO. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem dir. do rio Preto. E' volumoso e formado em suas cabeceiras por dous corregos a uma altitude de 300 metros.

LAURO SODRÉ. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 797 de 22 de outubro de 1891.

LAVA CAVALLOS. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, na estrada da Capital a S. Luiz de Caceres.

LAVANDEIRA. Lago do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro.

LAVA-PÉS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes.

LAVA-TRIPAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Beberibe.

LAVRA. Pov. do Estado do Paraná, a seis kils. distante da cidade do Tibagy.

LAVRAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Alvarengas, trib. do rio Grande ou Jurubatuba.

LAVRAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Baquirivú-guassú, trib. do Tieté.

LAVRINHA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes; com uma esc. creada pela Lei n. 251 de 14 dezembro de 1897.

LAVRINHA. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do Paranatinga, no mun. do Diamantino.

LAVRINHAS. Um dos morros que cercam a cidade de Cantagallo; no Estado do Rio de Janeiro. Nelle fica o predio da extincta estação meteorologica.

LAVRINHAS. Corrego do Rio de Janeiro. Substitua-se pelo seguinte: Banha a cidade de Cantagallo e desagua no rio Negro. Recebe o corrego S. Pedro. Nelle é onde se faz o esgoto das materias fecaes.

LAZARO (S.). Log. no mun. da capital do Estado da Bahia, entre Rio Vermelho e Barra. Tem uma capella e um hospital de variolosos e de febre amarella.

LEAL. Log. do mun. de Tury-assú e Estado do Maranhão.

LEAL. Ponta na ilha de Santa Catharina e Estado deste nome, junto á ilha dos Noivos.

LEANDRO (S.). Cachoeira formada pelo ribeirão Manoel Pereira, a dous kils. da villa de Santa Thereza de Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Fica á margem da E. de F. Commercio e rio das Flores.

LEBRÊA. Nome empregado no sertão da Bahia para designar uma especie de saraiva.

LEITE. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim, no centro da matta do seu nome, com 94 casas de palha, quatro de negocio de seccos e molhados, e tres engenhocas de canna, das quaes uma de ferro. Produz muito algodão e tem alguns pequenos cafesaes. Sua pop. é de 496 almas. Dista 40 kils. da séde do termo.

LEITES. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, nasce na serra das Frecheiras, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua na margem esq. do rio Pomba.

LELÉ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

LENÇÓES. Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi transferida a séde da com. desta villa para a de S. Paulo dos Agudos pela Lei n. 635 de 22 de julho de 1899.

LENÇOL. Morro no mun. de Xiririca e Estado de São Paulo.

LENÇOL. Ponta na costa do Estado do E. Santo, a 17' ao N. de S. Matheus, facilmente reconhecida por suas barreiras muito claras, assemelhando-se á distancia casas ou mesmo lençóes estendidos na praia. A 13' aos 35º NE. da ponta do Lençol acha-se a villa do Mucury.

LENHEIRO. Bairro do Estado de S. Paulo, na cidade de Piracicaba.

LEOFFELSCHEID. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. da Palhoça; com escola.

LEOPOLDINA. Os nossos antepassados foram menos felizes no local que escolheram para séde de muitas povoações. Com a cidade da Leopoldina foram então infelicissimos.

Fica essa cidade situada em duas baixadas, separadas pelo morro da Matriz, tendo uma dellas o nome de Bairro da Grama. E' cercada de morros, entre os quaes os denominados Sapecado, Forca, Ventania e Matriz, que, cingindo-a, por todos os lados, fazem com que ella pareça sepultada em dous enormes buracos. Banha-a o ribeirão do Feijão Crú Pequeno, que nasce na serra dos Monos e desagua no Feijão Crú Grande, que nasce em Thebas e faz barra no rio Pardo.

Dista 101 kilometros da estação do Porto Novo e 12 da de Vista Alegre, que fica á margem direita do rio Pomba.

Suas ruas são estreitas, a maior parte planas, calçadas, com alvenaria de pedra, com passeios quasi todos cimentados, arborisadas e illuminadas a gaz acetylene.

Seus predios, em numero de 450, são antigos e de feia apparencia, notando-se apenas o predio da Camara e o do do Dr. Custodio Junqueira, de feição moderna e elegantes.

Seu commercio é activo, havendo casas que giram com avultado capital. Possue a cidade oito advogados formados, quatro solicitadores, cinco medicos, duas pharmacias, cinco hoteis, uma casa com tres bilhares, cinco padarias, quatro barbeiros, dous relojoeiros, quatro sapatarias e quarenta e nove casas de fazendas. Tem dous engenhos de beneficiar café e duas typographias onde se imprimem *A Ordem* e a *Gazeta da Leopoldina*, que conta seto annos de existencia.

E' abastecida de boa agua derivada dos mananciaes denominados Novaes, Luizinho Lobo e Gervasio, todos oriundos da serra da Leopoldina (Monos); e servida por uma rêde de esgotos.

A população da cidade é de perto de tres mil habitantes.

A instrucção é ministrada em quatro escolas estaduaes, sendo duas para cada sexo: em uma municipal mixta, em dous collegios particulares, e em um curso nocturno, "Eugenio Alvarenga", subsidiado pela Camara e pela loja maçonica Verdade e Luz.

Tem tres jardins publicos: um em frente á Matriz; outro bem tratado na praça Visconde do Rio Branco; e outro, apenas começado, na praça do Capitão Felix.

A politica é uma das causas principaes da decadencia da cidade.

Em vez de todos se congregarem para erguerem a cidade do abatimento em que jaz, vivem empenhados em luctas estereis, de grupinhos, sem orientação e sem um escôpo elevado.

Contáram-me que o grupo adversario do actual agente executivo, não ha muito, abateu muitas arvores que enfeitavam as ruas, damnificou os combustores da illuminação e o encanamento de agua, e levou a sua selvageria ao ponto de *pixar* a typographia, onde se imprime um dos jornaes da cidade, com aquillo que immortalisou Cambronne.

Além de selvagens, porcos!

Entretanto, o agente executivo é um moço criterioso, bem intencionado e inimigo dessas lutas de campanario.

Não sou favoravel a nenhum dos *grupos*; mas, confessem que isso que fizeram é deprimente e attesta uma certa selvageria pouco propria de homens civilisados.

Os edificios publicos da cidade são: as igrejas Matriz e de Nossa Senhora do Rosario, a casa da Camara e o Forum e Cadêa.

A Matriz é um templo espaçoso e está situada em um dos pontos mais elevados da cidade.

Tem na frente duas torres, cinco janellas e tres portas e é precidida por um adro cercado por um gradil de ferro.

O seu interior não tem ornamentações dignas de menção; é por demais singelo. Tem o altar-mór com S. Sebastião, no throno; abaixo, em nicho, Nossa Senhora da Conceição e na urna o Senhor Morto.

Aos lados do altar-mór ficam mais dous altares: o do lado do Evangelho com Santa Rita e o do lado da Epistola com o Senhor dos Passos.

No corpo da igreja, encostados ao arco cruzeiro, acham-se mais dous altares, o do lado do Evangelho com o Sagrado Coração de Jesus e o do lado da Epistola com a imagem de Nossa Senhora das Dores. Abaixo do côro fica a pia baptismal e defronte o altar de S. Benedicto, com a seguinte inscripção: "A S. Benedicto, os 13 de Maio reconhecidos. 1897".

Tem tribunas corridas, dous pulpitos e o côro com um harmonium.

Os altares são dourados. No apice do arco cruzeiro vê-se um medalhão com o Sagrado Coração de Jesus.

Na sacristia encontra-se um jazigo com os ossos da familia do 1º Barão da Leopoldina.

Em frente á Matriz, sobre um terreno de declive, acha-se um espaçoso jardim, cercado de arame farpado e algum tanto descurado. Nelle ficam uma cascata sem gosto, um repuxo sob um pavilhão e um grande cruzeiro com uma placa de madeira, onde se lê: "Em santas missões, 9 de Junho de 1870".

Nos fundos rasga-se uma grande praça, outr'ora occupada por um cemiterio, e do lado direito a residencia do vigario.

A igreja do Rosario fica no largo do seu nome. Tem tres altares: o altar-mór com as imagens da padroeira, de Nossa Senhora do Parto e Santa Cecilia, e dous lateraes com o amantissimo Coração de Jesus e S. José. Possue dous bonitos pulpitos e o côro com um harmonium. Tem duas torres. Seu interior é mais bonito que o da Matriz.

Além dessas duas igrejas, ha mais, no bairro da Cramma, a capella de Nossa Senhora da Soledade, fundada pelo professor Angelo Lopes dos Reis.

A casa da Camara funcciona em um predio de um só pavimento, situado na rua Octavio Ottoni. Tem uma bem

ornada sala de sessões, de cujas paredes pendem os retratos do Coronel Manoel Lobato, do Commendador Lins Augusto Monteiro de Barros e Major Eugenio Nogueira de Alvarenga; uma bibliotheca com perto de 2.000 volumes; gabinetes do agente executivo e do Presidente da Camara, e repartições dependentes da Municipalidade.

O *Forum* funcciona em um predio muito velho e na mesma rua. Os baixos são occupados pela cadeia, que tem quatro prisões, anti-hygienicas, mal ventiladas e sem luz.

Tem mais a cidade um pequeno chalet, onde se vende a carne, que alimenta a população, e um theatro regular.

Existem cinco cemiterios, tres dos quaes são extinctos: o do Aterrado para os lados de Cataguazes, e dous outros mais antigos, o do morro da Forca e o da Matriz.

Dos dous existentes, o primeiro está no extremo da cidade, na ponta do morro que limita a chacara denominada do João Netto com a de José Alves.

Na frente e dos lados cerca-o um gradil de ferro superposto a uma muralha e nos fundos uma cerca de reguas de madeira.

No centro está levantada uma pequena capella ou necroterio, encimado por uma cruz de ferro, offerta do Dr. Chagas Lobato. Foi inaugurado em 1881.

A cidade é ligada á linha do centro da Leopoldina pelo ramal deste nome, que parte da estação da Vista Alegre e tem 12 kilometros.

O municipio confina com Cataguazes, São José d'Além Parahyba, Palma, Mar d'Hespanha e S. João Nepomuceno. E' dos mais importantes do Estado pela riqueza de sua opulenta lavoura. Cultiva-se em grande escala café, canna e cereaes. A criação de gado é regular.

Entre os rios, que atravessam o municipio, notam-se: o Pardo, Pomba, Novo, Pirapitinga, S. Lourenço (affluente do Pirapitinga), Monos, Bagre, Moinhos, estes dois affluentes do Pomba pela margem direita), o Feijão Crú, o Barra de S. Bento (affluente do rio Pardo), o S. João (affluente do rio Novo), e o Recreio (affluente do Pomba).

Os districtos do municipio são: Cidade, Thebas, Piedade, Rio Pardo, Recreio, Campo Limpo, Conceição da Boa Vista, S. Joaquim, Santa Isabel e Providencia.

Delles apenas conheço o do Recreio, que é o ponto em que a estrada de ferro se divide em dous ramaes: o do Muriahé e o que vai á Ponte Nova.

E' um arraial muito animado; todo cercado de morros, entre os quaes os denominados Boa Vista, Laranjeiras, Conceição e Igreja, e banhado pelo ribeirão dos Monos e pelos corregos das Laranjeiras e da Grotinha.

Tem uma capella, situada no alto do morro da Igreja e da invocação do Menino Deus; duas escolas, sendo uma municipal e outra districtal; dous engenhos de beneficiar café, tres officinas de ferreiro, duas tanoarias e carpintarias, tres marcenarias, tres sapatarias, tres barbearias, tres padarias, tres pharmacias, duas alfaiatarias, tres hoteis, seis botequins, 30 casas de fazendas e molhados, 300 predios e 1.800 habitantes.

Dentro do povoado existem quatro lavradores e no districto 60 a 80.

A renda do districto é de 15 a 20 contos.

E' illuminada a kerozene.

Foi Leopoldina, em principio, o districto de *S. Sebastião do Feijão Crú*, do municipio do Mar d'Hespanha. Elevada a parochia pelo art. 1 da lei provincial n. 666 de 27 de abril de 1854. Villa com a denominação de Leopoldina pelo art. II da mesma lei n. 666; installada em 20 de janeiro de 1855. Cidade pela lei provincial n. 1.116 de 16 de outubro de 1861.

E' comarca de terceira entrancia.

Recebeu o nome, que ainda conserva, em homenagem á Princeza D. Leopoldina, esposa do Duque de Saxe, e já fallecida.

Uma circumstancia inspirou o nome de Feijão Crú. A' margem do sobredito corrego haviam feito os primeiros exploradores dessas selvas virgens sua rustica casinha, mas, afastando-se um pouco do rancho, encontraram no regresso o lume apagado e o feijão — *ainda crú*. E' isto o que diz a tradição.

LERITYBA. Corr. *reri-tyba*, ostras em abundancia, ostreira, E. Santo. Vide *Reritýba* (Dr. T. Sampaio).

LERY. Corr. *reri*, a ostra (Dr. T. Sampaio).

LESSA. Pequeno rio do Estado de Santa Catharina; desagua no sacco de Itacoroby ou Sacco Grande. E' tambem denominado *Amorim*.

LEVADA. Bairro da cidade de Maceió; no Estado das Alagôas.

LIBERDADE. Igarapé do Estado do Amazonas, banha o mun. de S. Philippe e desagua no rio Juruá.

LICONDE. Rio do Estado do Maranhão, affl. da margem esq. do Cururupú.

LIMEIRA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

LIMEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto, nas divisas do dist. de Villa Bomfim.

LIMEIRA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jacá, trib. do Santo Ignacio, que o é do Paranapanema.

LIMEIRO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio S. Lourenço; no mun. de Iguape.

LIMOEIRO. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema; no Estado de Minas Geraes.

LIMOEIRO. Corredeira no rio Tieté, entre o salto de Itú e a cidade de Porto Feliz; no Estado de S. Paulo.

LIMÕES. Morro do Estado de S. Paulo, na ilha de Santo Amaro.

LIMÕES. Riacho do Estado de Santa Catharina, banha o pov. Pantanal e desagua na praia do Sacco.

LIMPA ANZOL. Cachoeira no rio Giboia, no Estado da Bahia.

LINDOIA. Dist. de paz creado na com. e mun. da Serra Negra, no Estado de S. Paulo, pela Lei n. 638 de 29 de julho de 1899, que lhe tirou a denominação de Capella de Brotas. Dista da estação da Serra Negra, da linha Mogyana, 12 kils.

LINDO VALLE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Bôa Morte e mun. do Bom Fim.

LINHA DOS 48. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Leopoldo, com escola.

LIPO-LIPO. Furo do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

LOCURI. Corrupção de *recú-ri*, não vermelho; nome de uma madeira que serve para construcção (Dr. Theodoro Sampaio).

LOGAR DOS INDIOS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Paço, assente em terreno alto e plano, tres kils. ao S. da villa e 36 a E. da capital, na estrada real que desta vai a S. José de Riba-Mar. Foi em seu principio habitada por indios. Orago S. José.

LOMBA DO CEMITERIO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da capital, com escola.

LONTRA. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. da margem dir. do rio Pomba; no mun. deste nome. Recebe o Taquara Preta, o Bom Fim e o Santa Thereza.

LOURENÇO (S.). Log. no mun. de Tury-assú do Estado do Maranhão.

LOURENÇO (S.). Log. do Estado do Paraná, á margem da estrada de Assunguy, distante quatro kils. da capital; com um engenho de beneficiar herva-matte.

LOURENÇO (S.). Dist. do Estado de Minas Geraes no mun. de Silvestre Ferraz, atravessada pela E. de F. Mi-

nas e Rio. Pertenceu ao mun. da Christina. Vide *Agua de S. Lourenço*.

LOURENÇO (S.). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. da Christina e annexado ao de Silvestre Ferraz pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

LOURIÇAL. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Mar d'Hespanha.

LOURO BRANCO. Log. no mun. de Miranda do Estado de Matto Grosso.

LOUVEIRA. Pequeno corrego affl. da margem dir. do rio Capivary; no mun. de Jundiahy.

LUCAS. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Serro.

LUCAS. Monte na entrada do rio Oyapock, no Estado do Pará.

LUCAS (S.). Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. Santiago do Boquerão e desagua no rio do Rosario.

LUDUGERO (S.). Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. do Tubarão.

LUIZ (S.). Bairro do mun. de Piracicaba e Estado de S. Paulo.

LUIZ (S.). Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão dos Toledos, trib. do Piracicaba.

LUIZ (S.). Capital do Maranhão: Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorog. do Maranhão* (1901), diz: « S. Luiz, fundada em 1612 pelos francezes, sob o commando do protestante Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, que assim a denominou em honra a Luiz XIII, que então reinava em França, está situada na borda noroestal da ilha do mesmo nome, em uma pequena peninsula banhada ao N. pelo rio Anil, ao S. e O. pelo rio Bacanga, os quaes ahi formam confluencia, onde fica o ancoradouro, e, reunidos, constituindo uma pequena bahia, vão misturar suas aguas com as de S. Marcos, por entre as pontas da Areia e da guia (1). Sua posição astronomica de accordo com o *Annuario* de 1895, publicado pelo observatorio astronomico do Rio de Janeiro, é a seguinte: 2º31'36" de Lat. S. e 1º6'36" de Long. Occ. pelo meridiano do Rio de Janeiro. Está na ponta da Areia, á entrada do porto; o pharol da barra, fixo, de luz branca e vermelha, collocado no recinto da antiga fortaleza de Santo Antonio, hoje transformada em posto de signaes maritimos; á pequena distancia, na entrada da bahia de S. Marcos, acha-se o pharol deste nome, situado em uma collina, na qual tambem fica a antiga fortaleza de S. Marcos, transformada actualmente em estação semaphorica. O terreno, em que está situada a cidade, é accidentado, o que dá agradavel perspectiva aos que demandam o seu porto, sendo egualmente de bello effeito o extenso Caes da Sagração, que, começando no forte de S. Luiz, geralmente chamado *Baluarte*, situado na base de uma eminencia, á que vai a Rampa do Palacio, principal ponto de desembarque e que lhe fica contigua, se alonga até perto do bairro dos Remedios. As ruas da cidade, que é bem edificada, sendo muitos dos seus predios particulares verdadeiros palacetes, são na maior parte calçadas, as principaes a parallelepipedos. Entre seus edificios publicos, são dignos de menção: a *Cathedral*, rico e vasto templo que, situado na Praça do Palacio, guarda a sepultura do inolvidavel presidente Olympio Machado, em cuja lapide se lê esta inscripção: « Ao Dr. Eduardo Olympio Machado, a provincia agradecida, Lei n. 422 de 14 de agosto de 1856 »; a *Egreja* e *Convento do Carmo*, situados na historica e bella praça do mesmo nome, e ultimamente reconstruidos pelos reverendos padres Capuchinhos; a *Egreja de Santo Antonio*, vasto, simples e bello templo, de cuja tribuna sagrada se fez ouvir o preclaro classico Padre Antonio Vieira, e onde repousam os restos mortaes do botanico Dr. Antonio Corrêa de Lacerda e do illustrado e virtuoso sacerdote Conego Raymundo Alves da Fonseca, que foi lente de philosophia do Lyceu Maranhense; a *Egreja de S. Pantaleão*, elegantemente situada em logar alta, tendo ao lado a Casa de Expostos; o *Palacio do Governo* e o bonito palacete da *Intendencia Municipal*, ambos situados á Praça do Palacio; o *Theatro S. Luiz*, completamente reformado, que figura entre os principaes do Brasil; o *Thezouro do Estado*, a *Escola 11 de Agosto*, onde funccionam actualmente o Congresso do Estado, a Inspectoria de Hygiene e a Escola Nocturna; o *Quartel Federal* bem vasto, situado na Praça Deodoro; o *Quartel do Corpo de Infantaria do Estado*, na extincta Casa de Educandos Artifices; o *Hospital da Santa Casa da Misericordia*; o *Hospital Militar*; e o *Hospital Portuguez*, construido pela colonia portugueza, que não cessa de melhoral-o. Outros existem destinados á instrucção, como: o espaçoso *Convento de N. S. das Mercês*, onde funcciona provisoriamente o Lyceu Maranhense, fundado em 1838, sendo seu primeiro director o preclaro professor de latim Francisco Sotero dos Reis; a *Escola Normal*, fundada pelo Dr. Thomaz José da Porciuncula, e onde está tambem a *Escola Modelo Benedicto Leite*, assim chamada em homenagem ao Senador Benedicto Pereira Leite, a quem é devida a sua fundação; o *Seminario de Santo Antonio*, destinado ao Curso Theologico; o *Recolhimento de N. S. da Annunciação e Remedios*, onde existe actualmente um Internato para meninas, dirigido por irmans de Santa Thereza; as tres Escolas, fundadas pelo presidente Sylvino Elvidio Carneiro da Cunha, das quaes duas são destinadas tambem ao Curso Commercial e á aula de musica, e a terceira somente á Bibliotheca Publica; a *Escola de Aprendizes Marinheiros*; e o *Centro Commercial*. Possue muitas escolas subvencionadas pelo mun. e varios collegios particulares, destinados ao ensino primario e secundario. Das praças se destacam, além das do Palacio, Carmo e Deodoro, ja citadas, a dos Remedios, ornada de palmeiras plantadas symetricamente, elevando-se, no centro della, a estatua de Antonio Gonçalves Dias; a do Campo de Ourique, onde está a pyramide, monumento commemorativo da sagração de Pedro II; a do Senador Benedicto Leite, elegantemente ajardinada; e a do Senador Gomes de Castro, tambem ultimamente ajardinada. Conta tres bancos e uma agencia do de Pernambuco, tres companhias de seguros e duas agencias de empresas paraenses, destinadas a identico fim; é séde de duas companhias de navegação a vapor e de agencias de varias companhias estrangeiras, que regularmente enviam vapores a seu porto. E' abastecida de agua potavel canalisada, illuminada a gaz, percorrida por varias linhas de bondes, servida por extensa rêde de fios telegraphicos e ligada, por meio do telegrapho terrestre, a muitos pontos do Estado, á Capital Federal e demais Estados da União e, pela linha submarina, aos principaes Estados do Brazil e a outros paizes da America e á Europa. Do extremo da cidade parte uma pequena linha ferrea de sete kils. de extensão, que a põe em communicação com os aprazíveis povs. Cutim e Anil, banhados pelos rios que lhes dão o nome; quasi no 5º kil. atravessa a estrada — Caminho Grande — no Outeiro da Cruz, onde, como refere o illustre Dr. Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, « adormecem o seu somno derradeiro, abrigados á sombra augusta de uma modesta cruz, muitos dos valentes hollandezes e portuguezes que se disputavam, em duros combates, a posse da bella provincia do Maranhão ». Attestam o seu desenvolvimento industrial: cinco fabricas de fiação e tecidos de algodão, contando-se, entre ellas, uma de morins, situada no Anil, e a de Santa Izabel ou Companhia Fabril Maranhense, a mais importante do norte; uma somente de fiação de algodão, uma de tecidos de canhamo; uma de phosphoros, situada no arrabalde Jordôa; uma de pregos e de chumbo de caça; duas officinas de fundição e de machinas, sendo mais importante a da Companhia de Navegação a vapor do Maranhão, onde os aspirantes a machinista iniciam a sua aprendizagem. Possue tambem quatro fabricas de descascar arroz, sendo tres movidas a vapor e uma a agua seis fabricas de sabão, tres de oleo, duas de chocolate, oito de cal, situadas nos arredores da cidade.

(1) Os rios Anil e Bacanga, no trecho correspondente á capital, podem ser tambem considerados braços ou esteiros da pequena bahia que a banha e lhe serve de porto, formada pela de S. Marcos, e em cuja entrada se acham, de um lado, a ponta da Areia, e do outro, a da Guia. Ellas dão ao terreno em que está situada a cidade, o aspecto de uma pequena peninsula, e penetram na ilha formando innumeros igarapés de agua salgada e recebendo varios rios pequenos, como o Anil e Bacanga, propriamente ditos, que lhes deram o nome, o Angelim, o Batatan, etc.

duas de productos ceramicos, que ficam á margem esq. do Bacanga, uma de gelo e muitas outras fabricas e officinas, de menor importancia. Tem onze typographias e cinco officinas de encadernação. Conta quatro jornaes diarios, tres de publicação mensal e um annual. Calcula-se a sua pop. em 50.000 habs. Nasceram nesta cidade: Manoel Odorico Mendes, Gentil Homem de Almeida Braga, Arthur e Aluizo Azevedo, Joaquim Serra, brigadeiro Feliciano Antonio Falcão, Visconde de Alcantara, o philologo Francisco Sotero dos Reis, além de outros homens notaveis. Na antiga praia do Armazem, depois da Trindade, afastada hoje do mar pelos terrenos accrescidos com a construcção do caes, foi executado, em 1685, Manuel Beckman, que, do alto do patibulo, declarou — que pelo povo do Maranhão morria contente. »

LUIZ CORRÊA. Cachoeira no rio Grande, na fazenda do Rio Grande, mun. do Bom Jardim e Estado do Rio de Janeiro. Tem uma quéda de 10 metros de altura.

LUIZ GONZAGA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: « *S. Luiz Gonzaga*, antigamente tambem chamada villa do Machado, porque para ahi se transferiu a villa deste nome, que estava a 21 kils. á jusante da margem dir. do rio Mearim, fica situada á margem dir. do mesmo rio, á montante da Victoria. O logar da antiga villa, hoje sem importancia alguma, passou a ser conhecido por *Villa Velha*. O lado fronteiro á S. Luiz Gonzaga chama-se Trezidella. A producção desta villa consiste em algodão e milho, que ella exporta para a capital. Calcula-se a sua pop. em 1.500 habs. » No perimetro da villa, em 1896, tinha 50 casas de telha, 40 de palha e umas oito de negocio.

LUIZ GONZAGA (S.). Villa do R. G. do Sul. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade por Dec. n. 477 de 14 de março de 1902.

LUIZ MAXIMO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Guarehy.

LUMIAR. Pequeno pov. do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Foi transferida a séde do seu dist. para a pov. de S. Pedro com esta denominação pela Lei n. 519 de 17 de dezembro de 1901.

LUMINADA. Ilha no rio Oyapock e Estado do Pará.

LUZIA (Santa). Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 716 kils. do Joaseiro, entre as estações de Porteiras e Barreiras.

LUZIA (D.). Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

LUZIA (Santa). Villa do Estado do Pará, creada pela Lei n. 797 de 22 de outubro de 1891. Foi pov. do mun. de Curuçá.

LUZIA (Santa). Ilha do Estado da Bahia, defronte de Macaranduba, na peninsula de Itapagipe. Nella fica a enseada dos Fiaes.

LUZIA (Santa). Riacho do Estado da Bahia, no dist. das Salinas da Margarida. Desagua no mar, entre Cordeiro e a fazenda do Bulcão.

LUZIA (Santa). Rio do Estado da Bahia, banha o mun. do Campo Formoso e desagua no Payayá, no logar Tapuya.

LUZIA DO ENGENHO (Santa). Pov. do Estado do Pará, no mun. de Curuçá.

M

MABÁ. Corrupção de *Mapá*. Vide.

MABAÇA. Log. do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma.

MABACHICÁ. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Barcellos.

MACABA ou *Bacaba*. A palmeira (*Oenocarpus Bacaba*. Mart.) a palmeira bocayuva; alt. *macá*, *bacá* (Dr. Theodoro Sampaio).

MACABÚ. Corrupção de *macáb-ú*, ou *macab-y*, o rio das macabas ou bacabas, isto é, das palmeiras bocayuvas (Dr. Theodoro Sampaio).

MACACO. Corrego do Estado de Matto Grosso, affl. do rio Coxim pela margem esq.; no mun. de Corumbá.

MACACO DA NOITE. Igarapé no mun. da capital do Estado do Pará.

MACACOEIRA. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Miritiba.

MACACOS. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Camboriú.

MACACOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Pirauba e mun. do Pomba; com uma esc. municipal.

MACACÚ. Corrupção de *macac-ú* ou *macaca-y*, rio dos macacos, Rio de Janeiro; ant. *Macucú*, e, neste caso, é corrupção de *macuc-ú*, rio dos macucos; nome de uma madeira propria para construcção civil (Dr. Theodoro Sampaio).

MAÇÁ-GUASSÚ. Lagôa no mun. de Caraguatatuba e Estado de S. Paulo. « *Maçá-guassú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbo-açái-gud-uçú*, por contracção *Mb'açái-gud-çú*, esparzido, redondo, largo. De *mbo*, particula activa, da qual o *b* não sôa senão imperceptivelmente, quando predomina o som do *m* e vice-versa; *açái*, estender, esparzir; *gud*, redondo; *uçú*, grande, largo. Allusivo a ser ahi que o rio *Capuava*, logo que se derrama na planicie, forma essa grande lagôa. »

MACAHÉ. Corrupção de *macá-é*, a macaba que é doce, a macaba saborosa, o fructo agradavel da palmeira bacaba, macaba ou bocayuva. Vide *Macaba* (Dr. Theodoro Sampaio).

MACAHÉ. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim : No *Jornal do Commercio* de 7 de abril de 1902, publiquei a seguinte noticia á respeito dessa cidade: Regressando de S. João da Barra, em direcção á cidade de Macahé, passei pelas estações de Caetá, Barcellos, Floresta, Commendador Martins Lage e Thomaz Coelho, todas pertencentes a Estrada de Ferro Campista.

Almocei em Campos e ás 10 horas e um quarto embarquei na Leopoldina, que fica do outro lado da cidade. Passei pelas estações de Ururahy, Guriry, Dores, Conde de Araruama, Carapebus e Cabiunas, e cheguei á cidade de Macahé á 1 hora da tarde, tomando na estação um *bond* que me conduziu ao hotel. E' Macahé uma bonita cidade situada á margem dir. do rio Macahé, que nella desagua, no oceano, entre o Pontal e a enseada da Concha; em terreno plano a 94 kils. da cidade de Campos e a 181 de Nitheroy; cercada de dous lados pelos morros da Imbetiba, Monte Elysio, Sant'Anna e Vianna, ligado á ponta denominada Pontal por uma ponte de ferro de 124 metros de extensão, que põe em communicação a cidade com a estrada de rodagem que passa pelo Barreto, Carapebus, Quissaman, Dores de Macabú, e termina em Campos. Contorna grande parte da cidade uma valla aberta pelos jesuitas, a qual se estende da rua Conselheiro Dantas á praia da Concha; esta valla ainda hoje presta relevantes serviços, pois nella escoam-se as aguas das chuvas e das cheias do rio. Córta as principaes ruas da cidade uma linha da Companhia Ferro Carril Macahé e Imbetiba, possuindo alguns *bonds*, *wagons* para cargas e um carro funerario; essa companhia tem previlegio por 30 annos, por contrato firmado com a ex-provincia, em 14 de agosto de 1876. Na cidade começa o canal de Macahé a Campos, hoje quasi todo obstruido, sendo apenas navegavel de Quissaman a Campos; e a estrada de ferro que vai a Glycerio.

A cidade offerece um esplendido panorama na parte voltada para o rio e para o oceano, vendo-se defronte uma

das ilhas de Sant'Anna, o morro da Fortaleza, a enseada da Concha e o leito mortuario do rio Macahé.

Na parte da enseada da Concha (extremo da rua da Liberdade) atracam os vapores da Companhia S. João da Barra e Campos, que vão até o Rio de Janeiro com carregamento de café e outros productos de Macahé e seus districtos.

No cáes da mesma rua da Liberdade, na extremidade, que enfrenta a fóz do rio, atracam os muitos navios de pequena cabotagem com carregamento de sal, cal, peixes, etc., das fabricas, salinas e caieiras de Cabo Frio, e fazem tambem viagens de Macahé ao Rio de Janeiro com outros carregamentos de café e diversos productos, o que dá movimento ao commercio.

A cidade não tem esgotos. A agua que abastece é oriunda de mananciaes existentes no lugar denominado Rio Dourado (estação), distante uns 60 kils. e transportada pela estrada de ferro em tanques apropriados de 12.000 litros cada um, diariamente. Este transporte da agua é contratado pela Camara Municipal.

Publicam-se na cidade tres jornaes: o *Democrata*, cujo primeiro numero appareceu a 22 de janeiro do corrente anno; o *Lynce*, com 7 annos de existencia, e o *Seculo*, com 15 annos, que mantém, junto á officina de impressão da folha, uma outra a vapor, para trabalhos avulsos, dispondo de machinas de systema moderno.

As ruas da cidade são largas, planas, rectas, abahuladas, cruzando-se perpendicularmente, muitas arborisadas, sem calçamento, com passeios de lagedos ou cimentados e illuminadas a kerozene. As principaes são: a Treze de Maio, a mais extensa e commercial, da Liberdade, Conselheiro Dantas, Euzebio de Queiroz, Barão de Cotegipe e José Bonifacio.

Tem tres praças bastante extensas: a do Visconde do Rio Branco, antiga Municipal; a Quinze de Novembro, antiga Alegria, e a Conselheiro João Alfredo, antiga Motta Coqueiro, porque nella foi enforcado o individuo deste nome.

Seus predios, em numero de 948, são, na sua maior parte, do systema antigo, mas bem conservados e limpos. Tem diversos sobrados.

O predio mais importante pela sua feliz collocação, solidez de construcção e ornamentação interna, é o da Viscondessa de Araujo.

No alto do morro de Sant'Anna, ergue-se a graciosa e poetica capellinha desta invocação, de onde se desfructa um panorama extenso e lindissimo. Ahi existe um cemiterio em uma de suas abas, em terreno particular, um moinho tocado a vento para moagem de cereaes.

Entre os arrabaldes da cidade nota-se o de Imbetiba, situado na enseada do seu nome, comprehendido entre os morros da Fortaleza e de Imbetiba, á margem do oceano, e ligado á cidade pela linha de *bonds*. Ahi ficam as officinas da Leopoldina, o importante edificio da Alfandega, em que o Governo gastou em pura perda dezenas de contos; o grande hotel da Empreza Balneararia, uma ponte em ruinas, uma outra de madeira, onde a estrada termina, e um quebra-mar não concluido.

No morro da Fortaleza ha os restos de uma fortaleza abandonada, e o forte em construcção bem adiantada, mas infelizmente paralysada. Guarda este forte uma força federal.

Ha na cidade 70 casas de seccos e molhados, 10 lojas de fazendas, uma casa com cinco bilhares, um deposito de calçado, um tanoeiro, uma fabrica de bebidas, tres marceneiros, tres pharmacias, sete botequins, um estabelecimento de colchoaria e moveis, seis hoteis e casas de pasto, dous selleiros, sete lojas de barbeiros, cinco padarias, duas fabricas de cigarros, cinco lojas de alfaiates, duas typographias, dous funileiros e vidraceiros, uma refinação de assucar, uma officina de armador, tres sapatarias, oito açougues, uma olaria, duas fabricas de fogos artificiaes, seis advogados e quatro medicos.

A Matriz fica na praça 15 de Novembro. E' um templo muito singelo, mas decente, tem uma só torre; o interior não se salienta pela decoração. Tem, além do altar-mór com S. João Baptista, padroeiro, mais quatro lateraes: do Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosario, S. Benedicto, os 14 quadros da Via Sacra, dous pulpitos, a pia baptismal e o côro com um harmonium.

Esta egreja foi construida pela Irmandade do Santissimo Sacramento, mas não havendo na cidade Matriz, foi ella cedida para esse fim.

Projectou-se construir uma Matriz na praça Visconde do Rio Branco, chegando a construcção até a capella-mór. Por falta de recursos, arruinou-se com o tempo a parte iniciada, mandando a Camara arrazar as paredes e os alicerces, sendo as pedras aproveitadas para o hospital da Beneficencia Portugueza e para a torre da capella de Sant'Anna.

Além da Matriz e da Capella de Sant'Anna, tem mais a cidade duas capellas nas sociedades musicaes *Nova Aurora* e *Lyra dos Conspiradores*, a primeira com a invocação de Santa Cecilia e a segunda com a de Nossa Senhora da Penha.

A Camara funcciona em predio proprio, situado na rua da Liberdade e com a frente para o oceano. Tem dous pavimentos: no segundo funcciona a Procuradoria, no primeiro encontram-se a Secretaria, a Bibliotheca e a sala das sessões do Jury e da Camara, com os retratos do Marechal Floriano, do General Deodoro e do Dr. Prudente de Moraes.

A cadêa occupa um sobrado alugado na rua da Esperança, canto da rua da Liberdade. Tem duas prisões, muito acanhadas, uma para homens e outra para mulheres. Na prisão dos homens encontrei 11 individuos, quasi todos por crime de morte.

A casa de caridade está localisada em um bom predio com 10 janellas de frente na rua 15 de Novembro. Tem uma capellinha de S. João Baptista, padroeiro do hospital e da cidade, tres enfermarias para homens e uma para mulheres, pharmacia com os retratos do Dr. Valladão, Barão de Petropolis e do Dr. João Moraes de Siqueira Bueno, fundador do hospital.

O Lazareto fica no morro do Vianna.

Ha na cidade duas lojas maçonicas, a Perseverança Segunda e Quintino Bocayuva, o edificio da Sociedade Portugueza de Beneficencia, ainda não concluido, e um templo protestante.

A pop. da cidade é de cinco a seis mil habs.

Tem quatro cemiterios: o de Sant'Anna, no morro do seu nome, o do Santissimo, do Rosario e o Municipal, estes situados na rua da Egualdade, proximos á praia da Imbetiba. A instrucção publica é dada na cidade em tres collegios particulares para meninas, em cinco escolas estaduaes e uma municipal, no arrabalde da Boassica. No resto do mun. ha nove escolas estaduaes e nove municipaes, nos logares: Imburo no distr. do Barreto; Pindobas e Capellinha, no distr. de Carapebus; Venda Nova, no distr. de Quissaman; Santa Catharina, no distr. da Conceição de Macabú; Coqueiros, no distr. das Neves; Salto, no distr. de Cachoeiros; Glycerio e Sanna, no distr. do Frade. Ha ainda em Quissaman uma escola particular para os filhos dos operarios do Engenho Central, mantida pela Directoria do mesmo Engenho.

O mun. confina com Campos, Santa Maria Magdalena, Bomjardim, Nova Friburgo e Indayassú.

Comprehende os distrs. da cidade: Barreto, Carapebus, Quissaman, Conceição, Neves, Cachoeiros e Frade; e as seguintes estações da Estrada de Ferro: Boassica, Imbetiba, Cidade, Cabiunas, Carapebus e Conde de Araruama, na Estrada de Ferro Leopoldina; Paciencia e Conceição, na Estrada Barão de Araruama; Almeida Pereira, Claudio, Mundéos e Glycerio, na Estrada Central de Macahé, todas pertencentes á referida Companhia Leopoldina. Além dessas estradas de ferro, atravessa o mun. o de Quissaman.

A lavoura consiste em canna, café e cereaes; a criação do gado é pequena.

Ha no mun. o Engenho Central de Quissaman; 4 usinas de café, na cidade, Paciencia, Conceição e Glycerio, e diversos engenhos de assucar e café.

No segundo distr. (Barreto) e em outros ha algumas fabricas de queijos e manteiga.

Nas costas do mun. apenas notam-se as ilhas de Sant' Anna, que ficam defronte da cidade. Ao pé dellas, do lado do Sul, está o ilhote do Papagaio, junto ao qual existem dous rochedos submarinos — a *Mula* e o *Moleque* — conhecidos dos navegantes. Nas Costas do Barreto, a 22°21'10" S. de latitude, 1°22'30" de longitude oriental, existe o rochedo Hermes, onde em 1861 naufragou o vapor *Hermes*.

As serras do mun. pertencem á cordilheira Maritima. Della destacam-se a serra de Macahé, junto a Bom Jardim, e onde nasce o rio Macahé; as serras de Macabú (corrupção de *macáb-á* ou *macab-y*, o rio das Macabas ou Bacabas, isto é, das palmeiras bocayuvas), dos Crubixaes, do Homem Deitado e de Santo Antonio, que por um lado formam o valle

do Macabú, e por outro constituem as vertentes do rio S. Pedro, affl. do Macahé.

O ponto mais culminante do mun. é o morro do Frade, que, segundo Mouchez, tem 1.750 metros.

Os principaes rios do mun. são: o Macahé e o Macabú. O primeiro recebe o Anta, João Manoel, Atalaia, S. Pedro, Jurumirim, Sabiá, Genipapo, Morto, Crubixaes, Ouro, Aduellas, Trahiras e Bonito; o segundo nasce na mesma serra de Macahé e desagua na Lagôa Feia.

As principaes lagôas do mun. são: a Feia, outr'ora Iguassú, Carapebús, Jeribatyba (abundancia de Jerivás) e a Imboassica. A primeira recebe as aguas dos rios Ururahy e Macabú e communica com o oceano por diversos rios, entre os quaes o Furado.

Saint Adolphe diz que o rio Macahé era denominado *Mikié* (rio dos bagres) pelos Goytacazes. Segundo o Dr. Theodoro Sampaio, Macahé é corrupção de *maca-é*, e significa a macaba que é doce, a macaba saborosa, o fructo agradavel da palmeira bacaba, macaba ou bocayuva ».

MACAHUBA. Corrupção de *macayba* ou *bacayba*, a palmeira *Acrocomia Selerocarpa*, Mart. ou *Oenocarpus Bacaba* (Dr. Theodoro Sampaio). « *Macahubas*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbo-áquâ-aub-a*, quasi nada corrente. De *mbo*, particula activa, cuja pronuncia salienta ora o *m*, ora o *b*, formando, no primeiro caso, *mo*, e, no segundo, *bo*, segundo os grammaticos; *áquâ*, correr; *aub*, particula para assignalar defeito na acção do verbo anteposto, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Esta particula *aub*, tal qual a escreveu o padre Luiz Figueira (*obr.* cit.), é muitas vezes pronunciada simplesmente *aú*.

MACAHUBAS DE CIMA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santo Antonio da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim. Pertenceu ao dist. da cidade deste nome.

MACAHYBA. Vide *Macahuba*.

MACAIA. Pequeno rio que desagua no mar; no mun. de Santos e Estado de S. Paulo.

MACAMBIRA. Composto de *mã-cambir*, cousa que fere ou offende; planta bromeliacea commum nos sertões do norte do Brazil (Dr. Theodoro Sampaio).

MACAMBIRA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 604 kils. distante do Joaseiro, entre as estações da Conceição e Sobrado.

MACAPÁ. Composto de *macá-pá*, macá = macaba ou bacaba, a palmeira (*Oenocarpus Bacaba*, Mart.), *pá*, lavrar, cortar, derribar; a derribada de macabas; Pará (Dr. Theodoro Sampaio).

MACAQUINHO. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do Macaco Grande, no dist. de Anicuns.

MAÇARANDUBA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do Igarapé-assú; no mun. de S. Domingos da Bôa Vista.

MAÇARICO. Lago. do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

MACARY. E' assim tambem denominado o rio Carapaporis; no Estado do Pará.

MACAUAN. Rio do Estado do Amazonas, affl. do Iaco; no mun. de Floriano Peixoto.

MACEIÓ, ant. *Maçayó*. Composto de *mã-çai-ó*, cousa estendida ou dilatada, isto é, o espraiado, o alargado, o extenso; ou ainda, o que se estende encobrindo ou tapando (Dr. Theodoro Sampaio).

MACENA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga. Vai para a margem esq. do rio Capibaribe.

MACHADO. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes, um no termo de Larangeiras e outro no do Lagarto.

MACHADO. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

MACHADO PORTELLA. Pov. da Bahia. Accrescente-se no fim: O mun. ahi creado pela Lei n. 307 de 28 de junho de 1899 foi supprimido pela de n. 442 de 28 de agosto de 1901.

MACHADOS. Bairro do mun. de S. Manoel do Paraiso e Estado de S. Paulo; com escolas.

MACHADOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. de Bom Fim (Inf. loc.).

MACHARETE. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

MACUCO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

MACUCO. Com este nome dá o Dr. J. M. de Almeida noticia de dous affls. do rio Paranapanema pela margem dir.: um no mun. de Santa Barbara do Rio Pardo; outro no de Campos Novos do Paranapanema, no Estado de S. Paulo. « *Macuco*, diz aquelle escriptor, corruptela de *Mbo-cúcuí*, cahido. De *mbo*, particula activa; *cúcuí*, cahir. Allusivo, quanto á serra, ao seu derrocamento; e, quanto aos ribeirões, ao seu leito em forte declive com quedas ».

MACUCONO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Itabira, com uma esc. municipal.

MACUNA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Lagarto (*Almanak Sergipano*. 1901).

MADEIRA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Brigida, trib. do rio S. Francisco.

MADRE DE DEUS. Arraial do termo de Larangeiras, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

MADUREIRA. Bairro do mun. de Pindamonhangaba e Estado de S. Paulo.

MADUREIRA. Log. no Districto Federal. Accrescente-se no fim: Fica a 16k,700 distante da Estação Central; a 20m,200 de altura e entre Cascadura e D. Clara. Tem mais uma estação da E. de F. Melhoramentos do Brasil.

MÃE CARIRA. Arraial do termo de Itabaiana, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

MAGALHÃES. Log. no dist. da cidade do Pomba e Estado de Minas Geraes; com uma esc. municipal.

MAGÉ. Corr. *mbagé* ou *pagé*, o feiticeiro, o curandeiro do gentio; ant. *magépe*, composto de *magé-pe*, no feiticeiro; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

MAGÉ. Serra do Estado de Pernambuco, no pov. de Alagoinhas.

MAGÉ. Riacho do Estado de Pernambuco, rega o pov. Alagoinhas e desagua no rio Ipanema.

MAGRO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

MAGÚ. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.), tratando desse rio, diz: « O rio Magú, tambem chamado João Peres, nasce no logar Montevedy, forma o lago Magú e se lança no rio Santa Rosa. E' extraordinaria a quantidade de peixe que ha no rio Magú durante o mez de Maio; mais de 400 pessôas ahi se occupam da pesca, sem diminuir, pelo menos, visivelmente, a sua riqueza piscosa ».

MAICATHIRA. Corruptela de *Mo-ã-guâ-atir-a*, contrahido em *M'-ã-guâ-tir-a*, empinadas e pontas altas. De *mo*,

particula activa; *ã*, empinar; *quá*, ponta; *atir*, levantar, alçar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a ser essa serra muito alcantilada e a ter muitos picos altissimos (Dr. J. M. de Almeida). Vide *Mãe Cathira*.

MAIOÁ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. do Curralinho. E' um braço do rio Mutuacá.

MAIOBINHA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

MAIPITY. Igarapé do Estado do Amazonas, affl. da margem esq. do rio Negro, no dist. de Taupessassú, mun. da capital.

MAIR. Appellido dos Francezes entre os tupis.

MAIRY. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Miritiba.

MALAMBÁ. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901). Encontra-se tambem escripto *Malembá*.

MALEITAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Bataiaes e desagua no rio Pardo. Recebe o corrego do Furquim.

MALHADA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco; no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 888 kils. distante do Joaseiro (Bahia) e entre as estações de Carinhanha e Manga.

MALHADAS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

MALOCA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

MAMALUCO. Corr. *mamá-ruca*, o que procede da mistura, o mixtiço (Dr. T. Sampaio). Vide *Mameluco*.

MAMANGUAPE. Composto de *mamã-gua-pe*, no valle dos curraes ou dos cercados; Parahyba do Norte (Dr. T. Sampaio).

MAMÃO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

MAMBUCABA. Corr. *mombu-caba*, o furo, a aberta, o rasgão, a passagem (Dr. T. Sampaio). « *Mambucaba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mã-mbucá-ába*, isto é, *Mã-mbuc'-aba*, impedido e ruidoso. De *mã*, impedir, impedimento; *mbucá*, o mesmo que *pucá*, fazer ruido, mudado o *p* em *mb*, por ser nasal a palavra anterior; *ába*, particula, para exprimir o modo, a causa, o intento, etc. Allusivo a ser encachoeirado, fazendo as aguas grande ruido ».

MAMBUCABA. Rio affl. da margem dir. do Tieté; no mun. de Cabreuva e Estado de S. Paulo.

MAMBUHÚ. Corruptela de *Mo-mb-úú*, lodoso. De *mo*, particula activa; *mb*, por ter som nasal a palavra seguinte; *úú*, o mesmo que *húú*, lodo, lama, limo. Allusivo a correrem suas aguas em terreno lodoso (Dr. J. M. de Almeida).

MAMBURAL. Rio affl. da margem dir. do Jacupiranga; no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Mambural*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbaã-mborá*, manchado de atoleiro. De *mbaã*, o mesmo que *paã*, atolar, pela mudança do *p* em *mb*, visto não ter palavra antecedente; *rá*, mancha, manchar, precedido da particula activa *mbo*, formando *mborá*, manchado. Allusivo a ter nos leitos e nas margens manchas de atoleiro ».

MAMELUCO. Corrupção de mamaluco. Vide *Mamaluco*.

MAMORÉ. Composto de *mamõ-ré*, o de longe, o que vem de outra parte; nome de um dos galhos principaes do rio Madeira (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Maroré*.

MAMORÉ. Serra no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. Vide *Maroré*.

MAMPITUBA. Composto de *mã-pituba*, cousa que é arejada, ventilada; o sopro, o halito; Santa Catharina (Dr. Theodoro Sampaio).

MANACAN. Riacho nas divisas do termo do Canhotinho, do Estado de Pernambuco, com o Estado das Alagôas.

MANCOÉBA. Log. no mun. da capital do Estado de Matto Grosso.

MANDACARÚ. Nome commum aos cardos (*Cereus*); alt. *jamacarú*, *yamacarú* (Dr. T. Sampaio).

MANDACARÚ. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

MANDACASSÚ. Pov. do Estado do Maranhão, a 24 kils. da villa de Barreirinhas, a cujo mun. pertence.

MANDAHÚ. Corr. *manda-u* ou *manda-y*, o rio dos feixes ou dos montões (Dr. T. Sampaio).

MANDAQUI. Composto de *manda-qui*, feixe em pé, ou feixe que brota, que se renova (Dr. T. Sampaio). « *Mandaqui* ou *Mã-nd-aqui*, impedido e frouxo. De *mã*, impedir, impedimento; *nd*, intercalação nasal; *aqui*, frouxo. Allusivo a ter (este rio de S. Paulo) obstruido o leito, e alagar as margens ». (Dr. J. M. Almeida).

MANDAQUI. Bairro no mun. da capital do Estado de S. Paulo, no dist. de Sant' Anna; com uma esc. e uma estação da E. de F. da Cantareira.

MANDAQUI. Rio affl. da margem dir. do Tieté; no mun. da capital do Estado de S. Paulo.

MANDASAIA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Campos.

MANDASAIA. Corredeira no rio Paranapanema, um pouco abaixo da barra ou foz do rio Itapetininga; no Estado de S. Paulo. « *Mandaçaia*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mã-nd-haçá*, impedimento atravessado. De *mã*, impedimento; *nd*, intercalação, por ser nasal o som de *mã*, e para ligal-o a *haçá*, atravessar. Allusivo a existir ahi, no meio do rio, um largo lagedo de rocha dura; e o canal, em diagonal do lado direito para o esquerdo, e pouco fundo, fórça por seu declive as aguas a uma correnteza correspondente a seis kils. por hora ».

MANDIHÚ. Estação da E. de F. Mogyana, no kil. 402 da linha do Rio Grande. Foi aberta ao trafego a 1º de abril de 1901.

MANDIHY. Nada tem este nome com o peixe *mandií*. « *Mandihy*, corruptela de *Mã-nd-eii*, muitos impedimentos. De *mã*, impedimento; *nd*, intercalação, por ser nasal o som *mã*, e para ligar a *eii*, muitos, exprimindo plural. Allusivo a ter o leito atravancado com pedras e madeiras podres ». (Dr. J. M. de Almeida).

MANDIMBO. Corrego affl. do ribeirão Cachoeirinha, este do ribeirão Banharão e este da margem esq. do rio Mogyguassú; entre os muns. de Jaboticabal e Barretos; no Estado de S. Paulo. Já li escripto *Mandembo*. « *Mandimbo*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mã-nd-ii-mbo*, impedido e sujo. De *mã*, impedir; *nd*, intercalação nasal; *ii*, sujo; *m*, intercalação nasal; *bo* (breve), para formar supino. Allusivo a ter o leito obstruido de detritos vegetaes, com cachoeiras ».

MANDINGA. Contracção de *Mã-nd-yi-ng*, impedido e gretado. De *mã*, impedir, impedimento; *nd*, intercalação, por ser nasal o som de *mã* e para ligal-o a *yi*, concavar, gretar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. A nasalidade de *mã* fóre tambem *yi*, que, sem isso, seria guttural. Allusivo a saltos, cachoeiras e outros obstaculos em seu leito; inclusive concavidades e gretas. A proposito do nome deste ribeirão (de S. Paulo), tenho duvida em admittir a palavra *mandinga* como de origem africana. Segundo os lexicographos, ter mandinga é ter difficuldades, contra as quaes é necessario luctar. Não é, por ventura, o mesmo significado de *mandinga* em tupi? (Dr. J. M. de Almeida).

MANDINGA. Ribeirão do S. Paulo, no mun. do Cunha Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Parahytinga.

MANDIOCA. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim, com uma machina e uma prensa de descaroçar e ensaccar algodão.

MANDIOCA. Serra do Estado de Pernambuco, ao poente do mun. do Altinho.

MANDIOCA. Uma das cabeceiras do ribeirão Assungui, pela margem dir., no mun. de Sarapuhy e Estado de S. Paulo. « *Mandioca*, isto é, *Mã-ndi-ógca*, muitos impedimentos e tapado. De *mã*, impedimento; *ndi*, muitos; *ógca*, de *óg*, tapar, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo aos saltos e cachoeiras; represado, porém, na barra ». (Dr. J. M. de Almeida). « *Mandioca*, corr. *manioc*, a raiz edule da *yatropha* » (Dr. T. Sampaio).

MANDIORÉ. Composto de *mandy-o-ré*, que se chama do *mandi*; nome de uma lagôa no valle do Paraguay (Dr. T. Sampaio).

MANDIRA. Isto é, *Mã-ndir-a*, impedimentos amontoados. De *mã*, impedimento; *ndir-a*, o mesmo que *tir-a*, fazer montão, amontoar. O *t* é mudado em *nd* por causa do som nasal de *mã*. O *a* (breve) final é exigido por acabar em consoante o verbo *tir*, segundo a lição do padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarani*. Allusivo a entulhar-se o leito deste ribeirão com terras desmoronadas da serra, formando elevações. No ribeirão *Mandira* ha imponentes saltos. E, significando *tir-a*, tambem levantado, alto, *mã-ndir-a* pode por ventura ser referencia aos sobreditos saltos—impedimentos altos. Em summa, a ideia representada pelo nome corresponde ao facto (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902). O conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela prov. de S. Paulo, no anno de 1805*, descrevendo os cursos d'agua desta região, escreveu: « Todos estes rios são pouco attendiveis pela sua nenhuma largura, pela pouca profundidade d'agua e pela pequena extensão, o que provém das proximidades das serras de onde elles nascem; comtudo, no tempo das aguas, são assás caudalosos, e, não ha immenso tempo, com as grandes chuvas desabaram porções das serras, que vieram entulhar o rio das *Minas* e ribeirão do *Mandira*, arrastando consigo enormes madeiras. . . »

MANDISSUNUNGA. Corruptela de *Mã-ndi-çunú-nga*, muitos impedimentos e ruidoso. De *mã*, impedir, impedimento; *ndi*, muitos; *çunú*, fazer ruido, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a saltos e cachoeiras em seu curso, fazendo ruido e estrepito as suas aguas, nas successivas quedas (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

MANDIÚ. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Santa Isabel e desagua na margem dir. do rio Jaguary. « *Mandiú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mã-nd-yú*, impedido e apertado. De *mã*, impedir, impedimento; *nd*, intercalação, por ser nasal o som de *mã*, e para ligal-o a *yú*, garganta, logar estreito. Allusivo a ter o leito atravancado de pedras, e a estreitar-se em varios logares. Corre entre margens altas ».

MANDUCAIA. Rio affl. da margem dir. do Pardo; no mun. de Santa Barbara do Rio Pardo e Estado de S. Paulo. « *Manducaia*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mã-nd-y-quai-a*, impedimento e gargantas. De *mã*, impedimento; *nd*, intercalação nasal; *y*, relativo; *quai*, cingir, fazer garganta ou cintura, estreitar, com o accrescimo de *a* (breve), para formar infinitivo, sem caso, e, portanto, exprimindo a acção geral do verbo. Allusivo aos saltos, cachoeiras, e gargantas ou estreitos, no seu curso ».

MANDY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o dist. de Itaquaquecetuba e desagua na margem dir. do rio Tieté, proximo á foz do ribeirão do Jaguary.

MANETA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. da capital.

MANGA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 943 kils. de Joaseiro (Bahia) e entre as estações da Malhada e de Morrinhos.

MANGABAHÚ. Rio affl. da margem esq. do Jundiahy, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. Vide *Anhangabaú*. « *Mangabahú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mong-aba-aú*, pantanoso. De *mong*, ser pegajoso; *ába*, particula de participio presente, para exprimir a causa, o modo, o logar, o instrumento etc.; *aú*, lama, mancha, sujidade. Este *aú* é sempre posposto na composição dos nomes. Allusivo a ter no leito lama pegajosa. Aproveitando esta occasião, direi que o nome da fructa geralmente conhecida por *mangaba* é *mong-ába*, pegajosa, viscosa; porque verte um leite viscoso, enquanto não está bem madura ».

MANGABEIRA. Arraial do termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

MANGABEIRAS. Morro na cidade da Cachoeira, no Estado da Bahia.

MANGARATIBA. Corr. *mangará-tyba*, mangarás em abundancia, mangarasal (Dr. Theodoro Sampaio).

MANGARITO. Serra do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

MANGUABA. Composto de *ma-guaba*, cousa de comer, o que serve para comer; *mangaba* (*Hancornia speciosa*). Dr. Theodoro Sampaio.

MANGUE. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Goiabal; no mun. de Chaves.

MANGUEIRA DA VOLTA. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

MANGUE SECCO. Ilha no furo do Tucunzal, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

MANGUINHOS. Log. do Estado de Pernambuco, no 2º dist. da Varzea.

MANGUINHOS. Log. do Estado da Bahia, no mun. de S. Felix.

MANHUASSÚ. Ant. *amana-açú*, chuva copiosa, a tempestade (Dr. T. Sampaio).

MANIÇOBA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Cachoeira, que o é do Genipapinho, trib. do rio Ipanema.

MANIÇOBA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

MANIÇOBA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Brigida, trib. do S. Francisco; no mun. do Exú.

MANOEL (S.). Ribeirão do Estado de Goyaz, affl. do Turvo; no dist. de S. José de Mossamedes.

MANOEL ALVES. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

MANOEL ANTONIO. Pequeno rio do Estado de Santa Catharina; desagua no sacco de Itacoroby ou Sacco Grande.

MANOEL CAETANO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Bom Conselho e desagua no Caborge, affl. do rio Parahyba.

MANOEL CORRÊA. Log. no mun. de Corumbá, no Estado de Matto Grosso.

MANOEL GOMES. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

MANOEL LOPES. Corrego do Estado do Rio de Janeiro. Forma com o João Magro o rio Bella Joanna, trib. do rio Preto, que o é do Parahyba do Sul.

MANOEL PINTO. Corrego no mun. da capital do Estado de Matto Grosso.

MANSO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no Capibaribe.

MANSO. Rio do Estado de Minas Geraes; nasce na serra das Aboboras e Chapada do Couto, no dist. do Rio Manso, atravessa esse dist. e desagua na margem dir. do Jequitinhonha. Recebe, além de outros, os corregos da Fome, Taioba, Gangorras, Amendoim e Bexiga. Forma uma importante cachoeira, distante da pov. seis kils., de consideravel altura e elegante aspecto, que desce por uma pedreira assoalhada por uma grande lage, formando em meio da descida um açude, donde se tira a agua necessaria para mover o machinismo de uma fabrica de tecidos. Foi descoberto por Sebastião Leme do Prado.

MANSO. Rio de S. Paulo, no mun. do Bananal. Accrescente-se no fim: Desagua no Turvo e este no Bananal.

MANTIQUEIRA. Corr. *mã-tykyr*, cousa que verte, ou a vertente; ant. *amantiquira*, composto de *aman-tykyr*, a chuva gotteja ou pinga (Dr. T. Sampaio). *Mantiqueira*, corrupção de *Mo-ã-ty-iquê-ró*, por contracção *M'-ã-ty'-que-ró*, encostas e pontas, a pique. De *mo*, particula activa; *ã*, empinar, a prumo, a pique; *ty*, ponta; *iquê*, lado, costado; *ró*, por-se. Allusivo ás suas encostas muito alcantiladas e ás muitas elevações ponteagudas que mostra em toda a sua extensão. Antigamente era mais conhecida pelo nome *Jaguamim-bába* (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

MANTIQUEIRA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Tremembé, no mun. da capital. Sua foz fica acima do ribeirão Cachoeira, affl. pela margem dir. "*Mantiqueira*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Mondi-quir-a*, distillado, gotejado. De *mo*, particula activa; *ndiquir*, o mesmo que *tiquir*, mudado o *t* em *nd*, por causa da nasalidade de *mo*, distillar, gotejar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante".

MÃO DE LUVA. Gruta subterranea sob o ribeirão S. José, na confluencia com o rio Grande, no mun. do Bom Jardim. Chama-se assim por nella ter-se occultado o primeiro explorador dessas paragens.

MAPÁ. Nome de uma arvore (*Apocynacea*), proximamente do genero *Hancornia*. Hoje diz-se *Amapá*.

MAPARY. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: Outros o dão desaguando na barra do Rosario, entre a ilha deste nome e a de Macacueira.

MAPIRARY. Ilha do Pará. Em logar de Mapirary, leia-se *Mapirahy*.

MAQUEROBY. Ribeirão affl. da margem esq. do rio Tieté, no mun. da capital do Estado de S. Paulo. E' mencionado pelo padre Lourenço Craveiro, em suas *Notas* ao titulo de sesmaria de Pedro de Goés de 10 de outubro de 1532: "...o rio *Maqueroby*, que está junto á aldeia da Conceição, o qual rio entra no *Anhemby* ahi mesmo". Era a aldeia da Conceição dos Pinheiros. Pedro Taques, na *Nobiliarchia Paulistana*, com referencia á — grandiosa fazenda de terras de cultura — pertencente a João Pires, assim a descreveu: "...uma legua de testada até o rio *Macoroby*, que lhe foi concedida de sesmaria com o seu sertão para a serra de Juquery". É a Cantareira. "Este é o mesmo rio Pinheiros, diz o Dr. J. M. de Almeida; porque *Maqueroby* é corruptela de *Mo-iquê-robi*, ambas as margens extensamente molhadas. De *mó*, apocope de *morô*, para exprimir excesso, superlativo, extensão, pecularidade, etc.; *iquê*, lado; *robi*, o mesmo que *hobi*, molhado. Allusivo aos alagadiços marginaes".

MARÃ. Subs., guerra, confusão, desordem, mistura, revolução; suffixo de varios vocabulos tupis (Dr. T. Sampaio).

MARABÁ. Composto de *mara-abá*, gente de mistura, individuo maculado, o procedente de mixtiçagem. Com esse nome designavam os tupis o filho do indio com gente estranha e tambem ao filho posthumo (Dr. T. Sampaio).

MARABÁ. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

MARABITANAS, ant. *Marapitanas*. Corr. *mira-pitana*, pau vermelho; ou madeiras coradas; Amazonas (Dr. T. Sampaio).

MARACÁ. Corr. *mbara-cá*; de *mbara*, forte, resistente, rijo; e *cá*, a casca, a codea, o envolucro; *maracá* = *mbaracá*, a casca resistente, o envolucro rijo, o chocalho feito de um cabaço contendo seixos e servindo para as solennidades e danças guerreiras dos selvagens (Dr. T. Sampaio).

MARACAHYPE. Composto de *maracá-y-pe*, no rio do maracá ou do chocalho (Dr. T. Sampaio.)

MARACAJÚ. Corr. *maracá-yú*, chocalho de metal, guizo, cascavel (Dr. T. Sampaio).

MARACANÃ. Composto de *maracá-nã*, semelhante ao maracá, o que imita o maracá ou chocalho; nome de um papagaio, *Psittacus nobilis* (Illig.). Dr. T. Sampaio. O Dr. João Mendes, tratando do rio desse nome, no mun. de Atibaia, diz: "*Maracanã*, corruptela de *Marã-ãgûã-nhã*, por contracção *Mor'-ãgûã-nhã*, encerrado em barrancos, e muito esquinado. De *morô*, o mesmo que *porô*, para exprimir excesso, superlativo, habito, natureza, extensão; *ãgûã*, esquinar; *nhã*, encestar, encerrar, estar dentro. Allusivo a correr entre barrancos, embora de pequena altura, por serem em campo; tazendo muitas esquinas ou zigs-zags, sem, porém, fazer voltas. Nada tem, portanto, este nome com o da ave trepadora, semelhante ao papagaio, conhecida por *maracanã*, cor cinzenta, pés negros, olhos vermelhos, tambem conhecida por *araracã* e *carai-ati*". Referindo-se a lagôa no mun. de Mogy-guassú, diz ainda o Dr. J. Mendes: "*Maracanã*, corruptela de *Mbaraã-guã-anã*, por contracção *Mbaraãgua-'nã*, larga, redonda, doentia. De *mbaraã*, que se pronuncia *marã*, doença de febres; *guã*, ou mesmo *guã*, redondo; *anã*, largo, gordo, grosso, espesso. Allusivo a que, embora seja uma grande lagôa, suas aguas produzem febres".

MARACANAN. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de S. Luiz de Caceres.

MARACANAN. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Melgaço e bahia deste nome, entre a mesma bahia e os rios Tajapurú e Carutá e a fazenda Pacoval.

MARACANAN. Rio de S. Paulo, affl. do Atibaia. Accrescente-se no fim: Na *Carta* do Sr. Orville Derby é mencionado este rio affluindo para o Campo Largo e este para o Atibaia.

MARACANATIBA. Corr. *maracanã-tyba*, maracanãs em abundancia (Dr. T. Sampaio).

MARACAPUCÚ. Composto de *maracá-pucú*, maracá ou chocalho comprido (Dr. T. Sampaio).

MARACAQUERA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera.

MARACATIM. Composto de *maracá-tí*, prôa ou pontal de maracá; especie de barca que trazia á prôa um maracá. (Dr. T. Sampaio).

MARACAYÃ. Nome de um felino ou gato montez (*Felis Pardalis*); é o mesmo *jaguatirica* do sul do Brazil. (Dr. T. Sampaio).

MARACUJÁ. Corr. *mborucuyá*, fructo que dá ou faz vaso, que produz vasilha (Baptista Caetano). Nome das Passifloras no tupi.

MARACUJATIUA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urá e a do rio Tury-assú.

MARACUJATIUA. Nome que toma o rio Toma-juçára ao lançar-se na bahia do Cabello de Velha, no Estado do Maranhão.

MARAGOGIPE. Corr. *marog-gy-pe*, no rio livre, desempedido, no rio amplo, desembaraçado; pode ser tambem corr. *mair-aqui-gy-pe*, que se traduz — no rio dos francezes afogados; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

MARAHÚ. Corrupção de *mbará-ú* ou *mbará-y*, agua do mar (Dr. T. Sampaio).

MARAJÓ. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara. "Esta palavra, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é corrupção de *mbará-yó*, mar ou grande rio tapa, occulta ou esconde, isto é, o tapa-mar, o anteparo maritimo. Vide *Mbará*".

MARAMBAIA. Corr. *mbará-mbai*, cerco do mar, restinga, recife, lingua arenosa cercando o mar; Rio de Janeiro; corr. *marã-mbai*, cerca ou palissada de guerra (Dr. Theodoro Sampaio).

MARAMBAIA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro; nasce na fazenda do Sertão, passa pela estação do seu nome e desagua na margem esq. do rio Parahyba do Sul, na fazenda Guaritá.

MARANÃ. Corr. *mbará-nã* ou *pará-nã*, rio espesso, enorme, caudaloso, semelhante ao mar; vocabulo tupi donde provavelmente procede o actual Maranhão; corr. *marã-nã*, lucta ou desordem grande, confusão enorme (Dr. T. Sampaio).

MARANDUBA. Ilha no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. Vide *Mirinduba*.

MARANGUÁ. Composto de *marã-guá*, valle da batalha, da luta ou da desordem (Dr. T. Sampaio).

MARANGUAPE. Composto de *maranguá-pe*, no valle da batalha ou da luta (Dr. T. Sampaio).

MARANHÃO. Log. do Estado do Pará, no rio Pramahú, no mun. de Marapanim.

MARANHÃO. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas. Faz parte da serra das Almas.

MARANHÃO. Rio affl. da margem esq. do Tieté, no dist. do Braz e mun. da capital. "*Maranhão*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Marã-n-aã*, ruim. De *marã*, ruim; *n*, intercalação nasal; *aã*, exprimindo a mesma qualidade — ruim —, para tornar bem certo o facto. Allusivo a serem pestilenciaes as suas aguas. Com effeito, nasce em terreno pantanoso; e, ao descer, forma póços no leito. Os que habitam as suas margens usam das suas aguas; mas a verdade é que não podem ser sadias, por sua origem. Não ha semelhança com o nome *Maranhão*, na prov. do mesmo nome, senão na corruptela; porque a formação tupi é muito differente".

MARAÑON. Nome que, segundo os primeiros descobridores, se deu ao actual rio Amazonas, Nos primeiros roteiros hespanhoes se dizia então — rio de Marañon. "Ora, diz o Dr. Theodoro Sampaio, o vocabulo *Marañon*, ou melhor *Maranhon*, é puro tupi e se decompõe *mara-nhõ*, cuja traducção litteral é — confusão só — que é como se dissesse — total confusão, labyrintho, logar cheio de torcicolos, que esse é, de facto, o aspecto da foz do Amazonas com o seu archipelago de ilhas fluviaes. O nome *Maranhão* pode tambem ter provindo de *maranhõ*".

MARAPÉ. Corr. *mbará-pé*, o caminho do mar; pode ser ainda corr. *mair-apé*, o caminho dos francezes; é tambem corr. *mara-pé*, caminho de guerra (Dr. T. Sampaio).

MARAPUCÚ. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Muaná e desagua no rio Anabijú.

MARARY. Séde de um dos dists. judiciarios, no termo de Teffé e Estado do Amazonas.

MARATAN-NÃ. Rio pequeno que nasce nos morros da ilha *Guaimbé* ou de Santo Amaro; no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. Depois de correr parallelo ao rio *Curumahú*, afasta-se para o centro da varzea, e, afinal, vai desaguar no mesmo *Curumahú*, proximo á foz deste. « *Maratan-nã*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Maratanyûã*, endurecido e pegajoso. De *maratan*, o mesmo que *paratan*, mudado o *p* em *m*, por não existir palavra antecedente, espesso, endurecido, duro; *yûã*, pegajoso, visguento. Allusivo a ser seu leito um atoleiro duro e pegajoso, quando atravessa a varzea. » Vide *Maratauá*.

MARATAUÁ. Rio do Estado de S. Paulo, na ilha de Santo Amaro; desagua no rio da Bertioga.

MARAVILHA. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia. Ahi fica o importante Reservatorio desse nome.

MARAVILHA. Morro do Estado da Bahia, no mun. do Bom Fim.

MARCELLOS. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

MARCOS (S.). Passo no rio Uruguay, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. Estabelece communicação com a Republica Argentina.

MAR DE HESPANHA. No dia 16 do corrente (dezembro de 1901) embarquei na Capital Federal no expresso mineiro, que só deixei na estação da Serraria, para ahi tomar a estrada de ferro Leopoldina (ramal da Serraria).

Depois de passar pelas estações Silveira Lobo e Socego, desembarquei na estação de S. Pedro, afim de dirigir-me á cidade do Mar de Hespanha, onde cheguei após duas horas e meia de viagem, em troly.

Esta triste, decadente e pequena cidade fica na fralda de uma collina, da qual se deslisa em suave declive na direcção de sul para norte; cercada de morros, entre os quaes os denominados Santa Ephigenia (antigamente Santa Cruz ou Cruzeiro), Forca ou S. José, José Francisco, Carias (onde se acha a Caixa d'Agua) e Collegio; banhada pelo ribeirão S. João, affluente do rio Kagado, a 475 metros de altura sobre o nivel do mar e distante 14 kilometros da estação de S. Pedro.

Suas ruas, em numero de 12, são estreitas, sinuosas, sem calçamento, abauladas, com passeios de pedra e illuminadas a gaz acetylene. E' abastecida de agua, oriunda de um manancial, que desce dos lados do ribeirão S. João, a tres kilometros da cidade.

A população do districto da cidade é de 3.000 habitantes. Têm 270 predios, quasi todos antigos, sete advogados formados e dous provisionados, dous medicos, duas pharmacias, tres hoteis e 15 casas commerciaes. Existem na cidade o Collegio do Mar de Hespanha, duas escolas estaduaes e duas municipaes, a Sociedade Italiana Mutuo Soccorro, um theatrinho particular no hotel Moreira e tres cemiterios, além de um outro, onde não se fazem mais inhumações.

A vida nessa cidade é por demais monotona; nella o povo se occupa quasi que exclusivamente da politica, havendo dous partidos muito extremados.

A imprensa é representada pela *Gazeta Municipal*, cujo primeiro numero appareceu a 2 de janeiro de 1895.

O principal edificio da cidade é a igreja matriz, que é um templo grande e de bonita apparencia. Fica situada na praça das Mercês, em lugar pouco elevado, na parte sul da cidade e com a frente voltada para a capella de Santa Ephigenia. Tem uma só torre e abaixo desta um relogio; precede-a um vasto adro.

Seu interior é singelo, os altares são de gosto allemão e suas imagens primorosas. Tem o altar-mór com a imagem de Nossa Senhora das Mercês, padroeira, e dos lados o Sagrado Coração de Jesus e S. José.

No corpo da igreja, encostados ao arco-cruzeiro, ficam dous altares, de Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora de Lourdes, e acima, em dous nichos, Nossa Senhora do Rosario e Santo Antonio. Tem mais um altar com a imagem de S. Benedicto; dous bonitos, porém pequenos pulpitos, os 14 quadros da via Sacra, o côro com harmonium e a pia baptismal.

Do lado da Epistola fica a capella do Senhor dos Passos, com as imagens do Senhor carregando a cruz, do Senhor Morto e de Nossa Senhora das Dôres. Do lado do Evangelho fica a sacristia, com um arcaz, sobre o qual ha um nicho com a Senhora das Mercês e um bello quadro do propheta Jeremias.

Nos fundos da sacristia fica o consistorio, onde se reune a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, instituida a 24 de setembro de 1848.

Toda a igreja é illuminada a gaz acetylene.

Foi a Matriz inaugurada a 24 de setembro de 1886.

A capella de Nossa Senhora do Rosario tem o altar-mór com a imagem da padroeira ladeada pelas imagens de S. Sebastião e Santa Luzia, e dous altares lateraes, um de Nossa Senhora das Mercês e outro de Nossa Senhora do Carmo. A irmandade tem cemiterio proprio, inaugurado ha quatro annos.

Além dessa capella, possue a cidade mais as de Santo Antonio e a de Santa Ephigenia. Em frente a esta ultima ergue-se um grande Cruzeiro, que foi transportado do largo das Mercês. Antes delle um outro Madeiro erguia-se, mas um raio despedaçou-o.

O *Forum* (antiga cadeia) foi inaugurado a 24 de setembro de 1897. E' um predio baixo, sem architectura e com um relogio na frente. Nelle funccionam todas as repartições publicas. Na sala das sessões da Camara encontram-se retratos do Marechal Floriano e do Barão de Ayuruoca. Fica no mesmo edificio uma bôa bibliotheca com 2.00 volumes, e um bom retrato do finado Imperador D. Pedro II.

Ao lado do *Forum* fica a cadêa e nos fundos o quartel de policia.

A Casa de Misericordia foi installada a 6 de julho de 1890

Está situada em um predio proprio, nas fraldas do morro do Carias. E' mantida com uma subvenção dos governos estadual e municipal e por uma associação de caridade.

A respeito do nome de Mar de Hespanha dado á cidade, colhemos as seguintes informações:

No começo do seculo passado, o Portuguez Domingos Gonçalves Braga, que possuia a fazenda de Bemposta, obteve do Governo de Minas a concessão de varias sesmarias de terras nas mattas do Parahyba. Era assim chamada, como ainda hoje se diz — matta, quasi toda a zona de Minas á margem esquerda do Parahyba, em razão das magnificas mattas virgens que ahi existiam.

Tendo de tomar conta das terras que lhe foram concedidas, desceu aquelle Portuguez pela margem direita do Parahyba á procura de um logar, que fosse facil atravessar o rio, tendo trazido com a sua gente (escravos e camaradas portuguezes) alguns hespanhóes. Depois de algum tempo, encontraram, á cêrca de um kilometro abaixo da actual estação do Chiador, um magnifico porto no rio, que os ditos Hespanhóes acharam muito semelhante a um mar de sua terra natal e o denominaram desde logo — porto do Mar de Hespanha.

Ahi sendo, com effeito, bellissimo o Parahyba e muito tranquillas as suas aguas, construiram canôas para a travessia, que ficou sendo sempre dahi em diante para as mattas.

Tendo o fazendeiro portuguez, além da fazenda da Bemposta, algumas outras nas mattas, ficou sendo o porto do Mar de Hespanha ponto obrigado de passagem por muitos annos para essa zona.

Sendo elevado á villa o arraial do Kagado, deu-se ao novo municipio o nome de Mar de Hespanha, por ser o lugar mais conhecido de toda a zona, apezar de ficar distante do arraial 24 kilometros.

O municipio limita-se ao norte com Leopoldina e Juiz de Fóra, a oéste com Guarará e Juiz de Fóra, ao sul com Parahyba do Sul e Sapucaia do Estado do Rio de Janeiro e a léste com S. José de Além Parahyba.

O aspecto do terreno comprehendido pelo municipio é montanhoso e com poucas planicies extensas; entretanto, não são grandes as elevações, que pertencem todas ás ramificações da Mantiqueira.

Os pontos mais elevados são os das serras dos Alpes e Arribada. A elevação do terrreno é de 700 metros acima do nivel do mar.

Os districtos do municipio são: cidade de Monte Verde, Engenho Novo, Aventureiro, Chiador, Penha Longa, Soledade e S. Pedro do Piquiry.

A Camara projecta crear mais dous: o do Alto da Conceição e o de Louriçal. Delles são mais importantes os do Aventureiro, Chiador e S. Pedro.

No municipio ficam ainda o districto policial de Sapucaia e os povoados Sarandy, no districto de Monte Verde, e S. Domingos no districto do Aventureiro.

O municipio é, em geral, montanhoso; sua serra principal é a da Arribada, que começa quasi na fóz do rio Parahybuna, atravessa todo o municipio, entra no de Suarará, onde toma o nome de Bicas, mais tarde nos de S. João Nepomuceno e Juiz de Fóra, indo bifurcar-se, finalmente, na serra da Mantiqueira, em João Gomes.

E' regado pelos rios: Parahyba do Sul, que separa esse municipio do Estado do Rio de Janeiro, Kagado, S. João, Macuco, Aventureiro, Conceição, Louriçal, Ouro Fino e diversos outros.

Grande cultura de café, canna de assucar, fumo e cereaes. A industria fabril consiste em assucar, rapaduras, aguardente, fumo, farinha de mandioca e de milho e obras de olaria.

Entre as fazendas do municipio notam-se as dos Alpes, no districto da cidade, com uma bonita capella de Santa Rita de Cassia, a da Gironda, a da Boa Esperança, a da Barra Mansa, a de Sant'Anna da Barra e a de Santa Fé.

Póde-se dizer que, em geral, o clima do municipio é sadio. Reinam, entretanto, de modo endemico febres palustres, que chegam muitas vezes a tomar um caracter pernicioso.

Foi Mar de Hespanha elevado á villa pelo art. 1º da lei provincial n. 514, de 10 de setembro de 1851, pela transferencia da séde da villa de S. João Nepomuceno; e á cidade pela de n. 927, de 27 de junho de 1859. Seu nome primitivo era arraial do Kagado, que a lei provincial n. 545, de 5 de outubro de 1851, elevou á parochia.

Entre os benemeritos da cidade salienta-se o Barão de Ayuruoca, nascido a 3 de dezembro de 1782 e fallecido a 17 de novembro de 1859.

MARIA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; nasce no morro do Balaio ou proximo a elle e desagua na margem dir. do rio Corumbatahy.

MARIA (Santa). Log. do Estado do Pará, no rio Barreta e mun. de Odivellas. Foi elevado á pov. pela Lei n. 725 de 2 de abril de 1900.

MARIA (Santa). Log. no dist. da cidade do Rio Branco e Estado de Minas Geraes; com escola.

MARIA (Santa). Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Corrente, a 850 kils. do Joaseiro.

MARIA (Santa). Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no rio Piedade.

MARIA (Santa). Passo no Rio Ibicuhy, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. Nelle está situada a ponte metallica da E. de F. Brazil Great Southern que communica o mun. com o de Itaquy.

MARIA ANTONIA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Potribú; trib. do rio Tieté.

MARIA CLARA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy.

MARIA DO GUAJARÁ-ASSÚ (Santa). Pov. do Estado do Pará, no mun. da capital.

MARIA JOSÉ. Colonia do Estado do Paraná, no mun. da Campina Grande, distante oito kils. da séde do municipio.

MARIANNOS. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

MARIANNO TORRES. Colonia do Estado do Paraná, a 10 kils. da villa de Araucaria, a cujo mun. pertence. Foi fundada pelo Dr. Almeida Torres em terrenos de sua propriedade, proximo á estação de Guajuvira.

MARIA PRETA. Cachoeira no mun. de Cabrobó do Estado de Pernambuco.

MARIA PRETA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

MARICÁ, ant. *Maricaá*. Corr. *miri-caá*, fol a meuda ou fina, nome de um espinheiro proprio para sébes; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

MARIMBI. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

MARINHO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Cariacica.

MARINY. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

MARINZAL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Guimarães, proxima do rio Urú.

MARIQUITA. Morro do Estado da Bahia, no dist. da Saude e mun. da Jacobina.

MARIQUITA. Riacho do Estado da Bahia, banha o dist. da Saude e desagua no rio das Pedras, trib. do Itapecurú. Recebe o Cardoso.

MAROBÁ. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

MARORÉ. Serra mencionada no titulo de sesmaria de Pedro Góes, de 10 de outubro de 1532. E' um dos planos ou degraús da serra Cubatão, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo (Vide *Cubatão*). O padre Lourenço Craveiro, reitor do Collegio dos Padres Jesuitas em S. Paulo, annotando em 1674 aquelle titulo de sesmaria, escreveu *Mamoré*. (Vide *Mamoré*). "*Maroré*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbururé*, torta, torcida. O mesmo que *ururé*, mudado o *p* em *mb*".

MARTHA (D.). Morro do Districto Federál, no dist. da Gloria.

MARTIM DE SÁ. Bairro do mun. de Caraguatatuba; no Estado de S. Paulo; com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

MARTINHO (S.). Villa do R. G. do Sul. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o mun. pelo Dec. n. 391 de 27 de julho de 1901, que o annexou ao de Villa Rica.

MARTINS. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Afuá e corre para o rio Cajuná. Encontrei citado no mesmo mun. um outro igarapé denominado Martinho. Será o mesmo?

MARUÁ ou MAROÁ. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

MARUDÁ. Log. do Estado do Pará, no mun. de Matapy-quara.

MARUHY. Corr. *merui*, o mosquito, ou os mosquitos; Sergipe (Dr. T. Sampaio).

MARUHY. Rio do Estado da Bahia; desagua no oceano entre as barras de Commandatuba e de Una.

MARUHYPE. Nas terras de dentro eleva-se na direcção da praia de Cambory um morro com um pico agudo em forma de frade em sua parte de W. e redonda na de E., que tem o nome de morro do Maruhype e é uma miniatura do Corcovado, no Rio, no porto da Victoria e Estado do E. Santo (Capitão-tenente Viriato Hall).

MARUMBY. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Morretes, com escola.

MARYPY. Composto de *mã-rypy*, cousá funda, o que é fundo, a fundura (Dr. T. Sampaio).

MASCATE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taboão, que o é do rio Atibainha.

MASCATES. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Vai para o Pirapitinguy, affl. do rio Tieté.

MASSAMBABA. Praia que se estende desde a praia de Nossa Senhora até os morros de Sapiatiba, no littoral do Estado do Rio de Janeiro.

MASSAMBARÁ. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no rio Chopotó.

MASSAPÉ. Nos Accrescimos do 3º vol. Pov. do Ceará. Accrescente-se no fim: Voltou a ter o nome de Massapé pela Lei n. 540 de 10 de agosto de 1899.

MASTRO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

MATA BOI. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Brigida, trib. do rio S. Francisco.

MATADOURO. Bairro do mun. de S. Manoel do Paraiso no Estado de S. Paulo, com escolas.

MATADOURO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua na margem esq. do rio Tieté. E' atravessado pela E. de F. Central do Brazil.

MATA MOLEQUE. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

MATANGE. Pov. do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica.

MATAPOEIRA. Pov. do Estado da Bahia, na margem esq. do rio Paraguassú, perto da fóz.

MATAPY. Corr. *matapi*, covo conico de pescar (Barbosa Rodrigues).

MATAQUERA. Rio do Estado do Pará, banha o territorio do Aricary e desagua na margem dir. do rio Oyapock.

MATARIZ. Log. do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: A Lei n. 574 de 27 de dezembro de 1902 creou ahi um dist. com a denominação de sexto.

MATAUNA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt).

MATA VINTE. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Palmyra.

MATHEUS (S.). Colonia do Estado do Paraná, distante de S. João do Triumpho 33 kils. E' dividida em 299 lotes, que abrangem uma área de 5.068 hactares. A sua pop. é de 1.500 a 2.000 habs., na mór parte polacos.

MATHEUS (S.). Ilha do Estado do Pará, na com. de Cametá.

MATHIAS. Morro do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de S. Fidelis.

MATINTINS. Paraná do Estado do Amazonas, affl. do rio Içá.

MATTA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Curral de Pedras (*Almanak Sergipano.* 1901).

MATTA. Ramal da E. de F. Santo Amaro, no Estado da Bahia. Parte do kil. 13 da linha principal, e, atravessando varios terrenos de lavoura, chega com 6.800m ao entroncamento com o ramal de propriedade da Usina Alliança.

MATTA DO CABAHÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Maroim (*Almanak Sergipano.* 1901).

MATTA DO CIPÓ. Arraial do termo de Siriry, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano.* 1901).

MATTÃO. Estação da E. de F. de Araraquara, no Estado de S. Paulo; no kil. 41,017, entre as estações de Santa Josepha e Dobrada.

MATTA VERDE. Arraial do termo de Pacatuba, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano.* 1901).

MATTINHO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Floriano Peixoto e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

MATTINHO. Corrego do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena.

MATTO. Rio do Estado do Paraná, no mun. de Palmas.

MATTO. Lagôa do Estado da Bahia, no mun. de Alagoinhas.

MATTO DA FIGUEIRA. Outeiro do Estado de Santa Catharina, no Sacco dos Limões.

MATTO DENTRO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

MATTÕES DO CABOCLO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Codó. E' tambem denominada Santa Philomena (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*).

MATTÕES. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Além da Matriz, tem mais uma capella consagrada a S. Sebastião. Em 1896 tinha cinco ruas principaes: Taturubá, Grande, S. Sebastião, Matriz e Chapada e dous beccos: do Gonçalo e do Quartel. Tem quatro fontes. A principal dellas, denominada *Olho d'Água*, serve para abastecer a villa de agua potavel; *Burityrana* é destinada á lavagem de roupa; e as outras duas servem de bebedouro aos animaes. A' distancia de tres kils. da antiga fazenda Cachimbos, affirmam existir uma mina de crystal. A pop. actual da com. é avaliada em 12.000 almas; em 1860, a do mun. era de cerca de 7.000. Produz algodão, farinha, milho, feijão, arroz, assucar e aguardente; e cria pouco gado. O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: « *Mattões*, a 120 kils. ao S. de Caxias, é dotada de clima ameno e saudavel (1). Seus principaes productos são: algodão e cereaes, sendo a maior parte do seu commercio feito com Caxias ».

(1) Nos mappas, está collocada esta villa sobre a serra do Valentim, que, em continuação á do Itapecurú, separa as vertentes do rio deste nome das do Parnahyba; entretanto, os autores, descrevendo a situação da villa, não se lhe referem. E' um facto que precisa ser esclarecido.

MATTO GONÇALVES. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

MATTO GRANDE. Rio de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Arinos.

MATTO GROSSO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

MATTO GROSSO. Morro no mun. de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia. Faz parte da serra das Almas.

MATTOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

MATUIM. Corr. *mũ-tuí*, onde se sente frio, o fresco; Bahia; corr. *mbatuí*, a ave maçarico (*Charadrius*). Dr. T. Sampaio.

MATUMBO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

MAUÁ. Composto de *ma-uá*, o que é elevado, onde está alto ou firme; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

MAURICIO. Cachoeira no rio Kagado, no dist. da cidade do Mar d'Hespanha, no Estado de Minas Geraes. Ha sobre ella uma ponte de madeira.

MAURICIOS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco. E' abundante em Kaolim.

MAUXY. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de S. Gabriel.

MAXAMBOMBA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. do ribeirão S. José, no mun. do Bom Jardim.

MAXAMBOMBA. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Em 1901 enviei ao *Jornal do Commercio* a seguinte communicação: Esta insignificante aldeia, honrada com o titulo de cidade pelo ex-governador Portella, fica situada em uma vasta planicie, tendo ao S. e ao N. collinas, entre as quaes as denominadas Gericinó, Cachoeira, Madureira, Marapicú, Cabuçú (onde existe o morgadio de Marapicú, pertencente ao Conde de Aljezur), Commercio, Bôa Vista (onde existe a pedra da Bôa Vista, que tem 3.270 metros de circumferencia), Galrão e Mantiqueira, onde termina o mun., no logar denominado Soledade, onde ficam tres pedras conhecidas por Tres Irmãos. Dista 36 kils. da Capital, 13 da pov. de Queimados, 20 de Cascadura, 4 de Jeronymo Mesquita e 5 do Morro Agudo, e está assente á margem da E. de F. Central do Brazil, que ahi tem uma estação. E' séde do mun. de Iguassú e da freg. de Santo Antonio de Jacutinga. A cidade é pequena, tem apenas 158 casinhas e é abastecida de bôa agua fornecida pelo rio do Ouro. Seu unico edificio é o *Forum*, que é um bonito predio, no qual o Governo gastou perto de noventa contos. Está mal situado e escondido, como que envergonhado por figurar em tão irrisoria cidade. Não tem mobilia. O Paço da Camara fica á vista dos viajantes que transitam na E. de F. E' um sobrado grande, mas de feio aspecto. A antiga séde da freg. fica a 3 kils. de Maxambomba e da egreja só restam as paredes. A pedra fundamental da nova egreja matriz foi assentada em 25 de março de 1863. Está em reconstrucção e tem cinco altares. A pop. do dist. da cidade é de 6.840 habs. e a do mun. de 24.226. O mun. é constituido pelos dists. de Jacutinga, Marapicú, Piedade, Merity, Palmeira e Pilar. Confina com Itaguahy, Vassoura, Petropolis, Magé, com a bahia de Guanabara e com o Districto Federal. A lavoura do mun. consiste em canna e cereaes. Exporta aguardente, farinha, tapioca, polvilho, carvão, lenha e madeiras, principalmente para dormentes. E' o mun. regado por muitos e diversos rios, entre os quaes o de S. Pedro, que nasce na serra da Bôa Vista e desagua no Guandú; o Caramujos, affl. do rio dos Póços, que o é do Guandú; o rio do Ouro, que se reune ao Sant'Anna; o Santo Antonio; o Iguassú, que nasce na serra do Tinguá e é formado pelos rios Cachoeira-Brava, Bôa-Esperança, Columy, Utum (que recebe o S. Chryspim no

logar Bom Successo); o Itapicú, que é formado pelas cachoeiras Tinguá, Paraiso e João Pinto, tomando depois o nome de rio do Couto ou Taquarussú, desaguando no rio do Pilar; o Mantiqueira, formado pelas cachoeiras do Galrão e Pedra Branca e é affl. do Pilar; o Bananal formado pela cachoeira João Ayres e desagua no rio Estrella; o rio João Velho formado pela pequena cachoeira do Surdo e desagua no Estrella; o rio Taquara, formado pelas cachoeiras do Brito e da Soledade e desagua no Imbarié, affl. do Estrella; o Pilar, affl. do Iguassú. Pelas divisas do mun. com o Districto Federal correm os rios Merity, Maranguá, Meirinho, Prata, Mendanha e Guandú-mirim. E' o mun. percorrido pelas estradas de ferro Central do Brazil, do Norte, do Rio do Ouro e Melhoramentos do Brazil. As estações da E. de F. Central que pertencem ao mun. são: Jeronymo Mesquita, Maxambomba, Morro Agudo, Austin, Queimados e Caramujos; as da E. de F. do Rio do Ouro: Coqueiros, Brejo ou Belfort Roxo, Heliopolis, Figueira, Cava, Paineiras, Rio do Ouro, S. Pedro, S. Bernardino, Iguassú, Barreira e Tinguá; as da E. de F. do Norte: Merity, Sarapuhy, Pilar, Atura, Rosario e Estrella.

MAXIMIANO GRANDE. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Muaná. Ha ahi um outro igarapé denominado Maximianosinho.

MAXITO. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. do Bebedouro e mun. do Altinho.

MAXIXE. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Patos com os dists. de S. Francisco das Chagas e Carmo do Paranahyba. Fica proximo á serra de Carrancas.

MAYACARÉ. Lago do Estado do Pará, no territorio do Aricary, entre os rios Calsoene e Amapá Grande. Tem communicação com o rio do seu nome.

MAYNART. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Pinheiro e mun. do Piranga.

MBARÁ. Subs., o mesmo que *pará*, rio grande, mar, grande caudal; alt. *mará*, *pará*, *bará* (Dr. T. Sampaio).

MBOTETEÚ. Corr. *mboteté-ú*, ou *mboteté-y*, rio do medo ou do terror; Matto Grosso (Dr. T. Sampaio).

MBOY. Subs., a cobra, a serpente; pronuncia-se *umboi*, ou *imbú*; alt. *boi*, *boya*, *moi* ou *moya* (Dr. T. Sampaio). *Mboy*, corruptela de *Mbeïu*, cousa penhascosa, montanhosa, agrupamento de montes, cousa em cachos ou cacheada, cousas juntas, apinhadas; palavra que, como ensina o padre A. R. de Montoya, no *Tesoro de la lengua guarani*, era empregada com applicação aos logares accidentados por penhascos, montes, ou mattas com arvores, desiguaes na altura e mui juntas, apinhadas ou agglomeradas. O padre Manoel da Fonseca, na *Vida do padre Belchior de Pontes*, diz: "Não se occupava somente em exercicios espirituaes, mas, attendendo tambem a algum commodo temporal dos indios, lhes mudou a Aldêa... Estava esta Aldêa formada em uma ladeira pouco alcantilada, mas com pouca vista; *porque os montes, de que estava cercada lh'a impediam, ainda que os pinheiros que lhe formavam huma como muralha, a fizessem vistosa a quem nella entrava...* Deste logar a mudou para outro pouco distante, no qual, ainda que havia a mesma inconveniencia da vista pela vizinhança dos montes, ficava, comtudo, assentada em um plano cercado de ribeiras". A palavra, no som, não é *Embahú*, como alguns dizem; e, sim, simplesmente *Mbeïu*, soando o diphthongo *eï* quasi imperceptivelmente. Por isso, a gente do logar pronuncia menos incorrectamente *Embú* (1). A corruptela occorreu, portanto, menos na pronuncia dos naturaes e dos moradores, do que na maneira de reproduzir na escripta; e explica-se pela difficuldade de reproduzir a pronuncia nasal-guttural do diphthongo *eï* e syllaba *u*, e pela confusão com a do *y* guttural (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

(1) Em nota avulsa.
Quanto aos ribeirões *Mboy*, corruptela de *Mbohïi*, peso, carga. Allusivo a serem pesados ou pouco correntes esses ribeirões. O *i* sôa gutturalmente, segundo a lição do padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarani*, no preludio, a proposito da pronuncia do primeiro, sempre que ha dous *ii* no fim da palavra.

MBOY-GUASSÚ. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Reune-se ao rio Grande no mun. de Santo Amaro. A' margem esq. do Mboy-mirim está o dist. de Mboy. Esta palavra é composta de *mboy-guaçú* e significa a cobra grande, a serpente. Em suas cabeceiras e até uma certa extensão, tem o nome de Guarapiranga. Recebe pela margem dir. os ribeirões Vermelho, Cipó, Grande e Parelheiros; e pela esq. o Lavras e o Mboy-mirim.

MEARIM. Corr. *mbiar-y*, ou *miar-y*, rio da preza, ou dos prisioneiros; rio do pescado: Maranhão (Dr. T. Sampaio).

MEARIM. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: "*Victoria do Baixo Mearim*, ou villa do *Mearim*, situada á margem esq. do rio deste nome, 12 kils. á montante da villa do Arary, está em terreno alto e arenoso. E' dividida pelo igarapé Tapuytapera em dous bairros: o *Alto* ou *da Matriz* e o *Baixo* ou *Tapuytapera*, ligados por uma ponte de madeira. A pouco mais de um kil. encontra-se uma lagôa muito piscosa, e, mais longe, os lagos Parnaú e Capivary. Seus productos são identicos aos do Arary, sendo o porto frequentado pelos vapores das linhas fluviaes. Entretem commercio com a cidade do Grajahú, por meio de canôas, que navegam no rio deste nome, cuja fóz se encontra 42 kils. á montante da Victoria. Segundo refere o Dr. Cezar Marques, no logar em que se acha esta villa, existiu a fazenda Santa Cruz do infeliz Beckman. Neste mun. nasceu o poeta Trajano Galvão de Carvalho". Comprehende os seguintes povs.: Jaguary, Arraial, Lapella, Santa Cruz, S. Benedicto e Japão.

MEARIM. Rio do Maranhão. Accrescente-se no fim: o Sr. Parsonadas de Carvalho, refutando o que dissemos a respeito das nascentes do Mearim, assim se expressa: "O Mearim nasce em meio da campina no cimo do grande espigão divisor das aguas, que, estendendo-se para o S., corre separando as aguas do Tocantins das do rio Balsas até encontrar onde este e o Manoel Alves tem nascentes".

MEDEIROS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Piedade dos Geraes e mun. do Bom Fim.

MEDONHO Rio do Estado do Pará, affl. do Sant'Anna, no mun. de Affuá.

MEIO. Serra do Estado de S. Paulo; faz parte da serra de Paranapiacaba, entre as serras do Poço e Mogy.

MEIO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Avaré, reune-se ao ribeirão dos Pinheiros e juntos vão ao rio dos Veados.

MEIO. Rio do Estado de Matto Grosso, no mun. do Diamantino. Vai para o Juruena pela margem dir.

MEIRIM. Dist. judiciario no termo de Maceió, no Estado das Alagôas.

MEL. Riacho do Estado de Pernambuco; nasce ao poente de Cimbres, no logar Olho d'Aguasinha, banha a pov. do Olho d'Agua dos Bredos e corre para o rio Moxotó (Sebastião de Vasconcellos Galvão, *Dicc. chor. hist. e estat. de Pernambuco*).

MEL. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Alagoinhas e desagua no rio Catú.

MELANCIA. Riacho do Estado de Pernambuco, nasce na serra da Aldêa Velha e desagua no do Mel, na fazenda Talhada, no mun. de Cimbres.

MELEIRO. Log. no mun. de Curityba e Estado do Paraná.

MELGAÇO. Dist. do Estado de Matto Grosso, elevado á villa pela Lei n. 315 de 26 de março de 1902, que transferiu

para elle a séde do mun. e com. de Santo Antonio do Rio Abaixo.

MELHORAMENTOS DO BRAZIL. E. de F. Accrescente-se no fim: No dia 7 de janeiro de 1902 foi inaugurado o trecho da estação da Mangueira á Ilha das Moças, na Capital Federal. Mede esse trecho quatro kils. e desce pelos terrenos da Quinta de S. Christovão, lado da E. de F. Central, e continúa pelas ruas General Canabarro, Senador Furtado, Francisco Eugenio, S. Christovão e Figueira de Mello. As suas principaes obras d'arte são: uma ponte sobre o rio Maracanan, com 12 metros de vão, outra sobre o rio Trapicheiro, com 13 metros de vão e uma outra sobre o canal do Mangue, com 18 metros de vão; um pontilhão de alvenaria e vigas de madeira, com quatro metros de vão, sobre o rio da Joanna. As paradas do trecho são: a Alfredo Maia, na rua Figueira de Mello e a estação da Ilha das Moças. Na parada Alfredo Maia ha um desvio de 200 metros e na ilha das Moças um triangulo de reversão.

MELLO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Nova Baden e desagua no rio Lambary. Recebe os corregos Açude, Barro Branco, Sargento ou Bananal, Mondolinho, Piripau e Toca.

MELLODENÇA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Taquaretinga. Vai para o rio Capibaribe (S. V. Galvão. *Dicc.* cit.).

MELLOS. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy, nas divisas do dist. de Itirapuan. Reune-se com os corregos Santa Barbara e Barra Grande.

MELLO TAQUES. Parochia do Estado de Matto Grosso. A Lei n. 210 de 10 de maio de 1899, em seu art. I, transferiu a séde da freg. do Bahusinho para a pov. do Senhor Bom Jesus do Sucuriú, no mun. de Sant'Anna do Paranahyba com a denominação de freg. de Mello Taques; e no art. II desmembrou-a do mun. de Sant'Anna do Paranahyba e incorporou-a ao do Coxim. O Dec. n. 328 de 8 de Abril de 1902 desligou-a do mun. do Coxim e annexou-a ao de Sant'Anna do Paranahyba, dando-lhe o primitivo nome de Bahusinho.

MEMBY. Subs., a gaita, a flauta, o que se sopra; alt. *mimbi* (Dr. T. Sampaio).

MENINOS. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do Tamandoatehy, reunido ao rio dos Couros. Recebe o corrego Curral Grande.

MEQUIEIRO. Rio affl. do ribeirão Saputanduba, no mun. de Iguape do Estado de S. Paulo. Vide *Moqueira*.

MERCÊS. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

MERCÊS. Rio do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. Desagua na margem esq. do rio Grande.

MERINGUAVA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes.

MERIQUIS. Morro do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

MERÚ, *mberú*, a mosca; alt. *marú*, *murú*, *mirú*, *morú*, *berú*, *birú*. Desta palavra deriva-se o vocabulo *marimbondo*, que é corrupção de *merú-ybõ*, isto é, mosca que flecha, ou fere como flecha (Baptista Caetano).

MERÚ. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

MERUOCA. Paradeiro das moscas, o mosqueiro; de *merú-oca*.

MERURIPE. O rio das moscas; de *merú-r-y-pe*.

MESSIAS. Lagôa do Estado de S. Paulo, no mun. do E. Santo da Bôa Vista.

MESSO. Rio do Estado da Bahia; desagua no oceano entre a villa de Olivença e o rio Una (capitão-tenente Viriato Hall).

MESTRES. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

METARA. Objecto de ornato para o selvagem. "Corrupção de *mbetara*, o que orna, aformoseia, ou faz bonito; alt. *metá*, *mbtá*" (Dr. Theodoro Sampaio).

MEYER. Suburbio do Districto Federal. Accrescente-se no fim: Tem uma capella dedicada a N. S. da Apparecida e cuja pedra fundamental foi lançada a 1º de janeiro de 1901. A irmandade foi constituida em 12 de fevereiro e as obras encetadas a 3 de novembro do mesmo anno.

MIGUEL. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

MIGUEL (S.). Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Rozario, á margem dir. do rio Itapecurú. E' tambem denominada S. Miguel da Lapa e Pias.

MIGUEL (S.). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. do Bom Fim (Inf. loc.).

MIGUEL PEREIRA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a com. de S. Domingos do Prata e reune-se com o Santa Rita.

MILAGRES. Serra do Estado da Bahia, nos muns. de Bom Fim e Jacobina. Dizem nascer della o Itapecurú-assú.

MILHÃ. Serrote no mun. de Piracicaba, no Estado de S. Paulo. "*Milhã*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Mi-y-ã*, empinada. De *mi*, particula passiva para significar a cousa sobre que cahe a acção do verbo, anteposta ao infinitivo; *ã*, empinar, estar em pé, ser a prumo, precedido do *y* relativo, por já estar transformado em passivo o verbo *ã*, como acima se vê. Este modo de formar participio passivo com a anteposição da syllaba *mi*, é ensinado pelo padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*; mas o padre A. R. de Montoya, em sua *Arte de la lengua guarani*, o contesta, dizendo que esta lingua não tem para passivo senão a posposição *pira*. Em todo o caso, este parece ser um nome formado, segundo a lição do padre Luiz Figueira. Allusivo a ser muito alcantilado o serrote; seu espigão é alto".

MIMBABA. Corr. *mymbab*, s., cria, criação, criatura; animal domestico ou caseiro (Dr. T. Sampaio).

MIMOSO. Serra do Estado do Maranhão, no mun. da Passagem Franca. Em suas encostas existe uma mina de salitre.

MIMOSO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

MINADOR. Log. do Estado da Bahia, na freg. de Santa Barbara do mun. da Feira de Sant'Anna.

MINAS. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

MINEIRO. Villa do Estado de Goyaz, na com. do Jatahy, creada pela Lei n. 216 de 24 de junho de 1901.

MINEROÁ. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé. Recebe o Mineroásinho.

MINGOTE. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá.

MINHOCA. Corr. *mi-nhoc* ou *mi-nhoq*, o que é extrahido, arrancado ou tirado (Dr. T. Sampaio).

MINUANO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Quarahy.

MIPIBÚ. Corr. *mbipé-bú*, calor ou quentura que se exhala, exhalação do calor; corr. *me-pibú*, o que é revolvido ou remechido, a cata, a pesquiza, a procura, a exploração; R. G. do Norte (Dr. T. Sampaio).

MIRA. Corr. *myra*, povo, nação; alt. *mura*, *muira* (Dr. T. Sampaio).

MIRACUERA. Paraná no mun. da capital do Estado do Amazonas. Encontra-se tambem escripto *Miracaoeira*.

MIRADOR. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, diz: «*Mirador*, á margem dir. do rio Itapecurú, á montante da cidade de Picos, está situada em um trecho estreito do rio, e liga-se á margem opposta, a que chamam Trezidella, por uma ponte de madeira. Dista 60 kils. da villa de Pastos Bons e da cidade de Picos. Exporta algodão, resinas e oleo de copahyba. Calcula-se a sua pop. em 2.000 habs. Das villas banhadas pelo Itapecurú é a que fica mais proxima de sua nascente, que se acha na importante serra deste nome, a qual separa as altas vertentes delle das do Parnahyba». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho O *Estado do Maranhão em 1896*, diz: «*Mirador*, villa á margem do Itapecurú e a 180 kils. das suas vertentes, centro importante do alto sertão, não só pela sua lavoura de algodão e criação de gado, como pelo seu clima ameno, séde da com. do seu nome e da freg. de S. Bento do Mirador, com uma pop. de 1.900 almas, distribuidas por 48 casas de telha e 200 de palha. O commercio desta villa é feito por negociantes de fazendas em pequena escala; não tem botica, padaria, nem officinas ou tendas de artes e officios, encontrando-se, todavia, ahi alguns curiosos, que trabalham em diversas artes, sendo oito sapateiros, tres ferreiros, quatro carpinas, dous marceneiros, um ourives, dous calafates, dous pedreiros e quatro alfaiates. Sua Egreja Matriz acha-se actualmente em reconstrucção, promettendo, depois de concluidos os reparos, tornar-se um dos bons templos do interior; seu cemiterio não é murado, nem tem capella. Os principaes generos de producção do mun. são: algodão, cereaes, assucar, aguardente, rapadura, borracha de mangabeira, resinas diversas, azeite de côco, oleo de copahyba, e, em larga escala, a criação de gado vaccum e cavallar, sendo a força desta producção assim calculada: algodão 2.000 arrobas, farinha, arroz, milho e feijão, cuja colheita é avaliada em mais de 3.000 alqueires, aguardente para mais de 2.000 litros, rapaduras 40.000 e assucar 100 arrobas. A extracção da borracha produz de 80 a 100 kilogrammos e das resinas diversas de 500 a 600. A extracção do azeite é de 700 litros e da copahyba de 25. A producção do gado vaccum é avaliada em 8.000 cabeças e a do cavallar em 500. Encontram-se tambem no mun. 32 engenhos de canna, sendo tres de ferro, todos movidos a animaes. A cultura do café vai-se desenvolvendo consideravelmente, accusando já uma producção de 3.000 kilogrammas. A pop. da com. é avaliada em 16.000 almas.» Comprehende os seguintes povs. Santo Antonio do Brejão, Sitio do Meio, Sitio Engeitado e Sitio Fundo dos Curraes.

MIRANDA. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

MIRANDA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Palmyra.

MIRANHA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Silves.

MIRANTE. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

MIRANTE. Morro do Districto Federal, no dist. do Engenho Velho.

MIRANTE. Bacia notavel no rio Paranapanema, no mun. de S. Sebastião do Tijuco Preto e Estado de S. Paulo. E' abaixo do salto Agua do Padre, 17 kils. E' calculado seu diametro em 600 metros. E' este um bello trecho do rio Paranapanema; porque, após o desfiladeiro, o rio se alarga em arco de um e de outro lado e mostra um como lago no centro formado pela bacia. «*Mirante*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Myrõti*, aguas revoltas; *myrõ*, revolver; *ti*, agua. Por causa do predominio do accento em *rõ*, a palavra *ti* sôa breve. Allusivo a formarem as aguas redomoinho, depois de descer em desfiladeiro estreito, ahi se precipitando. As aguas nessa bacia ou poço parecem paradas, mas, no fundo, estão revoltas».

MIRAPINIMA. Corr. *mirá-pinima* ou *imira-pinima*, o páo pintado ou maculado, a madeira zebrada; alt. *murapinima*, *moirapinima*, *marapinima* (Dr. T. Sampaio).

MIRIM. Adj., pequeno, breve, pouco, miudo; adv., um pouco; alt. *miri*, *mini*, ou *minim* (Dr. T. Sampaio).

MIRIM. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. da Guia e mun. do Livramento.

MIRINDUBA. Ilha pequena granitica, no oceano, no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. Tem a forma elliptica. Está situada em frente á foz do rio Brajaimirinduba. E' pequena, cercada interiormente de pedra, e ainda com arrecifes do lado de leste; sem sacco ou enseada para abrigo, de sorte que o mar bate rijo de encontro ás rochas. «*Mirinduba*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Myrĩ-nd-ü-bae*, pequena e apertada. De *myrĩ*, pequena; *nd*, intercalação nasal; *ü*, apertada, rija, dura; *bae* (breve), para formar participio».

MIRINZAL. Ilha no furo do Meio, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

MIRITIBA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

MIRUABA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

MIRYBA. Nome de mulher, equivalente á Barbara (Dicc. Portuguez-Brasiliano).

MISERICORDIA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Valença. Passa por baixo de um dos parques da cidade.

MISSÃO. Rio do Estado da Bahia, nasce no mun. do Bom Fim, no Brejo do Telles e com o nome de Puba vai desaguar no Agua Branca, trib. do Aipim, que o é do Itapecurú, no mun. de Campo Formoso.

MISSISSIPE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

MOACYR. Vocabulo corrupção de *mõ-acy*, faz doer, faz magoa, o que molesta; o doloroso (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.).

MOCAJUTUBA. Rio do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz. É o proprio rio Antonio Esteves, que percorre a ilha com varias denominações e se lança, assim como o rio Grande, no Igarapé da Villa, que desagua ao N. da bahia de S. José, por entre Panaquatira e a ilha de Curupú. Banha a pov. do seu nome.

MOCAJUTUBA. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a 18 kils. a NE. da capital, sobre o rio do mesmo nome que é o proprio rio Antonio Esteves, que percorre a ilha com varias denominações. Sobre o rio Mocajutuba, já perto de sua foz, no trecho ahi conhecido por igarapé de Mocajutuba, fica o porto, 6 kils. á jusante da pov.

MOCANGUÊ. Composto de *mocã-guê* ou *mocú-cuê*, o moquem velho e tambem moquem queimado; Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

MOÇAS Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urú e a do rio Turyassú.

MOÇAS. Rio do Estado de Pernambuco, affl. do Canhoto, trib. do Mundahú.

MOCAYUBA. Vide *Macahiba*.

MOCHILA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

MOCICA. Corr. *mõ-cyca*, fazer chegar, puchar para si, attrahir; dar a *mocyca* é derrubar o gado na carreira, puchando-o pela cauda o cavalleiro que com elle se emparelha; Ceará (Dr. T. Sampaio).

MOCÓ. Morro do Estado da Bahia, na cidade do Bom Fim.

MOCÓ, *mo-coó* ou *ma-coó*, bicho que roe, animal roedor; *Cavia rupestris* (Dr. T. Sampaio).

MOCOCA. Corr. *mõ-coga*, fazer roça; a roçada, a plantação; *mo* ou *mbo*, fazer; *coga*, s., a roça, a plantação; S. Paulo. Vide *Có* (Dr. T. Sampaio). O Dr. João Mendes, referindo-se ao ribeirão, que deu o nome á cidade, diz: « *Mococa*, nome do ribeirão, corruptela de *Mbo-iquê-ág-ca*, por contracção *Mbo-'gu'-ág-ca*, encerrado dos lados. De *mbo*, particula activa, cujo *b* é quasi imperceptivel na pronuncia quando prevalece o *m*, conforme a lição dos grammaticos; *iquê*, lado; *ág*, encerrar, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo a correr entre morros. Mesmo na cidade assim é; pois que esta é rodeada de quatro morros, e o ribeirão passa entre elles ».

MOCOCA. Serra no mun. da Natividade e Estado de S. Paulo. « *Mococa*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Mbo-óg-ág-ca*, por contracção *Mb'-óg-ág-ca*, successivamente saccado. De *mbo*, particula activa; *óg*, saccar, arrancar, repetido para exprimir a successão do facto, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo a se mostrar revolvido, com pedras em desordem ».

MOCORIPE. Corr. *mocó-r-y-pe*, no rio ou na agua dos mocós; Ceará (Dr. T. Sampaio). Vide *Mucuripe*.

MOCOTÓ. Nome dado, nos caminhos de muitas voltas e encruzilhadas, aos pontos de juncção.

MOCOTÓ. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

MOEMA. Corr. *mo-ém*, fazer sahir ou emergir; o que faz nascer ou apparecer; a manhã, a aurora. Vide *Coema* (Dr. T. Sampaio).

MOEMA. Nucleo colonial do Estado do Paraná, distante oito kils. de Ponta Grossa. Contém a área de 1.217 hectares e é habitado por polacos e russos.

MOGY. Rio das cobras; de *mboy-gy*. Antigamente escreviam *Moygy* (Dr. T. Sampaio). *Mogy*, corruptela de *Mbotigi*, apertado. De *mbo*, particula activa; *tigi*, apertado, duro (Dr. João Mendes).

MOGYQUIÇABA. Corr. *mboy-gy-keçaba*, dormida ou pouso do rio das cobras; Bahia (Dr. T. Sampaio).

MOINHO. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

MOINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibainha.

MOINHO. Rio affl. da margem esq. do Tamanduatehy, no mun. da capital do Estado de S. Paulo.

MOINHO VELHO. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do rio Cotia.

MOJÚ. Corr. *mo-yú*, fazer amarello, o que torna amarello, ou emmarellece; corr. *moy-ú*, rio das cobras; Pará. Vide *Mogy* (Dr. T. Sampaio).

MOJUHY. Log. do Estado do Amazonas, cerca de quarenta milhas da confluencia do rio Içá. Existe acima um furo denominado Jacurupá, que communica o Içá com o Solimões.

MOMBAÇA. Riacho do Estado da Bahia; desagua no oceano e serve de divisa aos dists. de Salinas da Margarida e Pirajuhia. Tem uma salina montada e forma uma pequena cachoeira.

MOMBUCA. Part. nom. *mõ-buca*, furando, a que fura, a perfurante (Dr. T. Sampaio); alt. *mumbuca*. « *Mombuca*, furador. De *mo*, particula activa; *mbuca*, infinitivo de *pug*, arrebentar, furar, mudado o *p* em *mb*, por ser este um dos verbos que soffrem essa mudança, e mudado o *g* em *ca* (breve), segundo a regra dos grammaticos ». (Dr. J. Mendes. *Obr.* cit.).

MOMBUCA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Ribeirão Preto e desagua na margem dir. do Mogy-guassú.

MOMBUCA. Corredeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo. Ahi, pela margem dir., afflue o ribeirão do mesmo nome já mencionado. « *Mombuca*, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Mombi-ca*, por causa do som guttural do *i*, excessivamente apertado. De *mó*, apocope de *moró*, para exprimir excesso, superlativo, etc.; *mbi*, o mesmo que *pi*, apertar, atar, mudado o *p* em *mb* por causa do som nasal de *mo*, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo a estreitar-se ahi tanto o rio, entre rochas, que extraordinariamente velozes se tornam as aguas em sua descida ».

MOMORANA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Jaburú, no mun. de Muaná.

MOMUNA. Corruptela de *Mo-húú-na*, lodoso. De *mo*, particula activa; *húú*, ter lodo, borra, fezes, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. *O h* aspirado parece um *m*; dahi *Mo-mu-na* (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

MONÇÃO. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: « *Monção*, á margem dir. do rio Pindaré, importante affl. da margem esq. do Mearim, e á montante da foz do rio Maracú, que é trib. da margem esq. daquelle rio, esteve outr'ora situada muito acima de Camacaoca, no logar Areias, que formava uma aldeia de indios Guajajaras, chamada *Carará*. Exporta assucar e cereaes. A seu porto vão os vapores das linhas fluviaes. E' séde do mun. e do termo do mesmo nome, que pertence a com. de Vianna... A 10 kils. da villa, sobre o lago Jacarehy, que desagua na margem esq. do rio Pindaré, fica o estabelecimento productor de assucar e aguardente, denominado Usina Castello, pertencente a uma sociedade anonyma. Tambem á montante da villa está situado, sobre a margem dir. do mesmo rio Pindaré, o Engenho Central, no logar da antiga Colonia S. Pedro, cujas terras pertencem hoje á Companhia Progresso Agricola, que ahi fundou a mais importante fabrica de assucar do Estado. Este logar está ligado telegraphicamente á capital, é frequentado pelos vapores das linhas fluviaes e o estabelecimento, que é illuminado á electricidade, dispõe de uma linha ferrea de 10 kils. de extensão que facilita sua communicação com os cannaviaes. » Comprehende os seguintes povs.: Boa Vista e Barradas.

MONDAHÚ. Corr. *mondá-ú* ou *mondá-y*, rio do furto; Ceará e Alagôas (Dr. T. Sampaio); alt. *Mundahú*.

MONDEHY. Rio dos laços; composto de *mondé-y*.

MONDÉO. Corr. *mo-ndé*, fazer sobrepor ou cobrir; o que envolve, o que se alça; corr. *mundé*, o laço, o alçapão. (Dr. T. Sampaio).

MONDEZ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

MONDOLINHO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Nova Baden e desagua no ribeirão do Mello. E' atravessado pela E. de F. Mosambinho.

MONDUBA. Ponta na entrada da bahia de Santos, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: A respeito dessa palavra, diz o Dr. João Mendes: « *Monduba*, corruptela de *Mondiú-bo*, logar em que faz rebojo. De *mo*, particula activa; *ndiú*, o mesmo que *tuí*, rebojar; *bo*, posposição ou particula para designar sitio ou logar. Allusivo ao entumecimento que ahi fazem as aguas, por causa do encontro e lucta das correntes; e, com isso, crescem as ondas e vão quebrar-se alto na penedia. Com effeito, essa ponta da ilha é difficil de ser transposta ou dobrada pelas embarcações ou navios que sahem barra fóra, aproando ao nordeste ».

MONGAGUÁ. Corruptela de *Mong-ayúá*, lama pegajosa. De *mong*, pegajoso, visguento; *ayúá*, limo, lama. Allusivo, quanto á serra (de S. Paulo) aos pantanaes em seu cimo; e, quanto ao rio, ao limo espesso em seu leito e barrancas. Já li *Monguaguá*, mas é erro, si bem que o significado seja o mesmo (Dr. J. M. de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

MONJOLINHO. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura.

MONJOLINHO. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

MONJOLINHO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha a com. de Pirajú e desagua no rio Paranapanema.

MONJOLINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Vai para o Pirapitinguy, affl. do rio Tieté.

MONJOLO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Acaba Sacco, no mun. da Diamantina.

MONSARÁS. Villa do Pará. Accrescente-se no fim: Foi extincto seu mun. pela Lei n. 652 de 12 de junho de 1899.

MONTE ALEGRE. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

MONTE ALEGRE. Bairro da cidade do Penedo, no Estado das Alagôas.

MONTE ALEGRE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Larangeiras (*Almanak Sergipano*. 1901).

MONTE ALEGRE. Log. do Estado da Bahia, na com. do Mundo Novo.

MONTE ALEGRE. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Piuma.

MONTE ALEGRE. Serra no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

MONTE ALEGRE. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

MONTE ALEGRE. Cidade do Pará. Accrescente-se no fim: No *Boletim* do Museu Paraense (junho de 1898) lê-se: « A villa de Monte Alegre, muito impropriamente assim denominada, está situada na margem esq. do Gurupatuba e divide-se em duas partes, a parte baixa ou porto, constando de poucas casas e vendas muito ordinarias, está edificada ao longo de uma praia de arêa, no extremo inferior de uma grota. A parte alta, distante talvez kilometro e meio para o norte, e á qual se chega por uma subida ingreme, incommoda e arenosa, está edificada na beira de um taboleiro elevado e largo, que se estende muitos kilometros para o norte em direcção á serra de Tajury. A parte alta da villa compõe-se de 50 ou mais casas e vendas, pela mór parte muito mal construidas e mais ou menos arruinadas, circumdando uma immensa praça, sem sombra e arenosa, verdadeiro sahara habitado por cachorros e na qual existem uma bonita egreja nova e uma curiosa capellinha antiga semelhante a um paiol. Os habs. são, em maior numero, descendentes de indios; mas tem muitas familias brancas muito respeitaveis, intelligentes e de fino tracto. A villa tem sido arruinada pelo commercio da borracha e está decahindo rapidamente. A gente se emprega principalmente na criação de gado, na pesca e no commercio. A altura do taboleiro na parte alta da villa é, segundo o Sr. Derby, de 65 metros. Suppuz que fosse mais elevada. De cima da villa a vista é linda, embora não tão magnifica como do alto do Paranaquara. Olhando para baixo do despenhadeiro vê-se o Gurupatuba, que se pode traçar com a vista em grande extensão para SO., bordado de arvores, serpenteando pela verdejante planicie de alluvião, coberta de herva, nivelada ao mar, e diversificada por *ilhas de maito* e por lagôas semelhantes a espelhos; estende-se para o S. por muitos kils. em direcção ao Amazonas, ao passo que, ao longe do lado S O., parecendo um navio de guerra navegando a vela, brilham os brancos paredões de Cuçary, e mais para O. veem-se os azulados taboleiros das circumvizinhanças de Santarem. Visto de Monte Alegre, o Amazonas não parece um rio, vem mysteriosamente do O., estende uma larga e avermelhada facha pelo meio da paizagem, e desapparece do mesmo modo mysteriosamente do lado de E. Quando, porém, vem a enchente, que grandioso aspecto que deve apresentar! Todos os limpidos lagos e largos campos ficam submersos debaixo das turvas aguas da enchente, confusamente discernindo as praias do lado do sul. Não admira que os indios do Amazonas chamem-no *paraná*, mar! Da villa, olhando-se para O., vê-se o taboleiro da alta e pedregosa serra de Paituna, que tem na sua extremidade meridional um pilar curioso em fórma de cogumelo e chamado a *Mão de Pilão*, ou em tupi, *Induamena* ». (Ch. F. Hartt).

MONTE ALTO. Serrote no mun. de Jaboticabal e Estado de S. Paulo. E' conhecido no logar pelo nome de Serrinha do Bom Jesus do Monte Alto.

MONTE ALTO. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 196 de 5 de agosto de 1897.

MONTE AZUL. Dist. creado no mun. de Bebedouro do Estado de S. Paulo pelo Dec. de 19 de fevereiro de 1899; com duas escolas creadas pela Lei n. 643 de 7 de agosto do mesmo anno.

MONTE BELLO. Bairro do dist. de Belemzinho, mun. da capital do Estado de S. Paulo; com duas escolas, creadas pela Lei n. 799 de 7 de outubro de 1901.

MONTE-CARMO. Furo na margem esq. do rio Içá, no Estado do Amazonas.

MONTE CHRISTO. Séde de um dos dists. judiciarios do termo de Teffé e Estado do Amazonas.

MONTE CRUZEIRO. Passou assim a denominar-se a villa da Giboia, no Estado da Bahia, pela Lei n. 321 de 1 de agosto de 1899. O mun. é constituido das freg. de N. S. da Conceição da Giboia, N. S. de Nazareth da Pedra Branca e Santo Antonio do João Amaro.

MONTEIRO. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Queimadas e desagua na margem esq. do rio Itapecurú.

MONTEIRO JUNIOR. Ilha do Estado do Pará, no dist. de Guajará-miry e mun. da capital, no furo Guajará-piranga.

MONTE LINDO. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

MONTENEGRO. Mun. creado no territorio do Aricary, no Estado do Pará, pela Lei n. 798 de 22 de outubro de 1901. Comprehende a região que fica ao norte do rio Mayacaré até suas nascentes e d'ahi uma linha parallela até encontrar o rio Araguary. E' a antiga Calçoene e a séde da com. de Aricary, installada a 10 de janeiro de 1902. E' cidade.

MONTEPIO. Dist. do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

MONTES CLAROS. Serra do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro.

MONTES CLAROS. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

MONT'SERRAT. Por disposição municipal passou assim a denominar-se o morro do Pinto, na Capital Federal, por ficar ahi a ermida de N. S. do Mont'Serrat. O nome de Pinto, que tinha o morro, era devido ao individuo desse nome que era proprietario de alguns lotes de terras.

MONTE VERDE. Villa do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: A Lei n. 591 de 2 janeiro de 1903, transferiu para este dist. a séde do mun. de Cambucy. Foi installado o mun. em 24 de fevereiro de 1903.

MONY. Corr. *mõ-ni*, o que é enrugado ou encrespado, o ondeado; Maranhão (Dr. T. Sampaio).

MOOCA. Composto de *mõ-oca*, fazer casa, ou pouso; pousada, rancho (Dr. T. Sampaio).

MOÓCA. Morro do Estado de S. Paulo, no dist. do Braz e mun. da capital, nas divisas do dist. de Belemzinho.

MOOCA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. da capital e desagua no Tamanduatehy pela margem dir. « *Mooca* ou *Mo-og-ca*, tapado, diz o Dr. João Mendes. De *mo*, apocope de *morõ*, para exprimir excesso, superlativo, extensão, habito, peculiaridade, etc.; *og*, tapar, com o suffixo *na* (breve), para formar supino ».

MOQUEIRA. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Iguape e desagua no rio Saputanduba. Alguns dizem *Moqueiro*; mas parece-me errado. « *Mogueira*, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Mo-quêr-a*, dorminhoco. De *mo*, apocope de *morõ*, para exprimir superlativo, habito, peculiaridade, excesso; *quêr*, dormir com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante ».

MOQUEM. Corruptela de *mo-quê-hẽ*, dorme muito a gosto. De *mo*, apocope de *morõ*, para exprimir superlativo, excesso, habito; *quê*, dormir; *hẽ*, a gosto, commodamente. (Dr. J. M. de Almeida). *Moquem*, corr. *mocaé*, o que faz seccar ou assar; gradeado de madeira sobre brazas para assar a carne (Dr. T. Sampaio). Vide *Muquem*.

MOQUETÁ. Morro á margem do ribeirão Pirajuçara, no mun. de Jacarehy e Estado de S. Paulo. « *Moquetá*, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Mbo-iquê-itá*, o que serve de esteio. De *mbo*, particula activa; *iquê*, lado, costado; *itá*, pilar, armação, estante, em geral, cousa em que outra se firma. Por contracção, *Mbo-iqu'-itá*. Allusivo a ser contraforte da serra. O padre A. R. de Montoya, no seu *Tesoro de la lengua guarani*, escreveu *Hoquitá*, confundindo *Og-itá*, pilar de casa ».

MORAES. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

MORANCHY. Morro entre os muns. do Amparo e de Campinas, no Estado de S. Paulo. « *Moranchy*, diz o Dr. João Mendes, corruptela de *Morõ-ã-chỹ*, contrahido em *Mor'-ã-chỹ*, muito empinado e escorregadio. De *morõ*, o mesmo que *porõ*, para exprimir superlativo, peculiaridade, costume, excesso, extensão, etc.; *ã*, empinar; *chỹ*, escorregar, resvalar. Allusivo a ser muito alcantilado e ter encostas limosas. Já li escripto *Moranqui*; e assim é pronunciado ».

MORCEGO. Pov. do Estado do Pará, no mun. de Salinas.

MOREIRAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

MORNO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Beberibe.

MOROENDIBA. Corr. *merũ-dyba*, mosquitos em abundancia, o mosquiteiro (Dr. T. Sampaio).

MOROIM. Corr. *merũ-i*, mosca miuda, mosquito; alt. *meruim*, *maruim*, *muruim* (Dr. T. Sampaio).

MOROPOIA. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

MORORÓ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Brigida, trib. do rio S. Francisco.

MORRINHO. Pov. do Estado de Matto Grosso, á margem do Cuyabá, no mun. de Santo Antonio do Rio Abaixo, com escola.

MORRINHOS (S. Pedro dos). Pov. do Estado de S. Paulo, no mun. de Casa Branca; com uma esc. mixta creada pela Lei n. 597 de 2 de maio de 1899.

MORRINHOS. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no dist. do mesmo nome e Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 957 kils. do Joaseiro (Bahia) e entre as estações da Manga e do Jacaré.

MORRINHOS. Serra no mun. de Cajurú, no Estado de S. Paulo. E' pouco elevada, porém sinuosa e escabrosa. Tem diversas grutas. Uma é um perfeito tunnel de E. de F., parecendo ser obra de arte. Atravessa a montanha de um lado ao outro. Mede 176 metros de extensão, seis de altura e quatro de largura. Outra, distante do tunnel tres a quatro kils., tem um portico em forma de arco de scenario de theatro, com 200 metros de diametro; e por ahi é a entrada para um enorme salão, que pode accomodar, á vontade, mil pessôas mais ou menos, e é em semi-circulo. As paredes são revestidas de camadas, pouco salientes, de argilla vermelha, semelhando tijolos; e o solo é coberto de areia fina, tambem vermelha. De um dos lados do salão, ha uma escavação na parede, com a forma de um altar, e ao lado do altar uma columna bem modelada, sobre a qual foi fixada uma Cruz por algum visitante. Deste salão para outro compartimento interior ha duas entradas: uma de 10 a 12 metros de largura e seis de altura; e outra de dous metros de largura e cinco de altura. Neste compartimento interior existe uma lagôa profunda, cuja agua é crystallina e salina, escoando-se constantemente por um canal. E' denominada lagôa dos Morrinhos. A um dos lados desta lagôa ha uma galeria estreita e baixa, mas de grande extensão, povoada de vampiros, que ahi se cruzam a voarem. Por ser escura, ou balda de luz, só com o auxilio de uma lanterna pode ser observada; e, ainda assim, é necessaria a maior precaução, porque o solo é accidentado, além de escavado, e com frequentes soluções de continuidade. As paredes são muito anfractuosas; e o som, que fóra dalli mal seria ouvido, tem naquella galeria, echo extraordinario.

MORRO DA MARINHA. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. de Corumbá.

MORRO DAS PEDRAS. Bairro do mun. de Imbituva, no Estado do Paraná, com escola.

MORRO DA VIGIA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Sebastião do Cahy, com escola.

MORRO DO AZEITE. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá.

MORRO DO CAVALLO. Arraial do termo do Curral de Pedras, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

MORRO DO CIPÓ. Log. do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto.

MORRO DO OUTEIRO. Arraial do termo do Curral de Pedras, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

MORRO DO PARÁMIRIM. Dist. creado no termo de Brotas, do Estado da Bahia, pelo Dec. de 11 de maio de 1900.

MORRO DO PARÂMIRIM. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, entre as estações da Barra e do Riacho de Canôas e a 511 kils. distante do Joaseiro.

MORRO DOS CÔCOS. Log. do Estado do E. Santo, no dist. do Queimado.

MORRO GRANDE. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Macahé.

MORRO GRANDE. Log. no mun. de Corumbá, do Estado de Matto Grosso.

MORRO GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Sorocá-mirim.

MORRO MACIEL. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá, á margem dir. do rio Nabileque.

MORRO PELLADO. Dist. do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se *Ityrapina* pela Lei n. 719 de 28 de setembro de 1900.

MORRO QUEIMADO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. do Bom Fim.

MORROS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santo Antonio da Patrulha, com escola.

MORROS. Rio do Estado da Bahia, banha o termo da Conquista e desagua no Catolé Grande.

MORROS. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Foi creada villa pela Lei n. 210 de 28 de abril de 1898.

MORTES. Lageado do Estado do Paraná, no termo do Rio Negro. Vai para o rio deste nome. Divide os dists. policiaes do Campo do Tenente e o do Pinhen.

MORUBICHABA. O principal, o primeiro na guerra; composto de *morubi-chab*.

MORUMBI, *merú-oby*, a mosca verde, a varejeira; *marámbi*, luta ou peleja occulta, guerra de emboscada, cilada (Dr. T. Sampaio).

MORUMBY. Morro entre os ribeirões Pinheiros e Pirajuçara, no mun. de Santo Amaro e Estado de S. Paulo. « *Morumby*, diz o Dr. J. Mendes, corruptela de *Morõ-ũ-bi*, por contracção *Mor'-ũ-bi*, resvaladouros muito altos. De *morõ*, o mesmo que *porõ*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, peculiaridade, etc.; *ũ*, resvalar; *bi*, alçar, levantar. *Morõ* e não *porõ*, por estarem no infinitivo os verbos. Ambos os verbos, por isso, se tornaram absolutos. Allusivo a serem muitas alcantiladas suas encostas. E' conhecido tambem por morro Pellado ».

MORUNGAVA. Corruptela de *Mborõ-huú-ng-ába*, por contracção *Mbor'-huú-ng-ába*, constantemente turvo. De *mborõ*, para exprimir peculiaridade, habito, excesso, superlativo, etc.; *huú*, lama, lodo, borra, fezes; *ng*, intercalação, por ter som nasal a palavra *huú* e para ligal-o a *ába*, particula para exprimir logar, modo, causa, destino, instrumento etc. Com effeito, este ribeirão tem turvas as aguas (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

MORUNGAVA. Ribeirão de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Vai desaguar na margem dir. do rio Pardo.

MORURÉ. Rio do Estado do Pará, banha o territorio de Aricary e desagua na margem dir. do rio Araguary.

MORYÇÁ. Subs., a caricia, o agrado, a afabilidade, contr. *moryçaba* (Dr. T. Sampaio).

MOSQUITO. Pequeno pov. do Estado da Bahia, a 15 kils. da Estiva. E' assim denominado por serem pequenos os diamantes ahi encontrados. E' habitado por garimpeiros empregados nas minas de diamantes e carbonatos. Está a 734 metros de altitude. Dista nove kils. de Santo Antonio da Cravada.

MOSQUITO. Serra no mun. de Santo Antonio da Cachoeira e Estado de S. Paulo. E' uma ramificação da Mantiqueira.

MOSQUITO. Cabeceira do ribeirão Jacarehy, affl. do rio Jaguary pela margem esq.; no mun. de Jacarehy e Estado de S. Paulo.

MOSQUITO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Paranapanema, no mun. de Campos Novos.

MOSQUITO. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Arassuahy, proximo ao corrego S. Domingos.

MOSSORÓ. Corr. *mõ-çoroc*, fazer rupturas, o que rasga, rompe ou abre fendas; R. G. do Norte (Dr. Theodoro Sampaio).

MOSSÚS. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Marianna.

MOTIM. Rio de S. Paulo, no mun. de Santa Branca. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Parahyba. Tem, em uma parte de seu curso o nome de *Putehy*. Vide *Potim*.

MOTUCA. Compõe-se de *mũ-tuca*, a que perfura ou aguilhôa, a perfurante, a picante; alt. *mutuca*, *butuca* (Dr. Theodoro Sampaio).

MOTURÁ. Rio do Estado do Pará, banha o territorio do Aricary e desagua na margem dir. do Oyapock. (*Carta* do Territorio do Aricary, executada e desenhada por José Lobo Pessanha. Pará. Agosto — 1901) Não será Maturá?

MOURÃO. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Santos, ao lado da E. de F. Ingleza.

MOURAS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá.

MOURAS. Pequeno rio do Estado de Minas Geraes, affl. dir. do rio Ubá, no mun. deste nome.

MOURAS. Passo no rio Ibirocay, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul, atravessado pela estrada de rodagem que dessa cidade vai a Alegrete.

MOY. Contracção de *mboy*, a cobra, a serpente; alt. *boi*, *boia*, *moya* (Dr. Theodoro Sampaio).

MUACO. Rio do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

MUCAMBINHO. Corrego do Estado de Goyaz, banha o mun. da Palma e desagua no rio Maranhão.

MUCAMBO. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. da Vargem Grande e desagua no rio Preto, affl. do Iguará.

MUCAMBO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Capibaribe-mirim.

MUCUIM GRANDE. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Afuá e desagua no rio Iriricana.

MUCUNAN. Log. no mun. de Tury-assú, do Estado do Maranhão.

MUCUNAN. Ilha no rio Bacurypanan, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

MUCUNANDIBA. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Miritiba.

MUCUOCA. Pequeno rio que desagua no oceano, no mun. de Caragatatuba e Estado de S. Paulo. « *Mucuoca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbúgca-yócûe*,

contrahido em *Mbuc'-yócûe*, arrebentado uma ou outra vez. De *mbug*, o mesmo que *púg*, arrebentar, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino; *yócûe*, uma ou outra vez, de vez em quando. Allusivo a formar uma lagôa, a qual, quando muito cheia, arrebenta, esvasiando no oceano as aguas. »

MUCURA. Gambá (*Didelphos*).

MUCURATÁ. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Santa Cruz.

MUCURATEUA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Santarem Novo.

MUCURUNA. Riacho do Estado do Maranhão, banha o mun. da capital e desagua no rio Angelim.

MUCURY. Composto de *mucura-y*, rio das gambás; composto de *mucurí-y*, rio das palmeiras mucuris; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

MUCURY. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901).

MUFUBÉ. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Barcellos.

MUIRIM. Rio do Estado do Pará, affl. do Arary, no mun. de Ponta de Pedras.

MULATA. Ilha no rio Cajualsinho, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

MULATINHA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito.

MULUNGÚ. Riacho do Estado do Ceará, affl. do rio Cruxati.

MULUNGÚ. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

MULUNGÚ. Pov. do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi rebaixada de villa pela Lei n. 550 de 25 de agosto de 1899.

MULUNGUN. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Miritiba (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*).

MUNDO NOVO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Brigida, trib. do rio S. Francisco.

MUNDUBA. Corr. *mô-nduba*, o que faz estrondar ou resoar; a estrondante, atroadora; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

MUNDURUCÚS. Paraná do Estado do Amazonas, no mun. de Manacapurú.

MUNGUENGUE. Corrego do Estado do Parahyba do Norte, affl. do rio Parahyba, entre a Capital e Espirito Santo.

MUNICIPAL. Ilha no rio Parahyba do Sul, defronte da villa de Itaocara. Ahi fica o Lazareto. Antigamente se chamava Bananeiras.

MUNIXY-GRANDE. Séde de um dos dists. judiciarios do termo de Teffé, no Estado do Amazonas.

MUPEUA. Furo do Estado do Pará, no mun. de Chaves. Communica-se com o furo Conceição.

MUQUEM. Um dos formadores do rio do Roque, trib. da margem esq. do Mogy-guassú, no Estado de S. Paulo.

MUQUEM. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Itapetininga e desagua na margem dir. do rio deste nome. Vide *Moquem*.

MUQUEMA. Log. do Estado do Parahyba do Norte, no termo de Araruna.

MURAPINIMA. Pov. no mun. de Faro e Estado do Pará. Era antigamnete denominada Juruty Velho. Na legislação desse Estado encontra-se esta palavra escripta de dous modos: *Murapinima* e *Muirapinima*.

MURAQUETAUA. Log. do Estado do Pará, ao lado occidental da ilha Pracuhubas, no furo dos Alegres e mun. de Mazagão.

MURIAHÉ. Corr. *murú-aé*, ou *merú-aé*, moscas que affligem, mosquitos que affluem ou atacam, o bando de moscas, o enxame de mosquitos; Rio de Janeiro, Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio).

MURIBECA. Corr. *meru-beca*, a mosca importuna, o mosquito persistente ou insistente; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

MURIBECA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Iguarassú.

MURIBECA. Villa de Pernambuco. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o mun. pela Lei n. 328 de 28 de junho de 1898.

MURICIPITANDIUA. Ilha no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão, na costa. E' tambem denominada Corôa Grande. O Sr. José Ribeiro do Amaral, que della faz menção em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, escreve na pag. 124 Muricipitandiua e na pag. 125 Municipitandiua.

MURICY. Nucleo colonial do Estado do Paraná, distante de S. José dos Pinhaes 12 kils., na margem esq. do rio Meringuava. Consta de 72 lotes occupados (1901) por mais de 400 polacos, italianos e brasileiros.

MURITIBA. Corr. *merutyba*, moscas em abundancia, o mosqueiro; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

MURO. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901).

MURUABEBA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua no Capibaribe.

MURUBYRA. Rio do Estado do Pará, no dist. do Mosqueiro.

MURUCUJATIUA. Ilha do Estado do Maranhão, no rio do Cocal e mun. de Cururupú. O Sr. José Ribeiro do Amaral, que della faz menção em seu trabalho — *O Estado do Maranhão em 1896* — escreve na pag. 124 Murucujatiua e na pag. 125 Moracujatiua.

MURUCUJATIUA. Furo no mun. de Cururupú e Estado do Maranhão. E' navegavel até o rio Urú. Tambem é denominado Marciana (José Ribeiro do Amaral. *Obr.* cit.).

MURUMA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

MURUNDÚ. Commodo da prôa para abrigo dos barqueiros na occasião das chuvas. Termo usado no rio S. Francisco.

MURUNDÚ. Rio affl. do Una pela margem esq., no mun. de Una e Estado de S. Paulo. « *Murundú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mŷrõ-nd -húú*, lodo revolto. De *mŷrõ*, o mesmo que *pŷrõ*, revolver; *nd*, intercalação por causa do som nasal de *mŷrõ*, e afim de ligal-o a *húú*, lodo, borra, fezes. Este nome *Mŷrõ-nd-húú*, ora traduzido litteralmente — lodo revolto — sohia ser applicado pelos indigenas aos rios e ribeirões *turvos*. Tambem quando querem assignalar uma grande confusão de pessôas ou de cousas, dizem *mŷrõ-ndi*, muita desordem. O som guttural de *y* fere igualmente o *i* final, segundo a regra ensinada pelos grammaticos. *Murundú*, tal é a pronuncia. »

MURUTI-PUCÚ. Rio do Estado do Pará, no mun. de Igarapé-miry.

MUSICA. Lagôa no mun. de Uruguayana do Estado do R. G. do Sul, em um campestre do Quarahy (campo dos Prados)

MUSSUM. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no mun. do Lageado. Passou a denominar-se General Ozorio por Acto municipal de 15 de janeiro de 1903.

MUTANGE. Arrabalde no mun. de Maceió e Estado das Alagôas.

MUTUACÁ. Log. no mun. de Curralinho e Estado do Pará. Foi elevado á pov. pela Lei n. 725 de 2 de abril de 1900.

MUTUCA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Riachuelo (*Almanak Sergipano*. 1901).

MUTUCA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim.

MUTUCA. Rio do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

MUTUM. Rio do Estado do Pará, banha o territorio de Aricary e desagua na margem esq. do rio Araguary.

MUTUTUY. Uma das circunscripções em que se divide o 2º dist. da com. de S. Miguel do Guamá, no Estado do Pará.

MUZAMBO GRANDE. Log. do mun. do Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.

N

NÃ. Adj., espesso, enorme, consideravel, grosso; adv., tantas vezes, deste modo, assim; corr. *anã*, parente, ligado, proximo, semelhante; *nã=rã*, confuso, confundido, unido, misturado (Dr. Theodoro Sampaio).

NAGÉ. Vocabulo tupico, corruptela de *anagé*, que significa o gavião (*Milvago*).

NAMBÚ. Vide *Inhambú*.

NAMBÚ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una, no mun. de Barreiros.

NAMBYS. Composto de *na-mbi*, subs., a orelha, isto é, litteralmente; pelle de união, ou excrescencia de pelle; as orelhas, os ouvidos; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

NANAN. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Jundiahy-mirim, no mun. de Jundiahy. E' tambem conhecido pelos moradores do logar pelos nomes de Pedrinhas e Argolinhas. Diz o Dr. J. M. de Almeida que *Nanan* é corruptela de *Na-nhã* e significar — não corrente.

NÃO-ME-TOQUES. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Passo Fundo.

NARANDYBA. Composto de *naran-dyba*; *naran* é corrupção do vocabulo portuguez *laranja*; donde *narandyba*, laranjal, laranjas em abundancia (Dr. Theodoro Sampaio).

NASCENTES. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Bom Jardim (Inf. loc.).

NATUBA. Composto de *nanã-tyba*, ananazes em abundancia, ananazal; Parahyba do Norte; corrupção de *nhã-tyba*, cocal (Dr. Theodoro Sampaio).

NAUFRAGADOS. Ponta em Santa Catharina. Accrescente-se no fim: Entre essa ponta e a chamada dos Frades ha uma praia de vagas fortes com cerca de 500 metros de extensão, onde, em 1753, sob um grande pampeiro do sul, naufragaram duas sumacas portuguezas que conduziam 250 colonos açorianos de Santa Catharina para o R. G. do Sul. Destes infelizes só escaparam 77, os quaes, em parte, ficaram na ilha, indo outra parte para a freg. de Villa Nova (com. da Laguna) e outra para o seu primeiro destino. Do sinistro proveiu a denominação de Naufragados com que foram conhecidas até hoje a ponta e a praia. O Visconde de Porto Seguro suppõe, entretanto, que esse nome fora dado ao local depois que ahi naufragara D. Rodrigo de Acuña, commandante do navio *S. Gabriel*, pertencente á frota hespanhola que, sob o commando em chefe do almirante Fr. Garcia Jofré Loaysa, largara da Corunha a 24 de julho de 1525 em viagem de exploração ás costas do Prata. E accrescenta: « Daqui proveio a este porto (Naufragados) o nome de *Porto de D. Rodrigo*, com que por muito tempo foi conhecido nos mappas e roteiros. Acaso seria o mesmo que Solis, dez annos antes, chamara *Bahia dos Perdidos*, talvez em virtude dos mencionados seus companheiros, que ahi lhe fugiram ou se perderam; si é que esses individuos não houvessem effectivamente ficado por ahi, voluntariamente ou desgarrados, já desde alguns annos antes » (*Hist. Geral do Brasil*, tomo I, pag. 106).

NAZARETH DOS PASSOS. Pov. do Estado do Pará, no mun. de Baião.

NAZARIO. Serra do Districto Federal, no dist. de Inhauma.

NAZARIO. Furo na Ilha das Onças, no Estado do Pará; communica-se com os furos Madre de Deus e Piranha.

NEBLINA. Serra do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Cataguazes.

NEGRA. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú. Em algumas *cartas* lê-se serra do Negro.

NEGRA. Serra do Estado de Pernambuco, no N. do mun. de Bezerros.

NEGRA. Serra que divide as aguas dos rios Tieté e Piracicaba, proximo á foz deste, no mun. de Piracicaba e Estado de S. Paulo.

NEGRA. Ponta no Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Vê-se em seu alto uma casa onde se acha installada uma estação semaphorica. Dista 38′ de Cabo Frio e a 13′ para E. Della vê-se, na praia, erecta sobre uma duna, a egreja de N. S. de Nazareth, que se acha perto da cidade de Saquarema. Do ponto em que se acha esta egreja parte da praia um esparcellado de pedras, que vão a quasi 1′ a E. S. E.

NEGRA VELHA. Log. do mun. de Tury-assú, no Estado do Maranhão.

NEGRINHAS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

NEMA. Igarapé do Maranhão. Accrescente-se no fim: Vem do lago da Morte, divide a villa do Arary em dous bairros e lança-se no rio Mearim.

NEREÇÁ. Uma das circumscripções da com. de Mazagão, no Estado do Pará.

NETTO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a cidade de Barbacena. Vai para o ribeirão da Cachoeira do Alvaro, que corre para o rio das Mortes.

NHAEMPEPÓ. Composto de *nhaê-pepô*, o vaso que ferve, a vasilha de ferver, a panella. (Dr. Theodoro Sampaio).

NHANDIJARA. Corrupção de *nhandi-yara*, nosso senhor, tratamento para Deus (Dr. Theodoro Sampaio).

NHANDÚ. Composto de *nhã-dú*, a que corre com estrepito, a corredora, a ligeira; a avestruz, a ema (*Rhea americana*). Substantivo, a aranha (*Mygale*). Dr. Theodoro Sampaio.

NHANDUHY. Composto de *nhandú-y*, rio das emas; Matto Grosso (Dr. Theodoro Sampaio).

NHANDUTY. Composto de *nhandú-tí*, teia de aranha, renda, trama; Paraguay (Dr. Theodoro Sampaio).

NHANGUARA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Xiririca, nas divisas do dist. de Jaguary.

NHANGUASSÚ. Morro do Estado de S. Paulo, á margem dir. do ribeirão Thomé Gonçalves, affl. do rio Jaguary.

NHAPUPÉ. Corrupção de *nhã-popé*, a que corre em plano, a que vôa em linha, a que vôa rasteiro; a perdiz ou inambú (*Crypturus*). Dr. Theodoro Sampaio.

NHAUM. Composto de *nhaê-á*, o barro de panella, o barro proprio para louça, a argilla olar; alt. *inhauma* (Dr. Theodoro Sampaio).

NHEÊ (Substantivo). A fala, lingua, o idioma (Dr. Theodoro Sampaio).

NHEEMBUCÚ. Composto de *nheê-bucú*, a lingua comprida; o falador (Dr. Theodoro Sampaio).

NHEENGAIBA. Palavra composta de *nheengc-aiba*, o que é má lingua, a lingua ruim, imprestavel ou incomprehensivel. Nome de uma tribu selvagem da foz do Amazonas, catechisada pelo padre Antonio Vieira.

NHOCOIA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santo Angelo.

NHÚ ou *Nhum*. O campo, o terreno limpo, a região plana com vegetação rasteira; alt. *nû*, *inhú* (Dr. Theodoro Sampaio).

NHÚBATÉ. Composto de *nhú-ibaté*, campo alto (Dr. Theodoro Sampaio).

NHUGUAÇÚ. Composto de *nhú-guaçú*, o campo grande (Dr. Theodoro Sampaio).

NHUM-VERÁ. Log. no mun. de Nioac, do Estado de Matto-Grosso.

NHUNDIAHY. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Iguape e desagua na margem esq. do Una d'Aldêa.

NHUNDIAQUARA. Composto de *nhundiá* ou *ynndiá-quara*, o buraco do jundiá, a toca do peixe jundiá; actu. *yundiaguara* (Dr. Theodoro Sampaio).

NINHO DE TUYUYÚ. Log. do Estado de Matto-Grosso, no mun. de Caceres.

NÓ-CEGO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga.

NOITIBÓ. Voz, o nome do canto da ave nocturna, agoureira para o selvagem (*Caprimulgus grandis*. Vide Martius). Dr. Theodoro Sampaio.

NOIVOS. Ilha do Estado de Santa Catharina, na bahia do norte, junto á ponta do Leal. Assignala-a uma historia tristissima, que assim nos é contada pelo insigne prosador o Sr. Virgilio Varzea: « Um casal de noivos, que havia recebido a consagração de suas nupcias em uma egrejinha dos Barreiros ou de Biguassú, voltava feliz, em uma pequena canôa veleira ao arraial da Passagem, onde o esperava o thalamo conjugal, quando, de repente, e quasi ao fim da viagem, na altura da ilhota, se levanta um vendaval. O tempo escureceu num torvellinho de nuvens, e o mar, desmontado, entrou a rolar em turbilhões terriveis. O patrão, canceiro perito e inexcedivel na sua arte, como soem ser os habitantes do littoral catharinense, que são embalados a bem dizer pelo mar desde os primeiros vagidos, aproou para terra numa corrida sinistra. Mas as vagas, furiosas, cresciam em collinas de espuma em redor do pobre esquife, e, de uma lufada maior, galgaram-lhe a borda, sacudindo a todos sobre os esparcellados bramantes, que envolviam a ilha. Nem uma só pessôa escapou á borrasca inclemente, que os sepultou para sempre nos escarcéos marinhos. Dahi essa denominação, que parecendo jubilosa e de gala, não é mais do que um ramo de goivos sobre um sepulchro esquecido! »

NORTE. Morro na Ilha Campeche, no Estado de Santa Catharina. Tem 85m,0 de altura.

NORTE. Rio do Estado do E. Santo; reune-se ao Santa Cruz.

NOSSA SENHORA. Nome porque é conhecida parte da praia comprehendida entre Ponta Negra e a egreja de N. S. de Nazareth, no Estado do Rio de Janeiro.

NOVA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Xiririca, nas divisas do dist. de Jaguary.

NOVA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros.

NOVA ALCANTARA. Villa e mun. do Estado do Paraná, na com. de S. José da Bôa Vista. E' o antigo pov. do Jacarezinho. Foi creado pela Lei de 2 de abril de 1900.

NOVA BADEN. Colonia creada pelo Dec. n. 1.361 de 14 de fevereiro de 1900, no Estado de Minas Geras. Está situada cerca de 4 kils. de Aguas Virtuosas do Lambary e tem uma área de 1.360hects, 12, abrangendo as fazendas da Bôa Vista e do Ribeirão do Mello. E' atravessada pela E. de F. Muzambinho.

NOVA DE REZENDE. Villa e mun. do Estado de Minas Geraes, creada pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901, que constituiu o mun. com os dists. de Santa Rita do Rio Claro e S. Sebastião da Ventania, desmembrados do mun. de Passos, sendo a séde em Santa Rita. Foi installada em 2 de janeiro de 1902.

NOVA ESPERANÇA. Log. da Bahia, no termo do Prado (No Supplemento do 3º vol.). Accrescente-se no fim: O dist., ahi creado pela Lei n. 276 de 27 de agosto de 1898, foi supprimido pela de n. 428 de 22 de agosto de 1901.

NOVA FRIBURGO. Accrescente-se no fim: No dia 1º de janeiro de 1902 teve logar o lançamento da primeira pedra do novo edificio do Collegio Anchieta, como se vê da seguinte acta.

« A primeiro do mez de janeiro do anno do Senhor mil novecentos e dous, vigesimo quinto do Pontificado do Papa Leão treze, decimo quarto da proclamação da Republica no Brasil, sendo presidente dos Estados Unidos do Brasil, o dr. Manuel Ferraz de Campos Salles, presidente do Estado do Rio de Janeiro o doutor Quintino Bocayuva, occupando o Generelado da Companhia de Jesus o muito reverendo Padre Ludovico Martin, desempenhando o cargo de superior da missão da Provincia romana no Brasil o Reverendo Padre Justino Maria Lombardi, no Reitorado do Padre Domingos de Meis, invocado o auxilio divino do Santissimo Coração de Jesus, sob os auspicios e protecção da padroeira Maria Santissima Immaculada e dos Santos advogados o Patriarcha São José, Santo Ignacio de Loyola, Luiz Gonzaga e Anjos Custodios, com a benção do muito digno Bispo desta Diocese de Petropolis, Don Francisco do Rego Maia, lançou-se a primeira pedra do novo edificio do collegio Anchieta, fundado nesta cidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, a dez de abril de mil oitocentos e oitenta e seis, no logar vulgarmente denominado Chateau, em propriedade desembaraçada de todo e qualquer onus, sob a direcção e conforme os planos do sr. Francisco Vidal Gomes. Para testemunho do que foi lavrada esta acta, firmada pelas pessôas presentes, encerrada em tubo de ferro, devidamente lacrado e depositado com moeda da época e folhas do dia em urna de pedra para este fim preparada.

Nova Friburgo, 1 de janeiro de 1902. »

NOVA ROMA. Pov. do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi essa pov. elevada á villa com o nome de Campos Salles pela Lei n. 530 de 29 de julho de 1899.

NOVA TRIESTE. Colonia situada cerca de 25 kils. de Xiririca, no Estado de S. Paulo. Seu territorio é banhado pelo Rio Taquary, affl. do Ribeira.

NOVA VILLA. Pov. do Estado do Piauhy, á margem dir. do rio Parnahyba, no dist. da Apparecida e com. de Jeromenha. Foi elevada á villa com o nome de Urussuhy pela Lei n. 290 de 23 de junho de 1902.

NOVO. Rio do Estado do Maranhão, affl. do Tutoya.

NOVO TYROL. Nucleo colonial do Estado do Paraná, distante da villa de Piraquara oito kils. E' dividida em 66 lotes, que abrangem uma área de 1.019 hectares. Sua pop., que é composta de cerca de 400 italianos e brasileiros, dedica-se á cultura da vinha.

NUITACA. Riacho do Estado de Matto Grosso, affl. do rio Nabileque, que o é do rio Paraguay.

NUNES. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Entre Rios. Faz barra com o corrego Sacco dos Veados.

NUPEBA. Corrupção de *nhũ-peba*, campo plano, a planicie limpa (Dr. Theodoro Sampaio).

NUPORANGA. Corrupção de *nhũ-poranga*, campo bello, campo formoso; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

NUPUAM. Vocabulo tupy, corruptela de *nhũ-puã*, significando campo redondo.

NUPUTYRA. Palavra que é corruptela de *nhũ-potyra* e significa flôr do campo.

NYTERÕI. Segundo o Dr. Theodoro Sampaio é corrupção de *nhê-terõ-y*, agua em seio abrigada, bahia segura; alt. segundo Hans Staden em *Iterô* ou *Iteronne. Nictheroy*, segundo o Conego Januario da Cunha Barbosa, significa — *mar escondido* — (Rev. do Inst. Hist., vol. LV); *Niterõ*, segundo o Padre Simão de Vasconcellos, na *Vida do Padre J. de Anchieta*; *Nitheroy*, segundo o Dr. Theodoro Sampaio. « *Nictherohy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ndaiy-tarõ-i*, perdendo a particula negativa *a*, por existir adiante a vogal *y*, e soando, portanto, *N'-y-térõ-i*, sem tortuosidade. De *nda*, particula de negação, cujo *d* não sôa; *y*, relativo; *térõ*, tortuosidade; *i*, para fechar a negação. Allusivo a ser uma bahia franca para a navegação. As traducções de Martius, no *Gloss. Ling. Braz.*; Milliet de Saint Adolphe, no *Dicc. hist. geog. e descript. do Brasil*; Ayres de Casal, na *Chorog. Braz.*; Fizarro, nas *Mems. hists. do Rio de Janeiro*, e outros, dizendo uns — agua escondida —, dizendo outros — mar morto — são erros palmares, senão verdadeiros disparates. »

NYTERÕI. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Voltou a ser capital do Estado pela Lei n. 542 de 4 de agosto de 1902.

O

OABO. Part. ger. de *ar*, caindo, nascendo, o que nasce ou brota, nascente; partindo, quebrando (Dr. Theodoro Sampaio).

OARUÁ. No tupi da costa significa o espelho.

OBERAVA. Corruptela de *y-beraba*, alt. *u-beraba*, a agua brilhante, ou reluzente (Dr. Theodoro Sampaio).

OBÚ. Corrupção de *upú* ou *y-bú*, agua que ferve ou surge, o manancial, o olho d'agua (Dr. Theodoro Sampaio).

OCA. Subs., a casa, o coberto, o abrigo, o refugio, o parádeiro; alt. *og*, *oka*, *roca*, *toca*, segundo o thema; no tupi do Amazonas *uca*, *r'uca* (Dr. Theodoro Sampaio).

ÓCA. Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba.

OCABIUNA. A casa negra; de *oca-piuna* ou *oca-una*.

OCARA (Substantivo). A praça, o terreiro, o largo. Vide *taba*.

OCARUÇÚ. Composto de *ocara-uçú*, praça ou terreiro grande; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

OCATIM. Casa branca; contracção de *oca-tinga*.

OCIREMA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. do ribeirão S. José, no mun. do Bom Jardim. Atravessa a fazenda da Bôa Vista.

OITI. Corrupção de *ui-tí*, massa branca, farinha alva; nome de uma arvore fructifera *Artocarpea*; alteração de *oyty* (Dr. Theodoro Sampaio).

OITICICA. Vocabulo composto de *uiti-icica*, o oiti que pega, o oiti resinoso, pegajoso.

OLARIA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901). Com o mesmo nome ha um outro arraial no termo do Riachão.

OLARIA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

OLARIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

OLARIA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. deste nome. Desagua entre a foz dos rios Itanguá e Ipanema.

OLARIA. Corrego affl. da margem dir. do rio Verde, trib. da esq. do rio Pardo, no mun. de S. José do Rio Pardo, do Estado de S. Paulo.

OLEO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio do Peixe ou Bonito, entre Rio Bonito e E. Santo do Rio Pardo.

OLHO D'AGUA DOS GÓES. Dist. policial do mun. de Correntes, no Estado de Pernambuco.

OLHOS D'AGUA. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de dous arraiaes, um no termo de Larangeiras e outro no do Riachão.

OLHOS D'AGUA. Pov. do Estado da Bahia, á margem do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco e da estrada de rodagem que vai para o Joazeiro.

OLHOS D'AGUA. Serra do Estado de Minas Geraes, entre os muns. de Barbacena e S. João d'El-Rey.

OLHOS D'AGUA. Corrego do Estado de S. Paulo. Vai para o rio Pirapitinguy, trib. do Tieté.

OLIVEIRA. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro, com escola.

OLIVEIRA. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, a 139 kils. distante do Joazeiro e entre as estações de Sento Sé e Remanso.

OLIVEIRAS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Cataguazes.

OMENGABA. Corr. *omeengaba*, a dadiva, a offerta, o presente. Vide *meengaba* (Dr. Theodoro Sampaio).

ONÇA, Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruarú.

ONÇA. Serra do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

ONÇA. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

ONÇA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim.

ONÇA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro; banha o mun. do Bom Jardim e desagua no rio Santo Antonio, affl. do rio Grande, na Barra Alegre.

ONÇA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté, no mun. deste nome.

ONÇA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Mogy-Guassú, no mun. do E. Santo dos Barretos.

ONÇA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão das Canôas, trib. do rio Grande, no mun. de Santa Rita do Paraizo.

ONÇA. Corrego affl. da margem dir. do rio Paranapanema, no mun. de Campos Novos e Estado de S. Paulo.

ONÇA. Corredeira no rio Mogy-guassú, no Estado de S. Paulo.

ONÇA. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, entre o dist. de Santa Barbara das Canôas e o da cidade de Monte Santo. Vai para o rio das Canôas.

ONDINA. Cidade balnearia que está fundando Bibiano Ferreira Campos nos terrenos de uma fazenda de sua propriedade (fazenda d'Arêa Preta) na cidade da Bahia. Dista quatro kils. da cidade e é situada na costa. Abrange uma zona plana e aprazivel, de cerca de dous kils., além de um grande valle adjacente, possuindo sobre tudo bellissimas praias na extensão de 1.500 metros entre a Barra e o Rio Vermelho. As ruas e praças, em que foi dividida, obedecem aos preceitos modernos de hygiene e belleza. Sua orientação lhe permitte receber directamente os ventos reinantes. O *boulevard*, que margea as praias, tem 28m,0 de largura, com calçadas de 5m,0 o que contribue para o aspecto elegante e agradavel das construcções já levantadas. Os trabalhos foram inaugurados a 13 de outubro de 1895.

Villa Ondina é um dos arrabaldes mais bonitos da cidade; quando estiver todo edificado e dispuzer de locomoção facil, será um ponto muito procurado.

Nelle tem o benemerito capitão Bibiano Ferreira Campos projectado estabelecer uma cidade balnearia, para o que tem demonstrado a mais inexcedivel força de vontade, luctando com obstaculos quasi insuperaveis, entre os quaes a falta do capital necessario á realização do seu arrojado commettimento.

Fica nos limites da bella povoação do Rio Vermelho e possue cinco praias de banhos, verdadeiras bacias maritimas, uma das quaes, a Praia do Porto, é uma verdadeira doca natural accessivel a barcos até 100 toneladas. Entre essas praias existe a do Canzuarte, vasta e bella, ficando-lhe a cavalleiro verdejantes montanhas, o que lhe dá um aspecto attrahente e encantador. Junto a ella corre uma fila de ininterruptos rochedos, nos quaes existe a gruta denominada "Mãe d'Agua", onde, segundo a tradição, se acolheu Diogo Alves Correia, quando, escapo do naufragio, alcançou a terra, no Rio Vermelho.

Para o lado do poente fica a praia de São Lazaro, que fórma um semi-circulo de alvas areias, e que vae terminar em um isthmo, onde abundam lagostas e polvos.

Dessa praia, em direcção ao norte, desdobra-se uma interra planicie, ampla e constantemente bafejada, a nordeste e leste, pela brisa oceanica.

Nessa planicie, até encontrar com as praias de S. Lazaro, do Porto, Canzuarte, e mais uma outra pequenina em frente á residencia do Dr. Pedro Celestino, é que se está edificando a *Ondina*, que já conta diversos e bonitos predios.

No meio da grande planicie, onde se locou a futura cidade, ha uma grande praça, denominada Bispo Macedo Costa, onde está em construcção uma grande igreja, com a invocação de Nossa Senhora de Lourdes.

A praça Gonçalves Dias ficará com grande extensão. Fica situada entre a praia de S. Lazaro e a da Foz, onde dá agua o riacho Areia Preta.

Para dar locomoção facil e por a nova villa em communicação com a capital, o capitão Bibiano Campos organizou com o engenheiro inglez John Parker Littleton uma linha de bonds, a que deram o nome de *Ferro Carril de Ondina*, e da qual se acham já assentados trilhos na extensão de cerca de dous kilometros, entre Ondina e Rio Vermelho, primeiro trecho.

ONOFRE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Atibaia e desagua na margem esq. do rio deste nome. Recebe o ribeirão dos Porcos.

OPACA. Morrinho no mun. de Corumbá e Estado de Matto Grosso.

ORANGO-TANGO. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Fonte Bôa.

ORATORIO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Tamanduátehy, no mun. da Capital. E' tambem denominado Iguassú.

ORGÃOS. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. do Rio Bonito. Dá origem ao ribeirão do seu nome, affl. da margem esq. do rio do Peixe (Carta da Commissão Geogr. Geolog. de S. Paulo. Folha de Guarehy).

ORGÃOS. Ribeirão do Estado do Paraná, affl. do rio Piedade, que o é do Ribeirinha e este do Assunguy.

ORISSANGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Jaguary-mirim, no mun. de S. João da Bôa Vista. « *Orissanga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Iroiçã-nga*, agua esfriada. De *i*, agua, rio; *roiçã*, esfriar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a nascer quente; e, depois, em seu curso, esfriar-se. Com effeito, este ribeirão vem da serra das Caldas, na prov. de Minas Geraes; e, sem duvida, o indigena, assim nomeando este ribeirão, quiz assignalar, nas suas cabeceiras, aguas thermaes. »

ORIXIMINA. Villa do Pará. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o seu mun. pela Lei n. 729 de 3 de abril de 1900.

OROBÓ. Não parece vocabulo tupi; a não ser que se admitta por influencia dialectal a corrupção do nome *urubú* (Dr. Theodoro Sampaio).

OROCÓ. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

ORTIZES. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. da Casa Branca. Vai para o ribeirão dos Cocaes.

OTÍNGA. Corr. *y-tinga*; alt. *u-tinga*, a agua branca ou clara; Bahia (Dr. T. Sampaio).

OUCA. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Turi-assú. E' assim chamada por ouvir-se a repercussão do som no solo.

OURIÇO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, no dist. do Sanna e mun. de Macahé.

OURICURY. Corr. *ori-curi*, o cacho amiudado, ou repetido, o que dá cacho de continuo (*Cocos coronata*. Mart. ou *Attalea*); alt. *uricuri*, *aricuri*, *mucury*, *licury*, *nicury*, *iricury* (Dr. T. Sampaio).

OURICURY. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

OURINHO. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Jacaresinho.

OURIVES. Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua na margem esq. do Pomba.

OURIVES. Corrego de S. Paulo, no mun. de S. Bernardo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem esq. do rio Tamanduatehy, entre os corregos dos Meninos e Ipiranga.

OURO. Morro do Estado da Bahia, no mun. de Jusseape.

OURO. Paraná do Estado do Amazonas, affl. do rio Envira, no mun. de S. Philippe.

OURO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Chibarro, no mun. de Araraquara.

OURO GRANDE. Log. do Estado do Paraná, no dist. do Jacaresinho.

OURO PRETO. Acabo de visitar essa cidade, á qual o Congresso Mineiro poz a honrosa posição de Capital do Estado. Ao penetrar nella, o fiz de chapéo na mão, em signal de respeito ás suas tradições gloriosas. O seu aspecto melancholico, os diversos morros sobre os quaes ella se ergue, sua immensa casaria muito antiga, as torres de suas numerosas egrejas elevadas para o infinito, ao longe a extensa serrania de Ouro Preto, a um dos lados o grande bloco do Itaculumi, verdadeira hyperbole do granito, emergindo do alto da cordilheira e como que querendo deitar-se sobre ella, e aos pés o rio Funil, correndo ao través de pedras ennegrecidas e perturbando com o ruido de suas aguas o silencio das mattas que o margeiam, aqui o logar onde se erguia a modesta habitação do redivivo martyr da Conspiração Mineira, alli a casa dos Contos, onde expirou Claudio Manuel da Costa, mais adiante a casa de Gonzaga, quasi defronte á habitação da bella Marilia; tudo isso produziu em meu espirito uma impressão de respeito e amor por essa lendaria cidade.

Nella não se nota o prurido das grandes cidades. Parece que o sacrificio de tantos martyres, a quem ella affagou em seu seio de mãe carinhosa, lhe produziu grande tedio do mundo, uma tristeza que não a abandona e o aconchego da religião, que é o seu grande consolo.

Gostei immensamente do viver dessa cidade. Oito dias, que nella passei, foram os dias mais ditosos de minha vida.

Sua população generosa, hospitaleira e bôa prende o viajante nos laços do mais carinhoso affecto.

Logo no dia da minha chegada, a mocidade das escolas veiu saudar-me no hotel onde me hospedei. Prova inconcussa da enormidade dos corações ouro-pretanos, antes de que uma consagração aos meus meritos, que não possuo.

Por toda a parte fui fidalgamente agazalhado e com uma amabilidade tal como se fora pessôa da familia.

Tive occasião de estreitar em meus braços o meu virtuoso e illustrado collega e amigo Dr. Diogo de Vasconcellos, que me convidou para almoçar em sua residencia, na Agua Limpa, suburbio da cidade, onde me apresentou á sua carinhosa esposa e bons filhos.

Que agradaveis horas de bôa prosa!

Parecia-me estar com esse amigo em uma das *republicas* do nosso tempo em S. Paulo.

Mostrou-me na sua sala de visitas, um bom retrato do finado D. Pedro II, essa grande alma, que á custa do seu bolso, mandou-me educar no Internato do antigo collegio D. Pedro II e em S. Paulo.

O Dr. Diogo não adheriu ainda á Republica. E' monarchista. E' caso para felicital-o pela sinceridade de suas convicções politicas.

A cidade de Ouro Preto fica situada em um contraforte muito accidentado da serra do mesmo nome, que faz o *divortium aquarum* das aguas que vão para o rio das Velhas das que vão para o rio Doce. Está assente em um terreno muito irregular, quasi todo composto de morros, que se elevam daquelle contraforte. Pelo sul da cidade estende-se a serra de Itaculumi (1), com o celebre pico desse nome, com 1.754 metros de altura e que, visto da cidade, tem a forma de um sapato com o competente salto.

A parte baixa da cidade é mais ou menos plana e banhada pelo rio Tripuí (corrupção de *ityra-poi*, morro delgado ou esguio), que ahi toma o nome de Funil, o qual se precipita em um valle de 2.000 pés de profundidade, ora apertando-se com fragor entre os rochedos, que embaraçam seu curso, ora debaixo delles desapparecendo.

Em toda a parte da cidade encontram-se vestigios da antiga mineração. Assim é que, ao occidente da cidade acham-se grandes vestigios da antiga e importante exploração aurifera das lavras do Vellozo, verdadeiro compendio, no dizer de Eschwege, do methodo de exploração a *talho aberto*. Ahi se encontram quatro grandes mundéos, destinados a receber as areias, quer as arrastadas pelas aguas, quer as obtidas pelo quebramento do minerio aurifero.

Toda a encosta da serra foi como que cavada pelas aguas, deixando a nú as rochas. Ahi se vê o quanto exploraram os antigos, visto como a tapanhoacanga, que outr'ora cobria o itabirito, tem quasi que de modo absoluto sido retirada, deixando a descoberto os veeiros de quartzo aurifero, que atravessam o itabirito em seus schistos parallelos.

A lavra do Vellozo mostra a ordem de superposição das differentes camadas: abaixo do itabirito o itaculumito com quartzo aurifero e, abaixo, camadas de schistos argillosos.

A intensidade da exploração e a riqueza dessa lavra se podem julgar pelos trabalhos antigos, taes como os tres extensos regos de mais de seis kilometros, que se vêm mais ou menos parallelos, percorrendo o longo da encosta mais elevada da serra do Ouro Preto á da Cachoeira.

Entre os corregos do Vellozo e do Pellucias se encontram as lavras deste ultimo nome, que foram outr'ora muito exploradas. Ficam estas lavras na vertente do corrego do Ouro Preto, na porção comprehendida entre o corrego do Xavier e o morro S. Sebastião.

Seguindo a serra de Ouro Preto do occidente para o oriente, encontram-se as explorações antigas das Lages: a do Padre Viegas e a do Moreira, nos morros de Santa Anna e Piedade ou Agua Limpa, as do Padre Bernardo, no Sumaré, todas ellas constituindo, hoje, as ricas lavras do Tassara, que, segundo estudos feitos, demonstram grandes riquezas, porquanto nellas se encontram minerios, dando cerca de um kilo de ouro por tonelada, produzindo seus minerios mais pobres não menos de cincoenta grammas de ouro por tonelada. No morro das Lages nota-se o itaculumito inteiramente despido de tapanhoacanga e do itabirito e grande numero de galerias e cattas, o que demonstra a sua antiga exploração.

Nas lavras do Tassara, a propria tapanhoacanga dá, segundo a opinião competentissima do illustrado Dr. Costa Senna, quatro grammas por tonelada.

Como se vê, o solo de Ouro Preto encerra em seu seio uma riqueza que, por certo, fará, em futuro não muito remoto, reviver a grandeza dessa lendaria cidade.

O clima é saluberrimo. A media das temperaturas maximas annuaes é de 25°, a media das temperaturas minimas annuaes é de 11°, a maxima absoluta é de 29° e a minima de 2°.

Os nevoeiros que encobriam antigamente a cidade têm desapparecido nestes ultimos annos.

O meu engrossamento (é a expressão da actualidade) não vai ao ponto de achar a cidade bonita; é, porém, pittoresca, offerecendo, de diversos pontos, panoramas encantadores.

Pelas suas condições topographicas, as suas ruas são em ladeira, algumas bastante ingremes, excepção unica das ruas Tiradentes e S. José, que são quasi planas. São muito limpas, tortuosas, perfeitamente calçadas (as principaes) a parallelipipedos e com passeios constituidos por lages extrahidas do morro das Lages, excepto os da rua Tiradentes, que são da Serra de S. Thomé das Lettras.

Os predios são antiquissimos, mas bem conservados. São de um e dous andares na frente e quatro e cinco nos fundos. Apenas notei na cidade dous predios elegantes e de gosto moderno: o da Caixa Economica, que é de sobrado, e o Lyceo de Artes e Officios, que é terreo.

A cidade é illuminada a kerozene, mas se-lo-á brevemente a luz electrica, para o que já estão assentados os respectivos postes.

(1) *Itaculumi*, corr. *itá-rurumim*, o menino de pedra, o filho da pedra, ou a pedra e seu filho; allusão a ser o pico, que tem esse nome, formado de um grande bloco rochoso, tendo ao lado um outro muito menor, como se foram mãe e filho. (Dr. Theodoro Sampaio).

E' abastecida de agua purissima, que vem de diversos mananciaes para dez caixas.

Notei uma modificação no modo de viver dos habitantes de Ouro Preto, o que attribuo á residencia dos estudantes na cidade.

Quando, ha 14 annos, fui a passeio a Ouro Preto, notei que as moças não chegavam ás janellas das casas. Espiavam os transeuntes atravez das vidraças ou das rotulas.

Hoje, não, chegam francamente ás sacadas e sahem á rua para fazerem compras e mostrarem seus lindos rostos.

Não ha muito, assim se expressava um viajante, a respeito dos filhos da cidade de Ouro Preto: Os ouro-pretanos são geralmente pacatos, de costumes severos e probidade proverbial, intelligentes, porém destituidos de pretenções. Raros são aquelles que aspiram alargar seus horizontes, além das elevadas montanhas do Itaculumi. Todas as suas ambições tem por limites a secretaria do Governo, as missas conventuaes do vigario Santa Anna aos domingos, e o gozo dos prazeres da familia, á qual são extremamente dedicados.

« A estas qualidades reunem um espirito de hospitalidade elevado a tal grau, que nunca foi possivel em Ouro Preto manter um hotel em prosperidade. Uma simples apresentação dá ao recem-chegado o direito de ser acolhido como de casa, e desde que é *de casa* a vida se torna de uma amenidade indescriptivel. Não nos faltam mais cuidados e carinhos, de que são prodigos os ouro-pretanos com seus hospedes.

« As moças são bellas, meigas, de um natural alegre, olhos vivos. Não ha ouro-pretana alguma que não seja espirituosa, doceira e que a respeito de musica não conheça, pelo menos, o methodo de Hunten de principio ao fim. Cantam maviosas modinhas, com acompanhamento de violão ou de piano, e nessas occasiões julgo que nenhuma mulher no mundo poderá rivalisar em attractivos com uma ouro-pretana, senão outra ouro-pretana. »

Estes predicados, reunidos a um clima delicioso, a uma agua crystallina e excellente, fazem de Ouro Preto uma cidade que o viajante deixa com profunda saudade.

E' uma cidade que eu escolheria para confiar minha alma a Deus.

Ha no perimetro da cidade 48 ruas e seis praças. Das ruas, são mais commerciaes as denominadas Tiradentes, antigamente S. José, e Dr. Claudio, antigamente Ouvidor.

Nesta fica a casa onde residiu Gonzaga, e naquella a casa dos Contos, onde funcciona o Correio, e onde foi assassinado Claudio Manoel da Costa, a Escola Normal, o Lyceu de Artes e Officios e a Caixa Economica Particular de Ouro Preto. No lugar em que se ergue o predio n. 8 dessa rua foi onde se collocou um poste de ignominia, sobre o qual se lia a sentença que condemnava Tiradentes e sua descendencia á infamia até á quinta geração. Ha ainda nessa rua, junto ao correio, uma ponte, denominada dos Contos, gradeada de ferro sobre pilares de pedras, construida em 1745 e sob a qual se deslisa um lacrimal; e uma fonte onde se lê a seguinte inscripção.:

Isquae potatum gens, pleno ore senat securi ut silis nam facit ille sitis

Outra rua de bastante transito da cidade é a do Conde de Bobadella, antiga Direita, onde nasceram os viscondes de Ouro Preto e do Serro Frio e onde morou Gomes Freire de Andrade, primeiro Conde de Bobadella, Governador das tres capitanias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo e fallecido no Rio de Janeiro a 1 de janeiro de 1763, sendo sepultado no presbyterio do Convento das Freiras de Santa Thereza.

Entre as praças nota-se a da Independencia, a qual serve de divisa entre as freguezias do Pillar e de Antonio Dias. Nellas ficam a Escola de Minas, a Camara Municipal, o Forum e a Cadeia e no seu centro inaugurou-se o monumento a Tiradentes no dia 21 de abril de 1894. O monumento é de granito, levado do Morro da Viuva, na Capital Federal, cujas pedreiras forneceram 200 metros cubicos de pedra. Do chão á cabeça da estatua ha a altura de 19 metros. A baze é de 196 metros quadrados, comprehendendo o passeio, pois cada um dos lados mede 14 metros. Dão accesso para o primeiro pedestal tres degraos, com o comprimento de nove metros cada um. Partem deste pedestal quatro escadarias, a cujos cantos se levantam aras votivas; chega-se então á base, de architectura dorica, tendo em cada face uma grande placa de bronze, com os disticos e inscripções seguintes.

Na frente:

E dentro do triangulo, sobre o qual repousa uma palma, os seguintes dizeres:

AO PROTO-MARTIR DA LIBERDADE NACIONAL
JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER
O TIRADENTES

A' esquerda:

7 de Setembro de 1822-7 de Abril de 1831
15 de Novembro de 1889
15 de Junho de 1891
Mandado erigir pelo 1º Congresso do Estado de Minas Geraes
Lei numero 3 de 25 de Setembro de 1891

Na parte posterior:

21 de Abril de 1792
21 de Abril de 1892

A' direita:

Aqui, em poste de ignominia,
Esteve exposta sua cabeça.

Sobre a referida base assenta um obelisco de granito, com decorações de bronze, e coroado por uma cimalha de estylo jonico, com quatro capiteis tambem de bronze. E' ahi que está collocada a estatua, que tem dous metros e oitenta e cinco centimetros de altura.

A figura de Tiradentes mantem-se em posição erecta e firme. Na sua physionomia não se observa a menor demonstração do terror que a scena lhe possa inspirar: está serena e apresenta a calma dos justos. Sua barba e seus cabellos compridos dão-lhe o aspecto do Nazareno. A alva cobre-lhe o corpo e o baraço colleia-lhe o pescoço. Impassivel e silenciosamente ouve a leitura de sua sentença de morte.

« Ha na face do glorificado heróe e martyr, diz um escriptor, a altivez, o orgulho, a revolta do réo que se julga superior aos seus juizes, tudo isso envolto em uma expressão de piedade para com aquelles que o sacrificam e que elle olha, indifferente para a morte, como quem sabe que a vida futura, enraizada no coração e na memoria dos homens, vale mais do que a vida miseravel que se arrasta na terra, entre a imbecilidade dos inimigos e as traições dos amigos ».

Foi fundida a estatua na Italia, tendo sido as peças decorativas do monumento (24 peças) fundidas em Buenos-Aires.

A composição geral é harmonica e perfeita e o monumento é considerado como um dos primeiros do Brasil, como belleza de concepção e sobriedade e perfeição de estylo.

Antes da estatua, na administração do venerando Doutor Joaquim Saldanha Marinho, levantou-se no jardim, que havia na praça, uma columna em memoria a Tiradentes. A pedra desta columna serviu de pelourinho em que eram amarrados e açoitados publicamente os condemnados.

Nesta praça fica a casa em que residiu D. Manoel Portugal e Castro. A casa é um sobrado, cujas janellas superiores tem no gradil de ferro o seguinte:

« *Para eterna memoria do beneficio immortal, teu nome fica gravado neste metal.* »

Na janella do centro ha mais um monogramma com as iniciaes D. M. P. C.

Além das ruas citadas, ha, nas Cabeças, duas outras importantes, por terem residido nellas dous homens notaveis: a do Alvarenga e Bernardo Guimarães.

Na primeira residiu Ignacio de Alvarenga Peixoto, um dos inconfidentes; na segunda falleceu o celebre romancista e poeta Bernardo Guimarães.

Ha na cidade os seguintes estabelecimentos commerciaes: casas de fazendas oito, casas de generos do paiz e molhados sessenta e duas, casas de generos por atacados seis, casas de fazendas e outros generos tres, casas de ferragens tres, casas de commissões e consignações duas, fabrica de refinação de assucar uma, hoteis e restaurantes quatro, casas de bilhares duas, padarias cinco, fábricas de cerveja tres, papelaria, typographia e objectos de escriptorio quatro, pharmacias oito, lojas de barbeiro sete, alfaiatarias oito, officinas de sapateiro cinco, officinas de ferreiro tres, joalherias tres, atelier dentario tres, estabelecimento photographico um, officinas de calçado seis, officinas de marceneiro sete, officinas de selleiro quatro, officinas de carroças duas, charutaria uma, açougues quatro e fabrica de tecidos uma.

Os bairros da cidade são: Olaria, Passa Dez, Páo Doce, Agua Limpa, Campo do Raymundo, Fonte da Chacara, Casa de Pedra, Seramenha, Taquaral, Morro de S. Sebastião, Morro de Sant'Anna, Campo Grande, Morro da Piedade e Padre Faria.

A cidade tem 1.553 predios e uma população de 10.000 habitantes.

Os districtos do municipio são: Pilar de Ouro Preto, Antonio Dias, Itabira do Campo, Cachoeira do Campo, Congonhas (parte pertencente a Queluz), Ouro Branco, Casa Branca, S. José do Paraopeba, Jesus Maria José da Boa Vista, Soledade, S. Gonçalo do Amarante, S. Gonçalo do Bassão, S. Gonçalo do Monte, S. Bartholomeu, Rio de Pedras, S. Caetano da Moeda e Antonio Pereira.

As estações das estradas de ferro pertencentes ao municipio são: Ouro Preto, a 1.060 metros de altitude, Tripui, Rodrigo Silva, Hargreaves, Miguel Bournier, Congonhas, Jubileu, Santuario, Engenheiro Corrêa e Itabira do Campo. Entre Rodrigo Silva e Hargreaves fica, no alto da Figueira, o ponto mais elevado da Estrada de Ferro Central do Brasil, a 1.364 metros de altitude.

O municipio confina com Queluz, Piranga, Bomfim, Villa Nova de Lima e Marianna.

A cidade estende-se desde a serra de Antonio Pereira até á serra do Manso, de norte para sul, e desde a serra do Tripui até o Itaculumi, de oeste para léste.

A sua principal cordilheira é a serra de Ouro Preto, que se estende da Pedra de Amolar, na estrada da Cachoeira, até o morro de Santo Antonio da Passagem. Os pontos mais elevados dessa serra são os denominados: morros de S. Sebastião, Santa Anna, Páo Doce e Pedra de Amolar, não fallando no grande pico de Itaculumi, que podemos considerar situado na serra do Manso. Entre outros pontos elevados, podemos citar os morros do Cruzeiro, da Forca, do Calvario, do Sarmento e das Cabeças.

No planalto denominado Campo Grande, que fica situado entre a serra de Antonio Pereira e a Serra de Ouro Preto, tem origem o rio das Velhas, cujas nascentes principaes são constituidas pelos corregos dos Andradas, Olaria, Arrenegado, Joaquim Americo e Saboeiro. Nesse mesmo planalto tem ainda origem os corregos do Maquiné e do Evangelista, que lançam suas aguas no ribeirão do Carmo.

Na vertente opposta da serra de Ouro Preto corre no profundo thalweg por ella formado e a serra do Manso o rio Funil, que tem sua origem na bacia das Tres Cruzes e Tripui. Os affluentes principaes do Funil são os conhecidos pelos nomes de Passa Dez, Ouro Preto, Encardideira, Padre Faria e Taquaral, todos estes da margem esquerda; os de Seramenha e Itaculumi pela margem direita.

O Funil toma este nome logo a partir do contraforte do Tripui e o conserva até Santo Antonio da Passagem, onde perde para tomar o nome de ribeirão do Carmo.

A forte declividade que tem o seu thalweg permitte em qualquer ponto, por assim dizer, obter-se uma queda de agua, permittindo ser utilizada como força motora.

A vasão deste ribeirão é de cerca de 800 litros por segundo na época da mais forte estiagem, de onde se póde julgar da riqueza de tão util força com que a natureza dotou essa cidade, ao lado das riquezas mineraes que ella encerra.

Além da freguezia do Pilar, constitue ainda a cidade a frequezia de Antonio Dias, creada pela Carta Regia de 16 de fevereiro de 1724. Estende-se desde a praça da Independencia até o bairro do Padre Faria, onde foram edificadas as primeiras casas da cidade.

Occupa a parte mais oriental e mais profunda da depressão por onde correm as aguas do Funil. Esta parte da cidade é dominada pelos morros de S. João, Sant'Anna e S. Sebastião e pela serra de Itaculumi.

Situada em um terreno gradualmente accidentado, essa parte da cidade é dividida em dous valles por uma série de collinas, que, destacando-se do Itaculumi, correm quasi perpendicularmente na direcção éste-oeste; é sobre uma dessas collinas que está edificada a egreja do Alto da Cruz, sob a invocação de Santa Ephigenia.

Da praça da Independencia ao Alto da Cruz, em linha recta, a distancia é de 930 metros; a partir da praça que se acha a 1.134m,85 acima do nivel do mar, desce-se constantemente em ladeiras, mais ou menos inclinadas, até a ponte de Marilia, que está a 1.070m,79 acima do nivel do mar, havendo entre esses dous pontos uma differença de nivel de 64m,06; da ponte de Marilia ao Alto da Cruz tem-se uma differença de nivel de 76m,60.

A partir do Alto da Cruz vai-se por ladeiras pouco inclinadas, até á egreja do Padre Faria. As rochas que constituem a pedraria, denominada Lages, levantadas para o Norte e mergulhadas para o Sul, fazem com o horizonte um angulo de 40 a 50 graus, e, sendo dirigidas sensivelmente na direcção éste-oeste, formam uma parede, a parede norte da garganta, em cujo fundo se acha situada a matriz.

Os ribeiros, que brotam da pedreira reunem-se em um unico que vai lançar-se no Funil e sobre o qual está a ponte de Marilia, defronte da casa de Marilia de Dirceu. Engrossado por estes e por outros pequenos affluentes, corre o Funil de oeste para léste, formando nas vizinhanças da egreja do Padre Faria uma lindissima cascata, onde se acha a ponte da estrada que leva ao pico de Itaculumi e onde se acha uma fabrica.

Curiosidades historicas — A casa em que residiu Marilia de Dirceu é baixa, comprida, com oito janellas de frente e a porta da entrada. Fica muito proxima á ponte de Marilia e no largo do mesmo nome, onde ha uma fonte, na freguezia de Antonio Dias.

Toma de Minas a estrada
Na Igreja nova, que fica
Ao direito lado, e segue
Sempre firme a Villa-Rica.

Entra nesta grande terra,
Passa huma formosa ponte,
Passa a segunda, a terceira
Tem um palacio defronte.

Elle tem ao pé da porta
Huma rasgada janella,
He da salla, aonde assiste
A minha Marilia bella.

As pontes a que se refere Gonzaga são as do Rozario, dos Contos e de Antonio Dias.

O quarto onde Marilia expirou fica contiguo á sala de visitas.

A ponte de Marilia abre-se em dous hemispherios, levantando-se em um delles uma Cruz.

Marilia de Dirceu (Maria Dorothéa Joaquina de Seixas) nasceu em 8 de Novembro de 1767 e falleceu a 9 de Fevereiro de 1853, sendo sepultada na Matriz de Antonio Dias.

A casa de Gonzaga fica na freguezia de Antonio Dias, na rua Dr. Claudio, antiga do Ouvidor, em frente ao Mercado e á Egreja de São Francisco de Assis.

Nella esteve primeiramente a Ouvidoria, mais tarde a Chefia de Policia, quando Ouro Preto era a Capital, e hoje a Delegacia Fiscal. A casa era propriedade de Gonzaga, que exercia o cargo de Ouvidor. Preso elle, foi-lhe ella confiscada em beneficio do erario real.

O quarto em que dormia Gonzaga é o ultimo á esquerda do segundo pavimento, do qual elle avistava a casa de Marilia, que fica quasi defronte.

Disse-me um dos homens mais illustrados de Ouro Preto que era nessa casa onde se reuniam os inconfidentes para tomarem deliberações sobre o projectado *levante*.

A tradição popular diz, porém, que essas reuniões tinham lugar em uma casa isolada, que ainda hoje se vê no morro do Cruzeiro e distante da cidade.

Inclino-me a acceitar o que diz a tradição. Quem conspira o faz com todas as cautellas e em logar ermo, onde não possam ser acompanhados os seus passos.

Ora, a casa de Gonzaga ficava no centro da povoação, em logar accessivel ás vistas de todo o mundo; e não é crivel que nessa casa se reunissem os conjurados para tratarem de assumpto tão grave.

Elles necessariamente procurariam um logar, não accessivel ás vistas populares e distante da povoação e a casa indicada pela tradição se prestava perfeitamente aos fins da conspiração. Accresce que Gonzaga, Claudio Manoel da Costa e tantos outros eram bastante intelligentes e illustrados para não procederem sem a devida reserva, de modo a não se comprometterem.

A *Casa dos Contos*, antes Casa do Real Contracto de entradas, fica na rua Tiradentes, junto á ponte dos Contos. E' um predio solidamente construido, tendo na frente do segundo pavimento nove janellas de sacada, todas com portadas de pedra, sendo a verga da central coberta de bellos relevos.

Logo á entrada, no vestibulo, encontra-se um arco de uma só pedra, que vai de uma parede á outra e uma escada toda de pedra, tendo no principio um bloco sobre o qual está esculpido um ramalhete de flores. Ahi, no pavimento terreo, á direita de quem entra, ha duas salas, em fórma de prisões, tendo apenas no alto uma meia janella com grossos varões de ferro. Na sala dos fundos, onde está o Almoxarifado, foi onde esteve preso e foi assassinado Claudio Manoel da Costa, cujo corpo foi naturalmente sepultado na propria casa.

A tradição diz que o corpo foi encontrado, já sem vida, em um cubiculo, que fica abaixo da escada. Não é de crêr, porque esse cubiculo é tão acanhado, que quasi não permitte que um individuo possa manter-se de pé. Além disso, na prisão de Claudio devia haver uma cama, uma mesa para as refeições e o celebre armario onde, dizem, elle amarrara a corda com que se enforcou. Ora, tal cubiculo não permitte a collocação desses objectos.

Accresce que Claudio, pela sua posição e edade, não podia ter uma prisão differente da de muitos dos seus companheiros, que foram encarcerados em outras salas, posto que menores do que á que nos referimos.

Acima do segundo pavimento desse edificio encontra-se a entrada para um subterraneo, que passando por grossas paredes, vai até o solo, donde segue até o antigo palacio do Governo. Nos fundos do predio ainda se vê a chaminé e o forno da antiga fundição. Ha no segundo pavimento 10 grandes salas, onde funccionam as diversas repartições do correio, inclusive a do Director, onde se encontram os retratos do Dr. Betim Paes Leme, Dr. Antonio Olyntho e do Dr. Rodrigues Alves.

Matriz do Pilar. — Tem um aspecto sombrio e se apresenta em um estado de deploravel ruina, com o soalho muito damnificado e com a nave do corpo da egreja ameaçando proximo desabamento. No entanto, seu interior conserva vestigios de sua antiga opulencia.

O aspecto exterior pouco vale. Tem duas torres, quatro janellas e a porta principal.

Logo á entrada se encontra um paravento e o baptisterio com um painel do baptismo de Nosso Senhor Jesus Christo.

O corpo da egreja, que apresenta a forma oval, tem os 14 quadros da Via Sacra, oito tribunas, dous pulpitos dous confissionarios e seis altares lateraes, ricamente dourados e com exhuberante obra de talha. Nos tres altares do lado do Evangelho notam-se as imagens de Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Terço e Santo Antonio, e nos tres do lado da Epistola o Senhor dos Passos, Sant'Anna e S. Miguel e Almas. Neste ultimo altar nota-se ainda a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, tendo aos pés S. João e Santa Maria Magdalena. Os balaustres das tribunas, do coro e do corpo da egreja são de jacarandá preto, torneados e torcidos.

Seu tecto, formado de polygonos, symetricamente dispostos, em que a esculptura e a pintura disputam entre si a primazia, constitue por si só uma riquissima pinacotheca. Os factos da Escriptura Sagrada estão alli representados com grande proficiencia. Ignora-se, entretanto, qual foi a mão artistica que tão habilmente delineou tantos primores, que têm sido superiores ao tempo, conservando ainda sua belleza atravez de muitas dezenas de annos.

A capella-mór é riquissima. Os altares e as paredes são todos dourados. Tem um altar, em cujo throno se ergue a imagem de Nossa Senhora do Pilar e por cima do Sacrario a bonita imagem do Sagrado Coração de Jesus. Nas paredes ha quatro paineis representando os Evangelistas e na nave um outro da Ceia do Senhor. Tem quatro tribunas.

A sacristia fica nos fundos da egreja; é vasta e bem clareada. Tem um grande arcaz com um nicho e nelle Nossa Senhora do Pilar, mais duas mezas, um chafariz de pedra-sabão e dous paineis no tecto, representando a Assumpção e a Coroação de Nossa Senhora.

As mesas são verdadeiras preciosidades. Talhadas em negro jacarandá, algumas ha cujos pés, de uma forma espiral caprichosamente esculpida de ricos lavores, constituem hoje, por si só, um objecto raro e digno de figurar em um museu de archeologia.

Por cima da sacristia fica o consistorio com dous altares, um com as imagens de Nossa Senhora das Dores e de S. Luiz Gonzaga e outro com Santo Antonio; e sobre duas credencias Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Lourdes.

Dizem que o terreno, sobre o qual se ergue esta egreja, é muito aurifero.

No corredor do lado do Evangelho ha um commodo, onde se encontra o tumulo do Conego Joaquim José de Sant'Anna. Pendem da parede diversos quadros religiosos e os retratos do Conego Sant'Anna vivo e morto. Sobre uma pequena mesa acham-se as vestes talares de que usava esse conego.

São-lhe filiaes:

A Capella do Bomfim, na rua da Gloria, perto da Matriz.

Ordem Terceira do Carmo — A egreja, uma das mais bonitas e mais alegres de Ouro Preto, está situada em um alto, dando os fundos para a Cadeia e a frente para a cordilheira que cerca a cidade ao poente. E' bastante grande e possue as naves bastante elevadas. E' accessivel por duas entradas e precedida de um vasto adro.

A frontaria pareceu-me pertencer ao estylo barrôco e compõe-se de duas torres, a cruz no centro, duas janellas e a porta de entrada, tendo em cima as armas da Ordem em relevo sobre pedra-sabão.

Logo á entrada vê-se um artistico paravento, ladeado por duas columnas e o côro amparado por tres arcos com quatro columnas e com um harmonium.

No corpo da egreja notam-se seis altares com os passos do Senhor e as imagens, do lado do Evangelho, de S. Sebastião, Nossa Senhora da Piedade e S. José, e do lado da Epistola, de S. Manoel, S. João e Santa Luzia; os 14 quadros da Via Sacra, dous pulpitos, duas tribunas e dous confissionarios.

Na capella-mór ha quatro tribunas e um altar, tendo no throno Nossa Senhora do Carmo, abaixo Santa Quiteria e aos lados Santo Elias e Santa Thereza. No roda-pé ha azulejos representando a vida dos santos da ordem carmelitana.

As naves, tanto da capella-mór como do corpo da egreja, são singelas e os altares dourados e com alguma obra de talha.

No arco-cruzeiro ha uma tarja de madeira com as armas da Ordem.

Nos fundos da egreja e com ella communicando-se por dous extensos corredores fica a sacristia, que é toda ladrilhada de mosaico. Nella existem um arcaz e sobre elle um oratorio, ambos de elevado valor artistico; dous paineis, um de S. Luiz, Rei de França e outro de Santo Eduardo; e uma bonita *fonte*, obra do Aleijadinho, feita em 1776, de pedra-sabão, com ricos lavores, tendo no centro, em relevo, a imagem de Nossa Senhora do Carmo. No tecto ha diversos paineis, pintados em 1805, tendo no centro um representando Maria Santissima recebendo de um anjo diversos corações.

Por cima da sacristia fica o consistorio com um altar e nelle a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado e na urna o sepulchro do Senhor. As imagens dessa egreja são um primor, como trabalho de esculptura.

Ao lado esquerdo da egreja fica o cemiterio da Ordem, com diversas catacumbas, entre as quaes a do Senador Barão de Camargos e do Commendador José Pedro Xavier da Veiga.

Consultamos o archivo da Ordem e dos muitos livros nelle existentes, muitos dos quaes de difficil leitura, conseguimos colher os seguintes apontamentos:

Foi acceita e confirmada como Ordem Terceira do Carmo de Villa Rica por Carta Patente de 15 de Maio de 1751 e Provisão de Frei Manoel da Cruz, primeiro Bispo de Marianna, de 19 de Agosto de 1754, na capella de Santa Quiteria, que existia no logar em que se ergue a actual egreja,

Foi autorizada a creação de uma Irmandade nesta Ordem, por Provisão do mesmo Bispo de 17 de outubro de 1753.

Foi eleita a primeira mesa a 21 de dezembro de 1752, sendo seu prior o Tenente-Coronel Manoel de Souza Pereira.

O primeiro compromisso foi feito em 1º de abril de 1755, e o segundo, que é o que rege actualmente a Irmandade, feito em 1º de fevereiro de 1879 e approvado pelo Bispo D. Antonio Benevides em 16 de abril do mesmo anno.

No local em que se ergue a egreja estiveram reunidos e entrincheirados, em 1720, os revolucionarios capitaneados por Philippe dos Santos.

Egreja de S. Francisco de Paula.— Fica situada em um dos pontos mais elevados da cidade, offerecendo um lindo panorama, pois se vê a cidade por inteiro, a série de collinas sobre as quaes ella repousa e ao longe o Itaculumi com a sua fronte recurvada e nua emergindo da cordilheira. E' accessivel por duas escadas de pedra, em cujas extremidades se erguem as estatuas dos quatro Evangelistas.

Sua fachada não tem estylo. Tem duas torres, duas janellas e a porta principal.

Seu interior é vasto e muito alegre; não prima pela opulencia, mas tem a simplicidade christã.

As naves são bastante elevadas; os altares possuem alguma obra de talha e são dourados. Logo á entrada depara-se com um paravento e acima o côro com um harmonium.

No corpo da egreja acham-se seis altares: os tres do lado do Evangelho, um de Nossa Senhora da Consolação e S. Francisco de Assis, outro de Nossa Senhora da Conceição e outro de S. José; os tres do lado da Epistola, um de S. Miguel, outro de Nossa Senhora da Piedade e outro de S. Francisco de Salles. Tem dous pulpitos; não tem tribunas.

No primeiro desses altares vê-se no degrau da banqueta um prego que foi nelle pregado pelo finado imperador na sua primeira viagem a Ouro Preto, pelo que esse altar tem gravado a corôa imperial.

A capella-mór tem um altar com a Senhora da Piedade no throno e S. Francisco de Paula abaixo. Em dois nichos lateraes S. Francisco de Assis e Santa Monica. Tem quatro tribunas e na nave dous paineis, representando, um o cego do Evangelho, e outro a Samaritana. Nos fundos da capella-mor fica a sacristia com um arcaz e nelle um altar com o Senhor Crucificado e differentes quadros com retratos, entre os quaes um com o retrato do 1º commissario da Ordem, Thomaz Machado de Miranda. Por cima da sacristia fica o consistorio com um altar do Senhor Crucificado e na urna o esquife do Senhor.

A' esquerda da egreja fica o cemiterio.

Os fundamentos dessa egreja foram lançados em 1804.

Egreja de S. José. — Situada em plano inferior a de S. Francisco de Paula, ainda na mesma collina. E' um templo muito modesto. Tem uma só torre no centro e a porta principal. Na capella-mor existe um altar com as imagens de Nossa Senhora do Parto e S. José, e na urna o sepulchro do Senhor: em dous nichos, aos lados, S. Braz e Santo Amaro. Tem duas tribunas.

No corpo da egreja ha quatro altares; os dous do lado do Evangelho, um com o Sagrado Coração de Jesus, o Coração de Maria e Santa Anna, e outro com as imagens de Nossa Senhora das Victorias e Nossa Senhora da Boa Morte; os dous do lado da Epistola, um com Santa Barbara e Nossa Senhora do Rozario e outro com São João Nepomuceno. Tem dous pulpitos, os 14 quadros da Via Sacra e sete da Via Dolorosa de Nossa Senhora, e o coro com um harmonium. Nos fundos da capella-mór fica a sacristia com uma arcaz e nelle um nicho com o Senhor Crucificado, um chafariz de pedra-sabão e retratos dos Dr. Diogo de Vasconcellos, D. Pedro II, Dr. Gonçalves Ferreira, D. Antonio Viçoso, Conego Sant'Anna e outros.

Acima da sacristia fica o consistorio com um altar de S. Vicente de Paulo e um painel da Ceia do Senhor.

Ao lado direito da egreja fica o cemiterio, onde em *cova rasa* esteve inhumado Bernardo Guimarães, cujos ossos repousam actualmente dentro de uma urna de madeira, que fica no corredor á esquerda.

Egreja do Rozario. — Fica situada no largo do Rozario. E' de estylo romano. E' constituida por tres rotundas e um quadrilatero nos fundos. Tem duas torres.

Seu interior, que tem a forma ellipsoidal, é muito singelo.

Os altares são pintados. Tem, além do altar-mór, mais seis altares no corpo da Egreja.

A sacristia tem um arcaz e, no tecto, quatro paineis. Por cima da sacristia fica o consistorio com um altar consagrado ao Senhor Crucificado.

Além dessas egrejas, são mais filiaes á freguezia do Pilar de Ouro Preto a das Mercês, proxima do antigo palacio, as capellas de S. Sebastião, no morro do seu nome, rodeada de insignificante casaria e a do Senhor do Bomfim de Mattosinho, no alto das Babeças e que, conservando durante todo anno cerradas as suas portas, as abre solennemente a 14 de setembro, para festejar seu Padroeiro. Nessa occasião expõe aos fieis, além de algumas imagens bem acabadas, uma collecção de paineis esculpidos em baixo-relevo sobre madeira, representando os Passos da Paixão de Christo.

Na freguezia de Antonio Dias encontra-se a matriz, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, que fica entre um trecho da rua Vasconcellos e da rua Detrás (onde morou o Aleijadinho), com o frontespicio para o largo da Matriz de Antonio Dias. Tem duas torres, duas janellas e a porta principal, acima da qual se vê a corôa imperial.

No corpo da egreja encontram-se os 14 quadros da Via Sacra, 10 tribunas, dous pulpitos, um confissionario, oito paineis entre as tribunas e oito altares.

Na capella-mór tem um altar de Nossa Senhora da Conceição, no throno e aos lados, em dous nichos, Santa Barbara e S. Jeronymo.

Tem seis tribunas e quatro paineis com os Evangelistas. Na nave ha diversos paineis.

Nos fundos do altar-mór fica a sacristia com um altar de S. Vicente de Paulo. No consistorio fica um altar com a Senhora da Conceição.

Na egreja acha-se sepultada Marilia de Dircêo.

São filiaes a ella:

A *egreja de S. Francisco de Assis* que se ergue no largo do Mercado Municipal.

Tem a forma oitavada. Seu estylo é muito severo e de harmonia com a humildade de seu padroeiro.

O frontespicio compõe-se de duas torres, duas janellas, a cruz do patriarcha com dous braços e duas espheras dos lados, com cinco signaes indicando as cinco chagas, um medalhão representando em relevo, S. Francisco recebendo os estygmas sagrados, abaixo Nossa Senhora dos Anjos e a porta principal.

Na entrada da egreja ha um para-vento, duas pias e um painel no tecto.

No corpo da egreja encontram-se seis altares, com abundante obra de talha e dourados, duas pias, o côro com um harmonium, uma rica nave primorosamente pintada, tendo, no centro, um painel representando a Ascenção da Virgem, cercada de anjos, uma balaustrada entrelaçada de folhagens e flores, e dous paineis representando S. Pedro e Santa Maria Magdalena. Nos quatro angulos ha paineis representando S. Jeronymo, Santo Agostinho, S. Gregorio e Santo Ambrosio.

Os altares do lado do Evangelho contém o Sagrado Coração de Jesus, S. Ivo e Santa Izabel, Rainha de Portugal, e os do lado da Epistola o Sagrado Coração de Maria com Santa Rosa de Viterbo, São Roque e os bem casados S. Lucio e Santa Bona. As imagens dos santos desses altares são grosseiros e acham-se ridiculamente vestidos.

Nos dous angulos do côro ficam dous paineis, um do Amor Divino e outro de Santa Clara de Assis. Não tem tribunas, havendo apenas oito janellas de cada lado.

No arco-cruzeiro ficam dous pulpitos de pedra-sabão ricamente esculpturados. No do lado do Evangelho, na frente, vê-se Jesus Christo sobre uma barca pregando ás turbas no mar de Tiberiades; e no do lado da Epistola, o propheta Jonas no acto de ser lançado ao mar e prestes a ser engulido por um baleia.

Aos lados de cada um dos pulpitos vêm-se dous dos quatro Evangelistas, cujos nomes são indicados pelas figuras allegoricas da visão do propheta Ezequiel, a saber: o anjo junto a S. Matheus, o leão a S. Marcos, o boi a S. Lucas e a aguia a São João.

Na capella-mór fica um altar tendo no throno Nossa Senhora dos Anjos, S. Francisco de Assis abaixo e S. Luiz, Rei de França, e Santa Izabel, Rainha de Portugal, aos lados. Em cima desse altar um quadro tendo em relevos a Santissima Trindade coroando Nossa Senhora. Na nave, que é de pedra, ha quatro medalhões em relevo representando Santo Antonio, S. Ivo, S. Boaventura e S. Conrado. Nas paredes, diversos paineis, entre os quaes um com S. Francisco recebendo as regras da Ordem, outro pedindo as mesmas regras, outro

representando a ceremonia do lava-pés, outro a Ceia do Senhor com os apostolos e outros com os retratos dos papas Sixto I, Nicolao IV e V e Gregorio IX; nos roda-pés existem 10 paineis representando a vida de Abrahão.

A Sacristia é espaçosa e bem arejada. Tem um arcaz e sobre elle Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado e S. Francisco osculando-lhe as feridas, um *lavabo* de pedra-sabão ricamente esculpturado e construido de 1777 a 1779, e 10 paineis representando S. Francisco pregando, S. Francisco pedindo a Jesus Christo as regras, S. Francisco lendo as mesmas a Frei Elias, S. Francisco recebendo de Gregorio IX a confirmação das mesmas, S. Roque, Santa Clara, Santa Izabel, Rainha de Portugal, S. Luiz, Rei de França, S. Ivo e Santa Izabel, Rainha da Hungria. No tecto ha cinco grandes paineis, o do centro com S. Francisco depois da morte e os dos lados com S. Francisco no deserto, Santa Clara e Santa Roza de Viterbo.

O chafariz ou lavabo é composto de uma cruz com dous braços, as cinco chagas, e dous anjos, um com uma ampulheta e outro com um craneo, mais um anjo com um medalhão com o retrato de S. Francisco em uma das mãos e na outra com uma corôa pendente sobre uma estatua representando a Fé, com os olhos vendados e tendo nas mãos um pequeno retabulo com o seguinte pentametro: *Hæc est ad Cœlum, quæ via ducit oves*.

Abaixo e proximo á pia vê-se, de um e outro lado, mãos, pescoço e rosto de dous cervos, por cujas boccas deve correr a agua. No retabulo que os encobre lê-se o seguinte hexametro: *Ad Dominum curro, sitins, ut cervus ad undas*.

Mais abaixo lê-se em uma fita: « *Os sachristães de 1777, 78 e 79.* »

Nos fundos da egreja e por cima da sacristia fica o consistorio com um altar e nelle o Senhor Crucificado.

Ao lado esquerdo da egreja fica o cemiterio da Ordem.

São obras do Aleijadinho a talha e esculptura do frontespicio, os dous pulpitos, o chafariz da sacristia, as imagens das tres Pessoas da Santissima Trindade e dos anjos que se notam no cimo do altar-mor, a talha deste e bem assim a esculptura allusiva á Ressureição de Christo, que se vê na frente da urna do altar-mór, a figura do Cordeiro que se acha sobre o sacrario, e, finalmente, toda a esculptura do tecto da capella-mór.

Tambem é obra do Aleijadinho a imagem de S. Jorge, que annualmente costuma sahir a cavallo na procissão de *Corpus-Christi*.

A respeito da encommenda desta obra, deu-se o seguinte facto, que assim é narrado pelo Sr. José Pedro Xavier da Veiga, em suas *Ephemerides Mineiras*:

« O General D. Bernardo José de Lorena, attendendo a que era muito pequena a imagem do dito santo, que então havia, deu ordem a que viesse á sua presença o Aleijadinho, que devia ser encarregado de fazer uma outra. O estatuario compareceu em palacio depois de muitas instancias para o fazer. Logo que o vio, o Coronel José Romão, ajudante de ordens do general, exclamou, recuando: *Feio homem!* ao que disse em tom aspero Antonio Francisco, ameaçando retirar-se: — *E' para isso que S. Ex. ordenou-me que aqui viesse?* »

« O General, que logo appareceu, tranquilisou o artista e pode entrar com elle em detalhes relativos á imagem de S. Jorge, que declarou devia ser de grande vulto, e tendo tomado para exemplo o do dito ajudante de ordens que se achava presente, o Aleijadinho, voltando-se para este e retribuindo a offensa delle, disse duas vezes meneiando a cabeça e com ar displicente: *Forte arganaz! Forte arganaz!* ».

« Pretende-se que quando o artista deu por acabada a imagem não houve quem nella deixasse de reconhecer uma copia fiel do dito José Romão, que formando o mesmo juizo, em vão se oppoz a que ella sahisse nas procissões. »

Do archivo da Ordem colhemos as seguintes datas:

Foi confirmado o compromisso por Provisão da mesa da consciencia e ordens de 19 de outubro de 1820.

A Ordem foi confirmada por provisão de 31 de julho de 1820.

O compromisso é de 17 de setembro de 1761.

Foi mandada fundar a Ordem em 29 de novembro de 1746 pelo Frei Antonio de Santa Maria.

Nas *Ephemerides Mineiras*, de J. P. Xavier da Veiga, apenas encontramos a data de 12 de agosto de 1767, data em que foi expedido aviso do Conselho Ultramarino ao Governador da Capitania, mandando que informe sobre a re-

presentação dos Terceiros da Ordem de S. Francisco de Assis, erecta na matriz de Antonio Dias, pedindo para edificarem capella em separado.

Capella das Mercês de baixo, a poucos passos da egreja de S. Francisco de Assis.

Capella de Nossa Senhora das Dores, construida no Campo das Dôres, na rua do mesmo nome. Foi uma confraria até 1862, passando nesta data á Ordem Terceira. Seu compromisso foi approvado por D. Antonio Ferreira Viçoso a 28 de fevereiro desse anno.

Capella da Santa Iphigenia, no Alto da Cruz, com duas torres e um velhissimo regulador, fabricado em Villa Rica. Reza a tradição que os escravos, que trabalhavam antigamente nas minas, alli iam rezar aos sabbados e para fugirem á revista dos feitores, occultavam o ouro em pó na carapinha, que lavavam na pia da capella em beneficio da Santa.

Capella do Padre Faria, sob a invocação de Nossa Senhora das Necessidades, fica no arrabalde do Padre Faria, em cujo atrio se ergue um cruzeiro feito das rolhas do Itaculumi.

Capella do Bom Jesus das Flores, no Taquaral, na estrada de Marianna.

Capella de Santa'Anna, no morro do mesmo nome e de S. João, no morro de S. João, ambas proximas da margem da estrada de Antonio Pereira.

Capella de Nossa Senhora da Piedade, no morro da Piedade, perto da Agua Ferrea do Taquaral.

Ha ainda a capella de Sant'Anna, na Santa Casa da Misericordia, e a do cemiterio do Seramenha, sob a invocação de S. Miguel, perto do leito da Estrada de Ferro.

Santa Casa de Misericordia. Vasto edificio, situado á distancia do centro da cidade e dirigido pelas filhas de Maria Auxiliadora da congregação salesiana.

Tem, na frente, 14 janellas de sacada no segundo pavimento e 10 janellas de peitoril e quatro portas no primeiro. A' esquerda fica o necroterio.

No segundo pavimento tem tres grandes corredores: no da frente ficam tres quartos para pensionistas, a sala da mesa, a sala das operações e a sacristia da capella. No corredor do flanco direito ficam quatro enfermarias de mulheres (Nossa Senhora da Conceição Apparecida, Nossa Senhora Auxiliadora, S. Domingos e S. José), com 25 leitos, a rouparia e o refeitorio das mulheres; e no corredor do flanco esquerdo a Capella, duas salas de aulas, sala de piano, cozinha e dispensa.

No pavimento terreo ficam as enfermarias dos homens (Santo Antonio, S. João, S. Francisco de Paula e Nossa Senhora Auxiladora), com 25 leitos, sala de operações, um quarto para pensionistas, duas enfermarias para soldados e o refeitorio para homens.

Na sala da mesa acham-se diversos retratos de bemfeitores, o de D. Bosco e de duas congregadas, fallecidas no desastre de Juiz de Fóra; e o busto em gesso do Monsenhor Luiz Lasagna, victima do mesmo desastre.

Na capella, além do altar-mór consagrado a Sant'Anna, padroeira do hospital, ha mais dous altares, um com o Sagrado Coração de Jesus e outro de Nossa Senhora Auxiliadora.

Os estatutos da Santa Casa foram approvados pela Lei n. 1.841 de 12 de outubro de 1871.

Além desta pia instituição, possue mais a cidade dous asylos: o de Santo Antonio, na freguezia do Pilar, e o de Santa Izabel, na freguezia de Antonio Dias. O primeiro foi inaugurado a 25 de agosto de 1896 e o segundo a 2 de agosto de 1899, em frente á capella do seraphico S. Francisco de Assis, em uma casa generosamente cedida para esse fim pelo Capitão Pedro Coelho de Magalhães Gomes.

Camara Municipal. — Funcciona no edificio do antigo Senado, á Praça Tiradentes, dando a frente para a rua Bobadella e para o lado esquerdo da estatua do inolvidavel martyr. Tem seis janellas de sacada no segundo pavimento e quatro de peitoril e duas portas no primeiro.

Funccionou na cadeia e na Casa da Relação.

Tem na frente do segundo pavimento o salão nobre com os retratos dos Drs. Silviano Brandão, Donato Joaquim da Fonseca, Campos Salles, e José Bonifacio (o moço), e uma bonita tela representando a leitura da sentença a Tiradentes. Para os fundos ficam os gabinetes do agente executivo e do secretario, a secretaria, o archivo, a sala de secções da Camara e das commissões.

No primeiro pavimento ficam a recebedoria e a secção de aguas e esgoto.

Cadeia. — A 7 de setembro de 1746 foi expedido um aviso do Ministerio Ultramarino ao Governador da Capitania de Minas, remettendo-lhe a carta em que a Camara de Villa Rica participa ter sido posta em praça e arrematada por 60.000 cruzados a construcção da cadeia de pedra e cal.

Contratada nesse anno a construcção, tiveram começo as obras annos depois, ficando mais tarde paralyzadas, sendo impulsionadas provavelmente em 1784 ou 1785, por ordem do Governador Luiz da Cunha Menezes.

Fica situada na praça Tiradentes, dando a frente para a estatua do martyr e para a Escola de Minas.

Sua architectura, de ordem jonica e dorica, é elegante, sobresahindo a perfeição de suas columnas e pilastras de cantaria, primorosamente talhadas.

Sua fachada compõe-se de uma torre com dous sinos, um relogio abaixo, e no capitel a corôa imperial.

Compõe-se de tres corpos: um central com duas janellas no segundo pavimento e duas portas no primeiro, e dous lateraes, tendo ambos seis janellas de sacada no segundo pavimento e seis de peitoril no primeiro, todas gradeadas de ferro.

Nos quatro angulos da cimalha levantam-se quatro estatuas, uma das quaes, a da justiça, por um epigramma aos tempos que correm, deixou cahir a balança, ficando somente com o alfange. Naturalmente, no logar da balança vão collocar *uma bolça com dinheiro*.

Seu interior não prima pelo asseio; as paredes estão muito ennegrecidas e o cheiro que exalam as prisões não é dos mais agradaveis.

Tem sete xadrezes, sendo seis para homens, duas officinas de sapateiro, uma de carpinteiro, o corpo da guarda e um oratorio com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Precede o edificio uma escada de pedra de dous lances, tendo na frente um chafariz com a inscripção seguinte: *"Inaugurado a 2 de Dezembro de 1846, 21º anniversario de S. M. I. o Sr. Dom Pedro II, por ordem do Presidente da Provincia, Quintiliano José da Silva"*.

Quartel de Policia. — Está situado na rua das Flôres, dando a frente para o lado direito da Escola de Minas.

E' um bom e espaçoso edificio.

Escola de Minas. — Funcciona no antigo Palacio do Governo, a cavalleiro da praça Independencia, na altitude de 1.160 metros. Tem o edificio a forma de uma fortificação, cercado de baterias, sotéas e todos os accessorios das construcções feudaes da idade media.

Compõe-se de dous pavimentos.

No primeiro, á esquerda de quem entra no edificio, notam-se: a aula de estradas, pontes e viaductos, com um gabinete ao lado, onde se encontram modelos de estradas de ferro e pontes; a sala de aula de mechanica applicada, com as paredes revestidas de quadros murares, com um gabinete ao lado, onde se encontram, modelos de machinas operatrizes, motrizes e diversos instrumentos para trabalhos praticos de hydraulica, e no fundo um gabinete supplementar com materiaes fornecidos pela estrada de ferro Central, considerados como imprestaveis e que prestam grandes serviços ao estudo dos alumnos; á direita, que era a parte occupada pela imprensa official, encontram-se duas salas de aulas, uma de architectura e estabilidade das construcções, e outra de geometria descriptiva e suas applicações; um gabinete desta ultima cadeira, contendo modelos em gesso e madeira, estes feitos sob a inspecção directa do lente da mesma cadeira; tres salas de desenho e logo em seguida o gabinete de architectura e estabilidade das construcções, no qual se acha montada uma machina para experiencia da resistencia dos materiaes, com força de tres mil kilos, do constructor Falcot Frères.

Em quatro salas de aulas encontrei um quadro negro, engenhosamente feito por um operario da Escola, e que permitte a ascensão e descida por meio de corrediças.

Nos fundos desse pavimento ficam, na sala da antiga encadernação da imprensa official, uma officina de marceneiro, e um commodo de abobada de pedra destinado á camara escura para revelação de placas photographicas.

No segundo pavimento, á direita e nos fundos, fica a antiga sala de jantar do Presidente do Estado, hoje transformada em aula de physica, com um bem montado gabinete ao lado, dispondo de apparelhos de electricidade destinados ás mais modernas experiencias, desde os raios X até a telegraphia sem fios, gabinete este dirigido por uma das mais possantes mentalidades da escola, o Dr. Augusto Barbosa da Silva, que, na America do Sul, foi o primeiro a fazer experiencias das descobertas, apenas noticiadas dos raios X e de Marconi, cumprindo notar que essas experiencias foram feitas com apparelhos preparados na escola.

No fundo fica a antiga cozinha do palacio, que serve hoje para um gabinete de electro-technica, havendo já estabelecido ahi um motor a petroleo, accionando dous dynamos. Pretende-se aproveitar uma área contigua para o estabelecimento de uma usina de electro-metallurgia, segundo o projecto concebido pelo illustrado Dr. Augusto Barbosa, que obteve recentemente privilegio para um forno de sua invenção, visando a fabricação directa do ferro pela electricidade.

Sabemos que o orçamento para essa usina é de cem mil francos e que no Congresso Nacional está em via de approvação a verba necessaria.

A' sala de physica seguem-se: a bibliotheca com 6.000 volumes, diversas salas com amostras de mineraes, um gabinete de trabalho de mineralogia e geologia, com uma importante collecção de mineraes e rochas, principalmente do Estado de Minas; e a sala de aulas de mineralogia, metallurgia, geologia, direito, etc.

No corpo da frente, para tráz, fica o gabinete de metallurgia e lavra de Minas, com grande numero de modelos e amostras de materia prima, etc., para o estudo da metallurgia dos diversos metaes e estudo da exploração de Minas; propriamente na frente fica o gabinete de mineralogia e geologia, com uma rica collecção de mineraes, rochas e fosseis, não só do Brasil, como do Extrangeiro (cerca de tres mil amostras de mineraes, mil de rochas e 800 de fosseis), destacando-se, pela belleza, os de Minas, Chile e Bolivia, trazidos pelo illustrado Dr. Costa Senna.

Nesta sala encontram-se os retratos de D. Pedro II, fundador da escola, do Dr. Lund e de diversas turmas de estudantes que completaram o curso de 1894 em diante, e uma collecção de diplomas conferidos em diversas exposições.

Ao lado desta ultima sala encontra-se um pequeno gabinete, contendo apparelhos diversos, principalmente para o estudo microscopico de rochas e mineraes.

A' direita, na sala em que havia uma capella, fica o gabinete de topographia, astronomia e geodesia, contendo diversos apparelhos para o estudo pratico dessas materias.

Seguem-se a aula de topographia, uma sala com amostras de differentes minas do Estado, amostras de ceramica, lignitos e marmores do Gandarella; o gabinete e aula de zoologia e botanica, contendo craneos e esqueletos montados, animaes empalhados, modelos e quadros diversos; uma sala contendo reptis e peixes conservados em alcool, fibras de vegetaes, sementes e fructos e grande numero de amostras de madeiras de Minas; um pequeno gabinete, contendo um herbario, microscopios e outros apparelhos para o estudo das plantas; a secretaria e o Gabinete do Director.

Escola de Pharmacia. — Foi creada pela Lei n. 140 de 4 de abril de 1839. Funcciona em um edificio iniciado para Escola Normal e depois modificado para o Congresso Constituinte. Está situada entre as ruas do Carmo e S. Francisco de Assis, em logar isolado e elevado, dando a frente para o Alto da Cruz.

Tem um só pavimento com 10 janellas e a porta principal na frente. Na frente ficam a secretaria, a bibliotheca e o gabinete de anatomia e phisiologia. No flanco esquerdo fica o gabinete de botanica, nos fundos o gabinete de pharmacia e o laboratorio; no flanco direito o gabinete de chimica organica e mineral, e no centro o gabinete de physica.

Na sala da Bibliotheca acham-se os retratos dos Drs. Antonio Augusto de Lima e Silviano Brandão.

Além desses estabelecimentos de instrucção e da Escola Normal, que adiante descrevemos, tem a cidade um Lyceo de Artes e Officios, na rua Tiradentes e o internato e externato do Gymnasio de Ouro Preto, funccionando em edificios differentes: o internato na rua do Collegio Mineiro, o externato na rua de S. José.

Ha no Municipio nove escolas municipaes, no morro de S. Sebastião, Rodrigo Silva, Santa Rita, Lavras Novas, Saboeiro, Ponte de Anna de Sá, Miguel Burnier, Santo Antonio do Leite e Itabira do Campo.

Escola Normal. — Funcciona em um grande predio, que foi occupado pela Secretaria de Fazenda, antiga Thezouraria Provincial, na rua Tiradentes.

Está regularmente montada, não se prestando bem o edificio ao fim a que se destina.

Tem dous pavimentos. No segundo possue tres salas de aulas, o salão de recreio, onde se acham installados os laboratorios, o gabinete do director, o vestiario das alumnas, a sala de espera, a sala de visitas dos professores e diversos outros compartimentos; e no primeiro a aula pratica mixta, salão de recreio e estudo, secretaria, archivo e bibliotheca. Tem actualmente nove professores e a frequencia de 150 alumnos.

Visitando essa escola tive occasião de examinar em historia e geographia diversos alumnos da secção feminina, que me satisfizeram completamente, principalmente a intelligente menina D. Elvira Fausta de Magalhães Brandão, que revelou uma applicação fóra do commum.

Os professores são pessimamente retribuidos.

Ouro Preto foi elevado á categoria de villa, com o nome de Villa Rica, em virtude da Ordem Regia de 8 de julho de 1711 pelo governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, no *arraial das Minas Geraes de Ouro Preto*, tres mezes exactamente depois da creação da villa do Ribeirão do Carmo, actual Cidade de Marianna, que foi a primeira creada na capitania.

Como se verá do termo, foi primitivamente seu nome *Villa Real de Albuquerque*, em honra de seu fundador; mas pouco depois ficou sendo somente *Villa Rica*, porque o governo de D. João V assim o ordenou não levando a bem que o Governador lhe desse seu nome sem previa permissão regia.

Foi confirmada na categoria de villa pela Carta Regia de 15 de dezembro de 1712 e elevada á cidade pela Carta Imperial de 20 de março de 1823, com o nome de Imperial cidade de Ouro Preto.

Foi determinada a mudança da Capital para Bello Horizonte pela Lei n. 3 de 17 de dezembro de 1893, e installada nesta ultima cidade em 12 de dezembro de 1897.

Foi mais uma punhalada que, em pleno peito, soffreu a lendaria cidade. Ella, porém, não protestou; soffreu a rudeza do golpe com a maior humildade christã.

Gloriosa Ouro Preto! Quando a horda vandalica quizer destruir-te, pararáás portas da tua cidade, como outr'ora Attila ás portas de Roma.

E quando a horda, na sua furia invasora, insistir em investir contra ti, o Itaculumi deixará o leito em que repousa e precipitar-se-á contra os invasores, que pretenderem profanar teu solo sagrado e desrespeitar tuas gloriosas tradições.

Salve! Jerusalem de Minas. Tres vezes salve. (Moreira-Pinto).

OUTEIRO. Pequeno pov. do mun. de Itapecurú-mirim, no Estado do Maranhão.

OUTEIRO. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

OUTEIRO DOS LAGOS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

OUTEIRO FEIO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Belmonte.

OUTEIROS. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de tres povs. nos termos de Maroim, S. Christovão e Rozario.

OUTRA BANDA. Ilha no rio Tapajós, em frente á cidade de Santarem, no Estado do Pará.

OUTÚ. Corr. *y-tú*, o tombo d'agua, a catadupa, o salto. Vide *ytú*. *Outú* é, como se vê, escripto em muitos documentos do seculo XVII (Dr. Theodoro Sampaio).

OYAPOCK. Sub-prefeitura creada pelo Dec. n. 1.062 de 7 de agosto de 1901, no dist. de Cassiporé, do territorio de Aricary, no Estado do Pará.

P

PABA. Verbo *pab*, findar, acabar; adj. findo, acabado, concluido, completo; subs., termo, fim, pontas; suff. para o gerundio ou participios dos verbos terminados em *b*; alt. *pa*, *pava*, *paua*, *bava*, *tava* (Dr. T. Sampaio).

PACAEMBÚ. Corr. *paca-embú*, arroio das pacas. São Paulo. Vide *Yembó* (Dr. Theodoro Sampaio). « *Pacaembú*, corruptela de *Paã-nga-hẽ-mb-hú*, atoladiço e barra alagada. De *paã*, atolar; *nga* (breve), para formar supino; *hẽ*, sahida, barra, foz; *mb*, intercalação por ser nasal a palavra *hẽ*, e para ligal-a a *hú*, alagar. Allusivo a ter pantano no leito; e, em consequencia de refluirem suas aguas, alagar na barra as margens. » (Dr. J. M. de Almeida).

PACAJÁS. Nome de uma tribu selvagem da foz do Amazonas. « *Pacajás*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é corr. *paca-yá*, o chamado *paca*, o que é denominado *paca*; egual as pacas ou ligeiro como ellas. »

PACÃO ou PACAU. Rio affl. do Jacaré-pipira-mirim pela margem dir., no mun. de S. Carlos do Pinhal e Estado de S. Paulo. E' encachoeirado. « *Pacáu*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Po-qûáy*, tem gargantas. De *po*, conter; *qûáy*, garganta, pescoço, cintura, emfim a parte que se estreita. Allusivo a estreitar-se, em muitos logares, entre margens altas. »

PACAS. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro, no centro, a nove kils. ao SO.

PACAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una, no mun. de Barreiros.

PACATUBA. Corr. de *Paca-tyba*, pacas em abundancia, sitio em que ellas abundam; Ceará (Dr. Theodoro Sampaio).

PACHECO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga e desagua no rio Capibaribe.

PACIENCIA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Ubatuba.

PACIENCIA. Pequeno rio que desagua na enseada Picinguaba, no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. Nasce no morro do mesmo nome.

PACIENCIA. Rio affl. da margem dir. do Sapucahy, entre os muns. da Franca e do Carmo, no Estado de São Paulo.

PACIENCIA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. da Diamantina.

PACIENCIA. Log. do Rio de Janeiro, no mun. de Campos. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. pela Lei n. 481 de 8 de novembro de 1901. Confina ao S. com o mun. de Macahé pelo rio Macabú; a O. com o mun. de Santa Maria Magdalena; ao N. pelo rio Imbê abaixo até a barra do rio do Mundo e a serra do Mandasaia; a E. esta serra.

PACÓ. Contracção de *pacoba*. Vide *Pacoba*.

PACOBA. Composto de *pac-oba*, folha de enrolar ou que se enrola; nome commum das *Musaceas* ou bananeiras; alt. *pacó*. (Dr. T. Sampaio).

PACOBÁ. Composto de *pacob-á*, o fructo da bananeira, a banana. Vide *Pacoba*. (Dr. T. Sampaio).

PACOBAHYBA. Corr. *pacoba-yba*, o pé de banana, a bananeira (Dr. T. Sampaio).

PAÇOCA. Corr. *pá-çoca*, esmigalhar a mão, desfiar, pilar ou machucar com a mão (Dr. T. Sampaio).

PAÇO DO LUMIAR. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr. cit.*) diz: « *Paço do Lumiar*, em seus principios uma aldeia de indios, creada pelos jesuitas com o nome de Anyndiba, fica situada na ilha de S. Luiz, perto da borda oriental, a 36 kils. da capital, proxima do rio Grande e do igarapé da Villa, tambem chamado *Vovoca*, que se deve considerar o estuario desse rio que recebe differentes denominações, taes como: rio do *Engenho*, logar onde nasce, rio *S. João*, rio *Pindahy*, depois da confluencia com o rio das *Mercês*, que nelle entra pela margem esq., *Riosinho* e *Cururuca*. Confundindo as suas aguas com as do rio *Antonio Esteves*, que tambem percorre a ilha com os nomes de rio *Maiobinha*, *Saramanta*, *Genipapeiro*, *Paciencia*, *Capueira* e *Mocajutuba*, formam ambos o igarapé da Villa, que desagua ao N. da bahia de S. José, por entre *Panaquatira* e a ilha de Curupú. Querem algumas pessôas que a verdadeira origem do rio Grande, seja o das *Mercês*, cuja confluencia com o S. João se dá no logar Pindahy, considerando este como affl. daquelle. Talvez concorra muito, para essa opinião, o facto de ter seccado nestes ultimos verões o rio S. João, o que é devido, em grande parte, á irreflectida e condemnavel destruição das mattas que o cercavam. A proposito da villa do Paço, ainda hoje se pode dizer, com acerto, que consta de uma praça quadrilatera, em cujo centro se eleva a Egrejinha de N. S. da Luz. Apezar de situada em terreno baixo, goza de clima ameno e salubre. »

PACOTUBA. Bananal ou pacoval; composto de *pacótyba*.

PACOTY. Composto de *pacó-ty*, curso d'agua corrente, ribeiro do bananal; Ceará (Dr. T. Sampaio).

PACOTY. Villa do Estado do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi rebaixada de villa pela Lei n. 550 de 25 de agosto de 1899 e restaurada pela de n. 672 de 30 de agosto de 1901.

PACÚ. Composto de *pag-ú*, rapido ou veloz no comer, é o peixe fluvial (*Prochilodus argenteus*). Dr. Theodoro Sampaio. Referindo-se á correderia que ha no rio *Paranapanema*, diz o Dr. J. M. de Almeida: « *Pacú*, corruptela de *Pá-cuê*, torcida. De *pá*, infinitivo de *apá*, torcer, entortar; *cuê*, particula do preterito. Allusivo a fazer o canal uma curva entre o ilhote que ahi existe e a margem dir. do rio. O canal é estreito e obstruido de pedras: sua profundidade é, em geral, de um metro, mais ou menos; sua extensão mais de um kil. Antes de chegar a um banco de cascalho, que precede o ilhote, o rio alarga-se muito, com baixios em toda a largura; e ahi, ao lado dir. do banco de cascalho, começa verdadeiramente a cachoeira, onde as aguas correm extraordinariamente. Não tem, portanto, o nome desta cachoeira relação alguma com o *pacú*, peixe. »

PACUHY. O rio do pacú, corrupção de *pacú-y*.

PACUIBA. Corruptela de *pacuî-ba*, revolver; *ba* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida). Outros escrevem *Pacuhyba*.

PADRE. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

PADRE FARIA. Bairro no mun. de Ouro Preto, dist. de Antonio Dias e Estado de Minas Geraes. Foi ahi que se construiram as primeiras casas de Ouro Preto. Tem uma capella em cujo atrio se ergue um cruzeiro feito das rochas do Itaculumi.

PADRE PAULO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

PAE-CARÁ. Extrema varzea ao lado do morro Itapema, em frente á cidade de Santos e aos Oiterinhos, na margem opposta do canal, no Estado de S. Paulo. « *Pae-cará*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Po-acuraá*, enseada extensa. De *po*, para exprimir, neste caso, superlativo; *acuraá*, enseada. Allusivo a ser uma varzea que, ás vezes, se alaga ».

PAE D'EGUA. Nome com que designam o cobertor, no Estado da Bahia.

PAE POBRE. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. da Cotia, na estrada do Padre Ignacio.

PAGÉ. Corr. *payé*, composto de *pa-yé*, aquelle que diz o fim, isto é, o advinho, o propheta, o feiticeiro, medico, santão, sabio e conselheiro dos selvagens; alt. *paya*, *pay*, *piagé*, *piaga* (Dr. T. Sampaio).

PAGEHÚ. Corr. *payé-ú* ou *payé-y*, rio do feiticeiro; Pernambuco; alt. *pajahú* (Dr. T. Sampaio).

PAINEIRAS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Juquery, no mun. da capital. Tem o leito empinado e, quasi na foz, um salto, cuja altura é superior a dez metros.

PAIOL. Bairro do mun. da Fartura, no Estado d São Paulo.

PAIOL. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Capella Velha.

PAIOL NOVO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim.

PAIOL VELHO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Itahim, que o é do Juquery e este do Tieté.

PAIVA (Bigorrilha). Pov. do Estado do Paraná, distante cinco kils. da capital, á margem do rio Bariguy; com escola.

PAIXÃO. Lagôa no mun. do Espirito Santo de Barretos e Estado de S. Paulo.

PAJAÚ. Riacho do Estado do Maranhão, no mun. do Pinheiro (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*).

PAJUSSARA. Corr. *payuçara*, o soprador, o folle; Alagôas (Dr. T. Sampaio.)

PALHA. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Atalaia.

PALHAL. Rio affl. da margem esq. do Una do Prelado, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Palhal*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Paî-há*, dependurado. De *paî*, dependurado, com o accrescimo de *há*, o mesmo que *ába*, para exprimir logar, modo, instrumento, intento, fim, causa, etc. Allusivo ao leito ingreme, com cachoeiras, saltos e cascatas ».

PALMAR. Arraial no termo de Santo Amaro, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PALMARES. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Riachão (*Almanak Sergipano*. 1901).

PALMARES. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem esq. do rio deste nome.

PALMATORIA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruará.

PALMEIRAS. Log. no dist. da cidade da Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

PALMEIRAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Piracicaba, entre os ribeirões da Cachoeira e dos Coqueiros.

PALMEIRAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté, no mun. do Espirito Santo de Barretos. A lagôa Bacury fica á margem dir. desse ribeirão.

PALMEIRINHA. Dist. creado pelo Dec. n. 73 de 19 de agosto de 1901, no termo de Jequié, no Estado da Bahia.

PALMITAL (S. Sebastião do). Bairro no mun. de Silveiras do Estado de S. Paulo.

PALMITAL. Dist. creado no termo da União da Victoria, no Estado do Paraná, pelo Dec. n. 310 de 24 de

agosto de 1901. Por suas divisas correm os rios Palmital e Claro, affl. do Iguassú e fica a serra da Esperança. Fica á margem do rio Iguassú.

PALMITAL. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Dattas e mun. de Diamantina.

PALMITAL. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PALMITAL. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

PALMITAL. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. do E. Santo da Bôa Vista.

PALMITAL. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Francisco de Paula e desagua no ribeirão dos Passos, affl. do rio Grande.

PALMITAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. do E. Santo da Bôa Vista e desagua na margem dir. do rio Itapetininga.

PALMITAL. Ribeirão do Etado de S. Paulo, banha o mun. de Santa Barbara do Rio Pardo e desagua na margem dir. do Paranapanema.

PALMITAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Campos Novos e desagua na margem dir. do rio Paranapanema.

PALMITAL. Saltos terriveis, no rio Paranapanema, mun. de S. Sebastião do Tijuco Preto e Estado de S. Paulo. « *Palmital*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Pó-haîme-itá*, por contracção *Pó-haîm'-itá*, paredes a pique, saltos. De *pó*, salto; *haîme*, a pique; *itá*, armação, pilar, estante, etc. São esses saltos o maior obstaculo do rio Paranapanema. O rio faz esquinas entre paredões, cuja altura é de 50 a 70 metros. A margem esq. do rio pode ser considerada de passagem impossivel; mas á margem dir., em canal de largura irregular, entre a mesma margem e um extenso e largo lageado, é difficil, porém não impossivel a passagem, e é por ahi, e mediante picadas nas mattas, tanto no extremo superior, como no extremo inferior, que se faz a baldeação das cargas. Os dous saltos principaes têm: o de cima 6m,16 de altura, e o de baixo 4m,84; e são separados por uma bacia ou poço, onde as aguas como que permanecem em deposito, segundo a apparencia: nesta bacia ou poço fazem rodomoinho, e seguem rio abaixo até cahirem do ultimo salto. A extensão da cachoeira é de meio kil. mais ou menos ».

PALMITALSINHO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Campina Grande. Ha outro log. do mesmo nome no mun. de Colombo.

PALMYRA. Palmyra está situada na encosta do morro do Cruzeiro, cercada de morros, banhada pelo ribeirão das Posses, affluente do rio Piáo, atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a 324.175 kilometros distante da Capital Federal, 55 de Barbacena e 49 de Juiz de Fóra, a 826 metros de altura sobre o nivel do mar.

Nella tem seu inicio a Estrada de Ferro Rio Doce, que vai actualmente até Livramento, na extensão de 26 kilometros.

Tem duas praças: Bias Fortes e Cesario Alvim e 20 ruas. Estas são sinuosas, algumas estreitas, calçadas com pedra bruta e com passeios de lagedos apparelhados. São illuminadas a kerozene.

Seus predios são em nunmero de 420, alguns antigos e muitos novos e bonitos, taes como o Hotel Romano e os de Joaquim Antonio Velloso de Azevedo, José Ferreira da Costa Chaves, Antonio Ferreira Dias, e Luiz Alves da Cunha.

São todos numerados.

A perspectiva da cidade, vista da estação, é realmente bonita, desenhando-se a cidade em fórma de amphitheatro.

A população do municipio é de 21.500 almas, sendo nove mil para o districto da cidade, seis mil para o districto de Dores do Parahybuna, 4.500 para o districto da Conceição do Formoso e duas mil para o districto de S. João da Serra.

A extensão territorial do municipio é approximadamente de 1.876 kilometros quadrados, sendo 956 para o districto da cidade, 480 para o de Dores do Parahybuna, 260 para o de Conceição do Formoso e 180 para o de S. João da Serra.

Ha em todo o municipio 94 fazendas, sendo 75 de culturas de cereaes e creação de gado e 19 de cultura de café, sendo calculada a producção deste artigo em 40 mil arrobas.

Existem no municipio duas fabricas de cerveja, 45 ditas de queijos, dentre as quaes figuram as duas grandes fabricas de lacticinios da Mantiqueira e Dores do Parahybuna, que produzem annualmente 128 mil kilos de manteiga e onze mil queijos; 19 engenhos de canna, seis machinas de beneficiar café, tres fabricas de fumo, sete officinas de ferreiro, sendo uma destas de grande importancia no centro da cidade, uma dita de torneiro, uma de tanoeiro, sete sapatarias, sete alfaiatarias, tres officinas de selleiros e correeiros, duas de serralheiros, uma fabrica de gelo, tres officinas de ourives, uma casa com bilhares, tres relojoeiros, tres fabricas de fogos artificiaes, sete padarias, oito olarias, duas officinas de marcineiro, tres carpintarias, tres hoteis, diversos restaurantes, 18 casas de fazendas e molhados, duas photographias, duas pharmacias, tres açougues, tres barbearias e diversas outras casas com pequenos negocios.

Existem ainda nos arrabaldes da cidade um grande deposito e officinas de reparação e montagem de locomotivas e outras officinas de menor importancia, todas pertencentes á Estrada de Ferro Central, e um pequeno deposito e officina de reparação de locomotivas da Estrada de Ferro Rio Doce.

O movimento commercial do municipio é calculado em 3.300:000$000.

A cidade possue a igreja matriz de estylo gothico, ainda em construcção, a capella do Rosario, que serve provisoriamente de matriz e que foi um theatro, a capella dos Passos, a cadeia, casa da Camara e o bello edificio que serve de estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Na Camara Municipal ha uma pequena bibliotheca com perto de 1.500 volumes.

O cemiterio fica no ponto mais elevado do morro do Cruzeiro e a cavalleiro da cidade.

A instrucção na cidade é dada em duas escolas estaduaes, duas municipaes e em um collegio particular. Os bairros da cidade são: Fagundes, Biquinha, com uma olaria, João Gomes Velho, com duas olarias, e Sombrio, no morro do mesmo nome.

O municipio limita-se com o de Barbacena pelos districtos da União, Bias Fortes e Livramento, com o de Juiz de Fóra, pelos districtos de Paula Lima e Rosario; com o do Pomba, pelos districtos do Taboleiro e Bomfim, e com o do Rio Novo, pelo districto do Piáo.

Comprehende quatro districtos: Cidade, Dores do Parahybuna, Conceição do Formoso e S. João da Serra, e os seguintes povoados: Santo Antonio dos Paivas, com uma capella, Campo Alegre, com uma capella em construcção, uma escola municipal e uma estação da Estrada de Ferro do Rio Doce; Mandembo, S. Domingos, José Custodio e Affonsos, todos no districto da Cidade; Espirito Santo, no districto de Dores do Parahybuna; Bandeiras, Rato, Cantagallo e Sincurá, no districto da Serra; Portões e Grota da Inveja, no districto do Formoso.

A principal serra, que percorre o municipio, é a da Mantiqueira. Dentre os morros que se notam no municipio, são notaveis: o do Cruzeiro e o Sombrio, na cidade, Samambaia, Miranda, Campestre, Chavelha, Mata Vinte Cachoeira, Affonsos, Pinheiros, Carqueija, Montes Claros, Cachoeira do Barros, Taquarassú, Aguada, Garganta do Rio Doce e Onça.

O rio principal, que atravessa o municipio, é o Parahybuna, que nasce no municipio da Barbacena, na fazenda dos Olhos d'Agua, que é cabeceira tambem dos rios das Mortes e Pinho. Recebe no municipio o Espirito Santo, Lambary, Boa Vista (que passa dentro do arraial de Dores do Parahybuna) e Taquarassú (que nasce na fazenda de Pedro Alves).

Rega ainda o municipio o rio Pinho, formado pelo Pinho Novo e Mantiqueira, que perto da foz toma o nome de Pinho Velho.

Mais adiante, o Pinho toma o nome de rio Piáo e vai desaguar no Pomba, com o nome de rio Novo. Recebe os ribeirões do Bicho, Jacuba, Posses, Sertão, Capoeira dos Carneiros e Formiga.

A lavoura do municipio consiste em café, cereaes e canna. A criação de gado é consideravel.

As estações das estradas de ferro pertencentes ao municipio são: Palmyra e Mantiqueira, na Central, e Palmyra, Campo Alegre e Boa Sorte, no Rio Doce.

A cidade é abastecida de agua, que vem canalizada a seis kilometros de distancia do lugar denominado Lavra.

De simples districto do municipio de Santo Antonio do Parahybuna (Juiz de Fóra) foi, com o nome de João Gomes, incorporada essa povoação ao municipio de Barbacena pelo art. 1, § II da lei provincial n. 665 de 27 de abril de 1854, desmembrada da freguezia de Chapéo de Uvas e incorporada á da cidade de Barbacena pelo art. V, § II, da de n. 1.265 de 19 de dezembro de 1865; elevada á categoria de parochia pela de n. 1.458 de 31 de dezembro de 1867, á de villa, com o nome de Palmyra, pela de n. 3.712 de 27 de julho de 1889 e á de cidade pela de n. 25 de 4 de março de 1890.

Foi instalado o municipio a 15 de fevereiro de 1890.

E' comarca creada por acto de 20 de novembro de 1890 e declarada de primeira entrancia pelo decreto n. 218 de 2 de maio de 1891, e acto de 22 de fevereiro de 1892.

PALMYRA. Colonia do Paraná. Accrescente-se no fim: Está situada á margem dir. do rio Iguassú, á distancia de 19 kils. da séde do mun. Contém 88 lotes com a área de 1.605 hectares. E' habitada por polacos.

PAMBÚ. Não parece ser tupy e, si for, pode ser corrupção de *pa-ambú*, batida ou ruido sonoro; Bahia (Dr. T. Sampaio).

PAMONÁ. Corruptela de *Paã-moná*, turvo e atoladiço. De *paã*, atolar; *moná*, mesclar, borrar, turvar. Allusivo a ter o ribeirão desse nome, lamoso o leito e a estar constantemente revolvido, de sorte que suas aguas se mostram turvas (Dr. João Mendes de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*. 1902).

PAMPA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio diz: « Vocabulo Kechua que se traduz — campo, planicie limpa; corresponde a *nhú* do tupy; alt. *bamba* ».

PANA. Corrupção do vocabulo portuguez panno; verbo, lavrar, cortar (Dr. T. Sampaio).

PANAÇÚ. Composto de *pana-açú*, panno grosso. *Panaçù*, subs., o cesto (Dr. T. Sampaio).

PANATY. Composto de *panã-ty*, ribeiro das borboletas (Dr. T. Sampaio).

PANELLA. Log. no mun. de Corumbá, do Estado de Matto Grosso.

PANELLAS. Arraial do termo do Curral de Pedras, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PANEMA. Adj., ruim, imprestavel, inutil; infeliz, mal succedido, pobre, falho, esteril; no tupi-guarani, *panê* (Dr. T. Sampaio).

PANTA. Riachão do Estado do Ceará, entre Baturité e Redempção.

PANTACUÉ. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun de Nioac.

PANTALEÃO. Cachoeira no ribeirão Bom Successo, na com. de S. Domingos do Prata e Estado de Minas Geraes.

PANTANAL. Arraial do Estado de Santa Catharina. E' muito inferior em pop. e construcções ao do Sacco dos Limões e acha-se situado á falda de uns cerros ao S., de que é padrasto o morro do Rio Tavares, tendo em frente, pelo N., o valle formado entre os altos da Carvoeira e os daquelle monte. « Os sitios que contêm, diz Virgilio Varzea, são em geral terras de cultura, com simples mas risonhas casinhas rusticas e engenhos primitivos, uns feitos de alvenaria, muitos só de pau-a-pique barreado, cobertos de telha ou palha, em meio aos lenções verde-escuro da rama da mandioca, as espadanas verde-claro dos cannaviaes que ondulam ao vento como uma floresta de alfanges, ou entre cafeeiros tufados e pomares de altas frondes, onde sobresaem a laranjeira, o pecegueiro, a ameixieira e a fructa de conde. O nome de Pantanal vem-lhe talvez desse valle, onde serpêa o riacho dos Limões, que desagua á praia do Sacco, valle em cujo terreno são frequentes os banhados, mas que é de um pinturesco impressionista pela linha rasa dos campos e no pendor das espaldas, ondulando em tonalidades sem fim de verdura a uma e outra margem da estrada, atravessadas de pontes em seu leito arenoso e largo. Essa estrada, que descreve uma admiravel curva de mais de tres kils. de extensão, sempre oriada de altas cercas de espinheiros, interrompidas, cá e lá, por alguns pequenos trechos roçados ou renques de bastas arvores seculares, que o machado do lavrador poupara não se sabe porque benefica singularidade — vae terminar no vasto largo da Santissima Trindade, quasi em frente ao sitio de onde parte a magnifica estrada que dahi conduz á cidade, pelas Carreiras e pela Pedra Grande... ».

PANTANAL DA PANELLA. Log. do Estado de Matto Grosso, no 2º dist. do mun. de Corumbá, á margem esq. do rio Paraguay.

PANTÁNO. Ribeirão affl. do rio Jaguary pela margem dir., no mun. de Bragança e Estado de S. Paulo. Nasce na serra do seu nome. Alguns moradores do logar querem que, reunido ao corrego do Arraial, forme com este o Passa Tres, sem uma justificativa para tal enormidade, relativamente á geographia indigena: o Passa Tres é o mesmo Pantáno, depois de receber as aguas do sobredito corrego. « Os indigenas sohiam dar a logares diversos na mesma região nomes identicos ou quasi identicos no som, mas differentes no significado. *Pantáno*, nome da serra, é corruptela de *Po-atã-na*, contrahido em *P'-atã-na*, e nasalizado o primeiro *a*, por causa da pronuncia nasal do segundo, a qual, segundo a licção do padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, fere todas as vogaes da mesma palavra: *P'-atã-na*, muito erecto. De *po*, apocope de *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *atã*, erecto, teso, com o suffixo *na* (breve), para formar supino.— *Pantáno*, nome do ribeirão, é corruptela de *Paã-tã-na*, atoladiço, duro. De *paã*, atolar; *tã*, apocope de *tatã*, duro, forte, com suffixo *na* (breve), para formar supino. Allusivo a ter pantanal em suas margens ». Quanto ao ribeirão, affl. do rio Mogy-guassú, diz ainda o Dr. J. M. de Almeida: « *Pantáno*, corruptela de *Pã-tã-nù*, golpe durissimo. De *pã*, golpe, pancada; *tã*, apocope de *tatã*, duro, forte; *nù*, posposição affirmativa, com pronuncia breve. Allusivo ao famoso salto que ha neste ribeirão. E' a prumo a muralha granitica, da qual se despenham com estrondo medonho as aguas. Sua altura é de mais de 40 metros. Ao mesmo tempo, este ribeirão desagua no rio Mogy-guassú, justamente quando já tem começado os pantanaes deste rio. Esta parte do rio Mogy-guassú é *paã-tã-na*, atoleiro duro, de sorte que o indigena fez assim um gracioso jogo linguistico. O estudo destas denominações fixou em mim a opinião de que a palavra *pantáno* não é portugueza e sim tupi, e deve ser pronunciada *pantána* e não *pántano*. O lexicographo Moraes, quando escreveu que deve ser *pantáno*, para melhor corresponder á *pantána*, ouviu cantar o gallo sem poder dizer onde. O lexicographo Aulete, este agarrou-se com unhas e dentes á mesma palavra na lingua hespanhola, como se tambem os hespanhóes não a houvessem levado da America. O padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, na palavra *paã*, bem indica que na lingua hespanhola não havia *pantano*. »

PANTANO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, une-se com o Cerrado ou Serrado e juntos vão desaguar no ribeirão da Barra, affl. do rio Mogy-guassú (*Folha do Rio Claro da Commissão Geogr. e Geol. de S. Paulo*).

PANTANO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Pardo, no mun. do Ribeirão Preto.

PANTANO DO SUL. Log. de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: O arraial fica na enseada de egual denominação, na costa de E. da ilha, sobre uma faixa arenosa apertada entre a corda de montes que vem de Naufragados até Caiacanga-assú e os outeiros ou cabeços escarpados da Lagoinha. Seus habs. dedicam-se á pesca.

PÃO DE LOT. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do Chopotó, que o é do Pomba, no mun. do Rio Branco.

PAPAGAIO. Rio do Estado do Amazonas, affl. do Uniny, no mun. de Moura.

PAPAGAIO. Rio do Estado do Maranhão, banha a pov. do seu nome, pertencente ao mun. da Barra do Corda e desagua no rio Corda.

PAPAGAIO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem dir. do rio deste nome (S. V. Galvão, *Dicc.* cit.)

PAPAGAIO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Itaocara e desagua na margem dir. do rio Parahyba, a pouco mais de um kil. da estação de Portella.

PAPAGAIO. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, no mun. do Diamantino. Vai para a margem dir. do Juruena.

PAPAGAIO. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Está situado ao S. do Curvello e sobre uma collina. Confina com os dists. do Curvello, Morro da Garça, S. Gonçalo das Tabocas, Pilar e N. S. da Gloria. A pov., embora antiga, é pequena, datando o seu inicio de mais de cem annos. Tem (1900) apenas 60 casas; duas egrejas: a antiga capella, que tem mais de um seculo, e outra construida ha 10 annos e ainda não concluida. O dist. tem 3.500 almas approximadamente. Entre esse dist. e o de N. S. da Gloria corre o rio das Velhas. E' montanhoso para o N., sendo a serra do Gentio a mais importante. Lavoura de canna e algodão; criação de gado bovino e suino. Dista do dist. do Curvello 40 kils.; de N. S. da Gloria 18, do Morro da Garça 40 e do Paraúna 36.

PAPAGAIO GRANDE. Ilha do Estado de Santa Catharina, entre a ponta da Pinheira e a dos Naufragados e proxima das ilhas Papagaio, Pequena e Fortaleza.

PAPAGAIOS. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira, a 14 kils. Tem uma esc. allemã.

PAPAGAIOS. Ilha no rio Oyapock e Estado do Pará.

PAPARY. Composto de *papá-r-y*, rio saltado, rio encachoeirado; corr. *papar-y*, rio de contas (Dr. T. Sampaio).

PAPUAN. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho.

PAQUEQUER. Corr. *pac-quér*, a paca dorme, a dormida das pacas. Rio de Janeiro (Dr. T. Sampaio).

PAQUEQUERA. Corr. *pac-quéra*, paca velha, ou extincta, a caveira ou ossada da paca (Dr. T. Sampaio).

PAQUETÁ. As pacas; corruptela de *pac-etá*.

PARÁ. O mesmo que *mbará* ou *marú*; subs., o mar; composto de *y-pá-rá*, aguas todas colhe, isto é, o collecionador das aguas (Baptista Caetano). No tupi da costa *pará* é o rio volumoso, o caudal. Riquissimo é o vacabulo tupi nas denominações hydrographicas. Não tinha, porém, vocabulo primitivo para designar o *mar*, o que faz suppor que os povos desta lingua procediam de uma região interior. Chamavam ao rio de certo volume *pará*, e como consideravam o mar como um immenso rio, cuja outra margem não descobriam, deram-lhe o nome *Paraná*, que é o mesmo que *pará-aná*, rio enorme, grosso, e que alguns traduzem tambem por *parente do rio*, no que ha confusão, pois que a particula final *anã* ou *nã*, que significa: espesso, grosso, enorme, ou tantas vezes, não se deve confundir com o vocabulo *anama*, que, de facto, se traduz por *parente*, *semelhante*. O vocabulo *pará*, de emprego communissimo na geographia nacional, não soffreu alteração senão no seu composto *paranã*. Algumas corrupções como *Pracatú* por *Paracatú*, rio bom, não tiveram curso. Assim é que a palavra *pará* se mantém intangivel nos vocabulos *parahyba* ou *pará-ayba*, rio ruim, ou impraticavel pelos obstaculos naturaes do seu leito; *parahupeba* ou *pará-y-peba*, rio de agua raza; *parahytinga* ou *pará-y-tinga*, rio de agua branca; *parahybuna* ou *pará-yb-una*, rio de agua preta; *parahypitanga* ou *pará-y-pitanga*, rio de agua vermelha (Dr. T. Sampaio).

PARÁ-CAMBY. Passou assim a denominar-se o pov. do Ribeirão dos Macacos, no 3º dist. do mun. de Itaguahy, do Estado do Rio de Janeiro pela Lei n. 536 de 19 de dezembro de 1901.

PARACATÚ. Rio bom, praticavel; composto de *pará-catú*.

PARACÁU. Subs., o papagaio, no tupi-guarani (Dr. Theodoro Sampaio)

PARAGUARY. Composto de *paraguá-r-y*, rio dos papagaios (Dr. Theodoro Sampaio).

PARAGUASSÚ. ou PARAGUAÇÚ. Nome da india tupinambá que foi mulher do *Caramurú*, e que, levada por este á França, segundo a lenda, tomou o nome de Catharina, sendo seus padrinhos de baptismo os reis de França. « *Paraguaçú*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, compõe-se de *paráguaçú*, mar grande, e tambem rio grande; pode ser ainda *pará-guá-açú*, seio grande do mar, bahia, golfo. »

PARAGUAY. Composto de *paraguá-y*, rio dos papagaios; por corrupção de pronuncia é que se mudou o accento tonico para a penultima syllaba, ou antes, fazendo-se diphthongo quando devia estar na ultima, dizendo-se *paraguáy* em vez de *paraguahy* (Dr. Theodoro Sampaio). « *Paraguay*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Poráguaá*, extensas varzeas; de *poré*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *aguaá*, enseada, varzea. Allusivo aos banhados e varzeas que o ladeiam. » Segundo o padre Montoya, *Paraguay* significa rio de corôas; de *pará*, variedade; *guág*, corôa de pennas; *i*, rio.

PARAGUAYOS. Passo no arroio Toro-passo, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. Foi aberto pelos Paraguayos por occasião da invasão em 1865. E' tambem denominado *Passo Real*.

PARAHYBA. Composto de *pará-ahyba*, rio ruim, imprestavel ou innavegavel (Dr. Theodoro Sampaio). « *Parahyba*, corruptela de *Poré-aib-a* contrahido em *Por'-aib-a*, excessivamente escabroso. De *poré*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *aib*, mau, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante, segundo a licção dos grammaticos. Allusivo a ter no leito muitas obstrucções, bancos de areia, cachoeiras e saltos, como o que se vê no mun. de Queluz, que tornam impraticavel sua navegação regular; além dos banhados marginaes, produzindo molestias. São turvas as suas aguas. Tambem já escrevi, imitando a outros, que Parahyba significava *peixe ruim*, sendo, aliás, certo que abundam nelle boas especies de peixe de rio e que para significar *peixe ruim*, era preciso escrever o nome *Pirá-aib-a*. De peixes não cogitava o indigena, sem duvida mais sabio do que os seus conquistadores, tratando de nome de logares e cousas. » (Dr. J. M. de Almeida).

PARAHYBA DO SUL. Da villa de Santa Thereza dirigi-me á decadente cidade da Parahyba do Sul.

Fica essa cidade situada em terreno plano, com o morro do Rosario no centro, á margem do rio Parahyba do Sul, distante 187 kilometros da Capital Federal, á qual é ligada pelas estradas de ferro Central e Melhoramentos, que ahi tem o seu ponto terminal entre o rio Parahyba e a serra da Covanca, que parte do Páo Ferro e vai terminar no lugar denominado Chacarinha, á margem esquerda do Ribeirão do Fuza.

Suas ruas são na sua maioria rectas, de largura regular, com passeios de lagedos e algumas calçadas a parallelepipedos e a macadam e illuminadas a gaz acetyleno.

Tem seis praças, sendo mais vasta a Barão do Piabanha, onde se acham o bonito edificio da Camara e a immunda cadeia, e onde começa a ponte de ferro, muito arruinada, que liga a cidade ao districto do Braz.

E' abastecida de agua, que vem do lugar denominado Morro Secco, a tres kilometros da cidade.

Tem 452 predios e uma população de 3.100 habitantes.

O commercio é actualmente pouco animado. Ha na cidade sete advogados, cinco medicos, duas pharmacias, uma das quaes luxuosa, duas confeitarias, tres hoteis, uma tinturaria, duas typographias, em uma das quaes se imprime o *Parahyba do Sul*, quatro padarias, quatro alfaiatarias, tres barbeiros, duas relojoarias, duas sapatarias, quatro lojas de fazendas e armarinho, uma fabrica de sabão, uma de refinação de assucar e diversas casas de outros artigos de commercio.

No districto da Encruzilhada fica o predio em que funccionou a Estação Agronomica, á margem direita do rio Parahyba do Sul, cerca de 1.320 metros a montante da cidade; e no districto do Braz da Ponte uma fonte de agua gazoza, denominada *Salutaris*, actualmente explorada por um particular.

A cidade communica-se com Entre Rios, Encruzilhada e Monserrate por meio de telephone.

Tem, além da ponte de ferro citada, e que está completamente arruinada, outra ponte de ferro pertencente á Melhoramentos do Brasil.

Os edificios da cidade são: a Casa de Misericordia, dirigida pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, tendo annexo um Asylo de Orphãos, a Matriz, as capellas do Rosario e de Sant'Anna, esta no Lava-pés, o Paço da Camara, o *Forum*, a estação da Estrada de Ferro Central e a cadeia. Esta é um edificio deshumano. Sem hygiene, sem ar nem luz, completamente immunda, com as paredes todas esburacadas, o misero do preso que ahi é encarcerado é condemnado a peior das mortes, á morte lenta e demorada. Dir-se-ia que a morte se approxima do preso, mostra-lhe o tumulo e diz-lhe: *desce; mas desce com andar pausado*.

Seria preferivel fuzilar a todo o preso que fosse condemnado a tal prisão; seria mais humano!

A *Matriz* é um templo grande, mas de feio aspecto. Não tem torres. Fica situada entre as linhas da Central e da Melhoramentos.

No altar-mór tem no throno a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, abaixo o Sagrado Coração de Jesus e S. Pedro e S. Paulo, Padroeiros, e aos lados Nossa Senhora da Conceição e S. Sebastião.

No corpo da igreja ha cinco altares: de S. Benedicto, Nossa Senhora do Rosario, Santo Antonio, Anjo da Guarda e Nossa Senhora das Dores.

Em 1834, achando-se em ruinas a igreja construida no morro do cemiterio velho, foi a séde da Matriz transferida para um oratorio da antiga casa de residencia de Garcia Rodrigues, e ahi celebravam-se os actos religiosos, sendo conservado o cemiterio velho no adro da velha igreja.

Em 1838, o fazendeiro Jeronymo José de Saldanha creou uma devoção a S. Sebastião, e, por meio de subscripção, que promoveu, começou a construir em uma das extremidades da praça Paes Leme, junto da base do morro da velha igreja, uma capella para o mesmo santo. Faltando muita cousa para concluil-a, os devotos offereceram-na á provincia, que mandou continuar as obras.

Concluidas estas em 1848, mandou o Presidente da Provincia transferir provisoriamente para ella a Matriz, celebrando-se ahi a primeira missa em Fevereiro do mesmo anno.

Em 1860, o Visconde do Parahyba promoveu uma subscripção para construir nova matriz, e, depois de arrecadada quantia superior a 40:000$, lançou-se a primeira pedra no dia 14 de março desse anno, na praça Barão de Piabanha.

Esgotado o producto da subscripção, foram as obras, já muito adiantadas, offerecidas ao Estado.

Em 1882, a esforços do Visconde do Parahyba e do Vigario Conego Ignacio Felix de Alvarenga Salles, ficou concluida toda a igreja, á excepção das torres, tendo sido feita a trasladação do Santissimo Sacramento e das imagens para a nova matriz no dia 9 de abril daquelle anno.

A velha matriz da praça Paes Leme foi demolida á custa dos cofres municipaes.

Capella do Rosario. — Em 1850, o preto Manoel José Corrêa da Silva, official de justiça, organizou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosario, fez approvar o seu compromisso, e, auxiliado por mais dous companheiros, promoveu uma subscripção para construir uma capella dedicada á mesma Virgem. Em 1854 fizeram-se os esteios da capella no morro do Rosario, no centro da cidade, e no dia 2 de dezembro de 1860 celebrou-se nella a primeira missa.

Funcciona na mesma capella a devoção de São Benedicto, fundada pelo preto mina Joaquim Ramos Pacheco de Lima, que foi proprietario de um hotel intitulado Anjo da Meia Noite.

Capella de Sant'Anna. — Em 1854, José Rodrigues Gonçalves Ferreira, Antonio José Soares de Souza e José Rodrigues Tigre promoveram subscripção afim de construirem uma capella para a devoção, que crearam, de Nossa Senhora Sant'Anna.

No dia 14 de março de 1855 fizeram fincar os esteios da capella no largo de Sant'Anna, hoje praça Visconde do Rio Branco.

A primeira missa foi celebrada em 1 de agosto de 1858, dia em que a capella recebeu uma linda imagem de sua Padroeira, offerecida pelo fazendeiro João Jacintho do Couto.

Está em reconstrucção.

A *Camara Municipal* funcciona em um bonito e moderno predio, bem arejado e com bastante claridade, na praça Barão do Piabanha. No pavimento superior ficam a sala das sessões com os retratos dos Marechaes Floriano e Deodoro, do Visconde do Parahyba, do Marquez de São João Marcos, do Barão do Piabanha, do Dr. Porciuncula, e um quadro, pintado a oleo, representando a paizagem da cidade, a bibliotheca com 1.120 volumes, a Procuradoria da Camara, o gabinete do Presidente e a fiscalização de obras publicas; no pavimento inferior ficam a sala de aferição, o cartorio de paz e a delegacia de policia.

O *Forum* funcciona em um edificio baixo, na rua Treze de Maio.

Nelle ficam a bem ornada sala do jury, a sala secreta, a do Juiz de Direito, o gabinete do Juiz Municipal e tres cartorios.

A *Santa Casa de Misericordia* fica em um grande e bonito edificio, situado a pequena distancia da cidade, no morro de Santo Antonio e no meio de vasto terreno.

No primeiro pavimento nota-se a sala de espera com um quadro do Sagrado Coração de Jesus e os retratos de toda familia imperial. No vestibulo encontram-se sobre duas peanhas, em fórma de rochedo, as imagens de São Roque, advogado contra a peste, e de Santo Antonio.

Seguem-se a pharmacia, o gabinete do escrivão, a sala da administração com os retratos da familia da benemerita Condessa do Rio Novo, a sala de estudo das asyladas, a rouparia e a sala de costura.

No andar superior fica a Capella com um altar e nelle Nossa Senhora das Graças e o Amantissimo Coração de Jesus. Aos lados, sobre duas credencias, ficam S. Vicente de Paulo e S. José. Em frente do altar e nos fundos da capella ha um quadro com a Senhora da Piedade. Tem os 14 quadros da Via Sacra e um harmonium.

Seguem-se a sacristia, a enfermaria do Coração de Jesus, para homens, com 10 leitos, a de Nossa Senhora das Dôres, para mulheres, com igual numero de leitos, a rouparia, a sala de operações, a cozinha e outras dependencias.

No porão, bastante alto, funccionam aulas dos dous sexos, gratuitas, onde se acham matriculados 150 alumnos, a capella das Filhas de Maria, os dormitorios de 30 orphãs, a rouparia e o refeitorio das orphãs. Nos fundos e em edificio separado ficam a cozinha e os banheiros.

Dirigem tão pia instituição oito santas irmãs de caridade.

São inesqueciveis os serviços que á Casa de Misericordia prestaram a Condessa do Rio Novo e o Dr. Leandro Bezerra Monteiro. Este ultimo, que ainda felizmente vive, é uma das mais angelicas almas que conheço e tem confiado á pia instituição todas as energias de sua alma. Amando extremecidamente á Santa Casa, tem elle trabalhado muito e com uma dedicação verdadeiramente christã.

Oxalá seus successores o imitem!

A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade foi installada em 8 de Dezembro de 1882, sendo eleitos: provedor, o Dr. Leandro Bezerra Monteiro; 1º vice-provedor, o Barão Ribeiro de Sá; 2º vice-provedor, o Dr. Francisco Quirino da Rocha Werneck; secretario, o Dr. Leopoldo Teixeira Leite, e thesoureiro o Dr. Rufino Furtado de Mendonça.

O assentamento da pedra fundamental effectuou-se no dia 19 de setembro de 1871, tendo lugar a inauguração a 4 de abril de 1883.

Cemiterio.— Em 1847 o cemiterio existente no adro da Igreja Matriz, mandado construir no morro de Pedro Dias Paes Leme, achava-se aberto e os cadaveres eram desenterrados por porcos e cães, que os arrastavam aos pedaços pela então villa.

Os vereadores de então mandaram á sua custa construir um outro, no mesmo logar, com baldrames de pedra, gradil de ferro, offertando-o á freguezia, depois de concluido. Em 1880, apparecendo pela segunda vez febres de máo caracter, a Camara mandou fechar o cemiterio, e abriu outro no terreno, que para esse fim comprou, no morro existente entre a estrada de Ferro Central do Brasil, a estrada de Entre Rios e o vallo dos terrenos do patrimonio da municipalidade.

O cemiterio guarda os ultimos despojos do grande actor portuguez João Baptista Montedoneo e de Antonio Soares de Souza, o autor das *Canções dos Tropicos*.

No cemiterio de Santo Antonio dos Pobres da Encruzilhada repousam os ultimos restos do Dr. Joaquim Dias da Rocha Filho, natural de Curityba (Paraná), e mavioso poeta dos *Musgos* e *lichens*. Sobre á sua sepultura mandou gravar a viuva os versos do segundo quarteto do soneto de sua lavra — *A Parahyba do Sul*:

«Da minha infancia os descuidosos dias
Aqui passei contente e socegado.
Quero dormir, quando tombar gelado,
Ao pé daquellas arvores sombrias. »

Nessa cidade residiu o Senador Candido Mendes de Almeida, que ahi teve uma typographia e lithographia, onde imprimiu a maior parte das folhas do seu *Atlas do Imperio do Brasil* e o seu trabalho *Memorias para a historia do extincto Estado do Maranhão*.

O municipio confina com Petropolis, Sapucaia, Santa Thereza, Vassouras e Estado de Minas, do qual é separado pelos rios Parahyba e Parahybuna. A lavoura é de café, canna, cereaes e algum fumo. Ha pequena criação de gado.

Dentre os rios que banham o municipio notam-se o Parahyba, Piabanha, Fiuza, Mingú, Cantagallo, Boa Vista, Lava-pés, Limoeiro, Paiol, Parahybuna, Espirito Santo, Olaria, Santo Antonio, Sant'Anna, S. Fidelis, Prazeres, Bomfim, Lucas, Tabôas, Inhema, Canôas, Sapo, Borges, Tenente, Fagundes, Secretario, Padre Paulo, Mattosinhos, Calçado, Preto, Bemposta, Sujo, Santarém, Mãe Joanna, além de muitos outros.

As montanhas que se observam no territorio do municipio podem ser classificadas em dous grupos, separados pelo valle do rio Parahyba: o da parte septentrional, que se prende á serra da Mantiqueira, e a meridional, que se liga á Serra dos Orgãos ou do Mar.

Ao primeiro grupo pertence a serra das Aboboras, tambem chamada do Monte Christo, com suas ramificações; della destacam-se, pela sua grande altura, e por apresentarem uma das faces quasi a prumo, as pedras denominadas Parahybuna, S. Lourenço e Boqueirão.

Do segundo grupo fazem parte as serras denominadas S. João (onde existe a pedra da Mãe Joanna), Sant'Anna, Capim, Maria Comprida e seus respectivos contrafortes.

O ponto considerado mais alto do municipio e de todo elle avistado é a Tocaia (logar de espreita e emboscada) ou Pedra da Tocaia.

Os districtos, do municipio são: Cidade, Braz da Ponte, Entre Rios, Encruzilhada, Monserrate, Bemposta, Areal, e Tiradentes, antigamente Cebolas.

O mais importante delles, e de mais vida do que a propria cidade, é o de Entre Rios, que em 1880 não passava de um arraial, cujo maior movimento se concentrava na estação da Estrada de Ferro D. Pedro II e suas approximações, com mui limitadas edificações, constituindo apenas a colonia de Cantagallo e pertencente á freguezia de S. Pedro e S. Paulo da cidade do Parahyba do Sul, e distante della onze kilometros.

Pertenceu á fazenda de Cantagallo, doada pela Condessa do Rio Novo á Irmandade de Nossa Senhora da Piedade do Parahyba do Sul.

Sua superficie é approximadamente de 850 kilometros quadrados e fica no valle do Parahyba.

Suas condições de salubridade são as melhores, salvo casos excepcionaes, como em toda parte, seu clima é temperado. Dista de Petropolis 68 kilometros, do Rio de Janeiro, pela via ferrea, 194 e da cidade do Parahyba 11.

A Estrada de Ferro Central do Brasil ramifica-se de novo ahi em ramal do Porto-Novo e Linha do Centro, e a Estrada de Ferro Leopoldina ahi tem seu começo.

A rua principal, que corta o districto em diagonal e é o seu eixo, tem cerca de tres kilometros, donde se irradiam as demais ruas e em torno da qual se condensa a população. As ruas, travessas e beccos são em numero de 20, todas com edificações; possue tres praças.

Tem cinco capellas filiaes á matriz do Parahyba do Sul.

O commercio e a industria são representados em todo districto por 40 casas de seccos e molhados, fazendas, etc., duas padarias, tres pharmacias, dous açougues, duas lojas de barbeiro, dous hoteis, uma hospedaria, tres alfaiatarias, uma grande officina de construcção hydraulica e a vapor, uma fabrica de formicida, uma usina de moagem, uma cocheira de alugar animaes, duas officinas de sapateiro, um bilhar, quatro kiosques de commercio variado, quatro botequins, uma typographia, uma estação telephonica, duas estações telegraphicas, um templo maçonico, escolas publicas e particulares.

Acham-se situadas no districto sete importantes fazendas de café e cereaes, de avultada producção, além de muitas situações, mais ou menos importantes.

Accrescente-se a tudo isso a colonia dos libertos da Condessa do Rio Novo, onde ha innumeras casas rusticas.

Tem o districto uns 600 predios.

A renda com que elle concorre para o erario municipal approxima-se de 40 contos.

Limita-se o districto, ao norte, com Monserrate; ao sul, com Bemposta e Encruzilhada; a leste, com Santa Fé, e, ao Oeste, com a cidade do Parahyba.

A população permanente e adventicia approxima-se a 8.000 almas.

Com os recursos de que dispõe, está Entre Rios nas condições de ser elevada á categoria de municipio, achando-se já em melhores condições ás de muitas cidades e villas do Rio de Janeiro.

Dos districtos o mais importante pelas suas recordações historicas é o de Sant'Anna do Tiradentes, antigamente Cebolas, cuja séde é o antigo Rumo da Lage, hoje Inconfidencia. Nelle esteve exposto um dos quartos do immortal patriota Tiradentes. Garantiram-me que o poste, que era de braúna, em que esteve exposto o quarto do martyr, á margem do pequeno corrego do Espirito Santo, ahi conservou-se de pé até ha muito pouco tempo e que muitos o viram.

Nas festas celebradas na antiga matriz de Sant'Anna de Cebolas, onde sepultaram o referido quarto sob o altar de Nossa Senhora do Rosario, jamais o povo se esquecia de cobrir de flores a sepultura e pôr sobre ella um panno de velludo bordado a lettras de ouro como um epitaphio.

Pizarro, nas suas *Memorias historicas*, refere-se a uma corôa e um septro, que o Tiradentes dera para o Imperio do Divino. Estas reliquias conservaram-se na matriz até creio que 1868 ou 1878, donde foram roubadas.

A Municipalidade deve mandar collocar na matriz desse districto uma placa commemorativa desse luctuoso facto, de modo a perpetuar a perversidade dos juizes que condemnaram o Alferes Silva Xavier.

Por proposta do illustrado Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes, a Municipalidade adoptou o bandeira da Incofidencia, toda branca com um triangulo equilatero no centro, verde, emblema da Santissima Trindade, e o lemma: *Libertas quæ sera tamen*.

Sobre o historico dessa cidade, convido o leitor a consultar o meu *Diccionario Geographico do Brasil*.

A palavra Parahyba significa, segundo uns, *rio de agua clara*, e, segundo outros, *rio máo*. «Parahyba, escreve-nos o Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes, vem de *pará*, contracção de *paraná* (por sua vez contracção de *pará*, mar, *anãma*, parente), rio grande, ou rio que geralmente desemboca no mar, e *ayba*, máo, ruim. Chamar-lhe-ião assim os indios *rio máo*, por ser (que é) innavegavel ou traiçoeiro, cheio de pedras e peráos. Como que se occultava no nome

de Parahyba, *rio máo*, a prophecia de que seria mais tarde o rio da escravidão, como merecidamente lhe chamaram os abolicionistas.

O Dr. Theodoro Sampaio diz: «*Parahyba*, composto de *pará-ahyba*, rio ruim, imprestavel ou innavegavel. »

PARAHYBUNA. Rio de agua escura; composto de *para-yb-una*. O Dr. Theodoro Sampaio é da mesma opinião. O Dr. J. Mendes de Almeida diverge, dizendo: « *Parahybuna*, corruptela de *Poró-aîb-húú-na* contrahido em *Por'-aîb-húú-na*, superlativamente máu e turvo. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *aîb*, máu; *húú*, turvar, ter lodo, borra, fezes, com o suffixo *na* (breve), para formar supino . . . Tambem o nome deste rio tem sido deturpado pelos que, sem conhecerem a lingua tupi, se arriscam a traduzir e interpretar nomes. Li o seguinte: *pirá*, peixe; *hybuna*, agua escura. »

PARAHYPITANGA. Rio de agua vermelha; de *pará-y-pitanga*.

PARAHYTINGA. Rio d'agua branca ou clara; de *pará-y-tinga*. O Dr. Th. Sampaio é da mesma opinião. O Dr. J. M. de Almeida, porém, diz: « *Parahytinga*, corruptela de *Pi-rá-i-ty-nga*, fundo desigual e lagôas. De *pi*, fundo; *rá*, desigual, não nivelado, altos e baixos; *i*, agua; *ty*, atar, pender, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Assim, lagôa de agua estagnada ou parada, é *i-ty-nga*, agua presa. Allusivo a serem o rio e ribeirões ladeados de lagôas de todos os tamanhos e de toda a especie; e a terem obstruido com cachoeiras o leito. Tambem este nome tem sido deturpado; pois que já li que é corrupção de *Pirá*, peixe; *hytinga*, agua clara! Um verdadeiro não senso. »

PARAHYTINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté. Em sua margem êsq. fica a pov. de S. José do Parahytinga.

PARAHYTINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Corumbatahy, entre os muns. de S. João do Rio Claro, Belém do Descalvado e Piracicaba.

PARAISO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

PARAISO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Corumbatahy, no mun. de S. João do Rio Claro. « *Paraiso*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Poró-aî-çú*, contracção *Por'-aî-çú*, excessivamente obstruido com altos e baixos. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *aî*, desbaratar, desordenar, cousa não lisa; *çú*, altos e baixos. O *çú* é pronunciado breve e corrido, porque o accento predominante está em *aî*. Allusivo a pedras e buracos no leito. »

PARAISO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Grande, no mun. de Santa Rita do Paraiso.

PARAIZO. Log. do Estado do Pará, na margem esq. do rio Pracutuba, na ilha Caviana, mun. de Chaves.

PARAIZO DAS NEGRINHAS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

PARAJÚ. Corrego do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

PARAMIRIM. Compõe-se de *pará-mirim*, marsinho, mar pequeno, o mesmo que *parahim*: riosinho, rio menor (Dr. Theodoro Sampaio).

PARAMOPAMA. Compõe-se de *pará-mõ-pama*, mar que faz agitar, mar agitante, ou mar que joga; Sergipe (Dr. Theodoro Sampaio).

PARANÃ. No tupi-guarani composto de *pará-nã*, semelhante ao mar, tão grande como o mar; no tupi da costa *pará-nã*, rio enorme, caudal immenso, o mar; alt. *paraná*, *parná*, *perná*, *ferná*; alt. *maranã*, *maranhã* (Dr. T. Sampaio).

« *Paraná*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Poráanã*, por contracção *Por'-anã*, excessivamente grosso. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *anã*, grosso. Allusivo a ser um rio muito largo, excedendo de duas leguas em alguns logares ». « A palavra *paranã*, diz ainda o Dr. T. Sampaio, sob a influencia do portuguez, alterou-se, bem depressa, nos seus compostos. Por syncope do *a* no meio da palavra, passou-se a dizer *parnã*. E em documentos antiquissimos já se encontra esta ultima corruptela modificada para *pernã* entre portuguezes e para *fernã* entre francezes. Os primeiros fizeram *Parana-buc*, Pernambuco e os segundos *Fernambouc*. »

PARANAGUÁ. Compõe-se de *paranã-guá*, scio do mar, bahia, golfo; lago, lagôa grande (Dr. Theodoro Sampaio). *Parnaguá*, no Estado do Piauhy, é a mesma cousa que Paranaguá. Antigamente dizia-se *Pernaguá*.

PARANAHYBA. Compõe-se de *paranã-ahyba*, grande rio impraticavel, ou innavegavel. — A palavra *parnahyba*, corruptela de *paranã-ahyba*, commummente empregada como *parahyba* para designar nos grandes rios, os trechos impraticaveis, onde a navegação se torna impossivel, tambem se encontra em antigos documentos com a graphia Pernahyba (Dr. Theodoro Sampaio).

PARANAMIRIM. Compõe-se de *paranã-mirim*, o mesmo que *parámirim*.

PARANAPANEMA. Composto de *paranã-panema*, rio grande imprestavel, rio falso; anteposto a *paranã-eté*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo* (obra posthuma), 1902, diz: "*Paranapanema* corruptela de *Pâî-ar-anhã-panhêma*, contrahido em *Pâî-ar-anã-pan-'êma*, dependurado na parte superior, corredeiras, quedas estrondosas, voltas e revoltas. De *pâî*, dependurar; *ar*, sobre, em cima; *anhã*, correr; *pan*, golpe, pancada; *nêma*, voltas e revoltas. E' este um dos nomes mais completos e por isso mesmo mais engenhosamente combinado. E' allusivo ao leito ingreme, desde a nascente até á barra do rio *Itapetininga*, ás innumeras e terriveis corredeiras, aos saltos, em que as aguas se despenham com fragôr, ás voltas e revoltas, que faz em seu longo curso... Assim, pois, não é verdade que o nome *Paranapanema* signifique, conforme Martius e outros — rio esteril e sem prestimo —; ao contrario, é abundantissimo de peixe de todas as especies. O padre Manoel da Fonseca, na *Vida do Padre Belchior de Pontes*, assignalando que *Paranapanema*... « era um sertão naquelle tempo (seculo XVII) trilhado dos moradores de S. Paulo, e como estrada para os sertões do sul", narra que, "tanto que o padre Pontes ouviu nomeal-o, disse que lhe não chamassem *Paranapanema*, que val o mesmo que rio falso ou bromado; mas lhe chamassem *Parannajuba*, que val o mesmo que rio amarello ». Ora, dizendo tal, o padre Pontes não quiz traduzir litteralmente o nome, mas aproveitar a palavra para uma allusão: basta ler o resto dessa mesma pagina em que vem referida a prophecia da descoberta das minas por Domingos Rodrigues. Aliás, no jogo linguistico dos indigenas, *Paranapanema* significa tambem — encachoeirado e sem proveito—: de *poró*, para exprimir na cousa a acção propria em relação ao verbo, e habito, extensão, excesso em relação ao substantivo e mesmo ao verbo *anã*, correntes violentas, empurrões; *panê*, ser de nenhum proveito, com o suffixo *ma* (breve), para formar supino. Allusivo, exactamente, ás cachoeiras, corredeiras, saltos, gargantas e á impraticabilidade da navegação em grande parte do rio; e certamente, neste sentido, o padre Belchior de Pontes disse que esse nome *val o mesmo* que rio falso ou bromado. »

PARANAPIACABA. Composto de *paranã-apiacaba*, vista do mar, donde se vê o mar, miramar; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). O Dr. J. M. de Almeida diz: « *Paranapiacaba*. Nome attribuido á serra maritima, *Cubatão*. E alguns o limitam á parte mais alta dessa serra. Os dous documentos que podiam nomear esta serra, eram os titulos de sesmaria de Pedro de Góes e de Ruy Pinto; aquelle, de 10 de outubro de 1532, este, de 10 de fevereiro de 1533. Qualquer destes titulos não menciona o nome *Paranapiacaba*; e o primeiro limita-se a referir-se á — serra que está sobre o mar — sem nomeal-a. Só em 1674 o padre Lourenço Craveiro, reitor do collegio

dos Jesuitas em S. Paulo, annotando o primeiro daquelles titulos, escreveu que aquella — serra que está sobre o mar — é a *Paranapiacaba*. Mas, em nota do padre Lourenço Craveiro, não prova senão que já naquelle tempo, em 1674, o nome *Paranapiacaba* era attribuido á serra Cubatão. Li as duas *Informações* do padre José de Anchieta, 1584—1586, e nellas não vi o nome *Paranapiacaba*. Na primeira elle escreveu: « Para o sertão, caminho do Noroeste, além de umas *altissimas serras que estão sobre o mar*, tem a villa de Piratininga ou de S. Paulo, 14 ou 15 leguas da villa de S. Vicente... » Na segunda, foi escripto: « A quarta villa da capitania de S. Vicente é Piratininga, que está 10 ou 12 leguas pelo sertão e terra a dentro. Vão lá por *umas serras tão altas*, que difficultosamente podem subir nenhuns animaes, e os homens sobem com trabalho e ás vezes de gatinhas por não despenharem-se... » (Vide o nome *Cubatão*). A verdade é outra. O nome *Paranapiacaba* era disignativo do caminho entre Piratinin e o porto proximo á foz do rio Mogy. (Vide o nome *Mogy* e *Piaçagoera*). *Paranapiacaba*, corruptela de *Pê-rá-ñai-piá-quab-a*, passagem do caminho do porto de mar. De *pê*, superficie; *rá*, encrespada, formando a palavra *pê-rá*, mar; *ñai*, porto; *piá*, caminho; *quab*, passar, que com o accrescimo de *a* (breve), forma o infinitivo, o qual, não tendo caso, significa a acção do verbo em geral, passagem, segundo a licção do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. No titulo de sesmaria de Ruy Pinto, ha referencia ao porto proximo á fóz do rio *Mogy*, que foi denominado pelos portuguezes *Porto das almadias* e tambem *Porto de Santa Cruz*; e o nome tupi do porto era *y-piaçába*, corrompido em *Apiaçaba*, logar do apartamento do caminho. De *y*, relativo; *pia*, apartar caminho; *çaba*, verbal de participio, o mesmo que *âba*, para exprimir logar, modo, instrumento, causa, fim, intuito, fazendo *çaba*, segundo a regra ensinada pelo já citado padre Luiz Figueira. O porto permaneceu — porto das almadias—, conforme a denominação dada no titulo de sesmaria de Ruy Pinto, ou — porto das canôas — conforme a denominação geral, até que, já neste seculo, foi feito o aterrado com as pontes necessarias. Tambem, nesse titulo de sesmaria, a serra de que se trata não teve menção por seu nome. Eis o que está escripto: « E dahi (o porto referido) subirá direito para a serra por um lombo que faz, por uma agua branca, que cahe do alto, que chamam *Ytutinga*, e, para melhor se saber este lombo, entre a dita agua branca por as ditas terras não se mette mais de um só valle, e assim irá pelo dito lombo acima, como dito é, até o cume do *serro alto, que vae sobre o mar*, e pelo dito cume irá pelos outeiros escalvados, que estão no caminho que vem de Piratinim ». Portanto, o nome *Paranapiacaba* ficou com a serra, por ter sido abandonado o caminho. Este caminho foi exactamente o escolhido para o traçado da estrada de ferro de Cubatão á cidade de S. Paulo ». Frei Gaspar da Madre de Deus diz que este nome significa — sitio donde se vê o mar.

PARANAPITANGA. Corruptela de *Poró-anhã-pi-tangê*, contrahido em *Por'-anhã-pi-tangê*, margens altas, fundo, e muitissimo corrente. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *anhã*, encostar, juntar; *pi*, fundo; *tangê*, pressa, velocidade. Allusivo a correr entre montes alcantilados, com muita fundura e correnteza extraordinaria, por ser ingreme o leito. O impagavel frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario de palavras indigenas*, escreveu que *Paranapitanga* é corrupção de *Pirahypitanga*, rio do peixe vermelho! E ao pobre indigena são attribuidos taes disparates (Dr. J. M. de Almeida).

PARANAPITINGA. Composto de *paraná-pitinga*, rio branco, o mesmo que *paranatinga* (Dr. T. Sampaio).

PARANAPUCÚ. Composto de *paraná-pucú*, o mar comprido, o braço de mar, o canal maritimo (Dr. T. Sampaio).

PARANAPUCUY. Composto de *paraná-pucú-y*, rio do braço de mar, rio do canal (Dr. T. Sampaio).

PARANATINGA. Rio branco; composto de *paranátinga*. O *Dic. Port. Bras.* diz que era esse o nome tupi do rio das Amazonas.

PARANAUÇÚ. O mar largo, o alto mar, o oceano, o mar undoso ou revolto; composto de *paraná-uçú*.

PARAOPEBA. Rio de agua raza; composto de *pará-u peba* ou *pará-y-peba*.

PARAOPEBA (Piedade do). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi transferido do mun. de Ouro Preto para o de Villa Nova de Lima pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

PARAOPEBA. Rio de Minas Geraes, affl. do Pomba. Linhas duas. Depois de S. Domingos, accrescente-se Pedra Branca, Macacos e Pirapetinga.

PARAPAMBA. Composto de *pará-pamba*, ou *pará-pama*, mar erguendo-se, mar revolto (Dr. T. Sampaio).

PARAPATINGAS. Rio do Estado da Bahia, na ilha de Itaparica. Banha a pov. do seu nome e desagua no mar. Ha nessa pov. uma ponta e uma enseada do mesmo nome.

PARAPITANGA. Mar vermelho ou rio vermelho; composto de *pará-pitanga*.

PARAPUITAN. Rio pardo; de *pará-puitan*.

PARARACA. Morro no mun. da Natividade, no Estado de S. Paulo. « *Pararaca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Poró-arâquai*, contrahido em *Por'-araquai*, muito cingido. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, etc.; *araquai*, cingir, cingido. Allusivo a ter uma cintura entre a base e o alto. »

PARATAHY. Rio do Estado de S. Paulo, banha os muns. de Santa Isabel e S. José dos Campos e desagua na margem dir. do Jaguary, trib. do Parahyba do Sul. Recebe o Taboão, o Cachoeira, o Agua de Maria Rosa, além de outros. Tambem escrevem Paratehy. Vide *Paratehy*.

PARATEHY. Corruptela de *Poró-âteỹ*, contrahido em *Por'-âteỹ*, excessivamente frouxo. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, pecuIariedade, etc.; *âteỹ*, frouxo. *O ỹ* final tem som guttural. Allusivo a transbordar, esparzindo-se nas varzeas e formando extensos banhados (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. geogr. de S. Paulo*).

PARATIHÚ. Corruptela de *Poró-âteỹ*, contrahido em *Por'-âteỹ*, excessivamente frouxo. De *poró*, para exprimir superlativo, excesso, extensão, habito, pecuIariedade, etc.; *âteỹ*, frouxo. *O ỹ* final tem som guttural. Allusivo a desatar-se em banhados (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

PARATIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão (Dr. G. Dodt. *Relatorio*).

PARATY. Corr. *pirá-ty* ou *pirá-ti*, peixe branco, a tainha; alt. *pirli, perti, berti, parti* (Dr. T. Sampaio). « Corruptela de *Paratî*, infinitivo de *Aparatî*, derrocar-se, portanto derrocado, por não ter caso esse infinitivo assim empregado, e, em consequencia, significar a acção do verbo em geral. Allusivo a ter esboroadas as encostas, por causa de successivos derrocamentos ». Isto diz o Dr. J. M. de Almeida em relação á serra do Paraty, que, diz elle, divide as aguas do ribeirão Paraty ou Paratehy das do rio Parahyba; entre os muns. de Mogy das Cruzes, Santa Izabel e Jacarehy.

PARATY. Rio de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do Jaguary. Tambem escrevem *Paratehy*.

PARECY VELHO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 4º dist. do mun. de S. Sebastião do Cahy; com escola.

PAREDÃO. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro; com escola. Tambem escrevem Barra do Paredão.

PAREDES. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de S. Gonçalo do Sapucahy.

PARELHEIROS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Mboy-guassú ou Guarápiranga.

PARI. Subs., cerca feita de cannas para apanhar peixe, o coffo; o curral de peixe (Dr. T. Sampaio). O Dr. J. Mendes de Almeida, referindo-se ao arrabalde da cidade de S. Paulo, diz: « Logar antigo de pescaria, em cuja operação era e é empregado o *pari*: dahi o nome do logar. O *pari* é feito de talas ou varas finas, amarradas umas ás outras verticalmente; e com isso o indigena fórma, no rio, ribeirão ou corrego, o *cacári* para apanhar o peixe que desce de encontro a essa tapagem. Em vez de *cacári*, já li *cacury*; mas o padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, escreveu *cacári* ». Referindo-se ao rio affl. do Paranapanema, diz: « *Pary*, corruptela de *Pâî-ri*, successivamente dependurado. De *pâî*, dependurar; *ri* o mesmo que *rehé*, successivamente, neste caso. Allusivo a ter o leito muito ingreme; em uma declividade de mais de dous metros por kilometro, já considerado o seu sinuoso curso. Com seus saltos, cascatas e cachoeiras, o *Pary* não tem navegação possivel. *Pary*, nome da cachoeira, é uma assimilação da cerca de talas para pescar. A cachoeira é quasi um salto, sem canal praticavel; de sorte que não ha meio de sahir dalli, senão arrastando as canôas pela margem, depois de descarregadas ».

PARICOERA. Corruptela de *Piri-quer-a*, um pouco dorminhoco. De *piri*, um pouco; *quér*, dormir, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo á lentidão do seu curso (Dr. J. M. de Almeida). Martius escreveu *Paricoera* e diz significar — peixe rei. Vide *Pariquera*.

PARIDA. Ilha no mun. de Cururupú do Estado do Maranhão, no furo da Parida.

PARIPE. Composto de *pari-pé*, no cercado de peixe; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

PARIQUEIRA. Corr. *pari-quera*, o pari ou cercado extincto, o pari velho (Dr. T. Sampaio). Vide *Paricoera*.

PARIQUÊRA. Composto de *pari-quéra*, o cercado de peixe de outro tempo, o cercado velho ou extincto; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Paricoera*.

PARNAHYBA. « Não se trata de *Paranahyba*; nem com este nome ha affluente algum do rio Tieté no mun. do Parnahyba, como o pretendeu Azevedo Marques, em seus *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo*, á força de querer explicar o nome *Parnahyba*. Ao principio suppuz que fosse corruptela de *Piá-ñáî-bo*, logar do porto do caminho: de *piá*, caminho; *ñáî*, porto; *bo* (breve), para exprimir logar. Com effeito, defronte da banda do rio *Juquery*, como reza um documento antigo, em que Melchior da Costa pediu uma sesmaria de terras para suas duas filhas, quando já casado com Suzana Dias, devia existir um porto: e alli era estabelecida com fazenda a dita Suzana Dias, ao passo que o pedido de Melchior da Costa, em 1610, foi para o logar da actual villa. Sem duvida era ahi o logar da passagem do rio Tieté, de uma para outra margem. Mas, o nome *Parnahyba* tem outra verdadeira explicação. E' corruptela de *Pâñ-n-eîî-bo*, logar de muitas ilhas. De *pâñ*, ilha; *n*, por ser nasal a palavra anterior; *eîî*, muitos; *bo* (breve), para exprimir logar. Allusivo a uma cachoeira, extensa e estrondosa, acima da villa, no rio Tieté, semeada de ilhotas cobertas de mattas. E' mesmo visinha da villa essa cachoeira. Entre as ilhotas ha varios canaes, e alguns de difficil pratica. Como que para moderar a impetuosidade das aguas, a natureza collocou, mais abaixo da cachoeira, uma pedra chata, ou ilha granitica, de certa extensão e largura, conhecida por *Itapeva* ou *Ytá-pé-bae*. De encontro a essa pedra ou ilha granitica, as aguas, que descem em catadupas, quebram-se espumantes. Tal é a origem do nome corrupto *Parnahyba*. A cachoeira é a hoje conhecida por *Cachoeira do Inferno* ». (Dr. João Mendes de Almeida). Vide *Paranahyba*.

PARNAMIRIM. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Recife e desagua no rio Capibaribe.

PARREIRAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PARURÚ. Bairro no mun. de Una, no Estado de São Paulo.

PARY. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

PARY. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim.

PARY. Vide *Pari*.

PASCACIO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves. Encontrei tambem escripto *Pascasso*.

PASSA CINCO. Pov. dos Estado de Minas Geraes, no dist. de Guarany e mun. do Pomba, á margem dir. do rio deste nome; com uma capella de Santo Antonio, uma esc. municipal e uma estação da E. de F. Leopoldina.

PASSA CINCO. Cachoeira no rio Pomba, proxima á estação do Passa Cinco, no mun. do Pomba e Estado de Minas Geraes. E' tambem denominada do Manoel Alves, nome do fazendeiro em cujas terras ella fica.

PASSAGEM. Log. do Estado do Pará, na sub-prefeitura de Urixiacá da com. de Santarem.

PASSAGEM. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Tijucas; com escola.

PASSAGEM. Ramal da E. de F. Santo Amaro, no Estado da Bahia. Parte do kil. 6 da linha principal, proximamente á estação de Traripe e com um kil. de percurso vai até á Usina Passagem.

PASSAGEM. Pov. do Parahyba do Norte, no mun. de Patos. Accrescente-se no fim: Foi elevada a dist. pela Lei n. 139 de 2 de agosto de 1899.

PASSAGEM DE BAIXO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Rozario, á margem dir. do rio Novo.

PASSAGEM DE CARROS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

PASSAGEM FRANCA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz « *Passagem Franca*, situada a 288 kils. de Caxias e a 72 da cidade de Picos, que lhe serve de porto no rio Itapecurú, está sobre o ribeirão Inhumas, affl. do rio Corrente que é trib. da margem dir. do Itapecurú, onde desagua, em distancia de 132 kils. de Picos, de que fica á jusante. Seu mun. é criador e productor de algodão e cereaes. O benemerito Dr. Francisco Dias Carneiro nasceu na fazenda *Por em quanto*, que pertence a este mun. ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Passagem Franca*, villa, a 6º7' de lat. S., situada á beira da estrada real, que do alto sertão vai á Caxias, á margem dir. do ribeirão Inhumas, com quatro ruas, tres beccos e duas praças, 26 casas de telha, 68 de palha e uma pop. de 685 habs. Possue uma egreja de adobos, coberta de telha e bastante espaçosa, onde se celebra annualmente a festividade de S. Sebastião, orago da freg., ha pouco transferida para Picos. Os principaes generos de producção e lavoura do mun. são: algodão e canna de assucar, chegando a 25 o numero de engenhos, que fabricam aguardente, assucar e rapaduras; seguindo-se logo arroz, milho, farinha, feijão, favas, gergelim, mamona, inhame e batatas. Este mun. é essencialmente criador. Segundo os melhores calculos, a pop. do mun. é de 5.000 almas. Todo este territorio é fertil em recursos naturaes: as fructas sylvestres, como o bacury, o piqui, a guabiraba, o cajú e a mangaba, de cuja arvore já se vai extrahindo alguma borracha, são em grande abundancia. Existem tambem grandes brejos compostos em sua totalidade de buritysseiros e jussaraes. Além de muitas lagôas abundantes de peixe, merece especial menção uma, a do Casal, de grande extensão, e onde se fazem as grandes salgas de peixe em certas epochas do anno. A 18 kils. da villa ha uma caieira, que produz cal de pedra, de bôa qualidade; e á egual distancia, nas encostas da serra Mimoso, uma formidavel mina de salitre, que já tem sido explorada. Ha tambem minas de tabatinga de differentes côres, especialmente de uma branca que substitue perfeitamente a cal ». Comprehende os povs. Tuhy e Burity do Novato.

PASSAGEM GRANDE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano.* 1901).

PASSA QUATRO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no rio Santa Maria, affl. do Jequitinhonha.

PASSAREUVA. Rio do Estado de S. Paulo, nas divisas do mun. de S. Vicente. Passa por uma quebrada da serra de Paranapiacaba.

PASSARINHOS. Estação da linha Itatibense, no mun. de Jundiahy e Estado de S. Paulo.

PASSA SETE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PASSA TRES. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Piragibú, no mun. de Sorocaba.

PASSA UNA. Pov. do Estado do Paraná, á margem do rio do mesmo nome, distante 10 kils. da capital. Encontra-se tambem escripto *Poça-una*.

PASSA VINTE. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Jundiovira, no mun. de Cabreuva. Nasce na serra do Japy.

PASSÉ. Nome de uma tribu selvagem do fundo do reconcavo da Bahia e tambem do valle do Amazonas, no Juruá; corrupção de *pá-acé*, gente do fim, do extremo, povo distante.

PASSO. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Borja.

PASSO DA CANCELLA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santa Maria.

PASSO DA CRUZ. Log. no mun. de Uruguayana, do Estado do R. G. do Sul, com uma esc. municipal.

PASSO DA ESTANCIA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre, com escola.

PASSO DA GAMELLA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Viamão, com escola.

PASSO DA MANGUEIRA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre, com escola.

PASSO DO ENFORCADO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Caçapava.

PASSO DO MASSIAMBÚ. Log. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Garopaba; com escola.

PASSO DO PUPO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Ponta Grossa; com uma esc. creada pela Lei n. 251 de 14 de dezembro de 1897.

PASSO DO SABÃO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da capital, com escola.

PASSO DO SALSO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre, com escola.

PASSO DO SALTO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. do Viamão; com escola.

PASSO DO VALDEZ. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Pelotas.

PASSO DO VÃO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Luiz Gonzaga, sobre o rio Piratiny, que ahi tem uma ponte metallica.

PASSO DO XAVIER. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre, com escola.

PASSOS (S. João Baptista dos). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de S. Sebastião do Paraizo e annexado ao de Monte Sant pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

PASTO DO PEÃO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Entre Rios.

PASTO DO REI. Um dos morros que cercam a cidade de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro. Nelle fica a Caixa d'agua.

PASTO DO REI. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Cantagallo e desagua no S. Pedro, affl. do ribeirão Lavrinhas, que o é do rio Negro.

PASTO NOVO. Corrego do Estado do E. Santo, entre Pau Gigante e Linhares.

PASTORADOURA. Log. do Estado da Bahia, no termo do Pombal.

PASTORADOURO. Morro na cidade da Cachoeira, no Estado da Bahia.

PASTOS BONS. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.) diz: « Situada a 384 kils. ao S. de Caxias, a 72 da margem dir. do Itapecurú e a 24 do Parnahyba, que lhe serve de porto, por intermedio da villa de Nova York, a que está ligada por natural e excellente estrada de rodagem, fica em terreno montanhoso e accidentado, tendo um grande despenhadeiro que a limita de S. a E., a que chamam *Grota do Pinga*, por existir ahi uma vertente de onde sempre gotteja agua. No centro da villa, em logar alto, vê-se a Egreja Matriz, de que é orago S. Bento, e ao S., na encosta do morro do Bomfim o quartel, já em ruinas. Por occasião da invasão e depredações ahi praticadas pelos balaios, em 1839, unicamente a Egreja foi poupada. E' um dos logares do sertão em que o clima é mais ameno; tem excellente agua potavel e possue, em suas cercanias, *quintas* muito ferteis. Conta uma fonte publica abundantissima, que passa por uma das melhores do sertão. Sua principal riqueza consiste na criação de gado, na producção de algodão e cultura de café, que têm prosperado. Calcula-se a sua pop. em 1.500 habs. »

PATIPE. Canal na Bahia. Accrescente-se no fim: O Capitão-tenente Viriato Hall considera-o como um rio, que se reune ao Cipó, affl. do Poxim.

PATRIMONIO. Log. do Estado de Minas Geraes, a seis kils. do dist. da Lage do mun. de Tiradentes, com uns cem habitantes.

PATRIMONIO DO BOM JESUS. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. Sebastião do Alto Carangola.

PATUAHY. Cachoeira no rio Tieté, Estado de S. Paulo, mencionada por Pedro Taques, na *Nobiliarchia Paulistana*, com referencia á fazenda de cultura de Salvador Pires, sogro de Bartholomeu Bueno da Ribeira. E' a mesma que traz o nome de *Atuahy*.

PATYPE. Composto de *pati-y-pe*, no rio do *pati*, a palmeira (*Syagrus ophora.* Mart.); Bahia (Dr. T. Sampaio).

PAU D'ALHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo; vai para o ribeirão do Pinhal, trib. do rio dos Moinhos, que o é do Tieté. Recebe o corrego do Tijuco Preto.

PAU D'ARCO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Alcobaça.

PAU D'ARCO. Serra do Estado de Pernambuco, entre Cimbres e Alagôa de Baixo.

PAU DE FRUCTA GRANDE. Corrego de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Abastece a cidade de agua potavel, captada no planalto do Guinda, onde tem a sua nascente em um brejo. O pequeno manancial, que se denomina Pau de Fructa Pequeno, de que tambem se tira agua para abastecer a cidade, depois de ter percorrido dous kils.,

mais ou menos, toma o nome de rio das Pedras, e segue, formando a tres kils. da cidade, proximo ao matto da Toca, a bella cachoeira de Santo Antonio, recebendo o corrego da Agua Fria e depois o da Agua Limpa; dahi em deante corre com o nome de Sentinella, até receber o ribeirão Guinda, seguindo desta confluencia já mais caudaloso, com o nome de Beriberi, indo banhar o pov. de seu nome do dist. de S. João e desemboca no rio do Pinheiro.

PAU DE PILÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Mundo Novo.

PAU DOCE. Bairro da Cidade de Ouro Preto, no Estado le Minas Geraes.

PAU FINCADO. Log. no 2º. dist. do mun. de S. Gabriel do Estado do R. G. do Sul.

PAU GIGANTE. Villa do E. Santo. Accrescente-se no fim: Foi ahi outr'ora o nucleo colonial de Santa Cruz. Compõe-se de uma rua, situada pouco acima da confluencia dos ribeirões Perobas, Mundo Novo e Sapateiro ou Taquaraussú, atravessando o primeiro toda a localidade. Atravessa-a uma outra rua, tortuosa e accidentada, tendo, em uma das elevações do extremo, o cemiterio publico, e na outra a egreja matriz, cujo orago é S. Marcos. Foi ahi creada uma freg. por Provisão de 17 de outubro de 1900.

PAU GRANDE. Arraial no termo do Soccorro do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano.* 1901).

PAU GRANDE. Bairro no mun. do Mar d'Hespanha, no Estado de Minas Geraes; com uma esc. municipal.

PAU GRANDE. Ponta no mun. de Breves e Estado do Pará. E' tambem denominada Tenente.

PAULO (S.). Dist. policial creado no termo da Conquista, do Estado da Bahia pelo Dec. de 19 de janeiro de 1900.

PAUPINA. Corr. de *upá-ú-pina*, lagôa de agua descoberta ou despida, lagôa onde não ha plantas aquaticas (Dr. T. Sampaio).

PAU PODRE. Riacho nos limites do dist. do Sobrado do termo de Garanhuns e Estado de Pernambuco.

PAU POMBO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga. (*Almanak Sergipano.* 1901).

PAU ROSA. Igarapé do Estado do Pará, banha o mun. de Afuá e desagua no rio Pricicaua.

PAU SANTO. Ilhas no rio Tieté, abaixo da cidade de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo. « *Pau Santo*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Páũ-çã*, corda de ilhas. De *páũ*, ilha; *çã*, corda. Allusivo a ilhas em fila que ahi existem. »

PAU SANTO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Caruarú e desagua no rio Ipojuca.

PAVÃO. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Cabo, com o tunnel da E. de F. do S. Francisco.

PAVÃO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, no dist. de Mendes e mun. da Barra do Pirahy. Vai para o rio Sant'Anna.

PAVÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha a com. do Jaboticabal e desagua no rio Claro.

PAVÓ. Corrupção de *Po-ỹi*, ôco. De *po*, particula que compõe *poró*, para exprimir superlativo, excesso, qualidade natural; *ỹi*, ser ôco, com cavidade, abertura, seio. Este *ỹi* tem som guttural, é de difficil pronuncia; por isso os portuguezes disseram *pavó*. Allusivo a ter grutas (Dr. J. M. de Almeida).

PAVUNA. Corrupção de *pab-una*, todo preto, completamente escuro; nome de um rio do Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

PAXIBA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

PAY. Subs., o sacerdote, o padre, o frade, o homem grave, o ancião, o pae (Dr. T. Sampaio).

PAYABUNA. Composto de *pay-oba-una*, padre de vestes negras, ou de sotaina, o jesuita (*Dicc. Bras.*).

PAYAPINA. Composto de *pay-apina*, o tonsurado, o padre que só tem corôa, o leigo (*Dicc. Bras.*).

PAYAYÁ. Rio do Estado da Bahia, nasce no Taboleiro do Lagedo, banha o mun. do Campo Formoso e desagua no Itapecurú. Recebe o Santa Luzia.

PAYCARÁ. Corrupção de *pai-cará*, o cercado ou o circulo de esteira, ou recinto fechado de esteiras; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

PAYQUICÉ. Vocabulo composto de *paí-kicé*, faca ao redor, ou o que brande a faca ou decepa. Cazal diz que significa — *corta cabeças* — appellido dos Mundurucús do Pará, porque costumam cortar a cabeça a todo o inimigo que lhe cahir nas mãos e a embalsamam.

PAYTUCURA. Composto de *pay-tucura*, padre gafanhoto, ou cujas vestes imitam ao gafanhoto, o frade franciscano (*Dicc. Bras.*).

PAZ. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

PAZ. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, nasce na serra da Forquilha, banha o mun. de Santa Thereza e desagua no rio Parahyba do Sul, na fazenda do Casal.

PEAÇÁ. Contr. *pê-açaba*, travessia do caminho, onde o caminho corta ou sahe, o porto (Dr. Theodoro Sampaio.)

PEAÇABA. Composto de *pê-açaba*, o porto, o logar onde vem ter o caminho, a travessia do caminho; alt. *piassaba, peassava, biaçá, embiaçá;* nome que se dá á fibra da *Attalêa funifera*. — Quando os caminhos desciam até o mar ou aos grandes rios navegaveis, ao extremo desses caminhos, que eram ordinariamente um porto, davam os Tupis o nome *apéaçaba*, que quer dizer — *sahida do caminho*, e de que, por corruptela se fez *imbeaçaba, imbiassape*, como se lê em Hans Staden, e ainda *peaçá*, sob a forma contracta e mais commum na composição dos nomes de algumas localidades. Assim, os nomes *Peaçá-goera*, porto velho ou extincto, com que se designa uma localidade vizinha do Cubatão; *Peaçaboçú* ou *Peassabussú*, porto grande, designando uma villa alagoana, á margem do rio S. Francisco, são compostos com o thema *apeaçaba*, sob a forma contracta. O nome *piassaba*, ou, melhor, *peaçaba*, com que vulgarmente se designa a fibra resistente e utilissima da *Attalêa funifera*, palmeira abundante na zona quente do littoral, vem de certo do communissimo emprego nos portos (peaçaba) das cordas tecidas com a fibra dessa palmeira. No norte do Brazil, as amarras e cordoalha das embarcações pequenas, das jangadas e canôas era quasi que exclusivamente de *peaçaba*. Dizer-se, portanto, cordas de *peaçaba*, vale como se dissesse cordas do porto ou usadas nos portos. O nome *peaçaba*, ou *apeaçaba*, que o vulgo alterou para *piassaba* ou *piassava*, já não designa entre nós sinão a fibra da *Attalêa*; o primeiro e verdadeiro significado se perdeu para a lingua hoje falada no Brazil. » (Dr. Theodoro Sampaio).

PEÃO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Atibainha.

PECÊ (pedaço). Ilhota de areia e mangue, no lagamar de Santos, no Estado de S. Paulo.

PECEGUEIRO. Espigão ou antes um serrote, que serve de divisa aos muns. de S. Luiz do Parahytinga e de Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo.

PECEGUEIRO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e corre para o rio Sapucahymirim.

PECEGUEIROS. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema do Estado de Minas Geraes.

PECERY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Poti, no mun. de Mogy das Cruzes. *Pecery*, corruptela de *Pi-cery*, pouco fundo. De *pi*, fundo, e *cery*, pouco. Allusivo a ser um pequeno ribeirão e de pouca agua. Nasce em um alagadiço (Dr. J. M. de Almeida).

PECHINCHA. Log. na freg. de Jacarepaguá, do Districto Federal. Ahi fica o cemiterio da freg. É assim denominado por morar nesse logar um individuo com essa alcunha.

PÉ COMPRIDO. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Serro Azul.

PÉ DA SERRA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

PEDERNEIRAS. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. do Capão Bonito do Paranapanema.

PEDRA BRANCA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

PEDRA BRANCA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Nazareth. Parece ser continuação da serra Itaberaba ou do Gil.

PEDRA BRANCA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Grande ou Jurubatuba, entre os rios Pequeno e Taquacetuba.

PEDRA BRANCA. Ribeirão do Estado de S. Paulo; nasce da serra do seu nome e desagua no rio dos Pilões, trib. do Jaguary, que o é do Parahyba do Sul.

PEDRA BRANCA. Cachoeira no rio Paranapanema, acima da cachoeira Tamanduá, e esta acima do rio Pardo. É uma das mais perigosas desse rio por causa dos fortes desnivelamentos do leito, formando quedas. Uma muralha granitica atravessa ahi o rio, deixando um unico canal estreito e torcido junto á margem esq.; e, proximo á margem dir., além daquella muralha que ahi tem começo, ha arrecifes.

PEDRA D'AGUA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem dir. do rio Parahyba, entre as estações de S. Fidelis e Ernesto Machado. Desce sobre pedras, formando bonitas quedas. A E. de F. Leopoldina atravessa-o na foz.

PEDRA DA LETTRA. Grande pico na serra de Cayrú no Estado da Bahia.

PEDRA DA MORENINHA. Grande pedra situada na ilha de Paquetá, na bahia do Rio de Janeiro. Ergue-se logo adeante da praia de S. Roque, em um sitio muito pittoresco. Domina o mar a seis ou sete metros de altura e tem no cimo um *plateau* de muitos metros de circumferencia, donde se goza de um imponente panorama.

PEDRA DO LINO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Nova Boipeba.

PEDRA DO MONGE. E' uma pedra colossal, ao lado oriental da serra *Araçoiaba*, no mun. de Campo Largo de Sorocaba, do Estado de S. Paulo. Do alto dessa pedra a vista alcança vastissima extensão. O nome é attribuido ao supposto facto de ter sido habitada por um anachoreta.

PEDRA FUNDA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

PEDRA FURADA. Serra do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

PEDRA GRANDE. Ponta na costa do Estado da Bahia. Fica ao N. da bahia de Ilhéos, que é formada por essa ponta e pela de Pernambuco.

PEDRA GRANDE. Corrego do Estado de Matto Grosso, no mun. da Capital. Vai para o ribeirão Roncador.

PEDRAL. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Breves.

PEDRA LAMBIDA. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Tibagy.

PEDRA PRETA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Nazareth, muito proximo á serra Itaberaba ou do Gil.

PEDRA RASA. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Campos. E' um dos formadores do Pedra Lisa affl. do rio Preto. Nelle existe a queda da *Pedra Rasa*, em que as aguas de todo o ribeirão deslisam sobre um bloco de granito de 15 metros de largo e 100 de comprimento, na inclinação de 45º. Sua altitude é de 125 metros. Recebe o ribeirão do Barão.

PEDRARIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Preto e mun. de Diamantina.

PEDRAS. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem esq. do rio deste nome. Ha um outro riacho desse nome no mun. de Agua Preta.

PEDRAS. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una, no mun. de Barreiros.

PEDRAS. Rio do Estado da Bahia, nasce entre as serras da Maravilha e da Jacobina, banha o mun. do Campo Formoso e desagua no Itapecurú-assú. Recebe o Canhem.

PEDRAS. Riacho do Estado de São Paulo, affl. do Aricanduva, no mun. da capital.

PEDRAS. Riacho do Estado de Minas Geraes, banha a cidade do Rio Preto e desagua na margem esq. do rio deste nome. Passa pelo Matadouro.

PEDRAS. Riacho do Estado de Minas Geraes, affl. do rio dos Coitos, trib. do Chopotó, que o é do Pomba.

PEDRAS DE AMOLAR. Ribeiro de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: Desagua no Itapocú.

PEDRAS DE FOGO. Villa do Parahyba do Norte. Accrescente-se no fim: Supprimida, foi restaurada pela Lei n. 125 de 7 de novembro de 1898.

PEDRAS DE MARIA DA CRUZ. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no pov. do seu nome e Estado de Minas Geraes. Fica no rio S. Francisco, a 1.070 kils. distante do Joaseiro.

PEDRAS DO PERITORÓ. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

PEDREGULHO. Dist. do Estado de S. Paulo, creado no mun. de Santa Rita do Paraiso pela Lei n. 838 de 1º de outubro de 1902.

PEDREGULHO. Corredeira no rio Paranapanema, no Estado de São Paulo. Precede a cachoeira Serra do Diabo.

PEDREIRA. Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Congonhas do Campo.

PEDREIRA. Corrego do Estado de São Paulo, nas divisas do dist. de Morro Alto do mun. de Itapetininga.

PEDREIRAS. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.) diz: "*Pedreiras*, á margem dir. do rio Mearim, á montante de S. Luiz Gonzaga, é moderna, muito commercial e prospera. Exporta algodão, milho, arroz, feijão, carrapato e couros dos muns. visinhos. Durante o verão o commercio da Barra do Corda, que lhe fica á montante, faz-se por intermedio desta villa, que é, nessa estação, ponto terminal da navegação a vapor no rio

Mearim. Em 1855 continha apenas alguns paioes pertencentes aos lavradores da visinhança, porém havendo tomado consideravel desenvolvimento, foi elevada á villa em 1888. Calcula-se a sua pop. em 3.000 habs."

PEDRINHAS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de S. Christovão (*Almanak Sergipano*. 1901).

PEDRO (S.). Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

PEDRO (S.). Bairro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Branco; com um importante engenho central. Denominava-se *Pedros*.

PEDRO (S.). Serra do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Jaguary, pertencente á com. e mun. de Xiririca.

PEDRO (S.). Lagôa na pov. de Alagoinhas do Estado de Pernambuco.

PEDRO AFFONSO. Pov. do Estado de Goyaz. Accrescente-se no fim: Foi elevada á mun. pela Lei n. 179 de 25 de julho de 1898.

PEDRO BONNARD. Morro na villa de Itaocara e Estado do Rio de Janeiro.

PEDRO BORGES. Colonia do Estado do Amazonas, situada em S. José do Amatary.

PEDRO DO CRATO (S.). Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi rebaixada de villa pela Lei n. 589 de 24 de julho de 1900.

PEDRO GONÇALVES. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Rozario (*Almanak Sergipano*. 1901).

PEDROSOS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Ponta Grossa, com escola.

PEGA-BEM. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Tiradentes.

PEGA COM DEUS. Porto no rio Araguaya e Estado de Goyaz.

PEITO. Morro do Estado da Bahia, no termo de Brotas.

PEITO DE MOÇA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

PEIXE. Rio do Estado de São Paulo, affl. da margem esq. do rio Pardo, nos muns. de Casa Branca, de Caconde e de São José do Rio Pardo. A margem deste rio fica o dist. do E. Santo do Rio do Peixe.

PEIXOTOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PÉ LEVE. Termo usado no sertão da Bahia para designar um sujeito reles, que não tem domicilio certo.

PELLADO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Santa Cruz.

PELLADO. Morro do Estado de São Paulo, entre o mun. de S. Bernardo e o dist. de N. S. da Penha de França. Delle nasce o ribeirão Aricanduva.

PELLADO. Morro no mun. de Jundiahy e Estado de São Paulo.

PELOTAS. Cidade do Estado do R. G. do Sul. Sua fundação. Os antigos campos de *S. Gonçalo das Pelotas*, ou do *Serro Pelado*, excellentes para criação, depois do tratado de paz de 1777, foram, em parte, adquiridos ou por concessão do governador ou por occupação illegal, como bem observou Bethamio, no anno de 1780, em sua *Noticia particular do Continente do Rio Grande do Sul*.

Explica essa occupação o augmento de moradores do Rio Grande, depois da expulsão dos hespanhoes, que, em sua invasão, haviam desalojado a já consideravel gente, que se estendia d'ali até Castilhos e que se estabelecera naquella villa.

Diz Alfredo F. Rodrigues, na introducção á biographia do Dr. Antonio José Gonçalves Chaves, que "em 1780, junto ao Arroio Pelotas, em terrenos concedidos, no anno antecedente, pelo governador da capitania do Rio Grande, José Marcellino de Figueiredo, a Manoel Carvalho de Souza, fundou José Pinto Martins, vindo do Ceará, uma pequena xarqueada".

Martins, talvez impressionado pelos prejuizos que a secca de 1777 causara á capitania do Ceará, reduzindo o gado a oitava parte, vinha exercer a sua industria n'um logar que offerecia melhores vantagens, do que a longinqua capitania de que procedia, e na qual se cultiva em larga escala, a criação pastoril.

Não tardou que outros lhe seguissem o exemplo; quatro annos depois os moradores de Pelotas constituiam regular numero de parochianos da freguezia de S. Pedro, cujo parocho Pedro Fernandes de Mesquita, em 1784, reconheceu com muita razão, a necessidade de dividir-se suas *ovelhas*, por maior numero de *apriscos*, porque estava em serias difficuldades, no desempenho de suas funcções sacerdotaes.

As cousas, porém, continuaram no antigo pé, e, em 1810, os moradores do lugar, com o auxilio do padre Felicio Joaquim da Costa Pereira, requereram ao principe a creação d'uma parochia.

Informa Pizarro que, nesse tempo, "para o mencionado sitio, haviam concorrido, desde aquelle anno (1784), e ahi habitavam, além de 150 familias, as mais abastadas da Fronteira, onde existiam consideraveis fabricas de carnes salgadas, em cujo trabalho occupava cada uma mais de 100 pessoas, á excepção dos empregados no costeio dos gados e no exercicio da lavoura".

A 14 de agosto de 1812, foi satisfeito o pedido de 1810, sendo creada a parochia de S. Francisco de Paula, no districto de Pelotas, annexo á frequezia de S. Pedro, cujo 1º parocho foi o padre Felicio Joaquim da Costa Pereira.

Houve duvidas sobre a escolha do local para a sede da parochia: uns queriam-na na costa do Arroio Pelotas e outros no Capão do Leão.

Assentou-se, porém, na visinhança do centro mais populoso, que era o antigo passo das Neves, posteriormente passo Rico, sitio povoado de muitas xarqueadas.

Em pouco tempo, progrediu admiravelmente a povoação, favorecida por optimas condições, de modo que, em 1814 a parochia de S. Francisco de Paula era das mais prosperas da capitania, sendo, nessa data, avaliada a sua população em 2.719 almas.

Voltando do Uruguay, D. Diogo de Souza, em 1815, com as forças de seu commando, acampou na parochia, dando-lhe muita animação, de que resultou beneficos resultados em pról do commercio local, pois que muitos mercadores ambulantes ahi se estabeleceram.

A 7 de Dezembro de 1830, a parochia passou á villa, sendo empossada a primeira camara, no dia 3 de Maio de 1832, como consta da seguinte acta:

Primeira acta da camara municipal da villa de S. Francisco de Paula.

Aos tres dias do mez de maio de mil oitocentos e trinta e dous, undecimo da independencia e do imperio, nesta villa de São Francisco de Paula, depois de haverem os vereadores prestado o juramento aos Santos Evangelhos e tomado posse de seus cargos, como consta da acta assignada pelos ditos vereadores e pelo Dr. ouvidor e corregedor da comarca, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, se dirigiram á Igreja Matriz a dar graças a Deus, e, voltando á casa da camara, o presidente Manoel Alves de Moraes leu o discurso analogo ao objecto, findo o qual abriu a sessão e propoz a nomeação de secretario, que sendo por todos os vereadores apoiada, nomearam a João de Souza Mursa, o qual, achando-se presente, acceitou e prestou juramento, para depois se deliberar sobre a gratificação annual que deve perceber, e, sendo mais de duas horas da tarde, o presidente convidou os vereadores para se acharem, amanhã, ás 9 horas do dia, nesta casa

afim de continuarem os trabalhos e fechou a sessão. Do que, para constar, se lavrou a presente acta. Eu, Domingos José de Almeida, vereador que sirvo hoje de secretario, a escrevi. — Manoel Alves de Moraes —Domingos José de Almeida — João Alves Pereira — Alexandre Vieira da Cunha — Cyprianno Rodrigues Barcellos — João Baptista de Figueiredo Mascarenhas.

A 27 de Junho de 1835, teve sancção a lei da Assembléa Provincial elevando a villa de São Francisco de Paula á cathegoria de cidade, com o nome de Pelotas, proposto por Francisco Xavier Ferreira e apoiado por Domingos José de Almeida.

Discutindo-se a escolha desse nome, houve largo debate na Assembléa, sustentado por João Baptista de Figueiredo Mascarenhas, que queria o nome *Pelotapes*, Manoel Felizardo o de *Calopolis* e Silva Maia o de *Prospera Cidade*.

Installou-se, solennemente, a 12 de Julho de 1835, a cidade de Pelotas, havendo nesse dia *Te-Deum*, na matriz, em acção de graças pelo feliz acontecimento.

Quiz o acaso que a cidade, cuja primeira base assentou José Pinto Martins, vindo do Ceará, tenha notavel semelhança com a Fortaleza, capital desse Estado nortista.

A *Princeza do Sul*, é bem parecida com a *Princeza do Norte* (TANCREDO DE MELLO).

PELOUROS. Cachoeira no rio Tieté e Estado de São Paulo. E' tambem conhecida por Pilões. "*Pelouros*, corrupção de *Pirõ*, rodomoinhos".

PENHA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

PENHA (Bom Jesus da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Cabo Verde e annexado ao de Jacuhy pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

PENNA. Pov. do Estado do Rio de Janeiro; parte pertence ao mun. do Bom Jardim e parte ao de Cantagallo.

PENTECOSTE. Villa e mun. do Estado do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi restaurada pela Lei n. 457 de 27 de agosto de 1898.

PEQUIÁ. Praia na ilha de S. Sebastião, mun. de Villa Bella e Estado de S. Paulo. « *Pequiá* ou *Pe-quiá*, plana e suja De *pe*, plana, chata; *quiá*, suja. » (Dr. J. M. de Almeida).

PEQUIRA. Vide *Piquira*. « *Pequira*, diz o Dr. J. M. de Almeida corruptela de *Pé-guir-a*, quente em baixo. De *pé*, quente; *guir*, em baixo, a parte inferior, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a ter quente o leito ou o fundo. Abundando tambem nessa lagôa o pequeno peixe *pequir-a*, o indigena, fazendo o jogo linguistico, preferiu certamente aquelle modo de designar o fundo quente da lagôa; sendo certo que poderia usar de outro modo, como por exemplo, *pi-acú*, que significaria tambem — fundo quente—. Assim, o nome identico ou quasi identico no som foi adoptado para exprimir dous factos na mesma lagôa. »

PEQUIRY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Tremembé, que o é do Guapira e este do Tieté (Orville Derby). Na legislação estadual encontra-se o corrego Piahy desaguando no Tremembé.

PERANAMBUCANA. Assim escreve o Dr. J. M. de Almeida o nome da serra e do corrego que percorrem o mun. de S. José dos Campos, do Estado de S. Paulo. « *Peranambuçana*, diz o mencionado escriptor, corruptela de *Herã-n-ãmb-âguâ-n-a*, tanto para o serrote, como para o corrego. Quanto ao serrote significa — um pouco alcantilado e ponteagudo —. Quanto ao corrego significa — um pouco empinado e muito corrente. A differença está somente na palavra *aguâ*, que no serrote, significa — ponta — e no corrego — correr, corrente —, e, por ficarem nasalisadas, em qualquer dos nomes, por causa de *herã* e *ã*, são fechadas com o *a* (breve), precedido de *n*. De *herã*, um pouco; *ã*, empinar; *mb*, intercalação por ser nasal a palavra anterior; *aguâ-n-a*, significando ponteagudo ou corrente, conforme já ficou dito. São dous nomes com som identico, mas significando diversamente, segundo o systema dos indigenas. »

PERDIÇÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Ipojuca.

PERDIDO. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Itapecurú-mirim e lança-se no rio Mearim.

PERDIDO. Rio do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

PERDIZES. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Araxá.

PEREIRA. Arroio do Estado do R. G. do Sul, affl. do arroio Grande, trib. do dos Ratos, que o é do Jacuhy.

PERIGOSO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

PERIMIRIM. Corruptela de *Piri-myrĩ*, pouco e pequeno. De *piri*, pouco; *myrĩ*, pequeno; formando estas duas palavras o significado livre — raso e pouco extenso (Dr. J. M. de Almeida). Este rio do Estado de S. Paulo, a quem muitos denominam *Promirim*, tem apenas a extensão de um kil., quatro metros em sua maior largura e meio metro de profundidade.

PERIMIRY. Rio do Estado do Pará, no mun. de Santarem Novo.

PERIQUITO. Outeiro á margem dir. do rio Paraguassú, na foz do rio Batatan, no dist. de S. Roque.

PERIQUITO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem esq. do rio Ipojuca.

PERITIUA. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera.

PERITIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Pará (Dr. G. Dodt).

PERITUBA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté, no mun. da capital. O Dr. Theodoro Sampaio, em seu trabalho citado, diz: « *Pirituba*, corr. *piri-tyba*, junco em abundancia, juncal ». O Dr. J. M. de Almeida escreve o affl. do rio Taquary *Perituba* e o affl. do Tieté *Pirituba*. «*Perituba*, diz o ultimo escriptor, corruptela de *Pyrity-bo*, soterrado a pique. De *pyri*, a pique; *ty*, soterrar, com o accrescimo de *bo* (breve), para formar supino, exprimindo ao mesmo tempo o modo de estar. — *Pirituba* é corruptela de *Piri-tui-bae*, um pouco alagado. De *piri*, um pouco, pouco; *tui*, fazer bojo, derramar-se, com a particula *bae* (breve), para formar participio ».

PERNAMBUCANO. Corrego do Estado de S. Paulo, nasce na serra do mesmo nome, banha o mun. de S. José dos Campos e desagua no ribeirão Potim.

PERNAMBUCO. Corrupção de *paranã-buc* ou *paranãpuca*, o mar quebra, ou o mar arrebenta, isto é, quebra-mar, em allusão ao recife; alt. *Fernambouc*. (Dr. Theodoro Sampaio).

PERNAMBUCO. Praia que se estende dos morros de Sapiatiba até o Boqueirão, no littoral do Estado do Rio de Janeiro. Della sahe um banco de areia apenas com uma braça d'agua, para SSE. até 1,5 milhas de distancia.

PERNAMBUQUINHO. Arrabalde da cidade do Bom Fim, no Estado da Bahia.

PERÔ. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

PEROBAS. Bairro do mun. de S. Luiz do Parahytinga, no Estado de S. Paulo; com escola.

PERO LUIZ. Rio na ilha Cardoso, no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo. E' pequeno, tanto em extensão, como em profundidade. « *Pero Luiz*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Pitierê-rui*, sinuoso e lento. De *pitierê*, volver-se, dar voltas; *rui*, preguiça, lentidão, brandura, astucia, silencio, tento, etc. Allusivo a dar voltas successivas e a ser pouco corrente, até o ponto de parecer parado. »

PEROVÁ. Rio do Estado de S. Paulo, banha o dist. de Itaquaquecetuba e desagua na margem dir. do rio Tieté. Recebe o Una e o Corredor. « *Perová*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Pi-rõ-uá*, fundo revolvido e alagado. De *pi*, fundo, centro; *rõ*, revolver; *uá* ou *i-á*, alagar, fazer lagôa. Allusivo a derramar-se; e, por correr em terreno carbonifero, frouxo por mistura de areia, forma gretas no fundo, sobre as quaes gyram as aguas, revolvendo-lhe o fundo. Com effeito, o terreno é negro e em varzea, correspondente á formação do valle do rio Tieté, que, desde Mogy das Cruzes, se desdobra em uma immensa varzea. »

PERPETUA. Corrego do Estado de Minas Geraes, na com. de Uberabinha.

PERPETUA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no Guinda.

PERÚ. Arraial no termo de Maroim do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PERUCAIA. Morro entre os muns. de Conceição de Guarulhos e de Juquery, no Estado de S. Paulo. « Não se trata da planta *Piruguaia*, diz o Dr. J. M. de Almeida, tambem conhecida por *Cipó-suma*, da familia dos *Ionideas*, cujo nome na sciencia é *Anchietea salutaris*, e cuja raiz é purgativa. O povo diz tambem *piragáia* e tambem *anchieta*. E, aliás, essa planta pode existir naquelle morro; razão porque o indigena, para fazer o jogo linguistico, em vez de nomear de outro modo ou com outras palavras o morro, o nomeou *Perucaia*. *Perucaia*, corruptela de *Piri-quái-a*, cortado a pique; *quái*, cortar, talhar, com *a* (breve), para formar o infinitivo. Allusivo a ser morro alcantilado, como que talhado a pique. »

PERUHYBE. Praia no mun. de Itanhaen e Estado de S. Paulo. « *Peruhibe*, corr. *ipirú-y-be*, no rio do tubarão; S. Paulo. (Dr. T. Sampaio). O conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela prov. de S. Paulo no anno de 1805*, assim escreveu: « ...metti-me em carros para andar a praia de *Peruibe*, que ja fica ao sul da praia e terá seis leguas de comprimento; do meio para o fim está a aldeia deste nome, e no fim o rio, que tambem atravessei, para no seguinte dia subir o morro de *Peruibe* ». « Os indigenas, diz o Dr. J. M. de Almeida, costumavam dar nomes a logares varios, na mesma região, com o mesmo som, ou com som quasi identico, mas com significados diversos. *Peruibe*, nome do morro, é *Pir'-ii-bo*, contrahido em *Pir'-ii-bo*, a pique e em resvaladouro. De *piri*, a pique; *ii*, resvalar; *bo* (breve), para exprimir o modo de estar. Allusivo a ser alcantilado nas pontas ou cabeços que lança sobre o oceano; e resvaladeiro nas encostas interiores. — *Peruhibe*, nome do rio, é corruptela de *Pi-rui-bo*, fundo, quieto. De *pi*, fundo; *rui*, quietude, preguiça, silenciar, etc.; *bo* (breve), para formar supino. Allusivo a ser *rio morto*, ou ao menos, sem corrente apparente. — *Peruhibe*, nome da praia, é corruptela de *Pirú-ii-bo*, secca e dura. De *pirú*, secco; *ii*, duro, apertado; *bo* (breve), para significar sitio ou logar. Allusivo a formarem ahi as areias um solo secco e duro. » Os que costumam viajar de Santos para Iguape, ou vice-versa, fazem o trajecto dessa praia em carros puchados a bois; e sobem o morro conduzidos em rêdes. E' um pouco primitivo esse modo de viajar; mais ainda não ha outro mais aperfeiçoado; em todo o caso, tenho ouvido aos que já fizeram essa viagem, que o transporte em carros sobre aquella praia, e em rêdes sobre o morro, tem encantos, cujas recordações são um prazer para toda a vida do transportado. Tambem denominam essa praia *Tapirema*.

PERÚS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Juquery, no mun. da Capital. « *Perús*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pi-rú*, põe-se apertado. De *pi*, apertar; *rú*, por-se, estar. Allusivo a correr entre montes, em leito estreito, e ainda mais apertado em alguns logares, formando cachoeiras e saltos. »

PERUVAÚVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jundiavira, nos muns. de Jundiahy e de Parnahyba. Antes de desaguar, 200 metros mais ou menos, tem um salto de 12 metros de altura denominado Voturanchim. Até certo ponto, desde as cabeceiras, é conhecido por Guapiara. « *Peruvaúva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Pi-ra-ibŷi-bae*, contrahido em *Pi-r'-ibŷi-bae*, fundo desigual e raso. De *pi*, centro, fundo ; *rá*, desigual, não nivelado; *ibŷi*, baixo, pequeno, com a particula *bae* (breve), para formar participio. Allusivo a ser encachoeirado desde que nasce, e a ter pouca agua. Nos logares mais estreitos não excede de tres palmos de fundo; nos mais largos terá palmo e meio. »

PERY. O junco. Corrupção de *piry* ou *piri*.

PERY. Log. do Maranhão. Em logar de *Pery*, leia-se Perys e acrescente-se no fim: São duas povs. — Pery de Cima e Pery de Baixo, separadas por pequena distancia. Ambas estão situadas á beira campo e distam da villa 12 kils.

PERY-ASSÚ. Igarapé do Maranhão. Accrescente-se no fim: Desagua no rio Aurá.

PERY-PERY. Serra do Estado da Bahia, no mun. da Jacobina.

PERYPERY. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de S. Philippe. Vai para o rio Môa.

PERYPERY. Lagôa na pov. de Alagoinhas, do Estado de Pernambuco.

PESCARIA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Rosario.

PESQUEIRO FUNDO. Ponta na costa da ilha de Santa Catharina, no Estado deste nome.

PESSINGUABA. Vide *Picinguaba*.

PETITINGA. Composto de *peti-tinga*, casca ou escama pintada de branco, ou pontuada de branco; peixe miudo; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

PETROPOLIS. Cidade do Rio de Janeiro. Linha primeira, supprima-se capital. Accrescente-se no fim: Deixou de ser capital do Estado pela Lei n. 542 de 4 de agosto de 1902.

PEZO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

PEZO. Rio do Estado da Bahia que communica Cannavieiras com Belmonte, passando pelo interior da barra do Pezo.

PHILIPPÃO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quiteria. E' o nome que toma o Santo Antonio em uma parte do seu curso. Ao Philippão reune-se o ribeirão da Prata, tomando dahi por deante o nome de ribeirão Grande e indo desaguar no rio Paraopeba com o nome de Cachoeira.

PHILIPPE (S.). Morro do Estado do Maranhão, na villa de S. Bernardo. Em sua base foi erecta a egreja Matriz dessa villa.

PHILOMENA (Santa). Pov. no mun. de Codó do Estado do Maranhão. E' tambem denominada *Mattões do Caboclo* (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*). O mesmo cidadão dá noticia de um outro pov. do mesmo nome no mun. de Itapecurú-mirim.

PIABANHA. Composto de *piab-ai*, a piaba aspera ou farpada ; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

PIABAS. Uma das cachoeiras que formam o rio Brejahimirinduba, no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo. « *Piabas*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pihá-bo*, em escada. De *pihá*, degráu, escada; *bo* (breve), para exprimir o modo de estar. Allusivo a formar successivas quedas. »

PIABAS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Lagarto (*Almanak Sergipano*, 1901).

PIABAS. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

PIAÇAGOERA. « Antiga passagem do caminho, é, diz o Dr. J. M. de Almeida, o significado de *Pe-haçá-guera*; de *pe*, caminho; *haçá*, passagem, por ser infinitivo sem caso; *guera*, o mesmo que *cuera*, verbal de preterito, significando — o que foi, o que existiu —. Allusivo a ter sido ahi o porto do caminho que existia, ao tempo da chegada de Martim Affonso de Souza. Era proximo á foz do rio Mogy (Vide Mogy). Dahi os indigenas seguiam pelo continente até *Bertioga*; e, querendo ir á aldeia, onde se fundou a villa de S. Vicente, atravessavam o braço de mar para o porto do Cubatão. A communicação entre este porto e a villa de Santos era por canôas pelo laga-mar *Caneú*, como se vê da transcripção feita a proposito do nome *Piaçabossú*, de um trecho do *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo no anno de 1805:* «Parti de Santos, vim pelo braço de mar que se dirige para o Cubatão, e no largo do Caneú tomei á esquerda por um rio, que divide a villa de Santos da terra firme, e a torna verdadeiramente uma ilha... » Assim era ainda neste seculo, porque o aterrado entre Cubatão e Santos é obra posterior. A denominação *Cubatão-Mogy*, que se lê em algumas chronicas, não é nome de rio algum, senão a designação desse porto, que era a communicação com o caminho da serra. De outro modo, ou si outro fôra o caminho da serra Cubatão, seria sem explicação a descida dos indigenas até o canal *Bertioga*, em 1531, sem canôas, para verificarem a chegada e estada de naús portuguezas alli: — seu trajecto foi pelo continente, onde era a *tabacicaba* ou a escala de passagem entre as aldeias, a começar, em baixo da serra, pelos que estavam á margem dos ribeirões *Geribatyba* e *Ururay*. E' tão melhor esse caminho dos indigenas para *Piratinim*, hoje região e cidade de São Paulo, que, em suas explorações, a companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy tomou essa mesma directriz para a subida da serra e mais percurso até aquella região, mais ou menos. Os vestigios da villa de Santo André, fundada por João Ramalho concorrem para este asserto (Vide *Santo André*). Como se vê do nome *Piàçáguera*, este é apenas designativo de que foi por alli o caminho primitivo, para o distinguir do que foi feito, posteriormente, pelos portuguezes. O nome do caminho primitivo era *Pe-rá-nâî-piâ-quâb-a:* e dahi os portuguezes entenderam que era o nome da serra (Vide *Paranapiacaba*). O do porto era *Y-pia-çâba*, porque ahi é que se dividiam os que iam para os lados da região, que depois tomou o nome de villa de S. Vicente, e os que iam para os lados da *Bertioga* (Vide *Apiaçaba*). (Dr. J. Mendes de Almeida, *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma. 1902). O Dr. Theodoro Sampaio, que escreve *Piassaguera* e *Peaçaguera*, diz ser essa palavra composta de *peaçá-guera* e significar a sahida ou travessia velha do caminho, o porto velho, o porto de outr'ora. Vide *Piassagoera*.

PIAGUHY. Composto de *piau-y*, o rio dos piáus (Dr. T. Sampaio). *Piaguhy*, corruptela de *Pi-ai-gui*, fundo com saliencias, altos e baixos; *gui*, posposição, significando, neste caso, *com* (Dr. J. M. de Almeida).

PIAHY. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

PIAHY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Tremembé, no mun. da capital. « *Piahy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Piá-i*, aos degráus. De *piá*, degráu, escada; *i*, posposição de perseverança, para exprimir successão do facto, isto é, alguns ou muitos. Allusivo a descer aos degráus ou de degráu em degráu. »

PIAHY. Corrego affl. da margem esq. do rio Tamanduatehy, no mun. de S. Bernardo e Estado de S. Paulo.

PIAHYBA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Cariacica.

PIANGUABA. Colonia no mun. de Ubatuba, do Estado de S. Paulo; com duas escolas creadas pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

PIÃO. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

PIAS. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Itaocara.

PIASSABUSSÚ. Praia entre o porto que traz este nome e a villa de Itanhaen, no Estado de S. Paulo. « *Piaçabossú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pé-açâi-bucú*, plana, extensa e larga. De *pé*, plana; *açâi*, extender, extensa; *bucú*, o mesmo que *ucú*, largo, grande. Com effeito, essa praia tem cerca de setenta kils. de extensão, com grande largura. Mas, segundo o costume dos indigenas, relativamente a logares varios na mesma região, aos quaes davam nomes com som identico ou quasi identico, mas com significados diversos, este mesmo nome é attribuido ao porto, e ao rio que communica o porto com aquella praia, no mun. de S. Vicente. Quanto ao rio *Piaçabossú* é corruptela de *Piaçâi-iobú-çúi*, por contracção *Pi-açâi-'obú-çúi*, fundo lodoso que reboja, esparzindo-se. De *pi*, fundo, centro; *açâi*, estender, esparzir; *iobú*, rebojar, transbordar, sahir o liquido fóra das bordas que o contém, sendo que *io* é reciproco para compor a palavra com aquelle significado; *çúi*, o mesmo que *hũi*, lodo, lama, borra, fezes, detritos, etc., por isso que a mudança de lettra, em composição de nomes, na lingua tupi, é muito usada, especialmente o *h*, que é aspirado, em *ç*, e, havendo necessidade, como neste caso, para o jogo linguistico na nomeação dos logares. Allusivo a ser lodoso esse rio; e a transbordar successivamente, á proporção que a maré cresce, por effeito do fluxo e refluxo das aguas maritimas. Sem ter crescido a maré, é innavegavel. — Quanto ao porto, o nome *Piaçabossú* é corruptela de *Pé-haçâb-uçú*, passagem geral do caminho. De *pé*, caminho; *haçab*, passar, e, por não ter caso, significando no infinitivo a acção do verbo em geral, conforme a licção do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*, é — passagem —, *uçú*, tambem empregado para exprimir comparativo, ou ainda mais a acção do verbo por muitos. Allusivo a ser essa passagem *principal* que serve, em geral, aos que por alli transitam. A confirmação de tudo isto, vou dal-a transcrevendo a descripção destes logares, feita por pessoas que escreveram suas viagens entre a cidade de Santos e a villa de Itanhaen. O conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo, no anno de 1805*, assim o escreveu: « Parti de Santos, vim pelo braço de mar que se dirige pelo Cubatão, e no largo do Caneú tomei á esquerda por um rio que divide a villa de Santos da terra firme, e a torna verdadeiramente uma ilha; cheguei ao porto de *Piaçabuçú*, onde me metti em carros, e andei uma grande praia de dez leguas, segundo dizem, ao sul, até chegar á villa de Conceição de Itanhaen ». Vou agora transcrever a descripção feita pelo Dr. Carlos Rath, em seus *Fragmentos geologicos e geographicos*, vinda da villa de Itanhaen para Santos, isto é, no sentido inverso ao do primeiro: « Da Conceição em diante tem de passar outra vez em carroças cobertas, puxadas a bestas ou bois, por entre o mar e os combros de arêa, por uma praia tesa e plana, até o porto de *Piassabussú*; dez leguas. Em *Piassabussú* deve-se parar e esperar a maré, e então, caminhando-se da praia para o porto do embarque do rio *Piassabussú* um quarto de legua mais ou menos, toma-se este rio lodoso e tortuoso até Santos, ou Casqueiro ou Cubatão, de cinco a sete leguas a este ultimo ». *Piassabuçú*, composto de *peaçab-uçú*, o porto grande. Vide *Peaçaba* (Dr. Theodoro Sampaio).

PIASSAGUERA. Estação da E. de F. Ingleza, no Estado de S. Paulo, além da Raiz da Serra.

PIASSAVA. Arraial no termo de Pacatuba, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PIATÓ DE CIMA. Dist. creado no mun. do Açú, do Estado do R. G. do Norte, em 13 de fevereiro de 1899.

PIÁU. Cachoeira abaixo da fóz do ribeirão Mosquito, no rio Paranapanema, e acima da cachoeira Pacú, no Estado de S. Paulo. « *Pi-aú*, canal defeituoso. De *pi*, fundo, centro; *aú* ou *aûb*, particula para exprimir defeito na acção ou no facto; segundo a licção do padre Luiz Figueira, em sua obra citada. Allusivo a ser um canal em diagonal, da margem esq. para a dir., por causa de arrecifes. As aguas correm nesse canal com impetuosidade. »

PIAUHY. Corrego affl. da margem dir. do rio Mogy-guassú, no mun. do Ribeirão Preto e Estado de S. Paulo. « *Piauhy*, composto de *piau-y*, rio dos piáus » (Dr. T. Sampaio). « *Piauhy*, corruptela de *Pi-aî-i*, leito perseverantemente obstruido. De *pi*, fundo, centro; *aî*, saliencias, altos e baixos; *i*, posposição de perseverança. O *i* tem som guttural por estar seguido de outro *i*. Allusivo a ter no leito, em toda a extensão, pedras e cachoeiras. »

PIAUHY. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Riachão. Ha um outro arraial do mesmo nome no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

PIAUHY. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da capital, perto do lago Janauacá.

PICADA CERRITO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Pelotas, com escola.

PICADA WEINTZ. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Leopoldo, com escola.

PIÇANÇO. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, pouco acima da foz do Baquirivú-guassú.

PIÇA-PÁU. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e desagua na margem esq. do ribeirão Cerrado.

PIÇARRÃO ou PISSARRÃO. Corruptela de *Pi-çâi-rõ*, leito esparzido. De *pi*, centro, fundo; *çâi*, esparzir, estender; *rõ*, particula que significa pôr-se, estar (Dr. J. M. de Almeida).

PICHÉO ou PIXEU. Orgão genital das mulheres. Termo uzado no sertão da Bahia.

PICHOÁ. Rio affl. da margem dir. do Parahyba, entre Taubaté e Caçapava. « *Pichoá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pỹtỹ-há*, atoladiço. De *pỹtỹ*, atolar-se; *há*, o mesmo que *aba*, para exprimir logar, causa, modo, instrumento, fim, intuito, etc. Mas a palavra *pỹtỹ* exprime apenas o effeito. As aguas desse corrego soffrem represa na barra e dahi o atoladiço como effeito dessa represa. Por causa da pronuncia de *pỹtỹ-há* sôa *pichu-á*. Allusivo a ter atoleiros no leito. São mesmo, em alguns logares, verdadeiros tremedaes. E' ladeado de varzeas. »

PICIMGUABA. Enseada um pouco ao S. do limite do Estado de S. Paulo com o do Rio de Janeiro, pelo littoral. Um rio do mesmo nome desagua nessa enseada. Segundo Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.* o nome *Picinguaba* significa: logar onde se cria o peixe do mar. « *Picinguaba*, nome da enseada, é, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pe-cỹ-guaá-bae*, superficie lisa e arredondada. De *pé*, superficie; *cỹ*, lisa; *guaá*, arredondar, fazer barriga, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que é —. *Picinguaba*, nome do rio, é corruptela de *Pé-cê-guaá-bae*, barra chata e alargada. De *pé*, chata; *cê*, o mesmo que *hê*, sahida; *guaá*, alargar, fazer barriga, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que é —. O nome da enseada é allusivo a ser sem comoros de areia, e sem arrecifes; e semi-circular. O nome do rio é allusivo a ter rasa a barra, alargando-se ahi. Com effeito, sendo de 50 metros mais ou menos, a largura deste rio, quando desce do logar denominado *Laranjal*, alarga-se em sua foz mais de cem. » O rio é tambem denominado *Pescaria*.

PICO. Serra do Estado de Pernambuco, ao N. do mun. do Altinho.

PICO DE BAIXO. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes. Ha no mesmo dist. um outro bairro denominado Pico de Cima.

PICOS. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.), diz: « *Picos*, á margem dir. do rio Itapecurú, á montante de Caxias, de que dista 276 kils. (1) está situada á jusante, na distancia de seis kils. da foz do rio Alpercatas, affl. da margem esq. daquelle rio e á montante, na distancia de 142 kils., da foz do rio Corrente, outro affl. do rio Itapecurú, porém da margem dir. Possue uma egreja, uma typographia, em que se publica um jornal, e duas escolas. Constituem sua principal producção o algodão, cereaes e tambem o jaborandy. Calcula-se a sua pop. em 4.000 habs. ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, no seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Picos*, cidade, a 5°58'45" de lat. S. e a 1°4'0" de long. W., á margem do Itapecurú, a 270 kils. de suas nascentes e a 282 de Caxias, tanto pelo rio como pela antiga estrada, distancia esta que, pela picada da linha telegraphica, se acha hoje reduzida a pouco mais de metade, a 174 kils. E' séde da com. do Alto Itapecurú e da freg. de S. Sebastião, que para ahi foi transferida da villa da Passagem Franca. Sua pop., segundo o ultimo recenseamento, é de 3.000 almas. Pobre e insignificantissima pov. composta de uns 18 ranchos de palha ainda em 1870, quando pela Lei Prov. n. 879 de 4 de junho desse anno foi elevada á categoria de villa, tanto se tem desenvolvido e prosperado nestes ultimos tempos, que é hoje considerada um dos emporios do commercio dessa parte do alto sertão e tambem um dos grandes centros productores de algodão e cereaes, com criação de gado em larga escala. Tem a cidade nove ruas, dous beccos e duas praças, Dias Carneiro e S. Sebastião, com 508 casas, das quaes 307 cobertas de palha e 201 de telha. O commercio é feito em 24 casas de seccos e molhados, tendo mais uma botica regular e quatro açougues. Contam-se tambem 53 officiaes ou artistas diversos, sendo: dois alfaiates, 12 sapateiros, dous barbeiros, sete carpinas, um marceneiro, quatro ferreiros, dous ourives, um carpinteiro, um calafate, dous funileiros, dois caldeireiros, oito pedreiros, um bahuleiro, sete oleiros e um typographo. Tem duas Egrejas: uma na praça Dias Carneiro, edificada em 1876 pela Irmandade de N. S. da Consolação, e que actualmente serve de Matriz da freg.; e outra, edificada no largo da Serrinha... Tem uma typographia, onde se imprimem os jornaes: *O Municipio* e o *Carapuceiro*. A pop. do mun., pelo ultimo recenseamento, é de 7.500 almas. Seus principaes generos de producção consistem em algodão e cereaes, avultando, dentre estes, o arroz, milho e feijão, os quaes são em parte exportados, bem como madeiras de excellente qualidade, de que ha grande abundancia, e resina de jatobá, folhas de jaborandy, azeite de côco e oleo de copahyba. A lavoura do café vae-se desenvolvendo gradualmente, havendo já muitos lavradores que se entregam a este genero de cultura. Sua colheita, comquanto pequena ainda, é promettedora, sendo de esperar que d'aqui a alguns annos possa ser exportado. Existem cinco motores de descaroçar algodão, sendo um movido a vapor e os outros por animaes. Tem criação de gado, mas em pequena escala, pois o mun. apenas pode produzir 1.110 crias de vaccum e 250 do cavallar. Tambem tem alguma de gado cabrum, lanigero e suino, que já dá para o consumo. A exportação de seus productos é feita geralmente em balsas de talos de buritysceiros, vindas do Alto-Alpercatas, elemento esse que já vai escasseando, a ponto de lutar o commercio com difficuldades para o transporte de seus generos. A importação faz-se em uma gabarra, dous botes e tres igaritês, que mal satisfazem as necessidades do mun. ». Comprehende os povs. Almeida e Burity Bravo.

PIEDADE. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Coroatá.

PIEDADE. Rio do Estado do Paraná, affl. do Ribeirinha, que o é do Assunguy. Recebe o ribeirão dos Orgãos.

PIEDADE. Rio do Estado de Minas Geraes; forma com o Capella Velha, que se reunem na cidade do Rio Branco, o Chopotó, trib. do Pomba. Recebe entre outros, o Santa Maria, o Aldêa e o Alambique.

(1) Pela estrada do fio telegraphico, a distancia de Picos a Caxias é de 180 kils.

PILÃO ARCADO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa do mesmo nome e Estado da Bahia. Fica naquelle rio, a 278 kils. distante do Joaseiro e entre as estações do Remanso e Chique-Chique.

PILAR. Pov. do Estado de Sergipe, no mun. do Espirito Santo.

PILARZINHO. Arrabalde da cidade do Pilar, no Estado das Alagôas.

PILÕES. Rio affl. da margem esq. do Parahyba, no mun. de Buquira e Estado de S. Paulo. « *Pilões*, corruptela de *Pi-rõ*, fundo revolto. De *pi*, fundo, centro; *rõ*, revolver » (Dr. J. M. de Almeida).

PILÕES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio dos Moinhos, que o é do Tieté. Recebe o Faxinal.

PILÕES. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jaguary, trib. do Parahyba do Sul, no mun. de Santa Izabel. Recebe o Pedra Branca.

PILÕES. Gruta existente em uma das margens do rio dos Pilões, affl. do Ribeira de Iguape, no Estado de S. Paulo. O Conselheiro Martim Francisco, em seu *Diario de uma viagem mineralogica pela provincia de S. Paulo, no anno de 1805*, assim descreve-a: « Entrando pela barra dos Pilões, e depois indo costeando o dito ribeirão por um carreiro praticado em suas margens, vai ter-se a uma gruta semelhante á de Santo Antonio ».

PILÕES. Villa do Parahyba. Accrescente-se no fim: Foi transferida sua séde para a pov. da Serraria, com esta denominação pela Lei n. 80 de 13 de outubro de 1897.

PIMENTA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, nas divisas do Sumidouro com Sapucaia.

PIMPIRÚ. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Cururupú. Pertence ao grupo de S. João Mirem (José Ribeiro do Amaral. *O Estado do Maranhão em 1896*).

PINDÁ. Subs., o anzol, o gancho, a garra, a fisga; alt. *pinú* (Dr. Theodoro Sampaio).

PINDAHYBA. Corr. *pindá-iba*, a vara de anzol, a canna que serve para pescar a anzol; alt. *pindhyba*, corr. *pindá-ahiba*, o anzol ruim. A dicção popular — *estou na pindahyba* —, significando miseria e penuria, não alludirá á pouca fortuna de um mau anzol, ou exprime simplesmente que se acha a pessôa reduzida á *vara do anzol* para viver? Baptista Caetano opina pela ultima hypothese que parece a mais provavel, ainda que o vocabulo *pindhyba* ou *pinaiba*, confundindo-se com *panahyba*, que quer dizer *andrajos*, tambem admitta explicação não menos rasoavel (Dr. Theodoro Sampaio).

PINDAHYTIBA. Morro no mun. de Guaratinguetá e Estado de S. Paulo. « *Pindahytiba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pin-ndae-tei-bae*, o que é muito escorregadio. De *pin*, escorregar, resvalar o pé; *ndaetei*, muito, demasiadamente, excessivamente; *bae*, particula de participio. Allusivo a fazer muita lama lodosa, em tempo de chuvas, tornando-se demasiadamente escorregadio ».

PINDAMIRITINGA. Composto de *pindá-miri-tinga*, pequeno anzol prateado; grampo, colchete (Dr. Theodoro Sampaio).

PINDAMONHANGABA. Composto de *pindá-monhangaba*, fabrica ou officina de anzóes. Vide *Monhangaba* (Dr. Theodoro Sampaio). « Não se trata de *Pindámonhangaba*, fabrica de anzóes; o indigena não cogitava de estabelecimentos industriaes, de taes artefactos; nem o seu *pindá* precisava de fabrica. Dous são os instrumentos de pesca denominados pindá: o *pindá-ciri-ri-ca* e o *pindáo-ha-o-águí*. O primeiro é qualquer cousa que possa engasgar ou fisgar o peixe, occulto entre pennas encarnadas, ou objecto da mesma côr, a correr sobre a agua; o peixe illudindo-se por ver o movimento e a côr dos peixinhos de que sóe alimentar-se, traga o objecto e engole-o, ficando preso pela haste flexivel, a cuja ponta tem sido atado por um cordel: — de *ciri*, deslisar, repetido na ultima syllaba, para assignalar a successão do movimento, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. O segundo é o mesmo objecto; somente com a differença de não ter haste, e de ser o cordel amarrado á pôpa da canôa, a qual, em seus movimentos, imprime ao cordel, e este ao objecto, a acção do peixinho a correr sobre a agua: de *o*, reciproco; *á*, torcer; *o*, reciproco; *águá*, correr, significando corre, torcendo-se. *Pindá* foi applicado ao anzol de ferro, usado e introduzido pelos europeus, porque produz o mesmo effeito. *Pindá* é *pŷī-nd-á*, objecto escondido: de *pŷī*, esconder, occultar, que alguns escrevem *pŷmī; nd*, intercalação, por ser nasal a palavra anterior, e para ligal-a a *á*, objecto, cousa corporea, entidade, pedaço de ferro, grão, etc. Allusivo a ser escondido entre pennas encarnadas o objecto que deve ser tragado e engolido pelo peixe. As palavras *ciri-rica* e *o-á-o-águá* designam o modo do uso daquelle instrumento de pesca, segundo é preso á haste flexivel, ou á canôa em movimento. Portanto, *pindá* é propriamente o objecto occulto na isca. Os indigenas tinham ainda outros modos de pescar: *pari*, cerca de talas ou de varas, para formar o *caçári* ou tapagem nos ribeirões e mais cursos d'agua; *yequeçá*, ou, como dizem no Amazonas, *jequi*, cesto afunilado, para ser deixado á flor d'agua, onde o peixe entra, mas donde não pode sahir; *ytá-puá*, pedra aguçada, que faz o serviço e tem a utilidade do harpão curto, para fisgar o peixe na superficie das aguas; *y-atiçá*, pedra aguçada, porém mais comprida do que a *ytá-pûá*, para fisgar o peixe no fundo, guiando-se o pescador pelas borbulhas que a respiração do animal faz subir á tona da agua; *çá-ra-rá-guá* ou *sararaca*, flecha especial, cujo *heŷm-a*, que é pronunciado corruptamente *huúma* as *suumba*, e é o fuzo, traz enrolado um fio fino e tem á ponta, fortemente seguro, um pedaço de pedra, bem aguçado; disparada a flecha, não directamente, mas por inclinação, sobe ao ar, e certeira de lá desce para deixar no costado do peixe a fisga; e é então que, mergulhando este, o fio desenrola-se e o logar, em que o fuzo está á superficie das aguas, revela a parada do fisgado: *çará-rá-guá*, corda, cuja ponta se desata: de *çá*, o mesmo que *cã*, corda; *rá*, desatar, repetido para exprimir a successão do facto; *guá*, ponta. Esta flecha de fisgas ou harpões é denominada *hui-ŷ-eŷm-a*. E mais outros processos, inclusive, a *piçá*, que é a rede, cada qual o mais engenhoso para o fim a que é destinado. Vê-se, portanto, que o significado que Martius e outros têm dado ao nome *Pindamonhangaba* é simplesmente um erro. *Pindamonhangaba* é corruptela de *Pi-nd-o-mo-nhang-ába*, logar estreitado, em que se junta. De *pi*, estreitar, apertar; *nd*, por ficar nasalisado o nome inteiro, em virtude de *nhang* e para ligal-o a *o*, reciproco, servindo tambem de nota de terceira pessôa; *mo*, particula activa, e não *mbo*, por ter som nasal o verbo *nhang*, juntar, encostar, levado ao participio pelo accrescimo de *ába*, exprimindo logar, modo, instrumento, causa, intuito, fim, etc. Allusivo a correr ahi estreitado o rio *Parahyba*, entre margens altas e em leito fundo: differentemente do curso antecedente e subsequente, em que o rio se alaga, formando banhados » (Dr. J. M. de Almeida).

PINDAMONHANGABA. Cidade de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* dirigi a seguinte communicação: Das cidades do erradamente denominado *norte de S. Paulo* é Pindamonhangaba aquella cuja topographia mais me agradou. Já foi Pindamonhangaba, em tempos não muito remotos, uma cidade importantissima. Ainda hoje conserva vestigios de sua antiga opulencia. Como todas as cidades do Brasil, resente-se ella da pavorosa crise economica que nos assoberba actualmente. Apezar, porém, de uma certa tristeza que manifesta, sente-se nella uma certa vitalidade, um certo despertar para um futuro melhor. Seus passos são demorados, porém firmes e sempre para diante. Formosa donzella, a quem ligeira enfermidade abateu, ella erguer-se-á do leito mais bella e encantadora como nunca. A cidade fica situada em um planalto com suave declive para todos os lados, tendo na frente os trilhos da E. de F. Central do Brazil e nas ilhargas o sinuoso Parahyba, que se recurva, vindo oscular as plantas da cidade para depois afastar-se em direcção ao seu leito mortuario, no oceano. Banha a cidade, além do Parahyba, em cuja margem

dir. ella repouss, o ribeirão Tabahú e cerca de um kil. distante o rio do Pinhão. Na direcção do poente para o nascente estende-se a Mantiqueira, em cujos elevados e recortados cimos estão situados os poeticos e saluberrimos Campos do Jordão; e na direcção do O. a serra do Quebra-Cangalhas, cujas terras são afamadas para a cultura do café e cereaes. Para O. e S. estende-se uma vasta explanada com ligeiras ondulações. Suas ruas são largas, na maior parte rectas, apedregulhadas e com passeios cimentados. Os predios são quasi todos antigos, notando-se, porém, muitos de construcção moderna e dous luxuosos palacetes do Barão de Lessa e Baroneza de Itapeva, mais dignos de figurarem em alguma grande cidade pela belleza e magestade da construcção e pelo luxo com que se acham ornados. Tem vastas praças, sobresahindo entre ellas a denominada Quinze de Novembro, com uma capella de S. João, em construcção, o mercado e no centro um luxuoso chafariz. Esta bonita obra d'arte compõe-se de um obelisco, que se ergue sobre uma escada com seis degráos cimentados e encimado pela estatua da Liberdade empunhando um pharol. Nas quatro faces do obelisco lê-se: « Intendente Municipal. Dr. Francisco M. Romeiro — Vice-presidente, J. M. Homem de Mello. 1900. — Presidente da Camara, Dr. J. Monteiro M. Cezar. — Camara Municipal. — Presidente do Estado, Coronel Fernando Prestes. Vereadores: Custodio S. Lessa, Alexandre M. Monteiro, Antonio M. Salgado, José J. Homem de Mello e A. Pinheiro da Silva. Nas bases do obelisco lê-se: Amaro. S. Paulo. E' o chafariz cercado por um artistico gradil de ferro bronzeado e dourado, com duas entradas e quatro lampeões nos angulos. — O largo Dr. Francisco Romeiro, com a egreja de N. S. do Rosario, um jardim todo murado, tendo no centro um carramanchão em torno de uma colossal paineira e um Cruzeiro no meio do jardim e defronte da egreja. — A praça Monsenhor Marcondes, com o theatro e um jardim em começo de construcção (1), tendo já uma linda cascata, com uma poetica gruta da qual pendem stalactites, e achando-se disseminadas aqui e alli sobre o solo bem trabalhadas stalagmites. Por sobre a cascata acham-se lindas parasitas e ao longo della lagos semeados de ilhas, com pontes rusticas e margeando-os compridos bancos semelhando troncos de arvores. No meio do jardim ergue-se um bonito repuxo. — A praça Municipal, não tão extensa como as outras, com o edificio da Camara Municipal e a pauperrima egreja de S. José. — A praça Barão Homem de Mello com a estação da E. de F. Central do Brasil, o edificio do antigo collegio das Irmans Salesianas e uma machina de N. S. da Apparecida para beneficiar café. E' nella que fica o Grupo Escolar. — A praça Cornelio Lessa, a mais vasta da cidade e á margem dir. do rio Parahyba, com um grande jardim e o antigo edificio do Grupo Escolar. — A cidade está a 552m, 230 de altura sobre o nivel do mar (na Estação), e dista 326 kils. da Capital Federal, 171 da estação do Norte, 16 de Taubaté, 33 de Guaratinguetá e 30 dos Campos do Jordão. Tem cerca de 5.000 habs. e o mun. 20.000. Ha na cidade sete advogados, quatro medicos, cinco pharmacias, 95 casas commerciaes, um hotel, quatro machinas de beneficiar café e o Banco Pindamonhangabense, installado a 25 de outubro de 1891 e com um capital de 500 contos. O mun. contribue com 280 contos de réis para as despesas do Estado, com 15 contos para os cofres da União e com 120 para as despesas proprias. A cidade é abastecida de pura agua, que desce de um contraforte da serra da Mantiqueira, denominado Trabijú. E' conduzida directamente á cidade, de uma distancia de mais de 12 kils. Tão importante melhoramento foi devido ao Dr. Francisco Romeiro, Intendente Municipal, e ao Coronel Fernando Prestes, Presidente do Estado. A cidade é illuminada a kerosene e é servida pela E. de F. Central do Brasil, que tem no mun. as estações da cidade e do Barranco Alto ou Moreira Cezar. Na cidade publicam-se tres jornaes: a *Tribuna do Norte*, a *Folha do Norte* e a *Gazeta Semanal*, os dous primeiros politicos, distribuem-se aos domingos; o ultimo noticioso, publica-se ás quintas-feiras. A *Tribuna* foi fundada e é mantida pelo Dr. João Romeiro, tendo o seu primeiro numero apparecido a 18 de junho de 1882. *Matriz.* — E' um templo imponente pelas suas grandes proporções. Tem a frente voltada para o poente. Sua fachada é da ordem composita, predominando o estylo romano. Precede-a um adro, todo ladrilhado de marmore e cercado por um gradil de ferro. Tem duas torres, cinco janellas separadas por columnas de ordem dorica, tres portas e um relogio do lado do Evangelho. Logo á entrada depara-se com um para-vento, a pia baptismal, á esquerda, e, por baixo do côro, pregada á parede, uma lapide, com a seguinte inscripção:

Quod cultui Dei amplificando sedat templum hæc vetustate dehiscens mobilium populique urbis crebris largitionibus nova forma atque lætiori reficiendum laxandum que curavit, Reverendus Dominus Franciscus Reale paræciæ de decurione Congº. Tobia de Costa Rezende

Anno Reparatæ Salutis

MDCCCXCI

suspiciant pietatem et demulentur seri nepotes

Seu interior não se recommenda pelas ricas obras de talha e pela luxuosa ornamentação dos altares. E' um templo que não destôa da verdadeira simplicidade christã. No corpo da egreja possue duas tribunas de muito gosto, pertencentes ao Barão de Lessa e ao Sr. Cornelio Lessa; dous pulpitos, dous confessionarios, tres grandes lustres para velas e dous menores para gaz acetyleno, os 14 quadros da Via Sacra e quatro altares, os do lado do Evangelho com o Sagrado Coração de Jesus e N. S. do Rozario; e os do lado da Epistola com o Sagrado Coração de Maria e N. S. das Dôres. Tem mais, além do côro com um orgão, duas ricas capellas fundas, adquiridas em Munich, nas quaes se encontram duas lindas imagens de N. S. Mãe dos Homens e Sant'Anna. Junto ao arco-cruzeiro vê-se um nicho com o Sagrado Coração de Maria. Na capella-mór ha um altar com a imagem de N. S. do Bom Successo, padroeira da cidade, ladeado por dous nichos com Santa Luzia e S. Roque; seis tribunas, tres de cada lado, uma lampada de prata e um lustre para gaz acetyleno. Nos fundos do altar-mór fica a Sacristia com um arcaz e um altar com a antiga imagem de N. S. do Bom Successo. Na Matriz funccionam a Irmandade do Santissimo Sacramento e as devoções do Sagrado Coração de Jesus e da Pia União das Filhas de Maria. São-lhe filiaes as egrejas de N. S. do Rozario e S. José e as pequenas capellas de Santa Cruz, do Soccorro, de Santa Rita e de Sant'Anna. A egreja de N. S. do Rozario é pequena, porém decente, tendo passado recentemente por importantes reparos. Tem duas torres, duas janellas e tres portas. Seu interior é muito modesto. No corpo da egreja ha um pulpito, o côro e dous altares com S. Benedicto e Santa Cecilia; e na capella-mór um altar com a imagem de N. S. do Rozario e quatro tribunas. Por traz do altar-mór fica a Sacristia. Lê-se no alto da porta da entrada a data — 1895 — data de sua reconstrucção. A egreja de S. José é uma modestissima capella situada na praça Municipal. Tem na frente duas janellas e tres portas. No corpo da egreja não possue altares, tendo apenas quatro janellas, o côro e um paramento; e na capella-mór um altar com S. José e quatro janellas. A Sacristia fica do lado do Evangelho. Do lado da Epistola encontram-se um altar com S. Miguel e um jazigo, onde repousam os ultimos despojos do benemerito Monsenhor Marcondes, do Barão de Pindamonhangaba, da familia Godoy e de diversos bemfeitores da egreja. A Matriz foi construida por iniciativa do Monsenhor Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral, a quem deve a cidade os mais assignalados serviços. No logar em que ella se levanta, não existia, ha 40 e tantos annos, mais que uma pequena egreja. Deliberou então aquelle sacerdote exigir uma certa contribuição dos seus parentes, iniciando desde logo as obras que ficaram concluidas, graças ao efficaz auxilio prestado pelo 1º Barão de Pindamonhangaba, pelo Visconde do mesmo titulo, por Luiz Antonio de Araujo e pelo Capitão José Moreira Cezar. Mais tarde soffreu o templo importantes concertos, feitos a expensas do Visconde da Palmeira, Visconde do Parahybuna e Barões de Itapeva e de Lessa. Ao Barão de Romeiro se devem a Cruz, que serve de remate ao frontespicio de marmore da fazenda do Pantoja, mun. de Sorocaba, os para-raios e o nicho em que se acha a imagem da padroeira. *Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol.* — Funcciona esse grupo em predio para tal fim adaptado, na praça Cor-

(1) Já está concluido.

nelio Lessa, muito proximo ao rio Parahyba. A secção masculina foi fundada em 24 de janeiro de 1895 e a secção feminina em 1º de maio de 1896. Em 1º de agosto deste ultimo anno foram reunidas as duas secções em um só predio e confiados a uma só direcção. Sua matricula é de 370 alumnos, sendo 188 meninas e 182 meninos. E' dirigido pelo professor normalista José Carneiro da Silva e constituido seu corpo docente por onze distinctos professores. Ha uma verba de 60 contos consignada no orçamento para construcção de um novo predio, que deverá ser edificado na praça Barão Homem de Mello em terreno offerecido pela Camara Municipal (1). Além do Grupo Escolar existe na cidade uma esc. nocturna; e no mun. uma esc. preliminar na estação Moreira Cezar e escs. publs. nos logares Mombaça, Campo Alegre, Alvarengas, Soccorro, Mandú, Bom Successo, Piraquama, Matto Dentro, Pouso Frio e Barranco Alto. Possue ainda a cidade um Club Litterario e Recreativo, que funcciona em um sobrado á rua José Bonifacio e dispõe de uma sala onde se acha uma bibliotheca com 2.460 volumes, uma outra com dous bilhares e um salão para saraus musicaes. Filiado a elle existe uma Sociedade Dramatica Infantil. *Casa de Misericordia.* — Instituição pauperrima, em favor da qual supplico a caridade dos piedosos filhos de Pindamonhangaba. Está situada á pequena distancia do centro da cidade. Tem uma sala de consultas com os retratos do Visconde e do Barão de Pindamonhangaba, sala de operações, duas enfermarias para homens, a de S. José, com oito leitos, e a de S. Francisco, com dez; e uma para mulheres, a de Sant'Anna, com sete. Foi fundada em fins de 1863. Fallecendo em 5 de agosto desse anno o 1º Barão de Pindamonhangaba, legou em testamento vinte contos para a compra de um predio destinado a esse fim. Comprado o predio e não dispondo a Santa Casa de outros recursos, a não ser a pequena contribuição dos irmãos, foi abandonado, sendo os bens arrecadados pelo juiz Municipal. Mais tarde, porém, graças ao Dr. Sebastião José Pereira, juiz de direito da comarca, a Irmandade foi reorganizada e em seguida installado o hospital. A instituição conta com poucos recursos, além de 25 contos doados pelo Visconde de Pindamonhangaba e por isso mantem-se com grandes difficuldades. *Isolamento.* — Foi fundado, ha cinco annos, sendo a obra iniciada pela Camara, concorrendo o Estado com 40 contos. E' um edificio moderno, situado no meio de vasto terreno, pouco distante do cemiterio e a uns 500 metros da cidade. E' assobradado e tem, além da porta da entrada, dez janellas de frente e um alpendre que cerca a frente e os lados. Dispõe de duas grandes salas, 12 quartos bem ventilados, claros e extraordinariamente asseiados. Aos fundos corre-lhe o ribeirão do Pinhão. Felizmente até hoje não foi utilizado. *Mercado.* — Occupa toda a face occidental da praça Quinze de Novembro. E' um grande edificio rectangular, de gosto antigo. Tem na frente a porta de entrada, duas janellas aos lados e 14 portas que dão para differentes negocios. O interior compõe-se de uma vasta varanda, que o circunda por tres lados e sustentada por columnas. Tem um grande pateo e no centro um chafariz. E' animadissimo aos domingos. *Camara Municipal.* — Está situada em bom predio, no largo Municipal. Compõe-se de dous pavimentos; no terreo está alojada a cadeia, no superior funccionam o jury, as secções da Camara e a Secretaria. Na sala secreta dos jurados acham-se os retratos de Pedro II e de Francisco Antonio Pereira de Carvalho. *Theatro.* — Fica na praça Monsenhor Marcondes. Tem, além da galeria, duas ordens com 36 camarotes. Nelle funcciona a Sociedade Beneficente Operaria. Foi fundado ha uns 50 annos, tendo sido construido pelo architecto Francisco Antonio Pereira de Carvalho, a quem se devem tambem as plantas da Matriz e da Casa da Camara. Muito concorreram para sua erecção o 1º Barão de Pindamonhangaba e Monsenhor Marcondes. *Hippodromo.* —Foi inaugurado em 7 de janeiro de 1899. Tem uma raia bastante extensa e uma elegante archibancada. *Cemiterios.* São dous: um da Irmandade do Santissimo Sacramento e outro Municipal, ambos com capella, havendo no ultimo tambem um necroterio. Tem mais a cidade um bom Matadouro e uma ponte metallica sobre o rio Parahyba. O territorio do mun. compõe-se de terras muito ferteis e apropriadas á cultura do café, canna de assucar e cereaes. Existe tambem grande extensão transformada em optimas pastagens, onde se cria gado vaccum, cavallar e muar. Até pouco tempo só nas montanhas se fazia cultura do café, evitando-se, por esta fórma, os effeitos da geada. De alguns annos a esta parte estão sendo aproveitados nesta cultura os terrenos baixos, onde o café dá perfeitamente, produz com abundancia e é de grande duração. Existem no mun. algumas fazendas de canna bem montadas e com machinismos aperfeiçoados para distillação. Pouco ou nenhum assucar se fabrica; a aguardente que produz excede do necessario para o consumo, sendo porção exportada para os muns. visinhos. A criação de gado é feita com capricho, achando-se muito melhoradas as raças, devido á introducção de reproductores de procedencia estrangeira. A cultura de cereaes é muito limitada, notando-se que são uberrimas as terras ás margens dos rios e que podiam ser mais bem aproveitadas, principalmente com a plantação de arroz, aliás abandonada. A producção do café, segundo informações seguras, é de uma media de 300 mil arrobas por anno, tendendo a augmentar. Os pés de café existentes no mun. são calculados em sete a oito milhões. O mun. é limitado ao N. e poente pela serra da Mantiqueira, cujos altos formam a linha que o divide do mun. de S. Bento do Sapucahy; pelo nascente pelas serras do Macuco e do Quebra-Cangalhas, que o dividem do mun. da Lagoinha; pelo N. confina com o mun. de Guaratinguetá, servindo de linha divisoria o rio Pirapitinguy; e pelo S. com o mun. de Taubaté, tendo por divisa em parte o rio Una e em parte linhas convencionaes sem indicação natural. E' cortado por numerosos rios. Além do Parahyba do Sul, que atravessa o mun. de S. a N., são seus tribs. pela margem esq. o Piraquama, o Ribeirão Grande, que descem da Mantiqueira, além de outros; e pela margem dir. os rios Una, Pirapitinguy, que nascem da serra Quebra-Cangalhas, Carapotuba, Agua Preta e outros menores. E' Pindamonhangaba o berço de muitos cidadãos illustres, por serviços prestados á causa publica e ás lettras. Entre todos occupa sem duvida o primeiro logar Monsenhor Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral, fallecido em 1863, e cujo nome é até hoje venerado pelos serviços importantes que prestou á cidade e pelos beneficios que a mãos largas distribuiu; o 1º Barão de Pindamonhangaba, Barões de Itapeva e de Romeiro, Viscondes de Palmeira e de Pindamonhangaba. Nas lettras são notaveis o Barão Homem de Mello, tão conhecido por seus trabalhos litterarios e Martins Cabral, o grande orador academico e talento superior. A parte luminosa desta pallida descripção pertence ao Dr. João Romeiro, cidadão prestimoso, que reune a um talento de eleição e a uma vigorosa e robusta illustração, o mais acendrado amor pela terra que lhe serviu de berço. Pertence a tão illustre cidadão a noticia historica que se segue: « Foi fundada em fins do seculo XVII por Antonio Bicudo Leme, seus genros, João Corrêa de Magalhães, Pedro da Fonseca Magalhães e seu filho Manoel da Costa Leme, cuja descendencia é actualmente representada pelas familias Romeiro, Bicudo, Moreira e outras desta localidade. Dos documentos historicos que o tempo não conseguiu destruir ainda, sabe-se que aquelles fidalgos, moradores na antiga villa de Taubaté, voltando dos sertões de Minas Geraes, onde adquiriram immensa fortuna, fundaram, sob a invocação de S. José, uma capella vinculada em terras de sua propriedade, á distancia de duas e meia leguas da villa, á margem dir. do Parahyba. Este facto determinou o apparecimento da pov., de cujo desenvolvimento não podiam se descurar os illustres fidalgos portuguezes, representantes da illustre casa de Manoel Pereira de Vasconcellos, senhor e morgado da villa de Simphães; e em pouco tempo tornou-se importante a pov. Comprehendendo a necessidade de adquirir para esta a liberdade de administrar-se, ou, como hoje se diz, a autonomia municipal, trabalharam Antonio Bicudo Leme, seu filho e genros para desligarem a nova pov. do mun. de Taubaté, constituindo mun. independente, mas nada puderam conseguir á vista da grande opposição que faziam os moradores daquella villa. Aconteceu, porém, que um dia passando por alli o Desembargador João Saraiva de Carvalho, segundo ouvidor-geral e corregedor da com. de S. Paulo, os principaes da terra a elle se dirigiram, offerecendo-lhe para obterem a elevação da pov. á villa, não mais razões de justiça

(1) Esse predio já se acha construido, tendo sido transferido para elle o Grupo Escolar. E' um predio digno do fim a que se destina.

e interesse publico, mas sim donativos, dinheiro, emfim, e por esta maneira foi Pindamonhangaba, da noite para o dia, elevada á villa, sendo o seu territorio desannexado de Taubaté e na mesma noite levantado o pelourinho, emblema da nova categoria e nomeados os juizes, e officiaes que o serviço publico reclamava. O facto, como era de prever, produziu a maior impressão na villa de Taubaté, onde se tratou logo de representar ao governo de Lisbôa contra aquelle attentado. Mas o Desembargador, que sabia o que fazia, além de demandar a serra, em viagem para Paraty, e, por outro lado, os promotores daquellas occorrencias, trataram de aplacar as iras do governo, pedindo e tambem offerecendo dadivas e presentes áquelles de quem dependia a confirmação do acto do Desembargador Saraiva. Conta-se, que, entre outros presentes de valor, um dos supplicantes offereceu a D. João V um cacho de bananas de ouro massiço, que foi muito apreciado pela gente da real côrte. O que é certo é que pela Carta Regia de 1º de julho de 1705 o acto do Desembargador Saraiva foi confirmado, continuando desse tempo em deante a pov. no pleno gozo dos fóros de villa ». Sobre Manoel da Costa Leme, que foi o creador da pov. e cuja descendencia existe ainda representada pelas principaes familias da cidade, diz Pedro Taques, o emerito chronista da velha capitania de S. Vicente: « Foi desempenho glorioso de seus nobres ascendentes pelas moraes virtudes de que se tornou. Teve um respeito igual aos seus grandes merecimentos sempre e o primeiro voto nas materias da republica, tanto na villa de Taubaté, como depois na villa de Pindamonhangaba, que elle foi o que, com grandes cabedaes, concorreu para esta erecção, e obteve da real clemencia do Senhor D. João V a approvação ».

PINDARÉ. O anzol de outro genero, o anzol differente, o que tem o nome de anzol; Maranhão; alt. *pinaré* (Dr. Theodoro Sampaio).

PINDAÚVA. Corruptela de *Pi-nda-ibiy-i*, apertado, mas não pequeno. De *pi*, apertar; *nda*, particula de negação; *ibiy*, pequeno, baixo; *i*, para fechar a negação. E' tambem pronunciado, menos incorrectamente, *Pindahyba*. O som da pronuncia tupi deve ser *Pindahibui;* breve a ultima syllaba (Dr. J. M. de Almeida).

PINDOBA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urú e a do Turý-assú.

PINDOBA. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Capibaribe-mirim.

PINDOBAL. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera.

PINDOBAL DO FAMA. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Turý-assú.

PINDOBAL-MIRY. Rio do Estado do Pará, no mun. de Igarapé-miry.

PINDORAMA. Contr. *pindó-retama*, a região ou o paiz das palmeiras; *pindó-rama*, a palmeira futura, ou que hade vir (Dr. T. Sampaio).

PINGA. Bairro do mun. de Pindamonhangaba e Estado de S. Paulo.

PINGADEIRA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres, a seis kils. do pov. Alagoinhas.

PINGUELA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Manso e mun. do Bom Fim (Inf. loc.)

PINHAL. Dist. creado no mun. de Pirajú do Estado de S. Paulo pelo Dec. de 27 de março de 1899.

PINHAL. Bairro no dist. do Carmo da Escaramuça, do Estado de Minas Geraes.

PINHAL. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, do Estado de Minas Geraes.

PINHAL. Encosta da serra Japy, no mun. de Cabreuva, do Estado de S. Paulo. « *Pinhal*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pi-yáb*, gretas vazias. De *pi*, centro, vazio, fundo; *yáb*, gretar, receber, abrir naturalmente. Allusivo ás grutas e cavernas que ha nessa encosta. O verbo *yáb* exprime o facto natural, e não por obra humana ».

PINHAL. Ribeirão affl. da margem esq. do rio Jundiahy, no mun. de Itú e Estado de S. Paulo. Tambem é conhecido por *Pirahy*. « *Pinhal*, corruptela de *Pi-yáb*, fundo gretado. De *pi*, fundo, centro; *yáb*, gretar, rachar, abrir por acção natural ». (Dr. J. M. de Almeida).

PINHAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Itapetininga, no mun. deste nome.

PINHAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Sorocaba, no mun. da Piedade.

PINHAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de Porto Feliz. Corre para o ribeirão dos Moinhos, affl. do Tieté.

PINHAL. Cabeceira do rio Itapetininga, no mun. de Sarapuhy e Estado de S. Paulo.

PINHALSINHO. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, do Estado de Minas Geraes.

PINHÃO. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas dos dists. de S. José do Barroso (mun. do Rio Branco) e Conceição do Turvo (mun. do Piranga). Reune-se com o Taquarassú.

PINHEIRAL. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho.

PINHEIRINHO. Bairro do mun. da Fartura e Estado de S. Paulo.

PINHEIRINHO. Rio affl. da margem esq. do Sapucahy, no mun. de Santo Antonio da Alegria, e Estado de S. Paulo.

PINHEIRINHOS. Rio affl. do Atibaia pela margem esq., no mun. de Atibaia e Estado de S. Paulo.

PINHEIRINHOS. Uma das cabeceiras do ribeirão Potribú, no mun. de S. Roque, do Estado de S. Paulo. A' sua margem dir. fica a pov. do mesmo nome, proximo á E. de F. Sorocabana.

PINHEIRO. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Maroim (*Almanak Sergipano*. 1901.)

PINHEIRO. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: A respeito della assim se expressa o Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.): « A noroeste da villa de S. Bento, de que dista cerca de 42 kils., á margem esq. do rio Pericuman, rodeada de campos denominados — *Campos de Pericuman* —, os quaes, no inverno, são inundados e reunindo as aguas pluviaes, que recebem, as da lagôas Cafundoca, Laguinho, Faveira e Grande, que, atravessadas por aquelle rio, se conservam, até mesmo no rigor do verão, formam um só lago que banha a villa. E' por este motivo que muitos livros e Cartas a collocam á beira de um grande lago, aspecto que ella só apresenta no inverno. Esses campos são cobertos de *balsedos*, que no inverno se transformam em outras tantas ilhas, das quaes muitas são fluctuantes. . . Existem immensos paúes e terras fecundas, na sua maior parte ainda não exploradas, desde a villa até ás nascentes do rio Pericuman. . . Pinheiró, muito pittoresca e abundante em leite, bôa carne, caças e peixe de bôa qualidade, tem como principal riqueza a criação de gado vaccum e cavallar, o fabrico de assucar e aguardente e a exportação de cereaes. Servem-lhe de portos os logares: Ilha do Pau, Santa Cruz e Muquem, sendo a escolha determinada de accordo com a estação e o calado das embarcações que para lá vão. Calcula-se a sua pop. em 3.000 habitantes. » O Snr. José Ribeiro do Amaral diz: « Villa assentada á margem esq. do Pericuman, em uma peninsula que corre para E. sempre plana e apresentando a mais risonha e bella perspectiva, por isso que é circundada de N. a S. até o lago Cajary, que a

divide de Vianna, pelos campos de Pericuman cobertos de um balcedo, que encanta a vista e offerece ao solo mui profiouo e rico adubo. . . Os principaes generos de producção do mun. são: farinha de mandioca, algodão, milho, gergelim, carrapato, assucar, aguardente, café, arroz, fava e feijão, parte dos quaes são ahi consumidos e parte exportados para a capital, bem como taboado de paparaúba, bacury e cedro ».

PINHEIROS (S. Sebastião dos). Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de S. Manoel, com uma esc. municipal.

PINHEIROS. Morro no mun. de Palmyra e Estado de Minas Geraes.

PINHEIROS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Juquery.

PINHEIROS. Rio affl. da margem esq. do Atibaia, no mun. de Italiba e Estado de S. Paulo.

PINHEIROS. Cabeceira do ribeirão Tahyassupeba, no mun. de Mogy das Cruzes e Estado de S. Paulo.

PINHEIROS. Villa de S. Paulo. Accrescente-se no fim: A villa teve começo em uma capella edificada sob a invocação de S. Francisco de Paula, no bairro hoje conhecido por Capella do Jacú (ou Velha), sendo mais tarde mudada para o local em que actualmente se acha e recebido o nome de Pinheiros, devido a alguns pés de pinhão que ahi existiam. Seus principaes fundadores foram os cidadãos Manoel Novaes da Cruz, Honorio Fidelis do Espirito Santo e Tenente Francisco José Ribeiro, que, em 1850, doaram o terreno preciso para nelle se estabelecerem os primeiros habitantes. Suas casas são pela maior parte terreas, havendo, porém, algumas assobradadas; as ruas são curtas, porém largas. Seus principaes edificios são: a Casa da Camara e Cadêa, as duas casas em que funccionam as escs. publs. (todos proprios do Estado) e a Egreja Matriz. O terreno é em geral montanhoso, mas bem fertil, estando ainda não pequena porção de sua parte em mattas incultas. O mun. assenta sobre a margem esq. do rio Parahyba, que o banha, e é atravessado pelos rios Jacú, que nasce na serra da Mantiqueira e recebe á sua margem esq. o rio do Braço, indo lançar-se no Parahyba depois de um curso de 16 kils., approximadamente; e pelo rio Claro, que tambem nasce na mesma serra e traça os limites deste mun. com o de Queluz, até lançar-se no Parahyba, com um percurso de 18 a 20 kils. mais ou menos, não sendo nenhum delles navegavel. Lavoura de café (a principal), canna e cereaes. Industria pastoril. A pop. do mun. é de 7.500 a 8.000 habs. A villa é illuminada a kerosene e abastecida de excellente agua canalizada. Tem 4 estradas de rodagem, sendo uma para a estação de Lavrinhas, outra para a estação do Cruzeiro, uma para a cidade de Queluz e uma para Passa Quatro, no Estado de Minas Geraes. E' limitado o mun. ao N. pela serra da Mantiqueira; ao S. pelo rio Parahyba; a E. pelo rio do Lopes e a O. pelo rio Claro. Existem 3 capellas, sendo a de Santa Clara no bairro do Rio Claro, de S. Francisco no bairro do Jacú e a de Santa Cruz na estação de Lavrinhas. Dista 270 kils. da capital do Estado, 18 da cidade de Queluz, 9 da estação do Cruzeiro e 6 da estação de Lavrinhas.

PINTA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Alagôa de Baixo e desagua no rio Moxotó.

PINTADA. Ilha do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Porto Alegre.

PINTADOS. Arraial do Estado da Bahia, no termo do Camisão.

PINTOS. Pov. do mun. do Bom Fim, no Estado de Minas Geraes.

PINTOS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Sorocá-mirim.

PIORINY. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Coary.

PIQUIRY. Composto de *piquir-y*, rio dos peixinhos (Dr. T. Sampaio).

PIRABAS. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 797 de 22 de outubro de 1901.

PIRACANJUBA. Composto de *pirá-acan-yuba*, peixe de cabeça amarella ou dourada (Dr. Theodoro Sampaio).

PIRACEMA. Ribeirão affl. do Turvo e este do rio Bananal, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. Em suas cabeceiras tem o nome de Doce; no meio o nome de Manso; e até á barra o de Piracema. « Com este nome Piracema, diz o Dr. J. M. de Almeida, o indigena quiz assignalar dous factos nesse mesmo curso d'agua; a abundancia de peixe que é ahi produzido nas desovas, de tal modo que sahem aos cardumes; *pirá*, peixe; *cẽm-a*, sahida, isto é, sahida de peixe; e outrosim, o alargamento de sua barra, *pirá*, abrir, *cẽm-a*, sahida, isto é, sahida alargada. *Cẽ* ou *hẽ* é o mesmo ».

PIRACICABA. Segundo Martius, *Gloss. Ling. Bras.*, o nome *Piracicaba* significa — logar onde se junta o peixe! O verbo *ci* não exprime a reunião de muitos; portanto, é sem procedencia aquelle significado de Martius, e de outros que, sem criterio algum, o têm seguido. Mais se approximaria da verdade o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, no seu *Diario de viagem pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*, quando diz que « o nome *Piracicaba* é dado ao salto em razão de nelle pararem e chegarem os peixes, porque *pirá* é peixe, *cicaba* quer dizer chegam ». *Cicaba* não quer dizer chegam; significa chegada e passagem, porque os verbos *ci*, chegar e *quab*, passar, com o accrescimo de *a* (breve), ficam formados no infinitivo, o qual, não tendo caso, significa a acção do verbo em geral, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Isto teria feito o indigena simplesmente por jogo linguistico. Mas, não é aquillo de admirar em Martius, pois que o conego João Pedro Gray, na *Historia Jesuitica do Paraguay*, capitulo 23, escreveu que *Piracicaba* significa — tem pena do peixe! Simplesmente um não senso. Este logar é um dos que mereceram aos indigenas maior sciencia e esforço para a denominação; e esta serviu tambem para o rio inteiro, porque o salto é realmente caracterisco. Sim, o nome é do salto, porque esta obra da natureza assignala o rio, dividindo-lhe o curso. *Piracicaba*, corruptela de *Pihá-ci-qua-bo*, de degrão em degrão, aos golpes. De *pihá*, degrão, escada; *ci*, particula distributiva; *quá*, golpe; *bo* (breve), para exprimir o modo de estar. E' pronunciado *Pihá-ci-ca-bo*. Allusivo a cahirem as aguas ahi de degrão em degrão, e ás quedas, espumando. Os indigenas quizeram assignalar a fórma do salto, mas uma serie de cascatas em escadaria, do que propriamente um despenhadeiro de aguas. Não se trata, portanto, de peixes em *ajuntamento*; ainda que, como em outros saltos, ahi os peixes, no tempo proprio, saltem aos cardumes, não podendo resistir ao impulso das aguas. O *h* de *pihá* é aspirado; e a corruptela em *pirá* foi facil. Ja li tambem que *Piracicaba* significa — logar em que se acaba o peixe! Que grande disparate! (Dr. J. M. de Almeida).

PIRACINUNGA. Corruptela de *Pi-rá-çunũ-nga*, fundo desigual e ruidoso. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *çunũ*, fazer ruido, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida).

PIRACIUNNA. Rio affl. da margem esq. do Parahyba, no mun. de S. José dos Campos e Estado de S. Paulo. « *Piracicunna*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pi-rá-cyhũã-mo*, fundo desigual, lodoso a fazer escorregar. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *cy*, resvalar, escorregar; *hũã*, lodo, fezes, borra, com o suffixo *mo* (breve), para dar a forma de supino. »

PIRACRUCA. Corr. *pirá-caruca*, peixe atolado, ou mergulhado em lodo; Piauhy (Dr. T. Sampaio).

PIRACUY. Composto de *pirá-cuí*, a farinha de peixe, ou feita de peixe secco e pilado (Dr. T. Sampaio).

PIRAGIBÚ. Corruptela de *Pi-rá-igi-ibiỹ*, leito desigual, granitico, gretado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *igi*, duro, forte; *ibiỹ*, concavidade, abertura, greta, óco. Contrahido em *Pi-rá-ig'-ibiỹ* (Dr. J. M. de Almeida).

PIRAGIBÚ-MIRIM. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Piragibú, que o é do Sorocaba.

PIRAHITINGA. E' o mesmo rio, e tambem os ribeirões que trazem o nome *Parahytinga*. O nome *Pirailinga* é o verdadeiro. Vide *Parahytinga*.

PIRAHY. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, na villa do mesmo nome e Estado do Paraná.

PIRAHY. Rio affl. da margem dir. do Juquiá, entre os muns. de Iguape e Itapecerica, no Estado de S. Paulo. « Não se trata, diz o Dr. J. M. de Almeida, ainda, neste nome, de *pirá*, peixe. O indigena não cogitava de peixe para denominação de rios e ribeirões, visto que seria uma especie de perissologia, vicio em que, por sua sciencia na maneira de nomear, não cahiria. Dizendo *rio do peixe*, seria o mesmo que dizer *rio de agua*; ainda que é certo que ha rios escassos, ou mesmo baldos de peixe, e rios que, em certa estação do anno, seccam completamente, formando, uns e outros, casos anormaes, e, portanto, exigindo nomes especiaes, correspondentes a taes extraordinarios caracteres physicos. Quando o rio ou ribeirão abundava de peixe, o indigena usava da phrase *pirá-ri*; mas não era propriamente nome, senão somente designação da qualidade piscosa desse curso d'agua. A palavra *ri* é posposição, aqui significando *com*, e nenhuma relação tem com rio ou agua. Em geral, os rios ou ribeirões denominados *pi-ra-i*, escripto corruptamente *Pirahy*, tomaram em portuguez o nome — rio do Peixe —, no presupposto de ser essa a traducção de *Pi-ra-i*! Mas, em tupi, as palavras *i*, *ri* ou *ti*, significando agua ou rio, e entrando na composição de nomes, sempre os antecedem; salvo casos rarissimos em que, antepostas, degeneraria em synchyse a synizése, como por exemplo em *amã-pytũ-i*, tempestade d'agua, ou, mais litteralmente traduzido, nuvem negra de agua, em *amã-nd-i*, agua chovediça. Com effeito, *Pi-ra-i* significa fundo perseverantemente desigual. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado, alto e baixo; *i*, posposição para exprimir perseverança do facto. Allusivo a altos e baixos no leito, por causa de pedras, ou areia, ou mesmo buracos ». O Dr. T. Sampaio diz: « *Pirahy*, corr. *pirá-y*, rio do peixe ».

PIRAHY. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei a seguinte noticia: Profunda tristeza se apodera do espirito de quem actualmente visita as cidades do Rio de Janeiro. Cidades outr'ora prosperas, florescentes e animadas; hoje decadentes, sem vida e em um regresso promissor de um proximo anniquilamento. Acabo de visitar a cidade do Pirahy, da qual passo a dar uma rapida descripção. Fica essa cidade á margem dir. do rio Pirahy, atravessada pelo corrego do Vigario, parte em logar plano, parte em logar elevado, cercada de morros, entre os quaes o da Capella de Santa Cruz e o do Castello, a 18 kils. da estação de Sant'Anna, a 26 da Barra do Pirahy, a 350 metros de altura, pouco mais ou menos, e atravessada por um ramal da E. de F. Sapucahy, que termina em Passa Tres. A cidade é muito pequena, as ruas são calçadas e illuminadas a kerozene. Tem tres pontes, uma de madeira sobre o rio Pirahy e mais duas, sendo uma de ferro sobre o corrego do Vigario. Seus principaes edificios são: a Matriz e a Casa da Camara. A matriz fica em logar elevado, a cavalleiro da cidade, sobre o morro da Capella e na praça Sant'Anna, em cujo centro se ergue um Cruzeiro, ahi collocado no fim do seculo passado. E' um templo singelo, sem ricas ornamentações, mas decentissimo; tem na frente duas torres, um para-raios e um relogio. Possue cinco altares: o altar-mór, com a imagem de Sant'Anna, dous do lado do Evangelho, com S. José e S. Sebastião e dous do lado da Epistola, com as imagens de N. S. das Dores e N. S. da Conceição. Os altares de S. Sebastião e de N. S. da Conceição são de marmore. Do lado do Evangelho fica a bonita capella do Santissimo Sacramento e do lado da Epistola a Sacristia com um altar de Sant'Anna, um arcaz, diversos quadros religiosos e dous retratos do primeiro e segundo vigarios da freg. Na capella-mór ha quatro tribunas e no corpo da egreja, um pulpito, quatro tribunas e o côro com um orgão. Ao lado da Matriz ergue-se a capella do Senhor dos Passos e aos fundos, e em logar mais elevado, a capellinha de Santa Cruz. A capella do Senhor dos Passos é bonita; tem uma linda imagem de Nosso Senhor Jesus Christo e possue ricos paramentos. No consistorio encontra-se o retrato em corpo inteiro do Commendador Sá, que foi provedor por muitos annos da Irmandade do Santissimo Sacramento, a quem pertence essa capella. Essa Irmandade, que tem um patrimonio de 116 apolices de conto de réis, projecta construir um hospital, para o que já fez acquisição do terreno e cuja pedra fundamental foi lançada a 9 de novembro de 1901. A Camara Municipal funcciona em edificio proprio, á rua Barão do Pirahy. Compõe-se de dous pavimentos, sendo o inferior occupado pela Cadeia e o superior pela Secretaria da Camara, sala do jury e uma outra em que davam audiencia os juizes. Na sala do jury funcciona tambem a Camara; nella encontra-se um bom retrato do Marechal Floriano. Cerca o edificio da Camara um bonito jardim, todo gradeado. Ha na cidade dous cemiterios: um municipal e outro da Irmandade do Santissimo Sacramento, este com uma capellinha. O mun. compõe-se de tres dists.: o da cidade, o de S. José do Bom Jardim e o de S. João Baptista do Arrozal. No primeiro dist. ha ainda os povs. de S. João Baptista dos Thomazes e N. S. Apparecida do Rumo, onde existem capellas e escolas. No terceiro dist. existe a pov. de Pinheiros, na estação do mesmo nome da E. de F. Central do Brasil, com um proprio federal, onde tem estado aquartelado diversos batalhões. O mun. confina com os de S. João Marcos, Rio Claro, Barra Mansa, Barra do Pirahy e Itaguahy. A cidade conta 147 casas com 900 habs. mais ou menos. Tem no primeiro dist. 74 casas de negocios, dous advogados, um solicitador, um medico, um pharmaceutico, dous cartorios e um hotel. A producção principal é a do café e aguardente, havendo tambem cultura de cereaes e criação de gado. Tem dous engenhos para preparar café, sendo um na cidade e outro na estação do Engenho Central da ferro-via Sapucahy. A exportação de café do mun. é de cento e vinte mil arrobas, sendo passado pela estação da cidade 30 e tantas mil. O rio Pirahy, que atravessa quasi todo o mun., tem pequenos affls., como sejam o Arataca, o corrego do Vigario, os ribeirões das Cachaças, o da Ponte do Cimento e o de Sant'Anna, proximo á estação deste nome. No dist. do Arrozal, o rio principal é o Cachimbo, que desagua no Parahyba; e em S. José do Bom Jardim o ribeirão da Lage, que tem um affl. denominado da Cacaria. No ribeirão da Lage existe o celebre salto, que está sendo explorado para força motora electrica. O rio Pirahy offerece navegação apenas para barcaças de fundo de prato, tendo havido uma tentativa de navegação a vapor por meio de uma lancha com motor a kerosene. A palavra *Pirahy*, corrupção de *pirá-y*, significa rio do peixe.

PIRAHYKÉ ou **PIRAYQUÊ.** Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Paraná, acima da foz do Paranapanema. Nasce na serra do Diabo, na face norte. « *Pirayquê*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pyrỹ-iquê*, lados a pique. De *pyrỹ*, a pique; *iquê*, lado ». O mesmo escriptor dá outro significado: « *Piraiquê*, isto é, *Pi-ra-iquê*, entrada do peixe. De *pirá*, peixe; *iquê*, entrada ». O Dr. T. Sampaio escreve *Piraqué*, e diz ser corrupção de *pirá-iké*, entrada do peixe; alt. *perequê*.

PIRAJÁ. Corr. de *pirá-yá*, o peixe surge ou cresce; o viveiro de peixe (Dr. T. Sampaio).

PIRAJÚ. Corr. *pirá-yú*, a espinha do peixe; no tupi-guarani é equivalente a *pirá-yub*, peixe amarello, ou o dourado; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). « *Pirajú* ou *Pi-ra-yú*, fundo nivelado, estreitado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *yú*, garganta, estreito » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRAJUÇARA. Vide *Pirajussara*.

PIRAJUSSARA. Rio affl. da margem esq. do rio Pinheiros, entre os muns. de Santo Amaro e de Cotia, no Estado de S. Paulo. « *Pirajuçára*, diz o Dr. J. M. de Almeida, ou *Pi-rá-yú-çára*, fundo desigual, formando gargantas. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *yũr*, fazer garganta, estreitar-se, levado ao participio pelo accrescimo de *çára*, por acabar em *r*, conforme a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. O significado de *Pirajuçára*, que dá Martius, *Gloss. Ling. Bras.*,

peixe que causa comichões, é simplesmente uma invenção. O nome *Pi-rá-yû-çára* que tem esse e outros ribeirões é allusivo a terem cachoeiras, e estreitarem-se entre margens altas em varios logares ».

PIRAJUSSARA. Rio affl. da margem dir. do rio Parahyba, no mun. de Jacarehy e Estado de S. Paulo.

PIRAMBOIA. Dist. de paz creado pela Lei n. 596 de 24 de abril de 1900, no mun. do Rio Bonito do Estado de S. Paulo.

PIRAMBOIA. Rio affl. da margem esq. do rio do Peixe, no mun. de Botucatú e Estado de S. Paulo. « *Piramboia*, diz o Dr. J. M de Almeida, corruptela de *Pi-rá-mbohii*, fundo revolto e pouco corrente. De *pi*, centro, fundo; *rã*, revolver; *mbohii*, pesado, tardo por ter carga ». « *Piramboya*, diz o Dr. T. Sampaio, composto de *pirá-mboy*, o peixe cobra, o *moçú*; S. Paulo ».

PIRAMONHANGABA. Composto de *pirá-monhangaba*, a pescaria, a caçada do peixe (Dr. T. Sampaio).

PIRANEMA. Composto de *pirã-nema*, peixe fetido, ou morrinhento (Dr. T. Sampaio).

PIRANEMA. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Nova Almeida.

PIRANGA. Adj., vermelho, rubro, corado, ruivo; alt. *piran*, *pira* (Dr. T. Sampaio). « *Piranga*, contracção de *Pirá-ã-nga*, leito desigual e empinado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, desnivelado; *ã*, empinar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida).

PIRANGA. Estação do Prolongamento da E. de F. de S. Francisco, no Estado da Bahia, entre Carnahyba e Joaseiro, no kil. 572,334 distante da Bahia ou no kil. 449,910 distante de Alagoinhas. Fica na altitude de 371m,050.

PIRANGA. Rio affl. da margem dir. do Ribeira de Iguape, no mun. de Iguape. Nasce nos morros que ficam por detraz da cidade.

PIRANGA. Rio de S. Paulo, affl. do Juquiá. Accrescente-se no fim: Outros o dão como affl. da margem esq. do ribeirão Quilombo, trib. do Juquiá. Sua extensão é de mais de cem kils., é encachoeirado e tem saltos notabilissimos nos primeiros setenta kils. Variam muito, quer a largura, quer a profundidade desse ribeirão. São ahi os saltos sobre os quaes se despenham os affls. Temivel e Travessão; bem como uma cascata extensa e lindissima, que acaba em um salto a prumo, cuja altura é de cerca de 40 metros.

PIRANHA. Corr. *pir-ãi*, o que corta a pelle, a tesoura, a tenaz; nome do peixe voraz, *Pygocentrus* (Dr. T. Sampaio).

PIRANHAS. Arraial no termo de Pacatuba, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PIRÃO. Corr. *ypirú*, posto de molho, ensopado, farinha de mandioca molhada com agua a ferver (Dr. T. Sampaio).

PIRAPAMA. Composto de *pirá-pama*, bate o peixe, onde o peixe salta n'agua (Dr. T. Sampaio).

PIRAPEMAS. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica á margem esq. do rio Itapecurú, defronte da foz do rio que lhe dá o nome. Perto dessa pov. encontra-se o logar em que nasceu João Francisco Lisboa, o Timon Maranhense. E' tambem denominado Pirapamas.

PIRAPITANGUY. Corruptela de *Pi-rá-pỹtỹ-ng-i*, leito desigual e perseverantemente apertado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *pỹtỹ*, apertar com o suffixo *ng* (breve), para formar supino; *i*, posposição de perseverança. Não é, pois, rio de peixe vermelho, como o escreveu Martius, em seu *Gloss. Ling. Bras.* (Dr. J. M. de Almeida). Outros escrevem, talvez com mais exactidão, *Pirapetingui*.

PIRAPITINGA. Corruptela de *Pi-rá-pỹtỹ-nga*, leito desigual e apertado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *pỹtỹ*, apertar, afogar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida).

PIRAPITINGUY. Rio do Estado de S. Paulo, passa perto do nucleo Campos Salles e desagua no Jaguary. Recebe o Tres Barras.

PIRAPORA. Composto de *pirá-pora*, o peixe salta ou pula; logar do rio encachoeirado onde o peixe pula; alt. *pirapó*, no tupi-guarani (Dr. Theodoro Sampaio). « *Pirapóra*, isto é, *Pi-rá-pór-a*, centro alto; *pór-a*, para exprimir conter. E' traduzido litteralmente— contém centro levantado — » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRAPORA. Ultima estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio a 1.369 kils. distante do Joaseiro, no Estado da Bahia.

PIRAPORA. Morro entre os muns. de Campinas e de Itatiba, no Estado de S. Paulo. No mesmo Estado ha outro morro entre os muns. de Conceição dos Guarulhos e de Nazareth.

PIRAPORA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jaguary, trib. do Parahyba do Sul.

PIRAPORA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Bacuruvú, entre os muns. de Conceição dos Guarulhos e de Mogy das Cruzes.

PIRAPORA. Cachoeira e salto no rio Tieté, no mun. do Parnahyba e Estado de S. Paulo. Ha ahi uma capella do Senhor Bom Jesus, muito venerada dos fieis.

PIRAPORINHA. Ribeiro affl. da margem esq. do ribeirão dos Meninos, no mun. da capital do Estado de São Paulo.

PIRAQUAMA. E' corruptela de *Pi-rá-áqûá-mã*, contrahido em *Pi-rá-'quá-mã*, leito desigual e voltas esquinadas. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *áqûá*, esquinar; *mã*, voltas, com pronuncia breve e corrida esta ultima palavra, por prevalecer o accento de *á* em *rá* e em *áqûá* (Dr. J. M. de Almeida). Encontrei esta palavra tambem assim escripta: *Piracoama*, *Paraquama*.

PIRAQUERA. Corr. *pirá-kéra*, a dormida ou jazida do peixe (Dr. T. Sampaio).

PIRARUCÚ. O peixe *Studis gigas*, Cuv., da fauna do Amazonas; composto de *pirá-rocú*, o peixe vermelho (Dr. T. Sampaio).

PIRARUCÚ. Rio do Estado do Pará, banha o mun. do Curralinho e desagua no rio Piriá.

PIRASSUNUNGA. Corr. *pirá-cyninga*, peixe roncando, ou o ronca-peixe; alt. *piracinunga*, *piracininga* (Dr. Theodoro Sampaio). «E' engraçado o significado que do nome Pirassununga deu Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, em seu *Glossario*: peixe que morde! Simplesmente uma tolice attribuida ao sabio indigena. Tenho ouvido a muitos que significa — barulho de peixe; porque, na cachoeira, os peixes, quando descem da desova, agglomeram-se e brigam disputando-se uns aos outros o *canal* e soltando pequenos gritos, cujo som geral ou reunido é realmente um barulho. Mas, isso não tem explicação com referencia á cachoeira; e o significado — barulho de peixe — corresponderia sómente a *pirá-çunũ*, permanecendo no infinitivo sem caso este verbo *çunũ*. Ora, *çunũ-nga* é supino. *Pirassununga* é corruptela de *Pi-rá-çunũ-nga*, leito desigual e ruidoso. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *çunũ*, fazer ruido, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a ser esse um logar encachoeirado e com queda ou salto, fazendo as aguas, ao descerem, grande ruido. Nada tem esse nome com peixe; ainda que é certo abundar muito a pescaria nessa

cachoeira. O indigena não cogitou disso » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRASSUNUNGA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Guarakessava.

PIRATARACA. Cachoeira no rio Sorocaba, ao atravessar o intervallo existente na serra S. Francisco, entre os muns. de Sorocaba e da Piedade, no Estado de S. Paulo. Precede ao grande salto Itupararanga. «*Pirataraca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Pi-ra-ati-aráguaî*, contrahido em *Pi-r'-at'-aráguaî*, leito desnivelado, montão estreitado. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *ati*, montão, cousa levantada; *aráguaî*, estreitar, fazer cintura. Allusivo a estreitar-se ahi o rio entre paredões a pique, logo abaixo da cachoeira, depois de ter esta formado um dique granitico. Já li que este nome significa — *estalo de peixe*. Que desproposito! ».

PIRATININGA. Composto de *pirá-tininga*, o seccapeixe, ou o peixe seccando; alt. *piratinim* (Dr. Theodoro Sampaio). «*Piratininga*, corruptela de *Pi-ra-tinỹ-nga*, sinuoso e leito desigual. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *tinỹ*, ou mesmo que *tenỹ*, fazer voltas, enrodilhar, ser sinuoso, com a particula *nga* (breve), para formar supino » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRATININGA. Nome antigo da pov., que depois foi mudado em S. Paulo, e é hoje a cidade — capital deste nome. O nome Piratininga é derivado do affl. do rio Tieté, pela margem esq., tambem conhecido pelo nome *Tamanduatehy* (Vide o nome *Tamanduatehy*). Com effeito, em escripturas antigas é mencionado o rio *Piratininga*; e em outras, do mesmo tempo, o rio *Tamanduatehy*. O rio, portanto, tinha esses dous nomes; e é facil explicar esse facto, sendo sabido que esta região foi disputada por mais de uma nação indigena, e cada qual, para exprimir o signal da conquista, mudava aos logares os nomes anteriormente dados pela nação vencida, sem que todavia a esta deixassem de ficar em lembrança. Quando Martim Affonso de Souza aportou á *Bertioga*, em 1531, encontrou no littoral até *Ararapira* a nação *tupi*, a qual, sem duvida, havia vencido a nação *guayanaz* ou *goia-ná*, que ahi e em serra acima dominava. E se, em 1531, não fossem da nação *tupi* os dominadores de *Piratininga*, os de *Bertioga* não lhes teriam mandado aviso, afim de que acudissem com as precisas providencias; e de *Piratininga* desceram Tibiriçá e João Ramalho, acompanhados de centenas de indigenas, para fazerem o reconhecimento. Em uma *Informação* existente na bibliotheca de Evora, em Portugal, e attribuida ao padre José de Anchieta, que então era o provincial do Brasil, foi escripta a seguinte noticia: «Na (capitania) de S. Vicente, que é de Martim Affonso de Souza, á qual elle mesmo foi ter com a armada, depois de haver nella alguns poucos e antigos moradores, e accrescentou muito, houve capitães, ordinariamente, assim como nas mais capitanias, postos pelos senhores; nunca nella houve guerras com os Indios naturaes que se chamam *Tupis*, que sempre foram amigos dos portuguezes, salvo no anno 1562, que uns poucos do sertão por sua maldade (ficando a maior parte amiga como d'antes) deram guerra a *Piratininga*, villa de S. Paulo... ». Nesta *Informação* são declaradas as nações de indigenas, predominantes em cada capitania. — Em 1559, escrevia a Thomé de Souza, governador da Bahia, o padre Manoel da Nobrega: «O anno passado me escreveram que vieram os Castelhanos a vingar a morte de alguns Christãos e indios Carijós, que os Tupis de S. Vicente haviam morto, havendo o capitão do Paraguay feito pazes entre os Tupis e Carijós, que não lhe cumpriram, pelo qual vieram Castelhanos e Carijós a vingar isto e foi a mortandade tanta que fizeram nos Tupis que *despovoaram o rio Grande*, e vinham fugindo *para o mar de S. Vicente*, com medo dos Castelhanos ». Este rio Grande é o rio *Tieté*, cujo significado é esse. — A villa *Piratininga* não estava ainda então installada, pois que só foi em 1560: E, a este respeito, vale a pena transcrever o que, na mesma já citada *Informação*, o padre José de Anchieta dizia: «No anno de 1554, mudou o padre Manoel da Nobrega os filhos dos Indios ao campo, a uma pov. nova chamada *Piratininga*, que os Indios faziam, por ordem do mesmo Padre, para receberem a fé ». Tudo isso prova quão falsa é a narração que, sob a data de 22 de Janeiro de 1552, foi enxertada no *Diario de Navegação* de Pero Lopes de Souza, com referencia á fundação da villa *Piratininga* em tal época (1532), como demonstrei, por outras razões, no folheto — « *A capitania de S. Vicente. S. Paulo, 1887* » — A primeira missa foi dita na igreja do Collegio dos Padres da Companhia de Jesus, em 25 de janeiro de 1554. Assim demonstrado que, não os *guayanazes*, mas os *tupis*, eram os dominadores em *Piratininga*, e que, portanto, Piqueroby e Tibiriçá eram desta nação, e não daquella, ao inverso do que tem sido escripto e que eu mesmo reproduzi na obra *Algumas Notas Genealogicas*, pelo que ouvira e lêra, volto á questão do rio *Piratininga*. Frei Gaspar da Madre de Deus, nas *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente*, affirma que o *Tamanduatehy* é o *Piratininga* dos antigos. Em documentos de 1560-1570, foi escripto indifferentemente *Pyratyny* e *Piratininga*. Os campos de *Piratininga* se entendem os que estão ao longo da margem esq. desse rio; e a villa de S. Paulo foi fundada na extremidade fechada pelo rio Tiété e sua varzea » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRATINY. Rio do Estado do E. Santo; desagua na bahia da Victoria entre o monte Moreno e o morro da Penha. Tambem dizem Piratinim e Piratininga.

PIRATIOCA. Composto de *pirati-oca*, a casa ou refugio das tainhas; alt. *bertioga* (Dr. T. Sampaio).

PIRATIRUCA. Cachoeira no rio Tieté, abaixo do salto de Itupanema, no Estado de S. Paulo. « *Piratiruca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pi-rá-ti-rug-ca*, leito desigual e apertado, ruidoso. De *pi*, centro, fundo; *rá*, desigual, não nivelado; *ti*, apertar; *rug*, fazer estrondo, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo ao desnivelamento do leito nesse logar, entre paredões que estreitam o rio, e fazendo estrondo as aguas revoltas, ao descerem sobre as pedras ».

PIRATIUA. Composto de *pirati-ua*, o natural ou procedente de Parati (Dr. T. Sampaio).

PIRATUBA. Log. do Estado do Pará, no mun. de Affuá, á margem do rio Araramá.

PIRATUBA. Rio do Estado do Pará, affl. do Goiabal, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

PIRAUAMA. Composto de *pirá-uama*, o peixe hade comer, isto é, a ceva do peixe; alt. *pirá-guama*. Dahi *guiráuama*, a ceva dos passaros; *araçari-guama*, a ceva dos tucanos araçaris; *araruama*, composto de *arara-uama*, a ceva das araras. Vide estes nomes, cuja traducção aqui é a mais acceitavel (Dr. T. Sampaio).

PIRAU-ASSÚ. Rio do Estado do Maranhão, banha o pov. de S. João de Cortes e desagua na bahia de Cuman.

PIRAYQUÊ. Vide *Pirahykê*.

PIRES. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema do Estado de Minas Geraes.

PIRES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PIRES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. da Cotia e desagua no rio deste nome.

PIRES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha a pov. do Ribeirão Pires do mun. de S. Bernardo e desagua na margem dir. do rio Grande ou Jurubatuba.

PIRES. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Juquery, trib. da mesma margem do rio Tieté.

PIRIPAU. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, na colonia Nova Baden. E' atravessado pela E. de F. Musambinho e desagua no ribeirão do Mello, affl. do rio Lambary.

PIRIRICA. Corredeira no rio Ribeira de Iguape, no Estado de S. Paulo. « *Piririca*. Vide *Ycirica*, correnteza, ra-

pido » (Dr. T. Sampaio). « *Pÿ-ÿri-ca*, ligeiro. De *pÿrÿri*, ser ligeiro, ligeireza, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRIRIÇARA. Corrego affl. do ribeirão Piripiri, os quaes, reunindo-se, affluem no rio dos Pinheiros pela margem esq., no mun. da Cotia e Estado de S. Paulo. « *Pÿ-ÿri-çára*, ligeiro. De *pyryri*, ser ligeiro, ligeireza; *çára*, o mesmo que *ára*, particula de participio formado com *ç*, por acabar em vogal o verbo, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica* » (Dr. J. M. de Almeida).

PIRISAL. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. do Livramento, com uma esc. publica, creada pela Lei n. 308 de 15 de março de 1902.

PITANGA. Serra do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava.

PITANGA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem dir. do rio do Collegio, trib. do Parahyba, no mun. de S. Fidelis.

PITANGUEIROS. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

PITANGUY. Rio vermelho; composta de *pitanga-y*.

PITIGUARAS. Tribo selvagem do norte do Brasil; corr. *poti-guara*, o papa camarões, o comedor de camarões.

PITÓ. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Cimbres.

PITO ACCESO. Bairro da cidade da Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

PITOMBEIRA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

PITOMBEIRA. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruarú, com uma feira.

PIÚ. Morro no mun. de Iguape, proximo á cidade deste nome, no Estado de S. Paulo. « *Piú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Pi-ii*, escorregadio. De *pi*, pé; *ii*, resvalar. O primeiro *i* de *ii* tem o som guttural, segundo a lição dos grammaticos ».

PIUMA. O mosquito; corr. *pium*.

PIXAHIM. Morro á margem do rio S. Francisco, entre Barra do Rio Grande e Urubú, no Estado da Bahia. Dizem que ha ahi uma imagem de Santo Antonio. Todos os barqueiros, quando passam por ahi, lançam n'agua algum dinheiro de cobre, persuadidos de que o Santo manda ou vem apanhal-o.

PIXANANA. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Amaragy.

PLANTA. Arraial no mun. de Santo Amaro, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PLATINA. Villa e mun. do Estado de Minas Geraes, creado pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901, que o constituiu com os dists. de S. José do Tijucø e do Rio Verde desmembrados do mun. do Prata, sendo a séde em S. José, que passou a denominar-se Villa Platina.

PLATINA (Santo Antonio da). Dist. do termo de Nova Alcantara, no Estado do Paraná. Fica á margem dir. do ribeirão do Boi Pintado.

POÁ. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Guaracahú, que é trib. do Baquirivú-guassú, e este do Tieté.

POCABA. Part. do vb. *poca*, arrebentando, estrondando; o que detona, o fuzil, a espingarda. Vide *Bocaba*; alt. *pocá* (Dr. T. Sampaio).

POÇA-UNA. Rio do Estado de S. Paulo, desagua no oceano, na praia de Una, no mun. de Iguape. E' celebre, porque, junto a elle, foi encontrada a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape. O Dr. J. M. de Almeida diz: « *Pussauna*, corruptela de *Pi-çái-húú-n-a*, leito esparzido e lodoso. De *pi*, centro, fundo; *çái*, esparzir, estender; *húú-na*, lodo, lama, borra, fezes, detritos, etc., com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a derramar-se em alagadiço; e formar limo ou lodo nessas aguas, quasi paradas, quer no leito, quer ás margens ».

POCINHO. Bairro no mun. de Bariry e Estado de São Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 689 de 4 de maio de 1900.

POÇO. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Queimadas.

POÇO. Uma das denominações da serra de Paranapiacaba, no Estado de S. Paulo, entre as serras do Meio e do Cubatão.

POÇO. Enseada na peninsula de Itapagipe, no Estado da Bahia, entre a ponta José Lopes e a enseada do Bugarim.

POÇO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Bernardo. Vai para o rio Capivary, trib. do rio Pequeno, que o é do Grande ou Jurubatuba.

POÇO ALEGRE. Log. no mun. de Castro, do Estado do Paraná.

POÇO AZUL. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

POÇO DA PEDRA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

POÇO DA VACCA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Limoeiro e desagua na margem dir. do rio Capibaribe.

POÇO DO BARÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

POÇO DO GENERAL. Log. do Estado de Matto-Grosso, no mun. de Santo Antonio do Rio Abaixo.

POÇO DO LIMÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Mundo Novo.

POÇO DO UNA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho.

POÇÕES. Ilha no mun. de Arayoses, do Estado do Maranhão.

POÇO FUNDO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 1º dist. do mun. de Taquara do Mundo Novo, com escola.

POÇO FUNDO. Estação da E. de F. de Araraquara, no Estado de S. Paulo, no kil. 71,860, entre as estações de Santa Ernestina e Ribeirãosinho.

POÇO PRETO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Quipapá.

POÇO REDONDO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 644 kils. distante da cidade do Joaseiro, entre as estações do Sobrado e Campo Largo.

PÓÇOS. Log. do Estado da Bahia, no mun. do Mundo Novo.

POERA. Vide *Coéra* ou *Quéra*.

POJUCA. Corr. *yapó-yuc*, pantano corrupto, poder; estagnado; alt. *ipojuca*, *pojú*, *boyú* (Dr. T. Sampaio).

POLVILHO. Morro do Estado de S. Paulo, entre os rios Tieté e Juquery, ou melhor, entre o Itahim e o Jaguary, ambos affls. do Juquery.

POMBA. Da cidade do Mar de Hespanha dirigi-me para a do Pomba.

Na estação do Guarany, do ramal da Serraria, tomei o ramal do Pomba e, depois de passar pela estação do Passa Cinco, cheguei ás 7 ½ horas á estação daquelle nome.

A cidade fica em um planalto, á margem esquerda do rio Pomba e abaixo da confluencia do S. Manoel, cercada pelos morros do Castello, Rosario e Gordo, a 460 metros de altura sobre o nivel do mar, a 27 kils. da estação do Guarany, a 753 metros da estação do Pomba, á qual é ligada por uma calçada que tem cinco metros de largura.

A cidade é maior do que a do Mar de Hespanha e de mais bonito aspecto. Quem se colloca na praça Barão de Montes Claros goza de um esplendido panorama.

Suas ruas são estreitas, sem calçamento, com passeios cimentados, sinuosas e quasi planas; são em numero de 10, afóra beccos e travessas. Tem duas praças: a do Coronel João Bento e a do Barão de Montes Claros, esta bastante extensa e plana.

Seus predios, em numero de 300, são quasi todos antigos, havendo alguns de gosto moderno e elegante. É illuminada a kerozene por lampadas belgas e abastecida de boa agua, que vem da chacara do Penacho, com um percurso de dous kilometros.

O commercio, que se distingue pela sua honradez, é algum tanto animado. Compõe-se elle de 31 casas de diversos artigos, sendo cinco importantes; tres pharmacias, dous hoteis, tres alfaitarias, dous barbeiros, tres açougues, duas padarias, tres marcenarias, um serralheiro, dous selleiros, tres caldeireiros, dous fogueteiros, tres olarias, duas machinas de beneficiar café e uma serraria a vapor.

Tem a cidade dous medicos, dous advogados formados, dous provisionados e um solicitador.

A população da cidade é de 2.500 habitantes e a do mun. de 40 a 50 mil.

Os edificios são: o *Forum*, a cadeia, a matriz e a capella do Rozario. A Matriz, mal situada, é um templo sem architectura e completamente damnificado, principalmente no interior; tem o altar-mór com S. Manoel e dous lateraes, um do Senhor dos Passos e outro de Nossa Senhora das Dores. Do lado da Epistola fica a capella do Sacramento, com o Sagrado Coração de Jesus.

No meio das florestas, em pleno sertão, foi dita a primeira missa nessa freguezia, então aldêa de indios, no dia 25 de dezembro de 1767, sendo celebrante o Vigario catechizador Manoel de Jesus Maria.

Até o anno de 1773 a freguezia denominava-se — Freguezia do Martyr S. Manoel dos rios Pomba e Peixe — de 1774 em diante foi que, a esta já longa denominação se accrescentou ainda — dos indios Coroatós e Coropós.

A capella do Rozario fica no alto do morro do seu nome. Foi construida a expensas do Major João Cezario José da Silva, em cumprimento de um voto.

O *Forum* é um dos maiores e mais bonitos do Estado; fica na praça do Barão de Montes Claros.

E' o edificio composto de dous pavimentos, tendo no segundo seis janellas de peitoril e tres de sacada, com balaustradas de cimento; e no primeiro seis janellas de peitoril e tres portas muito estreitas. No frontão vê-se um relogio.

No primeiro pavimento funccionam a repartição municipal, o cartorio de orphãos, um commodo para recolher testemunhas, os cartorios do 1º e 2º officios, o do escrivão do registro civil e as collectorias; no segundo ha o salão das sessões da Camara, o do jury, a sala de audiencias e outras dependencias.

Os salões do jury e das sessões da Camara são ornados com luxo.

Lançou-se a pedra fundamental desse edificio a 19 de março de 1893, sendo inaugurado a 14 de outubro de 1894.

A Cadêa está situada na mesma praça, ao lado do *Forum*. E' um predio velho, mas solido. Tem quatro prisões. Ao lado fica-lhe o quartel.

A Bibliotheca Municipal fica na rua Domingos Ignacio, em um predio construido a expensas do povo e doado á Camara. Dispõe de uma sala, onde se encontram varios retratos, e de mais quatro salas com estantes, onde se acham para mais de quatro mil volumes, sendo mil de obras escolhidas.

O Cemiterio fica no alto do morro do Castello; é todo murado e tem uma capella de S. Miguel.

O orçamento da Camara é de 110:000$000.

Os arrabaldes da cidade denominam-se Gordo e Varzea.

O municipio confina com os do Alto Rio Doce, Barbacena, Palmyra, Rio Novo, S. João Nepomuceno, Cataguazes e Ubá.

Compõe-se dos districtos seguintes: Cidade, Mercês, Silveiras, Bomfim, Taboleiro, Guarany e Pirahuba; e dos povoados: Taboleirinho, Salvador, Bom Jardim, Passa Cinco e Capivary.

A lavoura consiste na cultura do café, fumo, canna e arroz. A grande propriedade está muito subdividida, havendo lavradores que colhem vinte mil arrobas e outros que colhem apenas quinhentas.

A exportação do café ascende a 500 mil arrobas e a do fumo a 200 mil. A fabricação da aguardente é avultada, produzindo, só no districto da cidade, mais de mil pipas.

Tem o municipio 40 machinas de beneficiar café.

As principaes fazendas são: Cachoeira, Tanque, Chacara e S. José, no districto da Cidade; Lagôa, Paraiso, Jacuba, Fundão, Barro Branco, no districto das Mercês; Mont' Alverne, União, Estiva e Palestina, no districto de Guarany; Assumpção, Lindo Valle e Vargem Grande, no districto de Pirahuba; Japão, Rochedo e Boa Vista, no districto de Silveiras; Agua Limpa, Queira Deus e Matta, no districto do Taboleiro; S. Domingos, Capivary, Fortuna e Taquara Preta, no districto do Bomfim.

O clima é saluberrimo. A molestia mais commum é o impaludismo. A tuberculose é rara.

O municipio é atravessado pela Estrada de Ferro Leopoldina, que tem nelle as seguintes estações: Cidade, Passa Cinco, Guarany e Pirahuba.

Ha no municipio 17 escolas subvencionadas pela Camara, sendo: duas na cidade; uma em S. José da Soledade, distr. de Silveiras; uma em Boa Esperança e uma em Macacos, ambas no dist. de Pirahuba; uma em Passa Cinco, dist. do Taboleiro; uma no Retiro, dist. das Mercês; duas em Bom Jardim, dist. da Cidade; duas na séde do dist. de Pirahuba; uma em Guarany; uma em Corrêas, dist. da Cidade; uma na estação do Passa Cinco, dist. de Guarany; uma em Magalhães, dist. da Cidade; uma no Ribeirão de Sant'Anna e outra no Caranguejo, ambas no dist. do Taboleiro.

O principal rio do mun. é o Pomba, que nasce na serra do Sapateiro, cordilheira da Mantiqueira, mun. de Barbacena, e desagua no Parahyba, pela margem esquerda, pouco abaixo da Aldêa da Pedra, tambem chamada S. José de Leonissa, actualmente villa de Itaocara, após um curso de 300 kils. approximadamente.

Recebe em territorio do mun., pela margem esquerda, o Paciencia (que recebe o Sant'Anna), Arrudas, S. Manoel (que recebe o Sant'Anna e o Carijó), Tijuco, Massambará, Candongas e Paraopeba; e pela direita, o Lontra (que recebe o Taquara Preta e o Bomfim), Accacio, Cavacudos, Formoso (que recebe o Capivary, Queira Deus, Sant'Anna, Santo Albano, Godinho e Anzóes), Passa Cinco, S. Luiz e Estiva.

Tem as cachoeiras de Antonio Pedro, a um kil. da estação do Pomba, a do Passa Cinco ou Manuel Alves, e a do Soccó, abaixo da estação do Guarany.

Este rio apresenta de notavel um sumidouro de 700 metros de extensão, em gráo sempre ascendente, e sobre o qual se caminha a pé enxuto. Além deste sumidouro tem o Pomba um outro a quatro kil. das Mercês.

A respeito do nome de Pomba dado ao rio e mais tarde á povoação, hoje cidade, diz a tradição que os aposseadores de terras, quando o lugar era sertão, mataram uma pomba á margem do rio, e que, tendo-se distanciado do rio, o chefe da expedição ordenou aos seus camaradas que fossem dormir á margem do rio da Pomba, isto é, do rio em que haviam morto a pomba.

Entre as serras que atravessam o mun. notam-se: Maria Rosa, Macuco, Capivary, Caramonas, Beija-Flor, Soledade, Bomjardim e das Velhas; e entre os morros os denominados Grande, Cachoeira, Cruz das Almas, Boa Vista, Gouvêa, Tijuco, Cangalha, S. Francisco e Oca.

A imprensa na cidade é representada pelo *Imparcial* e pelo *Pomba*.

A cidade dista de Barbacena 84 kils., de Palmyra 54, do Alto Rio Doce 54, do Rio Novo 27, de S. João Nepomuceno 42, de Cataguazes 66 e de Ubá 42.

POMBAS. Ilha do Estado de Santa Catharina, proxima á ponta de Caiacanga-assú.

POMBEBA ou POMBEVA. Ilha no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Pombeva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Páũ-mbê-bae*, ilha chata. De *páũ*, ilha; *mbê*, o mesmo que *pê*, chata, plana; *bae* (breve), para formar participio significando — o que é ». « *Pombeva*, diz o Dr. Theodoro Sampaio, corr. *pó-mbeba*, a mão chata, a fibra, a verga ou cipó chato ».

POMBINHAS. Log. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a 96 kils. da cidade e está situado nos denominados Campos das Pombinhas, onde ha grande criação de gado. Nesse pov. se reune a maior feira do Estado, convergindo para ahi as boiadas que vêm dos sertões do Maranhão, do Piauhy e de Goyaz. Esses campos, que estão situados entre os rios Mearim e Itapecurú, occupam uma área avaliada em 30 kils. de comprimento, de N. a S., e em seis de largura, de E. a O. São cercados de mattas, por onde correm diversos igarapés, entre os quaes o Perdido, o Grande, o Jacaré e o Jundiahy.

POMONGA. Corr. *pomong*, o visgo, o grude, a massa pegajosa; Sergipe (Dr. T. Sampaio).

PONCHE VERDE. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de D. Pedrito, com escola.

PONGAL. Log. do Estado do E. Santo, no mun. do Rio Novo.

PONTA D'AGUA. Grandes correntezas que existem nas voltas dos rios. E' termo uzado no rio S. Francisco.

PONTA D'ALVA. Arraial no termo de Itaporanga, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PONTA D'ARÊA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

PONTA DAS BARREIRAS. Corrego do Estado da Bahia, no mun. do Prado. Vai para o oceano.

PONTA DO BAHIANO. Ilha no rio Bacurypanan, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão. O Sr. José Ribeiro do Amaral, que della faz menção em seu trabalho O *Estado do Maranhão em 1896*, escreve na pag. 124 Ponta do *Balnario* e na pag. 125 Ponta do *Bahiano*.

PONTA DO FERREIRA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

PONTA DO OURIÇO. Riacho do Estado da Bahia, no mun. do Prado. Vai para o oceano.

PONTA GROSSA. Pequeno arraial assente sobre a praia e outeiro do mesmo nome, no mun. da capital do Estado de Santa Catharina. "E tal designação cabe-lhe bem, diz Virgilio Varzea, porque fronteiro á barra como está, soffre em cheio o embate das vagas de fóra que se precipitam contra elle com violencia o estrondo, espalhando-se em perigosa rebentação alvacenta. Esta ponta tem um assignalamento sinistro pelos numerosos naufragios de canôas occorridos ahi desde annos com temporaes desfeitos, onde tem perecido tanta obscura e preciosa existencia ! Dahi o resguardo quasi supersticioso e sagrado que lhe dão sempre os canoeiros dessas alturas, apezar de sua lendaria affouteza. Nesse alto cabeço rochoso existiu, outr'ora, um forte cuja fundação teve logar em 1740, sob administração do brigadeiro José da Silva Paes, que governou Santa Catharina de 1737 a 1743, e ao qual se deve ainda a construcção das fortalezas de Santa Cruz, Ratones e Barra do Sul. O forte, que possuia uma capella sob a invocação de S. José, acha-se actualmente em completa ruina, de que se destacam aqui e alli, cobertos de vegetação, pedaços da velha muralha esboroada. Dahi para o sul, na direcção do Raton Grande, estende-se, com a extranha conformação de um gigantesco braço encurvado, a lingua de areia nua do Pontal, formada pelo estuario do rio Ratones e o choque ininterrupto das vagas da barra, tendo a extensão de um kil." O arraial, pouco populoso e com estreitas terras araveis, conta pequenas culturas; mas é essencialmente piscoso na sua praia revolta. Algumas canôas e rêdes constituem a riqueza maior dos habitantes, que são todos pescadores.

PONTA GROSSA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

PONTA GROSSA. Log. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú.

PONTA GROSSA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Gravatahy, com escola.

PONTAL. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

PONTAL. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Itajahy, com escola.

PONTAL. Serra do Estado do Maranhão, no mun. da Barra do Corda. Estende-se até á margem do Mearim, que lhe corre na base.

PONTAL DO CACHOEIRÃO. Log. no mun. de Miranda, do Estado de Matto Grosso. Encontrei tambem escripto Pontal da Cachoeira. Serão dous logares differentes?

PONTAL DO CAFÉ. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

PONTÃO. Arroio do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava. Vai para o rio da Egrejinha, trib. do Cavernoso.

PONTÃO DAS ESTACADAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava.

PONTA PORÃ. Log. de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: Foi elevada á parochia pela Lei n. 255 de 10 de abril de 1900.

PONTAS DO IBIROCAY. Log. no mun. de Uruguayana, no Estado do R. G. do Sul, com uma esc. municipal.

PONTAS DO TOURO-PASSO. Log. no mun. de Uruguayana, do Estado do R. G. do Sul, com uma esc. municipal.

PONTE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PONTE. Riacho do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. J. J. Ferreira, referindo-se a este riacho, diz: "O nome Ponte, dado ao riacho que banha a pov. e que abastece a cidade (de Caxias), tem uma origem tão curiosa que não devo deixar de citar. Em certo logar de seu curso, por onde passa uma estrada, « o riacho mergulha-se por um grande buraco na terra, ao qual chamam Sumidouro, e desapparece para depois surgir a algumas braças de distancia ». Esta estrada, que se passa a pé enxuto, é uma ponte feita pela natureza. D'ahi lhe provém o nome. Alguns de seus trechos são muito frequentados pelos moradores da cidade, que ahi vão a passeio e por estranhos que a visitam. Suas aguas crystallinas e frescas, sombreadas por muitas arvores que vicejam em suas margens, correm, ora por um leito de areia alva, ora sobre lagedo. Ha um logar em que, estreitando-se o riacho e correndo sobre lagens dispostas bruscamente em um escalão, as aguas se despenham com grande fragor, formando uma cascata, que os habitantes do logar denominam Roncador. . . . » Desagua na margem esq. do Itapecurú, nasce no logar Soledade e tem um curso avaliado em 18 kils.

PONTE ALTA. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

PONTE ALTA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Itapecerica e desagua no Mboy-mirim.

PONTE ALTA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. de Diamantina. Vai para o rio Jequitinhonha.

PONTE BERÇOT. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Bom Jardim.

PONTE DO IMARUHY. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de S. José, com escola.

PONTE LAVRADA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Roque.

PONTE NOVA. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

PONTE QUEIMADA. Corrego do Estado de Minas Geraes. E' um dos formadores do Ajunta-Ajunta, trib. do ribeirão do Inferno, que o é do rio Jequitinhonha.

PONTE VIRADA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Camamú.

PONUNDUVA. Morro do Estado de S. Paulo, na margem dir. do rio Juquery, affl. da mesma margem do rio Tieté.

PONUNDUVA. Corrego do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Tieté, acima da foz do Caracol.

PONUNDUVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Caiacatinga, que o é do rio Tieté.

PORACÉ. Subs., a dança, a festa, o folguedo, o ajunctamento de povo para folgar (*pora-cê*); alt. *boracé*, *baracéa* (Dr. T. Sampaio).

PORANGABA. Vocabulo tupi, que significa a belleza, a formusura. E' uzado no Ceará.

PORCO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

PORCO MAGRO. Log. no mun. de Curutapera do Estado do Maranhão.

PORCOS. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas.

PORCOS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Onofre, trib. do rio Atibaia.

PORCOS. Arroio do Estado do Paraná, banha o mun. de Guarapuava e desagua no rio Campo Real.

PORTÃO. Pov. do Estado do Paraná, distante nove kils. da capital, com importante commercio, esc. e uma estação da E. de F. do Paraná.

PORTEIRAS. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 696 kils. do Joaseiro, entre as estações de Campo Largo e de Santa Luzia.

PORTEIRAS. Serra do Estado de Pernambuco, no dist. de Poção do mun. de Cimbres.

PORTO. Corrego do Estado de Matto Grosso, no mun. de Santa Anna do Paranahyba.

PORTO ALEGRE. Log. de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim. Accrescente-se no fim: Foi incorporado ao dist. de S. Gonçalo da Ponte por Lei Municipal n. 76 de 8 de agosto de 1901.

PORTO ALEGRE DE BAIXO. Bairro do mun. do Jahu, no Estado de S. Paulo; com duas escs. creadas pela Lei n. 748 de 18 de novembro de 1900.

PORTO DA GABARRA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Anajatuba, á margem dir. do estuario do Mearim, a 18 kils. da villa, a que serve de porto. E' assim chamada por ser o porto onde ancoram as embarcações denominadas *Gabarras*, que conduzem de Anajatuba para a capital grande parte do gado que a abastece. Defronte dessa pov. fica a ilha dos Caranguejos.

PORTO D'AGUA. Pov. do Estado do Paraná, distante dous kils. da cidade de Paranaguá. E' o porto natural do Estado, em que deve ser construida a nova Alfandega. Possue as pontes das estradas de ferro do Paraná, de S. Paulo ao Rio Grande e da Companhia Industrial.

PORTO DA MADEIRA. Log. do Estado de Pernambuco, em Olinda.

PORTO DA VARZEA. Arraial do mun. de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PORTO DO CURRALINHO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Curralinho, a dous kils. da villa a que serve de porto, á margem esq. do rio Parnahyba, banhada pelo riacho Juçara.

PORTO DO INDIO. Pov. no dist. da cidade do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes, com uma capella do Sagrado Coração de Jesus.

PORTO DO MEIO. Pov. do Estado da Bahia, no mun. de Maragogipe, á margem do rio Batatan, affl. do Paraguassú.

PORTO DO MOURA. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Tijucas, com escola.

PORTO DO MUTUOCA. Log. no mun. de Tury-assú, a 24 kils. da cidade.

PORTO DO PEDROSO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ouro Fino, á margem do rio Mogy.

PORTO DOS MASTROS. Log. do Estado da Bahia, em Itapagipe, com uma fabrica de chales.

PORTO FRANCO. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica á margem dir. do Tocantins, defronte da cidade da Bôa Vista, no Estado de Goyaz, cerca de 180 kils. á jusante da cidade da Carolina.

PORTO GRANDE. Arraial no termo do Soccorro, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PORTO MURTINHO. Parochia no mun. de Corumbá e Estado de Matto Grosso, creada pela Lei n. 255 de 10 de abril de 1900. Sobre suas divisas, vide art. II da Lei n. 165 de 6 de março de 1897.

PORTO NOVO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Corrente, a 808 kils. do Joaseiro.

PORUBA. « Segundo o costume dos indigenas, davam a logares varios na mesma região nomes com som identico ou quasi identico, mas com significados diversos. *Poruba*, nome da serra (no mun. de Ubatuba), é *Poró-iib-a*, contrahido em *Por'-iib-a*, arrimo ou contra-forte. De *poró*, para exprimir como particularidade o que o verbo indica: *iib*, arrimar, sustentar, especar, haste, mastro, cabo de ferramenta, encabeçar, com *a* (breve), por acabar em consoante. Quando ha dous *ii* no fim da palavra, o primeiro é guttural. — *Poruba*, nome do rio, é *Pó-rûb-a*, tem saltos. De *por*, salto, perdendo o *r* por causa da palavra que se segue, e que por *r* começa; *rub*, conter em si, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. O nome da serra é allusivo a ser um dos contra-fortes da serra geral, ou maritima, por aquelle lado. O nome do rio é allusivo ás grandes cachoeiras, que o formam naquella serra, com quedas ou saltos » (Dr. J. M. de Almeida).

POSSE. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Vargem Alegre e mun. do Bom Fim.

POSSE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Grande, trib. do Lageado, que o é do Santo Ignacio.

POSSES. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

POSSES. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão S. Pedro, trib. do rio Grande, no mun. de Santa Rita do Paraiso.

POSSES. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha a cidade da Palmyra e desagua no rio Pinho ou Piáu.

POTI. O camarão; escrevem tambem *poty* e *puty*.

POTIGUARA. O papa camarões, o comedor de camarões; composto de *poti-guara*. Vide *Pitiguaras*.

POTINGA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de S. João do Triumpho, á margem do rio do mesmo nome, na colonia Eufrosina (Rio Claro). Tambem escrevem *Putinga*.

POTINGY ou POTENGY. Rio dos camarões; composto de *poti-gy*.

POTON. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni.

POTREIRO DO BURRO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava.

POTREIRO DO RETIRO. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Ipiranga.

POTRIBÚ. Corr. *potyra-ybú*, a fonte das flores; corr. *poty-raiembú*, o arroio das flores; corr. *apoter-obi*, flor azul (Dr. T. Sampaio).

POTRIBÚ. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Pau d'Alho e desagua no rio Capibaribe. O Sr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, em seu *Dicc.*, escreve: *Petribú*.

POTROS. Ilha no mun. de Arayoses do Estado do Maranhão.

POTUNDUVA. Vide *Potunduba*. « *Potundúva*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Po-ty-ndu-bae*, salto, arrecife, ruidoso. De *pó*, salto; *ití*, arrecifes; *ndú*, fazer ruido, estrondar, *bae* (breve), particula de participio, significando — o que é. Allusivo a ter o rio nesse logar arrecifes e salto, fazendo as aguas na queda grande estrondo ». O Dr. Lacerda e Almeida, no seu *Diario de viagens nos annos de 1780 a 1790*, diz: « *Potundúva* ou *Putundiva* significa logar onde escurece a vista, por ser este um estirão grande do rio, que com a vista se não alcança ». « Seria, então, diz o mesmo Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *pŷtundubae*, isto é, *pŷtu*, noite, escuridão, escuro; *ndu*, significando muito; e *bae*, significando — o que é; mas, evidentemente, é forçada esta explicação ».

POUSO ALEGRE. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Tibagy.

POUSO ALTO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Sant'Anna do Paranahyba.

POXIM ou PUXIM. Sujo, immundo, impuro; corr. *pochĩ*, rio feio, sujo; corr. *pochĩ-y*.

PRACUTUBA. Rio do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

PRAIA DE FÓRA. Praia ao N. de Florianopolis, no Estado de Santa Catharina. Tem dous kils. de extensão e vai das pedras Soeiro á ponta de S. Luiz. Magnifica por sua paisagem, é um excellente ancoradouro abrigado dos ventos do sul e a primeira estação balnear da capital, cuja pop. para ahi acode, em parte, na epoca propria, habitando as casas a beira-mar. Vide *Praia de Fóra* nos Accrescimos e Correcções do IV Volume.

PRAIA DE FORA. Dist. de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: O Sr. Virgilio Varzea, em seu trabalho — *Santa Catharina* (1900), diz o seguinte: « Um dos mais bellos arrabaldes de Florianopolis, senão o mais bello, é a Praia de Fóra, porque representa para os catharinenses o que é Botafogo para a Capital Federal: o bairro de *linha*, o bairro *chic*, o bairro aristocratico. Isto pelo lado de seus habitantes, do luxo e da esthetica e arte de suas construcções; pelo lado da paizagem e quadros naturaes, ainda a Praia de Fóra se parece de certo modo com Botafogo, occupando, como occupa, uma área de terreno, ora plano, ora em pequenas collinas e montes á beira-mar, de um pittoresco admiravel, posto não apresente lá a natureza o solenne, o gigantesco e grandioso do panorama do Rio de Janeiro e circumvizinhanças. Distingue-se tanto a Praia de Fóra dos demais pontos da cidade, que até a vida catharinense dir-se-hia ter ahi outro aspecto, outras tintas, outras modalidades, revelando-se o bairro, na capital provinciana, como um todo á parte, mais culto, mais artistico, mais civilizado.

Tal impressão, longamente experimentada por nós, fére viva a observação do forasteiro e dos nacionaes que transitam ou se demoram em visita a essas plagas. E salta logo á lembrança a comparação com o esplendido bairro de Botafogo aos que conhecem a Capital Federal. A muitos estrangeiros, em passeio á Praia de Fóra, ouvimos innumeras vezes a referida comparação formulada, sincera e espontaneamente, sob a impressão do momento. E muitos brasileiros distinctos, que conheciam o Desterro, eram da mesma opinião, como o visconde de Beaurepaire Rohan, que em conversação comnosco, sempre que se occupava de Santa Catharina, de que tanto gostava e onde estivera algumas vezes de passagem, indo ou vindo do Sul em commissões administrativas ou militares, exercidas durante o Imperio, nos perguntava frequentemente: « ... Então, ha muitas construcções novas na Praia de Fóra, este Botafogo da sua terra natal?... ». Do parecer do fallecido general são quasi todos os que conhecem esse pequeno arrabalde, distante menos de meia hora da cidade.

A paizagem da Praia de Fóra é verdadeiramente encantadora, pelo conjuncto delicado de planos, altos e encostas arborisados, onde predominam os coqueiros silvestres, as palmeiras, as mangueiras e cedros, no meio de outras arvores fructiferas espalhadas aos milhares e das grossas moitas de arbustos, por entre as quaes branquejam os frontões das vivendas e chacaras elegantes e da mais variada architectura, desde o *chalet* de modelo suisso ás casas de estylo allemão, acommodadas ao clima tropical, com avarandados á frente ou ao lado.

Podemos enumerar dessas construcções, cujo padrão moderno é o da maior parte das edificações da Praia de Fóra, os palacetes Schutel, Fialho, Villela, Alves de Brito, Trompowsky e Pamplona, á rua Esteves Junior, que começa no alto da rua Alvaro de Carvalho e termina no largo Lauro Müller, um dos pontos principaes de desembarque na bahia do norte, onde o mar faz esplendida enseada, e que é o ancoradouro dos navios quando sopra o vento sul, ameaçador e terrivel pela quadra invernal. Como estes, salientam-se ainda, por seu luxo e valor architectonico, á rua Bocayuva, junto ao littoral — o chalet Cogoy e as casas Vinhas, Hoepecke, Hackradt, Wahl e Paranhos, esta ultima singular pela sua fórma artistica, e de um grande ar historico de castello rhenano, sobreexcedendo ás outras nos seus altos torreões ameados, com espigões em flecha.

Todas essas vivendas ou chacaras têm á frente vastos jardins bem cuidados, aos cantos dos quaes se veem vistosos mirantes ou caramanchões de folhagem, lembrando os opulentos palacetes de Botafogo, Larangeiras e Tijuca, na Capital Federal. E algumas das ultimas acima citadas, lançando-se em puxados e quintaes para a praia, que tem a extensão de dous kilometros mais ou menos, apresentam bellos terraços descobertos ou *mirandas*, de onde se domina todo o panorama das aguas, delicioso pela placidez constante das ondas ao abrigo dos vendavaes e pelo recórte incomparavel da costa, correndo numa alvura de areias, aqui e além interrompida por pequenas rochas, a um e outro lado

do canal que separa a ilha do continente, desde os dous cabos do Estreito ao portico amplo e monumental da barra. Essa mansa enseada, limitando ao sul com a ponta Soeiro e ao norte com a de S. Luiz, toda bordada de pequenas ilhas verdejantes e grupos de rochas nuas, erguendo-se á superficie das vagas, faz evocar no espirito certas abras da Bretanha, cheias de menhires druidicos e de uma poesia lendaria.

Taes bellezas naturaes, junto ás feituras e construcções da Arte, dão uma impressão pinturesca e esplendida a esse lindo arrabalde, destacando-o, em primasia, entre todos os outros, na capital insular.

E se não fôra a existencia ainda, nessa alva faixa de praia, de uma ou outra casinha antiga com fundos para o mar, poder-se-ia dizer, sem exaggero, que era essa parte da cidade uma reproducção perfeita, mas em ponto pequeno, da bahia de Napoles. Assim pensam muitos dos catharinenses e outros, que têm viajado a Europa e especialmente á Italia, entre os quaes o almirante Proença, a quem ouvimos muitas vezes comparar a Praia de Fóra áquella bellissima cidade. Da opinião do illustre catharinense é o notavel medico Dr. Remedios Monteiro, que habitou muito tempo, e em varias épocas, Florianopolis, e que conhece perfeitamente a Europa, onde viveu alguns annos. Fallando de Santa Catharina, nos dizia elle em uma de suas apreciaveis cartas datadas de 1889: « Se as casas da Praia de Fóra, na sua parte littoral, tivessem todas a frente para o mar e não os fundos, maculando assim o padrão moderno das actuaes construcções do bairro — o panorama dessa praia recordaria bem o formoso golfo de Napoles, na Italia meridional ».

A Praia de Fóra confina, a um lado, com o agreste mas aprazivel arrabalde do Matto-Grosso, que assenta sobre duas ou tres das principaes collinas da cidade, desde o estreito valle ou planicie das Olarias, na falda do morro do Antão, até á baixada da chacara Linhares, á rua Esteves Junior. Chamámos de agreste a esse bairro, e o fizemos com verdade, porque nelle prevalecem menos as construcções que a paizagem, que é ahi magnificente, particularmente em toda a vasta espalda occidental do Antão, onde vicejam admiraveis quadros de variadas culturas, a par das altas frondes copadas das florestas e pomares.

As ruas mais pittorescas do Matto-Grosso são — a que parte do largo Dezesete de Novembro e vae findar ao de Benjamin Constant, a do Dr. Rolla e a de José Veiga que, com a de Bocayuva, á Praia de Fóra, fórma as duas ruas mais extensas do Desterro, com um curso de cerca de dous kilometros cada uma. Nessas ruas estão situadas as melhores chacaras (e não propriamente palacetes, como no primeiro dos bairros citados) do Matto-Grosso. São notaveis, entre muitas outras, as casas de construcção moderna ou recentemente reformada, dos irmãos Wendhausen, o quartel do Corpo de Segurança, as vivendas Eloy e Livramento, os elegantes *chalets* Carneiro e Veiga, verdadeiros e confortaveis *cottages* de campo europeus, pelos seus encantadores jardins, hortas, pomares e vastas pastagens verdissimas, onde pascem tranquillamente, ao lado de suas crias, as pequenas vaccas « crioulas » ou as grandes vaccas de raça.

Pela rua Frei Caneca, que sahe do largo do mesmo nome e desce para o cáes de S. Luiz, num leve pendor sinuoso cercado de sebes de espinhos, dentre os quaes se erguem pequeninas habitações collocadas esparsamente aqui e alli, com as suas cêrcas de boas-noites á frente dos terreiros floridos de rosas e cravos, os lindos cravos de Santa Catharina — vai-se dar ao *boulevard* magnifico da Pedra-grande, onde começa a estrada das Carreiras, desdobrando-se proxima á costa até quasi as planices de Itacoroby, faixeada á veneziana por seus pequenos e sinuosos rios, cujas voltas numerosas reluzem prateadamente em meio ao mangal. Dahi o caminho se bifurca, estendendo-se para a Trindade e Tres Pontes, seguindo depois na direcção norte da ilha, por Santo Antonio e Ratones, para a Lagôa, Cannavieiras, o Rio Vermelho e o Rapa.

A Pedra-grande, por sua situação longinqua — a quasi uma legua do coração da cidade — tem já o aspecto de uma freguezia com as suas casas rareadas, erectas bem na linha da praia sobre terrenos de marinha, os jardins e quintaes avançando para as ondas, ao de cima de pequenas pedras e lages alagadas, com os intersticios aterrados e murados em roda, que se accumulam pittorescamente nesse ponto do littoral a começar por um enorme monolitho redondo, elevando-se do seio d'agua como um zimborio massiço, á esquerda de quem vai de S. Luiz, monolitho que dá o nome ao lugar desde tempos primitivos.

Asseiado, socegado e florido como uma aldeia de Hollanda, este alegre arrabalde, com a sua casaria caiada e de variados feitios, uma ou outra praiasinha de areias alvas abrindo-se num risonho crescente, em meio a multidão escura ou cinzenta dos minusculos menhires, despertando a ideia de um mappa em relêvo da Grecia em representação microscopica, tudo isto ao lado de uma paizagem feita dos mais leves contornos e linhas, descendo para o mar em planos inclinados de prados bizarros e moitas de arbustos rendilhados e de uma côr esmeraldina tonalisada em nuances delicadissimas — attrahe a si, aos domingos, uma grande parte da população desterrense, que percorre o bairro a carro, a cavallo, ou em grupos a pé, numa expansão de alegria. Depois a extensão da rua principal e sua amplitude conferem uma certa feição de avenida campestre a toda Pedra-grande, tornando-a um verdadeiro paraiso para as excursões e cavalgatas.

Devem ser mencionadas aqui, entre os predios artisticos do local, a « villa » Sohn, propriedade de um rico industrial allemão, e a de Joaquim Manoel, catharinense. A primeira dellas é uma edificação com avarandados ou copiás corridos a um lado e outro, á margem de um riacho que desce em cascata ao longo da principal varanda da casa, sob uma ponte de alvenaria por onde passa a estrada arenosa e branca. Cercada de larangeiras, cafeeiros e bananaes, com magnificas culturas ao pé e nas chapadas e baixos, um risonho jardim á frente, essa casa impressiona e agrada como um ninho de ventura humana suspenso entre roseiras. A segunda, de architectura platense, alta e com platibandas ornadas de vasos, é um perfeito palacete uruguay, talhado em lances bellissimos e varias secções caprichosas, com escadas cheias de balaustres em troncha e feitas de cimento e de marmore. Com o seu frontão aberto em lavores de columnas e ornatos, tres balcões espaçosos e salientes cercando as janellas com os seus frisos de grande arco, que espalham volutas elegantes sahindo de remates estheticos de boccas de caryátides — esta casa é a primeira do bairro e a mais bella de Florianopolis. Toda murada no espaço de mais de quinhentos metros de frente, possue um jardim colossal, ostentando pavilhões interessantes sob abobadas de folhagem e alargando immensa chacara para os fundos, por uma especie de peninsula artificial rodeada de um longo cáes de cimento, onde espuma e bate o mar.

Como é bem de vêr, diante destes encantos naturaes, a vida catharinense desliza venturosa, embora em sua maior parte na estreiteza de recursos communs aos pequenos Estados, onde, como nesse formoso torrão, tudo está ainda por fazer e por explorar, quer na agricultura, quer na industria, quer no ramo commercial.

E a proposito dos arrabaldes do Desterro vamos finalisar este capitulo com o que diz M. Augusto de Saint-Hilaire, ás paginas 331-332 do seu já mencionado livro *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine*, publicado em Paris, em 1851:

« Nada mais lindo do que os arrabaldes de Santa Catharina ou Desterro. Os morros que, como disse, dominam a cidade do lado de léste são ainda cobertos por mattas virgens, em meio as quaes se mostram massas de rochedos. Por toda a parte o terreno foi arroteado e offerece o aspecto de roças ou culturas. Nos pontos mais vizinhos da capital veem-se formosas casas de campo (chacaras) e mais longe um grande numero de *sitios* dispersos aqui e alli.

Emquanto que, nas provincias as mais povoadas do interior, se viaja sem que nada dê a perceber a presença do homem, aqui se encontra, a cada passo, uma casinha cercada de larangeiras, perto da qual verdeja uma plantação de mandioca. As terras circumjacentes a cada sitio são rodeadas por cercas de espinheiros, bem como numerosos caminhos que estabelecem communicação entre os arrabaldes e a cidade, ou entre as differentes freguezias. Taes cercas não exhibem verdadeiramente o verde tenro do espinheiro, mas sua verdura não é sombria, porque ellas não se desguarnecem nunca de folhas como as nossas, e embalsamam o ar com o perfume de suas flores e de suas ramagens. Num perimetro de cerca de uma legua em torno da cidade, as estradas são largas e na maior parte arenosas e perfeitamente solidas.

Tudo é animado no campo e sem cessar encontra-se um ou outro roceiro, como nos arredores das nossas cidades

da Europa. Os pontos de vista ahi são muitissimo variados: ora se descobrem, através do arvoredo, as bahias e os montes longinquos, ora a cidade, ou a capella do Menino Deus, ou as collinas que bordam o littoral. Algumas vezes, uma casa de campo fórma uma perspectiva, que em outra parte seria um pittoresco *sitio* cercado de bananeiras e larangeiras carregadas de fructos. As culturas apresentam ainda menos symetria que nas outras provincias do Brasil: não se veem duas larangeiras ou dois pés de mandioca plantados na mesma linha. Mas esta desordem, que attesta a negligencia dos lavradores, produz na paizagem effeitos magnificos, e poder-se-hia comparar a ilha de Santa Catharina a um vasto jardim inglez ».

PRAIA DE NOSSA SENHORA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

PRAINHA. Ilha na bahia Mangunsa, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

PRATA. Bairro no mun. de Botucatú e Estado de S. Paulo, com escola.

PRATA. Um dos quarteirões do dist. de Pytumbi, no mun. de Mococa e Estado de S. Paulo.

PRATA. Bairro do mun. de S. Simão, no Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

PRATA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de S. Manoel, com uma esc. publ. municipal.

PRATA. Riacho do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de Uruburetama.

PRATA. Riacho do Estado da Bahia, affl. do Preguiça, que o é do rio de Contas, no mun. de Jequié.

PRATA. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Alagoinhas e desagua no Subahuma.

PRATA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Tieté, no mun. de Bariry, anteriormente Sapê do Jahú.

PRATA. Pequeno rio que, nascendo na serra do Cadeado, se reune ao denominado das Minas e desagua no Mar Pequeno, no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo.

PRATA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Pardo, entre os muns. de Mococa e de Cajurú.

PRATA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté, no mun. de Lençóes. E' tambem conhecido por Patos.

PRATA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Turvo, no mun. de Barretos.

PRATA. Ribeirão affl. da margem esq. do ribeirão Cubatão, no mun. de Mococa.

PRATA. Ribeirão affl. da margem esq. do rio Mogy-guassú, no mun. de Belem do Descalvado e Estado de S. Paulo.

PRATA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Cocaes e este do rio Jaguary-mirim, nos muns. de S. João da Boa Vista e Casa Branca.

PRATA. Ribeirão que, do lado occidental da cidade do Bananal, se precipita do alto da serra, mais ou menos 200 metros, descendo em cascata, no Estado de S. Paulo.

PRATA. Segunda cachoeira das que formam o rio Brajahimirinduba, no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo.

PRATA. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, junto ao arraial de Santa Quiteria, reune-se ao Philippão,

PRATA. Lagôa do Estado da Bahia, no dist. do Riacho da Guia e mun. de Alagoinhas.

PRATINHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o dist. de Brodowski e desagua no Adão, affl. do rio Pardo.

PRATO RASO. Lagôa do Estado da Bahia, no mun. da Feira de Sant'Anna.

PRATY-MIRIM. Corrego do Estado de S. Paulo, desagua na margem dir. do rio Tieté, abaixo da foz do Perová.

PRAZERES. Arraial no termo do Riachuelo, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

PREÁ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do rio Capibaribe-mirim.

PREGIBAHÉ. Log. do Estado de Santa Catharina, ao S. do Sacco dos Limões. Consta de algumas dezenas de habitações, disseminadas sobre a encosta do morro do mesmo nome, por onde passa a estrada real que segue para o Ribeirão. Seus habs. dedicam-se principalmente á cultura da canna, de que fabricam excellente assucar, melado e aguardente. Além de agricultores são bons canoeiros e pescadores. Saint'-Adolphe escreveu *Prejibahi*.

PREGOS. Pov. do Estado do Pará, no mun. da Vigia, no Tauá.

PREGOS. Ilha do Estado do Pará, na com. de Mazagão.

PREGUIÇA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

PREGUIÇA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

PREGUIÇA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

PREJÚ. Rio affl. da margem esq. do Tieté, no mun. de Mogy das Cruzes e Estado de S. Paulo. « *Prejú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Pireré-yii*, derramado e resvaladio. De *pireré*, derramar; *yii*, soando *jú*, e que não é mais do que o verbo *ii*, resvalar, escorregar, precedido de *y*, relativo. Allusivo a fazer bojo, por não ter força bastante para penetrar no rio Tieté, de sorte que, quasi paradas as aguas, o lodo torna escorregadio o leito ».

PRESIDENTE FARIA. Colonia do Estado do Paraná, no mun. de Campina Grande, a seis kils. E' dividida em 50 lotes, occupados (1901) por cerca de 300 italianos e brazileiros.

PRESIDIO. Ribeirão do Estado do Maranhão, desce da serra da Cinta e corre para o rio das Flores.

PRETA. Lagôa do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Simão, defronte do rio Pardo.

PRETA. Lagôa no mun. do Bananal, do Estado de São Paulo, em terras da fazenda do Bom Successo.

PRETINHO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Anajás. Vai para o rio Guajará.

PRETO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. da Conceição de Itanhaem.

PRETO. Rio do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Campos. Desagua na margem dir. do Parahyba, no logar denominado Barra, 6 kils. abaixo da estação da Boa Vista.

PRETO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Sapucahy-mirim, no mun. de S. Bento do Sapucahy-mirim.

PRETO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Vermelho, trib. do Taquacetuba, que o é do rio Jurubatuba ou Grande.

PRETO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Piranga, no mun. de Iguape. Nasce nas serras divisorias com o mun. de Itapetininga. E este rio que alguem erradamente dá como affl. do rio Juquiá.

PRETO. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de S. Vicente e desagua no rio Boturoca ou Voturoca ou Botoroca.

PRETO. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Una d'Aldéa, pela margem esq., no mun. de Iguape.

PRETO. Lago no mun. da capital do Estado do Amazonas.

PRETOS. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, do Estado de Minas Geraes.

PRIATUBA. Lago do Estado do Pará, no mun. de Amapá. Tambem escrevem *Piratuba*.

PRICOAPÉ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Tieté, no mun. de Mogy das Cruzes. « *Pricoapé*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Piri-guapé*, um pouco plano. De *piri*, um pouco; *apé*, plano, precedido de *gu*, reciproco. Allusivo a correr em terra baixa, e, por isso, o escoamento é lento, e o leito é limoso ».

PRIMEIRA CRUZ. Dist. do Maranhão. Linhas duas: Em logar de 120 leia-se 12. Accrescente-se no fim: Fica á margem dir. do rio Preá.

PROPRIÁ. Ant. *popiá*, o punhal, o estylete; Alagôas.

PROVIDENCIA. Sub-Prefeitura da com. de Cametá, no Estado do Pará. Por suas divisas correm os rios Tatuoca e Japim Grande.

PRUDENTOPOLIS. Colonia do Estado do Paraná, a 66 kils. da cidade de Guarapuava, no logar denominado S. João de Capanema, na margem esq. do rio dos Patos, affl. do Ivahy. E' a mais importante colonia do Estado. E' dividida em 1.423 lotes, inclusive os do quadro urbano, contendo a pop. de cerca de 6.000 polacos e brasileiros. Abrange a área de 25.000 hectares. Seus habs. dedicam-se á extracção de herva-matte e á cultura de cereaes. Na séde dessa colonia existem escolas, egrejas, estação telegraphica e diversas fabricas. A Lei n. 251 de 14 de dezembro de 1897 creou ahi uma escola.

PUCÚ. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

PUCUHY ou PUCUY. Rio que nasce na serra Maritima e desagua no braço de mar Bertioga, no mun. de Santos. « *Pucuy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Po-cuí*, arenoso. De *pó*, apocope de *poró*, para exprimir que contém o que a palavra seguinte designa; *cuí*, arêa, pó, farinha ».

PUCUNUSCY. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

PULADOR. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Bocayuva.

PULADOR. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Mogy-guassú, no mun. de S. Simão.

PUNUMAN. Ilha do Estado do Amazonas, no mun. de Silverio Nery.

PURAQUÊ. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana, e mun. de Chaves.

PURAQUE-QUARA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Mazagão.

PUREZA. Dist. do mun. de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro, á margem do rio Parahyba do Sul, atravessado pela E. de F. Leopoldina, que ahi tem uma estação. Para elle foi transferido a séde do dist. da Colonia pela Lei n. 583 de 29 de dezembro de 1902.

PURURUCA. Rio de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: O Sr. J. Augusto Neves, em sua *Chorogr. do Mun. de Diamantina*, diz: « O *Pirurúca*, que nasce no logar denominado Bicas, suburbio da cidade, com o nome de corrego das Bicas, toma mais abaixo o nome de Prata e depois o de Pirurúca; fraldeja o morro de Santo Antonio pelos lados do occidente e sul, tomando o nome de Palha ao banhar o bairro do mesmo nome, havendo ahi uma ponte de madeira sobre elle. Pouco adiante recebe o corrego emphaticamente denominado Rio Grande, que nasce na serra do seu nome, proximo á estrada que segue para o arraial do Mendanha, banhando Diamantina a NE. e seguindo na direcção de S. até á sua foz, onde é conhecido pelo nome de Richier, tendo ainda, anteriormente, logo abaixo do bairro do Rio Grande, a denominação de Moinho. E' seu principal trib. da margem dir. o corrego S. Francisco, hoje geralmente conhecido pelo nome de Paula Vieira ou Quatro Vintens, sobre o qual ha duas pontes de madeira no mesmo bairro referido ».

PURÚS. Corr. *purú*, rumorejar, saltar, ferver; o que rumoreja ou ronca; Amazonas; corr. *porú* ou *por-á*, o que come gente, o antropophago, o devorador; nome de uma tribu selvagem do Amazonas (Dr. T. Sampaio).

PURYS. Nome de umas tribus selvagens que habitavam os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes. Esta palavra é, segundo o Dr. T. Sampaio, corrupção de *por-í*, gentinha, povo miudo, fraco, de pequena estatura.

PYÇÁ (Susbstantivo). A rede de pescar; alt. *puçá* (Dr. Theodoro Sampaio).

PYTUMBI. Dist. creado na pov. de S. João Baptista do Rio Pardo pela Lei n. 711 de 30 de agosto de 1900, no Estado de S. Paulo.

Q

QUÁ. Adj., furado, perfurado, atravessado; s. contr. *quara*, buraco fundo, cova; *quá=guá*, dedo da mão, ponta; confunde-se muitas vezes com *guá* (Dr. T. Sampaio).

QUADRÃO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Annapolis, não longe do morro do Cuscuseiro.

QUARA. Subs., furo, cova, buraco; esconderijo, refugio. Vide *Coára*.

QUARAHIM-CHICO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

QUARTEIS. Log. do Estado da Bahia, á margem dir. do rio Salsa e do canal Poassú, no termo de Cannavieiras.

QUATIPURÚ. Villa do Pará. Accrescente-se no fim: Foi supprimido seu mun. pela Lei n. 792 de 3 de abril de 1900 e restaurado pela de n. 832 de 24 de outubro de 1902.

QUAVIRUTUBA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Nazareth, com uma esc. publ. creada pela Lei n. 800 de 7 de outubro de 1901.

QUEBRA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade do Rio Branco.

QUEBRA. Rio que communica o lago Cassó com o rio das Preguiças, no Estado do Maranhão. E' tambem denominado Riachão de Fora.

QUEBRA-BUNDA. Riacho do Estado de Pernambuco, rega o mun. do Limoeiro e desagua na margem esq. do rio Capibaribe.

QUEBRA-CACO. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Rio Branco e desagua no Capella Velha.

QUEBRA CANELLAS. Rio do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Jaguary, pertencente á com. e mun. de Xiririca. Vai para o Ribeira.

QUEBRADA FUNDA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Assunguy.

QUEBRADAS. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano.* 1901).

QUEBRA-JOELHO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Muaná.

QUEBRA-MACHADO. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema e Estado de Minas Geraes.

QUEIMADAS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itabaiana (*Almanak Sergipano.* 1901).

QUEIMADAS. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga e vai para o Capibaribe.

QUEIMADAS. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Em julho de 1902 enviei ao *Jornal do Commercio* uma communicação sobre minha viagem de Alagoinhas ao Joaseiro, da qual destaco o seguinte que se refere á villa de Queimadas. No intuito de procurar a margem do rio, a pov. de Queimadas ficou pessimamente situada em uma baixada ou bacia, ficando em parte inundada nas cheias do Itapecurú-assú, que reunindo suas aguas ás do riacho Gregorio a transforma em uma ilha.

E' cercada por taboleiros, ou altos, e fica á margem dir. do rio Itapecurú-assú, na latitude sul de 10°36'35" e 3°34'47" de longitude leste do Rio de Janeiro.

Tem um feio aspecto. Possue duas grandes praças, entre as quaes a do Mercado, onde se faz a feira aos sabbados, umas seis a oito ruas, umas 300 casas, duas capellas, a da Conceição e S. José e a matriz de Santo Antonio, longe da pov. no Alto da Egreja.

Para ella convergem os productos da Jacobina e Monte Santo. Seus habs. dedicam-se quasi que exclusivamente á industria pastoril.

O mun. é percorrido pelas serras do Tigre, Caracuanha Poço, Agulha, Bananas e da Volta, defronte das minas de ouro da Conceição, a 42 kil. distante da séde. Nelle ficam os morros do Caetano e do Lopes, este a um kil. do arraial de Santa Luzia.

Fertilizam o seu territorio os rios Itapecurú-mirim, Itapecurú-assú, Jacuricy, affl. da margem esq., rio d'Agua, da dir., riacho do Encantado, da esq., riacho do Monteiro pela esq. e rio do Peixe, da dir., todos do Itapecurú, e o Riachão, affl. da dir. do rio do Peixe.

Comprehende os seguintes povs.: Buxo, Jacuricy, Rio d'Agua, Areia Grossa, Bebedouro, Roncador e Rodeador.

A renda do mun. orça por nove contos e é o unico que ainda cobra imposto de importação.

Dista 120 kil. da Jacobina, 114 de Bomfim, 90 de Monte Santo, 120 do Tucano, 240 de Alagoinhas, 120 de Serrinha e 960 da capital do Estado.

Desta villa partiram para Monte Santo e dahi para Canudos as forças que foram combater Antonio Conselheiro.

Corre em Queimadas o seguinte facto, que me parece lenda:

Em 1717 ou antes, foi parte dos terrenos da localidade vendida ao sargento-mór Thomé Pereira Pinto, da Cachoeira, por Isabel Maria Guedes de Britto; e parte doada a Santo Antonio, que deu o nome á Capella, que então existia, porque Antonio era o nome do pai e do esposo de d. Isabel.

Santo Antonio ficou, assim, proprietario de terras e senhor de muitos escravos.

Aconteceu que um dos escravos de Santo Antonio assassinara um individuo, e como, pelas leis que então vigoravam, era o senhor responsavel pelo crime dos escravos; foi Santo Antonio processado e levado para a Feira de Sant'-Anna, amarrado na cangalha de um animal. Ahi chegado foi julgado e absolvido. Enfureceu-se o povo com esta decisão; os bens do Santo foram levados á praça e arrematados por diversos cidadãos, voltando depois disso o Santo á sua antiga residencia.

Não pararam, porém, ahi as vicissitudes do Santo. Ha uns 4 annos foi elle roubado da egreja e transportado dentro de uma caixa, envolto em capim para a cidade da Bahia, onde foi casualmente encontrado por um sacerdote, que o fez regressar de novo para a sua egreja, já todo mutilado, sem pernas nem braços.

Concertado, foi elle collocado no altar mór da matriz, onde se conserva, recebendo as orações dos fieis e casando as moças que a elle recorrem.

Ha em Queimadas, junto ao rio Itapecurú-assú, um grande penhasco de fórma algum tanto bizarra. Deixando a villa de Queimadas a estrada atravessa o rio Itapecurú por meio de uma ponte de ferro de 50 metros de vão e inicia o seu percurso pelo trecho mais extenso de toda a linha, pois tem até Ituiba 43 kils.

QUEIMADO. Morro no mun. da capital do Estado de Goyaz.

QUEIMADO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Cruz das Almas, que o é do rio Ipanema.

QUEIRA-DEUS. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

QUEIRA-DEUS. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do ribeirão Formoso, que o é do Pomba, no mun. deste nome.

QUEIROZ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim.

QUEIXADA. Corr. *qyichar*, o que corta, ou talha, porco do matto (*Dycotyles*). Baptista Caetano.

QUEIXADAS. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade de Lavras.

QUEVEDOS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Lourenço, com escola.

QUICÉ ou KICÉ. A faca, a lamina cortante, o instrumento que corta.

QUICÉAPARA. Composto de *quicé-apara*, lamina curva, a fouce (Dr. T. Sampaio).

QUIEPPE. Vocabulo tupi, corrupção de *quié-pe*, na entrada, ao entrar.

QUILOMBINHO. Vallão affl. da margem dir. do rio Parahyba do Sul, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

QUILOMBO. Bairro do mun. de Queluz e Estado de S. Paulo, com duas escs. publs. creadas pela Lei n. 821 de 5 de agosto de 1902.

QUILOMBO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

QUILOMBO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 1º dist. do mun. de Taquara do Mundo Novo, com escola.

QUILOMBO. Contraforte da serra da Mantiqueira, no mun. de S. Bento do Sapucahy-mirim e Estado de S. Paulo.

QUILOMBO. Serra no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo.

QUILOMBO. Morro no mun. de Nazareth e Estado de S. Paulo. Tem uma gruta que pode reunir mais de trinta pessôas. « *Quilombo*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gui-rõ-mb-ỹi*, parte inferior revolvida e ôca. De *gui*, parte inferior; *rõ*, revolver; *mb*, intercalação, por ser nasal a pronuncia de *rõ*, e para ligal-o a *ỹi*, ôco, concavo, abertura, seio. Este *ỹi* é guttural e tem pronuncia breve e corrida, por predominar o accento em *rõ*. Allusivo a grutas e cavernas na parte inferior dessa e outras montanhas do mesmo nome nesse Estado. »

QUILOMBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jundiahy, no mun. deste nome. « *Quilombo*, diz o Dr. J. Mendes de Almeida, corruptela de *Guirõ-mb-ii*, fundo revolvido e sujo. De *gui*, parte inferior; *rõ*, revolver; *mb*, intercalação, por causa da nasalidade da pronuncia de *rõ* e para ligal-o a *ii*, sujo. Este *ii* é guttural e, pronunciado breve e corrido, por ser predominante *rõ*. Allusivo a cachoeiras no leito e a terem no fundo arvores e detritos vegetaes, meio carbonisados, de côr parda, denegrida, —detritos estes que a sciencia denomina *lignites*, e que os indigenas denominam *tepoti*, sujidade de qualquer especie ».

QUILOMBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha a Villa Americana e desagua na margem esq. do rio Piracicaba. Recebe pela esq. o ribeirão do Recanto.

QUILOMBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Parahytinga, no mun. de S. Luiz do Parahytinga.

QUILOMBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de Porto Feliz. Corre para o rio dos Moinhos, trib. da margem esq. do Tieté.

QUILOMBO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jacupiranga, entre os muns. de Iguape e Xiririca.

QUILOMBO. Praia no mun. de S. Sebastião, no Estado de S. Paulo. « *Quilombo*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Gui-rõ-mb-ỹi*, concavo e fundo revolto. De *gui*, para exprimir a parte inferior; *rõ*, revolver; *mb*, intercalação, por ser nasal a pronuncia da palavra anterior; *ỹi*, concavidade, ôco, abertura, seio. Este *ỹi* é guttural; e pronunciado breve e corrido, porque em *rõ* está o accento predominante. Allusivo a formar um sacco ou enseada, mas onde o mar revolve o fundo ».

QUINDIUA. Ilha no mun. de Alcantara e Estado do Maranhão.

QUINIMURAS. Corr. *quinî-mura*, gente silenciosa, povo taciturno. Tem o mesmo significado que *carirî*. Nome de uma tribu selvagem que habitou primitivamente o Reconcavo da Bahia de Todos os Santos (Casal).

QUINTAS. Log. do Estado da Bahia, n'um dos extremos da cidade de Itaparica.

QUINTILLA. Nucleo do Estado do Paraná, no mun. de Paranaguá, na fralda da serra do Prata. E' continuação do nucleo Maria Luiza.

QUINZE DE NOVEMBRO. Rio do Estado do Paraná, no mun. de Palmas.

QUIPAPÁ, aug. *quipá*. *Quipá*, se é vocabulo tupi, pode decompor-se em *qui-pá*, ponta, estylete, espinho oravado, atolado, introduzido; subs., tenaz, torquez; é o nome de um cardo rasteiro dos sertões do N. do Brazil (Dr. T. Sampaio).

QUIRIBAS. São assim chamados pelos habs. do interior aos que povoam o littoral, no Estado do Maranhão. Estes chamam aquelles de bahianos.

QUIRINA. Serra do Estado de Goyaz, nas divisas do mun. do Mestre d'Armas.

QUIRINO. Corrego do Estado de Minas Geraes, reune-se com o corrego da Aguada. Vão para o rio Pará. Ficam nas divisas do mun. de Entre Rios.

QUIRIRIM. Rio de S. Paulo, no mun. de Ubatuba. Accrescente-se no fim: O Dr. J. M. de Almeida, que escreve *Quiriri*, o menciona como um pequeno braço do rio Poruba. « *Quir-iri*, accrescenta o mesmo escriptor, rio de chuva. De *quir*, chuva; *iri*, rio. Allusivo a serem formados e alimentados somente por chuva (Vide *Poruba*). Não se trata portanto, de *quiriri*, palavra onomatopaica, correspondente ao concerto em surdina de milhões de mosquitos; nem mesmo se refere o nome do corrego, no mun. de Taubaté, que alguns dizem *Quiririm*, á palavra *quiriri*, silencio, quietude, socego, paz, modestia ». O Dr. Theodoro Sampaio manda ver a palavra *Quininí*, onde diz: « o mesmo que *quiririm*, s., o silencio, o socego, o repouso; adj., silencioso, calado, taciturno ».

QUIRY. Composto de *quir-y*, rio da chuva, rio verde (Dr. T. Sampaio). O Dr. J. M. de Almeida, em seu *Dicc.*, diz *Quir-iri*, rio de chuva. De *quir*, chuva, e *iri*, rio ».

QUITALÉ. Arraial no termo de Larangeiras, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano.* 1901).

QUITERIA (Santa). Ribeirão do Estado de São Paulo, desagua na margem dir. do rio Tieté, pouco acima da foz do Jundiuvira.

QUITERIA (Santa). Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Queluz e desagua no rio Maranhão.

QUITERIA (Santa). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado á categoria de mun. pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901, que o constituiu com os dists. de seu nome, que se tornou a séde, do de Capella Nova do Betim, do da Contagem e do da Vargem da Pantana, desmembrados do mun. do Sabará.

QUITOCA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Ribeira de Iguape pela margem esq., no mun. de Xiririca. E' o mesmo rio Sete Barras. Já li este nome tambem incorrectamente escripto: *Quitoquo*. E' elle tambem conhecido por Forquilha, mas sem uma explicação em tupi. « *Quitoca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, de *Gu-ỹi-la-ogca*, contrahido em *Gu-ỹi-l'ogca*, furos abertos naturalmente em communicação. De *gu*, reciproco, exprimindo communicação; *ỹi*, abrir naturalmente, com o suffixo *ta* (breve), para formar supino; *ogca*, infinitivo de *óg*, furar, que, por não ter caso, significa a acção do verbo em geral, isto é, significa furo ».

QUIXABA. Vocabulo tupi corruptela de *quichaba*, o córte, o talho, o golpe, o que corta ou golpêa (Dr. T. Sampaio).

QUIXABA. Log. do Estado de Sergipe, no mun. de Dores, distante nove kilometros.

QUIXABA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo da Capella (*Almanak Sergipano.* 1901).

QUIXABA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

QUIXERAMOBIM. Cidade do Ceará. Accrescente-se no fim: De uma *Noticia das Freguezias do Ceará visitadas pelo Padre José de Almeida Machado, nos annos de 1805 e 1806 extrahida d'um livro de Devassas que serviu na Visita*, extractamos sobre a freg. de Santo Antonio de Padua de Campo Maior de Quixeramobim: « A freg. de Quixeramobim foi separada do Curato das Russas e eregida em Curato amovivel em virtude da ordem vocal do Exm. e Revm. Snr. D. Francisco Xavier Aranha, por Provisão do Rvm. Visitador Fr. Manoel de Jesus Maria datada aos 15 de Novembro de 1755. A pov. desta freg. foi creada em Villa com o titulo de Campo maior aos 13 de Junho de 1789. Esta villa está fundada nas margens do Rio Quixeramobim, o qual dá nome a toda freg.; tem por Orago a S. Antonio de Padua e nella ha as Igrejas e sacerdotes seguintes: — *Igrejas.* A Matriz fundada na Villa de que é orago S. Antonio de Padua. A Igreja de N. S. do Rosario dos Pretos na Villa. A Capella de Jesus Maria e José no Quixadá distº. da Vª. 14 leguas. A Capella de N. S. da Conceição na Barra do Sitiá distº. da Vª. 18 leguas. A Capella de N. S. da Boa Viagem distº. da Vª. 14 leguas. A Capella de N. S. da Gloria distº. da Vª. 20 leguas. *Clerigos.* O Rvm. Cura e Vigario da Vara José Bazilio Moreira de 40 annos de idade. O Rvm. Ignacio Raymundo de Freitas com 38 annos de idade. O Rvm. Felippe Benicio Maris com 25 annos de idade na Capella de N. S. da Gloria ».

R

RAIZ. Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Mercês do Pomba, no caminho que vai para a serra do Macuco. E' de difficil ascensão.

RAIZ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. da margem dir. do rio Amaragy.

RAIZ. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Santa Quiteria e desagua á dir. do ribeirão Grande, depois Cachoeira.

RAKENBERG. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Leopoldo, a pouco mais de tres kils. do logar Sapiranga.

RAMOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim. Ha no mesmo mun. um corrego de egual nome.

RAMOS. Passo no rio Quarahy, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul. Communica aquelle mun. com a Republica do Uruguay.

RAPAZINHOS. Ilha do Estado do Pará, na com. de Cametá.

RAPHAEL GRANDE (S.). Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Sorocabussú.

RASA. Ilha do Estado do Pará, na com. de Mazagão.

RASGADO. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guaratuba, com um engenho de fabricar aguardente.

RATÃO. Ilha do Estado da Bahia, no rio Paraguassú, defronte da foz do rio Capanema.

RATO. Furo do Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Cajuná.

RATONES. Pov. do Estado de Santa Catharina, na varzea banhada pelo rio do mesmo nome, ou antes pelo maior dos braços desse rio que se divide em dous, logo acima da foz, tomando o braço menor para o norte direito ás terras de Cannasvieiras. A denominação de Ratones guarda origem nos dous ilhéos situados em frente ao pequeno estuario do rio, quasi em meio á bahia do norte entre o Pontal e Anhatomirim. « Os primeiros navegantes hespanhoes, diz Virgilio Varzea, que aportaram á Santa Catharina (talvez Solis, que a descobriu, ou os outros que ahi tocaram depois), ao avistarem esses ilhéos deram-lhes o nome de Ratones, pela singular semelhança de ambos com os animaes dessa especie de roedores; e como eram dous, para os distinguir particularmente, passaram a chamal-os Raton-grande e Raton-pequeno, denominação que se conserva até hoje, bem como a designação geral de Ratones. O arraial expande-se ao longo da estrada real, pela falda sul do morro da Varzea Pequena ou Varzea de Baixo e uma e outra margem do rio, cujas nascentes demoram á espalda septentrional do Moquen, monte de 390^{m},0 de altura, que separa esta baixada dos planos do Sacco Grande, e que, descendo sempre para oeste, vai ramificar-se em Santo Antonio em pequenas collinas e morros. Pelo Moquen sobe um atalho, empinado e de difficil accesso em tempo chuvoso, que encurta consideravelmente a distancia entre o Ratones e a cidade, poupando seguramente tres quartos de hora da volta por Santo Antonio. Esse atalho atravessa um dos pontos mais altos do monte, entre immensa floresta secular, e corre em parte á beira de perigoso desfiladeiro, assignalado por um ou outro desastre, nos trajectos nocturnos, em sitios onde a matta é mais cerrada e sombria ... Apezar disso, é este o trajecto preferido pela gente de todas as freguezias e arraiaes desse lado da ilha, que viaja continuamente por terra entre esses pontos e a cidade. E nós, duas ou tres vezes tambem de viagem para Cannavieiras, tivemos de trilhar esse atalho, sendo uma dellas alta noite — bella noite saudosa e de silente luar! — acompanhado apenas por um crioulo roceiro, falastrão e cantador, mas que no alto do monte, sob a escuridão da folhagem, emmudeceu totalmente num vago terror supersticioso, benzendo-se á entrada e á sahida da matta. Nos Ratones veem-se as mesmas culturas observadas na Varzea de Baixo e outros logarejos, mais animadas, porém, por um movimento continuo de pequenas embarcações — lanchões, canôas e botes — de pombeiros da cidade, que percorrem todo o sitio, pelas voltas fundas do rio, em viagem de commercio. E', de certo modo, avultado o negocio de gallinhas e ovos que se faz no logar, bem como o embarque de farinha, milho, canna e café, que dahi sahem na safra ».

RATOS. E' assim tambem denominada a ilha do Carvão, no Estado de Santa Catharina. Vide *Carvão*.

RAYMUNDO (S.). Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Barreirinhas e desagua no Preguiças.

RAYMUNDOÇÚ. Pov. no mun. de Alcantara e Estado do Maranhão, a 60 kils. de Alcantara, com rarissimas casas de telha, algumas de palha e pequenas casas de negocio.

REBOJO. Log. no mun. de Corumbá, do Estado de Matto Grosso.

REBOJO. Cachoeira no rio Paranapanema. Accrescente-se no fim: Ha muitas pedras nessa cachoeira; mas o canal é fundo; e desde a parte superior da cachoeira, apertado entre rochas, as aguas entram e descem revoltas nessas gargantas; e, em toda a extensão da cachoeira, ha tres quedas ou saltos, dos quaes o maior é conhecido por Tombo do Meio. Acima da primeira queda é que as aguas como que ficam represadas em um enorme e profundissimo poço, formando rodomoinhos e rebojo. E' cachoeira perigosissima. A respeito da palavra *Rebojo*, diz o Dr. J. M. de Almeida: « Corrupção de *Yérè-ibŷi*, concavidades e rodomoinhos. De *yérè*, volta; *ibŷi*, concavidade, abertura natural, seio, óco. Allusivo a caldeirões ou buracos no leito do rio, dando causa aos rodomoinhos ».

RECANTO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Quilombo, trib. do Piracicaba.

RECREIO. Log. do mun. de Corumbá e Estado de Matto Grosso.

REDONDO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

REDONDO. Lago do Estado do Pará, no territorio do Aricary. Communica-se com os lagos Cajubim e Amapá.

REDONDO. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica a NO. e a 66 kils. distante da cidade, á margem esq. do rio Maracassumé. Pouco á montante dessa pov. ha um affl. daquelle rio, que apresenta o phenomeno bem curioso de, apesar de nascer do meio da matta, serem salgadas as suas aguas, contrastando por esta fórma com as do Maracassumé, que são doces.

REGISTRO. Serra do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Jaguary, pertencente á com. e mun. de Xiririca.

REGISTRO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua na margem dir. do rio Tieté.

REGISTRO DO ARAGUAYA. Dist. do mun. da capital do Estado de Goyaz.

REI. Lago do Estado do Pará, no territorio do Aricary. Communica com o lago das Duas Boccas.

RELOGIO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Nova Friburgo e desagua na margem esq. do rio Bengalas.

REMANSO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na cidade de seu nome, e Estado da Bahia.

Fica naquelle rio, a 202 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de Oliveira e Pilão Arcado.

REMANSO. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 369 de 9 de agosto de 1900.

REMANSO DO JUTYCA. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

REMEDIOS. Villa e mun. do Estado do Maranhão, creada pela Lei. n. 82 de 25 de agosto de 1894 e rebaixada pela de n. 195 de 30 de março de 1898.

REMEDIOS. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no rio Santa Maria, affl. do Jequitinhonha.

REMEDIOS. Ribeirão de S. Paulo. Linhas 2 em logar de Parahyba do Sul, leia-se Paratehy ou Paraty pela margem dir.

RENNÓ. Estação da E. de F. Sapucahy, no Estado de Minas Geraes, entre Olegario Maciel e Affonso Penna.

RENVEIRA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo do Rozario (*Almanak Sergipano*. 1901).

RESSACA. Um dos quarteirões do dist. de Pytumbi, no mun. de Mococa e Estado de S. Paulo.

RESSACA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Cotia, entre os muns. de Una e Itapecerica.

RESSACA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio do Collegio, trib. do Sorocaba, no mun. de Una.

RESTINGA COMPRIDA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Capivary, trib. do Jacú, que o é do Santo Ignacio.

RESTINGA DO LAGEADO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, affl. do rio Camaquan, no mun. de S. Borja.

RESTINGA GROSSA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Santo Antonio, com escola.

RESTINGA SECCA. Pov. do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira, a 22 kils. da cidade deste nome, servida pela E. de F. do Paraná, que ahi tem uma estação.

RETIRO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba. Ha ainda arraial do mesmo nome no termo do Soccorro (*Almanak Sergipano*. 1901).

RETIRO. Log. do Estado da Bahia, no mun. da capital. Ahi fica o matadouro. E' ligado ao centro da cidade por uma linha de bonds.

RETIRO. Bairro no mun. de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo, com duas escs. creadas pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

RETIRO. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura, com escola.

RETIRO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes.

RETIRO. Pov. no dist. de Mercês, mun. do Pomba e Estado de Minas Geraes, com uma esc. municipal.

RETIRO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

RETIRO. Morro entre os muns. de Araraquara e Brotas, no Estado de S. Paulo.

RETIRO. Morro no mun. do Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

RETIRO. Morro do Estado de S. Paulo, entre os muns. de Guaratinguetá e do Cunha.

RETIRO. Morro entre os muns. de Mogy das Cruzes e Santa Izabel, no Estado de S. Paulo. E' isolado.

RETIRO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Annapolis e desagua no rio Corumbatahy.

RETIRO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. do Ribeirão Preto e desagua na margem dir. do ribeirão Preto.

RETIRO. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros.

RETIRO. Log. do Rio de Janeiro, no mun. de Petropolis. Accrescente-se no fim: Tem uma capellinha gothica dedicada a S. Thomaz de Aquino.

RETIRO DA CANNABRAVA. Log. do Estado de Goyaz, no mun. do Peixe.

RETIRO DO ARROIO GRANDE. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Ipiranga.

REZENDE. Cidade do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei em 1901 a seguinte communicação: Esta cidade, situada a 407 metros de altitude, é dividida pelo rio Parahyba do Sul em duas partes: uma situada na margem esq. do rio, em logar plano, bastante extenso e que é denominada Campos Elysios, e outra assente sobre um *plateau*, com duas vertentes para o N. e para o S., estendendo-se a segunda dessas vertentes por uma região plana que vai até os rios Sesmarias e Alambary; e a primeira terminando na margem dir. daquelle rio. Nos Campos Elyseos fica a estação da E. de F. Central do Brasil; e na parte á margem dir. do Parahyba, a Matriz, a egreja do Rosario, a capella dos Passos, a Camara Municipal e cadeia, o theatro, a Casa de Misericordia, o Grupo Escolar e o cemiterio. O aspecto da cidade, visto á distancia, é bonito. Quem a percorre actualmente experimenta, porém, uma sensação de tristeza. Depois de Campos e Nyterõi, não conheço cidade maior do que a de Rezende. Tem ella muitas ruas, algumas bem extensas, quasi todas calçadas, em ladeira não muito ingreme, illuminadas a kerozene; praças regulares, mas muito descuradas; predios quasi todos antigos. Unia a cidade ao bairro dos Campos Elyseos uma ponte de madeira, que acaba de desmoronar-se. Deve, porém, começar brevemente o assentamento de uma ponte de ferro. O edificio mais importante da cidade é a Casa de Misericordia, situada na parte SE. da cidade, em um solo completamente plano. Occupa um predio de vastas proporções, assobradado, com enfermarias espaçosas e bem arejadas, bons leitos de ferro, uma bem montada pharmacia, salas do banco e de consultas, um necroterio todo ladrilhado de mosaico, um isolamento e uma bonita capella, onde se vê a consoladora imagem de N. S. da Piedade. Visitando tão pia casa tive occasião de observar o extraordinario asseio das enfermarias. Os assoalhos perfeitamente limpos, os leitos com alvos lençóes, as enfermarias bem desinfectadas e os doentes satisfeitos com o tratamento que recebem. E tudo isto pela dedicação de um enfermeiro! Dispõe o hospital de seis enfermarias para homens, uma para mulheres, uma para crianças e diversos quartos particulares. Dentre as enfermarias ha uma denominada Baroneza do Bananal, destinada a amparar a velhice, instituida e mantida em memoria dessa Baroneza, por seu filho Dr. Rodolpho de Miranda. Na sala das sessões encontram-se os retratos do Padre José Marques da Motta, 1º irmão e 1º provedor em 20 de outubro de 1835, do Padre Joaquim Pereira Escobar, do Barão do Amparo (Manoel Gomes de Carvalho), de Francisco Pereira da Silva, de Emilio Maria Colona, do Dr. José Pimentel Tavares, do Barão de Ayuruoca (Custodio Ferreira Leite), do Visconde do Salto (Antonio Dias Carneiro) e do Conego Miguel Calmon de Aragão Bulcão.—A Matriz fica situada na praça do seu nome. Tem na frente duas torres, tres janellas e a porta de entrada. No interior apresenta a capella-mór com a imagem de N. S. da Conceição e quatro tribunas. No côrpo da egreja ha seis altares, tres do lado do Evangelho com S. Miguel, N. S. da Gloria e N. S. das Dôres com o Senhor Morto, e tres do lado da Epistola com Santo Antonio, S. José e o sa-

grado Coração de Jesus, ladeado pelo Sagrado Coração de Maria e S. Sebastião; quatro tribunas, um pulpito volante, dous confissionarios, o côro com dous harmoniuns e os 14 quadros da Via Sacra. Entre o para-vento e a porta de entrada fica um altar com a gruta de N. S. de Lourdes e defronte a pia baptismal. Aos lados do arco cruzeiro ha dous nichos com S. Joaquim e S. Manoel. Do lado da Epistola fica a Sacristia com dous arcazes, diversos santos e quadros religiosos. Na Matriz funccionam as Irmandades do Santissimo Sacramento, do Sagrado Coração de Jesus e de N. S. de Lourdes. A egreja do Rosario fica situada no morro do mesmo nome. E' um templo pauperrimo. Tem quatro altares: de N. S. do Rosario, N. S. do Parto, S. Manoel e S. Benedicto. A capella dos Passos fica situada no ponto mais elevado da cidade e donde se desfructa um bello panorama. Tem dous altares: o do Senhor dos Passos e o de Santa Cecilia.— O Grupo Escolar Hilario Ribeiro está mal situado na rua do Ouvidor e em frente á loja maçonica *Lealdade* e *Brio*. Dispõe de seis salas espaçosas. A frequencia média é de 270 alumnos e a matricula de 406. O Grupo quasi que é mantido a expensas da municipalidade. — A Camara Municipal funcciona em um predio composto de dous pavimentos. O terreo é occupado pela cadeia; no superior ha tres salas destinadas ás sessões da Camara, ao jury e as audiencias dos juizes. A secretaria e a collectoria estão alojadas em uma casa particular.— Possue dous isolamentos, um na cidade e outro nos Campos Elyseos. Em frente á Matriz ergue-se um theatrinho. Na cidade publicam-se cinco jornaes: O *Tymburibá*, a *Gazeta de Rezende*, o *Quinto Districto*, a *Violeta* e a *Lyra*. A cidade e o bairro dos Campos Elyseos tem cerca de mil predios, muitos dos quaes se acham desoccupados. O movimento commercial da cidade é pouco animador. Encontram-se nella uma fabrica de banha, duas de manteiga, uma de macarrão e uma de sabão, esta no Suruby. A cidade pode ter uma pop. de 5 a 6.000 almas e todo o mun. de 22.000. E' abastecida de agua, mais ou menos regular, fornecida pelos ribeirões Agrião e Monjollinho, ficando a caixa do abastecimento no centro da cidade. O cemiterio fica a 500 metros da cidade por traz da capella dos Passos; é todo murado e tem uma pequena capella. A 29 de setembro de 1901 foi collocado no Alto dos Passos um Cruzeiro, e no largo da Constituição um marco, segundo se lê na seguinte acta: « Aos 29 dias do mez de Setembro de 1901 na cidade de N. S. da Conceição de Rezende, os cidadãos, nascidos na mesma cidade e residentes em outros pontos do Brasil, vieram em romaria civica visitar o seu torrão natal, que muito estremecem, e em signal da muita veneração e do entranhado affecto que consagram ao logar de que se orgulham de ser oriundos, deixam implantado, no terreno do largo da Constituição, um simples marco como modesta offerta commemorativa do centenario da formosa cidade fluminense e do movimento affectivo que impelliu a virem rever os lares queridos e amados. E do que se lavra a presente acta, que, junta aos periodicos do dia, publicados em Rezende e na Capital Federal, vai assignada pelos presentes, autoridades do Estado e municipaes, representantes da imprensa, convidados e pessoas do povo. Rezende, 29 de Setembro de 1901 ». Ha ainda na cidade a loja maçonica *Lealdade* e *Brio*, que tem uma bibliotheca com mais de 2.000 volumes e mantem uma esc. nocturna, subvencionada pela Camara Municipal. O mun. confina ao N. com o Estado de Minas pela serra da Mantiqueira; a E. com os muns. da Barra Mansa e do Bananal, este em S. Paulo; ao S. com os de Barreiros e Arêas de S. Paulo; e a O. com o de Queluz tambem de S. Paulo pelo ribeirão do Salto. Os dist. do mun. são: da Cidade, Campos Elyseos, Porto Real, Campo Bello, Sant'Anna dos Tócos, Vargem Grande e S. Vicente Ferrer. Delles é mais importante o de Campo Bello, pela sua explendida topographia, pureza de aguas, amenidade do clima e industria de lacticinios. As producções do mun. são: café, canna de assucar e cereaes. Ha importante criação de gado nos dists. de Campo Bello e Campos Elyseos, havendo, naquelle, grande exportação de leite e manteiga para a Capital Federal. E' tambem importante a exportação de fructas da fazenda do Sr. Henrique Irinêo de Souza. No dist. de Porto Real ha, além de outras, uma usina que produz mais de 20 mil saccos de assucar. E' no mun. que fica o ponto mais elevado do Brasil, que é o pico do Itatiaya, na Mantiqueira, com 3.000 metros de altura. Entre os rios importantes do mun. notam-se: o Parahyba, Alambary, Sesmarias, Formoso, Portinhos, Bonito, Santo Antonio, Salto, Sant'Anna, Jeronyma, Lage, Cruz das Almas, Santa Cruz, Campinho, Fernandes, além de muitos outros. As estações da E. de F. Central do Brasil, que pertencem ao mun., são: a de Rezende, Oliveira Bulhões, Suruby, Marechal Jardim, Campo Bello, Itatiaya e Engenheiro Passos; e as da E. de F. de Rezende a Bocaina, as de Suruby, Plataforma, Estalo, Bambús e Formoso.

REZINA. Arraial do termo de Villa Nova, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

RIACHÃO. Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

RIACHÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem dir. do rio deste nome.

RIACHÃO. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Alagoinhas e desagua no Aramary, depois de atravessar a E. de F. de S. Francisco, 50 metros acima do kil. 15.

RIACHÃO. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Curvello e desagua na margem dir. do Bicudo.

RIACHÃO. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Está situada sobre o riachão Coelho, affl. do rio Balsas. Sua principal riqueza consiste na criação de gado e exportação de couros e borracha de mangabeira. Tem 584 habs.

RIACHÃO DA FARTURA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Santarem.

RIACHÃO DAS PEDRAS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Areia.

RIACHÃO DO NORTE. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem dir. do rio deste nome.

RIACHINHO. Serra do Estado da Bahia, á margem do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco, entre as estações de Itú-mirim e Angico. E' pedregosa e coberta de mandacarús.

RIACHINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Buxogodó, que o é do Frecheiras e este do Ipanema.

RIACHO. Tal é o nome de um riacho, com dous kils. de extensão, que desagua no rio Aramary, pouco além do pov. deste nome, no mun. de Alagoinhas e Estado da Bahia.

RIACHO. Villa do Estado do E. Santo. Accrescente-se no fim: A localidade se compõe de um extenso largo, arenoso e plano, fechado de edificações, logar este onde se acha a Matriz. O corpo da Egreja tem 11m,8 de comprimento e 7m,40 de largura; a capella-mór 4m,80 tanto de largura como de comprimento. Do lado do Evangelho está a nova sacristia com 8 metros de comprimento e 3m,70 de largura. Além do altar principal, tem dous outros lateraes: o do Sagrado Coração de Jesus e o de N. S. da Penha. Segundo me informam, a origem do Riacho é do anno de 1800, pouco mais ou menos. Francisco Bueno e João Campista, vindos de Campos, refugiaram-se ao S. da Lagôa do Aguiar, no logar então denominado *Campos do Riacho*, e ahi lançaram os fundamentos desta localidade. Tendo-se propalado a noticia da excellencia destes campos para a invernação do gado, em 1854, mais ou menos, para aqui vieram o coronel Luiz da Rosa Loureiro, Joaquim Carlos Pereira, e, 10 annos mais tarde, Marcellino da Rosa Loureiro, tres distinctos serranos que se póde considerar como os verdadeiros fundadores do Riacho.

RIACHO DA SERRA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Cabrobó.

RIACHO DE CANÔAS. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, entre as estações do Morro do Pará-mirim e Bom Jardim, e a 519 kils. da cidade do Joaseiro.

RIACHO DO BARRO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bom Conselho.

RIACHO DOCE. Pov. no mun. da capital do Estado das Alagoas.

RIACHO DO MATTO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Agua Preta.

RIACHO DO PAPAGAIO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Garanhuns.

RIACHO DO SANGUE. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: De uma *Noticia das Freguezias do Ceará visitadas pelo Padre José de Almeida Machado nos annos de 1805 e 1806, extrahida d'um livro de Devassas que serviu na visita*, extractamos sobre a freg. do Riacho do Sangue o seguinte: « A freg. de N. S. da Conceição, situada perto ao Riacho do Sangue, que foi separada do Curato do Icó e erigida em Curato amovivel em virtude da Provisão do Illm. e Rvmo. Cabido Séde Vacante, datada aos 6 de Abril de 1784 e o seu prº. Cura tomou posse aos 18 de Junho do mesmo anno: Os primeiros habitantes desta terra brigarão na divisão della, isto he, os mesmos sesmeiros nas margens deste Riacho, e ouverão muitas mortes correndo sangue pª. o dº. Riacho, e correo este insanguentado, e daqui lhe sobreveio o nome. Dita freg. tem por orago a N. S. da Conceição, e nella ha as Igrejas e sacerdotes seguintes:— *Igrejas*. A Capella de N. S. da Conceição fundada em lugar alto por Antonio de Oliveira Sylva e sua mulher Eugenia Maria Maciel, e serve de matriz; a Capella de S. Gonçalo de Amarante fundada na fazenda de S. Rosa distº. da Matriz 4 leguas. A Capella de N. S. das Candeias fundada em Jaguaribemerim e distª. da Matriz 8 leguas. A Capella de S. Antonio de Padua fundada na Boa vista e distª. da Matriz 11 leguas. —*Sacerdotes*. O Rvd. Cura e Vigario da Vara Francisco Pinheiro Landim de 36 annos de idade. O Rvd. Francisco Mendes Linhares Capellão na Capella da Boa vista com 43 annos de idade. »

RIBEIRA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

RIBEIRA. Pov. do Maranhão. Linhas 2, em logar de mun. de Miritiba, leia-se mun. de Icatú. Accrescente-se no fim: Dista 12 kils. da villa e tem quatro casas de telha, 30 de palha, duas casas commerciaes e 300 almas.

RIBEIRA DO ALTO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

RIBEIRÃO. Bairro do mun. de Santa Branca, no Estado de S. Paulo.

RIBEIRÃO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Porto de Cima.

RIBEIRÃO. Bairro do mun. do Mar d'Hespanha, no Estado de Minas Geraes, com uma esc. municipal.

RIBEIRÃO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. da Gameleira e desagua no rio Amaragy.

RIBEIRÃO. Dist. de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: O Sr. Virgilio Varzea, em seu trabalho *Santa Catharina*, 1900, diz: « Voltando á ponta de Caiacanga-mirim, encontra-se, em frente á ilhota Garcia, uma enseada onde desagua um pequeno rio, cuja foz terá de 5 a 7 metros de largura e onde se eleva o monte mais alto da ilha, que mede 600 metros e em cujo sopé se aninha risonhamente a freg. do Ribeirão, com suas casinhas alvas, dentre as quaes se destaca a egreja consagrada a N. S. da Lapa. A freg. estende-se por Caiacanga-assú, Tapera até Naufragados (a ponta mais meridional da ilha). Dahi segue para E., abrangendo o Pantano do Sul, a Armação da Lagoinha e a praia do Campeche, com as ilhas e ilhotas que rondam a costa nessa parte, indo entestar por N. E. com as terras da Lagôa. Todos esses pontos são mais ou menos habitados e contam, com a sêde da freg., uma pop. de 3.600 almas ». Relativamente a este dist., diz Saint-Adolphe: « *Ribeirão* ou *Lapa do Ribeirão*. Nova villa e antiga freg. da ilha de Santa Catharina, no fundo de uma enseada, a duas leguas ao S. da cidade do Desterro. Manoel de Vargas Rodrigues mandou fazer em 1760 uma capella para sua familia e visinhos e a dedicou a N. S. da Lapa. Como no principio do seculo presente a pop. do Ribeirão passasse de 1.200 almas, foi a capella substituida por uma egreja de pedra, a qual foi sagrada em 2 de fevereiro de 1806. Solicitaram então os habs. para ella o titulo de parochia, o qual lhe foi conferido por Alvará de 11 de julho de 1809. Passados dez annos instaram para que se concedesse á nova freg. o titulo de villa, porém não foram bem succedidos nessa representação nem no governo de D. João VI, nem no do imperador D. Pedro I, e somente o conseguiram em 1839 ou 1840 por uma lei prov. O distr. da villa do Ribeirão é formado da parte meridional da ilha de Santa Catharina, e acha-se separado da parte do N. da cidade do Desterro pelos ribeiros Tavares e Caiacanga-mirim ». A zona do Ribeirão é quasi toda agricola e pelas suas encostas e planos floresce a mandioca, a canna, o milho, o feijão e o café.

RIBEIRÃO CLARO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Itararé.

RIBEIRÃO DA AGUA BRANCA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

RIBEIRÃO DA BARRA MANSA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Thomazina.

RIBEIRÃO D'AREIA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

RIBEIRÃO DAS FLORES. Serra no mun. de S. Fidelis, do Estado do Rio de Janeiro.

RIBEIRÃO DAS ONÇAS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Colombo, a seis kils. da séde. E' centro de commercio de herva-matte e conta uma esc., uma egreja e diversas casas commerciaes.

RIBEIRÃO DE S. DOMINGOS. Pov. do dist. de Mercês do Pomba, no Estado de Minas Geraes, banhado pelo ribeirão do seu nome, com uma capella de N. S. da Conceição.

RIBEIRÃO DE S. JOSÉ. Bairro do Estado de S. Paulo, entre os muns. do Ribeirão Bonito e da Bôa Esperança. Ahi o cidadão João Baptista Quirino fundou um novo bairro, a que denominou Palmeiras.

RIBEIRÃO DO ROCHEDO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

RIBEIRÃO DO TANQUE. Log. do Estado da Bahia, na com. de Ilhéos.

RIBEIRÃO DOS CALDEIRÕES. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

RIBEIRÃO DOS MACACOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá, com uma esc. municipal.

RIBEIRÃO DOS MUTUNS. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

RIBEIRÃO FUNDO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. da Gloria de Goitá.

RIBEIRÃO GRANDE. Log. no dist. dos Tres Corregos, termo de Campo Largo e Estado do Paraná.

RIBEIRÃOSINHO. Estação da E. de F. de Araraquara, no Estado de S. Paulo. Foi inaugurada a 7 de dezembro de 1901. Fica no kil. 82.280.

RIBEIRÃO VERMELHO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

RIBEIRO GRANDE. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. do Bom Jardim.

RINCÃO (Ramal do). Pertencente á Companhia Paulista, no Estado de S. Paulo. Foi auctorisada a abertura ao trafego publico pelo Dec. n. 991 de 28 de dezembro de 1901, e inaugurado em 29 do mesmo mez e anno. Vai da estação do Rincão á de S. Martinho. O trecho inaugurado atravessa uma região cafeeira, riquissima, na extensão de 40 kils., tendo no seu percurso as estações de Guatapará, Guarany e Martinho Prado. Tem o novo Ramal diversas obras d'arte, salientando-se, como a mais importante, uma bella ponte metallica sobre o rio Mogy-guassú, com dous vãos, sendo um de 70 e outro de 30 metros.

RINCÃO DA PALMEIRA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no 2º dist. do mun. de Santo Antonio, com escola.

RINCÃO DAS GUARITAS. Log. do Estado do Rio G. do Sul, no mun. da Palmeira, com escola.

RINCÃO DAS PEDRAS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Viamão, com escola.

RINCÃO DE JESUS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da Cruz Alta, com escola.

RINCÃO DE S. JOÃO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Gravatahy, com escola.

RINCÃO DO ITACOROBY. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. Borja.

RINCÃO DOS MELLOS. Pov. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Villa Rica.

RINCÃO DOS QUEVEDOS. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Villa Rica, com escola.

RIO ABAIXO. Villa de Matto Grosso. Accrescente-se no fim: Foi rebaixada de mun. e com. pela Lei n. 315 de 26 de março de 1902.

RIO ALEGRE. Pov. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Poconé.

RIO BONITO. Bairro do mun. de Itatinga, no Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

RIO BONITO. Villa do Estado de Goyaz. Em logar de com. do Rio Verde, leia-se com. de Jatahy. Accrescente-se no fim: Foi incorporada á com. de Jatahy pela Lei n. 215 de 14 de junho de 1901.

RIO BONITO. Dist. do Estado do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Fica á margem dir. do rio de seu nome, assente entre montanhas e servida pela E. de F. União Valenciana, que ahi tem uma estação na margem esq. do rio.

RIO CALÇADO. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Guarapary.

RIO CAPIVARY. Bairro do mun. do Tieté, no Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 810 de 18 de outubro de 1901.

RIO CLARO (Santa Rita do). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Tornou-se séde do mun. de Villa Nova de Rezende pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

RIO DE S. JOÃO. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Fica sobre o rio do mesmo nome, a tres kils. de sua confluencia com o rio das Mercês e a seis da villa do Paço. E' atravessada pela estrada real, que, partindo da capital para S. José de Riba-mar, ahi passa antes de começar a que vai á villa.

RIO DO AR. Log. do Districto Federal, no dist. de Campo Grande.

RIO DO BRAÇO. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Tijucas, com escola.

RIO DO PEIXE. Log. do Estado do E. Santo, no mun. de Affonso Claudio.

RIO DO PEIXE. Bairro do mun. do Patrocinio de Santa Izabel, no Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 703 de 7 de agosto de 1900.

RIO DO PEIXE. Dist. policial no mun. de Palmas, do Estado do Paraná, creado pelo Dec. n. 118 de 11 de novembro de 1898, á margem do rio de seu nome.

RIO DO POÇO. Quarteirão do dist. de Arêa Branca, no termo da Lapa e Estado do Paraná.

RIO DOS COUROS. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. da capital.

RIO FUNDO. Arraial no mun. do Lagarto, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901). Ha um outro pov. do mesmo nome no mun. de Itaporanga.

RIO GRANDE (Santa Maria do). Fazenda no mun. de S. Francisco de Paula, do Estado do Rio de Janeiro. A Lei n. 575 de 27 de dezembro de 1902 tornou-a séde do 3º dist., então creado nesse mun. e que é banhado pelo ribeirão dos Passos, affl. do rio Grande.

RIO LIMOEIRO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Morretes.

RIO MADEIRA. Parochia do Estado de Matto Grosso, no mun. deste nome. Orago Santo Antonio. Foi creada pelo Dec. n. 327 de 8 de abril de 1902. Confina com o Estado do Amazonas.

RIO MOLLE. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema.

RIO NEGRINHO. Pov. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro, distante 24 kils. da cidade deste nome, á margem da estrada que vai para Joinville.

RIO NEGRO. Mun. do Paraná. Accrescente-se no fim: Foi restabelecida a com. pela Lei n. 480 de 17 de fevereiro de 1902.

RIO NOVO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tutoya.

RIO PARDO (S. João Baptista do). Pov. do Estado de S. Paulo, no mun. de Mococa. Ahi a Lei n. 711 de 30 de agosto de 1900 creou um dist. de paz com a denominação de Pytumbi.

RIO PRETO. Cidade de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei em 1900 a seguinte communicação: Embarcando no expresso mineiro cheguei á estação do Desengano. Ahi tomei a E. de F. União Valenciana, que me conduziu á cidade do Rio Preto. Esta cidade fica assente em um terreno de declive, a 27 kils. de Valença, na margem esq. do rio Preto, cercada de morros, entre os quaes os denominados Beatas, Formiga e Gramma, atravessada pelos riachos Tenorio, Gramma e das Pedras, passando este ultimo pelo matadouro; é servida pela E. de F. União Valenciana, que tem seu ponto terminal defronte da cidade, na margem dir. do rio Preto, no Estado do Rio de Janeiro. Não é feio o aspecto da cidade. Seus predios, em numero pouco mais ou menos de 200, são velhos, quasi todos terreos e alguns damnificados. Tem poucas ruas, apenas sete; dellas, a mais importante pela sua extensão é a denominada Direita, e pelo commercio a de Santa Clara; todas sem calçamento e illuminadas a kerosene. Possue uma praça, não muito vasta, arborizada, onde fica a Matriz. O commercio da cidade está paralyzado, para não dizer morto: ha 17 casas de negocio no perimetro da cidade. Além da Matriz, das capellas do Rozario e do Divino Espirito Santo, possue a cidade a casa da Camara e a Casa de Misericordia. A casa da Camara fica situada na encosta de um morro, em logar elevado e donde se descortina um bonito panorama. A entrada fica a um dos lados; tem uma bem ornada sala de sessões, que tambem serve para jury e outras salas, onde funccionam diversas repartições annexas á mesma Camara. No pavimento terreo está alojada a immunda cadeia, que me pareceu a ante-camara da morte. Nella encontrei apenas dous presos, um por crime de defloramento e outro por embriaguez. Nenhum por crime de morte, o que attesta a bôa indole da pop.— A casa de Misericordia é um estabelecimento pobre. Foi fundada com o legado de vinte contos, que para tão piedoso fim foi deixado pela Baroneza de S. José. Mantem-se com o resto desse legado, com tres contos annuaes dados pela Camara Municipal, com dous contos do Governo estadual e com os recursos angariados pela Irmandade que ampara esse hospital. Tem quatro enfermarias com 19 leitos e uma capella com á imagem de Santa Izabel da Hungria. O compromisso da Irmandade foi approvado pelo Bispo de Mariana em 23 de março de 1887 e na parte civil a 31 de maio do mesmo anno. —A Matriz é vasta e solidamente construida. Tem na frente cinco janellas, tres portas e um relogio do lado da Epistola. Não tem torres. Seu interior, si não prima pela sumptuosidade e luxo, recommenda-se pelo asseio, o que muito abona o zelo do Vigario que a parochia. Na capella-mór ha um altar, tendo no throno a imagem do Senhor dos Passos, aos lados, em dous nichos, N. S. de Nazareth e S. Sebastião e abaixo destes S. Francisco de Assis e Santo Antonio de Padua. Tem quatro tribunas, e no chão tres sepulturas, entre as quaes a da Viscondessa de Monte Verde, fundadora da Matriz. No corpo da egreja ha dous altares: o do lado do Evangelho com a imagem de N. S. das Dôres e o do lado do Evangelho com a de N. S. da Conceição; dous pulpitos, um confessionario, 10 tribunas, os 14 quadros da Via Sacra, a pia baptismal, o côro com um harmonium e dous lustres. Nos fundos da capella-mór fica a Sacristia, de cujas paredes pendem os retratos do Commendador Francisco Theresiano Fortes, de D. Maria Thereza de Souza Fortes e do Barão de Santa Clara. No corredor do lado da Epistola, na sala em que funcciona a mesa administrativa da Irmandade, ha um altar com a imagem de N. S. do Parto e no corredor do lado do Evangelho encontra-se o retrato do ex-vigario Monsenhor Teixeira Guedes. No andar superior e nos fundos da egreja existe uma capella com a imagem do Sagrado Coração de Jesus. A cidade possue ainda uma casa para isolamento, dous cemiterios, sendo um municipal com uma capellinha de S. José, e outro da Irmandade dos Passos; e, além das capellas já citadas do Rozario e do Divino Espirito Santo, mais as capellas de Santo Antonio, Cruzeiro, N. S. da Conceição, Sagrado Coração de Jesus e de S. Pedro, esta em construcção. A cidade tem 1.500 habs. e comprehende os bairros denominados: Formiga, Bemfica, Divino e Santo Antonio dos Pobres ou Varejas. No dist. da cidade ficam os povs. denominados: Conceição do Monte Alegre, Tres Barras, Porto do Indio e Cruzeiro. O mun. confina com Ayuruoca, Turvo, Lima Duarte e Juiz de Fóra e com o Estado do Rio. E' percorrido pelas serras: Santa Rita, Gomes, Mata-Cachorros, Negra, S. Gabriel, Boqueirão, atravessada pelo rio Pirapetinga, Taboão ou do Chora e Monte Verde, todas ramificações da Mantiqueira; e regado pelos seguintes rios: Preto, Pirapetinga, Santa Clara, Tres Barras, Santa Martha, Funil (mais tarde Sant'Anna), Conceição, Bananal e Jacutinga (estes dous se reunem na pov. de Santa Rita de Jacutinga, indo desaguar no rio Preto com o nome de Bananal), Peixe, Nazareth, S. Jorge, além de outros. O mun. comprehende os dists. da cidade, de S. Sebastião do Taboão, de N. S. da Conceição do Boqueirão, de Santa Rita de Jacutinga, de Santa Barbara do Monte Verde, de S. Sebastião do Barreado e de Santo Antonio da Olaria. E' servido pelas estradas de ferro União Valenciana e Sapucahy, que tem no mun. as estações do Imbuzeiro e Santa Rita de Jacutinga. A lavoura do mun. consiste em café, canna e cereaes. Os dists. da Olaria, Taboão, Boqueirão e Santa Barbara quasi que se entregam á criação de gado. A renda da Camara Municipal é de 50 contos annuaes. A respeito dessa cidade assim se expressa o Vigario José Bittencourt, Vice-Presidente da Camara Municipal, em seu *Relatorio* de janeiro de 1901: « A cidade acha-se actualmente (é triste dizer-se) em estado de muita decadencia, sem asseio, sem elegancia, tendo os lampeões quebrados, as arvores cortadas, as torneiras publicas arrancadas, o gradil que circunda e protege o unico jardim existente na cidade está todo mutilado, as vidraças das casas destruidas; enfim, Srs. Vereadores, o seu estado é hoje lastimavel, decadente e até degradante ».

RIO SAHY. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guaratuba, distante 25 kils. da villa.

RIO TATUHY. Bairro do mun. de Tatuhy, no Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

RIO VERDE. Dist. policial do mun. de S. José do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, com duas escs. creadas pela Lei n. 712 de 31 de agosto de 1900.

RIO VERDE (S. João Baptista do). Mun. de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Passou a denominar-se *Itaporanga* pela Lei n. 620 de 21 de junho de 1899.

RIO VERDE (Conceição do). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Baependy e annexado ao de Aguas Virtuosas pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

RIO VERDE. Dist. do Estado de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. do Prata e annexado ao da Platina pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

RIO VERDINHO. Bairro do mun. de Casa Branca, no Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 657 de 28 de agosto de 1899.

RIO VERMELHO. Dist. da cidade da Bahia. Accrescente-se no fim: Assim descrevi esse dist. em julho de 1902 pelo jornal *A Tribuna*. Tomei na Barroquinha um *bond* que, depois de passar pela Fonte Nova e pelo Dique, me conduziu á pov. do Rio Vermelho, um dos mais magestosos e aprazieis arrabaldes da cidade.

A povoação fica á beira do oceano e pertence ás fregs. de Brotas e da Victoria.

A parte pertencente a esta freg. subdivide-se: parte fica em logar elevado e parte em logar plano; a parte pertencente á primeira freg. estende-se para o norte, pondo em communicação os povs. Pituba, Itapoan e Lagoa com o Rio Vermelho.

A pov., na parte plana, estende-se pela costa do oceano, apresentando as enseadas da Paciencia, Sant'Anna e Mariquita e uma pequena ponte, onde está situado um forte iniciado pelos hollandezes.

Do lado oriental fica o morro do Conselho e do lado occidental a pov. de Ondina.

O rio das Lucaias, sangradouro do impropriamente chamado Dique, faz junecção com o Camorogipe, dentro do pov., tomando d'ahi em deante até a sua foz na enseada da Mariquita o nome de Vermelho, assim denominado, porque, deslisando-se por terrenos de barro vermelho, nas grandes correntezas das aguas, costumam estas tomar a côr do barro, que se desprende das margens do rio. Fica sobre elle uma ponte de alvenaria, concluida em 4 de dezembro de 1865. Defronte da foz d'esse rio ha uns baixios e recifes, onde, em 1510, naufragou Diogo Alvares Corrêa, o *Caramurú*. O logar hoje conhecido por Mariquita era então denominado pelos indios *Mairaguiguy*.

A perspectiva que apresenta a pov. na parte voltada para o mar é graciosa e imponente.

Ao longe, as nuvens osculando o oceano, a fumarada do vapor que vai perlustrando os mares em busca de novas terras; mais perto, vencendo a furia das ondas, atrevidos pescadores em frageis jangadas.

Quando o sudoeste brame com indomavel furia, uivando através dos coqueiraes que engrinaldam o pov., vergastando os grossos troncos das collosaes mangueiras, que aqui e alli se erguem, o mar revolto e enfurecido arroja ás praias ondas espumaradas em um bramir de panthera. E o céo acompanha a terra nessa orchestra infernal. A atmosphera, prenhe de electricidade, despede relampagos, que, em zig-zags, illuminam o espaço; e o raio, sahindo das entranhas das nuvens, com um ribombar de metralha, precipita-se sobre o oceano ennegrecido, como o inferno dantesco.

Nas pedras da « Paciencia » fica uma bacia natural, cavada na rocha e graciosamente denominada « Bacia das Moças ».

As ruas da pov. são curtas, de regular largura, sinuosas, sem calçamento e illuminadas a kerosene. A rua mais bonita é a denominada Raphael, com uns dez metros de largura, pouco extensa, recta e plana e onde se acham bonitos predios.

Tem uma bonita praça denominada Colombo, atravessada pelo rio Vermelho e com o lindo predio do cidadão Guilherme de Carvalho.

Os predios são, na sua maioria, terreos, mas de construcção moderna e asseiados; não são numerados.

Ha na pov. um hotel (Avenida Saudavel), uma pharmacia, dous medicos e diversas casas de pequeno commercio.

Fica ahi a roça de João Bento da Costa Junior, onde funccionava o antigo prado de corridas, denominado Derby-Club.

Na enseada da Paciencia está em construcção um cáes, destinado a novos alinhamentos que a Intendencia procura dar ás ruas do povoado.

Tem uma capellinha do Senhor dos Navegantes, situada á beira-mar e no ponto terminal dos *bonds*.

Houve, até bem pouco tempo, uma linha de *bonds* de tracção a vapor, que, partindo do Campo Grande, se dirigia a esse pov. Infelizmente foi supprimida.

RITA (Santa). Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

RITA (Santa). Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão das Lavras, trib. do Mboy-guassú.

RITA (Santa). Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Jundiahy-assú.

RITA (Santa). Villa do Parahyba do Norte. Accrescente-se no fim: Supprimida, foi restaurada pela Lei n. 79 de 24 de setembro de 1897.

ROBERTO (S.). Pov. no dist. de Gouvêa e mun. de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, á margem esq. do ribeirão Cachoeira. Tem uma fabrica de tecidos com 60 teares.

ROÇADO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Pastos Bons, ao N. e a 30 kils. da villa. E' a antiga Alegre.

ROÇADO DE BATATAS. Log. do Districto Federal, no dist. da Guaratiba.

ROÇAS NOVAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Bom Fim.

ROCCO. Corrego do Estado de S. Paulo, na com. de Jaboticabal.

ROCHA DO TALHADO. Log. do Estado do Maranhão, no mun. da Barra do Corda. Ahi se observa um interessante phenomeno de escavação, produzida pela correnteza daquelle rio, que, tendo destruido grande parte da base da rocha, fez com que a porção superior della ficasse horizontalmente sobre o seu leito, á altura de 76 metros, offerecendo o aspecto de uma ponte em começo.

ROCHAS. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. do Carmo da Escaramuça.

ROCHEDO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos, sobre o ribeirão do seu nome.

ROCINHA. Rio do Estado do Paraná, affl. do Tacaniça.

ROCIO. Bairro do mun. de Paranaguá, no Estado do Paraná, distante tres kils da cidade, com uma capella de N. S. do Rozario.

RODEADOR. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Bonito.

RODEIO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. da Chapadinha.

RODEIO. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, do Estado de Minas Geraes.

ROLANTE. Lageado do Estado de Santa Catharina, no mun. de Lages. Faz barra no lageado Grande e recebe o lageado Rio Bonito.

ROMÃO. Log. do Estado da Bahia, no termo de Geremoabo.

ROMÃO (S.). Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no dist. do seu nome e Estado de Minas Geraes. Fica naquelle rio, a 1.202 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de S. Francisco e Barra do Paracatú.

RONCADOR. Arraial do termo do Rosario, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

RONCADOR. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una, no mun. de Barreiros.

RONCADOR. Ribeirão affl. do Cayaposinho, no mun. da capital do Estado de Goyaz.

RONDA DO PAPANDUVA. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro.

RONDA VELHA. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Rio Negro.

RONDINHA. Lago e ribeirão do Estado de S. Paulo. O ribeirão desagua na margem esq. do rio Santo Ignacio, affl. do Paranapanema.

ROQUE. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

ROSA (Santa). Pequeno pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Itapecurú-mirim.

ROSA (Santa). Morro do Estado da Bahia, no mun. de Jusseape.

ROSA (Santa). Morro do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Nyterõi, com uma Egreja de N. S. de Viterbo.

ROSA (Santa). Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Bom Jardim.

ROSA (Santa). Pov. do Maranhão. Em logar de mun. de Miritiba, leia-se mun. de Icatú. Accrescente-se no fim: Fica a 12 kils. da villa e tem uma escola.

ROSARINHO. Corrego do Estado de Goyaz, banha o mun. da Palma e desagua no rio Maranhão.

ROSARIO. Morro na cidade do Pomba e Estado de Minas Geraes. No seu cimo ergue-se a capella de N. S. do Rosario.

ROSARIO. Morro na cidade do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.

ROSARIO. Ilha no rio Parahyba do Sul, em frente á villa de Itaocara, a cujo mun. pertence, no Estado do Rio de Janeiro.

ROSARIO. Ilha no rio Parahyba, em frente a S. Fidelis, cidade do Estado do Rio de Janeiro.

ROSARIO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. do Bom Jardim e desagua no Banquete, affl. do rio Grande.

ROSARIO. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*Obr.* cit.) diz: « *Rosario*, a 56 kils. da capital, fica situada á margem esq. do rio Itapecurú, á jusante da cidade do Itapecurú-mirim. Tem bons predios, uma Egreja situada na praça principal, estação telegraphica, a casa em que funcciona a esc. publ. do sexo masculino, doada ao Estado pelo Dr. Augusto de Mello Rocha, e defronte da villa, em bella posição, vê-se um grande sobrado que faz parte da situação denominada Prata. Seu commercio é desenvolvido e entretem constante communicação com a capital, por meio de vapores e de barcos a vela. Em seus arredores se encontram varias ollarias e engenhos de assucar, movidos a vapor. Exporta assucar de excellente qualidade, aguardente, farinha d'agua muito apreciada, gergelim, mamona e productos ceramicos. A' jusante desta villa e á distancia de quatro kils. fica a bella e historica cachoeira da Vera-Cruz, por onde passam os vapores da linha fluvial, sob a influencia das marés. . . Das villas banhadas pelo Itapecurú é a que está mais proxima da sua foz, que se dá na bahia do Arraial, formada pela de S. José. Calcula-se a sua pop. em 4 a 5.000 habs. ».

ROSEIRA. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes.

ROSEIRAS. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes.

ROSINHA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Sant'Anna.

ROXO RODRIGUES. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, no mun. de Ponta Grossa e Estado do Paraná.

RUA NOVA. Dist. policial do mun. de Gravatá, no Estado de Pernambuco.

RUBUQUARA. Log. notavel, á margem esq. do rio Ribeira de Iguape, no mun. de Iporanga e Estado de S. Paulo. « *Rubuquára*, diz o Dr. João Mendes de Almeida, corruptela de *Robiâ-guár-a*, buraco de respeito. De *robiá*, respeito, veneração, obediencia, honra, estima, credito, confiança, fixidez, tenacidade, autoridade; *guár*, buraco, fojo, poço, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a uma semelhança de nicho que se vê no alto do paredão, que forma a barranca elevada e a pique, da referida margem esq. Fé ou simples crendice, o certo é que os que por alli passam, em canôas ou embarcações de qualquer especie, descobrem a cabeça em signal de respeito. Entre este logar e a corredeira *Pyryrica* está o morro que soffre annualmente combustão natural, vinte kils. mais ou menos abaixo da villa Iporanga. Em 1847 desciam do alto do morro verdadeiras lavas, pois que era um liquido, resultado da combustão. E' toda essa uma região notabilissima pela superabundancia e variada riqueza mineral ».

RUMO. Corrego do Estado de S. Paulo, na com. do Jaboticabal. Une-se ao corrego Rico, affl. do rio Mogy-guassú.

S

SABABA. Pov. no mun. de Tury-assú, do Estado do Maranhão (J. Ribeiro do Amaral. *Obr.* cit.).

SABÃO. Morro do Estado de S. Paulo, entre a capital e Conceição dos Guarulhos.

SABÃO. Arroio do Estado do R. G. do Sul., affl. do arroio Taquara, que o é do rio Gravatahy, nos limites do mun. da capital

SABARÁ. Antigamente *Tabará*, de que se formou *Tabaráboçú*, como se vê em velhos documentos. *Tabará* é a forma contracta de *Itabaraba* ou *Itaberaba*, composto de *Itáberaba*, pedra reluzente, penedia resplandescente, crystal.

SABARÁ. Cidade de Minas Geraes. Supprimam-se os dists. de Santa Quiteria, Capella Nova do Betim, Contagem e Vargem da Pantana, que foram incorporados em 1901, pela Lei n. 319 de 16 de setembro, ao mun. de Santa Quiteria.

SABARABOÇÚ. Antigamente *Tabará-boçú*, corruptela de *Itaberaba-oçú*, que litteralmente se traduz — pedra resplandescente grande — ou antes — serra resplandescente — logar que ficou lendario entre os colonos do primeiro seculo da conquista. Eis como o historiador Jandavo nos conta a origem dessa famosa legenda: « A esta Capitania de Porto Seguro chegaram certos indios do sertão a dar novas de umas pedras verdes, que havia n'uma serra muitas leguas pela terra dentro, e traziam algumas dellas por amostras, as quaes eram esmeraldas, mas não de muito preço; e os mesmos indios diziam que daquellas havia muitas, e que esta *serra* era mui formosa e *replandescente*.... ». « Esta serra resplandescente que o gentio em sua lingua dizia — *Itaberaba-oçú* e que a corruptela em labios portuguezes transformou em *Taberaboçú* e mais geralmente em *Sabaraboçú*, vae ser por todo o seculo seguinte o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas conduzidas de S. Paulo em direcção ao valle do S. Francisco, das quaes não poucas vararam os sertões em busca de Porto Seguro ou do Espirito Santo, donde lhes vinha a longinqua tradição da *Serra das Esmeraldas*. » (Theodoro Sampaio. *Memoria lida no Instituto Historico de S. Paulo*). Monsenhor Pizarro, nas suas *Memorias Historicas*, escreveu *Tabaraboçú*.

SABAUNA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Guararema, no mun. deste nome. « *Sabauna*, diz o Dr. J. M. de Almeida corruptela de *Çab-a-hú-m-a*, desatado e lodoso. De *çab*, o mesmo que *rab*, desatar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante; *hú'm*, ter lodo, atolar, borra, fezes, detritos, etc., com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a se alagar nas margens e ter lodoso e atoladiço o leito... A razão por que, em vez de *rab* é *çab*, está na regra grammatical que o *r* inicial de qualquer verbo, tendo de ser precedido do relativo competente, que é *h*, é eliminado, fazendo *hab*; e, soando *ç* o *h* aspirado forma *çab* ».

SABAUNA. Rio do Estado de S. Paulo, nasce no morro do seu nome e desagua no Mar Pequeno, entre os muns. de Iguape e de Cananéa. « *Sabauna*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Çab-ó-hú-m-a*, pellado e lodoso. De *çab*, o mesmo que *hab*, pello, penna, cabello; *og*, tirar, arrancar; *hú-m*, ter lodo, atolar, borra, fezes, detritos, etc., com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a não ter na parte superior vegetação alguma, com as encostas cobertas de lodo ou limo... A ultima parte desta explicação (Vide vocabulo antecedente) serve tambem para a do nome do morro, cujo *hab*, foi substituido por *çab*. A este *çab* ou *hab* é accrescentado *a* (breve), por acabar em consoante. »

SABAUNA. Cachoeira no rio Tieté, abaixo da cidade de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo. « *Sabauna*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *H-áb-á-ũ-na*, gretado, não liso, revolto. De *h*, relativo, que corresponde ao verbo *yáb*, gretar, rachar, abrir-se naturalmente; *á*, não liso, desigual; *ũ*, o mesmo que *hũ*, revolver, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. O *h* aspirado tem o som de *ç*. Allusivo a existir no leito, nesse logar, gretas e buracos, pontas e arrecifes, rodomoinhos feitos pelas aguas por causa daquellas gretas ».

SABIÁ-UNA. Bairro no dist. de Santa Rita da Extrema, do Estado de Minas Geraes.

SABINO. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do rio Manoel Alves, no dist. de S. José do Duro.

SABOEIRO. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: A Lei n. 652 de 20 de agosto de 1901 transferiu para a com. de Igatú o termo e mun. dessa villa.

SABOHÓ. Corruptela de *taboó*, o raspado, ou pellado. (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901). Vide *Saboó*.

SABOÓ. Morro granitico, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. « *Saboó*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela

de *Çab-óg*, pellado, isto é, sem vegetação, que é ao que allude o nome. De *çab*, o mesmo que *hâb*, pello, cabello, penna; *óg*, tirar, arrancar, precedido de *o* como reciproco, para exprimir que é acção da cousa em si mesma, e não porque a vegetação tenha sido arrancada artificialmente ou por mão de homem ».

SACAHYSAL. Lago do Estado do Pará, no territorio de Aricary, entre o lago do Rei ao sul e o lago Amapá ao norte. Dentro desse lago, affirma o Sr. Parsonadas de Carvalho, ha uma multidão de troncos seccos de arvores cortadas ou quebradas em uma mesma altura, pouco acima do nivel da agua, sem que se possa explicar a causa determinante do fracturar dessas arvores que ahi existiam.

SACCO. Com este nome dá o *Almanak Sergipano* (1901) noticia de tres arraiaes, um no termo da Capital, outro no do Lagarto e outro no de Propriá.

SACCO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Saquarema. E' della que a Camara Municipal canalizou a agua para o abastecimento da cidade.

SACCO. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Barreirinhas e desagua no Preguiças.

SACCO DO CUMBE. Arraial no termo de Itaporanga, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

SACCO DO MAJOR. Pequena enseada na ilha de Santo Amaro, do Estado de S. Paulo, entre as pontas Rasa e Grossa.

SACCO DO TIGRE. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Garanhuns.

SACCO DO VASA BARRIS. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga (*Almanak Sergipano*, 1901).

SACCO DOS LIMÕES. Pov. de Santa Catharina. Accrescente-se no fim: O Sr. Virgilio Varzea (*Obr.* cit.) diz: « O Sacco dos Limões demora a tres quartos de legua do Desterro, ao fundo da pequena enseada, cujo littoral, outr'ora coberto de limoeiros, como toda vizinhança da capital e com um pronunciado contorno de sacco fechado pelas pontas Caiacanga-mirim e das Almas, lhe conferiu o nome porque é conhecido desde muitos annos. O arraial está assente em parte sobre a collina da Carvoeira, que faz um amplo cabeço na costa e vai morrer para o centro junto a Traz-do-Morro. A outra parte desce para a praia, alongando-se em enorme curva alvacenta até á costeira de Pregibahé. E' nesse alto, cahindo em especie de amphitheatro sobre as aguas, que se grupam as habitações principaes do pov., pequenas construcções de pedra e cal, de systema commum, com jardimzinhos floridos e terrenos bem plantados. Nota-se, porém, entre ellas, algumas chacaras maiores, á semelhança das da cidade, pertencentes a negociantes que vão para alli veranear todos os annos. Na linha da praia, a um lado e outro, quer na altura onde começa a estrada do Pantanal, quer ao N., no logar denominado Canto, em que se ergue o outeiro do Matto da Figueira, as casas são rareadas, não passando em seu maior numero de meiaguas e ranchos, por entre os quaes se vêm os varaes das rêdes, muitas canôas de pescaria puxadas em terra ou fundeadas, e, em terrenos mais altos e preparados como eiras, o disco elevado e amplo das *caieiras* primitivas, feitas com certa arte. . . O arraial, aprazivel pela sua paizagem, é, entretanto, meio insalubre, devido talvez á vaza da praia, que, de manhã e á tarde, pela baixa-mar, fica inteiramente descoberta desprendendo exhalações e miasmas. Do Sacco dos Limões partem para o interior, além da estrada que pelo littoral segue para Pregibahé, rio Tavares, Ribeirão, etc., mais duas outras de rodagem — a da Carvoeira e a do Pantanal: a primeira, percorrendo toda a collina do seu nome e indo findar á freg. da Trindade; a segunda, atravessando o arraial de que toma a denominação até aos morros do Corrego-grande, onde se bifurca, voltando á esq. para Traz-do-Morro, á dir. para o monte da Lagôa ou do Padre Doutor, onde vai terminar em atalho. »

SACCO DOS MEROS. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

SACCO DOS VEADOS. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Entre Rios. Faz barra com o corrego dos Nunes.

SACCO FUNDO. Arraial do termo do Riachuelo, no Estado de Sergipe. (*Almanak Sergipano*, 1901).

SACCO GRANDE. Arraial do mun. do Porto da Folha, no Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*, 1901).

SACCO GRANDE. Pov. do Maranhão: Linhas 2, em logar de Anajatuba, leia-se Itapecurú-mirim. Accrescente-se no fim: Está situada em uma área de 286 metros, em frente á enseada do seu nome. Em 1896 tinha 25 casas de palha, uma de telha e uma de negocio. Sua pop. é de 156 almas e dista 30 kils. da séde do termo.

SACCO TORTO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Riachuelo (*Almanak Sergipano*, 1901).

SACOPENUPAN. Composto de *çoocó-pê-nupan*, pancada nos socós; corr. *çoocó-apê-nupan*, caminho batido dos socós; nome primeiro da lagôa Rodrigo de Freitas; Districto Federal; alt. *Sacupenopan* (Dr. Theodoro Sampaio).

SACRAMENTO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, nas divisas dos muns. de Manhuassú e Caratinga.

SACRE. Rio do Estado de Matto Grosso, no mun. do Diamantino. Vai para a margem dir. do Juruena.

SAE CINZA. Dist. policial da com. de Itaituba, no Estado do Pará.

SAGUIM. Corruptela de *cã-i*, olhos pequenos, o que é experto, o vivo, agil; nome de um pequeno simio (*Hapale*); alterado em *sagui*, *sahuim*, *sahim*, *sauhim*, *souhim* (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.).

SAGUIM. Riacho do Estado da Bahia, corre em um dos extremos da cidade de Alagoinhas e desagua no rio Aramarys, pouco abaixo da ponte de Mangaló. E' famoso pela excellencia de suas aguas.

SAHY. Corrupção de *cã-i*, olhos pequenos, vivos; nome de umas aves pequenas do genero *Tanagra*; em outras partes do Brasil designa tambem uma especie de simio do genero *Cebus*, e que é o mesmo *saguim* (Dr. T. Sampaio. *Obr.* cit.). *Sahy*, corruptela de *Çat-i*, perseverantemente esparzido. De *çat*, esparzir; *i*, posposição de perseverança (Dr. J. M. de Almeida).

SAIYBA. Corrupção de *çaiyba*, o queixo, a mandibula, o maxillar inferior; alterado para *sayuba*, *sayuva*, *saiva*, nome de uma formiga conhecida pela sua voracidade e força de destruição (*Atta cephalotes*). Dr. T. Sampaio. *Obr.* cit.

SAL. Ilha no Estado da Santa Catharina, ao pé da pequena peninsula de Santa Barbara. E' uma das dependencias da Capitania do Porto, cujo edificio se acha construido dentro das velhas muralhas do antigo forte daquella designação.

SALADEIRO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Quarahy.

SALDANHA MARINHO. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, no ramal de Dous Corregos a Agudos. Foi inaugurada em 1º de julho de 1899.

SALGADINHO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

SALGADINHO. Log. de Pernambuco, no num. do Bom Jardim. Accrescente-se no fim: Informam-nos que nesse logar, no leito do rio Capibaribe, ha uma fonte de agua quente, á qual deram o nome de Fervedouro.

SALGADO, Riacho do Estado de Pernambuco, banha o pov. de Alagoinhas e corre para o Ipanema.

SALGUEIRO. Morro do Districto Federal, no dist. de N. S. de Lourdes.

SALGUEIRO. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Pitombeira.

SALGUEIRO. Villa de Pernambuco. Em logar de villa, leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Foi elevada á categoria de cidade pela Lei n. 275 de 30 de março de 1898.

SALINAS. Log. do Estado do Maranhão, no mun. da Tutoya, na foz do rio Andreza ou Commum. Serve de porto áquella villa, muito frequentado pelos vapores costeiros das companhias nacionaes e por vapores inglezes que navegam entre S. Luiz, Lisbôa, Porto e Liverpool.

SALINAS. Villa do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 797 de 22 de outubro de 1901.

SALINAS DA MARGARIDA. O dist. das Salinas da Margarida fica situado na ponta da Margarida, entre a enseada da Conceição de Pirajuhia e o canal de Nazareth, defronte da cidade de Itapagipe, da qual dista seis milhas, e da foz do rio Paraguassú.

Para oeste dessa enseada estendem-se os povoados da Conceição de Pirajuhia, com uma capella, da Ponta da Barra, com uma capella da Boa Esperança, e Barra do Paraguassú, na foz do rio deste nome; e para léste os povs. da Matta, Porto do Parnauá, Salimnopolis ou Porto da Telha, Encarnação, com uma capella, Mutá, Cações e Barreiras do Jacuruna, estes tres pertecentes ao dist. de Jaguaripe.

O pov. das Salinas fica situado na ponta da Margarida, denominada por Mouchez ponta do Homem Morto, e entre o rio Santa Luzia e o impropriamente denominado rio do Araçá, que não é mais do que um braço do salgado.

Fica, parte, em terreno plano e parte em um planalto bastante extenso e com proporções para uma grande cidade. Compõe-se de duas praças, umas quatro ou cinco ruas, bastante largas e rectas, e outras perpendiculares a estas e mais estreitas e illuminadas a kerosene, tem 27 casas, todas pertencentes á Companhia das Salinas, uma egreja em construcção e duas escolas publicas, uma para cada sexo.

A pov. ainda está em começo; o pouco que ha feito é devido aos esforços do engenheiro Horacio Urpias Junior e do Commendador Manoel de Souza Campos, que empregaram grandes capitaes em enormes aterros, no nivelamento do terreno e na edificação das primeiras habitações. Foram esses benemeritos cidadãos os fundadores das Salinas

Contaram-me que os antigos proprietarios do terreno, sobre o qual se ergue a aprazivel pov., foram tres padres, que occupavam uma casa, onde celebravam missas e outras festividades religiosas em uma capella com a invocação de Santa Quiteria.

Começou a aggrupar-se em torno da residencia dos padres um pequeno nucleo de população.

Com o transcorrer dos tempos e com a morte dos tres sacerdotes, o pequeno pov. desappareceu, ficando a ponta da Margarida deserta por mais de 50 annos.

Havia no antigo pov. uma mulher preta, de nome Margarida, celebre pelo seu espirito religioso e que tinha grande ascendencia sobre a população.

A essa mulher deve a ponta o nome que ainda hoje conserva.

A povoação fica entre os muns. de Maragogipe e Jaguaripe e pertence ao de Itaparica, do qual constitue um dist.

E' ligada á Itaparica e á Capital do Estado pelos vapores da Companhia Bahiana, que fazem uma viagem diariamente nos dias uteis.

As Salinas da Margarida abrangem uma grande área cortada por 1.700 tanques de diversas dimensões, inclusive 660 crystallizadores e egual numero de alimentadores. Esses tanques recebem a agua salgada por meio de bombas centrifugas a vapor e um possante moinho de vento.

Apanhado o sal, é este conduzido em carros de ferro (Decauville), que caminham sobre trilhos, para grandes trapiches, sendo dous de 320 palmos de comprimento sobre 80 de largo e dous, os maiores, de 400 palmos de comprimento, sobre 100 palmos, um, e 118, outro, de largura, situados no porto de embarque, onde os navios atracam a uma ponte de madeira para carregar.

Esta ponte, de 210 palmos de comprimento total, pertence á Companhia das Salinas, que permitte que a ellas atraquem vapores do Lloyd.

Em uma casa de sobrado ficam as officinas da Companhia, as quaes se compõem de ferraria, fundição de bronze, serralheiro e carapinas.

Em seguimento e quasi contiguas a estas salinas ficam outras, no logar denominado Porto da Telha, ligadas á primeira por uma ponte de ferro sobre o riacho Carro Velho. Possuem 2.000 tanques, 880 crystallizadores e outros tantos alimentadores.

A agua é fornecida para estes tanques por meio de quatro bombas centrifugas, a vapor; e o sal conduzido para dous dos trapiches, situados no porto de embarque, por meio de carros de ferro inglezes, tirados por duas locomotivas.

Possuem ainda um moinho americano de vento, que suspende agua doce para alimentação das caldeiras.

Para o interior das salinas erguem-se 17 casas para os operarios, todas modernas e pertencentes á Companhia.

A producção total das duas salinas é de 12 milhões de litros, nas grandes safras, producção que póde ser augmentada a mais do dobro.

A época apropriada para a safra é dos mezes de Outubro a Abril.

As salinas pertencem actualmente a uma Companhia anonyma com o capital de mil duzentos e cincoenta contos.

O dist. é regado pelos rios Carro Velho, Santa Luzia, Bulcão, Mombaça, Cayrú ou Piahú e Araçá.

Comprehende os povs. denominados Barra do Paraguassú, parte pertencente a Maragogipe, Cayrú, Conceição de Pirajuhia, Porto da Telha e Encarnação.

Cerca-o uma extensa cordilheira, que vai de Cayrú até Nazareth e que recebe varias denominações locaes. E' nella que fica o grande pico da Pedra da Lettra.

Dou parabens á minha sorte, que me proporcionou um ensejo feliz de visitar uma das mais bellas povoações do reconcavo da Bahia.

E' impossivel imaginar-se pontos de vista mais seductores dos que ella tão prodigamente offerece de qualquer dos seus lados.

Foi nella que o Dr. Severino Vieira offereceu um *pic-nic* aos Chilenos, na sua ultima visita a esse Estado.

Em companhia do engenheiro Urpias tomei um *bond* para percorrer as salinas.

Que passeio encantador!

Pelo caminho modestas choupanas de sapé, escondidas em meio de grupos de dendezeiros e elevados coqueiros, com os troncos recurvados e os cimos coroados de palmas, cujas hastes, em fórma de varetas de leque, se baloiçavam nos ares, agitadas pelo vento; e por uma vasta extensão um sem numero de tanques com agua salgada, represada por barachas e apresentando em sua superficie salpicos luminosos provenientes do sol, que dardejava sobre ella suas palhetas de fogo.

Nos tanques do Porto da Telha; separados dos da Margarida pelo riacho Carro Velho, ha a maior regularidade e symetria.

Dividem-se em quatro grandes secções, todas percorridas, na extensão de 1.300 metros, por trilhos sobre os quaes correm locomotivas.

Ao regressar de tão agradavel passeio, abracei o engenheiro Urpias, a quem se deve principalmente a construcção desse monumento industrial, que ahi está para mostrar o quanto póde o esforço, a perseverança e a competencia de um homem, a quem peço venia para proclamar um benemerito em nome do povo bahiano.

A Deus rendo sinceras graças pelo brinde precioso que me fez, concedendo-me mais um amigo, tão distincto pelos dotes do coração e do caracter.

SALLES OLIVEIRA. Estação no Ramal de Santa Rita do Paraizo, no Estado de S. Paulo. Foi entregue ao trafego em 1º de junho de 1900. Fica no kil. 49.

SALOBRINHO. Log. do Estado da Bahia, no dist. da Cachoeira de Itabuna do termo de Ilhéos.

SALOBRO. Assim se denominam dous arraiaes do Estado de Sergipe, um no terno de Simão Dias e outro no termo do Riachão (*Almanak Sergiano*. 1901).

SALSO. Sanga do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desemboca no rio Ibirocay.

SALTADOR. Um dos quarteirões do dist. de Pytumbi, no mun. de Mococa e Estado de S. Paulo.

SALTINHO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Nioac.

SALTINHO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá, á margem dir. do rio Sucurihú.

SALTINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio das Pedras, que o é do Pardo e este do Paranapanema.

SALTINHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Bonito ou do Peixe, trib. do Tieté.

SALTINHO. Cachoeira no rio Paranapanema, abaixo da foz do ribeirão Anhumas, no Estado de S. Paulo.

SALTINHO. Pov. de S. Paulo, no mun. de Paranapanema. Accrescente-se no fim: Tomou a denominação de *Platina* pela Lei n. 309 de 26 de julho de 1894.

SALTO. Vallão affl. da margem dir. do rio Parahyba do Sul, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

SALTO BAIXO. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema, no Estado de Minas Geraes. Ha no mesmo dist. mais dous bairros denominados Salto do Meio e Salto de Cima.

SALTO DO ITARARÉ. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José da Boa Vista.

SALTO GRANDE. Grande cachoeira no rio das Lages, no Estado do Rio de Janeiro. Tem uma altura de 320m,00 e dista da Capital Federal 65 kils.

SALVADOR. Arraial no termo de Itaporanga, do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

SALVADOR. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

SALVATERRA. Pov. do Estado do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pelo Dec. n. 758 de 27 de fevereiro de 1901 e inaugurada a 13 de maio do mesmo anno.

SALVA VIDAS. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

SAMAMBAIA. Bairro do mun. de S. Manoel do Paraiso e Estado de S. Paulo, com uma esc. creada pela Lei n. 657 de 28 de agosto de 1899.

SAMAMBAIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

SAMAMBAIA. Serra do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. do Jaguary, pertencente á com. e mun. de Xiririca.

SAMAMBAIA. Morro no dist. de N. S. do Ó; mun. da capital do Estado de S. Paulo. Com o mesmo nome ha outros morros nos muns. do Rio Bonito, de Campinas, entre os muns. de Monte Mor e de Capivary, de Jambeiro e Parahybuna, de Santa Izabel e do Patrocinio.

SAMAMBAIA. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Palmyra.

SAMAMBAIA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Verde, trib. do Ipanema e este do Sorocaba.

SAMAMBAIA. Rio do Estado de Matto Grosso, banha o mun. de Nioac e desagua na margem dir. do Ivinheima. *Samambaia* é corrupção de *çá-bamb-ai*, olho torcido e enrolado; broto que desponta encaracolado (*Filix herbacea.*) Vide *Sambambaia*.

SAMBAMBAIA. Composto de *ça-bamb-ai*, olho torcido e enrolado, alludindo ao broto tenro e recurvo da planta ao despontar do solo (*Filix herbacea*) alterado para *Samambaia* (Dr. T. Sampaio. *Obr.* cit.). *Samambaia*, corruptela de *Çáî-m-â-mb-ái*, altos e baixos, empinado e estendido. De *çáî*, estender, esparzir; *m*, intercalação, por ficar ferido do som nasal o verbo *çaî*, por causa de *â*, empinar; *mb*, intercalação nasal; *ái*, altos e baixos. O indigena, fazendo o costumado jogo linguistico, assim denominou esses morros por vel-os cobertos de feto-macho conhecido pelo nome tupi *Cámambaî*; de sorte que, dando aos morros nome com som identico ou quasi identico ao do feto, mas com significados diversos, assignalou ao mesmo tempo a fórma physica delles e a existencia natural daquelle feto nas encostas. Este feto do Brazil é uma pequenina arvore sem galhos; não podendo ser considerados taes as delgadas hastes, ás quaes estão presas as pequeninas folhas; por isso o nome começa por *çá*. O padre A. R. de Montoya, no seu *Tesoro de la lengua guarany*, escreveu apenas *amam-baî* (Dr. J. M. de Almeida).

SAMBAQUI. Corrupção de *tambá-qui*, cumulo ou monticulo feito de conchas, deposito de conchas e ostras (Dr. Theodoro Sampaio).

SAMBAQUI. Arraial no mun. da Capital do Estado de Santa Catharina, entre a ponta do Pereira e a da Luz e na foz do Ratones. Ahi fica a praia da Aguada. Seu nome provém de um grande *casqueiro*, que ahi existiu em outro tempo, tomando toda a ponta da Luz, o qual foi todo consumido em caieiras, que são, como no Sacco dos Limões, uma das principaes industrias dos habitantes do logar.

SAMBAQUI. Rio do Estado do Paraná, no mun. de Antonina.

SAMBAQUI. Fundeadouro na costa do Estado de Santa Catharina. E' notavel por sua posição completamente protegida das vagas e ventos da barra pelo pontal do Norte, e a O. pelas ilhas Ratones (grande e pequena), que são verdadeiros abrigos. « Do lado do S., diz o Sr. Virgilio Varzeas, nada ha a temer, porque o pampeiro e o sueste duro, que tanto castigam o porto da cidade e todos os da outra bahia, só levantam mar cavado até á garganta do Estreito, de cuja altura para o N., barra a dentro, as aguas se conservam tranquillas. » A principal de suas praias denomina-se da Aguada, porque ahi vem fazer agua para bordo os escaleres ou lanchas dos navios ancorados no porto. Esta agua é perfeitamente potavel e a melhor da ilha depois da do Ribeirão. Vem das nascentes de um elevado monte existente cerca de 500 metros da praia. « Neste excellente porto, diz o Contra-almirante Proença, um dos melhores do Imperio, continúa a funccionar com regularidade o importante encanamento sobre largos trilhos de ferro que alli mandei construir. O porto de Sambaqui, só por esse recurso, fica com uma importancia ainda superior á que já tinha por suas condições topographicas e hydrographicas ».

SAMBURITO. Log. no mun. de Miranda, do Estado de Matto Grosso.

SAMPAIO. Igarapé do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt.).

SANATORIO. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade de Barbacena. Ahi fica o Sanatorio e dizem ter nelle residido Joaquim Silverio. E' tambem denominado da Caveira.

SANCTUARIO. Estação do ramal ferreo que liga o dist. de Congonhas do Campo á E. de F. Central do Brazil, no Estado de Minas Geraes. Fica no arraial.

SANDY. Pov. no dist. da Bôa-Morte, mun. do Bom Fim e Estado de Minas Geraes.

SANGA. Accrescente-se no fim: O Dr. Theodoro Sampaio (*Obr.* cit.) diz. « *Sanga*, corrupção de *çanga*, o que se espraia ou se estende, o espraiado, o alagado ».

SANGA DA MINA. Log. no mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul, proximo á barra do Caiboaté. Ha ahi cobre.

SANGAY. Composto de *canga-y*, o rio do espraiado, ou do alagado; R. G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.).

SANGRADORSINHO. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do rio das Mortes.

SANGUESUGA. Riacho do Estado de Pernambuco, no mun. da Leopoldina. Faz barra no riacho da Cacimba Nova.

SANHARÓ. Riacho do Maranhão. Accrescente-se no fim: e desagua no rio Itapecurú, em frente á estação da estrada de ferro.

SANTISSIMO SACRAMENTO. Ilha no rio Parahyba do Sul, em frente á villa de Itaocara, a cujo mun. pertence, no Estado do Rio de Janeiro.

SANTO CHRISTO. Morro no mun. de Nyterõi e Estado do Rio de Janeiro, no Fonseca.

SANTO CHRISTO DOS MILAGRES. Parochia creada no Districto Federal por Dec. do Arcebispo de 15 de agosto de 1901. A posse do primeiro vigario, que foi o Conego Francisco Miranda Curio, realizou-se no dia 1 de setembro de 1901.

SANTOS ANDRADE. Nucleo colonial do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes, na serra do Cubatão, no logar denominado Castelhanos, distante 45 kils. da séde do mun. E' dividido em 308 lotes, que occupam a área de 3.000 hectares. Conta (1901) cerca de 200 polacos.

SAPATEIRO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de S. Fidelis.

SAPÊ. Bairro do mun. de S. José dos Campos e Estado de S. Paulo, com escola.

SAPÊ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

SAPÊ. Corrego affl. da margem dir. do ribeirão Capivara, no mun. de Campos Novos do Paranapanema e Estado de S. Paulo. « O nome não é do ribeirão, diz o Dr. J. M. de Almeida. Sendo por ahi o caminho, embora atravessando o ribeirão, o indigena dizia *Hapé*. O *h* aspirado parece soar *ç*: dahi a corruptela. Mais, ao inverso do padre A. R. de Montoya, o padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*, não menciona o *h* como relativo. O *ç* é directamente o relativo. Por isso mesmo, com referencia a caminho, o padre Luiz Figueira, usando do relativo, escreveu *çapê* ».

SAPÊ. Praia no mun. de Ubatuba e Estado de S. Paulo.

SAPECA. Ilha do Estado do Maranhão, no mun. de Carutapera, com criação de gado e salinas.

SAPETUBA. Logar proximo á margem dir. do rio Sarapuhy, já depois de fazer barra o ribeirão Iperó, no mun. de Campo Largo de Sorocaba e Estado de S. Paulo. « *Sapetuba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Çapé-tib-a*, logar de *çapê*. De *çapé*, planta de palha para coberturas de casas; *tib*, logar natural, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. O *i* é guttural ».

SAPIATÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, desagua no rio S. João ou Baruery, proximo á estação da Cotia.

SAPIROCA. Corr. *çá-piroq*, olho esfolado, palpebras que descamam ou perdem a pelle (Dr. T. Sampaio).

SAPOMIM. Ilha do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Vicente.

SAPUCAHETABA. Morro no mun. de Itanhaem, no Estado de S. Paulo. « *Sapucahetaba*, corruptela de *Çapucaitaba*, logar de echo. De *çapucai*, gritar, vozear, echoar, formando participio com *taba*, por acabar em *ái*, afim de exprimir logar. Allusivo a echoar gritos ou vozes, por sua formação encantoada ».

SAPUCAHY. Vocabulo composto de *çapucai-y*, rio das sapucaias. « *Sapucahy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ha-puq-quai-i*, successivos cortes, furos e cinturas. De *ha*, cortar, talhar; *puq*, furar, arrebentar; *quai*, fazer cintura, estreitar; *i*, posposição de perseverança. O *h* aspirado parece soar *ç* ».

SAPUCAIA. Corrupção de *çapucai* (substantivo), o grito, o clamor; (verbo) gritar, clamar; (substantivo) o gallo ou a gallinha; corrupção de *yaçapucai*, o fructo conhecido por sapucaia (*Lecythis*). Dr. Theodoro Sampaio.

SAPUCAIA. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Atalaia.

SAPUCAIA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte, sobre o rio Urubú.

SAPUTÁ. Affl. do ribeirão Itapisantuba (Vide *Itapisantuba*). E' um pequeno ribeirão que afflue naquelle pela margem esq., no mun. de Iguape. Accrescentaram-lhe *mirim* sem uma razão de ser; signal certo de que este accrescimo foi obra dos conquistadores. E' mesmo conhecido somente pelo nome *Mirim*. Saputá é corruptela de *Hapi-ytá*, pedra que se abraza. De *hapi*, abrazar, queimar; *ytá*, pedra. *O h* aspirado parece soar *ç*. *O i* final de *hapi* tem som guttural. Allusivo a existir em suas margens grandes depositos de granito pórphyro, no qual entra maior quantidade de feldspatho, tornando-se, assim, rocha ignea. Com effeito, esse granito contém silica alumina, cal, oxydo de ferro e outros elementos de natureza ignea (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. de S. Paulo*).

SAQUAREMA, ant. *Socorema* (Roteiro do Brasil). Composto de *socóreima*, multidão ou bando de socós (*Ardea Brasiliensis*). Dr. Theodoro Sampaio.

SAQUINHO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

SAQUY. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de S. Francisco de Paula de Cima da Serra e desagua no rio Santa Cruz (Cahy).

SARACURA. Pequeno corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Anhangabahú, no mun. da capital. "*Saracura*, diz o Dr. T. Sampaio, corr. *taracura*, *tara*=*sura*, espiga, milho; *cura*, o que engole ou traga; o come milho; a gallinha d'agua". « *Saracura*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ce-rá-cury*, desatado e muito corrente. De *ce*, relativo por causa do verbo *rá*, desatar; *cury*, pressa, velocidade. A ultima syllaba de *cúry* sôa breve. Allusivo a formar alagadiços; e, não obstante, ser muito veloz no curso. Nada tem, portanto, este nome cousa alguma, nem com a ave *saracura*, nem com os arbustos assim denominados da familia das Bignoniaceas e da familia das Onagrarias ».

SARACURUNA. A saracura preta; de *saracura-una*.

SARAMEM. Arraial no termo de Villa Nova do Estado de Sergipe (*Almanak Sergipano*. 1901).

SARAMPO. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Gravatá.

SARANDY. Corruptela de *Çarandi*, o mesmo que *çarangi*, ramos de pequenas arvores que com a corrente se dobram na agua (Dr. J. M. de Almeida).

SARANDY. Morro do Estado de S. Paulo. no mun. de Guarehy, á margem dir. do rio deste nome, perto do morro do Aragá.

SARAN GRANDE. Corredeira no rio Paranapanema, logo abaixo da foz do ribeirão Pirapó, do Estado do Paraná. « *Saran Grande*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Çarãrã-aquá-ne*, resvaladeiro muitissimo corrente. De *çarãrã*, resvaladeiro, deslisadeiro; *aquá*, correr; *ne* (breve), adverbio affirmativo, para exprimir superlativo. Allusivo a concentrarem-se todas as aguas no canal, que existe encostado á barranca da margem dir. do rio; e, por ser de muito desnivelamento, e pouco fundo, 0m,50, a correnteza adquire velocidade extraordinaria ».

SARAPÓ. Composto de *çará-pó*, desprende mão, ou o que escapa ou escorrega da mão; nome de um peixe fluvial (Dr. Theodoro Sampaio).

SARAPUHY. Corrupção de *çarapó-y*, rio dos sarapós. Vide *Sarapó* (Dr. Theodoro Sampaio.) « *Sarapuhy*, corruptela de *Cerá-pó-i*, perseverantemente desnivelado e com saltos. De *ce*, relativo; *rá*, ser desigual, desnivelar; *pó*, salto; *i*, posposição de perseverança... O significado — rio de carangueijos — é simplesmente um disparate » (Dr. J. M. de Almeida). Nos documentos antigos é escripto *Çarapoy*.

SARARÁ. Corrupção de *çarará*, mariposa, a borboleta que vôa em torno da luz (Dr. Theodoro Sampaio).

SARARAHY. Composto de *çarará-y*, rio das mariposas; Bahia (Dr. T. Sampaio).

SARÁ-SARÁ. Uma parte da varzea Guassahy, no mun. de Cotia e Estado de S. Paulo. « *Sará-sará*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ç-araá-ç-araá*, muitissimo doentio. De *ç*, relativo, por ter *r* o verbo *araá*, enfermar, ser doentio, repetido para exprimir superlativo. Allusivo a produzir muitas doenças essa região ».

SARGENTO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia de Nova Baden e desagua no ribeirão do Mello. E' tambem denominado Bananal.

SASSÚ. Corr. *çacy*, especie de beija-flor, colibri (*Coracina*); alt. *sassy*, *saçú* (Dr. Theodoro Sampaio).

SASSUHY. Corr. *çacy-y*, rio dos beija-flores, ou dos colibris; Minas Geraes. Vide *Sassú* (Dr. Theodoro Sampaio).

SAUDADE. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Abaeté e desagua no rio Indaiá.

SEBASTIANA. Dist. do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Nova Friburgo e incorporado ao de Therezopolis pela Lei n. 517 de 17 de dezembro de 1901.

SEBASTIÃO (S.). Bairro na cidade de Belém do Descalvado, no Estado de S. Paulo, com duas esc. publs. creadas pela Lei n. 706 de 23 de agosto de 1900.

SEBASTIÃO (S.). Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

SEBASTIÃO DE LACERDA. Estação da E. de F. de Baturité, no Estado do Ceará, entre Prudente de Moraes e Senador Pompeu.

SEBASTIÃO DOS SILVAS (S.). Bairro do mun. de Batataes e Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 706 de 23 de agosto de 1900.

SEBASTIÃO POUEY. Passo no arroio Garupá e Estado do R. G. do Sul.

SECCA. Lagôa do Estado do Piauhy, nas divisas da com. de Barras.

SECCA. Lagôa do Estado de Pernambuco, no mun. de Aguas Bellas.

SECCO. Corrego do Estado de Matto Grosso, no mun. da Capital.

SEIO DE ABRAHÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim. Ha no mesmo mun. um corrego de igual nome.

SELLADO. Morro a E. do Lopo, no mun. de S. José dos Campos e Estado de S. Paulo. « *Sellado*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Ce-rá-bo*, alto. De *ce*, relativo, por causa do *r* de *rá*, levantado, elevado; *bo* (breve), para formar supino ».

SELLADO. Morro entre os muns. de S. Luiz do Parahytinga e do Parahybuna, no Estado de S. Paulo.

SEM CANAL. Cachoeira no rio Sorocaba, no mun. de Tieté e Estado de S. Paulo. Ahi se espraia o rio, formando a largura de mais de 130 metros, com um desnivelamento excessivo.

SENADOR DANTAS (Agua Verde). Nucleo colonial do Estado do Paraná, a dois kils. de Curityba. Compõe-se de 50 lotes, habitados (1901) por cerca de 300 italianos e brasileiros.

SENADOR POMPEU. Villa do Ceará. Em logar de villa, leia-se cidade. Accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 659 de 22 de agosto de 1901.

SENHOR DOS PERDÕES. Morro do Districto Federal, no dist. de Jacarépaguá. Na esplanada desse morro, no logar denominado Pechincha, está situado o cemiterio da freguezia, o qual occupa uma área de 1.025 metros quadrados, completamente cercado de muro da altura de 1m,60, enfrentando a sua entrada para a magestosa montanha onde se ergue a capella de N. S. da Penna. Foi edificado em 1885 por iniciativa dos parentes do marquez de Jacarépaguá, que tem o seu jazigo proximo á capella, que se levanta no fundo do cemiterio, e que é dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Perdões.

SENTIMENTO. Sub-prefeitura creada no mun. e com. de Muaná, no Estado do Pará, pelo Dec. n. 1.142 de 10 de junho de 1902.

SENTINELLA. Serra do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade da Diamantina.

SENTO SÉ. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, na villa do seu nome e Estado da Bahia. Fica no rio daquelle nome, a 102 kils. distante do Joaseiro e entre as estações de Casa Nova e Oliveira.

SEPETIBA. Corrupção de *çapé-tyba*, sapesal, sapé em abundancia; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

SEPITUBA. Logar ao N. da cidade de S. Sebastião, onde outr'ora foi construido um forte, no Estado de S. Paulo. Com o mesmo nome ha uma cachoeira no rio Tieté, denominada *Sapé*, erradamente. « *Sepituba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yé-pi-tib-a*, logar natural de rodomoinhos. De *yé*, reciproco, para exprimir a acção da cousa sobre si mesma; *pi*, centro, formando *yé-pi*, rodomoinhos, o mesmo que *yé-bi*, e mais exacto do que este; *tib*, logar natural, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo, quanto ao primeiro logar, a encontrarem-se as correntes do mar formando rodomoinhos; e, quanto á cachoeira, a correrem as aguas sobre leito gretado ».

SEPULTURA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Piracicaba.

SEPULTURA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Capão Bonito do Paranapanema.

SEPULTURA. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Paraúna.

SERAMENHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Ouro Preto e desagua na margem dir. do rio Funil.

SEREMBURA. Assim escreve o Dr. J. M. de Almeida o nome do affl. dir. do rio Parahyba, que descrevemos com o nome *Sinimbura*. « *Serembura*, diz o Dr. João Mendes, corrupção de *Cerí-mbiiré*, um pouco derramado. De *cerí*, um pouco; *mbiiré*, o mesmo que *piiré*, derramar. O primeiro *i* deste verbo tem som guttural ».

SERIEMA. Corr. *ceri-eim*, o que vôa ou sahe pouco; nome da ave *Dicholophus eristatus*; alt. *sariama*, *siriema*, *sariema*; corr. *çariama*, composto de *çaria*, crista, *am*, erguida, isto é, crista levantada ou armada de crista (Dr. T. Sampaio).

SERINGA. Igarapé do Estado do Pará, no dist. de Caviana, mun. e com. de Chaves.

SERINHAEM. Corr. *ciri-nhaê*, bacia, vaso dos siris, viveiro dos siris; corr. *ciri-nheê*, o siri rumoreja, onde os siris fazem rumor; Pernambuco; alt. *Serinheen*, *Serinhenhen* (Dr. T. Sampaio).

SERNAMBITIBA. Corr. *cerinambityba*, o ameijoal, o viveiro de mariscos; o deposito de mariscos. No N. do Brasil é equivalente ao *sambaqui* do Sul. Vide *Sambaqui* (Dr. Theodoro Sampaio).

SERNAMBY. Porto na ilha Comprida, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Sernamby*, corruptela de *Ciri-ambii*, cascas de ostras. De *ciri*, apartar, separar; *ambii*, lado, costado. Allusivo a ser ahi um logar de ostreira. » (Dr. J. M. de Almeida). « *Sernambi*, corr. *cerinambi*, o marisco, a ameijoa ». (Dr. T. Sampaio).

SERNAMBY. Igarapé do Estado do Amazonas, banha o mun. de Teffé e desagua no rio Juruá.

SERPA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Nova Friburgo e desagua na margem esq. do rio Bengalas. Forma uma bella cascata.

SERRA. Log. no mun. do Cunha e Estado de S. Paulo, notavel por ter uma fonte de agua virtuosa, cujos elementos principaes são: magnesia, enxofre, cal, etc. e cujo uso já tem sido de muito proveito em molestias cutaneas e intestinaes. « *Serra*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Ce-ru*, purgativa, vomitiva. De *ce*, relativo, por se tratar de verbo começado por *r*, conforme a licção dos grammaticos; *ru*, revolver o estomago, causar enjôo. Allusivo ás suas qualidades medicinaes ».

SERRA. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas.

SERRA ABAIXO. Log. do Estado de Goyaz, no mun. do Curralinho.

SERRA AZUL. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de S. Simão, com uma esc. creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

SERRA BONITA. Log. no mun. de Castro e Estado do Paraná.

SERRA DE S. LUIZ GONZAGA. Dist. do mun. de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

SERRA DO CARREIRO. Log. do mun. do Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

SERRA DO CONVENTO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Ubá.

SERRA DO MEIO. Log. do Estado de Goyaz, no dist. de S. José de Mossamedes.

SERRA DOS MOTAS. Pov. do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Nova Friburgo, com escola.

SERRA GRANDE. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Itaporanga. (*Almanak Sergipano*. 1901).

SERRA GRANDE. Log. do Estado da Bahia, na com. de Ilhéos.

SERRA NEGRA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Grajahú.

SERRA NEGRA. Log. no mun. de Castro e Estado do Paraná.

SERRA NEGRA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão do Taboão, trib. do rio Atibainha.

SERRA NEGRA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o dist. de Santa Quiteria e desagua no ribeirão da Cachoeira, affl. do rio Paraopeba.

SERRARIA. Pov. do Parahyba do Norte: Em logar de mun. de Bananeiras, leia-se — com. d'Arêa. Accrescente-se no fim: A Lei n. 80 de 13 de outubro de 1897 transferiu para ella a séde do termo de Pilões.

SERRARIA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Jaboatão.

SERRA VELHA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Geremoabo.

SERRA VERDE. No Estado do Ceará. Accrescente-se no fim: Voltou a ter o nome de Massapé pela Lei n. 540 de 10 de agosto de 1899.

SERRA VERMELHA. Cambôa entre Mossoró e Arêa Branca, no Estado do R. G. do Norte.

SERRINHA. Dist. creado no mun. de Patos, no Estado do Parahyba do Norte, pela Lei n. 139 de 2 de agosto de 1899.

SERRINHA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. do Ribeirão Preto, com duas escs. creadas pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

SERRINHA. Arraial do mun. de Cravinhos e Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta creada pela Lei n. 598 de 2 de maio de 1899.

SERRINHA. Rio do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. de Jaguary, da com. e mun. de Xiririca.

SERRINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Arouca, trib. do Roque, que o é do Mogy-Guassú.

SERRO AZUL. Villa do Paraná. Em logar de villa, leia-se — cidade — e accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 259 de 27 de dezembro de 1897.

SERRO FRIO. Log. do Estado do Rio de Janeiro, no 7º dist. do mun. de Macahé.

SERROTE. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Rio Branco.

SERROTE REDONDO. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem dir. do rio Ipojuca.

SERRO VERDE. Log. do Estado do Paraná, na com. da Lapa.

SERTÃO. Log. do Estado da Bahia, no dist. de Plataforma.

SERTÃO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Bom Jardim.

SERTÃO. Ribeirão do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Palmyra e desagua no rio Pinho ou Piáu.

SERTÃO FUNDO. Log. do Estado do Paraná, no mun. do Serro Azul.

SERUDO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

SESMARIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. de Bom Fim.

SETE. Ribeirão do Estado de Santa Catharina, affl. do rio Capivary.

SETE FOGÕES. Rio do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua na margem dir. do rio Tieté. Recebe os corregos da Agua Fria e do Engenho d'Agua.

SETE ITAIPAVAS. Cachoeira no rio Mogy-Guassú, acima da corredeira Escaramuça, no Estado de S. Paulo.

SETE LAGÕAS. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, affl. da margem dir. do rio Paranatinga, no dist. da Chapada.

SETE MUCAMBOS. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Nazareth.

SETE SALTOS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. da Palmeira.

SETUBAL. Rio affl. da margem dir. do Sorocaba, no mun. de Una e Estado de S. Paulo.

SEVERINO. Riacho do Estado do Ceará, nas divisas do mun. de Itapipoca.

SILVA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da cidade do Bom Fim.

SILVEIRA DA MOTTA. Nucleo colonial do Estado do Paraná, situado em terrenos municipaes, proximos á cidade de S. José dos Pinhaes. Conta 32 lotes, habitados (1901) por cerca de 150 italianos e brasileiros.

SILVERIO (D.). Foi assim denominado o dist. de Santa Cruz das Aguas Claras, no mun. do Bom Fim e Estado de Minas Geraes, pela Lei Municipal n. 72 de 27 de julho de 1901.

SILVERIO NERY. A Lei Municipal n. 38 de 18 de julho de 1901 transferiu para a pov. do Tabocal a séde do mun. de Urucurituba com o nome de Silverio Nery, no Estado do Amazonas. A Lei n. 346 de 21 de agosto de 1901 approvou a Lei n. 38; e a de n. 350 de 22 de agosto elevou Silverio Nery á categoria de villa.

SILVESTRE FERRAZ. Mun. creado no Estado de Minas Geraes pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901, que o constituiu com os dists. do Carmo do Rio Verde, como séde com o nome de Villa do Silvestre Ferraz, e o de S. Lourenço, desmembrados do mun. da Christina.

SILVIANO. Passou assim a denominar-se o corrego do Leitão, que banha a cidade de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes. Foi assim denominado em honra do Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

SIMÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do Engordador, que o é do ribeirão Cabuçú, mais tarde Guapira, affl. do Tieté.

SIMÃO (S.). Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de S. José do Norte, com escola.

SIMÃO (S.). Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Aguas Virtuosas, na estrada que da villa deste nome vai ao dist. do Lambary.

SIMPLICIA. Paraná do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

SIPITAUIRA. Ilha na bahia de Mangunsa, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

SIRI. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Santa Luzia do Norte.

SIRIRY. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Siriry (*Almanak Sergipano*. 1901).

SITIÁ. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. da Labrea.

SITIO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de D. Silverio e mun. de Bom Fim.

SITIO DO MATTO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Riachuelo (*Almanak Sergipano*. 1901).

SITIO DO MATTO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica naquelle rio, entre Urubú e Lapa e a 725 kils. distante do Joaseiro.

SITIO GRANDE. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do rio Sorocaba, que é trib. do Tieté.

SOALHO. Bairro do dist. de Santa Rita da Extrema no Estado de Minas Geraes.

SOARES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Brumado do Paraopeba e mun. de Bom Fim.

SOARES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Larangeiras, que o é do Juquiá.

SOBRADO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. da Capella (*Almanak Sergipano*. 1901).

SOBRADO. Estação da Companhia de Navegação do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no rio Grande, a 624 kils. do Joaseiro, entre as estações de Macambira e Poço Redondo.

SOBRERO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Tury-assú, sobre o rio deste nome. Tambem escrevem *Sobreiro*.

SOCCORRO. Ribeirão do Rio de Janeiro. Linhas 2, em logar de pov. do Bom Jardim — leia-se — mun. do Bom Jardim. Risque-se mun. de Cantagallo e accrescente-se no fim: Desagua no rio Grande na fazenda Soccorro.

SOCÓ. Log. no mun. da capital do Estado do Amazonas, banhado pelo rio Jahú.

SOCÓ. Serra do Estado de Pernambuco, na pov. de Alagoinhas.

SOCÓ. Cachoeira no rio Pomba, abaixo da estação do Guarany, no mun. do Pomba e Estado de Minas Geraes.

SOLAPO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Almeirim.

SOLEDADE (S. José da). Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Silveiras, mun. do Pomba, com uma esc. municipal.

SOLEDADE. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

SOLEDADE. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi incorporado ao mun. de Cachambú pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

SOLIMÕES. Corr. *çoriman*, alt. *sorimão*, *solimão*, plural *solimões* (Cazal).

SOMBRIO. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Araranguá, com escola.

SOMBRIO. Bairro e morro do Estado de Minas Geraes, no mun. da Palmyra.

SORDEIRO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

SOROCABA. Corr. *çoroc-aba*, subs. verbal de *çorog*, rasgar, romper, ou o rasgão, a ruptura, allusão ás escavações e erosões naturaes do solo nesse logar; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio). *Sorocaba*, corruptela de *Çorógc-aba*, logar rasgado. De *çorógc*, rasgar, romper, mudado o *g* em *c*, ou accrescentado este a aquelle, para formar o participio com *caba*, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Obr.* cit. (Dr. J. M. d'Almeida).

SOROCABA. Pequeno rio que desagua no Mar Pequeno, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo.

SOROCABA. A's 3 horas da tarde do dia 14 de maio de 1898 deixei a cidade de S. Paulo e dirigi-me á cidade de Sorocaba, tomando ao lado da estação ingleza, na Luz, a estrada de ferro Sorocabana.

De S. Paulo até proximo á estação de Osasco a estrada percorre uma extensão toda margeada de casas. De Osasco até Sorocaba contém ella as estações de Butuery, Cotia, S. João, Pinheirinhos, S. Roque, na cidade deste nome, Mayrink, de onde segue o ramal que vae até S. Pedro, passando por Piracicaba e Itú, Pantojo, Rodovalho, com uma grande fabrica de cimento em construcção, Piragibú e Passa Tres. A talvez seis kilometros de distancia descortinei a illuminação da cidade, que logo desapparece pelas curvas da estrada.

A's 7 ½ da noite cheguei á estação de Sorocaba, onde tomei um carro, dos muitos que alli estacionam, e fui hospedar-me no hotel Vicente, o melhor da cidade.

Toda a região atravessada pela linha ferrea desde Osasco até Sorocaba é quasi inculta, notando-se apenas algumas plantações de milho.

Topographia. E' a cidade de um bonito aspecto, situada a O. da capital do Estado, da qual dista 111 kilometros, construida em amphitheatro, sobre uma collina de 30 a 40 metros de elevação sobre o nivel do rio Sorocaba, que a atravessa, muito sinuoso, tendo junto da cidade 530 metros de altitude.

De qualquer parte que o observador occupe vê desdobrarem-se deante de si os mais risonhos e encantadores panoramas.

Em virtude da collocação da cidade, as ruas são quasi todas em suave ladeira, rectas, largas e compridas na maior parte, estreitas outras e tortuosas muito poucas, todas muito limpas, macadamisadas, com sargetas de pedra e passeios calçados com pedras de Itú.

As casas são ainda na sua maior parte do systema antigo, mas vão sendo substituidas por predios modernos, contando já a cidade muitos de excellente e solida construcção e de bonita apparencia.

As praças são vastas e algumas arborisadas.

Une as duas partes da cidade uma ponte de ferro de 72 metros de extensão, de cinco vãos, e descansando sobre pilares e encontros de alvenaria de pedra.

A cidade não tem esgotos, nem agua canalisada, servindo-se a população da pessima agua do rio Sorocaba ou da que é vendida nas ruas em carrocinhas, que a vão buscar á chacara do finado Francisco Ferreira Leão.

E' a cidade illuminada a kerozene, mas se-lo-á brevemente á luz electrica, para o que já se acham assentes os postes e collocados nelles os fios conductores e as lampadas.

Pena é que Sorocaba seja uma cidade triste e de vida tão monotona; ha pouco movimento nas ruas e as familias vivem em um retrahimento que contrista.

Entretanto o povo é bom, generoso e hospitaleiro. Delle conservo as mais gratas recordações.

Possue Sorocaba o edificio da Camara Municipal, as egrejas Matriz, do Rosario, S. Benedicto, Santo Antonio, Santa Cruz, o mosteiro de S. Bento, o Recolhimento de Santa Clara, um grupo escolar, tres fabricas de fiação, uma de estamparia no Votorantim, uma a vapor de calçado, tres de chapéos, cinco de cerveja, cinco de moveis, tres typographias, um banco, duas fabricas de velas, uma de louça, tres de fogos, duas de sabão, cinco de massa, uma de sellins, uma de carroças, duas de carros, quatro officinas de alfaiate, nove de ferreiro, tres de latoeiro, seis barbeiros, nove padarias, 25 botequins, 129 casas de seccos e molhados, 19 sapatarias, 15 açougues, uma photographia, quatro refinações de assucar, tres ourives, 19 lojas de fazendas, quatro pharmacias, tres ferradores, seis estabelecimentos mixtos de molhados e fazendas, dous armadores, oito casas de generos alimenticios, cinco lojas de ferragens, tres depositos de madeiras, dous marmoristas, tres marceneiros, dous vidraceiros, dous relojoeiros, dous bilhares com botequim, tres casas de couros e arreios, uma serraria de madeira a vapor, uma loja de roupas feitas, duas olarias, quatro restaurantes e tres hoteis, sendo o mais importante, pela fina sociedade que recebe, o Vicente.

Tem ainda a cidade 1.770 predios, quatro medicos e tres advogados, duas lojas maçonicas, a Quinze de Novembro e a Perseverança Terceira. Possue ainda o theatro S. Raphael, em ruinas, e duas sociedades recreativas, o Club dos Aymorés e o Club União, ambas com bilhares e diversos jogos licitos e muito frequentadas.

A cidade é banhada pelos rios Sorocaba e Supiriry e pelos corregos Itararé, Tavacahy e Itabacahy.

Tem a cidade agencia de correio, e, além do telegrapho da Sorocabana, mais o estadual, que a põe em communicação com diversas cidades do Estado.

Ruas. Tem a cidade actualmente 54 ruas, umas situadas á margem esquerda e outras á direita do rio Sorocaba.

A mais comprida é a Floriano Peixoto, antiga rua da Penha, tendo 900 metros de extensão, com largura irregular, recta e em ladeira. Começa na rua das Flores e termina na Coronel Moreira Cesar.

Seguem-se as ruas Direita, S. Bento, com a Camara e o recolhimento de Santa Clara; Commercio, antiga Cadeia; Ponte, Rosario, antiga Commercio, e Passagem das Tropas; Flores, com o Grupo Escolar; Coronel Tamarindo, antiga Sete de Setembro; Intendencia, Dr. Piza Guimarães, ruas recem-abertas e situadas na Villa Guimarães; Prazeres, Padre Luiz, antiga Rosario e depois Municipal; General Carneiro, antiga Serrado; Memoria, Ypiranga, antiga dos Pinheiros; Treze de Maio, antiga do Z, pela fórma que tem; Santa Gertrudes, Coronel Moreira Cesar, antiga Independencia; Cesario Motta, antiga Esperança; Jacurupava, Violas, Alegre, Redempção, antiga S. Francisco; Rica, com uma bica, de S. Bento, que fornecia agua á população; Santa Clara, Boa Vista, Coronel Cavalleiros, antiga Nova Constituição; Santa Cruz, com a capella do mesmo nome e o Asylo de S. Vicente de Paulo; Itararé, Brigadeiro Raphael Tobias, antigo becco do Theatro; Conselho, Matriz, Santo Antonio, com a fabrica de tecidos Nossa Senhora da Ponte; Hospital, Estação, Piques, Cemiterio, Ipanema, Bom Jesus, com a Capella de S. Benedicto; Aldeia, Liberdade, Supiriry, Margem, S. Paulo, antiga Contagem das Tropas; Aurora, Boa Morte, com uma egreja em construcção; Morros, Carmelitas, Votorantim, Santa Maria, com a fabrica de tecidos deste nome; Olaria, José Manoel, Quitanda, antiga Amargura.

Beccos e Travessas. Inferno, da Via Sacra, S. Benedicto, S. Francisco, Iporanga, Equador, Tanque, Porto dos Cavallos, da Matriz e travessa do Bom Jesus.

Largos. Matriz, com um chafariz no centro e dos lados a matriz e os bellos predios do Sr. Antonio Xavier de Araujo, o primeiro predio da cidade, e o do Sr. Francisco Grandino; Santa Cruz, de S. Bento, com a egreja e o convento de S. Bento; Frei Barauna, com o jardim publico; Independencia, Santo Antonio, Municipal, Santa Gertrudes, Rosario, com a egreja deste nome e uma importante fabrica de calçados; Boa Morte, Santa Cruz, Assunguy, Supiriry e Cemiterio.

Egrejas. *Matriz*. A Matriz fica situada no largo do seu nome e ao lado do Gabinete de Leitura Sorocabense.

E' um templo grande, sem belleza no seu exterior. Tem quatro janellas, uma unica porta de entrada e acima do entablamento dous triangulos, um menor e outro maior, tendo no vertice deste uma cruz.

Possue uma torre á esquerda e abaixo della um mostrador e uma janella.

O seu interior é simples, as paredes despidas de ornatos, os pulpitos e as tribunas sem gosto artistico; em compensação, porém, os altares possuem obras de talha bonitas e douradas e as imagens honram ao esculptor que as esculpiu.

Tem a capella-mór, com quatro tribunas, duas das quaes fingidas, um rico altar com a Senhora da Ponte, padroeira, no centro, tendo á direita S. João e á esquerda S. Roque. Perto do arco cruzeiro pende uma lampada de prata.

No corpo da egreja ha oito tribunas, dous pulpitos, 14 quadros da Via-Sacra e seis altares: nos da direita, em um com a Senhora do Rosario, no centro, e aos lados S. Domingos e Santa Isabel; em outro o Senhor do Bomfim, com S. Fran-

cisco em adoração; em outro S. José; nos da esquerda, em um o Coração de Jesus, tendo em baixo S. Luiz Gonzaga, á direita S. Miguel e á esquerda S. Vicente de Paula; em outro, Nossa Senhora das Dores e Santa Rosa, e em outro, finalmente, o Senhor dos Passos e S. Sebastião.

No consistorio, que fica á esquerda da egreja, ha um altar com um nicho, e nelle o Sagrado Coração de Jesus, o Senhor na prisão, Nossa Senhora das Dôres e o Senhor Resuscitado. Abaixo do altar fica o Santo Sepulchro com o Senhor Morto.

A sacristia, que fica á direita da egreja, possue um retabulo da Conceição e aos lados S. Francisco de Assis e S. Francisco de Paula.

Consultámos o livro do tombo da Matriz, o qual tem a data de 1747, constando delle que a freguezia foi creada em 1646 e erecta canonicamente em 20 de janeiro de 1797.

Egreja do Rosario. Fica situada na praça do seu nome e contigua ao Collegio Diocesano, a que pertence.

E' um templo pauperrimo e feio, tanto no interior como no exterior.

Tem na frente cinco janellas e uma velha e pouco decente porta de entrada. Na ultima janella do lado direito ficam dous pequenos sinos.

Tem tres altares, um com a Senhora do Rosario, que occupa o altár-mór, e mais dous collateraes, com a Sacra-Familia e Nossa Senhora da Graça.

Capella do Bom Jesus ou S. Benedicto. Na esquina das ruas do Bom Jesus e das Flores.

E' um templo sem gosto nem belleza, tem tres janellas, a porta da entrada e um altar com as imagens do Senhor Bom Jesus e de S. Benedicto.

Seu interior é decente. Estão construindo ao lado uma torre.

Recolhimento de Santa Clara. Na rua de S. Bento, esquina da do Padre Luiz e defronte da de Santa Clara.

Começou em 1811, no edificio que actualmente occupa, ao lado da egreja de Nossa Senhora do Rosario, doado pelo capitão Salvador de Oliveira Lima, sob condição de terem nelle jazigo os seus descendentes.

Foram fundadores do recolhimento D. Manoela de Santa Clara e sua irmã D. Rita de Santa Ignez, naturaes de Sorocaba, que se acham sepultadas nesse mesmo recolhimento, tendo D. Manoela fallecido a 31 de maio de 1833 e D. Rita a 9 de setembro de 1842.

Começou com seis educandas, o que foi autorizado por alvará de D. João VI, de 22 de junho de 1810. Tem actualmente 30 freiras.

O recolhimento é pauperrimo, mantendo-se com o aluguel de algumas casas, que produzem a renda mensal de 700$ a 800$000.

A egreja annexa ao recolhimento é um templo por demais pobre: tem a capella-mór com quatro tribunas fingidas e um altar com o Santissimo Coração de Jesus no throno; abaixo Nossa Senhora do Rosario e aos lados Santa Clara e S. Francisco de Assis.

No corpo da egreja ficam: um pulpito, dous altares com o Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora do Carmo, e o côro das freiras. Do lado do Evangelho ficam o confissionario e a sacristia.

Nos fundos da egreja existe um deposito de ossos e 14 jazigos, acima dos quaes ha uma pedra marmore com a inscripção seguinte: « 1886. *Estes carneiros foram edificados sendo regente a Madre Dona Ignacia da Trindade e syndico Joaquim de Almeida Pedroso* ».

Mosteiro de S. Bento. No largo do mesmo nome. E' um edificio gasto pelos annos e sem o menor gosto esthetico.

Tem quatro cellas em cada um dos dous pavimentos, desoccupadas actualmente, pois o convento está abandonado.

A egreja fica á esquerda do convento; tem na frente tres janellas e a porta da entrada. A torre fica á esquerda e tem dous sinos.

O seu interior nada offerece de notavel.

Possue a capella-mór com um altar, em que se acham as imagens de Sant'Anna no centro e São Bento e Santa Escholastica aos lados.

No corpo da egreja ha dous pulpitos e dous altares, um com Santa Gertrudes e outro com a Senhora do Pilar.

Ao lado da capella-mór fica a sacristia, onde se acha a sepultura do P. M. Prégador Fr. Vicente da Conceição Rocha, fallecido a 18 de fevereiro de 1882.

Capella de Santo Antonio. Fica no largo do mesmo nome.

E' um templo de feio aspecto e de pobre ornamentação.

Tem na frente duas janellas e a porta de entrada.

Possue a capella-mór com duas tribunas fingidas e um altar com Santo Antonio, S. Joaquim e Nossa Senhora da Conceição.

No corpo da egreja ficam dous altares com o Senhor do Bomfim e Nossa Senhora da Boa Morte.

Ao lado direito da capella-mór existe a sacristia.

Capella de Santa Cruz. Fica no largo de seu nome, no fim da rua Itararé e ao lado da rua de Santa Cruz.

E' um templo velho, acaçapado, com as paredes ennegrecidas e com um interior bastante lugubre; foi reconstruido em 1877.

Tem na frente duas janellas e a porta de entrada e ao lado uma janella com tres sinos e uma porta.

Possue o altar-mór com um pequeno quadro de S. Vicente de Paulo no centro e Nossa Senhora das Dores e S. José aos lados.

No corpo da egreja ha dous altares, com o Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora do Carmo.

Ao lado direito da capella-mór existe a sacristia, que é um pardieiro; o tecto não é forrado, nem o chão assoalhado.

Na frente da capella-mór fica um cruzeiro e nos fundos, e na rua de Santa Cruz, o Asylo de S. Vicente de Paulo, ainda em construcção.

Camara Municipal. A Camara Municipal funccionava antigamente na rua da Cadeia, hoje do Commercio, no predio que é actualmente occupado pela Loja Maçonica Perseverança Terceira, tendo-se mudado para o predio actual, na rua de S. Bento, a 26 de julho de 1862.

Occupa um predio velho, sem gosto artistico, modestamente mobiliado e sem as precisas accommodações. Nelle funccionam todas as repartições municipaes e o Jury, sendo a parte terrea occupada pela cadeia.

No pavimento superior, á direita, existe a sala das sessões com um retrato do Marechal Floriano Peixoto e o Archivo, onde se acha um oratorio com a imagem de S. Jorge; no centro a Collectoria e á esquerda a sala do Jury e a em que dão audiencia os Juizes.

O rendimento da Camara é annualmente de 150:000$000

Gabinete de Leitura Sorocabano. Está estabelecida esta importante instituição litteraria em um predio proprio na praça da Matriz, esquina da rua de S. Bento.

Foi fundado a 13 de janeiro de 1867.

Dispõe de cinco salas, todas mobiliadas com gosto, estantes, mesas de leitura e os mais accessorios indispensaveis a uma boa bibliotheca.

Das paredes pendem diversos mappas geographicos, quadros de historia natural e retratos, entre os quaes o de D. Pedro II, do Marechal Floriano, de Sadi-Carnot e o de Maylasky, um dos fundadores do Gabinete.

Possue cinco mil volumes encadernados e mil e duzentos em brochura, todos de obras escolhidas.

O Gabinete dispõe de um fundo de 52:000$ e tem uma renda mensal, producto da contribuição dos socios, de 400$000.

Ao lado esquerdo funcciona o Club dos Aymorés.

Mercado. Fica no largo de Santo Antonio, entre as ruas deste nome e do Padre Luiz.

Consta de um telheiro, circumdado por diversos estabelecimentos commerciaes.

Abaixo do telheiro ha 17 taboleiros com aves domesticas, verduras, fructas e outros productos da pequena lavoura.

Estação da Estrada de Ferro. E' um edificio regular, de nove janellas no segundo pavimento e seis portas e duas janellas no primeiro.

No pavimento terreo funccionam, á esquerda, o telegrapho, á direita um restaurante, ficando no centro a entrada e sahida dos passageiros e a bilheteria.

No andar superior ficam os escriptorios.

A' esquerda da estação fica um vasto armazem para recebimento das mercadorias; á direita, as officinas de reparação das machinas e na frente, entre a linha ferrea e a estação, uma serraria.

Cemiterio. Fica desviado da cidade, bem localizado no alto do Piques.

Foi construido em 1862.

E' todo murado, bastante grande, muito limpo e com bonitos mausoléos.

Tem uma capella com um altar de Nossa Senhora da Piedade.

No alto do portão da entrada occorre a seguinte inscripção:

Dormiunt

et requiescant in pace Domini

Do logar em que está situado avista-se a cidade por inteiro.

O antigo cemiterio era ao lado do mosteiro de S. Bento, tendo sido bento a 4 de fevereiro de 1826.

Jardim Municipal. Occupa uma grande área, comprehendida entre as ruas Alegre, Santa Gertrudes e Cesario Motta e uma travessa.

E' todo gradeado de ferro; tem quatro entradas e no centro um elegante pavilhão com um coreto para musica.

Está zelosamente tratado.

Possue bellas ruas plantadas de magnolias e outras arvores e bonitos canteiros, onde vicejam odorantes flores.

A um dos lados, na rua de Santa Gertrudes, fica a capellinha de S. João.

Chacara da Saude. Essa chacara, uma das mais apraziveis vivendas de Sorocaba, é propriedade do Dr. Nicoláo Vergueiro.

Nella existe um parreiral com 40.000 cepas, occupando uma área de oito alqueires.

A plantação foi iniciada em 1888, com muitas qualidades de uvas européas e americanas. A experiencia, porém, demonstrou serem mais apropriadas ao clima da cidade duas qualidades de uvas americanas, a Norton's Virginia e a Blak July, ambas introduzidas, ha mais de 30 annos, no Estado de S. Paulo, pelo fallecido Sr. Fogg.

Por emquanto só a terça parte do parreiral está produzindo e permitte o calculo de uma pipa de 500 litros por 250 pés.

Os vinhos produzidos são o Sangue Paulista e o Caboclo, que são muito saborosos, podendo rivalisar com os melhores que importamos da Europa.

Imprensa. O primeiro jornal que se publicou em Sorocaba foi o *Cometa*, cujo primeiro numero appareceu a 8 de fevereiro de 1852. Seguiram-se depois o *Defensor*, em 1852; o *Monitor*, em 1856; o *Araçoyaba*, em 1866; o *Sorocabano*, em 1870; o *Americano*, em 1871; o *Sorocaba*, em 1872; o *Ipanema*, em 1872; a *Gazeta Commercial*, em 1874; a *Voz do Povo*, em 1875; o *Colombo*, em 1876; a *Gazeta de Sorocaba*, em 1878; o *Diario de Sorocaba*, em 1880; o *Alfinete*, em 1891; a *Voz do Povo*, em 1892, e o *Quinze de Novembro*, em 1893.

Além desses jornaes, appareceram outros, cuja existencia foi ephemera.

Instrucção. Além do Grupo Escolar Antonio Padilha, que funcciona na rua das Flores, esquina da rua Raphael Tobias, mantém mais o Estado uma aula nocturna, que funcciona no Grupo Escolar, e escolas nos bairros do Cerrado, Jundiaquara, Sarapuhy e Votorantim.

Ha na cidade diversos collegios particulares, o Collegio Diocesano e uma aula nocturna, mantida pela loja maçonica Perseverança Terceira.

População. A população da cidade é de 11 a 12.000 habitantes e a do municipio de 20.000.

Ha na cidade cêrca de 2.000 italianos.

A população é pacifica, ordeira e amante do trabalho.

As familias occupam-se em fabricar redes e objectos proprios para montaria. A classe proletaria emprega-se nas fabricas.

Sorocaba é uma cidade pobre; rarissimas são as fortunas que nella se encontram, e essas mesmo pequenas.

Fabricas de Fiação e Tecelagem. A cidade tem tres fabricas de fiação e tecelagem: a de Santa Rosalia, a de Santa Maria e a de N. S. da Ponte.

Santa Rosalia. Esta fabrica, de propriedade do Sr. Francisco de Paula Mayrink, esta situada em um *plateau* e occupa um vasto edificio, á margem do rio Sorocaba e da estrada de ferro Sorocabana, a pouco mais de um kilometro da cidade e com a frente voltada para o nascente.

Tem o edificio 201 metros de frente e 150 de fundos.

Dispõe de diversas officinas, entre as quaes uma para concertar os objectos da fabrica, uma com um dynamo da força de 25 cavallos e que serve para tocar a bomba electrica que conduz a agua do rio para um grande tanque, com tres e meio metros de profundidade e existente na frente da fabrica, sendo a differença do nivel entre o rio e o tanque de 28 pés inglezes.

Move a fabrica um motor de 650 cavallos, devendo, quando a fabrica contiver mil teares, para o que já se acha apparelhada com todos os elementos, ter uma força de 1.300 cavallos.

A fabrica de fiação funcciona á direita do edificio.

O algodão, recebido em fardos, é conduzido para o picador, e depois levado para os batedores, de onde passa para as cardas.

E' maravilhoso o mecanismo das cardas. Recebe o algodão em rolo, o qual entra para um *callender* transformado em fios tão tenues, que parecem flocos de neve. Do *callender* sahe um fio para as *puxadas*, que preparam o algodão, dando-lhe maior consistencia; dahi passa para diversas machinas com carreteis que vão tornando o algodão cada vez mais fino; depois para machinas continuas, depois para a urdidura, para o engommador e dahi finalmente para os teares.

A fabrica acha-se perfeitamente montada com os mais aperfeiçoados machinismos e deve, quando ficar concluida, ser uma das primeiras do Brazil.

Santa Maria. Consta de um edificio rectangular construido de tijolos e alicerces de granito, com superstructura de madeiras duras do paiz e coberto de telhas nacionaes, tendo uma superficie de 3.150 metros quadrados, dividido em cinco compartimentos, formando uma sala de tecelagem, uma para a urdição, uma para fiação e cardas, uma para a machina a vapor e outra para as caldeiras ou geradores.

A superficie dos terrenos pertencentes ao estabelecimento é de 3.150 metros quadrados, occupados pelo edificio, e mais 68.850 metros quadrados, que o circundam.

Um ramal ferreo particular liga a frente do edificio com a via-ferrea Votorantim e com a estação da Sorocabana.

O motor geral da fabrica consta de uma machina a vapor de expansão e condensação, com um cylindro de 23 pollegadas de diametro e 48 de percurso, volante de 18 pés, com jabres para receber nove cabos de pollegada e tres quartos de diametro, construido para desenvolver uma força de 250 cavallos effectivos, com pressão de 100 libras.

Uma caldeira de aço, de 28 pés de comprimento por sete de diametro, typo Cornewall, alimenta a machina com vapor, havendo logar para montar uma segunda caldeira egual, ou mesmo uma terceira.

Uma chaminé de 30 metros de altura, construida de tijolos, com o competente para-raios, faz a tiragem necessaria.

Possue mais o estabelecimento um motor electrico de 12 cavallos, que manobra á distancia de 150 metros as bombas que supprem com agua do rio Sorocaba.

Um tanque de ferro, da capacidade de 50.000 litros, domina, pela sua elevação, a summidade do edificio, distribuindo agua para os differentes mistéres.

Para fabricação de tecidos do typo *Busto* o edificio tem dimensões para conter 150 teares com fiação e cardas correspondentes.

O estabelecimento contém actualmente 110 teares mecanicos e todas as machinas necessarias para o preparo do fio em *espulas*, carreteis e urdição. Possue uma esplendida machina de engommar o fio, machinas de dobrar e medir a fazenda, machina de preparar as peças, prensa para apparelhamento e prensa hydraulica para o enfardamento; torno mecanico e officina completa para concertos em edificio separado.

As transmissões são todas de aço polido, em mancaes de bronze e lubrificadores automaticos.

O combustivel empregado é a lenha.

São proprietarios dessa fabrica Marchisio, Loureiro Silverio & C.

Nossa Senhora da Ponte. Fica situada no fim da rua Santo Antonio, junto ao corrego Supiriry.

Foi fundada em 1881, começando a funccionar no anno seguinte. Teve em seu principio 15 teares, constando actualmente de 75.

E' seu fundador e proprietario o Sr. Manoel José da Fonseca.

Consta de um edificio quadrangular, construido de tijolos e alicerces de granito, coberto de telhas nacionaes, dividido em seis compartimentos para deposito de algodão em caroço e em rama, com machinas para descaroçar, machinas de fiação, engommagem, tecelagem e enfardamento.

A fiação consta de um abridor vertical, dous batedores, quatorze cardas, oito machinas preparadeiras, seis bancas de carreteis e uma *mulla* de seiscentos fusos. Essas machinas podem fazer fios desde o n. 1 até 20.

Possue ainda a fiação uma machina dobadoura para fios de coser e uma outra para fios brancos, duas bancas para preparar *espulas*, um engommador e uma machina automatica com dous agitadores para o preparo da gomma e alimentação do engommador.

Na tecelagem ha duas machinas urdideiras, 60 teares mecanicos simples, um para tecido duplo e 14 com diversas lançadeiras para tecidos de xadrez.

A secção do enfardamento consta de uma machina telisadora para alisar o panno, duas outras para dobrar e medir, uma outra para enrolar o tecido em peças e uma prensa hydraulica para fabricação de fardos.

Em edificio separado funccionam a tinturaria e suas dependencias.

Na tinturaria encontram-se um deposito de drogas, tanques de ferro para cozer o fio, outros de ferro e madeira para tingir, aquecidos a vapor; turbina centrifuga para enxugar o fio e uma estufa a vapor, esta no segundo plano do edificio, tendo annexo o deposito de fios tintos.

O motor da fabrica consta de uma machina a vapor de 200 cavallos, systema Corliss, uma caldeira de 30 pés de comprimento por sete de diametro, trabalhando até a pressão de 100 libras, com fornalhas apropriadas para carvão ou lenha, sendo o combustivel empregado lenha e sementes de algodão; uma outra caldeira de 14 cavallos, para fornecer vapor para a tinturaria e o engommador; dous motores verticaes da força de seis cavallos para accionar independentemente o engommador e a officina mecanica.

O movimento principal é transmittido por meio de uma roda volante, de 100 pés de diametro com *jabres* e sete cabos de duas polegadas de diametro cada um.

A officina mecanica compõe-se de um torno mecanico, uma machina de aplainar horizontalmente e uma outra para aplainar verticalmente; duas machinas de broquear, uma de afiar serras e uma pequena fundição para metaes.

Toda a agua é extrahida de um poço por meio de uma bomba a vapor, que a transporta para um reservatorio, que tem a capacidade de 30.000 litros.

O pessoal effectivo da fabrica é de 150 operarios.

Seus productos são vendidos no Rio de Janeiro e S. Paulo.

A fabrica produz diariamente uma média de 5.000 metros, sendo riscados grossos e xadrezes, fabricados com o fio n. 6.

E' ligada á estação central da Sorocabana por uma chave a 400 metros de distancia.

Estamparia de Chitas Votorantim. Acha-se essa estamparia de chitas a sete kilometros ao S. da cidade, á margem do rio Sorocaba, junto á cachoeira Votorantim.

Occupa uma área coberta de 6.400 metros quadrados, tendo um corpo central, com duas alas lateraes.

Logo á entrada se depara com um grande salão onde se encontra o deposito de panno, que tem de ser estampado, depois de alvejado.

Mecanicamente, como a maioria das operações effectuadas nessa fabrica, passa esse panno para um outro compartimento, onde soffre a sua primeira operação, que consiste em destituil-o de todas as felpas, o que se consegue sujeitando-o á uma rapida passagem por uma chapa de cobre incandescente.

Para evitar o ser elle então incinerado nessa chapa de cobre, passa para uma cuba de agua; um systema de escovas completa essa primeira operação.

Para destruir qualquer materia organica que porventura possa esse panno conter, é elle sujeito em seguida a um banho, em que entra potassa caustica, em solução a 4%; um systema de lavadores mecanicos completa o seu alvejamento. Mecanicamente é levado a uma machina de seccar, que o entrega em grandes rolos, perfeitamente seccos e aptos para receberem a impressão.

Consiste essa machina de seccar em um grande numero de cylindros de cobre, dispostos como laminadores, que são envolvidos pelo panno em sua passagem. Esses cylindros são aquecidos por vapor de agua.

Como muitas vezes uma ou outra felpa deixa de ser incinerada na rapida passagem do panno pela chapa de cobre incandescente (1ª operação) e como a sua permanencia destruiria a nitidez da impressão, antes de soffrer elle essa operação, passa por um systema de facas e depois de escovas, que destroem tudo quanto de inutil elle ainda mantenha.

Todas essas operações são effectuadas nos compartimentos da ala esquerda de quem entra no edificio.

No corpo central, primeiro pavimento, encontram-se as estamparias, que nessa fabrica são cinco, e mais uma para lenços, um grande deposito de rolos de impressão e a sala de preparo de tintas.

Alojado o panno, elle é levado á estamparia, que, por meio de cylindros de cobre, em que se acha o padrão que se deseja, é transformado em chita, desde duas até oito côres. Da estamparia passa immediatamente para uma estufa, que tambem é aquecida por vapor de agua, para effectuar a secca da tinta, e dahi para o grande deposito do segundo pavimento, salão de 60 metros por 20.

Não sendo fixa ainda essa côr, de novo entra elle em uma estufa, cuja temperatura é de 97° centigrados, onde permanece algumas horas, o que produz como resultado a completa fixação da côr.

Nesse segundo pavimento encontra-se tambem a sala dos rolos de cobre para a impressão.

Retirado o panno estampado da ultima estufa, como em seu movimento constante pudesse receber alguma sujidade, é elle novamente sujeito a grandes lavagens de agua fria e quente e com potassa.

Si o mercado consumidor não exigisse uma série de operações que só tem por fim dar melhor aspecto ao producto, da operação de lavagem poderia ser elle enviado ao mercado; mas para satisfazer a essa ultima exigencia, passa por engommadores e lustradores, sendo depois dobrado e enfardado; operações essas que se dão na ala direita.

As lavagens que soffrem as chitas, depois de estampadas, lavagens essas impossiveis de ser effectuadas com tanto rigor em uma casa de familia, demonstram a completa fixidez nas côres recebidas.

Aproveita a fabrica parte da grande força que se encontra no rio Sorocaba, junto á cahoeira do Votorantim.

O movimento das suas machinas é dado por uma turbina de 350 cavallos.

Na fabrica encontra-se uma pequena officina mecanica, que perfeitamente satisfaz os concertos por estrago de qualquer de seus machinismos.

Para edificação da fabrica teve o Banco União de S. Paulo de construir uma olaria, e como os productos obtidos fossem superiores aos communs do mercado, montou essa olaria em maior escala e hoje ainda os explora, com o fabrico de telhas, typo Marseille, obtendo productos muito reputados nesse Estado, como attesta a sua procura.

A capacidade dos mecanismos dessa olaria é para 6.000 telhas diarias e 12.000 tijolos.

A fabrica é servida pela via ferrea Votorantim, para o transporte de seus productos.

Fabricas de Chapéos. Ha na cidade tres fabricas de chapéos, das quaes a mais importante é a de Pereira Villela, situada no largo do Rosario e que fabrica diariamente 600 chapéos.

Dispõe dos mais aperfeiçoados machinismos para fabrico de chapéos de lã, de lebre e castor, occupando 100 operarios.

As outras duas fabricas estão localizadas, uma na rua da Ponte e a outra na rua do Commercio.

Fabricas de Moveis Tem cinco fabricas de moveis.

E' mais importante a do Sr. Germano Petzola, na rua de S. Bento.

Funcciona em uma casa modesta e fabrica artefactos de madeira de tanto gosto como os da Capital Federal, sinão superiores.

Na visita que fiz á essa fabrica vi camas, *étagères*, guarda-vestidos, escrivaninhas dos mais ricos lavores e da maior belleza.

E' um fabricante que honra a cidade de Sorocaba.

Fabrica de Calçado. A unica fabrica a vapor de calçado é a dos Srs. Francisco Grandini & C., situada no largo da Matriz.

Funcciona em um dos mais bonitos predios da cidade.

Fabrica diariamente 150 pares de sapatos.

Fazenda Itupararanga. Pertence esta fazenda, cuja área é de 675 alqueires de terras, ao Banco União de S. Paulo, e nella são explorados os seus calcareos para o fabrico de cal e preparo de pedras para mobilias, ornamentações, monumentos e architectura.

Actualmente funccionam em Itupararanga tres fornos contiguos de capacidade de 10 toneladas cada um de cal extincta, ou cinco de virgem para a queima da cal, achando-se em construcção outros fornos.

Não exigindo a extracção do calcareo grande trabalho, por achar-se á flor da terra, torna-se extraordinariamente remuneradora a exploração dessa industria.

Sendo o calcareo de Itupararanga um carbonato de calcium saccaroide, e encontrando-se variedades de côres, todas ellas recebendo facil e duradouro polimento, foi nessa fazenda montada uma serraria para o côrte e outros machinismos para o preparo dos seus marmores.

As jazidas mais abundantes são de marmores brancos e negros, encontrando-se tambem negros com pequenos filetes brancos, negros com pontos brancos, negros-brancos e roseos, negros e roseos, brancos e roseos, brancos com manchas azuladas, cinzentos, etc.

Contém actualmente as serrarias de pedras os seguintes apparelhos: tres serras de caixilhos capazes de receberem blocos de 3m,8 por 1.2+1.5; um grande torno, um pollidor e um pequeno para balaustre, duas plainas e um polidor universal para o preparo do marmore; uma serra circular e duas pequenas talhadeiras de ardosia, além de pequenos apparelhos para preparo de facas e de outros ferros que cortam o marmore.

Está o Banco em trabalhos para o augmento de mais tres serras em caixilhos.

E' esse estabelecimento illuminado pela electricidade para o trabalho durante a noite.

Uma turbina da força de cem cavallos põe os diversos machinismos em movimento.

Ultimamente os productos da serraria de pedra do Itupararanga têm tido alguma extracção; grande numero de ladrilhos já tem sido exportado, algumas escadas já têm dahi sahido e para a architectura está em execução todo o embasamento de um grande edificio na cidade de Santos. Para monumentos funebres tem sido empregado, dando solenne aspecto, o marmore negro.

Grandes jazidas de ardosias, encontrando-se tambem na fazenda do Itupararanga, são reduzidas em ladrilhos que têm obtido grande procura para terreiros de café e passeio de ruas.

Encontra-se tambem nessa fazenda, mas ainda não aproveitado, o grande salto, na distancia de 200 metros, offerecendo uma differença de nivel de um metro e sendo a quéda principal de 57 metros.

O Salto de Itupararanga. Reside em Itupararanga um cidadão verdadeiramente notavel pela elevação de talento, robustez da illustração e pelos dotes moraes que ornam o seu caracter e o seu coração.

E' o Dr. Calixto de Paula Souza, moço ainda, pois conta 39 annos, distincto engenheiro encarregado da exploração das ricas jazidas no Itupararanga e presidente da Camara Municipal, em cujo cargo tem se salientado pelos muitos melhoramentos que ha feito em beneficio da cidade.

Em companhia desse illustre cavalheiro dirigi-me a visitar o importante salto.

A estrada de ferro de Votorantim vae sómente até ás jazidas de marmore. Dahi por deante faz-se a viagem a cavallo.

Não é facil imaginar as difficuldades dos caminhos por um trilho estreitissimo, muito irregular, cheio de lajões de granito, espinhos, com troncos de arvores atravessados de permeio e ensombrado de ambos os lados por florestas colossaes, tendo as arvores adherentes ao tronco raras e lindas parasitas.

Por vezes tive impetos de regressar, tal a aspereza do caminho, mas o Dr. Paula Souza animava-me a proseguir, garantindo-me que o salto ficava bem proximo.

A muitos metros distante já se ouvia um rumor, que se ia avolumando á proporção que nos iamos approximando da famosa quéda.

De subito surge, deante de nós, colerico, enraivecido, imponente, o salto de Itupararanga. Um grito de admiração irrompeu espontaneamente dos meus labios.

O Sorocaba ao atravessar a serra precipita-se em profundissima grota, talhada no granito, onde as aguas se premam e contorcem, em enorme vortice, cahindo sobre pedras artisticamente buriladas e cobrindo-as de brancas espumas aureoladas de tenues vapores.

E' impossivel imaginar scena mais grandiosa da que então eu contemplava.

A agua, precipitando-se por uma só quéda de 56 metros de altura, com enorme estampido, para depois formar um segundo salto de 18 metros e logo após constituindo pequenas corredeiras, é de um magestoso effeito.

Acha-se perdido esse salto no meio de mattas e entre medonhos despenhadeiros e quasi inaccessivel pelas agruras do caminho.

Bairros do municipio. Agua Vermelha, Itapeva, Itupararanga, Cerrado, Salto, Ipanema das Pedras, de cima e do meio, Jacurupava, Inhambirú, Sarapuy, Jundiaquara, Rio Acima, Votorantim, Morros, Cubatão, Arvore Grande, Boa Vista, Passa Tres, Caputera, Inhoayva, Apparecida, Piragibú, Piragibú de Baixo, Cajurú, Terra Vermelha, Itajurú, onde Balthazar Fernandes lançou os fundamentos da povoação, Indaiatuba, Itanguá, Villeta, com uma estação da estrada de ferro, Cagiré, Lavras Velhas, Olaria, Vossoroca, Santo Antonio, Avecuia, Ipatinga, Caguassú, Ilha e Salto do Pirapora.

Nesses bairros existem quatro serrarias de madeiras, uma olaria a vapor, uma serraria de marmores a vapor, oito olarias simples, 18 fornos de cal, sendo tres continuos, 15 fabricas de aguardente e 58 negocios de fazendas, seccos e molhados.

Desses bairros têm capella o Cerrado, a Apparecida, Piragibú de Cima, Cajurú, Inhoayva, Caputera, Nossa Senhora dos Remedios, Itapeva, S. Francisco, Indaiatuba, Santa Rita, e Passa Tres.

Estradas de ferro. *Sorocabana*. Atravessa a cidade, tem ahi as suas officinas e uma estação situada entre a de Passa Tres e de Villeta.

Via Ferrea Votorantim. A necessidade que tinha o Banco União de S. Paulo de dar facil e rapida sahida aos productos de sua fabrica em Votorantim e aos das industrias exploradas na Fazenda Itupararanga, obrigou-o a construir essa via ferrea de bitola de 0m,60.

Até Votorantim as condições do seu traçado permittiram desviar todas as difficuldades; mas, desse ponto até o seu final, kilometro 16, junto á serraria de marmore, foram taes os accidentes do terreno que grande movimento de excavações teve-se necessidade de effectuar para o preparo do seu leito.

As condições technicas do seu traçado até o kilometro 14, Fazenda Itupararanga, que é utilizado pelo publico, são as seguintes: bitola 0m,60, declividade maxima 3 %, raios minimos das curvas 60 metros.

Tem tres estações: Sorocaba, Votorantim e Itupararanga.

A linha tem 16 kilometros de extensão até ás jazidas de marmore. De Sorocaba á Fabrica Votorantim o seu percurso é de 7 kilometros e até á Fazenda 14 kilometros.

Prolonga-se a linha de Itupararanga ás jazidas de marmore em uma extensão de 2.600 metros, mas o seu trafego ahi é só feito em serviço da Fazenda; nesse ultimo trecho encontram-se rampas de tres e mais por cento.

Os terrenos marginaes da via ferrea Votorantim, em sua maioria, acham-se completamente incultos, apezar de, já pela qualidade de suas terras, já pela sua posição em relação á cidade, muito se prestarem á pequena lavoura, principalmente de fructas, que tão grande resultado dão em Sorocaba.

Esperamos que em futuro não remoto sejam elles melhor utilisados, tornando-se o celleiro da cidade de S. Paulo.

O trafego da via ferrea Votorantim é quasi que exclusivamente alimentado pelos productos do Banco União e apezar disso não é elle pequeno, porquanto a sua média diaria é de cem toneladas.

Estradas de rodagem. As que vão para Porto Feliz, S. João de Ipanema, duas para Campo Largo, uma para Sarapuhy, duas para Piedade, duas para Una, duas para São Roque e uma para Itú.

Historia. A povoação foi fundada pelos annos de 1600 a 1610 no bairro denominado *Itapebussú*, hoje Itavuvú, com o nome de villa de S. Philippe; essa povoação, porém, decahiu rapidamente, extinguindo-se de todo.

Em 1654 foi a villa de Sorocaba fundada, elevado o pelourinho por despacho de D. Francisco de Souza, Governador naquella época.

Em 1661 dirigiu o capitão Balthazar Fernandes a seguinte petição:

« Diz o capitão Balthazar Fernandes, morador na nova povoação de Sorocaba, villa de Nossa Senhora da Ponte, que elle, como povoador, em nome dos mais moradores, trata de levantar pelourinho na dita villa, que será meia legua do lugar que levantou o Sr. D. Francisco, que Deus tenha, Governador deste Estado, como tambem necessitam de justiça para se poderem governar, como leaes vassalos de Sua Magestade, e que uma e outra cousa se não póde obrar, nem conseguir sem expressa ordem de V. S., para o que V. S. lhe faça mercê conceder o reduzido em sua petição, visto redundar tudo em augmento desta repartição e serviço de Sua Magestade e augmento de seus moradores, prevendo V. S.— Receberá mercê. »

Essa petição teve o seguinte despacho:

« O Ouvidor desta Capitania faça averiguação do conteudo na petição e da quantidade de moradores casados que ha nesta povoação e de tudo me informe para poder deferir o total. S. Paulo, 2 de março de 1661 — *Sá.* »

Em virtude desse despacho foram inquiridas a 2 de março de 1661, em presença do Ouvidor da Capitania de S. Vicente, Antonio Lopes de Medeiros, diversas testemunhas, dando em seguida o Ouvidor o despacho seguinte:

« O escrivão deste juizo leve este summario ao Illm. Sr. Governador Geral desta repartição para que pelos ditos das testemunhas tome exacta informação e proveja como lhe parece de justiça. S. Paulo, 3 de março de 1661. — *Lopes.* »

Despacho do Governador:

« Vista a justificação feita pelo Ouvidor desta Capitania com alçada, Antonio Lopes de Medeiros, e a bem do dito Foral dos Donatarios e haver meu antecessor D. Francisco de Souza levantado pelourinho no dito districto, mando se lhes passe provisão na fórma que pedem. S. Paulo, 3 de março de 1661. — *Sá.* »

Azevedo Marques diz: « A' cerca de sua fundação ha o seguinte: Em 1600 o Governador Geral das minas, D. Francisco de Souza, em resultado das explorações que fez na Capitania de S. Vicente e nas minas de *Araçoyaba*, resolveu fundar uma povoação nas vizinhanças das ditas minas. Este facto se comprova, além de outros fundamentos historicos, com o documento que abaixo transcrevemos e consta do Livro 3º de sesmarias existentes no cartorio da Thesouraria de Fazenda: « Illm. Sr. Governador Geral — Diz Francisco Rodrigues que elle é morador na villa de S. Paulo e que está de caminho para o termo de *Biraçoyaba*, a povoar e lavrar mantimentos como outros moradores que lá vão, e porquanto não tem terras por serem já todas dadas pelos capitães passados, por isso pede uma legua de terra em quadra pela ribeira de *Carapoy*, começando a dita data da tapera de *Hibapaara*, rio abaixo *Carapoy*, resalvando as pontas e voltas que o rio fizer, ficando a dita data da banda do sul do dito rio, visto ter muitos filhos e filhas para agazalhar, e haver muitos annos que está na terra, achando-se nella em todos os rebates e guerras que nella se fizeram, á sua custa, e de mais resultar com a sua povoação muito serviço a Sua Magestade e ao descobrimento das minas de ouro e prata e mais metaes que por V. S. serão, com ajuda de Deus, descobertas. » Despacho. « Dou ao supplicante as terras que pede. S. Paulo, 14 de julho de 1601. — *D. Francisco de Souza.* »

« E' pois certo que o Governador Geral D. Francisco de Souza (que falleceu em S. Paulo em 1611) intentou fundar alli uma povoação e que chegou mesmo a estabelecel-a pelos annos decorridos de 1600 a 1610, com o fim de dar desenvolvimento á exploração das minas, mas sobrevindo-lhe a morte, não progrediu a referida povoação, antes decahio rapidamente até extinguir-se de todo: essa povoação chamou-se *Itapebocú* ».

« Em 1654 o paulista Balthazar Fernandes e seus genros André de Zunega e Bartholomeu de Zunega, hespanhóes, emigraram de Parnahyba onde residiam, e estabelecendo-se com suas familias na distancia de tres legoas do morro de *Byraçoyaba*, fundaram ahi uma capella dedicada á Senhora da Ponte; data dahi a fundação da hoje cidade de Sorocaba. »

Constando ao Governador Salvador Corrêa de Sá que Balthazar Fernandes tinha mudado o pelourinho para outro sitio, fez baixar a seguinte Provisão:

« Porquanto D. Francisco de Souza, meu antecessor, Governador Geral que foi desta repartição, mandou levantar pelourinho na dita villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, e por me constar que o Capitão Balthazar Fernandes, morador antigo destas Capitanias, se foi por aquelle Districto com outros muitos moradores, e trataram de mudar o dito pelourinho para outro sitio mais accommodado, dentro do mesmo limite, donde tem sua povoação e numero de 30 casas, que, conforme as doações dos donatarios desta Capitania, lhes concedeu o poderem formar villas, deixando-lhe de terreno de uma a outras de 4 legoas; e porque todas estas cousas concorram nesta nova povoação, e assim me haverem representado, por sua petição, os moradores daquella povoação, que mandando pelo Ouvidor desta Capitania, fazer informações juridicas, constou de todo o referido; e porque entre as mais cousas que me pediram foi licença para elegerem officiaes na camara na via costumada, hei por bem, em conformidade dos *forums* se faça á dita eleição comparecer pessoas graves; pelo que hei por bem nomear para juizes o dito Balthazar Fernandes e Paschoal Leite Paes, para vereadores André de Zunega e Claudio Furquim, para procurador Domingos Garcia e para escrivão da Camara Francisco Sanches, que servirão este anno de 1661 e nos tempos costumados se farão as eleições pela via ordinaria. Com que tudo assim ordeno por serviço de sua Magestade, augmento das terras dos donatarios e conveniencia dos moradores; e outrosim, mando que esta minha Provisão se registre no livro da Camara que ha de servir. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente, sob meu signal e sello de minhas armas, a qual se cumprirá tão pontualmente como nella se contém, sem duvida nem interpretação alguma. Dada e passada nesta villa de S. Paulo, aos 3 dias do mez de março de 1661, e se registrará onde pertencer. Thomé Veiga a fez por mandado do dito Sr. Salvador Corrêa de Sá e Benevides ».

Foi Sorocaba elevada á categoria de cidade pela Lei Provincial n. 5 de 5 de fevereiro de 1842.

E' Comarca de terceira entrancia, creada pela Lei Provincial n. 39 de 30 de março de 1871 e classificada pelos Decretos n. 4.731 de 3 de junho de 1871, 4.890 de 14 de fevereiro de 1872 e 262 de 14 de março de 1890.

A cidade de Sorocaba foi onde se manifestaram os primeiros actos da rebellião de 1842. Deram motivos a essa rebellião, segundo foi affirmado pelo Ministro Manoel Alves Branco, depois Visconde de Carvalhaes, *causas por muito tempo accumuladas, paixões por muito tempo exacerbadas.*

Os chefes do movimento revolucionario deram-lhe como causa a Lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Codigo do Processo Criminal, e a que creou o Conselho de Estado.

Os projectos que consignavam taes medidas levantaram grande celeuma na Camara dos Deputados. Dissolvida esta a 1 de maio de 1842, reuniram-se os chefes da opposição e deliberaram disputar pelas armas o predominio de suas idéas; mas esse alvitre só foi adoptado pelos opposicionistas de S. Paulo e Minas.

No Rio de Janeiro foi logo instituida uma sociedade secreta, que devia ramificar-se por todo o paiz com o fim de generalizar o movimento, que teve seu inicio em Sorocaba no dia 10 de maio de 1842, com a recusa por parte da Municipalidade de empossar as autoridades nomeadas em virtude da Lei de 3 de dezembro de 1841.

No dia 17 daquelle mez proclamou-se a revolta em Sorocaba, onde era acclamado Presidente da provincia o Coronel Raphael Tobias de Aguiar, um dos chefes do partido em opposição e paulista de merecimento por seu prestigio social e virtudes.

Reunida a Camara Municipal, deliberou lavrar a acta seguinte, que vai com a orthographia do original:

« Acta da reunião da Camara Municipal a requisição do Povo e Tropa reunidos hoje nesta cidade Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1842, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio do Brazil nos Paços da Camara Municipal desta cidade de Sorocaba, onde se reuniram em consequencia do rebate que o Povo e Guardas-Nacionaes fizeram tocar, todas as Autoridades Civis e Militares, o Batalhão das ditas Guardas Nacionaes e mais Cidadãos deste municipio, os quaes todos attendendo ao estado de coacção em que se acha Sua Magestade o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brazil, dominado pela facção que curando unicamente dos seus interesses, tem levado este Imperio as bordas do abysmo, em que vai ser submergido, reduzido ao misero estado da do Ceará e Parahyba em administração tirannica do Proconsul que como delegado dessa facção o tem governado e opprimido, e conhecendo que convém quanto antes salvar o throno do Sr. D. Pedro II, e a Constituição que temos jurado, propuzeram como medida de salvação a nomeação de um Presidente interino desta Provincia e unanime e expontaneamente proclamaram o Sr. Coronel Rafael Tobias de Aguiar para o dito cargo a quem autorisaram para Administrar em nome de Sua Magestade o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional, até que o mesmo Augusto Senhor livre-se da coacção em que se acha e nomêe um Ministro da confiança Nacional; e outro sim que a Assembléa Geral Legislativa tinha derogado as Leis, que tendo sido feitas contra a Constituição do Imperio. Igualmente autorizaram ao dito Exm. Presidente nomeado para que tome todas as providencias que julgar convenientes para salvar a Provincia dos orrores de Anarchia a que vão conduzi-la as ditas Leis suspendendo a sua execução. No mesmo acto e por uma deputação de tres de seus Membros mandaram os ditos Vereadores convidar ao mesmo Exm. Sr. Coronel Rafael Tobias d'Aguiar para o indicado fim e comparecendo elle e sendo-lhe dictadas as condições de sua nomeação, prestando juramento, que lhe foi differido pelo Presidente da Camara de defender o Imperador e a Constituição athé a ultima extremidade. Se deu este acto por findo e para constar se lavrou a presente Acta, que assignáram os ditos Vereadores com o Exm Sr. Presidente nomeado, Autoridades e mais cidadãos que se acharam presentes e que tiveram parte no dicto acto, eu Elias de Oliveira Cesar Lima, Secretario da Camara que escrevi.— *Rafael Tobias d'Aguiar.*— *José Joaquim Lourda,* Presidente da Camara. »

(Seguem-se 300 assignaturas.)

A 20 de junho, porém, entrava em Sorocaba, sem achar a minima resistencia, o chefe das forças legaes, então Barão de Caxias e procedia á prisão de alguns compromettidos na rebellião, entre os quaes o ex-regente e senador Diogo Antonio Feijó.

As forças rebeldes haviam-se dispersado na vespera, retirando-se o chefe Coronel Tobias de Aguiar para a Provincia do Rio Grande do Sul, onde alguns mezes depois foi preso, sendo-lhe restituida a liberdade em virtude do Decreto de 14 de março de 1844 que amnistiou aos compromettidos na revolta.

A comarca de Sorocaba comprehende os termos de Sorocaba e Campo Largo.

Divisas. Confina este municipio ao N. com o de Porto Feliz; a NE. com o de Itú; a E. com o de S. Roque; a SE. com o de Una; ao S. com o da Piedade; e a SO. com o de Campo Largo.

As divisas com o municipio de Porto Feliz foram determinadas do modo seguinte pela Lei Provincial n. 28 de 5 de julho de 1869: Da fazenda que foi do Capitão-Mór Moraes, hoje do Capitão Julio Lopes de Oliveira, seguir-se-á pela estrada que vai de Itú pela dita fazenda á fabrica de ferro do Ipanema, passando pelo lugar denominado Cruz e seguindo pela estrada do bairro do Indayatuba até o corrego do Areão e por este abaixo até ao rio Sorocaba. Estas divisas foram modificadas por diversas Leis provinciaes, que decretaram a passagem de fazendas de um para outro municipio.

As divisas com o municipio da Piedade foram traçadas do modo seguinte pela Lei Provincial n. 51 de 10 de Abril de 1872: Começando na serra de S. Francisco, no ponto em que divide com S. Roque, seguem por ella até o lugar denominado Morro Cavado, e dahi a rumo direito, passando junto de uma paineira, em terras de Manoel José Domingues a dar em um tope de pedras nas terras de Joanna Maria de Souza, e deste ponto ao lugar mais alto da campina dos mesmos e ao alto do Quilombo, indo ter ao pasto de João Antonio dos Santos, e seguindo á beira do campo do finado Almeida, passando por entre os sitios dos finados Braga e Caetano Prestes a dar na ponta da serra no cafezal velho do coronel Lopes de Oliveira e por esta, deixando a casa de Honorio de Camargo á esquerda e a de Vicente Lacerda á direita, segue pela estrada que vae ao Pilar ficando á esquerda Paulino Mendes da Rosa; atravessa o rio Turvo, e passando por terras de Salvador Rodrigues Pereira, atravessa a estrada que vai para Sarapuhy, deixando as casas de José de Almeida Lara, Francisco Marcellino para a esquerda, e a de José Gago á direita, cahindo no rio Claro, e subindo as suas cabeceiras que vão ter no sertão; ficando assim (refere-se á Piedade) dividida pela direita do mesmo rio com a freguezia de Sarapuhy e pelas suas cabeceiras com Santo Antonio do Juquiá.

Ás divisas com o Municipio de Campo Largo foram estatuidas pela Lei Provincial n. 46 de 10 de abril de 1865 nos termos seguintes: Principiam na barra do ribeirão Ipanema, no Sorocaba, seguindo ribeirão acima até á barra de um corrego pelo lado esquerdo, e por este acima até á sua cabeceira em um banhado perto do portão da fabrica de S. João do Ipanema, deste banhado seguem pelo vallo e portão da dita fabrica até um corrego que serve de aguada no sitio que foi de José Quirino de Oliveira e por este corrego abaixo até ao ribeirão Ipanema, ficando todo o terreno da fabrica deste lado para Campo Largo; subindo o ribeirão Ipanema até á barra do Ipanemirim, e por este acima até o passo do Barreiro e corrego acima, passando pela frente do collegio do professor Francisco de Paula Xavier de Toledo até á sua cabeceira junto á casa do finado Laguna, ficando esta pertencendo a Sorocaba, e atravessando a estrada do Jundiacanga, proximo ao portão até á cabeceira de uma vertente, que desagua no rio Pirapora, e por este abaixo até fazer barra no rio Sarapuhy.

Sobre suas divisas consultem-se ainda as Leis Provinciaes de 9 de fevereiro de 1842, n. 36 de 1 de março de 1846, n. 31 de 25 de abril de 1865, de 8 e 19 de julho de 1867, n. 82 de 15 junho de 1869 e n. 64 de 13 de abril de 1880.

Aspecto Geral. O territorio estende-se por montanhas e por planicies. Toda a região de S. e SE., que se apoia na serra de S. Francisco, limite do municipio por um lado, é bastante accidentada, retalhada por valles e fundas grotas e muito irrigada; a zona do centro N. e NO. abrangendo um cerrado de dous terços da superficie do municipio, é uma grande planicie que o rio Sorocaba e os seus pequenos affluentes cortam em sulcos mais ou menos profundos, differindo umas dezenas de metros do nivel geral das terras, cujo pendor é na direcção do curso do rio Sorocaba. A linha mais profunda de todo o territorio do municipio, segue rumo de NNO.

Serras. A elevação mais importante do solo do municipio é a denominada serra de S. Francisco. Com encostas ingremes, talhadas em altos paredões de granito, essa serra é como uma chapada que alguns corregos retalham em varios sentidos, sem que todavia a linha geral da cumiada, observada de certa distancia, deixe aquella regularidade monotona, caracteristica das altas planicies.

Observada de Sorocaba, a serra de S. Francisco, com altitude entre 900 e 1.000 metros, parece uma gigantesca muralha sem solução de continuidade, abragendo um quarto do horizonte. De suas encostas, quasi a prumo, descem fios d'agua, formando pequenas, mas lindas cascatas, como a do rio Cubatão, que, aliás, se avista de grande distancia.

O rio Sorocaba corta, entretanto, essa serra de SE. para NO.; a grande brecha que o rio ahi tem por leito é estreita e profunda, apresentando a serra em geral aspecto massiço e uniforme.

A serra de Inhoahyba outra elevação do territorio, parece prolongamento da de S. Francisco na direcção de NO., não obstante ser de constituição inteiramente diversa.

Uma lombada de terras altas, formada de schistos antigos, corre parallelamente ao massiço granitico da serra de S. Francisco, erguendo-se-lhe quasi do sopé e deixando apenas de intervallo um sulco profundo e estreito, onde correm alguns ribeirões. O terreno montanhoso e perturbado prolonga-se assim desde aquellas serras até ás proximidades da cidade de Sorocaba.

Rios. O municipio conta, além do rio que lhe dá o nome, grande numero de ribeirões de cerca de 20 a 25 kilometros de curso.

O rio Sorocaba, que nasce nas terras altas, situadas entre os municipios de Una e Cotia, entre as serras da Caucaia e S. Lourenço, tem em sua origem o nome de Sorocá-mirim. Emquanto tem este nome recebe o Vargem Grande, o Sará-sará, o Laranjeiras, o Carmo e o Rio Abaixo.

Depois que se lhe junta o Sorocabussú pouco acima de Una, toma o nome de Sorocaba, com que vae desaguar na

margem esquerda do rio Tieté. Desce a serra de S. Francisco, que limita o seu curso superior, formando muitas cachoeiras e saltos, dos quaes os mais notaveis são os de Itupararanga e Votorantim. Entre esses dous saltos recebe o Sorocaba, pela margem direita, o Cubatão, que desce da serra de S. Francisco e tem de curso nove kilometros, pouco acima da foz deste o Agua Vermelha e o Lageado, acima da queda do Votorantim, os correios da Capella e do Paiol e abaixo deste salto, pela margem esquerda, o ribeirão do Itapeva. Ao passar pela cidade já tem o Sorocaba 15 a 20 metros de largura, que se atravessa por excellente ponte de ferro de 75 metros de extensão e cinco vãos, lançada sobre pilares e encontros de alvenaria de pedra.

Abaixo da cidade o rio, muito sinuoso, vai recebendo as aguas de pequenos ribeirões e correios, como o Itararé, o Tavacahy, o Itabacahy, o Supiriry, que rodeia a cidade pelo lado do N., o Piragibú, que traz as aguas dos ribeirões do Varejão e do Pirajibú-mirim, o Fundo, o Caaguassú, o Itanguá, o Olaria e a Ipanema, que, vindo dos campos da vizinhança da serra de S. Francisco, abastece de agua a fabrica de ferro e serve de limite ao municipio.

O mais consideravel affluente do Sorocaba, dentro do municipio, é o Piragibú, que collecciona as aguas que vertem das serras de S. Francisco, Inhoahyba, Varejão e terras altas das proximidades de S. Roque, onde elle tem origem. Em seu curso atravessa algumas mattas e forma cascatas e cachoeiras muito pittorescas, aliás, pouco conhecidas.

O Sorocaba, em seu curso, recebe ainda o Una, o Tatuhy, o Guararapó e o Sarapuhy e forma, além dos saltos citados, as cachoeiras das Tres Ilhas e a de Juru-mirim.

Suas margens, especialmente no municipio de Tieté, são de terra roxa de excellente qualidade.

O Sorocaba acima do Votorantim corre em um leito muito pedregoso e muito apertado, parallelo ao Cubatão, em uma extensão de nove kilometros, mais ou menos, e com uma differença de nivel de 30 metros a favor deste ultimo.

A largura do Cubatão e a estreiteza do Sorocaba, que corre ás vezes em apertadas gargantas de seis metros, indica ser o actual leito do Cubatão o primitivo leito do Sorocaba, e que causas geologicas transformaram os leitos dos dous rios.

A estrada de Ferro Sorocabana atravessa quatro vezes o rio Sorocaba.

Lagoas. No municipio ha muito poucas lagôas e estas pequenas como as da Itinga, Ipatinga e uma outra sem denominação, que fica nas cabeceiras do rio Cubatão, na fazenda de Francisco Rosas.

A do Itinga está situada perto do bairro deste nome, em terrenos de campo, é muito limpa e redonda; a do Ipatinga está tambem situada em terrenos de campo e jaz entre o ribeirão Itanguá e o rio Ipanema, porém mais proxima deste, conta 300 metros em seu maior diametro.

Constituição Geologica. Os terrenos do municipio são em parte graniticos, em parte compostos de grés e schistos. Os terrenos graniticos abrangem toda a serra de S. Francisco e estendem-se como uma faixa em direcção á cidade de Sorocaba, de onde retrocedem com uma largura de cinco a seis kilometros na direcção do arraial da Apparecida a ligarem-se com os granitos da serra do Varejão. Este granito, vulgarmente conhecido por *olho de sapo*, tem grandes crystaes de feldspatho e é geralmente grosseiro e duro, provindo da sua decomposição uma piçarra grossa, aliás com bastante fertilidade. A linha ferrea Sorocabana corta essa faixa de granito desde o logar Passa Tres até perto da cidade de Sorocaba.

Na serra de S. Francisco, onde as mattas ainda existentes attestam a fertilidade das terras provenientes da decomposição desse granito, a pedra está muito á flor do chão, e forma frequentemente escarpas em alcantil, onde a vegetação não póde medrar.

Grandes blocos de fórmas arredondadas, superpostos em conjuncto pittoresco, são muito frequentes no alto dessa serra. Os terrenos de grés e schistos predominam na parte mais baixa do municipio, todavia os schistos apresentam-se tambem nos terrenos altos da serra de Inhoahyba.

O grés apparece nas margens do ribeirão Ipanema e na cidade de Sorocaba, junto á ponte. Ao longo da estrada de Ferro Sorocabana ha varios córtes nessa rocha, onde muitas vezes encontram-se seixos de outras rochas mais duras e mais antigas, taes como granito, porphyro, diabase, etc. O grés é em geral molle e de facil trabalho, prestando-se perfeitamente para obras de alvenaria aperfeiçoada.

Os schistos podem ser divididos em duas categorias: schistos horizontaes e schistos antigos, muito perturbados, com camadas muito proximas da vertical. Os schistos horisontaes ou mui ligeiramente inclinados, dominam na parte do municipio comprehendida entre os ribeirões Itanguá e Ipanema. São verdes ou pardacentos muito fragmentados e produzindo por decomposição argilla vermelha e dura, onde cresce a vegetação propria dos campos e dos cerrados. Nestes schistos não se tem encontrado fosseis, mas não ha a menor duvida de que são mais modernos do que aquelles mais perturbados que predominam a E. do municipio.

Os schistos das proximidades da serra de São Francisco formam uma mancha, comprehendida por duas faixas do terreno granitico e calcareo, e são geralmente muito inclinados e perturbados e parece terem experimentado, por acção do contacto com os granitos, um certo metamorphismo. Estes schistos são duros, de côr roxeada ou cinzenta, intermeiados de veios quartzo leitoso, e orientados geralmente para N. 50° E., parallelos á serra de S. Francisco, em cujo sopé estão elles em camadas quasi verticaes. A linha ferrea Sorocabana corta esta zona de schistos desde o Passa Tres até além do tunnel de Piragibú, rasgado, como o do Inhoahyba, em rochas de quartzito, que ahi estão, segundo parece, em estratificação concordante com os schistos.

Não se tem encontrado fosseis nestas rochas, mas ha toda a probabilidade de pertencerem aos primeiros terrenos de origem sedimentar. As terras altas de aspecto arredondado, de encostas ingremes, despidas de vegetação arborescente, a que no municipio dá-se o nome de serra de Inhoahyba, são todas constituidas destes schistos antigos.

O calcareo é tambem encontrado em varios pontos na base da serra de S. Francisco, principalmente no Itupararanga; é uma rocha escura, amorpha, em estratificação concordante com os schistos e considerada boa para o fabrico da cal, como o demonstram as varias caieiras estabelecidas junto áquella serra, com resultados bastante lisonjeiros.

Não ha noticia de mineraes em condições de exploração dentro do municipio.

Agricultura. Grande parte do territorio do municipio, talvez dous terços de sua superficie, é um terreno de campo.

As encostas da serra de S. Francisco, ou valles e grotas que se estendem em suas proximidades, são, porém, cobertos de boas mattas, cuja área tem sido muito reduzida pelas constantes derrubadas.

Os campos mais geralmente com o caracter de *cerrados*, em vista da vegetação arborescente especial que alli cresce, dominam inteiramente a zona mais baixa do municipio, muito em concordancia com a natureza geologica do sólo. Extensos, bastante suppridos de agua, abundantes na vegetação de gramineas, convenientemente ensombrados estes campos, outr'ora tão afamados pelas grandes feiras de Sorocaba, são ainda hoje muito apropriados para a criação do gado vaccum e cavallar.

As mattas occupam todo o terreno granitico, e, embora destruidas em grande extensão, havendo bons trechos dellas no alto da serra de S. Francisco e no valle do rio Sorocaba, logo abaixo da serra.

Comquanto não sejam das mais ricas e densas do Estado, são abundantes de boas madeiras, como peroba, canella, oleo, cabiúna, etc.

A necessidade de boas terras para a lavoura tem provocado a destruição das mattas e sua subsequente substituição por *capueiras* ou mattas imprestaveis nas chamadas terras mortas ou cansadas.

Entre os rios Sorocaba e Piragy-mirim ou Passa-Tres, que desce da serra de Inhoahyba, o terreno está todo coberto desta vegetação rachitica, que substituiu as mattas já ha dilatados annos.

Descendo a serra, depois de passar o tunnel de Piragibú, a via ferrea corta, até á cidade de Sorocaba, uma grande extensão de terrenos, onde o sapé, a samambaia e a capueira imprestavel imprimem ao todo um quer que é de desolação, de pobreza e de esterilidade que impressiona o viajante.

Entretanto é de crer que a pequena lavoura, com melhor systema no roteamento do solo, consiga ainda e muito modificar o aspecto dessa boa porção do municipio.

Os principaes productos da lavoura do municipio são: canna de assucar, cereaes, algum algodão e pouco café.

Commercio e Industria. O municipio de Sorocaba, como quasi todos os dessa parte do Estado, experimenta os effeitos de uma crise lenta, como a que sóe trazer qualquer transformação radical na industria e nas relações commerciaes. Toda esta zona cresceu e desenvolveu-se sempre com a industria pastoril. Sorocaba foi o grande emporio desse ramo de actividade, sua influencia abrangia o Brazil inteiro e passava ainda além das fronteiras da Republica.

Desde que, porém, o centro de gravidade do commercio de S. Paulo se deslocou com o desenvolvimento das viasferreas por todo o Estado, passando a gyrar em esphera muito mais ampla, Sorocaba viu decahir dia a dia a importancia de suas feiras afamadas. Aquelle commercio activo e cosmopolita finou-se totalmente e o descredito da industria da criação começou a fazer-se sentir por meio de repetidos insuccessos.

Ensaiou-se então o cultivo do algodão, que em poucos annos tomou vulto no commercio; a canna de assucar passou a ser cultivada em maior escala; os cereaes attrahiram logo a população pobre aos trabalhos da pequena lavoura e uma nova vida despontou nessas paragens tão rudemente abaladas nos seus fundamentos de ordem economica.

Sorocaba actualmente se transformou em uma cidade fabril, os negocios commerciaes tomam outro gyro, as casas, reconstruidas em grande numero, mostram um despertar desusado e novo.

Tres fabricas de tecidos e uma de estamparia de chitas, bastante prosperas, cortumes, varias olarias, fabricas de chapéos, de calçado e diversas outras, são agora as melhores provas da nova feição economica do municipio.

Além do fabrico da cal, que já é negocio avultado, e do preparo de marmores, ensaia-se, com vantagem, na chacara do Dr. Nicoláo Vergueiro, a cultura da vinha e o fabrico do vinho, que já tem muita acceitação no mercado.

Entretanto o commercio de Sorocaba conserva ainda um ambito mais vasto do que lhe assignalam os limites do municipio; toda essa immensa região ao SO. do Estado, até ás fronteiras do Paraná, se abastece em Sorocaba, que é incontestavelmente a praça mais importante deste lado de S. Paulo.

Clima. O clima do municipio é geralmente saudavel e a cidade de Sorocaba, na altitude 550 metros, é com razão afamada.

A temperatura é ahi branda, na maior parte do anno, regulando por 21° centigrados na média.

Durante o verão a columna thermometrica attinge por vezes a 32° e 35° á sombra, e no inverno desce a 4° ou 5° e ás vezes menos, embora excepcionalmente.

Não ha aquellas variações bruscas de temperatura, tão frequentes na cidade de S. Paulo; o clima é egual, ameno e secco, sendo, por isso, procurado por quantos têm necessidade de convalescer de graves enfermidades. Comtudo, nas épocas de mudança de estação, reinam no municipio algumas febres de caracter typhico e outras oriundas do miasma palustre, sem que, todavia, apresentem a gravidade de forte endemia. Algumas pleurizias e outros molestias das vias respiratorias são tambem mais frequentes nessa época.

A febre amarella, importada de outros pontos do Estado, infeccionados pelo terrivel morbus, visitou Sorocaba, em 1897 e 1900, fazendo numerosas victimas.

Distancias. Dista a cidade de Sorocaba 111 kilometros da capital do Estado, 44 de S. Roque, 28 da Piedade e 26 do Campo Largo, 99 de Itú, 11 de Itapetininga, 73 de Tatuhy, 75 do Tieté, 199 de Botucatú, 234 de S. Manoel, 276 de Avaré, 310 de Cerqueira Cezar, 160 de Jundiahy e de Capivary, 206 de Piracicaba, 266 de S. Pedro e 230 do porto João Alfredo.

SORoroca. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Bragança. Essa ilha com as denominadas Baixa e do Meio, ficam nos campos de Quatipurú, entre os igarapés Pery e Tamatá.

SOTURNO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio S. Lourenço, trib. do Juquiá.

SOURE. Villa do Ceará. Accrescente-se no fim: Foi supprimido o mun. pela Lei n. 501 de 31 de outubro de 1898.

STOKLIN. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

SUAM. Corr. *çoõ-am*, a columna ou espinha do animal, a columna vertebral; alt. *suã*, *soan*; S. Paulo, Minas (Dr. Theodoro Sampaio).

SUASSÚ. Corrupção de *çoó-áçú*, o animal grande, a caça mais avultada; o veado ou cervo; alt. *suaçú*, *guaçú*, *sussú assú* (Dr. Theodoro Sampaio).

SUASSUBIRÁ. Corrupção de *çoóaçú-berá*, o veado lustroso ou luzidio; corrupção de *çooaçú-pirá*, veado vermelho; alt. *birá*, *virá* (Dr. Theodoro Sampaio).

SUASSUHY. Corrupção de *çooaçú-y*, rio dos veados; Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio).

SUASSUMÉ. Corrupção de *çooaçú-mé*, veado introduzido, ou importado, a cabra (Dr. Theodoro Sampaio).

SUBAHÉ. Corrupção de *çó-baé*, o que é partido ou dividido; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

SUBAHUMA-MIRIM. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Alagoinhas. Nasce na serra da Chan e desagua no rio Subahuma.

SUCURIHY. Corruptela de *çuu-ury-y*, rio do sucury (Dr. Theodoro Sampaio).

SUCURIÚ. Corrupção de *sucuri* ou *cuúcu-ri-y*, rio do sucuri (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Sucury*.

SUCURIUBA. Composto de *çuñ-curi-yuba*, a serpente amarella ou de escamas amarelladas (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Sucury*.

SUCURY. Corrupção de *çuñ-curi*, o que morde ligeiro o que atira o bote apressado; serpente aquatica, *Boa aquatica* ou *Eunectes murinus*; alt. *socori*, *sucuriú*, *sucuriuba*, *sucuruyú* (Dr. Theodoro Sampaio). « Não tem relação alguma com a grande cobra aquatica que traz esse nome, *Sucury* é corruptela de *Çú-cury*, velocidade, altos e baixos. De *çú*, altos e baixos; *cury*, velocidade, presteza, pressa. » (Dr. J. M. de Almeida). O Dr. Lacerda e Almeida, no seu *Diario de viagem nos annos de 1780 a 1790*, refere-se a um ribeirão Sucury, affl. do Tieté, em seguida á corredeira Aracanguá-guassú. E então explica assim o nome: « ... por causa de uma cobra deste nome de extraordinaria grandeza... Escravos que vinham em comitiva, julgando ser um tronco, quizeram-lhe deitar fogo para se aquentarem a elle por toda a noite; com o calôr se moveu o supposto tronco e cheios de admiração todos se tiraram do engano em que estavam ».

SUCURY. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Grande, no mun. de Santa Rita do Paraiso.

SUCURY. Corredeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo.

SUINDARA. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Mogy das Cruzes. E' tambem denominado morro do Collegio.

SUISSO. Ribeirão do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Santo Antonio de Padua e desagua na margem dir. do rio Pomba.

SUISSOS. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Santo Antonio de Padua.

SUJO. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e desagua no rio Uruguay.

SUMAUMA. Ilha no rio Gurupy, 5,15 kils. abaixo da pov. de Gurupy (Dr. G. Dodt).

SUMAUMA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Sant'Anna, no mun. de Afuá.

SUMAUMA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua pelo lado do Pará. Não é propriamente um affl., mas um braço lateral cheio d'agua salgada pelo fluxo e refluxo da maré (Dr. G. Dodt).

SUMÉ. Nome de um personagem mysterioso que appareceu entre os selvagens e lhes ensinou a cultivar a terra, e lhes ensinou o bem. Esse vocabulo é alteração de *Zomé, Tomé, Zumã*.

SUPIRIRY. Corruptela de *Çú-pyryry*, veloz, altos e baixos. De *çú*, altos e baixos; *pyryry*, ligeiro, veloz (Dr. J. M. de Almeida).

SUPY. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves.

SURUBIM. Corrupção de *çurú-bi*, pelle lisa, nome commum dos peixes de couro ou pelle; corrupção de *jurú-bi*, boca fechada (Dr. Theodoro Sampaio).

SURUBIÚ. Vocabulo tupi corruptela de *çurubi-y*, que significa — rio do surubim.

SURUHY. Rio que deslisa, ou agua corrente; corrupção de *çurú-y*.

SUSSUAPARA. Corrupção de *çoaçú-apara*, veado de galhos, ou o cervo galheiro. Vide *Suassú*. (Dr. Theodoro Sampaio).

SUSSUAPITÃ. Corrupção de *çoaçú-pitan*, o veado vermelho; o mesmo *çoaçú-pirã*, ou *pitanga* (Dr. Theodoro Sampaio).

SUSSUARANA. Corrupção de *çoaçú-arana*, o que se assemelha a veado, o que tem côr de veado; nome de uma especie de onça de pelle parda (*Felis concolor*). Dr. Theodoro Sampaio.

SUSSUASSÚ. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Potribú, trib do Tieté.

SUSSUHY. Corrupção de *çoaçú-y*, rio dos veados. Vide *Suassuhy*.

T

TABA (Substantivo). A aldeia, o povoado, o arraial; no tupi-guarany *taba*, no tupi do Amazonas *táua*; alterado de *táuba, táua*; na composição dos vocabulos, ora é *tag*, ora *tap*, como nos nomes *taguéra, tapéra*. « As construcções do gentio, diz o Dr. Theodoro Sampaio, eram toscas e rudimentares, como as de um povo na infancia social. As suas casas, *oka*, muitas vezes de vastas proporções, e cobertas de folhas de sapê ou palma, e fechadas com estacas, tinham capacidade para muitas familias, *okpe-guara*. Dispostas em torno de uma praça ou terreno rectangular, *okára*, e externamente envolvidas por uma estacada ou, ás vezes, por uma trincheira de folhagem ou feita de tranqueiras retiradas das queimadas, *caiçara*, constituiam a aldeia—*taba* ou *táua*. Entraram estes nomes em larga copia na geographia nacional, concorrendo para a denominação dos logares, como, por exemplo: *Tupana-roka*, casa de Deus ou Egreja; *Itaoka*, casa de pedra; *Oka-una*, casa negra; *Oka-morotim* ou *Oka-tim*, casa branca; *Burikí-oka*, paradeiro dos macacos; *Merú-oka*, paradeiro das moscas; *Tyyy-oka*, paradeiro das espumas, pelas muitas que se encontram naquella ponta de terra firme á entrada do Pará. No territorio do Rio de Janeiro se encontram ainda os nomes *Ocaruçú* (*Ocara-oçú*), praça ou territorio grande applicado á ponta ou cabo proximo da cidade de Paraty; *Itá-okara*, terreiro de pedra. Na Bahia encontram-se os nomes *Tapagype* (*Taba-gy-pe*), que se traduz—no rio da aldeia; *Tapéra*, equivalente a *Taba-oéra*, aldeia velha ou em ruina; *Taperoá* ou *Taperaguá*, valle da aldeia velha. Em S. Paulo distingue-se o nome *Taubaté*, corruptela de *Tabaeté*, aldeia consideravel ou villa; *Tabatingoéra*, alteração de *Tabatagoera*, equivalente a *Taba-oéra*, aldeia velha, recordando o sitio onde outr'ora existiu uma aldeia de Guayanãs, dentro dos muros da villa de Piratininga... Aos moradores da aldeia denominavam-se *Taba-yára*; aos da cidade *mairyára*, cidadão; aos de aldeia differente *Tabaré*, donde, sem duvida, procede o nome *tabaréo*, usado entre os bahianos para designar um homem rustico ou matuto ».

TABAGY. Composto de *taba-gy*, rio da aldeia (Dr. Theodoro Sampaio).

TABAGYPE. Corrupção de *taba-gy-pe*, no rio da aldeia (Dr. Theodoro Sampaio).

TABAJARAS. Corrupção de *taba-yara*, os aldeões, os moradores das aldêas; os senhores dos povoados. Vide *Tabayara* (Dr. Theodoro Sampaio).

TABANGA. Corrupção de *itá-bang*, pedra virada, pedra retorcida; corrupção de *taba-anga*, aldêa ou morada das almas; Sergipe (Dr. Theodoro Sampaio).

TABAQUIARA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão da Cachoeirinha, trib. do Atibainha.

TABARANA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Jaboticabal, nas divisas do mun. de S. Sebastião do Turvo.

TABARÉO. Adjectivo derivado de *taba*, o habitante da aldêa; corruptela de *taba-ré*, aldêa differente; aquelle que é de outra aldêa; Bahia; o homem do matto, o camponio (Dr. Theodoro Sampaio.)

TABATINGA. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Cametá. Esta palavra compõe-se de *taba-tinga*, aldeia branca; corrupção de *tauá-tinga*, barro branco.

TABATINGUERA. Composto de *taba-tin-guéra*, o barreiro de outr'ora, onde foi o barro branco; corruptela de *taba-ta-guera*, aldêa de outr'ora, povoado extincto; corrupção de *taba-tingoera*, aldêa alvissima; S. Paulo. Vide *Tin*. (Dr. Theodoro Sampaio).

TABAYARA. Vide *Tabajara*.

TABOA. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Porto Feliz e desagua na margem esq. do rio Tieté, proximo á cachoeira Canguera-guaçú.

TABÔA. Lago do Estado do Maranhão, a 30 kils. da villa da Tutoya. Descrevendo-o, assim se expressa o Dr. Justo Jansen Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*: « Este lago, que é assim chamado por causa de um vegetal, ahi abundante e conhecido por esse nome, realizou um phenomeno interessante que se torna digno de menção. Eil-o: Este lago, com cerca de 18 kils. de extensão, e cuja profundidade vai até oito braças, recebe as aguas dos rios da Fome e Carrapato e desaguava no rio das Preguiças pelo rio Correnteza; seccando este, em 1872, as aguas do Tabôa abriram outro rio, em direcção opposta áquelle, procurando o leito do rio Tatú, onde se lançam até hoje formando o rio Novo, acertadamente assim chamado. E' este rio ainda curioso ou notavel por apresentar, em consequencia de escavações devidas á sua correnteza, uma serie de cachoeiras constituidas por immensos troncos de arvores, que, é de crer, alli existissem soterrados, visto como, antes de 1872, esse terreno era campo de criar. Antes da formação deste rio, tambem se encontravam, nas adjacencias do lago, grandes depositos de pedra hume, de que só se serviam os habs. para o cortume, industria que ahi podia ter attingido a grandes proporções, pois que, a essa vantagem, accrescia a de ser abundante, nas suas immediações e desde epocas remotas, a criação de gado vaccum e lanigero ».

TABOÃO. Log. do Estado de Minas Geraes, no mun. da Campanha, a tres kils. da cidade deste nome.

TABOÃO. Ribeirão affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. da Piedade e Estado de S. Paulo. « *Taboão*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ta-puã*, empinado. De *t*, relativo; *apuã*, levantar, empinar ».

TABOÃO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Paratahy ou Paratehy, trib. do Jaguary, que o é do Parahyba do Sul.

TABOÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Aricanduva, no mun da capital.

TABOÃO. Ribeirão do Estado de S. Paulo; desagua na margem dir. do rio Jaguary, trib. do Parahyba do Sul.

TABOÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Baquiruvú-guassú, trib. do Tieté.

TABOÃO. Cabeceira, com o ribeirão Mosquito, do ribeirão Jacarehy, no mun. de Santo Antonio da Cachoeira e Estado de S. Paulo.

TABOÃO. Corrego affl. da margem dir. do ribeirão Potribú, no mun. de S. Roque e Estado de S. Paulo.

TABOÃO. Rio affl. da margem esq. do Parahyba, no mun. de Mogy das Cruzes e Estado de S. Paulo (Dr. J. M. de Almeida).

TABOÃO. Affl. do ribeirão Tapuxinga pela margem esq., no mun. de Bragança e Estado de S. Paulo. E' o mesmo Lavapés que banha a cidade de Bragança; em sua cabeceira é Taboão.

TABOÃO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e corre para o rio Sapucahymirim.

TABOÃO DO RETIRO. Log. do Estado do Paraná, no mun. de S. José dos Pinhaes.

TABÔAS. Igarapé do Estado do Pará, no dist. de Guajará-miry, antigo Bôa Vista.

TABOCA. Composto de *tá-boc* ou *tá-bog*, haste furada, tronco ouco, haste fendida; graminea conhecida; alt. *tapoca, taóca, taô* (*Arundo, Bambusa*). Dr. Theodoro Sampaio.

TABOCÁ. Corrego do Estado de Goyaz, affl. do ribeirão Gonçalves, no mun. de Antas.

TABOCAL. Pov. do Estado do Amazonas. E' a séde do mun. de Urucurituba a quem a Lei municipal n. 38 de 18 de julho de 1901 deu a denominação de Silverio Nery.

TABOCAS. Log. do Estado da Bahia, na com. de Ilhéos.

TABOLEIRINHO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

TABOLEIRO. Arraial do Estado de Serpipe, no termo de Maroim (*Almanak Sergipano*, 1901).

TABOLEIRO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quiteria.

TABOLEIRO GRANDE. Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Taboleiro, na linguagem sertaneja, significa *cerrado*. O cerradão, em que está o arraial, se chamava Taboleiro Grande e esse ficou sendo o nome da pov. E' tradição que uma onça deu origem ao arraial; que no fim do seculo XVIII, Brasil colonia, o capitão Marques, militar portuguez, donatario da sesmaria, em que está o dist., vendo-se, em uma caçada, accommettido por uma onça, apegou-se á Nossa Senhora, promettendo-lhe erigir uma capella em suas terras, o que cumpriu. Deu á capella os cerrados vertentes e mais de 200 alqueires de 100×100 braças quadradas. A capella á beira da então estrada real do sertão foi o principio do arraial. Foi a pov. crescendo até que, em 1872, foi inaugurada a Fabrica de fiação e tecidos do Cedro, a dous kils. do arraial. O dist. tem a área de 40 leguas quadradas, Matriz, quatro cemiterios, sete capellas, cinco das quaes em pequenos povs., mattas uberrimas, vastas e excellentes campinas, ribeirões, corregos, burytisaes, lagôas, industrias pastoril, e agricola, principalmente a do algodão. A lavra da Ponta do mais puro crystal de rocha, nibreiras, caieiras, olarias, quatro engenhos de serra, 33 de canna, sendo 12 de ferro e 21 de páo, bons cafesaes, porém abandonados. A pop. do dist. é de 15.000 habs. e do arraial 2.200. Dista 18 kils. da estação de Silva Xavier, na E. de F. Central do Brasil. O arraial tem de comprimento nove kils. e seis de largura; 288 casas de telha e numero talvez maior de casas de capim. A Matriz é um templo regular; tem tres altares: o de N. S. do Carmo, padroeira, o de S. Sebastião e o do Sagrado Coração de Jesus; duas torres em uma das quaes fica um relogio. O commercio, que não é animado, tem seis casas de negocio maiores, diversas menores, vendas e tavernas, pharmacia, hotel, padarias, etc. Pertencente ao dist. fica a Fabrica de Cedro, séde da Companhia Cedro e Cachoeira, que tem tres fabricas: Cedro, Curvello e S. Vicente. A pov. tem 131 casas de telha, afóra as de capim e 880 habs., quasi todos operarios da fabrica.

TABOQUINHA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de Larangeiras (*Almanak Sergipano*. 1901).

TABOQUINHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. do Curvello e desagua na margem dir. do rio Bicudo.

TABOQUINHA. Arroio do Estado de Matto Grosso, no dist. do Caracol e mun. de Miranda.

TABÚA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de S. Christovão. Ha um outro arraial do mesmo nome no mun. do Riachuelo (*Almanak Sergipano*. 1901).

TABUNA. Serra no mun. de Cajurú e Estado de São Paulo. « *Tabuna*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Ytá-ibũ̃-na*, morro ôco. De *ytá*, pedra, morro, monte; *ibũ̃*, ser ôco, concavo, cavernoso, gretado, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. *O yi* tem pronuncia guttural; d'ahi o som de *ũ* formando a palavra *Ytá-ibũ̃-na*. Allusivo a ser cavernoso, com grutas. Em *ytá*, significando morro, monte, usam fazer a aphéresis do *y* inicial ».

TABYRA. Corrupção de *ita-bir*, penha empinada ou erguida; corrupção *tapira*, a anta (Dr. Theodoro Sampaio).

TACAITÉ. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. de Caruarú.

TACANHUNAS. Corrupção de *tacã-una*, o cacete, ou porrete negro; nome de uma tribu selvagem do Tocantins (Dr. Theodoro Sampaio).

TACANIÇA. Rio do Estado do Paraná. Suas cabeceiras ficam a 36k,700 da cidade de Curityba. Deve de ser atravessado pela E. de F. de Curityba á Rocinha e deste ultimo ponto á Assunguy de Cima. Recebe o Capirú e o Rocinha.

TACARATÚ. Composto de *tacará-tũ*, o pellado escuro; o que tem encostas ou cahidas calvas ou pelladas; Pernambuco (Dr. T. Sampaio).

TACHINHO. Morro no serrote da ilha S. Vicente, no Estado de S. Paulo. Ha nelle uma cachoeira que desagua para as duas encostas, a do mar e a do caminho entre as cidades de Santos e de S. Vicente. « *Tachinho*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Tachỹ*, escorregadio. De *t*, relativo; *achỹ*, o mesmo que *cy*, escorregadio, resvaladio, lubrico ».

TACHOS. Serra do Estado de Matto Grosso, no dist. da Chapada e mun. da capital.

TACOARA. Composto de *tá-coára*, haste furada ou com buracos. Vide *Taquara* e *Taboca*.

TACOATIVA. Corr. *tacoá-tyba*, o taquaral ou as taquaras em abundancia (Dr. T. Sampaio).

TACUNAS. Corr. *tacó-una*, quadril negro, ou o povo selvagem que trazia tintos de negro os quadris; Amazonas (Dr. T. Sampaio).

TADARIMANA. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do S. Lourenço, no mun. da capital.

TAGANO. Ponta NE. do monte Moreno, na entrada da bahia da Victoria, capital do Estado do E. Santo. A ¼ de milha dessa ponta fica o recife da Baleia que arrebenta e está balisado.

TAGUÁ. Corr. *itá-guaba*, pedra ou argilla de comer, barreiro; alt. *taguaba*, *taguá*, *tauá*. Vide *Itaguaba*; corr. *itá-guá*, pedra ou argilla variegada, de côres diversas (Dr. T. Sampaio).

TAGUAHY. Composto de *taguá-y*, rio do barreiro ou do tauá. Vide *Itaguahy*.

TAGYPURÚ. Braço de rio que se agita, ou rumoreja; composto de *tagy-purú*.

TAHY. O mesmo que *tagy*, braço ou galho de rio, furo, canal (Dr. Theodoro Sampaio).

TAIASSÚPÉBA. Corruptela de *Tayuá-húú-pé-bae*, plano, alagadiço, pegajoso. De *t*, relativo; *ayuá*, pegajoso, limo, lodo; *húú*, atolar em lodo, borra, fezes, detritos, etc.; *pé*, ser plano, chato, com a particula *bae* (breve), para dar a forma de participio. Allusivo a ser quasi parado, e pantanoso. Com effeito é pegajosa a lama que esse ribeirão forma em seus alagadiços; e não tem declive algum notavel o seu curso. Não se trata de porco-chato, *tayaçú-pé-bae*; o ribeirão nada tem com porcos, a não ser que, por alagadiço, esses animaes o apreciariam para revolverem-se no lodo (Dr. J. M. de Almeida). Vide *Taiassupeva*.

TAIASSUPEVA-MIRIM. Rio de S. Paulo. Em logar de — affl. do Tieté — leia-se — affl. do Taiassupeva, que o é da margem esq. do Tieté. Recebe o corrego Itrapuá reunido ao corrego Itahim.

TAIOBA. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Manso, que o é do Jequitinhonha.

TAIPAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. da capital e desagua no rio Tieté.

TAIPINHA. Log. no mun. da capital do Estado de Matto Grosso.

TAIQUI. Igarapé do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

TAJAÇÚ. Arroio do Estado do R. G. do Sul, banha o mun. de Uruguayana e faz barra no Pindahy, trib. do Touro-Passo.

TAJAHY. Corr. *tayá-y*, rio dos tayás, ou tajás (*Aroideas*), uma planta tuberosa, cultivada hoje com o nome tayoba (*Caladium esculentum*); alt. *itajahy*; Santa Catharina (Dr. Theodoro Sampaio).

TAJAUHY. Rio do Estado do Pará, affl. da margem esq. do rio Araguary. Banha o territorio do Ariscary.

TAMANCÃO. Riacho do Estado do Maranhão, banha a villa da Tutoya e desagua no rio deste nome.

TAMANDARÉ. Corr. *tamanduar-é*, o que se assemelha ao tamanduá, o que sobe ás arvores como o tamanduá, o que faz papel de tamanduá; nome do Noé dos selvagens na sua lenda do diluvio; Pernambuco. (Dr. Theodoro Sampaio).

TAMANDUÁ. Rio affl. da margem dir. do ribeirão Banharão, no mun. de S. Manoel do Paraiso e Estado de S. Paulo.

TAMANDUÁ. Ribeirão affl. da margem dir. do rio Paranapanema, no mun. do Rio Novo e Estado de S. Paulo.

TAMANDUÁ. Dous affls. da margem dir. do rio Mogy-guassú, no mun. de S. Simão e Estado de S. Paulo. O menor é Tamandussinho.

TAMANDUÁ. Corrego do Estado de Minas Geraes, na com. de Uberabinha.

TAMANDUÁ. Cachoeira no rio Paranapanema, acima do Salto Grande, no Estado de S. Paulo.

TAMANDUATEHY, ant. *Tamanduatahy*. Composto de *tamanduá-tahy*, braço ou galho de rio do tamanduá; corr. *tamanduá-têi-y*, rio do tamanduá grande; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). *Tamanduatehy*, corruptela de *T-amã-ndateí*, muitos rodeios. De *t*, relativo; *amã*, rodeio, volta; *ndateí*, muitos (Dr. J. M. de Almeida).

TAMAQUARÉ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Anajás.

TAMBAHÚ. Corr. *tambá-y*, rio das conchas ou dos mariscos; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Tambahy*.

TAMBAHÚ. Corrego affl. do ribeirão Tremembé, pela margem dir., no mun. da capital do Estado de S. Paulo. E' o mesmo significado do nome *Tambahy*.

« TAMBAHY. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Pardo, no mun. de Casa Branca. "*Tambahy*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-ã-mb-yi*, concavo e empinado. De *t*, relativo; *ã*, empinar; *mb*, particula de intercalação nasal; *yi*, concavo, óco, abertura, seio. O nome é pronunciado como *Tambahá*. Já li *Tombahú*. Allusivo a ter ingreme o leito, e a correr apertado entre montes. De facto, este ribeirão corta a serra *Quebra-cuia* ».

TAMBARÉ-PIRACÁ. Cachoeira no rio Tieté, entre os muns. do Parnahyba e de S. Paulo, no Estado deste nome. Ha ahi proximo um porto para communicação dos moradores de uma e de outra margem do rio. « *Tambaré-piracá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-ambara-hê-pi-rá-aqûá*, sahida empinada. De *t*, relativo; *ambara*, participio do verbo *ã*, empinar, em pé; *hê*, sahida; *pi*, fundo, centro; *rá*, desigual, não nivelado; *aqûá*, esquinar. Allusivo a ser uma cachoeira empinada e esquinada, acabando em um dique, sobre o qual saltam as aguas para seguirem o seu curso. Este dique granitico, que atravessa o rio de uma a outra margem, é de pouca altura ou de pequeno desnivelamento ».

TAMBORIL. Arvore de que o gentio fazia canôas; corr. *tamburi* ou *tambui*. A melhor orthographia é *tamburil*.

TAMETARY. Corr. *itametar-y*, rio do ornato de pedra, ou do botoque de pedra. Vide *Itametara* (Dr. Theodoro Sampaio).

TANGARÁ. Corr. *atá-cará*, o que anda em volta, ou aos saltos, o que dansa aos saltos; o pulador; nome de uma ave do genero *Tanagra*, (Dr. Theodoro Sampaio).

TANGARÁ. Rio do Estado do Pará, banha o mun. de Muaná e desagua no rio Anabijú.

TANGIL. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. de Viçosa.

TANHAÇÚ. Corr. *tanha-açú*, o dente grande; nome commum no tupi para designar o porco montez; alt. *tayaçú* (Dr. Theodoro Sampaio).

TANQUE. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Carmo e mun. de Itabira, sobre o rio do seu nome.

TANQUE DO ACAHY. Lagôa do Estado de Pernambuco, no dist. do Poção e mun. de Cimbres.

TANQUE DO PAULISTA. Ponto mais elevado da E. de F. do Prolongamento da Bahia ao S. Francisco, no Estado da Bahia. Fica no kil. 355,993 de Alagoinhas ou no kil. 478,417 distante da cidade do Salvador, a 683m,300 de altitude. Constitue o *divortium aquarum* das aguas que vertem para o S. Francisco das que vertem para o Itapecurú. E' tambem denominado *Tanque de Terra*.

TANQUE FURADO. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e desagua na margem dir. do ribeirão Cerrado.

TANQUE GRANDE. Lagôa do Estado de Minas Geraes, no alto da serra da Formiga, a 18 kils. da cidade de Ubá.

TAPAIUNA. Igarapé no mun. da capital do Estado do Amazonas.

TAPAIUNA-QUARA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt. *Relatorio*).

TAPAJÓS, ant. *Tapayó*. Corr. *taba-yó*, procedente das aldêas, vindo das povoações; nome de uma tribu selvagem donde procede o do grande rio affl. do Amazonas (Dr. T. Sampaio).

TAPANHUÃ. Rio affl. da margem esq. do rio Parahyba, entre os muns. de Santa Isabel, Jacarehy e S. José dos Campos, aos quaes, em parte, serve de divisa. Nasce na Mantiqueira. Outros escrevem Tapanhon, Tapanhoã e Tapinhoã. « *Tapinhoã* ou *T-a-pi-nho-ã*, empinado e ladeador. De *t*, relativo; *api*, ladear; *nho*, reciproco; *ã*, empinar. Allusivo a ser muito sinuoso, ladeando morros, em leito ingreme » (Dr. J. M. de Almeida).

TAPANHUNACANGA. Composto de *tapuy-úna-acanga*, a cabeça do negro; Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio). Em Minas diz-se *Tapanhuacanga* ou *Tapanhoacanga*.

TAPA-PIPA. Log. do Districto Federal, no dist. de Guaratiba.

TAPEÇAÇÚ. Corr. *tab-peçaçú*, aldêa nova; *corr. tapéçaçú*, lagesinha ou laginha (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPECINGA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Mogy das Cruzes e desagua no rio Tieté. Serve de divisa ao dist. de Biritiba.

TAPEMIRIM. Corr. *itapé-mirim*, lageadinho, a lage pequena. Vide *Itapeba*; corr. *tapé-mirim*, *tapé=apé*, caminho, *mirim*, pequeno, estreito, caminho estreito, trilho, vereda; corr. *tapé-mirim*, a ruina pequena, ou taperinha (Dr. T. Sampaio).

TAPERA. Corr. *tab-éra*, aldêa extincta, ruina, povoação de outr'ora; alt. *taguera* (Dr. T. Sampaio). « *Taper-a*, logar que foi povoado e está abandonado; impropriamente applicado a terreno outr'ora cultivado e ora coberto de matto fino, que era e é *tigûéra*, logar largado, não perseverado, deixado, acabado » (Dr. J. M. de Almeida).

TAPERA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Lagarto. Ha um outro arraial do mesmo nome no mun. de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

TAPERA. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Porto Bello, com escola.

TAPERA. Igarapé no mun. da capital do Estado do Pará.

TAPERA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem esq. do rio do Collegio, no mun. de S. Fidelis.

TAPERA DE JOÃO CONFUCIO. Log. do Estado de Matto Grosso, á margem esq. do corrego S. Manoel, no dist. da Chapada.

TAPERA DE JOÃO PEREIRA. Log. do Estado de Goyaz, no dist. de S. José de Mossamedes.

TAPERA GRANDE. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

TAPERA GRANDE. Serra entre os muns. de Mogy das Cruzes, de Conceição dos Guarulhos e de Nazareth, no Estado de S. Paulo. Fica a O. da serra Itaberaba (penha que brilha), porém muito menos elevada.

TAPERA GRANDE. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Piragibú, que o é do Sorocaba.

TAPEREBÁ. Furo no Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Urucú.

TAPEROÁ. Composto de *taper-oá*, ruina que se conserva em pé; ruina levantada; corr. *tapera-guá*, valle da ruina; nome de uma arvore de matto virgem; corr. *tapir-uá*, a espinha d'anta (Dr. T. Sampaio).

TAPEROÁ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Siriry (*Almanak Sergipano*. 1901).

TAPEROVIRA. Serra mencionada no titulo de sesmaria de Pedro de Góes de 10 de outubro de 1532: « ... a serra de *Taperovira* que está da banda d'onde nasce o sol, com aguas vertentes com o rio *Jarabatyba*, o qual rio e terras, estão defronte da ilha de S. Vicente, d'onde chamam *Gohayó*... » O nome *Jarabatyba* é o mesmo *Gerybatyba*. « *Taperovira*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-apirperovira*, ponta alta. De *t*, relativo; *apir*, ponta; *o*, reciproco; *bir*, altear, levantar, elevar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. » Quer pela descripção supra, quer pelo significado, é o mesmo *Tapuribetera*.

TAPES. Corr. *tab*, aldêa, povoação; corr. *ta-pe*, nas aldêas, nos povoados; nome de uma nação selvagem do R. G. do Sul (Dr. T. Sampaio).

TAPES. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Dores de Camaquan, com escola.

TAPESSERICA. Riacho do Estado de Pernambuco, rega o mun. de S. Lourenço e desagua no rio Capibaribe (S. V. Galvão. *Dicc.* cit.).

TAPINHÃO. Log. do Rio de Janeiro. Em logar de Tapinhão, leia-se Tapinhoã.

TAPIOCABA. Log. do Estado do Pará, no mun. de Acará.

TAPIPUAL. Cachoeira no rio Mogy-Guassú, no Estado de S. Paulo. « *Tapipual*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-apipi-ai*, muito apertada. De *t*, relativo; *apipi*, apertar; *ai*, para exprimir excesso. Allusivo a estreitar-se ahi muito o rio ».

TAPIRA. Subs., a anta (*Tapirus americanus*); alt. *tapir*, no tp. gr. *tapii*; *tapiira*, o boi ou a vacca, tambem denominados — *tapira-cobayguara* (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPIRAHY. Composto de *tapira-y*, rio das antas (Dr. T. Sampaio.)

TAPIRANGA. Composto de *tá-piranga*, plumagem vermelha, pennas rubras, nome da ave tambem conhecida por tié-sangue (*Tanagra brasilia*). Dr. Theodoro Sampaio.

TAPIRAPÉ. Composto de *tapir-apé*, vereda das antas; Goyaz (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPIRAPUAN. Composto de *tapira-puã*, a anta roliça ou gorda (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPIRAPUAN. Rio de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Desagua no Itanguá, affl. do Arassuahy. Tambem escrevem *Taypirapuan*.

TAPIRASSÁ. Riacho do Estado de Pernambuco, affl. do Carassú, que o é do rio Una, no mun. de Barreiros.

TAPIREMA. E' a mesma praia Peruibe, no Estado de S. Paulo. « *Tapirema*, corruptela de *T-apir-eîym-a*, sem fim. De *t*, relativo; *apir*, principio e fim da cousa; *eîym*, par-

ticula de negação, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. » (Dr. J. M. de Almeida). « *Tapirema*, composto de *tapir-eîi*, a manada de antas; corr. *tapir-êma*, a anta fetida ou catinguenta; corr. *tapir-eima*, falto de antas, logar onde não ha desses animaes. » (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPITANGA. O mesmo que *tapi-ranga*, plumas vermelhas; corr. *itá-pitanga*, pedra vermelha (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPORANDÉ. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Maragogipe, á margem dir. do rio Paraguassú. Seu cimo tem a forma de uma sella de vaqueiro.

TAPUIA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Amaragy e desagua na margem esq. do rio deste nome.

TAPUIO. Igarapé do Estado do Maranhão, affl. do Jacaré, que o é do rio Peritoró. Recebe o Batoque e banha o mun. de Itapecurú-mirim.

TAPUITAPERA. Igarapé do Estado do Maranhão, divide a villa do Mearim em dous bairros: Alto ou da Matriz e Baixo ou Tapuitapera, ligados por uma ponte de madeira.

TAPUITIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua pelo lado do Pará (Dr. G. Dodt).

TAPUME. Corrego do Estado de S. Paulo, na com. de Jaboticabal.

TAPURIBETÉRA. Serra mencionada no instrumento de posse da sesmaria de Pedro de Goes, de 15 de outubro de 1532, servindo de testemunhas João Ramalho e Antonio Rodrigues: « ... a serra *Tapuribetera* que está da banda d'onde nasce o sol, aguas vertentes com o rio de *Gerybatyba*, o qual rio e terras estão defronte da ilha de S. Vicente... ». Vide *Taperovira*. « *Tapuribetera*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-apir-ibaté-rõ*, ponta alta. De *t*, relativo; *apir*, ponta; *ibaté*, alto, elevado; *rõ*, por-se, estar. Allusivo a ser uma serra com pico alto. E' a mesma serra que traz indevidamente o nome *Jurubatuba*, por obra e arte dos portuguezes. O nome *Jurubatuba* é por causa de nascer nessa serra o rio *Gerybatyba*. Não podendo reter o nome *T-apir-ibaté-rõ*, denominaram a serra com o nome do rio, e ainda assim estragado em *Jurubatuba* ».

TAPUYRAMA. O mesmo que *tapuy-retama*, a região dos barbaros ou dos tapuyas (Dr. Theodoro Sampaio).

TAPUYTAPERA. Composto de *tapuy-tapera*, ruina do gentio; Maranhão (Dr. Theodoro Sampaio).

TAQUACETUBA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Grande ou Jurubatuba. Recebe o Curucutú e o Vermelho.

TAQUAMVIRA. Assim escreve o Dr. J. M. de Almeida o nome do rio Taquarovira, affl. do Ribeira de Iguape, no Estado de S. Paulo. « *Taquamvira*, diz ainda o Dr. João Mendes, corruptela de *T-acang-mbira*, o seccado. De *t*, relativo; *acang*, seccar, enxugar, que, por ter som nasal, faz mudar *pira*, particula passiva, em *mbira*. Allusivo a ficar secco, quando não ha chuvas. Já li escripto o nome deste ribeirão *Taquanrovira*, que é a mesma corruptela ».

TAQUANDIUA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Gurupy (Dr. G. Dodt.).

TAQUANDUVA. Praia na ilha de S. Sebastião e Estado de S. Paulo. Vide *Itaquantuba*. Tambem escrevem *Taquanduba*.

TAQUANROVIRA. Assim escreve o Dr. J. M. de Almeida o nome do ribeirão *Taquarovira*, no Estado de S. Paulo. Vide *Taquamvira*.

TAQUAQUICÉ. Composto de *taquá-quicé*, taquara-faca, ou laminas; especie de bambú que se emprega no tecido das peneiras ou cestas finas e delicadas; canna silvestre (*Bambusa*); alt. *taóquicé*, *tacoaquicé* (Dr. T. Sampaio).

TAQUAQUICETUBA. Corr. *taqua-quicé-tyba*, taquaral de taquaquicés; alt. *Itaquaquicetuba*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

TAQUARA. Pov. do Estado do Ceará, em Porangaba.

TAQUARA. Corrego do Estado de S. Paulo, nas divisas do dist. do Rincão. Vai para o ribeirão do Rancho Queimado, trib. do rio Mogy-guassú.

TAQUARAL. Ribeirão do Estado de S. Paulo. Vai para o Pirapitinguy, affl. do rio Tieté.

TAQUARAL. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Ouro Preto e desagua na margem esq. do rio Funil.

TAQUARAL. Ribeirão do Estado de Matto Grosso, banha o mun. da capital e desagua no rio Araguaya.

TAQUARAL. Rio do Estado de Matto Grosso, affl. do Nabileque, no mun. de Corumbá.

TAQUARAL. Corrego do Estado de Matto Grosso, affl. do rio Dourados, no mun. de Nioac.

TAQUARANTAN. Corruptela de *T-águâ-ára-atã*, contrahido em *T-áqu'-ar'-atã*, corre estirado. De *t*, relativo; *águâ*, correr, levado ao participio pela particula *ára*, que exprime acção de agente; *atã*, estirado, teso, direito. Allusivo a correr muito, e sem voltas, mas em linha recta (Dr. J. M. de Almeida).

TAQUARA PRETA. Rio do Estado de Minas Geraes, affl. do Lontra, que o é do Pomba, no mun. deste nome.

TAQUARARIRA. Morro mencionado no titulo de sesmaria de Pedro de Góes de 10 de outubro de 1532, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. *Taquararira*, corruptela de *T-águâ-ar-ari-rõ*, ponta altissima. De *t*, relativo; *águâ*, ponta; *ar*, muito; *ari*, sobre; *rõ*, por-se. Por contracção *T-aqu'-ar-ari-rõ*. Allusivo a ser o morro mais alto naquella região. No instrumento de posse dado a Pedro de Góes, o nome *Taquararira* foi mudado em *Tecoapara* (Vide este nome). Ignoro se será o mesmo morro. No titulo de sesmaria está escripto: "as terras de *Taquararira*". No instrumento de posse foi escripto: "as quaes terras se chamam *Tecoapara*". (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*. 1902).

TAQUARASSÚ. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas dos dists. de S. José do Barroso (mun. do Rio Branco) e Conceição do Turvo (mun. do Piranga). Reune-se com o Pinhão.

TAQUARATINGA. Taquara de folha branca, ou taquara branca; de *taquara-tinga*. Em Pernambuco escrevem *Taquaratinga* e *Taquaretinga*.

TAQUARAVARY. Ribeirão affl. da margem dir. do rio Sorocaba, no mun. deste nome e Estado de S. Paulo. « *Taquaravary*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ti-atã-quar-aib-a-ri*, mau, por causa de póços de agua suja. De *ti*, agua; *atã*, suja, sujidade; *quar*, poço, fojo, buraco; *aib*, mau, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante; *ri*, posposição, significando neste caso — por causa —. A palavra *atã* é sempre posposta ao objecto ou cousa, em que está a sujidade. Allusivo a ser pestilento, por causa das aguas paradas e apodrecidas em póços ou buracos ».

TAQUARÉ. Rio que nasce na serra do Mar e desagua no oceano, no mun. de Santos. « *Taquaré*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-aguá-ré*, successivamente esquinado. De *t*, relativo; *aguá*, esquinar; *reh*é, posposição, significando, neste caso, successivamente. Allusivo a ser muito sinuoso, formando voltas agudas ».

TAQUAREMBÓ. Arroio ou corrego das taquaras; de *taquara-iembó*. No R. G. do Sul escrevem tambem *Taquaryembó*.

TAQUARIL. Rio no mun. de Jusseape do Estado da Bahia.

TAQUARITUBA. Corr. *taquari-tyba*, taquaral fino, ou taquaris em abundancia; Parahyba (Dr. Theodoro Sampaio).

TAQUARUÇÚ. Taquara grossa, bambú; de *taquara-uçú*. « *Taquarussú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-águâ-aruçú*, contrahido em *T-aqu'-aruçú*, muito pontuda. De *t*, relativo; *águâ*, ponta, ser pontudo; *aruçú*, muito, segundo a licção do padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani* ».

TAQUARUSSÚ. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. da Bôa Morte e mun. do Bom Fim.

TAQUARUSSÚ. Morro no mun. da Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

TAQUARUSSÚ. Corrego do Estado de S. Paulo. Vai para o rio Pirapitinguy, affl. do Tieté.

TAQUARUSSÚ. Rio do Estado de Minas Geraes, nasce na fazenda de Pedro Alves, banha o mun. da Palmyra e desagua no Parahybuna.

TAQUARY. Rio das taquaras; de *taquar-y*. (Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão. — Dr. Theodoro Sampaio). « *Taquary*, nome da serra e do morro significa pontuda ou pontudo. De *t*, relativo; *águâ*, ponta; *ri*, posposição, significando, neste caso, *com*. *Taquary*, nome dos ribeirões, significa perseverantemente corrente. De *t*, relativo; *águâ*, correr, levado ao participio activo pelo accrescimo da particula *ára*, corrente, corredor; *i*, posposição de perseverança: *T-águâ-ara-i* contrahido em *T-aqu'-ar'-i* ». (Dr. J. M. de Almeida).

TAQUARY. Bairro do mun. de Xiririca e Estado de S. Paulo.

TAQUARY. Serra no mun. de Buquira, no Estado de S. Paulo.

TAQUARY. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Bello Horizonte e desagua no Tiradentes ou Arrudas.

TAQUARYTIUA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Vianna, a 15 kils. ao N., com umas 40 casas de palha e cerca de 300 habs.

TAQUATIRA. Serrote no mun. da capital do Estado de S. Paulo. E' visto na estrada que communica o dist. de N. S. da Penha de França com a villa da Conceição dos Guarulhos. « *T-águâ-atir-a*, montão pontudo. De *t*, relativo; *águâ*, ponta; *atir*, montão, elevação, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Por contracção *T-áqu'-atir-a*. Allusivo a ter esse serrote uma ponta de pedra que parece quasi a despenhar-se no corrego, e na lagôa em que este nasce ». (Dr. J. M. de Almeida).

TAQUAXIARA. Serra e ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. de Itapecerica. O ribeirão desagua na margem dir. do Mboy-mirim.

TARANDIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua pelo lado do Maranhão (Dr. G. Dodt.)

TARARANGA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Nova Boipeba.

TARARÉ. Corruptela de *T-araá-ré*, apta para enfermidades. De *t*, relativo; *araá*, enfermidade, doença; *ré*, o mesmo que *é*, apto, apropriado. Allusivo a curar enfermidade o banho nessa praia (Dr. J. M. de Almeida). "*Tararé*, corr. *itararé*, sumidouro, caverna, coducto subterraneo; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

TARDIM. Rio do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de Cantagallo e desagua no rio Parahyba.

TAREIRY. Corr. *taruir-y*, rio das trahiras; R. G. do Norte (Dr. Theodoro Sampaio).

TARTARUGAL. Rio do Estado do Pará, no territorio do Aricary. Perde-se no lago das Duas Bocas. Compõe-se de dous braços, um dos quaes corre no campo e é designado por *Grande*, o outro desce ensombrado pela matta e é chamado *Pequeno*.

TARTARUGUINHAS. Ilha do Estado do Pará, no mun. de Mazagão, no rio Amazonas, proxima das ilhas Aruan, Pacas e Cajary.

TATÁ. O fogo, o lume, a luz.

TATAGIBA. Corr. *tatá-gyba*, braço de fogo, labareda; Ceará (Dr. T. Sampaio). Vide *Tatajuba*.

TATAUHY. Corr. *tatá-y*, rio do fogo; Bahia (Dr. T. Sampaio).

TATETUBA. Corruptela de *T-atey-út- bae*, o que reflue e torna-se frouxo. De *t*, relativo; *atey*, frouxo; *tút*, refluir, rebojar, fazer bojo, com a particula *bae* (breve), para formar participio, significando — o que. Allusivo a esse ribeirão encontrar difficuldade e resistencia ao desaguar no rio Parahyba, formando por isso alagadiços, com o refluxo das aguas (Dr. J. M. de Almeida).

TATINGA. Corr. *itá-tinga*, pedra branca ou a prata; Maranhão (Dr. T. Sampaio).

TATÚ. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Diamantina e desagua no rio Macaco Grande, affl. do Caeté-mirim.

TATUABA. Rio do Estado do Maranhão, banha o mun. de Icatú e se lança na bahia de S. José. Banha a pov. do seu nome.

TATUAPÉ. Corruptela de *Tytú-apé*, raso e sujo. De *t*, relativo; *ytú*, sujo; *apé*, superficie, plano, chato (Dr. J. M. de Almeida).

TATÚ-ASSÚ. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

TATÚGUARA. Igarapé e furo no mun. da capital do Estado do Amazonas.

TATUHIBY. Corruptela de *T-ytú-ibiy*, sujo e raso. De *t*, relativo; *ytú*, sujo; *ibiy*, baixo, pequeno. O *y* primeiro tem som guttural; e o ultimo tem o mesmo som, porém breve e quasi imperceptivel. Era o nome primitivo da pov., hoje cidade da Limeira (Dr. J. M. de Almeida). Vide *Tatuyby*.

TATUHY. Composto de *tatú-y*, rio dos tatús (Dr. T. Sampaio). "*Tatuhy*, corruptela de *T-ytú-i*, perseverantemente sujo. De *t*, relativo; *ytú*, sujo; *i*, posposição de perseverança. O *y* tem pronuncia guttural (Dr. J. M de Almeida).

TATUPEVA. Corruptela de *T-ytú-pé-bae*, sujo e raso. De *t*, relativo; *ytú*, sujo; *pé*, chato, plano; *bae* (breve), para dar a forma de participio, significando — o que é (Dr. J. M. de Almeida).

TATÚYBY. Composto de *tatú-yby*, terra dos tatús (Dr. T. Sampaio). E' o antigo nome da cidade da Limeira do Estado de S. Paulo. Vide *Tatuhiby*.

TAUÁ. Passou assim a denominar-se a villa de S. João de Inhamuns, no Estado do Ceará, pela Lei n. 485 de 14 de outubro de 1898.

TAUÁ. Sub-prefeitura creada na com. e mun. de Muaná, no Estado do Pará, pelo Dec. n. 1.142 de 10 de junho de 1902.

TAUAJEJÚ. Igarapé do Estado do Pará, no mun. da Vigia. Denomina-se hoje Santa Maria.

TAUARY. Igarapé do Estado do Pará, affl. do igarapé Castanheiro, no rio Bujará e mun. de S. Domingos da Bôa Vista.

TAUBATÉ. Corr. de *taba-eté*, alt. *táua-eté*, villa, povoação consideravel (Dr. T. Sampaio). « O nome desta pov. tem sido deturpado: *Itaboaté*, *Taboaté*, *Tahubaté*, *Tabaté* e ora *Taubaté*. Dispersados os *goia-ná* vencidos em Piratininga, muito antes da vinda de Martim Affonso de Souza, tomaram, em grupos numerosos, direcções varias. A mór parte foi fazer *tába* no logar, em que é hoje a cidade de Taubaté. E, porque alguns daquelles grupos se deixaram escravizar pelos vencedores, e outros seguiram para os sertões do rio Paranapanema e da serra Apucarana, aquella *tába* foi denominada pelos *goia-ná*, que fundaram-na, *Tab-a-eté*, tába legitima, de *táb-a*, povoação, aldeia, e *eté*, legitima, verdadeira, antiga, superior. Allusivo a ser essa a *tába* principal e legitima. Portanto, o nome *Taubaté* é corruptela de *Tab-a-eté*. Os *goia-ná* desta tába estiveram em correspondencia de alliança e amizade com os indigenas da bahia do Rio de Janeiro, designados corruptamente *tamoyos*, por serem inimigos dos *t-ŷ-pi* ou *tupi*, dominadores em *Piratininga* e no respectivo littoral. » (Dr. J. M. de Almeida).

TAURATATUBA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

TAVACAHY. Corrupção de *T-abáquâ-i*, perseverantemente muito corrente. De *i*, relativo; *abáquâ*, correr muito; *i*, posposição de perseverança. O indigena diz *cabaquâ* ou simplesmente *báquâ*, para exprimir a velocidade da correnteza (Dr. João Mendes de Almeida).

TAXIZAL. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Almeirim.

TAXY. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

TAXY-PUCÚ. Rio do Estado do Pará, na ilha Caviana e mun. de Chaves.

TAYAÇUPEBA. Corr. *taiaçú-peba*, porco meudo, o porco montez inferior (*Dicotyles*); alt. *tayaçupeva*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Itayassupeva*.

TAYUVA. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, entre as estações dos Andes e Ibitivama, na secção Rio Claro.

TECOAPÁRA. Morro mencionado no instrumento de posse da sesmaria de Pedro de Góes, de 15 de outubro de 1532: « . . . as quaes terras se chamam de *Tecoapara* e a serra *Tapuribitera*, que está da banda d'onde nasce o sol, aguas vertentes com o rio *Geryt-atyba*, o qual rio e terras estão defronte da ilha de S. Vicente. . . », no Estado de S. Paulo. Este nome substituiu no instrumento o nome *Taquararira*, que está no titulo de sesmaria de 10 do referido mez e anno. Vide *Taquararira*. « Não significam, porém, a mesma cousa, diz o Dr. J. M. de Almeida. *Tecó-apá-'ra*, o que está torcido. De *tecó-ara*, participio activo do verbo *aicó*, significando — o que está —; *apá*, intercalação no nome para ornato e jogo linguistico, torcido. São, portanto, dous nomes para o mesmo morro, cada um significando um caracteristico notavel nelle. A intercalação de um verbo em outro, ou de uma palavra em outra, é uma das construcções mais difficeis na lingua tupi, pela necessidade de evitar a synchyse, isto é, a confusão e o não senso ».

TECUNAS. Corr. *tecú-una*, corpo preto, o vulto negro. Nome de uma tribu selvagem do velho Maranhão, no Perú. (Dr. T. Sampaio).

TEIXEIRA SOARES. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, no logar Boa Vista do mun. de Entre Rios, no Estado do Paraná.

TEJEREBA. Pequeno ribeiro que desagua no oceano, á praia Guarujá, na ilha Guaimbé ou Santo Amaro, no mun. de Santos e Estado de S. Paulo. « *Tejereba*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ti-yeré-bae*, o que faz rodomoinho. De *ti*, agua; *yeré*, revolver, volta, formando *ti-yeré* ou simplesmente *i=yeré*, rodomoinho, com a particula *bae* (breve), significando — o que é. Allusivo a ter rodomoinhos ».

TEJO. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de S. Philippe.

TEJUCO. Assim tambem escrevem o nome do ribeirão Tijuco, affl. da margem esq. do rio Ribeira de Iguape, no mun. de Iporanga e Estado de S. Paulo. Outros dizem Tijuca. « *Tejuco* ou *Tijuca*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Tiyuí-cuê*, espumoso. De *tiyuí*, espumar; *cuê*, particula que, neste caso, não exprime preterito, mas qualidade ou peculiaridade, ou *presente*, segundo o padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*. Allusivo a serem cobertas de espumas as suas aguas. Nada tem com *tijuco*, corruptela de *ti-ŷûgca*, agua apodrecida De *ti*, agua; *ŷûg*, apodrecer com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. O padre A. R. de Montoya, em seu *Tesoro de la lengua guarani*, escreveu *tuyû*, significando lodo, barro, cousa apodrecida; mas não deu a razão disso. Com effeito, o som da palavra *ti-ŷûg* é quasi *tuyú*, porque o *i* de *ti*, agua, é guttural, e, potanto, *tuyû*, como palavra diversa, não tem razão de ser ».

TELHA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de S. Christovão (*Almanak Sergipano*. 1901).

TENDA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

TENENTE. Ponta no mun. de Breves e Estado do Pará. E' tambem denominada Pau Grande.

TENENTE-CORONEL ACCIOLI. Nucleo colonial do Estado do Paraná, fundado pelo Barão do Serro Azul em terrenos de sua propriedade. Dista de S. José dos Pinhaes 10 kils. E' dividido em 101 lotes, occupados (1901) por 300 polacos, italianos e brazileiros.

TENENTES. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

TENORIO. Riacho do Estado de Minas Geraes, banha a cidade do Rio Preto e desagua na margem esq. do rio deste nome.

TERRA DE AREA. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. da Conceição do Arroio.

TERRA FIRME. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

TERRA SANTA. Pov. do Estado do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevada á villa pela Lei n. 725 de 2 de abril de 1900.

TERRA VERMELHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o mun. da Casa Branca e desagua no rio Jaguary.

TESO. Ilha do Estado do Pará, no Furo Grande e mun. de S. Sebastião da Boa Vista.

TÊTEQUERA. Bairro do mun. de Pindamonhangaba e Estado de S. Paulo.

TEVÓ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Jaguary, que o é do Parahyba do Sul. O Dr. J. M. de Almeida dá noticia de um ribeirão do mesmo nome affl. da margem dir. do Cafundó, no mun. do Patrocinio de Santa Izabel. « *Tevó*, diz o mencionado escriptor, corruptela de *T-ie-óg*, tapado. De *t*, relativo; *ie*, reciproco, para exprimir a acção da cousa sobre si mesma; *óg*, tapar. Allusivo a correr entre barrancas altas, e por baixo de pedras, ficando coberto ou tapado em alguns logares ».

THEODORA (D.). Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Capivary, que o é do Tieté.

THEREZA (Santa). Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Bom Jardim, com uma enorme pedra, da qual se despenha a cascata do mesmo nome.

THEREZA (Santa). Villa do Estado do E. Santo. Accrescente-se no fim: O Sr. Bispo, D. Nery, tratando das parochias desse Estado, diz: « A 19 de Fevereiro de 1898 chegamos, em visita pastoral á esta localidade (Santa Thereza), então territorio apenas da hoje extincta freg. de S. José do Queimado. Segundo nos informaram, começou a sua existencia com a colonização de Santa Leopoldina, pela chegada, em fevereiro de 1876, de 276 emigrantes. Até então o *Timbuhy*, como se chamava, era uma região pouco povoada. Em dezembro desse mesmo anno chegaram 1.173 italianos. Em janeiro de 1877, porém, revoltaram-se e grande parte ou quasi todos foram para Santa Catharina. Em agosto do mesmo anno vieram novos colonos e assim foi-se povoando o Timbuhy. Em 1878 já havia 3.182 pessôas. Como se vê, Santa Thereza foi a séde do antigo nucleo colonial do Timbuhy. Hoje é villa, freg. e já foi cabeça de comarca. A freg. foi por nós creada, na occasião da visita, por Provisão de 25 de fevereiro de 1898, tendo sido nomeado primeiro vigario o padre Marcellino Maroni d'Agnadello. A villa occupa uma bôa parte da garganta da serra do Timbuhy, acompanhando as edificações o rio Timbuhy, até em suas tortuosidades, o que dá á localidade um aspecto pittoresco. Ha bons predios, alguns assobradados, chamando desde logo a attenção do viajante, a particularidade de serem todos cobertos de taboinhas. O clima é amenissimo e a agua excellente. Cremos que seus habs., a este respeito, nada têm a invejar dos de Petropolis (do Rio de Janeiro). Toda a zona que circunda a villa se compõe de terras de primeira qualidade para o café ».

THEREZA DE MATTOS. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

THEREZA DE VALENÇA (Santa). Na estação do Commercio, da Estrada de Ferro Central do Brazil, toma-se a Estrada de Ferro do Rio das Flores e, depois de passar-se pelas estações de Marambaia e Tabôas, chega-se á modesta villa de Santa Thereza.

Fica essa villa assente em uma eminencia, cercada de morros, atravessada pelos corregos de Mancel Pereira, affluente do rio Preto, e dos Inglezes, affluente do primeiro, distante 18 kilometros de Valença e 25 da estação do Commercio.

E' uma villa pequena, tem poucas ruas, uns 120 predios e uma população de 700 habitantes.

Foi, em principio, um curato creado em territorio, que formava o 2º districto de paz da freguezia de Nossa Senhora da Gloria de Valença pelo art. I da lei provincial n. 560 de 6 de outubro de 1851. Elevada á categoria de parochia pela lei provincial n. 814 de 8 de outubro de 1855.

Proclamada a Republica, foi Santa Thereza, por decreto de 17 de março de 1890, elevada a municipio, tendo por séde a villa do mesmo nome, e creado o termo.

Foi o municipio installado em 22 de abril de 1890.

Tem a villa tres edificios notaveis: a Matriz, a Casa da Camara e o *Forum*, além da pequena capella da Apparecida, recentemente construida.

A matriz é um templo espaçoso e de bonito aspecto. Está situada em um alto, tendo nos fundos os cemiterios da Irmandade do Santissimo Sacramento e da fabrica da respectiva matriz. A um dos lados fica a residencia do Vigario, em um predio mandado construir em 1867 por alguns fazendeiros para habitação dos parochos.

Seu interior é alegre. Tem no corpo da igreja quatro altares gothicos: os do lado do Evangelho, um com as imagens de Santo Antonio e Santa Maria Salomé, e outro com a de S. Sebastião; e os do lado da Epistola com S. José e Nossa Senhora do Rosario. Tem um pulpito volante, o côro e a pia baptismal de marmore. Em frente á pia existe uma escada em espiral que conduz ao côro.

O altar-mór tem no throno um crucifixo, abaixo Sant'Anna e em um nicho, junto á banqueta, a linda imagem de Santa Thereza, a padroeira.

Do lado do evangelho fica o consistorio da Irmandade e do lado opposto a sacristia com um arcaz e sobre elle Santa Ephygenia.

A capella da Apparecida fica na base de um morro, dando frente para a estação da Estrada de Ferro. Foi construida por Lourenço Ferreira Marques, em consequencia de uma promessa que fizera á Nossa Senhora, de que, se descobrisse agua no logar em que estava procedendo a uma excavação, ergueria uma capella em homenagem á mesma Senhora. Com effeito, após muito trabalho, conseguiu descobrir uma fonte de pura e crystallina agua.

O Paço da Camara é um bonito e moderno predio situado na rua Municipal e defronte do *Forum*.

Compõe-se de tres corpos: um saliente central e dous recentrantes lateraes. No primeiro pavimento do corpo central ha duas janellas e a porta de entrada, e no segundo tres janellas. No frontão lê-se — *Municipalidade*.

Nos dous pavimentos dos corpos lateraes existem quatro janellas.

No primeiro pavimento acham-se a Secretaria e a Contadoria, e no segundo a sala de sessões, o gabinete do Presidente e o cartorio de paz.

O *Forum*, occupa um edificio, igualmente bonito e de dous pavimentos; o segundo com sete janellas e o primeiro com seis e a porta de entrada. No frontão lê-se: *Forum. Cadêa. Quartel*.

No primeiro pavimento ficam dous cartorios do 1º e 2º officios, o cartorio da delegacia, o quartel e as prisões, e no segundo a sala do jury, a sala secreta, a do juiz de direito e a do juiz municipal.

O fôro é muito animado; nelle pleiteiam-se causas muito importantes e de quantias avultadas.

A villa é abastecida de boa agua, que é encanada da fonte acima do lugar denominado Inglezes.

Tem insignificante commercio. Nella encontram-se duas officinas de ferreiro e uma de marceneiro e torneiro todas movidas a vapor.

O municipio é coberto de montes e valles, mais ou menos elevados, de maior ou menor extensão.

Divide-se em quatro districtos: Santa Thereza, Porto das Flores, Tabôas e Abarracamento.

E' banhado em toda a sua linha divisoria ao sul pelo rio Parahyba do Sul, desde a estação do Commercio, na Estrada de Ferro Central do Brazil e ponte inicial da Estrada de Ferro Rio das Flores, até á Cachoeira Grande, abaixo da estação do Paty da mesma Central, tendo mais ou menos a extensão de 10 kilometros entre os dois pontos terminaes, e separando este municipio do de Vassouras; e pelo rio Preto, ao norte, desde a ponte do Barreado até á de Tres Ilhas, dividindo o municipio com o Estado de Minas Geraes, na extensão de 18 kilometros mais ou menos.

Das Tres Ilhas parte a linha divisoria a leste com o municipio do Parahyba do Sul pela extremidade da fazenda Santa Justa e nas sesmarias outr'ora pertencentes á fazenda Cazal, terminando na Cachoeira Grande do Rio Parahyba, ao lado da fazenda Boa Vista, tendo a extensão de 20 kilometros mais ou menos.

A estrada geral de rodagem da ponte do Commercio á ponte denominada Azevedo, no rio das Flores e desta á do Barreado, ponto terminal desta linha, constitue a oeste o seu limite com o municipio de Valença.

Além dos rios citados, banham o municipio: o Marambaia, affluente do Parahyba; o da Paz, que nasce na serra do mesmo nome e desagua no rio Parahyba; o Arêas, que nasce da mesma serra e desagua no rio Preto, na estação de Santa Rosa; o Independencia, que nasce na serra do Mundo Novo e desagua no rio Preto na fazenda do mesmo nome; o Santa Justa, que nasce na mesma serra do Mundo Novo e desagua no Rio Preto na fazenda do mesmo nome; o das Flores, que, vindo de Valença, penetra no municipio, indo desaguar no rio Preto, em Porto das Flores; o Mancel Pereira, que banha a villa e acompanha sempre a Estrada de Ferro Rio das Flores, desde Tabôas ao referido Porto das Flores; fórma a bella cascata de S. Leandro.

Entre o rio Parahyba e o das Flores existe uma serra isolada conhecida por Taquara, que passa por outros municipios, donde dimanam diversos riachos, mais ou menos volumosos, por uma e outra vertente, com bellos saltos. Entre os rios das Flores e Preto ha uma outra serra denominada Ouro Falla. As serras da Forquilha e do Formoso tambem atravessam o municipio.

Occupam-se os seus lavradores quasi que exclusivamente na lavoura do café, que é opulenta, e na da canna. Entre os fazendeiros mais importantes do municipio notam-se: Domingos Theodoro de Azevedo, Barão de Alliança, Domingos Custodio Guimarães, dr. Paula Santos, Cyro dos Santos Paiva, Julio Paiva, além de outros.

O clima é temperado, oscillando de 15º a 32º, maximo no verão. As molestias mais frequentes são: o impaludismo e a tuberculose pulmonar.

A Estrada de Ferro Rio das Flores atravessa o municipio do Commercio, á Tres Ilhas com as seguintes estações no territorio: Commercio (ponto inicial), Marambaia, Ipori das Tabôas, Saudade (parada), Santa Thereza, Barão de Santa Fé (parada), Cachoeira do Funil, Paraiso (parada), Porto das Flôres, Santa Rosa e Tres Ilhas.

Comprehende os seguintes povoados: Commercio, atravessado pelo Parahyba, com duas estações á margem direita, duas capellas e uma ponte de ferro sobre a qual passa a Estrada de Ferro Rio das Flores; Tabôas, com uma capella de S. José; Flores, Porto das Flores, Tres Ilhas, Abarracamento e Cachoeira do Funil. A população do municipio é de 16.000 habitantes.

Possue no Rio Parahyba, além da ponte de ferro citada, uma outra de madeira que dá passagem desse municipio para a estação do Paty, e uma barca que transporta passageiros e cargas para a estação da Alliança; no rio Preto, tres de madeira: a do Barreado, Porto da Flores e Tres Ilhas, e mais seis, finalmente, de madeira, sobre o rio das Flores.

Além da matriz, possue oito capellas filiaes, de S. Benedicto, Santa Genoveva, Sant'Anna, S. José, S. Sebastião, S. Pedro, S. João Baptista e S. João Nepomuceno.

Tem escolas estaduaes e municipaes. O Dr. Tavares Bastos, um joven de corpo franzino, mas de grande intelligencia e enorme coração, mantém um grupo nocturno e gratuito, onde ensina diversas disciplinas de ensino secundario.

Ao terminar, vou desempenhar-me de uma incumbencia santa que recebi da população da villa de Santa Thereza.

Ao visitar a cadêa vi em um dos cubiculos um unico preso. Era um preto, ainda moço, que está cumprindo sentença por crime de homicidio.

Approximando-me do infeliz, interroguei-o sobre o motivo de sua reclusão. Respondeu-me, banhado em lagrimas, que em uma discussão que tivera com um outro parceiro, este dera-lhe uma bofetada. Diante de tal aggressão, elle servira-se de um páo que comsigo trazia e desfechára uma cacetada no seu rival, produzindo-lhe a morte. Accrescentou que não dera a paulada com o intuito de matar o seu aggressor; que alvejava o corpo e que só por uma fatalidade a bastonada apanhou uma das fontes.

Todos os que me acompanharam na visita que fiz á cadêa me garantiram que o procedimento do preso era irreprehensivel e me pediram que intercedesse por elle junto ao meu amigo Quintino Bocayuva.

Volto-me, pois, para o honrado Presidente do Estado do Rio de Janeiro, não em nome da sincera estima que lhe dedico ha mais de 30 annos, pois esta de pouco vale, mas em nome do Nosso Senhor Jesus Christo.

Quintino! Estou a teus pés de joelhos e com as mãos erguidas, e bem colladas uma á outra. Peço-te que indultes a esse pobre detento, que com a idade de 18 annos commetteu involuntariamente um crime e que já soffre ha longos seis annos no ergastulo de uma penitenciaria. Peço-te que faças cahir sobre elle o manto de tua misericordia e Deus, que é bom, te dará dias felizes neste mundo e te recompensará no outro chamando-te para junto delle.

Quintino! São as mãis o as crianças da villa de Santa Thereza que te pedem. Attende ao seu justo e santo pedido. »

THIMOTEO. Lagôa no mun. de Minas do Rio de Contas e Estado da Bahia.

THOMAZ BARBOSA. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. de Guanhães.

THOMAZ COELHO. Estação inicial da E. de F. Campista, na cidade de Campos e Estado do Rio de Janeiro.

THOMÉ. (S.) Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

THOMÉ (S.). Ilha do Estado do Pará, no mun. de Chaves, separada da ilha nova dos Carneiros por um pequeno mupeua.

THOMÉ GONÇALVES. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do rio Jaguary.

TI. Corrupção de *ty*, a agua, o rio, o liquido, o caudal.

TIA VELHA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a cidade do Rio Branco e desagua no rio Chopotó.

TIBAGY. Composto de *tiba-gy*, rio do pouso, do deposito ou feitoria; rio da abundancia; rio caudaloso ou copioso (Dr. T. Sampaio).

TIBAGY. Villa do Paraná. Em logar de villa leia-se — cidade — e accrescente-se no fim: Foi elevada á cidade pela Lei n. 259 de 27 de dezembro de 1897.

TIBAIA. Corr. *tiba-aia*, pouso ou mansão saudavel; corr. *ty-b-aia*, caudal saudavel; corr. *ty-bai*, curso d'agua ruim ou máo; alt. *atibaia*. (Dr. T. Sampaio).

TIBYCOARA. Composto de *tyby-coára*, buraco do chão, a cova, a sepultura (Dr. T. Sampaio).

TIBYCOARY. Composto *tybycoar-y*, rio das covas ou das sepulturas (Dr. T. Sampaio).

TICO-TICO. Morro granitico inteiriço, á margem dir. do rio Juquery, proximo ás Caieiras, no Estado de S. Paulo.

TIETÊ. Composto de *ti-etê*, curso d'agua verdadeiro, caudal consideravel. Vide *Ti* (Dr. T. Sampaio). « *Tiete*, rio grande, relativamente aos outros da mesma região. De *ti*, agua, rio; *étê* para exprimir superlativo » (Dr. J. M. de Almeida).

TIGIPIÓ. Dist. policial do Estado de Pernambuco, no mun. de Jaboatão.

TIGRE. Igarapé no mun. da Capital do Estado do Amazonas.

TIJUAPÉ. Corr. *teyú-apé*, a vereda dos lagartos (Dr. T. Sampaio).

TIJUCA. Vide *Tuyuca* e *Tejuco*.

TIJUCAL. Log. do Estado de Matto Grosso, no dist. de Brotas e mun. do Livramento, á margem esq. do ribeirão Jangada.

TIJUCO. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

TIJUCO. Corrego do Estado de S. Paulo, na com. do Jaboticabal.

TIJUCO (S. José do). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. do Prata e elevado a mun. com o nome de Villa Platina pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

TIJUCO. Corrego de Minas Geraes, no mun. de Diamantina. Accrescente-se no fim: Passa por traz do edificio da Escola Normal. Outros o mencionam desaguando no S. Francisco ou Quatro Vintens.

TIJUCOPAPO. Vocabulo tupi, corruptela de *tuyucpaba*, que significa lama espraiada, lamaçal, lameiro.

TIJUCO PRETO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do ribeirão Cassaquera, no mun. de S. Bernardo.

TIJUCO PRETO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Cabeça, no mun. do Rio Claro.

TIJUCO PRETO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Piracicaba, no mun. deste nome.

TIJUCO PRETO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do ribeirão Lageado, no mun. do Rio Novo.

TIJUCO PRETO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão do Pau d'Alho, que o é do ribeirão do Pinhal, este do rio dos Moinhos e este do Tieté.

TIJUCO PRETO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sorocaba, no mun. de Tatuhy.

TIJUCO PRETO. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Francisco Salles e desagua no rio Sapucahymirim.

TIM. Corrupção de *ti*, ponta, nariz, saliencia, prôa; adjectivo contrahido de *tinga*, branco, alvo (Dr. Theodoro Sampaio).

TIMBÉ. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Tijucas, com escola.

TIMBÓ. Substantivo, a planta cujo succo mata o peixe; vara, vergontea, cipó (*Paullinia Pinnata*). Dr. Theodoro Sampaio.

TIMBÓ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

TIMBÓ. Rio do Estado de Pernambuco, affl. do Canhoto, trib. do Mundahú.

TIMBÓ. Vallão affl. da margem esq. do rio Parahyba do Sul, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

TIMBOAVA. Lagôa á margem do ribeirão Anna da Costa, no mun. de Iguape e Estado de S. Paulo. « *Timboava*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Timbó-ába*, vaporosa. De *timbó*, evaporação, bafo; *ába*, para exprimir logar, modo, instrumento, etc. Não se trata do *timbó*, veneno vegetal empregado na pesca. Ha varias arvores, cujas raizes e caules socadas e atiradas ás aguas pouco correntes de um rio ou lagôa matam todo o peixe que por alli passa. *O timbó* legitimo é o da *Paullinia pinnata* de Linneo; mas ha tambem o do *Entorolobium timbouva* de Martius, da familia das Leguminosas: *timbó-ib-a*, arvore do timbó ».

TIMBORÁ. Substantivo, vapor, nevoa, exhalação; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

TIMBOSAL. Rio do Estado do Pará, no mun. de Amapá.

TIMBOTIUA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão. Não é propriamente um affl., mas um braço lateral cheio de agua salgada pelo fluxo e refluxo da maré (Dr. G. Dodt.).

TIMBUHY. Log. no mun. da Serra do Estado do E. Santo. Esta palavra é corruptela de *timbó-y* e significa rio do timbó.

TIMBYRA. Corrupção de *timbyr*, o amarrado, o que é amarrado; Maranhão. Vide *Tumbiras* (Dr. Theodoro Sampaio).

TINGA (Adjectivo). Branco, alvo, claro, candido; alterado de *tin*, *ti*, *tiguera* ou *tinguera*, muito branco, alvissimo; *morontim* ou *moraty*, mui alvo (Dr. Theodoro Sampaio).

TINGA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

TINGA. Bairro do mun. de Caraguatatuba, no Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

TINGLY. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de Nova Friburgo, onde ao chegar se divide em diversas vallas que vão escoar no rio Bengalas.

TINGOSSÚ. Vide *Itî*. *Tingossú* é corrupção.

TINGUÁ. Composto de *tim-guá* ou *tim-guá*, saliencia em forma de bico ou ponta, o pico; Rio de Janeiro; corrupção de *ti-guá*, (substantivo) o poço (Dr. Theodoro Sampaio).

TINGUI. Corrego do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras. Vai para o rio Cipó.

TINHARÉ. Corrupção de *tî-nharó*, o que se adianta elevado, o que avança erguido ou empinado; a ponta alta, o promontorio; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

TINOCOS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Itauna. Pertenceu ao mun. do Pará.

TINTATEUA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Mazagão.

TIOGO. Corrego do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Cimbres e desagua na margem esq. do rio Ipojuca.

TIPY. Pov. do Estado de Pernambuco, no mun. do Canhotinho.

TIQUATIRA. Ribeirão no mun. da capital do Estado de S. Paulo. Desagua na margem esq. do rio Tieté e banha o dist. de N. S. da Penha de França. « *Tiquatira*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *T-iquê-atir-a*, contrahido em *Tiqu'-atir-a*, margens altas. De *t*, relativo; *iquê*, lado, costa; *atir*, levantado, alto, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a correr entre barrancas a prumo ».

TIRA-CATINGA. Cachoeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo. E' perigosissima. « *Tira-catinga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Terequâ-atî-nga* contrahido em *Terequ'-atî-nga*, frente cercada. De *terequâ*, face, frente; *atî*, rodear, atalhar, cercar, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino. Allusivo a existir na extremidade inferior dessa cachoeira um dique granitico, de margem a margem do rio ».

TIRADENTES. Passou assim a denominar-se o ribeirão Arrudas, que banha a cidade de Bello Horizonte e desagua no rio das Velhas, na Estação do General Carneiro, no Estado de Minas Geraes.

TIRÃO DO PEIXE. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Assunguy.

TIRA-SENTIDO. Serra do Estado de Matto Grosso, no mun. do Rosario.

TIRIRICA. O Dr. Lacerda e Almeida, no seu *Diario de viagem nos annos de 1780 a 1790*, diz: que *Tiririca* é o mesmo que *yxururuca* e quer dizer — agua que está chiando ou fervendo. « Si tal interpretação, diz o Dr. J. M. de Almeida, tivesse cabimento, seria mais correcto dizer *yxiririca* e não *yxururuca*, porque ferver é *xiriri* e não *xururú*. *Tiririca*, isto é, *T-yryri'-ca*, veloz. De *t*, relativo, substituindo o *p* de *pyryri*, ser veloz, ligeiro com o suffixo *ca* (breve), para formar supino.

TIRIRICA. Rio que communica a lagôa Cassó com o rio Preguiças, no Estado do Maranhão. E' tambem denominado Riachão de Dentro.

TIUBA. Corrupção de *tuî-yba*, a arvore dos tuins; corrupção de *tuyuba*, abelha pequena e amarella; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

TOCA. Este vocabulo é derivado de *oca*, a casa, o refugio, o esconderijo. Vide *Oca*.

TOCA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. da cidade do Bom Fim.

TOCA. Corrego do Estado de Minas Geraes, banha a colonia Nova Baden e desagua no ribeirão do Mello. E' atravessado pela E. de F. Musambinho.

TÓCOS. Morro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Congonhas do Campo.

TOLEDOS. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Piracicaba. Parece nascer com o nome de Galvão. Recebe pela esq. o corrego do Gerivá e pela dir. o S. Luiz e o Galvão.

TOMA-JUÇARA. Rio do Estado do Maranhão. Communica com o rio S. Benedicto, com o estreito denominado Cocal e, tomando o nome de Maracujatiua, se lança, abaixo do logar Prainha, na bahia do Cabello de Velha. Recebe o Currupira.

TOMBADOURO. Estação da E. de F. Paulista, no Estado de S. Paulo, no ramal de Santa Rita. Foi inaugurada a 1º de dezembro de 1899.

TOMBADOURO. Riacho do Estado da Bahia, nasce na serra da Chan, no logar Lamarão, banha o mun. de Alagoinhas e desemboca no rio Subahuma, junto do pov. do Riacho, que banha pelo lado do sul.

TOMBADOURO. Rio do Estado de Minas Geraes, banha o mun. de Bello Horizonte e desagua no Tiradentes ou Arrudas.

TOMBA SURRÃO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Minas do Rio de Contas.

TOMBO. Praia na ilha de Santo Amaro, mun. de Santos e Estado de S. Paulo, proxima da praia do Guarujá.

TONJO. Morro do Estado de Minas Geraes, entre o dist. da cidade de Monte Santo e o da cidade de Jacuhy.

TOPADA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Taquaretinga e desagua na margem esq. do rio Capibaribe. Recebe o Açudinho e o Esquerdo. Encontrei esta palavra escripta de tres maneiras differentes: *Topada*, *Tapada* e *Tapado*. Vital de Oliveira escreve *Tapado;* o Sr. Sebastião Vasconcellos Galvão, citando os affls. do rio Capibaribe, escreve *Topada* e descrevendo o riacho Esquerdo o menciona como affl. do *Tapada;* o conego Honorato escreve *Tapado*.

TORO-PASSO. Log. no mun. de Uruguayana, do Estado do R. G. do Sul, com uma esc. municipal.

TORORÓ. Adj., sussurrante, corrente; corr. *y-tororó*, agua corrente ou sussurrante; alt. *y-chororó*, *y-choró;* Bahia (Dr. T. Sampaio).

TORÓROMA. Igarapé do Estado do Maranhão, banha o mun. de Alcantara e desagua no rio Aurá.

TORYBA. Subs., alegria, felicidade; alt. *toryva* (Dr. T. Sampaio).

TOSTADO. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Cima da Serra.

TRACUNHAEN. Corr. *taracu-nhaen*, panella de formigas; formigueiro; Pernambuco (Dr. T. Sampaio).

TRAIPÚ. Corr. *ityra-ipú*, olho d'agua do monte, a fonte do morro; corr. *taipú*, o arrojado, o ejaculado ou arremessado; Alagôas (Dr. T. Sampaio).

TRAIPÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de S. Christovão (*Almanak Sergipano*. 1901).

TRAMANDAHY. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Larangeiras. (*Almanak Sergipano*. 1901).

TRANCOSO. Rio do Estado da Bahia. Accrescente-se no fim: O Capitão-tenente Viriato Hall, em seu artigo sobre *Cabotagem*, impresso na *Rev. Maritima Brazileira*, Anno XXII, n. 3, diz: « A 4' para o N. do cabo Joacema acha-se o rio do Frade, ao N. de cuja barra se vê a ponta Itaquena e a 5' desagua o rio Trancoso ».

TRANQUEIRA. Ribeirão do Estado do Paraná, affl. do rio Bariguy.

TRAPANDÉ. Grupo de ilhas, arrecifes e parceis, que estão ao sul da barra de Cananéa, formada pela ponta norte da ilha Cardozo e pela extremidade sul da ilha Cananéa, no Estado de S. Paulo. As ilhas são: Bom Abrigo, Cardozo, Camberihú, Castilho, Figueira, Tumba, Ubatuba, e outras; os arrecifes são os Moleques; além dos parceis e comoros de arêa. Outros applicam o nome a uma curva que ahi faz o continente. E tambem dizem Mar de Ararapira. « *Trapandé*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Teiú-ra-páu-nd-é;* muitas ilhas e elevações á parte. De *teiú*, grupo, manada, companhia, familia, muitos; *ra*, elevação, levantado, signal, mancha, desigual; *páu*, ilha, intermedio entre dous; *nd*, intercalação nasal; *é*, á parte ».

TRAPICHEIRO. Morro do Districto Federal, no dist. de N. S. de Lourdes.

TRAPUÁ. Corr. *ityra-poá*, cabeço redondo, outeiro redondo (Dr. T. Sampaio).

TRATUATUBA. Furo e ilha no mun. de Portel e Estado do Pará. A ilha fica no rio Curapú.

TRAVEJÚ. Serrote no mun. de Buquira e Estado de S. Paulo. E' uma ramificação da Mantiqueira. « *Travejú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corrupção de *Ty-ra-ie-yi*, pontas, altos e baixos, cavernosos. De *ty*, ponta; *rá*, altos e baixos, desigual; *ie*, reciproco para exprimir a acção da cousa em si mesma; *yi*, concavidade, caverna, abertura natural, seio, ôco ».

TREMEMBÉ. Corr. *teré-membé*, o que treme amolecendo, o brejo, o tremedal (Dr. T. Sampaio). « *Tremembé*, corrupção de *T-teré-membég*, sinuoso e frouxo. De *t*, relativo; *teré*, voltear, volta; *membég*, afrouxar, derramar, liquidar, derreter, significando sinuoso e frouxo, por estarem esses verbos precedidos de *t*, relativo ».

TREMEMBÉ. Corrego de S. Paulo, na com. da capital. Accrescente-se no fim: Desagua na margem dir. do Guapira. Recebe o Piahy.

TRES BARRAS. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Santa Barbara do Rio Pardo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 732 de 26 de outubro de 1900.

TRES BARRAS. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Castro.

TRES BARRAS. Ribeirão do Estado de S. Paulo, banha o nucleo Campos Salles e desagua no rio Pirapitinguy. Recebe o Sitio Novo.

TRES BOIS. Riacho do Estado da Bahia, na com. do Mundo Novo.

TRES CABEÇAS. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. de Caconde, nas divisas do dist. da Soledade.

TRESIDELLA. Arrabalde da villa de S. Luiz Gonzaga, no Estado do Maranhão, defronte da villa e á margem esq. do rio Mearim. Tem uma capellinha.

TRES PONTAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, nas divisas do mun. de Prados. Vai para o rio das Mortes.

TREZE DE MAIO. Estação da linha Sorocabana, no mun. de Botucatú e Estado de S. Paulo.

TRINCHEIRAS. Enseada no mun. de Ilhéos, no Estado da Bahia. E' muito baixa.

TRINDADE (Santo Antonio da). Pov. no mun. do Porto de Pedras, no Estado das Alagôas.

TRINDADE. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. de Tiradentes.

TRIPUI. Corr. *ityra-poi*, morro delgado ou esguio; corr. *tiripuí*, secco e delgado, o que secca adelgaçado; Minas Geraes (Dr. T. Sampaio).

TROMBUDO. Morro do Estado do Paraná, no mun. de Guarapuava.

TROMOMÓ. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Guarakessava.

TRONCO. Estação da E. de F. de S. Paulo ao Rio Grande, no mun. de Castro e Estado de Paraná, a 12 kils. da séde do municipio.

TROVÃO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves, nas divisas do mun. de Anajás.

TRUÕES. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de S. Gonçalo da Ponte e mun. do Bom Fim. Pertenceu ao dist. da Piedade dos Geraes.

TUÁ. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do ribeirão Itaberaba, entre os muns. de Conceição dos Guarulhos, de Nazareth e de Mogy das Cruzes. « *Tuá*, diz o Dr. J. M. de Almeida, isto é, *tú-á*, cahido a golpes. De *tú*, golpe, pancada; *á*, cahir. »

TUBARANA. Corruptela de *Tú-bo-ar-ã-m-a*, contrahido em *Tu-b'-ar-ã-m-a*, empinado, cahe aos saltos. De *tú*, golpe, salto; *bó*, para exprimir o modo; *ar*, cahir; *ã-am*, empinar, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. O nome corrupto nada tem com o peixe *tabarana*, como é facil verificar da primeira syllaba; e, aliás, o indigena não sohia dar denominações a logares, usando de nomes de peixes, e de outros animaes, nem tambem de nomes de vegetaes e de mineraes. Mas, é intuitivo que ao nome daquelle peixe é devida a corrupção quanto ás duas ultimas syllabas; mudadas *ara-ma* em *ara-na* (Dr. J. M. de Almeida).

TUBARÃO. Igarapé do Estado do Maranhão, banha o mun. de Alcantara e desagua no rio Aurá.

TUBICHAUA. Vide *Tuchaua*, grande, corpulento, membrudo.

TUBUNA. Bairro do mun. da Fartura e Estado de S. Paulo.

TUBUNA. Salto no rio Itararé, mun. da Fartura e Estado de S. Paulo.

TUBYACANGA. Praia na ilha do Governador, situada na bahia de Guanabara e pertencente ao Districto Federal.

TUCANAPY. Rio do Estado do Pará, affl. da margem dir. do Amapary ou Mapary. Banha o territorio do Aricary.

TUCANO. Corr. *tu-cang*, bico osseo (B. Caetano); corr. *tu-quã*, bico que sobrepuja, exagerado; nome da ave conhecida *Rhamphastos* (Dr. T. Sampaio).

TUCANTINS. Corr. *tucan-tim*, nariz de tucano. Nome de uma tribu selvagem que deu seu appellido a esse rio; alt. *Tocantins* (Dr. T. Sampaio).

TUCHAUA. O mais elevado, o primeiro, o de mais elevada estatura, o chefe.

TUCUMANDIUA. Um dos braços mais septentrionaes que formam o rio Gurupy, que separa os Estados do Pará e do Maranhão. E' trib. do Itinga (Dr. Gustavo Dodt).

TUCUMAPIRANGA. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

TUCUMBÓ. Cachoeira no rio Mogy-guassú e Estado de S. Paulo. E' hoje conhecida pelo nome de Cordão. « *Tucumbó*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ty-hú-mbó*, saltos, rodomoinhos e arrecifes. De *ty*, ponta; *hú*, revolver; *mbó*, o mesmo que *pó*, salto, mudado o *p* em *mb*, por ser nasal a palavra anterior. »

TUCUMDIUA. Ilha no rio Urú, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

TUCUMSAL. Ilha no furo do mesmo nome, mun. de Cururupú e Estado do Maranhão.

TUCUNDUVA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Sarapuhy, no mun. deste nome. « Ainda neste nome, diz o Dr. J. M. de Almeida, o indigena fez o seu costumado jogo linguistico. Nesse logar abunda a palmeira espinhosa *ticum;* e, por isso, o nome *Tucunduva* é o mesmo que *Ticũ-ndib-a*, logar de ticum; de *ticũ*, e *tib-a*, mudado o *t* em *nd*, por causa do som nasal de *ticũ*, significando logar natural. Mas, tambem, essa região é pantanosa, inclusive o leito e as margens desse ribeirão; e, por isso, o nome *Tucunduba* é o mesmo que *Ti-húú-ndib-a*, logar de agua lodosa; de *ti*, agua; *húú*, lodo, borra, fezes, detritos; *tib-a*, mudado o *t* em *nd*, por causa do som nasal de *húú*, logar natural. Com effeito, é um ribeirão charcoso, tanto no leito, como nas margens; mas, ás suas margens ha abundancia da palmeira *ticũ* ».

TUCURA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Mogy-guassú, no mun. de Mogy-mirim. « *Tucura*, s., o gafanhoto (*Locusta*) ». Dr. T. Sampaio. « Não se trata do orthopero saltador, camarão ou gafanhoto, que é em tupi *Tucúr-a*, mais especialmente applicado ao gafanhoto. E', porém, provavel que naquella região abunde o gafanhoto, que a sciencia denomina *gryllus*, com as suas variedades — *subulatus* (o pontudo), *grossus* (o barrigudo), *migratorius* (o de arribação), e outros, entre os quaes o verde; e tambem os pequenos cantadores, que são os que o povo denomina *grillo*. *Tucura*, nome do ribeirão, é corruptela de *Ti-cury*, rio veloz. De *ti*, rio, agua; *cury*, veloz, ligeiro. Esta palavra *cury* pode ser pronunciada breve, como neste nome; visto que pode ter ou não som nasal. Allusivo á grande correnteza de suas aguas. E, voltando ao nome *tucúr-a*, gafanhoto, deixo aqui um esclarecimento. O indigena denominava o frade da Ordem de S. Francisco — *abaré-tucura*, padre gafanhoto; allusivo ao capuz triangular pendente detraz do pescoço. De *abá-ré*, homem distincto, sacerdote, padre; *tucúr-a*, gafanhoto. A denominação não deixa de ter algum espirito. » (Dr. J. M. de Almeida). Vide *Tucura* no 3º vol.

TUCURAHY. Vocabulo tupi que significa rio dos gafanhotos. E' composto de *tucura-y*.

TUCURY. Rio affl. da margem esq. do Tieté, no mun. da capital do Estado de S. Paulo. « *Tucury*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Ti-cury-i*, rio perseverantemente muito corrente. De *ti*, rio, agua; *cury*, veloz, ligeiro; *i*, posposição de perseverança. »

TUHY. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. da Passagem Franca, sobre o rio Corrente, tambem ahi chamado Tuhy, affl. da margem dir. do rio Itapecurú. Fica a 30 kils. da villa e é atravessada pela estrada real que vem de muitos pontos do alto sertão.

TULEJAR. Termo uzado no sertão da Bahia e que significa vagar sem destino.

TUMBIRA. Igarapé do Estado de Amazonas, affl. da margem dir. do rio Negro, nas divisas do dist. de Taupessassú e mun. da capital.

TUMBIRAS. Corr. *tumbir*, o bichento, o que está cheio de bichos (*pulex penetrans*); alt. *tombiras*. E' provavel que o nome *timbyra* tenha o mesmo significado, devendo-se escrever então *tymbira*, cujo *y*, mal pronunciado, deve ter produzido *tumbira* (Dr. T. Sampaio).

TUMIARÚ. E' o nome do porto de que fazem menção as chronicas, no rio S. Vicente e Estado de S. Paulo. Frei Gaspar da Madre de Deus, nas *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente*, escreveu: « Por esta ou por alguma outra razão que ignoro, levantou (Martim Affonso de Souza) a villa no fim da praia de *Tararé*, junto ao mar, em sitio alguma cousa distante do porto de *Tumiarú*, entre o qual e a povoação se intromette um outeiro ». E, referindo-se ao trajecto pelas praias de *Tararé* e de *Embaré*, até á ponta da praia, onde então existia o forte da *Estacada*, accrescentou: « Por aqui se conduziam para a villa as cargas menos pe-

sadas, e as outras ordinariamente iam pelo rio em canôas até *Tumiarú* ». Segundo o mesmo Frei Gaspar, naquelle logar morava Antonio Rodrigues, companheiro de João Ramalho, quando Martim Affonso de Souza entrou com a sua armada no rio Bertioga em 1531. « *Tumiarú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, é corruptela de *Temi-harõ*, guardado. De *temi*, verbal de participio presente, que sempre deve preceder ao verbo; e *harõ*, guardar. Allusivo a ter sido estabelecido nesse porto um Registro com guardas, quando Martim Affonso de Souza fundou a villa de S. Vicente ».

TUNGA. Subs., o bicho de pé, a nigua (*pulex penetrans*); alt. *tum* (Dr. T. Sampaio).

TUNGUÇÚ. Composto de *tung-uçú*, a pulga, o bicho ou nigua maior (Dr. T. Sampaio).

TUNUHY. Composto de *tumú-y*, rio agitado, ou tremente; corr. *tun-y*, rio dos bichos ou das niguas (Dr. T. Sampaio).

TUPÃ. Corr. *tub-ã*, o que jaz, o que reside (*tub*), alto, erguido, superior (*am* ou *ã*), o que domina, ou fica superior, o que está no alto; Deus, o Altissimo. Pode ser ainda *tub=tup*, pae, *ã=am*, elevado, erguido, superior, do alto, isto é, *tup-ã*, o pae do alto, o pae que está nas alturas, o pae do céo; alt. *tupá* (Dr. Theodoro Sampaio).

TUPABERABA. Vocabulo composto de *tupã-beraba*, que significa a luz de Deus, o relampago.

TUPACERETAN. Corrupção de *tupã-recê-retama*, paiz destinado para Deus, região reservada a Deus, patrimonio divino; pode ser ainda *tupã-ci-retama*, terra da Mãe de Deus, o paiz de Nossa Senhora; Rio G. do Sul (Dr. Theodoro Sampaio).

TUPACINUNGA. Corrupção de *tupã-cynyriga*, a voz de Deus, o trovão.

TUPANAROCA. Vocabulo composto de *tupã-roca*, a casa de Deus, a Egreja, a Capella, o Sanctuario.

TUPI. Composto de *tu-upi*, de *tu* ou *tub*, pae, e *upi*, elevado, sublime, superior, isto é, o pae supremo, o grande pae, o primitivo, o progenitor. Esta interpretação corresponde á graphia franceza *tououpi*, que se encontra como radical do nome *tououpinambaouli*, segundo nol-o transmittiu João de Lery, viajante que Ferdinand Denis aliás reconhece ser de uma exactidão admiravel. Varnhagen interpretou *tupi* ou *typi*, os da primitiva geração. O Padre Simão de Vasconcellos interpretou *tupi* como synonimo de *tupã*, pois que *tupi* quer dizer, o pae supremo, e traduziu *tupinambá* como povo de Deus. Cumpre notar que alguns viajantes e escriptores do seculo XVI escreveram tambem *tuppin* ou *tupin*, que quer dizer tio, o irmão do pae (Dr. T. Sampaio).

TUPINAES. Corr. de *tupi-nã*, parentes ou consanguineos dos tupis; corr. de *tupi-aê*, amigos dos tupis ou seu affeiçoado; nome de uma tribu selvagem primitiva. Pode ser ainda *tupin-aen*, os tios suppostos ou falsos. Vide *Tupi* (Dr. T. Sampaio).

TUPINAMBÁ. Composto de *tupi-nã-mbá*, descendente dos tupis; pois que *nã-mbá*, o mesmo que *anambá*, significa derivado do parente ou descendente. Vide *Tupi* (Dr. T. Sampaio).

TUPINAMBARANA. Vocabulo composto de *tupinambárana*, os falsos tupinambás, os que falsamente descendem dos tupis (Dr. Theodoro Sampaio).

TUPINIQUIM. Ant. *tupinaki*, composto de *tupi-naki*, galho do parente de tupi, os collateraes dos tupis (Dr. T. Sampaio).

TUPIRAMA. Composto de *tupi-rama* ou *tupi-retama*, a região ou patria dos tupis (Dr. T. Sampaio).

TURI. Subs., nome de uma arvore de tona fibrosa (*Licania*); corr. *tory*, subs., a fogueira, o fogo, a queimada (Dr. T. Sampaio).

TURÚ. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. da capital, a NE., distante cerca de tres kils. da confluencia do Angelim com o Anil.

TURUNA. Corr. de *ityruna*, elevação negra, monte negro, alturas, montanha (Dr. T. Sampaio).

TURUSINHO. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

TURUSINHO. Riacho do Estado do Maranhão, banha o mun. da capital, atravessa uma pequena lagôa e desagua no rio Mocajutuba.

TURVO (S. Sebastião do). Bairro do mun. de Jaboticabal, em S. Paulo. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. de paz pela Lei n. 663 de 6 de setembro de 1899.

TURY. Composto de *turi-y*, rio dos turis, ou rio das fogueiras; Maranhão. Vide *Turi* (Dr. Theodoro Sampaio).

TURYASSÚ. Composto de *tur-y-açú*, rio grande dos *turis* ou das fogueiras; Maranhão. Vide *Turi* (Dr. T. Sampaio).

TURY-ASSÚ. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira, *obr.* cit., diz: « *Tury-assú*, proxima da costa, á margem esq. do estuario do rio Tury-assú, cujas aguas vão ter á bahia do mesmo nome, está situada tambem á margem esq. do rio S. João, primitivamente Carapanahy, exactamente no logar de sua confluencia com aquelle rio, em que se lança pela margem esq. Contém muitos predios de solida construcção e são dignos de menção: a Egreja Matriz, o paço da Intendencia Municipal, que é uma doação de Francisco Gonçalves dos Reis, o armazem e o trapiche da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão. Occupa uma área relativamente pequena e não offerece proporções para maior desenvolvimento, salvo mediante grandes obras de arte, visto como é limitada, ao N., por uma collina e cingida nas outras direcções pelos rios descriptos e terrenos pantanosos. A pequena distancia fica o arrabalde Castanhal, onde vão a passeio os habs. da cidade. E' porto de escala dos vapores da linha costeira, e está ligada telegraphicamente á capital. Exporta algodão, couros, fumos, e, especialmente para o Pará, cereaes, camarão e peixe. Calcula-se a sua pop. em 4.000 habs. Nasceu nesta com. D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, que foi arcebispo da Bahia ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, *obr.* cit., diz: « *Tury-assú*, cidade pela Lei Prov. n. 897 de 11 de junho de 1870; termo, em 1853, em virtude do art. 3º do codigo do processo criminal; a 1º25′ de lat. S. e a 2º29′ de long. W. em arco e 0h8m36s em tempo; séde da com. e da freg. de S. Francisco Xavier, situada á margem do pequeno rio S. João, outr'ora Carapanahy, braço do rio Tury-assú, em um terreno accidentado e com uma pop. de cerca de 3.500 habs. A edificação da cidade é bôa, contendo excellentes predios terreos e de sobrado, construidos de pedra e cal. Dentro da cidade, propriamente dita, isto é, no perimetro que fica á margem do rio, não ha casas de palha; são todas de telha, das quaes oito de sobrado, encontrando-se aquellas na parte alta da cidade, no meio das quaes, entretanto, já vão apparecendo algumas de telha. As ruas são estreitas e enxutas, excepto uma, cujo calçamento a camara já deliberou. Os edificios, publicos e particulares, mais importantes são: a Egreja Matriz, o Paço da Camara Municipal, o armazem da Companhia de Vapores do Maranhão (trapiche com ponte) e o sobrado do Barão do Tromahy; o primeiro na praça de S. Francisco Xavier, e os tres ultimos na rua Dr. Luiz Dominges, a principal da cidade. Tem quatro Irmandades: a do SS. Sacramento; a das Filhas de Maria, sob o patrocinio da Immaculada Conceição; a de S. Benedicto e a do Senhor do Bomfim: as tres primeiras na séde da freg. e a ultima na Colonia Amelia. Não se conhece ao certo o numero de officinas espalhadas pelo mun.; dentro da cidade contam-se sete de marceneiro e carpinteiro, cinco de alfaiate, tres de ourives, quatro de sapateiro, tres de ferreiro e duas de cala-

fate. O commercio tem-se desenvolvido muito, encontrando-se no mun. 65 casas commerciaes diversas e uma padaria. A lavoura da com., comprehendidos os dous termos, é, principalmente, de algodão e tabaco, ambos de superior qualidade. Cultivam-se diversos cereaes e outros generos, alguns de industria extractiva. Entre os cereaes abundam o milho e o arroz, alem de muitos outros generos, como sejam carrapato, gergilim, fructas, baunilha, cumarú, cravo, canella, anil, etc. Possue extensas mattas com madeiras preciosas de innumeras especies, e terras muito bôas para a lavoura da canna, café, algodão, arroz, milho e mandioca, havendo quatro engenhos que se empregam no preparo do primeiro destes generos, e que fazem pouco assucar, entregando-se de preferencia ao fabrico da aguardente. A industria da com. limita-se, pode-se dizer, á criação de gado e á pesca de peixe e camarão, que exporta em larga escala para o Estado do Pará. Tem estação telegraphica, cuja inauguração teve logar no dia 25 de dezembro de 1895. Compõe-se a Camara deste mun. de sete vereadores, sendo a sua receita annual de seis contos de réis. E' a com. banhada em todo o seu comprimento por não pequeno numero de rios, sobrepujando a todos pela extensão do seu curso, volume das suas aguas e superioridade dos terrenos que atravessa, o *Gurupy*. Alem deste rio notam-se mais: o *Maracassumé*, que nasce nas mattas da com. de Monção e tem por tribs. o *Cagueira*, *Urubú-quara* e *Jardim*; o *Tury-assú* e outros. O terreno é geralmente accidentado, salientando-se, entre outras, as serras de *Curupira*; a do *Ouca*, assim chamada por se sentir a repercussão do som no solo; a do *Tromahy*, bastante elevada; a do *Iriry*; e finalmente a de *Pirocaua*, a maior aqui conhecida, a seis kils. da costa. Possue ainda outros muitos rios, igarapés, lagos, praias, serras, pontas, ilhas e portos. Em diversas ilhas ha criação de gado, habitando-as vaqueiros e pescadores; em algumas, negociantes e regatões, sendo mais importante de todas ellas a de *Caiauçoeua*, sobre a costa, com 40 kils., e onde ha criação de gado vaccum, cavallar, caprino e lanigero. Em Carutapera encontra-se, entre outras, a ilha Sapeca, com criação de gado e salinas. Alem de muitos portos interiores, ha o da cidade do Tury-assú e o da villa de Carutapera, onde podem fundear vapores regulares; e o importante porto de Pirocaua, proximo á costa, o qual offerece ancoradouro a navios de grande calado. O primeiro destes portos, o de Tury-assú, é frequentado mensalmente por tres vapores da Companhia de Navegação do Maranhão, dos quaes dous com destino ao Pará e um a Manáos. Encontram-se nesta com. algumas curiosidades naturaes, sendo mais conhecidas as seguintes: As cavernas da serra Pirocaua; a grande Pedra do Gurupy, conhecida dos navegantes da costa e um igarapé que, nascendo no centro das mattas, descarrega a agua inteiramente salgada á margem dir. do Maracassumé, que é de agua doce. Existem minas de ouro por toda a com., tornando-se, porém, mais notaveis as: de Pirocaua, antigamente do fallecido José Gonçalves Teixeira; no Prata, onde esteve a Companhia de Mineração Maranhense em 1855; as da Revirada no rio Tromahy; e as dos centros, entre os rios Maracassumé e Gurupy. Dizem os moradores do Gurupy, que para cima do Prata existe a celebre serra de Santa Catharina, que é como um segundo El-dorado e como tal ninguem ainda a descobriu, nem o seu ouro, que é tanto como arêa! Destaca-se, entretanto, de todos estes terrenos auriferos, uma área de 18 kils. quadrados, d'onde o seu proprietario extrahiu de uma mina, então descoberta (1870), em um só dia e com o trabalho de oito homens, 1.419 oitavas de ouro, de 22 quilates, inclusive pedras de ouro massiço, de 50 a 285 oitavas, e onde mais tarde um trabalhador encontrou e subtrahiu uma pedra de ouro de cerca de dous kilogrammos (ouro massiço). Todo esse ouro foi encontrado em pouco mais de 22 centimetros do nivel do solo. — O clima é temperado, não havendo molestias endemicas. O mun. está dividido em tres dists. A pop. de toda a com. é de 20.000 almas, sem exagero, e sem incluir neste numero os indios do Gurupy, parte dos quaes já estão mais ou menos domesticados. Desta pop. dous terços, isto é, 15.000 almas pertencem a este mun. — Creado *Logar* em 1754 e situado sobre terra pouco alta da margem esq. do rio e proximo ao cotovelo, que ahi forma a mesma margem, não passava o Tury-assú em 1839, segundo Baena (*Ensaio chor.* Pará. 1839) de duas pequenas ruas parallelas ao rio, circuitadas de palhoças de algumas com tecto de telha e uma pequenina casa telhada com folhagem, chamada Egreja. A sua pop. compunha-se então de 987 brancos, 1.000 escravos e 566 mestiços, que se entregavam á lavoura do arroz e algodão, exportando, em cada safra para o Maranhão, cerca de 3.000 saccas de algodão, e 12.000 alqueires de arroz. Em 1797, 1805 e 1809 requereram seus moradores a mercê de ser este *Logar* investido na graduação de villa e ter um Juiz de Fóra; sendo-lhes, porém, indeferida esta pretenção, mudaram de intento e passaram a pedir ao monarcha, então no Rio de Janeiro, que o seu *Logar* e dist. fizessem parte integrante da prov. do Maranhão, o que lhes tendo sido ainda recusado, desgostosos, nunca trataram de erguer bôas moradas, nem de edificar uma Egreja proporcionada ás suas posses. Em 1860, oito annos portanto depois de sua incorporação á prov. do Maranhão, era a pop. do mun. calculada em 5.297 almas, contando-se já dentro dos limites da villa 97 predios, dos quaes apenas seis de palha com 466 habs. ». Comprehende as seguintes povs. Sobreiro, Ponta da Mutuoca, Jamary, Aguas Claras, Capueira Grande, Colonia Amelia, Redondo, S. José do Igarapé-assú, Diamantina, Maracassumé, Jardim do Maracassumé e Alto Macarassumé.

TUTOYA. Rio do Estado do Maranhão, no mun. do seu nome. Corre a principio de E. para O., e, depois de receber o rio Novo, de S. para o N. e se lança na costa com o nome de Barra do Tatú. O rio, de aguas salgadas até á villa, é navegavel por lanchas a vapor, que não calem mais de quatro pés. Recebe os riachos Banguê e Tamancão. A palavra *Tutoya* é, segundo Montoya, corrupção de *totoi*, interjeição, equivale a *oh! linda*, que belleza, que encanto.

TUTOYA. Villa do Maranhão. Accrescente-se no fim: Está assente sobre o rio do mesmo nome e em terreno alto. Em uma praça, que constitue a sua parte principal, existe uma Egreja bem regular. A principal riqueza dos habs. desse mun. consiste no preparo do sal, na pesca e na criação de gado. Exporta cereaes, algodão, taboado de cedro, oleo de copahyba, resinas, peixe salgado e couros.

TUÚ-TUÚ. Log. do Estado do Amazonas, no mun. de Barcellos.

TUVÚ. Corruptela de *Ti-húú*, agua turva. De *ti*, agua, rio; *húú*, lodo, borra, fezes, detritos. O *ti* tem som guttural. Allusivo a ter lodo no leito e ás margens: de sorte que a agua está sempre suja (Dr. J. M. de Almeida).

TUYÚ. No tupi-guarani, o brejo, a lama, o liquido corrupto ou podre; no tupi da costa, *ty-yuca* (Dr. T. Sampaio).

TUYUCA. Composto de *ty-yuca*, o brejo, a lama, o tremedal, o liquido podre, o charco, o paul; alt. *tijuca*, *tijuco*, *tujuco*, *tuyú*. (Dr. T. Sampaio).

TUYUTY. Dist. do mun. de Bragança, no Estado de S. Paulo, banhado pelo rio Jaguary.

TUYUTY. Corr. *tuyú-ti*, lameiro branco, barro branco, no tupi-guarani; no tupi da costa composto de *tuyutinga* (Dr. T. Sampaio).

TUYUYÚ. No tupi-guarani, lama amarella, barro amarello; no tupi da costa seria *tuyu-yuba*; nome das cegonhas pela razão, segundo Azara, de habitarem os brejaes (Dr. T. Sampaio). Baptista Caetano interpretou: *ty=ti*, bico *yu-yu*, muito amarello, isto é, a ave de bico muito amarello (*Mycteria americana*).

TYGIOCA. Corr. *tyi-oca* ou *tiyui-oca*, o paradeiro das espumas; alt. *tijoca*, *tijioca*; Pará (Dr. T. Sampaio).

TYPIOCA. Composto de *typi-og*, tirado ou colhido do fundo; o sedimento, o coagulo, o residuo do succo da mandioca; alt. *tipioca*, tapioca (Dr. Theodoro Sampaio).

TYPITY. (Verbo) Expremer, tirar liquido por pressão; (substantivo) a prensa, o cesto tubular, elastico feito de folhas de palma e servindo para expremer a massa da mandioca ralada; alteração *tipiti*, *tapity* (Dr. Theodoro Sampaio).

U

U. Corrupção de *y*, a agua, o rio. A pronuncia da vogal guttural *y*, difficil aos estranhos, deu logar ás fórmas *u*, *hú*, *eu*, que apparecem como suffixo nos vocabulos como: *Cumaú*, *Pagehú*, *Acaracú*, equivalentes a: *Cumã-ú*, *Pagé-hú*, *Acará-cú*, e respectivamente identicos a *Cumã-y*, *Pagé-y*, *Acará-y*. *U* é tambem verbo e significa comer, devorar, apresentando-se ás vezes sob a forma *gu* (Dr. Theodoro Sampaio).

UAÇÁ. Rio do Estado do Pará, reune-se com o Caripy e o Arucauá e juntos vão desaguar no oceano junto a foz do Oyapock e do cabo de Orange. Regam todos o territorio do Aricary.

UACORUTUBA (Santa Rita do). Pov. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Santo Antonio do Rio Abaixo, com escola.

UAIJARA. Ilha no rio Gurupy, em frente á cidade de Vizeu do Estado do Pará. (Dr. G. Dodt).

UARICURY. Corrupção de *yari-curi*. Vide *Ouricury*.

UARINY. Igarapé do Estado do Amazonas, no mun. de Teffé.

UASSÁ. Rio do Estado do Pará, no dist. de Cassiporé.

UAUÁ. Corrupção de *uã-uã* (substantivo), o pyrilampo, o vagalume, se fôr tupi; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

UBÁ. Corr. *ybá*, s., o fructo; corr. *uybá*, a canna de flecha, ou canna brava, o canniço; a canôa de casca (Dr. T. Sampaio). Tambem a palavra *uibá*, corrupção de *uybá*, significa a flecha, o canniço, a canna brava.

UBÁ. Lago do Estado do Amazonas, no mun. de Itacoatiara.

UBAHY. Corr. *ybá-y*, rio das fructas, ou *uybá-y*, rio das flechas ou das cannas bravas (Dr. T. Sampaio).

UBAIA. Corr. *yb-aia*, fructo saudavel; alt. *uvaia* (*Eugenia campestris*. Vellozo) Dr. T. Sampaio.

UBATUBA. Corr. *ubá-tyba*, canôas em abundancia; corr. *ybá-tyba*, cannavial bravo, flechal, fructal; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

UBAYARA. Corr. *ybá-yara*, o senhor da flecha; o flecheiro, o que é destro em arremessar a flecha (Dr. T. Sampaio).

UBAYERA. Composto de *ubá-yera*, a canôa desatada ou solta; corr. *ybá-yé* ou *ybá-ê*, o fructo doce (Dr. T. Sampaio).

UBERABA. Composto de *u-beraba*, o mesmo que *y-beraba*, agua reluzente, ou rio brilhante; Minas (Dr. T. Sampaio).

UBITUBA. Rio do Estado do Pará, no mun. de Vigia. Reune-se com o Cumarú. Encontrei tambem escripto *Ubrintuba*.

UÇAGOABA. Nome primitivo da pov. de Vinhaes, no Estado do Maranhão. Depois chamou-se Aldêa da Doutrina e finalmente teve o nome de Vinhaes.

UCHARIA. Ponta na bahia da Victoria, Estado do E. Santo. Segue ao forte de S. Francisco Xavier e forma a parte E. do sacco da Villa Velha.

UIRATIUA. Igarapé do Estado do Pará, affl. do rio Gururupy (Dr. G. Dodt. *Relatorio*).

UMARY. Rio do Estado do Pará, affl. do Jacaré, no mun. de Afuá.

UMBAHÚ. Corruptela de *Húú-bm-aú*, manchado do lodo. De *húú*, lodo, borra, fezes, detritos; *mb*, intercalação nazal; *aú*, sujidade, mancha (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.). Vide *Umbaú*.

UMBEVA. Corruptela de *Húú-mbé-bae*, chato e lodoso. De *húú*, lodo, borra, detritos, fezes; *mbé*, o mesmo que *pé*, chato, plano, mudado o *p* em *mb*, por causa do som nasal da palavra anterior; *bae* (breve), para dar a forma de participio, significando — o que é. (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

UMBÚ. Subs., o fructo tambem conhecido por *imbú* (*Spondias luberosa*. Arruda); alt. *ombú*, *ambú* (Dr. T. Sampaio).

UMBURANA. Composto de *umbú-rana*, o umbú falso, o que simula ou finge *imbuseiro* (Dr. T. Sampaio).

UMIRIM. Corr. *y-mirí*, aguinha, riosinho (Dr. T. Sampaio).

UNA. Negro, preto, escuro; alt. *huna*, *un*, *ũ*, *pixuna*, *mũ*. (Dr. T. Sampaio). Tem sido entendido que o nome *Una* é *Hú-na*, preto; e, com effeito, coincidindo com este significado, não só a côr do terreno, como tambem a sujidade das aguas, será talvez arrojo meu explicar de outro modo aquelle nome. Entendo que *U-na* é corruptela de *H-ũ-na*, revolvido. De *h*, relativo, porque o verbo *rũ* o pede, perdendo o *r*, revolver, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. Sem duvida concorre para isso a formação geologica, terreno carbonifero misturado com areia e cascalho; de sorte que as aguas cavam buracos no leito, e, formando rodomoinhos, são turvadas com as fézes em continuo movimento. O effeito é o mesmo, tanto em uma explicação como em outra: — as aguas denegridas. Mas, o indigena denominava quasi sempre os rios e os ribeirões, não pela côr da agua, mas pela formação de seu fundo ou leito, de suas margens altas ou baixas, de suas cachoeiras, saltos e corredeiras, e de seus alagadiços (Dr. J. M. de Almeida. *Obr.* cit.).

UNA. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. de Mogy das Cruzes. Vai para a margem dir. do Tieté. Recebe o Varzinha.

UNA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do Perová, que o é do Tieté.

UNA-MIRIM. Rio do Estado da Bahia; desagua no oceano entre a villa de Olivença e o rio Una (Capitão-tenente Viriato Hall).

UNIÃO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

UNIÃO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem dir. do rio do Collegio.

UNIÃO (S. Pedro da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Jacuhy e incorporado ao de Guaranesia pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

UPÁ. Corr. *y-pá*, a lagôa, o lago, o empoçado; alt. *vupá* (Dr. T. Sampaio).

UPACARAHY. Composto de *upá-carahy*, lagôa santa ou lago sagrado; R. G. do Sul. Vide *Carahy* (Dr. T. Sampaio).

UPAMOROTY. Corr. *upá-moróty*, lagôa muito clara, lagôa alva; R. G. do Sul (Dr. T. Sampaio).

URAIM. Rio do Estado do Pará, affl. do Gurupy. E' importante, podendo ser navegado em não pequena distancia por canôas de mil a 1.500 kilogrammos de porte. Vide *Uruaim*.

URATAÚ. Corr. *urataú*, a coruja, o mocho, ave agoureira (*Nyctibius aethereus*). Dr. T. Sampaio.

URATAUHY. Corr. *urataú-y*, rio das corujas (Dr. T. Sampaio).

URBIONEMA. Corrupção de *upaú-nema*, ilha ruim, imprestavel. E' o nome selvagem da ilha S. Vicente (S. Paulo), segundo Hans Staden.

URIBUOCA (Ponta). Extremidade septentrional da ilha Cajual, no mun. de S. Bento e Estado do Maranhão.

URPION. Nome transmittido por alguns viajantes antigos como sendo o que os selvagens davam á ilha de S. Vicente (S. Paulo), nome que alguns grapharam: *Orpion*, *Orbion*, *Morpion* e Hans Staden *Urbioneme*. « O vocabulo *Urpion* é provavel que seja corrupção de *upaon*, no tupi-guarani *ypaú*, que quer dizer — ilha. *Orbion*, *Orpion*, e *Morpion* são corruptelas do mesmo vocabulo. » Uma hypothese ainda é admissivel e está indicada pelo Dr. João Mendes de Almeida, e é que *Urbion* ou *Urpion* pode ser corrupção do vocabulo composto: *uira-upaon* contrahido em *Uirpaon* ou *Urpaon*, ilha dos passaros, que tambem se diz *guira-upaon*. Vide *Urbionema*.

URÚ (Substantivo). Nome commum ás gallinaceas no tupi; a ave conhecida (*Odonthophorus dentatus*. Temm.) Dr. T. Sampaio.

URUAÇÚ. Lagôa do Estado do R. G. do Norte, nas divisas do mun. de S. Gonçalo.

URUBÚ. Corr. *urú-bú*, a gallinha preta, a ave negra (*Cathartes*); alt. *orobó*, *uribú*, *aribú*; corr. *urú-ú*, ave voraz (Dr. T. Sampaio).

URUBÚ. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. do Lagarto. Ha ainda outro arraial do mesmo nome no mun. de Pacatuba (*Almanak Seripano*. 1901).

URUBÚ. Riacho do Estado da Bahia, no mun. de Alagoinhas. Surge de uma vertente ao pé da serra do mesmo nome, a um e meio kils. da nascente do Aramary.

URUBÚ. Corrego do Estado de Goyaz, banha o mun. da Palma e desagua no rio Maranhão.

URUBÚ DE BAIXO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Villa Nova. Ha ainda um outro arraial denominado Urubú de Cima, no mun. de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

URUBUPUNGÁ. Corr. *urubú-pungá*, o urubú inchado, ou ferido; S. Paulo, Matto Grosso (Dr. T. Sampaio). *Urubúpungá*, corrupção de *Y-rũ-mbú-pú-nguá*, golpes de arrebentação, estrepito, e rodomoinhos. De *y*, relativo; *rũ*, revolver; *mbú*, estrepito, ruido; *pu* de *púg*, arrebentar; *nguá*, forma nasal de *guá*, golpe, pancada. A palavra *rũ* nasaliza todas as outras: por isso *mbú* em vez de *pú*, e *nguá* em vez de *guá*. Allusivo a arrebentarem-se com estrondo as aguas de encontro ás pedras, formando depois rodomoinhos, muitos e successivos. A traducção do nome corrupto *urubú-pungá* seria — urubú inchado. Simplesmente um disparate, tratando-se de uma cachoeira (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc.* cit.).

URUBÚ-QUARA. Buraco ou refugio dos urubús. Composto de *urubú-guára*.

URUBUQUEÇABA. Composto de *urubú-queça-ba*, dormida dos urubús, ou ninho delles; S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio). Vide *Urubuquessaba*.

URUBUQUESSABA. Morro granitico á margem esq. do rio Juquery, no Estado de S. Paulo. E' tambem conhecido pelo nome Doce. O Dr. J. Mendes, que escreve *Urubuqueçava*, diz: « Corruptela de *Y-bir-águá-çába*, erecto, com ponta alta. De *y*, relativo; *bir*, levantar, alçar; *águá*, ponta; *çába*, verbal por acabar em *a* a palavra *águá*, com forma de participio para exprimir o modo. Por ser altissimo e ponteagudo, a corruptela foi feita por lá pousarem urubús; pois que *urubú-guê-çába* significa — pouso de urubús. De *urubú*, ave conhecida; *guê-çába*, participio de *guer*, dormir, pousar. Acabando em *r*, o participio é feito com *çába*, segundo a lição do padre Luiz Figueira, em sua *Arte de grammatica da lingua brasilica*. »

URUBURETAMA (S. João de). Com este nome foi restaurada a villa do Arraial, no Estado do Ceará, pela Lei n. 526 de 28 de julho de 1899. « Esta palavra, diz o Dr. Theodoro Sampaio, é composta de *urubú-retama*, a região ou paiz dos urubús ».

URUÇÚ. Composto de *urú-uçú*, o mesmo que *urú-guaçú*, a gallinha, o gallo; corr. *yrú-ucú*, o cesto grande ou cofo grande; corr. *eir-uçú*, abelha grande de côr avermelhada e que não morde; corr. *eira-chú*, abelha de ninho rugoso e aspero, é a mesma *eichú* ou *inchú* do norte do Brasil; alt. *iruçú*, *irachú*, *eichú*, *echú*, *inchú* (Dr. T. Sampaio).

URUCÚ. Subs., o vermelhão, a planta que o produz (*Bixa Orellana*). Dr. T. Sampaio.

URUCÚ. Pov. do Estado das Alagôas, no mun. do Passo do Camaragibe. Ha outro pov. do mesmo nome no mun. de S. Luiz de Quetunde.

URUCÚ. Rio do Estado do Pará, no mun. de Afuá.

URUÇUÁ. Ribeirão do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

URUÇUCA. Ribeirão do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

URUÇUHY. Corr. *uruçú-y*, rio das abelhas uruçús, rio do cofo grande. Vide *Uruçú* (Dr. T. Sampaio).

URUÇUI. Composto de *uruçu-i*, abelha uruçú pequena, menor do que uma mosca e amarella (Dr. T. Sampaio).

URUÇÚ-MIRIM. Composto de *uruçú-mirim*, o mesmo que *uruçui*. Vide *Uruçui*.

URUCURITUBA. Villa do Amazonas. Accrescente-se no fim: Foi a séde desse mun. transferida para o logar denominado Tabocal com o nome de Silverio Nery, por Lei municipal n. 38 de 18 de julho de 1901.

URUCUYA. Composto de *urú-cúi*, o vaso de beber das gallinhas, vasilha das gallinhas; corr. *y-rocúi*, rio vermelho, agua rubra, agua que se avermelha ou enrubesce; Minas Geraes (Dr. T. Sampaio).

URUGUÁ. Composto de *yru-guá*, o caracol, o caranguejo, o buzio (Dr. T. Sampaio).

URUGUAY. Rio dos caracóes ou dos buzios; de *uruguá-y*.

URUGUAYANA. Cidade do R. G. do Sul. Accrescente-se no fim: Em 1901 recebemos dessa cidade a informação seguinte: « *Posição topographica.* — A bella e florescente cidade de Uruguayana, edificada sobre varias collinas e valles que vão fenecer no Uruguay. Está situada na lat. S. de 29°45'18'' e long. O. de 13°50'36'' do meridiano do Rio de Janeiro. Pela sua especial topographia, Uruguayana gosa da grande vantagem de não ter em seu seio pantanos superficiaes ou subterraneos, pois devido á forte declividade de suas ruas as abundantes aguas pluviaes e fluviaes muito rapidamente se escoam para o Uruguay, deixando no fim de 12 horas, e menos tempo tambem, o solo completamente secco e transitavel. Acha-se a cidade a 77m,46 do nivel do mar. *Illuminação publica.*— Comquanto esteja em concurrencia o serviço para estabelecimento da luz electrica, a cidade ainda é illuminada a kerosene, sendo o serviço feito por meio de 204 lampeões, nos limites urbanos apenas. *Abastecimento de agua.*— O serviço de abastecimento de agua á pop. da cidade é feito por meio de pipas ambulantes que recebem a agua de um grande tanque apropriado, que existe na Caixa d'Agua da municipalidade. O precioso liquido é extrahido do centro do Uruguay por meio de uma bomba a vapor installada na beira do citado rio. Em 1901 o consumo de agua tirado da Caixa attingiu a 7.958 pipas, produzindo a renda de 3:183$200. *Distancias.* — A cidade dista 778 kils. de Porto Alegre, 240 de Livramento, 145 de Alegrete, 118 de Quarahy, 99 de Itaquy e 80 da Barra do Quarahy. Em frente, na Prov. de Corrientes (Republica Argentina) fica-lhe a pov. denominada *Passo de los Libres* ou simplesmente *Libres*, que mantem continuas relações

diarias com Uruguayana, por meio de botes e lanchas a vapor. *Ruas e praças.*— A cidade tem 33 ruas e sete praças, assim denominadas: (ruas de N. a S.) Floriano Peixoto, General Deodoro, 24 de Maio, Barão do Triumpho, General Victorino, 13 de Maio, 15 de Novembro, Duque de Caxias, Uruguay, General Camara, 7 de Setembro, Aquidaban, Andradas, Benjamin Constant, Venancio Ayres, Bento Gonçalves; (de E. a O.) Liberdade, General Propicio, Conde de Porto Alegre, General Vasco Alves, General João Manoel, Monte Caceros, Independencia, General Bento Martins, Sant'Anna, Riacluelo, 28 de Setembro, Julio de Castilhos, General Canabarro, General Hyppolito, Prado Lima, 27 de Outubro e 14 de Julho. Praça: Rendição, Paysandú, General Ozorio, Sant'Anna, Feliciano Ribeiro, Abolição e Tenente-coronel Fabricio Pillar. Dessas 33 ruas o maior numero é calçado no centro a macadam e nos passeios com lagedo, este em parte. Das sete praças, uma é toda arborisada e cuidada com gosto artistico: é a praça da Rendição. No centro desse sitio, que tem quatro alamedas em sentido diagonal, calçadas e oito sahidas feitas em forma de angulos adjacentes, está levantado um chafariz com repuxo de agua, movido por um moinho de vento. Ao S. da praça, quasi no centro, existe um kiosque-chalet, que tem regular concurrencia nos dias de retreta e diariamente no tempo de verão. As outras praças estão ainda incultas, comquanto cercadas algumas dellas, excepção feita da Paysandú, que se está arborizando. As 33 ruas citadas constituem os limites urbanos e, portanto, o perimetro sujeito á decima urbana e imposto sobre terrenos e chacaras. A rua principal da cidade é a Duque de Caxias. *Edificações e edificios.*— A edificação urbana é de 1.153 predios de construcção commum, isto é, terrea, exceptuados muito poucos. A suburbana attinge a 290 ou 300 casas, na maior parte de ranchos. Os principaes edificios publicos da cidade são: Intendencia Municipal, Collegio Municipal, Quartel Militar (da União), Sub-Intendencia, Cadêa, Matriz e Capella da Conceição; e os particulares: Club Commercial, Loja Maçonica « Cruzeiro do Sul 2º », theatro Carlos Gomes, Hospital de Caridade, Sociedade hespanhola de soccorros mutuos, Sociedade italiana « Unione e Beneficenza », Fabrica de massas alimenticias ou Moinho Colonizador e Estação da E. F. Brazil Great Southern. *Limites do Municipio.* —Ao N. pelos rios Ibicuhy e Uruguay, aquelle que separa o mun. do de Itaquy e o segundo da Republica Argentina; ao S. pelo rio Quarahy e parte do arroio Garupá, o primeiro que separa o mun. da Republica do Uruguay, o segundo do de Quarahy (S. João Baptista do); a E. pela sanga do Lageado e pelos arroios Garupá e Ibirocay, separando-o dos muns. de Quarahy e do Alegrete; e a O. tambem pelo rio Uruguay, que banha todo o mun. e em cuja margem esq. está situada a cidade. *Superficie.*— A superficie do mun., segundo os calculos mais provaveis, é de 6.098.400.000 metros quadrados ou seja 140 leguas, quadradas egualmente, na maior parte empregada na criação e pequena extensão na cultura. *Aspecto physico.* —O mun. é relativamente plano, não tendo mais que ligeiras coxilhas, convindo notar que, no 2º dist., entre o Uruguay e o Quarahy, existem verdadeiras planicies sem accidente algum do terreno. *Orographia.*—A coxilha de Sant'Anna ou Geral que atravessa o mun. de O. a E.; a coxilha do Japejú, ramificação da precedente nas proximidades do Uruguay, abaixo da foz do Ibicuhy, no 4º dist. administrativo; a coxilha do Pai-passo (no 2º dist. administrativo) da Barra do Quarahy (rio Quarahy) até á margem esq. do Itapitocay com uma ramificação para a barra do arroio Guarapuitan no passo de Sant'Anna Velha, tendo a denominação de coxilha de Sant'Anna Velha. *Hydrographia.* — Rio Uruguay desde a foz do Ibicuhy até á do Quarahy, separa o mun. da Republica Argentina; rio *Quarahy* desde a foz do Garupá até á sua embocadura no Uruguay, separa o mun. da Republica Oriental. Rio *Ibicuhy* desde a foz do Ibirocay até sua embocadura no Uruguay, separa o mun. do de Itaquy. O arroio Ibirocay, separando em suas nascentes o mun. do de S. João Baptista do Quarahy; ao longo do seu curso separa-o tambem do de Alegrete, desembocando no rio Ibicuhy. O arroio Garupá, em parte do seu curso, separa o mun. do de Quarahy e desemboca no rio deste nome. Os arroios Japejú, Sanchuri, Touro-Passo, Cerrador, Imbahá, e Salso ou Riacho banham o mun. e desembocam no Uruguay ao NO. da cidade. Os arroios Cacaréo, Salso, Itapitocay, Bonito, Sujo, Guarapuitan ou Sant'Anna Velha, Mineiro, Tenente Rodrigues, Guterres, Porco, Estaqueadeiro e Quarahy-chico banham o mun. e desembocam no Uruguay ao S. da cidade. Os arroios Guapitanguy, Capivary, Caiboaté e Camoatim, no centro do mun. desembocam no rio Quarahy e nascem na coxilha de Sant'Anna ou Geral, excepção feita do primeiro citado, que nasce na coxilha do Pai-passo. Os arroios Ipané e Ijiquiquá e sanga do Salso, banham o mun. e desembocam no Ibirocay. Os arroios Carumbé, Pindahy, Pindahy-mirim e Tajaçú nascem na coxilha Geral ou de Sant'Anna, desaguando todos no Touro-Passo, excepto o Tajaçú, que faz barra no Pindahy. São navegaveis: o Uruguay, o Quarahy, em sua barra, e o Ibicuhy, nas epocas de cheia, que são, como da parte do Uruguay, de agosto a janeiro. *Lagôa.*—A da Musica, em um campestre do Quarahy (campo dos Prados). *Ilhas.* — A do Pacú (Argentina), a Grande e Japejú (Brasileiras) no Uruguay; e a Brasileira, na foz do Quarahy. *Peninsula.*— A da Barranca Pellada, no porto. *Povoações.* — As da Barra do Quarahy, Itapitocay e Ipané. *Divisão administrativa.* — Divide-se em cinco dists. *Viação e meios de transporte.* — Uruguayana tem como via de communicação fluvial uma Companhia Argentina de vapores, cuja linha é de Monte Caceros a Santo Thomé ou a Concepción, quando a cheia do rio permitte (1), vapores esses que tocam em nosso porto, quando vão ao fim do itenerario, ás terças e sextas-feiras, seguindo com escalas por Libres, San Martin, La Cruz, Alvear, Itaqui, S. Borja até Santo Thomé; e aos sabbados e segundas feiras quando regressam, com escala inversa, ao ponto de partida, Monte Caceros. Além dessa existia uma outra linha de vapores de propriedade da firma Barbará & Filhos. Essa via de communicação, hoje resumida, só funcciona periodicamente, isto é, quando a cheia do rio Ibicuhy permitte as viagens desta cidade ao Cacequy. As communicações por via terrestre são feitas por linhas ferreas de Uruguayana a Alegrete e de Itaquy a Quarahy (2), bem como por quatro estradas de rodagem para Ibicuhy, Alegrete, S. João Baptista do Quarahy, esta estendendo-se até Livramento, etc., e para o Estado Oriental pelas vias que vão aos passos da Cruz, Pai-Passo e Barra do Quarahy. *Pontes.* — Existem no mun. 15 pontes, sendo sete nos limites urbanos e oito nos ultra-urbanos. Sete são metallicas, com alicerces de alvenaria, seis de alvenaria, uma de madeira e uma toda metallica. Nos limites urbanos (mandadas construir pela Intendencia) existem: duas de alvenaria na rua Monte Caceros, uma de madeira na rua João Manoel, uma de alvenaria na rua General Vasco Alves, uma de alvenaria na rua Uruguay, uma de alvenaria na rua 13 de Maio e uma outra de alvenaria ainda na rua João Manoel. Fóra dos limites urbanos (pertencentes ás estradas de ferro P. A. U. e Brazil Great Southern, esta da Barra do Quarahy a Itaquy), existem: uma no Ibicuhy, no trafego de Quarahy a Itaquy, da Brazil Great Southern, sendo uma das primeiras pontes da America do Sul; duas de alvenaria com superstructura metallica, sendo uma da B. G. S. e outra da P. A. U., ambas no Toro-Passo; duas no Salso, de eguaes construcções e propriedade daquellas estradas de ferro; uma no Salso (do sul), de egual construcção pertencente á B. G. S.; uma no Itapitocay e uma no Quarahy-mirim, ambas de construcção egual e pertencentes a esta ultima estrada. *Passos.* —Dos passos os mais frequentados e conhecidos são os seguintes: No rio Quarahy os passos da Barra, Pai-Passo, da Cruz, do Leão, do Ramos e do Juquery, que communicam o mun. com a Republica Oriental do Uruguay; no rio Uruguay os passos de Sant'Anna ou de Sant'Anna Velha, Aferidor e S. Marcos, que estabelecem communicações com a Republica Argentina; no rio Ibicuhy o passo de Santa Maria, onde está construida a bella ponte metallica da E. de F. B. G. S., que communica o mun. com o de Itaquy; no arroio Ibirocay os passos da Lagôa do Vahy e dos Mouras; no arroio Touro-Passo o passo Real ou dos Paraguayos (que o abriram em 1865 por occasião da invasão), o da Lagôa e o do Cemiterio; no arroio Imbahá o passo dos Coutos e o Real do Imbahá, abaixo daquelle; no arroio Garupá o passo Real ou de Sebastião Pouey, na estrada que

(1) Quando ha baixa no Uruguay, os vapores do trafego, *Ibará e Mensageiro*, baldeam em Santo Thomé os passageiros para um pequeno vapor, *Cunhataby*, de insignificante calado, que os transporta até Conceptión.

(2) Não confundir *Quarahy* ou Barra do Quarahy (pov. neste mun.) com a cidade de S. João Baptista do Quarahy, no mun. do mesmo nome e distante da Barra 120 kils.

de Uruguayana vai a S. João Baptista do Quarahy; no Caiboaté o passo real do mesmo nome; no Ijiquiquá o passo real do mesmo nome, na estrada de rodagem do Alegrete; no arroio Itapitocay o passo real do mesmo nome, onde passa, em uma ponte, a E. de F. B. G. S. (Quarahy a Itaquy). *Mineraes.* — Existem minas de cobre nas margens do Capivary. No mun. tem sido encontrados vestigios de ouro, existindo tambem com grande abundancia bellas agathas, outr'ora exportadas em regular quantidade e muito apreciadas, crystaes, etc. *Clima.* — O clima e a salubridade de Uruguayana têm sido muito variaveis nos ultimos annos e muito irregulares as estações, ao que em parte se deve attribuir a alta mortalidade local. No verão reina o vento norte regularmente crestando tudo ao seu bafo torrido; no inverno, em que as chuvas se têm tornado escassas (o que não é normal), sopra rijo o *minuano*, saudavel vento, que, vindo dos Andes, após as chuvaradas, varre e purifica a atmosphera, contribuindo para baixar o thermometro muito sensivelmente. No inverno a temperatura oscilla entre 18 a 8 gráos acima de zero, chegando algumas vezes (durante algumas noites de julho a agosto) a dous gráos abaixo de zero, si bem que os invernos nestes ultimos annos hajam sido pouco rigorosos, fazendo-se notar temperatura agradavel e mesmo calor (20 a 28º), enquanto que os verões têm sido abafadiços e torridos pelo que muitos casos de insolação ou *coup de chaleur* têm-se notado, fazendo algumas victimas. Em 1900, 1901 e Janeiro de 1902 a temperatura durante muitos dias subiu a 40º e 41º á sombra, sendo o normal 34 a 38º. Tanto no verão, como no inverno, as bruscas variações de temperatura são communs, produzindo graves damnos á saude publica. *O pampeiro*, borrascoso vento dos pampas argentinos, tambem sopra com frequencia nesta região, que, em 11 de Julho de 1887 a Outubro de 1899 soffreu a acção destruidora de dous formidaveis cyclones. São frequentes os granizos (chuvas de pedras) nesta zona, que com taes calamidades meteorologicas tem soffrido varias vezes em suas plantações, criações, etc. O laborioso industrialista Sr. Luiz Bettinelli, com o fim de obviar a queda do granizo e os estragos nas culturas de sua *chacara modelo*, na costa do Imbahá, inaugurou varios apparelhos ou canhões para evitar, com explosões, a queda do granizo, pratica esta adoptada pelos agricultores da Italia, com explendidos resultados. *Salubridade.* — A cidade e o mun. são em si salubres. Arredadas certas causas de morbilidade e mortalidade, puramente de caracter individual, que affectam a hygiene privada, pequena seria a cifra mortuaria de Uruguyana, cujas condições topographicas lhe garantem excellente salubridade. Entretanto, pelas razões apontadas e pela existencia de fossas fixas para o recebimento de materias fecaes, fossas que breve serão eliminadas e substituidas por cubos, é relativamente alta a mortalidade da cidade, donde convem dizer, ha cinco ou seis annos desappareceram quasi por completo as infecções typhicas originadas das fossas fixas e da então pessima agua que se consumia. Com o estabelecimento da Caixa d'agua e captação desta no meio do rio, aquellas infecções são raras, e de todo desapparecerão logo que seja inaugurado o serviço de remoção em cubos das materias fecaes, que será inaugurado em dezembro vindouro, segundo o contrato feito pela Intendencia com uma empreza particular. As bruscas variações de temperatura, varias molestias dystrophicas, oriundas de desvios de hygiene individual, são communs elementos que poderosamente influem para o desenvolvimento da tuberculose, cuja cifra é enorme. As enchentes periodicas do Uruguay, durante longos dias (Agosto e Outubro), inundando suas margens, são causas do apparecimento de um outro caso de malaria, as sezões. As molestias dystrophicas dos progenitores, a viciosa e pessima alimentação das crianças pobres são poderosos factores para a mortalidade infantil, aliás mais inferior hoje ás de outras epocas. A não ser a *influenza*, que tem grassado annualmente em quasi todo o Estado e a epidemia do sarampão em 1901, nenhuma outra epidemia tem assolado Uruguyana nestes ultimos cinco annos, não se contando, já se vê, casos esporadicos de diphteria, etc. A alta mortalidade é *in totum* proveniente de molestias, que nada tem que ver com a hygiene publica e sim com a hygiene pessoal. O numero dos nascimentos em 1891 foi de 895, o dos casamentos de 99 e o dos obitos de 593. *Commercio e industria.* — Existem na cidade varias casas importadoras, muitas lojas de fazendas, ferragens, louças, seccos e molhados, etc., tanto na cidade, como na campanha e Barra do Quarahy. As industrias fabril, pastoril e agricola, principalmente a segunda, muito concorrem para a riqueza do municipio. A vini e viticultura vão-se desenvolvendo gradual, mas progressivamente, tendo obtido seus industrialistas lisongeiros premios na Exposição Estadual aberta na capital em 24 de fevereiro deste anno (1901). O plantio de varios cereaes, batata, forragens, legumes, etc., se faz apenas para o consumo local, no Imbahá (1º dist.), suburbios e em Japejú (4º dist.). Pela Meza de Rendas de Uruguayana foram despachados, em 1901, generos no valor, de 1.276:891$351, sendo para a Republica Argentina 125:572$778, para a Republica Oriental 778:469$723, para o Rio de Janeiro 243:598$850 e para Pernambuco 29.250$000. *População.* — A pop. total do mun. é de 22.291 habs. sendo do 1º dist. 13.518. *Instrucção.* — O ensino no mun. foi ministrado em 1901 por 21 estabelecimentos escolares, sendo oito aulas municipaes, oito estaduaes e cinco particulares. Em 1902 foi creado um *Collegio Districtal* na cidade, ao lado do qual foi installada a 15 de Novembro a *Bibliotheca Publica*. Em 1902 as aulas municipaes eram assim distribuidas: duas na cidade, e uma em cada um dos logares: Guterres, Passo da Cruz, Caiboaté, Japejú, Toro-Passo, Pontas do Toro-Passo, S. Gonçalo (Ipané) e Pontas do Ibirocay. *Hospital de Caridade.* — Em 20 de Setembro de 1887 foi collocada a pedra fundamental deste estabelecimento, que se inaugurou a 24 de fevereiro de 1901. E' mantido a expensas de donativos particulares, contribuições dos Irmãos e auxilios do Estado e da Municipalidade. — *Imprensa.* Em 1901 publicavam-se na cidade tres jornaes: *A Noticia*, tri-semanal, fundada a 17 de outubro de 1899; *O Commercio*, bi-semanal, fundado a 25 de março de 1880; e *O Povo*, bi-semanal, fundado em 1895 ».

URUHÚ. Rio dos urús; de *urú-y*; Goyaz.

URUMAJÓ. Pov. do Pará. Accrescente-se no fim: Foi elevado á villa pela Lei n. 557 de 7 de junho de 1898.

URUMATUTIUA. Ilha do Estado do Maranhão, no littoral do mun. de Cururupú, entre a foz do rio Urú e a do Tury-assú.

URUMBEBA. Composto de *ybira-mbeba* alterado para *yr-mbeba* ou *urumbeba*, a madeira, o tronco chato, a madeira em forma de espatula; o cardo de folha chata, lisa, espinhosa, onde se cria a cochonilha (*Cœreus*). Dr. T. Sampaio.

URUNA. Igarapé affl. do rio Gurupy. Desagua do lado do Maranhão (Dr. G. Dodt).

URUOCA. Vocabulo composto de *urú-oca*, significando — esconderijos dos urús.

URUPÉ. Composto de *urú-pé*, trilho ou caminho dos urús; corr. *uru-pê*, cesto chato, peneira. Vide *Urupema* (Dr. T. Sampaio).

URUPEMA. Pov. do Estado das Alagôas, na com. de Atalaia.

URUPEMA. Nome empregado no Estado da Bahia para designar a peneira. E' composto de *urú-pema*, cesto raso ou chato, a peneira.

URU-RANGA BAIXA. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Araranguá; com esc. Denomina-se *baixa*, porque a outra pov. Uru-ranga do mun. de Tubarão se denomina — *alta*.

URURAY. Serra e ribeirão, uma e outro mencionados nos titulos de sesmaria de Pedro de Góes, de 10 de outubro de 1532, e de Ruy Pinto, de 10 de fevereiro de 1533. No ultimo titulo ha mais clareza: «E atravessando o dito caminho (de *Piratinim*), irá pela mesma serra (o serro alto que vae sobre o mar) até chegar sobre o valle do *Ururay*, que é da banda do norte das ditas terras, onde a serra faz uma fenda por uma sellada, que parece que fenece por alli, a qual serra é mais alta que outra por alli ajunta e d'ella que vem por riba do valle de *Ururay*, da qual aberta cahe uma agua branca; do alto desta dita barra desce directamente ao rio *Ururay*, e pela veia d'agua irá abaixo até se metter no mar e outeiros escalvados... ». Fiz os maiores esforços para interpretar o nome *Ururay*, applicado á serra e ao ribeirão: não o consegui. Entendo, portanto, que esse nome *Ururay* foi attribuido á serra e ao ribeirão, somente por estarem na região em que existia a grande *taba de Piherôbiá*, nome este corrompido em

Piqueroby, a qual era assim denominada, segundo o descreveram os chronistas. *Ururay*, nome de *taba*, é manifestamente corruptela de *Y-rú-rai*, geração, nação. De *y*, relativo; *rú*, accrescentar, augmentar, crescer em numero; *rai*, o mesmo que *tai*, filho. Allusivo a ser essa a *taba* principal, onde estava o chefe da familia, o chefe da nação. Mesmo o nome deste chefe, *Pi-herôbiá*, centro fixo e superior, coincide para aquella explicação do nome *Ururay*: *pi*, centro; *herobiá*, autoridade, confiança, respeito, obediencia, honra, estima, credito, fixidez. A filha deste chefe que vivia maritalmente com Antonio Rodrigues, portuguez, quando em 1531, ao canal *Bertioga* aportou a armada de Martim Affonso de Souza, é a progenitora indigena das principaes familias da Capitania de S. Vicente e S. Paulo, como o mostrei na obra *Algumas Notas Genealogicas*. Não era chefe *goia-ná*; era *tupi* (Vide *Piratininga*). Nem de outro modo é explicavel a sua autoridade invocada, quando appareceu e fundeou em *Bertioga* aquella armada (Dr. J. M. de Almeida. *Dicc. Geogr. da Prov. de S. Paulo*, obra posthuma, 1902).

URURÚ. Ilha na bahia da Victoria e Estado do E. Santo. Fica a N-S com a ponta da Ucharia e do lado opposto della. Para O. dessa ilha seguem-se tres outras: a do S. é a do Papagaio e as duas outras denominam-se das Restingas. *Ururú*, substantivo, significa o cesto grande, o tecido de vime em forma concava.

URURUHY. Corr. *ururú-y*, rio do cesto (Dr. T. Sampaio).

URUSSANGA. Corr. *y-roiçanga*, agua fria; alt. *ourissanga* (Dr. T. Sampaio).

URUSSUHY. Com este nome elevou a Lei n. 290 de 23 de junho de 1902 á categoria de villa a pov. de Nova Villa, na com. de Jeromenha, e Estado do Piauhy.

UTINGA. Corr. *y-tinga*, agua branca; alt. *otinga*, *itinga* (Dr. T. Sampaio).

UTINGA. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. do Cabo e desagua no rio Pirapama.

UTÚ. Corr. *y-tú*, tombo, queda d'agua, catadupa; alt. *outu*, *itú*. Vide *Itú* (Dr. T. Sampaio).

UTUPANEMA. Corr. *ytú-panema*, o salto ou catadupa que não presta, ou que se degrada (Dr. T. Sampaio).

UTUPEVA. Vide *Itupeva*.

UVAIA. Vide *Ubaia*.

UY. Subs., a farinha, o pó.

UYARA. Corr. *y-yara*, habitante d'agua, a que mora n'agua, a dama do rio, a sereia (Dr. T. Sampaio).

UYARUPIARA. Composto de *yyará-rupiara*, a raça das sereias; alt. *uyarupiá* (Dr. T. Sampaio).

UYPUBA. Composto de *uy-puba*, farinha de mandioca amollecida n'agua (Dr. T. Sampaio).

UYRANDUBA. Lago no mun. da Capital do Estado do Amazonas.

UYTAN. Composto de *uy-tã*, farinha dura ou bem cosida (Dr. T. Sampaio).

UYTINGA. Composto de *uy-tinga*, farinha branca, a meio cosida (Dr. T. Sampaio).

V

VACAN. Pequeno corrego do Estado de S. Paulo, entre os muns. da capital e da Conceição dos Guarulhos. Só tem curso perenne na occasião das chuvas; seccando, mesmo quando o verão é rigoroso. "*Vacan*, diz o Dr. M. J. de Almeida, corruptela de *I-acang*, arroio. De *i*, agua, e *acang*, seccar".

VACANGA. Morro e rio do Estado de S. Paulo; o morro fica á margem dir. do rio Tieté e o rio desagua na margem esq. do Juquery, trib. d'aquelle rio. "*Vaccanga*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Y-acanga-a*, o cabeçudo. De *y*, relativo; *acang*, cabeça, com o accrescimo de *a* (breve), por acabar em consoante. Allusivo a não acabar em ponta, como outros da mesma região".

VACCA BRANCA. Pequeno pov. no mun. de Itapecurú-mirim do Estado do Maranhão.

VACCAHY. Palavra hybrida composta de *vacca-y*, rio da vacca; corr. *ybacaí*, arvore que dá côco, o coqueiro; alt. *ubacaí*, *bacaí*, *vacaí*; Rio Grande do Sul; corr. *ybacay*; no tupi-guarani *ybaga-y*, rio do céo (Dr. Theodoro Sampaio).

VACCARAPI. Corr. *vacca-rapi*, a vacca esfolada. Nas antigas colonias hespanholas do Rio da Prata, palavras hybridas como esta eram communs. *Vaccapi*, composto de *vacca-pi*, a pelle de vacca. Vide *Vaccahy* (Dr. Theodoro Sampaio).

VACCARIA. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Verde, que o é do Ipanema e este do Sorocaba.

VAE QUEM QUER. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

VAHY. Passo no arroio Ibirocay, mun. de Uruguayana e Estado do R. G. do Sul.

VALADARIO. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

VALENÇA. Da cidade do Rio Preto dirigi-me á cidade de Valença, servida pela estrada de ferro União Valenciana.

Está Valença assente sobre um terreno mais ou menos ondulado, tendo maior declive para a parte voltada para o rio das Flores.

Fica entre serras e morros, entre os quaes a serra Velha ou do Mascate, o que impede que a vista abranja largos horizontes. Dista 157 kils. da Capital Federal, 25 da estação do Desengano, 18 da villa de Santa Thereza e 38 da cidade do Rio Preto, nas divisas do Estado de Minas, ligada á esta ultima cidade e á estação do Desengano pela E. de F. União Valenciana.

Fica a 560 metros de altura sobre o nivel do mar, na latitude de 22º 42' 30'' e longitude oriental de 0º 12' 20'' do Rio de Janeiro.

E' atravessada pelos corregos das Laranjeiras, affl. do rio das Flores, e pelo da Misericordia, que passa por baixo de um dos parques. Banham-na nos extremos os corregos São José, trib. do rio das Flores, e Bemfica, trib. do Laranjeiras.

E' uma cidade grande, bem delineada e de lindo aspecto.

Seus predios, em numero de 550, são pela maior parte de gosto antigo, havendo todavia alguns de construcção moderna, sobresahindo entre estes o palacete onde funcciona o Club Recreativo.

Suas ruas, em numero de 19, são de largura regular, 10 metros, todas mais ou menos rectas, perpendiculares umas ás outras, em ladeira de suave declive e todas calçadas de alvenaria e com passeios, muitos cimentados. A rua mais commercial é a de Uruguayana, outr'ora dos Mineiros, e a mais extensa a de S. José.

Tem cinco praças: a da Camara, outr'ora do Imperador, a do Visconde do Rio Preto, a da Estação, antigamente da Constituição, a da Alegria e a da Misericordia. As praças da Camara e do Visconde do Rio Preto são occupadas por dous esplendidos parques, os primeiros do Estado pela extensão, belleza e zelo com que são cuidados.

A cidade é illuminada a kerozene, tendo 145 postes de ferro apropriados para gaz; é abastecida de excellente agua, que desce de dous mananciaes situados na serra Velha e é servida por uma rêde de esgotos.

Na cidade não ha presentemente escolas publicas; o Grupo Escolar « Alonso Adjunto » foi infelizmente destruido pelas chammas no dia 29 de Junho do anno corrente. Existe um excellente collegio particular, o Collegio Cruzeiro do Sul, proficientemente dirigido pelo illustrado Sr. Vicente de Mello Faceira.

Foi Valença, em tempos não muito remotos, uma das cidades mais populosas e commerciaes do Estado do Rio de Janeiro; infelizmente está hoje em contristadora decadencia; já chegou a ter mais de 12.000 habitantes, hoje tem apenas 3.000.

Conta tres templos catholicos na cidade, além de outros nos bairros. Os templos da cidade são: a Egreja Matriz de N. S. da Gloria, a Capella de N. S. do Rosario e a Capella da Santa Casa da Misericordia, dedicada á Santa Izabel.

A Egreja Matriz não tem estylo. Destaca-se á distancia pelo seu tamanho, alvura das paredes e grande elevação em que está situada, dominando o panorama da cidade.

Tem na frente cinco janellas de peitoril, tres portas, um relogio e um mostrador, duas torres e um adro cercado por um gradil de ferro. Aos lados tem 14 janellas com grades de ferro no segundo pavimento e cinco janellas de peitoril e duas portas no andar terreo. As torres são coroadas por duas cupulas encimadas por um gallo.

O interior da egreja não é sumptuoso, mas elegante; os altares são dourados. Na capella-mór, onde se acha o Santissimo Sacramento, encontra-se um altar tendo no throno a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, em baixo, em um nicho gothico, a imagem de N. S. da Gloria, padroeira, e aos lados São Sebastião e S. Manoel; tem quatro tribunas.

No corpo da egreja encontram-se quatro altares, dous ao lado do Evangelho com as imagens de N. S. da Conceição e S. Miguel, e dous do lado da Epistola com o Divino Espirito Santo e N. S. das Dores, tendo na urna do altar o corpo do Senhor Morto; dous pulpitos, dous confissionarios, a pia baptismal, o côro com um harmonium e quatro lustres. Do lado da Epistola fica a Capella do Senhor dos Passos, com um altar em cujo throno se vê Nosso Senhor Jesus Christo carregando a cruz, tendo ao lado, em dolente posição, N. S. da Soledade. Nos fundos fica a sacristia da capella.

Do lado do Evangelho fica a sacristia da Matriz, que é espaçosa e toda ladrilhada de marmore. Tem um altar com a imagem de N. S. da Gloria, um arcaz, um lavabo, diversos quadros religiosos e o retrato do vigario Joaquim Claudio Vianna das Chagas, fallecido ha 30 annos.

Na Matriz funccionam as Irmandades da Padroeira, do Sacramento e do Senhor dos Passos. Os edificios da cidade são: a Casa da Camara, o Hospital de Misericordia, a Cadêa e o Lazareto. A Camara Municipal funcciona em um predio proprio, situado na praça do mesmo nome e construido sob plano do engenheiro A. P. de F. Mendes Antas.

A fachada é simples. A construcção é de pedra e cal, sendo os vãos das janellas e portas revestidos exteriormente de cantaria e granito.

Compõe-se de dous pavimentos; no terreno estão alojadas a bibliotheca, a secretaria e a sala de audiencia dos juizes; no pavimento superior a sala do Jury com suas dependencias, a sala de sessões da Camara e o Archivo. As salas da Camara e do Jury estão mobiliadas com algum luxo, principalmente aquella. Na primeira vê-se um bello busto da Republica sob uma columna feita de cabiuna, com artisticos lavores e um retrato do finado Imperador, quando moço, e algum tanto offendido por mãos selvagens.

Na segunda vê-se á cabeceira do Presidente, velada por uma cortina, a imagem consoladora e resignada de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado.

A Bibliotheca conta cinco mil volumes, entre os quaes a collecção completa da *Revista dos Dous Mundos*, que pertenceu a Guizot, arrematada em Paris pelo Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, que a offereceu á Camara Municipal.

Orna ainda a Bibliotheca um busto em gesso de Christovam Colombo.

O Hospital da Santa Casa de Misericordia é um edificio amplo, mas modesto; não é sumptuoso, mas satisfaz bem ás necessidades de uma cidade do interior. As enfermarias são espaçosas, recebem bastante ar e luz e são bem desinfectadas.

Divide-se em duas secções, para homens e mulheres. A primeira compõem-se da enfermaria Barão de Petropolis, com 25 leitos, todos occupados por pretos muito velhos, e da Dr. Manoel Feliciano, com 16 leitos; a segunda compõe-se de tres enfermarias, uma das quaes isolada e destinada aos doentes de molestias repugnantes. Além dessas enfermarias possue mais tres quartos particulares, com quatro leitos cada um, destinados aos irmãos e pensionistas.

Possue ainda o hospital uma sala de operações com a respectiva mesa e armario, com instrumentos cirurgicos e peças anatomo-pathologicas; uma espaçosa sala de consultas (sala de banco), uma bem montada pharmacia, um necroterio, uma capella com a imagem de Santa Izabel e a sala das sessões ou sala de honra, com os retratos do Visconde do Rio Preto, Joaquim Saldanha Marinho, Visconde de Baependy, Antonio Leite Pinto, Visconde de Ipiabas, Commendador Domingos Theodoro de Azevedo Junior, Visconde de Jaguary, Herculano Furtado de Mendonça, Anastacio Leite Ribeiro, José da Silveira Vargas, João Pinheiro de Souza, João Baptista de Araujo Leite, Domingos Custodio Guimarães (2º Barão do Rio Preto), Barão da Vista Alegre, Antonio Carlos Ferreira, Commendador Manoel Antonio Esteves, Barão de Guaraciaba, Barão de Alliança, Coronel Antonio Leite Pinto, actual Provedor e que relevantes serviços tem prestado ao hospital, além de outros.

O hospital foi fundado a 2 de julho de 1838. Seu corpo medico é constituido pelos Drs. Ernesto Frederico da Cunha e Eugenio de Souza Nunes.

O Lazareto fica a meio kil. da cidade, no bairro do Barroso. Sob o ponto de vista hygienico nada deixa a desejar. Dispõe de duas enfermarias para homens e mulheres, duas salas de convalescença e outras dependencias.

A Cadeia fica situada na rua Voluntarios da Patria, esquina da praça da Alegria. E' bastante segura: suas paredes tem 70 centimetros. Além de quatro prisões, tem mais dous commodos, um para o carcereiro e outro para o corpo da guarda.

Possue a cidade dous cemiterios, o do Barroso e o da Gloria. Neste encontra-se o rico tumulo do Visconde de Ipiabas, com um bonito mausoléo, todo de marmore branco, de estylo gothico e rodeado por um gradil tambem de marmore com dous anjos em adoração. Na fachada do mausoléo vê-se a corôa de Visconde e as estatuas da Caridade e da Esperança. O mausoléo contém um altar de marmore com uma imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, de marfim. Na crypta acham-se as sepulturas.

Além desse tumulo, destacam-se pela belleza e gosto os do Visconde do Rio Preto, de marmore cor de rosa, da familia Guião, da familia de Gaudencio Cesar de Mello, de D. Julia Cardin, de Domingos Alfredo de Assumpção, do Dr. José Pereira Terra, da familia Pentanha e o em que repousam seis filhos do Dr. Ernesto Frederico da Cunha.

Este cemiterio tem uma capella.

Possue a cidade um theatro denominado da Gloria, cuja pedra fundamental foi lançada em 4 de maio de 1868.

Tem de frente 16m,28 com mais 4m,40 de cada lado, fechado com muros e portões. O comprimento é de 31m,90.

Todo o edificio compõe-se de tres corpos: o primeiro é o saguão com cinco portas e dous compartimentos lateraes, destinados ao archivo e ao botequim, e um salão no andar superior, de toda a largura do edificio, que se communica com os camarotes e as galerias; o segundo corpo compõe-se da platéa, de fórma de ferradura, duas ordens de camarotes e uma galeria na parte superior. A platéa dá lugar a mais de 200 pessoas. A primeira ordem tem 18 camarotes, a segunda outros tantos e mais um reservado para a primeira autoridade do Estado.

O scenario tem de boca 8m,14 de largura. A lotação total do theatro é para pouco mais de 600 espectadores.

Nesse theatro, a 23 de agosto de 1869, á noite, deu um concerto o genial artista Gottschalk.

O Club Recreativo funcciona em um bello palacete situado na praça do Visconde do Rio Preto. Dispõe de um grande e luxuoso salão de bailes, de uma sala para leitura de jornaes, de dous bilhares e de outras salas onde os socios entregam-se a jogos licitos.

Além deste Club ha na cidade ainda a Sociedade Nova Aurora, com um theatrinho e uma excellente banda de musica; e uma sociedade de beneficencia italiana.

Tem presentemente a cidade dous medicos, cinco advogados formados e um provisionado, tres pharmacias, dous hoteis, uma fabrica de aguas gazozas, uma de sabão, uma de massas alimenticias, 27 casas commerciaes e uma typographia, onde se imprime o *Correio de Valença*.

A 26 de maio de 1832 foi pela primeira vez distribuido nessa cidade um jornal, *O Valenciano*, sob a redacção dos Padres Aguiar e Meirelles, o qual cessou a publicação em 3 de agosto de 1833.

De caracter puramente politico, deixou esse periodico de apparecer depois que a revolução de 1831 produziu os desejados effeitos e os espiritos acalmaram-se pela nova direcção dada ao governo do paiz.

Em 1834 foi publicada a *Sentinella de Valença*; e, após longo periodo de 28 annos, surgiu, a 1 de janeiro de 1863, o *Merrimac*, propriedade e redacção do Coronel João Rufino Furtado de Mendonça, que montou a primeira typographia regular na cidade. Cessou a publicação a 12 de dezembro do mesmo anno.

Ao *Merrimac* succedeu *O Valenciano*, tambem de propriedade e sob a redacção do mesmo Coronel; desappareceu a 15 de setembro do mesmo anno.

Estes dous jornaes aventáram a idéa da construcção de um ramal de estrada de ferro que ligasse a D. Pedro II aos pontos mais productores do municipio de Valença e estes aos municipios vizinhos.

A mesma idéa advogou a *Phenix*, que sahiu á luz a 10 de março de 1867 e desappareceu a 23 de fevereiro de 1868.

A 23 de agosto de 1868 appareceu o *O Alagôas*, cuja publicação cessou a 31 de janeiro de 1870.

A 6 de agosto de 1871 appareceu o *Regenerador*, sendo distribuidos aos assignantes 46 numeros.

Em 14 de novembro de 1875 foi publicado o *Echo Valenciano*, que distribuiu sete numeros.

Veio depois o *Porvir*, de pequeno formato, a 16 de julho de 1876, sendo publicado o ultimo numero a 24 de dezembro do mesmo anno.

A 14 de dezembro de 1876 appareceu *A Gloria*, que publicou 22 numeros.

Em 18 de julho de 1880 appareceu *O Tempo*, que publicou o ultimo numero em 23 de outubro de 1882.

O *Phonographo* appareceu em 8 de agosto de 1881 e durou até 20 de janeiro de 1882, sendo publicada em seguida *A Tribuna de Valença*.

A 1 de janeiro de 1883 appareceu a *Gazeta de Valença*, cuja publicação durou até dezembro de 1890, sendo substituida pela *Actualidade*, que deixou de existir em junho de 1901.

Estão agora annunciadas as publicações da *A Tribuna* e do *Correio de Valença*, aquella sob a redacção do Dr. Dario F. de Mendonça e este sob a do Dr. Theodorico Fonseca.

Os bairros da cidade são Carambita, assim chamado de um tropeiro ahi fallecido, com uma capella da invocação de Santo Antonio; Bemfica, Santa Cruz, Rua da Palha, com a capella de Nossa Senhora da Apparecida; Laranjeiras e Barroso, com o Lazareto e o cemiterio novo.

Os districtos de que se compõem o mun. são: Cidade, Desengano, Santo Antonio do Rio Bonito ou Conservatoria, Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas, Santa Izabel do Rio Preto e S. Sebastião do Rio Bonito.

O mun. limita-se com o Estado de Minas e com os muns. da Barra Mansa, Barra do Pirahy, Vassouras e Santa Thereza.

A lavoura consiste em café, canna e cereaes. Ha grande criação de gado nos districtos da cidade e de S. Sebastião do Rio Bonito.

Entre os rios que banham o mun. notam-se: o Parahyba, Preto, Flores, Bonito, Quirino, Cobras, affl. do Bonito; Sant'Anna, que passa pela estação do Esteves; S. Fernando, affl. do rio Preto; Ipiabas, além de outros; e entre as serras: a Velha ou do Mascate, a de Tunnifel, a das Cobras, a das Cruzes ou Minhocas, a das Aboboras e a do Velhaco ou da Prata.

Ha no mun. dous açudes que são verdadeiras lagôas: a da Concordia e a da Floresta, nas fazendas do mesmo nome.

E' o mun. atravessado pelas estradas de ferro União Valenciana e Sapucahy. A primeira tem no municipio as estações do Desengano; Quirino, Hedychium, Esteves, Chacarinha, Valença, João Bonito, Ozorio, Santa Ignacia, Rio Bonito, Guimarães, Boa Vista, antiga Corôas, Santa Delphina, Souza Lima, Ventura e Rio Preto; a segunda: Ipiabas, Paulo de Almeida, Conservatoria, Pedro Carlos, José Leite e Joaquim Mattoso.

A extensão da E. de F. União Valenciana é de 63^{k},368^{m}; o custo da estrada foi de 1.724:560$647, sendo de 27:215$008 por kilometro.

O capital da companhia concessionaria foi 1.600:000$000 e o capital actual em acções integralisadas 1.080:173$063 e em debentures 565:300$000.

As condições technicas são: bitola 1^{m},10, extensão em alinhamentos rectos 36.704 metros e em alinhamentos curvos 26.664 metros; raio minimo de curvatura 71^{m},85; extensão em nivel 17.022 metros e em declividade 46.346 metros; declividade maxima 0^{m},035.

Os trilhos são de aço e de ferro com o peso de 20 e 22 kilos por metro corrente. Ha tres estações de 1ª classe, tres de 2ª e quatro de 3ª e 4ª. Existem cinco paradas, 11 armazens, dous abrigos para carros, uma officina, cinco casas para turmas de conserva, cinco caixas de agua e tres gyradores.

Ha 36 passagens de nivel, sendo uma inferior e uma superior; 383 boeiros, pontes e viaductos, sendo a extensão da maior ponte 34^{m},20; 45 chaves, sendo 43 simples e duas duplas; sete apparelhos telegraphicos do systema Morce e quatro telephonicos do systema Ball-Blackie, sendo de 62,500 mestros a extensão kilometrica da linha telephonica.

Possue a estrada seis locomotivas, quatro carros de passageiros, um vagão de animaes, 49 ditos para mercadorias e 12 vagonetes ou trolys para lastro.

A receita geral no anno de 1900 foi de 213:931$071 e a despesa geral de 213:392$453, deixando um saldo de 538$618.

Raros accidentes se dão nessa estrada, sendo o respectivo trafego feito em condições regulares e compativeis com os recursos de sua receita, visto como a Companhia não gosa de garantia de juros ou de outro qualquer favor dos poderes publicos.

Devido á competencia e espirito economico do engenheiro gerente da Companhia, o Dr. Carvalho Borges Junior, a estrada, apezar das difficuldades financeiras com que luta para manter os seus serviços e os trens em correspondencia diaria com os expressos da Central, vai prestando grandes serviços á zona que percorre.

Sendo a primeira estrada de bitola estreita construida no paiz, deveria só por isso merecer a sympathia do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que, além de tudo se inscrevera como accionista de mil acções, para complemento do fundo social, e de cuja importancia auferira já não poucos e remuneradores dividendos. Em vez disto teve a Companhia de arcar com a má vontade do mesmo Governo que, attendendo sómente a interesses de antigos politicos do municipio, sacrificou o futuro da estrada, fazendo concessões de outras parallelas, como foram as do Commercio e Rio das Flores e Santa Isabel do Rio Preto, ainda com a circumstancia de ser a esta concedida garantia de juros.

O resultado foi que nenhuma dessas estradas conta com elementos seguros de vida, ameaçadas como se acham, a Valenciana e a Rio das Flores, de uma liquidação desastrosa e a de Santa Izabel do Rio Preto, hoje de Sapucahy, pesando actualmente sobre os cofres do Estado pelo pagamento integral da garantia de juros!

O trafego da 1ª secção da Valenciana, de Desengano a Valença, foi aberto em 18 de Maio de 1871 e a da 2ª secção, de Valença ao Rio Preto, em 9 de Julho de 1880.

Ao terminar esta succinta e deficiente noticia sobre a cidade de Valença, resta-me agradecer a fidalga hospitalidade com que nella fui acolhido e pedir sincero indulto pela pallida descripção que fiz da cidade tão primorosa, que peço venia para considerar como a princeza do Estado do Rio de Janeiro.

P. S. — Sobre a parte historica dessa cidade consulte-se o meu *Diccionario Geographico do Brasil*.

VALLÃO DA CATHARINA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de S. Fidelis. Corre para o rio Parahyba do Sul.

VALLÃO DA ESPERANÇA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de S. Fidelis e desagua na margem dir. do rio Parahyba do Sul.

VALLÃO DANTAS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Cambucy. Nasce na serra do Monte Verde, forma uma linda cascata na fazenda da Cachoeira e desagua na margem esq. do rio Parahyba, na villa de Cambucy. Recebe o vallão das Tres Barras na fazenda de Antonio Perazzo, formado pelos corregos da Jacutinga, do Meio e da Fazenda da Penha.

VALLÃO DA VARGEM GRANDE. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem dir. do rio Parahyba no logar Boinha.

VALLÃO DE SANTO ANTÃO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, desagua na margem esq. do rio Parahyba, proximo á villa de Cambucy.

VALLÃO DE S. FIDELIS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a cidade de S. Fidelis e desagua no Vallão da Catharina, a um kil. da confluencia deste com o Parahyba.

VALLÃO DE S. JOÃO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha a villa de Itaocara e desagua na margem dir. do rio Parahyba do Sul.

VALLÃO DO CABURACA. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua no rio Dous Rios.

VALLÃO DO CAVOUQUEIRO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua na margem dir. do ribeirão da Bella Joanna.

VALLÃO DO JACQUES. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem esq. do ribeirão Bella Joanna, trib. do rio Preto, no mun. de S. Fidelis.

VALLÃO DO MACACO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o dist. de Ipuca, do mun. de S. Fidelis e desagua na margem esq. do rio Parahyba.

VALLÃO DO PADRE ANTONIO. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, affl. da margem esq. do rio Parahyba, no mun. de Itaocara.

VALLÃO DOS PORCOS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua no rio Grande.

VALLÃO DOS VEADOS. Corrego do Estado do Rio de Janeiro, banha o mun. de S. Fidelis e desagua no rio Dous Rios.

VALLINHOS. Pov. do Estado do Paraná, no mun. de Entre Rios; com uma estação da E. de F. S. Paulo ao Rio Grande.

VAMICANGA. Corr. *guaimi-canga*; osso de velha, ou cabeça de velha; alt. *guamicanga* (Lacerda e Almeida).

VAPORUNDUBA. Vide *Guapurunduba* e *Ivapurunduba*.

VARADOURO. Cachoeira no rio Pardo, a cinco kils. da cidade de Caconde, no Estado de S. Paulo. De 60 metros de largura, que na media tem esse rio, estreita-se ahi, em canal de tres a cinco, aberto na rocha, na extensão de pouco mais de cem metros, fazendo as aguas grande ruido e rodomoinhos. Nas repontas das enchentes os peixes luctam, á entrada desse estreito, para serem os primeiros a subil-o.

VARADOURO. Cataracta no rio Ribeira de Iguape, no Estado de S. Paulo.

VARADOURO. Canal para ligar o ribeirão Ararapira, no mun. de Cananéa e Estado de S. Paulo, com a bahia de Paranaguá, no Estado do Paraná. E' obra do seculo passado.

VAREJÃO. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Piragibú, que o é do Sorocaba.

VARGEM. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

VARGEM. Pov. no dist. da cidade do Bom Fim e Estado de Minas Geraes.

VARGEM. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do ribeirão dos Cavallos, entre os dists. de Ibertioga e Piedade do Rio Grande.

VARGEM CUSTODIA. Bairro do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Rita da Extrema.

VARGEM DO PANTANO. Log. de Minas Geraes. Em logar de Vargem do Pantano leia-se Vargem da Pantana. Accrescente-se no fim: Foi incorporado ao mun. de Santa Quiteria pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

VARGEM GRANDE. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

VARGEM GRANDE. Lagôa no mun. de Minas do Rio de Contas e Estado da Bahia.

VARGEM GRANDE. Log. da Bahia, no termo de Santo Antonio de Jesus. Accrescente-se no fim: O dist. ahi creado e supprimido pela Lei n. 282 foi restabelecido pela de n. 426 de 20 de agosto de 1901.

VARGEM GRANDE (S. Caetano da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi elevado a mun. pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

VARGINHA. Bairro no mun. de Santo Amaro e Estado de S. Paulo.

VARGINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, no mun. do Patrocinio do Sapucahy. Em uma parte do seu curso toma o nome de corrego das Pedras. Reune-se ao corrego da Joanna.

VARGINHA. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do S. Lourenço, trib. do Juquiá.

VARRE ESTRADA. Log. do Estado da Bahia, na cidade de S. Felix.

VARZEA DA ONÇA. Riacho do Estado de Pernambuco, nas proximidades da cidade de Taquaretinga. Atravessa a estrada que dessa cidade segue para a pov. do Gravatá de Jaburú.

VARZEA DA OVELHA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Villa Nova (*Almanak Sergipano*. 1901).

VARZEA DO PAIOL. Log. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Caxambú e mun. de Baependy.

VARZEÃO. Dist. policial do termo de Serro Azul, no Estado do Paraná.

VARZEA PEQUENA. Morro do Estado de Santa Catharina. Pela sua falda sul estende-se o pov. de Ratones. E' tambem denominado Varzea de Baixo.

VARZEA VERDE. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Itaporanga (*Almanak Sergipano*. 1901).

VARZINHA. Log. do Estado de Pernambuco, no mun. de Bezerros.

VARZINHA. Arraial do Estado de Sergipe, no mun. de Pacatuba (*Almanak Sergipano*. 1901).

VARZINHA. Corrego do Estado de S. Paulo, affl. do rio Una, trib. do Tieté, no mun. de Mogy das Cruzes.

VASANTE DA FORMOSA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Santo Antonio do Rio Abaixo, á margem dir. do rio Peixe de Couro.

VASSOURAL. Log. do Estado do Maranhão, na ilha de S. Luiz.

VASSUGANA. Log. do Estado do E. Santo, no dist. de Santa Thereza, com uma capella da invocação de S. Luiz Gonzaga.

VASSUNUNGA. Corruptela de *Y-aiè-çu-nunga*, muito ruidoso. De *y*, relativo; *aiè*, muito; *çunũ*, fazer ruido, com o suffixo *nga* (breve), para formar supino (Dr. J. M. de Almeida) Vide *Vassonunga*.

VÃU DO CAMPO. Log. do Estado de Goyaz, no mun. de Morrinhos, sobre o rio Paracanjuba.

VAYCURITUBA ou GUAYCURYTUBA. Composto de *guaicury* ou *guacuri-tyba*, cocal de guaicurys (Lacerda e Almeida).

VAZA COTIA. Ilha do Estado do Pará, no dist. de Guajára e mun. da Capital.

VEADO. Bairro do mun. da Fartura e Estado de S. Paulo.

VEADO. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Afuá. Vai para o rio Araramá.

VEADO. Com este nome vae desaguar no rio Pomba o ribeirão do Braço Forte, no mun. de Santo Antonio de Padua do Estado do Rio de Janeiro.

VEADO. Rio do Estado de S. Paulo, no mun. da Fartura. Desagua na margem dir. do ribeirão Fartura, affl. do Itararé.

VEADO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, no mun. dos Campos Novos do Paranapanema. Reune-se ao Ceremonia.

VEADO. Dist. do E. Santo. Accrescente-se no fim: O territorio, que forma esta freg., foi outr'ora motivos de duvidas entre as dioceses do Rio e de Marianna. Elevada á parochia sob o patrocinio de S. Miguel, o Vigario Capitular do Rio confirmou logo depois, não só pondo em concurso por edital de 10 de dezembro de 1866, como instituindo-a canonicamente, com séde no arraial de S. Miguel, e nomeando para seu Vigario encommendado o Padre Manoel Pires Martins, por Provisão de 19 de Abril de 1868. Algum tempo depois o Prelado de Marianna, dando por Matriz a capella da pov. de S. Pedro de Rates, instituia canonicamente a mesma freg. e nomeava Vigario o Padre Antonio Marrano. Nomeado Bispo do Rio D. Pedro de Lacerda, foram as cousas accomodadas, havendo para isso nova combinação de limites. S. Miguel ficou então civilmente pertencendo ao Espirito Santo, e ecclesiasticamente á Marianna, anomalia esta que desappareceu com a creação do Bispado do E. Santo. A localidade acha-se a 525 metros acima do nivel do mar, em uma accidentada elevação, 18 kils. mais ou menos acima da confluencia do rio Veado com o rio Preto. No dia 29 de setembro de 1838 o mineiro Justino José Maria das Dores tomou posse do territorio que comprehende a actual pov. Alguns annos depois, foi por elle vendida parte dessas terras ao capitão Antonio Ouriques de Aguiar, que, cedendo em 1854 o terreno patrimonial que ainda existe, lançou os primeiros fundamentos do arraial. Em 1860, mais ou menos, o referido capitão, junctamente com o Commendador José de Aguiar Vallim e Luiz Francisco de Carvalho, iniciaram a construcção da capella de S. Miguel e da casa parochial, primeiros edificios que se fizeram.

VEADO BRANCO. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. do Bujo, ao N. e a 48 kils. da cidade.

VEADO GORDO. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá, á margem do rio Nabileque.

VEADOS. Lago do Estado do Pará, no territorio de Aricary, entre o lago do Rei ao sul e o do Amapá ao norte.

VEADOS. Rio de S. Paulo. Em logar de affl. do Paranapanema. Banha o mun. do Rio Novo — leia-se, affl. da margem dir. do Santo Ignacio. Banha o mun. de Avaré. Recebe os ribeirões da Barra Grande, do Barreiro, do Meio e dos Pinheiros.

VEEIRO. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VELHA. Igarapé do Estado do Pará, no mun. do Bagre, no rio Itaucú.

VELHACO. Log. do Estado do R. Grande do Sul, no mun. de S. João Baptista do Camaquan, com escola.

VELHA ENXUTA. Log. no termo de Belmonte, no Estado da Bahia.

VELHA JOANNA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. do Sumidouro.

VELHAS. Serra do Estado de Minas Geraes, no mun. do Pomba.

VELHAS. Corrego do Estado de Minas Geraes, affl. do rio Setubal, que o é do Arassuahy.

VELLUDO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Indaiassú.

VENDA NOVA. Corrego do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VENTANIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VENTANIA. Morro do Estado de Minas Geraes, na cidade da Leopoldina.

VENTANIA. Arraial do Rio de Janeiro. Accrescente-se no fim: Foi elevado a dist. pela Lei n. 480 de 8 de novembro de 1901.

VENTANIA (S. Sebastião da). Dist. de Minas Geraes. Accrescente-se no fim: Foi desmembrado do mun. de Passos e incorporado ao de Villa Nova de Rezende pela Lei n. 319 de 16 de setembro de 1901.

VENTO. Morro do Estado de S. Paulo, no mun. de Itapecerica.

VENTO. Lago do Estado do Pará, no territorio do Aricary, entre o lago do Rei ao sul, e o de Amapá ao norte.

VENTURA. Log. da Bahia. Accrescente-se no fim: Dista 24 kils. do Morro do Chapéo e é banhado pelo rio do seu nome. Está situado em uma baixa, entre morros, tendo a altitude de 830 metros.

VERAVA. Serra do Estado de S. Paulo, no mun. de Una. « *Verava*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Berab-a*, resplandecente. Allusivo a entrar como elemento de sua estructura o micaschisto, que tem brilho metallico. »

VERDE. Serra do Estado de Pernambuco, no mun. do Altinho.

VERDE. Rio do Estado de S. Paulo, affl. do Ipanema, que o é do Sorocaba. Recebe o Ignacinho, Samambaia e Vaccaria.

VEREDA DO BAZILIO. Corrego do Estado de Goyaz, reune-se com o ribeirão Sucury Pequeno, naa divisas do mun. do Mestre d'Armas.

VERISSIMO. Rio do Estado de Santa Catharina, no dist. de Santo Antonio.

VERMELHA. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Itaocara.

VERMELHO. Morro do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VERMELHO. Riacho do Estado da Bahia, banha o mun. de Alagoinhas e desagua no rio da Prata.

VERMELHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem dir. do Mboy-guassú ou Guarapiranga, abaixo da foz do Cipó.

VERMELHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. da margem esq. do rio Verde, no mun. do Rio Verde.

VERMELHO. Ribeirão do Estado de S. Paulo, affl. do Taquacetuba, que o é do rio Grande ou Jurubatuba.

VERMELHO. Rio affl. do Sabará, no Estado de Minas Geraes.

VIAMÃO. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VIANNA. Morro do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Macahé. Ahi fica o Lazareto.

VIANNA. Corrego do Estado de S. Paulo, passa pela estação de Guarirobas e vai para o rio Araras, trib. do Mogy-guassú.

VIANNA. Cidade do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansem Ferreira, em seus *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão*, diz: « *Vianna*, situada á margem do pittoresco lago do mesmo nome, que a abastece de peixe, proxima do rio Pindaré, com que communica por intermedio do rio Maracú, é o centro de maior producção de assucar do Maranhão: A seu porto vão os vapores da linha fluvial. Calcula-se a sua pop. em 5.000 habs. Nasceu nesta cidade o litterato Celso de Magalhães ». O Sr. José Ribeiro do Amaral, em seu trabalho *O Estado do Maranhão em 1896*, diz: « *Vianna*, cidade, elevada á esta categoria pela Lei Prov. n. 371 de 30 de junho de 1855, á margem N. do bellissimo lago do seu nome, a 180 kils. pouco mais ou menos ao SSO. da capital do Estado, a 2°59' de lat. S. e na long. em arco de 1°34' e em tempo 0h,6m,16*W. Esta cidade, que até 1709, quando começou a ser povoada pelos padres da companhia, era uma pobre aldêa de indios, denominada *Maracú*, foi ao depois elevada á villa em 8 de julho de 1757. Em 1820 constava já de uma praça regular, cinco ruas, algumas travessas, sendo as suas casas quasi todas de telha, com 137 fogos e 843 almas, em que entravam perto de 400 indios civilisados... Actualmente acha-se a cidade de Vianna cortada por seis ruas, 16 travessas e tres praças, contendo 207 casas de telha, 412 de palha e muitos terrenos baldios. As tres praças são: a da *Matriz*, em forma de parallelogrammo, medindo 132 metros de comprimento sobre 66 de largo, toda arborizada; a de *S. Benedicto*, onde existe um cruzeiro e ha projecto de erigir-se uma capella ao mesmo Santo; e a de *S. Sebastião*, formando um pequeno quadrado. Tem Egreja Matriz, construida de pedra e cal, coberta de telha e em perfeito estado de conservação, sob a invocação de N. S. da Conceição, padroeira da cidade; uma capella de tijolos, com a frente revestida de azulejos, sob a invocação de S. Sebastião, pertencente á Irmandade deste nome; e dous cemiterios, murados de tijolos, dos quaes, um denominado S. Sebastião, foi feito a expensas da pop.; e o outro, Dous de Novembro, pertence á uma sociedade particular... Contam-se ainda na cidade: 35 casas de commercio a retalho de seccos e molhados, uma padaria, uma pharmacia, duas casas de armador de galas e funeraes, duas fabricas de sabão, uma de fogos artificiaes, duas officinas de ferreiro, uma de serralheiro, uma de funileiro e alguns officiaes de alfaiate e sapateiro sem officina aberta, e muitos pedreiros e carpinas... O rendimento da Camara, relativo ao anno de 1895, foi de 9:430$000. A pop. da cidade é calculada approximadamente em 5.000 almas, e entre 20 e 25.000 a de todo o mun., o qual se acha dividido em tres districtos policiaes, sendo a sua maior extensão de E. a O. de 60 kils. sobre 48 de N. a S. Produz farinha em grande escala, assucar, aguardente, milho, arroz, carrapato, algodão, fumo e café. Suas mattas abundam em madeiras preciosas para construcção e marcenaria, de que exporta muito taboado; tem excellentes e ricas pastagens. A industria pastoril, que em outros tempos chegou a constituir uma riqueza, pois que só nos chamados Campos de Vianna pastavam, no verão, de 80 a 100.000 cabeças de gado vaccum, acha-se presentemente em quasi completo estado de abandono e decadencia. Ha no mun. dous engenhos de canna, movidos a vapor e cinco de ferro, tangidos a animaes... ». Os povs. pertencentes ao mun. são: o de Maracassumé, Villa Nova de Anadia, Taquarytiua, Aquiry, Mattinha e Itans.

VIANNA. Ilha da bahia do Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio de 1 de Novembro de 1901* diz:

« A experiencia official do cruzador *Republica* e do caçatorpedeiro *Gustavo Sampaio*, que hoje se realiza com a assistencia do Sr. Presidente da Republica, dos Srs. Ministros e outros convidados, dá ensejo á firma Lage & Irmãos de recebe-los nas suas officinas da ilha do Vianna, onde os mesmos vasos de guerra foram concertados.

Infelizmente, este importante estabelecimento industrial, verdadeiramente de primeira ordem, é conhecido por poucos.

Consideramos, assim, util deixar patente o que é a ilha do Vianna e o que póde ainda no futuro attingir, desenvolvidos que sejam os seus planos.

Para o desempenho do encargo da visita e colheita de informações, um dos nossos companheiros alli esteve desde cedo, onde a gentileza do Sr. Antonio Martins Lage, chefe da firma, o reteve durante longas horas em proveitosa excursão por todos os cantos e pontos da ilha, emporio do trabalho.

Por toda a parte o movimento, o borborinho das officinas, uma população operaria alegre e feliz, trabalho executado por intermedio de machinismos aperfeiçoados, movidos á electricidade, trabalho que não cessa e que se prolonga durante a noite, illuminado pela luz electrica.

A impressão que experimenta o visitante é viva e de curiosidade, sendo ao mesmo tempo grande a admiração pelos factores dessa obra ingente de boa vontade e energia.

O Sr. Antonio Martins Lage, cuja actividade é inexcedivel, historiou na demorada visita á ilha o seu programma, provando como é pouco conhecida a « arte de ser Brazileiro ».

Vêm de longe os contratempos, as difficuldades que se antolham, tendentes a entorpecer as suas aspirações, disse, e a entibiar a sua energia, accrescentou.

Existencia prospera, compromissos quasi solvidos, encaminhavam-se para solução razoavel, um a um os planos concebidos, quando a revolta de 1893 veio entorpecer o desenvolvimento da ilha e durante esse longo periodo os prejuizos foram enormes, damnificadas as officinas, e posto em pessimas condições todo o material fixo e fluctuante.

Debellada a luta civil, voltou a pouco e pouco o restabelecimento das forças, e notavel impulso foi dado a todos os ramos desta industria, tomando a casa Lage posição muito notavel entre as congeneres.

A festa que hoje vai ser proporcionada a uma fracção da nossa sociedade, é tambem motivo para que fique ella conhecendo a installação de todas as secções, desde as officinas até o dique, desde a usina de electricidade até os fornos de ferro.

A ilha do Vianna está situada a dez minutos da Ponta d'Areia, entre as ilhas Mocanguê, Conceição e Alvim, e é bastante extensa.

Começamos a visita pelas officinas, amplas, arejadas, espaçosas, divididas em 6 secções.

Na 1ª estão installadas 10 tornos, 2 machinas de atarrachar, 2 fraises, 5 machinas de furar, 4 machinas de aplainar, 1 de contornar e uma officina de modeladores.

Todas estas machinas são tocadas por motores electricos, que lhes são directamente conjugados.

Na 2ª secção está a fundição de ferro e bronze, com um forno para ferro e outro para bronze.

O ventilador, bem como o amassador destinado a pulverisar a terra e o barro da fundição, recebe movimento por electro-motores que lhes ficam conjugados directamente.

A 3ª secção é occupada pela ferraria e caldeiraria de ferro.

Um motor electrico faz trabalhar um ventilador, que fornece o ar necessario ao funccionamento das 11 forjas exis-

tentes. Um « burrinho », tambem tocado por um pequeno motor electrico, faz circular agua em todas as forjas.

Para as obras grossas possue esta secção um martinête a vapor. Na caldeiraria, além dos desempenos e outras ferramentas, existem 3 thesouras e punções mechanicas, podendo cortar chapas até 3/4 de espessura e furar até 3 pollegadas; 2 machinas de furar, 2 rolos para o funccionamento das ferramentas pneumaticos, e uma machina fixa para compressão do ar.

Estes apparelhos são inteiramente novos no Brazil, elles são o que de mais moderno existe no genero. Com o seu auxilio toda a força animal é substituida pelo ar comprimido; actuam como martello, como talhadeira, realizam a cravação dos rebites, com uma perfeição e rapidez irrealizaveis até agora.

Actuam como raspadeiras, pulverisando a tinta, etc. A compressão é feita por um motor electrico conjugado directamente á machina compressora.

O serviço de cravação é completado pelo aquecimento dos rebites em forjas especiaes a petroleo.

Além da machina fixa existe uma outra sobre rodas, podendo transportar-se para qualquer ponto da ilha, que por toda parte é circulada de fios conductores de electricidade, e ahi posta em movimento tirando uma derivação para a machina.

Tres catraças electricas igualmente transportaveis, levam por toda parte na ilha, ao interior dos porões dos navios, ao fundo do dique sua acção; é tambem a ultima palavra neste genero.

A 4ª secção é a officina de caldeireiros de cobre e funileiros, ainda em installação. Ahi vão ser montadas diversas machinas já importadas dos Estados Unidos para o mesmo fim.

Na 5ª secção está installada a carpintaria e serraria, compondo-se de uma serra sem fim americana, cujo estrado tem mais de 100 metros; uma serra horizontal, uma serra sem fim, uma serra circular, uma possante machina de aplainar madeira grossa, uma dita melhor, uma machina de malhetar e furar, uma dita de moldurar, uma de lixar e diversas machinas para amollar serrotes e outras ferramentas.

Como nas demais officinas, as machinas desta são tocadas por electro-motores com ellas conjugadas directamente, desapparecendo assim com economia as antigas florestas de correias, e os longos eixos de transmissão. Todas as machinas são norte americanas, e já contendo os ultimos melhoramentos que este engenhoso e activo povo sabe conquistar diariamente.

Os estalleiros, que são uma dependencia desta secção, compõem-se de uma carreira triplice com tres possantes cabrestantes electricos para encalhe.

Forno de Coke — Possue a ilha uma bateria de fornos do systema Bee-Hire para fabricação do coke, aproveitando para isso a moinha do carvão de Bealmontas, coke este que occupa um dos primeiros lugares entre os cokes metallurgicos.

A construcção destes fornos foi o primeiro passo para a installação do alto forno projectado para a fabricação do ferro em nosso paiz, tão rico neste util metal.

O minerio presentemente recebido provém das riquissimas jazidas de Miguel Burnier, é uma hematite e seu rendimento industrial é de 65 % de ferro de 1ª qualidade, sua composição chimica corresponde quasi ao typo theorico. E' desanimadora a historia da fabricação do ferro em nosso paiz, onde a falta do carvão tem-se constituido uma trincheira onde se têm ido quebrar honrosos esforços, infelizmente porém nem sempre dirigidos pelo caminho mais racional. Assim é que em Monlevade jazem milhares de contos de réis a dezenas de kilometros da remota estação de Leopoldina. Por que preço chegaria aos centros industriaes o ferro ahi produzido? Chegará certamente o dia em que o excellente ferro de Monlevade possa ser aproveitado, mas esse futuro ainda é remoto. A usina *Esperança* é ainda uma tentativa infrutifera; a distancia das minas, a escassez das mattas em terreno proprio, as proprias difficuldades da fabricação do carvão, com os salarios relativamente altos daquella zona, e sobretudo a pequena producção diaria em relação ás despesas necessarias do arrendamento, não permittem uma compensação razoavel ao capital empregado.

O esforçado industrial Sr. Antonio Martins Lage achou a solução racional do problema, e com a coragem que o caracteriza, enfrentando preconceitos já firmados, mandou vir dos Estados Unidos da America do Norte o material necessario á construcção de um alto forno projectado pelo Dr. Ximeno Villeroy, tendo para auxiliar o Engenheiro José Brandão Carvalho. Este alto forno, resumindo o que de progressivo tem realizado a industria de ferro nestes ultimos annos, tem capacidade para produzir diariamente 25 toneladas de ferro.

O alto forno é servido por dous apparelhos Cowper que pela combustão dos gazes do alto forno combinado com o ar atmospherico eleva o ar comprimido, que é injectado no alto forno á temperatura maxima de 800°, o que traz consideravel economia de coke. O excesso de gaz não aproveitado neste serviço fornecerá força necessaria para todos os serviços da usina, taes como luz, ventiladores, elevadores, etc., quer produzindo por combustão directa nas fornalhas o calor necessario para producção do vapor, quer actuando directamente em motores a gaz.

Como fundente será aproveitado um precioso calcareo recebido tambem de Burnier. O coke, como dissemos, é produzido aqui mesmo do carvão de Bealmont.

As recentes descobertas de minas de carvão fazem crer que dentro de alguns annos consigamos attingir o desideratum — a fabricação do ferro nacional com o coke de carvão nacional; ao Governo cumpre amparar essa iniciativa estimulando os industriaes que a tanto se aventuram com verdadeiro sacrificio.

Amparem-se as tentativas que surgirem; obter-se-á assim machinas por preços commodos e a fundição de canhões que a referida industria metallurgica póde produzir.

A installação do alto forno será completada pelo estabelecimento de retortas para a transformação do ferro em aço, e tres laminadores para a fabricação de trilhos, chapas, canos, etc.

Como annexo á secção de alto forno está em installação um laboratorio chimico provido de todos os recursos para os estudos de mineraes, metaes, etc.

Carvão — Um dos ramos mais importantes de actividade na ilha do Vianna é o serviço do carvão, de que a casa Lage Irmãos é hoje o maior importador em nossa praça. Este serviço, feito sob a direcção do Sr. Felippe Hene e seu ajudante Luiz Siqueira, occupa cêrca de 300 homens sob a inspecção directa de 11 feitores; este pessoal reside e alimenta-se na propria ilha.

Além dos melhores carvões de Cardiff e do carvão em tijolos, Patent Tivel, recebem os Srs. Lage Irmãos o carvão americano de Pocahontas, do qual elles são os unicos recebedores e agentes.

A descarga de carvão é feita directamente na ilha; os vapores atracam do lado O, da ilha, e descarregado de bordo por guinchos electricos e arrumado em pilhas.

Agua Hermitte — Esta agua é o resultado da agua salgada, atravessada por uma corrente electrica. O apparelho em que o phenomeno dá-se, compõe-se de uma caixa de ardosia, com electroides tambem de ardosia, nos quaes fica envolvido um fio de platina.

A corrente, atravessando a agua, decompõe seus elementos, deixando livre o chloro e saturando o de ozone.

Os effeitos beneficos da agua Hermitte podem ser verificados praticamente na ilha do Vianna, cuja hygiene nada deixa a desejar, apezar da variedade de serviços, alguns dos quaes, como o do dique e o da carreira recebem diariamente elementos de facil decomposição.

A corrente electrica é fornecida pela Usina Central; duas pequenas bombas tocam a agua necessaria para o electrolisador, onde é recebida em grandes tanques. Quando um destes tanques está cheio, automaticamente, entra em serviço uma terceira bomba, que abastece o tanque do serviço geral da ilha.

O *Dique* — Sobre este importante melhoramento e notavel obra cavada na rocha, já tivemos ensejo de alludir, quando foi inaugurado a 7 de Maio.

A largura da boca é de 61 pés, fóra a entrada, esta tem 58 pés, nivel do chão 78 pés, fundo 51 pés e 4 pollegadas.

Começou a ser construido em 1 de agosto de 1899, nelle já foram encalhados 41 navios, entre os quaes sete da nossa marinha de guerra, sendo um delles o *Tupy*, que se acha actualmente em concertos.

As obras do dique proseguem ainda.

Para o serviço de esgoto do mesmo, foi aberto na rocha; ao lado do mesmo, um vasto compartimento, coberto por um alboio duplo de peroba.

Uma escada (dupla no segundo lance) conduz o visitante ao interior, onde estão installadas duas possantes bombas centrifugas, ligadas directamente a dous motores electricos de 100 cavallos cada um, o que permitte esgotar o dique em tres horas.

Mais duas bombas electricas existem para o esgoto das aguas da chuva.

Padaria — Possue a Ilha uma padaria que produz mensalmente 8.800 a 9.000 kilos de pão, amassado a electricidade e que é destinado ao consumo do estabelecimento e dos paquetes.

Matadouro — O matadouro, construido sob os moldes do de Pariz, compõe-se de quatro compartimentos:

O primeiro, o maior, é o estabulo, onde se conserva o pequeno *stock* de gado existente na Ilha; o segundo compartimento é o da matança; o animal, isolado, tem uma mascara amarrada aos olhos, e ferido no frontal por um estylete, recebe morte instantanea.

Uma talha, correndo sobre um trilho, suspende o animal, que é convenientemente tratado.

Para o compartimento da esquerda é levada a carne, pesada, e dahi distribuida; no compartimento da direita está um deposito de couros durante o tempo em que se aguarda remessa para os curtidores.

Toda a lavagem é feita com agua Hermitte, e cousa curiosa, os couros assim conservados não têm o menor máo cheiro, desagregam-se todas as cartilagens dos chifres e desprendem-se perfeitamente limpas as crinas.

Ao lado do estabulo do gado vaccum está o dos suinos, cuja lavagem pela agua *Hermitte* não deixa exhalar o menor fetido.

São abatidas mensalmente 75 a 80 rezes.

Usina de electricidade — E' muito bem organizada e luxuosa esta secção.

A usina tem 3 caldeiras de 150 cavallos cada uma; 3 geradores typo Ideal, sendo um de 80, um de 90 e a 3ª de 260 cavallos.

600 lampadas incandescentes e 20 de arco estão installadas e funccionando.

Commissariado — Esta repartição é subdividida em duas secções: Maçames e ferragens e comestiveis.

Os serviços deste departamento estão installados com muita ordem e regularidade, sob a direcção do Sr. Pedro da Rocha Faria, que accumula as funcções de sub-gerente do Estabelecimento.

O commissariado, perfeitamente sortido, fornece para todos os paquetes, os quaes ao partirem do Rio levam tudo o que é necessario para as viagens redondas.

O serviço permanente da extracção de pedras, cortes, trabalho de pedreiro occupa 40 homens.

O serviço de estiva é feito por pessoal movel variando de 35 a 150 homens.

O serviço de pintura occupa 25 homens.

As officinas têm como chefe o Sr. Dr. Francisco Carvalho Paes de Andrade.

O pessoal é assim distribuido — machinas 65; fundição 20; ferraria 20; caldeiraria de cobre 17; caldeiraria de ferro 81; carpintaria 80; ao todo 283.

O engenheiro de machinas é o Dr. Schmidt.

O chefe do serviço de electricidade é o Sr. E. Braga; são apontadores os Srs. Ernesto Ratis de Carvalho e Octavio Ferreira da Silva.

O aspecto de toda ilha é muito attrahente e os multiplos serviços obedecem a um plano harmonico.

Larga e bem tratada avenida, embellezando as suas margens, taboleiros de relva e plantas têm de um e outro lado edificações; de um lado estão os refeitorios, cozinhas, alojamentos, quer das guarnições dos navios de guerra e em concertos, quer do pessoal do carvão e operarios; esta avenida tem um kilometro de extensão, desde a vivenda elegante e confortavel do Sr. Martins Lage até o mar. Nota-se defronte a ilha do Alvim, de vegetação luxuriante e cerrada: entra nos planos do infatigavel industrial a acquisição dessa ilha, ligando-a por meio de uma ponte.

Nesse recanto tão encantador e saudavel vão ser construidas as habitações dos operarios e suas familias; edificios isolados, aqui e alli, encobertos pelos arvoredos. No alto, em ponto apropriado estão a capella, a escola, a casa de diversões.

Pax et labor — eis a divisa do industrial.

Numa linha ferrea correm vagões tirados por uma pequena locomotiva, os quaes fazem o transporte de materiaes, terra, pedra, carvão, ferro de um para outro lado e para os pontos de embarque.

Já está quasi prompto um departamento, de 100 pés de comprimento, construido sob principios de hygiene e destinado á collocação de reservados de 1ª a 4ª classes, banheiros com identico plano, e bem assim lavatorios.

No pavimento superior ha dous tanques para agua doce e agua electrisada que se destina a todo o serviço já indicado.

Para a festa diurna que commemora a experiencia official das machinas dos dous já citados vasos de guerra, a ilha do Vianna, cujos encantos naturaes tanto impressionam, recebeu adornos e flores em profusão.

No alto de todos os edificios da florescente *Villa* industrial estão collocados mastros com bandeiras e galhardetes.

Dous artisticos e bem ornamentados arcos levantam-se defronte de duas das pontes, seguindo-se enfileiradas muitas tinas de palmeiras e outros arbustos.

Os arcos têm entrelaçados nas suas columnas folhagem e flammulas; num dos largos ergue-se um coreto octavado, tambem dourado, e guarnecido com muito gosto.

Um dos pavilhões foi transformado em salão de dansa e outro em sala das refeições; um e outro medem 120 pés de comprimento por 30 de largo; no primeiro, forrado de panno azul, com escudos e enfeites bem combinados, existem duas divisões onde devem tocar as bandas de musica; ao lado foi preparado o vestiario para as senhoras; no segundo salão, o das refeições, guarnecido tambem, estão dispostas 60 mesas para 6 talheres cada uma.

Desse serviço foi incumbida a Casa Paschoal.

Menu — Poisson frit sauce tartare, ragout de mouton, bretonne, noix de veau, macédoine, cotelettes d'agneau Allemande, longe de porc, purée de lentilles, salade panachée, dinde farcie à la brésillienne, jambon d'York, roast beef à l'aspic, puddings variés, gelée aux faises glaces moulées; dessert assorti: café, vins Graves, Fronsac, Porto, Champagne.

O Sr. Presidente da Republica e os Srs. Ministros serão servidos no refeitorio da residencia do Sr. Antonio Martins Lage.

Além das pessoas já citadas, foram tambem convidados officiaes de terra e de mar, os membros de ambas as Casas do Congresso e magistrados.

Excedem de 800 os convites distribuidos.

O embarque dos convidados será feito na estação Ferry entre 8 e 9 horas da manhã, para bordo do vapor que irá até junto a Villegagnon, acompanhando os dous navios de guerra.

O Sr. Presidente da Republica e sua comitiva embarcarão no Arsenal de Marinha ás 8 horas da manhã.

Damos a seguir a descripção do caça-torpedeiro *Gustavo Sampaio*, dos concertos que foram feitos e do resultado da experiencia a que hontem assistimos, reservando-nos para amanhã fallar sobre o cruzador *Republica*, cujos concertos foram radicaes, tudo feito nas officinas Lage & Irmãos.

Caça-torpedeiro *Gustavo Sampaio* — E' um navio de aço de 62 metros de comprimento, deslocando 500 toneladas, com duas machinas motoras de triplice expansão, movendo duas helices de 2m,87 de passo, dando 240 rotações, para imprimirem ao navio uma velocidade de 8 milhas por hora e na média 10, sendo então seu raio de acção de 2.400 milhas.

Possue seis canhões, sendo dous de 247m/m e quatro de 47 m/m, além de tubo para torpedos e o projector. Sua lotação completa é de 70 praças. Foi adquirido durante a revolta de 1894; no combate de 16 de Abril desse anno poz fóra de combate o couraçado *Aquidaban*, com um tiro de torpedo.

Entregue, para ser reparado, á casa Lage & Irmãos, sob a fiscalisação dos engenheiros de construcção e machinas do Arsenal e do seu commandante, passou entre outros pelos seguintes reparos:

Substituição no fundo de quasi toda a linha d'agua; cerca de 70 metros de chapa foi tambem substituida e bem assim as helices feitas no Arsenal; substituição dos mastros e apparelho dos mesmos, — o apparelho pelo Arsenal. A machina foi toda nivelada, os eixos das manivelas passados no torno, alterando-se o systema de alimentação dos *burrinhos*

para alimentar qualquer dos caldeiras. Ajustou-se o apparelho de distribuição. Revestiram-se todas as valvulas e torneiras, além de outros reparos. Substituiram-se por novas as caldeiras que existiam, sendo essa a causa da maior demora dos concertos ainda não de todo terminados, não só pela duvida que houve sobre as caldeiras que deviam substituir as retiradas, como o tempo para confecciona-las e chegarem ao Rio de Janeiro, onde só em agosto se principiou a assenta-las e fazer as competentes ligações de encanamentos. Eis, em pequeno esboço, além de outros pequenos reparos, decorações e pinturas, promptos alguns e outros por acabar, a transformação porque passou e que tornou novo esse caçatorpedeiro da Marinha Nacional, o unico que possue com esse deslocamento a Republica, para auxilia-la na sua defesa. Além das referencias ao Arsenal, cumpre mais notar por parte da artilharia, os reparos dos canhões grandes e installação dos mesmos e pela electricidade a installação e disparo dos canhões e tubo de torpedos, tendo as officinas de construcção fornecido mais além de poleame diverso, dous escaleres de dous remos.

A experiencia de machinas deste torpedeiro em rota livre deu tal resultado que resolveram os officiaes e engenheiros que dirigiam a esperiencia verificar a velocidade maxima sobre uma base escolhida. Esta base foi a linha V S magnetica limitada em extensão pelas marcações pontos dos proeminentes da ilha de Mocanguê-Grande e Forte Gragoatá, medindo milhas 2,1.

Este percurso foi feito em duas corridas, nas quaes o regimen de funccionamento das machinas foi augmentado gradativamente, obtendo-se na 1ª corrida contra o vento e maré de enchente, 14,75 milhas e, na 2ª, a favor, 17,18 milhas, velocidade esta apenas inferior de milhas 0,70 á obtida nas experiencias officiaes quando novo o navio.

Es as experiencias foram dirigidas pelo Engenheiro Naval 1º Tenente Octavio Jardim, assistido pelos Engenheiros da Casa Lage & Irmãos e pelos officiaes do corpo de machinas do navio.

Assistiram ás mesmas experiencias os Srs. Commandante da Divisão de Torpedeiras e seu Secretario, o Ajudante de ordens, Engenheiro naval Capitão-Tenente Rosauro de Almeida, fiscal das obras de construcção naval. O *Gustavo Sampaio* sempre sob a direcção do seu Commandante, Capitão-Tenente Borges Leitão, tendo deixado a sua amarração na Ilha do Vianna á 1 hora, regressou a retomal-a, depois de terminadas, ás 4.

As caldeiras chegaram a trabalhar com 160 libras de pressão, com tiragem fortemente activada, virando as machinas motoras com 220 rotações, regimen este de funccionamento que foi cautelosa e progressivamente attingido até a obtenção do brilhante resultado attingido pelas officinas dos Srs. Lage & Irmãos e que muito desvanece os nossos engenheiros, encarregados da direcção e fiscalisação das obras do casco e machinas ».

VIATÃ. Corr. *ubi-atã*, a flexa rija, esforçada, a flecha valente (Dr. Theodoro Sampaio). Nome de uma tribu selvagem do N. do Brasil, que, segundo Fernam Cardim, se confundia com os Potyguares.

VICENTE PIRES. Rio do Estado de Goyaz, affl. do Paranoá, nas divisas do mun. de Mestre d'Armas.

VICTORIA. Log. do Estado do Paraná, no mun., da Palmeira.

VICTORIA. Cidade capital do E. Santo: Accrescente-se no fim: Ao *Jornal do Commercio* enviei em 1899 a seguinte communicação: No dia 15 de abril tomei passagem a bordo do paquete *S. Salvador* com destino á cidade da Victoria. Tinha por objectivo, nesta viagem, procurar o logar santo onde tinham sepultado meu idolatrado netinho Flavio, arrancado dos braços de minha filha pela morte, em viagem da Bahia para o E. Santo. Foram os ultimos despojos de meu neto confiados á terra de um cemiterio, onde penetrei com horror, tal foi o estado de abandono em que o encontrei. Meu pobre neto! Dormir o derradeiro somno, longe dos entes que tanto o amaram e em um cemiterio, que é uma verdadeira profanação! Depois de mandar levantar um pauperrimo monumento, que assignalasse o logar em que elle repousa e de encarregar a um amigo que, findo o praso de dous annos recolhesse seus ossos e m'os remettesse para esta Capital, aproveitei-me dos dias que eu tinha de demora nessa cidade para percorrel-a e transmittir ao publico as minhas modestas impressões do que vi. A bahia da Victoria é bonita, posto que pouco larga e não franca á navegação, pois os vapores, que a demandam, precisam de pratico. Para os que entram do S. é agradavel avistar os pincaros de forma conica e as montanhas que escondem a bahia, e ver ao longe o cume do Moreno, á entrada da barra, o pico da Penha, coroado pelo celebre Santuario, alvejando sobre negra e escalvada penedia, e a elevada serra do Mestre Alvaro; sendo ainda maior o encanto á proporção que se vai approximando da barra, quando se observam aquelles montes e penedos mudarem de posição e offerecerem novas paisagens e differentes e inesperados panoramas, cada qual mais bello. Logo á entrada da barra se vê a penedia dos *Pacotes* na direcção do rio Jucú; e mais para dentro o monte Moreno, com um pharol, a Pedra d'Água, com um estabelecimento de immigrantes, o morro da Penha, a cidade do Espirito Santo, antiga Villa Velha, o Penedo, as fortalezas abandonadas de Piratininga e S. João e as ilhas do Boi, das Cobras, da Baleia, Santa Maria, além de outras. A bahia recurva-se, mostrando em seu termo a cidade da Victoria, pessimamente situada na parte S. da ilha do mesmo nome, antigamente denominada Santo Antonio e depois Duarte de Lemos, nome do seu donatario, sobre uma elevação que descamba para dous lados, sendo um para o littoral da bahia. Ao penetrar na cidade o viajante recebe uma desagradavel impressão. De proporções acanhadas, com ruas estreitas, com ladeiras algum tanto ingremes, muito sujas, cobertas de matto, com os detritos das casas espalhados por todas ellas; com predios muito velhos e damnificados sem um jardim, sem um pomar ou uma chacara, todos amontoados uns sobre outros; com templos de sombrio aspecto, apenas com um hotel, e esse de má alimentação e excessivamente caro; com agua muito escassa, sem esgotos, illuminada até ás 10 horas da noite a kerosene, sem industria; a cidade da Victoria é um amontoado de ruinas e não convida ao viajante a nella demorar-se senão o tempo preciso para contemplar o seu estado de atrazo e profunda decadencia. A fatalidade para demonstrar a profunda differença que vai do trabalho da natureza para a obra do homem collocou ao lado da esplendida bahia a decrepita cidade. Das 9 horas da noite em diante é impossivel percorrer-se as ruas da cidade, tal é o mal cheiro que se desprende de todas as casas, e foi por isso que um Sr. Hollanda estabeleceu quasi a meio da bahia e proximo á cidade uma fabrica de sabão, como meio preventivo para os viajantes. Na cidade não se encontra um só carro; ha apenas um *phaeton* de propriedade do Sr. Antenor Guimarães. Na occasião das grandes chuvas a pop. confia ás aguas, que descem pelas ladeiras, as materias fecaes e os detritos accumulados nas casas. A maioria dos habs. da cidade é composta de pretos e mulatos, que perambulam pelo cais em completa ociosidade, chupando canna e entregue ao jogo do bicho, que é permittido, cobrando a Municipalidade um imposto de semelhante immoralidade. Em todas as cidades de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro que percorri, fui procurado pelos presidentes das municipalidades, não pela minha pessôa, que muito pouco vale, mas para acompanharem-me na visita pelas cidades e mostrarem-me o que de importante ellas possuiam. Durante o tempo, em que me demorei na cidade da Victoria, nenhum funccionario procurou-me e se vi alguma cousa foi isso devido á gentileza do Dr. Aguirre e do Sr. Antenor Guimarães. Visitei a Cathedral, o Quartel de Policia, a Casa de Misericordia, o Paço da Assemblea e, aproveitando-me de um bote que o Dr. Aguirre poz á minha disposição, fui a cidade do E. Santo e á egreja da Penha.— A Cathedral, antiga Matriz, é um templo por demais simples e modesto, quer interior, quer exteriormente. Fica situada no largo da Matriz, tendo na frente florescente capim, onde pastam cavallos e onde esgaravatam gallinhas. O frontespicio é feio e sem a menor architectura; tem tres janellas, tres portas e a torre do lado da Epistola. Possue a capella-mór e nella um altar com a imagem de N. S. do Victoria, ladeada pelo Santissimo Coração de Jesus e S. João Baptista, o solio do Bispo e quatro tribunas. No corpo da egreja encontram-se quatro altares: os do lado do Evangelho, um com S. José no centro e Santa Rita e S. Manoel dos lados, e outro com Santo Antonio; e os do lado da Epistola, um com a imagem de N. S. das Dôres e o Senhor Morto e outro com a Senhora da Conceição, uma nave bastante elevada, duas portas, tres pulpitos, sendo um portatil, dous confissionarios, o côro com um harmonium, os 14 quadros da Via Sacra e a capella do Santissimo Sacramento do lado do Evangelho. Por baixo do arco-cruzeiro ficam duas portas, uma que dá para a Sacristia da egreja e outra que dá para a Sacristia da Irmandade do Santissimo Sacramento; e por baixo do côro a pia baptismal. Na entrada da capella do Santissimo Sacramento lê-se: *Lauda victoria salvatorem:* No interior ha um altar com o Senhor Crucificado e o Menino Jesus, o tabernaculo e o faldstorio. Os paramentos desta capella são riquissimos, tendo importado em mais de quatro contos. A Sacristia da egreja tem um arcaz e sobre elle um oratorio antiquissimo com a imagem de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado e um *lavabo*. O pavimento é todo de marmore. A Sacristia da Irmandade, menor que a precedente, tem um insignificante arcaz e um altar com o Senhor Crucificado. — Além da Cathedral, possue a cidade a Matriz, antiga freg. de S. Thiago, de feio aspecto, com uma só torre e um registro de signaes; a egreja dos Remedios ou de Santa Luzia, a de S. Gonçalo, a do Rosario, levantada por effeito da Provisão de 14 de setembro de 1765, a da Misericordia, o Convento do Carmo, onde funcciona o collegio de N. S. Auxiliadora, dirigido pelas Irmans de Caridade, e o convento de S. Francisco; o Palacio da Presidencia, que foi collegio dos jesuitas, e onde egualmente funccionam a Delegacia Fiscal, o Thesouro, o Correio, a secretaria da presidencia e a repartição de Obras Publicas; a repartição da Instrucção Publica, o Paço da Assemblea, a alfandega, reconstruida em 1888 no governo do Dr. Freitas Rosa; a Corte de Justiça, o Hospital de Misericordia, o Paço Municipal, o Quartel de Policia, situado no meio de um charco e do custo de mais de mil contos e o theatro Melpomene, de madeira, e do custo de mais de 700:000$000. A instrucção publica está muito descurada na cidade; não ha uma Escola Normal. O unico estabelecimento de instrucção secundaria é o Atheneu Santos Pinto, fundado pelo Dr. Antonio Gomes Aguirre e professor Aristides Brasiliense de Barcellos Freire a 1º de junho de 1898, e que se mantem com grandes difficuldades. O Hospital da Misericordia está situado no alto do morro do Campinho. E' um casarão muito velho e damnificado, excessivamente baixo e de lugubre aspecto; tem tres enfermarias, duas salas de operações, pharmacia e uma modesta capella. E' dirigida pelas benemeritas Irmans de Caridade. Eis, em rapidos, mas verdadeiros traços, a cidade da Victoria, e capital do Estado do E. Santo. A este quadro desolador junte-se a enorme divida que onera o Estado e da qual elle não se libertará tão cedo. Não somos *capixaba*, por isso nos abstemos de mencionar os nomes dos verdadeiros causadores da ruina desse Estado, ao qual sobejam elementos de grandeza e prosperidade. Em quanto a pop. entregar-se a essa politicagem baixa e sem orientação; emquanto as municipalidades despenderem seus rendimentos com o numeroso pessoal que a politicagem as obriga a manter; emquanto os homens de merito, serios e honestos, forem esquecidos pelos governadores; os Estados apresentarão a decadencia moral e material, a que serve de exemplo o Estado de que tratamos.

VIDAL. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Bom Jesus do Rio de Contas.

VIEIRA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VIEIRA. Vallão affl. da margem esq. do rio Parahyba do Sul, no mun. de S. Fidelis e Estado do Rio de Janeiro.

VIEIRAS. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. do Rio Manso e mun. do Bom Fim. Pertenceu ao dist. de Itatyaiussú.

VIGIA. Arraial do Estado de Sergipe, no termo de S. Christovão (*Almanak Sergipano.* 1901).

VILLA. Igarapé do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: « O Igarapé da Villa, tambem chamado Vovoca, deve-se considerar o estuario do rio Grande, que recebe differentes denominações, taes como: rio do Engenho, logar onde nasce, rio S. João, rio Pindahy, depois da confluencia com o rio das Mercês, Riosinho e Cururuca. Confundindo as suas aguas com o rio Antonio Esteves formam o igarapé da Villa, que desagua ao N. da bahia de S. José, por entre Panaquatira e a ilha de Curupú. »

VILLA BOMFIM. Dist. creado no mun. do Ribeirão Preto do Estado de S. Paulo pela Lei n. 840 de 3 outubro de 1902. Ahi fica uma estação da Mogyana.

VILLA COSMOPOLIS. Log. do Estado de S. Paulo, no mun. de Campinas, com duas escs. publs. creadas pela Lei n. 790 de 3 de outubro de 1901.

VILLA DA PENHA. Arrabalde da cidade de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro; com uma capella em construcção.

VILLA DOMINGOS LOPES. Log. na cidade de Cataguazes e Estado de Minas Geraes.

VILLA INDUSTRIAL. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Campinas.

VILLA INDUSTRIAL. Pov. do Maranhão. Accrescente-se no fim: Chamava-se antigamente Ponte e por sua posição e relações com a cidade deve ser considerada um seu arrabalde. Fica situada sobre o riacho Ponte, defronte de Caxias, a menos de dous kils. da margem esq. do Itapecurú e a SO. do bairro da Tresidela. Começou a ser chamada Industrial depois do desenvolvimento que tomou com a fundação de duas fabricas de tecidos, ahi situadas.

VILLA IPANEMA. Aprazivel arrabalde do Districto Federal, á beira-mar, na Copacabana.

VILLA IZABEL. Parochia suburbana do Districto Federal, creada em 19 de agosto de 1900.

VILLA NOVA. Estação do Prolongamento da E. de F. da Bahia ao S. Francisco, no Estado da Bahia; entre as estações de Cariacá e Catuny, no kil. 444,417 distante da cidade da Bahia e no kil. 321,993 de Alagoinhas e na altitude de 548m,936. Fica na cidade do Bom Fim.

VILLA NOVA DE ANADIA. Pov. do Estado do Maranhão, no mun. de Vianna, a 36 kils. ao N O. da cidade, com umas 100 casas de palha. E' esta uma das mais antigas povs. do mun. Referindo-se á ella, já dizia Lago, no seu *Itinerario* (1820): « Esta chamada villa acha-se situada no interior e dentro de terras demarcadas e pertencentes aos herdeiros do Araujo; consta de 22 fógos e 113 almas; não tem capella nem sacerdote; suas casas são tristes choupanas de palha e até sem ordem alguma, nem arruamento. »

VILLA PRUDENTE. Bairro no mun. da capital do Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

VILLA RIBEIRO. E' assim tambem denominado o bairro do Capim Fino, no mun. do Jahú e Estado de S. Paulo.

VILLA RICA. Villa da Bahia. Accrescente-se no fim: Foi extincto o mun. pela Lei n. 442 de 28 de agosto de 1901.

VILLA SOPHIA. Bairro no mun. da Capital do Estado de S. Paulo, com uma esc. mixta, creada pela Lei n. 800 de 7 de outubro de 1901.

VILLA VELHA. Arraial da Bahia. Accrescente-se no fim: Dista do Rio de Contas 15 kils. e está situada a 580 metros de altitude. Divide-se em tres povs. : Arelão, Fogo e Alto; e é banhado pelo rio Brumado. Tem uma egreja regular. Os terrenos são proprios á cultura de arroz, café, mandioca, etc.

VILLA VERDE. Rio do Estado da Bahia, desagua no oceano entre os rios do Frade e Trancoso.

VILLETA. Bairro do Estado de S. Paulo, no mun. de Sorocaba, com uma esc., creada pela Lei n. 643 de 7 de agosto de 1899.

VIMEIRO. Log. da Estado do E. Santo, no mun. da Serra.

VINAGRE. Riacho do Estado de Pernambuco, banha o mun. de Iguarassú e desagua no Carahú.

VINHAES. Dist. do Maranhão. Accrescente-se no fim: O Sr. Dr. Justo Jansen Ferreira (*obr.* cit.) diz: « Situada sobre o igarapé do mesmo nome, á escassa distancia da margem dir. do Anil e a N E. da capital. Está em completa decadencia. Foi a primeira residencia ou missão que os jesuitas fundaram para os indios, com o nome de Uçagoaba, e depois de aldeia da Doutrina, porque devia servir de modelo ás demais aldeias que pretendiam fundar. Recebeu o nome actual quando foi elevada á categoria de villa, que perdeu em 1835. »

VINHAS. Ilha no littoral da ilha de Santa Catharina, no Estado deste nome, ao S. da ponta do Zé Mendes. E' inteiramente despida de vegetação, mas sobremodo aprazivel pela disposição de seus penedos, que formam na parte septentrional, um minusculo e curioso tunnel, correndo na direcção norte-sul, de quatro a seis metros de extensão, com largura e altura sufficientes para passarem duas pessôas a par.

VINTE E CINCO. Lagôa do Estado de Pernambuco, a 15 kils da Pesqueira.

VIRÁ. Corr. *birá* ou *pirá*, forma contracta de *piranga*, vermelho, rubro, pardo. E' adjectivo, mas serve para designar por modo abreviado uma casta de veados. Diz-se commummente *virá* por *suaçú-virá*, ant. *suassubirá*, que, por sua vez, é corr. de *çooaçú-pirá*, veado vermelho. Pode ser tambem corrupção de *berá*, brilhante, reluzente, lusidio, lustroso (Dr. Theodoro Sampaio).

VIRAÇÃO. Pov. da Bahia. Em logar de Barra Grande, leia-se Baixa Grande e accrescente-se no fim: Dista 18 kils. da Baixa Grande e 30 de Monte Alegre. Sua altitude é de 515 metros.

VIRA SOL. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

VIRGENS. Morro do Estado da Bahia, na cidade de Santo Amaro.

VIROTES. Log. do Estado da Bahia, no termo de Ilhéos.

VIRUÁ. Corr. *biruá* ou *pyruá*, o umbigo (Dr. Theodoro Sampaio).

VIRURY. Corr. *birury* ou *biryry*, corredeira, cachoeira (Dr. Theodoro Sampaio).

VISCONDE DE NACAR. Nucleo colonial, no mun. de Paranaguá, do Estado do Paraná, distante da cidade daquelle nome 12 kils. E' habitado por italianos e brazileiros e é dividido em 52 lotes com a área de 656 hectares.

VISCONDE DO RIO BRANCO. Da cidade do Pomba dirigi-me para a do Rio Branco, onde cheguei ás 10 horas da noite.

Dizem que o tempo tudo apaga!

Não é verdade. Ha tres annos que eu, do Rio Novo, me dirigia para o Rio Branco, quando, pouco adiante da estação de Guarany, me deu o chefe do trem, bruscamente, noticia da morte de meu idolatrado filho Alfredo.

E tres annos são passados depois do cruel acontecimento. E eu, da estação do Guarany, fiz a viagem escondido em um dos cantos do carro para que ninguem me visse chorar.

Dizem que o tempo tudo apaga!

Apagará, menos no coração de um pai extremoso a lembrança do filho querido!

A cidade do Rio Branco causa no espirito do viajante uma impressão dasagradavel: é extraordinariamente feia. Os antigos, que a construiram, não seguiram um plano no arruamento, uma regularidade qualquer nas construcções, quer na architectura, quer na posição das mesmas, umas em relação ás outras.

Situada em terreno em parte plano e em parte nas fraldas dos morros, na margem esquerda do rio Chopotó, na confluencia dos rios da Capella Velha e da Piedade, que juntos formam aquelle rio, cercada de morro, entre os quaes os denominados Quebra, Barreiro (antigo da Forca) e Rosario, distante 10 kilometros de S. Geraldo, 112 de Ponte Nova, 22 de Ubá e 194 do Porto Novo do Cunha, é atravessada pela Estrada de Ferro Leopoldina, que tem a estação na praça Floriano Peixoto.

Construida a esmo, suas ruas são estreitas, muito sinuosas, sujas, não calçadas e illuminadas a kerozene.

Seus predios são antigos em sua totalidade e de fragil construcção; tem poucos sobrados, muitas casas terreas e muitas que são verdadeiras *cafúas*. Contadas, todas as casas e cafúas sobem a 400, habitadas por 2.000 almas.

A cidade tem quatro medicos, um advogado formado, quatro provisionados, duas pharmacias, dous hoteis e 60 estabelecimentos commerciaes. Tem uma fabrica de fumos, o grande Engenho Central, de custo de mil duzentos contos, hoje pertencente á Companhia Leopoldina, e tres engenhos de beneficiar café, um movido a vapor e dous a turbina. Annexo a um destes ultimos, existe uma serraria.

Não tem um edificio notavel; a casa da Camara e a Matriz são dous pardieiros que ameaçam desabar. Felizmente, graças ao actual agente executivo, está em construcção um solido e bonito predio, de estylo gothico, para a Camara Municipal, mas muito mal situado.

A Matriz é um templo de aspecto medonho e completamente arruinado, quer interior, quer exteriormente. Tem na frente duas torres e um relogio, e no interior tres altares. No altar-mór acham-se as imagens de S. João Baptista (padroeiro), S. Sebastião e na urna o Senhor Morto. No altar do lado do Evangelho vê-se o Sagrado Coração de Maria Santissima e no do lado da Epistola, Nossa Senhora das Dôres e S. José.

Além da Matriz, possue a cidade as insignificantes capellas do Rozario, na Agua Limpa, e de Santo Antonio, no Quebra.

A cadeia, que fica no edificio da Camara, é uma enxovia immunda. Pobre do preso que alli cahe; em pouco tempo entrega a alma a Deus!

Em um cubiculo, que exhalava um cheiro especial, encontrei 23 presos!

Na sala das sessões da Camara encontram-se os retratos do Marechal Floriano, do Visconde do Rio Branco e de Tiradentes.

O cemiterio fica em lugar elevado. Está bem zelado e tem um grande cruzeiro a um dos lados.

A renda da Camara é de 70:000$000.

A imprensa é representada pelo *Rio Branco*.

Os bairros da cidade são: Barreiro, Santo Antonio, Chacara e S. Pedro, onde fica o engenho central.

O mun. é riquissimo, seus lavradores entregam-se á cultura do café, do fumo, da canna e de cereaes. Exporta 300 a 400 mil arrobas de café.

Comprehende os dists. da cidade, de Guirycema (fonte de peixe), antigo Bagres, a 15 kilometros; S. Geraldo, a 10; e S. José do Barroso, a 27.

A instrucção é dada em nove escolas estaduaes, sendo quatro na cidade; e oito municipaes, sendo duas na cidade, uma no Clemente, uma em Santa Maria e outra em S. Francisco, todas no districto da cidade; uma no Ribeirão Vermelho e outra em Santa Juliana, ambas no districto de S. Geraldo e uma em Ayrões, no districto de S. José do Barreiro.

A pop. do mun. é de 28.000 habs.

O mun. é percorrido pelas seguintes serras: S. Geraldo, Coimbra, Viçosa, Canjangas, Chico de Paiva, D. Luiza, Altivo, S. José do Barroso, Mauricios, Forquilha, Ribeirão Vermelho, Serrote, João Baptista, Joaquim Aniceto, além de outras. E' regado pelos rios: Chopotó, Capella Velha e Piedade. O Chopotó recebe: o Tia Velha, Coitos, Jaboticaba, Massambará, Pão de Loth, Capoeirinha, Santa Juliana, Clemente, Bagres e Vallão. O Capella Velha recebe o Quebracaco, Inhambú, Paiol e José Joaquim. O Piedade recebe o Santa Maria, Aldêa e Alambique.

VISTA ALEGRE. Log. do Estado do R. G. do Sul, no mun. de Lavras, com importantes jazidas de ouro.

VIUTACA. Riacho do Estado de Matto Grosso, no mun. de Corumbá. Encontrei tambem escripto *Vintaca*.

VIUVA. Morro do Estado de S. Paulo, á margem esq. do rio Jundiuvira, proximo do morro Jaguaquara.

VOLTA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no dist. de Santa Quiteria.

VOLTA. Log. no mun. da capital do Estado de Matto Grosso.

VOLTA. Serra do Estado da Bahia, no mun. de Queimadas, a 42 kils., defronte das minas de ouro da Conceição.

VOLTA DO BONITO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

VOLTA DO CAPÃO DE FÓRA. Log. do Estado de Matto Grosso, a dous kils. da margem do rio Coxipó-mirim, no 2º dist. da capital.

VOLTA DO OLHO. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras, á margem dir. do rio Pardo.

VOLTA DOS CURRAES. Log. do Estado da Bahia, no termo de Belmonte.

VOLTA DO TINGUY. Log. do Estado da Bahia, na com. de Cannavieiras.

VOLTA GRANDE. Log. do Estado do Paraná, no mun. de Castro, banhado pelos rios Tijuco Preto e Pirahy.

VOLTA MORTA. Log. do Estado da Bahia, no mun. de Cannavieiras.

VOLTA REDONDA. Log. do Estado da Bahia, no termo de Cannavieiras.

VORÁ. Morro no mun. do Bom Successo e Estado de S. Paulo. « *Voré*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Mbo-rá*, desatado. De *mbó*, particula activa; e *rá*, desatar. Allusivo a ser derrocado. » Deste morro, cuja altura é de 50 metros, mais ou menos, separou-se enorme pedra, formando alli uma cava, em cujos paredões foram out'rora insculpidas inscripções e figuras coloridas de vermelho e preto, por mãos indigenas; e, entre as figuras, a do sol com uma cruz, varios circulos, uma figura humana com a cabeça e o pescoço emplumados. Pelas ossadas lá encontradas é de crer que alli houvesse um cemiterio dos indigenas. Os farejadores de riquezas enterradas acreditam que existe alli um thezouro occulto.

VOSSOROCA. Ant. *bossoroca*, corr. *yby-çorog*, terra que se rasga, que se fende, terra rasgada; alt. *ubuçoroca buçoroca, boçoroca, vossoroca*; S. Paulo. Vide *Bossoroca* (Dr. Theodoro Sampaio.)

VOTÚ. Ant. *botú*, corr. *ybytú*, o vento, o sopro do ar; alt. *ubutú, butú, botú, votú* (Dr. Theodoro Sampaio).

VOTUPARIM. Corruptela de *Mbo-ty-pyrĩ*, a pique e pontuda. De *mbo*, particula activa; *ty*, ponta; *pyrĩ*, a pique, a prumo (Dr. J. M. de Almeida).

VOTUPOCA. Corruptela de *Mbitú-pog-ca*, vapores estourados. De *mbitú*, vapor, bafo; *pog*, estourar, estrondar, com o suffixo *ca* (breve), para formar supino. Allusivo á natureza vulcanica desse morro, soltando vapores com estouros (Dr. J. M. de Almeida).

VOTUPOCA. Bairro do mun. de Xiririca, no Estado de S. Paulo.

VOTURA. Corr. *ybytyra*, o monte, o outeiro, a encosta, a ladeira; alt. *ubutura, butura, botura, votura* (Dr. Theodoro Sampaio).

VOTURANTIM. Corrupção de *ybytyrãtim*, monte branco, encosta alva, ladeira esbranquecenta, allusão a ser um salto de rio em que as aguas descem em brancas espumas por uma encosta ingreme. Vide *Votura* (Dr. Theodoro Sampaio). *Voturantim*, corruptela de *Ibity-rã-tĩ*, evaporação, semelhando nuvem. De *ibity*, nuvem, nevoa; *rã*, semelhar, não ser, parecer; *tĩ*, evaporação, fumo (Dr. J. M. de Almeida).

VOTUROCA. Corr. *ybytú-roca*, casa do vento, desfiladeiro donde sopra o vento, bocaina; alt. *ubutú-roca, buturoca, voturoca*. Vide *Votú* (Dr. Theodoro Sampaio).

VOTURUÇÚ. Brejo no dist. de N. S. da Penha de França, no mun. da capital do Estado de S. Paulo. « *Voturuçú*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *Yú-turuçú*, brejal extenso. De *yú*, charco, brejo; *turuçú*, grande, largo, extenso ».

VOTURUNA. Composto de *votura-una*; corrupção de *ybytyruna*, monte negro, montanha escura; alt. *ubuturuna, buturuna, boturuna, voturuna*, S. Paulo, Minas. Vide *Ibiturunа* (Dr. Theodoro Sampaio).

VUNA. Serra no mun. de Nazareth, proximo á Cantareira pelo lado nordeste desta. « *Vuna*, diz o Dr. J. M. de Almeida, corruptela de *H-ũ-na*, revolvida. De *h*, relativo; *ũ*, o mesmo que *hũ*, revolver, com o suffixo *na* (breve), para formar supino. Por causa do *h*, relativo, *hũ* perdeu o *h*. Allusivo a ter em desordem o cume, por estar despontada, com as pedras espalhadas. »

VUPABUSSÚ. Corr. *ypab-uçú*, lagôa grande; alt. *upabuçú, vupabuçú*; Minas Geraes (Dr. Theodoro Sampaio).

VUTURUÁ. Corr. *ybytyr-uá*, o dorso do monte, o cume da montanha; corr. *ybytyr-guá*, o seio do monte, a cova do alto do monte; alt. *ubuturá, buturuá vuturuá*; S. Paulo. Vide *Votura* (Dr. Theodoro Sampaio). *Voturuá*, corrupção de *Mbo-ta-ruá*, damnosa. De *mbo*, particula activa; *tarúá*, o mesmo que *harúá*, damnoso, prejudicial. Allusivo a serem aguas prejudiciaes á saude (Dr. J. M. de Almeida).

X

XADREZ. Corrego do Estado de S. Paulo, banha o mun. de Araras e desagua na margem dir. do ribeirão Cerrado.

XAVIER DA SILVA (Dr.). Nucleo do Estado do Paraná, no valle do rio Ivahy, nas proximidades da pov. de Therezina.

XIRIRICA. Corrupção de *y-chiririca*, agua ligeira, veloz; a corredeira, o rapido; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Bariry*.

XIRIRICA. Villa do Estado de S. Paulo. Accrescente-se no fim: Do *Correio Paulistano* de 29 de agosto de 1901 extractamos o seguinte a respeito dessa cidade: Distante de Iguape 66 kils. por terra e 154 pela Ribeira está situada a cidade de Xiririca. As communicações entre essas duas cidades fazem-se actualmente pela Ribeira por meio do vapor *Isabel*. A viagem dura dous dias, pois que o vapor não navega á noite. Nas margens do rio, que são cobertas por frondosa vegetação, veem-se espalhados por aqui e alli bonitos sitios, passando-se pelas freguezias do Juquiá, no mun. de Iguape e Sete Barras, neste mun. A cidade está situada sobre um morro, offerecendo ao viajante aspecto pittoresco, apreciada de longe, mas que perde todo o seu encanto ao se por pé em terra. Suas ruas, em numero de 8, embora limpas, são mal alinhadas, esburacadas, achando-se nas mesmas condições os largos, em numero de dous, e as travessas, que são tres. Tem a cidade 134 predios, na sua maior parte antigos, sem estylo algum architectonico e 29 casas commerciaes. Em templos religiosos notamos apenas uma capellinha de Santa Luzia e a Matriz em reconstrucção.

Não existe Santa Casa, nem sociedades beneficentes ou recreativas; não ha tambem theatro nem jardins. Não ha agua encanada, sendo utilizada pela pop. a da Ribeira, que é de má qualidade; existe perto da cidade uma fonte, mas, como a sua nascente está em terrenos do cemiterio, não é aproveitada. Esgotos tambem não ha. Num ponto extremo da cidade está situada a cadeia; e ao lado esquerdo funccionam a camara e o jury, sendo occupado o lado direito pelo corpo da guarda e por dous xadrezes. O orçamento da camara municipal é de 16 contos. O clima é quente e humido. A principal producção do mun. é o café, seguindo-se a canna de assucar, o arroz e poucos cereaes. Existem minas de ferro, de marmore, de ouro em cascalho, tudo por explorar. Distante da cidade, cerca de 25 kils., está situada a colonia Nova Trento.

XIXILADO. Termo usado no sertão da Bahia e que significa sem vergonha, descarado; pessôa desgostosa. Café muito ralo é xixilado.

XIXOVÁ. Morro do Estado de S. Paulo, na barra de Santos.

XORÓ. Corr. *choró*, verter, manar, correr (Dr. T. Sampaio).

XORORÓ. O mesmo que *tororó*, manar, correr, deslisar; *y-chororó*, agua corrente, sussurrante (Dr. T. Sampaio).

XURI. Corr. *churi*, a ema, o avestruz, tambem denominada *nhandú* (Dr. T. Sampaio).

Y

Y (Substantivo). A agua, o liquido, o fluido, o rio, o curso d'agua; segundo o thema com que se combina toma as formas: *yg, hy, yg* e, segundo as corruptelas: *u, hu, cu*; é a vogal guttural do tupi. Vide *U*. « *Y*, a agua, é monossylabo e vogal guttural unica que nenhuma graphia conseguiu ainda representar exactamente; dahi tambem a variedade de sons que se lhe tem attribuido. Não existindo no portuguez o som do *Y* grego ou *U* dos francezes, a pronuncia da guttural tupi ficou ora equivalente a *I* simples como nos vocabulos: *Icatú, Ipanema*, ora equivalente a *U*, como em *Utinga, Umirim*. Outras vezes se procurou representar ou simular o som guttural do vocabulo por meio de um *H* anteposto ou de um *G* posposto, escrevendo-se *Hicatú*, agua boa; *Hipanema*, agua ruim; *Pirahy*, rio do peixe; *Iperuig* ou *Ipirú-yg*, rio do tubarão. No norte do Brasil, o som guttural do *Y*, no fim dos vocabulos tupis, deixou, comtudo, vestigios da sua primitiva e difficil pronunciação, representada na syllaba final *Ibe* ou *Ipe*, que, aliás, é branda, como se vê nos nomes: *Jaguaripe*, ou *Jaguaribe, Capibaribe, Tabagibe* ou *Tabagipe, Paripe*, que no sul do Brasil se pronunciam commummente: *Jaguary, Capivary, Tabagy* e *Pary*. Da mesma e difficil vocalização do *Y*, cuja gamma, como dissemos, está entre *I* e *U*, resultou a desinencia em *U* ou *Hu*, que se nota em certas denominações do norte e sul do Brasil, como em *Mojú* ou *Moyú*, rio das cobras; *Cunhaú* ou *Cunhã-hú*, rio das mulheres; *Mondahú*, rio do furto; *Tambahú*, rio das conchas; *Anhangaba-hú*, rio da maldade ou das diabruras; os quaes se poderão escrever tambem: *Mogy, Cunhãy, Mondahy, Tambahy, Anhangabahy*. A imperfeição no emittir o som da guttural *Y* chegou ao ponto de se dizer no Ceará *Acaracú* por *Acarahú* ou *Acarahy*, donde procede a tão debatida denominação *Caracú* dada a uma variedade de gado bovino, nos sertões do centro e do sul do Brasil. Não raro, o *Y* inicial e medio de certos vocabulos tupis se alterou tambem para *O*, escrevendo-se muitas vezes *Olinga* por *Utinga* ou melhor, *Ytinga*, agua branca; *Oriçanga* ou *Ouriçanga* por *U- rõyçang* ou *Y- royçanga*, agua fria; *Paraopeba*, por *Pará-u-peba*, ou melhor *Pará-y-peba*, rio de agua rasa. Em documentos de 1720 a 1723, publicados no *Archivo do Estado de S. Paulo*, sob a direcção do nosso consocio Dr. Antonio de Toledo Piza, se lê o nome da cidade de *Ytú* com a graphia *Outú*, o que bem revela que, nessa época, ainda passava pelo cadinho da assimilação a difficil guttural *Y*. » (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

YACARACICA. Vocabulo tupi, corruptela de *Yacaréacica*, a posta ou pedaço de jacaré; ainda corruptela de *yacaré-ycica*, a espuma ou baba do jacaré. Vide *Jacarécica* e *Jacaracica*.

YACOCA. Vocabulo tupi composto de *ya-coca*, que significa abrir roça, roçar; a roçada. Vide *Jacoca*.

YACORACICA. Corr. *yaguar-ycica*, a baba da onça; Sergipe (Dr. T. Sampaio).

YAPECANGA. Composto de *yú-apecanga*, junco de espinho (Montoya).

YAPEYÚ Corr. *yapoyú*, o brejo, o estagnado podre (Dr. T. Sampaio).

YAPIRA. Composto de *y-apira*, o principio do rio, a nascente, a cabeceira, a fonte; alt. *yapi, ygapira, gapira guapira* (Dr. T. Sampaio).

YAPITARACA. Vocabulo composto de *yapy-taraca*, o rumor dos japús (*Cassicus cristatus*).

YAPÓ. Composto de *y-apó*, a agua que transborda, que inunda; a inundação, a cheia do rio; os alagadiços ou banhados á margem dos grandes rios; alt. *ygapó* (Dr. T. Sampaio).

YAPOCA. Vide *Japoca*.

YAPORÉ. Composto de *yapó-ré*, a cheia ou inundação distincta, diversa, de outra epoca; rio que enche em outro tempo (Dr. T. Sampaio).

YAPUHIBA. A arvore dos japús; corrupção de *yapy-iba*; alt. *Japuhyba;* Rio de Janeiro.

YAPURÁ. Corr. *y-apurá*, rio que se eleva, ou que cresce, rio enchente; Amazonas (Dr. T. Sampaio).

YAPY. Vide *Japú*.

YARA. Subs., o senhor, o domno, o chefe, o dominador, Deus (Dr. T. Sampaio).

YARI. Adj., largo, folgado, amplo (Dr. T. Sampaio).

YARIGUÁ. Composto de *yari-guá*, bacia ou seio amplo, bahia larga, enseada larga; alt. *jaraguá* (Dr. T. Sampaio).

YAUÉ. Rio do Estado do Pará, banha o territorio do Aricary e desagua na margem dir. do Oyapock.

YAVARY. Corr. *yauar-y*, rio da onça; corr. *yabá-r-y*, rio dos fugitivos; Amazonas (Dr. T. Sampaio).

YBICUI. Composto de *yby-cuí*, pó do chão, a terra fina, a arêa, a poeira, alt. *ibicuy* (Dr. T. Sampaio).

YBY. Subs., a terra, o solo, o chão, o mundo; alt. *ubú, bú, bo, ibi, bi, ví vú, vó* (Dr. T. Sampaio).

YBYPAÚ. Composto de *yby-paú*, a nesga ou retalho de terra, a ilha (Dr. T. Sampaio).

YBYTYRA. Composto de *yby-tyra*, terra elevada, o monte, a serra; alt. *ubutura, batura, ibitira, bitira, bitura*, conforme se vê de varios compostos em que este vocabulo entra como thema; no tupi-guarani *ybytyr*; no tupi do Amazonas *ucitera*; no Cayuá *uitêra* (Dr. T. Sampaio).

YCOARANA. Composto de *y-coa-rana*, a fonte falsa, as poças d'agua; Pará (Dr. T. Sampaio).

YCURÊ. Subs., a anta, especie menor do *Tapirus*; alt. *iguré* (Dr. T. Sampaio).

YECEABA. Subs., a confluencia, ou juncção dos rios, a reunião das aguas; alt. *juceaba, jusseape* (D. T. Sampaio).

YERÊ. Subs., o redomoinho, a vortice, a agua em gyro (Dr. T. Sampaio).

YGARA. A canôa, o barco.

YGUÁ. Composto de *y-guá*, o seio d'agua, o concavo d'agua, a enseada, a bahia fluvial, o lagamar, o estuario (Dr. T. Sampaio).

YGUAPE. Composto de *yguá-pe*, na bahia, no estuario, no lagamar; Bahia, S. Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

YI. Subs., o machado; alt. *dji, ji, gi* (Dr. Theodoro Sampaio).

YNHUAM. Corr. *nhũ-á*, campo alto; alt. *inhoan*; Rio de Janeiro (Dr. Theodoro Sampaio).

YOATINGA. Composto de *yoá-tinga*, o juá branco (Dr. Theodoro Sampaio).

YPABA. Composto de *y-pabá*, agua limitada, ou confinada, lagôa, lago; alt. *ipaba, upaba, upá ypá, upava* (Dr. T. Sampaio).

YPAÚ. Subs., a nesga d'agua, o retalho d'agua, a lagôa; confunde-se muita vez com *ybypaú*, que quer dizer — retalho de terra, ilha, alt. *upaon, ipaon, upion, urpion* (Dr. T. Sampaio).

YPERÓ. Composto de *y-peró*, rio secco, agua que secca, rio temporario (Dr. Theodoro Sampaio).

YPIRANGA ou **IPIRANGA.** Agua ou rio vermelho; de *y-piranga*.

YPITANGA. Composto de *y-pitanga* o mesmo que *y-piranga*, agua vermelha, rio vermelho; Bahia (Dr. Theodoro Sampaio).

YPORANGA. Composto de *y-poranga*, agua bonita, rio bonito; S. Paulo; alt. *yporã, iporã* (Dr. Theodoro Sampaio).

YQUARA. Composto de *y-quara*, buraco d'agua, o poço, o minadouro; a fonte; alt. *yguá, iguá* (Dr. Theodoro Sampaio).

YQUERA. Composto de *y-quera*, pronunciado *y-kera*, agua dormente, agua estagnada ou parada; pronunciado *y-cuêra*, agua que se acabou, agua extincta (Dr. T. Sampaio).

YTÚ. Vocabulo composto de *y-tú*, o tombo d'agua, a queda d'agua, o salto do rio, a catadupa; alteração, *itá, utá, outú*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio). Vide *Bariry*.

YTUAÇÚ ou **YTUASSÚ.** Salto grande, a cachoeira grande; composto de *ytú-açú*; alt. *ituassú*; Bahia.

YTUMIRIM. Saltinho, a cachoeira pequena; de *ytú-mirim*; alterado para *itumirim, tumirim*.

YTUPARARANGA. Salto que ronca, ou o ronco do salto; composto de *ytú-pararanga*.

YTUPORANGA. Composto de *ytú-poranga*, o salto bonito, a cachoeira bella (Dr. Theodoro Sampaio).

YTUTINGA. Composto de *ytú-tinga*, salto branco, a cachoeira branca; alt. *itutinga, tutinga*; S. Paulo (Dr. T. Sampaio).

YTUY. Composto de *ytú-y*, rio do salto, ou agua da cachoeira (Dr. Theodoro Sampaio).

YÚ. Subs., o espinho, a ponta aguda, a farpa; a espinha de peixe; o espinheiro; alt. *jú* (Dr. Theodoro Sampaio).

YUQUER. Composto de *yu-quer* ou *yu-ker*, espinho ou espinheiro que dorme, isto é, que deita ao tocar; é o nome commum das *Mimosas* no tupi; alt. *juquer, juquê* ou *jukê*, (Dr. Theodoro Sampaio).

YUQUIÁ. Composto de *yuqui* ou *yuqui-á*, o côvo aberto; S. Paulo, Alagôas (Dr. Theodoro Sampaio).

YUQUIRI. Composto de *yú-quiri*, espinho de ponta aguçada ou fina, espinho pequeno; espinheiro de folha meuda; alt. *juquiry* (Dr. Theodoro Sampaio).

YUQUIRY. Composto de *yuquiri-y*, rio dos espinhos; São Paulo (Dr. Theodoro Sampaio).

YURÚ. Substantivo, a boca, a barra, a abertura, a passagem, a garganta; alt. *jurú* (Dr. Theodoro Sampaio).

YURUÁ. Composto de *yurú-á*, o boqui-aberto, o que tem a boca ou a barra ampla; alt. *juruá*; Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

YURUMIRIM. Composto de *yurú-mirim*, a boquinha, a barrinha, a passagem estreita, a garganta apertada; alt. *jurumirim* (Dr. Theodoro Sampaio).

YURUPARI. Composto de *yurú-pari*, a boca torta; o diabo na mythologia selvagem dos tupis, como *anhan* ou *anhanga* (Dr. Theodoro Sampaio).

YURUTUBA. Composto de *yurú-tyba*, bocas em abundancia, muitas bocas (Dr. Theodoro Sampaio).

YUSSIAPE. Corrupção de *yeceaba*, a confluencia, a reunião das aguas. Vide *Jussiape* (Dr. Theodoro Sampaio).

YUTAHY. Corrupção de *yutaíb*, composto de *yú-etá-íb*, arvore de muitos espinhos, arvore espinhenta; corrupção de *yetaí*, arvore resinosa; alt. *jutahi, jatahi, jetahi*; Amazonas (Dr. Theodoro Sampaio).

YVÁ. Corrupção de *ybá*, fructo, fructas; a canôa; a flecha ou canna brava, a uva; alt. *ibá, ubá, uvá* (Dr. Theodoro Sampaio).

YVAHY. Corrupção de *ybá-y*, rio das fructas, ou ainda rio das flechas ou cannas bravas; alt. *ubahy*. Vide *Yvá* (Dr. Theodoro Sampaio).

YVAPORANDUBA. Corrupção de *ybá-poran-dyba*, fructas bellas em abundancia, o pomar de boas fructas, ou o flechal bonito (Dr. Theodoro Sampaio).

YVATINGA. Corrupção de *ybá-tinga*, fructo branco; a uva branca, a canna branca; alt. *ivatinga, batinga, ibatinga* (Dr. Theodoro Sampaio).

YVATUBA. Corrupção de *ybá-tyba*, pomar; flechal, ou cannavial bravo; alt. *ubatuba, batuva* (Dr. Theodoro Sampaio).

YVATUBY. Corrupção de *ybá-tyb-y*, rio do pomar, rio do cannavial bravo; alt. *ibatuby, ubatuby, batuvy, batovy* (Dr. Theodoro Sampaio).

YVAYA. Corrupção de *yb-aia*, fructa saudavel, saborosa. Vide *Ubaia* (Dr. Theodoro Sampaio).

Z

ZABELÊ. Corrupção *çaberê* ou *eçaperê* e *eçá-perê*, olhos encascados ou cheios de caspas; nome de uma ave gallinacea, especie de perdiz de pernas amarellas (*Crypturos noctivagus*). (Dr. Theodoro Sampaio. *O tupi na geographia nacional*. S. Paulo. 1901).

ZACHARIAS. Igarapé do Estado do Pará, no mun. de Chaves e ilha Caviana.

ZAGAIA. Pov. do Estado de Minas Geraes, no mun. do Bom Fim.

ZANETTI. Morro no mun. de Corumbá e Estado de Matto Grosso.

ZANGA BONITA. Log. do Estado de Matto Grosso, no mun. de Miranda.

ZANGADO. Serra do Estado do Rio de Janeiro, entre os muns. de Macahé e Campos.

ZARABATANA ou SARABATANA. E' vocabulo de procedencia incerta, se, porém, é do tupi, parece corrupção de *garapá-tan*, arco rijo ou direito. Na verdade, é uma arma de guerra dos selvagens, feita de um tubo, com o qual se sopra violentamente uma pequena setta embuxada com algodão (Dr. Theodoro Sampaio. *Obr.* cit.).

ZÉ MENDES. Ponta no Estado de Santa Catharina, ao N. da ilha das Vinhas.

ZERERÊ. Corrupção de *cê-rarê*, o que sahe cavado, o que vem subterraneo, o solapado; Matto Grosso (Dr. Theodoro Sampaio).

ZERERÇABA. Corrupção de *cê-rarê-açaba*, a caverna, o sumidouro, o canal subterraneo (Dr. Theodoro Sampaio).

ZIG-ZAG. Serra do Estado do Rio de Janeiro, no mun. de Bom Jardim.

ZIG-ZAG. Morro na cidade do Rio de Janeiro, no dist. de Santo Antonio.

ZIMBROS. Pov. do Estado de Santa Catharina, no mun. de Porto Bello, com esc. Alguns escrevem *Zimbos*.

ZOÓ. Corrupção de *çoó*, o animal, a caça, a carne (Dr. Theodoro Sampaio).

ZOOAÇÚ. Corrupção de *çoóáçú*, a caça grande, o animal de vulto; nome applicado mais commummente para designar o veado; alt. *suassú* ou *soaçú* (Dr. Theodoro Sampaio).

ZOPIÁ. Corrupção de *çopiá*, o ovo, as ovas; conforme o thema se diz: *çupiá*, *rupiá* (Dr. Theodoro Sampaio).

ZUINARA. Corrupção de *çuindara*, composto de *çuyendara*, o que não come, ou não se alimenta; nome generico dos *Striz* e *Caprimulgus*; alt. *suindara*, *suindá*, *suinara*, *suiná* (Dr. Theodoro Sampaio).

ZURURÚ. Corrupção de *çoó - rurú*, vaso de carne, o bicho que tem receptaculo ou vaso; é o nome do *mexilhão*, concha; alt. *sururú*, *suzerú* (Dr. Theodoro Sampaio).

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1935